00100.125071/2016-61 (VIA 001)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "A" AO Nº 119 TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

RESENHA MENSAL (JULHO/2016)

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

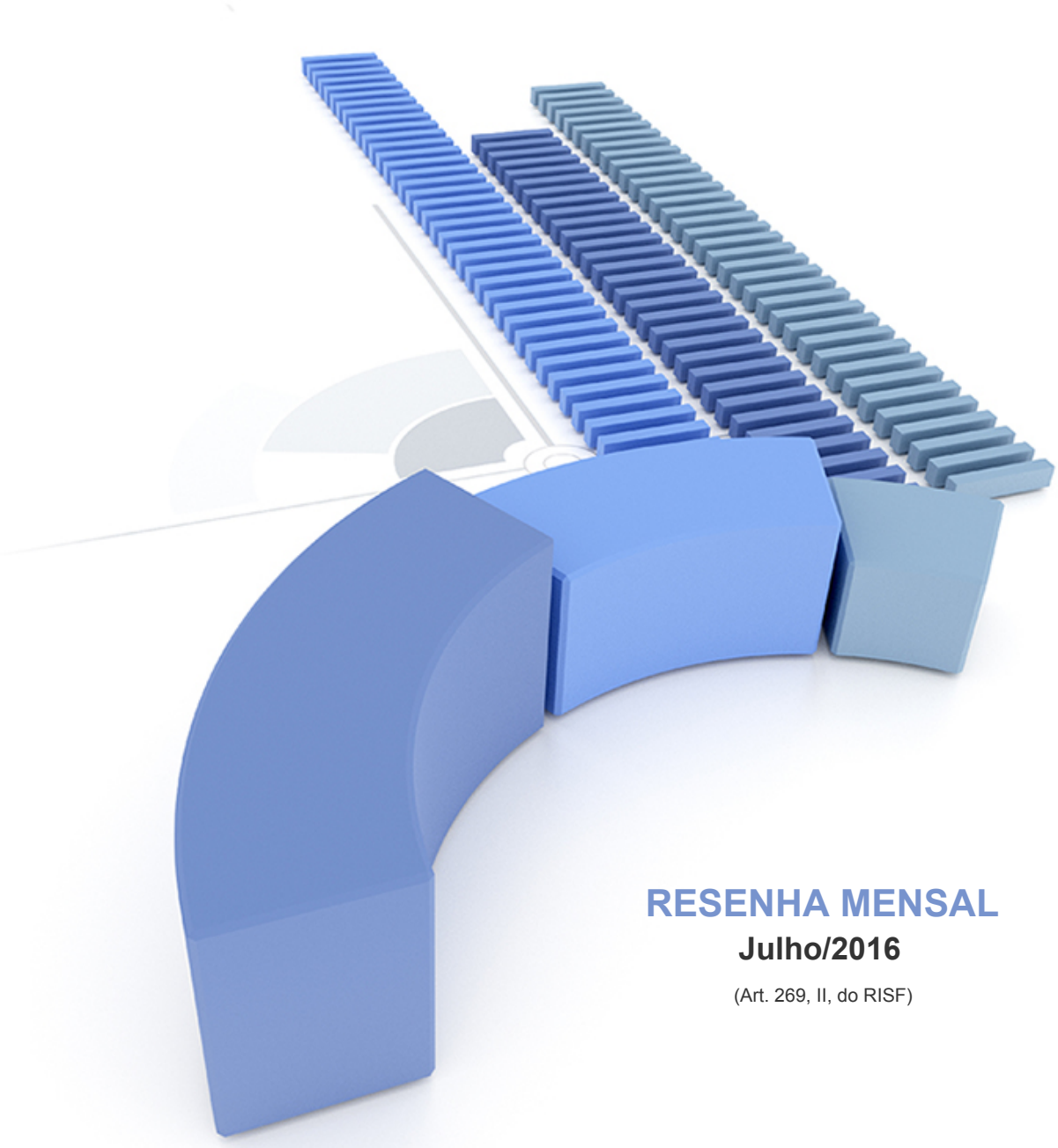
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura - 2016



RESENHA MENSAL

Julho/2016

(Art. 269, II, do RISF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

A - SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/07/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão Deliberativa Ordinária	4
Sessão Não Deliberativa	6
Total de sessões realizadas	**10**
Reunião	3
Reunião não Realizada	8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/07/2016

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Total
PEC	2	0	0	0	0	**2**
PLC	9	0	0	0	0	**9**
PLS	0	0	0	2	2	**4**
SCD	1	0	0	0	0	**1**
MPV	0	2	1	0	0	**3**
PDS Rádio/TV	0	0	0	34	0	**34**
PRS	4	0	0	0	0	**4**
MSF	11	0	0	0	0	**11**
Total	**27**	**2**	**1**	**36**	**2**	**68**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Requerimentos
01 a 31/07/2016

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	1
Audiência de comissão	3
Congratulações, pesar, censura e assemelhados	13
Desapensamento de matéria	2
Destaque	11
Inversão da Ordem do Dia	1
Missão (em representação do Senado Federal)	6
Preferência	1
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	5
Retirada de matéria	2
Tramitação conjunta	3
Urgência para matéria	3
Votação em globo	1
Total Geral	**53**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
01 a 31/07/2016

	PRES REP	SF	CD	TCU	Total
PEC	0	2	0	0	2
PLC	6	0	2	1	9
PLS	0	2	0	0	2
SCD	0	1	0	0	1
MPV	3	0	0	0	3
PDS Rádio/TV	34	0	0	0	34
PRS	0	4	0	0	4
Total	43	9	2	1	**55**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa
De 01 a 31/07/2016

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	17
Art. 40 - sem ônus (ii)	0
Art. 43, I (iii)	2
Art. 43, II (iv)	1
Art. 43, § 7º (v)	0
Soma	**21**

Requerimentos de retirada	**0**

(i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e
(v) Requerimento de licença-paternidade.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário
De 01 a 31/07/2016

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	6
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
Soma	**6**

Missões não efetivadas (vi)	**3**

(i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(ii) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;
(iv) Representação do Senado Federal;
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e
(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/07/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão De Debates Temáticos	2
Sessão Deliberativa Extraordinária	9
Sessão Deliberativa Ordinária	51
Sessão De Premiações E Condecorações	1
Sessão Especial	9
Sessão Não Deliberativa	45
Total de sessões realizadas	**117**
Reunião	4
Reunião não Realizada	11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/07/2016

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada parcialmente pelo Plenário	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	8	0	0	0	0	0	0	0	1	**9**
PLC	38	0	0	0	2	0	2	1	0	**43**
PLS	9	0	0	0	54	15	1	4	24	**107**
SCD	4	1	0	0	0	0	2	0	0	**7**
ECD	2	0	0	0	0	0	0	0	0	**2**
MPV	0	0	4	16	0	0	0	0	0	**20**
PDS Atos Internacionais	3	0	0	0	0	0	0	0	0	**3**
PDS Rádio/TV	0	0	0	0	136	0	0	0	0	**136**
Outros PDS	5	0	0	0	0	0	0	0	3	**8**
PRS	33	0	0	0	1	0	0	0	0	**34**
MSF	38	0	0	0	0	0	0	1	0	**39**
OFS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	**2**
Total	**142**	**1**	**4**	**16**	**193**	**15**	**5**	**6**	**28**	**410**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/07/2016

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	2
Audiência de comissão	41
Auditoria	21
Calendário especial	6
Congratulações, pesar, censura e assemelhados	110
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Deliberação por dispositivos ou por grupos de dispositivos	1
Desapensamento de matéria	4
Destaque	36
Extinção de urgência	2
Homenagem de pesar	1
Impugnação de dispositivo estranho à Medida Provisória	4
Informações	73
Inversão da Ordem do Dia	3
Licença saúde / interesse particular (superior a 120 dias)	3
Missão (em representação do Senado Federal)	79
Preferência	7
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	4
Prorrogação de comissão temporária	1
Realização de diligência	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	33
Reexame de matéria por comissão	1
Retirada de matéria	38
Sessão de debates temáticos	5
Sobrestamento	2
Tramitação conjunta	26
Urgência para matéria	26
Votação em globo	7
Votação nominal	1
Voto de aplauso ou semelhante	6
Voto de censura ou semelhante	6
Matéria não classificada	1
Total Geral	**552**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
02/02 a 31/07/2016

	PRES REP	SF	CD	STF	STJ	TJDFT	MPU	TCU	Total
PEC	0	6	2	0	0	0	0	0	8
PLC	7	0	27	1	2	1	1	1	40
PLS	0	63	0	0	0	0	0	0	63
SCD	0	5	0	0	0	0	0	0	5
ECD	0	2	0	0	0	0	0	0	2
MPV	20	0	0	0	0	0	0	0	20
PDS Atos Internacionais	3	0	0	0	0	0	0	0	3
PDS Rádio/TV	136	0	0	0	0	0	0	0	136
Outros PDS	0	5	0	0	0	0	0	0	5
PRS	0	34	0	0	0	0	0	0	34
Total	166	115	29	1	2	1	1	1	**316**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Normas Geradas por Origem

01/01 a 31/07/2016

Leis por iniciativa										
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República			STF	STJ	TSE	TCU	TJDFT	MPU
		PLC	PLN	MPV						
16	29	4	3	20	1	5	1	1	1	1

Emendas constitucionais por iniciativa		
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República
1	1	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadros de Normas Geradas por Assunto
01/01 a 31/07/2016

Emendas Constitucionais. Total: 2

1. Administrativo. Total: 1

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	1

2. Jurídico. Total: 1

Assunto específico	Total
Direito eleitoral e partidos políticos	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 82

1. Administrativo. Total: 15

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	4
Organização político-administrativa do Estado	4
Servidores públicos	7

2. Econômico. Total: 17

Assunto específico	Total
Agricultura, pecuária e abastecimento	1
Fiscalização e controle	1
Minas e energia	3
Política econômica e sistema financeiro	4
Recursos hídricos	1
Tributação	5
Viação e transportes	2

3. Honorífico. Total: 9

Assunto específico	Total
Data comemorativa	5
Homenagem cívica	4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 82

4. Jurídico. Total: 14

Assunto específico	Total
Defesa do consumidor	2
Direito civil e processual civil	5
Direito penal e processual penal	4
Trânsito	3

5. Orçamentário. Total: 8

Assunto específico	Total
Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias	1
Crédito Extraordinário	5
Projeto da Lei Orçamentária Anual	1
Projeto de Lei do Plano Plurianual	1

6. Social. Total: 19

Assunto específico	Total
Assistência social	1
Ciência, tecnologia e informática	1
Desporto e lazer	3
Direitos humanos e minorias	1
Educação	3
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	3
Meio ambiente	2
Saúde	4
Trabalho e emprego	1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa
De 02/02 a 31/07/2016

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	250
Art. 40 - sem ônus (ii)	8
Art. 43, I (iii)	37
Art. 43, II (iv)	19
Art. 43, § 7º (v)	0
Soma	**315**

Requerimentos de retirada	**1**

(i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e
(v) Requerimento de licença-paternidade.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário
De 02/02 a 31/07/2016

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	79
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
Soma	**79**

Missões não efetivadas (vi)	**10**

(i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(ii) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;
(iv) Representação do Senado Federal;
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e

(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/07/2016

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 73/2015	Altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.	Antonio Carlos Valadares	06/07/2016
PEC 30/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	João Capiberibe	12/07/2016

Matéria: Medida Provisória. Total: 3

1. À promulgação. Total: 2

Aprovada na íntegra. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 716/2016	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R$ 420.000.000,00, para os fins que especifica.	Presidente da República	06/07/2016
MPV 719/2016	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União.	Presidente da República	13/07/2016

2. À sanção. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 718/2016	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências.	Presidente da República	06/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 9

1. À sanção. Total: 9

Aprovada pelo Plenário. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 30/2016	Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.	Mesa da Câmara dos Deputados	12/07/2016
PLC 31/2016	Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Tribunal de Contas da União	12/07/2016
PLC 33/2016	Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.	Presidente da República	12/07/2016
PLC 34/2016	Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.	Presidente da República	12/07/2016
PLC 35/2016	Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.	Presidente da República	12/07/2016
PLC 36/2016	Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.	Presidente da República	12/07/2016
PLC 37/2016	Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.	Presidente da República	12/07/2016
PLC 38/2016	Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.	Presidente da República	12/07/2016
PLC 128/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita.	Afonso Hamm	13/07/2016

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 4

1. À Câmara dos Deputados. Total: 2

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 773/2015	Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.	Ricardo Ferraço	01/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 4

1. À Câmara dos Deputados. Total: 2

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 663/2015	Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aécio Neves	19/07/2016

2. Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 250/2014	Modifica a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, estabelecer valores máximos para a anuidade devida aos Conselhos e determinar que os Conselhos deverão apresentar lista de inscritos aos sindicatos representativos da categoria.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	05/07/2016
PLS 689/2011	Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.	Vital do Rêgo	19/07/2016

Matéria: Substitutivo da Câmara dos Deputados A Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 4/2016	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.	Câmara dos Deputados	06/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34

1. À promulgação. Total: 34

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 283/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 46/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 108/2014	Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 141/2014	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 170/2014	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 97/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 98/2015	Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 99/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 114/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 117/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 120/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 153/2015	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 170/2015	Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34

1. À promulgação. Total: 34

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 171/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 191/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 193/2015	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 202/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 224/2015	Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 234/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 235/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 240/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 242/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 243/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE – ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 253/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 276/2015	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 280/2015	Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34

1. À promulgação. Total: 34

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 311/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 321/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 332/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 336/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 354/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 362/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 369/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016
PDS 373/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/07/2016

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 4

1. À promulgação. Total: 4

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 42/2016	Altera a Resolução nº 25, de 2016, do Senado Federal, para flexibilizar o cronograma de liberação e contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).	Tasso Jereissati	12/07/2016
PRS 14/2014	Institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.	José Agripino	13/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 4

1. À promulgação. Total: 4

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 21/2014	Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia.	Vanessa Grazziotin	13/07/2016
PRS 40/2016	Altera a Resolução nº 42, de 2010 que cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal.	Comissão Diretora	13/07/2016

Matéria: Mensagem (SF). Total: 11

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 43/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.	Presidente da República	05/07/2016
MSF 54/2016	Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor REINALDO LE GRAZIE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	05/07/2016
MSF 55/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TIAGO COUTO BERRIEL para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	05/07/2016
MSF 56/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor CARLOS VIANA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	05/07/2016
MSF 57/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	05/07/2016
MSF 58/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Presidente da República	05/07/2016
MSF 26/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.	Presidente da República	12/07/2016
MSF 45/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.	Presidente da República	12/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Mensagem (SF). Total: 11

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 37/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.	Presidente da República	13/07/2016
MSF 44/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.	Presidente da República	13/07/2016
MSF 59/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.	Presidente da República	13/07/2016

Matéria: Requerimento. Total: 53

Aprovada pelo Plenário. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 306/2016	Requer, nos termos do art. 258, RISF, a tramitação conjunta dos seguintes projetos: PLS 537/2013 e PLS 626/2015, ambos complementares, por versarem sobre a mesma matéria. (Já tramitam em conjunto com o PLS 537/2013 os PLS 102/2007 e PLS 180/2013)	Davi Alcolumbre	05/07/2016
RQS 485/2016	Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 22/8/2016, a fim de comemorar os “70 Anos da Federação Democrática Internacional de Mulheres”.	Paulo Paim	05/07/2016
RQS 496/2016	Requer, em aditamento ao Requerimento Nº 140, de 2016, o adiamento da Sessão Especial destinada a homenagear os 70 anos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, a fim de ser realizada em data oportuna.	Lídice da Mata	05/07/2016
RQS 504/2016	Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 § 1°, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se do País no desempenho de missão como membro da delegação que representa a Casa nas Sessões do Parlamento do Mercosul, de 10 a 12 de julho de 2016, em Montevidéu, Uruguai.	Lídice da Mata	05/07/2016
RQS 508/2016	Requer, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada à entrega do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, em sua 2ª edição, no dia 09 de novembro de 2016, às 11 horas.	Cristovam Buarque	05/07/2016
RQS 509/2016	Requer, em aditamento ao Requerimento n° 20, de 2016, solicita a realização de Sessão Especial para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua 7ª edição. Solicita ainda alteração da data da Sessão Especial do dia 12 (segunda-feira) para o dia 06 (terça-feira) de dezembro do corrente ano, às 11 horas.	Paulo Paim	05/07/2016
RQS 510/2016	Requer, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 21 de setembro de 2016, destinada à comemoração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e à entrega da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill aos agraciados, em sua 2ª edição.	Lídice da Mata	05/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Requerimento. Total: 53

Aprovada pelo Plenário. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 511/2016	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trablahos da Casa, no período de 10 a 12 de julho do corrente ano, para participar, como Membro da Repesentação Brasileira do Parlamento do Mercosul, das Reuniões de Comissões Permanentes e da XL Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada no dia 11 do referido mês na Cidade de Montevidéu, Uruguai, com ônus para o Senado. Em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunica a ausência do país, no período de 10 a 12 de julho de 2016.	Gleisi Hoffmann	05/07/2016
RQS 512/2016	Requer, com base nos termos dos artigos 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 12 de julho de 2016, para participar das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XL Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul que serão realizadas no dia 11 de julho de 2016, terça-feira, em Montevidéu, no Uruguai.	Fátima Bezerra	05/07/2016
RQS 514/2016	Requer, tendo sido designado para participar da Reunião das Comissões de Meio Ambiente e Turismo e Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento Latino-Americano e Caribenho, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 7 a 11 de julho de 2016; e nos termos do art. 39, comunica ainda ausência do País no período de 7 a 11 de julho de 2016.	Antonio Anastasia	05/07/2016
RQS 519/2016	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS nº 301, de 2011 - Complementar; com os PLS nºs 280 e 363, de 2014; 61 e 350 de 2015; e 146, de 2016, todos Complementares; por versarem sobre matérias correlatas.	José Pimentel	05/07/2016
RQS 528/2016	Requer o adiamento da discussão do PLS nº 186/2014.	Randolfe Rodrigues	06/07/2016
RQS 530/2016	Requer, nos termos regimentais, votação em globo dos dispositivos do SCD nº 4, de 2016.	Waldemir Moka	06/07/2016
RQS 539/2016	Requer, nos termos regimentais, a preferência da Emenda 14-PLEN sobre as Emendas 10-CCJ, 12-CAE E 13-CAE, referentes ao PLC 36/2016.	Gleisi Hoffmann	12/07/2016
RQS 540/2016	Requer, nos termos regimentais que o PLC 100/2015 seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além da Comissão constante no despacho inicial.	Aloysio Nunes Ferreira	12/07/2016
RQS 541/2016	Requer, nos termos do art. 258, parágrafo único, c/c 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com fundamento no art. 3°, I, do Ato do Presidente do Senado Federal no 15, de 2016, o desapensamento do PLS 389/2015 - Complementar e sua tramitação exclusivamente nesta Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.	Comissão Especial Para O Aprimoramento do Pacto Federativo	12/07/2016
RQS 542/2016	Requer, nos termos do art. 258, parágrafo único, c/c 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, e com fundamento no art. 3°, I, do Ato do Presidente do Senado Federal no 15, de 2016, o desapensamento do PLS 399/2015 - Complementar e sua tramitação exclusivamente nesta Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.	Comissão Especial Para O Aprimoramento do Pacto Federativo	12/07/2016
RQS 543/2016	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e para os fins do disposto no inciso I do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 19 a 31 de julho de 2016, para participar do Seminário sobre Construção de Ferrovia Bioceânica para Brasil e Peru, que se realizará em Pequim, China; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País no período indicado.	Acir Gurgacz	13/07/2016
RQS 548/2016	Requer, nos termos regimentais, urgência para o PLC nº 32, de 2016.	Líderes Partidários	13/07/2016
RQS 551/2016	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 17 de julho a 5 de agosto de 2016, para participar do Seminário sobre a Construção de Ferrovia Bioceânica para Brasil e Peru, em Pequim, China; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País no período indicado.	Jorge Viana	13/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Requerimento. Total: 53

Aprovada pelo Plenário. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 565/2016	Requer, nos termos regimentais, urgência para o PRS nº 55, de 2015.	Líderes Partidários	13/07/2016
RQS 567/2016	Requerimento de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.	Aloysio Nunes Ferreira	13/07/2016
RQS 568/2016	Requerimento de oitiva da Comissão de Educação - CE para o PLS nº 798, de 2015.	Aloysio Nunes Ferreira	13/07/2016
RQS 569/2016	Requer, nos termos regimentais, urgência para o PLC 210/2015.	Comissão de Assuntos Sociais	13/07/2016

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 517/2016	Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com os arts . 76 e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI DO FUTEBOL 2015) criada por meio do Requerimento nº 616, de 2015, ampliando-se, ainda, para duzentos e cinquenta mil reais o limite de despesa, inicialmente fixado em cem mil reais.	Romário	05/07/2016

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 529/2016	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo,do Requerimento de Informação nº 679, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.	Cássio Cunha Lima	06/07/2016
RQS 535/2016	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Requerimento nº 513, de 2016.	Paulo Paim	12/07/2016

Encaminhada pela Presidência. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 515/2016	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Irineu Roque Scherer, bispo da Diocese de Joinvillle, ocorrido no último dia 2 de julho.	Paulo Bauer	05/07/2016
RQS 523/2016	Requerem, nos termos do disposto no art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação de voto de aplauso ao Egrégio Supremo Tribunal Federal em virtude da sua decisão de, na data de 21/06/2016, ter convolado em réu em ação penal o Sr. Jair Messias Bolsonaro pelos vis atos criminosos de apologia a fato criminoso e injúria que protagonizara na Câmara dos Deputados, fatos estes que tinham por vítima a Sra. Deputada Maria do Rosário e homenageavam abertamente a infame cultura do estupro.	Randolfe Rodrigues	06/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Requerimento. Total: 53

Encaminhada pela Presidência. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 524/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para os alunos participantes da 8ª edição do Torneio Internacional de Jovens Matemáticos (Internacional Tournament of Young Mathematicians – ITYM 2016), bem como para a professora de matemática, Cristina Tavares, pela participação em tão importante torneio.	Vanessa Grazziotin	06/07/2016
RQS 531/2016	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de expressão de extrema preocupação diante da possibilidade de transmissão da presidência pro tempore do Mercosul à Venezuela, enquanto persistirem as violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos naquele país, e do desgaste que representaria para o Mercosul, inclusive nas negociações com a União Europeia.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	07/07/2016
RQS 532/2016	Requer VOTO DE DESAGRAVO ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senador José Serra, por ocasião das ofensas a ele dirigidas pela Chanceler da Venezuela, Sra. Delcy Rodrigues.	Omar Aziz	07/07/2016
RQS 536/2016	Requerem, nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Luiza Helena Bairros.	Paulo Paim	12/07/2016
RQS 537/2016	Requer, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pela morte da ex-Ministra da Iguladade Social, Srª Luiza Helena Barros, e seja encaminhado à sua filha, Srª Fernanda Bairros.	Vanessa Grazziotin	12/07/2016
RQS 545/2016	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de Voto de Aplauso pelo aniversário de 155 anos de emancipação política do Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins.	Vicentinho Alves	13/07/2016
RQS 546/2016	Requer, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de MOYSÉS BENARRÓS ISRAEL – empresário e fundador da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), ocorrido em 07 de julho do corrente ano.	Vanessa Grazziotin	13/07/2016
RQS 547/2016	Requer, nos termos do art. 218 e do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Ilustre Médico Clínico e Coordenador da Clínica Médica do Hospital de Pronto Socorro 28 de Agosto, Emerson Rios Carvalho Sena, ocorrido no último dia 4 de julho, na cidade de Manaus-AM; bem como seja encaminhado o referido Voto ao Diretor do citado Hospital, Dr Paulo Mendonça Júnior.	Vanessa Grazziotin	13/07/2016
RQS 564/2016	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso para os alunos participantes da edição do ano de 2016 da Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação (Expocom), representados pelo professor Allan Rodrigues, por terem conquistado 18 prêmios no evento.	Vanessa Grazziotin	13/07/2016
RQS 570/2016	Apresenta condolências à família e aos companheiros da assistente social Angélica Goulart, falecida dia 13 de julho de 2016, idealizadora da Lei Menino Bernardo e do movimento contra a diminuição da maioridade penal.	Telmário Mota	14/07/2016

Rejeitada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 552/2016	Requer, nos termos regimentais, a inversão de pauta para apreciação do Item 5, PLS 204, de 206, em 1º lugar.	Paulo Bauer	13/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Requerimento. Total: 53

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 307/2016	Requer, nos termos do art. 258, RISF, a tramitação conjunta dos seguintes projetos: PLS 301/2011; PLS 280/2014; PLS 363/2014; PLS 61/2015; PLS 350/2015; PLS 626/2015 e PLS 146/2016, todos complementares, por versarem sobre matérias correlatas.	José Pimentel	05/07/2016

Retirada pelo autor. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 513/2016	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Dalva do Nascimento, ocorrido no último domingo, dia 26/06/2016.	Paulo Paim	12/07/2016
RQS 553/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 11 ao PLS nº 554/2011.	Roberto Rocha	13/07/2016
RQS 554/2016	Requer, nos termos do inciso II do art. 312 do RISF,destaque para votação em separado da Emenda nº 15 – PLEN.	José Medeiros	13/07/2016
RQS 555/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque da Emenda nº14-PLEN, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao PLS nº 554/2011, para votação em separado do grupo a que pertencer.	José Medeiros	13/07/2016
RQS 556/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque da Emenda nº13-PLEN, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao PLS nº 554/2011, para votação em separado do grupo a que pertencer.	José Medeiros	13/07/2016
RQS 557/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque da Emenda nº12-PLEN, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao PLS nº 554/2011, para votação em separado do grupo a que pertencer.	José Medeiros	13/07/2016
RQS 558/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque da Emenda nº11-PLEN, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao PLS nº 554/2011, para votação em separado do grupo a que pertencer.	José Medeiros	13/07/2016
RQS 559/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº13-PLEN ao PLS nº 554/2011.	Randolfe Rodrigues	13/07/2016
RQS 560/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº12-PLEN ao PLS nº 554/2011.	Randolfe Rodrigues	13/07/2016
RQS 561/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº14-PLEN ao PLS nº 554/2011.	Randolfe Rodrigues	13/07/2016
RQS 562/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº15-PLEN ao PLS nº 554/2011.	Randolfe Rodrigues	13/07/2016
RQS 563/2016	Requer, nos termos do inc. II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº11-PLEN ao PLS nº 554/2011.	Humberto Costa	13/07/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Requerimentos de Licença Aprovados em Plenário. Total: 6

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Missão
RQS nº 504/2016	Lídice da Mata	art. 40, § 1º	De 10/07/2016 a 12/07/2016	Retirado. Participar das Reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 511/2016	Gleisi Hoffmann	art. 40, § 1º	De 10/07/2016 a 12/07/2016	Retirado. Participar das Reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 512/2016	Fátima Bezerra	art. 40, § 1º	De 10/07/2016 a 12/07/2016	Retirado. Participar das Reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 514/2016	Antonio Anastasia	art. 40, § 1º	De 07/07/2016 a 11/07/2016	Participar da Reunião das Comissões de Meio Ambiente e Turismo e Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento Latino-Americano e Caribenho em Assunção, Paraguai.
RQS nº 543/2016	Acir Gurgacz	art. 40, § 1º	De 19/07/2016 a 31/07/2016	Participar do Seminário sobre Construção de Ferrovia Bioceânica para Brasil e Peru, em Pequim, China.
RQS nº 551/2016	Jorge Viana	art. 40, § 1º	De 17/07/2016 a 05/08/2016	Participar do Seminário sobre Construção de Ferrovia Bioceânica para Brasil e Peru, em Pequim, China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 20

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Finalidade
RQM nº 296/2016	Jader Barbalho	Art. 13	28/06/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 297/2016	Tasso Jereissati	Art. 43, II	De 05/07/2016 a 07/07/2016	Licença Particular.
RQM nº 298/2016	Kátia Abreu	Art. 43, I	29/06/2016	Licença saúde.
RQM nº 299/2016	Marta Suplicy	Art. 13	02/06/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 300/2016	Sérgio Petecão	Art. 13	07/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 301/2016	Romero Jucá	Art. 13	05/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 302/2016	Gladson Cameli	Art. 13	07/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 303/2016	Jader Barbalho	Art. 13	05/07/2016 e 06/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 304/2016	João Capiberibe	Art. 13	07/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 305/2016	João Alberto Souza	Art. 13	De 12/07/2016 a 14/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 306/2016	Otto Alencar	Art. 13	12/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 307/2016	José Agripino	Art. 13	13/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 308/2016	Gladson Cameli	Art. 13	14/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 309/2016	Humberto Costa	Art. 13	13/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 310/2016	Renan Calheiros	Art. 13	02/06/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 311/2016	Ataídes Oliveira	Art. 13	13/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 312/2016	Fernando Collor	Art. 13	13/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 313/2016	Eduardo Braga	Art. 13	12/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 314/2016	Humberto Costa	Art. 13	14/07/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 315/2016	Ronaldo Caiado	Art. 43, I	12/07/2016	Licença saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

B - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional
01 a 31/07/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão Solene	1
Total de sessões realizadas	**1**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/07/2016

Não houve deliberação de matérias pelo Congresso Nacional no mês de julho de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Resenha Consolidada

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional
02/02 a 31/07/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão Conjunta	1
Sessão Solene	7
Total de sessões realizadas	**8**

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/07/2016

	Aprovada pelo Plenário	Mantida	Mantida parcialmente	Recebida	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados	Prejudicada	Total
PLN	1	0	0	0	0	0	0	0	**1**
MPV	0	0	0	0	6	0	1	0	**7**
VET	0	20	2	0	0	1	0	1	**24**
RQN	2	0	0	30	0	6	0	22	**60**
Total	**3**	**20**	**2**	**30**	**6**	**7**	**1**	**23**	**92**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

B.1 – Comissões Mistas Permanentes

B.1.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO

Resenha
01 a 31/07/2016

Reuniões realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Eleição	-
Não Deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	1
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	2

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	1	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**1**	**-**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Tramitação de Proposições

PROPOSIÇÕES	Apreciadas	Retiradas/ Prejudic.	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
			PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**1**				
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**2**				
Avisos CN (AVN)					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU					
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias					
Mensagens CN (MCN)					
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias					
Ofícios CN (OFN)					
- Prestação de Contas					
- Outras Matérias					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)					
Proposições SF					
Requerimentos CMO (RCMO)					
Emendas	**2059**				
TOTAL	**2062**				

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Resenha Consolidada
02/02/2016 a 31/07/2016

Reuniões realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Eleição	1
Não Deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	4
Extraordinárias (REX)	9
Audiências Públicas (RAP)	2
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**17**

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	11	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**11**	**-**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Tramitação de Proposições

PROPOSIÇÕES	Apreciadas	Retiradas/ Prejudic.	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
			PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**2**			**1**	
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**7**				
Avisos CN (AVN)					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU					
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias					
Mensagens CN (MCN)					
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias					
Ofícios CN (OFN)					
- Prestação de Contas					
- Outras Matérias					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)					
Proposições SF					
Requerimentos CMO (RCMO)	**1**	**1**			
Emendas	**2124**			**15**	
TOTAL	**2134**	**1**		**16**	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

B.1.2 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC

01 a 31/07/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências Públicas	1
Total	**1**

02/02 a 31/07/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	1
Deliberativa	1
Audiências Públicas	6
Total	**8**

Requerimentos Apreciados
3

Emendas apresentadas ao PLN 2 de 2016 (LDO)
05 emendas de acréscimo de meta

B.1.3 – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI

01 a 31/07/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências	0
Total	**0**

02/02 a 31/07/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências	1
Total	**1**

Requerimentos Apreciados
0

B.1.4 – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher - CMCVM

01 a 31/07/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências Públicas	1
Total	**1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

02/02 a 31/07/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	2
Audiências Públicas	2
Total	**4**

Requerimentos Apreciados
11

Emendas apresentadas ao PLN 2 de 2016 (LDO)
03 emendas de acréscimo de meta
04 emendas de texto

B.1.5 – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CMCPLP

**Colegiado aguardando instalação*

B.2 – Comissões Mistas de Medida Provisória

01 a 31/07/2016

MEDIDAS PROVISÓRIAS	EMENDAS RECEBIDAS (Art. 4º da Resolução nº 1 de 2002 – CN)	REUNIÕES REALIZADAS	PARECERES PROFERIDOS
MPV 719/2016	56	1	1
MPV 720/2016	10	1	1
MPV 723/2016	28	2	1
MPV 724/2016	44	-	-
MPV 725/2016	31	-	-
MPV 726/2016	459	-	-
MPV 727/2016	239	-	-
MPV 728/2016	22	-	-
MPV 729/2016	56	-	-
MPV 731/2016	35	2	-
MPV 732/2016	41	2	-
MPV 733/2016	161	2	-
MPV 734/2016	7	2	-
MPV 735/2016	127	2	-
MPV 737/2016	5	1	-
MPV 739/2016	165	1	-
MPV 741/2016*	-	-	-
MPV 742/2016*	-	-	-
TOTAL	**1486**	**16**	**3**

* MPV em fase de recebimento de emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

02/02 a 31/07/2016

MEDIDAS PROVISÓRIAS	EMENDAS RECEBIDAS (Art. 4º da Resolução nº 1 de 2002 – CN)	REUNIÕES REALIZADAS	PARECERES PROFERIDOS
MPV 689/2015	63	-	-
MPV 693/2015	53	1	1
MPV 694/2015	109	1	1
MPV 698/2015	18	2	1
MPV 699/2015	83	1	1
MPV 700/2015	72	3	-
MPV 701/2015	20	4	1
MPV 703/2015	159	4	-
MPV 704/2015	10	2	1
MPV 705/2015	28	2	-
MPV 706/2015	19	2	1
MPV 707/2015	93	5	1
MPV 708/2015	14	3	1
MPV 712/2016	108	7	1
MPV 713/2016	70	2	1
MPV 714/2016	44	4	1
MPV 717/2016	04	-	-
MPV 718/2016	08	3	1
MPV 719/2016	56	2	1
MPV 720/2016	10	2	1
MPV 723/2016	28	3	1
MPV 724/2016	44	1	-
MPV 725/2016	31	1	-
MPV 726/2016	459	1	-
MPV 727/2016	239	1	-
MPV 728/2016	22	1	-
MPV 729/2016	56	1	-
MPV 731/2016	35	2	-
MPV 732/2016	41	2	-
MPV 733/2016	161	2	-
MPV 734/2016	7	2	-
MPV 735/2016	127	2	-
MPV 737/2016	5	1	-
MPV 739/2016	165	1	-
MPV 741/2016*	-	-	-
MPV 742/2016*	-	-	-
TOTAL	**2461**	**71**	**16**

* MPV em fase de recebimento de emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	
MPV 698/2015	01
MPV 700/2015	01
MPV 701/2015	02
MPV 703/2015	02
MPV 705/2015	01
MPV 707/2015	03
MPV 708/2015	01
MPV 712/2016	04
MPV 714/2016	02
MPV 718/2016	01
MPV 723/2016	01
TOTAL	**19**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

B.3 – Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

Resenha Consolidada
02/02 a 31/07/2016

Não houve atividades de Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito nos meses de fevereiro a julho de 2016.

B.4 – Comissões Temporárias Mistas

Resenha Consolidada
02/02 a 31/07/2016

COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs
CONSOLIDAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 01/15	2015	1								
	2016	1								
	Total	2								

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal

Reuniões Realizadas e Proposições apreciadas

01 a 31/07/2016

Reuniões

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, por Tipo de Reunião	
Ordinária	4
Extraordinária	24
Reunião de Subcomissão	2
Conjunta	1
Total	**31**

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes, por Comissão				
Comissões	**Ordinária**	**Extraordinária**	**Participações em Reuniões Conjuntas (*)**	**Total (**)**
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	1	2	1	4
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	0	2	0	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	2	1	1	4
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	0	3	0	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	0	2	0	2
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	0	4	0	4
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	1	0	0	1
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	0	2	0	2
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	0	1	0	1
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	0	3	0	3
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	0	2	0	2
Comissão Senado do Futuro - CSF	0	1	0	1
Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	0	1	0	1
Total	**4**	**24**		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.
(**) O número inclui a participação dessas Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Reuniões Realizadas pelas Subcomissões (*), por Comissão			
Nome / Sigla da Subcomissão	**Reunião**	**Participação em Reunião Conjunta**	**Total**
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte - CMABMONTE (CMA)	1	-	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA (CI)	1	-	1
Total	**2**		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

Reuniões Conjuntas	
Número da Reunião Conjunta	**Comissões e Subcomissões**
5	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Total de Reuniões Conjuntas = 1	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Audiências Públicas

Audiências Públicas Realizadas por Comissões Permanentes e Subcomissões			
Comissão Permanente	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	1	1
	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	1	1
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	1	1
	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	1	1
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	3	3
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	1	1
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	2	2
	Total	10	10
Subcomissão	Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA	1	1
	Total	1	1
Total		**11**	**11**

Audiências públicas realizadas em caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado

Audiências Públicas Realizadas em Reuniões Conjuntas		
Comissões e Subcomissões	**Número da Reunião**	**Número da Reunião Conjunta**
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	22ª	**5ª**
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	24ª	

Total Geral	12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Pareceres Proferidos pelas Comissões Permanentes

Comissão Permanente / Matéria	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CTG	Total
PEC			1										**1**
PLC	8	3	10	4							2		**27**
PLS	1		1	1							2		**5**
SCD				1									**1**
PDS											35		**35**
PRS	2			1									**3**
MSF	5						3						**8**
OFS											3		**3**
AVS								1					**1**
AMA					1								**1**
Total	**16**	**3**	**12**	**7**	**1**		**3**	**1**			**42**		**85**

Pareceres por Tipo de Matéria		
Sigla da Matéria	**Decisão Terminativa**	**Decisão Não Terminativa**
PEC		1
PLC		27
PLS	2	3
SCD		1
PDS	35	
PRS		3
MSF		8
OFS		3
AVS		1
AMA		1
Total	**37**	**48**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Requerimentos Apreciados(*) em Comissões Permanentes

Requerimentos Apreciados em Comissões Permanentes													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	CTG	**Total**
2	2	9	13		8		8	1		6			**49**

(*) Os requerimentos a serem encaminhados para deliberação do Plenário do Senado Federal estão lançados no quadro "Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário". Números incluem os requerimentos retirados pelo autor.

Resultado	
Aprovado	44
Prejudicado	1
Rejeitado	2
Retirado pelo autor	2

Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário do Senado Federal

Matérias	
Projeto de Resolução	1
Requerimento	22
Total	**23**

Emendas Apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO

EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 2/2016-CN (PLDO 2017)					
Tipo / Comissão	**CCJ**	**CRA**	**CSF**	**CTG**	**Total**
Metas e Prioridades	3	3	3	3	**12**
Texto	8	12	6	7	**33**
Total	**11**	**15**	**9**	**10**	**45**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Reuniões Realizadas e Proposições apreciadas

03/02 a 31/07/2016

Reuniões

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, por Tipo de Reunião	
Ordinária	51
Extraordinária	247
Reunião de Subcomissão	12
Conjunta	5
Total	**315**

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes, por Comissão				
Comissões	**Ordinária**	**Extraordinária**	**Participações em Reuniões Conjuntas (*)**	**Total**
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	17	5	2	24
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	0	22	1	23
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	19	7	1	27
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	0	34	0	34
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalizacão e Controle - CMA	0	13	1	14
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	0	68	1	69
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	15	1	1	17
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	0	20	2	22
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	0	13	0	13
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	0	21	1	22
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	0	23	2	25
Comissão Senado do Futuro - CSF	0	9	1	10
Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	0	11	0	11
Total	**51**	**247**		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Reuniões Realizadas pelas Subcomissões (*), por Comissão			
Nome / Sigla da Subcomissão	**Reunião**	**Participação em Reunião Conjunta**	**Total**
Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS (CMA)	2	-	2
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte - CMABMONTE (CMA)	4	-	4
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA (CI)	6	-	6
Total	**12**		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

Reuniões Conjuntas	
Número da Reunião Conjunta	**Comissões e Subcomissões**
1	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
	Comissão Senado do Futuro - CSF
2	Comissão de Assuntos Sociais - CAS
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
3	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
4	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
5	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Total de Reuniões Conjuntas = 5	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Audiências Públicas

Audiências Públicas Realizadas por Comissões Permanentes e Subcomissões			
Comissão Permanente	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	5	5
	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	3	3
	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	2	2
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	16	16
	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	1	1
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	47	47
	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	6	6
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	6	6
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	4	4
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	17	17
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	9	9
	Comissão Senado do Futuro - CSF	4	4
	Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	3	3
	Total	123	123
Subcomissão	Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA	3	3
	Total	3	3
Total		**126**	**126**

Audiências públicas realizadas em caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado

Audiências Públicas Realizadas em Reuniões Conjuntas		
Comissões e Subcomissões	**Número da Reunião**	**Número da Reunião Conjunta**
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	2ª	**1**
Comissão Senado do Futuro - CSF	2ª	
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	11ª	**2**
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	26ª	
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	9ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	8ª	**3**
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	12ª	
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	13ª	
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	19ª	**4**
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	15ª	
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	20ª	
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	22ª	**5**
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	24ª	

Total Geral	131

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Pareceres Proferidos pelas Comissões Permanentes

Comissão Permanente / Matéria	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CTG	Total
PEC			21										**21**
PLC	13	13	27	24	6	2	1	1	3	2	5		**97**
PLS	21	46	20	30	16	8	1	9	4	1	12	1	**169**
SCD		1	1	4		1		1			1		**9**
PDS			3				3				144		**150**
PRS	6		2	2			3						**13**
MSF	24		5				20	5					**54**
OFS	1		5						2		18		**26**
RQS			1				8						**9**
AVS	1				2		1	1					**5**
AMA					4								**4**
AVE	2												**2**
SUG						4							**4**
ECD		1	1			1							**3**
PFS					1								**1**
INS							1						**1**
Emendas de Plenário	1	1	2										**4**
REP			1										**1**
Total	**69**	**62**	**89**	**60**	**29**	**16**	**38**	**17**	**9**	**3**	**180**	**1**	**573**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Pareceres por Tipo de Matéria		
Sigla da Matéria	**Decisão Terminativa**	**Decisão Não Terminativa**
PEC	-	21
PLC	1	96
PLS	67	100
SCD	-	9
PDS	144	6
PRS	-	13
MSF	-	54
OFS	4	21
RQS	-	9
AVS	-	5
AMA	-	4
AVE	-	2
SUG	-	4
ECD	-	3
PFS	-	1
INS	-	1
Emendas de Plenário	-	4
REP	-	1
Total	**216**	**354**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Requerimentos Apreciados (*) em Comissões Permanentes

Requerimentos Apreciados em Comissões Permanentes												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	CTG	Total
19	21	28	50	22	98	23	39	11	40	28	10	11	400

(*) Os requerimentos a serem encaminhados para deliberação do Plenário do Senado Federal estão lançados no quadro "Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário"

Resultado	
Aprovado	375
Prejudicado	9
Rejeitado	9
Retirado pelo autor	

Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário do Senado Federal

Matérias	
Projeto de Decreto Legislativo	4
Projeto de Lei do Senado	2
Projeto de Resolução	17
Requerimento	86
Total	**109**

Emendas Apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO

EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 2/2016-CN (PLDO 2017)														
Tipo / Comissão	**CAE**	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**CSF**	**CTG**	**Total**
Metas e Prioridades	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	**3**	**39**
Texto	3	19	8	12		4	12			12	1	6	**7**	**84**
Total	**6**	**22**	**11**	**3**	**15**	**7**	**15**	**3**	**3**	**15**	**4**	**9**	**10**	**123**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Audiências Públicas

01 a 31/07/2016

Audiências Públicas - Comissões Permanentes

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

23ª Reunião, Extraordinária, em 07/07/2016

Finalidade:

Debater fixação de alíquota máxima para cobrança do ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação.

Requerimento(s):

RQE 15/2016 Autoria: Senador(a) Marta Suplicy

RQE 17/2016 Autoria: Senador(a) José Aníbal

RQE 18/2016 Autoria: Senador(a) Jorge Viana

Participante(s):

Alberto Fajerman -	Diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas
Ana Carla Abrão -	Secretária de Fazenda de Goiás
Basílio Dias -	Diretor de Assuntos Regulatórios da Latam
Eduardo Sanovicz -	Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - Abear
Francisco Inocêncio -	Coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná
Patrizia Xavier -	Diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas
Renato Villela -	Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo
Rogério Coimbra -	Secretário de Política Regulatória da Aviação Civil do Ministério dos Transportes
Tarcísio Gargioni -	Vice-presidente Comercial, de Marketing e Cargas da Avianca Brasil

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

22ª Reunião, Extraordinária, em 06/07/2016

Finalidade:

Prestar esclarecimentos sobre o Sistema Único de Saúde - SUS

Requerimento(s):

RAS 17/2016 Autoria: Senador(a) Humberto Costa

Participante(s):

Ricardo Barros -	Ministro de Estado da Saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

33ª Reunião, Extraordinária, em 06/07/2016

Finalidade:

Ouvir o Ministro da Educação, Mendonça Filho, sobre o seu plano de governo para Ministério.

Requerimento(s):

RCE 29/2016 Autoria: Senador(a) Telmário Mota

Participante(s):

Mendonça Filho -	Ministro da Educação

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

14ª Reunião, Extraordinária, em 06/07/2016

Finalidade:

Discutir os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil.

Requerimento(s):

RMA 17/2016 Autoria: Senador(a) Ataídes Oliveira

Participante(s):

André Gambier Campos -	Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Anne Caroline Posthumá -	Especialista de Emprego no Escritório da OIT no Brasil
Antônio Ibarra -	Assessor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE
Cimar Azeredo -	Coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Claudio Crespo -	Assessor da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Mário Magalhães -	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho - MTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

66ª Reunião, Extraordinária, em 04/07/2016

Finalidade:

Debater sobre: “A violência praticada contra Auditores-Fiscais do Trabalho, Policiais Rodoviários Federais e um Procurador do Trabalho - integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM)”.

Requerimento(s):

RDH 74/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Carlos Silva -	Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
Fábio Leal Cardoso -	Procurador Regional do Trabalho Supervisor da Gerência de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho
Flávio Werneck Meneguelli -	Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Jesus Castro Caamaño -	Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF
José Weyne Nunes Marcelino -	Auditor Fiscal do Trabalho - Coordenador da ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM
Marcelo Souto Maior -	Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

67ª Reunião, Extraordinária, em 05/07/2016

Finalidade:

Debater sobre: "O Sistema Único de Saúde - SUS".

Requerimento(s):

RDH 76/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Carlos Alves Moura -	Advogado e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP
Carlos Ocke -	Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Cornelis Johanes Van Stralen -	Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES
Dom Leonardo Ulrich Steiner -	Bispo Auxiliar de Brasília - Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Dom Roberto Paz -	Bispo da Diocese de Campos/RJ e bispo referencial nacional da Pastoral da Saúde, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
Geniberto Paiva Campos -	Médico Cardiologista e Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP
Isabela Soares Santos -	Pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (Daps/Ensp/Fiocruz) e Diretora Executiva do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)
Jovita José Rosa -	Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle - IFC
Lígia Bahia -	Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC/UFRJ) e integrante da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da ABRASCO
Luiz Bassegio -	Secretário Executivo do Grito dos Excluídos Continental e Coordenador Geral do Projeto Direitos Sociais e Saúde: fortalecendo a cidadania e a incidência política
Pedro Tourinho -	Vereador de Campinas, professor de medicina da PUC
Ronald Ferreira -	Presidente da FENAFAR e do Conselho Nacional de Saúde/CNS
Thierry Dudermel -	Chefe da Cooperação da União Europeia no Brasil

68ª Reunião, Extraordinária, em 12/07/2016

Finalidade:

Ciclo de debates: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco na justiça fiscal".

Requerimento(s):

RDH 140/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Jucélia Vargas Vieira -	Secretária-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM
Maria das Graças Costa -	Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT
Maria Lúcia Fattorelli -	Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
Pedro Armengol -	Membro da Diretoria Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI

22ª Reunião, Extraordinária, em 13/07/2016

Finalidade:

Debater a Duplicação da BR-364 (Trecho Comodoro - Porto Velho/RO).

Requerimento(s):

RQI 38/2016 Autoria: Senador(a) Acir Gurgacz

Participante(s):

Diogenes Eduardo Cardoso Alvares -	Gerente de Estruturação de Negócios da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)
Luciano de Souza Castro -	Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (SEGES/MT)
Luiz Antonio Ugeda Sanches -	Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR)
Stephane Louis Georges Quebaud -	Coordenador da Área de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA

21ª Reunião, Extraordinária, em 07/07/2016

Finalidade:

Debater sobre o Mormo, doença contagiosa causada pela bactéria Burkholderia mallei, que atinge o plantel de equídeo brasileiro.

Requerimento(s):

RRA 15/2016 Autoria: Senador(a) Ronaldo Caiado

RRA 17/2016 Autoria: Senador(a) Ana Amélia

RRA 20/2016 Autoria: Senador(a) Ana Amélia

RRA 21/2016 Autoria: Senador(a) Ronaldo Caiado

Participante(s):

Fabíola do Nascimento Correa -	Doutora em Medicina Veterinária e Responsável Técnica pelo exame Western Blotting (WB) no Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – LANAGRO/PE
Fernando Leandro dos Santos -	Médico Veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Leandro Barbieri de Carvalho -	Coordenador de Gestão das Demandas Laboratoriais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Rodrigo Barbosa Nazareno -	Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Rui Carlos Vincenzi -	Presidente da Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos (ABRAVEQ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA

22ª Reunião, Extraordinária, em 14/07/2016

Finalidade:

Apresentar e discutir a política de Seguro Rural no País.

Requerimento(s):

RRA 13/2016 Autoria: Senador(a) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

RRA 25/2016 Autoria: Senador(a) Wellington Fagundes

Participante(s):

Miguel Fonseca de Almeida -	Assessor da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (FENABER)
Pedro Loyola -	Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Wady José Mourão Cury -	Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FENSEG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Audiências Públicas - Subcomissões

Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA

6ª Reunião, em 05/07/2016

Finalidade:

Debater a modernização da legislação brasileira mineral

Participante(s):

Adriano Drummond Cançado Trindade -	Professor voluntário da Universidade de Brasília (UnB)
Darlan Airton Dias -	Procurador da República
Fernando Facury Scaff -	Professor da Universidade de São Paulo (USP)
Frederico Munia Machado -	Procurador Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Guilherme Simões -	Coordenador da Comissão Jurídica do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)
Luis Mauricio Ferraiuoli de Azevedo -	Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM)
Luiz Antônio Sotério de Oliveira -	Procurador Federal aposentado
William Freire -	Advogado, do Escritório William Freire Advogados Associados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Audiências Públicas Conjuntas

5ª Reunião Conjunta, em 06/07/2016

Finalidade:
Discutir as propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliar as repercussões financeiras sobre as contas da União, dos estados e dos municípios.

Comissões:

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

Requerimento(s):
RQE 16/2016 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

Dyogo Oliveira -	Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Jeferson Dantas Passos -	Secretário de Fazenda de Sergipe e representante do Confaz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matérias Apreciadas

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PEC 31/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	13/07/2016	Não

Matéria: Projeto de Lei da Câmara					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PLC 40/2014	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas.	Aprovado o parecer favorável.	CCT	12/07/2016	Não
PLC 48/2015	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCT	05/07/2016	Não
PLC 128/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	13/07/2016	Não
PLC 155/2015	Altera a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regulamenta a profissão do corretor de seguros.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	13/07/2016	Não
PLC 159/2015	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CE	05/07/2016	Não
PLC 172/2015	Institui o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.	Aprovado o parecer favorável.	CE	12/07/2016	Não
PLC 200/2015	Regulamenta a profissão de corretor de moda.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	13/07/2016	Não
PLC 208/2015	Denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.	Aprovado o parecer favorável.	CE	05/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Lei da Câmara					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PLC 210/2015	Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	13/07/2016	Não
PLC 25/2016	Dispõe sobre a instituição do Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa.	Aprovado o parecer favorável.	CE	12/07/2016	Não
PLC 30/2016	Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 30/2016	Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	06/07/2016	Não
PLC 31/2016	Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 31/2016	Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	06/07/2016	Não
PLC 32/2016	Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	13/07/2016	Não
PLC 33/2016	Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 33/2016	Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	06/07/2016	Não
PLC 34/2016	Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 34/2016	Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	06/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Lei da Câmara					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PLC 35/2016	Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 35/2016	Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	06/07/2016	Não
PLC 36/2016	Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 36/2016	Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	06/07/2016	Não
PLC 37/2016	Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 37/2016	Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	06/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Lei da Câmara					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PLC 38/2016	Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não
PLC 38/2016	Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	06/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Lei do Senado					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PLS 689/2011	Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.	Rejeitado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PLS 427/2014	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCT	05/07/2016	Não
PLS 359/2015	Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não
PLS 548/2015	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar.	Aprovado o parecer favorável.	CE	05/07/2016	Não
PLS 663/2015	Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Substitutivo aprovado sem emendas em turno suplementar.	CCJ	06/07/2016	Sim

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados A Projeto de Lei do Senado					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
SCD 16/2015	Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”, para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica.	Aprovado o parecer favorável.	CE	05/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PDS 269/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 283/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 46/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 108/2014	Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 141/2014	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 170/2014	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 97/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 98/2015	Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 99/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 114/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 117/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PDS 120/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 153/2015	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 170/2015	Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 171/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 191/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 193/2015	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 202/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 224/2015	Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 234/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 235/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PDS 240/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 242/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 243/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE – ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 253/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 276/2015	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 280/2015	Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 311/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 321/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 332/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 336/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PDS 354/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 362/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 369/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim
PDS 373/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	05/07/2016	Sim

Matéria: Projeto de Resolução do Senado					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
PRS 51/2015	Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito.	Aprovado o parecer favorável.	CE	12/07/2016	Não
PRS 55/2015	Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não
PRS 42/2016	Altera a Resolução nº 25, de 2016, do Senado Federal, para flexibilizar o cronograma de liberação e contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	12/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Mensagem (SF)					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
MSF 37/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	07/07/2016	Não
MSF 45/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	07/07/2016	Não
MSF 54/2016	Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor REINALDO LE GRAZIE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CAE	05/07/2016	Não
MSF 55/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TIAGO COUTO BERRIEL para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CAE	05/07/2016	Não
MSF 56/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor CARLOS VIANA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CAE	05/07/2016	Não
MSF 57/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CAE	05/07/2016	Não
MSF 58/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CAE	05/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Mensagem (SF)					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
MSF 59/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	07/07/2016	Não

Matéria: Oficio "S"					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
OFS 14/2015	Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	05/07/2016	Não
OFS 35/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Técnica de Atibaia Ltda., no município de Atibaia - SP.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	05/07/2016	Não
OFS 49/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	05/07/2016	Não

Matéria: Aviso					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
AVS 20/2016	Encaminha cópia do Acórdão nº 651/2016 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destinada a avaliar os mecanismos adotados pela referida agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica (TC 013.046/2014-4).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento.	CI	06/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Matéria: Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Cons. E Fisc. E Controle					
Matéria	**Ementa**	**Resultado**	**Comissão**	**Data da Reunião**	**Terminativo**
AMA 1/2015	Encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016 (TC 019.228/2014-7).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento.	CMA	05/07/2016	Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

C.2 - Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Relatório da COCETI – 01/06 a 31/07/2016

Reuniões realizadas por Comissões Temporárias em julho de 2016	
REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	2
CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	1
PACTO FEDERATIVO	3
DESENVOLVIMENTO NACIONAL	2
IMPEACHMENT	2
TOTAL	**10**

Resenha Consolidada
02/02 a 31/07/2016

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO												
Nome	**Ano**	**Reuniões**	**Req. Apresentados**	**Req. Apreciados**	**Doc. Recebidos**	**Proposições**					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
CPI DO HSBC RQS 94/15	**2015**	**15**	**170**	**141**	**431**						Aprovado Relatório Final em 25.05.16
	2016	**2**	**0**	**0**	**14**						
	Total	**17**	**170**	**141**	**445**						
CPI DAS PRÓTESES RQS 93/15	**2015**	**11**	**80**	**79**	**221**						
	2016	**1**	**3**	**1**	**6**						
	Total	**12**	**83**	**80**	**227**						
CPI ASSASSINATO DE JOVENS RQS 115/2015	**2015**	**29**	**54**	**54**	**57**						Aprovado Relatório Final em 08.06.16
	2016	**2**	**1**	**1**	**9**						
	Total	**31**	**55**	**55**	**66**						
CPI DO FUTEBOL RQS 616/15	**2015**	**18**	**127**	**101**	**173**						
	2016	**6**	**19**	**33**	**198**						
	Total	**24**	**146**	**134**	**371**						
CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO RQS 478/15	**2016**										Aguardando instalação
CPI DAS BARRAGENS RQS 1343/2015	**2016**										Aguardando instalação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL PLS 487/13	**2016**										Aguardando instalação
TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO RQS 40/2015	**2015**	**4**	**3**	**3**							
	2016	**0**	**0**	**0**							
	Total	**4**	**3**	**3**							
DESENVOLVIMENTO NACIONAL RQS 935/2015	**2015**	**13**	**1**	**1**	**-**	**-**	**3**	**-**	**19**	**1**	
	2016	**4**	**1**	**1**	**-**	**-**	**0**	**-**	**7**	**0**	Comissão encerrada
	Total	**17**	**2**	**2**	**-**	**-**	**3**	**-**	**26**	**1**	
DESENVOLVIMENTO NACIONAL ATS 14/2016	**2016**	**2**	**0**	**0**							
BARRAGENS RQS 1305/2015	**2015**	**1**	**1**	**1**							
	2016	**5**	**0**	**0**							Aprovado Relatório Final em 07.06.16
	Total	**6**	**1**	**1**							
IMPEACHMENT DEN 01/2016	**2016**	**28**	**137**	**135**	171						Relatório referente à admissibilidade aprovado em 06.05.16
CÓDIGO DE AERONÁUTICA PLS 258/2016	**2016**	**1**	**6**	**6**							
PACTO FEDERATIVO ATS 15/2016	**2016**	**3**	**1**	**1**	-	-	**1**	**5**	**2**	-	
REGULAMENTAÇÂO DA CONSTITUIÇÃO ATS 16/2016	**2016**	**2**									

COMISSÕES DE JURISTAS

Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Anteprojetos
CÓDIGO ELEITORAL ATS 192/10	**2010**	5				
	2011					
	2012					
	2013					
	2014					
	2015					
	2016I					
	Total	5				
CÓDIGO AERONÁUTICO ATS 11/2015	**2015**	16	9	9		**Aprovado 01 Anteprojeto. Comissão finalizada em 15.04.16**
	2016	2	0	0		
	Total	18	9	9		
DESBUROCRATIZAÇÃO ATD 13/2015	**2015**	9				**Aprovados 02 Anteprojetos**
	2016	5				
	Total	14				
LEI GERAL DO DESPORTO ATS 39/2015	**2015**	6	**19**	**19**		
	2016	1	**3**	**3**		
	Total	7	**22**	**22**		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OITIVAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OITIVAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS	1
CPI DO FUTEBOL	1
SEGURANÇA DE BARRAGENS	2
IMPEACHMENT	21
TOTAL	**25**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001)

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comisão de Assuntos Sociais
CCJ– Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
CSF – Comissão Senado do Futuro

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução do Senado
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem "SF"
REC – Recursos
OFS "S"– Ofício "SF"
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS "CMA" - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação
CON - Consulta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



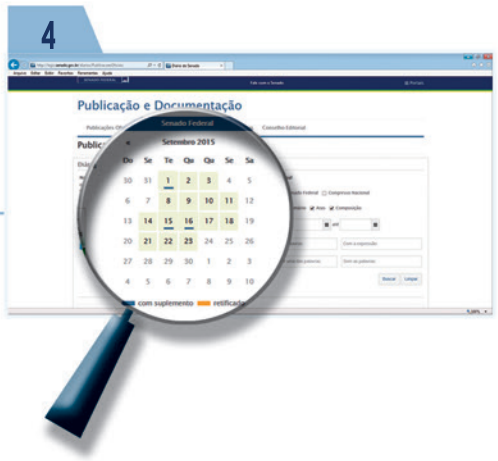
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 430B947E0012C5A8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 119 TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de junho de 2016 5
1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2016 49
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2016 73
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2016 98
1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de junho de 2016 118
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2016 141
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de junho de 2016 180
Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de junho de 2016 216
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2016 266
1.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2016 293
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 307
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 317
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 319
1.4.1 – Subcomissão Temporária para acompanhamento da execução das obras da usina de Belo Monte
Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de abril de 2016 325
Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2016 328
1.4.2 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas
Ata da 1ª Reunião, realizada em 1º de março de 2016 372
Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de março de 2016 375
1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2016 378
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016 409
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016 445
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016 455
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2016 476
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2016 505
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2016 527
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2016 551
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2016 583
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2016 607
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2016 634
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2016 649
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2016 674
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2016 702
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2016 742
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2016 771
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2016 791
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2016 815
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2016 823
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2016 844
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2016 901

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2016 916
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2016 948
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2016 989
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2016 1012
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2016 1044
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2016 1094
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2016 1099

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de junho de 2016 1108
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de junho de 2016 1135

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2016 1157
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2016 1190
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 1218

1.7.1 – Subcomissão Permanente de acompanhamento do Setor de Mineração

Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2016 1221
Ata da 4ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2016 1223

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2016 1225
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 1230
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 1234

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2016 1255
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2016 1280
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2016 1301
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2016 1333
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2016 1343
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 1345
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2016 1347

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2016 1371
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2016 1409

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 8ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2016 1442
Ata da 9ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2016 1473

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia 7 de junho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Paulo Rocha, Regina Sousa, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Kátia Abreu, Valdir Raupp, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, José Aníbal, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Eduardo Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, Ricardo Franco, Tasso Jereissati e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 27 de 2016 (Aviso 55/2016-BCB), de 27 de maio de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 28 de 2016 (Ofício nº 10.720), de 31 de maio de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de abril de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Of. nº 0074/2015 - GP, de 4 de abril de 2016, da prefeitura municipal de São Félix do Xingu, Pará, encaminhando documento com denúncias de irregularidades praticadas pela empresa Vale S/A no município, com o conhecimento da Secretaria de Meio Ambiente daquele estado. Cópia do documento será levado por esta Comissão de Assuntos Econômicos ao conhecimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e Of. PR/DL 252/2016, de 10 de maio de 2016, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 75 de 2015, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para bicicletas, bem como suas partes separadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação do item constante da da pauta: **Item 1 -** Mensagem (SF) nº 51 de 2016, não terminativo, de autoria do presidente da República em exercício, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Ilan Goldfajn para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Raimundo Lira, que oferece relatório manifestando que a comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Durante a arguição do indicado, usam da palavra os(as) senadores(as) Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, Regina Sousa, Hélio José, Lindbergh Farias, Kátia Abreu, Ataídes Oliveira, José Agripino, José Medeiros, José Aníbal, Telmário Mota e Ronaldo Caiado. Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Ilan Goldfajn para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, por dezenove votos favoráveis, oito contrários e nenhuma abstenção. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 2** - Minuta de requerimento, de autoria do senador Raimundo Lira, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 51 de 2016, que 'submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Ilan Goldfajn para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. É lido e será apreciado posteriormente o seguinte requerimento: Requerimento nº 16 de 2016, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta missão de Assuntos Econômicos para a discussão das propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliação das repercussões financeiras sobre as contas da União, dos estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e dos municípios, com a presença do ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira". Em seguida, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 11ª, 12ª e 13ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 11ª, 12ª e 13 Reuniões. É necessário, porém, aguardarmos quórum para fazer essa aprovação.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso nº 27, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 28, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Correspondências.

Ofício de 10 de maio de 2016, da Câmara Municipal de Jundiaí (SP), encaminhando cópia de moção de apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2015, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para bicicletas, bem como para suas partes separadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico que recebemos também o Ofício nº 074, de 4 de abril de 2016, da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu (PA), encaminhando documento com denúncias de irregularidades praticadas pela empresa Vale no Município. A denúncia será levada por esta Comissão de Assuntos Econômicos ao conhecimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 51, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o nome do Senhor Ilan Goldfajn para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Raimundo Lira.
Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
1. Em 31/5/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

Conforme comunicado da última reunião, em atendimento ao art. 383, inciso II, "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado e perguntas a ele dirigidas por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, no número 0880 612211.

Eu solicitaria a quem mandasse as perguntas através do endereço eletrônico ou pelo telefone que colocasse, por favor, seu telefone ou seu endereço eletrônico para que possamos responder, se não der tempo, e dar também essa oportunidade ao sabatinado, para que possa responder se não der tempo de dar as respostas aqui.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário. (*Pausa.*)

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ilan Goldfajn, indicado, senhoras e senhores jornalistas, senhoras e senhores presentes e todos aqueles que nos acompanham pelo Sistema de Comunicação do Senado, apesar do momento adverso da política e da economia nacional, respeitando o entendimento de alguns que acreditam que seria mais adequado esperar a conclusão desse processo de *impeachment* para que estivéssemos tratando ou não desse assunto, na condição de Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Federal, não poderia deixar de registrar a responsabilidade para esta Comissão de votar a indicação de alguém para assumir a Presidência do Banco Central do Brasil.

Entendo que a sabatina deve ser valorizada e aproveitada ao máximo para que todas as Srªs e Srs. Senadores esgotem suas dúvidas e apresentem suas convicções sobre aquele que poderá estar responsável pela condução da política monetária nacional e a fiscalização do Sistema Financeiro do País.

Passo a palavra ao Dr. Ilan pelo prazo de 20 minutos.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Exma Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Relator do processo que trata da indicação do meu nome ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Exmas Senadoras, Exmos Senadores, demais autoridades presentes, representantes da imprensa, é com grande satisfação e honra que hoje compareço a esta Comissão na qualidade de indicado ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. Agradeço ao Presidente Michel Temer por essa honrosa indicação.

Essa oportunidade é prova da governança institucional e do adequado sistema que assegura que os integrantes da Diretoria Colegiada do Banco Central sejam cidadãos indicados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Legislativo, sob a proteção da Constituição.

No meu caso, em especial, sinto-me gratificado por retornar a esta mesma sabatina após dezesseis anos de minha aprovação para o cargo de diretor do Banco Central, que me permitiu exercer a função de Diretor de Política Econômica entre os anos 2000 e 2003.

Esse retorno ao serviço público tem um significado especial para mim. É uma excelente oportunidade para, da melhor forma possível, e no momento em que o país mais necessita, devolver o investimento que a sociedade depositou em mim nos anos em que estudei em instituições públicas ou nos programas de mestrado e de doutorado financiados pelo Estado.

Nessas últimas décadas, tive a oportunidade de combinar diversas experiências na área acadêmica, nos setores privado e público, no Brasil e no exterior. Acredito que essa rica combinação de experiências permitiu que eu acumulasse o conhecimento e a vivência necessários para enfrentar os desafios que encontrarei na presidência do Banco Central, caso Vossas Excelências me concedam a honra de assumir tal posto.

À frente do Banco Central, retribuirei a confiança em mim depositada atingindo a meta de inflação e assim contribuindo para a recuperação do crescimento econômico sustentável e para o progresso social do país, com benefícios para todas as camadas sociais, especialmente as menos favorecidas, que sofrem mais com a perda do poder de compra da moeda.

Estou certo de que esse objetivo poderá ser alcançado por meio do funcionamento harmônico e complementar das instituições brasileiras. É amplamente registrada na literatura econômica a importância do fortalecimento das instituições para o crescimento econômico sustentável.

A missão do Banco Central é bem definida e amplamente conhecida: assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Nesse sentido, a primeira contribuição do Banco Central para a sociedade brasileira é a manutenção de um nível de inflação baixo e estável.

A literatura econômica já refutou por diversas vezes o falacioso dilema entre a manutenção de inflação baixa e crescimento econômico. Nossa história recente bem demonstra que níveis mais altos de inflação não favorecem o crescimento econômico, pelo contrário, desorganizam a economia, inibem o investimento, a produção e o consumo e impactam negativamente a renda, o nível de emprego e, por fim, o bem-estar social, especialmente das classes menos favorecidas.

Pelo contrário, a manutenção de um nível baixo e estável de inflação é condição essencial para o crescimento sustentável, uma vez que reduz incertezas, eleva a capacidade de crescimento da economia e torna a sociedade mais justa, por meio de um menor imposto inflacionário, que é um dos mais regressivos.

Para atingir esse objetivo, contamos com um robusto arcabouço que já provou sua confiabilidade e eficácia, tanto no Brasil nos últimos dezessete anos, quanto em outras jurisdições: o sistema de metas para a inflação. Tenho orgulho de ter participado da sua implantação no Brasil na condição de Diretor de Política Econômica do Banco Central entre 2000 e 2003.

Nosso objetivo será cumprir plenamente a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, mirando o seu ponto central. Os limites de tolerância estabelecidos servem para acomodar choques inesperados na inflação, que não permitam a volta ao centro da meta em tempo hábil.

Enquanto a inflação retorna ao centro da meta após eventuais choques, é fundamental o gerenciamento s expectativas no sistema de metas. É importante que as expectativas indiquem no presente uma trajetória e preveja a convergência para a meta em futuro não muito distante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A outra contribuição que o Banco Central pode dar à sociedade é assegurar que o Sistema Financeiro Nacional continue sólido e eficiente, capaz de prestar serviços financeiros adequados à população, de permitir o gerenciamento de riscos financeiros de consumidores e de empresas, e de intermediar recursos com eficácia entre poupadores e tomadores, entre outras funções.

Para isso, o Banco Central conta com uma regulação prudente e com uma supervisão abrangente e profunda, reconhecidas por sua eficácia e sucesso, conforme foi demonstrado no passado e o tem sido no presente.

Quero aqui assumir o compromisso inarredável, caso tenha a honra de ser aprovado por Vossas Excelências, de manter e aprimorar o rigor e a excelência da supervisão do Banco Central, pois tenho a consciência de sua importância para a preservação do bem público representado na estabilidade financeira da nação.

Atualmente, o sistema financeiro se encontra sólido, líquido e bem capitalizado. Nossa tarefa, mesmo frente a cenários por vezes desafiadores, será manter a solidez e a resiliência desse importante setor da economia.

Para o desempenho dessas funções, considero imprescindível manter e aprimorar a autonomia do Banco Central. Não se trata de ambição ou desejo pessoal, mas de medida que beneficia a sociedade mediante a redução das expectativas de inflação, da queda do risco país e da melhora da confiança, todas essenciais para a retomada do crescimento de forma sustentada. O presidente Temer, na recente reforma da estrutura administrativa do Governo Federal, estabeleceu como requisito para a retirada da condição de ministro do presidente do Banco Central a aprovação de uma emenda constitucional que sedimente, na Carta Magna, a autonomia técnica (ou operacional) do Banco Central para perseguir as metas de inflação estabelecidas pelo governo.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, o cenário atual é desafiador, com níveis de instabilidade econômica e política superiores à média histórica.

A situação econômica exige grande atenção. Atravessamos a pior recessão da história brasileira, com desemprego em alta e relevante desafio fiscal. Há problemas conjunturais e dificuldades estruturais. A incerteza econômica paralisou o investimento e sequestrou a esperança de muitos.

Ao mesmo tempo, nos encontramos em ambiente internacional desafiador. O período de ventos favoráveis na economia global ficou para trás e a era de juros nulos ou negativos está perto de seu fim, pelo menos nos EUA.

Mas tenho absoluta confiança na reversão do atual quadro interno.

Há que se buscar uma economia mais produtiva, competitiva e justa, uma economia que volte a crescer e criar empregos. Uma economia que o Brasil precisa e merece.

Para recuperar a economia, ela precisa ser gerida de forma competente, responsável e previsível. Só assim poderemos estimular o investimento e, com isso, o crescimento.

Os esforços atuais e as políticas recém-anunciadas têm a direção correta, o que tem permitido o início da recuperação da confiança, essencial para a retomada da economia.

A credibilidade das políticas e dos gestores é essencial, em especial neste momento.

O governo está claramente imbuído do esforço de levar à frente reformas estruturais que, a partir de amplas negociações na sociedade, terão a capacidade de alterar definitivamente o ambiente no país, com profundos e duradouros benefícios para a população.

Mais especificamente, no que tange à política fiscal, a administração do Ministro Henrique Meirelles está consciente e mobilizada para devolver ao país a credibilidade fiscal perdida nos últimos anos.

A eficiência da política monetária do Banco Central será tanto maior quanto mais bemsucedidos forem os esforços na implantação de reformas e na recuperação da responsabilidade fiscal.

A atuação harmônica e autônoma entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central será um fator-chave de sucesso para a recuperação econômica sustentável que todos queremos ver à frente.

Considero haver praticamente consenso de que é preciso reconstruir o quanto antes o tripé macroeconômico formado por responsabilidade fiscal, controle da inflação e regime de câmbio flutuante, que permitiu ao Brasil ascender econômica e socialmente em passado não muito distante.

Todos os brasileiros esperam que a equipe econômica, com o importante apoio do Congresso Nacional, tenha a capacidade de assegurar a retomada de uma trajetória sustentável da dívida pública através da implementação, entre outras medidas, de um teto para o crescimento do gasto público.

Do lado do Banco Central, apoiaremos esse esforço pela via do controle da inflação, que ajudará na redução do risco país, na recuperação da confiança e na retomada do crescimento, e pelo respeito ao regime de câmbio flutuante vigente, que mostrou seu valor para o enfrentamento de crises externas no passado e para o equilíbrio interno e externo da economia brasileira.

O Banco Central também tem o trabalho contínuo – em conjunto com outras instituições – de aprimo-
o sistema financeiro. Um sistema mais eficiente permite melhor intermediação dos recursos da sociedade
ma política monetária mais eficaz, que reduz os custos das ações do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Para o enfrentamento desses desafios, minha maior confiança reside na competência e na dedicação dos servidores do Banco Central. Digo isso com tranquilidade, pois já tive inúmeras provas da eficiência e do comprometimento dos quadros dessa Autarquia em minha passagem como diretor daquela Casa anteriormente.

Quero aproveitar o ensejo para agradecer aos servidores do Banco Central pelo apoio que tive àquela época e, antecipadamente, pelo suporte que certamente terei nessa nova jornada, caso tenha a honra de ser aprovado pelo Senado Federal.

Em se tratando de minha história prévia no Banco Central, quero também agradecer aos Drs. Armínio Fraga e Henrique Meirelles, presidentes à época, assim como aos colegas diretores à época da minha última passagem por essa Casa, pelos ensinamentos recebidos.

Quero ainda agradecer ao Dr. Alexandre Tombini pela dedicação e espírito público demonstrados à frente do Banco Central nos últimos anos.

Por fim, quero assumir aqui o compromisso público de - uma vez aprovado por esta Casa e nomeado pelo Presidente Temer - utilizar toda minha energia e meu conhecimento para liderar o Banco Central do Brasil no sentido do cumprimento integral de sua missão.

Tomarei minhas decisões fundamentado única e exclusivamente nas melhores práticas e em informações e análises econômicas, de forma isenta, ética e honrada, apoiado na excelência do corpo técnico e da diretoria do Banco Central.

Tenho a certeza que assim honrarei o mandato porventura a mim conferido e a história do Banco Central.

Agradeço, finalmente, à minha família pelo apoio incondicional até o momento e, de antemão, pela paciência e compreensão no futuro próximo.

Terei agora a satisfação de responder às questões de Vossas Excelências.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Encerrada a exposição, passaremos à arguição pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

De acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, e nós vamos pegar a mesma ordem do painel. O interpelante disporá de 10 minutos, assegurado igual prazo para a resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por até 5 minutos.

Antes, porém, de iniciar com as inscrições, passo a palavra ao Senador Raimundo Lira, que é Relator da indicação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª permitir, antes da palavra do nosso competente Relator, que seja possível a leitura da relação das inscrições, porque eu marquei presença e não sei exatamente a que horas foi isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não: Senadores Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Fernando Bezerra Coelho, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, eu, Paulo Rocha, Raimundo Lira, Alvaro Dias, Regina Sousa, Hélio José, Lúcia Vânia, José Agripino e Telmário Mota.

Isso não quer dizer que todos que estão aqui falarão. Inclusive, os Senadores também podem fazer alterações ou trocar seus lugares entre si.

Ainda temos os Senadores Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata e Cássio Cunha Lima.

Eu passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Srª Presidente Senadora Gleisi Hoffmann, Srªs Senadoras e Srs. Senadores. Sr. Ilan Goldfajn, indicado aqui para presidir o Banco Central do Brasil, inicialmente gostaria de manifestar a minha satisfação por ter relatado a apresentação de V. Sª nesta Comissão de Assuntos Econômicos, um homem que tem um currículo denso, uma grande experiência e, portanto, no meu entendimento, é uma pessoa profissionalmente preparada para assumir as responsabilidades da Presidência do Banco Central.

Vou fazer aqui apenas dois questionamentos, duas perguntas.

Primeira questão. No processo de estagflação em que vive a economia brasileira, a estagnação não é acompanhada pelo efeito colateral benéfico de uma diminuição dos preços. Por isso, a inflação acumulada nos últimos doze meses é superior a 9% ao ano, e a projeção do mercado financeiro, segundo o Boletim Focus do Banco Central do Brasil, para 2016 é próxima a 7%, caindo para cerca de 5,5% em 2017.

Dessa forma, a taxa básica de juros, a Selic, que é o instrumento primordial de combate à inflação do Banco Central, situa-se em 14,25%. Existe a expectativa no mercado financeiro de que a taxa Selic caia para 88% ao final de 2016 e para 11,25% ao final de 2017. V. Sª não considera que, dados a enorme desvaloriza-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ção cambial que tivemos no passado recente e o déficit fiscal ainda em expansão no corrente ano, a inércia inflacionária não está subestimada pelos analistas de mercado?

Questão nº 2. Quando economista-chefe do Banco Itaú, V. Sª previa uma queda da inflação de 6,9% neste ano de 2016 para 5% em 2017, com a consequente diminuição da taxa Selic a partir da metade deste ano, chegando a, no máximo, 10% ao final de 2017. V. Sª continuará a defender, como Presidente do Banco Central do Brasil, um processo de queda de taxas de juros dessa magnitude, sem que a inflação chegue ao centro da meta nem mesmo em 2017?

Eram essas as duas questões que eu tinha a encaminhar a V. Sª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Raimundo Lira.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Ilan para responder ao Senador Raimundo Lira, que é o Relator. Na sequência, vamos fazer blocos de três Senadores, que poderão fazer a arguição, e aí o Dr. Ilan responde. Pode ser? (*Pausa.*)

Dr. Ilan.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira, pela oportunidade de responder a essas perguntas.

O Senador pergunta se estamos em estagflação, com queda da atividade e inflação em alta. Eu acredito que estamos num período de recessão – na verdade, uma recessão profunda, uma das piores recessões na história do País.

A inflação subiu no ano passado basicamente por dois choques relevantes. O primeiro choque foi o de preços administrados. Houve uma subida importante do preço da gasolina, do preço da eletricidade e de vários preços administrados. Em segundo lugar, a inflação refletiu também o câmbio, a depreciação do câmbio. Portanto, várias das questões e dos fatores que fizeram a inflação subir não necessariamente caracterizam um sistema que está em estagflação. Estamos, sim, em recessão.

É verdade que condicionantes da inflação e, portanto, da taxa de juros são os fatores que V. Exª mencionou. A depreciação do câmbio, a questão fiscal, a questão da inércia, tudo isso tem que ser levado em conta quando decidida a taxa de juros pelo Copom, de que eu farei parte caso tenha a honra de ser aprovado por esta Comissão e, depois, pelo Plenário desta Casa.

Então, as decisões vão levar em conta esses fatores e serão tomadas no seu momento. A cada 45 dias, há uma reunião do Copom, do Banco Central, e essas questões vão ser analisadas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – As primeiras três inscrições: Senador Ricardo Ferraço, Senador Flexa Ribeiro e Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço por cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não são dez, Presidente? São dez ou cinco?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Dez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

Cumprimento V. Exª; o Relator, Senador Raimundo Lira; e o Dr. Ilan.

Quero iniciar a minha manifestação, Srª Presidente, cumprimentando o Presidente interino Michel Temer, que não poderia ter sido mais feliz ao indicar o Dr. Ilan como Presidente do Banco Central, pelo vigoroso e robusto currículo acadêmico e prático do Dr. Ilan, que é economista, inclusive pela MIT, uma das melhores e mais qualificadas universidades do mundo, dispõe de amplo conhecimento acadêmico, amplo conhecimento prático.

V. Sª dá uma demonstração de compromisso com o Brasil, Dr. Ilan, quando se dispõe a abandonar as suas atividades profissionais para se dedicar aos brutais desafios a que está submetida a sociedade brasileira nesta quadra extremamente complexa de nossa vida, em que uma tempestade para lá de perfeita abateu o nosso País, mergulhado numa crise política, mergulhado numa crise econômica com elevadas consequências sociais e também mergulhado numa crise moral pela perda de referências.

Nós vivemos uma quadra em que uma Presidente da República, pelos votos que obteve, os 54 milhões de votos, achava que poderia estar acima do bem e do mal, acima da lei, que poderia transgredir, imaginando que o voto popular pudesse lhe dar um salvo-conduto ou um cheque em branco para que pudesse cometer as atrocidades que cometeu, não apenas no campo moral, mas também no campo da orientação política do nosso País – e não apenas política, também econômica. Por isto mesmo foi afastada: por ter afrontado e violado as leis fiscais e orçamentárias do nosso País e por ter atentado contra a probidade administrativa.

O nosso País vive a mais absoluta desorganização fiscal, fruto dos equívocos de orientação econômica dos últimos anos. E, a meu juízo, nada reflete mais essa realidade do que o fato de o nosso País, em 2015, ter pago mais de R$500 bilhões de juros. Esses juros comprometem o futuro das gerações brasileiras.

O Brasil pagou, em 2015, algo correspondente a 8,5% do seu Produto Interno Bruto de juros. Para compreendermos o representa isso, observemos uma comparação: a Grécia pagou 3,6% do seu Produto Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Bruto em juros. Portanto, o Brasil pagou quase três vezes mais do que aquilo que pagou a Grécia em relação ao proporcional Produto Interno Bruto.

Durante a orgia e a anarquia fiscal do Governo afastado da Presidente Dilma, a dívida bruta do nosso País saltou de 52% do PIB, em 2010, para 66,5% do PIB em 2015, com a expectativa de alcançar até 85% do PIB em 2018. Entre os países emergentes, só existem quatro países do mundo que possuem dívida maior do que a do Brasil: Hungria, Croácia, Egito e Ucrânia. Para efeitos comparativos, aqui muito próximo do nosso País, em nossa região: o México possui dívida bruta em torno de 52% do PIB e o Chile, 18% do seu Produto Interno Bruto. Esse é o tamanho da desorganização que foi promovida pelo Governo da Presidente Dilma em razão da chamada nova matriz econômica. Portanto, nós estamos diante de uma taxa de juros imoral, mas essa taxa de juros imoral é consequência, evidentemente, do nó fiscal – e foi um nó fiscal muito bem dado pelo Governo da Presidente Dilma –, dado por conta da necessidade de financiamento e de emissão de títulos que o Governo precisa fazer para girar os seus compromissos.

O IBMEC – e não apenas o IBMEC – avalia uma densa entrevista dada pelo Presidente do Goldman Sachs, o economista Paulo Leme, que chama atenção não apenas para a fragilidade e o nível de solvência da União e dos Estados, mas também para a solvência do setor privado brasileiro. Dados indicam que o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os sete países emergentes no *ranking* da vulnerabilidade, elaborado pela agência de classificação de risco Fitch, sobretudo porque a dívida do setor privado brasileiro encontra-se no patamar de 95% do Produto Interno Bruto, contra uma média de 75% mundo afora.

Portanto, o problema não é apenas da União, não é apenas do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, é também do setor privado. E nós nunca podemos deixar de considerar que é o setor privado o grande gerador de oportunidades para que os brasileiros possam ter dignidade encontrando uma solução para essa quadra. São mais de 11 milhões de brasileiros que têm carteira de trabalho, mas que não encontram utilidade para essa carteira de trabalho em função da recessão, a pior da nossa história, promovida pelo Governo da Presidente Dilma.

Seguramente, um dos grandes gargalos da economia brasileira é resolver essa taxa de juros. Mas eu, pessoalmente, acho que nós precisamos resolvê-la de maneira sustentada, e para resolvê-la de maneira sustentada e não artificial e improvisada, como foi feito pelo Governo da Presidente Dilma, nós precisamos resolver o nó fiscal do nosso País. Disciplina fiscal não é matéria submetida a questão ideológica; é uma premissa para que qualquer governo possa ser bom governo e possa aplicar os recursos públicos, possa alocar os escassos recursos públicos com prioridade.

A pergunta que faço a V. Sª tem a ver com os desafios fiscais, para que eles possam impactar em definitivo a redução da taxa de juros, o que será definitivamente importante não apenas para o setor público brasileiro: também será importante para a retomada dos investimentos.

Não há como nós imaginarmos a redução sustentada da taxa de juros e da inflação se nós não resolvermos o problema fiscal do nosso País. Portanto, a pergunta que endereço a V. Exª é na direção de darmos uma dimensão exata: qual a importância da política fiscal para o sucesso da política monetária em nosso País?

Cumprimento V. Exª mais uma vez pela disponibilidade, por colocar à disposição do povo brasileiro todo o treinamento e aprendizado que V. Exª acumulou ao longo de sua exitosa carreira profissional.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Cumprimento a Presidente Senadora Gleisi Hoffmann, o Ministro Presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, as Srªs e os Srs. Senadores.

Ministro, primeiro quero, assim como fez o Senador Ferraço, parabenizá-lo, assim como parabenizo o Presidente Temer pela escolha da equipe econômica, que transmite à sociedade brasileira a volta da confiança, da credibilidade, da esperança em dias melhores para todos os brasileiros. É isso que todos nós pretendemos com o apoio no Congresso Nacional, em resposta ao clamor das ruas. É o que todos esperam.

Ministro, sobre a competência de V. Exª, não é necessário falar, o Brasil inteiro já conhece. V. Exª já foi diretor do Banco Central e vai, tenho certeza absoluta, assumir a presidência do banco. Eu queria só fazer alguns questionamentos a V. Sª, até para ouvir seu pensamento como Presidente do Banco Central em relação à questão da economia do nosso País.

Os indicadores da economia brasileira são desastrosos, demonstram inúmeros equívocos na condução da política econômica cometidos pelo Governo anterior. Por várias vezes, os ministros do Governo anterior, em especial antes do Ministro Nelson Barbosa, vinham e diziam de taxas de crescimento de 5%. O Ministro Guido Mantega chegou aqui e disse várias vezes que o Brasil ia crescer 5%, quando o mercado dizia que... Àquela ura, o crescimento já era de 1%, e acabou tendo crescimento pífio, foi aquele pibinho de 1% – confirmou o rcado – e, no ano seguinte, o PIB negativo de 3,8%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu perguntaria a V. Exª o seguinte.

Na sua visão e como Presidente do Banco Central, V. Exª defende a independência do Banco Central, que o Banco Central tenha sua independência?

Quais os maiores problemas econômicos que travam o crescimento da nossa economia na visão de V. Exª?

Quais os principais equívocos na política econômica do Governo anterior e o que é necessário ser feito para reverter esses equívocos e mudar a inflexão da curva?

Quais as perspectivas econômicas para 2016 e 2017?

Em 2015, tivemos um PIB negativo de 3,8 e a estimativa para 2016 é que seja negativo também nessa ordem, mas já se prevê, pelo menos os analistas, um crescimento do PIB para 2017. Estão falando em uma taxa em torno de 2% a 2,5%. Queria saber a opinião de V. Sª, se realmente isso possível, é factível. Se não, quando teremos taxas reais de crescimento na economia do nosso País?

O regime de metas de inflação. No Governo anterior, a meta era de 4,5% e teto era de 6,5%, mas o teto virou piso, e isso nos levou a uma inflação, em 2015, na ordem de dois dígitos. Dois PIBs negativos em nosso País só aconteceram em 1930 e 1931. Espero que isso não se repita agora em 2015 e 2016, muito menos um tricampeonato em 2017. Deus nos livre de acontecer isso!

Perguntaria também a V. Sª se o Banco Central, que tem como preocupação o estabelecimento da meta e a manutenção dessa meta de inflação, também não teria que levar em consideração o nível da atividade econômica para evitar esse número alarmante de desempregados, de 11 milhões de brasileiros.

Senador Ferraço, não são 11 milhões não: são 11 milhões de desempregados mais 10 milhões que estão no seguro-desemprego! E esses têm prazo para serem retirados do seguro-desemprego, que é de seis meses. Quando terminar esse prazo, os 11 milhões passarão a ser 20 milhões de brasileiros desempregados. Isso leva, além da deterioração da economia da União, que se reflete pesadamente nos Estados e nos Municípios, ao aumento da dificuldade de atendimento na saúde, na educação e, pior, o aumento da criminalidade em nosso País.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer, solicitando os esclarecimentos de V. Exª.

Que Deus o abençoe na Presidência do Banco Central.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente, tem como melhorar o ar condicionado? Está uma sauna aqui!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Tem como melhorar o ar condicionado?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Parece que está no máximo. Não tem com o melhorar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É a andropausa!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar o Dr. Ilan e encaminhar aqui algumas questões que gostaria que pudessem merecer alguma avaliação de S. Sª.

A primeira delas é a seguinte. Há, sim, sinais, ainda que tênues, de que começamos a experimentar uma certa inflexão ou um processo de recuperação econômica. A queda do PIB do terceiro trimestre foi substancialmente menor do que os analistas previam.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A produção industrial apresentou uma leve recuperação no mês de abril, com um resultado que veio acima das expectativas. Existe uma indicação de recuperação da confiança dos empresários e dos consumidores, alguns indicadores apontam uma recuperação dos níveis de confiança e, ainda, um processo...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...de redução de estoques da economia.

Eu gostaria de saber, na sua avaliação, qual foi o papel exercido nesse processo por algo que considero extremamente importante, que foi o processo de realinhamento dos preços administrados e do câmbio. V. Sª pôde dizer, ao comentar uma pergunta do Senador Raimundo Lira, que a correção dos preços administrados e câmbio produziram, num primeiro instante, um certo choque inflacionário, mas, por outro lado, nós temos reconhecer que criaram as condições necessárias, para que, a partir daí, nós pudéssemos ter, de um lado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

um processo em que uma inflação corretiva se processou e, através do realinhamento cambial, um processo de ajuste no setor externo com uma velocidade extraordinária.

Por exemplo, em 2014, o déficit em transações correntes do Brasil foi superior a 4% do PIB – 4.4%. As projeções para 2016 indicam que o déficit em transações correntes chegará a 1% apenas do PIB. Ou seja, em dois anos o setor externo experimenta um processo de ajuste que eu chamaria de espetacular. Ou seja, o déficit em transações correntes projetado para 2016 será de apenas US$20 bilhões, que será coberto, com folga, pelo ingresso de investimentos estrangeiros diretos que deve alcançar, segundo as projeções, mais de US$70 bilhões.

Isso significa que podemos ter uma situação, Senadora Gleisi, em que o nível de reversas cambiais poderá voltar, inclusive, a crescer. Então, a correção dos preços administrados de um lado e o realinhamento cambial do outro produziram um ajuste importante na economia brasileira. Eu gostaria de poder contar com uma avaliação do Dr. Ilan.

Gostaria, ainda, de saber qual é a perspectiva do ambiente global, desse canal externo. Há uma tendência de apreciação recente de moedas em mercados emergentes? Há ainda preocupações com relação ao processo da própria economia da China? O comportamento do Banco Central americano, mais cauteloso, tende a prosseguir ou ainda teremos um cenário de maior volatilidade? Como V. Exª avalia a retomada do comércio internacional nesse processo?

A outra questão diz respeito a uma discussão muito presente no debate econômico, que é sobre a efetividade da política monetária. Nós sabemos, por exemplo, que há um elemento fundamental, que é a consistência da política fiscal e a forma como se dá a coordenação da política fiscal e da política monetária. Mas, do outro lado, há, na economia brasileira, alguns outros elementos, como uma forte indexação, que ainda, de alguma forma, torna rígido esse processo.

E eu gostaria também de ouvi-lo sobre uma discussão que diz respeito ao volume de crédito direcionado *vis-à-vis* o segmento de crédito livre. Segundo os últimos dados, o volume de crédito direcionado alcança 50% do volume total de crédito. Muitos dizem – eu gostaria de conhecer a opinião de V. Exª – que isso tira a efetividade da política monetária. Isso obriga, de alguma maneira, o Banco Central? Refiro-me à política monetária nos segmentos livres, ao fato de nós termos sempre taxas de juros mais altas para promover o equilíbrio e dar maior efetividade à política monetária.

Quero ainda, na sequência, ouvi-lo sobre a questão da taxa de poupança do Brasil. Nós temos uma taxa de poupança baixa, muito baixa, e é fundamental encontrar mecanismos de estímulo à poupança doméstica. Nessa perspectiva, eu gostaria de saber que papel o mercado de capitais moderno poderia ter no sentido de atuar como instrumento para a alocação eficiente da poupança e para o financiamento dos investimentos no Brasil.

Finalmente, queria ouvi-lo sobre uma questão que há muito se discute no Brasil. O Brasil tem, no *ranking* internacional, uma posição que nos constrange, que é a de termos, talvez, os mais altos *spreads* bancários do mundo, ou seja, as margens brutas de intermediação financeira no Brasil se situam muito acima de qualquer padrão de comparação com economias emergentes. E aí, no debate, frequentemente, os bancos ora superestimam a questão da inadimplência ou se aponta a pesada cunha fiscal que incide sobre as operações, alguns elementos associados à insegurança jurídica.

Mas eu gostaria também de adicionar uma questão fundamental sobre a qual gostaria muito de ouvi-lo, que é o grau de concentração da indústria bancária no Brasil. Quatro instituições financeiras respondem por 76% da oferta de crédito e por 70% dos ativos financeiros no Brasil. Então, eu indagaria a V. Exª: como ver a questão da concorrência interbancária colocada em relação à questão dos níveis de *spread* existentes no Brasil?

Eu lhe perguntaria ainda como o Banco Central, que desempenha um papel fiscalizador que se restringe a questões da higidez, da saúde do sistema financeiro, vê nessa estrutura o papel do Cade em relação ao sistema financeiro, considerando que nós precisamos também cuidar da defesa concorrencial, tarefa que hoje, no nosso modelo institucional, nem o Banco Central desempenha – cuida apenas da higidez, da saúde, dos riscos sistêmicos –, e nem tampouco o Cade desempenha esse papel.

Como vê, portanto, a necessidade de uma agência que possa cuidar melhor da questão da concorrência do sistema financeiro, assegurando uma situação de maior equilíbrio?

Eram essas as questões. Eu agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Armando Monteiro. V. Exª fez todas as perguntas que eu gostaria de fazer, inclusive sobre o Cade.

Apenas para complementar, existe um projeto de lei do Senador Anastasia, que está tramitando na Casa, que fala sobre a competência concorrente do Cade com o Banco Central. Depois também gostaria de passar a Exª para que possa complementar.

Mas passo a palavra a V. Exª para responder os três Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Agradeço as perguntas, todas muito interessantes. Agradeço também as palavras de apoio que recebi aqui.

Vou começar a responder na ordem que me foram feitas.

O Senador Ricardo Ferraço pergunta qual é a importância da política fiscal para o sucesso da política monetária.

Eu acredito que a política monetária depende das condições da economia como um todo, não é só do combate à inflação que depende o sucesso da economia brasileira. Um dos pontos relevantes no momento é colocar as contas públicas em ordem, e estou entendendo, e tenho convicção, de que isso está começando a ser levado em consideração com as novas medidas.

Política fiscal em ordem significa não só redução da incerteza, aumento da confiança, que faz com que o Brasil volte a crescer, mas para a política monetária significa que o custo da desinflação é menor. E aí não é só a política fiscal, várias outras medidas que estão sendo colocadas e estudadas podem ajudar no custo da desinflação que o Banco Central terá pela frente.

(Soa a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – O Senador mencionou a questão da nova matriz. Eu acho que nós temos que voltar a trabalhar com o velho e bom tripé macroeconômico, e isso vai ajudar o crescimento, a queda da inflação e a recuperação da confiança.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª fez várias perguntas relevantes. Uma delas diz respeito a como estou vendo a questão da independência do Banco Central. Eu gostaria de colocar isso como autonomia, uma autonomia operacional, uma autonomia técnica, que nada mais é que o Banco Central ter a liberdade para perseguir os objetivos determinados pelo Governo. E é determinado pelo Governo, por exemplo, o Conselho Monetário Nacional, onde você define a meta de inflação. Então, uma autonomia técnica operacional é ter a liberdade de usar os instrumentos para perseguir objetivos do Governo. Então, é assim que eu entendo a autonomia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, Presidente, se... Não havendo...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, vamos deixá-lo concluir. V. Exª vai ter direito à palavra depois, ao final, para fazer a réplica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou atender à solicitação da minha Presidente.

O SR. ILAN GOLDFAJN – O Senador também pergunta sobre a situação atual e como reverter essa situação no momento.

Eu acho que o fundamental, neste momento, é conseguir retomar a confiança e adotar reformas, não necessariamente com todas elas afetando o curtíssimo prazo, mas que deem uma perspectiva futura melhor, porque se nós tivermos uma perspectiva melhor para frente, no presente a confiança melhora. E a confiança melhorando no presente, significa que o investimento é capaz de voltar.

Quero lembrar que um dos fatores que está levando à recessão é que o investimento tem caído há dez trimestres seguidos. Isso tem a ver com incerteza, tem a ver com a incapacidade de quem deve investir de olhar o futuro. Se você consegue olhar o futuro, o investimento volta. E com o investimento voltando, você consegue, em algum momento, ter a retomada do crescimento.

V. Exª pergunta se é factível a volta do crescimento em 2017, ou até mesmo no final deste ano. Eu diria que é factível, mas terá de vir com medidas concretas, com complementação das reformas, com a aprovação das reformas nesta Casa. Aí sim, acredito que é completamente factível a volta do crescimento e a projeção de crescimento que V. Exª menciona, que inclusive está no Focus, que é uma pesquisa de vários analistas.

Sobre a questão do Banco Central, se deve considerar o nível de atividade e emprego na condução da política monetária. Eu queria dividir essa resposta em duas. Em primeiro lugar, nós somos todos a favor do emprego, da queda do desemprego.

(Soa a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não acho que existe o economista, o analista, um Senador que sejam contra o emprego. A questão é como atingir o crescimento do emprego e a queda do desemprego.

Acho que o emprego vem com crescimento sustentado, vem com mais investimento em infraestrutura, com mais investimento em educação, com inovação, com boa gestão, com política fiscal e contas públicas em ordem. O crescimento sustentável vem daí. E uma vez que tenha crescimento sustentável, o emprego virá e o desemprego cairá.

Como o Banco Central pode ajudar nisso? O Banco Central tem duas missões relevantes, uma delas é ter ação baixa e estável. Eu entendo que essa missão não acaba por si só, já é relevante, mas isso reduz a incera, reduz a instabilidade e gera as condições para o crescimento e o investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Segundo: estabilidade do sistema Financeiro. Um sistema estável é uma âncora para o desenvolvimento e cria emprego.

Então, acredito que emprego terá de ser criado de forma sustentável. E no Banco Central, no seu mandato, tanto a estabilidade financeira quanto o fato de perseguirmos a inflação baixa, estável, ajudam na questão do emprego.

Senador Armando Monteiro, muito obrigado pelas perguntas e pelas palavras. V. Exª coloca a questão do realinhamento de preços. Na resposta anterior ao Senador Raimundo Lira, eu falei que, com a inflação do ano passado, uma parte relevante foi o realinhamento de preço. V. Exª coloca de forma correta que isso teve um benefício, que foi realinhar preços relativos que não estavam em ordem. Se os preços não estão em ordem, não há investimento, não há crescimento.

(Soa a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Então, tanto o câmbio quanto a questão dos preços administrados contribuem para o futuro da economia.

O ambiente global é um ambiente desafiador. Eu coloquei no meu discurso que temos a China, de um lado, desacelerando; os Estados Unidos, de outro lado, com perspectivas de subir juros; a Europa recém-saída de uma recessão, ou pelo menos de um crescimento baixo; o Japão com dificuldades de crescer há décadas. Ou seja, é um cenário desafiador.

Agora, esse cenário tem algumas luzes no final do túnel. Nos Estados Unidos, o FED só pensa em subir juros porque começa a ver que o crescimento pode ser um pouco mais robusto. Tem dúvidas e, por isso, não tem pressa. A China está desacelerando, mas aquele receio de parada brusca não ocorreu. E, a mim, não me parece que vá ocorrer. Apesar disso, acho que tem que ser monitorada toda essa questão internacional, porque não vamos ter eventos favoráveis da década anterior. Mas é capaz de melhorar um pouco na margem.

Na questão de poupança e investimento, a taxa de poupança no Brasil é baixa. Portanto, a taxa de investimento tem menos financiamento natural. No passado, quando o investimento subiu, subiu com déficit em conta corrente, que é a poupança externa. Acho que mecanismos para ajudar na intermediação e facilitar a poupança são muito importantes, como é importante recuperar a vontade de investir. Não basta aumentar a poupança; é relevante reduzir a incerteza para aumentar o investimento.

V. Exª pergunta sobre *spread* bancário. Eu lembro, na minha passagem anterior no Banco Central, tanto sob a Presidência do Armínio Fraga, quanto do Henrique Meirelles – fiz parte de ambas na diretoria –, havia projeto de redução de *spread* bancário. Quais são os elementos, como se melhora a garantia, como se melhoram as incertezas do mercado para reduzir o *spread* bancário?

Nas administrações anteriores, foi seguido esse projeto. Acho que é relevante para redução do custo, do crédito, seguir esse projeto que já começou há algum tempo. O papel do Cade em concorrência, tenho uma dificuldade porque sei que outros poderes estão decidindo. O Supremo está no momento com uma decisão sobre o Cade e o Banco Central. Então, peço-lhe licença para não entrar em uma opinião sobre algo que será decidido pelo Supremo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Permita-me. Gostaria que V. Exª comentasse a questão do grau de concentração do sistema bancário. Queria uma avaliação de V. Exª. E V. Exª também não fez referência àquela questão da efetividade da política monetária, olhando o crédito direcionado *versus* crédito livre.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Perfeito. Obrigado por me lembrar desses dois pontos.

Então, eu vou falar do crédito direcionado. A sua pergunta é direta. Quando há crédito direcionado, isso reduz a efetividade? E a resposta direta é sim, porque eles são menos afetados pelo instrumento do Banco Central que é a taxa de juros. Isso não significa que não deveria existir. Mas deveria existir um equilíbrio entre crédito direcionado e crédito livre. Se há um excesso de crédito direcionado, isso, de uma certa forma, influencia a efetividade da política monetária.

Então, a busca aqui é um equilíbrio, de tal forma que não prejudique a efetividade da política monetária.

Sobre concorrência, o que eu posso dizer é que o sistema bancário é um sistema hoje capitalizado; é um sistema líquido; é um sistema que dá solidez; e é um dos trunfos hoje nesta situação, que é uma situação de recessão, que acho que a sociedade tem.

Isso não significa que não tem que se trabalhar para aprofundar e aprimorar estímulos à concorrência. Eu acho que isso o Banco Central tem que fazer, e, caso eu seja aprovado pela Casa, vou fazer também.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O Senador Flexa queria fazer uma nplementação?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Dr. Ilan, quando eu perguntei a sua posição pela independência, V. Exª falou em autonomia.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Autonomia é diferente de independência, não é?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Banco Central pode ter autonomia, como tem, mas todos vimos a interferência do Executivo na política do Banco Central.

Então, a minha pergunta é se V. Exª defende a independência do Banco Central como sendo um instrumento de fortalecimento para a implementação da política econômica.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu entendo a diferença da nomenclatura independência e autonomia como: na independência, o Banco Central coloca os seus próprios objetivos; e, na autonomia, os objetivos são do Governo, e o Banco Central tem a liberdade de perseguir esses objetivos.

Eu sou a favor da segunda, da autonomia: os objetivos serem do Governo e o Banco Central ter a autonomia para persegui-los. Por isso respondi com autonomia e não independência.

Há uma outra questão dentro da autonomia que é a questão do mandato. Em quase todo os Bancos Centrais do mundo há mandatos fixos, sem falar em outras agências reguladoras do Brasil em que há mandatos fixos também.

Então, se há algum avanço, eu acho que o avanço não deveria ser na independência no sentido de ter objetivo, mas deveria ser, no futuro, quando tiver maturidade para isto, pensar em mandato. No momento, o que temos? Temos uma PEC – o Governo, o Presidente Temer afirmou que haverá uma PEC – em que se falará de autonomia operacional e técnica no sentido que eu coloquei, e essa autonomia vai abranger o Banco Central, o Presidente e os diretores da Casa.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, Dr. Ilan.

No próximo bloco, estão inscritos os Senadores Fernando Bezerra e Cristovam Buarque e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente Gleisi Hoffmann, Sr. Relator, Senador Raimundo Lira, meu caro Presidente Ilan Goldfajn, eu gostaria de aproveitar que esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado para dizer que o Dr. Ilan é muito associado como economista chefe do Banco Itaú, mas é importante ressaltar a sólida formação acadêmica do Dr. Ilan. Na realidade, ele dedicou mais de 11 anos de estudos superiores em economia, começando pela faculdade pública, a UFRJ, em que se graduou em Economia; o mestrado na PUC do Rio de Janeiro; e ainda o doutorado que fez, como aqui já foi destacado, no MIT. Portanto, foram mais de 11 anos de estudos dedicados à área da economia.

E também gostaria de destacar no seu currículo o fato de ter lecionado em universidades americanas, na Universidade de Brandeis, nos Estados Unidos, e depois mais de dez anos como professor da PUC do Rio de Janeiro.

Portanto, é com alegria, Dr. Ilan, que nós temos a honra de apreciar o seu nome para presidir o Banco Central do Brasil.

E gostaria de parabenizar o Presidente Michel Temer por esta indicação. Sem dúvida nenhuma, o nome do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, aliado ao de V. Sª, como Presidente do Banco Central do Brasil, cria uma expectativa muito positiva de que o Brasil vai se reencontrar com a trajetória de crescimento. A credibilidade dos dois nomes resgata a confiança do setor empresarial, do investidor e da sociedade brasileira neste momento de tantas turbulências e de tanta transição que o Brasil está vivenciando.

Eu tenho duas perguntas que eu gostaria que merecessem a consideração de V. Sª.

A primeira é para reforçar a pergunta que foi feita pelo Senador Armando Monteiro, sobre o *spread* bancário no Brasil. De fato, o *spread* bancário no Brasil é um dos maiores do mundo. No nosso País, os bancos comerciais captam recursos a taxas próximas da taxa Selic, hoje em torno de 14,25% ao ano, e emprestam a taxas de cerca de 150% ao ano para empréstimo pessoal, 300% para cheque especial e 400% para cartão de crédito.

Quem está nos assistindo pela TV Senado poderá aquilatar que, com taxas desse porte, uma fatura de R$2 mil no cartão de crédito pode se transformar em uma dívida impagável de mais de R$1 milhão em apenas quatro anos. Olha, se uma fatura de R$2 mil num cartão de crédito ficar em aberto por quatro anos, vira uma dívida de R$1 milhão, enquanto que um aplicador de R$2 mil teria pouco mais de R$3 mil no mesmo período – e isso numa aplicação de boa rentabilidade. Fica claro, desse modo, o lucro excepcional obtido pelas instituições bancárias sobre os brasileiros, tanto na ponta da captação quanto no empréstimo dos recursos.

Considerando essa triste realidade enfrentada pela população brasileira, que paga o juro de cartão de dito, que paga o juro do cheque especial, eu pergunto a V. Sª: que medidas o senhor acredita que podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ser tomadas pelo Banco Central para que os *spreads* bancários praticados pelos bancos comerciais possam ser reduzidos, reduzindo as taxas de juros praticadas para os consumidores e para as empresas no nosso País?

A segunda indagação: como a melhoria da regulamentação das empresas de tecnologia na área financeira, as chamadas Fintechs, poderia contribuir para o aumento da competitividade no setor bancário, aumento da rentabilidade para os investidores e redução das taxas de juros praticadas no mercado?

A terceira pergunta, em relação ao *spread* bancário: que tipo de avanços regulatórios o senhor acredita que podem ser tomados pelo Congresso Nacional para reduzir o *spread* bancário no País? Aqui, na América Latina, não há nenhum país cujo *spread* chegue próximo ao *spread* bancário do Brasil. Nenhum. Outro dia, fiz um pronunciamento no plenário do Senado Federal, e, indo atrás dos *spreads* cobrados no Chile, na Colômbia, no México, o máximo que se encontra é de 100%. Aqui, no Brasil, é 300%. Então, eu acho que essa é uma questão muito sensível, sobretudo da classe média brasileira, que está muito machucada com essa recessão, com essa desaceleração das atividades econômicas. Com o País com mais de 11 milhões de desempregados, eu acho que essa deveria ser uma prioridade.

Finalmente, meu caro Dr. Ilan, eu queria fazer uma última pergunta. O ex-Presidente do Banco Central Dr. Armínio Fraga, em evento patrocinado pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais (Secovi), em São Paulo, no mês de abril, discorreu sobre a necessidade da capitalização da Caixa Econômica Federal. Vemos também problemas em outros bancos federais, como o BNDES, que já chegou a comprometer cerca de 25% de seu patrimônio com a Petrobras, empresa cujas dificuldades financeiras são notórias. Por outro lado, sabemos que o Tesouro Nacional se encontra com escassez de recursos. O Banco Central dispõe de instrumentos para assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional, caso bancos de grande porte, como Caixa, Banco do Brasil e BNDES, venham a enfrentar graves dificuldades, e o Tesouro não tenha condições de fazer os aportes necessários?

Finalmente, o senhor é a favor de uma legislação prudencial diferenciada para os bancos públicos, como a Resolução nº 4.089, de 2012, que fixou limites prudenciais específicos para o BNDES?

São essas duas indagações que eu remeto a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Com a palavra...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria solicitar de V. Exª que abríssemos logo a votação, para começarmos a votar. Aí quem estiver em condições de votar já poderia ir fazendo isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, não. Eu sou contra, Senador Telmário, com todo respeito. Sabatina do Presidente do Banco Central é uma sabatina séria. E sempre fazemos ao final. Eu fui Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, e sempre foi assim com todos os Presidentes. Então, eu sugeriria à Presidente que esperássemos o final da sabatina.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos embora consultar, porque toda sabatina neste Senado é séria, Senador. Todas que se fazem aqui são sérias. Ninguém aqui é mais sério ou menos sério que os outros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas nunca houve nesse caso, Senador...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria que V. Exª submetesse ao Senado...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, nós temos adotado fazer todo debate para depois abrir a votação. Eu acho que seria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas vamos ouvir o Plenário, Presidente. É legítimo o requerimento do Senador Telmário. Tem legitimidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Senador Ferraço sempre foi um dos mais intransigentes para que ficasse ao final. Sempre foi a posição de V. Exª, Senador Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu só...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu estou apenas dizendo que tem legitimidade o requerimento do Senador Telmário.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Apenas isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ele é legítimo igual ao de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só um minuto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em relação à solicitação do Senador Telmário, vou colocar em votação a solicitação para abrir a votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Os Senadores que forem favoráveis à abertura da votação agora permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permaneçam como estão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Eu sou contra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos fazer o seguinte: nós vamos demorar mais, mas acho que dou mais uma argumentação para cada lado então. O Senador Telmário poderia argumentar por que quer a abertura, depois, mais um Senador e nós votamos. Pronto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só queria fazer um apelo a esta Comissão, Senadora Marta. Este é um procedimento que sempre foi adotado: a gente esperava o fim da sabatina para começar a votação. Foi assim com todos os Presidentes do Banco Central, inclusive para valorizar a sabatina.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Plenário é soberano, Srª Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Chega a ser um desrespeito a esta Comissão. Vai haver um esvaziamento dos trabalhos. Quero fazer esse apelo a todos, dos mais diversos partidos aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu vou fazer uma sugestão: terminamos este bloco, depois eu consulto o Plenário se abrimos a votação.

Senadora Vanessa...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora já consultou, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora já consultou, Srª Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora Gleisi, o Senador Telmário estava aqui comentando que ele tem que sair e não gostaria de não depositar seu voto. Excepcionalmente existem casos assim, às vezes, com qualquer um de nós. Então, não vejo nenhum problema. Quem vai ficar vai ficar. Quem tem uma coisa urgente vai, volta, vem votar. E quem não tem condição não deixa de votar, como parece ser o caso do Senador, que comentou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu sei, Senadora Marta. Todo mundo tem...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A excepcionalidade é a mudança de governo, pelo jeito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Todo mundo tem seus compromissos. Eu lembro que nós já ficamos em sabatina aqui por mais de 15 horas e não houve como o Plenário ceder para que nós tivéssemos abertura de painel. No caso do indicado a Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Fachin, foi isso.

Então, eu só quero fazer um apelo para terminarmos esse bloco, depois submeto ao plenário.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, por gentileza, qual é o meu lugar na ordem de inscrição?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Hélio José, décimo terceiro.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Presidente do Banco Central, nós estamos, Presidente, aqui ao lado, com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações fazendo uma fala para nós. E eu disse a ele que ele é o zelador do futuro do Brasil. É a ciência e tecnologia que vai dizer aonde nós vamos chegar. Claro que, sem educação, não tem ciência e tecnologia.

E o senhor é o zelador do presente, porque, sem uma moeda estável, nós não temos presente. E aí teremos dificuldade em construir o futuro também, até porque as prioridades somem. Na hora em que a inflação vem, a gente não vai conseguir discutir educação, ciência e tecnologia, nada. Vai discutir é o reajuste salarial de cada categoria.

Por isso eu fico feliz de estar aqui e por isso eu não o chamei de Ministro. Eu acho que presidente do Banco Central é muito mais do que Ministro. E deve ser independente, autônomo do Governo. O título de Ministro compromete.

As minhas perguntas, Srª Presidente, vêm na seguinte direção: qual é a métrica que V. Sª considera adequada para o nível das reservas internacionais? Eu quero dizer que eu sou defensor radical da estabilidade monetária. E reconheço a importância da reserva. Mas eu próprio, em um documento que escrevi sobre onde buscar recursos para financiar uma revolução educacional, cheguei a sugerir como uma das fontes uma parcela das reservas internacionais. Sugeri com medo, mas eu gostaria de ouvir do senhor: dá para a gente ter um nível que seja suficiente para dar tranquilidade e, ao mesmo tempo, um nível que não esteja amarrando as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

reservas, tirando delas a possibilidade de um investimento produtivo. Digo isso, mas sou contra usar reservas para dinamizar a demanda da economia. Sou contra. Mas, para certos investimentos, pode ser correto. Eu lhe pergunto qual é o nível.

Uma outra pergunta é se o senhor mantém agora, no cargo que vai ocupar, a mesma visão que teve como economista chefe do Banco Itaú de que a inflação em 2016 seria 6,9% e, em 2017, poderia chegar a 5%. Que taxa de juros o senhor considera que nós vamos poder ter nessa situação. Embora eu ache que a verdadeira causa da taxa de juros alta é a dívida, mais do que a própria inflação.

E, finalmente, Srª Presidente, para mostrar que não estou tomando o tempo, o que o senhor acha de podermos ter o Congresso como parte dos zeladores da moeda? De tal maneira que, todas as vezes, que a meta não estivesse sendo cumprida, além do relatório que o Banco Central é obrigado a divulgar com as razões do descumprimento da meta, nós fizéssemos aqui uma espécie de sabatina com o Presidente do Banco Central para analisar o que está provocando essa falta de cumprimento.

E, finalmente, mais uma muito rápida, o senhor sugeriria âncoras específicas que permitissem segurar a estabilidade monetária? Âncora cambial ou outra. Quais são as âncoras que o senhor coloca como fundamentais na garantia da estabilidade monetária durante o seu tempo como Presidente do Banco Central?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Cristovam.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Quero cumprimentar meus companheiros e companheiras Senadoras e o Dr. Ilan.

Inicio esta minha breve fala, Srª Presidente, desde já dizendo, Dr. Ilan, que as observações que farei aqui não dizem respeito a sua pessoa especificamente. Não lhe conheço, mas pelo que sei de ler e ouvir falar, V. Sª é uma pessoa extremamente competente e respeitada na área em que atua. Portanto, não tome como pessoais as observações políticas que passo a fazer a partir de agora. E as farei, Dr. Ilan, da forma mais respeitosa. Mas não posso deixar de mostrar a minha divergência em relação a vários aspectos que V. Sª levanta aqui neste documento, com as opiniões que eu defendo e que o meu Partido, o PCdoB, defende também.

Primeiramente, na semana passada, tentou-se aqui antecipar esta sabatina para quarta-feira, salvo engano, o que não foi possível, e houve concordância generalizada na Comissão, por conta do Regimento Interno, que solicita que seja colocado no Portal do Senado a fim de possamos receber da sociedade observações, informações, críticas, para propiciar a participação social.

Em segundo lugar, Dr. Ilan, foi muito debatido aqui também o fato de o senhor ser acionista, não apenas o economista chefe, de um dos maiores, senão o maior, bancos privados do Brasil, o Itaú Unibanco. Porque V. Sª havia enviado para esta Comissão um expediente, uma declaração, que dizia que as participações acionárias que o senhor possuía no Itaú Unibanco "serão alienadas até a data da posse, caso o Senado aprove minha indicação".

Parece que isso também foi modificado por V. Sª, que antecipou a alienação de suas ações, num gesto que eu considero positivo. Entretanto, na minha opinião, não resolve o problema, Dr. Ilan. E por que não resolve o problema? Porque nós temos no País, desde 2013, uma lei. E é bom que se diga que esta lei que nós aprovamos em 2013 é fruto de muitas mobilizações populares Brasil afora, que procuram ou que motivam o Parlamento brasileiro a fazer do Poder Público, ou construir dentro do Poder Público o melhor cenário capaz de enfrentar ações de corrupção, ações de malfeitos ou mesmo ações que venham favorecer determinados grupos econômicos em detrimento de outros.

Então, esta Lei nº 12.813, de 2013, é muito clara, trata de conflitos de interesses. Diz o seu art. 3º: "Para fins desta lei, considera-se conflito de interesses a situação gerada pelo conflito entre interesses públicos e privados que possam comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública".

E mais embaixo diz o seguinte: "Trata de informação privilegiada."

Eu até cheguei a dizer aqui que apresentaria um projeto, porque nós temos a quarentena da volta, da saída do serviço público para a volta à iniciativa privada, mas não temos a quarentena antecedente. Eu disse que apresentaria um projeto e já apresentei, Senadora Gleisi. Acho que é um projeto que vai ter que ser melhorado, vai ter que ser aprimorado. Aliás, aprimorado no sentido do que o próprio Senador Pimentel observou, na altura daquela nossa reunião. Ele bem lembrou de outra lei que nós estamos mudando aqui, no Congresso Nacional, Dr. Ilan, uma nova lei que trata também do aprimoramento do serviço público, mas também de conselhos de administração de empresas e conselhos de administração de fundos de pensão.

Veja V. Sª, Dr. Ilan, o que nós estamos votando no Congresso Nacional: vedando a indicação para conse- de administração de empresas, que serve também para fundos de pensão, de quem tem ocupado cargo de nistro de Estado; de quem tem ocupado cargo de assessoramento no serviço público; de quem tem dirigi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do partido político; de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória nos partidos políticos. E veja: conselhos de administração de empresas. Aqui nós estamos a tratar de quê? Banco Central do Brasil. O impacto das medidas do Banco trazem uma interferência muito maior do que os impactos nas leis que nós aprovamos aqui.

Dr. Ilan, o senhor – e por isso cumprimento-o também – distribuiu a todos o que falou aqui. Isso é um pouco inovador para nós, é muito importante. Então, cumprimento-o por isso. Mas, lendo com atenção, o senhor fala muito de inflação como uma das atribuições do Banco Central, o combate à inflação, contribuindo para a sociedade ao assegurar um Sistema Financeiro Nacional sólido e eficiente. Fala de inflação. O senhor não fala de juros aqui.

Será que não tem importância o fato de o Brasil ser o país que mais elevadas taxas de juros cobra no mundo? Estou com o documento que o senhor leu. Não fala na taxa de juros. Eu senti falta e temo que isso seja um pouco orientação porque, no meu entendimento... Eu não sou economista, não tenho a formação acadêmica que o senhor tem, mas eu sei que, assim como a inflação corrói salário, corrói investimento e impede desenvolvimento, também as elevadas taxas de juros corroem salário e impedem o desenvolvimento. Eu sei disso. O impacto de meio ponto percentual, segundo análise, no aumento de uma taxa de juros no Brasil, só no que diz respeito aos gastos com pagamentos de serviços de juros da dívida, são R$14 bilhões. E esse dinheiro sai de onde?

Mas, nos tempos que nós vivemos, Dr. Ilan, o que vemos o Governo falar? "Política de aumento real do salário mínimo é inflacionária." "Política que garante financiamento para jovens carentes, humildes, ingressarem numa universidade e ter financiamento do Estado através do Fies é inflacionária." Mas aí vem o senhor aqui, que é o indicado para o Banco Central, fala muito da inflação, mas não fala dos juros. Não fala dos juros. Eu lamento muito que isso esteja acontecendo.

O senhor diz também aqui, na sua exposição, que deverá trabalhar e confia que: "A eficiência da política monetária do Banco Central será tanto maior quanto mais bemsucedidos forem os esforços na implantação de reformas e na recuperação da responsabilidade fiscal".

Primeiro, eu gostaria que o senhor pudesse nos falar que reformas são essas.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sabemos de algumas, mas que o senhor dissesse que reformas são essas.

Segundo, de que estabilidade fiscal o senhor fala? Porque o Congresso Nacional, Dr. Ilan, em sessão conjunta, aprovou um déficit de R$170 bilhões, enquanto que o déficit real no primeiro quadrimestre não chega a R$10 bilhões. Mas o Congresso aprovou um déficit de R$170 bilhões. Há alguns dias, foi aprovado um projeto na Câmara, cujo impacto na economia é de aproximadamente R$60 bilhões. Que política é essa de estabilidade fiscal, Dr. Ilan?

E eu quero que o senhor dê sua opinião acerca do que a Câmara aprovou recentemente e desse déficit previsto, mesmo porque... Mesmo porque...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só peço que desconte um pouco o tempo, porque estou tendo dificuldade, Presidente.

Mesmo porque não havia necessidade, e a Presidente que foi arrancada do poder – e o Presidente que entrou, entrou pelas portas dos fundos – havia enviado para cá um projeto para rever o Orçamento, prevendo um déficit de R$97 bilhões. Do dia para a noite, apareceu um déficit de R$170 bilhões, e quem fala tanto em responsabilidade fiscal foi quem votou isso!

Por fim, Dr. Ilan, pergunto-lhe sobre autonomia do Banco Central, que está muito falada, mas não sabemos o que o Governo vai fazer. O senhor deve saber. Então, o senhor nos adiante alguns pontos, porque dizem que vão manter o foro privilegiado do Presidente do Banco Central sem dar-lhe o *status* de Ministro. Por quê? Nós acabamos de ouvir aqui alguém comentar sobre o assunto. Por que tem que tirar o *status* de Ministro? Porque tem de ser independente do Estado. Independentemente de quem? Do Estado? Do povo? Porque, do mercado financeiro, não é. Então, quando se fala em independência, é bom que o povo brasileiro saiba: independência em relação a quem? Autonomia em relação a quem?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ao governo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em relação ao Estado brasileiro, em relação à coletividade, em relação aos benefícios sociais das pessoas, mas não a independência que deveria ter, que é exatamente do mercado financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E por falar em inflação – já concluo, Srª Presidente –, eu só quero aqui dizer o seguinte: inflação, inflação e inflação, mas a notícia que os jornais nos trazem hoje – aqui se falou sobre os juros do cartão crédito e tudo mais –: "Tarifas bancárias 50% mais caras". Inclusive, o banco que o senhor dirigia até ontem aumentou muito acima da inflação, Dr. Ilan. Então, é só tirar direito do trabalhador para baixar a inflação? E o sistema financeiro continua ganhando, ganhando, ganhando? Aliás, no momento mais crítico da crise, Senador Armando, Ministro da Indústria e Comércio, só havia um setor que não perdia: o setor financeiro.

Então, me desculpe, Dr. Ilan, mas eu acho que o senhor não deveria, por conflito de interesses, assumir a direção do Banco Central do Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Passo a palavra ao Dr. Ilan para dar suas respostas e fazer suas considerações.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Obrigado.

As perguntas possibilitam que eu me manifeste em relação a várias questões.

O Senador Fernando Bezerra coloca a questão do *spread* bancário, a questão das *fintechs* e que avanços são necessários. Vou começar por essa parte, que é uma parte relevante.

Acho que todos nós temos de trabalhar para reduzir o custo do crédito no Brasil. A dúvida é sempre sobre qual é a melhor maneira de fazer isso. Acho que temos de trabalhar nas raízes da causa, dos problemas, para que, no final das contas, não entremos em atalhos ou mecanismos de curto prazo, para que façamos com que o custo do dinheiro caia ao longo do tempo e de forma permanente.

O *spread* bancário, como disse, é um projeto que vem de longa data, e eu pretendo, caso aprovado, dar continuidade a ele. Há várias questões – eu não vou entrar em todas –, há questões tributárias, questões relativas a créditos subvencionados, questões de garantias, questões de incertezas regulatórias, há várias questões que precisam ser levadas em consideração, é preciso entrar em cada uma delas. Há a questão, inclusive, dos subsídios cruzados: a obrigatoriedade de um lado acaba encarecendo o outro lado, crédito subvencionado de um lado encarece do outro lado. Então, quando se faz uma comparação com outros países, é preciso comparar também os ambientes e as leis que regem cada sistema.

Eu quero também dizer que é importante...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minutinho, Dr. Ilan.

Eu gostaria de pedir silêncio à Comissão, porque está difícil ouvir as respostas e as considerações do nosso sabatinado.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Um ponto relevante também: V. Exª coloca a questão da rentabilidade. Não vou entrar em questões relativas ao tamanho da rentabilidade, mas quero dizer que uma parte da rentabilidade vai para a capitalização, o que permite o aumento do crédito, e o crédito, que já foi 25% do PIB, chegou a 55% do PIB. Então, esse é outro lado da rentabilidade.

De qualquer forma, como coloquei, acho relevante aprofundar os mecanismos que incentivam a concorrência. Isso também é válido para a pergunta sobre as tarifas. Acho que temos que trabalhar nisso.

Há vários mecanismos novos de sistemas de pagamentos, formas de intermediação que estão surgindo por aí, e acho que temos que, de um lado, incentivar mecanismos de queda, mas, de outro lado, pensar na regulação e na supervisão. Nós não podemos deixar nenhum setor, nenhuma inovação na sombra.

Não sei se V. Exªs se lembram da crise financeira internacional em 2008. Uma parte foi do sistema "sombra", aquele sistema que não é regulado. Então, temos que, ao mesmo tempo, enfatizar e dar suporte às inovações e, do outro lado, ser capaz de regular, supervisionar e fiscalizar.

V. Exª cita também as questões regulatórias. Eu acho que são várias delas, mas acho que o principal é que, no momento, há tanta incerteza macroeconômica que, de um lado, a oferta de crédito é prejudicada, mas também a demanda de crédito, ou seja, se não há desejo de investir, não há demanda de crédito, e as duas estão caindo. Então, temos que levar isso em consideração.

Há uma pergunta sobre a questão da necessidade de capitalização de uma ou outra instituição financeira. Eu ainda não assumi, e só vou assumir caso seja aprovado. Não posso saber sobre específicas informações sobre cada uma das instituições. Assim que eu me inteirar, vou poder saber sobre diferentes instituições. O que eu posso responder é essa outra pergunta sobre se, de fato, vai haver alguma supervisão e fiscalização diferentes para bancos públicos e privados, e aí eu posso lhe dizer que não. A ideia é os bancos públicos serem supervisionados e fiscalizados da mesma forma que os bancos privados.

Deixe-me ver se não me esqueci de nada... Acho que já foi tudo.

Senador Cristovam Buarque, muito obrigado pelas palavras. As perguntas também me permitem entrar assuntos relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Sua primeira pergunta é sobre a métrica adequada para o nível de reservas. Há uma discussão na literatura econômica e na prática econômica sobre qual é o nível ótimo de reservas. Infelizmente eu não vi nenhum consenso – e olha que eu participo da Academia há muitos anos, dando aula há 11 anos, escrevendo artigos há 20 anos e, ultimamente, participando de debate público. Não há um consenso. A métrica precisa ter quatro, seis vezes importações para curto prazo... O que eu escuto é: num momento de crise, num momento de necessidade, eu só vejo gente dizendo que falta reserva, precisa ser mais; e, num momento de calmaria, dizem que está sobrando pelo custo. O que nós temos hoje no Brasil? Uma reserva cujo nível é em torno de 20% do PIB. Quando comparada com o BRICS é, mais ou menos, esse nível.

As reservas são entendidas como um seguro, um seguro para momentos de incerteza, momentos em que o balanço de pagamentos precisa de um pouco mais de confiança. Eu vou lhe dizer que esse seguro no momento é um seguro que vale a pena manter, mas que, assim que passar esse período de incerteza, vale a pena o debate sobre o nível ótimo, porque o nível ótimo no Brasil não só depende desse seguro, mas também do custo desse seguro, que é quanto que nos custa manter. Eu acho que não é um debate para o curto prazo, dado que é relevante no momento manter esse seguro, mas é um debate extremamente oportuno, assim que as condições permitirem.

Sobre a questão da sabatina no Senado, quando não houver cumprimento da meta, acho que deve ser falado, sim. Vai ter uma carta aberta, transparente. Não sei se vai ocorrer este ano, mas se ocorrer, acho a medida da carta aberta democrática. É uma carta que faz a sociedade participar, inclusive o Senado.

Eu não vejo problema nas visitas regulares do Presidente do Banco Central, que vem – se não me engano – a cada trimestre a esta Comissão; no trimestre apropriado, se houver alguma carta, que fale também sobre essa carta.

V. Exª diz que o Banco Central é o zelador do presente, quando o Ministro da Educação e Tecnologia é o zelador do futuro. Gosto de pensar em tecnologia, em educação no futuro mesmo. Acho que essa é uma boa ilustração. Agora, o Banco Central é o zelador do presente, mas é o zelador do futuro também. É um zelador que cria credibilidade, gera reputação para que os agentes consigam fazer avaliações não só para o próximo ano, mas para os próximos dez a vinte anos. Se não se tem uma certeza de qual vai ser a inflação, qual será o valor da moeda, a perspectiva do investimento diminui. O Banco Central, através dos seus mandados, é capaz de alongar os prazos da sociedade, e alongando os prazos, aumenta investimento e se torna o zelador do futuro.

Pelo menos eu gostaria de pensar que o cargo de Presidente do Banco Central não é só olhar o curto prazo, apesar de ser muito importante, é olhar o longo prazo em todas as questões que foram levantadas aqui.

Há uma pergunta sobre as âncoras. Quais são as âncoras fundamentais? Eu diria que é fundamental pensar nas âncoras fundamentais. V. Exª pergunta se o câmbio é uma âncora. No regime de câmbio flutuante, o câmbio não é a âncora; a âncora é o trabalho do Banco Central, é a política monetária, é a capacidade de reação do Banco Central a qualquer desvio. Se há confiança de que o Banco Central vai reagir a um desvio da inflação, se há essa confiança, essa é a âncora, no regime de metas de inflação. A estabilidade e a credibilidade são a âncora. O câmbio não é a âncora para a inflação, nem acho que deveria ser. A âncora é a atuação do Banco Central.

Senadora Vanessa Grazziotin, entendo que as colocações não são pessoais, eu agradeço que não sejam, mas coloco algumas questões importantes sobre conflito de interesses, o que acaba afetando a mim pessoalmente. Primeiro, quero responder da seguinte forma: em primeiro lugar, eu já não tenho ligação com meu antigo empregador, um porque já não sou funcionário, e dois, como V. Exª afirma, porque já não tenho participação acionária.

Na verdade, essa participação acionária não deriva de ser dono ou de ser banqueiro, deriva do fato de que parte da remuneração dos funcionários de banco hoje é em ações, inclusive por regulação e por lei. Um economista chefe, que faz pesquisa, que pensa em estudos, que faz projeção, tem a sua remuneração em ações. Portanto, é sócio nesse sentido. Assim que se desfaz, não tem ligação.

Agora, será que permanece algum conflito a partir daí? Eu acredito que não. É só olhar o mundo todo. É só olhar o Brasil no presente e no passado. Eu acredito que é extremamente rico o setor público fazer uso da experiência, da vivência e do conhecimento de atores do setor privado. E eu não estou me referindo à minha pessoa, aos economistas ou mesmo aos Presidentes do Banco Central no passado, porque tinham a mesma condição, ou a Ministro da Fazenda do passado, que tinha a mesma condição, mas eu me refiro também à experiência internacional. O setor público não pode deixar de ter essa experiência válida e rica que o setor privado tem, como também o setor público tem. Uma diretoria composta de diretores de carreira com diretores que vêm do setor privado é uma combinação ideal.

Atuando no Banco Central, caso seja aprovado, eu vou me comportar como me comportei em toda a minha carreira: de forma isenta, apartidária, ética e honrada. Eu fiz isso em todos os lugares de que participei: Academia, dando aula aqui e no exterior, trabalhando no Fundo Monetário Internacional, trabalhando no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sistema financeiro, enfim, trabalhando no próprio Banco Central, quando eu tive a honra de que esta Casa me aprovasse. Não houve conflito e acho que não vai haver. Por quê? Porque eu vou respeitar o Código de Conduta da Alta Administração Federal, eu vou respeitar o código de ética e de conduta do Banco Central.

E, finalmente, eu estou entrando, vou entrar, caso seja aprovado, numa autarquia autônoma,...

(Soa a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – ... que tem funcionários públicos altamente qualificados, isentos, que já demonstraram há muito tempo, com vários Presidentes do Banco Central, que respeitam o código de ética, que respeitam o código de conduta, que se comportaram de forma isenta a vida toda. Então, acho que não há conflito. Ao contrário, enriquece, especialmente neste momento, ter a experiência e o conhecimento do setor privado.

V. Exª cita a necessidade de talvez ter quarentena. Acredito que esta é uma proposta do Senado: haver quarentena não somente na saída, mas também na entrada. Na saída existe uma justificativa: as informações do setor público. Quando vão para o setor privado elas precisam de um período para perder o seu valor. Não é válido o dirigente, quando sai, trazer informações do setor público para o setor privado.

Agora vamos pensar na lógica do lado contrário. Do lado contrário, será que informações do setor privado têm que ser resguardadas do setor público?

(Soa a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não precisam. As informações do setor privado não só não precisam ser resguardadas como são necessárias. O Banco Central, por exemplo, tem todas as informações que pedir das instituições financeiras.

Portanto, não há necessidade de quarentena para resguardar a informação que o setor público já tem.

E há uma questão prática que também é relevante. Imagine que o indicado a um cargo público precise de seis meses para assumir. Teríamos uma interinidade. Não acho que vamos ter muitos candidatos a esperar seis meses, nesse período; e como será governada a gestão do interino, quando já estão decididos seis meses? Então, não acho que essa proposta seja necessária no momento.

Que reformas são necessárias? Aqui é a questão do meu texto. Acho que as reformas são necessárias e de certa forma há bastante consenso. Nós precisamos colocar as contas públicas em ordem. Eu acho que a medida anunciada, e que provavelmente será votada pelo Congresso, por esta Casa, sobre a questão do teto das despesas, é fundamental, porque precisamos de ordem na dinâmica da dívida.

Hoje em dia, uma parte da incerteza, que não permite investimento e, portanto, não permite crescimento e emprego, é o fato de a dinâmica da dívida, como vista pelos que têm que investir. Eles não veem uma dinâmica da dívida favorável. Com essas medidas, eu tenho total convicção de que começará uma estabilidade na dinâmica da dívida.

Portanto, uma reforma necessária é exatamente esta: colocar as contas públicas em ordem; ter algum limite, alguma meta fiscal, que nesse caso seria o teto das despesas. Há outras reformas. Eu não vou entrar nos detalhes, acho que são reformas de governo e não cabe só a mim dizer quais são essas reformas. A questão fiscal não envolve o Banco Central diretamente, mas indiretamente. E há várias outras em que há consenso a respeito.

Se não me engano, respondi todas as perguntas. Já falamos das tarifas, da autonomia...

Ah! A questão dos juros altos, que é uma pergunta. Como eu falei antes, todos nós gostaríamos de ver o custo do dinheiro cair ao longo do tempo. A pergunta novamente é: de que forma? Nós temos que criar as condições para a queda de juros. E essa queda de juros de que estou falando não é só do Banco Central, mas é do sistema como um todo. Só que temos de fazer isso com as condições necessárias.

Essas reformas que colocamos são um pilar disso. As outras reformas, como olhar o sistema financeiro, são outro pilar. Portanto, não é uma divergência que temos sobre tentar trabalhar para a queda no que os economistas chamam de queda dos juros de equilíbrio ou juro neutro. Todos nós somos a favor. A pergunta é: quais são as condições? E o Banco Central vai monitorar e ver se essas condições existem no futuro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Dr. Ilan.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu tenho direito à réplica?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Tem direito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu gostaria de fazer uso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, quero agradecer. E fico feliz, Dr. Ilan, que o senhor tenha compreendido que o diálogo que estamos travando aqui é de opiniões, que trata de leitura da legislação brasileira, e não tem absolutamente nada a ver com a sua pessoa especificamente. Repito que tudo o que temos ouvido falar é que V. Exª é muito competente e respeitado na sua área.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O problema é que eu ainda continuo achando, Dr. Ilan – infelizmente, o senhor não respondeu, mas eu entendi –, que a nova formatação que este Governo interino, provisório, pretende dar ao Banco Central ficou somente nos anúncios. Disseram que iriam mandar uma PEC, que até agora não chegou, repito, garantindo o foro, mas tirando o *status* de Ministro. Repito: para mim, isso não é autonomia, isso não é independência; é independência do povo, é independência do Estado. Porque o que ouvimos falar também é que este ou aquele nome agrada o mercado. E eu gostaria muito de ouvir dizer: este ou aquele nome agrada muito os movimentos sociais. Mas, infelizmente, não é essa a realidade em que nós vivemos. Então, acho que temos que parar com esse absurdo de ficar falando em independência e dizer o que é: independência do Estado brasileiro, independência das políticas públicas, e um vínculo total, expresso, ao setor financeiro nacional e internacional. Esse é o sinônimo de independência que eu vejo para o Banco Central.

Segundo, o conflito de interesses. Ainda quero voltar a esse assunto. Não é uma questão do que eu acho ou do que o senhor acha. Em nenhum momento, Sr. Ilan, eu questionei se o senhor vai ou não manter uma atitude ética frente à direção do Banco Central, em nenhum momento. Eu não coloquei isso em questionamento. O que eu coloquei é o cumprimento da legislação.

Para mim, a Lei nº 12.813, de 2013 é clara e já seria suficiente para caracterizar que, neste caso de V. Sª, há um concreto conflito de interesses. Para mim, essa lei está clara. Mas vamos pegar outros exemplos. Eu fui informada agora há pouco também sobre a Lei nº 10.233, de 2001, que criou duas agências reguladoras: a Antaq, aquaviária, e a ANTT, de transportes. E o que diz? O art. 58 dessa legislação diz que não pode exercer cargo de direção na Antaq pessoa que mantenha, ou tenha mantido, nos doze meses anteriores à data do início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades reguladas pela respectiva agência. Aí vem lá: participação direta como acionista ou sócio, administrador, gerente, etc.

Então, a legislação brasileira é clara. Agora, parece que ela vem sendo interpretada de acordo com interesses momentâneos. E isso, no meu entendimento, é uma insegurança jurídica muito forte que nós estamos travando no Brasil.

Lembro-me, Senador Ferraço, de um exemplo recente na Comissão de Infraestrutura, quando a Comissão rejeitou, devolveu o nome de um indicado para a direção da Antaq, por quê? Porque ele estava, até pouco tempo, dirigindo uma empresa de portos no Rio de Janeiro, e pública; não era nem privada, era uma empresa pública. Não foi aceito.

Então eu repito: a minha convicção é de que há incompatibilidade, Dr. Ilan. Há incompatibilidade.

Segundo, eu creio que é preciso começar a tratar, no Brasil, da busca do equilíbrio com a distribuição de sacrifícios, e com sacrifícios não indo só para um lado da sociedade, geralmente para o lado mais fraco. Sobre o que falei aqui das taxas bancárias, não é? Eu acho que isso serve como exemplo, porque, se é fato de que quem sai da iniciativa privada e vai para a pública não traz informações privilegiadas, ela pode saber dos interesses da iniciativa privada e dirigi-los como tal.

Então, eu acho que a nossa legislação é clara. Por isso que eu mantenho as minhas observações.

Obrigada, Srª Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, também gostaria de usar meu direito de réplica.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só um minutinho. Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, vamos abrir a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Até para poder fazer um comentário em relação à palavra da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Esta audiência é ɪsmitida pela TV Senado. Quem está nos assistindo agora e ouve a palavra da Senadora Vanessa Grazziotin ɐvado a crer que possa estar sendo atropelada ou transgredida alguma norma legal ou alguma legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do País quando da indicação do Dr. Ilan, que não é o caso. Eu pedi, no debate da semana passada, que a Presidência da Comissão levantasse os precedentes das indicações de Presidente do Banco Central e Diretor do Banco Central. Portanto, a indicação do Dr. Ilan atende a todas as normas vigentes. Não existe nenhum arrepio a nenhuma norma. Todos os cuidados o Dr. Ilan teve no sentido de se desvincular da instituição financeira para a qual trabalhava, de se desfazer da sua posição acionária, que ele aqui explicou bem que deriva do fato não de ser investidor, mas de ter parte da sua remuneração paga através de ações.

Portanto, eu acho que é mais do que legítimo que possamos pelo menos informar àquele que acompanha este debate que a indicação do Dr. Ilan não transgride nenhuma norma. A Senadora Vanessa pega exemplos de agências reguladoras e quer interpretar para o Banco do Brasil. Não cabe. E nem na lei cabe essa interpretação. Ela pode interpretar, mas não cabe essa interpretação, nem pelo jurídico do Banco Central, nem pelo jurídico que assessora a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, nem por qualquer outra instituição da Presidência da República, porque assim estariam sendo invalidadas as nomeações de muitos outros ex-presidentes do Banco Central e muitos outros diretores.

Então, eu acho que não é justo ouvir essas afirmações. Ela tem o direito de dizer, ela tem o direito de fazer, mas é preciso que isso seja contraditado, para não ficar aqui o Dr. Ilan sendo submetido a responder a questões que, na realidade, não caberiam a ele responder, porque a indicação dele obedece a todas as normas legais. Ela o está colocando num constrangimento explícito, porque é uma interpretação de uma norma que não se aplica ao caso.

Eu gostaria que V. Exª pudesse responder quanto a outros ex-presidentes que foram aqui aprovados pelo Senado Federal, quantos ex-diretores do Banco Central que foram aprovados pelo Senado Federal e que têm a mesma situação em que o Dr. Ilan se encontra, para pelo menos podermos dar à audiência da TV Senado e àqueles que acompanham este debate a informação equilibrada, justa, para fazer o seu juízo de valor.

Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço a palavra pelo art. 14, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Calma!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Gleisi...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço a palavra pelo art. 14.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O.k. A Mesa vai dar, pela ordem, aos Senadores que estão pedindo, e à Senadora Vanessa, pelo art. 14.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero só esclarecer que na sabatina há liberdade de perguntar o que se quer ao sabatinado e, portanto, não há aqui um desrespeito. Eu acho que todo mundo aqui pode fazer o contraditório, inclusive o nosso convidado, o sabatinado que está aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Gleisi, é rápido.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Apenas e tão somente para que, enquanto se dê o debate, possamos começar a votação. V. Exª podia consultar o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Mesa já havia encaminhado que terminaria este bloco e consultaríamos o Plenário. Então, nós vamos encerrar este bloco e vamos consultar o Plenário.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, pelo art. 14.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu vou falar rapidamente e nem vou usar todo o tempo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Mas, Presidente, ela não foi ofendida para usar o art. 14.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei bem breve na minha fala, agradecendo a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – A Vanessa está criando só problema.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, peço a V. Exª que garanta o direito aos inscritos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Mesa assegura a palavra à Senadora Vanessa, que tem o direito pelo art. 14. Depois, a Mesa seguirá com as inscrições.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Primeiro, eu quero dizer que exatamente por isso o nosso Regimento prevê a fala, a resposta, a réplica e a tréplica, mas eu me vejo obrigada a falar, nobre Senador, apenas para repor o que disse. Não é apenas uma opinião; é uma leitura que faço da legislação brasileira. Diferentemente de V. Exª, que acha que a Lei nº 12.813 não se aplica, eu acho que se aplica. Então, há posicionamentos diferentes. Não é à toa que eu já tive informação que só hoje já foram inúmeras ações populares impetradas em relação a isso, porque há, de fato, questionamento.

Segundo, não é porque se cometeu uma ilegalidade antes que aquela ilegalidade cometida justifica que se continuem cometendo ilegalidades. Vamos pegar exemplos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Senadora Gleisi.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos pegar exemplos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não há ilegalidade nenhuma...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós vamos terminar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas não dá, não dá.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Não dá.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, não dá para aguentar mais isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não há ilegalidade nenhuma nessa indicação, Srª Presidente. Aí não é possível.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vocês querem assumir... Parem com isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu vou suspender a reunião se não houver o mínimo de acordo aqui para a continuidade.

A Senadora Vanessa vai terminar de falar pelo art. 14, e nós vamos garantir a palavra para os demais Senadores. Por favor, é assim que funciona.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Este art. 14 é indevido, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Todas as vezes em que um Senador pede o art. 14, ele tem direito a falar. Então, a Mesa vai garantir à Senadora que termine a sua fala. Peço que ela agilize a fala. Ela tem mais três minutos para terminar, e aí nós passamos às inscrições.

Por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos votar, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, quero dizer que eu tive muito desejo de, no meio da fala do indicado, me reportar, assim como na do Senador que me antecedeu, mas não o fiz em respeito a eles. Eu acho que aqui nós temos que ter, em primeiro lugar, o direito a expressar nossas opiniões, nossas visões.

Então, eu repito: não é porque foi feito algo errado no passado que justifica que se continue fazendo. E dou só um exemplo: houve um período em que esta Casa, o Congresso Nacional não reunia Comissão Mista para analisar as medidas provisórias, elas iam direto para o Plenário, até que o Supremo julgou e disse: "Não, daqui para a frente tem que haver isso". Eu apenas levanto isso e continuo dando a minha opinião: está claro o conflito de interesses. Vejam o que diz a Lei nº 4.595, de 1964, a lei que regulamenta o Banco Central: "Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades". Ou seja, é a mesma função que têm as agências reguladoras.

Muito obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço.

Nós vamos, antes de continuar as inscrições, submeter ao Plenário a solicitação que foi feita pelos Srs. Senadores de abrir a votação.

Quero dizer, entretanto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O autor do requerimento não está aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu estou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero dizer, entretanto...

Por favor, só vou terminar.

Quero esclarecer, entretanto, a este Plenário que o art. 52 da Constituição Federal, no inciso III, diz que aprovar previamente por voto secreto, após arguição pública, a escolha de presidente e diretores do Banco ntral. Mas, como já temos precedentes de outras vezes abrir, a Mesa vai proceder dessa maneira, lembrando e já tivemos muitos casos em que o Plenário decidiu não adiantar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria deixar isso registrado aqui para não acharem que a Mesa não está querendo encaminhar o que foi pedido pelo Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, eu peço que V. Exª cumpra a Constituição. Eu, inclusive, quero dizer que, se nós não cumprirmos isso, alguém pode entrar na Justiça e arguir nulidade. Isso está expresso na Constituição.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E eu queria dizer mais.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quantas e quantas e vezes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sabatina para o FED norte-americano dura dias!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ah!...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Podem chiar à vontade, senhores. Eu fui Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos e posso dizer que, em nenhum momento, nós fizemos votação antes do término da sabatina. Isso é sério!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso é praxe aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quer votar para quê? Para ir embora para o gabinete? Não, tem que ficar até o final.

Eu quero, Srª Presidente, neste caso, que nós respeitemos a Constituição...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Consulte o Plenário!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos ouvir o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadores, a Mesa vai encaminhar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só quero alertar a Liderança do Governo: estão descumprindo a Constituição e isso pode gerar a nulidade desta sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Lindbergh...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Consulte o Plenário!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu quero chamar a atenção dos Líderes do Governo...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Mesa vai encaminhar. Já houve precedente de abertura para se fazer a votação nesta Comissão. Entendo o argumento do Senador Lindbergh e entendo aqui que a Constituição... Poderíamos inclusive nos basear nela para não fazer a abertura da votação. Ocorre que temos precedente, e o Regimento Interno não fala sobre esse assunto.

Então, submeto ao Plenário...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, essa votação vai ser...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, o Senador Lindbergh está bagunçando...

(Tumulto no recinto.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Lindbergh, eu vou fazer a votação e depois dou a palavra a V. Exª. Nós vamos encaminhar a votação, mas V. Exª poderá recorrer da decisão da Comissão ao Plenário da Casa.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis à abertura do painel para iniciarmos a votação sobre o nosso sabatinado permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Mesa providenciará a abertura do painel.

Eu concedo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu recorro à CCJ.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Registre o meu voto contrário, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

Os próximos inscritos...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero que seja registrado o meu voto contrário, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, será registrado.

Comunico ao Relator, Senador Raimundo Lira, e aos membros titulares da Comissão que podem se dirigir à urna eletrônica localizada na cabine lateral do plenário, à minha direita, para proceder à votação secreta eletrônica do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Continuando as inscrições, neste bloco nós temos o Senador Waldemir Moka, o Senador Paulo Rocha e o Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu estou satisfeito com as respostas. Apenas e tão somente gostaria de elogiar a indicação do Dr. Ilan para Presidente do Banco Central.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Srª Presidente, certamente este não é o momento adequado para esta sabatina. Nós estamos diante de uma tragédia política histórica sem precedentes e deveríamos, neste momento, quando, numa linguagem figurativa, podemos afirmar que o teto da casa é derrubado sobre as nossas cabeças, colocando-nos sob os escombros desse monumental escândalo de corrupção que sacode o País. Neste momento, em função das últimas notícias e providências adotadas pela Procuradoria-Geral da República, nós deveríamos estar aqui discutindo o que fazer para superar esse monumental impasse.

Nós deveríamos estar discutindo as alternativas, entre elas, talvez, aquela que mais agradasse a população brasileira: a renúncia coletiva de todos os eleitos para a convocação de eleições gerais no País. Mas até essa sugestão acaba sem credibilidade porque, certamente, os brasileiros sabem que muitos não renunciariam. Mas esta é a tragédia que se nos oferece neste momento.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – E nós temos que ouvir o indicado para o Banco Central.

É evidente que parte desta tragédia está no sistema adotado nos últimos anos e que é mantido pelo atual Presidente Temer, que foi infeliz na composição do seu Governo, não adotando os critérios que deveria adotar para escolher ministros. No entanto, eu louvo o Ministro Meirelles, que fez a escolha técnica adequada, compondo uma equipe econômica com base nos critérios técnicos da competência e da probidade. Portanto, esta área nós temos que apartar do sistema promíscuo que perdurou quando da posse do Presidente interino.

É evidente que eu me curvo diante da competência, do preparo, da qualificação técnica do indicado para o Banco Central. E obviamente eu o vejo diante de um enorme desafio.

Vou propor duas questões inicialmente, com o linguajar mais popular, fugindo do tecnicismo, para que aqueles todos que nos ouvem neste momento, especialmente os brasileiros que estão tendo a sua vida comprometida por uma crise econômica brutal, que promove um caos social, com um desemprego que se alarga de forma exuberante no País, para que eles possam entender as causas desta crise.

Em primeiro lugar, Dr. Ilan, eu indago sobre a dívida pública. Eu vejo este como o grande gargalo, o desafio maior para essa equipe econômica. O que fazer? Até agora, não ouvimos, de governos anteriores e do atual, solução para a monumental dívida pública. No Orçamento estão consignados R$1,328 trilhão para o pagamento de juros e serviço da dívida, enquanto R$46 bilhões restam para investimentos, um contraste gritante e lamentável.

Nós sabemos que outras nações endividadas – cito a Alemanha, por exemplo – gastam para a rolagem da dívida, proporcionalmente, a metade do que nós gastamos no Brasil.

Qual é a alternativa? O que pensa o Governo? O que pensa a nova equipe econômica? O que vai propor para o escalonamento desta dívida, a fim de que se evite essa compressão sobre a economia nacional.

Eu digo que o Presidente da República se transforma em tesoureiro. Deixa de ser o administrador da União, deixa de ser Presidente da República e passa a ser tesoureiro da República, porque recebe e paga, recebe e paga, nada sobra para investimentos essenciais que promovam o desenvolvimento do País.

Então, essa é uma questão crucial, e o Governo tem de oferecer as alternativas tecnicamente qualificadas para despertar esperanças de que nós podemos, sim, retomar o crescimento econômico do País.

É bom dizer que este País está, pelos escândalos de corrupção sobretudo, despido e de pernas para o ar. É preciso colocá-lo de pés no chão, e essa é uma questão crucial.

A outra, prezado Professor Ilan, diz respeito a juros e a subsídios praticados; às taxas privilegiadas de juros que alimentam grandes grupos econômicos, os campeões nacionais, especialmente aqueles mais próximos do poder, e alimentam outras nações, especialmente algumas ditaduras corruptas e sanguinárias mundo afora.

Foram, nos últimos anos, R$716 bilhões, transferidos pouco mais de R$400 bilhões do Tesouro Nacional para o BNDES, e o restante retirado da conta dos trabalhadores brasileiros: FAT, FGTS, PIS/Pasep; bilhões de reais, s trabalhadores não recebem a remuneração de mercado. Não, eles estão tendo seus recursos subtraídos. ma linguagem que eles entendem bem, eles estão sendo roubados pelo Governo Federal, que utiliza os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

recursos que lhes pertencem para fazer gentileza a grupos econômicos e a outras nações. Gentileza, portanto, com o chapéu no trabalhador; generosidade explícita do Governo à custa do suor dos trabalhadores brasileiros.

O que proponho para análise de V. Sª é se seria possível a eliminação dos juros subsidiados – esses juros privilegiados praticados pelo BNDES. Se não poderíamos ter, a não ser em circunstancias excepcionalíssimas, a prática de juros subsidiados, mas, de modo geral, a mesma taxa de juros praticada pelo mercado. Se nós eliminarmos esse subsídio generoso, certamente nós puxaremos para baixo a taxa de juros de mercado. Então praticaremos uma taxa de juros inferior à praticada atualmente.

Veja que não é um economista que está falando, eu não estou usando o tecnicismo econômico para expor esse pensamento, mas imagino que essa é uma matéria que pode ser discutida. Essa sugestão pode ser avaliada. Eu não sei qual o pensamento de V. Sª.

E, finalmente, faço uma pergunta mais técnica: nos modelos teóricos tradicionais, o Banco Central conduz a política monetária com foco, basicamente, em duas variáveis econômicas: taxa de inflação e taxa de desemprego.

No Brasil, uma terceira variável é relevante para as decisões da autoridade monetária: o custo fiscal das taxas de juros, chegando-se a falar até, em alguns momentos extremos, na dominância fiscal, situação em que as dúvidas sobre a solvência da dívida pública tornariam ineficiente o uso do principal instrumento da política monetária – as taxas de juros – para controlar a inflação.

Mesmo que não enfrentemos essa situação extrema, o senhor acredita...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – ... que o custo fiscal das taxas de juros limita a atuação do Banco Central do Brasil?

Essas são as indagações, mas, ao final, quero dizer a V. Sª que conta com meu integral apoio, porque respeito o estudo, a pesquisa, o talento, o preparo, a qualificação técnica na composição de uma equipe de governo.

Por isso, V. Sª tem o meu voto e o meu apoio.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Eu pediria silêncio à Comissão, para que pudéssemos seguir.

O Senador Hélio José estava inscrito. Como não está no plenário, passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia e, logo depois, ao sabatinado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, Sr. Relator, Dr. Ilan, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentá-lo pelo conceito de que V. Sª desfruta hoje na sociedade brasileira, por sua sólida formação acadêmica, por sua passagem tanto pelo setor privado, como pelo setor público. Portanto, é um prazer estar na presença de V. Sª neste momento.

Eu não quero ser repetitiva, vou apenas fazer uma pergunta bem rápida, porque acho que o que interessa aqui é o voto.

O Sistema Financeiro Nacional é uma das referências internacionais em termos de regulação. Os bancos brasileiros são sólidos, a despeito da concentração bancária ocorrida nas últimas décadas.

A partir de 2012, o Governo adotou uma política de incentivar a demanda agregada para conter a desaceleração da economia. Usou, para isso, os bancos públicos como um instrumento de política para aumentar a oferta de crédito na economia.

Atualmente, com a recessão, observamos a inadimplência do sistema financeiro crescendo. Os atrasos nos pagamentos dos empréstimos são mais preocupantes nas instituições financeiras oficiais, especialmente na Caixa Econômica.

Sem considerar a possibilidade de o Tesouro Nacional vir a aportar recursos a esses bancos, o senhor acredita que possa haver problemas de solidez nos bancos brasileiros a persistir a recessão econômica? E como o Banco Central pode agir para atenuar esses efeitos maléficos descritos nesse quadro?

Essa é uma das perguntas.

A outra seria uma pergunta referente à inflação, se V. Sª acredita que, na ausência de um ajuste fiscal severo, que outros instrumentos o Banco Central poderia utilizar, além dos juros, para combater a inflação?

Essas são as duas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Passo a palavra, então, ao Dr. Ilan para responder às questões.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Bom, vou responder as questões novamente na ordem perguntada, começando com V. Exª, Senador Alvaro Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Senador aborda algumas questões extremamente relevantes, começando pela questão da dívida pública. A dívida pública, de fato, é a questão mais iminente que temos hoje no Brasil, e é por isso que as medidas recém-anunciadas focam nisto: em vez de haver um teto para endividamento, há um teto para despesa; havendo um teto para despesa, no final das contas, acaba havendo um teto para o endividamento.

Qual é a vantagem dessas medidas fiscais? Há dois tipos de vantagens. Primeiro, uma vantagem em termos econômicos gerais: a incerteza diminui; o investimento consegue voltar; o consumo volta; a renda volta a circular; e podemos ter esperança na recuperação da economia num futuro próximo. A segunda vantagem é que ter conta pública em ordem é importante para os custos da política monetária. A desinflação pode ter custo, e, se as contas públicas estão em ordem, isso reduz seus custos, com certeza.

V. Exª questionou o fato dos juros subsidiados, e o que se pode fazer. Poderiam ser extintos? Eu vou responder dizendo que, ao mesmo tempo em que há questionamentos sobre altos juros no crédito livre, tem que se levar em consideração o crédito subsidiado. Há uma relação entre um e outro. Quanto mais subsidiado temos, mais sobra para o crédito livre ter uma taxa maior. Portanto, a indagação sobre se os juros subsidiados têm impacto, têm impacto. E quanto mais trabalharmos nessa questão de juros subsidiados melhor vai ser para reduzir os juros na parte livre.

Finalmente, a questão da dominância fiscal, ou seja, nessa questão de as contas públicas não estarem em ordem, será que isso coloca alguma restrição à política monetária? A minha resposta aqui vai ser objetiva. Não vejo dominância fiscal. Acho que o Banco Central pode, tem trabalhado e vai continuar trabalhando para reduzir a inflação sem haver essa restrição. Agora, é claro que quanto melhor estiverem as contas públicas melhor vai ser a condição de o Banco Central atingir a sua meta, e o custo da política monetária será menor.

A Senadora fez duas perguntas. Uma delas é sobre a questão do sistema financeiro, das medidas de estímulo que passaram pelos bancos públicos, e de que houve algum aumento de inadimplência, nos últimos tempos, se isso gera alguma consequência e se eu teria algo a comentar. O que tenho que comentar aqui é que acredito que a supervisão e a fiscalização dos bancos públicos para frente – e foi também para trás – terá que ser equivalente. Não devemos ter dois regimes. O regime é equivalente. Com isso, acho que resguardamos muitos dos problemas que foram apontados por V. Exª.

A outra pergunta diz respeito à inflação: na ausência de um ajuste fiscal severo, quais são os outros instrumentos? Eu acho que não dá para prescindir do ajuste fiscal. Tem que haver o ajuste fiscal. Mas há outros instrumentos também. Que instrumentos são esses? A expectativa, a comunicação do Banco Central, a transparência, a prestação de contas. Tudo isso faz com que, uma vez que o Banco Central sinaliza uma trajetória futura, ela tenha muito mais credibilidade. Nós sabemos, através dos nossos modelos e da nossa prática, que uma vez que as expectativas de inflação convergem, a própria inflação vem atrás. Então, não dá para prescindir do ajuste fiscal, mas há outros instrumentos que dá para utilizar, se se trabalhar bem a credibilidade, a comunicação e isso levar à queda de expectativa de inflação e, portanto, da inflação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente, eu gostaria de fazer uso da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para a réplica, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Prezado Dr. Ilan, a resposta sobre a questão da dívida não alcançou a indagação que fiz, porque ela se cingiu a uma providência do atual Governo para conter o crescimento da dívida pública. A nossa indagação diz respeito a medidas que o Governo pode propor para reduzir o impacto da dívida atual, que é gigantesca, monumental – vai chegar, em 2018, segundo analistas, a cerca de 85% do Produto Interno Bruto –, e que consome hoje 50% do que o País arrecada para o pagamento de juros e serviços. Esta é a questão: o que o Governo pretende fazer para reescalonar o pagamento dessa dívida, de forma a comprimir menos a economia do País?

De outro lado, eu considero insuficientes as medidas adotadas pelo Governo, como mecanismos de fiscalização e controle da dívida pública, com o objetivo de reduzir gastos – inclusive é uma iniciativa pouco criativa, porque inclui saúde e educação, que, a meu ver, deveriam estar excluídos, uma vez que há muito tempo, no Congresso, nós trabalhamos e defendemos o aumento de gastos com saúde e com educação, e não a redução. Já há um caos na saúde do País, e o Governo propõe reduzir gastos. Nós não concordamos com isso. Creio que o Governo poderia elevar os cortes em outros setores secundários, periféricos, e preservar o orçamento destinado à saúde, especialmente, em razão do caos, e à educação.

Creio, portanto, que são medidas insuficientes também no combate ao endividamento público. As despesas correntes cresceram de forma extraordinária nos últimos anos, e quero crer que o Governo necessitaria de adotar medidas de maior profundidade, determinando um corte de maior radicalidade, para reduzir gas- correntes e reservar espaços para investimentos, porque foram terrivelmente reduzidos. São essas as duas estões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Há outra questão sobre subsídio também. O nosso objetivo é ir além do que propõe o futuro Presidente do Banco Central em matéria de utilização de subsídio. Na verdade, estamos utilizando excessivamente recursos públicos oriundos do Orçamento e, obviamente, do Tesouro Nacional, e, obviamente, de setores já elencados aqui, como FAT, FGTS, PIS/Pasep; recursos que deveriam estar exclusivamente destinados aos trabalhadores e em seu benefício. E, na verdade, são recursos sacados para beneficiar poderosos grupos econômicos, tanto é que se chamou campeões nacionais, e inclusive outras nações não merecedoras, porque entendo que nações não democráticas não deveríamos alimentar, porque estamos alimentando ditaduras corruptas e sanguinárias.

Essa é a minha opinião que transfiro, na esperança e oferecendo um voto de confiança de que essa equipe possa nos oferecer alternativas mais criativas do que aquelas que tivemos nos últimos anos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O próximo bloco será composto pela Senadora Regina Sousa, pelo Senador Hélio José e pelo Senador Lindbergh Farias.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer algumas perguntas mais baseadas no texto que V. Sª apresentou, mas antes gostaria de fazer um comentário. Alguns Senadores fazem a introdução com uma análise da conjuntura, é só analisam Dilma, não colocam a situação atual. Afinal de contas, são 26 dias de um Governo provisório.

Por exemplo, hoje amanhecemos com notícias terríveis para a conjuntura, para a estabilidade do País, que é o pedido de prisão para os Presidentes das duas Casas. Se isso acontecer, será o caos, pois já estamos com a Presidente afastada. E as pessoas não colocam essas questões como elemento da conjuntura que podem influenciar a estabilidade. As manobras, na Câmara, para evitar a cassação do Eduardo Cunha, são vergonhosas para o País, mas as pessoas nunca as mencionam. É só Dilma.

Quero fazer cinco perguntas bem pequenas. Eu me baseei na sua fala, quando, por exemplo, diz: "Quando a inflação retorna ao centro da meta após eventuais choques?". Que choques são esses que poderiam acontecer? O senhor fala em "manter o compromisso e aprimorar o rigor e a excelência da supervisão do Banco Central". E, lá em frente, diz: "Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente." Esse sistema financeiro sólido e eficiente está sendo muito à custa...

Eu sei que o senhor já falou muito desse assunto, mas deixou-nos um pouco insatisfeitos, quer dizer, vai fiscalizar as taxas escandalosas que esse sistema pratica? Quanto a essa questão da fiscalização, já houve uma lei que tinha uma taxa de fiscalização para os bancos. Seria oportuno retornar essa lei?

O senhor fala também da credibilidade das políticas e dos gestores, o que é essencial para a estabilidade. Eu pergunto se, nessa credibilidade, está a opinião pública, porque o mercado eu sei que tem demonstrado a credibilidade nos gestores, mas e a opinião pública, que está dando 90% de rejeição ao Presidente? Ministros investigados e outras coisas mais não alteram, não vão influenciar nessa credibilidade, nessa estabilidade?

Outra questão: a ampliação da meta fiscal de R$96 bilhões para R$170 bilhões e o reajuste generoso dado aos servidores, que envolve R$58 bilhões, quando, no orçamento, há 8,5% para este ano, também não vão desestabilizar alguma coisa nessa estabilidade? Inclusive, há o teto salarial, que tem um efeito cascata terrível. Não sei se fizeram essa conta também, mas o teto salarial tem um efeito cascata, inclusive lá nas câmaras municipais das capitais.

A última é uma especulação. Eu ouvi que a taxa de juros pode começar a cair a partir de amanhã. Eu pergunto se isso é uma marca de chegada, ou é uma tendência a queda de juros a partir da reunião do Copom de amanhã.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, Senadora Regina.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar a nossa Senadora Gleisi Hoffmann pela condução dos trabalhos, Presidente da CAE; cumprimentar o Ilan Goldfajn por sua indicação brilhante, num momento muito importante do nosso País, para assumir tão importante posto; cumprimentar nossa assessoria do Banco Central aqui presente; e também os nossos Senadores e Senadoras desta Casa.

Sem dúvida, temos um excelente nome, com formação técnica forte, experiente no setor público, no setor privado, um profissional reconhecido, com larga experiência no setor financeiro brasileiro, com ampla visão da economia nacional e internacional, além de já ter passagem pela diretoria colegiada do Banco Central. Suas qualidades e sua formação o credenciam a uma bem-sucedida gestão à frente da autoridade monetária brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Sem dúvida, Ilan, é um desafio muito interessante. Eu tive a oportunidade de dialogar com V. Sª por quase uma hora em meu gabinete, vi o seu desejo de ajudar o Brasil a superar este momento difícil. Os desafios realmente são grandes.

Algumas perguntas já foram feitas. Eu vou fazer outras aqui que espero que não tenham sido feitas, porque hoje estamos numa correria. Já tivemos que fazer audiência pública com o Ministro Kassab, hoje de manhã, na Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual sou Vice-Presidente; estamos tendo uma importante audiência na Comissão de Educação e esta fundamental audiência, para o nosso País, do Banco Central.

No atual quadro, o Banco Central tem optado recentemente por não subir os juros, diante da desaceleração dos preços registrados nos últimos meses. Quando será possível começar a reduzir a taxa básica de juros? Eu não sei se o senhor já respondeu a essa pergunta, mas, se não respondeu ainda, gostaria de ouvi-la.

A taxa de câmbio e intervenções. Como o novo comandante do Banco Central, terá de lidar também com a política cambial brasileira, ou seja, como será conduzido o preço do dólar, da libra esterlina, que fica numa flutuação terrível?

Outra questão importante: hoje enfrentamos uma série de dificuldades na área econômica, com inflação e desemprego em alta. Ainda, as contas públicas estão em deterioração, com um rombo previsto de R$170 bilhões no Orçamento deste ano. Como o senhor vê os desafios pela frente na condução da política monetária à frente do Banco Central? O ajuste fiscal em curso deverá auxiliar esse trabalho da política monetária? Qual a sua previsão de horizonte de tempo para que a economia se recupere e retome a sua tão desejada trajetória de crescimento?

Sr. Ilan, eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. Como engenheiro e com uma carreira pública de analista de infraestrutura que trabalha nos 15 Ministérios da infraestrutura nacional, nós sabemos a importância dos investimentos públicos, principalmente na infraestrutura, para a retomada do crescimento, para a retomada do emprego, e o quanto essa carestia, com esses juros altos, influencia de forma negativa para essa retomada de crescimento. Então, para nós é muito importante ouvir de V. Sª, um especialista em mercado que dirigiu um dos principais bancos brasileiros, a forma de a gente sair dessa crise.

Outra situação: eu apresentei aqui, no Senado Federal, um projeto autorizativo para a criação de uma Agência Brasileira de Negócios. Ela visa exatamente fazer o papel que nem a ABDI nem a Apex hoje vem fazendo, que é objetivamente reunir o nosso pessoal do mercado internacional e fazer a atratividade dos fundos internacionais de Singapura, dos fundos internacionais do BRICS, dos fundos internacionais dos árabes, dos americanos, dos europeus, que queiram investir nas nossas obras de PAC, de PIL e outras obras estruturantes para o nosso País. Eu gostaria de ouvir a vossa opinião a respeito de tão importante órgão, que poderia ser um órgão enxuto, pequeno e que tivesse essa tarefa de atrair realmente os investimentos onde eles precisam ser feitos aqui em nosso País.

Para finalizar, como o senhor vê as perspectivas para o início da alta dos juros nos Estados Unidos? Como essa alta deve influenciar na volatilidade da nossa taxa de câmbio doméstica? Quais os impactos sobre as contas externas? Quais cenários são possíveis para o Brasil em desdobramento dessa alta? Porque todos sabemos o quanto a econômica americana influencia a nossa economia. V. Sª esteve à frente de um dos principais bancos brasileiros. Eu inclusive elogio essa indicação do Ministro Meirelles e do Presidente Temer. Embora eu gostasse muito do nosso querido Tombini, meu colega de faculdade da UnB, que estava fazendo um excelente trabalho, não tenho dúvida de que V. Sª vindo, com essa visão de mercado, do sistema bancário brasileiro, pode contribuir muito com a gente neste momento.

Então, eu gostaria de ouvir essas respostas. Obrigado, Ilan.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Hélio José.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu queria começar cumprimentando o Sr. Ilan. O que vou fazer aqui não são críticas pessoais. Eu sei da vossa capacidade, da vossa competência, do vosso currículo.

Agora, eu queria começar, Srª Presidente, reclamando aqui desta sabatina. Olha, a sabatina do FED demora dias. Pediram para colocar em votação. De que serve aqui a minha fala se os votos já estão lá? E o pior: eu estou chocado porque pediram para eu ir embora. Esvaziaram a Comissão. Isso é um escândalo! É chocante.

Não é nada pessoal, Sr. Ilan Goldfajn, mas eu vou, sim, entrar com um recurso no Supremo para pedir a anulação desta sabatina desta sessão. Eu fui Presidente desta Comissão, e havia um acordo que a oposição nunca deixava... E a gente construía dessa forma. É um absurdo isto aqui. Eu começo com esse ponto.

O segundo ponto que eu queria falar é como alguns defendem o discurso da autonomia do Banco Cen-
, e inclusive defendem um mandato fixo, passando de um presidente para outro. O Senador Romero Jucá
ı um projeto que fala o seguinte: Presidente do Banco Central com mandato de quatro anos – dois anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

um Presidente e dois anos de outro Presidente, porque a lógica é para não haver interferência política nem do Presidente eleito. Esse discurso eu vejo muita gente do mercado defender. Mas o engraçado é que tiram o Presidente do Banco Central no Governo interino, antes do julgamento final da Presidente da República! Qual é a necessidade de fazer isso? Essa é a primeira pergunta que eu faço aqui. E se há mudança de governo? Olha a situação que nós temos: daqui a dois meses, outro Presidente do Banco Central.

Então, a primeira pergunta que eu faço para o senhor é como o senhor vai conseguir passar mais credibilidade do que o Tombini, se será interino, em um governo marcadamente sem legitimidade e tendo que conviver com a política fiscal desorganizada. Foi o termo que eu achei para falar dessa política fiscal. Eu queria a opinião de V. Exª, porque V. Exª, no ano passado, 2015, escreveu um artigo. Quando a Presidência da República enviou para esta Casa um orçamento com um déficit de R$30 bi, o senhor escreveu um artigo, no dia 1º de setembro – "Qual é a alternativa?" –, no qual o senhor afirma que aceitar o déficit primário é a pior saída. A gente viu que o Relator, Ricardo Barros, colocou uma meta superavitária.

Aí eu chego às contas deste ano. Nos quatro primeiros meses do ano da Presidenta Dilma, nós tivemos um déficit de R$5 bilhões, uma média de R$1,4 bilhão por mês. O Governo interino de Michel Temer mudou para R$170 bilhões, R$165 bi em oito meses. Aí o senhor pode dizer para mim que, de fato, no acumulado de 12 meses, nós estamos com déficit de R$139 bilhões. Só que, dentro desses R$139 bilhões, há R$55 bilhões que foram pagos a partir daquela decisão do TCU que mexeu naqueles critérios das chamadas pedaladas. Então, nós podemos dizer que temos um déficit, em 12 meses, de algo em torno de R$80 bi, se você desconta as pedaladas. Por que esses R$170 bilhões? Qual a influência na política monetária que esse afrouxamento vai ter? Qual é a influência? E eu quero falar sobre funcionalismo. Há acordos ali muito legítimos, que foram construídos há muito, muito tempo. Mas criação de 14 mil cargos e aumentar o teto do Supremo Tribunal Federal, neste momento? Então, eu faço esses questionamentos sobre a questão fiscal.

V. Exª, também nesse artigo que fala que aceitar o déficit é a pior saída, entra em um debate que, para mim, é um debate muito importante sobre a característica desse Governo do Temer. Diz o senhor: "Acredita-se que a sociedade adotou um grande contrato social desde pelo menos a Constituição de 1988, cujos benefícios concedidos a vários grupos já não cabem no PIB". O que a gente está vendo nas primeiras medidas desse Governo interino de Michel Temer é essa posição, por exemplo, de limitar a inflação, as despesas primárias, os gastos sociais com saúde e educação.

Eu quero chamar a atenção dos senhores aqui que, se isso valesse nos últimos dez anos, de 2006 para cá, qual o impacto que teria nos recursos da saúde e da educação?

Para os senhores terem uma ideia, na saúde, em 2006, nós investimos R$40,6 bilhões; em 2015, fomos para R$102 bilhões. Se houvesse essa regra em 2006, em vez de R$102 bilhões, nós teríamos apenas R$65 bilhões. Olhem o encolhimento de recursos que teríamos para a saúde!

Na educação, é pior. Na educação hoje, nós investimos R$103 bilhões. Se essa regra valesse desde 2006, nós teríamos R$31 bilhões, um orçamento 70% menor.

Isso aqui vai penalizar os mais pobres, como acabar com a vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário também penaliza o mais pobre. Eu pergunto: que ajuste é esse, Sr. Ilan Goldfajn, que penaliza os mais pobres e aumenta o teto do funcionário do Supremo Tribunal Federal? O que nós estamos construindo?

E aqui entro em outro ponto que, para mim, também é muito importante: ao fazer a pergunta da sua opinião sobre esse controle das despesas primárias, sobre inflação, por que não ter o controle das despesas nominais, dos juros? O senhor, que defende esse projeto, concordaria também com um projeto que limitasse, de alguma forma, o pagamento de juros? O que é engraçado neste debate todo é que o debate é só no primário, e o nominal fica completamente solto.

Nós pagamos de juros, nos últimos 12 meses, R$464 bilhões. O nosso déficit nominal é de R$603 bilhões. R$464 bilhões de pagamento de juros! E não vemos esse debate aqui. A discussão é sempre: "corta um bilhão da universidade; corta um bilhão de lá."

E aí eu queria entrar no outro ponto que são os *swaps* cambiais. No ano passado, nós perdemos R$100 bilhões nos *swaps* cambiais. Neste ano, estamos ganhando algo em torno de R$40 bilhões, R$50 bilhões, mas, no ano passado, perdemos R$100 bilhões. Então, eu queria muito que o senhor falasse sobre o impacto fiscal dessa política monetária e cambial. Eu falava, naquele período do Levy, que nós estávamos enxugando gelo, porque o déficit nominal aumentou, a dívida aumentou porque, de fato, nós cortamos por um lado, mas aumentamos a taxa de juros por outro lado.

Queria que o senhor falasse também sobre a indexação dos títulos da dívida pública à Selic. Para mim, era fundamental acabarmos com essa indexação dos títulos da dívida pública à Selic, porque acho que temos esse fenômeno no País, que é uma pressão política muito grande de amplos setores para aumentar a taxa Selic, porque aumenta os rendimentos dos detentores dos títulos da dívida pública. Esse é um problema concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por que nós temos a maior taxa de juros? Em vários momentos, no começo do ano passado, nós tínhamos o problema de preços administrados; não era inflação de demanda. Mas sabe por que aumenta? Porque não é só o sistema financeiro. Os maiores empresários deste País investem nos títulos da dívida pública e fazem pressão, via jornais e sua imprensa que cobre a economia, para aumentar a taxa Selic. Então, o fim dessa indexação com a taxa Selic, para mim, é algo fundamental.

Quero entrar num outro ponto sobre a questão do câmbio. Acho que o Senador Armando Monteiro, que foi um grande ministro, foi muito feliz de falar da recuperação das nossas exportações, da possibilidade de recuperação da nossa indústria. Felizmente, nós achamos um patamar que eu considero confortável para o câmbio, porque vale dizer que, no último período da nossa história, em vários governos, inclusive nos nossos, o Banco Central, querendo controlar a inflação, usou muito o câmbio com efeito destruidor para a nossa indústria, para o nosso setor de exportação.

O senhor, há poucos meses, numa entrevista, falou sobre um comitê de política cambial. Quero dizer que sou simpático a essa proposta aqui, porque, seria um comitê mais amplo, inclusive com a participação do Ministério da Fazenda. Dr. Ilan Goldfajn, não sei se o senhor agora, depois da sabatina, como Presidente do Banco Central, vai concordar com o que o senhor falou há poucos meses – espero que sim...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... porque essa seria uma iniciativa que acho importantíssima para o futuro, para que o Banco Central, sozinho, não comprometa mais a nossa indústria, como foi feito no último período, com a finalidade apenas de ajudar a controlar a inflação. Ter um comitê garantiria uma preservação para que, no futuro, isso aqui não voltasse a acontecer.

E há aqui as duas últimas perguntas – uma, sobre emprego. O senhor, em 5 de março de 2013, escreveu um artigo que diz o seguinte – primeiro com a pergunta: "A sociedade está preparada para reduzir o consumo e desaquecer o mercado de trabalho para reduzir a inflação?" Aí o senhor continua: "O mercado de trabalho aquecido tem gerado aumentos de salários que, repassados aos preços, têm gerado resistência à queda da inflação". E conclui: "Não está claro se há consciência na sociedade de que, para manter a inflação sob controle, possa ser necessário, temporariamente, reduzir o consumo e desaquecer o mercado de trabalho". Ou seja, aumentar o desemprego.

Queria que V. Exª falasse sobre o contexto disso. V. Exª terá, como centro no Banco Central, a meta de controlar a inflação. Espero que V. Exª não trabalhe em cima desses pontos aqui desse artigo. Não precisamos, nesse caso, ir por aqui.

Naquele período – estávamos falando em março de 2013 –, a inflação de 2012 tinha sido de 5,84% e estava claro que, naquele período, Dr. Ilan Goldfajn, a questão central foi alimentos. A coordenadora de preços do IBGE, na época, dizia o seguinte: "A aceleração da inflação, nos últimos 12 meses de 2012, foi causada pelos preços de alimentos, basicamente causados por choques climáticos". O aumento de alimentos foi 9,86%.

Queria que o senhor explicasse em que contexto escreveu esse artigo. Sei que é problemático, porque o senhor escreveu praticamente um artigo por semana nesse período, tem opiniões não só como economista do Itaú, mas também como acadêmico que é. Queria que o senhor explicasse isso aqui e desse sua opinião sobre um projeto que existe, neste Senado Federal, que é de duplo mandato para o Banco Central. Esse projeto é meu.

O Banco Central norte-americano tem duplo mandato, crescimento, geração de empregos e controle da inflação. Devo dizer que, aqui no Senado Federal, esse projeto foi derrotado, porque era projeto de lei complementar, precisaria de 41 votos, mas, na votação, tivemos 32 contra 31. É um projeto que está na pauta, que queremos votar, e seria muito interessante o senhor se posicionar sobre isso.

E, por fim, não quero insistir, a Senadora Vanessa já fez uma fala, explicando a questão do conflito de interesse, de fato, em função de o Banco Central exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.

Temos hoje, Sr. Ilan Goldfajn, juros de cartão de crédito de 420%. Somos vítimas, como cidadãos, das instituições financeiras completamente livres financeiras completamente livres. V. Exª acha que vai ter independência suficiente para aplicar penalidades, para ter rigor no controle das instituições financeiras? É esse o questionamento que eu faço. Eu defendo muito o Banco Central, com seus funcionários públicos. Eu acho que houve um período do Governo da Presidenta Dilma que toda a diretoria do Banco Central era diretoria de funcionários públicos.

Eu acho que esse é o melhor caminho, mas faço esses questionamentos ao senhor e pergunto também no será a relação do Banco Central com a Febraban?

São esses os meus questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muito obrigado e espero que V. Exª entenda, não é nem uma crítica pessoal, volto a dizer isso. Respeito as suas posições, o seu trabalho, o seu currículo, mas eu acho que essas questões aqui são importantes, principalmente, a de mudar o presidente do Banco Central num governo interino.

Acho que a prudência devia ter sido esperar o julgamento final do Senado Federal.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Dr. Ilan.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Bombeado pelas perguntas, permita-me aqui levantar várias questões. Eu vou começar na ordem, novamente na ordem que fui perguntado.

A Senadora Regina Sousa me pergunta no discurso que choques são esses que o Banco Central tem que lidar para a volta para a meta? Há alguns choques que ocorrem ao longo do tempo, alguns recentes. Na resposta ao Senador Raimundo Lira, eu elenquei dois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não. Eu elenquei dois: um é choque de preços administrados, quando tem que elevar muito os preços administrados num período bem concentrado. Aqui eu estou falando, por exemplo, de energia elétrica, que subiu 50%, 60%. É algo que eleva muito a inflação e depois tem que se lidar com isso. Eu citei um outro choque, que é o choque de câmbio, quando o câmbio deprecia 100%. Esse é um choque com que tem que se lidar.

Agora, há outros choques, como o choque de alimento. O Senador Lindbergh acabou de mencionar que em 2013/2012 houve o choque de alimento. Esse é um outro choque com que o Banco Central tem que lidar. Então, são esses choques a que eu me referia. Eu colocava que, uma vez que ocorre o choque, o intervalo de confiança das metas é usado para acomodar esses choques e tentar voltar para o centro da meta, que é o objetivo do Banco Central.

Sobre a questão das taxas de fiscalização, parece que tem uma taxa de fiscalização, essa é uma questão que eu teria que assumir, ainda não assumi. Acho que é prudente esperar para me manifestar sobre isso, caso seja aprovado por esta Comissão, e depois pelo Plenário, e só então ver essa questão da taxa de fiscalização.

Uma outra questão é sobre a credibilidade. A pergunta: "E a credibilidade da opinião pública?" Eu acho que a credibilidade de toda a sociedade é relevante. No Banco Central, quando a gente fala de credibilidade, não é só a credibilidade do mercado, porque afinal quem determina os preços é a sociedade. Quem vai subir o preço ou não vai subir o preço é o empresário, é aquele pequeno produtor. Então, quando a gente fala de credibilidade, de fato, é uma credibilidade com a sociedade.

Quanto à questão fiscal do reajuste de servidores, eu não vou me manifestar sobre uma decisão de Governo. A única coisa que eu quero dizer – e eu já tenho dito isso, já falei essa questão aqui nesta sabatina – é que ordem nas contas públicas é essencial para o Brasil voltar a crescer, é essencial também para reduzir o custo da desinflação no Brasil. Então, isso é relevante, e acredito que o Governo está trabalhando nessa linha.

Depois, V. Exª coloca a questão dos juros: mas, amanhã, já vai começar a cair? Olha, quando vai começar a cair – acho que houve outra pergunta –, vai começar a cair quando tivermos as condições para isso. E isso vai ser decidido, o Banco Central já tem um comitê, uma decisão colegiada, a cada 45 dias, vai avaliar e, quando houver as condições, vai reduzir. A senhora pergunta se é a partir de amanhã. Acho que, dadas as nossas condições – estamos aqui –, provavelmente, ainda teremos o Presidente Tombini tomando essa decisão com a Diretoria Colegiada de hoje.

Bom, pergunta depois, o Senador Hélio José: quando será possível reduzir a Selic? Acabei de responder. Será possível quando houver as condições.

Aí, há uma outra pergunta: como será conduzido o preço do dólar? Aqui, ele não será conduzido, será flutuante. O tripé macroeconômico, o velho e bom tripé tem a responsabilidade fiscal, que é o que respondi agora sobre as contas públicas, o controle da inflação, que é a meta de inflação, e o regime de câmbio flutuante. Então, o regime de câmbio flutuante é e continuará sendo de extrema ajuda para a economia brasileira.

E, aí, vou fazer um aparte, para poder já responder a essa questão para o Senador Lindbergh, porque, de fato, ter uma taxa de câmbio flutuante faz com que você, ao mesmo tempo, consiga equilibrar internamente e externamente a economia brasileira. De que forma? Externamente, você mexe no balanço de pagamentos. Acho que algum Senador já comentou como o déficit em conta corrente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Foi o Senador Armando Monteiro.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Exatamente. O Senador Armando Monteiro comentou como um déficit que es-
a em 4,4% do PIB caiu e é provável que continue caindo daqui em diante. Essa estabilidade é relevante. Ago-
a taxa de câmbio, na medida em que é flutuante, também ajuda o equilíbrio interno. Quem viu as contas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

IBGE, de atividade, viu que o componente que cresceu no PIB no primeiro trimestre foi o componente externo, exportações sobre importações, e que ajuda nesta recessão. Então, ter o câmbio flutuante é relevante para isso.

Em relação quando a economia vai voltar a aquecer, já me manifestei aqui que a economia voltará a crescer na medida em que estabelecermos as condições. Que condições são essas? Controle das contas públicas, dar um horizonte para a dinâmica da dívida, ter reformas que a sociedade acredite, de tal forma que investimentos que, hoje, estão represados... porque se há tanta incerteza, se não há uma certeza, como é que se vai pagar essa conta? Então, o investimento não sai. Se tiver essa clareza, o investimento volta, e é capaz que tenhamos uma volta do crescimento daqui para a frente.

Sobre a Agência Brasileira de Negócios, tive o prazer de ser relatado, tenho que olhar com cuidado, mas posso dizer um princípio: ter incentivo até aí, recursos até aí, investimentos para o País é fundamental. Eu acho que o investimento está aí, está olhando o Brasil, está esperando o Brasil reduzir as suas incertezas econômicas e políticas para poder entrar o dinheiro.

Qual o impacto da alta do FED no Brasil? Os desdobramentos? Normalmente, quando o juro é zero, quando há uma política de expansão quantitativa, há bastante liquidez, os recursos fluem para outras economias – economias emergentes em particular –, porque elas são vistas como um risco maior. E, quando o juro é menor, o juro é zero, acaba em tendo mais fundos de capital.

Então quando o juro começa a voltar, há aquele receio: será que vai reverter? Será que vai ter consequência agora? Todo benefício, quando veio, será que agora volta? Aqui é claro que tem que monitorar, ou seja, a volta para o juro americano, para o seu equilíbrio, tem que olhar com cuidado.

Agora, há um lado benéfico. O Banco Central Americano, o FED, só vai subir o juro se tiver confiança no crescimento dos Estados Unidos. E nós só estamos escutando discurso dos membros do FED, do Banco Central, porque eles já estão vendo que o desemprego abaixou de 5%. Só lembrando que o desemprego nos Estados Unidos chegou a 10%, e caiu agora para baixo de 5%. Então eles estão começando a ver que há condição.

Se de um lado isso nos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas, no último mês, voltou a aumentar.

O SR. ILAN GOLDFAJN – O quê?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No último mês, voltou a aumentar o desemprego lá.

O SR. ILAN GOLDFAJN – É. Voltou momentaneamente, mas eu acho que a tendência é reduzir.

Então a subida de taxa de juros lá vai acontecer quando estiverem confiantes no crescimento. Então, para nós, se a subida da taxa de juros complica, o crescimento ajuda, ajuda no comércio exterior. Então há esses dois lados que eu acho que deveríamos levar em consideração.

Agora vou responder as questões levantadas pelo Senador Lindbergh. Há várias questões aí que são úteis, porque alguns questionamentos não foram feitos anteriormente e eu acho bom colocar.

A primeira questão é a questão do mandato, como é que eu me sinto sem esse mandato. Eu vou dizer o seguinte: todos os presidentes que me antecederam também não tiveram mandato; acabaram ficando um tempo razoável pela estabilidade.

Eu vou trabalhar pensando no longo prazo, eu vou trabalhar pensando em projetos e vou melhorar o sistema, que vai reduzir a inflação no longo prazo. E, como nós hoje não temos uma autonomia operacional do Banco Central com mandato, não tenho, mas vou trabalhar olhando para o longo prazo.

Há vários artigos meus que V. Exª citou. Eu já imaginava, porque escrevo, de fato, várias vezes por mês no jornal – acho que eu escrevo desde 1999. Agora, algumas questões são relevantes; por exemplo, essa questão do déficit.

V. Exª coloca a questão do déficit; foi colocado pela Senadora a questão do déficit ser de R$170 bilhões. É claro que um déficit de R$170 bilhões não é bom, mas eu também acho que tem que fazer o diagnóstico correto, o diagnóstico inicial. Qual o déficit verdadeiro? Ou de onde estamos partindo? E aí, olhando esse déficit, colocar medidas que possam estabilizar ao longo do tempo.

As medidas que vão estabilizar são reformas olhando o futuro. Quando há problemas fiscais, você, de um lado, faz medidas no presente, mas também intercala ou mistura com reformas que mexem com o futuro. Só olhar o curto prazo não vai resolver. Há questões conjunturais e há questões estruturais. Deve ser uma combinação das duas questões.

Foi feita a seguinte pergunta: "Será que não deve haver um teto para a dívida nominal?" No caso da dívida nominal, acho que poderia até haver um teto, mas isso significaria competir internamente, o que dificultaria um pouco o trabalho do Banco Central, porque o Banco Central precisa ter os instrumentos para poder enxugar a liquidez. Uma parte da dívida do Brasil são instrumentos do Banco Central para enxugar, e o Banco Central, para enxugar – esta é uma questão mais técnica –, para poder estabilizar uma taxa Selic decidida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

precisa ter a capacidade de enxugar, e enxuga-se com títulos. Se houver limite, não vai haver capacidade de o Banco Central fazer o seu trabalho.

Outra questão: dado que o Banco Central recebeu uma meta, ele precisa ter instrumento para utilizar, e o instrumento são os juros.

Aí faz-se uma pergunta: "Ah, mas não devemos ter um objetivo para a taxa de juros?" Acho que não. Acho que devemos ter um objetivo para a inflação.

Eu acho – vamos concordar – que a inflação é um imposto regressivo. Toda vez que a inflação sobe, ela acaba subindo, primeiro, mais para os pobres. Por exemplo, no caso da inflação do ano passado, não sei se está claro que a inflação do INPC foi acima da inflação do IPCA, ou seja, a inflação dos mais pobres foi acima da inflação média. Então, a inflação tem um impacto social relevante. Muitas vezes me perguntam: "Será que o Banco Central não tem que se preocupar com a questão social?" Ele tem que se preocupar. Inclusive no seu mandato de inflação baixa, eu acho o instrumento social extremamente relevante.

Questão dos *swaps* cambiais. Essa pergunta não foi feita. Eu até achei que ia ser feita...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em homenagem ao Senador José Serra, eu não o fiz.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Aqui eu vou colocar duas questões.

A primeira questão é o estoque dos *swaps* cambiais. O estoque dos *swaps* cambiais chegou a 110 bilhões e, recentemente, caiu para cerca de 60 bilhões. Eu acho que ter as condições para reduzir esse *swap* foi um fato muito feliz, porque se conseguiu reduzir o estoque tendo condições para isso. Acho que isso foi feliz, e estou satisfeito, porque, de fato, houve as condições.

A segunda questão é o custo. Eu gostaria aqui de tecer comentários, porque o custo do *swap* deveria ser colocado com toda a posição cambial do Governo. O Governo tinha 110 bilhões de *swaps* vendidos, ou seja, quando o dólar subia, havia prejuízo, mas, do outro lado, tinha 370 bilhões de reservas. Toda vez que o câmbio subia, havia um lucro. Acontece que o *swap* cambial, pela questão contábil, entra no déficit, e o ganho cambial sobre as reservas entra na dívida. Quando nós somamos as duas coisas...

(Soa a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Quando o dólar se deprecia, o Banco Central e o Governo ganham, porque nós temos mais reservas do que *swaps*. E, quando se aprecia, ocorre o contrário. Então, muita gente fica feliz por ver o resultado do *swap* cambial, quando, na verdade, é o inverso nas reservas. Eu acho que a gente tem que olhar o todo. E aí discutir.

E aí eu respondi sobre a questão das reservas. Eu acho que a gente tem que discutir o estoque total das reservas e dos *swaps* em um futuro, quando a tranquilidade permitir. Num momento em que – no meu discurso eu coloquei – a incerteza econômica e política está acima da média, vamos manter um seguro. Mas eu acho que essa discussão é bem-vinda para o futuro. Qual é o tamanho, qual o custo? Acho que tem que ser colocada.

Bom, a questão do câmbio eu já respondi, respondi junto.

Indexação à Selic. Há o objetivo de alongar – e não é um objetivo do Banco Central, é um objetivo do Tesouro Nacional – o perfil da dívida, de reduzir a indexação à Selic. Isso acontece na medida do possível. Eu acho que, ao longo da última década, foi reduzida. Acontece que quando há incerteza, os investidores voltam para a segurança. E uma das seguranças é a indexação à Selic. Como é que a gente resolve isso? Reduz a incerteza, traz de volta a confiança, que a indexação à Selic vai acabar diminuindo.

Um outro artigo meu sobre o Copoc. Esse artigo na verdade não é de jornal, não; é um artigo que vem de um livro sobre a relação do Banco Central com o Tesouro Nacional, editado pelo Prof. Edmar Bacha, em que houve uma discussão de como é que se relacionam as contas do Banco Central com o Tesouro Nacional. E na verdade uma das questões importantes são os ganhos e as perdas cambiais, o que fazer com eles. Com 370 bilhões de reservas se imagina que uma depreciação gere ganhos, depois volte a gerar perdas; o que se faz com isso? Aqui há várias sugestões. E a sugestão que eu coloquei, dentro do debate público – e eu aliás considero extremamente relevante a sociedade se engajar no debate público, e esse artigo em especial é uma ideia acadêmica, dentro do debate público. Qual é a ideia? Vamos apartar esses ganhos ou perdas, constituir um fundo, e esse fundo tem uma administração diferente. Há outras ideias. Uma ideia é apartar esses ganhos e perdas dentro do balanço do Banco Central, para que fique transparente. E há outras ideias. Essas ideias vão ser avaliadas, agora sob o chapéu do possível Presidente do Banco Central, se esta Casa aprovar, e aí eu vou ver várias ideias acadêmicas, inclusive a minha própria, que não necessariamente é melhor que as outras, e avaliar qual é a melhor saída.

A questão do emprego, sobre o meu artigo do emprego. Aqui nesse ano de 2013, eu estava preocupa- com estímulos ao consumo, estímulos que poderiam não ser sustentáveis, que pudessem levar a inflação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a subir, e isso gerar um custo para a sociedade, porque uma vez que você deixa a inflação subir, para voltar é uma dificuldade. Aí se fala de custos. Já me foi questionado aqui sobre os custos da desinflação. Então a primeira medida para evitar os custos da desinflação é não inflacionar. E naquele momento eu estava preocupado, "olha, estou achando que há muito estímulo. Será que isso não vai elevar a inflação?" Acho que infelizmente elevou, acabou subindo a inflação, por várias razões, inclusive os choques que eu falei aqui, administrados e de câmbio. E acabou tendo o custo de emprego, que a gente não deveria ter.

Pergunta do duplo mandato. Qual a validade de colocar emprego no duplo mandato do Banco Central? Na realidade é quase triplo mandato, porque o Banco Central tem estabilidade financeira também.

E a pergunta: é necessário colocar o emprego? Eu acho que não é necessário. Acho que, de uma certa forma o emprego, quando você pensa no emprego de uma forma sustentada, você pensa no emprego como sustentável. E o crescimento, da forma como eu interpreto na literatura econômica, vem com investimentos na infraestrutura, com a educação, com a inovação, com a gestão, são questões que ultrapassam o mandato do Banco Central.

A questão do Banco Central, falou-se aqui de ser o zelador do presente, tem a ver, muitas vezes, com o curto prazo. E no arcabouço de metas de inflação, o curto prazo, leva-se em conta a atividade. Você tem um choque de inflação e quanto tempo leva para voltar? Leva um ano, dois anos, três anos, quatro anos, quanto tempo leva? O nível de atividade te ajuda a decidir.

Então, nessa questão de curto prazo, o regime de metas já leva em consideração e o mais importante, que é o emprego permanente, é dado por questões mais estruturais – investimento, educação, gestão –, que acho que ultrapassam o mandato do Banco Central.

Deixa ver se eu estou aqui com a última pergunta.

Acho que é isso. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Dr. Ilan.

O próximo Bloco será a Senadora Kátia Abreu, o Senador Ataídes, o Senador Agripino.

Então, com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

Eu só queria antes fazer uma saudação à Srª Denise Goldfajn que está aqui junto conosco, acompanhando-o – pelo menos fui informada. Seja muito bem-vinda.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Podemos saber qual seria o próximo Bloco, por favor, Senadora?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu vou ter que montar aqui porque vocês saíram e voltaram tantas vezes que vão passando os nomes, e agora vou passar a palavra à Senadora Kátia, vou montar o Bloco e depois comunico.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora, eu gostaria que V. Exª considerasse a minha inscrição.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, será considerada.

Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Gleisi Hoffmann, quero cumprimentar o Sr. Ilan e fazer aqui algumas perguntas, algumas minhas próprias e outras de tantas pessoas curiosas do mercado financeiro, com quem convivemos, que nos aconselham, que nos ajudam, estão todos muito aflitos e ansiosos para saber algumas posições.

Eu gostaria, Sr. Ilan, em primeiro lugar, saber a sua opinião a respeito de uma medida provisória que foi emitida no governo da Presidente Dilma a respeito da indexação dos certificados de recebíveis do agronegócio em dólar.

Nós estamos passando por momentos e situações em que é necessário aumentar os recursos para a agropecuária, para a agricultura. Essa medida provisória foi uma demanda dos Parlamentares, especialmente aqueles que defendem a agropecuária no Brasil, aqui no Congresso, para que fosse permitido, através das empresas exportadoras de carnes, de grãos, emitir os certificados com garantia na moeda americana. Essa MP está na Câmara dos Deputados e virá em seguida para o Senado, e eu gostaria da sua opinião.

É a primeira vez que o Brasil permite, através de uma MP, que recebíveis possam ser indexados na moeda dólar. Esse é especificamente para o CRA, que é o Certificado de Recebíveis do Agronegócio, e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, que é o CDCA. Temos outros setores também interessados nesta indexação, mas, especificamente, eu gostaria de saber do seu apoio ou não à aprovação dessa medida provisória.

Eu concordo com V. Sª que, de fato, os juros não podem ser ditados por teto ou piso. Os juros são ditados pela inflação. Nesse sentido, eu gostaria de saber – o senhor pode ter dito aqui para outros colegas, mas me atrasei, tive outro compromisso – se o senhor acha que nós estamos no rumo de alcançar a meta de 4,5 inflação, porque só teremos juros mais baixos se conseguirmos baixar a inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Com relação à reserva cambial, Dr. Ilan, eu acho complicada a discussão a respeito do tamanho dessa reserva cambial, porque, na verdade, não existe um limite, um tamanho de reserva. Existe ter o juro alto mais uma vez ou não. É o juro alto que vai ditar a inflação. E é o juro alto que vai dizer se as nossas reservas estão boas ou ruins, porque, se o juro estiver alto, é óbvio que o custo das nossas reservas cambiais aumenta. Hoje está no patamar de 2% do PIB o custo das reservas cambiais, que é a diferença do lucro em dólar para o juro que nós temos hoje. De qualquer sorte, a minha preocupação é justamente um ataque especulativo na menor hipótese de venda dessas reservas cambiais. Então, quero deixar registrado que acho muito complicado esse discurso e esse pensamento de nós mexermos nas reservas. É melhor controlar a inflação e baixar os juros, porque aí a nossa reserva não dá despesa.

Acho que, nessa inflação, nós estamos no caminho correto, pois, na medida em que a Presidente e a sua equipe econômica liberaram e ajustaram os preços administrados e também o dólar, é lógico que, nesse primeiro momento, teríamos uma inflação, que não chega a ser uma inflação artificial, mas uma inflação momentânea, por conta dos preços que foram ajustados na energia e no combustível.

Então, diante desse quadro, eu tenho a esperança muito forte de que nós possamos alcançar a nossa meta de 4,5. Gostaria de saber se o senhor divide comigo esse otimismo, a partir dessas medidas que já foram tomadas.

Outra pergunta, Dr. Ilan: o valor dos depósitos compulsórios no Banco Central já acumula hoje R$400 bilhões. O senhor vê algum espaço para utilizar parte desse compulsório como instrumento de política de crédito?

Outra pergunta: eu queria que o senhor fosse mais claro com relação ao *hedge* cambial. O Banco Central pretende prosseguir a política do Tombini de reduzir o *hedge* cambial através das operações de *swap* reverso, objetivamente, senhor futuro Presidente?

Existem alguns economistas que estão sugerindo que o Banco Central crie um sistema de depósito remunerado no próprio Banco Central para que os bancos privados possam ali depositar os seus excessos. Esses economistas que colocam essa ideia imaginam que isso poderia ser possível, se pudessem ser remunerados esses depósitos dos bancos privados no Banco Central, e poderia reduzir ou até eliminar as operações compromissadas com título público. Então, queria saber a sua opinião sobre isso – porque isso poderia reduzir a dívida bruta também –, se isso é uma ideia compatível ou não, mas são ideias de economistas, seus colegas. Não significa que estão certos.

E, por último, de acordo com a Lei nº 11.803, de 2008, o resultado financeiro das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado, quando positivo, gera um caixa na Conta Única do Tesouro e, quando negativo, a mesma coisa. Aí temos que fazer a operação ao contrário.

Então, na verdade, só deu operação positiva, e o Banco Central acumulou uma carteira de títulos do Tesouro muito grande, que alguns acham desnecessária. Eu, sinceramente, não sei, não tenho opinião formada sobre se essa reserva é muito grande, sobre se é necessária ou não. Acham que ela é acima do que é necessário para a política monetária.

Em caso positivo, se concorda com esse economista, o senhor pretende sugerir mudanças nessa sistemática? E, se sim, qual seria a sua proposta de limite desses depósitos?

E gostaria de registrar que também, assim como foi comentado aqui por alguns Senadores, fiquei bastante indignada e surpresa com o déficit de R$170 bilhões. Achei um déficit muito mais político do que técnico, para dar a impressão de que o Governo é duplamente irresponsável. Pediu R$96 bilhões e pede R$170 bilhões de déficit e, ao mesmo tempo, sinaliza contrariamente, aumentando o salário de algumas categorias no valor de R$56 bi. Tudo bem que estavam no Orçamento R$7 bilhões, tudo bem que neste ano são só R$7 bilhões, mas sinalizou o oposto do que está sendo declarado.

Então, digo que não é de R$96 bilhões, como a Presidente Dilma disse: o déficit é de R$170 bilhões. São R$170 bilhões, mas dou R$56 bilhões, que, na verdade, são só R$7 bilhões.

Então, quero só registrar que acho que esse déficit é político, não é um déficit técnico, apenas para ficar com margem e com a força política que hoje tem na Câmara dos Deputados, para ficar com margem suficiente, na verdade, para correr o risco até de aumentar os gastos.

E registro também que o déficit de R$170 bilhões não foi nominado item a item. O déficit de R$96 bilhões foi nominado item a item. Qual a diferença de um para o outro? Se, entre os itens dos R$96 bilhões, caso a Presidente estivesse governando, um item dos R$96 bilhões tivesse um superávit, nós seríamos obrigados a fazer uma economia. E, quando não listo e não nomino os itens, qualquer superávit que houver em qualquer es – que apenas está na justificativa, mas não está no projeto de lei dos 770 – eu posso deslocar superávit, a dar margem a gastos em outros itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, quero registrar que não concordo com esse rombo, como deu na imprensa, de R$170 bilhões que a Presidente Dilma deixou. Esse não é verdadeiro. Não concordo do ponto de vista técnico, acho que foi um rombo denunciado politicamente.

Por fim, ainda registro que ontem o Presidente interino, Michel Temer, fez o anúncio de que os decretos de nomeação dos órgãos públicos seriam suspensos, para esperar a aprovação de um projeto de lei, o PLS 555, que é de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Registro que, antes de sair do Ministério, nós publicamos o decreto, a Presidente Dilma publicou o decreto, fazendo com que esse PLS 555, do Tasso Jereissati, já valesse para a Conab e para a Embrapa.

Então, com a aprovação desse PL – eu copiei *ipsis litteris* o projeto de Tasso Jereissati –, estava havendo uma ameaça de haver um "desdecreto" na Conab e na Embrapa.

Mas, felizmente, pelo anúncio de ontem, parece que os Senadores Tasso Jereissati e Aloysio Nunes Ferreira acudiram a tempo e vão estender para todas as companhias do Brasil o projeto do Senador Tasso, que força a barra para que, nas companhias do Governo, possam ir de fato gente competente e gente que tenha currículo para dirigir as nossas empresas públicas.

Muito obrigado.

Eram só essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente Raimundo Lira.

Dr. Ilan Goldfajn, eu inicio parabenizando V. Sª – V. Exª, pois eu imagino que todos já votaram, e eu acredito na aprovação do seu nome. Eu inicio parabenizando V. Exª por ter decidido abrir mão da sua vida pessoal, particular e profissional para assumir essa árdua missão.

O desastre dessa política econômica errada do Governo Dilma passou e teve a mão e o carimbo do Banco Central do Brasil. Não tenho dúvida nenhuma disso.

Eu começo, Dr. Ilan, colocando o primeiro desafio que V. Exª vai ter, assim como o Ministro da Fazenda, Meirelles. Trata-se das dívidas públicas interna e externa do nosso País. É o grande desafio nosso. Em janeiro de 2003, o Brasil devia interna e externamente R$852 bilhões, depois de 500 anos. Depois de 14 anos de Governo do PT, essa dívida bateu hoje os R$4,1 trilhões. Aqui está o grande problema, o grande desafio dos senhores.

No ano de 2015, nós pagamos R$501 bilhões tão somente de juros dessa dívida. Aí está o desafio.

Esse juro de 14,5% trava qualquer economia, e nós sabemos disso. Eu sou empresário. O dinheiro fica caro para quem investe e fica caro para quem consome. Vamos ter de baixar essa taxa de juros.

O Senador Bezerra colocou com muita propriedade e com muita sabedoria – eu quero parabenizá-lo – questões a respeito desse juro do cartão de crédito, do capital de giro das pequenas e microempresas, acima de 200%, atingindo 400%. Não dá, e o País não caminha.

Com essa inflação que bateu os dois dígitos, com essa retração, Dr. Ilan, enquanto o mundo cresce em média 3%, com todas essas dificuldades que nós conhecemos mundo afora, o Brasil em 2015 retraiu 3,8%. E este ano, se continuasse o Governo Dilma, nós iríamos bater maior recorde mundo afora, pois iríamos ter uma retração acima de 6%. Mas, mesmo assim, nós podemos pensar numa retração na casa dos 4%. Isso é danoso.

Caderneta de poupança. No ano de 2015, Dr. Ilan, nós perdemos R$53,5 bilhões de poupança. Este ano, somente nestes cinco meses, nós perdemos R$38,8 bilhões de poupança. E como já foi dito, a nossa poupança já é pequena. Ela não representa 13% do nosso PIB. Nós sabemos também que é a caderneta de poupança a grande motivadora, incentivadora e mantenedora do mercado imobiliário no País. Nós não podemos continuar perdendo poupança. Nós estamos perdendo poupança porque o povo perdeu o poder de compra. O Lula disse que trouxe 3,2 milhões de famílias para a classe C, tirando-as das classes D e E. É verdade, mas só que, hoje, já voltaram quase 5 milhões de famílias para aquela realidade triste em que viviam. Nós temos que recuperar essa poupança. Nós não podemos deixar que essa retirada seja galopante.

Com relação à Previdência Social, nós estamos com um déficit da ordem de R$24 bilhões. Necessário se faz essa reforma da Previdência Social. Eu conheço um pouco do *swap* cambial, Dr. Ilan, porque venho da área contábil, da área do Direito Tributário, empresário há 30 anos. Eu conheço um pouco do *swap* cambial no Brasil. Nós perdemos nesses últimos 12 meses R$124 bilhões em *swap* cambial.

Eu tenho muitas dúvidas com relação a essa interveniência no dólar. A nossa balança comercial melhorou. Evidentemente que ela tinha que melhorar porque o nosso dinheiro perdeu o valor, e o dólar foi lá para cima. Evidentemente que todo mundo quer comprar do Brasil. Lamentavelmente, foi por isso que a nossa balança melhorou, as nossas *commodities*. Eu tenho muitas dúvidas com relação a essa interveniência do Banco Central junto ao dólar. Eu acredito nessa flutuação do dólar e sei que não é fácil intervir nessa moeda tão forte em relação, hoje, à nossa moeda tão fraca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Esse déficit primário, Dr. Ilan, tão aqui criticado dos R$170 bilhões, é interessante. O PLN nº 36, de 2014, aprovado aqui nesta Casa, no final do ano, já sofreu uma grande alteração. Em 2015, o PL nº 5 também. Nós tivemos um déficit primário, em 2015, de R$111,2 bilhões. Ou seja, diante dessa catástrofe, o déficit primário de 2016 vai ser menor que R$111 bilhões? É evidente que não. Esse déficit primário, se este Governo não tivesse sido afastado, iria ultrapassar os R$200 bilhões e não R$170 bilhões. Ter aprovado esses R$170 bilhões, e eu sou contra, eu votei contra todos esses aumentos. Mas necessário se fez aprovar esse déficit primário, em 2016, de R$170 bilhões. Isso foi uma questão de responsabilidade. E digo mais: podemos nos preparar porque pode chegar a R$200 bilhões esse déficit primário de 2016. Falo isso com muita propriedade.

Pois bem, o resultado de toda essa catástrofe, Presidente e Dr. Ilan, é o desemprego. Isso cai lá no mais pobre, no mais fraco. Essa história de que nós temos hoje 11,4% do PEA, representando em torno de 11,5 milhões de pessoas economicamente ativas, é mentirosa. Já disse isso. É mentirosa. O nosso desemprego hoje é mais de 25 milhões de pessoas, quando você pega quem está no seguro-desemprego e quando você pega o pessoal que está desalentado. Essa metodologia é errática, é enganosa. Esse é o problema. E aí então vem o crime depois desse desemprego.

Pois bem, nós perdemos o que temos de mais valioso, que é a nossa credibilidade, que é a nossa moral. Esse Governo destruiu. As agências de risco, a Standard and Poor's, a Fitch e a Moody's colocaram o Brasil como caloteiro. Hoje nós somos considerados mundo afora como caloteiros. Vamos ter que restabelecer a nossa moral. E é uma missão dura para V. Exª, Dr. Ilan. Temos que resgatar a nossa moral mundo afora.

Mas acredito que nós vamos conseguir, sim. Eu acredito que o Governo Temer vai ter que baixar essa taxa de juros, vai ter que sentar com a área produtiva e falar: "nós temos que produzir neste País", porque o País parou de produzir. Nós temos que botar mercadorias nas prateleiras, porque assim vamos gerar emprego e renda para o nosso povo.

Dr. Ilan, tenho dezenas de perguntas para fazer a V. Exª, dezenas, mas não vou fazer, não vou fazer porque vejo como desnecessário diante de um executivo...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... de um profissional do calibre de V. Exª. Eu tenho até as minhas dúvidas, com toda a minha formação, se estou preparado para lhe fazer algumas perguntas. Mas espero ter oportunidade de fazer algumas visitas a V. Exª e lá, então, a gente trocar algumas ideias e eu tirar algumas dúvidas.

Espero, Dr. Ilan, que o Governo do Michel Temer venha dar a V. Exª autonomia para que V. Exª, com todo o conhecimento e sabedoria que lhe é peculiar, possa ser o guardião da nossa moeda, que V. Exª possa ajudar a tirar o País do buraco em que se encontra. Não tenho dúvida nenhuma de que este buraco em que estamos hoje é negro, de que o nosso povo está sofrendo, mas com a chegada de V. Exª, com a chegada do Ministro Meirelles, que conheço há longa data, da minha cidade de Anápolis, Goiás, tenho certeza de que V. Exªs irão viabilizar a nossa economia, de que o nosso País voltará a ter confiança, credibilidade moral e voltará a crescer e dará emprego e renda ao nosso povo.

E, por fim, peço a Deus que lhe dê muita saúde e continue lhe dando muita sabedoria diante dessa árdua tarefa.

Parabéns, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, inicialmente uma palavra de explicação até ao Dr. Ilan: esta sessão está ocorrendo num dia atípico, de noticiário pesado para política do Brasil e com comissões que à nossa vizinhança acontecem simultaneamente, que nos obrigam a ir e vir para dar presença lá e dar presença cá. O quórum aqui oscilou, mas esteve à altura da indicação de V. Sª para o importantíssimo cargo de Presidente do Banco Central. Eu digo importantíssimo porque tão importante quando o cargo de Presidente do Banco Central é o afinamento da equipe econômica, que reputo das melhores que foram indicadas nos últimos tempos para administrar uma crise que é sem precedentes no nosso País. Era preciso que estivesse à frente da equipe econômica um Ministro Meirelles, uma Maria Sílvia, um Pedro Parente, um Ilan Goldfajn para que pudéssemos, com entendimento, sem disputa de posições, chegar à solução dos nossos problemas que são mega.

Eu quero dirigir a V. Sª uma preocupação e, ao final, fazer uma indagação, se é que é possível haver resposta para essa preocupação.

Nós vivemos um momento em que a dívida pública federal chegou a R$2,8 trilhões. A taxa Selic está em 25%, uma das mais altas do mundo. A relação dívida/PIB – e isso é o que me apavora –, no começo do gono Dilma, era 53,4% do PIB; hoje está em 67,5% do PIB. Ninguém cria problema para si próprio. Não se man-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

daria para o Congresso Nacional uma proposta de déficit orçamentário de R$170,5 bilhões se essa proposta não fosse real. Ninguém vai se submeter ao desgaste de apresentar um déficit se ele não for real. E, com esse déficit, é onde entra a terrível constatação de que a relação dívida/PIB vai para 73,5%. E aí vai a minha preocupação maior: nós temos assistido a sucessivas perdas de grau de investimento, a gradação. Isso é produto da visibilidade do mundo exterior em relação à perspectiva da economia do Brasil. As pessoas sabem que nós gastamos R$600 bilhões com a administração da dívida interna.

O Brasil, na minha opinião – posso estar errado –, trocou o serviço de uma dívida externa barata por um serviço de dívida interna carérrimo, que nós próprios produzimos aqui com uma taxa de juros que hoje está em 14,25%. E sabemos que ninguém mexe na taxa de juros por decreto. A taxa de juros é proporcional ao tamanho da dívida; quanto maior a dívida, maior a taxa de juros para não se administrar, para ter tomador da dívida para pagar o juro da poupança, do CDB. E aí é onde vai a minha grande preocupação, que é o que eu mais falava, ao final do Governo da Presidente Dilma: nós temos, com 73,4% de relação dívida/PIB, caminhando para 80% – se chegar a 80%, a luz que está amarela e piscando chega à luz vermelha, e aí não há mais nenhuma dúvida. Com relação a investimentos externos, com perda de grau de investimento, aquilo que ainda acontece hoje – que foi falado pelo Senador Armando Monteiro –, de R$70 bilhões, R$80 bilhões, vai embora, vai para o brejo, porque vai faltar confiança na condução da economia.

É um desastre anunciado. Com 75%, 80% da relação dívida/PIB, aí, sim, vai a minha grande preocupação. Aquilo que ocorreu no passado, o confisco da poupança, volta a ser uma perspectiva real. O confisco da dívida, o sequestro, tudo isso depende de uma coisa chamada equilíbrio fiscal. A palavra mágica é promover o equilíbrio fiscal.

O equilíbrio fiscal passa por diminuição de despesa e aumento da receita. O aumento da receita acontecerá na medida em que a recessão seja enfrentada e você possa ter uma atividade econômica renascendo, com o aumento da arrecadação decorrente da atividade econômica, para não falar numa coisa que o Brasil não suporta mais que seria aumento da carga tributária.

Não está nas possibilidades do Presidente do Banco Central trabalhar. Está, sim, na harmonia da equipe econômica, o Ministro da Fazenda, Planejamento, BNDES, Petrobras, que é outro mega problema que temos, e Presidente do Banco Central produzirem uma política econômica harmônica. Mas a gente sabe que o equilíbrio vai acontecer pelo aumento da receita e pela diminuição da despesa.

Diminuição da despesa, por exemplo, por uma reforma da Previdência. Não está nas suas abrangências funcionais trabalhar com uma proposta de emenda à Constituição que mexa com a Previdência. Mas um dos pilares fundamentais no desequilíbrio fiscal que acende a luz vermelha do calote da dívida, do confisco da poupança, da perda da confiança no sistema financeiro é o volume de recursos gastos com os juros. Nós estamos falando de R$600 bilhões.

E aí eu gostaria de saber, se V. Sª tem condições – sei que existem segredos de economia que nem sempre é possível numa sabatina você expor –, qual é a estratégia do Governo para enfrentar esse número mágico, tenebroso, de R$600 bilhões de serviço da dívida interna com juros. E essa é a tarefa do guardião da moeda. Aí é Banco Central puro, é política econômica residindo sobre a atividade do Presidente do Banco Central.

Eu quero dizer a V. Sª que confio enormemente na sua capacidade de encontrar soluções. E vou dizer o porquê. V. Sª não é apenas um técnico de excelente qualidade, é um homem que esteve do lado do balcão do setor privado, está agora no setor público, conhece os dois lados e sabe o que é possível fazer. E tem pela prática de sua atividade a consciência da velocidade com que uma medida adotada tenha consequência no tempo. Isto é fundamental em administração: conhecer a capacidade da administração de, apertado o botão, produzir resultado.

Então, o que eu gostaria de ouvir seriam as suas considerações com relação ao enfrentamento desse pilar terrível que é uma herança recebida do governo passado, que trocou uma dívida externa de administração, eu diria, barata por uma dívida interna tenebrosa, uma das maiores do mundo, de administração caríssima, produzindo a incapacidade de o Estado brasileiro investir, gerar modernidade, diminuir o custo Brasil, que é a pedra de toque para que nós possamos ser, o que poderemos vir a ser uma nação competitiva no plano internacional.

Basta ver o que está ocorrendo no setor primário. Apesar de toda a crise, por conta da eficácia, da eficiência do setor rural, nós continuamos a exportar, continuamos a ser campeões de produtividade e continuamos a conseguir gerar emprego, gerar atividade pela logística, tudo através de um segmento que mostrou ser eficiente, suficiente para o enfrentamento, mesmo em uma crise. Bastou uma luzinha chamada câmbio favorável para ele sair de uma situação boa para muito boa e dar um alento ao crescimento da economia global País. Então, possível é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora, o que fazer com essa danada dessa taxa de juros e com o volume decorrente do serviço da dívida interna brasileira, da República Federativa? Hoje, pelos dados de que disponho, para administrar uma dívida de 2,8 trilhões...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... gastam-se R$603 bilhões. Qual é a fórmula? Se é que é possível colocar, para conhecimento dos membros da Comissão e para aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo pela TV e pela Rádio Senado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador José Agripino.

Nós temos ainda inscritos – e que estão aqui – o Senador José Medeiros e o Senador Telmário Mota. Se o senhor não se importar, eu passaria a palavra já a eles, para os dois falaram, e o senhor já faria as considerações.

Então, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, nobre convidado, nós estamos diante de um cenário bem tenebroso. E eu estive observando o currículo de V. Sª, e creio que ele nunca foi tão posto à prova quanto será agora.

Aproveito, dito isso, para parabenizar o Ministro Henrique Meirelles e o Presidente Michel Temer por lhe terem trazido e convidado para esse cargo, porque se nota uma sólida formação, em universidades de ponta, como UFRJ, PUC, MIT. Isso nos orgulha, e eu digo que coloca estatura e estofo naquela pasta tão importante. Em termos de mercado, em um mundo tão competitivo, de certa forma, tranquiliza-nos saber que ali há um reforço muito forte na nossa zaga.

Ouvi a sua explanação, agora há pouco, sobre a questão do *swap* cambial, e V. Sª deixou bem claro que talvez não fosse o momento nem de tocar nesse assunto. Mas eu gostaria de saber a sua opinião; se não seria o caso de deixarmos o mercado livre, totalmente livre, o câmbio livre.

Outra questão também refere-se ao tamanho das reservas. V. Sª disse aqui que, talvez, em um outro momento, em um momento menos turbulento, fosse o caso. Mas eu pergunto o seguinte: neste momento, em que estamos em tão tenebrosa crise, como o próprio FMI tem suas recomendações sobre o tamanho das reservas, e como a nossa está bem acima, a pergunta é se não seria o caso de estudarmos o tamanho dessas reservas. Seria mesmo necessário estarmos com uma reserva desse tamanho?

Outra questão também que eu creio que sua pasta vai acabar tendo que se debruçar sobre ela é a dívida dos Estados. Hoje o indicador de sucesso entre os governadores é o seguinte: " Está conseguindo pagar a folha?" Se está pagando a folha já é um sinal de que o governo está indo bem. É lógico que a gente sabe que o Estado não pode ser só para pagar o custeio da máquina. E a gente vê todos eles de pires nas mãos e já se fala até numa moratória. Deu para notar que o problema é tão grave que quando o STF foi se debruçar sobre a questão, jogou-a de volta e disse: "Converse aí durante 60 dias e depois a gente volta a conversar". Tentou assim: "Por favor, resolva essa questão por aí". Então, essa não é uma questão fácil. Gostaria que V. Exª pudesse nos falar sobre isso.

Como última questão, foi discutido e nós temos falado muito durante o último ano sobre a fraude fiscal que houve e a maquiagem das contas públicas. Eu queria que V. Exª pudesse dizer em que impacta esse tipo de atitude, a chamada contabilidade criativa para alguns, destrutiva para outros, na situação econômica do País e na imagem do País perante o mercado.

Era só isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O Senador Telmário saiu.

Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Presidente.

Queria dizer da minha satisfação de tê-lo aqui. Já tive oportunidade de convidá-lo para estar no Parlamento, lá na Câmara, e falar para a nossa Bancada. Pude ver hoje que V. Exª continua refletindo muito adequadamente sobre os desafios da economia brasileira, especialmente sobre as questões que dizem respeito ao Banco Central.

Eu queria fazer uma observação, Ilan, que responde bem a um desafio da hora. De alguns meses para cá, foi bem noticiado que os fundos de pensão das estatais, dos principais bancos – Banco do Brasil, Caixa, Correios, Petrobras – estão numa situação fortemente deficitária. Não se trata só de má gestão ou do uso político indiscriminado. Trata-se também de decisões equivocadas e, sobretudo, de pilhagem. Esses fundos foram pilhados, foram assaltados. Esses fundos hoje respondem de alguma forma, estão submetidos de algum modo a alguma regulação do Banco Central. Eu não tenho detalhes disso. Mas nada que se assemelha à regulação a que são submetidas as instituições financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, o que eu gostaria de solicitar a V. Exª nosso novo Presidente do Banco Central, é uma atenção especial para isso, porque dói muito para os 500 mil trabalhadores que contribuíram para esses fundos o desafio que vão ter de enfrentar agora para equilibrar esses fundos, porque eles foram destruídos pela gestão anterior. Com relação ao fundo dos Correios, para se ter uma ideia, com mais de cem mil ativos e inativos, foi decidido que eles terão que pagar uma contribuição adicional de 18% – e já começaram a pagar em maio –, durante 23 anos, para recuperar as finanças, a situação financeira desse fundo. Então, são 23 anos de uma contribuição maior para poder equilibrar o fundo e, sobretudo, a situação atuarial.

Isso vai acontecer do mesmo modo com a Petrobras, que já se sabe que tem problema sério, com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil. Portanto, uma regulamentação equivalente à regulamentação bancária sobre os fundos de pensão é algo, a meu ver, urgente e que pode propiciar uma gestão muito mais adequada, até mesmo como parte desse processo de recuperação, e encurtar o tempo em que a contribuição adicional vai ter que ser feita para uma boa gestão. E aí, nessas circunstâncias, não só o mercado de ações, mas também investimentos de infraestrutura, porque, com uma regulamentação rigorosa, esses investimentos, por mais que tardem, terão qualquer cobertura que for necessária.

De modo que era essa a minha observação. Eu concordo com muita coisa que foi dita aqui inclusive pelo meu companheiro Ricardo Ferraço, que parece que tem o hábito de ser o marraio na Comissão. Quando éramos meninos, marraio era o primeiro. Então, o Ferraço conseguiu ser o primeiro e já esgotou algumas questões.

Eu quero desejar a você uma boa gestão e que, diante dessa situação muito difícil que o Brasil opera, o Banco Central faça aquilo que você disse. Não se trata de independência, mas de autonomia para ter independência e executar aquilo que for definido pelo Governo, que eu espero que seja o melhor para o País. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Dr. Ilan, se eu fizer alguma pergunta aqui que alguém já fez, perdoe-me, porque eu tive que sair para fazer relatar um projeto ali.

Vimos viu aqui que nem todo mundo se preocupou com a questão do Banco Central e praticamente com a economia do País. Muitos recorreram a questões políticas e falaram em resgatar a credibilidade e a moral do Brasil com o Governo Temer. Eu fiquei só pensando: como resgatar a moral do Brasil com o Temer se a mão direita dele é o Cunha e a mão esquerda dele é o Jucá? Então, na verdade, o Governo Temer roubou o sol antes de ele nascer.

Mas vamos ao que nos interessa, que é a parte técnica. Eu tenho seis perguntas para V. Exª. A primeira questão: no relatório de inflação de setembro de 2015, o Banco Central do Brasil constatou que cerca da metade das pressões inflacionárias observadas no passado recente decorreram do ciclo de corte da taxa de juros de referência da Selic em 2011 e 2016, ou seja, o próprio Banco Central provocou boa parte das citadas pressões ao baixar os juros para o seu menor nível histórico, que foi 7,5% ao ano. O ciclo baseou-se em conclusão emanada do Modelo Estrutural de Médio Porte, o chamado SAMBA, na linguagem inglesa, de que o desdobramento da crise financeira internacional de 2008 na Europa e nos Estados Unidos teria um forte impacto desinflacionário no Brasil. Não foram captadas importantes mudanças na estrutura da economia brasileira relacionadas, por exemplo, com a evolução da massa salarial e dos indicadores de produtividade.

A primeira pergunta: à luz dessa falha, qual é a sua avaliação sobre a eficácia do SAMBA – o órgão? Como complementá-lo para evitar novos erros diagnosticados? É a primeira pergunta.

Segunda: em relação ao substitutivo do Senador José Serra sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, vários economistas próximos ao Governo da Presidente Dilma Rousseff sustentam que sua aprovação forçará o Banco Central a resgatar os títulos públicos com emissão de moeda, e vender reservas cambiais, com consequências tenebrosas sobre a inflação.

A pergunta: qual é a sua avaliação sobre esse substitutivo? Os limites propostos ao disciplinar, inclusive, a emissão de títulos da dívida pública destinados a regular o grau de liquidez da economia comprometerão a capacidade do Banco Central de conduzir a política monetária? É a segunda pergunta.

Terceira: o Governo da Presidente Dilma cogitou permitir que o Banco Central recebesse depósito remunerado das instituições financeiras. A ideia seria criar um instrumento de política monetária que não implicasse o uso de títulos da dívida pública, como no caso das operações compromissadas. Alguns economistas, entretanto, argumentam que as contas em questão distorceriam os indicadores de endividamento da União, proporcionando resultados aquém dos reais. Isso decorreria da atual sistemática da transferência de resultados entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, que admite o financiamento monetário do primeiro em favor do último, como no caso da transferência dos lucros decorrentes da valorização da reserva. Nesse caso, qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é a sua avaliação? Os depósitos remunerados são um bom instrumento de política monetária? Se sim, a sistemática de transferência de resultados entre o Banco Central e o Tesouro Nacional deve ou não ser alterada?

Quarta pergunta: V. Exª seguirá as políticas econômicas do Governo Dilma?

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Qual a marca que V. Exª quer deixar no Banco Central?

Quinta pergunta: qual a sua principal medida para estimular a formação da poupança?

Última pergunta. Nós sabemos que, desde 1999, o modelo econômico que foi adotado é montado nesse tripé: meta de inflação, câmbio flutuante, superávit primário. V. Exª também vai ficar nesse sistema?

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Telmário.

Passo a palavra ao Dr. Ilan, para responder às perguntas e, se V. Sª quiser, já fazer as considerações finais, porque não temos mais Senadores para usar a palavra.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Muito obrigado. Eu vou responder na ordem.

A Senadora Kátia Abreu fez várias perguntas. Algumas eu vou responder imediatamente. Outras eu vou precisar de um tempo para avaliação.

Por exemplo, a primeira pergunta é sobre a MP relativa aos CRAs. Eu acho que essas emissões de certificados com garantia em dólar são algo em que eu tenho que me aprofundar para poder lhe responder à altura.

Sobre a questão de estarmos no rumo da meta de quatro e meio, se eu acredito nisso, eu não preciso pensar muito mais. Nós estamos no caminho. Acho que esse é o desafio do Banco Central. Num horizonte não muito distante, pretendemos atingir o centro da meta.

Sobre a questão do depósito compulsório, se poderia ser usada uma política de estímulo, aqui temos uma questão no sistema financeiro, porque nem sempre liberar compulsório significa mais investimento. Você tem, de um lado, oferta de crédito e, de outro lado, demanda por crédito. As duas coisas têm que acontecer para você ter mais crédito e mais investimento. Temos hoje uma demanda por crédito limitada, porque o investimento não é tão atrativo, tanto é que temos dez trimestres de queda de investimento.

De qualquer forma, o uso do compulsório sempre compete com outros instrumentos. A política de compulsório é expansionista, ela compete com outros instrumentos, que é a pergunta que todos estão me fazendo sobre a questão dos juros. Em alguma dimensão, eles competem sob o ponto de vista da expansão na economia.

Quanto à pergunta do depósito remunerado, que foi feita por dois Senadores, já vou responder se é uma boa ideia. Ter mais instrumento não é ruim, tem que ser bom ter mais instrumento. A utilidade desse instrumento adicional eu acho que é benéfica, mas é limitada, porque, em termos de custo, não vai mudar, ou seja, você oferecer depósito remunerado, ou oferecer uma compromissada, vai ter que acabar pagando de uma forma similar. Eu acho que não há uma mágica em que, mudando o instrumento, você pague menos. Você paga menos é com confiança, com condições, com reformas, com ajustes. Agora, uma coisa com que se tem que tomar cuidado é que o depósito remunerado pode parecer, nas estatísticas, que não é um passivo. Só porque se chama de depósito remunerado e não uma compromissada, isso não vai reduzir a nossa dívida. Na realidade, as duas estão existindo lá.

Se formos usar o depósito remunerado, tem que se levar em consideração que é um passivo do governo, e isso pode até alterar a estatística oficial de dívida bruta, mas é um passivo que tem que ser levado em consideração.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não. Oficialmente não, mas é um passivo, por isso que eu falei passivo e não dívida.

Você não usa um título para isso, porque, em depósito remunerado, você não precisa usar título. O Banco Central recebe títulos para usar na política monetária. No caso das compromissadas, os títulos são usados; no caso do depósito remunerado, eles não são usados. Então, nessa economia de lastro desses títulos, você precisa de menos dívida, mas é um passivo, você é obrigado a pagar esses depósitos remunerados em algum momento.

Esse lastro que você economiza acaba faltando para o resto do sistema, porque esse lastro acaba sendo usado pelos fundos de investimento, que precisam de um lastro. Se for usar depósito remunerado, vai ter que pensar em que lastro os bancos transferem para os fundos.

Quanto à questão da equalização de resultados entre o Tesouro e o Banco Central, de fato, há um me-
ismo assimétrico: quando há ganho, entra como caixa; quando há perda, recebe-se essa perda através de
los. Esta é uma questão a ser pensada: se é necessário e como mudar essa sistemática, essa assimetria. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

possível voltar à simetria, tem que se pensar, há várias ideias, uma das ideias é voltar à simetria. Eu acho que temos que pensar a respeito.

Houve a questão do custo cambial, da reserva cambial. Eu concordo. Eu acho que, obviamente, o regime tem que ser um regime de câmbio flutuante – já respondendo também à questão. Este é um dos pilares do tripé: tem que haver um regime de câmbio flutuante. Sobre a reserva cambial, a taxa de juros, de fato, é um fator muito relevante para o custo, e, obviamente, no que eu falei anteriormente de como reduzir esses juros, tem que haver as condições. As condições passam por reformas, ajustes fiscais. Isso vai reduzir e, com isso, o custo das reservas cambiais pode diminuir. Eu acho que é isso.

A preocupação do Senador José Agripino é a respeito dessa dívida que está crescendo, como é a estratégia, como fazemos. Eu acho que, para a estratégia da dívida, tem que pensar qual o componente, como se faz para a dívida estabilizar. Aqui, não há tantos componentes. Há o primário, que é o déficit mais o superávit primário; há a taxa de juros; há o crescimento da economia; e há fatores que mexem no estoque da dívida, que é a privatização, a valorização. São esses os componentes. O primeiro componente é o primário, como se mexe no primário; aí, no primário, há a questão da despesa e da receita. Eu acho que uma estratégia adequada é enfatizar a despesa, porque a despesa tem subido 6% acima da inflação, nos últimos anos, por décadas. Então, eu acho que isso é um foco relevante. Como se sobe a receita? Retoma-se a confiança, volta-se a crescer, ajudando um pouco na receita. Como se faz para mexer no componente de estoque da dívida? Estoque da dívida tem a ver com venda de ativos, privatizações, concessões... Isso também é algo que tem de ser considerado. Então, para falar na preocupação do Senador José Agripino, tem de falar em todos os componentes: os componentes primários, receita e despesa; a questão da taxa de juros, que são as condições para haver um juro menor no Brasil; e, depois, a questão do estoque.

Senador José Medeiros, uma parte eu já respondi, a questão do câmbio flutuante. O volume atual das reservas é necessário? Acho que, no momento, é necessário, mas temos que discutir daqui em diante.

Qual o impacto da contabilidade criativa na imagem do País? Eu acho que, para frente, nós temos que trabalhar a imagem do País, nós temos que retomar a confiança. Não é à toa que tivemos a perda do grau do investimento, queda no risco país. Eu acho que, para frente, nós vamos ter que trabalhar devagar e sempre, para recuperar essa imagem. Quanto mais rápido, melhor.

E o Senador José Aníbal pergunta sobre a questão da regulamentação dos fundos de pensão, que é uma questão importante. Obviamente, nós temos que levar em conta também o regulador, Previc, nessa definição. Não é algo da alçada direta do Banco Central, mas eu entendo a preocupação. Obviamente, a preocupação é importante.

O Senador Telmário faz seis perguntas. A eficácia do SAMBA, tem como melhorar? Os modelos, o tempo todo, têm que melhorar. Nós temos, o tempo todo, que aprimorar. Os modelos são limitados. Os modelos nos servem como uma forma de pensar, e se vai adequando e aprimorando para poder fazer melhor o trabalho.

Uma questão que já respondi aqui é o limite da dívida pública. Pode comprometer a política monetária? Do jeito que está sendo colocado, que é a questão do teto da despesa, não. Há propostas para definir tetos da dívida, incluindo os instrumentos do Banco Central. Aí pode ser relevante.

Sobre os depósitos remunerados, acabei de responder para a Senadora Kátia Abreu, e também respondi à questão dos resultados do Banco Central e do Tesouro.

Qual a marca que eu deixarei na Presidência do Banco Central? Além de cumprir o mandato, que é a inflação na meta e o sistema financeiro estável, quero, ao mesmo tempo, ter a comunicação, a credibilidade e a confiança como uma marca, além de aprimorar o sistema financeiro como um todo. Acho que é isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O último item, que baliza muito, que é o tripé inflação, câmbio e superávit primário.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Como eu tenho afirmado, eu acho que temos que sair da nova matriz para o velho e bom tripé macroeconômico.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem. Eu queria agradecer ao Dr. Ilan, agradecer aos Senadores e Senadoras.

Encerradas as arguições, eu consulto se há algum Senador ou Senadora que ainda não votou. (*Pausa.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Exª me concede? Eu estou inscrito, também.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Exª quer usar a palavra, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Serei rápido, até porque o Sr. Ilan já esgotou todos os temas aqui perguntados. Eu gostaria só de reforçar uns pontos que são fundamentais para nós. Em relação a créditos subsidiados, essa é a preocupação que s temos, até porque a política do último Governo foi escolher alguns campeões e sobre eles despejar volu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mes de bilhões de reais, e também há outros países onde a população brasileira paga, em média, um subsídio em torno de R$32 bilhões, só daquilo que foi repassado ao BNDES, o que provocou um falso incentivo e que levou a maioria dessas empresas a não conseguirem aquilo que havia sido programado, e o dinheiro público foi totalmente utilizado também com outros objetivos não republicanos. Então, é em relação a esse crédito subsidiado que eu me dirijo a V. Sª, quanto ao tratamento que será dado, e quanto à preocupação se o BNDES vai continuar com essa mesma rotina atual.

Em relação à solvência do setor privado, o Governo pretende salvar alguma empresa ou, realmente, cada qual vai assumir a sua responsabilidade e o risco neste momento?

Nós sabemos também, Sr. Presidente, que os ativos do setor público estão muito desacreditados, ou seja, para poder criar uma falsa imagem de desenvolvimento, o BNDES e o Governo Federal passaram a ser sócios em várias empresas.

Nós vimos as grandes construções no País. Todas as empreiteiras entravam, depois, abriam mão de parcela do que tinham da construção daquela obra, assumiam apenas a construção e transferiam todo o resto para o Governo e para os fundos de pensão. Então, quero saber de V. Sª o objetivo do atual Governo em enfrentar todas essas armadilhas que foram montadas e que levaram o Brasil a este quadro de desemprego de mais de 11 milhões de brasileiros e ao esfacelamento completo das empresas por essa escolha das campeãs. E também sobre a participação do Governo nas empresas privadas como sendo uma ação de muleta quando tinham qualquer risco de irem à falência, desde que fossem protegidas.

Quanto à meta de inflação, V. Sª já respondeu, mas é importante que seja também reforçado que V. Sª não vai abrir mão, nem desprezar aquilo que é fundamental, principalmente para quem recebe salário.

Eram essas ponderações que faço a V. Sª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra, Dr. Ilan.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Senador, obrigado pelas perguntas.

Sobre a questão do subsídio, o que é subsidiado, há várias questões que não são da alçada exclusiva do Banco Central – a questão do BNDES, outros. Há o Conselho Monetário Nacional, por exemplo, que define a TJLP, outros, há o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento. O que posso dizer sob o ponto de vista do Banco Central e da taxa de juros é que, obviamente, quanto mais o que é subsidiado existe no sistema mais altos ficam os juros do crédito livre. Temos sempre que levar isso em consideração como um custo das políticas que são levantadas.

Quanto à questão da dívida privada, de fato, houve uma elevação da dívida privada nos últimos tempos. Uma boa parte dessa elevação ocorreu com a desvalorização cambial, porque houve uma depreciação cambial, que aumentou a dívida. O setor privado enfrentou não só a depreciação, mas também está enfrentando uma recessão, que reduziu a receita. Isso está sendo um desafio para as empresas, mas eu acredito que vão lidar com isso da melhor forma possível.

O sistema financeiro, como eu coloquei aqui, é sólido, capitalizado, líquido e vai poder lidar e ajudar nessa questão das empresas. Acho que é isso.

Quanto à questão da meta de inflação, V. Exª reforçou, e concordo, temos, de fato, que cumprir a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Dr. Ilan.

Então, vamos encerrar a votação e passar à apuração eletrônica dos votos.

SIM, 19 votos; NÃO, 8 votos.

Nenhum voto em branco.

Total de votos: 27.

Então, a Comissão aprova o nome do Sr. Ilan Goldfajn para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre escolha de autoridade será incluído em série no final da Ordem do Dia.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Solicito a V. Exª, Srª Presidente, urgência para esta matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Os Senadores que concordarem com o pedido de urgência solicitado pelo Senador Raimundo Lira permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – A urgência é para que nós possamos encaminhar para a Ordem do Dia ainda na tarde de hoje. É isso, Srª Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu entendi isso. Vamos encaminhar ao plenário ainda hoje.

Quero cumprimentar aqui o Dr. Ilan, desejar-lhe um bom mandato, sucesso à frente do Banco Central. E que, com certeza, possamos ter uma gestão em que o povo brasileiro, principalmente os trabalhadores e a população mais pobre, sejam o objetivo central de uma política econômica e de desenvolvimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, há sobre a mesa um requerimento de minha autoria e eu queria solicitar a V. Exª não a deliberação, porque já estamos sem quórum, mas a leitura para que nós pudéssemos deliberar. Trata-se de um tema da mais absoluta relevância, qual seja, o projeto, encaminhado ao Congresso brasileiro por parte do Governo, aumentando o teto de determinadas camadas ou segmentos do serviço público e os impactos que isso terá na economia dos Estados brasileiros. Apelo a V. Exª a leitura do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, está sobre a mesa. Faremos a leitura, e a deliberação será na próxima semana, Senador.

> Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, para discussão das propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e para avaliar as repercussões financeiras sobre as contas da União, dos Estados e dos Municípios.
> Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença do Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Diogo Oliveira.

O requerimento será apreciado na próxima reunião.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª, 12ª e 13ª Reuniões. Nós não tínhamos quórum no painel no início dos trabalhos. Portanto submeto agora à apreciação desta Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Acir Gurgacz, José Pimentel, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Armando Monteiro e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Marta Suplicy. O Senador Wirlande da Luz registra a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos Avisos números 278 e 279 – GP/TCU, ambos sobre Acórdão do Tribunal de Contas da União, que trata de monitoramento para avaliar o grau de implementação das determinações e recomendações proferidas nos Acórdãos-TCU-Plenário números 247/2010 e 1.953/2012. Os referidos Acórdãos foram enviados anteriormente à Comissão de Assuntos Sociais por meio do Aviso nº 1019-GP/TCU, de 8/9/2015, que versa sobre solicitação do Congresso Nacional relativa ao Relatório Final desta Comissão, decorrente do Requerimento nº 16/2014-CAS, que selecionou o tema Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, cujo Relatório, elaborado pela Senadora Ana Amélia, foi aprovado por esta Comissão em 10 de dezembro de 2014. A Presidência informa o encaminhamento de cópia do documento, por solicitação do TCU, ao Senador Waldemir Moka, então Presidente da CAS, e à Senadora Ana Amélia, Relatora do Requerimento. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 372, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.009, de 2016, sobre os autos de acompanhamento na concessão, manutenção e pagamento de benefícios assistenciais geridos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Presidência comunica ainda o recebimento das seguintes manifestações:1º - Ofício nº 277, de 2015, da Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais, com Moção de Apoio ao movimento dos servidores da Educação atingidos pela Lei Complementar nº 100, de 2007; 2º - Moção de Apelo nº 161, de 2015, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que solicita ações voltadas à permanência dos moradores da Vila Soma, localizada em Sumaré, São Paulo; 3º - Ofício nº 3.045, de 2015, da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha Requerimento nº 2.504, de 2015, solicitando ao Senado Federal apresentação de proposta para que os recursos destinados à Saúde não sejam mais contingenciados; 4º - Ofício nº 1, de 2015, da Câmara Municipal de Morro Agudo, São Paulo, com Moção de Repúdio nº 9, de 2015, "contra as medidas do Governo Federal que preveem o corte de recursos no pacote de ajuste fiscal do Sistema "S", prejudicando as entidades Sesc, Senac, Senai, Senar, Sescoop, Sesi, Sest e Senat; 5º - Ofício nº 336, de 2015, da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Apelo "para que seja alterada a forma de utilização dos recursos provenientes de emendas parlamentares, principalmente as destinadas aos hospitais e casas de saúde filantrópicas"; 6º - Ofício nº 4.971, de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a Moção de Apelo nº 44, de 2015, pela regulamentação da profissão de Analista de Relações Internacionais ou Internacionalistas; 7º - Ofício nº 532, de 2015, da Câmara Municipal de Campo Bom, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apelo nº 46/2015, pela continuidade das atividades da farmácia popular do Brasil; 8º - Ofício nº 5.124, de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a Moção de Apelo nº 71, de 2015, para que seja promovido o cumprimento da Lei Federal 9.656, de 1998, que obriga as operadoras de planos privados de saúde a efetuarem o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde, quando seus consumidores e respectivos dependentes utilizarem a rede pública de saúde. Encaminha, ainda, Ofício nº 3.686, de 2015, com Relatório parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que teve a finalidade de "investigar supostas irregularidades praticadas em Clínicas Especializadas de Reprodução Assistida, no Estado se São Paulo". A Presidência informa que os referidos documentos ficam à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador José Serra. Ementa do Projeto: Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Relatoria do Projeto: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 4-S, de Turno Suplementar, com a Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovados, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015, e a Emenda nº 4-S-CAS (Emenda nº 4-S com a Subemenda nº 1-CAS). ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Jorge Afonso Argello. Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão. Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por "ad hoc"). Relatoria "ad hoc": Senadora Angela Portela. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Angela Portela, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Rita. Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia (Substituída por "ad hoc"). Relatoria "ad hoc": Senador Acir Gurgacz Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, e das 4 (quatro) Emendas quer apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 16, de 2016-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Angela Portela, solicitando Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º, do RISF, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Aécio Neves. Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a concessão da licença-maternidade ao segurado da Previdência Social em caso de falecimento da genitora. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015. A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Acir Gurgacz. Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador José Serra. Altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), para dispor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para assegurar o direito de as gestantes receberem gratuitamente repelente do mosquito Aedes aegypti. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2016, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2016, e a Emenda nº 1-CAS. EXTRAPAUTA. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 16, de 2016. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria -, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério Público do Trabalho; representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra); representante da Confede-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ração Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT); representante Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Similares do Distrito Federal; Antonio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 17, de 2016. Autoria: Senador Humberto Costa. Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a entrevista prestada ao Jornal Folha de São Paulo, na qual defendeu "uma revisão do tamanho do SUS", fato gravíssimo e violador dos preceitos fundamentais que embasam o Sistema Único de Saúde, notadamente o da universalidade do atendimento à população brasileira. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Vicentinho Alves e as Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Fica adiado o ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2015. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens terminativos, conforme pauta previamente publicada.

Esta Presidência comunica o recebimento dos Avisos nºs 278 e 279, do Tribunal de Contas da União, ambos sobre acórdão do mesmo Tribunal que trata de monitoramento para avaliar o grau de implementação das determinações e recomendações proferidas nos Acórdãos (TCU/Plenário) nºs 247, de 2010, e 1.953, de 2012. Os referidos acórdãos foram enviados, anteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais por meio do Aviso nº 1.019, de 2015, que versa sobre solicitação do Congresso Nacional relativa ao relatório final desta Comissão decorrente do Requerimento nº 16, de 2014.

Trata-se do requerimento que selecionou o tema Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, cujo relatório, elaborado pela Senadora Ana Amélia, foi aprovado por esta Comissão em dezembro de 2014.

Informo que serão encaminhadas cópias do documento, por solicitação do TCU, ao Senador Waldemir Moka, então Presidente da CAS, e à Senadora Ana Amélia, Relatora do requerimento.

Os Avisos nºs 278 e 279 ficarão à disposição dos demais Senadores na Secretaria da Comissão para consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 372 do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão 1009, de 2016, sobre os autos de acompanhamento na concessão, manutenção e pagamento de benefícios assistenciais geridos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência também comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1 – Ofício nº 277, da Câmara Municipal de Lavras, MG, com moção de apoio ao Movimento dos Servidores da Educação atingidos pela lei Complementar nº 100, de 2007;

2 – Moção de Apelo nº 161, de 2015, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que solicita ações voltadas à permanência dos moradores da Vila Soma, localizada em Sumaré, São Paulo;

3 – Ofício nº 3045, de 2015, da Comissão de Saúde, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha requerimento solicitando do Senado Federal a apresentação de proposta para que os recursos destinados à saúde não sejam mais contingenciados;

4 – Ofício nº 1, de 2015, da Câmara Municipal de Morro Agudo, São Paulo, com Moção de Repúdio nº 9, 2015, contra medidas do Governo Federal que preveem o corte de recursos no pacote de ajuste fiscal do :ema S, prejudicando as entidades Sesc, Senac, Senai, Senar, Sescoop, Sesi, Sest e Senat.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

5 – Ofício nº 336, de 2015, da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Apelo para que seja alterada a forma de utilização dos recursos provenientes de emedas parlamentares, principalmente as destinadas aos hospitais e casas de saúde filantrópicas;

6 – Ofício nº 4971, de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com Moção de apelo nº 44, pela regulamentação da profissão de analista de relações internacionais, ou internacionalistas;

7 – Ofício nº 532, da Câmara Municipal de Campo Bom, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apelo nº 46, de 2015, pela continuidade da atividade da Farmácia Popular do Brasil;

8 – Ofício nº 5.124, de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a Moção de Apelo nº 71, de 2015, para que seja promovido o cumprimento da Lei Federal nº 9.656, de 1998, que obriga as operadoras de planos privados de saúde a efetuarem o ressarcimento ao SUS quando seus consumidores e respectivos dependentes a utilizarem a rede pública de saúde e encaminha ainda o Ofício nº 3.686, de 2015, com relatório parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que teve a finalidade de investigar supostas irregularidades praticadas em clínicas especializadas de reprodução assistida no Estado de São Paulo.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria, modestamente, propor, já que todos os itens da pauta de hoje são terminativos e não temos quórum para deliberação, que os Senadores relatores das matérias que estão na pauta, mesmo dos itens terminativos, que estejam presentes leiam o projeto a despeito de não termos.... Seria apenas um avanço no procedimento regimental. Aí, na reunião seguinte, havendo quórum, faríamos a discussão e, eventualmente, a votação. Acho que já adiantaríamos alguma coisa.

Eu sou Relatora do item 9, o Senador Moka é Relator de dois itens, o Senador Acir é de um.... Então, acho que nós poderíamos fazer isso, se V. Exª e os nobres colegas concordarem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Deferido o pedido judicioso da Senadora Ana Amélia.

O item 1 é terminativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Votação em turno suplementar.

Isso, Senador Moka, em razão da emenda e da subemenda que foram apresentadas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 727, de 2015
- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 4-S, de Turno Suplementar, com a Subemenda que apresenta.
Observações:
- Em 13.04.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Durante o Turno Suplementar, o Senador Dalirio Beber oferece a Emenda nº 4-S ao Substitutivo aprovado em Turno Único.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão no Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

Tem a palavra o Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu só quero dizer que a emenda do Senador Dalirio Beber, sem dúvida nenhuma, melhorou o projeto. O Senador está adentrando a Comissão.

O projeto prevê uma punição para responsabilizar servidores que atrasarem a tramitação de projetos. E o Senador Dalirio Beber colocou uma emenda dizendo, no §7º:

"O descumprimento injustificado dos prazos previstos neste artigo implica apuração da responsabilidade funcional do servidor ou dos servidores que lhe derem causa, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."

O autor da emenda, que é o Senador Dalirio, considera relevante o propósito de apurar a responsabilidade funcional do responsável ou dos responsáveis pelo descumprimento dos prazos de tramitação dos processos de registro e alteração pós-registro de medicamentos no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ele ressalva, porém – e o Relator acatou isso –, que, tal como redigido, o §7º não estabelece balizas de referências para os eventuais processos de responsabilização. E salienta que os processos disciplinares devem ser bem encaminhados de modo a garantir o amplo direito de defesa e, ao mesmo tempo, coibir a impunidade, lembrando que a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, já dispõe exaustivamente sobre esses processos.

Desse modo, a Emenda nº 4-S determina que a apuração deve ser feita nos termos dessa lei.

Concordo com isso e agradeço a colaboração do Senador Dalirio Beber, porque aí,não vamos cometer também injustiça. Vamos fazer isso exatamente, se tivermos de fazer alguma responsabilização, com base numa lei que garante o amplo direito de defesa e, ao mesmo tempo, impede a impunidade.

De forma que parabenizo o Senador Dalirio Beber. O projeto já foi lido, mas aguarda quórum, uma vez que recebeu essa emenda ainda no prazo permitido.

Era isso que eu queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Relator, Senador Moka, por ter acolhido a emenda que visa única e exclusivamente a não tornar tão genérica a expressão da punição de eventuais funcionários que, durante o processo de análise junto à Anvisa, tivessem contribuído para o descumprimento dos prazos que a nova legislação pretender estabelecer. Portanto, a emenda visou única e exclusivamente a fazer com que pudéssemos deixar mais clara a eventual necessidade de apuração de responsabilidade cometida por quem quer que seja durante o processo de tramitação das análises junto à Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem. Não havendo ainda número para votação, considera-se lido o parecer, e fica marcada para a próxima reunião ordinária desta Comissão a votação do referido projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, parece-me que, dos relatores presentes, o próximo, no item 8, sou eu. Se possível, eu gostaria também de ler o relatório e, da mesma forma, como ele é terminativo, ficaríamos aguardando o quórum para quando pudermos efetivamente realizar a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka, faremos isso em seguida.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Porém, em relação ao item 3, que tem por Relator o Senador Eduardo Amorim, que não se encontra presente, eu já havia solicitado à Senadora Angela que fizesse a leitura como Relatora *ad hoc*.

Item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014
- Terminativo -

Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014.
Observações:
- *Votação nominal.*

Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Vamos à leitura do relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 41, de 2014, do Senador Jorge Afonso Argello, que institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão.

O documento de identificação dos pacientes bariátricos, que o projeto cria, terá validade em todo o território nacional, inclusive para fins de fruição de benefícios e descontos porventura concedidos a essa categoria de pacientes por serviços de alimentação, e deverá ser emitido pela instância gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) do local de realização do procedimento ou pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica.

O projeto especifica: o nome do documento criado; o que ele deve conter – fotografia do paciente, dados pessoais de identificação, técnica cirúrgica empregada no tratamento –; e as condições a serem observadas para o requerimento de sua emissão, remetendo para o regulamento a definição das demais especificações sobre o documento.

De acordo com o autor da proposição, o objetivo mediato do projeto é estimular os serviços de alimentação a oferecer descontos ou porções reduzidas às pessoas submetidas a procedimento cirúrgico bariátrico. Alega o autor que os pacientes com estômago reduzido somente conseguem ingerir pequenas porções de comida em cada refeição, razão pela qual devem pagar preços mais reduzidos que os demais clientes.

Além disso, a carteira de identificação do paciente bariátrico visa a favorecer o oferecimento de uma melhor atenção a essas pessoas nos serviços de emergência.

O projeto foi distribuído exclusivamente para a análise desta Comissão de Assuntos Sociais e não foi objeto de emendas. O Senador Eduardo Suplicy, designado inicialmente como Relator da matéria, manifestou-se contrariamente à sua aprovação em relatório que não chegou a ser apreciado.

Análise.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão analisar o mérito de proposições que tratem da proteção e defesa da saúde e das competências do SUS. Ademais, em face da decisão exclusiva e terminativa deste Colegiado, cabe também a análise dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

No tocante ao mérito, apesar de reconhecermos a nobre intenção do autor da matéria, compartilhamos da manifestação exarada no relatório do Senador Eduardo Suplicy de que há fortes argumentos que contraindicam a aprovação da proposição.

Inicialmente, apontamos a impropriedade, segundo o princípio da isonomia, de criar um documento de identificação, como o que está sendo proposto, apenas para uma determinada categoria de pessoas – aquelas que se submeteram à cirurgia de redução de estômago. Além de ignorar as demais pessoas acometidas por doenças ou agravos igualmente importantes e severos, a medida parece-nos inadequada para as finalidades almejadas.

Apesar de o projeto não instituir qualquer benefício – como descontos em serviços de alimentação – para as pessoas submetidas à cirurgia bariátrica, essa é a principal razão apontada na justificação para criar a carteirinha do paciente bariátrico.

A esse respeito, tomamos de empréstimo as palavras do Relator que nos antecedeu nesta Comissão: não há justificativa sanitária plausível para que o Estado incentive a frequência de pessoas que fizeram cirurgias de redução de estômago a serviços de alimentação do tipo "rodízio" ou de preço fixo por pessoa – por não oferecerem alimentação mais saudável do que a de estabelecimentos congêneres e por induzirem excessos alimentares desaconselháveis para qualquer pessoa, mas especialmente danosos a esse segmento populacional.

O segundo benefício potencial advindo da proposição, conforme apontado na justificação, também não nos parece pertinente, tendo em vista que uma "carteirinha" não comporta todos os dados relevantes sobre o procedimento cirúrgico e as condições clínicas do portador do documento, de forma a auxiliar o socorrista em um atendimento de emergência.

No que tange à constitucionalidade formal e à técnica legislativa, não identificamos qualquer óbice que impeça a proposição de prosperar.

No entanto, o projeto incorre em injuridicidade, ao conferir atribuição a uma associação de direito privado, como é o caso de uma sociedade de especialidade médica – a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), incorretamente nomeada no art. 1º do PLS –, instituição da sociedade civil, autônoma e independente do Estado.

Ainda que a intenção do autor tenha sido a de valorizar a iniciativa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, que idealizou essa forma de identificação do paciente bariátrico, tal medida, por ela instituída voluntariamente, não deve ser transformada em obrigação legal.

Pelos óbices apontados no tocante ao mérito e à juridicidade, julgamos não ser apropriada a adoção da dida proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço, Senadora Angela Portela, por ter atuado como Relatora *ad hoc*.

Ficam adiadas a discussão e a votação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014
- Terminativo -

Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014.
Observações:
- *Votação nominal.*

Como a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, não está presente, solicito ao Senador Acir Gurgacz que seja o Relator *ad hoc*.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 107, de 2014, que analisamos em caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, cria as Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias.

Tem por objetivo, conforme exposto pela autora ao justificar sua proposição, possibilitar aos cooperados a obtenção de melhores condições de inserção no corpo social, contribuindo, assim, para o alcance da tão almejada dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, consoante se depreende do art. 1º, III, da Constituição Federal.

Até momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, em caráter terminativo, projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Muito embora não haja impedimentos constitucionais formais, a matéria apresenta problemas de juridicidade e constitucionalidade material, conforme passamos a relatar.

As cooperativas são pessoas jurídicas de direito privado criadas para a prestação de serviços em prol dos seus associados.

Sua criação, nos termos do art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, independe de autorização estatal, motivo pelo qual qualquer diploma legislativo que a sujeite ao alvedrio estatal contraria o espírito da decisão política fundamental da Nação brasileira.

Nesse sentido, citem-se as lições do Prof. Pedro Lenza: "A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Têm elas autonomia para formular os seus estatutos."

A proposição busca inserir no ordenamento jurídico nacional providência já contemplada na Carta Magna de 1988, qual seja, autorizar a fundação das mencionadas cooperativas e, por essa razão, falta-se requisito essencial para se tornar lei, qual seja: inovar no ordenamento jurídico nacional (art. 5º, II, da Constituição Federal).

Além disso, é necessário avaliar com atenção a figura da "cooperativa de crédito comunitária solidária" que o projeto pretende criar.

De acordo com o art. 2º, § 2º, da proposição, a citada cooperativa será criada para prestar alguma espécie de assistência financeira aos seus associados e aos membros da comunidade em que atua.

Tal entidade, nos termos da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, enquadra-se no conceito cooperativa de crédito, motivo pelo qual a elas conferiu-se tal denominação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Entretanto, necessário apontar a inconstitucionalidade de sua disciplina via lei ordinária, pois a matéria, nos termos do art. 192 da Constituição Federal, é reservada à lei complementar.

Eis o teor do citado dispositivo da Carta Magna:

> Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003) (Vide Lei nº 8.392, de 1991) (g.n)

Finalmente, no que importa às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, temos que, por visarem à prestação de serviços em prol dos trabalhadores que dela fazem parte, enquadram-se no conceito de cooperativas de trabalho, previsto no art. 2º da Lei nº 12.690, de 12 de julho de 2012, de seguinte teor:

> Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Nesses termos, desnecessária a apresentação de projeto de lei que apenas reconheça a existência de tais cooperativas, pois o citado diploma legal já disciplina a constituição, funcionamento e, inclusive, o programa nacional de fomento atinente às mencionadas pessoas jurídicas de direito privado.

Tanto é assim que a redução, de vinte para sete, do número mínimo de membros necessários à fundação de cooperativa singular, já se encontra contemplado pelo art. 6º da Lei nº 12.690, de 2012, de seguinte teor: "Art. 6º A Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com número mínimo de 7 (sete) sócios."

Verifica-se, assim, que a proposição apresenta vício de inconstitucionalidade, além de não inovar no ordenamento jurídico nacional (função inerente à lei, nos termos do art. 5º, II, da Constituição Federal), sendo estas as razões que recomentam a sua rejeição.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 107, de 2014.

Esse é o voto, então, da Senadora Lúcia Vânia, e eu, como Relator *ad hoc*, o faço, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em relação ao item 4, lido agora, há um requerimento sobre a mesa de autoria do Senador Paulo Paim, que subscrevo e que solicita uma audiência pública para instrução desse projeto de lei. Eu gostaria de ler esse requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Trata-se do item 5...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Item 4.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Desculpe, Sr. Presidente, a informação que tive aqui foi equivocada. É em relação ao item 5, em que solicitamos a realização de audiência pública. É realmente do item 5.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi pedida vista coletiva para o item 5. Teria, regimentalmente, condição de fazer a audiência antes?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Há condições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só para um esclarecimento, porque, como já está em vista coletiva, não haver algum problema. Acho que é sempre prudente uma audiência pública porque as dúvidas podem ser resolvidas nessa audiência.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com pedido de vista, na realização da audiência pública, poderemos tirar todas as dúvidas em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto em causa está submetido à vista coletiva, porém a Senadora Angela Portela solicita audiência pública nos seguintes termos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2016

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria -, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério Público do Trabalho;
- Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA);
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS/CUT);
- Representante Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Similares do DF.
- Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).
Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Isso é perfeitamente possível.

Submeto, então, à votação dos Srs. Senadores o requerimento de convocação de uma audiência pública para tratarmos do Projeto de Lei nº 107, de 2015.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2015
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, e das 4 (quatro) Emendas quer apresenta.
Observações:
- Em 13.04.2016, lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.
- Votação nominal.)

Vamos ao item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2015.
Observações:
- Votação nominal.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item 2, um projeto do Senador Paulo Paim.

Ele me solicitou que eu encaminhasse o pedido de retirada de pauta para que a gente possa se entender melhor e produzir um relatório em conjunto.

Portanto, eu solicito à V. Exª, com o apoio dos colegas Senadores e Senadoras, a retirada de pauta do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendido.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2008
- Terminativo -

Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- Em 14.12.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.
- Votação nominal.)

Devo aduzir que recebemos, com muita honra, a presença do 1º Secretário da Casa e membro desta Comissão, Senador Vicentinho Alves.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu também sou Relatora de um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O item 4, que foi relatado pelo Senador Acir Gurgacz, tem a sua discussão e votação adiadas para a próxima sessão.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O item 7.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O item 7.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Podemos fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 7:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, de 2015
- Terminativo -

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a concessão da licença-maternidade ao segurado da Previdência Social em caso de falecimento da genitora.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou resumir o relatório para não precisar lê-lo todo.

É um projeto de licença ao cônjuge ou companheiro para oferecer o suporte necessário à criança recém-nascida na ausência de sua mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E o projeto foi feito pelo Senador Aécio Neves para fechar uma lacuna legal, para prever um risco social, que a gente imagina que não seja muito frequente, mas ocorre, infelizmente, e tem que ser levado em consideração.

Então, vou direto à análise.

Consoante se infere do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão discutir e votar proposições que versem sobre relações de trabalho, seguridade e previdência social.

Além disso, a competência legislativa para disciplinar a matéria é da União, à vista do art. 22, I e XXIII, e 24, XII, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência do aludido ente federativo, nos termos do art. 48, *caput*, da mesma Carta.

Analisando a proposição, não vislumbramos obstáculos constitucionais, jurídicos ou regimentais. No que tange ao mérito, somos favoráveis à modificação que se pretende aperfeiçoar.

A Constituição de 1988 consagra a aplicação do princípio da isonomia em sua acepção material, não se justificando que, na hipótese de óbito da parturiente, o recém-nascido fique desamparado, sem os respectivos cuidados do cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente, o que implicaria flagrante discriminação.

Por isso a presente proposição tem por escopo assegurar ampla proteção ao trabalho, à maternidade e à infância, permitindo que o cônjuge, companheiro ou companheira, passe a usufruir da licença maternidade e do salário-maternidade, no caso de óbito da genitora. Realmente, é uma brecha muito grande, séria.

Sob a ótica do direito do trabalho, a concessão da licença-maternidade ao cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente, por todo o período do benefício ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe falecida, permite que o recém-nascido, nos primeiros meses de vida, seja devidamente assistido em suas necessidades vitais.

Afinal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227 da Carta Magna).

Frise-se que, no plano internacional, a Corte Europeia de Direitos Humanos, recentemente, decidiu que os homens têm direito ao mesmo tempo de licença que as mulheres para cuidar de filhos recém-nascidos.

De outro turno, à luz do Direito Previdenciário, não faz nenhum sentido que a legislação exija a condição de segurada da mãe falecida, se o cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente que ostenta tal qualidade, passa a ser o beneficiário do salário-maternidade.

Com efeito, o pagamento do salário-maternidade decorre do risco social que a gravidez representa à mulher, seja do ponto vista biológico, seja do ponto de vista psicológico – eu diria não só do risco social, mas para a criança, para que a mãe possa ficar com a criança. Na prática, o salário-maternidade objetiva substituir a remuneração da gestante, possibilitando que a mesma possa empreender os cuidados necessários ao recém-nascido, o que garante, a um só tempo, a proteção à maternidade e à infância.

Nesse quadro, é forçoso concluir que, diante do falecimento da mãe, restaria ao cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente, a obrigação de se dedicar ao recém-nascido, sendo razoável, em razão disso, que a qualidade de segurado seja aferida a partir do real destinatário do benefício.

Noutra seara, é preciso ter em mente que o Regime Geral de Previdência é pautado pela ética da solidariedade, significando que toda a sociedade contribui para o sistema, razão pela qual as contribuições vertidas à Previdência Social e as prestações delas decorrentes não podem ser analisadas de forma individualizada.

Desse modo, as contribuições pagas pelo cônjuge, companheiro ou companheira da genitora falecida se afiguram suficientes a lhes ensejar o deferimento do benefício por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante de licença a que teria direito a mãe, pouco importando se a finada era ou não segurada do RGPS.

Não obstante, verificamos a necessidade de apresentação de emenda de redação, com o intuito de aclarar o texto da proposição, com vistas a impossibilitar interpretações dúbias. A primeira alteração que se propõe concerne à redação do art. 392-B da CLT, notadamente no que tange à expressão "se segurada da Previdência Social", que pode dar margem à interpretação no sentido de que a falecida deveria ser "segurada" no momento de seu óbito, o que, evidentemente, não é a intenção do presente projeto. Impõe-se, assim, a supressão do citado termo.

A segunda modificação pretendida tem o intuito de deixar claro que os arts. 392-B e 71-B são também destinados aos casais que mantêm relações homoafetivas. Com isso, preserva-se a igualdade de gênero em direitos e obrigações, o que está em conformidade com os princípios constitucionais da igualdade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No que atine ao art. 71-B da Lei nº 8.213, de 1991, faz-se imperiosa a supressão da locução "ou do segurado" – entre aspas –, na medida em que o PLS busca evitar que a qualidade de segurado seja um obstáculo ao deferimento do salário-maternidade ao cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente que ostentem tal condição. Com isso, impede-se que se exija a condição de segurado tão somente ao homem, medida que, caso levada a efeito, implicaria manifesta discriminação de gênero, vedada pelo texto constitucional.

Propomos, nessa toada, excluir a aludida expressão do *caput*, alterando, pela mesma razão, a redação do §3º do art. 71-B, para que a norma também alcance os homens e mulheres que optam pela adoção ou obtêm guarda judicial para fins de adoção de criança, mesmo que não sejam segurados da Previdência.

Por isso, opinamos pela aprovação do PLS nº 492, de 2015, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CAS (ao PLS nº 492, de 2015)

O Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, tem a sua redação alterada, nos seguintes termos:

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a concessão da licença-maternidade ao segurado da Previdência Social em caso de falecimento da genitora.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 392-B. Em caso de morte da genitora, mesmo que não seja segurada da Previdência Social, é assegurado ao cônjuge, companheiro ou companheira, empregado ou empregada o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante de licença a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono. " (NR)

Art. 2º O art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71-B. No caso de falecimento da genitora ou da pessoa que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, ainda que não seja segurada, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente, que tenha a qualidade de segurado ou segurada, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade.

.....

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao homem ou à mulher que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção. "

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O relatório da Senadora Marta Suplicy é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta.

Está em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação.

Os Srs. e Srªs Senadores que aprovam o aparecer responderão "sim". Os que rejeitam, responderão "não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy. Já votou.

Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – "Sim", Sr. Presidente. Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado, em turno único e em votação nominal a Emenda nº 01, da CAS, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 492.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vetada a apresentação de substitutivo integral.

Voltamos ao item 1, em turno suplementar, ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015, que tem por autor o Senador José Serra e Relator, o Senador Waldemir Moka, que se manifesta pela aprovação da emenda apresentada em turno suplementar com a sua emenda, que também apresenta.

A discussão já foi procedida.

Indago se o Relator deseja ainda usar a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o comentário que eu tinha que fazer era sobre a emenda do Senador Dalirio Beber, e eu já fiz. A menos que algum colega precise de mais algum esclarecimento, eu estarei à disposição, para agilizar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira se manifestar, encerrada a discussão.

Em votação o Substitutivo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, esse item...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Rocha, é o item 1, que está em turno suplementar.

Em votação o substitutivo, em turno suplementar, ressalvada a emenda de turno suplementar ou a subemenda que apresenta.

Procede-se à votação nominal.

Os senhores que votarem com o parecer do Relator votarão "sim".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Moka, Relator, "sim".

Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto foi aprovado em turno suplementar.

Pergunto aos Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação anterior para a Emenda nº 4-S, de turno suplementar, com a subemenda do Relator. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 727, com a Emenda nº4-S (CAS), correspondente à Emenda 4-S, e com a Subemenda nº 1, também da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O Item 2 foi retirado de pauta a pedido do Relator, Vicentinho Alves.

Vamos ao item 3, que vou ler novamente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014
- Terminativo -

Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014.
Observações:
- *Votação nominal.*

O relatório foi lido pela Senadora Angela Portela.

Indago se algum dos Srs. Senadores deseja discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o projeto.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto é pela rejeição.

V. Exª se manifesta, portanto, de acordo com o parecer?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Com o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com o parecer, "sim". Ou melhor, a resposta será "não", porque o parecer é pela rejeição.

V. Exª vota com o Relator?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Voto com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Não".

Angela Portela votou.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Sim", com o Relator. Se ele vota "não", "sim" com o Relator significa "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto foi rejeitado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência Plenário e publicação no Diário desta Casa.

Volto ao item 4, que lerei novamente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014
- Terminativo -

Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014.
Observações:
- *Votação nominal.*

Foi lido pelo Relator *ad doc*, Senador Acir Gurcacz
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.
Quem vota com a Relatora vota "não" ao projeto. Sabendo-se que o parecer é pela rejeição.
Senador Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Não", com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Rocha.
O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator *ad hoc*, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acir Gurgacz.
O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Relator *ad hoc*, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vicentinho Alves.
O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foi rejeitada a propositura.
Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.
Item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, de 2015
- Terminativo -

Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está com a palavra o Senador Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Submete-se à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 688, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

A iniciativa determina que o procedimento de implante de prótese valvar aórtica, por meio de cateter, seja ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos indivíduos acometidos por estenose aórtica, desde que exista contraindicação ao tratamento cirúrgico convencional.

O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei eventualmente originada do projeto entre em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição lembra que a estruturação do SUS, por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, completou 25 anos. Argumenta que, apesar de tantos anos de criação, o sistema não foi capaz de garantir a integralidade e a universalidade da assistência à saúde para a população brasileira.

O autor discorre sobre a epidemiologia, o prognóstico e o tratamento da estenose valvar aórtica, para concluir que muitos pacientes não são submetidos ao tratamento indicado por apresentarem risco cirúrgico elevado. Para esses doentes, seria indicado o implante de prótese valvar aórtica por meio de cateter, procedimento indisponível no SUS.

Não foram apresentadas emendas ao projeto, que recebeu despacho que determina sua apreciação apenas por esta Comissão, em decisão terminativa.

Análise.

Sr. Presidente, vou tentar explicar o objetivo deste projeto.

Pode-se nascer com isso, mas, na maioria das vezes, as pessoas adquirem essa doença. A estenose é um apertamento da válvula aórtica, e o procedimento cirúrgico convencional é uma cirurgia cardíaca em que se tem de abrir realmente o tórax, ou seja, serrar, por assim dizer, o osso esterno!

Pelas complicações decorrentes, determinados pacientes, por exemplo, pessoas acima de 75 anos, não têm condições de resistir a esse tipo de cirurgia.

O outro método consiste exatamente em um cateter, que é veiculado pela virilha e chega até a válvula aórtica, e assim troca-se ou conserta-se a válvula aórtica.

É claro que eu estou resumindo isso, mas, em princípio, seria colocar no Sistema Único de Saúde, para aqueles pacientes para os quais a cirurgia convencional é contraindicada, esse tipo de procedimento. É claro que isso traz um ônus, tem um custo, é evidente que tem. Mas também não são tantos os pacientes que serão submetidos a esse procedimento.

Está aqui presente o Dr. Marcelo Cantarelli, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Eles tinham um projeto que o Senador Acir Gurgacz.... Nós fizemos também, depois disso aqui, porque houve manifestação do chamado Conitec, que foi contra a implantação disso no SUS. Foi feita uma audiência pública aqui, com especialistas, e todos eles foram favoráveis ao procedimento. Em função dessa audiência pública favorável, esse projeto foi novamente apresentado pelo autor, que está aqui, o Senador Acir Gurgacz.

Eu estou relatando, talvez, pela proximidade que tenho com a matéria. De forma que, ao ler essa análise, que é extensa, até porque se trata de termos bastante técnicos, eu faço essa explicação, porque acho que seria mais fácil para os colegas entenderem o porquê de um procedimento e por que se quer implantá-lo. Quer-se implantar esse outro procedimento, evidentemente, para salvar vidas de pessoas que não aguentariam a chamada cirurgia convencional. É claro que esse procedimento também tem riscos, como qualquer procedimento ou ato cirúrgico tem.

Então, esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa e, em seguida, à Senadora Ana Amélia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, quero primeiro esclarecer que não vou opor nenhuma obstrução a essa matéria, em atenção ao autor e ao Relator. Mas não posso deixar de me manifestar, mais uma vez, por algo que considero um grande equívoco do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional não pode estar definindo remédio que deve ser registrado, não pode estar definindo tratamento que deve feito. Acredito até que esse tratamento tenha as suas indicações, não tenho como opinar. Exatamente por isso acho que não temos condição de estar definindo essas coisas, mas pior ainda em lei. Isso é um contrassenso.

Existem, no Ministério da Saúde, por exemplo, grupos de especialidade que definem protocolos de tratamento, medicamentos. Para um medicamento entrar na lista de medicamentos do Ministério da Saúde que [illegible] distribuídos gratuitamente tem de atender a determinados pré-requisitos; tem de ter uma efetividade comprovada maior do que aqueles que já são distribuídos. E assim também são equipamentos, ou próteses, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como eu disse, eu não vou opor nenhuma dificuldade, nenhuma obstrução, mas eu considero isso um erro. Quem sou eu para julgar se esse procedimento é melhor ou pior do que outros que estão sendo indicados?

Temos um parecer aqui da Conitec que diz que existem não somente riscos, como não há uma comprovação de que seria para todos os casos, ou de que seria melhor que outros tratamentos que o SUS já garante, e tal. Eu queria mais era fazer um apelo porque, senão, daqui a pouco, o Brasil vai cair em termos internacionais em uma coisa ridícula de aprovar medicamento por projeto de lei, de estabelecer vacina por lei. Isso não faz muito sentido.

Hoje, com o desenvolvimento tecnológico rápido, pode ser que essa lei, essa proposta, quando vier a ser aprovada – porque ela está aqui, vai para a Câmara – já exista uma tecnologia mais moderna do que essa que está aí.

O que se tem que fazer é haver um espaço no Ministério da Saúde, ou a gente criar uma lei que dê o direito à contradita maior do que se tem hoje lá no Ministério da Saúde, coisas assim. Mas ficar aqui aprovando tratamento, remédio, sinceramente...

Não vou pedir vista, vou apenas manifestar o meu voto, com todo o respeito ao nosso companheiro Acir, que fez isso com a melhor das intenções.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu respeito, a Casa democrática é exatamente isso, o contraditório. O nosso ex-Ministro da Saúde Senador Humberto Costa é muito atento a todas as questões, então eu respeito a posição dele. É natural, nós já tivemos recentemente aqui votações importantes sobre liberação de medicamentos e o conjunto da obra que ele relatou é compreensível.

Eu venho dar um testemunho porque eu estive visitando o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, conversei com dois pacientes que foram submetidos a essa cirurgia, à aplicação desse TAVI nessas pessoas que estavam com problemas cardiológicos, pessoas de idade. É interessante este aspecto: a taxa de longevidade dos brasileiros e brasileiras está aumentando e, normalmente, essa doença acontece com pessoas acima de 60 anos. Nesse caso, também há a fragilidade física dessas pessoas, então nós estaríamos selando a morte delas ou levando-as a ter uma vida extremamente complicada porque ela perde a capacidade de respiração, ela tem uma série de sequelas não fazendo o procedimento ou a cirurgia.

Como foi relatado muito bem pelo nosso médico cardiologista, Senador Waldemir Moka, ele mostrou exatamente a inconveniência de uma cirurgia convencional no caso de uma pessoa com 70, 75, 80 anos. Eu conversei com esses pacientes do Instituto de Cardiologia, com médicos cardiologistas de grande especialidade e que inclusive compareceram aqui a uma audiência pública feita na Casa. Na segunda-feira, conversei também com o médico da Santa Casa responsável por todo o Departamento de Cardiologia da Santa Casa, a especialidade dele também é esta, e ele falou com muita ênfase sobre a relevância que era a introdução nos programas do SUS desse procedimento, especialmente considerando o aspecto das pessoas com mais idade.

Como estamos tendo – especialmente eu que sou do Rio Grande do Sul – uma longevidade maior e mais ampla, é assegurar também o direito e a qualidade de vida das pessoas idosas nos casos cardiológicos. E esse é um procedimento.

Então, o meu voto é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Como autor.

Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar e agradecer o Relator Senador Waldemir Moka, que nos fez uma explanação clara sobre a importância desse projeto.

Quero também cumprimentar a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, na pessoa de seu Presidente, Dr. Marcelo Cantarelli. Foram essas pessoas que nos convenceram a colocar esse projeto para que fosse tramitado. O Dr. Rogério Tumelero, cardiologista, que nos pediu para que fizéssemos esse projeto. E nos convenceu.

Agradeço pelo trabalho que essas pessoas têm feito e também ao nosso Relator, que fez uma explanação clara.

A diferença é muito grande, Sr. Presidente, nobres colegas, entre fazer um corte no peito do ser humano em vez de usar um cateter. A diferença é muito grande. As pessoas com mais de 70, 75 anos não têm condições de serem submetidas a uma cirurgia tão grande. E, ao passo que, através do cateter, é uma coisa simples. Hoje em dia, qualquer um pode fazer, há condição. Mas, no SUS, não há essa indicação para essas pessoas.

Isso será feito, se aprovado o projeto, com a indicação dos médicos. Não é obrigatório fazer, somente quando houver indicação clínica.

Então, é um projeto que entendo importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Saúdo e cumprimento mais uma vez a Sociedade de Cardiologia, que está presente aqui, representado pelo seu Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, eu entendo que este projeto atende a este momento, até porque está aqui o Presidente da Associação dos Cardiologistas dando o seu aval, mas compreendo a posição do Senador Humberto Costa quando diz que a ciência avança celeremente, mas a votação dos projetos do Congresso Nacional não avança na mesma velocidade.

O que está S. Exª, portanto, a dizer, o ex-Ministro da Saúde, é que, em lugar de praticarmos um bem nessa matéria, poderemos eventualmente praticar um mal, transformando esse projeto de alguns anos em lei, quando a ciência já encontrou outra solução melhor do que esta que se vota neste momento.

Em todo o caso, é apenas uma opinião de leigo da minha parte. Eu sequer voto, o Presidente não vota, a não ser em caso de empate, mas apenas uma observação que vem daquilo que me parece a lógica do andamento dos projetos do Congresso Nacional.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria acrescentar que o seu raciocínio está correto, mas diria que, quando a ciência chegar a ter um procedimento melhor, esse ficará superado, ninguém vai usar esse procedimento, vai-se usar o que estiver à disposição.

Então, o fato de assegurar o direito da inclusão desse procedimento ao idoso que tem problema cardíaco não significa que, daqui a dez anos – talvez não tenhamos, mas se tivermos –, vai ser feita a opção pelo que estiver mais avançado, for mais conveniente para o paciente, para o bolso do paciente, para o plano de saúde, para o próprio SUS.

Eu penso que a evolução se dá nessa direção, meu caro Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por favor. Na verdade, o projeto autoriza um procedimento; é uma técnica. E o cateter, por mais que evolua, pode até evoluir do ponto de vista de ser mais sofisticado, mas o procedimento sempre será o mesmo. Então, ainda que evolua, o procedimento será o mesmo. Então eu não vejo como, no futuro, se optarmos e aprovarmos hoje, o procedimento sempre será válido.

O que diz o projeto? Para aqueles pacientes com idade avançada em que é contraindicada uma cirurgia convencional, repito, a chamada cirurgia torácica – precisa abrir o peito da pessoa, serrar o osso esterno – é muito complicado, e essas pessoas, na maioria das vezes, não resistem a esse tipo de cirurgia.

Sobre o outro procedimento, que o SUS hoje não adota, qual é o principal argumento? É o custo, porque realmente é mais caro. Mas, aí, nós estamos falando de custo, não que não haja diferença. A diferença é muito grande, Sr. Presidente.

Então, é disto que eu estou falando: lá na frente, vai aparecer uma evolução, mas o procedimento continuará sendo menos invasivo através do cateter. Eu não tenho a menor dúvida disso.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acho que os argumentos foram muito claros e bem-postos de ambos os lados. Acho que o Senador Humberto Costa fez uma reflexão pertinente, mas nós estamos falando, na verdade, de salvar vidas.

E aí me parece que, tão bem explicado pelo Senador Moka, cardiologista, ou você faz uma operação gigantesca – quem já teve contato com pessoas que passaram por essa cirurgia sabe o que significa –, ou a outra, que é uma operação mais simples, exatamente para os idosos, e que tem condição de salvar vidas, nem que sejam poucas vidas.

E também a reflexão da minha colega Ana Amélia é pertinente. Não é obrigatório, no sentido de que, se tivermos metodologias mais sofisticadas, essa possibilidade ficará abandonada.

Então, meu voto vai ser "sim", pelo direito desses que não estão sendo atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero parabenizar o Relator, Senador Waldemir Moka, e o autor, Senador Acir Gurgacz, mas na mesma linha de raciocínio do Senador Humberto Costa. Vou votar favoravelmente, pela aprovação. Esse método é menos invasivo do que abrir o tórax do idoso, com maior risco de óbito.

Mas eu quero lastimar aqui, Senador Edison Lobão, a situação a que chegou a saúde do nosso País, em que nós tenhamos realmente, como disse o Senador Humberto, de estar aprovando leis aqui para criar proce-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dimentos ou autorizar a utilização de drogas, medicamentos, através de ações legislativas, de mais leis, como também o Judiciário está fazendo.

As pessoas não têm o atendimento necessário para salvar vidas e aí vão à Justiça, e o juiz determina ou a entrega pelo serviço de saúde pública dos três níveis do medicamento, ou a execução da intervenção. Por ato judicial. E, se o Secretário não fizer, corre o risco de ser preso. Então, essa é a situação lamentável que o Brasil oferece aos brasileiros. É lamentável isso!

Diariamente, nós ouvimos, nos noticiários, da situação de caos em que se encontra a saúde pública. Eu espero que o Ministro Ricardo Barros possa... Ele deu uma entrevista, anteriormente, dizendo que iria reduzir o serviço do SUS, depois disse que não, que não ia reduzir, que iria buscar o corte de R$5 bilhões que havia sido feito no orçamento do SUS, para tentar recompor a saúde.

Então, quanto a essas ações que estão sendo feitas aqui – emergenciais, eu diria –, lamentavelmente, são necessárias. Portanto, eu vou votar favoravelmente, esperando que o Ministro Ricardo Barros possa, realmente, trazer recursos para a saúde e melhorar o atendimento que hoje – eu não diria nem precário – é caótico aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, passaremos à votação.

Portanto, o parecer do Senador Waldemir Moka ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015, do Senador Acir Gurgacz, é pela aprovação dessa iniciativa.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto na forma do parecer do Relator responderão "sim".

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Abstenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Abstenção.

Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Abstenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Abstenção?

Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, considerando os fortes argumentos apresentados aqui pelo ex-Ministro da Saúde Humberto Costa, abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela, abstenção.

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka votou com o Relator...

Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acir é o autor.

Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, vamos :ar o item 9, que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 9:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2016
- Terminativo -

Altera as Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), para dispor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016.

Senadora Ana Amélia, se possível, peço que resuma a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já estou fazendo isso, Senador. Nem vou ler o relatório. Da análise, vou somente dizer que a dengue, o zika e a chikungunya vieram para alarmar a população brasileira.

No ano passado, o Ministério da Saúde registrou quase 1,7 milhão de casos prováveis somente de dengue no País. Então, essas três doenças...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... provocadas pelo vírus do *Aedes aegypti*, são provocadas por três vírus diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Solicito silêncio na Comissão para que a Relatora consiga ler o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Repetindo, o *Aedes aegypti* é o transmissor de três tipos de vírus que têm atacado a população brasileira e, em 2016 com maior gravidade ainda, especialmente relacionando às questões referentes à microcefalia.

Foi muito grave essa identificação feita por especialistas brasileiros. Os sintomas já são descritos e conhecidos. Tudo o que o Senador José Serra fez foi no sentido de que o Governo Federal, para combater todos esses vírus com mais facilidade, com melhor atendimento tecnológico, faça parcerias com instituições estrangeiras, tão necessárias para esse desenvolvimento. O Governo buscou desenvolver essas parcerias com laboratórios internacionais nas áreas de diagnóstico, prevenção e tratamento dessas doenças com o objetivo de desenvolver, o mais depressa possível, uma vacina contra o zika, contra a dengue, contra a chikungunya, entre outras linhas de investigação.

Atualmente, o Ministério da Saúde trata como prioridade o investimento em novas tecnologias que contribuam para a investigação do zika vírus. Nesse sentido, o órgão desenvolveu parcerias com instituições de excelência nacional, como o Instituto Evandro Chagas, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com o Instituto Butantã e com instituições internacionais de pesquisa. Exemplos de colaboração internacional são os projetos de cooperação bilateral para a pesquisa de zika e microcefalia, firmados entre a Fiocruz e o National Institute of Health, agência de saúde do governo norte-americano, e estudo de casos e controle de microcefalia relacionada ao zika vírus no Brasil, com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças Transmissíveis dos Estados Unidos da América, treinamento para a realização laboratorial de testes para a detecção do zika vírus com países do Mercosul e associados, produção da vacina contra o zika com o laboratório da University of Texas Medical Branch, dos Estados Unidos, e a participação de outros organismos de saúde internacional, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), em projetos, pesquisas e estudos, entre outros.

Não obstante o mérito de tais iniciativas, foi amplamente divulgada pela imprensa a dificuldade de acesso de pesquisadores e instituições de pesquisa, situadas fora do País, a amostras do vírus zika no início do ano corrente. Isso se deveu a uma série de circunstâncias, inclusive a insegurança jurídica gerada pela não regulamentação da recente Lei nº 13.123, de 20 de maio 2015, que define regras de acesso a patrimônio genético para fins de pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

No entanto, a despeito da inegável importância da Lei nº 13.123, de 2015, naquilo que se refere à proteção do patrimônio genético, ainda não foi implementado um procedimento legal que dê maior agilidade e que simplifique os trâmites para o envio de amostras que contenham informação de origem genética ao exterior, quando necessário, especialmente em situações epidemiológicas, como aconteceu agora, que caracterizem emergência em saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Esse é o propósito exatamente do projeto do Senador José Serra, que, em muito boa hora e ao mesmo tempo, busca resguardar os interesses econômicos brasileiros envolvidos nos benefícios decorrentes de pesquisa e desenvolvimento tecnológico resultantes da exploração econômica de produto acabado, de processo ou de material reprodutivo oriundos do acesso à informação de origem genética. Por conseguinte, ficam mantidas as disposições da Lei nº 13.123, de 2015, no que concerne à repartição de tais benefícios.

O projeto de lei que estou relatando supre essa lacuna jurídica, possibilitando que a direção nacional do SUS, que detém a competência técnica para tomar decisões em situações epidemiológicas que caracterizem emergência nacional em saúde pública, adote ou autorize procedimento simplificado de envio ou remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, nesses casos específicos de emergência.

Desse modo, estaremos mais aptos a dar respostas a atuais e futuras situações de surtos e epidemias de importância nacional e internacional, e também a desencadear, o mais prontamente possível, medidas pertinentes de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2016.

Penso nas mães das crianças com microcefalia. A iniciativa do Senador José Serra é muito louvável e oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Parabenizo o Senador Serra e a Senadora Ana Amélia. É um projeto de excelência.

Ficou evidente, agora, nesta crise por causa do vírus zika, que não dispúnhamos de segurança jurídica que facilitasse os trâmites de acesso às informações com outros países, principalmente para proteção também dos nossos pesquisadores. Acredito que foi uma ação rápida do Senador Serra por ter sido Ministro e estar muito envolvido nas questões da saúde. S. Exª percebeu que uma lei que nos desse essa segurança e que protegesse nossos pesquisadores também poderia realmente trazer um avanço considerável. O projeto se refere à proteção do patrimônio genético, simplifica os trâmites para o envio de amostras e, mais do que tudo, busca resguardar os interesses econômicos brasileiros envolvidos nos benefícios decorrentes de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, resultante da exploração econômica do produto e também do material reprodutivo.

Então, isso realmente são as patentes. É fundamental. Quer dizer, ele protege o nosso pesquisador. E, a partir disso, não podemos deixar de comentar como os nossos pesquisadores são competentes e bons! Com tão pouco, com tanta dificuldade, quando se vislumbra um problema, os nossos pesquisadores sempre têm uma possibilidade de solução. Eles estão debruçados.

Fico pensando, quando apareceu aquele vírus na África, o ebola, como foi rápida a possibilidade de solução, porque existe um conselho – não sei se se chama conselho – onde eles se dedicam a fazer a "previsão", entre aspas, dos vírus e das epidemias que podem surgir e aí desenvolvem os estudos necessários. Nós estamos bastante longe disso, mas, de qualquer jeito, esse projeto nos ajuda bastante.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, acho que esse tema é importante e complexo. Eu gostaria de fazer algumas sugestões sobre ele e, então, gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mais algum Sr. Senador deseja pedir vista?

Vista concedida ao Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria de pedir vista coletiva, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva. Outro Senador, a despeito do Presidente, havia solicitado vista. Portanto, agora sim, vista coletiva.

Item 10:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para assegurar o direito de as gestantes receberem gratuitamente repelente do mosquito Aedes aegypti.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2016, e da Emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Observações:
- Votação nominal.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, que visa a assegurar o direito de as gestantes receberem gratuitamente repelente contra o mosquito *Aedes aegypti*.

Para tanto, a proposição altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, ao inserir o § 6º no art. 8º, para determinar ao Poder Público o fornecimento gratuito às gestantes de repelente com comprovada eficácia contra o mosquito *Aedes aegypti*.

Na justificação da matéria, a autora invoca a existência de dados científicos e epidemiológicos, recentemente publicados, que sugerem ser bastante alta a probabilidade de haver relação de causalidade entre a infecção de gestantes pelo vírus zika e o expressivo número de casos de microcefalia congênita notificados em vários Estados da Região Nordeste do Brasil.

Assim, na falta de uma vacina contra o vírus, a autora advoga que a melhor providência, além do combate aos criadouros do mosquito, é a adoção de medidas de proteção individual, como o uso de repelentes.

A proposição foi encaminhada exclusivamente para a Comissão, que decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Em análise, Sr. Presidente, resumindo, é o fato de várias gestantes não terem condições financeiras para comprar os repelentes. Então, seria feita uma doação pelo Governo para que essas pessoas tenham acesso ao repelente, evitando assim a contração da zika. Aparentemente pode significar um custo, mas será uma economia muito grande para o Governo, que vai evitar a doença.

Então, a análise em resumo seria essa.

O voto é pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação nominal.

O Relator se manifesta pela aprovação do projeto e da emenda que apresenta.

Quem votar "sim" acompanhará o Relator.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acir é o Relator, "sim".

Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

Senadora Regina?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação anterior para a emenda do Relator. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei nº 72 e a Emenda nº 1, da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Solicito, pela importância e relevância do PLS nº 688, a tramitação em regime de urgência, Sr. Presidente, para que possa levá-lo ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Submeto à apreciação do plenário.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, DE 2015

Autoria: Acir Gurgacz

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Humberto Costa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu queria saber se V. Exª poderia colocar em discussão e votação o requerimento que eu apresentei, de convocação do Ministro da Saúde para tratar do tema da amplitude do SUS. Se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa, eu apenas aguardava a votação dos projetos que se encontram na pauta.

Mas vamos passar à votação do requerimento de V. Exª.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a entrevista prestada ao Jornal Folha de São Paulo, na qual defendeu "uma revisão do tamanho do SUS", fato gravíssimo e violador dos preceitos fundamentais que embasam o Sistema Único de Saúde, notadamente o da universalidade do atendimento à população brasileira.

Autoria: Senador Humberto Costa

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para encaminhar, se for do seu desejo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim, Sr. Presidente.

Na verdade, a minha proposição vem no sentido de nós podermos discutir com o Ministro da Saúde algumas colocações feitas por ele no dia de ontem, que tratam da ideia, de alguma maneira, do comprometimento da universalidade do Sistema Único de Saúde.

Esse me parece ser um tema importante. É a oportunidade também para ele apresentar os seus planos para a pasta. Hoje, ele está na Comissão de Saúde e Família, da Câmara dos Deputados.

Portanto, seria uma oportunidade de o Senado também conhecer os seus posicionamentos.

O Senador Waldemir Moka sugeriu que transformássemos este requerimento de convocação em um requerimento de convite. Eu não me oponho. Não há problema algum da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu sou favorável.

Seria importante que o Ministro da Saúde, Deputado Federal Ricardo Barros, viesse aqui, até em função da sua fala, mas também para que ele diga à Comissão o que pretende.

Tenho certeza absoluta de que o Deputado Federal Ricardo Barros atenderá a esse convite prontamente.

Eu até me encarrego, se V. Exª permitir, de fazer o convite ao Deputado Federal Ricardo Barros, mas, evi-
ıtemente, em consonância com a nossa Comissão, entendendo que a prerrogativa é de V. Exª. Eu digo isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

porque às vezes.... Com a aquiescência do Senador Humberto Costa, votarei a favor, transformando a convocação em convite a S. Exª o Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka, V. Exª é um dos presidentes *ad hoc* desta Comissão. Portanto, tem toda a autoridade para propor e desempenhar esse papel de embaixador da Comissão.

Em votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a modificação da expressão "convocação" por "convite".

Srs. Senadores...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento, eu e o Senador Paulo Paim, para a realização de uma audiência pública para a instrução do PLS nº 107, de 2015. E eu gostaria de incluir um novo convidado para participar dessa audiência pública. Trata-se do Sr. Antônio Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O requerimento de V. Exª encontra-se em poder da Mesa.

Submeto à aprovação do Plenário.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica aprovada a inclusão do nome ao requerimento de audiência pública já aprovado anteriormente.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos, do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Ricardo Franco, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Lídice da Mata, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência passa à leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 2, de 2016, do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Unaí, Minas Gerais, com solicitação de apoio do Senado Federal para a criação do projeto de segurança pública nas escolas públicas e privadas de Unaí e região, como previsto no art. 144 da Constituição Federal; Ofício nº 21, de 2016, da Câmara Municipal de Romelândia, Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 3, de 2016, solicitando que o Congresso Nacional deixe de votar quaisquer matérias que envolvam proposta de reforma previdenciária que altere requisitos de idade para aposentadoria; Moção nº 5, de 2016, da Câmara Municipal de Sorocaba, São Paulo, que manifesta repúdio ao Ministério da Saúde pelos atrasos na entrega de vacinas, soros e medicamentos em todo o País e em especial no Município de Sorocaba; Ofício nº 17, de 2016, da Câmara Municipal de Dom Pedro de Alcântara, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Apoio à iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente dos que exercem atividade agrícola em regime de economia familiar; Ofício nº 5, de 2016, do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Unaí, Minas Gerais, dando ciência e solicitando apoio financeiro para o programa Adolescente Cidadão, que trabalha em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais para a inclusão social de menores em situação de risco; Ofício nº 149, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que encaminha cópia digitalizada do relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Próteses e Medicamentos, realizada na referida Assembleia Legislativa; Ofício nº 7, de 2016, da Câmara Municipal de Franca, São Paulo, com a Moção de Apoio nº 4, que solicita que a fosfoetanolamina sintética seja liberada e fornecida gratuitamente aos pacientes com câncer; Ofício nº 21, de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Otacílio Costa, Santa Catarina, encaminhando a Moção nº 1, de 2016, solicitando que os parlamentares não retirem os direitos já conquistados na aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença e acidente de trabalho dos agricultores; Ofício nº 19, de 2016, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que encaminha o Relatório de Análise Situacional nº 10, de 2016, sobre o monitoramento do tema "Flexibilização da legislação trabalhista com garantia do mínimo inegociável com base na técnica de cenários prospectivos"; Aviso nº 411, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.181, de 2016, sobre os autos de acompanhamento que têm por objetivo aperfeiçoar controles e mitigar riscos de pagamento indevido de seguro-desemprego ao pescador artesanal. A presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 14 de 2016-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo instruir o "Projeto de Lei do Senado nº 220/2014, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências." Com a participação dos seguintes oradores: Luiz Antônio Colussi, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Clovis Veloso de Queiroz Neto, especialista em Políticas e Indústria da Confederação **Nacional da Indústria – CNI;** Rinaldo Marinho Costa Lima – Diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho; Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, Diretor Substituto do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, da Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Fazenda; Fernando Maciel, Procurador Federal. Usam da palavra os Senadores, Paulo Paim, José Pimentel e as Senadoras Regina Sousa, Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Ricardo Franco e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RICARDO FRANCO
Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

Ofício nº 2, de 2016, do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Unaí, Minas Gerais, com solicitação de apoio do Senado Federal para a criação do projeto de segurança pública nas escolas públicas e privadas de Unaí e região, como previsto no Art. 144 da Constituição Federal.

Ofício nº 21, de 2016, da Câmara Municipal de Romelândia, Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 3, de 2016, solicitando que o Congresso Nacional deixe de votar quaisquer matérias que envolvam proposta de reforma previdenciária que altere requisitos de idade para aposentadoria.

Moção nº 5, de 2016, da Câmara Municipal de Sorocaba, São Paulo, que manifesta repúdio ao Ministério da Saúde pelos atrasos na entrega de vacinas, soros e medicamentos em todo o País e em especial no Município de Sorocaba.

Ofício nº 17, de 2016, da Câmara Municipal de Dom Pedro de Alcântara, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio à iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente dos que exercem atividade agrícola em regime de economia familiar.

Ofício nº 5, de 2016, do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Unaí, Minas Gerais, dando ciência e solicitando apoio financeiro para o programa Adolescente Cidadão, que trabalha em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais para a inclusão social de menores em situação de risco.

Ofício nº 149, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que encaminha cópia digitalizada do relatório final dos trabalhos da CPI das Próteses e Medicamentos, realizada na referida Assembleia Legislativa.

Ofício nº 7, de 2016, da Câmara Municipal de Franca, São Paulo, com a Moção de Apoio nº 4, que solicita que a fosfoetanolamina sintética seja liberada e fornecida gratuitamente aos pacientes com câncer.

Ofício nº 21, de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Otacílio Costa, Santa Catarina, encaminhando a Moção nº 1, de 2016, solicitando que os Parlamentares não retirem os direitos já conquistados na aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença e acidente de trabalho dos agricultores.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 19, de 2016, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que encaminha o Relatório de Análise Situacional nº 10, de 2016, sobre o monitoramento do tema "Flexibilização da legislação trabalhista com garantia do mínimo inegociável com base na técnica de cenários prospectivos." Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 411, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.181, de 2016, sobre os autos de acompanhamento que têm por objetivo aperfeiçoar controles e mitigar riscos de pagamento indevido de seguro-desemprego ao pescador artesanal. Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2016, da CAS, de iniciativa do nobre Senador Paulo Paim, com o objetivo de instruir o PLS nº 220, de 2014, que altera a consolidação das leis do trabalho para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar competência para os litígios correspondentes e dá outras providências.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Dr. Luiz Antônio Colussi, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Dr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Dr. Clóvis Veloso de Queiroz Neto, Especialista Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Dr. Rinaldo Marinho Costa Lima, Diretor Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; Dr. Paulo Rogério Albuquerque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de Oliveira, Diretor Substituto do Departamento de Políticas de Saúde, Segurança Ocupacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Fazenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Senador requerente para suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, este é um tema de fato muito complexo.

Eu sempre digo que nós, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, somos, na verdade, generalistas. Nós temos uma visão da sociedade, mas não somos especialistas tema por tema.

Este é um tema complexo, tanto que o projeto é de minha autoria e o substitutivo é de outro Senador, também do PT, mas, na nossa visão e de alguns que ajudaram na construção do projeto que apresentei e que está em tela, esse substitutivo está bem distante, para não dizer radicalmente contra, do que coloquei. O substitutivo do meu querido amigo, Senador Pimentel, está distante do projeto original. Por isso, suscitei, uma audiência pública para aprofundarmos o debate sobre o tema.

Sr. Presidente, quero a tolerância de V. Exª, dentro do nosso Regimento, para que pudéssemos "adendar" à Mesa. Eu tenho feito isso na Comissão quando entendo que o tema merece uma voz a mais, de quem pode contribuir para o debate.

O Dr. Fernando Maciel, que é Procurador Federal, especialista, *master* em proteção de riscos laborais, disse que gostaria muito, espontaneamente – inclusive, ele está aqui, veio sofrendo todos os riscos, eu diria, de poder ou não falar – de contribuir. Ele gostaria também, se fosse possível, com a tolerância e a grandeza de V. Exª, de compor a Mesa.

Eu tive a alegria de ir ao seu Estado, de ser recebido por V. Exª, para fazer um debate muito interessante e prazeroso para todos que queremos aprofundar o tema da terceirização. Quero ver se o Dr. Fernando Maciel pode compor a Mesa. Sei que o espaço é pequeno, mas uma cadeira a mais sempre é possível. O microfone móvel pode contribuir para isso. Esse é o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Sem problemas, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Convidaremos o senhor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Fernando Maciel, Procurador Federal e *master* em Proteção de Riscos Laborais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Perfeito.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência considera a palavra por dez minutos; com a palavra o Dr. Luiz Antonio Colussi.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Bom dia, Senador Ricardo Franco, é uma satisfação estar aqui nesta audiência pública presidida por V. Exª; bom dia também ao Senador Paulo Paim, autor do PLS nº 220, de 2014 e também autor do requerimento para esta audiência pública; bom dia aos demais integrantes da Mesa, especialistas e pessoas comprometidas com a importância do tema, com a importância de termos um meio ambiente laboral sadio e adequado para garantir a integridade física e a saúde dos nossos trabalhadores. Saudação a todos os assistentes, aos assessores dos Senadores, aos demais assistentes aqui da Comissão e às pessoas que não nos prestigiam, bem como, também nos ouvem e nos assistem pela rádio e pela TV.

De fato, esse projeto é um avanço extraordinário, e a Anamatra se sente muito feliz de ser apoiadora desse projeto, que traz uma série de acertos e avanços para melhorarmos ainda mais a legislação trabalhista, no que se refere à saúde e proteção do trabalhador.

Em linhas gerias, o projeto original do Senador Paim concede a outorga direta ao auditor fiscal do trabalho do poder de polícia para interdição de estabelecimento, setor, máquina ou equipamento. Essa função hoje é do superintendente regional do trabalho.

Eu até peço uma licença para não me aprofundar aqui, porque o Presidente do Sinait está aqui, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, e certamente vai abordar com maior profundidade a importância do auditor fiscal do trabalho ter esse poder de polícia.

O outro ponto: o reconhecimento do direito de resistência passivo e ativo preventivo do trabalhador brasileiro. Quer dizer, colocamos no texto da CLT que, para os casos de flagrante necessidade, de risco iminente à vida e à integridade física no local do trabalho, o empregador pode se recusar ou deixar de trabalhar.

Terceiro, a definição e sistematização do que seja o meio ambiente do trabalho. Há uma carência na legislação e há muita discussão, muita reflexão na doutrina, na jurisprudência a esse respeito. A definição, modernização e sistematização dos deveres do empregador, de acordo com a evolução do estado da técnica [illegible]ntra a integridade do meio ambiente do trabalho e dos respectivos trabalhadores, trazendo novamente a [illegible]portância do empregador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Bom dia, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Bom dia, Senador Pimentel. Bem-vindo.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Por fim, a regulação segura e transparente da responsabilidade civil e penal do empresário pelos danos causados ao trabalhador e ao meio ambiente por conta dos desequilíbrios do meio ambiente do trabalho.

Eu estava falando aqui, Senador Pimentel, do acerto e da importância da proposta do PLS 220, de 2014, e pretendo discordar, com a devida vênia, do relatório de V. Exª.

Percebo no relatório de V. Exª, sim, uma preocupação enorme com a saúde dos trabalhadores. Em momento algum, V. Exª discorda disso e, pelo contrário, traz ao debate toda a sua experiência na área da previdência, notadamente nas conquistas dos trabalhadores na época em que V. Exª foi Ministro da Previdência, como o fator previdenciário e outras conquistas que vieram daquela época. Contudo, num determinado momento do relatório, V. Exª se preocupa com conflitos entre a proposta do PLS 220 e as normas previdenciárias.

A nosso ver, no nosso entendimento, não há conflito entre essas normas. Pelo contrário, elas se integram, elas se complementam. E isso para nós é importante na medida em que o fator previdenciário que adotamos hoje, trazendo da legislação previdenciária, está sendo colocado também dentro do texto da CLT.

A ideia do projeto é trazer os elementos mais completos para que a sociedade, para que os trabalhadores, para que os empregadores tenham de fato elementos seguros que possam garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Na exposição de motivos do PLS 220, consta que os dados de 2013 da Previdência Social colocavam o Brasil em quarto lugar no mundo na quantidade de acidentes e doenças do trabalho.

A nossa proposição, o nosso pensamento é de que possamos avançar para diminuir esses números que trazem tanta angústia e tanto sofrimento aos trabalhadores e às suas famílias. Então, essa é, de fato, uma das grandes preocupações que nós temos.

Outro aspecto que está no projeto, no art. 161, é a figura do juiz do trabalho. Nós sabemos que o juiz do trabalho está sempre à disposição para receber as reclamações, os processos, os pedidos daqueles que se sentem prejudicados. Contudo, a ideia do projeto é reforçar esse aspecto para trazer de fato, no entendimento de todos, a ideia de que o juiz do trabalho também é, e deve ser, uma parte atuante na prevenção.

Aliás, esse é um aspecto relevante dessa nova visão de mundo da Justiça do Trabalho e dos juízes do trabalho, que desde a Emenda Constitucional nº 45, quando a Justiça do Trabalho passou a ter afirmativamente a competência para instruir e julgar as ações indenizatórias, passamos a ter essa nova visão da Justiça do Trabalho.

E hoje nós temos, inclusive, em nível de TST e CSJT, o Programa Trabalho Seguro, que visa propor ações de prevenção para que todos possam se engajar nesse compromisso, nessa atividade e nessa finalidade.

Neste ano e até o ano que vem, o Programa Trabalho Seguro está tratando das doenças mentais, os transtornos mentais relacionados ao trabalho. Mas de onde vêm os transtornos? Advêm de um ambiente de trabalho que não é sadio, das cobranças excessivas e assim por diante.

Outro aspecto relevante é a tipificação penal do crime de poluição e a extensão dessa competência para a Justiça do Trabalho. Aliás, nós precisamos pensar – e eu tenho reafirmado, a Anamatra tem reafirmado – sobre a necessidade de fixarmos a competência penal da Justiça do Trabalho, inclusive para as ações regressivas...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ...inclusive para as ações regressivas.

Fiz então essa primeira abordagem para tentar mostrar a todos essa visão da Anamatra da importância do PLS nº 220, tentando mostrar aqui que o relatório do Senador Pimentel desnatura a nossa proposta, esvazia totalmente o projeto. E o nosso pedido, a nossa solicitação é que os nobres Senadores desta Comissão e de toda a Casa possam, ao final, depois de bem instruído o projeto, votar favoravelmente na proposta original do PLS nº 220.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Obrigado, Dr. Luiz Antonio Colussi.

Com a palavra o Dr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Bom dia a todos. Cumprimento os colegas da Mesa em nome do Senador Ricardo Franco; um cumprimento especial ao Senador Paim, a quem agradecemos pelo requerimento para a realização desta audiência; cumprimento o Senador Pimentel; cumprimento meus colegas auditores fiscais do trabalho aqui presentes, colegas e dirigentes da ANPT e da Anamatra aqui presentes, enfim, uma saudação a todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, falamos em nome da autoridade que vai aos ambientes de trabalho verificar as condições regulares ou irregulares em que trabalham os nossos trabalhadores. Em razão dessa nossa atuação, que tem por fim a proteção da vida dos trabalhadores, uma das medidas utilizadas para garantir a saúde, a segurança e a integridade física dos trabalhos é o ato de interdição e de embargo, que significam atuação extrema do auditor fiscal do trabalho diante de situações extremas no ambiente de trabalho. O ato de interdição e de embargo é um ato residual na atuação da auditoria fiscal do trabalho.

Das mais de 350 mil fiscalizações que são realizadas anualmente, menos de 5% têm alguma relação direta com lavratura de interdições e embargos. E só existem, porque as situações que colocam a vida dos trabalhadores em risco ainda estão aí, em razão de condutas de maus empregadores, que não avaliam a proteção da vida dos seus trabalhadores como uma das obrigações dos seus empreendimentos.

Mas, antes até de falar propriamente das questões de mérito técnico, quero contextualizar. E aí dirijo um especial apelo ao Senador Pimentel. Nós já tivemos a oportunidade – não é, Senador? – de dialogar sobre esse projeto no seu gabinete, mas acredito que o tempo nos ajuda a refletir de forma coletiva, e é isso que estamos fazendo aqui, nesta audiência. Por isso, mais uma vez, agradeço ao Senador Paim a oportunidade.

Qual é o contexto que hoje vivemos em relação ao mundo do trabalho? É um contexto de flexibilização e de precarização, colegas. Os nossos trabalhadores têm sobre a cabeça ameaças gravíssimas da terceirização irrestrita, da suspensão de normas regulamentadoras, da revogação de normas regulamentadoras, a exemplo da NR-12, da NR-15.

O trabalhador tem sobre a cabeça a ameaça concreta do negociado sobre o legislado; tem sobre a cabeça a redução da maioridade trabalhista; tem sobre a cabeça a revisão de retrocesso do conceito de trabalho escravo. Da mesma pessoa estamos falando, quando aqui defendemos o texto original do PLS 220: do trabalhador em atividade no Brasil. E não é só brasileiro, não, mas qualquer trabalhador, no território brasileiro, em atividade.

Como disse, ao lado de tudo que falei, de um cenário de precarização, em que o foco, o alvo, a vítima é o trabalhador, há uma realidade que já o coloca nessa situação: o alarmante número de acidentes, que, ano após ano, coloca o Brasil numa situação vexatória de recordista em acidentes de trabalho.

São mais de 700 mil acidentes todos os anos, oficialmente informados, porque a subnotificação certamente coloca isso num patamar três vezes superior aos 700 mil oficialmente registrados. Desses, 14 mil, colegas, têm lesões incapacitantes: ficarão incapazes, de forma permanente, total ou parcialmente, para o trabalho, em razão de acidentes no ambiente de trabalho. Dois mil e oitocentos óbitos anuais; são oito óbitos, aproximadamente, por dia. Isso, em razão de ambientes de trabalho que não cuidam da saúde e da segurança dos trabalhadores.

Pois bem, o PLS 220 traz no seu bojo uma alteração legislativa na CLT, no art. 161, atribuindo a autoridade da inspeção do trabalho, a competência para praticar o ato de interdição e embargo, que é um ato técnico, fundamentado. Nenhuma interdição, Senadores, nenhuma, é realizada, sem que esteja fundamentada por meio de um laudo técnico, elaborado por um auditor fiscal do trabalho, que, com base na fundamentação técnica, determina, então, a interdição e o embargo da situação que coloca a vida de um trabalhador em risco.

O que hoje figura no art. 161? Que essa competência é do atual Superintendente Regional do Trabalho.

Não faço nenhum desmerecimento aos colegas de Ministério, superintendentes regionais do trabalho, mas o ato de interditar e embargar, senhores, é um ato que, em muitas das ocasiões, vai contra interesses econômicos. Nós precisamos garantir a independência técnica da autoridade à qual se atribui essa competência para que outros interesses não acabem por interferir numa decisão estritamente técnica, que é da interdição e do embargo.

O ato de interdição, para além de ter uma fundamentação técnica, também oportuniza a defesa da parte. Existe a previsão na CLT e também nos regulamentos internos da atuação da auditoria fiscal do trabalho de recursos contra quaisquer atos dos auditores fiscais do trabalho. E não seria diferente com os atos de interdição e embargo.

Eu queria deixar bem claro que menos de 5% de tudo que se faz na auditoria fiscal do trabalho tem relação com embargo e interdição. Não é objetivo do auditor fiscal do trabalho interditar e embargar nada. Ele o faz até por vinculação, age de forma vinculada se encontra uma situação de grave e iminente risco. Aí é bom deixar claro: interdição e embargo só se faz para ambientes que oferecem uma situação imediata de perigo à vida dos trabalhadores.

Nobre Senador Pimentel, nos deixa de fato preocupados a possibilidade que é trazida no relatório do senhor, quando possibilita o levantamento da interdição, Senador, com uma simples assinatura de um termo de compromisso. Isso significa sabe o quê? Que o trabalhador exposto a uma situação de grave e iminente risco, com a simples declaração do empregador, que obviamente quererá ter o levantamento da interdição, vai comprometer, obviamente... E pelo texto do senhor, a interdição seria levantada, mas a situação de grave e nente risco não será imediatamente afastada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O ato de interdição tem relação com a necessidade de atuação imediata. Um termo de compromisso não traz essa resposta que protege a vida do trabalhador, não muda imediatamente a condição irregular na qual esse trabalhador foi flagrado pela auditoria fiscal do trabalho, que agiu, portanto, em razão disso, interditando ou embargando.

É bom que a gente aqui também traga a informação de que essa discussão a auditoria fiscal do trabalho já vem fazendo há muito tempo. A Convenção 81, que estabelece diretrizes para a atuação da inspeção do trabalho no mundo, da qual o Brasil também é signatário, dirige ao auditor e às autoridades da inspeção do trabalho a competência para interditar e embargar, porque isso é ato próprio da inspeção. Superintendente não é autoridade da inspeção do trabalho, porque ele não integra a inspeção do trabalho; ele é uma figura de atuação política e administrativa na estrutura ministerial, mas ele não é autoridade da inspeção do trabalho. Ele não tem prerrogativas para adentrar ambientes de trabalho e fazer, portanto, a verificação de condições no ambiente de trabalho.

Eu digo isso porque parece uma discussão corporativa, mas não é, Senadores. É uma discussão que coloca acima a proteção da vida do trabalhador. E nós sabemos como os superintendentes ocupam os seus cargos. É uma indicação partidária, e ele estará num conflito de interesse diante de pressão que naturalmente surge diante de interdições e embargos que são contrários a interesses econômicos.

A Auditoria Fiscal do Trabalho é regida institucionalmente com garantias constitucionais regulamentares, que tiram dela esse peso de pressão política e econômica para agir com isenção na consecução dos atos que são precisos para proteger a vida dos trabalhadores.

Já estou caminhando para a finalização.

Eu queria complementar dizendo que, para nós, apesar de reconhecermos a importante atuação dos sindicatos na proteção dos direitos dos trabalhadores, também, Senador José Pimentel, usando a própria fundamentação que o senhor, no seu relatório, usa, não lhe cabe, neste projeto, estender a competência ao auditor fiscal do trabalho, por vício de iniciativa.

Eu gostaria de trazer para reflexão do senhor e de todos os membros da Comissão que estender a proposição de interdição e embargo aos sindicatos é entrar nas competências dos auditores fiscais do trabalho, que são as autoridades competentes para verificar condições ambientais no ambiente de trabalho.

De maneira que o Sinait avalia, Senadores, Senador Ricardo Franco, que o projeto original ele, sim, é um projeto de avanço, é um projeto de consolidação, de avanço, de passos para a frente, mais ainda neste momento tão dramático para a classe trabalhadora em nosso País, em que as frentes são só de retirada de direitos.

Nós temos uma expectativa muito forte de contar com a reflexão do Senador José Pimentel na construção do seu relatório. Colocamos o Sinait mais uma vez à disposição para ajudar nessa reflexão, porque nós temos as informações de quem entra no ambiente de trabalho, de quem lida com o trabalhador ameaçado por um risco de acidente que pode ceifar a sua vida.

Nós não queremos que essa discussão se afaste desse objetivo principal que é a atuação imediata e, para finalizar, queremos registrar que o conceito de crime de poluição e de poluidor em muito engrandecerá a atuação do Estado, que se faz na proteção do trabalho e do trabalhador por meio da Integração da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Auditoria Fiscal do Trabalho.

O texto apresentado pelo Senador Paulo Paim permite essa atuação integrada no texto da CLT. É isso que nós precisamos porque isso fortalece as instituições, e não autoridades que assumem impostos transitórios, como é o caso dos superintendentes.

Por isso o Sinait quem faz aqui um pedido muito humilde e baseado em constatações técnicas ao Senador José Pimentel para que nós possamos refletir sobre o relatório que o senhor apresentou, porque acredito, sim, na sua sensibilidade para nós avançarmos.

Muito obrigado, Senador Ricardo, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Obrigado Dr. Carlos Fernando. Com a palavra Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do trabalho.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia, Senador Ricardo Franco, bom dia Senador Paulo Paim, Senador José Pimentel.

Agradecendo, em nome da Associação Nacional dos Procuradores do trabalho, o convite para participar da audiência que discute tema tão importante como a questão relativa ao PLS Nº 220, que trata da questão referente ao trabalho, às condições de meio ambiente trabalho, à fiscalização de condições de meio ambiente do trabalho, eu gostaria de saudar aqui colegas Ministério Público do Trabalho, colegas da Auditoria Fiscal do Trabalho, demais Parlamentares, sindicalistas que nos assistem, representantes do empresariado e telespectadores.

De fato, essa questão relativa ao meio ambiente do trabalho e aos altos índices de acidente de trabalho [illegible]go que preocupa enormemente o cotidiano dos membros do Ministério do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No mês passado – já estamos em junho –, aliás, no final de abril, tivemos uma audiência com o Senador Paulo Paim também na Comissão de Direitos Humanos, em que fizemos em memória das vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. E, naquela oportunidade, discutíamos os altos índices de acidentes de trabalho, que já foram aqui reportados pelo Dr. Carlos Silva. São mais de 700 mil acidentes por ano, cerca de três mil mortes por ano, além do prejuízo imensurável que isso tem trazido aos cofres públicos na ordem de sete a dez bilhões por ano. Então, esse é um tema que nos preocupa muito por ser uma questão de saúde pública e por estarmos vivendo uma guerra invisível.

Algo deve estar errado. Nós não podemos concordar com a manutenção do estado atual das coisas e da legislação trabalhista. E é por isso que concordamos com essa mudança com relação especial à competência administrativa para realizar interdições, suspensões, embargos de obra.

Não verificamos haver sentido em se manter essa competência administrativa – esse, para mim, parece ser o cerne da questão – nas mãos do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego. Com todo o respeito às pessoas que desempenham essa função, mas sabemos que são cargos de indicação política que geralmente podem ser ocupados por auditores fiscais e por técnicos nas questões relativas à saúde, à segurança do trabalho. Isso acaba trazendo, em determinadas situações certa ingerência política para o levantamento de interdições até com suspensões de delegações de interdições que foram realizadas e cassação da delegação para os auditores fiscais em vários Estados. Isso é algo sobre o que a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho inclusive já emitiu notas públicas contra essas situações. Então, é algo que nos preocupa.

Com todo o respeito ao relatório do Senador Pimentel, entendemos que seria o caso, para haver uma mudança efetiva dessa realidade dos altos índices dos acidentes de trabalho, de o Parlamento brasileiro fazer essa modificação que já se apresenta como necessária e estabelecer a competência administrativa para os auditores fiscais, que são técnicos devidamente qualificados, que atuam no dia a dia, participam de inspeções, vão aos locais de trabalho, vivenciam as realidades cotidianas dos trabalhadores, e sabem dos riscos que efetivamente existem no meio ambiente do trabalho.

Então, entendemos, o Ministério Público do Trabalho como um todo entende que essa competência deve ser repassada de fato à inspeção do trabalho por meio dos auditores fiscais.

Outra questão que nos traz realmente essa preocupação é a existência desse termo de compromisso. Esse termo de compromisso, em nenhum momento, pelo menos não me parece pela redação, estipula que o risco tem que ser extirpado; ali apenas se ajusta uma condição para que no futuro aquela irregularidade venha a ser corrigida. Isso nos preocupa imensamente, porque o objetivo maior da própria interdição, do embargo de obra, da suspensão da operação, é, diante da existência de um grave iminente risco para a saúde e para a integridade física do trabalhador, suspender, interditar aquela atividade ali para que não venha causar uma mutilação, um esmagamento ou morte de um trabalhador.

Então, isso é algo que nos preocupa também.

Com relação à questão do conceito meio ambiente de trabalho, o projeto que foi apresentado pelo Senador Paulo Paim traz um conceito mais acertado do que seria meio ambiente de trabalho.

E me parece, diante das peculiaridades e da forma como se define o meio ambiente de trabalho, que não daria para se utilizar tão somente a qualificação da Lei nº 6.938, que trata da questão do meio ambiente de uma forma geral, para se caracterizar o meio ambiente de trabalho.

E esse relatório do Senador também, com a devida vênia, retira do projeto original a criação do crime de poluição e degradação do meio ambiente de trabalho. É algo que tem que ser realmente discutido, mas já passou da hora, porque, de fato, se há a poluição ou o crime de poluição ambiental na natureza, também deve haver o crime de poluição, de degradação do meio de trabalho – por ser meio ambiente também. Tanto que já consta essa previsão de meio ambiente de trabalho na própria Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, não podemos fechar os olhos para que essa poluição também seja considerada crime.

Nesse sentido, também entendemos que já passou da hora de se voltar a discutir a competência penal da Justiça do Trabalho para julgar tanto crimes relacionados eventualmente a irregularidades de meio ambiente de trabalho como aqueles crimes relacionados à própria organização trabalho, às irregularidades trabalhistas, ao trabalho escravo.

A Justiça do Trabalho ou o Ministério Público do Trabalho e a Auditoria Fiscal do Trabalho são as instituições vocacionadas e sensíveis a essa questão relativa ao labor humano. Muitas vezes, com todo respeito às demais instituições que hoje são competentes para a questão relativa a crimes com a organização do trabalho, entendemos que não tem sido dada a devida atenção, e há um alto índice de impunidade hoje ou de falta de persecução penal. Os crimes estão passando a virar letra morta no Código Penal.

Então, pedimos aos Srs. Parlamentares que voltem a discutir também essa questão da competência penal. Não há sentido uma Justiça ter, sobre o mesmo fato, a competência para analisar na área civil, administrativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e trabalhista, e, com relação à questão penal daquele mesmo fato, ser tolhida, repassando essa questão para uma Justiça que, na maioria das vezes, não tem dado, de certa forma, uma resposta à sociedade, para que isso acabe por repercutir na diminuição dos índices de acidente de trabalho.

Nós fazemos aqui um apelo ao Senador Pimentel para que, eventualmente, analise a possibilidade de mudar esses tópicos, com todo respeito ao bem elaborado relatório de V. Exª, mas para que possamos, de fato, mudar essa realidade gráfica, que vivenciamos anualmente e diariamente no País, de alto índice de acidentes, de mutilações, de mortes de trabalhadores brasileiros.

Então, no ambiente de flexibilização exacerbada dos direitos trabalhadores, isso seria um afago, de certa forma, aos trabalhadores brasileiros por meio da garantia à sua integridade física e psíquica no seu trabalho.

Eram essas as palavras que eu queria dizer, agradecendo novamente a oportunidade ao Senador Ricardo Franco, ao Senador Paim e ao Senador José Pimentel por nos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Ângelo.

Com a palavra o Dr. Rinaldo Marinho, Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho.

O SR. RINALDO MARINHO COSTA LIMA – Bom dia a todos os companheiros aqui da Mesa, bom dia aos Senadores presentes, aos demais presentes, eu quero agradecer o convite para essa audiência pública.

Eu vou concentrar a minha fala, assim como fizeram aqueles que me antecederam, na questão do embargo e da interdição, que estão tratados aqui no substitutivo do Senador Pimentel.

Mais uma vez, claro, mesmo discordando de alguns pontos, com todo respeito ao relatório que foi elaborado, quero dizer que a interdição e o embargo... Todas as vezes que eu falar aqui da interdição, estou falando também do embargo, é só uma pequena diferença, técnica: a interdição é o instrumento mais poderoso e mais importante que tem a inspeção do trabalho para proteger a saúde e a integridade física dos trabalhadores. É uma medida extrema, só aplicável àquelas situações onde existe risco grave e iminente, ou seja, existe um acidente grave, um acidente que vai gerar, provavelmente, um dano irreversível, vai gerar o óbito ou vai gerar uma amputação, vai gerar uma incapacidade do trabalhador. Esse acidente está para acontecer e exige que o Estado brasileiro faça uma intervenção imediata ali para evitar que esse acidente aconteça, ou seja, não estamos falando de uma punição do empregador. A gente está falando de uma medida de aplicação imediata para resguardar, para proteger a integridade física daquele trabalhador.

Esse é o primeiro motivo pelo qual defendemos que essa competência deva ser do auditor fiscal do trabalho, e não do superintendente regional, porque ela é uma medida de aplicação imediata; o mundo real não espera o mundo da burocracia, o mundo real não congela. A situação de trabalho não fica congelada, e o acidente deixa de acontecer enquanto um processo tramita, enquanto a documentação vai de protocolo para protocolo até que chegue ao superintendente regional para que a medida seja imposta. A autoridade que está no ambiente de trabalho tem que ter a competência de intervir naquela situação de imediato, e não a autoridade que está lá na sede da superintendência. Não dá para esperar um dia, dois dias, três dias para a aplicação dessa medida.

E o segundo motivo pelo qual defendemos que a competência deve ser do auditor fiscal é que o auditor fiscal é, desde o início, desde o ingresso na carreira, preparado para tecnicamente tomar essa decisão de qual medida ele vai aplicar para cada situação de trabalho.

Hoje o auditor fiscal do trabalho recebe uma formação inicial de mais de 500 horas entre formação teórica e formação prática, que, obviamente, o superintendente não recebe porque não faria sentido receber. Então, esse é o primeiro ponto que eu queria colocar em relação à necessidade de manter o objetivo desse instrumento, que é a preservação da vida e da integridade física do trabalhador; para que ele seja imediato e que a decisão seja tomada pela autoridade que está tecnicamente preparada para tal.

O outro ponto que eu quero tocar – já foi falado, mas eu queria também dar a minha contribuição sobre este tema – é sobre a possibilidade de suspensão dessa medida por meio de termo de compromisso. Mais uma vez, a gente está falando de uma situação onde o acidente está para acontecer, e, acontecendo, ele vai levar consequências graves para o trabalhador.

Termo de compromisso é um instrumento que já existe, já está na legislação, é um instrumento que já é usado pela inspeção do trabalho, mas não em situações de grave e iminente risco.

E, aqui fazendo uma analogia, a situação em que é usado o termo de compromisso é como se fosse aquele paciente que está com uma dorzinha, liga para o consultório médico, marca uma consulta para daqui a um mês, o médico pede alguns exames, medica o paciente e, aí, o paciente melhorou. A situação de risco grave nente é a emergência. O paciente está com uma dor insuportável, ele está com uma apendicite grave, agu- e vai para a emergência, vai para o pronto-socorro, vai para a sala de cirurgia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que a gente estaria fazendo com o texto do substitutivo é colocar esse paciente que foi para a emergência para marcar uma consulta daqui um mês, para que ele peça exames. E ainda: ele não vai ser atendido pelo médico. Na minha analogia ao médico, o profissional que está tecnicamente preparado para intervir nessa situação é o auditor e não o superintendente.

O Carlos, Presidente do Sinait colocou uma situação, eu vou só detalhar um pouquinho, Carlos, a informação que você colocou do número de interdições comparado com o número de ações fiscais. Quando a gente considera só as ações fiscais em que o foco eram segurança e saúde, ou seja, aquela ação fiscal foi planejada, aquela inspeção foi planejada porque existem indícios de que naquela empresa há problemas de segurança no trabalho. Aí é o dado que você colocou: em torno de 4,5% a 5% dessas ações geram uma interdição ou embargo. Ou seja, é aquela ação em que, na maior parte, vão ser encontrados problemas de segurança ou saúde. Mesmo assim, só em torno de 4,5%, 5% geram interdição ou embargo.

Em relação ao total de ações fiscais, mais de 350 mil ações por ano, 1,2% dessas ações geram embargo ou interdição. Esse número comprova que a interdição é realmente uma medida extrema. E, como medida extrema, como instrumento mais forte da inspeção, ela deve e é utilizada com muita responsabilidade pelos auditores fiscais do trabalho.

Para aquelas situações em que o empregador discorda dessa medida, claro, está garantido todo o contraditório e ampla defesa. A decisão pela manutenção ou não dessa interdição é feita por outra equipe; não é pelo auditor fiscal do trabalho que impôs a interdição. Na verdade, não é nem pela Superintendência Regional. A Superintendência apenas propõe a decisão. E todos os recursos contra a interdição são analisados e decididos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho. Então, o contraditório existe. É um processo sério em que existe análise de todos os argumentos que são levados pela empresa. É o processo de contraditório mais rápido que existe no Ministério do Trabalho. A portaria estabelece prazos para que essa decisão seja proferida, já que a gente está falando de uma provável paralisação do processo produtivo de uma empresa. Então, não dá para ficar seis meses um processo tramitando. É um processo rápido, que também é feito com bastante seriedade e responsabilidade.

Bem, era essa a minha contribuição.

Eu agradeço mais uma vez o convite e estou sempre à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Rinaldo.

Com a palavra, Dr. Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, Diretor Substituto do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Fazenda.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

O que é melhor, pessoal? O que é menos ruim: pagar pensão por morte, auxílio-doença, invalidez, auxílio-acidente ou seguro-desemprego?

Dado o meio ambiente do trabalho doentinho, produtor deliberadamente de doentes, de pessoas inválidas, que vão onerar a Previdência pelo resto da vida, o que sai menos ruim para a sociedade?

Essa é apenas uma reflexão para conduzir a nossa fala nos próximos 10 minutos. (*Pausa.*)

Regulação da Constituição da República. Questão urgente, pertinente e necessária.

Esse projeto é pertinente, necessário, urgente. A Constituição da República ainda não foi regulamentada na maioria dos dispositivos relacionados ao meio ambiente do trabalho, relacionadas à saúde do trabalhador. Nós não temos a lei de insalubridade no Brasil, a lei de periculosidade, de penosidade. A Constituição da República ainda não foi regulamentada no seu dispositivo do art 7º, por exemplo.

A minha fala aqui é pertinente tão-somente à questão previdenciária, pessoal. Eu estou aqui como mandato para falar da questão previdenciária. Em relação à Previdência, o meio ambiente do trabalho hoje é deliberadamente doentio e leva R$4,5 bilhões só para a invalidez. São 4 bi!

Então, a regulação do meio ambiente de trabalho e, de alguma forma, a assunção dos direitos ambientais e sanitários, trazidos por 88, precisa ter efetividade, e não temos ainda, infelizmente.

Produzimos um texto de apoio para a mesa, para o Relator e para o nosso autor.

Esse texto aqui, pessoal, é da Constituição da República. Vejam que interessante: "A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos que, nos termos da lei, visam a melhoria de sua condição social:[...] Inciso IX – Higiene e segurança do trabalho."

Esse texto é de qual Constituição da República? Professor Paim, esse texto é de qual Constituição da República? É questão de prova, questão do Cespe, certo errado? (*Pausa.*)

Este texto está correto? "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visam a lhoria da sua condição social: [...] Inciso XXII – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de norma saúde, higiene e segurança".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Qual é o correto, pessoal? Acreditem, estamos aqui ainda... (*Pausa.*)

Esse texto, pessoal, ainda produz efeito, em que pese este ser o atual. Vejam que a loucura, em que esquizofrenia vivemos! Todo regramento que temos hoje está baseado na Constituição da República de 1967, que trata de "higiene e segurança do trabalho". O bem jurídico tutelado é o trabalho, o fator de produção, músculos e ossos, sem subjetividade, sem a dignidade da pessoa humana.

Esse é o princípio que norteia o Capítulo V, atual, que precisa dessa revisão pertinente, urgente e necessária.

Percebam que aqui é norma de eficácia plena por meios de normas de saúde, higiene e segurança.

E está aqui a dicotomia, esse passa, não passa, esse claro/escuro, que precisamos superar. Estamos, acreditem, depois de 1988, não estamos em 1967.

O Capítulo V da CLT, pessoal, que estão agora discutindo, é de 1977; baseado, parido, engendrado a partir dos princípios de 1967. Todos sabemos o que significam os princípios de 1967. Lembrando que essa Constituição de 1967 reproduziu o que já existia em 1946. Olha que loucura: o que temos é um futuro antigo e presente, regulação necessária.

Direito fundamental. A partir de 1988, a saúde do trabalhador, meio ambiente e trabalho passam a constar do rol pétreo de cláusulas; direito fundamental, eficácia plena.

A instrumentação é sanitária, não é trabalhista. Aqui é outro paradigma importante. As NRs são instrumentos importantíssimos, mas no direito trabalhista, não tem nada a ver com direito sanitário. O que está em discussão é direito sanitário ambiental!

A emancipação ideológica e corporativa do trabalho. O que está em discussão é a saúde do trabalhador; o bem jurídico tutelado é a saúde do trabalhador, o meio ambiente do trabalho e não o trabalho.

Extinção da junta nominal, introdução de "multipartismos". Hoje, a relação é meramente tripartite, quando o assunto é polipartite.

Olha que loucura, pessoal: estamos falando de saúde e a discussão é tripartite. Saúde é polipartite, é universal, alcança a todos, todos devem inclusive ter controle social. Num mundo tripartite, não há controle social, que é um valor inclusive da saúde.

Democratização, participação, controle social.

Bem, quatro minutos.

Princípio do poluidor-pagador está embutido nessa decisão do Constituinte originário, que definiu saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho como parte integrante de algo maior que, portanto, alcança o princípio do poluidor-pagador .

O que temos hoje, pessoal, é essa estrutura de alicerces dos direitos fundamentais, direitos sociais, saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho, e estamos militando aqui tão somente nesse pilar trabalhista, em que, na verdade, a égide, a presidência do raciocínio está no campo sanitário e ambiental, que é direito difuso e coletivo, não é um direito civil, bilateral, contratual, de uma norma contratual, de um empregado perante o empregador.

A CLT deve mexer? Deve mexer, mas penso que devemos ir além, porque estamos falando do direito ambiental, direito sanitário. Portanto, a partir do direito difuso, coletivo, ambiental, se espraia, se irradia e alcança a relação individual empregatícia.

Sanitário, previdenciário, tributário, ambiental, penal, civil, trabalhista. Percebam a transversalidade do tema em relação à Constituição da República. Estamos tratando aqui apenas de uma revisão muito pertinente, urgente, necessária, do Capítulo V da CLT.

Em relação à norma sanitária, que, para mim, é quem preside essa relação, porque estamos falando de saúde do trabalhador, a norma que preside a relação, a norma sanitária, a qual a norma trabalhista deve se submeter; uma relação de precedência. Direito sanitário, direito ambiental, a qual a norma trabalhista deve se submeter.

Portanto, o Capítulo V deve ser construído, pensado, positivado a partir da égide da norma sanitária ambiental, por força do art. 200 da Constituição da República e do art. 7º, que dispõe sobre a redução dos riscos inerentes ao processo de trabalho. Mediante normas de saúde, não normas trabalhistas. Percebam que existe aí um descompasso. Não é a norma trabalhista que vai regulamentar a saúde, é a norma de saúde. Quem diz isso? Art. 7º da Constituição da República, inciso XXII.

Alguém tem que pagar por algumas coisas que vão acontecer porque o risco é inerente. Para isso existe o tributo. O seguro acidente de trabalho, um fator sanitário de prevenção do nosso nobre Relator, que é o mentor desse fator sanitário de prevenção aqui no Ministério, e a aposentadoria especial.

Bem, pessoal, eu não vou cansar vocês com tabelinha, com essas coisinhas aí. Eu prefiro focar aqui em s pontos: o ponto utilitarista da proposta e o ponto principiológico. De forma utilitária, é muito mais bara- melhorar o meio ambiente de trabalho. E você só melhora o meio ambiente de trabalho a partir de ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

afirmativas. Bom empregador, pague menos tributo. Bom empregador, responda menos à Justiça. Bom empregador, não faça *dumping* social. Porque o bom empregador hoje, pessoal, pratica um preço que o seu concorrente não pratica. Por quê? O concorrente pratica um preço menor, a custo de sangue e a custo de despesa previdenciária. Óbvio!

Se a gente não colocar um poluidor pagador, se a gente não fizer valer o meio ambiente de trabalho como um raciocínio direto e objetivo, a gente vai estimular a matança. São três falecidos a cada duas horas de trabalho, dados oficiais. Empregados, esquece servidor público, esquece todos os outros. Pegando só a mão de obra formal empregada, é esse número, que dá R$4,5 bilhões de despesa...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – ... por invalidez ao ano.

Voz de prisão, pessoal. Eu vou fechar aqui, Senador, trinta segundos, prometo. Voz de prisão, pessoal. No texto, fala que qualquer um pode paralisar um serviço. Não é assim? Voz de prisão, não é possível? Um delito qualquer no meio da rua, chega lá: "Esteja preso!" Não é assim? Por que eu não posso parar um serviço que, sabidamente, vai causar um mal a alguém? Já existe isso no Direito brasileiro, por que não estender para norma ambiental? E não é para dizer que é crime, é para dizer que é algo suspeito. É uma paralisação só.

Pessoal, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Paulo Rogério.

Com a palavra o Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto, especialista em políticas e indústria da CNI.

O SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO – Bom dia, Senador Ricardo Franco. Bom dia, Senador José Pimentel, Senador Paim. Obrigado pelo convite à Confederação Nacional da Indústria.

Eu vou me atentar aqui exclusivamente às questões inerentes ao PLS nº 220, que traz, dentre as suas propostas, a outorga ao auditor-fiscal do trabalho e ao juiz do trabalho, os embargos e interdições. Esse ponto eu gostaria de deixar por último na minha fala.

Trata também do direito de recusa do trabalho, o conceito ao meio ambiente do trabalho, incorpora o estado da técnica na CLT, cria o conceito do poluidor laboral, incorpora na Lei de Crimes Ambientais o conceito do poluidor laboral e transfere para a Justiça do Trabalho o julgamento das ações civis e criminais pela inobservância do Capítulo V da CLT.

Esses serão os pontos da minha fala.

No que se refere ao direito de recusa, temos o entendimento de que essa situação já está positivada no Direito brasileiro. Como ela está positivada? Por meio da Convenção nº 155 da OIT, que trata de segurança e saúde no trabalho. Permitam-me fazer a leitura.

> Art. 19.....
> .....
> f) o trabalhador informará imediatamente o seu superior hierárquico direto sobre qualquer situação de trabalho que, a seu ver e por motivos razoáveis, envolva um perigo iminente e grave para sua vida ou sua saúde. Enquanto o empregador não tiver tomado medidas corretivas, se forem necessárias, não poderá exigir dos trabalhadores a sua volta a uma situação de trabalho onde exista, em caráter contínuo, um perigo grave ou iminente para sua vida ou sua saúde.

Como todos sabem, uma convenção ratificada pelo Estado brasileiro tem força de lei ordinária.

E ainda mais. Existe, na Norma Regulamentadora nº 9, que trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, no item 9.6.3, a mesma positivação:

> Art. 1º .....
> .....
> 9.6 .....
> .....
> 9.6.3 - O empregador deverá garantir que, na ocorrência de riscos ambientais nos locais de trabalho que coloquem em situação de grave e iminente risco um ou mais trabalhadores, os mesmos possam interromper de imediato as suas atividades, comunicando o fato ao superior hierárquico direto para as devidas providências.

Bom, sobre o conceito de meio ambiente do trabalho, eu também gostaria de fazer uma leitura para a exão de todos os presentes.

A proposta está inserida no 161-A:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

> Art. 161-A Considera-se meio ambiente do trabalho o microssistema de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica ou psicológica que incidem sobre o homem no seu local de trabalho ou em razão de sua atividade laboral, esteja ou não submetido ao poder hierárquico de outrem.

Vejam, ao fazer a leitura da proposta, da conceituação de meio ambiente do trabalho, se fizermos uma pergunta sobre o tema aos demais especialistas que estão sentados à mesa, cada um de nós certamente poderá chegar a um alcance, a uma amplitude desse conceito. A meu ver e no entendimento da representação empresarial, não é um conceito claro, não é um conceito preciso. E a conceituação precisa, objetiva é muito importante para o resto da proposta do projeto do Senador Paim em relação a esse conceito.

Mas vou para a frente.

Em relação ao estado atual da técnica, o próprio Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, recentemente, teve a oportunidade de falar sobre o assunto e de conceituar o estado atual da técnica. Esse estado atual da técnica está contido na Nota Técnica nº 48, de 2016, do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, que diz o seguinte:

> O conceito de estado da técnica [...] leva em conta tanto aspectos técnicos quanto aspectos econômicos, de forma que, para corresponder ao estado da técnica, as soluções técnicas adotadas devem empregar os meios técnicos mais eficazes disponíveis no momento a um custo razoável, buscando, óbvio, a redução do risco.

Vejam, não é esse conceito e essa forma de tratar o estado da técnica, ela não está aqui externada no projeto do Senador Paim.

Fazendo a ligação sobre o poluidor laboral, que é uma inovação trazida pelo projeto, não existe esse conceito no mundo laboral. Aqui faço também a leitura do que seria o poluidor laboral. Poluidor laboral é toda pessoa, individual ou coletiva, de direito público ou privado, personalizada ou não, que seja juridicamente responsável, direta ou indiretamente, pela atividade ensejadora da degradação do meio ambiente do trabalho. Veja que ele chama a questão da degradação do meio ambiente do trabalho.

Quando eu volto na conceituação do meio ambiente do trabalho, eu não consigo delimitar o que seja isso. Tudo cabe na conceituação aqui exposta, no projeto de lei, o que leva, em seguida, a uma criminalização do conceito de meio ambiente do trabalho, ou seja, se pensarmos no mundo fático, se pensarmos no mundo real, eu estaria colocando aqui atividades hoje exercidas em setores, claramente como o setor químico, petroquímico, inclusive de petróleo, criminalizando essa atividade hoje no Brasil, coisa que não acontece em qualquer parte do mundo.

Então, precisamos, principalmente na questão penal de criminalização, conceituar isso de maneira precisa, conceituar isso de maneira objetiva. Além disso, ele traz uma outra conceituação, que é argumentar sobre indenizações. Hoje, o direito brasileiro, o Direito Trabalhista brasileiro, já monetiza a questão do risco com o pagamento de insalubridade e periculosidade. Somos um dos únicos países do mundo que fazemos esse tipo de pagamento. Quando você monetiza essa questão, você vai na contramão do mundo.

Aí trago um exemplo rápido das últimas normatizações trazidas, quando há uma desconfiguração do conceito, por exemplo, da periculosidade, que antes estava exclusiva à exposição de agentes explosivos, inflamáveis, eletricidade. Mais recentemente houve duas modificações, onde foram colocadas a segurança pessoal e patrimonial, que é uma atividade. Agora, mais recentemente, as atividades perigosas em motocicletas, que é uma outra situação muito complexa, porque criamos um adicional de periculosidade por uma situação comum do cotidiano das pessoas, quando externamos isso ao uso da motocicleta de maneira comum, não criando critérios.

Vejam que, quando esse projeto foi pensado, falou-se bastante na questão do motofrete, mas, ao final, saiu motocicleta.

(Soa a campainha.)

O SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO – Vou para o encerramento.

Por fim, quero tocar em um assunto especificamente para dizer aos senhores o seguinte: o Brasil, hoje, detém uma política nacional de segurança e saúde do trabalho, política está feita de maneira tripartite, acordada entre empregadores, Governo e trabalhadores. Somos um dos poucos Países no mundo detentores de uma política nacional e, ainda, um dos primeiros a fazê-la de maneira tripartite. Tanto é que a OIT nos convida a apresentar esse *case* em outros países. Nós temos também uma política nacional de segurança e saúde trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós temos aqui... Só para os senhores terem uma noção, de 1978 a maio de 2016 as normas regulamentadoras foram modificadas 243 vezes. Nos últimos cinco anos houve 73 modificações em normas regulamentadoras. Nós temos 23 fóruns de discussão de segurança e saúde no trabalho em funcionamento, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Bem, sobre os embargos e interdições, Presidente: como já foi falado aqui, visam medidas de urgência de risco grave e eminente. Risco grave e eminente – na conceituação no Brasil é toda condição ou situação de trabalho que possa causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do trabalhador. Isso está na NR 3.

Nós não temos no Direito Trabalhista o que seria lesão grave à integridade física do trabalhador. Então, pegando emprestado do Direito Penal – que regula essa questão da lesão grave –, seria a debilidade permanente de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização do membro e deformidade permanente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Dr. Clovis, peço que...

O SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO – Para encerrar, Presidente.

Sobre a questão da Justiça do Trabalho e do auditor-fiscal do trabalho, Presidente, entendemos, como foi colocado pelo Relator Senador Pimentel, que não seja a melhor conduta.

No caso da Justiça do Trabalho, apenas uma pesquisa feita aqui pela OAB do Distrito Federal demonstra que, em média, está-se levando de três a quatro meses para a primeira audiência ser realizada; para a audiência de instrução, um ano. O fato de embargar é tão urgente quanto o fato de desembargar uma atividade – ou, no caso, interditar, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Dr. Clovis, o tempo acabou.

O SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO – O. k., Presidente.

Só para encerrar, a legislação pertinente à Auditoria-Fiscal do Trabalho não traz essa função do embargo e interdição. A Convenção nº 81 também não traz essa função, como foi colocado aqui. Então, entendemos que essa situação, para a questão do auditor-fiscal, não é nem se somos a favor ou contra. Entendemos que o relatório do Senador José Pimentel está correto na legalidade de informar que há um vício de origem quando transfere uma função sem ser oriunda do Poder Executivo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Clovis.

Com a palavra o Dr. Fernando Maciel, Procurador Federal.

O SR. FERNANDO MACIEL – Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Ricardo Franco, eu gostaria de cumprimentar as autoridades da mesa e, na pessoa do Senador Paulo Paim, eu gostaria de cumprimentar todos os prevencionistas – e aqui faço referência a todas aquelas pessoas que, atuando dentro do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, têm como função contribuir para uma melhor condição de saúde e segurança, uma melhor condição de meio ambiente no trabalho, para o crescimento e desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Esse projeto de lei que está sendo discutido agora – o PLS 220, de 2014 – contribui muito para disciplinar um novo ramo do Direito, novo não na academia, não na universidade, que é o Direito Ambiental do Trabalho, mas novo em termos de legislação, pois o nosso País ainda se encontra muito defasado comparado a outros países que já têm uma postura preventiva, uma postura muito mais preocupada com essa questão.

Eu costumo comparar as questões afetas à saúde e segurança do trabalho com a abordagem que Al Gore, ex-Vice Presidente norte-americano, fez em 2007 num documentário chamado Uma Verdade Inconveniente. Na ocasião, ele despertou uma reflexão na comunidade internacional acerca das consequências que podem advir da postura do homem ao não respeitar o meio ambiente, no caso o meio ambiente natural. Nós sabemos que nossa Constituição Federal, no art. 200, inciso VIII, preconiza que as condições de trabalho estão inseridas no conceito de meio ambiente. Então, o Direito do Trabalho tem uma íntima conexão com o Direito Ambiental. Por que eu falo isso? Porque não estamos aqui discutindo direitos trabalhistas – direitos trabalhistas, arrolados no art. 7º, são de segunda dimensão –, nós estamos abordando direitos ambientais, direitos de terceira dimensão. Por consequência, pressupõe-se uma análise principiológica mais protetiva, mais afeta aos princípios que norteiam o Direito Ambiental.

Ao falar dessa verdade inconveniente, já foi dito aqui pelos antecessores as consequências sociais desses acidentes de trabalho. O Brasil registra mais de 700 mil casos por ano, nós temos aproximadamente 3 mil mortes de trabalhadores brasileiros. E aqui eu faço uma referência: são aproximadamente 240 mortes de trabalhadores por mês. Às vezes, por elas ocorrerem de forma pulverizada em nosso País, nós não damos conta dessa relevância. Eu, assim como o Senador Paulo Paim, sou natural do Rio Grande do Sul. E não faz muito tempo que o nosso Estado presenciou uma grande tragédia que foi o incêndio de uma boate, a boate Kiss. Morreram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

aproximadamente 240 pessoas. Pois, no nosso País, há uma boate repleta de trabalhadores sendo queimada todos os meses. E, muitas vezes, não nos damos conta disso. Então, é esse o cenário com que estamos lidando.

E mais que isso: há consequências econômicas. Nós sabemos que, de 2006 em diante, a arrecadação do SAT (Seguro de Acidentes de Trabalho) vem aumentando. Entretanto, a despesa previdenciária com benefícios de natureza acidentária também. Aproximadamente, a arrecadação do SAT de 2015 é da ordem de R$15 bilhões, sendo que a despesa com benefícios acidentários é da ordem de R$20 bilhões. Se muito se discute se a Previdência é superavitária ou deficitária, em termos especificamente acidentários, nós temos um déficit previdenciário. Então, o nosso País tem de tirar verbas de outras rubricas para suprir esse déficit previdenciário, que quem paga não é o INSS, é a sociedade brasileira, fruto de seus tributos. Por isso, a importância de evoluirmos nessa disciplina do Direito Ambiental de Trabalho que tem como norte as questões de saúde e segurança.

Verificando a evolução da nossa legislação acidentária, nós estamos, de fato, tendo alguns acréscimos, como salientou o Paulo Rogério, alguma evolução, mas, em alguns termos, é necessário otimizar os nossos resultados. Por exemplo, a primeira legislação acidentária é de 1919, Decreto-Lei nº 3.724. A única previsão que ela garantia aos trabalhadores é ter direito a uma indenização em caso de acidente, ou seja, uma tutela estritamente reparatória. Não havia nenhuma preocupação com prevenção da saúde e da segurança. Evoluímos. No ano de 1967, houve a incorporação do SAT ao sistema público e, em 1988, incorporou-se à Previdência Social.

Estamos indo num sistema de aperfeiçoamento da tarifação das empresas para custear esses benefícios. Mas o fato é que não há critério atuarial no mundo que dê sustentabilidade a benefícios de natureza acidentária. Se falarmos de benefícios programáveis, uma aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, a Previdência Social tem como, a partir de um cálculo atuarial, desenvolver medidas que deem sustentabilidade a esse sistema. Agora, ao tratarmos de benefícios imprevisíveis, que é o caso dos acidentes do trabalho, não temos como dimensionar esse cálculo, pois não há como saber quando vão acontecer esses acidentes e doenças ocupacionais. Então, qual é a solução? É aumentar tributo para fazer frente a essa despesa? Claro que não. É reduzir a despesa pública em relação a acidentes do trabalho.

Por isso é que uma adequada tutela desse novo ramo jurídico pressupõe uma análise, uma disciplina normativa em diversas dimensões. Nós salientamos aqui, por exemplo, dimensão conceitual, dimensão principiológica, dimensão preventiva, dimensão punitiva e dimensão reparatória.

Nos últimos dez anos, eu atuo diretamente com acidente de trabalho. Sou procurador federal e interponho ações regressivas contra aqueles empregadores que causam acidentes do trabalho, recuperando esses valores para a Previdência Social e também para ter uma tutela punitiva ou pedagógica para reduzir esse número de acidentes. Eu verifico que a versão original do PLS contempla todas essas dimensões. Por que digo isso? Na dimensão conceitual, ela traz uma nova formação do conceito de meio ambiente, do conceito de poluidor laboral, que vai concretizar depois a definição de quem será responsável por essa degradação ambiental laboral. No aspecto principiológico, o PLS faz um íntimo diálogo de fontes com o Direito Ambiental e o Direito do Trabalho, incorporando, de forma expressa, o princípio da prevenção, o princípio do poluidor pagador. No aspecto preventivo, essa evolução de permitir que o auditor fiscal do trabalho, que tem o conhecimento técnico e o contato imediato com aquela situação de risco, possa promover a interdição ou o embargo. Isso é nada mais nada menos do que positivar o princípio da eficiência da administração pública, e não burocratizar, ter que aguardar a submissão do caso ao superintendente. Eu acho que isso concretiza essa prevenção. No aspecto punitivo, positiva o crime de poluição ambiental laboral.

E um detalhe: hoje, na legislação brasileira, nós já temos uma infração penal atribuída às empresas quando descumprem uma norma de saúde e segurança. É o art. 19, §2º, da Lei de Benefícios da Previdência Social. E ele diz: constitui contravenção penal deixar a empresa de cumprir uma norma de saúde e segurança. Ou seja, o acidente não precisa acontecer. A mera exposição de risco já é uma infração penal ambiental. Não é um crime, mas é uma contravenção. Muitas vezes, acarreta uma pena de multa de valor inexpressivo, que a empresa paga sem problema algum. Mas o fato de avançarmos nessa tutela punitiva positivando o crime de poluição ambiental laboral realmente é um avanço para haver a repressão desse fato ocorrido no passado e estimular que ele seja evitado no futuro.

No aspecto reparatório, também, esse projeto de lei evolui ao positivar o princípio do poluidor pagador, e de modo amplo. Toda a degradação ambiental deve ser reparada. Então, é importante que isso seja garantido. E na minha visão, o órgão judiciário mais competente para apreciar essa matéria seria a Justiça do Trabalho. Eu inclusive defendo a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas acidentais que hoje tramitam na Justiça Federal. Então, acho importante que esse ramo especializado, a partir de uma ação interposta também por um órgão especializado, que é o Ministério Público do trabalho, possa analisar e aí, sim, dar esse viés punitivo pedagógico que a reparação, que a responsabilidade civil também possui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por fim, eu acho que é o momento de refletirmos e pensarmos no que podemos fazer hoje para mudar o nosso cenário. Nós estamos aí diante de uma grande tragédia nacional. Nosso País é intitulado o quarto colocado mundial em acidentes fatais e 15º em acidentes gerais. Mais do que isso, estamos vivendo uma crise política e econômica, que necessita uma mudança de postura. Países da Europa e da América do Norte já têm verificado que a despesa, o investimento em uma medida de saúde e segurança contribui para a lucratividade. Empresas que investem em prevenção reduzem em até 40% o número de acidentes e doenças ocupacionais. Há estudos europeus que evidenciam que, a cada real – no caso, eles fazem a proporção com euro, mas trazendo para o Brasil – investido em saúde e segurança, há um retorno positivo para a empresa de R$2,20. Então, não é apenas em prol dos trabalhadores. É em prol dos empresários, é em prol do nosso País.

Por isso, eu acho totalmente pertinentes essas inovações que estão sendo trazidas pelo PLS nº 220, de 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Fernando Maciel.

Com a palavra o nobre colega, Senador José Pimentel, Relator do PLS nº 220.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero saudar o nosso Presidente, Senador Ricardo Franco, saudar nossos convidados, Senadora Vanessa, Senador Paim.

Quero começar registrando que eu venho de um mundo em que aprendi que as leis não bastam, pois os lírios não nascem das leis. Se as leis bastassem no Brasil, nós não teríamos esse caos e não estaríamos hoje com 105 milhões de processos tramitando na Justiça brasileira. Nós somos a pior Justiça do mundo: 105 milhões de processos, para 204 milhões de pessoas. Se nós fôssemos distribuir pela população, nós teríamos uma ação para cada filho desta Pátria. Portanto, precisamos refletir. Somos uma Nação que tem uma das Justiças mais caras do mundo, e levamos em média 12 anos para resolver as causas mais simples.

É por isso que este Congresso Nacional resolveu enfrentar esse debate. Estamos mexendo com interesses consolidados, que não dão conta da demanda da cidadania brasileira. Nós aprovamos aqui a Lei da Mediação, em pleno século XXI, enquanto a Lei da Mediação existia em outros países desde o século XIX.

Nós somos uma Nação em que moramos no mesmo prédio, batemos o carro na saída da garagem; vamos viver a vida toda naquele prédio, morando; e, ao invés de fazer um acordo, vamos para a Justiça, passamos 12 anos brigando, e depois nem sequer o elevador daquele prédio você pega mais com seu vizinho, que era a pessoa com quem você se encontrava todo final de semana, nos batizados, nos aniversários, na festa do condomínio. É desse País que nós estamos falando.

Nós atualizamos a Lei da Arbitragem. Depois de dez anos, fizemos uma atualização com uma série de regras novas, para ver se nós damos conta dessa demanda em um País que não acredita mais nas suas instituições. Basta ver as pesquisas. Aliás, a maior crise que nós estamos passando é fruto desse momento crítico, e as corporações no Brasil, lamentavelmente, esqueceram do nosso povo e passaram a lutar por espaços para justificar a sua existência.

Nós tínhamos uma Justiça Federal diminuta em 1988 – diminuta! –, com menos de cem varas federais em todo o Território nacional. Em 2003, tínhamos 179 varas da Justiça Federal. Resolvemos, em 2003, criar 183 novas varas da Justiça Federal. Lá no nosso Sergipe, a não ser a da capital, não havia nenhuma vara da Justiça Federal no interior. O Ceará, não era diferente; Pernambuco, também não; e o Nordeste como um todo. A Região Norte também não era diferente. Em 2008, resolvemos criar mais 230 varas da Justiça Federal. Ou seja, em 13 anos, criamos 413 varas da Justiça Federal para dar conta dessa demanda, passamos a definir tarefas específicas da Justiça do Trabalho, sem retirar nenhuma atividade dela, e estruturamos a Justiça Federal para dar conta desse mundo da Previdência, do mundo acidentário, portanto é outro mundo.

É evidente que há choque de interesses, nobre Procurador.

Não é verdade que não há legislação sobre isso. O art. 22 da Lei nº 8.212 trata dos riscos ambientais do trabalho, isso é de 1991, e há um conjunto de regras anteriores. De lá para cá, houve um conjunto de disciplinamento desse processo. Foi, nesse período, construído laudo técnico das condições de trabalho, que é a base dos benefícios previdenciários, com acompanhamento permanente, para diminuir o mundo acidentário.

Eu tive o privilégio de ser Ministro da Previdência Social. Em 2009, resolvemos fazer uma mudança muito grande nesse mundo acidentário, para diminuir os acidentes de trabalho, criando o FAP (Fator Acidentário de Prevenção). Tivemos umas disputas grandes com o mundo empregador sobre o alcance, a legalidade, a constitucionalidade. Fomos ao Supremo Tribunal Federal sobre esse conjunto de normas novas, e o Supremo arbitrou dizendo que era tudo constitucional. A partir dali, criamos um conjunto de medidas em que hoje o Estado nacional sabe, para cada CNPJ de cada filial, em qualquer ponto do Brasil, a quantidade de empregos formais que há ali, quem está de licença, que tipo de licença, qual o motivo da licença e o seu acompanhamento detalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mais: lá em 2009, aprovamos – essa é a primeira grande divergência com esse projeto – que o SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) não era mais fixo a partir dali. Nesse Seguro de Acidente de Trabalho, distribuímos a economia empregadora em 19 grandes ramos "consensuados" na mesa tripartite, entre trabalhadores, o Estado e empregadores. Eu sou um daqueles que aprendi que, quando as partes não conseguem se compor, a Justiça não dá conta, porque nenhuma decisão judicial resolve os problemas, ela aponta as saídas, e, a partir dali, você constrói para que aquele ato não se repita.

Decidimos pela legislação, com o aval do Supremo Tribunal Federal, que cada ramo de atividade tem um índice de acidentalidade, e esse índice de acidentalidade é atualizado todo ano, com a média dos dois anos anteriores.

A empresa daquele ramo de atividade que está acima desse índice tem um ônus, tem uma penalidade que chega ao dobro da sua contribuição anterior a 2008, que era de 3% – vai a 6%. E a empresa que está abaixo desse nível tem um bônus que pode chegar a zero, que é o ideal da sociedade: ter zero acidente.

Ninguém paga SAT por achar que é conveniente. Aliás, nós devemos persistir para que a contribuição do Seguro de Acidentes do Trabalho no Brasil chegue a zero, porque se for zero, é zero o mundo da acidentalidade. Nesse processo cada empresa tem o seu índice e esse índice é fixado nessa mesa tripartite todo ano, para diminuir. É por isso que começou, nobre Procurador, a cair um pouco o mundo da acidentalidade; não cresce nos patamares dos anos 1980, dos anos 1990 e nem tampouco até 2008, antes desse processo.

Estamos apenas com quatro, cinco anos. Vai levar 20 anos para que, efetivamente, tenhamos uma nova cultura. Como sou um daqueles que aprenderam na vida que o diálogo, a mediação e os compromissos são o melhor resultado, insisto nesse ponto. E é por isso que tenho divergência em grande parte desse processo, desse projeto de lei. Primeiro porque ele não respeita o acúmulo que nós já temos, e nem tampouco a legislação existente – parte como se partíssemos do zero. Não é assim a vida.

O nobre Senador Paim é um grande estudioso. Nós conversamos muito – há horas em que nós concordamos, há horas em que nós divergimos, mas sempre com um olhar para aprimorar o que existe e trazer uma vida mais digna para o nosso povo. Por isso que apresentei o substitutivo: porque entendo que a experiência do FAP, o Fator Acidentário de Prevenção, ainda não se esgotou; está num processo iniciante. Aqueles que estudaram esse projeto – que não são, nobre Senador Paim, aqueles que o elaboraram – não levaram isso em consideração, até porque era um instrumento novo. Ele entrou em vigor na sua plenitude em 2010, e ainda tem um período de maturação.

É natural que os auditores fiscais do trabalho queiram mais espaço para trabalhar; tanto é que na Medida Provisória 696 foi aprovado aqui algo também para os auditores. Eu dizia: "É inconstitucional", e os auditores: "Nós vamos insistir". O que era? Eles queriam que a fiscalização da Previdência própria dos Municípios, dos Estados, saísse da Receita Federal e fosse para os auditores do Ministério do Trabalho. Eu dizia ali: "A mesma fundamentação." Essa matéria foi vetada, e foi mantido o veto na última terça-feira sobre esse tema.

Aqui é a competência privativa do Executivo. Vamos alterar o art. 61 primeiro, para, depois, avançarmos. É por isso que temos tantas leis declaradas inconstitucionais: porque nós sabemos que é inconstitucional mas terminamos votando para tentar dialogar com o setor, ao contrário de construirmos um grupo de trabalho, levarmos a proposta à Casa Civil, insistirmos para que possa vir por lá. E nós temos mecanismos para isso. Meu amigo Paim já fez muito isso, já teve muitos êxitos nisso. Mas eu tenho a obrigação, como Parlamentar, de mostrar aquilo que, reiteradamente, o Supremo Tribunal Federal já declarou inconstitucional. E essa matéria, no art. 61, declara que a competência é do Executivo.

Não estou dizendo que ela não possa ser, pois aprendemos também que, em Direito Penal, tudo que trata sobre isso deve estar consolidado no Código Penal. Mas não devemos; temos algumas leis esparsas. É por isso que estamos atualizando o Código Penal e o Código de Processo Penal. Sou um dos membros da Comissão Especial do Código Penal, tentando consolidar cento e tantas leis esparsas. Há algumas delas, como o ECA, que não podemos consolidar, porque não temos acúmulo para levar o ECA para dentro do Código Penal. E fui Relator da atualização do ECA para se contrapor à lei que quer trazer a diminuição da maioridade penal, uma discussão pesadíssima que temos na sociedade e no Parlamento.

Aqui, no Senado, nós a aprovamos, mas na Câmara é diferente. Eles entendem que o correto é pegar todo menino e toda menina, a partir dos 16 anos, e meter na cadeira com estupradores e tudo aquilo que vocês conhecem. Esse é o debate que está acontecendo. Entendo que devemos construir um outro ambiente em que a criança possa ter um espaço para, ao sair do regime especial, ter, no mínimo, o ensino médio completo e uma profissão, para não ser presa fácil dos traficantes e das organizações criminosas. Por isso é que nós precisaríamos ter um processo de até 10 anos em que essa criança, esse menino, essa menina, tenha de ir para uma escola profissionalizante e que não dependa da vontade de um ou de outro. O Estado precisa dar as condições para que essa criança possa estudar. É desse mundo que nós estamos tratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por isso, nobre Paim, sei que você queria consolidar um conjunto de normas dentro da CLT. Nós temos divergências sobre isso, porque entendo que a legislação previdenciária dá conta de muita coisa do que já existe e que V. Exª pretende lá trazer. Ao mesmo tempo, temos ainda muita coisa para construir nesse mundo para diminuir os acidentes de trabalho, que é a consequência de tudo o que nós estamos aqui discutindo.

Sou daqueles, também, que aprenderam que podemos ter divergências com relação ao papel do Estado nacional e do Poder Executivo, porque, muitas vezes, entendemos que é lento, mas não podemos desestruturar aquilo que o Estado democrático de direito construiu. Existe o Ministério do Trabalho e existe a sua estrutura. Não entendo ser razoável tirar do superintendente do trabalho essa competência e levar para o juiz do trabalho. Estão simplesmente mudando de foro. Mas a Justiça do Trabalho, na minha leitura, tem um conjunto de outras normas. Sou um daqueles que, aqui, lutam para ampliar a quantidade de varas do trabalho. Tenho feito muito nessa área. Por quê? Porque não aceito uma ação trabalhista ficar 12 anos nas prateleiras do Poder Judiciário do Estado nacional. Não consigo compreender como a sociedade vai conviver com essa realidade. Aliás, ela está se rebelando contra todos nós em todos os sentidos.

Por isso, Sr. Presidente, não sou o dono da verdade, mas na vida aprendi que é sempre bom ouvir para construir a melhor proposta. Essa não é a melhor proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel, por suas sábias palavras.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, quero ser muito rápido na minha fala, até porque o Ministro do Trabalho pediu para conversar comigo um pouco agora, às 11h ou 11h30, sobre todo esse tema do mundo do trabalho. Vou recebê-lo, naturalmente, numa reunião aqui na Comissão de Direitos Humanos.

O que me vem à mente neste momento, Sr. Presidente?

Eu olho para essa mesa e vejo ali Dr. Rinaldo representando o Ministério do Trabalho, meu querido amigo Pimentel.

O Ministério do Trabalho, que existe há décadas, de homens experientes e preparados, deixa muito claro que não concorda com esse substitutivo. E com dados, com números!

Ninguém aqui deixou de argumentar de forma concreta, com subsídios que este plenário vai ter que ouvir. Ouço aqui o Dr. Ângelo Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – embora eu tenha a lista aqui, estou lendo na plaqueta –, que é contundente também. Se formos nessa linha que é levantada vai ser um retrocesso para o mundo do trabalho.

Eu venho do mundo real. Fui vendedor de livros, engraxate de sapatos, fui da construção civil, fui metalúrgico, tive curso de técnico de segurança no trabalho, sei muito bem o que é a farsa da CIPA dentro das empresas até hoje. É um absurdo, por exemplo, dizer que dentro de uma CIPA deve-se eleger empregado e empregador. Onde já se viu? Isso é o Brasil!

Eu estava lá na fábrica e disse: venha cá, que bobagem é essa de eleger uma turma para defender o empregador? O acidente somos nós que vamos sofrer! E a outra para defender o empregado. E até hoje existe essa bobagem.

Resultado: obriguei eleições diretas e fui para o voto. Eu me elegi presidente da CIPA! Mas pelo voto direto.

Percebi, meu querido Pimentel, que, na fábrica onde eu trabalhava, não é ato inseguro, não, são condições inseguras. O trabalhador perdeu o braço, decepado, e eu tive que pegar para tentar recuperar. Esse foi um dos fatos ao longo da minha vida. Não recuperamos. E o seu filho, a mulher estava grávida, nasceu sem o braço e com o mesmo número de pontos.

Esse é o mundo real de que o Dr. Paulo falou, da matança! E aqui foi falado em gasto de mais de R$4 bilhões. É com isso que nós não concordamos! E vamos esperar?!

Eu sei o que é uma fábrica quando os fiscais vão lá interditar. Os empresários me ligam, o Superintendente Regional do Trabalho me liga. Eu digo: meu amigo, só tem uma saída, vamos dialogar, vamos conversar, vamos ver o que é possível, vamos dar um prazo. Ou vocês melhoram as condições de trabalho... Eu não posso deixar os trabalhadores, com a minha mediação de uma forma ou de outra, porque sempre me dei bem com todos os superintendentes, como me dou muito bem com os fiscais, com a minha participação, dizer: voltem a operar a fábrica. Se morrer alguém, faz parte do processo. Daqui a dez, quinze, vinte anos, quem sabe, nós vamos ter solução para isso.

Esse é o mundo real de que eu venho. E confesso: eu não consigo mudar. Eu já estou com 66 anos e sou totalmente fiel às minhas raízes, à minha origem. E vejo aqui a Anamatra, Dr. Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que vem aqui e diz, com todo o respeito, não dá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu digo com muito carinho, Senador Pimentel: se é para aprovar o seu relatório, eu retiro o meu projeto então. Prefiro enterrar o meu projeto a aprovar o seu relatório, que é um retrocesso em relação ao que existe hoje na legislação.

É claro que não vou retirar, mas seria preferível.

Nesta Casa, o retrocesso contra os trabalhadores é tão grande que não é a primeira vez que eu me vejo obrigado a retirar um projeto que é apresentado com boa intenção. Com a manipulação de uma Casa conservadora como é o Congresso Nacional... E todos nós sabemos. Quando eu vejo, aquela ideia boa está se tornando um instrumento contra o trabalhador. Daí eu vou lá, faço o requerimento, retiro o projeto e começo tudo de novo.

Vejo aqui o Carlos Silva, Presidente do Sinait, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Será, Carlos, que tu és favorável aos acidentes? Sabes que esse projeto que foi construído não o foi por mim; foi por especialistas nas mais variadas áreas que estão aqui, hoje, relatando. Será favorável a aumentar os acidentes de trabalho? Não consigo ver isso nessa mesa.

Dr. Clovis, inclusive V. Exª. de forma muito respeitosa, vou me dirigir a V. Exª. V. Exª, inclusive, disse que há uma parte nesse relatório com que V. Exª não concorda. E deixou claro aí. Eu nunca vi uma unanimidade tão grande!

Não estou dizendo que o projeto é perfeito. Eu sempre disse que não há lei perfeita. Todo ele pode ser aperfeiçoado, mas com a construção do substitutivo...

Dr. Paulo Rogério, eu confesso, o plenário não viu, não precisa ver. E essa emoção já passou. Mas com a sua fala algumas lágrimas caíram do canto dos meus olhos. Não importa isso. Agora já passou a emoção. V. Exª usou o termo matança! Eu quero saber se há dez mil ou onze mil ações na Justiça? Eu não quero matança! É isso que soma para mim. É isso que se soma a minha alma, ao meu coração! Não tem jeito de não se falar assim! Eu vivo isso. A minha vida, a energia da minha vida, cada passo que eu dou, dentro do Congresso, fora do Congresso é a razão da minha vida! Eu não sei não defender trabalhador!

Um pouco dessa emoção é claro que fica da minha chateação com esse debate, da forma como está posto! Como é que nós, homens e mulheres que viemos para cá para defender o nosso povo, podemos concordar com um projeto que vai na linha não é nem de salário? Não é nem de dizer que o trabalhador tem que ter mais esse ou aquele direito. É só dizer: não queremos que haja acidente.

O projeto diz isso. No fundo, no fundo, no fundo, meu querido Fernando Maciel, que aqui também falou de forma muito brilhante, veio espontaneamente. Eu não o convidei. Fernando Maciel, vou ser franco, nem eu o conhecia pessoalmente. E ele disse: "Eu quero dar um depoimento, porque estou preocupado". E aqui o nobre Ricardo Franco abriu para ele dar um depoimento.

É esse debate que está em jogo. É a vida, é a alma do nosso povo, da nossa gente.

Se há tanta ação na Justiça é porque o trabalhador inventou tudo isso? É porque os advogados inventaram tudo isso? Se há tanta ação na Justiça é porque um lado não está cumprindo a sua parte em relação ao que manda a CLT e a Constituição. Ou todos nós inventamos alguma coisa? Há muita ação na Justiça por causa disso. E é claro que a Justiça acaba não dando conta.

Confesso que estou muito preocupado. Aqui nesta Casa, além deste projeto há tantos outros. Querem regulamentar o trabalho escravo! Daqui a pouco vão me dizer que eu tenho que aceitar isso! Trabalho escravo, nós proibimos! Consegui pegar a relatoria. Desse eu peguei a relatoria. Eu quero ver regulamentar trabalho escravo. Está escrito lá: tem que ser proibido! E não regulamentado.

Querem terceirizar tudo em nome da modernidade, inclusive a atividade-fim! Onde nós estamos, aonde chegamos?!

E a história do negociado sobre o legislado? O que é o negociado sobre o legislado? Digam francamente: é rasgar a CLT!. A CLT não vai valer mais nada e vai valer a negociação entre empregado e empregador. E quem é o mais forte? Não é empregado, pessoal. Não é o empregado!

E a NR-12, querem revogar a NR-12. Eu estava no hospital me operando, saí de lá e vim para cá. Conseguimos segurar para não revogar a NR-12. O que é a NR-12? Ela só diz que tem que haver máquinas preparadas contra um acidente de trabalho dentro das empresas, máquinas mais seguras. Só isso. E querem revogar.

É por isso, meus amigos, essa minha chateação, não com a Mesa. Quero elogiar todos aqui da Mesa, mas a forma como o debate é colocado. Me preocupa muito, muito, muito para onde nós estamos indo. Daqui a pouco vão dizer para mim o seguinte. E aí, pode alguém dizer: "Ah, Paim, agora você radicalizou". É melhor voltar à Lei Áurea. Não dá condição nenhuma para o trabalhador e o empregador fatura tudo e acabou e pronto.

Não cumprirei esse papel. Na minha vida e na minha história, não vai constar isso no meu currículo. Como eu disse ao Senador Pimentel, em relação inclusive ao *impeachment* da Presidenta. Com todo o respeito a quem votou diferente. No meu currículo, não ia constar. E como não vai constar também uma proposta que não venha na linha de ampliar direito, nem são direitos individuais, é direito à vida, é direito à vida, Dr. Fernando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

como você colocou muito bem. Dr. Paulo, Dr. Clovis, eu diria, Dr. Carlos. Você, Presidente. Luiz Antonio, Ângelo Farias, Rinaldo. Todos aqui foram na mesma linha. Eu não vi um defender uma posição divergente ao projeto.

Dizem que o projeto tem problema que dificulta de aprofundar o debate, mas não vi um aqui defender que o substantivo do meu querido amigo Pimentel – eu sei com a melhor intenção –, que contempla algum setor, seja de empregado ou de empregador. Não contempla. E, principalmente, a vida dos trabalhadores.

Por isso, meu querido Presidente, agradeço a tolerância de V. Exª e quero dizer que eu não tenho como. A minha vida é só essa. A minha vida é isso mesmo, é defender trabalhador. Eu vou defender eternamente, com todo o respeito aos empregadores porque eu sei que os senhores são fundamentais para gerar o emprego. Mas, se a gente não tiver alguém neste Congresso que faça esse contraponto, como fiz ontem, colocando quase mil dirigentes no auditório Petrônio Portella para dizer não a essa reforma da Previdência. Devolvam o Ministério da Providência para os trabalhadores.

Como criamos recentemente – a Senadora Vanessa faz parte –, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, que estão seriamente ameaçados. Vamos viajar de novo pelo País, se for preciso, para que projetos como este não serem aprovados e também não permitir que outros que estão aí, porque são mais de sessenta projetos que vão na linha do desmonte do direito dos trabalhadores, sejam aprovados neste Congresso Nacional.

Desculpe um pouco aqui. Cada um fala como acha que deve. Eu falo aquilo que eu sinto, que vem da minha alma, do meu coração. E a vida dos trabalhadores, para mim, está em primeiro lugar. Não tem preço, não tem preço!

Era isso. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu serei breve nas minhas colocações, porque o projeto apresentado pelo Senador Paim não é um projeto de simples ou fácil entendimento. É um projeto complexo, que aborda questões diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e também aquelas indiretamente vinculadas, o que eu considero muito importante, na evolução também da legislação trabalhista. E aqui eu me refiro às questões ambientais previstas no projeto do Senador Paim.

O nobre Relator, Senador Pimentel, apresenta algumas ponderações que devem ser debatidas de forma profunda. Entretanto, Sr. Presidente, eu quero lhe falar da minha posição. O que nós ouvimos muito, Senador Paim, é que a Constituição norte-americana é a melhor de todas, porque tem... quantos artigos? Quantos artigos tem a Constituição?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sete artigos. Aliás, eu não acho que os Estados Unidos sejam, do ponto de vista do tratamento da sua gente e do tratamento às gentes de outros países, um país de referência, assim como também não acho que a legislação norte-americana seja uma legislação de referência.

Tomou corpo, no mundo inteiro, dentro desse debate de impedimento da Presidente Dilma, e, na nossa opinião – e eu falo aqui porque nós somos Parlamentares que temos a mesma opinião, muito clara e objetiva –, que não é um *impeachment* que está em curso. É um golpe. O *impeachment* é apenas um instrumento que está sendo utilizado para arrancar uma presidente legitimamente eleita pela população e que não goza mais do apoio da maioria dos Congressistas, ou seja, do apoio de Deputados Federais e de Senadores. Mas, nesse negócio todo, nesse embate político que o Brasil vive, países do mundo discutem a nossa situação. E, diferentemente daqui, no mundo inteiro, o que predomina é a opinião de que a Presidente Dilma está sendo afastada por divergências políticas, por problemas políticos, e não porque tenha cometido qualquer crime. E a isso nós damos o nome de golpe. Então, não há dúvida. E por que, no exterior, é tão clara essa concepção, e aqui no nosso País não é? Porque, lá, a informação é dada. Aqui, no Brasil, a informação é manipulada. Aí, em tudo o que é divulgado no exterior, vem a questão daqueles que respondem a processos na Justiça, envolvidos em atos de corrupção, retirando uma presidente que em nada está envolvida.

Mas não é só isso, não. O que me assustou, Senador, porque eu já li várias matérias a respeito, é que os jornais do exterior também divulgaram o absurdo de vários Parlamentares brasileiros – no geral, esses que são a favor, não quero generalizar, mas nós ouvimos muito esses pronunciamentos –, que dizem que nós precisamos evoluir, do ponto de vista da produtividade, da competitividade. E evoluir como? Eu imagino que nós devemos evoluir baixando taxas de juros, avançando na tecnologia, mas jamais tirando direitos dos trabalhadores, porque não é isso que pesa na composição do custo. Nunca foi, não é e jamais será. Não é esse o prin-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cipal elemento. Não é a mão de obra o principal custo da produção no País. Mas o que ficou famoso lá foram alguns de nossos colegas dizendo que a nossa legislação tem que evoluir. Para quê? Para que com uma mão trabalhe e com a outra se alimente. Dizem que nos Estados Unidos acontece muito isso: trabalha-se com uma mão e com a outra se alimenta.

Quem sabe se, um dia, o salário mínimo do Brasil, Senador Paim, for de R$20 mil, talvez os trabalhadores até concordem, em determinados momentos, trabalhar com uma mão e comer com a outra. O nosso salário mínimo, depois de tanta luta, conseguimos agora, há pouco tempo, aprovar uma política de valorização, para garantir o mínimo que seja, mas garantir a cada ano um ganho real para os trabalhadores, e a Ponte para o Futuro acaba com isso. Aliás, essa é a principal razão da mudança de Governo. Eles se incomodam quando se fala. Ontem, falei isso no plenário na presença do Senador Aloysio, que é o novo Líder indicado deste Governo provisório, aliás, um Governo provisório que muda tudo. Já pensou se eles saem, daqui a alguns meses, o que vai acontecer com este País, o trabalho para voltar tudo. Mas este é o Brasil, não é? Falei na frente dele, li, aí, ele disse assim: "É doido". Fez um comentário fora do microfone, referindo-se ao Senador Jucá, quando eu estava lendo uma frase e um comentário dele que foi divulgado recentemente. E o Senador Aloysio disse: "É doido." E eu disse: então, diga isso para ele, só estou lendo o que foi publicado. E o que o Senador Jucá falou para um correligionário seu, explicando como eles conquistaram o apoio do PSDB para esse caminho? Dizendo o seguinte: "Esse PSDB fica com esse negócio de TSE, querendo nova eleição, isso não vai dar certo, porque, numa nova eleição, político não vai se eleger. Veja bem o caso do Aécio, falei para o Aécio: Aécio, se te perguntarem no debate se você é a favor ou contra a reforma da previdência, o que você vai dizer? Que você é a favor. Tu achas que ganha a eleição, dizendo que é a favor da reforma da previdência, a favor de tirar salário de aposentado, de velhinho? É claro que não. Então, Aécio, o caminho para fazer as reformas é esse."

Daí, a resposta está começando a vir. E, ontem, ficamos muito emocionados, o Senador Paim dirigiu uma reunião de uma Comissão que teve que acontecer lá, no Petrônio Portella, com mais de duas mil pessoas, trabalhadores do Brasil inteiro dizendo não à reforma da previdência. Então, a resposta, o Brasil vai dar, porque o Brasil não é um País formado de gente golpista, as pessoas foram induzidas a apoiar tudo o que aconteceu. Mas, logo, logo, quando a verdade aparece, se desnuda, a população brasileira passa a repensar o que, de fato, está acontecendo.

Mas eu disse tudo isso, fiz todas as voltas para dizer o quê, Senador Paim? Que o estágio em que vivemos no País, da evolução, do desenvolvimento, não admite que tenhamos uma Constituição com sete artigos, não admite que tenhamos uma Consolidação das Leis do Trabalho em um único artigo, que é no que querem transformar a CLT, sobrevalorizar o acordado em relação ao legislado, reconhecer que o acordado é maior do que o legislado. Não cabe isso no nosso País, porque, infelizmente, aqui, é muito forte a lei do mais forte, a lei da natureza, e o mais forte não é o trabalhador, apesar de ser a maioria, os mais fortes são aqueles que detêm os meios de produção.

Então, acho, Senador Paim, o seguinte: poderíamos, Presidente, reabrir um diálogo, um diálogo técnico, porque, aqui, estamos diante de dois Senadores que têm o mesmo objetivo, divergem momentaneamente na forma, mas têm o mesmo objetivo: avançar nos direitos. E, mais do que isso, fazer com que o direito seja claro e evidente, para que possa ser cumprido.

Eu acho que nós poderíamos garantir um tempo maior necessário para que haja esse acordo, porque eu tenho certeza de que nem o Senador Paim quer retirar o projeto de tramitação nem o Senador Pimentel não esteja a favor de debatê-lo e ver no que pode avançar e modificar.

Eu acho que precisamos discutir também o substitutivo, Senador Pimentel. Eu acho que é possível. Esse debate engrandece muito. Esta Comissão tem trazido muitos elementos para que possamos, a cada dia, aqui, votar com muita consciência e com opinião formada por conta dos senhores que nos ajudam trazendo opiniões para cá em todos os projetos que aqui votamos, aprovando ou rejeitando.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas. Sr. Presidente, cumprimento os componentes da Mesa.

Não vou entrar no mérito do projeto, vou só dizer: Paim, não retire, e, Pimentel, vamos conversar. Vamos fazer o debate, vamos ampliar e botar mais gente para discutir. Eu, particularmente, não participei da discussão. Quem sabe conseguimos chegar a um relatório que contemple.

Eu queria só lembrar algumas coisas. Primeiro, eu quero dizer que, às vezes, somos acusados de que idimos o País em dois, entre nós e eles, mas este País é dividido mesmo, começando pela questão laboral, rão e empregado... Eu até me lembro de novo da fábula do cordeiro e do lobo. Então, um é lobo, e outro é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cordeiro. Não há como, porque o capitalismo brasileiro é selvagem. Eu fui sindicalista. Estou falando porque, quando eu vejo a emoção do Paim, também minha vida foi no Sindicato dos Bancários do Piauí e, primeiro, no Sindicato dos Professores. Não há jeito, porque negociamos o tempo todo. Nós os trabalhadores temos um cansaço: negociamos, negociamos, uma hora, cedemos e cedemos na hora em que o patrão bota um pouquinho mais de dinheiro no salário. Aí eu estou fazendo autocrítica para nós, trabalhadores. Até fazemos uma pauta bonita, educativa, porque precisamos educar o patrão também, botamos lá as questões de condição de trabalho, mas, na hora em que ele bota um dinheirinho a mais no vencimento, esquecemos a pauta e fechamos o acordo. E o patrão não vai mudar condição de trabalho por iniciativa própria. Não vai, porque ele prefere a multa. Ele vai ser fiscalizado hoje – não estou generalizando –, ele vai ser multado hoje, ele paga a multa, porque ele sabe que, somente daqui a uns dois anos, ele vai ser fiscalizado de novo. Então, o que ele economizou nesse espaço foi muito mais que a multa, foi n vezes mais que a multa. É preciso que, nas negociações, botemos isso e sustentemos. Por exemplo, toda cidade tem um centro velho que está se acabando, mas, embaixo, há as lojas. Às vezes, você entra, e a loja está bonita. Agora, vai olhar em cima para ver como está. Quem é que se lembra de olhar como está o teto daquilo? De vez em quando, ouvimos uma notícia de que desabou um prédio no centro do Rio, no centro de Teresina, no centro de Fortaleza. É por isso, é porque estão preocupados com a aparência para atrair o cliente.

Então, nós trabalhadores precisamos trabalhar isso melhor também nas nossas negociações e ver as providências.

Alguém falou que periculosidade e insalubridade é coisa do Brasil. É a mesma coisa. Não queremos insalubridade monetária, mas é o jeito de afetar de alguma forma o bolso do patrão. Queremos que ele tire as condições insalubres, porque a maioria das insalubridades é possível de ser retirada e de ser corrigida, para o ambiente deixar de ser insalubre. Mas eles investem nisso? Não. Preferem pagar aquela coisinha a mais, um dinheirinho a mais. Fazem a conta, é sempre fazendo a conta, para ver o que é mais lucrativo, o que aumenta seu lucro.

Eu passo para a questão do Bradesco. Quem não viu ontem o Bradesco sendo indiciado por sonegação? Olhem o tamanho do lucro do Bradesco, e ele sonega R$3 bilhões! É o mesmo Bradesco que faz a campanha de que este País tem uma taxa...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – E acobertado pelos auditores da Receita Federal.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pior é isto: acobertado por alguns auditores que se corromperam.

O Bradesco faz a campanha de que este País tem uma tributação muito alta, a taxa mais alta do mundo. É o Bradesco que diz isso, são os banqueiros que dizem isso para nós. Eu sou bancária do Banco do Brasil. São eles que dizem isso e que fazem essa propaganda anti-imposto que é deseducativa, incitando as pessoas a não pagarem imposto. Um dia desses, eu participei de uma conversa de jovens estudantes universitários que falaram isso, dentro de uma universidade federal, dizendo que não há retorno e não sei o quê. Está certo que o retorno deixa a desejar, porque há uns mais espertos que se apoderam. E aí eu perguntei: "Quanto você paga nesta universidade?" Disseram: "Não, eu não pago, é pública". E eu disse: "Pois está aí o seu retorno, meu amigo". A campanha que se faz é deseducativa: "Não paguem imposto, porque não vale a pena, você não tem retorno". Aí este País chegou aonde chegou, porque, se o Bradesco deixa de pagar R$3 bilhões de imposto, como é que o cidadão simples também não vai nesta de não pagar? Como é que a lojinha também não vai deixa de emitir a nota fiscal? Este País é o País da sonegação. Os fiscais da Fazenda até fazem o Sonegômetro, mas ninguém olha para ele, todo mundo só olha para o Impostômetro. Ninguém olha para o Sonegômetro, que também é imenso. Está aí o exemplo só do Bradesco de R$3 bilhões. Então, precisamos fazer esse debate para educar a população.

É como ontem, quando nós aprovamos a lei de ampliar a questão do estupro. Sabemos que não vai deixar de haver estupro por causa da lei que nós aprovamos. É um instrumento, como a lei que estamos querendo ver aqui, mas é preciso haver outras coisas, outras ações. As ações educativas são as melhores. O menino vai crescer, se discutirmos com ele na família e na escola, sabendo que menina é igual e tem os mesmos direitos. Agora, se deixa crescer para depois ver, ele já construiu na cabeça dele que é superior. O homem construiu isso na cabeça, porque vem de longe, de muito tempo, da escravatura, quando o senhor achava que era dono das escravas, as meninas novinhas já eram reservadas ali, completando a idade, já eram dele, ele estuprava. Então, é cultural. Só vai mudar se fizermos a educação desde cedo.

E nós que trabalhamos também temos que fazer esse processo educativo, porque vai se criar uma gera-
ção de novas mentalidades no trabalho, inclusive. Quando chegar ao mundo do trabalho, já está com a men-
talidade formada de que está errada a história do lucro pelo lucro, de que ele precisa de ambiente de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Minha primeira briga no Banco do Brasil, assim que cheguei, foi por conta das cores da parede. Eu trabalhava numa sala que era escura. Disseram: "Como? Mas foi o arquiteto". Eu disse: "Não interessa o arquiteto. Pode estar bonito, está lindo, mas, para mim, está fazendo mal para a minha vista". Juntei o povo da sala todo, e conseguimos mudar a cor da parede. Foi a primeira iniciativa que eu tive quando entrei no Banco do Brasil. Nunca que o Banco do Brasil ia ver que não podia pintar as paredes daquela cor. Temos que educar coletivamente.

Obrigada.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu vou retirar o projeto para reanalisar, mas não me peçam matéria inconstitucional. Aquilo que o Supremo Tribunal Federal já consolidou como inconstitucional, não me peçam, porque me entristece muito quando esta Casa aprova uma lei e é vetada por inconstitucional ou é declarada pelo Supremo Tribunal Federal. Nós não temos direito.

Por isso, estou retirando o projeto, para reanalisar. Há um novo Ministro do Trabalho. Extinguiram o Ministério da Previdência – não é Fazenda e Previdência, é Fazenda. A parte que tem recursos, que são os fundos de pensão, foi para a Fazenda, e a parte que atende os trabalhadores foi para o Desenvolvimento Social, que é o INSS. Por isso, temos que olhar com muita cautela.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel, por sua intervenção.

Esta Mesa concede agora aos ilustres participantes três minutos para as considerações finais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, me permita, primeiro, agradecer ao Senador Pimentel por ter retirado o substitutivo, para que possamos estabelecer...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou retirando o projeto como um todo, para analisar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendi, Pimentel. Estou, inclusive, te cumprimentando. Estou agradecendo ao Senador Pimentel, que está retirando o substitutivo para análise, com a nossa concordância, eu diria, como autor do projeto original, para podermos dialogar sobre o tema. Foi isso que eu entendi que V. Exª está fazendo e que há total concordância da minha parte.

Por que eu pedi? Não para contra-argumentar nada aqui, porque acho que todos nós já colocamos o ponto de vista e vamos tentar construir uma saída negociada, naturalmente, com todas as entidades que estão aqui e com o nosso querido Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E outras que têm interesse direto. A Justiça Federal tem o interesse direto nessa questão da Previdência Social.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. Eu não tenho problema nenhum de dialogar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O que sobrou da Previdência Social, nós vamos dialogar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Eu não tenho problema nenhum de dialogar com todos. Eu sempre digo: se for para defender o trabalhador, pode me botar numa arena com 50 leões que eu vou tentar negociar com os leões, discutir com eles, mas não deixaria de enfrentar essa arena. Então, não tenho problema nenhum de dialogar, seja com quem for.

Sr. Presidente – e não é para contra-argumentar neste momento –, como eu fiquei de receber o Ministro do Trabalho, que marcou comigo às 11h, devido a essa audiência, eu pedi a ele, que disse: "Não, Paim, às 11h30 estarei lá na Comissão de Direitos Humanos." Então, eu ficaria aqui até 11h25m, daí me desloco para lá.

Mas quero cumprimentar todos os painelistas, inclusive o Relator. Eu sempre digo que o caminho a gente faz caminhando e é no confronto das ideias que a gente pode avançar.

Eu me sinto, muito, muito contemplado com todas as falas. Tenho certeza de que é possível encontrarmos um caminho de entendimento. Tenho certeza de que é possível isso acontecer.

Então, meus cumprimentos a todos, especialmente a V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Gostaria de parabenizar o Senador José Pimentel e o Senador Paulo Paim por essa amostra de diálogo, que eu acho que é o que mais precisamos neste momento: diálogo construtivo para encontrarmos os caminhos de que o Brasil precisa. Parabéns, Senador Pimentel e Senador Paim..

Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Colussi por três minutos para as considerações finais.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Presidente, agradecemos muito a condução precisa de V. Exª e agradecemos muito a atenção dos Srs. Senadores – Senador Paim, Senador Pimentel, Senadora Regina, Senadora Inessa, que esteve conosco aqui, e o Deputado Marroni, lá de Pelotas, que está aqui prestigiando esse evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu fico realmente sensibilizado com o Senador Pimentel, que demonstra ser um homem especial e aberto ao diálogo. Essa demonstração de V. Exª hoje, retirando o projeto para rediscutir, para conversar, acho uma atitude extraordinária que contempla o interesse público, o interesse de todos nós. Isso é muito bom.

Senador Paim, a sua fala, se o senhor me permitir, é a minha fala, é a fala da Anamatra, porque nós nos preocupamos extremamente com a questão que envolve os trabalhadores em geral, com o cumprimento da Constituição. Na verdade, o norte da Anamatra é o cumprimento da Constituição. A Constituição diz, garante e pede, no art. 7º, que haja um meio ambiente laboral sadio e seguro para todos os trabalhadores.

A nossa visão, Senador Pimentel, é da precisão e do acerto do projeto original. Mas eu tenho a impressão de que, se formos convidados, temos dialogar. A Anamatra é do diálogo. Acho que temos todas as condições de nos sentar à mesa e contribuir também para o aperfeiçoamento desse projeto. Na nossa visão, o conceito de meio ambiente, está claro, está preciso, Clovis. A fundamentação do projeto é muito grande e nós temos essa convicção.

Encerrando a minha fala, estamos aí com o novo governo, que pretende fazer a reforma trabalhista, anuncia uma reforma trabalhista, mas não sabemos o que vem. Em princípio, somos contrários. Mas há um ponto que este governo que está comandando o Brasil neste momento diz que é imexível: não se toca na saúde e na segurança do trabalhador. Então, isso é um ponto importante que nos deixa, pelo menos, no PLS 220 e na questão da saúde e segurança, uma tranquilidade.

A intenção da Anamatra, Presidente, é esta: contribuir para o aperfeiçoamento da Constituição e da legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Luiz Antonio.

Com a palavra o Dr. Carlos Fernando.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Eu queria fazer o agradecimento ao Senador Ricardo Franco pela brilhante condução da audiência; agradecer a fala sempre motivadora e emotiva do Senador Paim, pelo envolvimento que tem, sua história, com a causa dos trabalhadores; agradecer a sensibilidade do Senador Pimentel, num gesto de ampliar, de favorecer o debate, que muito acreditamos qualificar o andamento desta discussão.

Para finalizar minha fala, eu queria deixar aqui registrado que os auditores fiscais do trabalho, é óbvio, sempre, sempre, não só até hoje, lutarão para se fortalecerem como representantes do Estado brasileiro. Nós integramos uma instituição concebida no mundo para proteger o trabalhador da relação voraz que se estabelece entre o capital e o trabalho. Por essa razão, nós nunca deixaremos de fazer essa legítima luta de fortalecimento de quem atua para proteger o trabalhador, a parte mais fraca na relação capital/trabalho.

Nessa linha de combate e atuação pelo fortalecimento da inspeção do trabalho, nós ajuizamos, com a ajuda expressiva do Ministério Público do Trabalho, uma ação civil pública no Estado de Rondônia.

Desde agosto de 2014, Senador Pimentel, pelo Poder Judiciário brasileiro, já foi reconhecida a competência dos auditores fiscais do trabalho para os atos de interdição e embargo, numa leitura que avaliamos ser a mais adequada, sistemática, do ordenamento jurídico brasileiro, não olhando apenas para o texto seco do art. 161 vigente, mas olhando para a redação da Convenção nº 81 da OIT, olhando para a redação da Constituição da República de 1988, portanto, posterior à CLT vigente e, nessa concepção de discussão protetiva, a justiça do trabalho, em segunda instância, reconheceu a competência originária do auditor fiscal do trabalho para a prática dos atos de interdição e embargo.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – E em razão disso, desde agosto de 2014, já o fazemos.

Estamos aqui para, diante de um fato social, como ocorre no direito, regular um fato social que dá sustentação ao ajuste legislativo. É isso que aqui estamos empreendendo no nosso debate e tenho certeza de que vamos avançar com compreensão nessa realidade que já se apresenta para a sociedade brasileira.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Obrigado, Dr. Carlos Fernando.

Com a palavra o Dr. Ângelo Fabiano.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Agradecer, Senador Ricardo Franco, em nome dos membros do Ministério do Trabalho, não sem antes agradecer também ao Senador Paulo Paim pela iniciativa, mais uma vez, em trazer temas tão importantes; pela sensibilidade do Senador Pimentel em retirar o projeto para nova discussão; e nos colocar, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, à disposição de V. Exªs para contribuir com esse debate, porque é um tema de extremo interesse para os Procuradores do Ministério Público do Trabalho. Quero ressaltar que não se trata apenas de uma questão tão só corporativa, porque aqui o Ministério do Trabalho em si não tem praticamente envolvimento nenhum com relação às atribuições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

competências, sejam judiciais ou administrativas, enfim, mas por entendermos que o principal aspecto desse projeto é justamente trazer a atribuição para interdição, para suspensão e para embargo de obras para os auditores fiscais do trabalho, na linha do que já foi reconhecido judicialmente, em diversas decisões judiciais, para que essa fiscalização da inspeção do trabalho passe a ter uma eficiência maior e consiga, de fato, trazer uma redução gradativa dos índices de acidentes de trabalho.

Então, vamos nos colocar à disposição, agradecendo mais uma vez a V. Exªs pela oportunidade em participar e trazer a visão e a preocupação do Ministério Público do Trabalho com relação a essa questão tão cara, que é a saúde e a segurança dos trabalhadores brasileiros. E esperamos que, brevemente, em curto prazo, isso venha a ter uma resolução para que a gente consiga cair esses índices tão negativos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Ângelo.

Com a palavra o Dr. Clovis Veloso.

O SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO – Senador Ricardo Franco, obrigado pela oportunidade; Senador Paim, obrigado pelo convite à CNI; Senador Pimentel, obrigado por nos ouvir.

Aproveitando esses três minutos para fazer a minha conclusão, que não consegui, dado a tanta coisa que eu trouxe aqui para apresentar, mas, em síntese, dizer que entendemos que a conceituação do grave e iminente risco merece uma reflexão, merece uma discussão mais aprofundada, mais objetiva.

Entendo até que a CLT deveria prever que essas situações fossem discriminadas nas normas regulamentadoras, a exemplo do que já ocorre na NR-13, que é sobre vasos de pressão e caldeiras, que traz essa nominação de quais são as situações de grave e iminente risco. Entendo eu que isso deveria se replicar em todas as normas regulamentadoras, assim acabaria a subjetividade nessa caracterização.

Por fim, dizer que continuamos com o mesmo entendimento de que há um vício, uma inconstitucionalidade no PLS em razão da sua origem, que traz uma nova obrigação, uma função ao ente público sem ser oriundo do Executivo. E aí gostaria de colocar também, Senador Pimentel, a CNI à disposição de V. Exª e também do Senador Paim para essa discussão, esse aprofundamento. E fazer um apontamento, como foi colocado aqui em relação a essa ação civil pública em tramitação em Rondônia, no Tribunal de Rondônia, que a decisão da primeira instância foi contrária ao pleito oriundo do Ministério Público do Trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO – Essa competência hoje, realmente dada aos auditores fiscais, está em fase de liminar. Não há um julgamento, o primeiro foi contrário a essa situação.

Muito obrigado, Senador Ricardo Franco, e a todos por nos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Clovis.

Com a palavra Dr. Paulo Rogério.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Um símbolo: mudemos o título do Capítulo V da CLT. Ele é inconstitucional perante a Constituição da República de 1988. Ele é constitucional perante a Constituição de 1967. O Capítulo V não trata de medicina, engenharia de segurança do trabalho, deve tratar, sim, de meio ambiente de trabalho. Esse é o símbolo.

E por que não começar a reforma da Previdência com o PLS 220? Não é o tema que está na rua aí, da reforma da Previdência? Comecemos pela reforma, pelo PLS 220, reforma da Previdência é redução de despesa, não é isso? A adutora que chega hoje na Previdência é de B31, doenças em geral, incapacitantes e temporárias, e o B91, acidentes do trabalho incapacitantes, pensão por morte no trabalho.

Então, só para reflexão e eu encerro aqui, Sr. Presidente, agradecendo muito a oportunidade, vamos fazer reflexão, pessoal, o que é melhor? O que é menos ruim? Um ambiente doentio que gera benefícios previdenciários ou a extinção do ambiente que gera um seguro-desemprego? Porque, no fundo, no fundo, vão ter que pagar, meu amigo, vão ter que pagar alguém que perdeu o emprego, porque o ambiente deixou de existir, porque não teve como economicamente se sustentar ou pagar pensão por morte pelo resto da vida, invalidez, para o resto da vida e 2,8 milhões de benefícios ao ano, que comparecem à Previdência Social, por conta do meio ambiente do trabalho deliberadamente desequilibrado.

Muito obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Paulo Rogério.

Com a palavra Dr. Rinaldo Marinho.

O SR. RINALDO MARINHO COSTA LIMA – Bem, eu quero aqui agradecer o Senador Ricardo Franco, dar os parabéns pela excelente condução; agradecer ao Senador Pimentel, que numa atitude bastante democrática permite que o debate se aprofunde; agradecer ao Senador Paulo Paim, cujas palavras sempre renovam nossas esperanças, principalmente nesses tempos tão difíceis que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E queria deixar, como mensagem, como palavra final, para gente refletir que o acidente e a doença do trabalho não devem e não podem nunca ser olhados como uma consequência natural do trabalho. Não podemos perder isso, não podemos perder a nossa capacidade de nos indignarmos com as condições de trabalho a que, muitas vezes, são submetidos os nossos companheiros, nossos trabalhadores.

Acidente e doença do trabalho não são um fato natural, e todo acidente e toda doença têm que ser explicados. Temos que aprofundar o debate sobre as causas de cada acidente, de cada doença e dar uma resposta para a sociedade explicando por que aconteceu aquilo e prevenindo novos acidentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Dr. Rinaldo Marinho.

Com a palavra Dr. Fernando Maciel.

O SR. FERNANDO MACIEL – Apenas para sintetizar minha fala, eu gostaria de parabenizar a condução dos trabalhos, Senador Ricardo Franco; parabenizar o Senador Paim pela iniciativa desse projeto de lei de grande relevância econômica e social para o nosso País; também o Senador Pimentel pela sensibilidade em permitir a ampliação do debate acerca de um tema muito complexo. Como disse, é um tema que envolve não apenas direito do trabalho, direito ambiental, direito constitucional, direito de seguridade social, e, aí, inserida a Previdência, e, mais do que isso, uma análise multidisciplinar, envolve também conhecimento de engenharia e de medicina do trabalho.

Então, é necessário que aprofundemos esse debate, para que, aí, sim, alcancemos um consenso que venha a produzir um ato legislativo constitucional, que é a principal preocupação do Senador Pimentel, que não venhamos a repetir erros de aprovar atos que, futuramente, venham a ser declarados inconstitucionais pelo Supremo, acho que esse não é o objetivo, o princípio da eficiência não se aplica apenas ao administrador, é importante que consigamos esse resultado.

E apenas uma reflexão: acho que, no Brasil, não temos que nos preocupar tanto com o acidente do trabalho, mas com o homicídio no trabalho, com a lesão corporal no trabalho. Esta é a realidade que vivenciamos. Acidentes, muitas vezes, por mais cautelas, precauções que sejam adotadas, acabam acontecendo por fatores naturais, não temos como evitar ou minimizar esse risco, mas a realidade que vivenciamos no Brasil é muitos casos de total descumprimento das normas de saúde e segurança e, por consequência, contribuindo para atos extremamente previsíveis, cujos resultados são tão prejudiciais à nossa sociedade.

Então, acho que o resultado de hoje foi muito positivo, este debate vai render frutos muito favoráveis à nossa população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Oposição/DEM - SE) – Gostaria de agradecer aos Senadores Paulo Paim;, ao Senador José Pimentel, reforçando mais uma vez o exemplo dado por V. Exª, hoje, de diálogo, que acho que é uma das coisas mais importantes e de que o Brasil mais necessita neste momento; à Senadora Regina Sousa; e a todos os participantes da Mesa, nesta audiência.

Muito obrigado.

Não havendo mais nada a acrescentar, declaro encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia oito de junho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, José Pimentel, Ronaldo Caiado e Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Fátima Bezerra, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso número 412, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 51, de 2016, e informa que o referido documento, por ter recebido classificação de informação sigilosa, ficará à disposição dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras, na Secretaria da Comissão, até o dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, para as consultas que se fizerem necessárias, mediante prévia assinatura de Termo de Responsabilidade e Conhecimento de Documentação de Caráter Sigiloso. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 1 - Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado n**º 1, de 2016 - Não Terminativo - Autoria:** Câmara dos Deputados. Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose e caseína; e veda a utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, nos termos em que especifica. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, mantendo-se o texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, e favorável ao texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013. Relatoria: Senador Dalirio Beber. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n**º 161, de 2015 - Não Terminativo - Autoria:** Deputado Laercio Oliveira. Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado João Paulo Lima. Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n**º 453, de 2015 - Não Terminativo - Autoria:** Senador Hélio José. Dispõe sobre transferência de recursos financeiros para os Ministérios do Esporte e da Cultura a fim de se cumprir o que prevê a Lei nº 8.080/1990, mediante alteração da Lei nº 8.142/1990. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2015. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria: Senador Ricardo Franco. ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n**º 492, de 2015** - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Aécio Neves. Ementa do Projeto: Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a concessão da licença-maternidade ao segurado da Previdência Social em caso de falecimento da genitora. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas na Discussão Suplementar, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senadora Marta Suplicy. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n**º 266, de 2014** - Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014, e das 2 (duas) emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014, e as Emendas nºs 1-CAS e 2–CAS. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n**º 116, de 2015** - Terminativo - Autoria: Senador Acir Gurgacz. Altera o artigo 235-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre de cobrança de tarifa nos serviços de transporte público coletivo urbano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e de caráter urbano de passageiros pelo motorista profissional, e dá outras providências. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2015. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2015. Relatoria: Senadora Angela Portela. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n**º 140, de 2015** - Terminativo - Autoria: Senador Acir Gurgacz. Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2015. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Eduardo Lopes, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2015, por 7 (sete) votos sim, 1 (um) voto não e 2 (duas) abstenções. Vota vencido o Senador Sérgio Petecão. Manifestam-se pela abstenção as Senadoras Angela Portela e Marta Suplicy. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por "ad hoc"). Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Lopes. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n**º 513, de 2015** - Terminativo - Institui a jornada de trabalho para os profissionais farmacêuticos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, constante do Oficio nº 716/2016, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de audiência de outra Comissão. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n**º 26, de 2016** - Terminativo - Autoria: Senador José Serra. Altera as Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), para dispor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016. Resultado: Lido o novo Relatório, são aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. Relatoria: Senadora Ana Amélia. EXTRAPAUTA - ITEM 11 -Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n**º 18, de 2016**. Autoria: Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, para Audiência Pública, com a finalidade de debater a fibromialgia para que ela possa ser classificada como doença crônica, para tanto sugiro que sejam convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor; representante da Sociedade Brasileira de Reumatologia; representante da Associação Brasileira de Fibromialgia; e Elia Tie Kotaka- Médica Aposentada. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n**º 19, de 2016**. Requeiro, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, o convite ao Ministro de Estado da Fazenda, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre a inclusão das competências relativas à previdência social em sua Pasta, em Audiência Pública conjunta com a CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n**º 20, de 2016**. Autoria: Senador Paulo Rocha e outros. Requeiro, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre a continuidade das políticas públicas até então em andamento e a retirada de competências relativas à previdência social de sua Pasta. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n**º 21, de 2016**. Autoria: Senadora Angela Portela e outros. Requeiro, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, o convite ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre a continuidade das políticas públicas em andamento e a inclusão das competências relativas à Previdência Social em sua Pasta, em Audiência Pública conjunta com a CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalirio Beber e Eduardo Lopes e as Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Marta Suplicy e o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica que – é o item 9 da pauta – recebeu ofício da Presidência do Senado Federal solicitando o encaminhamento da matéria à Mesa, para aguardar a deliberação de requerimento, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2015
- Terminativo -

Institui a jornada de trabalho para os profissionais farmacêuticos

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o item 9.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É a jornada de trabalho dos farmacêuticos, da Senadora Vanessa Grazziotin. Eu fiz o requerimento para que passasse pela Comissão de Direitos Humanos também, a pedido da própria autora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 412, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 51, de 2016. Por ter recebido classificação de informação sigilosa, informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, na Secretaria desta Comissão, até o dia 15 deste mês, para as consultas que se fizerem necessárias mediante prévia assinatura de termo de responsabilidade e conhecimento de documentação de caráter sigiloso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu percebo que todos os itens aqui são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não. Nós temos alguns itens...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, perdão, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esta Presidência comunica o recebimento de diversas manifestações, moções que acabam de chegar, provindas de câmaras de vereadores e de outras autoridades. As moções permanecerão na Secretaria da Comissão, para efeito de consulta dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

Item nº 1.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose e caseína; e veda a utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, nos termos em que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, mantendo-se o texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013.
Observações:
- *Votação simbólica.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, incumbe-me a relatoria deste projeto de lei, no caso o substitutivo da Câmara dos Deputados, originalmente de autoria do nosso Senador Paulo Bauer, de Santa Catarina.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 260, de 2013, que acrescenta o art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose e caseína; e veda a utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, nos termos em que especifica.

O PLS, de autoria do Senador Paulo Bauer, na forma aprovada por esta Casa e enviada à revisão da Câmara dos Deputados, acrescenta o art.19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para determinar que os rótulos de alimentos que contenham lactose indiquem a presença da substância, conforme as disposições do regulamento. O parágrafo único estabelece que, em caso de alteração do teor original de lactose presente no alimento, os rótulos devem informar o teor remanescente da substância.

O segundo artigo da proposição – cláusula de vigência – determina que a lei resultante da aprovação do projeto entre em vigor após cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Remetido à revisão da Câmara dos Deputados, o projeto foi modificado para prever que, além da lactose, a presença de caseína – proteína do leite – também seja informada no rótulo dos alimentos, bem como o teor remanescente dessa substância, em caso de alteração.

A Casa revisora incluiu, ainda, a vedação da utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, produzidos ou comercializados no País, inclusive os importados. O substitutivo da Câmara dos Deputados concede prazo até o dia 1º de janeiro de 2019 para que as empresas envolvidas na produção, comercialização ou importação de alimentos promovam as adequações necessárias relativas à vedação imposta, além de ter excluído da vedação os alimentos "que contenham em sua composição gordura trans natural, presente em alimentos de origem animal e não adicionada artificialmente".

O substitutivo manteve o mesmo prazo de vigência estabelecido pelo projeto aprovado pelo Senado Federal.

Análise.

Em observância ao disposto no art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, recebemos o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, com uma série de emendas, que devem ser votadas, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, e que, por força do disposto no art. 285 do Risf, não são suscetíveis de modificação por meio de subemendas.

A competência da Comissão de Assuntos Sociais para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Câmara dos Deputados, por meio do Substitutivo nº 1, de 2016, promoveu duas alterações na proposição aprovada pelo Senado: a primeira diz respeito à inclusão da caseína no texto do *caput* e do parágrafo único do art. 19-A, inserido no Decreto-Lei nº 986, de 1969; a segunda alteração diz respeito à inclusão de um novo artigo no projeto, para vedar a utilização de gordura vegetal hidrogenada nos alimentos destinados ao consumo humano produzidos ou comercializados no País.

A primeira alteração promovida pelo substitutivo da Câmara dos Deputados visa a incluir a caseína como substância cuja presença nos alimentos é de declaração obrigatória nos rótulos alimentares e, também, determinar a obrigatoriedade de que, em caso de alteração do teor original de caseína presente no alimento, os rótulos informem o teor remanescente da substância.

Com relação a essa proposta, devemos observar que a caseína é uma das proteínas do leite, que corresponde, no caso do leite de vaca, a 80% do total de proteínas. A caseína do leite de vaca ou de outros mamíferos é uma substância alergênica, uma vez que ela difere daquela presente no leite humano. Assim, quanto ao mérito, à primeira vista, seria pertinente a inclusão promovida pelo substitutivo da Câmara dos Deputados.

No entanto, há que considerar que norma mais ampla foi editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 26, de 2 de julho de 2015, que dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares –, o que torna desnecessária, e até inócua, a aprovação de uma lei que verse sobre uma determinada substância alergênica, como pretende a proposição aprovada pela Câmara dos Deputados. Ademais, apesar de a caseína ser roteína predominante no leite, outras proteínas também estão presentes nos produtos lácteos e podem almente provocar alergia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, confere à Anvisa a prerrogativa de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, entre eles os alimentos, e à sua Diretoria Colegiada, editar normas sobre matérias de competência da Agência. Assim, fazendo uso das atribuições legais que lhe foram conferidas, a Diretoria Colegiada da Anvisa...

(Soa a campainha.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... editou a resolução supracitada.

A RDC nº 26, de 2015, define como alérgeno alimentar qualquer proteína, incluindo proteínas modificadas e frações proteicas, derivada dos principais alimentos que causam alergias alimentares.

Os principais alimentos que causam alergias alimentares constam do Anexo à Resolução e devem ser obrigatoriamente declarados, seguindo os requisitos estabelecidos na própria RDC. São eles: i) trigo, centeio, cevada, aveia e suas estirpes hibridizadas; ii) crustáceos; iii) ovos; iv) peixes; v) amendoim; vi) soja; vii) leites de todas as espécies de animais mamíferos; viii) amêndoa; ix) avelãs; x) castanha-de-caju; xi) castanha-do-brasil ou castanha-do-pará; xii) macadâmias; xiii) nozes; xiv) pecãs; xv) pistaches; xvi) pinoli; xvii) castanhas; e xviii) látex natural.

Não nos parece razoável editar uma lei mais restrita que a norma infralegal vigente. Assim, não concordamos com a inclusão da caseína proposta pela Câmara dos Deputados, uma vez que o tema da rotulagem nutricional de alimentos alergênicos já está suficientemente regulado pela Anvisa, que detém a competência legal para fazê-lo.

Com relação à segunda emenda apresentada pela Câmara dos Deputados, que veda o uso de gordura vegetal hidrogenada em alimentos destinados ao consumo humano, em que pese o mérito da proposta, consideramos que essa não é a melhor maneira de atingir o objetivo almejado. A iniciativa deveria ficar a cargo da Anvisa, a quem compete editar normas com esse teor e que dispõe das condições e dos instrumentos técnicos indispensáveis para tomar essa decisão no tempo oportuno, após amplo processo de consulta aos setores interessados.

Ademais, o art. 2º incluído no PLS pela Casa revisora, dá origem à lei "avulsa", contrariando o disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo o qual um mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. A vedação do uso de gordura vegetal hidrogenada nos alimentos destinados ao consumo humano deveria ter sido contemplada por meio de alteração do Decreto-Lei nº 986, de 1969, da mesma forma como o foi a proposta contida no projeto originalmente aprovado nesta Casa. Tal impropriedade não é passível de ser corrigida neste momento do processo legislativo.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, mantendo-se o texto do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, nos termos em que foi originalmente aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro esse período.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2016, e favorável ao texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Item nº 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2015.
Observações:
Votação simbólica.

Foi retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame do seu relatório.

Item nº 3:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez.

Autoria: Deputado João Paulo Lima
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015.
Observações:
- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Fátima para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

A matéria em exame, conforme V. Exª já mencionou, é de autoria do ex-Deputado do PT, João Paulo Lima, de Pernambuco. Quando apresentou o projeto, em 2011, o Parlamentar propunha acrescentar §7º ao art. 142, da CLT, para permitir que as férias vencidas, bem como o terço constitucional sobre elas incidente, fossem pagos ao empregado que tiver o contrato de trabalho suspenso em função de aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 475, até o décimo dia útil após a sua concessão pela Previdência Social.

A medida é extremamente meritória. Ela busca beneficiar o empregado que já tenha implementado o direito às férias antes da concessão da aposentadoria por invalidez. Nesse caso, ele somente poderá usufruí-las se retornar ao emprego, o que não tem prazo definido para ocorrer, e pode até mesmo não acontecer, caso ela se torne irreversível.

Diante desse quadro, o projeto de lei permite que o empregado aposentado por invalidez possa ser indenizado pelo período de férias vencidas que não foram usufruídas.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto original foi alterado, chegando ao Senado com a proposta de acrescentar os arts. 133 e 145 à CLT.

O art. 133-A estabelece que se iniciará o decurso de novo período aquisitivo quando, verificada a recuperação da capacidade de trabalho e cessado o benefício da aposentadoria por invalidez, o empregado for reintegrado ao emprego formal, na forma do §1º do art. 475 da própria CLT.

Já o art. 145-A prevê que, na suspensão do contrato de trabalho em decorrência da concessão de aposentadoria por invalidez, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, acrescida do terço constitucional.

O parágrafo único aduz que a remuneração de que trata este mesmo artigo será paga até o décimo dia após concessão da aposentadoria pela Previdência Social.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço o apoio dos meus Pares. Dou o parecer favorável à matéria, destacando um item importante, Senador Lobão: é que o projeto de lei não traz quaisquer ônus adicionais aos empregadores, uma vez que a indenização já está condicionada à implementação do direito de férias, na forma estabelecida nos arts. 129 e os artigos seguintes da CLT.

Então, considerando – repito – o projeto meritório, pedimos o apoio dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro este período.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da Comissão ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

Item nº 4:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre transferência de recursos financeiros para os Ministérios do Esporte e da Cultura, a fim de se cumprir o que prevê a Lei nº 8.080/1990, mediante alteração da Lei nº 8.142/1990.

Autoria: Senador Hélio José
Relatoria: Senador Ricardo Franco
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2015.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Franco para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas, Senadores e Senadoras. Vou direto à análise do projeto.

Nos termos do inciso II do artigo 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em comento.

O PLS nº 453, de 2015, cuida de autorizar a realização de transferências de recursos do FNS para os Ministérios do Esporte, da Cultura e da Educação, para fins de consecução das ações integrantes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

O FNS foi originalmente instituído pelo Decreto nº 64.867, de 24 de julho de 1969, para ser o gestor financeiro dos recursos destinados à saúde pública na esfera federal, sendo regulamentado atualmente pelo Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001. O art. 2º da Lei nº 8.142, de 1990, estabelece que os recursos do FNS devem ser alocados em: despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde (MS); investimentos previstos em lei orçamentária; investimentos previstos no Plano Quinquenal do MS; e na cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Por sua vez, a PNPS, originalmente lançada em 2006, foi reformulada pela Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014, do Ministério da Saúde. É a estratégia governamental para estimular a promoção da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, como parte da integralidade do cuidado e da atenção à saúde.

Entre os temas prioritários da PNPS, destacam-se a promoção da alimentação adequada e saudável, das práticas corporais e atividades físicas e da mobilidade segura (redução de morbimortalidade no trânsito), além do enfrentamento do uso do tabaco e seus derivados e do uso abusivo de álcool e outras drogas. Assim, a PNPS visa a deter o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, mediante o planejamento de ações voltadas para prevenção de fatores de risco – tabagismo, sedentarismo e má alimentação – e investimento na qualificação de gestores e da atenção prestada aos pacientes.

A PNPS é conduzida pelo Ministério da Saúde e demais esferas de gestão do SUS – secretarias estaduais, municipais e distrital de saúde –, e seu financiamento é feito por meio dos blocos de financiamento do SUS.

Embora a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.446, de 2014, não preveja expressamente a participação dos Ministérios do Esporte, da Cultura e da Educação na realização de ações da PNPS, é usual que setores do governo atuem em regime de cooperação. No entanto, quando esse tipo de ação conjunta se dá, sempre há previsão na Lei Orçamentária Anual, com a devida destinação dos recursos necessários à atuação de cada órgão, em cada tipo de programa governamental.

Por conseguinte, se uma ação da PNPS é executada pelo Ministério da Educação, os recursos previstos para sua consecução vêm previamente descritos no Orçamento Geral da União. Somente nos casos em que se pretende mudar as intenções originais da Lei Orçamentária, é necessário realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um órgão para outro, o que, aliás, só pode ser feito com prévia autorização legislativa (inciso VI do art. 167 da Constituição Federal).

Ainda assim, tal autorização legislativa não pode se dar de maneira genérica ou inespecífica para vários exercícios financeiros, como pretende o projeto em comento, pois isso violaria o princípio orçamentário da anualidade, instituído pela Carta Magna.

Por esse motivo, a Emenda Constitucional nº 85, de 2015, teve de ser aprovada para incluir, no art. 167 Lei Maior, o §5º vigente, que prevê que a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de a categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tec-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.

Nesse sentido, consideramos que as disposições da proposta sob análise são despiciendas, pois a Lei Orçamentária Anual prevê a forma com que os recursos necessários à execução da PNPS serão distribuídos entre os órgãos governamentais. Além disso, como mencionado, o PLS viola princípio orçamentário estabelecido pela Constituição Federal.

Finalmente, devemos apontar também que há algumas impropriedades no texto da propositura, como a referência à PNPS – política instituída no âmbito infralegal –, além de problemas na redação da ementa e do próprio inciso que se pretende acrescentar à Lei nº 8.142, de 1990.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2015.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, o próximo relatório é do Senador Waldemir Moka, e eu gostaria de consultar os colegas Senadores, porque faço parte da Comissão processante. O item 10 é terminativo também, nós temos quórum para deliberação, e já foi lida a matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há quórum, sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há quórum.

Ah, chegou! Obrigada. Foi sorte.

É um projeto que já foi lido, já foi apresentado, e foram acolhidas algumas emendas. Acho que foi o Senador Humberto que pediu, mas não ouvi a apresentação. Então, nós acolhemos as emendas para aperfeiçoar o projeto.

Eu gostaria de contar com a aquiescência dos colegas para poder, logo depois do Senador Moka, se possível... Ah, mas há a Senadora Angela. Seria depois da Senadora Angela Portela a minha apresentação, se puder.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 5.

Turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, de 2015
- Terminativo -

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a concessão da licença-maternidade ao segurado da Previdência Social em caso de falecimento da genitora.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Turno Suplementar
Observações:
- Em 18.05.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

A Relatora é a Senadora Marta Suplicy, que não se encontra presente. Peço, então, ao Senador Paim, para cionar como Relator *ad hoc* para a hipótese de haver alguma emenda neste plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, é dado como efetivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu só queria, como já fui indicado Relator *ad hoc*, cumprimentar a iniciativa, tanto do autor como também da Relatora, Senadora Marta Suplicy, pelo parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Paim.

Item nº 6:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- Em 23.05.2016, o Senador Waldemir Moka apresentou novo Relatório.
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator Waldemir Moka, para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 266, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas.

Para atingir o propósito almejado, o PLS nº 266, de 2014, altera a redação do § 4º, do art. 16, que hoje vigora com a seguinte redação: A coordenação do Projeto comunicará ao Conselho Regional de Medicina (CRM) que jurisdicionar na área de atuação a relação de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e os respectivos números de registro único.

A alteração proposta pelo projeto de lei insere três incisos no § 4º, atribuindo-lhe o seguinte texto, dentro do art. 16, § 4º:

> Art. 16. .....
> .....
> § 4º A coordenação do Projeto encaminhará, semestralmente, ao Conselho Regional de Medicina (CRM) listagem que contenha:
> I – a relação dos médicos intercambistas participantes do Projeto Mais
> Médicos para o Brasil;
> II – o número do registro único de cada um dos intercambistas de que trata o inciso I;
> III – o nome e o número de inscrição no CRM do supervisor e do tutor acadêmico de cada um dos intercambistas de que trata o inciso I.
> ..... (NR)"

Na justificação, o autor da proposição enfatiza a dificuldade enfrentada pelo CRM para obter os nomes dos profissionais médicos que atuam como tutores e supervisores dos intercambistas, conforme preceitua o art. 15 da referida Lei nº 12.871, de 2013.

O Senador Vital do Rêgo ressalta que, em evidente afronta ao princípio da publicidade que deve nortear os atos Administração Pública, o Ministério da Saúde tem-se recusado a fornecer esses nomes ao CRM, alegando que a lei não iga a fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como consequência dessa recusa, o CRM tem sido forçado a ingressar com ações judiciais, a fim de obter os dados requeridos.

Relatado o seu conteúdo, ressalvamos que o projeto foi distribuído à apreciação exclusiva da CAS e não foi objeto de emenda.

Aliás eu devo dizer aqui que o Senador Paulo Rocha me pediu para retirar, e eu retirei. E ele acrescentou aqui não propriamente uma emenda, mas dizendo que tem entidades, faculdades, que são os responsáveis pela supervisão desses médicos. E eu acatei a emenda do Senador Paulo Rocha, que foi fruto do entendimento.

Dessa forma, Sr. Presidente, paro por aí por economia de tempo, porque o resto é mera questão de análise de competência da Comissão ou não. Mas é, sem dúvida nenhuma, um projeto importante e que foi discutido.

Quero dizer que não tem óbice do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Regional de Medicina, e também não tem óbice do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só para complementar o Relator, Senador Waldemir Moka, que dialogou, conversou, foi tudo ajustado, inclusive acatando emendas. Com esse projeto, com certeza, quem ganha é o povo brasileiro.

Cumprimento o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o projeto, ressalvadas as emendas que apresenta.

Procede-se, então, à votação nominal.

Os Senhores que aprovam o parecer do Relator responderão "sim".

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator, Sr. Presidente, e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka é o Relator.

Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator, parabenizando-o.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos votar, em globo, e repetir o resultado da votação anterior para as duas emendas do Relator. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

Aprovado o projeto e as Emendas 1 e 2 desta Comissão, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário* desta Casa.

Item nº 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2015
- Terminativo -

Altera o artigo 235-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a cobrança de tarifa nos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano de passageiros pelo motorista profissional, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Srª Relatora para proferir a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente, vamos direto à análise do relatório.

Sob o aspecto formal, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

A matéria não apresenta óbices constitucionais nem regimentais à sua regular tramitação.

No que importa ao mérito, entretanto, cumpre observar que a realidade brasileira exige uma certa ponderação no que importa a alterações legislativas que impliquem em extinções em massa de cargos de trabalho, como é o caso.

Desde a década de 90, temos observado um movimento global em que as empresas têm buscado produzir cada vez mais se utilizando de cada vez menos recursos humanos, com o objetivo de permanecerem competitivas e lucrativas no mercado globalizado. Nesse panorama, os recursos mais utilizados para otimizar ao máximo a capacidade de produção são a tecnologia e a informatização. Cada vez mais postos de trabalho são extintos em razão da crescente mecanização das rotinas de produção e de prestação de serviços.

Atualmente, inúmeras empresas brasileiras de transporte coletivo já adotaram os cartões e bilhetes que possibilitam a liberação das catracas eletrônicas dos ônibus e das estações de trem e metrô. Muito embora o usuário ainda tenha a opção de pagar em dinheiro, esse tipo de cobrança tem sido reduzida de maneira crescente.

Com essas mudanças, as empresas de transporte coletivo vêm reduzindo, gradativamente, o número de cobradores em determinadas linhas, principalmente as de menor fluxo. Como a empresa ainda precisa manter a opção do vale tradicional ou do pagamento da passagem em dinheiro, pretende-se generalizar um procedimento que vem sendo adotado por algumas empresas de grandes centros urbanos, nas quais este trabalho passou a ser exercido pelo próprio motorista do ônibus ou micro-ônibus. Há linhas em que a função de cobrador simplesmente não existe mais e 100% destes trabalhadores foram remanejados de função ou, em sua imensa maioria, acabaram perdendo o emprego.

Essa é uma situação gravíssima, que tem consequências extremamente deletérias. A extinção em massa de cargos de trabalho, em todo o território brasileiro, que seria a consequência imediata da aplicação dessa lei, se aprovada, criaria uma legião de desempregados, o que, num momento como o atual, de crise econômica, significaria a vulnerabilidade de inúmeras famílias brasileiras, ônus com o qual não podemos concordar.

Outra consequência danosa da medida pretendida pelo projeto é o aumento na carga de trabalho dos motoristas, que, além de suportar estafantes horas dirigindo no trânsito, trabalho que por si só é extremamente desgastante, veriam aumentadas suas responsabilidades, ao terem que realizar o recebimento das passagens pagas em dinheiro pelos passageiros.

Além de ter que arcar com o controle do caixa, o motorista estaria premido ainda por questões de segurança, ao ter que dividir sua atenção entre o controle do embarque e desembarque dos passageiros, tempo da sua escala de trabalho e o manuseio correto do dinheiro. É uma sobrecarga que não podemos aceitar como razoável.

Existem ainda prejuízos significativos para os usuários. Sendo o motorista obrigado a receber os pagamentos, quando feitos em dinheiro, fazer contas e dar o troco, cria-se um desconforto para todos. Tende-se a formar filas para o pagamento, com lentidão para ingresso no veículo, o que é especialmente grave nos horários de pico e nas frequências noturnas.

A demora também pode forçar o motorista a recuperar o tempo perdido, para cumprir os horários da rota, com direção temerária. É evidente que há riscos para a segurança.

Nosso voto, pelas razões expostas, é pela rejeição do PLS nº 116, de 2015.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda mais discutir, iniciaremos a votação, que será nominal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Relatora votarão "não".

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acompanho a Relatora, Sr. Presidente, o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já votou.

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Com a Relatora.

Acrescentando que muitas vezes o motorista faz o troco com o veículo em movimento, o que piora ainda mais a situação.

Com a Relatora e a parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto, portanto, foi rejeitado.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial* desta Casa.

A Senadora Ana Amélia havia solicitado aprovação do Plenário para inversão de pauta para que se vote o item nº 10, do qual S. Exª é a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem precisou, Sr. Presidente. Estamos no item 10, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, nós temos ainda o item 8 e o item 9.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, sim, o item 9 já foi definido, que foi a questão do Senador Otto, encaminhamento para a CDH do projeto com o apoio da Senadora Vanessa. Mas, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas não foi anunciado ainda pela Presidência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – *O.k.*, obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2016
- Terminativo -

Altera as Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), para dispor sobre o envio e a remessa, ao exterior, de amostra que contenha informação de origem genética, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2016.
Observações:
- Em 14.04.2016, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou Parecer favorável.
- Em 18.05.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.
- Em 25.05.2016, o Senador Dalírio Beber ofereceu 1 (uma) Emenda ao Projeto.
- Votação nominal.

Em 7 de junho, neste mês, portanto, a Senadora Ana Amélia apresentou novo relatório.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura de seu novo relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, como ele já foi apresentado, foi acolhida uma emenda do Senador Dalirio Beber, que está presente aqui, para explicar que é uma emenda de redação. O projeto já foi apresentado, foi pedida vista coletiva na reunião anterior.

Este projeto de lei é de autoria do Ex-Ministro da Saúde José Serra, hoje Ministro das Relações Exterio-. Com o debate amplo sobre a questão do combate vetorial, a questão dos efeitos do mosquito da dengue,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que é transmissor também do zika vírus, da chikungunya e da própria dengue, o Senador encaminhou esse projeto, que foi aprovado na CRE, e agora também é submetido à CAS, que trata exatamente de autorizar a Direção Nacional do Sistema Único de Saúde, em situações epidemiológicas de emergência em saúde pública, a adotar e autorizar o procedimento simplificado, a remessa ao exterior de amostra que contenha informação de origem genética, assegurada a participação nos benefícios da exploração econômica de produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso a essa informação.

O Senador Dalirio Beber apresentou uma emenda alterando os seguintes conteúdos: excluiu do texto do projeto o envio de patrimônio genético ao exterior, pois nesse caso, por definição, a responsabilidade sobre amostras continua sendo de quem sinaliza o acesso ao patrimônio genético do Brasil; retirou do texto a referência aos benefícios resultantes do processo oriundo de acesso ao patrimônio genético, por estarem isentos da obrigação de repartição de benefícios; e considerou que a matéria poderá ser disciplinada apenas por uma lei, a Lei nº 8.080, de setembro de 1990, que é exatamente a lei que trata da Lei Orgânica da Saúde. Então não remete à Lei da Biodiversidade, mas apenas à Lei Orgânica da Saúde.

No caso de situação de emergência, esse procedimento simplificado dispensaria o cadastro prévio, agilizando a resposta das autoridades por meio do envio de amostras de material genético para fins de pesquisa. Isso porque tais ações exigem muitas vezes cooperação internacional com o objetivo de dar celeridade ao desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a preservação, para a prevenção e o tratamento das doenças.

O projeto ainda traz uma maior segurança jurídica para os pesquisadores que estão trabalhando com pesquisa clínica, evitando eventualmente uma criminalização. Então, essa é a alteração que foi feita.

A emenda que foi acolhida do projeto exatamente diz o seguinte – é emenda de redação da CAS: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a remessa de patrimônio genético ao exterior, em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública."

Esse é o voto, Sr. Presidente, dando a relevância da matéria, que continua suscitando um debate internacional bastante grande, dado que o Brasil tenha registrado um grande número, inclusive, de microcefalias, como resultado de mães grávidas que tiveram a ocorrência do mosquito da dengue ou desse vetor do zika vírus.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos passar à votação, que será nominal.

Em votação, portanto, o projeto, ressalvadas as emendas que apresenta.

Os Srs. Senadores que aprovarem o parecer da Srª Relatora responderão "sim".

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o autor e com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ana Amélia é a Relatora.

Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação anterior para as emendas que apresenta. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 26 e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. Obrigada aos colegas Senadores e Senadoras que apoiaram o projeto.

Eu pediria a V. Exª... Eu apresentei um requerimento para uma audiência pública sobre fibromialgia. Quem sofre disso sabe do que se trata. Então, depois de votada outra matéria, se V. Exª puder incluir extrapauta apenas a apresentação do requerimento. E ficaria a seu critério, depois, marcar a data eventual dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fá-lo-emos.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Esta Presidência passará a relatoria ao Senador Eduardo Lopes, considerando o fato de que o Senador Crivella está licenciado por quatro meses, e o Senador Eduardo Lopes é o seu suplente e membro desta Comissão. Portanto, designado Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Presidente, Senador e Ministro Edison Lobão, eu quero cumprimentá-lo. Cumprimento os Senadores aqui presentes, meus pares.

Eu disse aos amigos, ontem, que ou são 120 dias ou são dois anos e meio que estaremos aqui juntos. Eu torço para que sejam dois anos e meio que estaremos aqui juntos.

Nós vamos à leitura do relatório.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 140, de 2015, do Senador Acir Gurgacz, que acrescenta o art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário.

O autor justifica a proposição na inviabilidade de se exigir qualquer experiência do estagiário, seja para a sua admissão na empresa, seja para a sua classificação em processo seletivo. Para ele, se na relação de estágio o aspecto educacional se sobrepõe ao viés produtivo, não há amparo jurídico para se eleger, como condição para a entrada do jovem trabalhador no quadro de pessoal da empresa, a prévia experiência na função que irá desempenhar.

De acordo com a justificação do projeto em foco, tal imposição denota que a contratação do estagiário, na verdade, reveste-se de mera roupagem da relação de emprego que a subjaz.

A proposição, além de vedar a referida exigência, impõe multa às empresas que descumprirem o seu comando.

O projeto em testilha foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

Até o momento, não houve a apresentação de emendas.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição da República, compete à União legislar sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a disciplina do contrato de estágio insere-se no âmbito normativo do citado ente federado.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o respectivo processo legislativo.

Além disso, por não se tratar de questão constitucionalmente afeta à lei complementar, a lei ordinária afigura-se apta a inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, há de se louvar a iniciativa em testilha. Isso porque o estágio consiste no oferecimento de formação profissional ao trabalhador, que vivenciará, na prática, aquilo que aprende nos últimos anos do ensino fundamental, do ensino médio e na educação superior. Em face disso, o aspecto produtivo é deixado em segundo plano.

Nessa modalidade de trabalho, o que importa é oferecer ao estagiário o conhecimento adequado para esempenho da profissão que motiva a formação do vínculo em exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tanto é assim que a entidade de ensino também é parte no referido contrato, cabendo a ela fiscalizar se as atividades desenvolvidas na empresa guardam relação com o currículo escolar a que se submete o trabalhador.

Em face disso, não se coaduna com a essência do estágio a exigência de prévia experiência do candidato ao posto de trabalho. Ao fazê-lo, a entidade concedente desnatura o instituto, possivelmente encobrindo um vínculo empregatício na contratação do estagiário.

A proposição, então, merece ser aprovada, por contribuir para o aprimoramento das relações entre capital e trabalho no País.

Sendo assim, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 140, de 2015.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda discuti-la, em votação o parecer do Relator, que é pela aprovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só um comentário rápido, pois estávamos conversando aqui, eu e o Senador Moka. Na verdade, quase automaticamente o estagiário não tem experiência, né? Pelo que eu percebo, prejuízo talvez não traga, Senador, porque o estagiário não tem experiência. Como ele não tem experiência, automaticamente ele pode ser estagiário, a não ser que ele tenha saído de uma empresa para outra como estagiário e foi submetido a, digamos, essa censura ou bloqueio, por ele ter ou não ter experiência.

Por isso, o projeto, no meu entendimento, não avança, mas não recua também. Então, de minha parte...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele acaba com a exigência de algumas empresas acerca da necessidade de estágio. Talvez vá acabar a figura do estagiário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, não. O estagiário é fundamental.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Não, não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos milhares e milhares de estagiários no País hoje. Esta é forma de entrar no posto de trabalho: o aprendizado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Como alguma coisa a mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como alguma coisa a mais.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mesmo que isso não seja mais exigido pelas empresas. É disso que estou falando, porque as pessoas que procuram fazer estágio, procuram como se fosse algo a mais. Dizem que têm experiência porque fizeram estágio. A empresa não pode mais exigir como condição para empregar a questão de ter esse estágio.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Não é para empregar, é para admitir estagiário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Admitir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Admitir estagiário para o próprio estágio, pois ele normalmente não tem experiência.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não sou contra. Eu estou só dizendo que a impressão que eu tenho é que a demanda vai diminuir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Eu percebo aqui o seguinte: se se coloca aqui o fim da exigência, é porque há empresas exigindo isso. Para mim, fica meio contraditório isto: você exigir experiência do estagiário. Se ele vai fazer o estágio para adquirir experiência naquilo que ele estudou, é meio incoerente. Mas, aqui, na verdade, não se cria nenhum óbice. Na verdade, está regulamentando para que não possa ser exigido. É contraditório, mas é a realidade. É para regulamentar. Não cria nenhum óbice com relação à figura do estagiário, não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, como não é definitivo e ainda vai para a Câmara dos Deputados, eu vou acompanhar o Senador Crivella, entendendo que é mais uma reflexão para que as empresas não possam proibir que quem se apresenta para fazer estágio não tenha experiência. Se ele é estagiário, ele não tem experiência. O normal é não ter experiência. Por isso eu acho que não...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu entendo que o Senador Paim tem alguma razão. É o meu pensamento. Sucede que o Ministério do Trabalho talvez fosse o órgão adequado para estabelecer uma resolução contra essa exigência. Na ausência dessa resolução, partiu o Senador Acir Gurgacz para uma legislação definitiva ordinária.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, deixe-me se entendi. Ele está exigindo que o cidadão, o jovem que vai fazer estágio não necessite experiência, né?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Exigida por parte da empresa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas, se ele vai fazer estágio é porque não tem experiência. Isso se chama projeto que não leva o nada a lugar nenhum, Presidente. Isso é só para dizer que fez um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator responderão "sim".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu vou acompanhar o Senador Crivella, mas a minha reflexão é muito semelhante à de todos os Senadores. Mas, como o projeto ainda vai para a Câmara, quem sabe a gente possa lá chegar a uma outra construção.

Eu voto com o Senador Crivella e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, por favor. Eu estou pensando que é um projeto em que todos temos um consenso, como disse o Senador que me antecedeu, mas deve existir uma maneira racional de ele explicar o que aconteceu. Será que nós não poderíamos interromper, e talvez o seu suplente pudesse saber melhor das razões que levaram o Senador a fazer isso, porque não faz nenhum sentido esse projeto na nossa compreensão aqui. Mas, como nós acreditamos que ele não faria um projeto tão redundantemente claro que não tenha sentido, vamos esperar um pouco para que obtenhamos mais informação sobre a explicação racional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou votar "não", porque acho que isso aí só é acúmulo de trabalho na Câmara. Temos de parar com isto, de dar acúmulo de trabalho. Eu acho que não temos que aprovar um projeto sobre o qual há um consenso de que não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente.

Nós não podemos mais interromper a votação, que já se iniciou. Todavia, 10% da composição do Senado, já que se trata de um projeto terminativo, poderá recorrer ao Plenário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Entendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Onde ele seria, se fosse o caso, rejeitado.

Vamos prosseguir a votação.

Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu vou me abster, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Abstém-se.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fico com a mesma dúvida do Senador Paim, mas acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu vou votar contra, Senador, até porque eu não sei em que estou votando. Então, não vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu vou votar "sim", querendo crer que o Senador Acir Gurgacz deve ter algum motivo, que a gente talvez aqui desconheça, para ter apresentado este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Lopes, Relator.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, eu também vou votar a favor, mas, como disse o Senador Moka, ainda com alguns questionamentos. Mas ainda teremos outras etapas na Câmara, talvez, para que se possa aprimorar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu vou votar com o Relator e quero justificar que talvez o projeto não tenha sido bem explicitado.

A impressão que eu tenho é de que alguns segmentos que concedem estágio, em determinados montos exigem! Exigem, não, porque a essas alturas é uma questão de prerrogativa própria da empresa con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tratar estagiário que tenha um currículo x ou um currículo y. E, evidentemente, cada uma vai contratar dentro das suas características.

O que acontece? Escritórios de advocacia, por exemplo, as informações são de que já preferem estagiários que possivelmente já tenham sido estagiários em outros escritórios. E o estágio não se comporta, para o jovem, um único estágio.

Se a lei estabelecesse, Senador Moka, que o estagiário tivesse direito a apenas um estágio, aí se justificaria a tese de que esse é um projeto que não leva a coisa nenhuma. Mas, como o estagiário pode participar e ser admitido por vários estágios, aí cabe a quem contrata o estagiário optar por aquele que porventura já tenha alguma experiência na área, para que possa preencher as lacunas de seus escritórios ou de suas empresas como melhor lhe convier.

Dentro dessa perspectiva, acho que o projeto tem fundamento, passa a ser um instrumento relativamente importante. Por isso voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou me abster, a partir das explicações dadas pelo Senador Dário, porque acho que pode ser isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto, a despeito de tudo, foi aprovado, porque obteve duas abstenções e apenas um voto NÃO.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado de 2015.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário* desta Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveitando o Dr. Eduardo Amorim... Senador, é porque tem uma matéria... Se V. Exª pudesse me dar esse...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos entrar nos requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – *O.k.* Estou na fila.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Requerimento nº 18, de 2016.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, para Audiência Pública, com a finalidade de debater a fibromialgia para que ela possa ser classificada como doença crônica, para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor; Representante da Sociedade Brasileira de Reumatologia; Representante da Associação Brasileira de Fibromialgia; e Elia Tie Kotaka- Médica Aposentada.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito o Senador Presidente Edison Lobão pela inclusão extrapauta.

E quero pedir ao Senador Eduardo Amorim, porque é médico, especialista na dor... Como sou generalista, pedi a opinião do Senador para este debate.

Nós estamos convidando, para debater a questão se é de fato uma doença crônica, para trazer aqui representantes do Ministério da Saúde; representante da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor; representante da Sociedade Brasileira de Reumatologia; representante da Sociedade Brasileira de Fibromialgia e Elia Tie Kotaka, médica aposentada.

Então, essa é a proposta deste requerimento.

Eu só gostaria que o Senador Eduardo Amorim, que é médico e trata exatamente disso, emitisse um juízo sobre a conveniência ou não de fazermos essa audiência pública.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, colegas Senadores, com toda certeza vale a pena, porque é uma doença que hoje afasta milhões de brasileiros do trabalho, todos os dias.

A gente pensa que é uma doença... não é uma doença letal, mas é uma doença incapacitante e que, com teza, atinge milhões de brasileiros. E muitos deles são maltratados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Portanto, acho que vale a pensa sim a gente discutir nesta Casa uma questão como essa. Afinal de contas, além da qualidade de vida, com certeza uma qualidade também no trabalho. Ganhamos todos nós. Vale a pena.

Parabenizo a Senadora Ana Amélia por chamar esse assunto para o Senado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Esse é o requerimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Futuramente faremos os convites a que se refere a Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, há alguns requerimentos de nossa autoria encaminhados à Mesa, no sentido da convocação. Mas eu já adianto, Sr. Presidente, que não tenho problema nenhum entre convocação e convite. Inclusive, na Comissão que presido, eu encaminhei os mesmos requerimentos. A intenção seria fazer audiência inclusive conjunta, se os Senadores entenderem, para que o Ministério tanto da Fazenda como do Trabalho viessem falar aqui sobre seus planos de trabalho em relação à CLT (Ministro do Trabalho) e à Previdência (Ministro da Fazenda).

Na Comissão de Direitos Humanos, num primeiro momento, havia sido aprovado como convites, mas os próprios assessores falaram comigo, e não vi problema nenhum e transformei: em vez de convocação em convite. E já estou me adiantando que não precisa ficar na posição de que alguém reverta. Eu queria ver se aprovaríamos dois convites aos dois Ministros, o do Trabalho e o da Fazenda, para discutirem.

O Ministério da Fazenda se atendo mais à Previdência, e Ministério do Trabalho se atendo à posição deles em relação à CLT, o negociado sobre o legislado, sobre trabalho escravo. São temas que já me foram alertados. Eles se colocaram à disposição para fazer esses esclarecimentos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só para entender, Senador Paim, seriam os dois juntos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Momentos diferentes.

São dois requerimentos. Só estou explicando. A minha intenção é fazer conjunto com a Comissão de Direitos Humanos.

Na Comissão de Direitos Humanos Já aprovamos.

Entendo que esse tema é muito mais da alçada desta Comissão do que da própria Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E poderia ser sob a presidência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu porei em votação o requerimento de V. Exª. Porém, devo explicar que o convite sempre tem sido atendido pelos senhores ministros, que comparecem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas é espontâneo da parte do ministro. A convocação é imperativa. O ministro fica obrigado a comparecer. E aqui nós temos uma tradição de fazer convites.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente, exatamente. Não, eu quero é convite mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas V. Exª escreveu convocação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu queria... Porque eu entendo, Sr. Presidente, que é o natural, quando a gente encaminha uma convocação, alguém, como foi lá na Comissão, ou um assessor, ou mesmo um Senador diz: "Paim, não dá para transformar em convite?" Eu transformei em convite. Eu estou apenas querendo me antecipar até. Embora eu tenha encaminhado os dois como convocação, eu mesmo concordo em transformar em convite, se assim a Senadora Angela Portela também entender.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Como o Senador Paulo Paim é autor dos requerimentos de convocação, concorda com que sejam transformados em convite. Eu, neste caso, porei em votação o convite objeto do requerimento do Senador Paulo Paim. Porém, devolvendo a S. Exª o requerimento por S. Exª mesmo assinado, em que se trata de convocação, para que seja retificado.

Em votação, portanto, o requerimento do Senador Paulo Paim, de convite aos senhores ministros.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Audiência conjunta.

Nada mais havendo a tratar...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu também tenho um requerimento, que está aí sobre a mesa, para convocação, e aqui eu já substituo o termo convocação por convite ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, o Sr. Osmar Terra, para prestar alguns esclarecimentos, discutir conosco aqui a continuidade das políticas em andamento e a inclusão das competências que são relativas à Previdência Social, na pauta, agora, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

A gente tem analisado algumas manifestações do Ministro Osmar Terra falando na possibilidade de usar a rede do INSS para pagamento do Bolsa Família. Parece que algumas mudanças na concepção do programa Bolsa Família também, como programa de transferência de renda. Eu penso que seria conveniente, neste momento de grandes mudanças nesses programas, que a Comissão de Assuntos Sociais pudesse ouvir e discutir com o Ministro essas mudanças nesses programas, que são tão importantes para o povo brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e a Comissão já tem um requerimento para o Osmar Terra, até do nosso colega, Senador Waldemir Moka, exatamente para essa extensão, porque ela trata de reforma agrária.

Então, eu queria consultar a Senadora Angela Portela sobre se podemos fazer essa audiência conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que já está feita a aprovação do requerimento, já está inclusive, imagino, encaminhado ao Ministro o convite para essa audiência. Para não ficar vindo o Ministro aqui, com os compromissos que tem, para fazer... Então, gostaria de solicitar a V. Exª a aquiescência da Senadora Angela Portela, para que fizéssemos conjunta a audiência.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Nós poderemos, sim, Senadora Ana Amélia, sem problema nenhum, fazer a audiência pública conjunta da Agricultura com a CAS, porque aqui discutimos o mérito. Acho que não tem problema nenhum, vai ser uma boa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E V. Exª?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Concordo com a...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concorda e transforma-se, de repente, em convite, e não convocação.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Concordo que seja convite, para discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me. Só para fazer um esclarecimento, Senadora. Eu procuro ser muito coerente. Sr. Presidente, vejo que alguém poderá não ter gostado de eu mesmo ter transformado o que veio como convocação em convite. Estou só sendo coerente com a minha posição na Comissão de Direitos Humanos. Se lá todas as convocações que chegaram transformei em convite, não teria lógica aqui, na sua Comissão, eu querer fazer o contrário: exigir que seja convocação quando lá, em uma audiência que proponho que seja conjunta, transformei em convite.

Então, só esse esclarecimento, para que não fique dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bem, Paim. Muito bom, coerente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem toda coerência.

Em votação o requerimento da Senadora Angela Portela. Os Srs. Senadores que aprovam...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, subscrevemos como conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas, vamos aprovar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria, se a Senadora Angela me permitisse, de subscrever, para transformar isso em uma coisa só. No mesmo dia, na mesma hora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas, se é conjunta, será no mesmo dia e na mesma hora. As duas presidências decidirão sobre o dia.

Então, em votação o requerimento da Senadora Angela Portela, que concorda na realização de audiência conjunta.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda há um requerimento do Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, é o mesmo caso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o mesmo caso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seria votação...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fica estabelecido, então, o convite...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao Ministro do Trabalho, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... ao Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, que já confirmou que vai ficar à disposição no momento em que eu e V. Exª entendermos que seja o momento adequado, já que são as duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2016.

Às onze horas do dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Edison Lobão, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Magno Malta, Telmário Mota, Paulo Paim, Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, Armando Monterio, Vicentinho Alves, e das Senadoras Gelisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jader Barbalho, José Agripino, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues. Justifica Ausência o Senador Hélio José. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2010 - Não Terminativo. Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar outras atividades de trabalho em condições de risco acentuado. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2015 - Não Terminativo. Altera os artigos 24 e 37 da Constituição Federal para prever a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria. Autoria: Senador Douglas Cintra e outros. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009 - Não Terminativo. Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa. Autoria: Deputado Rubens Otoni. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1- CCJ(Substitutivo). ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015 - Não Terminativo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita. Autoria: Deputado Afonso Hamm. Relatoria: Senador Aécio Neves. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Eduardo Braga e Armando Monteiro nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 37) OFICIO "S" Nº 9, de 2016 - Não Terminativo. Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2016/2018, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro João Otávio de Noronha, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista concedida automaticamente nos termos regimentais. Na 19ª Reunião Ordinária realizada em 15/06/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais. ITEM 38) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, de 2016 Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa, a fim de discutir a redação do art. 12-B do Projeto de Lei da Câmara (PLC) no 7, de 2016, que confere poderes aos Delegados de Polícia para aplicar, provisoriamente, algumas das medidas protetivas de urgência previstas na Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com a participação das seguintes instituições: Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL), Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge; Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcante; Secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça; Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) – João Ricardo dos Santos Costa; Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos (CONDEGE) –Gerais, Dr. Luis Carlos de Aguiar Portela; Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dra. Fernanda Marinela Santos; Representante do Comitê Latino-Americano e Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) – Carmen Hein Campos; e Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM) ^na Carolina Barbosa; Carlos Eduardo Miguel Sobral, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de ícia Federal - ADPF. Resultado: Aprovado. ITEM 39) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2016 - Não Termiivo. Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Ser-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 40) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2016 - Não Terminativo. Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006. Autoria: Ministério Público da União. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e três minutos do dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014;ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012; ITEM 18) OFICIO "S" Nº 50, de 2014; ITEM 19) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015; ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015; ITEM 23) OFICIO "S" Nº 28, de 2014; ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014; ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2015; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015; ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015; ITEM 32) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014; ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015; ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010; ITEM 35) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015; ITEM 36) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012 TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 36.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submeto à deliberação de V. Exª, caso haja aquiescência do Plenário, uma leitura bastante rápida do relatório de indicação do Ministro Noronha, que integra o STJ, para o CNJ, para ser dado vista coletiva em seguida, caso V. Exª esteja de acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção dos presentes, atendo requerimento de V. Exª.

Item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
OFICIO "S" Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2016/2018, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro João Otávio de Noronha, conforme disposto no inciso II e no §5º do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.
Relatoria: Senador Antonio Anastasia.
Relatório: pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedido vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão. Em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs Senadores, submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pelo STJ, do Exmo Sr. Ministro João Otávio Noronha, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada aos Ministros daquela Corte, nos termos da Constituição.

O indicado encaminhou toda a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a resumir. Advertimos que o fazemos de forma um tanto penosa para nós, em vista da extensão e da importância das inúmeras atividades profissionais e acadêmicas do Ministro. Pedimos escusas ao indicado e aos membros desta Comissão, mas, por razões de tempo, vimo-nos obrigados a esse resumo, sob pena de passarmos aqui longo tempo expondo o vasto currículo do Ministro.

Nascido em Três Corações, no meu Estado, Minas Gerais, é bacharel em Direito desde 1981.

Na atuação jurídica, sua trajetória merece igual ou maior destaque. Foi bancário e, entre 1984 e 2002, advogado do Banco do Brasil, instituição onde exerceu relevantíssimas funções, na advocacia contenciosa e especialmente na consultiva. Exerceu, inclusive, os cargos de Consultor Jurídico Geral e Diretor Jurídico do Banco do Brasil.

Desde 2002 integra o Superior Tribunal de Justiça. Foi membro da Segunda, da Terceira e da Quarta Turmas, tendo presidido todos os colegiados – o primeiro especializado em matérias de Direito Público e os dois últimos em causas relacionadas ao Direito Privado. É também membro da Corte Especial e do Conselho de Administração do Tribunal.

O indicado apresentou as declarações e certidões exigidas pelos itens da alínea b do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005; e pelo Ato nº 1, de 2007–CCJ.

O indicado juntou também argumentação escrita, em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em cumprimento à alínea c do inciso I do art. 383 do RISF.

Encontram-se, assim, Sr. Presidente, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da CCJ e dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação no procedimento já lido por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório.

Não havendo mais quem pretenda se pronunciar, esta Presidência declara em votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem... Já deu vista, não é? Não é sobre esse assunto. Não é sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não é sobre esse assunto que eu queria falar, mas sobre o outro unto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos concluir este...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Isso. Vamos concluir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e votação.

Com a palavra o Senador Raupp, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, após o Senador Raupp, se V. Exª puder me dar a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se houver concordância de V. Exª e do Plenário, eu estou pronto para relatar o PLC nº 26, que trata das carreiras dos servidores do Ministério Público da União. Aqui na CCJ só vai ser tratada a parte de juridicidade e constitucionalidade, pois ainda vai para outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu gostaria de pedir o mesmo benefício regimental para os Projetos nºs 26 e 29.

Consulto o Plenário se concorda com o benefício solicitado, ou seja, a inclusão dos três projetos. (*Pausa.*)

Havendo concordância do Plenário da Comissão, estão aprovados os três requerimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, companheiros e companheiras que estão aqui na audiência desta reunião, quero comunicar que nós demos entrada nesta manhã em um requerimento relativo ao Projeto de Lei nº 7, projeto de lei que tem a relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, aprovado na Câmara e remetido para o Senado Federal.

Não vou tomar muito tempo das Srªs e Srs. Senadores para relatar desde o início o que aconteceu, mas resumidamente, Sr. Presidente, é um projeto que muda alguns aspectos da Lei Maria da Penha. É um projeto extremamente meritório, mas que infelizmente em um item, em único item somente, tem causado muita divergência entre vários setores e que tem feito, inclusive, que nós senhoras e Senadores tenhamos até dificuldade de tomar uma posição mais clara.

Então, diante deste fato, Sr. Presidente, apresentamos um requerimento solicitando a realização de uma audiência pública, que tem como objetivo não atrasar a análise da matéria, não procrastinar o que quer que seja, mas que tem como único objetivo dar uma oportunidade a esta Casa, ao Senado Federal de ouvir as partes divergentes.

Dessa forma, poderemos, primeiro, tentar chegar a um consenso e, se não for possível chegar a um consenso, que tenhamos maiores e melhores elementos para votar a matéria.

V. Exª viu que eu estive ali conversando com todas e todos, sugerindo que o nosso debate já fosse semana que vem, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, que é onde está o projeto. Fui questionada, Sr. Presidente sobre o fato de que havia apresentado um requerimento num primeiro momento e o retirei. De fato. Entretanto, com a evolução de todos os problemas, com a quantidade de solicitações que estamos recebendo no âmbito da Procuradoria da Mulher... E eu, para não me alongar, só quero falar do que recebemos ontem, uma nota pública do Instituto Maria da Penha, solicitando exatamente a realização deste debate. Diz o seguinte:

> Em relação ao PLC nº 07, que está propondo mudança significativa na lei, diante das repercussões negativas de algumas das propostas previstas no projeto de lei, considero importante que sejam discutidas pelo conjunto da sociedade, em especial com os integrantes do Consórcio Nacional de Entidades Não Governamentais que elaboraram o anteprojeto de lei com os Movimentos de Mulheres integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, Defensoria Pública, em audiência pública no Congresso Nacional.
>
> A Lei Maria da Penha necessita de um esforço conjunto de governantes e instituições públicas e sociedade civil.
>
> Assim, poderemos todos e todas garantir o direito de as mulheres viverem sem violência.

Então, vários pedidos como esse recebemos no âmbito da Procuradoria da Mulher do Senado Federal.

Diante disso, Sr. Presidente, eu pediria que este requerimento pudesse ser incluído extrapauta e que pudéssemos apreciá-lo ainda hoje. A sugestão é que a sessão de debate aconteça na semana que vem.

Essa é a minha solicitação, pedindo a compreensão de todos, inclusive das diferentes opiniões em relação ao projeto, deixando claro que ninguém aqui quer atrasar nada, ninguém aqui quer deixar de votar nada. Entretanto, neste momento, consideramos fundamental e imprescindível a realização do debate. Obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, peço que V. Exª me inscreva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria me manifestar em direção contrária à ideia da realização desta audiência pública. Respeito a opinião de todos e todas, mas quero ter minha opinião.

Nós estamos, por exemplo, com o projeto que trata de audiência de custódia há quase um ano parado por conta das divergências do ponto de vista de quem tem poder, de quem não tem, como caracteriza A, B C ou D. Este projeto, inclusive, é diferente daquele, porque agrega um novo ator à possibilidade da proteção da mulher.

Na semana passada, tivemos o pedido de vista. Foi pedida vista coletiva. Isso já foi objeto de ampla discussão lá na Câmara dos Deputados.

Nós temos condição de votar aqui essa matéria, sem a necessidade de se fazer outra audiência pública, porque o meu receio é que, novamente, por conta dessas divergências, que envolvem visão do Poder Judiciário, de integrantes do Poder Judiciário, visão de integrantes da categoria de delegados, nós deixemos de dar acesso às mulheres a uma medida protetiva importante, que, por si só, não tem poder de se estabelecer, porque exige uma decisão imediata e posterior de um juiz. Não significa retirar o poder de quem quer que seja.

Por isso eu sou defensor de que a gente vote hoje.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Depois sou eu, Presidente?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Presidente, pela ordem.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estou dizendo que é essa discussão que atrapalha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Você foi depois.

Antes de conceder a palavra à Senadora Simone Tebet, informo às pessoas que estão no auditório para manifestar a sua opinião sobre essa matéria que essa manifestação tem limites. Nós estamos atentos aos cartazes que estão expostos aí, achamos legítima a presença de todos vocês, mas pedimos que guardem o necessário silêncio. E, como a manifestação verbal não é permitida, peço às senhoras e aos senhores presentes que guardem o necessário silêncio, a fim de que esta Comissão possa se manifestar com a devida e habitual serenidade.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, é importante registrar que nós estamos fazendo uma alteração de uma lei que vai completar dez anos, que é a Lei Maria da Penha.

Da mesma forma como agora, essa lei criou muita polêmica e muita discussão, inclusive em determinadas categorias questionando validade ou se essa lei realmente deveria ser aprovada da forma como foi.

Resumindo: depois de muita polêmica, nós tivemos e temos no Brasil, comparado ao mundo, uma das leis mais avançadas e modernas no que se refere à proteção da mulher. Por quê? Porque ela teve a capacidade de integrar, num único projeto, numa única lei, em todos os Entes da Federação, a obrigação de termos ações integradas na prevenção, na assistência e na repressão à violência contra a mulher.

Da prevenção, do Ligue 180, às coordenadorias regionais de assistência da mulher, passando pela assistência, exigindo-se perícia, núcleo de Defensoria Pública, casas de abrigo e agora com a nossa Casa da Mulher Brasileira a ser construída em cada capital desse País, chegando-se à repressão que, de uma certa forma, hoje causa uma polêmica, porque é o objeto de uma alteração por parte desse PLC nº 7.

Pois bem; sou Presidente da Comissão de Violência contra a Mulher. Ajudei Marta, na semana passada, pedindo vista coletiva, porque nós não tínhamos conhecimento do conteúdo desse projeto.

Depois – e sou advogada, uma modesta e simples advogada, não posso nem ser mais considerada jurista, porque estou há mais de 12 anos afastada da área jurídica – de uma leitura, ainda que superficial, eu já percebi, da minha parte, que não há nenhuma inconstitucionalidade gritante em relação ao projeto.

Pois bem; fiz uma análise mais detalhada em relação ao projeto. Da mesma forma, percebi que a única dúvida que há nesse projeto, que é o art. 12-B, que dá à autoridade policial um poder jurisdicional provisório, de 24 horas apenas – porque, depois, tem que se ouvir o Ministério Público e o Poder Judiciário em 24 horas –, em casos extremos, em que se coloca a vítima de violência contra a mulher em risco de integridade física, mental ou mesmo em risco de vida ou de morte, de autoridade, de proteger essa mulher, não dando ao delegado ou à autoridade policial todo o poder das medidas cautelares previstas na Lei Maria da Penha. É importante se dizer isso: não se trata de um poder jurisdicional, mas apenas um poder administrativo.

São apenas algumas medidas, basicamente cinco. Eu vou ler apenas duas para ver qual o mérito da discussão desse projeto. Uma delas, a medida protetiva de urgência, pela qual o delegado ou a delegada poderá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fazer, sem ouvir o Ministério Público ou a magistratura, mas tendo que ter a ratificação deles em 24 horas. Proibição de condutas entre as quais: aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de distância entre essa e o agressor, pelo prazo de 24 horas; contato com a ofendida por meio de qualquer comunicação, dentro de 24 horas; frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, dentro de 24 horas. E seguem ainda mais ou duas ou três medidas cautelares no mesmo sentido.

Pois bem, Sr. Presidente, desculpe haver me alongado, mas acho que é importante nós passarmos o assunto até para que os colegas possam votar de acordo com a sua consciência.

Realmente, eu não vejo, no mérito, qualquer discussão. Eu estaria pronta para voltar hoje esse projeto, é minha obrigação, como Senadora, como mulher e como Presidente da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, votar esse projeto. Contudo, venho trazer uma questão de ordem prática e acho que, com isso, encerramos a discussão. Para aprovarmos esse projeto hoje, nós dependemos do Relator, que está numa missão externa, junto com o Presidente da República. Portanto, S. Exª não vai, provavelmente, chegar a tempo para votarmos, pois vamos sair daqui a cinco minutos para dar continuidade aos trabalhos da Comissão Especial de *impeachment,* cuja reunião*,* segundo a Senadora Gleisi Hoffmann, já começou. Consequentemente, não temos quórum para votar esse projeto. Ora, se nós não temos quórum e o Relator não está aqui para ler, a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin, que eu não assinei, mas que compreendo – e ela, no papel de Procuradora da Mulher, está nesse direito e na obrigação de fazê-lo, junto com as demais Senadoras –, é no sentido de fazermos essa reunião na terça-feira, antes da reunião da CCJ, e, na quarta-feira, estaremos prontos para votar esse projeto. E isso até por uma questão prática: o Relator não está aqui; nós não vamos dar quórum porque temos que ir imediatamente para a Comissão Especial do impeachment.

Então, acho que é uma discussão desnecessária. Com isso, nós não estamos protelando, mas vamos votar com segurança um projeto sobre o qual eu já tenho posicionamento, mas quero que todos tenham a sua convicção antes de votarmos um projeto de tamanha importância.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, esse é um projeto da mais alta relevância, não só para as mulheres brasileiras, mas para os homens também. Eu acredito que a bancada feminina está unida por nenhum motivo a não ser o bem das mulheres e a preservação da sua integridade física.

O Senador Humberto Costa tem sido um parceiro nessa área desde sempre. Sempre trabalhamos juntos, desde a época, acho, em que S. Exª era Deputado Estadual. Então, também não duvido das intenções do Senador.

Agora, a Senadora Simone Tebet colocou com muita propriedade que nós temos que avaliar melhor. E nada melhor para avaliarmos do que a presença de todas as instâncias que hoje têm posições diferentes, porque aí tomaremos uma decisão concreta, uma decisão em que cada um sabe exatamente o porquê.

Inclusive, estava querendo lembrar que, no art.12-B mencionado, a Senadora então, que era presidente da CPMI, Senadora Ana Rita, posicionou-se contrária por inconstitucionalidade. Eu não estou dizendo se é ou não é; estou apenas dizendo que houve uma posição nesse sentido.

Eu até acredito que as delegadas possam fazer um trabalho preventivo muito importante, que pode ser de vida ou morte. Se ela pode atuar naquele momento, ela previne uma morte, em casos extremos. Mas isso nós gostaríamos de aprofundar, e nada melhor do que a Comissão de Justiça para fazê-lo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Presidente, se me permite...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, rapidamente, vou discordar.

Nós temos uma experiência lá no nosso Estado de uma série de BOs que ficou parada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª é a próxima. Eu não posso é quebrar a ordem de inscrição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vocês estão pensando que o Maranhão não é o Presidente da Comissão? Maranhão é duro. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o bom! Esse é o José.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu só tenho que seguir a ordem de inscrição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Foi só brincadeira!

Não; eu hoje estou do lado delas.

Sr. Presidente, com a experiência do nosso Estado, a Promotora da causa da mulher no nosso Estado, ós um trabalho árduo, descobre boletins (BOs) encalhados em delegacias. Isso lá no meu Estado, é a expe-ncia do meu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A palavra da Senadora Simone Tebet – e eu concordo plenamente com esta audiência pública, pois não temos que ter medo de audiência pública.... Até perguntava à Senadora Marta: "Eu preciso ir à Comissão do *Impeachment*, nós vamos votar ou não?" Ela disse: "Não há necessidade de votar". Mas eu concordo. Necessário se faz, pois penso que assunto que envolve violência contra a mulher precisa ser debatido ao extremo, não pode ser de fato no afogadilho.

Penso que essa Senadora, a Senadora Simone Tebet, que é Presidente da Comissão da Mulher e que conhece juridicamente o assunto.... Porque nós, na verdade, somos movidos muito mais pelo emocional. E, do ponto de vista jurídico, há que se fazer uma avaliação. A Senadora Marta faz uma avaliação aqui de um relatório da ex-Senadora Ana Rita, do meu Estado, que dava um parecer contrário. Também não faço juízo sobre isso porque não li, mas acho que ninguém tem que ter medo. Todo mundo conhece a minha posição sobre o aborto. Aliás, a ONU rejeitou, nesta semana, a inclusão do aborto no rol dos direitos humanos, o que é um grande avanço, porque a vida é a vida. Todo mundo conhece a minha posição sobre o aborto, mas eu estou relatando um projeto na CDH e eu mesmo pedi seis audiências públicas. Ninguém tem que ter medo de audiência pública, pois precisamos ouvir todo mundo, ouvir todos os lados.

Então, acho que essa audiência pública é necessária. Eu faço coro, neste momento, com a Bancada Feminina – e masculina também –, excetuando, agora, só neste momento, Senador Humberto Costa, meu amigo aqui, mas eu realmente já fiz a minha opção e decidi apoiar a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria, primeiramente, deixar claro que não existe quem tenha mais interesse na proteção às mulheres, no respeito às mulheres, no enfrentamento da violência contra as mulheres do que a Bancada feminina deste Senado da República. Aliás, nós temos enfrentado verdadeiras discussões, inclusive preconceituosas, aqui dentro, para que projetos possam passar e, assim, melhorarmos a situação legal, legislativa, em relação às mulheres.

Então, é importante deixar isso claro, e eu não posso aceitar a argumentação de que o pedido de uma audiência pública seria para procrastinar a matéria e para que nós não aprovássemos uma matéria que seria de interesse das mulheres. Se tivéssemos tanta certeza de que é de interesse, nós não pediríamos essa audiência pública. E eu acho que ela é importante. Ela não vai atrasar medida protetiva nem de enfrentamento à violência. E ela é importante para esclarecer, até para que não fiquemos em meio a disputas corporativas, que têm se dado muito no ambiente do Congresso Nacional. Nós temos que ter como foco principal as mulheres, a vítima de violência, aquela que precisa de medida protetiva.

Então, eu queria só esclarecer, inclusive ao meu colega, o Senador Humberto Costa, por quem tenho muito carinho, respeito e consideração, que queremos, sim, audiência pública, porque não fomos esclarecidas o suficiente com respeito ao que isso impacta, em relação às medidas protetivas e à proteção de mulheres.

Então, eu queria pedir a esta Comissão, pedir ao Senador Humberto Costa – que já foi Líder da nossa Bancada e é também nosso Líder do Governo da Presidenta Dilma – que nós possamos realizar a audiência, até porque estamos propondo que a sua realização se dê no início da semana, na terça-feira. Portanto, na quarta poderíamos discutir o projeto nesta Comissão.

Então, eu quero deixar isso registrado, Sr. Presidente, e dizer que a Bancada feminina tem um encaminhamento conjunto sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores; quero cumprimentar aqui a representação das delegadas de todo o Brasil que aqui se encontra; quero cumprimentar também a representação da Magistratura, da Defensoria Pública, dos Promotores etc.

Objetivamente, quero aqui me somar ao que já foi colocado, Sr. Presidente, que é a realização da referida audiência pública. Há semanas que esse debate está instalado, e quem primeiro aqui veio foi a representação das delegadas – inclusive uma representação do nosso Estado, o Rio Grande do Norte –, que legitimamente aqui veio, repito, há semanas, pleiteando que o projeto de lei venha a ser apreciado, na perspectiva inclusive de que seja aprovado, à luz daquilo que elas defendem com muita convicção. Mas, ao mesmo tempo, temos também a visão do Poder Judiciário, da Magistratura, da Defensoria e de Promotores, que têm um olhar contrário com relação a alguns aspectos do projeto.

Eu estou colocando isso para dizer que, diante desse cenário, o caminho mais responsável, Senadora Lídice, é o caminho de promover a audiência, não com o intuito de protelar, de maneira nenhuma, porque aí têm razão aqueles que alegam que, muitas vezes, propõe-se audiência pública para procrastinar. Não é o caso aqui, de maneira nenhuma, nem deve ser em momento algum. Daí por que já foi feita uma proposta objetiva no início da semana, nós termos a realização da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vejam que nós estamos aqui, como Bancada feminina, respaldadas por duas instâncias do Congresso Nacional de muita responsabilidade e de muita representatividade, que é a Procuradoria da Mulher e a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, instalada aqui, que trata exatamente do tema, que, Senadora Vanessa, tem justamente como foco central o tema do combate à violência, do enfrentamento da violência.

Portanto, o caminho – repito – oportuno é o caminho do debate, para que nós possamos aprofundar e para que nós possamos – este é o nosso desejo, Senador Presidente, José Maranhão – chegar a um consenso, chegar a um entendimento, porque o que nos move, o que nos une é a causa de, cada vez mais, o Estado brasileiro avançar no que diz respeito a ter instrumentos modernos e eficazes no combate à questão da violência contra as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente José Maranhão, caros colegas Senadores e Senadoras, vejam que esta matéria está obtendo da representação da Bancada feminina no Senado Federal, de diferentes partidos, o mesmo ponto de vista. São duas Senadores do PMDB, duas Senadoras do PT, uma Senadora do PSB, uma Senadora do PCdoB, uma Senadora do PP, de posições ideológicas e políticas diferentes, e estamos com o mesmo pensamento em torno desta causa e desta questão, não só pela necessidade de, de fato, garantirmos às mulheres uma maior e mais segura proteção e eficácia, porque não adianta termos políticas públicas que não sejam aplicadas. A realidade do País é exatamente esta da não aplicação dos dispositivos legais que protegem a mulher.

A segunda questão, Presidente, é que penso também no argumento da Senadora Simone, no argumento da Senadora Fátima e das outras Senadoras que aqui se manifestaram, como a Senadora Gleisi Hoffmann, de que precisamos fazer essa audiência pública na terça ou na quarta-feira e, no mesmo dia, votarmos a matéria. Essa será a demonstração clara de que não estamos, de nenhuma forma, tentando atrasar uma matéria urgente como essa, desta natureza.

Então, essa é nossa disposição, com a demonstração clara de que também queremos aqui o equilíbrio institucional, na execução das suas competências, entre as Delegadas de Polícia, ou a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Por isso, no requerimento que a Senadora Vanessa Grazziotin, em nome da Bancada feminina e como Procuradora da Mulher, encaminha a sua Presidência para apreciação, eu gostaria de incluir a Associação dos Magistrados Brasileiros, porque, no requerimento original, não está a representação da magistratura, apenas o Conamp, que está adequado pela representação do Ministério Público, e a Associação dos Delegados de Polícia. Com isso, estariam as três instituições fazendo a apresentação, além das demais sugestões apresentadas.

Então, esta é a nossa proposta, e eu penso que, assim, na quarta-feira, teremos a melhor alternativa para o que será fruto de uma discussão ampla sobre um tema que é de interesse de todas as mulheres, não apenas de uma categoria, mas das delegadas, dos promotores de justiça, dos procuradores de justiça e também dos juízes. Esta é a forma que nós entendemos que seja o melhor caminho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos votar a matéria, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só para dizer, Sr. Presidente, que eu... (*Pausa.*)

Eu quero somente colocar o seguinte: eu não vou fazer aqui um cavalo de batalha por causa de uma audiência pública, mas eu quero reiterar aqui a minha preocupação. Não é que sejam os Senadores... A Senadora Vanessa Grazziotin entendeu muito mal. Não estou falando aqui que são os Senadores que protelam, não, mas a gente sabe da disputa política que se estabelece entre determinadas categorias aqui pela questão A, B, C ou D, e isso vai protelando, vai para frente, vai para trás, e não se consegue chegar a um consenso.... Acho muito difícil se conseguir chegar a um consenso, mas, em nome de se tentar construir esse consenso, nada melhor que se buscar.

Então, eu retiro minha posição de não fazer a audiência pública. Agora, vou reiterar minha posição, porque eu vou ficar cobrando que a gente vote essa matéria na primeira oportunidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone.*) – E você vai ver que não vai aparecer solução, não.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria aqui só fazer uma ponderação de natureza prática. Eu já me referi a esse assunto várias vezes aqui, em plenário.

A Presidência do Senado tem recorrido a um dispositivo constitucional que permite avocar os projetos em tramitação nesta Comissão sem o parecer, sem a discussão, estancando tudo, para discussão e parecer no Plenário. Não quero discutir o mérito porque essa é uma questão resolvida no Regimento, mas, no sentido prático, nós devemos sempre considerar aqui que, de repente, apesar de toda a propriedade, de toda a competência, de toda a força que a Comissão de Constituição e Justiça deveria ter para decidir tecnicamente sobre a constitucionalidade e outros aspectos, de mérito, inclusive, nós estamos sendo constantemente atropelados pelas decisões da Mesa do Senado, atropelados no bom sentido. Claro que não estou aqui querendo formular nenhuma restrição à Presidência desta Casa, até porque a Presidência age no uso de uma prerrogativa. Mas, na prática, o que tem acontecido é isso. Já aconteceu algumas vezes. E eu duvido que, se nós procrastinarmos a discussão e a votação dessa matéria aqui, de repente, atendendo a outras pressões, a Presidência da Mesa do Senado não avoque esse projeto, e aí todos os esforços, por mais legítimo que seja, e são realmente legítimos esses esforços, sejam jogados fora, porque nós não tivemos espírito prático para resolver as questões dentro da urgência que, muitas vezes, as questões exigem.

Essas urgências são, sobretudo, emocionais. É natural. Nós somos seres humanos. O Senado é constituído por pessoas humanas. E quando as pressões das ruas, as pressões das categorias, chegam, evidentemente, as coisas tomam rumo diferente.

Apenas estou querendo ser prático. Talvez fosse melhor que a Comissão decidisse logo sobre essa questão. O pedido de audiência é legítimo. Há muitos motivos justificando essa providência, mas vamos sopesar e vamos ver o que é mais prático para, inclusive, atendermos de forma objetiva a essas pressões que estão aqui.

Por sinal, quero até dizer que me sinto orgulhoso com o meu gênero, masculino, porque estou vendo no auditório muito mais homens do que mulheres.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que bom, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Isso mostra que essa questão tem a compreensão, tem a abertura, tem a sensibilidade dos homens, mas, sobretudo, que é uma questão acima dos gêneros.

Até entendo isso muito bem, porque, se você quer apelar para o sentimento humano, para a sensibilidade, todo homem é pai. Todo homem tem filhas mulheres...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E tem uma mãe também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Evidentemente, ninguém quer que, amanhã ou depois, por falta de uma legislação adequada, uma filha, de repente já casada, seja vítima de uma violência de quem quer que seja. Diferentemente do que podemos pensar, que a violência se dá no estamento da sociedade menos qualificado socialmente, na classe média e na classe alta, também ocorre violência do homem contra a mulher.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

Primeiro, eu quero cumprimentá-lo pela posição. A gente sabe que não são palavras soltas. É uma posição muito firme e concreta.

Segundo, temos a mesma preocupação de V. Exª, Sr. Presidente, em todos os aspectos que levanta. Por mais urgente que seja a matéria, não podemos abrir mão do debate. Agora, não fazer do debate algo que se transforme num impeditivo para a apreciação e votação da matéria.

Então, acho que estamos chegando a um consenso, porque, entre a Bancada feminina, nós já formamos o consenso. E qual é este consenso? Faremos o debate no início da semana. A Senadora Simone sugeriu terça-feira. Pode ser terça ou pode ser quarta-feira, e, na própria semana que vem, vamos apreciar a matéria. Eu acho que todos ficam contemplados: a preocupação de V. Exª, a nossa. E não há que o Plenário avocar a votação de urgência lá, a partir do momento em que possamos construir um consenso aqui para os debates...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Deus permita que assim seja, como V. Exª pensa.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para complementar e deixar V. Exª tranquilo. Eu não sei qual é a força da Bancada masculina junto ao Presidente Renan, mas posso assegurar que o Presidente Renan não coloca nenhum projeto de interesse da Bancada feminina sem conversar com ela. Todas as vezes que ele colocou projeto em plenário referente ao direito das mulheres, ele conversou com Vanessa, como Procuradora da Mulher no Senado, e conversou comigo como Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Então, tem a nossa palavra...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E subprocuradora. V. Exª...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Tem a nossa palavra, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Faço questão de que o meu Partido esteja representado. Não só a Vanessa, não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – E a subprocuradora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Que representa outra legenda.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – A Bancada feminina não abre mão de que, na quarta-feira, este projeto seja votado na CCJ. Então, o Presidente, neste aspecto, jamais faria a indelicadeza de tirar da Comissão esse projeto e levá-lo diretamente para plenário, porque ele ouviria a Bancada feminina, e a Bancada feminina vai ter como resposta um sonoro "não". Nós vamos votar na quarta-feira, na CCJ, esse projeto.

E quando entenderem necessário – e é uma competência da Mesa –, leve a Plenário em caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois bem, agora eu gostaria de ponderar ainda que não está presente aqui o Relator da matéria, o Senador Aloysio Nunes. Está presente em uma reunião de cunho político-partidário, importante. Eu gostaria de consultá-lo também sobre essa questão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Inclusive isso é regimental.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Na verdade o Senador Aloysio estava convencido de que não seria votada nesta reunião a matéria. Por isso ele não está presente, ele está na outra Comissão, a Comissão do Impeachment. Mas obviamente, havendo consenso para que se vote semana que vem, ele obviamente vai estar aqui semana que vem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E acredito que sim. Ele é dos que mais estimulam esse debate. Eu acho que o consenso que se forma aqui é para que na semana que vem nós possamos votar essa matéria.

E se possível aproveitarmos esta reunião – me permita, Sr. Presidente – para avançarmos em alguns outros temas. Eu tenho aqui uma sugestão a fazer a V. Exª logo que se encerre a discussão em relação a esse tema específico.

Encerrou, Vanessa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou aqui verificando, agora que o Senador Aécio Neves, devidamente autorizado pelo Senador Aloysio Nunes, está permitindo que se vote esse requerimento, e eu sugeriria que nós fizéssemos a reunião para tratar do assunto do requerimento na terça-feira, porque já se poderia incluir na pauta da quarta-feira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 38
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa, a fim de discutir a redação do art. 12-B do Projeto de Lei da Câmara (PLC) no 7, de 2016, que confere poderes aos Delegados de Polícia para aplicar, provisoriamente, algumas das medidas protetivas de urgência previstas na Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com a participação das seguintes instituições:

• Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL), Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge;

• Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcante;

• Secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça;

• Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) – João Ricardo dos Santos Costa;

• Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos (CONDEGE) –Gerais, Dr. Luis Carlos de Aguiar Portela;

• Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dra. Fernanda Marinela Santos;

• Representante do Comitê Latino-Americano e Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) – Carmen Hein Campos; e

• Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM) – Ana Carolina Barbosa;

• Carlos Eduardo Miguel Sobral, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Justificativa.

A Lei Maria da Penha permite que o juiz de direito aplique uma série de medidas protetivas de urgência, voltadas à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Essas medidas ora restringem direitos do agressor, ora atendem a necessidades específicas da ofendida e seus dependentes.

O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 7, de 2016, no entanto, traz inovações, cria art. 12 *b* para a Lei Maria da Penha, com o fim de permitir que o delegado de polícia possa aplicar, provisoriamente, as medidas protetivas previstas no inciso III do art. 22 e nos incisos I e II do art. 23 da referida lei. É preciso observar, contudo, que as medidas previstas no inciso III do art. 22 comportam ações que restringem direitos do agressor, sobretudo o direito à livre locomoção, ao impor a proibição de aproximação e contato com a vítima e seus familiares, bem como a frequentação a determinados locais.

Nesse contexto, parece-nos que a redação do art. 12 *b* poderá permitir que o delegado de polícia restrinja um direito fundamental, ainda que ausente uma situação de flagrante delito. Assim, é necessário apurar se a prática de tais atos viola ou não o chamado princípio da reserva de jurisdição.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), por meio da Nota Técnica nº 05, de 2016, entendeu que o dispositivo em questão viola o referido princípio e, portanto, é inconstitucional. Verifica-se, ainda, que a inovação trazida pelo art. 12 *b* não foi objeto de debate e discussão na Câmara dos Deputados.

É com a intenção de amadurecer o nosso conhecimento acerca do assunto, portanto, que propomos a realização de audiência pública perante esta CCJ, para que o Senado Federal ouça representantes das instituições envolvidas no processo de apuração e repressão à violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, tais como delegados de polícia, membros da Magistratura e do Ministério Público.

Sala das Comissões.

Subscrito pelas Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Angela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Simone Tebet, Regina Sousa.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Quero dizer que não o assinei. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª não o assinou?

Eu ia numa disparada, por sinal, por simpatia à unidade das mulheres.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas estou unida com a Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É que o nome de V. Exª está aqui.

Subscreveu-o a Senadora Regina Sousa.

A Senadora Rose de Freitas, como V. Exª, também não o assinou, talvez porque não tenha sido encontrada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Rose de Freitas está de licença. Exato.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esse é o requerimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a palavra pela ordem, antes de V. Exª colocá-lo em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É um aditamento que, tenho certeza, contará com o apoio das ilustres Senadoras. Mas, em meu nome e em nome do Relator, Senador Aloysio Nunes, nós gostaríamos que V. Exª, já com a concordância das ilustres signatárias, incluísse também nessa oitiva o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Dr. Carlos Sobral. Parece que há consenso em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O nome do Dr. Carlos Sobral também será incluído.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A reunião especial, a audiência pública fica marcada para às 10h da próxima terça-feira, devendo ser incluída a matéria, se aprovada, na pauta da quarta feira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, antes que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª. Cumprimento-o pela ıdução dessa questão extremamente controversa, mas existem temas que não trazem consigo toda essa arização. Existe um item na pauta que já conta com amplo consenso nesta Casa, com o apoio, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do Poder Executivo, através do Ministério da Justiça e do Ministério da Agricultura. Trata-se de um projeto de autoria do ilustre Deputado Afonso Hamm, que aqui se encontra presente. Acredito que ele possa ser votado de forma muito rápida por esta Comissão. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 128, é o item 31 da pauta.

Portanto, peço a V. Exª a inversão da pauta. Se pudéssemos rapidamente colocá-lo em votação, estaríamos atendendo a uma demanda relevante, importante, de saúde pública em todo o País. Por isso, solicito a V. Exª que o item 31 possa ser votado com prioridade em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência atende a solicitação formulada pelo Senador Aécio Neves...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O item 22...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...que pede a inversão da pauta, passando ao primeiro lugar, após os pareceres que aqui já aprovamos, o item 31.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na mesma linha, Sr. Presidente, peço que, se puder, coloque em votação, na sequência, o item 22, que também é unânime, para que simplesmente a religião seja respeitada em sala de aula.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Fica atendido o pedido do Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem! Vamos ao item 31, então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passo ao item 31.

ITEM 31
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita.

Autoria: Deputado Afonso Hamm.
Relatoria: Senador Aécio Neves.
Relatório: favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Relator para proferir o seu relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço mais uma vez a sensibilidade de V. Exª; cumprimento o ilustre Deputado Afonso Hamm, que tem se dedicado nos últimos meses de forma intensa no debate em relação a esse projeto que trata não apenas de uma questão penal, mas também de uma questão de saúde pública.

Serei bastante sucinto neste relatório. Como já disse, trata-se de um tema consensual, mas, nem por isso, menos urgente que outros que aqui estão sendo tratados. Na verdade, esse projeto parte da constatação de que o comércio de alimentos oriundos de animais furtados é uma atividade econômica clandestina, Sr. Presidente, que tem impactos extremamente negativos tanto do ponto de vista econômico – a partir da sonegação de impostos – como em relação à saúde pública da população.

Esse problema tem se agravado ao longo dos últimos anos em razão, inclusive, da crise econômica por que passa o País. Quando a sociedade não tem garantias da origem do alimento que adquire e que consome...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço silêncio, a fim de que o Relator possa proferir o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª e a compreensão daqueles que, com muita honra, acompanham esta reunião.

Na verdade, é essa mesma sociedade que se expõe aos danos, obviamente, a partir da comercialização clandestina desses alimentos.

O crime também representa a perda de ativos importantes para o produtor rural que cumpre com suas obrigações e já tem que lidar hoje com uma realidade extremamente desfavorável, seja em termos econômicos, seja em termos ambientais no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Segundo o ilustre autor do projeto, Deputado Afonso Hamm, cuja presença mais uma vez aqui agradeço, alguns dados recentes demostram que o delito de furto de animais é responsável, apenas no seu Estado, por cerca de 20% dos abates clandestinos de animais, segundo dados oficiais da Secretaria de Agricultura daquele Estado.

Esse projeto pretende, em primeiro lugar, alterar o Código Penal para tipificar de forma mais gravosa os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração. Os crimes terão uma pena de reclusão de dois a cinco anos e o pagamento de multa.

Além disso, propõe o projeto alterar a Lei nº 8.137, de 1990, constituindo como crime contra as relações de consumo a conduta de vender, ter em depósito para vender, expor à venda, ou, de qualquer forma, entregar carne ou outros alimentos sem procedência lícita, punindo-se também a forma culposa. O crime passa a ter uma pena de detenção de dois a cinco anos e o pagamento de multa.

A análise final que faço é de que não se verificam vícios de inconstitucionalidade, porquanto a matéria trata de Direito Penal, cuja competência para legislar é da União, por qualquer membro do Congresso Nacional por força dos art. 22, *I,* e art. 48, *caput*, ambos da Constituição Federal.

No mérito, cabe notar que a teoria do delito sedimentou o entendimento de que a ausência de tipicidade material estrita implica a ausência de relevância jurídica, afastando-se, por consequência, a intervenção da tutela penal em face do postulado da reserva legal.

O crime contra a propriedade que mais se comete no interior do País é o furto de gado – todos nós e V. Exª sabemos muito bem disso –, alimentado pela ociosidade das classes pobres da campanha, especialmente nas proximidades das povoações, e pela facilidade de cometer esse crime e dificuldade de prová-lo.

É um crime disseminado, é um crime que se espalha por todo o Território nacional, sem que haja condições e estrutura do Poder Público, para, na área da segurança, fazer face a essa conduta, que tem sido um grande flagelo para os moradores das pequenas comunidades em especial.

Entre os crimes contra a propriedade, o que continua a ser cada vez mais vulgar e frequente é o abigeato, com grave prejuízo da indústria rural e pastoril. E raro é o fazendeiro que não tenha a queixar-se de furto de gado, cujos autores quase nunca deixam vestígios de seu crime, devido à facilidade de cometê-lo, subtraindo, ou carneando as reses desgarradas ou surpreendidas no campo. E as carnes são passíveis de deterioração proteica, degradação das gorduras e dos carboidratos de sua constituição, portanto, também trazendo um gravíssimo prejuízo à saúde pública.

Para encerrar, o comércio clandestino de carne ou de outros produtos de procedência ilícita é um gravíssimo problema de saúde pública no País, exigindo a adoção urgente de medidas penais, como sugerimos aqui.

Por isso, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2015, de autoria do ilustre Deputado Afonso Hamm.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu queria, Senador Aécio, pedir a V. Exª alguns esclarecimentos.

Obviamente que combater o furto desse tipo de produto é fundamental. No entanto – eu, ainda há pouco, argumentava aqui com Senador Armando Monteiro –, o Brasil é um País de dimensões continentais. E o Brasil tem realidades completamente diferentes entre essas suas dimensões continentais.

Eu fico muito preocupado, Sr. Presidente, por exemplo, no interior da Amazônia, onde nós não temos, quase na totalidade dos Municípios, abatedouros legais, e onde nós temos, lamentavelmente, uma desestruturação desse fornecimento. E, pelo que ouvi, atentamente, na leitura do relatório do Senador Aécio, ficou dito que seria crime, e com reclusão, adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou vender, com a finalidade de produção ou comercialização, semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes, que se deve saber ser produto de crime.

Ora, ser produto de crime, no estrito senso da palavra... A grande maioria do abastecimento dessas regiões periféricas do Brasil não é feita, por exemplo, em abatedouros regulares, com SIF, com inspeção sanitária, etc. E isso tudo, em rigor, é um descumprimento legal, e, portanto, crime.

Tenho certeza de que a intenção de V. Exª não é alcançar esse tipo de descumprimento legal, porque, afinal de contas, essas pessoas não descumprem a lei, porque querem, é porque não têm alternativa, ou, então, estão excluídas do acesso à carne.

É óbvio que restringir o roubo de animais vivos, a comercialização do roubo é uma coisa; agora, restringir de forma drástica, a exposição e a comercialização a crime, no *lato sensu* da expressão, é outra. Repito, abatedouro sem SIF, sem fiscalização sanitária, sem a prévia autorização, de alguma forma, é uma desobediência al que, portanto, incorre em crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu tenho essa dúvida. Eu quero aprovar uma lei que possa recrudescer o combate ao furto, ao roubo de animais vivos, seja gado, seja carneiro, seja o que for, mas fico com uma preocupação. Se o nosso Relator puder esclarecer, tudo bem; se não, eu serei forçado a pedir vista, para que eu possa alcançar esse esclarecimento, para não penalizar Municípios do interior do meu Estado, do sertão de Pernambuco, de vários Municípios periféricos, que ficarão desabastecidos da proteína de carne bovina, em função de que passaremos a ter uma lei bem-intencionada, correta para o combate de furto de animais, que vai trazer, por exemplo, para um delegado, numa determinada comarca no interior do Amazonas, no interior de Rondônia, que tem uma grande população de bovinos, a autorização para que ele prenda o dono de um açougue num bairro dum Município do interior do Amazonas.

Portanto, eu gostaria de poder ter esclarecimentos, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu agradeço a contribuição sempre importante do Senador Eduardo Braga aos vários debates que travamos nesta Casa.

Creio que temos aqui o mesmo objetivo: não há, Senador Eduardo, a menor discordância entre o que pensa V. Exª e o que eu penso. Sou também de um Estado de pequenos Municípios, de pequenas comunidades rurais.

O que estamos buscando fazer aqui é punir o crime, única e exclusivamente isso, e um crime que se alastra, um crime que ganha escala em inúmeras regiões do País. Veja bem, Senador Eduardo Braga, não se trata aqui de punir um produtor rural que vende o seu gado mesmo para um abatedouro que não tenha ali todas as suas formalidades estabelecidas, não é isso.

Agora, mesmo nas pequenas comunidades, em benefício da qualidade da saúde pública daquela comunidade, o proprietário de um açougue tem que saber de qual fazenda, de qual propriedade está vindo, qual a procedência daquele gado que está sendo abatido, seja uma rês, sejam partes de uma rês. Interessa a ele, interessa à comunidade que consome aquele produto. Portanto, não é à toa que esse projeto, Senador Eduardo Braga, tem o apoio, por exemplo, do Ministério da Agricultura.

Então, o que estamos buscando inibir com essas medidas é o roubo, é o furto em larga escala. Por exemplo, o abate para consumo próprio está preservado – você pode abater para consumo próprio –, mas, mesmo nas pequenas comunidades, onde você não encontrará os abatedouros registrados, é preciso hoje, é necessário e é adequado que a procedência esteja ali clara, que a origem da rês, do gado ou de qual animal seja esteja claramente ali certificada, porque senão nós estaremos estimulando também, nessas pequenas comunidades, o furto, o abate clandestino.

Portanto, acho que é algo – permita-me dizer, Senador – até pedagógico, do ponto de vista de preservação da saúde e, obviamente, também de respeito à lei nas pequenas comunidades do País.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Concordando com o Senador Aécio, eu gostaria apenas de perguntar. Veja, quando nós colocamos a expressão "procedência lícita", o lícito aí não é apenas da propriedade; o lícito aí é do ponto de vista do cumprimento, por exemplo, das obrigações fitossanitárias. Está certo?

Então, o que me parece importante.... É importante esclarecer e delimitar aqui... Estou com uma dúvida sincera, Aécio. Eu tenho todo o interesse em aprovar um projeto...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Posso fazer uma sugestão a V. Exª?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Pode, pode.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Veja bem, nós estamos tratando aqui da questão criminal. Não estamos entrando, nesse projeto, na questão fitossanitária, que é outra questão. Mas vamos lá! Esse projeto não é terminativo nesta Comissão. Ele é algo que vem sendo discutido, tanto que já foi aprovado na Câmara amplamente, foi discutido com as várias áreas afins do Governo Federal. O que eu sugiro a V. Exª: que nós pudéssemos aprová-lo aqui e, em plenário, já com o compromisso deste Relator, V. Exª, seja em discussão com o Deputado Hamm ou com outras autoridades do setor, apresente uma emenda que lhe dê o conforto necessário para que essa preocupação de V. Exª seja sanada.

Repito: o que estamos fazendo interessa às pequenas comunidades, talvez até mais do que às grandes comunidades, porque são elas as vítimas maiores do consumo de carne não certificada, de carne de procedência duvidosa, de armazenamento muitas vezes inadequado, como sabe V. Exª. Portanto, esse projeto não é uma construção do dia para a noite, é algo que vem sendo discutido profundamente e, por isso, conta com o apoio do Ministério da Justiça, do Ministério da Agricultura, do governo anterior, do atual Governo, e hoje trago ao plenário desta Comissão para que possa ser aprovado.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Presidente, é muito difícil divergir do nosso querido Senador Aécio, com quem tenho uma relação pessoal de amizade há muitos anos, mas eu, sinceramente, estou com dúvidas. E na dúvida, Sr. Presidente, eu quero pedir vista coletiva para que eu possa consultar o interior do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Estado e ter tranquilidade com relação ao que estarei votando – com o compromisso, meu caro Senador Aécio, de que na próxima quarta-feira estaremos aqui com uma posição esclarecida,...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sem problema. Muito bem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... sem nenhuma dúvida com relação a essa matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sem problema, Senador Eduardo. Tenho certeza de que a contribuição de V. Exª é para aprimorar o projeto, e estou absolutamente aberto a ela.

Apenas solicito ao Presidente Maranhão que possa, então, incluir essa matéria já com prioridade na votação da próxima quarta-feira, feita a vista por V. Exª. O Deputado Afonso Hamm terá oportunidade de prestar outros esclarecimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aécio, Senador Braga, eu vou falar aqui, agora, como um matuto da Paraíba. Eu sou de cidade do interior, e sou pequeno criador. Sei como essas coisas se processam.

A maioria das cidades pequenas na Paraíba não tem abatedouro industrial. Aliás, na Paraíba não há nenhum. Mesmo em João Pessoa ou em Campina Grande não há abatedouro industrial. Há abatedouros que não estão formalmente reconhecidos como abatedouros industriais, mas eles são, na capital, fiscalizados pelas autoridades do Ministério da Agricultura e até pela saúde pública, mas, no interior, essa atividade de abater animais para consumo humano geralmente se processa num pequeno abatedouro que as prefeituras mantêm, e os órgãos ambientais atualmente têm sido muito rigorosos na exigência de que os Municípios tenham um abatedouro com requisitos mínimos de higiene, etc.

Eu faço uma sugestão para descaracterizar essa possibilidade de um comércio regular ser caracterizado, por falta de papel, de documento, de atestado, como uma atividade ilícita. Seria possível fazer uma emenda ao projeto, dizendo que, naqueles Municípios em que não exista um abatedouro oficial, reconhecido e registrado no Ministério da Agricultura, que essa licença seja dada pela autoridade municipal, pelo Município, que já exerce fiscalização também. Os Municípios têm competência, na lei de saúde pública, como também no código de postura dos Municípios, para fazer essa fiscalização. E aí esse documento poderia suprir.

Agora, o que não se pode admitir é que todos tenham conhecimento desses roubos e furtos – que, num segundo plano, comprometem também a saúde pública –, e não haja nenhuma disciplina legal para responsabilizar aqueles que estão colocando em risco não somente a propriedade de pequenos ou grande criadores, mas que estejam prejudicando sobretudo a saúde pública.

Eu conheço casos lá na Paraíba, hoje menos frequentes, porque os Municípios estão muito atentos a isso, de pessoas que comerciam gado que morreu de doença ou de acidente. E isso realmente é um risco muito grande. E o pior: pegam essa carne obtida assim, ilicitamente, e levam para outra cidade onde não haja conhecimento do fato.

Então, é preciso haver uma disciplina, uma norma. E eu quero felicitar o Senador Aécio Neves pelo seu parecer, como também o Autor do projeto de lei, que é originário da Câmara Federal, pela oportunidade, pelo mérito dessa iniciativa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu agradeço a V. Exª, que, com a experiência não apenas política, como vemos aqui, mas também como produtor, certamente contribuirá para este projeto.

Na verdade, as autoridades municipais têm essa atribuição. Eu acho que nós poderemos explicitá-la um pouco mais. Mas veja bem: este projeto restringe-se à questão do roubo, do furto de carne, do furto de gado. É apenas isso que nós queremos inibir, seja nos grandes centros, seja nas pequenas comunidades.

Mas eu acredito que essa vista solicitada aqui pelo Senador Eduardo Braga, com apoio de Senador Armando Monteiro, pode permitir que o projeto seja aprimorado, mas sem que ele perca o seu sentido maior: inibição de algo que vem ocorrendo, repito, em larga escala no Brasil, nas grandes e pequenas comunidades. É gado roubado, que é comercializado clandestinamente, que é armazenado de forma absolutamente imprópria do ponto de vista sanitário e, ao final, além dos prejuízos econômicos, também traz graves prejuízos à saúde das pessoas que consomem essa carne.

Agradeço o apoio ao projeto de V. Exª. Votaremos na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vista concedida por solicitação dos Senadores Armando Monteiro e Eduardo Braga.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009
- Não terminativo -

Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

Autoria: Deputado Rubens Otoni
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu vou sintetizar o relatório, porque ele é bem objetivo, ele é muito claro.

Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa. É o caso, por exemplo, de adventistas de sétimo dia e sabatistas, que a partir de sexta à noite e no sábado, suspendem as atividades.

Esse é o objetivo. Resolve uma lacuna da lei, para que esses alunos possam justificar a não realização de provas naqueles dias, mediante critérios. O meu substitutivo é muito claro nesse sentido.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, passa-se à votação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, na mesma linha, há o item 17.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº1-CCJ, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2010
- Não terminativo -

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar outras atividades de trabalho em condições de risco acentuado.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, vou diretamente à emenda e já resumo o objetivo. O que diz o art. 193? Não amplia um direito, mas ajusta a redação.

São consideradas atividades operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo competente órgão do Poder Executivo, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem risco acentuado, em virtude de exposição permanente do trabalhador a áreas consideradas insalubres, penosas ou periculosas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Vai agora ao mérito, em outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Item nº 39.

ITEM 39
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador José Maranhão.
Relatório: favorável ao projeto.
A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2016 (nº 2.648, de 2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 29, de 2016 (nº 2.648, de 2015, na origem), de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF), que altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

O texto original do projeto compõe-se de oito artigos. O primeiro dispõe que o Anexo II da Lei nº 11.416, de 2006, que relaciona os valores dos vencimentos básicos dos cargos efetivos do Poder Judiciário da União, passa a vigorar com a forma do Anexo I do projeto. Com isso, será promovido um reajuste final de 12% no valor dos vencimentos básicos, o qual se encontra inalterado desde dezembro de 2012.

O art. 2º determina que a diferença entre os novos vencimentos dos cargos dos servidores do Poder Judiciário da União e os atualmente em vigor será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, na forma do Anexo II da proposição.

O art. 3º prevê a elevação gradativa do percentual da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), que corresponde atualmente a 90% do vencimento básico do cargo efetivo para 140%.

O art. 4º determina que o Anexo III da Lei nº 11.416, de 2006, que fixa a retribuição dos cargos em comissão do Poder Judiciário, passe a vigorar, na forma do Anexo III do projeto, a partir de 1º de janeiro de 2016. Aumenta em 25% a retribuição dos cargos de nível CJ-2 a CJ-4 e em 16% a dos cargos de nível CJ-1. Os valores hoje vigentes são os fixados em dezembro de 2006.

O art. 5º do projeto modifica os arts. 14 e 15 da Lei nº 11.416, de 2006, para prever que o Adicional de Qualificação (AQ) também seja devido ao ocupante do cargo de Técnico Judiciário que possua diploma de curso superior, no percentual de 5% do vencimento básico. Previsão semelhante constava de dispositivos que foram vetados, porque acrescentados via emenda parlamentar no projeto que deu origem à Lei nº 11.416, de 2006. Desta vez, a previsão consta do texto original da proposição em exame, em obediência ao art. 63, II, da Constituição Federal.

O art. 6º dispõe que a Vantagem Pecuniária Individual instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, bem como outras parcelas que tenham por origem a citada vantagem, concedidas por decisão administrativa ou judicial, serão absorvidas a partir da implementação dos novos valores do vencimento básico dos cargos efetivos e da retribuição dos cargos em comissão.

O art. 7º reza que as despesas resultantes das alterações anteriormente descritas correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento Geral da União para os órgãos do Poder Judiciário.

Por fim, o art. 8º veicula a cláusula de vigência.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados se distingue do texto original do projeto nos pontos a seguir descritos. Em primeiro lugar, o cronograma e os percentuais de implementação dos novos valores dos vencimentos básicos, descritos no art. 2º, são modificados da seguinte forma:

projeto original: percentual de 1,5%; vigência a partir de 01/01/2016.

Substitutivo da Câmara dos Deputados: percentual de 1,5%; vigência a partir de 01/06/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Percentual de 3%; vigência a partir de 01/07/2016.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: percentual de 3%; vigência a partir de 01/07/2016.
Percentual, 4,5%. Projeto original. Vigência a partir de 01/01/2017.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: percentual, 5%; vigência a partir de 01/11/2016.
Projeto original: percentual, 6%; vigência a partir de 01/7/2017.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: percentual, 6%; vigência a partir de 01/06/2018.
Projeto original: percentual, 7,5%; vigência a partir de 01/01/2018.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: 7%; vigência a partir de 01/11/2017.
Projeto original: percentual de 9%; vigência a partir de 01/07/2018.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: percentual, 8%; vigência a partir de 01/06/2018.
Projeto original: 10,5%; data de vigência: 01/01/2019.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: 9%; vigência a partir de 01/11/2018.
Projeto original: 12%; vigência a partir de 01/07/2019.
Substitutivo da Câmara dos Deputados: 12%; vigência a partir de 01/01/2019.

Também o cronograma e os novos percentuais da GAJ previstos no Substitutivo se diferenciam daqueles constantes do texto original, conforme a seguir descrito:

Projeto original. Percentual da GAJ, 96,25%; vigência a partir de 01/01/2016.
Substitutivo da Câmara dos Deputados. Percentual, 54%. Vigência a partir de 01/07/2016.
Projeto original. Percentual, 108,75%. Vigência a partir de 01/01/2017.
Substitutivo da Câmara dos Deputados, 108% no percentual. Vigência a partir de 11/11/2016.
Projeto original, 115%. Vigência a partir de 01/07/2017.
Substitutivo da Câmara dos Deputados, 113%. Vigência a partir de 01/06/2017.
Percentual original, 121,25%. Vigência a partir de 01/01/2018.
Substitutivo da Câmara dos Deputados. Percentual, 122%. Vigência a partir de 01/11/2017.
Percentual da GAJ, 127,5%. Vigência a partir de 01/07/2018.
Percentual do Substitutivo da Câmara dos Deputados, 125%. Vigência a partir de 01/06/2018.
Percentual da GAJ, 133,75%. Vigência a partir de 01/01/2019.
Substitutivo da Câmara dos Deputados. Percentual, 130%. Vigência a partir de 01/11/2018.
Percentual do projeto original, 140%. Vigência a partir de 01/07/2019.
Substitutivo da Câmara dos Deputados. Percentual 140%. Vigência a partir de 01/01/2019.

O substitutivo estabelece ainda que o servidor do Poder Judiciário cedido à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), quando optante pela remuneração do cargo efetivo, não deixará de perceber a GAJ, tampouco o AQ.

Por fim, no tocante à retribuição dos cargos em comissão do Poder Judiciário, a data de início de vigência dos novos valores, fixada em 1º de janeiro de 2016 pelo texto original, é alterada para 1º de abril no art. 4º do substitutivo da Câmara dos Deputados.

Na justificação do projeto, é assinalado que ele busca solucionar os principais problemas relacionados à questão remuneratória dos integrantes das carreiras judiciárias, cuja estrutura remuneratória se mostra defasada em relação a outras carreiras públicas. Para tanto, foram utilizadas como paradigmas as carreiras organizadas de nível superior dos Poderes Executivo e Legislativo, cuja remuneração varia entre R$14,2 mil e R$26 mil.

As remunerações inicial e final do cargo de Analista Judiciário, de R$8,8 mil e R$13,2 mil, estaria a revelar o descompasso existente e a necessidade de promover o reajuste, inclusive para diminuir a rotatividade de servidores do Poder Judiciário, que permaneceriam por pouco tempo nesses cargos menos atrativos.

Quanto ao reajuste dos Cargos em Comissão (CJ), a justificativa aponta que foram utilizados os mesmos percentuais de que se valeu a Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, para aumentar a retribuição dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) do Poder Executivo.

Não foram apresentadas emendas ao PLC.

Análise.

O projeto em exame se revela consentâneo com a Constituição Federal. Por modificar a estrutura remuneratória dos cargos de todo o Poder Judiciário da União, a iniciativa da matéria é do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em obediência ao art. 96, II, "b", da Constituição, e o projeto é subscrito pelos Presidentes de todas aquelas Cortes. Quanto à constitucionalidade material, não identificamos no PLC qualquer ofensa à Carta Magna, tampouco constatamos vício de juridicidade.

No tocante à matéria, atentamos para a necessidade de corrigir a defasagem remuneratória das carreiras Poder Judiciário em relação a outros Poderes. Com efeito, o valor da remuneração final da carreira de Analista liciário é de R$13.278,95, a de um Analista Legislativo do Senado Federal é de R$ 24.194,48, e o subsídio final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de um Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental é de R$21.391,10. Uma diferença tão grande não se justifica, e, como alertado na justificação, conduz à alta rotatividade nos cargos do Poder Judiciário, o que prejudica o seu funcionamento e não se coaduna com os ideais de profissionalização dos servidores e de comprometimento com a instituição a que servem.

Os servidores do Poder Judiciário aguardam, há muito tempo, esse reajuste. Em 2015, a Presidência da República vetou integralmente o PLC nº 28, de 2015, que dispunha sobre a mesma matéria, alegando ausência de previsão orçamentária e um elevado impacto financeiro da proposta. Já os valores constantes do presente projeto foram detalhadamente negociados com o Poder Executivo, que considerou factível sua implementação. Não há, pois, por que retardar por mais tempo a correção das tabelas remuneratórias dos servidores. Convém frisar que os ajustes produzidos pelo substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto foram necessários, haja vista o disposto no art. 98, §2º, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. Conforme aquele comando legal, leis que impliquem aumento de gastos com pessoal não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor. O texto original do PLC previa que o primeiro reajuste ocorresse em janeiro de 2016. Com isso, mesmo havendo previsão orçamentária para a concessão de reajuste a contar de janeiro, fez-se mister alterar o cronograma dos reajustes e os seus percentuais, para garantir que o interdito à retroação dos efeitos não fosse violado.

O STF já decidiu que a incompatibilidade entre leis de remuneração do funcionalismo e as normas orçamentárias não conduz à inconstitucionalidade das primeiras, mas à sua ineficácia, nos pontos de colisão (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.599, *DJ* de 14/09/2007). De qualquer modo, ainda que a manutenção da data original de vigência do reajuste não conduza à inconstitucionalidade da futura lei, os servidores seriam prejudicados, pois não poderiam perceber os acréscimos remuneratórios relativamente aos meses já passados. Por isso, são acertadas as mudanças promovidas pela Câmara dos Deputados. Registre-se que elas não produzem aumento de despesa originalmente prevista pelo projeto para o exercício de 2016 como um todo.

Voto.

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 29, de 2016.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Presidente José Maranhão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em continuidade.

ITEM 40
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

Autoria: Ministério Público da União
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1
Observação: em 14 de junho de 2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Pimentel, dependendo de relatório.
A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2016 (PL nº 6.697, de 2009, na origem), de autoria do Ministério Público da União, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que rege a matéria atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O PLC amplia as hipóteses de vedação ao nepotismo, ao tratar não apenas de parentes de membros, mas também ao vedar a designação ou nomeação para funções de confiança e cargos em comissão de cônjuge e parentes até o terceiro grau de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento, proibição que atualmente se restringe à proibição de designação ou nomeação para exercício perante o membro ou servidor determinante da incompatibilidade, caso o servidor seja ocupante de cargo efetivo no MPU (art. 5°).

O projeto estabelece ainda que, para o ingresso na carreira, além do concurso público de provas ou de provas e títulos, o MPU poderá incluir prova de capacidade física e exame psicotécnico de caráter eliminatório, nos termos de regulamento e do edital do respectivo concurso público. Determina ainda que poderá ser exigida formação especializada, experiência e registro profissional previstos em regulamento e constantes de edital do concurso (art. 6°).

A remuneração dos cargos efetivos é hoje composta pelo vencimento básico e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União (Gampu), além das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, conforme prevê a Lei n° 11.415, de 2006.

Entre as inovações trazidas pelo PLC n° 26, de 2016 (mas já contidas no substitutivo do Senado ao PLC n° 41, de 2015), está a extinção da carreira de Auxiliar do MPU, ocupada por servidores efetivos de nível fundamental (art. 2°, parágrafo único).

Por seu turno, o PLC modifica o regramento atual sobre movimentação por concurso de remoção ou permuta. O PLC deixa de exigir o concurso de remoção anual, reduz a obrigatoriedade de permanência na lotação inicial e na lotação do servidor removido para um ano e determina que a movimentação de servidores será regulamentada pelo Procurador-Geral da República, vedando a movimentação de servidores entre o MPU e o CNMP (art. 9°).

O PLC previu, ainda, o reajuste de 12% no vencimento básico dos analistas e técnicos, a ser implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas.

Vou deixar de fazer a leitura das tabelas, porque todos já tiveram ou terão acesso a elas.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2019, o vencimento dos servidores variará da seguinte forma, conforme a classe e o padrão na carreira (Anexo II):

a) Analista, de R$ 5.189,71 a R$ 7.792,30;

b) Técnico, de R$ 3.163,07 a R$ 4.749,33.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados também eleva o percentual da Gampu incidente sobre o vencimento básico, de 90% para 140%.

O PLC reproduz as disposições da Lei nº 11.415, de 2006, que preveem a concessão do Adicional de Qualificação aos portadores de título, diploma ou certificado; da Gratificação de Perícia, que passa a ser devida ao analista designado pelo CNMP que realizar atividade de controle externo fora do ambiente da sede de trabalho, na forma de regulamento; da Gratificação de Projeto e da Gratificação de Atividade de Segurança, as três últimas no valor de 35% do vencimento básico mensal (arts. 14 a 17).

Determina, ainda, a concessão da GAS no percentual de 25% do vencimento básico mensal, no caso de servidor que, sob designação do Procurador-Geral da República ou de autoridade delegada, atue em órgão ou unidade de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros do Ministério Público da União (art. 17, §2°).

O substitutivo da Câmara dos Deputados também reajusta os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão a partir de 1º de junho de 2016, que variam de R$ 3.461,96 a R$14.607,74 (Anexo V). Os níveis 1 a 4 são reajustados em 16% e os níveis 5 a 7, em 25%.

O PLC também cria, no quadro do MPU, os cargos de natureza especial de Secretário-Geral do Ministério Público da União e de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República, e, no quadro do CNMP, o cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, cada um com a remuneração de R$ 15.338,13 (art. 20 e Anexo VI).

A vantagem pecuniária individual, instituída pela Lei n° 10.698, de 2 de julho de 2003, e outras parcelas que tenham por origem a citada vantagem concedidas por decisão administrativa ou judicial, ainda que decorrente de sentença transitada ou não em julgado, incidentes sobre os cargos efetivos e em comissão de que trata o PLC, ficam absorvidas a partir da implementação dos novos valores estabelecidos para os cargos efetivos e os cargos em comissão. Ademais, qualquer diferença a menor na remuneração em razão das disposições do PLC será concedida ao servidor como vantagem pessoal nominalmente identificada, e será absorvida por quaisquer reajustes subsequentes, tal como previsto no art. 4° do projeto original (art. 23).

Nos termos do PLC, as despesas resultantes da execução da Lei que resultar da aprovação do projeto rerão à conta das dotações consignadas ao MPU e ao CNMP (art. 32).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Finalmente, o projeto estabelece que, se convertido em lei, sua eficácia é condicionada à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do §1° do art. 169 da Constituição Federal (CF), e ao atendimento das normas pertinentes da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (art. 33).

O projeto foi distribuído a esta Comissão e recebeu apenas uma emenda, a Emenda de nº 1, do Senador José Pimentel, que trata do seguinte:

> Dê-se ao §1º do art. 4º a seguinte redação:
>
> §1º Cada ramo do Ministério Público da União destinará, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das Carreiras do Ministério Público da União, observados os requisitos de qualificação e experiência previstos em regulamento.

Em que pese a emenda ser meritória, poderia causar alguns transtornos no decorrer do projeto, que teria de voltar à Câmara dos Deputados. Por isso rejeito a emenda do Senador José Pimentel, que poderá, em outra oportunidade, em outro projeto, ser encaminhada.

Análise.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 101, incisos I e II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição.

Quanto aos requisitos formais, nada há a opor ao PLC n° 26, de 2016, uma vez que se trata de matéria que deve ser disciplinada por lei ordinária, na forma do art. 37, X, da CF. Nos termos do art. 127, §2°, da Constituição Federal, cabe ao Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira, o que foi devidamente atendido pelo Procurador-Geral da República, chefe do MPU, autor da presente proposição, bem como do PLC n° 41, de 2015, cujo substitutivo oferecido pelo Senado foi incorporado pela Câmara dos Deputados ao presente projeto.

Quanto à constitucionalidade material, não há no PLC qualquer ofensa à Carta Magna. Tampouco se constata vício de juridicidade ou regimentalidade.

No tocante ao mérito, o projeto deve ser aprovado, a fim de se corrigir a defasagem remuneratória das carreiras dos servidores do Ministério Público em relação às dos outros Poderes. Afinal, uma diferença significativa na média remuneratória dos servidores públicos federais pode gerar alta rotatividade nos cargos do MPU, comprometendo o funcionamento e eficiência dessa instituição.

Ademais, com exceção da Gratificação de Atividade do Ministério Público (Gampu), que sofreu reajuste gradativo entre 2013 e 2015, até alcançar o percentual de 90% do vencimento básico, com o advento da Lei n° 12.773, de 28 de dezembro de 2012, a última lei sobre política remuneratória de tais servidores foi publicada em dezembro de 2006, há quase dez anos.

Dessa forma, o reajuste gradativo no vencimento básico e na Gampu estimulará os servidores do MPU a trabalharem com zelo e dedicação, visto que se sentirão valorizados pela instituição onde trabalham e justamente recompensados pelo exercício de suas atribuições.

A proposição também é oportuna, pois, como salientado na justificação do projeto que deu origem ao texto ora examinado (PL nº 7.919, de 2014/PLC nº 41, de 2015), objetiva aprimorar as políticas e as diretrizes estabelecidas para a gestão de pessoas, além de procurar solucionar os principais problemas relacionados à questão remuneratória.

O PLC também observou o disposto no art. 98, §2º, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, segundo o qual leis que impliquem aumento de gastos com pessoal não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor. Dessa forma, embora o PLC nº 41, de 2015, tenha estabelecido reajustes a partir de janeiro de 2016, o PLC sob exame prevê a concessão de reajustes parcelados somente a partir de junho do corrente, evitando-se que eventuais aumentos remuneratórios com data retroativa se tornassem ineficazes.

Finalmente, embora a verificação do cumprimento da legislação orçamentária insira-se na competência da CAE, registro que os aumentos de remuneração e a criação de cargos públicos previstos no PLC nº 41, de 2015, e incorporados no presente projeto estão contemplados no anexo V da Lei Orçamentária Anual para 2016 (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016).

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do PLC nº 26, de 2016, e pela rejeição da Emenda nº 1, do Senador José Pimentel.

Sr. Presidente, antes de encerrar, houve pedidos para que pudéssemos pedir urgência, a fim de que esta téria não fosse à Comissão de Assuntos Econômicos, mas direto ao Plenário do Senado Federal. Como V. Exª n disse, o Senado já fez isso em matérias que nem passaram por comissão alguma e foram puxadas direta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mente para o Plenário do Senado. Mas, para não afrontar a Comissão de Assuntos Econômicos – lá, também, serei o Relator –, eu posso aqui assumir um compromisso: serei muito rápido. Assim como peguei esta Relatoria, falei com o Presidente na sexta-feira e já estamos fazendo o relatório hoje, nesta Comissão, prometo que, na próxima semana, farei o relatório também na Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Valdir Raupp requereu uma medida que poderia suprimir a ida do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos, se bem entendi.

A Consultoria está aqui informando que, mesmo aprovado o requerimento de urgência, não poderíamos suprimir o trâmite pela Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, de qualquer maneira, V. Exª mantém o pedido de...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não, na verdade, não pedi. Eu pedi celeridade para aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu recomendo à Secretaria da Comissão que faça o processamento dessa matéria, em caráter de prioridade, de forma que hoje mesmo ela possa seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Senador Valdir Raupp, que é membro da Comissão, já está se comprometendo a ser o anjo da guarda da proposição, de maneira que tudo tramite dentro da maior celeridade possível.

ITEM 20
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2015
- Não terminativo -

Altera os artigos 24 e 37 da Constituição Federal para prever a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.

Autoria: Senador Douglas Cintra e outros
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 75 de 2015, que altera os artigos 24 e 37 da Constituição Federal para prever a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.

A Proposta, cujo primeiro signatário é o Senador Douglas Cintra, é composta de dois artigos.

O art. 1º promove duas modificações: 1ª) acrescenta o inciso XVII ao art. 24 da Constituição Federal de 1988, para prever a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos; e 2ª) inclui o §2º-A ao art. 37 da Carta Magna, para facultar ao Poder Legislativo a iniciativa da lei geral sobre a realização de concursos públicos de que trata o inciso II do *caput* desse artigo.

Por sua vez, o art. 2º estabelece o início da vigência da futura Emenda Constitucional na data de sua publicação.

Na justificação, o primeiro signatário destaca que a maioria das irregularidades em concursos públicos tem ocorrido nas esferas subnacionais e que, por isso, seria de todo interessante a inserção da matéria sobre concursos públicos no âmbito da competência legislativa concorrente. Segundo ele, isso permitiria à União editar uma lei de caráter nacional, a qual tornaria obrigatória a todos os entes públicos a aplicação das regras moralizadoras que a norma veicularia.

O Senador Douglas Cintra acrescenta que a matéria se apresenta de forma muito semelhante em todo o País e que os demais entes poderão legislar sobre normas específicas para atender a suas peculiaridades, modo que a PEC apenas permitirá que a União estabeleça normas gerais sobre a matéria, uniformizando e ralizando os concursos públicos em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ele aduz ainda que a previsão de que o Legislativo detenha a iniciativa da matéria objetiva afastar a corrente, ainda defendida por alguns, de que a matéria seria privativa do Presidente da República, por se referir a provimento de cargos públicos. Segundo ele, a PEC consagra o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que, na verdade, a matéria relativa a concursos públicos não é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, pois o concurso representa momento anterior ao do provimento dos cargos.

A PEC foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, José Agripino, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Davi Alcolumbre, João Capiberibe, Cidinho Santos e das Senadoras Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Registra a presença e usa da palavra o Senador Cássio Cunha Lima. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Deputada Federal Gorete Pereira (PR/CE); Deputada Federal Keiko Ota (PSB/SP); Deputado Federal Roberto de Lucena (PV/SP); Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcante, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); Deputada Federal Soraya Santos (PMDB/RJ); Deputada Federal Dâmina Pereira (PSL/MG); Tatiane Moreira Lima, Juíza da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional do Butantã, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE. EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27, de 2016. Em aditamento ao Requerimento nº. 26, de 2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos convidados abaixo listados para a audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 7, de 2016, que acrescenta dispositivos à Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Resultado: Aprovado. 2ª PARTE. Audiência Pública Interativa. Assunto / Finalidade: Discutir a redação do art. 12-B do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016. Requerimento(s) de realização de audiência: RQJ 26/2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros; RQJ 27/2016, de autoria do Senador Humberto Costa e outros. Participantes: Jeovânia Maria Cavalcante Holanda, Vice-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Ceará (representante de: Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia da Brasil (ADEPOL)); Valéria Diez Scarance Fernandes, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (representante de: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcante, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)); Fátima Lúcia Pelaes, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania; Adriana Ramos de Mello, Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (representante de: João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB)); Ricardo Batista Sousa, Presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (representante de: Luis Carlos de Aguiar Portela, ex-Presidente do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE)); Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda, Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (representante de: Fernanda Marinela Santos, ex-Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)); Carmen Hein de Campos, Representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM); Neuza Castanha, Representante da União Brasileira das Mulheres (representante de: Ana Carolina Barbosa, Representante da União Brasileira das Mulheres (UBM)); Diana Calazans Mann, Delegada da Polícia Federal (representante de: Carlos Eduardo Miguel Sobral, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal); Nadine Farias Anflor, Delegada de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul e Representante do Fórum Nacional dos Delegados de Polícia (FONAED); Silvia Renata de Araújo Oliveira, Delegada de Polícia do Estado de Pernambuco; Thiago André Pierobom de Ávila, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e dos Núcleos de Direitos Humanos e de Gênero Pró-Mulher; Madgéli Frantz Machado, Representante do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID); Tatiana Karine de Araújo (GO), vítima de violência doméstica; e Flávia Regina Bachi (SP), vítima de violência doméstica. Resultado: Audiência Pública realizada. O Senhor Senador José Maranhão passa a presidência à Senadora Ana Amélia. A Senhora Senadora Ana Amélia devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino e dá outras providências.

Conforme Requerimento nº 26, de 2016, da CCJ, de iniciativa das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lídice da Mata, Angela Portela, Fátima Bezerra, Marta Suplicy e Gleisi Hoffmann, esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados são: Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, representado por Jeovânia Maria Cavalcante Holanda, Vice-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Ceará; Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), representada por Valéria Diez Scarance Fernandes, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e representante do Conamp; Fátima Lúcia Pelaes, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania; João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Ricardo Batista Costa, Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais; Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda, Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil; Carmen Hein de Campos, representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem); Ana Carolina Barbosa, representante da União Brasileira de Mulheres (UBM), representada por Neuza Castanha; Carlos Eduardo Miguel Sobral, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, representado por Diana Calazans Mann, Delegada de Polícia da Polícia Federal.

Peço aos Srs. convidados tomem seus lugares à mesa – não sei se haverá espaço suficiente para acomodar todos os convidados, mas os que não couberem, por favor, podem se sentar à bancada dos Senadores.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. Por questões de economia de tempo ou acomodação do tempo disponível com a quantidade razoável de convidados, nós daremos oito minutos a cada convidado para se pronunciar. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta, que nós já fixamos em oito minutos do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Deixe-me terminar de fazer essa leitura.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Talvez até V. Exª seja poupada com as explicações que nós vamos continuar oferecendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Convido a Srª Jeovânia Maria Cavalcante Holanda...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para fazer uso da palavra pelo tempo pré-fixado de oito minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me permite, Sr. Presidente, antes do início da reunião?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exª pelo apoio que tem dado a este tema. Hoje não é dia de reunião ordinária desta Comissão, mas V. Exª concordou em antecipar o debate, para que amanhã pudéssemos já votar esta matéria. Então, primeiro, eu o cumprimento e faço aqui um reconhecimento do papel que V. Exª tem tido neste debate.

Segundo, nós temos aqui na sala a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, a ex-Deputada Fátima Pelaes, que foi convidada e consta...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ela já foi convidada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu bem que disse a V. Exª que aguardasse eu fazer a leitura, porque lhe pouparia desse discurso – oportuno, não há dúvida...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas é que V. Exª já estava passando...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas ela já foi citada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não. A minha sugestão é que ela componha a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Que ela componha?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa.

A Deputada Fátima Pelaes é a principal representante...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Todas estão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... das mulheres no Governo Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Todas que foram citadas estão compondo a Mesa. Agora, eu não sei se haveria espaço físico...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que há, ficando a ex-Deputada Fátima aí do seu lado, Sr. Presidente. Seria importante que ela ficasse, durante os dois períodos, o tempo inteiro, à mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não cabe todo mundo de uma vez só, mas, da maneira que for usando a palavra, a que falar cede o lugar. Não está aqui por falta absoluta de espaço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, há um requerimento a respeito da inclusão de duas delegadas, proposto pelo Senador Humberto Costa, que tem o nosso apoio – a Delegada Nadine, Delegada de Pernambuco. Conforme a Senadora Vanessa conversou com V. Exª, as duas compartilhariam o tempo para que tivessem uma oportunidade. E também a Drª Madgéli, que é de uma instituição voltada ao trato dessas questões.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu também quero me associar à sugestão que a Senadora Vanessa fez, para que fosse convidada para compor a Mesa a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, ex-Deputada Fátima Pelaes.

Sr. Presidente, qual a proposta de tempo que V. Exª está sugerindo?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Oito minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Três minutos para os membros da Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bom, está bom. Havia uma proposta de dez minutos, mas creio que V. Exª está sugerindo oito minutos, porque há vários convidados. Porém, é importante garantir, no mínimo, oito minutos, porque o principal objetivo hoje aqui deste debate, desta audiência pública, é ouvir a representação das entidades, das instituições.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Excepcionalmente, esta Presidência considera convocadas também a Srª Nadine Anflor; Sílvia Renata de Araújo Oliveira, Profª de Direito Penal, Mestre em Sociologia, da Faculdade de Direito da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns; e Diana Calazans Mann, Delegada da Polícia Federal, que já foi citada aqui na outra intervenção deste Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos seguir a ordem aqui.

Convoco a Srª Jeovânia Maria Cavalcante Holanda, Vice-Presidente da Associação do Ceará.

A SRª JEOVÂNIA MARIA CAVALCANTE HOLANDA – Bom dia a todos e a todas!

Eu peço licença para cumprimentar todas as autoridades na pessoa do Presidente e, com o objetivo de respeitar o tempo, vou ser bem objetiva para tentar trazer a realidade da ponta, a realidade das vítimas no dia a dia.

Atualmente, a vítima chega à delegacia de polícia, depois de vencer o medo, depois de vencer a primeira agressão e a segunda agressão, em busca de proteção. Ela chega à delegacia, e, caso não haja flagrante delito, a legislação – a Lei nº 11.340, que vai fazer dez anos no dia 7 de agosto – nos permite, atualmente, o registro do boletim de ocorrência e o requerimento da medida protetiva de urgência.

Vou pinçar um caso específico que aconteceu em Caucaia, no Ceará, no mês de abril. O marido espancou a mulher, ela procurou a delegacia e pediu a medida protetiva de urgência. O juiz é muito comprometido e competente, mas, em razão do excesso, deferiu essa medida protetiva 20 dias depois. E essa mulher foi assassinada na frente do filho, teve os olhos arrancados. E nós estivemos com essa mulher dias antes, quando ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

solicitava a medida protetiva de urgência para afastar o agressor do lar e para estabelecer o limite mínimo de distância. Mas, infelizmente, não deu tempo.

Isso é um caso, representando milhares de casos que já aconteceram e que estão acontecendo agora, neste momento. E nós podemos, sim, com a aprovação do projeto lei, minimizar, reduzir esses índices de assassinatos e lesões corporais, porque, a partir do momento em que o delegado de polícia, que recebe a vítima já ameaçada, já agredida e estabelece o atendimento emergencial como solicita o caso, como solicita o fato concreto, ele analisa e já estabelece ali, na hora do atendimento, sem delongas, sem demoras, com base no fato, com base nos indícios probatórios, cautelarmente, a proteção.

É o Estado se fazendo presente imediatamente, com toda a segurança que uma medida cautelar exige. Mas, naquela situação, naquele segundo, o bem maior a ser protegido é a vida dessa mulher, que não tem a quem procurar quando ela sai da delegacia apenas com o requerimento de medida protetiva. Quem está morrendo afogado, por exemplo, não pode esperar 48 horas para que o seu socorro chegue. Nós não temos tempo.

Senhores e senhoras, nossas mulheres estão morrendo em prol de que se a nossa legislação, se o ordenamento jurídico já está maduro o suficiente para proteger essa mulher imediatamente.

A exemplo do flagrante delito, o delegado de polícia limita, vai cercear a liberdade de quem está infringindo as normas, está perturbando o sossego coletivo. Como esse profissional, esse técnico em direito, que já passou em todas as fases do concurso, por que essa pessoa não pode, de imediato, proteger essa mulher de forma mais eficaz, de forma verdadeiramente eficaz? Ela já chega ameaçada, ela já chega lesionada, ela volta para casa, onde ela sabe que vai enfrentar o seu agressor. Isso é ilógico, para não falar desumano. (*Palmas.*)

Geralmente, nós trabalhamos com a violência, somos vítimas de violência, qualquer um de nós aqui, a violência urbana, mas temos pelo menos a oportunidade de tentar nos defender, porque o nosso agressor não está dentro da nossa casa. O agressor da mulher está dentro da casa para onde ela volta. Nós não podemos, nós não temos mais tempo, não podemos mais perder tempo com brigas ou desuniões que não levam a nada. Precisamos salvar a vida dessas mulheres. O sistema de segurança pública, tendo consciência do seu papel, que não tem um fim em si mesmo – ninguém aqui tem um fim em si mesmo, o delegado não tem um fim nele mesmo, o Ministério Público não tem um fim nele mesmo, a magistratura não tem um fim nela mesma, os Parlamentares também não –, todos estamos aqui para servir. Não podemos perder a consciência do que somos: somos servidores, servidores desse público específico.

Que cada mulher possa chegar numa delegacia de polícia e, se houver indícios probatórios, se houver necessidade e urgência, como estabelece a medida protetiva, atendendo a esses requisitos, que ela saia de lá com algo efetivo, porque estamos tratando de vida.

Trouxe fotos dessa mulher especificamente, que vou proteger o nome com o codinome de Maria, mas temos várias Marias nossas sendo assassinadas agora. Já poderíamos ter resolvido isso, mas vamos resolver. Vou poupar os senhores desses fatos. Vou deixar a consciência de cada um imaginar a situação do que é atender uma mulher, essa mulher pedir proteção, essa mulher voltar para casa simplesmente com um papel na mão de pedido de proteção e depois essa mulher ser assassinada.

Essa Maria, a qual estou me referindo, foi assassinada 15 dias depois, mas temos Marias que registram a ocorrência na sexta-feira e são assassinadas no sábado. O delegado de polícia atende essa mulher viva na sexta-feira e depois vai fazer o local de crime dessa mulher no sábado. (*Palmas.*)

Não tem por quê!

E aí trago a cola – por favor, Anderson, me ajude – de um parecer técnico, uma nota técnica da maior autoridade aqui em Lei Maria da Penha, uma das maiores, que é a Drª Berenice Dias, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde ela explica, de forma objetiva e clara, a maturidade da nossa ordem jurídica para abraçar essa celeridade que o PL 7 proporciona.

Não nos destaquemos mais na comunidade internacional pela lentidão, como nos destacamos no caso do julgamento do caso da agressão da Maria da Penha, quando passamos um vexame internacional, porque fomos lentos. Vamos fazer o dever de casa agora e vamos proteger eficazmente, vamos proteger dando celeridade, obviamente pautados nos indícios probatórios. E que o Poder Judiciário, dentro de 24 horas, a partir do momento em que o delegado de polícia decretar essa medida protetiva, a exemplo do que acontece com o auto de prisão em flagrante, que o Poder Judiciário, guardião maior da legalidade, aprecie essa decisão do delegado de polícia.

Nós, do sistema de segurança pública, nós, do sistema de justiça criminal, precisamos entender que participamos de uma corrida de revezamento. Não existe o mais importante, o menos importante. Estamos para servir a população, mas servir de forma eficaz, não só para posar em fotos. Precisamos servir de forma eficaz, precisamos ter consciência dessa corrida de revezamento, onde um passa o bastão para o outro e o objetivo maior é ganhar a corrida contra a violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quando a gente protege a mulher, não estamos protegendo só a mulher, estamos protegendo os filhos, estamos protegendo a família.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Drª Jeovânia, queria advertir que V. Exª já ultrapassou o limite.

A SRª JEOVÂNIA MARIA CAVALCANTE HOLANDA – Estou finalizando.

Pois não, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E como temos muitos a serem ouvidos.

A SRª JEOVÂNIA MARIA CAVALCANTE HOLANDA – Obrigada, Sr. Presidente. Só concluindo agora mesmo.

Então, está nas mãos do Senado Federal a possibilidade de atendermos e protegermos, Sr. Presidente, de forma eficaz, essas mulheres. A legislação está madura, qualquer argumento contrário é um engano ou uma falta de maior aprofundamento, porque o delegado de polícia já faz a prisão em flagrante. Se ele pode prender o agressor, porque ele não pode defender a vítima?

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Drª Valéria Diez Fernandes, Promotora de Justiça, representante da Conamp.

A SRª VALÉRIA DIEZ SCARANCE FERNANDES – Bom dia a todos.

Falo aqui em nome do Ministério Público, da Conamp, falo também em nome dos meus colegas, que vieram de todo o Brasil, para debatermos esse projeto de lei.

Na verdade, hoje, partimos de um consenso, de uma ideia comum. Todas as pessoas que estão aqui, nesta data, desejam a proteção das mulheres, todos nós, sem exceção, somos defensores dos direitos das mulheres; todos nós desejamos uma Lei Maria da Penha efetiva e ágil.

Instituições de todo o Brasil publicaram notas salientando a inconstitucionalidade do art. 12-B, por dois motivos basicamente: por ofensa à tripartição de poderes e porque o art. 12-B retira do Poder Judiciário a possibilidade de análise do caso concreto.

Mas, além disso, há um outro aspecto muito importante. O Brasil não é isolado no mundo, o Brasil faz parte de um sistema internacional de normas, que garantem os direitos das mulheres, que fala em igualdade, que fala em proibição de discriminação. E esse sistema internacional de normas, a Convenção de Belém do Pará, diz: nós mulheres, as Marias do Brasil, têm direito à proteção. Mas, quando fala em proteção, fala em juízo oportuno e um efetivo acesso a tais processos.

A Convenção de Belém do Pará só menciona uma decisão administrativa quando fala em restituição de bens. A Lei Maria da Penha é mais do que uma lei, ela é uma obra do Direito, é uma obra do Movimento Feminista, é uma conquista de cada uma de nós. Demoramos muito para chegarmos até essa lei.

A Lei Maria da Penha foi gestada e construída por mais de quatro anos, resistiu a ataques fortíssimos, foi chamada de conjunto de regras diabólicas, inconstitucional, desigual, divórcio a jato, subterfúgio para conseguir direitos. E por que, a terceira melhor lei do mundo, sobreviveu? Por que é uma lei baseada no equilíbrio, é uma lei que protege a mulher sem afrontar os valores básicos da nossa Constituição, sem afrontar as premissas básicas de um Estado democrático de direito.

E, por isso, hoje, 94% da população conhecem a Lei Maria da Penha. E por que o art. 12-B não protege as mulheres? Por que a verdade é que esse dispositivo não protege as mulheres. Primeiro, para proteção é necessário haver, não uma porta, mas várias portas. E é preciso pensar em quem está atrás da porta, o que significa capacitação, um olhar diferenciado. Trabalhar com violência contra a mulher não é igual a trabalhar com tráfico, com roubo, com furto.

A vítima de violência contra a mulher é uma vítima que se retrata, é uma vítima que tende ao silêncio, uma vítima que chega, muitas vezes, à autoridade muito machucada, muito ferida. O autor da violência contra a mulher tem um perfil de bom cidadão, um perfil convincente. Para se proteger a mulher, é necessário aprender a olhar com outros olhos, é necessário escutar e ouvir sobre o olhar e os ouvidos de gênero. É preciso saber trabalhar com indicadores de risco. Por exemplo, a separação do casal é vista por muitos como a solução da questão. Mas as mulheres morrem logo após a separação. E isso só se sabe com treinamento.

O art. 12-B não protege as mulheres porque é direito de cada mulher, de cada Maria do nosso País, ter seu caso apreciado por um juiz imparcial.

E, no nosso sistema, a única autoridade imparcial do sistema criminal é o juiz, porque ele tem garantias que asseguram a sua imparcialidade. Porque é direito da mulher ter uma decisão estável, duradoura e não provisória. A vítima não precisa de mais instabilidade na sua vida. E só a decisão do juiz tem estabilidade. Uma decisão proferida pelo juiz só é modificada por outra decisão do juiz, porque é possível, sim, no nosso sistema, a decisão imediata por parte do Poder Judiciário. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Lei Maria da Penha usa as palavras "de imediato" em três artigos: quando fala que é dever da autoridade policial atender a vítima de imediato; quando fala que é dever da autoridade policial ouvir a vítima de imediato e, em até 48 horas, pedir medidas protetivas. Nada impede que o delegado automaticamente encaminhe ao juiz a solicitação de medidas protetivas – 48 horas é o prazo máximo.

O art. 19, §1º, permite que o juiz decida imediatamente. Além disso, o CNJ prevê a existência de plantões em todas as comarcas, em todos os locais, 24 horas por dia e até em residência. Existe a possibilidade, sim, de decisões por juízes com estabilidade, com potencialidade de coisa julgada, em todas as cidades do nosso país, porque o atendimento da vítima pressupõe uma rede especializada e também não temos delegacias de defesa da mulher em todas as cidades. E, ao se retirar dessas delegacias, ao se conceder a essas delegacias a atribuição para as medidas protetivas, estamos afastando os delegados da sua atribuição de investigar, estamos tirando a proteção de mulheres que aguardam uma decisão dos seus casos, porque essa decisão não traz efeitos práticos. Quem vai intimar o autor do fato? E se ele descumprir, quem decreta a prisão preventiva? O juiz. Porque frustrar a expectativa da vítima, caros colegas, promotores, juízes, defensores, significa a morte.

E a expectativa da vítima pode ser frustrada de muitas maneiras. Não se conseguir a medida protetiva, medidas indeferidas, revogadas, porque a vítima suporta anos, anos e anos de violência até romper o silêncio. Se ela chega a um local e não tem uma resposta, naquele momento, se o ambiente não é adequado, se a pessoa não é treinada e ela volta, talvez nunca mais ela procure ajuda.

As estatísticas apontam que as mulheres suportam mais de dez anos de violência até procurar ajuda. Sofrem violência todos os dias, ou várias vezes por semana. Raramente, só 5% das vítimas procuram ajuda num primeiro episódio de violência.

E porquê? Temos que trabalhar juntos, promotores, juízes e defensores, e já temos várias iniciativas de integração no nosso País. Cito como exemplos: Casa da Mulher Brasileira, que reúne todos os serviços num local só, 11 mil mulheres atendidas, 2.444 medidas em um ano; Projeto Violeta do Rio de Janeiro, medidas deferidas em menos de 24 horas; 736 atendimentos em menos de um ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para terminar, Drª Valéria, em função do tempo das outras.

A SRª VALÉRIA DIEZ SCARANCE FERNANDES – Para encerrar, então, temos aqui duas opções: ou construímos algo efetivo, que retire o Brasil do quinto lugar no *ranking* de morte de mulheres, ou construímos um castelo de areia que vai ruir e vai fazer cair por terra mais uma vez a esperança das nossas mulheres. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Valéria.

Passo a palavra à Secretária Fátima Pelaes, Secretária Especial de Política para as Mulheres, do Ministério da Justiça e Cidadania, pelo mesmo tempo de dez minutos.

A SRª FÁTIMA LÚCIA PELAES – Bom dia a todos e a todas!

Quero saudar aqui as nossas Senadoras, Senadora Vanessa; nossa Senadora Ana Amélia, Presidente; Fátima Bezerra; Marta Suplicy, que está aqui também; saudar o Senador Capiberibe, que está aqui; e também o Senador Cássio Cunha Lima; a Senadora Marta Suplicy e a Senadora Angela Portela, saudando também todos os representantes nesta Mesa.

Agradeço pela oportunidade do debate. Estamos na Secretaria há poucos dias, mas é importante percebermos que esta Mesa tem algo que nos une, que é a defesa do direito das mulheres. Sabemos que ele vem avançando muito neste País.

Estamos debatendo uma lei, que é a Lei nº 11.340, de 2006, que completará dez anos agora em setembro, uma lei que foi amplamente debatida no Brasil todo, uma lei que foi discutida com movimentos sociais e que teve à frente a Secretaria, a SPM. Então, é preciso considerar este debate.

Por isso, acho oportuno este momento do debate, sim, mas gostaria também de manifestar que – e isso nós temos aqui no grupo Compromisso e Atitude – 86% dos entrevistados acham que as mulheres passaram a denunciar mais casos de violência doméstica após a lei. Estou citando alguns dados para mostrar a importância e a credibilidade dessa lei. Para 70% dos entrevistados, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos.

Segundo pesquisas do Ipea, diminuiu em 10% a taxa de homicídios contra as mulheres praticadas dentro das residências das vítimas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, ela foi considerada a terceira lei contra a violência doméstica no mundo.

Esses dados nos trazem a importância de nós não fazermos a mudança de uma lei sem um debate. Acho que estamos iniciando o debate. Esta Casa é a caixa de ressonância da sociedade. É no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado, que a sociedade tem voz. É aqui. Portanto, acho que estamos, neste momento, tendo propícios para ampliarmos esse debate. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A certeza de que nós precisamos defender a mulher, de que nós precisamos debater a Lei Maria da Penha e fazer alguns ajustes, acho que tem algo que já começa a nos unir, mas não dessa forma.

Recebi aqui inúmeros posicionamentos e gostaria só de colocar aqui alguns que nos dão a certeza do debate. Venho de uma Casa do diálogo, do debate, não é Senadora Fátima, que é o Congresso Nacional. Fiquei cinco mandatos, discuti aqui o que me trouxe para o Congresso como Deputada, que foi regulamentar os arts. 203 e 204 da nossa Constituição, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, assistência social como direito à cidadania. Nós fizemos um debate no Brasil todo, discutimos em cinco Estados e passamos a ter legitimidade para essa lei, junto com o Executivo e a sociedade civil organizada.

Só para que possamos ter ideia, aqui nós temos duas notas da própria Maria da Penha, que foi essa guerreira, que é essa guerreira que nos inspira. Em 11 de abril, ela diz que achava que era importante a lei. Até porque me parece que o ponto de discórdia é o 12-B. E aí, logo em seguida, ela, em 14 de junho, diz da importância do debate. Então, esse aqui já é o ponto principal.

Nós temos também aqui da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, que mostra os pontos que divergem do relatório. Temos também aqui um documento, que, quando eu cheguei à SPM – e eu tenho que considerar o que tem sido feito de bom, e é preciso ampliar e melhorar o que nós precisamos, mas isso de uma forma coletiva, procurando ouvir... Nós temos da própria SPM aqui, que diz que também é contra a questão do 12-B.

Está ali, tenho que considerar o que foi feito nesse sentido. Não estou dizendo que é essa posição da nossa representação. A nossa posição é ampliar o debate e que nós não possamos fazer neste momento essa...

Aqui nós temos a nota pública do Consórcio Nacional de Organizações, que elaborou o anteprojeto de Lei Maria da Penha, assinado por cinco instituições. Está aqui.

A SRª CARMEN HEIN DE CAMPOS (*Fora do microfone*.) – Mais de 80.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Oitenta instituições.

A SRª FÁTIMA LÚCIA PELAES – Mas eu estou aqui com o que foi assinado por quatro representantes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas ela tem para passar.

A SRª FÁTIMA LÚCIA PELAES – Então, chegaram para mim as 80.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Eu iria fazer referência também.

A SRª FÁTIMA LÚCIA PELAES – Então, aqui há mais de 80 instituições que trabalharam na Lei Maria da Penha.

Nós temos aqui a da Comissão Especial da Mulher Advogada também, no debate que já vem ocorrendo. Eu tive oportunidade de também conversar com a representante.

Nós temos a da Associação dos Magistrados Brasileiros, está aqui a da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Existe a da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, que é favorável. Estou falando dos que eu recebi, e a grande maioria é contra a proposta.

E o do nosso Senador Aloysio, que está aqui, e nós ainda há pouco conversamos com ele, para que nós pudéssemos ter o debate. Eu acho que é necessário neste momento, porque há questões hoje em que nós precisamos avançar. Como é que nós temos hoje, neste Brasil afora, delegacias que não funcionam 24 horas, que não funcionam no final de semana, que é quando a mulher é mais espancada, gente? (*Palmas.*)

Eu acho que o que nos une é termos que melhorar a estrutura desses funcionários que estão nas delegacias trabalhando com a maior dificuldade. Então, acho que são questões...

Nós temos experiências exitosas de alguns lugares que já trabalham 24 horas. Nós temos, aqui no DF, de que todo mundo fala, quando eu converso, eles dizem: "Olha, aqui no DF, é um lugar diferenciado." Que nós tenhamos, neste do Brasil todo, considerando que temos realidades diferentes, mas os problemas são os mesmos.

Eu venho de uma comunidade ribeirinha lá da Amazônia. Convivo, sei da dificuldade. Por muitos anos, convivemos com isso – não é, Senadora Vanessa? Tivemos que conviver com aquela lenda do boto, em que as crianças, as adolescentes eram engravidadas, muitas vezes, pelas pessoas da família, e ficavam ali, porque o boto que tinha engravidado, e aí se criava essa lenda do boto. E hoje a gente sabe disso. Mas há isso lá Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

São realidades diferentes de mulheres que são espancadas, que ainda acham que... Nós temos que acabar com essa cultura dessa mentira. Qual é mentira com que nós temos que acabar? A de que a mulher é inferior ao homem. (*Palmas.*)

Esse é o nosso grande desafio, porque, a partir do momento em que desmitificarmos isso, teremos a mulher com dignidade.

Então, eu acho que isso nos une. Eu tenho certeza de que os dois posicionamentos querem a defesa da mulher. Então, vamos debater um pouco mais.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA LÚCIA PELAES – Parece-me que essa, pelo que eu senti aqui, é a nossa grande questão hoje.

E nós precisamos debater, porque é uma lei que foi exaustivamente discutida no Brasil todo, e agora a gente muda. Não é que não pode; pode, mas vamos debater mais, vamos ver onde é que e se realmente isso atende, se nós vamos... Porque, de repente, para o senso comum, alguém diz: "Olha, não, realmente é isso vai resolver o problema." Mas aí o outro vem e diz: "Não, não pode."

Então, eu acho que é um momento que temos riquíssimo. Nós estamos vivendo num momento ímpar da democracia do nosso País, conseguindo conviver com todas as questões que estão acontecendo. Nós estamos fazendo, convivendo com a democracia.

Então, neste momento de dez anos da Lei Maria da Penha, gostaria de nos colocar à disposição, para que possamos fazer esse trabalho, esse debate junto com o Senado, através da Procuradoria, através dos Senadores, porque nós precisamos incluir os homens. Não é um debate específico de mulheres; são mulheres e homens deste País. Quanto mais homens estiverem conosco nesta caminhada, mais....

E eu tenho certeza de que o Senador Aloysio, quando ele fez relatório, ele quer isso, a defesa das mulheres; quando há a proposta, é esta. Então, vamos ver onde é que dá, para que nós possamos buscar essa unidade, respeitando o posicionamento de cada um. É esse ponto de consenso que nós precisamos integrar.

E eu gostaria, já que a Lei Maria da Penha foi conduzida no debate com os movimentos sociais no Congresso e também naquele momento pela SPM, do Governo Federal, eu gostaria também de me colocar à disposição, para que nós possamos fazer isso conjuntamente. Já conversamos com a Presidência, já conversamos com o nosso Ministro, que está buscando experiências exitosas. E foi, inclusive, proposta da nossa Secretária de Direitos Humanos, a Flávia, buscar experiências exitosas que acontecem no Brasil todo, para que a gente possa trazer.

Então, dessa forma, eu gostaria de solicitar aos Senadores e Senadoras que não votássemos este projeto neste momento, mas ampliarmos o debate, para que ele represente o que a sociedade está querendo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Secretária Fátima Pelaes.

E eu também queria acrescentar, entre as entidades que se manifestaram a respeito disso, a Fonavid, que é o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na pessoa da sua líder, Madgéli Frantz Machado.

Secretária, agora, eu queria pedir licença, não vai ser uma Mesa ou uma audiência pública que vai discriminar os homens; nós, mulheres, somos discriminadas. Mas vou pedir a atenção do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo dos Santos, para que eu dê preferência à ala feminina deste outro lado, e depois eu passo a S. Exª.

Então, eu sei que ele iria acolher, e eu passo imediatamente a palavra à nossa Carmen Hein de Campos, que é Representante Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, também por dez minutos.

Obrigada.

A SRª CARMEN HEIN DE CAMPOS – Muito obrigada.

Inicialmente, eu agradeço às Senadoras que requereram a realização desta audiência pública, que discute uma proposta de alteração da Lei Maria da Penha. Esta audiência pública é fundamental, porque não se trata de uma alteração qualquer na Lei Maria da Penha. O art. 12-B do PLC 07/2012 não pretende aperfeiçoar a Lei Maria da Penha. Ele mexe no coração da Lei Maria da Penha. (*Palmas.*)

E eu quero iniciar a minha fala, dizendo do lugar que eu falo, do meu lugar de fala. Eu falo em nome não do Cladem apenas, mas do Consórcio Nacional de ONGs, Cepia, Cfemea, Cladem e Themis, e em nome de quem elaborou o anteprojeto de Lei Maria da Penha, em nome de mais de 80 entidades de mulheres e de direitos humanos que assinaram essa nota que a Secretaria mencionou, que os Srs. e Srªs Senadoras têm em mãos e que são contrárias a essa proposição do 12-B.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu integrei o Consórcio Nacional de ONGs que elaborou a Lei Maria da Penha, e assessorei a CPMI da Violência contra a Mulher, aqui deste Congresso Nacional. Estive à frente de uma série de estudos, pesquisas e consultorias sobre a Lei Maria da Penha. Sou professora do Mestrado em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha e coordeno um grupo de estudos e pesquisas sobre a Lei Maria da Penha. Então, estou muito comprometida e trabalho há muito tempo com isso.

Iniciou, ressaltando que toda política de enfrentamento à violência contra as mulheres existente neste País foi fruto da luta dos movimentos feministas e de mulheres. E isso inclui a primeira política pública de segurança, ou seja, a criação de delegacias da mulher.

A primeira delegacia da mulher e as que se seguiram não surgiram por estudos de nenhum secretário de segurança ou delegado, mas por proposição e luta feminista. Não fosse o movimento feminista e de mulheres, não existiriam as DEAMs. As DEAMs, então, não foram proposição de homens, delegados, que, aliás, nunca se preocuparam com a violência contra as mulheres; foram e são consequência da luta das mulheres. (*Palmas.*)

Por isso, estranho a posição das delegadas de não quererem discutir com o movimento feminista.

Lembro também o caso Maria da Penha Fernandes *versus* Brasil, que é fruto da luta feminista. Foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelo Cladem, uma organização feminista, juntamente com o Cejil e a própria Maria da Penha. Não fossem essas organizações feministas e de direitos humanos, o Brasil não teria sido responsabilizado internacionalmente pela negligência e tolerância à violência contra as mulheres, e não teríamos uma das mais importantes jurisprudências internacionais de direitos humanos das mulheres.

E também a Lei Maria da Penha é uma proposta feminista, de um consórcio feminista, em parceria com organizações de mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, juristas e Parlamentares comprometidas com o enfrentamento à violência contra as mulheres. Ou seja, o que existe de política de enfrentamento contra a violência doméstica e familiar só existe por força e luta constante dos movimentos feministas e de uma secretaria comprometida com a luta das mulheres.

Quero recordar ainda o processo de criação da Lei Maria da Penha, senhoras e senhores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, pois talvez alguns não recordem bem. O Consórcio de ONGs, que eu já mencionei, discutiu, durante dois anos, um anteprojeto de lei; encaminhou esse projeto de lei à Secretaria de Políticas para as Mulheres. E a Secretaria e este Congresso Nacional debateram com a sociedade brasileira, em audiências públicas, por mais dois anos, neste País; foram quatro anos, desde 2002, quando o consórcio se reuniu pela primeira vez, a 2006, quando este Congresso aprovou a Lei Maria da Penha, após uma ampla discussão na sociedade brasileira. E é por isso que a Lei Maria da Penha é reconhecida como uma das melhores legislações no mundo.

E agora se pretende alterar a Lei Maria da Penha, sem discussão, sem nenhuma discussão com quem construiu essa Lei Maria da Penha, com quem participou ativamente e com quem responde até hoje contra aqueles que não defendem ainda a Lei Maria da Penha. Há um profundo déficit de legitimidade de quem está propondo essa discussão, sem passar e sem discutir com os movimentos feministas e de mulheres.

Mas não é só: em 2012, foi criada a CPMI da Violência contra a Mulher, como bem lembrou o Senador Aloysio Nunes em seu parecer.

Eu tive a honra de acompanhar Senadoras e Deputadas, então, especialmente a Senadora Ana Rita, Relatora, e a Deputada Jô Moraes, Presidente da CPMI, nas audiências públicas em todo o País durante mais de um ano.

Visitamos delegacias de mulheres em vários Estados e constatamos a precariedade, a falta de estrutura de recursos materiais e humanos em praticamente todas elas. E o pior: inquéritos policiais parados e muitos deles prescritos, por quê? Porque as DEAMs não dispunham e ainda não dispõem de servidores em número suficiente para fazer sua atividade principal, que é a investigação de fatos crimes.

Como o Senador Aloysio menciona no seu relatório, a CPMI recomendou uma série de medidas aos Estados para melhorar o atendimento às mulheres. E essas ainda não foram cumpridas e o Congresso Nacional deveria acompanhar isso. A CPMI também analisou projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que pretendiam alterar a Lei Maria da Penha e refutou a grande maioria deles, inclusive com propostas semelhantes a essa, e propôs quatro pequenos projetos que não alteravam substancialmente a Lei Maria da Penha. Por quê? Porque entendeu que alterar a Lei Maria da Penha, no seu coração, demanda muito mais debates.

Agora a lei completa dez anos e é um bom momento para avaliarmos os avanços que tivemos e os desafios que ainda permanecem para sua implementação, mas isso precisa ser feito com debate, com estudos e não com impressões apenas de uma parcela do sistema de justiça.

Alterações no mais importante mecanismo de proteção às mulheres não podem ser feitas simplesmente porque uma parte quer. As DEAMs devem ser ouvidas, têm muito a contribuir, mas não são as únicas comprotidas com a vida das mulheres. Ninguém mais comprometido do que o movimento de mulheres, do que o vimento feminista. Quantas de nós, antes mesmo de quando elaborávamos a Lei Maria da Penha, ouvimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que criar uma lei de violência doméstica não era relevante neste País. Por isso queremos discutir as alterações na Lei Maria da Penha com cautela, responsabilidade e tempo que essa legislação e as mulheres merecem.

Por fim, não vou manifestar sobre as inconstitucionalidades que já foram mencionadas aqui e eu corroboro todas, quero só – já que meu tempo já está acabando – dizer o seguinte: o grande mérito da Lei Maria da Penha foi criar medidas protetivas de urgência e preservar direitos do acusado, denunciado e réus. Esse é o coração da Lei Maria da Penha.

A proposta do art.12-B subverte a lógica da lei, que responde às definições constitucionais de responsabilidade do Estado em relação à violência intrafamiliar; pretende conceder à autoridade policial aplicação provisória de MPUs previstas no inciso III do art. 22 e nos incisos I, II do art. 23, que são as que estão previstas na Lei Maria da Penha.

E não é e nunca foi proposta da Lei Maria da Penha e do consórcio e das ONGs de mulheres outorgar à polícia atribuição de conceder medidas protetivas e, sim, aos juizados especializados em violência doméstica criados para esse fim. (*Palmas.*)

A proposta fere a sistemática da lei e é inconstitucional. Autoridade policial não tem competência para a jurisdição para restringir direitos ou afastar a possibilidade de apreciação do Poder Judiciário. Não é essa a atribuição constitucional da polícia e nem é essa a definida pela Lei Maria da Penha. (*Palmas.*)

A proposta do art.12-B corrompe a Lei Maria da Penha e transforma a polícia em superpolícia, desequilibra o sistema jurídico e reforça o estado penal. A história e os fatos recentes do nosso País revelam que a ampliação dos poderes policiais é inversamente proporcional às garantias constitucionais. Não queremos uma superpolícia, queremos uma polícia que cumpra seus deveres constitucionais. (*Palmas.*)

Não se pode transformar a Deam – e é isso que vai acontecer, se for aprovado dessa forma, sem discussão – numa mera instituição protocolar de concessão de medidas protetivas. Por quê? Porque isso é renunciar tacitamente ao seu papel investigativo. A Deam vai ficar concedendo medida protetiva e não vai investigar.

E é importante... Mas nós estamos dispostas a discutir, nós não somos fechadas, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª CARMEN HEIN DE CAMPOS – Para concluir, nós queremos discutir todo o sistema de justiça; queremos discutir a atuação de cada instituição do sistema de justiça; queremos discutir defesa deficiente tanto por falta de defensores para a mulher, quanto pela insuficiência de defesa propriamente dita; queremos discutir o fiscal da lei que não fiscaliza e viola a Lei Maria da Penha ao propor a suspensão condicional do processo, vedada pela lei ou que só quer ver a prova do crime...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª CARMEN HEIN DE CAMPOS – Queremos discutir o papel do Judiciário que impede o acesso à justiça quando coloca condicionantes ilegais para a concessão das medidas protetivas; queremos discutir a polícia que, não raras vezes, revitimiza as mulheres, quando manda voltar para casa ou quer fazer conciliação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Carmen. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª CARMEN HEIN DE CAMPOS – Então, por isso, o consórcio se coloca à disposição deste Congresso Nacional para discutir as mudanças na Lei Maria da Penha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Carmen.

Como estamos vendo, nós tomamos uma iniciativa absolutamente necessária, oportuna, desta audiência pública, porque ter votado a matéria com um grau tão grande de controvérsia entre as instituições que operam o sistema realmente não seria uma produção de qualidade e a melhor lei é aquela que acomoda a maior parte dos interesses, eu diria, esse consenso possível que nós vamos buscar com esta audiência pública e com entendimento de diálogo com as instituições envolvidas diretamente nessa questão.

Eu quero convidar, agora, a Diana Calazans, que é representante do Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, o Sr. Carlos Eduardo Miguel Sobral.

Com a palavra também por dez minutos.

A SRª DIANA CALAZANS MANN – Obrigada. Bom dia a todos!

Bom, primeiramente, eu estou aqui, além de representar a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal também representando a Polícia Federal.

Vou falar um pouquinho também de onde eu trabalho: eu sou a chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal. Embora essa temática esteja afeta muito mais à Polícia Civil do que à Polícia Federal, no âmbito da Polícia Federal nós também temos uma atuação voltada à proteção de Direitos Humanos, naqueles casos em que há a previsão em tratado, em que o País se obrigou a reprimir determinados crimes e que existe repercussão internacional, a Polícia Federal também é chamada a atuar.

Então, nós temos uma interface na proteção dos vulneráveis da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Considerando isso, eu também sou membro da comissão recentemente criada no âmbito do Ministério da Justiça para discutir a questão da violência contra a mulher. Por essas razões, eu fui chamada aqui a esta audiência pública.

Considerando as falas anteriores, acho que a questão da ausência de discussão está sendo superada. Esta audiência pública aqui é justamente para que os atores desse sistema possam trazer as suas impressões e fazer os seus comentários.

O fato desse projeto ter uma identidade com os delegados de polícia não tira a sua legitimidade. Discordo aqui das falas anteriores... (*Palmas.*)

... porque são os delegados de polícia que lidam com isso diariamente. Diuturnamente, os delegados e as delegadas são procurados pelas vítimas em situação de risco e desejam dar uma resposta para essa população tão vulnerável. E é esse o sentido da alteração que se propõe à Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 2006.

O art. 12-B quer permitir que o delegado possa conceder algumas medidas protetivas, independente da apreciação judicial. Então, proibir o agressor de se aproximar da ofendida, de manter contato com ela ou frequentar determinados lugares; encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa de proteção ou de atendimento ou ainda determinar a recondução da ofendida e seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor.

Bom, por que eu entendo que essas medidas não ferem à Constituição? Isso é bem importante, porque nós estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Acho que o tema central dessa discussão aqui deve ser o projeto de lei, ele é inconstitucional, ele fere a Constituição? No meu entendimento e de alguns doutrinadores que eu fui buscar antes de vir, não há um vício nesse sentido, não há uma ofensa à Constituição. Por quê? Porque a reserva de jurisdição é absoluta somente naqueles casos em que a Constituição exige. Então, a lesão ou a restrição a um direito deve ser decorrente de uma ordem judicial, nos casos constitucionalmente previstos.

Em outros casos, a lei pode excepcionar nesse sentido, ou seja, a lei pode atribuir a outros atores ou, administrativamente, uma restrição a direitos, desde que essa restrição não atinja o núcleo de um direito.

Se essa restrição não atingir o núcleo de um direito fundamental, ela pode, sim, ser deferida por uma autoridade administrativa e não pelo juiz. Então, acredito que esse é o caso do art. 12-B, em que essas restrições não eliminam o direito do agressor, elas apenas restringem, até um certo ponto, esses direitos. Por quê? Porque, nesse caso, vai se tomar a perspectiva da vítima, da defesa da vítima... (*Palmas.*)

E se entende que é possível haver essa antecipação para deferimento dessas medidas protetivas ainda na delegacia.

Então, eu acredito que não há uma violação ao princípio da reserva de jurisdição, até porque esse processo vai para o juiz, ele vai ser analisado, vai ser ratificado ou alterado em 24 horas, e o agressor, caso ele entenda que algum dos seus direitos foi violado, ele também poderá recorrer ao Judiciário a qualquer momento.

Existem os remédios constitucionais, inclusive *habeas corpus*, que ele pode impetrar. Ele vai ter assistência da Defensoria ou de um advogado. Então, não há também uma supressão da análise desse fato do Judiciário. Isso não vai acontecer. Se houver uma lesão, se houver um abuso de autoridade, por exemplo, o agressor ou a pessoa que recebeu as medidas protetivas pode, sim, procurar o Judiciário se assim entender devido – e, certamente, o fará.

Então, com relação à parte técnica, gostaria de ressaltar aqui para os Senadores e Senadoras de que não há uma violação ao princípio da reserva de jurisdição. A lei, tecnicamente, não é inconstitucional. Nesse caso, foi a própria Lei Maria da Penha que trouxe uma reserva de jurisdição. É a legislação infraconstitucional que diz que o juiz é que vai deferir todas as medidas protetivas – algumas delas, claro, somente podem ser deferidas pelo juiz, mas outras, como já falei, por não eliminarem o direito, não restringirem o núcleo desse direito fundamental, podem, sim, ser analisadas pelo delegado, na delegacia, sem que haja essa violação a qualquer preceito constitucional.

Além disso, além de falar da questão técnica com relação à Constituição, que acredito que já falamos, nós temos também que considerar que essa alteração está em consonância com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também chamada de Convenção de Belém do Pará. (*Palmas.*)

Essa convenção determina que os Estados adotem medidas para minimizar a violência, para prevenir a violência contra a mulher. E a alteração que se propõe vem nesse sentido. É claro que ela não vai resolver o problema da violência contra a mulher. Ela é um instrumento a mais. Com essa medida, ninguém pretende eliminar a violência, mas é um instrumento a mais.

O delegado, que está ali no dia a dia, conhece essa situação, tem contato com a vítima, tem o calor dos os, tem elementos que permitem fazer uma análise adequada dessa situação. O delegado é um bacharel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

em Direito, tem formação jurídica. Os delegados hoje têm uma formação nas escolas de Polícia Judiciária antes de começar seu ofício.

Existem as delegacias de proteção à mulher. É claro que é preciso ampliá-las. São locais em que há um atendimento humanizado à vítima. Então, são pessoas preparadas para ouvir a vítima, vide o caso do Rio de Janeiro em que, depois que o caso do estupro coletivo foi passado para a Delegacia da Mulher, houve uma adequação com esses princípios do atendimento humanizado.

Então, acredito que conferir essas prerrogativas para o delegado, esses instrumentos de trabalho para os delegados e as delegadas de polícia e ampliar a presença das delegacias a mulher são medidas que só vêm contribuir para a prevenção e a erradicação, quiçá, da violência contra a mulher no nosso País.

Bom, era isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Diana Calazans Mann, delegada da Polícia Federal, que representa aqui o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Sr. Carlos Eduardo Miguel Sobral.

Quero saudar aqui a Deputada Gorete, do Ceará, muito vinculada a esta causa, e convidar já para fazer uso da palavra a Neuza Castanha, que aqui representa a União Brasileira de Mulheres, cuja Presidente é Ana Carolina Barbosa.

Com a palavra por dez minutos também.

A SRª NEUZA CASTANHA – Bom dia a todos e todas!

Meu nome é Neuza e estou aqui representando a União Brasileira de Mulheres. Nesse sentido, trago aqui a contribuição da instituição, a União Brasileira de Mulheres, para esta proposta de mudança na lei.

Então, qual que é a nossa contribuição? Mudar a lei para quem?

Conforme já foi dito aqui por muitas que me antecederam, é louvável as alterações que a lei traz quando são importantes os aperfeiçoamentos para aplicação da lei. No entanto, o ponto polêmico que já foi colocado, que é o 12-B, altera a delegação de autoridade para os delegados. E, nesse sentido, nós também colocamos oposição à alteração.

E parabenizamos aqui as Senadoras que convocaram esta audiência pública, porque eu acho fundamental o diálogo com a sociedade civil também, com os movimentos feministas, com os movimentos de mulheres, que construíram a Lei Maria da Penha. Agora, na alteração, eu acho mais do que legítimo que nós sejamos chamados para esta discussão.

E aí eu vou, para não ultrapassar o tempo, fazer aqui a leitura para contribuir com o que a União Brasileira de Mulheres traz nesse sentido.

Então qual é o ponto do 12-B? Que podem modificar o conteúdo da Lei Maria da Penha, no nosso entendimento, violando direitos. O problema reside na concessão de permissão aos delegados de polícia para deferir medidas protetivas de urgência. O principal argumento é a celeridade. Se há celeridade, consideramos que a crítica da celeridade é real, o tempo às vezes extrapola em socorrer de fato e cessar o sofrimento da mulher...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NEUZA CASTANHA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O problema não é a celeridade. Ao contrário, a demora que é o problema. A crítica não é à celeridade, é à demora.

A SRª NEUZA CASTANHA – A demora no atendimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Amélia, eu não entendi assim. Eu entendi que ela disse que às vezes. E aí o questionamento não é às vezes, mas sempre. Eu penso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas seria importante que todas tivessem a possibilidade de falar. Depois, nós vamos abrir o debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, Senadora. Como a plateia se manifestou, Senadora, eu entendi que era preciso esclarecimento sobre o que ela tinha expressado.

A SRª NEUZA CASTANHA – Não. Nós não desconsideramos a crítica à demora na concessão de medidas protetivas. Entendeu?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A crítica é à demora, Senadora. Foi isso que eu disse.

A SRª NEUZA CASTANHA – Não consideramos tampouco o fato de que, muitas vezes, as vítimas não [illegible] atendidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Neuza. Foi exatamente o esclarecido.

A SRª NEUZA CASTANHA – Sabemos que a resposta do Judiciário nem sempre tem a agilidade necessária, além de alguns juízes que adotam condutas machistas, misóginas na operação da lei. No entanto, discordamos de que o mecanismo de enfrentamento da lentidão na operacionalidade das medidas protetivas deva ser a alteração da lei, para mudar a competência de quem concede a medida.

Essa proposição já foi rejeitada por ocasião da CPMI de 2013, considerando a inconstitucionalidade.

A Constituição de 1988, em seu sistema de garantia, estabelece que, em determinadas restrições de direito sejam submetidas à decisão judicial. Por isso, as restrições de direitos contidas nas medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, que restringem, por exemplo, os direitos de locomoção ao agressor, só podem ser decididas pelo juiz. (*Palmas.*)

Embora não haja previsão expressa no texto proposto, a alteração sugerida mexe nessa garantia de jurisdição, contrariando princípios como o do juiz natural, da investidura e da indelegabilidade. Quer dizer, na prática, tira a exclusividade de decidir sobre a liberdade e a restrição dos direitos de uma pessoa das mãos do juiz, dando novo poder aos delegados de polícia.

A transferência de prerrogativas judiciais a agentes policiais fere o paradigma do Estado democrático de direito, cria uma superpolícia e trará uma inconstitucionalidade para dentro da Lei Maria da Penha, e isso a gente considera que vai inviabilizar a lei.

E, a rigor, a permanecer o atual estado de coisas, essas alterações apenas trocariam uma lentidão por outra, pois sabemos das dificuldades, da estrutura que tem e de funcionamento das delegacias especializadas. Como já foi dito aqui, foram feitas visitas e qual é a situação que encontramos no Brasil pelo tamanho dele e pela diversidade do Brasil, que é bem diferente do que vemos aqui em Brasília.

A proposta de alteração do PL 7, em seu inciso II, estabelece que, apenas nos casos de as medidas de um delegado de polícia deferirem, não forem suficientes, a juízo desse delegado, é que haverá a representação ao juiz para o deferimento de outras medidas protetivas. Ou seja, piora a situação, pois acaba com a capacidade postulatória, direta da vítima para o juiz, para as medidas protetivas de urgência. (*Palmas.*)

Pois só, quando o delegado de polícia entender necessário, vai representar ao juiz para aplicação de outras medidas protetivas.

Outro problema que consideramos será a transferência, para as delegacias de polícia, a atribuição de realizar a intimação quanto ao eventual deferimento das medidas protetivas de urgência. Não mais serão os oficiais de Justiça a cumprirem os mandatos de intimação, mas apenas os agentes de polícia ou inspetores.

Portanto, perguntamos: as delegacias estão estruturadas para isso?

Para o bom funcionamento da Lei Maria da Penha, precisamos é de um Poder Judiciário...

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA CASTANHA – ...engajado para defender as mulheres e não de responsabilizá-las por esse dever.

Outro problema central é o pouco ou a ausência de investimentos realmente dos governos estaduais nas políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, que requerem equipamentos, formação e valorização profissional.

A polícia precisa é de estrutura, não de chamar para si a competência do Judiciário sem condições materiais para exercer, de fato, a proteção das mulheres.

Aí, nesse sentido, chamamos as DEAMs para compor nosso movimento, o movimento feminista, para fazer o regular funcionamento da aplicação da Lei Maria da Penha.

Consideramos ainda que o melhor para nós, mulheres, e que já vimos nessa luta há tempo e que também reconhecemos a necessidade e o grau de violência das mulheres, sugerimos a retirada deste art. 12-B, do PL 7. (*Palmas.*)

Não podemos permitir que usem a proteção de nossos direitos para desfigurar o sistema de garantia dos direitos fundamentais. Isso é desrespeitar nossa luta e o conjunto de valores que originou a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha é das mulheres, não deve ser alterada em favor de quaisquer interesses que não sejam os nossos. Afinal, uma vida sem violência é nosso direito. Acho que é por isso que estamos aqui. E é por isso que defendemos a retirada do art. 12-B desta proposta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Senadora a Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou recebendo aqui no telefone várias mensagens e acabei de receber uma fotografia, agora, que existem várias mulheres, Senadora Ana Amélia, que estão aqui na portaria do Anexo II, próximo do local ponde nos encontramos, e que estão sendo impedidas de entrar. (*Palmas.*)

O argumento que estão dando é de que todas as comissões estão lotadas.

Então, quero dizer a V. Exª que são pouquíssimas comissões, V. Exª sabe, que estão reunidas neste momento. E há várias comissões sem nenhuma atividade. Se as pessoas, as mulheres, os homens, que estão lá embaixo, não couberem nesta sala, que seja aberta outra comissão ligada a um telão para que eles fiquem. Não podem ficar aqui na fila do Senado Federal, Senadora Ana Amélia. (*Palmas.*)

Então, solicito a V. Exª que dirige os trabalhos para que a gente tome essa providência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, vou pedir à Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça, peço ao Dr. Pedro e a Secretaria, para que tomem as providências, vendo a limitação da capacidade que as salas têm para receber.

Agradeço.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima. Tenho que lembrar que temos ainda muitos depoentes para esta audiência.

Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

Quero saudar também à Deputada Keiko Ota, que nos dá o prestígio da sua presença aqui também.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas à guisa de contribuição pelo bom debate, aqui estou para abraçar a campanha defendida mundialmente pela ONU, ElesPorElas, para que possamos,... (*Palmas.*)

... sempre na perspectiva daquilo que nos une e nos integra nesse instante, que é o aprimoramento do nosso sistema, a maior eficácia da lei e a construção de consensos para que objetivo central, que é a proteção à mulher, sobretudo a mulher vítima de violência, seja ampliada.

Temos presentes nessa Comissão, Srª Presidente, três vítimas de violência: Flávia Regina Bachi, Tatiana Karine Araújo e Mara Rúbia. A Mara Rúbia inclusive foi recebida pela Presidência da Casa, pelo Senador Renan Calheiros, dada a ampla repercussão que o caso dela alcançou.

Eu, portanto, sugiro, em nome do bom debate, que possamos abrir, mesmo debate, que nós possamos abrir, mesmo que por um tempo limitado, três minutos, espaço para que essas três vítimas de violência possam trazer a sua experiência pessoal, trazer o seu depoimento ou trazer aquilo que, na vida real, funciona muito: o relato da dor na própria pele, a dor vivida, a dor sentida, a violência sofrida por cada uma delas, para que nós possamos ouvi-las e contribuir para esse debate.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cássio Cunha Lima, eu queria pedir o apoio da plateia, que está acompanhando atentamente. Após os depoimentos dos especialistas, dos delegados, dos promotores, dos defensores públicos, do Ministério Público, do Poder Judiciário, ouviremos o testemunho, dessas vítimas de violência, como estava previsto. Então, terão uma participação também importante nesse processo.

Eu queria, agora, passar a palavra ao Dr. João Ricardo dos Santos, que vai falar por cinco minutos e vai dividir o tempo que caberia à Associação dos Magistrados Brasileiros com a Drª Adriana, que está aqui representando também o Poder Judiciário. Então, ele começa a falar por cinco minutos e eu peço que a Secretaria traga a indicação da Drª Adriana para, em seguida, compartilhar com ele o tempo de dez minutos.

Com a palavra o Dr. João Ricardo.

O SR. JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA – Obrigado, Presidente, Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria de agradecer também às Senadoras que propiciaram este momento de debate e de trazer aqui a posição da Magistratura brasileira. A Adriana também vai falar por nós, porque é juíza, no Rio de Janeiro, de vara especializada em violência doméstica e também lidera o Fórum Brasileiro de Violência Doméstica, que é presidido hoje pela Drª Madgéli, que também está aqui presente.

Nós estamos preocupadíssimos com a forma como esse projeto tramitou até este momento. O fato de ter passado pela Câmara dos Deputados sem nenhum debate – e esta audiência pública mostra que não houve debate necessário, porque as entidades que estão com acúmulo histórico nessa questão da violência contra a mulher não foram ouvidas naquele momento, no primeiro momento legislativo; nós também, a Magistratu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ra brasileira não foi, ao que tudo indica, nem Ministério Público, nem Defensoria Pública –, isso faz com que o projeto venha ao Senado com uma carência muito grande de legitimidade. E esta audiência vai construir essa legitimidade para que se possa aqui tirar o que nós podemos ter de melhor para o País.

A AMB não está trazendo aqui um discurso em prol da Magistratura ou das prerrogativas da Magistratura exclusivamente, mas, sobretudo, um discurso em prol da sociedade brasileira, em prol das mulheres do nosso País.

Eu peço aqui a compreensão do fato de eu, como único homem da Mesa, estar aqui, porque presido uma entidade que até este momento só foi presidida por homens. Gostaria que um dia fosse presidida por uma mulher. Mas eu quero dizer que o problema da violência contra a mulher é um problema sobretudo masculino, é um problema dos homens. E nós temos que entrar nessa luta, nos aliar a essa luta de forma muito intensa para reverter essa cultura que temos em relação à mulher.

A proposta que está sendo discutida, na minha visão, na visão da Magistratura brasileira, traz um grande retrocesso às políticas no que diz respeito à proteção do Estado em relação à mulher, porque ela troca uma garantia jurisdicional, com toda a força jurisdicional que tem, com seu poder coercitivo, de requisição, sancionatório que o juiz tem, que o Poder Judiciário tem, por uma medida precária administrativa sem essa dimensão. Então, é uma grande ilusão dizer que isso vem a ser um avanço na proteção da mulher. Ao contrário. Nós, com muita clareza, estamos vendo que isso é um grande retrocesso. E é o que está sendo dito aqui com muita clareza.

Os aspectos constitucionais também são evidentes, no que diz respeito a sua inconstitucionalidade diante da reserva da jurisdição ao Poder Judiciário. Isso não é nenhum demérito a qualquer outra autoridade pública. É que cada um de nós, dentro de uma República, tem o seu papel constitucional. E a sinergia desses papéis é que vai transformar as políticas públicas.

Outro caminho que nós achamos também equivocado é trazermos exemplos de precariedade de algum órgão público na atuação e na repressão da violência doméstica como forma de embalar uma legislação. Quando nós vamos estabelecer uma política pública, nós temos de ter a consciência de população. A questão da violência doméstica é uma questão populacional. E nós temos de pensar a política dessa forma. A violência a que Maria da Penha foi submetida e a que foi dada visibilidade representa uma questão populacional, uma violência contra a mulher em todo País.

Agora, a precariedade de um fórum de receber um atendimento, a precariedade de uma delegacia é a precariedade do Estado, que nós temos de enfrentar e construir em conjunto, mas ela não pode servir de base para mudar uma legislação e impor esse retrocesso que nós entendemos que é levar para uma decisão administrativa o que hoje é jurisdicional.

Eu vou passar a palavra à Drª Adriana, então.

Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Presidente faz isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o vício do tribunal do júri. Não há nenhum reparo a isso, é apenas uma questão regimental.

Quero, antes, pedir à Senadora Vanessa Grazziotin que informe às pessoas que estão ligando para V. Exª que o Plenário 7 está com um telão disponível para elas acompanharem esta audiência pública, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra à Drª Adriana, que compartilha o tempo com a Associação dos Magistrados Brasileiros.

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por cinco minutos, como foi combinado.

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Pois não.

Senadoras e Senadores, muito bom dia! Aos demais colegas presentes de todas as instituições – polícia, Ministério Público, Defensoria, OAB, colegas da Magistratura, especialmente os que atuam com a Lei Maria da Penha no dia a dia. Eu estava, apenas para reflexão, fazendo minhas as palavras do colega João Ricardo, que representa comigo a AMB nesta importante audiência pública, e gostaria de lembrar um princípio básico que foi citado nas falas anteriores, Senadora Ana Amélia, que é o princípio do direito de acesso à Justiça. Isso foi uma luta dos movimentos sociais de mulheres e feministas. Na verdade, a gente não está discutindo em relação ao poder da Magistratura, Polícia Civil, Ministério Público. O direito, o princípio básico de acesso à Justiça foi assegurado a essas mulheres na Lei Maria da Penha, que foi inspirada em tratados internacionais de di-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

reitos humanos, como a Convenção de Belém do Pará e a Cedaw, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Eu queria citar aqui a Recomendação nº 33, recentemente aprovada na ONU, ano passado, já com tradução para o português, que diz que o direito de acesso à Justiça para as mulheres é essencial à realização de todos os direitos protegidos em virtude das convenções anteriormente aprovadas.

O direito de acesso à Justiça é muito mais amplo. Ele, na verdade, vem junto com a independência do magistrado, a imparcialidade, a integridade e a credibilidade da judicatura. O que as mulheres do Brasil... E eu falo isso com muita tranquilidade, porque sou juíza de uma vara especializada em violência contra a mulher no Rio de Janeiro. Sou titular desse juizado desde o início da Lei Maria da Penha. Eu ouço diuturnamente essas mulheres nas minhas salas de audiência, eu ouço as mazelas, as dificuldades que elas enfrentam para acessar a Justiça com lisura, com rapidez, e isso foi assegurado pela Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha não nasceu do nada. Ela nasceu de uma construção, e uma construção de mais de décadas. Começa na década de 70 a questão do debate sobre violência contra a mulher, quando, por exemplo, houve assassinatos como o de Ângela Diniz e Cláudia Lessin e outras mulheres também sofreram com a violência. Esse foi um debate profundo na sociedade.

O que a gente espera aqui não é dizer que o Judiciário é melhor, que a Polícia Civil é melhor. Não é essa a pauta do dia. A pauta do dia é o que as mulheres querem. E o que a gente pede neste Senado Federal. Não falo aqui como juíza, falo como mulher, sobretudo uma mulher vítima também de violência e também titular de um juizado especializado que ouve as mulheres diuturnamente. Eu ouço essas mazelas. Essa discussão não pode passar. Esse PL, *data maxima venia*, merece ser melhor discutido. Se teremos que aprimorar a lei, vamos sentar juntos e discutir uma proposta, ainda que seja de consenso, mas vamos, sobretudo, ouvir as mulheres, ouvir todo esse consórcio que aprimorou e que criou a Lei Maria da Penha. O que a gente pede aqui, na verdade, eu acredito que juízes e juízas, delegados e delegadas, promotores e promotoras, todos nós, é que possamos debater mais profundamente isso, porque o acesso à Justiça é uma garantia, não é questão de poder.

Facilitar o acesso à Justiça está garantido na Constituição brasileira, sobretudo na Constituição e nos tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção de Belém do Pará, de 1994, e a Cedaw, de 1979 – e o Brasil ratificou, inclusive, essa recomendação –, que falam dessa garantia da mulher. E esse PL, *data maxima venia*, viola esse princípio de livre acesso à Justiça.

Temos que aprimorar a lei? Não duvido. Falo isso porque, no Rio de Janeiro, temos hoje 11 juizados especializados e um projeto, que foi citado pela Valéria, do Ministério Público, que é o Violeta. O Violeta não é à toa. O Violeta previu o encaminhamento dessa vítima imediatamente à Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Isso pode ser feito.

Então, dentro do que eu queria falar, agradecendo a oportunidade, Senadora, só para concluir a minha fala...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, porque nós temos mais cinco.

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Que nós juntos possamos construir uma pauta de consenso e dialogar sobretudo com os movimentos sociais e feministas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Adriana Ramos de Mello, que compartilhou com o Dr. João Ricardo dos Santos Costa a posição da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Eu quero passar a palavra agora à Drª Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda, saudando aqui o Deputado Roberto de Lucena, de São Paulo, e também a Presidente da Conamp, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti. Obrigada por sua presença.

Convido então a Eduarda. Agradeço, Eduarda, por estar na plateia e agradeço à Neuza Castanha a gentileza de ter aberto o espaço. Drª Eduarda, por favor, venha à Mesa fazer sua exposição, para dar todo o relevo necessário a todos os depoimentos, porque são todos relevantes aqui. Eu gostaria de pedir à Drª Adriana...

Drª Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda é Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Também fará uso da palavra por dez minutos, por gentileza.

Com a palavra a Drª Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda.

A SRª EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA – Muito bom dia a todas e a todos os presentes.

Agradeço à Senadora Ana Amélia, a quem cumprimento, e a todas as Senadoras aqui presentes. Cumprimento todos os Senadores também, os juízes, magistrados, delegadas, delegados, promotores, promotoras, minhas colegas advogadas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero manifestar a nossa satisfação e honra por estar participando deste debate democrático. Acima de tudo, quero registrar que a minha fala como Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB é a fala também das 27 seccionais das comissões da mulher advogada dessas seccionais, portanto, da advocacia feminina do nosso Brasil.

É bem verdade que esse projeto tramitou de modo tão célere a ponto de nós não termos tempo hábil para abrir o diálogo no Conselho Federal, tendo em vista o próprio calendário das nossas sessões. Portanto, a nota técnica que foi expedida pela Comissão Nacional da Mulher Advogada representa, como bem falei, as mulheres advogadas, Senadoras.

Quero dizer também que, como outros oradores que por aqui passaram, outros convidados, lamento profundamente que este debate não tenha sido feito de maneira democrática na Câmara. Ele chegou ao Senado e, graças a uma luta que ocorreu na semana passada – e todos nós estivemos aqui presentes, sendo bem defendidas pela Senadora Vanessa e demais Senadoras –, compreenderam a necessidade de abrirmos essa discussão de forma democrática. Porque quando tratamos de violência contra a mulher, quando o tema é mulher, tem que ser debatido Brasil afora, tem que ter a participação dos movimentos sociais, tem que ter a construção, como foi bem dito aqui, de todos os entes e instituições da sociedade organizada.

Nós não podemos conceber um projeto que não passa por isso quando tem por origem a Lei Maria da Penha, como bem foi mencionado aqui. A Lei Maria da Penha vem realmente, Drª Adriana Mello, de uma construção. E essa construção deve ser mantida. Essa edificação deve ser construída, deve ser mantida, por quê?

Porque o Brasil passa por um momento muito delicado. O Brasil já saiu do sétimo lugar do *ranking* negativo de violência contra a mulher, subiu para quinto lugar. Isso não é motivo de orgulho para nenhum brasileiro, para nenhuma brasileira.

Portanto, tudo que disser respeito à Lei Maria da Penha tem, sim, que passar pelo diálogo, o diálogo de todos os movimentos, das instituições. E a Ordem dos Advogados, que participou de toda essa construção que foi muito bem mencionada, esteve ausente desse diálogo tanto na Câmara quanto aqui no Senado. Mas, como bem mencionei também, ainda bem que na semana passada, depois de muitas discussões, foi aprovada esta audiência pública. Portanto, quero registrar meus aplausos por esta realização. Este momento é importantíssimo, porque traduz quão fértil o Brasil representa junto à população que precisa de amparo. Nós precisamos, nós mulheres muito mais ainda, porque somos as mulheres as vítimas principais da violência do nosso País.

Nós estamos diante de um projeto que precisa ser amplamente discutido. Quem dera se não precisasse ser votado amanhã! Quem dera! É por isso que torcemos. Emitimos a nota técnica no sentido de discordarmos do art. 12-B. Realmente esse é o grande ponto de discórdia. Por quê? Porque, diante dos nossos estudos e diálogos existentes, feitos com todas as mulheres que compõem as comissões da mulher advogada, nós chegamos realmente à conclusão de que ele fere o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Nada contra os delegados, nada contra as autoridades policiais. Nós também aqui não estamos em defesa de juízes, de promotores; nós estamos em defesa da mulher brasileira que sofre, principalmente aquela mulher que vive subjugada economicamente, sem ter como se livrar do seu agressor. Muitas vezes, quase sempre, 70% dos agressores vêm do próprio lar, vêm da convivência do ambiente. Por isso, precisa, sim, ser acautelada pelo Poder Judiciário.

O projeto em análise, ao permitir a aplicação de medidas protetivas de urgência que restringem direitos fundamentais do suposto agressor, acaba por excluir do Poder Judiciário a apreciação dessas medidas, violando à evidência o princípio da inafastabilidade da jurisdição. É o Poder Judiciário o órgão que detém a reserva indelegável da jurisdição. O princípio da separação dos Poderes, previsto constitucionalmente no art. 2º, também foi afetado, visto que a autoridade policial, ente do Executivo, estaria usurpando a atividade jurisdicional, que é a função típica do Poder Judiciário.

Assim, o projeto atribui à autoridade policial o poder decisório de apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito, decisão sobre o pedido de medida protetiva que acarrete constrição de direitos fundamentais.

É importante frisar que as funções jurisdicionais não se confundem com as atribuições assistenciais e de proteção a serem desenvolvidas pela autoridade policial em prol da vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme o rol previsto na Lei Maria da Penha, que será analisado nesse próximo tópico que começo agora, justamente visando o papel da autoridade policial nos casos de violência doméstica.

Nós reconhecemos, como eu disse, o grande trabalho que os delegados e as delegadas realizam Brasil afora, mas entendemos que há ausência de estrutura Brasil afora, porque vivemos em um Brasil que compõe diversas realidades.

Eu venho do Estado do Piauí, um Estado sofrido, um Estado que, por um lado, compõe e está presente no último lugar do *ranking* de violência contra a mulher. Mas não sinto orgulho desse *ranking*, porque a mulher continua sofrendo. As delegacias precisam ser bem estruturadas Brasil afora. Se vocês andarem pelo Nordes- todo mundo que está me assistindo pode ser testemunha de que, desde a CPI que existiu aqui na Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

houve o relatório conclusivo, que apontou as deficiências das nossas delegacias e aponta ainda também do nosso Poder Judiciário, aponta deficiências de um Brasil que precisa ser melhorado como um todo.

Por isso, entendo e defendo que este momento é muito fértil. É o momento em que devemos nos unir, não deve haver divisão de classes. Nós aqui defendendo a advocacia, que faz parte do sistema, dessa composição do nosso Judiciário. A advocacia está do outro lado assistindo, presenciando as deficiências, cobrando do poder do Estado uma melhoria para o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Nós não podemos nos calar diante deste momento que estamos vivendo agora. É um momento sobre o qual precisamos refletir. Será que realmente chegou a hora de aprovarmos esse projeto? Será que precisamos debater um pouco mais, trazendo o diálogo com todos os movimentos sociais e as instituições?

É por isso que a OAB clama. A OAB clama pela defesa dos direitos fundamentais. A OAB clama pela defesa, acima de tudo, da Constituição. É por isso que apontamos esse ponto de inconstitucionalidade, por entender que, diante dessa inconstitucionalidade, esse projeto, no art. 12-B, não pode ser concebido.

Dessa forma, a OAB se propõe e se coloca à disposição de manter o diálogo, de trazer suas contribuições com demais propostas, através das comissões da mulher advogada.

Digo e repito: não estamos aqui contra ou a favor de qualquer classe, mas, acima de tudo, a favor da mulher brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Eduarda.

Agora passo a palavra ao Dr. Ricardo Batista Sousa, que preside o Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais.

Com a palavra, o Dr. Ricardo Batista Sousa, por dez minutos, da mesma forma.

O SR. RICARDO BATISTA COSTA – Exma Sr. Senadora Presidente desta reunião, na pessoa de quem me permito saudar os demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas presentes a esta reunião, senhores e senhoras presentes a esta audiência, ao final, depois de ouvir tantas explanações acerca desse tema, não me parece ser muito complexo divisar o antagonismo que estamos percebendo pelas manifestações anteriores. Se, por um lado, se reconhece a necessidade premente de garantir às mulheres vítimas de violência maiores instrumentos e, além disso, a efetividade da Lei Maria da Penha, por outro lado, há uma sensação já externada pelos representantes de movimentos da ausência de um aprofundamento na discussão a respeito do texto de lei.

De qualquer sorte, com o fato de estarmos aqui, neste momento, numa audiência tão representativa, com tantas pessoas, com tantos formadores de opinião, são inegáveis o valor do projeto de lei e os elogios a esse projeto de lei, porque, de qualquer sorte, ele busca, em última instância, fornecer maiores instrumentos de garantia e empoderamento da mulher na busca da proteção, principalmente na sua fase inicial, quando nós sabemos a dificuldade de dar espaço e visibilidade a essa dor experimentada, que, muitas das vezes, é acobertada pelo silêncio do lar.

Por outro lado, eu trago aqui uma manifestação que não é minha, mas colhida por um colégio de Defensores Públicos da Comissão de Defesa da Mulher. O extrato que se obteve dessas reuniões é o de que, se, por um lado, se reconhece o valor da autoridade policial no combate à violência contra a mulher, por outro lado, alguns dispositivos trazem uma insegurança jurídica que necessitam de melhor discussão. Isso, porque, sob o ponto de vista meramente normativo, atribuir a qualquer outro ente ou a qualquer outra instituição, que não seja o Poder Judiciário, a capacidade ou o poder de restringir ou limitar direitos deve ser visto com reservas e deve ser analisado com todos os seus desdobramentos. O art. 12-B, ao estabelecer à autoridade policial a capacidade de conceder medidas protetivas, em última instância, atribui também a possibilidade de restringir direitos.

Embora saibamos que, naquele momento de angústia ou de ameaça de violação de direitos, uma medida pronta e imediata deva ser adotada, por outro lado, nós deveremos avaliar se vale a pena a ruptura do nosso sistema e as consequências que daí poderão advir em razão dos efeitos dessas medidas protetivas adotadas. Não que elas não sejam necessárias naquele momento, mas há a questão da instituição capaz e competente constitucionalmente para provê-las. É bem verdade que nós reconhecemos que a autoridade policial, o delegado de polícia e os agentes, hoje, com a evolução e o aprimoramento da instituição, é vista por nós como uma instituição de excelência, com excelentes profissionais, capacitados, que têm dado resposta na proteção à mulher vítima de violência. Mas, por outro lado, nós entendemos que o fortalecimento do sistema de acesso à Justiça deve perpassar também pelo fortalecimento do Judiciário e pelo fortalecimento do Ministério Público e da Defensoria Pública, já que sabemos que os defensores públicos não são em quantidade suficiente para atender essas mulheres, no momento em que elas nos procuram à busca de assistência jurídica.

A ausência da orientação jurídica e a ausência de algumas instituições não podem ser imediatamente olvidas com o fracionamento de um sistema por cuja preservação lutamos durante muito tempo. E ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que esses argumentos não estejam suficientemente maduros, é de se verificar que nesta audiência pública percebemos um reclame, um apelo pela ampliação da discussão dos efeitos dessa norma.

Ao que já foi dito, há uma resistência apenas e tão somente a trechos do art. 12-B em que se atribui, por assim dizer, à autoridade policial a competência ou atribuição de estabelecer medidas proibitivas, e nós sabemos das dificuldades e dos desdobramentos de se recorrer depois ao Judiciário, caso haja acesso, excesso ou não haja aplicação da medida protetiva adequada. Esses riscos trazidos para o sistema de garantias e distribuição de competências podem gerar distorções no futuro, e acredito que essas distorções não foram ainda suficientemente discutidas, esses efeitos não foram suficientemente aprofundados para que se possa votar e apreciar com segurança o texto final trazido na origem da Câmara dos Deputados.

A Defensoria Pública defende o fortalecimento da rede de atendimento, defende o empoderamento das instituições que atuam na defesa da mulher vítima de violência, apoia toda e qualquer iniciativa nesse sentido, inclusive o fortalecimento das autoridades policiais pelo País afora, com a ampliação das delegacias especializadas, com a prioridade de atendimento por um agente do sexo feminino, mas desde que não haja um açodamento em relação à distribuição de competências e das instituições.

Fica aqui, então, a nossa adesão a este pleito de aprofundamento da discussão, em especial no que diz respeito ao art. 12-B do Projeto de Lei nº 07. Por outro lado, parabenizo o requerimento. Sentimo-nos lisonjeados por participar desta audiência pública. Acredito que, com a vocalização de vários representantes de movimentos sociais e de instituição nós vamos conseguir, certamente, avançar no sistema de proteção e garantias à mulher vítima de violência doméstica.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Ricardo Batista Sousa, Presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

Para economia processual – as Senadoras, inclusive, têm a comissão processante –, passo a palavra à Drª Nadine, Delegada de Polícia do Rio Grande do Sul. Quero explicar: ela é representante do Fórum Nacional dos Delegados de Polícia.

Embora já tenham se manifestado também representantes da categoria, houve um requerimento do Senador Humberto Costa aprovado no início da sessão, que teve o apoio das demais Senadoras, para participação da Drª Nadine Anflor e também da Drª Sílvia Renata de Araújo Oliveira. De acordo com o entendimento do Presidente da Casa, que nós acolhemos, as representações do Fonavid e do Copevid também vão falar, compartilhando o tempo – cinco minutos para cada um –, porque é uma forma de democratizar o espaço.

Passo a palavra à Drª Nadine para sua manifestação.

A SRª NADINE ANFLOR – Bom dia a todos e a todas.

Exmªs Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em especial nossa Senadora Ana Amélia, que muito nos orgulha como mulher nesta Casa, ilustres colegas de Mesa, Srªs e Srs, agradeço inicialmente a oportunidade de me manifestar nesta manhã e falar um pouco mais sobre a minha experiência como Delegada de Polícia, sete anos à frente de uma delegacia especializada no atendimento à mulher, em Porto Alegre, e, por mais de quatro anos, primeira Coordenadora das DEAMs do Estado do Rio Grande do Sul.

Eu entendo como muito importante este momento que estamos vivendo hoje e ressalto que os delegados e as delegadas de polícia não temem essa discussão. Todos nós temos nossos compromissos com as nossas categorias, mas esse tema está ou deveria estar muito acima de qualquer corporativismo. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui falando de preservação de vidas, de atuação estatal imediata. Nós estamos falando de direitos de milhares de mulheres brasileiras que recebem um tapa, um soco, um chute, uma facada e um puxão de cabelo. É disto que estamos tratando: dessas vítimas de agressão doméstica que diariamente buscam, nas delegacias de polícia de todo o País, uma forma de proteção, de socorro e, muitas vezes, apenas um consolo para aquela dor que sentem.

Há dez anos, a Lei Maria da Penha desnudou essa violência e revelou para nós todos brasileiros essa face triste dessa realidade. Como delegada, Senadora Ana Amélia, eu testemunhei e continuo testemunhando essa violência e, no exercício da minha profissão, sempre tive o anseio de poder proporcionar ainda mais proteção a essas mulheres vítimas de violência.

Recordo-me bem, como se fosse hoje, em 2005, de um plantão da Região Metropolitana do Rio Grande do Sul, tendo recebido uma mulher que era vítima pela segunda vez, com o olho roxo, com três crianças – uma no colo, uma de três anos e outra de cinco anos. Em 2005, ela me disse: "Delegada, hoje a senhora vai prender o meu agressor. Hoje a senhora vai prender o meu marido, porque ele me bateu." Eu me senti impotente, em 2005. E infelizmente eu tinha de dizer e disse para aquela mulher à época: infelizmente hoje a senhora não vai ter o seu agressor preso, porque esse delito de lesão corporal gera um simples termo circunstanciado. Basta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ele assinar um termo de comparecimento em juízo e ele vai ser liberado. E assim foi feito, porque não tínhamos, na época, a Lei Maria da Penha.

Essa Lei nº 11.340 mudou esse cenário, mas, apesar de ter sido uma revolução para quem trabalha e para quem sofre com a violência, ainda precisa de avanços. E agora estamos com uma oportunidade única de permitirmos que algumas dessas alterações efetivamente aconteçam.

O PLC 07, de 2016, propõe essas mudanças. Talvez a mais polêmica delas seja justamente a possibilidade de os delegados e delegadas de polícia concederem algumas medidas protetivas de urgência, as mais simples, aquela medida que é a ordem de proibição de aproximação da vítima. Vejam que o art. 12-B prevê que essa concessão ocorrerá apenas quando verificado, de imediato, risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica dessa vítima. Ou seja, não são em todos os casos. Vai além, prevê claramente que a aplicação de medidas simples de proteção, principalmente da ordem de proibição, dar-se-á de forma provisória, por 24 horas, valendo até a deliberação judicial. (*Palmas.*)

Relembro que, na prática, as mulheres chegam às delegacias de polícia, mas não há vagas nas casas-abrigo. Dou o exemplo do Rio Grande do Sul. Nós temos pouquíssimas casas-abrigo no Rio Grande do Sul. Muitas vezes, as triagens são feitas até as 5h da tarde. Ou seja, depois de 18h, não conseguimos mais colocar as mulheres dentro das casas-abrigo. Este é o nosso dia a dia. E o que acontece com essa mulher? Ela vai para a casa da amiga, para a casa do vizinho, para a casa de um parente. E nós, autoridades policiais, muitas vezes, com o agressor dentro da delegacia, não podemos dizer a ele: "O senhor não pode se aproximar dela onde quer que ela esteja." É só isso que os delegados estão pedindo! (*Palmas.*)

Atualmente, preveem-se quatro dias para que essa medida protetiva seja deferida, fora o tempo necessário para a localização e intimação desse agressor. Nesse ínterim, muita coisa pode acontecer e, infelizmente, acontece. Não são incomuns represálias e novas violências exatamente nesse período em que se aguarda a decisão judicial. Às autoridades policiais compete o mais, que é prender em flagrante esse agressor e liberá-lo mediante fiança, mas não compete o mínimo, que é determinar a esse homem, a esse agressor que não se aproxime da vítima até a deliberação judicial.

Relembro-me daquela vítima de Gravataí que atendi numa madrugada e que queria ver seu agressor, em 2005, preso. E, hoje, eu me lembro de inúmeras outras que, com a cópia da solicitação da medida protetiva nas mãos, achando que já têm essa medida, olham-me e perguntam: "Delegada, por que a senhora não pode simplesmente dizer a ele que não se aproxime de mim?" (*Palmas.*)

Foi dito aqui que se acaba com a possibilidade da capacidade postulatória da vítima. Gente, isso não é verdade. Desculpem-me, senhoras e senhores, mas isso não é verdade. É falacioso o argumento de que a vítima será afastada do contato com o Poder Judiciário. Ora, hoje, antes de ser deferida uma medida protetiva, concedida ou não, essa vítima não tem contato com o juiz.

(Manifestação da plateia.)

A SRª NADINE ANFLOR – A prática demonstra que a medida é deferida com base nos documentos colhidos dentro de uma delegacia de polícia.

Trago aqui meu exemplo pessoal. Por questões de amizade com a Drª Madgéli, que aqui se encontra e que é uma excelente juíza, e com o Dr. Lorea, que antes dela atuou na Vara de Violência, por uma rede de pessoas, nós tínhamos o dever de levantar o telefone e de dizer: "Drª Madgéli, pelo amor de Deus, nessa medida protetiva, a senhora conceda, porque estou aqui com o agressor e estou correndo o risco de cometer abuso de autoridade, segurando o agressor dentro da minha delegacia, esperando que o oficial de Justiça venha para intimá-lo." E não fiz isso uma, duas ou três; eu fiz isso várias vezes, nos meus sete anos de Delegacia da Mulher.

(Manifestação da plateia.)

A SRª NADINE ANFLOR – Acho estranho o Movimento de Mulheres. E acho até que, talvez, tenha faltado efetivamente mais diálogo. Está aqui a Carmen Campos, que também é minha amiga. Acho que faltou diálogo, sim. E faço *mea-culpa*. Só que não consigo ver, dentro da CCJ, morrer um projeto que é tão importante, um projeto que a sociedade quer. Não são os delegados de polícia que o querem, mas, sim, as mulheres vítimas!

O que os delegados estão pedindo aqui hoje é o que a sociedade quer, é o que a sociedade deseja de todos nós.

O delegado de polícia já é o responsável primário pela proteção à mulher. Aumentará, sim, o compromisso da Polícia Judiciária nessa proteção, o que vejo como extremamente salutar.

O que temo aqui, Senadora e Secretária, não é a discussão. O que eu temo aqui é que em todos os momentos nós estamos vendo que o que se sobrepõe é o corporativismo.

Enquanto isso, o que menos importa são as vítimas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Nadine.

Para fazer um equilíbrio aqui, vou convidar o Dr. Thiago Pierobom de Ávila, que é Promotor de Justiça da Comissão Permanente de Promotores de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), por cinco minutos. Vamos dar o mesmo tempo de 10 minutos, porque aqui vamos equilibrar, sem problema do tema. Para depois não se imaginar que as instituições não tiveram igual tempo de distribuição.

Então, com a palavra o Dr. Thiago. Depois falará a Drª Silvia, a Drª Madgéli e as vítimas, para encerrarmos.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Senadora Ana Amélia, gostaria de cumprimentá-la e, na sua pessoa, cumprimentar todas as demais Senadoras e Senadores que estão presentes neste auditório, assim como os colegas de profissão: juízes, promotores, defensores, delegados de polícia, Movimento de Mulheres.

Senhoras e senhores, a Lei Maria da Penha ainda não completou dez anos. A Lei Maria da Penha, como o Movimento de Mulheres muito bem colocou, foi gestada pelas mulheres e para as mulheres, com um diálogo intenso das mulheres. Ela foi gestada dessa forma porque conseguiu alcançar um ponto de equilíbrio entre a proteção à uma mulher e a não arbitrariedade na restrição de direitos fundamentais do agressor.

Quando uma alteração à Lei Maria da Penha é feita sem o diálogo com o Movimento de Mulheres... Parece-me muito legítima a ponderação das mulheres, de que qualquer alteração na Lei Maria da Penha deveria passar pelo diálogo com as mulheres, porque nesses dez anos não foi uma nem duas tentativas de modificação da Lei Maria da Penha, foram n tentativas. Já quiseram criar a lei João da Penha, já quiseram estender a Lei Maria da Penha para os homens, já quiseram revogar artigos dizendo que eles são inconstitucionais e há muito pouco tempo que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Então, é algo ainda a se proteger e cuidar.

Eu diria que nós temos dois problemas sérios no cerne da controvérsia, que é o art. 12-B, do Projeto de Lei da Câmara nº 07, que é a inconstitucionalidade e a ineficiência da proposta.

Eu gostaria de analisar o primeiro tema, que é o da inconstitucionalidade. Para ser didático, Srª Senadora, eu gostaria de trazer alguns exemplos práticos. Às vezes discutimos na teoria e não conseguimos enxergar em que isso vai impactar de forma tão grave o sistema jurídico a ponto de Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e Movimento de Mulheres estarem todos em uníssono aqui, dizendo: "Olha, isso é inconstitucional. Eu não posso ter uma alteração desse tipo."

Então, eu partiria do primeiro exemplo que foi trazido pela Drª Jeovânia, na sua primeira fala, daquele caso da mulher, de lá do interior do País, que fez um requerimento de medida protetiva na delegacia pedindo para tirar o seu marido de dentro de casa. O juiz demorou 20 dias para apreciar o requerimento da mulher e, no meio do caminho, ela foi assassinada.

Eu não discuto que existam falhas na forma como a Lei Maria da Penha está sendo cumprida, mas o que nós temos que discutir é o cumprimento da lei e não a alteração da lei. O exemplo já fala por si mesmo. (*Palmas.*)

Esse foi um caso em que não é que eu tenha que alterar a lei para evitar o que aconteceu, eu tenho que cumprir o que está escrito na lei para evitar a morte dessa mulher. Um juiz que demora 20 dias para decidir uma medida protetiva de urgência tem que ter uma representação no CNJ para responder por essa falha...

(Manifestação da plateia.)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – ... assim como um delegado de polícia que registra uma ocorrência...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a todas as participantes para ouvirmos os nossos palestrantes.

Eu quero também aproveitar a interrupção em que a Senadora Vanessa pede atenção e respeito aos nossos convidados para saudar a presença da Deputada Dâmina Pereira, que é coordenadora da Bancada Feminina na Câmara, e da Deputada Soraya Santos, Coordenadora da Comissão Externa de casos de estupro. Muito obrigada pela presença aqui. (*Palmas.*)

Continua com a palavra o Dr. Thiago.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Obrigado, Srª Senadora.

Retornando aos exemplos concretos. Vamos ao primeiro exemplo: afastar um homem do lar. Srªs e Srs. Senadores, o que diz a Constituição brasileira sobre quem tem o poder de restringir o direito ao domicílio de cidadão? Qualquer aluno de primeiro semestre de uma faculdade de Direito sabe que só quem pode restringir o direito ao domicílio é um juiz. A Constituição Federal veio colocar essa alteração. Antes da Constitui-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ção, o delegado de polícia podia restringir o direito ao domicílio. A Constituição falou: "Não pode mais, a partir de agora, só quem pode restringir o direito a um domicílio é um juiz."

Agora, se um homem e uma mulher moram na mesma casa e um delegado de polícia dá uma ordem dizendo: "O senhor está proibido de se aproximar dessa mulher a menos de 200m, 300m, 400m." Qual é a consequência prática dessa decisão? Ele vai ter que sair de casa. O que consta do projeto de lei do art. 23 da Lei Maria da Penha, que estão colocando lá como prerrogativa do delegado de polícia? O art. 23 da Lei Maria da Penha fala o seguinte: que quem defere a medida protetiva pode determinar a recondução da vítima ao lar após o afastamento do agressor. Então, está expresso no projeto de lei que vai haver a possibilidade de afastamento do lar do agressor. Senhores, só quem pode restringir o direito a um domicílio é um juiz, isso é básico, é inconstitucional a restrição ao domicílio. Art. 23 da Lei Maria da Penha: reconduzir a mulher ao domicílio com o afastamento do agressor.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Segundo exemplo que eu gostaria de dar para os senhores: esse homem não está morando com essa mulher, mas eles têm dois, três filhos e ele tem o direito de visitar periodicamente esses filhos. O que que está escrito lá no art. 22 da Lei Maria da Penha? Que a medida protetiva de urgência é a proibição de contato com a vítima, seus familiares ou testemunhas do crime e está dando esse poder para o delegado de polícia restringir a proibição de aproximação da vítima, dos familiares e das testemunhas. Vou ter uma decisão do juiz que regulamenta guarda e visita dos filhos e vou ter uma decisão de um delegado de polícia revogando a decisão do juiz que regulamentou o direito de visita às crianças, que são os familiares da vítima. Olha o nível de inconstitucionalidade que estou colocando dentro da Lei Maria da Penha!

Suponhamos que eles não morem na mesma casa, mas são colegas de trabalho: eles se conheceram, começaram a namorar, depois de seis meses veio o conflito e ela registrou uma medida protetiva lá na delegacia. Se eu proibir esse homem de se aproximar dessa mulher, eu estarei proibindo esse homem de ir ao seu trabalho, porque ela trabalha no mesmo local. Se eles são colegas de faculdade, estarei proibindo esse homem de ir à faculdade, terá que trancar o semestre e terá que trocar de universidade.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Eu não digo que todas essas restrições de direitos devam ser realizadas. Estou chamando atenção a que isso tudo é uma restrição gravíssima na esfera de direitos fundamentais e só quem pode ter esse nível de restrição de direitos fundamentais é o Poder Judiciário. Eu, Ministério Público, não quero ter esse poder de restringir direitos fundamentais porque eu não sou juiz. A Polícia não pode ter esse direito de restringir direitos fundamentais.

Só o último exemplo para eu encerrar. Acho que ninguém ainda prestou atenção nesse detalhe. Quando eu digo que quem restringe os direitos fundamentais é o Poder Judiciário, estou colocando as medidas protetivas de urgência no sistema de proteção do Poder Judiciário. Eu sou Promotor de violência doméstica aqui, em Brasília. Infelizmente, não é raro pegarmos caso em que Parlamentar – do Senado, não tivemos nenhum ainda, mas, lá na Câmara, infelizmente tivemos alguns – tem um conflito de violência doméstica com sua esposa. Aí, vai a mulher na nossa Deam – que, aliás, fazendo sempre o registro, é uma das melhores delegacias do Brasil, se não for a melhor –, ela registra a ocorrência e pede medida protetiva de urgência. O Deam manda lá para o Juizado de Violência Doméstica. O que nós falamos neste caso? "Nós não podemos apreciar esse requerimento, porque só quem pode afastar esse Parlamentar de casa e proibi-lo de entrar em contato com a sua esposa ou com os seus filhos é o Supremo Tribunal Federal, é o Relator lá no STJ." Agora, se eu falar que isso não é mais medida jurisdicional, que a partir de agora é uma medida administrativa, qualquer delegado de polícia, em qualquer cidade do País, vai ter o poder de afastar um Deputado, um Senador, um Governador, um Prefeito, um Deputado Estadual da sua residência.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Por quê? Porque não precisa mais responder ao foro por prerrogativa de função.

Eu sei que esse não é um argumento muito simpático para ser utilizado, mas eu tenho que entender todas as repercussões. Quando eu digo que quem decide é o Judiciário, estou colocando nesse sistema de proteção e de garantias de direitos.

A última ponderação, para concluir, é a questão da efetividade dessa alteração. Vai ser eficiente eu dar esse poder ao delegado de polícia? A primeira ponderação a que queria chamar a atenção é a seguinte: apenas um papel assinado não protege as mulheres, eu preciso dar efetividade à ordem que foi colocada. Quando o juiz dá a sua decisão, ele vai encaminhar a um oficial de Justiça, que vai na casa do agressor e o afasta do lar. Se ele não quiser sair, tem o poder de usar a força para retirar de dentro da casa, porque é restrição ao direito fundamental ao domicílio. Agora, suponhamos que a delegacia defira essa ordem e diga: "O homem tem que sair de casa, o homem não pode se aproximar da mulher." A pergunta é: quem vai cumprir essa decisão? A resposta normalmente vai ser: os agentes de polícia, os inspetores. Mas eu quero chamar a atenção, senhoras e senhores, para o seguinte; a Polícia, infelizmente, já não consegue concluir os inquéritos.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Quantos inquéritos nós temos parados nas delegacias de polícia? Ocorrências policiais que não geram instauração de inquérito? Está lá no relatório da CPMI da violência doméstica, que documentou com fartura. Então, se já faltam recursos...

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Senhoras, silêncio, por gentileza!

Desculpe-me.

Se já falta mão de obra nas delegacias para fazer o que deveria ser obrigação da delegacia de polícia, que é investigar com qualidade, de forma rápida e mandar ao Poder Judiciário para que possamos punir esse homem que praticou essa violência, o que dirá que acontecerá agora se eu deixar que o agente de polícia, que já não está fazendo a investigação, ainda saia à rua para cumprir mandado de intimação? E aí, só para completar: se deferir, há esse problema, e se eu não deferir a medida protetiva na delegacia de polícia? A mulher já chega ao Poder Judiciário com um passo atrás de desvantagem, porque já foi o delegado de polícia que indeferiu a medida protetiva que ela tinha inicialmente solicitado.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Então, promete-se algo que, na prática, a Polícia não vai ter condições de cumprir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Por isso, eu me coaduno com o Movimento de Mulheres e agradeço muito a oportunidade, Srª Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Thiago.

Passo, de imediato, a palavra à Drª Silvia Renata de Araújo, Delegada de Polícia do Estado de Pernambuco, que faz parte do requerimento do Senador Humberto Costa.

Com a palavra a Drª Silvia Renata.

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – Boa tarde, Senadora Ana Amélia, boa tarde a todos os Senadores e Senadoras presentes, a todas e a todos aqui com o único objetivo de discutir e buscar caminhos para o aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha. Essa certamente é a maior conquista dos grupos de direito feminino no Brasil. É uma lei que nós todos acreditamos ser uma grandiosa arma na luta pelo direito das mulheres.

E aqui eu peço para falar, Senadoras e Senadores, como parte das mulheres que batalham por um espaço. As instituições de polícia ainda são instituições permeadas dos preceitos masculinos, assim como são o Judiciário e o Ministério Público. Aqui eu falo para as colegas, se assim eu as posso chamar, as juízas e promotoras, a exemplo da Drª Adriana.

Como muito bem colocou o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, eles nunca tiveram a mulher na posição de presidente. É preciso, sim, colocar abaixo estigmas do patriarcado. É preciso, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

colocar e superar barreiras do colonialismo. Mas precisamos falar verdadeiramente sobre isto: as instituições ainda são permeadas de machismo, sim, e estamos aqui para tentar superar isso. Então, é preciso pensar sobre isso de forma ampla. A Polícia tem, sim, necessidade de aperfeiçoamento institucional, assim como as outras instituições do sistema de justiça criminal, Senadora.

Este debate é muito importante para podermos trocar informações com representantes dos movimentos de defesa da mulher, o que nem sempre nós fazemos porque não há essa oportunidade. Então, é importante essa troca, sim, e nós queremos fazer esse debate, sim.

A legislação, o projeto de lei é constitucional, Promotor. O projeto não tira qualquer tipo de reserva jurisdicional. A medida vai ser aplicada pelo delegado de polícia e será homologada ou não pelo Judiciário, no mesmo prazo que cabe hoje ao Judiciário avaliar.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – Mas, infelizmente, não temos essa avaliação, não temos a apreciação dessas medidas, Senador Cássio, nem no meu Estado e nem no seu Estado vizinho. Hoje nós temos uma média muito acima das 48 horas. E eu entendo os juízes e promotoras, que gostariam de fazer antes e não conseguem, pois há as limitações dos Estados. Essas são as limitações dos Estados, mas essas são as nossas circunstâncias reais de trabalho. E nós não podemos fechar os olhos para isso.

Então, a legislação somente permite ao delegado fazer como o delegado já faz prisão. O delegado entra na casa das pessoas e faz prisão sim, Dr. Promotor. Diariamente. E isso não é quebra de reserva jurisdicional. A Constituição estará garantida.

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – Conselheiros tutelares fazem apreensões para serem homologadas pelo Judiciário, e isso não é quebra de poder jurisdicional. Então, eu acho que esse é um ponto que precisamos marcar, mas está evidente que não existe quebra de poder jurisdicional.

E mais dois pontos. Um é a necessidade da urgência. Urgência é serviço de pronto atendimento, urgência é o que é imediato.

Três semanas para deferir uma medida protetiva não é medida protetiva de urgência. Então, vamos mudar o nome da medida protetiva, que deixa de ser de urgência. Aí sim, vamos ter uma medida protetiva que pode passar três meses. Hoje, demora duas semanas ou três meses.

Senadora Vanessa, no seu Estado do Amazonas, o serviço do Judiciário, que uma das representantes aqui falou que era de 24 horas, não é. No seu Estado, Senadora Vanessa, o Amazonas, segundo o *site* do Tribunal de Justiça do Amazonas, o plantão do Juiz Criminal de Primeira Instância é de 8h às 18h. Quem já viu juiz trabalhando 24 horas aqui? Eu sinto muito, não há.

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – No seu Estado, Senador Cássio Cunha Lima, segundo o *site* do Tribunal de Justiça da Paraíba, o plantão começa às 14h e termina às 17h.

No seu Estado, Senadora Fátima, o Rio Grande do Norte, segundo o *site* do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o plantão é feito através de um telefone.

No seu Estado, Senadora Marta Suplicy, o plantão, embora conste como de 24 horas, é feito somente no período de 9h às 14h.

E assim muitos outros.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – Essas são as informações, que posso inclusive disponibilizar. Estão nos *sites* dos Tribunais de Justiça de cada um desses Estados.

Então, precisamos pensar, efetivamente, quem está aberto à população 24/7, que é uma expressão muito conhecida da polícia.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – Inclusive é nome de uma pistola: 24/7. São 24 horas por dia, os 7 dias da semana. Isso é polícia. Aqui há uma série de delegados e de delegadas que saíram dos seus plantões. Com todo o respeito ao trabalho digno que é realizado por promotores, juízes e juízas de todo este País, mas ninguém nunca viu juiz e promotor trabalhar 24 horas por dia.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – Eu tenho muito respeito pelos senhores, pelas pessoas sérias que desempenham também a difícil missão no sistema de justiça criminal, mas é preciso dar às coisas os nomes que elas têm. Plantão, serviço ininterrupto é em delegacia. Nós nas delegacias de polícia é quem vemos as mulheres chegando, chorando, gritando e sangrando, e quando elas saem de lá, o máximo que temos hoje para entregar a elas é uma folha de papel. E folha de papel não garante direito. Elas se voltam para nós e perguntam: "A senhora não vai fazer nada por mim, Delegada?". Nós queremos tentar fazer alguma coisa.

Eu queria usar uma analogia, mais uma vez do seu Estado, Senadora Marta. Morreram pessoas de frio, nas últimas três semanas, em São Paulo. Talvez, quiçá elas tivessem um cobertor fino e teriam sobrevivido ao dia seguinte. É isso o que nós queremos. Não queremos reserva de jurisdição, não somos juízes. Queremos dar um cobertor fino para que essas mulheres aguentem chegar ao dia seguinte.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA – É isso que nós queremos, tenha certeza.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Silvia.

Eu peço a colaboração de todos. Quero saudar a presença da Drª Tatiane Moreira Lima, Juíza da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ela apareceu porque o gabinete dela foi invadido por um agressor. Obrigada por estar compartilhando conosco desta audiência pública.

Para encerrar os depoimentos dos palestrantes que representam aqui todas as instituições envolvidas no sistema – todas, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, delegados de polícia –, agora eu vou passar a palavra à Drª Madgéli Frantz Machado, que faz parte do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), por dez minutos. Depois, nós vamos ouvir dois depoimentos de duas vítimas de violência antes de iniciar os debates com os Srs. Senadores.

Com a palavra a Drª Madgéli.

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – Obrigada, Senadora Ana Amélia Lemos, representante gaúcha no Parlamento que muito nos orgulha, que muito orgulha o nosso Estado – eu sou gaúcha –, em cujo nome cumprimento as demais Senadoras e Senadores que se encontram nesta audiência pública.

Boa tarde a todos e a todas.

Nós estamos aqui hoje em um ato de verdadeiro exercício da democracia, e é com esse espírito que nós, juízas e juízes de violência doméstica, mas, acima de tudo, cidadãs e cidadãos brasileiros, estamos defendendo a Lei Maria da Penha e o estabelecimento de um debate que é necessário.

O Fonavid entende que é inconstitucional o art. 12-B do PLC nº 07/2016. Quando se concedem medidas protetivas às mulheres – é importante dizer –, ao mesmo tempo em que as estamos protegendo, porque são medidas necessárias, urgentes, estamos restringindo direitos e até a liberdade, que é um direito fundamental, do suposto autor do fato. Restringir direitos e a liberdade é ato exclusivo do juiz. Trata-se de garantia a todo e qualquer cidadão que vive sob a égide do Estado democrático de direito. O exercício da jurisdição é prerrogativa do juiz, é indelegável e, se é indelegável, nem de forma provisória, como pretende o projeto, pode a autoridade policial praticar atos que restrinjam a liberdade ou o direito de ir e vir de qualquer cidadão brasileiro. Não é por ser provisória a decisão que ela deixa de ser ilegal ou inconstitucional.

Importa dizer, senhores e senhoras, que, na fase policial, não há imparcialidade. Esta é própria do juiz e, lá na polícia, infelizmente, sequer há defensores públicos ou advogados dativos para defender e orientar as partes em relação aos seus direitos. De que forma, então, estarão resguardadas essas pessoas, aquela vítima que precisa de proteção, de orientação, e aquele suposto autor do fato? Não há equipe multidisciplinar, não há policiais suficientes, não há policiais suficientemente capacitados para acolher de forma humanizada e qua-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

lificada essas vítimas de violência doméstica que chegam a essas estruturas precárias. Não há delegacias que funcionem 24 horas, que funcionem nos finais de semana.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – Ao contrário do Poder Judiciário...

(Soa a campainha.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – ...onde há plantão 24 horas sim.

(Soa a campainha.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – O Poder Judiciário e o Ministério Público têm plantão e cumprem plantão 24 horas nos tribunais dos Estados brasileiros.

Faltam, senhores, nas delegacias de polícia, viaturas, falta combustível, falta papel e – Nadine, minha amiga, vou aqui dividir com os senhores e senhoras – falta até grampeador, falta carimbo, falta papel. Nós lá, unidas pelas mulheres no Rio Grande do Sul... Muitas vezes, o Judiciário teve que compartilhar até esses materiais para que se pudesse dar a garantia para essas mulheres. E falta também, senhores e senhoras, sensibilidade. E quem é que traz esses dados, Excelência?

(Manifestação da plateia.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – São as mulheres.

Vejam, as notícias nos mostram: "Delegacias especializadas não garantem segurança para vítimas", "A saga por um boletim de ocorrência", "Delegacias deixam de atender por falta de estrutura", "Mulheres relatam atendimento hostil em delegacias especializadas", "Com sucateamento da segurança, morador faz vaquinha para a polícia", "Ineficiência da Delegacia da Mulher. Elas são palco de uma segunda violência contra as vítimas, com policiais despreparados, um descaso imenso e um tom quase de deboche".

(Manifestação da plateia.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – E mais, Excelências...

(Soa a campainha.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – É importante registrar aqui que esta Casa, juntamente com a Câmara Federal, já reconheceu o sucateamento do sistema de segurança pública e, inclusive, opinou pela inconstitucionalidade deste mesmo projeto de lei que está agora em debate.

Precisamos de urgência? Claro que precisamos. Nossas mulheres merecem. A vida dessas mulheres e de suas famílias é que está em jogo. Então, comecemos lá, pela polícia, comecemos nas delegacias de polícia cumprindo o que já está na Lei Maria da Penha no seu art. 10, no seu art.11 e no seu art. 12. Lá já se diz que compete à autoridade policial adotar de imediato as providências legais cabíveis. E por que elas não são adotadas? Porque falta combustível, falta viatura, falta policial, falta delegado de polícia. É isso que falta, gente.

Então, se nós cumprirmos a lei, como já foi dito, nós teremos efetividade. Vamos cumprir a lei. A lei é forte, esta lei é a terceira melhor legislação do mundo, e nós precisamos é cumprir o que está na lei.

Mas, infelizmente, as medidas protetivas chegam para o Judiciário fora de prazo. O delegado tem 48 horas, até 48 horas...

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – Que venham essas medidas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, nós vamos começar logo o debate. Por gentileza, vamos terminar, Drª Madgéli.

A SRª MADGÉLI FRANTZ MACHADO – Que venham essas medidas imediatamente ao Poder Judiciário. Elas serão apreciadas, e os direitos dessas mulheres serão garantidos.

Mas a autoridade policial sequer tem viatura, sequer tem policial para ir lá acompanhar a mulher, os seus os, muitas vezes para ir buscar seus pertences pessoais porque ela precisa ir para um abrigo ou ela precisa afastar da sua residência. Nem isso, gente, que já está na Lei, é cumprido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Além disso, função precípua das delegacias de polícia é a investigação, Senadora. Só no Rio Grande do Sul, temos mais de 50 mil inquéritos policiais estagnados nas delegacias especializadas e postos de mulher. É essa a resposta que nós queremos dar para as nossas mulheres? No Rio de Janeiro, mais de 79 mil inquéritos. É a prescrição dos crimes que nós queremos oferecer para as nossas mulheres? Não é a prescrição, nós queremos salvar essas mulheres. No Acre, só na capital, mais de 8 mil inquéritos policiais.

E o mais importante – chamo atenção para isto – é que a concessão dessas medidas protetivas pela autoridade, como já foi referido aqui, é uma falsa segurança. A medida é apenas um papel. Se eu não tiver condições imediatas, urgentes, de ir lá intimar o autor do fato, o ofensor, afastá-lo de casa imediatamente, não vai ter efetividade nenhuma, vai ser apenas uma falsa segurança. A mulher vai sair com um papel que não ataca bala, que não ataca tiro, que não ataca facada, que não ataca paulada.

Então, nós precisamos que essa intimação, esse cumprimento da medida protetiva seja imediato, eficiente, e isso o Judiciário tem condições de fazer, e o faz.

Só no ano passado, mais de 300 mil medidas protetivas foram concedidas no Brasil. E, vejam, é muito importante a questão da intimação. Por quê? A Lei Maria da Penha diz que o juiz pode decretar a prisão preventiva, inclusive de ofício, se o agressor descumprir a medida protetiva. Mas quando eu posso considerar que o agressor descumpriu a medida protetiva, Senadora, senhores e senhoras? Só a partir do momento em que ele foi intimado daquela decisão que concedeu a medida protetiva. Então, se as polícias não têm condições de efetivar rapidamente, de forma urgente, imediata, a medida protetiva, nós vamos estar abrindo mão, talvez, do maior instrumento e ferramenta que a Lei Maria da Penha nos trouxe, que é a decretação da prisão preventiva pelo requisito objetivo, tão somente o descumprimento da medida protetiva.

Vemos, então, que cresce o número de medidas protetivas e cai o índice de feminicídios no Rio Grande do Sul e no Brasil. Até mesmo nas audiências de custódia, o Poder Judiciário está primando pela concessão dessas medidas protetivas. Isso tem sido um movimento pelo Brasil todo. Não se trata, como muitos pretendem dizer, de disputa de poder, mas que cada um dos integrantes deste sistema de justiça cumpra com qualidade e efetividade a sua parte, o que a Constituição nos traz, o que a Lei Maria da Penha nos traz.

A lei é mais forte. Estamos aqui, juízas e juízes, para reafirmar o nosso compromisso com a proteção das meninas e mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Madgéli. (*Palmas.*)

Imediatamente, a Flávia, de São Paulo, e a Tatiana, do Estado de Goiás, as duas vítimas de violência.

Assim como a Senadora Vanessa solicitou a abertura da sala – a sala 7 foi disponibilizada –, também por uma solicitação aqui no plenário do Senador Cássio. Os depoimentos das duas vítimas já estavam previstos. Já tinha conversado com as duas antes de iniciar a sessão. Então, vou dar três minutos para cada uma, para o relato de cada uma de vocês. Em seguida, iniciaremos aqui os depoimentos e as indagações – já há uma lista de inscritos com os Senadores presentes.

Passo a palavra à Flávia por três minutos. Flávia, vítima de violência, é do Estado de São Paulo – solicitação do Senador Cássio e também da própria Mesa da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRª FLÁVIA REGINA BACH – Oi, meu nome é Flávia, eu tenho 43 anos. Durante muitos anos, no período do meu casamento, eu sofri violência doméstica e, por medo desse agressor, nunca procurei ajuda.

Em 2014, no final de 2014, eu e meu filho... A situação estava simplesmente insustentável, estava terrível... A pedido, inclusive, dele... Ele falou: "Mãe, temos que tomar uma atitude. Você tem que se separar". Cheguei para esse homem, esse agressor, e falei que não daria mais para manter o casamento, que era definitivo, que ele fosse embora da minha casa. Aí, o que estava ruim ficou simplesmente muito pior. Vieram as agressões a mim e aos meus dois filhos que tenho com ele. Tivemos que fugir de casa.

Eu fiquei três dias *(com a voz embargada)* – me desculpem, mas é que estou muito nervosa – perambulando pela rua, descalça, sem roupa para as crianças, com vergonha de pedir socorro para a minha família, porque eles não sabiam... Alguma coisa eles sabiam, mas não a fundo, do que acontecia. Até que eu tive coragem, liguei para uma tia e ela me levou à Delegacia da Mulher, de Diadema.

Chegando lá, descalça, sem documento, toda suja, com aquelas duas crianças, prontamente eles me atenderam. Eu não cheguei, no primeiro momento, a falar com a delegada, porque eu não conseguia falar nem o meu nome. Eu não tinha nem documento. Eu estava muito transtornada e me levaram para uma sala reservada, para me pouparem, inclusive, dos olhares porque as pessoas se assustaram quando me viram, eu estava em estado de choque, e aí veio uma assistência social, a qual eu devo muito no período em que eu precisei do apoio da delegacia, e umas três psicólogas. Durante algumas horas, elas ficaram conversando comigo, para eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

poder começar a confiar nelas e começar a relatar e elas entenderem que era um problema de violência doméstica. Elas estavam achando que era uma outra coisa.

Chamaram imediatamente esse agressor; ele apareceu, debochando da cara de todo mundo, fazendo ameaças lá dentro, falando que aquilo ali não ia resolver nada – aquela coisa toda...

(Soa a campainha.)

A SRª FLÁVIA REGINA BACH – E eu saí de lá sem a... Foi tentada a medida protetiva, não consegui. Passaram alguns dias, esse agressor novamente atentou contra a minha vida, contra a do meu filho. Foi tentada novamente uma outra medida, não consegui.

No último momento, quatro meses e quinze dias depois que esse agressor, na minha casa, fazendo todo o tipo de atrocidade comigo e com os meus dois filhos, o juiz acatou a decisão da Delegada Renata, da Delegacia de Diadema, e, desse momento em diante, eu estou tendo um pouco de paz.

Ele descumpriu a medida duas vezes, acabou sendo preso, mas ele nunca mais conseguiu se aproximar. Ele estava rondando, mas ele não teve acesso à gente.

Então, o que eu quero dizer é assim: eu não entendo de leis, eu não sei o que vocês estão falando, eu sei o que eu vivi. Se eu tivesse conseguido a medida protetiva naquele instante, naquele dia 3 de novembro, eu e meu filho, meus dois filhos, não teríamos passado o que nós passamos. Eu perdi 20Kg em 30 dias, gente! Foi o pior momento da minha vida. E se eu estou viva é graças à delegacia, com o apoio que eles me dão, inclusive, até hoje.

Desculpem-me, eu estou muito emocionada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Flávia, pelo depoimento. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Flávia. Muito obrigada por esse depoimento.

Para as nossas convidadas que assistem à audiência, vamos agora ouvir o depoimento da Tatiana Karine de Araújo, que é de Goiás e também faz um relato do seu problema pessoal, como testemunho para finalizar esta audiência pública.

Com a palavra a Tatiana.

A SRª TATIANA KARINE DE ARAUJO – Boa a tarde a todos.

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA KARINE DE ARAUJO – Eu sou fisioterapeuta, mãe de dois filhos, uma menina de dez anos e um de sete anos. Fui casada por nove anos e, hoje, estou aqui em meu nome e em nome de uma irmã, que foi assassinada pelo marido com 37 anos de idade. Nunca buscou a Justiça, porque morria de medo. Era insegura quanto à Justiça. Ela falava para mim: "Tatiana, eu tenho medo de buscar a Justiça e não ter o respaldo rápido."

Era um policial, andava armado e matou a minha irmã com três tiros no rosto. E o assassino está solto até hoje. Passaram-se seis anos, e a impunidade desse caso levou o meu ex-marido a me ameaçar todos os dias da minha vida pelo batom que eu usava, pelo sapato vermelho que eu colocava no pé, por eu ir à academia, eu que sempre fui uma mãe, uma mulher direita, nunca saí dos meus princípios, mas eu acredito que ele me via como um objeto, ele era meu dono.

Ele me agrediu por diversas vezes, quebrou portas dentro da minha casa, e eu também tive medo de denunciar. Mas, lembrando dessa pessoa maravilhosa, que hoje eu não tenho mais perto de mim, eu falei: eu não vou deixar o meu pai e a minha mãe passarem outra vez por essa situação, eles não têm mais vida, o meu pai e a minha mãe não têm mais um coração no peito. Eu falei: eu preciso reagir, e, sozinha também, como a Flávia disse, eu fui buscando um jeito para me livrar da morte.

Hoje eu tenho força para falar disso, porque eu sou uma cristã, graças a Deus, e busquei em Deus essa força. Eu fui agredida na rua da pior maneira que uma mulher pode perder a sua moral, não houve motivo nenhum. Eu acredito que ele estava fora de si, alcoolizado e com um sentimento de posse. Agrediu-me, eu denunciei, e o primeiro lugar que eu procurei foi o Ciops da minha cidade. Tive que expor, mais uma vez, ali naquela recepção cheia de pessoas estranhas, o meu caso, porque ainda não havia a Delegacia da Mulher. E sofri muitos dias com a medida protetiva, porque demorou quase dois meses para o agressor ser intimado. Enquanto isso, fui ameaçada não só mais por ele, mas pela mãe dele, o pai, as irmãs, e eu passei a viver embaixo dos meus s, que já tinham a dor de perder a minha irmã e eu corria o risco de perder também a minha vida. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós vivemos dias de terror, eu posso falar isso para vocês. E eu acredito que, se esse homem tivesse sido intimado de imediato, eu não teria vivido esses dias de tanto sofrimento para mim, para os meus filhos, para os meus pais, para as pessoas mais próximas. E eu vendo, ouvindo vocês falaram aqui, eu fiquei dali pensando: gente, a luta é pela ordem de valores e de quem é melhor ou pior, ou é pelas mulheres? (*Palmas.*)

Gente, pelo amor de Deus, não deixem as coisas piorarem! Vamos lutar por dias melhores para as mulheres! Hoje foi comigo, com a Flávia, amanhã pode ser com sua filha, com sua neta. Não espere passar por isso dentro da sua casa não, gente. Não tem fim, não tem fim a dor de perder uma filha, uma irmã por causa da violência, e isso só quem vive sabe. Pelo amor de Deus, gente, vamos melhorar o dia das mulheres! Nos ajudem!

(Soa a campainha.) (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Tatiana. Eu agradeço esses depoimentos que falam, talvez, muito para todos nós que temos a responsabilidade de fazer uma lei que seja uma lei de equilíbrio e uma lei de consenso, se isso for possível. Vamos trabalhar intensamente para isso.

Vimos que a audiência pública serviu para revelar quantos conflitos existem nessa proposta, e nós precisamos que saia daqui uma proposta que tenha o atendimento e o acolhimento de todas as instituições envolvidas, das pessoas líderes desse processo e do Congresso Nacional. O Congresso não pode se omitir nessa hora.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a primeira inscrita. Já está inscrito o Senador Cássio Cunha Lima. Já estão inscritos a Senadora Vanessa...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu gostaria de pedir a V. Exª que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já está inscrita. Olha, só para a informação dos senhores, a Senadora Vanessa é a primeira, o Senador João Capiberibe, que não está, mas a Senadora Marta está trabalhando em um projeto, Senadora Angela Portela, Senadora Fátima Bezerra, Senador Cássio Cunha Lima.

Nós temos também o trabalho da Comissão, Senadora. Então nós vamos todos, V. Exª, eu, o Senador Cássio e a Senadora Fátima, trabalhar para que consigamos dar um encaminhamento para o bom êxito desta audiência pública e desse esforço coletivo – aqui foi um esforço coletivo.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, que é Procuradora da Mulher no Senado Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Senadora Ana Amélia, primeiro eu quero reforçar as palavras de V. Exª, Senadora. Nós não estamos aqui para um mero debate. Nós estamos aqui para discutir algo que é sensível, algo que para as mulheres é fundamental – para muitas delas diz respeito à sua própria vida –, e nós estamos aqui todos imbuídos com o mesmo objetivo.

Eu acho que, em primeiro lugar, nós precisamos deixar claro: se aqui há magistrados, se aqui há delegados, se aqui há procuradores, se aqui há advogados, defensores, o que importa não é isso; o que importa é que aqui há mulheres, mulheres ou que sofreram violência diretamente ou mulheres que lutam a sua vida inteira contra a violência. Quando a gente fez esse debate, eu quero lembrar, não foi fácil enfrentar esse debate, não foi fácil garantir esse debate. Semana passada, eu fui ali conversar, porque a sala estava quase tão cheia quanto hoje, pedindo a compreensão para que nós fizéssemos o debate no dia de hoje e, em seguida, pudéssemos analisar e votar a matéria com mais segurança, corrigindo os erros que têm que ser corrigidos.

Eu, infelizmente, não tive o apoio de todos, mas acho que aquele momento ficou lá para trás, nós estamos construindo um novo momento, o momento do diálogo. Eu acho que a pior coisa do mundo, neste instante, sabe qual é? É chegarmos amanhã, Senadora, à CCJ, aqui nesta Comissão, e votarmos "sim" ou "não" a este projeto. Nós não podemos permitir que isso aconteça, porque isso não vai resolver os nossos problemas.

Eu vou pegar o mais simples deles. Eu conversava aqui com a Deputada Soraya, com a Deputada Dâmina, que são coordenadoras da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, e está aqui o projeto que foi aprovado na Câmara.

Lamento que, na Câmara, as Deputadas, que são tão ciosas quanto nós, não tenham tido a oportunidade de debater a matéria como nós estamos debatendo, porque foi dito aqui, salvo engano, pela companheira Carmen, o quanto nos custou a elaboração da Lei Maria da Penha. Fátima Pelaes, que hoje está na Secretaria das Mulheres – nós temos algumas divergências políticas, mas aqui estamos juntas, porque não as temos quanto à defesa do direito das mulheres, não é Deputada Fátima? –, nós sabemos o quanto foi difícil construir a Lei Maria da Penha; nós sabemos o quanto desembargadores por este País inteiro afora tentaram deturpar a Lei Maria da Penha. Foi preciso um novo julgamento no Supremo Tribunal Federal para que se dissesse: a Lei Maria da Penha tem validade. Então, não foi uma luta que caiu do céu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aliás, eu acho que todos nós que estamos aqui nesta sala temos que compreender que estamos discutindo aqui um pedacinho do problema. Não sei quem é que falou sobre o cobertor fino, e é isso o que nós estamos discutindo aqui. Assim, o que nós precisamos discutir é qual a origem do cobertor fino, e a origem do cobertor fino foi dita aqui por uma delas: meu marido, talvez embriagado e empoderado, muito mais do que eu, achando-se o meu proprietário, agrediu-me sem nenhum motivo e sem nenhuma razão. Essa é a raiz do problema da violência contra as mulheres.

Por que a gente vive em um País e em um mundo em que temos que ter a Lei Maria da Penha? Por que a gente vive em um País em que tivemos que mudar recentemente, sob os risos de muitos homens aqui, é bom que se diga, sob o riso e a discordância de muitos homens daqui porque aqui tivemos que aprovar uma lei tipificando o feminicídio? Eu repito: sob os risos de muitos colegas Senadores nossos.

Nós temos que buscar o combate à violência lá na raiz, isso é o que vai proteger a mulher. O que vai proteger a mulher não é a falta de juízes no meu Estado, e eu falei para os juízes hoje. O meu Estado é o maior Estado deste País, vivemos lá no beiradão. São 62 Municípios somente no meu Estado, cada Município deveria ter um juiz, mas não tem, porque é difícil um juiz ficar lá. No meu Estado, o delegado, geralmente, sabe quem é? É o cabo de polícia, quando é, ou só o soldado – ou só o soldado! Essa é a realidade do meu Estado.

Então vejam, a raiz de todo o problema está na deficiência do Estado brasileiro, que pega desde a magistratura até os órgãos de repressão. Essa é a grande insuficiência

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aqui nós estamos fazendo já há algum tempo, na Procuradoria da Mulher – e vamos lançar juntas, todas as entidades aqui estão convidadas –, algo que está sendo muito difícil de fazer, Senadora Ana Amélia, mas nós vamos fazer e vamos lançar a cartilha. E queríamos fazer o lançamento no Espírito Santo, que é o Estado que tem o maior nível de violência e índice de violência contra as mulheres.

A cartilha que nós vamos fazer – e os estatísticos estão tendo um problema – vai mostrar que duas coisas aparentemente distintas estão extremamente interligadas. E que duas coisas são essas? Uma é o empoderamento da mulher, e a outra é a violência contra a mulher. Tenho aqui um mapa do mundo – a Ana Amélia foi quem primeiro trouxe o mapa que nós usamos muito, não é, Senadora Ana Amélia, trouxe lá do Encontro Interparlamentar, um encontro internacional –, e esse mapa do empoderamento, que é das Nações Unidas, coloca as mulheres brasileiras, coloca o nosso País como um dos últimos na escala daqueles em que as mulheres têm maior presença no Parlamento. A presença das mulheres no Parlamento é de dez por cento – dez por cento somente! Nós somos o 158º lugar, o Brasil, esta grande Nação, exemplo até de democracia.

Estou concluindo, Senadora Ana Amélia, peço só um minuto da paciência de V. Exª porque foi muito difícil chegarmos e esta sessão no dia de hoje, e V. Exª sabe, V. Exª assinou, mas tivemos problemas para chegar aqui aonde estamos –, então, o Brasil, no empoderamento, é o 158º.

Já no mapa mundial que nós temos, porque nesse mapa do empoderamento são 190 países, no mapa da violência são 83 países do mundo, só existem mapas em 83, então, no mapa do empoderamento nós somos o 158º, e no da violência nós somos sabem qual? O quinto! O quinto! Enquanto nós não chegarmos ao Parlamento, enquanto nós não discutirmos com os homens as leis, enquanto nós não chegarmos à direção das fábricas, nós continuaremos a ser vistas como seres inferiores, como um objeto do qual o homem dispõe do jeito que bem entende. A violência não pega famílias mais pobres não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou concluindo. A violência pega todas as famílias, de todas as classes, e todas as mulheres.

Então eu tenho dito aqui: não é hora, minha gente, de discutir com a emoção, é hora de discutir com a razão, porque nós queremos resolver o problema delas, queremos resolver o problema daquelas que são estupradas a cada 11 minutos no Brasil – a cada 11 minutos! Vejam, gente, 11 minutos! Alguns casos aparecem e são mais destacados, mas é uma mulher estuprada a cada 11 minutos. Em cada cinco mulheres do Brasil, três sofreram agressão, três foram violentadas. Então nós temos que discutir, Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu não concluí, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque temos outros inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço um minuto, Senadora. Nós temos que discutir com a razão, e não com a emoção.

Exemplos nós podemos dar, exemplos ruins, exemplos maus, que vêm de onde? Que vêm do Judiciário, e aqui foram dados, mas nós podemos pegar exemplos horríveis que vêm da polícia. Eu não quero ir lá atrás não, eu não quero falar do caso da Deusiane, uma mulher policial de vinte e poucos anos de idade, estudando mestrado, que foi morta por um policial e até hoje nós não conseguimos que a delegacia fizesse o inquérito. Está aqui no outro relatório da CPI da Violência.

Eu estou aqui com o relatório da CPMI da Violência contra as Mulheres, essa outra CPI a que eu me referia era a CPI da Juventude e das Mulheres. Olhem aqui quais foram as resoluções da CPI, as conclusões, muitas importantes, entre elas: delegacias 24 horas; implementação pelos governos dos Estados, nas capitais, de plantões de 24 horas; que as polícias civis realizem a oitiva da ofendida no ato do registro da ocorrência policial, sem a necessidade de agendamento posterior.

Então vejam, os delegados, os juízes, todos sabem que problemas nós temos dos dois lados, e nós queremos resolver isso, porque nós queremos dar solução às mulheres. Eu não concordo que medida protetiva demore além daquilo que deva demorar, não concordo com isso, mas acho que nós temos que tomar muito cuidado. Nós não podemos transformar este problema em um problema policialesco – e eu não quero fazer aqui nenhuma crítica às delegadas e delegados que aqui estão, muito pelo contrário...

(Manifestação da plateia.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mas nós sabemos de grande parte da truculência que vem e do que significa um Estado policialesco. Eu fiquei aqui me perguntando como é que a polícia manda e a polícia faz a busca. Para mim, há algum problema que tem que ser resolvido.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E mais do que isso, o projeto trata sabem de quê? – que era o que eu ia ler para concluir, Senadora Ana Amélia –, o projeto diz sabem o quê? O projeto diz o seguinte, vamos prestar muita atenção para a gente ouvir: "verificada a existência do risco atual ou iminente à vida ou integridade física ou psicológica da vítima e de seus dependentes, a autoridade policial, preferencialmente da Delegacia de Proteção à Mulher" – são menos de 400 delegacias no Brasil...

Aquela menina no Rio de Janeiro que foi estuprada, ela não foi parar em uma delegacia nem da mulher nem da criança e do adolescente. O que aconteceu com ela? Foi ela quem falou, não fui eu. Ela foi agredida pela segunda vez. Por quem? Por um delegado, que pegou uns meninos e os colocou – um está preso – para sair dando adeuzinho na televisão, foi isso o que aconteceu. Então, não há nem delegacias perfeitas, nem Poder Judiciário perfeito, o que há é mulher sofrendo violência.

É importante, já que nós temos tantas mulheres e tantos homens aqui, dizer para eles da necessidade de uma reforma política, cota para mulher aqui, Senador Maranhão!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cota para mulher, sim, para a mulher no Parlamento. Aí, sim, nós vamos mudar a cultura, a cultura do machismo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A cultura do estupro de que nós somos vítimas há muito tempo.

Então, Senadora Ana Amélia, eu peço o seguinte às delegadas e aos delegados, peço aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, a todos: vamos tentar, no dia de hoje, até amanhã, chegar a um acordo, a um denominador comum. Que o projeto já vai ter que voltar à Câmara eu não tenho dúvida, porque aqui, Senadora, até eles sabem que não pode continuar a expressão "autoridade policial", porque autoridade policial não é só o delegado. Portanto, correções nós vamos ter que fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, que aproveitemos e possamos ir além. Eu acho que a Nadine foi perfeita quando ela disse que faltou diálogo com os movimentos de mulheres, e é isso que nos está faltando: diálogo, diálogo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, não serão alguns dias a mais que vão fazer com que as mulheres morram mais. Não, alguns dias a mais vão garantir, sim, a efedade, a proteção delas e a nossa unidade, que é mais importante.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

Eu queria convidar a Senadora que fez uma permuta com a Senadora Angela Portela, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta, quero saudar aqui os nossos convidados e convidadas, deixar o nosso abraço de solidariedade à Flávia, à Tatiana, vítimas da violência contra as mulheres; cumprimentar a ex-Deputada Fátima Pelaes, à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; cumprimentar os nossos demais convidados e convidadas, representantes das delegadas, dos delegados, dos movimentos sociais, dos movimentos feministas.

O Senador José Maranhão está voltando agora a assumir a coordenação dos nossos trabalhos. Desconte aí meu tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode prosseguir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada. Eu quero aqui, Sr. Presidente, primeiro dizer que o que nos une aqui neste debate é a constatação de uma realidade incontestável, que é a violência contra as mulheres, fenômeno esse crescente no Brasil e no mundo. Os números falam por si sós. Meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Norte, não foge à regra. O Rio Grande do Norte é o quinto Estado com mais registros de violência contra a mulher e, a exemplo da maioria dos Estados, só conta com cinco delegacias voltadas para o atendimento às mulheres.

Segundo, todos nós aqui temos absoluta consciência da importância da Lei Maria da Penha. Foi uma das conquistas de caráter civilizatório mais importantes que nós obtivemos ao longo dessa década – aliás, vai completar exatamente dez anos este ano, no mês de agosto. Ela foi muito importante pelo quanto ela promoveu, com vistas a dar visibilidade ao tema, ao drama que é a questão da violência contra as mulheres

Na esteira da Lei Maria da Penha, temos de reconhecer que tivemos avanços, que foram fruto de muita participação da sociedade. É bom lembrar, por exemplo, que a Lei Maria da Penha conseguiu envolver uma rede de entidades e de movimentos pelo País afora fundamental para que pudéssemos criar, no âmbito do Congresso Nacional, um ambiente político propício a aprovar uma lei com esse perfil, com esse conteúdo. Pois bem, na esteira também da Lei Maria da Penha nós tivemos vitórias importantes. Temos de reconhecer os passos que foram dados nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma com as estruturas voltadas para as políticas para as mulheres, as conferências nacionais de políticas para as mulheres, que eu reputo como um momento muito importante pelo quanto essas conferências promovem do debate programático, do debate do ponto de vista organizativo. Fruto dessas conferências, nós tivemos os planos nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres, e sempre a luta...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... por mais casas-abrigo, por delegacias equipadas, pela rede de proteção às mulheres.

Por fim, tivemos no mandato da Presidenta Dilma o projeto da Casa da Mulher Brasileira. Quero chamar a atenção para o quanto é importante não só as mulheres, mas o Brasil cobrar a realização do projeto da Casa da Mulher Brasileira, que é um espaço que vai garantir um atendimento humanizado, reunindo num mesmo local, num mesmo espaço, os serviços especializados para as mulheres vítimas de vários tipos de violência que elas sofrem. Esse projeto, inclusive, está em andamento já em vários Estados, mas temos que estar atentos porque, repito, o projeto da Casa da Mulher Brasileira é um instrumento importante no que diz respeito à rede de proteção em defesa dos interesses das mulheres.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora eu quero aqui colocar, Senador José Maranhão – e peço só um pouquinho da sua generosidade –, que, não obstante esses avanços, o Estado brasileiro, como já foi mencionado aqui, tem uma dívida enorme para com as políticas voltadas para a proteção e defesa dos interesses das mulheres. Em que pese o que já foi feito, há um déficit enorme, repito, do Estado brasileiro de dar condições aos Municípios brasileiros, aos Estados brasileiros, para que possamos ter uma rede de proteção adequada.

É verdade, todo mundo sabe. Quantas casas-abrigo existem nos nossos Estados, nas capitais, nos Municípios, pelo País afora? É verdade, sim, a realidade pela qual passa a maioria das delegacias pelo País afora, inclusive as delegacias de mulheres. É verdade que, às vezes, até combustível falta. É verdade, inclusive, a carga horária estressante que é colocada para os delegados, para os agentes da Polícia Civil, assim como é verdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

também a lentidão do Poder Judiciário, a fragilidade do Poder Judiciário. Por isso, Senador, eu entendo que o debate é mais do que oportuno. E mais: o debate não pode parar por aqui.

Eu quero aqui, com toda responsabilidade, mas com toda serenidade, dizer da magistratura às secretarias de segurança pública, dos gestores no campo do Poder Executivo, das áreas voltadas para as políticas para as mulheres aos mais diversos movimentos sociais, comunitários, feministas, enfim, dizer a todos e todas que uma lei como essa, a Maria da Penha, não pode ser alterada se não for, Nadine, objeto de um amplo e intenso debate.

E, para mim, está muito claro que não há consenso. Não há consenso. E, quando não há consenso, quando o tema ainda apresenta muita polêmica, qual é o caminho mais oportuno, o caminho mais sensato? É o caminho exatamente de aprofundar o debate. Porque, veja bem, o mérito do projeto de lei em tela aqui é louvável. É louvável o mérito do projeto. Qual é o problema? O problema é exatamente o art. 12-B. Esse é que é o tema de polêmica. E aí cabe aqui a reflexão, Senador José Maranhão: será que nós não seremos capazes, Senador Cássio, de buscarmos uma saída, de emendarmos aqui o projeto através de um consenso? Por isso, eu defendo o aprofundamento do debate. Eu, inclusive, tenho a proposta de já apresentar emenda, se houver ambiente para o debate, se fluir o debate.

Nesse sentido, eu quero dar conhecimento aqui aos Senadores e a todas e todos vocês de que eu estou apresentando um requerimento, junto com a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Angela Portela e outros Senadores, ao Plenário da Casa para que, uma vez aprovado, esse projeto, além da CCJ, vá também para debate na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. (*Palmas.*)

Nós achamos que é mais do que pertinente que um tema dessa natureza seja objeto de debate na Comissão de Direitos Humanos.

Então, quero aqui encerrar nossa contribuição, dizendo que ninguém aqui tem dúvida de que o que nos move é o sentimento da responsabilidade seja como Parlamentar, seja como movimento social, seja como gestores, seja como sociedade como um todo. O que deve pautar a nossa ação aqui é aquilo que venha a aperfeiçoar cada vez mais os instrumentos que temos de combate à violência contra as mulheres. É isso que tem de nos mover.

Nesse sentido, é preciso que estejamos muito atentos, inclusive no campo do Parlamento. Sou uma das que têm feito duras críticas, porque o Parlamento brasileiro, em determinados momentos, ao invés de contribuir para fazer avançar a cidadania das mulheres, tem feito exatamente o contrário. (*Palmas.*)

Digo isso com todo o respeito. Mas aprovar, por exemplo, projetos de lei como o Estatuto do Nascituro, aprovar projetos de lei como o de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que vêm na direção de criminalizar as mulheres vítimas de violência, inclusive em decorrência do estupro? Inclusive, está previsto em lei que, em casos como esse, a mulher não deve ser criminalizada, mas, pelo contrário, deve ter a proteção do Estado, deve ter a assistência do Estado.

Então, faço essa ressalva, para que o Parlamento brasileiro – vou concluir, Senador José Maranhão – tenha muito cuidado, porque, às vezes, até na base da emoção, podemos votar e aprovar determinadas legislações que, ao invés de, repito, irem na direção de contribuir para a rede de proteção, de contribuir para defender a cidadania das mulheres, façam exatamente o contrário.

Então, é por isso que vou apresentar esse requerimento ao Plenário da Casa, para que continuemos o debate. Ao mesmo tempo, temos de aqui afirmar cada vez mais que temos de continuar lutando para cobrar a implementação integral da Lei Maria da Penha. Temos de continuar lutando para que os instrumentos necessários, para que os planos nacionais, estaduais e municipais de enfrentamento à violência contra as mulheres sejam assegurados pelo Estado brasileiro. É esse o nosso foco. Não podemos, de maneira nenhuma, perder este foco de cobrar, repito, do Estado brasileiro que ele cumpra seu papel, que ele cumpra aquilo que é seu dever: assegurar estruturas adequadas para que possamos promover a cultura da paz, do respeito, da autonomia, que é um direito das mulheres.

Portanto, Senador José Maranhão, encerro, deixando aqui, inclusive, uma sugestão. Quando cheguei aqui hoje, no início, conversei com alguns dos nossos convidados e convidadas representantes da magistratura, bem como com as delegadas, e propus que, ao final desta audiência pública, criássemos uma comissão com duas pessoas representando os que defendem aprovar a lei tal como é e as pessoas que são contrárias.

A Procuradoria da Mulher, portanto, está à disposição, junto com a Comissão Especial que trata da violência contra as mulheres aqui também. Então, deixo essa proposta concreta também. Inclusive, se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres quiser participar, a proposta concreta seria esta: duas pessoas do grupo das delegadas, duas pessoas do grupo da magistratura, para que possamos dar continuidade ao debate, buscando um entendimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras – acho que o único Senador aqui sou em mesmo, além do Presidente, que já foi saudado –, vou começar com uma preocupação de caráter muito mais amplo, muito mais genérico do que o importante debate que estamos travando nesta manhã.

Infelizmente, no Brasil da atualidade, debate virou praticamente sinônimo de desconstrução. Para debater tem de desconstruir, não importa que sejam até mesmo entidades de Estado. É com imensa tristeza, como brasileiro, não falo como Senador da República, que vejo polícia se digladiando com Ministério Público ou se confrontando com o Poder Judiciário, como se nós não fôssemos um único sistema, como se nós não fôssemos um só País, um só povo, uma só gente em busca de propósitos comuns, que, neste caso, é defender a mulher.

Boa parte do debate, repito, não é só neste instante, tem sido em outros momentos, não é na construção, mas é na desconstrução, fruto de uma intolerância que vem crescendo, vem se ampliando, provocada por essa quadra política complexa que vivemos, que nos leva a situações extremas.

Eu não quero permitir que na minha cabeça passe a ideia, sequer de longe, de que parte da resistência ao projeto vem também pelo fato de o relator ser um homem filiado ao PSDB, não alguém vinculado a um pensamento mais de esquerda. Eu particularmente não vou entrar em disputas corporativas, muito menos ideológicas.

Eu estou aqui, como representante do Estado da Paraíba, para tentar compreender que as leis não são imutáveis. A Lei Maria da Penha é indiscutivelmente um dos grandes avanços da sociedade brasileira, da luta feminista, da luta das mulheres, da luta do Congresso Nacional. Essa lei poderia ser Maria da Penha, poderia ser Flávia Regina, poderia ser Tatiana Karine, poderia ser o nome de qualquer outra mulher, milhares de mulheres que foram vítimas, e ainda serão, infelizmente, de violência no Brasil.

Agora, não se pode transformar a lei num ícone de disputa ideológica, de disputa sectária de quem quer abraçar a defesa de um argumento pelo fato de não ser ele o autor ou não ter o sentimento de maternidade: "Como não sou mãe da ideia, como não sou mãe da iniciativa, por melhor que ela seja, vamos combatê-la". (*Palmas.*)

Não quero acreditar que parte da resistência tenha esse viés. Não quero crer que uma mudança dessa envergadura, no meu modesto entendimento – e falo como advogado que sou, Governador de Estado que fui, prefeito, uma larga experiência que começou lá atrás, na Assembleia Nacional Constituinte, onde exerci o meu primeiro mandato –, que todo esse ambiente de intolerância, que todo esse ambiente de desconstrução no País nos empurre para essa situação mesquinha de não perder ícones de discurso da pseudoesquerda brasileira em detrimento da dor, do sofrimento, da morte e da violência de que são vítimas as mulheres. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Nós estamos aqui é para defender as mulheres. Se porventura pensam: "Não, conferir a um delegado ou a uma delegada de polícia, que já tem, sob o manto da nossa Constituição, o poder de prender e soltar..." Sim, porque, hoje, pela proteção constitucional, o delegado ou a delegada já pode prender e já pode soltar. E quem prende adota uma medida muito mais gravosa do que uma restrição de contato. Esse é um fato. "Não, mas não fica bem para o delegado tomar essa atitude." Vamos debater isso, vamos discutir isso. Agora, neste estrito papel, de que é ruim para a mulher, que foi vítima de violência, o delegado poder, ali, de pronto, na emergência, na hora, no ato, no momento em que o Estado tem que agir, tomar uma providência, que será revista, mantida ou revogada pelo juiz ou pela juíza.

O projeto, até onde pude compreender, não retira do Poder Judiciário suas atribuições nem suprime instâncias, apenas faculta ao Estado, e o Estado estará sempre representado por todas essas instâncias, pela Polícia Civil, pela Polícia Federal, pela Polícia Militar, pelo Ministério Público, pela Advocacia, pelo Poder Judiciário. E desconstruir: "Não, as delegacias têm tantos mil inquéritos encalhados". Ora, como se o Ministério Público não tivesse, como se a Justiça também não tivesse,... (*Palmas.*)

... como se essa não fosse uma falência do sistema. E é o sistema que está falindo, e, enquanto o Estado brasileiro vai à falência, as mulheres morrem, as mulheres são vítimas de agressões. (*Palmas.*)

E eu não vejo qual o pecado, eu não consegui encontrar qual o crime, se o Estado, o ente Estado, através de suas várias formas de manifestação e de ação, pode dizer: "Afaste-se, não chegue junto", comunica ao juiz, que, em 48, 24 horas, toma a sua decisão. Não se suprime instância, protege-se as pessoas que são vítimas. (*Palmas.*)

Eu confesso que não consigo entender a lógica de burocratizar – aí, sim, há um ato de burocratização – uma atitude emergencial de socorro às mulheres expostas à violência.

"Ah, porque o movimento tal ou qual não concorda! Ah, porque o movimento tal ou qual discorda!" Eu não vou entrar nesse debate político e ideológico e vou levar essa matéria para o Plenário do Senado. Vai tramitar nas Comissões? Vai. Vai haver debate? Vai. Mas não vão ganhar na procrastinação, não podem ganhar na procrastinação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Podem até derrotar e dizer ao Brasil inteiro e às mulheres: "Olha, mulheres do Brasil, os movimentos todos, o Congresso julgou que não era oportuno conferir uma atribuição a uma autoridade policial que, em uma situação de emergência grave, possa protegê-la um pouco mais em nome do Estado brasileiro". (*Palmas.*)

Porque não é conveniente. Não é conveniente a determinadas disputas que se possam fazer.

Então, para concluir, Presidente, agradecendo também a tolerância com o tempo, quero dizer, em nome do Relator Aloysio Nunes, que ele está aberto ao diálogo. Quero dizer, em nome do Relator Aloysio Nunes, que ele está aberto a sugestões, que está aberto ao debate e, de preferência, o debate construtivo, que não seja o debate da desconstrução.

E repito, para terminar como comecei: saio daqui profundamente entristecido de ver o Estado brasileiro com os seus representantes se digladiando: polícia com Ministério Público, Ministério Público com polícia e com Poder Judiciário, como se nós não fôssemos um corpo único, como se não fôssemos os agentes públicos, que são pagos pela sociedade para proteger essa própria sociedade e, em particular, nesse instante, as mulheres.

Se a proposta é ruim na defesa da proteção da mulher, e eu convencido disso estiver, votarei contra, mas eu não consigo. O mínimo de bom senso que Deus me concede não consegue entender... (*Palmas.*)

...que é ruim para a mulher brasileira, a autoridade policial, em uma medida de emergência provisória, fazer aquilo que, às vezes, o Judiciário leva um pouco mais de tempo, e eu não vou fixar o tempo para fazê-lo. E essa medida, que é muito menos gravosa do que quem pode prender – porque o delegado, insisto, pode prender, e quem pode prender tem poderes muito mais gravosos do que uma medida cautelar de distância –, prende em determinadas circunstâncias, está lá, no Código de Processo Penal, com o flagrante. E o juiz vai se manifestar. Não está dizendo que a palavra final é do delegado; não está dizendo que a palavra definitiva é da autoridade policial. Não! É uma medida emergencial para evitar o que seguramente já ocorreu no Brasil, que, na demora, em um lapso temporal de 24, 48, 72 horas, mulheres foram assassinadas, mulheres voltaram a ser agredidas, mulheres perderam suas vidas porque o Estado não teve a rapidez, a agilidade. Não interessa se é porque faltou gasolina, se faltou grampeador, se faltou a viatura. (*Palmas.*)

O fato é que as mulheres estão morrendo e que as mulheres continuam sendo vítimas da violência, e o Estado tem a obrigação de ser mais ágil, mais eficaz, mais rápido, sem supressão de instância. De forma simples, o delegado decide de imediato; o juiz, com 24, 48 horas, revoga ou mantém a decisão do delegado.

Onde é que uma mulher pode estar sendo vítima nisso, onde se pode apontar retrocesso nisso? Que retrocesso se pode ter em antecipar uma tutela do Estado, que será mantida ou não pela autoridade judiciária?

Vamos fazer o debate, fazer o diálogo. Eu espero...

Estou sendo informado aqui agora de que a matéria já tramitou pela Comissão de Direitos Humanos. Mas não há problema, se for preciso, volta. Não estou aqui para fazer cavalo de batalha. O que eu não vou aceitar, obviamente, nem o Relator Aloysio Nunes vai aceitar, é que qualquer discurso de debate seja, na verdade, uma medida protelatória para não votar. Nós vamos ter que votar isso. (*Palmas.*)

Votar e discutir é a nossa função precípua, é o nosso mister. É debater, discutir e votar. Porque, quando você evita, sob os pseudoargumentos de polêmica, de retrocesso a votação da matéria, você ganha sem que ela seja objeto da deliberação.

Então, Sr. Presidente, aqui estaremos sempre atentos, colocando acima de qualquer outro valor o valor da defesa, da proteção da mulher. Repito e reafirmo que abraço, como Senador da Paraíba, a campanha defendida pela ONU, realizada no mundo inteiro, Eles por Elas. (*Palmas.*)

Tudo que estiver na direção da proteção da mulher, sem proselitismo político, sem sectarismo, sem nenhum tipo de debate ideológico, terá a minha atenção. E minha presença neste debate hoje, por si só, revela a importância que dedico ao tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero apenas fazer os seguintes esclarecimentos.

Primeiro, não se trata aqui de ideologizar o debate, não se trata aqui de sectarismo. Trata-se de responsabilidade, da responsabilidade que esta Casa tem que ter, sim, frente a um debate tão importante, que é o debate sobre um tema real, um verdadeiro drama, que é a questão da violência contra as mulheres.

Segundo, quero aqui colocar a pluralidade deste debate. Esta própria audiência pública é um exemplo que estou colocando. Quando há polêmica, quando há questionamento, o caminho adequado deve ser ıtamente o de ouvir todas as partes, de aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Terceiro, é bom que se leve aqui em consideração que este é um debate que não é de iniciativa do Senador A, B ou C, de partido A, B ou C. O requerimento que propôs a realização desta audiência pública foi assinado pela Bancada Feminina do Senado Federal. Somente a Senadora Simone Tebet não assinou, até porque ela é Presidente da Comissão Especial da Violência contra as Mulheres. Então, o debate aqui foi assumido pela Bancada Feminina do Senado da República.

Além disso, o debate está sendo aqui assumido pela Procuradoria da Mulher. Por isso quero aqui, com todo o respeito, lamentar as palavras do Senador Cássio Cunha Lima. De um lado, louvo a sua disposição de reconhecer que é preciso promover o debate, mas, por outro lado, quero lamentar determinadas considerações que V. Exª fez, que, infelizmente, não contribuem, desrespeitam e desqualificam o debate, porque neste momento – volto a dizer –, o debate aqui não é de partido A *versus* partido B, o debate é no sentido de avançarmos no combate à violência contra as mulheres.

Respeito, inclusive, o fato de V. Exª já ter uma posição firmada. Respeito. É um direito que V. Exª tem.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – V. Exª, de repente, já tem condições, dados suficientes para ter sua posição. Respeito. Entretanto, V. Exª tem que também respeitar, porque há vários outros Senadores e Senadoras que não têm ainda uma posição firmada e têm dúvidas com relação à proposição. Daí a importância de se aprofundar o debate.

E acrescento, para terminar, que devemos acabar com esses conceitos aqui estigmatizados de sectarismo e de ideologia. Vamos deixar isso de lado. Está aqui a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres. Temos divergências, inclusive, com o Governo usurpador que está aí, biônico, mas nós queremos aqui deixar claro que a Secretária Nacional de Política para as Mulheres reconhece que é preciso aprofundar o debate. É preciso aprofundar o debate, na medida em que não é só uma voz, mas são muitas vozes pelo País afora, desde a voz das vítimas até a voz de muitas que, ao longo desses anos, têm lutado, através de suas entidades, para que o Estado brasileiro possa avançar no que diz respeito ao combate à violência contra as mulheres.

Então, nós estamos aqui, repito, fazendo um debate com a pluralidade e com o respeito que ele exige. Por isso, Sr. Presidente, renovo aqui as propostas que sugeri: se for possível, que vá para a Comissão de Direitos Humanos, mas o caminho que quero aqui renovar é o caminho de aprofundar o debate.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Art. 14, Sr. Presidente. Pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu devo ter uma dificuldade de expressão terrível. Minha limitação de poder de comunicação deve ser algo muito grave, porque a única assertiva que fiz – e vou tentar ser mais claro – é que o debate é legítimo e necessário. E será feito, como em todas as outras matérias que tramitam nesta Casa. Apenas por razões outras, não se pode transformar debate em procrastinação. Basicamente isso. Nós estamos aqui discutindo, entre outras coisas, celeridade e eficácia. É o que eu estou defendendo: celeridade e eficácia na nossa função legislativa.

Então, tenho convencimento, sim, de que a proposta não representa nenhum tipo de retrocesso para as mulheres brasileiras. Pelo contrário. Estou absolutamente convencido que, aprovada a proposta, é um avanço na proteção à mulher, na defesa da sua integridade física, da sua vida. E vamos debater, para os que acham que a iniciativa, ao contrário, representa um retrocesso na vida das mulheres brasileiras. Será feito o debate. Feito o debate, vamos votar.

No restante, é o velho embate que tenho aqui, não apenas com a minha conterrânea, a Senadora Fátima, que insiste em dizer que o Vice-Presidente – escolhido por Dilma e pelo partido dela –, Michel Temer, só é Presidente da República hoje porque foi escolhido por Dilma. Se alguém tem responsabilidade por Michel Temer ser o Vice-Presidente é o PT e Dilma Rousseff, que, por duas eleições consecutivas, o escolheu como Vice-Presidente.

E no nosso comando constitucional, quando um Presidente da República é afastado para se apurar crimes de responsabilidades – e é o que estamos fazendo aqui, e saio desta Comissão e vou agora direto para a outra sala para a Comissão do Impeachment –, a Constituição é que determina que, a partir do acolhimento do processo de crime de responsabilidade, afasta-se o Presidente ou a Presidente objeto da investigação e assume, por um comando da Constituição, o Vice-Presidente. E o Vice-Presidente não foi escolhido por mim. Eu não votei em Dilma, eu não votei em Michel Temer.

Cinquenta e quatro milhões de brasileiros votaram em Dilma e votaram em Michel Temer, até porque, de forma muito caprichosa, o legislador determinou que a foto dos dois candidatos esteja na urna eletrônica, exatamente para ninguém alegar que não sabia em quem estava votando. A foto de Michel Temer estava lá dia em que Fátima Bezerra votou em Dilma para que ela soubesse que estava votando em Dilma e estava ando também em Michel Temer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, como há um processo de *impeachment* em andamento – e eu vou voltar lá para a Comissão –, ele assumiu, não por culpa minha, mas por culpa e responsabilidade exclusiva de Dilma Rousseff e do PT, que, por duas vezes, fizeram de Michel Temer Vice-Presidente do Brasil. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Art. 14, Sr. Presidente, eu fui citada duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero pedir licença...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu fui citada duas vezes, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não estou negando a palavra a V. Exª...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, de jeito nenhum...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou querendo dar uma opinião, na condição de Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Sei, perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quando esta matéria veio à votação, e as razões foram alegadas – nós estamos hoje aqui numa audiência pública – na reunião da Comissão, foi levantada a necessidade de se aprofundar o debate.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mesmo não sendo mais oportuno, pelo Regimento, o aprofundamento e a realização desta audiência pública, esta Presidência concedeu o direito aos que ainda queriam alongar o debate. Até porque, tratando-se de uma matéria da maior importância para as mulheres brasileiras, era conveniente politicamente, racionalmente, que não restasse nenhuma dúvida sobre a decisão que esta Comissão e, posteriormente, o Plenário viesse a tomar.

Hoje, nós, além dos nomes que foram acordados, das autoridades, das lideranças que deveriam se pronunciar, acrescentamos, extrapauta, num acordo bastante razoável, que outras autoridades pudessem se pronunciar.

O que eu acho é que não devemos desfocar o debate desta lei para outros campos. De repente, aqui e agora, já está se discutindo a legitimidade ou a ilegitimidade do Vice-Presidente da República, que assumiu em função da Constituição e em função da lei. Se houve erro nessa convocação do Presidente da República, foi consequência de uma decisão do Congresso Nacional. A Câmara já se pronunciou, o Senado já se pronunciou pela admissibilidade e está apreciando agora o mérito da questão, ouvindo as testemunhas, ouvindo os advogados de defesa.

Então, se nós vamos trazer para uma reunião desta natureza uma questão que é inteiramente diversa da que estamos discutindo aqui, para que se fez a audiência pública? Todas as autoridades já foram ouvidas, a Senadora Fátima Bezerra já se pronunciou. Claro que se ela quiser se pronunciar mais dez vezes, esta Presidência, num gesto de democracia e de bom entendimento, não vai lhe negar a palavra. Mas tenho a impressão – e é o apelo que faço à Senadora Fátima Bezerra, que já se pronunciou, e até com brilhantismo, sobre a questão, sustentando o seu ponto de vista, que é um direito que lhe assiste, e ninguém pode lhe negar esse direito – de que nós devemos agora encerrar esta audiência pública, até porque só resta de Parlamentar o Senador José Maranhão, a Senadora Fátima e a Senadora Angela. São três Senadores, mas esta Comissão tem muito mais membros e não tem número.

Então, acho que deveríamos encerrar a reunião, porque todas as autoridades que foram convocadas já se pronunciaram.

Os Senadores e as Senadoras que têm interesse no debate também já se pronunciaram. Nós temos que seguir...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, se V. Exª quer falar, tudo bem. Eu não tenho mais nada a dizer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De forma breve, quero invocar o art. 14. Primeiro, concordar com V. Exª. O foco aqui é a questão da violência contra as mulheres, a responsabilidade que nós temos em relação a um projeto de lei que está tramitando aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Essa é a questão fundamental.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza. E que foi o motivo da apresentação do presente requerimento.

Agora, eu quero aqui colocar que o Senador Cássio Cunha Lima ficou incomodado quando fiz as minhas ponderações no sentido de que ele havia sido deselegante, porque, quando da sua intervenção, ele desquali-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ficou aqui o debate. Desqualificou mesmo, quando fez uma série de insinuações, enquanto nós estamos aqui, repito, movidos pelo sentimento de muita responsabilidade, fazendo o debate com a pluralidade e a responsabilidade que um debate desta natureza exige. Então, ele ficou incomodado com as observações que fiz, e, aí, vem trazer o debate do momento pelo qual o País está passando.

Quero encerrar, Sr. Presidente, até porque o foco é este, dizendo que é um direito que tenho de chamar o Governo interino de Governo biônico. Para mim, não é só biônico não, é usurpador. Depois houve essa consideração, essa análise de que ele foi votado igualmente com a Presidenta. Foi. Obviamente, o sistema político eleitoral, as regras estabelecem isso, mas quero dizer que ele não foi votado para conspirar. Quero dizer que o *impeachment* que está aí, embora instrumento legal na Constituição, mas esta mesma Constituição coloca que, para que este *impeachment* possa de fato ocorrer, tem que ter embasamento legal. E é um direito que tenho, assim como o Senador José Maranhão pensa de um jeito, penso de outro. Acho que, até o presente momento, não houve comprovação, de maneira nenhuma, de crime de responsabilidade da Presidenta Dilma. Por isso que temos encarado, sim, o Governo interino que está aí como um Governo biônico. Por isso está aqui em curso o Senador Maranhão lutando de um lado, eu, de outro, e vamos lutar até o fim para resgatar a democracia, para retomar o pacto constitucional etc.

No mais, não vou nem adentrar em outras críticas que eu poderia colocar fazer, frente, inclusive, ao momento por que estamos passando no País. Não vou mais falar sobre isso.

Termino mais uma vez reafirmando a nossa disposição e o nosso compromisso de dar continuidade ao debate, Senador José Maranhão, só isso, para que possamos agir com toda responsabilidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria apenas dizer que V. Exª não está de um lado e eu do outro. Todos os membros da Comissão estão do mesmo lado. A nossa intenção é agilizar com clareza a votação da lei que está aí, por isso concordei em fazer esta audiência pública, quando, ao pé da letra, não poderia mais ser feita, porque os prazos já haviam se exaurido. Então, estamos do mesmo lado, não estou de lado diferente do de V. Exª, apenas acho que outras questões trazidas a este debate podem causar mais delonga e prejuízo para o mérito da questão, que é a votação da lei.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, o momento por que o nosso País passa, de *impeachment* da Presidente da República, é um momento de forte emoção, de grandes divergências e de grande divisão no País, sem dúvida nenhuma. Por isso, é difícil, numa discussão aqui, na CCJ, não se trazer o tema, principalmente quando se fala que as discordâncias do projeto discutido nesta audiência pública são em função de questões ideológicas, de ideias da esquerda, de Parlamentares que querem que prevaleça a sua ideologia, os seus conceitos. Mas não se trata disso, de forma alguma.

Todos os Parlamentares aqui, todas as Senadoras, Senadores, Deputadas Federais, todo mundo aqui quer encontrar mecanismos, maneiras de melhorar a legislação, de preservar e cumprir a Lei Maria da Penha, que foi discutida, gestada e construída durante quatro anos, com a participação da sociedade civil organizada, do movimento de mulheres, de Parlamentares, e que precisa, sim, de grande reflexão para que ocorra mudança nela. Por isso propomos aqui que seja discutida também na Comissão de Direitos Humanos do Senado, porque foi discutida na da Câmara. Aqui, no Senado Federal, veio direto para a CCJ, e, aqui, vamos discutir a constitucionalidade, a juridicidade. O mérito nós devemos discutir e aprofundar na Comissão de Direitos Humanos. Por isso também apoiei o requerimento encaminhado pelas Senadoras Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin, para que possamos aprofundar a discussão.

Sr. Presidente, em 2012, participei da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra a mulher, que constatou, nas diversas diligências pelo Brasil afora, por diversos Estados, a grande maioria dos Estados, a omissão do Poder Público no combate à violência contra a mulher. Isso é fato, isso é real, e penso que todos aqui, delegados, juízes, defensores públicos, Ministério Público, todo mundo quer, neste momento, união e cooperação, para que possamos encontrar uma saída para a polêmica desse projeto, que é o art. 12-B. É possível, sim, se discutir em dado momento, talvez até antes da aprovação ou discussão do projeto amanhã, na CCJ. Penso que é possível, sim, porque, durante todas as discussões aqui, é claro que todos querem encontrar uma saída, uma maneira de oferecer um tratamento mais respeitoso, diferenciado e que proteja a mulher vitimizada.

Nas diligências que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito fez, em 2012, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de visitar o meu Estado, Roraima, que, hoje, é o Estado que mais mata mulheres. No Anuário Estatístico da Violência de 2013, o último que foi divulgado, é o Estado que mais mata mulheres. E, incrivelmente, o Estado tem apenas 15 Municípios, e uma única delegacia, uma única DEAM, que funciona até as 13 horas, não tem telefone celular, telefone fixo, internet, e isso na capital do meu Estado, em que há uma extrema dificuldade de trabalhar, sem dúvida nenhuma.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Nós vimos, acompanhamos a real situação dessas delegacias em todo o Brasil. E estou citando o exemplo do meu Estado, que é campeão na violência contra a mulher e campeão de estupro também, lamentavelmente.

Então, eu também, como Senadora, quero construir, junto com vocês, uma solução melhor para essa proposta. Também queremos o Pacto Nacional de Violência contra a Mulher, que foi assinado por todos os Estados brasileiros, com ações articuladas entre o Poder Público estadual, municipal e federal, no sentido de combater a violência.

Esse pacto foi assinado com todos os Estados, na época da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, da Ministra Eleonora Menicucci – a nossa querida Fátima hoje preside a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres –, e não observamos nenhuma ação concreta, evidências do compromisso de Estados e Municípios no combate à violência contra a mulher, do fortalecimento da rede de proteção à mulher.

Então, é preciso, sim, refletir mais um momento, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, sobre essa proposta, que é importante, que é meritória, mas que causou polêmica e divisão de opinião em relação ao art. 12-B.

Então, eu queria pedir a todos vocês que buscássemos essa união e compreensão, cooperação, para que encontremos uma legislação, a aprovação ou não deste projeto, de forma que contemple a todos. Todos aqui estão extremamente comprometidos com o combate à violência contra as mulheres brasileiras. Nós estamos em quinto lugar no *ranking* internacional! É uma situação que, realmente, preocupa a todos. A Senadora Vanessa Grazziotin colocou aqui com muita propriedade que, à medida em que somos campeões na violência, também ficamos entre os últimos países em presença da mulher no Poder Público, de presença da mulher no Parlamento. Isso reflete claramente a situação da mulher brasileira e a necessidade de termos uma legislação que facilite a inclusão da mulher no Poder Legislativo, principalmente, no Poder Judiciário e no Poder Executivo. Então, eu queria que buscássemos essa compreensão, essa união, para resolver a questão de forma a contemplar e proteger as mulheres vítimas de violência.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a presente reunião.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador José Maranhão, eu queria, primeiro, agradecer o empenho e a disposição de V. Exª com relação a promover o debate e também reforçar a sugestão que eu havia feito, de duas pessoas representando a magistratura e demais entidades e duas pessoas representando a associação das delegadas, a fim de que haja o diálogo, e também com a presença da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, para construirmos uma saída. Ao mesmo tempo, informo que o requerimento já está pronto para que seja objeto também de debate na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria lembrar à Senadora Fátima Bezerra o que já lhe falei aqui, em particular, de que esta reunião não é deliberativa. E, mesmo que o fosse, não temos mais Senadores suficientes para o debate. Agora, nós vamos registrar o requerimento de V. Exª, e amanhã V. Exª o apresenta, na reunião, para o debate.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 20 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Magno Malta, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Davi Alcolumbre, Armando Monterio, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, e das Senadoras Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Ministra LAURITA VAZ, Vice-Presidente e Presidente Eleita, para o Biênio 2016-2018, do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro PAULO DE TASSO SANSEVERINO, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro HUMBERTO MARTINS, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro HERMAN BENJAMIN, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro MARCO BUZZI, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro SÉRGIO KUKINA, Superior Tribunal de Justiça – STJ; Ministro RIBEIRO DANTAS, Superior Tribunal de Justiça – STJ; FERNANDO CÉSAR BAPTISTA DE MATTOS, Conselheiro Nacional de Justiça – CNJ; ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR, Conselheiro Nacional de Justiça – CNJ; CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM, Diretora de Relações Institucionais da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA, Diretor de Assuntos Jurídicos da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; ANTONIO JOSÉ ARAÚJO, Vice-Presidente da 5ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; RENATA GIL DE ALCÂNTARA VIDEIRA, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ; PAULO SCHMIDT, Juiz-Assessor-Especial do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski; VICTORIA LE COCQ, Assessora de Assuntos Parlamentares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 9, de 2016 - Não Terminativo. Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2016/2018, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro João Otávio de Noronha, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis. 2ª PARTE: ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº no 8.906, de 4 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para tipificar penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do Advogado e o exercício ilegal da Advocacia, e dá outras providências. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. ITEM 38) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2016 - Não Terminativo. Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados. Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 39) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016 - Não Terminativo. Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências. Autoria: Defensoria Pública da União. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 40) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016 - Não Terminativo. Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República. Autoria: Procurador-Geral da República. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 41) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016 - Não Terminativo. Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 42) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2016 - Não Terminativo. Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 43) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2016 - Não Terminativo. Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 44) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2016 - Não Terminativo. Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às catorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 2 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016; ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015; ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012; ITEM 19) OFICIO "S" Nº 50, de 2014; ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015; ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015; ITEM 22) OFICIO "S" Nº 28, de 2014; ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2015; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015; ITEM 28) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014; ITEM 30) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015; ITEM 31) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010; ITEM 32) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015; ITEM 33) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012; TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153, de 2015; ITEM 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014; ITEM 35) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015; ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012; ITEM 37) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 19ª Reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, a ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira destina-se à deliberação do Ofício "S" nº 9, de 2016; e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 39.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2016/2018, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro João Otávio de Noronha, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
- Em 15/06/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, processaremos a arguição do indicado e a votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg. br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 612211.

Convido o Senador Aloysio Nunes e o Senador Anastasia para conduzirem o indicado à Mesa desta Comissão. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Tenho a honra de registrar a presença da Ministra Laurita Vaz, Vice-Presidente e Presidente eleita para o biênio 2016/2018 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Convido a Ministra Laurita Vaz para tomar assento à Mesa Diretora. (*Palmas.*)

Convido o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Convido o Ministro Antonio Saldanha Palheiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Convido o Ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). (*Palmas.*)

Convido o Ministro Paulo de Tarso, do Superior Tribunal de Justiça. (*Palmas.*)

Convido o Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça, Vice-Presidente da Corte. (*Palmas.*)

Esta Presidência tem a honra e a satisfação de registrar a presença do Ministro Herman Benjamin, meu ilustre conterrâneo da Paraíba; do Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Sérgio Kukina, também do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça; do Sr. Fernando César Baptista de Mattos, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); do Sr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, do Conselho Nacional de Justiça; da Srª Candice Lavocat Galvão Jobim, Diretora de Relações Institucionais da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); do Sr. Alexandre Vidigal de Oliveira, Diretor de Assuntos Jurídicos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); do Sr. Antônio José Araújo, Vice-Presidente para a 5ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil; da Srª Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro; do Sr. Paulo Schmidt, Juiz e Assessor Especial do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski; da Srª Vitória Le Cocq, Assessora de Assuntos Parlamentares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Ministro João Otávio de Noronha para a sua exposição pelo tempo que for necessário.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Saúdo o Exmo Sr. Senador José Maranhão, na pessoa de quem eu quero saudar todas as Senadoras e os Senadores desta Casa aqui presentes – a Senadora Ana Amélia, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Aécio Neves, o Senador Anastasia, o Senador Davi Alcolumbre, o Senador Alvaro Dias.

Quero saudar, agradecendo-lhe a presença e a força que nos traz, a Ministra Laurita Vaz, Presidente eleita do Superior Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho da Justiça Federal, que toma posse em 1º de setembro próximo vindouro juntamente com o Ministro Humberto Martins, eleito Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Nas pessoas da Ministra Laurita e do Ministro Humberto, saúdo todas as Ministras e Ministros colegas do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes.

Quero saudar os Srs. Magistrados, as Desembargadoras e os Desembargadores, as Srªs Juízas Federais e Estaduais aqui presentes, os demais amigos presentes.

Quero dizer que, há aproximadamente 14 anos, estive nesta Comissão de Constituição e Justiça, exatamente nesta sala, sendo avaliado em sabatina para integrar, no cargo de Ministro, o Superior Tribunal de Justiça. Hoje estou aqui de volta. Estou aqui de volta para ser sabatinado para ocupar o cargo de Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça. No Superior Tribunal de Justiça, digo que esse não é um mérito pessoal meu, mas que é um mérito do tempo. Nós seguimos a antiguidade e, pela antiguidade, chegou a minha vez.

Digo aos senhores que o Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional nº 45, vem dando nova feição à Magistratura brasileira, vem desempenhando a contento uma atuação que muitos pensam ser prioritária, que é a de fiscalização e a de correição, mas, sobretudo, a de planejamento e integração das diversas espécies de Justiça, seja federal, seja estadual, seja militar, seja trabalhista.

O cargo que me proponho a ocupar – fui indicado pelos meus pares para ocupá-lo – é, a meu ver, extremente relevante, porque funciona como uma espécie de braço executivo do Conselho e tem uma missão ponderante, que é a de trabalhar também, levantar os dados necessários para o planejamento da Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

brasileira. Eis o meu pensamento: trabalharmos muito, com afinco, valendo-nos das informações, percorrendo os tribunais e as varas das diversas Justiças, com o propósito de apurar os dados necessários para o aprimoramento da Justiça brasileira.

Tenho dito que nós passamos por um momento especialmente difícil no Brasil. Sabemos da crise econômica com que nos deparamos. Isso nos faz refletir sobre a missão da Justiça, sobre o orçamento do Poder Judiciário, sobre a necessidade de redução de custos, sobre a necessidade de modernização administrativa, sobre a necessidade de redução, em alguns casos, até do próprio tamanho da Justiça e de uma distribuição mais razoável e mais racional das varas na Justiça Federal e na Justiça Estadual.

Para os senhores terem ideia, há Estados com comarcas abertas em que temos uma demanda anual de 50 a 70 processos, o que custa ao Tribunal de Justiça algo em torno de R$500 mil por mês. É necessário abrirmos os olhos, é necessário racionalizarmos, é necessário colocar esse juiz numa comarca que tenha um volume maior. Na Justiça Federal, não tem sido diferente. Nunca se justificou e continua a não se justificar a abertura de varas em comarcas que não têm demanda, em varas federais que não têm demanda. Enquanto isso, as de São Paulo, do Rio e das capitais, como, por exemplo, a da capital do Amapá, encontram-se assoberbadas. Acredito que esta crise vai nos levar agora a uma reflexão no sentido de racionalizar os custos, já que o nosso orçamento é finito – e finitos são os recursos do Estado.

De outro lado, acho necessário continuar o trabalho no que tange à fiscalização, ao acompanhamento dos tribunais e das varas, mas penso que é hora de modernidade em matéria de Corregedoria na atuação fiscalizatória. Nós não podemos mais ficar só apontando os defeitos. É necessário que as corregedorias tenham outra visão, outro prognóstico, outra atuação, no sentido de se transformarem não naquele órgão que fiscaliza por fiscalizar e que aponta defeitos, mas, sim, num órgão que fiscaliza com o propósito de prestar consultoria, que levanta o defeito, que traça os diagnósticos e que ajuda a solucionar os problemas.

Nós passamos por sérios problemas na Justiça brasileira. Acredito que teremos esta oportunidade agora, com a nova Presidente do Supremo Tribunal Federal, que toma posse em setembro e que, consequentemente, assume a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, de trabalharmos, de planejarmos um grande trabalho de revisão dos postulados administrativos da Justiça brasileira. Esse é meu pensamento, é meu desejo quando eu assumir o cargo de Corregedor Nacional de Justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passa-se, agora, à fase de arguição. Cada Senador terá o tempo de dez minutos para formular sua interpelação, assegurando-se igual prazo para a resposta imediata do interpelado, facultadas a réplica e a tréplica, ambas também imediatas, pelo tempo de cinco minutos.

Pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...que, aliás, é o Relator do processo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, ao cumprimentar as Senadoras e os Senadores, cumprimentar, de modo especial, o sabatinado desta manhã, o Ministro João Otávio de Noronha.

Na pessoa da Presidente Ministra Laurita Vaz, quero estender meus cumprimentos a todas as eminentes autoridades do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes.

Sr. Presidente, por indicação e generosidade de V. Exª, fui designado Relator da indicação do Ministro João Otávio de Noronha para as relevantes funções de membro do Conselho Nacional de Justiça e, nesta qualidade, de Corregedor Nacional de Justiça.

Na realidade, a Constituição brasileira, pela emenda que instituiu o Colegiado, determina que o Ministro do Superior Tribunal de Justiça passe por esta sabatina, o que, a meu juízo pessoal, seria até despiciendo, tendo em vista que o próprio Ministro já passou aqui exatamente por esse processo. Mas, de todo modo, seguindo, portanto, o rito formal, apresentamos na semana passada o relatório, que foi até conciso.

Peço escusas, Ministro Noronha, tendo em vista a rapidez do processo. É que tínhamos, de fato, a necessidade de dar celeridade a ele. Mas todo o Brasil conhece V. Exª. E não deixo de dizer, juntamente com o Senador Aécio Neves e com o Senador Zeze Perrella, com a bancada de Minas, do orgulho que nós mineiros temos de tê-lo na Corte de Justiça, no Superior Tribunal de Justiça.

Mineiro, S. Exª é da cidade de Três Corações, Sr. Presidente, terra do Rei Pelé, terra do Ministro Noronha, terra tricordiana tão querida no nosso sul de Minas.

Desse modo, eminente Presidente, Srs. Ministros, Srª Presidente Ministra Laurita Vaz, vou me abster de fazer indagações, porque o Ministro Noronha é um homem que, pelo seu currículo, pela sua trajetória – primeiro, como advogado que foi durante décadas do Banco do Brasil e, depois, já agora, com experiência comprovada no Superior Tribunal de Justiça –, conhece profundamente, como seus pares, os meandros do Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tenho certeza de que fará, à frente dessa função que é relevantíssima e até espinhosa, um trabalho muito adequado, com muita diligência e com muita eficiência, como, aliás, é sua característica. Essas são suas qualidades.

Desse modo, eu gostaria de cumprimentá-lo e de desejar sorte a V. Exª no exercício dessas funções. Quero dizer que estaremos aqui no Senado sempre à disposição para colaborar para a agilidade da Justiça, para a eficiência da Justiça e, de fato, para a prestação jurisdicional adequada ao cidadão brasileiro.

Sr. Presidente, eminente Senador José Maranhão, tomo a liberdade de – permita-me V. Exª –, tendo em vista que, agora, às 11h, iniciarão os trabalhos da Comissão Especial de Impeachment, que, como V. Exª bem sabe, começa agora sem hora para terminar, como tem ocorrido nos últimos dias, se houver a aquiescência de V. Exª e dos nossos colegas e pares no plenário, pedir a autorização para a abertura do painel de votação para que aqueles que, como eu, terão de se ausentar imediatamente para estar lá na abertura dos trabalhos, para que possam manifestar a aquiescência à boa indicação do STJ para o CNJ.

Muito obrigado.

Cumprimento o Ministro Noronha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª nem precisaria justificar, porque todos nós sabemos que V. Exª é o Relator da comissão que processa o *impeachment*.

Quero aproveitar, antes de passar a palavra ao Dr. João Otávio de Noronha, para registrar a presença na nossa sala de reunião do Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Associação Paulista de Magistrados.

V. Exª também requereu a abertura do painel para que se inicie o processo de votação simultaneamente à arguição do indicado, o Dr. João Otávio de Noronha.

Eu determino ao setor técnico que abra o painel a fim de que os Senadores possam se manifestar.

Aqui, Ministro, nós precisaríamos ter o dom da ubiquidade, mas Deus até hoje não concedeu esse privilégio aos mortais. O senhor veja: nós temos neste momento várias reuniões de comissões técnicas na Casa e, ainda por cima, a mais importante comissão, que é a Comissão do Impeachment, tendo aqui um dos mais ilustres membros desta Casa, o Senador Anastasia – que, aliás, foi o Relator do processo de V. Exª – como Relator daquela Comissão. De forma que nós estamos usando esse artifício, que é regimental e não é a primeira vez que se faz, e estamos fazendo a votação simultaneamente ao processo de arguição.

Eu quero também apresentar as escusas da Ministra Laurita, que está também envolvida nesse mesmo processo simultâneo de reuniões, aqui e lá no seu Tribunal.

Vamos agora à lista de oradores para a arguição.

Está inscrito aqui, em segundo lugar – o primeiro já se manifestou, o Senador Antonio Anastasia –, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Saúdo o Sr. Presidente José Maranhão, o Ministro João Otávio de Noronha, o Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente, os Srs. Ministros, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Ministro João Otávio de Noronha, V. Exª fez referência a este momento histórico e crucial que estamos vivendo no País, num cenário de indignação latente, de descrença generalizada de um lado e, de outro lado, um sentimento de mudança irreversível, que começou nas ruas do País com multidões pedindo o *impeachment* da Presidente, mas que vai muito além dessa solicitação e expectativa, vai além do *impeachment* da Presidente. O que a população exige é um processo de mudança radical, e essa mudança começou na esteira da mobilização popular – com a mudança que o povo apresentou no seu comportamento, recuperando a capacidade de indignação, recuperando a capacidade de exigir das autoridades as mudanças requeridas –, passou por instituições, chegou a instituições fundamentais, alcançou instituições fundamentais, entre elas o Ministério Público, que muda, a Polícia Federal, que muda e encanta, e a Justiça Federal.

Nós temos que reconhecer que está nascendo uma nova Justiça no País, destruindo a tese de que a Justiça existe apenas para os pobres e consagrando o conceito de que a Justiça há de ser igual para todos.

Eu tenho dito aqui no Senado que esse sentimento de mudança precisa chegar à classe política, para que as mudanças se efetivem a partir do processo legislativo, com alterações fundamentais na legislação vigente e, sobretudo, chegue à cultura política mudando o comportamento. E repito sempre: ou nós mudamos ou seremos atropelados por esse sentimento irresistível de mudança que há hoje no País.

É nesse contexto que V. Exª chegará ao Conselho Nacional de Justiça, contribuindo – pela sua experiência, pelo seu talento, pelo seu preparo e pelo comportamento de probidade respeitável e reconhecido – com a instalação e a consagração dessa nova Justiça no País.

Tenho aqui uma seleção de perguntas, mas escolhi a questão da produtividade, que diz respeito ao interesse imediato do povo brasileiro. Se há uma insatisfação em relação à Justiça no País, é sobretudo em função da morosidade, da lentidão. E nós sabemos das razões. Obviamente, não se pode exigir milagres daqueles que operam a Justiça do País. As razões não dizem respeito ao comportamento, à conduta, ao preparo ou à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

disposição para o trabalho dos que operam a Justiça no País, são outras as razões. Mas há aqui, então, algumas indagações relativas à produtividade.

Há uma divergência, hoje, entre o CNJ e alguns tribunais, principalmente trabalhistas e da Justiça estadual, em torno do estabelecimento e do cumprimento de metas de produtividade. É sobre isso a indagação. Qual é a sua avaliação da produtividade do Judiciário de segundo e terceiro graus? O CNJ deveria consultar os tribunais antes de estabelecer metas de produtividade e eficiência processual para cada um deles? A seu juízo, o CNJ detém ou não competência para a imposição de metas de produtividade à magistratura nacional? Os processos que envolvem autoridades com prerrogativa de foro – e aí também se alega morosidade – são objeto de avaliação do CNJ?

Aproveito também para indagar de V. Exª sua opinião sobre a extinção da prerrogativa de foro, do foro privilegiado. Há um projeto de minha autoria, que tramita desde 2013 – está nesta Comissão, prestes a ser pautado –, que extingue o foro privilegiado, e eu gostaria de conhecer sua opinião a respeito.

Qual é a posição de V. Exª acerca do exercício da competência correicional pelo CNJ? Ter-se-ia um poder concomitante ao dos tribunais, posterior a eles, com caráter meramente revisional, ou deles independente, permitindo, em tese, o duplo processamento correicional?

Finalmente: na opinião de V. Exª, os membros do Judiciário Eleitoral estão ou não sujeitos à competência correicional do CNJ?

Cumprimentando e desejando sucesso no CNJ, são essas as indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro Noronha para responder a inquirição formulada pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Senador Alvaro Dias, produtividade no Judiciário é algo extremamente difícil de medir. Eu vou lhe dar um exemplo, V. Exª bem vai entender. Eu tenho um gabinete...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Só um momentinho.

Presidente, eu solicito a V. Exª que peça à parte técnica desta reunião que eleve um pouco o som para que ele possa cobrir as conversas paralelas.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – A produtividade é algo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu faço minhas as palavras de V. Exª. O setor técnico já ouviu. Se há essa possibilidade de elevar o som, que o faça, para maior proveito.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Eu disse que produtividade é algo difícil de se medir no Poder Judiciário. Eu vou pegar o meu gabinete, que tem em torno de 9 mil a 10 mil processos. Se eu parar para jugar os AREsp, ou seja, os agravos, os recursos mais simples, eu posso reduzir para 4. Mas isso vai fazer com que os processos antigos fiquem parados, e assim tem sido na Justiça brasileira. A preocupação com produtividade faz com que o juiz julgue os processos fáceis, e outros processos vão fazendo aniversário de 10, 12, 14. Portanto, a medida numérica da produção não traduz a produtividade no sentido que deve ser tomado: de eficiência.

Qual é o meu critério para julgar? Eu julgo por ano. O cidadão que chegou primeiro tem o direito... Ressalvadas as preferências legais do idoso, das causas de família, dos mandados de segurança, dos *habeas corpus*, o cidadão que primeiro chegou à Justiça deve receber a entrega da prestação jurisdicional na frente dos demais, senão poderíamos ficar selecionando as causas de maior projeção para veicular o nome do julgador na mídia, eu poderia veicular uma quantidade de julgamentos enorme e fazer minha propaganda. Então, ainda não descobrimos um critério técnico que meça essa produtividade no sentido de eficiência, mas estamos buscando e temos que continuar buscando. O melhor critério ainda é o de não permitir que o processo fique muito tempo, muitos anos. Por isso, deve-se dar prioridade à antiguidade do processo na vara, no gabinete.

Mas, se eu disser a V. Exª que o Judiciário é extremamente produtivo, não é verdade. Não é verdade porque não temos capacidade jurídica para isso e porque estamos num sistema processual deveras complicado. Nós temos um sistema recursal no Brasil em que – poucos sabem – é difícil conseguir tirar um processo do Superior Tribunal de Justiça.

Você julga o Aresp, vem o agravo interno; julga o Resp, vem o embargo de declaração – isso dentro do Superior Tribunal de Justiça –, aí vem o embargo de divergência, vêm outros embargos de declaração, e o processo vai, volta, vai, volta. Portanto, se começarmos, desde o primeiro grau, com recurso de agravo, de apelação...Uma apelação no tribunal é julgada e, se houver um voto divergente e for modificada a decisão de primeiro grau, cabem os embargos de divergência – que agora não são mais tecnicamente um recurso, mas prosseguimento –, seguido de embargos declaratórios, o que vai fazer com que o processo resida em ju- muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, nós não temos ainda um sistema racional em termos produtivos para julgar. Por que não temos? Não temos porque no Brasil ainda temos uma advocacia de massa muito grande, se experimenta a tese. Nós tivemos agora uma indústria de advocacia contra banco, uma indústria de advocacia contra as telefônicas. E isso tudo em grande número. Então, o juiz que julgar as causas relativas a telefone pode produzir mil decisões em um mês, mas, se ele pegar um grande inventário, se ele pegar uma causa de família complexa, se ele pegar uma causa societária complexa, vai analisar três ou quatro, vai gastar uma semana em cada decisão. Daí dá para medirmos a dificuldade.

Portanto, eu acredito que nós precisamos estabelecer um critério misto, que meça produtividade numérica e produtividade em razão de causas complexas, ou seja, que leve em conta a complexidade das causas.

Competência para traçar metas. O Conselho Nacional de Justiça não é um órgão criado apenas para correição. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado para ser um órgão pensante da Justiça, para ser um órgão de planejamento e administração da Justiça. Por isso, não vejo nada de extravagante na possibilidade de ele vir a estabelecer metas para os tribunais. O que ele precisa aprender a traçar são metas realizáveis, porque não adianta fixar metas impossíveis de alcançar.

A segunda, no que tange à competência do CNJ comparado com as Corregedorias dos Estados. Nós temos em cada Estado uma corregedoria que não fiscaliza ou que não superintende os seus membros. Por exemplo, o Corregedor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais não tem ascensão sobre seus colegas. Seus colegas deverão vir ao CNJ. Qualquer processo administrativo faz-se pelo Plenário da Corte. Do Plenário da Corte, pode vir ao CNJ, ou o CNJ, entendendo que o desempenho não está bom, há uma morosidade, há uma injustificada não abertura de processo, abrir diretamente o processo aqui.

O CNJ não é uma competência residual, ele exerce uma competência paralela. Mas penso que não se deve desprestigiar as corregedorias, pela proximidade que tem o corregedor com os juízes de primeiro grau, e deixar o STJ como uma instância recursal, exceto se julgar mal, não tomar as providências necessárias. Aí a ação do STJ deve ser imediata, até pelo reflexo de certos comportamentos na sociedade brasileira.

No que tange à extinção da prerrogativa de foro privilegiado, eu, particularmente, sempre fui contra. Eu nunca achei razão para isso. Mas também não concordo que um agente público possa ser processado em qualquer comarca do País. Vamos supor que um ex-Presidente seja acionado no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e em Minas Gerais. Se ele não for bilionário, ele vai quebrar ou não vai ter condições de se defender. Por isso penso que deveríamos achar algo intermediário. Uma boa solução, para mim, seria ele determinar seu foro para processamento das ações de improbidade.

A partir daí, também é preciso entender que nem todo juiz de primeiro grau tem experiência, nem todo juiz de primeiro grau está preparado para julgar causas complexas como as ações de improbidade. Essas ações, às vezes, são ajuizadas em momento de calor público, com deturpação de fatos, com concessões de liminares que, às vezes, beiram a raia do absurdo.

Talvez o desejado seria que se estabelecesse um foro numa capital, por exemplo, e a eventual concessão de liminares ficasse atribuída a um tribunal, como o Tribunal Regional Federal ou o Tribunal de Justiça, onde teria maior plausibilidade. O juiz instruiria o processo e as liminares, aquilo que importa numa constrição judicial. Se concedidas em primeiro grau, só produziriam eficácia após a confirmação. Isso transformaria a liminar num ato complexo. Teríamos um controle que não sacrificaria a agilidade.

Por exemplo, penso eu que o Superior Tribunal de Justiça está ficando sobrecarregado, com uma quantidade grande de processos de competência originária, contra desembargadores, governadores etc. O Supremo está inviável com a Operação Lava Jato, com outras operações. E tudo corre simultaneamente, além da sua competência de Corte Constitucional: quando o Supremo ou o STJ atua na competência criminal, atua como juiz de primeiro grau, instrui o processo, julga. A diferença é que nós não temos mais instâncias recursais. Então, acredito que nós precisamos achar um meio-termo.

Acredito que, para superar esse problema que vivemos hoje, da inexperiência ou má formação, o Brasil precisa investir muito em seus magistrados. É inconcebível, mas isto acontece no Brasil: um cidadão toma posse como juiz com 25 anos! Mal teve uma namorada, é designado para uma comarca onde vai julgar causas de família, causas penais, vai fazer separação, tem de conciliar casais de 40, 50 anos, determinar a guarda de filho, e ele não teve experiência para isso. Por isso, há muito tempo venho pregando – fui Diretor da Escola Nacional da Magistratura – que nós só devemos colocar um juiz, um jovem numa vara, depois que ele passar por um treinamento de no mínimo dois anos numa escola de magistratura. Lá ele não vai aprender Direito Constitucional, Direito Civil, isso é matéria que ele traz da universidade, mas ele precisa aprender psicologia judiciária, precisa aprender regras de administração, planejamento, planejamento estratégico. E o juiz não faz isso, não passa por isso. Hoje nós conseguimos dar um curso de 480 horas, o que é muito pouco, não dá nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Na França, por exemplo – essa é uma coisa que nós precisamos fazer –, o juiz, de três em três anos, sai de seu gabinete e vai fazer um estágio num escritório de advocacia, numa indústria, num banco, num sindicato, ele vai saber como as coisas funcionam perante a sociedade.

Nosso juiz é, definitivamente, empossado para se trancar num gabinete. Se ele for muito talentoso, ele vai se sair bem. Se ele não for tão talentoso e precisar de informações e formação, ele vai se sair mal. E a gente vê muitos colegas se saindo mal por deficiência na formação como magistrado. Por isso é muito importante...

Eu cheguei à Magistratura depois de ter sido, por 27 anos, advogado do Banco do Brasil, de ter sido diretor do Banco do Brasil, de ter sido membro de 12 conselhos de administração de empresa. Então, eu pude sentir como é o mundo empresarial, como é o mundo. Negociava com sindicatos, no mundo sindical.

A ausência de formação coloca o magistrado numa profunda angústia em determinadas situações de julgamento. E só vamos corrigir isso investindo em formação.

E respondo, por último: não tenho dúvida de que o Tribunal Superior Eleitoral é um tribunal, como é o Superior Tribunal de Justiça. É um tribunal de natureza especial. É um tribunal superior. Na atual sistemática, eu vejo que ele está subordinado ao CNJ. Você vai dizer: "Mas tem Ministro do Supremo". O Ministro do Supremo não está... Mas na organização administrava, o Ministro do Supremo que lá ocupa o cargo de Ministro é Ministro e é Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Ali não se exerce função do Supremo. Na organização administrativa, ele tem de se submeter à política administrativa traçada pelo Tribunal Superior.

Eu penso que chegou a hora de uma reflexão. Não é razoável, a meu sentir, que os tribunais superiores sejam submetidos ao CNJ. Eu acredito que não é razoável que um juiz de primeiro grau julgue um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, um Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Está chegando a hora de a gente reestruturar. Eu acho que deveriam criar um conselho superior de magistratura formado por Ministros e Ministro do Supremo para tratar dos tribunais superiores. Acho que seria de boa hora que fizéssemos isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Quero apenas agradecer, Sr. Presidente. Vou abrir mão do meu tempo para que os meus colegas possam participar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só reafirmo a minha inscrição na lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está atrás dos Senadores Aécio Neves e Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço minha inscrição, Sr. Presidente. Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Faço minha inscrição, Presidente. Senador Ronaldo Caiado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente José Maranhão, Srªs e Srs. Senadores, permitam-me cumprimentar, com muita satisfação pela presença entre nós, o ilustre Ministro João Otávio de Noronha, meu conterrâneo das Minas Gerais, das mais destacadas figuras do Judiciário brasileiro. E cumprimento os inúmeros Ministros que o acompanham. Isso, por si só, já é uma demonstração do apreço de que goza o Ministro Noronha entre seus pares pela tão expressiva presença aqui entre nós. Permitam-me cumprimentar a todos na figura do Ministro Humberto Martins, futuro Vice-Presidente do STJ.

Eu vou contribuir também com o tempo. Vejo que inúmeros Senadores já chegam a esta Comissão para ouvir o Ministro Noronha.

Na verdade, eu começo com uma consideração lateral. Eu conversava desde ontem com o Senador Anastasia, quando falávamos da sabatina de V. Exª e eu, como um dos poucos deste plenário oriundos da Constituinte de 1998 – e o nosso Presidente José Maranhão é um deles –, nós nos autoindagávamos, Ministro, se haveria realmente a necessidade de o Senado Federal sabatinar o Ministro do STJ indicado para a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. É algo que merece até uma discussão mais aprofundada aqui entre nós. Por exemplo, o Presidente indicado do Conselho Nacional de Justiça não depende dessa sabatina. Me parece algo muito mais próprio do Poder Judiciário essa indicação do que do Senado Federal.

Mas, enquanto não mudamos a Constituição, nós devemos cumpri-la. E com esse sentimento que trago aqui a reflexão do Ministro Noronha, uma das mais felizes indicações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e trago do ex-Presidente – com quem estive ontem em São Paulo – um abraço e os cumprimentos a Exª. Sei do apreço mútuo que ambos nutrem. E tenho certeza que ele também se orgulha da trajetória construída por V. Exª no STJ ao longo desses últimos – acredito – 14 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Na verdade, Ministro Noronha, sempre que sabatinados indicados ao STJ aqui vêm, um tema é recorrente. Um tema que já foi objeto de discussões mais acaloradas, inclusive nesta Comissão, mas no conjunto do Congresso Nacional, e que certamente voltará ainda a ser discutido aqui. Diz respeito – e não é novidade para V. Exª – a criação dos novos Tribunais Regionais Federais. Volta e meia somos aqui abordados, somos aqui premidos por uma realidade, inclusive, naquele que atende ao nosso Estado em razão do acúmulo de demandas que assolam alguns desses tribunais.

Gostaria de saber se V. Exª tem uma ideia formada sobre essa necessidade, se o Conselho Nacional de Justiça poderia eventualmente ajudar a construir, quem sabe, uma nova redefinição de atribuições ou um novo desenho para esses Tribunais Regionais Federais, quem sabe com a implementação de um ou dois novos tribunais.

Gostaria de saber se V. Exª tem uma opinião formada em relação a essa questão.

Uma segunda questão que também tem sido recorrente nas nossas discussões diz respeito a uma proposta de emenda à Constituição subscrita pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre a restrição da interposição dos recursos especiais e dos recursos extraordinários – a conhecida PEC dos recursos, que tramita aqui no Senado Federal.

Gostaria de saber a opinião de V. Exª se esse é um tema que o Conselho Nacional de Justiça poderia debater sobretudo no que diz respeito à garantia da ampla defesa. Se isso, de alguma forma, estaria impactando, ou refletindo, ou cerceando a garantia da ampla defesa. Se V. Exª tem uma opinião sobre a PEC dos recursos, eu acho que seria saudável a este Colegiado ouvi-la.

E, por último, eu, que acompanho bem de perto a trajetória e a carreira de V. Exª, sei que V. Exª é dos mais enfáticos defensores das qualificações e já teve, inclusive, oportunidade de a isso aqui fazer referência, dos magistrados do País. É uma preocupação que V. Exª traz desde seus tempos na escola, da Magistratura. Inclusive em fóruns internacionais, já tive oportunidade de ouvir V. Exª se referindo à necessidade de termos, conjuntamente Congresso Nacional e Poder Judiciário, a preocupação com essa qualificação.

Pergunto se V. Exª não considera que talvez o Conselho Nacional de Justiça pudesse apresentar, sugerir ao Congresso Nacional, inovações que digam respeito à reciclagem, qualificação, requalificação dos magistrados. Não falo apenas daqueles que iniciam as suas carreiras, mas falo também de uma requalificação daqueles que atingem determinado nível na sua carreira e, por razões da natureza humana, possam estar desestimulados ou desinteressados nessa requalificação. De que formam poderiam estar eles estimulados a, de alguma forma, participar disso.

E volto aqui a um tema trazido pelo Senador Alvaro Dias, apesar de V. Exª já ter abordado alguns desses aspectos. Nós vivemos, efetivamente, um momento de questionamento das nossas instituições. E se nós hoje ainda vivemos numa democracia, nós devemos isso a elas. O impacto da crise econômica, a dimensão estratosférica da crise social dela decorrente, ainda são suportadas no Brasil, porque temos instituições que funcionam, entre elas, obviamente, o Poder Judiciário se destaca. Qualquer avaliação feita de forma científica mostra que, apesar de questionamentos, há ainda o respeito expressivo da sociedade brasileira em relação à atuação do Poder Judiciário.

Mas dez entre dez brasileiros, em especial mesmo esses que têm enorme respeito pelo Poder Judiciário, encontrarão um questionamento comum: a morosidade, a demora das respostas do Poder Judiciário em todas as suas instâncias. V. Exª demonstrou aqui que essa questão da produtividade não é uma questão matemática, como não pode ser também na atividade congressual. Seja no Congresso, na Câmara ou o Senado, ou mesmo o Parlamentar individualmente não podem ser avaliados pelo conjunto de propostas que apresentam, mas pela qualidade da contribuição que dão aos inúmeros debates que aqui estão. Mas eu quero tentar inverter um pouco essa discussão e falar da base. Não é possível que, a partir de uma discussão no Conselho Nacional de Justiça, possa haver um olhar mais crítico ou de uma cobrança maior a determinadas instâncias ou até individualmente a magistrados que apresentam uma baixíssima produção? Quem sabe não invertemos um pouco essa lógica, estimulando talvez um alcance médio de produtividade, balanceado obviamente o número, a complexidade dos processos que ali estão sendo julgados.

Enfim, uma contribuição de um leigo, mas que tem enorme preocupação com o aprimoramento das nossas instituições. Eu acho que este tem sido talvez a parte central da minha contribuição aqui no Parlamento: apresentar medidas que agilizem as decisões do Congresso Nacional, corrijam as distorções que as medidas provisórias vêm trazendo na produção legislativa.

Portanto, deixo a V. Exª essas reflexões, tendo absoluta certeza de que a sua presença no Conselho Nacional de Justiça, mais do que um bálsamo, é um estímulo também a um novo tempo, de maior ousadia, de maiores cobranças e, sem dúvida nenhuma, daquilo que sintetiza, a meu ver, a atuação de V. Exª no STJ, que coragem para a inovação e o destemor de enfrentar os debates quando está convencido de que eles são cessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro João Otávio de Noronha.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Agradeço as palavras elogiosas vindas do meu conterrâneo, Senador Aécio Neves. Além de Minas, nós temos algo em comum: nós somos do sul de Minas e todos cruzeirenses.

Eu começo sobre a criação de tribunais. Eu gostaria de dizer aos senhores que o Brasil tem cinco Tribunais Regionais Federais. Se eu não estou enganado, tem 27 Tribunais Regionais Trabalhistas. Ou seja, 27 Tribunais Regionais Trabalhistas contra cinco Tribunais Regionais Federais.

O Senado, sensível a isso, elaborou uma proposta de emenda à Constituição criando diversos tribunais. Poderíamos ter, talvez, restrição a um ou a outro, mas, na essência, o Brasil precisa de mais Tribunais Regionais Federais. Dou como exemplo o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, que cobre 14 Estados da Federação: Centro-Oeste, a Região Norte e parte da Região Nordeste. Para os senhores imaginarem, o Corregedor do Tribunal Regional Federal, que é apenas uma pessoa, tem que percorrer centenas de cidades, dezenas de comarcas, para poder desempenhar o seu mister de corrigir ou de fiscalizar.

Se olharmos a distribuição do Tribunal Regional Federal, o número de processos que são ajuizados na primeira e segunda instâncias, na jurisdição do Tribunal Regional Federal, 40% dos processos são oriundos de Minas Gerais. Nós temos juízes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região com 40 mil processos, 30 mil processos, 28 mil processos. Quem tem 40 mil processos nunca vai estar em dia, se não se adotarem providências extravagantes, como mutirões. Mas ocorre que diversos mutirões já foram feitos na Justiça Federal de 1ª Instância e até no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O que ocorre? O número de juízes e desembargadores não se mostra suficiente para dar conta da quantidade enorme. E sabe onde mais aperta o cinto? Para o mais humilde, o aposentado, ou aquele que deseja se aposentar. As questões previdenciárias atolam, entulham-se nos Tribunais Regionais Federais.

Por isso, é fora de dúvida que há de se desdobrar esse tribunal. E para desdobrar, é necessário criar um outro tribunal. Eu quero dizer aos senhores que fui Corregedor-Geral da Justiça Federal por dois anos, fiscalizei os cinco Tribunais Regionais Federais, conversei com todos os desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, examinei gabinete por gabinete, examinei distribuição, examinei a produção. E qual é o quadro que se mostra hoje? Nós temos um Tribunal Regional Federal no Rio Grande Sul, que cobre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná muito bem, onde o processo não tem grande demora.

Temos o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do Rio de Janeiro, que atende satisfatoriamente, talvez pudéssemos aumentar um pouco o número de juízes. Quando eu falo um pouco, não é nada significativo. Mas poderíamos criar câmaras especiais, por exemplo, para o Direito Previdenciário. São Paulo tem um tribunal congestionado – São Paulo tem o maior PIB e a maior população –, cobre São Paulo e Mato Grosso do Sul, com a indústria muito pujante, o que faz crescer o número de ações tributárias e o número de ações previdenciárias. São Paulo precisa de um reforço.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região atende bem, tem um número de desembargadores satisfatório para a demanda. Entretanto, a atuação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é um escândalo. O sistema não funciona porque não tem recursos; os juízes têm 40 mil processos, poucos são os que têm uma quantidade baixa; já se fez todo tipo de rodízio e mutirão e não se consegue. Não vão conseguir! Com o mesmo número de juízes que compõem o Tribunal não se vai conseguir debelar a crise. É necessário ousar e a ousadia aqui é criar um outro Tribunal Regional Federal. Acredito que seria desejável a criação de um Tribunal Regional Federal no Norte, em Belém ou em Manaus, um tribunal afeto em grande quantidade de demandas de meio ambiente. É muito difícil a gente imaginar que o cidadão tem que sair de Belém, de Manaus, do interior de Manaus, do interior do Maranhão, do interior dos outros Estados para vir aqui ajuizar a sua demanda, e, mais que ajuizar, acompanhá-la.

Então, é inegável que o número de Tribunais Regionais Federais precisa ser alterado, precisa ser aumentado. Não o foi, por quê? Porque, aprovada a emenda, quando se ia implementar, uma associação, que nada tem a ver com Justiça Federal, impetrou uma Adin alegando vício de constitucionalidade.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – E o Presidente Joaquim – que não conhecia a Justiça Federal, que não conhecia os dados da Justiça Federal, que não teve a capacidade de nos indagar, de pedir dados necessários para sua decisão – simplesmente deu uma liminar suspendendo.

Mas eu tenho dito que essa liminar não tem problema nenhum. Se o problema é de livre iniciativa, cabe ora, aprovado no STJ, ir ao Conselho Nacional de Justiça tomar as providências – o que eu espero fazer com minha chegada – e regularizar essa situação. Não temos mais vício de iniciativa? Então vamos adequar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora, estamos falando isso há 10 anos. Há 14 anos estamos falando de criação de tribunal. Há 14 anos a situação da 1ª Região vem se agravando e providência não sai.

Quando estive no Conselho, propus, e aí surgiu a PEC do Senado. Então, vamos pegar uma carona. Inviabilizou-se. É necessário que as autoridades judiciárias brasileiras responsáveis pela Justiça Federal –Conselho da Justiça Federal e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que foi um dos que emperraram a implementação dos tribunais – tomem providências no sentido de resolver o problema da 1ª Região. Que saiam da inércia! É necessário que se saia da inércia na gestão da administração da Justiça Federal. A Constituição delega ao Conselho da Justiça Federal, com a superintendência do Superior Tribunal de Justiça. Esse o meu desejo. Se não resolver agora, no CNJ, eu proporei rever, se nomeado, se eleito presidente daqui a dois anos na Casa. Mas há que se que tomar providência.

No que tange à PEC do Recurso, o Brasil tem uma dificuldade tremenda. Só dois países têm um problema muito sério de corte superior: o Brasil e a Itália, porque se tem uma similitude de regras processuais. O Brasil e a Itália têm uma similitude de regras processuais que faz com que o processo se emperre. Para os senhores terem uma ideia, a Corte de Cassação da Itália foi duplicada e sabe que ocorreu? O processo lá, em Corte de Cassação, está gastando maior tempo de quando a Corte era menor, porque não se conseguir unificar.

Há de ser dado um tratamento diferenciado a cada instância recursal. A instância ordinária, compreendendo juiz de primeiro grau e tribunal de apelação, tribunal de Justiça ou o Tribunal Regional Federal, tem um papel traçado na Constituição que é o de integrar a Justiça do caso concreto, onde se exaure a produção de prova.

Nas instâncias superiores, não se examina prova. O papel desses tribunais é muito bem definido: ao Superior Tribunal de Justiça assegurar a inteireza, o cumprimento do direito federal infraconstitucional, ele assegura o cumprimento da ordem jurídica abaixo da Constituição, das leis federais; ao Supremo Tribunal Federal, a ordem jurídica constitucional.

Então, a esses tribunais só ascendem recursos de natureza tipicamente de matéria constitucional, legal e só se discute tese jurídica, jamais se examina a prova.

O acesso, no Brasil, é muito facilitado a esses tribunais. Então, lá já chegou briga de cachorro, briga de vizinho – e isso que se fala na imprensa é verdade. Nós precisamos parar. Nós tomamos uma medida, o legislador tomou uma medida – tanto o Senado quanto a Câmara – que foi importante, de atribuir um efeito vinculante às decisões desses tribunais para que as causas já apreciadas e decididas em sede de recurso, julgadas pela técnica do recurso repetitivo não subissem mais, os presidentes paralisassem. Isso faz com que se possa desobstruir. Eu digo, não adianta, em corte superior, duplicá-la, aumentar. Você vai ter muita dificuldade de unificar a jurisprudência. O necessário é fazer como todos grandes países fazem, o acesso a essas cortes tem que ter não só como razão a perda da sucumbência, mas também a relevância de questão a ser decidida. Se a relevância da causa resolve o interesse subjetivo da parte e, ao mesmo tempo, o interesse público do Estado, na justa interpretação da lei, esse recurso deve chegar.

Quando falo de relevância, há de se observar os aspectos econômicos, sociais em todas suas extensões. Por isso, parece-me oportuno que nós avancemos com a PEC. Não há nenhum cerceamento de defesa. Edição de súmulas vinculantes traduz o pensamento cristalizado da interpretação das normas ou das leis pelo Tribunal. O que se evita é uma quantidade enorme de recursos com base em fatos semelhantes, que geram decisão com bases jurídicas idênticas, ou seja, teses idênticas. É isso! Nós não vamos disciplinar o sistema recursal brasileiro se o acesso continuar nessa amplitude que temos; vamos reclamar sempre. Observem bem o que é um tribunal congestionado. Tomem por exemplo algumas decisões do STJ, mas tomem por exemplo o Supremo Tribunal Federal. Ele está há sete anos para julgar a causa do Plano Cruzado, um índice de correção do Plano Cruzado. Com esse tempo todo, mais de 2 milhões de processos estão suspensos, aguardando. Basta julgar um, sinalizou a tese, nós resolvemos outros dois milhões.

É preciso entender o papel condicional de cada espécie de corte no País. Dos tribunais superiores, esse acesso não é para fazer a Justiça imediata, no caso concreto. Faz a Justiça especial do caso concreto, mas, ao mesmo tempo, releva a função de intérprete da Constituição ou intérprete da lei federal, dos tribunais superiores, do STJ e do Supremo Tribunal Federal.

No que tange à morosidade, a morosidade é algo inegável, é algo indesejável, algo que nós temos que combater e estamos buscando o caminho. A 1ª Região, passa por uma reforma, pela criação de um outro tribunal, além de outras reformas – há outras reformas.

Precisamos trabalhar, aí volto na formação, na qualidade. Sabe o que é uma causa fundamental de morosidade na Justiça brasileira? É a insegurança do juiz. A insegurança do juiz faz com que ele não decida...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Solicitar, Sr. Presidente, que possa pedir àqueque nos prestigiam com as suas presenças que nos permitam ouvir o Ministro Noronha.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esse assunto, lamentavelmente, não faz mal dizer na presença das ilustres autoridades do Judiciário aqui presentes, é recorrente. V. Exª mesmo, em outras oportunidades, já fez essa mesma reclamação. Eu insisto em dizer que ninguém está aqui coercitivamente, todos estão aqui como convidados e voluntariamente. Então, era necessário guardar o necessário silêncio em respeito às autoridades que estão aqui, como agora, o Dr. João Otávio de Noronha, trazendo assunto da maior relevância para a vida pública deste País.

Reitero, faço minhas as palavras de V. Exª, o necessário silêncio a fim de que esta reunião possa se realizar, se desenvolver dentro do necessário respeito a todos, não só aos membros da Comissão, mas sobretudo às autoridades convidadas neste momento.

V. Exª pode prosseguir.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Volto ao tema, Senador.

A morosidade é algo que desprestigia a própria Justiça. Morosidade é algo que entedia a população e não é razoável vermos o cidadão esperar dez anos para ver seu reconhecimento à aposentadoria, para receber sua indenização ou para tomar posse do seu imóvel. De tudo isso a gente sabe, lamentamos e procuramos resolver. Mas há várias causas, uma delas tem relação direta – e V. Exª colocou –, precisamos ter um olhar crítico com a baixa produção do magistrado. Uma das causas é insegurança, outra causa é a falta de conhecimento. Isso vem com uma deficiência em formação. Magistrado não pode ser formado só no início, ele tem que ser aperfeiçoado, e esse aperfeiçoamento tem que ser constante.

Então, não pode ser só para promoção, como se faz, também para a promoção, mas o magistrado precisa estar constantemente em centros, em eventos, trazendo novidades. Estamos aí com o Código de Processo Civil. O STJ tem feito uma série de seminários procurando estudar, informar os seus ministros, os seus funcionários, convidando advogados para se inteirar do tema.

Eu digo que um dos problemas de que nós temos que cuidar na magistratura neste momento é o temor, essa relação de temor fiscalização-magistrado, de temor corregedoria-magistrado. O juiz tem que entender o CNJ não como órgão de punição extrema ou somente de punição. Isso é, para mim, uma função acessória, isso é consequência de um desvio que é de uma minoria. Nós precisamos ter o CNJ numa nova visão, de planejamento, unindo-se com a Escola Nacional de Magistratura, criada também pela Emenda Constitucional nº 45, que tem a competência de traçar os programas, os cursos de formação.

Não adianta você formar um magistrado, querer formar um magistrado, se o presidente e o corregedor não liberam o magistrado para fazer os cursos. Não adianta se o presidente... Nós temos presidente de tribunal que diz assim: "Eu fui juiz sem ter formação nenhuma. Por que eu vou mandar meu jovem para ficar dois anos estudando?" Acontece que no passado, na década de 60, 70, o magistrado tinha 50, 30, 40 processos por ano. Nós não tínhamos a relação econômica que temos hoje, não tínhamos as relações de consumo na intensidade que temos hoje, não tínhamos um povo sabedor dos seus direitos fundamentais e exigentes desses direitos fundamentais como nos tempos atuais. Nós precisamos de um novo juiz para uma nova realidade, para um povo mais evoluído.

E o que mais me preocupa é o juiz inseguro. E o juiz inseguro tende a julgar sob o calor da mídia, ele tem medo de contrariar a mídia, ele tem medo de contrariar seu superior. Pobre de um povo que tenha na sua Justiça juízes inseguros, juízes que julgam pelo temor da mídia, que julgam preocupados com a repercussão midiática de sua decisão e não com a sua repercussão econômica e social.

Eu digo que o juiz tem que ter uma preocupação com a repercussão da sua decisão. Eu digo muito no Superior Tribunal de Justiça – está aqui o Ministro Paulo Severino, meu colega de Terceira Turma, um dos mais brilhantes integrantes da Casa – que a penada de um magistrado, sobretudo em tribunal superior, pode inviabilizar um segmento econômico, pode suprimir direitos já incorporados ao patrimônio jurídico do cidadão. A repercussão vai muito além do caso concreto, nós sabemos disso. Daí a importância da formação. E o juiz inseguro é um juiz mal formado. Um juiz mal formado tem medo de julgar se a sua decisão contrariar a opinião da mídia. Num país extremamente democrático, com um ambiente extremamente democrático, como nós vivemos hoje, a mídia é muito forte e ela pode intimidar, e, ao intimidar, ela pode torcer a decisão judicial.

Por isso a necessidade de que o CNJ exerça o seu papel mais fundamental, que não é o de punir, como muitos pensam, mas o de assegurar a independência da magistratura. Este é o papel fundamental do Conselho Nacional de Justiça: blindar os membros da magistratura de influência externa, seja da mídia, seja política, seja econômica, para que ele possa entregar uma prestação jurisdicional de qualidade e, consequentemente, desempenhar os dois papéis fundamentais da jurisdição: justiça e segurança jurídica. Segurança jurídica é fundamental para debelar os conflitos, a perpetuação dos conflitos na sociedade.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Cumprimento V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não vou usar todo o tempo da réplica, mas quero dizer que, neste curto espaço de tempo, V. Exª já demonstrou a qualidade de magistrado que tem. E não tenho dúvida de que V. Exª, no CNJ, inspirará uma oxigenação, novos ares, um novo momento. A segurança jurídica é um pressuposto, é um pilar fundamental da própria democracia, e tenho certeza de que V. Exª, assim como seus pares, compreendem o momento que vivemos e a importância que tem um Judiciário qualificado, independente e – por que não? – corajoso, tudo aquilo que V. Exª representa.

E eu peço aqui desculpas. Não tenho, como disse o Presidente Maranhão, o dom da ubiquidade. Tenho que relatar um projeto numa outra comissão. E aqui, Ministro Noronha, V. Exª vai ver certa rotatividade, não se surpreenda. Isso não desmerece, de forma alguma... Sei que V. Exª tem essa compreensão. V. Exªs percebem que Senadores que estavam em outras comissões vêm aqui e participam deste debate, outros vão cumprir outras atribuições. Mas eu tenho certeza de que a presença de V. Exª aqui é um momento alto – e acredite no que digo com absoluta sinceridade – para este Parlamento, porque ouve um ministro que não apenas sabe o que diz, mas que tem coragem para dizer o que pensa.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Cumprimento o Sr. Presidente, os Ministros Paulo de Tarso, Humberto Martins e Antonio Saldanha, ilustres membros do Superior Tribunal de Justiça.

Meu caríssimo Ministro Otávio Noronha, é motivo de enorme honra para todos nós, membros desta Comissão de Constituição e Justiça... Permita-me, caro Ministro, dizer da enorme satisfação para nós, Parlamentares do Amapá, que é a presença de V. Exª nesta Comissão, dividindo conosco suas informações, seu conhecimento, com certeza sendo consagrado – sei que será – para essa função indispensável para a coerência da atuação do Judiciário brasileiro, que é o Conselho Nacional de Justiça.

É desnecessário dizer, Ministro Noronha, do preito de reconhecimento que eu, em nome do povo amapaense, apresento a V. Exª. É desnecessário dizer das homenagens que nós... Essas homenagens, já foi dito aqui anteriormente pelos Senadores que me antecederam... Não é à toa que esta audiência aqui, com a sua presença, é uma das mais concorridas desta Comissão de Constituição e Justiça. As suas características de independência, tão necessária na atuação judicial, e de coragem não são reconhecidas somente pelos Parlamentares do Amapá, pelos óbvios motivos que V. Exª conhece, são reconhecidas também, e em especial, por todo o País. Isso já foi expresso nas indagações feitas anteriormente pelos membros desta Comissão de Constituição e Justiça.

Permita-me, caríssimo Ministro, discorrer sobre algumas questões. Elas se destinam menos à indagação e à sabatina, são mais para ouvir a opinião de V. Exª e para dialogarmos sobre temas que considero pertinentes à prestação jurisdicional e ao papel que tem o Conselho Nacional de Justiça, instituição necessária na democracia, de controle externo da atividade judicial.

Eu pergunto, Ministro João Noronha, primeiramente, sobre a atual composição do Conselho Nacional de Justiça. Como V. Exª entende essa composição? Considera-a adequada ou considera que seria necessária alguma alteração, conforme pretendem algumas propostas de emenda constitucional que tramitam nesta Casa? Sou, inclusive, Relator de uma delas.

E me permita abusar de V. Exª, porque já peço a sua opinião também para subsidiar este debate...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu deixarei para você, Senador.

O Senador Otto está dizendo que é uma pergunta futura e ele já iria fazer. Já vou deixar para o Senador Otto!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu ia fazer uma pergunta sobre o ativismo judicial. Como o Senador já está aqui perguntando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Já incorporada como pergunta conjunta, minha e do Senador Otto.

A primeira é sobre a composição do Conselho Nacional de Justiça. Matérias tramitam tanto aqui como na Câmara para propor a ampliação da composição, notadamente para a inclusão na composição no CNJ de membros da sociedade civil. Pergunto a opinião de V. Exª sobre isso.

Pergunto ainda sobre quais mudanças institucionais e legislativas... V. Exª já discorreu sobre isso em parte, mas pediria que V. Exª aprofundasse sua resposta sobre quais mudanças institucionais e legislativas seriam importantes para aprofundar e modernizar o funcionamento das instituições de controle interno e externo do Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Uma das perguntas, sobre o tal ativismo judicial... Eu comungo da pergunta junto com meu caro colega, ilustre Senador Otto. Embora não seja de sua alçada – V. Exª é membro do Judiciário, em especial do Superior Tribunal de Justiça –, tramita aqui no Congresso Nacional... E eu faço essa pergunta a V. Exª porque é de conhecimento de todos os brasileiros a postura firme e corajosa de V. Exª no combate à corrupção. Tramita aqui no Congresso Nacional um conjunto de propostas apresentadas pelo Ministério Público Federal, conhecidas como "dez medidas de combate à corrupção". Essas propostas tramitam como um projeto de lei de iniciativa popular na Câmara dos Deputados e, aqui, no Senado Federal, são 18 projetos de lei e uma proposta de emenda constitucional que resignificam, ou melhor, significam e dão sentido às chamadas dez medidas. Embora V. Exª não seja membro do Ministério Público, eu repito: faço essa pergunta pelo caráter da apresentação dessas dez medidas de combate à corrupção como uma mobilização mais do que do Ministério Público, mas uma mobilização da sociedade civil para, neste momento difícil da história nacional, ter instrumentos legislativos de combate à corrupção. E, me permita dizer, além de uma iniciativa da sociedade civil, essas dez medidas, na minha compreensão, são um caminho para que o Brasil pós Lava Jato não seja a Itália pós *mani pulite,* pós operação Mãos Limpas naquele país, que acabou resultando em retrocessos institucionais na Itália, como todos nós somos sabedores, e retrocessos políticos. Por isso, e eu repito, faço esta pergunta pela postura destacada de V. Exª no combate à corrupção.

Eu pergunto também a V. Exª: uma das atribuições do Conselho Nacional de Justiça, obviamente, é o controle externo da atividade jurisdicional. Uma das atribuições do Ministério Público – e aí concorrente o CNJ também teria um papel e CNMP tem um papel nisso – é o controle externo da atividade policial. Como essa atribuição do CNJ pode ser amplificada, pode ser da melhor forma executada?

Não vou me estender, Ministro, com o conjunto das outras perguntas. Só há uma que me seria particular indagar a V. Exª: tramitam aqui, no Congresso Nacional, várias matérias, várias proposições legislativas, eu diria, de conotação corporativa, que ampliam os poderes, algumas de conotação corporativas, travestidas de medidas protetivas, que ampliam os poderes de algumas corporações, em detrimento de atribuições do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Eu pergunto: qual a opinião de V. Exª em relação a esse tipo de iniciativa que, via de regra, comumente, venha a tramitar aqui pelo Congresso nacional, que, via de regra, com o argumento e o manto de ampliar, de melhorar medidas protetivas, acabam ampliando o poder de corporações. Eu considero que é fundamental, numa democracia, a atuação de um Judiciário independente, de um Ministério Público independente. E tanto mais é uma democracia quanto tivermos um Ministério Público comprometido não somente com a independência na sua atuação, mas cumprindo seu papel, que vem desde a origem do Estado absoluto, que é, anteriormente, no Estado absolutista, ser o fiscal do rei e, numa democracia, o fiscal da lei, o defensor da sociedade. Esse papel me parece precípuo e esse papel, em um Estado de direito, só pode ser cumprido pelo Ministério Público, na minha compreensão.

Desculpe-me emitir uma opinião, mas é para dialogar com V. Exª.

São essas indagações, Ministro João Otávio de Noronha, destacando, reiterando minhas enormes – não são pequenas – homenagens a V. Exª, e o agradecimento, que não é só do povo do meu Estado, mas é do povo brasileiro à atuação competente de V. Exª, notadamente em defesa das instituições públicas, da democracia e no combate do que eu considero o principal desvirtuamento das instituições democráticas, que é a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro João Otávio de Noronha, para responder à interpelação formulada pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Senador Randolfe Rodrigues, é um prazer reencontrá-lo nesta Casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A honra, não tenha dúvida, é toda minha.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Tivemos muitas oportunidades de conversarmos no passado, no Superior Tribunal de Justiça, e aqui nos deparamos outra vez.

Responderei também à questão do ativismo judicial, proposta pelo Senador Otto.

Eu começo pela composição do CNJ. Quem julga Senador em processo disciplinar? São os funcionários? Uma composição composta por funcionários? Composta por diretores? Ou são os próprios Senadores? São os próprios Senadores. E por quê? Para assegurar a independência e a autonomia do Senado Federal; do mesmo jeito, na Câmara, para assegurar a autonomia e independência.

É razoável que um juiz de primeiro grau... Não tenho nada contra. Nós temos juízes brilhantes que prestam serviços. Aliás, eu sou adepto de fortalecer a atuação dos juízes de primeiro grau. Nós estamos falando celeridade. E eu critiquei o sistema recursal. A primeira coisa que nós temos que fazer é prestigiar a decisão s juízes de primeiro grau. Há instrumentos de correção quando ela for abusiva, e um instrumento ágil de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

correção. É outra coisa que nós temos que discutir e falar. É razoável. Hoje eu reconheço que eles têm prestado relevantes serviços no Conselho Nacional de Justiça.

Mas vamos pensar: é razoável que os membros de tribunais superiores fiquem afetos a uma composição mista de juiz de primeiro grau, desembargador, um Presidente do Supremo, um Ministro do STJ, um Ministro do TST? Claro que não. A compreensão dos tribunais superiores é a mesma do desembargador, do juiz? Então, isso não é nenhum atentado à democracia, mas é uma questão que pressupõe a observância de uma hierarquia. O Judiciário é hierarquizado. Se olharmos a estrutura do Poder Judiciário, nós vamos ver que ela se dá de forma piramidal, com os tribunais superiores no ápice da pirâmide, no meio os tribunais e na base os juízes, que prestam relevantes serviços.

No meu modo de pensar, a composição atual não seria a desejável, não seria uma que espelha, que atende o verdadeiro princípio democrático de respeito à autonomia das instituições, na medida que nós temos um juiz de primeiro grau questionando um tribunal superior, que julga as decisões desse juiz de primeiro grau. Os ministros atuam sobre ele disciplinarmente. Não tivemos nenhum problema até hoje. Estou me referindo ao plano ideal. Até hoje, a atual composição do CNJ talvez seja uma das melhores da história, com juízes, com desembargadores.

Não estou aqui repelindo os fatos ocorridos. Pelo contrário. No plano ideário, no plano técnico, não acho razoável essa composição, mas foi a composição feita pela Emenda à Constituição nº 145. Tivemos que acatar – e acatamos – e procurar melhor conviver. Eu acho que nós deveríamos ter o Conselho Nacional com a composição similar a essa e um Conselho Superior da Magistratura composta por ministros do Supremo e dos tribunais superiores para julgar as políticas, para julgar os ministros dos tribunais superiores, do qual fariam parte. E deveriam entrar também os ministros do supremo. Todos deveriam se submeter a esse conselho porque hoje nós não temos. Então, me parece mais razoável, até porque esse conselho seria também muito apropriado, com gente preparada para traçar a política judiciária dos tribunais superiores. Nós temos que fazer um planejamento estratégico, temos que traçar uma política de atuação. Então, me parece muito razoável.

No que tange ao ativismo judicial, eu quero dizer que, ou o juiz submete a lei ou nós não temos democracia; ou o juiz profere uma decisão de acordo com a lei, ou ele forja uma decisão segundo sua convicção. E aí nós não temos mais a lei, nós temos a vontade e o império do juiz.

Não se confunda o ativismo judicial com os momentos raros de possibilidade que tem o magistrado de criar decisão ante a ausência de norma no sistema. Mas observe: não é a vontade dele que impera. A busca no sistema pelos princípios gerais de Direito, pela analogia, de normas que possam resolver aquele caso concreto, isso é muito raro no Direito brasileiro. O que nós temos, na realidade, às vezes, são evoluções interpretativas do texto legal. Isso quer dizer que nem sempre uma lei, ou seja, uma norma jurídica, para ser alterada, precisa mudar o texto da Lei.

Observem os senhores: nós tivemos o art. 535 do Código Civil de 1916, que dizia que só teria eficácia perante terceiro a escritura pública e compromisso de compra e venda devidamente registrados no título de imóveis. Portanto, desautorizado estaria, segundo a interpretação do Supremo naquela época, o ajuizamento de embargos de terceiros para a defesa da posse se não tivesse o compromisso registrado. Bom, mas o substrato social mudou, os negócios imobiliários se multiplicaram, as compras de imóveis por meio de compromisso de compra e venda, que aguardavam momentos oportunos de regularizações para registrar, cresceram e muito. O sistema habitacional brasileiro cresceu. Então, essa decisão não atendia mais, não protegia mais, sobretudo aquele pequeno, aquele cidadão mais humilde ou aquele cidadão médio que comprava imóvel e não tinha como registrar.

Então, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, com a sua criação pela constituição de 88, passou a interpretar de modos diferentes, passou a entender que o compromisso de compra e venda, ainda que não registrado, autorizava o ajuizamento do embargo de terceiro como defesa da posse.

Olhe bem: nós não tivemos alteração do texto, mas tivemos alteração da norma. Norma e texto são coisas diferentes. A norma é aquela que extrai o juízo interpretando o texto. Quando há uma mudança da consciência social, é razoável que o Direito, que a interpretação evolua, para melhor expressar o desejo do próprio legislador, que, se pudesse modificar rapidamente todo dia a sua decisão, teria feito.

Então, isso é uma coisa muito diferente de o juiz criar regras ou normas que não se enquadram no ordenamento, que não se encontram, ainda que subentendidas, no ordenamento. Essa função pode ser perniciosa ao sistema democrático. Imagine se amanhã estivéssemos criando penas por precedentes judiciais, ou crimes por precedentes judiciais, ou tributos por precedentes judiciais. Lógico, em se tratando de direitos fundamentais, as interpretações evoluem porque a Constituição é aberta. Além de enumerar uma série de direitos fundamentais, ela textualmente diz que isso não impede o reconhecimento de outros que venham aparecer no ema jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas ainda aí não há ativismo judicial. Aí, o que se tem é uma autorização do legislador constituinte, uma autorização da Constituição para que o juiz reconheça, tanto quanto possível, todos aqueles direitos fundamentais que surgem, já que as Constituições do início, a primeira Constituição que surge, tida como Constituição ou Carta Magna, era um documento elaborado para proteger o cidadão do Estado absoluto.

Hoje, a Constituição não tem apenas esse papel. Além de proteger o Estado, ela tem um papel primordial, que é assegurar e dar efetividade aos direitos fundamentais. Então, essa evolução constitucional faz-nos ter juízes hoje mais atentos àquilo que ocorre, mas isso não significa que eles possam atentar contra a ordem jurídica colocada. É nesse sentido que eu limito o ativismo judicial, que eu entendo até pode ir o juiz. Fora daí, quando ele cria a norma, ele passa a abusar. Nós tivemos casos em que o juiz determinou que determinado prédio de um banco falido fosse transformado em um museu. Isso é ativismo judicial. Não tem nenhuma lei que autoriza, ele não pode confiscar, aquele prédio era dos credores. Você não pode desapropriar os credores sem um devido processo legal. Isso é ativismo judicial. Não é no sentido que eu falei aqui, dos demais exemplos que citei.

No que tange ao combate à corrupção, o único temor que eu tenho é quando o legislador procura ser muito rápido...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ministro, o senhor me concede um aparte sobre o ativismo?

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olha, eu ouvi com atenção o que V. Exª falou, mas eu queria uma opinião de V. Exª sobre o seguinte: V. Exª falou sobre o temor de um juiz, sobre a manifestação da imprensa, do poder da imprensa, e às vezes não traz nem a verdade, traz mais aquilo que o sistema corporativo dominante quer e que financia a imprensa. Pode ser isso.

Mas eu queria perguntar a V. Exª outra coisa: a manifestação pública de um Ministro do Supremo Tribunal Federal a respeito de um tema político, como acontece permanentemente – tem acontecido ultimamente, três ou quatro Ministros –, causa um temor muito grande em qualquer cidadão, mesmo que ele detenha o poder. E, na minha opinião, qualquer magistrado, seja ele de qualquer corte, deve falar nos autos, e não de público. Mas isso tem acontecido permanentemente.

Eu pergunto a V. Exª qual seria a opinião de V. Exª a respeito dessas manifestações públicas que têm acontecido com os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Bom, eu não poderei falar sobre o comportamento dos Ministros do Supremo, mas falarei sobre o meu. Eu tenho causas relevantes, julguei causas relevantes no seu Estado, e jamais concedi uma entrevista. Jamais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sou testemunha disso.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Eu tenho causas cíveis, julgo causas cíveis, causas penais, e jamais me manifestei pela imprensa. Eu entendo que nós temos uma lei, que é a Lei Orgânica da Magistratura, que veda ao magistrado de falar sobre o caso concreto fora dos autos. E eu a respeito. Eu a respeito. Eu não tenho nenhuma entrevista concedida, nem após o meu julgamento. Quando eu explico alguma coisa é sobre a tese jurídica, jamais sobre o caso concreto.

Eu acredito que a independência dos poderes convive com a harmonia, e a harmonia faz com que cada um se atenha às suas questões. Isso não me impede de amanhã fazer sugestões ao Senado, procurar dar uma contribuição legislativa, um projeto de lei, isso é outra coisa. Mas jamais poderia partir de um magistrado, de minha parte especialmente, qualquer censura a atos de outro poder. Não é por aí. Até porque nós não estamos em um poder puro. Nós temos, dentro da magistratura, questões de corrupção, que combatemos, nós temos questões de má gestão, que combatemos. Nós vivemos os mesmos dilemas dos demais poderes.

Então, é preciso entender que a Constituição estabelece a separação entre os Poderes, que não é uma verdadeira separação, entre os poderes, é uma separação de atribuições, porque o poder é uno, bem entendido. E nas nossas atribuições eu procuro me ater. Certo, Senador?

O Brasil pós Lava Jato.

Se eu pudesse dar – e aqui não quero ousar – um conselho ao legislador brasileiro, eu diria que é muito perigoso legislar sob o calor da emoção. Nós já muita lei sob o calor da emoção cuja eficácia foi nula, zero. Quando não, passa a ser fator de injustiça, pune muito severamente, desproporcionalmente. Nós temos leis com penas muito mais graves do que o necessário comparadas com outro esquadro. Então, é muito perigoso. Então, muita calma neste momento para legislar sobre direito, porque, atrás, nós temos que lembrar que existem direitos fundamentais. É só essa...

No Brasil pós Lava Jato, o que eu desejo é que seja um Brasil em que a gente possa voltar a crescer, que a um Brasil em que a gente possa investir na educação e na saúde, que seja um Brasil onde a gente encontre a maturidade política para fazermos acordos e uniões que façam com que o Brasil nos propicie um ambien-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

te em que deixe de ser um país do futuro, mas que seja um país sobretudo do presente. Esse é o meu desejo sobre o pós Lava Jato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, estou satisfeito com a resposta e reitero: rendo todas as homenagens possíveis e impossíveis a S. Exª o Ministro João Otávio de Noronha.

O Brasil e o Conselho Nacional de Justiça é que ganharão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu subscrevo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pronto. O Brasil e o Conselho Nacional de Justiça ganharão com a presença de S. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem de inscrição o Senador Ferraço.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Só para cumprimentar também...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª queria pedir a palavra pela ordem?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para cumprimentar e parabenizar o Ministro José Otávio de Noronha pela atuação, por sua carreira inteira na Justiça. Eu o conheço bem e tenho um prazer enorme em ouvir as suas explicações, como ouvi agora, e concordar com muita coisa do que disse.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro João Otávio de Noronha, a Comissão de Constituição e Justiça cumpre uma das suas mais relevantes tarefas, qual seja sabatinar a indicação para a presença ou a ida de V. Exª para Corregedor do Conselho Nacional de Justiça. O currículo de V. Exª, a longa trajetória e a experiência de V. Exª, não apenas a meu juízo e conceito, mas também juízo de todos que me antecederam, é uma revelação da construção e da caminhada de V. Exª, feita com elevada reputação, credibilidade e muita personalidade. Isso faz uma diferença muito grande para todos nós. Este é um momento rico, em razão de ter a oportunidade de explorar a visão de V. Exª, a maturidade de V. Exª, não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o conhecimento da vida prática, que faz uma enorme diferença com autoridades como V. Exª, que tem a responsabilidade que tem.

Por conta disso, eu queria submeter a V. Exª duas questões para merecer as suas observações e a sua sempre presente forte identidade e personalidade.

A primeira delas diz respeito a uma decisão histórica, pelo menos para mim, histórica recentemente. O Supremo Tribunal Federal, no HC 12.692, deu nova interpretação à presunção da inocência, ao admitir cumprimento da sentença penal confirmada em segunda instância. Isso foi, na prática, um novo marco na interpretação da Justiça brasileira. Em país nenhum do mundo, depois de observado o segundo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa, aguardando, portanto, o referendo da Suprema Corte, como acontece aqui no Brasil, mesmo considerando que não há mais produção de prova. Isso tem, na prática, pelo menos a meu juízo, produzido uma enorme percepção de impunidade em nosso País. Essa é uma decisão que incorpora um novo marco legal à magistratura e à Justiça brasileira.

Eu gostaria de ouvir V. Exª sobre esse ponto, que interpretação V. Exª tem, que juízo de valor V. Exª tem a respeito dessa questão. Não que isso traga qualquer tipo de diálogo para a conjuntura brasileira. Eu mesmo sou autor de uma proposta de emenda à Constituição que tramita nesta Casa há quase quatro anos. Infelizmente, ela está pronta para ser votada em plenário, mas não mereceu ainda prioridade para que o Senado possa fazer o enfrentamento dessa matéria, que à época foi alvo de um ponto, do escopo do pacto republicano entre o Congresso brasileiro, o Senado da República, e o Supremo Tribunal Federal.

De igual forma, a associação dos magistrados federais encaminhou a esta Casa uma proposta dessa natureza, que eu tive o prazer de relatar. Fizemos aqui um conjunto de audiências públicas, e está em ordem para entrar em pauta aqui na Comissão. Mas a decisão do Supremo Tribunal Federal foi uma decisão, a meu juízo, muito importante e muito relevante. E isso tem a ver com uma autocrítica que faço em relação ao Senado da República, que não faz o enfrentamento de temas polêmicos e às vezes reclama que o Supremo Tribunal Federal está legislando. Em alguns momentos, está, é verdade, mas legisla em cima da omissão do Congresso brasileiro, do Senado da República, que não enfrenta as questões polêmicas, deixa que o Supremo possa tome decisões, e assim tem sido, e eu acho que isso tem sido importante, porque o tempo de maturação de um processo como esse chega em um momento em que precisa ser decidido na democracia representativa no voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, essa não é uma questão que eu estou trazendo em função da conjuntura, mas o entendimento que tenho de que a presunção da inocência no Brasil encontra princípios e conceitos de elasticidade que, observando o Direito comparado, não encontra paradigma ou encontra referência mundo afora. Essa é a primeira questão que eu gostaria de merecer as observações de V. Exª.

A outra questão tem a ver com essa denúncia feita pela Federação Nacional dos Jornalistas. Dirigentes da Federação estão denunciando esse caso, inclusive internacionalmente, no 29º Congresso Mundial de Jornalistas na França. A denúncia dá conta de uma estratégia organizada – e isso ganhou grande repercussão na Imprensa brasileira – do assédio judicial promovido por magistrados e promotores da Justiça do Paraná contra jornalistas do *Jornal do Povo* ao produzirem reportagem sobre os salários acima do teto constitucional pago pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público do Paraná. Os jornalistas cumpriram de justiça de levar à sociedade essas informações.

Com base em dados disponíveis nos portais de transparência do Ministério Público e do Tribunal de Justiça de Justiça os jornalistas analisaram os vencimentos anuais das categorias e verificaram que, somando o salário-base com auxílios e indenizações, a média de rendimentos anuais dos magistrados e procuradores do Paraná ultrapassa em 20% o teto constitucional. Ou seja, essa não me parece uma matéria restrita ao Paraná; é um tema que está relacionado ao direito do exercício da atividade profissional.

Evidentemente, a verdade sempre tem mais de uma face, e eu não estou aqui para não deixar de considerar a realidade da vida como ela é e não como eu gostaria que ela fosse. A verdade tem mais de uma face. Mas o que estão denunciando essas federações e não apenas a Fenaj, mas também a Associação Nacional de Jornais é a estratégia do excesso.

A expectativa que tenho, pessoal, é de que o CNJ possa se pronunciar sobre isso e que, estando V. Exª no CNJ – e estará, inclusive com o meu voto –, esse tipo de fato possa merecer por parte do Conselho Nacional de Justiça, em razão das suas prerrogativas e das suas responsabilidades constitucionais, um posicionamento. Eu não entro no mérito aqui de qual posicionamento, mas não me parece que um fato como esse não mereça por parte do Conselho Nacional de Justiça um posicionamento que até aqui, salvo melhor juízo, não houve. A expectativa que tenho é que, conhecendo V. Exª e a personalidade de V. Exª, esse tipo de coisas possam merecer, por parte do CNJ, um posicionamento porque isso tem a ver com direitos fundamentais e não está, portanto, restrito ao Estado do Paraná e é, portanto, uma premissa, julgo eu, civilizatória.

São essas as duas questões que eu quero trazer a V. Exª. Antes, porém, rendo aqui as minhas homenagens e a minha forte expectativa desse, de novo, mandato vigoroso que V. Exª, exitoso, vai exercer à frente do Conselho Nacional de Justiça em função da trajetória aqui construída com muita reputação, com muita credibilidade, com muito conhecimento e com muita personalidade enfrentando as questões, sabe, como elas precisam ser enfrentadas.

São as questões que submeto a V. Exª.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Começo pela última pergunta. É a questão do Paraná, especificamente do Paraná.

Nós, juízes, somos funcionários públicos. Um dos princípios que plasmam a administração pública é o da transparência. Portanto, não tenho nenhum problema de ver o meu salário publicado, todo mês, no portal da transparência ou na mídia. Até porque nós, Ministros – posso assegurar a todos - , ganhamos rigorosamente dentro do teto. Por incrível que pareça, tenho notícias de que Desembargadores ganham mais do que Ministros. Não sei, nunca examinei nenhuma folha. Mas nós, Ministros, do Supremo, do STJ, do TST, recebemos rigorosamente dentro do teto. E não poderia ser diferente, já que temos de dar o exemplo.

Essa questão de divulgar que ganha abaixo do teto, acima do teto, primeiro, é uma informação que a sociedade que paga, que o contribuinte que paga têm o direito de obter. Têm de saber a quem paga e quanto paga. Segundo, não desmerece ninguém. Eu poderia ganhar mais, poderia ganhar menos...

Aí, eu volto a dizer: nós precisamos formar melhor nossos magistrados. O que está acontecendo – e me preocupa – na magistratura? O cidadão entra, novo, jovem, recebe o primeiro salário. Como ele era estudante, se formou, fica assinando... Hoje, quem é o candidato à magistratura? É aquele que se forma e fica estudando. Tem um amigo para ele assinar as petições para computar o tempo de experiência jurídica ou é funcionário de um tribunal e trabalha rigorosamente 6 horas e, no tempo dele, vai ficar mergulhado, trancado, estudando. Esse é o pessoal base que nós recrutamos. Nós recrutamos juízes muito jovens. Nenhum problema. Sou fã da juventude, acho que vale a pena receber jovens, desde que nós possamos investir na sua formação.

O que está acontecendo? Esse jovem entra, ganha um salário razoável. Para ele, no começo, é bom. Pode ser ruim para quem está no final, que já tem filhos na universidade. Mas não estou dizendo que é ruim não; estou só exemplificando. Até acho que não é ruim. O que acontece? De um tempo para cá, a magistratura forteceu as suas associações, que fazem um papel, às vezes maduro de associação, às vezes com alguns desvios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de sindicato. Não concebo, hoje, quem é agente de poder ter sindicato, mas acontece. Ressalvo aqui que a Ajufe – aqui presente a Drª Candice – tem um comportamento exemplar, de um modo geral a AMB. Então, isso é uma defecção numa fração da magistratura. Reputo extremamente infeliz porque o que tem um cidadão saber o quanto eu ganho se é ele quem me paga?

Segundo, se eu recebo acima ou abaixo, se eu acho que é justo, eu que defenda, eu que venha a defender a justiça do meu salário. Agora, não é com esse tipo de comportamento engendrado, de uma certa forma construindo um abuso de direito – e abuso de direito é ato ilegal –, atentando contra a liberdade de imprensa. Porque é uma maneira de pressionar. Vou começar a acionar aqui, o outro vai acionar ali. Nós estamos atentando contra a liberdade de imprensa. Vocês lidam com a imprensa todo dia. Ora ela é justa, ora é incorreta, ora o jornalista também tem deformação, mente, ora vale não a notícia, mas a versão.

Mas, de um modo geral, a imprensa é composta também por homens muito sérios, por jornalistas preocupados, que nos assessoram, que nos dão informação e que têm um dever institucional de informar. Não vejo nenhuma lei ou qualquer justificativa que iniba o jornalista de divulgar o salário de um ente, de um funcionário, de um juiz ou de um magistrado que recebe diretamente dos cofres públicos. Portanto, eu lamento profundamente.

Apenas esclareço a V. Exª que a minha posse será só em agosto, no final do mês de agosto. Até lá, nada poderei fazer. Mas acredito que temos uma grande corregedora, uma das melhores e maiores Ministras que integram a casa do Superior Tribunal de Justiça, que é a Ministra Fátima Nancy Andrighi. Ela, já cientificada, vai tomar as providências necessárias. Fátima Nancy é um exemplo de juíza, de comportamento e atua de uma forma magistral no CNJ. Ela não deixará de adotar as medidas cabíveis. Se por acaso, não forem adotadas, prometo estudar o caso e levar à apreciação dos meus pares no Conselho, de quais medidas deveremos tomar.

No que tange ao princípio da inocência, essa é uma questão muito discutida no Brasil´. É verdade, V. Exª coloca: nos Estados Unidos, geralmente se prende até após a condenação de primeiro grau; na Alemanha, espera-se o segundo grau ou, em determinado caso, vai desde o primeiro grau; no mundo, ninguém esperou 20 anos, 17 anos, 14 anos para, depois de uma condenação já num tribunal superior, como o Superior Tribunal de Justiça, aguardar pena para ser cumprida. Mas há casos e casos. Acho que isso precisa ser muito bem obtemperado.

Eu acho que o Supremo interpretou a Constituição, por isso acho que a Constituição prevê o princípio da inocência. Dosar essa interpretação é missão do Supremo Tribunal Federal, como um grande guardião da Carta constitucional. O Supremo tinha uma interpretação até 2009. De 2009 para cá, ele mudou e volta a ter um posicionamento mais rígido. Isso é evolução da jurisprudência. E por que o Supremo mudou? Porque a consciência social hoje começou a repelir. Não há quem ache razoável aguentar, suportar 17 anos de alguém condenado em todas as instâncias em liberdade por tanto tempo. Às vezes, causa mais mal ao condenado que bem. Vi uma entrevista do jornalista de *O Estado de S. Paulo*, Pimenta Neves, que se arrepende muito de não ter cumprido logo a pena, ter saído e aproveitado melhor a sua vida. Ele ficou 12 ou 13 anos sendo xingado e hostilizado. Quando, se ele tivesse saído depois do cumprimento, tivesse cumprido a pena, já teria pagado sua dívida com a Justiça e certamente poderia estar num processo de apelação.

Por isso, acho que a mudança do Supremo não vai inibir também se olhar o caso a caso. Aquele caso em que a tese pode estar superada, foi julgado em todas as instâncias, mas a tese já está superada ou já há um novo posicionamento do Supremo, que o Relator no Supremo ou até no STJ – também no STJ – possa dar uma liminar e aguardar. Mas isso vai ser na visão de cada caso. Como regra, o Supremo alterou.

Existiu um grande clamor. Agora, os juízes dirão se essa decisão foi sábia ou não – e o dirão no tempo. O que eu espero é que não tenhamos mais uma demora de 10, 12, 15 anos até que alguém cumpra sua pena. Essa é a pior morosidade do Poder Judiciário, porque ela cria para o réu uma falsa sensação de liberdade, que ele não tem – condenado em todas as instâncias, não tem verdadeira liberdade, ele é motivo de censura em cada lugar que chega –, e cria para a sociedade a certeza da impunidade – já não é mais a dúvida da impunidade, mas a certeza de que ninguém é preso.

Esse conflito é muito ruim para o ambiente social. Então, eu acho que o Supremo precisava tomar uma posição – e a tomou, há correntes para todos os lados. Eu espero que a prudência vigore na aplicação da legislação, na hora de ver os casos que justificam e os casos em que ainda pode haver uma réstia de injustiça, e o Relator, então, autorize a permanência ou não... É assim que normalmente funciona a Justiça.

Obrigado pelas perguntas de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Ministro Noronha, eu quero, desde já, manifestar a minha opinião pessoal sobre o comportamento de Exª, até em função do que V. Exª disse em resposta às indagações que lhe foram feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

"Assegurar a independência da magistratura como corolário de sua atuação profissional e objetiva na CNJ." Isto é muito profundo: assegurar a independência da magistratura. Isso é muito fácil de dizer, mas é complicado de operar. Tão complicado, que V. Exª teve... E quero aqui relembrar um episódio que, pode estar certo, marcou sua personalidade perante o Brasil inteiro e perante a magistratura, com certeza, na hora em que o STJ foi, na opinião de algumas pessoas que não poderiam nunca ter dito o que disseram, frouxo, conivente. V. Exª foi um dos que levantou a cabeça e bateu com muita força... O Brasil todo prestou atenção àquela sua manifestação, não tenha dúvida sobre isso, prestou atenção, viu quem era o Ministro Noronha. Foi V. Exª quem levantou a voz para defender a Corte inteira. Por entender o quê? O que V. Exª disse.

Acho que V. Exª nem está se lembrando desse episódio. Nem havia por que ele ser abordado, mas V. Exª colocou "assegurar a independência da magistratura". É isso, é dizer e fazer, mesmo podendo ser incompreendido, podendo até ser incompreendido, podendo haver, inclusive, admoestações. V. Exª aguentou firme.

Outra coisa muito importante... Eu digo isso, Ministro Noronha, porque eu fui Presidente desta Comissão, estou aqui há quatro mandatos e fui Presidente da CCJ. E, quando eu fui Presidente da CCJ, era Ministro da Justiça o Sr. Jobim, que me procurou para, naquela época – faz tempo –, começar a discutir a reforma do Judiciário. E discutimos quem poderia ser um bom Relator. Imagine V. Exª, o Relator foi o engenheiro José Jorge, que terminou Ministro do Tribunal de Contas da União.

E foi um excelente Relator – excelente –, pela correção de atitudes, pela capacidade de promover média de opiniões e pela capacidade de introduzir a criação de coisas novas, como o CNJ, que eu acho que foi a grande novidade da reforma do Judiciário, como instrumento de moderação na magistratura do Brasil inteiro. Porque o CNJ...

V. Exª vai substituir a Ministra Nancy, que eu concordo que é uma grande Ministra, uma mulher equilibrada, decente, não solta fogos de artifício, discreta, mas eficiente. V. Exª vai substituir a Ministra Nancy no exercício da Corregedoria.

Se o CNJ é o órgão que vai avaliar os malfeitos, ou coibir os malfeitos, ou aplicar pena aos malfeitos da magistratura, o Corregedor está em cima disso para avaliar o CNJ como corte. Então, é preciso que haja uma pessoa com a estirpe de V. Exª. Eu digo isso porque é preciso que se diga. Às vezes é duro ser imparcial. Eu conheço V. Exª, sei que V. Exª é daqueles que: amigos, amigos, negócios à parte. V. Exª recebe todo mundo, mas, na hora de julgar, fica com o Direito. Eu sou testemunha disso. V. Exª é um juiz exemplar. Não é arrogante, é uma pessoa de fácil acesso, mas na hora de julgar fica com o Direito. Como acabou de se manifestar em relação à pergunta que eu iria fazer, do Senador Ferraço, sobre a aplicação da prisão, decorrida a manifestação da primeira instância. V. Exª ficou com a posição equilibrada. Não dá para esperar dez, doze, quinze anos pela aplicação da pena e conviver com a impunidade. Mas nem tanto ao céu nem tanto ao mar. É preciso que existam elementos de arguição para que a injustiça não seja cometida, Ministro Humberto.

Então, eu acho que é preciso vozes como a de V. Exª neste momento em que as emoções estão superando muitas vezes a razão, em que a imprensa exerce uma pressão desmedida sobre fatos que têm que ser tratados com equilíbrio. É importante ter pessoas corajosas como V. Exª para manifestar opinião aqui e acolá, para que este País encontre a sua saída. Nós estamos vivendo um momento, Ministro Humberto, de busca de saída. Nós estamos numa espécie de *turning point*, e é preciso que pessoas que têm credibilidade, que têm opinião, que possam transmitir com segurança jurídica opinião se manifestem. É claro que Ministro de STJ é muito importante, mas a Corregedoria do CNJ é uma função de muito relevo. E o que eu espero de V. Exª é que o seu temperamento seja colocado em prática em benefício do Brasil.

A pergunta que eu tenho para lhe fazer – e quero agradecer ao Senador Ronaldo Caiado porque estou ocupando a sua vaga – é a seguinte: a OAB tem o seu conselho de ética, os arquitetos e engenheiros têm o seu conselho de ética, os juízes; o Ministério Público não tem.

Já várias vezes, em arguições aqui para integrantes do CNMP, eu fiz a indagação de por que não se cria, não se institui um conselho de ética para a apreciação de eventuais excessos – podem ocorrer eventuais excessos – no âmbito da corte do Ministério Público? O que V. Exª acha da inexistência de uma corte de apreciação de excessos do Ministério Público, que tem uma missão precípua democrática fundamental de defesa dos interesses da sociedade, mas que, como qualquer entidade humana, pode cometer erros e excessos? Se erros e excessos são cometidos, deve haver alguém para coibir, para contestar e para corrigir rumos. O que V. Exª acha dessa minha assertiva?

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Acho razoável. É preciso entender, é preciso separar a função de justiça, ou seja, do Poder Judiciário, da do Ministério Público. O juiz age sempre como um terceiro desinteressado, ele debate a causa. O Ministério Público defende interesses, é um interesse do Estado, mas o Estado é ente; ele defende a sociedade. Ora ele atua como fiscal da lei, ele tem uma função mais de neutralidade, s, no juízo penal, nas ações de improbidade, nas ações coletivas de consumo, o Ministério Público defende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

interesses, ele titulariza interesses para defendê-los. E aí a sua atuação não se dá no mesmo equilíbrio com que se dá a do magistrado, que é um terceiro totalmente desinteressado.

Toda corporação que atua na defesa de interesses precisa ter regras éticas. Eu gostaria de dizer que a magistratura também tem um código de ética, tem um código de ética aprovado. Depois de ter ouvido toda a magistratura, o CNJ aprovou um código de ética. Não temos um tribunal de ética porque as corregedorias procuram exercer essa função com muito mais prudência, mas a nossa área de atuação é muito menor, não se assemelha à do Ministério Público.

O Ministério Público tem uma função ora neutra, de fiscal da lei, ora de defesa de interesses, ou do pobre, ou do Estado, mas aí está titularizando um interesse. Em um País democrático, o interesse do Estado conflita, por vezes, com o interesse do jurisdicionado. É muito comum, por isso os direitos fundamentais. E a garantia dos direitos fundamentais se dá, às vezes, com o Poder Judiciário decidindo contra a ação típica do Ministério Público.

Nós, em últimas palavras, somos os guardiões da prevalência ou da observância dos princípios constitucionais, sobretudo, dos direitos fundamentais, então, parece-me muito razoável. Eu fui advogado do Banco do Brasil por 27 anos, fui diretor jurídico do Banco do Brasil, e quantas vezes eu não me deparei com ações abusivas de membros do Ministério Público, ora querendo afastar um diretor em questão tipicamente societária, ora querendo invadir uma assembleia-geral do Banco do Brasil, quando não detinham a qualidade de acionistas e não estavam obrigados a essa intervenção? E eram jovens. O mais engraçado é que encontrei um há pouco tempo e ele me disse: ministro, eu tenho muita vergonha do senhor, porque eu era um jovem petulante, só hoje eu vi o que eu fiz. E eu falei: "Que bom que você amadureceu, e que bom que possamos ter a possibilidade de, com o tempo, corrigirmos nossas posições equivocadas".

Portanto, eu acho que seria muito bom que o próprio Ministério Público criasse um órgão de controle, de julgamento de questões éticas que não necessariamente ultrapasse a questão disciplinar. Para a disciplina, eles têm o conselho, mas, para a atuação ética, não.

Então, concordo com V. Exª que seria prudencial a criação desse tribunal de ética pelos próprios, lembrando que não há necessidade de alteração legislativa para isso. Ele pode ser criado dentro da própria instituição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Agradeço a V. Exª, estou satisfeito com as manifestações.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Otávio de Noronha, meu caro Ministro Humberto Martins, tenho muita alegria em revê-lo, considerando que V. Exª, com a toga de ministro, dignifica particularmente o pequenino Estado, mas bravo, de Alagoas. Em nome de V. Exª, quero cumprimentar todos os ministros da suprema corte do Superior Tribunal de Justiça.

Ministro Noronha, alguma pergunta que eu ia fazer a V. Exª já fora respondida no que diz respeito à decisão ou julgamento de alguma demanda por parte de juízes que se intimidam ou que dão muito valor à imprensa. Em um determinado momento, em uma conversa que tivera com um ministro, ele me dizia textualmente: "O juiz julga com base nos autos, e não pela influência da imprensa.". Mas o momento que nós estamos vivendo é um momento muito delicado, em que a imprensa tem exercido um papel muito grande no que diz respeito a posicionamentos, principalmente quando se trata dessa Operação Lava Jato. V. Exª já respondeu a essa pergunta, e, para economia de tempo também, vou deixar de fazê-la.

Recentemente, mais precisamente no mês de maio, o CNJ deu início a uma investigação para avaliar a decisão de um magistrado, de um juiz do Estado de Sergipe que suspendeu o WhatsApp em todo o Brasil. Possuía vícios, ou não? Segundo o CNJ, a investigação supostamente não entraria no mérito da decisão judicial, mas apenas em verificar se teria havido abuso de autoridade ou extrapolação dos limites territoriais da competência. Nesse contexto, indago a V. Exª: quais os limites que V. Exª enxerga na atuação disciplinar do CNJ quando se trata da análise do mérito das decisões judiciais? Em outras palavras, possíveis erros de interpretação por parte dos juízes devem ser punidos? Erros grosseiros devem ser objeto de repreensão disciplinar? V. Exª acredita que os magistrados têm se intimidado a exercer a atividade de julgar com o receio de serem punidos por alguma interpretação que fizerem em contrariedade ao que posteriormente o CNJ entenda como correto?

A outra pergunta era aquela a que eu me referi a poucos instantes com relação à mídia, mas V. Exª já respondeu e eu, assim, deixo de fazê-la, contento-me com essa indagação que lhe faço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro João Otávio de Noronha.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Senador Benedito de Lira, é um prazer falar com V. Exª, encontrá-lo ıta Casa. Quando eu digo do temor do juiz que, às vezes, se sente acovardado, não é só com a mídia. A pior ʏardia que a gente vê no momento é a do juiz com relação ao Estado. Hoje, o juiz tem medo de dar liminar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

contra o Estado. Eu conheço muitos juízes com medo, tem havido uma reclamação enorme, o juiz não dá liminar contra o Estado. Ora, se o juiz não dá liminar contra o Estado, nós não estamos em um Estado de direito.

O juiz despreparado não tem medo só da mídia, porque quem julga a favor do Estado não é criticado disciplinarmente. É raro abrir um processo quando não se concedeu nada contra o Estado, mas, quando se dá para o contribuinte, por vezes vemos o juiz sendo processado disciplinarmente. Isso tem que acabar! O que é decisão jurisdicional só se corrige por meio de recurso, por meio de uma atuação jurisdicional do tribunal.

Eu acho que o colega de Sergipe nem foi feliz nessa liminar, porque ele prejudicou o Brasil inteiro. É o que eu falo: o juiz precisa saber medir a repercussão da sua decisão, mas o instrumento de correção nunca pode ser o CNJ, o instrumento de correção tem que ser o Tribunal de Justiça de Sergipe, que acabou corrigindo. Demorou, mas corrigiu. Então, não podemos misturar jurisdição com administração.

Ele poderia ter incorrido em sanção disciplinar se tivesse dado de má-fé, se tivesse recebido propina de alguém para dar, ou se tivesse sido desmazelado, deixou o funcionário fazer e assinou. Isso é disciplina. Agora, se ele estava convicto de que deveria conceder liminar e concedeu, esse juiz nunca vai julgar com independência se ele for punido pelo CNJ. Nós vamos ser um órgão de terrorismo? Vamos agora fazer juízo de valor sobre as decisões judiciais? Não, não, para isso existem os tribunais. Aliás, a democracia cria os tribunais exatamente para esse tipo de revisão.

Então, não se pode misturar coisas diferentes, e aí nós temos duas coisas diferentes. Uma é a atuação jurisdicional e a outra é a atuação administrativa. Neste caso, não vi nada; eu, como corregedor, jamais abriria esse procedimento – eu, particularmente –, porque o que eu vi, concorde ou não com a decisão, foi uma decisão e uma atuação jurisdicional, e por isso eu tenho que respeitá-lo. A parte que recorra. E lembrem-se, a decisão dele, em um primeiro momento, foi confirmada para depois ser revisada.

Portanto, não podemos colocar o CNJ como um instrumento de pressão, de terrorismo sobre os magistrados porque é para defender o Estado, para defender... Julgou, absolveu alguém, é comum, às vezes, ver a reação negativa do Ministério Público. O Ministério Público é parte, como o cidadão é parte, como o réu é parte.

O magistrado tem que estar pronto, firme, preparado para liberar, para absolver, como para condenar, sem que ele possa, por isso, incorrer em qualquer sanção disciplinar.

Sanção disciplinar só cabe quando há dolo, há má-fé, há desídia, há culpa. Fora disso, não. Na atuação jurisdicional, o CNJ tem é que proteger esse magistrado, não importa se a sua decisão não é a melhor pelo ponto de vista jurídico. Para isso existem os tribunais.

Penso que respondi à pergunta de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Não só respondeu, como respondeu muito bem.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Obrigado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Porque, na verdade, como V. Exª acaba de dizer, a parte que se sentir prejudicada tem direito de recursar para a instância superior a que está submetido o julgador na primeira instância.

Muito obrigado, Ministro, tenho certeza absoluta de que a sua trajetória, a sua história... Eu conheço um pouco dela não porque tivesse conversado algum tempo com V. Exª, mas pelas informações, pela amizade, pelo respeito, pela consideração que lhe tem o seu colega e meu conterrâneo, o Ministro Humberto Martins, que faz exatamente o retrato fiel das pessoas que exercitam a sua atividade jurisdicional naquela casa de justiça que é o Superior Tribunal de Justiça.

Parabéns, Ministro. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o ilustre Ministro João Otávio de Noronha, queria saudar o Ministro Humberto Martins, a quem cumprimento com muita satisfação pela sua presença aqui nesta Casa.

Ministro Noronha, eu me sinto inteiramente satisfeito com a exposição que V. Exª fez nesta manhã, acho que os nossos colegas que me antecederam foram muito felizes, porque há um elenco de questões muito pertinentes que foram endereçadas a V. Exª nessa sabatina, e isso tudo evidenciou o preparo, a maturidade, o equilíbrio, a firmeza de V. Exª.

Ao tempo em que registro que me sinto inteiramente satisfeito, quero destacar, dentre tantas coisas que V. Exª sublinhou nesta oportunidade, uma colocação feita por V. Exª que me parece muito importante, que é a necessidade de que os jovens juízes possam ter um contato, uma inserção maior na vida socioeconômica do País. Eu creio que, em grande medida, essa competência, esse equilíbrio, esse acúmulo de V. Exª decorre justamente do longo período em que V. Exª exerceu a advogacia, e, portanto, teve contato com toda essa am-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

biência que a vida social e a vida econômica proporcionam, oferecendo ao juiz elementos que são absolutamente indispensáveis para que ele possa exercer a sua função sopesando, devidamente, toda a complexidade da vida social e da vida econômica.

Essa visão que V. Exª tem me parece muito própria e muito necessária para que tenhamos, cada vez mais, um Poder Judiciário mais sintonizado com as demandas sociais, portanto, eu cumprimento V. Exª e, com muita satisfação, registro aqui a certeza de que V. Exª se desempenhará muito bem nessa nova função. Era isso.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Muito obrigado, Senador, é um prazer estar com o senhor mais uma vez e ouvir as suas palavras elogiosas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, o pedido da minha inscrição foi, em primeiro lugar, para cumprimentar o Ministro Noronha pela sua história, pelo seu trabalho, pelos anos em que esteve não só à frente do Banco do Brasil, mas, agora, no STJ. S. Exª mostra algo que, sem dúvida alguma, fala muito com o sentimento do momento, Sr. Ministro, que é o de uma pessoa como o senhor assumir posições nos momentos mais delicados, quando uma instituição é colocada em xeque, e V. Exª reage. V. Exª mostra a importância de termos as instituições respeitadas no País, V. Exª não generaliza no intuito de tirar delas amanhã as prerrogativas que são fundamentais em um sistema democrático.

Eu quero cumprimentar essa maneira como V. Exª sempre se pautou. É lógico que é sabedor de que muitas vezes nós não somos infalíveis, mas a sociedade brasileira espera muito de nós neste momento.

O Senador José Agripino também fez referência ao momento que estamos vivendo hoje no País. Mais do que nunca, precisamos de homens que saibam balizar as instituições, de homens que, além do discurso, tenham uma vida pregressa que os qualifique, para que a sociedade se sinta também garantida naquilo que é fundamental para superarmos esse momento e levarmos o Brasil a bom rumo.

A pergunta que formulo a V. Exª, apesar de V. Exª já ter relatado vários fatos da dificuldade que existe hoje em cada processo, em cada ação que entra, seja por um aposentado, um cidadão mais simples, o acúmulo de tudo isso que fica nos tribunais regionais, como também no STJ, refere-se à minha preocupação, como legislador – e é lógico que como médico, como cirurgião – de darmos alguma celeridade. Algo que me preocupa muito no momento, Sr. Ministro, é que, quando vivemos uma prática política sem parâmetros de ética e de moralidade, é muito comum tentar assacar contra a honra das pessoas, porque, muitas vezes, querem nivelar todos em um patamar da baixaria, da negociata ou da corrupção.

E, a partir daí, muitas vezes escrevem, travestidos na tese que todos respeitamos, que é o direito de se manifestar, que é o direito de publicar o que desejam, mas, ao mesmo tempo, é a garantia que o cidadão deve ter em relação à sua honra e à sua dignidade.

A minha preocupação sempre foi dar celeridade, para que possamos chegar em uma última instância, quando a honra do cidadão é atacada, para que não fique nesse processo, que passa a ser quase que secular, e que, provavelmente, seus filhos ou netos é que vão ver o acórdão final no Supremo Tribunal Federal.

Vem a primeira instância, depois o Tribunal de Justiça do Estado, depois vem o STJ, depois vem o Supremo Tribunal Federal, com todas as chicanas que são montadas. E o impressionante é que as pessoas utilizam isso, muitas vezes, para tentar enlamear ou para tentar, às vezes, criar uma situação que venha a prejudicar a trajetória de um cidadão, porque, até que tenha o acórdão final, sobre ele vai recair uma mentira, uma ilação, uma calúnia. Ou seja, a liberdade de expressão: total; as publicações de textos ou de biografias: 100%. Agora, Sr. Ministro, é inaceitável que a contrapartida, para que haja a prova do que foi dito e do que foi redigido, seja algo que realmente ultrapasse dezenas e dezenas de anos sem um julgamento final.

Essas são as ponderações que faço. No mais, quero dizer a V. Exª do quanto V. Exª, com a experiência e com a postura que tem, vai contribuir junto ao Conselho Nacional de Justiça, num cargo relevante, que é o da Corregedoria. Meus parabéns.

E a formulação que faço é apenas essa, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Muito obrigado, Senador. Agradeço as suas gentis palavras e espero não decepcioná-los no exercício do cargo no Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu, neste momento, gostaria de lembrar mais uma vez a algum Senador – que, estando presente, não se lembrou de expressar ainda o seu voto – que o painel continua aberto. (*Pausa.*)

Parece que todo mundo já manifestou o seu voto. Então, o ato da sabatina está encerrado.

Nós pedimos para abrir o painel, a fim de se proclamar o resultado da votação. (*Pausa.*)

O painel está aberto: o sabatinado teve 25 votos. Portanto, todos os votos.

Não houve nenhum voto contra e nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ao encerrar esta reunião e proclamar a escolha do nome do Ministro João Otávio de Noronha, por unanimidade, eu gostaria de dizer apenas poucas palavras.

Eu acho que é até uma frase que os marqueteiros costumam dizer, e nós convivemos muito com marqueteiros. Eu não gosto muito deles, porque, às vezes, eles se revestem de funções que não poderiam lhes ser atribuídas, mas essa frase é certa: "Uma imagem vale mais do que mil palavras." E a imagem que ficou, desta reunião de hoje, aqui, é a de que a Comissão de Constituição e Justiça se portou com muita propriedade na sabatina do Ministro Noronha. E aqui eu ouvi – não estou bem lembrado agora de qual foi o Senador que disse – que esta audiência, esta sabatina, se tivesse que ser feita, deveria ser feita pelo próprio Poder Judiciário. Eis que o Ministro Noronha já passou, há pouco tempo, uma vez, aqui, na sabatina desta Comissão.

Mas digo a V. Exª que foi muito prazeroso ouvir as suas judiciosas respostas às indagações que foram feitas aqui, algumas até um pouco intrigantes, mas que refletem também o senso de responsabilidade desta Comissão de Constituição e Justiça.

Aqui não é um certame apenas pró-forma; na verdade, este ano nós já tivemos algumas sabatinas aqui até polêmicas, mas que revelaram o equilíbrio, a sensatez e a responsabilidade. Nesse ponto, eu dou os parabéns aos colegas integrantes desta Comissão, de todos, com relação à função que a Constituição nos atribuiu.

De maneira, Sr. Ministro, que V. Exª só ouviu palavras positivas, elogiosas e as minhas não são diferentes. Porque eu conheci V. Exª através de seu currículo público, o senhor é um homem público, e os homens públicos têm esse privilégio de se tornarem conhecidos dos comuns, de todos. Mas o que me deixou mais feliz, na escolha que a Comissão fez hoje, na aprovação que V. Exª recebeu dentro da sua própria categoria, é a convicção de que o Judiciário e esta Comissão foram muitos sábios, porque escolheram para uma função que é importante, especialmente no momento difícil que o Brasil atravessa, também escolheram um homem sábio.

Meus parabéns a V. Exª por tudo que eu vi aqui.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, recomendação de urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está deferida a recomendação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Era exatamente isso que eu ia propor. Era a urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aqui, chover no molhado não faz mal. (*Risos.*)

Nós somos nordestinos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Raupp, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, parabenizo o Ministro João Otávio de Noronha pela vitória esmagadora, por unanimidade, isso é fruto da sua competência reconhecida, não só no meio jurídico, nos tribunais, enfim, em todo o Brasil, por onde passou só deixou sua marca de trabalho e de um homem reto, justo e sério.

Parabéns. E com certeza no plenário não vai ser diferente, não vou nem pedir urgência, senão vou chover um pouco mais no que já está molhado, porque já logo irá ao plenário.

Mas eu queria pedir a V. Exª, se possível – acordei aqui com o nosso Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes - para eu fazer a leitura do meu relatório do PLC nº 28, que trata do Ministério Público Federal (MPU). Faço um relatório resumido, em três minutos, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O requerimento de V. Exª será atendido.

Eu lembrarei apenas que tenho que suspender a reunião por três minutos, para ensejar oportunidade das despedidas do Ministro Noronha.

(Suspensa às 13 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estão reabertos os trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório ao item 40.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 40
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.

Autoria: Procurador-Geral da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O Procurador-Geral da República apresentou Projeto de Lei numerado como PL 2.647, de 2015, reajustando o valor de seu subsídio, nos termos do § 2º do art. 127, da Constituição Federal da República para: a) R$ 36.713,88 , a partir de 1º de junho de 2016; b) R$ 39.293,32, a partir de 1º de janeiro de 2017.

A proposta estabelece ainda que as despesas dela resultantes correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União e condiciona a aplicação das normas dela resultantes aos ditames do art. 169, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aprovado pela Câmara dos Deputados o PL 2.647, de 2015, vem agora à apreciação do Senado Federal, na forma do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal. Nesta Casa, recebeu a designação de Projeto de Lei da Câmara, PLC 28, de 2016, e foi despachado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Econômicos.

A proposição não recebeu emendas.

Análise.

Cabe à CCJ, de acordo com o inciso I, do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência. Cabe-lhe ainda a análise do mérito da proposição, exceto seu aspecto orçamentário e financeiro, que compete à CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos, apreciar o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Isso em virtude do que dispõe a alínea "f" do inciso II do art. 101 do Regimento Interno. Logo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça deve opinar sobre a admissibilidade e a constitucionalidade do PLC 28, de 2016, e sobre o mérito da proposição, ressalvados os aspectos financeiros e orçamentários.

Quanto a esses aspectos, nenhum óbice existe à aprovação do projeto.

A iniciativa foi exercida pela única autoridade e, isso legitimado, o próprio Procurador-Geral da República, nos termos do art. 127, §2º, da Constituição Federal, e tal como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, por exemplo, no julgamento da medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 595-2, relatoria do Ministro Carlos Velloso, de 13/12/1991.

Sobre o prisma da constitucionalidade material, desde que haja compatibilidade entre o subsídio do PGR, dos Ministros do STF e ao PLC, amolda-se a previsão do inciso XI do art 37 da Constituição Federal.

Finalmente, quanto à técnica legislativa e juridicidade, a proposição é irretocável, curta, direta e clara, atende os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98, a lei ordinária e o instrumento normativo adequado a veicular as normas que se pretendem instituir, conforme o inciso X do art 37 da Constituição Federal.

Registro, ademais, a justiça do pleito ora sob análise, ainda mais em se levando em conta as altíssimas responsabilidades intrínsecas ao exercício da função do chefe do MPU.

Assim, em se tratando de um dos cargos mais relevantes da República e que desempenha atribuições as mais decisivas na defesa do ordenamento jurídico do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, justifica-se plenamente a fixação de subsídio compatível com essas responsabilidades altíssimas.

Do voto, Sr. Presidente.

Por todos esses motivos, votamos pela aprovação do PLC nº 28 de 2016.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu peço vista da matéria para que possamos deliberar na próxima semana, se V. Exª incluir em pauta, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção, concedo vista à matéria, por solicitação do Senador Aloysio Nunes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ao que parece, Presidente, nós não temos quórum para as matérias terminativas. Diante disso, eu pergunto a V. Exª: qual encaminhamento daremos? Votaremos somente as não terminativas? Como procederemos?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Exatamente isso que a Presidência já decidiu.

Como é evidente a falta de quórum, nós vamos deliberar apenas sobre as matérias não terminativas.

ITEM 39
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Defensoria Pública da União
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Telmário para proferir o seu relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou direto ao relatório.

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 32, de 2016, da Defensoria Pública da União, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

A proposição possui cinco artigos. O primeiro fixa o subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, nas seguintes conformidades:

a) em R$ 31.557,21, a partir de 1º de julho de 2016;

b) em R$ 32.188,36, a partir de 1º de janeiro de 2017;

c) em R$ 32.938,35; a partir de 1º de abril de 2017; e

d) em R$ 33.763,00, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O art. 2º trata do subsídio mensal dos demais membros da Defensoria Pública da União, que observará o escalonamento de 5% entre as categorias que compõem a carreira de Defensor Público Federal (Segunda, Primeira e Especial), tendo como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal. Conforme anexo ao PLC, os subsídios dos membros dessas carreiras oscilarão, em 1º de janeiro de 2018, entre R$28 mil e R$32 mil.

O art. 3º prevê que as despesas decorrentes da eventual aprovação do projeto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União, enquanto o art. 4º condiciona sua implementação à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do art. 169, §1º, da Constituição Federal do Brasil.

Por fim, o art. 5º determina que a Lei, caso aprovada a proposição, entrará em vigor na data de sua publicação.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a matéria vem ao exame desta Casa, onde não recebeu emendas até o momento. Após a apreciação desta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

II – ANÁLISE

Compete a esta comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLC, além de apreciar seu mérito (Regimento Interno do Senado Federal – RISF, art. 101, I e II, f).

Registramos que a proposição não incide em qualquer tipo de inconstitucionalidade, seja formal, seja material, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária, conforme Constituição Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

art. 37, X, de iniciativa privativa da Defensoria Pública da União (CF, art. 96, II, b, combinado com o art. 134, §4º). Também não há óbices quanto à juridicidade.

Quanto ao mérito, só temos elogios a fazer.

A Defensoria Pública é um órgão essencial à função jurisdicional do Estado e possui a nobre atribuição de conferir concretude ao art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, segundo o qual o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que provarem a insuficiência de recursos. Contudo, não obstante a nobreza de suas funções e a existência de vocacionados membros, muitos deles abandonam o órgão em busca de melhores condições remuneratórias, especialmente na magistratura e no Ministério Público. Tendo em vista que os defensores públicos federais prestam serviços de complexidade e responsabilidade equivalentes aos das carreiras mencionadas, nada mais justo do que lhes conferir uma justa contraprestação financeira, compatível com a dessas carreiras.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária da matéria, ressalto que a proposição subordina a sua implementação à existência de expressa autorização na Lei Orçamentária Anual, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal, impactando, segundo o Ministério do Planejamento, em apenas 0,1% de todo o impacto econômico dos reajustes às carreiras do Executivo, Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas da União e Ministério Público.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, somos pela aprovação, Sr. Presidente, do PLC nº 32, de 2016.

A título de contribuir com os demais Senadores aqui presentes, eu queria, Sr. Presidente, ler uma nota técnica sobre o PL nº 32, de 2016.

Inicialmente vale expor que a fixação do subsídio dos membros da Defensoria Pública da União não gera qualquer efeito cascata sobre as remunerações de servidores federais ou estaduais, visto que a DPU, constitucionalmente, não funciona como parâmetro para reajuste por não servir como teto vencimental de qualquer outro Poder ou carreira.

Desse modo, outras carreiras do sistema da justiça ou fora dela não guardam qualquer nível de correspondência com o subsídio da DPU.

Em segundo lugar, o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016, ora em análise, referente ao subsídio do Defensor Público Geral Federal e dos membros da Defensoria Pública da União, visa exclusivamente recompor as perdas inflacionárias dos últimos três anos e trazer parâmetros constitucionais de escalonamento entre as categorias que integram a Defensoria Pública da União. (Emenda Constitucional nº 80/2014). Não bastasse isso, o impacto do PLC 32, de 2016, possui repercussão orçamentária diante do cenário de realinhamento vencimental do funcionalismo público federal, atualmente em debate, representando apenas 0,1% do total do reajuste do funcionalismo, conforme tabela em anexo, visto que a DPU conta com apenas 625 membros em atividade.

Por último, vale ressaltar que a criação da Defensoria Pública, Sr. Presidente, tanto nos estados quanto em nível federal, veio democratizar o Judiciário. É a única forma de aquela pessoa humilde, carente, que não dispõe de recursos, buscar os seus direitos dentro do sistema judiciário. É nos braços da Defensoria Pública, Sr. Presidente, que ele encontra todo esse apoio, todo esse aconchego, todo esse calor e todos os seus direitos constitucionais e legítimos, dentro das leis brasileiras.

Portanto, eu queria fazer um apelo aos Senadores presentes no sentido de que nos apoiem nesse projeto, que não é terminativo, mas é de suma importância para essa categoria, pois valoriza, dá mais quadro, dá satisfação a esse grupo que trabalha com muito amor. Eu falo isso com muita propriedade, porque no meu Estado, o primeiro defensor público, quando ainda nem era Defensoria Pública, foi criado pelo meu irmão, Dr. Juscelino. Depois, foi criada a Defensoria. O último comandante lá foi um primo meu. Eu sei o quanto é importante. Inclusive, eu tenho um Deputado eleito pelo PDT, uma pessoa portadora de deficiência física, que foi presidente, inclusive, da Defensoria, foi eleito como o mais votado pela gratidão, pelo carinho, pela proximidade.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que essa é a forma que podemos dar a esse profissional aquilo que é direito dele: igualdade. Imagine, ele senta ao lado de um juiz, de um promotor, para defender um cidadão comum, um pobre, e o salário dele não é nem a metade do salário daquelas figuras que estão ao lado dele. Isso, naturalmente, já cria um certo constrangimento. Portanto, eu quero aqui fazer um apelo aos Senadores, que nos acompanhem nessa proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer. Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço vista da téria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vista concedida por solicitação do Senador Aloysio Nunes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, então vamos fazer uma vista coletiva. Que o Senador Aloysio o traga na próxima semana, já que esse projeto dorme há tanto tempo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedida vista coletiva.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A solicitação de V. Exª será anexada ao processo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vamos pedir vista coletiva para o relatório do Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Já foi concedida.

Convido agora o Senador Telmário Mota para presidir a sessão, porque o projeto seguinte é da minha relatoria.

São os relatórios do PLC nºs 27, 31, 33 e 34.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) –

ITEM 41
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, para proferir a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2016 (nº 2.646, de 2015, na origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal e dá outras providências.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição preceitua que o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 3º, também desta proposição, corresponderá aos seguintes valores:

I - R$ 36.713,88 (trinta e seis mil, setecentos e treze reais e oitenta e oito centavos), a partir de 1º de junho de 2016;

II - R$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ademais, o art. 2º da iniciativa estabelece que as despesas resultantes da aplicação da lei que se propõe aprovar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Outrossim, o art. 3º da proposição consigna que a implementação do disposto na lei que se pretende adotar observará o art. 169 da Constituição Federal.

Por fim, o art. 4º declara que a lei ora proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Não há emendas ao PLC nº 27, de 2016.

ANÁLISE

Cabe a esta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em pauta, bem como sobre o seu mérito, conforme previsto no art. 101, incisos I e II, p, do Regimento Interno do Senado Federal. Na sequência, a iniciativa seguirá à Comissão de Assuntos Econômicos, que também opinará sobre a matéria.

A Constituição Federal estabelece, no seu art. 39, §4º, que o membro do Poder será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única e o art. 48, também da Lei Maior (*caput* combinado com o inciso XV), estipula que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação de subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ademais, o art. 96, inciso II, *b*, da Carta Magna reserva privativamente ao Supremo Tribunal Federal (observado o disposto no art. 169, igualmente do Texto Magno) a iniciativa de propor ao Congresso Nacional a fixação do subsídio de seus membros.

Por seu turno, o art. 169 da Constituição Federal, entre outras disposições, estabelece condições para a realização de despesa de pessoal da União, sendo que o art. 3º da presente proposição, como visto acima, consigna expressamente que a sua implementação observará o disposto no referido normativo constitucional.

Assim sendo, em face dos dispositivos constitucionais acima citados, o nosso entendimento é o de que o projeto de lei em tela está em acordo com a Constituição Federal. No mesmo sentido, não enxergamos óbices que impeçam a livre tramitação da iniciativa no que diz respeito à sua juridicidade e à sua regimentalidade.

Quanto ao mérito, o nosso posicionamento é no sentido de que a presente proposição deve ser acolhida. Com efeito, entendemos que cumpre reajustar o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, pois, como é sabido, a remuneração dos membros da nossa Suprema Corte se encontra defasada.

Cabe ainda registrar que o reajuste em pauta será escalonado em dois momentos (como consta do art. 1º) e não reporá o total da perda remuneratória dos últimos seis anos. Dos últimos anos, desculpem.

Terceiro. Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2016, e, quanto ao mérito, pela aprovação. É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu peço vista da matéria também.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senador, concedida vista. Vista coletiva?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vista coletiva concedida.

ITEM 42
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 31, de 2016 (nº 2.743, de 2015, na origem), de autoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

O texto do projeto originalmente encaminhado à Câmara dos Deputados compunha-se de três artigos. O primeiro dispunha que os referidos anexos da Lei nº 10.356, de 2001, passariam a vigorar na forma dos quatro anexos da proposição. O art. 2º determinava fosse observada a vantagem pecuniária individual da Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, a partir da implementação dos novos valores constantes dos dois últimos anexos do projeto, isso valendo inclusive para as aposentadorias e pensões. O art. 3º veiculava a cláusula de vigência.

Os anexos do projeto substituíam os seguintes anexos da Lei nº 10.356, de 2001, prevendo:

a) Anexo III: os níveis das funções de confiança do TCU, a quantidade de funções de cada nível e os seus valores unitários de retribuição, a vigorarem a partir de 1º de janeiro dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019;

b) Anexo IV: as denominações dos cargos em comissão do TCU, a quantidade de cada um deles e os valoda correspondente remuneração, a vigorarem a partir de 1º de janeiro dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

c) Anexo V: os cargos efetivos (excetuado o referido no Anexo VI), com os valores dos vencimentos básicos para cada classe e padrão, bem como para os dois tipos de jornada de trabalho existentes no Tribunal, a vigorarem a partir de 1º de janeiro dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019;

d) Anexo VI: os valores dos vencimentos básicos para cada classe e padrão do cargo de Auditor de Controle Externo, Especialidade Médico, sujeito a jornada de trabalho reduzida, de 20 horas semanais, a vigorarem a partir de 1º de janeiro dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Mediante o Aviso nº 348-GP/TCU, de 1º de junho de 2016, o Presidente da Corte de Contas encaminhou novo texto, com ajustes ao projeto original, tratando da manutenção do direito adquirido relativamente à parcela remuneratória denominada Vantagem Pecuniária Individual, VPI, e da adequação das tabelas remuneratórias, respeitados os limites orçamentários já negociados com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos previstos no Anexo V da Lei Orçamentária de 2016.

Assim, o novo texto eliminou a previsão do art. 2º do projeto originalmente apresentado, relativo à VPI, e modificou as tabelas de retribuição das funções de confiança e dos vencimentos dos cargos efetivos, resultando em valores maiores do que os da versão anterior do projeto. Os percentuais de reajuste para os cargos em comissão são iguais nas duas versões. A mudança nas tabelas de vencimento também se fez necessária para atender ao disposto no art. 98, § 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015), segundo o qual, leis de que resulte aumento de gastos com pessoal não podem conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor. Por isso, no novo texto enviado pelo TCU, a data do primeiro reajuste foi modificada para 1º de agosto de 2016.

Tomando como base o último texto encaminhado pelo TCU à Câmara dos Deputados, em comparação com a situação hoje vigente, temos os seguintes percentuais cumulativos de aumento do vencimento padrão dos cargos efetivos: 12,98% em 2016, 5,39% em 2017, 5,1% em 2018, e 4,94% em 2019, o que resulta em um valor final do vencimento 31,32% maior que o atual. Já as funções comissionadas sofrerão os seguintes reajustes cumulativos: 5,76% em 2016, 6,1% em 2017, 9,87% em 2018 e 6,52% em 2019, o que também resulta em um valor final da retribuição de 31,32% maior de que o atual. Já os cargos em comissão serão reajustados com base nos seguintes percentuais cumulativos: 12% em 2016, 11,5% em 2017, 11% em 2018 e 10% em 2019, o que resulta em um valor final 52,47% superior ao atual.

A Câmara dos Deputados aprovou substitutivo ao projeto, cujo teor difere da última versão encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, apenas na data de vigência do primeiro reajuste, que foi mantida em 1º de janeiro de 2016.

Após a manifestação deste colegiado, o projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, antes da deliberação do Plenário da Casa.

II – Análise

Não há qualquer reparo a fazer ao projeto no tocante à constitucionalidade. A iniciativa da matéria é do próprio TCU, em obediência ao art. 96, II, "b", combinado com o art. 73 da Constituição. Não identificamos igualmente no PLC qualquer ofensa material à Carta Magna que conduza à sua inconstitucionalidade.

Consideramos essencial fazer alguns esclarecimentos quanto à tramitação do projeto na Câmara dos Deputados. Como visto, o TCU encaminhou um segundo texto àquela Casa, com novos valores de reajuste. A Câmara não poderia modificar o texto original da proposição, aumentando a despesa, sem que houvesse uma manifestação do autor do projeto, sob pena de ofensa ao art. 63, II, da Constituição Federal, consoante o qual não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados utilizou como base o segundo texto apresentado pelo TCU, mas, por um lapso, manteve como data do primeiro reajuste aquela constante do texto original do projeto – 1º de janeiro de 2016 – e não 1º de agosto de 2016, como prevê a versão encaminhada pela Corte de Contas em 1º de junho de 2016.

No Aviso nº 466-GP/TCU, de 10 de junho passado, remetido ao Presidente do Senado Federal, o erro material no texto aprovado pela Casa iniciadora é explicitado pelo Presidente do Tribunal de Contas, quando assinala...

A administração do Tribunal de Contas da União, com representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observando sempre o limite de recursos previstos no Anexo 5, da Lei Orçamentária de 2016.

Voto.

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2016, com as seguintes emendas de redação: Emenda nº – CCJ substitua-se no art. 1º do PLC nº 31, de 2016, a expressão "1º de janeiro de 2016" por "1º de agosto de 2016", n como nos anexos do mesmo projeto a data "01.01.2016" por "01.08.2016".

É o parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Peço vista, também, da matéria. Peço a oportunidade, também, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Está concedida a vista a V. Exª e a questão de ordem...

Já passo ao Senador Maranhão, para que ocupe aqui o seu lugar, com muita honra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente Maranhão, parece-me que esse é o último projeto que apreciamos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Então, é o penúltimo projeto que apreciaremos sobre a questão do reajuste.

Só uma pergunta a V. Exª. Com o pedido de vista nós o votaremos na semana que vem? É esse o encaminhamento da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós diligenciaremos no sentido de se conseguir a votação na semana vindoura. É a nossa intenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas aqui ocorrem imprevistos, não é? Temos de respeitar o Regimento naquilo o que é a solicitação dos colegas e for compatível com o que está na letra do Regimento. Não posso garantir que será votado na semana vindoura, mas posso garantir que entrará em pauta para a votação da semana vindoura.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, para uma questão de ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quero apenas pedir a oportunidade a V. Exª para fazer um comentário a respeito de um texto que está sendo distribuído aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Foi distribuído – e chegou até às minhas mãos – por um diligente funcionário do Ministério Público Federal que sempre acompanha os nossos trabalhos, uma pessoa por quem tenho grande estima, por sua competência e por sua seriedade.

A nota que me foi entregue é da Procuradoria Federal dos Direito do Cidadão e merece o meu profundo repúdio. Não porque ela sustente argumentos jurídicos que embasariam uma eventual consideração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 7, de 2016. Essa é a matéria que está em discussão. Vamos discutir quem é a favor, quem é contra. Houve aqui uma audiência pública, e a Comissão de Constituição e Justiça vai deliberar e o plenário vai decidir, como a Câmara já decidiu. Aliás, penso até que por unanimidade a Câmara decidiu pela aprovação da matéria.

Há também argumentos contrários ao mérito do projeto que dizem que esse projeto de lei não aumentaria, se aprovado, a atual rede de proteção à mulher. O meu ponto de vista é contrário, acho que aumenta sim, mas também será decidido aqui no Congresso Nacional.

Agora, o que provoca uma profunda revolta da minha parte é um texto, é um tópico que considero um insulto ao Congresso Nacional e a mim pessoalmente que diz o seguinte: "que a Lei Maria da Penha, sendo fruto de movimentos sociais, não se legitima qualquer alteração legislativa sem prévia discussão com a sociedade civil, com a instituição do sistema de justiça".

Agora, não temos legitimidade para alterar a lei? Que história é essa? Esses senhores não conhecem a Constituição? Deslegitimando a competência do Senado Federal para exercer essa função legislativa que é sua, exclusiva, não é do Ministério Público. Então, o meu pronunciamento e tomei a palavra sufocado de indignação para dizer do meu profundo repúdio contra um tópico que considero um insulto ao meu mandato de Senador da República e um insulto a nossa instituição.

Estou...Portanto, pedi ao funcionário zeloso, repito, não há nada contra ele, que devolva às mãos de quem teve a audácia de me mandar esse papel, o texto que me foi entregue. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero comunicar ao Senador Aloysio Nunes que a Secretaria da Comissão não recebeu. Não recebeu porque merecesse ser repudiado com a veemência que V. Exª está fazendo agora, mas não recebeu porque não lhe chegou às mãos, materialmente não chegou a suas mãos; às minhas mãos também não chegou, eu não recebi e evidentemente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu acabei de receber, Sr. Presidente. Os colegas já receberam, eu acabei de receber. Por isso, intervi agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu gostaria de saber, a essa altura, quem é o signatário dessa nota insultuosa e cavilosa, absolutamente cavilosa. Esta Comissão nem decidiu ainda sobre a matéria e, se tivesse decidido, decidiria nos limites da sua competência.

Nós aqui nessa questão relativa à Lei Maria da Penha e as modificações que se pretendem fazer a ela somos absolutamente neutros como neutros somos em qualquer proposição de autoria de qualquer membro da Comissão ou do Senado da República, e não cabe esse tipo de comportamento até porque nós temos tido aqui toda paciência, nós temos excedido o limite regimental para reabrir a questão fazendo uma audiência pública com um número elevado de pessoas, porque o que queremos, na realidade, é que, daqui da lavra da Comissão, saia mais um ato que revela, como tem revelado sempre, a prudência, a competência e a honestidade de seus integrantes.

De forma que me associo ao pronunciamento que V. Exª acabou de fazer porque, realmente, pelos termos que acabei de ouvir, essa nota é inoportuna, é descabida de fundamento e é também desrespeitosa aos membros desta Comissão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Só pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Vicentinho.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu queria me...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu queria me associar à fala do Senador Aloysio, mas queria também destacar que nem todos receberam essa manifestação

Eu pelo menos não a recebi. Agora, aqui também...

(Interrupção do som.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – É a oposição, Sr. Presidente, cortando nossa linha.

Então, que isso sirva de exemplo para que esta Casa dê celeridade e faça legislar. A gente vê, muitas vezes, Senador, Deputado serem eleitos e eles querem aproveitar o mandato e estar no Executivo, indicando ou trabalhando como se Executivo fosse. Por isso, às vezes, estão perdendo a referência, porque o Senador e o Deputado Federal estão aqui e nas Câmaras, de modo geral, para fazer a legislação e adequá-la à necessidade da própria população. Então, sem nenhuma dúvida, foi uma nota infeliz e me associo à palavra do Senador Aloysio.

Muito obrigado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Só para consultar V. Exª se no pedido de vista do reajuste do Tribunal de Contas da União dos servidores houve vista em conjunto, se houve vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quem pediu foi apenas o Senador Aloysio.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu solicito, então, o pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo o pedido de vista coletiva.

Vamos agora ao item 38.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente, ainda aproveitando o debate sobre o PLC nº 7, o Senador Aloysio muito bem lembrou, parece-me que foi aprovada uma audiência pública sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já foi realizada a audiência pública, inclusive nós abrimos essa audiência pública para reabrir a discussão da matéria, porque a gente sente que há divergências sobre ela. E, depois de ter iniciado a audiência pública, nós a reabrimos outra vez para incluir mais algumas autoridades, o que mostra a transparência, a tolerância, a compreensão e a sensibilidade social à questão. Por que fizemos essa exceção? Exatamente por isso, porque entendemos que há uma divergência entre grupos do próprio movimento feminista, do movimento das mulheres.

Vamos ao item 38.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me, rapidamente, ainda insistir. Esse tema, por óbvio, pela polêmica que traz, creio – e tenho minhas divergências em relação ao mérito da matéria, em relação ao encaminhamento da matéria, agora, obviamente, eu me associo ao Senador Aloysio – que não há que se questionar a prerrogativa desta Comissão, desta Casa na tarefa primeira delas, que é a tarefa de legislar, parece-me inadequado, parece-me descabido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas, por óbvio, em decorrência da polêmica dessa matéria, creio que seria prudente adiarmos a votação com o quórum necessário dessa matéria para a semana que vem.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria dizer ao Senador Randolfe Rodrigues que o adiamento é uma prerrogativa de qualquer membro da Comissão. E quem está pedindo o adiamento é o Senador Aloysio Nunes, se não me engano.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, eu voltei aqui. Eu tinha uma tarefa a cumprir na Comissão do Impeachment, mas voltei para continuar sob as ordens de V. Exª o tempo que for necessário.

Agora, evidentemente, cabe a V. Exª determinar o ritmo de trabalho da Comissão. Eu não tenho nenhuma objeção a qualquer decisão que V. Exª venha a tomar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O que eu acho é que estamos aqui com o quórum reduzidíssimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É essa a ponderação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em um assunto dessa magnitude, em que não existe da parte interessada, que são as mulheres, entendimento que nos concedesse o privilégio de saber que havia unanimidade, eu acho que deveríamos adiar mesmo para decidir sobre isso com quórum maior. E quem sabe se, nesses dias de espera, que serão poucos, evidentemente – nós já poderemos fazer isso na próxima quarta-feira –, não vá surgir uma ideia sábia, capaz de conciliar os interesses em jogo. (*Palmas.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A sabedoria de V. Exª mostra por que V. Exª conduz muito bem esta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, vamos colocar como primeiro item da pauta, para já enfrentarmos essa manifestação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Será o primeiro item da próxima quarta-feira.

Vamos à leitura do Item 38.

ITEM 38
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Vicentinho Alves.
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações:
- a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para proferir seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero dizer da minha satisfação, inicialmente, de poder estar relatando um projeto dessa natureza, que contempla os servidores da Câmara dos Deputados. Como ex-Deputado Federal que sou, honra-me muito poder contribuir com os servidores da Câmara dos Deputados.

Ali convivi com a grande maioria e tive a melhor impressão de como os servidores da Câmara, assim como também os do Senado – também relatei o reajuste dos servidores do Senado; tive o prazer de ter relatado –, são eficientes, dedicados e qualificados, portanto merecedores desse reajuste.

Passo a ler a análise, Sr. Presidente, porque todos os colegas Senadores e Senadoras já têm o nosso relatório. Para abreviar.

Portanto, quanto aos requisitos formais, nada a opor ao Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2016, s se trata de matéria que deve ser disciplinada por lei ordinária na forma do art. 37, X.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nos termos do art. 51, IV, da Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados a iniciativa da lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que foi devidamente atendido pela Mesa daquela Casa Legislativa, autora da presente proposição.

Quanto à constitucionalidade material, não há, no PLC, qualquer ofensa à Carta Magna, tampouco se constata vício de juridicidade ou regimentalidade.

No tocante ao mérito, o projeto deve ser aprovado. Não obstante o momento de ajuste fiscal na política do Governo Federal, o reajuste gradual em quatro parcelas até 2019 destina-se apenas a compensar parte do impacto inflacionário sobre a remuneração dos servidores pelos próximos exercícios, evitando-se assim uma provável defasagem nas carreiras da Câmara dos Deputados e a insatisfação dos servidores com relação à instituição para a qual prestam serviços de tamanha relevância para a Nação.

Por fim, não obstante a competência da CAE para verificar o cumprimento da legislação orçamentária, assinalo que os aumentos de remuneração previstos no PLC nº 30, de 2016, estão contemplados no Anexo V da Lei Orçamentária Anual para 2016 (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016).

Portanto o nosso voto, ante o exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do PLC nº 30, de 2016.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, com muito prazer, homenageando os servidores da Câmara dos Deputados, a quem tenho o mais alto respeito e consideração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu peço vista, sabendo que o Vicentinho vai pedir também vista coletiva, de modo que, para economia processual, pedimos vista coletiva.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exª pela condução de todo esse trabalho aqui. Eu ia pedir exatamente vista coletiva, mas já está pedido.

Quero congratular-me e cumprimentar V. Exª e o nosso Senador Aloysio pelo repúdio àquela posição e dizer que também me congratulo. Eu acho que nós estamos aqui exatamente para fazer leis, reformar leis e essa é nossa atribuição principal.

Já está atendida a vista coletiva, então está tudo bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vista coletiva concedida por solicitação dos Senadores Hélio José e Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) –

ITEM 43
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.
Observações:
- Em 14/06/2016, foram apresentas as emendas nº 1 e 2 de autoria do Senador José Pimentel;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2016 (Projeto de Lei nº 4.250, de 2015, na Câmara dos Deputados), de autoria da Presidência da República, que altera a remuneração de servidores e empregados públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões e dá outras providências.

A primeira e essencial providência deste importante projeto consiste na alteração para majorar a remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo que nele são discriminados. A majoração destina-se a corrigir parcialmente a perda efetiva de renda decorrente do processo inflacionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Consoante a Exposição de Motivos nº 00219/2015-MP, de 18 de dezembro de 2015, subscrita pelo então Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, as medidas propostas buscam suprir demanda da Administração Pública Federal por pessoal especializado, valorizar os servidores públicos e atrair e reter profissionais cuja qualificação seja compatível com a natureza e o grau de complexidade das atribuições das carreiras e cargos que integram os quadros do Poder Executivo Federal, condicionante para a consolidação de uma inteligência permanente no Estado.

Srs. Senadores, esta matéria já é bastante conhecida de todos os membros desta Comissão. O parecer escrito, que estou lendo, já foi oferecido a todos os membros da Comissão. Vamos à análise do processo.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e mérito da iniciativa.

Quanto à constitucionalidade formal, trata-se de proposição de iniciativa do Poder Executivo, que detém a prerrogativa exclusiva de propor ao exame do Congresso Nacional matérias dessa natureza, como determina a Constituição, em seu art. 61, §1º, inciso II, alínea "a". No plano da constitucionalidade material, nada há na iniciativa, a nosso juízo, que possa obstar o exame de seu mérito pelo Congresso Nacional.

A proposição encontra-se vazada em termos adequados, em respeito às regras de elaboração legislativa inscritas na Lei Complementar nº 95, de 1998, e sua tramitação ocorre em respeito às exigências regimentais.

No que diz respeito ao mérito, duas condições se impõem: a primeira quanto à necessidade de que os servidores públicos federais tenham adequada remuneração, de modo que possam cumprir adequadamente suas elevadas funções públicas. Ademais disso, que tenham também a expectativa de que, nos anos subsequentes, o processo inflacionário não irá corroer essa remuneração, que terá o valor real protegido, ao menos parcialmente. (*Pausa.*)

A folha grudou. (*Risos.*)

Minha mão está seca, vê se você consegue. É o clima de Brasília. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – É, vamos colocar um umidificador.

A outra consideração diz respeito ao efeito de tais aumentos na situação das finanças públicas: nesse passo, impõe-se considerar que se trata de uma iniciativa da então Presidente Dilma Rousseff que, quando de seu exame pela Câmara dos Deputados, contou com o respaldo do Presidente em exercício, Michel Temer.

Ambas as equipes econômicas registram o seu acordo com a medida, cuja aplicação não afetará de modo a desequilibrar o difícil e necessário ajuste fiscal ora em curso.

Por tais razões, entendemos pertinente e necessária a aprovação do PLC nº 33, de 2016.

Quanto às Emendas nºs 1 e 2, ambas apresentadas pelo Senador José Pimentel, opinamos por sua rejeição por duas razões: a uma porque, implicando aumento de gastos do Poder Executivo, importam inconstitucionalidade; a duas, porque, se aprovadas pelo Senado, obrigariam o reexame da matéria pela Câmara dos Deputados, o que retardaria a efetiva vigência da lei, que constitui legítima exigência dos servidores públicos federais.

III - Voto

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2016, e votamos pela sua aprovação, rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Igualmente, com relação a essa matéria... Para termos uma visão homogênea de todas as proposições que dizem respeito a servidores, também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Vista em conjunto concedida.

ITEM 44
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Maranhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

- Em 16/06/2016, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria da Senadora Angela Portela;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Relatório.

Trata-se Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2016 (Projeto de Lei nº 4.251, de 2015, na Câmara dos Deputados), do Presidente da República, que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação e dá outras providências.

A matéria foi distribuída a este colegiado e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, vamos à análise da matéria, uma vez que o parecer já é de conhecimento de todos os membros desta Comissão.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e mérito da iniciativa, remanescendo à CAE emitir parecer sobre a proposição no seu âmbito de competência.

Quanto à constitucionalidade formal, trata-se de proposição de iniciativa do Poder Executivo, que detém a prerrogativa exclusiva de propor ao exame do Congresso Nacional matérias dessa natureza, como determina a Constituição, em seu art. 61, §1º, inciso II, alínea "a". No plano da constitucionalidade material, nada há na proposição, a nosso juízo, que possa obstar o exame de seu mérito pelo Congresso Nacional.

A proposição encontra-se vazada em termos adequados, em respeito às regras de elaboração legislativa inscritas na Lei Complementar nº 95, de 1998, e sua tramitação ocorre em respeito às exigências regimentais.

No que diz respeito ao mérito, na esteira da Exposição de Motivos relativa ao PLC, entendemos que ela supre, na medida do possível, a necessidade de reter e atrair profissionais gabaritados para as carreiras atingidas pelo projeto de lei.

A proposição também é meritória ao visar a proteger os servidores contra a corrosão de seu poder de compra pela inflação nos anos subsequentes.

Quanto ao aspecto econômico e financeiro do PLC ora em exame, recordamos que isso será objeto de exame da CAE, como determina o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por tais razões, entendemos pertinente a necessidade de aprovação do PLC nº 34, de 2016.

Quanto à Emenda nº 1, apresentada pela Senadora Angela Portela, opinamos por sua rejeição, pelas razões que exporemos a seguir.

Em primeiro lugar, ao tratar de concessão de parcela remuneratória, a emenda aumenta as despesas em projeto de iniciativa da exclusiva competência da Presidência da República, o que afronta o art. 63, inciso I, da Constituição Federal.

Além disso, há uma demanda legítima por parte dos servidores públicos federais, para que a lei resultante do PLC em exame entre em vigor com brevidade. A aprovação de emenda, por outro lado, obrigaria o reexame da matéria pela Câmara dos Deputados, o que retardaria a efetiva vigência da Lei.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2016, e, no mérito, votamos pela aprovação, rejeitada a Emenda nº 1.

É o parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Vista conjunta concedida.

Apenas registro a presença do amigo Nilton. Ele é o Presidente do Sindilegis, Sindicato dos Servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União, como também Presidente da Pública, Central do Servidor Público do Brasil.

Portanto, Nilton, a sua presença nos honra e estendo os cumprimentos a todos os servidores do Senado, do Tribunal de Contas e da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão, Antonio Anastasia, José Maranhão e Hélio José, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Ivo Cassol, Roberto Requião, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Marta Suplicy, Roberto Rocha, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Telmário Mota, José Maranhão, Dário Berger, Vicentinho Alves, Ana Amélia, Simone Tebet, Angela Portela, Antonio Anastasia, Cidinho Santos, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Armando Monteiro, Hélio José, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, José Agripino, Aécio Neves, Antonio Carlos Valadares, Fátima Bezerra, Ricardo Ferraço, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Edison Lobão, Gleisi Hoffmann, Aloysio Nunes Ferreira, Lindbergh Farias e Humberto Costa. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Benedito de Lira, Jader Barbalho, Eduardo Amorim e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 20ª Reunião Extraordinária e da 21ª Reunião Ordinária, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Deputado André Figueiredo e outros. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues, Roberto Requião e Lindbergh Farias, nos termos regimentais. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências." Autoria: Deputado Sergio Vidigal. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de redação nº 8-CCJ e contrário às Emendas nº 1 a 7, com a abstenção do Senador Randolfe Rodrigues. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda 4-S. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita." Autoria: Deputado Afonso Hamm. Relatoria: Senador Aécio Neves. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República." Autoria: Procurador-Geral da República. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2016 - Não Terminativo - que: "Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados." Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

CÂMARA Nº 31, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências." Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências." Autoria: Defensoria Pública da União. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de poluição de manancial de água." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nº 1 a 3. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 - Terminativo - que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 67-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para dispor sobre a devolução das prestações pagas em caso de desfazimento do contrato de promessa de compra e venda de imóveis." Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-T, com a subemenda que apresenta, pela aprovação das emendas nºs 3 e 4; e pela rejeição da emenda nº 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 - Terminativo - que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 - Terminativo - que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, e da emenda nº 1-CAS, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - OFICIO "S" Nº 50, de 2014 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 - Não Terminativo - que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Senador Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 - Não Terminativo - que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." Autoria: Deputado Ricardo Tripoli. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental." Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela inconstitucionalidade da PEC nº 65, de 2012 e da Emenda de Plenário nº 1, e, portanto, pela sua rejeição, e favorável à PEC nº 153, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014 - Não Terminativo - que: "Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências." Autoria: Deputado Bruno Araújo. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 43 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Adiado. ITEM 45 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 46 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: [relatoria]. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 9. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 47 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, e 3 a 12, e 14 a 24. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 48 - PROJETO LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração de servidores públicos; dis- e sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas de Redação nºs 4 e 5, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, e 6 a 11. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do artigo 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016, para audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito da matéria." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Resultado: Rejeitado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às catorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 20ª Reunião, Extraordinária, e da 21ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 45.

Convido o Senador Antonio Anastasia para presidir a reunião, eis que vou fazer a leitura do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente, Senador José Maranhão.

Vamos, então ao item 1.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Deputado André Figueiredo e outros.
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao eminente Senador Presidente da CCJ, José Maranhão, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2016, primeiro signatário Deputado André Figueiredo, que, ao alterar o art. 76 e inserir os arts. 76-A e 76-B no Ato das Disposições Constituições Transitórias, prolonga a Desvinculação de Receitas da União e cria a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu pediria aos Srs. Convidados, por gentileza, a manutenção do silêncio necessário para ouvirmos o eminente Presidente, que ora lê o seu relatório. Muito obrigado.

Informo à Secretaria que há um telão na sala 13 para acompanhamento mais confortável daqueles que assim o desejarem. Portanto, reitero o pedido de silêncio. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Obrigado, Presidente.

A PEC n° 31, de 2016, é fruto da aprovação da PEC nº 4, de 2015, na Câmara dos Deputados, em que tramitou com as PECs nºs 87 e 112, ambas de 2015, apensadas a ela. A PEC nº 87, de 2015, foi a proposta encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 8 de julho de 2015, tendo em vista o fim da vigência da DRU em 31 de dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Proposta em análise possui três artigos. O primeiro altera o art. 76 do ADCT para prorrogar a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2023, desvinculando de órgão, fundo ou despesa trinta por cento da arrecadação federal referente às contribuições sociais, exceto as destinadas ao pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social e o salário-educação, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já existentes ou a serem criadas durante sua vigência.

O art. 2º insere os arts. 76-A e 76-B no ADCT. O *caput* do art. 76-A prevê a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de trinta por cento das receitas de impostos, taxas e multas estaduais e distritais, já instituídos ou a serem criados durante sua vigência, inclusive seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. Já o *caput* do art. 76-B estende o mecanismo de desvinculação de receitas dos Estados e Distrito Federal aos Municípios, com a mesma abrangência e prazo de duração.

Consoante o parágrafo único do art. 76-A, não estão sujeitos à desvinculação de receitas, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, os recursos destinados a compor o mínimo constitucional a ser aplicado nas áreas de educação e saúde, as receitas pertencentes aos Municípios oriundas dos impostos estaduais, as receitas previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores públicos e os recursos recebidos de transferências obrigatórias e voluntárias da União com destinação específica em lei.

Também são preservados os recursos dos fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 76-B estipula que a desvinculação de receitas, no âmbito municipal, não afetará os recursos destinados a compor o mínimo constitucional a ser aplicado nas áreas de educação e saúde, as receitas previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores públicos, os recursos recebidos de transferências obrigatórias e voluntárias da União e dos Estados com destinação específica em lei e os recursos dos fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

O art. 3º da PEC nº 31, de 2016, estipula a cláusula de vigência, com a Emenda Constitucional entrando em vigor na data de sua publicação e produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016. Não foram apresentadas emendas à Proposta até o momento.

O autor da Proposta alega que a DRU, ao longo do tempo, teve o seu impacto reduzido para não prejudicar o financiamento dos gastos sociais, bem como as transferências de parcela das receitas dos impostos federais aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Já o Poder Executivo expõe, na Justificação da PEC nº 87, de 2015, que a prorrogação da DRU é necessária, pois, como o orçamento público federal é rígido, por possuir elevado montante de despesas obrigatórias e vinculação de receitas, o volume de recursos disponíveis para implementar projetos governamentais prioritários, isto é, a discricionariedade alocativa, é bastante reduzido.

Análise.

A CCJ tem competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias a ela submetidas conforme dispõe o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal. Especificamente, a CCJ, entre as demais comissões do Senado Federal, detém competência exclusiva para emitir parecer sobre proposta de emenda à Constituição, nos termos do art. 356 do RISF.

A PEC nº 31, de 2016, foi proposta por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, em atendimento ao inciso I do art. 60 da Constituição Federal. Também resta cumprido o disposto no art. 60, §1º, da Constituição, isto é, não existe impedimento para se deliberar a matéria, visto que não há, no momento, a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

A Proposta tampouco ofende as cláusulas pétreas estabelecidas no art. 60, §4º, da Lei Maior, a saber: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. Pelo contrário, ao criar a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a PEC reforça o pacto federativo ao estender aos entes subnacionais a desvinculação de receitas que vigerá para a União até o final de 2023.

A juridicidade da PEC nº 31, de 2016, está devidamente garantida por meio da coercibilidade, da espécie normativa adequada, da generalidade e da inovação do ordenamento jurídico. Além disso, a matéria está formulada em consonância com os regramentos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis", em cumprimento ao parágrafo único do art. 59 da Carta Magna. Consequentemente, a Proposta é detentora de boa técnica legislativa.

A PEC nº 31, de 2016, é meritória, pois, ao mesmo tempo em que busca flexibilizar a gestão orçamentária e contribuir para a superação da crise fiscal dos entes federados, não retira recursos provenientes de tributos e transferências de impostos das áreas sociais, como assistência social, educação, previdência social e saúde, n afeta as transferências de recursos aos demais entes com base nos impostos federais e nem as transferên- s aos Municípios com base nos impostos estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A DRU, sugerida pela Proposta ora em análise, difere da DRU anteriormente vigente, pois não mais desvincula os adicionais e acréscimos das receitas sujeitas à sua incidência no âmbito federal. Outra importante mudança é a permissão para a desvinculação da arrecadação das taxas federais, o que não ocorria antes. É importante frisar ainda que a prorrogação da DRU não atingirá os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, como originalmente previsto na PEC nº 87, de 2015, encaminhada pelo Poder Executivo, com a desvinculação de R$ 3,4 bilhões.

Não haverá impacto para a área da educação no âmbito federal, pois, de um lado, não serão desvinculadas receitas de impostos federais, por outro lado, não será desvinculada parte da arrecadação da contribuição social do salário-educação. Do mesmo modo, a desvinculação de receitas de impostos nos Estados, Distrito Federal e Municípios não interferirá no cálculo do mínimo constitucional a ser aplicado nas ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, por força de disposição já constante da Proposta.

No mesmo sentido, o cômputo do mínimo constitucional a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde não sofrerá qualquer alteração no âmbito dos entes subnacionais. É oportuno registrar que, por não interferir nos critérios de apuração e nos componentes da receita corrente líquida (RCL) da União, a Proposta não afetará o montante mínimo de recursos a serem aplicados na esfera federal na área de saúde.

O conceito de RCL considera a natureza das receitas correntes e não as destinações ou vinculações dessas receitas, exceto, no caso da União, as transferências constitucionais e legais aos demais entes subnacionais, as contribuições previdenciárias que financiam exclusivamente o Regime Geral de Previdência Social, as contribuições sociais do PIS/PASEP, as contribuições dos servidores ao Regime Próprio de Previdência Social e as receitas das compensações financeiras entre os regimes previdenciários. Essas últimas destinações são deduzidas da receita corrente no cômputo da RCL da União.

As receitas correntes, independentemente de serem desvinculadas ou não, compõem a RCL integralmente, obedecidas as exclusões mencionadas.

Como a PEC nº 31, de 2016, nada diz sobre a retirada das receitas tributárias desvinculadas do cálculo da RCL, é perfeitamente compreensível que as receitas desvinculadas continuarão a compor esse cálculo. Isso se deve ao fato de que desvinculadas ou não essas receitas possuem uma natureza em comum. Na origem, são tributárias, de modo que o cálculo da RCL da União não é afetado pela desvinculação.

O Demonstrativo da DRU, constante da Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2016, contém a informação de que a desvinculação das contribuições sociais seria de R$110,9 bilhões, a das contribuições de intervenção no domínio econômico seria de R$4,6 bilhões e a das taxas seria de R$2,2 bilhões. No total, a desvinculação atingiria R$117,7 bilhões no exercício financeiro de 2016.

Todavia, esse montante possivelmente não se realizará em 2016, em decorrência da grave crise econômica atual. Apenas a título de exemplo, nota-se que a previsão da arrecadação do PIS/PASEP se reduziu de R$59,5 bilhões para R$55,3 bilhões ao final do segundo bimestre deste ano. De todo modo, a maior parte das desvinculações dar-se-ia sobre a arrecadação das contribuições sociais, em aproximadamente 94,2% do total de recursos desvinculados da previsão inicial.

Contudo, a prorrogação da DRU não retiraria, em 2016, recursos disponíveis ao financiamento das despesas do orçamento da seguridade social, pois os recursos inicialmente desvinculados retornariam como recursos de livre destinação para a cobertura dessas despesas, que possuem regras próprias de crescimento. Por exemplo, as despesas da assistência social estão resguardadas pela versão consolidada da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social, e pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Programa Bolsa Família.

Já as despesas com os benefícios previdenciários (auxílio doença, auxílio-acidente, auxílio maternidade, auxílio reclusão, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, pensão por morte e salário-família)...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu volto a pedir, por gentileza, aos eminentes convidados o devido silêncio, em respeito à leitura do relatório pelo eminente Presidente José Maranhão. Por favor.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – ... a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social, e as despesas com os benefícios trabalhistas (abono salarial e seguro-desemprego), a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), crescem em função do número de pessoas elegíveis a esses benefícios e dos critérios da política de reajuste do salário mínimo.

Em relação às contribuições sociais, o efeito direto mais expressivo da DRU dar-se-ia sobre a redução de ursos alocados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Eco- nico e Social (BNDES), destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o FAT deixaria de alocar ao BNDES R$6,6 bilhões de recursos ordinários em 2016, considerando a hipótese de que a União repassaria ao Banco exatamente 40% da arrecadação das receitas do PIS/Pasep.

Tal qual a DRU anteriormente vigente, a PEC nº 31, de 2016, reduz o montante da receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) Combustíveis a ser transferido aos Estados e o Distrito Federal, que passa a ser reduzido de 23,2% (0,8 * 29%) para 20,3% (0,7 * 29%) do total da arrecadação desse tributo. Porém, a DRU não foi o principal fator responsável pela redução das transferências da Cide Combustíveis nos últimos anos.

Em 22 de junho de 2012, o Governo Federal decidiu zerar a alíquota da Cide Combustíveis de modo a amenizar os efeitos adversos, sobre os preços nas bombas de combustíveis, do aumento do barril de petróleo nas refinarias. Com isso, o governo conseguiu a curto prazo não impactar a inflação, todavia à custa da redução de receitas primárias essenciais não só à União, mas também aos outros entes federados.

Essa manutenção das alíquotas da Cide em 0% prevaleceu até 30 de abril de 2015. Assim, as transferências de recursos da Cide Combustíveis aos Estados, Distrito Federal e Municípios foram de R$2,1 bilhões, R$1,1 bilhão, R$57,3 milhões, R$116,1 milhões e R$448 milhões, respectivamente, em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. A previsão atualizada para o ano de 2016 é que as transferências da Cide Combustíveis atinjam o montante de R$1,1 bilhão, já contabilizados os efeitos da DRU.

Ademais, o estabelecimento da Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios representa a correção de um erro histórico cometido por parte do Congresso Nacional, que reiteradas vezes aprovou a prorrogação da DRU, mas se esqueceu de que a rigidez do orçamento público também afeta os entes subnacionais, com o agravante de que esses entes não dispõem de competência tributária para instituir contribuições sociais de elevado poder arrecadatório.

Voto.

Diante do exposto, encaminhamos voto pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição n° 31, de 2016, e, no mérito, por sua aprovação.

É o relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço muito.

Dando início à discussão da matéria, passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu também. Na verdade, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vista coletiva concedida aos Senadores Lindbergh e Randolfe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria, inclusive, Senador Anastasia...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... trazer a minha preocupação aqui, porque está sendo introduzida agora a desvinculação de receitas de Estados e Municípios. É claro que sei que saúde e educação não estão nessa desvinculação, mas outros fundos estão, como fundos de assistência. E preocupam-me muito as universidades estaduais. Acho que serão as maiores prejudicadas por essa desvinculação de receitas de Estados. Por exemplo, São Paulo tem USP, Unicamp e Unesp. No Paraná, há várias estaduais. No Rio de Janeiro, há a UERJ.

A partir da aprovação dessa desvinculação de receitas de Estados, em tese, podem-se cortar até 30% dos recursos dessas universidades. Eu chamo atenção para esse ponto. Estão introduzindo uma coisa nova. Nunca existiu desvinculação de receitas dos Estados. É algo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lindbergh, desculpe-me cortar V. Exª, mas como V. Exª pediu vista, e já concedemos, a discussão fica para a próxima semana, tendo em vista que a pauta é muito longa e eu tenho que devolver a Presidência ao Senador José Maranhão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço a V. Exª, mas queria fazer um último comentário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em relação à desvinculação de receitas da União, também houve aumento de 20% para 30%. O impacto nas receitas da seguridade social será de 110 bilhões. Aí a gente vê o discurso do rombo da Previdência Social, e esse Governo está querendo fazer a reforma da Previdência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aí, na próxima semana, V. Exª, com mais tempo e a participação de todos, certamente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está bem. Vou atender ao apelo do nosso Presidente para fazer o debate aprofundado na próxima semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está concedida vista coletiva.

Devolvo a Presidência ao Senador José Maranhão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, como o Senador Lindbergh acaba de assumir temporariamente a Liderança da Minoria, porque ficaremos na Minoria temporariamente, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ele é líder interino.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele já está com muita disposição de representar todos nós e apresentar as nossas opiniões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou almejando ser Líder da Maioria depois de agosto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem o nosso voto já, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, o próximo item da pauta é um ponto que interessa, sem dúvida, à bancada feminina, que vem discutindo isso desde a semana passada, mas nós temos um requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do meu Partido, propondo que essa matéria seja antes apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em função de haver diversas manifestações do Ministério Público, do movimento de mulheres, nacionalmente.

Nós aqui no Senado temos tido um posicionamento muito claro na aprovação de propostas que visem à garantia dos direitos da mulher e à luta contra a violência à mulher, e não temos conseguido que a Câmara acompanhe a votação das nossas proposições para que possamos avançar nessa regulamentação do combate à violência em nosso País. O nosso Líder apresentou essa proposta, que considero uma proposta válida para que possamos ter o debate dessa questão.

Acho que essa é uma questão que diz respeito às mulheres e que, portanto, as mulheres deveriam ser especialmente consultadas, através da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero informar à Senadora Lídice da Mata que entendo o seu zelo e pressa na decisão dessa matéria, mas V. Exª pediu a palavra antes de eu anunciar que a matéria estava em discussão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É que eu segui o rito do ponto do item de pauta, Sr. Presidente, o item 2.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, mas não foi anunciado. É a formalidade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Direito é formalístico, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certamente. Por isso é que eu não fiz Direito, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu reconheço.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sergio Vidigal
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nº 1 a 7.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

- Em 08/06/2016, a Presidência concedeu vista às Senadoras Marta Suplicy e Simone Tebet, nos termos regimentais;
- Em 15/06/2016, a Comissão aprovou o RQJ nº 26, de 2016 que solicita Audiência Pública para instruir a matéria;
- Em 21/06/2016, a Comissão aprovou o RQJ nº 27, de 2016 em aditamento ao RQJ nº 26, de 2016;
- Em 21/06/2016, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria.
-Em 29/06/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o relatório sobre as matérias...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... sobre as emendas nºs 1 a 5.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço à Secretaria para anotar o nome da Senadora Marta Suplicy como primeira oradora e, como oradora obrigatória, o da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, se V. Exª me permitir, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É pelo seguinte: eu entendi que, quando a Senadora Lídice usou da palavra, a solicitação que ela estava fazendo é porque há sobre a mesa um requerimento do Senador Valadares que solicita a remessa, antes da análise terminativa nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Queria só informar V. Exª,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... só para V. Exª utilizar seu utilíssimo tempo, que esse requerimento foi dirigido ao Plenário do Senado, não foi à Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não foi à Comissão, Senador Valadares?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Há o despacho do Plenário, Presidente, nesse requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O despacho do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É que o requerimento não foi dirigido à Comissão. Foi dirigido ao Plenário e não chegou aqui; não chegou aqui ainda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, veja, eu acho que, como V. Exª disse que o Direito é formalístico, sim, ele é formalístico, mas a Casa tem que seguir as orientações do Direito e as orientações legislativas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, então veja... Presidente, pela ordem. Agora, se foi apresentado à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Deixe-me informar a V. Exª, Senador Valadares, só corrigindo a informação que eu dei, que o que existe, dirigido à Comissão, é um requerimento... (*Pausa.*)

O que existe, na realidade, aqui na Comissão, é um ofício de quem estava presidindo a reunião do Senado, a sessão do Senado, o Senador Elmano Férrer, pedindo a esta Comissão para devolver o processo ao Plenário do Senado. É isso que existe.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, o que foi devolvido, o projeto que está sendo relatado?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não. É esse que está sendo... Não foi devolvido.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É porque eu queria só dar um esclarecimento, Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A atribuição é discricionária da Presidência, que poderá devolver ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A verdade, Presidente, é que o requerimento, como trata da ouvida de outra Comissão, tem de ser apresentado realmente no plenário. V. Exª tem razão. Mas temos uma alternativa para que essa matéria não seja votada hoje: que apresentemos o requerimento...

(Manifestação da plateia.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não adianta dizer: "Ah", porque Senador aqui tem voz.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, então, há uma alternativa no sentido de que apresentemos aqui, hoje mesmo, enquanto o nobre Relator está lendo a matéria, o seu parecer, um requerimento de suspensão da votação ou da própria discussão até que o nosso requerimento seja apreciado pelo Plenário e venha para cá. Inclusive, a Senadora Fátima apresentou requerimento semelhante. Então, há dois requerimentos sobre a mesma matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu preciso ver quem é que está...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou aqui, Senador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Fátima está lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É porque um assessor está tomando o espaço e eu não a vi. (*Pausa.*)

Agora vi.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É apenas para esclarecer que, na semana passada, em função exatamente da polêmica em torno do projeto e da constatação da necessidade de aprofundar mais o debate, inclusive, com vistas à busca de um entendimento, é que, junto com a Senadora Vanessa Grazziotin, Angela Portela e outras, nós apresentamos o requerimento à Mesa Diretora da nossa Casa, lá no Plenário, para que o projeto também fosse apreciado na comissão de mérito, no caso, a Comissão de Direitos Humanos.

Então, esse comunicado que V. Exª acabou de fazer ao Plenário aqui da nossa Comissão é resultado desse requerimento de autoria nossa, que está na Mesa do Plenário, assim como também o requerimento de autoria do Senador Valadares, que tem o mesmo propósito. Então, o Senador Valadares também apresentou o requerimento com esse mesmo propósito, com vistas a aprofundar o debate, que no nosso entendimento se faz necessário. Portanto, a Comissão mais adequada seria a Comissão de mérito, que é a Comissão de Direitos Humanos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aloysio.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu estou inscrita como primeira signatária.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu vou responder, primeiro, à Senadora que acabou de levantar uma questão de ordem. Só esclarecendo que o que reza o art. 101 é que a Comissão de mérito é exatamente a Comissão de Constituição e Justiça. E eu não vejo por que a Comissão de Constituição e Justiça renunciar à atribuição que tem de decidir sobre o mérito do projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é renunciar, Presidente. Eu acho que está havendo um mal-entendido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, V. Exª está corretíssimo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada. Obrigada, Presidente. A proposta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...eu tenho muita admiração por V. Exª, mas continuo dizendo que a decisão já foi tomada. Que está...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tudo bem, Presidente. Mas só queria fazer um reparo. Eu quero fazer um reparo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E está calcada no Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, mas eu só gostaria de fazer um reparo, porque a proposta para encaminhar o projeto à CDH não é excludente em relação à CCJ. Pelo contrário, ela apenas debate o projeto, procura chegar a um consenso na CDH e o projeto volta para cá. Aqui será decidido o mérito. Então, o que nós estamos solicitando...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª raciocina muito bem, mas a questão do requerimento e a justificativa é que se está pedindo para remeter a questão de mérito. E eu estou esclarecendo que, pelo Regimento, o princípio sobre o mérito...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o projeto vai para lá e volta para cá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora V. Exª quer inverter o processo e eu não vejo razão por que inverter.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, eu também gostaria de colocar a minha posição. Acredito que V. Exª tem toda razão. Aqui é uma questão de mérito. Nós podemos decidir aqui. É terminativo. E eu gostaria de ter a palavra, como primeira inscrita.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. E V. Exª tem todo o direito de reclamar a sua palavra, porque V. Exª é a primeira inscrita. Aliás, eu não concedi a palavra a alguns oradores. Os oradores ocuparam o microfone e, de um certo modo, abafaram a lista de inscrição, que é encimada por V. Exª. Está aqui. Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Senadora Vanessa inverteu, por conta própria, a ordem de inscrição.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria, então, que o senhor mantivesse essa inscrição e a ordem, na nossa Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Em seguida à Senadora Marta, Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só dizer que, pelo Regimento, quem tem a palavra, agora, é o Relator do projeto,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...o Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu já apresentei o meu relatório a respeito dessa proposição. Apenas retomo a palavra para, em linhas gerais, recordar aos membros da Comissão de Justiça o seu conteúdo, o seu alcance.

Esse projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados – creio eu que até por unanimidade –, foi aprovado por uma amplíssima maioria. Até a Senadora Angela Portela se referiu a um fato real de que muitas proposições altamente meritórias aprovadas no Senado acabam por morrer na Câmara ou, pelo menos, por ter a sua tramitação muito lenta na Câmara. Neste caso, é o contrário. O projeto veio da Câmara, está aqui no Senado e cabe ao Senado deliberar sobre ele.

Não vejo, sinceramente, razões que levem a remessa desta matéria à Comissão de Direitos Humanos, mas, se houver, se o Plenário do Senado assim entender, nada impede que ela vá também receber o parecer da Comissão de Direitos Humanos.

O que o projeto prevê, Sr. Presidente, é uma atualização da Lei Maria da Penha em muitos aspectos que dizem respeito, em primeiro lugar, ao inquérito policial, à instrução dos processos, determinando a ininterruptibilidade da oitiva de testemunhas, da instrução, para evitar que a mulher vítima da violência doméstica tenha de voltar várias vezes à delegacia de polícia ou em juízo para prestar depoimento – e cada um deles é um constrangimento; determina que esse atendimento seja dado, preferencialmente, embora nós saibamos da enorme deficiência que nós temos de quadros do Poder Judiciário, mas preferencialmente por mulheres em juízo e na polícia, durante o inquérito; determina que seja dada às mulheres vítimas de violência um tratamento de proteção integral, envolvendo vários aspectos da sua vida que exigem intervenções de diferentes níveis do Poder Público e da sociedade. Enfim, o desenvolvimento de alguns princípios que já se achavam contidos, de alguma forma, na Lei Maria da Penha, tal como foi votada e promulgada originalmente.

Mas este projeto traz uma inovação, uma inovação que parece ser objeto de grande polêmica aqui entre nós: ele atribui ao delegado de polícia uma competência que ele não tem. E essa competência é determinar, imediato, medidas protetivas – algumas das medidas protetivas já elencadas na Lei Maria da Penha –, para tar que a mulher que foi vítima da violência doméstica vá à delegacia, comunique ao delegado a agressão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que sofreu, seja lavrado ali o boletim de ocorrência, e ela volte para a casa, para conviver com o agressor por, pelo menos, 48 horas ou talvez mais.

Quer dizer, o que a Câmara propõe é que o delegado possa, de imediato, determinar algumas das medidas protetivas, não todas, previstas na Lei Maria da Penha; medidas protetivas estas que, em síntese, promovam o afastamento da vítima do seu carrasco. É isso, só isso!

Vejam os prazos que a Lei Maria da Penha contém hoje, admitindo que nós tenhamos, em todos os lugares, delegacias de Polícia e também varas especializadas – coisas que nós não temos evidentemente! O Brasil está muito longe disso, mas admitamos que tenhamos tudo isso – V. Exª sabe que não tem, no seu Estado não tem, no meu Estado, São Paulo, não tem –, não há em cada Município onde há uma delegacia um fórum. Não há. Apenas metade dos Municípios do Brasil hoje são sede de comarca.

Então, o que a Lei Maria da Penha prevê hoje? O delegado recebe a vítima, lavra o boletim de ocorrência e tem 48 horas para se dirigir ao juiz pedindo que o juiz possa, entre outras providências, impor medidas protetivas – 48 horas.

Agora, admitindo que o juiz esteja pronto para receber, em 48 horas, o juiz tem mais 48 horas para decidir se defere ou não as medidas protetivas. Só aí, Sr. Presidente, imaginando condições ideais, nós teríamos 96 horas em que, em 96 horas, vão lá o agressor e a vítima à delegacia, presta-se queixa, lavra-se o boletim de ocorrência, depois vão juntos para casa... Vão juntos para casa!

É possível uma coisa dessas? Convenhamos, Sr. Presidente. Nada justifica isso. A diferença, às vezes, dessas horas – e eu estou falando, digamos assim, algo que está longe da realidade, é o mundo ideal, porque a própria Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher apontou casos de demora de meses para o deferimento em medidas protetivas. Isso não tem cabimento, Sr. Presidente, não tem cabimento. Nada justifica isso. Existe, claro, uma resistência de ordem jurídica que eu afastaria e já afastei no meu parecer: que o delegado não tem competência para tomar medidas que impeçam, digamos assim, que, de alguma forma, restrinjam direitos – uma preocupação com prerrogativas do Poder Judiciário. Ora, eu penso que o delegado já tem algumas competências que interferem e que significam restrição de direitos: prisão em flagrante, fiança... O que eu estou propondo é que ele possa também dizer para o agressor: "O senhor não encoste mais nesta mulher! O senhor não pode ir mais para casa!" Hoje se afasta a mulher da casa; tem de afastar o agressor da casa. É isso que esse projeto propõe. (*Palmas.*)

Entre defesa de prerrogativas, que eu considero – claro, evidentemente, sou um defensor da lei e da Constituição, mas a defesa intransigente de determinadas prerrogativas, o exclusivismo de determinadas prerrogativas –, e a defesa à mulher vítima da violência, eu fico com a defesa da mulher vítima da violência. (*Palmas.*)

Essa é a história. No fundo, o resumo é isto: é saber se nós vamos permitir que o agressor continue convivendo com a vítima da sua maldade por um tempo que pode significar a morte da vítima, como já significou, ou nós vamos permitir que a autoridade policial – leia-se delegado de polícia – possa determinar imediatamente o afastamento do agressor. No fundo, é isso. Essa é a escolha que está perante a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto está em discussão.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, este é um projeto extremamente importante para nós mulheres. Ele foi muito bem elaborado, com grande discussão na Câmara, e chega para nós com um bom relatório do Senador Aloysio Nunes.

A pedido, nós fizemos uma audiência pública com 14 depoentes. Os depoimentos foram muito fortes para todas nós e, ao mesmo tempo, muito elucidativos. Além de ouvir os depoimentos, depois eu os reli e tirei algumas frases do que achei mais importante e que me levaram à conclusão que vou colocar agora.

A primeira, Srª Jeovânia Cavalcante, Vice-Presidente da Adepol, de tudo que ela colocou, ficou que o depoimento "inclui indicativo de pensar a mulher em primeiro lugar. É positiva a colocação que, em 24 horas, a medida protetiva deva estar nas mãos do juiz."

A segunda palestrante, Valéria Diez Fernandes, Promotora de Justiça, falou várias coisas, mas só estou destacando aquilo com que concordei: "Concordo que a Lei Maria da Penha é mais que uma lei, é uma obra. Apesar de a determinação do CNJ de plantões em todas as comarcas serem de 24 horas, ela não está sendo cumprida. O art. 12-B não é inconstitucional, porque não dá o poder jurisdicional ao delegado e, sim, uma medida administrativa por 24 horas."

A terceira palestrante, Fátima Pelaes, Secretária de Política para as Mulheres do Ministério da Justiça, ponderou que há várias delegacias no nosso País que não trabalham 24 horas; ponderou que deve haver necessidade de um maior debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Carmen Campos, representante do Comitê Latino-Americano e Caribe para a Defesa da Mulher, também ponderou que não há delegado suficiente para investigar, que é a sua função principal, e que poderia atingir a Lei Maria da Penha. Agora eu concordo com a crítica dela de que não existe hoje delegado suficiente, mas também digo que não é por isso que devemos abrir mão das possibilidades existentes que temos para evitar mortes.

A quinta palestrante também colocou que a autoridade policial não deve dar medidas protetivas – eu concordo plenamente com a quinta palestrante, Diana Calazans, representando o Presidente da Associação de Delegados da Polícia.

A Neusa Castanha, da União Brasileira de Mulheres, faz mais críticas e diz que o problema é que o juiz só é avisado quando o delegado acha necessário. Então, acho que temos de pôr na lei que o delegado tem obrigação de informar o juiz em 24 horas.

O palestrante João Costa, Presidente da AMB, disse que o discurso não deve ser feito em prol da Magistratura e, sim, em prol da sociedade. Eu concordo, porque nós, Senadores e Senadoras, não devemos cair em uma briga entre Poderes.

A oitava palestrante, Adriana Melo, Juíza Auxiliar do Presidente representante da AMB, não concorda com a apresentação do projeto do jeito como está. Ela acha que o acesso à Justiça já está garantido na Constituição.

A nona, Eduarda Miranda, Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB, acha que essas medidas protetivas impostas ao agressor pelo delegado impedem que o Judiciário analise o caso. E ela finaliza dizendo que a OAB não está nem contra nem a favor de nenhuma classe, a OAB está a favor da sociedade, e usa o argumento da inconstitucionalidade.

Quanto ao argumento da inconstitucionalidade, para mim, pelo menos, e acho que para esta Comissão, já ficou claro que não existe. E se a OAB está a favor da sociedade, nós estamos também a favor da sociedade, mas, principalmente, a favor da mulher.

O Ricardo Batista Sousa, Presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, coloca que este projeto busca uma maior proteção à mulher e que a capacidade de conceder medidas protetivas implica a perda de direito da outra parte. Bom, quanto a isso, acredito que não é bem assim. Sempre pode ocorrer um erro e o agressor não ser realmente o culpado, entretanto, parece-me que essas ocasiões são raríssimas e não devem ser uma desculpa para não proteger a mulher.

A décima segunda palestrante, Nadine Anflor, Delegada de Polícia do Rio Grande do Sul, enaltece a Lei Maria da Penha – o que, aliás, todos os palestrantes fizeram – e termina dizendo que o que está se sobrepondo aqui é o corporativismo, e nós temos que fazer uma reflexão sobre isso também.

Thiago Ávila, Promotor de Justiça, é contra: diz que a lei tem que ser cumprida, a lei não pode ser alterada, e questiona se vai ser eficiente dar esse poder ao Delegado de Polícia.

Eu acredito que realmente a Lei Maria da Penha não foi ainda inteiramente implantada, com a eficiência devida. Devemos batalhar por isso. Isso não impede que ampliemos as medidas protetivas para a mulher.

A Silvia, Delegada de Polícia do Estado de Pernambuco, colocou que o delegado já entra na casa das pessoas, faz, sim, prisões, não há quebra de poder jurisdicional e que os delegados não são juízes, nem pretendem ser. Eles querem realmente impedir situações que podem ser fatais.

A afirmação dela é séria. Temos que colocar mais possibilidades em relação às afirmativas sobre o prazo de 48 horas; ouvimos depoimentos horríveis de tão impactantes.

E a Madgéli Machado, da Fonavid, também concorda que a autoridade policial não pode oferecer medida protetiva e disse que estava aqui para que também pudéssemos firmar o compromisso com as mulheres, meninas e que os juízes estão para firmar o compromisso com as meninas e mulheres. E eu digo que nós aqui também.

Em conclusão, Sr. Presidente, eu acredito que nós tivemos um amplo tempo para debater.

Fiquei muito aborrecida – e acho que todas nós, mulheres – que todas as mulheres que participaram ativamente da elaboração da Lei Maria da Penha não tenham sido amplamente escutadas, chamadas, ouvidas, porque, além da falta de respeito, nós teríamos impedido essa discussão e feito um projeto mais redondo.

Entrementes, depois de muita ponderação e de uma longa história no feminismo e na defesa das mulheres, eu acredito que as delegadas e os delegados têm, sim, condição de impedir vítimas fatais, que é o que mais interessa a nós, mulheres.

Por isso eu gostaria de fazer, Sr. Relator...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... Senador Aloysio Nunes, uma emenda de redação, para que delegados e delegadas possam, sim, atender essas mulheres, assumir medidas protetivas, mas, ato contínuo, deverão encaminhar para juiz e agressor, em até 24 horas, a sua decisão.

Eu gostaria de saber se V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Autoridades policiais estão fora, como já me manifestei nessa leitura anterior.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu agradeço à Senadora Marta Suplicy essa sugestão, que acho muito interessante e que, de alguma forma, elimina dúvidas que possa haver sobre quem tem competência para determinar essas medidas protetivas.

Eu entendo que é praticamente uma emenda de redação, uma vez que a legislação brasileira já contém isso. E aí eu chamo o testemunho do Senador Humberto Costa, que relatou recentemente uma lei que determina as competências dos Delegados de Polícia, se não me engano, e isto ficou claro, aliás, como consequência até do Código de Processo Penal: autoridade policial é o Delegado de Polícia, ainda mais no contexto em que a lei deve operar. De modo que eu entendo que, realmente, é uma emenda de redação e estou pronto para acolhê-la. Trata-se apenas de explicitar o que já está contido no nosso ordenamento jurídico, portanto, é uma emenda de redação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – V. Exª acolhe no seu relatório ou preciso formalizar?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a formalidade do direito?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, estou inscrito aí? Já pedi há bastante tempo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pode acolher no seu relatório?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vale em alguns momentos, não vale em outros?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora Fátima, eu estou tentando entender o que ele acolheu, se é no relatório dele ou se eu tenho que formalizar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim, eu acolho sua sugestão e a incorporo ao meu relatório, por entender que ela simplesmente explicita algo que já está contido no texto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Perfeito. Está claríssimo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Mais do que a questão de mérito, Sr. Presidente, eu queria insistir na questão de forma, sobre a necessidade de esse debate passar pela Comissão de Direitos Humanos. Eu quero destacar, Sr. Presidente, que, na verdade, a comissão de mérito dessa matéria é a Comissão de Direitos Humanos, conforme o nosso Regimento Interno. Senão vejamos, art. 102-E do Regimento Interno:

> À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa compete opinar sobre:
>
> .....
>
> IV - direitos da mulher;
>
> .....

Então, está claro que à nossa Comissão cabe, como sempre, opinar sobre os aspectos de juridicidade e de constitucionalidade dessa matéria. Cabe à Comissão de Direitos Humanos a análise do mérito da matéria.

Portanto, Sr. Presidente, existe um requerimento do Senador Valadares, que eu subscrevo também. Nós deveríamos aguardar a manifestação do Plenário do Senado para, aprovando o requerimento, enviar essa matéria para a Comissão de Direitos Humanos, e lá, a Comissão de Direitos Humanos poderá entrar no mérito da matéria, como o próprio Regimento diz. Na verdade, é isso que pressupõe o art. 102-E do Regimento Interno da Casa.

Eu tenho um conjunto de dúvidas em relação à matéria, Sr. Presidente. E, até em decorrência disso, eu quero corroborar algumas sugestões apresentadas pela Senadora Marta. Eu acho que nós não podemos, por razão nenhuma, subverter a Constituição.

Eu acho que a Constituição tem os mecanismos para dar, inclusive em relação à Lei Maria da Penha, a celeridade necessária.

Veja, Sr. Presidente: estamos falando da primeira alteração da Lei Maria da Penha desde a sua sanção, em agosto de 2006. Desde 7 de agosto de 2006, nós vamos fazer agora o que virá a ser a primeira alteração na Lei nº 11.340. Não acho adequado que a primeira alteração que vamos fazer na Lei nº 11.340, nessa conquista dos direitos das mulheres brasileiras, seja uma alteração que abolirá a capacidade postulatória direta da víti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ma para o juiz, porque, na prática, nós estamos colocando um intermediário. Nós temos na lei a capacidade postulatória direta ao juiz e nós estamos agora colocando um intermediário.

Se assim é, se nós queremos o imediatismo da capacidade postulatória, aprovemos uma emenda que, inclusive, a Senadora Marta aqui destacou, que é objeto de emenda nossa. Diz a emenda: "remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência". Mas não podemos é subverter isso, Sr. Presidente. Isso, além de ser inconstitucional, não terá a celeridade necessária, porque, vejamos: nos cinco mil e tantos Municípios brasileiros, nós não temos delegadas. Em muitos deles temos delegados – delegados tais quais aquele que recebeu a moça vítima de estupro, recentemente, no Rio de Janeiro, e, reunido diante de dois ou três homens, perguntou para ela: "Conta aí como é que foi." Delegados, do sexo masculino. Nos cinco mil e poucos Municípios brasileiros nós não temos, em todos, delegadas. Era para termos pelo menos delegadas nesses cinco mil e tantos Municípios que temos no País.

Então, vamos ao rigor de fato. Se é para dar celeridade, alteremos o prazo para a celeridade ocorrer por parte das instituições a que cabe a medida protetiva, o Ministério Público e o Juiz de Direito.

Além disso, Sr. Presidente, eu não quero que a primeira alteração da Lei Maria da Penha, sob o argumento de uma medida protetiva, seja, na prática, uma medida corporativa. Portanto, defendo que esse tema vá a debate na Comissão de Direitos Humanos, como preceitua o art. 102-E.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Já concluí, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas, se me permitir, acho que V. Exª – desculpe-me – está enganado. A própria Lei Maria da Penha... Veja o art. 12 da Lei Maria da Penha atual. O que diz? Diz que a vítima se dirige ao Delegado de Polícia, o delegado comunica ao juiz. Essa é a lei. É a lei, essa lei que o senhor apresenta como algo imutável, perfeito, que não admite nenhum tipo de aprimoramento. É o texto da lei. Eu não estou subvertendo coisíssima nenhuma, isso está na Lei Maria da Penha. Leia o art. 12, Senador, e me dirá se tenho razão ou não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O art. 12 diz: "Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos [...]".

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – "Feito o registro da ocorrência", onde é que se faz o registro de ocorrência? É exatamente isso. O registro de ocorrência é feito na delegacia. É a lei atual.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, Senador Aloysio, o que V. Exª está propondo, no texto... Se é assim, para que alterar?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Para dar ao delegado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, é ao delegado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... autoridade de determinar medidas protetivas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente, ao delegado!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É óbvio! O juiz sempre poderá delegar – obviamente poderá –, ainda que o delegado não tenho pedido. O juiz poderá, porque o juiz será notificado no prazo de 24 horas da agressão. Ele encaminha a representação da ofendida ao juiz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esse prazo de 24 horas não está... Inclusive, é objeto de emenda nossa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está no projeto de lei, Senador! Está no projeto de lei! Me desculpe... Está no projeto de lei que nós estamos debatendo agora!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acabei de ler, Randolfe, está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, a lei fala em 48 horas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A lei...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O senhor está confundindo as bolas, Senador, me desculpe. Vamos ler direitinho, vamos ler juntos, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Leiamos juntos!

Senador Aloysio, com ofensa, não avançaremos neste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não é ofensa não. Eu estou chamando atenção de V. Exª para o texto da lei, e V. Exª está deturpando o meu projeto. V. Exª está deturpando o meu parecer. Eu não estou subvertendo coisíssima nenhuma! Eu estou respeitando o texto da lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – ...V. Exª quer ser o dono da verdade nesta Comissão!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então leia!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não, não. Eu estou sendo... Eu acho que o dono da verdade é o texto, e o senhor não está lendo o texto da lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Aloysio, o senhor não pode ofender todo aquele orador que diverge de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O senhor está inventando uma subversão que não existe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Deixe de ser autoritário!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – "O juiz deverá ser comunicado no prazo de 24 horas"...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não é emenda coisa nenhuma, é a lei, é o projeto!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... "e poderá manter ou rever as medidas protetivas aplicadas, ouvido o Ministério Público no mesmo prazo." Já está no art. 12-B, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Não vou entrar no mérito dessa discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acho que nós não temos que brigar, entrar em briga corporativa, temos que pensar na mulher...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, siga a ordem de inscrição!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem de inscrição, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Siga a ordem de inscrição por favor. Já que há formalidade numa hora e, na outra hora, não há a conveniente formalidade... Só vale formalidade para a gente? Não vale para o Senador Aloysio?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É que foi feita uma caricatura do meu parecer, e eu não admito esse tipo de caricatura. Eu não estou subvertendo coisíssima nenhuma

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, também V. Exª caricaturou a posição quando disse que a lei era imexível, digamos assim. Não há lei imexível, mas esta Lei Maria da Penha foi produzida pelo suor – sem a formalidade jurídica –, o suor do cérebro do movimento feminista durante anos e anos e anos, e é uma lei absolutamente correta, inovadora no mundo e...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu quero informar à Senadora Lídice da Mata...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...nós precisamos da sua efetividade.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas a lei foi feita pensando na mulher, e é uma lei maravilhosa...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – As inscrições...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Foi pensando na mulher...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... mas a lei é viva...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... não nas corporações. Foi pensando nas mulheres, não nas corporações...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço ao serviço de som que desligue os microfones.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A lei é viva e...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Assim não dá!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É uma lei viva e pode ser melhorada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida. Ninguém está falando que a lei não pode ser modificada. Quem disse isso foi o Senador, buscando descaracterizar a posição daqueles que querem discuti-la.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, eu estou modificando agora. É claro, pode melhorar!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que eu estou inscrita primeiro, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu estou na frente dele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª não estava presente quando chegou a sua vez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, veja bem, eu peço que V. Exª perdoe a minha ausência...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero somente que V. Exª negocie com o Senador Telmário para inverter a posição...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É porque eu estou na outra Comissão. Eu pedi à Senadora Lídice que me chamasse assim que a Senadora Marta tivesse concluído.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas a Comissão que nos interessa no momento é a Comissão de Constituição e Justiça. V. Exª é membro e saiu quando não devia sair.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que ela estava na Comissão do Impeachment.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, eu estou sugerindo a V. Exª que negocie com o Senador Telmário, que é o orador inscrito, a inversão da vez.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, a Vanessa hoje é aniversariante e é mulher. O senhor acha que eu não aceitaria essa inversão? Está aceita, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atirei no que vi e matei o que não vi... (*Risos.*)

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, por cessão do cavalheiro, Senador Telmário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Logo cedo eu recebi a orientação de que hoje, para mim, deveria ser mais um dia de reflexão do que um dia para falar, mas eu não posso ficar só na reflexão, visto que, infelizmente, nós não tivemos o pleito inicial atendido, que seria a remessa do projeto de lei para a Comissão de Direitos Humanos, visto que, regimentalmente, é assim que deveria ter sido feito.

Sr. Presidente, primeiro eu quero resgatar algumas questões aqui apresentadas.

Primeiro: nós estamos completando este ano dez anos da Lei Maria da Penha, dez anos. Como disse a Senadora Lídice, como muito bem sabe a Senadora Marta, todas nós, mulheres, Senadoras que aqui estamos – Angela, Fátima Bezerra –, essa não foi uma lei tranquila. Essa foi uma lei cujo nascimento foi muito difícil, muito complicado, e é uma das leis principais não no Brasil, mas no mundo inteiro, porque não é uma lei que trabalha só a punição, é uma lei que trabalha a prevenção e a recuperação, não só da agredida ou das agredidas ou dos agredidos, mas também do agressor. Por isso que essa é uma lei importante.

Recentemente tivemos outro grande avanço, um avanço importante. Aprovamos a lei que tipifica o feminicídio. Sabemos que essa lei foi aprovada sob risinhos, muitos risinhos, aqui no Senado Federal. Sabemos também que a origem da discriminação e, portanto, da violência que paira sobre a mulher, é uma questão muito mais complexa e que vai muito além da Lei Maria da Penha.

Mas, para resumir tudo isso, eu cito como exemplo a nossa Casa, Senador Maranhão. A nossa Casa é o maior exemplo do quanto as mulheres precisam lutar a favor de seus direitos. Nós aqui somos 81 Senadores. Na população brasileira, as mulheres representam 52%; do eleitorado brasileiro, somos quase isso, 52%, mas só ocupamos 10% das cadeiras do Parlamento. Por quê? Porque não somos vistas e não somos tratadas com a igualdade que merecemos na sociedade. Por isso é que nós precisamos de uma Lei Maria da Penha, uma lei que trabalhe e determine a violência doméstica, porque a mulher apanha...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Há uma oradora na tribuna, e eu peço aos ilustres convidados e até aos próprios Senadores que guardem o silêncio necessário para que a oradora possa ser ouvida, inclusive com o devido respeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Continuando, digo que nós precisamos de uma Lei Maria da Penha. Por quê?

Porque infelizmente a mulher ainda é vista – não digo por todos, mas por uma parte muito importante da sociedade – como um objeto. Por isso que mulher sofre violência, por isso que mulher é estuprada, por isso que mulher perde a vida. Há uma única razão para isso: ser mulher. Esse, efetivamente, é um problema que tem de ser enfrentado.

Sr. Presidente, se nos perguntam por que tanta polêmica – veja, eu agora quero entrar no mérito – apenas em relação a um artigo da lei... Refiro-me ao art. 12-B, que trata das medidas protetivas. Por que é só esse o projeto que chegou aqui, que estamos debatendo agora.

Ouvi muito falarem aqui da CPI das Mulheres. Está aqui, este aqui foi o resultado de uma CPMI aprovada em 2013, as conclusões aprovadas em 2013. Essa CPMI apresentou 13 propostas de projetos de lei. Dos 13 projetos de lei, 7 iniciaram pelo Senado Federal e 6, pela Câmara dos Deputados. Todos os 7 iniciados pelo Senado Federal foram votados. Votamos em plenário e os aprovamos. Chegou na Câmara e o que aconteceu? Pararam. Este projeto é um projeto importante, mas não é o único.

Então, se nós, efetivamente, temos preocupação com a integridade das mulheres, em combater a violência, nós temos que fazer os projetos andarem. Nós temos feito isso, mas, infelizmente, a Câmara dos Deputados não. E essa emenda que nós estamos discutindo aqui não foi discutida em nenhuma comissão da Câmara dos Deputados, foi uma emenda apresentada em plenário, já tarde da noite. Então, não houve oportunidade de debate na Câmara dos Deputados. Se tivesse havido esse debate, para nós estaria tudo muito tranquilo, muito bem. Mas não houve. Então, o que queremos fazer? Trazer o debate para o Senado Federal, chamar todas as entidades, como já fizemos aliás.

Na última audiência pública tivemos aqui inúmeras entidades, inúmeras representantes de mulheres que construíram a Lei Maria da Penha, inúmeras, inclusive recebemos um documento da própria Maria da Penha pedindo o aprofundamento do debate e, principalmente, que se ouvisse a opinião daquelas mulheres que construíram a lei e que trabalham com ela no dia a dia.

Se formos ver as recomendações da CPI, o que vamos perceber? Uma das principais recomendações está no quê? Que os governos dos Estados orientem as polícias civis para que realizem a oitiva da ofendida no ato do registro da ocorrência e sem a necessidade do agendamento. Esse – está escrito na CPI, não sou eu que estou dizendo – é o maior problema, hoje, da aplicação da Lei Maria da Penha. Por quê? Porque infelizmente nós temos mais de 5 mil Municípios brasileiros e menos de 400 delegacias de mulher. O que significa isso? Significa que o caso de violência doméstica contra a mulher vai parar numa delegacia comum.

E qual é o maior problema segundo o levantamento de várias entidades de mulheres e do próprio levantamento feito pelo Ministério da Justiça? É a falta do boletim imediato e da oitiva imediata.

Então, Sr. Presidente, veja... E nós não estamos discutindo isso, porque isso está parado na Câmara dos Deputados. Então, o que parece contraditório não é, não é contraditório. O que todos nós queremos em relação às medidas protetivas? Qual é o objetivo de todos aqui? Independentemente das opiniões, o objetivo é que as medidas protetivas sejam dadas rapidamente, esse é o objetivo. A forma de chegarmos a essas medidas protetivas rapidamente é que é o debate aqui, Presidente. Essa forma que é o debate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente, Senador.

Então, é apenas isso que nós estamos discutindo. Eu tentei muitíssimo, depois da audiência pública, chamar delegadas, Ministério Público, entidades. Infelizmente, não chegamos a um acordo.

Mas eu disse que não é na primeira audiência conciliatória que se chega a um acordo. A um acordo se chega a partir do debate, a um acordo se chega a partir da discussão.

E citei o exemplo da Senadora Marta Suplicy, que relatou um projeto difícil, complicado, que é o projeto da micro e pequena empresa. Depois de muito adiamento, de muita discussão, como o projeto foi votado no plenário? Por unanimidade, sem nenhum voto contra.

Então, Presidente, como eu, uma Senadora da República que participou de uma audiência pública e viu mulheres e entidades pedindo um debate porque há divergências em relação a essa pequena mudança e apesar as entidades representativas dos delegados defendendo isso, posso subtrair o debate? Em nome de quê? nome da pressa, em nome da proteção? O problema da falta da proteção não está aí. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, Sr. Presidente, eu quero pedir aos nossos companheiros homens que nos deem uma oportunidade de trazer as mulheres aqui.

Eu apresentei um substitutivo a V. Exª, Senador Aloysio. Poderia ter dado o nome de emenda, pois se trata mais de uma emenda do que de um substitutivo. Na realidade, eu só modifico o art. 12-B do relatório de V. Exª. E no art. 18-B eu coloco o prazo de 24 horas para ser dada, pelo Poder Judiciário, a medida protetiva. Em 24 horas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E eu quero que seja imediatamente, a diferença é essa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, porque a mulher tem casa de apoio. Imediatamente, sabe o que eu quero? A oitiva.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Onde? Onde?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não quero... Senadores, eu não quero que, imediatamente, a delegacia mande a mulher embora, não faça nem registro de ocorrência, e nem faça a oitiva. Esta aqui não sou eu que estou dizendo, eu repito, está aqui na CPMI. Agora, se todo um levantamento de mais de um ano feito no Brasil não vale nada, então eu não sei o que vale.

Então, o que eu estou pedindo, Presidente, é que possamos encaminhar este projeto para a Comissão de Direitos Humanos. Vamos debater o mérito, construir uma alternativa e, a partir daí, votar, sem nenhum problema de visão. Porque esta não é uma questão política, ouso dizer. Não é uma questão política, Sr. Presidente, ouso dizer isso, e o tempo vai comprovar o que nós estamos dizendo. Mas repito: minha posição, eu a embaso na representatividade de todas as mulheres que aqui estiveram.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu peço que V. Exª controle o tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Senadora teve tempo de aniversariante.

Com a palavra o Senador Telmário, que permutou com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu ia falar por dez minutos, mas, como a aniversariante falou por quarenta, eu vou ser sucinto aqui.

Sem nenhuma dúvida, Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha é uma obra-prima...

Sr. Presidente, não há silêncio, nem eu estou ouvindo a minha voz.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Telmário, eu estou percebendo que V. Exª e todos os Parlamentares, como eu também, queremos cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, que tem sido uma das Senadoras – dos Senadores, vamos deixar a questão de gênero de lado – mais atuantes nesta Comissão. E como ela está fazendo aniversário hoje, todos nós nos unimos para cumprimentá-la e dar uma salva de palmas em sua homenagem. (*Palmas.*)

Senador Telmário, V. Exª tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pronto. Com isso, ela já ganhou hoje, e nem precisa mais ir para o plenário falar por noventa minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Ela representa. Representa muito bem, já disse isso a ela. E está mais bonita nos últimos tempos – com todo respeito, claro.

O Senador Eduardo não é fraco não, ele que é um parceiro da Senadora Vanessa.

Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha é uma obra-prima na legislação brasileira. Sem nenhuma dúvida, vem ao encontro de um grande anseio, principalmente das mulheres.

O Senador Aloysio é uma pessoa que não bate palmas, seus projetos e suas posições aqui não são muito pela plateia, mas pela consciência, pelo seu grande conhecimento jurídico, pelo conhecimento de vida. Sem nenhuma dúvida, quero parabenizar o Relator por essa matéria, em que ele avançou. Ele avançou a fim de fazer com que essa lei tenha, na prática, aquilo para que foi concebida e para que ela realmente aconteça.

Contudo, eu tenho aqui, Senador Aloysio, uma dúvida. Quando V. Exª diz "autoridade policial, leia-se delegado", eu acho que seria bom deixarmos bem claro que a autoridade policial seja o delegado. Por quê? Porque algumas delegacias não funcionam com delegados, elas funcionam com o cabo, com o soldado, com o agente policial, com o sargento etc. E eu acho que é o delegado, sim, que está preparado. V. Exª tem razão. Quando ele estabelece multa etc., ele está tomando uma medida cautelar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Essa é uma sugestão da Senadora Marta, que eu acolho como uma emenda de redação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pronto. Aí já faz esse [illegible]aro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por outro lado, é bom deixar bem claro que o delegado pode tomar uma medida cautelar, mas, se ele cometer um erro, o juiz pode fazer a revisão. O juiz faz a revisão.

Na minha cidade e no Estado de Roraima hoje – a Senadora Angela Portela fez um discurso, dia desses, até com muita responsabilidade, porque ela é da base da Governadora, mas criticou essa matéria –, há muita violência. Eu sou testemunha de três casos em que, pela morosidade, por esse ato que existe, as pessoas perderam suas vidas. E o delegado pode tomar uma medida imediata em relação a isso. Isso dá celeridade, isso atende a demanda da lei.

Então, V. Exª foi feliz. E quem está em maioria aqui são as mulheres e delegadas, e elas sabem que, às vezes, ficam de mãos atadas por falta dessa medida cautelar. V. Exª tem razão.

Meus parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, inicialmente, eu gostaria de registrar que o nobre Relator, o Senador Aloysio Nunes, tem um comportamento nesta Casa – quando eu digo nesta Casa é no Senado Federal –, notadamente na Comissão de Constituição e Justiça, muito equilibrado. Sempre foi um dos relatores mais apreciados pelos membros da Comissão, inclusive por mim.

No que diz respeito a esta proposta, o PLC nº 7, de 2016, embora pessoalmente eu divirja de alguns aspectos que foram colocados na matéria, a minha admiração pelo Senador Aloysio Nunes continua do mesmo jeito. E não será por causa dessa divergência que deixarei de respeitar aquilo que já foi feito, que está sendo feito e possivelmente será feito, até o último dia do seu mandato, pelas mãos do Senador Aloysio Nunes.

Nós estamos falando, Sr. Presidente, de uma lei que é admirada pelo mundo inteiro, como aqui já foi dito. O Brasil, em relação ao mundo, comparativamente a outros países, tem a terceira lei mais perfeita na defesa da mulher, contra a violência doméstica que é perpetrada contra ela. Só ganham Espanha e Chile, mas o Brasil está em terceiro lugar.

Houve apenas uma modificação. Aliás, a meu ver, o Supremo aperfeiçoou a lei, depois de tantos anos de vigência. O Supremo reafirmou, já está no art. 12 da lei, que tem que haver um Boletim de Ocorrência, mas que esse Boletim de Ocorrência pode acontecer sem a presença da ofendida, isto é, da mulher que foi agredida pelo seu parceiro ou por qualquer cidadão que tenha resolvido investir contra ela.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu não vejo motivo para que, a esta altura dos acontecimentos, já que temos uma lei perfeita, uma lei que coíbe a violência, que protege a mulher contra os descaminhos do homem – infelizmente, no Brasil ainda se utiliza da fragilidade física da mulher para cometer violência contra ela –, essa lei sofra uma alteração, como ocorreu na Câmara dos Deputados. Essa alteração, a meu ver, não converge para aquilo que está inscrito em nossa Constituição. Há um princípio conhecido, que é o princípio da reserva de jurisdição, segundo o qual só cabe ao juiz, no caso de direitos individuais de alguém – por exemplo, ter que se afastar deste lugar ou daquele –, tomar a decisão. Essas medidas acauteladoras ou protetivas, ou cautelares, em favor das mulheres só podem ser objeto de proteção através de um juiz, porque se referem a direitos consagrados na nossa Constituição, em seu art. 5º.

E aqui o Senador Randolfe Rodrigues foi bem claro ao mostrar que a Comissão de Constituição e Justiça pode, sem dúvida alguma, fazer a apreciação sobre a legalidade, constitucionalidade ou regimentalidade desta matéria, mas o mérito é exclusivo da Comissão de Direitos Humanos. Então, quando pedimos que a Comissão de Direitos Humanos seja ouvida, não estamos cometendo nenhuma impropriedade. Pelo contrário, estamos fortalecendo aquilo que o Regimento já prevê, porque a Comissão de Direitos Humanos tem a competência para discutir, debater e aprovar matérias concernentes aos direitos da mulher. Esta matéria se refere a quê? A direitos da mulher. Por essa razão, Sr. Presidente, é que eu não compreendo... (*Palmas.*)

E acho que V. Exª não tem culpa, porque eu acho que essa matéria já veio direto para cá. Ela deveria ter ido direto para a Comissão de Direitos Humanos e não para cá. Aqui nós vamos julgar a legalidade. Mas, já que aconteceu, Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria, também assinado por vários Senadores – Senadora Fátima, Senadora Lídice, Senador Randolfe e Senadora Vanessa –, pedindo que se faça o adiamento dessa matéria. Não queremos procrastinar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero me permitir, se assim o Senador Antonio Carlos Valadares concordar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Claro, V. Exª é quem manda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, absolutamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Dentro do Regimen- claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou aqui me submetendo à anuência de V. Exª. A qualquer momento da discussão, esse projeto pode ser remetido à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há nada que impeça isso. Mesmo depois de aprovado aqui, ele pode ir para a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E o meu requerimento diz isso claramente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É o Regimento. Eu não sei por que tanta... Nós estamos fazendo tempestade num pingo d'água. Se nós queremos resolver essa questão, nada impede...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Nada obsta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... a votação da matéria aqui, e depois ela segue para o Plenário e o Plenário remete à Comissão de Direitos Humanos. Não há nenhum impedimento. Não vamos enganar quem não conhece o Regimento. Todos nós o conhecemos. As pessoas que estão aqui como nossos convidados participando precisam saber disto: nós não estamos impedindo que o projeto vá à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não existe esse impedimento. Ele pode e deve ir. Eu acho até que deve ir. Agora, nós não podemos renunciar à prerrogativa de dar o parecer sobre um projeto que já está com relatório pronto na Comissão. A melhor forma de agilizar a votação desse projeto e a sua ida à Comissão de Constituição e Justiça é votar logo aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É aprová-lo logo na Comissão de Constituição e Justiça. Isso é o que eu acho.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, o meu requerimento, me parece, não foi bem entendido. O que diz este requerimento assinado por outros Senadores e Senadoras? Ele pede, na verdade (art. 279, inciso V), diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento. O requerimento, previsto nos incisos I, II e III do *caput,* será apresentado e votado ao anunciar a matéria; e nos incisos IV e V, em qualquer fase da discussão.

Então, o que é que estamos pedindo? A audiência da comissão de mérito. Vai para lá e depois vem para cá. Só isso. Porque a pressa é inimiga da perfeição, Presidente. O carro não pode andar diante dos bois. Por que é que nós vamos...

Eu quero também fazer um registro, Presidente. Esta lei é maior do que o nosso desejo, do que as nossas pretensões. A lei é um diploma legal voltado à defesa da mulher. Aqui não há nenhuma luta de classes. Aqui não há nenhuma disputa de poder entre delegados, juízes ou promotores. Pelo contrário, todos querem, tenho certeza absoluta, de boa-fé, aprimorar a lei para proteger a mulher, disso não tenho a menor dúvida. Não há disputa de poder.

Mas, Sr. Presidente, em respeito a uma nota pública assinada por 80 entidades em defesa da mulher, acho que nós poderíamos, sem dúvida alguma, sem nenhuma perda de tempo, enviar logo essa matéria para a Comissão de Direitos Humanos. São 80 instituições que estão preocupadas com a mudança de uma lei que é a terceira mais perfeita do mundo. Logicamente que o delegado, por este projeto, se for aprovado, se for sancionado, terá o direito de atuar com relação às medidas protetivas ou cautelares em relação à mulher, tirando, a meu ver, uma prerrogativa que é do juiz, que é da Justiça.

De qualquer forma, se nós aprovarmos essa matéria, isso vai bater no Supremo, e o Supremo vai ter que decidir pela inconstitucionalidade ou não desta lei.

Por isso, Sr. Presidente, eu defendo, pelo princípio da reserva de jurisdição, que se mantenha a lei tal como ela existe: que o juiz tenha a primeira palavra para resolver essa questão com relação às medidas protetivas, e não um delegado.

Não estou aqui diminuindo os delegados, antes pelo contrário. Os delegados têm uma atribuição preponderante na vida nacional, não só no plano federal como no plano estadual. Sabemos dos sacrifícios desses profissionais para exercerem atribuições tão nobilitantes, inclusive com atraso de salários, com salários achatados pela inflação, pelo custo de vida. Temos que respeitar os delegados – por que não? O que nós estamos falando aqui é de Constituição, estamos falando aqui é de princípios.

Então, em atenção à Constituição e aos princípios do Direito, do nosso ordenamento jurídico, eu voto, Presidente, contra essa matéria se ela for colocada em votação. Mas eu gostaria que V. Exª colocasse o nosso requerimento em votação antes de proceder à deliberação da Comissão de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É o nosso pedido, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A lista de inscrição, Presidente, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está inscrita para falar agora a Senadora Lídice da Mata.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero saber se eu estou inscrito, Presidente. Eu fui o terceiro a me inscrever, mas já falaram mais de dez pessoas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Leia, por favor, o nome dos inscritos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu convido o Senador Humberto a conferir a lista de inscrições.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pedi depois da Senadora Marta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está inscrito depois da Senadora Lídice da Mata.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu quero iniciar pedindo desculpas a V. Exª pela interrupção naquele momento. V. Exª é nosso Presidente e conduz muito bem o nosso plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª, mas eu entendo o ardor e o entusiasmo defensivo de V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

E também ao Senador Aloysio Ferreira Nunes, que, além de ser um Senador admirado por todos, é especialmente admirado por mim, que o considero um amigo. Mas, como ele, que é fervoroso na defesa de suas opiniões, eu também às vezes sou. Por isso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É que às vezes sai alguma faísca, mas isso não diminui o nosso bem-querer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. E fiz aquela intervenção porque na defesa houve uma contradição de posicionamentos em relação ao Senador Randolfe e eu quero esclarecer.

O texto do Senador Aloysio diz que haverá 24 horas para que o delegado comunique a medida protetiva tomada ao juiz, enquanto que a emenda do Senador Randolfe determina que o delegado dê conhecimento ao juiz de que, em 24 horas, deve determinar uma medida protetiva. Então, há uma diferença, não é a mesma coisa, não está no texto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª e digo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É preciso esclarecer essa questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Essa medida pode ser, inclusive, imediata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É. Depois eu quero esclarecer, como já fez o Senador Valadares, que não há aqui uma discussão entre governo e oposição, entre direita e esquerda. O que há aqui é um posicionamento – no meu caso, inclusive, que sou um pouquinho menos jovem que algumas das companheiras e companheiros aqui – de quem acompanhou essa luta do movimento de mulheres e do movimento feminista – por que não dizer? – desde o seu início, desde o momento em que fomos a Tancredo Neves, em Minas Gerais, para solicitar que ele criasse o Conselho dos Direitos da Mulher.

A legislação de proteção ao direito da mulher foi criada com participação decisiva, não formal, portanto, dos movimentos feministas deste País. Passamos pela Constituição, por outras leis e chegamos à Lei Maria da Penha. Não há, entre nós, o desejo de ter uma lei que não possa ser modificada, mas que seja modificada com cuidado, para que nós possamos, acima de tudo, proteger o texto e fazer com que ele ganhe efetividade, já que há no Brasil uma certa cultura: lei feita, vamos modificá-la permanentemente antes que ela seja realmente aplicada.

Essa lei não foi feita para ser objeto de disputa de poder. Eu conheço o Senador Aloysio e sei que ele é um Senador absolutamente anticorporativista. Sou testemunha do seu compromisso com a sua consciência e contra corporações. Portanto, também me preocupa que a modificação na lei possa significar disputas corporativas entre delegados, Ministério Público ou Judiciário.

Por isso, eu fico com a ideia de que precisamos dar efetividade à lei, fazendo com que os governos possam
nar as medidas para dotar as delegacias das condições de ouvirem a ofendida, fazerem o devido processo
al, tomarem as providências necessárias para a garantia da vida, porque, Presidente, no caso da violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

contra a mulher, a ameaça é sempre cumprida. Aqui não cabe o ditado de que cachorro que ladra não morte; aqui, o cachorro que ladra morde, morde forte e às vezes mata.

Então, eu concordo com a emenda da Senadora Marta no sentido de definir melhor a redação. Acho que poderia ir até mais adiante, para definir que seja imediatamente comunicada; mas ao mesmo tempo, eu temo que isso possa abrir, como disse o Senador Valadares, precedente para que tenhamos novas leis tirando do Judiciário a sua função e transmitindo-a para a autoridade policial. Isso fará com que tenhamos, cada vez mais, um Estado policial e menos justo.

Por isso, eu fico, como minha avó recomendava, com a canja de galinha, com a prudência. E acho que deveríamos tomar todas as medidas para dotar as delegacias de polícia... E acho que o delegado de polícia não é menos qualificado que um juiz. A qualificação se dá para funções diferentes. O delegado de polícia é absolutamente qualificado para cumprir as suas funções, como o juiz é absolutamente qualificado para fazer a sua atribuição, uma é diferente da outra. Por isso, eu me mantenho na posição do Senador... Sigo meu Líder, o Senador Valadares, querendo dizer também mais: a Comissão de Direitos Humanos não é menos importante do que a Comissão de Justiça. A luta dos direitos humanos foi, e é, a referência principal de toda legislação conquistada pelas mulheres e por outras populações vulneráveis em nosso País.

Portanto, eu assim me coloco. Acho que o Senador Aloysio é competentíssimo, especialmente a essas matérias se dedica muito, fez um esforço e teve a sensibilidade de dar mais celeridade ao processo, mas há processos em que a celeridade não pode vir contra a Constituição, não pode vir abrindo mão de prerrogativas constitucionais, o que acho que terminaríamos fazendo neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em primeiro lugar, eu acho que temos de tratar esse tema da forma como o Senador Valadares colocou ao dizer que todos aqui estão de boa-fé. Eu, por exemplo, tive oportunidade já, nas minhas redes sociais, de ver militantes de determinados movimentos dizendo: "Ah, o Senador está apoiando que a violência contra a mulher recrudesça..." Esse tipo de coisa eu não aceito, porque tenho uma militância nessa área, em defesa dos direitos das mulheres, de muito e muito tempo, inclusive de movimento social. Pessoalmente eu não aceito nem acho que seja o melhor caminho.

Acho que todos aqui estão de boa-fé. Isso significa o quê? Todo mundo quer saber como melhorar a lei, como garantir mais proteção à mulher e como aprimorar essa lei, que hoje não é um consenso nacional, porque os agressores de mulheres não concordam com ela, mas toda a população brasileira a apoia, ela é uma referência, apesar de ainda não ter conseguido mudar o que é necessário na cultura machista que existe na nossa sociedade. Mas já avançou bastante. Então, quero dizer que estou nessa discussão de absoluta e total boa-fé. Agora, nós aqui precisamos ter o cuidado para não entrarmos no esquema de disputa política de determinados segmentos que existem dentro do Estado brasileiro.

Todo mundo sabe aqui que eu tenho uma relação, que eu defendo o fortalecimento dos delegados de polícia, mas eu não estou nessa questão para discutir o poder do delegado ou o poder do juiz, estou defendendo esse projeto porque acho que ele é um acréscimo à garantia que as mulheres podem ter. Então, o que temos de discutir aqui é qual o meio pelo qual a gente vai garantir isso de forma concreta.

A Senadora Lídice da Mata disse muito bem: esse é o tipo de situação em que o cão ladra e morde. O cara avisa que vai matar e mata! Avisa que vai bater e bate! E a gente está vendo isso se repetindo, se reproduzindo em vários locais, em várias situações.

Então, lógico que, se esse projeto estivesse nascendo aqui e agora, a gente poderia aperfeiçoá-lo. Por exemplo, o que poderia fazer parte dele seria dizer que, na ausência do juiz, o delegado poderá aplicar tais e tais medidas protetivas. Eu acho que já há uma salvaguarda importante quando diz que a medida terá que ser submetida ao juiz. Então, se o juiz definiu que há uma guarda compartilhada, que pode haver a visita, e o delegado, num determinado dia em que o sujeito foi lá e bateu na mulher, disser que ele não poderia fazer a visita, o juiz pode dizer que o delegado está errado e que o sujeito deveria continuar fazendo a visita e revoga a determinação do delegado. Então, não se tira esse poder de revisar.

Por outro lado, se o projeto pudesse ter a colocação de que, na ausência do juiz, essas medidas podem ser adotadas... Porque não é inconstitucional. Medida protetiva é medida administrativa.

Vou dar um exemplo: Conselho Tutelar. Se uma criança está em casa sofrendo assédio sexual, violência, o Conselho Tutelar pode chegar e dizer: "Tirem essa criança daí". Não há agressão à Constituição não. Por que o delegado não pode fazê-lo?

Se houver, Senador Aloysio, a possibilidade de o aperfeiçoarmos, sem a necessidade de ir para a Comissão de Direitos Humanos... Por que eu estou contra a ida para a Comissão de Direitos Humanos? Há quinze dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

quando iria ser votado esse projeto, disseram: "Vamos fazer uma audiência pública, e a gente vota". Foi feita a audiência pública, mas, hoje, já não querem a votação.

O projeto de V. Exª, Senador Valadares, que trata de audiência de custódia, até hoje está amarrado para ser votado aqui no Senado, porque há uma briga de delegado com juiz, com promotor. Se isso acontecer com este projeto, ele vai entrar no mesmo labirinto e não se vota mais. E algo que poderia agregar positivamente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na verdade, é mais uma briga, Senador, de policial contra delegado, ou delegado contra policial.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas é outro tipo de briga de corporação. Então, na questão da audiência de custódia aconteceu isso e até hoje nós não a votamos. Aliás, desse projeto eu não sei nem mais se precisa, porque o Poder Judiciário está adotando, exatamente como dispõem as regras que estão aqui no substitutivo que foi aprovado, audiência de custódia. Aí...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E que V. Exª relatou muito bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço.

Então, veja, eu faria um apelo ao Senador Aloysio Nunes, se fosse possível, para que reuníssemos aqui os Senadores que querem ter uma discussão um pouco maior, segmentos do movimento que querem discutir o assunto um pouquinho mais, e para que V. Exª, talvez, desse uma semana e trouxesse algo que pudesse ser consenso.

Vai haver um prejuízo? Vai, porque terá de voltar para a Câmara, mas, voltando para lá... Quanto a emenda de redação, concordo com a da Senadora Marta. No entanto, essa alteração que eu estou levantando, de colocar claramente que isso só pode ser feito na ausência do juiz, que pode ser uma maneira de criamos mais salvaguardas em relação a isso...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vai contribuir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...não sei se é de redação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Posso contribuir, Senador, se V. Exª me permitir.

Eu gostei muito da sua avaliação como um todo e quero aqui lembrar que sempre fomos muito parceiros nessas causas. Então, agradou-me muito a sua posição.

Eu tenho uma preocupação. Como não sou da área jurídica, gostaria de saber da prática, como funciona. Eu só estou com essa posição porque, para mim, primeiro, antes de qualquer briga corporativista, que está bem nítida, temos de pensar na mulher. E se for para o encaminhamento da delegada salvar uma vida, eu sou a favor, eu sou a favor da mulher. Agora, tenho receio de que, se for a delegada e não estiver o juiz, não consigamos agilidade, que é o motivo de estarmos discutindo.

Então, se a mulher chega na delegacia toda ensanguentada, ou não ensanguentada, mas ameaçada, a delegada tem que agir. Se ela for procurar o juiz, haverá um tempo que não significa nada de bom. Acho que deveria ser assim: a delegada age, comunica em até 24 horas, o juiz tem que se pronunciar, e o agressor tem que ser afastado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, se o projeto for à votação na forma em que está, naturalmente eu votarei por ele. Agora, se fosse possível ainda conversar um pouco mais e tentar ver se a gente consegue...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas não há... A única discordância é entre mim e você, nesses detalhes. Agora, se alguém que trabalha nisso pudesse...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concluí já.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero aqui, primeiro, na linha da Senadora Lídice, reforçar o que ela colocou, que é a seriedade e a responsabilidade que esse tema exige de todos nós. E, depois, uma constatação: todos nós aqui somos movidos pelo compromisso e, portanto, temos o desejo de que venhamos a contribuir para o combate à violência contra as mulheres. Isso é o que nos une, delegadas, juristas, Parlamentares feministas, não feministas, o que nos une a todos.

Daí porque, Sr. Presidente, eu enfatizo logo que é preciso analisarmos isso com muito cuidado, porque, às vezes, movido pela boa-fé, movido por belas intenções, o Parlamento, ao invés de dar um passo no sentido de avançar, pode dar um passo exatamente em sentido contrário, um passo que possa significar um retrocesso.

Veja bem, aqui já foi dito que essa lei foi fruto de um amplo debate. Na verdade, ela tem uma longa história. As entidades envolvidas na formulação, na elaboração dessa proposição, foram mais de oitenta. E as entidades não eram só as ONGs feministas não, era o movimento de mulheres em geral. Eram Parlamentares feministas, Parlamentares não feministas, juristas, delegadas, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, na época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tendo à frente a Profª Eleonora Menicucci, que participou intensamente. E, ao final, a lei foi aprovada, sancionada, considerada por todos como um paradigma no que diz respeito à questão do combate à violência contra as mulheres. É uma lei reconhecida não só no Brasil, mas internacionalmente. Daí porque, Sr. Presidente, nós entendemos que qualquer alteração na Lei Maria da Penha deve ser precedida de um amplo e intenso debate.

Segundo, a audiência pública que nós fizemos aqui na semana passada, caminho adequado – quando há polêmica, o mais recomendável é aprofundarmos o debate na busca do entendimento –, foi importante. Só que eu particularmente acho que o debate não é suficiente ainda para que nós tomemos uma decisão.

Na audiência da semana passada vimos que, das 14 entidades aqui convidadas, que aqui fizeram uso da palavra, 12 são contrárias à proposta relatada pelo Senador Aloysio – com todo o esforço que ele tem feito, e seguramente sei que ele quer contribuir. Mas o que nós queremos destacar aqui, repito, é que o debate não foi amadurecido suficientemente para que possamos promover a alteração na Lei Maria da Penha.

A lei, inclusive, Sr. Presidente, no seu art. 8º, é clara quando diz, em sua diretriz para a implantação: criar entre os entes federados, Municípios, Estados e União, parcerias com todos os atores envolvidos no enfrentamento à violência contra a mulher, ou seja, Judiciário especializado, Ministério Público, Segurança Pública, Defensoria, serviços de apoio psicossocial e de emprego e renda. Como? Criando, dessa maneira, uma rede de serviços com atribuições definidas para cada ente federado e para os Poderes igualmente envolvidos.

O projeto de lei do Deputado Sergio Vidigal, em debate aqui, é meritório em alguns artigos, como quando se refere à efetividade da Lei Maria da Penha, quando cobra do Estado brasileiro uma estrutura adequada para que a rede de proteção social às mulheres funcione, mas o projeto dele traz polêmica com o artigo 12-B, onde fala das medidas protetivas.

Eu quero aqui adiantar, na linha do que a Senadora Lídice e a Senadora Vanessa aqui colocaram, que eu não concordo com essa proposição, não concordo. A proposição de conferir à autoridade policial a concessão das medidas protetivas, a meu ver, não vem na direção de aperfeiçoar e de melhorar a lei. Eu tenho receio de que essa proposição possa ter efeito exatamente contrário.

Daí porque, Sr. Presidente, acho que podemos, repito, buscar um entendimento, de forma a preservar, Senadora Lídice, aquilo que de mais importante a Lei Maria da Penha tem, que é o combate à violência contra as mulheres, de forma que cada ente federado, cada segmento possa cumprir com eficiência o seu papel, as delegadas, o Poder Executivo também, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a sociedade.

E para que nós, Sr. Presidente, repito, movidos pelo desejo que nós todos temos de preservar a lei, inclusive de qualquer retrocesso... Acho que o caminho mais adequado e sensato é remeter o projeto à Comissão de Direitos Humanos. É bem verdade que a CCJ aqui trata do mérito maior, mas nós não podemos desconhecer o papel que tem a Comissão de Direitos Humanos pelo mérito em si, que é a comissão, como o próprio nome já diz, que trata de direitos humanos, e não existe um direito humano mais sagrado do que combater a violência contra as mulheres.

Na medida em que, repito, para a elaboração, para a formulação da lei, foi realizado um intenso debate, que durou um ano, que durou três anos, que durou bastante tempo, penso que não é adequado promovermos, Sr. Presidente, alteração numa lei que é um marco fundamental no combate à violência sem que esgotemos esse diálogo, sem que esgotemos esse debate.

Vou conceder um aparte ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora Fátima, concordo com V. Exª. Não pode haver açodamento em relação à tramitação dessa matéria no Senado Federal, de vez que ela foi apresentada em 2015. Já houve leis, como a própria Lei Maria da Penha, que passaram anos e anos em frequente e permanente debate para chegarem a sua finalização. A Câmara dos Deputados, para aprovar este projeto de lei, adotou regime de urgência no plenário, e os Relatores falaram no plenário, não nas comissões, significando dizer que não houve debate, significando dizer que não houve discussão, um aprofundamento sobre possíveis desvios desta matéria com relação à defesa da mulher. Por isso, quero me somar à Senadora Fátima e dizer que não há pressa. Volto a repetir: a pressa é inimiga da perfeição. A Câmara dos Deputados não deu um bom exemplo, deveria ter estudado melhor essa matéria, deveria tê-la debatido melhor. Aliás, a Comissão de Justiça está debatendo mais do que a Câmara dos Deputados.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, Sr. Presidente, quero aqui, mais uma vez, reafirmar que devemos ampliar o debate e, aí, volto a dizer, reunindo todos os atores, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Segurança Pública, os movimentos sociais de mulheres em geral e, com certeza, aprofundando esse debate, aprofundando esse diálogo, vamos encontrar a melhor alternativa.

E a meu ver a melhor alternativa, antes de mais nada, Senador José Maranhão, é cobrar efetividade da Lei Maria da Penha, é cobrar do Estado brasileiro a rede de proteção social, cobrar do Estado brasileiro as delegacias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de defesa das mulheres, as casas-abrigo, é fazer com que o projeto da Casa da Mulher Brasileira, lançado pela Presidenta Dilma – duas casas já foram entregues, outras estão em andamento –, seja consolidado, por tudo o que ele simboliza, enquanto instrumento, para fazer valer a Lei Maria da Penha, na medida em que a Casa da Mulher Brasileira reúne todos os serviços e as instâncias voltadas para a defesa das mulheres, inclusive no que diz respeito à questão do combate à violência.

Por fim, cobro também do Congresso Nacional. Precisamos estar atentos aqui ao Congresso Nacional para evitar que o Congresso Nacional, em determinados momentos, ao apresentar proposições legislativas, ao invés de contribuir para a cidadania das mulheres, faça o contrário – por exemplo, projetos de lei de autoria do Deputado Eduardo Cunha, o Estatuto do Nascituro, projetos que vêm na direção de criminalizar a vida das mulheres, porque são projetos que fomentam a violência, projetos, inclusive, que desafiam até a própria legislação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Acho que já está na hora de votarmos, a Comissão está se esvaziando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não pode interromper assim...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A Senadora já estava falando de outras coisas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, tem a ver com o tema. Estou com a palavra, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sim, mas já está numa divagação que está impedindo a votação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, pelo contrário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, há uma Presidência, há uma Presidência aqui, quem tem que organizar o trabalho é a Presidência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a Presidência, e vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência assegura a palavra à Senadora Fátima Bezerra...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É a Presidência, e estou pedindo para considerar que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...mas pede à Senadora Fátima Bezerra para concluir seu discurso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir, Sr. Presidente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O prazo é de dez minutos, mas V. Exª já vai para mais de vinte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. É porque o tema é importante e requer discussão.

Com todo respeito que tenho à Senadora...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acredito muito na inteligência de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, vou concluir.

Participei muito dessa luta, a exemplo das demais Parlamentares aqui. Respeito, inclusive, a Senadora Marta, até por sua trajetória, mas lamento profundamente o equívoco que ela comete hoje, quando ela mesma reconhece que este debate não está amadurecido, quando ela mesma reconheceu aqui...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Art. 14.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quando ela mesma reconheceu aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está com a palavra a Senadora Fátima Bezerra. Agora, peço à Senadora Fátima Bezerra que encerre seu discurso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...que as entidades não foram convidadas para este debate.

Pronto, então concluo, Sr. Presidente, me somando aqui à proposição apresentada pelo Senador Valadares: de que o projeto em debate possa ser também objeto de discussão na Comissão de Direitos Humanos. Aliás, se somando a um requerimento de minha autoria, da Senadora Vanessa, da Senadora Angela Portela e outras, que apresentamos na semana passada, que está no plenário da nossa Casa, com vistas a fazer com que o projeto vá também para a Comissão de Direitos Humanos.

É isso.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, apenas...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, eu fui citada e quero falar. Eu quero elucidar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero só esclarecer, mais uma vez, a mesma questão. Nada impede esse projeto de ir à Comissão de Direitos Humanos. Mesmo depois de aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, não há nenhum impedimento, o projeto pode ir à Comissão de Direitos Humanos.

Agora, a Comissão de Constituição e Justiça é competente para dar o seu parecer. O relatório já foi proferido e, a esta altura do andamento do processo, seria até uma renúncia pouco aceitável da Comissão de Constituição e Justiça mandar o projeto para a Comissão de Direitos Humanos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, *data venia*.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... depois de feito o projeto por um Relator que, como todos já disseram aqui, é uma voz respeitada nesta Comissão. E o fez munido da melhor das intenções, a intenção de chegar a um resultado capaz de conciliar todos os interesses envolvidos com um único artigo emendado da Lei Maria da Penha – é aquele artigo que manda, após a queixa prestada na delegacia, que o delegado de polícia de plantão tome uma medida protetiva *ad referendum* do juiz da comarca.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, lamento interromper V. Exª, mas gostaria de esclarecer também...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, acho que estamos aqui fazendo tempestade num copo d'água. Paciência!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, V. Exª tem que entender que há um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Comissão de Constituição e Justiça não encerra a tramitação do projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, há um requerimento baseado no Regimento, e V. Exª foi um dos primeiros a afirmar que, em qualquer fase da discussão, a matéria pode ser enviada para qualquer comissão. É justamente isso que pedimos, antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas isso deve ser objeto de deliberação do Plenário da Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Exatamente, mas, V. Exª já está antecipando...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não posso, de ofício, fazer isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu fiz o requerimento não foi a V. Exª, fiz o requerimento à autoridade competente para direcionar ao Plenário. Essa votação não pode ser procedida antes da votação preliminar do requerimento, porque, do contrário, o requerimento fica sem utilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero dizer a V. Exª que esta Comissão já fez audiência pública...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sim, Presidente, eu reconheço, estou falando é de um requerimento que está aí na pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...fora do prazo estabelecido no Regimento, para encontrar uma saída.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não estou falando da audiência, estou falando do requerimento que está na pauta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, vamos votar o requerimento do Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Em primeiro lugar, preliminarmente, é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Comissão não está ainda em processo de votação.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em primeiro lugar o requerimento, antes do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Temos que respeitar a inscrição dos oradores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, vou fazer uma fala muito rápida aqui. Na verdade, vim aqui para discutir outros pontos da pauta, não tinha estudado com profundidade esse item 2, mas, observando o debate, queria fazer um apelo ao Senador Aloysio Nunes aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sou todo ouvidos, meu caríssimo amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O apelo é para tentar construir o consenso, não votar de afogadilho. Por quê? Sr. Presidente, neste último período, houve o renascimento do movimento feminista brasileiro, em especial de uma juventude de 18, 19, 20 anos, que tem ocupado as ruas do país em manifestações pelos seus direitos.

Há uma questão aqui que... Vendo de longe o debate... Estou falando como alguém que não está por dentro, participando ativamente, porque a gente aqui, nenhum Senador, consegue entrar em todos os debates possíveis. Vendo de fora, me preocupou muito a possibilidade de esta Comissão, com uma maioria de Senadores homens, derrotar uma maioria de Senadoras mulheres. Essa questão é fundamental.

Senador Aloysio, V. Exª fez parte dos movimentos de contestação à ditadura militar. Hoje, no movimento de mulheres, sabe qual é a palavra central? Protagonismo feminino.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com licença, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso falar? Depois a senhora fala.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pode sim, mas me sinto muito desrespeitada nisso. Tenho uma história no feminismo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não foi meu interesse, não foi meu intuito...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...sou referência nacional e estou me posicionando. Então, essa história de pôr homem contra mulher aqui nesta Comissão...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Marta, não foi meu intuito, estou querendo dizer que há uma maioria...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não foi, mas colocou homem contra mulher, e aqui...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Marta, aqui há uma maioria de Senadoras mulheres contra essa proposta. São quatro Senadoras que vejo aqui, Senadora Vanessa, Senadora Lídice, Senadora Angela Portela e Senadora Fátima, é uma maioria. Essa questão do protagonismo feminino não é pouca coisa, é questão central na luta das mulheres hoje no País, eu diria que é a questão nº 1.

Em tese, a culpa não é nem do Senador Aloysio, que foi designado Relator, mas o melhor seria...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, mas eu sou feminista...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...que o próprio Relator, neste caso, fosse uma Senadora, uma mulher.

Então quero chamar atenção para isso, sem entrar no mérito da discussão – isso não é pouca coisa na minha avaliação –, para tentar, Senador Aloysio, sensibilizar o senhor para sentar, tentar ganhar um tempo, para que se consiga chegar a um acordo em relação a esse tema.

É essa a minha intervenção aqui, Presidente: faço um apelo pela unidade, acho que não é bom derrotar essa maioria de Senadoras, mulheres, nesta Comissão, nem oitenta e tantas entidades do movimento feminista. Acho que é possível, sim, tentar construir um acordo, e é esse apelo que faço a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Posso responder ao apelo? (*Palmas.*)

Posso responder ao apelo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes, para responder ao apelo formulado ardorosamente pelo Senador Lindbergh Farias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, meu caro Senador Lindbergh, essa proposição está aqui na Comissão de Constituição e Justiça já, se não me engano, há seis semanas. E ela está aqui por honra ao mérito, especialmente porque o Presidente da nossa Comissão, Senador José Maranhão, usou da sua autoridade política para exigir que esta matéria viesse à Comissão de Justiça e não fosse submetida diretamente ao Plenário, como era, aliás, requerimento de todos os Líderes, com exceção, talvez, dos Líderes do PT. Portanto, já está aqui há um bom tempo.

Várias vezes essa matéria esteve na Ordem do Dia, e meu parecer foi apresentado rapidamente porque tenho convicção nessa matéria, Senador Lindbergh. Não sou novato nesse assunto, acompanhei o surgimento do movimento, digamos, neofeminista no Brasil nos anos 70, que se confundiu com a luta contra a ditadura. Tive uma professora nessa matéria, que foi a minha imorredoura amiga Zuleika Alambert – que já recebeu, inclusive, o Prêmio Bertha Lutz –, que era, como eu, membro do Partido Comunista, que era um Partido ainda muito obcecado pela ideia de que a luta de classes poderia condicionar a luta das mulheres, seria algo que subordinaria a luta das mulheres – a Senadora Marta se lembra disso. E foi Zuleika que mobilizou todo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

conjunto de jovens militantes para a especificidade da luta das mulheres, que não se confunde com a luta de classes, mas que, muitas vezes, tem convergência com a luta de classes. Isso acontece, por exemplo, em questões como o aborto, o controle da mulher sobre a sua sexualidade, que não é uma questão de classe, embora as mulheres pobres sofram a contingência, muitas vezes inelutável e dramática, de submeterem-se a clínicas de aborto clandestinas.

Enfim, tenho convicção nesta matéria, convicção que se aprofundou ao longo da minha vida política. Acompanhei a criação das primeiras delegacias de defesa da mulher, ainda no Governo Montoro, em São Paulo, iniciativa pioneira, e a criação de uma Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, no Governo Fernando Henrique. E, durante a minha campanha para o Senado, esse tema foi muito debatido – a Senadora Marta se lembra disso. Participei de muitas reuniões de coletivos de mulheres. Participei de uma reunião que foi decisiva para que eu relatasse o projeto da forma como relatei, na cidade de Marília.

Houve lá uma reunião, promovida por uma delegada de polícia, Rossana Camacho, que promoveu o encontro de mulheres comigo para debater questões ligadas à defesa dos direitos da mulher, e me levou a conhecer, inclusive, uma casa, um abrigo – não sei que nome isso tem –, uma casa de acolhimento de mulheres. Eram mulheres que, muitas vezes, haviam sido privadas de sua residência, do lugar onde moravam, em benefício do agressor: o agressor fica na casa, e a mulher vai para um lugar escondido, um lugar que ninguém sabe onde é, protegido pelo sigilo.

Essa Delegada Rossana Camacho foi quem me sugeriu, pela primeira vez, essa proposta de conferir aos delegados de Polícia – e quanto mais delegadas, melhor; quanto mais delegacias de defesa da mulher, melhor – essa competência de tomar imediatamente algumas das medidas protetivas previstas na lei.

Naquele momento, eu, conversando com a Consultoria do Senado, me deixei convencer pelos argumentos que muitos dos meus colegas esgrimiram aqui, da reserva de jurisdição, mas evoluí, inclusive em debate com o Senador Humberto Costa. De modo que, hoje, considero que o delegado tem sim, pode ter sim essa competência, porque não há ofensa à Constituição conferir a ele essa prerrogativa, dada em benefício da vítima. Por isso é que me convenci. Não tenho antagonismo em relação às mulheres da nossa Comissão, pelo contrário. Agora, eu tenho o meu ponto de vista, o ponto de vista de um velho Senador feminista. Sou feminista, meu caro Lindbergh, em temas absolutamente sensíveis para o movimento feminista do País. Não tenho nenhum tipo de receio em abordar as questões mais espinhosas.

Enfim, me considero perfeitamente instruído. Se o Plenário do Senado entender que esse projeto deva ir à Comissão de Direitos Humanos, irá, como disse o nosso Presidente. Agora, é sempre tempo, ainda que vá direto ao Plenário, para que possam existir emendas de Plenário. E estou pronto para conversar com qualquer um dos meus colegas, homens ou mulheres – somos eles por elas –, para, eventualmente, até o final da discussão no plenário, discutirmos a eventualidade da apresentação de emendas que, nesse caso, voltarão a ser examinadas pela nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Era o que tinha a dizer em resposta ao apelo do meu prezadíssimo amigo Lindbergh Farias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estou pronto, Sr. Presidente, para dar parecer sobre as emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, ainda que não queira me tornar repetitivo, repito: há um requerimento sobre a mesa que pede a audiência da Comissão de Direitos Humanos em caráter de diligência, como está previsto no art. 279 do nosso Regimento Interno, no inciso V – em qualquer situação, inclusive na discussão, esse requerimento pode ser votado e a matéria ser enviada à Comissão a que estou me referindo, a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quem sabe, com isso, poderíamos abreviar a ouvida da Comissão de Direitos Humanos, porque ela mandará de volta o processo à Comissão de Constituição e Justiça, e estaremos ultrapassando etapas e abreviando a solução dessa questão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, a título de contribuir...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – No plenário pode-
fazer uma sessão temática, que serve com uma sessão pública e participam os 81 Senadores, quem quiser.
ma forma de darmos celeridade, Sr. Presidente, à tramitação desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu ainda não retirei o requerimento, apesar da proposta exequível do nosso Senador. Considero que ele tem antecedência à votação da matéria principal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra aos oradores que queiram se pronunciar a respeito do requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, sou contrário. Acho que nada impede que a matéria vá para a Comissão de Direitos Humanos, mas penso que essa prerrogativa desta Comissão, que V. Exª tão bem defendeu em nosso nome, pode ser exercida votando agora e, depois, o Plenário decidirá se vai para a Comissão de Direitos Humanos ou não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É inusitado que, em relação a uma matéria como esta, em que a Comissão de Direitos Humanos tem prioridade sobre o mérito nela envolvido, a Comissão de Justiça ainda avente a hipótese de o Plenário decidir se vai ou não para a Comissão de Direitos Humanos. Temos que obedecer ao Regimento, e V. Exª o faz bem quando já coloca em discussão o requerimento para que esta Comissão se manifeste democraticamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A Lei Maria da Penha não passou pela Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Queria só dar uma informação ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Essa prioridade a que V. Exª se refere não é contemplada no Regimento. A prioridade que é contemplada no Regimento é a audiência na Comissão de Constituição e Justiça. Tanto é assim que, no dia 31/3/2016, o Presidente do Senado, em despacho que está aqui no processo – se V. Exª quiser vê-lo, poderá acessar –, assim se manifesta: "À Comissão de Constituição e Justiça." E esse despacho está calcado na lei e no Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem, art. 403.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, mas isso não impede que o requerimento que nós apresentamos, conjuntamente com outros Senadores, seja apreciado, uma vez que é dever do comando desta Comissão colocar o requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas não estou impedindo, tanto assim que até agora estamos discutindo o seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem, art. 403.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas eu não estava questionando o despacho do Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas o despacho do Presidente do Senado é fundamental. O projeto está nesta Comissão em virtude de um despacho do Presidente do Senado, que agiu no campo da sua competência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas não interfere no requerimento que eu apresentei. É importante, mas não impede que o nosso requerimento seja apreciado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem, art. 403.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª já colocou, isso é prerrogativa do Presidente da Casa. Vamos colocar em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem, art. 403.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª, Presidente, e, com a devida vênia, com a devida permissão de V. Exª, quero dizer o seguinte. Parece-me que o requerimento do Senador Valadares, subscrito por mim também e por outros Senadores, propõe, na verdade, o seguinte, o art. 279 do Regimento Interno, que fala de adiamento da discussão. Na verdade, o que o Senador Valadares está propondo é que nós não deliberemos aqui, aguardemos no dia de hoje a deliberação por parte do Plenário do Senado e o despacho por parte do Presidente do Senado para que esta matéria, como é prerrogativa do Plenário, siga para a Comissão de Direitos Humanos e, em seguida, ocorra a deliberação por parte desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O fundamento regimental deste encaminhamento que apresento a V. Exª é o art. 279 do Regimento Interno; em seguida, inciso III, combinado com o §4º do inciso III do Regimento Interno, que fala desta possibilidade que existe no Regimento: de adiamento da discussão à luz da necessidade de apreciação do requerimento a posterior pelo Plenário do Senado.

É esta a questão de ordem que ofereço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Randolfe Rodrigues, a formulação que V. Exª acaba de fazer, na verdade, é diferente do requerimento do Senador Valadares. O Senador Valadares está pedindo a audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito da matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está pedindo a suspensão da discussão, é outro assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, na verdade estou pedindo o adiamento para ...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós temos aí um conflito entre o que V. Exª requer e o que está requerendo o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, a expressão "adiamento" está no meu requerimento, no nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O seu requerimento está aqui em minhas mãos: para audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, adiamento para isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, o adiamento não é da discussão. V. Exª sabe que já existe um parecer, o processo já está praticamente concluso com um parecer do Senador Aloísio Nunes sobre a matéria.

Nós vamos interromper...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A votação, não é a discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, eu apresentei antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, a discussão já acabou.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu apresentei o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Todos os oradores inscritos já falaram, inclusive V. Exª, que falou à saciedade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, aqui está. Desculpe.

Presidente, pela ordem, questão de ordem.

Subseção V, do Adiamento da Discussão, art. 279: "A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência [que não é este caso] e o disposto no art. 349, poderá ser adiada mediante deliberação do Plenário e a requerimento de qualquer Senador ou comissão para os seguintes fins...".

São cinco fins. Eu apenas manifestei interesse no quinto item: diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento.

E aqui está, no §4º, a seguinte norma: "O requerimento será apresentado e votado ao se anunciar a matéria." – sendo que, no item 5, é em qualquer fase da discussão.

É em qualquer fase, e eu apresentei antes do período da votação, significando dizer que o requerimento é regimental. Gostaria que V. Exª obedecesse... Mesmo que a gente perca o requerimento ou que a gente ganhe, o que interessa é que o Regimento será cumprido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não sei quem vai ganhar ou quem vai perder, eu só vou saber depois da votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, mas é isso que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então eu vou, mais uma vez, transigir, porque este projeto já havia passado da fase de audiência pública. Na ânsia de encontrar uma solução conciliatória...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não está em regime urgência, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... eu abri o prazo para a audiência pública.

Realizamos a audiência pública, inclusive com outra transigência: o requerimento havia sido aprovado e, depois de aprovado, nós incluímos, parece-me, quatro outras entidades para falar sobre a matéria. Então, nesta Comissão nós temos tido o máximo de tolerância.

Eu só não entendo por que – essa é a minha questão, evidentemente que essa não vai ser a minha decisão – alguns insistem na ideia de que se interrompa a votação aqui para ouvir a Comissão de Direitos Humanos, já que nada poderá inibir a audiência da Comissão de Direitos Humanos. Se é a Comissão de Direitos Humanos que vai pautar, que vai determinar a votação deste projeto, não vejo por que querer inverter a ordem de votação.

Agora, eu vou colocar em votação o requerimento de V. Exª, e o Plenário desta Comissão vai decidir se quer interromper – não é mais a votação do projeto – a votação do parecer do Senador Aloysio Nunes para darmos precedência à Comissão de Direitos Humanos.

Então, está em votação.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Só para entender, desculpe-me. Pela ordem.

Em relação a esse requerimento: cabe encaminhamento ou alguma coisa a respeito?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já foi feito, não vamos alongar mais.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não, é que eu estava na Comissão do Impeachment, por isso que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já perdemos muito tempo.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em nome da economia processual, vamos votar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Tudo bem, vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que tem o seguinte teor.

ITEM 49
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016, para audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito da matéria.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

A admissão deste requerimento interrompe o processo de votação do parecer do Relator Aloysio Nunes.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi rejeitado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Verificação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Verificação. Verificação. Verificação. Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Precisa de apoiamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Apoio da Senadora Fátima, Senador Valadares e Senadora Lídice.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É evidente o resultado!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Verificação de votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É evidente o resultado da votação simbólica. Não sei por que isso, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço ao funcionário encarregado que prepare o painel para votação. (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem, seria possível, por economia processual, considerar que essa votação, que será nominal, já seja uma votação sobre o parecer?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não. Na realidade, a gente vai quebrar o rito processual.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Depois tem o interstício de uma hora, Presidente. Então, vamos dar celeridade e uma hora depois não tem votação nominal mais, vamos rapidante, Presidente, vamos aproveitar o interstício de uma hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu não tenho pressa neste momento. Só em votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Srs. Senadores poderão votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Falta abrir o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço à assessoria que abra o painel para votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Votamos então "não" ao requerimento. Aqueles que levantaram a mão votam "não" ao requerimento?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só para esclarecer, aqueles que levantaram a mão rejeitam, é "não" ao requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Falta abrir o painel, Sr. Presidente. O Painel não está aberto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Faça nominal aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode ser.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por favor, faça nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, o painel é mais rápido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas não está funcionando, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, é mais rápido nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está havendo um defeito no sistema eletrônico. Vou chamar os Srs. Senadores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vamos pegar a sugestão do Senador de fazer a votação nominal aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Fátima Bezerra, "sim" ou "não"?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A favor do requerimento: "sim", Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A favor do requerimento: "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já disse. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela celeridade do ıcesso, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Lindbergh Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Seguindo as Senadoras Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Fátima Bezerra e Angela Portela, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – "Não", Sr. Presidente, "não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – (*Fora do microfone.*) digo "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Lídice da Mata.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Tem que ver se é titular ou se é suplente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª votou?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Falta alguém?

Encerrada a votação.

Vou anunciar o resultado: 15 NÃO, 6 SIM. (*Palmas.*)

Rejeitado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Relator para dar o seu parecer sobre as emendas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a Emenda nº 1, pelo que foi informado, foi retirada pelo autor, Senador Randolfe Rodrigues; as Emendas 2 e 5 propõem substituir o termo "vítima" por "mulher em situação de violência doméstica". Eu fico com o texto da Lei Maria da Penha que, em diversas passagens, se refere ao termo "ofendida"; a Emenda nº 3, também do ilustre Senador Randolfe, pretende suprimir o art. 12-B, que é exatamente o artigo nuclear desse projeto; a Emenda nº 4, por sua vez, propõe que Estados, Municípios e Distrito Federal devam garantir em seus orçamentos destinação de recursos para delegacias de defesa da mulher. Nós não podemos impor uma obrigação legal aos Estados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É invasão de competência, mas, evidentemente, o movimento de mulheres no Brasil está cada vez mais ativo e reivindicando essa providência.

A Emenda nº 6, da Senadora Vanessa Grazziotin, propõe um novo substitutivo e, tal qual a Emenda nº 3, subverte o núcleo essencial do projeto. Portanto, sou contrário.

E a Emenda nº 7 volta a tratar da questão cronológica do problema. Não é um problema de prazo, não estamos tratando do problema de prazo, mas do problema de estrutura do Estado brasileiro, que não pode ser alterada simplesmente em razão de determinação de prazo. Portanto, sou pela sua rejeição também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Nobre Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Para uma questão de ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – De acordo com o nosso Regimento, como foi apresentado um novo parecer, substituindo o anterior...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O parecer é o mesmo. Foi apresentado apenas às emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sim, mas ele deu parecer sobre as emendas. Ele deu parecer sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não é novo parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está equivocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu quero saber se a pressão da torcida funciona aqui. Não funciona. Por favor, respeitem a Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas o Presidente não tem, aqui, sensibilidade para torcida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não estou dizendo que tenha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, vamos votar o parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu ainda...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Questão de ordem. Presidente, eu falei "questão de ordem".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas V. Exª não... Formule.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu não... O senhor não me deixou falar.

A questão de ordem é a seguinte:

> Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.
>
> §1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez [já foi, mas tem um quê] e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º.
>
> §2º Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida:
>
> I - por meia hora, no caso do art. 336, I;
>
> II - por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, II e III.
>
> §3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.
>
> §4º Os prazos a que se referem os §§ 1º a 3º correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.

Então, eu gostaria que V. Exª me dissesse, para me convencer, se esse é um novo parecer ou se é o mesmo parecer com alguns acréscimos. O que o parecer conclui? Como conclui o parecer? Se concluir de forma diversa da que foi anteriormente publicada, é um novo parecer. Afinal, no parecer do procurador, o voto é diferente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, para contraditar o autor da questão de ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o meu voto é conhecido há cerca de cinco semanas. Cinco semanas. Esse voto contém uma opinião, que poderá vir a se transformar num parecer da Comissão. Há cinco semanas. Eu apenas rejeitei as emendas – isso é rotineiro – que foram apresentadas durante a discussão na Comissão, e se mantém a integralidade do voto. De modo que não há que se falar, no meu entender, em pedido de vista.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, como houve uma emenda aceita... A emenda, por exemplo, da Senadora Marta Suplicy é de redação, mas ela tem o mesmo valor, na redação final do parecer, de uma emenda de mérito.

Então, eu gostaria que V. Exª me concedesse vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, não há vista para emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quem diz não é V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pedido de vista de emenda... Desculpe-me, mas isso não existe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Jucá, V. Exª entende como eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria esclarecer ao Senador Valadares que o parecer...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Presidente é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O parecer já foi lido. O que nós aprovamos aqui foram as emendas ao parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sim, mas teve que ver um novo parecer para as emendas. Se não, elas não existiriam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Regimentalmente, V. Exª pode requerer um destaque àquela emenda, mas nós temos que votar neste momento o texto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, estamos falando do parecer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Regimentalmente, V. Exª tem o direito...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu não estou falando que sou contra ou a favor dessa ou daquela emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... de requerer o destaque de uma emenda. Agora, o texto principal...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O que eu estou falando é que houve um novo parecer, e o Regimento me dá o direito.

Pedido de vista.

Se não me der, é isto mesmo: manda quem pode, obedece quem tem juízo, e quem não tem mesa come no chão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório já está aprovado. Não há mais o que discutir. O que falta decidir é sobre as emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª tem que me negar a questão de ordem. Eu fiz uma questão de ordem, que V. Exª tem que decidir, antes de votar o parecer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª me permitir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ..., que implica... Se V. Exª, por exemplo, aceitar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª me permitir falar, eu vou decidir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas, se V. Exª permitir que eu pare de falar, eu paro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, V. Exª não para. V. Exª está interrompendo a decisão da Presidência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu estou interrompendo no meu direito de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas quando V. Exª vai parar?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quando V. Exª der um parecer sobre a questão de ordem. V. Exª não deu ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, agora posso ficar tranquilo, porque V. Exª vai me deixar decidir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, é um prazer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se não quiser, eu espero mais. Espero mais uma hora, duas horas...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É um prazer ouvir V. Exª. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou aqui para trabalhar mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª é o Presidente, é quem comanda o processo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero só a capacidade física de poder falar. Se V. Exª me permitir, eu vou tomar a decisão.

Não há novo parecer. V. Exª levantou uma questão de ordem admitindo que havia novo parecer. O parecer é unicamente sobre as emendas.

Então, esta Presidência decide prosseguir na reunião e submeter à votação o parecer com as emendas.

(Manifestação da plateia.)

Em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado o parecer.

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 8-CCJ, e contrário às Emendas de nºs 2 a 7.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente... Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É que V. Exª encaminhou tão rapidamente que não foi possível contabilizar o voto. Então, eu queria que V. Exª contabilizasse a minha abstenção na matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ave-Maria!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª me ouviu? Só ressaltar: V. Exª encaminhou tão rapidamente que não foi possível contabilizar o voto. Então, queria que V. Exª registrasse a minha abstenção em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Registrada na ata a abstenção do Senador Randolfe Rodrigues sobre a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Exª a forma como conduziu esta reunião colocando em votação todos os pleitos dos Senadores, inclusive os meus. Então, eu não me considerei, de forma nenhuma, desprotegido do Regimento com a Presidência de V. Exª e quero elogiar. Em nenhum momento, eu quis impedir a sua fala. Pelo contrário, eu quis garantir a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu louvo as convicções de V. Exª e, sobretudo, a sua manifestação, que revela o seu espírito democrático que sempre foi confirmado em todas as suas atuações aqui, nesta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, estou aqui já há mais ou menos umas quatro horas e estou falando pela primeira vez.

Eu queria pedir extrapauta para o PLC nº 36, que trata da questão dos procuradores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vamos colocar em votação hoje o PL 32, de 2016, item 11, porque dele foi pedido vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendendo a V. Exª e ao Senador Valdir Raupp, vamos ao 36.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Peço a votação para o PLC 8, a que foi dado vista na semana passada – extrapauta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, também gostaria de pedir, extrapauta, o PLC 38.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, o meu está na pauta. Depois do pedido do Senador Walter, eu gostaria que nós colocássemos o 32, item 11, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, para um esclarecimento de V. Exª.

Há visivelmente ausência de quórum nesta Comissão para que nós possamos deliberar sobre matérias bastante complexas que constam da pauta. Então, queria solicitar a V. Exª a seguinte informação: nós prosseguiremos na pauta a partir de que item? Porque já há requerimentos submetendo a inversão de pauta.

Eu queria uma orientação de V. Exª, até pelo esvaziamento da Comissão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O meu é não terminativo, Sr. Presidente, o quórum é suficiente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, complementando o Senador Ricardo Ferraço que acho que fez uma...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Respondendo ao Senador Ferraço, nós vamos atender as solicitações de inversão de pauta, mas apenas para os projetos não terminativos e estritamente resumidos à leitura do parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E os demais projetos?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O 36... e quais foram os outros que anotaram aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – O 8.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O 38.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não, o 8.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O 11, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O 8, do Raupp.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – E o 11 do Projeto 32.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Qual é a inversão de pauta que está sendo proposta? Item 36...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O seu, qual é o número?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O meu é o nº 11, Sr. Presidente, está em pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – PLC 36, 38...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O 32...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há algum outro requerimento?

E o 32.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O 32, Senador, já foi lido.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O item 11.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós vamos nos limitar à leitura do nº 8.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Ele já foi lido, Sr. Presidente. Foi pedido vista coletiva inclusive. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O seu já foi lido, então seria deliberação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Mas ele é não terminativo, Sr. Presidente. Nós temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós não podemos tomar nenhuma deliberação depois do que requereu o Senador Ferraço, que é a verificação de quórum.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Mas, Sr. Presidente, ele não é terminativo aqui, o quórum é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas precisa haver quórum e não tem há.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Mas há quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Presencialmente tem dois, quatro, seis, sete, oito Senadores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Conte dois aí na Mesa: três, quatro, cinco, seis, sete, oito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só se marcar enfestado, como dizem os jogadores de sinuca, porque aqui já estava contado. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, então o senhor só vai tratar desses pontos que o senhor anunciou agora, com a leitura de relatório?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Exatamente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Os outros pontos de pauta ficarão sobrestados. É isso, Sr. Presidente?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, então a reunião vai cair, a reunião vai cair! Ou considera o painel ou a reunião vai cair.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos deixar o Presidente falar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Automaticamente permanece na pauta da próxima reunião.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Item 36.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 36, de 2016, da Presidência da República, que altera a remuneração de servidores públicos.

A proposição possui 44 artigos. O primeiro trata das carreiras de gestão governamental e tem por objetivo alterar o Anexo IV da Lei 11.890, de 24 de dezembro de 2008, que passa a vigorar na forma do Anexo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

I do PLC. O mencionado anexo define os subsídios das seguintes carreiras: a) Auditor Federal de Finanças e Controle, antigo Analista de Finanças e Controle, cuja denominação é alterada pelo art. 6º do PLC; b) Analista de Planejamento e Orçamento; c) Analista de Comércio Exterior; d) Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; e) Técnico Federal de Finanças e Controle, antigo Técnico de Finanças e Controle, cuja denominação é alterada pelo art. 6º do PLC; e Técnico de Planejamento e Orçamento.

O art. 2º, por sua vez, trata de carreiras e cargos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O art. 3º trata do cargo de Técnico de Planejamento, P1501 do Grupo P1500.

Já o art. 4º do PLC trata do Adicional por Plantão Hospitalar e da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos.

O art. 5º trata dos cargos de médico.

O art. 8º trata de carreiras e cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE).

O art. 9º trata de carreiras de Agente Federal de Execução Penal e Especialista Federal em Assistência e Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.

O art. 14 trata das carreiras e cargos de superintendência de seguros privados.

O art. 16 trata das carreiras e cargos da Comissão de Valores Mobiliários.

O art. 18 trata dos cargos do Departamento de Polícia Federal.

O art. 19 trata da proposição trata da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil.

O art. 21 trata das carreiras e cargos da Superintendência de Previdência Complementar.

O art. 27 do PLC trata das carreiras jurídicas, que abrangem os ocupantes dos cargos:

a) de Advogado da União;

b) de Procurador da Fazenda Nacional;

c) de Procurador Federal;

d) de Procurador do Banco Central do Brasil; e

e) dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

O PLC nº 36, de 2016, também promove alterações em diversas carreiras. A Carreira de Finanças e Controle é objeto dos arts. 6º e 7º. As carreiras de Agente Federal de Execução Penal, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal são tratadas nos arts. 10 a 13. As carreiras e cargos da Superintendência de Seguros Privados são objeto do art. 15. As carreiras e cargos da Comissão de Valores Mobiliários são tratadas no art. 17. A carreira de Especialista do Banco Central do Brasil é objeto do art. 20. Por fim, as carreiras jurídicas são tratadas nos arts. 37 e 38.

A proposição trata ainda da incorporação de gratificações de desempenho aos proventos de aposentadoria e pensão e dos honorários advocatícios de sucumbência devidos aos ocupantes de cargos das carreiras jurídicas. Quanto a este último tema, registramos que a Câmara dos Deputados incluiu os aposentados dentre os beneficiários dos honorários advocatícios.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a matéria vem ao exame desta Casa, onde recebeu, até o momento, nove emendas.

As Emendas nºs 1 e 7, de autoria dos Senadores José Pimentel e Ricardo Ferraço, respectivamente, visam a alterar a redação conferida pelo PLC ao §1º do art. 11-A da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, com o objetivo de suprimir a necessidade de graduação em nível superior para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle. Segundo os autores, tal medida, apesar de atender ao interesse de valorização da carreira por parte dos atuais servidores, tem sentido antissocial e não coaduna com atribuições exercidas.

A Emenda nº 2, do Senador Paulo Paim, que tinha por objetivo alterar o art. 31 do PLC, que trata dos honorários advocatícios de sucumbência, foi retirada por seu autor, mediante requerimento de 17 de junho de 2016.

A Emenda nº 3, do Senador Waldemir Moka, também visa a alterar a redação conferida pelo PLC ao §1º do art. 11-A da Lei no 9.625, de 1998, com o objetivo de exigir, para o ingresso nos cargos da Carreira de Finanças e Controle, diploma de graduação em nível superior em áreas específicas.

As Emendas nºs 4, 5 e 6, da Senadora Ângela Portela e dos Senadores Davi Alcolumbre e João Capiberibe, respectivamente, pretendem assegurar o enquadramento nos cargos de Analista de Planejamento e Orçamento e de Técnico de Planejamento e Orçamento aos servidores oriundos dos extintos Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá.

A Emenda nº 8, do Senador Ricardo Ferraço, tem por fim alterar a redação conferida pelo PLC ao art. 6º da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, com o objetivo de suprimir a necessidade de graduação em nível superior para ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil. Segundo o autor, além de as atribuições do cargo não exigirem nível superior, poderia haver uma avalanche de pleitos de todos os setores em que há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cargos de nível médio vinculados ao exercício de atividades de apoio, como no caso da CVM, da Susep, das Agências Reguladoras, e inclusive dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, com efeitos imprevisíveis sobre o custeio desses órgãos.

Por fim, a Emenda nº 9, do Senador Ricardo Ferraço, suprime os dispositivos que tratam dos honorários advocatícios de sucumbência dos advogados públicos.

Após a apreciação desta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLC, além de apreciar seu mérito (Regimento Interno do Senado Federal).

A proposição não padece de inconstitucionalidade, tendo em vista que versa sobre matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária (Constituição Federal, art. 37, X), de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, II, da Constituição Federal). Também não há óbices quanto à juridicidade e à regimentalidade.

Quanto ao mérito, concordamos com os argumentos lançados na exposição de motivos.

Quanto à técnica legislativa, verificamos que durante a tramitação na Câmara dos Deputados, foram incluídas duas tabelas no art. 31 da proposição, com o objetivo de disciplinar os honorários advocatícios devidos aos advogados públicos ativos e aos aposentados. A inclusão de tabelas no corpo de atos normativos, contudo, não coaduna com os princípios da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Dessa forma, apresentamos emenda de redação com o intuito de suprimir essas tabelas e transformá-las em texto.

Entendemos, ainda, que o disposto no inciso III do art. 22-A, do art. 7º do PLC nº 36, de 2016, precisa ser aperfeiçoado para tornar mais evidente o caráter de auxílio e de apoio dos Técnicos Federais de Finanças e Controle.

Portanto, apresentamos emenda de redação com a finalidade de deixar a redação mais clara.

Com relação às Emendas nºs 1, 3, 7 e 8, que pretendem alterar os requisitos de ingresso nas carreiras de Finanças e Controle e de Especialista do Banco Central do Brasil, consideramos que, apesar dos nobres propósitos de seus autores, deve-se manter a exigência de nível superior para o ingresso nos cargos de Técnico Federal de Finanças e Controle e Técnico do Banco Central do Brasil. Trata-se de adequar os requisitos de ingresso à complexidade das atividades exercidas pelos ocupantes desse cargo, a exemplo do que ocorreu com o cargo de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil. Não se vislumbra, ainda, a necessidade de exigência de diploma específico para ingresso no cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle, o que resultaria apenas da restrição da concorrência dos respectivos processos seletivos.

As Emendas nºs 4, 5 e 6, não obstante seus méritos, também não podem ser acolhidas, pois resultariam no aumento de despesas do Poder Executivo, o que não pode ocorrer mediante emenda parlamentar, de acordo com o art. 63, I, da Constituição Federal.

A vedação ao aumento de despesas em projetos de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, desde que não se refira a matéria orçamentária, é pacífica no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

A Emenda nº 9 acertadamente alega que os servidores das carreiras jurídicas da União recebem por meio de uma parcela única, denominada subsídio. No entanto, o novo Código de Processo Civil estabeleceu, no §19 do art. 85, que "os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei." Dessa forma, entendemos que a emenda não merece prosperar.

Finalmente, embora se trate de matéria de competência da CAE, ressalto que, no tocante à adequação financeira e orçamentária da matéria, a proposição condiciona a produção de seus efeitos à data de publicação da lei decorrente de sua aprovação, em observância ao art. 98, § 2º, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, que determina que as leis que impliquem aumento de gastos com pessoal não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor.

Voto

Ante todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, somos pela rejeição das Emendas de nº 1 a 9 e pela aprovação do PLC nº 36, de 2016, com as seguintes emendas:

Emenda nº, da CCJ, de Redação

Dê-se ao art. 31 do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 31

I - para os ativos, 50% de uma cota parte após o primeiro ano de efetivo exercício crescente, na proporção de 25 pontos percentuais após completar cada um dos dois anos seguintes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

II - para os inativos, 100% de uma cota parte a partir do primeiro ano de aposentadoria, decrescente na proporção de 7 pontos percentuais após cada um dos nove anos seguintes;

Emenda nº - CCJ, de Redação

Dê-se ao inciso III do art. 22-A, constante do art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 22-A. .....

.....

III – auxiliar a execução de atividades de auditoria, de fiscalização de correição, de ouvidoria, de transparência pública, de administração financeira, orçamentária, patrimonial, contábil, e de elaboração da programação financeira;

....."

Esse é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista coletiva a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista coletiva, a pedido do Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) –

ITEM 48
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas de Redação nºs 4 e 5, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, e 6 a 11.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o seu relatório.

Senador José Maranhão, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 35, de 2016 (nº 4.252, de 2015, na origem), da Presidente da República, que altera a remuneração de servidores públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, e dá outras providências.

Já foi distribuído cópia, Srs. Senadores, deste parecer e do projeto. Sendo do conhecimento de todos os Senadores, vamos passar à análise do projeto, do seguinte teor:

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição.

Quanto aos requisitos formais, nada há a opor ao PLC nº 35, de 2016, pois se trata de matéria que deve ser disciplinada por lei ordinária, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal. Nos termos do art. 61, 1, II, "a" e "c", da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa de lei que disponha sobre a criação de cargos públicos ou aumento de sua remuneração para fixação da remuneração, bem como sobre servidores públicos federais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Quanto à constitucionalidade material, não há no PLC qualquer ofensa à Carta Magna, tampouco se constata vício de juridicidade ou regimentalidade.

No tocante ao mérito, o projeto deve ser aprovado. Tendo em vista o momento de ajuste fiscal na política Governo Federal, o reajuste destina-se apenas a repor parte do impacto inflacionário sobre a remuneração s servidores do Poder Executivo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Para tanto, são alteradas as tabelas remuneratórias de todos os servidores contemplados pelo PLC, por meio de reajustes graduais a partir de 1º de agosto de 2016 e de 1º de janeiro de 2017. A exceção se dá com relação aos servidores ocupantes de cargos de magistério de que trata a Lei nº 12.800, de 2013, cujas tabelas remuneratórias são reajustadas gradualmente até 2019, bem como com relação aos servidores que integram o plano de carreiras e cargos da Fiocruz, cuja gratificação por qualificação a que fazem jus sofrerá reajuste em diversas parcelas até 1º de setembro de 2018.

Ademais, conforme destacado na justificação, as medidas propostas buscam suprir demanda da Administração Pública Federal por pessoal especializado, valorizar os servidores públicos e atrair e reter profissionais cuja qualificação seja compatível com a natureza e o grau de complexidade das atribuições das carreiras e cargos do Poder Executivo Federal, o que se revela condicionante para a consolidação de uma inteligência permanente no Estado.

Do mesmo modo, se afigura indispensável, para o fortalecimento do CADE, a criação das carreiras de Analista em Defesa Econômica e Analista Administrativo no CADE e de 200 cargos nas referidas carreiras, e, para a valorização dos servidores das agências reguladoras, a remuneração por meio de subsídio mensal, em parcela única.

No que se refere às emendas, acolho apenas as de nºs 4 e 5, ambas de redação. A Emenda nº 4 revoga corretamente o art. 23, II, alínea *c*, da Lei nº 10.871, de 2004, já que este contém norma praticamente idêntica ao art. 36-A da citada lei, revogado pelo PLC. E como destaca o autor da emenda, a boa técnica legislativa recomenda que as revogações sejam feitas de maneira expressa para que se garanta maior objetividade e clareza às normas. Por seu turno, a Emenda nº 5 corrige equívoco do PLC, que fixou duas datas distintas para a observação das normas vigentes no tocante à concessão de progressão e promoção para os cargos referidos nos incisos I a XI, do art. 154 da Lei nº 11.890, de 2008, e se omitiu quanto à data a ser observada para concessão de tais benefícios aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos XVI a XL da citada Lei.

A Emenda nº 3 foi retirada por solicitação do autor.

Proponho a rejeição das demais emendas por ferirem acordos previamente celebrados pelo Poder Executivo, aumentarem o impacto orçamentário de projeto de iniciativa da Presidência da República (como a Emenda nº 7) ou contrariarem medidas previamente avaliadas e aprovadas pelo Poder Executivo em razão da conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária.

Cabe registrar que as Emendas nºs 8 e nº 9, que transformam cerca de 17 dos milhares de cargos de Analista Técnico-Administrativo do PGPE, alcançando apenas os integrantes do quadro do Cade, não obstante os nobres propósitos de que se revestem, violam o art. 37, II, da Constituição, que exige concurso público específico para investidura em cargo público, além de ferirem o princípio da impessoalidade da Administração Pública, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição Federal. Além disso, eventual aprovação dessas emendas daria margem a demandas semelhantes de servidores da carreira do PGPE, no sentido de pleitear o enquadramento dos respectivos cargos em carreiras mais bem remuneradas dos órgãos onde estejam lotados.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa, e, quanto ao mérito, pela aprovação do PLC nº 35, de 2016, e das Emendas nºs 4 e 5, de redação, restando rejeitadas as demais emendas.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão.

Conforme acordo anteriormente feito, damos vista coletiva a esse parecer do nosso nobre Senador José Maranhão, a quem repasso a Presidência desta Comissão tão importante, que é a CCJ.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nada como vivência administrativa e política para aguçar a nossa visão, a visão invejável do nosso Presidente José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta visão a que V. Exª se refere está tão aguçada que, muitas vezes, é até invisível, mas atua.

ITEM 47
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratifi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, e 3 a 12, e 14 a 24.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Relator Hélio José, para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso nobre Presidente, Senador José Maranhão. Queria também pedir vênia para comentar aqui a presença, no plenário, do Sr. Newton Paixão, Presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara, do Senado e do TCU, incansável defensor dos direitos dos servidores.

Sr. Newton, meu abraço a todos os servidores da Câmara, do Senado e do TCU. Ontem, os servidores aqui do Senado tiveram o seu PL aprovado, com apenas um veto da nossa Presidência da República.

Vamos ao PLC 38.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2016 (4.253, de 2015, na Casa de origem), da Presidente da República, que cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.

O relatório, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria comentar que recebi aqui as Emendas nºs 22 e 23, sobre as quais proferirei parecer na próxima reunião, quando estarei reanalisando e dando um parecer final do projeto.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 2016 (nº 4.253, de 2015, na origem), de autoria da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.

Trata-se de uma extensa proposição, que se desdobra em 152 artigos e 38 anexos, dispondo sobre diversas questões envolvendo os servidores públicos federais.

Tenho dedicado a minha vida, nestas três últimas semanas, a ouvir servidores públicos federais. Foi para mim muito gratificante a partir do momento em que eu também sou um servidor concursado.

Passemos a resumir as suas disposições.

a) Criação da Carreira de Pessoal e de Logística

A proposição prevê a criação da Carreira de Pessoal e de Logística, composta pelos cargos de Analista Técnico de Pessoal e de Logística, de nível superior.

O Analista Técnico de Pessoal e de Logística, que terá lotação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de órgão supervisor da Carreira de Pessoal e de Logística, e exercício na Administração Pública Federal direta, nas unidades setoriais, tem atribuições voltadas ao planejamento, à supervisão, à coordenação, à execução e ao acompanhamento das atividades administrativas de nível superior relativas ao funcionamento da Administração Pública Federal nas áreas de gestão de pessoal civil, de contratação de fornecedores e de gestão de bens e serviços.

O projeto cria 2.190 cargos de Analista Técnico de Pessoal e de Logística e disciplina a sua remuneração e desenvolvimento na respectiva Carreira.

b) Criação da Carreira de Tecnologia da Informação

É criada a Carreira de Tecnologia da Informação, na qual são reorganizados os cargos de Analista em Tecnologia da Informação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, com atribuições voltadas às atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da Administração Pública Federal.

É disciplinada a remuneração, a avaliação e o desenvolvimento na Carreira desses servidores.

c) Alterações no Plano Especial de Cargos da Suframa

A proposta promove diversas alterações na estrutura remuneratória dos servidores da Superintendência Zona Franca de Manaus (Suframa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Reajustam-se as tabelas de vencimento e aumentam-se os valores da Gratificação de Qualificação (GQ) desses servidores, bem como se estende a estrutura remuneratória aos Engenheiros, Arquitetos, Economistas, Estatísticos e Geólogos da entidade, alcançados pelo art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

d) Lotação do ocupante de cargo da Carreira de Finanças e Controle no Denasus

Pretende-se, aqui, permitir e disciplinar a lotação de servidores da carreira de Finanças e Controle no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

e) Criação de cargos nos quadros de pessoal de órgãos e entidades

São criados os seguintes cargos:

I – no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição às instituições federais de ensino básico, técnico e tecnológico:

a) 605 cargos de Auxiliar em Assuntos Educacionais, Nível de Classificação C;

b) 2.411 cargos de Assistente em Administração, Nível de Classificação D;

c) 1.367 cargos, Nível de Classificação E, sendo:

c.1) 300 cargos de Assistente Social;

c.2) 50 cargos de Bibliotecário-Documentalista;

c.3) 183 cargos de Contador;

c.4) 520 cargos de Pedagogo-Área;

c.5) 35 cargos de Psicólogo-Área;

c.6) 229 cargos de Tecnólogo-Formação; e

c.7) 50 cargos de Técnico em Assuntos Educacionais;

II – no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, no âmbito do Ministério da Educação para redistribuição às instituições federais de ensino superior:

a) 44 cargos de Auxiliar em Assuntos Educacionais, Nível de Classificação C;

b) 305 cargos de Assistente em Administração, Nível de Classificação D;

III –no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM): 52 cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 20 cargos de Analista I;

b) 26 cargos de Técnico em Assuntos Culturais;

c) 6 cargos de Técnico em Assuntos Educacionais;

IV – no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT): 200 cargos de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo, de nível superior, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005;

V – na Imprensa Nacional (IN): 62 cargos de nível superior, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, sendo:

a) 17 cargos de Analista Técnico Administrativo;

b) 26 cargos de Analista de Publicações Oficiais;

c) 1 cargo de Arquivista;

d) 2 cargos de Bibliotecário;

e) 2 cargos de Contador;

f) 2 cargos de Engenheiro;

g) 1 cargo de Estatístico;

h) 1 cargo de Historiador;

i) 9 cargos de Técnico em Comunicação Social;

j) 1 cargo de Museólogo;

VI – no Departamento de Polícia Federal (DPF): criam-se 683 cargos de Agente Administrativo, de nível intermediário, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003;

VII – no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF): criam-se 1.500 cargos efetivos do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, sendo:

a) 1.045 cargos de nível superior, sendo:

a.1) 995 cargos de Analista Técnico-Administrativo;

a.2) 27 cargos de Engenheiro;

a.3) 23 cargos de Estatístico;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

b) 455 cargos de nível intermediário de Agente Administrativo;

VIII – no Comando do Exército: criam-se 516 cargos de Analista Técnico-Administrativo do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006;

IX – na Fundação Nacional de Saúde (Funasa): criam-se 790 cargos de nível superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, sendo:

a) 188 cargos de Administrador;

b) 8 cargos de Arquiteto;

c) 60 cargos de Biólogo;

d) 3 cargos de Economista;

e) 301 cargos de Engenheiro;

f) 4 cargos de Estatístico;

g) 49 cargos de Geólogo;

h) 60 cargos de Químico;

i) 59 cargos de Técnico em Comunicação Social;

j) 58 cargos de Técnico em Assuntos Educacionais;

X – no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: 234 cargos de nível superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, sendo:

a) 108 cargos de Arquiteto;

b) 34 cargos de Contador;

c) 63 cargos de Geógrafo;

d) 29 cargos de Geólogo;

XI – no órgão central do Sistema de Pessoal Civil (Sipec): criam-se 460 cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, sendo:

a) 340 cargos de nível superior de Analista Técnico-Administrativo;

b) 120 cargos de nível intermediário de Assistente Técnico-Administrativo;

Ademais, prevê-se que os cargos do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Quadro de Pessoal do Ibram vagos remanescentes da extinção prevista no parágrafo único do art. 149 da proposição (há aqui um erro material com a remissão ao art. 116) e os que vierem a vagar serão transformados nos seguintes cargos no respectivo Plano:

I – 29 cargos de Técnico I, 10 cargos de Analista III, 1 cargo de Analista IV, 3 cargos de Assistente Institucional II e 6 cargos de Técnico IV serão transformados em Analista I;

II – 62 cargos de Técnico III serão transformados em Técnico em Assuntos Culturais;

III – 9 cargos de Assistente Técnico Administrativo II, 4 cargos de Assistente Técnico Administrativo III e 15 cargos de Técnico II serão transformados em Técnico em Assuntos Educacionais;

f) Alterações no Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

Alteram-se as atribuições dos cargos de Analista de Publicações Oficiais e de Agente de Publicações Oficiais do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional.

Ademais, incluem-se no mesmo quadro, com a respectiva descrição, os cargos de nível superior de Analista Técnico-Administrativo, de Estatístico, de Museólogo e de Historiador.

g) Alterações no Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Incluem-se no Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com a respectiva descrição, os cargos de nível superior de Analista Técnico-Administrativo e de Estatístico.

h) Alterações na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Incluem-se na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com a respectiva descrição, os cargos de nível superior de Biólogo.

i) Transformação de cargos vagos e que vierem a vagar de Engenheiro

Determina-se a transformação em cargos de Engenheiro, no âmbito dos respectivos Planos, Carreiras e Quadros de Pessoal dos órgãos e entidades a que pertençam, dos cargos vagos e os que vierem a vagar com denominações de Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Operacional, Engenheiro Civil, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Florestal, Engenheiro Operacional, Engenheiro de Minas, Engenheiro de Operações, Engenheiro de Pesca, Engenheiro Eletrônico, Engenheiro Mecânico e Engenheiro Químico.

Estabelece-se que poderá ser exigida habilitação específica na área de Engenharia, conforme definido no edital de cada concurso.

j) Alteração nas normas de retribuição no exterior

São promovidas diversas alterações na sistemática de remuneração de servidores e militares, no sentido incorporar o Fator de Correção Cambial (FCC) na retribuição básica desses servidores, de incluir novo anexo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de Fator de Conversão de Retribuição Básica à Lei de Retribuição no Exterior, além de outras medidas relativas ao transporte da bagagem dos servidores movimentados e à retirada emergencial de servidores e familiares, em situações de instabilidade pública ou catástrofe natural. Foram alterados também procedimentos em caso de falecimento no exterior.

k) Alterações no Plano de Carreiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da Área de Ciência e Tecnologia

Nesse ponto, a proposição se limita a atualizar a denominação de órgãos e entidades.

l) Alterações na sistemática de avaliação de desempenho

Alteram-se, aqui, as diversas leis que disciplinam o pagamento de gratificações de desempenho aos servidores públicos do Poder Executivo da União, no sentido da sua adequação e uniformização.

m) Alterações na sistemática de exercício de outra atividade pública ou privada e da cessão de servidores do ciclo de gestão

A proposição busca flexibilizar as vedações previstas para que os servidores do chamado Ciclo de Gestão exerçam outras atividades, desde que não haja conflito de interesse, na forma da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e haja compatibilidade de horários.

n) Reabertura de prazo para adesão ao regime de previdência complementar

Busca-se reabrir, por 24 meses, o prazo para opção pelo regime de previdência complementar de que trata o §7º, do art. 3º, da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

o) Alteração nas normas sobre opção pela inclusão de parcelas remuneratórias na base de cálculo de contribuição ao regime próprio de previdência social

Prevê-se que se excluem da base de contribuição obrigatória do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, podendo, entretanto, serem incluídas por opção do servidor, as seguintes parcelas:

I – a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;

II – a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;

III – a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

p) Alteração na remuneração de servidores e militares dos ex-Territórios

Promovem-se reajustes no soldo e nas demais vantagens devidas aos militares do ex-Territórios e disciplina-se a assistência à saúde a eles devida.

Ademais, prevê-se que os titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios poderão ter exercício em qualquer dos órgãos e entidades da administração estadual ao qual estão vinculados, ou dos respectivos Municípios, sem prejuízo do recebimento da respectiva Gratificação de Desempenho.

Eu estava querendo colocar aqui todas as questões, mas até por orientação do meu nobre Presidente, eu vou aqui, rapidamente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por economia de prazo processual.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Meu nobre e querido Aloysio, por economia de prazo processual, mas é necessário fazer pelo menos uma menção aqui à análise, e eu a farei, rapidamente, e, depois, vou para a conclusão.

Dou por lidas as demais partes relativas às demais carreiras aqui e vamos para a análise.

Do ponto de vista de sua constitucionalidade formal, o PLC nº 38, de 2016, se estriba nos arts. 37, X, 48, X, e 61, §1º, II, "a" e "c", da Constituição, que determinam que a matéria objeto da proposição seja veiculada em lei formal, da iniciativa da Presidente da República.

No tocante à constitucionalidade material, não vislumbramos nenhum vício no projeto.

Ademais, a matéria, igualmente, não é injurídica ou antirregimental.

Quanto ao mérito, a proposta é coerente com as diretrizes gerais de política remuneratória e de organização de seu quadro de pessoal adotadas pelo Governo Federal e respeita as normas orçamentárias pertinentes.

De um lado, busca-se corrigir a remuneração de várias categorias e carreiras do Poder Executivo, dentro da capacidade do Tesouro Nacional e que não discrepam do que foi adotado, como regra geral, para todos os servidores públicos federais.

De outra parte, os diversos ajustes feitos nos vários diplomas legais pertinentes aos recursos humanos do Poder Executivo da União que são objeto do projeto vão na direção de aperfeiçoamento desse ordenamento jurídico, ampliando a sua coerência e organicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No tocante às emendas, reconhecemos que a sua grande maioria, assim como diversas sugestões que chegaram ao nosso gabinete, representam reivindicações totalmente justas e legítimas de várias carreiras e categorias funcionais, bem como de importantes instituições do Estado brasileiro.

Ocorre, entretanto, meu nobre Presidente, que, além das limitações constitucionais que temos para o seu acolhimento, uma vez que o art. 63, I, da nossa Carta Magna não admite o aumento da despesa prevista – lamentavelmente – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, a aprovação de qualquer uma delas implicaria a volta da proposição à Câmara dos Deputados, com prejuízos para todos os servidores que são dela objeto.

Em vista disso, estamos assumindo o compromisso, junto a esses servidores, de buscar, nos órgãos competentes do Poder Executivo, o atendimento a suas reivindicações, tanto no campo administrativo, como, se necessário, com o encaminhamento de proposições legislativas de iniciativa privativa do Presidente da República.

Conversei sobre isso com o nosso próprio Presidente, porque há várias reivindicações justíssimas, e são pessoas que herdaram o problema desde a MP nº 440, que resolveu o problema das carreiras públicas em 2008 e que deixou uma herança perversa com 10% das carreiras brasileiras.

Então, tenho esse compromisso junto ao Presidente da República de encaminhar os vários problemas meritórios que me foram colocados e que eu não pude encaminhar por causa dessa limitação que eu acabei de ler.

Estamos, aqui, tão somente, apresentando algumas emendas de redação com o objetivo de corrigir ou explicitar pontos da proposição.

Em primeiro lugar, é conveniente explicitar os procedimentos de pagamento do Auxílio-Moradia no Exterior, para deixar claro que, sem promover qualquer alteração no valor ou nos critérios de concessão dessa vantagem, que o seu pagamento será feito na forma de adiantamento com posterior comprovação da despesa pelo servidor.

Em seguida, impõe-se, sem alterar o mérito da matéria, ajustar o dispositivo que prevê as atribuições do cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle. Trata-se, aqui, apenas, de modificar a localização do comando do *caput* para o parágrafo único, do art. 22, da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, para eliminar a possibilidade de ocorrer conflito com a eventual aprovação do PLC nº 36, de 2016, também em tramitação nesta Casa, que promove ajustes no mesmo dispositivo.

Ainda no mesmo dispositivo da proposição, faz-se necessário renumerar como art. 7º-A a alteração proposta ao art. 7º da referida Lei nº 9.625, de 1998, uma vez que se trata, evidentemente, de erro material, tendo em vista não haver relação entre o objeto do dispositivo original e a alteração pretendida.

Fiz questão de fazer essa análise, embora os colegas quisessem que analisássemos rapidamente, mas vocês precisam ouvir o tanto que nós, Senadores, aqui temos que trabalhar para tentar atender todos, e que procuramos encaminhar da melhor forma possível. Quisera eu poder atender todas as questões que me foram solicitadas.

Finalmente, como já registramos acima, é necessário fazer uma correção material na remissão feita ao art. 118 em dois dispositivos da proposição, quando o correto é ao art. 149.

Vamos ao Voto, Sr. Presidente.

Do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e a boa técnica legislativa do PLC nº 38, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas de redação, rejeitadas todas as demais emendas apresentadas.

Então, eu vou ler aqui a emenda que a gente aprova, não é isso? Então vamos lá.

Emenda.

Dê-se ao §3º do art.45-B da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, na forma do art.55 do PLC nº 38, de 2016, a seguinte redação:

Art. 45-B.....

.....

§3º O Auxílio-Moradia no Exterior será concedido na forma de adiantamento com posterior comprovação da despesa pelo servidor.

.....

Emenda da CCJ (de redação)

Suprima-se a alteração feita ao *caput* do art.22 da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, pelo art.40 do PLC nº 38, de 2016, e acrescente-se, no mesmo dispositivo, a seguinte alteração daquela Lei:

Art. 22.....

Parágrafo único. São também atribuições dos ocupantes dos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle o planejamento, a supervisão, a coordenação, a orientação e a execução:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

I – no âmbito do órgão central do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – SNA, Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Denasus, das atividades de avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do Sistema Único de Saúde;

II – de outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e funcionamento do Ministério da Fazenda, Departamento Nacional de Auditoria do SUS do Ministério da Saúde e da Controladoria-Geral da União. (NR)

Emenda da CCJ (também de redação)

Renumere-se a alteração feita ao art.7º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, pelo art. 40 do PLC nº 38, de 2016, como art.7º-A.

Essa é a renumeração.

Emenda, última (de redação)

Substituam-se, nos arts.45 e 47 do PLC nº 38, de 2016, as remissões feitas ao art.118 pelo art.119.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, considerando, então, prejudicadas as Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9,10-§1º,11,116, 37 e diversos parágrafos do Senador Ricardo Ferraço; as de nº 16, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, todas consideradas, e a de nº 24, também, porque influi em mérito; todas elas rejeitadas, para não termos que devolver o nosso projeto à Câmara, e, com isso, prejudicar mais ainda os servidores, que estão esperando o seu reajuste.

Então, esse é o parecer, Sr. Presidente, já considerando todas emendas que aqui foram apresentadas nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas cumprimentar pelo relatório de 40 minutos – contados em 40 minutos. (*Risos.*)

O meu terá quatro minutos – 10% dos 40 minutos. Mas a matéria realmente merecia, porque é, praticamente, todo o espectro do funcionalismo público federal em vários setores. Então, é compreensível.

Eu só solicitaria vista coletiva ao relatório do Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedida a vista coletiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como eu disse, o meu será breve.

É o relatório que V. Exª pode ler o preâmbulo dele.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

ITEM 45
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente José Maranhão.

É com muita alegria que eu faço este relatório, porque tenho um enorme respeito – assim como fez o Senador Hélio José em relação aos servidores civis, também o faço – em relação aos servidores militares. Os militares têm dado uma contribuição extraordinária em nosso País, de norte a sul, de leste a oeste, ajudando ito, também, não só em programas sociais, mas em ciência, tecnologia, desenvolvimento, treinamento. En-, é com prazer e com muita honra que eu faço este relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Na verdade, o PLC 37 propõe uma nova tabela do soldo dos militares das Forças Armadas, a entrar em vigor, respectivamente, a partir de 1º de agosto de 2016 e de 1º de janeiro de 2017, de 2018 e de 2019.

É claro que essa iniciativa do Poder Executivo se justifica no fortalecimento das Forças Armadas, registrando que a valorização da carreira militar, com o estabelecimento de remuneração compatível às suas funções de Estado, é necessária para que se mantenha um adequado grau de atratividade dessa carreira, bem como haja estimulo à permanência de profissionais qualificados.

Direto à análise, é claro que não há nenhum óbice quanto à constitucionalidade. Quanto ao mérito, eu já mencionei, referi, ressaltei que é indiscutível o mérito da iniciativa. Aliás, vem tardiamente, dada a redução do poder aquisitivo da categoria dos militares. Aqui, trata-se de buscar, no limite das condições do Erário, corrigir a remuneração dos militares das Forças Armadas.

Certamente, não se pode negar que os valores propostos são insuficientes e, provavelmente, não chegarão, sequer, a manter o valor real do estipêndio dos membros das Forças Armadas.

Entretanto, também se deve reconhecer que não se pode avançar além neste momento em que as contas nacionais apresentam situação crítica. Assim, com a presente proposição, os militares, ao lado dos servidores públicos, poderão assegurar, ao menos, que a sua remuneração, nos próximos quatro anos, não se deteriorará, ao mesmo tempo em que o Tesouro Nacional, igualmente, terá condições, dentro de um planejamento de médio prazo, de manter os seus gastos dentro de patamares compatíveis com a situação fiscal da União.

Eu gostaria de fazer referência, também, aqui neste projeto, aos valores, aos percentuais que foram feitos em relação a esses reajustes, respectivamente: 5,5% em 2016; 6,59% em 2017; 6,75% em 2018; e 6,28% em 2019.

O voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC 37, e, no mérito, pela sua aprovação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço também vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vista coletiva concedida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 23 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Ana Amélia, José Pimentel e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Edison Lobão, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes e Magno Malta. Registra presença o Senador Cássio Cunha Lima. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, em atendimento ao RQJ nº 25/2016 de autoria dos Senadores Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues, para instruir a PEC 47/2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima e outros. Finalidade: Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2013. Participantes: Sr. Giovanni Rattacaso, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM); Sr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Sr. Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT); Sr. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); Sr. Lauro Machado Nogueira, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG); Sr. Felipe Locke Cavalcanti, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP). Sr. Ângelo Fabiano Farias Da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Resultado: Audiência Pública realizada. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinco minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezesseis, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura desta Comissão de Constituição e Justiça.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2013, que altera a redação do parágrafo 1º do art. 128 da Constituição Federal, para dispor sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir de lista tríplice encaminhada pelas carreiras, conforme Requerimento nº 25, de 2016, de iniciativa dos Senadores Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

É com enorme prazer que chamo os nossos convidados a esta audiência pública para integrarem a Mesa.

Inicialmente, o Dr. Giovanni Rattacaso – espero ter acertado –, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar. Por favor. (*Pausa.*)

Com prazer, convido também o Dr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). (*Pausa.*)

É com enorme prazer que convido também o Dr. Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (*Pausa.*)

Tenho a honra também de convidar a Drª Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). (*Pausa.*)

Obviamente, pela impossibilidade física da mesa, os próximos convidados sintam-se na extensão da mesa, que será a primeira fileira desta Comissão de Constituição e Justiça. Desta forma, convido o Dr. Lauro Machado Nogueira, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. (*Pausa.*)

Convido também o Dr. Felipe Locke Cavalcanti, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, por fim, convido o Dr. Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

De acordo com o art. 94, §§ 2ª e 3ª, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas para a condução desta audiência pública: cada convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de prazo de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Inicialmente, eu adotarei o prazo de 15 minutos para cada expositor, claro, com a tolerância necessária por parte da Mesa para a conclusão.

Já dando início, é com prazer que convido a fazer sua exposição, no prazo regimental, o Dr. Giovanni Rattacaso, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar.

O SR. GIOVANNI RATTACASO – Muito bom dia a todos. Muito obrigado pelo oportunidade, nobre Senador Randolfe Rodrigues.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar V. Exª pela feliz iniciativa de promover esta reunião, que é de suma importância para todos os integrantes do Ministério Público da União e do Ministério Público brasileiro, dada a importância da proposta de emenda constitucional.

Na realidade, sendo o Ministério Público Militar o menor dos ramos do Ministério Público da União, a minha fala será proporcional ao tamanho da minha instituição, porque, na realidade, o tema é muito mais amplo do que o interesse que reside na Associação Nacional do Ministério Público Militar, que diz respeito tão somente à questão da eleição do Procurador-Geral da República.

Nós sabemos que o Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público Federal e é também, por imposição constitucional, o chefe do Ministério Público da União. O Ministério Público Militar é um dos ramos sistêmicos do Ministério Público da União, juntamente com o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Portanto, a proposta é de constitucionalizar, institucionalizar a lista tríplice que hoje é feita pela Associação Nacional dos Procuradores da República de uma maneira, digamos assim, informal, porque não consta do texto legal essa realização. Mas, desde 2003, ou antes disso, a ANPR vem promovendo essa lista, que, aliás, vem sendo respeitada pelos Presidentes da República desde então. Melhor falará sobre isso, evidentemente, o meu colega Dr. Robalinho na feliz oportunidade que se avizinha quando S. Exª fizer uso da palavra.

No caso do Ministério Público Militar, o que se vislumbra é a possibilidade de participação na eleição, na indicação do Procurador-Geral da República, que é também o chefe do Ministério Público da União.

A fórmula que se poderia vislumbrar seria aquela que foi proposta originalmente pelo nobre Senador Cássio Cunha Lima, em que ele previa a possibilidade de que todos os integrantes do Ministério Público da União participassem votando num membro do Ministério Público Federal para que fosse esse então o Procurador-Geral da República.

Em princípio, poderia ser satisfatório para a minha classe, porém, não faz sentido, como vem ressaltando, com muita propriedade, o Presidente da ANPR, que membros de outros ramos venham a eleger o Procurador-Geral da República enquanto chefe do Ministério Público Federal. Seria a única categoria que teria essa discrepância, vamos dizer assim.

Então, na realidade, o que se tem pensado e o que se procura nesta audiência pública é trazer, Sr. Senador, uma possibilidade; criar-se uma nova fórmula de composição do Ministério Público da União, seja como um colegiado, seja.. Enfim, a criatividade dos eminentes integrantes desta Casa, com certeza, é do que nos louvamos para solucionar essa questão, essa problemática.

Nós já temos algumas ideias e queremos amadurecê-las junto à nossa classe, consultando os nossos associados, a fim de que possamos efetivamente trazer uma proposta que satisfaça a todos os integrantes do Ministério Público da União.

Assim, nobre Senador, eu agradeço esta curta participação. Na oitiva dos demais colegas, certamente, essas ideias a que me referi eclodirão e passarão a ser mais um elemento sobre o qual nos debruçarmos para amadurecermos a ideia.

Muito obrigado pela participação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu que agradeço, Dr. Giovanni.

De imediato, já passo também a palavra ao Dr. Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ELÍSIO TEIXEIRA LIMA NETO – Senador Randolfe, inicio a minha fala agradecendo, de coração, a iniciativa de V. Exª de promover esta audiência pública, que é um espaço nobre para nós, para a discussão de tema que é tão caro ao Ministério Público da União e por que não ao Ministério Público brasileiro como um todo.

Esse assunto vem e volta. Ontem, eu consultei uma obra de um colega nosso ex-Procurador-Geral de Justiça, o Dr. Eduardo Sabo, que lançou um livro em 2003. Em 2003, 13 anos atrás, ele já falava sobre esse tema que é a questão da eleição do Procurador-Geral da República.

Já antecipo dizendo que não pretendo discutir outras proposições que estão em tramitação aqui no Senado e na Câmara dos Deputados que tratam dessa matéria. Vou restringir a minha fala ao conteúdo da redação original da PEC nº 47 e do substitutivo apresentado por V. Exª.

Aproveito e cumprimento também o Senador Cássio Cunha Lima, que é o autor da PEC, já o parabenizando pela iniciativa de ter apresentado esta PEC na redação inicialmente proposta. E agora eu vou passar a fazer um exame um pouquinho mais detalhado.

A primeira coisa que eu acho que tem que ser pontuada é a diferença que existe hoje entre a escolha do Procurador-Geral da República e dos demais procuradores-gerais. Então, não existe uma lista prevista constitucionalmente para a escolha do Procurador-Geral da República, enquanto para os demais procuradores-gerais chefes de suas respectivas instituições existe uma lista tríplice.

Pelo fato de já existir a lista tríplice nos MPs estaduais e no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a discussão que existe lá é outra, é a respeito da nomeação do mais votado. Então, lá, essa questão da existência ou não da lista já está ultrapassada porque existe, desde a Constituição de 1988, a previsão de uma lista tríplice.

A questão que se põe aqui, que é diferente de qualquer outro ramo, de qualquer outro Ministério Público, é que a figura do Procurador-Geral da República é dúplice, porque o Procurador-Geral da República está inserido numa estrutura chamada Ministério Público da União. E o Ministério Público da União é composto por quatro ramos: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Essa estrutura tem especificidades que não são encontradas em nenhum outro Ministério Público. Quais são elas? Dos quatro ramos, nós temos o Procurador-Geral da República, que é escolhido pelo Presidente da República sem uma lista constitucionalizada ou institucionalizada; temos os procuradores-gerais do trabalho e militar, que são escolhidos mas nomeados pelo Procurador-Geral da República; e o Procurador-Geral de Justiça, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que tem a previsão de escolha por meio de lista tríplice institucionalizada, mas é escolhido diretamente pelo Presidente da República.

A questão principal – eu pretendo ser objetivo aqui nesta discussão, porque temos diversos temas e diversas questões laterais em torno do tema – é: pegando no contexto essa situação que acabei de situar, e tentei ser o mais objetivo, o mais breve possível, como nós podemos criar, institucionalizar, constitucionalizar uma lista tríplice para Procurador-Geral da República.

O Senador Cássio Cunha Lima deve estar pensando agora: "Mas, Elísio, qual é a dificuldade? Todos não já possuem a sua lista tríplice? Qual é a dificuldade de se instituir uma lista tríplice para Procurador-Geral da República? Respondo: a lista tríplice em si não há dificuldade em se institucionalizar. Eu posso estar correndo aqui um risco, mas acho que não, de até, me antecipando aos demais expositores, dizer que será uma unanimidade a concordância com a necessidade talvez até premente de constitucionalizar essa lista tríplice.

É importante que se tenha uma lista tríplice para Procurador-Geral da República, mantendo-se obviamente a participação do Presidente da República nessa escolha. A lista tríplice, até por uma coerência com os demais Ministérios Públicos, creio que tem que haver, sim.

Agora, qual é a dificuldade, Senador Cássio Cunha Lima e Senador Randolfe Rodrigues?

Voltando ao início da minha fala, é que o Procurador-Geral da República hoje se confunde com o Chefe do Ministério Público da União. E, nesse Ministério Público da União, o Ministério Público Federal não está sozinho. Então, o Ministério Público da União é o MPF, mas é também o MPT, o MPM e o MPDFT.

E qual é a dificuldade então na existência desses quatro? É que nós temos o Procurador-Geral da República com atribuição finalística. E uma das atribuições do Procurador-Geral da República é o quê? Processar criminalmente autoridades com foro. Essa é uma das atribuições do Procurador-Geral da República. Mas esse mesmo Procurador-Geral da República é o Chefe do MPU, Ministério Público da União. E, como Chefe do Ministério Público da União, ele tem uma série de atribuições distintas dessa que é talvez – talvez, não – a mais conhecida, que tem a maior visibilidade, que, até em termos de discussão, em termos de entendimento, é a que chama mais a atenção, que é a sua atribuição finalística.

Todos os demais procuradores gerais dos ramos do MPU têm as suas atribuições finalísticas. O Procurador-Geral do Distrito Federal e Territórios atua perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, também tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a atribuição de processar as autoridades que têm foro de prerrogativa perante o nosso Tribunal de Justiça e faz representações ao Procurador-Geral da República quando se depara com situações que envolvem autoridades com foro privilegiado, e não tem atribuição para isso. Ele representa e encaminha ao Procurador-Geral da República, mas as atribuições do Procurador-Geral da República não se encerram aí. Ele também tem essa atribuição de Chefe do Ministério Público da União. Aí vem a grande dificuldade para nós, integrantes do MPU, em buscar uma configuração, uma estruturação que compatibilize essa atribuição finalística do Procurador-Geral da República com a figura do Chefe do Ministério Público da União.

Sem querer me sobrepor ou me antecipar aos demais oradores da audiência pública, talvez esse seja para nós, dos ramos do Ministério Público da União, o ponto mais sensível, mais difícil, mais complexo de se avaliar.

Mas por que, Elísio, você está dizendo isso? Porque é um debate que exige tempo para amadurecer uma solução.

Quando nós falamos...

Senador Cássio Cunha Lima, quando V. Exª apresentou a proposta de emenda à Constituição, creio que foi muito feliz. V. Exª foi perfeito na redação. Por quê? Se você tem o Ministério Público da União e um chefe do Ministério Público da União, você tem... E é um princípio basilar da democracia que quem é governado tem que ter o direito ao sufrágio, tem que ter o direito de participar da eleição daquele que vai governá-lo.

República, democracia baseia-se nisso.

Eu falo que o senhor foi feliz na redação original, porque compreendeu a estrutura do MPU como ela é hoje. Então, o Procurador-Geral da República é Procurador-Geral da República nesta visão e é o Chefe do MPU.

Se ele é Chefe do MPU, a consequência lógica, a consequência imediata, automática dessa configuração é de que os demais ramos que estão dentro dessa estrutura administrativa possam participar da escolha desse Chefe do MPU. É uma situação que decorre da própria existência, da própria configuração, de como é feito o Ministério Público.

Como funciona o Ministério Público da União?

Há questões relacionadas a aspectos orçamentários e a aspectos administrativos. Agora, em razão de algumas proposições em tramitação aqui, nós podemos ter inclusive questões relacionadas a nossa atribuição finalística.

Você está se referindo a quê? Estou me referindo, por exemplo, à questão do conflito de atribuições, que também é uma questão importante para nós. O conflito de atribuições é quando nós temos promotores ou procuradores de justiça que discutem sobre quem tem atribuição para atuar em determinado caso que envolve meio ambiente por exemplo ou ordem urbanística ou a defesa do patrimônio público.

Então, não é uma situação consolidada, mas o Supremo Tribunal Federal sinalizou recentemente que o Procurador-Geral da República pode se tornar o responsável por resolver esses conflitos de atribuição. E não envolveria apenas ramos, mas até integrantes de outros ministérios públicos.

Eu não quero me desviar da discussão e do ponto fulcral. Queria apenas deixar registrado, tentando sempre ser o mais objetivo possível, onde está a dificuldade da configuração de uma lista tríplice em que apenas integrantes da carreira do Ministério Público Federal participem como eleitores, como votantes e como votados, com capacidade eleitoral ativa e passiva.

A dificuldade reside em que o Procurador-Geral da República não exerce apenas atribuições finalísticas que estariam relacionadas à carreira do Ministério Público Federal.

Pontuando isso, eu já me encaminho para o encerramento, para deixar esse quadro.

Podem me perguntar: você não vai apresentar nenhuma solução, nenhum encaminhamento?

O encaminhamento que eu posso deixar aqui é que nós precisamos ter tempo, paciência e cuidado para fazer um debate em que, sem reconhecer a importância de uma lista tríplice para Procurador-Geral da República, nós consigamos equacionar as dificuldades relacionadas à configuração que temos hoje.

Acredito que a existência do Ministério Público da União é importante, é relevante. E precisamos buscar um entendimento que traga e mantenha essa situação do MPU.

Termino a fala agradecendo de coração, sinceramente, a oportunidade que me foi dada, representando a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para discutir aqui, dentro da Casa Legislativa, dentro da Comissão mais importante do Senado Federal, tema tão importante e tão relevante.

Senador Cássio Cunha Lima, Senador Randolfe, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós que agradecemos, Dr. Elísio.

Já foi destacado pelo Dr. Elísio. Só quero reiterar e agradecer a presença do autor da Proposta de Emenda onstituição nº 47, meu querido amigo, Senador Cássio Cunha Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Obviamente, no momento em que V. Exª quiser, esteja à vontade para interpelar, questionar os nossos expositores.

Seguindo, tenho o prazer de ouvir a Drª Norma Angélica Reis Cardoso, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – Bom dia a todos.

Inicialmente, quero saudar, honrada em fazê-lo, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Cássio Cunha Lima.

Quero dizer aos dois Senadores aqui presentes que é muito bom lutar pelo que há de bem neste mundo. E, para nós, o nosso bem maior é a nossa instituição, o Ministério Público brasileiro. Todos nós podemos ter divergências pessoais e momentâneas, mas nós nos unimos pela altivez e pela consolidação cada vez maior do papel do Ministério Público na nossa sociedade.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) é uma entidade de classe que congrega aproximadamente 16 mil membros, juntando-se ainda – participam conosco – Distrito Federal, a Associação do Ministério Público Militar e todos os Estados.

Até 2013, nós realizamos aproximadamente 200 eleições dentro do Ministério Público na formação das listas tríplice. Está testada essa forma de eleição. Por isso eu parabenizo o Senador pela proposta de constitucionalizar a lista tríplice do Ministério Público da União. É importantíssima essa constitucionalização.

A Conamp, a partir de 2013, tem a sua Resolução nº 1, que, depois de testar a eleição, reconhecendo a importância das listas tríplice, reafirma a posição inflexível do Ministério Público de que seja alterada a Constituição da República para prever a escolha do procurador-geral pelos integrantes da carreira, através de eleição direta, pelo voto dos integrantes da carreira, entre um deles, na forma da lei respectiva, pelo mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Enquanto não alterado o atual sistema de investidura do procurador-geral, recomendar às associações, especialmente aos dirigentes das entidades afiliadas, que façam gestões junto ao Chefe do Poder Executivo da respectiva unidade federada para que, diante da lista do Poder Executivo da respectiva unidade, diante da lista tríplice, escolha sempre o mais votado, em prestígio à democracia interna e ao respeito à autonomia e à independência da instituição.

Aprovar o encaminhamento de moção de louvor da Conamp a cada governador que, atendendo à vontade majoritária da classe, nomear para o cargo de procurador-geral o mais votado entre os integrantes da lista tríplice a ele submetida – 27 de março de 2003.

Esse assunto nosso foi depois de quase 200 eleições realizadas na nossa instituição. Hoje, a nossa eleição corre em clima de disputa, muitas vezes duríssima, mas de consolidação da eleição.

Então, mais uma vez, parabenizo os Senadores pela constitucionalização da lista hoje realizada pela ANPR e por esse trabalho de altivez do Ministério Público e de fortalecimento do nosso trabalho.

Em caso de evolução, de modificações constitucionais, o que nós defendemos por meio do Conselho Deliberativo diante do chamamento dos dignos Senadores é o seguinte: nós fizemos uma reunião extraordinária na segunda-feira, hoje, e meu colegiado presente aqui em Brasília decidiu, em caso de aperfeiçoamento, que nós deveríamos apoiar a eleição direta, voto uninominal da classe, porque nós já temos testado o outro modelo. Não que ele seja imperfeito. Não. Tem sido testado e bem. Mas a classe sempre luta pelo fortalecimento do Ministério Público. Achamos que a escolha do mais votado é sempre para o fortalecimento do Ministério Público. O governador já tem opção, pode escolher qualquer um, como eu digo no meu ofício encaminhado aos governadores. O governador pode escolher, mas nós pedimos, dentro da possibilidade do governador, que ele escolha o mais votado, porque a classe vem testando essas eleições há anos. Não que o menos votado não tenha legitimidade. Ele tem, pela Constituição. Mas é a luta de classe que se vem realmente firmando para isso. É uma luta diferente das associações do MPU. Lá eles lutam pela formação da lista. Nós já temos a lista. Desde 1988 que a nossa lista já está estabelecida constitucionalmente.

No meu Estado da Bahia, para ser procurador de Justiça, basta apenas ter dez anos de carreira na instituição. É a única exigência que existe pela Lei Orgânica do Estado da Bahia. Eu mesma já fui candidata como promotora de Justiça. Fui a mais votada e não fui escolhida. A luta de classe não é só minha. Eu fui em 2009. Esta decisão é de 2003. Então, é uma luta que nós todos vemos. Em caso de aperfeiçoamento, o que nós queremos é que seja consolidado esse direito de votarmos.

Os tribunais, hoje, elegem os próprios presidentes. Hoje é uma luta das associações da Magistratura poder eleger também o seu presidente. É uma luta de classe de todas as associações que essa eleição seja consada à vontade majoritária da classe. Mudando o que está hoje na Constituição, pedimos aos Senadores que am a possibilidade da existência do voto uninominal, mas, se continuar a lista tríplice, que continue o voto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

plurinominal. Mudando-se, fica o voto uninominal; permanecendo como está, continua o voto tríplice, que também tem as suas garantias já constitucionalizadas.

No nosso Conselho Deliberativo, também foi apoiada a moção ao projeto de lei do Senador Cássio Cunha Lima, para que todos os membros do MPU pudessem votar na lista. Essa foi uma tendência, foi por unanimidade essa votação.

Não que a emenda do Senador não deva ser respeitada, Senador, mas nós colocamos em pauta, a nossa classe achou por bem apoiar a emenda do Senador Cássio Cunha Lima, que prevê a votação por todos os membros do MPU. É só uma questão de apoio à lista porque nós temos também duas associações afiliadas à nossa confederação, que é a nossa associação maior, de membros do Ministério Público.

A minha fala inicial é esta, de apoio à constitucionalização da lista hoje existente do Ministério Público da União, mostrando aqui a experiência, a comprovação da importância da lista tríplice, porque a classe fica realmente representada. Trata-se de uma luta de classe muito aguerrida e que tem feito o melhor por este País.

A melhor forma de agradecer é dizer: obrigado, Senador Cássio Cunha Lima; obrigado, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Drª Norma, nós agradecemos a sua exposição.

Dando sequência, escutaremos o Dr. Lauro Machado Nogueira, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI (*Fora do microfone*.) – Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não, Drª Norma.

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – O Lauro também.

Nós não temos ainda segurança para saber se o mandato deve ser de quatro ou de três anos. Nós não vimos isso na nossa classe. Hoje nós já temos uns quatro anos na recondução: dois e mais dois. Geralmente, quando se é eleito por dois anos, automaticamente em seguida, o procurador-geral é reconduzido. Só em quatro ou cinco vezes ele não foi reconduzido. Essa estatística é desde 1988. A classe está na dúvida entre três anos sem recondução ou dois em dois havendo recondução.

Nós achamos que é um período em relação ao qual nós ainda não temos certeza nem dentro do nosso colegiado nem dentro do colegiado do CNPG.

Eu me esqueci de fazer essa observação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço.

Dr. Lauro.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar especialmente o Senador Randolfe, que preside a audiência, e agradecer pelo convite; o Senador Cássio Cunha Lima; cumprimento todos os colegas, presidentes das associações de classe aqui presentes.

Aqui, dentro deste debate, talvez eu seja o único que representa aqueles que estão na gestão hoje, os colegas todos, representação classista, e tenho a honra de presidir atualmente o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Viemos aqui para dar a nossa contribuição ao debate.

Em primeiro lugar, parabenizo a iniciativa de fortalecer a democracia interna no âmbito do Ministério Público, democracia que é um anseio hoje também no âmbito do Poder Judiciário, talvez pelo exemplo positivo que o Poder Judiciário vê dentro do Ministério Público, por conta de suas chefias comprometidas acima de tudo com a classe, com os interesses da instituição, para fortalecer a atuação institucional. Essa é a grande – acho que a principal – vantagem de haver uma chefia do Ministério Público escolhida por seus próprios integrantes.

O cenário atual, como já foi adiantado pela Drª Norma, no âmbito pelo menos dos Estados, o que a grande maioria, a maioria absoluta dos Procuradores-Gerais, ao longo desse tempo de quase mais de 20 anos, tem sido escolhida entre os mais votados. E aí logicamente que o anseio da classe, ao longo do tempo, modificou-se entre ser da lista tríplice propriamente dita, porque, no início dessas eleições, eram disputas de chapas, o que legitimava perante a classe a escolha de qualquer um, porque eram chapas, três contra três. E, ao longo do tempo, isso se transformou para candidaturas individuais, o que evidentemente fortalece o anseio daquele que vota para que o mais votado seja o nomeado.

Nós já tivemos exemplos de candidato que não é o mais votado no âmbito da eleição, e, na recondução, é o mais votado, quer dizer, a sua gestão o credenciou a continuar no comando da instituição. Nós já tivemos o mais votado que foi excluído da lista na recondução. Enfim, hoje, no âmbito das chefias, na situação pelo nos dos Estados, todo Procurador-Geral de Justiça, sendo o primeiro, o segundo ou o terceiro colocado da a, está legitimado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que é que faz a condução dessa decisão por parte do nomeante? É a consideração e o respeito da autoridade nomeante à instituição do Ministério Público. E também, evidentemente como é muito arraigado o desejo, no âmbito da instituição, de que o candidato mais votado seja o Procurador-Geral, aquele que venha a exercer o cargo ou o que venha a nomear o segundo, ou o terceiro colocado, ou aquele que venha a assumir nessa condição, logicamente no início da sua gestão, ele tem que considerar um desgaste interno dessa posição. Isso é a experiência que a gente vê, no âmbito dos Ministérios Públicos dos Estados, quando ocorre essa situação. Contudo, todos os colegas que exercem essa nobre função estão absolutamente legitimados hoje pela Constituição Federal e pela escolha do governante.

Quais são as alternativas que a lista tríplice traz hoje de positivas e com uma votação plurinominal? Ela é uma possibilidade. E ocorre, em alguns casos que nós já identificamos, de a classe excluir aquele que é nomeado previamente, porque há alguns exemplos em que já existem sinalizações do Chefe do Poder Executivo de que houve uma simpatia por algum membro da instituição para exercer o cargo. E, se aquilo não for de acordo com o anseio da instituição, dos seus integrantes, é possível você, na lista tríplice, fazer a exclusão desse nome.

Sobre o aspecto dos quatro anos, dos dois mandados, é importante dizer o seguinte: o segundo mandato tem um caráter plebiscitário, é um julgamento do primeiro mandato do Procurador-Geral. Em várias ocasiões, em várias situações, o que ocorreu foi uma recondução até mesmo de candidatura única. No meu caso, por exemplo, estou no segundo mandato, fui o mais votado no primeiro e fui reconduzido em candidatura única, por escolha da classe, evidentemente. Isso, sistematicamente, muitas vezes, já ocorreu dessa forma.

Mas é importante esse aspecto plebiscitário, porque pode ocorrer, se houver uma gestão que esteja totalmente ao contrário dos anseios da sociedade ou dos anseios da classe, que esse Procurador-Geral possa ser excluído da lista na segunda votação. O que já ocorreu. Nós temos esse caso.

Então, sobre essa questão do prazo, como foi já citado pela Drª Norma e por outros colegas aqui, hoje, no Ministério Público estadual, existe já o prazo de quatro anos. Agora, eu acho que um prazo de quatro anos por mandato pode, inclusive, desestimular o exercício por parte de alguns líderes institucionais, porque podemos buscar aqui o exemplo do Ministério Público Federal, o caso do Dr. Cláudio Fonteles, por exemplo. O Dr. Cláudio Fonteles foi um grande Procurador-Geral, o que iniciou essa trilha da escolha do mais votado. E o Dr. Cláudio Fonteles, desde o primeiro dia em que encontrei com ele, ele falava: "Não, eu só vou ficar dois anos!" Não é isso, Robalinho? Corrija-me se estiver errado!

Então, essa é uma coisa que tem que ser considerada. E, quanto a um mandato de quatro anos, se houver uma condução que não esteja aliada totalmente aos interesses da sociedade, porque isso é possível também se considerar, a classe fica totalmente refém dessa situação. Então, acho que hoje a situação de mandato bienal, com a possibilidade de recondução é uma forma de controle também. Nós já temos esse prazo até quatro anos.

Eu não tenho uma deliberação oficial do conselho, do colegiado de Procuradores-Gerais, porque não deu tempo, a gente vai ter uma reunião dia 7, até debater esse assunto. Mas, nas nossas mensagens que nós trocamos... E é importante dizer, o mundo ideal, vamos dizer assim, sob o aspecto institucional do anseio, da aspiração dos membros do Ministério Público, seria, de fato, um mandato talvez de três anos, sem recondução, que não deixa de ter uma...

A recondução, especialmente para quem está no cargo, é uma situação que envolve um esforço muito grande. É complicado de certa forma, em alguns lugares. Quando é candidato único, tudo bem, é mais fácil, mas há muito acirramento em alguns lugares, e isso pacificaria a classe de certa forma.

Mas a gente sabe a dificuldade dessa questão. É uma discussão ainda a ser amadurecida no âmbito do Parlamento, mas é uma aspiração do Ministério Público brasileiro, vamos dizer assim, a escolha independente do Poder Executivo, da sua chefia. Mas isso eu acho que é uma questão de amadurecimento institucional, ao longo dos anos, e nós vamos ainda chegar a essa conclusão sem açodamento, sem atropelamento do próprio Parlamento, e a própria sociedade tem que chegar a essa conclusão.

Nós também tivemos, agora há pouco, uma celeuma muito grande que até alimentou essa discussão que estamos tendo aqui hoje, reforçou a necessidade dela. Foi uma declaração de que o Presidente da República não estava vinculado, uma declaração do Ministro da Justiça da qual não sei bem o contexto, não procurei saber, mas deu uma repercussão muito grande de que não estava autorizado a escolher o mais votado. E, de fato, não está.

A situação que há hoje: o Presidente da República pode nomear qualquer membro do Ministério Público Federal para ser avaliado pelo Senado Federal. E, na criação da lista tríplice, da mesma forma, ele vai ficar vinculado a três nomes, mas ele também ainda não vai estar vinculado ao mais votado.

Então, é isso que eu acho, que um amadurecimento da discussão vai chegar a esse ponto. Houve uma ção social sobre isso, uma reação até do próprio Parlamento que gerou uma declaração do Presidente inteo sobre o compromisso da nomeação do mais votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, linhas gerais, eu queria fazer essa contribuição ao debate. Acho extremamente proveitoso.

Queria parabenizar também tanto o Senador Cássio Cunha Lima, quanto o Senador Randolfe, e os colegas do Ministério Público da União pela discussão.

Acho que essa questão do Chefe Ministério Público da União e do Chefe do Ministério Público Federal pode também... Com certeza, vocês vão conseguir chegar a um bom termo, porque é importante a união de todos os ramos do Ministério Público da União também.

E digo que, no Ministério Público dos Estados, como disse a Drª Norma aqui, a lista tríplice está consolidada, é um instrumento que provoca um engajamento e um compromisso institucional muito maior da classe com a chefia do Ministério Público. E são exemplos assim de... O Ministério Público também, não só pela Constituição de 1988, é outro pelo seu perfil constitucional, mas também é outro pela possibilidade do exercício de suas chefias por aqueles que são escolhidos pela classe, o que gerou inúmeros avanços institucionais em todos os Estados brasileiros.

Então, agradeço. Muito obrigado a todos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Lauro Machado, que falou aqui, representando do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público.

Quero destacar a presença do Sr. Marcelo Crisanto Soutomaior, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

E, com a permissão dos nossos próximos expositores, em decorrência de compromisso também já assumido aqui no Senado, eu antecipo e passo logo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

V. Exª fique à vontade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Dr. Lauro, Drª Norma, Dr. Elísio, Dr. Giovanni e, de forma especial, Dr. Robalinho, a quem quero dirigir minhas escusas por interromper a sequência das falas daqueles que compõem a mesa dessa audiência pública, de fato, tenho uma audiência no Ministério da Educação sobre um assunto que tem prazo fatal hoje. Assim como um advogado, o Senador que perde prazo não honra o seu mandato. É um assunto importante do Município de Santa Rita, e eu preciso realmente cumprir essa agenda, sob pena de perder o prazo.

Mas, feito o pedido sincero de desculpas, Dr. Robalinho, por não poder ouvi-lo – mas, com certeza, teremos outras oportunidades de discutir o tema, como já havíamos discutido anteriormente –, eu queria, de forma muito objetiva, fazer alguns comentários, a começar pela minha filiação de um promotor. Sou filho de um Promotor público. Meu pai foi Promotor e, portanto, essa convivência com o Ministério Público vem de dentro de casa. Fui Deputado constituinte e, como Deputado constituinte, sob a orientação do meu pai, que à altura era Prefeito de Campina Grande, participei daquele momento histórico do País onde tivemos todo esse arcabouço jurídico que permitiu o fortalecimento e o avanço institucional do Ministério Público.

Mais adiante, tive a oportunidade de, como Governador da Paraíba, instituir a eleição para a escolha do Procurador-Geral de Justiça, numa polêmica enorme, porque, por óbvio, havia resistência do próprio Tribunal de Justiça, havia resistência dos Procuradores e, na primeira oportunidade em que a lei foi aplicada, foi eleito como Procurador-Geral um Promotor, Dr. Oswaldo Trigueiro, que hoje é Desembargador no quinto constitucional. Então, fizemos essa mudança também na legislação na Paraíba. Quando, nos idos de 2004, 2005, foi fixado o subsídio, havia uma diferença a ser paga para o Ministério Público da Paraíba, que sempre manteve uma isonomia com o Poder Judiciário, e, com a aplicação do subsídio àquela época, ia haver uma defasagem. Fizemos um reforço orçamentário, um sacrifício enorme para manter essa paridade. Enfim, eu tenho uma trajetória que me permite olhar para a instituição com a certeza de que sempre contribuí para o seu fortalecimento, compreendendo a importância do seu papel.

E aí vou tratar de um assunto a que o Dr. Elísio fez referência em relação à prerrogativa de foro. Logo que cheguei ao Senado, apresentei a PEC 10, que acabava exatamente com a prerrogativa de foro, que talvez seja um dos caminhos para resolver o conflito que foi debatido aqui da capacidade que o Procurador-Geral da República tem, de forma exclusiva, de ser o dono da ação daqueles que detêm o foro privilegiado ou a prerrogativa de foro.

Ocorre que eu retirei a PEC 10, ela já não tramita mais. Por quê? Porque, à altura, logo após a apresentação, por coincidência, alguns meses depois, dois ou três meses – e essas tramitações aqui não são tão céleres – começou o processo de julgamento do mensalão.

E aí eu temi que a minha iniciativa fosse interpretada como uma tentativa de tirar do Supremo Tribunal Federal o julgamento dos que detinham foro. Eu pensei que a oportunidade não era aquela, porque não ia ouvir quem dissesse: "Está manobrando para tirar do Supremo o julgamento e devolver ao primeiro grau para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

começar tudo de novo." Eu digo que quem tem juízo tem que analisar essas coisas e retirei, porque, de fato, não era oportuno naquele momento.

Agora talvez seja o momento de ser discutido novamente, e não vai faltar quem diga: "Olha, está querendo fugir das investigações da Lava Jato que estão lá no Supremo." Então, esse é um tema que a gente vai ter que debater e encarar porque existe uma opinião muito ampla na sociedade que vê com restrição a prerrogativa de foro e, ao mesmo tempo, não se pode dar margem à interpretação de que se está fazendo uma chicana, uma manobra, pela via do Parlamento, para evitar uma manifestação do Supremo Tribunal Federal. Então, é um debate em que a gente vai ter que associar tudo isso que estamos aqui fazendo e que, por fim, resulta numa necessidade de amadurecimento.

Acho que a proposta que fiz, através da PEC 47, com a Relatoria sempre competente e brilhante do Senador Randolfe, tinha esse intuito, esse condão de suscitar o debate, de trazer a discussão para o Senado, para o Congresso Nacional. E falo com uma compressão muito nítida de quem já tem 30 anos de vida pública, de quem já tem acumulado alguma experiência, que a eleição legitima sim. A eleição legitima, mas também não tenho a inocência de achar que ela purifica. "Não, pelo fato de você ter sido eleito, você está purificando." As instituições são sólidas, são consistentes, mas são formadas por homens e mulheres com falhas, com pecados, com erros, com deslizes. Então, é importante que tenhamos sempre a compreensão de que esse debate amadurecido, esse debate aprofundado é que vai resultar em algo melhor para prosseguir no avanço que a sociedade deseja.

Então, quero pedir mais uma vez desculpas, Robalinho, pela ausência, por não poder lhe ouvir. Peço desculpas ao Presidente também, que teve a iniciativa de requerer esta audiência pública. E podem ter certeza de que a nossa disposição – e aí não é uma disposição apenas minha, é a disposição do Senador Randolfe e de vários outros Senadores e Senadoras – é de contribuir para o amadurecimento desse debate. Nós não faremos nada que não esteja devidamente avaliado, refletido, pensado, com um único intuito, que é avançar no fortalecimento dessas instituições, para que nós possamos fazer as transformações de que o Brasil precisa tanto e que, mais do que nunca, têm sido vistas nessa quadra.

Então, agradeço o prestígio da presença dos senhores e da senhora, agradeço a solicitude do Presidente de me conceder a palavra e mais uma vez me penitencio por não poder ouvi-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Cássio, nós que agradecemos. Como eu disse, V. Exª pode fazer uso da palavra no momento em que quiser.

Esse debate não teria havido, não estaria ocorrendo se não fosse a iniciativa de V. Exª, a qual cumprimento. Nossa pretensão na Relatoria – não tenho nem a ousadia de aperfeiçoar nada, porque o texto, como já foi destacado aqui, é dos melhores elaborados –, a nossa intenção na Relatoria, como já manifestei para V. Exª, é de levarmos o quanto antes para o plenário esse debate, que é fundamental, que consagra até os poderes que foram destacados ao Ministério Público à luz da Constituição de 1988, com a participação de V. Exª.

Então, a honra é toda minha, Senador Cássio. Fique à vontade.

Dando sequência, tenho prazer de ouvir o Sr. Felipe Locke Cavalcanti, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – De onde V. Exª quiser, fique à vontade.

O SR. FELIPE LOCKE CAVALCANTI – Não seria melhor na frente, não?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu creio... Eu peço...

O SR. FELIPE LOCKE CAVALCANTI – Eu falo aí da frente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ótimo.

Já que estamos transmitindo ao vivo, fica melhor, inclusive, para as câmeras da TV Senado.

Agradeço a V. Exª.

O SR. FELIPE LOCKE CAVALCANTI – Eu que agradeço.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Fique à vontade, Dr. Felipe.

O SR. FELIPE LOCKE CAVALCANTI – Em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Esta é a terceira que me manifesto na Comissão de Constituição e Justiça. Nas duas últimas, tive oportunidade de ser sabatinado por esta Comissão; graças a Deus, passei. Então, fico muito honrado em poder estar aqui novamente num tema que nos é tão caro.

Em primeiro lugar, o Senador Randolfe tem tido uma preocupação extraordinária com a democracia, com o aprimoramento institucional.

Gostaria de agradecer não só ao Senador Cássio Cunha Lima, mas, sobretudo, ao seu falecido pai, que foi um dos líderes institucionais do Ministério Público, a quem conheci e rendo minhas homenagens.

Nosso agradecimento também ao Senador Eduardo Amorim, de Sergipe, Estado da minha família materna, que nos ajudou também na concepção desta audiência.

Senador Randolfe Rodrigues, esta emenda é muito importante para o Ministério Público, pois trata da democracia na instituição. É evidente que falarmos em lista tríplice no Ministério Público Federal é uma evolução – e aqui eu rendo homenagens ao Dr. Robalinho Cavalcanti e Drª Norma Cavalcanti, até porque estamos todos entre Cavalcantis, eu sou Felipe Cavalcanti também, vamos dominar o mundo. Esta não é só uma preocupação da família Cavalcanti, mas é uma preocupação de todos os promotores de Justiça a democracia na nossa instituição.

É evidente que a escolha do Procurador-Geral livremente pelo Presidente da República é um resquício da figura do Advogado-Geral da União, pois, até 1988, havia uma confusão entre as duas funções: o Ministério Público da União exercia a Advocacia-Geral da União, e nada mais justo que o Presidente da República escolhesse o Advogado-Geral da União da sua confiança. A partir do momento em que temos uma cisão entre essas funções, numa escolha muito importante do legislador constitucional, é evidente que a função do Ministério Público passa a ser uma função institucional, daí a escolha dever ser institucional.

Infelizmente, a Constituição de 1988 não trouxe esse mesmo aprimoramento e criou figuras distintas entre a maneira de escolha do Ministério Público da União e a maneira de escolha do Ministério Público dos Estados. Então, hoje temos 30 ramos do Ministério Público, sendo que, nos 26 Estados, há a eleição por via de lista tríplice e, no Ministério Público da União, temos quatro ramos com escolhas díspares: no Ministério Público do Distrito Federal, uma lista tríplice e a escolha pelo Presidente da República; no Ministério Público Militar e no Ministério Público do Trabalho, uma situação *sui generis*, em que seus chefes são escolhidos por um outro ramo, que é o Ministério Público Federal. Então, parece-nos, *grosso modo*, que deveria haver uma evolução para que todos os Ministérios Públicos fossem escolhidos pelos seus membros, ou seja, que houvesse uma eleição.

Nós, da Conamp e das associações, temos uma defesa enfática pelo mais votado, pela eleição uninominal, em que apenas seja escolhido um membro, ou seja, uma eleição de fato e não uma lista tríplice, aliás, essa foi a definição do congresso de 30 anos atrás em Curitiba, onde surgiu a famosa Carta de Curitiba de 1986, que foi justamente o documento que embasou a luta do Ministério Público da Assembleia Nacional Constituinte. Era tópico fundamental daquela Carta a eleição do chefe do Ministério Público pelos membros, com a sabatina e a confirmação perante o Legislativo, ou seja, não deveria haver uma interferência direta do Executivo e, sim, um compromisso com o Legislativo.

Nessa linha de raciocínio, houve uma evolução na Constituição de 1988 importantíssima, que foi a escolha dos desembargadores, juízes e tribunais também livremente e pelo próprio Poder Judiciário, sem interferência do Executivo em grande parte. Mais do que isso, o Ministério Público segue o mesmo caminho. Esse caminho de simetria com o Judiciário nos é muito caro e foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 45, que criou o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Esses Conselhos deram um caráter nacional ao Ministério Público e à magistratura. Na magistratura, temos a escolha do Presidente dos tribunais pelos seus próprios membros, numa relação absolutamente institucional; no Ministério Público, há interferência do Executivo, que não nos parece a mais moderna possível. Então, o objetivo das associações é que tenhamos um aprimoramento em que exista uma eleição, e uma eleição feita pelos seus membros com aprovação pela casa legislativa respetiva, seja, no âmbito nacional, aqui pelo Senado, seja, nos Estados, pelas assembleias legislativas, compromissando a instituição com o Legislativo e com a sociedade.

Basicamente, essa, em linha geral, seria a ideia. Aliás, quanto a essa questão da lista tríplice, aqui eu me permito, Senador Randolfe, uma consideração de cunho histórico: estamos aqui, no Ministério Público, 192 anos atrasados, porque, em 1824, houve uma evolução no Brasil e criou-se a figura do Senado, o Senado do Império, que foi importantíssimo. Como era o Senado em 1824? Era composto por 50 membros eleitos em listas tríplices das quais o Imperador escolhia o Senador. Então, tínhamos um Senador indireto, pois eram escolhidos através de lista tríplice pelo Imperador, aliás, o meu tataravô foi escolhido dessa maneira, mas, felizmente, o seu neto já foi eleito diretamente na República, ou seja, houve uma evolução importante. Infelizmente, no Ministério Público, estamos 192 anos atrasados. Não se concebe hoje que um Senador possa ser escolhido pelo Chefe do Executivo, mas isso ocorria há 192 anos, e foi uma evolução, pois, na Colônia, não havia Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No Ministério Público, estamos querendo ir além: gostaríamos de ter uma eleição direta, tal qual a eleição para o Senado. Parece-nos absolutamente democrático, republicano e muito mais representativo sob o aspecto institucional. Não se concebe hoje que um Senador possa ser eleito numa lista tríplice e escolhido pelo Chefe do Executivo, mas, há 192 anos, era assim e já era uma evolução. No Ministério Público, gostaríamos de ir além: gostaríamos de ter uma eleição direta, de que todos os membros do Ministério Público participassem e elegessem o chefe do Ministério Público.

Quando falamos em chefe do Ministério Público, temos uma instituição de caráter nacional, por conta do Conselho Nacional do Ministério Público. Temos um chefe do Ministério Público nacional, que é o chefe do Conselho Nacional do Ministério Público. Então, um sonho além, Senador Randolfe, seria que o chefe do Conselho Nacional do Ministério Público fosse eleito por todos os membros do Ministério Público, com a participação de todos, guardando uma simetria com o Supremo Tribunal Federal. Aliás, essa simetria nos é muito cara e foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 133, que garante a simetria institucional e constitucional entre magistratura e Ministério Público. Essas instituições são instituições de Estado, assim como o Senado Federal é uma instituição de Estado, e devemos fortalecer as instituições de Estado, pois, fortalecendo as instituições de Estado, certamente estaremos fortalecendo o Brasil, a República e a democracia e aprimorando a nossa instituição.

Evidentemente, como a associação mais antiga do Brasil, a associação paulista data de 1939, entendemos que essa aspiração do Ministério Público Federal por uma lista tríplice é uma evolução hoje, sem dúvida alguma, mas é uma evolução infelizmente tímida, diante do quadro que se avizinha.

No tocante, finalmente, à questão da reeleição, parece-nos que o tratamento adequado deveria ser o tratamento dado a todas as questões do Estado: hoje se fala em reeleição no Executivo com muitas dificuldades, deveria se dar o mesmo tratamento. No Judiciário, não há reeleição; no Ministério Público dos Estados, há reeleição; e, no Ministério Público Federal, não existe limite para nomeação do Procurador-Geral da República, tanto é que tivemos já Procuradores-Gerais da República que ficaram ao longo de oito anos na chefia da instituição. Isso tem aspectos negativos e pode ter aspectos positivos, mas nos parece que o melhor é que o tratamento seja sempre institucional e o mesmo para todos.

Então, é essa a contribuição que eu gostaria de dar, Senador, na medida do possível, agradecendo, sobretudo, a oportunidade de estarmos aqui, mas dizendo que a Associação Paulista do Ministério Público defende e sempre defenderá a eleição do mais votado e pleiteia que exista um mecanismo segundo o qual todos possam votar e ser votados, pois esse é o princípio máximo da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço ao Dr. Felipe Locke pela exposição.

Passo, logo em seguida, ao Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Senador, peço permissão para ir à mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Claro.

Dr. Ângelo, fique à vontade.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia, senhoras e senhores.

Quero aqui exaltar a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Cássio Cunha Lima, autor da proposta, proposta importantíssima, relevantíssima para o Ministério Público brasileiro – não apenas para o Ministério Público da União – e para a sociedade brasileira como um todo, que clama por um Ministério Público brasileiro forte e independente.

De fato, essa é uma questão que nos aflige, Senador, há muito tempo, no âmbito do Ministério Público da União, que se trata da chefia institucional do MPU. Hoje temos uma situação – que já foi falada por nosso amigo Elísio aqui e até meu amigo Giovanni Rattacaso – de que a chefia do Ministério Público da União, de fato, se confunde com a chefia do Ministério Público Federal. Então, os colegas do MPF, apesar de terem a razão de não terem hoje uma lista em que se garanta apenas a participação dos membros do MPF na definição do chefe do Ministério Público Federal, também não podem esquecer que o chefe do Ministério Público Federal também é chefe do Ministério Público da União.

Portanto, temos a convicção de que esse sistema hoje é um sistema até, de certa forma, esdrúxulo, que deixa os outros ramos do Ministério Público da União, como o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, serem tratados como ramos de menor importância. E isso aí temos várias situações que, de fato, demonstram que há esse tratamento diferenciado, a começar pela própria escolha dos nossos procuradores-gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O nossos procuradores-gerais – o procurador-geral do trabalho e o procurador-geral da Justiça Militar – são os únicos procuradores-gerais que não são nomeados pelo Poder Executivo. Sua nomeação e posse, a nomeação especificamente, são submetidas a uma ingerência, chamemos assim, do Procurador-Geral da República, em razão da Lei Complementar nº 75/93. Esse é um primeiro clamor das nossas categorias, que haja, de fato, uma isonomia de tratamento na escolha da nossa chefia e não que se demonstre a ascendência que hoje tem a chefia do MPU que, portanto, também consequentemente é chefe do Ministério Público Federal, sobre os outros ramos.

Aqui, Senador, também trago algumas situações que nos afligem há muito tempo, como membros do Ministério Público da União, que demonstram que, de fato, com todo respeito aos colegas do Ministério Público Federal – que são colegas extremamente competentes, que têm uma atuação e uma atribuição destacada perante a sociedade brasileira –, há uma preponderância a uma hipertrofia do Ministério Público Federal perante os outros ramos do Ministério Público da União.

E aqui trago, como exemplo, a relação servidores por membro. Temos, no MPT hoje, Senador, 4,04 servidores por cada procurador do trabalho. Do MPDFT, da mesma forma, algo parecido: 4,72 servidores por membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O MPM, algo um pouco além, que é um ramo um pouco menor também – há menos servidores e menos membros: temos 5,74 servidores para cada membro do Ministério Público Militar. Já o MPF tem o dobro do que o próprio MPT tem, que são 8,39 servidores para cada membro, sem levar em consideração que hoje há, de fato, mais membros do Ministério Público Federal do que de todos os outros ramos.

E daí não se discute de forma alguma a preponderância, o tamanho em si do Ministério Público Federal, mas, fazendo um comparativo, hoje temos uma Justiça do Trabalho que tem cerca de três mil juízes e é muito mais interiorizada do que a Justiça Federal, na qual o MPF atua; e temos uma relação inversamente proporcional com relação aos membros.

Hoje nós temos mais membros do Ministério Público... O Ministério Público Federal é mais interiorizado do que o Ministério Público do Trabalho. A Justiça em que o Ministério Público do Trabalho atua, ao contrário da Justiça Federal, é mais interiorizada do que a Justiça Federal, o que de fato não atende às questões proporcionais.

Outra situação que nos aflige diz respeito à criação de cargos de membros do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Militar e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A definição da política orçamentária, administrativa, financeira e patrimonial, hoje, do MPU, é feita pelo MPF, pela chefia do MPF. O Procurador-Geral da República é que faz essa definição e ele sempre foi integrante do MPF, desde a sua criação, em 1988, enquanto Ministério Público da União nessa configuração institucional. E também nós temos um secretário-geral do Ministério Público da União que também é secretário-geral do Ministério Público Federal. Nós não temos, por exemplo, um diretor-geral para o Ministério Público Federal. Temos para o MPT, para o MPDFT e para o MPM, mas não temos para o Ministério Público Federal, e da mesma forma se confunde o secretário-geral como secretário do MPU e do MPF.

Outro exemplo, o MPF é o único ramo, desde a criação do Conselho Nacional do Ministério Público, que já faz mais de dez anos, que tem, em sua composição, sempre teve, dois membros – o procurador-geral da República, que é o seu presidente, que sempre foi membro do MPF, e o representante do Ministério Público Federal, o conselheiro, que representa a instituição MPF.

Para efeito de comparação, os Estados, por exemplo, têm apenas três – os 26 Estados e o Distrito Federal – integrantes no Conselho Nacional do Ministério Público.

Nosso representante no CNJ, Conselho Nacional de Justiça... O Ministério Público da União tem uma vaga no Conselho Nacional de Justiça. A vaga é do Ministério Público da União. E em nenhum momento se diz que essa vaga deve ser ocupada por membro do Ministério Público Federal. Desde a criação do CNJ, sempre ocupou essa vaga de conselheiro do CNJ, representante do MPU, um membro do Ministério Público Federal. Então, são situações que de fato nos afligem.

Recentemente, em 2013, houve a criação de 687 vagas, cargos de procurador da República, procurador regional da República, membros do MPF como um todo. Nós enviamos projetos de lei para a PGR. O MPT mandou um projeto de lei para a PGR. Esse projeto foi devolvido sem a criação de um único cargo de membro do Ministério Público do Trabalho. Hoje nós estamos num limite próximo à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que dificulta a criação de novos cargos de membros para os outros ramos do MPU. Essa é uma situação que de fato nos aflige.

A principal preocupação do MPT – aqui eu falo enquanto representante dos membros do Ministério Público do Trabalho – é justamente, Senador, essa diferenciação em termos orçamentários, administrativos e financeiros. Não nos atrai essa questão relativa à atribuição finalística. Claro que isso demanda uma consulta muito ampla à nossa classe. Mas esse não é o principal ponto de tensão, a atribuição, ou seja, que um membro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do MPT, por exemplo, venha a ser procurador-geral da República para ter a prerrogativa de processar autoridades de alto escalão do Governo Federal – Senadores, Deputados –, de atuar perante o Supremo Tribunal Federal no que diz respeito às questões criminais, nas questões que são de competência do Ministério Público Federal.

A nossa preocupação maior hoje diz respeito a essa questão de diferenciação administrativa com relação aos membros dos outros ramos.

Daí, eu passo para algumas alternativas que nós temos para tentar resolver essa situação que há tempos nos consome em termos institucionais.

Uma alternativa que nós passamos aqui para o Senador e para os Senadores, para aqueles que nos escutam, é justamente que se crie... Se no atual modelo de configuração constitucional se mantiver esse caráter híbrido do Procurador-Geral da República como Chefe do MPU e Chefe do MPF, se continuar dessa forma, nós pleiteamos que participemos amplamente desse processo de escolha, tanto votando como sendo votado. Ao menos que nós tenhamos a capacidade de escolher o Chefe do MPU. E não falo do Chefe do MPF.

Uma solução que nos parece também importante e interessante seria a criação de uma chefia própria para o MPF e uma lista tríplice para o MPF. Desta só participariam os membros do Ministério Público Federal e haveria uma diferenciação talvez pela criação de um Procurador-Geral que fosse Chefe do Ministério Público da União e outro que fosse apenas Chefe do Ministério Público Federal. E esse, que passasse a ser Chefe do Ministério Público da União, que tivesse uma isonomia na sua escolha e que as quatro carreiras pudessem disso participar.

Como última solução, uma que tem avançado nas discussões entre associações. Hoje existe, Senador, um Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União. Ele é integrado pelo Procurador Geral da República, pelo Vice-Procurador-Geral da República, pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e pelo Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Esse órgão hoje é meramente opinativo e tem como Presidente o Procurador Geral da República.

Então, na nossa concepção, talvez uma forma de resolver essa situação do Ministério Público da União seria justamente dar maiores poderes ao Conselho de Assessoramento Superior, extinguindo talvez a Chefia do Ministério Público da União. Cada membro do MPU passaria a ter a sua chefia específica e, acima deles, em temos orçamentários, administrativos, financeiros e patrimoniais, existiria o Conselho de Assessoramento Superior, integrado pelos Procuradores Gerais dos quatro ramos, com a Presidência em sistema de rodízio ou eleição, enfim, em que fosse garantida a isonomia entre os quatro ramos. E, a partir de deliberações do Conselho de Assessoramento Superior, pudesse ser definida, de fato, uma política orçamentária, administrativa, financeira e patrimonial para os quatro ramos do Ministério Público da União, com repercussão também na escolha do Conselheiro do CNJ, que representará, de fato, o MPU.

Então, esse é um debate que ainda deve ser aprofundado. Daí nós clamamos ao Senador Randolfe Rodrigues que nos dê tempo para que essa discussão seja enfrentada perante as nossas categorias. Eu, particularmente, ainda como Presidente, não sinto a legitimidade para debater e tomar uma posição, como Presidente, diante de um tema tão relevante e de tamanha discussão na carreira.

Daí por que peço ao Senador Randolfe Rodrigues que nos deixe ampliar esse debate para que avancemos nessa proposta alternativa de definição dessa estrutura administrativa, digamos assim, do Ministério Público da União, em que se assegure a efetiva igualdade entre os quatro ramos, Senador.

Agradeço imensamente a oportunidade. Em nome dos membros do Ministério Público do Trabalho, nos colocamos à disposição para qualquer proposta que tenha por objetivo fortalecer o Ministério Público brasileiro e as instituições jurídicas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradecemos, Dr. Ângelo.

Ato contínuo, então, passaremos, para concluirmos essa primeira parte da nossa audiência pública, a palavra ao Dr. José Robalinho Cavalcanti. Eu estava perguntando a ele se um dos pré-requisitos para integrar o Ministério Público e ter Cavalcanti no último nome.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Pela amostra aqui seria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pela demonstração desta mesa sim.

Passo a palavra ao Dr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR. Dr. Robalinho, fique à vontade.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade de falar aqui na Comissão de Constituição e Justiça do ıado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O tema é extremamente sensível e importantíssimo para todos que estamos aqui. Mas acho que todos compreendem que não pode ser mais sensível para ninguém do que para a minha carreira, porque somos os diretamente atingidos por essa questão e essa discussão.

Quero fazer uma reflexão e lembrar aqui – só para pontuar porque é algo extremamente público – que, como lembrou muito bem o Felipe, na construção constitucional de 1988 o único ramo do Ministério Público brasileiro que ficou sem a previsão expressa de escolha passando por uma lista tríplice formulada pelos seus pares foi o Ministério Público Federal. Isso tem uma razão. E concordo com Felipe que é exatamente esta – ou isso contribuiu de maneira muito forte: na época, o Procurador-Geral da República era também o Advogado-Geral da União. Não passava pela cabeça de ninguém – e acho que até hoje não seria razoável postular – que o Presidente da República não escolhesse o próprio responsável pela defesa jurídica do seu governo. Sendo esse o motivo, quando aconteceu, em 1992, a cisão entre as duas carreiras e, em 1993, a criação da Advocacia-Geral da União, foi crescentemente se mostrando sem sentido essa diferenciação de o Ministério Público Federal ficar como o único Procurador-Geral da República, sendo o único escolhido sem passar por qualquer tipo de crivo da carreira.

A partir de 2002 – na verdade foi na gestão anterior, a partir de 2001 – , a ANPR tomou a iniciativa de promover uma escolha interna informal e apresentar ao Presidente da República a lista tríplice, que não era prevista em lei, copiando, emulando todos os outros Ministérios Públicos do País. É sabido que a primeira lista tríplice não foi respeitada, mas, a partir da segunda, houve sucesso no sentido de ser recepcionada pelos Presidentes da República que se seguiram e escolhido dentro da lista tríplice. Assim o foi, sucessivamente, nas últimas sete escolhas de Procurador-Geral da República.

Tenho a visão, acho que isso está de maneira clara... Quero lembrar, Senador Randolfe, que, além da Emenda à Constituição nº 47, em excelente hora apresentada pelo Senador Cássio Cunha Lima, outras tramitam nesta Casa. Há uma da Senadora Vanessa Grazziotin e outra do Senador Aécio Neves. São muito semelhantes. Uma tramita na Câmara dos Deputados. Todas têm o mesmo foco de constitucionalizar a lista tríplice.

Acho que isso é um reconhecimento, inclusive porque advém – e a aceitação é proposital – das mais diversas forças políticas o reconhecimento de que houve progresso não apenas para a instituição do Ministério Público Federal, mas para o País nessa sequência de sete escolhas feitas dentro de uma lista tríplice. Houve um crescimento da independência, um crescimento do reconhecimento, um crescimento da liderança do Procurador-Geral da República em relação aos seus pares.

E, ao falar de liderança, eu queria fazer uma reflexão com os senhores, para chegar, acho, no ponto fulcral do que estamos aqui discutindo hoje. O fato de a lista tríplice ser algo extremamente positivo ou de passar pelos pares, pelos demais membros do Ministério Público a escolha do chefe de cada um dos ramos do Ministério Público tem a ver, primeiro, com o fato de que o conhecimento da carreira, o conhecimento da postura por parte dos colegas é sempre algo maior do que de qualquer pessoa que está de fora. Sem nenhuma dúvida. Ninguém conhece melhor a história e as opiniões e as posições do que um colega que acompanhou durante toda a carreira o que o outro colega está fazendo.

Mas, há outra circunstância, que trago isso sempre à colação quando faço essas reflexões. A Constituição de 1988 – o Senador Cássio Cunha Lima, que foi constituinte, lembrou isso muito bem – deu atribuições ao Ministério Público idênticas às da Magistratura. Nós somos magistrados. Significa que temos independência funcional, temos a capacidade de agir do ponto de vista finalístico, cada um de nós, por si, de acordo com a sua consciência e com a Constituição diante de si.

Eu sempre faço essa reflexão. Há algo intangível aí que é o seguinte: na medida em que você tem um corpo que tem que agir – há muitos sentidos, existe a unidade do Ministério Público – tem que agir de uma maneira única, tem que ter uma unidade de tratamento em algumas questões, uma coordenação de trabalho. Formado por magistrados, passa – são independentes que não se submetem à hierarquia finalística – a ser ainda mais funcional e ainda mais importante que o chefe daquela instituição tenha liderança no sentido expresso da palavra; ou seja, liderança no sentido de construção. Foram escolhidos os liderados, os administrados, os demais membros do Ministério Público se sentem representados, se sentem espelhados por aquela liderança.

Não por outro motivo, acho que a questão da lista tríplice – se vai ser nominal ou não, faço o comentário depois – e de a escolha passar a pelos pares passa a ser tão importante porque dá organicidade, dá representatividade, dá independência e dá liderança. Aí eu parto para a seguinte reflexão. Não faz, com devida vênia, nenhum sentido... e foi nesse sentido que abordei pela primeira o Senador Cássio Cunha Lima, que nos recebeu fantasticamente bem. Ele fez a referência a isso quando apresentou a proposta em que ele dava a legitimidade ativa da votação a todos os membros do Ministério Público da União para escolha do Procurador-Geral da República. Eu fiz a reflexão com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Hoje o Ministério Público Federal está, de certa forma, discriminado porque é o único, por essas razões históricas, que não escolhe o seu líder. Da forma como o Senador Cássio – e eu tenho certeza de que de maneira inadvertida, porque o que o Senador Cássio fez foi... Como a proposta inclusive do Senador Randolfe, que vai no sentido diferente, mas também trata o Ministério Público Federal como o Ministério Público da União como uma coisa só, misturadas, porque assim está na Constituição de 1988. Mas o que o Senador Cássio propôs foi que todo o Ministério Público da União votasse. Com todo o respeito, o que acontece com isso? Perde-se esse sentido de liderança.

Não apenas o Ministério Público Federal continuaria a ser discriminado como a funcionalidade maior, intangível, mas mais forte, que é escolher um líder que tem representatividade da classe estaria perdida, porque, se são fatores externos, colegas, mesmo os mais respeitáveis... Mais do que colegas, todos eles sabem disso, pois várias vezes, todos os dias, nos reunimos, todos os dias estamos nas lutas juntos, e eles sabem que os chamo de irmãos com a maior... Sinto todos os outros ministérios públicos, particularmente o Ministério Público da União, como irmãos, mas não tem as nossas atribuições funcionais, não participam do dia a dia conosco. Então, eles escolherem o Procurador-Geral da República, a pessoa que vai presidir o meu Conselho Superior, que vai escolher os coordenadores das minhas áreas, que vai dar o tom da minha casa, isso deixaria completamente sem sentido o processo de escolha.

Ao mesmo tempo, e aí vou concordar plenamente com os meus colegas, e estamos conversando muito, Senador. Já falamos isto a V. Exª, e tinha comentado também com o Senador Cássio, agora, na sua saída. Eu não tenho dúvida de que há uma desfuncionalidade nessa figura do Ministério Público da União como está configurado na Constituição. Nisso, pego até as palavras que foram mais veementes nesse sentido, do meu querido amigo Ângelo Fabiano, porque ele está correto nesse sentido. O Ministério Público da União tem uma hipertrofia, ou uma confusão com a figura do Ministério Público Federal e do Procurador-Geral da República que deve ser evitada e tem de ser desconstruída.

Haveria várias alternativas para isso. Chegamos a discutir entre nós, mas achamos que é uma postura, talvez, radical, que não chegue à melhor solução hoje, simplesmente acabar com o Ministério Público da União. Cada um dos ramos escolher o seu Procurador-Geral, como hoje está; dar essa referência ao Ministério Público Federal. Os outros ramos já têm essa competência, e cada um deles seria submetido à Constituição.

Ou uma dessas alternativas levantadas por Fabiano: a criação de um conselho ou de um colegiado que, na verdade, dirigisse a questão orçamentária. O chefe do Ministério Público da União não precisa ser, necessariamente, o Procurador-Geral da República. Isso eu sou o primeiro a reconhecer. Acho que temos de chegar a uma arquitetura completa que se discuta, em que não haja essa interferência do Procurador-Geral da República, excessiva, em questões orçamentárias, em questões administrativas que são importantes, embora menores, do que a atividade finalística. Isso é uma coisa que vários dos colegas já me ouviram dizer.

Embora eu reconheça a importância dessas questões – criação de cargos, envio de projetos de lei, a questão orçamentária –, nosso chefe, os procuradores-gerais de cada um dos ramos não se resumem a essas atividades. A atividade finalística é muito mais importante.

Então, eu não posso, para solucionar o problema orçamentário e administrativo – é mais ou menos como diz o ditado popular –, jogar o bebê fora junto com a água do banho. Quer dizer, jogar o que é mais importante, que é a liderança, que é a representatividade, que só vai existir se a escolha partir dos membros do Ministério Público Federal e de ninguém mais para solucionar o problema administrativo. Então, eu acho que, quanto à chefia do MPF, isso teria de ser uma questão consensual. O Procurador-Geral da República, que é o chefe do MPF, tem de ser escolhido a partir de lista tríplice definida pelos membros do Ministério Público Federal e por ninguém mais.

E o Ministério Público da União tem de ser reconstruído, de forma que os ramos que têm toda razão nas suas reclamações sejam ouvidos através de um órgão colegiado ou que sejam separados, e cada um deles tenha sua independência, sua autonomia garantida. Alguma solução dessa pode e deve ser construída, e digo, novamente, Senador, que nós estamos construindo juntos, porque temos um diálogo excelente entre nós, e tenho certeza de que, ouvindo as nossas classes, poderíamos subsidiar o Senado, dentro de pouco tempo, com alguma sugestão que resolva essa questão.

Senador, mesmo a emenda que V. Exª apresentou, ou o substitutivo que está no seu relatório, também vai nesta mesma direção: ao dizer que o Procurador-Geral da República é o chefe do MPU, V. Exª simplesmente copiou o que já está hoje na Constituição, como também o fez o Senador Cássio. Mas temos que rediscutir isso, a partir de toda questão histórica desses problemas, para evitar essa confusão que está havendo. O Chefe MPF tem que ser escolhido só pelo MPF. O Chefe do MPU, que é essa matéria administrativa, tem que ter a construção mais rica e melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Já partindo para finalizar, não poderia deixar de fazer uma referência apenas a essa demanda da votação uninominal. E quero dizer que a posição histórica da ANPR – e quando falo histórica é porque não é da minha diretoria, nem da diretoria anterior que também compus, mas de todas as diretorias que nos antecederam – é a favor da lista tríplice, e não da votação nominal.

Entendo a experiência e cito muito nossa líder, Norma Cavalcanti, minha querida Norma, ao dizer que os Estados já passam por essa experiência, Senador, há algum tempo, da lista tríplice e, portanto, têm a capacidade de fazer essa reflexão, como colocou Felipe muito bem, de que talvez seja um passo adiante fazer nominal. Para nós, que não temos essa experiência ainda, e talvez em nível federal seja um contexto com uma complexidade maior, eu ainda, representando a classe na posição histórica, digo que a lista tríplice é a configuração constitucional mais rica e melhor. Por quê? A classe apresenta três nomes, e a classe do Ministério Público Federal, como já disse, porque é quem conhece, é quem tem a mesma atribuição finalística, e é aquele que o Procurador-Geral da República, que vai liderar em todas as instâncias. O Ministério Público da União, a gente vai resolver de uma outra forma.

Depois disso, o Presidente da República, que tem a legitimidade democrática, escolhe livremente entre os três, porque é uma participação extremamente importante, diminui o déficit democrático para um cargo tão fundamental.

E, por fim, há o Senado Federal, que tem exercido de maneira brilhante e efetiva. Sempre tenho dito isso, Senador Randolfe, a última sabatina do Procurador-Geral da República começou às 10h da manhã e terminou por volta de 7h da noite.

E imagino que essa será a regra, a partir de agora, e não acho isso ruim, dado que é um cargo de alto nível de importância. Acho que o Senado está chamando a si uma responsabilidade constitucional que sempre teve de escrutinar no mais firme detalhe. Então, essa configuração completa uma escolha que, para mim, é a mais equilibrada possível.

Então, sem desmerecer a demanda que vem da Conamp para os Estados, que já têm uma outra configuração constitucional e já têm a experiência desses anos todos, tenho que dizer que, para o nível Federal, para o Ministério Público Federal, para o Procurador-Geral da República, a posição da ANPR continua sendo favorável apenas à lista tríplice.

Então, agradeço à oportunidade, agradeço a todos os colegas pela paciência, inclusive por ter superado um pouco o tempo. Agradeço por ter sido o último a falar porque ter ouvido todos os colegas foi muito importante para mim, Senador, pois afinal é a minha classe que vai ser a mais atingida diretamente pelo assunto.

E vou me atrever a falar pelos quatro ramos do MPU, apenas nesse momento, que estamos juntos trabalhando numa solução, que, tenho certeza, está se aproximando. Essa última proposta colocada, por exemplo, de o Conselho passar para o Colegiado todas essas funções orçamentárias, que incomodam os demais ramos, e têm toda razão.

Temos que resolver essa questão do CNJ – já disse isso aos colegas do MPU, que já manifestei essa opinião aos meus próprios colegas do MPF – porque não é possível que, em cinco escolhas seguidas de representantes do MPU no CNJ, sejam todas do Ministério Público Federal. Isso não significa nenhum demérito aos meus colegas que foram escolhidos antes, alguns são colegas brilhantes, amigos meus particulares, Luíza, Cristina, Wellington Saraiva, o atual Rogério, são todos colegas brilhantes, mas existem colegas brilhantes e importantes também fora do Ministério Público Federal, o que mostra que há aí uma distorção que tem que ser resolvida.

Os colegas sabem que contam conosco, e o Senado pode ter certeza de que chegaremos a uma posição de sugerir a V. Exªs alguma coisa que resolva esse nó do Ministério Público da União. Ao mesmo tempo, retirando esse problema, que se firme um consenso, e eu acho que já está bem encaminhado, no sentido de que a escolha do chefe do MPF tem que ser apenas dentro do MPF, como acontece em todos os demais ramos do Ministério Público brasileiro.

Obrigado, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço V. Exª, Dr. José Robalinho, pela sua posição. Concluímos, assim, a primeira parte desta audiência pública.

Permitam as senhoras e os senhores expositores, mas vou formular aqui algumas indagações e, em seguida, e dirijo obviamente essas indagações a todos os membros da Mesa para ouvir a opinião e também balizar o nosso futuro relatório.

Então, após a resposta às indagações, concederemos um tempo de mais três minutos além dos três minutos para que cada um dos membros da Mesa, os conferencistas, se assim quiserem, tecerem suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Portanto, vamos aos questionamentos que faço aos nossos sete expositores desta manhã.

A primeira questão, acho que todos aqui já declinaram e já dissertaram sobre ela, é sobre o mérito dessa proposta de emenda à Constituição no que tange à constitucionalização da lista tríplice. Vou considerar o que já foi aqui referido pelos expositores. Eu só queria acrescentar, e gostaria de ouvir a opinião das senhoras e dos senhores, sobre as declarações recentes dos membros do Ministério da Justiça do atual Governo a respeito desse tema em discussão e, diante disso, saber sobre a importância da constitucionalização da lista tríplice.

Além disso, pergunto: a Constituição Federal de 1988, em seu art. 128, estabeleceu que o Ministério Público abrange o Ministério Público da União, como todos sabem, o Ministério Público dos Estados. Por sua vez, o Ministério Público da União, como todos aqui já sabem, compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cada um em seus ramos específicos de atuação são órgãos fundamentais para a democracia brasileira.

Eu aqui pergunto aos membros desta Mesa sobre a possibilidade da separação da chefia do Ministério Público da União e do MPF e sobre a tese de extinção do MPU. Como as senhoras e os senhores avaliam esta possibilidade?

A outra questão foi já debatida. Nós já conversamos sobre isso, ou seja, sobre notícias que dão conta de que o Conselho Superior do Ministério Público passou a funcionar regularmente após a posse do atual Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot. Eu queria saber qual a importância que as senhoras e os senhores atribuem a essa instância.

Ainda pergunto qual opinião dos senhores sobre as dez medidas de combate à corrupção que hoje tramitam, transitam aqui no Congresso Nacional com 19 propostas, 18 propostas aqui no Senado Federal e uma proposta de iniciativa popular, que tramita na Câmara dos Deputados.

Por fim, pergunta a consideração das senhoras e dos senhores sobre o que o Dr. Robalinho aqui levantou, que é a questão do déficit democrático e a lista uninominal e do voto direto para nomeação dos MPs estaduais não conflitaria com este princípio presente no parágrafo único do art. 1º da Constituição.

Peço, então, das senhoras e senhores, uma consideração sobre esses temas que seriam fundamentais para balizar o nosso futuro relatório.

Dou sequência, conforme foi a ordem dos expositores na indagação, à ordem anterior dos expositores para exposição. Inicio logo com o Dr. Giovanni Rattacaso, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Três minutos, se assim quiser, prorrogáveis por mais três para vossa exposição.

Já passo, em seguida, automaticamente, para Dr. Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da Associação do Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios.

Dr. Giovanni, por gentileza.

O SR. GIOVANNI RATTACASO – Muito obrigado, muito digno Senador Randolfe.

Com relação às declarações do atual Ministro da Justiça Alexandre Moraes, no que tange a ser respeitada ou não a lista tríplice advinda da ANPR pelo atual Presidente, Presidente interino da República, creio sinceramente que, mais uma vez, houve uma interpretação um tanto equivocada da imprensa. Pelo tema ser assim tão relevante e atual, já que, em razão da Lava Jato, o Procurador-Geral da República tem estado no cerne da mídia, creio que essa assertiva do Ministro da Justiça foi um tanto quanto ressaltada de maneira equivocada, porque, na realidade, o que ele afirmou, como Ministro da Justiça, é que não há previsão legal para a lista e que o Presidente da República pode escolher qualquer um do Ministério Público Federal para ser o Procurador-Geral da República. E ele está coberto de razão, é assim que diz a lei.

No entanto, o contexto foi um tanto envenenado, digamos assim, se me permitem, e, com isso, o novel Ministro da Justiça ficou sendo o centro das atenções e teve que se retratar, teve que tentar explicar o que que ele quis dizer, e o Presidente da República teve que vir a público também afirmar que acataria a posição de manter o mais votado na lista, indicar o mais votado da lista da ANPR.

No que tange à questão do Conselho de Assessoramento Superior, nós verificamos que este é o nome daquele colegiado: Conselho de Assessoramento Superior. Ele está ali para assessorar o Procurador-Geral da República. São os quatro Procuradores-Gerais, no caso, os três outros, assessorando o Procurador-Geral da República.

Por que foi dito que esse Conselho só teve efetividade a partir da posse do atual Procurador-Geral da República? Porque, com efeito, os Procuradores-Gerais anteriores, em que pese a existência do Conselho de Assessoramento Superior desde a Constituição de 1988, os anteriores não lançavam mão com a mesma proficiência, como vem fazendo o Procurador-Geral da República atual. Assim, era um instrumento, um organismo um tanto morto ou à parte. Hoje não. Hoje o Conselho de Assessoramento Superior vem sendo utilizado, consultado em todas as decisões importantes, administrativas naturalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu creio que, nessa nova configuração que temos pensado e construído, esse Conselho de Assessoramento Superior teria que começar mudando o título, porque não seria mais para assessorar; seria realmente um conselho deliberativo, com a sua presidência ou coordenação alternada entre os quatro ramos e aí, sim, daria uma configuração realmente de Ministério Público da União com a participação dos quatro ramos.

Eu agradeço a possibilidade de emitir a minha opinião sobre esses dois temas apenas, Senador Randolfe, utilizando o tempo que me foi disponibilizado.

Para terminar, repito, reafirmo a minha alegria, o meu contentamento em ver que, de fato, esta Casa Legislativa de tamanho relevo e importância para nossa República tem se debruçado sobre esse tema de tamanha importância.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço ao Dr. Giovanni.

Ato contínuo, Dr. Elísio.

O SR. ELÍSIO TEIXEIRA LIMA NETO – A respeito das indagações que V. Exª fez, vou iniciar pela entrevista do Ministro da Justiça.

Quero crer que a declaração foi feita num contexto que não reflete ou não deve refletir o pensamento do Governo interino, que não sabemos ainda se será o governo que estará na escolha do próximo Procurador-Geral da República.

Posso dizer, pela experiência que temos dos Ministérios Públicos que possuem a lista tríplice e vendo as posturas adotadas pelos Presidentes da República, após adoção da lista formada pela ANPR, que temos, como consta no parecer de V. Exª, um costume constitucional que está sendo cada vez mais consolidado. Então, quero crer que não teremos, no próximo governo, seja ele qual for, uma postura diferente dos governos que os antecederam.

A respeito da questão do Comitê de Assessoramento Superior, penso que é um órgão importante porque as atribuições deste órgão são justamente o que gostaríamos, ou seja, ele trata e debate as questões orçamentárias, as questões que são comuns aos quatro ramos. Como foi dito pelo Fabiano em sua exposição, é uma ideia interessante trazer esse Comitê de Assessoramento Superior para uma configuração parecida com a do Conselho da Justiça Federal, por exemplo. Seria uma ideia interessante pegar a configuração do Conselho da Justiça Federal e buscar nesse Conselho uma inspiração para nós delinearmos um órgão semelhante para o Ministério Público União.

Sobre a indagação que V. Exª fez da extinção ou não do MPU, eu sou contra, veementemente contra, porque não vejo necessidade da sua extinção. Eu vejo apenas benefícios na sua existência. O que existe hoje, o que estamos debatendo hoje são questões pontuais. Penso que há grande espaço para resolução delas, tanto que já conversamos algumas vezes sobre esse assunto, e estamos buscando soluções, mas repito, o que disse na minha fala: é um assunto que demanda um debate, um fortalecimento e uma consolidação das ideias e dos posicionamentos a respeito desse tema.

Nós estamos tratando de uma estrutura que existe há décadas e não podemos simplesmente tratar da sua extinção para resolvermos uma questão acerca da qual podemos buscar soluções que não essa. Acho que essa, Senador Randolfe, talvez das possíveis soluções, das possíveis alternativas, seja a mais drástica e, por ser a mais drástica, a pior.

Então, acho que temos, talvez num exercício sucessivo de alternativas a serem analisadas, essa talvez seja a última a ser analisada. Se não conseguirmos buscar um consenso e uma solução nas outras alternativas, acho que aí sim, no ponto final, o último de todos, poderíamos tratar desse assunto.

Agora não me recordo a última pergunta. Foi acerca do déficit democrático. É uma questão relevante, é uma questão importante e acho que a existência da lista tríplice é um meio-termo entre a proposta de eleição direta e a não existência de uma lista. Mas chamo atenção de V. Exª para um ponto. O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à Justiça, e uma das funções do Ministério Público é justamente a defesa do Estado democrático de direito. Então, quanto mais fortalecido, quanto mais autônomo, quanto mais forte for essa instituição, mais forte será o Estado democrático de direito, mais forte será a defesa dos interesses da sociedade.

Então, quando falamos em déficit democrático, ao nos referir, por exemplo, à eleição direta, na verdade podemos estar até invertendo a questão, por quê? Aí é que está a grande inovação, o grande sucesso e talvez a grande admiração que hoje o Ministério Público tem no seio da sociedade, porque ele exerce com brintismo as suas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quais são as atribuições do Ministério Público – faço questão de repetir – para que não nos esqueçamos? Ele não defende os interesses do Estado, ele não defende os interesses dele; ele defende os interesses de uma única não vou dizer instituição, mas ele defende os interesses não dele, mas da sociedade.

Então, se pudéssemos escolher uma configuração ideal, e aí eu estou falando do ideal, seria essa da eleição direta, mas é óbvio que sabemos – e não podemos desprezar jamais, sempre me referindo ao Estado democrático de direito - da participação dos Poderes da República. Mas, repito, em uma configuração ideal, pensando o Ministério Público com as suas atribuições e os interesses que defendem, que são os interesses da sociedade, a configuração ideal seria ele escolher o seu chefe, para que ele, ainda mais, consiga exercer de forma plena as suas atribuições.

Não sei se me fiz entender, mas fico por aqui. Não voltarei para as considerações finais.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de expressar aqui os nossos posicionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós agradecemos o Dr. Elísio.

Drª Norma, por gentileza.

Senador Randolfe, o Ministro da Justiça é um ex-integrante da nossa carreira, que honrou o Ministério Público enquanto estava nela exercendo.

A fala do Ministro realmente... a lista não é oficial realmente. Vou responder as duas perguntas, a última e a primeira, sobre isso, porque nós defendemos o Estado democrático de direito, a democracia e defendemos a República. Nós somos uma instituição permanente e por isso nós defendemos, na nossa resolução, que possamos ser eleitos diretamente pela classe.

Como a Constituição prevê que o Procurador-Geral de Justiça pode ser retirado do posto pela Assembleia Legislativa, seria uma forma de controle também. Como a discussão veio em seguida, não fechamos. Nós defendemos, para que possamos exercer o que estabelece o art. 127 da Constituição, que diz "que é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", que só teríamos total liberdade se fôssemos escolhidos sem nenhuma interferência. Podemos até ser sabatinados, já que é uma carreira do Ministério Público, da unidade do Ministério Público, mas não fechamos ainda – até na minha conversa antes com o senhor – naquelas duas situações, se pelo Senado, já que o Senado representa os Estados – e nós não processamos Senadores, estaríamos mais livres até para os Senadores nos escolher – ou pelas próprias Assembleias Legislativas. Aqui já se prevê que o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Lauro – no caso não vai ser, porque já foi reeleito e é um excelente procurador de justiça, for o mais votado no Estado – pode ser retirado do cargo pela Assembleia Legislativa.

Eu me sinto até desconfortável um pouco, porque o Robalinho é irmão de lutas, o Elísio, o Rattacaso, Fabiano, todos aqui são irmãos de luta, mas tenho que dar minha opinião à Conamp sobre a votação e a lista tríplice, porque tenho o Conselho Nacional de Justiça, e o Presidente do Conselho Nacional de Justiça é o Procurador-Geral da República, do CNMP, me perdoe.

Isso afeta a nossa vida. Eu represento 16 mil membros, e somos a minoria dentro do colegiado. Por isso, acho que o filtro de todos poderem votar, eles da União, como diz aqui: "membros dentre os integrantes da carreira [...]" Por isso, sempre quando eles fazem uma lista extraoficial, sai a carta da Conamp apoiando, pedindo ao Presidente da República que nomeie o mais votado. Então, a nossa, que é diferente da luta dos Ministérios Públicos da União, que tem uma lista...eu já tenho a lista.

O que defendo hoje é que eu tenha mais poder para defender o art. 127 da Constituição e que não haja interferências externas na minha escolha. Luto por mudanças no Conselho Nacional porque o meu chefe – eu adoro o Dr. Janot, mas o Dr. Janot não é meu chefe, o Dr. Janot não é meu chefe, não é o chefe do Ministério Público dos Estados. Mesmo assim, eu tenho que respeitar o Dr. Janot e ajudo o Dr. Janot, e o Dr. Janot nos ajuda porque ele porque ele é o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, e minha vida passa por lá, a vida de meus associados estão lá dentro.

Então, é por isso que eu tenho que dar opinião, eu tenho que ser ouvida em alguma mudança sobre isso e a melhor forma dessa mudança é eleição pela classe, o mais votado nos fortalece para consolidar o que determina o art. 127 da Constituição.

Eu quero dizer que o Ministro fez uma consideração que o Presidente muito bem disse: "eu vou escolher o mais votado", e eu aplaudo quando ele escolhe o mais votado. É a diferença das duas associações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço à Drª rma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Dr. Lauro Machado.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Em relação ao comentário do início, eu já tinha abordado na minha fala, mas é aquilo que já foi explicitado aqui pelos colegas.

Ele fez um comentário sobre o aspecto jurídico atual, e, não desbordando da legalidade, é aquilo mesmo. De fato, hoje, o Presidente pode escolher qualquer membro do Ministério Público da União para ser o Procurador-Geral da República, mas eu queria fazer uma abordagem pelo aspecto da fala do Robalinho, trazendo a experiência dos Estados. Qual é a rotina? Os colegas que já disputaram eleição sabem, e isso vai chegar ao Ministério Público Federal também.

É aquele compromisso que é cobrado pela classe durante a campanha: de que o candidato que está se colocando apoie o mais votado caso ele não seja o mais votado. Isso é cobrado. Isso vem em vários compromissos pela associação, assinados oficialmente, outros por carta. Eu mesmo, a primeira manifestação que fiz à classe quando me coloquei como candidato a Procurador-Geral, fechava com esses compromissos. Eu me comprometia justamente pela minha origem classista – fui Presidente da associação, Vice-Presidente da Conamp –em só ser o Procurador-Geral se fosse ali o mais votado.

Por que isso pode impactar? Porque, de repente, pode haver uma lista – e nós já tivemos exemplos, e todo o contexto daquela eleição foi esse – em que um colega teve, sei lá, um terço dos votos do primeiro colocado ou menos do que isso. Aí, acho que afeta aquilo que você disse, ou seja, a liderança porque essa pessoa pode ser escolhida, ele tem legitimidade, mas falta representatividade. Isso afeta a liderança.

Sob o aspecto do déficit democrático – achei isso importante e é só isso que vou abordar aqui na minha fala – lembro o seguinte: além de concordar com que os colegas já disseram, justamente temos que lembrar, pelo menos no âmbito dos Estados, do Poder Judiciário porque a sua chefia é absolutamente escolhida internamente, não há interferência absoluta de outro poder. O acesso aos cargos também não têm interferência, a não ser do quinto constitucional. E, detalhe: em alguns Estados o que ocorre? Os integrantes e, no meu Estado já está ocorrendo isso, os integrantes do quinto estão sendo excluídos dos cargos administrativos do Tribunal de Justiça. Então, isso é só a título de ilustração da questão.

Havendo uma emenda constitucional pelo poder constituinte derivado que estabeleça eleição direta, acho que isso supera a questão do déficit democrático e fortalece a autonomia do Ministério Público dos Estados para cumprir, como disse a Norma, as suas funções do art. 127 da Constituição.

Então, também encerrando por aqui sem maiores considerações, agradeço o convite e parabenizo a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que é um Senador que tem o Ministério Público como pauta sempre, é um aliado da instituição, e todo o Ministério Público brasileiro reconhece isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Dr. Lauro.

Passo agora ao Dr. Felipe, por gentileza.

O SR. FELIPE LOCKE CAVALCANTI – Senador Randolfe, muito obrigado, é uma honra muito grande podermos estar novamente aqui no Senado. Agradeço, mais uma vez, primeiro, o interesse de V. Exª, a preocupação e a dedicação com o aprimoramento democrático da instituição do Ministério Público. V. Exª tem sido extraordinário na defesa da instituição e no seu aprimoramento, o que nos conforta muito como líderes de classe.

Respondendo às questões. A primeira questão: a declaração do Sr. Ministro. Evidentemente, essa declaração do Ministro é muito própria e demonstra a importância do tema porque o tema é latente, e existe o risco de que o Procurador-Geral da República seja escolhido de maneira aleatória, sem qualquer vinculação com uma eleição, com uma escolha ou com a democracia, o que é muito sério.

Felizmente, o Senhor Presidente da República declarou, imediatamente após essa declaração do Sr. Ministro, que apenas retratou o sistema atual, que escolherá o mais votado, o que demonstra a importância institucional da escolha do mais votado.

Agora, se o Presidente da República imediatamente declara que vai escolher o mais votado, me parece que o tema está maduro, ou seja, que institucionalmente é necessário que seja sempre o mais votado. Então, o Senhor Presidente da República, que é um ilustre constitucionalista, Professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica com o livro que todos estudamos, que é *Elementos de Direito Constitucional,* foi justamente nessa linha de que tem que ser o mais votado. Se tem que ser o mais votado, nada melhor do que uma alteração constitucional no sentido de que se consagre o princípio democrático de que o mais votado seja sempre o eleito, o escolhido para o cargo e a função tão relevante.

Em segundo lugar, quando falamos da separação – e V. Exª fez uma indagação muito importante a respeito do art. 128 da Constituição Federal – temos aqui Ministério Público da União, Ministério Público dos Estados ncados constitucionalmente. O ideal é que tenhamos os 30 Ministérios Públicos com tratamento isonômi- ou seja, cada Ministério Público podendo eleger o seu chefe. O Ministério Público do Trabalho elegendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o Procurador-Geral do Trabalho, o Ministério Público Federal elegendo o seu Procurador-Geral e o Ministério Público Militar idem, o Ministério Público do Distrito Federal a mesma coisa e todos os Estados da mesma maneira. De modo que possamos ter 30 Procuradores-Gerais eleitos pela classe e com um controle importante da sociedade, feito através da casa Legislativa como bem pontua a norma, seja pelo Senado ou pela Assembleia Legislativa num debate que deve se seguir, muito importante, até porque o controle e o eventual impedimento do Procurador-Geral é feito pela casa legislativa.

Nada mais justo que a sua aprovação seja também feita pela casa legislativa, tal qual os Ministros de tribunais superiores e membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça. De modo que teremos um tratamento simétrico, isonômico e adequado às instituições.

Por fim, quando falamos de déficit democrático, é evidente que a situação atual demonstra um déficit democrático. Como disse no início, esse déficit decorre de uma situação anterior onde o Procurador-Geral da República era também Advogado-Geral da União. Daí, a escolha ser livre e discricionária, o que tinha uma razão de ser e uma razão evidente. Essa razão, de 92 para cá, perdeu o sentido, e hoje o mais importante é que nós tenhamos uma escolha institucional, E a melhor escolha institucional – aqui, o Senado, está aqui e não me deixa mentir – é através da eleição. Não fosse assim, não teríamos um Senado eleito, uma Câmara dos Deputados eleita, e o melhor regime é o regime democrático.

Como dizia Winston Churchill: "não existe nada melhor do que a democracia apesar das suas falhas". Acreditamos na democracia e queremos a democracia no Ministério Público porque é a democracia que vai dar segurança e tranquilidade para que o Procurador-Geral da República aja com independência, com serenidade e sem qualquer vínculo com interesses que possam existir em determinados momentos.

Queremos a independência e um vínculo único com a Constituição, com o respeito às leis e com a defesa da democracia. De modo que, como bem disse o Dr. Robalinho, é um avanço a lista tríplice, é evidente que é um avanço para o Ministério Público Federal, mas é um avanço que já houve no Ministério Público dos Estados. E esse avanço maior é o avanço da eleição direta. Aliás, como eu disse, no Senado do Império, tivemos uma evolução do Brasil Colônia para a independência com a criação de lista tríplice para escolha do Senador. Se nós falarmos: "vamos fazer o Presidente escolher o Senador em lista tríplice" vai ser um absurdo. É evidente que seria um retrocesso.

Nós queremos que exista esse avanço também no Ministério Público, ou seja, que não exista mais lista tríplice e exista eleição, tal qual para o Senado também para o Ministério Público. Então, eu, como Presidente de associação e associação mais antiga gostaria, Senador Randolfe, de agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui e, de alguma maneira, ter contribuído para o brilhante trabalho realizado por V. Exª que tem sido extraordinário na defesa das instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por favor, Drª Norma.

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – Por favor, Senador, é uma impertinência minha, mas eu quero declarar, de público, que todos nós dos Ministérios Públicos dos Estados apoiamos, estamos trabalhando para que as dez medidas sejam aprovadas pelo Parlamento brasileiro.

Eu esqueci e, por isso, estou lhe pedindo. Acho que é unanimidade de todos nós o apoio às dez medidas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Fica uniformizado esse comentário. (*Risos.*)

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – ...e fica uniformizado esse comentário sobre isso. Perdoe-me aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Em absoluto, Drª Norma.

Dr. Felipe, nós que agradecemos sua exposição. Permita-me dizer, como historiador, que nos apraz muito as contribuições históricas que V. Exª trouxe aqui a esta audiência pública, trazendo para alguns aqui, inclusive, a novidade da designação da lista tríplice para o Senado do Império durante o nosso período monárquico.

Queríamos então agradecer a exposição de V. Exª e, repito, em especial, as contribuições ao conhecimento histórico.

Nosso penúltimo expositor, Dr. Ângelo Fabiano, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Obrigado, Senador, novamente.

Trago aqui as respostas aos questionamentos. Na nossa concepção, na concepção da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho a respeito da declaração do Ministro, tenho a impressão de que ele, como constitucionalista que é, doutrinador que é – tem livros escritos, eu mesmo estudei por alguns livros do Ministro Alexandre Moraes – expressou uma opinião jurídica que foi, a meu ver, mal formulada por ele ocupar a posição de Ministro da Justiça e exigiu uma pronta resposta do Presidente da República, dizendo que, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nomearia o primeiro colocado na lista encaminhada pela ANPR, enfim. Mas, de fato, hoje sabemos que não há qualquer tipo de balizamento na Constituição para efeito de escolha do Procurador-Geral. De modo que o Presidente da República pode escolher qualquer membro do Ministério Público e, na nossa visão, da União e não do Ministério Público Federal. Então, ele exprimiu uma opinião jurídica.

Acredito ser importantíssimo – e aí ressalto novamente a iniciativa de V. Exª e do Senador Cássio Cunha Lima não só com esse debate – levar à frente essa discussão a respeito da efetiva constitucionalização da lista tríplice, que é um avanço extraordinário para a sociedade a partir dos trabalhos que têm sido feito pelos respectivos Procuradores-Gerais da República, que têm, a partir da lista encaminhada pela ANPR, representado com muita eficiência a função de Procurador-Geral da República. O Dr. Janot é um exemplo maior nesse sentido, e tem conduzido com maestria a Lava Jato, trazendo um avanço institucional para a sociedade brasileira como um todo.

Mas eu trago um pouco aqui a redação – permita-me, Senador – da própria Constituição quando foi promulgada em 88, que traz aqui que o Ministério Público da União compreende os quatro ramos – todos nós sabemos –, mas diz: "O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira...".

Em nenhum momento, traz uma afirmação de que essa carreira seria o Ministério Público Federal e, por isso, essa posição das nossas associações. Tanto que já fizemos de uma maneira colateral, ao largo da opinião da ANPR, que respeitamos efetivamente, mas já chegamos a fazer uma eleição paralela, digamos assim, à formação da lista tríplice da ANPR. A ANPT, a AMPDFT, a ANMPM participaram da elaboração de uma lista tríplice também em que foram candidatos inclusive apenas candidatos do MPF – foram os únicos que se habilitaram – e nós votamos porque entendemos que, como chefes do MPU, os Procuradores e os Promotores dos outros três ramos do MPU também têm que ser pelo menos ouvidos porque as propostas hoje são direcionadas apenas para a carreira do Ministério Público Federal.

Com relação à questão da chefia, fazendo uma ponderação aqui, a Constituição trouxe esse tema, nessa redação mais abrangente, genérica, mas a lei complementar, que é a nossa Lei Orgânica do Ministério Público da União, trouxe essa configuração, pois, de certa forma, o Procurador-Geral da República como chefe do MPU e chefe do MPF. Essa hibridez, esse caráter híbrido entre MPF e MPU não foi trazido pela Constituição. Isso foi posto na lei que foi de iniciativa do Procurador-Geral da República à época em que, salvo engano, era o Procurador-Geral Sepúlveda Pertence, que era membro do Ministério Público Federal. Então, houve, de certa forma, uma tendência a ser privilegiar – posso estar equivocado, vocês me rebatem aqui depois – mas enfim em nenhum momento se disse que o Procurador-Geral da República tem que ser do Ministério Público Federal.

Com relação à questão da extinção do MPU, também divirjo dessa possibilidade. Penso ser a solução mais drástica. A divisão só enfraqueceria os quatro ramos do Ministério Público da União. Nós temos essas pontuais divergências; nas outras situações somos irmãos, trabalhamos com muita convergência. A divergência é pontual não só com o MP da União, o MPF, o MPDFT e o MPM, mas com a CONAMP, os Estados justamente buscando o fortalecimento do Ministério Público, e essa divergência pontual, em nenhum momento, tem como objetivo enfraquecer a nossa instituição. A extinção do MPU traria, de fato, esse enfraquecimento da nossa instituição.

Por isso, entendo que a solução mais acertada neste momento seja haver de fato uma separação, como foi trazido por V. Exª no questionamento, entre a chefia do MPF e a chefia do MPU ou a criação de um Conselho de Assessoramento Superior, quer dizer, a reconfiguração do Conselho de Assessoramento Superior para que ele passe a ser um um órgão em caráter deliberativo, composto de forma isonômica entre os quatro ramos do MPU e que tenha o poder de deliberar sobre uma política orçamentária administrativa, financeira e patrimonial dos quatro ramos do Ministério Público da União. Isso mantém a independência e a autonomia entre os quatro ramos e também mantém a unidade do MPU.

No que diz respeito ao funcionamento do Conselho de Assessoramento, fortalecido agora pela pela gestão do Procurador-Geral Rodrigo Janot, de fato, o Procurador-Geral começou a imprimir um rito mais dinâmico ao funcionamento desse Conselho de Assessoramento Superior, que antes ficava mais no papel, não funcionava.

E hoje há um diálogo muito forte entre o PGR e a Secretaria Geral do MPU e os demais ramos. A relação tem sido muito boa, muito produtiva, mas nós não podemos ficar à mercê do perfil de cada Procurador-Geral, esperando que ele tenha esse efetivo diálogo aberto com os outros ramos do Ministério Público da União.

No que diz respeito ao déficit democrático, também ouso discordar do meu amigo Robalinho. Temos a mesma posição da Conamp, do Dr. Elísio; eu não me lembro se o Dr. Rattacaso falou sobre essa questão da eleição direta. Mas pensamos que, para o avanço da instituição Ministério Público nós deveríamos ter essa modificação de fato na Constituição, para que se substituísse a criação de uma lista tríplice pela eleição direta, da que houvesse a possibilidade de destituição dos Procuradores-Gerais pelo Poder Legislativo, por ocupa- uma função importantíssima, ressalvada também eventual possibilidade de sabatina, que hoje já existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para o cargo de Procurador-Geral da República. Não vejo problema em se instituir algum controle para efeito daquele membro que foi eleito pela classe. Privilegia o caráter democrático que tem sido valorizado hoje no Poder Legislativo, no Poder Executivo e no Poder Judiciário. E o Ministério Público, apesar de não ser um dos três órgãos de Poder da República, é um órgão extrapoder com funções atribuídas a poderes constitucionais. Por isso, nós entendemos que tem de ser uma instituição autônoma e independente, e que, a partir disso, seus membros possam eleger o seu Procurador-Geral por meio de uma eleição direta. Então, fazemos esse pleito a V. Exª, para que isso avance, ressalvando o posicionamento com relação ao Procurador-Geral, se avançar tão somente para uma lista tríplice, o que já seria uma otimização do processo de escolha do PGR.

Por fim, quero deixar claro que a ANPT apoia as dez medidas de combate à corrupção apresentadas pelo Ministério Público Federal por meio da campanha das medidas, e já um projeto de iniciativa popular. Nós, apesar de não termos, até então, essa atribuição na área criminal, conhecemos de certa forma o projeto e entendemos que isso vai trazer um avanço para as nossas instituições e para o combate à corrupção em toda a sociedade brasileira, e para o Poder Público especialmente.

Por fim, Senador, quero agradecer mais uma vez a V. Exª pela oportunidade. Quero ressaltar o que já foi dito pela Norma, que o senhor é um guerreiro em favor do Ministério Público como um todo. O senhor sempre tem lutado pelo fortalecimento da instituição. Eu já escutei o senhor elogiando o caráter democrático que o Ministério Público guarda em sua natureza. E queremos nos colocar à disposição de V. Exª para qualquer tipo de pleito que traga avanço não apenas para o Ministério Público como um todo, mas para as instituições do sistema de Justiça e para avanços dos direitos sociais também, que hoje estão sendo objeto de intensos ataques aqui, especialmente na área trabalhista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª, Dr. Ângelo.

Por favor, Dr. Elísio.

O SR. ELÍSIO TEIXEIRA LIMA NETO – Segundo a nossa líder Norma, vou fazer uma inconfidência também. Não posso deixar de registrar aqui, porque eu esqueci de falar sobre as dez medidas. Fui designado para falar lá na Câmara dos Deputados sobre as dez medidas pela Conamp.

Em razão do tempo e da quantidade de oradores não foi possível, mas, quando houver uma audiência pública lá, o Deputado Imbassahy já disse que a Conamp terá direito a voz, também.

Eu queria deixar registrado: não sei se é de conhecimento de V. Exª, mas o Distrito Federal foi, proporcionalmente, disparado, a Unidade da Federação que mais colheu assinaturas. Então, só para deixar registrado e para que seja do conhecimento de V. Exªs a importância e a força que esse projeto – tanto aqui no Senado como na Câmara – tem aqui no Distrito Federal. A nossa associação, ainda que numa parcela pequena, também contribuiu para que se colhessem esses mais de dois milhões de assinaturas. Aqui nós temos três milhões de votantes, de eleitores, e foram colhidas mais de 250 mil assinaturas. Nós chegamos a quase 20% do eleitorado aqui no Distrito Federal. Só queria deixar registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Dr. Elísio.

Para concluirmos esta audiência pública, o último expositor, Dr. Robalinho.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Obrigado, Senador.

Fabiano, quando eu fiz aquele sinal pra você foi só porque o Ministro Sepúlveda é um honra para a nossa Casa. Ele foi Procurador-Geral da República no momento da Constituição, mas, salvo engano, ele nunca foi da carreira do Ministério Público Federal. Ele foi nomeado, ele foi o último nomeado antes da Constituição de 1988 – portanto não precisava sequer ser da carreira – e era advogado. Antes disso, antes de ser cassado, salvo crasso engano, foi do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e não do Ministério Público Federal.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Deixa eu só fazer uma adaptação, Senador, já pedindo escusas. Ontem eu estive com o Dr. Aristides Junqueira, que foi Procurador-Geral da República, e estou apenas repetindo o que ele nos passou. Eu perguntei: "Dr. Aristides, a lei complementar foi da sua época?" e ele disse: "Não, foi da época do Dr. Sepúlveda Pertence; eu era o Vice-Procurador-Geral da República do Sepúlveda Pertence."

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Não, a lei complementar foi do Dr. Aristides. Então, houve alguma... Quem era Procurador-Geral quando a lei complementar foi discutida, em 1993, era o Dr. Aristides.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Estou apenas trazendo a informação que me foi passada pelo Dr. Aristides.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Tudo bem.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – A princípio, eu pensava que o Dr. Aristides Junqueira que via sido o Procurador-Geral à época da lei complementar.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Não, foi o Sepúlveda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Ele me falou que ela foi enviada pelo então Procurador-Geral Sepúlveda Pertence. Desculpe a falha. Vocês podem ter essa opinião mais acertada, por serem do Ministério Público Federal.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – De toda forma, isso é só mais um detalhe, uma curiosidade, para a gente fazer a justiça histórica aqui.

Senador, a questão da declaração do Ministro Alexandre Moraes... Ele deu a explicação, como disse o Fabiano, de que estava fazendo uma interpretação meramente da letra da Constituição, e quem sou eu para desautorizar o Ministro, já que foi essa a explicação que ele deu? A nós, na época – e nós fomos obrigados, inclusive, a reagir publicamente quando ele soltou a manifestação – não assim pareceu. Pareceu uma questão de intenção política, e nos causou estranheza – e o fato mais importante é justamente esse – porque nós já tínhamos ouvido do Presidente Temer – eu, pessoalmente, inclusive – que ele tinha uma outra posição. E ele, imediatamente, se manifestou dizendo que respeitaria a lista e que isso não aconteceria de nenhuma forma, como a Presidenta Dilma já havia dito antes. Eu tive a oportunidade de estar com a hoje afastada Presidente Dilma Rousseff e com o Presidente em exercício, Temer. Nas duas ocasiões foram abordadas essas questões, e em todas os dois manifestaram-se publicamente a favor da lista.

Eu queria fazer só uma pequena referência aqui, como sempre, dizendo que, entre irmãos, temos essa divergência respeitosa, mas queria também posicionar uma questão sobre a letra atual da Constituição em cima do que o Fabiano falou. Acho que enriquece o debate aqui no Senado.

Quando a Constituição fala em carreira, fala exatamente em carreira, no singular. Não existe carreira do Ministério Público da União, no singular – existem carreiras, no plural. Não são intercambiáveis as carreiras. Então, se o texto da Constituição fala que o Procurador-Geral é chefe do Ministério Público Federal, que tem carreira, e do Ministério Público da União, que não tem, e depois diz que tem de ser escolhido dentro da carreira, a nossa interpretação sistemática sempre foi de que o Procurador-Geral tem de ser do Ministério Público Federal, mesmo na estruturação atual.

Posta essa divergência, acho que isso não tem grande importância, porque importância real tem aquela questão da liderança que eu coloquei. Eu me preocupo muito menos com a letra da lei, com a interpretação. Todos nós aqui somos, Senador – os convocados pelo Senado Federal para este debate e também V. Exª –, profissionais do Direito. Interpretações sempre são possíveis para um lado e para o outro. O mais importante é a questão prática e a questão pragmática de liderança. A liderança do Ministério Público Federal tem de ser definida dentro do Ministério Público Federal apenas, senão perde completamente o sentido. Ser escolhida por colegas externos é a pior solução possível. É uma solução tão ruim quanto não ser escolhida diretamente pelo Presidente da República, do nosso ponto de vista. Não haverá representatividade, não haverá liderança, perdem-se todas as vantagens que foram colocadas para todos os outros ramos em cima dessa solução.

Daí eu vou para o próximo passo para dizer o seguinte: não por acaso, tanto a Presidenta Dilma, quando escolheu pela última vez o Procurador-Geral e reconduziu o Dr. Janot... E ela nos recebeu, nos deu a honra de receber a lista tríplice levada pela ANPR, e foi explícita na nota ao dizer que estava respeitando a lista da ANPR. Da mesma forma, o Presidente Temer, quando falou agora, disse que é a lista da ANPR. As duas vezes, para representar que é dentro da carreira do Ministério Público Federal. Então, apesar de os colegas – e eles sabem disso, que há essa divergência – terem feito há duas escolhas atrás uma escolha paralela, respeitosamente, essa escolha não foi levada em conta pela Presidente, e não deveria ser. Há um erro de composição – não dos colegas, mas um erro da composição constitucional. O líder do Ministério Público Federal tem de ser escolhido dentro do Ministério Público Federal. A questão do Ministério Público da União é outra; é um erro, talvez, da construção da Constituição, que tem de ser solucionado, e pode ser solucionado. Estimulamos e queremos que o Senado integre essa história.

Quero repetir, Senador, que, como Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal, dos Procuradores da República, eu me atrevo a dizer – é um certo atrevimento porque também eu não fiz consulta à carreira diretamente sobre isso – que está mais do que na hora de nós enfrentarmos essa questão. Não há automaticidade necessária para a liderança do MPU – essa questão da separação sobre a qual V. Exª perguntou – sair do MPU administrativo, essa figura administrativa ser o Procurador-Geral da República. A arquitetura pode ser diferente.

Discordo dos colegas em apenas um ponto – quero que fique bem claro isso, Senador, para construir a solução a partir de agora –: eu não vejo como tão ruim assim a questão da separação, a extinção pura simples do MPU, comparada com a alternativa. Se a alternativa, como colocou o Fabiano muito bem, é todos os membros do MPU e os outros ramos do MPU reivindicarem: "Eu quero escolher o Procurador-Geral da República", já existe uma interferência administrativa, essa solução, sim, é muito pior do que acabar com o MPU. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Porque essa solução destrói a liderança do Ministério Público Federal. E o Ministério Público Federal não é melhor do que qualquer outro Ministério Público, mas é o que tem maior abrangência, é o que tem competência nacionalmente ampla.

O efeito será o enfraquecimento do Ministério Público Brasileiro inteiro, se eventualmente esse retrocesso acontecer. Eu me atrevo a dizer isso por conta do impacto da figura do Procurador-Geral da República.

Então, hipoteticamente, se isso fosse colocado entre as duas soluções, qual seria a menos ruim? A menos ruim é acabar com o MPU – eu não tenho nenhuma dúvida – e dar aos Procuradores Gerais a mesma autonomia que eles desejam diretamente em relação à União, ou seja, em relação ao Congresso. Eles estariam livres e autônomos, cada um dos ramos, como eles devem ser.

Agora, não vejo isso como solução inevitável. E aí nós estamos construindo outras soluções de logística orçamentária e administrativa que podem preservar o MPU. E aí eu concordo. Quer dizer o MPU inteiro pode ter uma configuração e a que me parece a mais rica é a que foi citada aqui, copiando – isso foi colocado há dois dias, em uma reunião. Eu nunca tinha visto com essa configuração essa ideia. O Fabiano a trouxe e eu já adoto. Já coloquei para a minha diretoria, pois acho extremamente interessante – o que existe na previsão do Conselho da Justiça Federal. São tribunais autônomos e a questão administrativa é feita por um Colegiado.

Então, passando para outro ponto que V. Exª pediu para abordarmos, que seria o Conselho de Assessoramento Superior, não seria uma matéria meramente de assessoramento; seria a construção de um Colegiado com poderes executivos para essa parte orçamentária, que não precisaria ser sequer apenas com os quatro Procuradores Gerais, assim como o Conselho de Justiça Federal pode ter representantes de outras instâncias, representantes dos nossos conselhos superiores. É nós construirmos isso junto com o Senado; é fazermos uma sugestão ao Senado de uma solução que vai não apenas desatar esse nó, como enriquecer a construção da figura do Ministério Público da União.

Esta, para mim, é a melhor solução – eu não tenho nenhuma dúvida: mudar essa arquitetura, resolver o problema dessa questão, dessa reclamação, que – repito para V. Exª – nós constatamos que é verdadeira. Existem algumas questões administrativas que foram levantadas pelo Fabiano que nós entendemos que tem uma explicação um pouco mais complexa. Outras reclamações são altamente pertinentes. O fato é que não podem os ramos serem menoscabados perto do Ministério Público Federal. E não pode o Ministério Público Federal ser menoscabado perto dos demais ramos do Ministério Público e ser o único que não escolhe a sua própria liderança. Então, nós temos de encontrar essa solução.

A questão das Dez Medidas eu acho que já foi muito bem colocada. Eu só faço assim um elogio público não apenas ao DF, mas, como o Elísio falou – quero acrescentar isso, porque talvez ele tenha sido modesto – ao engajamento fortíssimo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, não só da Associação, como do Procurador-Geral, Leonardo Bessa.

Portanto, aplaudo. Estamos todos unidos nisso. Os meus dois coirmãos aqui também – Norma e Fabiano – talvez tenham esquecido de dizer, mas nós três bancamos uma campanha inclusive de televisão, quando chegou nessa fase das Dez Medidas aqui. Estamos todos unidos porque há muito tempo isso deixou inclusive de ser do Ministério Público. Passou a ser uma demanda do Ministério Público. É uma demanda da sociedade civil de progredir, de acabar ou de diminuir um pouco o nosso problema de impunidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – E também, Robalinho – desculpe-me, Senador – temos de apoiar o Procurador-Geral nessa luta de enfrentamento.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Perfeitamente. Estamos sempre unidos. Agora, há pouco tempo, soltamos uma nota com o Conselho Nacional dos Procuradores–Gerais também, o Lauro, todos nós assinamos, em conjunto, dizendo que a classe do Ministério Público como um todo entende e apoia o desempenho do Procurador-Geral da República.

Sem dúvida nenhuma, está implícita toda a questão da Lava Jato. Mas, na medida em que qualquer um de nós – e aí eu falo com tranquilidade para V. Exª saber que somos realmente todos irmãos aqui do Ministério Público – desde o promotor de justiça, o Procurador da República, no mais distante rincão do País, ao Procurador-Geral da República, se está exercendo a sua função e é atacado em razão desta, todos nós estamos juntos com ele. O Ministério Público é um só na defesa da independência funcional do trabalho correto e técnico de cada um dos nossos colegas.

Déficit democrático.

Eu não posso deixar de abordar apenas o seguinte: eu me sinto – aí sou eu; Norma usou essa expres- – um pouco constrangido em entrar nessa questão, porque realmente não tivemos a experiência que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Estados têm nem tivemos a experiência que os ramos têm de escolher, através de lista tríplice já legalmente estabelecida e constitucionalmente fixada. Então, no nosso ponto de vista...

Agora, quero que percebam os coirmãos, V. Exª e o Senado, que a nossa situação é um pouco mais complexa, não apenas por não estar prevista ainda constitucionalmente, mas pelo fato de que somos uma carreira de abrangência nacional, em que o Procurador-Geral tem como função atuar perante o Supremo Tribunal Federal, ainda que amanhã acabe o foro privilegiado.

O Senador Cássio não está aqui para nos ouvir, mas tenho certeza de que receberá a notícia de que a MPR também sempre foi a favor de acabar com ele. Entendemos que é um contrassenso diante da República e diante do fato de que somos todos iguais perante a República. Todos nós que estamos sentados aqui, nesta mesa – V. Exª e cada um de nós –, têm foro perante determinados tribunais – não na primeira instância – previstos pela Constituição. Para mim, isso é um equívoco. Mas, mesmo que se destrua isso, o Supremo Tribunal Federal continuará sendo a instância constitucional maior do País. É a última guarda, a última palavra sobre a Constituição e o Procurador-Geral ali atua.

Por todo esse grau de sensibilidade maior, acho que a minha carreira permanece dizendo que para nós, para a nossa construção federal, para o Ministério Público Federal, é melhor a lista tríplice; a lista tríplice que dê ao Presidente da República alguma liberdade ali, entre os três nomes que são indicados pela carreira, para que escolha. Entra um pouco por essa discussão do déficit democrático. É uma discussão mais complexa. É uma atribuição que tem a ver com o Supremo. Se o Judiciário é poder em todas as instâncias, o Supremo é mais ainda, porque, apesar de o julgamento ser técnico, é uma instância política também. Atuar perante o Supremo exige um maior cuidado com essa questão do déficit democrático.

Então, para nós, eu permaneço dizendo, sem que isso seja uma crítica severa ou rigorosa, porque não tenho essa experiência nem tenho essa autoridade, que a proposta que vem dos nossos coirmãos da Conamp de que para os Estados seja uma lista nominal, para nós ainda seria melhor a lista tríplice, por qualquer conformação, pelo menos para a escolha do Procurador-Geral da República.

Encerrando também, apenas agradecendo a V. Exª a paciência e a todos os coirmãos, aplaudindo, mais uma vez, a iniciativa, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – ...não só de ter trazido a matéria de volta à discussão, que é sempre extremamente pertinente, como a generosidade de nos trazer as entidades, os representantes do Ministério Público a debaterem aqui, no Senado Federal, esse assunto.

Agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esta Mesa e esta Comissão de Constituição e Justiça que lhe agradece, Dr. Robalinho, representante da MPR.

Eu queria, antes de concluir esta audiência pública, primeiro, agradecer ao Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, o Senador José Maranhão, pela honra que me proporcionou em me designar Relator desta Proposta de Emenda Constitucional nº 47.

Eu estou convencido, estou mais do que convencido, neste momento dramático da história nacional, do papel que cumpre o Ministério Público.

Foi muito bem dito aqui pela Drª Norma que a Constituição de 88 elevou o Ministério Público a uma condição que ele deve pertencer em um Estado democrático de direito em uma sociedade democrática. Defensor dos direitos difusos e coletivos, defensor da coisa pública, defensor dos direitos individuais do cidadão, enfim, fiscal da lei e defensor da sociedade. São esses os termos proclamados pela Constituição de 1988, a mais cidadã e democrática de todas as nossas ordens constitucionais.

O que procuraremos fazer aqui com essa Proposta de Emenda à Constituição e ao que a minha convicção leva é aprofundar o sentido que já foi externado pelo Texto Constitucional de 1988.

Foi devido a essas atribuições que cabem ao Ministério Público, designados pela nossa Constituição – eu repito: a mais democrática de todas as Constituições de nossa história –, que é possível o Ministério Público estar hoje protagonizando uma cena nacional que é motivo de orgulho para todos os brasileiros. Eu respeito todas as nossas instituições, mas tenho o convencimento de que é o Ministério Público a mais republicana de todas as instituições do nosso Estado democrático de direito.

Eu queria completar aqui, saudando todos os ramos do Ministério Público aqui presentes, pela realização, nesta semana, do Seminário Grandes Casos Criminais – a experiência italiana e as perspectivas no Brasil.

Saúdo e destaco a participação de todos os ramos do Ministério Público – do Ministério Público Estadual; Ministério Público Federal; do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, que é o Procurador-ral da República, Dr. Rodrigo Janot.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Coube-me também a enorme honra de ser um dos conferencistas deste evento. Eu queria destacar aqui a declaração final deste evento, a Declaração de Brasília Contra a Corrupção. Faço questão de ainda, nesta semana, utilizar a tribuna do Senado para fazer a leitura completa da Declaração de Brasília. É importante que o Senado da República a repercuta, e é fundamental que a sociedade brasileira tome conta dessa Declaração, em especial como uma declaração de amor aos valores republicanos, ao nosso País.

Acho que ficou claro, neste seminário de que participamos, que as Dez Medidas Contra a Corrupção não são hoje somente uma iniciativa dos diferentes ramos do Ministério Público Brasileiro; são hoje uma causa de toda a sociedade brasileira.

Eu diria mais: as Dez Medidas Contra a Corrupção são hoje o antídoto para, como nós dissemos nesse seminário, evitarmos que o capítulo posterior à Operação Lava Jato seja – abre aspas – a "berlusconização do Brasil" – fecha aspas.

O melhor antídoto é, portanto, a instituição que tem conduzido a Operação Lava Jato; é por assim dizer a instituição que também apresentou o antídoto para que evitemos os retrocessos que os nossos irmãos italianos lamentavelmente tiveram.

Isso só será possível se a sociedade brasileira, de fato, se empoderar dessa bandeira e ocupar as comissões e todas as entradas do pavilhão arquitetônico do Congresso Nacional para pressionar as Srªs e os Srs. Deputados e Deputadas e Senadores pela aprovação das Dez Medidas e pela aprovação de iniciativas como esta que visam a aperfeiçoar e a avançar ainda mais no espírito da Constituição de 88 e nos poderes consagrados ao Ministério Público.

Quero aqui destacar que, na condição de Relator desta matéria, o texto será redigido com o conjunto de mãos que participaram desta audiência pública. E esta audiência pública, sem dúvida alguma, o balizará.

Tenho certeza de que aqui os poucos – e aqui destaco: poucos, Drª Norma – pontos divergentes que ocorreram serão consensuados e nós conseguiremos encontrar um denominador comum para emprestar ao Brasil e à Constituição mais esta contribuição ao aperfeiçoamento democrático da nossa República.

Quero agradecer enormemente a presença de todos.

Declaro encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2016.

Às dez horas e oito minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Aloysio Nunes Ferreira e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Medeiros, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à LEITURA DE AVISOS. Os seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Ofício nº 615/2016/SF; Aviso nº 360/GP/TCU em resposta ao RMA nº 29/2012; Aviso nº 381/TCU/Plenário; Aviso nº 384/TCU/Plenário; Ofício nº 8, de 2016; e Ofício PRDL nº 218/2016. PAUTA. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2012 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 706, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para instituir a adoção da adição obrigatória de até 30% de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final até o ano 2040. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 773, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Ronaldo Nogueira , Ministro do Trabalho; 2. Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 3. Zenaide Honório, Presidente da Diretoria Executiva do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; 4. Jessé Souza, Presidente do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e 5. Peter Poschen, Diretor do Escritório da OIT - Organização Internacional do Trabalho no Brasil. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 18, de 2016. Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, no dia dois de agosto do corrente ano, para debater responsabilidades pelo descumprimento do prazo legal para fechamento dos lixões. A Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, teve como ponto essencial o cumprimento da medida de fechamento dos lixões a céu aberto. A não observância doas prazos fixados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, faz-se necessário a discussão desse tema. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Sr. Secretário Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades; Sr. Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Presidente da ABES-Associação Brasileira de Engenharia Sanitária; e Sr. Presidente do CEMPRE- Compromisso Empresarial para Reciclagem, Victor Bicca. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 19, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e apurar a ameaça do avanço do plantio da soja no bioma Pantanal. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Roberto Luiz Leme Klabin Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal; 2. Presidente do IBAMA; 3. Presidente da Embrapa; 4. Dr. Jaime Verruck Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso do Sul; 5. Dr. Carlos Fávaro Vice-Governador e Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; 6. Deputado Sarney Filho Ministro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Meio Ambiente. Autoria: Senador Pedro Chaves. Resultado: Aprovado. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo quórum, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício nº 615/2016/SF;

Aviso nº 360/GP/TCU em resposta ao RMA nº 29/2012 – o aviso foi enviado ao requerente;

Aviso nº 381/TCU/Plenário;

Aviso nº 384/TCU/Plenário;

Ofício SN nº 8, de 2016; e

Ofício PRDL nº 218/2016.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso a seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDH.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, para ler o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, eu estou trazendo um substitutivo, tendo em vista que, nas consultas que fiz, o próprio Ministério do Meio Ambiente apresentou algumas sugestões.

Refiro-me ao Projeto de Lei nº 95 de 2012, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar a negociação de títulos mobiliários no mercado brasileiro de redução de emissões relativas às emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas, que deverão ser previamente autorizadas pela Funai.

É óbvio que, nesse mercado, há que se ter a garantia das florestas e esse projeto se refere a áreas indígenas.

O projeto.

A proposição tem como intuito estabelecer a necessidade de autorização prévia da Funai para negociação de títulos mobiliários no mercado brasileiro de reduções de emissões relativas às emissões de gases de efeito estufa em terras indígenas.

Fatos que apresentaram ou que motivaram a apresentação deste projeto.

Segundo o autor, o objetivo do projeto é proteger os direitos e interesses das populações indígenas, tando que se repitam episódios como os ocorridos em outras ocasiões, quando comunidades indígenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

quando comunidades indígenas transferiram ilegalmente potenciais créditos de carbono gerados em reservas indígenas. Isso já aconteceu em vários outros países, apesar de ser um mercado emergente, o parecer é pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Sendo assim, favorável à manifestação prévia da Funai para que haja negociação.

Contudo, enquanto a proposição inicial exige a manutenção da Funai apenas na fase da comercialização dos títulos, o substitutivo propõe que a Funai deverá se manifestar em instante prévio ao próprio registro.

A ideia é, por se tratar de áreas indígenas, e aí a comercialização de redução de emissões – esse mercado é ainda pouco conhecido no Brasil e fora do Brasil –, eu acho que vale aqui a precaução. A intenção do Senador Vital do Rêgo era que a Funai se manifestasse no momento da comercialização. Mas veja como isso pode ser um agravante, um problema, na minha percepção e nas consultas que nós fizemos.

Quer dizer, uma empresa vai investir, vai haver uma série de estudos, custos, tempo, e quando ela está numa fase final de comercialização, busca na Funai uma autorização para fazer aquela comercialização. Se a autorização não vier, ela perde todos os serviços e os recursos. Eu acho que só tem sentido – e aí meu substitutivo – se for logo no início. A empresa, se tiver a concordância da Funai, que vá fazer os investimentos, vá fazer os estudos e comercializar. Então, só estou fazendo essa correção.

O propósito do Senador Vital do Rêgo, eu estou acatando, que é de ter autorização da Funai. Todavia, como uma comercialização de títulos mobiliários que envolve crédito de carbono realmente exige muitos estudos e investimentos, é um mercado muito sensível, eu só estou fazendo essa adequação a partir das consultas que fiz para que a autorização seja prévia e, a partir daí, obviamente, o trabalho pode ser desenvolvido.

Essa alteração busca evitar uma situação de risco para as comunidades indígenas envolvidas e também para os eventuais empreendedores que podem ter comprometido. No caso dos indígenas, obviamente, quando se faz um um negócio como esse, compromete-se durante muitos anos aquela floresta.

Então, o meu relatório, como eu estou aqui resumindo, é pela aprovação, de acordo com o substitutivo.

Do ponto de vista legal, eu acho que a matéria é meritória e atende, apesar de nós estarmos vivendo ainda o início desse tema. A minha proposta, então, altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários do mercado e redução de emissões relativas às emissões de gases de efeito estufa evitadas deverá ser previamente autorizada pela Funai.

Essa lei altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliário do mercado brasileiro de redução de emissões relativas às emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O art. 9º da lei passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo Único. A negociação de títulos mobiliários relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela Fundação Nacional do Índio.

É basicamente essa alteração que eu estou fazendo. Com isso, eu acho que dá segurança jurídica tanto para as populações indígenas como também para aqueles que queiram comercializar esses certificados de redução de emissões.

Então, esse é o meu parecer, pela aprovação, mas em concordância com o substitutivo que apresento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Jorge Viana.

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro, depois o Senador Ivo Cassol e o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, o projeto do Senador Vital do Rêgo trata de um tema, como disse o Senador Jorge Viana, em seu parecer, que é a negociação dos títulos mobiliários de redução de emissões relativas a gases de efeito estufa, e em especial, Senador Jorge Viana, na nossa Amazônia. Preocupa-me, Presidente.

Eu tenho um projeto que não consigo fazer tramitar, caminhar no Senado. É um projeto que faz com que possamos restabelecer o respeito à Federação brasileira, ou seja, o respeito aos Estados.

Senador Jorge Viana – não sei se V. Exª compartilha do mesmo pensamento que o meu –, eu acho que é um desrespeito aos Estados brasileiros a criação de reservas de qualquer tipo – ambiental, indígena –, sem que seja ouvido o Estado onde essas reservas são estabelecidas. Elas são criadas, Senador Otto Alencar, por decreto do Presidente da República, ou seja, o Governador do Estado, que representa a população do Estado, nós, que representamos, no Senado brasileiro, os Estados não temos conhecimento. Então, isso cria proble-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mas. Não que sejamos contrários à criação de reservas, quando necessárias, mas que se cumpra a Constituição. A Constituição determina que, para se criar uma reserva, deve haver procedimentos antecipados de verificar quem é que está ocupando aquela área, fazer uma avaliação das benfeitorias daquela área, a indenização das pessoas, e depois ser homologada a reserva. O Executivo faz exatamente o contrário: homologa e depois quer tirar à força, sob vara, vamos dizer assim, as pessoas que estão há 30, 40 anos naquelas áreas. Isso acontece comumente no Pará. Temos a Apyterewa, Jamanxim, temos vários tipos disso.

Com todo o respeito aos nossos irmãos indígenas, que merecem de nós todo o respeito, mas com toda crítica à Funai, à ação da Funai: o que se vê é que a Funai é incompetente na função de atender às nações indígenas na saúde, na sua defesa, no seu objeto.

Então, com permissão do Senador Jorge Viana, vou pedir vista ao projeto, ao parecer, para que nós possamos aprofundar esse estudo. Aí poderemos, talvez, até fazer uma audiência pública, para que nós possamos discutir com mais profundidade o mérito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria saudar, um pouco tardiamente, a presença do Senador Pedro Chaves, do Mato Grosso do Sul, que há pouco conversava comigo sobre um bioma super importante do Brasil que é o Pantanal. Ele vai apresentar um requerimento para uma audiência pública a respeito da situação do Pantanal, da utilização de defensivos agrícolas nas plantações que podem, de alguma forma, comprometer toda a fauna e flora do nosso Pantanal.

Com a palavra o nosso Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, esse PLS, de autoria do nosso amigo e parceiro Senador Jorge Viana, vem ao encontro da realidade.

Nós, que assistimos hoje as comunidades indígenas e com elas convivemos, vemos que elas, Senador Flexa Ribeiro, vivem com um prato na mão pedindo esmola para o Município, para o Estado ou para o Governo Federal. A Funai como um todo não consegue sequer dar saúde digna aos índios, às etnias que existem nos quatro cantos do Brasil. Nós temos algumas áreas indígenas que são mais avançadas, que têm um nível de vida melhor, mas nós temos outras que, infelizmente, estão totalmente abandonadas e sequer têm uma roupa para dar a uma criança indígena pequena.

E aí nós temos uma imensidão de terra. Na verdade, nós estamos como o pulmão do mundo, e ninguém paga como compensação por isso. Então, nada mais justo, Jorge, os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Pará, que têm muitas áreas indígenas, que alguém pague por cada aldeia, por cada reserva indígena, e que se trabalhe, como compensação financeira, para eles terem uma vida digna perante nós, junto com a sociedade. Eles estão integrados junto conosco só com o nome, na lei e na Constituição, mas, na verdade, na prática, é como se fossem isolados.

Nós temos lá várias áreas indígenas, como Roosevelt, Rio Branco, a dos karitianas e tantas outras. Os que estão mais próximos têm mais facilidade para ter uma vida melhor, mas a maioria deles sequer tem roupa para as crianças ou um remédio ou um comprimido para verme para os filhos dos índios.

Portanto, essa compensação de emissão de gás, como resultado financeiro, como barganha, como o povo da roça costuma falar, ou como contrato disso, que volte o resultado diretamente para essas comunidades, com acompanhamento. Eu até acredito que deveria ser diferente. Deveria não estar autorizado pela Funai. Deveria estar autorizado o acompanhamento pela fiscalização do Ministério Público. A Constituição coloca o Ministério Público Federal como guardião dos índios. Então, por que não tirar da Funai? Com isso, o Ministério Público fiscalizaria todas aquelas aldeias, porque são várias aldeias dentro de uma área indígena, não há só uma, todas beneficiadas, e não só o cacique, que muitas vezes gosta de ter meia dúzia de mulheres brancas bancadas com o dinheiro público. Isso é verdade. No meu Estado, havia um cacique lá que, na época dos diamantes de Espigão, e eu denunciava, "traçava" meia dúzia de mulheres, pagando, e os outros índios passando fome, passando miséria, dentro da aldeia. Isso não é justo.

Então, se temos o Ministério Público, que é o fiscal, que dá a tutela, a guarida e a segurança para os índios, para todas as reservas, por que não ele acompanhar e autorizar? E outra coisa: não é só uma autorização. O Almir Suruí, que é um líder indigenista nosso que existe lá, em Rondônia, tem trabalhado em uma área que já deu certo. Mas por que só uma se temos centenas de áreas indígenas em que pode ser feita a compensação? E quem paga por isso? Quem está colocando esses gases na atmosfera e atrapalhando todo mundo?

Com isso, os nossos povos indígenas não precisam mais de esmola do Governo Federal. "Ah! Mas o Governo Federal está ajudando!" É conversa para boi dormir; é esmola o que eles dão. Eles passam miséria, passam necessidade, até para comprar remédio, até para pagar uma escola ou qualquer coisa necessária – não há!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, se nós aprovarmos, com certeza, Senador Jorge Viana... O Senador Flexa pediu vista. Ao mesmo tempo, Senador Flexa, eu desejo que V. Exª reforce e devolva o quanto antes possível. Caso contrário, eu peço vista coletiva, para que possamos ter esse respaldo logo, para reforçar, para que possamos ter isso aprovado e possamos dar liberdade e autonomia às aldeias, aos índios, para que tenham acesso e consigam negociar essa compensação e ter dinheiro para poder sustentar suas aldeias e viver com dignidade, sem depender de nós, da estrutura de Governo falida e combalida. A cada dia uma notícia nova aparece em âmbito nacional.

Então, eu só quero colocar à disposição isso. Sou a favor que se libere urgentemente, para que possamos dar mais dignidade a todos os povos indígenas. E que o Ministério Público Federal, já que é guardião de todos os índios, fiscalize e acompanhe a autorização e os investimentos que estão sendo feitos com esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. Depois, Senador Jorge Viana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu sou simpático e devo votar o parecer do Senador Jorge Viana. Agora, eu queria só aproveitar a oportunidade para perguntar ao Senador – o qual acho que é a pessoa que, entre nós, tem mais, digamos, cabedal de informações, para nos esclarecer esse ponto – a quantas anda o marco legal e a implementação desse mercado de sequestro de carbono no Brasil, porque foi um dos temas importantes que nós tratamos no nosso Código Florestal, do qual o senhor foi o Relator. E eu queria saber, se o senhor pudesse dar uma informação, ainda que sucinta, não sei se há agora ou na próxima sessão, para termos uma informação sobre esse mercado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço.

E quero dizer ao colega Senador Flexa e ao Senador Cassol, que pediram vista coletiva, que eu acho que é importante darmos esse primeiro passo.

Antes, eu queria saudar o Senador Pedro, que está aqui na nossa Comissão pela primeira vez. Seja bem-vindo!

Senador Aloysio, estamos aqui diante de algo que não tem quase nenhuma regulação. Então, pela primeira vez, nós vamos estabelecer uma regra que, para comercializar a redução de emissões usando áreas indígenas, haja uma regra que vai ouvir a Funai em um momento.

O Senador Vital do Rêgo, em boa hora, apresentou uma iniciativa a respeito. Mas nós não temos normativa nenhuma. Aí há uma posição do Itamaraty, do Governo brasileiro, no sentido de não querer descentralizar a possibilidade de comercialização desse mercado. O que nós temos hoje é um grupo de Estados do Brasil, são subnacionais, e de outras partes do mundo junto com a Califórnia. O Acre está envolvido, Mato Grosso está envolvido, também a Malásia. Eles criaram um sistema de cooperação. São Estados subnacionais que procuram comercializar. O Estado da Califórnia foi o que mais avançou. Mesmo nos Estados Unidos, há controvérsia a respeito disso.

Vejam bem, quem é que pode comercializar o sequestro de carbono nas florestas? É o país e de maneira centralizada? O Senador Flexa estava falando que os Estados deveriam ser ouvidos quando da demarcação de áreas. Ou são os Estados, que são os guardiões das florestas? No caso do Acre, estamos bem avançados, pois há uns seis, sete anos temos cooperação. Mas eu diria, para resumir, que não há quase nenhuma regulação nesse sentido, sequer há uma decisão mais conclusiva por parte do Governo brasileiro sobre esse tema, porque é um mercado novo, pouco conhecido, que envolve possibilidade de mudança no valor desse sequestro. E ele está muito inserido na mudança do clima, principalmente para países tropicais.

Então, acho que esse é um tema que nós deveríamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós temos compromissos firmados, na última Conferência do Clima, de redução das emissões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

Eu estou com um projeto de lei que tenta transformar em lei – está tramitando aqui no Senado – os compromissos do Governo brasileiro que foram agora assinados pela Presidente Dilma em Nova York. Foram assumidos em Paris e assinados em Nova York. O Brasil deve tranquilamente alcançá-lo. O atual Ministro Zequinha tem um na Câmara de igual teor. Os dois estão se encontrando e tentam transformar em lei os compromissos voluntários que o Brasil assumiu.

Mas eu acho que o Senador Aloysio está trazendo...

Senador Otto, aqui fica uma sugestão, ou seja, eu acho que seria muito apropriado nós convidarmos uns três ou quatro especialistas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Era o que eu ia propor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... para fazer um debate aqui sobre esse mercado, aproveitando que temos aqui o pedido de vista. Se nós fizermos isso, para vermos a quanto andam os compromissos que o Brasil assumiu ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que é do Ministério do Meio Ambiente? As iniciativas legislativas ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E até o setor privado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... a experiência internacional e o setor privado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – No caso, por exemplo, há essa proposta dos Estados subnacionais e pode vir um representante deles aqui para nós tomarmos conhecimento disso. Esse é um mercado que envolve centenas de bilhões e, no futuro, deve crescer muito, mas eu não me arvoro também a fazer maiores análises, até por conta do quanto ele é desconhecido ainda. Mas é muito válida a sua pergunta, que pode nos trazer um tema para debatermos aqui que, entendo, para um País como o nosso, ser da maior importância.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Acho que você podia propor, Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge Viana, o meu pedido de vista ao parecer de V. Exª segue a linha da preocupação do Senador Aloysio. Eu acredito que essa questão da remuneração do sequestro de carbono pelo Brasil, pelo Estado brasileiro é da maior importância. Nós somos cobrados pelo resto do mundo, mas só que o resto do mundo acha que nós temos que fazer esse sequestro sem que haja uma compensação por isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós somos cobrados não só pelo resto do mundo mas também pela legislação brasileira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, lógico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A partir do Código Florestal, os proprietários agrícolas têm que manter uma parte da sua área como reserva legal, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vinte por cento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente, 20%...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na Amazônia é 80%.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na Amazônia, 80%.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Na minha região, 20%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª é um felizardo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agora, a implementação desse mercado seria um estímulo para que o agricultor mantivesse a sua reserva legal, a fim de que ele pudesse auferir uma renda disso. Então, penso que seria algo que atenderia não apenas os nossos compromissos internacionais, mas também uma necessidade que temos no Brasil hoje de implementar uma lei que é importante, que foi saudada pelo mundo todo, que é a Lei do Código Florestal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós avançamos bastante. E nisso o Senador Jorge Viana tem mérito junto com o saudoso Senador Luiz Henrique na relatoria do Código Florestal. Em relação a essa reserva legal a que o Senador Aloysio Nunes se referiu, que na Amazônia é de 80%, o proprietário precisa ter o retorno desse investimento. Ele não pode ficar olhando para a floresta e a floresta não ser... Já avançamos no Código Florestal e hoje já é permitido fazer compensação da área – e defendemos isso há décadas – de reserva florestal fazendo locação de espaços que sejam públicos ou privados. E aí oferece renda para quem tem a reserva.

Eu queria só fazer um adendo aqui a tudo aquilo que o Senador Jorge Viana falou de forma correta. Acho que esse problema, Senador Jorge, não é somente da questão das áreas indígenas, ele abrange tudo. Então, já que V. Exª diz que não há regulamentação, não há um processo, acho que a Comissão, Presidente, poderia ampliar o projeto, Senador Aloysio, e vamos discutir a questão da compensação financeira pela redução da emissão dos gases de efeito estufa em nível global, e com global eu quero dizer abrangendo todo o Brasil, todas as áreas.

Então, vamos trazer à discussão em audiências públicas e tentar regulamentar aquilo que o Senador Jorge Viana diz que não está regulamentado hoje. E por não estar regulamentado, não se sabe como auferir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exato. Mas tem que organizar e definir como fazer. Essa é a proposta, Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A proposta, então, é fazer uma audiência pública. V. Exª pode então formalizar o requerimento para que seja colocado em votação...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu preparo junto com os colegas e vamos assinar conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em relação ao item 3, o Senador Valdir Raupp pede que se retire de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 706, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para instituir a adoção da adição obrigatória de até 30% de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final até o ano 2040.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 4:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 773, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

Passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Ataídes Oliveira, para que possa relatar o Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos então ao relatório.

Vem para análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015, de autoria do nosso colega e competente Senador Ricardo Ferraço, que altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.

O PLS nº 773, de 2015, foi despachado a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e depois segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde será analisado em decisão terminativa.

Em 17 de março de 2016, foi designado Relator da matéria o Senador Valdir Raupp. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

O projeto tem como objetivo autorizar o aproveitamento de rochas ornamentais pelo regime de licenciamento, ou de autorização e concessão. Atualmente, a exploração de rochas ornamentais é feita somente sob o regime de autorização e concessão. A proposição permite a exploração pelo regime mais ágil do licenciamento, mas, nesse caso, a exploração ficaria restrita à área máxima de cinquenta hectares, como determina o parágrafo único do art.1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro 1978.

Esse é o relatório.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei, no que for atinente à defesa do meio ambiente.

O PLS nº 773, de 2015, acrescenta ao art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, o inciso V, que inclui as rochas ornamentais e de revestimento no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.

Conforme ressaltado na justificação, as rochas ornamentais estão enquadradas nos regimes de autorização e concessão e, dadas as dificuldades enfrentadas pelo DNPM na análise dos processos para a concessão de lavra, é raro um processo chegar à portaria de concessão de lavra em menos de 5 anos. Como consequência, as rochas ornamentais têm sido extraídas, em sua grande maioria, mediante guia de utilização, que é um documento que autoriza a lavra em fase experimental e não traz a segurança jurídica associada à portaria de concessão.

Essa foi a forma que o DNPM encontrou para liberar a exploração mineral antes da concessão de lavra. O que deveria ser exceção virou regra. Em 2014, enquanto o DNPM, em todo o Brasil, autorizou 1.083 guias de utilização, o Ministério de Minas e Energia outorgou apenas 281 portarias de lavra.

Para evitar essa situação precária, o PLS nº 773, de 2015, busca justamente enquadrar a exploração de rochas busca justamente enquadrar a exploração de rochas ornamentais em um regime mais simples, que permite aos mineradores obter seus títulos com maior rapidez.

Tal mudança faz todo o sentido, visto que a atividade produtiva de rochas ornamentais é fundamentalmente integrada por micro e pequenas empresas de lavra, mineradoras, beneficiamento, serrarias, acabamento, marmorarias, e serviços cuja realidade se aproxima muito mais da de outras rochas e minerais de uso imediato na construção civil, agregados, regidos pelo regime de licenciamento.

O atual regime de autorização e concessão de direitos minerários, devido às limitações enfrentadas pelo DNPM, já impõe sérias dificuldades aos grandes produtores e transformadores de *commodities* minerais, apesar de esses terem muito mais estrutura para lidar com as exigências e as demoras no processo burocrático.

Esse regime não é adequado para rochas ornamentais, um setor muito sujeito ao modismo do mercado consumidor, que requer dos produtores constantes modificações na carteira de produtos e, portanto, rápido acesso a novas jazidas. Manter a situação inalterada significa penalizar o setor e prejudicar a sua competitividade nos mercados interno e externo.

Enquadrar os produtores de rochas ornamentais no regime de licenciamento não alterará o rigor legal devido pelas empresas às suas responsabilidades ambientais, trabalhistas, fiscais e outras.

Segundo o art. 3º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978:

> Art. 3º. O licenciamento depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica, expedida pela autoridade administrativa local, no Município de situação da jazida, e da efetivação do competente registro no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia, mediante requerimento cujo processamento será disciplinado em portaria do Diretor-Geral desse órgão, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

No que concerne mais especificamente à proteção ambiental, o PLS nº 773 não representa qualquer ameaça, embora o regime de licenciamento se caracterize por procedimentos e tramitação relativamente mais simplificados, não reduz a necessidade de se atender a todos os requisitos para a obtenção de licenças ambientais.

A Portaria nº 266, de 2008, do DNPM, que dispõe sobre o processo de registro de licença, deixa bem clara a exigência de licença ambiental:

> Art. 6º O requerente deverá apresentar ao DNPM, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da protocolização do pedido de registro de licença, a licença ambiental de instalação ou de operação, ou comprovar, mediante cópia do protocolo do órgão ambiental competente, que ingressou com o requerimento de licenciamento ambiental, dispensada qualquer exigência por parte do DNPM, sob pena de indeferimento do requerimento de registro de licença.
>
> .....
>
> Art. 10 A outorga do registro de licença ficará condicionada à apresentação da licença ambiental expedida pelo órgão ambiental competente.

A garantia da preservação do meio ambiente permanece intocada. Em suma, acreditamos que, adotado o regime de licenciamento para o aproveitamento de rochas ornamentais e de revestimento, a simplificação do processo trará ao setor maior celeridade na obtenção dos títulos e maior segurança em seus investimentos.

O resultado será a expansão de um setor que pode muito contribuir para a recuperação da economia Brasil, já então combalida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em face do exposto, Sr. Presidente, somos evidentemente pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 773, de 2015.

Esse é o voto.

E quero aproveitar e parabenizar o Senador Ricardo Ferraço por esse belo projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o projeto de lei.

Para discutir, o nobre Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei no seu bojo está correto. Eu vejo um problema de natureza de propriedade. Às vezes, temos duas ou três propriedades que são lindeiras uma da outra – lindeira é um termo que se usa em Mato Grosso do Sul –, são vizinhas uma da outra. E, às vezes, o veio de mármore ou de areia invade uma área em relação à outra. As pessoas pedem licença para exploração do que há no subsolo, que é da União, e o DNPM autoriza isso sem que haja um pacto entre os dois proprietários.

O que poderíamos fazer nesse sentido? Supondo que você está falando que basta uma licença para que a pessoa possa fazer a exploração do material, do mármore, etc. Se a pessoa é dona de uma propriedade e ao lado da sua propriedade continua o material existente, basta pedir licença e ele pode invadir a propriedade do outro? Tem que haver pacto? Teria que legislar melhor sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós já temos uma legislação.

O Senador Ricardo Ferraço, que é o *expert* no assunto, vai dar uma explicação ao Senador Pedro Chaves.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Na condição de autor, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir e o nobre Relator Ataídes, esta observação feita pelo Senador é real. Mas nós não estamos atacando este tipo de dificuldade e de conflito neste projeto.

Talvez fosse interessante e adequado o que V. Exª, que traz uma boa observação, pudesse atacar, num outro projeto, um caminho para dirimir esse tipo de conflito.

O que estamos fazendo neste projeto é dar ao segmento de rochas ornamentais, que é um segmento muito importante para alguns Estados brasileiros, importante para o Estado de Rondônia, importante para o Estado da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para a Bahia é superimportante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... importante para o meu Estado de Espírito Santo, para o Estado de Tocantins – o meu Estado, por exemplo, é responsável por 80% da produção de rochas ornamentais do Brasil.

De fato, essa observação que V. Exª traz à baila é uma observação absolutamente real, mas não enfrentei esse tipo de conflito aqui no projeto. O que estamos tentando aqui é dar ao segmento de rochas ornamentais o mesmo tipo de tratamento que outros segmentos minerais têm, que são os agregados, que são também utilizados pela construção civil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Os agregados da construção civil estão submetidos ao regime de licenciamento, que é um regime que tem critérios complexos e que está submetido e subordinado a regras do Departamento Nacional de Produção Mineral.

No sistema de concessão, em função de o órgão estar absolutamente desestruturado em torno de meios, modos e recursos para o seu funcionamento, existem casos de concessões, no caso de rocha ornamental, que demoram até 20 anos para aquele empreendedor, que está ali gerando riqueza e contribuindo com o desenvolvimento daquela região.

Esta é uma atividade que tem contribuído com muitos Municípios do interior do nosso País. É o caso de uma atividade que é muito importante, por exemplo, em regiões onde a agricultura já dominou e já liderou a atividade econômica, e esse tipo de atividade diversifica, naquela região ou naquele Município, a atividade econômica. É assim em muitos Municípios do meu Estado, o Espírito Santo, e tenho certeza de que é assim também em muitos Municípios do Estado da Bahia, onde havia apenas a atividade pecuária extensionista, que, inclusive, não é geradora de muita mão de obra e dinamismo econômico, e a atividade da extração mineral de rocha ornamental acaba diversificando e gerando prosperidade compartilhada nessas regiões.

No nosso projeto, estamos tão somente atacando o tema da simplificação. Mas eu sou parceiro de V. Exª num outro parceiro em que possamos encontrar uma solução razoável para essa questão que V. Exª traz à baila, [illegible] é realmente fruto de conflitos que são reais. Portanto, estarei ao lado de V. Exª para que, juntos, possamos [illegible]contrar uma solução para essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ricardo Ferraço, esse projeto de V. Exª é um projeto superimportante.

Eu sei que o Espírito Santo detém a hegemonia de rochas ornamentais, inclusive o Espírito Santo leva muito granito da Bahia, o granito azul lá de Potiraguá e de outras regiões...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É produzido na Bahia e processado no Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é. No Espírito Santo. No meu Estado, fizemos um projeto, quando fui Secretário da Indústria e Comércio, de artesanato mineral. Trouxemos técnicos da Itália para prestar ensino a vários interessados no interior do nosso Estado, e esse projeto hoje tem lá vários núcleos de artesanato de exploração mineral, que fazem esses artesanatos, e hoje gera 20 mil empregos diretos no Estado. Então, realmente há uma absorção muito grande de mão de obra, e isso simplifica demais, porque, às vezes, as licenças de exploração demoram muito tempo para serem dadas para e também para que as pessoas possam utilizar do artesanato mineral. A Bahia, hoje, exporta muito, já vende muito artesanato mineral para outros Estados do Brasil e até para fora do País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – E a Lei nº 6.567 trata desse tema, dispõe sobre o regime especial para exploração e o aproveitamento dessas substâncias que são de propriedade da União. Insistindo, o DNPM, que deveria se valer da guia de utilização em casos excepcionais, está se valendo da guia de utilização como regra. E esse tipo de documento e de delegação para que se possa fazer uma exploração dessa natureza não gera segurança jurídica. E o empreendedor necessita de segurança jurídica para que ele possa fazer investimento e ter previsibilidade.

Portanto, o enquadramento do segmento de rochas ornamentais, por ser um segmento voltado para o setor de construção civil aos demais elementos, que são os agregados, como brita e assim por diante, isso vai dar celeridade, simplificar a vida do empreendedor brasileiro, que padece por uma estrutura absolutamente antiquada, que não tem a ver com os esforços dos profissionais do Departamento Nacional de Produção Mineral. Mas o fato objetivo é que este órgão não tem merecido por parte dos governos a atenção adequada. Até porque esse é um segmento que recolhe o CFEM, que é a Compensação Financeira pela Exploração Mineral. Pela lei, parte do CFEM deveria obrigatoriamente ir para a estruturação do DNPM e não vai, rigorosamente está indo para fazer superávit primário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – E aí o órgão está absolutamente aquém da necessidade de uma realidade, ou seja, nós temos uma enorme vocação, um enorme potencial e não exploramos esse potencial, porque, nesse caso específico, assim como em outros, por óbvio, o Estado não apenas não ajuda, mas atrapalha, impedindo que essas atividades possam se desenvolver e gerar, como eu disse, prosperidade compartilhada nessas regiões que historicamente são hegemônicas em razão da monocultura ou de café ou da atividade leiteira ou da atividade pecuária. Esse tipo de atividade diversifica contribuindo com a geração de emprego, de trabalho, de oportunidade, assim como com a geração de rendas governamentais.

Portanto, é nessa direção que nós estamos apresentando o projeto e pedindo apoio ao Senador Pedro para que, oportunamente, nós possamos tratar em conjunto desse outro tema que V. Exª traz à pauta, que é, de fato, absolutamente necessário.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, eu quero parabenizar o Senador Ferraço, que traz um projeto que vem apenas simplificar o processo de autorização ou concessão para exploração de rochas ornamentais.

Esse é um projeto, como ele diz, de importância para o Estado do Espírito Santo, para a Bahia, para diversos Estados, Tocantins – o Pará também tem rochas ornamentais.

Vou acompanhar o parecer do Senador Ataídes, pela aprovação.

Quanto à preocupação do Senador Pedro Chaves, ela tem procedência, porque quando o concessionário consegue o direito de lavra, em que o subsolo é de propriedade da União, o proprietário da terra não pode deixar de permitir a exploração do subsolo, mas ele tem o direito, como superficiário, da CFEM, de parte, de outra CFEM, outro complemento da CFEM. É o que diz hoje o Código Mineral.

Mas o que nos preocupa, Senador Pedro, é que esse Código Mineral que está vigendo tem 40 anos. Nós no Congresso Nacional esperamos durante três anos que o Executivo encaminhasse um projeto para fazer a isão do Código Mineral. Aí ficamos aguardando – era hoje, era amanhã, era hoje, era amanhã. Ele chegou, s está há três anos na Câmara Federal e não consegue andar, porque ele precisa, evidentemente, de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

revisão geral. Por exemplo, quando você consegue o direito de lavra, é *ad aeternum*; você pega o papel, coloca numa gaveta, não tem obrigação de explorar e fica esperando que haja a mais-valia, para que ele possa vir a negociar lá na frente aquilo que lhe foi dado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Na prática, fica-se especulando com um bem da União e não gerando riquezas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Fica especulando com um bem dos brasileiros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É isso, claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com um bem dos brasileiros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Da União.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso tudo precisa ser revisto.

A proposta é que o DNPM seja transformado numa agência reguladora, dando-se efetivamente condições para que ele execute o seu papel de regular e fiscalizar. Eu espero que não seja mais uma agência reguladora em que os recursos que vão para a agência, como vão para o Tesouro, sejam absorvidos para o superávit primário e não para atender o objeto da agência.

Por último, Senador Pedro, eu tenho um projeto aqui a respeito. Eu reputo ao Código Mineral uma discussão tão complexa quanto foi a do Código Florestal. Então, nós não vamos chegar a um denominador comum tão cedo, pois as pressões são de todos os lados.

O âmago da questão para nós do Estado do Pará, do Estado de Minas Gerais, do Estado da Bahia e acho que do Estado de Tocantins é exatamente a questão da CFEM. Em especial no minério de ferro, ela prejudica o Estado do Pará sobremaneira, porque a tributação sobre exportação de minério de ferro não existe e não deveria existir, mas deveria ser compensada pela União e não o é. Então, a CFEM cobrada sobre o minério de ferro, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, hoje representa um valor insignificante, Senador Otto Alencar.

Nós temos um projeto pontual para corrigir a CFEM, que no Brasil é de 2% sobre o valor líquido. E aí – eu não vou citar empresas. Como é valor líquido, as empresas começam a colocar um bando de jabutis nos custos, de tal forma que o valor da *commodity* seja reduzido para um valor menor, para pagar uma taxa irrisória sobre um valor menor. Então, nós temos um projeto que, primeiro, transforma a cobrança, a base de cálculo do valor líquido para o valor da *commodity* – e aí não há discussão, é um valor internacional – e altera a alíquota.

Para que os brasileiros tenham ideia, a Austrália é grande concorrente do Brasil, Senador, no minério de ferro, grande exportador do produto para a Ásia, com um diferencial a favor deles: eles estão mais perto. Só que nós temos um diferencial que Deus nos deu – dizem que o Papa é argentino, mas Deus é brasileiro –: o nosso minério de ferro tem uma qualidade muito superior ao da Austrália. Por isso o minério de ferro compete com o da Austrália para os mercados internacionais, em especial da China. A Austrália cobra 7,5% de CFEM, e o Brasil cobra 2%.

Minas Gerias é o maior Estado minerador; o Pará, hoje, é o segundo. Proximamente, poucos anos à frente, vai superar Minas Gerais na exploração mineral.

O Estado do Pará, para que se tenha uma ideia, teve um superávit da balança comercial da ordem de US$12 bilhões e recebeu de CFEM, no ano passado, R$200 milhões. Não tributou nada do que foi exportado, e 35% da economia do Pará são fruto da exportação de minério, ou seja, não é tributado e não é compensada pela... (*Falha na gravação.*)

...do Senador Ataídes e parabenizar o Senador Ferraço, porque ele simplifica um ponto. É exatamente isto: como não dá para tratar da floresta por inteiro, que é a questão do Código de Mineração, vamos tratar de cada árvore. Estamos tratando aqui da questão das rochas ornamentais, e já quero pedir o apoio dos meus pares para que avancemos, Senador Ataídes, no projeto que trata da CFEM, que é uma outra árvore importantíssima a floresta, que é o Código de Mineração.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa. Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só para poder entrar nesta seara que estamos discutindo. O Senador Flexa também já colocou, o Senador Ataídes.

Eu vejo uma preocupação maior ainda. Na verdade, como diz o Senador Flexa, já são 40 anos desse Código de Mineração, porque há muitos interesses financeiros por trás. E cada um que está lá, sentado em cima, está tentando acertar uma ponta. Até parece que daqui a pouquinho vai virar igual ao esquema da Petrobras, de tão estragado que é.

O que mais fico triste é porque – e fui Prefeito de Rolim de Moura, em Rondônia, e Governador do Estado Rondônia – a maior dificuldade que existe são os pequenos produtores de areia produzirem essa matéria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

-prima para a construção civil e terem sempre que cair na mão de uma companhia, de uma mineradora quebrada, falida, propineira.

Essa legislação é nossa. Então, isso é inaceitável!

Em cidades como Santa Luzia, Alto Alegre dos Parecis, Parecis, São Felipe, Rolim de Moura ou Presidente Médici, muitas vezes, o cara tem de se deslocar por 90km, 100km ou 200km para buscar areia, quando a areia está encostadinha para ser retirada do subsolo.

Então, quanto à licença, como diz o Senador Flexa, essa é uma árvore que tem muitos galhos, e, aos poucos, estamos tentando consertar um. Nós precisamos urgentemente fazer uma autorização, uma licença simplificada quando é para se retirar areia, brita ou seixo. Por que tem de ser simplificada? Você não pode botar no mesmo bojo uma mineradora que vai investir para fazer pesquisa sobre ouro, para fazer pesquisa sobre outros minérios, mesmo que seja sobre diamante, como existe na região de Roosevelt. É diferente! Então, se se trata de subsolo, de areia, de pedra, de brita ou de seixo, que temos na nossa região, isso tem de ser simplificado, para poder diminuir custo! "Ah, mas vamos continuar com essa burocracia que existe?" Pelo amor de Deus, gente, temos de diminuir os custos! O povo brasileiro não aguenta mais! Quem é que constrói? São só os empresários, são só os comerciantes? Não! Quem constrói também é aquele que mora lá no bairro, que está fazendo uma casinha, que está fazendo um piso, que está aumentando um quarto, porque está vindo um filho, porque um filho está nascendo ou porque uma filha está casando; é aquele que está ampliando o quartinho do fundo e que está botando a mão de obra local. E aí a nossa legislação como é? Ela é uniforme para todo mundo. Isso é inaceitável.

Da mesma maneira, o Flexa falou do nosso minério de ferro, que tem um teor muito melhor do que o da Austrália e de outros países. Também isto não justo: enquanto a Austrália cobra 7,5%, nós aqui cobramos 2%. Estamos com o pires na mão, pedindo esmola para todo mundo. Puxa vida, a partir de que momento nossas autoridades federais vão começar a legislar para o nosso País de verdade? Até quando elas vão ficar produzindo riqueza para os outros?

O Estado do Pará, por exemplo, bota no bolso muitos Estados da Federação brasileira ou muitos países da Europa, pelo também que tem. Estive lá com o Flexa em várias regiões. Qual o resultado? Vimos a dificuldade que aquele povo tem com estradas, com infraestrutura, com saúde, com tudo. Não é fácil! Falta dinheiro para tudo. E estamos vendo pela frente que nós, aqui, no Senado ou na Câmara, criamos dificuldade para dar mais facilidade de acesso a todas as pessoas.

Então, do que precisamos urgentemente, Senador Ataídes? A tempo, precisamos colocar nessa árvore, como diz o Flexa, mais um galho e simplificar a retirada do seixo, da brita ou da areia local, sem atrapalhar a licença do DNPM para a exploração de ouro. A de ouro é diferente, a de diamante é diferente, a de outros minérios é diferente. A extração de areia tem de passar por uma autorização simplificada ou do Estado ou do Município. Tem de ser simplificado. É simples: vai lá, vistoria e verifica o local, faz a extração da areia e diminui custo.

Automaticamente, Senador Flexa, agrega-se valor para a comunidade, para o pequeno empresário, para aquele que começou com uma draga pequenininha, tirando aquela areia e levando-a. Hoje, não! O cara vai lá para retirar areia e, amanhã, sofre uma multa, como se o dano fosse irreversível. Espere aí! Irreversível é a situação de uma pessoa que tem uma família e que não tem uma casa para morar. Quanto ao resto dos danos que cometemos na natureza, nós somos inteligentes e competentes e sabemos recuperar. Para cada árvore que alguém derruba por que precisa construir, com certeza, se ele quiser, ele planta milhares de árvores. É como estou fazendo nas minhas propriedades, estou plantando árvores. Eu tenho lá ipê-roxo, ipê-amarelo, ipê-branco, jacarandá azul, eu tenho tudo quanto as pessoas imaginam. Eu estou plantando, eu estou irrigando, para poder melhorar ainda mais. Você não precisa destruir, você precisa acomodar para poder construir e reestruturar.

Então, Sr. Presidente, já que nós estamos sem quórum para votar os projetos terminativos, só estão os não terminativos, nós precisamos implementar urgentemente. O Senador Ataídes, que foi o Relator *ad hoc* aqui, poderia nos ajudar – o Relator era o Senador Ricardo Ferraço – colocando a simplificação também. E se já estão fazendo para os produtos ornamentais, por que não colocar, simplificar para retirada de areia, no local, no Município?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A retirada de areia, se não me engano, já está simplificada.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está simplificada, mas acontece que sempre tem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já existe uma legislação que simplifica a retirada de areia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Simplifica, mas o que acaba ontecendo? Infelizmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – De arenoso, areia, essas coisas...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Otto Alencar, nosso Presidente, a simplificação foi feita, mas na nossa legislação sempre há uma outra legislação que segura aquela que foi simplificada. Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Essa matéria, Senador, vai ainda para a Comissão de Infraestrutura e lá se pode oferecer uma emenda acrescentando isso, porque já foi lido o relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nós só precisamos tirar só algumas amarras, porque o que acaba acontecendo? A gente aprova alguma coisa aqui e eles deixam, infelizmente, o cadeado na outra ponta para segurar do outro lado. Só isso aí, para poder simplificar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode ir lá na Comissão de Infraestrutura.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu sou favor. E por que eu sou a favor? Não é só o Estado do Pará, o Espírito Santo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Todos os Estados.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – No Estado de Rondônia, nós temos mármore que pode ser utilizado, pode ser feito, Então, por que não utilizar? Mas qual é o prejuízo que vai ter uma rocha, se já não produz nada em cima? Nem calango consegue andar, porque ao meio-dia esquenta tanto que ele tem que sair de lá senão queima os pés, queima as patas dele.

Portanto, eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório lido pelo Senador Ataídes Oliveira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse relatório passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto. Esse projeto vai ainda à Comissão de Infraestrutura.

Do item 5 até o item 13, todos são terminativos e nós não temos quórum suficiente para tanto.

Vou acolher aqui a solicitação do nobre Senador Pedro Chaves, que apresenta um requerimento extrapauta; depois nós teremos mais dois requerimentos: um da minha autoria e outro da autoria do Senador Ataídes.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e apurar a ameaça do avanço do plantio da soja no bioma Pantanal. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Roberto Luiz Leme Klabin Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal; 2. Presidente do IBAMA; 3. Presidente da Embrapa; 4. Dr. Jaime Verruck Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso do Sul; 5. Dr. Carlos Fávaro Vice-Governador e Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; 6. Deputado Sarney Filho Ministro do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Pedro Chaves

A justificativa, eu acho procedente.

Coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Pedro Chaves.

Requerimento de autoria do Senador Ataídes Oliveira:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2016- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Ronaldo Nogueira , Ministro do Trabalho; 2. Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 3. Zenaide Honório, Presidente da Diretoria Executiva do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; 4. Jessé Souza, Presidente do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e 5. Peter Poschen, Diretor do Escritório da OIT - Organização Internacional do Trabalho no Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu passo a Presidência ao Senador Ataídes para que ele possa colocar em votação o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 15 da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 18, de 2016 - Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, no dia dois de agosto do corrente ano, para debater responsabilidades pelo descumprimento do prazo legal para fechamento dos lixões. A Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, teve como ponto essencial o cumprimento da medida de fechamento dos lixões a céu aberto. A não observância das prazos fixados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, faz-se necessário a discussão desse tema. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Sr. Secretário Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades; Sr. Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Presidente da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária); e Sr. Presidente do Cempre (Compromisso Empresarial para Reciclagem), Victor Bicca.

Autoria: Senador Otto Alencar

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o aludido requerimento.

Passo a Presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não há nenhuma outra matéria para ser discutida em pauta, declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Otto Alencar, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin e Cidinho Santos**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Romero Jucá, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem como das Atas da 1ª e da 2ª Reuniões da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte e da Subcomissão de Fiscalização das Obras Inacabadas. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Passa-se à LEITURA DE AVISOS. Os seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Ofício nº 020, de 2016, da Câmara Municipal de Iomerê, Santa Catarina; Aviso nº 429-GP-TCU; Aviso nº 29, de 2016; Aviso nº 411-TCU-Plenário; Aviso nº 506-TCU-Plenário; Aviso nº 514-TCU-Plenário; Ofício nº 61/2016-CAE; Carta Circular nº 4, de 2016, da Embrapa; Aviso nº 31, de 2016; Correspondência da Mundial Engenharia; e Aviso nº 528-TCU-Plenário. PAUTA. ITEM 1) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 18, de 2013 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1382/2013 - TCU - Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 038.494/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura. Autoria: Deputada Iracema Portella. Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2012 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016 – Terminativo. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir o cômputo de florestas plantadas na área de reserva legal. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 20, de 2016. Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 19/2016- CMA, aprovado por esta Comissão no dia 31 de maio de 2016, a retificação do rol de convidados para participar de audiência pública destinada a debater o tema "avanço do plantio da soja no bioma Pantanal" para relação que segue: 1. Roberto Luiz Leme Klabin Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal; 2. Presidente do IBAMA; 3. Presidente da Embrapa; 4. Dr. Jaime Elias Verruck – Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul; 5. Dr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro - Vice-Governador e Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; 6. Maurício Koji Saito, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL. Autoria: Senador Pedro Chaves. Resultado: Aprovado. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 21, de 2016. Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, para obter explicações referentes aos Requerimentos n.º 2 e 10, ambos de 2015, que solicitaram ao Tribunal de Contas da União, que fosse realizado uma auditoria para verificar a qualidade dos serviços de telefonia móvel e dos serviços de TV por assinatura e banda larga prestado no Brasil, tomando, necessariamente, por amostra, o serviço prestado no Estado da Bahia, respectivamente. O Tribunal de Contas da União encaminhou à ANATEL, órgão competente, para a realização dessa auditoria e até o momento não foi encaminhado resposta. Diante deste fato, sugiro que seja convidado a participar da presente audiência pú:a, o sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho da ANATEL. Autoria: Senador Otto Alencar. Resulo: Aprovado com aditamento para que também seja chamado o Presidente da Oi. É aprovada a inclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 24, de 2016. Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2012, que determina que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas, certificadas em terras indígenas, deverá ser previamente autorizada pela FUNAI. Solicito para a referida Audiência, a presença dos seguintes convidados: Representante do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima – GEx, perante o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM. Representante do observatório do Clima; e Representante do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – GVces. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 25, de 2016. Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS n° 95, de 2012, que "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI", e para discutir a regulamentação do mercado de carbono no Brasil. Solicito, igualmente, a presença na referida audiência pública dos seguintes convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC); Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC); Representante do Observatório do Clima; Representante do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros. Resultado: Aprovado. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem como das Atas da 1ª e da 2ª Reuniões da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte e da Subcomissão de Fiscalização das Obras Inacabadas.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Ofício nº 020, de 2016, da Câmara Municipal de Iomerê, Santa Catarina;
– Aviso nº 429-GP-TCU;
– Aviso nº 29, de 2016;
– Aviso nº 411-TCU-Plenário;
– Aviso nº 506-TCU-Plenário;
– Aviso nº 514-TCU-Plenário;
– Ofício nº 61/2016-CAE;
– Carta Circular nº 4, de 2016, da Embrapa;
– Aviso nº 31, de 2016;
– Correspondência da Mundial Engenharia; e
– Aviso nº 528-TCU-Plenário.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso a seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso im desejem.

Passamos à pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Relatora do item 1, a Senadora Vanessa Grazziotin, não está presente.

O item 2 é da relatoria do Senador João Capiberibe, que também não está presente.

O item 3 é da relatoria da Senadora Lídice da Mata, que nos pediu que indicássemos um Relator *ad hoc*.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura.

Autoria: Deputada Iracema Portella.
Relatoria: Senadora Lídice da Mata.
Relatório: pela aprovação.
Observações: - *posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA*.

Eu pediria ao nobre Senador Valdir Raupp que pudesse ser o Relator *ad hoc* desse projeto de autoria da Deputada Iracema Portella, com a concordância da Senadora Lídice da Mata.

V. Exª tem a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por designação do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabe-nos relatar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 203, de 2015, Projeto de Lei n° 3.778, de 2012, na Casa de origem, de autoria da Deputada Iracema Portella, que dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas *in natura*.

O PLC 203, de 2015, é composto por seis artigos. O art. 1º estabelece que a futura lei disporá sobre as características das embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas *in natura*. De acordo com o parágrafo único desse artigo, entende-se por produtos hortícolas as frutas e as hortaliças *in natura*, não processadas e colocadas à disposição para comercialização.

De acordo com o art. 2º, as embalagens destinadas ao acondicionamento e à comercialização de produtos hortícolas *in natura* devem permitir a utilização de cargas ou agrupamento de produtos em unidades de manuseio adequadas, permitindo a proteção dos produtos durante a colheita, o transporte, o armazenamento, a distribuição e a exposição deles.

Prevê-se também que as embalagens, que podem ser descartáveis ou retornáveis, atendam a requisitos de qualidade, estando de acordo com as disposições específicas referentes às boas práticas de fabricação, ao uso apropriado e às normas higiênico-sanitárias relativas a alimentos, sem prejuízo das exigências dispostas nas demais legislações específicas.

O art. 3º dispõe que o fabricante ou o fornecedor de embalagens de produtos hortícolas deve estar identificado nelas, constando, no mínimo, a sua razão social, o número do CNPJ, a data de fabricação, o endereço e o peso da embalagem. Ademais, aufere ao fabricante a responsabilidade de informar as condições apropriadas de uso, tais como o peso máximo e o empilhamento suportável, as condições de manuseio, bem como se as embalagens são retornáveis ou descartáveis.

O art. 4º, por sua vez, prevê que o cumprimento do disposto na futura lei, no que diz respeito à verificação das informações relativas à classificação do produto, constantes dos rótulos das embalagens, é de atribuição do órgão técnico executivo competente.

De acordo com o § 1º desse artigo, as ações ora mencionadas serão exercidas de forma não cumulativa e baseadas na legislação específica de cada órgão oficial envolvido, observadas as respectivas áreas de competência.

O § 2º estabelece que os órgãos oficiais envolvidos poderão delegar as ações referidas na futura lei aos órgãos estaduais e municipais, com base na legislação vigente.

Já o § 3º dispõe que, para contribuir com o atendimento da futura lei e dar apoio aos órgãos de fiscalização competentes, os entrepostos públicos de hortigranjeiros poderão disponibilizar espaços físicos destinados ao exercício do controle fitossanitário das embalagens que adentrarem em seu perímetro.

Conforme o art. 5º, os casos omissos, em benefício ao cumprimento da futura lei, serão resolvidos pelos órgãos oficiais envolvidos, observadas as respectivas áreas de competência.

A cláusula de vigência encontra-se no art. 6º.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 203, de 2015. Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o relatório proferido pelo Senador Valdir Raupp. Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pede-me o Senador Jorge Viana, com outros Senadores, que se retirem da pauta, para uma audiência pública, o item 4 e o item 6. Estou retirando de pauta o item 6, que versa sobre a mesma matéria. Então, vamos retirar de pauta o item 4 e o item 6, para se convocar uma audiência pública para discutir um tema a respeito da negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa, evitadas certificadas em terras indígenas, que deverá ser previamente autorizada pela Funai.

Então, os dois itens, o 4 e o 6, estão retirados da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-O relatório foi lido na reunião de 31/05/2016, sendo concedida vista coletiva à matéria. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDH.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir o cômputo de florestas plantadas na área de reserva legal.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com uma emenda.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passamos, então, agora, ao item 1.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas vamos aprovar os requerimentos, Sr. Presidente, os requerimentos dos itens 4 e 6?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode ser.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Inclusive, Sr. Presidente, esse item 4 é um requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que eu subscrevo, e parece-me que há um requerimento também do Senador Flexa que vai nessa mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para uma audiência pública.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É, para uma audiência pública para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2012, que determina que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas, deverá ser previamente autorizada pela Funai, conforme V. Exª acabou de relatar.

Vamos, então, colocar em votação esses requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 24, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2012, que determina que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas, certificadas em terras indígenas, deverá ser previamente autorizada pela FUNAI.
Solicito para a referida Audiência, a presença dos seguintes convidados:
• Representante do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima – GEx, perante o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM.
• Representante do observatório do Clima; e
• Representante do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – GVces.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. O Senador Ataídes Oliveira subscreve o requerimento, assinado pelo Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes, para o requerimento ser analisado.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento lido pelo Senador Ataídes Oliveira.

A Senadora Vanessa Grazziotin já chega ao plenário e eu a recebo com muita alegria.

No item 1, a Relatora é V. Exª, Senadora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. É porque há outro requerimento também sobre o mesmo tema, do Senador Flexa Ribeiro, que eu, inclusive, havia subscrito antes da chegada do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem problema, então vamos ao requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS n° 95, de 2012, que "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI", e para discutir a regulamentação do mercado de carbono no Brasil.
Solicito, igualmente, a presença na referida audiência pública dos seguintes convidados:
• Representante do Ministério do Meio Ambiente perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC);
• Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC);
• Representante do Observatório do Clima;
• Representante do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, eu pediria a V. Exª, Senador Otto Alencar, que pudesse, pela inversão de pauta, colocar o requerimento, e agradeço ao Senador Ataídes por ter subscrito na minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Em, em votação também o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, subscrito pelo Senador Ataídes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 1

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 18, de 2013

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1382/2013 - TCU - Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 038.494/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

A relatoria é da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem passo a palavra. Só reafirmando aqui que estou retirando de pauta o item 6, para análise, que é da Senadora Ana Amélia.

Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Primeiro, eu quero, antes de iniciar a leitura do parecer, voltar àquele velho assunto que a maioria dos Senadores que relatam matérias semelhantes levanta. Eu me refiro aqui ao procedimento porque, na realidade, isso é um comunicado que o Tribunal de Contas da União faz em relação à análise da aplicação de diversos programas no âmbito do Governo Federal. Nós tomamos conhecimento desta análise do Tribunal de Contas e, após a aprovação, encaminhamos para o arquivamento, Sr. Presidente.

Eu acho que, principalmente no momento em que a gente vive, em que nós estamos percebendo a deficiência da legislação brasileira, sobretudo no relacionamento entre Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União, está passada a hora, até, Sr. Presidente, de nós debatermos esse assunto, porque se faz um relatório, toma-se conhecimento e encaminha-se ao arquivo.

V. Exª, salvo engano, presidiu, talvez continue presidindo uma Comissão importante nesta Casa, a da Agenda Brasil.

Seria importante tomar nas mãos, nobre Relator, esse assunto, porque há muitas lacunas, existem muitas lacunas na legislação no que diz respeito a esse relacionamento Tribunal de Contas e Congresso Nacional. E ninguém mais apropriado para isso do que V. Exª, que participou durante muito tempo e, portanto, é conhecedor da causa do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Então, seria importante que aproveitássemos essa oportunidade para rever a legislação no que se refere a esse aspecto.

Aviso nº 18, de 2013, do Tribunal de Contas da União, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Esses autos tratam do monitoramento do cumprimento das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.516/2011- Plenário, referente ao levantamento de auditoria realizada nos órgãos e nas entidades envolvidas na prevenção e no combate a incêndios florestais e queimadas, com o objetivo de levantar as principais causas e vulnerabilidades que contribuem para a elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Brasil, bem como verificar o nível de integração entre os órgãos públicos envolvidos.

Em seu voto, o Ministro Aroldo Cedraz constata que as queimadas e incêndios florestais continuam a ser um problema de grande relevância e destaca que, apesar de reconhecer que boa parte das recomendações feitas no Acórdão 2.516/2011-Plenário possuem um razoável grau de complexidade para sua implementação, o ritmo de implementação está aquém do desejável. Excluindo as duas recomendações que foram consideradas não mais aplicáveis, apenas a metade das demais foi considerada atendida ou em atendimento, enquanto a outra metade sequer foi cumprida.

Ainda segundo o voto do Ministro-Relator, a questão da prevenção e combate às queimadas no País ainda não alcançou uma condição prioritária dentro da agenda do Governo Federal, tal como ocorreu com o combate ao desmatamento.

Nesse contexto, o Acórdão nº 1.382/2013, objeto do Aviso nº 18, de 2013, formula as determinações que se seguem. Eu não lerei todas as determinações, Sr. Presidente, apenas de forma resumida, pois todos dispõem deste relatório.

1. Considera "não implementadas" as seguintes recomendações relativas ao Acórdão nº 2.516/2011. Então, nalisa medidas que não foram implementadas no âmbito da Casa Civil, Ministérios do Meio Ambiente e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Integração Nacional, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como, novamente, do Ministério do Meio Ambiente.

2. Considera "em implementação" algumas das seguintes recomendações: à Casa Civil, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Instituto Chico Mendes, enfim.

3. Reitera a recomendação à Casa Civil da Presidência da República para que adote providências no sentido de institucionalizar o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (CIMAN), em nível nacional e em caráter permanente, definindo competências e responsabilidades dos diversos atores envolvidos nessa temática.

4. Reitera a recomendação feita aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, sendo a este último que dê ciência à Secretaria Nacional de Defesa Civil, para que adotem medidas com vistas à institucionalização do CIMAN.

5– Autorizar a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas a realizar em 24 meses novo monitoramento.

6. Considerar atendidas as seguintes recomendações... E aí, várias recomendações foram atendidas pela Casa Civil, pelo Instituto Chico Mendes, pelo Ministério do Meio Ambiente, enfim.

Importante ressaltar que o voto que acompanha o Acórdão nº 1.382/2013 relata a existência de dois projetos de lei de autoria do Poder Executivo que criam cargos na estrutura do ICMBio. Os projetos já aprovados pela Câmara dos Deputados estão tramitando aqui no Senado Federal e são eles o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 e o nº 123, de 2012.

Por fim, eu apresentei perante esta Comissão o Requerimento nº 54 destinado à realização de audiência pública daquela Comissão e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de discutir o aviso em comento. Esse requerimento foi aprovado em 17 de setembro e o exame do acórdão ficou sobrestado.

Em face do exposto, e considerando que as recomendações constantes no Acórdão nº 2.516 não atendidas ou em atendimento serão objeto de novo monitoramento por parte do TCU, em um prazo de 24 meses da apreciação do processo originário, bem como da criação de cargos técnicos em decorrência da aprovação das Leis nº 12.586 e 12.587, concluímos no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento do Aviso AMA nº 18, de 2013 (Aviso TCU nº 703, de 2013), procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

Pois não, lido o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Fica prejudicado o RMA 54/2013, que solicita audiência pública para instrução da matéria, e dispensada a referida audiência.

Passamos ao item 2, que é do Senador Capiberibe, que não está presente. O 3 já foi votado, o 4 resultou em uma audiência pública através de requerimentos apresentados pelo Senador Aloysio Nunes e pelo Senador Ataídes Oliveira, que o subscreveu. O item 5, terminativo, é do Senador José Agripino, eu sou o Relator e não temos quórum suficiente. O item 6 eu retirei de pauta para uma nova análise. O item 7 também é terminativo e nós não temos quórum. O item 13 também é terminativo. O item 14 é um requerimento, e esse requerimento é de autoria do Senador Pedro Chaves.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 20, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 19/2016-CMA, aprovado por esta Comissão no dia 31 de maio de 2016, a retificação do rol de convidados para participar de audiência pública destinada a debater o tema "avanço do plantio da soja no bioma Pantanal" para relação que segue:

1. Roberto Luiz Leme Klabin Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal;

2. Presidente do IBAMA;

3. Presidente da Embrapa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

4. Dr. Jaime Elias Verruck - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul;
5. Dr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro - Vice-Governador e Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso;
6. Maurício Koji Saito, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.
As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado o requerimento do Senador Pedro Chaves.
O item 15 também trata de um requerimento, de minha autoria.
Passo, então, a Presidência ao Senador Ataídes Oliveira para que possa colocá-lo em votação.
O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) –

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 21, de 2016- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, para obter explicações referentes aos Requerimentos n.º 2 e 10, ambos de 2015, que solicitaram ao Tribunal de Contas da União, que fosse realizado uma auditoria para verificar a qualidade dos serviços de telefonia móvel e dos serviços de TV por assinatura e banda larga prestado no Brasil, tomando, necessariamente, por amostra, o serviço prestado no Estado da Bahia, respectivamente.
O Tribunal de Contas da União encaminhou à ANATEl, órgão competente, para a realização dessa auditoria e até o momento não foi encaminhado resposta.
Diante deste fato, sugiro que seja convidado a participar da presente audiência pública, o sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho da ANATEL.

Autoria: Senador Otto Alencar

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Devolvo a Presidência desta Comissão ao Senador Otto Alencar.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ataídes, agradeço, bem como à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Pedro Chaves.

Esse requerimento surge, inclusive, num momento muito oportuno. Poderemos até ampliar a convocação com outros membros da Anatel e até de empresas privadas.

Vocês viram, agora, a questão da OI, que entrou com um pedido de recuperação judicial. Essa recuperação judicial aconteceu em função da falta de fiscalização da Anatel, que fecha os olhos, que é conivente na fiscalização dessas empresas prestadoras de serviço. Isso vai ser um novo escândalo no Brasil. A Anatel tem sido complacente, conivente com os erros e com a má qualidade dos serviços prestados no nosso País.

Não é só na Oi, não, é a Vivo, é a Claro, é a TIM, é a SKY. O consumidor está sendo lesado, permanentemente lesado, normalmente comprando por um serviço que não está recebendo e sendo-lhe cobrado de forma, inclusive, incorreta.

Então, o primeiro requerimento foi do ano passado, o Senador Ataídes estava presente, para que o TCU pudesse auditar, já que é uma concessão e o TCU poderia perfeitamente auditar. O que fez o TCU? Encaminhou para Anatel e todos nós sabemos que a Anatel não está auditando absolutamente coisa nenhuma, até porque na composição da Anatel estão representantes dessas empresas e existe, na verdade, um conluio, e nós precisamos talvez até partir... Quem sabe, se não resolver essa situação, fazer uma CPI da Anatel, com as empresas de telefonia móvel no Brasil, para que a partir daí se possa respeitar o consumidor brasileiro, permanentemente lesado por essas empresas de telefonia móvel, estendendo, inclusive, àquelas de banda larga, SKY, NET. Todas elas prestam um péssimo serviço ao consumidor. E não há solução para essa situação.

Eu passo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Otto Alencar, o senhor tem toda razão, a Anatel, na verdade, está muito vinculada às concessionárias, haja vista que ela proibiu a ampliação da banda larga. Ela quis limitar a banda larga.

Eu sou Relator, inclusive, de um projeto de lei, que nós vamos relatar na próxima reunião, na Comissão de Ciência e Tecnologia, ampliando a banda larga; e ela, inclusive, é incisiva, defende esse ponto de vista, e isso tem prejudicado o pessoal que trabalha com educação à distância, a democratização de oportunidade das pessoas que querem usar internet e tudo o mais.

Então, eu realmente quero parabenizar V. Exª por essa oportunidade e, acima de tudo, pelo seu posicionamento. Eu quero dizer que estou totalmente solidário a essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu, inclusive, com a concordância dos Srs. Senadores, acrescentar aqui o nome do atual presidente da Oi aqui no Brasil, porque essa situação é gravíssima e o que se fala é que o Governo Federal, que tem, através dos bancos oficiais, aportado recursos nessas empresas, pode ter um grande prejuízo com isso. A pressão das empresas é muito grande para que o Governo Federal possa, de alguma forma, entrar com os recursos do povo brasileiro para resolver problemas de má gestão, de desvio de conduta e uma série de atividades que prejudicaram muito o consumidor brasileiro.

Então, eu determino ao Secretário que ele possa fazer um levantamento para, além do Presidente do Conselho e do Diretor-Presidente da Anatel, colocar e convocar – o mais rápido possível marcar essa audiência pública – o Sr. Presidente da Oi, para que venha explicar aqui o que aconteceu nessas situações de pedir recuperação judicial, que é uma prática que, de alguma forma, só beneficia a empresa e prejudica o consumidor.

E os consumidores brasileiros já estão sendo prejudicados pela péssima assistência que essa empresa vem dando ao longo dos anos, em todos os Estados do nosso País.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Também, na mesma linha do nosso querido Senador Pedro Chaves, parabenizar, Sr. Presidente, por essa iniciativa. E realmente é atribuição desta douta Comissão verificar fatos como esse no nosso País.

O dia em que eu li na imprensa o pedido da Oi de recuperação no valor de R$65 bilhões, eu fiquei estarrecido. Como a Anatel, essa Agência Reguladora, deixou chegar a esse ponto? Evidentemente que a situação da Oi, desses R$65 bilhões, não aconteceu do dia para a noite. Não aconteceu do dia para a noite!

Isso é resultado de vários anos, vários exercícios de má gestão, de irresponsabilidade, isso não há dúvida nenhuma. E V. Exª, inclusive, bem colocou, vende um serviço horrível, ruim à sociedade brasileira.

Então, nós aqui nesta Comissão – e aí eu volto a parabenizar V. Exª – temos, sim, que chamar o presidente dessa grande companhia, para ele explicar o que foi que ele fez, porque esses R$65 bilhões vão sair do bolso povo. Não tenho dúvida disso. Como sempre, neste País. A conta sempre cai nas costas do povo brasileiro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Como foi com a Postalis e tudo...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós precisamos, sim, viu Sr. Presidente, ficar mais atentos e cobrar dessas agências. Inclusive, essas agências reguladoras no País... Eu acho que nós deveríamos fazer uma CPI não só da Anatel, mas de todas as agências reguladoras no País. Nós temos que rever. Elas têm uma função extraordinária e, no entanto, infelizmente, não cumprem com as suas obrigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concordo com V. Exª, Senador Ataídes Oliveira, e a Agência Anatel tem todas as condições ou teria todas as condições de lá atrás, identificando uma situação dessa natureza, de pré-falência ou dificuldades financeiras, fazer a intervenção! Fazer a intervenção na Oi. Poderia perfeitamente fazer. A legislação permite a intervenção.

Até porque eu tenho uma experiência nisso, no meu Estado, porque fui Secretário de Estado da Infraestrutura. Tem a nossa agência reguladora estadual. Eu fiz intervenção em duas prestadoras de serviço. Tornei os bens dos gestores indisponíveis. Assumimos, tomamos conta, evitamos que o Estado da Bahia tivesse um prejuízo milionário.

Então, na verdade, o que existe é praticamente um conluio; e a maioria, não são todas as agências, mas parte dessas agências, os gabinetes são centros de traficância de interesses. Como é a coisa... Como já é a estrutura montada em quase toda Brasília, o que me assusta muito. E felizmente no meu Estado, eu nunca entrei isso, sobretudo, nas gestões que realizei, como Secretário e como Governador. Isso me chama muito a atenção. Chegar a R$62 bilhões sem se fazer uma intervenção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No momento em que se identificou que estava tendo problema de gestão, prejuízo, prestação de serviço equivocada, errada, lesando o consumidor, se fazia a intervenção no nascedouro do problema. Não é deixar chegar onde chegou. Então, isso realmente audiência pública pode ser, mas podemos pensar – e vamos estudar isso – em fazer uma CPI da Anatel e das agências prestadoras de serviço, que têm lesado demais o consumidor brasileiro.

Mas eu aproveito para colocar os nomes que foram aqui depois citados como aditivos ao requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos marcar rapidamente isso. Chamar inclusive técnicos aqui, os que estão envolvidos nessa fiscalização fora da Anatel. Talvez membros do Ministério Público Federal que possam comparecer e acompanhar de perto essa situação, para que nós tenhamos uma solução que seja a solução de serviços de boa qualidade para o povo brasileiro.

Então, foi aprovado o requerimento.

Vamos ao item 16, que é do Senador Telmário Mota, que não está presente.

Dessa forma, eu declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Assinam o livro de presença os Senhores Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Otto Alencar, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin e Cidinho Santos**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Romero Jucá, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN (Mensagem nº 144, de 2016 na origem), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências" – LDO 2017. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador Ataídes Oliveira. Lido o relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: **EMENDAS DE INCLUSÃO DE META. 1) Ação: 20N1. Descrição Ação: Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade. Quantidade Meta: 50; 2) Ação: 214N. Descrição Ação: Controle e Fiscalização Ambiental. Quantidade Meta: 12.000; 3) Ação: 20VR. Descrição Ação: Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas. Quantidade Meta: 10. EMENDA AO TEXTO. 4) Referência: Item 64. Tipo Emenda: Aditiva; 5) Referência: Artigo 86. Tipo Emenda: Modificativa; 6) Referência: Inciso VIII Alínea b. Tipo Emenda: Modificativa; 7) Referência: Artigo 99 Parágrafo 3. Tipo Emenda: Modificativa; 8) Referência: Artigo 95. Tipo Emenda: Modificativa; 9) Referência: Artigo 53 Parágrafo 1. Tipo Emenda: Aditiva; 10) Referência: Artigo 18. Tipo Emenda: Aditiva; 11) Referência: Artigo 54 Parágrafo 4. Tipo Emenda: Aditiva; 12) Referência: Artigo 54 Parágrafo 4. Tipo Emenda: Aditiva; 13) Referência: Artigo 121. Tipo Emenda: Aditiva; 14) Referência: Artigo 123. Tipo Emenda: Modificativa; 15) Referência: Artigo 99. Tipo Emenda: Aditiva.** Ao final, a Presidência submete à votação a ata da presente reunião, que é aprovada. A Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

RAYMUNDO FRANCO DINIZ
Secretário da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Convoco agora uma reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

A pauta de hoje destina-se à votação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016, que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Até o encerramento do prazo foram apresentadas 13 emendas de metas e 12 emendas de redação.

Vou designar o Senador Ataídes Oliveira, a quem peço a sua compreensão e a sua sempre colaboração de forma muito eficiente, para que ele possa relatar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem, Sr. Presidente, este parecer é sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Vamos então ao relatório, Sr. Presidente.

Conforme disposto no art. 166, da Constituição, e nos termos da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 2, de 2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, LDO 2017, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Na tramitação do projeto da LDO 2017, cujas regras constam da citada Resolução n° 1, de 2006, do CN, assim como do parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), de que tratam os arts. 85 e 86 daquela resolução, a CMA tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. As emendas são classificadas como emendas ao texto ou emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Quanto às emendas ao texto, não há limite ao número de emendas a serem apresentadas. De acordo com o item 2.1.3 da parte especial do parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consideram-se emendas de texto as que proponham alteração do próprio texto do projeto; do Anexo I - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; do Anexo II - Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2017; do Anexo III - Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; do Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2017 a 2019; e do Anexo IV.2 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Conforme o item 2.1.8 da parte especial do parecer preliminar da CMO, o Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de cancelamento ou acréscimo das metas constantes do projeto da LDO ou de inclusão de ações constantes da Lei Orçamentária para 2016, juntamente com as respectivas metas. A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de 3 (três) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e deve contemplar programações nas áreas de competência regimental da respectiva comissão.

Foram oferecidas pelos membros da Comissão 25 (vinte e cinco) sugestões de emendas, que constam do quadro anexo a este relatório. Entre essas, foram propostas 12 (doze) emendas de texto, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin, e 13 (treze) ao Anexo de Metas e Prioridades, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Otto Alencar e Valdir Raupp.

É o relatório.

Vamos, então, à análise.

As sugestões de emendas de texto, constantes do Anexo I deste Parecer, foram consideradas meritórias, cabendo seu acolhimento pela Comissão.

No que diz respeito às emendas com vistas à inclusão de metas, todas as 13 (treze) constantes do Anexo II deste Parecer contemplam ações do Ministério do Meio Ambiente, que integra a área temática da competência regimental da CMA.

Quanto ao mérito das sugestões, todas são pertinentes e relevantes, mas há que ser respeitado o limite de 3 (três) emendas a serem apresentadas. Apenas as ações orçamentárias "20N1 - Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade" e "20VR - Recuperação e Preservação das Bacias Hidrográficas" receberam mais de uma sugestão de emenda, razão pela qual entendo que devam ser apresentadas por este colegiado. Quanto à terceira sugestão a ser acolhida, entendo que se deva sugerir a ação com maior impacto possível dentre as demais indicadas. Nesse sentido, o acolhimento da sugestão de emenda à ação "214N - Controle e Fiscalização Ambiental" atende ao critério.

Voto.

Pelas razões expostas, e reconhecendo o mérito das iniciativas, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as propostas de emendas ao texto constantes do Anexo I, assim como das sugestões ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO 2017), integrantes do Anexo II, de n°s 1 e 13, relativas à ação "20N1 - Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade"; 9 e 12, referentes à ação "20VR - Recuperação e Preservação das Bacias Hidrográficas"; e 8, quanto à ação "214N-Controle e Fiscalização Ambiental".

Portanto, Sr. Presidente, esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CMA, nos termos propostos pelo Relator.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Antes de encerrar, submeto aos Senadores e Senadoras a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 13ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 de Julho de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6.

Às dez horas e dezenove minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, João Capiberibe, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Aloysio Nunes Ferreira, Ivo Cassol, Valdir Raupp e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Jader Barbalho, José Medeiros, Romero Jucá, Ataídes Oliveira, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. **Leitura de Avisos**. A Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 542-TCU-Plenário, Aviso nº 515-GP-TCU, Aviso nº 536-TCU-Plenário e Aviso nº 557-TCU-Plenário. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016 (TC 019.228/2014-7)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Capiberibe. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." **Autoria:** Senador Kaká Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo -** que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 22, de 2016 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a reestruturação dos Correios na Região Norte. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; 2. Presidente dos Correios; 3. Presidente do SINTECT de Roraima; 4. Presidente da FENTECT - José Rivaldo; 5. Presidente da ANATECT - Rodolfo Manoel Marques do Amaral; e 6. Presidente da FINDECT." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a exploração mineral na região do rio Xingu, próximo a Usina Belo Monte, pela empresa Belo Sun, como exibida no programa Fantástico de 19/06/2016. Para tanto, sugere sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Presidente do IBAMA; 2. Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; 3. Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; 4. Senhor Mauro Barros - Representante da empresa Belo Sun; 5. Dra. Thais Santi - Procuradora da República; 6. Prof. Jorge Tenório – Professor de Engenharia Química da USP; 7. Dr. Francisco Nóbrega – Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 8. Engenheiro responsável pelo projeto da barragem dos rejeitos; 9. Dra. Carolina Reis – Advogada do Instituto Socioambiental." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, em aditamento ao RMA n° 23, de 2016, que, para participar da audiência pública destinada a discutir a exploração mineral na região do rio Xingu, próximo a Usina Belo Monte, pela empresa Belo Sun, sejam convidados os seguintes convidados: • Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS); e, • Sra. Maria Amélia Enríquez – Secretária adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará e Representante do Governo do Estado no PDRSX. " **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Leitura dos avisos e ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 542-TCU-Plenário, Aviso nº 515-GP-TCU, Aviso nº 536-TCU-Plenário e Aviso nº 557-TCU-Plenário.

Informo que a relação dos documentos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros com os links para acesso aos seus conteúdos, de forma que as Srªs e os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

O item 1 da pauta é não terminativo.

ITEM 1
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016 (TC 019.228/2014-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador João Capiberibe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 31/05/2016 e 28/06/2016.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para que ele possa relatar ad hoc o Aviso nº 1, de 2015.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tramita nesta Comissão o Aviso nº 1, de 2015 (Aviso nº 63/2015, na Casa de origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015-TCU-Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

O citado Acórdão tem por objeto o acompanhamento do Acórdão nº 1.171/2014-TCU-Plenário, que, por sua vez, visou a "avaliar a Segurança Energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016" e "a utilização racional dos recursos e o pleno atendimento à legislação e metas ambientais".

Além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cópias do Acórdão nº 184/2015 também foram encaminhadas às Comissões de Serviço de Infraestrutura (CI) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Voto.

Voto pelo conhecimento do teor do Acórdão nº 184/2015-TCU-Plenário e pelo seu arquivamento.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp e coloco em discussão. (Pausa.)

Como não há Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pelo conhecimento e pelo arquivamento da matéria.

Os outros itens todos que estão aqui na pauta são em sua maioria de caráter terminativo. Como nós não temos quórum para a votação – os outros itens da pauta são requerimentos, e os autores não estão presentes –, portanto, não temos como seguir com a reunião.

Declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2016.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Valdir Raupp e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2016. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Reunião de Trabalho, no âmbito desta subcomissão, no dia 26/04/2016 às 14h30min, com a finalidade de buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes para a implantação da UHE Belo Monte e problemas correlatos. Solicito, igualmente, a presença na referida reunião dos seguintes convidados: Sr. Avelino Ganzer, Coordenador Geral - Escritório Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República em Altamira (PA); Sra. Marilene Ramos, Presidente do Ibama; Sr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia; Sr. Domingos Juvenil, Prefeito de Altamira; Sra. Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora Federal de Altamira; Sra. Maria Amélia Enríquez – Representante do Governo do Estado do Pará no PDRSX. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. Usa da palavra o Senhor Senador Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às quinze horas e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a
Execução das Obras da Usina de Belo Monte

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Termos na pauta um requerimento de minha autoria que passo a ler:

ITEM 1
Requerimento Nº , de 2016

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Reunião de Trabalho, no âmbito desta subcomissão, no dia 26/04/2016 às 14h30min, com a finalidade de buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes para a implantação da UHE Belo Monte e problemas correlatos.
Solicito, igualmente, a presença na referida reunião dos seguintes convidados:

- *Sr. Avelino Ganzer, Coordenador Geral - Escritório Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República em Altamira (PA);*
- *Sra. Marilene Ramos, Presidente do Ibama;*
- *Sr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia;*
- *Sr. Domingos Juvenil, Prefeito de Altamira;*
- *Sra. Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora Federal de Altamira;*
- *Sra. Maria Amélia Enríquez – Representante do Governo do Estado do Pará no PDRSX.*

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Como justificativa, estivemos, quinta e sexta-feira passadas, em diligência da Subcomissão Temporária do Senado Federal para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, no Município de Altamira, e verificamos uma série de problemas.

A Subcomissão de acompanhamento da implantação da usina de Belo Monte foi representada por mim, como Presidente, Senador Flexa Ribeiro, pelo Relator, Senador Paulo Rocha, e pelos Senadores Elmano Férrer e Davi Alcolumbre.

Como disse, verificamos uma série de problemas associados à execução das obras incluídas nas condinantes relativas à implantação da Usina de Belo Monte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Diante do exposto, solicitamos a realização desta reunião de trabalho a fim de buscarmos soluções efetivas, sob pena de serem negadas a essa região estratégica e de potencial competitivo importante as condições de desenvolvimento que tanto almejamos para o nosso Estado do Pará e para a região impactada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Esse é o requerimento que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou passar ao nosso Relator, Senador Paulo Rocha, para que ele, como Relator da Subcomissão, possa fazer um breve relato da diligência da Subcomissão Temporária às obras da Usina de Belo Monte, como também das condicionantes.

Com palavra o Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, nobres companheiros Parlamentares, realmente nós estivemos em visita a Altamira, no Belo Monte, nos dias 7 e 8, quando estiveram presentes quatro Senadores já nominados pelo Presidente.

Foi uma visita importante, no momento certo e adequado para esse tipo de fiscalização, uma vez que lá nos encontramos no exato instante em que estava sendo ligada a primeira turbina, já no processo de produção de energia. Chegamos à sala de controle exatamente naquele momento em que se estava lançando a energia para o sistema integrado, chamado SIN (Sistema Integrado Nacional).

Por isso, entendo que a nossa visita ocorreu no momento adequado e certo.

Naturalmente, o meu relatório vai ser mais profundo e muito mais diligente sobre esse processo, mas eu queria fazer um resumo imediato dessa audiência, porque nós temos por obrigação, como subcomissão, fazer a prestação de contas perante o Plenário da Comissão.

De um modo geral, a produção de energia está cumprindo minimamente o calendário estabelecido no contrato com os órgãos e a agência do setor.

Estivemos em vários espaços da obra, seja no setor de produção de energia do Pimental, seja na principal produção de energia, que é Belo Monte, onde está funcionando a primeira usina. Estivemos nos canteiros de obras, conversamos inclusive com funcionários e técnicos desse processo.

Depois nós fomos visitar a cidade em si e o que eles chamam de RUCs, os locais de reassentamentos. São Reassentamentos Urbanos Comunitários.

Estivemos nos vários assentamentos e conversamos com vários moradores, etc.

O que nós vimos no ambiente das chamadas condicionantes é que há alguns atrasos em algumas obras e há, digamos assim, um esforço da empresa para resolver esse problema. No entanto, a principal observação dos quatro Senadores foi que um projeto daquele tamanho, com o impacto que tem na região e na sociedade, principalmente na região de Altamira, a principal cidade, tem de envolver não só a responsabilidade do Governo Federal, mas também deve contar com a participação do poder local e do Governo do Estado.

O que acontece? Há uma falta de sintonia entre a grande empresa que está implantando o projeto e o poder local, no caso, a Prefeitura e o Governo do Estado, que faz parte de um conselho, exatamente para cobrar, fiscalizar e exigir a implementação das condicionantes. Então, há uma falta de sintonia entre esses três órgãos, muito mais, digamos assim, pela prestação de contas, porque faz-se necessária a grande empresa, no caso, a Norte Energia, perante os órgãos competentes daquela região, tanto o Governo do Estado quanto o Governo municipal.

Os vários movimentos sociais não têm de quem cobrar ou cobram de um e de outro sem que haja uma responsabilidade coletiva para solucionar os problemas.

Isso é algo que justifica, Presidente, a necessidade, neste primeiro momento, de uma reunião administrativa já identificada, produto desse requerimento. Por isso, é fundamental a sua aprovação, para fazermos essa audiência interna, digamos assim, administrativa, para dialogar com os vários órgãos responsáveis nesse sentido.

A inclusão do Ministério Público e da questão do meio ambiente é fundamental para que essas outras condicionantes ambientais que envolvem... Portanto, a presença do Ministério Público e do Ibama também é fundamental para se dirimir qualquer problema que ainda exista nesse setor.

Então, repito, foi um momento adequado para fazermos essa diligência.

O que se identifica também é que, nas grandes obras que estão sendo realizadas na cidade de Altamira, essa falta de sintonia entre a grande empresa e o prefeito é maior ainda, porque fica uma situação em que um joga para o outro, sem que realmente se defina de uma vez por todas quem vai assumir a continuidade da prestação de serviço público. Com isso, atrasa-se ainda mais a entrega desse serviço público à população que está impactada pela grande obra que está ali, com aumento da população, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós teremos condições, nessa audiência pública, de ajudar a solucionar o caso do saneamento, a questão da saúde, do hospital, enfim. Então, foi muito adequada a ida até lá e mais ainda a obrigatoriedade do papel da Comissão de não só fiscalizar. Estamos nos propondo a mediar para solucionar os problemas que ainda existem ali.

Na questão do calendário, a minha observação sobre a obra, é que há algum atraso, mas pode-se dizer que a empresa está preparada para assumir o compromisso do calendário. No entanto, no que se refere às obras e aos impactos da compensação, há um atraso, exatamente por causa dessa questão sobre quem faz.

Outro problema que nós identificamos, principalmente nas obras de infraestrutura de estradas, de rotatórias e de acesso aos novos bairros que eles chamam de RUCs, os reassentamentos, não só é consequência dessa questão de indefinição de quem faz e quem não faz, mas também se deve ao período climático atual, o que acaba trazendo mais negatividade para o problema.

Prometo, portanto, fazer um relatório profundo para a nossa Comissão e o nosso Senado terem clareza sobre o que vimos lá e do que nós precisamos, como comissão fiscalizadora, exigir tanto dos governos quanto da grande empresa, que é o cumprimento do contrato, principalmente das condicionantes.

Como combinamos na audiência pública que fizemos com a população, depois dessa reunião administrativa interna, nós haveremos de convocar uma audiência pública aqui no Senado, trazendo todos os setores organizados de lá junto com as instituições, sejam governamentais, sejam não governamentais, com a presença da empresa, para publicamente posicionarmos a nossa fiscalização e fazer os encaminhamentos adequados e necessários para o cumprimento da grande obra e das condicionantes exigidas no contrato.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço ao Relator, Senador Paulo Rocha, que está concluindo o relatório da diligência, não da Subcomissão, mas dessa diligência que nós fizemos, para que seja entregue ao Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Nós estamos propondo, Srs. Senadores da Subcomissão, trazer para uma reunião da Comissão de Meio Ambiente os técnicos da Norte Energia que nos recepcionaram em Belo Monte, um da área civil, da construção da barragem, e o outro da área de montagem das turbinas.

A TV Senado, que nos acompanhou, preparou um vídeo para, para que eles possam fazer para os Srs. Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente uma exposição demonstrando o que nós tivemos a oportunidade de ver *in loco*. Pelo vídeo, poderão ver que é uma obra que, mesmo na implantação da barragem, impressiona pela grandeza.

Como disse o Senador Paulo Rocha, a primeira turbina já está em comissionamento. Nesta semana já deve entrar com energia no Sistema Interligado Nacional, com uma potência da ordem de seiscentos e poucos megawatts.

Mas a preocupação, Relator, Senador Paulo Rocha, que eu levantei hoje na Comissão de Infraestrutura, é com a execução dos linhões. Foi-nos dito que os linhões hoje existentes só suportam a carga dessa turbina. Novos linhões foram licitados, contratados, mas a empresa que ganhou a licitação está com um problema de recuperação judicial e não pode tocar a obra. Assim, nós vamos ter o mesmo problema que têm os parques eólicos do Nordeste: geram energia e não têm como distribuir porque não existe um linhão. Esse é um assunto que vamos discutir também na audiência pública, que, como V. Exª disse, faremos em seguida a esta reunião de trabalho, a fim de que possamos, na audiência, já ter algumas definições importantes.

V. Exª citou dois pontos: a questão da qualidade do abastecimento de água – como nos foi mostrado lá, a água é de péssima qualidade, sem potabilidade; e a questão do hospital, que precisa ser equacionada, pois o hospital está pronto há um ano, e não há entendimento entre a Norte Energia e a Prefeitura municipal, que recebeu o hospital, mas não inicia o funcionamento. Tudo isso vai ser discutido na reunião de trabalho. E eu espero, Senador Paulo Rocha, Srs. Senadores, que o Presidente da Norte Energia, o Prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, e a Presidente do Ibama, Srª Marilene Ramos, que deu a licença de instalação e definiu as condicionantes, assim como os outros convidados – mas esses três em especial –, confirmem presença.

Repito aqui o que disse em Altamira por ocasião da audiência pública, lamentando a ausência tanto do Presidente da Norte Energia, Dr. Duilio Figueiredo, como a da Presidente do Ibama, Drª Marilene Ramos, e do Prefeito de Altamira, Dr. Domingos Juvenil: eu espero que, nesta reunião de trabalho, nós possamos contar com a presença de todos os convidados. A reunião está marcada para o próximo dia 26 de abril, daqui a duas terças-feiras, às 14h30.

Não havendo mais nenhum item na pauta e nenhum Senador que queira pronunciar-se, declaro encerrada esta primeira reunião da Subcomissão de acompanhamento da execução das obras da usina de Belo Monte, no Estado do Pará.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2016.

Às quinze horas e nove minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Paulo Rocha e Davi Alcolumbre. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Douglas Cintra. O Senhor Presidente declara abertos e passa à PAUTA, destinada à realização de reunião de trabalho para buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes para a implantação da UHE Belo Monte e problemas correlatos. Comparecem como convidados: Sr. Avelino Ganzer, Coordenador Geral da Casa de Governo em Altamira (PA); Sr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia; Sr. Domingos Juvenil, Prefeito de Altamira; Sra. Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora da República em Altamira; Sra. Maria Amélia Enríquez, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME); e Sr. Rodrigo Herns, Coordenador de Licenciamento Ambiental do Ibama. A Presidência concede a palavra aos Senadores Paulo Rocha e Davi Alcolumbre, ao Deputado Arnaldo Jordy e a cada um dos convidados para fazerem sua exposição. Após a exposição inicial, seguem-se debates sobre o tema com questionamentos apresentados pelo Senhor Presidente e respondidos pelos convidados. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dezenove horas e quinze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a
Execução das Obras da Usina de Belo Monte

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Boa tarde a todos. Eu quero agradecer a presença de todos que atenderam o convite da Subcomissão de acompanhamento da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte para uma reunião de trabalho. Esta não é uma audiência pública, que nós faremos mais à frente, mas é uma reunião de trabalho para tentarmos definir alguns pontos que ficaram pendentes e claros na visita que fizemos ao projeto há duas ou três semanas.

Há alguns pontos que são, eu diria, emergenciais e que gostaríamos de definir nesta reunião de trabalho, com a presença do Prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, a quem agradeço; do Dr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia; da Drª Maria Amélia Enríques, representante do Governo do Estado do Pará no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX); do Dr. Avelino Ganzer, Coordenador do Escritório da Casa de Governo da Presidência da República em Altamira; da Drª Thaís Silva, Procuradora Federal em Altamira.

Havíamos também convidado a Drª Marilene Ramos, Presidente do Ibama, porque o Ibama foi o órgão que licenciou o projeto, deu a licença de instalação e a licença de operação. Então eu quero lamentar, mais uma vez, a ausência da Drª Marilene Ramos. Ela deve ter uma agenda muito atribulada e encaminhou o Dr. Rodrigo Herns, que é o Coordenador de Licenciamento Ambiental do Ibama. Mas gostaríamos muito, Dr. Rodrigo, da presença da Drª Marilene Ramos na audiência, como falei, por um motivo muito simples e de importância vital.

Como é uma reunião de trabalho, nós vamos tentar tomar aqui algumas posições do Ibama como licenciador, da Norte Energia como investidora no projeto e do Prefeito de Altamira como gestor municipal, com a participação da Casa do Governo lá em Altamira, da representante do Governo do Estado no PDRSX e da Drª Thais, que é Procuradora Federal lá em Altamira. Nós vamos fazer, de qualquer maneira, a nossa reunião de trabalho, que declaro aberta por uma questão mais formal.

Deputada, seja bem-vinda!

Também agradeço ao nosso Deputado Jordy, que nos acompanhou lá na audiência pública, a vinda a esta reunião de trabalho.

Na nossa ida lá, Prefeito, não tivemos a presença de V. Exª, que também não permitiu que dialogássemos com a Norte Energia nas questões que foram levantadas lá. Eu tenho uma listagem aqui que pode não ser completa. Então, se houver algum outro assunto que a Prefeitura de Altamira, o Governo do Estado, a Procuradoria ou o Ibama considerem necessário incluir nessas questões para as quais tentamos buscar uma solução conciliatória nesta reunião de trabalho, vocês, por favor, peçam que seja incluído na pauta.

Agradecemos ao Dr. Anchieta por nos ter acompanhado com os técnicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A intenção nossa, Dr. Duílio, é, numa reunião da Comissão do Meio Ambiente, trazer aos Srs. Senadores componentes da Comissão a exibição de um vídeo que a TV Senado está produzindo da visita – nessa ocasião, os senhores aqui serão bem-vindos –, mas que pudéssemos ter aqui também a presença dos técnicos que nos acompanharam, tanto os da área civil quanto os da área de montagem, para que eles façam uma exposição aos Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que não puderam estar lá conosco, para que eles tomem conhecimento do projeto, da importância do projeto, de como ele está se desenvolvendo fora da audiência pública que nós faremos exclusivamente sobre as condicionantes. Essa exposição será no âmbito de uma reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, só para que possamos apresentar aos Senadores o projeto e sua importância para o País.

Eu tenho aqui aquela relação que nós fizemos em conjunto, Senador Paulo Rocha. E foram colocados lá como pendências aqueles encaminhamentos nossos.

Eu iniciaria por um ponto que eu acho que é da maior importância. Trata-se, Prefeito, do funcionamento do hospital. O que é que nos foi dito na ocasião da visita? Que o hospital tinha sido entregue há um ano à Prefeitura e que o hospital, durante esse período de tempo, não estava em funcionamento.

O Secretário de Saúde que estava nos acompanhando alegou que o hospital não estava em funcionamento porque ele estava incompleto, faltava à Norte Energia completar equipamentos para que o hospital pudesse entrar em funcionamento. Por sua vez, a Norte Energia nos coloca que fez a entrega total dos equipamentos conforme as condicionantes da Prefeitura e que parte desses equipamentos teriam sido deslocados para atender um hospital municipal que tinha necessidade dessa transferência. Segundo informação do Secretário de Saúde do Município, não haveria como deslocar esse equipamento do hospital municipal para o hospital construído sem paralisar o atendimento lá no hospital municipal. Ou seja, para se transferir determinado equipamento deveria parar de atender lá e fazer a transferência, o que deixaria sem atendimento à população. Esse seria um primeiro impasse para a resolver. Eu quero colocar dessa forma a questão.

Senador Paulo Rocha, se quiser aditar aqui algo àquilo que já foi dito, pode fazê-lo, para que a gente possa ouvir as partes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu queria saudar, primeiro, a todos e a todas que a gente convidou.

Naturalmente, de acordo com ideia nossa, da Subcomissão de Fiscalização, nós poderíamos simplesmente chegar lá com o papel de fiscalizador, que é o papel desta Subcomissão do Senado, identificar os problemas, chegar aqui e prestar conta para a Comissão e, depois, fazer a convocação oficial de uma auditoria ou de uma audiência pública. Assim, teríamos feito o nosso dever.

Mas a gente quis, primeiro, cumprir, até porque são dois Senadores do Pará que estamos no papel aqui de representar a Comissão na Fiscalização. Nós optamos também por cumprir um papel aqui de mediadores, porque identificamos alguns problemas que existem lá, que são possíveis e passíveis de solução a partir de sentadas, de conversa e diálogo. Para isso estamos propondo esta reunião, para colocar as partes aqui para que a gente possa, quem sabe, cumprir esse papel de mediador para resolver alguns problemas.

De modo geral, o que nós vimos lá? A obra está bastante adiantada. Parece-nos que, de uma maneira geral, está sendo cumprido um calendário de geração e produção de energia etc. e tal.

Com relação às condicionantes, há alguns problemas que também são passíveis de se resolver, pois, digamos assim, a Norte Energia não estaria descumprindo tanto assim.

O que nós identificamos, Presidente Duílio e Prefeito, é que havia, em algumas questões, um descompasso, uma falta de entendimento entre a Norte Energia e a Prefeitura. Portanto, nós nos proporíamos a exatamente, quem sabe, mediar para evitar esse descompasso, essa falta de interação entre esses dois vetores importantes no processo do cumprimento do contrato. Essa é uma coisa.

A outra coisa é em relação à questão – por isso nós convocamos o Ibama – da relação com o Ministério Público, porque havia aquela questão da ameaça, inclusive, da suspensão da LO, porque estava havendo um descumprimento, pessoalmente, da questão da composição indígena nesse processo, enfim. Era até motivo de ordenamento daquela Cachoeira Seca, o que, ao final, o Governo fez há 15 ou 20 dias.

Enfim, foi com essa intenção que chamamos esta reunião para ver se buscávamos, digamos assim, com esse papel de mediador, mais do que fiscalizador neste momento, mas de mediador, solucionar alguns problemas que nós achamos que eram motivados por falta de diálogo, de entrosamento etc.

Naturalmente que aquilo padece – e aqui está o representante do Governo do Estado –, esses grandes empreendimentos para os quais eu acho que a gente deve se antecipar... E aí não é Governo do Estado, não é partido ou força política, mas o nosso Estado, como um todo, historicamente, está devendo uma proposta de desenvolvimento para cada microrregião para que, ao receber um grande projeto deste, a gente já esteja com a visão de desenvolvimento para que ele chegue cumprindo essas questões. Por exemplo: o impacto maior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

com certeza, vai ser na região do Tapajós. Para lá, estão previstos e já estão sendo feitos sete portos, e pensam em fazer cinco hidrelétricas. Para quê? Para o nosso Estado ser apenas entreposto dos grãos do centro-sul do País e, depois, produzir energia para exportar para o centro-sul do País? Acho que falta uma visão para nós próprios, representações políticas de todas as forças políticas, pensarmos o desenvolvimento daquela região para sabermos o que cobrar, o que processar nessas questões do desenvolvimento. Então, a gente quis fazer este processo assim.

Naturalmente, a visão com o Ibama tem uma coisa mais, que, inclusive, foi produto até da intervenção do Deputado Jordy, que está aqui presente. Ele bateu muito nessa questão ambiental, do impacto etc.

E, aí, Prefeito Duílio e Presidente, nós listamos algumas questões que achávamos que eram passíveis de solucionar. Um caso já dito pelo Senador Presidente Flexa é essa questão do hospital. A gente ficou até surpreso por um hospital daquele tamanho, construído, não estar funcionando por causa disto: falta equipamento. "Ah! Mas o equipamento não está aqui, foi levado para o outro hospital." Enfim, um negócio tão... Ou como aquela questão do Jatobá, que falta entregar oficialmente ou está entregue, mas eu não sei quem vai receber, e a população está reclamando porque não está oficializado, mas já está pagando o IPTU, e não sei o que mais, etc. Quer dizer, coisas tão simples, ao nosso ver, de solucionar. Ou os outros RUCs, que nós não visitamos, em que falta equipamento público, que não estava previsto. Por exemplo: creche, como há no Jatobá, ou unidade de saúde, que há no Jatobá, mas não há nos outros; ou uma reclamação que foi muito mencionada, quer dizer, o acesso aos outros RUCs que estão com a construção atrasada ou para o que não foi prevista a estrada de acesso, a rotatória, enfim. Houve uma reclamação muito forte dos outros RUCs nessa questão do atraso ou do acesso etc.

Agora, há uma coisa que eu acho que é muito mais profunda, e aí sobra para o prefeito, realmente – viu, Prefeito Juvenil? –, duas coisas que nos chamaram a atenção: uma veio da reclamação da população, que foi a seguinte: enquanto eles moravam ali – mesmo naquelas condições – no centro da cidade, eles não tinham algumas despesas que agora têm. Por exemplo: o bairro acabou ficando distante, então, aumentou o custo do transporte, de que principalmente se falou, porque não só o cara tem que pagar para vir trabalhar ou trazer a criança, naqueles onde não há escola, etc. Então, acho que aí é muito mais conversa de planejamento.

Uma outra coisa que nos chamou atenção, Prefeito, porque também não é o caso de tudo sobrar para a empresa, é o que nós identificamos naquele complexo – não sei como é que vocês chamam, mas é a questão do mercado, do peixe, que está sendo feito ali. Depois, quem vai gestar? De onde vem o custeio para poder dar sustentabilidade à gestão? É uma coisa, claro, que nem está no contrato, na obrigação da construção, mas, de qualquer maneira, é um impacto de um grande empreendimento público, que vai ficar para poder ser administrado. E vai ser administrado por quem? Pelo Governo Federal, porque o Ministério da Pesca pediu para fazer um grande empreendimento do entreposto da pesca ou da venda do pescado no mercado? O Prefeito vai dizer também: "Tudo bem, eu posso assumir. É bom até para a cidade." Mas de onde provém o custeio?

Então, algumas coisas que nós identificamos lá nos fizeram propor, primeiro, essa conversa de mediação e aproximar mais os vários atores deste processo. Era mais uma reunião de trabalho, para identificar os problemas e, depois, os conflitos, realmente, os encaminhamentos, naturalmente, que a gente vai fazer, se continuarem os problemas, numa audiência pública, chamando a responsabilidade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Paulo Rocha já passou por todos os pontos que a gente teria aqui para discutir. Inicialmente, vamos discutir a questão do hospital.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O que mais as pessoas estão pedindo é para ver se a ideia é, primeiro, ver o geral, realmente, foi isso que identificamos, e, depois, entrarmos nos pontos específicos, eu acho.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Só queria fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – ...para balizarmos a nossa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Libera aqui.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O.k. Liberou.

Minha questão de ordem, para balizarmos a nossa conversa, já que é uma reunião de trabalho, é sobre a minha ausência quando da visita dos Srs. Senadores da Subcomissão em Altamira.

Precisamos dizer que o Prefeito não foi sequer avisado de que a Comissão iria lá, em Altamira. Se tivesse sido avisado pelo gabinete do Senador, do Presidente, ou dos nossos companheiros políticos de muito tempo, com toda a intimidade que nós temos, por um telefonema ou algo assim, o Prefeito estaria presente, por duas razões: para ensejar o debate e pelo prazer enorme de recebê-los, porque somos companheiros de muito tempo de militância política. Mas a Prefeitura e o Prefeito não sabiam que os Srs. Senadores ou a Comissão iriam Em decorrência disso, ficaram apenas os diretores da Norte Energia com os Senadores. E por isso transpare-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ceu, Senador Paulo Rocha, que há um descompasso entre a Prefeitura e a Norte Energia, quando não há esse descompasso.

Para iniciar as nossas questões, eu precisava colocar esses assuntos de que o Prefeito, a Prefeitura, seus técnicos, quaisquer que sejam os seus órgãos receberam informações de que a Comissão estaria chegando lá. Segundo, como ficou apenas uma parte dos atores, como o Senador Paulo Rocha falou, pareceu que existia um descompasso entre a Norte Energia e a Prefeitura, e reafirmo que não há esse descompasso.

Esclarecidos esses dois pontos, eu me retiro, no momento do debate, porque foi uma questão de ordem, para depois nela entrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço o Prefeito Juvenil. Só faltou você falar que foi meu aluno na escola de Engenharia.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – E fomos colegas de Engenharia depois.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Também é importante isso. Mas foi lamentável o desencontro, porque o convite foi encaminhado pela Comissão, não foi pelo gabinete do Senador, de modo oficial, ao gabinete do Prefeito. Então, se ele não foi lá recebido, nós podemos verificar onde ele se perdeu no caminho entre Brasília e Altamira. Deve estar chegando lá.

Eu pergunto, antes de passar a palavra ao Deputado Jordy, se o Senador Alcolumbre gostaria de fazer...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Flexa, eu gostaria apenas de agradecer o convite que a Comissão fez a mim, para que pudesse ir lá visitar o Município de Altamira, acompanhando o Senador Paulo Rocha, que é do Estado do Pará; o Senador Flexa, que é o Presidente da Comissão; ao lado do Senador Elmano Férrer, do Piauí. Nesse sentido, eu também tive a oportunidade de conversar com a comunidade.

O Sr. Prefeito falou, ainda há pouco, que não teve conhecimento da visita da Comissão. Nós entendemos isso por conta de que infelizmente, no Poder Público, a burocracia do protocolo também, muitas vezes, impede que não só as coisas, as informações cheguem aos gabinetes, como as coisas aconteçam. Nesse sentido, uma grande preocupação nossa lá é, na verdade, utilizada pelo Senador Paulo Rocha aqui sobre essa falta de entendimento talvez, pelo menos na minha percepção, que estive lá, Prefeito, ouvindo representantes da Norte Energia, ouvindo a comunidade.

Eu queria muito, mas muito, ouvir a Prefeitura – e eu tenho certeza de que haverá a oportunidade de ouvir aqui hoje, através de V. Exª, que vem a convite da Comissão a esta reunião –; Prefeito; Ministério Público Federal, através da Drª Thais, que participou da reunião lá; Drª Maria Amélia Enríquez, que também esteve junto conosco; Dr. Anchieta, que nos acompanhou na nossa visita lá, representando a Norte Energia; além de outros técnicos da Norte Energia. Não tenham dúvida de que o interesse desta reunião, assim que me foi relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, pelo Senador Paulo Rocha e pelo Deputado Jordy, que esteve presente também nos encontros que nós promovemos lá, no Município Altamira, é o desejo de fazer com que esses desentendimentos, ou esses descompassos, ou esses desacertos possam efetivamente, a partir desta reunião de trabalho, ser superados e que, ao fim e ao cabo de toda essa discussão de um empreendimento monstruoso, grandioso para o Brasil, que está sendo realizado no Estado do Pará, com divergências ou não, com apoiamentos ou não, saibamos que ele é, sim, importantíssimo para o desenvolvimento do Brasil.

Mais uma vez, o Estado do Pará dá a sua parcela de contribuição, através do Município de Altamira, em uma obra que ajudará o País. Lógico, todas as obras têm, principalmente na Amazônia, Presidente Flexa, o seu impacto, mas isso foi estabelecido já em algumas condicionantes, lá atrás, não agora, no final da execução da obra, quando do entendimento da construção desse empreendimento.

Então, esse é o desejo da Comissão e isso foi o que eu percebi dos Senadores que nos acompanharam, do Deputado Jordy, das lideranças comunitárias que tive a oportunidade de ouvir na minha visita ao Município de Altamira. E o meu sentimento é de que esse descompasso, ou desacerto, ou desentendimento de todos os órgãos... Essa é a oportunidade não só para que possamos efetivamente, enfim, dar o encaminhamento para as questões pendentes, mas também para que saibamos o que foi estabelecido no acordo das condicionantes quando da autorização da licença do empreendimento, o que foi efetivamente executado, o que está faltando ser executado, o que cabe à Prefeitura, o que cabe ao Governo do Estado, o que cabe ao Governo Federal, o que cabe à iniciativa privada através da empresa, porque nós ouvimos, sim, também e vimos muitos benefícios para o povo de Altamira.

Eu posso dizer que eu sou do Estado do Amapá, que possui um pronto-socorro, num único hospital, que foi feito há mais de 55 anos, e em Macapá, que tem 500 mil habitantes, não há um hospital como o que eu fui tar, construído, através de uma parceria, para atender 120 mil habitantes que vivem no Município de Alta-a, e que infelizmente estava paralisado até o dia em que eu estive lá. Não sei o que aconteceu depois de lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nesse sentido, eu faço essa observação sobre esse hospital, dizendo que, no Estado do Amapá, que tem uma capital com 500 mil habitantes, não há um espaço como aquele que o povo de Altamira ganhou.

Agora, quanto ao custeio, quem vai manter, quais serão os próximos passos, eu não quero entrar nesse mérito, porque aí é o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura do Município de Altamira.A minha participação é apenas por querer ajudar para que esse desentendimento se torne entendimento a favor das pessoas, e aí cada um deve fazer a sua obrigação. A Prefeitura tem que cumprir a sua, o Estado tem que cumprir a sua, o Governo Federal tem que cumprir a sua e nós cumprirmos a nossa, de fiscalizadores, como membro desta Comissão. E eu, muito mais, Senador Flexa, porque estive lá. É muito difícil falar sem ver. Então, eu estive lá visitando o empreendimento e ouvindo a comunidade.

Realmente, por esse segundo passo, que muitos diziam que talvez nem fosse haver, eu queria parabenizar, porque os compromissos assumidos naquela audiência que teríamos, naquela reunião de trabalho, estamos tendo hoje e com vários atores envolvidos.

É lógico que nós vamos procurar a comunidade também para ouvir o outro lado, como nós ouvimos lá, mas o certo é que nessa reunião sairá, com certeza, o encaminhamento favorável à população do Município de Altamira, do Estado do Pará e do Brasil, porque Belo Monte é uma solução para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Alcolumbre.

Essa nossa reunião de trabalho tem como objetivo defender exatamente aqueles que mais precisam, a população que foi atingida pela construção da usina. Então, vamos buscar soluções para que isso seja conseguido.

Quero saudar o Deputado Lúcio Vale e agradecer pela presença.

Deputado Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, eu queria cumprimentar V. Exª; os demais Senadores aqui, Senador Alcolumbre, o nosso Relator, amigo Senador Paulo Rocha; Dr. Duilio, representando aqui a Norte Energia; o nosso Prefeito de Altamira, Domingos Juvenil; e todas as representações aqui, Ganzer, Deputado Lúcio, Rodrigo, Drª Thais, Drª Maria Amélia, demais técnicos que estão aqui presentes, todos os Deputados presentes.

Eu vou ser brevíssimo, porque me parece, pelo encaminhamento do Senador Paulo Rocha, que nós vamos depois já pontuar as questões a partir do hospital e outras questões.

Eu queria apenas, Senador Flexa Ribeiro, à guisa de sugestão mesmo – não tome isso como uma crítica, longe disso –, mas talvez a ausência aqui não só da Presidente do Ibama, pelas razões já expostas, como de alguma representação também dos movimentos sociais que foram objetos da nossa audiência lá em Altamira, talvez, numa próxima oportunidade, pudesse ser suprida, vindo, não todos, porque seria impossível, mas pelo menos uma representação, porque esses são os principais impactados para o bem ou para o mal, diante dos assuntos que nós estamos aqui discutindo. Fica apenas a sugestão a V. Exª e ao Senador Paulo Rocha.

Eu vou talvez polemizar um pouco alguns entendimentos aqui. Eu acho que esse modelo de projetos para a Amazônia e para o Pará é desastroso – desastroso. É claro que alguns benefícios existem. Seria irracional, eu diria que quase doentio, insano mesmo, se você não reconhecesse um equipamento como um hospital, que nós vimos lá, e o entusiasmo do Senador Alcolumbre, já que o Amapá só tem um há mais de 50 anos, não é isso? Mas está funcionando o do Amapá, está funcionando. É claro que algumas coisas são... Mas nós precisamos fazer o balanço disso. E o balanço pode ser bom para o Brasil, porque vai produzir 10 milhões de quilowatts de energia, vai ajudar a equilibrar a matriz energética brasileira, mas é trágico para o Pará e para a Amazônia, botando na balança, na minha balança. Entregar uma UPA, um hospital, fisicamente, mesmo com os equipamentos – o contrato com a Norte Energia é de 35 anos –, quem vai sustentar isso?

Porque um prédio de hospital, de escola, de creche ou de qualquer coisa, por si só, não cumpre a missão e a finalidade a que se destina. Um prédio de hospital, por mais belo e suntuoso que seja, não trata, não cura, não previne doenças. É preciso muito mais do que um prédio, ainda que de fazer inveja ao hospital do Amapá. Ele, por si só, não funciona.

Então, esse é um debate que nós precisamos fazer necessariamente, senão isso gera uma ilusão, gera uma imagem falsa de solução dos problemas, uma expectativa frustrante para as pessoas. Isso é metade da conversa; a outra metade talvez seja tão ou mais importante do que essa de apresentarem as obras. E o pior: isso fica depois para as unidades federativas, nesse modelo criminoso que é o modelo federativo brasileiro. E eu não estou botando essa conta no colo de governo algum, nem deste, nem do anterior, nem do Fernando Henrique, nem do Itamar, nem do Sarney, nem do Lula, nem de ninguém. Isso é um problema de todos eles, porque o modelo federativo brasileiro continua distorcido, criminosamente distorcido. Essa conta acaba ficando para os entes federativos menos empoderados, que são a prefeitura e o Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, vejam a lógica que está em jogo aqui: se faz um empreendimento na Amazônia, para produzir um benefício para o País, como todos disseram – e nós somos brasileiros, temos o dever –, mas nós estamos cansados de servir ao Brasil e excluir os 25 milhões de amazônidas do Brasil. Nós estamos cansados de ver esse filme, esse filme que foi feito lá no Amapá há três décadas, esse filme que foi feito em Tucuruí, esse filme que foi feito agora, reproduzido também. Então, é bom para o Brasil.

Não vou me ater a todos os indicadores, mas os indicadores, por exemplo, de violência e criminalidade saíram, em 2000, de 10 homicídios por 100 mil habitantes para, em 2013, 99 homicídios para cada 100 mil habitantes! De 10 para 99 em 13 anos! Isso são dados do Ministério da Justiça. Os dados da Educação, no Ideb, na aprovação e nas notas, que são os três indicadores de avaliação, Deputado Lúcio Vale, todos eles despencaram. Isso são dados do Ministério da Educação. Os dados de desmatamento também se agravaram. Os dados de saúde, mesmo com 27 ou 28 equipamentos, que foram os exemplos do hospital, despencaram. Então, eu pergunto: isso é bom para a população do Pará ou é ruim? Esses dados pioraram nessa dimensão por conta do empreendimento? Pode ser que não 100%, mas se agravaram, com certeza, porque o fluxo migratório representa uma quantidade de demandas que não estavam previstas e que o Município ou o Estado não têm condições, muito menos o Município.

Aqui, não estou fazendo a defesa do Prefeito Juvenil, necessariamente, mas estou falando do ponto de vista do conceito. Nós não podemos desprezar isso.

O modelo é um modelo perverso, é um modelo que nos escraviza. E repito: nós precisamos superar esses problemas. O Senador Paulo Rocha já fez um resumo bastante fiel do que nós ouvimos lá. Há o problema dos RUCs. Salvo o Jatobá, todos os demais estão sem creche, sem transporte. Visitamos famílias e ouvimos depoimentos às toneladas de crianças que já perderam, praticamente, o ano letivo, porque não há condições de recuperar, por conta das ausências, por conta do transporte, da distância de 10km para chegar a uma escola. Anteriormente elas estavam próximas à escola, e agora o ônibus não chega, transporte não tem; tem dia que vai, tem dia que não vai.

Sobre o problema da água, depois o Prefeito, com certeza, vai se reportar a isso, porque foi um processo de municipalização; o problema das escolas não construídas, das creches não construídas, dos CEPs nos RUCs. Segundo eles, ainda faltam ajustes a serem feitos na questão da cota 100, porque ainda há famílias tanto em São Domingos, cinco famílias, quanto no baixão da Aparecida, três famílias. É preciso, depois, ver isso com a empresa. Essas diferenças são graves.

Agora, já vou encerrar, há uma segunda agenda a partir disso, que são os ajustes daquilo que estava no contrato, que já era para terem sido realizados, e não foram. Por isso nós lamentamos a autorização da licença de operações sem que essas cláusulas contratuais, referentes aos interesses daquela população, pudessem ser atendidas, porque era um contrato, mas, para além disso, há o depois. Repito: o contrato é de 35 anos. E depois? E a sustentabilidade disso? Quem fica com esse ônus? O Município? Não dá conta! A União se desobriga, a empresa se desobriga, e o resumo da ópera, para finalizar, é o seguinte: produzimos 10 milhões de quilowatts de energia. Bom para o Brasil, ajuda a matriz energética, e o caos está estabelecido naquela região.

Mais uma vez – mais uma vez – o brado heroico do povo do Pará como meramente um depósito de insumos para o desenvolvimento dos outros. Nós não recebemos da energia um centavo de ICMS, nós pagamos uma energia caríssima e ficamos com o passivo ambiental, humano e social para dar conta. Não nos interessa esse tipo de conversa mais. Não nos interessa mais isso. Nós queremos um projeto que seja bom para o Brasil, mas que considere os 25 milhões de brasileiros – brasileiros! – que habitam a Amazônia, dos quais 8,5 milhões estão no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Deputado Jordy. Eu quero comungar com as observações que colocou e dizer que eu gostaria de objetivar a nossa reunião de trabalho. É uma reunião em que nós não vamos discutir aqui, buscar... Concordo com todas essas ponderações...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador, perdoe-me a retirada. Eu ia ficar mais um pouco, mas o Deputado Lúcio está me informando que haverá votação nominal, e aí nós somos quase obrigados a ir lá, porque é falta mesmo, o Eduardo Cunha põe falta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu queria aproveitar também só vocês dois aqui para dizer que eu também vou ter que me ausentar por meia hora, porque eu presido uma Comissão, uma CPI do HSBC, que foi convocada por mim para as 15h30. Vou ter que me retirar. Nós temos que estar, às vezes, em três lugares ao mesmo tempo.

E para vocês dois, Deputados, o Senado não é aquele negócio de céu que falam de lá para cá. Aqui nós palhamos ao mesmo tempo três vezes! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom, então, retornando à pauta, a reunião é uma reunião de trabalho, Deputado Jordy. A representação dos movimentos sociais foi convidada. Vão estar aqui conosco, vão debater conosco na audiência pública.

Deputado, seja bem-vindo! V. Exª aqui tem não só o assento como a palavra e o voto de qualidade.

O SR. DEVANIR RIBEIRO – Eu agradeço a V. Exª, Flexa Ribeiro, meu querido Senador; ao Senador Paulo Rocha, ao Prefeito de Altamira, ao nosso Senador do Amapá.

Eu sou paulista. Eu fico imaginando que, São Paulo, quando foi construída... Quando eu cheguei a São Paulo, lá havia 2 milhões de habitantes, em 1955. Hoje, nós temos 12 milhões fixos e mais 10 milhões flutuantes. Então, também São Paulo paga um pato muito grande, paga uma energia muito cara e um ICMS caríssimo, de 26%. É o que nós pagamos lá. Aí, alguém paga a conta, tanto no Pará quanto na minha capital, São Paulo, um Estado com 45 milhões de brasileiros. Também arcamos com um ônus.

Esse é o ônus de sermos brasileiros. Este é um País continental. Precisamos de energia e precisamos iluminar. Está aqui o meu amigo, grande companheiro que conheci em Santarém, na década de 70. Estamos ficando velhos, mas nós vamos chegar lá. E, se Deus quiser, Altamira vai também vencer esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deputado, perfeito. Nós todos somos brasileiros. Sabemos disso. Só há uma diferença: do que São Paulo produz, e produz bastante – é a locomotiva do Brasil –, grande parte do ICMS fica lá. Lamentavelmente, na energia, os 25% que São Paulo cobra de ICMS ficam para São Paulo. Não fica nada para o Pará.

O SR. DEVANIR RIBEIRO – Eu tento ajudar o Pará através do Paulo Rocha!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, nós precisamos da sua ajuda, porque temos PEC tramitando no Congresso para que seja partilhado também o ICMS da energia. Só que ela não anda. Os paulistas não deixam a PEC caminhar.

O SR. DEVANIR RIBEIRO – Aí você vai fazer um insulto. Há mais paraenses, mais mineiros, mais nordestinos em São Paulo do que paulistas mesmo. Eu mesmo sou filho de baiano e casado com uma cearense. Olha aí!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas não vamos fugir da pauta. É só para pedir seu apoio para a PEC tramitar, para podermos dividir o ICMS.

Vamos voltar para a pauta. Vamos falar objetivamente daquilo que buscamos conseguir resolver hoje. Nós não vamos resolver todos os problemas. Os problemas são de todo tipo e de todo tamanho. Nós listamos alguns que, naquela visita, nós identificamos como emergenciais. E poderíamos, numa reunião de trabalho, ter um entendimento entre as partes e resolvê-los. Não vamos discutir em uma audiência pública porque não vamos debater se é correto fazer um investimento daquele porte e não atender. Para mim, as condicionantes tinham que anteceder a implantação do projeto. Se elas são mitigadoras do impacto, serão feitas junto com o projeto? Aí não há como mitigar nada, já aconteceu.

Mas vamos voltar para a pauta. Vamos tentar resolver o problema do hospital, para o nosso Prefeito aqui expor as condições para colocarmos em funcionamento e atender à população. Consulto... Vou repetir: não vamos chamar de desencontro, mas de um descompasso. Falta equipamento para o hospital funcionar. A Norte Energia diz que já colocou equipamento.

Então, eu gostaria de ter o Dr. Duílio, como Presidente da Norte Energia, o Prefeito, a Drª Maria Amélia está também pedindo a palavra, e não sei se a Drª Thais gostaria de fazer alguma observação sobre este assunto do hospital, para funcionar.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu queria fazer uma colocação inicial, até por uma questão de ordem também, como levantou o Prefeito aqui. São duas colocações.

Todo empreendimento é feito dentro de uma temporalidade. Não adianta fazer uma discussão filosófica e conceitual após o empreendimento estar pronto. Se a discussão deveria ser antes ou depois, é uma outra discussão. A questão é que o empreendimento que existe é o empreendimento de Belo Monte, e o empreendimento de Belo Monte foi feito. Talvez, dos empreendimentos, nesses últimos 44 anos, em que trabalho no setor de energia elétrica, eu nunca tinha visto um empreendedor substituir o Estado, quer dizer, substituir o Estado em toda a sua dimensão: federal, estadual e municipal, fazendo hospitais, colégios, urbanismo de cidade. Mas se esqueceram de uma coisa, talvez por ser o primeiro empreendimento que tenha esse tipo de colocação: de dizer como seria o *day after* e como seria a entrega do hospital. Isso não está estabelecido em canto nenhum. Quer dizer, a função do empreendedor é ver o que lhe cabe fazer e fazer, mas não dali para a frente. Se se estivesse estabelecido que dali para a frente a operação deveria ser feita pelo empreendedor, tudo aquilo estaria imputado no preço da tarifa para ser remunerado. Não é, após o empreendimento, querer tomar tratativas, fazer tratativas para onerar o empreendedor. Isso tem que ser muito claro, bem definido lá no processo, quan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do se faz o edital de convocação do empreendimento, para que o empreendedor possa fazer o seu orçamento e possa computar tudo isso no preço da tarifa, porque não existe almoço de graça em canto nenhum, nem no setor de energia, nem na sociedade, seja qual for o tipo de sociedade com a qual se trabalhe. Se você vai comprar gás, você vai botar o preço do gás; se você vai pagar o hospital, vai pagar o hospital. Mas essa é uma questão conceitual e concordo com o senhor que aqui não é o local aqui para discutir.

Eu não poderia deixar de registrar que o empreendedor não pode ser onerado a *posterior*i por coisas que ele não tem responsabilidade. E isso a Norte Energia não vai fazer. Já deixamos, de cara, colocado que nós vamos fazer rigorosamente aquilo que está estabelecido na LI e na LO.

Estamos trazendo aqui para o senhor quase 2 mil páginas para a Comissão, que vamos protocolar, colocando todas as condicionantes, todas as tratativas que foram feitas, em detalhes, com todos os documentos associados a cada um deles, mostrando aí que nós estamos cumprindo rigorosamente as condicionantes que nos foram impostas como empreendedor. Como brasileiro eu posso até pensar de uma forma diferente, mas como empreendedor e como representante do empreendedor, é dessa forma que nós pensamos.

Outra coisa: o empreendimento está pronto, quer dizer, pronto do ponto de vista de energia. Nós entramos com a máquina comercial no dia 20, amanhã entramos com outra máquina comercial. A cada dois meses nós vamos entrar com uma máquina no sistema. Esse é um patrimônio brasileiro, não é um patrimônio da Norte Energia. Esse é um patrimônio que se está dando para o Brasil. Esse empreendimento vai ficar pelos próximos 90, 100 anos lá operando, gerando riqueza.

Como vai se distribuir essa riqueza também não é uma questão que cabe ao empreendedor. Cabe a vocês políticos que fazem as leis, que fazem as divisões de encargos, que fazem as divisões tributárias. Não cabe ao empreendedor. O empreendedor entra numa lógica econômica em que ele faz as suas contas e vê se aquilo é atrativo ou não. Se aquilo for atrativo ele entra; se não for, não entra. Essa foi a lógica com que os empreendedores entraram para fazer esse tipo de empreendimento.

Quanto à colocação de senso, de relacionamento com o prefeito, eu queria dizer que isso não existe. Nós temos um bom relacionamento com a prefeitura. Periodicamente nos reunimos. Temos pontos, como o desse hospital, em que acho que quem está sendo prejudicada é a população. Tanto para esse hospital quanto o São Rafael, quando foram concebidos, e depois a maternidade, que seria trocada, pediram-nos para antecipar o fornecimento dos equipamentos do Hospital do Mutirão, lá na origem. Quer dizer, a Norte Energia poderia muito tranquilamente dizer: "Não, não vou antecipar equipamento nenhum. Vou ficar aqui e quando o hospital estiver pronto eu disponibilizo todos os equipamentos.

Nós não podemos ser penalizados agora por temos feito o benefício à sociedade de termos antecipado a compra dos equipamentos. Nós entregamos o hospital em março. Sermos o quê? Acusados de que não existe uma entrega total e plena do equipamento? Claro que existe! Essa transição de troca de equipamentos estava prevista três anos atrás, quando isso foi comprado. Quando foi comprado, sabia-se claramente que esses equipamentos iriam de um hospital para o outro. Essa transição teria de fazer parte da recepção do hospital.

Agora, temos que ser claros e enxergar a coisa como ela é. O que acontece? O empreendedor tem uma dinâmica de trabalho de fazer a coisa. O Estado não tem a mesma velocidade do empreendedor. Sabia-se que esse hospital ia ser feito desde quando a LI foi colocada. Lá, o prefeito e o governador sabiam que eles tinham que assumir esse hospital, ou em parceria, ou a Prefeitura, ou o Estado.

Durante esses quatro anos, a sensação que nós empreendedores temos é que não se prepararam adequadamente para receber o equipamento, e de repente ficou pronto. E agora, o que fazer? As negociações que vinham sendo feitas entre a Secretaria de Saúde e a Prefeitura não são de agora, já são de algum tempo. Mas qual é o resultado disso? O resultado disso é o hospital parado, é o hospital não operacional. Um hospital operacional é um benefício para toda sociedade altamirense.

O discurso que o Senador do Amapá fez é pelo sentimento de ver um hospital bem equipado daquele, com 104 leitos, 11 leitos de UTI, parado. Quer dizer, é isso que os senhores, autoridades que constroem as leis, o Ministério Público, a Drª Thais Santi, devem ver na origem. Como é que vai se passar um bem desse para a Prefeitura? Como é que vão passar um bem desse para o Estado? Isso está definido na origem? Depois que se estabelece que a função do empreendedor é fazer, querem cobrar do empreendedor outras coisas que não são atribuições do empreendedor.

Então, Senador, esta é uma discussão muito forte que tem de ser feita nas definições do empreendimento: qual é a responsabilidade de cada um? Se quer que o empreendedor faça, tudo bem. Isso vai constar do preço da tarifa de energia. Mas como se faz essa transição, como essa transição vai ser feita e quem é que tivamente vai ser responsável pela atualização desses equipamentos? Quando eu falo de equipamentos, é égio, é escola, é secretaria e por aí vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio, eu lamento as palavras iniciais negativas em relação ao atendimento do que vai ser discutido aqui, porque já antecipou o resultado, Prefeito, da reunião de trabalho. O que nós vamos solicitar à Norte Energia não é nada que inviabilize a empresa. Refere-se ao fato de ser transferida para a tarifa.

Se nós formos discutir aqui pressupostos, nós vamos ficar aqui o dia todo, a noite toda, e não vamos chegar a lugar nenhum, porque, a juízo meu, isso aqui começou tudo errado. E a sua colocação poderia caber na construção de Tucuruí. Na construção de Belo Monte já não cabe. E nas próximas não caberá, porque, aí, eu quero lhe dizer que a sociedade tem de estar atenta para que não aconteça isso. Essas condicionantes que foram colocadas aqui tinham de ter sido discutidas, e muito bem discutidas, incluído isso que o senhor está dizendo que não é sua obrigação porque não está no documento, e nós estamos vendo acontecer pior do que isso lá em São Luiz do Tapajós – lá em São Luiz do Tapajós. Vai repetir de forma pior que Belo Monte.

Mas não vamos discutir isso. Vamos tentar ser objetivos e resolver. Há descompasso? Há. Porque o Secretário de Educação nos levou ao hospital e mostrou que estava faltando cama, que a UTI não estava com os equipamentos. Ou seja, a intenção da reunião de trabalho – eu repito, isto é uma reunião de trabalho; não é uma audiência, não é nada para a gente ficar discutindo...

Vamos trabalhar. Trabalhar como? Como vamos resolver para o hospital entrar em operação? Quanto custa? Eu solicitei ao Dr. Anchieta que fizesse, por favor, o levantamento, Prefeito, de quanto custa esse equipamento para repor ao hospital. Será que esse valor é de tal monta que inviabilize o projeto de Belo Monte?

Eu acredito que não. Até perguntei ao Dr. Anchieta: quanto pode custar tudo isso que nós vimos lá? É evidente que não é um número preciso e nem de aproximação. Foi dito lá R$10 milhões. Ora, R$10 milhões, Dr. Duílio? Se nós conseguirmos resolver essas pendências que foram anotadas aqui com R$10 milhões, não inviabiliza o projeto de Belo Monte, não é necessário ser transferido para a tarifa, não era necessário estar escrito aqui. O que há é a necessidade de que haja boa vontade de todas as partes, da empreendedora, do Governo Federal – e quero saudar aqui o Dr. Avelino, Coordenador da Casa de Governo –, do Governo estadual e do Governo municipal. Então, vamos tentar resolver a questão do equipamento.

Vou passar para o Prefeito Juvenil, que me pediu, aqui, mas vamos focar no hospital, para ver se a gente resolve agora.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Senador, se me permite uma colocação, nós viemos justamente com boa vontade e com o intuito de resolver os problemas que o senhor levantou aí.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, é que você começou dizendo que a Norte Energia não ia colocar nenhum – em outras palavras; talvez não tenham sido essas – recurso a mais do que já colocou.

A reunião de trabalho é exatamente para tentarmos solucionar alguns problemas que são importantes para a população de Altamira, que está desassistida e que vai precisar de recursos sim. E esses recursos, repito, não inviabilizam o projeto; muito pelo contrário, valorizam o projeto.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Enfocando a questão do hospital – depois eu volto ao outro assunto importante.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos passar um por um aqui.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A questão do hospital. O hospital foi reformado e ampliado. O Hospital do Mutirão já existia. Lá era UPA, construída no governo passado, e que funcionou por bastante tempo. Depois, foi feita uma reforma. Não é um hospital, um outro hospital, a falta do funcionamento desse outro hospital que está prejudicando a população. O prédio do chamado Hospital do Mutirão já existia, foi pintado, foram consertadas algumas coisas, foi ampliado, e ele não representa um novo hospital. Nós vamos ter que pegar o Hospital Santo Agostinho, que está funcionando, que é maior, que tem mais leitos do que o Hospital do Mutirão, para poder transferir para a região lá do Mutirão, a que não se tem acesso, não tem como chegarmos lá, Drª Thais. Temos um único lugar para chegar lá e não chega. Se alguém tiver um problema qualquer sério que precise do hospital, vai morrer antes de chegar lá, porque não há acesso. É uma obra, portanto, conceitualmente inacabada, que não atende o Município. Por isso, nós temos o Hospital São Rafael, que está funcionando em sua plenitude.

Por outro lado, não é entregar as paredes para o Município, para o Estado ou para quem quer que seja, porque ele não vai funcionar.

Agora, nós acabamos de inaugurar a UPA com 50% dos recursos do Governo Federal e 50% do Município. Ela está funcionando desde o dia 21 de março. De lá para cá, nós já atendemos 14 mil pessoas, mas estamos devendo lá os médicos, os técnicos, os enfermeiros. Não temos condições de pagá-los, porque não há um plano de sustentabilidade. Daqui a pouco, a UPA, por exemplo, bonita, funcionando, vai ter que parar, porque não tem um plano de sustentabilidade. O Município não suporta. Não dá para construir e deixar lá para o Município. Isso, Senador, o que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O caso do hospital, por exemplo, já está bem definido. Ele não é mais um hospital, com os médicos prontos, com os enfermeiros prontos, com os técnicos de enfermagem prontos, com todo o aparato para funcionar. Não está. Está lá o prédio. Tem que tirar do Santo Agostinho para um lugar que não tem condições de funcionar, porque não há acessibilidade, não há ruas de acesso.

E é tão difícil se completar um projeto desse, Drª Thais? Parece-me que não é. Agora, o Município vai ter que fazer lá acesso, vai ter que asfaltar o acesso, vai ter que fazer tudo o que não estava previsto, nas condicionantes, para o Município. Esse é o caso do hospital. Não há condições de funcionar como está lá, ainda que estejam todos os equipamentos lá. E não estão todos os equipamentos, há parte dos equipamentos que estão no hospital municipal, que foi transferido, por colaboração, sim. Alguns, não são todos, estão lá mesmo, funcionando. Esse é que é o fato.

Agora, é o problema das condicionantes. As condicionantes foram uma tratativa feita na LI. E agora, na LO, há algumas outras condicionantes. Todas essas condicionantes estão inconclusas, inacabadas. E é esse o problema da Prefeitura, porque parece o seguinte: faz o que está na condicionante, não me importa se está funcionando, se vai atender à população ou não. É o caso dos RUCs. Todos os RUCs, em assentamentos urbanos, coletivos, não atendem à população, todos. A água, por exemplo, ainda é abastecida por carro-pipa – por carro-pipa. Onde é que está a qualidade de vida que se pode dar? O asfaltamento de algumas ruas não suporta. Algumas já estão com o esgoto pluvial entupido. Então, o que a Prefeitura exige – e tem tido um bom relacionamento com a Norte Energia – é que sejam completadas essas condicionantes, que as condicionantes, de fato, funcionem para a população, não para o órgão A, B, C, para o Prefeito Domingos Juvenil, mas para a população.

Eu quero que me digam aqui que há uma condicionante que foi concluída e que está funcionando. Para vocês terem uma ideia, há algumas que o Município está sustentando – sustentando. Vou dar um exemplo: para sete escolas municipais, o Prefeito se sentou com a direção da Norte Energia, combinamos a participação da Norte Energia e a participação da Prefeitura. Nós estamos, desde o ano passado, construindo, assinado o chamado termo DS, que é o convênio, e a Norte Energia não repassa um único centavo – um único centavo. E é dividida em duas partes, duas licitações ao mesmo tempo.

Uma parte é para a reforma, que não funciona, porque não atende o Conselho Estadual de Educação. Então, o que acontece? O Município tem que fazer ampliação, porque não está na condicionante, porque não tem recurso. E o Município faz, faz a ampliação, estamos fazendo e estamos pagando, mas a Norte Energia, da LO para cá – desculpe-me, Dr. Duílio, pela nossa liberdade – nunca mais cumpriu compromisso nenhum com o Município. Nunca mais! Se cumpre um aqui ou ali daquelas tratativas, daquilo que foi feito... Não cumpre!

Então, o Município, os munícipes não aguentam isso. As condicionantes têm que ser completas. Se é RUC, os moradores têm que ter condições de vida. Como disse aqui o Deputado Jordy e disse também o Senador Paulo Rocha, aquela comunidade que foi removida, reassentada, eles eram felizes lá, eles estavam satisfeitos. Nós achamos que as condições eram insalubres, mas eles não tinham esse problema. Agora vão para lá, se oneram, uma série de problemas que há. Pode reunir em qualquer RUC daqueles que vamos encontrar problema.

O que a prefeitura faz e até aparece como um descompasso, que não há, porque nós temos sentado, discutido, é que a prefeitura exige que as condicionantes sejam completas, para poder atender a população. Senão, não adianta. Fazer para dizer: "Nós fizemos aquela condicionante" e entregar não basta. Não basta. Ela tem que ser completa, funcionando, e que a população seja atendida. Sou capaz, nesta reunião de trabalho ou em qualquer outra, de discutir condicionante por condicionante, principalmente aquelas que entraram, que agrediram – essa expressão não é para ofender ninguém, é física – a cidade, que agrediram muito a cidade.

Nós vamos longe aqui. O saneamento, água e esgoto sanitário, enganaram a Norte Energia, a prefeitura confiou, e hoje nós estamos pagando caro. O sistema de água não funcionou até hoje, porque o projeto não foi cumprido. Nos enganaram a todos, enganaram a Norte Energia, os seus fiscais e nós confiamos. O esgotamento sanitário é outro passo, ainda está sendo completado. Nós já gastamos, no abastecimento de água da cidade, R$2 milhões, sem ter, e não temos as ligações interdomiciliares para atender a comunidade, a população, e também gerar tarifas.

O Município não sustenta isso, não sustenta. Nós temos encaminhado à Norte Energia, temos mandado ofícios, temos mandado os planos de trabalho, temos mandado o orçamento. Infelizmente, depois da LO, nenhuma resposta. Desculpe-me, mas não tinha como deixar de falar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tudo bem. Prefeito, se isso não é descompasso, vou buscar no dicionário para tentar uma palavra que possa explicar melhor.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não é o descompasso do relacionamento. Eu me dirijo aos diretores da Norte Energia, nós dialogamos, o doutor queria a mesma coisa.....

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas não são atendidos.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – ... agora, depois da LO para cá é que as coisas não foram mais atendidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O pior de tudo é que quem está sofrendo com isso é a população. Isso é o pior. Não é Norte Energia, não é o ente Prefeitura, o ente União, o ente Estado. Não, é a população.

Lamentavelmente, a juízo meu, o Ibama não podia ter dado a licença de operação, não devia ter dado. Essa licença de operação foi liberada criminosamente – criminosamente – para atender a geração de energia, para colocar as máquinas em funcionamento, porque as condicionantes todas, como disso o Prefeito, e nós vimos lá, não estão concluídas. Os benefícios que teriam que ser dados à população não foram dados.

Então, se a condicionante não foi concluída, e ela faz parte da licença de instalação, não tinha por que dar licença de operação. "Vamos primeiro concluir a condicionante", então a Norte Energia ia correr, o Governo ia correr para poder terminar a condicionante, como diz o Prefeito, para poder ter LO.

Mas vamos tentar, senão nós não vamos chegar a lugar nenhum, nós vamos ficar aqui e não vamos chegar a lugar nenhum.

Vamos tentar resolver o hospital. Eu coloquei aqui que precisa, além do equipamento, fazer o acesso. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos ouvir o o Governo do Estado, então. Drª Maria Amélia.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Obrigada, Senador Flexa.

Eu estou escutando aqui e me lembrei de um teórico, Joan Martínez Alier, do ecologismo dos pobres, e ele fala sobre quem é que tem um poder para simplificar a complexidade, porque nós ficamos aqui e vemos que é muito complexa, na verdade, toda essa situação. E, para chegarmos a essa redução da complexidade, precisamos nos desarmarmos, e, para nos desarmarmos, cada ente tem que assumir a sua responsabilidade.

Aqui, muito humildemente, este ano e meio que eu estou na frente do PDRS e escuto muito a omissão do meu governo do Estado do Pará, ou a não participação mais incisiva quando ele deveria ter sido mais incisivo. Não há como ficar, Senador, só restrito ao hospital, porque o hospital, digamos assim, é um ícone, mas o hospital é uma síntese.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós vamos passar em todos eles.

Eu estou tentando objetivar cada item, para ver se chegamos a uma conclusão.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Mas eu queria, simplesmente, historiar um pouquinho qual o papel do governo do Estado hoje no PDRS. Para cima do Estado recaem, acabam desembocando todas as demandas da sociedade que estão reprimidas ou que foram mal atendidas.

Eu estava aqui juntando o tanto de demanda: do Movimento dos Atingidos por Barragem, do Movimento dos RUCs, do Movimento das Mulheres, do Movimento dos Indígenas, do Movimento dos Produtores Rurais, é uma série de demandas, e está tudo na condicionante. São dezenove planos, cinquenta e três programas e oitenta e tantos projetos, e tudo isso deveria estar na condicionante.

Como não tem efetividade a condicionante e a população vive no território, o território vem cobrar do Estado. Se aumenta o problema da violência, é o Estado que é responsável; se não há efetividade na saúde, é o Estado que é responsável; se não há efetividade na educação, é o Estado que é responsável. E a gente recepciona.

Neste ano e meio que aí estou, e está aí a Clarice, a gente tem conversado nas reuniões do PDRS, tentando abrir um canal de diálogo com a Norte Energia há muito tempo, está aqui o Rodrigo, eu já cobrei do Ibama qual é o *status* do atendimento das condicionantes. Coincidentemente, como são as coisas? Justamente hoje foi o dia que nós conseguimos agenda com a Norte Energia lá em Altamira, onde está a nossa equipe de Estado; para não desmobilizar a reunião lá, há uma equipe de Estado também para tentar discutir o problema dos RUCs – tem problema no RUC, vem pra o Estado.

O que acontece? Quanto à falta de efetividade, reforçando as palavras do Prefeito Domingos, acaba sendo o Estado responsável por dar efetividade àquela ação que deveria ser cumprida na condicionante. Como ela não aconteceu na sua plenitude, é o Estado que é o responsável.

Qual é a minha avaliação? Acho que houve muitos equívocos. Mas o que eu acho, olhando daqui para a frente? Eu vejo, Senador Flexa, com muita esperança esta iniciativa de V. Exª, no sentido de estar simplificando essa complexidade, colocando, nesta mesa de negociação, os diferentes entes para a gente buscar o olhar para a frente, não a visão para trás, porque o que está feito está feito.

Especificamente, eu acho que vamos falar outros assuntos, eu teria aqui uma série de assuntos para falar. Especificamente quanto ao Hospital do Mutirão, não é um assunto fácil, é muito complexa a questão da saúde, no é que ela funciona em rede, que tem a ver o Governo Federal, o Governo estadual e o Governo municipal. ntro do PDRS, nós temos uma câmara técnica específica da saúde, além do que está estabelecido no PBA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O PBA estabeleceu três programas: o programa de incentivo à estruturação básica da saúde – isso catando na internet, nunca o Ibama me mandou, eu pedi ao PBA e nunca recebi, isso aqui a gente pesquisou, e com o pessoal da saúde também, mas o *status* como está atendido, é difícil saber –; o programa da vigilância epidemiológica e o programa – que é interessante, e conversei com o Secretário de Saúde, Dr. Vitor Mateus, há três dias, foi acho que o programa mais exitoso, a gente também tem que dar o mérito –, que é o programa de ação e controle da malária. É até um *case* que valeria à pena a gente entender melhor, como que é os três entes trabalharam em rede, coletivamente. É impressionante o sucesso desse condicionante que foi o programa de ação e combate da malária. Realmente a gente vê os índices de malária caírem vertiginosamente. Eu diria que a ação de melhor êxito do PBA na área de saúde foi o controle da malária.

Agora, no programa da estruturação da saúde, especificamente no que se refere ao Hospital do Mutirão, conversando com os colegas da câmara técnica de saúde, muito além do problema de equipamento é o problema de governança, é o problema de gestão, porque nos condicionantes ou nos programas não está explícito a quem compete a governança dessa ação.

Eu tenho aqui um termo de cooperação que foi assinado em 2012 entre Estado, Município e Norte Energia, que são justamente a questão da reforma do Hospital São Rafael, da unidade do Mutirão, e da criação dos leitos adicionais, que, depois, teve algumas alterações.

Então, o que se pressupõe é que o hospital, a área que hoje é o Hospital do Mutirão é uma área do Estado, do Governo do Estado. De acordo com o Secretário de Saúde, o Hospital do Mutirão iria fazer parte da retaguarda do Hospital Regional.

Ele daria suporte ao Hospital Regional para cirurgias eletivas, ele seria um hospital de média complexidade, e a gestão e a governança do Hospital do Mutirão deveria ser de competência da Secretaria Estadual de Saúde. Essa tratativa estava sendo entendida até o ano passado.

Segundo os colegas que faziam parte da câmara técnica de saúde, qual foi a surpresa de ver que a Norte Energia entrega o hospital para a Prefeitura de Altamira, "bypassando" a Secretaria de Saúde. Então, ficou um mal-entendido nesse sentido.

Eu tenho aqui também a minuta de um termo de cooperação que seria entre a Norte Energia, a Prefeitura de Altamira e o Governo do Estado, onde está bem claro que o Hospital do Mutirão ficará sob a gestão estadual e gerência de uma organização social, uma OS, que, inclusive, é a OS que administra o Hospital Regional. A comissão dos Senadores foi ao Hospital Regional para ver como é a administração por OS, que funcionaria como retaguarda do Hospital Regional Público da Transamazônica. Está aqui a minuta.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Assinada, doutora?

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Não está assinada. É uma minuta que foi debatida...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Minuta de quem?

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – ... segundo o Secretário de Saúde, o Governo do Estado assumiria a gestão, porque são 40 milhões para implementar, para fazer a obra do hospital, mas é esse valor mais ou menos que é para fazer a gestão desse hospital que o Governo do Estado iria assumir. Isso foram as palavras que o Secretário...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Uma minuta que não está assinada por nenhuma das partes, doutora, não serve como argumento.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Bom, mas isso foi a conversa que eu tive com o Secretário Vitor Mateus, há dois dias, inclusive depois...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Doutora, esses assuntos também extrapolam o PDRS Xingu, ele não é discutido o PDRS Xingu, ele é discutido como um todo, a região inteira. Nós estamos num outro assunto. Ele não é próprio, inerente das discussões exclusivas do PDRS Xingu.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Eu não estou discutindo o PDRS Xingu.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas é só o que a senhora tem falado aí.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Eu participei da subcomissão com o Senador e conversei, como representante do Governo do Estado na região, conversei com o Secretário Vitor Mateus, e foi essa informação que ele me disse.

A minha área de especialidade não é a área de saúde, eu me instruí com o Secretário de Saúde justamente para trazer essa posição aqui. Então, foi essa a posição que o Secretário de Saúde repassou, inclusive colocando que o terreno, que a área é uma área onde funcionava o IML...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Funcionava a UPA, depois o IML, depois outras coisas.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – ... para fazer o hospital, e que estava subentendido que seria uma aguarda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que eu vejo? Muito além, Senador, do que só a questão de equipamentos de acesso, é uma questão de competência, de governança, e isso foi o que Secretário Vitor Mateus me passou há dois dias...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não convém...

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – ... quando eu estive conversando com ele para vir aqui trazer esse *feedback*.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Doutora, não é bem assim, porque eu participei, a não ser que o Secretário....

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Aqui está a minuta.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – ... esteja se reunindo com outros entes no Município e que o Prefeito não saiba. Mas a única vez que o Secretário esteve em Altamira, que se reuniu conosco, que nos reunimos com a Secretaria de Saúde, nós não tratamos disso. Nós tratamos que o Hospital do Mutirão não poderia ir para o Estado como retaguarda do Hospital Regional porque ele é um hospital de portas fechadas, e nós precisamos de hospital de portas abertas para poder atender as demandas que correm para o hospital, e não um hospital de portas fechadas ao qual ninguém pode chegar, a não ser encaminhado por órgãos, por instituições, pela rede.

Então, isso não interessa para o Município. Essa é a discussão.

Então, que fique claro que o hospital tem de ser de portas abertas para atender a população, e não de portas fechadas, como é o Hospital Regional. E, mais ainda, o Hospital Regional, como está, é auxiliado pelo Município e também com parcela de contribuição da Norte Energia, porque nós fazemos média complexidade e, às vezes, até alta complexidade no municipal, que é de obrigação do Estado, do Regional, que ele não suporta.

O Município entrou em uma tripartite, com a Prefeitura, Norte Energia, para esse assunto, e o Estado. O Estado não repassa a parte dele. E o Município – a Norte Energia tem repassado a parte dela – tem de arcar com a parte do Estado, que não a repassa.

Então, precisamos clarear essa situação de responsabilidade. Média complexidade não é do Município, e sim do Estado. Alta complexidade não é do Município, é do Estado. A nossa é a atenção primária, básica. Mas nós estamos fazendo média é alta complexidade, porque o Estado não tem a possibilidade de fazer.

É tripartite porque são três partes, mas só quem cumpre são duas, e uma cumpre pelo outro. Quando você contrata o médico por R$10, e a responsabilidade é dos três, se só um paga, alguém tem de pagar o resto, e nesse caso é o Município.

A senhora precisa levar, nós podemos reunir, discutir com o Secretário, sair da porta do PDRS Xingu. Eu era um dos coordenadores do PDRS Xingu, estou lá discutindo, vendo, etc. Temos de sair dessa faixa que são apenas R$ 500 milhões para toda a região, e a metade já está comprometida, ao passo em que, das condicionantes, da mitigação, são 3,5 bilhões. Totalmente diferente.

Portanto, vamos sair, saiamos do PDRS Xingu e vamos entrar nas questões...

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Mas, desculpe, Prefeito. Isso aqui não tem nada a ver com o PDRS Xingu. Inclusive, depois do dia...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Drª Maria Amélia, acho que são duas etapas. Temo que, primeiro, concluir o hospital. Quanto à gestão do hospital, vamos ter de sentar o Governo do Estado, o Governo da União, a Prefeitura para saber. Mas o hospital tem que ser concluído.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – A reunião de hoje é para concluir o hospital. Não vamos entrar na hora da gestão.

Eu quero fazer uma proposta para ver se nós encerramos. A minha proposta, Dr. Duílio, é que a Norte Energia faça o esforço e contribua com a população de Altamira, repondo os equipamentos que faltam para completar o hospital e fazendo o acesso que o Prefeito diz necessário para que a população chegue ao hospital.

Eu não sei que valor que isso pode representar. Não é nada impossível de ser assumido pela Norte Energia. Essa é a proposta que eu faço, que acho que resolve a primeira questão que foi levantada lá, Prefeito. A Norte Energia completa os equipamentos, faz o acesso. Resolveu a questão do hospital.

Aí, como se vai administrar, como se vai abrir o hospital para a população é uma questão que terá de ser conversada, as Secretarias de Saúde estadual e a municipal, o Prefeito, o Governo de Estado, para ver como funciona. Mas não é o objeto da discussão de agora. O que vimos lá é que a condicionante está incompleta, e a proposta objetiva é que a Norte Energia possa contribuir, fazendo a reposição dos equipamentos e fazendo o acesso no caso do hospital.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Senador, Prefeitos, demais, a condicionante não está incompleta. A condicionante está completa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não estou discutindo se foi entregue não. Estou solicitando à Norte Energia que faça um esforço adicional de recompor os equipamentos para e o hospital... Segundo foi dito, já foi entregue. Tudo bem, já foi entregue, mas foi usado no outro hospital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, não pode retirar de lá. É preciso ter o equipamento aqui. O pedido que estamos fazendo é que a Norte Energia coloque os equipamentos e faça o acesso.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – A Norte Energia se compromete a estudar, mas não a garantir que vai colocar. Eu vou estudar, mas preciso revisitar o convênio lá atrás, onde nós disponibilizamos o hospital para a prefeitura.

Eu não sei se esses equipamentos, na origem, foram definidos para ficar lá. Eles não foram definidos para ficar no hospital. Eles foram definidos para ficar no Hospital no Mutirão, durante a reforma. Então, eu tenho de verificar tudo isso aí, tenho que fazer um estudo. Eu concordo plenamente com a colocação que a representante do Estado do Pará fez. Acho que a grande dificuldade deles não é só abrir o hospital, porque se tivesse isso assentado, se tivesse prosperado essa boa parte, esse hospital estaria aberto, porque ele poderia ser aberto por etapas. Ele poderia ser muito bem gerenciado.

A questão para mim, concordo plenamente com ela, é o *day after*. Como será a governança do hospital? Como esse hospital vai funcionar? Aqui tem muito discurso. "É para a população."

Eu quero saber o seguinte: o hospital está pronto. O que é preciso, qual é o plano de ação para fazê-lo funcionar. Amanhã, se não houver esses equipamentos amanhã, que parte do hospital pode funcionar de imediato?

Eu não sei responder aqui agora, mas eu tenho que fazer esse estudo.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Dr. Duílio, Senador Flexa Ribeiro, o Secretário de Saúde está aí. Ele estava na visita dos Srs. Senadores na Comissão. Ele poderia dar uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pode falar.

Pela ordem, o Dr. Anchieta primeiro, depois o Secretário e o Dr. Avelino e Rodrigo.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Observe só, eu acho que a colocação do Duílio foi muito propícia e oportuna: revisitar e ver o que realmente pode ser feito e se pode ser feito.

A questão é a seguinte, e é bom que fique bem claro: havia um convênio tripartite com Norte Energia, Estado e Município, no sentido de que, quando esse hospital estivesse concluído, esses três entes se reuniriam e discutiriam a quem caberia receber o hospital.

Essa reunião aconteceu na época do Secretário de Saúde anterior, se não me engano, o Dr. Helio. Ele esteve comigo, e desta reunião saíram juntos para sentar com o Secretário de Saúde e dessa reunião saiu uma decisão: entregue o hospital à Prefeitura.

A Norte Energia não tomou nenhuma decisão unilateral. Foi uma decisão. Agora, neste momento, ninguém levantou os problemas que estão sendo levantados agora para a funcionalidade do hospital. A questão dos equipamentos é uma questão operacional, mas a questão do acesso, por exemplo, durante todo o período de construção nunca foi levantada.

E um ano depois de entregue, diz-se: "Não funciona porque não tem acesso."

Paciência! Assim, Senador, é difícil.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Dr. Anchieta...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Só para concluir.

Observe só, eu acho que estamos caminhando para um entendimento, não vejo dificuldades em se chegar a um entendimento, mas também acho o seguinte: começa a se colocar aquilo que o senhor dizia. Coloca um jabuti na licença, é criar jabuti... Paciência!

Como foi concebido o hospital, a Secretária falou de uma forma, e agora tem que ser o hospital aberto como o Prefeito falou, tem que ver isso e resolver.

Ora, a função da Norte Energia era dar o equipamento. O equipamento está lá, agora os dois têm de sentar e definir como vai operar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Já está definido isso.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Então, pronto! Se está definido, paciência...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O hospital tem de estar de portas abertas para atender a população.

Nós temos dificuldades nos acessos para lá, para o hospital, mas esse acesso, Dr. Anchieta, desde 2012, do final de 2012, que eu venho falando isso: não tem acesso, não tem acesso! Eu sempre fui contra o hospital ter sido feito lá no Mutirão, onde está sendo feito. Foi aproveitada uma estrutura que estava...

Tinha de ser um hospital construído, novo, onde...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Prefeito, a Norte Energia não construiu por decisão dela não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Antes de ouvir o Secretário, desculpe, Senador, mas a questão é seguinte: a Norte Energia, que fique claro, para todos os presentes, não escolhe local de fazer hospital.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Justamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. DOMINGOS JUVENIL – É verdade.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Não foi a Norte Energia que tomou a decisão de nos escolher... Foi a Prefeitura que tomou, quando o Prefeito Juvenil assumiu de fato ele questionou e depois aceitou...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não existia mais retrocesso, Dr. Duílio. O Conselho Municipal já tinha tomado providências, já estava sendo feito. Eu fui vencido, o meu voto foi vencido!

Mas sempre levantei isto desde 2012: o lugar era inapropriado para um hospital que iria atender uma população que estava do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Prefeito, nós estamos tratando de um caso consumado. Nós não podemos pegar um hospital daqui e transferir para um outro lugar. Nós vamos ter de resolver o problema onde ele está.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas fica gravada e registrada toda a história. A história precisa ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas nós não vamos poder remover. Se tivéssemos uma vara de condão, "retira daqui e põe para cá", tudo bem. Não dá.

Vamos resolver aqui. Qual é o problema? É o acesso? Qual é o problema? É o equipamento?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Vamos ouvir o Secretário de Saúde, que tem informações.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos ouvir o Secretário.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Boa tarde, Senador Flexa; Presidente da Norte Energia.

Na verdade, esse processo, já vimos discutindo-o, Anchieta, desde 2013, quando assumimos. É importante deixarmos bem claro, Senador, mesmo parecendo... Nós nunca tivemos problemas, pelo menos o setor da saúde, com a Norte Energia. Pelo contrário, a relação é ótima.

O problema é que nós chegamos não em um impasse. Esses equipamentos parece que foram retirados do hospital. Eles não foram retirados. Esses equipamentos foram doados em 2011. O hospital começou a ser construído em 2014. Esses equipamentos foram doados na época para o Município, porque ele não tinha como suportar a demanda. Toda a população da Transamazônica e o povo da obra se dirige ao Hospital Municipal São Rafael.

Não conseguimos nem atualizar a *per capita* do Município. Foi o maior dano que a saúde teve, e a gente não consegui, porque o Censo foi feito em 2010, e estamos em 2015 com a mesma população de 2009, 2010.

Nessa questão do hospital, e eu coloquei isso para o meu amigo Ladislau, desde o início, nós não temos como parar um hospital e mudar para outro – o que é uma outra coisa equivocada, porque não há novo hospital. Foi construído um hospital, ampliado. Esse hospital foi construído como unidade de saúde em 1998, no primeiro governo Almir Gabriel. Ele ficou dez anos fechado pelo Estado. Nós o colocamos para funcionar em 2008, quando eu fui diretor da Sespa. Depois, decidiu-se, por voto vencido, como disse o Prefeito, construir lá, porque a proposta da Prefeitura e da Secretaria é que não fosse feito lá por causa do acesso.

Nós temos uma população de 20 mil pessoas, e só há uma rua de acesso. Mutirão, Paixão de Cristo, Jatobá, Água Azul e Jardim França. Se você juntar aquela população, você tem 20 mil pessoas e um acesso. Claro que os RUCs foram sendo construídos e... O que nós estamos discutindo hoje, eu já discuti com a equipe, conversei. Nós precisamos só sentar e complementar os equipamentos. Há equipamentos, não se está falando que não há equipamento. Foram gastos lá R$45 milhões, R$40 milhões. Não custa nada gastarmos mais R$5 ou R$6 milhões e completar os equipamentos.

Vou dar só um exemplo – e eu já deixei bem claro isso antes: vamos botar para funcionar a UTI, mas só há macas na UTI, não há respirador, não há nada. Não funciona UTI só com maca. Então, acho que essa conversa e essa discussão... Os espíritos têm que ser desarmados para chegarmos... Nós já resolvemos tantos problemas lá, conversando, discutindo. Nós herdamos algumas coisas da administração passada, que não conversam com a nossa energia, e nós conseguimos chegar à conclusão.

Então, acho que não tem, pelo menos da nossa parte, primeiro, nenhum interesse de contraditar as questões. O problema foi o que os Senadores viram: dá para mudar para lá? Não! Essa é a questão maior. Você não tem como pegar as pessoas que estão no São Rafael, os profissionais que estão no São Rafael, e levar para o Mutirão, porque não cabe, está faltando material, está faltando equipamento. Então, isso é claro!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O.k. Vamos objetivar. Drª Thais, quer acrescentar alguma coisa?

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Primeiro, eu não acompanho de perto a questão do hospital. Mas eu já conheço essa fala do Secretário municipal há alguns anos. Parece-me que, realmente, se a gente está falando em condicionantes, esse hospital tinha que ter sido feito antes da explosão populacional de Altamira. Existe uma justificativa, portanto, para que esses equipamentos tenham sido encaminhados às pressas para o Hospital Municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Acho que a colocação que o Município está fazendo é razoável, no sentido de que o hospital ficou pronto depois. O hospital ficou pronto agora, e o colapso populacional aconteceu antes. E mais, eu não tenho total conhecimento disso, mas me parece que existe uma condicionante um pouco mais complexa. A reformulação do sistema de saúde não diz respeito apenas a um hospital, que, para o Ministério Público Federal, tinha que ter sido construído do início.

Na época, eu acompanhava isso, e eu não concordei com a reforma da UPA, porque a obrigação era a construção de um hospital para que se ampliasse efetivamente a capacidade do Município. Hoje o que me parece – estou falando em princípio, porque não... Parece que existe a necessidade, inclusive, de reforma do Hospital Municipal, para que ele tenha um atendimento materno-infantil.

Então, é mais um motivo para que seja urgente a saída, a liberação desse hospital, para que isso também aconteça. Então, acho que é necessário, sim, pensar que a condicionante só se cumpre... Não é simplesmente transferir o hospital, mas é um conjunto.

Existe uma razão para que isso tenha sido feito dessa forma. É um impasse. Não cabe ao Ministério Público interferir. Acredito que a procuradora que acompanha isso está acompanhando administrativamente. Mas me parece que esse tipo de situação realmente não aconteceria se existisse alguma possibilidade de as licenças ambientais não terem acontecido, não terem sido emitidas.

É absolutamente inadmissível que a obra tenha se implementado com a lotação que os hospitais municipais tiveram durante esse período. Quem ficou em Altamira e assiste o que é o drama diário... E eu falo isso porque eu vivo em situação limítrofe de contato com os hospitais de alguém que precisa de atendimento, e a gente não tem como mandar para Belém. A gente não consegue uma ordem judicial para que essa pessoa saia dali. Então, acho que é uma irresponsabilidade, sim, deixar para depois a solução dessa situação, que pode ser resolvida administrativamente.

Senador, depois eu gostaria de colocar alguns pontos de pauta, mas agora eu me restrinjo...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

Então, eu vou... Para a gente encerrar esse item... O Dr. Avelino pediu para falar? Sobre o hospital?

Dr. Rodrigo, sobre o hospital.

O SR. RODRIGO HERNS – De uma forma geral, para fazer alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sobre o hospital, porque eu quero encerrar o hospital.

O SR. RODRIGO HERNS – Também.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não! Também não. Sobre o hospital.

O SR. RODRIGO HERNS – Em primeiro lugar, o processo de licenciamento ambiental, para construir condicionantes, para estabelecer responsabilidades, baseia-se na avaliação de impacto ambiental. Portanto, a decisão de construção de um hospital ou de reforço na infraestrutura de saúde daquele Município, o Município de Altamira, tal como previsto nos programas ambientais, é uma proposta que vem do estudo de impacto ambiental, que é discutida, negociada e assinada entre os entes.

A gente, Ibama, pressupõe que ninguém é mais legítimo para definir o que lhe é melhor do que os entes. Eu não tomaria para mim a responsabilidade de definir o que é melhor para a Prefeitura de Altamira e o que é melhor para o Governo do Estado. Portanto, é um pressuposto que a gente adota.

Por outro lado, eu sou licenciador da Norte Energia, não tenho autoridade para determinar ações nem da Prefeitura de Altamira nem do Governo do Estado. Para a gente conceder a licença – e eu preciso divergir do senhor, porque a gente não foi irresponsável nem criminoso nesse tipo de procedimento, muito pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É juízo meu.

O SR. RODRIGO HERNS – Claro! Eu preciso apenas divergir. A Norte Energia tentou nos comprovar – e ela nos comprovou – que fez todos os esforços necessários, primeiro, para entregar o hospital e, segundo, para repassá-lo à Prefeitura. Isso está registrado no processo. Só a partir disso a gente pôde emitir a licença, entendendo que a responsabilidade da Norte Energia, conforme prevista no termo de compromisso, estava quitada – a responsabilidade.

Claro que, como cidadão, como pessoa, eu quero – o Ibama pressupõe isso – que todos os serviços públicos funcionem. A gente quer cooperar para que isso aconteça. Essa é a disposição do Ibama em participar dessa reunião, embora o Presidente não possa ter vindo, como o senhor já lamentou.

Então, defender a legalidade do meu processo é a forma que a gente tem, são os limites em que o Ibama opera. Eu gostaria que eu tivesse mais autonomia, que houvesse um arranjo interfederativo muito mais funcional, para que a gente conseguisse dar mais efetividade.

Reconheço a baixa efetividade de condicionantes, de uma forma geral. Mas, de maneira nenhuma, o Ibama tentou agir de forma irresponsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Avelino.

O SR. AVELINO GANZER (*Fora do microfone*.) – Primeiro, boa tarde! Eu cheguei um pouco atrasado...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ligue o microfone, por favor.

O SR. AVELINO GANZER – Eu queria só, bem rapidamente... Nós, lá da Casa de Governo, nesses quatro anos, procuramos seguir as diretrizes do Governo Federal e, principalmente, do nosso ponto focal, o Ibama, como o órgão do Governo que faz o processo da licença ambiental – aparato legal orientador para os processos.

Sobre essa questão, quem sou eu para fazer... Mas a gente sente – o Domingos Juvenil, Prefeito – que há uma clara dificuldade – a população toda vê isso – de os entes sentarem. Sentarem, quando há problema, para – vamos chamar assim, na linguagem popular – "quebrar o pau" e encontrar uma saída.

Há uma dificuldade imensa com todo esse processo. O Governo do Estado, por exemplo... Eu concordo com a Maria Amélia, mas só agora, nesse último tempo, que houve uma presença no próprio PDRS. E isso está sendo muito bom, na medida em que você ajudou a integrar.

Mas a distância de quase três anos sem conseguir conversar é verdade – pelo amor de Deus! Então, vai causando um problema imenso de questões que são possíveis de serem resolvidas. Eu acho que o encaminhamento que o Dr. Duílio fez, de que, com as dificuldades, vai repensar...

Talvez, o encaminhamento seria mesmo montar uma agenda dos três entes – Governos Federal, estadual e municipal – e Norte Energia, para sentar e encontrar, efetivamente, um acordo. Se as partes estão com essa dificuldade, no mesmo interesse, para buscar... Pelo amor de Deus! A população não pode entrar nas nossas disputas políticas e ideológicas de um monte de coisa que a sociedade está vendo. Claro!

Há um problema de fundo, mas eu acho que esse é o encaminhamento, acho que está servindo para isso. Eu tenho... A Drª Thais, do Ministério Público, tem sido nossa grande parceira no debate dos outros pontos das condicionantes. Acho que... E nós temos tido essa orientação. Talvez esse seja o ponto focal, importante. Vamos ver se a gente marca um prazo para ver.

Efetivamente, esse problema do acesso está claro. A gente vai lá... Pelo amor de Deus! Se acontece qualquer problema que atravessa a Rua do Mutirão, paralisa tudo. Imagina em uma emergência, em um acidente, não se vai chegar lá nunca.

Então, tem que se encontrar, sim, solução clara para o problema da trafegabilidade para o hospital. O outro é a funcionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu queria, Avelino, fazer uma proposta para a gente objetivar esse caso do hospital e passar para outro item.

Primeiro, a Norte Energia vai estudar possibilidades de recompor os equipamentos que faltam, que foram transferidos, já foram entregues e, como colocou a Drª Thais, mas foram necessários para o Hospital Municipal poder funcionar durante a construção da usina, porque não tinha. A subcomissão daqui, do Senado...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós nunca tivemos dúvida de que a geração ia acontecer.

A preocupação nossa sempre foi com as condicionantes, sempre.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já vou, Jordy, só quero concluir o raciocínio.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Só para o senhor raciocinar, para sabermos do Secretário talvez, ou do Prefeito. Ele falou da UTI, salvo engano, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, a solução é...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – O que importa isso?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – A solução é geral!

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Para o hospital, ele falou o seguinte: foram gastos 45 milhões. Com alguns milhões a mais poderia fechar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É isso.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Quanto milhões? Cinco milhões, três milhões? Quanto é que importa equipar o hospital no mínimo necessário?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É isso, a proposta é exatamente essa.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Só para se ter uma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – A proposta é exatamente essa! A Norte Energia faz o levantamento com o Secretário lá. O que falta para recompor do hospital, mesmo que já tenha sido colocado lá no outro, quanto é que falta para recompor. O Prefeito faz um projeto para as vias de acesso e são necessárias, para não haver o problema de congestionamento lá. A Norte Energia estuda o custo das vias de acesso e traz uma posição de quantos milhões de reais isso vai custar. E é possível de se fazer, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dentro da... Nós vamos colocar dentro da condicionante. Quem gasta R$30 bilhões no empreendimento não vai deixar... Foi o que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Você não tinha... Não, aí é a segunda parte. Não vai inviabilizar 10 milhões, 15 milhões a mais, como "colaboração", vamos colocar entre aspas, da Norte Energia.

Então, eu colocaria como primeiro ponto este: a Norte Energia fará esses dois estudos, tanto de equipamento quanto do acesso e, por parte da operação do hospital, fica já agora, definimos uma data para fazer uma reunião entre Governo do Estado, Governo Federal, Governo municipal, Norte Energia, que, na operação, não deve estar. Deveria estar aqui, na condicionante; não foi colocado, lamentavelmente, mas para tentar encontrar uma forma de o hospital funcionar.

Então, seriam as duas questões do hospital. Primeiro, uma, concluir o equipamento e o acesso. A outra, sentar os entes para definirem a gestão do hospital, o funcionamento do hospital.

Era essa proposta que eu queria colocar, e ter prazo para termos essa resposta, tanto da Norte Energia quanto da parte dos entes, para que tragam uma proposta, dizendo: "Olha, nós vamos funcionar desse jeito."

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu teria uma colocação a mais para fazer. Nós vamos fazer um estudo, o Prefeito vai fazer o estudo, vocês vão fazer os estudos, mas e, nesse intervalo, o hospital fica fechado?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, mas eu espero que esses estudos possam ser feitos em 24 horas.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Não é questão de 24 horas. Quero saber o seguinte, por exemplo. Vamos supor que o Governo do Estado do Pará, em um ato magnânimo, resolva comprar os equipamentos. Pronto, é só uma suposição. Esses equipamentos vão levar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pode tirar a suposição, porque, se tiver que comprar o equipamento, é a Norte Energia.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – O Ministério Público compra! É só uma suposição.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio!

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu quero saber o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós estamos falando de R$30 bilhões, Dr. Duílio! Pelo amor de Deus!

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Enquanto não tiver o equipamento, o hospital não abre?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não pode abrir. Mas não pode abrir! Aí, eu vou concordar com o Secretário. Você vai abrir um hospital que está incompleto? Não pode abrir.

Então, eu pergunto à Norte Energia: quanto tempo vai ser necessário para...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... ter o valor dos equipamentos, ter o valor do acesso.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Permita-me, a título de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – O Secretário de Saúde já tem estimado esse valor, disse-me agora, em uma conversa de pé de ouvido, como dizia o saudoso Deputado Domingos Juvenil. E sugiro, em torno de 5 a 6 milhões, segundo o Secretário acabou de me confidenciar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, mas não foi o número que me deram lá.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Não, eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já há discordância disso.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Tudo bem, eu estou aqui vendendo o peixe do jeito que eu comprei!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu sei.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu estou apenas sendo porta-voz de uma informação aqui, para termos noção. Então, vejam bem: esta é uma questão que precisa ser resolvida. Eu estou concordando com o encaminhamento de V. Exª; não pode durar três meses nem dois meses. Nós temos que fazer é o seguinte agora. A Norte Energia pode, é admissível um estudo para fazer o suprimento desses equipamentos?

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Deputado...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Não precisa dar a palavra final agora.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – O estudo, nós vamos fazer, e vamos fazer no prazo de 15 dias – 15 a 20 dias. Agora, acesso, não. Os equipamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, o acesso, o Prefeito está me dizendo que, em 24 horas, ele entrega à Norte Energia o croqui do que precisa ser feito de acesso.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Nós vamos avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pronto! Em quanto tempo?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – E aí dentro de 15, 20 dias, nós vamos dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em 20 dias já aconteceu muita coisa.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não, mas aí também não pode ser assim, porque temos que ver a questão de orçamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas 20 dias para fazer um orçamento?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Sim, tudo isso. Eu tenho que fazer...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O doutor tinha que ser engenheiro.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu sou engenheiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, pronto.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Por isso que eu estou lhe dizendo: não vou fazer uma conta de padeiro.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Quinze dias está bom. Senador Flexa, então, vamos admitir aí os 15, 20 dias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu queria propor uma semana, para termos.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Não adianta, Senador, propor uma semana.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, em uma semana eu lhe digo o preço dos equipamentos e o acesso, mais 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Além da semana?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Além de uma semana, mais 15 dias o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Três semanas?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Ele vai me entregar o projeto primeiro. Eu vou orçar dentro da minha casa, vou ver tudo isso.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Dentro de 48 horas eu posso entregar no escritório de Altamira o croqui, o projeto, o orçamento dos acessos. Em 48 horas.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, vamos definir.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Uma proposta, vamos acolher.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos definir uma data: 15 dias. Pronto. Quinze dias para ter os equipamentos e o acesso, para podermos sentar e definir.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Uma posição da Norte Energia em relação a isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lógico, e a posição eu espero que seja de parceria.

Com relação, Drª Maria Amélia, à reunião de gestão, quando pode acontecer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, mas pode ser em uma semana? Então, pronto.

Então, ficamos combinados, com relação ao hospital, Prefeito, em 15 dias, a Norte Energia vai dar a resposta com relação ao custo dos equipamentos e do acesso.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A Norte Energia vai fazer o projeto e fazer o...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Você me disse que vai me entregar o projeto. Você vai me entregar, e eu vou avaliar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Em 48 horas, eu posso passar o projeto.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Perfeito. Temos que fazer uma avaliação das dificuldades de implantação de uma série de coisas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso! Em 15 dias, então. Quinze dias dá quanto?

Daqui a duas semanas... Daqui a duas semanas, nós temos a posição. Podemos fazer...

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Dia 10 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dez de maio, pronto.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Dia 11 de maio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Essa data não é boa! Mas vamos colocar dia 10.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador. Nós temos compromisso com o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, nos reunimos aqui, no Conselho, aqui, em Brasília, lá, na Norte Energia.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Tem reunião do conselho da Norte Energia dia 10; então, não pode ser dia 10. Estou colocando dia 11 justamente porque, no dia 11, de manhã, podemos nos reunir lá.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dia 9 não pode ser?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está bom, dia 11.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, aí eu acho que essa gestão tem que discutir, tem que acatar.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – São várias reuniões. Não vai resolver em uma só. Então, vamos marcar, na próxima segunda-feira, uma reunião em Belém, na Secretaria de Saúde, para ver gestão.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Senador, só um aparte sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dia 2, para começar a discutir e terminar dia 11, chegar ao dia 11 com a solução.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Só um aparte, com relação a essa questão. Essa questão da gestão já foi decidida em 2012.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Secretário.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Não, eu estou só dando uma informação, porque parece que tem uma informação, e essa informação... O único documento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se estiver decidido, vai ter uma única reunião: está decidido e pronto.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Deixa eu só lhe explicar aqui. O único documento...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não vamos discutir a gestão agora, senão nós não vamos esgotar a pauta.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – Só para dar a informação. Não podemos deixar de dar a informação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, mas a informação, o senhor vai dar na reunião que vai discutir a gestão.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – O Estado já sabe.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – A gestão... Mas vai saber de novo. Pronto.

Nós temos que fechar os itens aqui. Senão não vamos fechar. Então, fechamos o primeiro. Dia 11 de maio, a Norte Energia dá o orçamento do acesso dos equipamentos. Dia 2 de maio teremos a reunião, Drª Maria Amélia convoca as pessoas necessárias para estarem nessa reunião, lá, na Sespa, para definirem a questão da gestão do hospital.

Vamos para um outro item, que lá foi colocado, que também é importante. Vamos falar do que nós vimos lá, Dr. Duílio. Lá atrás, eu lembro quando a Norte Energia disse que não era responsabilidade dela fazer as ligações domiciliares. Eu tive oportunidade de estar com o senhor para dizer que era inconcebível você fazer um sistema de saneamento e não fazer as ligações, ou seja, você ver a água passar pela porta da sua casa, no tubo, e não ter acesso ao benefício. Aí, de forma... Não está na condicionante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, mas já está decidido. Pois é, de forma sábia, a Norte Energia se dispôs a bancar as ligações. Pronto. Então, está resolvido.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agora, nós temos um problema.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós temos um problema, que é fazer com que a água chegue com qualidade ao usuário.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que eu vi lá, o que me foi mostrado e aos Senadores que lá estavam, e ao Deputado, foi uma água que não dá nem para lavar calçadas.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, deixe-me fazer uma intervenção aqui que acho que vai ajudar no encaminhamento da discussão desse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – O prefeito, quando fez a primeira intervenção, falou que a Norte Energia foi enganada e tal. Depois daquela visita, no mesmo dia, nós conversamos com o prefeito e ele indicou o Secretário de Planejamento e o rapaz da Cosalt, que é a nova empresa de saneamento e abastecimento de água, e nós tomamos a seguinte decisão lá, com a anuência do prefeito.

A equipe da Norte Energia, junto com a equipe da prefeitura, está percorrendo todo o sistema de saneamento e abastecimento de água, identificando todos os problemas, vendo de quem é a responsabilidade. Aquilo que for nosso, nós vamos resolver; aquilo que for da prefeitura, ela resolve, uma vez que ela já assumiu, para fazer o sistema funcionar.

Agora, essa questão está em curso. O pessoal estava lá trabalhando, e eu tenho cobrado relatórios diários disso. Aquilo que for necessário saber... O rapaz da Cosalt está aqui – esteve lá na minha sala, não foi isso? Você saiu com o Dr. Danilo e a equipe de fiscais para percorrer todo o sistema. Onde houver necessidade de fazer uma intervenção, se for responsabilidade nossa, será feita.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Barros, em que situação se encontra isso?

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Boa tarde.

Sobre o sistema de abastecimento de água: houve um estudo inicial para atender 11 mil famílias. E agora vou falar não como coordenador, mas como engenheiro: hoje o sistema não consegue abastecer nem 5 mil famílias dentro do Município, dentro da área urbana.

Então, fico feliz por ser uma reunião de trabalho e por estar escutando do senhor estas palavras, que o sistema todo vai ser resolvido.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Você escutou isso na minha sala, esta é a segunda vez que você escuta.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – É a segunda vez, certo.

Em tal ocasião, houve algumas intervenções no sentido de que a prefeitura havia demorado seis meses para gritar, para falar que o sistema não funcionava. Nós já estamos há três semanas trabalhando nisso, e os técnicos da Norte Energia ainda não deram uma posição de fato e de direito.

No sistema nada funciona. Vai ter que ser trocada bomba, ampliada a rede; o reservatório talvez tenha que ser aumentado. Enfim, espero que realmente cheguemos a um consenso, porque só quem pena é a população.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Fora a questão de rede, de reservatório, que precisam ser revistas – e o Dr. Anchieta está dizendo que fará essa revisão. Há um ponto que é importante, o tratamento da água.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Com todo respeito, Senador, na ocasião, no dia em que o senhor foi a Altamira para fazer a visita nas condicionantes, eu pessoalmente lhe convidei para visitar a estação de tratamento de água. Na situação você realmente comentou a situação da qualidade da água, mas aí eu lhe perguntei: "Você viu a procedência dessa água?" Tanto é que eu o convidei: "Vamos lá na estação ver como se procede esse tratamento". E eu faço o convite, mais uma vez, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não preciso ver o tratamento da água, eu preciso ver a água que está saindo da torneira. E isso eu vi, os Senadores viram, porque nós fomos a um RUC, entramos numa residência, abrimos a torneira e enchemos um copo. Você sabe a causa pelo efeito, e o efeito é que a água que estava saindo naquela residência era insalubre.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Certo. Aí eu posso me retratar agora então.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agora, se estão tratando a água, ela não poderia sair desse jeito.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Com todo o respeito: infelizmente, os RUCs são abastecidos por caminhões-pipas, e caminhões-pipas contratados pela Norte Energia. E aí, realmente, a gente não sabe qual é a procedência dessa água. Por quê? Porque o sistema de abastecimento de água projetado [illegible] atende os RUCs, não atende os reassentamentos urbanos. Tanto é que o Jatobá e o São Joaquim não são [illegible]ndidos pelo sistema de abastecimento de água urbano entregue pela Norte Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Aí eu quero abrir parênteses para a Norte Energia explicar isso. Como é que ela faz um reassentamento e não há um sistema de água ligado à rede?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, é justamente aí onde reside a grande divergência. O nosso pessoal diz: "O sistema atende." A prefeitura diz: "Não atende." Eu digo: "Só uma vistoria em conjunto é que resolve isso".

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, mas o secretário está fazendo...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu sei. Ele está fazendo uma colocação, e eu digo que os RUCs estão ligados no sistema. O que me diz é o seguinte aqui: o sistema não está atendendo RUC. Fecham os RAPs, não deixam passar água. Aí o escritório no Jatobá reclamava, e eu botava um carro-pipa para socorrer, porque não podia faltar água.

Agora, nessa sistemática que a gente está fazendo essa vistoria, isso tudo vai ser sanado. Por quê? A partir do momento que se identificou que o sistema está funcionando, a responsabilidade é da Cosalt. Agora, se houver alguma correção, nós vamos fazer.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Dr. Anchieta, nós entregamos por ofício... Aliás, entreguei pessoalmente e, depois, por ofício, um relatório da Cosalt sobre a água, no dia 8.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Aquele relatório é justamente o ponto de visita...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador Flexa, o que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só um minuto. Deixe o prefeito terminar, Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Pois não, desculpe.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Nós entregamos relatório da situação da água. Não quero ofender ninguém, mas o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós não estamos aqui ofendendo ninguém, nós estamos trabalhando.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Sim, mas o projeto que foi feito não foi executado. E nós recebemos o sistema de água na boa-fé.

Quando nós o recebemos, nós vimos que ele não funcionava. Para se chegar a um determinado lugar, tem que fechar as torneiras de outro, senão não vai. Não chega nos RUCs. Não há ligações suficientes; não há pressurização; não há caixas d´água suficientes. Nós já passamos isso para a Norte Energia, porque nós achamos que é de responsabilidade da Norte Energia a questão da água, do saneamento.

Nós já gastamos R$2 milhões para consertar bomba, consertar canos, para resolver as questões, e nós não conseguimos fazer funcionar a água. O maior problema que a administração tem hoje em Altamira é a questão da distribuição de água. Não funciona!

Aí está o coordenador da Cosalt, engenheiro sanitarista, que está falando que não dá. O projeto que foi executado não foi o apresentado. Nos enganaram a todos. E se eu soubesse que era essa a situação, eu não tinha recebido a questão da água. Quando a gente se depara com o problema, vê que não funciona.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – A sensação que cresce na minha consciência – e acho que na consciência de muitos aqui – é que foi uma grande fraude, uma grande enganação – também sem querer creditar ofensas ou acidez no debate.

O Ministério Público aqui está assistindo – a Drª Thaís – talvez de alma lavada, porque o Ministério Público impetrou 22 ou 23 ações, salvo engano, pedindo acautelamento nisso, enquanto as condições não fossem cumpridas minimamente.

E ao que estamos assistindo é que, lamentavelmente, o Ibama liberou a licença de operações... Eu estou dizendo isso porque isso já foi objeto de várias reuniões nossas com a Drª Marilene, o Rodrigo acompanhou boa parte disso. E o que estamos vendo é uma grande falsificação de tudo.

Isso é na água; isso é no tamanho das unidades que foram panfletadas – anunciaram um padrão e foi entregue outro –; isso é na inexistência de acessibilidade; isso é na inexistência de creche. Ou seja, o que vemos? Há dinheiro para outras coisas, inclusive para pagar propina – segundo informações que temos das delações premiadas do Sr. Otávio, do Sr. Dalton Avancini, de todo mundo.

Imaginem como a população se sente numa hora dessa. Eu estou dizendo o seguinte: ou reparamos isso para valer ou nós vamos ter que pedir para o Ibama a suspensão da licença de operações até que essas coisas sejam corrigidas.

Lamentavelmente, as partes mais atingidas não estão aqui, que é a população sofrida que nós ouvimos numa situação desesperadora.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas nós estamos aqui para resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu sei, claro, Senador. Eu entendo, mas digo o seguinte: cada vez mais cresce essa consciência de que nós fomos vítimas de uma fraude, e lamentavelmente com a aquiescência do Ibama, que acabou liberando uma licença sem que as prerrogativas contratuais estivessem cumpridas minimamente.

Claro, sempre vai ficar um detalhe, uma vírgula no texto para ser ajustada, mas não é isso o que está acontecendo.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu queria fazer uma colocação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já lhe passo a palavra, Dr. Duílio.

O que eu vejo, realmente... Vou repetir o que eu já disse centenas de vezes nesta Subcomissão: nunca tivemos preocupação com relação à geração de energia, nunca. Sempre dissemos que a geração de energia ia acontecer. A preocupação nossa sempre foi com a execução das condicionantes, sempre.

E todas as vezes há um descompasso entre a velocidade da obra de geração, da barragem lá, e a velocidade das condicionantes.

Aí eu lamento, Dr. Rodrigo, que o Ibama tenha dado a licença de operação sem ter conferido se o sistema estava funcionando minimamente. Tudo bem, são lá duzentas condicionantes, mas há algumas que são questões que dizem respeito à qualidade de vida da população. Essas não podem ser liberadas.

O SR. RODRIGO HERNS – Claro. Só tentando...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Justificar o injustificável.

O SR. RODRIGO HERNS – Não é essa a questão.

Durante o processo de instalação do empreendimento, a gente recebe relatórios. A gente foi inspecionar a campo e viu a unidade funcionar antes de chegar ao ponto de emitir a licença.

Tomamos ciência, através do Dr. Arnaldo Jordy numa reunião no Ibama, de que haveria um desabastecimento de água nos RUCs. Imediatamente determinamos à Norte Energia que resolvesse a situação, porque, de fato, isso é inadmissível. É uma responsabilidade dela. Essa não tem...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então o Ibama não tinha que ter liberado a licença de operação. Se ele constatou que não estava concluída...

O SR. RODRIGO HERNS – Não, não, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pior ainda.

O SR. RODRIGO HERNS – Posteriormente. A gente testou o equipamento, houve certificação de que a obra era garantida. Isso consta do nosso processo de licenciamento. Só por isso a gente avaliou a condicionante como atendida.

Tomamos ciência de que havia um problema operacional através do Dr. Arnaldo Jordy e determinamos à Norte Energia, ato contínuo, que solucionasse a questão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – A juízo meu, essa vistoria, ou essa fiscalização, que o Ibama fez para constatar a execução da condicionante deveria ter sido acompanhada pela prefeitura...

O SR. RODRIGO HERNS – Mais do que isso...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...para que a prefeitura...

O SR. RODRIGO HERNS – ...fomos ao gabinete do prefeito, eu e a Presidente Marilene, conversar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – E o prefeito aceitou?

O SR. RODRIGO HERNS – Perguntamos a ele: "O senhor precisa de mais alguma coisa do Ibama para fazer funcionar?" E ele disse: "Não, está plenamente aceito."

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Só um instante aqui, Presidente.

Veja, Arnaldo e Jordy, eu concordei com esta reunião de trabalho para que tentássemos mediar algumas questões que foram demandadas principalmente pela ouvida da população, questionamentos que estavam cercando as condicionantes. Entendemos, pela nossa intermediação, que são coisas fáceis de serem resolvidas: esse problema da água, o funcionamento do hospital, a falta de equipamento no RUC. A nossa intenção, inclusive, era até entrar com a força da Bancada para ajudar a solucionar também alguns problemas que pudessem ficar. Por isso, Jordy, as pessoas do movimento social não estão aqui. Como eles já tinham nos demandado, nós chamamos os responsáveis para fazer.

Agora, na audiência pública, aí sim, há uma representação aqui do conjunto e tal. Acho que alguns temas que estão colocados aqui são questões da audiência pública, a questão do Ibama, de questionar o Ibama etc. Aqui, tratava-se mais de uma sentada para tratar das responsabilidades para ver se resolvemos os problemas para chegarmos à audiência pública só com os problemas maiores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Paulo, se estamos tendo dificuldade de olver, em uma reunião de trabalho como esta, esses assuntos, imagine em uma audiência pública!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senão fica... V. Exª...

Ela já está falando assim... Estou dizendo o seguinte: chamamos, inclusive, a Procuradora para assistir à negociação.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – V. Exª tem razão, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Haverá uma audiência pública nesse sentido, porque, senão, fica mal para nós...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – V. Exª tem razão...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Conforme você disse: não quero participar de farsa, não quero participar de nenhuma coisa aqui não... Aí é como se estivéssemos eliminando também o movimento social. Aqui, não, pelo contrário!

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador, não...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A minha origem é de lá, eu...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Só uma informação para o Senador Paulo, porque ele tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Dr. Duílio já pediu a palavra três vezes.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – É só para dizer o seguinte: essa polêmica surgiu porque houve uma divergência entre a prefeitura e a Norte Energia – talvez V. Exª não estivesse aqui ainda – no seguinte sentido. A prefeitura, de boa-fé – e são palavras do prefeito, agora ditas a todos nós –, recebeu a proposta como se tivesse um grau de funcionalidade X, mas, quando foi constatar, isso não ocorreu em relação aos RUCs, está certo? Então, essa divergência é que gerou essa sensação, ou seja, como é que foi entregue uma coisa sob um padrão X, no conceito, que, na prática, não funcionou?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, Deputado Jordy...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – E não nos esqueçamos de que isso é uma condicionante.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deputado Jordy, na engenharia, e o nosso prefeito é engenheiro, não existe recebimento de boa-fé. Ele tem que testar os equipamentos, tem que ver se estão funcionando, se estão dentro das especificações...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Receber de boa-fé não existe. "Está funcionando", e eu não vou testar? O recebimento é feito com teste, e o engenheiro Domingos Juvenil sabe disso.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – E exerço a profissão. Apesar de prefeito, exerço a profissão. Sou muito mais engenheiro até do que prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Todos nós.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Pois é, todos nós.

Para completar: o Rodrigo esteve realmente em meu gabinete em uma reunião do Ibama, antes da LO. Antes da LO! Naquela ocasião, discutimos que a prefeitura estava recebendo a água, o saneamento básico. Declarei isso para o Ibama lá na reunião. O Ricardo estava presente lá se a memória não me falha, e memória de engenheiro é boa, hein?

Bem, o que acontece? Recebi o sistema de abastecimento de água, e lá é que fomos constatar que os testes que foram feitos eram testes parciais. Portanto, foi uma fraude mesmo da companhia que executou. Ou os fiscais negligenciaram, ou confiaram, porque, por exemplo, se há um bairro com 20 ruas... Uma coisa é você carregar o bairro todo e testar o bairro; outra coisa é testar uma rua. Fecha uma torneira aqui, abre uma válvula ali, e testa; você vai ter água no cano. Mas, quando você abre o sistema, ele não funciona. É, repito, o maior problema que estamos enfrentando: o abastecimento de água. Se a Norte Energia não se sentar para resolvermos isso imediatamente, vai ser um caos. Vai ser um caos, Rodrigo!

O SR. RODRIGO HERNS – Acho que temos que ouvir a Norte Energia urgentemente.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Nem o Ibama, nem a prefeitura, naquele momento, tinham condições de dizer. A prefeitura disse: "Estou recebendo o sistema." Eu recebi em confiança. E mais: me disseram que tinham testado. Testaram ruas, testaram canos, mas não o sistema todo.

O sistema, em uma rua A, Rodrigo, Drª Thaís... Numa rua A chegava um cano, terminava aqui. Aí, só tinha escavação e, cem metros adiante, não havia ligação. Isso é para se ter uma ideia de como foi feito o serviço. Não sei se deu para entender: você tem uma rua de cem metros, digamos; aí vinha 50m, a escavação, imaginava-se que havia o tubo, a 20m começava de novo, e não tinha sido ligado. Isso é para se ter uma ideia de como foi fraude mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Estou escutando aqui e quero dizer que também sou engenheiro, 45 anos, e fico abismado quando vejo concluir-se algo em cima de uma posição unilateral. Lamentavelmente não temos aqui os nossos especialistas para contestar as coisas que a prefeitura está colocando. Não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

aqui... A prefeitura trouxe o seu especialista, ou o dito especialista. Não discuto se ele é especialista ou se não é, mas quando o Anchieta solicitou que sentássemos com sua equipe para efetivamente trazermos os problemas... Posso aqui afirmar, sem margem de dúvidas, que isso está extremamente exagerado, aumentado, de tal forma que se tenha uma visão parcial e distorcida da realidade. Prefiro aguardar o resultado dessa fiscalização...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...comissionamento conjunto.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – ....e o comissionamento que está sendo feito conjuntamente para acreditar nas coisas que o prefeito está dizendo. Não desacredito no prefeito, porque é um homem sério...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Por favor, não desacredite.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – ...mas prefiro que se traga esse relatório conclusivo para que possamos nos colocar. O que estou vendo aqui é uma visão parcial, forçada e emocional do colega ali, que é jovem ainda e vai ter que aprender muito na vida, como o fato de que não se pode alegar uma coisa unilateralmente se não se tiver cem por cento de certeza.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só complementando...

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu teria outra complementação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, fique à vontade.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Essa é a primeira coisa.

A outra é a seguinte: viemos aqui de boa-fé, viemos aqui com o intuito de participar e resolver. Essa tem sido a postura da Norte Energia ao longo de todo o processo. São técnicos e profissionais que vêm trabalhando duramente para fazer esse empreendimento, fazer essas condicionantes funcionarem. O senhor sabe disso, acompanho isso já há quase quatro anos em que estou na Norte Energia. Não podemos vir aqui para sermos insultados, ouvirmos que dinheiro da Lava Jato está sendo desviado do empreendimento para outras coisas. Não aceitamos isso! Eu, como profissional... Tenho 40 anos, 50 anos de trabalho, minha vida é ilibada, não aceito ser acusado aqui despropositadamente pelo fato político de se tentar colocar a Lava jato aqui dentro.

Se quiserem discutir tecnicamente o empreendimento, se quiserem participação da Norte Energia, participação produtiva, estamos à disposição, estamos com toda a nossa equipe à disposição. Agora, se quiserem fazer uso político de uma reunião de trabalho técnica, Senador, o senhor me desculpe, mas não vou participar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio, deixe-me só...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Sr. Presidente...

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Acho uma ofensa aos nossos colaboradores, nossos empregados, pessoas formadas, bem formadas eticamente e moralmente, honestas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Duílio, a reunião para hoje, por convite, é uma reunião de trabalho. Não vamos entrar aqui em outras questões políticas ou partidárias. O nosso partido aqui é o Pará, é Altamira, é o povo de lá que está sofrendo. É isso que temos que resolver. Não vamos entrar em outros assuntos não. Vamos focar no que há na pauta aqui.

Então, se está sendo feito comissionamento lá, qual é o prazo que teremos para recebermos uma posição em relação ao funcionamento correto do sistema de água e saneamento?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – A equipe está à disposição da prefeitura especificamente para isso. Porque é o seguinte, é aquela questão... Tenho muito respeito pelo prefeito, ele me disse isso... Eu disse: "Prefeito, estou tão surpreso quando o senhor, e só há uma saída, que seria uma vistoria conjunta para identificar e sanar os problemas." Não foi isso? Não foi isso que conversamos?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas precisamos cumprir, Dr. Anchieta.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Mas está sendo cumprido!

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O problema agora é a água. Só está o Barroso acompanhando, não há mais ninguém acompanhando.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não, não, doutor. Entenda: eu fechei com o Danilo, que é o gerente responsável, e o seu responsável da Cosalt. Eles iam montar equipe com prioridade para isso.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas não montaram até hoje. Só tem o Barroso, e essa é uma situação premente. A população está sem água, sem condições, pedindo...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu, como engenheiro, Senador, gosto de ver os dados para constatar as coisas, para identificar,..

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Então, tem que ser urgente isso. Se vamos resolver isso amanhã, vamos amanhã; se é dia dez, vamos dia dez. Mas o problema é que ficamos nessa conversa, nessa discussão. Temos que encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quanto tempo para fazer o comissionamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu é que pergunto: em quanto tempo a prefeitura tem disponibilidade para fazer isso? Se fizer em uma semana, botamos a equipe e fazemos em uma semana, Prefeito.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Bem, há três semanas, quando nos reunimos em seu gabinete, ficou decidido que, de imediato, as soluções iriam ser buscadas.

A Cosalt, desde então, colocou-se, e está, à disposição da Norte Energia. Só que, infelizmente, como o prefeito colocou, existe apenas um funcionário com a gente em campo para a gente fazer esse planejamento e, em paralelo a isso, resolver os problemas de vazamento que ficaram também em toda a cidade devido aos demais serviços realizados.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está bem.

Vamos definir 15 dias, então, para fazer o comissionamento?

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Para mim está ótimo; em 15 dias está resolvido.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está bem 15 dias para a prefeitura? Está bem, Prefeito?

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – Tudo bem.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para fazer o levantamento. Para concluir o comissionamento.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Prefeito, para concluir; começar já começou.

O SR. RAIMUNDO NONATO MONTEIRO BARROS – A prefeitura... A prefeitura...

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Vamos concluir e, aí, identificar o que precisa ser feito, e fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para concluir.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deputado Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – É brevíssimo.

Eu queria primeiro esclarecer, Dr. Duílio e demais técnicos, que o meu comentário não fez referência a nenhum dos senhores. Por favor, se o senhor se sentiu atingido, eu faço aqui a precisão da informação. Eu não me referi ao senhor, muito menos aos técnicos, que são profissionais, que estão ali dedicando, parece-me, o seu talento, o seu denodo.

O que eu estou dizendo é que é lamentável este contraste que nós estamos vendo aqui: obras conceituadas como tal, quer dizer, um sistema de abastecimento de água que não dá água, ou que dá a água que nós vimos lá, não está resolvendo coisa alguma. Os senhores me desculpem, mas é o meu ponto de vista. Um sistema de acessibilidade que só tem uma rua, e não funciona, que está prejudicando, inclusive, crianças que estão perdendo o ano letivo num país que é o 71º no Ideb mundial – e lá em Altamira, com certeza, está abaixo da média, como está em Belém, como está na maioria do Estado do Pará –, é grave. Um sistema de habitação cujo padrão entregue não foi aquele da propaganda – eu tenho o panfleto e vários dos senhores têm... Para isso não há outro termo, eu vou acompanhar aqui o termo: isso é fraude, isso é um faz de conta em grande parte.

Agora, o que eu estou dizendo é que, nesta operação, a Andrade Gutierrez, através do seu presidente, o Sr. Otávio Marques Azevedo, citou que pagou 150 milhões de propina.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso não é objeto, não é objeto...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu não estou dizendo que é o senhor nem ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é objeto...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Mas estou dizendo que isso é uma matéria que saiu na *Folha de S.Paulo*.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deputado Jordy, isso não é objeto da reunião de trabalho.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Por favor, eu não estou aqui inventando nada e não retiro nada do que eu disse nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas não é objeto da reunião de trabalho.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Uma das empresas do Consórcio Belo Monte pagou 150 milhões de propina, não sei para quem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deputado...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Então, tem dinheiro para pagar propina, mas não tem dinheiro para fazer as obras. Isso, por favor, não diz respeito a nenhum dos senhores técnicos nem profissionais que estão... E eu, em momento algum...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – ... insinuei coisa dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... objeto da pauta.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, ficamos combinados, Dr. Duílio: em 15 dias concluir o comissionamento, levantar as deficiências que possam existir e, quando fizer esse levantamento, já dar um prazo de ação para a solução. O.k.?

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Um plano de ação para imediatamente ir sanando, Senador, esse é o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O.k., Prefeito?

Eu estou anotando aqui esses compromissos, e está sendo gravado. Eu estou anotando esses compromissos. Esta reunião é fechada, ela não é aberta. Então, não está sendo transmitida pela TV Senado nem pela Rádio Senado.

Eu só pedi para que fizessem a gravação para a gente não perder aquilo que... É memória daquilo que a gente está decidindo. Ao final, eu vou pedir para a Secretaria da Comissão que faça uma ata curta colocando só os pontos, e vou distribuir para todos os compromissos que a gente assumiu, para a gente poder acompanhar a execução desses compromissos. Todos os que foram convidados para a reunião de trabalho vão receber esses compromissos que estão sendo assumidos aqui.

Vamos para outro item que foi colocado lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Drª Thais, por favor, desculpe-me.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Peço desculpas, mas eu queria só fazer um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Faça!

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Eu não entendo muito bem o papel do Ministério Público aqui. Então, é por isso que eu faço questão de colocar a nossa posição.

Das diversas ações que já foram propostas pelo Ministério Público Federal, uma delas diz respeito ao saneamento. Então, eu não concordo com nenhum... Não posso pactuar de nenhum acordo com relação a saneamento, principalmente nesses termos, que não diga respeito à suspensão do enchimento do reservatório, porque Altamira vive hoje um colapso sanitário. E a gente não se está referindo à água que sai da torneira: são as fossas que transbordam pelo aumento do lençol freático. E é por isso que o saneamento tinha que estar operando antes da licença de operação.

Então, eu só quero que fique consignada em ata a discordância do Ministério Público com relação a qualquer acordo que não trate de uma maneira ampla o saneamento. Quando digo saneamento estou me referindo à água que chega e à água que sai. Então, é uma questão muito mais complexa.

E já existe uma ação ajuizada também pelo Ministério Público Federal com relação ao saneamento básico. E a gente está falando aqui não é só de saúde da população, é de vida, porque, se os hospitais estão lotados, eles estão lotados por conta da situação de insalubridade que tomou conta do Município de Altamira. Quem vive lá sabe do que eu estou falando.

Então, é só para consignar isso em ata.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, Drª Thais, eu estava perguntando aqui ao prefeito e ao Dr. Duílio, porque, pelo que sei, Altamira seria a primeira sede de Município do Estado a ter 100% de saneamento, água, esgoto sanitário, esgoto pluvial, quer dizer, três redes – três redes! Então, a questão da... Se houvesse a ligação, não haveria mais a necessidade de fossa, porque o...

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Sim, mas as fossas têm que ser limpas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Isso não está... Eu não ouvi ninguém falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu também não, eu também não.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Senador, até em contraponto à Drª Thais, eu precisaria que o nosso Superintendente Gilberto Veronese colocasse...

O SR. GILBERTO VERONESE – Pois não.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – ... a posição da Norte Energia sobre esse assunto.

O SR. GILBERTO VERONESE – A questão das fossas em Altamira não é ligada ao lençol freático ou à questão do empreendimento. São condições preexistentes, que já ocorrem há mais de 50 anos. As fossas são mal construídas, os terrenos não absorvem o esgoto e, evidentemente... Não é que ela... À medida que a população utiliza essa fossa... A responsabilidade de cada usuário de fossa é manter a sua fossa limpa, como em qualquer cidade do Brasil. Quem paga o limpa-fossa, quem faz a manutenção do seu sistema de fossa é o proprietário, é o domicílio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora, o que se colocou no processo de licenciamento é que nós temos áreas críticas em que poderia haver a subida do lençol freático. No caso de a fossa ficar afogada, aí sim, seria um efeito do empreendimento. Aí nós temos um plano de ação junto ao Ibama segundo o qual, primeiro, nesses casos, seria dada prioridade à ligação intradomiciliar.

Então, a situação é essa. Essa questão... Não é que a fossa transborde. A população constrói um tanque de concreto com saída para a sarjeta e, à medida que usa o sanitário de sua residência, é evidente que isso escorre para a calçada. Isso é uma condição pré-empreendimento, tem a ver com a forma como é feito o saneamento individual de cada domicílio.

A questão das ligações intradomiciliares. Isso foi assumido pela Norte Energia dentro de um cronograma que vai ser seguido e concluído até outubro, final de setembro. Então, está numa fase... A prefeitura fez um levantamento prévio, um diagnóstico, um cadastro das condições sanitárias de cada domicílio. Esses documentos foram passados para a Norte Energia. A Norte Energia está analisando esses documentos e, evidentemente, vai necessitar de novas complementações, novos levantamentos. Mas nós estamos falando de interagir dentro da residência. Nós vamos quebrar o piso da casa para buscar o esgoto lá no banheiro – para vocês verem que é uma condição que a Norte Energia aceitou que não existe em lugar nenhum do mundo. Quem constrói uma residência é obrigado a trazer o esgoto até o meio-fio, até o local da rede. A Norte Energia se dispôs a fazer esse trabalho, já tem empresa contratada e vai executar isso.

Então, essa questão de esgoto na sarjeta é, eu diria, inicialmente de responsabilidade de cada proprietário de residência. Ele faz um tanque de concreto com a saída de esgoto diretamente para a rua e, quando esse tanque enche, é evidente que transborda para a rua.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Só para complementar aqui o que o Gilberto comentou.

O SR. GILBERTO VERONESE – Por favor.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Viu, Prefeito? Só complementando.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Já há duas empresas contratadas, e elas começaram a trabalhar. Mais 15 estão sendo contratadas e devem iniciar dentro dos próximos 15 dias. O levantamento que o prefeito fez, nós aproveitamos e fizemos um mapeamento da cidade. Essas ligações estão planejadas, e nós vamos concluir essas ligações até final de setembro.

O que que acontece? Faz a ligação, elimina a fossa e a lacra, para não ficar mais aquele ente lá perdido. Além da ligação domiciliar, há também a eliminação da fossa e o lacre. Tudo isso está no planejamento.

Então, nessas áreas mais críticas de que o Gilberto está falando, nós já estamos com a empresa lá trabalhando. Essas ligações devem começar – não é, Ricardo? – nos próximos dias. Daqui a mais 15, 20 dias, 15 empresas estarão trabalhando na cidade de Altamira para concluir as ligações até o final de setembro, que foi a condicionante. E aí não é só ligação do esgoto, é ligação de esgoto e também ligação da água.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Na questão do Gilberto...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Deixe o Duílio complementar!

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Faltou dizer aí que nós temos a contratação de 11 ou 15 caminhões em proposta.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Todos os caminhões de Altamira, que são 11, estão contratados e à nossa disposição para essas intervenções, onde forem necessárias. Identificou-se algum problema que afeta o lençol freático? Automaticamente esse mutirão será acionado, como foi o acordado com o Ibama.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só uma...

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Passo à mão do Senador... Senador, aqui está o cronograma de ligação água e esgoto.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só quanto ao que o Gilberto falou, por exemplo, das fossas ligadas, de tanques etc. para rua, calçada: isso não é geral.

O SR. GILBERTO VERONESE – É a situação que ocorre lá. Eu não estou criticando; eu estou falando que é uma situação de fato.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Isso não é geral. Não temos lá fossas e dejetos a céu aberto na cidade inteira, há um caso ou outro. Mas, vejam bem, a falta das ligações intradomiciliares, que foi assunto tratado já faz tempo, obriga o sujeito a ligar a sua fossa, a sua rede, à rede de qualquer maneira, e essa rede está carregada.

A rede de esgoto está carregada. Ainda faz pouco tempo que nós fizemos contato com a Norte Energia que o esgoto estava saindo lá na praia, na frente da cidade. Eu fui ver pessoalmente, com os meus engeiros, e comunicamos à Norte Energia para verificar essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, nós temos que dar prioridade ao saneamento, porque isso é grave. Não vamos aqui discutir e entrar em maiores delongas. Temos de encontrar uma solução imediata para o saneamento básico, porque são graves tanto a questão do esgoto sanitário como a da água.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós temos de encontrar a solução. O problema, já sabemos que existe.

Então, ficamos acordados que, daqui a 15 dias, conclui-se o comissionamento, levanta-se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – ....é tempo em que também o cronograma de ligações já está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, mas o que nós vamos fazer...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – O que nós acordamos é que vamos fazer o comissionamento conjunto, e os problemas que houver dentro do sistema serão todos sanados.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Levantados. Mas vamos fazer não só da água, vamos fazer do esgoto também.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Vamos fazer dos dois, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente, do sistema como um todo.

Então, daqui a 15 dias, vamos ter o levantamento dos problemas e o prazo.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – O plano de ação, já para resolver.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O plano de ação, já para resolver o problema. Está bem.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Isso eu disse logo no começo. Isso foi um acordo que a gente fez com a prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Outro assunto levantado lá e para o qual podemos encontrar uma solução rápida são os reassentamentos.

Estivemos em um reassentamento. Passaram-me um vídeo, Dr. Duílio, de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Laranjeiras. Nós não fomos ao Laranjeiras. Passaram-me um vídeo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Do acesso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Totalmente alagado. Totalmente alagado. O carro passando, e a água quase no meio do carro. Isso nós não vimos, porque não nos levaram ao Laranjeiras.

Eu gostaria muito que a Norte Energia tivesse levado os Senadores que foram até lá a locais onde há problemas e não a lugares onde não há problema. Não precisávamos ir a lugares onde não há problema. Sair de Brasília para ir lá olhar o que está bonito e funcionando... Isso não era necessário. Precisávamos ir a locais onde não funcionam as coisas, onde há problemas. Não é para efeito de crítica não, mas para saber onde é preciso corrigir alguma coisa.

Então, sobre os assentamentos, de maneira geral, o que vimos lá?

Primeiro, a questão da conclusão da urbanização dos assentamentos. Pelo que nos foi dito lá, inclusive no assentamento que fomos ver... Esse pode estar até mais adiantado que os outros, mas está inconclusa a questão da urbanização.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Todos eles. Todos eles. Estou fazendo uma análise geral dos cinco.

Então, concluir a questão... Deixar o saneamento no reassentamento resolvido, concluída a urbanização, concluídos os equipamentos, feitas as ligações, com o sistema funcionando, ligado ao sistema da cidade. Ou seja, completo o reassentamento.

Há outro problema simples – esse é simples de resolver, Dr. Duílio. Parece-me que a condicionante definiu que somente um, que foi o que nós fomos visitar, o Jatobá, teria creche, somente um. É inconcebível que se faça o reassentamento de milhares de famílias e que, nos outros quatro, não haja creche.

Então, o pedido que a gente faz à Norte Energia é de que estenda, apesar de não estar na condicionante, também a construção das creches aos outros quatro reassentamentos.

O que pode custar uma creche? Essa é fácil de dimensionar.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – R$ 1 milhão. Então, são R$4 milhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é, tem que ser...

Então, o pedido que se faz, primeiro, é o de concluir a urbanização, o sistema de ligações, e os equipamentos que estão previstos, escola – esses já estão previstos –, e construir as quatro creches nos quatro reassentamentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – As escolas estão prontas. Estamos entregando. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, eu sei. Eu estou falando em concluir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Certo. Isso aí está na fase de entrega.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – E, por último, com relação ao reassentamento, o documento de posse das famílias que lá estão, porque uma das maiores reclamações que tivemos lá foi a seguinte: "Estamos ocupando, somos invasores. Mandaram que a gente viesse para cá, mas nós não temos nada que diga que o imóvel é nosso".

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Mas já estão negociando os imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pior ainda: sem documentação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É estranho, Juvenil, porque há uma reclamação lá de que estão cobrando IPTU.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas me mostraram o carnê de IPTU. Perguntei como era possível um carnê de IPTU sem CEP, sem documento. Como já estavam cobrando?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A questão é a seguinte – só um aparte. Eu fico até satisfeito de saber disso, porque significa dizer que a prefeitura está estruturada e agindo.

A Norte Energia, para alguns loteamentos, RUCs, pediu...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só um minuto, eu vou ter de fazer uma votação nominal. São cinco minutos, vou lá, voto e volto.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Então, um espaço de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Continuem aí.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Dr. Duílio, em alguns loteamentos, em alguns RUCs, houve pedido de autorização para construção, e a prefeitura deu a licença de construção. E, ao dar a licença de construção, registra todos os imóveis e os fiscaliza. Por isso é que têm IPTU. Ninguém está isento de IPTU, não é porque está no RUC.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – O registro está em curso no cartório em função do documento...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – E tem prazo para isso.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Sim, toda a documentação foi apresentada. Agora...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – E tem prazo.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – E quem está lá não é invasor não. Ele tem um documento que lhe deu direito àquela casa. Então, dizer que está invasor não é verdade.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas eles estão se sentindo invasores porque não têm documento.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – E a gente só pode dar o título de posse, Prefeito, depois que registrar o loteamento, fizer o geoprocessamento. Em todo empreendimento, isso é sequencial, isso não é de partida.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Prefeito, eu queria fazer uma pergunta.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Eu estou só querendo me referir à questão do IPTU. O IPTU, no momento em que se dá entrada num loteamento – o RUC é um loteamento –, o loteamento é aprovado, é feita a fiscalização, e as construções são feitas, é lançado o IPTU. O IPTU não é sobre o proprietário, é sobre o imóvel. O fato gerador é o imóvel e não o proprietário.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Prefeito, temos sido muito demandados pelos moradores dos RUCs sobre a questão da atividade econômica deles – depois, eu vou colocar isso, quando o Senador vier –, mas um ponto que eles colocam é a falta do CEP, até para registrar seus negócios – quem tem uma pequena padaria, um pequeno negócio.

Então, eu gostaria de saber como está essa situação para poder dar um retorno a eles.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O CEP depende muito dos Correios. A prefeitura faz as ações que tem de fazer, desde que o loteamento esteja efetivamente regularizado na prefeitura – passe pelo cartório etc, etc – e, depois, vai aos Correios. Isso aí é um processo que depende também da construção e da situação de cada RUC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Como se poderia resolver isso? Eles questionam: "Já estou pagando IPTU, já estou pagando os impostos, mas não posso regularizar meu negócio porque não tenho CEP".

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A regularização do negócio não é pelo CEP. A regularização do negócio...

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Não, mas é um dos requisitos.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – CEP é para as correspondências.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Então, mas eles precisam dizer qual é o endereço, dizer o endereço e o CEP. Se não tiverem o CEP...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – No momento que tenha o endereço, a prefeitura encaminha aos Correios. A prefeitura não é omissa nesse ponto.

Dê-me licença, por favor – cinco minutos –, já que o Senador não se encontra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos retomar o que não deveria ter parado.

Onde está o prefeito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Onde está o Juvenil? Cresceu? (*Pausa.*)

Desculpem-me, mas toda reunião de trabalho é cansativa. Então, fazermos uma reunião de trabalho ampliada como está se torna mais exaustivo.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. Os que nós identificamos lá foram dois, mas são simples.

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Senador Flexa, nós tivemos uma reunião com a participação do representante da Casa de Governo e com o representante dos RUCs em janeiro deste ano. Eles protocolaram uma demanda para o Governo do Estado, demandaram a questão de segurança, de saúde, de geração de renda, aquilo que nós tivemos oportunidade de constatar quando da visita aos RUCs, e colocando o algo que foi muito bem apresentado aqui na abertura da mesa: "A nossa vida era precária lá no assentamento, mas nós tínhamos o nosso modo de vida, e esse era o modo de vida que a gente dava conta de arcar. Era o que nossa renda nos permitia, e nós conseguíamos viver. Mudando para os RUCs, nosso custo de vida subiu enormemente, pelo custo do transporte, pelo custo da energia, pelo custo dos outros impostos". E também falaram da economia deles, de como eles viviam lá e de como eles teriam que reinventar a economia. Então, eles nos demandaram... É, inclusive, o tema da reunião que nós marcamos hoje com a Norte Energia, porque está dentro do plano... O Plano de Requalificação Urbana tem programas para essa questão.

Dentro desses programas tem geração de renda, por exemplo. Eles nos demandaram cursos de qualificação para especialistas voltados para micro e pequenos negócios, curso de panificação caseira, de bolos artísticos, doces, salgadinhos, cursos que qualifiquem essas pessoas em outra dinâmica que esse reassentamento requer. Isso está previsto no PBA. E o Estado tem uma expertise nisso. É aí que eu falo que faltou essa concertação, essa conversação, porque o Estado tem políticas públicas, por exemplo, de microcrédito. Ele tem o Pará Profissional, onde ele tem uma série de... Ele tem uma leitura de... O Senador Paulo Rocha perguntou qual é a leitura do Estado para a microrregião. Nós temos.

Uma das minhas primeiras preocupações quando assumi no começo do ano passado foi fazer um seminário. Nós fizemos um seminário de desenvolvimento econômico do Xingu, porque, quando cheguei lá, a primeira coisa que as pessoas me perguntaram foi: "Qual é a posição do Estado quanto às 20 mil pessoas que vão ser demitidas este ano por conta da obra?" Então, a nossa grande preocupação era fazer um seminário para ver quais eram as potencialidades econômicas. Inclusive, a gente redirecionou maior quantidade de recurso do PDRSX para a questão do fomento das atividades produtivas... E, de fato, no ano passado, Altamira teve quase 20 mil desempregados.

Então, como a gente vai reinventar essa economia focada para os RUCs? Nós temos políticas de microcrédito, temos políticas de requalificação, mas precisamos juntar. O que a gente observa? Que os entes estão nadando em raia própria. Então, a empresa, na melhor das intenções, às vezes contrata uma consultora que não conhece o DNA da região, que não tem um entendimento da cultura da região, que não sabe qual é a dinâmica da região, qual a potencialidade da região, e isso é a nossa praia no Governo do Estado, é o nosso exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, hoje nós conseguimos essa reunião focada nessas demandas dos RUCs, que é uma coisa que a empresa está fazendo, mas que, às vezes, não tem efetividade porque não tem liga com o local, com o regional, por esse desconhecimento da cultura.

Então, o que eu diria? Há muito mais ações para dar efetividade aos RUCs por conta dessas políticas – de segurança, de saúde, de economia –, e a gente pode trabalhar colocando a política pública do Estado juntamente com aquilo que é obrigação da empresa fazer com foco na efetividade.

Então, hoje, lamentavelmente, coincidiu, porque, a partir daquela reunião, Ganzer, nós pedimos uma reunião com a Norte Energia, conseguimos agendar para hoje, com a discussão da socioeconomia, para levar essa demanda focada realmente num grupo de trabalho.

Hoje, então, está o pessoal do Pará Profissional, do microcrédito, do turismo, que acho que é outro ponto de pauta fundamental em que a gente tem que entrar... São aqueles equipamentos enormes que nós vimos lá na marina, a questão do museu, a questão da pesca, porque já era para se ter pensado qual o modelo de gestão...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós vamos chegar lá.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – ... como vai ser esse modelo de gestão. As pessoas que vão se apropriar desses equipamentos estão qualificadas para isso? Qual é o plano de qualificação para essas pessoas entrarem aí? E como vai ser o modelo de gestão, que acho que é uma das alternativas econômicas... Todas as cidades que têm uma grande hidrelétrica... E, sem dúvida nenhuma, Belo Monte vai ser a *hit parade*, digamos assim, porque é a maior usina hidrelétrica eminentemente nacional. Isso vai atrair muito turismo de negócio e, sem dúvida nenhuma, esses equipamentos, bem trabalhados, vão mudar a fisionomia da cidade. Mas é preciso estar alinhado.

O que eu vejo a partir do que a gente conversou com os técnicos e com os engenheiros? A preocupação dos engenheiros é "Eu tenho um PBA, eu tenho uma lista de coisas que tenho que fazer, eu tenho que fazer o *checklist*, 'entreguei', 'entreguei', 'entreguei'..." Mas para a sociedade, para a população, o que interessa? Isso tem efetividade? Quando a gente fala em efetividade não é eficiência nem eficácia na relação da obra, mas quer saber se ela está sendo utilizada para aquilo a que se propôs, se ela está prestando um serviço à população, se ela está melhorando a qualidade de vida. Então, esse é o ponto. A lista de compra é uma parte, mas não é o todo. E para você dar realmente essa liga, você tem de entender o DNA da região, que é o Estado, que é o Município que entende. Então, se isso não estiver muito bem imbricado, bem entendido, não funciona. Pode haver a melhor das intenções, mas são agendas desarticuladas. Então, nós precisamos é fazer essas conversações focadas por esses setores no sentido de dar essa liga.

Então, Senador, na questão da efetividade econômica dos RUCs, nós começamos um diálogo hoje, lá... Há a equipe do Estado, o pessoal da Setur, o pessoal da Sectet, o pessoal da Sedeme, o pessoal do CredCidadão, para mostrar quais as políticas públicas do Estado, o que a Norte Energia está fazendo e como a gente pode dar liga para dar efetividade a isso que é uma obrigação da empresa.

Eu só gostaria de concluir aqui... A gente que trabalha lá na Secretaria de Desenvolvimento e fica ali... Nós somos um pouco o presunto do sanduíche, porque ficamos entre a demanda do empreendedor e a demanda da sociedade. Mas o que a gente observa? Que os empreendimentos precisam ter essa concertação social para que eles realmente possam dar certo.

E a questão da Região Amazônica... Fala-se assim – o empreendedor –: "Estou substituindo o papel do Estado". Aí, a gente tem que fazer uma leitura do Pacto Federativo e uma leitura do nosso processo de desenvolvimento econômico.

Fazer projeto na Amazônia tem suas especificidades.

No Estado do Pará, nossa renda *per capita* é menos de 50% da média nacional. Um terço do nosso PIB é desonerado, porque nós somos exportadores de *commodities*, minérios e energia. Nossa expectativa é que nós vamos perder um bilhão e meio por ano de ICMS com Belo Monte. Um bilhão e meio! Quanto vai deixar de ser repassado de ICMS para os Municípios, para dar conta das políticas públicas? Então, nós temos que repensar esse modelo federativo.

Onde é que está o potencial de minério? Onde é que está o potencial de energia? Na Amazônia. Então, não é simplesmente uma questão de repassar a política pública para o Estado. O Estado brasileiro não dotou condições econômicas para os Estados se fazerem presentes. No Estado do Pará a receita é totalmente insuficiente. Nossa receita *per capita* é R$128 por mês para fazer educação, saúde, saneamento, segurança pública, lazer, infraestrutura. É totalmente insuficiente, mas a dotação de recursos naturais está lá. Então, esse pacto tem que ser repensado.

Não dá também simplesmente para dizer que o papel do empreendedor é fazer a obra, e entregar uma a de compras. Eu acho que isso tem que ser entendido, tem que ser dialogado, tem que ser consertado. ıo que o nosso papel aqui que é estar sem armas, discutindo aquilo que podemos fazer construtivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para melhorar a qualidade de vida da população. Este é o grande objetivo de qualquer processo de desenvolvimento: dar um salto de qualidade de vida para a população regional.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Voltando novamente aos RUCs, qual é a proposta que eu faria? Que fosse feito um levantamento de cada um deles, dos cinco, para efeito de conclusão da urbanização, dos equipamentos, e, dentro de um prazo que vocês vão definir, entregue ao grupo e à Comissão, à Subcomissão esse cronograma também de conclusão na totalidade dos RUCs. Se houver – e deve haver – defasagem de um para outro, que seja definido por unidade de reassentamento, para que possamos acompanhar.

Outra questão que foi levantada lá é a documentação do imóvel.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, só um registro. Nós registramos o loteamento, o prefeito deu o alvará de construção. Nós estamos registrando o loteamento e, quando sair o registro, o prefeito baixa um decreto e nós vamos fazer o desmembramento lote a lote. Aí, sim, nós vamos dar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas o desmembramento não é feito quando você faz o parcelamento?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não, primeiro eu registro o loteamento, depois é que eu faço o registro do parcelamento, etapa por etapa. O pessoal está trabalhando já, inclusive, com a Secretaria de Planejamento. Está em curso. O prefeito deu um prazo de seis meses para concluirmos, não foi isso?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A questão é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que eu entendo é que, quando você lança um loteamento urbano, vamos dizer assim, antes tem que pedir o licenciamento, fazer o parcelamento. Você já tem a unidade definida na liberação da construção. Você constrói primeiro para depois fazer a legalização do imóvel. Isso não existe no meu entendimento. Posso estar enganado.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Podemos ampliar esse debate? Eu vou pedir para a Drª Denise falar a respeito dessa situação dos loteamentos, dos registros em cartórios, penso que é o caso, e também a respeito da documentação das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O maior anseio dos que estão lá é terem a segurança de que aquele imóvel é deles e eles só terão isso quando tiverem o documento na mão. Estou repetindo o que eu ouvi lá: "Me colocaram aqui, eu não sei se isso é meu!" Aí fizeram a questão: "Mas olha aqui, Senador, está aqui o carnê do IPTU. Eu não tenho nem endereço, não tenho CEP, não tenho nada, mas tenho IPTU para ser cobrado."

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Porque tem casa, e se tem casa tem IPTU.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, se não tem o habite-se... Tem o habite-se na casa? Deveria ter.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Algumas têm habite-se sim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas todas têm que ter, não só algumas.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A Drª Denise pode explicar isso aqui pela nossa Secretaria de Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas tem que ter todas.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Drª Denise.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Boa noite a todos. Para esclarecer essa questão documental, o procedimento correto acontece da seguinte forma: é apresentada pela Norte Energia o projeto para que seja feito um decreto de aprovação pela prefeitura. Esse decreto de aprovação de alguns RUCs já foi feito ano passado – Jatobá e, se não me engano, Casa Nova. A prefeitura aprova esse decreto e eles têm 180 dias para registrar em cartório. Se nesses 180 dias não for registrado, esse decreto caduca e tem que voltar todo o procedimento anterior. Então, o que aconteceu? Quanto a esses dois que caducaram, foi conversado com o jurídico da Norte Energia, foram refeitos e o prefeito assinou na segunda-feira, porque demoraram muito para apresentar a documentação. Inclusive, nós entramos em consenso de aceitar todo o projeto anterior, sem que precisasse refazer tudo.

Foi cobrada a taxa, porque realmente a legislação não permite que seja liberada essa cobrança. Mas os decretos já foram assinados pelo prefeito e tem mais 180 dias, a partir da publicação, que deve ter sido publicado hoje, para que se registre em cartório. A partir daí é que os documentos podem ser emitidos para as pessoas.

Hoje sou chefe de gabinete – desde o início, aliás –, mas assumi a Secretaria de Planejamento por alguns meses e nesse tempo nós conversamos sobre a questão do CEP. Tivemos uma reunião com a WorleyParsons e com os Correios e foi combinado que a Norte Energia, ao apresentar os projetos, apresentaria com os nomes das ruas. Antes era apresentado o projeto, feito o decreto de aprovação, apresentava-se outro com os nomes s ruas, haveria outro decreto. Então, para diminuir os prazos, seria apresentado um projeto para aprovação n os nomes das ruas. Fui informada agora de que foi apresentado o nome das ruas há menos de 10 dias. En-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tão, a prefeitura não podia passar adiante para os Correios, porque não tinha aprovado o nome das ruas. Com isso, temos um impasse em relação a isso.

A prefeitura tem procurado atender, de imediato, qualquer demanda da Norte Energia e a Norte Energia tem também trabalhado em cima disso. Mas são procedimentos normais a que temos que obedecer, baseados em lei.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Há um prazo, Senador. Infelizmente, há um prazo. Estamos seguindo o rito.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só para complementar. Todo decreto de aprovação traz alguns itens, um deles é que deve ser registrado até 180 dias, que é para proteger o cidadão que está lá. Então, nós aprovamos, mas pedimos que vá ao registro...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Deve ter sido publicado hoje, não é?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não, vamos lá.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – mas agora nós vamos registrar em cartório, entendeu?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não, não, até 180 dias.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Aí é rápido.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Cabe ressaltar que essa é a segunda vez que está sendo aprovado esse decreto, porque ele caducou. Já tinha sido aprovado e não foi registrado.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Veja bem, é até 180 dias e o que acontece? Quando findam esses 180 dias e não é registrado, ele caduca, ele tem de voltar para outro decreto. O que nós assinamos na última sexta-feira – e chegou na sexta-feira mesmo e nós assinamos – era o decreto, por mais 180, dias para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para mim é estranho você fazer um parcelamento urbano e não ter a aprovação prévia da prefeitura. Quando aprova já tem o registro.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Desculpa, Senador, mas é esse o procedimento. O parcelamento a Norte Energia fez corretamente. A aprovação da prefeitura desse decreto é posterior, é para infraestrutura. Já está todo parcelado e isso já consta na Secretaria de Planejamento, já consta na Secretaria de Finanças todo o projeto de loteamento, senão não seria aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas quando eu falo em parcelamento, é o loteamento com toda a infraestrutura.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Mas o loteamento é aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com toda infraestrutura, com tudo...

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Mas a legislação...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas tem que antecipar a construção das casas. Você tem que estar com o loteamento aprovado.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Desculpa, mas a legislação municipal, depois desses seis meses de registro, ainda dá algum prazo, com condicionantes, para que conclua todo o loteamento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, isso é o final, é com o habite-se.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Não, o habite-se não é nessa parte. Agora, os procedimentos da prefeitura são esses. Já foi feito o parcelamento do loteamento. Agora, quanto à parte de infraestrutura, eles ainda têm o prazo para cumprir após esses 180 dias. Isso é a legislação municipal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tudo bem, eu não vou entrar no mérito.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Inclusive, podemos encaminhar toda a legislação para a Comissão, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu discordo. Eu não vou entrar no mérito, porque eu acho que isso é regulamentado pelo Município, pelo Executivo. Só acho estranho que você possa construir sem ter o lote já legalizado. Constrói-se a unidade e então se legaliza. Aí a partir daí, você pode fazer as cobranças.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O cartório só registra depois da aprovação da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lógico. Lógico.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Senão aprova primeiro e vai a registro, senão o cartório não registra.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Desculpa, prefeito, mas a Norte Energia também tem uma imissão na posse para poder utilizar essa área até que ela registre.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade, só que não podia fazer a obra sem ter o registro da prefeitura. Então, você está colocando a carroça na frente dos bois.

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Não, Senador, esse registro de que nós estamos falando é aprovação do loteamento. Então ele precisa já estar pronto para que seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não, não. A aprovação do loteamento antecipa a execução do loteamento, senão como é...

A SRª DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS – Não, aqui nós não estamos questionando isso. Estamos questionando para registro do imóvel pelos moradores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não vamos discutir, vamos só aguardar o cronograma de conclusão dos RUCs, com cada um deles dentro do saneamento. E, nesse cronograma também, a questão da documentação das unidades.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO (*Fora do microfone*.) – Primeiro o registro, depois a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, mas faz o cronograma. Se é até 180 dias, pode registrar antes.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Temos interesse em fazer isso o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então pronto. Peço só que, nesse cronograma, venha não só a conclusão de cada um dos núcleos, mas também venha a questão da regularização do registro de cada um.

Outro assunto que foi colocado lá. Estivemos visitando uma área de palafitas, a Independente II. Estivemos lá, Dr. Duílio, numa comunidade que nos procurou, durante a audiência pública, e eu lhes disse que nos procurassem quando estivéssemos visitando... acho que foi um hospital, não foi?

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO (*Fora do microfone*.) – Foi, mas aqueles foram da Transamazônica. Esse não foi.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Drª Thaís há lá 80 a 90 famílias que estão em situação precaríssima, em área alagada. Fizeram um aterro – não sei quem, mostraram lá – numa rua. Enfim, invadiram. Estão reivindicando que sejam retirados de lá, porque, em função do levantamento do *grade* da transamazônica, aquela área é de enxurrada e eles serão levados junto com a enxurrada que vier. Há um canal, um riacho que é totalmente poluído.

Qual a reivindicação deles – e aí a prefeitura tem que ser parceira nisso: que sejam retirados de lá e levados para uma área que seja definida e com uma unidade.

Qual foi o pensamento de nós que estivemos lá – e até conversei com o Dr. Anchieta? A Norte Energia tem unidades habitacionais, e muitas, que vão desmontar. Até conversamos que aquilo poderia ser doado aos Municípios para fazer creche, unidade de saúde, para fazer qualquer coisa, porque são obras feitas com material de boa qualidade e que não vai se destruir aquilo, terá que ter um uso. Depois teremos que tratar sobre o que fazer com aquilo ali.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Passar para o Município, Dr. Duílio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas na Altamira não precisa de tudo aquilo.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Para destinação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então ver o que pode fazer, porque pode-se adaptar para uma unidade de saúde, para creche, para tanta coisa que há lá. Entre essas coisas, Dr. Duílio, há as unidades residenciais. Portanto, seria desmontar aquelas unidades que já estão sem utilização, a prefeitura encontraria uma área, prefeito, onde a Norte Energia pudesse realocar esse pessoal com essas unidades. E, no meu entendimento, teria que tirar família e destruir aquilo, passar um trator, porque se não tirar eles vão voltar; não eles, outros voltarão.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – E fiscalizar para não invadir de novo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente. Não adianta tirar e não entrar na área para não deixar ocupar, porque senão, daqui a alguns dias ou meses, haverá outros na mesma situação dos que se encontram. É modo contínuo, não para.

Essa também é uma solicitação que trazemos à Norte Energia.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Posso dar uma informação?

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – A solicitação está feita. Vamos analisar obviamente. Não podemos abrir precedentes para invasores, isso não tem relacionamento nenhum com o empreendimento. Vamos analisar sob a ótica conceitual nossa, não conceitual do empreendimento Belo Monte. Passei em 20 empreendimentos e em nenhum se adota essa filosofia de excepcionalizar invasores. Aquilo que está associado ao empreendimento e aquilo que socialmente se faz, mas resolver problemas de invasores que escolham a área não é aptidão de empreendedor. Mas vamos analisar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Eu queria completar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade. É questão humanitária, porque é visitar aquela unidade, chegar lá e encontrar crianças numa situação de risco – não é de insalubridade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é risco realmente – é difícil. Particularmente, EU não ficaria com a minha consciência tranquila se não fizesse esse apelo à Norte Energia.

Também acho que não é nada que altere a tarifa de energia e vai resolver para 80 a 90 famílias, retirá-las de uma situação de risco.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – V. Exª me deixe dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agora, a prefeitura tem que ser parceira para arranjar a área lá.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Pois é isso, darei uma informação. Todo aquele pessoal que está na Transamazônica – os senhores foram lá olhar – estão cadastrados. Todos. Eles já deveriam estar todos reassentados no Minha Casa, Minha Vida, se não fosse invadido. Não quero entrar no mérito, porque a Justiça determinou a reintegração de posse para continuar a obra.

A obra do Minha Casa Minha Vida está atrasada, invadida, com decisão judicial para retirar, para fazer a reintegração de posse. Nessas casas, já estava cadastrado todo aquele pessoal da Transamazônica.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Esses 80 aqui.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Exatamente, todos cadastrados.

A Secretaria da Assistência tem nome de todos, número de casas, tudo cadastrado. E íamos fazer isso já faz tempo, mas houve a invasão do Minha Casa, Minha Vida, que está sendo construído lá no Ramal do Coco e não houve solução judicial para isso, até com decisão judicial de reintegração de posse para a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas a obra estava parada para ser invadida?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não, invadiram a obra. No Minha Casa, Minha Vida tem acontecido muito disso. E a Justiça tem mandado fazer reintegração de posse, porque é o construtor que começa a ser penalizado por isso. Não é Caixa Econômica, é o construtor, e ele mesmo entra na Justiça pela reintegração de posse, para terminar o empreendimento dele. Mas, mesmo com a decisão judicial, repito, não foram retirados. Bem, esse é um aspecto.

Segundo, já temos terreno onde podemos fazer o empreendimento para poder alocar esse pessoal, mas eles querem indenização para sair.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Não vou dizer todos, porque não generalizo, mas grande parte, a maioria quer indenização para sair de lá e se assentar em outro lugar.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Prefeito, só para complementar. Inclusive essa questão da invasão do Minha Casa, Minha Vida, em uma das reuniões aqui em Brasília, isso antes da LO, o Governo, por meio da Secretaria-Geral da Presidência, solicitou nosso apoio. Compramos um terreno, que dá para realocar 500 famílias, está à disposição do Governo, que precisa resolver essa questão. O terreno, nós compramos para tirar o pessoal do Minha Casa, Minha Vida.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – E estou sabendo disso e acompanhei.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Porque, naquela época, tínhamos medo de que eles provocassem uma invasão nos RUCs.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Exato.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Resultado: compramos o terreno, está lá; agora o que precisamos? Precisamos que o Governo indique para quem passaremos o terreno, para que essa instituição promova a realocação dessas pessoas que estão no Minha Casa, Minha Vida. O Avelino sabe disso.

O SR. AVELINO GANZER – Posso até complementar, porque a primeira parte são 1.542 casas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Todas invadidas?

O SR. AVELINO GANZER – Não, na primeira parte é que o Prefeito Domingos Juvenil está colocando que é um programa do Governo Federal e que foi invadido, paralisou e, na verdade, está esperando essa reintegração de posse.

Ao lado, há outro projeto chamado Minha Casa, Minha Vida Entidades, e isso foi trabalhado em parceria com a Norte Energia, que adquiriu o terreno, a entidade que já se inscreveu na Caixa Econômica, o projeto está em andamento. Estamos num momento de conclusão, justamente para fazer esse acerto, para que a Norte Energia passe a documentação.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Estamos esperando só a regularização que o Governo está fazendo dessa entidade para transferir o terreno e, assim, o Governo é que vai fazer essa transferência.

O SR. AVELINO GANZER – Isso é em parceria direta com a prefeitura, com a secretaria, estamos juntos, trabalhando esse processo com várias mãos, levantando a demanda. Portanto, teremos em Altamira mais de [illegible]as mil famílias para serem reassentadas num prazo que seria rápido. O problema é que há essa questão que [illegible]avessou, que é o problema da invasão. Várias pessoas que invadiram, no levantamento que a própria pre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

feitura fez, já foram indenizadas pela Norte Energia e há alguém que tem casa no RUC também. Então, esse processo nos assustou um pouco, porque é uma população que cria um pouco de dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – São aproveitadores, porque...

O SR. AVELINO GANZER – É uma parcela pequena no meio da grande quantidade que tem esses direitos. Então, isso tem que ser separado com muito cuidado para não botar a pecha de que... Acho que está sendo esse trabalho e vamos ter que acelerar o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em quanto tempo podemos resolver isso?

O SR. AVELINO GANZER – Nós não sabemos. Conversei com o pessoal da Caixa Econômica ontem e eles já solicitaram novamente reforço policial. Estão discutindo e parece que houve uma divergência, porque o comando quer uma infraestrutura de no mínimo 200 homens para fazer aquela reintegração e eles acham que isso está um pouco alto. Então, há um problema interno entre a Caixa Econômica e o empresário e o próprio comando da polícia, para definir o dia que se vai fazer esse processo de reintegração.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só para nós conhecermos bem o problema, a Justiça deu a reintegração de posse para uma área de um particular que tinha mais ou menos 60 famílias e foi feita a reintegração de posse. Essas pessoas, 60 famílias, saíram e invadiram a Minha Casa, Minha Vida.

No bojo disso, perfeitamente controlável, apareceram as pessoas que pensam ser mais espertas do que outras e invadiram também. Aí, a assistência fez cadastro, cruzou as informações, tinham casa no RUC, tinham vendido e já tinham sido indenizados pela Norte Energia e estavam invadindo o Minha Casa, Minha Vida. Um mês depois, fizemos novas pesquisas, cruzamos as informações e daqueles 60 que tinham invadido só tinham quatro, originários. Os demais já tinham negociado, já tinham saído, não moravam mais, não sabiam por onde estavam etc, etc.

Então, se nós combatermos no ato as invasões, como nós temos feito ao longo da Transamazônica, não tem invasão. Se não protegermos, vai ter e muito. Nós já tivemos, no mês passado e no início deste mês, tentativas de invasão, tentativas de invasão e nós fomos lá e retiramos todo mundo, na mesma hora, à noite. Não morreu ninguém, ninguém ficou debaixo da ponte nem nada, porque é um grupo que sabe utilizar os momentos para criar dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu continuo na dúvida. Acho que esse é um problema que não tem solução em curto prazo.

O SR. AVELINO GANZER – São duas coisas, Senador: uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quantas unidades estão invadidas, prefeito?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Das prontas, cobertas, com nome, umas 200 casas invadidas. Agora, veja bem, casas que eu, por exemplo, que ando a cidade, corro a cidade, principalmente no fim de semana, eu passo por lá para ver como tudo está, a evolução, essa coisa toda. Tem carro na porta, gente fazendo festa na rua, gente que se aproveita da oportunidade. Não é gente que tenha necessidade absoluta, mas que se aproveita da oportunidade. Se formos lá no domingo, tem gente lá com carros, fazendo churrasco na frente, casas sem portas, mas o nome dele já escrito na parede, tudo dividido: seu Antônio, seu Paulo, seu Pedro etc.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é um número tão grande que não possa ser solucionado.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas para a obra. A obra para.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lógico.

O SR. AVELINO GANZER – São duas coisas, Senador, nesse encaminhamento: uma é tentar acelerar essa questão. É evidente, vai demorar um ano mais ou menos, talvez menos, porque o acordo é retomar. Há 600 casas quase prontas. A prefeitura já tem os nomes, apronta essas 600 e já coloca as famílias enquanto vai fazendo as outras. Essa das 500 é um processo que depende justamente desse acerto de passagem do terreno que está sendo trabalhado.

Eu trabalho dentro de uma visão de mais ou menos um ano. Mas aí tem jeito de dialogarmos com a base necessitada de forma tranquila, se ela sentir que vai ser contemplada. A outra questão que o senhor levantou é aquela infraestrutura toda que a Norte Energia construiu para construir Belo Monte. Realmente, precisaria haver um debate...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nos vamos levantar essa questão.

O SR. AVELINO GANZER – ... com um grupo de pessoas que pensam, discutem, porque está dentro do Município de Vitória do Xingu, não está dentro do Município de Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas aquilo não pertence nem a a Vitória Xingu e nem Altamira. Aquilo pertence à União e a União vai ter que distribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. AVELINO GANZER – Sim, mas necessariamente vai ter que sentar com as partes e dialogar conjuntamente. Só isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que não pode é abandonar aquilo que está lá, porque aquilo custou dinheiro dos brasileiros e tem que ser reaproveitado para os brasileiros, não tenho dúvida disso.

O meu questionamento é se, dentro desse terreno que foi comprado, poderá se fazer alocação, transferência dessas unidades...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, precisamos regularizar o terreno e aí é o Governo que tem que dizer qual é a entidade que passamos e essa entidade tem que ter registro legal. Não posso passar para uma entidade qualquer. O que acontece é o seguinte: o terreno está em nome da Norte Energia e já solicitamos do Governo, uma vez que foi uma atenção do Governo. Agora, o terreno está aqui, para quem eu passo?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por que não passa para a prefeitura?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Aí é uma questão do Governo resolver, porque estava resolvendo com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Avelino, sobre esse terreno que está aguardando uma solução do Governo para saber para onde vai, por que a Norte não transfere para a prefeitura, que faz a legalização e põe as unidades lá?

O SR. AVELINO GANZER – Gente, olha, são duas questões: uma é essa quantidade de famílias que a prefeitura está tocando como projeto, já estão selecionadas, inclusive as famílias estão cadastradas – o próprio prefeito falou.

A outra foi trabalhada esta solução. O Ministério das Cidades tem um programa na Caixa Econômica Minha Casa, Minha Vida Entidade, que é uma entidade que receberia o terreno e que está até discutindo com a mesma empresa, a Resecom, que está construindo essas outras.

Todo esse processo foi caminhando. Estamos vendo a situação política, não vou esconder nada desse processo, não sabemos como vai continuar, mas pode ser uma solução encontrarmos o equilíbrio. O que tem que estar é o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, que estamos trabalhando, a parte do Governo com a Norte Energia, para encontrar a base legal para dar sustentação e objetivo de chegar às famílias, justamente as famílias de zero até um salário e meio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pelo que eu posso entender, você está querendo usar esse terreno que a Norte Energia comprou para relocar esses invasores da Minha Casa, Minha Vida? Vai demorar, porque até legalizar, construirmos...

O SR. AVELINO GANZER – Nós já chegamos a quase 100% do acordo. Estamos trabalhando há muito tempo. Eles compreenderam, sentiram, tanto que chegamos a um momento que só havia 38 famílias ainda dentro do Minha Casa, Minha Vida. O restante foi combinado para irem para casa de parentes, de vizinhos, etc.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom, se queremos resolver o problema dessas 80 famílias não pode ser nesse terreno. Então a prefeitura arruma um terreno para colocar...

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Mas não foi isso que nós estávamos discutindo, essa parte das 80 famílias da Transamazônica que precisam ser retiradas...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Prefeito, deixa eu colocar só uma coisa, a questão é a seguinte: num determinado momento houve a invasão do Minha Casa, Minha Vida. O Governo Federal nos procurou, pediu uma parceria, pediu uma ajuda. Então, o conselho da Norte Energia decidiu comprar um terreno e doar. Nós adquirimos o terreno. Agora, temos que doar para uma entidade que tenha regulamentação, tudo organizado para eles relocarem os invasores do Minha Casa, Minha Vida. O terreno está lá já há algum tempo e nós estamos aguardando isso para poder transferir o terreno e, a partir daí, serão eles que resolverão. A Norte Energia terminou com o seu papel, já fez, comprou o terreno.

O SR. AVELINO GANZER – Qual a parte prática disso?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só que essa solução de fazer, pelo que estou entendendo, de fazer um projeto Minha Casa, Minha Vida vai demandar tempo.

O SR. AVELINO GANZER – Nós trabalhamos mais ou menos 10 meses a 1 ano para essas 500 casas. O que que foi trabalhado? Nós chamamos a assessoria jurídica da Norte Energia, ela já está tratando, a entidade foi encaminhada para a Caixa Econômica e para o Ministério das Cidades, que analisou, aprovou e agora está tratando para dar as condições. Por isso que travou.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é possível – vamos pensar alto aqui – desmembrar uma parte desse terreno para acolher essas unidades?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, veja só, aí a gente começa...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – E essa parte desmembrada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu diria o seguinte: houve um problema, a Norte Energia não tinha nenhuma obrigação, resolveu atender, comprei o terreno.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu entendo, eu entendo.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Aí, veja só, eu cheguei e disse: Governo, está aqui o terreno. Resolva o problema. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas pelo que eu estou entendendo dão 500 unidades no terreno, não é?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – No terreno cabe até mais.

O SR. AVELINO GANZER – Até 500 unidades.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então...

O SR. AVELINO GANZER – Mas o projeto já está inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele tem cento e pouco.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Mas, Senador...

O SR. AVELINO GANZER – O projeto já está em elaboração...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – ...eu quero doar o terreno todo. Eu quero entregar o terreno.

O SR. AVELINO GANZER – O projeto já está em elaboração, já está entrando na Caixa Econômica. Ele não acelerou – para chegar aqui com uma informação concreta –, mas ele andou bastante, inclusive seguindo a orientação de uma reunião que nós tivemos com a prefeitura. O próprio prefeito colocou algumas condicionantes que consideramos muito importantes na elaboração disso.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pode.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Quando o senhor encaminhou o problema das 80 famílias, inicialmente o senhor disse: peço o apoio da Norte Energia para viabilizar o terreno. O terreno está viabilizado para as 500. E, provavelmente, se ajustar, cabem as 80 também.

Agora, a minha sugestão é de que o Estado, o Governo Federal entre em acordo com a prefeitura e resolva o problema das 500 mais 80. Acabou. O terreno está lá.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, mas já passou para o Governo Federal o terreno?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu estou esperando que o Governo Federal me dê a documentação de quem vai receber para eu registrar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por isso estou sugerindo que seja desmembrada uma parte do terreno que dê para acomodar essas 80 famílias e passe direto para a prefeitura.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Mas, Senador, aí começa aquilo que o Duílio disse então, começa o precedente. Eu abro para 80. Entenda a ligação. Estive com o senhor lá, fui sensível, disse que vamos tentar ver e viabilizar. Mas nós temos a oportunidade de resolver não só dos 80, mas dos 580, inclusive dos invasores. Vamos resolver tudo!

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Senador, o problema é bem maior do que as 80 famílias. Quando a Norte Energia foi chamada para participar pela Casa de Governo foi para resolver um problema muito maior. E esse problema maior foi atribuído a parte das coisas. E nós somos uma empresa que tem um sistema de *compliance*, de governança que tem que seguir toda uma liturgia para chegar até o conselho. Chegou ao conselho, dentro da lógica, nós daríamos o terreno a uma empresa estruturada, com a participação do Governo Federal via Casa de Governo, para suportar essas pessoas dentro do projeto Minha Casa, Minha Vida.

Não há condições de retornarmos para fazer desmembramento de terreno, do ponto de vista empresarial, porque o acordo que foi feito, em que foram convencidas todas as nossas acionistas, foi de que esse terreno pleno e íntegro seria repassado para a entidade que a Casa de Governo, o Governo Federal, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal dissessem: essa é a empresa capaz de fazer isso. Nós, então, simplesmente escrituramos para ele.

O SR. AVELINO GANZER – E o caminho, do ponto de vista legal, foi todo trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos fatiar esse problema.

A Norte Energia pode disponibilizar as 80 ou 90 unidades residenciais que estão...

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Dificilmente, porque nós temos...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Porque a obra ainda está em curso. Enquanto a obra está sendo tocada, esses imobilizados estão numa fase ainda de apropriação da obra. Quando ela for concluída é que nós vamos desativar. Está entendendo? Então existe essa questão legal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só em 2018?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Em 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – E outra coisa, Senador. É o seguinte: tem que ser feito um estudo disso, como o senhor e o Sr. Avelino Ganzer colocaram. Esse é outro assunto. Os assuntos não se misturam. O assunto das casas que há tanto na cidade de Altamira quanto em Vitória do Xingu, como o senhor disse, para quem será ou não, esse é outro estudo totalmente diferente. É um estudo muito mais complexo, muito mais profundo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não há dúvida. Vamos ficar sem solução aqui. Eu vou conversar com o prefeito.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, veja só, o terreno está lá. Cabem as famílias, tanto as que já estavam previstas como as 80. Cabem. Então basta Casa do Governo, Governo Federal e Município se entenderem para resolver isso.

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – E acelerar.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Acelerando, será rápido.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O último assunto que eu tenho aqui...

O SR. DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Senador, se o senhor me permitir, antes do último assunto, é só uma colocação.

A Drª Maria Amélia fez uma colocação aqui e o pessoal me passou, só para corroborar o que ela está dizendo: nós não estamos fazendo a coisa dessintonizada com a identidade paraense. Nós temos diversos cursos de capacitação profissional, numa parceria com a Fiepa, que é uma entidade paraense, no campo de panificação e eletricista.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deve ser do Senai.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não, não. É Fiepa. Chegaremos ao Senai ainda.

Panificação, eletricista, bombeiro, cabeleireiro, estética facial e corporal e cozinheiro. Só aqui são 500 vagas.

E, com o Sebrae e Senai, recomposição comercial para todos os reassentados que realocaram pela manutenção do serviço.

Nós já treinamos 920 pessoas.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Complementando, também existe um convênio com a Secretaria de Ação Social que visa ações com as comunidades permanentemente.

Em nosso programa de reparação, a Secretaria de Ação Social do Município participa. Inclusive fazemos várias feiras, que chamamos de mutirões, nos finais de semana, mobilizando todo o pessoal da comunidade, já explorando as atividades que eles estão desenvolvendo. Isso já vem sendo feito, está entendendo?

Agora, nada impede, e é importantíssima a inclusão do Estado nesse processo, porque é mais um parceiro para dar musculatura ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – E como se pode dar andamento a essa parceria?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Ela já agendou uma reunião, e não pôde ir hoje. Não sei se o pessoal dela está lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Ah, então já estão conversando. Ela vai se agregar a um processo que já está em curso, de modo a aumentar a musculatura.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está certo.

O último assunto – o Juvenil tinha que estar aqui – é a questão daquele complexo dos pescadores.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – É o Cipar – Centro Integrado...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Aquele realmente é um equipamento da melhor qualidade. Eu sei, porque nós tentamos construir uma unidade em Belém, para o atendimento dos pescadores, e não conseguimos até hoje.

Juvenil, nós temos lá um equipamento para atender ao setor da pesca, o Cipar. Eu estava dizendo, assim como em Macapá não havia o hospital, em Belém não há um Cipar como esse.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Pois é, mas eu lamento muito. Quanto a essa questão de Macapá, creio que o Presidente desta Comissão pode fazer uma emenda no Orçamento para dotar uma comunidade de 500 mil habitantes de um hospital, porque me parece que há mais de 40 anos não há hospital lá. Eu ia passar um *e-mail* para o Alcolumbre, para ele fazer aqui, no Senado, uma emenda no orçamento para contemplar o Ministério da Saúde, a fim de construir lá um hospital como esse. Mas vamos ao nosso caso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não tenho nenhum problema em fa- a emenda para atender ao Município de Altamira ou a qualquer Município do Estado do Pará. O problema ue, lamentavelmente, há dez anos este Senador não tem uma emenda liberada. Fazemos a emenda por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dever de ofício, porque temos que fazer, mas ela não é empenhada nem liberada. Então, se o prefeito quiser uma emenda que não seja empenhada nem liberada está à disposição. Não tem problema nenhum.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Eu falei em Macapá, mas o Amapá, como o Pará, tem três Senadores. O Alcolumbre é um deles e dos mais ativos que eu conheço.

O SR. AVELINO GANZER – Nenhuma?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nenhuma, Avelino. Vou pedir a sua ajuda.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Agora vamos ao Cipar?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim. A preocupação que nós vimos lá é a seguinte: tudo bem, é o *day after*. Aquilo vai ficar pronto. Quem vai cuidar daquilo? Se aquilo ficar abandonado, vai se deteriorar totalmente.

Existe um planejamento dizendo: olha, isso vai ficar pronto, vai ser entregue para a prefeitura, vai ser entregue para o sindicato da colônia Z, não sei o quê?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A Maria Amélia colocou bem essa situação.

Veja bem, o que eu penso? Eu penso que nós temos que construir em conjunto um plano de sustentabilidade de todas essas condicionantes...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Drª Thais, vou passar para a senhora. Vou até pedir para...

Juvenil, a Drª Thais me pediu, porque ela tem que se ausentar às sete horas. Ainda temos dez minutos. Então eu vou interromper para passar a palavra para ela.

Pode falar, Drª Thais. Desculpe.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Apesar de considerar absolutamente importante esse assunto que vocês estão tratando, eu vou pedir licença. Eu acreditei que a esta hora...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Estaria livre, não é? Também eu.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – É, eu realmente acreditei.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Eu também já estou a caminho.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Eu peço desculpas.

Primeiro, vou parabenizar, porque é louvável essa postura de tentar solucionar alguns nós que às vezes parecem impossíveis. Eu entendo, Senador, que esta Comissão pode ainda mais do que isso. Então vou fazer as minhas colocações formalmente sobre questões que considero extremamente graves nesse processo e que merecem uma intervenção por parte da própria Comissão e por iniciativa do próprio Senado.

Fico de encaminhar formalmente. E vou fazer isso por ofício nas próximas semanas.

Já que me deram alguns minutos...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, V. Exª tem a noite toda.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não tem problema de tempo.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Eu só queria abordar uma questão que me preocupa muito hoje, que é a situação de condicionantes que ainda estão a ser implementadas, que foram mal implementadas, não estão travadas por um nó ou por alguma dificuldade, mas que merecem uma atenção do Estado e da Norte Energia para que realmente aconteçam. Eu digo isso pensando nas populações que vivem no Rio Xingu, que hoje não têm garantia de que vão continuar a morar ali.

Recentemente fiz uma visita a Volta Grande, às comunidades ribeirinhas. Foi uma experiência muito triste, porque, no momento em que eles falavam, eu senti que Belo Monte é incompatível com a presença deles ali, da forma como vem sendo implementado.

Eu acredito que esse não vai ser um trabalho que vou fazer com pouco esforço para que essas pessoas possam continuar vivendo na Volta Grande e no rio, acima do barramento. E falo isso, estava conversando agora com a Maria Amélia, porque existe uma questão. Para o estudo de impacto, Belo Monte foi aceita como viável com a promessa de que a intervenção no Rio Xingu permitiria a vida na Volta Grande. Isso hoje não está sendo demonstrado. Eu vi com os meus próprios olhos. E não bastasse isso, está sendo implementado no coração da Volta Grande do Xingu um grande projeto minerário.

Eu acredito que é necessária uma intervenção imediata para que haja um diálogo entre o Governo Federal, o licenciador federal e o Estado do Pará, para que aquelas pessoas que vivem ali tenham condições de ficar. E para que esse empreendimento, se autorizado, porque não tem autorização de instalação, seja feito com a responsabilidade ambiental. Isso eu já havia colocado.

Reitero aqui a minha preocupação com essa sobreposição de impactos ali naquela região. Farei um ofí- formal sobre por que eu entendo necessária a intervenção dos senhores e aproveito para pedir um apoio algumas investigações que estão em trâmite no Ministério Público Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Peço desculpas, pois tenho que me retirar. E mais uma vez eu parabenizo todos.

Espero que essa questão também se resolva aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós vamos aguardar o encaminhamento do ofício. Vamos ter oportunidade de discutir isso não só nas reuniões que vou fazer, como na audiência pública que teremos mais a frente.

Eu apenas não convoquei audiência pública na tentativa de chegar à audiência pública com alguns pontos já resolvidos, porque numa audiência pública se dá a palavra e há muito discurso. Na realidade, não tem nada objetivo, de solução. Então a tentativa é inverter o processo. Talvez façamos até outra reunião de trabalho antes da audiência pública, para que a audiência pública possa realmente ter efetividade. A audiência pública é transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado, e aí todo mundo quer falar.

Aqui, estamos trabalhando. Eu avisei desde do início que não tem TV Senado, não tem Rádio Senado, é reunião de trabalho fechada, e nós vamos só fazer os registros. Lamentavelmente há muito pouca coisa aqui que ajustamos.

Anchieta, qual o prazo para você encaminhar o cronograma dos RUCs de conclusão, as respostas em relação às creches? Quanto tempo seria necessário?

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Com licença, preciso me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado pela presença, Drª Thais.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – São 15 dias.

Quando eu falo conclusão dos RUCs é com equipamento todo e a solicitação que estamos fazendo de atender os quatro que não têm com as creches. O Dr. Duílio vai consultar, mas a resposta virá nos 15 dias, e que espero seja favorável.

A questão do Cipar, como fica?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Queria dizer que temos voos marcados e temos no máximo 20 minutos nos ausentar, sairmos. E estamos numa Comissão numerosa.

O SR. WALDECIR ARANHA MAIA – O Cipar foi fruto de um acordo com o antigo Ministério da Pesca, que hoje é uma Secretaria do Ministério da Agricultura. Eu acho que deliberar qualquer coisa sem a presença deles... seria importante convocá-los para ver o que foi pensado.

Quando eles solicitaram da Norte Energia a construção de todos aqueles equipamentos, eu lembro bem, na época que era ainda Ministério, o Ministro Helder Barbalho foi à região e disse: há um plano de sustentabilidade para isso, assim, assado. Visitou tudo, porque nós reformamos todas as colônias da região. Eu acho que esse pessoal tem que vir à mesa para conversar para saber o que eles pensaram, como estavam pensando, entendeu? Acho que, se fizermos qualquer conversa sem eles, estamos deixando o ator principal de fora, Senador.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Muito bem. Eu só queria dar a minha opinião a respeito dizendo que nós, por respeito a esse convite, que entendemos este convite como uma convocação...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, é convite mesmo. Não é convocação. Quando é convocação, vem escrito: convocação.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Nós viemos aqui não só pela amizade, como pelos assuntos importantes que nós debateríamos nesta reunião de trabalho. Nós estamos aqui com a chefia de gabinete, com o Secretário do Meio Ambiente, com o Secretário de Saúde, com o Coordenador do saneamento de Altamira, com o Secretário Executivo do Consórcio Belo Monte;, estamos aqui com o Vereador João Roberto. Portanto, temos uma comitiva numerosa que veio para a participar desta discussão.

Dentro 15 a 20 minutos, temos que nos ausentar.

Quero agradecer esta oportunidade, dizer à Norte Energia que o nosso pensamento é de continuar efetivamente o entrosamento, as negociações, as tratativas, e que as divergências são as divergências naturais do empreendedor que está pagando executando, e do Município que vai receber todas essas condicionantes depois de elaboradas.

Para isso, eu queria que fosse um fruto desta reunião um assunto muito importante, que foi tocado pelo Cipar e que já está mais ou menos definido. O que precisamos fazer é sentar à mesa para discutir com a Comissão de Monitoramento, com a Norte Energia, com a prefeitura, para fazermos um plano de sustentabilidade de todas essas obras e serviços. Os munícipes não têm condição de arcar com a responsabilidade de todas as obras, de todos os serviços.

Portanto, queria deixar aqui que, liderado pelo Senador Flecha Ribeiro, nós estudássemos esse plano de tentabilidade das condicionantes. Se no caso do Cipar houver efetivamente quem assuma isso, o Ministéda Pesca, da Agricultura, que o faça e que o Município não se oponha, como não se oporia ao Hospital do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mutirão em entregá-la ao Estado, se o Estado fizesse hospital de portas abertas, e não como retaguarda de um hospital de média e alta complexidade, e que é, por causa disso, um hospital fechado.

Se fosse a proposta fazer um hospital aberto a receber a população, dar os atendimentos, o Município não teria tido nenhuma divergência, mas para ser retaguarda de um outro hospital, não acrescentaríamos ao sistema de saúde do Município algo que fosse palatável.

Portanto, no caso do Cipar, que surge para nós essa questão do plano de sustentabilidade, eu queria propor aqui, primeiro, que sob a sua liderança, construíssemos esse plano para que todas essas obras fossem efetivamente realizadas e servissem à população.

Nós temos tido algumas dificuldades, também por dificuldades da Norte Energia, porque nós estamos em confiança realizando uma série de obras que eram obras de responsabilidade da Norte Energia. E nós estamos fazendo algumas condicionantes.

Temos um grande problema lá que nós precisamos sentar para resolver: a questão do sistema viário, do parque da margem do Igarapé Altamira, chamado sistema viário, que são duas avenidas, o Igarapé com lago, etc, e a consequência dele, que represou, por exemplo, o início da cidade, aquelas ruas que iniciaram a cidade de Altamira, Senador José Porfírio, Coronel Gaioso, Magalhães Barata, Primeiro de Janeiro. O final delas está sobre um lago enorme que não tem escoamento, não tem como escoar as águas, e aquelas casas precisam ser retiradas. Em outras palavras, ficou o lago, o lago da barragem tem cota superior onde estavam essas casas, que estão com muitas dificuldades. Podemos participar dessa conversa. Final da Magalhães Barata, final da Primeiro de Janeiro, que estão alagadas, porque o sistema viário ou avenida parque e o lago também estão com cota superior, onde estão aquelas casas. Então, vivem num lago enorme. Não há como fazer a drenagem, desculpem-me, por causa das cotas etc.

Então, queria deixar aqui proposta essa questão do plano de sustentabilidade e uma outra proposta: que prefeitura e diretoria da Norte Energia pudessem sentar-se com seus técnicos, para debater essas questões, Dr. Duílio, das condicionantes e essas discussões que tivemos aqui, muitas delas até desnecessárias. Com a veemência natural de quem tem uma responsabilidade enorme pelo Município, e assim me propus, considero que elevar a voz no calor das discussões pode até ter sido inconveniente. Peço as minhas escusas.

Portanto, estou propondo, sob a sua liderança, que se faça um plano de sustentabilidade e que a prefeitura e a Norte Energia retomem a discussão dessas condicionantes todas para melhorarmos.

Eu sei – e não precisa ser especialista no assunto – que todos estamos vivendo uma crise financeira terrível, e a Norte Energia deve passar por isso também. Por crise financeira todo este País está atravessando, não há ninguém que seja uma ilha à parte, mas não há nada que a nossa inteligência, que a nossa boa vontade, que a união não possam superar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para concluir, só queria, com relação ao Cipar, Prefeito, deixar combinado de agendarmos uma reunião com o Secretário da Pesca do Ministério da Agricultura, como sugeriu o Anchieta, com a participação de um representante da prefeitura, para vermos qual as consequências que vamos ter, porque, pelo que foi dito aqui, havia uma programação de sustentabilidade.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – O Ministério da Pesca ia se responsabilizar por aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é. Então, temos que falar com o Ministério da Agricultura, que absorveu o Ministério da Pesca, para saber se ele vai assumir, e a prefeitura tem que estar junto para ajudar no sentido de que o Ministério realmente tome a administração do processo, senão aquilo vai ficar pronto e não vai ter uso, porque é um equipamento...

Pois não, Maria Amélia.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Secretário, só lembrando que há um plano estadual do turismo de que a região do Xingu faz parte.

Eu acho que uma coisa que poderia estar sendo feita imediatamente é um plano de qualificação para as pessoas que vão ocupar aquele equipamento.

Prefeito, alternativas de PPP. Eu pensei muito num modelo de gestão público-privado.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Se o Estado do Pará, com o Governo Federal, pelos órgãos, Ministérios etc., aceitar administrar e resolver este problema, o Município não cria nenhum problema. É questão de gestão: se o Estado assumir, não temos nenhum problema. Que assuma.

Se fizer parceria com o Governo Federal, também não temos nenhum problema – Secretaria da Pesca, tal.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ – Acredito que uma parceria público-privada seria um modelo interessante.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O Município, sem esse plano de estabilidade, não tem condição.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos buscar uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vou marcar a reunião lá no Ministério da Agricultura para ouvirmos. Aviso o Prefeito, aviso a Sedeme, para fazermos uma reunião a quatro, com a Norte Energia também.

Eu quero agradecer a presença de todos, o atendimento ao convite.

Eu acho que toda reunião que passa de uma hora não é produtiva. Estamos aqui há três, quatro horas, mas acho que valeu a pena. Eu acho que encaminhamos algumas coisas e que vamos chegar ao consenso.

Muito obrigado pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2016.

Às quinze horas e nove minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Ataídes Oliveira, Roberto Rocha e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Valdir Raupp**.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos e passa à apreciação do plano de trabalho para o ano de 2016, de autoria do relator da subcomissão, Senador Douglas Cintra. Usam da palavra o Senhor Presidente e os Senhores Senadores Roberto Rocha e Douglas Cintra. Colocado em votação, o plano de trabalho foi aprovado com alteração do cronograma de atividades, a ser oportunamente definido. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA
Presidente da Subcomissão Temporária de
Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Boa tarde. Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Subcomissão, criada pelo Requerimento nº 06, de 2015, da CMA, e prorrogada pelo Requerimento nº 04, de 2016, de minha autoria, tem for finalidade acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas, listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências.

Até o momento foram aprovados três requerimentos de minha autoria que solicitam ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério do Planejamento e à Controladoria-Geral da União informações sobre as obras inacabadas do País, financiadas por recursos da União, assim consideradas aquelas que: primeiro, foram iniciadas, mas se encontram paralisadas sem conclusão; segundo, aquelas que, embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para a sua conclusão; e, terceiro, as que não tenham sido iniciadas, apesar de precedidas de regular empenho.

Foram recebidos os Avisos nº 967-GP/TCU e nº 670-TCU-Plenário, que tratam de proposta ao Requerimento nº 1/2015/CMAOBRAS; o Ofício nº 50.612/2015/GM, da CGU, e mídia eletrônica, da Controladoria-Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 03, de 2015, CMAOBRAS; e o Ofício nº 260/2015/MP, e mídia eletrônica, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 2/2015, também, CMAOBRAS.

Também foi recebido, do Relator Senador Douglas Cintra, que aqui se encontra, o Plano de Trabalho desta Subcomissão. Da mesma forma, questiono o Relator se deseja manter o mesmo plano de trabalho fazendo as alterações necessárias em seu cronograma e dar conhecimento aos demais Senadores? Indago ao Sr. Relator se mantém o mesmo plano já apresentado a esta Submissão, Senador Douglas?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sim, Presidente. Podemos fazer o mesmo plano, fazendo apenas as adequações de datas, já que ele era previsto para o ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, não havendo objeção do Plenário, coloco em votação o Plano de Trabalho. (*Pausa.*)

Está aprovado o Plano de Trabalho.

Quer fazer o uso da palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não.

Eu quero só fazer aqui, então, uma breve leitura sobre esta Subcomissão.

A reativação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas tem papel estratégico, neste momento de crise e de paralisação da economia brasileira. As centenas de obras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

inacabadas ou mesmo abandonadas, País afora, são reflexos diretos da má gestão do Estado brasileiro e do desperdício de dinheiro público.

Não podemos aceitar, de forma alguma, que a falta de planejamento, disputas políticas, desvios de verbas, burocracias, problemas técnicos, ambientais ou financeiros, façam do Brasil um cemitério de obras inacabadas. Obras que já consumiram recursos bilionários da União, recursos bilionários dos contribuintes Brasil afora. Investimentos muitas vezes jogados no lixo, por conta da corrosão e do desgaste causado pela ação do tempo.

Isso sem contar o prejuízo social, já que a paralisação da construção de pontes, rodovias, hospitais e outras obras impedem a realização dos benefícios que elas trariam à população. Em 1995, uma comissão especial do Senado identificou mais de mil obras, em 1995, interrompidas e sugeriu mecanismos de acompanhamento nunca implementados.

Também não teve resultados práticos outra comissão que funcionou entre 2003 e 2005. E, em 2007, a auditoria do Tribunal de Contas da União, o TCU, identificou cerca de quatrocentas obras paralisadas, duplicação e construção de rodovias, pontes, ferrovias, hospitais, etc. De lá para cá, nada fora feito.

Precisamos com urgência, Senador Douglas, Senador Roberto Rocha e senhoras e senhores, atualizar esse levantamento, apontar responsabilidades e destravar o andamento dessas obras. É essa a nossa motivação à frente desta Subcomissão.

O objetivo é frear o desperdício de dinheiro público e garantir a conclusão de projetos estratégicos para a melhoria de nossa infraestrutura e da qualidade de vida da população. O desafio é enorme. Muitas das obras previstas no PAC nem foram iniciadas. Um ano depois do fim da Copa do Mundo, ainda não estão prontas pelo menos 35 obras bilionárias de aeroportos e transportes coletivos prometidas para as cidades que sediaram os jogos.

No ano passado, a Controladoria-Geral da União apontou a paralisação de quase 1/3 de 72 obras de ampliação de universidades federais, entre elas a Universidade Federal do meu Estado do Tocantins. Sem receber do Governo, empreiteiras também paralisaram serviços de duplicação e construção de pelo menos quinze rodovias federais. O povo não pode pagar a conta por tanta ineficiência, tanto abuso e negligência.

Portanto, Senadores, eu vejo que esta Subcomissão será de grande valia para o povo brasileiro. E vejo que esta Subcomissão será apartidária. Aqui nós não estamos a buscar culpados, se a culpa é da Presidente Dilma, se a culpa é do Presidente Lula, do Fernando Henrique Cardoso, do Sarney. Nós estamos aqui para tentar corrigir essas deficiências e também apresentar, imagino eu, no final dos trabalhos desta Subcomissão, projetos de lei que venham realmente corrigir, Senador Douglas, essas coisas que vêm acontecendo há longa data no nosso País. Por exemplo, um governo de Estado, em um ano de eleição, inicia uma obra sem projeto, sem uma estratégia de quanto vai custar aquela obra, de quanto tem de disponibilidade para a conclusão daquela obra.

Enfim, são atos hoje praticados Brasil afora que se tronaram corriqueiros no nosso País. E o resultado é isso, um cemitério de obras inacabadas Brasil afora, bilhões e bilhões de reais do povo brasileiro sendo desperdiçados. Se essas obras tivessem sido concluídas, seriam com certeza de muita valia a todo o povo, mas se esse dinheiro não tivesse sido aplicado e tivesse hoje sido direcionado à área da saúde, educação e segurança ou infraestrutura, com certeza o nosso País não estaria nestas condições em que hoje nos encontramos.

Portanto, eu vejo que o trabalho desta Subcomissão, composta pelo Senador Douglas, Senador Roberto Rocha, Senador Donizeti, Senador Raupp, nós temos condições de fazer um grande trabalho. E é exatamente a nossa expectativa e é o nosso objetivo e meta.

Com a palavra, Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Queria dar uma palavrinha, Presidente, para cumprimentá-lo, cumprimentar o nosso Relator, Douglas Cintra, e colaborar exatamente com o que já foi dito aqui.

Eu acho que pior do que a escassez de recursos é a má aplicação dos recursos escassos. A obra mais cara é aquela que não termina, que fica ali com uma denúncia, uma denúncia política e denúncia social.

Se ela teve o início, a partir até de um projeto, é porque foi gasto dinheiro público, houve esforços e tal. Então, esta Comissão tem uma importância grande e cabe ao Senado Federal, ao Poder Legislativo, exatamente, fazer a função de fiscalizar.

Creio que o desafio é grande. Há disposição dos membros desta Subcomissão. Aqui vejo Senadores que representam as diversas regiões do País, portanto ela é representativa. Integro-me inteiramente nesse esforço, Senador Ataídes, comandado por V. Exª, para que a gente possa identificar esse cesto grande, infelizmente, de obras inacabadas do Brasil. No meu Estado mesmo, no Estado do Maranhão, existem inúmeras obras inacabadas que precisam ser, inclusive, visitadas por esta Subcomissão para que a gente possa ver de perto para falar certo. Ao final de todo esse trabalho, a gente poderá oferecer não só o diagnóstico, mas o remédio que nos ...e. É essa a obrigação. Precisamos mostrar, por exemplo, que uma alternativa em algumas dessas obras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

estão inacabadas é chamar o capital privado para poder, exatamente, fazê-las funcionar. Atualmente, não se tem a percepção da importância do capital privado como parceiro. Existe em lei, inclusive, são as PPPs, mas há uma dificuldade grande de se operacionalizar concessões, PPPs, etc., porque o Governo, muitas vezes, discute a taxa de retorno como se a empresa não tivesse a finalidade de dar lucros. Claro que tem, ela nasce com essa finalidade.

Então, a discussão com relação à taxa de retorno é, muitas vezes, estéril. Acho que o que não pode haver isso efetivamente.

No meu Estado – e digo para concluir – nós temos o melhor porto do Brasil, que é o Complexo Portuário do Itaqui, que atende a um recorte importante do Brasil, que é o Matopiba, que inclui também o Estado de V. Exª. Matopiba: Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. É o único lugar do mundo ainda capaz de produzir grãos, só há as savanas africanas e a gente sabe da dificuldade. O Matopiba... Por onde é que se escoa essa produção? Na Hidrovia Araguaia-Tocantins, para na ferrovia, ou na rodovia, e vai até o Complexo Portuário do Itaqui. O Complexo Portuário do Itaqui é o melhor do Brasil em calado. Com a ampliação, agora, do Canal do Panamá esses grandes navios só poderão atracar lá. Contudo, só há uma rodovia que chega à capital do Maranhão, São Luís, onde está o porto. É a BR-135. E a obra de duplicação dela está parada, está completamente paralisada.

De modo que isso é muito importante, as autoridades de Brasília, do Executivo, devem começar a enxergar ou pelo menos estabelecer prioridades. Há muitas obras inacabadas, vamos ver o que é prioridade. Se a gente não fizer do boi bife, não vai diminuir, ao contrário, vai aumentar o balaio, a cesta, dessas obras inacabadas. E, é claro, é preciso legislar para evitar que inciativas demagógicas, populistas, em ano de eleição, possam voltar a acontecer.

De modo que cumprimento V. Exª e o nosso querido Senador Douglas Cintra pelo trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha, por essa bela explanação falando, inclusive, sobre o Porto de Itaqui.

Nós estivemos agora, ondem, na nossa capital, Palmas, Tocantins, no encontro Brasil/Japão, a presença do Ministro da Agricultura do Japão, para tratar exatamente do Matopiba.

Lá estava, então, o Governador Dino, do seu Maranhão, do seu querido Maranhão, extremamente competente, seguro, nos levou informações extraordinárias sobre as potencialidades do Maranhão.

Não temos dúvida, Senador Roberto Rocha, de que nós vamos junto com o Relator e todos os membros desta Comissão, realizar diversas audiências públicas, chamar as pessoas responsáveis, por Estado, para nos darem, Senador Douglas, explicações do porquê de essas obras estarem paralisadas e sobre qual projeto estadual para que essas obras voltem a funcionar, que cheguem ao seu final. E chamar também a iniciativa privada, conforme V. Exª expôs, Senador Roberto, é muito importante. Tem-se que trazer, sem sombra de dúvida, a iniciativa privada para o bojo dessa nossa discussão.

Com a palavra o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, só quero registrar que, na verdade, os custos dessas obras evidentemente se tornam mais elevados. Não há como passar anos e anos se arrastando sem que isso gere aumento de custos. E esses custos obviamente saem da sociedade. E não é interessante para ninguém, inclusive para as empresas que constroem, porque teriam um resultado muito melhor se pudessem entregar dentro do previsto.

Acho que é um tema relevante especialmente neste momento de escassez de recursos, como bem registrou o nosso amigo Senador Roberto Rocha. É nesses momentos de escassez que temos de tomar decisões mais duras, mas, sobretudo, procurar opções, caminhos que viabilizem o melhor uso do recurso público.

Deixo aqui na nossa exposição desta Comissão toda a oportunidade que possamos ter e conhecer, identificar essas obras e buscar soluções, porque identificar será o primeiro ponto, depois temos de buscar soluções para que não fiquem inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Exatamente.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2016.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Ataídes Oliveira, Roberto Rocha e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Valdir Raupp**.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos e passa à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2016. Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com a presença da autoridade abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Excelentíssimo Senhor Murilo Francisco Barella, Diretor do Departamento do Coordenação e Governança de Empresas Estatais, Excelentíssimo Senhor Maurício Muniz Barreto de Carvalho, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Excelentíssimo Senhor Cilair Rodrigues de Abreu, Secretário-Ajunto de Orçamento Federal, Excelentíssimo Senhor Carlos Antônio Vieira Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, Excelentíssimo Senhor Felipe Mendes de Oliveira, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, Excelentíssimo Senhor Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS, Excelentíssimo Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes - DNIT, Com a finalidade de discutir os objetivos essenciais desta Comissão Temporária: "acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências", conforme consta no Requerimento de reativação da CMA-OBRAS, de 16/02/2015. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado com aditamento para que seja incluído um representante do Tribunal de Contas da União no rol de convidados. ITEM 2) REQUERIMENTO Nº , DE 2016. Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com a presença da autoridade abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Excelentíssimo Senhor Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho, Ministro de Estado, Chefe da Controladoria-Geral da União, Com a finalidade de discutir os objetivos essenciais desta Comissão Temporária: "acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências", conforme consta no Requerimento de reativação da CMAOBRAS, de 16/02/2015. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA
Presidente da Subcomissão Temporária de
Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Temos hoje aqui, Senador Roberto Rocha e Senador Douglas Cintra – nosso Relator desta Subcomissão de Obras Inacabadas –, dois requerimentos de audiências públicas, que podemos, inclusive, votar em globo, conjuntamente, para ficar mais fácil.

Vamos então à leitura do primeiro requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 1
Requerimento Nº 1 , de 2016

Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com a presença da autoridade abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate:

• Excelentíssimo Senhor Murilo Francisco Barella, Diretor do Departamento do Coordenação e Governança de Empresas Estatais,

• Excelentíssimo Senhor Maurício Muniz Barreto de Carvalho, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC,

• Excelentíssimo Senhor Cilair Rodrigues de Abreu, Secretário-Adjunto de Orçamento Federal,

• Excelentíssimo Senhor Carlos Antônio Vieira Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional,

• Excelentíssimo Senhor Felipe Mendes de Oliveira, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF,

• Excelentíssimo Senhor Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS,

• Excelentíssimo Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes - DNIT,

Com a finalidade de discutir os objetivos essenciais desta Comissão Temporária: "acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências", conforme consta no Requerimento de reativação da CMAOBRAS, de 16/02/2015.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Senador Douglas Cintra e Senador Roberto Rocha, também estamos incluindo aqui a convocação de um representante do Tribunal de Contas da União. Portanto, gostaria de incluir, nesse requerimento do item 1, a convocação de um representante do Tribunal de Contas da União.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
Requerimento Nº 2 , de 2016

Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com a presença da autoridade abaixo relacionada, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate:

• Excelentíssimo Senhor Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho, Ministro de Estado, Chefe da Controladoria-Geral da União,

Com a finalidade de discutir os objetivos essenciais desta Comissão Temporária: "acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências", conforme consta no Requerimento de reativação da CMAOBRAS, de 16/02/2015.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Estamos aqui convocando, ou convidando o Ministro da CGU, que hoje me parece que é Carlos Higino Ribeiro de Alencar. Parece-me que é o representante maior, hoje, da nossa Controladoria-Geral da União. Não sabemos como vai ser amanhã, por isso nós estamos aqui colocando "convidar". Vamos colocar "convidar o Ministro da CGU", com a finalidade de discutir os objetivos essenciais desta Comissão Temporária: acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas, listados os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidade, e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, conforme consta no requerimento de reativação da CMA Obras Inacabadas, do dia 16 do corrente ano.

E aí, então, eu coloco em votação.

Os Senadores que aprovam os referidos requerimentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Querem fazer uso da palavra, Senadores Roberto e Douglas? Não?
Os Senadores, então, que aprovam os referidos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados.
Não tendo mais nada a relatar nesta Comissão, dou-a como encerrada.
Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minuto do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Dário Berger, Flexa Ribeiro, José Medeiros, das Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Gleisi Hoffmann, Simone Tebet e Marta Suplicy. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: 1ª Parte. **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 53 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Profª Lurdinha Nunes, Doutora em Educação – Coordenadora-Geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Beatriz Vargas Ramos, Professora da Faculdade de Direito da UnB; Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da Federação Nacional do Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; José Geraldo de Sousa Junior, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília; Marcello Lavenere Machado, Advogado. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. Os convidados entregam a esta Comissão Carta Aberta contendo Temerárias Inconsistências e Fragilidades Jurídicas do Parecer Apresentado Pelo Relator da Comissão Especial. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Wilmar Lacerda, Primeiro Suplente do Senador Cristovam Buarque; Bia Barbosa, Intervozes; Arthur Ferrari, Diretor de Pessoal da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET; Ivan Luiz de Andrade, Secretaria do Setor Privado do Sindicato Dos Trabalhadores das Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados, Petroquímica e Afins, Energias de Biomassas e Outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro – SINDIPETRO/RJ; Darci Cardoso da Silva, Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentados da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA; Mariana Rosa, Rosas Pela Democracia, David José Avelino da Silva, Suplente de Vereador de Centro Novo do Maranhão; Janivaldo Ribeiro Nunes, Federação Nacional do Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD do Tocantins. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. 2ª Parte. **Deliberativa**. Item 1. Requerimento da Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 54, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "o reconhecimento da atividade de capoeira como profissão". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 55, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "acidentes de trabalho e a sua prevenção, em comemoração ao Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Ciclo Debates sobre: Democracia e Direitos Humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às treze horas e quarenta minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às treze horas e quarenta e três minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Pimentel e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, audiência pública; e a segunda, deliberativa. Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 32ª e 33ª Reuniões desta Comissão. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 53, de autoria deste Senador e de outros, para debater democracia e direitos humanos. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800 612211.

Meus amigos, iniciamos hoje um ciclo de debates sobre a democracia no Brasil e como eu atrasei-me, porque estava numa reunião de suma importância para esse debate de hoje onde foram convocados 12 Senadores dos mais diversos partidos, cujo tema que vamos debater aqui, lá foi também debatido e pediram muito que eu não saísse antes de terminar. Então eu fiz um apelo a vocês, naturalmente – peço desculpas, eu não atraso – quando é para iniciar às 9h, 9h eu estou aqui na Comissão. Eles entenderam, a reunião continua, mas os pontos principais foram já encaminhados, em defesa da democracia. E eu estou aqui para, de imediato, antes mesmo de fazer uma leitura introduzindo o tema – e todos sabem o que nós estamos aqui debatendo: a crise pela qual passa o País no campo político-social – esse debate *impeachment*/não *impeachment*. Esse é o momento de nós aprofundarmos o debate aqui.

Então, de imediato, eu convido para a Mesa a Profª Lurdinha Nunes, doutora em educação, coordenadora-geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Seja bem-vinda, Drª Lurdinha Nunes. (*Palmas.*)

Beatriz Vargas Ramos, professora da Faculdade de Direito da UnB. (*Palmas.*)

José Geraldo de Sousa Júnior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Ex-Presidente da OAB, Dr. Marcello Lavenère Machado, por favor. (*Palmas.*)

Já está presente também o Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (FENAJUD) o Sr. Luiz Fernando Pereira Souza, por favor também esteja na Mesa conosco.

Sabemos que há um problema de horário de alguns convidados, que o atraso foi desta Presidência e, por isso, eu de imediato, passo a palavra à Profª Lurdinha Nunes, para falar sobre o tema em debate e aviso que teremos depois uma segunda mesa.

A SRª LURDINHA NUNES – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, professor, Senador, professores, bom dia ao Brasil e bom dia a todos os Senadores da República que vão decidir sobre o *impeachment*.

Eu falo aqui em nome do Movimento Nacional de Direitos Humanos. É uma rede que já vai completar.... Já tem 34 anos que nós estamos na luta, a partir da luta pela democracia, pelos direitos e todas as políticas sociais que nós temos conquistado em nosso País.

Nós nos preocupamos sobre a questão do *impeachment,* porque não existe crime, como não existe crime, nós podemos dizer que é um golpe. É um golpe que vai atingir as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e vai atingir todo o nosso País, porque nós temos certeza de que quem articulou e organizou esse golpe, quem está organizando esse golpe, ele tem interesses, interesses que não são nada republicanos e são interesses próprios.

Nós temos um Presidente na Câmara dos Deputados que coordenou todo o processo e encaminhou a denúncia na Câmara dos Deputados, sendo que ele não responde processo ainda.

Nós fazemos um apelo também ao Supremo para que cumpra o seu papel, que o faça com maior rapidez, tome as decisões que têm que ser tomadas.

O Presidente da Câmara dos Deputados não tem condições de estar onde ele está. Ele não representa o Brasil. Ele não representa os indígenas. Ele não representa as mulheres. Ele não representa as crianças. Ele não representa os ciganos. Ele não representa o Brasil de maneira nenhuma. Ele não me representa. (*Palmas.*)

E é o apelo que nós fazemos: que todo o Brasil faça a leitura desse momento político, dessa situação. Que ele faça a leitura, para que, no futuro, nós não nos arrependamos de não ter tomado a atitude, de não ter participado deste momento e conversar com todos os Senadores, para que eles leiam de fato a situação, que eles vejam o que está por trás de tudo isso.

A nossa preocupação é que esse grupo, ao assumir o nosso País, tendo poder de decisão e podendo fazer tudo o que eles demonstraram, será comprovado – principalmente, eu vou usar durante a minha fala o Presidente da Câmara dos Deputados, que utiliza o cargo em benefício próprio e para manutenção do poder. Isso é muito grave, isso é a situação política do nosso País. E nós não podemos permitir porque eles, assumindo as políticas de direitos humanos, os avanços que nós tivemos ao longo desse tempo, nós não teremos mais.

Eu sou do Estado do Piauí e eu queria pedir permissão para me dirigir aos Senadores do Piauí. Senador Ciro Nogueira, Senador Elmano Férrer, você não pode votar a favor do *impeachment*. Você não pode. Todo o Estado do Piauí confiou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

com o voto a sua eleição. Nós lhe colocamos aqui, então nós exigimos que o Senhor tome a decisão que tem que ser tomada. O Senhor reflita de que lado da população, da rua – eu estou escutando as ruas.

Isso depende. Você pode estar com dois canais de televisão: eu fecho um canal e escuto só o outro. Nós queremos que você escute o que as ruas estão dizendo, o que a população está dizendo. A população mais sofrida, que sonha, que pensa um Brasil melhor, que lutou. Em nome das pessoas que lutaram por um Brasil muito melhor, nós queremos que o Senhor faça essa leitura.

O Senador Ciro também. Nós exigimos que o senhor mude o seu voto. O senhor afirmou no princípio que votaria. E a Senadora Regina eu tenho certeza de que ela está conosco nessa luta.

Então, eu peço a todos os Senadores que votem pensando no Brasil. Mas é esse Brasil que nós queremos. O Brasil livre de toda forma de opressão: da opressão política, da opressão da impunidade em razão daquela pessoa que ocupa um determinado cargo e ali tem o poder de usá-lo em seu nome e em seu benefício. Nós queremos um Brasil melhor e nós precisamos que vocês pensem muito bem, Srs. Senadores.

Eu peço permissão para sair agora, eu estou na comissão organizadora da Conferência Nacional de Direitos Humanos – nós temos agora, neste momento, 5 mil pessoas – fazendo a discussão sobre as políticas de direitos humanos no País. Nós queremos que essas políticas permaneçam. Nós queremos que a tortura não seja defendida e naturalizada como uma coisa normal, que se pode permitir. Nós queremos um Brasil em que um Deputado que defende a tortura na Câmara dos Deputados seja imediatamente expulso daquele espaço, expulso da representação. (*Palmas.*)

A SRª LURDINHA NUNES – É preciso... um Deputado que é homofóbico. Eu sou mãe pela igualdade e defendo o direito das pessoas à sua livre orientação.

Nós queremos respeito e um Brasil melhor. Queremos avançar cada dia mais nas políticas sociais, como nós tivemos ao longo desses 12 anos.

Muito obrigado, bom trabalho e um bom dia para todo mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Profª Lurdinha Nunes, que vai para a Conferência dos Direitos Humanos, mas fez questão de vir aqui e deixar o seu ponto de vista no debate sobre a democracia que queremos no Brasil e em relação ao *impeachment*.

Eu não vou proibir ninguém de colocar cartazes, mas só não coloquem cartazes no microfone, porque o microfone é um instrumento de trabalho dos Senadores – inclusive aqueles que vão usar a palavra. Mas quanto aos cartazes na sala, não vejo problema nenhum.

Vamos, de imediato, convidar a Profª da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Drª Beatriz Vargas Ramos para usar, neste momento, aqui na Mesa, com microfone e dar o seu ponto de vista sobre o tema em debate: Democracia no Brasil.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Bom dia a todos, agradeço ao Senador Paim pelo convite. É um prazer estar aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Num primeiro momento, pensei em trazer algumas preocupações que nós, professores da área do Direito e juristas compartilhamos desde o início desse processo. Não pretendo me alongar muito nessa primeira fala, Senador, e me coloco à disposição para, na sequência – com debates e perguntas, quem sabe –, poder esclarecer questões mais pontuais.

Como eu disse, eu sou uma simples professora da área de Direito e a minha especialização é em Direito Penal. Eu sou penalista e sou criminóloga. Juntamente a um grupo de colegas, tanto da Universidade de Brasília, quanto de outras instituições pelo Brasil afora, nós já nos manifestamos, em algumas ocasiões, por intermédio de confecção de textos, de artigos jurídicos, políticos, de manifestos, pedimos a algumas instituições que nos ouvissem. Visitamos pessoas que, de alguma maneira, tem um papel importante a exercer nesse processo de *impeachment*. E, resumidamente, há duas questões que nos preocupam muitíssimo.

Nós temos uma grande preocupação com o fato de um processo de impedimento que, por sua natureza, é um processo gravíssimo porque contempla a possibilidade de um resultado igualmente gravíssimo, que é a cassação de um Presidente da República eleito democraticamente.

A grande preocupação em relação a esse processo tem a ver com o seu conteúdo. Eu explico melhor.

Desde o início, quando da primeira vez em que o Supremo Tribunal Federal reuniu-se para deliberar sobre as competências das duas Casas do Congresso em relação ao *impeachment* e sobre a ritualística desse processo, preocupa-nos muito o fato de que o rito – significa dizer o procedimento – não garante a constitucionalidade de um processo dessa natureza.

Vejam só o que entendemos. Nós – não estou sozinha nesse entendimento, o qual é compartilhado por um enorme segmento do campo do Direito – entendemos que o rito é, sim, alguma coisa importante. A não observância do rito pode levar à nulidade de um determinado processo. E mais, o rito existe como uma forma de possibilitar o cumprimento de uma finalidade processual, de não surpreender o denunciado, de deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

claro, desde o início, quais são os atos que se seguirão até uma decisão final de mérito. Ou seja, o rito é a regra do como fazer – é importante sim. Mas o como fazer, por si só, não é suficiente para garantir algo que tenha a ver com a substância do processo.

Poderia dizer que a razão de ser de um processo não é a forma, mas o conteúdo. A forma deve ser disposta para que a finalidade seja cumprida. Essa finalidade fica na dependência da análise técnica, esgotante, detalhada, suficiente do conteúdo.

Em um processo de *impeachment* o que é o conteúdo? Estou tentando fazer uma fala que seja de pouco "advoguês", que seja uma fala que possa ser compreendida, mais comunicativa e que possa, sim, chegar ao conhecimento dos leigos na área jurídica. Ninguém é obrigado a conhecer o "legalês", o "juridiquês". Então, vou tentar evitar o "juridiquês". O "juridiquês" só faz sentido no momento em que não é um engodo, um arremedo; no momento em que, de fato, se apresenta como um discurso de justiça, de cumprimento de uma determinada finalidade.

Qual é, então, o conteúdo em um processo de *impeachment*? A maioria das pessoas sabe que o conteúdo de um processo de *impeachment* é o crime de responsabilidade.

No ordenamento brasileiro, as fontes para o exame do que significa, da própria definição ou da interpretação jurídica de crime de responsabilidade são: a Constituição da República – o primeiro e mais importante desenho normativo de crime de responsabilidade tinha que estar e está na Constituição. Mas veja, não apenas nos arts. 84, 85 e 86, mas difundida ou espalhada, digamos assim, num sistema constitucional muito maior.

Significa dizer o quê? Não posso ler o art. 85 de forma separada com os demais dispositivos constitucionais que versam sobre as mesmas políticas públicas e orçamentárias as quais o art. 85 faz referência, mas em uma outra ótica. Versa sobre essas políticas de modo a zelar ou para alcançar determinadas finalidades.

Essas finalidades seriam as seguintes: vamos pensar no princípio da dignidade da pessoa humana, que está no art. 1º, inciso III, também da Constituição da República, nessas obrigações de qualquer Governo Federal de erradicar a pobreza, erradicar a marginalização, a miséria, reduzir desigualdades.

Por que estou trazendo esses dispositivos aqui? Determinadas políticas públicas que estão sendo hoje criminalizadas, que estão sendo consideradas como violações a determinadas leis orçamentárias são exatamente políticas voltadas para o cumprimento desses outros princípios constitucionais. Isso, acho importante dizer de início.

Portanto, eu gostaria de saber se os Srs. Senadores, ou uma parte deles – qual seria essa parte – leram as denúncias oferecidas e assinadas pelo Jurista Miguel Reale Júnior, não sei se leram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me tentar ajudar para o debate.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui no Senado, claro, o processo está chegando aqui. Mas uma coisa posso adiantar: vi mais de 400 Deputados na tribuna. Com certeza, daqueles 400, 90% não leram e não sabiam o que estavam votando na Câmara dos Deputados.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Espero que aqui, no Senado, seja diferente.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Senador, é o que todos nós esperamos. Temos, assim, uma grande esperança de que o Senado faça um papel bastante distinto daquele que visualizamos, pudemos, de maneira perplexa, assistir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem querer interromper, interrompendo...

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas esta Comissão tem este papel, porque esta fala de V. Exª, e outros farão, neste ciclo de debate, está sendo transmitida para todos os gabinetes e pela internet para todo o País.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Certo. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os canais que as pessoas podem abrir nós, em seguida, vamos anunciar aqui.

Então, essa fala que os Senhores estão fazendo aqui hoje, não pensem que é só para esse Plenário. Estamos falando, e é minha obrigação ilustrar e avisar, no mínimo para, se 1% assistir aos debates na Comissão de Direitos Humanos, teremos aí já alguns milhões de brasileiros, considerando que somos 210 milhões. Então, milhões de pessoas estão acompanhando o debate. É fundamental, e será um ciclo de debates. Traremos aqui, até o último dia que ficar essa discussão aqui no Senado, estaremos sempre fazendo o debate com pessoas tres como vocês.

Parabéns pela fala. E continua a palavra a sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Sim, no início eu disse que não iria me alongar e já estou me alongando. Vou tentar agora resumir para que a palavra possa ser compartilhada.

Ouvindo o Senador Paulo Paim, me dou conta de que a nossa função, a nossa missão aqui hoje, é de trazer informações, de tentar esclarecer ao máximo, para o público em geral, determinados detalhes de ordem técnica, que acabam ficando um tanto ocultos ou escondidos nesse processo, até pelo cansaço das pessoas em geral em ouvir certas tecnicalidades como, por exemplo, todas essas tecnicalidades que estão envolvidas com o problema da gestão do chamado Plano Safra, das demais subvenções de programas sociais, e são tecnicalidades não apenas jurídicas, mas também financeiras.

Mas, então, basicamente eu perguntei sobre a questão da denúncia, porque a denúncia é o instrumento que delimita a matéria de acusação. Isso que nós vínhamos chamando de conteúdo do processo de *impeachment*. Eu li as duas denúncias assinadas por Miguel Reale Júnior.

Num primeiro momento, a primeira denúncia fazia referência a fatos acontecidos no mandato anterior da Presidente Dilma, ou seja, até 2014. E, antes mesmo do momento em que Eduardo Cunha tivesse recebido essa denúncia, os seus signatários, os seus autores, ofereceram uma segunda denúncia – que eu li também – em que eles desistem expressamente da primeira e, além de relacionar uma enormidade de fatos da cena política nacional, atribuindo, não apenas à Presidente Dilma, mas ao ex-presidente Lula, a outras personalidades da cena pública – dentro ou fora do PT – uma série de consequências relacionadas a corrupção ou desvios, dentro ou fora da Petrobras. Enfim, depois de fazer uma introdução longa e extensa sobre esse quadro político, os autores finalmente conseguem, de uma maneira um pouco mais técnica, como está a exigir uma peça de denúncia, identificar dois fatos que deveriam funcionar como conteúdo do pedido de *impeachment*. Quais seriam esses dois fatos?

Seis decretos que sempre são descritos como não numerados. Todos os decretos de crédito orçamentário suplementar realmente não são numerados. Isso é uma circunstância inerente a esses decretos. Então, são decretos não numerados, como não poderia deixar de ser, instituindo créditos suplementares no Orçamento, segundo os denunciantes, sem autorização legal. Quatro desses decretos teriam sido assinados no mês de julho de 2015 e dois no mês de agosto de 2015.

A outra imputação que aparece na denúncia e é um pouco melhor detalhada pelos denunciantes diz respeito ao que eles chamam de pedaladas. Essa expressão é uma expressão vulgar, ela não tem nada de técnica. Ela é uma expressão jornalística e é imprópria, porque pedalada dá a entender um movimento contínuo para frente, digamos assim, de empurrar alguma coisa quando, na verdade, o que é descrito na própria denúncia – e depois foi muito bem explicado e detalhado não apenas pela manifestação da defesa, mas por vários especialistas que se manifestaram em pareceres – é que, no bojo do chamado Plano Safra, de onde estariam a se originar as pedaladas de 2015, é na verdade um plano de subvenção de crédito para o produtor rural, é um plano de subvenção agrícola.

(Soa a campainha.)

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Não se pode falar propriamente em pedaladas, porque faz parte da dinâmica desse tipo de negócio, que é um contrato especial entre a União e o Banco do Brasil. Faz parte do mecanismo, da dinâmica desse negócio aguardar a liquidação das contas do banco com o ruralista interessado na obtenção dos créditos, para que só aí o Governo possa aportar os recursos necessários no banco público por ele controlado, no caso, o Banco do Brasil.

Ou seja, é da própria dinâmica desse tipo de subvenção que existam prazos diferenciados para repasse de recursos. É da própria dinâmica desse tipo de subvenção que a União não possa adiantar os pagamentos desses recursos sem que com isso venha a causar prejuízo aos cofres públicos.

A respeito dessas duas ações que constituem esse conteúdo, esse objeto do processo de *impeachment*, nós, da área do Direito, professores e juristas, temos batido sempre numa mesma tecla: nós precisamos muito que os Senadores prestem atenção em alguns aspectos relacionados a essas condutas e que precisam ser devidamente examinados. Não apenas para o tal juízo de admissibilidade da denúncia aqui, mas também, sobretudo, para o chamado juízo de mérito, que é um juízo final, que necessariamente só pode ser feito depois de ultrapassado o primeiro.

Eu vou pontuar quais são essas questões.

Primeiro, é necessário, para que se configure crime de responsabilidade, que se possa descrever e atribuir à pessoa da Presidenta da República uma determinada conduta, uma ação, um comportamento. Isso não acontece em nenhum desses casos, levando-se em conta que todas as ações de contabilidade orçamentária todas as ações de liberação de decreto de crédito suplementar são atos produzidos por um complexo de essores, por um complexo de servidores envolvidos com esse trabalho. Portanto, a rigor, não sobra ou não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

compete ou não cabe à Presidenta outra coisa que não simplesmente assiná-los. E ela assina em função da legalidade que está ínsita em todos esses procedimentos. E foi exatamente não o que apenas a Presidenta Dilma fez, como qualquer outro Presidente fez até hoje nesse plano da administração orçamentária brasileira.

Isso acontece.... Ou seja, não há um ato, não há uma ação, não há uma conduta que constitua o núcleo de qualquer crime de responsabilidade, de crime comum, de ato de improbidade. Nenhum ato que possa ser qualificado como crime, crime de responsabilidade, ato de improbidade ou ato ilícito pode dispensar esse conceito prévio, que é a existência de uma ação, de uma conduta. Mais do que isso, é preciso verificar se essa conduta se encaixa naqueles elementos descritivos dos chamados tipos de crime de responsabilidade. Então, nesse caso, nós precisamos da chamada tipicidade dessa conduta.

Mais do que isso, nós precisamos demonstrar também a presença do chamado dolo. Ou seja, a intenção deliberada de praticar condutas que resultem em prejuízo para o Erário, para a Fazenda pública.

(Soa a campainha.)

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – A existência de prejuízo, no meu modo de ver, é o que tornaria qualquer uma dessas condutas, independentemente da sua tipicidade ou não, condutas relevantes, de dimensão significativa, para poder se falar em crime de responsabilidade.

No caso, o que nós vemos é exatamente o contrário. São condutas que cumprem programas sociais de erradicação da pobreza, programas de redução das desigualdades, todos esses que eu mencionei logo no início.

Além disso, seria preciso que se descobrisse, se identificasse e se comprovasse também a consciência da ilicitude, ou seja, o conhecimento, por parte da Presidenta, de que, assinando aqueles decretos e autorizando aquelas subvenções no âmbito do Plano Safra, estaria realizando ou praticando um ato ilícito, ou seja, proibido pelo direito. Parece-me que nenhum desses aspectos da conduta do crime de responsabilidade devem ser desprezados pela análise dos Srs. Senadores de início, pelo menos no plano de juízo de admissibilidade.

Desculpe-me se fui muito técnica, mas tentei fazer uma fala em algum momento esclarecedora, sem repetir também algumas informações que já conhecemos.

Encerro aqui e agradeço muito a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Profª Beatriz Vargas Ramos, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que, detalhadamente, explicou o que está acontecendo e, por isso, a indignação de grande parte do povo brasileiro.

Respondendo também a ela, chegou uma informação à Mesa de que só 17 Deputados, entre aqueles que votaram – votaram 511 –, na sua fala, comentaram a questão do crime ou não de responsabilidade. Aí já dá uma explicação rápida de como foi a votação lá; é simbólico, apenas 17 Deputados comentaram.

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Jussara está aqui representado por seu Diretor-Presidente, Márcio Oliveira Apolinário, que é também, só para registro, Vereador da Câmara Municipal da mesma cidade.

Vamos, de imediato, ao Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA SOUZA – Bom dia a todas e a todos. Agradeço o convite para participar desta audiência pública, representando os trabalhadores da Justiça nos Estados.

Agradecer ao Senador Paulo Paim, e dizer que temos acompanhado seu trabalho, Senador, na defesa intransigente dos trabalhadores, dos aposentados, da coerência com a previdência pública desse País. E agradecer, grandemente, sua dedicação ao povo trabalhador do nosso País.

A nossa fala, Senador, depois de brilhantes oradores, dessa aula magna de direito da Profª Beatriz, que me fez lembrar os tempos da Faculdade de Direito, lá no sul de Minas, em Varginha, e, depois, nos cursos também de atualização jurídica em Belo Horizonte.

Não nos deixam atrevermos a entrar na seara técnica.

A Profª Beatriz nos esclareceu com riqueza de detalhes jurídicos como deve ser observado pelos Srs. Senadores da República este processo de impedimento da Presidente da República.

Mas, queríamos pedir licença, Senador, demais membros desta Mesa, telespectadores que nos assistem neste momento, para dizer também da maneira surpreendente com a qual nós acompanhamos aquela votação ocorrida no domingo, na Câmara dos Deputados.

Com as informações trazidas agora há pouco pelo Senador e pela assessoria desta Comissão, nós começamos a entender, Senador, qual o motivo de tanta demonstração de desconhecimento e de despreparo de muitos daqueles Parlamentares que representam o povo brasileiro.

Nós assistimos estupefatos os Deputados ali presentes, que votavam em nome do povo brasileiro um unto de tamanha relevância, trazerem dedicação aos seus parentes, aos eleitores, que diziam estar preocu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pados com seus eleitores, aos seus amigos, ao pessoal do clube, etc., etc., como foi amplamente escancarado pelas TVs brasileiras naquele domingo fatídico em que nós assistimos a admissibilidade desse processo de impedimento que aqui agora nos trouxe aqueles que falaram anteriormente – que com certeza outros vão se expressar aqui – também trarão sua opinião. A que ponto chegou a representação democrática do povo brasileiro!

Isso nos traz, Senador, uma reflexão não só desse momento histórico em que vivemos em nossa Nação de democracia tão jovem. Acredito que o Brasil está, apesar de ter sido descoberto há pouco mais de 500 anos, vivendo realmente como uma nação organizada apenas pouco mais de 200 anos, quando foi criada a primeira universidade.

Como uma Nação jovem, nós, enquanto trabalhadores do Poder Judiciário, Senador, nós sentimos na pele o que é trabalhar e viver num ambiente sem a mínima democracia em relação aos seus trabalhadores. Nós somos trabalhadores do Poder Judiciário estadual e, no nosso ambiente de trabalho – de luta sindical, de entrega do nosso suor para a população brasileira –, nessa esteira do Estado democrático de direito, que é a última esperança do povo de ver seu direito, de ver a justiça sendo feita. Nós, muitas vezes, na maioria dos Estados, em quase todos os tribunais, nós que compomos a estrutura do Poder Judiciário, Senador, nós não podemos participar sequer das discussões orçamentárias daquele Poder. Nós não administramos, apesar de fazer parte da administração da justiça, nós não somos muitas vezes ouvidos, nós não votamos para escolher a direção dos tribunais que nos administram. E, por outro lado, em relação também aos direitos humanos, nós sofremos diuturnamente agressões inúmeras aos nossos direitos como trabalhadores, como seres humanos.

Alguns exemplos. Nós temos no meu Estado – sou trabalhador efetivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – um fórum, Senador, que é localizado sobre um córrego de uma bela e pitoresca cidade do sul de Minas, onde, no referido córrego, escorre esgoto a céu aberto. O fórum simplesmente foi feito sobre uma laje sobre aquele córrego. De forma que, no calor, aquele cheiro horrível do esgoto daquele bairro da cidade passa e sobe para o ambiente de trabalho daquelas pessoas que ficam 8, 10, 12 horas por dia ali. E, no frio sofrem também, pois, por ser no extremo sul de Minas, diminuem as chuvas e há todo aquele cheiro ruim.

Então, nós padecemos no Poder Judiciário estadual brasileiro, da ausência de democracia e da presença constante de falta de respeito à dignidade e aos direitos humanos mínimos que se podem esperar de um Poder da República.

E, convivendo nesse ambiente, Senador, nós temos o nosso olhar para este momento histórico em que vivemos todos nós na nossa jovem democracia. E nós, assistindo naquele domingo – e já encerro aqui esta primeira parte –, ficamos pensando: o que exatamente, o que realmente movia todos aqueles Deputados que ali estavam e se manifestavam. Muito mais, parece, em nome dos seus interesses próprios e escusos – que nós não ficamos sabendo – do que realmente em uma decisão em que teriam conhecimento de todo aquele processado, daquela denúncia, como bem nos trouxe a Profª Beatriz.

Então, nós estamos realmente assustados com este momento, mas com a esperança de que, nesta Casa – Casa de homens e mulheres experientes e vividos, gente com muito mais coerência, esperamos nós, com muito mais senso do momento importantíssimo que nós estamos vivendo no nosso País neste momento –, haja boa ação.

Realmente, refletir, estudar e aprofundar sobre o que realmente move esse processo de impedimento da Presidente da República.

Então, ficam aqui os nossos agradecimentos e a nossa esperança de que, realmente, a democracia e os direitos humanos sigam respeitados e, acima de tudo, o povo brasileiro não fique novamente...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA SOUZA – ... assustado com o resultado da apreciação do processo de impedimento pelo Senado da República. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Fernando Pereira de Souza, Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados, que faz um comentário objetivo, direto, demonstrando as suas preocupações, de fato, com o Senado.

Eu sempre digo que podem ter crítica a esse ou àquele Senador, mas Eduardo Cunha é uma coisa, e Renan Calheiros é outra coisa. Não tenham dúvida disso. Imaginem se, lá na Câmara, vocês teriam um espaço como este para debater essa questão! Com certeza, ele proibiu tudo lá. Aqui, não. Aqui vocês vão participar, vão debater, vão discutir. Os painelistas expressarão o seu ponto de vista, que será transmitido para todo o Brasil, via Internet, e as pessoas ainda poderão ver depois uma reprodução no período da noite de todo o trabalho das comissões. Num primeiro momento, como é o nosso caso, a reunião é transmitida para todos pela Internet. Inclusive os blogueiros que, na onda dos debates sobre democracia e direitos humanos, quiserem participar poderão fazê-lo ativamente. Basta que informemos a eles qual é a forma de participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vamos, agora, com enorme satisfação, receber meu querido amigo José Geraldo de Sousa Junior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Um homem que, nas principais causas debatidas nesta Comissão nos últimos tempos – este é o meu segundo ou terceiro mandato na Presidência da Comissão de Direitos Humanos –, ele sempre esteve conosco. Inclusive naquele debate que foi muito, muito importante para assegurar a política de cotas para negros, brancos e índios pobres das universidades. Com base nos embates que fizemos, ganhamos inclusive no Supremo Tribunal Federal, onde assistiram a muitos dos comentários feitos aqui por homens e mulheres, como o Senhor, por exemplo.

Seja bem-vindo! É uma alegria poder, neste momento, colaborar para que o Brasil ouça este grande amigo e um lutador permanente pela liberdade, pela justiça e pela democracia. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Bom dia a todas e a todos.

Queria cumprimentar o Senador Paim pela sempre atenta e diligente postura que realiza no seu mandato e na Presidência da Comissão, para, nos momentos graves, estar prontamente ativo na defesa das salvaguardas democráticas e das grandes causas que movem o nosso País. O Senador tem um mandato dignificado por essa postura, mas esse mandato é um mandato de causas também. Então, é uma alegria poder vê-lo neste encontro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me interrompê-lo. Eu sempre digo que um homem público que não defende causas não deveria estar no Parlamento nem na vida pública. Deveria estar na área privada, cuidando da sua vida. (*Palmas.*)

Aqui, não.

Quero cumprimentá-lo pela sua fala, por usar a palavra "causas".

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – É uma questão de reconhecimento. Por isso, sempre que ele nos convoca, nós não podemos estar de fora, nem omissos diante dessa postura que ele tão bem desenvolve.

Queria cumprimentar os colegas de painel: a Lurdinha, que já saiu para a Conferência de Direitos Humanos; a Prof. Beatriz; o Marcelo; e o Luiz Fernando. Não posso cumprimentar todo o auditório, mas vejo que é um auditório bem mobilizado. Wilmar Lacerda é suplente, aqui, de Senador, não é? Quem sabe o titular...

Hoje, à noite, há um encontro com ele e outras pessoas, e a função é tentar convencê-lo a que ele se ponha no caminho a partir do qual ele ganhou reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu diria no campo em que ele sempre esteve.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Exatamente. (*Palmas.*)

Pelo menos, ele se dispõe a ouvir e a formar convicção.

Não posso designar todo mundo, mas estou vendo ali atrás – já que o senhor mencionou políticas de cotas – a Daiara Tukano. (*Palmas.*)

Ela combina a condição de ser aluna do nosso mestrado em Direitos Humanos e Cidadania, admitida pelo recorte de cotas para indígenas, que a UnB estendeu para a pós-graduação também, além de ser filha do grande Álvaro Tukano, de cujo protagonismo indígena todos nos recordamos para construir a Constituição de reconhecimento. Esta Constituição é que está sob ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Queria dizer, Senador, que foi muito importante que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permite, a gente vai ilustrando aqui. Vamos ter aqui um debate com os ex-Constituintes. Eu fui Constituinte. Todos eles só têm uma posição: por favor, não rasguem a nossa Constituição. Essa é a posição deles, e eles estarão aqui num debate com os senhores.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Muito bem pensado isso.

Queria dizer que considerei fundamental que o senhor instalasse esta reunião, esta audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ciclo de debate.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – ...este ciclo de debate sob a perspectiva da democracia, porque, no fundo, o que está em causa é a democracia. O *impeachment* é uma situação focada num dos âmbitos do processo de realização desta Constituição. Por isso, é grave o que ele representa como um procedimento a ser discutido, mas ele é um sintoma da nossa capacidade de realizar plenamente a democracia e defender a Constituição, que é a sua expressão mais avançada. Ela é a representação de um processo dramático de construção da cidadania, e por isso ela é chamada de Constituição cidadã, até por oposição à primeira que nós tivemos, que é a Constituição censitária, do colonialismo e do pós-colonialismo, que ainda não desapareceu, e que é a tradução de todos os elementos que estão em causa nesse instante, porque, no fundo, o que estamos tendo é o confrentamento entre dois grandes projetos: um, que emerge do colonialismo, que é esse da Constituição censitária, [illegible]mada, àquela altura, de Constituição da Mandioca, porque ela era patrimonialista; ela era patriarcalista; ela [illegible] racista; ela era clientelista; ela era machista; e traduzia essa sociedade egressa do movimento colonialista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

hierárquica, excludente, negadora dos direitos, que não reconhecia o protagonismo daquele outro projeto de sociedade, que emergia nas tensões da luta contra o colonialismo as lutas da Independência e que, aí sim, se configurava sob a perspectiva de uma proposta humanizadora.

Humanizadora no sentido filosófico do termo, que permitia o reconhecimento do que o colonialismo excluía da própria condição do humano.

Os trabalhadores escravos e, portanto, mercadoria de um sistema capitalista emergente. As mulheres, que já tinham o reconhecimento de terem alma, mas que não tinham acesso ao protagonismo da política. Os indígenas, que também passaram por um episódio dramático de debates sobre essa condição do reconhecimento, da sua dimensão de humanidade.

Essa Constituição que emerge do colonialismo carrega os elementos destituidores das expressões desumanizadoras da nossa sociedade, que nunca desapareceram do cenário da política e que subjazem às tensões que levaram ao debate da Constituição de 1988, quando a cidadania criou a grande agenda dos direitos, que os movimentos sociais haviam elaborado. Mas não resolveu o embate que está presente no nosso País, em uma presença ainda muito ativa da mentalidade colonial, da mentalidade excludente, da mentalidade das elites constituídas no seu processo, em que a participação é uma afronta.

Por isso também que o Senador aqui, mais uma vez e estive presente, discutiu depois do processo constituinte de 1988, que foi o da expressão da participação como base da democracia na política, e a recrudescência dessa postura colonial que se armou como uma preparação para o momento atual, para destituir o procedimento participativo da política brasileira.

A revogação por decreto legislativo do decreto de participação, que era uma maneira de organizar na gestão pública o que nós havíamos construído na pauta política da democracia, o sistema de colegialidade, de compartilhamento, de deliberação participativa, que nós inauguramos com o conceito de democracia direta na Constituição de 1988.

Então, trabalhar esse tema é fundamental porque nós não entenderemos o que está acontecendo sem nos darmos conta de que, por trás do debate político, existe uma tensão entre dois projetos de sociedade. E é o embate entre esses dois projetos de sociedade que constitui o âmbito, vamos dizer, material, substantivo das tensões atuais que nos confrontam, que dividem o País entre brancos e negros, entre trabalhadores e possuidores dos meios de produção.

Não é pela referência rasteira que se coloca de tolerância e intolerância, mas como repercussão do fato de que em disputa está um projeto também de sociedade. Mais inclusão, mais participação, mais compartilhamento.

Em suma, a disputa, enquanto projeto de sociedade, por dois fatores que explicam a história política da nossa condição social.

A luta pelo poder, um poder mais centralizado e mais hierárquico ou um poder mais horizontal e mais participativo e a luta pela distribuição dos bens econômicos, socialmente produzidos, que faz com que quem trabalha não tenha acesso a ele e quem não trabalha se locuplete com a mais valia daqueles que se envolvem no sistema de produção. É isso o que está em causa, é isso o que está em jogo e é isso que por trás organiza as duas concepções organizativas do social para estruturar a gestão da política de distribuição da economia, dos bens sociais e de distribuição do poder.

Há poucos dias me pediram para fazer um artigo para uma revista de uma tendência partidária, e o artigo que me pediram para escrever é "Estado Democrático da Direita", é o título do artigo. Eu fiz o artigo e pus uma interrogação: "Estado Democrático da Direita?" E pus uma interrogação, mas levei a sério a questão e me confrontei com o fato, parafraseando, de que aquele sociólogo português Boaventura de Sousa Santos havia dito em relação ao capitalismo para dizer que ele combatia o capitalismo não porque ele fosse democrático, ele dizia: "O capitalismo é democrático, promete coisas e realiza até boa parte do que promete, mas eu o combato não porque ele concretiza essas promessas, é porque ele não pode ser plenamente democrático, ele nunca vai conseguir ser plenamente democrático" Por que a sua lógica qual é? É de centralização do poder para que o poder organize a distribuição egoísta da acumulação privatista e não da acumulação solidária, que é uma experiência a contra-apelo da nossa história política e social.

Parafraseando ele, eu disse: Estado democrático da direita é possível, porque ela constrói uma representação no Direito, por exemplo, de uma regulação de procedimentos de compartilhamento de poder e até de distribuição, mas ela não pode ser plenamente democrática. E no limite, quando ela se confronta com o fato de que seu arranjo democrático na representação, por exemplo, ou na participação, ela opera dois esvaziamentos, opera o esvaziamento da promessa da legalidade que ela elabora e ela o faz de qualquer modo, seja por a narrativa, na qual ela dispute o discurso dos fundamentos que a gente até contribuiu para elaborar, por-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que faz parte da nossa experiência histórica elaborar as dimensões constitutivas da liberdade, da dignidade, da cidadania e dos direitos. Ela se apropria dessas expressões para esvaziar o seu sentido.

O senhor lembra o DEM, nos debates sobre a participação, reivindicando as palavras nobres da democracia para caracterizá-las de Bolivarianismo e para fulminar a participação em nome do resgate do seu projeto? A representação, que é aquilo que a gente viu, se representa Deus? Se representa a família? Se representa a vizinhança? Mas não se representa a sociedade nem no discurso, nem naquilo que a Lurdinha dizia há pouco: "Eu não estou aí representada, porque as mulheres não estão representadas, os negros não estão representados, os índios não estão representados."

A dimensão da nossa sociedade afluente não se realiza nos projetos que circulam, salvo pela visão singular resistente, militante, comprometida daqueles Parlamentares que sabem que também podem aprofundar a dimensão representativa do processo democrático. E ela não faz, portanto, se apropriando do discurso, para esvaziá-lo. Burocratiza a participação, fazendo com que a funcionalidade das estruturas opere, mas não produzam deliberação, não sejam constitutivas; sejam confirmadoras, sejam legitimadoras, com muitas aspas. Esvazia a participação. Esvazia a promessa do direito com um discurso do "ainda não", ...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – ... do "não agora", do "*a posteriori*", que foi o embate de 88, quando, com a democracia direta, se disse que os direitos não podiam ficar para uma perspectiva deferida a realizar conforme a lei, segundo a lei, quando a lei dispuser, mas que eles eram autoaplicáveis, porque eles eram inscritos na dinâmica realizadora dos movimentos que o realizavam pela sua ação política direta: ocupar terras improdutivas ou produtivas, para orientar um outro sentido de função social para a terra e para a propriedade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me registrar a presença dessa lutadora aqui, que eu tenho muito orgulho, Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

É uma militante da vida, dos direitos humanos, das grandes causas.

Aqui por favor, Senadora.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Já mencionada como um voto que nos representa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza! (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Mas vai ao ponto de esvaziar o alcance jurídico do direito que é achado na rua, não é, Senador? Que não é só achado nas leis, ou, como disse a Campanha da Fraternidade recente, deste ano, citando Amós, que jorra como fonte contínua que não seca e que é a única maneira de realizar a justiça, que é o modo de organizar solidariamente a sociedade.

Mas ela esvazia também pela negação da sua própria legalidade, pelo golpe. E não me refiro ao golpe atual, que é uma caracterização de todo esse procedimento: citou uma legalidade para esvaziar o seu conteúdo; citou uma Constituição para desconstitucionalizar. Me refiro aos golpes em geral, ao golpe, por exemplo, do 18 Brumário, que representou, como agora, a restauração monárquica contra aquele primeiro momento de avanço progressista de uma burguesia que se indispusera com a aristocracia, mas que ainda não criara o seu antagonismo com o proletariado ainda não existente, mas que, por exemplo, possuíam a metáfora dos direitos do homem. Não da mulher. A mulher que lutou por direitos naquela conjuntura foi guilhotinada, e, curiosamente, como ela não era necessariamente bela, recatada e virtuosa, porque... (*Palmas.*)

Olympe de Gouges foi guilhotinada por conta de um libelo que a condenava por ser uma contradição com a virtude.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – O fundamento da condenação dela foi não se expressar como se esperava: de forma virtuosa. Luís Bonaparte faz o golpe e é curioso que, as palavras de ordem do golpe do 18 de Brumário, em 1948, Marx estudou isso num livro célere, é a frase do chefe de governo, Odilon Barrot: "a legalidade nos sufoca". A legalidade dele, a do seu modelo que no extremo impedia que aquela reação restauradora se fizesse e, se realizando, cumprisse a sua agenda. E qual foi a agenda em seguida? A agenda foi a dissolução dos clubes que eram as corporações, era a censura, Bia Medeiros, aos meios de comunicação e à Imprensa – a Intervozes ali presente – a censura ao direito de reunião, a censura e repressão geral ao direito de comunicação.

A legalidade nos sufoca como agora, a legalidade nos sufoca e o único modo de permanecer com uma legalidade é uma legalidade de contrafação, é a legalidade de constituição da ditadura prevendo *habeas corpus,* prevendo o controle judicial dos atos da administração, mas suspendendo o exercícios disso em nome de uma regulação de segurança nacional que não permitia a concretização do *habeas corpus* quando se tratasse de ação política ou de crítica aos atos de Governo entre muitas aspas dito "revolucionário".

É a legalidade agora do formal sobre a maneira de reivindicar o *impeachment* que está na Constituição. á na Constituição, mas não pode ser exercitado contra a Constituição.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – A Profª Beatriz já mostrou que o rito é fundamental para assegurar o exercício das salvaguardas do direito de defesa ou da definição precisa dos termos da denúncia, do libelo, do contraditório, mas ele não pode substituir a materialidade que está inscrita numa constituição que, sendo presidencialista e, até vou ressalvar a infantilidade medíocre do debate e da deliberação do dia 17, mas vou dizer que não admitiu que num sistema presidencialista, confirmado num plebiscito em seguida, se permitisse que a decisão fosse feita na Câmara ou que seja feita no Senado como voto de desconfiança do modelo parlamentar, voto de desconfiança.

No caso do presidencialismo, o *impeachment*, materialmente, e, por isso, o Supremo não pode lavar as mãos, o Supremo não pode ser conivente, não pode se omitir a pretexto de não interferência além do rito porque a forma é forma de conteúdo e, como disse Beatriz, o conteúdo é a negação da realidade de tipificação da única hipótese que num sistema presidencialista o *impeachment* pode ser processado, a caracterização formal e material do crime de responsabilidade.

Algo fizemos, Senador. Vou pedir que transcreva nos Anais desta audiência. Está no papel, mas nós temos, Secretária, o digital. É um documento. Assinamos esse documento, os que estão aqui: "Temerárias inconsistências e fragilidades jurídicas do parecer apresentado pelo Relator da Comissão Especial". Esmiuçamos, tecnicamente, esse procedimento. Claro que no Senado há nuanças, mas os fundamentos estão aqui. Beatriz, Marcelo, eu e uma outra expressão de algo que é notável, como a gente olha este auditório, como a gente vê em todos os atos públicos, como a gente vê na manifestação de juristas – de juristas, pasmem – pelo Brasil todo, como a gente vê na intelectualidade, como a gente vê no mundo artístico. Não é possível que a gente não abra os olhos para o fato de que o pensamento mais comprometido, mais identificado com causas, esteja apontando a contrafação dessa forma de encaminhar uma ação política que, na democracia, Senador, trabalha a realização da Constituição nos seus fundamentos e aceita que o processo de renovação das lideranças e dos dirigentes é feito pela eleição e, por conseguinte, por um debate que passe pela contraposição de processos e não por conspirações e não por formas de cumplicidades organizadas em torno da disputa de um motim. O País não está sendo renovado na política, está sendo assaltado no poder e na economia. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – É apenas uma metáfora.

Sou intransigentemente laico e panteísta, mas não podemos deixar cair Jerusalém. Não podemos deixar cair Jerusalém. Nós temos de resistir a esse sítio, a essa cruzada invertida que é um assalto ao que a sociedade acumulou como projeto político, como proposta de construção de uma distribuição solidária da riqueza que foi produzida pelos trabalhadores e não pode ser alvo de um assalto que quer alcançar esse motim.

Então, estamos num sistema presidencialista. O Senado vai deliberar, vai deliberar sob a Presidência do Supremo Tribunal, se passar o procedimento da admissibilidade. Mas Senador, Senadora, não deixemos que pareça – Márcia, a estou parafraseando – uma ocorrência menor a sessão próxima. Ela é fundamental, uma vez que, abrindo o juízo de Deus, a vítima assina a fogueira que esse procedimento vai representar.

E a gente aí já – observem, no material – não está apenas…Isso vou dizer ao Senador Cristovam hoje.

Abrindo a chance para fazer uma discussão num foro próprio, que é a instalação do processo de *impeachment*, a gente está antecipando a instalação de um governo, um governo que não foi eleito, um governo que não apresentou um projeto da sociedade e que, na disputa em torno do enunciado desse projeto, teve a sua proposta derrotada nas eleições. (*Palmas.*)

Mas abro os jornais hoje e já está aqui: Cai o primeiro Ministro. Cai o primeiro Ministro do novo Governo, é o da Justiça. Quer dizer, os meios de comunicação já assimilaram na retórica do golpe, e estou usando golpe no sentido do dicionário político, não estou usando no sentido do argumento retórico, estou usando como o Bobbio define ali no seu Dicionário de Política. Se a gente, por exemplo, a pretexto de criar uma outra instância onde as provas vão ser examinadas, onde a convicção sobre a ocorrência da tipicidade se estabeleça, e não o fizer em juízo de admissibilidade, que já tem que se pautar nisso, já tem que se pautar nisso, a gente, de fato, está antecipando e contribuindo para instalar um novo Governo, e um novo Governo sem legitimidade porque não passou pelas eleições e, ao que indicam as pesquisas atuais, nunca passará e, por conseguinte, sempre se estabelecerá no nosso País com a tática do golpe, com a tática do desvio, com a tática da malícia, com a tática da traição, porque se incrustará nos projetos em curso para sobreviver como um parasita que suga a árvore da legitimidade para se nutrir na sua ganância. (*Palmas.*)

Quando a erva daninha se enrosca na planta frutífera, o nosso dever é, na primeira oportunidade, extirpá-la. E, hoje, temos dois momentos para fazer isso: temos as ruas, onde o direito flui como fonte que não cessa, Amós, ou José Geraldo de Souza Júnior, em *O Direito Achado na Rua*, e temos o Senado, onde esperamos que o discernimento e a influência daqueles que têm o olhar atento e vigilante sobre as exigências do justo saibam abrir para o direito dialogando com a sociedade, dialogando com as teorias da política, do direito, mas impedindo, em cada instante, nos meios e nos fins, que a voracidade e a ganância se instalem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, Senador, eu queria cumprimentá-lo mais uma vez e sugerir também que a Profª. Beatriz escreva um texto que ela acabou de redigir sobre o rito, o rito, que acho que é fundamental para ser lido pelos Senadores, pelos seus assessores, mostrando duas coisas: que não arrefeçam a atitude crítica por conta da prevalência do rito sobre a matéria, e, por outro lado, que se deem conta de que esse processo vai ser julgado, vai ser julgado se o Supremo despertar, porque estamos vivendo uma realidade curiosa.

A gente vai se acomodando a essa condição, a gente deixa o primeiro movimento, ele é burocrático, ele nos enreda, ele nos encanta, parece que é natural. Olha que tática bacana, vazou uma carta ali, vazou um discurso acolá, saiu uma antecipação de um discurso de posse, e isso é tática, é movimento de inteligência política? Isso é conspiração. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – A gente se encanta. Ontem eu ia para um congresso em Fortaleza, com professores ilustres na van que nos levava, que só discutiam o que é a sagacidade da política, que a Presidenta errou, que ela não é política, que ela é de difícil trato, que o outro é astuto. E aquilo vai se naturalizando, vai nos encantando. E o encantamento nos imobiliza. E, de repente, somos belas, recatadas, adormecidas. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – E se a gente não desperta disso, como a rua parece estar nos indicando, meu Deus, é todo dia, é toda hora, são estudantes para todo lado, espontaneamente, com convocação de redes sociais, fazendo piquenique na Paulista, fazendo lavagem da estátua do Supremo, na porta do Congresso. A gente não pode ser uma bela adormecida em sonho de permanência numa realidade em que a velha oligarquia, os coronéis, os clientelistas, os que construíram uma leitura política em que o direito nunca foi construído porque se acostumaram à dialética dos favores.

É isso aí. De novo, a agenda da troca de favores. E aqui a gente lutando pelos direitos. E o direito pressupõe salvaguardar a democracia, salvaguardar a Constituição e dizer «não» ao golpe.

É isso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Dr. José Geraldo de Sousa Junior, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que nos deu uma verdadeira aula.

Vou propor às universidades, vamos colocar à disposição os vídeos dessas nossas sessões, dos ciclos de debates, porque seria muito bom que nas universidades ouvissem palestras como essas que ouvi aqui hoje dos Senhores e das Senhoras.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – E nas sacristias também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As sacristias também, claro, de todas as religiões.

Queria cumprimentar, mais uma vez, V. Exª.

E vamos agora passar a palavra ao Dr. Marcello Lavenère Machado, advogado. Diria, Dr. Marcello, me permita, que, ao longo da minha vida, quando lembro da palavra OAB, me lembro do seu nome. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando me lembro do combate ferrenho à ditadura, e nós passamos – temos uma idade semelhante – por aqueles momentos, eu lembro do seu nome.

E quando eu me lembro desse momento difícil que estamos atravessando, sinceramente, homens e mulheres que sabem muito bem o que está por trás disso e se acovardarem em um momento deste: "Porque o meu eleitor"... Pelo amor de Deus! Eu só peço a eles que votem com a sua consciência. Que se espelhem não em mim, que sou um simples Senador, mas em figuras como o Dr. Marcello Lavenère Machado, que esse *impeachment* não passa. (*Palmas.*)

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Obrigado, Senador.

Meus cumprimentos ao Senador Paim, que é um símbolo do bom Parlamentar, do Parlamentar que representa o povo brasileiro. E também meus cumprimentos aos meus companheiros de Mesa, às senhoras e aos senhores que estão aqui presentes, telespectadores, a algum Senador que esteja nos ouvindo. Cumprimentos especiais à Senadora Regina, que está aqui prestigiando a nossa reunião.

Depois da fala da Prof.ª Beatriz e do Prof. José Geraldo, acompanhado também pelo nosso Presidente, portanto esta parte acadêmica, a campainha tocou e é hora do recreio. Então, como agora é hora do recreio, eu queria contar uma história de trancoso para vocês que estão aqui.

Era uma vez um lobo que estava tomando água num córrego, num rio. Mais adiante, abaixo do lobo, estava um cordeiro também tomando água naquele riacho. Pois bem, o lobo, que era truculento, grosseiro, autoritário, mas também estava com fome, resolveu que iria comer o cordeiro e lhe disse: "Cordeiro, eu vou comê-lo". E o cordeiro, não tendo outra defesa, disse: "Mas vai me comer por quê? Que motivo você tem para comer? Dê-me um motivo para isso". Ele estava tentando ver se o lobo poderia ter um laivo de consciência izer: não vou comer o cordeiro, não, vou comer outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Pois bem, aí o lobo disse: "Eu vou comê-lo porque você está sujando a água que eu estou bebendo". O lobo estava em cima e o cordeiro estava embaixo, e o rio corria no sentido do lobo para o cordeiro. Aí o cordeiro disse: "Mas, lobo, não é possível, porque eu estou tomando água aqui embaixo e você está mais em cima". Aí o lobo percebeu que aquele motivo não valia: "Ah, mas se não foi hoje, foi ontem que você veio aqui e sujou a água que eu estava tomando". Aí o cordeiro, também esperto, porque estava ameaçado de morrer, disse: "Mas ontem eu não vim aqui. Ontem eu estava não sei onde e tenho a prova disso, uma certidão da delegacia de polícia. Eu não estava aqui, portanto, não posso ter sujado a sua água ontem". O lobo começou a ficar preocupado, aperreado, porque queria um motivo para comer o cordeiro, além da sua fome, e não encontrava. Afinal, ele disse: "Se não foi você, foi o seu pai que sujou esta água de eu beber, ou foi a sua mãe, ou foi o seu avô, ou foi qualquer pessoa da sua família, e eu vou comê-lo de qualquer jeito". E o lobo foi e comeu, de qualquer jeito, o cordeiro. E não tinha nenhum motivo para fazê-lo.

Eu conto essa história de trancoso a vocês porque todos os motivos que o lobo dos golpistas, o lobo dos conspiradores, o lobo daqueles que não querem o bem do País, todos os motivos jurídicos que eles têm ou que alegam ter, mas que sabem que não têm, já foram destruídos pelos nossos professores. A aula da Profª. Beatriz, de todas que eu tenho ouvido sobre a questão específica da inexistência de crime de responsabilidade, foi emblemática. Se houvesse algum Senador – espero que alguns estejam me ouvindo – que tivesse algum motivo jurídico para votar a favor desse impeachment, a aula da Profª. Beatriz acabou com essa possibilidade.

Portanto, juridicamente, não se fala mais nisso. O lobo não tem motivo para comer o cordeiro, não tem motivo jurídico para comer o cordeiro.

Mas alguns desses lobos golpistas dizem que não é pelo jurídico, não. Alguns até dizem: "Eu vou votar mesmo pelo *impeachment* não é porque haja crime de responsabilidade, não. Eu vou votar mesmo a favor do *impeachment* porque eu tenho motivos políticos. E aí eu vou desprezar qualquer sentimento jurídico de legalidade, de decência jurídica, de ordem democrática. Eu vou abandonar isso. Estou convencido de que a Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime de responsabilidade. Aliás, isso aí todo mundo sabe. Eles sabem. O Cunha sabe. O Temer sabe. O Supremo Tribunal Federal sabe que a Dilma não cometeu nenhum crime de responsabilidade. Mas eu tenho outro motivo, é o motivo político."

Este processo está na Constituição, ele é um processo jurídico-político. E ainda que não haja, como não há, motivos jurídicos para fazer esse assalto e essa medida extremamente imoral que é esse golpe, então o motivo é político.

E quais são os motivos políticos que eventualmente alguns Senadores podem alegar, esses que podem estar favoráveis ao *impeachment*? Um deles que é comum se dizer é que a Presidenta Dilma está isolada, que ela perdeu a sua base parlamentar e, por isso, está isolada, não tem mais apoio dos Deputados, não tem mais apoio no Senado, e por isso ela vai ser impichada. Mentira! Ela não está isolada. Ainda que estivesse isolada, não poderia ser impichada por causa disso. Mas não está isolada. Quem está isolado é o Sr. Michel Temer, que tem 1% das intenções de voto. (*Palmas.*)

Quem está isolado é esse conspirador, que quer tirar o cargo de quem foi eleita com 54 bilhões de votos. Então, está isolada quem tem 54 milhões de votos para se eleger? Isolado está o conspirador, que tem 1% das intenções de voto.

Portanto, senhor lobo, este motivo político para o seu voto a favor do *impeachment,* ou seja, para comer o cordeiro, não está prevalecendo; arranje outro. Aí, o lobo vai dizer: "Não, não é porque está isolada. Realmente, ela não está isolada, não. Ela tem ao lado dela um partido consistente, ou partidos consistentes, setores consistentes da sociedade. Ela tem credibilidade e, de fato, o Temer não tem essa credibilidade toda, não, ele tem 1%. E assim mesmo há certas coisas que ele não pode nem falar. Mas eu vou votar a favor porque a Lava Jato descobriu toda essa sorte de coisas erradas que foram feitas aí. Portanto, em virtude da Lava Jato, dessas bandalheiras e dessa corrupção generalizada, eu vou comer o cordeiro, vou votar a favor do *impeachment*." Mentira! Se há uma pessoa neste País que não está citada na Lava Jato é a Presidenta Dilma. (*Palmas.*)

Portanto, esse moralismo exacerbado da Lava Jato que é para pegar qualquer pessoa que tenha cometido uma infração de trânsito desde que seja do PT ou do PCdoB ou dos Partidos do Governo? Então, esse moralismo exacerbado não prevalece como esse argumento. Dizer: "Ah, a Lava Jato, a luta contra a corrupção! Vejam aí: bandalheiras, corrupção! Vamos tirar a Dilma por isso". Isso não se sustenta. É mentira! É a única pessoa dessas todas que nós conhecemos que não está citada na Lava Jato. Fernando Henrique diz que ela é uma mulher decente. Todo mundo diz que ela é uma mulher decente. Ninguém tem nada contra ela. Ela disse na ONU: "Eu sou uma mulher decente. Digam o que eu cometi para poder ser retirada".

E o lobo ficou sem jeito, porque também esse motivo não prevalecia, mas ele arranjou outro motivo para er que ia cometer um golpe imoral. É que: "Ah, o Governo da Dilma é fraco! O Governo da Dilma vai ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

acabar, porque não tem governabilidade. Portanto, é para se votar o impeachment". Fraco vai ser o governo de Temer, se ele chegar lá! Fraco, desastroso, caótico! (*Palmas.*)

Assim, vai ser o governo de Temer, se ele chegar!

O Prof. José Geraldo acabou de mostrar qual é o projeto do Governo da Dilma, que era a continuação do projeto do governo do Lula, que é a continuação de um projeto que combate a desigualdade, que faz o estatuto da doméstica, que cria programas sociais, que dá casa para quem quer morar, que dá luz para todo o povo brasileiro poder ligar sua televisão. Então, esse Governo é fraco? Um Governo que manteve, durante 12 anos, o nível mais baixo de desemprego de todos os países da mesma categoria. O Governo, que eventualmente passa por uma dificuldade, não é um governo fraco, é um governo que tem consistência, que tem apoio popular. Governo fraco, caótico, desgoverno será aquele que poderá se instalar no caso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me registrar a presença do nosso Senador Pimentel, nosso Líder do Governo, que honra muito, muito bem a classe trabalhadora. (*Palmas.*)

Esse nunca vacilou em defender os interesses do nosso povo e da nossa gente. Inclusive, muitas vezes, me orientou para o bom debate interno: "Paim, como Líder, eu não posso, mas vou lhe dar uma dica aqui". Ele me ajudou muito em cada debate. Por isso, eu acabei pegando a relatoria da terceirização, do trabalho escravo.... Foi graças à ajuda que você me deu. Eu acho que, com isso, você ajudou o nosso povo. Eu quero, mais uma vez, cumprimentá-lo. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O Senador Paim é nosso companheiro de caminhada. Eu conheço Paim desde o final dos anos 70. Prof. Marcello Lavenère, não queremos aqui declinar nem a idade do Paim nem a minha...

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Nem a minha.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, você é mais jovem.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – A minha ele já disse...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Mas nós dois temos muita juventude acumulada.

Temos trabalhado muito tempo juntos, seja no movimento social, seja no movimento sindical. Quando eu cheguei à Câmara Federal em 1995, o Paim já era nosso Deputado Federal. Com ele, trabalhamos muito na Comissão do Trabalho daquela Casa. Depois, ele veio primeiro para o Senado Federal. Eu chego depois aqui e, com ele, continuo aprendendo. Conversamos bastante, trocamos ideias, somamos as nossas ações. Portanto, nós não teríamos melhor Presidente da CDH ao longo da sua história e, particularmente, neste momento histórico do Brasil.

Ele tem feito muitos debates no Senado Federal, tem dado através desta Comissão um espaço significativo aos movimentos sociais e às "minorias" – entre aspas –, discutindo principalmente os direitos para aqueles que, ao longo da nossa história, nunca tiveram direitos. Por isso, Paim, parabéns pelo seu trabalho. Para nós do Partido dos Trabalhadores, tê-lo como dirigente, como Parlamentar e como expressão pública é muito importante.

Ao mesmo tempo, eu quero registrar que, agora, pela manhã, nós aprovamos as duas audiências públicas dessa fase de admissibilidade do processo no Senado Federal. Como está esse calendário? Hoje foi reservado para aprovação desses requerimentos; na sexta-feira, dia 29, virão os Ministros; na terça-feira, virão os nossos especialistas. E um dos nomes que foi aprovado com louvor foi o do nosso Prof. Marcello Lavenère Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bela notícia. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ele vai estar conosco na terça-feira.

Eu quero também adiantar que, amanhã, vamos ouvir aqueles que fizeram a denúncia; na sexta-feira, como eu já havia registrado, vamos ouvir o Ministro José Eduardo Cardozo e o Ministro Nelson Barbosa; na segunda-feira, dia 2, vamos ouvir os especialistas da denúncia; na terça-feira, será o grande dia em que os especialistas dos direitos humanos e dos direitos sociais, de um País mais justo, mais fraterno e mais humano, serão ouvidos.

Por isso, Professor, eu vim aqui para, além de dar um abraço a todos, dizer que você, em especial, é bem-vindo, sem demérito da nossa Beatriz e dos nossos aqui, mas você em especial, porque, na terça-feira, queremos acolhê-lo para fazer um grande debate, como sempre fez.

Muito obrigado, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Ele fez um aparte a V. Exª.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Pois é.

Eu agradeço ao Senador Pimentel pela veracidade das palavras que dirigiu quanto aos merecimentos do Senador Paim e pelas meias verdades que disse em relação a mim. (*Risos.*)

De qualquer forma, Senador Pimentel, é um prazer estar aqui com o Senador Paim, com a Senadora Rea e com V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No momento em que V. Exª chegou, eu estava dizendo que o argumento que muitos usam – e espero que os Senadores não possam se deixar enganar por esse canto de sereia – é o de que o *impeachment* da Presidenta Dilma se justifica, porque o Governo dela estaria fraco. Eu estou dizendo que esse argumento é uma falácia, que esse argumento não se sustenta, porque o Governo da Dilma é um projeto que já tem 12 anos e que está passando por uma crise, agora, é verdade, mas é um Governo consistente que combateu o desemprego, que combateu a desigualdade e que, neste momento, está passando por uma crise. E essa crise está afetando todos os demais países da América do Sul e do mundo inteiro. Portanto, não é o Governo que se possa dizer que é fraco.

E afirmei, Senador e Senadora Regina, que fraco e caótico será um eventual governo, que espero que não aconteça, que tem o nome de Uma Ponte para o Futuro, que, na verdade, é a ponte para o buraco. (*Palmas.*)

Estão colocando uma escada num poço muito fundo e estão obrigando o povo brasileiro a descer por aquela escada para o fundo do buraco. O projeto Uma ponte para o futuro, conforme já anunciado pelo Presidente de conspiração, se acontecer, é um projeto que vai criar sacrifícios para o povo, que vai pedir sacrifícios para o povo.

Quem é ele para dizer que vai pedir sacrifícios ao povo? Nós queremos pedir sacrifício para aqueles que se locupletam do trabalho do povo, que enganam a população brasileira. Quem está por trás do Sr. Michel Temer não é nada mais, nada menos do que a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que tem muito valor como um setor das indústrias, que cuida do interesse da produção industrial, mas que não pode ser o arauto da democracia neste País, nem pode ser a ela que o povo brasileiro ou o Presidente da República obedeçam.

Desse modo, o projeto Uma Ponte para o Futuro vai entregar o pré-sal para as empresas americanas; o projeto Uma Ponte para o Futuro vai acabar com a Previdência Social e os aposentados; o projeto Uma Ponte para o Futuro não vai fazer a reforma agrária; o projeto Uma Ponte para o Futuro não vai criar nenhuma circunstância em que a população brasileira possa se tornar menos desigual e mais feliz.

Portanto, Governo fraco sim, se ocorrer, caótico, desastroso, nem sei se haverá, porque a população, os segmentos organizados da sociedade brasileira não vão aceitar que isso aconteça.

Imaginem vocês que, se estiverem num ônibus, tendo recebido o seu salário do final do mês, que está na carteira, vem um punguista hábil, malicioso, solerte, aparentemente muito decente, muito democrático – não é do Partido Democratas que eu estou falando, evidentemente, nem é de nenhuma social-democracia –, mete a mão no seu bolso e leva seu dinheiro do mês. O que você faz? Fica de braços cruzados? Fica achando que é isso mesmo, que não há jeito? "Sou mais fraco que ele, não posso perseguir, ele pegou meu dinheiro, já está cheio de dinheiro." Vamos reagir e tentar recuperar o dinheiro que o punguista tirou! Pois bem, esse *impeachment* está batendo a carteira do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Este *impeachment* está tirando a carteira dos nossos bolsos e, mais do que tirar o nosso dinheiro, está tirando o nosso futuro, está tirando os nossos direitos, está tirando as nossas garantias democráticas, que é muito pior do que bater o nosso dinheiro.

Portanto, não há outra atuação, não há outra alternativa aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres, que não querem que se instaure esse fundamentalismo de gênero, que persegue qualquer ideia mais avançada e mais progressista de paridade, de igualdade e de respeito pelas opções que as pessoas façam.

Desse modo, esse argumento de que o Governo é fraco é uma falácia e não se mantém.

O lobo, que não podia mais, estava sem ter argumento nenhum, diz: "Eu vou atender a voz do povo, que está na rua. Eu sei que não tenho motivo nenhum, que eu não tenho motivo jurídico nenhum, esses motivos políticos que eu dei o cordeiro já conseguiu destruir, mas e a voz do povo que está nas ruas? Eu sou um político, eu tenho que atender ao clamor das ruas." Mentira! Esse político ainda é cego, não está vendo que voz que vem das ruas não é essa. A voz que vem da sociedade organizada, dos estamentos organizados, da sociedade civil brasileira não é a voz do golpe, não é a voz da imoralidade do golpe, é a voz dos trabalhadores, por suas representações – CUT, CTB e outras tantas organizações de trabalhadores, Contag, é a voz dos estudantes pelas suas entidades que enfrentaram a ditadura militar e incendiaram a UNE no golpe militar.

Então, é a UNE com os estudantes superiores; é a Ubes com os estudantes secundaristas; a juventude que defendeu as salas de aula que o Alckmin queria fechar. (*Palmas.*)

O jovem de São Paulo de 15, 16, 17 anos, adolescentes que impuseram uma derrota ao grande Governador Alckmin, de São Paulo, que queria fechar escolas, as mesmas escolas que o Michel Temer vai querer fechar, as universidades federais, porque ele está dizendo que os programas sociais, que os programas educacionais não ser reduzidos, sabem para quê? Para colocar dinheiro no bolso dos banqueiros, para fortalecer o superávit primário, para pagar os juros da dívida que consomem quase que metade do Orçamento da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Esse argumento também não prosperou. Como não prosperaria dizer que vai melhorar a nossa democracia. Não vai! É um golpe na democracia dizer que "vou fazer isso em nome de Deus, em nome da minha mulher, em nome de meu filho, em nome da minha sobrinha, da minha vizinha tão simpática que passa e me dá adeus, em nome da minha cachorrinha *poodle* tão carinhosa comigo quando eu chego em casa». Em nome de quem quer que seja, menos em nome da democracia, menos em nome do povo, menos em respeito aos eleitores que colocaram esses Parlamentares no Parlamento.

Não é por isso que vai ser feito. Esse golpe vai ser feito porque é da natureza dos golpistas de darem o golpe. Portanto, destruídos todos os argumentos, o que foi que o lobo disse para o cordeiro: "É, eu não tenho argumentos jurídicos para fazer esse golpe. Eu não tenho argumentos políticos para perpetrar esse assalto à população brasileira. Mas eu vou lhe comer de qualquer forma porque eu não preciso de motivo nenhum para isso." É o que nós ouvimos, é o que estamos vendo e ouvindo, porque quem diz isso está servindo não ao povo, está servindo não a seus eleitores, mas está servindo ao canto da sereia da pior mídia que temos no mundo, que é a mídia brasileira; os grandes veículos da mídia oligopolizada, mercantilizada, concentrada em mão de três ou quatro famílias. E é essa mídia que os Parlamentares estão pensando que vão servir e de que vão ter o retorno.

Engano! A mídia não suporta Parlamentar, não suporta político, Senador Pimentel; a mídia quer que os políticos sejam cada vez mais sujos, que os políticos sejam cada vez mais fracos, que os políticos sejam cada vez mais desqualificados perante a população para que a mídia possa ter ascendência sobre eles.

Um Congresso forte, um Parlamento forte, com Senadores e Deputados independentes, não interessa à mídia. Por isso que a mídia espalha que todo político é ladrão, que todo político é safado, que todo político não presta. Por quê? Porque tem interesse institucional no enfraquecimento das estruturas políticas.

Eventuais Senadores que queiram votar a favor do *impeachment,* saibam que estão fazendo uma coisa imoral, uma coisa golpista e que é um suicídio para a classe política. Quando esse eventual governo que possa vir a estabelecer o caos neste País, a história vai julgar cada um que votou. Nós sabemos dos traidores da história do nosso País, nós sabemos dos brasileiros que foram valorosos e nós sabemos daqueles que não foram. Aqui mesmo, Senador Paim, no episódio triste do golpe militar de 1964, houve um presidente, Auro de Moura Andrade, que decretou a vacância da Presidência da República com o Presidente João Goulart ainda em território nacional.

E esse Senador Auro de Moura Andrade é visto hoje como um grande Senador? Não, como um homem que se curvou às baionetas e às botas e que, portanto, cometeu um assalto, cometeu uma violação à Constituição brasileira.

De modo que todos aqueles Senadores, que agora podem estar nos ouvindo, que cometerem este golpe, que aderirem equivocadamente a este golpe imoral, saibam que na verdade eles estão cavando um buraco com os seus próprios pés. Não pensem que a História do Brasil vai homenageá-los ou reverenciá-los. O futuro, e não será longe, se acontecer, vai mostrar que é uma decisão equivocada, que é um golpe, que é uma coisa imoral, que é uma coisa indecente que envergonhará o Brasil perante o concerto das nações do mundo inteiro e que vai ser especialmente um golpe contra a população brasileira, contra os sonhos que nós temos de fazer deste País um grande país, ainda maior do que é hoje, com mais benefícios para a população do que tem hoje.

Vamos superar essa crise e vamos permanecer com o projeto contra o desemprego, contra a desigualdade e pela democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Esse foi o eterno Presidente da OAB Marcello Lavenère Machado, que não deixou dúvida quanto à opinião, eu diria, da maioria dos juristas deste País em relação ao processo desse ataque – eu me refiro assim a ele –, um ataque covarde à democracia. E a resistência está estabelecida, seja aqui dentro, seja nas ruas.

Ontem eu citei uma frase de um grande amigo meu, que faleceu recentemente, Pimentel. Eu digo recentemente, porque a imagem dele continua ao meu lado, parece, nas caminhadas que a gente faz por este País. É o companheiro Adão Pretto, que dizia: "Paim, não esqueça: um pé na rua e um pé dentro do Parlamento".

Que essa frase seja símbolo das nossas mobilizações, em homenagem a Adão Pretto. (*Palmas.*)

"Pé na rua e um pé dentro do Parlamento."

Eu vou passar a palavra agora à Senadora Regina Sousa e, em seguida, ao Senador Pimentel também, se quiser usar a palavra, ao suplente de Senador, também. Depois nós temos quatro convidados do plenário que usarão a palavra em nome da plenária. Já está aqui o nome dos quatro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Dr. Marcello Lavenère e do meu companheiro Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero dizer, Dr. Marcello, quanto à questão da vacância, que o Temer já decretou... O Cunha decretou também a vacância da Presidência. Ele já disse que não reconhece este Governo, que não vota mais nada até este Governo cair. Quer dizer, de certa forma ele já fez isso, não é?

O Cunha está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Câmara está totalmente parada, inclusive a questão do orçamento, verbas sociais...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ninguém votou mais nada depois do dia 17. Ele disse que não vai votar, que não reconhece mais este Governo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, quer dizer, há uma coisa que a gente se pergunta: por que tanto poder num homem só? Quem é que vai enfrentar essa fera? Porque me parece que os poderes, o Judiciário e outros não vão enfrentar, não.

Mas eu queria falar uma coisa assim: não tem uma palavra que incomode mais esse povo golpista do que a palavra golpe. A gente percebe...

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ...a irritação que eles sentem no Plenário quando a gente fala a palavra golpe.

Eles se irritam.

A gente tem todas as justificativas que todo mundo já deu, mas uma coisa passou despercebida, uma reportagem do *Estadão*.

Como não chamar de golpe uma coisa que começou a ser gestada há um ano? Quer dizer, a Presidenta tinha acabado de tomar posse. O Heráclito Fortes disse isso para o *Estadão* no dia da votação, que na casa dele... O *bunker* era a casa dele. Havia o estado-maior, que ele chama de G8 e cita lá quem são, e havia as reuniões semanais desse grupo e as reuniões quinzenais do grupo maior, em torno de 80. Havia aula de estratégia de como fazer o *impeachment*, como provocar, como construir o *impeachment,* dada pelo ex-Ministro Nelson Jobim.

Ninguém deu muita importância a essa reportagem do *Estadão*. Vou dizer isso hoje na tribuna. E Temer frequentou algumas vezes essas reuniões. O que ele foi fazer lá se não conspirar? E que José Serra também frequentou algumas vezes essas reuniões, embora o grupo fosse mais de Deputados. Foi ali construído todo esse processo.

Como não é golpe uma coisa construída há um ano? Ele disse que toda semana se reuniram, regados a vinhos, a jantares, mas discutindo como fazer, como enfraquecer.

Essas vertentes... Ele não cita quais foram as vertentes que o ex-Ministro Nelson Jobim elencou, mas devem ser no Parlamento, devem ser no Judiciário, devem ser na mídia as três vertentes em que eles iam atuar. Basta verificar qual foi a postura desses setores.

Nós devemos, cada vez mais, explicitar o golpe para a população.

Eu estou muito feliz por ver os estudantes, porque estava sentindo que os estudantes não discutiam isso. Havia a vanguarda, os meninos, mas as escolas agora... A gente percebe lá no meu Estado. O pessoal vai para as escolas com o panfletinho, está discutindo, conversando.

A gente tem uma força, e nem imagina o tamanho dela, para enfrentar isso. Cada vez mais temos que dizer que é golpe sim.

Gostei da estorinha do lobo. Vou contá-la por aí também. Permita-me. Temos que ter essas ilustrações, devemos ter um jeito de falar para cada público.

Então é muito importante. Queria fazer esse registro. É golpe sim, cada vez mais está comprovado, pois um Deputado conta toda a história de como foi gestando, como foi criando as situações. E receber aulas de um notável! O ex-Ministro Nelson Jobim deu aulas sobre como construir o *impeachment*. Isso foi dito pelo Deputado Heráclito Fortes, do meu Estado, infelizmente. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Pimentel, com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero também acompanhar o raciocínio da nossa Senadora pelo nosso Piauí, a nossa Regina Sousa, companheira que nos dá muita energia na Bancada, no debate. E, acima de tudo, é muito paciente para ouvir as nossas angústias e nos ajudar a construir saídas.

Começo registrando que nós não temos uma ponte para o futuro. O que nós temos é uma pinguela para traso se analisarmos o que ali está proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eles dizem que não devem aumentar a carga tributária para manter as políticas sociais. É por isso que todas as entidades patronais fecharam questão em torno do golpe, tendo a CNI, a CNA, as confederações como grandes articulares e promotores daqueles eventos de setores da classe alta brasileira que faziam a chamada Domingueira, ali na Paulista; em alguns lugares aqui em Brasília, porque não havia praia.

E, naquele momento primeiro, nossas entidades, nós Parlamentares não tínhamos muita clareza dessa agenda a que a Regina aqui faz referência.

E, desde o término do processo eleitoral em 2014, já na semana seguinte, o Senador Aécio Neves, como Presidente Nacional do PSDB e o candidato derrotado nas urnas, fazia a desqualificação do Tribunal Superior Eleitoral, dizendo que ele tinha contado errado os votos, e pedia a recontagem de votos.

Esse processo veio até agosto de 2015. Ali, o Tribunal Superior Eleitoral diz que não houve erro. E a imprensa basicamente deu um rodapé de página.

Nesse mesmo período, eles entram com uma ação para a diplomação do Aécio Neves, ainda em 2014, e o TSE indefere. E aí vem esse conjunto de outras ações que diz respeito, entre aspas, ao chamado "abuso do poder econômico e do poder político".

E o Sr. Nelson Jobim, a quem aqui se faz referência, esteve numa reunião aqui no Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores, a convite do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é o Presidente daquela Comissão. E ali ele já dizia que se deveria fazer a apartação da prestação de contas da Presidência e do Vice-Presidente – isso que agora o Gilmar Mendes está defendendo no TSE. E ele assume a Presidência do TSE a partir de maio.

Esse processo do *impeachment* ficou aqui nesse processo, aditava com isso, aditava com aquilo. E, tão logo a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a bancada dos movimentos sociais e de esquerda decidiram abrir o processo, no Conselho de Ética, contra o Sr. Eduardo Cunha, meia hora depois, ele resolve acolher o pedido de *impeachment*, que estava ali entre outros pedidos. E é por isso que é um ato de vingança, e não um ato de convencimento.

E ele define aquele procedimento, o pedido, em dois itens: um item trata da equalização da taxa de juros da safra agrícola de 2014-2015. O que é isso? O Governo tem a política agrícola nacional da agricultura familiar, da agricultura do semiárido, do agronegócio. E, entre a taxa de juros praticada pela Selic e o que efetivamente cobra de cada tomador, essa diferença, o banco é ressarcido pelo Tesouro, após o término da safra agrícola, e essa safra agrícola termina em maio de 2015, ou seja, em maio de cada ano. Logo, só poderia ser pago em 2015 o dinheiro emprestado na metade de 2014, a partir de junho de 2014.

O outro item são seis decretos previstos na Lei Orçamentária Anual, no seu art. 4º, que se repete, desde 2001 – esse art. 4º. Ele tem vários incisos em que permite o remanejamento interno de rubricas. São R$96 bilhões, e desses R$96 bilhões, R$92,5 bilhões foram destinados ao pagamento dos juros internos que aqui todos expuseram.

É uma vergonha um país praticar uma taxa de remuneração aos rentistas de 14,25%, enquanto, no resto do mundo, essa taxa para os rentistas é de no máximo 1% a mais do que a inflação. Para se ter uma ideia, nós temos US$370 bilhões de reserva internacional – e a gente precisa, nossos expositores, discutir isso, a que serve – e recebemos 0,25% de remuneração nesses US$370 bilhões, que construímos com o nosso trabalho, com o nosso suor e, particularmente, pela nossa Petrobras, na época em que o petróleo era US$110 o barril. Então, essa reserva é uma reserva do povo brasileiro, e não é das elites brasileiras.

E nós precisamos, neste debate, para que a gente possa redefinir também equívocos que nós cometemos na política econômica brasileira, a gente precisa fazer esse debate. Nossos movimentos sociais aqui presentes já fazem esse debate há certo tempo. E nós precisamos aprofundar, porque, se nós não tivermos cuidado, tudo o que nós acumulamos nesse período vai novamente para os ricos, sem esquecer que, em 2003, nós tínhamos US$32 bilhões de reserva internacional, e estamos hoje com US$370 bilhões.

O País é o mesmo, o povo trabalhador é o mesmo. Agora, sobre aquilo que o senhor dizia, as riquezas estão sendo... E o golpe está sendo feito, para que os de sempre, o andar de cima, aproprie-se dessas riquezas que nós produzimos.

E nós também temos que discutir os dois outros itens. Quanto aos outros decretos, um é do Poder Judiciário, que fez concurso público, que recebeu uma taxa das inscrições. E o custo dos concursos públicos não gastou todo o dinheiro das inscrições feitas. Essa diferença só pode ser utilizada exclusivamente pelo Poder Judiciário em outras rubricas internas.

E aí o art. 4º da lei orçamentária de 2015 autoriza esse remanejamento. E o restante, em torno de R$800 milhões, diz respeito às nossas universidades. A nossa Profª Beatriz aqui conhece muito bem isso.

Nós fizemos os vestibulares, o Enem; fizemos concurso público. E, entre o custo do concurso do Enem e ıxa paga, sobrou certa margem. E as nossas universidades públicas têm autonomia para dizer que esse sal- resultante de receita própria deve ser gasto em determinado ambiente dentro da universidade pública. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

aí o decreto autorizou que a universidade utilizasse em outra ação. Portanto, esses são os "crimes", entre aspas, praticados pela Senhora Presidenta.

Na questão da equalização da taxa de juros, não há nenhum ato da Senhora Presidenta: é o Ministro da Fazenda com o Ministro do Planejamento, com o Ministro da Agricultura, ressarcindo o Banco do Brasil. Nestes outros, não há um centavo a mais de despesas. São despesas aprovadas pelo Congresso Nacional, autorizando apenas o seu remanejamento interno, e não há nada até 2014.

Então, aquele discurso de Pasadena, de Petrobras, de pedaladas.... Eu acho que essa palavra pedaladas eles aprenderam, porque a Presidenta começou a andar de bicicleta, e aí, como eles não têm o mesmo cuidado de construir uma saúde como a nossa vovó Presidenta faz, resolveram chamar de pedalada, mas, na verdade, um pouco parecida aí com a história do lobo. E nós temos de ter clareza: é um golpe porque não há crime praticado pela Senhora Presidenta, e este debate nós precisamos aprofundar.

E aí, nossos expositores, nós precisávamos criar um ambiente para que um grupo de humanistas, de democratas, de juristas internacionais pudesse nos ajudar nesse debate, porque nós assistimos isso em Honduras, e não demos o olhar necessário; repetiu-se no Paraguai e, da mesma forma, não tivemos o olhar necessário; agora, chega no principal país da América do Sul, com o que representa para os movimentos sociais, para a inclusão social, e um outro olhar para o mundo que nós construímos ao longo da caminhada, e tendo o Fórum Mundial Social aqui promovido no Brasil como forma de fazer frente a Davos, em que os ricos se reúnem para dizer como explorar mais os trabalhadores.

Portanto, contem com a gente, vamos fazer o enfrentamento, porque ele é necessário, ele é justo e cuida dos mais pobres.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Pimentel, brilhante como sempre, detalhando cada momento dessa caminhada e dizendo que, naturalmente, não se sustenta essa proposta de *impeachment*.

Agora, vamos passar a palavra para o nosso suplente do Senador Cristovam, mas que está sempre presente aqui na Casa, participando dos debates, dando a sua contribuição, que é o Sr. Wilmar Lacerda.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Senador, eu vou tomar a liberdade de falar daqui...

Não, por favor, Pimentel. Por favor, fique aí. Eu falo daqui, sem nenhum problema.

Eu costumo só ouvir, Senador Paim, porque eu fico aqui ao lado do Senador Pimentel, aprendendo com ele para exercer o mandato parlamentar quando a oportunidade assim chegar. Aprender com todos aqui. Eu falo muito pouco aqui no Senado, ouço muito os debates aqui, mas, nesta oportunidade, eu gostaria de falar.

Primeiro, eu queria dizer que eu estou tentando influenciar o Senador Cristovam Buarque, como suplente dele, porque nós temos de dividir um pouco essa responsabilidade, entre mim e ele, do voto dele sobre essa questão. E tenho feito isso de maneira muito sincera com ele. Tenho ido ao gabinete, ontem fiz questão de levar o Ministro José Eduardo Cardozo para conversar com ele, e nós três conversamos muito sobre esse processo de *impeachment*.

Eu acho que a gente tem que fazer o diálogo com os Senadores que têm dúvida sobre esse processo do ponto de vista do convencimento político, porque, jurídico, não há o que provar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Wilmar, há um pedido aí, tanto da TV, quanto do sistema de gravação – tendo em vista que você está sendo focado quase que de costas –, para que, de preferência, você se sentasse, para garantir tanto a filmagem, como a gravação, já que vai ao ar para todo o Brasil depois. E agora que está na internet algumas pessoas reclamaram por esse canal.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Sim, ótimo.

Então, eu estou fazendo esse trabalho especialmente com o Senador Cristovam e com outros Senadores aqui, já que eu colaboro com o Senador Pimentel na Liderança do Governo aqui no Congresso.

Mas eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Paim pela iniciativa de transformar esta Comissão numa comissão de debate dos direitos humanos nesta oportunidade da história do Brasil. Eu acho que isso é fundamental como um fórum de debate que nós não tivemos a oportunidade de fazer na Câmara dos Deputados.

Eu acho que nós temos de referenciar esse conjunto de palestrantes que hoje vieram aqui... (*Palmas.*)

... que nos dão, que nos oferecem a clareza de que nós estamos do lado certo na história. E quem está no lado certo da história perpetua-se nas causas. Aqueles que estão do lado errado da história ficam para trás, mesmo que, em determinado momento, eles possam ter uma vitória de Pirro, como já existiu no Brasil e em outros países.

Eu cito que ficou na história Getúlio Vargas, que enfrentou golpes; eu cito João Goulart, eu cito Juscelino Kubitschek e cito muitos outros no Brasil que venceram processos semelhantes e ficaram na história porque estiveram, naquele momento, do lado certo da história. Nós estamos do lado certo da história – nós estamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Outra coisa que eu queria fundamentar aqui é que nenhum Senador transformado na condição de juiz, de jurista, que vai julgar um processo jurídico-político pode usurpar o seu mandato. Eu quero dizer com isso o seguinte: o mandato foi quando ele foi eleito, não é a pesquisa para o futuro. Mesmo aqueles que pensam no mandato para frente, neste momento, podem estar contrariando o conjunto de seus eleitores – mesmo aqueles que pensam o mandato para frente.

Por isso, eu tenho insistido com o Cristovam no sentido de que quem o elegeu em Brasília foi uma base de esquerda consolidada numa aliança com o PT, com a Presidente Dilma nos palanques. Nos palanques! (*Palmas.*)

Nós não podemos usurpar o direito desses eleitores que nos deram este mandato. Portanto, queremos que o voto reflita esse passado que nos colocou aqui.

Eu tenho feito isso de maneira muito cautelosa com ele, para tentar convencê-lo dessa base que nos elegeu para o Senado.

Outra coisa é a banalização do instrumento do *impeachment*. *Impeachment* em que há ausência de crime é golpe. Isso já foi dito aqui por todos nós. Portanto, esse *impeachment* está banalizado.

E nós temos também de cumprimentar aqui os lutadores sociais, porque, se não fosse este povo daqui do lado... (*Palmas.*)

... certamente, o *impeachment* já estaria dado.

Portanto, a rua já vem respondendo majoritariamente no Norte e no Nordeste, passa a ser maioria no Centro-Oeste, e caminha para ser maioria no Sul e no Sudeste, com a concepção de que há uma injustiça nesse julgamento contra uma...

Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Isso já está na cabeça do povo, apesar das horas diárias que a Rede Globo permanece convicta de que tem que apear do Governo uma Presidenta eleita democraticamente, a Globo e os seus aliados, o conjunto das revistas, o conjunto dos grandes jornais, o Instituto Millenium e outros que tentam passar para o povo brasileiro que esse processo é legal.

Quero dizer que há uma falha imensa do Supremo Tribunal Federal, porque se não há crime de responsabilidade e há uma passividade do Supremo Tribunal Federal em justificar o crime de responsabilidade, eu acho, Marcello Lavenère, que há uma falha na Justiça brasileira nesse processo de configuração do *impeachment*. Isso porque falar sem o conteúdo de avaliação do mérito, de que o *impeachment* está sendo conduzido de forma legal, sem analisar um processo jurídico, constitucional! E quem tem que guardar pelos direitos constitucionais é o Supremo Tribunal Federal, que, ao contrário, toma medidas para impedir que o golpe político seja feito ao impedir a posse do ex-Presidente Lula como Ministro da Casa Civil, ao impedir, porque impossibilitou inclusive o Supremo, no seu coletivo, de julgar se houve desvio de finalidade no ato da Presidenta, porque daria ao Presidente Lula as condições da articulação política para impedir o crime político, o golpe político. Isso também devemos evidenciar.

Portanto, nós não vamos desistir de nenhuma fase desse processo. Queremos crer, pelo andar da carruagem, hoje, sinteticamente estamos em minoria, mas nós podemos transformar essa minoria em maioria com uma grande mobilização social no dia 1º de Maio. Vamos fazer do dia 1º de Maio o dia da revolução do povo brasileiro contra esse *impeachment*. Vamos fazer do dia 1º de Maio ... (*Palmas.*)

... do povo brasileiro uma grande luta contra esse *impeachment*. E aí tem que haver ações do Governo, do Parlamento, dos movimentos sociais. De parte do Governo é anunciar uma série de medidas no dia 1º de Maio, uma série de medidas. Temos que trabalhar para que o Governo possa anunciar uma série de medidas. Cito algumas que podem ser ampliadas: reajuste do Bolsa Família, retirada do PL 257... (*Palmas.*)

... Imposto de Renda, Previdência Social, impedir o avanço de retirada de direitos dos trabalhadores na Previdência Social. Então, nós temos um conjunto de medidas para anunciar no dia 1º de Maio: manutenção da política do salário mínimo, com reajustes reais, acima da inflação, adoção da 3ª fase do programa Minha Casa, Minha Vida, ampliação do Fies, para o conjunto dos estudantes brasileiros para o conjunto dos estudantes brasileiros temos um conjunto de medidas a serem anunciadas.

Ao parlamento cabe a nós conversar com todos os Senadores que estão em dúvida para convencê-los de que não podem votar pelo *impeachment* e fazer caravanas nas casas, residências, cidades onde estão esses Senadores. Caravanas sociais.

Também quero sugerir que esse grupo de pessoas que estão aqui participem desse processo de diálogo com os Senadores aqui, a Profª Beatriz, que foi excepcional e pude ver algumas partes, porque estava tomando conta da medida provisória, da zika vírus, porque temos orientação de dar sequência para um combate da zika aqui, o Prof. Lavenère, o Prof. José Geraldo, que deu uma aula de história extraordinária de Direito aqui e o Luiz Fernando, que representa o conjunto dos trabalhadores.

Queria que vocês constituíssem um grupo com mais gente para irmos de gabinete em gabinete, como já fazendo o Ministro José Eduardo Cardozo, levando uma mensagem dos movimentos sociais, dos intelec-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tuais, dos juristas, etc. para que esses Senadores possam formar convicção política de que não podem votar a favor desse golpe.

Então, era isso que queria dar de contribuição, dizendo da satisfação de ter assistido essa aula de Direito Constitucional, de Direito no Brasil e uma aula de cidadania. Paim, você está de parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Wilmar Lacerda, que deu uma bela contribuição, apontando inclusive caminhos.

Vamos agora para os nossos convidados do plenário.

Em primeiro lugar, passo já a palavra a Bia Barbosa, Intervozes, que tem dado uma grande contribuição no comitê pró-democracia, com centenas de militantes aqui no Senado da República.

A SRª BIA BARBOSA – Boa tarde a todos e todas. Queria agradecer e parabenizar mais uma vez a iniciativa do Senador Paim por acolher as ações em defesa da democracia aqui na Comissão de Direitos Humanos. Nós estamos fazendo um trabalho pelo comitê pró-democracia, mas é um conjunto muito grande de organizações que estão preocupadas com essa pauta. É fundamental, como a Mesa já disse aqui e o Senador bem lembrou, termos um espaço de acolhida para fazer esse diálogo com os Senadores aqui dentro para pautar esse tema e mostrar que tem uma parcela muito significativa da sociedade brasileira que está contrária ao processo de *impeachment*.

Nós termos a possibilidade de vir até o Senado fazer isso é fundamental, inclusive para conseguirmos desconstruir essa narrativa, que é feita pelos meios de comunicação de que o Brasil todo quer o *impeachment*. Por isso, uma das frases que estamos trabalhando no nosso comitê é exatamente essa que está aí na Mesa. O Brasil não quer mais *impeachment*. O Brasil quer mais democracia, queremos avançar nas conquistas que tivemos e aprofundar e radicalizar essa democracia e não sofrer esse brutal retrocesso e essa ruptura institucional que está se aproximando cada vez mais.

Eu trago aqui a palavra das organizações que defendem a democratização da comunicação, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que se reuniu neste feriado, em São Paulo, em uma plenária que articulou dezenas de organizações de todo o País e fazer um convite para todo mundo aqui.

O próximo dia 5 de maio vai ser o dia nacional de mobilização contra a Globo e o golpe midiático, porque temos a convicção de que uma parcela, como vocês já falaram na Mesa, uma parcela muito significativa da responsabilidade por esse processo estar acontecendo da forma como está acontecendo é do monopólio das comunicações no Brasil, é dessa ausência de diversidade, da ausência da pluralidade que temos na mídia brasileira. Nós precisamos fazer uma autocrítica, porque não enfrentamos esse debate no último período, nós não conseguimos mudar a estrutura do sistema midiático no Brasil e essa é apenas – apenas não porque é uma das mais sérias – mas é somente uma das consequências que sofremos de não termos uma mídia plural, diversa e que dê voz aos diferentes segmentos da nossa sociedade.

Essa mídia não só invisibiliza os diferentes segmentos e as diferentes agendas e pautas como ela tem trabalhado constantemente, como vários de vocês já disseram aqui, para formar, de maneira bastante deturpada, a opinião pública brasileira.

Então, quando a Profª Beatriz, minha xará, vem aqui e fala que não basta a constitucionalidade do rito do processo de *impeachment* se o seu mérito não for constitucional, esse é um tipo de debate que está completamente fora dos meios de comunicação. Muito pelo contrário, os meios de comunicação, quando nós conseguimos, a partir da ação das ruas, da mobilização dos movimentos sociais, carimbar esse processo de *impeachment* como um golpe, rapidamente os meios de comunicação passaram a entrevistar os Ministros do Supremo, de uma maneira bastante enviesada, para perguntar se *impeachment* era golpe.

Qual era a resposta que os próprios Ministros davam? Não, *impeachment* não é golpe porque *impeachment* está previsto na Constituição. Essa agenda foi martelada sistematicamente, diariamente, em todos os telejornais para desconstruir na população a narrativa de que nós estávamos conseguindo mostrar, através das redes sociais, das mídias alternativas e dos atos e mobilizações de rua, de que esse processo e de que o *impeachment* sem crime de responsabilidade é, sim, um golpe.

Então, os meios de comunicação não estão só invisibilizando vozes e segmentos, mas eles estão ditando uma determinada opinião pública, que foi fundamental. Nós vimos o quanto que esse discurso dos meios se reproduziu nos votos dos 511 Deputados, o quanto que vários Parlamentares definem os seus votos também baseados pelo que a mídia fala e pelo que a opinião pública – entre aspas – "diz" e isso mostra o desafio que nós temos e o tamanho do poderio que estamos enfrentando, porque para desconstruir essa narrativa na sociedade em geral, sem meios de comunicação de massa, usando só os meios alternativos, a internet, as redes sociais e a ação dos movimentos é muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, nós temos defendido nos vários espaços e essa é uma bandeira do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação do Intervozes das organizações que o integram que nós precisamos enfrentar essa agenda da democratização dos meios de comunicação independentemente do resultado que esse processo tiver.

Se o golpe não se efetivar – e é para isso que estamos lutando e é isso que esperamos – este Governo que continuará não pode mais postergar esse tipo de discussão, porque do contrário, daqui a seis meses vai ser outra questão, daqui a um ano vai ser outra tentativa, daqui a dois anos vai ser outra e nós vamos viver sempre à mercê do poderio dos meios de comunicação.

E se esse golpe se efetivar, mais importante ainda...

(Soa a campainha.)

A SRª BIA BARBOSA – ...vai ser fazermos a denúncia da manipulação e da ameaça constante para a nossa democracia, que é o monopólio das comunicações no Brasil para podermos reverter esse golpe e superar essa crise política.

Então, fica aqui o nosso comprometimento com essa agenda e o convite para que todos se somem nas mobilizações do dia 5 de maio que vão acontecer em vários Estados do País, 5 de maio, quinta-feira da semana que vem.

Aqui em Brasília ainda estamos organizando o que vai ser feito, vamos compartilhar a informação com todo mundo, mas nas redes sociais, em outros Estados vai haver outros atos na porta da Rede Globo, na porta das emissoras e é fundamental espalharmos essa notícia, porque a mídia tem um papel fundamental nesse golpe.

Ele não é só jurídico e político. Ele é também midiático.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi Bia Barbosa, do Intervozes, que tem ajudado na organização desse movimento em defesa da democracia.

Arthur Ferrari, Diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

Passamos a palavra para Ivan Luiz de Andrade, também do Sindipetro.

Passamos a palavra para Arthur Ferrari.

O SR. ARTHUR FERRARI – Bom dia. A todos os presentes faço votos de bastante sucesso à nossa causa. Sou Arthur Ferrari, Diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Nós estamos aqui esta semana para acompanhar na comissão o Projeto de Lei nº 4.567 referente ao pré-sal. É um PL que veio do Serra. Estamos verificando nessa conjuntura política nacional não só o ataque grande à democracia, assim como o ataque aos direitos econômicos do povo brasileiro.

Esse direito, sobretudo, é o direito à sua energia, à sua soberania energética, principalmente pelo que temos visto no pré-sal, uma riqueza do povo brasileiro que está sendo forçado a ser entregue rapidamente a outros povos em detrimento da busca da igualdade social que este País tanto precisa.

Parabéns ao Senador Paulo Paim que nos acompanha no Sindipetro, nos acompanha na Epet. Estamos aqui com muito orgulho e fico emocionado de estar nesta Casa depois de 33 anos de trabalho na Petrobras. Continuo sendo um trabalhador ativo, licenciado, pelo mandato não só da Epet como o mandato da diretoria do Sindipetro-RJ. Essa luta é longa e sempre vai existir. Estarei sempre do lado daqueles que a história vai julgar como grandes brasileiros que lutaram pela igualdade social e pela democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Arthur Ferrari. A sua frase marca todos. Aqueles que ficaram do lado da justiça, da liberdade e da igualdade e aqueles que trocaram de lado. A história há de julgar. Sempre digo que a onda vai e volta. Eles acham que estão surfando numa onda, mas essa onda já está voltando e pode levá-los para o meio do oceano, o estrago que poderão fazer na democracia brasileira se continuarem com essa posição.

Parabéns pela sua fala.

Passo agora para o Ivan Luiz de Andrade, também Sindipetro do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Bom dia a todos. Agradeço essa possibilidade. O Senador Paulo Paim realmente é uma pessoa especial, diferente.

O nosso último encontro foi na escola de samba homenageando o Senador Paulo Paim.... Imagina só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu desfilando no Rio de Janeiro.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Registrar também aqui formalmente o abraço do Roberto Ribeiro agora que é um fã incondicional do senhor.

O que quero dizer, o que tenho falado muito por aí é que todas as democracias que conhecemos, todas democracias são corsarianas. Que negócio é esse de democracia corsariana? Vamos fazer um retrocesso e pensar nos piratas. Tínhamos os piratas, que eram os ilegais e tínhamos os corsários, que eram os piratas legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que está acontecendo conosco? O que está acontecendo com as democracias? Os piratas legais, que eram os corsários, podiam pilhar todos os adversários da rainha, porque eles tinham a carta de corso. A carta de corso os autorizava, em nome da rainha, pilhar os navios inimigos, pilhar os inimigos e dar a parte que cabia à rainha pela autorização da carta de corso.

O que é que se transformou o nosso voto? O nosso voto se transformou numa carta de corso. Nós votamos e autorizamos com o nosso voto deixar o "pralamentar", porque para mim não é um parlamentar, deixá-lo com autoridade de pilhar qualquer adversário. Ele tem essa autoridade, porque a trilogia fundamental que vem a ser mandante, mandato e mandatário, desaparece no pós-eleição.

Enquanto está no processo eleitoral, estão te pedindo para que você possa outorgar um cidadão para te representar. Quando você dá essa outorga para o cidadão, ele esquece que existe um mandante que está autorizando a ele apenas um período. Ele se sente dono, ele é teu dono, ele passa a ser o mandante. Quer dizer, chega a um ponto da falta...eu não falo mais nem em pouca vergonha, é falta de vergonha total. O que nós vimos naquela sessão tenebrosa é uma falta de vergonha total, não é pouca vergonha.

Quero me felicitar com a Profª Beatriz e depois vou me levantar para dar uma florzinha para a senhora, homenageando as mulheres aqui presentes.

Então, eu sofri três *impeachment* na minha vida, quase um quarto. Fui demitido pelo Collor, fui impedido de trabalhar; fui reintegrado com o Fernando Henrique; que me demitiu – Dr. Lavenère conhece bem essa história – fui demitido do Fernando Henrique, fui impedido de trabalhar pelo Fernando Henrique; fui reintegrado no governo dele. Em 1995 eu volto, naquela greve célebre da nossa categoria petroleira, o Fernando Henrique impediu de novo – três vezes – e fui reintegrado em 2006 pelo governo Collor. A pessoa fundamental nessa nossa reintegração foi o Dr. Alexandre Albuquerque, que quero deixar registrado nesta sessão. (*Palmas.*)

Então, esses impedimentos todos – no sindicato tentaram me impedir também, mas acabei saindo vitorioso, tentaram me impugnar mas não adiantou nada – estou me acostumando com o *impeachment, mas só que esse impeachment é interessante, porque a Drª se pronunciou...*

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Em 2006, no governo Lula. Vamos corrigir para ficar nos Anais aqui.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Como é?

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Em 2006, no governo Lula.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Mas eu falei governo Lula.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Não, falou Collor.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Collor? Pelo amor de Deus. Vá para o inferno. (*Risos.*)

Bate três vezes na mesa. Vá para o inferno esse nome aí. Ele foi o causador de tudo.

E o Brasil, quando dá um passo para frente, eles conseguem, sob a égide dessa política corsariana, fazer o País retroceder.

Eu estive no gabinete do ministro de Minas e Energia, na época, pedindo apoio para a nossa reintegração. E ele falou que tiveram empresas, tiveram pesquisas – que o Governo Collor, extinguindo órgãos, extinguindo todo mundo, que ele parou – que iam levar 50 anos...

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – ...para chegar no momento que ele parou lá, para poder atrasar o nosso País. Então, os americanos falam que, no continente americano, não pode haver dois líderes. E esta discussão aqui nossa passa por três famílias, que também tem que ficar registrado: é a família Rothschild, é a família Morgan e é a família Rockefeller. Nós não podemos esquecer, porque eles conseguem manipular. A mídia é deles. Esse negócio de Rede Globo, isso é bobagem ficar atacando Rede Globo. O ataque tem que ser muito maior. A coisa é muito mais complexa, porque passa por essas três famílias. OMS é deles!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo. Eu estou dando cinco minutos para cada um.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Caramba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais um minuto ainda. Vai lá.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Está bom. Então, vou correr.

Operação Mãos Limpas, na Itália, você vê que ela foi construída por famílias, e a palavra...

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – ... família na Itália significa máfia. Então, a Operação Mãos Limpas combate a máfia na Itália.

Operação Lava Jato, naquela sessão tenebrosa aqui, o que mais eu ouvi foi a palavra família; aí me remepara a Itália. A Itália fala na máfia. E a tradução da palavra máfia em português quer dizer o quê? Família. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a palavra-chave deles foi qual? Família. Então, todos que citaram a palavra família estão ligados aos mafiosos, estão nesta engenharia política para retroceder o Brasil.

Vai vir, eu espero que venha, que o Senador Paim consiga fazer muitas audiências públicas aqui para a discussão do nióbio. O nióbio não pode ficar quietinho. Eles levantaram, num "momentozinho", o nióbio e, agora, morreu. Ninguém fala mais no nióbio, ninguém fala nos 97% de nióbio que estão no Brasil.

Então, são discussões onde o Brasil é contemplado. A Aepet tem um livro chamado *Amazônia Cinco* e, nesse livro, cita jazidas brasileiras das quais a União Europeia, o Japão e os Estados Unidos são dependentes, doutores aí na Mesa. Eles são dependentes 100%, são dependentes 99%, e ninguém fala nisso. Por isso que mataram o Enéas, porque ele trazia – eu quero durar um pouquinho mais – certas questões que são questões de infraestrutura. Não se pode discutir infraestrutura.

E, quando se fala em emprego do Brasil, me assusta muito desonerar a folha deles, patrocinar o superávit primário. Quando a Presidente Dilma citou a palavra déficit primário, eu falei, no sindicato, lá: essa palavra déficit primário...

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – ... derruba a Presidente. Porque eles não imaginam, em hipótese alguma...

E aí vem a grande farsa do Plano Real, vem a grande farsa da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque eu queria ver os Estados Unidos praticarem a Lei de Responsabilidade Fiscal, não é? Eu queria ver lá. Eles não são o exemplo da democracia? Faz lá, vai ver lá quanto é que o...

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – ...governo...

Está bom. Então, obrigado por tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, eu vou ter o cuidado aqui, e vocês me permitam, porque claro que cada um expressa o seu ponto de vista, mas eu queria só fazer essa recomendação no geral.

Como estamos num embate aqui dentro, voto a voto, e todos os votos são disputados, então que a gente tenha o máximo cuidado na citação do nome desse ou daquele Senador. Claro que nós estamos, sempre em tese, falando de tudo, mas quando se falar no nome de um Senador, às vezes uma palavra aqui no discurso que todos nós falamos, às vezes forte, pode levar a perder o voto. Então, eu peço que tenhamos todo o cuidado.

Cada um defende a tese do que pensa e explica. Você fez uma bela de uma fala, e acho que você não foi proposital, você queria falar do governo Lula e acabou entrando na questão do ex-Presidente Collor, que é um voto, e que nós estamos conversando muito com ele ainda. E é importante essa nossa conciliação em nome de uma grande causa, e eu sei que vocês entendem.

O SR. IVAN LUIZ DE ANDRADE – Então, peço minhas desculpas ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Presidente Collor, o orador que me antecedeu pediu desculpas a V. Exª, que ele nem iria falar no seu nome, ele queria falar que aquele evento citado foi na época do governo Lula.

Muito bem. Próximo orador é Darci Cardoso da Silva, Coordenação de Aposentados e Assuntos de Interesse da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - Fasubra. Fala pela Fasubra.

O SR. DARCI CARDOSO DA SILVA – Bom dia a todos.

Quero agradecer o espaço, Senador Paulo Paim, obrigado pelo espaço, acho importantíssimo.

Eu não vou fazer uma avaliação, só vou dar mais um informe sobre a nossa federação, porque os palestrantes já nos deram uma aula magna a respeito do que está acontecendo neste País. Então, a gente está bem por dentro.

A gente teve uma plenária nacional, no início de abril, onde a categoria tirou um dia nacional de luta, o dia 14, contra a retirada dos direitos dos trabalhadores, contra a reforma da Previdência e contra o PLP 257 e assim por diante. A categoria dos trabalhadores de educação das universidades é contra essas reformas que estão sendo pautadas no Congresso e no Senado.

E dizer que, além de ser contra essas reformas, a categoria votou unanimidade contra o *impeachment*. Nós somos contra o *impeachment* e vamos para as ruas lutar contra essa proposta de *impeachment* da nossa Presidente. (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Darci Cardoso da Silva, que ...u pela Fasubra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. DARCI CARDOSO DA SILVA – Desculpa, eu esqueci de falar que o senhor lembrou um grande amigo meu também, que foi o nosso colega Deputado Adão Pretto, que deixou um legado muito importante, que são os seus filhos. Hoje, Adelar Pretto é um grande lutador do Movimento Sem Terra e o filho Edgar Pretto está na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul.

Então, lembrei do nosso companheiro, com quem também tive o prazer de conviver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho satisfação de dizer que o Edgar Pretto lançou, no Rio Grande do Sul, e se espalhou já por todo o País, a Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres, e, por sugestão dele, eu coordeno essa frente aqui no Senado.

Grande Edgar Pretto, você honra a história e a vida de todos os lutadores como o teu pai. (*Palmas.*)

Mariana Rosa, que fala aqui pelo Movimento Rosas pela Democracia.

A SRª MARIANA ROSA – Coletivo Rosas pela Democracia.

Cumprimento a Mesa, cumprimento também todos os internautas agora que estão nos acompanhando pela rede.

Venho falar, Senadores, que, na contramão dessa mídia golpista, nós, das redes sociais, nós estamos mobilizados e mobilizadas.

Faço parte da organização que mobilizou mulheres para o Abraçaço. Nós levamos flores à nossa Presidente Dilma, logo após aquele circo de horror na votação da Câmara.

E o movimento do Abraçaço foi muito interessante porque foi de um dia para o outro que nós organizamos e mobilizamos internautas para que fôssemos levar essas flores. Partiu de um grupo chamado Moradores de Águas Claras Juntos e Juntas pela Democracia, e dali surgiram vários protagonistas que estavam interessados também em se juntar a essa luta contra esse golpe. Dali para cá, teve uma dimensão muito grande o Abraçaço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIANA ROSA – O Abraçaço foi no Palácio do Planalto, em frente ao Palácio do Planalto. Inclusive teve repercussão. O pessoal, lá nos Estados Unidos, recebeu a nossa Presidente também com flores. Em outros Estados, ontem também fizeram na Bahia, receberam a nossa Presidente também com flores. Então, teve uma repercussão muito boa.

E, dali, novamente, os internautas começaram a nos procurar sobre outros, para fazermos outros. As pessoas estão com sede, e são pessoas interessantes, que são pessoas que não têm ligação partidária, são pessoas que não fazem parte de sindicatos, são internautas que, através de *posts*, através de publicações de outros internautas, estão se esclarecendo e estão vindo para o nosso lado.

Então, neste mesmo caminho, nós criamos o Iluminaço, que será hoje, nós estamos marcando, para, em frente ao Congresso Nacional, no gramado do Congresso Nacional, nós trazermos lanternas para ver se nós iluminamos este Senado, esses Senadores que ainda estão com a visão meio deturpada com relação ao *impeachment*.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIANA ROSA – Vai ser no gramado do Congresso Nacional, às 18h.

Também estamos tendo adesão, olha que bacana, de outros internautas, de outros participantes em outros Estados. Já temos marcado o Iluminaço para o Pará, na sexta-feira; São Paulo, na sexta-feira; e no Farol da Barra, em Salvador, hoje também às 18h.

Então, o País está...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIANA ROSA – ...aderindo a esse movimento, e desse movimento também nasceu, saiu o Coletivo. Inicialmente vocês colocaram Coletivo Rosas pela Democracia, que são mulheres internautas que estão voltadas para lutar contra este golpe midiático. (*Palmas.*)

E assim eu termino a minha fala pedindo aos Senadores e às Senadoras que possam fazer alusão ao nosso Iluminaço hoje, a esse ato, cuja nossa *hashtag* hoje é #luzespelademocracia e a nossa palavra de ordem é que, à luz da Constituição, *impeachment* sem crime é golpe. (*Palmas.*)

À luz da democracia, Senadores e Senadoras, respeitem o nosso voto.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Mariana Rosa, que falou pelo Coletivo Rosas pela Democracia. Meus parabéns pela fala, objetiva, direta, contundente e chando para grandes mobilizações.

Repito: com mobilizações lá fora e aqui dentro é que a gente vai avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E só quero informar que agora vamos passar às considerações finais aqui para a Mesa, e que, amanhã, na Comissão Direitos Humanos, nós vamos ter o debate, às 9:00 da manhã, sobre a SUG nº 15, que, na verdade, vai debater a legalização do aborto nas doze primeiras semanas. SUG é uma proposta popular que chega aqui, faz o debate e os Senadores decidem se acatam ou não.

Às 15h, nós vamos debater os acidentes do trabalho, sempre numa visão, claro, de ampliar o processo democrático de justiça, liberdade e direitos iguais. Então, às 15h debate sobre direitos do trabalho, lembrando o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

Segunda-feira, ciclo de debates Democracia e Direito das Mulheres, iniciaremos às 8:30 com esse debate, que vai até provavelmente 11:00, 11:30, e, a partir das 11:00, 11:30, nós teremos uma sessão de homenagem aos trabalhadores em relação ao dia 1º de Maio, que vai ser um dia 1º de Maio gigante, pode ter certeza. Gigante em todos os Estados, pela democracia, pela justiça, pela igualdade, pela liberdade, não aceitando o *impeachment*. E nós faremos uma homenagem aos trabalhadores, então, nessa lógica aqui no Parlamento, no plenário do Senado. E, naturalmente, as centrais, confederações, as entidades de caráter nacional estarão lá. Todos vocês estão convidados para estarem também.

Iniciaremos o debate sobre a liderança das mulheres, na Comissão de Direitos Humanos, às 8:30 da manhã; 11:00, 11:30 termina e, então, o debate será no plenário do Senado. Estão todos convidados.

E nós vamos anunciar, já nesta segunda-feira, a agenda das outras duas semanas, que vai continuar na linha dos seminários, das audiências públicas, desse ciclo de debate Democracia e Direitos Humanos.

No final, pessoal, eu vou ler, sim, a carta que recebi aqui. É uma carta pequena, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Nota: *Secretaria condena a menção e aplausos a torturadores na votação sobre o processo de impeachment, na Câmara dos Deputados*.

Veio da Secretaria de Direitos Humanos, mas eu vou ler, na íntegra, no encerramento dos trabalhos.

Agora, nós vamos passar a palavra para os nossos convidados.

Eu vou manter a mesma ordem.

A Profª Lurdinha teve que se retirar, mas deu um belo depoimento. Ficam aqui nossos aplausos para ela. (*Palmas.*)

E chamamos, neste momento, a Professora da Faculdade de Direito da UNB, Drª Beatriz Vargas Ramos, para as suas considerações finais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em seguida!

Pessoal, só um pouquinho. Eu vou passar, só um pouquinho. Eu vi que tem três pessoas levantando o braço. Nós fizemos um acordo de que falariam três pessoas; depois chegamos a um entendimento de cinco; e cinco falaram. Agora, nós temos problema de horário, que temos que almoçar. Duas horas inicia já um outro evento, aí não dá para continuar.

Mais um minuto aqui para o amigo. Pega ali, amigo. Diga o seu nome e fale.

O SR. DAVID JOSÉ AVELINO DA SILVA – Eu sou o David, eu sou do PT que nem tu.

O comentário que eu quero fazer, quando o senhor mencionou as diferenças das Casas, (*Fora do microfone.*)

O SR. DAVID JOSÉ AVELINO DA SILVA – Câmara e Senado, realmente é uma grande diferença. No dia da votação e nesse período todo, até mesmo os funcionários da Casa estão sendo cerceados de frequentar a Casa, estão sendo limitados a transitar dentro da Casa. Então, funcionários, vou colocar, por exemplo, secretários de Parlamentares, não podem entrar em determinadas dependência da Casa, só apenas restritos aos gabinetes. E esta Casa tem dado a diferença para melhor.

É esse o meu comentário, que fique para que o Sr. saiba disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Os cumprimentos à Direção daqui do Senado e ao Presidente Renan.

O SR. JANIVALDO RIBEIRO NUNES – Senador Paim, eu só gostaria de que fosse inserido... Na verdade, eu preparei até um questionamento, mas, em razão do tempo, eu gostaria que os nossos convidados inserissem nos comentários finais a questão da democratização do Poder Judiciário. Digo isso porque, em tempos em que a gente vê Ministros da Suprema Corte, ao declararem seus votos, que parecem mais uma panfletagem política, eu acho que é o momento de o Congresso Nacional discutir com mais seriedade a democratização do Poder Judiciário. E digo isso porque eu pertenço, enquanto servidor, à Justiça Estadual do Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A sugestão fica dada. Se algum dos convidados quiser tocar no assunto, terão toda a liberdade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Porque, nesse ciclo de debate, pessoal, nós vamos ter um dia aqui com atores e atrizes, já está previsto. Vai ter um dia aqui em que vai falar o setor da cultura. Um dia aqui, vamos chamar a juventude para falar sobre democracia. E podemos caminhar para outras iniciativas dentro dessa visão, a democracia que nós queremos para o nosso País.

Por favor, Drª Beatriz.

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Muito obrigada.

Então, vou encerrar essa participação aqui, na Comissão de Direitos Humanos, voltando a insistir em dois pontos, que são fundamentais para não apenas a continuidade, mas a própria finalização, a conclusão desse processo no seu aspecto sobretudo jurídico, no seu aspecto de julgamento.

Eu acho que o Poder Judiciário especificamente, o Supremo Tribunal Federal, que é uma Corte constitucional, que tem a vocação constitucional para analisar as situações em que a norma constitucional está sendo descumprida, seja de forma difusa, seja de forma concentrada, é preciso lembrar que o papel do Supremo Tribunal Federal não se encerrou nesse processo em curso.

O Supremo tem tanto a possibilidade de analisar a constitucionalidade dessa ação no plano da sua mera admissibilidade, sem ter que revolver provas, sem ter que fazer análise fático-probatória, como é isso que o Poder Judiciário volta e meia gosta de definir, de conceituar. Análise fático-probatória é aquilo que caracteriza uma decisão de mérito, e o Supremo Tribunal Federal não precisa fazer esse tipo de análise vertical, fático-probatória, para declarar de antemão no controle constitucional próprio processual de qualquer ação acusatória, que não se cumpre essa condição de admissibilidade, ou seja, os fatos que constam ali da denúncia recebida até o momento contra a Presidenta Dilma, não se encaixam nos conceitos de crime de responsabilidade. E, para dizer isso, o Supremo não precisa analisar prova; basta que ele faça a análise técnico-jurídica desse conceito.

Então, finalmente, nós podemos dizer que, na falta de uma imputação de fato grave, algo que fosse realmente bombástico, que fosse, assim, ao gosto dessa mídia protagonista do golpe, na falta de qualquer tipo de acusação dessa natureza a que imputar a Presidenta Dilma, o que nós temos? Duas situações, dois fatos, que podem ser descritos sumariamente da seguinte maneira – e essa descrição não é retórica puramente; ela corresponde a uma descrição jurídica que precisa ser enfrentada já na análise de admissibilidade dessa ação.

Irregularidades fiscais de baixíssima intensidade. Sabemos que todas elas, praticadas de forma comum na Administração Pública brasileira, atrasos em repasses de verbas ou subvenções impropriamente chamadas "pedaladas" são irregularidades absolutamente comuns na Administração Pública brasileira. Por isso, dizemos que são irregularidades de baixíssima intensidade. Portanto, não se adequam ao conceito de crime de responsabilidade.

Qual seria o outro? Decretos não numerados instituindo crédito suplementar, além do fato de que inúmeros especialistas já se manifestaram, dizendo que há, sim, perfeita cobertura desses decretos pelas duas leis orçamentárias de 2015.

(Soa a campainha.)

A SRª BEATRIZ VARGAS RAMOS – Nós podemos dizer que esses atos podem ser juridicamente definidos como atos contábeis, que não afetam ou não causam nenhum tipo de prejuízo ao Erário Público.

Então, nós estamos dizendo que um *impeachment* por irregularidade fiscal de baixa intensidade e atos contábeis sem resultado danoso é golpe. É golpe no sentido dicionarizado da palavra, como o Prof. José Geraldo já demonstrou aqui, golpe parlamentar, golpe no sentido político.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Beatriz Vargas Ramos, professora da Faculdade de Direito da UNB.

Sr. Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da Fenajud.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA SOUZA – As nossas palavras finais ficam de agradecimento e de dizer ao povo brasileiro, aos nossos trabalhadores e trabalhadoras de todo o País, ao pessoal que dá o seu tempo para construir – não é Jenivaldo, nosso colega do Tocantins – uma Justiça cada dia mais acessível e na tentativa de que sejamos um dia reconhecidos, assim como são aqueles que a administram.

A nossa esperança, Senador Paulo Paim, é que a democracia seja, cada dia mais, valorizada e respeitada em nosso País, assim como esta Comissão de Direitos Humanos a respeita e a dignifica todos os dias. Aqui nós não tivemos cerradas as portas do Senado e cerradas, assim como falou o nosso companheiro agora há pouco aqui, do Partido dos Trabalhadores. Aqui nós não tivemos a nossa entrada proibida. Aqui, ao contrário, nós somos bem representados pelo Senador Paulo Paim e muitos outros Senadores que aqui compareceram, porque s dignificam não só o direito de expressão, que muitas vezes é desrespeitado pelos tribunais de justiça País ra, como foi desrespeitado durante a greve de 2015, no Estado de Minas Gerais, quando o nosso sindicato foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

perseguido e processado pelo seu direito de livre manifestação de ideias nas redes sociais e também nos palanques, onde nós frequentávamos, para divulgar o direito de greve naquele Estado, perante o Tribunal de Justiça.

Então, Senador Paulo Paim, a nossa homenagem e o nosso respeito ao seu exercício do mandato de Senador, que representa não só os trabalhadores e trabalhadoras deste País, mas, sobretudo, representa um enorme defensor da democracia, que nós queremos que continue viva e presente a cada dia, respeitando o voto de mais de 54 milhões de eleitores do nosso País.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Fernando Pereira Souza, que falou pela Fenajud.

Passo a palavra agora ao professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, nosso querido amigo José Geraldo de Sousa Júnior, que aqui, a exemplo dos outros painelistas, acho que deu uma aula de direitos humanos, de liberdade e fortalecimento da democracia.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Bem à altura do mandato dessa Comissão, que é de direitos humanos, mas também de legislação participativa, que traduz a ética, porque não basta que nós tenhamos o exercício funcional dos nossos encargos, precisamos ter direção, precisamos ter referência, mas também o compromisso de que isso tem que ser construído no campo da democracia, que é a única expressão possível de realização das nossas expectativas de vida digna, de vida decente, de vida com compromisso, de vida compartilhada.

Então, eu queria dizer assim, Senador, que o senhor realiza, e a sua melhor homenagem é a Dom Pedro, porque aqui é instituição, estamos em um espaço republicano, estamos construindo o sentido para a nossa atividade institucional, mas aqui é a sociedade organizada está presente. E, curiosamente, a partir das designações de seus mandatos, quer dizer, de seu vínculo de sociedade, é sociedade organizada; não é sociedade mobilizada, que vem para um chamado de espetáculo de rua, como se fosse um grande programa de auditório, ou a transformação do cotidiano em uma ação da política.

A mobilização ali é festa; aqui a nossa é luta. Quer dizer, é sociedade organizada. (*Palmas.*)

E acho que é a condição do momento que vivemos, e acho que é um momento importante para nós. E eu vejo com dor, mas com esperança. Com dor porque não é a derrota ou a vitória, porque, nessa derrota e nessa vitória, há histórias de vida e histórias de processos sociais que, no nosso modelo político, é dramático, é cruento, é sofrimento, é luta por afirmação de direitos humanos e de dignidade.

Mas é porque este momento, como é de crise, ele é de esperança, porque nós nos reeducamos. E temos assistido isso, o processo tem sido pedagógico. Aqui tivemos depoimentos de que aquilo que se chama opinião pública, a despeito de formas e de ideologização, tem sido às vezes, com alguma demora, mas de uma inflexão contínua na direção de acerto da participação com a história.

E acho que isso é o essencial desse encontro que está sendo colocado aqui: um pé na rua, um pé nas instituições. Na crise, a multidão se transforma em povo, ela hesita, ela bate cabeça, ela, às vezes, aponta para uma direção que nem sempre coincide com as suas expectativas. No final, ela se acerta, porque, nos encontros e desencontros, reivindicando a rua, a manifestação social para reivindicação de direitos, a multidão transeunte se transforma em povo, ela se constitui como sujeito e realiza seu projeto também como construção da democracia.

E as instituições realizam a função republicana para a qual elas surgem, só que as instituições, por serem republicanas, também têm que ser contramajoritárias. Elas não podem ir na ilusão dos apelos, das celebrações; elas têm que fazer o juízo crítico da sua tomada de posição, como aqui foi o exercício que nós realizamos. E é uma reivindicação para as instituições. Elas têm que se inserir nos processos, todas: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Não é possível um Judiciário conservador em uma sociedade democrática.

E ser democrático não significa ser falastrão, ser porta-voz, ser porta-bandeira, falar levianamente. Ser democrático é ter consciência de que seu papel institucional é de mediador para o parto da democracia, da justiça e dos direitos. Então, é se colocar na sua prerrogativa e como ator que seja reconhecido; não como um ator que se coloque na condição de impedimento, ou seja, por suspeição, por parcialidade, por se transformar não em jurista, mas em um agente, vamos dizer assim, da formação de um sistema de maiorias e de minorias, de ser um líder de uma facção política no Judiciário.

Eu queria dizer, assim, que as instituições contramajoritárias têm que ter atenção a essa dimensão, que está colocada no debate que esse tema joga da rua para as instituições, da nossa realidade nacional para a nossa realidade internacional.

Em um ato público que fizemos na Universidade de Brasília, para apresentar um manifesto de juristas – e isto, vejo que os juristas, afinal, estão saindo da sua posição de simplesmente porta-vozes da legislação, mas a tentar identificar o justo dentro da promessa da legislação –, tivemos uma manifestação de um ex-aluno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da nossa faculdade que, circunstancialmente, hoje, ocupa a função de presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, um organismo da OEA, um organismo da jurisdição internacional, um lugar de enquadramento do País nos seus compromissos, inclusive, civilizatórios.

E o que disse o presidente Roberto Caldas?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Encerrando.

Ele disse duas coisas para nós: primeiro, a preocupação de que o uso da legalidade se prestasse a uma função de ser contra direito. Exemplo: interceptações telefônicas. Ele diz: a lei prevê, na processualística, sobre os fundamentos ali previstos no direito penal, no direito processual penal, mas não autoriza a frustrar direitos mais fundamentais, como as salvaguardas constitucionais das garantias daqueles, por exemplo, que não podem ter o seu direito de vida pessoal devassado. Ele disse: no caso das interceptações telefônicas, que é a incorporação da linguagem do jurídico para também servir aos interesses do golpe, no caso brasileiro – diz ele –, encontra-se um afastamento da estandardização de julgados da Corte – já avaliado, por exemplo, quando se viu, no caso Escher e em outros, em que o Brasil foi condenado por fazer interceptações telefônicas violando direitos fundamentais.

A outra coisa que ele diz, Senador, é a preocupação que a Corte tem e a OEA já manifestou de perceber, no movimento que se desenvolve no Brasil hoje, as características do que ele chamou de DNA de golpes institucionais – Honduras, Paraguai... Quer dizer, a incorporação, na linguagem do formal, de uma postura que nega a materialidade do direito a preservar.

Então, acho que esta sessão nossa aqui mostra isso. O senhor disse que é uma agenda. É o papel institucional, mas é um papel que tem a sua liderança, porque nem sempre as instituições se movem, tomam iniciativa, fazem a leitura correta da conjuntura ou estabelecem uma agenda precisa das questões graves que têm que se deslocar. E acho que o senhor é uma representação dessa esperança. A crise existe, mas nós temos que superá-la. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Esse foi o grande Dr. José Geraldo de Sousa Junior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, com o brilhantismo de sempre.

De imediato, passo ao ex-presidente da OAB, o advogado Marcello Lavenère Machado.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Senador Paim, somente duas mensagens. Mas antes delas quero fazer o meu agradecimento pessoal a V. Exª e os meus cumprimentos efusivos à Senadora Regina Sousa, que está aqui conosco, desde o começo prestigiando esse ato cívico que foi esta audiência pública de hoje. (*Palmas.*)

Duas mensagens, a primeira delas dirigida aos Senadores desta Casa: Srs. Senadores, Srªs Senadoras, um dos pilares da República é aquilo que está contido em todas as Cartas Magnas dos países democráticos: "todo o poder emana do povo". V. Exªs, por favor, não revoguem esse princípio republicano cassando o mandato da Presidenta Dilma, que foi conferido pelo povo.

A segunda mensagem dirijo aos eleitores dos Senadores, aos eleitores de cada Estado da Federação, que conta com três Senadores aqui no Senado Federal: senhores eleitores, acompanhem o que a mídia está dizendo sobre a posição de cada Senador do seu Estado. Acompanhem! Interessem-se! Isso diz respeito às suas pessoas, às suas vidas e de seus filhos, aos seus empregos, ao seu futuro. Acompanhem e cumprimentem, elogiem, aplaudam, levem flores para aqueles Senadores e Senadoras que, declaradamente, estejam se posicionando a favor da República, a favor da democracia e a favor do princípio de que "todo o poder emana do povo".

E, para aqueles Senadores e Senadoras que não estão ainda listados como aqueles que respeitam e que declaram que vão respeitar o mandato que o povo brasileiro conferiu à Presidenta Dilma, façam um apelo, procurem, advirtam, admoestem, expliquem, esforcem-se, lembrem-se de que a cidadania está molestada, de que a cidadania está ameaçada, e de que a cidadania, os nossos direitos de cidadãos e cidadãs não nos são dados de presente; esses direitos nós temos que conquistar com muito esforço, com muito suor e com muita alegria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marcello Lavenère Machado, que deixou aqui uma mensagem construtiva, positiva, de que todos venham a remar com a gente no barco da democracia. Esse é o barco que pode atravessar a tempestade. E que venha a bonança depois da tempestade, e nós colocando o Brasil nos trilhos.

Eu queria, aqui no encerramento, como eu havia me comprometido, ler esta carta, mediante aquele episódio lamentável do dia 17, lá na Câmara dos Deputados.

Nota da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Secretaria Especial de Direitos Humanos condena, em seus termos mais enfáticos, a menção e aplauso a torturadores na votação da admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados neste domingo (18).

A lembrança do período ditatorial [que nós todos sabemos como foi] é sombra na História do Brasil. Desses tempos vêm desafios com os quais o país se defronta permanentemente com a luta pela consolidação [...] [da nossa] jovem [e querida] democracia. Encarar a exaltação aos horrores e às afrontas aos direitos humanos dentro do parlamento brasileiro nos recorda não só que a redemocratização ainda está em processo, mas que há muito trabalho pela frente.

Ações como a criação dos Mecanismos de Combate à Tortura, da Comissão Nacional da Verdade, os trabalhos de Comissões como a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comissão de Anistia, entre tantos outros projetos com a temática de direito à Memória e à Verdade, de Educação em Direitos Humanos, de Políticas para População LGBT, assumem importância fundamental e indispensável neste e em futuros cenários.

Ao repudiar com veemência o discurso do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), exaltando a memória de um dos maiores torturadores da história desse país, lamenta-se profundamente que a brutalidade e a gramática da violência ainda encontrem lugar nos diversos espaços da sociedade, inclusive no poder legislativo, onde os debates e argumentos essenciais deveriam ter a democracia e o respeito a todos os seres humanos como princípio. Tais posições são inadmissíveis em contextos democráticos, já que são, inclusive, apologias a crimes previstos pelo [próprio] Código Penal como [crimes] hediondos, inafiançáveis e imprescritíveis.

A impunidade a figuras como o torturador Brilhante Ustra, que ainda perpetua enquanto não houver a devida revisão da Lei da Anistia, reflete na liberdade com a qual certas figuras públicas continuam pregando ódio, [divisão,] morte, tortura e violência, e que o façam reiteradamente, sem que sejam devidamente responsabilizadas por isso. [É inadmissível.] Temos a convicção de que parlamentares comprometidos com os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito continuarão denunciando tais comportamentos e buscando a devida responsabilização.

Neste cenário, não há outro comportamento admissível diante de tal discurso que não seja a plena indignação. A preocupação com a escalada dos discursos de ódio deve servir para deixar a sociedade permanentemente em alerta e mobilizada.

Rogério Sottili

Secretário Especial de Direitos Humanos

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos

Cumprimentos à carta, muito bem escrita. (*Palmas.*)

Por isso, quando eu parei, podem saber que foi um pouco da emoção. Quem viveu a ditadura sabe que tudo isso aqui é plenamente verdadeiro. Eu já estou com 66 anos. Quando do golpe, eu tinha de 14 para 15 anos, e sei como foi. Eu era líder estudantil naquela época; presidia o Ginásio Noturno para Trabalhadores – porque comecei a trabalhar muito cedo – em Caxias do Sul. E eu sei o que eu passei, muito pouco perto daquilo que muitos companheiros nossos passaram.

Eu diria: democracia, sim; *impeachment*, não. Golpe, nunca mais! Ditadura, nunca mais! (*Palmas.*)

Encerramos aqui a nossa audiência pública.

Vamos à leitura dos requerimentos que vamos votar nesse momento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Como os três requerimentos são do Senador Paim, eu vou ler os três, sintetizar os três, e ele faz a defesa e a gente vota.

Requerimento nº 54, de 2016.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, de 2016

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "o reconhecimento da atividade de capoeira como profissão".

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 2
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, de 2016- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "acidentes de trabalho e a sua prevenção, em comemoração ao Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 3
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, de 2016- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Ciclo Debates sobre: Democracia e Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Aqui vão acontecer outros ainda. Começou hoje.

Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, o primeiro Requerimento, nº 54, na verdade visa discutir o reconhecimento da atividade de capoeira como profissão. Os convidados estão todos aqui: a SEPPIR, o Ministério da Cultura, a Fundação Palmares, o Instituto do Patrimônio Histórico, Paulo Henrique Menezes, Gersonilton Heleno de Sousa, mestre de capoeira no caso, Hélio Tabosa de Moraes. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento, o 55, visa agora, no dia 28, a uma homenagem aos trabalhadores do mundo, principalmente aqueles que foram atingidos, de uma forma ou de outra agredidos, devido a acidente no trabalho. Que a gente faça um debate do Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho. Esse requerimento também visa combater principalmente acidentes e defender a saúde do trabalhador.

Quanto ao terceiro, nós já fizemos hoje um debate sobre democracia e direitos humanos. Que, a partir desse requerimento, nós formemos, então, um ciclo de debates, para ver a democracia que nós queremos, a democracia que o Brasil quer, a liberdade, a justiça, a igualdade, a fraternidade, apontando para uma solução que é o que querem os 210 milhões de brasileiros: paz, harmonia, trabalho e justiça. Isso é o que nós queremos debater, como símbolo na democracia, e por isso o ciclo de debates.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Como a leitura foi em bloco, vamos votar também em bloco os três requerimentos.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Devolvo a palavra ao Senador Paulo Paim, para continuar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Regina Sousa já é nossa Presidenta aqui também, ela poderia ter encerrado.

Eu apenas encerro, agradecendo muito, Senadora Regina Sousa, a sua presença aqui, do início ao fim, e lembrando que teremos audiência amanhã pela manhã, outra audiência à tarde, e segunda-feira, na verdade, dois movimentos em homenagem aos trabalhadores: o primeiro é às 9 horas da manhã, liderado pelas mulheres do movimento social e sindical, sobre o tema Democracia e as Mulheres. E na mesma segunda-feira, a partir das 11 horas, no plenário do Senado, teremos um debate em homenagem aos trabalhadores, já que o 1º de Maio é no domingo.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Que Deus nos ilumine!

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro e Magno Malta. Registra-se a presença dos Deputados Federais Flavinho (PSB/SP) e Pastor Marco Feliciano (PSC/SP). A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24 de 2015-CDH de autoria do Senador Magno Malta, para instruir a SUG nº 15, de 2014, "que regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestão, pelo Sistema Único de Saúde ". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Rosemeire Santiago, Presidente do Centro de Reestruturação para a Vida – CERVI; Eloísa Machado de Almeida, Ativista; Doris Hipólito, Fundadora das Casas de Amparo às Gestantes do Rio de Janeiro; Letícia Bonifaz, Professora dos Estados Unidos Mexicanos; Leila Linhares, Advogada e Ativista; Melânia Amorim, Médica obstetra; Sara Winter, Ativista Pró-Vida de São Paulo. O Senhor Presidente eventual passa a palavra para as seguintes pessoas no plenário: Deputados Federais Flavinho e Marco Feliciano, Ubatan Loureiro Jr., médico obstetra; Paula Viana; Lenise Garcia; Guacira César; Patrícia Lélis; Ângela Freitas e Renata de Souza Reis, representante do Ministério da Saúde. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente eventual Senador Magno Malta adverte várias vezes as pessoas presentes na galeria para não interferirem nos debates. O Senhor Presidente eventual faz o seguinte encaminhamento: realizar nova audiência pública. Às nove horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Malta. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 24/2015, da CDH, de autoria do Senador Magno Malta, Relator da matéria, para instruir a SUG nº15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convidados para a primeira Mesa que já estão presentes. Convidamos, de imediato, Rosemeire Santiago, Presidente do Centro de Reestruturação para a Vida. Por favor, dirija-se à Mesa.

Eloísa Machado de Almeida, ativista que fala em nome de setores que acompanham o seu ponto de vista. Pergunto se já está conosco. (*Pausa.*)

Sara Winter, ativista Pró-Vida de São Paulo. Já se encontra? (*Pausa.*)

Está a caminho.

Letícia Bonifaz, Senadora dos Estados Unidos Mexicanos. Encontra-se? A Senadora se encontra? Pois não, Senadora. Vamos receber a Senadora aqui. Esclarecem que ela é acadêmica. Deve ter alguma vinculação com o Senado dos Estados Unidos. É isso? É professora dos Estados Unidos Mexicanos. É isso? Muito bem, seja bem-vinda.

Doris Hipólito, fundadora das Casas de Amparo às Gestantes do Rio de Janeiro. Está a caminho.

Leila Linhares, advogada e ativista. Está presente? A salva de palmas é para todos, pessoal, para todos convidados. Seja bem-vinda.

Por fim, Melania Amorim, médica obstetra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Pois bem, vamos, então, iniciar.

Pois bem; vamos, então, iniciar.

Quando as duas pessoas que não chegaram ainda chegarem, elas farão parte da Mesa.

Eu vou fazer uma pequena introdução.

Antes, porém, como vocês sabem, a nossa audiência pública, aliás como todas aqui, no Senado, são transmitidas por canais alternativos e pela internet. No entanto, enquanto a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária estiver no ar, nós não estaremos ao vivo, mas estamos sendo assistidos por meio dos canais alternativos e pela internet. E, naturalmente, esta audiência também é gravada e, depois, num segundo momento, provavelmente à noite, será reproduzida para todo o País.

Como disse, vou fazer uma pequena introdução sobre o tema, naturalmente para que todos atentem para o que estamos aqui debatendo, discutindo.

Claro que vocês que estão no plenário conhecem o tema, mas os telespectadores, nem todos, sabem do que vamos tratar.

Enfim, damos início, agora, à quarta audiência pública, a maioria delas provocada pelo próprio Relator, para debater o conteúdo da Sugestão Legislativa (SUG) nº 15, de 2014, que pretende regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde.

Quando a gente fala SUG, para quem está nos assistindo, significa que isso chegou aqui mediante a coleta de 20 mil assinaturas, e cabe a esta Comissão instruir o processo e o parecer do Relator.

Eu digo sempre que duas pessoas pediram a relatoria. Primeiro, a Senadora Marta Suplicy; depois, o Senador Magno Malta. E esta Comissão, que, esclareço, não tem preferência por um ou por outro, encaminhou a matéria à Senadora Marta, que abriu mão da relatoria, passando-a para o Senador Magno Malta, que, legitimamente, agora, é o Relator da matéria.

Repetimos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Deixa comigo.

Eu já queria, de pronto, conforme me informam aqui, dizer que há uma delegação de convidados nossos, convidados da Comissão, independentemente de posição, se pró ou contra, que estão com dificuldades para entrar. Assim, já peço à Comissão que solicite uma sala ao lado, já que hoje é quinta-feira e, com certeza, as salas não estão lotadas, para que se coloque um telão ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Impossível que todo este corredor esteja lotado numa quinta pela manhã. Não procede!

Façam, por favor, um apelo em nome do Senador Magno Malta e do Senador Paulo Paim, pois são nossos convidados. Aqui, ao lado, há salas vazias, que já fui ver, onde as pessoas podem acompanhar o debate. (*Pausa.*)

Esclarecendo: a proposta chegou ao Senado Federal por meio do Portal e-Cidadania. Trata-se de assunto extremamente sensível – todos nós sabemos disso – e exige que busquemos o esclarecimento de parte de todos os setores e da sociedade. Por isso, nós estamos aqui para fazer esse debate.

Segundo o autor da sugestão, no Brasil... Bom, ele faz aqui toda uma análise dessa situação, mas nada melhor que ouvirmos os convidados falarem a respeito. Eu não vou aqui tecer nenhum juízo de valor, pois não é este o meu papel. O meu papel aqui é presidir este momento.

Por isso tudo é que nós queremos, de imediato, iniciar o debate, e nada melhor que os painelistas para situarem a todos sobre qual o objetivo, para onde vamos e o que queremos, enfim.

Teremos, aqui, posições contrárias e a favor, mas, como eu sempre digo – e o Senador Magno Malta, tenho certeza, concorda –, a democracia é isso. Vamos expressar o ponto de vista e, no final, os Senadores é que vão votar, de modo a sempre prevalecer a vontade da maioria.

Então, de imediato, passo a palavra à Srª Rosemeire Santiago, Presidente do Centro de Reestruturação para a Vida (Cervi).

Cada expositor disporá de 10 minutos.

Como, provavelmente, serão duas Mesas, pois alguns chegarão daqui a pouco, eu peço a cada um que fique nos seus 10 minutos.

Certo?

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Bom dia, Srs. Senadores Magno Malta e Paulo Paim; bom dia a todos convidados e participantes.

É uma honra estar aqui com vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Pessoal, é importante o silêncio no plenário, até para que nós, aqui na mesa, possamos ouvir a todos, não importando se são a favor ou contra a matéria em debate.

Eu até peço gentilmente sempre o seguinte: se alguém quiser conversar, que dê uma saída aqui ao lado, vá ao corredor, conversa e, depois, volta.

Está bom, pessoal?

Obrigado.

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Obrigada.

Eu sou Rosemeire Santiago. Formei-me em pedagogia, com curso de tradutora intérprete; em teologia, com pós-graduação em aconselhamento e mestrado voltado para o terceiro setor.

É um prazer e uma honra estar aqui com vocês.

Eu gostaria de levar a todos uma reflexão breve e rápida hoje.

Em primeiro lugar, o que é o nascer? Então, fui procurar, em alguns dicionários, saber exatamente a definição de nascer. E, de acordo com o Aurélio e Michaelis, alternadamente, nascer significa "sair do ventre materno; sair do ovo; brotar da terra; germinar; começar a manifestar-se; principiar a aparecer no horizonte".

Para ser breve, então, esse é o significado que temos da palavra nascer. Como nascer é muito ligado à palavra mulher... Há o nascer, como nós vimos, germinar da terra, assim como o nascer de sonhos, o nascer de uma organização, de uma empresa; porém, vamos ligá-lo à palavra mulher. E o que significa mulher? "Ser humano feminino, cujo sexo é determinado cromossomicamente na concepção. É quando a adolescente passa a ter a sua primeira menstruação, quando passa a ser capaz de conceber, distinguindo-se, assim, da menina." Esta, a definição de mulher segundo o dicionário Aurélio e segundo o Dicionário Michaelis.

Essas duas palavras estão diretamente relacionadas à organização na qual eu trabalho, o Cervi, que se situa em São Paulo. Trata-se do Centro de Reestruturação para a Vida, uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é oferecer assistência integral a mulheres e familiares que passam por uma gravidez inesperada, experiência do aborto, são vítimas de violência e ou abuso sexual, valorizando a opção pela vida.

Então, de forma pragmática, o que faz o Cervi? Nós fazemos testes de gravidez, acompanhamento médico, acompanhamento psiquiátrico e expomos para a mulher, quando ela se vê diante de uma gravidez inesperada, o estado em que ela se encontra, dando a ela esse apoio.

E, pela experiência acumulada nesses 15 anos de existência – em maio faremos 16 anos –, temos acompanhado e visto, quando encontramos uma mulher, um casal, uma família que se vê diante dessa gravidez inesperada, que o que tem feito a diferença é dizermos; "Você não está sozinha". Isso porque a mulher se sente completamente desamparada.

Temos, então, 15 anos de atendimento, com aproximadamente nove mil pessoas atendidas nesse período, cerca de... Obviamente, nem todos os resultados dos testes ou dos ultrassons foram positivos; então, registramos cerca de cinco mil resultados positivos. E, depois desse acompanhamento, Senador, pelo retorno que tivemos, constatamos 1% de escolhas pelo aborto, ou seja, mais ou menos, 50 mulheres.

Por que será que acontece isso? Quando a mulher chega desesperada – e é importante dizer que a mulher tem escolha, sim; ela pode fazer a sua escolha pela vida, que cabe a ela.

Então, rapidamente, temos o caso da Jéssica: uma menina de 19 anos, que chegou ao Cervi não acreditando no teste positivo e que, quando fez o ultrassom, cujo resultado foi positivo, ficou desesperada, pois estava planejando morar fora do Brasil, e o namorado estava com um casamento marcado. Ela disse: "Eu não posso ter essa criança". E nós começamos a acompanhá-la.

O "não posso ter" o que é? "Estou fazendo faculdade, estou querendo me mudar do Brasil, fazer a minha vida fora etc." Isso com 19 anos. Quando começamos esse acompanhamento, o namorado, pai da criança, chegou e disse: "Se você não abortar, eu vou aí te matar." Foi quando nós a acolhemos. Nós temos um escritório; não temos casa de acolhimento, mas nós a acolhemos, e Jéssica optou, sim, pela vida. Não foi fácil para ela, mas, hoje, seu filho vai fazer 15 anos. E ela diz: "Olha, eu não me arrependo um minuto sequer de ter feito essa opção." Ela não perdeu os sonhos; trocou os sonhos. Hoje, ela é casada e é uma pessoa totalmente diferente com esse menino de 15 anos.

O nosso painel, hoje, é sobre o aborto. Então, qual é a definição da palavra aborto? "Expulsão de um feto ou embrião por morte fetal antes do tempo e sem condições de vitalidade fora do útero materno. Produto dessa expulsão. Coisa ou resultado desfavorável ou imperfeito."

Interessante que o Michaelis diz: "fenômeno estranho ou raro. Interrupção de uma vida".

Todos aqui já sabem sobre a ciência. A Drª Lenise muito bem falou na última audiência, e podemos consar mais sobre isso na fase das perguntas, devido ao tempo.

Aborto como solução para uma gravidez inesperada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como eu disse, eu gostaria que nós fôssemos a uma reflexão hoje.

De acordo com a Press Association, dos Estados Unidos, em 1990, aconteceram aproximadamente 1,5 milhão de abortos nos EUA. De 2010 para cá, 70 clínicas fecharam, ou seja, caiu em 12% o número de clínicas nos Estados Unidos.

Então, nós vamos para Roe versus Wade. Esse é o caso de uma mulher cujos advogados, em 1973, aconselharam a levar a efeito um aborto. E o que aconteceu? Ela foi uma militante pela legalização do aborto. Mas, é muito interessante é que, hoje, ela luta para reverter a legalização do aborto.

Ela se tornou militante do aborto, tornou-se abortista, mas, hoje, luta para reverter.

Então, outra pergunta que eu gostaria de fazer para nossa reflexão: por que as mulheres, em uma clínica de aborto, em países onde o aborto é legalizado, entram por uma porta e nunca saem pela mesma porta?

Eu tive oportunidade de conhecer, nos Estados Unidos, várias clínicas e quis entrar para ver. E é muito interessante isso. E mesmo aqui, por não ser legalizado, mas lá fora? Por que, onde é legalizado, elas nunca se encontram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me apenas interrompê-la por um minuto para dizer que, pelo canal interno, nós estamos sendo assistidos em todo o Senado. Assim, eu e o Senador Magno Malta providenciamos, a liberação do Plenário 6.

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Ah, que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, todos vão entrar e vão acompanhar a nossa audiência pelo telão no Plenário nº 6.

Por favor, retome.

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Obrigada.

Então, essa é uma pergunta que eu sempre fiz, desde 2000, quando, pela primeira vez, tive contato com as clínicas de aborto.

Quais são os riscos de uma gravidez interrompida, independentemente de legalizado ou não o aborto?

Quando é pela sucção – e nós não vamos entrar no mérito dos tipos de aborto –, a cânula penetra no interior do útero causando perfurações, podendo haver a necessidade de uma colostomia.

De novo eu digo, independentemente de ser legalizado ou não esse aborto.

A intoxicação por sal e água pela mulher, quando se trata do aborto salino, com uma injeção que é dada pelo umbigo. Envenenamento salino, quando a criança morre e a mãe entra em trabalho de parto, dando a luz a uma criança já morta, com aproximadamente 80% do corpo queimado. Se o sal entrar na corrente sanguínea da mulher, devido à injeção salina, há perigo de vida da paciente, danificando os seus pulmões.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Vou correr aqui.

Então, outras sequelas, por causa de pedaços do feto: a infertilidade, abortos espontâneos, doenças vasculares, complicações hepáticas e câncer de mama.

As sequelas emocionais – e esse foi um estudo que eu peguei no *The British Journal of Psychiatry*: de 1995 a 2000, foi feita uma pesquisa com quase 164 mil mulheres e se verificou o aumento do número de suicídios, abuso no consumo de maconha, abuso no consumo de álcool. E lembro que, na Inglaterra, o aborto é legalizado. Ainda: depressão, probabilidade de sofrer de problemas de saúde mental, problemas de ansiedade. E algumas mulheres, nessa pesquisa, alegaram mais de um problema. Ainda: anorexia, bulimia, síndrome pós-aborto, pela qual, quando chega na época em que o bebê provavelmente nasceria, inconscientemente, a mulher começa a lembrar dessa criança, e mesmo tendo optado pela vida de uma forma muito tranquila. Processo de medo, raiva, culpa, luta pela perda do bebê e falta de paz consigo mesma.

Às vezes, ela não tem religião, igreja, nada, mas ela diz: «Deus vai me castigar» ou «Deus está me castigando».

Os mecanismos de defesa: racionalização. "Eu não estava pronta para ter essa criança. A escolha é minha e eu não estava pronta para ter essa criança." Mas e a criança? Ela não tem escolha só porque não fala? Ela tem DNA. O DNA dela é diferente do meu porque eu sou mais velha?

A repressão, ela bloqueia a memória das emoções, e vem a compensação. Então, ela cai no ativismo, vai trabalhar, vai fazer cursos. Agora, por que, senhores, em lugares onde o aborto é legalizado, a mulher ainda o faz às escondidas? Este é outro questionamento.

Então, nós temos abortos recorrentes frutos de violência sexual ou por má-formação.

Muito raro, conforme pesquisa feita no Texas, uma gestação pós-estupro, seja por desfunção sexual do uprador, seja por causa do nível de estresse da mulher. Então, isso pode contar muito.

O que nós temos é que, em 2.190 casos, nós tivemos apenas 13 casos de gravidez, e essas mulheres...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Emanuelle foi violentada na nossa ONG... Perdão; não foi violentada na nossa ONG. Ela foi violentada, veio para a nossa ONG e, quando completou 18 anos, descobriu que estava grávida. Ela foi acompanhada e daria o bebê para adoção. No dia de ela entregar o bebê para adoção, ainda no hospital, ela pediu aos país para ver a sua filha. Quando ela foi ver a criança, ela disse: "Papai, eu quero levá-la". Hoje, Emanuelle, três ou quatro anos depois, é uma menina extremamente feliz, e, se perguntada, ela responde: "Não me arrependo."

Interessante é que, quando as pessoas optam pela vida, elas nunca disseram: "Eu me arrependi por não ter abortado." Mas sempre dizem: "Eu não sei o que seria da minha vida sem o meu filho hoje".

Se nós tivermos tempo mais tarde, eu vou passar um vídeo de uma mãe.

Consequência da opção pela vida.

Então, nós vimos as consequências da opção pela morte, ou seja, pelo aborto. Agora, nós vamos à opção pela vida. A mulher tem razão para viver, independentemente de ter passado por tempos muito difíceis, etc. Tem alegria, amadurecimento e, mesmo em uma hora difícil, tem esperança. Ela passa a ter saúde, não corre riscos...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – ... ela vive uma vida sem culpa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para encerrar.

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – ... e um sentimento mais forte.

Há ainda um depoimento, mas veremos mais tarde.

Eu só gostaria de ler, para encerrar, um trecho do livro *As Boas Mulheres da China*. E nós sabemos que, na China, o aborto é compulsório.

> Um dos aldeões pediu que o médico examinasse a sua esposa, que engravidara várias vezes, mas que abortava toda vez... O médico examinou a mulher e ficou estarrecido ao ver que a fricção e a infecção de muitos abortos havia endurecido a parte do útero que pendia para fora, deixando-a dura como um calo... O médico não conseguia imaginar. Surpresa com a reação dele, a mulher disse que isso acontecia a todas as mulheres da Colina dos Gritos... [onde o aborto, como na China, é legalizado.]

Esse outro livro, *A Pobreza das Nações*, fala muito de sustentabilidade e o que leva ao empobrecimento emocional e psicológico de um país. E, ainda, um outro livro que cito é *Por que Ser a Favor da Vida?*

Agora, eu só gostaria que vocês refletissem sobre essas fotos, desde algumas células, na primeira semana, e algumas fotos da semana em que começa a bater o coração do bebê.

Muito obrigada.

Bom dia. (*Palmas.*)

Depois, Senador, se pudéssemos passar os vídeos com os depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Teremos oportunidade ao longo do debate.

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – A escolha é da mulher; mas a criança, se falasse, teria escolha?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao longo do debate, teremos oportunidade. Daremos sempre o mesmo espaço para todos – é isso que importa –, com isonomia.

Bom, vocês sabem que a Casa está vivendo esse debate acerca do *impeachment*, e, independentemente da posição de cada um... Inclusive, nós dois, aqui à mesa, iremos nos revezar na Presidência dos trabalhos.

Eu, por exemplo, agora, justificava aqui para o Senador Magno Malta que estou indo ao Palácio fazer uma visita à Presidenta e ao Ministro-Chefe da Casa Civil, na linha de tentarmos construir alguma proposta de entendimento sem criar nenhum obstáculo ao processo que está instalado aqui dentro. Ninguém está com esse objetivo, mas, sim, com o de construir o entendimento que for possível.

Então, eu queria que vocês entendessem que o Senador Magno Malta é o Relator – e já fizemos esse tipo de audiência –, mas, no momento em que ele tomar assento aqui, ele assume o papel também de magistrado, e o tem feito com muita competência. Depois, quando eu voltar, ele volta para a relatoria e, ao final, claro, vai expressar o seu ponto de vista sobre tudo aquilo que ouviu.

Então, fiquem todos tranquilos. Nós faremos aqui um debate de alto nível como fizemos até o momento. Mas, agora, essa crise institucional, queiramos ou não, por que o País passa – ou crise política e econômica – exige que façamos essa parceria, como nós estamos fazendo aqui, independentemente das posições na hora de votar a questão do *impeachment*.

Então, neste momento, vou até o Palácio, cumpro essa missão e voltarei para nós continuarmos o debate.

Então, neste momento...

Isso aqui, pessoal, é o meu café. Então, não estranhem estar tomando café aqui. (*Risos.*)

O Senador Magno Malta, então, assume a Presidência para que eu vá até o Palácio. Depois, voltarei.

Uma salva de palmas a todos vocês que estão aqui, independentemente da posição. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E que prevaleça sempre a vontade da maioria!

Por favor, Senador Magno Malta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Vamos continuar o debate.

Agora, como vagou uma cadeira, vou chamá-la para cá.

Peço à assessoria que coloque mais uma cadeira, porque chegaram as outras duas painelistas. Isso até para não ficarmos com duas Mesas.

Sei que o assunto é longo...

Quem chegou agora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – A Srª Doris Hipólito e a Srª Sara Winter.

A senhora, Deputada, pode tomar assento aqui, por favor.

E peço que se coloque mais uma cadeira aqui. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda!

Se colocarmos mais uma cadeira aqui, a Srª Sara Winter também poderá ter assento à mesa.

Vamos prosseguir.

Eu vou passar a palavra à Srª Eloísa Machado de Almeida, dizendo que nós seremos isonômicos no tempo. Sem atropelos, o tempo que uma debatedora usar a outra também poderá usar. Dois minutos ou três minutos para lá, quatro minutos que sejam, enfim, não farão diferença.

Fique à vontade, Srª Eloísa.

Acho que a regra da boa convivência é o respeito.

Absolutamente, não temos que... Existem coisas em que convergimos e coisas em que não convergimos. E, nesta matéria, aqui há os convergentes e os divergentes. Mas a regra para conviver é respeitar. De maneira que é nesse ritmo que vamos. Tenha certeza de que não vou atropelar nas explanações, porque alguns minutos para lá, outros para cá não vão alterar nosso dia.

Eloísa Machado de Almeida tem a palavra.

A SRª ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA – Olá, bom dia a todas e todos que estão nesta Comissão. Eu gostaria de começar agradecendo o convite para um debate que já é bastante tardio de ser feito no Brasil, e também já passa o momento de haver uma regulamentação do aborto no País. Ansiamos por esse momento há muito tempo.

Eu tenho um objetivo muito singelo nesta fala, que é trazer os elementos de Direito Constitucional, de direitos humanos que podem amparar e que amparam, de fato, este projeto.

Além de ativista de direitos humanos, sou também professora da Fundação Getúlio Vargas e pesquisadora de tribunais constitucionais, especialmente do Supremo Tribunal Federal. Meu objetivo, portanto, será apresentar, nesta audiência pública, a constitucionalidade da descriminalização do aborto.

E esta fala terá dois momentos: o primeiro momento vai trabalhar com a interpretação da Constituição e o segundo momento vai trazer para esta audiência pública como o nosso tribunal constitucional já decidiu dessa forma em duas oportunidades, no caso das pesquisas com células tronco e também no caso da anencefalia em relação à permissão do aborto e sua constitucionalidade.

Para começar, eu gostaria de apresentar para todas e todos vocês o panorama mais amplo deste debate. Chamo esse panorama de uma lógica integrada de direitos humanos e fundamentais. O que é essa dogmática integrada dos direitos humanos fundamentais? É quando você propõe a interpretação dos direitos humanos fundamentais de maneira conjunta com as normas nacionais e internacionais. Isso se dá, no caso brasileiro, sobretudo a partir da centralidade que o princípio da dignidade humana tem no nosso ordenamento jurídico.

A Prof. Flávia Piovesan chama essa posição privilegiada da dignidade humana de centralidade axiológica da dignidade humana. O que significa isso? Significa que esse princípio é um vetor de interpretação para todas as questões que se colocam no amparo constitucional. É a partir da lógica da dignidade humana que você vai interpretar, por exemplo, as proposições legislativas. E isso é relevante porque essa centralidade axiológica da dignidade humana se deve a uma peculiaridade de ser humano. Isso só existe porque somos seres especiais.

Há algo em ser humano que precisa ser preservado. E o nome disso é autonomia. É a autonomia, é a personalidade, são as escolhas que fazemos no nosso dia a dia que nos transformam no que somos. E é isso que é preservado pelo Direito, é isso que é claramente preservado pelo Direito, como já foi corroborado pelos tribunais constitucionais, ou seja, a nossa capacidade de fazer escolhas.

Gosto muito dos cartazes que estão aqui hoje sendo apresentados neste plenário: "a escolha é minha". É xercício dessa autonomia que transforma você em um ser passível de proteção. É a sua personalidade, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

as suas escolhas, são seus afetos que devem ser protegidos pelo Direito. Essa concepção bastante vinculada às teorias feministas de justiça levam e acabam fundamentando a constitucionalidade da descriminalização do aborto em diversos outros argumentos constitucionais. Já falei do primeiro, que é a centralidade que a dignidade humana exerce no nosso ordenamento e essa dignidade humana está intrinsecamente relacionada com autonomia, com exercício de escolhas, com plena realização de você como ser, como seus afetos.

Isso leva necessariamente a outros exercícios de direito, como, por exemplo, da personalidade, da intimidade e da autonomia. São todos princípios de direitos humanos e fundamentais inscritos na nossa Constituição Federal, que, a partir da interpretação da dignidade humana e da autonomia, fazem com que você tenha essa possibilidade do exercício da escolha de ter ou não ter filhos.

"A gravidez não deve ser forçada, deve ser escolha" está no cartaz que leio aqui, na minha frente. O direito é nosso, o corpo é nosso. E, a partir dessa interpretação de dignidade humana, de autonomia, de privacidade, de intimidade é que você tem o grande arcabouço constitucional que protege essa demanda por descriminalização do aborto.

Então, não podemos afirmar, primeiro por essa interpretação que coloco e segundo por aquilo que o tribunal constitucional já vem falando, que temos uma inconstitucionalidade nessas pretensões.

Como consequência dessa construção, o direito de liberdade ganha novos contornos. Você ser livre, livre para fazer essas escolhas passa a ser um elemento central de exercício dessa autonomia e dessa dignidade. Portanto, e aí o argumento tem uma reviravolta, criminalizar é inconstitucional. O que estamos falando aqui é exatamente o contrário: criminalizar, impedir que essa escolha seja feita é inconstitucional sob a perspectiva do ordenamento jurídico brasileiro. E é por isso que é passada a hora de este Senado – mais uma vez agradeço a abertura deste espaço para que este tema tão relevante possa ser discutido – acabar com a criminalização do aborto.

E se estou falando que o aborto é um direito, um direito com base na dignidade humana, com base na autonomia, com base na liberdade, significa que alguém tem a obrigação de garantir esse direito.

E essa obrigação é para que as instâncias políticas, legislativas e também para as instâncias do Poder Público, do Executivo, adotem políticas que permitam que essa escolha seja feita com segurança e com preservação da autonomia da mulher. Então, estou falando que não basta não criminalizar. É preciso, por demanda constitucional, que você tenha a criação e a elaboração de políticas públicas de saúde que garantam esse direito a todas as mulheres que assim desejarem optar. E, mais uma vez, reafirmo o ponto central do meu argumento: a discussão aqui é autonomia, é exercer a sua escolha. E, se isso é um direito, cabe ao Poder Público criar, estabelecer e implementar políticas públicas de saúde que garantam o exercício desse direito de maneira universal e sem discriminação, porque sabemos que há um recorte muito cruel no exercício de direitos no Brasil, que afetam sobretudo as mulheres. E as mulheres negras, neste País, têm um exercício de direito muito mais difícil e marcado por seletividade do que outros grupos. Então, Petrobras preciso pensar em uma política pública que seja também universal.

Encaminhando já para a segunda parte...

(Soa a campainha.)

A SRª ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA – do meu argumento – e agradeço a tolerância que o Senador já manifestou no começo; pretendo encerrar em aproximadamente cinco minutos –, o nosso tribunal constitucional já interpretou dessa forma a nossa Constituição. Se, por um lado, é certo que as instâncias políticas interpretam a Constituição todo dia, e estamos aqui em uma Comissão, fazendo justamente isso, ou seja, debatendo interpretações, ideias livres sobre o que deve significar esses direitos, não há dúvidas também de que a última interpretação pelo sistema brasileiro é a interpretação feita pelo nosso tribunal constitucional.

Aqui, separei alguns pontos bastante interessantes do debate que foi feito na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.510, que foi o caso de células-tronco, para apresentar para vocês como o nosso tribunal constitucional já, de certa maneira, acolheu essa interpretação que passo aqui para vocês.

O Ministro Relator do caso, para quem não se lembra, o Ministro Ayres Britto, foi muito feliz na condução daquele processo. Não sei se vocês se lembram, mas foi realizada uma audiência pública, não se pode dizer que foi um caso decidido unilateralmente. Diversas forças sociais estavam ali apresentando seus argumentos ao tribunal, que, afinal, decidiu. Antes de decidir, o tribunal desenhou o seguinte embate de ideias: temos, de um lado, um embate que diz que a proteção jurídica da vida começa com a fecundação; de outro lado, temos o argumento jurídico de que a proteção jurídica da vida começa com o nascimento. Ele, de maneira muito en-

ca – e o voto dele foi o voto vencedor do caso, então já temos um pronunciamento sobre isso – disse que a teção jurídica da vida se dá com a construção da noção de personalidade, que começa com o nascimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É a partir desse argumento que o Direito protege a dimensão biográfica do ser humano, ou seja, a sua existência, as suas liberdades e os seus afetos. Com isso, delimita-se muito claramente a distinção entre o escopo da proteção jurídica da vida de uma pessoa nascida e de um embrião. Isso já foi feito pelo nosso tribunal constitucional.

Vou pedir licença a esta Mesa para ler um trechinho do voto, porque acho muito relevante para esta discussão:

> Logo, sujeito capaz de adquirir direitos em seu próprio nome, além de, preenchidas certas condições de tempo e de sanidade mental, também em nome próprio contrair voluntariamente obrigações e se pôr como endereçado de normas que já signifiquem imposição de "deveres", propriamente. O que só pode acontecer a partir do nascimento com vida, renove-se a proposição.

E o Tribunal faz uma afirmação enfática, que é muito relevante para esta Comissão: a inviolabilidade do direito à vida, que está escrito no art. 5º da nossa Constituição Federal, se refere exclusivamente a um ser já personalizado. Inviolável é para o Direito o que o sagrado é para a religião. E, para o Direito, inviolável é a proteção jurídica daquela pessoa que nasce.

Juntando esses dois argumentos, temos, de um lado, autonomia, centralidade da dignidade humana, que faz com que os seus projetos de vida devam ser realizados, o exercício da sua liberdade de escolha. De um lado, repito, temos esse ponto. De outro lado, temos um tribunal corroborando que a nossa Constituição, quando fala de inviolabilidade do direito à vida, não está falando dessa vida intrauterina, está falando da vida após o nascimento.

Criminalizar o aborto no Brasil é inconstitucional, é cruel, e é passada a hora de esta Casa legislativa rever essa política, motivo pelo qual eu parabenizo, mais uma vez, a Comissão de Direitos Humanos por essa gloriosa iniciativa de trazer à baila esse tema tão relevante para o nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Peço silêncio, porque com essa... Levantem seus cartazes, não há problema, mas esse tipo de manifestação impede que continuemos o debate e a reunião, uma vez que não há o menor sentido. Esse tipo de manifestação não muda lado, não atinge ninguém. Portanto, acho que temos que fazer um debate respeitoso, pacífico, porque essa é a regra da boa convivência.

Essas cinco audiências públicas foram convocadas por mim, que sou o Relator dessa matéria, porque quero ouvir todo mundo, quero ouvir cientificamente, quero ouvir o que as pessoas pensam, quero ouvir o debate do ponto de vista jurídico, do ponto de vista constitucional. Estamos aqui construindo a partir do debate. Então, esse tipo de manifestação só atrasa, não muda nada, não altera absolutamente nada. Cada qual se manifesta pacificamente. Aliás, foi esta a palavra que dei aos seguranças lá fora para colocar todo mundo para dentro: "Isso aqui é uma manifestação pacífica, aqui ninguém vem para se digladiar e brigar. Vocês não têm que impedir ninguém de entrar." E todo mundo está aqui dentro exatamente por isso.

Repito: A regra da boa convivência é o respeito. Quem quer respeito precisa dar, e quem dá certamente vai receber.

Agradeço à Drª Eloísa a palavra.

Certamente, a senhora terá isonomia no tempo. Vou alternar aqui entre a palavra de uma ativista pró-aborto, uma ativista pró-vida. Neste momento, passo a ouvir a Srª Doris Hipólito, fundadora das Casas de Amparo às Gestantes, do Rio de Janeiro.

A SRª DORIS HIPÓLITO – Sr. Presidente, aproveito já, desde o início, para transmitir-lhe o grande abraço de todas as mulheres cariocas...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado.

A SRª DORIS HIPÓLITO – ... que admiram profundamente a sua coragem e o seu mandato de Senador desta Casa. Muito obrigada.

Srs. Parlamentares, e aqui também me alegro com a pessoa do Deputado Flavinho. Prezados debatedores e debatedoras...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Peço licença, quero até me desculpar com o Deputado Flavinho, que veio ao debate, Deputado Federal, de São Paulo. Deputado, seja bem-vindo. Participe na hora em que achar que precisa fazer uma intervenção. V. Exª terá o direito à palavra.

A SRª DORIS HIPÓLITO – ... e pessoas que nos acompanham pela internet, em especial os nosso amigos pró-vida, espalhados pelo Brasil inteiro e, por que não dizer, pelo mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vamos passar aquele vídeo. Vamos entrar com o vídeo agora, no início. Vamos colocar no ponto. Creio que esta Casa já chegou à conclusão do óbvio do que a ciência da embriologia nos garante, de que a vida humana inegavelmente tem o seu início no período da fecundação do óvulo. Essa é uma verdade científica. Quero dar continuidade à minha fala, mostrando um pouco do nosso trabalho com as mulheres no Rio de Janeiro.

É bom lembrar que as mulheres – e aprendemos também na escola –, que a pessoa humana é composta por cabeça, tronco e membros, não é verdade? Não é cabeça, tronco e bebê! Então, bebê é uma outra pessoa humana. Nesse ponto, nessa visão, vamos assistir ao vídeo de um trabalho sério, de um trabalho voltado para a defesa da mulher e para a defesa do bebê. O nosso objetivo é acolher a ambos. Vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª DORIS HIPÓLITO – Conforme nós podemos mostrar nessa breve apresentação, hoje, nós podemos contar com um pequeno exército de mulheres no Rio de Janeiro, precisamente na Baixada Fluminense, que se tornaram militantes incansáveis da defesa da vida.

Todas essas mulheres foram dissuadidas de fazerem aborto, e nenhuma mulher é capaz de fazer um aborto quando ela reconhece a monstruosidade que é a prática de um aborto.

O que falta às nossas mulheres, hoje – e digo com a experiência de 25 anos de trabalho –, é informação. A mulher que tem a informação não recorre a essa prática nociva, a esse crime, a esse genocídio. Por exemplo: não dizem para a mulher que o seu bebê possui um coração e que ele já está batendo desde os 20 dias depois da concepção. Não dizem para esta mulher que, com oito semanas ou dois meses, aquele bebezinho já pode nadar, urinar.

Ele é um excelente nadador nesse período. Assim como não dizem para ela – o que, hoje, é o tema desta audiência – se é permitido ou não matar um ser humano com 12 semanas de vida; não dizem para ela que já é possível tirar um eletrocardiograma, um eletroencefalograma e impressões digitais dos pequenos pezinhos de um bebê com 12 semanas. Então, falta informação.

Quando nós as orientamos, elas dizem: "Olha, eu não sabia que era isso. Disseram-me que não era nada, era apenas um coágulo de sangue." Agora, o mais terrível deste assunto é exatamente esconder das mulheres, esconder da sociedade a forma monstruosa pela qual o aborto é realizado. A mulher desconhece o que vai acontecer com ela atrás daquelas portas daquele matadouro.

Existe a prática do aborto por envenenamento salino, onde é retirada uma parte do líquido amniótico em que o bebê é gerado e, dentro daquela injeção, coloca-se uma solução com veneno e sal, e voltam a aplicar essa solução na bolsa d'água onde o bebê é gerado. O bebê, que antes ingeria aquela água pura, cristalina, que lhe trazia vida, agora ingere a água que tem o poder de destruir a sua pele, de destruir todo o seu corpo. E o aborteiro diz assim para a mulher: "Vá para casa. Dentro de 24 horas, o problema estará resolvido." Abandona a mulher à própria sorte. Já encontrei mulheres que, depois de tomar essa solução, ficaram completamente infeccionadas, em cima de uma cama, e nenhuma unidade hospitalar queria colocar-lhe as mãos. E nós do Movimento Pró-Vida fomos lá para salvar a vida dessa mulher, porque o importante para nós são as duas vidas: a da mulher e a do bebê.

(Soa a campainha.)

A SRª DORIS HIPÓLITO – Não era mais possível salvar a vida do bebê. Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, vamos ouvir atentamente as debatedoras todas que estão aqui na mesa, com muito respeito. Há que se respeitar as debatedoras ativistas pró-aborto; há que se respeitar, com a mesma dimensão, quem é contra o aborto, quem faz as suas colocações, os seus entendimentos. Aqui, não é vaiando ou gritando que vamos ganhar. Ninguém ganha nada com isso aqui. Aliás, o Relator sou eu. Será que vou ser convencido por uma vaia? Isso não quer dizer nada para mim. Então, levante seu cartaz. É a posição de cada um, e isso tem que se respeitar. Eu quero insistir: só estou falando para adultos e não tenho a necessidade de voltar a falar mais nisso. Não entendo uma outra regra para conviver a não ser o respeito.

A regra da convivência é o respeito. Há muita gente que não acredita nisso, mas eu só acredito nisso. Digo de muita coisa de muita gente, mas sou capaz de respeitá-los! E quem tem posição merece o meu respeito e quem merece o meu respeito me dá respeito. Então, é um assunto absolutamente sério, e não é uma vaia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que vai resolver alguma coisa. Pelo amor de Deus! Nós estamos falando de vida aqui, discutindo um assunto absolutamente sério, que tem a ver com o dia a dia das pessoas e com a vida das pessoas. Então, eu não vou admitir isso mais até porque não pedi uma audiência pública para pará-la por conta de bobagem.

A senhora pode continuar.

A SRª DORIS HIPÓLITO – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dando continuidade a esta exposição que nos mostra a necessidade de informação da mulher brasileira, a mulher brasileira não deseja conquistar o título de assassina da sua própria prole. É inconcebível isso! Nós, mulheres brasileiras, temos uma vocação sublime que é a vocação à maternidade. Por isso, estou dedicando 25 anos da minha vida a essa missão.

Mas, voltando à exposição anterior quanto à desinformação da sociedade – e, aqui, não digo apenas das mulheres –, existe também o aborto por dilatação e corte, muito normal ser indicado entre o segundo e terceiro trimestre. Como ele acontece? O aborteiro – não vou chamar a pessoa que faz aborto de médico, porque médico tem o compromisso de salvar vidas – dilata o colo uterino para que todo o fluido saia, ou seja, todo o líquido amniótico saia, ficando lá dentro apenas o bebezinho. E, agora, com um instrumento chamado cureta, ele introduz, no útero da mulher, e começa a cortar o bebê aos pedaços. A mulher está anestesiada neste momento. Colocam em cima do abdômen desta mulher uma espécie de mesinha – eu digo com categoria e propriedade, porque trabalho na Baixada Fluminense, onde clínicas faziam isso e que, hoje, estão fechadas graças ao nosso trabalho; e aborteiros e aborteiras convertidos e trabalhando conosco – e começam a retirar os pedaços desse bebê. Ali, em cima da mesa, monta-se um quebra-cabeça para verificar se saíram todos os pedaços. Um mínimo pedaço que fique dentro do útero da mulher, ela perde a sua saúde.

Ela vem a ter hemorragias constantes, permanentes, com a possibilidade de perder todos os seus órgãos reprodutores. E aí nós nos perguntamos: isso é desejo da mulher? É algo benéfico para a mulher? Preste bem atenção: 85% das mulheres que fazem aborto por dilatação e corte saem com o útero perfurado, hemorragias graves, impossibilidade de vir a ter outra gravidez. Ela até engravida, mas perde automaticamente porque o colo do útero não tem mais a sustentação devida. Isso é benefício para a mulher? Estamos pleiteando um absurdo desse?

Mas eu vou continuar. Ainda existe o aborto por sucção, aquele que eles dizem que é o moderno, que é prático, e para o qual o Governo Federal, numa certa época, se colocou à disposição para comprar maquinário abortivo de sucção e colocar nas unidades hospitalares.

(Soa a campainha.)

A SRª DORIS HIPÓLITO – Como é feito aborto por sucção? A dilatação do útero é realizada, um tubo com uma ponta de aço de inox é introduzida na ponta dessa tubulação, que é introduzida no útero da mulher para perfurar o bebê. Quando o bebê é perfurado, o aborteiro retira esse bebê, puxa esse bebê para o baixo ventre, liga o aparelhamento abortivo e o aborto é concluído. O bebê é triturado como se fosse um tomate batido no liquidificador de sua casa, e os restos desse bebê, dessa criança são colocados num balde. É coisa...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu vou dar mais um minuto para a senhora encerrar.

A SRª DORIS HIPÓLITO – ... terrível demais, Senador, o que nós estamos a abordar. É genocídio, é crime monstruoso!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Mais um minuto para a senhora.

A SRª DORIS HIPÓLITO – Então, quando o bebê está triturado até a cabeça, senhores – a cabeça de um bebê de 12 semanas é grande demais para sair de uma única vez –, o aborteiro, então, pega um outro instrumento e corta ao meio; depois que corta a cabeça do bebê ao meio, volta a ligar o instrumento abortivo, e o aborto estará concluído. É isso.

Numa sociedade onde nós não temos atendimento pré-natal, as nossas mulheres estão tendo seus filhos na rua, as maternidades no Rio de Janeiro estão fechando, na Baixada Fluminense, não existe mais maternidade funcionando, como pode o Poder Público querer agora, em vez de criar condições de vida, querer criar condições de morte?

(Soa a campainha.)

A SRª DORIS HIPÓLITO – Senhores, é algo impensável o que nós estamos a discutir no dia de hoje.

E, finalmente, Sr. Presidente, sem querer abusar do tempo, eu quero mencionar o aborto por micro cesária, onde a mulher está anestesiada.

Ela já está acima de cinco meses ou até cinco meses. Um corte é realizado no seu baixo ventre para a criança . Quando nós fazemos uma cesariana – e, aqui, muitas mães passaram por esse procedimento –, quando o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

A SRª DORIS HIPÓLITO – ... médico retira a criança, ele dá uns tapinhas no bumbum para a criança...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Vamos debater esse...

A SRª DORIS HIPÓLITO – Vou concluir agora, Sr. Presidente. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu já dei 16 minutos. A senhora teve dez mais seis, mas serei benevolente no tempo com todas.

A SRª DORIS HIPÓLITO – Desculpe. Concluo agora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Mas é por causa do adiantado. Temos Comissão daqui a pouco, e a gente acaba não...

A SRª DORIS HIPÓLITO – Eu quero agradecer a minha participação, o convite.

Muito, muito obrigada, Senador Magno Malta, uma referência para nós brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado.

Eu quero agradecer e dizer que o tempo será isonômico a todos da mesma forma. Na verdade, eu só pedi a palavra à senhora – poderia ter deixado – exatamente porque o tempo avança, e nós temos outras questões aqui na Casa, mas não para cortar o assunto em si.

A senhora terá a isonomia do tempo, Profª Letícia, da mesma forma. Já queria pedir à assessoria que, inicialmente, colocasse os 15 minutos direto aqui para mim.

A Profª Letícia tem a palavra.

A SRª LETÍCIA BONIFAZ –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço à Drª Letícia Bonifaz.

Muito obrigado por ter aceitado o convite de estar aqui conosco. Muito obrigado!

Passo a palavra ao Deputado Flavinho, que sei que tem outras atividades, na Câmara, neste momento.

V. Exª tem a palavra. Muito obrigado por ter vindo participar conosco desta audiência pública tão importante em que estamos debatendo a vida de uma sociedade em seus aspectos jurídicos e também discutindo a forma como uma sociedade plural e democrática, como a nossa, debate os seus assuntos, seja a favor, seja contra. Nós temos que encarar com a sensibilidade, a educação e a seriedade que o assunto exige. É um assunto absolutamente sério e vale muito mais do que um Vasco x Flamengo, conforme V. Exª está falando.

V. Exª tem a palavra.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Obrigado, Sr. Presidente nobre amigo Senador Magno Malta.

Quero também dar a minha saudação a todos e todas que compõem a Mesa e a todos e todas que também estão aqui, hoje, neste plenário.

Para mim, é uma alegria, uma honra muito grande estar aqui por ter essa visão e essa concepção que V. Exª mesmo acabou de colocar.

É um tema muito importante para nossa sociedade. Não é um tema de torcidas; não é um tema para ser tratado com simples paixões, mas é um tema muito, muito importante cujos argumentos devemos elevar muito mais do que a voz. Por isso sempre me faço presente, nesses debates, nessas discussões, e de forma muito respeitosa.

Quem já acompanha o meu mandato nesse tempo de um ano e três meses sabe que sou muito respeitoso em relação a meus posicionamentos, assim como V. Exª dizia, também esperando que seja recíproco. Dessa forma, nós construímos uma democracia, acrescentamos aos debates, fazendo com que cada parte tenha a possibilidade de esclarecer aquilo em que, de fato, acredita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, quanto à questão da vida, nós não podemos permitir que essas discussões mais exacerbadas e apaixonadas atrapalhem o foco para que possamos fazer um debate de alto nível.

Vim para me somar a todo esse processo. Já estive aqui na outra audiência pública que V. Exª também havia requerido ano passado. Espero que, a partir daí, todas essas audiências que estão sendo feitas possam nos ajudar, ao final, a ter um relatório que, não tenho a menor dúvida, será brilhante devido a toda atuação de V. Exª.

Queria apenas acrescentar um ponto...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu só queria fazer um pedido.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu gostaria que esta audiência fosse respeitosa. As pessoas estão fazendo cartazes e colocando uns para ficarem na frente de outros. Essa garota já andou de lá para cá o tempo inteiro. Eu vou pedir a vocês que são contra o aborto que abaixem tudo o que vocês estão levantando. Deixem apenas os cartazes aqui. Deixem!

Eu não quero estar aqui, com a pessoa debatendo e, ao mesmo tempo, com essa inquietação e movimentação de um na frente do outro com cartazes. O que é isso? Estamos debatendo um assunto muito sério. Quer dizer, andou com cartaz, está andando, fica na frente, põe os braços na frente. O que é isso? Aonde é que nós queremos chegar com isso? Vamos ganhar o que com isso?

Então, eu quero pedir a vocês que são contra o aborto, porque vejo que o que vocês estão fazendo é uma tentativa de impedir... Abaixem! Podem abaixar, não há problema; isso não muda nada, absolutamente nada.

Vocês que são contra o aborto podem abaixar o de vocês. Podem deixar os que são a favor do aborto com cartazes para cima. Eu não estou entendendo nada disso. Eu acho que isso é algo que tem que ser respeitoso, falei isso aqui desde o começo. E, se não quisesse, eu não teria convocado esta audiência pública. Essas audiências são convocadas por mim. Eu convoquei cinco audiências públicas para debater. Eu poderia ter feito o meu relatório sem debater nada. Eu não entendo isso.

Por favor, vamos deixar que as pessoas falem aqui sem que elas sejam inquietadas por essa movimentação desnecessária que não muda absolutamente nada.

Deputado Flavinho, eu lhe peço desculpas. V. Exª pode continuar.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Eu agradeço, porque concordo plenamente com tudo aquilo que V. Exª acabou de dizer.

Vejo que, de fato, aquelas que são ativistas com relação à liberação do aborto buscam o amparo estatal para que isso aconteça. Mas noto muitas vezes que esse mesmo anseio, esse mesmo desejo do amparo estatal não acontece quando é para fatos como esse que vimos aqui no vídeo: mulheres que querem ter os seus filhos, que querem ter uma gestação, ainda que com toda essa realidade conturbada, como foi apresentada – e outros casos que também conheço –, mas que, muitas vezes, não podem ter o seu desejo contemplado porque o Estado não cumpre a Constituição, o Estado não lhes dá os meios para que possam ter um pré-natal e todo esse desenrolar da sua gestação.

Eu protocolei dois projetos de lei, agora nesse mês de março, um dos quais é o 4.710, em que se diz o seguinte:

> Art. 8º. É assegurado acesso aos programas e às políticas de saúde a todas as gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto, ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
>
> [...]
>
> §11. Os programas e Políticas de Saúde às gestantes observar-se-ão o disposto no art. 226, §7º da Constituição Federal.

Eu digo isso porque muita gente às vezes fala que os homens não entendem as mulheres, não se preocupam com as mulheres. Não é esse o caso. Pelo menos não é o meu caso. Eu sou um defensor da vida e acredito que todos nós somos. Sejam os ativistas pró ou contra o aborto, todos são a favor da vida. Não gosto de tachar ninguém de criminoso; eu gosto de tratar num nível mais elevado. Todos nós queremos a vida. Cada um tem uma concepção diferente, eu respeito e até como Parlamentar devo respeitar essas concepções diferentes; sou democrático. Porém, também não gosto quando se coloca sobre nós, Parlamentares homens especialmente, a pecha de que nós não entendemos de mulheres e que nós não estamos nem aí para situações que as mulheres vivem. Como eu disse, no meu caso, sim, eu procuro, de fato, buscar uma legislação que contemple o todo da mulher. Então, esse é um caso.

Rapidamente, Sr. Presidente. O outro é o Projeto nº 4.642, que dispõe sobre a prevenção e conscientização dos riscos e consequências relacionadas ao aborto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu vejo que também o Governo Federal não se preocupa em mostrar para as mulheres, até mesmo àquelas que querem cometer o aborto, os riscos. Riscos físicos, riscos psíquicos, emocionais; e existem, não é? Nós aqui não podemos também ser tão infantis de achar que não existem. Fez o aborto, resolveu e pronto. Tirou a criança, resolveu o problema naquela hora. Não, há consequências e também é obrigação do Estado, até porque muitas ativistas pró-aborto usam esse argumento de que é uma questão de saúde pública.

Então, o Estado também tem que mostrar para as mulheres os riscos de um aborto, ainda que seja feito dentro da realidade que a lei permite. O Estado também deveria ter esse cuidado, mostrando que muitas mulheres poderiam não abortar, a partir do momento em que vissem uma campanha de televisão. Há muitas campanhas para divulgar camisinha, para as doenças DST. Agora, não se faz uma campanha dizendo dos riscos que o aborto pode causar na vida da mulher.

Então, quem sabe num momento como esse, uma mulher numa situação de desespero, vendo um vídeo, vendo uma campanha, dentro de um hospital, cartazes, até mesmo palestras dentro de hospitais, pudesse ter, num momento ali, uma oportunidade de fazer uma decisão mais ampla, mais amparada dentro de tudo aquilo que o Estado tem obrigação de fornecer para as mulheres. Vendo uma política para as mulheres como um todo. Uma política completa.

Eu digo sempre, como defensor da vida, eu pauto... e é o único momento aqui em que eu vou colocar um quesito religioso. Evangelho de João, capítulo 10, versículo 10: "Eu vim para que tenham vida...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, eu gostaria que respeitassem quem está com a palavra e é a palavra de todo mundo aqui: de quem é a favor e de quem é contra. Isso aqui não é jogo de Vasco e Flamengo, por favor.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – De fato, nós concordamos, estamos de acordo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Isso nós estamos de acordo. Se a senhora não quer ouvir, a senhora pode tampar os ouvidos ou sair da sala. Eu agradeceria. Agora, eu estou no direito de falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, eu já pedi por favor, o Deputado está com a palavra. Aqui as ativistas que falam pró-aborto têm a palavra garantida e são respeitadas. Aqui, ninguém levanta a voz para vaiar a posição de ninguém, enquanto eu estiver presidindo aqui. Isso aqui não vai virar uma zorra.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – E é exatamente isso, muitas vezes as pessoas que mais exigem respeito são aquelas que mais desrespeitam, mas eu não me altero, não tenho nenhum problema com isso e entendo perfeitamente que o Estado é laico.

Agora, por ser o Estado laico, eu tenho total direito e autonomia de ser católico, religioso, evangélico, ateu e o que for. É um direito que eu tenho. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

Como Parlamentar, sim. Agora, tenho direito, sim, como Parlamentar, de ser religioso. O Congresso é representativo, tem ateu, tem católico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu não quero.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Não, de fato, de fato.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu não quero. Só um minutinho, Deputado. Eu não quero ter o dissabor de pedir à segurança para retirar. Mas seja a favor, ou seja contra, eu vou pedir para retirar. Isso aqui não é jogo de torcida. Desculpe. Eu vou pedir para retirar. É a minha última palavra. E quem quiser pagar para ver, vai ver.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Como eu dizia, de fato, o Congresso é representativo e o Congresso tem representantes LGBT, tem representantes feministas, tem representantes do agronegócio, tem representantes dos empresários, tem representantes evangélicos, tem representantes católicos e nós entramos aqui pelo voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu represento esses, esses eu represento e com muita dignidade e tenho, de fato, a alegria de saber que aqueles que votaram em mim se sentem perfeitamente representados por mim. Agora, não represento todos, isso é uma realidade da democracia.

A representatividade num congresso, numa câmara baixa ou alta, é, de fato, representativa, não são todos que representam todos. Porém, os números mostram, as estatísticas mostram que pelo menos 80% dos brasileiros são contra o aborto. Então, esses 80% eu sei que represento, estamos falando aí de mais de 100 milhões de brasileiros.

Mas, enfim, a minha defesa, voltando ao ponto em que parei, é exatamente a defesa da vida plena, desde a concepção até o declínio natural, passando pela qualidade de vida. Não adianta nós defendermos o nascituro se não nos preocuparmos com a criança depois que ela nasce, não nos preocuparmos com a mãe depois que ela está com a criança e não sabe o que fazer, porque não tem trabalho, o marido abandonou... Então, a vida plena, o cuidado pleno. Isso é contemplado na Constituição Federal. Ao propor esses projetos e outras ações, eu acho que nós devemos sempre pensar no cuidado total da mulher, que passa também por esse cuidado do Estado, que muitas vezes ou quase falha nesse amparo à mulher, à criança e ao nascituro.

Estou aqui para isso, para contribuir, como sempre, de forma serena, porém firme, sem ter medo também de nenhuma manifestação contrária, porque faz parte da democracia, isso que realmente faz no nosso País um país democrático. Mas deixo aqui a minha contribuição, o meu agradecimento e também a minha a minha presença sempre que possível para contribuir nesses debates.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Deputado, por sua palavra.

Agora passo a palavra à Drª Leila Linhares, ativista e advogada. Ela terá a mesma isonomia de tempo que precisar usar. Gostaria que fosse mantido o respeito a ela, dentro daquilo que ela vai falar, das suas ideias e daquilo que ela defende. Não preciso reiterar, porque respeito é tudo, quem quer precisa dar. A senhora terá o seu tempo. Fique à vontade.

A SRª LEILA LINHARES – Bom dia a todos e a todas, eu parabenizo a Comissão de Direitos Humanos e Legislação do Senado pela promoção dessas audiências públicas, parabenizo a condução do Presidente desta Comissão, Senador Paim e do Relator Senador Magno Malta.

Eu gostaria de, antes dos acalorados debates que possam vir a se suceder, chamar a atenção de que esta audiência pública, na realidade, é para discutir a interrupção voluntária da gravidez e o seu atendimento pelo Sistema Único de Saúde nas 12 primeiras semanas.

Mas antes de falar sobre isso, eu gostaria de me apresentar. Eu sou advogada, sou coordenadora de uma organização não-governamental de direitos humanos do Rio de Janeiro, que atua já há 25 anos, e sou membro de um comitê da Organização dos Estados Americanos, que é o comitê de peritas para avaliar o monitoramento da Convenção de Belém do Pará, que é a convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Esse Comitê da Organização dos Estados Americanos tem se debruçado sobre o que nós chamamos de violência aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Por outro lado, ao me apresentar eu gostaria também de dizer que eu tenho muito orgulho de ter sido uma das advogadas e uma das ativistas feministas que teve uma atuação muito intensa no processo constituinte e na luta pela redemocratização do Brasil. Nessa luta pela redemocratização e nesse processo constituinte, nós feministas conseguimos ampliar os direitos das mulheres.

Todas nós, mulheres que estamos aqui hoje, somos tributárias dessa atitude e desse debate, desse ativismo feminista da década de 80. Graças a esse ativismo, nós temos os nossos direitos iguais na Constituição, nós temos os nossos direitos iguais na condução da família, nós temos direitos ao planejamento familiar sem coação e com o dever do Estado de fornecer os métodos e os meios necessários para o exercício desse direito. É importante a gente também lembrar que a defesa desses direitos tem sido constantemente realizada ao longo dessas décadas pelos movimentos feministas. São esses movimentos que não deixam que haja retrocessos, que nós voltemos ao tempo das nossas avós ou bisavós, quando as mulheres não podiam trabalhar, quando as mulheres não podiam estudar, quando as mulheres tinham que ser subservientes dentro das suas famílias.

Então, nesse sentido, ao ser apresentada como ativista, eu gostaria de qualificar esse ativismo como sendo um ativismo democrático, de defesa dos direitos de todos, homens e mulheres, na nossa sociedade...

(Manifestação da galeria.)

A SRª LEILA LINHARES – ... um ativismo particularmente de defesa dos direitos das mulheres. Por que a gente tem que ter uma defesa dos direitos das mulheres específica. Porque, na realidade, apesar de a nossa Constituição ter reconhecido a nossa plena igualdade, os nossos plenos direitos em relação aos demais membros da sociedade, aos homens, nós vemos que na prática esses direitos não têm sido respeitados. O direito ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

trabalho tem sido limitado, os salários das mulheres são mais baixos. O direito à educação é limitado quando nós olhamos para quem está nos postos mais altos da Administração Pública e da administração das universidades, nós somos vítimas de violência doméstica e familiar de forma extremamente grave e as estatísticas estão aí. É por isso também que eu tenho muito orgulho de dizer que eu fiz parte do grupo que elaborou a Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, o ativismo feminista não se esgotou no momento Constituinte, o ativismo feminista se mantém até hoje e é necessário que se mantenha. É importante que todas as mulheres, contra ou a favor do aborto, reconheçam isso. É necessário que continuemos lutando pela concretização dos direitos das mulheres, pelo respeito das mulheres na nossa sociedade. Nesse sentido, ao discutir sobre a questão específica desta audiência pública, que é o acatamento pelo Sistema Único de Saúde da interrupção voluntária da gravidez nas 12 primeiras semanas, eu trago à lembrança de todos que nosso Código Penal vetusto, de lá de 1940, já previa a interrupção da gestação quando de risco de vida à mulher e também quando de gravidez resultante de estupro.

O Supremo Tribunal Federal, mais recentemente, legislou não necessariamente sobre o aborto, mas legislou sobre antecipação de parto quando mulheres de fetos anencéfalos, sem nenhuma condição de sobreviver, essas mulheres que se transformaram em verdadeiros caixões de fetos natimortos basicamente, pudessem optar pela continuidade ou não dessa gestação. Nós, mulheres brasileiras, que defendemos a legalização do aborto, não queremos que esse direito seja uma imposição. E, nesse sentido, eu louvo a Drª Rosemeire Santiago, que chamou a atenção sobre o direito de opção. Nenhuma mulher deve ser obrigada a fazer um aborto, nenhuma mulher pode ser coagida a fazer um aborto, como nenhuma mulher deve ser obrigada e coagida a não interromper a gestação dentro dos prazos legalmente considerados para tanto.

Nesse sentido, a coação para as mulheres não pode vir do seu namorado, não pode vir da sua família e não pode vir do Estado. Esse é um direito de decidir das mulheres de algo que só acontece no corpo das mulheres. Aí, entramos na questão da igualdade. Nós estamos tratando de um tema que diz respeito só às mulheres, isso não acontece no corpo de um homem. Nós não podemos obrigar um homem a doar seu órgão para salvar a vida de um filho. Ele poderá até fazê-lo, num ato de extrema generosidade, mas não podemos obrigá-lo a isso. Então, exigir que toda mulher tenha a possibilidade de não querer fazer um aborto quando ela se considera com necessidade de fazê-lo, trata-se de uma coação, trata-se de uma limitação inconstitucional dos seus direitos. Nós temos lá o nosso art. 5º elencando o direito à autonomia, o direito à privacidade e o direito à intimidade.

E eu queria então lembrar que esse protagonismo das mulheres brasileiras está no bojo do protagonismo das mulheres em todo o mundo, principalmente a partir da década de 60, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

Esse protagonismo das mulheres fez com que não apenas os direitos das mulheres fossem reconhecidos e ampliados, mas também que fossem reconhecidos e aplicados os direitos à interrupção da gestação. Não só o direito da interrupção da gestação, mas o direito de toda mulher que quer interromper ou não interromper, que seja acolhido pelo Estado e que o Estado tenha obrigação de fornecer os serviços de saúde necessários tanto para essa mulher levar adiante uma gravidez, quanto parar essa mulher interromper a gravidez. A proposta feminista é uma proposta que se debruça sobre o direito de as mulheres terem uma atenção integral tanto à concepção quanto à contracepção, quanto ao tratamento da infertilidade para homens e mulheres. Esse é um dado importante quando nos damos conta da pouca responsabilização dos homens na vida reprodutiva, como os homens brasileiros não utilizam os métodos contraceptivos do preservativo, da vasectomia ou de outros métodos que possam estar disponíveis. Cai somente nos ombros das mulheres, nos úteros das mulheres essa responsabilidade e quando as mulheres não querem levar adiante o ônus dessa falta de planejamento familiar, dessa não responsabilização dos homens, essas mulheres, então, ao recorreram ao aborto têm sido criminalizadas.

Em diversos países o aborto foi descriminalizado, não apenas considerando a autonomia das mulheres, o direito das mulheres de decidir, mas considerando também os graves efeitos dos abortos clandestinos que levam as mulheres à morte. Esses abortos clandestinos, na realidade, só ocorrem porque existe uma visão repressora, calcada em valores morais, valores religiosos que devem ser seguidos por todos aqueles e aquelas que compartilham desses valores religiosos, mas não podem ser valores que obrigam aqueles ou aquelas que deles não compartilham.

Então, na realidade, nós vemos que quando nós levantamos os dados estatísticos sobre mulheres que praticaram aborto, tendo em vista que a sociedade brasileira tem, como disse o Deputado, uma maioria de mulheres católicas, é bem interessante observar que dentro dessa maioria de mulheres católicas há mulheres que também recorrem ao aborto, que também recorrem ao aborto em condições clandestinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não são mulheres que não têm valores morais, não são mulheres que viram as costas a sua religião, são mulheres que estão diante de uma opção muito grave, muito séria nas suas vidas, são opções éticas que essas mulheres tomam.

Então, nesse sentido, vemos que muitos países consideraram essas questões da reprodução como algo que diz respeito à autodeterminação reprodutiva das mulheres. Só as mulheres devem decidir, sem coação, ter ou não ter filhos sem coação.

Por outro lado, esses países deram uma ênfase ao valor da saúde da mulher e, ao darem uma ênfase ao valor da saúde das mulheres, os parlamentos ou as cortes constitucionais que optaram por reconhecer o direito ao aborto nas 12 primeiras semanas sem nenhuma necessidade de essas mulheres terem que justificar porque querem fazê-lo, essas cortes constitucionais consideraram que a saúde das mulheres é um valor da sociedade, é um valor que o Estado tem que garantir. E, nesse sentido, infelizmente, na sociedade brasileira, o valor da saúde das mulheres é ainda muito desvalorizado, tanto para aquelas que querem ter filhos quanto para aquelas que não querem ter filhos e que buscam nesse sentido os serviços de saúde e neles não encontram tanto os meios, os métodos contraceptivos, quanto a legalização do aborto para que esses abortos possam ser realizados em segurança na rede pública de saúde.

Quando a gente fala da vida, claro que a vida é um valor, mas a vida necessariamente não é um valor absoluto. Quando o Código Penal permite a interrupção da gestação em caso de risco de vida da mulher ou em caso de gravidez resultante de estupro, o Código já relativiza esse valor.

E, nesse sentido, ao relativizar esse valor, o Código está apontando para quê? Que a vida da mulher tenha um valor maior do que a vida do embrião. A saúde da mulher e a dignidade da mulher têm um valor maior do que a dignidade do embrião. Não se trata de dizer que o embrião não tenha vida ou o embrião não tenha dignidade. Tem, mas é importante que a gente leve em conta a ponderação dos direitos, que foi então o grande argumento utilizado pelas cortes constitucionais da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Espanha e de muitos outros países onde esse debate sobre o aborto começou e se ampliou a partir da década de 70. As cortes constitucionais estabeleceram, na realidade, prazos constitucionais para que esse procedimento pudesse ser realizado. E o prazo das 12 semanas é uma unanimidade nessas cortes constitucionais que permitiram a interrupção da gravidez.

Nós estamos diante, por outro lado, de um compromisso que o Estado brasileiro assumiu, firmado junto a diversos organismos das Nações Unidas, de tornar as legislações de países que ainda reprimem de maneira muito forte o aborto, de tornar essas legislações menos repressivas, considerando, sim, que, mesmo que haja um conflito de direitos entre os direitos da mulher e os direitos do embrião, esse conflito tem que ser decidido levando em consideração que a mulher já é uma vida plena, que a mulher já é o sujeito de direito e que o embrião no máximo tem uma expectativa de direitos. Não significa a gente descartar a possibilidade de se discutir se é vida ou se não é vida, se discutir se tem dignidade ou não tem dignidade. Nós estamos diante de um conflito constitucional de direitos e nesse conflito constitucional de direitos é importante, nessa ponderação, levar em conta que o que conta mais é a vida das mulheres.

A vida das mulheres que têm o direito de se autodeterminar, que não podem ser coagidas pelo Estado, que não podem ser coagidas por valores morais ou religiosos que impeçam que ela exerça esses direitos.

(Soa a campainha.)

A SRª LEILA LINHARES – Eu gostaria também de chamar a atenção de que a proposta feminista de legalização voluntária da gravidez é dentro de prazos e condições, nós não estamos falando de uma descriminalização total, nós não estamos falando que agora vale tudo. Não. O que nós temos buscado é fazer com que a legislação brasileira legalize a interrupção voluntária da gravidez. O que significa isso? Legalizar sob determinadas condições, sob determinados prazos, é isso que está sendo discutido. Uma das condições e um dos prazos são as 12 semanas, sem que essa mulher seja obrigada a justificar por que, e outra das condições é que esse aborto seja realizado em condições seguras na rede pública de saúde. Claro que os profissionais da rede pública de saúde podem alegar problemas de consciência. Nesse sentido, se a rede é pública, esses profissionais devem ter então a possibilidade de se afastarem e a instituição pública tem obrigação constitucional de garantir a saúde e os direitos das mulheres, tal como está na nossa Carta Magna.

Os países que adotaram, portanto, a referência à chamada ponderação de direitos ou ponderação dos valores constitucionais. E há um trabalho extremamente importante a esse respeito feito, elaborado pelo Prof. Daniel Sarmento, da Universidade Estado do Rio de Janeiro, a que os senhores podem ter acesso, através da internet ou diretamente com o professor. Essa ponderação de direitos ou ponderação de valores constitucionais deve ser observada. Nós não podemos esquecer isso, não podemos esquecer que se há um conflito, esse conflito sempre se dá através dos mecanismos de ponderação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não se trata, por outro lado, como alguns levantam, de que a legalização do aborto seria um braço de uma política controlista e antinatalista conduzida à revelia das mulheres com objetivo de reduzir nascimentos de meninas ou de políticas eugênicas. A colega da Mesa citou o caso da China. Nós sabemos que na China as mulheres não têm opção. Quer dizer, na realidade há, sim, por parte de uma política controlista do Estado uma obrigação dos casais de só terem um filho e muitas vezes o incentivo ou a coação para que as mulheres, sim, abortem. Mas isso é uma política de Estado, é uma política controlista. A proposta feminista não é uma política controlista, nossa proposta é uma política de respeitar a autonomia reprodutiva das mulheres, a autodeterminação das mulheres, o direito de opção.

Eu gostaria talvez de finalizar, para não tirar o tempo das demais companheiras, de dizer o seguinte. O D. Relator, Senador Magno Malta, chamou a atenção de que essas audiências servem para convencer o Relator. E eu gostaria muito, desculpando-me com o Senador, de poder então fazer uma sugestão que possa embasar o seu livre convencimento, que possa embasar a sua decisão.

A minha sugestão, Senador, é que nós temos um trabalho extremamente importante de países com os quais o Brasil comunga de religiões como a França, como a Alemanha, como Portugal, como a Espanha ou como o México, onde as cortes constitucionais, não apenas o Parlamento, mas as cortes constitucionais, diante das constituições desses países, que são constituições democráticas como a do Brasil – eu não estou falando de países totalitários, de países que desrespeitam os direitos humanos, estou falando de países que têm a mesma tradição e a mesma constituição fundada no respeito à dignidade da pessoa humana – que o Senhor pudesse trazer para o seu convencimento e para sua relatoria os debates que ocorreram e as posições que estão presentes nesse debate extremamente rico dessas cortes constitucionais desde a década de 70 e trazer também para esse convencimento os compromissos que o Estado brasileiro assumiu nessas conferências de direitos humanos, compromissos não de ser o Estado repressor, o Estado que retira dos indivíduos o direito à autodeterminação, o direito à opção, o direito de decidir livremente sobre situações que dizem respeito a sua intimidade e a sua privacidade.

Então, eu gostaria de agradecer. Espero que a minha sugestão possa ser acolhida pelo D. Senador, que a legislação brasileira possa continuar seguindo os passos de legislações democráticas, de legislações respeitadores e reconhecedoras dos nossos direitos das mulheres, direitos tão tardiamente conseguidos. Se nós pensarmos que só em 1988 nós, mulheres brasileiras, passamos a ter os mesmos direitos que os homens, nós vamos ver que os nossos direitos ainda são muito recentes, muito frágeis ainda e que precisam ser defendidos.

Eu gostaria de dizer para as companheiras presentes que realmente é importante que levemos em conta que este é um debate democrático, que nós possamos ouvir com tranquilidade as propostas contra e a favor, mas gostaria também de dizer para o Senador e para os demais membros da Mesa que, às vezes, para que avancemos na democracia é preciso de ruído, Senador. (*Palmas.*)

Nesse sentido, as mulheres brasileiras precisam, sim, ir à rua lutar pelos seus direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço.

Por favor.

Agradeço, Drª Leila, a sua exposição, agradeço sua manifestação, ouvi com atenção. Concordo com a senhora, o ruído nem sempre é falta da educação, concordo com o ruído. O ruído da rua é que está mudando este País. Mas o ruído nem sempre é desrespeitar a posição do outro.

Então, é desse mau ruído de que eu trato: falta de educação e falta de respeito. Mas o ruído, o levante da rua por buscar direitos é absolutamente normal e necessário, até porque nós só estamos aqui por causa desses ruídos todos que vêm acontecendo num processo depurativo. O País vive um momento ruim e bom, malcheiroso e não malcheiroso, um momento triste, mas também alegre, porque a Nação brasileira vive o seu processo de depuração, ela está se depurando. A sociedade brasileira passa por uma moenda neste momento que dói, mas tumor é assim mesmo. Quando vem a furo fede, porque é pus e dói, mas para sarar tem que apertar, para tirar o pus. É isso que nós estamos vivendo, o momento é ruim, mas é bom, fede mas não fede, é o processo depurativo do País e a gente só avança dessa forma.

Agora, mesmo o debate na rua é preciso que se dê respeitosamente, porque, fora disso, nós não chegaremos a lugar nenhum. E o ruído a que a senhora se referiu imagino que seja esse, não é o desrespeitoso.

Agradeço à senhora a sua palavra, ouvi com muita atenção e ouviria mais, ouviria mais. A senhora usou o tempo que achou que deveria usar.

Eu registro a presença do Deputado Marco Feliciano e... (*Palmas.*)

Registro a presença do Deputado Marco Feliciano. A vida é o direito ao contraditório.

Existe uma coisa aqui no Parlamento e, ontem mesmo, falava com dois Senadores; passou uma Senado-
por mim e, de uns 15 dias para cá, ela parou de falar comigo e outros também pararam, uns três ou quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

As pessoas não suportam conviver com quem tem posição divergente. Por que isso? E aí começa a tratar a pessoa como se fosse inimigo. Para eles, no Parlamento, quem é a favor do *impeachment* da Dilma virou inimigo. As pessoas baixam a cabeça, e não falam, e passam como se estivessem com ódio, porque, se você não bate palma para a posição da pessoa, se você não diz que concorda e faz coro com ela, você vira inimigo dela. Um negócio que não vai chegar a lugar nenhum.

Então, é preciso que a gente respeite as pessoas com o que elas pensam e as suas divergências.

Registro a presença – e V. Exª é muito bem-vindo à Comissão– e poderá usar a palavra, se quiser.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Parabéns por essa luta incansável. Esta já é a quinta audiência, e acredito que não faltei a nenhuma aqui.

Quero parabenizar todos os membros que compõem a Mesa, cada uma com seu posicionamento, e a educação, como V. Exª disse, é o princípio da democracia.

Quero aqui cumprimentar, pelo menos das que estão debatendo, três pessoas que são muito importantes para essa causa que hoje aqui nós debatemos: a primeira é a Drª Rosemeire e a segunda é a Drª Dóris. Parabéns pela luta de vocês duas; essas duas mulheres juntas salvaram quase oito mil crianças neste nosso País. (*Palmas.*)

O número de assinaturas que foi feito para que essa audiência hoje pudesse aqui acontecer – parece que foi um cidadão que escreveu uma carta pedindo, em nome da sociedade civil, que o aborto fosse pautado – chega a 20 mil assinaturas. Já foi visto que dessas 20 mil assinaturas, pelo menos oito mil assinaturas foram falsas. Só essas duas mulheres salvaram quase oito mil crianças. Parabéns por essa luta! Vocês são heroínas nossas!

Quero aqui também cumprimentar a jovem Sara Winter pela sua coragem... (*Palmas.*)

Pela exposição, por ter...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, deixe-me pedir uma coisa para vocês, porque se em cada frase que ele falar vocês baterem palma, daqui a pouco será desse jeito para todo mundo. Todo mundo fala – palmas; fala – palmas, interrompe o raciocínio. Vamos ouvir em paz, tranquilamente. Contenham suas empolgações, por favor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – Muito obrigado, Senador.

Sara, voltando a falar de você, parabéns pela sua luta, parabéns pela sua coragem. O ser humano só é nobre por isto, porque ele tem o livre arbítrio dentro dele e, às vezes, recuar nem sempre significa ser covarde. Às vezes é preciso ter mais coragem para voltar atrás do que para continuar um embate que não faz sentido nenhum.

Quero cumprimentar aqui também o movimento Pró-Vida que tem sido guerreiro nesta luta pelo nosso País e o Desperta Déboras, que só aqui representa 3 milhões de mulheres brasileiras que são contra a prática do aborto, que assinaram, documentaram. Então, não são uma, nem duas, são três milhões de mulheres representadas pelo grupo que aqui está.

Sr. Presidente, em todas as falas minhas aqui, nesta Comissão, eu sempre comentei sobre a minha experiência pessoal.

Sou filho de uma mãe, Dona Lúcia Maria Feliciano, uma senhora que mal sabe ler e escrever, que passou por todos os perrengues que esta vida pode dar. Minha mãe tinha, dentro de casa, uma clínica clandestina de aborto. Foram mais de 150 crianças que, pelas mãos da minha mãe, deixaram de existir neste mundo; crianças que já tinham seus dois ou três meses de existência. Muitas dessas mulheres procuram a minha mãe até os dias de hoje, arrependidas, sem saber o que fazer. Só com a minha mãe eu gasto uma fortuna por mês por causa dos problemas psicológicos que isso trouxe a ela. E eu não estou falando apenas de ela ter tido uma clínica de aborto, estou falando dos bebês dela que ela abortou. Eu estou falando aqui hoje, porque sobrevivi a um aborto desse. Eu sei que, para algumas aqui, pode ser isso uma tristeza, devia ter morrido, mas eu sei que para muitas pessoas do Brasil, eu posso ser aqui uma voz. E a voz daqueles que não podem gritar aqui, Senador.

Eu vi a nossa Drª Leila falar sobre o ruído, o grito, e eu vi aqui as feministas aplaudirem e gritarem. Nós que estamos aqui no ponto contrário, estamos aqui dando voz e grito àqueles que não podem gritar. O bebê na barriga da mãe não pode gritar, não pode fazer barulho, não pode ir para a rua. Aqui tratado como um feto, aqui tratado apenas como um pedaço do corpo da mulher... Não é isso, é uma vida! É um ser humano, é um ser humano que vem a este mundo, talvez por vias contrárias, vias que as pessoas não querem, que não pediu para vir, mas é uma vida, é um ser humano. Não se pode assassinar uma criança, um bebê, em detrimento de outro tipo de empoderamento dado à mulher.

No meu País, vale mais a vida de um mico-leão-dourado do que a vida de uma criança. Se matar um macaquinho desses, você será preso e será um crime inafiançável, ou seja, o governo que protege o macaco deixa de proteger a vida de uma criança em função de um outro poder.

Ontem, nós saímos aqui do Parlamento, da Câmara dos Deputados, às 2h da manhã, Senador, por uma [illegible] – e uma das lutas mais belas que nós tivemos na Casa. Em nome do direito das mulheres, e elas já têm bas-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tante direitos e, concordo, têm de buscar mais direitos ainda, há Secretaria da Mulher, há Comissão de Direitos Humanos aqui, tem lá, nós temos um milhão de coisas, e a Câmara dos Deputados criou, ontem, a Comissão Especial para a Mulher. Só que fizemos um pedido: já que a mulher vai ter mais uma voz, nós queremos colocar também a voz dos nascituros. E o senhor precisa ver a briga que foi até às 2h da manhã, com pessoas que não queriam que o nascituro tivesse alguém que pudesse falar por eles na Comissão de Seguridade Social.

Então, a briga aqui é muito estranha. Se pode proteger a mulher, por que não pode haver um grupo que proteja o bebê que está dentro dela. A vida é um direito inalienável, senhoras e senhores.

Não sei quanto tempo V. Exª me deu aqui. Posso continuar?

Eu quero aqui, inclusive, dizer que as feministas têm um trabalho importante neste mundo, e muito. Eu vi aqui a nossa Drª Leila dizer que, até 1988, as mulheres tinham poucos direitos. Só que eu acho que, em nome desses direitos, não se pode tolher outros. Por exemplo, ser bela, recatada e do lar tem de ser um direito da mulher também. A mulher que quer ser uma empresária; a mulher que quer ser CEO, a mulher que quer ser o que for tem esse direito e deve lutar. Mas e se ela não quiser? Se ela quiser ser uma mulher do lar, uma mulher bela, recatada? Isso diminui a presença dela? Isso faz a mulher ser menos mulher? Ora, que loucura é essa, senhoras e senhores! Que loucura é essa!

Nós temos de dar às pessoas, num país democrático, o direito de elas pensarem e serem o que elas quiserem.

Eu sou aqui também hoje, Sr. Senador, a voz de um cem número de mulheres no Brasil. Poucas pessoas aqui conhecem o Brasil como V. Exª conhece, porque eu conheço a sua lida, trabalhamos juntos em muitos lugares; eu conheço do meu País mais de quatro mil cidades pessoalmente e mais de 70 países do mundo, onde já trabalhei como preletor, como pregador e dando palestras, inclusive, sobre o aborto.

Conheci a Drª Damares, que aqui está, em um evento no Norte do País e, quando ela passou no quadro a imagem de crianças sendo abortadas, eu fiquei chocado e disse: vou entrar nessa briga porque eu sou um sobrevivente disso aí. E eu vi que, no País todo, de Norte a Sul, o número de mulheres que querem gritar aqui, mas não podem, que são contra essa prática, precisam ser representadas...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – ... Aqui, e aqui estão representadas.

Então, quero dar parabéns a todas aquelas que são a favor da vida, que estão estampando o seu rosto aqui, que suportam os gritos, o achincalhamento público e outras coisas mais de pessoas que não conseguem debater no nível intelectual, porque, quando falta no nível intelectual, partem para cima...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – É isso aí, quando falta para essas pessoas argumento, colocam e rotulam pessoas de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, senhora. Por favor, senhora.

Pode concluir, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – Já estou terminando, Sr. Presidente. Desculpe-me até causar esse tipo de sentimento aqui, mas é assim que acontece: na falta do argumento e do debate intelectual, vai o grito, e vai o achincalhamento, e vai a rotulação. Isso é uma tática que não apenas elas usam, é uma tática de esquerda. Nós sabemos como é isso, conhecemos a guerra, sabemos muito bem como é a guerra. Deboches não nos intimidam, podem gritar, podem falar o que for. Essa porcaria não passa aqui, não passa no Brasil... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, por favor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – As crianças têm vez, têm voz.

Parabéns ao senhor pela sua luta, Senador. E conte conosco.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado.

Senhora, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Você não vai me desrespeitar, rapaz. Você não vai me desrespeitar. Você não vai me desrespeitar. Você está sendo respeitado por mim o tempo inteiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

você e todo mundo. E vai ser sempre assim. Então, mantenha o respeito a mim, porque eu estou respeitando você, está bem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não, mas você não precisa gritar, porque quem está dirigindo sou eu, e eu sei, porque, quando a senhora gritou primeiro, eu só pedi a ela por favor. Não mandei tirá-la. Está bem?

Vamos continuar.

Agradecendo ao Deputado, eu gostaria de passar a palavra à... Por favor, por favor, senhora.

Eu vou passar a palavra à Drª Melânia Amorim. V. Sª tem o tempo de ...

A SRª MELÂNIA AMORIM – De 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Se precisar passar um pouco mais, pode passar também, porque eu serei tolerante.

A SRª MELÂNIA AMORIM – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – A senhora tem a palavra.

A SRª MELÂNIA AMORIM – Exmº Senador Magno Malta, todas as pessoas aqui presentes, o meu bom-dia. Eu sou médica, ginecologista obstetra, professora e pesquisadora, e assim eu me apresento para explicar que as minhas principais linhas de pesquisa e prática são mortalidade materna e medicina baseada em evidências.

Portanto, eu irei centrar a minha fala no problema fundamental do aborto como questão de saúde pública e no forte corpo de evidências científicas correntemente disponíveis que demonstram que a medida mais simples para reduzir drasticamente as mortes maternas, não apenas no Brasil, mas no mundo, e também a morbidade que muita gente já falou porque existe realmente a morbidade muito importante relacionada com abortos provocados e abortos inseguros, é legalizar o aborto e tornar amplamente acessível, dentro do sistema de saúde, a interrupção da gravidez mediante a decisão da mulher.

Isso foi reforçado e está disponível em um artigo publicado pelo meu orientador – ele, atualmente, é coordenador do Comitê da Federação Internacional dos Ginecologistas e Obstetras (Figo) –, Prof. Anibal Faúndes, o maior cientista vivo em ginecologia e obstetrícia do Brasil. E esse artigo foi publicado agora, em outubro de 2015, e reúne todas essas evidências. Está disponível para quem tiver interesse, completamente gratuito, pela internet.

Eu adianto ainda que fica muito difícil, e eu entendo as emoções, mas não se trata, pelo menos, de querer polarizar contra ou a favor do aborto. Dificilmente, eu, pelo menos, em toda a minha vida, encontrei alguém que fosse favorável ao aborto. O aborto é uma decisão íntima, dolorosa e difícil até mesmo para a mulher que a ela recorre, e eu acredito que, em sã consciência, nenhuma mulher quer alegremente recorrer a essa solução. É uma decisão pessoal, intransferível, acaba, todavia, por mobilizar as diversas esferas da sociedade, ensejando discussões filosóficas, religiosas e políticas, em que todo o conjunto de crenças e de convicções de alguns, infelizmente, acaba por querer prevalecer ao dos outros.

A questão que eu quero demonstrar e para a qual chamo a atenção é que a criminalização que, atualmente, é a legislação vigente no País, falha em reduzir o número de abortos. Ela apenas aumenta a mortalidade e a morbidade materna, mas não reduz a incidência de abortamentos provocados. E que a descriminalização – para isso nós vamos mostrar algumas evidências – rapidamente reduz a mortalidade relacionada com o aborto e não aumenta, e até tende a reduzir, o número de abortamentos provocados.

Em todo o mundo, não é aqui no Brasil somente, o aborto é um óbice sério para as vidas e o bem-estar das mulheres. No mundo, aborto responde por 15% das mortes maternas e a maioria dessas mortes ocorre nos países com legislação restritiva, ou seja, nos países em que o aborto é ilegal.

Essas mortes – isso é um reconhecimento da Organização Mundial da Saúde, da Figo – poderiam ser evitadas se as mulheres tivessem acesso ao aborto seguro e legal, e isso já foi demonstrado nos países que mais recentemente legalizaram o abortamento, e a gente dispõe das estatísticas vitais, como a Guiana, o Nepal, a África do Sul e bem mais recentemente o Uruguai. Claro, é óbvio e ululante, a prevenção primária da gravidez indesejada é o método mais efetivo consistente e que deve ser estimulado. Porém nenhum método contraceptivo é 100% efetivo, e existem restrições para o uso de métodos muito efetivos em vários países.

Existem correntes religiosas contra a distribuição de métodos contraceptivos, existem grupos que até dificultam acesso à contracepção e mesmo usuárias de métodos anticoncepcionais acabam por engravidar, resultando, no mundo, em cerca de 33 milhões de gestações acidentais por ano.

No Brasil, nós temos cerca de 10% das mortes maternas por aborto; é a quinta causa de morte materna. ano passado, nós temos estimativas, não ainda os dados consolidados, mas a OMS estimou 1,3 mil mortes ternas, das quais, pelo menos, 10% terão sido por aborto, sendo a principal causa: aborto inseguro, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nem sempre, para todo mundo aqui presente, é sinônimo de aborto ilegal, porque, na verdade, a gente tem um nítido recorte aqui de cor e classe social no aborto ilegal, aqui, no Brasil, porque as mulheres favorecidas, de boa condição socioeconômica, têm acesso a medicamentos e recorrem a clínicas clandestinas, mas que funcionam dentro de padrões de higiene adequados, e elas abortam seguramente, enquanto as mulheres pobres, as mulheres negras, as mulheres pardas, sem acesso à educação, sem escolaridade, elas recorrem a soluções perigosas para provocar o aborto e são elas que morrem ou têm complicações graves em decorrência desses abortos. São mulheres jovens de baixa renda, de pouca escolaridade ou trabalhadoras domésticas, residentes nas áreas periféricas; as negras têm um risco três vezes maior de morrer por aborto do que as mulheres brancas.

E ainda essas mulheres que se desesperam tinham a maior chance de morrer por suicídio por gestações indesejadas, com ou sem tentativa de interrupção. É um drama humano de proporções imensas. E lembrar que as mortes maternas são apenas a ponta de um enorme *iceberg,* porque, para cada morte materna, a gente tem, pelo menos, 30 mulheres com complicações maternas graves. E já se falou aqui, inclusive pessoas totalmente contra a legalização, que existem complicações gravíssimas de aborto, e existem mesmo. São complicações de abortos mal feitos, de abortos inseguros, de abortos clandestinos, com métodos obsoletos, que não se utilizam mais; métodos perigosíssimos que deveriam ser proibidos e que só existem porque os abortos são praticados de forma clandestina. Incluem, além de perfuração uterina, hemorragia, infecção, choque séptico, perfuração de vísceras, traumatismos genitais, e as mulheres podem sobreviver com sequelas que vão acompanhá-las por toda vida, inclusive, dor pélvica e infertilidade.

A questão é que, voltando ao que eu falava, a criminalização ou a legislação coibitiva falha em evitar abortos em todo o mundo, em diversos países e também aqui no Brasil. A Leila já falou, o nosso Código Penal só prevê dois excludentes de ilicitude, que são as situações em que não se pune aborto no Brasil: risco de vida para a mãe, quando não há outra forma de se salvar sua vida ou a gravidez decorrente de estupro, embora com a ADPF 54 seja possível também a interrupção da gestação em fetos com anencefalia, mas isso não é aborto porque entendeu o nosso Supremo que não havia vida na ausência de atividade cerebral. Então não se trataria de aborto.

A questão, voltando aqui, é que a legislação proibitiva não resolve. As mulheres continuam abortando.

Os dados da pesquisa mais ampla por amostragem de domicílios demonstram que 15% das brasileiras, pelo menos as brasileiras da área urbana e alfabetizadas, já abortaram pelo menos uma vez. Ao chegar aos 40 anos, uma a cada cinco mulheres terá feito, pelo menos, um aborto.

Então as pesquisas podem ser muito cuidadosas, mas, às vezes, elas podem subestimar o problema, porque contar que fez um aborto é muito difícil, muito doloroso e pode ser perigoso, porque aborto é crime aqui no Brasil. Portanto, se algo há de errado com a pesquisa é que pode ter havido uma subestimava. É por isso que a gente fala: pelo menos uma a cada cinco mulheres, ao chegar aos 40 anos, terá provocado o aborto, e algumas provocam mais de uma vez, estimando-se em 40% a chance de recorrência.

Nessa pesquisa, apontou-se ainda que mulheres de todas as religiões, em todos os níveis de escolaridade, abortam, embora tenham sido mais frequentes os abortos nas mulheres de menor escolaridade, possivelmente por suas condições socioeconômicas.

A faixa etária mais frequente para o aborto foi o ápice da vida reprodutiva, entre 18 e 29 anos. As estimativas atuais são em torno de 800 mil abortos provocados por ano no Brasil e 50% das brasileiras – dados da pesquisa nacional de aborto – que abortam referiram ter necessitado de hospitalização. Isso inclui não apenas riscos para a saúde, indica não somente que há riscos, mas também que já existe um ônus para o serviço de saúde e mostra que realmente a gente tem um problema de saúde pública, ou seja, que o SUS já está atendendo essas mulheres; que essas complicações, na verdade, já estão sendo acolhidas pelo Serviço Único de Saúde. São mais casos graves, com complicações ominosas, morte materna, porque as mulheres que abortam em condições seguras não chegam às estatísticas hospitalares.

Então esse artigo, que eu recomendo a leitura, é um artigo muito sóbrio. O Professor Faúndes, que é um homem muito elegante, muito sóbrio, é um grande cientista com mais de 500 artigos publicados, respeitado em toda a comunidade científica internacional, reúne todas as evidências que levaram a Federação Internacional dos Ginecologistas e Obstetras a defender a descriminalização do aborto como uma medida de saúde pública e elenca quatro razões para que a gente defenda essa descriminalização. A primeira é que, independente da lei, a maioria das mulheres que enfrentam gravidezes não desejadas irá abortar, e a questão é que, quando acesso o aborto é restrito, as mulheres não têm opção legal e aí podem arriscar suas vidas, geralmente recorrendo – as pobres – aos provedores não capacitados clandestinos, sob condições não higiênicas. E aí nós temos várias estatísticas de todo o mundo mostrando que os países em que alia uma política de contracepção eficiente com a legalização do aborto são, exatamente, os países que têm menor razão de mortalidade ma-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

terna. Na Europa, nós temos uma razão de mortalidade materna por aborto de um pra cada cem mil nascidos vivos, que é o indicador. Isso chega na África.

Há números catastróficos de 80 por 100 mil, 80 vezes maior. Aqui, na América Latina, temos cerca de 10 por 100 mil nascidos vivos.

Existe uma grande desigualdade regional e uma grande desigualdade econômica, porque praticamente não vemos mortes por aborto nos hospitais privados nem nas regiões mais ricas do mundo, e essas mortes por aborto nos países pobres também têm uma desigualdade dentro dos próprios países. As mortes, retomando minha linha de raciocínio, lembro que são apenas o topo do *iceberg*.

A segunda razão é que o principal fator para impedir o acesso ao aborto seguro é a criminalização. A criminalização aumenta a mortalidade, a morbidade, mas não reduz a incidência de abortos induzidos, e os países que modificaram as leis pudemos acompanhar, principalmente a experiência da Romênia, que foi bem típica, com a ditadura de Ceausescu. A Romênia tinha uma legislação livre com relação ao aborto, e, de repente, proibiram-se os abortos. A mortalidade materna aumentou drasticamente, dramaticamente de 15 por 100 mil para 140 por 100 mil, e, com a queda de Ceausescu...

(Soa a campainha.)

A SRª MELÂNIA AMORIM – ...que todos devem ter acompanhado, houve uma redução – eu já estou me aproximando do fim, muito obrigada –, um declínio bem dramático dessa mortalidade. Ou seja, a criminalização é eficiente para aumentar a mortalidade materna, mas não logra obter os resultados esperados por quem legisla e pelos grupos que se declaram pró-vida ou contra o aborto – reforço que todos nós somos pró-vida, eu acho que a maioria de nós é contra o aborto.

O que queremos é prevenir a interrupção voluntária da gravidez pelas mulheres. Está bem comprovado, por evidências sólidas, que a criminalização não previne, a legislação proibitiva não previne. Temos as taxas mais baixas de abortamentos provocados no mundo justamente nos países que têm ampla tradição de leis liberais e acesso fácil ao aborto seguro, como na Europa ocidental, Holanda, Bélgica, Alemanha e Suíça, que têm as taxas mais baixas de aborto nos países do mundo, em torno de 7 por mil mulheres na faixa de etária de 15 a 44 anos.

O terceiro ponto é que a descriminalização, quando ela ocorre, corrige esse panorama. Se você garante descriminalização com acesso ao serviço de saúde, vamos ter uma redução da mortalidade relacionada ao aborto e da mortalidade materna.

Outra questão bem importante que o Prof. Faúndes faz questão de destacar, porque é um temor de muitos, é que a descriminalização não aumenta a taxa de abortos, como geralmente se assume. Em alguns países, na verdade, logo depois da descriminalização, vamos ter uma melhora dos registros e pode se observar um aumento de número de internações, de abortamentos registrados, mas depois vai haver um declínio. Existem motivos para isso. As mulheres passam a ser acolhidas pelo sistema de saúde. Como foi demonstrado agora no Uruguai, a mulher que decide abortar sozinha, insegura, na clandestinidade só vai ter uma opção, que é abortar; a partir do momento em que ela chega ao serviço de saúde, em que ela é acolhida, é ouvida, vai ter uma magnitude de opções, uma gama de opções à sua escolha.

Inclusive, aumentou em 15%, no Uruguai, depois da descriminalização, o número de mulheres que desistiram de abortar. E a segunda explicação é que os programas de atenção pós-aborto implicam orientar, aconselhar, acolher essa mulher e dar contracepção eficiente. Então, as mulheres são acolhidas, e reduz-se significativamente o risco de um novo aborto. E quero lembrar que um novo aborto corresponde a 40% dos abortamentos provocados.

Ou seja, na verdade, ao contrário do que se propala, não há evidência para apoiar o conceito equivocado de que a legalização vai promover uma avalanche de abortos e aumentar o número de abortos provocados, desde que aliemos legalização a amplo acesso aos modernos e mais efetivos métodos contraceptivos.

E aí nós temos as estatísticas de muitos países mostrando que, com a legalização, vamos diminuir não só mortalidade materna, que é uma meta mais do que desejável, mas nós vamos reduzir o número de abortamentos provocados.

Finalmente, nós, médicos obstetras, representados inclusive pelo nosso Conselho Federal de Medicina, que já atribuiu nota técnica favorável ao tema, a Federação Internacional dos Ginecologistas e Obstetras, a Organização Mundial de Saúde e diversas outras organizações internacionais – e, por favor, sem delírios conspiracionistas de que nós estaremos promovendo redução da natalidade, eugenia ou estaríamos contaminados por interesses escusos, pois essas organizações são conspícuas, têm forte credibilidade, sem conflitos quaisquer de interesses –, nós defendemos o fim da criminalização e a oferta de aborto seguro e legal dentro do Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não se trata, mais uma vez, de ser contra ou ser a favor do aborto. Isso é algo da esfera íntima de cada pessoa; trata-se de reconhecer quais são as medidas efetivas para reduzir a mortalidade, as complicações maternas e, sim, reduzir o número de abortos.

Essa é uma preocupação de qualquer mulher, essa é uma preocupação de qualquer ser humano. O número de abortamentos provocados vai cair através de educação, de melhora das condições socioeconômicas e de acesso à contracepção efetiva, mas também através do acolhimento às mulheres que querem abortar.

Criminalizar o aborto só gera sofrimento e morte; não evita abortos, principalmente nos países mais pobres e nos setores mais marginalizados da sociedade. Tornar amplamente disponível a interrupção da gravidez dentro do Sistema de Saúde é não somente evitar sofrimento e morte, mas também, paradoxalmente que possa parecer, medida efetiva para ajudar na redução do número de abortamentos provocados.

Para vocês todos, para nós, que somos contra abortos, que queremos evitar essa situação de grande sofrimento para cada mulher, possamos refletir: é mais que urgente a necessidade de legalizar e inserir o acolhimento e a atenção ao aborto legal dentro do Sistema Único de Saúde.

Obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Drª Melânia, agradeço a sua exposição, viu? Obrigado por ter aceitado o convite da Comissão para vir. Muito obrigado mesmo e desejo boa sorte à senhora.

Registro também a presença conosco do Dr. Sérgio Harfouche, Promotor da Criança lá de Mato Grosso, que tem feito um grande trabalho com a infância naquele Estado. Muito obrigado pela sua presença, Dr. Sérgio.

Também está conosco aqui o Dr. Ubiratan Loureiro Júnior, médico obstetra. Se o senhor quiser fazer uso da palavra, eu lhe concedo, até registrando sua presença por ser médico, a princípio, três minutos; depois eu posso pensar em prorrogar o seu prazo.

O SR. UBIRATAN LOUREIRO JÚNIOR – Obrigado, estimado Senador Malta.

Eu sou gineco-obstetra há 30 anos. Sou coordenador adjunto do principal Comitê de Ética em Pesquisa de Brasília. Eu queria ressaltar algumas coisas, do que eu escutei, que me chamam muito a atenção. Primeiro, da Eloísa, que falou muito a respeito da autonomia.

Eu fui o primeiro gineco-obstetra a fazer um curso em universidade federal em bioética no País e tenho também a especialização em bioética. E, lá, quando fizemos uma bioética pluralista, em que foi abordada não só a autonomia, mas também a beneficência, a não maleficência e a justiça, foi levantada uma coisa pelo atual Presidente da Cátedra da Unesco de Bioética realmente dos vulneráveis. E lá se fala muito bem também da autonomia dos vulneráveis.

Se eu não amasse, não gostasse tanto de defender as mulheres, eu também não teria feito gineco-obstetrícia. E eu fiz gineco-obstetrícia e defendo-as como defendo a minha mãe.

O que ocorre é que se fala muito na vulnerabilidade das mulheres, muito na discriminação das negras e assim por diante, mas não se fala da vulnerabilidade da autonomia dos vulneráveis. E os mais vulneráveis, nesse caso, são os embriões.

Como a Drª Leila Linhares falou, o embrião tem vida e tem dignidade. E, quando há um atraso menstrual, quando uma mulher chega no meu consultório – com teste de gravidez positivo –, 20 e 30 dias depois, com um sangramento, uma ameaça de abortamento, a principal coisa que ela me pede é para que eu salve a vida do filho dela. Então, o embrião tem dignidade; ele está vivo, mas é vulnerável. Como falou o Deputado Feliciano, ele é tão vulnerável que não tem direito ao grito.

Então, se nós estamos há 30 anos nesse trabalho de autonomia das mulheres ou de autonomia das mulheres ou de autonomia dos países da América Latina, não podemos esquecer que os embriões são os mais vulneráveis.

A outra coisa é o seguinte. A Drª Melânia fez a citação de que há suicídios das mulheres que não conseguiram fazer o aborto. Doutora, lá no Comitê de Ética em Pesquisa e durante esses anos todos, eu estou muito acostumado, pelo próprio Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, a ver o viés nas pesquisas.

E as pesquisas, nos Estados Unidos, desde 1973 até 2010, mostram que os casos de suicídio pós-aborto saíram de 300 mil para, em 2010, estarem em mais de 1,6 milhão. Então, dizer que, nos países que realmente legalizaram o aborto, não houve um aumento... Houve, e, a meu ver, existe uma coisa muito séria: nenhuma mãe quer matar o seu filho, mas é algo inato à maternidade.

E, do mesmo jeito que ela tem liberdade para evitar, ela também tem que assumir as consequências ando, depois de ter bebido, ou, depois de estar na balada, engravida e aí coloca a culpa em cima de um ser cente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Outra coisa é o seguinte. Na Polônia, em 1978, a legislação ainda, diante da cortina de ferro, era totalmente a favor do aborto e assim por diante. Quando houve a saída dela para, vamos dizer, um país com uma finalidade realmente democrática, o que aconteceu? O aborto foi levado a plebiscito e não foi aprovado. E o que que ocorreu? Houve uma diminuição de todos os números de aborto.

Então, choca-me ver uma visualização, até mesmo Polônia e Romênia, em relação a isso tudo.

Bom, eu vou parar, porque o meu tempo já estourou, mas estou à disposição. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu queria pedir educação a você. Acho que respeito, quando queremos, temos que dar.

Mas eu gostaria de ouvir o senhor mais, e, por isso, eu vou requerer a esta Comissão mais audiência pública. Eu ouvi aqui a Drª Leila, que me fez um pedido – temos conversado aqui nos bastidores –, e eu vou requerer mais audiência pública. Quero trazer o senhor aqui, como quero trazer também a Drª Leila de volta.

Eu agradeço muito a sua fala, com todo o respeito. E, quando fala, fala em nome do que o senhor crê, do que o senhor intelectualmente adquiriu para si, em nome da sua crença, da sua intelectualidade, porque nós somos o que acreditamos; nós somos o que acreditamos.

É por isso que a Drª Melânia, que acabou de falar; a Drª Leila, que acabou de falar... São convicções. E quem tem convicção e tem lado precisa ser respeitado. E é preciso que elas estejam a postos para serem convencidas, e nós também, para sermos convencidos. É por isso que se dá o debate; para que se tenha entendimento. O debate ou me leva a afirmar mais a minha convicção ou me leva a voltar atrás. Minha mãe dizia que só os tolos não mudam. Só os tolos não mudam! Eu posso ser convencido da minha posição, como posso convencer alguém da sua posição. Então, o debate é para que haja convencimentos: ou eu convenço ou firmo mais a minha posição; ou não consigo convencer ou firmo muito mais a posição do outro. É isso que é o debate.

Então, quero parabenizar as suas convicções, aliás, as convicções de todos. É dessa forma que a vida tem de ser conduzida. E eu, desde já, gostaria de trazê-lo aqui, e o farei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Sim, pois não.

O SR. UBIRATAN LOUREIRO JÚNIOR – Eu só queria colocar que as minhas convicções também foram feitas, realizadas, durante a minha formação médica, e, até dois, três anos atrás, eu acompanhava os estudantes do último ano de Medicina, tanto da Fepecs quanto da Universidade de Brasília. Desde aquele período, com 30 anos de formado, e desde os primeiros momentos da Embriologia, o que faz praticamente 36 anos, eu fui formado, e todos os livros até hoje colocam que a vida se inicia com a fecundação. Então, o que ocorre é o seguinte: o aborto para mim, hoje, na visão do País, não é uma questão de verdade científica; é simplesmente um problema de origem política. Então, o que estamos discutindo aqui não é a verdade da ciência. A minha formação passou pela verdade da ciência. E é por isso que eu sou contra o aborto.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu agradeço, conduzo a reunião e vou ouvir a última componente da Mesa, que é a Sara Winter.

Em seguida, vou dar dois minutos para três pessoas a favor da legalização do aborto, que estão inscritas – Paula Viana, Guacira César e Ângela Freitas –, e, pró-vida, darei a palavra à Drª Denise Garcia, à Patrícia Lélis e à Eliane Buzzola – é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Elaine.

Em seguida, como a senhora teve dez minutos, que o Paim lhe deu, e depois lhe deu só mais um, então a senhora ficou com quatro minutos na Casa. Em seguida, eu lhe darei os seus quatro minutos para ser justo com todo mundo.

A Sara tem a palavra. (*Palmas.*)

A SRª SARA WINTER – Bom dia, quase boa tarde, a todos os presentes, aos Deputados, ao Senador, às minhas irmãs de luta que estão aqui, que são pró-vida.

Eu tinha todo um discurso feito aqui, mas resolvi não fazê-lo porque prefiro falar de coração.

Eu vim aqui hoje dar quase um testemunho de vida, resumido em 15 minutos, e eu gostaria de falar que a minha história não começou comigo; a minha história começou com a minha mãe. A minha mãe se casou com um homem que não foi muito bom para ela. Minha mãe foi vítima de violência doméstica. Minha mãe [illegible] o braço quebrado, o nariz quebrado. Minha mãe foi estuprada pelo meu pai diversas vezes. Engravidou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

três vezes e, com muita dignidade, pariu os três filhos. Eu sou muito grata à minha mãe porque ela assumiu a responsabilidade de seus atos e não pensou em abortar mesmo em todas as dificuldades muito ruins que ela passou na vida.

Eu vim de um lar completamente desajustado e violento. Tenho um irmão – as pessoas não sabem – que é adicto em *crack*. Sofri muito na mão dele, junto com os meus pais, que ainda sofrem. Apanhei muito, e meus pais apanham dele até hoje. Sofremos muito com esse tipo de problema. Saí de casa cedo. Aos 17, eu estava na prostituição, para fugir de casa, para tentar um mundo melhor. E, nesse contexto todo, eu conheci o feminismo. Eu achei aquela ideia maravilhosa, aquela ideia de empoderamento da mulher, aquela ideia de que as mulheres têm que ser independentes, de que as mulheres têm que ter poder, têm que ter voz. Eu me apaixonei por aquilo e fiquei quatro anos militando dentro disso.

Acho que, hoje em dia, a principal pauta do feminismo no Brasil é o aborto, é a questão do aborto. Todos nós sabemos que isso não é à toa. Existe um grande financiamento internacional de ONGs que querem mesmo mudar a legislação do nosso País. Eu já citei em vídeos meus, no YouTube, nome por nome de cada ONG, de cada pessoa que é responsável pela movimentação de até US$37 milhões para promover o aborto aqui no Brasil.

Eu estou aqui hoje para falar de uma experiência pessoal, com bastante vergonha, com bastante medo pelas coisas que eu fiz e bastante arrependimento. Eu me encontrava em uma situação completamente assustada, amedrontada, no término de um casamento, de um relacionamento abusivo. E descobri que estava grávida de 11 semanas. Eu entrei em um grupo feminista, o Feminismo Brasil – nem sei se existe ainda. Eu estava com muito medo e queria muito que as pessoas lá pudessem me ajudar. O meu ex-marido estava me colocando para fora de casa, estava com outra, e eu, grávida de 11 semanas. Eu não tinha ideia de para onde eu ia e não podia voltar para a minha casa, no interior de São Paulo, por conta desse irmão que tem problemas com drogas. Eu não queria mais ficar morando de favor na casa dos outros. Eu estava completamente desesperada. E eu pedi ajuda nesse grupo. E a coisa que eu mais ouvi, um comentário após o outro, foi: "Aborta, porque isso não é uma vida; isso é um amontoado de células".

Eu fui a esse grupo buscando qualquer tipo de ajuda; um lugar para dormir, um alimento. Eu nem sabia que existiam pessoas como a Doris ou como a Rose, porque talvez, se eu soubesse, eu não teria estragado a minha vida do jeito que eu a estraguei. Eu fui a um grupo feminista procurando ajuda, procurando um emprego, procurando um abraço de amigas, mas o que eu encontrei foram quatro comprimidos de Cytotec. Eu recebi esses comprimidos de uma médica, uma ortopedista. E eu fiz a pior coisa que poderia ter feito na minha vida. Enquanto eu engolia aquela espuma de Cytotec, eu ia me arrependendo tanto, tanto, de uma maneira inexplicável...

É tão difícil de falar, mas, se eu tivesse conhecido as iniciativas pró-vida antes, eu nunca teria feito isso. Eu nunca, nunca, teria feito isso.

E não adianta; as pessoas que estão aqui presentes nunca vão saber a dor de passar por esse tipo de arrependimento. E questiono que mais do que levantar cartazes é fazer o que essas duas mulheres fazem. Não basta ficar o dia inteiro brigando com homens no Facebook, achando que vão salvar as mulheres ou que vão fazer alguma coisa de bom para as mulheres. Eu sei que o Estado é laico, mas eu nunca achei que fosse dentro de igrejas que eu fosse encontrar pessoas que fazem muito mais pelas mulheres do que o movimento feminista tem feito. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

(Interrupção do som.)

A SRª SARA WINTER – ...noção do que é conviver com essa culpa. E o incentivo que o movimento feminista faz, a facilitação a esse tipo de crime, é muito grande. E eu venho aqui hoje para fazer uma denúncia. O movimento feminista no Brasil tem grupos organizados no Facebook que facilitam o aborto para outras mulheres. Fazem "vaquinha" para comprar Cytotec, fazem "vaquinha" para juntar dinheiro para fazer aborto. Eu venho aqui fazer essa denúncia. Aconteceu comigo, acontece todos os dias. Todas as provas estão no meu celular e já foram devidamente passadas para as autoridades responsáveis, para que seja aberta uma investigação.

Não é fácil conviver com essa culpa, e eu não desejo isso para nenhum tipo de mulher. Eu não sei o que há na cabeça das pessoas de incentivar tal ato brutal e monstruoso sem saber como a mulher vai ficar depois. É muito fácil você dar Cytotec para alguém. É muito fácil você incentivar o aborto. É muito fácil você dizer que isso é só um aglomerado de células, desconsiderando completamente qualquer emoção ou qualquer sequela emocional ou física que a mulher vá ter depois disso. Eu não durmo à noite. Eu tenho sonhos. Eu sonho com braços do meu filho saindo de mim. E eu sonho tentando colocá-lo de volta. E vocês não sabem como é isso. Eu assumo aqui, na frente de todos, a dor que eu sinto, dia após dia, e a de todas as mulheres – a Doris bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sabe, porque ela convive diariamente com isso –, mulheres que praticaram o mesmo que eu porque não sabiam que tinham outra escolha, não sabiam que existiam pessoas muito boas, religiosas ou não, que cuidam de pessoas que, por desinformação, e apenas desinformação, e incentivo de terceiros, cometem esse tipo de monstruosidade. Mães estão se tornando assassinas sem saber. Mães estão sendo colocadas contra os seus filhos sem saber e incentivadas, dia após dia, pelo movimento feminista. E eu tenho muita pena! Tenho pena e rezo por essas meninas, porque a maioria é tão inocente e tão boa que nem sabe que está sendo enganada. As grandes intelectuais, acadêmicas, políticas estão enchendo o bolso de dinheiro e usando todas as outras como massa de manobra. É incrível a lavagem cerebral que é feita.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Só um minutinho, só um minutinho.

Vamos respeitar as pessoas que estão aqui. Eu queria pedir a você que está com esse cartaz – "Ex-puta. Ex-gay" – que baixe seu cartaz ou vou pedir para tirá-la. Os outros está tudo bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não, não estou. Você ache o que você achar, mas, se você continuar com esse cartaz, eu vou pedir para você sair. Está bem? Continuem com os outros cartazes sem o menor problema, mas sem acinte às pessoas.

Continue, filha.

A SRª SARA WINTER – É incrível como a gente pode ver o ódio carregado. Eu gostaria de questionar algumas coisas. A primeira delas...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Só um minutinho. Eu queria pedir também... Essa coisa de nazista é crime, você sabe disso. Então, com todo o respeito a você...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Vou avisar ao Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Filha, vá você e avise. Se você falar de novo, eu peço para tirar você. Ninguém vai bagunçar isso aqui. Desculpem-me, não vai. Então, com o respeito que tenho a você, continue com aquele outro cartaz, aquele outro seu; baixe esse aí. Está bom?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Só para dizer que não pode...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, deixe-a fazer a fala dela. Esse tipo de cartaz eu não vou aceitar. Está bem?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Eu quero falar pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não, não tem pela ordem, filha. Você não tem palavra aqui, não. Desculpe-me. Não tem nada de pela ordem. Desculpe-me. Não, filha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Vocês vão ter a palavra. Existem três aqui inscritos para ter a palavra, três vão ter a palavra, só.

Continue.

Eu te agradeço, filha.

A SRª SARA WINTER – Eu gostaria de chamar a atenção para o ódio disseminado. Eu acho que chega até a ser cômico o comportamento das pessoas ligado ao que elas pensam, porque os pró-vida estão aqui, e em nenhum momento eu os vi ofendendo ninguém, nem tumultuando esta Comissão. Eu acho que os valores morais são importantes; são de extrema importância.

Um outro questionamento que eu gostaria de fazer é com relação às mentiras feministas, especialmente as estatísticas e falsas estatísticas. Eu confesso que nunca fui muito boa em Matemática, mas, se alguém pegar papel e caneta e fizer um cálculo rápido, eu gostaria de questionar as estatísticas expostas pela Drª Melânia, porque, se fosse realmente desse jeito, a nossa população estaria diminuindo; não estaria aumentando.

(Manifestação da plateia.)

A SRª SARA WINTER – É um pouco constrangedor vir aqui e abrir o meu coração e todas as coisas que eu fiz, especialmente essa sobre o aborto que, para mim, é tão pessoal, na frente de pessoas estranhas, na frente de pessoas que discordam do meu posicionamento. Mas, quando eu era feminista, eu incentivei muito essa prática, incentivei mesmo. Eu achava que era a coisa certa a se fazer, achava que isso iria diminuir o número de mortes maternas e eu me sinto na obrigação de vir aqui hoje e dizer: desculpem-me, perdoem-me mesmo.

Se eu soubesse que projetos maravilhosos como esse da Doris e da Rose existiam, eu, com certeza, teria ulgado essas ideias, porque, quando você comete um aborto, você não mata um feto, você não mata um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

bebê; você mata junto uma mãe, você não lhe concede a oportunidade sequer de tentar. Ela precisa tentar. O arrependimento é tão grande depois, o suicídio, a depressão, as síndromes pós-aborto.

O Estado não dá conta disso, o Estado não consegue dar conta nem do SUS, nem do que a gente já tem, e agora que dar conta de aborto.

As pessoas precisam pensar um pouco mais no sentimento uma das outras; isso é uma coisa de extrema importância. Eu acho que o movimento feminista só quer legalizar o aborto, fora a parte de financiamento, por questões de ego, porque existem tantas outras pautas importantes que estão sendo deixadas de lado.

Eu vejo cada dia mais o feminismo falando só de aborto. Nós temos turismo sexual, exploração sexual, violência doméstica, violência obstétrica. Nós temos um milhão de pautas importantes para corrermos atrás, para nos dedicarmos a isso. E eu me pergunto: por que o aborto? Por que não usar a força... O movimento feminista é muito forte, eu admiro muito isso nele, essa vontade de lutar, essa garra, essa força de conquista. Por que não usar isso para promover projetos de incentivo à vida?

(Manifestação da plateia.)

A SRª SARA WINTER – Por que não usar isso para ajudar mulheres grávidas que querem continuar a gestação? Por que não usar essa força como voluntárias em instituições que estão precisando? A Doris está precisando. A Rose está precisando.

Eu fiquei quatro anos no movimento feminista gritando em favor da legalização do aborto e não ajudei uma mulher. No último final de semana, eu estive em uma igreja, no Rio de Janeiro, fiz uma palestra lá, e consegui 300kg de alimentos para as grávidas que ficam na casa de amparo da Doris, e eu acho que as pessoas tinham que atentar um pouco mais a isso. Eu falo porque eu senti isso na pele, eu sei como isso dói.

(Soa a campainha.)

A SRª SARA WINTER – Muitas outras mulheres me procuram diariamente para falar como elas se arrependeram de ter abortado, inclusive muitas feministas. Eu acho que as pessoas que são pró-aborto têm que colocar mais a mão no coração e se dedicar a outras coisas, porque o aborto não é só a morte de um bebê; ele é a morte de uma mãe. Não se deve incentivar esse tipo de prática. Deve-se incentivar o amor, o carinho, a maternidade, queira ou não, de quem for mãe, de quem quiser ou não ser mãe.

Existem tantos meios de contracepção. Claro que nenhum deles é 99%, mas as pessoas precisam aprender a assumir as suas responsabilidades. Sexo, o objetivo final do corpo humano com isso é reproduzir. Então, eventualmente, isso vai acontecer. Então, é preciso que as pessoas tenham colhão não só para levantar cartazes, mas para assumir as suas responsabilidades também.

Obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigada, gente.

Vamos passar..., por favor... Eu vou...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Senador, só uma questão: eu gostaria de saber se – poucas pessoas da Mesa poderiam depois falar –porque eu percebi que, das próximas pessoas que vão falar, que vão retornar à palavra seria só a Srª Rosemeire. Eu acho que eu também...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – São três pessoas. Eu vou dar dois minutos a cada uma delas, intercalando aqui.

São a Drª Lenise, a Patrícia Lélis, Elaine Buzzola, a Paula Viana, Guacira César, Ângela Freitas, e, depois, a Mesa, então, vai conceder a palavra para considerações, para que a gente possa caminhar para o encerramento dessa audiência.

Então, eu começo dando a palavra à Paula Viana. Onde está a Paula?

A SRª PAULA VIANA – Bom, eu sou Paula Viana, sou do Grupo Curumim, de Recife. Não sou milionária, não sou pastora, não frequento lugares que juntem dinheiro, Deus...

O machismo, infelizmente, está superando a ciência que nesta audiência, e eu gostaria que o Presidente desta audiência tivesse muito bom senso para ouvir todos os argumentos aqui. Eu realmente fico torcendo o bom senso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu quero dizer que, logo no início, na primeira fala, foi dito que a palavra mulher estava ligada ao verbo nascer. Eu queria corrigir isso. No máximo, poderia ou não, ser dito que a palavra que está ligada a mulher seria parir; no máximo, e poderia ou não, mas eu vou ensinar uma coisa agora e eu quero que aproveitem.

A palavra mulher está ligada a lutar, e é a luta do bem.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

A SRª PAULA VIANA – É a luta contra a misoginia, é a luta contra a homofobia, a lesbofobia e o racismo.

Eu gostaria, um dia, de vir aqui, num debate desses, e ver esses argumentos dos pró-morte, qualificados, como a gente tem tido preocupação de trazer pessoas aqui qualificadas, e que a vida das mulheres não seja usada como moeda de troca, nem como palanque.

Nós somos de lados contrários mesmo. Nós trabalhamos para que menos mulheres morram. Nós lutamos para que as políticas e o respeito à autonomia das mulheres possam falar mais alto do que esse machismo que mata.

Nós queremos ter, sim, menos aborto. Nós queremos que vocês dos pró-morte, com seus dogmas religiosos e violadores do Estado laico, que promovem a tortura diária das mulheres, que promovem a morte das mulheres, que promovem mais e mais abortos clandestinos e inseguros, sejam responsabilizados por isso. E nós defendemos, sim, autonomia e liberdade, e, por isso, defendemos a interrupção voluntária da gravidez.

Eu quero fazer um pedido, para que, em vez de levarem essa menina para a igreja, levem-na para um psiquiatra. Doris, leve Sara para o psiquiatra, pelo amor de Deus. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor.

Obrigado pela sua palavra, Paula.

Concedo a palavra à Drª Lenise Garcia.

A SRª LENISE GARCIA – Boa tarde a todos. Muito obrigada pela oportunidade.

Eu queria começar cumprimentando a Srª Leila Linhares pela sua participação na Lei da Maria da Penha, como nos contou aqui. Eu penso que é muito importante a verdadeira defesa dos direitos da mulher. Eu defendo todos os direitos da mulher. Não defendo que ela possa fazer o aborto, porque não penso que isso seja um direito.

Nem tudo na vida são escolhas. Nenhum de nós escolheu a própria mãe. Nenhum de nós tem direito de matar a sua mãe quando essa mãe estiver velha, doente, sem memória. Nós temos uma obrigação de cuidado por alguém que nós não escolhemos. E nem ela nos escolheu, porque cada um de nós vem ao mundo do jeito que é, e isso foge à capacidade de escolha.

Então, achar que uma pessoa pode escolher entre ser mãe e fazer um aborto está equivocado, porque uma grávida já é mãe. Então, a escolha que ela faz é entre ter um filho vivo e um filho morto, e, se ela tem esse filho morto, é o testemunho que a Sara nos trouxe aqui. E, quando a pessoa é induzida a fazer isso, como tantas vezes o é, isso pode ser chamado de tudo, menos de verdadeira liberdade.

Eu queria também colocar com relação a alguns números que estão sendo trazidos aqui e eu vou dar um único exemplo que é bastante usado, que é o do Uruguai.

Tem-se dito que o aborto, depois de legalizado, diminuiu no Uruguai; que antes havia mais abortos e que, depois de legalizado, isso diminuiu, quando, na verdade, os números do Uruguai só nos mostram que os valores que se davam, que se postulavam que existiam de aborto, de um aborto clandestino e, portanto, impossível de contar, que esse número estava extremamente exagerado.

Então, como se exagerava o número antes de o aborto ser legalizado, depois que o aborto foi legalizado, apareceu o verdadeiro número e, aí, as pessoas vêm dizer que ele diminuiu, porque elas não têm coragem de dizer que, antes, elas estavam mentindo. E ainda utilizam esse número, extrapolado, exagerado, para dizer que o aborto, então, diminuiu no Uruguai.

E uma outra experiência de outro país. Eu estive esse ano nos Estados Unidos, na March for Life, lá, debaixo de neve, 500 mil pessoas nas ruas de Washington. Nós marchamos debaixo de neve, e aquilo para mim uma experiência impressionante. E uma das grandes coisas colocadas lá era exatamente a denúncia em ação à Planned Parenthood, a maior, lá, das clínicas, da rede de clínicas de aborto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós sabemos que, nos Estados Unidos, o aborto é permitido em praticamente qualquer situação, mas uma coisa é proibida: a venda dos tecidos do feto, e até isso eles são capazes de fazer. A única coisa lá que é ilegal em relação ao aborto, até isso eles fazem, porque o lucro com o aborto não é o suficiente.

Eles também precisam do lucro da venda da criança que está sendo abortada para aumentar o seu orçamento.

Então, eu acho importante que a gente tenha consciência do que que o aborto realmente significa e como ele acaba fazendo até com que a consciência das pessoas não funcione mais, e elas são capazes de fazer de tudo por dinheiro.

Então, eu acho que realmente nós temos que defender o direito das mulheres, e, nisso, eu cumprimento muito a Rose e a Doris, que são pessoas que realmente cuidam daquela mulher. E aquela mulher, ao ser cuidada, ela desiste de fazer o aborto, e isso mostra o quanto não era livre a sua pseudoescolha de fazer um aborto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Nós, agora, estamos ao vivo e acabamos de receber mais de mil mensagens no e-Cidadania, do Senado. A partir do momento em que se encerrou a Comissão e esta, então, voltou à TV Senado. Quero dizer que a sociedade, de fato, está acompanhando.

Eu concedo a palavra à Guacira Cesar. (*Palmas.*)

A SRª GUACIRA CESAR – Bom dia, boa tarde já, não é? Agradecida pela concessão da palavra.

Meu nome é Guacira. Eu estou aqui representando a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, uma frente nacional integrada por diversas organizações, movimentos sociais, entidades, redes em defesa do direito da mulher ao aborto, contra a criminalização das mulheres.

Nós, nessa frente, quando nos referimos ao aborto, estamos tratando de um ato ao qual nós, mulheres, recorremos no uso pleno da nossa capacidade de decidir sobre as nossas vidas e em circunstâncias de necessidade. Nós somos cidadãs morais e éticas e, legitimamente, exercemos a nossa autonomia de decisão sobre quando e se queremos parir.

Sentimo-nos profundamente desrespeitadas quando dizem que engravidamos, porque estávamos bêbadas na balada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª GUACIRA CESAR – Chamamos realmente isso de um abuso, uma ofensa contra todas as mulheres.

À Drª Melânia e, várias vezes aqui, nas audiências públicas, nós temos dito que uma em cada cinco mulheres, ao chegarem aos 40 anos de idade, já terão realizado um aborto.

(Soa a campainha.)

A SRª GUACIRA CESAR – As outras quatro mulheres certamente têm sua amiga, sua mãe, sua avó, sua chefe, sua médica, sua trabalhadora doméstica, entre essas pessoas que nós respeitamos, com quem convivemos e que amamos, uma pessoa que fez aborto, e nós não queremos que as pessoas que fizeram, têm que fazer, decidiram por um aborto, fiquem abandonadas.

Não queremos que elas sejam torturadas pela culpa. Não queremos que elas vão para a cadeia. Não queremos que elas sejam abandonadas pelos seus familiares, nem odiadas pelas outras mulheres!

Nós queremos e reivindicamos, e lutamos, todos os dias, para acolher as mulheres. Nós somos solidárias com as mulheres na hora em que elas decidem pela maternidade e não têm o apoio do Estado.

Na hora em que elas decidem pela maternidade e não têm o apoio do capital das empresas para garantir o direito à creche. Não têm o apoio das suas igrejas, que as condenam ao inferno, muitas vezes.

Nós, no movimento de mulheres, nós, nos movimentos de direitos humanos, nós, que lutamos por justiça social, as acolhemos, nos solidarizamos com elas, lutamos juntas pelo direito das mulheres. Para nós, a questão do direito das mulheres é uma questão de democracia, é uma questão de princípio, e esse princípio no Congresso Nacional custa muito a ser entendido, porque esta Casa, infelizmente, ainda é uma casa marcada pela ordem patriarcal,...

(Soa a campainha.)

A SRª GUACIRA CESAR – ... tem praticamente só homens. Ficamos caladas aqui e ainda levamos lição de moral todo tempo.

Eu peço solidariedade aos homens que respeitam a democracia e os direitos humanos, no sentido de ...ir as mulheres, que são excluídas, sistematicamente, deste espaço de poder, cuja representação, nos últi...s tempos, tem nos envergonhado muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Peço àqueles que são representantes e do bem que nos ouçam, apesar de nós estarmos excluídas desse espaço de poder, pelo direito ao aborto. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado pela sua manifestação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor!

Concedo a palavra à Patrícia Lélis.

A SRª PATRÍCIA LÉLIS – Boa tarde!

Meu nome é Patrícia Lélis, sou jornalista e venho aqui representando todas as mulheres, todas as mulheres cristãs e também as mulheres da Batista.

Fui estuprada, sou contra o aborto. Por quê? Porque o aborto não deve ser legalizado uma vez que não temos o direito de tirar a vida de nenhum ser humano. A partir do momento em que a mulher fica sabendo que está grávida, ela já é mãe. Dentro dela já existe uma vida.

Vale lembrar que o aborto já é regularizado em casos de estupro e também em casos que apresentem algum risco de vida à mãe.

O que as feministas querem é regularizar o aborto devido ao sexo ilícito. Elas querem isso. Elas querem o quê? Poder fazer sexo ilícito e não assumir com as suas responsabilidades. Eu peço licença a todas vocês.

Quando essa senhora diz que a Igreja condena, eu digo que nunca vi uma Igreja condenando ninguém.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PATRÍCIA LÉLIS – Licença, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Só um minutinho. Por favor, gente. Seja qual for a manifestação, vamos ouvir com atenção, com respeito. Eu escuto todo mundo com atenção aqui. Todo mundo com atenção, fale o que quiser. Eu escuto todo mundo com atenção. E é preciso que as pessoas sejam ouvidas com atenção.

Pode continuar.

A SRª PATRÍCIA LÉLIS – Obrigada.

Continuando, eu nunca vi uma Igreja condenar ninguém, até mesmo porque a Igreja não tem esse poder. Esse poder de condenar uma pessoa não pertence a um ser humano, não pertence à Igreja; esse poder pertence a Deus.

Então, quando alguém diz que a Igreja condena, está errado, pois a Igreja é o lugar onde a maior parte das feministas que se encontram em uma situação difícil são acolhidas. Como a Sara disse, eu nunca vi um grupo feminista acolhendo uma mulher e, por isso, sou contra o aborto. Justamente por já ter sido estuprada, por ter conhecido o outro lado, eu poderia muito bem ser a favor do feminismo, e eu não o sou, porque, acima de tudo, eu sou mulher e eu sou feminina.

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

A SRª PATRÍCIA LÉLIS – Eu sou feminina, querida!

Com licença, eu acho que elas não escutaram direito. Acima de tudo, eu sou mulher e eu sou feminina, e não feminista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Patrícia, pela sua manifestação. Obrigado. Muito obrigado.

Por favor! Por favor!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Espera aí! Ei, Patrícia, por favor, não vamos deixar virar esse bate-boca aqui.

Obrigado pela sua manifestação.

Eu concedo a palavra à Angela Freitas.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não faça isso, por favor!

Concedo a palavra à Angela Freitas.

Gente, silêncio, por favor. Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA FREITAS – Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu me sinto completamente contemplada pelo que falou a Guacira, pela frente, contra a criminalização, e pela Paula Viana.

Então, quero aqui me dirigir a V. Exª e pedir ponderação ao considerar as afirmações feitas a respeito do feminismo pelo grupo que eu considero e prefiro chamar de pró-morte, por todas as razões aqui já faladas, e não vou repetir.

Eu sou feminista, tenho 66 anos de idade e me tornei feminista sem saber, na adolescência. E digo assim porque foi quando eu me dei conta de que a minha Igreja, primeiro, era hipócrita com relação ao que eu via, ao que se passava na minha casa, na minha rua, na própria Igreja. Eu fui criada na religião católica e eu via muita hipocrisia: uma coisa era o que se dizia; outra coisa era o que se praticava. E isso me afastou da Igreja.

A minha experiência de vida, mal ensinada a respeito da minha sexualidade, do meu corpo, me aproximou do feminismo, em que milito até hoje. É um trabalho que considero sério e pelo qual quero que seja respeitado. Esse trabalho não é só meu, é de um número enorme de mulheres, instituições, redes no Brasil, na América Latina e no mundo.

Do mesmo jeito que existem muitas pessoas fazendo um trabalho contrário ao nosso, existe o nosso trabalho. Para qualquer um dos dois, são necessários recursos financeiros. E eu acho interessante como se quer focar que o nosso movimento é que é financiado. E é preciso ver quantos são os milhões que financiam o lado oposto. Então, para haver paridade, vamos olhar isto: ninguém milita ou trabalha ou desenvolve um trabalho sem recursos humanos e financeiros; é preciso olhar isso de maneira igual.

Nós trabalhamos com recursos honestos, recursos declarados, e eu acredito que o outro lado também. Então, essa não é uma questão.

E é uma ofensa. Por tudo o que foi dito a respeito do feminismo, eu quero que V. Exª considere pois somos pessoas dignas, éticas. Defendemos o nosso direito – e o direito de qualquer mulher – de decidir interromper uma gravidez e de o Estado contemplar isso como políticas públicas. Eu sei que as palestrantes que estão do meu lado vão responder muito melhor, porque eu não tenho nem tempo para as outras provocações.

Só mais uma coisa: nós temos clareza, aqui nesta sala, de que o jogo de forças, hoje, é muito contrário a nós. Nesta Casa, sobretudo, o que existe é um campo de batalha, em que somos minoria, nós, que defendemos a democracia, os direitos das mulheres, os direitos das pessoas de diversos gêneros e opções sexuais.

Eu sei que temos um campo de força difícil,...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA FREITAS – ...e a serenidade que eu vejo, hoje, nesta audiência, por parte dos nossos opositores, penso que esteja calcada nessa segurança de que, conforme disse o Deputado, essa lei não passará. É claro que, com essa composição, ela não passará. Mas nós não abriremos mão do nosso direito de estar aqui, colocando os nossos argumentos e as nossas posições. Enquanto a democracia persistir, vamos ocupar este lugar e vamos reivindicá-lo se houver uma próxima audiência, à qual tenhamos condições de comparecer, de preferência com recursos para viajar para isso, a fim de haver paridade de argumentação na próxima audiência também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço sua palavra, Angela. De mim, o respeito sempre terá. É a regra que entendo. Fora essa, nenhuma; é guerra desnecessária. Eu também sou defensor da democracia e penso que foi a democracia que nos trouxe até aqui. A democracia nos trouxe até aqui. De maneira que, de mim, terá sempre o respeito, porque ninguém é obrigado, na democracia e na vida, a pensar da mesma forma. Eu posso ser a favor de algo e ser contra algo. E você também, de igual modo. Então, o meu dever e a minha dívida com você e com o movimento é o respeito. Essa dívida eu tenho e essa dívida precisa ser recíproca. De mim, vocês sempre terão. Você e o movimento sempre terão.

E, em havendo outras audiências, vai ocorrer da mesma forma: a Mesa vai ser formada, e vocês estarão aqui, porque nós precisamos secar o assunto. E como é que se seca o assunto se você só quer ouvir um lado, se você só fala de um lado? Então, de mim, pode ter certeza de que sempre terá o meu respeito à sua vida e à sua luta.

Muito obrigado pela sua palavra.

Concedo a palavra à Elaine Buzzola. (*Pausa.*)

Não está. Se não está, também não posso esperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu vou conceder à Mesa dois minutos, de lá para cá, para vocês fazerem considerações. Eu sei que poderíamos ficar mais tempo, mas eu pertenço à Comissão que começa, aqui, às 13h. Quando eu chegar aqui, eu vou lhe dar os seus quatro minutos que o Paim não lhe deu. Você teve 10 minutos, e os outros tiveram 15 minutos.

Então, Drª Leila e a menina, para podermos encerrar.

Começamos, então, com...

A SRª ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA – A gente só mudou para ter acesso ao microfone.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Está bem.

Começa com você?

A SRª ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA – Isso. Eu começo, depois nós trocamos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Trocam de cadeira. Não é isso?

A SRª ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA – Está bom.

Muito obrigado, Senador. De qualquer maneira, este debate é sempre muito pautado por paixões, por sentimentos, por crenças individuais, e é absolutamente comum que assim o seja.

Afinal de contas, vivemos numa democracia pluralista, em que as pessoas podem ter as suas crenças, os seus interesses e os seus desejos. Entretanto, o que está em discussão nesta Comissão agora é um projeto de lei, e esta Casa, apesar de claramente representar determinados grupos, é também uma casa que se deve mover por razões republicanas, por razões de Estado. Então, o que nós discutimos aqui hoje não é o direito ou o não direito de cada um acreditar no que quiser, mas, sim,...

(Soa a campainha.)

A SRª ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA – ...as razões de Estado que devem conduzir as decisões deste espaço e as razões republicanas, não privatistas que devem nortear a produção dessa lei.

Então, eu parabenizo o Senador pela sua intenção de sempre tornar esse diálogo o mais amplo possível com todos esses espectros. E, em se tratando de razões de Estado e de razões republicanas, como bem disse a Letícia, de um Estado laico, nós temos a nossa Constituição como o grande norteador de quais são os limites do que pode, do que não pode ser feito. E a nossa Constituição deixa muito claro que a autonomia é algo que deve ser preservado, que a dignidade humana como vetor de interpretação favorece, sim, a intimidade, a privacidade e a liberdade da mulher. Isso já foi corroborado pelo nosso tribunal superior, quando afirmou, categoricamente, que a inviolabilidade do direito à vida, que está previsto na nossa Constituição e que não se dá desde a fecundação, atinge, sobretudo, aqueles já nascidos, aqueles com um grande potencial de exercerem as suas relações, as suas vidas e os seus projetos.

Então, ainda que nós possamos discordar em relação ao tipo de autonomia, não há dúvida de que, da perspectiva jurídica, é a autonomia da mulher, da sua vivência que se coloca acima nesse debate em relação à interrupção da gravidez.

Eu vou agradecer mais uma vez a oportunidade que tive para falar, pedir escusas, porque tenho de sair rapidamente para ir ao Supremo Tribunal Federal, e me coloco à disposição desta Casa para quaisquer outros esclarecimentos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Drª Eloísa.

Passo a palavra agora à Doris.

A SRª DORIS HIPÓLITO – Agradeço o convite. Esta audiência foi muito proveitosa em todos os sentidos, mas deixo aqui um pedido, talvez: se você souber de alguma mulher que queira abortar seu filho, mande nos procurar, porque lá elas serão acolhidas, amadas, resgatarão a sua dignidade de cidadãs, a sua inserção no mercado de trabalho, através dos nossos cursos profissionalizantes.

Quero dizer ainda que, para evitar as mortes maternas pelo aborto, basta não fazer aborto. Por isso, temos aí mais de três mil mulheres saudáveis, felizes com os seus filhos. Para evitar as mortes maternas, basta não fazer aborto. E um país que legaliza o aborto é um país que tem medo de suas crianças, e medo é a pior miséria que existe.

Eu concluo, agradecendo mais uma vez ao nobre Senador. Muito, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Concedo a palavra à Drª Melânia.

A SRª MELÂNIA AMORIM – Mais uma vez, eu também agradeço e parabenizo esta Casa pela oportunidade de facultar este debate. Realmente, este é um debate muito importante, extremamente fundamental à nossa sociedade democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu só queria esclarecer aqui dois pontos que me são muito importantes. Primeiro, este debate não pode pautar-se na experiência pessoal ou na experiência profissional de tempo de formado, doutor. Se fosse falar do meu currículo, eu realmente teria ocupado todo o meu tempo, porque eu tenho 26 anos... (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª MELÂNIA AMORIM – ...de formada, mas isso não entra em jogo em momento algum, porque o meu foco foi discutir as evidências científicas, citando, inclusive, o artigo de um cientista que é famoso em todo o mundo, muito mais do que eu.

Eu queria, no meu segundo ponto, que acho muito mais importante do que discutir o currículo e a experiência individual de cada um, reforçar que, claro, se a pessoa não aborta, ela não vai morrer de aborto. Mas a criminalização não impede que as pessoas abortem. Quanto a isso, há evidências científicas sólidas.

E eu gostaria que quem estivesse contra me apresentasse a evidência ou mostrasse o estudo, porque já vieram aqui me pedir os estudos e eu os estou indicando. Estou colocando isso na minha página do Facebook, estou colocando no meu blogue, estou colocando no meu perfil e facultando-o para todo o público do Brasil. Eu quero que me indiquem onde estão essas evidências de que a criminalização reduz os abortamentos. Isso porque as evidências científicas não foram criadas por minha cabeça. Elas existem e foram publicadas. São evidências científicas de credibilidade. Se alguém questiona a qualidade das pesquisas, deve fazer o seguinte: redija uma carta aos jornais onde elas foram publicadas, faça um artigo com as críticas metodológicas e as publique. Mas não é desmerecendo, somente dizendo que elas são falsas, sem provar onde elas são falsas e quais os programas metodológicos das pesquisas, que se vai diminuir a credibilidade desses dados, que são sólidos e que demonstram exatamente isso que coloquei e que volto a reforçar, porque são somente dois minutos.

A criminalização não reduz abortamentos provocados e representa um sério dano à saúde das mulheres, porque aumenta o número de abortos inseguros, porque as mulheres têm complicações graves, as mulheres podem morrer.

E, ao contrário, nós temos evidências científicas e temos estudos comprovando isso, de parte de órgãos sérios o suficiente para garantir sua credibilidade. Nos países em que há várias estratégias, incluindo acesso amplo aos métodos contraceptivos, incluindo educação e melhora das condições de saúde da população, a legalização do aborto, sim, reduz a morte materna. Não há nenhum estudo que demonstre que a legalização...

(Soa a campainha.)

A SRª MELÂNIA AMORIM – ... tenha aumentado a morte materna. Legalização reduz morte materna e reduz, sim, em médio e longo prazo o número de abortamentos provocados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Drª Melânia, por ter aceitado o nosso convite.

Concedo a palavra à Drª Letícia.

A SRª LETÍCIA BONIFAZ –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Drª Letícia.

Passo a palavra à Rosemeire Santiago.

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Gostaria de agradecer, porque eu estou falando com ele: "Mas eu tive só 10 minutos".

É muito interessante esse questionamento e eu gostaria de levá-lo, porque levantei alguns questionamentos, às pessoas que realmente lutam pela vida, como disseram, e nós não somos pró-morte. Mas vocês já acompanharam 9 mil mulheres e, dessas 9 mil, 4.500 mulheres; dentre elas, poucas escolheram o aborto, e outras que vieram até nós com história de aborto e que escolheram a vida. Eu não quero brigar, eu não quero questionar. Só convido vocês a virem até nós – o nosso centro é em São Paulo – e vão ver um pouquinho mais da realidade.

Uma das colegas aqui disse pela lei, que só se tem personalidade ao nascer. E a minha pergunta é: e o ação, o cérebro, o DNA, as impressões digitais, o código genético? Só acontecem quando nascemos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Outra coisa, a amiga disse que mulher tem a ver com luta. Eu não discordo. Eu concordo, porque nós somos lutadoras, nós somos guerreiras. Porém, a definição da palavra mulher não é luta.

Outra coisa, eu gostaria de ler um trecho deste livro que nós temos aqui *Por que ser a favor da vida?*

> A pessoalidade não é algo a ser outorgado a seres humanos pela intenção dos catedráticos de se desfazerem dos indesejáveis na sociedade. A pessoalidade tem valor inerente, que se origina do fato de ser um membro da raça humana.

Outra coisa interessante que vi aqui nesse tempo de debates e de desculpas é que quem defende a vida defende-a com mansidão e não com agressão. Quando defendemos a verdade, nós não temos que argumentar tanto, não temos que atacar o outro. Nós somos mansos, nós discutimos; não impomos ideias.

Outra coisa. Alguém aqui também falou que a dignidade é maior da mulher do que da criança. Então, eu tenho uma dignidade maior do que o meu filho que tem oito anos, porque eu sou mais velha do que ele? Eu sou mais digna porque eu tenho 80 anos, e o meu bisneto tem apenas um ano?

Então, pergunto aos senhores se a dignidade tem a ver com idade ou com existência humana na sua essência.

Uma outra coisa que a Drª Melânia disse: a descriminalização reduz a morte materna. E aí eu pergunto: mas reduz a morte a morte emocional? Reduz o número de suicídio entre mulheres? Reduz o número de...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Eu tenho mais tempo.

Reduz o número de abuso de drogas? Reduz o número de não sociabilidade?

Pode até reduzir o número de morte materna, que é muito questionável, porém eu coloco isso em pauta e pergunto... Era para passar um vídeo do depoimento de um menino, que era para ter sido abortado, dessa história que eu disse, e ele vai fazer 15 anos hoje. Ele encerra o vídeo – pena que não vai dar para passar – dizendo: "A melhor coisa que a minha mãe pôde fazer por mim foi ter me dado o dom da vida, porque ela me deu esperança, e a morte acaba com a esperança".

Eu não vou usar o meu tempo todo, porque eu sei que vocês estão cansados já, mas uma fala: os judeus não escolheram o holocausto; as mulheres não escolheram o estupro; os bebês não escolheram o aborto.

Então, a minha pergunta é: se nós aqui, pró-vida, pró-morte, tivéssemos sido abortados? Como seria? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço...

A SRª ROSEMEIRE SANTIAGO – Só um minutinho; eu ainda estou dentro do meu minuto.

Nós não temos rosários nos nossos ovários, nós temos vida. Por isso, nós lutamos pela vida – vida da mulher, vida do bebê, vida do ser humano.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Drª Rosemeire.

Eu concedo a palavra... Eu não vejo nada de trocar de posição, doutora....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Então, você pode falar, Sara.

A SRª SARA WINTER – Eu gostaria de terminar falando sobre responsabilidade. Quando eu adentrei o movimento feminista, eu queria ser uma mulher poderosa e eu acredito que muitas meninas procuram o movimento feminista querendo ser independentes, querendo ser poderosas, querendo ser alguém na vida. E eu gostaria muito de pedir que continue existindo este incentivo, de que as mulheres assumam a sua responsabilidade, que não fiquem se vitimizando o tempo todo. Todas nós temos poder de assumir as nossas escolhas, assumir as nossas responsabilidades, e, com um movimento que incentiva o vitimismo coletivizado, que incentiva a cultura da morte, sinceramente, eu não vejo como as mulheres brasileiras podem sentir-se representadas. Aliás, elas não se sentem representadas por esse tipo de movimento.

As mulheres têm de ser responsáveis. Elas têm de ser poderosas e independentes e elas vão conseguir fazer isso assumindo os seus filhos, em primeiro lugar; assumindo...

(Soa a campainha.)

A SRª SARA WINTER – ...a responsabilidade que elas têm de gerar uma criança.

E é isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado a você.

Eu queria convidar a representante do Ministério da Saúde – ela abriu mão de falar no começo. E aí, como nós estamos no final, eu vou fazer com você como eu fiz com os outros: depois da palavra da oradora, eu lhe darei três minutos também, e da próxima vez em que for convidada, não abra mão de sentar à mesa, senão você fica para o final.

A SRª RENATA DE SOUZA REIS – Não tem problema.

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Renata, eu sou médica ginecologista, obstetra e acupunturista. Atualmente, atuo como coordenadora-adjunta na Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, junto com a Esther Vilela.

Eu queria fazer um apelo a V. Exª, Senador: que este debate seja levado para o campo, de fato, que é necessário, que é o campo do debate de saúde pública, e que a gente lembre que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário. Entre eles, está incluído o direito a uma sexualidade livre, segura e prazerosa e o direito a engravidar se, quando e quantas vezes quiser.

A nós ,gestoras e trabalhadoras da saúde, cabe cuidar de todos os usuários e usuárias do Sistema Único de Saúde. Para, além de crenças e convicções pessoais, que nos atenhamos aos dados científicos que as evidências mostram, e que possamos, em situações futuras, em outras audiências, nos aprofundar nesse debate. Que nos lembremos, sim, que o Estado brasileiro é um Estado laico e que nós devemos pautar as nossas políticas públicas... No que diz respeito à saúde das mulheres, tenhamos o cuidado de olhar todo o ciclo de vida da mulher: planejamento reprodutivo, gravidez, pré-natal, parto, nascimento. A Rede Cegonha se propõe a cuidar da criança até os dois anos de vida da primeira infância.

Então, temos consciência de todas as etapas da vida da mulher que nós temos de cuidar. Depois, na menopausa, no envelhecimento, cuidar da saúde de maneira científica e técnica.

Reforço a fala de algumas pessoas aqui. Tenho eu, na minha história, no meu currículo, algumas mulheres acompanhadas em situação de abortamento, e eu nunca vi uma mulher feliz em situação de abortamento. Não há essa mulher cruel que vai rindo de orelha a orelha. É uma decisão difícil, traumática,...

(Soa a campainha.)

A SRª RENATA DE SOUZA REIS – ... que, muitas vezes, impacta em dor e sofrimento, e a nós, profissionais, não nos cabe julgar. Cabe-nos oferecer o melhor cuidado e preservar a vida.

Por fim, eu queria encerrar a minha fala dizendo que feminismo trata essencialmente de liberdade e respeito, e aquilo que fale de modo diferente de liberdade e respeito não é sinônimo de feminismo.

Por fim, é isto: coloco-me à disposição para estar aqui outras vezes, para conversarmos sobre este tema e outros que se façam necessários e agradecer pela palavra que me foi dada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado a você, Renata.

Concedo a palavra à Drª Leila.

A SRª LEILA LINHARES – Mais uma vez, obrigada, Senador, por estar promovendo esta reunião, esta audiência.

Eu queria reforçar o que já disse e me apoiar no que a Drª Eloísa chamou a atenção antes de sair: que este debate tem de ser conduzido por razões de Estado, por razões republicanas e não necessariamente estar preso à história de vida pessoal de A ou B, porque, na realidade, o que se pode perceber é que a luta pela concretização do planejamento familiar, pela criação da lei do planejamento familiar, em 1996, foi uma luta quase solitária das mulheres feministas. E, nesse sentido, eu gostaria de dizer que lamento profundamente que outras mulheres deste País possam ter avaliações tão preconceituosas, avaliações tão desinformadas. Talvez não seja preconceito, talvez seja desinformação sobre o que é o feminismo, sobre a luta desse movimento extremamente digno, que as companheiras todas que estão aqui... (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª LEILA LINHARES – ...companheiras de longa data.

Orgulho-me muito da minha história pessoal, da minha família e, nesse sentido, eu gostaria que nós pudéssemos ser ouvidas com mais respeito. Claro que o Senador está nos ouvindo com todo o respeito, e eu quero deixar isso claro, mas, infelizmente, nem sempre nós escutamos esse mesmo discurso de respeito. Isso é extremamente preconceituoso e até criminalizante, porque, às vezes, quando levantamos um argumento contra alguém, estamos chamando o outro de quê? Assassino? Ladrão? Sem ter provas.

Então, eu acho meio perigoso alguém começar a levantar esses argumentos contra as feministas ou contra o feminismo. Eu acho isso muito desagradável.

E eu gostaria também de ratificar que a criminalização do aborto não tem levado a uma eficácia no sen- o de redução do aborto. Muito pelo contrário, tem levado ao aumento das mortes. E gostaria também de referir à experiência de cada uma das mulheres que estão aqui presentes, ligada às suas realidades de vida;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não necessariamente estão sendo levadas em conta as milhares e milhões de mulheres brasileiras, que têm ou não direito à realização da sua maternidade plena ou da necessidade de redução dessa gravidez, mas que elas possam realmente ser ouvidas com respeito.

Todas as decisões de ter filhos ou não ter filhos são decisões éticas. Nós não podemos desclassificar as decisões das mulheres que querem ter filhos mesmo quando dizemos: "Como é que ela vai ter filhos se não tem como criá-los?" Sim, elas querem ter filhos. É uma decisão ética. Como também temos de respeitar a decisão ética das mulheres que não podem ou não querem ter filhos e que têm direito a interromper a gestação.

Eu gostaria de parabenizar o Senador e até dizer, também, que tive muito prazer de conhecer a Srª Rosemeire Santiago. Quando eu tiver alguém que queira, mas que esteja com muita dificuldade de levar adiante a sua maternidade, por falta de situações de familiares, por falta de amparo legal, por falta de recursos financeiros, eu gostaria de referenciar essa mulher para o seu serviço, esperando que ela realmente possa, na medida em que optou pela maternidade, também ser acolhida não apenas pelo Estado, mas pelas instituições que existem fora do movimento feminista, no movimento feminista, embora...

(Soa a campainha.)

A SRª LEILA LINHARES – ...eu ache que essa é uma discussão do Estado.

Mais uma vez, eu agradeço. Eu gostaria muito de reafirmar o que eu solicitei a V. Exª: que, por gentileza, entre em contato, tenha acesso a todo debate constitucional que foi realizado nas diversas cortes de Justiça de diversos países que, tal como o nosso, respeitam os direitos humanos e que discutiram essa questão da interrupção da gravidez, o direito à interrupção da gravidez até a décima segunda semana de gestação e o seu consequente acolhimento na rede pública de saúde.

Eu agradeço e um bom-dia. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço à Drª Leila.

Ao encerrar esta audiência pública, digo que requererei à Comissão para continuar o debate. Se não fôssemos um país democrático, se nós fôssemos um país totalitário, nós não estaríamos aqui. E nós estamos aqui porque reconhecemos, com a democracia que nos proporciona o debate, que nós somos livres para as nossas posições.

Quando nós evocamos tratados, quando nós evocamos avanços ou não de países e o que fulano falou e o que deixou de falar, nós somos tendentes a evocar aquilo que tem consonância com o que nós estamos querendo. Dizia minha mãe, que era analfabeta profissional: "Experiência é igual dentadura; só cabe na boca do dono". O debate que nós estamos estabelecendo é para que nós procuremos a nossa dentadura aqui, no Brasil, a nossa própria experiência.

Vejo Senadores irem à tribuna e chamar os Estados Unidos de imperialistas, de fosso do capital, opressor do mundo. São os mesmos que, depois, vão lá falar assim: "Os próprios jornais estão aqui dizendo, dos Estados Unidos, que isso aqui é golpe". Agora, os Estados Unidos são bons por causa de um jornal. "Não, mas ontem você falou que era o fosso do mundo". Mas, quando é para conveniência, até um artigo no jornal dos Estados Unidos já estava bom. Os Estados Unidos têm pena de morte, e nem por isso nós vamos evocar os Estados Unidos.

Então, esse debate... Estou querendo mostrar aqui que o Brasil é signatário de um dos tratados mais importantes em pacto de direitos humanos, que é o de San José da Costa Rica. E há um movimento muito grande do Governo brasileiro para nos tirar desse pacto de direitos humanos de San José da Costa Rica. Então, a amplitude do debate nos leva a esse tipo de entendimento: aqui estamos para respeitar posições e buscar, como brasileiros, o nosso próprio caminho.

Quando nós aqui discutimos a questão da violência no Brasil, uns evocam os Estados Unidos, onde a idade penal é sete anos; outros evocam a Europa, que a considera entre 13 e 14 anos de idade; ou Bangkok, quatro anos de idade. Nós temos, para a violência do Brasil, que procurar o nosso próprio caminho.

E, ao encerrar esta audiência pública, agradeço muito a Deus. Eu vou ter uma neta agora, minha primeira neta, que vai se chamar Ester. Minha filha Karla, minha segunda filha, neste mês, vai me dar uma neta chamada Ester, e eu agradeço a Deus pela possibilidade deste debate, pela possibilidade da vida.

Muita gente se inquieta quando fala no nome de Deus. Há muita gente que se sente muito mal. Se for a última coisa que eu tenha de falar, é esta que eu vou falar: eu sou as minhas crenças. As minhas posições são advindas do que eu creio, e aquele que em nada crê é fruto da crença dele porque ele em nada acredita. Ele acredita que em nada acredita, mas todo homem e toda mulher defendem aquilo em que acredita. Então, nós somos fruto da nossa crença.

É o fruto da nossa crença que vai nos levar a melhorar este debate o tempo inteiro. Não tenham dúvida de que será conduzido assim: com respeito, as pessoas falando o que acham que devem falar, aquilo em que acreditam. E, quando eu estiver conduzindo, só não vou permitir a baderna, mas o resto tudo vai acontecer.

Obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim, da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Reunião de Trabalho**, destinada à realização de ato de "Interreligiosos em Defesa da Democracia". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Pastora Cibele Kuss, Fundação Luterana de Diaconia e Fórum Ecumênico; Sueli Belato, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz; François Houtart, Sacerdote e Sociólogo da Bélgica; Monge Sato, Representante do Budismo Terra Pura; Mãe Baiana, Representante de Religião de Matriz Africana; Mãe Nangetu, Representante de Religião de Matriz Africana – Belém do Pará; Padre José Carlos. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de discussão da importância inter-religiosa em defesa da democracia.

Usarão da palavra nesta reunião a Pastora Cibele Kuss, Fundação Luterana de Diaconia e Fórum Ecumênico; Carlos Moura, Comissão Brasileira de Justiça e Paz; Pastor Wellington Pereira, Visão Mundial, representante do Movimento Frente Evangélica; Junior Xukuru, representante indígena, Sonia Guajajara, representante indígena, Pai Joel, representante da religião de matriz africana; Mãe Sônia, representante da religião de matriz africana; Monge Sato, representante do budismo Terra Pura.

Eu, de imediato, convidaria todos de quem que citei o nome para que viessem para a mesa, acho que há espaço para todos.

Vamos iniciar.

Pastora Cibele.

Carlos Moura não se encontra, substituído por Sueli Belato.

Por favor, vamos sentando.

Pastor Wellington, Junior, Sonia, Pai Joel, Mãe Sônia e Monge Sato.

De imediato, essa audiência pública faz parte de um ciclo de debates, Democracia e Direitos Humanos para discutir, enfim, qual a democracia que nós queremos efetivamente para o nosso País.

Vamos abrir a palavra, pelo tempo, espero mais uma fala de saudação, colocando a posição da entidade para representar nesse ato.

Como tenho outro compromisso que terei que presidir às 15 horas, embora atrase um pouco, eu pediria a todos que usarem a palavra que ficassem no tempo de cinco minutos. Se necessário, amplio mais um ou dois, para que a gente possa então expressar nosso ponto de vista em relação à defesa plena da democracia.

Passo a palavra à Pastora Cibele Kuss, Fundação Luterana de Diaconia e Fórum Ecumênico

A SRª CIBELE KUSS – Boa tarde a todos e todas, aos membros da Mesa. Queremos agradecer por essa grande oportunidade de fazer mais uma vez a afirmação da democracia e, em especial, a afirmação da democracia do contexto da afirmação do direito às diversidades.

Eu represento o Fórum Ecumênico ACT Brasil, que é um fórum com diversas organizações do campo ecumênico e organizações com outras pertenças religiosas. Temos discutido muito há um bom tempo, e talvez o dia 17 de abril tenha explicitado para o todo da sociedade o quão profunda é a instrumentalização da política e da religião e vice-versa dentro do contexto brasileiro.

E é importante pensarmos que o Estado laico é um valor extremamente relevante para a democracia. Eu lembro de quando aconteceu aqui também o ato do Manifesto das Religiosas e dos Religiosos pela Demo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cracia. E uma representação afro-brasileira teria dito: "nós não queremos um Estado que reze, queremos um Estado que garanta o direito de todas as religiões se expressarem e terem espaços onde sua religiosidade também tenha reconhecimento e que haja uma convivência pacífica e que haja também os direitos respeitados".

Então, para o campo cristão, o nosso maior desafio talvez no momento seja problematizar um debate teológico mais qualificado. Nós temos dito que a teologia também está no campo da disputa, porque temos percebido que é cada vez mais frequente uma autojustificação moral de posturas extremamente conservadoras em nome de Deus. Isso está extremamente organizado dentro da cultura política brasileira. A teologia, o cristianismo, tem sido extremamente instrumentalizado na esfera pública. Talvez um aspecto positivo dessa grande presença religiosa na esfera pública é que ela também declara e mostra para a sociedade que temos uma grande diversidade religiosa, que não podemos falar de uma religião, mas que falamos hoje de muitas religiões.

E, para o campo cristão, temos que fazer um processo profundo de autocrítica por conta dessa instrumentalização cristã, principalmente cristã, dentro da política brasileira.

Preocupa-nos, por exemplo, que em alguns Estado, vou citar o caso do Mato Grosso do Sul, há dados que indicam que 36 igrejas têm atuado de forma extremamente organizada para fazer a conversão de povos indígenas.

Recentemente, tivemos o Estatuto da Liberdade Religiosa, que é um projeto da Anajure, da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, em que ali constava, ou ainda consta no texto o direito de fazer a conversão de povos indígenas no Brasil.

E se formos um pouco mais a fundo, vamos verificar também o quão articulada é a relação entre religião, agronegócio, perda de direitos para as mulheres, principalmente.

(Soa a campainha.)

A SRª CIBELE KUSS – Então, essa forte instrumentalização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando toca a campainha, você tem mais um minuto. Dá uma acelerada. Em princípio, não serei rígido.

A SRª CIBELE KUSS – Está bom.

Então, essa forte instrumentalização da religião dentro da cultura política é um debate que precisamos fazer com muito mais seriedade, com muito mais articulação, fazendo também, construindo também, coletivos em que possamos, cada vez mais, pensar esses processos.

É muito sério o quanto a instrumentalização da religião e da fé está afetando decisões em várias instâncias. Nós acompanhamos, por exemplo, recentemente, esse Procurador-Geral da República acusado de tortura física e psicológica da sua companheira.

Ele foi recentemente absolvido da possibilidade de ser exonerado. E uma das argumentações para a sua não exoneração é que ele apresentou uma fragilidade na sua fé. Então, por conta dessa fragilidade na sua fé, ele foi absolvido de ter, comprovadamente, torturado e cometido forte violência psicológica contra a sua companheira.

Então, essa instrumentalização está presente em todos os espaços. Ela precisa ser problematizada e precisa ser tensionada por nós e, principalmente, pelo campo cristão, de forma a resgatar um debate teológico, crítico, que é também uma característica principalmente do campo ecumênico, do campo protestante histórico,

Então, obrigada. Rapidamente foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pastora Cibele Kuss.

Por isso, passamos a palavra, de imediato, enquanto aqui estamos ajeitando a mesa, à representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Drª Sueli Belato.

A SRª SUELI BELATO – Boa tarde a todos e a todas. É muito bom estarmos, mais uma vez, juntos para, ao refletir sobre a crise que estamos vivendo, observar se temos caminhos novos a serem feitos.

A crise não assusta a Comissão Brasileira de Justiça e Paz. As pessoas que têm compromisso, as pessoas que têm fé sabem que a crise não é o mais preocupante. O mais preocupante é a paralisação, são as atitudes que não nos aproximam, que não fazem ponte uns com os outros.

Por muitas vezes, nós nos iludimos que tínhamos uma Constituição Federal cidadã, que, automaticamente, garantiria os nossos direitos. O que estamos vendo é que ela chegou muito atrasada. Talvez ela tenha chegado com quase 500 anos de atraso na nossa sociedade.

Quando, em 1988, pensávamos que estávamos iniciando uma nova era, um novo marco, a Europa já mostrava que o Estado-previdência, o Estado social, que protege e garante os direitos sociais, já estava em declínio.

E nós não nos demos conta de que essa onda poderia chegar até nós.

Então, é com preocupação que vivemos este momento, mas é também com muita fé, com muita con-
ıça que vemos essa oportunidade que estamos tendo de saber quem está do lado de quem, que contradi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ções que nos distanciam, que pontes estão obstruídas na sociedade brasileira. Sabemos que na garantia do direito pelo qual zelamos não pode haver recuo, não pode haver retrocesso, mas ela não chegou para todos.

Ainda esta semana, Senador Paim, eu ouvia de um jovem da Bahia, que trabalha com rádios comunitárias, que está ameaçado de morte. Ele foi se esconder no Rio de Janeiro e foi preso pela UPP, e, quando ele foi preso, já tinha um nome que era procurado. Então, é uma pessoa que está sendo protegida porque esse Estado-cidadão que não queremos que tenha retrocesso ainda é uma realidade para uma parcela da sociedade, e não a todos, e é por isso que queremos continuar avançando.

Ainda hoje Dom Leonardo, numa celebração, fazia esta fala de que, se a Justiça é importante e o Direito tem uma escala menor na hierarquia, o amor supera os limites da Justiça e do Direito; o Direito é uma regra que muda, o que não pode ser ferida é a Justiça e muito menos o amor, que é o compromisso de viver uma nova realidade, uma nova sociedade sem ódio, sem essas transgressões que nos afastam.

É motivo de denúncia saber que em Brasília, em menos de um ano, quatorze terreiros de umbanda foram destruídos, assim como nos atingiu... (*Palmas.*)

... assim como a igreja católica e muitos cristãos se sentiram atingidos quando tivemos Nossa Senhora Aparecida esfacelada aos pés de um pastor. Também nos ofende quando sabemos que os centros estão sendo destruídos. Isso não pode ser indiferente porque mais do...

(Soa a campainha.)

A SRª SUELI BELATO – ...que o templo, são as pessoas, os sentimentos, os compromissos, a herança que está sendo destruída, e é por ela que queremos denunciar e queremos dizer que não pode nenhum golpe justificar as intolerâncias, o retrocesso. E esperamos que a Constituição Federal seja realmente zelada e consagrada, não para recuos, mas para avanços.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sueli Belato, Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Agora Monge Sato, representante do Budismo Terra Pura.

O SR. MONGE SATO – Boa tarde, senhoras e senhores da Mesa.

Eu me vejo num lugar muito especial e num momento muito especial. Eu me vejo aqui perante o público na brasilidade. Quando viajo ao Japão, por exemplo, antes eu ficava muito assustado porque todos eram amarelos; quando volto ao Brasil, fico muito à vontade com esta brasilidade de várias cores, vários tipos biológicos, e, certamente, de vários pensamentos.

É a brasilidade, que também envolve, cá entre nós, a diversidade, diversidade de origem. Por exemplo, sou neto de imigrantes japoneses, meu pai, que é nissei, nasceu numa fazenda de café na colônia no interior de São Paulo. E há também, por que não dizer, um cenário de ecumenismo, que acho que é também a imagem do Brasil certamente na fundação de Brasília. Mas também, além do local especial, estamos em um momento muito especial, porque ninguém pode negar que vivemos uma crise.

A crise, a palavra crise em chinês e em japonês tem dois ideogramas, "kiki". O primeiro "ki" significa risco, o segundo "ki" significa oportunidade. Ou seja, a mesma situação de crise que vivemos é também risco, mas também uma grande oportunidade para que essa brasilidade feita de diversidade e de ecumenismo se confirme.

E, então, realmente não podemos deixar passar nem pequenas coisas, como violência contra algumas correntes religiosas, não podemos tolerar isso, como também não podemos tolerar que o direito seja conturbado. Ou seja, a democracia se constrói sobre o Direito e a Justiça e também com amor.

Então, quero apenas saudar a todos vocês e lembrar que esta crise nos traz oportunidades. Não podemos nos esquecer disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Nossos cumprimentos ao Monge Sato, representante de Budismo Terra Pura, por sua mensagem aqui clara e nítida na linha da liberdade, da justiça, da igualdade e da democracia.

Agora eu passo a palavra à Mãe Baiana, representante de religiões de matriz africana. (*Palmas.*)

A SRª MÃE BAIANA – Boa tarde a todos. Como todo mundo já me conhece, meu nome é Adna Santos, conhecida como Mãe Baiana, e sou baiana, mas moro aqui no DF há muitos anos nessa militância a favor do nosso povo, da nossa religiosidade, a favor do povo negro. E eu venho aqui e, em nome do meu mais velho, quero cumprimentar a Mesa e a todos, e a benção aos meus mais velhos, a benção aos mais novos. Boa tarde aos demais.

Quero dizer o seguinte, Senador Paulo Paim, a consideração minha e do povo negro do Brasil pelo senhor é muito grande, pelas ações do senhor dentro do Senado, pela defesa da democracia que o senhor vem também mostrando para o nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A nossa felicidade, posso dizer isso com muito orgulho, é de ter um Paulo Paim dentro do Senado. Hoje, é a nossa felicidade.

Estamos aqui confiantes e viemos aqui em nome de todos, de todo o povo negro, de todos os terreiros lhe pedir, Paulo, que o senhor possa levar nossa voz aos demais Senadores desta Casa e dizer para eles que é a voz do povo negro, é a voz do povo de terreiro, dos religiosos, é a voz do povo que vem sofrendo.

A democracia é importante para nós, é muito importante a democracia, porque somos um povo que vem lutando há milhares de anos por essa democracia. Há mais de 15 anos temos visto e recebido benefícios, sim, a que, lá atrás, o nosso povo não teve acesso; hoje temos acesso a tantos benefícios dados pelo nosso Governo, o Governo que hoje está aí, e é esse Governo. A partir do governo Lula, sabemos que tantas políticas públicas vieram ao nosso favor. Hoje, sentimos o gosto, o sabor da liberdade, coisa que o nosso povo não sentia antigamente. (*Palmas.*)

Os terreiros de antigamente tinham que tocar dentro do mato, tinham que tocar nos porões das casas antigas lá de Salvador porque não podiam fazer em outro lugar. Hoje, temos a liberdade de tocar nossos atabaques, de fazer os nossos orixás virem à Terra para trazer a benção, para trazer o axé para todos. Hoje, todo mundo pode ver isso, então, a democracia é importante.

Senador, o senhor sabe que aqui em Brasília temos sido acometidos de muitas intolerâncias religiosas. Acho que o senhor tem acompanhado, tenho certeza, assim como os demais Senadores têm acompanhado a nossa luta em Brasília contra a intolerância religiosa. E falo pelo Brasil também porque o nosso povo – aqui há gente de todos os Estados – tem uma história para contar de uma intolerância religiosa, cada um tem algo para dizer. Então, está demais, não podemos acabar com a democracia no Brasil.

O senhor acompanhou, agora há pouco tempo na Prainha, aqui em Brasília, na Praça dos Orixás, que alguém tocou fogo na estátua do nosso maior ancestral, que é Oxalá. Foram lá e atearam fogo naquela estátua na madrugada, para nos atingir, para dizer para nós: "calem a boca", mas a gente veio aqui também hoje para dizer...

(Soa a campainha.)

A SRª MÃE BAIANA – ... que não vamos calar a nossa boca, que nós somos o povo de terreiro,... (*Palmas.*)

...nós somos o povo de orixá, nós somos o povo que acredita e crê no nosso orixá, e viemos aqui dizer que queremos, sim, a democracia brasileira, porque lutamos para isso.

Muito obrigado em nome do meu povo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Mãe Baiana, representante da religião de matriz africana.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estão informando que há uma série de amigos e amigas lá fora que estão na expectativa de entrar e estão liberando aos poucos.

Eu faço um apelo: há possibilidade de o Plenário 9 estar também à nossa disposição? Há telão lá para eles assistirem; com telão, eles poderão ficar sentados. Então, há espaço para todo mundo.

Vamos ter, inclusive, pessoal, antes do encerramento a palavra do Dr. François Houtart, que é sacerdote e sociólogo da Bélgica e que vai falar sobre democracia.

Agora passo a palavra a Mãe Nangetu, representante de Religião de Matriz Africana – Belém do Pará.

(Manifestação da galeria.)

A SRª MÃE NANGETU – Boa tarde, meus irmãos. Bênção.

Sou uma mulher de terreiro de Belém do Pará. Falo aqui em nome da minha casa, do Manso, Manso Ubando, em nome da atitude afro, em nome de todos.

Gostaria muito de ouvir que as pessoas dissessem em nome dos nossos Deuses, não em nome de um só Deus, porque acreditamos em todos os Deuses da natureza.

Eu quero que façamos uma reflexão de tudo o que estamos passando agora. A Mãe Baiana me contemplou com a sua fala e falou tudo o que eu poderia falar. Mas isso para nós é uma lição para aprendermos doravante a caminhar e a eleger nossos irmãos, as nossas mães. (*Palmas.*)

É isto que está faltando para nós: encher a Câmara ou o Senado, seja lá onde for, de pessoas que falam no nosso nome. Esses pastores não falam em meu nome, não falam em nome de outras etnias, de outras religiões. [illegible]s falam em nome deles. Quantas vezes Deus já veio aqui? Quantas vezes Deus veio dizer que está ouvindo o [illegible]e eles estão falando? Não trabalhamos por causa do dinheiro. Trabalhamos no equilíbrio e no acolhimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

respeitando todas as pessoas, porque, para nós, temos que respeitar as pessoas, respeitar o direito de elas serem, de elas crerem. Eu creio em um Deus e você, em outro. É esse o meu valor como uma mulher de terreiro.

Então, em nome dos nossos Deuses, digo não a esse golpe safado, a esse golpe desleal, a essa injustiça com o povo brasileiro! (*Palmas.*)

Isso foi uma injustiça porque não sei como vai ser o meu dia seguinte, porque eu já passei no meu Estado. Em outro dia, fui para uma reunião e me disseram: "Olhe, madame, vá para o seu fogão!" Não vamos desistir! Somos um povo de luta! Vamos continuar na nossa caminhada e aprender a eleger nosso povo, a eleger quem quer e nos ajuda a caminhar.

Então, em nome do meu povo, eu digo não a esses safados políticos ambiciosos que só querem o dinheiro do povo. Estamos assim porque não temos ambição.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Foi a Mãe Nagetu, representante de Religião de Matriz Africana – Belém do Pará, que aqui expressou seu ponto de vista também em relação a nossa democracia.

Nesse momento, passo a palavra para o sacerdote e sociólogo da Bélgica Dr. François, que vai aqui falar sobre a importância da democracia no Brasil e no mundo. Está com o senhor a palavra. Todos tiveram 5 min, mas vamos dar ao Dr. François 15 min, conforme combinado com ele, que disse que seria suficiente.

O SR. FRANÇOIS HOUTART – Muito obrigado.

Perdão por meu "portunhol", mas tratarei de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, ele vai falar bem devagar. Ele fala espanhol. É fundamental o silêncio na sala. Eu quero muito ouvi-lo também, como vocês.

Eu sempre falo, pessoal, que se tiver um ou outro amigo ou companheiro, enfim, que quiser conversar um pouco, é só ir aqui do lado e depois voltar, não é? Tranquilamente. Está bem?

O SR. FRANÇOIS HOUTART – Muito obrigado por esse convite. É muito difícil falar depois de Mãe Baiana e Mãe Nangetu, com seu aspecto muito profético, mas, sim, é importante refletir sobre a situação do Brasil dentro do mundo e dentro da América Latina, porque o Brasil não é isolado, não é uma coisa só, é parte de todo um sistema. E a luta do povo do Brasil tem uma importância, realmente, internacional.

Assim, vou falar rapidamente, primeiro, do aspecto da crise mundial, por eu ser membro da Comissão das Nações Unidas sobre a crise mundial monetária e financeira junto com o presidente Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia. E, por isso, pudemos estudar os vários aspectos da crise, porque a crise não é somente financeira ou econômica, é uma crise muito mais fundamental, é uma crise com muitos aspectos: uma crise alimentar, uma crise energética, uma crise das matérias-primas que se esgotam, uma crise climática. E todos esses aspectos da crise estão vinculados a uma lógica fundamental, que é a lógica do sistema capitalista, a lógica da acumulação, da ganância e da acumulação, com a ideia de que o capital é o motor único da economia. Essa lógica tem consequências muito fundamentais sobre toda a vida, não somente sobre a vida econômica, mas também sobre a vida da mãe Terra, sobre a vida cultural, sobre a vida espiritual, e, assim, essa conjunção de vários aspectos da crise.

Finalmente, chega a uma crise de civilização, uma crise de valores, uma crise de orientação fundamental do futuro da humanidade da Terra. E, realmente, estamos frente a um paradigma de morte, de morte, de morte da mãe Terra pela destruição ambiental e a destruição do clima, de morte também de milhões de pessoas frente a uma economia que podemos falar, que podemos chamar de uma economia sacrificial: o crescimento da China ou da Índia, cada ano, segundo a Organização Mundial da Saúde, significa mais de um milhão de mortos em cada país, pela contaminação do ar, sem falar da contaminação da água. É uma economia sacrificial, em função de um bem futuro.

Assim, o capitalismo com sua lógica está gerando à humanidade uma situação de morte tanto da Terra, de todos os entes vivos, como também da humanidade. E devemos criar, precisamente, um novo paradigma. Não basta mais regular o sistema, é necessário encontrar um novo paradigma, um paradigma de vida que permita a reprodução, o melhoramento da vida, de toda a vida física, cultural, espiritual. E esse é o problema fundamental da humanidade em geral, mas também, evidentemente, da América Latina em particular.

América Latina é o único continente no mundo que adotou regimes políticos, experiências pós-neoliberais para terminar com a era neoliberal, reconstruindo as funções sociais do Estado, de redistribuição da riqueza, de melhor acesso aos serviços públicos, em particular, à saúde e à educação, de investimentos também públicos. E temos conhecido em muitos países da América Latina desde Argentina, Brasil, Uruguai, Nicarágua, Venezuela, também Equador, Bolívia, etc., esses esforços para construir uma situação pós-neoliberal, reconstruindo o Estado. E houve resultados positivos: Milhões de pessoas saíram da pobreza, houve maior acesso à educação, à saúde, houve também muitos investimentos no campo social, na esfera pública. E, assim, houve um bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

momento de nova política que pôde aproveitar a conjuntura econômica favorável decorrente dos preços das matérias-primas e de produtos agrícolas.

Contudo, isso teve também problemas e consequências negativas: Primeiro, por uma grande parte, o Continente regressou a uma situação de primarização da economia: a economia baseada na exportação de matérias-primas e de produtos agrícolas e, assim, houve uma relativa desindustrialização do continente.

Claro que, aproveitando a conjuntura favorável, foi possível ter políticas sociais importantes para lutar contra a pobreza, mas, em geral, em todos esses países isso ocorreu sem tocar fundamentalmente as estruturas sociais do País, por exemplo, sem reforma agrária. Assim foi possível retirar milhões de pessoas da pobreza sem tocar de maneira substantiva a situação e os rendimentos dos ricos. E isso permitiu uma aliança de classe social para realizar esse projeto.

Agora, também a concepção do Estado para construir isso foi uma concepção geralmente muito centralizadora e muito hierárquica, com líderes carismáticos. E isso não é um fator positivo para a construção da democracia. Tivemos Estados muito importantes, uma burocracia também muitas vezes paralisante e também o surgimento ou o desenvolvimento da corrupção, mais ou menos, nos diferentes países.

E, finalmente, a concepção do desenvolvimento não havia mudado muito: é uma concepção vinculada à modernidade, modernizar a sociedade, não fundamentalmente mudar as estruturas sociais para construir a justiça de maneira mais fundamental. Modernizar!

E isso se diz agora no Equador onde estou trabalhando neste momento. O novo sistema político está construindo um capitalismo moderno, mas um capitalismo moderno é um capitalismo que aceita a luta contra a pobreza, porque isso amplia a base do mercado, que aceita também um trabalho mais formal, que aceita o seguro social, que aceita também pagar mais impostos se há aí tranquilidade social.

Esse é o capitalismo moderno ou o capitalismo verde ou o capitalismo social. Mas é capitalismo, e isso significa uma concentração de riqueza, isso significa um esquecimento das externalidades, quer dizer, dos danos ambientais e dos danos sociais, em particular, das populações indígenas ou africanas, etc., que não tem transformado sua situação fundamental. Assim, estamos agora frente a uma crise muito forte, muito forte, por duas razões externas: a baixa dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas, que têm feito com que muitos desses países, como a Venezuela e também o Equador, estejam em uma situação extremamente difícil, porque toda política era orientada em função dessas entradas dos produtos primários.

Segundo, há também fatores internos, e a reação da maioria dos países, também do Brasil, frente a crise tem sido regressar a medidas do tipo de austeridade para pagar a dívida, para evitar o desequilíbrio da balança comercial internacional. Finalmente, retornar, pouco a pouco, a uma política liberal, se não neoliberal.

E, assim, a restauração conservadora da qual os países falam muito finalmente foi integrada dentro dos governos progressistas da América Latina, que, finalmente, diante da crise, estão adotando, mais e mais, medidas liberais ou neoliberais.

Evidentemente, a direita vai aproveitar-se disso. A direita nunca vai aceitar perder seus privilégios. A direita vai aproveitar-se de todas as possibilidades para reconstruir sua hegemonia econômica e também sua hegemonia política. Já vimos o caso da Argentina, e o perigo é a Venezuela. E aqui estamos diante de um plano de "macrização" do Brasil ... que vemos agora. Assim, a direita vai aproveitar, e o império também, porque o império tem todas as possibilidades de intervenção...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANÇOIS HOUTART – ... e nunca vai permitir realmente que se realize um projeto socialista sem uma intervenção.

Isso são realidades, mas não podemos perder a esperança, porque é o momento, em parte, de repensar o projeto, de repensar, fundamentalmente, qual é a meta, qual é o novo paradigma. Um paradigma de vida que significa pensar em quais são as transições para passar de um paradigma a outro. São coisas muito concretas que podemos repensar.

E também repensar os movimentos sociais, para justamente pensar metas não a curto prazo, mas a médio e longo prazo, com esse projeto.

Termino dizendo que, primeiramente, algumas das pessoas que estão aqui representando igrejas ou grupos religiosos também precisam repensar o papel profético dos grupos e das crenças religiosas. Papel profético de denúncia, mas também de anúncio do que é a sociedade que queremos construir.

E para nós, cristãos, penso que a referência fundamental foi a vida de Jesus Cristo na sociedade da Palestina do século primeiro, onde foi uma testemunha dos valores do reino, que são valores de justiça e de amor. Penso que é num momento de crise, pelo aspecto negativo, pelo aspecto positivo de reconstrução. Reconstrução do que queremos ser, para chegarmos a um novo tipo de sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, François, cumprimento-o por sua palestra, em que aponta caminhos de fortalecimento para a nossa jovem democracia.

Por favor, Padre José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS – Boa tarde a todas e a todos.

Senador Paulo Paim, temos grande apreço pelo senhor, pelo trabalho que o senhor fez na luta pelo Estatuto do Idoso, na luta pela construção e aprovação do Estatuto do Idoso, que recebemos com muita alegria – sou Presidente do Conselho Municipal do Idoso em Salvador.

O Padre François me lembra o hoje Arcebispo Emérito de Bruxelas, que foi meu reitor de seminário.

Todo mundo falou em crise. Nós vivemos dois pontos bastante críticos neste momento de crise. De um lado, a Constituição brasileira e, do outro, a Bíblia.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ CARLOS – ...fez uma charge colocando o Presidente da Câmara Federal sentado numa latrina, e o papel higiênico usado era a Constituição brasileira.

Isto é uma coisa que nos causa indignação: ver que a luta pela construção da Constituição Cidadã esteja neste momento sendo rasgada – a Presidenta denominou um "golpe de mãos brancas". Essas mãos brancas rasgam a Constituição, ferem a dignidade do povo brasileiro.

Por outro lado, nós sabemos que, no Congresso Nacional, nós temos três bês: da bala, do boi e da Bíblia. A Bíblia não pode ser a Constituição brasileira, não pode ser a Constituição de nenhum Estado... (*Palmas.*)

A Bíblia é para a religião que segue o cristianismo e para uma parte que segue o islamismo e o judaísmo. Nós não podemos aceitar jamais que o Estado deixe de ser laico. O Estado tem que ser laico, porque, se o Estado não for laico, ele vai ser opressor. Lembremo-nos do que aconteceu na Idade Média com a Igreja Católica, que produziu a Inquisição, à qual até hoje se fazem críticas. Lembremo-nos do que aconteceu com o *apartheid* na África do Sul. Lembremo-nos de todos os regimes que adotam a religião como norma de condução do povo.

O povo não pode ser conduzido pela Bíblia aqui no Brasil. Aqui está a prova disso: a diversidade. Graças a Deus, somos diversos. Graças a Deus, somos diferentes.

Graças a Deus, vivemos pensando de modo diferente, porque aí está riqueza da nossa Pátria, da nossa Nação: sermos diversos para que possamos todos viver a unidade. Não se constrói unidade com iguais. Toda unanimidade é burra. Não se constrói unidade com iguais. Constrói-se a unidade com a diferença,...

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. JOSÉ CARLOS – ... porque a diferença é que traz a beleza e é a diferença que nos provoca amar, pois o amor só acontece quando você busca o que é diferente de você. O igual você vai amar, mas doação completa, total, é no diferente, seja em qualquer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS – ...– espera aí! –, em qualquer situação. Não estou falando aqui em... não sou ceticista, acho que as pessoas têm livre arbítrio para decidir a sua vida. (*Palmas.*)

Ninguém pode determinar a vida de ninguém – nenhuma religião, ninguém.

Por isso, nós devemos, hoje, não permitir que a Constituição brasileira seja o papel higiênico do Sr. Eduardo Cunha e não podemos permitir que o grupo da Bíblia faça da Bíblia a Constituição brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos ter um outro evento em seguida, já, aqui. Foi um acordo que fizemos para fazer os dois eventos nesta mesma sala.

Por fim, então, fala o Pastor Wellinton Pereira, da Visão Mundial, representante do Movimento Frente Evangélica pelo Estado de Direito, que, embora convidado para a Mesa, ele gentilmente entendeu – porque aqui na Mesa não há mais espaço – e falará do plenário.

Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas...

O SR. WELLINTON PEREIRA – Desculpem-me, eu vou falar um pouco de costas aqui. É ruim, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu sou Wellinton, sou Pastor da Igreja Metodista aqui em Brasília e militante dos direitos humanos de crianças e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINTON PEREIRA – ... – ah! Está joia! – e militante dos direitos da criança há mais de 20 anos. Obrigado pelo convite.

Eu queria dizer que, hoje, ser evangélico no Brasil está muito difícil. Por quê? Por causa de algumas coisas que vocês conhecem e por causa, também, do nosso péssimo hábito de generalizar as coisas. Às vezes, nós temos alguns representantes que nem nos representam e que fazem muita besteira, acabam atraindo esses olhares para eles como se a religião cristã protestante evangélica fosse essa. E não é. Inclusive, o nosso Movimento Evangélico pelo Estado de Direito é para, acima de tudo, marcar posição e dizer que essa Bancada evangélica não nos representa, que o Sr. Eduardo Cunha não nos representa. (*Palmas.*)

Nós, inclusive, fizemos uma nota, um manifesto e fomos lá Câmara pedindo a sua saída da Câmara, porque consideramos que ele não pode continuar exercendo nem a Presidência, tampouco cargo tão nobre, que é de Deputado, de um Parlamentar brasileiro.

Então, o nosso objetivo é, acima de tudo, lutar pelos direitos humanos de um modo geral. Concordo com os padres, a Bíblia tem que ser utilizada como livro da religião, assim como outros livros sagrados, e não é para servir para Constituição brasileira.

Então, devemos, cada um de nós, seguir os seus preceitos religiosos, de fé, mas isso não significa que tenhamos que mandar o outro seguir aquilo em que acreditamos. Então, nós lutamos por esse Estado.

Eu queria finalizar com a leitura, que já é muito conhecida, do Bertolt Brecht, e ultimamente tenho meditado muito nisso, que tem muito a ver com a nossa irmandade. Antes de eu ser o Wellington, ou de eu ser pastor, ou de eu ser qualquer coisa, eu sou um ser humano, como nós aqui, cidadão.

(Manifestação da plateia.)

O SR. WELLINTON PEREIRA – Então, eu sou, acima de tudo... Eu nem me apresento como pastor; eu sou o Wellinton, sou marido da Meire, pai da Talitha e do Asafhe, meus filhos, porque acho que não podemos, de maneira alguma, rotular o outro, porque, se começarmos a rotular, o outro se torna o nosso adversário, inimigo, e não é assim que nós vamos construir uma Nação.

Então, estamos muito preocupados com essa onda de intolerância que está no nosso País. Quero dizer para vocês, de matrizes africanas, que temos muitos evangélicos que são contra isso, que são radicalmente contra, só que, às vezes, eles não têm vozes. Quem tem voz é o Silas Malafaia, que tem dinheiro, que tem canal de televisão à sua disposição. (*Palmas.*)

Que, inclusive, foi recebido pelo Vice-Presidente, já compactuando com esse golpe. Mas podem ter certeza de que há muita gente que não está com esse pessoal; está totalmente contrária, que dialoga, que está junto com as pessoas de outras religiões. Só que essas pessoas não são vistas. Infelizmente, os nossos meios de comunicação manipulam e dão voz muito mais ao ódio do que aqueles que pregam a paz.

E aí eu só queria, então, finalizar com esta leitura aqui, porque eu acho que ela resume muito bem aquilo que estamos discutindo aqui hoje. Diz assim:

Primeiro, levaram os negros, mas não me importei com isso; eu não era negro [apesar de que eu sou]. Em seguida, levaram alguns operários, mas não me importei com isso; eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso, porque eu não sou miserável. Depois, agarraram uns desempregados, mas, como tenho meu emprego, também não me importei. Agora, estão me levando, mas já era tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o último inscrito, pessoal. Nós temos problema de horário. Eu queria cumprimentar a todos vocês por esse encontro, eu diria, ecumênico e inter-religioso.

É um encontro que mostra que, para nós, além do respeito às diferenças, há a democracia. Eu sempre digo que um homem ou uma mulher que não têm causas não entendeu o sentido da vida e, por isso, digo para vocês: a mãe de todas as causas é a democracia, que está sendo covardemente atacada aqui no nosso País. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer para vocês que essa é a ca-nhada de todos nós, e por isso a alegria de recebê-los aqui, como recebemos todos os setores da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero dizer que Eduardo Cunha é uma coisa; felizmente, Renan Calheiros, que abriu a Casa para todos esses eventos, é outra coisa. E queremos que ele continue da mesma forma.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segundo, quero dizer para vocês, pessoal, que este é um momento histórico nas nossas vidas. Nós sabemos muito bem o que vem por aí. Não é somente essa ponte que eles chamam de Ponte para o Futuro, mas que eu chamo, infelizmente, de ponte para o precipício. Hoje, eles já estão nos jornais colocando reforma da Previdência, idade mínima das mulheres, que hoje é 55, vai para 65. O negociado sobre o legislado. Não vai valer mais a CLT, mas somente a lei do mais forte, e nós sabemos que a lei do mais forte favorece o empregador.

Os recursos da educação e da saúde vão se desvincular para quem é aposentado. Claro que não fizemos estudo, mas garantimos inflação mais PIB para quem está na ativa e para quem é aposentado. Eles vão desvincular. Dessa forma, quem é aposentado vai ter um salário menor do que aquele que ganha o salário mínimo, que está na ativa.

É isso que nós queremos para o nosso País?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu chego a dizer: vejam a história daqueles que capitaneiam esse ataque à democracia. Se a admissibilidade acontecer só no mês de maio, vocês vão ver Eduardo Cunha não como Vice, mas na Presidência da República toda vez que o Presidente sair. Nós queremos isso para o nosso País?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Repito: nós queremos isso para o nosso País?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, meus amigos, depois deste ato brilhante – e eu sei que vocês vêm da Conferência dos Direitos Humanos. Democracia está ligada com liberdade, com as nossas diferenças legítimas aqui muito bem colocadas. Democracia está ligada à palavra justiça; está ligada à expressão direitos humanos. Sem democracia, não há liberdade, não há direitos humanos, não há justiça, não há igualdade, não há nada. Por isso tudo, nós temos que dizer: vida longa, sim, à democracia! Vida longa à democracia! (*Palmas.*)

É legítimo, pessoal, que cada homem e cada mulher deste País tem, até como sonho, um dia chegar à Presidência da República, mas, por favor, só para concluir, por favor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, a senhora me encabula. (*Risos.*)

Mas, por favor, quem quiser chegar à Presidência da República, o que é mais do que legítimo, não faça ponte atalhando, podando e atacando a democracia.

Estamos aqui com a TV filmando isso agora para todo o Brasil.

Eu faço um apelo ao Vice-Presidente Michel Temer, sem nenhum ataque pessoal: Michel, a democracia está acima de todos nós. É uma causa soberana, bonita, que ilumina as nossas almas e corações! Faça um gesto de grandeza: não compactue com essa posição e vá em 2018 disputar as urnas como qualquer brasileiro!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E vamos deixar que as urnas decidam. Eu te peço isso, Michel, a quem conheço há mais de trinta anos. É um apelo que eu lhe faço. Vamos deixar que cada Partido...É legítimo e é bom assim.

Olha, pessoal, podemos ter divergências com o que aconteceu na Argentina. Não foi o meu candidato, mas foi pelas urnas que houve a alternância de poder. Nós, que, no Brasil, somos referência, no mínimo, para o continente americano, vamos permitir um golpe como esse? Um ato como esse? Um ataque como esse?

Por isso, quero encerrar dizendo: parabéns a todos vocês que participaram – a maioria, que eu sei – dela brilhante conferência dos direitos humanos. Vocês vão retornar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos em uma única trincheira, pessoal! Os democratas estão do lado de cá, os que querem a liberdade e a justiça estão aqui; os outros estão do outro lado.

Por isso, eu só peço a vocês: voltem para os seus Estados; e vocês que são líderes – por isso estão aqui – digam para os nossos amigos, para os nossos companheiros, mesmo para aqueles com quem não temos uma relação maior: isso não ficará assim! Vai provavelmente passar a admissibilidade. Nós não sairemos das ruas, enquanto não garantirmos que neste País aqui quem ataca a democracia não será Presidente nunca! À luta! À luta! Essa caminhada é nossa! Ninguém a fará por nós! Um abraço a todos vocês!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Magno Malta. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 55 de 2015-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Acidentes de trabalho e a sua prevenção, em comemoração ao Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ângelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal da Advocacia Geral da União; Rinaldo Marinho Costa Lima, Diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhado do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Leonardo Osório Mendonça, Coordenador de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – CODEMAT; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Viviane J. Forte, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo da Seção de Segurança e Saúde no Trabalho. O Senhor Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas no plenário: Luiz Antonio Colussi, Juiz do Trabalho, Anamatra; Arthur Ferrari, Diretor do Sindipetro/RJ; Carmen Lúcia Miranda Silveira, Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Paulo Henrique Garrido, do Sindicato dos Servidores da Fundação Osvaldo Cruz; Leonardo Urpia, da FUP. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) encaminhar as denúncias feitas por Carlos Silva, do Sinait, por Arthur Ferrari, Diretor do Sindipetro/RJ e por Leonardo Urpia, da FUP. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e trinta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Audiência pública realizada nos termos do Requerimento nº 555, de 2015, de minha autoria e de outros, para discutir acidente de trabalho e a sua prevenção, em comemoração ao Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Todos aqui conhecem o motivo desta nossa audiência pública que fizemos questão de realizar no dia de hoje. Eu lembro que o Brasil, infelizmente, é ainda um dos campeões mundiais de acidentes e doenças do trabalho. Por isso a importância do evento do dia de hoje.

Eu, de imediato, vou chamar para a Mesa os convidados:

Ângelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Seja bem-vinda, Ministra. (*Palmas.*)

Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União. (*Palmas.*)

Rinaldo Marinho Costa Lima, Diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Leonardo Osório Mendonça, Coordenador de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (Codemat). (*Palmas.*)

Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Conforme entendimento feito entre os convidados nesta Mesa, Drª Viviane J. Forte, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, Seção de Segurança e Saúde no Trabalho.

Seja bem-vinda também, Drª Viviane. (*Palmas.*)

Se algum dos convidados entender que é importante o registro, embora não esteja na Mesa, é só passar o cartão ou o nome aqui para a Mesa.

Como nós atrasamos, eu não vou fazer nenhum preâmbulo; vou deixar que os convidados falem, senão eu acabo falando mais do que os convidados.

Então, de imediato, passo a palavra para o Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Senhoras e senhores, boa tarde.

Gostaria de agradecer, em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ao Senador Paulo Paim pela oportunidade, mais uma vez, de prestigiar essas audiências públicas, em que sempre se discutem temas de extrema importância no que diz respeito aos direitos sociais e aos direitos fundamentais trabalhistas. E quero homenageá-lo por ser esse guerreiro em defesa dessas causas no Senado Federal e no Congresso Nacional, Senador.

Também quero agradecer a presença de todos, e aqueles que me assistem pela televisão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, quero só receber com uma salva de palmas a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho, que gentilmente aceitou o convite e veio aqui dar uma contribuição. (*Palmas.*)

Bem-vinda, Ministra.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Obrigado, Senador.

O dia 28 de abril – estão escutando aí? – foi instituído como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, em 2003, pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). É um dia que marca essa chaga social que são os acidentes do trabalho. É um momento para a reflexão de toda a sociedade brasileira e para que nós tenhamos em mente que precisamos, cada dia mais, conscientizar a população, a sociedade brasileira como um todo, os políticos do nosso País, os empregadores e os trabalhadores dos males que os acidentes de trabalho trazem para a sociedade brasileira.

Só em termos estatísticos são cerca de 3 mil mortes por ano. É muita morte. No ano passado, foram mais de 704 mil acidentes de trabalho, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, e 2,8 mil mortes. Então nós estamos vivenciando uma verdadeira guerra invisível, e esses números não diminuem. Desde 2007 para cá, esses números continuam altos. Isso tem causado um grave problema de saúde pública no sistema de saúde brasileiro.

Além disso, nós temos vivenciado também uma preocupação com relação aos acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes. Segundo dados extraídos pela Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes, do Ministério do Trabalho, de 2008 a 2015, já foram 179 mortes de crianças e adolescentes no Brasil, além de 19.734 acidentes envolvendo crianças e adolescentes, que são reflexos da exploração ilegal de mão de obra infantil. O que pode, Senador, acabar sendo agravado se vier a ser aprovada a PEC 18, que visa reduzir a idade mínima para o trabalho de criança e adolescentes de 16 para 14 anos.

Além dessa questão dos danos e das estatísticas que os acidentes de trabalho têm gerado perante a comunidade brasileira, nós temos também que considerar os custos que isso tem trazido para o Brasil como um todo, para a sociedade brasileira.

São gastos atualmente cerca de R$10 bilhões, por ano, com indenizações e tratamentos. Enfim, tudo decorrente das consequências geradas pelos acidentes de trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 4% do PIB mundial é gasto justamente com problemas de saúde e segurança do trabalho.

O que tem contribuído para essa questão dos acidentes do trabalho, Senador? Há uma exigência muito forte hoje pela rotatividade, as máquinas estão extremamente inadequadas, máquinas antigas, obsoletas, excesso de jornadas, falta de eficiência do Estado mediante o sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego, que, hoje, já conta com um déficit de milhares de auditores, vagas que não são providas e que acabam diminuindo a efetividade da fiscalização do Ministério do Trabalho perante a legislação e os empregadores para o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho. Há também um reflexo em razão do enfraquecimento do próprio Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho, que, recentemente, no orçamento ano passado, sofreu severos cortes orçamentários, o que tem impactado a nossa atuação em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu cito como exemplo a situação que tem ocorrido no Ministério Público do Trabalho, ou seja, o fechamento de oito unidades, oito procuradorias do trabalho em Municípios Brasil afora, em razão justamente desse recesso, dessa restrição orçamentária. Isso é algo muito perigoso, pois aquelas oito comunidades deixam de ter atuação ministerial em defesa da ordem jurídica trabalhista. Isso causa um retrocesso na defesa e na promoção dos direitos fundamentais, tanto na área de saúde e segurança do trabalho como em outras áreas que são objeto de atuação do Ministério Público do Trabalho.

A atuação da ANPT hoje tem sido uma atuação voltada, além da defesa corporativa, do fortalecimento institucional da carreira de membro do Ministério Público do Trabalho, a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) se tem voltado também para a interlocução e defesa de direitos sociais. Várias pautas no dia a dia – o Senador bem conhece a nossa atuação aqui, porque nós somos parceiros de longa data e o Senador é guerreiro fundamental nessa nossa luta – têm sido objeto de luta da ANPT. Trago como exemplo a própria questão da liberalização da terceirização, a redução do conceito de trabalho escravo, os projetos de lei que visam a suspender normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, e cito como exemplo o PDS 43/2015, que, a partir de uma interlocução das entidades, com a ajuda fundamental do Senador Paulo Paim, numa audiência pública como esta, nós conseguimos que fosse retirado de pauta esse PDS que visava a sustar, suspender a aplicação da NR-12, que retirava qualquer regulamentação a respeito de máquinas, de condições de segurança para máquinas, para equipamentos que são causadores de mortes, mutilações, esmagamentos e uma série de acidentes de trabalho no País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me só dizer que foi em audiências públicas como esta – e vocês todos estavam lá – que nós conseguimos também, com a presença do Prêmio Nobel da Paz, sustar a urgência para o projeto que queria regulamentar o trabalho escravo, enquanto o trabalho escravo deve ser proibido.

A partir de o movimento social ter se mobilizado, o Prêmio Nobel da Paz da Índia ajudou muito e u consegui pegar a relatoria.

Então, esse também – desculpe-me a expressão – agora que está sob a minha pata. Quer dizer, estou segurando em cima.

A NR-12, o trabalho escravo, a terceirização, a questão sindical consegui trazer, mas estou preocupado com o que pode acontecer daí em diante. Mas essa é outra discussão.

Continue.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – E, me permitindo já fazer um aparte também, Senador, nós somos testemunhas de quanto essas audiências públicas que o senhor tem feito na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, têm trazido frutos e eficiência para que consigamos reduzir esses ataques aos direitos sociais.

Sem essa atuação, ouso dizer que não teríamos conseguido barrar esses retrocessos.

Então, gostaria de parabenizá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço ao Movimento Social. O negociado sobre o legislado também conseguimos derrubar por duas vezes já, mediante a ampla mobilização de que vocês participaram juntos. Estou elogiando vocês também.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando digo "vocês", quero dizer que são vocês todos.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Além dessa nossa atuação legislativa que vivemos aqui, no dia a dia, junto com a Anamatra, com o nosso Diretor Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos, com o Sinait e com outras instituições parceiras, também temos, na Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, uma atuação judicial, para tentar, com isso, com essa atuação, por meio especificamente, especialmente, das ações diretas de inconstitucionalidade, com essa interposição de ações, diminuir os efeitos de normas que são aprovadas pelo Congresso e que eventualmente possam trazer danos à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Exemplo disso é a nossa condição de parte e também de *amicus curiae* em ações diretas de inconstitucionalidade...

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – ... em que discutimos no STF o uso e o banimento do amianto, que, como sabemos, traz o adoecimento de centenas de milhares de trabalhadores no mundo inteiro.

Além disso, nós entendemos que, além do fortalecimento do Ministério Público do Trabalho, da fiscalião do trabalho, da Justiça do Trabalho e das outras entidades que têm essa atuação em defesa da legisla-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ção trabalhista, também devemos ter uma atuação interinstitucional. E isso já temos, de fato, com a Justiça do Trabalho e com o Sinait e, agora, também temos com a AGU, com a Procuradoria-Geral federal.

Foi assinado, recentemente, e o Dr. Renato foi até o subscritor desse acordo de cooperação técnica realizado entre a AGU, Advocacia-Geral da União, e Ministério Público do Trabalho, justamente para tentar recuperar os valores pagos, gastos pela Previdência Social, decorrentes de acidentes de trabalho pelo descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, pela negligência de alguns empregadores e pelo descaso com relação à manutenção da higidez do meio ambiente, do trabalho.

Aqui nós apresentamos, Senador, algumas soluções que, de fato, não resolverão o problema. Mas espero que, talvez, nas próximas audiências públicas, no ano que vem, daqui a dois anos, haja uma diminuição exponencial dos números das mortes e dos acidentes.

Três mil mortes por ano, 53 mortes por semana é muita morte. São muitas vidas perdidas, são vidas interrompidas, são famílias destruídas, além do custo social e do custo financeiro que isso traz para toda a sociedade brasileira e para o próprio Estado, que muitas vezes tem que suportar.

Então, nós entendemos que, além do fortalecimento das instituições para intensificação das ações fiscais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem um minuto.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – ...temos que difundir uma cultura de investimento tanto em prevenção como em segurança.

Só a partir do investimento na prevenção de criação de uma cultura de prevenção perante a sociedade, não só empregadores como também trabalhadores, nós conseguiremos diminuir os índices de acidentes de trabalho.

Nós temos que deixar claro e mostrar aos empregadores que é muito mais barato investir em segurança e na manutenção de um ambiente de trabalho hígido e saudável, do que ter que, mais à frente, pagar altas indenizações...

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – ...por danos morais e materiais para os trabalhadores e para a própria União, como objeto do ressarcimento.

Então, são essas mensagens que a ANPT gostaria de deixar, Senador, nesta audiência, parabenizando V. Exª por mais essa iniciativa e nos colocando sempre à disposição de V. Exª para esse enfrentamento dessas questões sociais que dizem respeito aos Direitos Fundamentais dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, que falou pela ANPT, alertando sobre a situação em que nos encontramos, infelizmente disputando entre os quatro países em que mais há acidentes de trabalho no mundo.

É com satisfação enorme que passamos a palavra para a nossa querida Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho, o nosso TST.

Se quiser trocar de lugar momentaneamente, para que ela possa...

Pronto. Tudo se resolve.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Paim e o parabenizo pela iniciativa desta importante audiência pública, Senador, muito importante e oportuna.

Estou aqui representando o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o Tribunal Superior do Trabalho e o nosso Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, o Comitê Nacional do Trabalho Seguro, que é presidido pela Ministra Maria Helena Mallmann, do Rio Grande do Sul, aqui presente também outro membro do Comitê, que é o Desembargador Colussi *(Palmas.)*.

Cumprimento os integrantes da Mesa e tenho a honra de dizer que vários integrantes da Mesa são também instituições que nossos parceiros no Comitê do Trabalho Seguro, no Programa do Trabalho Seguro.

Cumprimento todas e todos os presentes. Este é um debate importante.

Hoje, dia 28 de abril, é o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho. Foi uma instituição primeiro da Organização Internacional do Trabalho, e, aqui, no Brasil, foi instituído o Dia Nacional através da Lei nº 11.121, de maio de 2005.

O nosso sistema jurídico inclui, na condição de acidente do trabalho, também as doenças ocupacionais.

O Programa Nacional de Prevenção de Acidente do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi instituído em 2011, sob a Presidência do Ministro João Oreste Dalazen, nas comemorações dos 70 anos da tiça do Trabalho, e tem a cooperação técnica de instituições públicas, como o Ministério do Trabalho e Emgo, o Ministério da Previdência Social, o Ministério da Saúde, o Ministério Público do Trabalho, a Advocacia-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

-Geral da União; e, privadas, o Sesi, a Anamatra, que também está aqui presente, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a CUT, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Nacional de Medicina do Trabalho, e Treinamentos em Segurança do Trabalho (T-Protege), aberto à participação de cooperação técnica também.

Nesta gestão, a Coordenadora é a Ministra Maria Helena, e eu sou a Vice-Coordenadora. A Ministra Maria Helena justifica a ausência dela em razão de estar participando do Conamat.

Contamos com sete linhas de atuação: políticas públicas, diálogo social e institucional, educação para a prevenção, compartilhamento de dados e informações, estudos e pesquisas, efetividade normativa e eficiência jurisdicional.

Temos uma estrutura, sob a presidência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do CSJT. Temos gestores nacionais – são 48 gestores nacionais –, o que significa, Senador Paim, que existe a organização do Comitê em todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil, com realização de eventos e gestão participativa.

Temos as nossas metas bienais. A nossa meta bienal acabou de ser traçada: as doenças mentais ocupacionais, o que é bastante preocupante, principalmente em determinados setores de trabalho, como o setor bancário, que tem um *ranking* de doenças ocupacionais dessa natureza decorrentes do trabalho.

E há importantes recomendações. Eu traria aqui, para não alongar muito a minha exposição, recomendações muito importantes. No ano de 2011, estabelecemos a Recomendação nº 1, que recomendava a todos os Ministros, a todos os Desembargadores e a todos os Juízes do Trabalho que fossem incluídos, como processos prioritários para julgamento, os processos decorrentes de acidente do trabalho e de doenças ocupacionais. Felizmente, essa recomendação foi incorporada pelo novo Código de Processo Civil, e, hoje, de acordo com o art. 1.048, essas ações devem ser julgadas com prioridade.

Eu trago algumas informações. Nós temos dados muito alarmantes referentes a acidentes de trabalho. Não trouxe os dados com muito detalhe, também para não tomar muito tempo, mas os setores mais afetados pelos acidentes de trabalho são os setores de comércio e reparação de veículos automotores, com 13,13% do total; saúde e serviços sociais, 12,87%. Com relação às doenças de trabalho, os maiores índices foram verificados nos setores de atividades financeiras, como acabamos de falar, 17,6%; fabricação de veículos, 10,16%. Entre os trabalhadores acidentados, 68% são homens. A faixa mais atingida foi aquela entre 30 e 34 anos, com 117.367 acidentados. Nossos dados são de 2014, obtidos do anuário.

Em 2012, nós tivemos 713.984 acidentes de trabalho no Brasil. Em 2014, tivemos, felizmente, uma redução para 704.136. Quanto ao número de mortes, nós tivemos, em 2012, 2.768; em 2013, 2.841; em 2014, 2.783 mortes.

Temos aqui alguns dados também do Rio Grande do Sul. Nós consideramos que a redução do número de acidentes depende da conscientização de empregados e empregadores e da conscientização da sociedade – não é, Senador Paim? –, que se faz via iniciativas como a audiência pública de que V. Exª está viabilizando a realização.

Nós temos levantamentos de todos os tribunais regionais, com dados preocupantes, e para isso nós precisamos estar atuantes. E o Tribunal Superior do Trabalho o faz através dos comitês gestores em todos os tribunais regionais.

Tivemos a honra de, recentemente, receber o Senador Paim no Tribunal Superior do Trabalho. E estamos lá à disposição, tanto em nome da direção, que eu aqui represento, quanto do nosso programa. Estaremos lá à disposição de V. Exª, Senador, para tratar desse tema, porque são milhares de pessoas afetadas por acidentes de trabalho.

Temos um quadro, que é mais agravante, nos serviços terceirizados, em que o número de acidentes é muito maior. E já conhecemos os dados: onde o salário é menor, o número de acidentes é muito maior; o número de acidentes com morte é muito mais elevado. E nós estamos nessa trincheira, juntamente com o Senador Paim.

Sempre que falo em público, gosto de afirmar que eu, a Ministra Maria Helena e os 27 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho temos a nossa função, que é a função de julgar, mas somos cidadãos e, como cidadãos, nós estamos nessas mesmas trincheiras e compartilhando essas mesmas preocupações. Não podemos conceber um Brasil democrático ou um Brasil avançado... Embora estejamos neste momento passando por dificuldades, mas nós precisamos defender a nossa democracia, que foi conquistada... (*Palmas.*),

...com muita luta, com sangue, com dificuldade. Não podemos permitir que se retroceda um milímetro nas conquistas que nós tivemos, que nós já até hoje conseguimos. E não podemos conceber um Brasil tão desigual. Não podemos conceber um Brasil, no presente século, que ainda discrimine gênero, que ainda admita mulheres percebendo salários inferiores aos dos homens para realizar os mesmos trabalhos, um Brasil que ainda conviva com o trabalho escravo, que ainda conviva com a terceirização. Seria um retrocesso admitir a terceirização, como precarização do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu sempre me coloco à disposição para discutir as normas trabalhistas, mas não discutir do ponto de vista de precarização ou de redução de direitos dos trabalhadores.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Nossos cumprimentos. Não precisava concluir; as palmas eram porque eu estava gostando!

Foi uma alegria ouvir a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De fato, o Ministro Presidente do Tribunal, Dr. Ives Gandra, convidou-me para um café. Eu fui lá tomar um café com ele, e uma das assessoras dele me recomendou um remédio, inclusive. Eu comprei aquele remédio, viu? Porque eu fiz a operação, a mesma que você fez. Foi da vesícula, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, eu já disse! Não era para dizer? De fato, o nome, pessoal, eu não lembro, mas, quando cheguei ao gabinete, eu cheguei e disse: "uma das assessoras do Ministro mandou que eu tomasse um pozinho". Todo mundo riu: "Senador, que pozinho é esse?" Não tem nada a ver! (*Risos.*)

Não tem nada a ver. É um remédio para... Como é que chama?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para bílis, exatamente. E me fez bem, viu? Já posso adiantar, em público. Quem tiver problema de bílis, está ali a doutora! (*Risos.*)

Isso é para descontrair!

Um abraço para o Presidente, pelo carinho com que ele me recebeu. Ficamos umas duas horas conversando, e foi muito bom.

Parabéns, Ministra!

Passo a palavra, agora, para o Dr. Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal, da Advocacia- Geral da União.

O SR. RENATO RODRIGUES VIEIRA – Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer. É sempre um enorme prazer, uma grande honra participar dos eventos na Comissão de Direitos Humanos do Senado e de todo e qualquer outro evento organizado e presidido pelo Senador Paim – a quem cumprimento –, que sempre traz uma pauta, assuntos de discussão dos movimentos, assuntos de interesse dos trabalhadores, assuntos sociais de maneira geral. Espero, Senador, que esses assuntos, que essas pautas continuem nos pautando a todos, não só nos próximos dias, semanas, meses, mas que seja uma pauta permanente no Senado e, também, no Poder Executivo, no Poder Judiciário. Espero que nenhum de nós se esqueça da importância das pautas sociais.

Mais uma vez, eu abraço e cumprimento o Senador Paim e toda a Comissão de Direitos Humanos pela lembrança do Dia Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho.

Estamos em uma Mesa de parceiros, e eu queria cumprimentar todos: o Tribunal Superior do Trabalho, a Auditoria Fiscal do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Previdência Social – enfim, todos os nossos grandes parceiros –, a Justiça do Trabalho como um todo, as associações dos juízes, as associações de procuradores do trabalho. Somos todos parceiros, e é necessário que todos nos unamos para tentar reverter, minimizar ou, de alguma forma, vencer essa pauta tão delicada, que é a de acidentes de trabalho. E o Brasil encontra-se na rabeira dos demais países, digamos, civilizados – com o quarto lugar mundial em números de acidentes de trabalho, é difícil classificar um país na condição de civilizado nessas situações.

Imagino que alguns dos colegas, dos telespectadores, dos ouvintes e dos presentes estejam se perguntando qual é o papel da Advocacia-Geral da União nesse processo. Estamos em uma Mesa com órgãos vocacionados para combater qualquer tipo de discriminação, de acidentes, de falta de segurança – saúde, segurança, higiene – nas relações trabalhistas e nos ambientes de trabalho, e qual o papel da Advocacia-Geral da União nisso?

O papel da Advocacia-Geral da União é tentar atacar o problema em uma outra perspectiva, com outro viés. Se, por um lado, não somos órgão de repressão e de combate institucionalmente criado para isso, conseguimos colaborar com essa política.

E como colaborar com essa política? Atacando a parte mais sensível do empresário, a parte mais sensível do empregador, que é o bolso; buscando o ressarcimento aos cofres da Previdência Social, buscando o ressarcimento aos cofres da União de todas aquelas despesas realizadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social, pela Previdência Social, no pagamento de auxílios ou de benefícios previdenciários decorrentes de acidente trabalho – todos aqueles acidentes decorrentes de culpa, dolo ou qualquer negligência dos empregadores ue repercutam no afastamento do empregado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Advocacia-Geral da União tem competência institucional para cobrar desses empregadores o pagamento de benefícios previdenciários e... (*Palmas.*)

...com isso, de alguma forma, incutir na mentalidade – como bem dito pelo Ângelo Fabiano – do empresário, do empregador, que vale muito mais preservar o ambiente, a saúde e a segurança do trabalhador do que depois ter de ressarcir os cofres da Previdência Social pelas despesas decorrentes de sua negligência, de sua culpa e de seu comportamento.

Esse trabalho foi iniciado, ou, de alguma forma, foi aperfeiçoado pela Advocacia-Geral da União muito recentemente. Apenas no ano de 2007 esse trabalho de ajuizamento de ações regressivas foi considerado prioritário pela Advocacia-Geral da União – faz pouco tempo, 2007. Com isso, temos ajuizado algumas ações e firmado algumas parcerias com esse objetivo.

Desde o início desse trabalho ajuizamos aproximadamente quatro mil ações regressivas previdenciárias, com o objetivo de obter um ressarcimento de um pouco mais de R$700 milhões. Esses valores, uma vez corrigidos, ultrapassam a casa do bilhão de reais – sempre em face de empregadores que de alguma forma contribuíram para que esses acidentes acontecessem.

Alguns indicadores nos preocuparam. De alguns anos para cá, o ajuizamento dessas ações começou a cair; e começou a cair por diversas ordens. Tínhamos uma média, nos últimos anos, de cerca de 400, 500 ajuizamentos, mas no último ano, 2015, ajuizamos um pouco menos de 200 ações. Isso nos preocupou. Compartilhamos essa preocupação com os órgãos parceiros e, em razão disso, estabelecemos uma nova estratégia de ajuizamento de ações regressivas.

Essa estratégia parte da necessidade, primeiro, do diagnóstico de por que as ações começaram a cair; ou seja, é preciso repensar o sistema, é preciso repensar o modelo. Além disso, há o diagnóstico que todos conhecemos, alarmante: o Brasil é o quarto lugar mundial em acidentes de trabalho.

O déficit da Previdência Social cresce anualmente – crescerá 40% em 2016, atingindo a cifra de R$124 bilhões. Segundo o boletim estatístico da Previdência Social, o INSS gasta, ou já gastou, em 2013, quase R$800 milhões com o pagamento de benefícios previdenciários de natureza acidentária. Ou seja, precisamos mudar.

As mesmas soluções para problemas antigos com os quais não estamos tendo sucesso não adianta. Precisamos pensar em algumas outras estratégias e, a partir daí, definimos duas estratégias bem específicas.

A primeira delas é parar de atacar o problema no varejo. Não adianta ajuizar uma ação para cada acidente de trabalho; isso só abarrota os tribunais do trabalho, abarrota os tribunais federais, os órgãos da Advocacia-Geral da União, o Ministério Público do Trabalho, as auditorias fiscais do trabalho, e, na prática, o efeito é muito pequeno. Com isso, estamos investindo esforços no ajuizamento de ações regressivas coletivas. E do que se trata isso? Vamos tentar reunir, identificar aquelas empresas que são as maiores responsáveis por causar acidentes ou, de alguma forma, por conceder afastamentos do trabalhador do seu ambiente de trabalho; ajuizar ação no atacado, reunindo todos os benefícios que foram deferidos em razão de acidentes daquela mesma empresa; e buscar o ressarcimento de uma única vez.

O avanço nessas ações coletivas já rendeu alguns bons resultados. Já foram ajuizadas – eu trouxe hoje as mais significativas – algumas ações coletivas com esse objetivo. Uma delas ocorreu em 2012 contra a Frangosul, no Rio Grande do Sul. A tese foi muito bem recebida pelos tribunais, e já houve sentença e decisão, no âmbito do tribunal regional, favoráveis à tese. Buscamos um ressarcimento da ordem de R$1 milhão contra essa empresa no Rio Grande do Sul.

A maior parte das ações que ajuizamos, sobretudo as coletivas, tem natureza psicológica ou psiquiátrica decorrente do estresse do trabalhador. Em uma dessas empresas, havia um controle muito rigoroso, inclusive das idas ao banheiro. O empregado era punido se fosse ao banheiro mais de duas vezes, o que causava um sentimento de estresse. A partir daí, havia uma série de afastamentos para tratamento desses problemas e de outros por motivo de ergonomia, ou seja, problemas de postura, condições de trabalho, trabalho em pé. Em razão disso, gerava-se uma série de afastamentos.

Ajuizamos também, no ano de 2015, duas outras ações: uma contra a JBS no Paraná, buscando ressarcimento de R$3,5 milhões em razão de 495 benefícios previdenciários decorrentes do ambiente de trabalho, e outra, no Estado de Pernambuco, com um processo contra a Contax, decorrente de um ressarcimento de 330 benefícios previdenciários.

Essa estratégia de ajuizamento de ações coletivas decorre, como eu falei, de uma parceria com o Ministério Público do Trabalho e com todos os outros parceiros.

No final do ano passado, assinamos um termo de cooperação, com o qual criamos o Grupo de Atuação Especial em Matéria de Ações Regressivas (Gaer). A partir desse grupo, trocamos informações com o Ministério Público do Trabalho para um alimentar o outro com informações na busca de um objetivo comum. Com es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sas ações, participaremos das operações que envolvam o combate ao acidente de trabalho, e uma das etapas dessas operações é o ajuizamento das ações regressivas contra essas empresas.

A segunda estratégia é uma especialização interna na Advocacia-Geral da União. Temos, apenas na Procuradoria-Geral Federal, um dos órgãos da Advocacia-Geral da União, 192 unidades no País inteiro, 192 procuradorias. Se, por um lado, isso nos leva à proximidade dos fatos, da realidade dos fatos, por outro, dispersa, diminui a especialização da atuação, na medida em que todos, de alguma forma, cuidam das mesmas matérias.

Essa segunda estratégia envolve a criação e a concentração de uma equipe única nacional, especializada, dedicada única e exclusivamente a ajuizar ações regressivas decorrentes de acidente de trabalho. Essa equipe já foi formada e iniciará os seus trabalhos no dia 2 de maio, portanto, na próxima semana.

A partir daí, teremos uma interlocução unificada, centralizada, com todos os órgãos vocacionados ao combate e à repressão ao acidente do trabalho. Com isso, esperamos aumentar, já no primeiro ano, 2016, para mais do dobro do número de ações regressivas ajuizadas.

(Soa a campainha.)

Nossa média é 400, ainda é um volume de ajuizamento muito tímido, 800 ações, considerando o número de 500, 600 mil acidentes de trabalho, mas sem dúvida é um primeiro passo de especialização na atuação desses procuradores.

Esses procuradores também precisarão e farão visitas permanentes aos órgãos de repressão ao acidente de trabalho, visitas às empresas, às indústrias, às fábricas que são mais responsáveis por acidentes de trabalho. E a partir daí conhecer um pouco mais a realidade dos trabalhadores a que estão submetidos, melhorando e aperfeiçoando o trabalho da Advocacia-Geral da União.

Então, com isso, pode ter causado algum estranhamento inicial a presença da Advocacia-Geral da União em um seminário, em um evento, em uma audiência pública que tem como objetivo pensar soluções alternativas e alertar a sociedade sobre os problemas decorrentes dos acidentes de trabalho.

Espero ter explicado de uma forma muito breve e objetiva o papel da Advocacia-Geral da União, tem como objetivo central incomodar as empresas, é uma atuação extrafiscal, o objetivo não é arrecadatório, mas, sim, ser mais uma instituição forçando e pressionando que os empregadores e que os empresários invistam em segurança, saúde e higiene no ambiente de trabalho.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador, e parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União. Oxalá que todos que incomodassem, salvassem vidas e evitassem sequelas.

Meus cumprimentos pelo trabalho dos senhores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Uma das recomendações do Tribunal Superior do Trabalho é que os Ministros, Desembargadores, Juízes, informem as condenações por acidente de trabalho para efeito de ação regressiva. Então, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, bela iniciativa também. (*Palmas.*)

Eu só não vou dizer o que alguém já disse, se nós não atrapalharmos, o Brasil vai com o trabalho de vocês. Nós que eu digo, sabem quem que eu estou dizendo, não é? Essa briga de poder para lá e para cá.

Dr. Rinaldo Marinho Costa Lima, Diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

É uma satisfação recebê-lo aqui. Dá um abraço no nosso Ministro Miguel Rossetto, pelo qual eu tenho muito carinho e respeito, pela sua história. Viemos da mesma região, Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

O SR. RINALDO MARINHO COSTA LIMA – Obrigado, Senador, pelo convite. Uma boa tarde aqui a todos os integrantes da Mesa, a todos e todas presentes.

Bem, a gente chega em mais um 28 de abril, em mais um dia de reflexão sobre os acidentes de trabalho, um dia para a gente pensar no que a gente tem feito e todas essas instituições aqui que são parceiras e que representam o Estado brasileiro nessas políticas públicas de prevenção de acidentes. Para a gente refletir sobre o que a gente tem feito e o que isso tem efetivamente gerado de melhoria de condições de trabalho e de lhoria da segurança e da saúde dos nossos trabalhadores.

Essa semana a gente tem alguns fatos importantes acontecendo, que eu queria destacar aqui rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No início da semana, a Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais divulgou a sua análise do grande acidente que aconteceu em Minas Gerais, na cidade de Mariana, da barragem que rompeu. Foi divulgada na terça-feira uma análise detalhada em que são indicadas todas as causas desse terrível acidente, que teve consequências ambientais, consequências terríveis para toda a comunidade, mas que atingiu, de uma forma muito mais intensa, os trabalhadores que ali estavam. Foram 14 trabalhadores que morreram nesse acidente, que também é um acidente de trabalho – o corpo de um deles ainda não foi encontrado. Desses, 13 eram trabalhadores terceirizados e um apenas era empregado da empresa empreendedora da mineração.

É importante esse trabalho, que vai ter certamente os seus desdobramentos, já foi remetido tanto para a Advocacia-Geral da União quanto para o Ministério Público do Trabalho. O Dr. Renato mostrou aqui alguns frutos dessa parceria, em que o trabalho que é feito pela auditoria fiscal do trabalho não termina ali, ele gera desdobramentos. É muito importante para nós vermos o nosso trabalho gerando esses desdobramentos, tanto via AGU quanto via Ministério Público do Trabalho e as outras instituições parceiras.

Outro fato que aconteceu na data de hoje. Tivemos um evento no Ministério, com a participação do Ministro Miguel Rossetto, em que foi feito o lançamento do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho e também assinada um portaria ministerial que trata da troca de informações entre as duas áreas hoje que compõem o mesmo ministério: trabalho e previdência, para que tanto a inspeção do trabalho possa melhorar o seu foco, melhorar o seu planejamento com base nos dados sobre acidentes e doenças, quanto também a área da Previdência possa receber os dados da inspeção do trabalho e utilizá-los no desenvolvimento das suas políticas públicas, na busca do objetivo comum que é a prevenção dos acidentes.

Por último, queria destacar também que hoje foi publicada no Diário Oficial da União uma portaria que revoga uma portaria anterior, que era sobre um tema que é bastante importante, sensível – o Dr. Ângelo já falou –, que é a questão do amianto. Uma portaria que foi publicada no ano passado, que criava uma discussão, que já direcionava essa discussão sobre amianto para um resultado favorável ao uso seguro, que não é a posição da área técnica do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Hoje foi revogada. O que nós defendemos é que tecnicamente todas as discussões possíveis sobre o amianto já foram feitas, e a saída que nós defendemos hoje é a sua proibição, é o banimento do uso desse mineral no nosso País.

Enfim, eu trouxe aqui alguma coisa para mostrar. Procurei não ficar cansando todos vocês com números que já foram falados, que todo mundo conhece, que já foram estudados e divulgados e são mais que conhecidos aqui por esse público.

E sempre a gente ouve a pergunta: "por que os acidentes de trabalho acontecem?"

Eu tentei trazer aqui, com algumas imagens, para entendermos porque o acidente de trabalho acontece. Todas são imagens reais de situações de trabalho.

Aqui é um colega auditor fiscal do trabalho que a gente pediu para ficar ao lado de uma pilha de embalagem de agrotóxico, de veneno. A gente pediu para que ele ficasse ali para que a foto desse uma ideia. E é claro que esse monte de embalagem está contaminando o solo e está levando danos à saúde não só dos trabalhadores, mas também de toda a população dessa região.

Aqui essa estrutura deveria ser um andaime, em cima dessas duas tábuas. Um andaime que não tem nenhum tipo de proteção, ele não tem fixação, ele não tem piso, ele não tem proteção contra queda, ele não tem nada, ele não é nem um andaime. Essa estrutura não tem acesso, mas estava sendo utilizada como tal e o trabalhador que estava ali em cima fazendo uma pintura caiu. Esse foi mais um acidente de trabalho que foi analisado pelo Ministério do Trabalho.

Isso é um compressor. No para-lama do compressor está a refeição do trabalhador. Dois copos, uma garrafa térmica e um recipiente com o lanche do trabalhador. É uma situação inadmissível, no próprio posto de trabalho, nessas condições, ser o local onde o trabalhador vai fazer a sua refeição.

Isso também deveria ser um alojamento. Dá para a gente ver que não tem nenhuma condição, não dá para pessoas ficarem nesse local com dignidade. Todos no mesmo ambiente, homens, mulheres, em colchões no chão, enfim, uma situação que não pode. Hoje, no século XXI, a gente não pode admitir uma situação dessa.

Outro local também utilizado como alojamento, obviamente não atende ao mínimo de condições que deveria atender.

A primeira foto é de uma marmoraria. Ali estão as chapas de mármore e granito, como elas são armazenadas, e na foto mais abaixo depois que o suporte rompeu e vitimou, matou um trabalhador com o peso das chapas de mármore e granito sobre ele.

Essa é a foto de um trabalhador da construção civil. No canto esquerdo superior, é a plataforma onde ele ava transitando. Aquele pequeno lugar que dá para ver a luz é onde rompeu a madeira. Estava ali sob sol e ıva, não foi feita a manutenção e ele caiu, tem até a foto ali do capacete que ele usava. Obviamente nesse caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não tem utilidade nenhuma. As medidas de proteção que deveriam ser adotadas para esse trabalhador eram medidas coletivas, enfim, o equipamento de proteção individual nesse caso não ajudou a prevenir o acidente.

Aqui são fotos de um frigorífico, onde um trabalhador está carregando manualmente, está colocando no ombro para levar para um veículo. Não sei identificar se é um quarto traseiro ou um quarto dianteiro, mas claramente é um peso muito superior ao que ele deveria estar carregando manualmente. Claro que esse carregamento deveria estar sendo feito por outro processo.

Esse é um trator que não tem nenhum tipo de proteção contra capotamento. Esse trator capotou. O operador desse trator conseguiu pular, mas um trabalhador de 14 anos, que nem podia estar nesse ambiente de trabalho, pela lei ele não poderia estar aí, que estava no para-lama do trator; ele foi esmagado e faleceu nesse acidente.

Esse é um acidente com um caminhão-tanque que estava sendo abastecido numa plataforma improvisada. Todos podem ver que a parede externa do caminhão abriu – dá para ter uma ideia do impacto dessa explosão –, vitimou um trabalhador que morreu nesse acidente, ele abriu todo, porque estava sendo abastecido em condições inadequadas.

Bem, essa é uma foto também da construção, acho que as próximas estão mais na construção. É claro que se esse trabalhador de uniforme azul cair nessa escavação, vai ser um acidente muito grave, porque além da altura, da falta de proteção contra a queda, a gente tem ali pontas de vergalhões expostas.

Isso tudo estou mostrando, gente, para dizer que...

(Soa a campainha.)

O SR. RINALDO MARINHO COSTA LIMA – ...nada disso depende de tecnologia de ponta nem de desenvolvimento de novas tecnologias. Eu estou mostrando situações que não deveriam acontecer no século 21.

Temos aí um viaduto, uma ponte, onde o acesso na obra, da parte de baixo para a parte de cima, é essa escada, totalmente inadequada, sem proteção nenhuma.

Mais uma vez um andaime improvisado de madeira, que não tem proteção.

Mais uma escavação em que até tentaram fazer uma proteção ali, mas, obviamente, não tem eficácia.

Emendas de condutores elétricos improvisadas e praticamente dentro da água.

Essa é bem interessante porque ela é na via pública. Como é que não vai acontecer um acidente, se ali eu tenho pedestres, veículos, trabalhadores, escavação, água, vergalhão, eu tenho tudo isso em um mesmo ambiente sem separação nenhuma e sem sinalização.

Trabalhadores fazendo a pintura, trabalhando em altura em um conhecido aeroporto, que tem essa treliça na sua cobertura, cada um também sem uma plataforma de trabalho, estão em cima de uma pequena tábua.

Uma serra circular, todos os que são da área vão reconhecer; dá para dar uma aula de serra circular com essa foto. Uma serra circular que não tem absolutamente nada, consegue infringir todos os itens da norma que trata de serra circular, não tem fechamento inferior, a chave é errada, não tem proteção da transmissão de força, não tem coifa, não tem nada e não tem aterramento, o Carlos está me lembrando aqui.

Enfim, são fotos que...

Essa foto aqui que é muito interessante e muito conhecida, só que essa é de 1932 e estamos em 2016.

Então, eu trouxe essas fotos para a gente entender que – e aí, Ministra, permita-me pegar emprestado o *slogan* da campanha do ano passado do Programa Trabalho Seguro do TST – os acidentes de trabalho não acontecem por acaso, acontecem por descaso.

Às vezes a gente, quando vai às empresas, vê uma mistura entre o século 21, que é a época em que a gente vive, e as condições de trabalho, condições como eu mostrei aqui, que às vezes parecem estar no século 20, às vezes até no século 19.

Então, é muito triste a gente ver essas situações acontecendo e todas as situações aqui, que eu mostrei, dependem de pouca tecnologia, pouco investimento, elas só dependem da vontade das empresas em promover a prevenção.

E para não perder o costume de trazer números, eu vou trazer alguns números aqui sobre acidentes com máquinas e equipamentos, um tema que está bastante na pauta. Esteve aqui na pauta desta Casa.

O Senador Paulo Paim, como já foi dito aqui, é um dos responsáveis por ainda termos a Norma Regulamentadora nº 12 em vigor, protegendo os trabalhadores desses acidentes. Eu trouxe esses números para mostrar que isso tudo tem solução.

A NR-12, a norma de segurança de máquinas e equipamentos, foi editada em 2010. E, por esses números, podemos observar que, a partir de 2011, à medida que essa norma começou a ter os seus prazos vencendo e à medida que a inspeção do trabalho começou a fazer a fiscalização dessa norma, tivemos queda no número de acidentes com máquinas e equipamentos, no número de fraturas decorrentes desses acidentes, no número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de amputações por acidentes com máquinas e equipamentos e no número de óbitos. Acho que o número de amputações ali é bem significativo, como ele vem tendo a redução ano a ano.

Então, com o trabalho efetivo de proteção, com uma norma regulamentadora, que – vou fazer questão de deixar claro aqui – foi definida, de forma tripartite, por consenso, como uma norma de boa qualidade, com uma inspeção do trabalho atuante, a gente consegue, sim, prevenir os acidentes de trabalho, preservar a vida dos trabalhadores, evitar que eles sofram acidentes graves, com fraturas, com amputações ou até com óbito. Esses dados vêm das Comunicações de Acidente de Trabalho. Essa extração dos dados das CATs foi feita pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

Para encerrar, para não acharem que estamos falando de novidade, eu trouxe aqui um trecho do Decreto nº 1.313, de 1891, que é também o decreto que criou a inspeção do trabalho no Brasil. Os arts. 7º e 8º já traziam a preocupação com a saúde e a segurança dos trabalhadores. Está ali reproduzido com o português da época. Fala da ventilação nas oficinas. Fala da prevenção. Fala da questão do solo dos locais de trabalho, que deve ser seco e impermeável. Enfim, já havia essa preocupação.

Se alguém imaginar que essa preocupação vem dessa época, de 1891, enfim, do século XIX, eu trouxe um trecho que é um pouco mais antigo de um livro da Bíblia, Deuteronômio, que fala: "Quando você construir uma casa nova, faça um parapeito em torno do terraço para que não traga sobre a sua casa a culpa pelo derramamento de sangue inocente, caso alguém caia do terraço."

Bem, era isso. Agradeço muito o convite. Agradeço a oportunidade. Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rinaldo Marinho Costa Lima, Diretor do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Parabéns pela exposição.

Eu queria informar a todos que a nossa querida Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, que fala em nome do TST, vai ter que se retirar. Ela pediu desculpas. Seja sempre bem-vinda! Volte sempre! (*Palmas.*)

Eu queria registrar a presença conosco da Drª Carmen Lúcia Miranda Silveira, do Ministério da Saúde; pela Anamatra, Isabel Peixoto, assessora parlamentar; também pela Anamatra, Camila Giardini Kraft, assessora parlamentar; Luiz Antonio Colussi, nosso companheiro do Rio Grande, também Diretor de Assuntos Legislativos; e Leonardo de Souza Urpia, Diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais. Sejam todos bem-vindos!

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Leonardo Osório Mendonça, Coordenador de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (Codemat).

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Boa tarde a todos e a todas, ao Senador Paulo Paim, a quem, mais uma vez, elogio por mais esta iniciativa em prol dos direitos de segurança e saúde dos trabalhadores.

Eu estava aqui lembrando, por conta de toda essa discussão de NR-12, que o meu primeiro ato, como Coordenador da Codemat, foi vir aqui a esta mesma Comissão de Direitos Humanos para discutir o projeto de decreto do Senado (PDS) que pretendia sustar a NR 12. Eu até disse que aquele momento era triste para mim por estar vindo pela primeira vez a uma Casa Legislativa e estar discutindo o que seria um retrocesso social muito grande, um prejuízo muito grande à saúde dos trabalhadores, porque eu gostaria de vir aqui para discutir melhorias nas condições de saúde e segurança dos nossos trabalhadores, porque, apesar de tudo, de todos os esforços, nós temos, conforme já informado anteriormente, números elevadíssimos de doenças e acidentes do trabalho.

Eu gosto sempre de lembrar a todos – é lógico que todos lembram – que não estamos falando de números como se fala, por exemplo, de números de pessoas presentes aqui no recinto ou números de carros que foram vendidos. Nós estamos falando de pessoas. Cada número desse é um João, é um José, é um Paulo, é um Leonardo, é uma Maria, é alguma pessoa que foi trabalhar, foi ganhar a vida e perdeu a vida. Cada pessoa dessa tem também um pai, uma mãe ou um filho, viúva, viúvo, que os deixa porque as normas do trabalho não foram respeitadas, conforme bem mostrou o Dr. Rinaldo em algumas fotos que são bem conhecidas, infelizmente, da fiscalização trabalhista, da fiscalização do Ministério Público do Trabalho.

E, se naquele dia era um dia que lamentável, hoje é um dia que não digo que é para comemorar. Eu costumo dizer que o 28 de abril não é uma data comemorativa. Ao contrário de outras datas, essa é uma data de reflexão, essa é uma data de lembrança de tudo aquilo que a gente ainda precisa fazer.

Esta audiência pública, de uma forma ou de outra, Senador Paulo Paim, dá eficácia a uma lei. Ela dá eficácia à Lei nº 11.121/2005, que instituiu o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a partir do entendimento da OIT, que instituiu nessa mesma data o dia mundial.

Eu gostaria de dizer a V. Exª, Senador – ter aqui a audácia –, que a lei é muito boa, mas penso eu que várias leis, tanto essa como outras, podem ser aperfeiçoadas. Essa lei diz basicamente o seguinte: "Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a ser celebrado no dia 28 de abril de cada ano. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por que não pensar, Senador, em criar na própria lei alguns mecanismos para que passemos a ter uma cultura de um abril verde, similar, por exemplo, ao outubro rosa ou ao novembro azul? Por que não incluir na lei algo como algumas instituições, como o Ministério Público do Trabalho já faz, o próprio Ministério do Trabalho e Previdência Social já faz, colocarem, por obrigação legal, nos *sites* de todos os órgãos públicos federais, empresas públicas, sociedade de economia mista, algum *banner,* alguma chamada, alguma informação a respeito dessa data.

Por que não colocar na lei também alguma determinação para que todos os documentos públicos emitidos nessa semana do 28 de abril contenham uma frase? Seriam, digamos assim, atividades que não demandariam nenhum gasto de dinheiro, para a gente começar a criar uma cultura de prevenção.

Ontem, por exemplo, eu estava me preparando para vir para cá e estava conversando com uma colega, na hora eu peguei o telefone e liguei para o Presidente da Federação Pernambucana de Futebol para tentar conseguir um minuto de silêncio nos jogos de futebol. Eu tinha pensado na rodada de ontem, que seria uma rodada bem representativa. Alguns times de grande popularidade estariam jogando, mas a CBF disse não seria possível porque o dia era hoje. Mas existe uma expectativa de que hoje alguns jogos, por conta de um simples telefonema, tenham um minuto de silêncio. E se um jogo desse, por exemplo, for televisionado e o locutor de qualquer televisão falar o motivo desse um minuto de silêncio, nós teremos um ganho muito grande.

Por que não colocar isso na lei?

Por que não colocar, por exemplo, que, nesse dia... É muito comum, com razão, com justiça, que quando alguma autoridade ou alguma pessoa importante para o País faleça, sejam colocadas as bandeiras a meio mastro. Por que não pensar em colocar também, no 28 de abril, as bandeiras de todos os órgãos públicos a meio mastro, em memória de todos os joãos, de todos os paulos que já faleceram vítimas de acidente de trabalho em nosso País? Então, podemos pensar em aperfeiçoar essa lei.

O Ministério Público do Trabalho, Senador Paulo Paim, tem feito várias atividades durante todo o mês. Na verdade, nós fazemos durante todo o ano. É lógico que, neste mês, neste dia, nós intensificamos, até aproveitando o espaço na mídia, aproveitando o espaço de outras instituições. Mas temos feito bastante coisa.

Esta semana, por exemplo – aí eu não cito, mas há algumas relações –, na segunda-feira, eu fui para uma atividade que foi simplesmente distribuir na Justiça do Trabalho 1.200 revistinhas destas que vocês estão recebendo. Na terça, eu fui a uma faculdade passar um filme do Ministério Público do Trabalho que chama "Os Batalhadores", que mostra a situação de quatro vítimas de acidentes fatais, que está na internet. Infelizmente, eu não tenho cópias para distribuir para vocês. Mas está no Youtube, está no *site* do Ministério Público. Eu convido a todos vocês que tenham interesse. E passei esse filme em uma faculdade. Então, são diversos atos que temos feito com outros colegas do Brasil inteiro, vários colegas, e de forma isolada. E a maioria dos atos em parceria com a Justiça do Trabalho, através dos GTRINs; com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, com AGU, com secretarias, Ministério da Saúde.

E eu pretendo, Senador... Já pedi aos colegas que me passem depois tudo o que foi feito, para que nós tentemos fazer um portfólio. Lá em Pernambuco, por exemplo, a gente está iluminando a nossa sede com a cor verde. Por que não pensar no futuro o Senado, nesse dia, ser iluminado com a cor verde? Por que não pensar em incluir, por exemplo, no calendário do SUS a informação de que os meses de abril serão dedicados à prevenção? Todos os meses são dedicados à prevenção, mas esse mês de abril com maior ênfase.

São algumas sugestões para que V. Exª, com a sensibilidade costumeira, possa analisar e, quem sabe, propor aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você propôs; eu peço agora que você deixe depois com a assessoria da Comissão as propostas que você formulou nesse momento.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Tá. Eu posso depois preparar e encaminho com calma. Vou discutir também com outros colegas até para aperfeiçoar com outros colegas, dentro do Ministério Público e fora do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Bom, como já foi informado, eu sou Coordenador da Codemat (Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho), que é uma das oito coordenadorias do Ministério Público. E eu costumo brincar. Eu já fui coordenador da Coordinfância, do trabalho infantil. Não é brincar, mas falar que, para mim, a Codemat é mais importante. Tem gente que diz: mas e a do trabalho escravo, que é importantíssima também, a do trabalho infantil? Todas são importantes. Mas eu costumo dizer que ela é mais importante porque é onde eu tenho de dar resultado.

É onde eu sou cobrado. É onde eu preciso, como servidor público que sou, fazer algo para melhoria das condições de trabalho do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E a Codemat, instituída desde 2003, sempre procurou trabalhar a partir de projetos, a partir da definição de quais são as principais atividades econômicas que demandam uma atuação mais forte do Ministério Público do Trabalho.

Lógico que não são apenas essas as atividades que são atacadas pelo Ministério Público. Qualquer denúncia que falar de violação ao meio ambiente do trabalho ou a qualquer uma das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego vai ser objeto de autuação, de diligências, se for o caso, vai ser objeto de apuração e vai demandar, no final, um termo de ajuste de conduta ou uma ação civil pública, caso a empresa esteja irregular e não corrija espontaneamente a sua conduta irregular.

Mas, atualmente, como eu falei antes, nós escolhemos algumas atividades principais. E temos no Ministério Público do Trabalho três metas prioritárias. Uma delas já bastante citada aqui na Mesa. Trata-se do banimento do amianto no Brasil. O amianto já está banido em mais de 60 países. A Organização Mundial de Saúde já informou, já falou que não existe limite seguro para o uso do amianto. Não há o que se falar, como o Dr. Rinaldo bem lembrou, em uso controlado do amianto. O amianto deve ser banido. E o amianto pode ser substituído por outras fibras.

Então, o Ministério Público do Trabalho tem esse projeto, tem procurado nesse projeto atuar não apenas em inquéritos civis. A respeito dessa portaria que foi relatada pelo Dr. Rinaldo, na época, o Ministério Público do Trabalho fez uma nota técnica questionando essa comissão que foi instituída no Ministério do Trabalho e Emprego. Nós temos atuado em casas legislativas, quer seja através do Ministério Público ou também pela nossa associação, nossa gloriosa Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, com o objetivo de banir o amianto no País.

Recentemente, foi bastante divulgado pela imprensa a condenação da maior empresa hoje que utiliza amianto no País. Só de dano moral coletivo ela foi condenada ao pagamento de R$100 milhões.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Essa condenação, essa ação foi feita em parceria com a Abrea (Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto), e a empresa também foi condenada a custear o tratamento de saúde de centenas de vítimas dessa grande chaga.

Existe também o projeto dos frigoríficos, porque infelizmente hoje essa é uma das atividades que mais mutila em nosso País. É um projeto que tem sido feito de forma muito intensa, numa parceria muito boa, como aliás em todos os projetos, com o Ministério do Trabalho e Emprego. Gerou, inclusive, uma grande ação civil coletiva também já mencionada aqui pelo Dr. Renato, da AGU, porque é necessário, sim, a gente olhar com calma para esse setor.

E existe também o projeto da construção civil. E hoje o projeto da construção civil se baseia em dois grandes pilares. Um, a organização interna dos inquéritos das ações em que são parte as grandes construtoras, porque elas estão em vários Estados da Federação. E muitas vezes acontece de você ter dez, quinze procuradores investigando uma mesma construtora por questões similares. Então, o projeto da construção civil visa a identificar essas situações, para fazer com que o Ministério Público atue de forma coordenada.

E, ao mesmo tempo, Senador Paulo Paim, apesar de a CLT prever que o limite de peso hoje que pode ser carregado pelos trabalhadores brasileiros seja de 60kg, o Ministério Público do Trabalho entende que esse limite viola a Constituição, porque a Constituição garante o direito à saúde de todos. E caso qualquer pessoa queira que um trabalhador carregue 60kg o tempo todo ou várias vezes ao dia, ele vai adquirir doenças lombares de todas as formas: dorsalgias, lombalgias.

Com base nisso e com base, e não é achismo, em normas internacionais que falam que o peso ideal seria 23kg, o Ministério Público do Trabalho, hoje, tem uma atuação muito forte. Está discutindo com as indústrias do setor de cimento, de ensacamento do cimento para reduzir o peso do saco do cimento de 50kg para 25kg. As pessoas falam 23kg, mas é necessário reduzir para uma mesma média para facilitar o pequeno construtor na hora de calcular o cimento.

Então, estamos discutindo essa redução do peso do saco de cimento. É um projeto piloto, que, depois, pode ser discutido, para o peso do carregamento do boi, da parte traseira ou dianteira, para o peso do carregamento de saca de arroz, para qualquer carregamento de peso, porque não é possível querer que um trabalhador carregue 60kg de cimento ou de outro produto e achar que ele não vai ficar doente. Ele vai! A doença vai aparecer, só não sabemos quando. Temos que acabar em nosso País com algumas atividades em que temos certeza do aparecimento da doença. Temos que fazer com que qualquer atividade não gere doença, não gere mutilação, não gere morte.

Então, esses são os três grandes projetos do Ministério Público do Trabalho. Existem também grupos de trabalho, e só vou citá-los porque já passou o tempo, em relação a outras atividades. A atividade dos trabalha-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dores em transporte de valores nos preocupa bastante, porque muitas vezes eles não têm intervalo. Eles têm que comer no próprio carro-forte. A própria forma de alimentação deles coloca em risco a população, porque estão se alimentando e o carro-forte está parado na rua, o que gera risco de assalto. Existe uma grande preocupação com relação à sílica, que também é um produto cancerígeno... Perdão, é um produto que causa problemas pulmonares bastante sérios. Existe um grupo de trabalho que trata da questão dos agrotóxicos. Gosto sempre de lembrar que o Fórum Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – ...o Fórum Nacional de Agrotóxicos é presidido por um procurador de trabalho. Existe um grupo de trabalho que trata da questão da coleta urbana, dos trabalhadores no ramo de coleta urbano, um grupo de trabalho no setor de teleatendimento, além de grupos de trabalho interinstitucionais. Gostaria de lembrar o Gaer, que foi citado pelo Dr. Renato e que é um grupo interinstitucional entre que o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União.

Por fim, Senador, e sei que já passou meu tempo, o Ministério Público do Trabalho, hoje, como já disse, não se preocupa apenas em atuar nas denúncias que são feitas nos seus inquéritos. Foi feito um convênio em 2014 com o então Ministério da Previdência Social para que o Ministério Público recebesse, até por conta da lei complementar que diz que o Ministério Público tem acesso a qualquer tipo de banco de dados oficiais, todo a... (*Ininteligível.*)

...todas as informações, todas as CATs emitidas pela Previdência Social. Então, o Ministério Público do Trabalho criou um sistema, um programa que consegue rastrear a partir de qualquer elemento que se queira o retrato do adoecimento no Brasil. Então, se o Ministério Público do Trabalho, hoje, quiser fazer um levantamento de quantas pessoas adoeceram em determinada empresa em determinado CID, conseguimos fazer; se o Ministério Público do Trabalho quiser saber quantas mulheres grávidas tiveram aborto decorrente do seu trabalho, conseguimos fazer, basta querer a informação, basta saber aonde se quer chegar.

Então, o Ministério Público do Trabalho está fazendo esse mapeamento dos grandes adoecedores, das empresas que mais matam no País para tentar... tentar não, na verdade, para cobrar das empresas que adotem de fato as medidas necessárias para que o seu processo produtivo não seja um processo de adoecimento, mas um processo em que o trabalhador tenha a sua dignidade, o seu valor social e a sua condição de saúde respeitada, o que, infelizmente, não acontece em várias empresas no nosso País.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Leonardo Osório Mendonça, que falou pela Codemat e deixou uma série de contribuições inclusive para esta Presidência encaminhar.

Por favor, Dr. Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. CARLOS SILVA – Muito boa tarde, Senador Paim, em nome de quem cumprimento todos os colegas aqui presentes à mesa. Cumprimento todos meus colegas auditores fiscais do trabalho aqui no plenário. Queria cumprimentar especialmente o colega da Anamatra, o colega Paulo Garrido, que representa o Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN), representando também o fórum dos servidores públicos federais, importante entidade para esta luta e tantas outras.

Senador Paim, não vou repetir os números que aqui já foram apresentados, mas quero dizer, já informando que vou dividir o meu tempo com a colega Viviane Forte, auditora fiscal do trabalho de São Paulo, a todos vocês que a avaliação que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho faz, quando essa data, 28 de abril, chega, a cada ano, nos deixa em uma situação de maior tensão. Se olharmos, no Estado, quais são as instituições estabelecidas para proteger e garantir a ordem social, o cumprimento de todos os direitos sociais, especialmente os do trabalho, enxergaremos três: a Auditoria Fiscal do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho. A Auditoria Fiscal do Trabalho, há mais de 10 anos, vem sendo solapada, sucateada; o Ministério Público do Trabalho vem sendo recentemente atacado também na sua instituição, na condição de sua instituição prover efetividade e o alcance pleno de sua atuação; e a Justiça do Trabalho, mais recentemente, também vem sofrendo ataques. Ou seja, esse é um ataque que quer desestabilizar por completo a estrutura que o Estado brasileiro tem para enfrentar essa grave chaga social que são os acidentes de trabalho. Não canso de repetir: todos os anos, em média, são 700 mil acidentes. Ficamos perplexos e lutamos com todas nossas forças para combater os aproximadamente 50 mil homicídios que ocorrem em razão de todas as outras formas de violência, mas os acidentes de trabalho também são formas de violência contra a vida humana. Todos os anos são colocados como um problema social na sua amplitude complexa como é.

O Dr. Renato, Procurador-Geral Federal, apresentou três grandes ações coletivas, pelas quais o parabenizamos, mas gostaria de deixar registrado que todas essas ações nasceram de fiscalizações realizadas por auditores fiscais de trabalho que ingressaram naqueles ambientes de trabalho para constatar e transformar aquelas realidades em documentos que viabilizassem a atuação do Estado para coibir e chegar ao ponto de cobrar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

conta. Essa conta existe pelo descumprimento de normas de proteção à vida nesse Brasil. Para isso acontecer, as autoridades que fazem esse papel e protegem a Constituição do nosso Brasil e a vida dos trabalhadores precisam de independência, de autonomia, porque tenho certeza, Dr. Renato, Dr. Leonardo, que, se nas ações civis públicas, se nas ações regressivas dos senhores existisse alguma figura política, e aqui trato a figura política com todo respeito que ela merece, mas se houvesse uma figura política mal intencionada intervindo nas ações que os senhores ajuizaram e encaminharam.

E o resultado não teria chegado ao que aqui foi apresentado. E aproveito este momento para fazer uma denúncia que se refere à independência e à autonomia dos Auditores Fiscais do Trabalho, no maior Estado do nosso País, no Estado de São Paulo.

Esta denúncia está na mão dos senhores e vou pedir licença para fazer a leitura, por acreditar que a leitura faz parte deste momento.

Exmº Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait vem denunciar a essa respeitável Comissão a situação grave por que passa a Auditoria Fiscal do Trabalho no Estado de São Paulo em virtude de ingerências praticadas pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, Sr. Luiz Cláudio Marcolino e sua assessora, Vilma Dias Bernardes Gil.

Essas autoridades que não pertencem ao quadro técnico da inspeção do trabalho vêm praticando atos próprios e exclusivos da Auditoria Fiscal do Trabalho relacionados ao seu planejamento, coordenação e execução, como se explica a seguir: retiraram da competência das chefias de fiscalização a prerrogativa da distribuição dos parcos recursos que ainda existiam e que se destinavam a promover ações fiscais, delegando essa atribuição às autoridades administrativas que não estão vinculadas diretamente à inspeção do trabalho. Quebra-se o sigilo da fiscalização.

À revelia das autoridades de inspeção do trabalho, têm-se pronunciado publicamente no sentido de que irão instaurar um novo modelo de fiscalização do trabalho, que viria a ter como primado a fiscalização por setores da economia, cuja escolha adviria de um conselho formado por sindicatos, sem levar em conta que a inspeção do trabalho é uma instituição de Estado que deve atuar de modo impessoal, observando as diretrizes traçadas na LDO e no Plano Plurianual, normas advindas do Poder Legislativo, que representa demandas de toda uma sociedade e não apenas de alguns de seus setores.

Internamente, essas autoridades vêm anunciando a centralização de atividades da Auditoria do Trabalho da capital de São Paulo, que hoje, por sua grandeza, se distribui em quatro gerências regionais, prejudicando a execução do planejamento regional das ações fiscais, posto que a medida vem se implementando sem diálogo preliminar com as chefias de fiscalização dessas unidades e sem que haja apresentado solução de estrutura para locação do corpo fiscal na Superintendência.

Vêm propalando também a alteração das competências de autoridades administrativas gestoras de unidades regionais para que se lhes atribua a prerrogativa de emissão de ordens de serviço, expediente que determina ao auditor fiscal o que e onde será fiscalizado.

Gente – só fazendo um parênteses –, emitir ordem de serviço, sabem o que é? É dizer ao Auditor Fiscal do Trabalho: você vai fiscalizar a empresa A; é dizer onde vamos fiscalizar os sonegadores, os descumpridores das normas regulamentadoras. É revelar a estratégia que inclui o sigilo como forma de garantir a efetividade da ação fiscal.

Decidiram a exoneração da chefia técnica na área de segurança e saúde de auditoria que cumpria seu mister com reconhecida eficiência há mais de dez anos, sem qualquer motivo de ordem técnica ou funcional. Mas, na verdade há motivos, meus colegas, é que essa chefe está aqui, é a Viviane Forte.

Essa chefe enfrentou o superintendente, não concordando com os seus desmandos. Tem adotado como prática a sugestão de encaminhamentos em fiscalizações em andamento diretamente ao auditor fiscal, a quem cabe a ação, atendendo a interesses particulares em prejuízo das premissas de ordem técnica.

Teria ainda muita coisa mais aqui para colocar.

O ordenamento jurídico brasileiro prevê que a organização da fiscalização do trabalho deve ficar sob responsabilidade de chefias técnicas pertencentes à carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho, justamente para garantir que os recursos materiais e humanos da fiscalização sejam utilizados nas situações e setores econômicos mais vulneráveis e com maiores irregularidades trabalhistas. A reserva técnica para os ocupantes do cargo Auditor Fiscal do Trabalho, nessa organização, justifica-se pela complexidade dos temas.

Eu vou pular um pouco para agilizar a finalização da leitura.

Essas atitudes de ingerência que vêm sendo adotadas têm o nefasto resultado de obstaculizar uma organização do trabalho que se firmou em meio a dificuldades de toda sorte e resultava na otimização possível dos recursos humanos e materiais da Auditoria Fiscal no Estado de São Paulo, mas não só lá como nos outros Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em 2016, a situação chegou ao ápice da precarização, posto que não foi disponibilizado nenhum recurso financeiro a ser utilizado nas ações fiscais, promovendo a paralisia. Tal fato inédito na história brasileira contraria as leis brasileiras e os compromissos internacionais ratificados pelo Brasil, além de representar uma maneira de impedir...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – ...a atualização da fiscalização no País.

Portanto, Senador Paulo Paim, demais autoridades presentes, colegas, companheiros, sindicalistas e senhoras e senhores presentes que nos ouvem, nós aqui reiteramos que a Auditoria Fiscal do Trabalho está sendo atacada, está sendo atacada no que lhe confere legitimidade para garantir e oferecer proteção ao trabalhador brasileiro, que é a sua autonomia e a sua independência.

Tudo aqui dito já foi apresentado ao Secretário de Inspeção do Trabalho, já foi apresentado ao Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, já foi apresentado ao Procurador-Geral do Trabalho, mas nós temos, nesta seleta e nesta dileta Comissão, também a pretensão e a expectativa de encaminhamentos no sentido de proteger quem protege o trabalhador neste País.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não sei como é que fica a situação da Viviane. Você tem 50 segundos, viu? Ele iria dividir o tempo com você.

A SRª VIVIANE J FORTE – Ok. Vai ser suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai tranquila. Vai tranquila. Eu vou dar o seu tempo.

A SRª VIVIANE J FORTE – Obrigada, Senador. Boa tarde a todos.

Complementando o que o Presidente do Sinait já explanou, gostaria de fazer aqui uma reflexão: a grande maioria dos acidentes que o Diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho apresentou aqui para vocês são situações que poderiam ser facilmente evitadas. São trabalhadores perdendo a vida ou tendo um prejuízo sério da sua saúde por descumprimento imediato das normas regulamentadoras.

Nós temos alguns acidentes que são mais complexos, como o caso da barragem de Mariana; como no meu Estado de São Paulo com o acidente da grua do Itaquerão, estádio que teve a abertura da Copa do Mundo. Mesmo esses mais complexos, claro que podem ser evitados, mesmo os muito complexos.

Mas a maioria dos casos em que os trabalhadores perdem a vida são situações simples. Só que para isso ser prevenido, o auditor tem que chegar ao ambiente de trabalho. Para o auditor chegar ao ambiente de trabalho, condições mínimas precisam existir. E hoje aproveitamos este importante espaço para dar ciência a todos os senhores de que essas condições mínimas não estão ocorrendo mais.

Por exemplo, de maneira inédita, neste ano de 2016, não foi descentralizado sequer um real para execução das ações fiscais. Ora, meus senhores, como é possível efetuar e organizar todo um sistema de fiscalização sem recurso? Então é uma maneira indireta de você parar a fiscalização do trabalho.

Nós temos observando uma situação – que o Carlos já explanou aqui – no Estado de São Paulo, e o nosso temor é que se espalhe para o País inteiro. Para que nós cheguemos aos ambientes de trabalho, nós precisamos ter o sigilo mantido. O empregador não pode saber com antecedência que nós vamos chegar lá. É uma condição, inclusive, de segurança do próprio auditor-fiscal. E mais que isso, nós temos que chegar ao estabelecimento correto, aqueles onde ocorrem ou registram maior incidência de acidentes e doenças. Para que possamos chegar ao estabelecimento correto, que merece a nossa atenção, nós temos que ter critérios técnicos. Então nós não podemos nos desviar desses critérios técnicos.

Infelizmente nós registramos um temor de que, nesse momento de transição que o País está vivendo, a auditoria do trabalho vai chegar, nesse momento futuro, a uma situação frágil, fragilizada, em que seus mecanismos de proteção, os mecanismos necessários para que consigamos atuar, estão desgastados, estão sendo atacados.

Então agradecemos muito a oportunidade de, nesse primeiro momento, dar ciência aos senhores do que ocorre no Ministério do Trabalho e, em um segundo momento, já deixarmos aqui o nosso apelo de buscar o apoio para que essa situação possa ser revertida e que a fiscalização do trabalho volte a ter as condições mínimas necessárias para que seja possível continuar atuando nos ambientes de trabalho e preservando os direitos e a integridade dos trabalhadores.

Eu agradeço, mais uma vez, a atenção de todos, em nome do Senador Paim. E fica aqui, mais uma vez, o apelo para que seja possível manter as estruturas mínimas da fiscalização do trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Viviane Fortes, como também Carlos Silva, ambos falam pelo Sinait. E quero dizer, Carlos, que é grave a denúncia que você traz. Você já havia conversado comigo, e eu me comprometo, no mínimo, a levar para o plenário para que também seja divulgado o que está acontecendo, como forma de responder a essa postura inadequada e irresponsável, que traz prejuízo para atividades dos senhores e das senhoras.

Nós temos 13 inscrições do plenário. Passo a palavra ao Luiz Antonio Colussi, Diretor da Anamatra; em seguida, Arthur Ferrari, Diretor do Sindipetro, e Carmen Lúcia Miranda Silvera, Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Boa tarde, Senador Paim; boa tarde, integrantes da Mesa. Quero cumprimentar todos pela excelência das explanações e pela excelência da iniciativa.

De fato, esse tema da saúde e do trabalhador, da segurança no trabalho, é um tema que tem preocupado extremamente a Justiça do Trabalho e a Associação dos Juízes do Trabalho.

Neste momento, além de Diretor Legislativo da Anamatra, como é do conhecimento, também faço parte do Comitê Gestor. Passei a assumir agora, recentemente, o Comitê Gestor do Programa Trabalho Seguro.

Eu penso que esse trabalho, esse programa, Senador, têm uma carga de significado, um simbolismo extremamente relevante, porque, via de regra, o juiz do trabalho está no seu gabinete e recebe o processo, para apreciar as ações de indenização. Quando o trabalhador perde a vida e a sua família é que se faz a reivindicação do direito. Ou quando o trabalhador está doente. Às vezes, nós vemos o trabalhador tetraplégico, tão machucado, tão "danificado", tão "estragado", que talvez outra solução, para ele, tivesse sido melhor, tal é o dano que ele tem, o sofrimento que ele sente.

Todo esse trabalho precisa realmente avançar, e a Justiça do Trabalho entendeu que a prevenção é o melhor caminho. E nós estamos saindo um pouco do nosso gabinete, do processo, para ir à sociedade, aos empresários, aos trabalhadores, aos sindicatos, à comunidade em geral, ao Parlamento, para dizer que nós temos que evitar o acidente.

E, olhem, a legislação brasileira – e eu vou concluindo, Senador – é, não tenho dúvida, das melhores do mundo. A NR-12 é uma norma detalhista ao extremo, para dizer: "Não vamos deixar que ocorram os acidentes". Essa ideia de que o trabalho... Na verdade, o trabalho é inseguro, e nós temos que proteger.

Eu finalizo, ressaltando que nós estamos, então, nesse biênio do Programa Trabalho Seguro, lembrando os transtornos mentais no trabalho, um segmento que vem crescendo muito, aumentando muito as doenças, cada vez mais o assédio, a cobrança do patrão, do empresário, do chefe, em cima do empregado.

Parabéns a todos. Nós apoiamos o Sinait. Parabéns, Viviane, que é forte para enfrentar isso que nós estamos enfrentando, nesse momento.

Obrigado, Senador. Eu peço licença, porque agora eu vou para o Conamat. Terminada aqui a agenda legislativa, posso viajar tranquilo, mas estou viajando feliz, de ter podido estar aqui e ouvir a excelência dos expositores e a excelência do trabalho da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Antonio Colussi, da Anamatra.

Eu também havia sido convidado para estar no Conamat, mas será impossível. Eu estarei em Mato Grosso do Sul. E parece que o evento que haverá lá vai ser a 400km da capital.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Meus Deus. É longe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso não tinham me dito, não. O pior é que eu dei a palavra de que eu iria. Fiquei sabendo na última hora. Aí, 400km para ir, 400km para voltar...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Não sei como é que o senhor aguenta isso tudo. O senhor é realmente um herói e é o exemplo de todos nós, na resistência, na defesa dos direitos humanos, dos direitos sociais. Por isso estamos juntos com o senhor e o senhor é o nosso líder. Não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como disse o poeta, "sempre vale a pena, quando a causa não é pequena".

O SR. CARLOS SILVA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lá. Agora, Arthur Ferrari, diretor do Sindipetro.

O SR. ARTHUR FERRARI – Boa tarde a todos desta Comissão, aos auditores, ao Procurador-Geral da União, ao Senador Paulo Paim, ao Procurador de São Paulo, que fez a denúncia do desmantelamento por que ...isa a Justiça do Trabalho, especificamente a questão da auditoria do trabalho, da segurança do trabalho. É ... isso que esses números são grandes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E também quero agradecer, mais uma vez – estivemos aqui anteontem –, a postura do Senador em trazer os movimentos populares ao encontro dessa grande estrutura que nós temos aqui em Brasília.

Eu estava conversando com um colega aqui, o diretor da FNP, Ivan Luiz, e com outro colega, o Leonardo Urpia, que é diretor da outra federação, a Federação Única dos Petroleiros, sobre a questão de Brasília. Se uma pessoa não conhece Brasília e você a traz para a cidade, ela vai pensar que este País é maravilhoso, porque as estruturas são muito robustas, superestruturas. Mas não vemos isso funcionando na prática, pelo motivo que o Procurador de São Paulo colocou, o desmantelamento. E também fazer unir a superestrutura com o campo do trabalho.

Nós somos da diretoria do Sindipetro RJ. O Sistema Petrobras é um sistema muito potencialmente explosivo não só literalmente, mas pela questão da segurança do trabalho. Nós tivemos aqui, em vinte anos, uma estatística de 350 trabalhadores petroleiros mortos nas instalações da Petrobras. Isso dá uma média de 18 trabalhadores por mês mortos nas unidades da Petrobras.

Nós temos um exemplo aqui de um petroleiro que morreu na Unidade Termoelétrica – a Petrobras é um sistema integrado de energia – da Baixada Fluminense. Ele morreu, em 2015, completamente queimado, Urpia, numa explosão de uma caldeira, com água quente. Ele foi socorrido por um colega. E fizemos a denúncia disso em função de que a Petrobras tem unidades no Rio de Janeiro, como refinaria, terminais, termoelétricas, plataformas, e nós não temos na Petrobras uma equipe de resgate aéreo integrada. Quer dizer, o trabalhador morre, na unidade da Petrobras, muito potencialmente explicado por explosões, queimaduras, e nós temos que ser socorridos enfrentando engarrafamentos. Estamos pedindo isso, e a Petrobras, muito provavelmente por uma questão de custo, não atende os trabalhadores.

Tivemos, na Costa do Espírito Santo, a explosão de uma plataforma nova, a plataforma Cidade de São Mateus, operada pela BW Offshore. Foi agora isso, em 2015, no ano passado, com nove mortes e 26 feridos em diversos graus. Até então – estou lendo aqui a reportagem da *Folha de S.Paulo* – estava a empresa impune, estavam todos impunes, e os trabalhadores mortos ou feridos talvez para o resto da vida.

Tivemos a morte, agora, no início do ano, de um operador da refinaria, que caiu no teto de tanque de armazenamento com óleo combustível em alta temperatura, por corrosão. Despencou ali e sumiu um operador da Petrobras, direto. Tivemos essa morte horrível na Refinaria Duque de Caxias, aqui no Rio de Janeiro.

Quanto à questão do benzeno, a Petrobras até hoje não reconhece a questão do benzeno dentro da Petrobras. E a gente tem uma campanha direta, dizendo que benzeno não é flor que se cheire. E esses trabalhadores vão ter problemas de saúde no final da vida, por estarem expostos ao benzeno. E nós fazemos esta denúncia aqui:...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR FERRARI – ...a Petrobras não reconhece isso como doença de trabalho.

Por fim, como tenho 33 anos de Petrobras, eu entrei na Petrobras com 18 anos, no curso técnico, eletricista, e, hoje, estou com 33 anos, no final da minha carreira. Trabalho em edifícios administrativos da Petrobras, e digo que os grandes problemas ocupacionais nesses edifícios é o assédio de que o colega que teve que ir embora aqui falou, o assédio moral, que gera problemas até de suicídio nos edifícios da Petrobras. Tivemos suicídios no edifício central da Petrobras, por uma pressão em cima dos trabalhadores.

Por fim, gostaria de fazer um pedido para que essa estrutura, essa superestrutura pense em ajustes na Cipa, ajustes democráticos. Por exemplo, essa plataforma operada,...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR FERRARI – ...com a operação da Petrobras, por uma empresa internacional não permite a entrada de diretores de sindicato, do Sindipetro lá; dificulta a entrada. Nós não sabemos quem são esses trabalhadores, qual é o índice de trabalhadores que há nacionais ou estrangeiros; a gente não tem acesso a essas plataformas; a gente não sabe como essas Cipas são constituídas; a gente "não pode" embarcar, para fiscalizar isso, e "não pode" entre aspas, porque dificultam sobremaneira a nossa entrada lá.

Então, com muito orgulho por estar aqui como representante de uma área tão potencialmente perigosa para o trabalhador que é a área de energia, de petróleo, por levar essa denúncia, estou aqui muito orgulhoso de estar aqui, representando os meus colegas, que estão trabalhando 24 horas por dia, para produzir petróleo,...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR FERRARI – ...para produzir refinados para o consumo e para a grandeza deste País. Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Arthur Ferrari, Diretor do Sindipetro, que, além da contribuição, deixou algumas sugestões que eu peço que você encaminhe à Mesa, para a gente analisar como é que podemos contribuir.

Agora, pela Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, a Drª Carmem Lúcia Miranda da Silveira. (*Pausa.*)

A luzinha está verde. Está acesa? (*Pausa.*)

Peço para a assessoria que, junto com as sugestões que o doutor encaminhou, a gente possa depois fazer os encaminhamentos.

A SRª CARMEM LÚCIA MIRANDA DA SILVEIRA – Boa tarde, Senador Paulo Paim e demais autoridades presentes. O Ministério da Saúde, em 2004, publicou a Portaria nº 777, que tornou obrigatória a notificação das doenças e agravos relacionados ao trabalho.

Nós temos aqui, em uma série histórica de 2007 a 2015, Senador, mais de 500 mil, em torno de 524 mil acidentes envolvendo trabalhadores no Brasil; desses mais de 3 mil vieram a óbito. Nós temos também com relação a crianças e adolescentes, com até 17 anos, mais de 20 mil acidentes, e desses 187 mil vieram a óbito. Desses acidentes envolvendo crianças e adolescentes, nós temos 518 amputações, tetraplegia e diversos tipos de acidentes envolvendo também crianças e adolescentes.

A partir de 2015, o SUS tornou obrigatória essa notificação de acidentes envolvendo crianças, adolescentes e o trabalhador como um todo, bem como das doenças relacionadas ao trabalho, como pneumoconiose, câncer e dermatoses. Essa notificação do acidente tornou-se obrigatória em até 24 horas. Então, o Ministério libera mensalmente para 208 centros de referência ao trabalhador para tratar das ações de vigilância ao trabalhador e de prevenções. Como nós queremos preservar o nosso trabalhador com saúde, nós liberamos mensalmente, para as 27 unidades federadas, R$40 mil para os Centros de Referência à Saúde do Trabalhador e R$30 mil para os demais centros de referência, os regionais. Esses centros têm abrangência municipal.

Então, o que nós preservamos ou o Ministério tentou preservar realmente é que o nosso trabalhador tenha saúde fazendo ações de prevenção. Realizamos ações intersetoriais.

(Soa a campainha.)

A SRª CARMEM LÚCIA MIRANDA DA SILVEIRA – Temos termos de cooperação celebrado com o Ministério Público do Trabalho, ações intersetoriais junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nós não podemos realmente nos calar diante dessa atrocidade que é o trabalhador sendo ainda acidentado no Brasil.

Eu estou levando aqui a sugestão do Dr. Leonardo, do MPT, com relação à instituição do Abril Verde, em alusão às vítimas de acidente do trabalho. Vou aguardar. Depois vocês vão encaminhar a definição final. Mas quero colocar aqui o Ministério da Saúde como grande aliado para que o nosso trabalhador não sofra acidente e, sim, para que ele tenha saúde, e saúde plena. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Carmem Lúcia Miranda da Silveira, que falou pelo Ministério da Saúde e deu também as suas contribuições.

Por fim, agora é o líder da Fiocruz, o Paulo Henrique Garrido.

O SR. PAULO HENRIQUE GARRIDO – Boa noite a todos e todas. Parabenizo e louvo, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, sempre um aliado nosso, dos trabalhadores, das questões de aposentadoria. Nós reconhecemos o trabalho.

Cumprimento toda a Mesa, todos os palestrantes, com belíssimas apresentações, em especial o nosso companheiro do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais, e o belíssimo manifesto do Sinait também.

Tanto o sindicato quanto a instituição, a Fiocruz, está abrindo uma série de debates acerca da defesa da vida e da integridade física dos trabalhadores, o que muito nos toca.

A Fiocruz tem uma área de produção de vacina e medicamentos, e, mesmo durante os oito anos, doze anos, tivemos concurso público, mas ainda assim é uma área bastante terceirizada, com bastante terceirização. Preocupa-nos a prevenção de acidentes de trabalho, e temos tido dificuldade com isso, apesar de a Fiocruz, o Ministério da Saúde e o nosso sindicato terem bastante atuação e ação nessa área.

Nós vamos convidar o Sinait também para nos aliarmos aí e fazermos um trabalho importante na Fiocruz. Tanto o sindicato quanto a instituição estão abrindo debates, e eu queria convidar vocês. Eu preciso sair agora. Na Fiocruz aqui, no *campus* da UnB, vai acontecer, a partir das 17h30 – eu tenho que ir para lá, estou na mesa –, o Seminário Saúde, Direitos e Liberdades Democráticas. É aqui, na Fiocruz de Brasília, no *campus* da UnB, já confirmada a presença da Asfoc, da Frente Brasil Popular, do Cebes, da Abrasco, do Conselho Nacional Saúde, da CNTSS, da CNBB e da jornalista Tereza Cruvinel. Então, é um evento Saúde, Direitos e Liberdades mocráticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós não vamos ficar calados com que está colocado hoje no nosso País com esse retrocesso, com essa pauta retrógrada, que caracterizamos como golpe. Então, queremos ampliar esse convite de participação para todos vocês. Acho que a Fiocruz está realizando debates muito importantes nessa área. O de hoje infelizmente não vai dá, mas está aí feito. Vamos atualizar isso tanto no fórum quanto aqui e abrir um canal de interlocução maior com o Senado Federal, através do gabinete do Senador Paulo Paim.

Parabéns a todos.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Paulo Henrique Garrido, da Fiocruz.

Olha, nós estamos encaminhando para os finalmente, porque eu tenho outra audiência ainda para iniciar às 17h30, com a Fundação Palmares, para tratar desse tema a que você se referiu agora que está acontecendo no Congresso e essa questão do *impeachment*, mas o Leonardo, da FUP, pediu um minutinho pelo menos.

Por favor, Leonardo.

O SR. LEONARDO DE SOUZA URPIA – Obrigado, Senador Paim.

Agradeço a explanação dos companheiros que têm sido grandes apoiadores da nossa causa por um ambiente de trabalho seguro na indústria do setor petróleo.

Gostaria de aproveitar a oportunidade e apresentar a denúncia que acabamos de realizar na última semana à ANP, à Secretaria Regional do Trabalho e também ao Ministério Público – e gostaria de depois passá-la ao Senador para que tenha conhecimento –, exatamente denunciando o desrespeito da Petrobras a algumas normas regulamentadoras, especificamente neste caso à NR 20 e à NR 30, no seu anexo II, já que ela não tem obedecido às condicionantes estabelecidas legalmente pelas normas regulamentadoras no que consiste à adequação, estudo prévio para a sua apresentação de efetivo de trabalhadores e, consonante e na contramão desse desrespeito, ela vem tomando medidas, acaba de apresentar mais um plano de incentivo de demissão voluntária – dois em menos de três anos, é o segundo em dois anos – e pretende disponibilizar 20 mil trabalhadores, ou seja, tirar dos seus quadros 20 mil trabalhadores.

Então, o que nós estamos apresentando, as denúncias, a todos esses órgãos – acabamos de fazer esta semana –, é que esse descumprimento, aliado com os graves efeitos a que serão acometidos os trabalhadores por falta de efetivo, acarretará, como já conhecemos... E tivemos diversos exemplos, no final da década de 90, início dos anos 2000, como o afundamento da P-36, com 11 mortos.

Vai elevar também ao *estresse* no nível de trabalho, ao adoecimento dos trabalhadores; às mortes que já vêm acontecendo, como o companheiro Arthur Ferrari mencionou.

Dessas 360 mortes, 80%, como a companheira ali mencionou, são de trabalhadores terceirizados. Essa redução de efetivo visa também à implementação da terceirização na atividade-fim da empresa, buscando um papel reduzido da atividade da Petrobras como operadora e, sim, uma mera empresa de papel, fiscal das atividades que estão sendo realizadas no País.

Gostaria de agradecer a oportunidade, apresentar a denúncia aos companheiros do Ministério Público e ao Senador, para que possamos dar passos largos para o cumprimento da efetiva discussão, do efetivo, visando a segurança operacional, visando a segurança dos trabalhadores efetivos nas plataformas, nas unidades operacionais, nas unidades em *offshore*, *onshore,* do setor do petróleo como um todo no País.

Gostaria de agradecer aqui a oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Leonardo, recebemos também uma denúncia que serão colocadas e encaminhadas para a assessoria.

Meus amigos, esta nossa audiência pública atingiu os objetivos, que era lembrar o Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho. Queria agradecer a todos que ajudaram na montagem das mesas e contribuíram para o debate.

Vamos sempre, com certeza, estarmos vigilante na prevenção, que é fundamental, em matéria do combate ao acidente. Também tenho essa visão de que tem que fortalecer as Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidente).

Eu mesmo comecei minha caminhada na Cipa. Primeiro, me elegi membro da Cipa. Na primeira eleição, não aceitei concorrer para vice; disse que tinha que concorrer a Presidente. Houve a votação, o mais votado fui eu, fiquei Presidente da Cipa e o segundo mais votado ficou vice. Mas foi, claro, uma grande concertação ntro da empresa, rompemos aquela cláusula que diz que o patrão escolhe a metade e o empregado a outa metade, como se ambos não tivessem o mesmo compromisso, que é o combater o acidente de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Deu certo. Na empresa que eu trabalhava até hoje se mantém este ritual: é pelo voto direto que se elege toda a Cipa, e o mais votado é o Presidente, o segundo mais votado é o vice, e o compromisso é a prevenção e combate ao acidente de trabalho.

Enfim, oxalá um dia, possamos chegar aqui numa reunião como essa e poder dizer que não somos mais o quarto País do mundo em matéria de acidente no trabalho, que possamos dizer que, felizmente, diminuímos e muito esses dados alarmantes de mortes e acidentes com sequelas na nossa gente.

Tenho clara essa questão também da terceirização, por isso estou com a relatoria do PL da terceirização e faremos de tudo para que sejam dadas, no mínimo, as mesmas condições de higiene e segurança do trabalho, para aquele que está na empresa matriz em relação àquele que está terceirizado, mas é uma luta que vamos travando.

Termino dizendo: vida longa à democracia brasileira! (*Palmas.*)

(Iniciada às 15 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 33 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de maio de dois mil e dezesseis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Donizeti Nogueira, das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de ciclo de debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos - com foco nos Direitos das Mulheres". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ailma Maria de Oliveira, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/GO; Ana Palmira Arruda Camargo, Diretora de Comunicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINAIT; Eurídice Almeida, Membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora; Eleonora Menicucci, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres; Marcela Araújo Silva, representante da Central Geral dos Trabalhadores – CGTB; Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, Diretora para Assuntos da Mulher Trabalhadora da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Tatiana Magalhães, representante do movimento Rosas pela Democracia; Daniela Luciana Silva, representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB; Virgínia Barriel, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Alessandra da Costa Lunas, Coordenadora da Marcha das Margaridas; Aparecida Gonçalves, Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Eline Jonas, Socióloga, Doutora em Ciências Políticas e Sociologia - representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra à Deputada Federal Erika Kokay. Às dez horas e cinquenta e um minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Hélio José, Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de minha autoria e de outros, com parte do ciclo de debates sobre democracia e direitos humanos. E, nesta reunião, o foco é o direito das mulheres. As mulheres que comporão as mesas colocarão os seus pontos de vista sobre democracia e direitos humanos.

Enfatizo a todos que esta Comissão, frente à conjuntura nacional e à proposta colocada para o debate nacional – que queremos ou não está aí – que é o *impeachment* da Presidenta Dilma, decidiu que faríamos, e estamos fazendo, uma série de debates chamado "Ciclo de debates: direitos humanos e democracia".

Já tivemos dois eventos: um, com juristas, professores, enfim, especialistas na área do aspecto jurídico. Foi uma excelente reunião. Fizemos outra já, uma segunda, quando falaram as mais variadas posições do campo religioso, como eles veem a religiosidade e a democracia frente ao quadro que se apresenta no País. Esta sala também estava lotada, foi um belo evento. Falaram desde evangélicos, luteranos, religiões de matriz africana, enfim, todos os setores estavam aqui e todos fizeram uso da palavra.

Hoje será a democracia na visão das mulheres. E avançamos, já para esta semana ainda, na quarta-feira, quando falarão os artistas que também estão preocupados, os artistas, os poetas, os atores, as atrizes, enfim, esse mundo da cultura, do conhecimento, de profissionais que se dedicam a conversar com a população, via mais diversos veículos, via livros etc. Escritores estarão aqui também colocando seu ponto de vista em relação à democracia. Isso será na próxima quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas, informo, enquanto vão chegando os outros convidados, que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar desse debate, independentemente da posição que tenha, poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Tenho dito pessoal que Eduardo Cunha é uma coisa, que presidiu aquele dia 17, que nos deixou envergonhados perante o mundo. E aqui, no Senado, é um outro quadro que se apresenta. O Presidente Renan Calheiros tem garantido um amplo debate e sou testemunha disso. Estive com ele, com todos os movimentos sociais, inclusive na Frente Brasil Popular, o Brasil sem Medo, as centrais que defendem a democracia naturalmente, as confederações e outras entidades. E ele garantiu que aqui, no Senado, seria diferente.

Não será proibido aos movimentos sociais entrarem, falarem, colocarem seu ponto de vista, como também os mais variados segmentos da sociedade. Por isso, cumprimento o Presidente da Casa por essa posição.

Vou fazer aqui uma rápida introdução sobre este momento que nós estamos atravessando, mas vou deixar mais para registro o documento que recebi da assessoria, que fala da importância deste momento, que fala da importância deste debate, que fala um pouco também da importância do dia 1º de maio, o dia de ontem.

Ontem, em cerca de 20 Estados, tivemos grandes eventos de 1º de Maio debatendo a democracia e direitos dos trabalhadores e, naturalmente, das trabalhadoras.

É um momento tenso, mas, ao mesmo tempo, sempre digo que é nessas horas que os melhores são chamados para fazer o bom debate, o bom combate e ter posição clara em relação a isso que está acontecendo em nosso País. Cada um assume seu ponto de vista, e o debate há de construir – espero eu, que sou sempre um otimista – o melhor caminho.

E todos sabem o meu ponto de vista, nunca escondi. Eu entendo que é lamentável ouvir de alguns parlamentares um argumento semelhante a este: "olha, eu até acho que a Presidenta não cometeu nenhum ato que levasse a essa situação de *impeachment*, mas eu estou com um olho aqui e um olho nas eleições próximas". Eu não consigo entender a vida assim. Eu acho que um homem público tem que votar com a sua consciência, defender causas e princípios, e não deveria ter uma visão simplesmente eleitoral. Aí, perdeu a razão de ser. É como se não entendesse a razão das nossas próprias vidas e que por isso nós estamos aqui.

Por isso, vamos ao debate. Vocês é que vão colocar o ponto de vista de vocês.

Convido, se já está presente, a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, a sempre Ministra Eleonora Menicucci. (*Pausa.*)

Está vindo?

O. k. Então, já deixamos aqui a cadeira reservada para a presença da nossa querida Eleonora Menicucci, que está vindo para cá. Ficará aqui à minha esquerda ou à direita a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres.

Convido a nossa querida Ailma Maria de Oliveira, presidente da CTB.

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – CTB/Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim; de Goiás! Fez questão de falar "de Goiás". (*Palmas.*)

Eu estava, ontem, fazendo uma palestra em Mato Grosso do Sul, em um congresso de trabalhadores, e a pessoa que me antecedeu falou "Mato Grosso", mas não falou "do Sul". Aí, foi um coro só no plenário: "Mato Grosso do Sul!" E aqui ela fez a mesma coisa: "de Goiás".

Seja bem-vindo o CTB/Goiás.

Quero só dizer a Mato Grosso do Sul que foi muito bom o debate. Saí de lá satisfeitíssimo; o povo entendeu. O debate era este: a democracia e o momento atual, e a visão dos trabalhadores. Entramos, claro, na discussão da Ponte para o Futuro, do 257... E eu fiquei feliz porque, no fim, o pessoal encerrou, eu fiz a palestra de encerramento, e – não pela minha fala, mas pelo eixo do debate – nós fomos aplaudidos de pé. Sinal de que não estamos no caminho errado. Em um congresso daqueles, aplaudidos de pé, quando fizemos o encerramento, colocando por que nós votaríamos com muita convicção e muita consciência mesmo pelo não afastamento da Presidenta Dilma. Isso aí é tranquilo. E aqui não tenho meias palavras para dizer isso.

E foi muito bom. Agradeço a Mato Grosso a recepção, desde o momento em que cheguei até a vinda embora. Cheguei na sexta e saí de lá no domingo de manhã. Foi uma maravilha o evento.

Já chamei a Ailma.

Agora, chamo a diretora de Comunicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait), a nossa querida amiga Ana Palmira Arruda Camargo.

Já está conosco? (*Pausa.*)

Aqui. Seja bem-vinda também! (*Palmas.*)

Chamamos agora a líder Eurídice Almeida, membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora. (*Palmas.*)

Chamo a representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a líder Marcela Araújo Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Chamamos a Diretora de Assuntos da Mulher Trabalhadora da CSB, a líder Antonieta de Cassia Dorledo de Faria. (*Palmas.*)

Nós abriríamos o nosso debate com a fala da Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, a Drª Eleonora Menicucci, que está se deslocando, mas, como ela não chegou, nós vamos já, na ordem, passar a palavra, de imediato, à Ailma Maria de Oliveira, Presidente da CTB/Goiás.

Como nós temos umas três mesas e, às 11h, haverá uma sessão de homenagem aos trabalhadores no plenário do Senado Federal, que será uma sessão também muito representativa, nós vamos pedir que cada um fique, no máximo do tempo, entre cinco e dez minutos. Dê a sua mensagem e coloque o seu ponto de vista sobre a conjuntura, de modo a permitir que todos os convidados possam usar da palavra, sem prejuízo – e vocês são todos convidados para ir – de irmos às 11h ao plenário. Lá, haverá também esse mesmo debate sobre a democracia e o 1º de Maio. Aqui, nós estamos falando especificamente – já que aqui são reuniões temáticas – sobre as mulheres e a democracia; lá será democracia e o 1º de Maio.

Ailma, com a palavra.

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e todos.

Eu quero saudar o Senador Paulo Paim por mais uma brilhante etapa do seu mandato, em que, de fato, respeita o Estado democrático de direito.

Ficamos muito felizes com a perspectiva de que o Senado possa, de fato, não impedir o acesso dos representantes do povo a esta Casa e de que os representantes do povo possam dar aqui o seu recado. A democracia para todas nós e para todos nós é muito cara. Foram muitas vidas que foram ceifadas para conquistarmos o direito à fala.

Falar sobre democracia num momento tão complexo da conjuntura brasileira exige de nós uma capacidade não só de articulação da defesa da nossa Constituição brasileira, mas também de mobilização do povo para o que está acontecendo.

Nós sabemos que as mulheres, praticamente nas últimas décadas, têm conseguido alcançar alguns espaços, fruto de muito luta, desde os primórdios da humanidade. No Brasil, as conquistas pelos direitos humanos perpassam a luta das mulheres também pela cidadania, desde o século XVI. Eu queria aqui fazer um recorte principal na questão do direito da mulher ao trabalho. Nós sabemos que uma luta muito grande que nós fizemos foi pelo direito ao voto. Ainda em 1962, as mulheres brasileiras casadas só podiam trabalhar fora de casa se o marido permitisse. Isso era imposto pelo Código Civil.

Somente com muita luta democrática é que as feministas conseguiram apresentar, no Congresso Nacional, em 1951, e aprovar em 1962, a Lei nº 4.121, que foi sancionada pelo governo João Goulart, em 27 de agosto daquele ano. Logo em seguida, Jango foi deposto e começou a vigorar um Estado violento e cruel. A nossa história foi maculada por um período ditatorial que prendeu, torturou, executou, exilou, cassou Parlamentares, juízes, professores, estudantes que queriam defender a democracia. Lamentavelmente, essa parte da história brasileira por muitos é desconhecida e alguns tentam, neste momento frágil, ainda defender a volta da ditadura.

Então, eu quero saudar mais uma vez este momento importante de debate, porque nós precisamos inclusive discutir o papel da grande mídia e o que ela faz no combate aos direitos do povo. Com o apoio e a promoção da grande mídia, foram destruídas as liberdades individuais e coletivas, na época da ditadura, os direitos sociais, econômicos e políticos, além da degradação dos serviços públicos, em especial os serviços da saúde e da educação. Somente nos períodos democráticos é que a sociedade avançou no reconhecimento daquilo que é humano. Portanto, falar em direitos humanos é essencialmente falar em democracia. É fundamental fazer essa defesa. Eu tenho aqui uma grande preocupação...

(Soa a campainha.)

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – ... porque agora, no momento em que estávamos iniciando a conquista dos direitos das mulheres ... E aqui quero ressaltar o papel das mulheres à frente de vários Ministérios no Governo Dilma – na Secretaria de Políticas para as Mulheres, onde estava sendo discutido o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, por meio do qual poderíamos levar para os Estados e para diversas empresas a perspectiva da garantia daquilo que é constitucional. Isso porque nós temos uma importante Constituição, mas vários direitos ainda precisam ser regulamentados, precisam ser conhecidos.

Quero trazer aqui principalmente, como essencial, a defesa da educação das mulheres. Esta semana, Senador, fui provocada para que pudéssemos apresentar um relatório, no Estado de Goiás, que concede à estudante gestante o direito à licença para continuar os seus estudos e a assistência pós-parto. Existe uma lei de 69, que sequer é conhecida, que dá o direito à estudante de ter assistência nos três meses de afastamento a licença-maternidade. Mas, lamentavelmente, na educação básica, isso não é respeitado, porque há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

exigência, inclusive da LDB, de 75% de frequência. E as escolas, então, impõem à estudante que ela tenha, no máximo, um mês de afastamento. Ou seja, isso tem provocado uma grande evasão principalmente das estudantes gestantes e a falta de continuidade nos estudos.

(Soa a campainha.)

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – Nós queremos que as legislações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Sª tem mais um minuto.

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – ... sejam conhecidas. E é preciso que tenhamos aí um governo democraticamente eleito sendo respeitado, porque não foram só os 54 milhões de brasileiros que votaram, é a nossa juventude, são as nossas crianças, é a classe trabalhadora que precisa ter a democracia sendo respeitada no nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Presidente da CTB/Goiás, a líder Ailma Maria de Oliveira.

De imediato, com a palavra a Drª Ana Palmira Arruda Camargo, Diretora de Comunicação do Sindicato Nacional dos Órgãos Fiscais (Sinait).

A SRª ANA PALMIRA ARRUDA CAMARGO – Bom dia a todos e a todas.

Quando eu pensei em estar aqui nesta manhã, conversando com vocês, eu pensei que seria mais uma reflexão em que eu conseguisse trazer para a nossa conversa uma reflexão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

A SRª ANA PALMIRA ARRUDA CAMARGO – ... sobre a nossa situação neste momento.

Quando a gente vê, como naquele fatídico 17 de abril, uma defesa ao Coronel Ustra, isso nos estremece até à alma; quando a gente vê aquele outro Deputado, no dia da instalação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, falar aquelas barbaridades que atingem a todas, nós ficamos perplexas e tememos pelo momento que está chegando. Nesse momento, eu também busquei conversar com algumas pessoas que estavam ao meu redor. Eu perguntei para algumas pessoas como está a situação da mulher, hoje, dentro da empresa. E eu perguntei muito superficialmente para uma jovem mãe que estava a meu lado, como foi quando ela disse à empresa que estava grávida. E ela disse: "Olha, coincidentemente, quando engravidei, uma outra colega, no mesmo ambiente, também ficou grávida, e o que eu ouvi do chefe imediato – não é o chefão, não é o presidente da empresa que, no caso, é uma multinacional, mas um colega – foi o seguinte: "Da próxima vez, eu vou lembrar de não contratar nenhum útero para trabalhar aqui". Então, isso são coisas que a gente vê. Essa jovem está gozando a sua licença-maternidade, mas com a certeza de que ela será demitida ao final, porque isso é quase que como uma punição. Ela fica os cinco meses em estabilidade e, depois, volta para o trabalho, mas, acabando a estabilidade, existe uma chance muito grande de haver uma demissão.

Pensando agora nas trabalhadoras terceirizadas, porque eu, como auditora fiscal do trabalho, sei que essa é uma realidade que, se é difícil para a trabalhadora regular, para a trabalhadora terceirizada é muito, muito pior. O que nós sabemos é que há trabalhadoras que não podem levantar, as que trabalham principalmente com telefonia, telemarketing, nem para irem ao banheiro.

Soubemos de trabalhadoras que tiveram infecção urinária em função dessa jornada que se torna exaustiva à medida que não se tem a menor liberdade para sequer ir ao banheiro, o que é uma coisa impensável para nós.

Eu também soube, porque estava conversando com um rapaz, um amigo meu, jovem, que também trabalha numa multinacional e é próximo dos que fazem seleção que ao lado da capacidade das mulheres... Ele perguntou: "Qual você vai contratar?" E o contratante, o RH, disse: "Eu vou contratar a mais gostosa".

Uma outra situação: eu soube que até o leiaute de uma empresa foi alterado para que os homens pudessem olhar melhor aquela mulher trabalhadora.

A gente fica perplexa com essas histórias. Daí eu também pensei por que esses trabalhadores não fazem essas denúncias? Na verdade, eles não estão lá para fazer denúncias. Eles podem fazer denúncias, mas também, estão pressionados naquele ambiente de trabalho. Eles sabem que, se alguma coisa sair dali, o que está em risco é o próprio trabalho deles, tanto das mulheres quanto dos homens que vão denunciar, às vezes, uma situação assim.

Eu pensei e refleti também que quem tem que estar lá, quem tem que chegar nesse ambiente é o Estado, e o Estado que chega nesse ambiente é a auditoria fiscal do trabalho, que é a função que eu exerci por 30 anos no Ministério do Trabalho.

Daí nós nos deparamos, Senador, com aquele velho problema que a gente fala – e a gente não perde a oportunidade de falar – que a fiscalização do trabalho, hoje, não consegue chegar nos ambientes de trabalho porque o número de auditores fiscais do trabalho é muito reduzido e não existe concursos sendo realizados. O número de empresas aumenta, o número de trabalhadores em situação de risco aumenta e o número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

auditores fiscais é reduzido. Então, nós estamos diante de uma situação difícil, e essa situação, dentro deste contexto político, tende a piorar, tende a piorar, porque vemos que as nossas lideranças... Aliás, nossas lideranças, não, porque não são nossas. As pessoas que estão pretensamente assumindo... (*Palmas.*)

... assumindo posições não nos representam. Nós, de alguma forma, fazemos parte dos 54 milhões de votos, ou porque votamos, ou até porque não votamos, mas escolhemos. Certamente o que nós escolhemos não foi essa situação.

Até como uma reflexão para vocês, vou ler um comentário da Pilar del Rio, jornalista, que disse o seguinte:

> Esse conservadorismo é um problema cultural e problemas culturais se resolvem com cultura, educação e leis que proponham a igualdade. Só assim a gente sai da posição de objeto ou de escrava. As próprias mulheres têm que se dar conta disso, que sejam o que quiserem por si mesmas, não em relação ao olhar masculino; respeitar o corpo, nossa natureza, e nunca nos colocarmos como tapete para alguém pisar.

Acho que essa é uma situação nossa. Com certeza, nós que estamos aqui nunca servimos de tapete para ninguém pisar, mas também havemos de convir que, às vezes, estamos numa situação diferente do grande número de mulheres da nossa sociedade.

Quero dizer para vocês que um compromisso dos auditores fiscais do trabalho...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA PALMIRA ARRUDA CAMARGO – ... é que, em qualquer circunstância, continuaremos lutando pelo direito da mulher e pelo direito do trabalhador, em qualquer ambiente, em qualquer regime e sob qualquer governo que estejamos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou passar a palavra para a próxima oradora e vou falar em uma entrevista nacional aqui ao lado sobre esse tema.

A próxima é a Srª Eurídice Almeida, membro da coordenação da mulher trabalhadora.

Estou interrompendo a minha fala, mas o Plenário me entendeu. Estou indo agora ao lado...

Bom dia, pessoal!

Deixem-me explicar a vocês. Estou falando ao vivo pela TV Senado e, agora, ali ao lado, vou falar para a Rádio Gaúcha, mas aqui, onde eu estou presidindo, eles entenderam. Vou sair aqui ao lado para dar entrevista sobre um tema importante, que é debater a democracia. Enquanto isso, a próxima convidada, que está nesta audiência de que estou participando, será Eurídice Almeida, que vai falar sobre democracia e as mulheres.

Feito, pessoal?

Um abraço e vou falar agora, aqui ao lado, para a Rádio Gaúcha.

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – Bem compreensível, Senador. Precisamos de homens, de Parlamentares como você, fazendo a nossa luta.

Bom dia a todos e todas, aos homens e mulheres aqui presentes!

Em nome da nossa Secretária de Mulheres, Eleonora Menicucci, saúdo a todas e todos que aqui estão presentes e também aos telespectadores que ora nos assistem pela TV Senado.

Saúdo cada liderança aqui presente, dizendo que sou membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Fasubra Sindical. Tenho aqui, presentes comigo, um coordenador e uma coordenadora também da Fasubra sindical, que fazem parte da direção nacional, que são a companheira Ângela e o companheiro Roberto, representantes também do Nordeste, e o nosso *staff* também aqui na área de comunicação e na área de assessoria jurídica, que é a nossa companheira e trabalhadora Luciana.

Bom; falar de democracia e direitos humanos sob a ótica das mulheres é falar de um cotidiano de lutas e resistência. Retrocesso é um cenário que não admitimos em nossas vidas, por isso, estamos todas aqui, irmanadas na Casa do povo, para demonstrar a nossa indignação e disposição de luta contra o golpe que vem sendo orquestrado pela elite burguesa contra a democracia em nosso País.

O espaço democrático foi o espaço que nos deu convergência de luta, amplitude de luta, em todas as instâncias de nossas vidas, desde o mais tenro, o mais ermo local de nosso País até a Capital Federal. O nosso dia a dia, a nossa luta, a nossa ocupação nas ruas e nos espaços que ganhamos até hoje, e que vamos continuar ganhando através da luta diária, demonstra essa nossa força.

Lembro, companheiras e companheiros aqui presentes também, que somos o maior contingente da população brasileira e também o maior contingente eleitoral.

Como já foi falado por uma oradora que nos antecedeu, temos a força em nossas mãos, temos o elemento essencial que esses, que não nos representam, até hoje usam: o voto. E podemos mudar isso, mas, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mudar isso, precisamos continuar a luta, voltar às nossas bases, voltas às conversas de roda, voltar às conversas em nossas instâncias religiosas e em todos os espaços do nosso País.

Por quê? Porque a nós, mulheres, ainda nesse contexto coronelista que temos em nosso País, ainda nos cabe ser a reprodutora, ainda nos cabe – e apenas a nós – ser a educadora e também a mentora de todo e qualquer deslize que a sociedade nos der, quando se diz que foi falta de educação doméstica. É isso que nos imputam diariamente, cotidianamente; mas sabemos que isso não é verdade; que a omissão da grande maioria, exceções à regra, dos homens, dos parceiros e da conjuntura brasileira que nos faz ainda ter, como égide, sobre nossas cabeças essa espada.

E já dizia e nos alertava Paulo Freire, que escreveu o seguinte: "As grandes transformações da sociedade são realizadas pelos excluídos" Nós, mulheres, somos excluídas? Eles pensam que somos...

(Soa a campainha.)

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – ... mas quem mantém a nossa luta somos nós, mulheres, em todas as instâncias que temos.

O tempo, aqui, não permite muito a gente conversar. Então, vou tentar otimizar lendo mais a coisa.

É assim que essa elite burguesa classifica mulheres como nós, que ousamos ter ideais e lutar cotidiana e intransigentemente por esses. Quem nos deu essa força foi a pátria educadora quando abriu os espaços das instituições educadoras para todas as mulheres em todos os espaços que se tenha.

A fluidez que era do campo, do interior para a cidade, hoje, tem um retorno é diferente, porque a pátria educadora nos deu condições de abrir todo esse espaço e fazer da educação um pilar de construção do nosso País.

Mesmo nessa conjuntura totalmente adversa, nós, mulheres trabalhadoras, conseguimos vitórias importantes, resultados de lutas históricas, sim, mas lutas cotidianas dentro desse processo que está retroagindo muito. E como? Vou apenas citar: o feminicídio, a Lei Complementar nº 150, que ampliou a garantia do direito das mulheres trabalhadoras domésticas; o fim do financiamento privado de campanhas e partidos, que vai facilitar a nossa entrada na estrutura política do País.

Tratar o tema da violência contra a mulher no Enem foi a nossa maior conquista. Conseguimos que mais de sete milhões de pessoas, brasileiros e brasileiras, fizessem uma discussão simultânea em cima desse assunto que vem nos prejudicando, que vem nos amargurando, que é uma ferida, que é um câncer na educação da nossa sociedade, que sempre nos coloca como a vítima, a vítima da violência.

Outras vitórias que nós temos: o SUS – Sistema Único de Saúde, em todos os seus programas, como o Mais Médicos, as políticas de saúde indígenas, mulher, idoso, LGBT, saúde mental, crianças, e em todas as políticas. Em que governos anteriores nós conseguimos isso? Tinha que ser num governo com uma mulher à frente, uma pátria que tivesse uma mulher à frente, que pensasse no controle social, que pensasse no brasileiro e na brasileira, no homem e na mulher sem distinção nenhuma. Tinha que ser uma mulher guerreira, uma mulher aguerrida, uma mulher que conhece o que é ser maltratada e que sabe tratar esses maus-tratos, dar um retorno dessa violência com produtividade. Então, é isto que cada um e cada uma de nós aqui estamos fazendo: mostrando, através da luta, através da construção qualitativa, que é essa a forma de crescimento.

Neste momento por que nós estamos passando, vou deixar o Parlamento, aquela primeira fase, um pouquinho mais atrás. Estamos nessa fase mais superior, que é aqui no Senado, e o Senado da República tem a oportunidade, os Senadores e Senadoras têm a oportunidade, em suas mãos, de desmistificar, de tirar fora da história do País aquela cena – e eu não gosto nem de falar –, aquela galhofa, aquela cena bizarra proporcionada nas últimas instâncias.

Então, o Senado tem, em suas mãos, esse poder, e, através do povo e das mulheres trabalhadoras que estão nas ruas, nós vamos conseguir.

Estou correndo, hein, gente.

O que nós, mulheres, não mais admitiremos é a efetiva instalação da misoginia neste Parlamento e em nosso País. Não admitiremos! Não é que não queremos; nós não vamos admitir e usaremos todas as forças, todas as armas contra isso. Não admitiremos mais ouvir daquele senhor não só uma apologia a torturador, mas também imputar às mulheres que se consideram feministas que elas são merecedoras do calvário das viúvas. (*Palmas.*)

O que dizer de um elemento, que está vivo hoje, que respira hoje, cuja vida depende de uma mulher, que imputa às mulheres que lutam por seus direitos, que tem a ousadia de ter seus ideais, o calvário das viúvas? Esse calvário é para seres iguais a ele. É isso que tem que ser colocado, porque ele é *persona non grata* dentro da sociedade, dentro do País e dentro da própria família, porque eu tenho certeza de que as mulheres da família dele não aceitam isso que ele faz, essa violência que ele faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É, gente, tem que correr. Não tem jeito. Vamos correr, vamos correr, vamos correr!

Olhem, companheiras, há vitórias que envergonham os que a conquistam e há derrotas que engrandecem os que naquela batalha lutaram. Essa analogia que eu estou fazendo é bem atual, está bem colocada no nosso contexto, e ela é uma analogia com as vitórias de Pirro. E a gente precisa, em certas linhas, fazer isso. Mas essas nossas vitórias, que, através da luta, aparecem aqui e ali, dão um resultado.

Quem diria que nós iríamos ler e ouvir do Joaquim Barbosa itens como este – vou ler:

> As acusações contra a Presidente (pedaladas fiscais) são fracas e colocam a Nação diante de um grave problema de "proporcionalidade" [...] porque descumprimento de regra orçamentária é a regra de todos os governos do Brasil. [...] é desproporcional, é brutal, é uma anormalidade você tirar um Presidente da República sob este fundamento [pedaladas] num país como o nosso.

Isso nos impulsiona a continuar na luta, firmes e em todos os espaços.

Eu vou fechar aqui citando uma grande guerreira, Cora Coralina:

> Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

E nós, mulheres trabalhadoras aqui presentes, já decidimos que não vai ter golpe e já tem luta.

Golpistas e fascistas não passarão!

Não vai ter golpe e vai ter luta!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Eurídice Almeida, membro da Fundação da Mulher Trabalhadora.

Eu agradeço a vocês que entenderam. Foi importante, pessoal. Eu falei para toda a Região Sul e dei a minha posição muito clara – e vocês sabem qual é. Eu disse que, se eu fui aplaudido de pé lá em Mato Grosso, foi porque eu defendi o certo, a coerência, a justiça e que entendia, mais do que nunca, que, neste momento, tirar a Presidente eleita e colocar um outro time... É só pegar a ficha corrida dos articuladores do golpe que vocês vão ver para quem nós estamos entregando o nosso País. E, no meu currículo, na minha história, a minha assinatura não vai avalizar isso. (*Palmas.*)

Eu disse isso ao vivo, no ar, para toda a Região Sul, com muita satisfação.

Eu queria, com muita satisfação, passar a palavra, neste momento, à sempre Ministra, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que, no meu entendimento, tem feito um trabalho brilhante. Avançamos muito.

Vou lamentar, mas lamentar muito, Ministra, se esse trabalho que V. Exª lidera e está fazendo em nome da mulher brasileira... Eu sempre digo e vejo isto de forma carinhosa: mulheres que são nossas companheiras, nossas mães, nossas filhas, essas mulheres que dão vida às nossas vidas... Eu vou ficar muito triste...

Por isso, palmas ao teu trabalho. (*Palmas.*)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Bom dia a todas e a todos!

Eu quero agradecer ao companheiro e amigo, Senador Paulo Paim, um grande Senador, que só pela sua estatura, pelo que ele faz aqui no Senado, já diz porque ele está no Senado há tanto tempo.

Eu quero cumprimentar todas as minhas companheiras de mesa, grandes mulheres, grandes batalhadoras, e quero cumprimentar, em especial, todas as mulheres trabalhadoras que estão aqui, em nome da Alessandra, da Contag, da Secretaria Nacional de Mulheres da Contag, e toda a equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na pessoa da Regina Dami e da Cida, que estão aqui.

Bem; ontem, quando eu estava em São Paulo, no ato do 1º de Maio, junto com a Presidenta e várias companheiras, vários companheiros, a Cida me comunicou que ela havia sido convidada, mas que, no lugar dela, deveria vir eu para participar deste diálogo aqui. E eu, prontamente, aceitei. Por que aceitei prontamente? São duas práticas políticas caríssimas para nós as que estão aqui neste debate: democracia e direitos humanos.

Eu sou de uma geração que, todo mundo sabe, lutou contra a ditadura, que entregou a sua juventude para a luta contra a ditadura, pela justiça social, pelas liberdades. E isso nos custou muito. A mim, me custou três anos de cadeia, com muita tortura, tendo a minha filha de um ano e dez meses sido torturada também. E a tortura não é só física; ela é psíquica, ela é mental, ela é ameaçadora, ela é aquela lamentável humilhação de quem está sendo torturado ou torturada.

Por que eu começo a minha fala com isso? Porque isso aconteceu quando eu era muito jovem – eu tinha de 22 para 23 anos –, em Belo Horizonte, depois em São Paulo, e isso me deu a dimensão do que seria a minha vida, a partir dali, e a responsabilidade que eu teria com a democracia e os direitos humanos a partir daquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E eu descobri o feminismo na tortura. Por que eu descobri o feminismo na tortura? Porque ameaçavam torturar diuturnamente a minha filha na minha frente, não na frente do pai dela, o meu então companheiro, que também estava preso. E, ali, o machismo, o patriarcado, o sexismo estavam totalmente enraizados nas mentes dos torturadores e daquele torturador que aquele outro torturador, que ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados, homenageou – o poderoso dono da tortura nos DOI-Codi, na Oban do Brasil – na hora em que ele votou "sim" pelo *impeachment de* uma mulher torturada por ele, por esse homenageado, que é o Carlos Alberto Brilhante Ustra, o famoso Tibiriçá.

Esse senhor... Aliás, os dois senhores são, mas esse, que morreu impunemente, embora reconhecido pelo Estado brasileiro como um torturador, deve a mim e a Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, que todo mundo conhece, os nossos depoimentos, na frente dele, dizendo que ele era o assassino, no caso que eu denunciei, do Luiz Eduardo da Rocha Merlino. E ele foi o meu torturador, o meu próprio, e de Amelinha.

Então, isso é lamentável, porque há duas dimensões postas: democracia e direitos humanos. Os direitos humanos têm uma dimensão muito ampla, que é o direito de escolha de qualquer cidadã e qualquer cidadão. E por que, neste momento, a questão dos direitos humanos está implicitamente, intrinsecamente posta na questão da defesa da democracia?

Porque uma mulher, com mais 54 milhões de votos, foi eleita, Senador, e reeleita no nosso País... (*Palmas.*)

... pelo voto soberano, que é a conquista mais democrática que nós, povo brasileiro, mulheres e homens, conseguimos desde o período pós-ditadura.

Agora, nós não podemos aceitar que os 54 milhões de votos mais o restante que não votou nela, que esse ato de escolha, não sejam respeitados. É contra isso que nós estamos em guerra, em todas as trincheiras. Não é só quem votou na Presidenta Dilma, não. É quem também não votou. O voto de quem não votou também está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faz parte da democracia.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Faz parte da democracia.

Nós vivemos, no Brasil, algumas situações de golpe. Houve Getúlio, duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – João Goulart.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Sim; o João Goulart. E é doloroso lembrar que, enquanto nesta Casa o então Senador Ranieri Mazzilli presidia a sessão e o João Goulart viajava de uma fazenda para outra, no Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lá no meu Rio Grande.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Exatamente... Para confirmar que ele não havia saído do País, e, mesmo assim, foi dado o golpe como se ele houvesse fugido do País. Ele estava em território brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mentiu na tribuna do Senado.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Mentiu na tribuna do Senado. Aliás, mentir na tribuna do Senado tem sido uma constante, não é? (*Palmas.*)

E na Câmara também.

Que contornos este golpe contra a nossa companheira Dilma Rousseff, primeira mulher eleita e reeleita no Brasil, tem de diferença? Ele é um golpe branco. Sabem o que é um golpe branco? Não quer dizer que os outros foram negros, vermelhos, azuis. Os outros foram com armas. E esse não tem uma arma, uma metralhadora, mas ele tem a arma mais grave: o direito da quebra da democracia. Essa é uma das armas que nós chamamos de arma branca, porque é aquela arma que está tirando, do ponto de vista da Constituição... Por isso ele é um golpe dado pelo Congresso e está rodeado, está emoldurado por um machismo, um sexismo, uma misoginia, porque não é suportável que um País ainda tão patriarcal seja governado por uma mulher.

Então, eu quero dizer a vocês aqui que isso dói muito, mas como eu sou de uma geração que transformou a dor e a tristeza em luta... (*Palmas.*)

E é por isso que eu continuo lutando e continuarei lutando em qualquer frente, em qualquer trincheira, e chamo as mulheres brasileiras, convoco, chamo, convido, cada uma receba como quiser, a continuar lutando. Isso porque não é que não vai ter golpe. O golpe está em curso, minhas companheiras. O golpe tem data. Eu nunca vivi um golpe que tivesse data, Senador. Esse tem data.

Então, é nessa questão que ele está afrontando todos os direitos humanos básicos de qualquer cidadã e de qualquer cidadão brasileiro. E, de 2003 para cá, no nosso Governo, ao qual eu tenho a honra de servir, nós proporcionamos e respondemos a demandas da sociedade civil, das mulheres do campo, da floresta, das águas, das marés, do urbano, da cidade, de todas as mulheres e, como dizem os meus netos, "de todas as tribos", no bom sentido do conceito. Nós conquistamos, nós tivemos conquistas de direitos, nós avançamos nos direitos humanos.

Oi, Regina, Senadora Regina Souza, grande Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, permita-me, uma lutadora, ao lado de quem a gente tem orgulho de caminhar. (*Palmas.*)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Nós avançamos. Eu quero aqui citar três conquistas. A primeira, todo mundo já falou, não vou repetir: a universalização da política do enfrentamento à violência. O que é universalização? Todas as mulheres do Brasil têm acesso a algum serviço de enfrentamento à violência contra as mulheres, porque não há país democrático se não houver a equidade de gênero. E isso é básico, porque mulheres e homens são iguais.

Segunda questão: a PEC das trabalhadoras domésticas. Nós avançamos tanto na lei das trabalhadoras domésticas, a lei que amplia e tenta igualar... Por que eu falei tenta? Porque ainda faltaram alguns direitos. Mas iguala os direitos das trabalhadoras domésticas aos direitos de todos os trabalhadores da CLT.

Sexta-feira, eu estava em São Paulo, num ato junto com o Miguel Rossetto e a Creuza, Presidente da Federação Nacional dos Empregadores Domésticos, e foi maravilhosa a comemoração. E, agora, no dia 15, quando a Presidenta mandou para esta Casa a ratificação da Convenção 189 da OIT, referente ao trabalho decente, ela está dando um recado para o mundo: o País não quer nenhum retrocesso. Nenhum!

E, para mim, na ótica dos direitos humanos das populações que são discriminadas historicamente...

Sobre a PEC das Domésticas – e falei no ano da sanção da lei –, quero aqui, novamente, cumprimentar e reforçar o papel da Bancada Feminina de Parlamentares, Senadoras e Deputadas, na trajetória da PEC. Acabou o início do trabalho escravo dentro das nossas próprias casas. Querem direitos humanos maiores do que esses?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Ministra, que eu bata palmas para a senhora e para a Benedita da Silva.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Benedita da Silva! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi ela que começou tudo isso lá na Constituinte.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Foi!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estava do lado dela.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Lá na Constituinte de 88.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela brigou até chegar à lei.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Foi. Exatamente. É dela!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O mérito é dela.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – É isso, é dela!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E também do nosso Governo. Se não fosse nosso Governo, não teria acontecido.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Se não fosse o nosso Governo, o primeiro operário e a primeira mulher... Estão querendo dizer que vão acabar com a nossa brincadeira, não é? E a nossa brincadeira é a brincadeira dos direitos humanos. É isto que essa burguesia, esse capitalismo, essa elite conservadora não aceita: não aceita que o negro, que a negra estejam na mesma escola que o branco, o filho da patroa. (*Palmas.*)

Isso são direitos humanos!

Não aceitam que negro, negra, indígena, pobre, pobre, pobre e pobre do nosso País sejam retirados da extrema pobreza e frequentem os aeroportos. Isso eles não aceitam!

Eu mesma já ouvi uma família de classe média, branca, no aeroporto de Guarulhos, dizer que era por causa daquele operário sem dedo que o aeroporto de Guarulhos estava parecendo a rodoviária do Tietê, em São Paulo. É de um preconceito! Direitos humanos é nós acabarmos com a cultura do preconceito, com a cultura da discriminação, e isso nosso Governo fez.

Na semana passada, eu acho, na minha compreensão, que a Presidenta deu um passo enorme ao assinar o decreto do nome social da população trans... (*Palmas.*)

... que é uma questão de direitos humanos, gente! O nome social não são duas identidades. Ele ou ela deve ter na carteira de identidade o nome social pelo qual ele quer ser reconhecido, ou ela. Então, direitos humanos vão além do que está previsto na própria Declaração dos Direitos Humanos.

Isso que acontece hoje, no nosso País, é um atentado aos direitos humanos da democracia e de quem luta pela democracia e de quem quer a democracia. Então, eu não posso deixar de me indignar, como todas e todos que estão aqui.

Eu parabenizo o Senador Paulo Paim por, nesta semana crucial, abrir a semana, uma segunda-feira, às 9 da manhã, com essa discussão.

Eu estive presa com a Presidenta na mesma cela. Houve dois momentos, na minha vida, como Ministra, que eu chorei. Em um deles, eu estava com a Cida. O primeiro foi quando nós duas, a Presidenta e eu, en-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tramos para o salão nobre, quando eu fui tomar posse. Ela disse o seguinte para mim: "Vai, Eleonora, anda!" Eu falei: "não, estou muito emocionada". E ela falou: "Não, nós não estamos entrando para a tortura agora". (*Palmas.*)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Isso foi fortíssimo. E, agora, recentemente, ela entrou na ONU para fazer o discurso sobre o clima. Naquele dia, ninguém imagina a pressão que aquela mulher estava sofrendo. A oposição mandou vigias para ouvir o que ela falaria. No STF, Ministros se posicionaram que ela não deveria falar em golpe. Na hora em que ela entrou, era, para mim, também, como se ela estivesse entrando em uma sala de tortura. Mas ela mostrou a grandeza que ela tem e, como uma pessoa na adversidade cresce... (*Palmas.*)

... reage e brilha, mostrando que nós podemos envergar, mas nós não quebramos. É o mineiro quem diz: "Enverga, mas não quebra".

Então, as mulheres brasileiras anônimas, eu quero homenageá-las a todas – a todas! – e dizer o seguinte: são elas, as Josefas, as Marias, as Alexandras, as Antônias, as Margaridas, todas as anônimas que ficam no cotidiano da vida real, lá no lugar onde moram e trabalham e onde provavelmente vão morrer, que são elas que mostram a garra que cada uma das mulheres brasileiras tem.

É por essas mulheres brasileiras, por vocês, que a Presidenta Dilma está resistindo. É por essas, é por vocês que nós estamos aqui. É por todas as mulheres brasileiras. Se não bastasse sermos quase 52% da população brasileira, somos mães da outra metade. (*Palmas.*)

Porque escolhemos ser mães da outra metade. Porque a maternidade também é um ato de escolha responsável. Cada uma de nós escolhe na hora. E tem de existir esse direito garantido de escolher a hora em que nós queremos ser mães ou que não queremos.

Então, termino a minha fala dizendo: está em jogo a democracia e estão em jogo todos os direitos sociais dos trabalhadores – eu não vou repetir, porque as companheiras, as colegas todas já falaram isso –, todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados, arduamente, por toda a população trabalhadora do nosso País, organizada em sindicatos e associações, ou não. Estão em jogo os direitos individuais conquistados. Estão em jogo os direitos sexuais e reprodutivos. Está em jogo o direito de a população negra ter cota, entrar nas universidades, entrar no serviço público. Está em jogo o direito de não morrer por ser lésbica, por ser homossexual, por ser trans, por ter aquela orientação que queira. (*Palmas.*)

Isso está em jogo, sim, no nosso País. É assim que se faz democracia. Democracia é voto também, mas democracia é obter, dia a dia, dia a dia, dia a dia, com muita luta, cada direito e cada conquista. Acesso. Estão em jogo todos os acessos conquistados até agora para a melhoria da qualidade de vida, seja na saúde, na educação, na moradia, na habitação, no campo, na cidade.

O golpe tem data marcada! Mas o que não tem data marcada para acabar é a nossa resistência. (*Palmas.*)

Então, todas à resistência e todos à resistência!

Parabéns a todas vocês! Parabéns ao nosso grande Senador, à Senadora Regina, a todos e a todas que estão me ouvindo e às minhas grandes companheiras de mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Eleonora.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lindo, lindo pronunciamento.

(Manifestação da plateia.)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Isso! Todos juntos: Dilma, querida, você fica! Dilma, querida, você fica!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Queremos cumprimentar, primeiro, é claro, a sempre Ministra Eleonora Menicucci pelo seu brilhante pronunciamento. V. Exª conseguiu resumir aquilo que este Plenário estava pensando. Quando V. Exª é aplaudida de pé, é porque falou a verdade. Sempre digo que quem não fala a verdade não é aplaudido de pé. Pode crer nisso! Tenho 30 anos de Parlamento. Se eu tive um momento bonito, como a senhora teve aqui, foi quando segui exatamente na linha da verdade. E V. Exª falou só a verdade. (*Palmas.*)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso, esse carinho de todo o Plenário e do povo brasileiro.

Eu queria cumprimentar o nosso querido líder JP. (*Palmas.*)

Ele é um líder, que, sem sombra de dúvida, orgulha todos nós. Em todos os eventos de que participo, ele á presente, não só representando sua central, mas também a CSPB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Passo a palavra, agora, à líder Marcela Araújo Silva, representante da Central Geral dos Trabalhadores (CGTB).

A SRª MARCELA ARAÚJO SILVA – Bom dia a todos e a todas participantes desta audiência.

Na pessoa do Senador Paim, gostaria de saudar as companheiras de mesa que me antecederam e que fizeram brilhantes exposições.

Senador, inicialmente, eu gostaria de agradecer ao senhor pela abertura, por esse espaço à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil para participar desta importante oportunidade de debate.

Quero cumprimentá-lo também por tão valorosa atuação neste Parlamento. O Senador Paim é aquele que joga no time dos trabalhadores e das mulheres.

Neste momento difícil de retrocessos e retirada de direitos, de forma impiedosa e lastimável, é muito importante termos aqui alguém que nos apoie e que nos permite, nos dê espaço para travar as lutas e os debates rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

A minha fala vai ser mais pragmática, visto que direitos humanos é um tema muito amplo e complexo. Então, ela vai gravitar em torno das reivindicações da CGTB.

Entendemos que falar de direitos humanos e de direito das mulheres passa, necessariamente, pelo direito ao trabalho, ao trabalho remunerado. É a autonomia econômica que possibilita às mulheres exercer completamente seus direitos humanos em sentido universal, como dignidade, liberdade, direito de se expressar, de ir e vir, sendo, assim, protagonistas, de fato, da sua vida. Permite, ainda, atuar como cidadãs, verdadeiras cidadãs, com direitos e deveres, podendo ocupar espaços de debates e decisão. Portanto, protagonistas também no ambiente coletivo, nos caminhos da sociedade.

É bem verdade que a Constituição de 1988 consagrou os direitos humanos, dito universais, que foram positivados em seus princípios, nos direitos fundamentais. Porém, é necessário que esses direitos consagrados pela Constituição sejam completamente efetivados, e nós conseguiremos isso através das leis emanadas deste Congresso.

Nesse sentido, há muito tempo, a CGTB luta pelo direito ao trabalho das mulheres, para que possamos participar da vida econômica de forma digna, com igualdade de oportunidades e tratamento, com dignidade, com salário igual para trabalho igual.

A CGTB luta pela aprovação do PLC 130, de 2011, e também por outros projetos em tramitação. Queremos a aprovação do PLC 130, que estabelece multa aos empresários que desrespeitarem o princípio constitucional ao pagar salários menores para trabalhadoras no exercício da mesma função e atividade dos homens.

Essa luta precisa do apoio de todos os Senadores e de todas as Senadoras desta Casa, para que essa discriminação vergonhosa acabe. Não deveríamos precisar de tanto empenho para que esse PL fosse aprovado, mas, se tem que ser assim, vamos à luta. É importante mencionar que o Senador Paim sempre esteve conosco nessa trincheira pela aprovação do PL nº 130.

(Soa a campainha.)

A SRª MARCELA ARAÚJO SILVA – Devido ao tempo corrido, eu vou encurtar a minha fala...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, elas o estão convidando para ficar um pouquinho mais com as mulheres. Temos conversado muito com o Senador Hélio José. (*Palmas.*)

É um Senador que sempre se faz presente em todos os debates da Comissão.

A SRª MARCELA ARAÚJO SILVA – Bom, eu queria concluir, mencionando que a CGTB repudia essa mencionada reforma da Previdência que está gravitando em torno de nós. Essa reforma, em especial para as mulheres, será muito prejudicial, pois desconsidera a jornada dupla de trabalho, a sobrecarga de trabalho que a mulher tem hoje e que a tem levado ao estresse...

(Soa a campainha.)

A SRª MARCELA ARAÚJO SILVA – ... ao acometimento físico e mental.

O dito déficit da Previdência é uma meia verdade, porque a Previdência tem que ser analisada no contexto do orçamento da seguridade social. E, quando falamos de orçamento da seguridade social, ele é superavitária. Existem, sim, dragas que corroem o orçamento da seguridade, que é a desvinculação das receitas da União e as desonerações tributárias. Porém, antes de analisar, de forma mais complexa, a situação, o trabalhador e, em especial, a mulher trabalhadora são esfolados. Isso porque, com a desvinculação das receitas da União...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem um minuto ainda para concluir.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARCELA ARAÚJO SILVA – ... recursos que deveriam ir para a saúde, para a assistência social, para a Previdência são destinados, pelo orçamento fiscal, para pagamento de juros da dívida, uma dívida com juros altíssimos que tem sacrificado a população brasileira e que vem aumentando num ritmo insuportável e insustentável para os brasileiros, devido ao elevado valor dessas taxas. O dinheiro da seguridade tem sido destinado para saciar a ganância de banqueiros, para o setor financeiro. Enquanto isso, as políticas públicas, as políticas sociais e a saúde têm sido sucateadas.

Em vez de vencermos a crise com cortes na Previdência, podemos superá-la com a redistribuição da carga tributária e ainda promover justiça social, garantindo que não haja retrocessos sociais, econômicos, culturais e nos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

A SRª MARCELA ARAÚJO SILVA – Senador, agradeço a V. Exª pela oportunidade e deixo aqui um fraterno abraço da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcela Araújo Silva, que falou em nome da CGTB. Muito bem, Marcela! Meus cumprimentos!

Estou acelerando um pouco o tempo, porque eu queria que todos pudessem falar e, às 11 horas, haverá a sessão de homenagem aos trabalhadores.

Lá as lideranças falarão deste momento, do dia 1º de maio, que foi ontem, e, naturalmente, vão ter que falar sobre A Ponte para o Futuro. Isso é algo que vai ter que ser falado. Cada um tem que dar o seu ponto de vista, não é, JP?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador Paulo Paim, Excelência, eu queria falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José participa de todas as nossas audiências e, neste momento, está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª e também a mesa: a nossa querida Eleonora Menicucci, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres; a Ailma Maria de Oliveira, da CTB Goiás; Ana Palmira Arruda Camargo, Diretora de Comunicação do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sinait); Eurídice Almeida, membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora; Marcela Araújo Silva, representante da CGTB; e Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, do CSB.

Pessoal, os direitos das mulheres realmente vêm sendo usurpados ao longo do tempo. O Senador Paulo Paim é uma sumidade na questão da defesa, da permanência dos direitos das mulheres e da ampliação. E nós temos colaborado com aquilo que está ao nosso alcance.

Ontem foi um dia importante, o Dia dos Trabalhadores. Hoje, nós vamos realizar uma sessão solene, daqui a pouco, às 11 horas, e, neste momento, está começando a Comissão do Impeachment, da qual sou membro, e estou indo para lá.

Fiquei aqui atendendo à nossa querida que pediu para eu ficar um pouquinho, mas foi importante, até para manifestar o meu apoio às justas reivindicações das mulheres.

Participei, rapidamente, por dois meses e meio, de um partido chamado Partido da Mulher Brasileira. Quando eu percebi que não havia discussão nenhuma com o movimento das mulheres brasileiras, preferi sair desse partido e fui para o PMDB, que é o Partido atual em que estou e que tem uma luta muito maior em defesa das mulheres do que a daquele partido que estava sendo feito, tanto é que todos os Deputados que foram para lá também saíram.

Quero dizer que o meu gabinete, o gabinete 19, na Ala Teotônio Vilela, está a disposição para colaborar com essa discussão.

É isso.

Muito obrigado.

Parabéns a vocês pela luta!

Temos que ser todos contra esse PL 130, que o Paim citou, porque esse projeto realmente é para tirar direitos, para massacrar os trabalhadores. Eu acho que temos que nos organizar e nos unir muito fortemente para defender os direitos, principalmente nesta nova conjuntura que o País começará a enfrentar daqui a duas semanas. Então, quanto mais organizados os movimentos sociais, melhor será para poder resistir e defender os direitos.

Muito obrigado.

Um forte abraço a todos e a todas. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus amigos, minhas amigas...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... deixe-me colocar para vocês o melhor caminho.

Eu tenho conversado muito com o Senador...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus amigos, Senador, temos conversado muito com o Senador Hélio José. O diálogo é no convencimento. O diálogo, Senador Hélio José, é no convencimento, nos argumentos, e assim vamos construindo o caminho.

Há um poeta espanhol – V. Exª o conhece – que diz que o caminho a gente faz caminhando, e os melhores haverão de caminhar, de mãos dadas, ao nosso lado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador...

(Manifestação da plateia.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só um instantinho. Só para esclarecer para vocês. Eu vou votar pela admissibilidade em respeito à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minuto, pessoal.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minuto. Vamos ouvir. É importante ouvir, pessoal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor. Dos 513 Parlamentares do Brasil, ao todo, mais de dois terços votaram pela admissibilidade do processo. Agora, para votar no mérito do processo, vai depender muito do que está dentro do processo e de que como será defendido o processo. Estou aqui esclarecendo exatamente para vocês a minha posição para não deixar nenhuma dúvida com relação à questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, a posição dele é clara, e, democraticamente, a gente respeita. E vamos, pessoal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos convencê-lo, neste período, naturalmente, a ficar do lado da democracia, ou seja, de não afastar uma Presidente eleita pelo povo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Sou um admirador mor do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até hoje votou sempre comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, vamos em frente.

Passamos a palavra, agora, à diretora para Assuntos da Mulher Trabalhadora da CSB, a líder Antonieta de Cássia Dorledo de Faria.

Vou pedir que cada um fique cinco minutos, porque nós temos mais duas mesas, e às 11h nós vamos para o plenário do Senado. A Ministra vai junto, e vamos falar lá para todo o Brasil. Se ela tiver problema de agenda, é claro que nós vamos entender, mas o convite está feito a ela aqui.

Por favor, a líder Antonieta.

A SRª ANTONIETA DE CÁSSIA DORLEDO DE FARIA – Bom dia a todas, a todos. Meu agradecimento ao Senador Paulo Paim, pelo convite, e à Secretária Eleonora – temos nos encontrado com uma frequência grande, boa. Quero também dizer, Senadora, que a senhora desconstruiu um pouco a minha fala. Desconstruiu, mas construindo, e me emocionando muito. (*Palmas.*)

Construindo, sim, e me emocionando muito, novamente, com o seu discurso.

Estivemos juntas em São Paulo, sexta-feira passada, e era exatamente sobre isso que eu gostaria de colocar aqui para os nossos colegas. Foi um momento ímpar. Falar da defesa da democracia, da luta, isso todos [illegible] me antecederam já colocaram. Então, eu queria, assim, colocar mais um momento para a gente refletir [illegible]bre a importância deste momento, sobre a importância dessa luta. E foi o que nós vivenciamos em São Pau-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

lo, na sexta-feira passada, naquele evento no MDE, onde eu vi o movimento, as domésticas, a Federação das Domésticas, na presença da Creuza. Foi emocionante! E, assim, ver garantidos os direitos daquelas mulheres...

Eu sou filha de empregada doméstica e não fui doméstica por muito pouco, porque a minha mãe, apesar de analfabeta, era uma pessoa de visão política muito ampla, muito grande. Ela me levava para trabalhar com ela, muito novinha ainda, muito pequena, e dividia comigo o prato único de alimento que era concedido a ela, do dia. Dividia comigo ou, às vezes, nem se alimentava; passava para mim. Então, eu me senti na pele daquelas pessoas.

Eu sou uma pessoa, Senadora, que só conseguiu graduar-se aos 50 anos. Aos 50 anos, 8 anos atrás, e por este momento que o País começou a viver, quando os trabalhadores puderam ter acesso ao poder. Então, eu tive essa chance de poder realizar esse sonho, essa conquista de me graduar, e dar condições para que os meus filhos pudessem estudar e se graduar. Eu tenho um filho de 23 anos que está terminando o mestrado em Engenharia Química. Isso não era possível há alguns anos. Então, eu queria muito colocar isso.

Sou oriunda do serviço público, do Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais (Ipsemg).

É uma luta, é uma luta constante na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público. No Serviço Público a maioria dos trabalhadores são mulheres, e nós não temos política para a saúde das mulheres, de prevenção das mulheres, de empoderamento das mulheres. Apesar de nós mulheres sermos a maioria das pessoas no serviço público, o maior número de servidores nos cargos de comando, de administração, é de homens. Nada contra os colegas homens, mas o que a gente quer é o conhecimento, o poder, é andar lado a lado – nem à frente, nem atrás. Nós queremos estar ao lado dos companheiros. Temos tanta competência quanto.

Então, essa discriminação... E aí eu me sinto – voltando aqui para o nosso assunto em pauta – também discriminada quanto a esse processo todo que estamos atravessando no País...

(Soa a campainha.)

A SRª ANTONIETA DE CÁSSIA DORLEDO DE FARIA – enquanto mulher.

Para terminar... Não quero atrasar, mas eu precisava colocar dois pontos e gostaria que o senhor me desse dois minutos.

A questão da lei que está tramitando, a Lei nº 257, que arrebenta com os servidores e os serviços públicos – não é só com os servidores, é com os serviços públicos também; acaba com o atendimento à população. Então, nós, trabalhadores, trabalhadoras, servidores públicos e o povo em geral, não podemos pagar o preço pela má gestão dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eu concordo plenamente. (*Palmas.*)

A SRª ANTONIETA DE CÁSSIA DORLEDO DE FARIA – Não somos nós que podemos pagar esse preço.

E para finalizar... Eu não sei se caberia a palavra repúdio, mas, se couber, guardando todo o devido respeito e consideração, eu queria repudiar e dizer que me senti também, Secretária, Deputado, torturada com a declaração de voto do Deputado Bolsonaro. Aquilo foi uma agressão não só às mulheres, mas a todo o povo brasileiro.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Pode ter certeza de que a palavra que a senhora usou cabe, sim. Essa é a opinião geral do povo brasileiro e a senhora apenas reafirmou aquilo que nós estamos pensando.

De imediato quero registrar a presença da nossa querida Deputada Erika Kokay e dizer que essa nos representa. (*Palmas.*)

De fato, nos representa!

Pessoal, agora nós vamos para a segunda mesa. Lembro a todos que às 11h teremos a sessão de homenagem aos trabalhadores para debater o momento e a Ponte para o Futuro. Ficou Ponte para o Futuro aqui, lá no discurso o nome não será esse, é claro.

Então, eu convidaria a todos agora que voltassem para o plenário.

Vamos para a segunda mesa.

Se a Ministra puder ficar, vai ser convidada a ir para o plenário, mas sei que a agenda é muito grande.

Comporão a segunda mesa: Virgínia Berriel, representante da Central Única dos Trabalhadores, CUT.

Uma salva de palmas para a Virgínia! (*Palmas.*)

E uma salva de palmas, já, para a Eline Jonas, socióloga, doutora em Ciências Políticas e Sociologia, representante da União Brasileira das Mulheres (UBM). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aparecida Gonçalves, Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Marcela Cristina Andrade de Azevedo, representante do Movimento Mulheres em Luta; Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil.

Uma salva de palmas também para a Nadine! (*Palmas.*)

E Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Vamos lá!

Ainda: Daniela Luciana Silva, por favor, que falará pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; Alessandra da Costa Lunas, Coordenadora da Marcha das Margaridas. (*Palmas.*)

Tatiana Magalhães, Rosas pela Democracia.

Formatada a mesa, de imediato, nós pedimos a todos o máximo de silêncio para iniciarmos a nossa segunda mesa.

Vamos começar com a Tatiana Magalhães, Rosas pela Democracia.

Vou pedir cinco minutos para cada um, sem prejuízo da Senadora e da Deputada que estão no plenário que, no momento que entenderem adequado, poderão usar da palavra.

A SRª TATIANA MAGALHÃES – Bom dia a todos e todas.

Vou falar brevemente de como começou o Rosas pela Democracia. Começou há muito pouco tempo, logo após a votação da admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara. Nós tínhamos já um grupo de moradores de Águas Claras e resolvemos montar um coletivo de mulheres em defesa da democracia e em defesa do mandato da Presidenta Dilma.

Em menos de 24 horas mobilizamos milhares de pessoas no Brasil inteiro, sobretudo mulheres do Brasil inteiro, que se solidarizaram com a causa da defesa da mulher, sobretudo após o pronunciamento do voto do Deputado Jair Bolsonaro.

Nós nos sentimos extremamente agredidas e essas mulheres nos pediram que as representássemos. Nesse momento nós fizemos um evento chamado "Abraçaço pela Democracia", que foi um movimento em que levamos rosas para a Presidenta Dilma e levamos nossa solidariedade.

Nós entendemos que todas essas mulheres do Brasil se mobilizaram para dar esse apoio à Presidenta Dilma não só pelo voto do Deputado Jair Bolsonaro. Ele não tem o nosso respeito, ele não nos representa, ele não representa a mulher brasileira. Quando o Senador Hélio disse aqui "A gente vai votar pela admissibilidade no Senado em respeito à Câmara", acho que ele cometeu um grande erro. Aquele dia não merece respeito, aqueles votos não merecem respeito, porque não foram votos de legalidade, e parecia um *show* de horrores, de oba-oba, de desrespeito. (*Palmas.*)

Foram 54 milhões de votos dados à Presidenta Dilma, e isso não pode ser tratado com tamanha irresponsabilidade como a gente tem visto aqui no Congresso. Preocupa-nos muito ver que o Congresso hoje vota por quantidade de pessoas na rua, por quantidade de xingamentos ou agradecimentos. Existe um único motivo para votar. O processo é legal? Não, não é legal. Então, não tem de ser admitido, não tem de respeitar o que não é legal.

A nossa democracia é muito jovem, e já está sendo atacada de uma forma que nós não admitimos. A mulher teve direito a votar em 1932. Em 1932, era necessário que os maridos autorizassem o voto da mulher; se fosse solteira ou viúva, que ela tivesse renda, para poder votar – no Código Eleitoral de 1932. Em 1936 essas restrições foram retiradas, contudo ela era obrigada a votar se tivesse renda. E somente em 1946 a mulher ganhou o direito equiparado ao dos homens, com as mesmas garantias e direito de votar – com renda, sem renda, com autorização ou sem autorização.

Então, nós não permitimos, como mulheres, que essa democracia seja atacada e nós vimos que ela é atacada sobretudo por questões sexistas, questões misóginas.

A Presidenta Dilma não cometeu crime. Os governos Lula e Dilma foram governos que garantiram um avanço dos direitos humanos no Brasil como nenhum outro. O que nós entendemos como ponte para o futuro, na verdade, é uma grande jangada remando perversamente para um retrocesso que não vamos permitir. No Brasil não cabe mais retrocesso.

Nossos governos são entendidos pelo mundo inteiro como governos que tiraram 30 milhões de pessoas da extrema pobreza, que insere o negro...

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA MAGALHÃES – ... que demarca terras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª TATIANA MAGALHÃES – ... indígenas, que garante os direitos mais diversos, não só da mulher. E a gente está aqui lutando pelos direitos das mulheres, mas a gente está lutando por todos os outros também. Eu não preciso ser mulher para lutar pelos direitos das mulheres; eu não preciso ter sido torturada para dizer que a gente não vai permitir esse retrocesso no Brasil. (*Palmas.*)

Nesse sentido, nós estamos nas ruas, nós nos mobilizamos e não vamos sair. Mas a gente sabe que não é isso que deve orientar o voto dos Senadores. A resistência a gente vai mostrar sempre, a gente já está acostumado. Nós que somos de esquerda e que lutamos por garantias e direitos sabemos que a luta é diária, sempre vai existir e nós não fugimos dela. Nós temos muita energia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Senti firmeza! (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA MAGALHÃES – No dia em que fomos nos encontrar com a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais um minuto, por favor.

A SRª TATIANA MAGALHÃES – No dia em que nós fomos nos encontrar com a Presidenta Dilma e levamos a ela nossa solidariedade, ela nos respondeu que naquele dia ela dormiria de alma lavada. É como se todas as mulheres naquele dia também dormissem de alma lavada, porque levamos a nossa energia, a nossa força, e sabemos que isso é necessário. Nós vimos na semana seguinte um protagonismo enorme das mulheres no Brasil inteiro indo às ruas. As mulheres se sentiram tocadas.

Mas isso não deve se limitar apenas às mulheres – as mulheres, os homens, os jovens precisam estar nas ruas e precisam estar em todas as instâncias, garantindo seu voto. É, sobretudo, a questão da democracia. Defender a Presidenta Dilma é defender a democracia; é defender direitos; é defender o nosso voto; é defender que não haja retrocesso; é defender que a gente continue avançando.

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA MAGALHÃES – O Programa Nacional de Políticas para as Mulheres apenas há pouco mais de dez anos foi possível, e ele foi possível porque existe um processo de diálogo entre Governo e movimentos sociais que só é garantido porque a gente vive...

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA MAGALHÃES – num País democrático. O País democrático é que garante a discussão entre sociedade civil, governos e diversas instâncias para que a gente consiga avançar. E a gente conhece o plano da direita. A gente conhece que é um plano de restrição, a gente conhece que é um plano de exclusão e a gente não permitirá mais essa exclusão.

Quero finalizar, Senador, primeiro parabenizando-o pela iniciativa, e quero dizer que nós que moramos em Brasília queremos apelar ao Senador Cristovam, ao Senador Reguffe e ao Senador Hélio. Eles têm a obrigação de reparar aquele dia trágico da Câmara dos Deputados e votar pela não admissibilidade do processo de *impeachment* aqui no Senado. Não aceitaremos nada diferente – nenhum retrocesso, nenhum passo atrás.

O lugar da mulher, gente, é onde ela quiser. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Tatiana Magalhães, Rosas pela Democracia.

Eu dou uma insistida, pessoal, porque quero que todos tenham direito de falar. Se ficarem nos cinco minutos, todos vão falar.

Por favor, a líder Daniela Luciana Silva, representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, que pediu, inclusive – está com um problema de doença do filho – para falar neste momento, para poder retornar e dar o atendimento ao filho.

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Bom dia.

Não, filho não é problema. Eu apelei para uma solução para terminar mais cedo porque a minha filha está ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ah, a filha está ali. Foi isso, então.

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Ela está aqui e a gente tem, depois, de ir para a escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem, muito bem.

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – É a jornada das mães, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O apelo chegou aqui muito mais para
xer comigo: "Olha, é um problema de saúde do filho."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Graças a Deus a filha está bem.

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Graças a Deus a menina está saudável, ali com o celular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então vamos lá.

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Bem, esse momento que nosso País está vivendo é um momento em que a gente oscila entre o racional e o afetivo de forma muito densa e tensa, porque somos pessoas políticas, seres racionais, mas também temos as nossas afetividades muito envolvidas nessa situação. Às vezes, quando a gente apela para o racional, a gente não consegue se fazer entender nem ouvir.

Então, para começar hoje a segunda-feira, vou saudar Exu: Laroiê. Sou de candomblé. (*Palmas.*)

A maioria das mulheres dessas organizações que hoje estou aqui representando também tem conexão com o ancestral, de alguma maneira. Nós temos de manter a nossa dignidade e a nossa fé em situações adversas. Não é desde agora. Nós mulheres negras estamos lutando por dignidade, liberdade – não apenas voto ou espaço no mercado de trabalho – desde a época da escravidão.

Nós somos mais do que pós-graduadas em péssimas conjunturas, em péssimas situações de vida, como falou ali a companheira, com cuja mãe dividia o prato de comida. Nós somos escaladas nisso, nós não vamos aceitar retrocessos, nós não vamos aceitar que o conservadorismo de um Congresso – mas, principalmente, como já foi demonstrado, da Câmara dos Deputados –, que, em nome de representação de ondas conservadora elitistas e pseudo-elitistas... Muitas pessoas que estão lutando contra os avanços que foram conseguidos nos últimos anos não são da elite, são pessoas que mal chegaram à classe média e que acham, por alguma conexão simbólica que nós ainda um dia vamos compreender, que também estão no lugar da elite, só porque às vezes podem ter um carro ou porque o filho está na faculdade, às vezes pelo Prouni, às vezes depois de ter conseguido uma vaga numa faculdade pública via Enem ou Sisu e acha que: "não, porque..." É o afeto, é a energia. Essas coisas estão envolvidas e nós também. Para conseguimos vencer esse momento, nós vamos ter que também lidar com essa parte simbólica que está nas ruas, que gera ódio e que gera divergências. Acho que todo mundo aqui já brigou em um grupo de WhatsApp com alguém da família. O negócio está... Não, gente, essa parte é importante. Ela não é tão racional, ela não é instrucional, mas sabemos que dentro dos nossos grupos de amizade e de família as pessoas agora distensionaram um pouco, mas até aquele domingo da votação *impeachment* as pessoas tinham um pouco de medo.

Mas aqui, como representante da AMNB quero principalmente firmar que a AMNB, as mais de 30 articulações que compõem AMNB não têm medo, não estão temerosas. Nós estamos acostumados a lutar desde a escravidão pela nossa liberdade. Nós somos as descendentes das que sobreviveram às piores atrocidades e nós vencemos muito e vencemos também com ajuda dos últimos governantes e governos e da mobilização de nós mesmas como movimento social, conquistamos muitas coisas que incomodam a elite e a pseudo-elite. As mulheres negras são a maioria que saiu da extrema pobreza, são a maioria que se inscreve no Prouni e ganha as bolsas, são a maioria dos que se inscrevem no Enem, já são a maioria em muitos cursos universitários de universidades públicas do País inteiro, somos a maioria dos que recebem Bolsa Família...

(Soa a campainha.)

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – ... isso depois de você ver a mulher negra durante séculos oprimida, num lugar que acham que é o dela incomoda. Nós não estamos aqui para não incomodar, estamos aqui para lutar, sobreviver, avançar. Se for preciso, vamos para a rua, porque nós fomos para a rua, em 18 de novembro, 100 mil mulheres sem articulação institucional, nenhum governo nos colocou na rua, nós fomos para a rua contra o golpe, mas também fomos para dizer que a mulher negra morre mais que a branca e que isso também não pode continuar em governo nenhum!

Ainda somos a base econômica e isso não pode continuar em governo nenhum. Mas nós temos um compromisso com a democracia e temos um compromisso com os avanços. Não vamos admitir retrocesso.

Fica, querida! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. A Daniela ficou exatamente nos cinco minutos. Meus cumprimentos. Obrigado. Falou tudo.

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Obrigada pelo convite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, antes da Deputada, que já havia pedido, convido a representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a líder Virginia Berriel.

Em seguida, falará a Deputada Erika Kokay.

A SRª VIRGINIA BERRIEL – Bom dia a todas e a todos, é um grande prazer estar aqui a convite do nosso ıador extremamente atuante aqui no Senado, Paulo Paim. Pelo Paim, parabenizo todos e todas que com- ɐm a mesa e agradecer o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Acho que estamos vivendo dias extremamente nebulosos. Ano passado eu dizia lá na CUT que 2015 era o ano que não tinha fim, eu acho que o ano que não tem fim é este, na verdade. São tantas as pauladas que estamos levando, mas também estamos batendo muito forte.

A CUT tem 33 anos e nesses 33 anos nós nunca fugimos à luta. Há duas semanas fizemos a nossa executiva e nós tiramos algumas deliberações, dentre elas a de que nós não sairemos mais das ruas, nós vamos ocupar as ruas todos os dias. Todo dia é dia de rua, é dia de luta e será dia de resistência. Eu acho que desta forma nós vamos combater o golpe. Tenho muita esperança e o dirigente sindical tem que ser esperançoso, tem que ter luta, senão não seríamos dirigentes sindicais. Numa negociação, nós lutamos; numa defesa dos trabalhadores, nós lutamos, e agora o que está em jogo é algo muito maior, é a nossa democracia. A nossa democracia é muito jovem, tem 28 anos e nós sabemos o quanto de sangue foi derramado, o quanto de dor, de suor foi derramado para que essa democracia hoje possa dar direito às pessoas de falarem e de fazerem aquele círculo de horror que aconteceu no dia 17, aquela vergonha inadmissível. Além de ser dirigente da CUT, também sou membro do Movimento Humanos Direitos. Degradante o que vimos no dia 17, que foi o dia do julgamento do *impeachment* na Câmara. Nós não podemos permitir mais aquele circo dos horrores. E aí eu me pergunto: O que está fazendo o STF? Nada! O STF não está fazendo nada, mas acho que nós – trabalhadoras e trabalhadores – devemos pressionar. É a justiça deste País, é o maior órgão da Justiça do nosso País e não dá para aceitar passivamente, de olhos fechados – porque dizemos que a Justiça é cega, e nos parece cega realmente – que o STF não faça nada, que fique de braços cruzados, não fez nada, deixando aquele horror todo acontecer. E agora, será que não vai fazer nada no julgamento do Senado?

Então, acho que temos, sim, que armar as nossas tendas na porta do STF. Eu disse isso e repito. Sem medo nós temos que provocar o maior órgão da Justiça deste País. Porque, do contrário – é a nossa luta –, nós vamos lutar sozinhos: é o movimento sindical, é o movimento social, mas e a Justiça? Por que tanta omissão? Por que tanto conluio? Por que tanta mentira? Porque nós sabemos quem errou, nós sabemos quem está sendo investigado, nós sabemos quem roubou. Só que essas pessoas não estão sendo julgadas. Os Srs. Parlamentares, os Cunhas da vida, esses não estão sendo julgados, não estão cassados. E uma presidenta legítima, eleita com 54 milhões de votos está sendo cassada num golpe vil, vergonhoso que é um golpe contra todas as mulheres... (*Palmas.*)

... é um golpe contra todos os homens deste País, contra todos os jovens deste País. E é a este golpe que nós temos que pôr fim, que barrar.

Agora, acorda STF! Acorda, não dá para ser tão omisso neste momento, porque é vergonhoso. O País, o Brasil lá fora está sendo motivo de chacota. E aqui dentro nós temos que continuar nas ruas, nós temos que lutar. Eu acho que não nos faltará coragem, não nos faltará vontade de permanecer nas ruas, eu não tenho dúvidas disso.

É um clamor que faço também aos Senadores do Estado do Rio de Janeiro – temos lá o Senador Romário, nós temos lá o Senador Crivella –, eles que pensem, ajam com bom senso, porque eles foram eleitos por mulheres e homens que lutam por esta democracia. Que eles votem contrários ao *impeachment* da Presidenta Dilma.

É esse apelo que eu faço. Acho que nós todos devemos fazer apelos em cada Estado para os nossos Senadores que foram eleitos pelo nosso voto... (*Palmas.*)

... que estão aí, nesta Constituição, porque é o mesmo que rasgar a Constituição deste País. Então, nós temos que barrar isso. Vamos barrar com a luta e com uma força. A Central Única dos Trabalhadores tirou nota, sim, de que jamais aceitará um golpe e se isso vier a ocorrer nós não vamos sentar para negociar com governo ilegítimo, nós vamos ser trincheira de luta e de resistência contra ele até o fim, até o fim de 2018.

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGINIA BERRIEL – Então é isso. Estamos aqui para lutar pela liberdade, porque a democracia é a nossa liberdade, homens mulheres e crianças. E é por isso que nós estamos hoje aqui. Agradeço, Senador.

À luta todos e todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Virginia Berriel, que falou pela Central Única dos Trabalhadores.

Agora inscrita a Deputada Erika Kokay, que está convidada, a partir das 11h, a estar também no plenário. Está aqui também o Senador Donizeti, que também estará no plenário e a Senadora Regina Sousa. Peço uma salva de palmas aos três. (*Palmas.*)

Erika Kokay, para sua saudação a esse evento das mulheres.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria primeiro parabenizá-lo, Senador, por este espaço de fala, porque as mulheres têm muito pouco espaço de fala. Via de regra, as mulheres não têm espaços para que possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

emitir sua própria voz e vivem um processo constante de desumanização neste País, que assassinou mais de 40 mil mulheres em apenas um ano, o que significa por volta de três mulheres por dia.

Mas nós, mulheres, estamos aqui lutando para que nós possamos preservar os princípios básicos da democracia. E digo isso porque a democracia é mãe de todos os direitos. Acho que há uma relação muito simbiótica entre a democracia e entre os direitos. Porque os direitos, ao serem efetivados, potencializam a democracia e fazem com que ela deixe de ser uma democracia de baixa intensidade, como temos hoje particularmente com a democracia representativa, que não nos representa. Este foi o espetáculo que nós vimos no último dia 17, uma democracia que não nos representa. Mas os direitos transformam a democracia de baixa intensidade numa democracia de alta intensidade, porque resgatam a condição humana, resgatam isso que só os seres humanos têm, que é essa essência da liberdade. Para o ser humano se considerar como tal, tem que viver a liberdade, mas, além disso, também a condição de sujeito.

Então, portanto, nós temos na democracia e nos direitos uma relação simbiótica, porque sabemos que sem democracia também os direitos ficam ameaçados. E nós tivemos durante todos esses anos com série de forças – fascistas, fundamentalistas – que buscaram arrancar direitos.

O fundamentalismo, que tem pelo menos três expressões bem concretas na Câmara, seja o fundamentalismo patrimonialista, que quer retirar direitos de trabalhadores, que quer alargar e colocar as suas cercas nas terras indígenas e quilombolas; seja o fundamentalismo religioso, que busca romper a laicidade do Estado, hierarquizar os seres humanos ou o fundamentalismo punitivo, que acha que todos os nossos problemas se resolvem com grades e com balas e não importa que tenhamos a quarta maior população carcerária do mundo e uma sociedade que assassina mais de 50 mil pessoas jovens e negras no extermínio de uma geração. Não importa! É preciso encarcerar, encarcerar e encarcerar. Esses fundamentalismos defendem um processo que me lembra o poema de João Cabral de Melo Neto, que dizia que esta "é a parte que te cabe deste latifúndio". Ele falava da cova rasa. É como se dissessem: te cabe o armário, te cabe a opressão, te cabem as prisões. Esta é a parte que te cabe neste latifúndio, para que ele continue se fazendo e se fortalecendo como latifúndio.

Por isso, esses três fundamentalismos se aliaram para golpear a democracia e fizeram um balé macabro. Nós tivemos uma expressão dele no último dia, onde a Câmara se desnudou e mostrou todo seu horror, mostrou como está de costas para o povo brasileiro. Ali se falava: "Em nome da família..." Da família dele, porque, via de regra, são contra outros tipos de família. Ali se dizia: "Em nome... Em nome da minha igreja." Da igreja dele, porque, são os que, via de regra, também buscam destruir os templos, particularmente aqueles dos povos tradicionais de matriz africana.

Então, portanto, nós vivenciamos ali o rasgar a própria Constituição, num balé macabro, onde o fundamentalismo retira o outro para dançar e vai pisoteando a Constituição, e vai pisoteando a própria democracia.

Esse é o momento que estamos vivenciando, esse é o momento dessa unificação, que tem um grande articulador, um grande maestro nessa sinfonia do horror, que se chama Eduardo Cunha. O Supremo se cala... (*Palmas.*)

... diante do que significa termos um Poder que não tem legitimidade enquanto for presidido por uma pessoa na qual recaem tantas denúncias, que a sociedade inteira sabe que é corrupta, mas que tem sido utilizada para golpear pelos interesses daqueles que sabem que não têm como disputar uma eleição e que querem enxertar, trazer um programa que é um programa clandestino e empurrar para o povo brasileiro, um programa clandestino do qual nós temos noção...

(Soa a campainha.)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ... que se expressa hora a hora, mas é um programa clandestino, porque não passou pelas urnas.

Por isso, Senador, encerro dizendo que nós, mulheres, estamos aqui... A felicidade da mulher é sempre uma felicidade muito guerreira, porque nós tivemos que romper essa lógica colonialista daqueles que se sentem donos não só da terra, mas também das mulheres. Nós temos que enfrentar isso que a gente viu na semana passada, na Câmara, quando um fundamentalista dizia que as mulheres...

(Soa a campainha.)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ... precisam querer ser amadas. Mal sabem eles que nós, mulheres, construímos e lutamos pelo amor, inclusive dentro das nossas casas para que não sejamos vítimas de violência. (*Palmas.*)

Então, portanto, esses que querem reduzir-nos – nós, mulheres – a um útero... E nós não somos só um útero, nós somos pessoas e como pessoas nós estamos em marcha pela democracia. Em marcha pela democracia significa dizer que nós estamos desconstruindo todos os dias essa tentativa de golpe que faz com que a uma ruptura democrática e, quando há uma ruptura democrática, as vozes fascistas caladas pelo peso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

democracia irrompem como uma Caixa de Pandora e nós vamos ver os direitos, todos eles, ameaçados, sejam de mulheres, da população LGBT, dos negros, das crianças, dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, nós estamos aqui apenas para dizer: Dá licença moço, engula o seu golpe! Dá licença, moço, nós, mulheres, construímos os nossos direitos com democracia e, ao construirmos os nossos direitos, potencializamos a democracia. Nós, mulheres, estamos nas ruas para dizer não ao golpe e que fascistas e golpistas não passarão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Erika Kokay.

Pessoal, esclareço aqui que como estamos ao vivo para todo o Brasil desde a abertura, isso é bom, mostra que aqui no Senado é diferente da Câmara. Lá eles proibiram vocês de entrar. E ainda, Deputada Erika Kokay, hoje, por iniciativa do Vicentinho e de V. Exª, haveria lá uma sessão em homenagem ao trabalhador. O Sr. Eduardo Cunha simplesmente acabou com ela, suspendeu, proibiu. É uma coisa secular aqui no Congresso. Aqui no Senado nós mantivemos e convidamos Deputados para estarem conosco, inclusive no plenário e aqui, neste momento. (*Palmas.*)

Quero aqui registrar que no Senado é diferente.

Por fim, pessoal, vou ter que me deslocar para o plenário do Senado, os convidados estão chegando. A Senadora Regina Sousa vai assumir aqui. Que bom que uma mulher vai assumir a Presidência. (*Palmas.*)

S. Exª assumirá neste momento e vai continuar o debate. Só peço a vocês que se puderem terminar até 11h30, dará para todos falarem. Nós iniciamos lá e às 11h30 vocês todos – homens e mulheres – estão convidados para estarem no plenário. Os Senadores e a Deputada estarão lá...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai poder entrar, estará liberado, como foi liberado aqui. Pessoal, está todo mundo convidado para estar lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, vamos mostrar já hoje.

Eu só quero, a pedido do JP, Senadora Regina, dizer que a Cíntia, que vinha falar pela CSPB, por não ter tido liberação concedida, não está aqui conosco. Então, ela já pede a liberação sindical – está registrado, Cíntia, como se aqui você estivesse.

E chegou agora a Senadora Fátima Bezerra, lutadora também. (*Palmas.*)

Mais uma mulher aqui, firme.

Peço, Senadora Regina, que V. Exª por favor assuma aqui. Espero vocês às 11h30min no plenário. Vou lá ajudar a organizar a sessão de homenagem aos trabalhadores.

Até mais, pessoal, e nos encontramos no plenário.

Uma salva de palmas para vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Vamos continuar rapidamente, porque queremos participar da homenagem ao Dia do Trabalhador.

Quem já falou? Tatiana, Daniela e Virgínia, não é?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Oi.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia. Eu gostaria de pedir a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois não, Senadora.

Vocês sabem que Senador tem prioridade. Ela tem outros compromissos, sei que ela faz parte lá da Comissão.

Fátima, estamos só pedindo brevidade, porque precisamos ir para lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

Quero dar meu bom-dia às companheiras aqui representando as entidades, da Contag à CUT, e à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Soube que a Ministra Eleonora esteve aqui – não é, Aparecida? – e fez uma fala com conteúdo de muita emoção. E não poderia ser diferente, pela história e trajetória da Ministra Eleonora, que, assim como a Presidenta Dilma, lutou bravamente na época da ditadura militar, portanto, em prol da liberdade e da democracia.

Cumprimento também as demais companheiras.

Terei de voltar rapidamente para a Comissão Especial que está tratando do pedido de *impeachment*, uma vez que os trabalhos já começaram. Mas eu não poderia deixar de trazer a nossa mensagem parabenizando os movimentos de mulheres em todo o País, através das diversas instâncias de luta de que as mulheres participam, no que diz respeito, Senadora Regina, ao 1º de maio celebrado ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu dizia ontem que esse 1º de maio de 2016 não é um 1º de maio qualquer, Virgínia, de maneira nenhuma. Ele é um 1º de maio que vai marcar a história de luta da classe trabalhadora, porque se dá quando o País vive a ameaça de um golpe de Estado e, dentro desse golpe de Estado, há a ameaça do golpe aos direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras, aos direitos sociais das mulheres. Essa ameaça tem nome e sobrenome: é o programa anunciado pelo Partido do Vice-Presidente da República chamado Uma Ponte para o Futuro.

Eu fico pensando sobre o quanto de destruição tem esse programa do ponto de vista dos direitos sociais – repito –, inclusive os nossos, das mulheres, porque na verdade o Uma Ponte para o Futuro significa o fim da consagração dos direitos sociais, desde a CLT passando pela Constituição Cidadã.

Eu fico imaginando, por exemplo, a perversidade que tem uma proposta como a que está lá no programa Uma Ponte para o Futuro no que diz respeito a desvincular as receitas para a área da saúde e da educação; o rebatimento, inclusive, que isso terá mais ainda para a vida das mulheres, na medida em que significa, Senadora Regina, menos recursos e menos investimentos em áreas essenciais, vitais, como as áreas da saúde e da educação.

Trocando em miúdos: uma proposta desse porte, para desvincular as receitas na área da educação e da saúde, significa a gente caminhar para o fim do SUS, o Sistema Único de Saúde; significa a gente caminhar, por exemplo, para colocar em risco a realização do Plano Nacional de Educação naquilo que ele tem de mais generoso, que é a necessidade de mais creches, de mais escolas, de mais educação para a nossa juventude, para os nossos filhos e as nossas filhas.

Então, o dia 1º de maio de ontem vai ficar marcado na nossa história de luta das mulheres, na história de luta da classe trabalhadora – repito – pelas circunstâncias históricas que estamos vivendo.

O Ministro José Eduardo esteve aqui sexta-feira e, com a sabedoria que tem, disse algo que é óbvio: um *impeachment*, em qualquer circunstância, já é traumático – daí porque é um instrumento para ser utilizado somente em situações de muita excepcionalidade. Imaginem quando o *impeachment* é utilizado em circunstâncias como essas em que se quer utilizá-lo agora, sem embasamento legal, sem fundamentação jurídica! Aí é que esse trauma se torna muito maior e muito mais sério.

Fico pensando o que pode acontecer neste País se essa farsa realmente se consolidar, se arrancarem do poder uma mulher honesta, proba, cuja história e trajetória o Brasil inteiro conhece, bem como o seu compromisso com a defesa da democracia e da justiça social. E o pior é que os que querem arrancá-la do poder são exatamente aqueles que não têm, absolutamente, credibilidade do ponto de vista moral. Vocês todos estão acompanhando isso.

Então, há horas – confesso a vocês – em que penso que a gente está vivendo um pesadelo. Eu, sinceramente, não imaginava que a elite deste País, nas suas mais diversas esferas, chegasse a tal atrevimento. De repente, uma elite ressentida, uma elite revanchista... Porque o golpe em curso, travestido de *impeachment,* tem nome: chama-se ressentimento, chama-se inconformismo com a derrota.

O pedido de *impeachment* na Câmara, assumido por Eduardo Cunha, vai passar para a história como um ato de vingança, e vocês sabem por que: a Bancada do meu Partido não aceitou participar da operação abafa para livrar a cara dele do processo que ele responde no Conselho de Ética. Por isso, vai passar para a história como um ato de vingança.

O pedido de *impeachment* aqui na Comissão Especial, tendo sido escolhido como Relator um integrante do PSDB, o Partido que está protagonizando o pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma aqui no Senado, vai passar para a história como um ato de ressentimento, o ato dos que não se conformam com a derrota, o ato dos que não têm o mínimo de grandeza, Alessandra, de respeitar a soberania popular, de respeitar a democracia.

Eu quero concluir, Senadora Regina, dizendo que a Bancada do PT está aqui bravamente lutando. Eu estou na condição de suplente; a Senadora Gleisi é titular, Lindbergh é titular, o Senador Pimentel é titular. Está comigo, também na condição de suplente, o Senador Humberto; a Senadora Vanessa, que tem sido uma guerreira; e o Senador Telmário. Estamos lá resistindo bravamente, inclusive chamando a atenção da opinião pública para que acompanhe esse debate, porque é inaceitável que a Comissão Especial tenha permitido que o Relator do pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma seja um integrante do PSDB, o Senador Anastasia.

Não temos nada, do ponto de vista pessoal, contra ele, a questão é de natureza política. Por quê? Porque ele pertence ao Partido que protagonizou e que assina, que colocou a sua digital nesse golpe travestido de *impeachment,* vocês sabem disso.

O Miguel Reale Júnior e a Janaina Paschoal assinam a denúncia contra a Presidenta Dilma. O Miguel Reale é filiado ao PSDB. A Janaína recebeu R$45 mil para proferir o parecer relativo ao pedido de *impeachment*. O coordenador jurídico nacional do PSDB também assina o pedido de *impeachment*. E, mesmo assim, a Comissão permite escolher para Relator exatamente um Senador do PSDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como se não bastasse, o que restou para eles para acusar a Presidenta Dilma são argumentos extremamente frágeis sob o aspecto técnico: a chamada pedalada fiscal de 2015 e a chamada edição de decretos suplementares em 2015. Sobre essas ações da Presidenta, a defesa já se pronunciou fartamente, são todas elas amparadas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – no caso, a edição dos decretos-leis –, e a pedalada fiscal de 2015 está amparada também, porque, na hora em que o TCU mudou a norma, o Governo Federal se adequou.

Agora – vou concluir – o grave disso tudo é que o Senador que quer cassar a Presidenta Dilma foi o Senador que, enquanto governador, mais pedaladas fiscais fez neste País, foi quem mais fez contabilidade criativa.

E o caso dele tem um detalhe grave: o fato de ele ter descumprido preceitos constitucionais quando não aplicou os 12% para a saúde e os 25% para a educação.

Eu não estou falando aqui da pedalada que ele fez, ou seja, a questão dos ajustes orçamentários, porque até então, tanto os TCEs como o TCU consideravam isso normal. E está correto, porque são instrumentos de mobilidade do ponto de vista de gestão do orçamento. Prefeito nenhum, nem governador ou Presidente, consegue fazer o ajuste do ponto de vista do planejamento, seja da LOA seja da LDO, sem ter esses instrumentos. Isso é normal. O que não é normal, Cida, é de repente o TCU ter mudado essa norma e ainda querer agir retroativamente para punir a Presidenta, quando todos fizeram o mesmo, inclusive os anteriores a ela, também na esfera estadual e na esfera municipal.

Então, minhas companheiras, é por isso que nós não vamos baixar a cabeça nunca. Isso é uma farsa, isso é uma fraude. Nós não vamos baixar a cabeça e muito menos iremos reconhecer qualquer governo que chegue no Palácio sem passar pelo crivo da urna e sem passar pelo voto popular. Governo sem voto popular não tem legitimidade, de maneira nenhuma. Por isso, nada de baixar a cabeça e vamos continuar a nossa luta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Agora a gente vai retomar a Mesa.

O Senador Paim fez um apelo para que alguém do plenário vá para lá. Está começando muito pontualmente, e ele está preocupado porque o pessoal não chegou – e é plenário. Mas aqui também é importante a discussão.

Vou passar rapidamente para a Alessandra.

Vamos procurar cumprir o tempo para que todas possam falar – ainda faltam três, quatro com a Alessandra.

A Alessandra coordena a Marcha das Margaridas.

A SRª ALESSANDRA DA COSTA LUNAS – Bom dia a todas as companheiras presentes, a todas as trabalhadoras presentes.

Queria saudar não só as companheiras da Mesa, mas também as demais pessoas no plenário, em nome das nossas queridas margaridas – várias companheiras aqui me acompanham –, e também os companheiros margaridas, como a gente costuma chamar os homens que conosco fazem a luta e honram o sangue de Margarida Alves.

Eu queria, muito rapidamente, até porque a Mesa várias vezes falou... Houve várias falas, e eu nem preciso mais falar depois de tão contemplada com tantas questões já trazidas aqui, com as quais nós concordamos plenamente, e com todas as manifestações das companheiras que me antecederam.

De fato, este é um 1º de maio para nós muito forte, um 1º de maio marcado nas nossas lutas, até porque nos últimos doze anos os nossos 1º de maio ganharam um caráter bem forte de comemoração, foram muitos avanços ao longo desses anos. Infelizmente, o 1º de maio de 2016 é de muita luta e resistência, porque, para nós, é o momento de uma das maiores afrontas à classe trabalhadora.

Neste momento, não se afronta apenas à Presidente da República. Para nós, a afronta que está sendo feita à companheira Dilma é uma afronta à classe trabalhadora, a cada um e a cada uma de nós, que ao longo desses anos não chegamos a ter neste País um presidente trabalhador, inaugurando outro ciclo em nosso País, um ciclo que efetivamente coroasse... E agora a gente sabe efetivamente o que significa o gosto da democracia, o que é uma grande conquista da classe trabalhadora. Então, neste momento, há uma afronta à classe trabalhadora.

Nós tivemos, ao longo de 2015... As mulheres, principalmente, marcaram o ano de 2015 com muitas manifestações. Essa situação, infelizmente, vem desde 2014. Desde as eleições a gente vem sofrendo, a cada dia, um ataque. Este momento é o ápice de um processo que vem sendo anunciado desde as eleições de 2014.

Não é menor o processo que as mulheres colocaram nas ruas durante todo o ano de 2015. Foram muitas as manifestações, não só nos 8 de março. Nós, as margaridas, estivemos em agosto e, depois, coroando um processo de mobilização nacional com incidências locais e estaduais, indo às ruas e dando visibilidade às mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas, e às urbanas, que também se somam à Marcha das Margaridas. Assim, trouxemos principalmente a voz das mulheres e uma reação aos vários ataques que vínhamos sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Veio a Marcha das Mulheres Negras, que também trouxeram o seu repúdio a toda a situação. A Primavera Feminista coroou várias manifestações. Então, é só olhar. Em 2015 as mulheres já se manifestaram e trouxemos a nossa indignação, principalmente chamando o Fora Cunha e todo o processo que veio se instalando depois disso.

É interessante, Cida, que quanto mais a gente tem fortalecido a voz das mulheres nas ruas, a voz da classe trabalhadora, mais ataques a gente vem sofrendo. Para nós, o mais doloroso é ver os ataques passando despercebidos nas pautas, nas famosas emendas jabutis, dentro do Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

A SRª ALESSANDRA DA COSTA LUNAS – O que nós vivemos no dia 17 só coroou um processo que a gente vem gritando há tempos. A SPM, a Secretaria de Políticas para Mulheres, perdeu o *status* de... Não é para discutir mais relações de gênero. Como é que se discute igualdade no País? Como é que se efetiva a democracia para as mulheres se não é para discutir relações de gênero? Como a gente consegue avançar no País, com leis de enfrentamento à violência inclusive, vendo a violência acontecer dentro do Congresso Nacional e ninguém fazendo nada?

Aproveito este momento, inclusive, para me solidarizar uma vez mais com as várias Parlamentares pelos vários ataques sofridos na Câmara no dia 17, durante aquela votação especial na qual a Deputada Moema passou pelo que nós assistimos em cadeia nacional, a forma desrespeitosa que aconteceu ali.

Para concluir, eu queria dizer, principalmente, que não foi à toa que os que defendem o golpe não tiveram coragem de comemorar, no dia 18, nas ruas. Inclusive, queria fazer um apelo ao Senado Federal – aos nossos Senadores e às nossas Senadoras – para que olhasse para isso, porque, de fato, mesmo algumas pessoas que talvez nunca tivessem assistido à plenária da Câmara dos Deputados, a uma sessão, e que pararam naquele dia 17 para assistir, pessoas que talvez pensassem que esse seria o caminho, colocaram-se do lado contrário. É preciso ouvir, inclusive, o resultado depois do dia 17, quando nacionalmente os brasileiros e brasileiras se diziam envergonhados da Câmara, do Plenário da Câmara dos Deputados.

Então, fazemos um apelo aqui para que no Senado Federal sejamos um pouco mais responsáveis efetivamente com esse processo e que honremos, efetivamente, o País como legisladores do País que representamos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Alessandra.

Passo imediatamente a palavra para Aparecida Gonçalves – para nós, é Cida – da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – É com prazer que eu estou aqui, emocionada por fazer este debate.

Eu queria trazer alguns elementos que são importantes. Primeiro, discutir democracia e direitos humanos a partir da ótica das mulheres. Neste momento nós não podemos esquecer que o golpe que nós estamos vivendo é também um golpe de gênero, é contra a primeira Presidenta eleita deste País. (*Palmas.*)

Efetivamente, o que nós estamos vivendo é contra a classe trabalhadora, mas também é contra as mulheres. Na votação, lembro o que foi dito pelo Deputado na Câmara Federal na última sessão: ele disse que as mulheres não querem ser empoderadas, elas querem ser amadas. Foi um recado que eles estavam dando para nós, mulheres, e para a Presidenta da República. É por isso que esse golpe é também um golpe sexista, é também um golpe machista, porque não se admite ainda que as mulheres deste País comecem a avançar e a ganhar direitos.

Nós temos um Congresso que tem tirado, durante anos e anos, todos os nossos direitos. Não é à toa que nós temos a PEC do Sr. Eduardo Cunha. Não é à toa que eles estão tirando todas as questões de gênero do Plano Nacional de Educação, das atribuições da SPM, de todas as questões que estão colocadas e, ainda por cima, interpretando de uma forma equivocada aquilo que, para nós, é uma conquista na luta das mulheres, que é a questão de gênero – e eles falando como ideologia de gênero.

O golpe está se dando pela questão de todos os direitos, porque nós avançamos em todos os direitos. O golpe não se está dando porque nós erramos. Nós não erramos. O Governo não errou, nós tivemos garantia de direitos, nós tivemos avanços – avanços dos trabalhadores, dos negros, das mulheres. Nós tivemos o avanço das mulheres do campo, da floresta, das mulheres urbanas. Nós estamos nas universidades, nós estamos empoderadas, mas o golpe está se dando principalmente pelos nossos acertos, pelos direitos conquistados, efetivamente por aquilo que eles não admitem que nós possamos ter, que é nós, mulheres, termos a propriedade do nosso próprio corpo e do nosso pensamento. É nisso que eles estão querendo efetivamente atingir a nossa Presidenta.

Não dá para falar em direitos humanos sem discutir as mulheres que são torturadas, efetivamente, todos os dias, conforme os dados do 180, que apanham, sofrem violência todos os dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós temos um projeto que saiu da CPMI, Senadora, no qual nós queremos discutir a tortura a partir da violência doméstica. É por isso que nós não podemos aceitar retrocesso na questão da democracia. É por isso que nós não podemos admitir nenhum retrocesso neste País.

Nós queremos avançar na questão dos nossos direitos, os direitos do nosso corpo. Nós precisamos ter a questão da sexualidade muito mais avançada. Precisamos discutir isso, precisamos ter acesso ao nosso corpo, precisamos poder decidir, como disse a Ministra Eleonora, efetivamente se queremos ou não queremos ter filhos e quando tê-los. Isso é um direito nosso. Os direitos sexuais reprodutivos são um direito das mulheres, são um direito da população brasileira – não são só das mulheres, são das mulheres e dos homens também.

Queremos discutir a paternidade responsável, queremos discutir as horas trabalhadas das mulheres dentro de casa e fora de casa efetivamente. Temos muita coisa para avançar. É por isso que não podemos aceitar que não se tenha democracia, é por isso que não podemos aceitar o golpe, porque o golpe vai tirar todos os direitos que conquistamos, e o que é pior: não vai nos deixar conquistar mais nenhum efetivamente.

(Soa a campainha.)

A SRª APARECIDA GONÇALVES – É por isso que nós, todas as mulheres, vamos continuar em marcha. Queremos convocar todas as mulheres do Brasil para que efetivamente não assumamos e não deixemos que a primeira Presidente mulher eleita neste País seja tirada do Poder, impitimada por golpistas, ladrões que não têm o mínimo de respeito com a população e com as mulheres.

Era isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Rapidamente vou passar a palavra para Eline Jonas para ganharmos um tempinho para ir ao plenário, inclusive porque a TV se desloca para lá.

Eline Jonas é socióloga e doutora em Ciências Políticas e Sociologia, representante da União Brasileira de Mulheres (UBM).

Quero aproveitar também para dizer que a Senadora Vanessa pediu desculpas, porque também está lá na Comissão do *Impeachment* – ela é fundamental, tem papel muito importante –, inclusive mandou o que ela iria falar aqui, mas não dá tempo de lermos. Então, fica registrada a mensagem da Senadora Vanessa.

A SRª ELINE JONAS – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer o convite para estar aqui e, em nome da Senadora Regina, cumprimentar a Mesa e os Parlamentares presentes.

Ouvi atentamente o depoimento das companheiras aqui, da nossa representante da Secretaria da Mulher, e assino embaixo. Estou me sentindo contemplada por todas as questões colocadas aqui. Mas eu gostaria de lembrar que a vida não para, e, para se entender o hoje, temos que resgatar o que passou.

Vivemos um momento, na ditadura militar, de resistência, com muita dor – a tortura, as prisões, os desaparecimentos políticos –, principalmente com a esperança de construir o nosso sonho, o sonho da democracia. Ao longo desses últimos 30 anos, nós lutamos e chegamos à construção do Estado de direito, respondendo à sociedade com as políticas públicas que tanto caracterizam o Governo democrático popular vivenciado neste período, que é fruto da conquista da luta do povo, que é fruto da conquista da luta das mulheres.

Uma questão que não podemos desconhecer neste momento político que nós vivemos é que as mulheres foram para as ruas, da mesma forma que, nos anos da guerra, as mulheres foram para o mercado de trabalho e não aceitaram voltar para casa. Hoje nós estamos nas ruas e vamos continuar nas ruas, nas marchas, porque nós não aceitamos retrocesso.

Eu gostaria de lembrar que este momento é um pouco diferente daqueles dos anos 60, 80, da luta na rua por democracia: é de resistência, porque conquistas nós tivemos, muitas conquistas, que foram a base para construir o que nós pretendemos ainda, que muito bem foi colocado pela Cida, o que nos falta conquistar. Essa resistência é para continuar construindo, com esperança, os nossos sonhos. E disso nós não abrimos mão.

Nós não abrimos mão da democracia, que, pelo processo histórico, pela própria vida que nos tem colocado, pela realidade que nos tem colocado, presta um grande serviço às mulheres. Em momentos de ruptura democrática, há um desserviço aos direitos das mulheres, e as pessoas que são mais sacrificadas e que sofrem muito mais o impacto são as mulheres que são colocadas como cidadãs de segunda categoria. Nós não abrimos mão, portanto, da democracia.

Já dizia a nossa grande feminista que, nos momentos de ruptura democrática, nos momentos de falta de democracia, os primeiros a serem sacrificados são as mulheres. Portanto, que nós mulheres estejamos nas grandes manifestações e nas grandes lutas, que não devem, nem em momento de democracia, serem rompidas, porque nós sabemos que, quanto aos direitos conquistados, quando não regulamentados, nós temos de lutar por sua regulamentação; quando regulamentados, temos de lutar pelo não retrocesso, que é o que nós temos recentemente demostrado com toda força no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

A SRª ELINE JONAS – Tendo uma visão da história, nós dizemos em alto e bom tom: não aceitamos a ruptura democrática, nós não aceitamos e questionamos a omissão descarada do Supremo Tribunal diante das reivindicações para se colocar no trilho as questões da democracia e o respeito ao Estado democrático de direito. Nós não aceitamos – e dizemos "não" a ele – o retrocesso dos direitos conquistados pelas mulheres, pelos trabalhadores. E mais ainda: "não" ao golpe a todos os direitos das mulheres, dos cidadãos e das cidadãs brasileiras e ao Estado democrático de direito, que nos interessa.

Muito obrigada pelo espaço aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Eline.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Já terminou a Mesa?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não, há mais uma. Pode esperar?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos ouvir.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, faremos uma fala e encerraremos para ir ao plenário.

Vamos ouvir Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional de Assuntos da Mulher na Nova Central Sindical de Trabalhadores.

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero agradecer o convite à Nova Central para estar aqui e também agradecer o Senador Paulo Paim pela iniciativa. Eu quero cumprimentar a Senadora Regina e as demais companheiras da Mesa.

Quero dizer que nós estamos aqui, mulheres trabalhadoras em fileiras em defesa da democracia deste País.

Eu quero também justificar – isso já foi até ressaltado – a presença da companheira Cíntia, da CSPB, que faz parte da Nova Central; da companheira Mariazinha também, que faz parte também da Nova Central e coordena a Secretaria da Mulher; e de tantas outras companheiras que também coordenam secretarias de mulheres em confederações que fazem parte da Nova Central Sindical.

A gente tem visto hoje a nossa democracia ameaçada, o que outras companheiras que me antecederam já falaram. Foi um circo aquela sessão da Câmara, porque os Deputados que aqui estão, eleitos pelo povo, não desceram à base para ouvir a voz dos seus eleitores, não desceram à base para questionar nenhum trabalhador, trabalhadora, cidadãos e cidadãs, suas posições. Eles descem às bases quando é para pedir voto, com um programa de trabalho que eles dizem que defende o povo, dizem que estão aqui em defesa do povo. Mas, se eles não ouvirem o povo... As mulheres, os homens, estavam nas ruas. Participei, lá no meu Estado, de muitas manifestações, e não vi quase nenhum companheiro lá questionando a população, tanto de um lado como do outro. "Qual é a posição de vocês? Estou aqui representando vocês e quero fazer a representação do povo que me elegeu." Eles não fizeram isso.

Então, nós nos sentimos inúteis, o povo se sente inútil, porque elegemos nossos representantes para defender os direitos do povo, e eles agem a seu bel prazer, fizeram que quiseram na posição que eles tomaram com relação ao *impeachment*.

Nós, mulheres trabalhadoras, principalmente das centrais sindicais, criamos o Fórum das Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais, e lá estão todas as centrais sindicais. E neste 1º de maio, que foi um 1º de maio de luta, fizemos um panfleto esclarecendo toda a população. Nós o distribuímos em São Paulo e mandamos para as nossas bases: dizendo o que é o *impeachment*, o porquê do *impeachment* e o que significam as pedaladas – se você descer às bases e perguntar ao povo o que são as pedaladas, ao pessoal que está contra o *impeachment* e aos que estão a favor do *impeachment*, verá que muitos não sabem o que são as pedaladas fiscais.

E a população vai pela mídia golpista, A gente tem uma mídia golpista que manipula a opinião pública, e muitas pessoas estão nas ruas em defesa do "Fora Dilma" sem nem saber o que são as pedaladas e qual é esse processo que está havendo aqui em Brasília. Então, a gente precisa esclarecer tudo isso, porque nós, trabalhadoras, não admitimos nenhum retrocesso, nenhum direito a menos.

E nessa Ponte para o Futuro, que é o programa do PMDB, estamos vendo uma ponte para o retrocesso, porque lá se diz também que nós, trabalhadores, não podemos – é um dos projetos – reclamar na Justiça do Trabalho qualquer arbitrariedade que os empresários tenham cometido durante o contrato. Essa é uma das sas, mas há muitas outras, como a flexibilização dos direitos.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Na questão da flexibilização dos direitos, parabenizo também o Senador Paulo Paim, que tem sido incansável nas audiências públicas dos Estados, esclarecendo aos trabalhadores e ao povo o que é a terceirização. Ele está ali se colocando contra a terceirização da atividade-fim.

A gente vê que a terceirização, a flexibilização de direitos, vem de encontro principalmente a nós mulheres, que somos a maioria da população deste País, metade da população economicamente ativa e também a maioria do eleitorado brasileiro. Então, temos uma responsabilidade muito grande na defesa da democracia neste País, na defesa dos direitos das mulheres e na defesa do mandato da Presidenta Dilma.

Quero encerrar dizendo o seguinte: temos que continuar nas ruas em defesa da democracia, em defesa do povo brasileiro. E peço, aos que nos representam agora no Senado, que votem contra esse golpe.

Nós não aceitamos retrocesso. Nós aqui, mulheres, temos que engrossar fileiras nas ruas em defesa dos direitos das mulheres e da democracia deste País, conquistada a duras penas, porque muitas companheiras e companheiros tombaram na luta para que estivéssemos hoje neste processo democrático.

Então, vivam as mulheres brasileiras, viva a democracia! Não ao golpe! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sônia.

Os papéis mostram uma terceira mesa...

Não tem, não é? Então, se alguma dessas pessoas convidadas chegar depois, pode se dirigir ao plenário. A gente garante a fala lá, porque hoje o plenário é dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Vamos ouvir o Senador Donizeti e, depois, encerrarei a sessão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Regina, nossa Presidente, senhoras convidadas, em nome da Cida, quero cumprimentar todas.

Tenho observado que vivemos um momento crucial, crítico. Houve um esmaecimento, um enfraquecimento da democracia representativa muito acentuado, o povo não se sente representado por seus eleitos, e isso deságua no centro do Poder, que é o Poder Executivo, sobretudo na Presidenta Dilma.

Essa popularidade baixa não é em decorrência do que fez ou do que não fez, mas do processo de esgarçamento da democracia, de enfraquecimento da democracia. E aquela sessão da Câmara traz um fato muito positivo para esse processo, porque ela assustou a sociedade brasileira. E esse assustar da sociedade brasileira se traduziu no fato de que não houve a comemoração da vitória da admissibilidade do *impeachment* da Presidenta na segunda-feira. As pessoas ficaram envergonhadas e, ao ficarem envergonhadas, elas se encolheram e passam por um processo de – vamos dizer assim – de ruminação de todo esse processo para poder tomar uma nova direção.

Cabe a nós construir uma narrativa que encante as pessoas para poder dar curso a esse processo de resistência. Tenho debatido muito dentro do PT. Os companheiros costumam dizer: "Não, é porque a gente fez a aliança errada" ou "A gente não deveria ter feito aliança". Eu não penso assim. Eu penso que nós acertamos na forma, mas erramos no conteúdo.

Fazer as coligações para poder fazer avançarem os direitos... E lembro de uma fala, Senadora Regina. Um dia fui a uma reunião com Mares Guia, que era o Secretário de Assuntos Institucionais da Presidência da República, com o companheiro José Dirceu, e nós colocávamos na mesa essa questão.

Ele dizia para nós – o Secretário de Assuntos Institucionais da Presidência da República, o Ministro – o seguinte: "É isso mesmo que vocês estão falando, mas, nessa convivência, com esse povo, estão conseguindo avançar os direitos das mulheres, dos negros, dos índios, estão conseguindo avançar melhores condições de trabalho".

Então, penso que, na forma, a gente não errou, mas errou no conteúdo, porque a gente não fez a disputa mais larga, mais ampla, dos valores que representam esse projeto – ao ponto de um menino que está em Londres, estudando pelo Programa Ciência sem Fronteira, achar que aquilo é apenas mérito dele. Não é só mérito dele, é mérito de uma política que vem de uma visão ideológica que aponta para aquilo. O espinho que o cacto nordestino trouxe para o centro do capitalismo brasileiro foi que o filho do vaqueiro e o filho da empregada doméstica estuda nas mesmas universidades que o filho dos seus patrões. Quer dizer, o Presidente Lula traz isso para o centro do País... Eu disse cacto porque lembrei que o chimarrão afastou a República Café com Leite e veio todo esse processo. Depois, um nordestino como o Lula, nascido e brotado de todo sentimento, de toda a realidade do povo brasileiro, chega à Presidência da República. Isso incomodou, e incomoda, porque esta coisa que falei não é pouca: o filho do vaqueiro estudar na mesma universidade que o filho do fazendeiro.

Então, penso que é um momento crucial e precisamos acertar a narrativa. Vivemos uma tentativa de golpe fruto de uma conspiração que nasce dentro do Palácio do Planalto por um traidor. Penso que é a primeira vez na história que um traidor dentro do processo de governo conspira e prepara um golpe. Essa questão de batermos o golpe a partir da conspiração de um traidor é forte e a gente precisa evidenciar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por fim, nós, homens – mas não só nós homens, mas homens e muitas mulheres – precisamos estar diuturnamente nos revolucionando por dentro, nos transformando, porque não é fácil a carga cultural que trouxemos do machismo, não é fácil romper isso por decreto. Não se rompe isso por decreto, é preciso se educar dia a dia.

Tenho um filho que é músico, e ele escreveu uma canção que tem um verso que diz o seguinte: "Réu de mim, procuro o eu advogado".

Tenho dito para os companheiros o seguinte: temos dentro de nós um promotor e um advogado, e somos tentados, na maioria das vezes, a deixar só o advogado falar. Não somos permissivos à autocrítica. Tenho que aqui lembrar o advogado e o promotor, porque senão eu baixo a minha autoestima. Mas não posso deixar só o advogado falar.

A essa questão do machismo, é preciso estar muito atento, porque, mesmo com toda minha trajetória de luta, às vezes, me percebo sendo machista. Não tenho vergonha de confessar isso porque não é fácil... Aquilo que aprendi e construí na minha vida... Estudei pelo seguinte: fui disciplinado para estudar e fui para a escola agrícola, que dizia o seguinte: você se forma, compra um carro e casa.

Eu segui o receituário direitinho e casei com aquela visão que tinha de que homem pode e mulher não pode; que homem manda e mulher obedece. Até eu encontrar Augusto Boal e o Teatro do Oprimido e começar a trabalhar no teatro e a me transformar foi um processo longo. Estou dizendo isso, dando esse testemunho, porque nós precisamos fazer essa revolução interna em cada homem, em cada mulher – também há muita mulher machista.

Então, neste dia 1º de maio, que vivemos o 1º de maio de 1964... Acho que a história está se repetindo. A Presidente Dilma foi ao Anhangabaú ontem, Jango foi à Central do Brasil. Só que acredito que teremos um desfecho diferente. Nós vamos vencer o *impeachment* aqui dentro. Nós não vamos vencer na admissibilidade, mas vamos vencer o *impeachment* no Senado. Acredito nisso. (*Palmas.*)

Eu não estarei aqui para votar, pois sou suplente e a minha titular vai voltar, mas a minha titular também tem dado demonstração de que não vai aceitar essa questão do *impeachment* da Presidente – refiro-me à Senadora Kátia Abreu. É bom fazer este registro: não vamos perder esse voto. Acredito que ela vai manter ponto a ponto o que ela vem fazendo.

Vamos barrar o *impeachment* aqui. A saída para o País passa por esse projeto. É continuando no Governo? É continuando no Governo e chamando uma nova eleição? É outra saída? Vamos encontrá-la, porque a Ponte para o Futuro não é uma ponte para o futuro, mas uma pinguela estreita, precária, que não vai levar a futuro nenhum. Na verdade, é uma ponte para o passado: Fernando Henrique está cobrando, o PSDB está cobrando que se retomem as políticas neoliberais, e todos nós sabemos que essas políticas não vão continuar alargando os direitos à cidadania.

Disse que nós erramos no conteúdo e termino dizendo o seguinte: quando um cidadão ou cidadã recebe uma casa hoje se "patrimonializam". Ao receber uma casa – e é bom que a gente fale com esse público do Minha Casa, Minha Vida – você vai pagar 10%. Uma casa que vale hoje no mercado 70 mil ou 80 mil no meu Estado vai ser paga com 8 a 9 mil em 10 anos. Ou seja, nós estamos também "patrimonializando" as famílias, permitindo-lhes ter um lugar para morar decente, com endereço limpo. Isso é um patrimônio muito grande, mas nós não temos feito esse debate, e as pessoas não percebem isso. Só pelo fato de pagar 10%, ela acha que não ganhou, que ela está pagando. Essa falta de uma boa comunicação do nosso Governo tem também nos atrapalhado no seio da sociedade. Mas penso que uma boa narrativa agora que estamos construindo a ocupação das ruas...

Lembro de Genoíno, que disse o seguinte: "Nós temos a sociedade petista, o Estado petista". Penso que a democracia tem o Estado democrático, que são os militantes, e tem a sociedade democrática. A sociedade democrática começou a ocupar as ruas e ela vai crescer na ocupação das ruas e vai barrar o golpe – não há outra palavra para dizer, é a conspiração de um traidor que está produzindo um golpe que nós não vamos aceitar.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Donizetti.

Rapidamente, para encerrar, queria falar para vocês sobre algo que me chamou a atenção.

Primeiro, eu queria falar assim: porque a Presidenta é mulher – e aí está um conteúdo machista, sexista –, ela está sendo desautorizada ainda Presidente. O Eduardo Cunha diz que não reconhece mais o Governo, que não recebe mais nada que venha dela nem vota nada que venha dela. Isso é desautorizá-la. Quer dizer, já declarou vacância! E hoje o Ministro Gilmar Mendes anula uma medida provisória que ela fez sexta-feira relativamente às Olimpíadas. Diante da palavra "publicidade", as pessoas pensam em propaganda, pensam que é para se promover. Não, é para garantir que as redes transmitam as Olimpíadas. Está comprometendo...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E o zika vírus está...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas o Paulinho da Força foi lá, pediu, e deu a liminar suspendendo uma medida provisória. Isso é desautorizar uma Presidenta da República em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pleno exercício dos seus direitos. Gente, o STF está extrapolando! A gente precisa ver... Então, há esses dois exemplos e há outros, como mandar gente para a ONU para acompanhar, vigiar a Presidente, essas coisas todas. Isso é desautorização demais.

Sobre as pedaladas – achei importante –, alguém falou que as pessoas não sabem o que é. Então, estou conclamando a CUT, que faz publicações muito boas, e outros a se juntar, pegar a narrativa do Nelson Barbosa e do Eduardo Cardozo na defesa e traduzir isso para a linguagem do povo.

O Nelson fez uma fala para nós um dia desses aqui. Ele traduziu a questão dos decretos, do remanejamento – porque não houve aumento de despesa, foi remanejamento – de um jeito bem simples. Ele falou de supermercado, disse o seguinte. Você vai ao supermercado com R$100 – é o orçamento, o orçamento é R$100. Aí vão o ministério do feijão, o ministério do arroz e o ministério do açúcar e do café. Cada um tem x. Mas, quando chegaram ao supermercado, os ministérios da farinha e da massa de milho ligaram dizendo: "Olhe, também precisamos para cá". O que você fez? Você ganhou mais do que R$100? Não. O orçamento foi aumentado? Não. Com os mesmos R$100, você comprou farinha e massa de milho. Portanto, você diminuiu no feijão e no arroz. Isso é remanejamento. Quer dizer, é um jeito simples de explicar para o povo.

Precisamos fazer essas cartilhas. É muito importante que se pegue a narrativa deles, a defesa dos dois, e a traduza – colocando uma pessoa boa, com gráfico e com desenho – para fazer uma cartilha. Esse processo vai continuar, vai ser admitido. Sabemos que não será barrada a admissibilidade, é só olhar a Comissão. Aliás, o relatório está pronto. Aquilo é uma farsa, é só para cumprir rito.

Esse relatório está pronto desde que se encomendou... Com três meses de mandato já haviam encomendado um parecer sobre o *impeachment*, já havia um *bunker* funcionando na cada de um Deputado com aulas de estratégias para fazer o *impeachment* – na casa do Heráclito Fortes, com aulas do Nelson Jobim. Tudo isso está dito, nós precisamos explorar mais isso.

É preciso fazer essa parte de educar o povo. É o que ele falou: a pessoa recebe uma casa, mas não recebe a informação acerca de como ela está recebendo aquela casa. No dia da entrega da casa, ela devia receber uma cartilha explicando que ela não está pagando a casa coisa nenhuma, quem está pagando é o povo brasileiro com os impostos que paga. Mas não recebe. Ela pensa que está pagando a casa e, portanto, não deve nada. Com isso, acha que não tem que defender nada, projeto nenhum.

Precisamos mudar essa atitude agora, continuando no governo ou não continuando no governo, nos nossos governos estaduais, nas prefeituras. Precisamos ter esse cuidado de educar o povo com relação aos benefícios que ele recebe.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, só um minutinho. É sobre a questão das pedaladas, isso que se diz sobre o Plano Safra.

Não existe empréstimo ali, não existe crime, não existe nada. Isso está na lei. E o que efetivamente acontece? O Governo diz que a agricultura e a pecuária vão pagar 6% a 7% de juros – os juros do mercado são de 12% a 13%, e o Governo vai cobrir a diferença de juros.

Aí é o seguinte: quem toma dinheiro emprestado é o produtor. E o produtor toma agora em junho para devolver em fevereiro, março, abril e maio do ano seguinte. O TCU determinou que você pode apurar essa diferença dos juros, que nós chamamos de equalização da taxa, neste semestre e pagar no outro. Então, o que a Presidenta fez? Apurou, até porque são milhares e milhares de produtores que pagam os seus financiamentos todo dia. Não tem jeito de se ficar equalizando taxa diariamente. Então, o entendimento é de que pode apurar num semestre e pagar no outro. Eles estão pegando isso para dizer que houve empréstimo. O Governo não tomou empréstimo, quem tomou empréstimo foram os produtores. É mais uma mentira.

E por que usam esse nome, pedalada? Para arranjar um jeito de enganar o povo mesmo. É só mais uma figura para dizer: não, pedalou...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da mesma forma foi o mensalão: inventaram, porque não havia pagamento mensal a ninguém. Então, inventam um nome para criar...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...para as pessoas repetirem, é mais fácil de repetir. Ninguém ia dar conta de repetir equalização de taxa de juros e tal.

Mas não houve crime, e é por isso que eu acredito muito que, aqui no Senado, que tem sido uma Casa muito mais moderada, mais equilibrada, nós teremos os votos necessários para barrar o *impeachment*. As pessoas vão se convencendo. Com a força da rua e a leitura cada dia mais detalhada do debate do mérito, de que não houve crime, nós vamos convencer mais Senadores e ter os votos necessários para barrar o *impeachment*.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Então, vamos ao plenário.

A SRª TATIANA MAGALHÃES – Senadora, deixe-me falar mais uma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A sociedade tem repetido, de maneira insistente, que isso tudo é o combate à corrupção. Nós precisamos deixar claro que em momento algum foi sobre a corrupção, não é sobre corrupção. Nós temos um golpe que foi idealizado e vem sendo orquestrado e implantado por corruptos, reconhecidamente corruptos, por réus.

A Presidente Dilma não é corrupta. É uma mulher honesta, uma mulher honrada, não cometeu crime. O Governo do PT foi um dos governos que mais possibilitaram investigações no Brasil, empoderando o Ministério Público, empoderando a Polícia Federal e a CGU. Foi quando mais se investigou, mais se puniu. Então nunca foi sobre corrupção. É sobre sequestro de direitos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ela finalizou bem, até porque, muito pelo contrário, as evidências dizem que muitos votos ali foram trocados para frear o processo da Lava Jato. Nós sabemos que grande parte daqueles ali estava envolvida até o pescoço com a Lava Jato. E a negociação se deu na noite da votação, para livrar alguns. Vocês vão ver que a Lava Jato vai funcionar agora só para o PT, não tenham dúvida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Vamos ao plenário.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e onze minutos do dia quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Telmário Mota, Flexa Ribeiro e do Senador não membro Roberto Requião. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de ciclo de debates sobre: " Democracia e Direitos Humanos, com foco na cultura ". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Glauco Silva, da Comissão Voto Já; Vivaldo Barbosa, Representante do Partido Pátria Livre; Rênio Quintas, Maestro; Murilo Grossi, Ator; Carlos Augusto Cacá, Poeta; e Célia Porto, cantora. O Senhor Presidente convida a Cantora Célia Porto para cantar o hino nacional. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Gilson Vasconcelos Dobbin, Partido da Causa Operária; Gilberto Rios, Movimento Voto Já; Carlos Hetzel, Assessor Liderança do PT; Wilmar Lacerda, Primeiro Suplente do Senador Cristovam Buarque; Eli Carlos, Universitário; Nonato Santos; Laurez, Jornalista e Escritor; Luiz Finellón; e Evandro de Sousa. O Senhor Presidente convida a Cantora Célia Porto e o Maestro Rênio Quintas para fazer uma apresentação. Eles cantam a música "Que País é Esse" do Legião Urbana. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Roberto Requião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e de outros, para debater Democracia na Óptica dos Direitos Humanos, hoje com foco na cultura. Também temos aqui convidados que vão falar sobre Eleições Já.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/e-Cidadania e do Alô Senado, através do nº 0800 61 2211.

Convidamos para a formação da Mesa o Maestro Renio Quintas.

Seja bem-vindo, Maestro! (*Palmas.*)

Convidamos Murilo Grossi, ator. Não sei já chegou.

Convidamos Carlos Augusto Cacá. Está na porta, vai chegar. Ele é poeta.

Convidamos Genivaldo Oliveira Gonçalves, representante do Movimento RAP-DF. Ele também ainda não chegou.

Vamos fazer, neste primeiro momento, o diálogo aqui.

Convido para vir para a Mesa também Vivaldo Barbosa, em nome do Movimento Eleições e Democracia e do seu Partido Pátria Livre. (*Palmas.*)

Glauco Silva já está à Mesa, da Comissão Voto Já, Democracia Sempre.

Nós podemos dividir esta nossa audiência de hoje em dois momentos. Há um grupo de pessoas que, de forma livre e espontânea, pediu um espaço também nesta Comissão. Esta Comissão defende a democracia na sua amplitude. Querem falar aqui do movimento Eleições Já.

Então, podíamos talvez iniciar com eles. Eles farão essa fala e depois iremos para o nosso debate sobre Democracia e Direitos Humanos – com foco na cultura.

Eu passo a palavra de imediato ao Glauco Silva para que use a palavra na abertura dos trabalhos.

O SR. GLAUCO SILVA – Bom dia para vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Primeiro, quero me apresentar. Eu sou professor, mas não sou professor universitário. Eu sou professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal, sou professor do Centro de Ensino Médio do Setor Oeste, na 912 Sul, uma escola conhecida em Brasília, e me sinto muito orgulhoso por estar aqui ao lado do Maestro Renio Quintas e do Senador Paulo Paim, que é um defensor da democracia, sempre foi.

E eu quero agradecer o convite para estar aqui hoje, representando esse nosso grupo, que foi formado pela indignidade que vimos na votação da Câmara dos Deputados, naquele processo que o mundo todo está a reclamar, porque acho que ainda não caiu a ficha para algumas pessoas de que este País já não é mais um país qualquer.

O Cazuza falava que o Brasil é uma pátria desimportante. Ele tem uma música muito interessante falando sobre isso, mas o Brasil não é mais essa pátria desimportante, já deixou de ser. É um dos países mais ricos do mundo hoje, está entre as maiores potências mundiais.

Até há pouco tempo, graças ao grande trabalho dos nossos diplomatas, o Brasil entrou com pedido na ONU para participar do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse é um reconhecimento de que este País é um país muito importante. E eu acho que ele deve ser tratado com essa importância, do tamanho que ele merece.

E aprendemos com o sangue de muitos dos nossos que a democracia é um valor universal. E a própria Constituição já diz que o povo é soberano para decidir os rumos deste País. Então, estamos criando este grupo, fazendo já uma homenagem às Diretas. À época, tínhamos a comissão das Diretas Já; então, criamos esta comissão pelo Voto Já em homenagem àqueles que lutarem pela nossa democracia, pelo direito de votar para Presidente da República.

Fora essa introdução, fizemos um documento, que é um manifesto que vocês todos receberam e que gostaria de ler para vocês.

Pela união do Brasil. Por que pela união do Brasil? Porque achamos que só é possível resolver os problemas do ódio, problemas ligados ao ódio com eleições, com a democracia, com respeito à opinião do outro.

Então, começamos já falando isso, pela união do Brasil. Eleições já. Comissão do Voto já. Manifesto ao povo brasileiro.

> Neste momento difícil e perigoso que passa o nosso País, com os irmãos brasileiros divididos em seus desejos e anseios, é necessário que o povo, o maior juiz e responsável pelos destinos do Brasil, seja chamado, sob a proteção de Deus, para que possa decidir os rumos que este País deve tomar para assegurar a manutenção do Estado democrático em sua plenitude, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, igualdade, a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional com a solução pacífica das controvérsias.
>
> Acreditamos que essa pacificação e harmonia entre os irmãos brasileiros possa servir através do chamamento de eleições para Presidente e seu vice, conforme atendimento aos preceitos legais, salientando que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição."
>
> Não aceitamos mais qualquer possibilidade de se montar uma eleição indireta.
>
> indireta. Nós lutamos demais para ter o direito de votar.
>
> Propomos, com isso, que o povo possa soberanamente decidir os rumos que nossa sociedade deva seguir e, para isso, a eleição presidencial imediata é a única solução possível. Entendendo que hoje somente a sociedade brasileira teria condições legítimas para encontrar a solução para este momento conturbado da vida nacional, propomos eleições já.

Comissão Vota Já.

Espero que as pessoas possam entender isso que estamos propondo, que possam discutir, debater. Nós estamos abertos aqui a críticas e sugestões, mas eu acredito que esse movimento é movimento sem volta, afinal de contas as últimas pesquisas têm mostrado que mais de 60% da população brasileira quer votar para Presidente de novo. Então, estamos nos apresentando com essa perspectiva.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Glauco, pela sua contribuição ao debate. Aqui é um fórum para debater democracia.

De imediato aqui, na Mesa, Vivaldo Barbosa, que, segundo informações que ele mesmo nos passou, faz questão de falar sobre esse tema. Depois, vamos abrir também para algumas intervenções do Plenário. Vivaldo Barbosa foi constituinte comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Informo que, na próxima terça-feira, pela manhã, também nesta Comissão, teremos um grupo de constituintes, que virão aqui falar em defesa da democracia e sobre o ataque que ela está sofrendo.

Vivaldo Barbosa, ex-constituinte, foi do PDT – permita-me que diga – e hoje é do Pátria Livre.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Senador Paulo Paim, minha saudação a você, especialmente por tudo que você representa aqui, no Congresso Nacional, desde a Assembleia Nacional Constituinte, depois atuando na Câmara dos Deputados e agora atuando aqui, no Senado. O senador Paulo Paim tem sido referência de luta popular neste País, em defesa dos trabalhadores, dos seus direitos, dos servidores, dos aposentados. E também toca em tudo que é de interesse nacional, da Nação brasileira, da Pátria brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIVALDO BARBOSA – Eu vou até trocar de lugar aqui, porque o Senador Requião tem que ficar mais no centro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIVALDO BARBOSA – A minha saudação agora também inclui o Senador Requião, que é também outra referência da política brasileira no seu sentido mais combativo, mais aguerrido, na defesa do interesse nacional, da visão de nação, da visão de país, na imaginação de um projeto nacional como a saída do Brasil não apenas para esta crise agora, mas a saída do Brasil para encontrar os seus rumos, o seu destino. Senador Requião é essa referência nacional; ele traz um certo condão da história do melhor da política brasileira, que ele reinterpreta hoje na sua ação política, no seu pensamento e na sua luta. (*Palmas.*)

Minha saudação a todos os companheiros aqui também presentes.

Não é demais ressaltar o momento delicado que vivemos na política brasileira.

E a delicadeza deste momento vem através do desrespeito à vontade popular. Na eleição de 2014, quando o Brasil elegeu um novo Congresso, uma novo mandato presidencial, o povo brasileiro manifestou-se nos seus setores mais progressistas, nas áreas mais humildes do povo brasileiro, na sua maior autenticidade, na sua natureza. Manifestou-se por um projeto político mais avançado, rejeitando a opção que se apresentava de outro lado, a opção mais nitidamente neoliberal.

Acontece que, inaugurado, o novo governo, em vez de dar sequência, procurar avançar naquele recado que o povo brasileiro deu recado nas eleições, faz um recuo e faz um ajuste econômico que tenha conteúdo e a natureza do mesmo projeto neoliberal que foi derrotado nas eleições. E, agora, estamos aí diante desse paradoxo. Já se prepara um novo Governo para o País, que, em vez de contestar o descaminho, o que de errado havia no Governo, na política executada a partir do ano passado, está exatamente reeditando, talvez com mais rigor, com mais dureza, o mesmo projeto neoliberal que foi derrotado nas eleições.

A sociedade brasileira, inquieta e inconformada com os desvios, desrespeito e até afronta da sua vontade manifestada nas eleições, agora se vê afrontada ainda mais, agredida ainda mais por um projeto que chamaram de Ponte Para o Futuro. São outras denominações, mas é um projeto neoliberal, conservador, para abrir o País ainda mais ao capital estrangeiro, à presença do sistema financeiro que suga as forças do trabalho e da energia do povo brasileiro. Esse é um paradoxo que marca essa crise que estamos vivendo agora no Brasil.

A saída lógica para isso é chamar o povo brasileiro para manifestar a sua vontade. Há uma crise instalada na Presidência da República, é evidente, mas há uma crise instalada no Congresso Nacional, por tudo o que temos visto e presenciado no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Fazer uma eleição para apenas resolver a crise da Presidência e sair da crise da Presidência, o novo Governo pode enfrentar problemas dramáticos na convivência com o Congresso Nacional que prosseguiria.

(Soa a campainha.)

O SR. VIVALDO BARBOSA – O Partido Pátria Livre está engajado nessa luta por novas eleições, como fonte de legitimidade, de autoridade política para um novo Governo traçar novos rumos para o País, novos rumos para o País e não para repetir práticas nefastas que já deram errado e que jamais vão tirar o Brasil dessa crise. E nós queremos eleições gerais que envolvam tanto a Presidência da República quanto o Congresso Nacional.

O Brasil tem que superar essa crise atacando nessas duas frentes. Como fazer isso?

O melhor, o mais aconselhável e mais legítimo é chamar o povo brasileiro num plebiscito para aprovar as novas eleições agora, porque, querendo, aprovando as novas eleições, o povo brasileiro legitima o encurtamento de mandatos, a substituição dos atuais representantes por novos representantes.

O povo brasileiro, enfim, na sua soberania, manifestará seus rumos e aí terá condições de exigir, de levar ovo Governo a respeitar a vontade do povo brasileiro e não a trair, pela segunda vez, a afrontar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. VIVALDO BARBOSA – ... a desafiar, pela segunda vez, o desejo do povo brasileiro manifestado nas eleições.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Vivaldo Barbosa, que defendeu seu ponto de vista sobre as eleições gerais.

Passamos a palavra, neste momento, com enorme satisfação, ao Senador Roberto Requião, que, sem sombra de dúvida, é uma referência para todos nós.

Agradecemos já. Ele, com certeza, tem inúmeros compromissos, mas os suspendeu e veio aqui, para dialogar conosco sobre esse tema.

Senador Requião, com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – De uma forma bem sintética, em que situação nos encontramos agora?

Em primeiro lugar, estamos diante de uma situação em que a Presidente da República não tem mais condições de governo. Ela perdeu essas condições dentro do Congresso Nacional e tem uma oposição dura por parte da própria população. Por quê? Por uma série de motivos.

O principal deles, a meu ver, foi o fato de ela ter se elegido com um programa de governo, um programa econômico nitidamente nacionalista, e ter governado com um programa de governo do PSDB. Ela perdeu a sua base e não ganhou a base dos adversários.

Além disso, é evidente que temos questões geopolíticas embutidas nesse processo: o desejo desesperado de potências desenvolvidas e grandes economias em controlar minérios e principalmente petróleo e toda uma proposta de desnacionalização do Brasil. Eu diria que é a terceirização do patrimônio natural brasileiro e do seu povo para o capital internacional.

A Dilma está sendo submetida ao *impeachment*. O *impeachment* implica a existência de um crime de responsabilidade. Esse crime de responsabilidade não ocorreu. Se esse crime de responsabilidade tivesse ocorrido, nós estaríamos vendo 17 Governadores brasileiros sendo submetidos ao mesmo processo. E isso não ocorre. (*Palmas.*)

A tal pedalada foi dada em favor do Supremo Tribunal Federal, em favor do Tribunal de Contas da União e em favor do Senado Federal.

Mas o que se levanta para justificar a votação do *impeachment* é o conjunto da obra. O conjunto da obra não está em jogo. O crime de responsabilidade depende de um delito tipificado criminal e penalmente. Não existe.

No entanto, se a Dilma não tem condições – e realmente não tem condições – de se manter no Governo por falta de apoio no Congresso e da população, Michel Temer, que, como disse, assumiria, tem uma proposta de governo que aprofunda as leviandades e as "barbosidades" do Governo do PT até agora. (*Palmas.*)

É uma proposta de governo, montada por economistas ligados aos grandes bancos, que propõe a entrega do petróleo, do minério, o fim do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, o fim do salário mínimo e a liquidação do nosso sistema de pensões e aposentadoria.

Essa proposta do Temer, por via de consequência, teria menos apoio ainda do que a proposta de Governo da Presidente Dilma, que está sendo rejeitada no Congresso e na sociedade.

Então, a legitimidade do governo da Porta para o Futuro é praticamente nenhuma. É a rejeição ao Governo da Dilma, à política econômica da Dilma, elevada a uma enésima potência.

A solução para esse processo seria só uma: na minha visão, a convocação de eleições antecipadas pela própria Dilma, através de uma proposta de emenda à Constituição enviada ao Congresso Nacional. Por quê? Porque, assim, os partidos têm como discutir internamente as suas propostas e, depois de discuti-las internamente, submetê-las ao povo brasileiro, que é quem deve definir, ao fim e ao cabo, o que pretende como estrutura econômica, social, política; que inserção nós teremos no concerto das nações; o que nós pensamos dessa globalização que terceiriza países.

A proposta, por exemplo, do Meirelles, que foi anunciado ontem como futuro Ministro da Fazenda, é a mesma proposta do governo do Lula, a qual eu me opus desde o primeiro dia em que cheguei ao Senado usando a tribuna. É um ajuste fiscal, um mero ajuste fiscal, e uma supervalorização do real que levou, efetivamente, à destruição da indústria brasileira. Isso vai se repetir. O Meirelles não tem nenhuma proposta que não seja de ajuste fiscal. Isso significa arrocho. Então, nós estamos num impasse.

O Temer fez uma proposta para a banca, para os jornais, para os interesses que manipulam a mídia brasileira e a economia, mas essa proposta não terá nunca apoio da população, mesmo no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Preocupa-me mais uma coisa. A proposta do Temer é mais leviana do que a do Levy, mas o Temer não é assim. Vocês conhecem o Temer. O Temer é um conciliador. O Temer foi Presidente da Câmara por três vezes, conciliando interesses. Então, não vai ocorrer nada no futuro governo do Temer. Eu tenho certeza de que não ocorre nada. E o Congresso Nacional, em véspera de eleições, jamais vai apoiar essas barbaridades de corte de aposentadoria, de fim do salário mínimo, de privatização da Caixa Econômica.

Agora, vocês entendam que a semente desse processo já estava no atual Governo. A discussão sobre a privatização da Caixa Econômica não surge da Ponte para o Futuro; ela surge dentro do Governo, quando o Levy estava à frente. O Banco do Brasil, na época do Fernando Henrique, viabilizava a posse, por estrangeiros, de 5% das ações – quatro e pouco, cinco por cento; não lembro exatamente o número. O Lula passou para a 20%, e a Dilma passou para 30%. Então, o Banco do Brasil não é mais um banco público. É um banco no mercado, e 40%, provavelmente, entre sócios estrangeiros e privados nacionais, sentam no Conselho de Administração.

Esse processo vem sendo urdido dentro do Governo, com o apoio da imprensa. E o PSDB, que dava sustentação à política do Levy e à política do Barbosa, quando ela era na direção do arrocho, quer derrubar a Dilma por uma questão de poder. Tudo se encaminha para a desnacionalização do Brasil e a inviabilização de um projeto nacional.

Por isso, essa tese da eleição antecipada, ou das eleições gerais, leva, se tiver apoio popular, à sua efetivação. Mas de qualquer forma ela leva à desestruturação de possível futuro governo vinculado a esse entreguismo absoluto e essa privatização da estrutura nacional. Acho que a coisa é simples assim, e eu não preciso mais divagar sobre isso.

Obrigado, minha gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Senador Requião, que deu sua contribuição ao debate sobre um tema a que esta Comissão tem dedicado os últimos 20 dias e vai continuar, com um debate permanente – democracia e direitos humanos, porque democracia queremos.

Agora quero registrar a presença do Sérgio Rubens, Presidente Nacional do Partido Pátria Livre.

Temos duas pessoas que se inscreveram para se posicionar nesse momento. O primeiro foi aquele companheiro lá atrás. Usa o microfone aí; dá o seu nome.

Pessoal, cinco minutos para cada um.

Em seguida, teremos o debate aqui sobre democracia e cultura e os convidados... Tanto o Maestro Renio está presente, quanto o Murilo Grossi, ator, está aqui também. Uma salva de palmas a ambos. (*Palmas.*)

Eu, que sou metido a escrever algumas poesias, vejo com muita alegria o Carlos Augusto Cacá, poeta que admiro.

Então, o primeiro companheiro lá atrás, dá o nome. Tem cinco minutos.

Aperte o botão, deve acender uma luz verde.

O SR. GILSON DOBBIN – Senador Paulo Paim, obrigado por me ceder a palavra. Senador Requião.

Quero dar os parabéns para o pessoal da cultura, que tem tido um papel fundamental nessa luta contra o golpe. Essa palavra tem de estar na boca da gente o tempo inteiro: golpe. A gente está diante de um golpe de Estado que começou a ser organizado desde o chamado mensalão, com a criminalização de toda a liderança do Partido dos Trabalhadores.

Eu me identifico: meu nome é Gilson Dobbin, eu sou do Partido da Causa Operária e também servidor da Câmara dos Deputados, e componho o Comitê pela Democracia, formado para lutar contra o golpe.

Antes de colocar a questão da cultura, que é o tema posterior, eu queria lembrar que a gente vive um momento em que a Presidenta não pode nomear Ministro, não pode fazer um pronunciamento público e não poderia nem denunciar o golpe, segundo as instituições legais que há no País.

Neste momento, a fala do Comandante Geral do Exército é que o Exército está pronto para intervir. A gente tem de estar atento, porque as Forças Armadas intervirão caso a população se levante, ...

(Soa a campainha.)

O SR. GILSON DOBBIN – e ela está se levantando.

Lembro que a situação política é de uma tentativa de criminalizar, de prender a maior liderança de esquerda que este País já viu nos últimos 50 anos, que é o Lula. Ele já foi preso uma vez, não foi levado para Curitiba graças à mobilização popular, mas a intenção – e aí eu entro no fato em si, que é chamar eleições agora – é que a esquerda não participe das eleições.

Os trabalhadores estão em movimento neste momento, Senador Paim, Senador Requião. A gente levar a luta da sociedade para um campo contaminado como está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O campo institucional neste momento, o STF, com todo o respeito aos juristas, historicamente nunca se posicionou contra nenhum golpe, nem o de 1954, nem o de 1964, nunca. E nesse momento não vai se pronunciar.

Eleições gerais agora, com todo o respeito aos companheiros que estão nessa luta, que são companheiros verdadeiramente combativos, talvez seja entregar o movimento popular numa situação de um desastre total.

A luta agora é de mobilização, é de dar um passo à frente. O passo à frente é fazer as ferramentas dos trabalhadores se moverem. Greves, paralisações, ocupações, com todas as dificuldades que existem... Uma greve não é uma panaceia, ou seja, não é uma solução para tudo, nunca foi, e também não é uma utopia, porque é um instrumento legítimo de todos os trabalhadores.

Então, faço essa reflexão para as pessoas, para os partidos que estão levantando essa questão, para os movimentos populares: a população está na rua, está se mexendo, está se mobilizando. O caminho para isso é continuar firme nessa luta, sempre lembrando que estamos diante de um golpe de Estado. E os golpistas estão em todo lugar.

Parabéns a todos por estarem aqui. Parabéns ao maestro Renio e aos colegas da cultura que estão aqui.

Estamos na luta. Bom dia e boa luta para todo mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Falou em nome da causa operária.

Pessoal, quero deixar bem claro nesse debate que todos que estão aqui estão do mesmo lado. Todos são contra o *impeachment*. Nós temos discutido e ele fez essa reflexão legítima de como a gente se movimenta.

Porque, às vezes, eu noto que, no momento difícil como esse, a gente fica – não é o seu caso, você fez uma reflexão no mais alto nível – achando que quem puxou para cá ou para lá está errado. Não é que está errado, nós temos que estar juntos, nos reunir, debater e encaminhar o melhor para a democracia. E não aceitar que um ataque a nossa jovem democracia aconteça.

Que ninguém chegue pela via indireta. Quer chegar à Presidência, é legítimo, mas vá disputar as eleições como todo mundo disputa. (*Palmas.*)

É isso que defendemos. E isso nos unifica.

Vou passar a palavra para mais três companheiros.

Depois vão entrar os atores, os poetas, os artistas que estão aqui na mesa, sem prejuízo de o debate continuar. Eles farão a sua fala e o debate vai continuar.

Eu queria que nem todos que se inscreveram usassem a palavra agora. Vão usar a palavra, mas nós temos que ouvir também os poetas e a cultura.

Vou passar a palavra, em primeiro lugar, a um dos organizadores desse evento, o Gilberto. Um dos organizadores da proposta de Eleições Já.

O SR. GILBERTO RIOS – Bom dia, Senador.

Vou me identificar, meu querido amigo Renio Quintas, maestro, Cacá, companheiro de longas datas ainda da Fetadfe, quando fazíamos teatro amador em Brasília, nos anos 80.

Senador, os brasileiros precisam ter hoje duas observações. Nós não estamos numa disputa de um Fla x Flu, como está sendo midiaticamente aí posto pela mídia.

Os brasileiros precisam pensar também que existe um contingente de 12 milhões de brasileiros que não acreditaram nem em uma proposta nem na outra, e que têm direito também de se manifestar.

Foram aqueles brasileiros que não acreditaram nem na proposta do Aécio nem na proposta da Dilma, e que são de esquerda também, são militantes da esquerda.

Eu faço parte da Comissão do Voto Já, que se iniciou no dia 19, por um grupo de brasileiros que não têm partido. Não existe nenhum partido político por detrás desse grupo. São brasileiros de todas as tendências que estão justamente buscando.

Mas eu queria também, Senador, lembrar à companheirada que, em uma luta como essa – e nós do Voto Já também acreditamos que é um golpe, tanto que estamos juntos também –, não podemos estar todos em uma trincheira. Acreditamos que temos que ter um pé na rua e outro no Parlamento, porque, se ficarmos todos na rua e não cuidarmos do Parlamento também, a tendência é que o Parlamento faça o que bem entender, com todo respeito ao Senador. Nós temos que cuidar também do Parlamento, porque, afinal de contas, os senhores foram postos aí pelos nossos votos. E, se foram postos pelos nossos votos, nós temos uma responsabilidade muito grande com a cobrança de estar dentro do Parlamento discutindo essas ações.

Então, a proposta que o Voto Já está lançando é justamente para que tanto aqueles que dizem que não é golpe, aqueles que dizem que é golpe e aqueles que não acreditaram nem em uma proposta e nem na outra tenham a possibilidade também de escolher o seu representante para a condução do seu País, através do voto, diferentemente daquilo que o Senador falou: "Quer ser conduzido a uma cadeira? Que venha não por um processo biônico." Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

se passou o tempo do processo biônico. Ou seja, não pode resgatar isso historicamente. A população não é bombeiro para resgatar essa história do biônico hoje.

Senador, me permita, vou dividir a minha fala com outro companheiro. Dos cinco minutos que V. Exª nos cedeu, eu vou ceder aqui ao companheiro Carlos para que a gente possa avançar um pouco.

À companheirada da cultura, um forte abraço. Estou junto com vocês na luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Gilberto Rios.

Agora, passo ao Carlos para mais três minutos.

O SR. CARLOS HETZEL – Senador, é só para esclarecer rapidamente. Esse grupo, nós estamos lutando pelas eleições já como uma forma de unir o povo brasileiro. Seja qual o lado que for governar este País neste momento, ele vai dividir. Se nós conseguirmos reverter esse golpe que já está dado, a Dilma Rousseff volta, vai continuar a pauleira na rua. Eu estou falando do movimento de rua. Se eles ficarem, a pauleira vai continuar, porque nós estamos na rua. Então, uma forma de a gente unir o povo brasileiro são eleições já.

Todos os movimentos, todas as ações da Frente Brasil Popular e Povo sem Medo, nós estamos integrados sim. Nós estamos unidos com essa frente, só que estamos pensando nos dias 12 ou 13, quando for finalizado o golpe, porque eu não tenho dúvida nenhuma de que os 48 votos já declarados dos Senadores é o suficiente para que se dê o impedimento da nossa Presidente. Então, não estamos digladiando nem contra nenhum outro movimento. Nós estamos pensando nos dias 12 ou 13 somente. Era isso que quero deixar claro. Nós estamos todos na mesma luta.

Maestro, eu sou filho de um maestro e, infelizmente, quem está com a batuca agora na mão é o mercado internacional, é a Globo, que está trabalhando desde o dia primeiro de janeiro de 2015 para derrubar a Presidente Dilma Rousseff.

Meu querido amigo Vivaldo Barbosa, eu sempre falo para você: eu estive junto contigo na luta pela democracia dos meios de comunicação...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS HETZEL – E na luta pelo petróleo no tempo em que eu tinha cabelo e você tinha cabelo negro. Nós estamos vendo a luta que travamos em 1983 acontecendo exatamente agora. E a molecada que está na rua, nós os deixamos sozinhos, eles não sabem dessa luta nossa. Então, nós voltamos quase 30 anos atrás. Então, é uma pena que esteja acontecendo isso. E eu quero dizer a todos que estamos com os movimentos. Só estamos lutando agora por uma eleição, por uma forma de união entre os irmãos brasileiros.

Eu não quero levar tiro nem dar tiro em irmão meu do Brasil.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Pessoal, conforme havíamos combinado, é o seguinte: o primeiro espaço era para o pessoal da cultura. Como deu entrave – vamos usar o termo "entrave" –, nas portarias, eles não puderam chegar. Pessoal, alguém tem que presidir. Eu vou presidir. A vida é assim. Como eles não puderam entrar, abri espaço para este debate, para que fosse apresentada aqui essa questão da democracia, com o grupo que tem essa visão de eleições já. Agora todos os convidados estão aqui.

Aqui, pessoal, nesta Comissão, todo mundo fala. Todo mundo fala e todo mundo diz o que bem entende. É legítimo isso. Aqui é democracia. Só temos de ter um pouquinho de paciência. Então, agora vão falar os convidados da cultura. E, em seguida, nós vamos abrir o debate geral. Quem quiser falar sobre a questão das eleições vai falar. Quem quiser falar sobre as ruas, que tem uma posição, vai falar. E nós vamos estar todo mundo junto, com o único objetivo: defender a democracia, porque o pessoal da cultura têm também os seus compromissos.

Eu queria, neste momento, passar a palavra para o maestro Renio Quintas, que vai nos brindar aqui inclusive com o Hino Nacional no violão. Depois dos três falarem, nós vamos continuar o debate. O.k.?

De pé, em posição de respeito.

Por favor, Maestro Renio Quintas e Célia Porto, a nossa querida cantora.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Gostei do "Bravo!". Bravo, mesmo! Meus cumprimentos ao Maestro Rênio Quintas e à cantora Célia Porto.

O Maestro com a palavra para abrir o debate sobre democracia e cultura.

O SR. RÊNIO QUINTAS – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo convite e pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós, da cultura, realmente estamos profundamente preocupados por este golpe que está sendo dado, e isso tem que ser dito realmente com todas as letras, porque percebemos que o antagonismo a esse modelo, a essa proposta de Brasil apresenta um horizonte terrível de corte dos nossos direitos, de impossibilidade de diálogo e de um destino de violência, o que ninguém quer.

Acho que nós, representantes da arte, primamos pela busca da beleza, busca da beleza, em busca da harmonia, em busca do encontro entre as pessoas e do desenvolvimento humano de forma responsável e amorosa. Então, não faz parte do nosso verbo, de nosso dicionário a violência, mas se ela se apresentar, saberemos responder à altura do que merece o nosso País.

Este cidadão que vos fala, aos nove anos de idade, enfrentou a ditadura de 1964. Vi os tanques passarem ali no Eixão, aquela coisa horrenda, o cerco ao Congresso Nacional. Depois, os amigos da minha irmã mais velha, que estudavam no Ciem, sendo presos, depois sumidos, depois torturados. Vivi intensamente, na minha adolescência, os encontros fortuitos com luzes apagadas nos apartamentos, sem ser namoro. Era para tentar fazer um festival de *rock n' roll*, porque era proibido pela ditadura qualquer tipo de manifestação. Reunião com mais de três pessoas era cobrada com pancadaria. Sofri numa comemoração ali na W-3, quando vi a intensidade da violência, do que é uma ditadura: estávamos celebrando a vitória do Brasil sobre a Romênia, em 1970, todos os brasileiros unidos em torno da seleção brasileira, estimulada pelo carrasco assassino Garrastazu Médici. Ao chegarmos à W-3, fomos violentamente atacados por centenas de soldados da Polícia do Exército. Eles nos atacaram de forma carniceira, selvagem, batendo. Quase mataram uma moça.

Eu não quero viver isso nunca mais. O Brasil não pode viver isso nunca mais. E a irresponsabilidade desses senhores que conduzem esse golpe... Dá para ver o cinismo, a hipocrisia dos condutores desse processo, a começar pelo meliante que hoje preside a Câmara dos Deputados, para mim, uma pessoa completamente desqualificada, que já merecia estar presa, atrás das grades. Infelizmente, como disse o nosso companheiro, eu creio que é uma omissão do Supremo Tribunal Federal por não tê-lo colocado atrás das grades, que é onde ele deveria estar, e não exercendo o poder e colocando-nos todos nesse impasse terrível de estarmos discutindo no Senado, que pegou essa responsabilidade, o que eu ainda acredito que possa ser revertido pela responsabilidade dos Srs. Senadores.

Ontem o Dr. Marcello fez uma fantástica posição aqui. Os Senadores responsáveis, que eu tenho certeza de que são muitos, foram para casa refletir, porque realmente seria uma irresponsabilidade, principalmente diante daquilo que o Senador Requião expressou, que seria a completa e absoluta derrocada da democracia e da possibilidade de diálogo, porque é um projeto pior do que o que estamos vivendo e ilegítimo. Então ninguém vai aceitar. Os próprios golpistas vão se carnificar pelo poder, vão se entranhar, vão tentar matar-se uns aos outros, porque o fim deles é o poder e o dinheiro, não é o povo brasileiro.

E nós, da cultura, nesses 12 anos de governo Lula e Dilma, avançamos de uma maneira fantástica, apesar de todos os defeitos que o projeto Lula e Dilma tenha, algumas perfumarias que inventaram.

A cultura, a música foi colocada diante da Associação Brasileira dos Produtores de Discos, do Ecad, da Ordem dos Músicos, dos sindicatos dos músicos, dominados desde a época da ditadura por sargentos distorcendo completamente a ordem, que hoje está completamente desmoralizada por isso.

Quando fomos decidir com os nossos carrascos os nossos comerciais, e as grandes gravadoras que à época ainda existiam com algum poder comercial, houve a reeleição do Governo Lula e perdemos completamente o fio da meada. Eles criaram câmaras transversais, desviaram, desguiaram para não haver o confronto. Os pontos de cultura, que são uma ideia do genial Gilberto Gil, foram descontinuados. A sociedade brasileira foi desrespeitada. Ela acreditou no Estado brasileiro, e foi desrespeitada pelo Governo.

Então, várias coisas foram equivocadas, mas o fundamento número um está em construção. As pessoas são humanas e erram, têm o direito de errar. Na condução do processo esses erros aconteceram. Agora ser tomado, usurpado o voto, o poder do povo brasileiro, que agora designou a Presidenta Dilma para ser a nossa Presidenta até 2018, isso é uma violência, é uma ruptura do tecido institucional que nenhum político responsável poderia sequer cogitar em dar andamento, pedir desculpa ao povo brasileiro, prender o Cunha e colocar: gente, agora vamos fazer com que a Dilma governe e tenha condições de governar. Esse, no meu entendimento, seria o correto.

Essa proposta das diretas já, eu também lutei por ela. E nós fomos traídos pelo Congresso Nacional, porque não passou a emenda das eleições diretas, mas na continuidade nós vencemos.

Então, são direitos inalienáveis do povo brasileiro, que agora estão sendo usurpados. É inaceitável. E eu acredito muito na responsabilidade dos Srs. Parlamentares. Se se sacramentar, no dia 11, esse golpe, qualquer [illegible]sas tentativas será vista como uma coisa de tresloucados, de gente desqualificada, porque quem estiver no [illegible]der depois que eles tomarem o poder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu tive o desprazer de viver a democratização e os governos que se sucederam. E o tratamento dado à cultura pelo Governo do PSDB sempre foi dentro de uma ótica completamente capitalista e de negócio, jamais um olhar amoroso que a esquerda tem. Essa é a diferença. Dizem que não existe mais esquerda e direita. Alguns jovens estão vindo com essa... "Poxa, isso é coisa do século passado." Não é, não, porque a esquerda tem o olhar humanista, tem o olhar voltado para o crescimento do ser humano. A direita e o centro-direita têm o olhar voltado para a estabilização do capital e a melhor forma de explorar o ser humano. Isso, para mim, é tão claro, nítido e transparente que qualquer sofisma que se faça usando belas palavras não vai modificar.

Nesse momento, realmente não importa essa questão. O que importa é defender a democracia, defender esse precioso patrimônio que levamos todo esse tempo para adquirir. Mesmo com todos os erros, com todos os defeitos que existem, é um governo popular e democrático, eleito pelo povo brasileiro, e deve ser respeitado. E as consequências de se respeitar isso...

Como disse o Senador Requião que a Dilma não tem condições, vamos ter que dar condições! Um Parlamento responsável vai criar condições para que ela governe, desde que seja possível estabelecer um pacto com a sociedade civil alicerçado pelos nossos representantes, por intermédio dos quais emana o nosso poder, o poder do povo brasileiro.

E a cultura, nesse processo, está construindo uma resistência. Nós estamos na rua. Já vimos que a outra tese também tem alguns artistas, mas percebemos que a qualidade deles é duvidosa. Eu não tenho o menor pudor de expressar isso, porque vemos com quem estamos. Eu tenho muito orgulho de estar aqui, ombreando com os senhores...

(Soa a campainha.)

O SR. RÊNIO QUINTAS – ... por essa possibilidade. Eu acredito na democracia. Eu acredito que nós ainda podemos demover os Srs. Senadores que estão em dúvida.

Vamos acreditar! Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o maestro Rênio Quintas, que aqui defendeu, com muita convicção, a democracia, não aceitando nenhum tipo de atalho ao poder que não sejam as urnas. V. Exª já enfrentou a ditadura. Eu tenho mais ou menos a sua idade. Também se contar como foi aquele tempo, só tristeza. E a palavra que fica é: ditadura nunca mais.

Eu cumprimento a nossa querida cantora Célia Porto, que já está na Mesa, mas diz que se sentiu contemplada cantando o Hino para alegria de todos nós. Então, uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Passo a palavra para o Murilo Grossi, ator. Em seguida, para o poeta Carlos Augusto Cacá.

O SR. MURILO GROSSI – Bom dia a todos. É uma honra estar aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Agradeço ao Senador Paulo Paim e a todos da Mesa.

Vou tentar fazer uma reflexão. Eu sempre acho confuso essa... É uma provocação o que eu vou falar, mas é uma reflexão provocativa. Eu sempre acho confuso quando chamam... Eu sou um ator, um cidadão comum, que, por acaso, tem como profissão ser ator. Eu acho confuso que eu represente algo fora do palco. Isso é uma provocação, porque todo cidadão deveria representar algo, mas não representa. Por que eu, por ser ator, devo representar? Então, essa é a provocação. Por uma questão muito simples: porque em algum momento da minha vida eu tive alguma repercussão midiática. Isso, a princípio, a mim soa como uma ofensa à profissão teatral, à profissão dos atores.

Não é a mídia que faz um ser cultural. Não é a mídia, sobretudo, que faz um ator. A mídia é consequência desse ente cultural, é consequência dessa atividade cultural, é consequência dos escritores, é consequência dos pensadores da comunicação, é consequência dos diretores, é consequência dos atores, que nada mais são do que a própria reflexão do seu momento, da sua sociedade, da sua verdade.

Um ator nada mais faz do que refletir. Reflete o seu personagem, reflete o momento daquela dramaturgia, reflete a sua própria sociedade, que está dialogando com aquela obra dramatúrgica, reflete tanto no sentido cognitivo como também no sentido físico. Eu, quando estou aqui falando para os senhores, sinto-me literalmente um espelho dos senhores. É assim que eu me sinto no palco. É isso que um ator quer ser. Esta é a função do ator: espelhar, passando por espelhar o outro, passando por uma reflexão própria, individual.

E aí está a autoria do ator: refletir vocês através de mim.

Então, a provocação que faço é extremamente pertinente, porque qualquer discussão que possamos fazer hoje sobre democracia tem que passar pelo debate da questão da democratização da mídia e da comunicação brasileira. (*Palmas.*)

Assim como eu, só em Brasília, que é uma grande escola de formação de atores... Não sei se os senhores ...em, mas Brasília é uma referência em formação de atores, assim como de músicos, e é considerada, hoje, ...a criadora de grandes músicos brasileiros e de atores também. São duas escolas artísticas que, em Brasília,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

são muito privilegiadas. Há muitos anos que eu sou muito requerido por produtores de elenco, tanto da Globo como de cinema ou de outras televisões, que me ligam periodicamente para indicar atores. Isso é uma prática comum, e sempre fiz isso com muito prazer e sempre tive muito prazer e muita honra de indicar os atores de Brasília, que são extremamente bem preparados. Nem se fala dos músicos: hoje em dia, grande percentual dos grandes músicos instrumentais brasileiros são de Brasília; e cada vez mais.

Brasília tem uma participação bastante importante nesse lado da cultura que é a base da cultura, que é o que vai trazer qualidade para que depois haja as inúmeras manifestações culturais até se chegar no aspecto midiático, que é o último degrau de uma série de situações que vão se passando. Desde o teatro de rua, do teatro amador, da música de bairro, da música de bares – que hoje está proibida em Brasília –, da música de quadra, vai se num crescendo até se chegar numa última instância que é a instância midiática. Não é possível construir qualquer possibilidade de democracia numa sociedade sem a real e efetiva democratização das comunicações e da mídia.

Nós no Brasil nunca conseguimos chegar perto de uma democratização da comunicação e da mídia. O máximo que conseguimos foi, em algum momento, tentar fazer essa discussão no Congresso Nacional – Senador Paulo Paim, foi um dos defensores; Deputado Vivaldo Barbosa foi um dos batalhadores, já na década de 80. Depois, na Constituição de 1988, foi uma luta que, simplesmente, foi abafada e ninguém mais falou sobre isso. Depois, com a eleição de Lula, vem a proposta de democratização midiática, uma proposta que vinha forte, com bastante apoio, e foi, absolutamente, massacrada, sobretudo pela Editora Abril e pelo complexo da Globo, que fez, durante três meses seguidos, editoriais no Jornal Nacional ameaçando a Presidência da República. Tivemos entes culturais importantes – por exemplo, Jabor, um grande cineasta – capitulando. Tivemos grandes companheiros capitulando. Porque não admitem, em hipótese alguma, democratizar a mídia.

Eu queria lembrar aos senhores que essa crise que nós estamos passando – vou fazer uma afirmação – é uma crise que vai muito além de uma crise da democracia ou da questão do golpe que efetivamente estão tentando dar.

A tese que eu advogo é que jamais vivemos numa democracia de fato, não. Uma democracia não é feita só por voto. Algum morador de periferia é capaz de dizer que vivia numa democracia, no Estado democrático de direito? Algum cidadão negro, alguma mulher trabalhadora que receba salário mínimo é capaz de dizer, em sã consciência, que vive no Estado democrático de direito? Eu duvido. (*Palmas.*)

Nunca, nunca o Brasil viveu, de fato, no Estado democrático de direito. Nós tínhamos o Congresso Nacional, tínhamos a Justiça brasileira, o Ministério Público, o STF como bastiões de resistência para tentar construir essa democracia à qual nunca chegamos de fato. As instituições brasileiras não existem, não funcionam e não estão funcionando! O que nós estamos vivendo é simplesmente tirar a máscara do que é o País, gente! E sempre foi à revelia da luta de cidadãos como o Senador Paim, como de Roberto Requião, um grande democrata, como imagino a maior parte dos senhores aqui. A luta de todo trabalhador brasileiro que acorda às 4 horas para pegar dois ônibus e ganhar um salário mínimo ... Esse cidadão não tem representatividade no Congresso Nacional. Este Congresso Nacional diz o quê para esse cidadão? Basta ver a representação do Congresso Nacional: ela é absolutamente desproporcional, absolutamente desproporcional. Nós não podemos falar de democracia.

E a questão da comunicação e da mídia brasileira é um acinte. E se eu trago para o lado da cultura, é um acinte ainda maior, porque nós somos entes da cultura – e aí eu não quero advogar em causa própria –, mas é um fato. Nós somos reféns dessa situação, absolutamente reféns. Normalmente quando me apresentam ou me chamam para fazer alguma coisa, eu me apresento: Murilo Grossi, ator e produtor. Eu nunca fui produtor. Eu jamais fiz um projeto na minha vida. Eu nunca captei recursos. Eu não sou produtor. Eu sou ator. Mas por que está lá produtor? Porque na minha inscrição profissional, tenho que ser produtor, porque tenho que ter uma empresa – e não existe empresa de ator – tenho que ter uma empresa, um Simples para poder receber e pagar meus impostos devidamente. Até algum tempo atrás, eu tinha que comprar nota para poder receber. Eu comprava notas, não sabia se eram frias. Depois de um tempo, eu pude ter um Simples. Mas eu não posso ter um Simples como ator. Eu tenho que ter um Simples como produtor. Eu não sou produtor, Carlos. Isso é um paradoxo absurdo. E no entanto, em qualquer lugar do País que eu chegar... Se eu chegar em Quixeramobim agora e sair na rua, alguém vai falar: "Murilo, você não fez aquela novela em que você era um médico? Isso é muito maluco.

E aí eu me coloco na mesma situação de qualquer cidadão brasileiro que faça parte dos dois terços da população brasileira, que são os trabalhadores explorados, que não têm representação no Congresso, não têm direito à Justiça, não têm direito a qualquer possibilidade de questões de direitos humanos, de assistência, de nada.

O que o governo Lula e o Governo Dilma conseguiram fazer, a duras penas, concedendo até a mãe deles a o mercado, foi pegar o excedente do que o Brasil produziu nesse momento e de alguma maneira, numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

estratégia absolutamente genial – no meu entendimento, keynesiana, que não tem nada de esquerda –, conseguiu fazer uma transferência de renda, mas, com isso, conseguiu dar um sentido de cidadania, um sentido de percepção de cidadania a uma população que nunca a teve.

O progresso que nós tivemos foi ínfimo perto do que nós temos que ter. Nós não chegamos ainda à democracia, meus companheiros. E, se questionarmos a questão da mídia, da comunicação, basta lembrar que desde o primeiro dia da primeira gestão do governo Lula, a grande imprensa brasileira bate incessantemente e diuturnamente em todas as ações do governo, em todas as pequeníssimas conquistas sociais.

O Brasil, nesse período, conseguiu feitos absolutamente milagrosos, o que faz o Brasil hoje ser um exemplo para todo o mundo. E não falo do Terceiro Mundo; eu falo do Primeiro Mundo. Basta ver a situação da Espanha, de Portugal, da Grécia, da Inglaterra e da Itália hoje, que voltam seus olhares para o Brasil porque estão em uma crise infeliz, de derrocada absoluta do neoliberalismo, que levou esses Estados a uma sinuca de bico. E o Brasil, nesse período de crise de 2008, porque evidentemente não começou em 2008; começou bastante antes. Ela só se deflagrou, como o *crack*, em 2008 e prosseguiu até hoje. Continua prosseguindo. O Brasil conseguiu um feito fantástico. O Brasil conseguiu gerar a maior taxa de emprego da história do País, chegando a uma situação, considerada percentualmente, de emprego absoluto. (*Palmas.*)

O Brasil conseguiu conquistar um superávit primário absolutamente inédito. Pela primeira vez em sua história – estou falando desde o Império –, o Brasil passou a ser credor e deixou de ser devedor internacional. Cresceu absurdamente, mas, por outro lado, pagou um preço, um preço que não nasceu no governo Lula, um preço que vem lá detrás, da época da redemocratização.

(Soa a campainha.)

O SR. MURILO GROSSI – O preço da desindustrialização brasileira, que é um grande causador do desemprego brasileiro hoje. Esse é um preço seriíssimo. É impossível haver um processo de industrialização com juros de 14,5%. É literalmente impossível. Não há como fazermos qualquer discussão sem perceber que existe todo um interesse internacional específico. Não vamos falar de teoria da conspiração, porque isso é uma bobagem. Não é teoria da conspiração, não é o governo dos Estados Unidos ou a CIA. São empresas americanas com interesses específicos, com interesses claríssimos em toda a América Latina que se manifestam às claras, sem ninguém precisar esconder. Isso é óbvio!

O Brasil é o único país no mundo que detém tecnologia de exploração de grandes profundidades em mar de petróleo, uma tecnologia que nenhum país do mundo detém.

(Soa a campainha.)

O SR. MURILO GROSSI – É o único país do mundo que detém uma série de tecnologias de engenharia em situações dificultosas de engenharia que as empresas, as empreiteiras brasileiras detêm. Nenhum outro país detém. Uma série de questões. É óbvio que o mundo globalizado traz isso, traz interesses que são internacionais, mas a propriedade é nacional. Ou nós defendemos isso, ou nós abrimos as pernas. É simples assim. Não tem para onde correr!

Então, esse golpe começou a ser dado no primeiro dia do primeiro governo Lula pela mídia. Apesar de todas essas grandes conquistas e apesar de toda a elite brasileira ter ganhado rios absurdos de dinheiro, não havia possibilidade de qualquer jornal divulgar qualquer feito positivo do Governo. Era um negócio assim incrível! É incrível como a Míriam Leitão, por exemplo, consegue fazer uma coisa fantástica na cabeça dela para provar que o que é bom é ruim, o que é ruim é bom. É um negócio fantástico! Fantástico! Então, eu atribuo a gestão desse golpe à mídia brasileira. Mais do que isso, aos meus colegas, muitos deles jornalistas brasileiros, que deviam buscar um pouco de caráter, de decência e dizer "não" para o seu editor, quando vai divulgar uma mentira. (*Palmas.*)

Incomoda muito quando usam os termos... Outro dia, num evento no Palácio do Planalto, um diretor de teatro falou do incômodo de nós do teatro termos as nossas máximas, os nossos nomes, as nossas figuras simbólicas associadas a questões que não nos dizem respeito, como atores na política, atuação de não sei quem. Atribui-se muito atuação a algo farsesco, a algo mentiroso ou a um fingimento, como diria o poeta: "O poeta é um fingidor". Só que depois ele diz: "Finge tão completamente [...] que deveras sente". Ele não finge nada, o ator não finge nada, o ator busca a verdade do que ele quer dizer. E busca a verdade de quem o ouve. E faz isso através de uma interpretação. Assim como os Senadores, os Deputados assumem um papel, um papel cívico, um papel que se espera civilizado, um papel que se espera do diálogo. É um papel, cada um de nós dentro da sociedade assume um papel. O que o ator faz é viver esses papéis e explicitar esses papéis. Então, incomoda quando se usam essas expressões para falar sobre falcatrua, sobre falsidade, incomoda profundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Essa é a grande questão que eu queria colocar. A gente não tem como chegar a qualquer discussão sem primeiro discutir a questão de raiz, que é a questão da comunicação. Essas manifestações todas pró-*impeachment*, o que é uma besteira, sou pró-*impeachment* ou contra o *impeachment*. A questão não é essa. Vamos combinar, a questão não é essa. A mesma coisa é dizer assim: "José matou Maria". Chegou em casa, pegou uma pedra e deu 435 pedradas na cabeça dela e a matou. Vamos perguntar para José qual foi a razão de ele ter feito isso? Não. José é um criminoso. Você pode depois, a assistência social, a psicologia tentar estudar esse caso, mas o fato é que ele cometeu um crime. O que está sendo cometido no Brasil hoje é um crime. Se nós já não tínhamos uma democracia, tínhamos pelo menos alguma coisa que nos assegurava o fato de nos arraigarmos a uma ideia de que poderíamos discutir essa democracia, um precedente basilar do que constrói uma democracia, chamado voto.

No momento em que o Congresso Nacional, onde todos os seus membros chegaram até ele através do voto, simplesmente usurpa o voto, o que sobrou? O que sobrou? Não sobrou. Sobrou o quê?

Eu acho que o grande fato político que estamos vivendo no País hoje não é essa palhaçada dessa tentativa de golpe, que só mostra o que o País vive, a despeito da luta heroica de Senadores e Deputados que aqui estão jogando o jogo que a democracia deveria jogar, como o Senador Paulo Paim, como uma série de Deputados, como uma série de Senadores que aí estão, que hoje são minoria no Congresso.

O grande fato político que hoje está acontecendo no Brasil é o Movimento dos Secundaristas, sobretudo de São Paulo e do Rio de Janeiro... (*Palmas.*)

...que tem uma compreensão, embora juvenil; e muitos podem acreditar ingênua, muitos podem falar que é empolgação da juventude. Não, uma compreensão profunda que de ingênua não tem nada. É a simples constatação de qualquer cidadão brasileiro que perder cinco a dez minutos de seu tempo para pensar dirá o seguinte: se eu não tenho os meus direitos básicos defendidos, atribuídos ou respeitados, por que tenho que respeitar essa instituição que não respeita os meus direitos?

Se a própria instituição passa por cima dos meus direitos, e aí vamos regredindo, o direito de ser mulher, o direito de ser homossexual, o direito de ser negro, o direito de ser humano, o direito de ser pobre, o direito de pensar assim, o direito de pensar assado, e vamos indo, e vamos chegar naquele último e basilar direito da democracia: o voto. (*Palmas.*)

Se não respeita o meu direito ao voto? Se eu vejo pessoas, como o Senador Cristovam Buarque, que conheço há mais de 30 anos, porque eu, ainda no movimento secundarista, acompanhava os meus irmãos, que já eram do movimento universitário na UnB, para fazer campanha na primeira eleição direta para reitor das universidades brasileiras, que foi na UnB, e o Senador Cristovam foi eleito pelo voto para ser reitor da UnB. Depois foi eleito para ser governador de Brasília. Depois foi eleito Senador. Como que o Senador Cristovam...

Eu até entendo o raciocínio, até entendo o que possa estar querendo dizer: vamos dar o direito à Presidência de se defender aqui para provar ou não provar. Mas a questão é simples: você não pode passar por cima do último bastião da democracia chamado voto, sobretudo quem chegou onde chegou pelo voto. É uma contradição absurda. E isso gerará simplesmente rebeldia civil. Isso simplesmente gerará o que eu advogo como sendo a atitude mais sensata hoje no País: ontem invadiram a Assembleia Legislativa de São Paulo. Eu estou torcendo com todas as minhas forças...

Brasília é complicada, Brasília é muito isolada do País, Brasília não tem uma classe operária, a estrutura física, arquitetônica de Brasília é impeditiva para manifestações nesse sentido, mas não se enganem. O que está sendo provocado pode gerar – e eu torço para que gere – invasões do tipo da Lesp.

Eu seria a pessoa mais feliz do mundo no dia em que o povão invadisse esta Casa. (*Palmas.*)

Juro que seria. E colocasse o dedo na cara do Congresso Nacional e perguntasse: vocês representam quem, meus senhores? (*Palmas.*)

É simples assim.

Agora, isso a que nós chegamos tem um nome dentro da ciência política, dentro da filosofia: chama-se barbárie.

Por outro lado, eu concordo e acredito que Parlamentares como o Senador Paulo Paim hão de corroborar a minha provocação dizendo: a barbárie não favorece ninguém.

É claro que não. Barbárie é barbárie. Tudo vale.

Nós temos que achar vias.

A via que foi proposta, de uma eleição agora, para mim é ridícula. Ela não diz respeito a nada. Não vai ser a legitimação pelo voto dentro do mesmo sistema e da mesma estrutura político-partidária que nós temos que trará representatividade a este Congresso. Definitivamente, o Congresso não é representativo da população brasileira. E aqui não interessa se é de direita, se é de esquerda, se pensa progressivamente ou não. Não é representativo. Simples assim. Ele é representativo do capital. Isso sim. E alguns, que são a minoria, são repre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sentativos de alguns setores organizados da sociedade. Mas hoje são minoria. São setores como os sindicatos dos trabalhadores, associações, etc. Agora, hoje são evidentemente minoria. Então não é representativo.

Creio que uma eleição agora, dentro desse mesmo sistema que nós temos, levaria exatamente ao mesmo lugar.

Concordo com o Senador Requião, embora tenha ouvido o final da fala – e peço desculpas, porque fiquei preso lá na porta por horas até conseguir entrar. Eu concordo com o Senador Requião quando ele diz que pensa que não vai acontecer muita coisa no Governo Temer. Não vai conseguir passar tantas coisas assim.

Eu chego a concordar, mas alto lá. Uma coisa ele vai conseguir sim, e com muita tranquilidade, a partir do segundo dia de mandato, de mandato ilegítimo, o que não é nem mandato. Eu não sei o que será isso, se é uma tartaruga ninja. Não sei como se chama essa coisa. É uma fantasia, é um absurdo, é uma excrescência.

O Congresso Nacional – e está aqui do meu lado o Senador Paim, que pode corroborar o que eu estou falando – simplesmente parou no primeiro dia do segundo mandato da Presidenta Dilma.

Nós sofremos, desde a metade do primeiro mandato da Presidenta Dilma até o final, um boicote absoluto das grandes empresas brasileiras patrocinadas pela Fiesp. Desde a metade do primeiro mandato, uma construção de um boicote. O País foi parando, parando, parando, parando, parando.

O Congresso simplesmente se determinou – e isso não foi por acaso, foi urdido – a parar e a não deixar o Governo funcionar a partir do primeiro dia. E acabou! A despeito de quaisquer erros ou quaisquer equívocos – que eu não sou economista, mas mantenho minha opinião de que o Governo cometeu inúmeros equívocos –, a despeito disso, não funcionaria de qualquer maneira. Então, essa situação está sendo construída pela mídia, pelo Congresso Nacional e, infelizmente, pela Justiça. Sobrou a nós uma única instituição do tripé dos Poderes, que é o Executivo. Então, não sobrou, porque o Executivo não governa só nem tem legitimidade para tal. Então, sobrou... E o que é a rua? É a barbárie. Se eu cuspir na cara de qualquer Deputado hoje em que eu achar que devo cuspir, está valendo. Porque, no momento em que não respeitaram a célula basilar da democracia, que era o último direito de qualquer cidadão... Estou dizendo de cidadãos brasileiros, eu estou falando dos dois terços de brasileiros, que não sou eu, que sou do um terço privilegiado, porque às vezes tenho um emprego, porque tive possibilidade de estudo, estou falando dos dois terços. É muito interessante essa maioria da minoria e como que um Parlamentar tem a coragem de falar em nome do povo. Como é possível ver um Deputado como Pauderney Avelino, que, na semana em que foi condenado a devolver quatro milhões e meio que ele tinha afanado do Estado – ele tinha acabado de ser condenado a devolver quatro milhões e meio – veio falar em nome do povo brasileiro contra a corrupção.

(Soa a campainha.)

O SR. MURILO GROSSI – Aí, eu fiz um raciocínio: ele deve estar falando é do polvo brasileiro, que deve ser um animal. Eu não sabia que existia essa espécie brasileira. Mas ele me informou que há essa espécie. Um animal que tem o intestino na cabeça, que consegue se esconder em qualquer buraco para usar oito tentáculos para pegar tudo que estiver na mão dele. Acho que é o polvo brasileiro. É esse!

Para concluir, realmente é muito decepcionante, é muito traumático estarmos vivendo esta situação. Eu faço um mea-culpa, eu cheguei a não acreditar meus filhos passariam por isso. Mas, na realidade, o mea-culpa que eu faço é que eu estava profundamente enganado. Nós vivemos um idílio, nós vivemos uma fantasia, nós acreditamos que estávamos vivendo numa democracia e que estávamos, de fato, mudando o País. Não! O País não se muda sem se mudarem suas estruturas, sem se mudarem suas instituições. Então, ao contrário de uma eleição agora direta...

(Soa a campainha.)

O SR. MURILO GROSSI – ...eu chamaria imediatamente um plebiscito para fazer uma Constituinte exclusiva para uma grande reforma política. (*Palmas.*) (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Murilo Grossi, ator.

Veja bem, para aqueles que dizem que só há uma posição nesse debate... Não! Ele aqui colocou, com muita clareza, a sua posição em defesa da democracia e disse, inclusive, que é contra as eleições, já. Mas, ao mesmo tempo, criticou duramente o ataque à democracia via *impeachment*.

Então, aqui todos falam – para aqueles que estão assistindo pela TV Senado. Veja, você concluiu, exatamente, na PEC nº 15, casualmente de minha autoria. Eu apresentei a PEC nº 15, que diz o seguinte: que se convoquem homens de alto saber, caráter, para que se faça uma radical reforma política, eleitoral e partidária.

Para muitos aqui, isso se soma. Por quê? Para aqueles que defendem essa visão de que, bom, já que a da, neste momento, seria um mandato tampão de dois anos, nestes dois anos se faria a reforma política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

eleitoral e partidária. Em 2018, para as eleições gerais, haveria um novo marco que não seja esse que elegeu este Congresso que está aí, que, sinceramente, é triste de ver.

Agora, pessoal, estão inscritos aqui o Wilmar Lacerda, Eli Carlos e nós temos ainda, na Mesa, o nosso poeta. Então, fala agora o Cacá poeta, em seguida fala o Wilmar, que é suplente de Senador. Eu aprendi na vida a dar o mesmo valor tanto para o titular como para o suplente.

Então, para mim, Wilmar, você fala aqui como Senador, em seguida.

Por favor, Cacá. – Carlos Augusto Cacá, poeta.

O SR. CARLOS AUGUSTO CACÁ – Bom dia, companheiros. Eu agradeço essa oportunidade de estar neste debate. Esse é um debate em que a gente trata, necessariamente, dessa questão conjuntural do golpe e, ao mesmo tempo, é um debate chamado para discutir cultura, democracia e direitos humanos.

Para falar desses conceitos, eu queria começar fazendo uma citação poética de mim mesmo, que diz o seguinte:

> Lá na imensidão do céu brilha uma estrela esquisita.
> Não que lhe faltasse brilho ou que não fosse bonita.
> Ela até brilhava muito e, talvez, até por engano, pois já havia morrido e havia milhões de anos.
> Mas, a milhões de anos luz, mesmo depois de apagada, mesmo assim ela insistia, iluminando a estrada.
> E eu, daqui da minha porta, passava horas a vê-la.
> E como brilha se está morta?
> Vai entender as estrelas. (*Palmas.*)

Então, assim como são as estrelas, são as criaturas e suas criações. Dentre essas criações, esse conceito de democracia, esses modelos de sociedade. São conceitos que são muito difíceis de entender, porque eles mudam conforme o momento.

A gente sabe que a origem, que o conceito de democracia da sociedade moderna está associado aos direitos humanos, ao respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Mas o conceito surgiu na Grécia, em uma sociedade que tinha trabalho escravo.

Era uma sociedade democrata. O povo grego vivia em um modelo de democracia em que quem produzia, quem fazia o trabalho pesado eram escravos. Na verdade, o conceito diz que o povo é o soberano, que o povo participa das decisões fundamentais, com o seu voto, mas na sociedade grega as mulheres também não tinham direito a voto. Assim como os escravos, as mulheres também não tinham. Enfim, era a democracia de uma pequena minoria com direito à cidadania, que eram os homens livres.

Na sociedade moderna, com o conceito moderno de democracia, vivemos uma situação em que os direitos humanos passaram a ser muito discutidos, principalmente depois da Segunda Guerra, em função das atrocidades cometidas contra o povo judeu. Passou-se a valorizar a necessidade de assegurar direitos mínimos a toda pessoa, a todo ser humano.

Porém, existe uma grande contradição na sociedade moderna, que assegurou a garantia dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, trouxe o capitalismo, que criou um modelo de produção em que o mais importante é assegurar àqueles que têm patrimônio, grandes patrimônios, àqueles que têm capital, o direito de explorar o trabalho dos seres humanos. Essa contradição de ao mesmo tempo ter que garantir direitos humanos e de garantir aos ricos o direito de explorar o trabalho dos seres humanos ao máximo traz a modernização do sistema produtivo cada vez maior e que cada vez mais reduz a necessidade de trabalho humano, o que poderia melhorar as condições humanas, reduzindo a jornada de trabalho. Mas isso não tem acontecido nas últimas décadas, ou tem acontecido timidamente. Em alguns países agora, em momentos de crise, como há pouca necessidade de trabalho porque existe muito desemprego, o que se faz é aumentar as jornadas de trabalho ao invés de reduzir.

Eu vou fazer agora outra citação poética do Patativa do Assaré, que fala como surge essa modernização, ainda no século passado, mas que continua absolutamente moderna, com diferentes máquinas. Ele fala como a sociedade democrática que traz novas formas de trabalho opera sob as condições humanas do povo daquela região.

Ele diz:

> Ingém de ferro, você
> Com seu amigo motô,
> Sabe bem desenvorvê,
> É munto trabaiadô.
> Arguém já me disse até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E afirmô que você é
Progressista em alto grau;
Tem força e tem energia,
Mas não tem a poesia
Que tem um ingém de pau.
O ingém de pau quando canta,
Tudo lhe presta atenção,
Parece que as coisa santa
Chega em nosso coração.
Mas você, ingém de ferro,
Com este horroroso berro,
É como quem qué brigá,
Com a sua grande afronta
Você tá tomando conta
Dos nossos canaviá.
Do bom tempo que se foi
Faz mangofa, zomba, escarra.
Foi quem expulsou os boi
Que puxava na manjarra.
Todo soberbo e sisudo,
Qué governá e mandá tudo,
É só quem qué sê ingém.
Você pode tê grandeza
E pode fazê riqueza,
Mas eu não lhe quero bem.
Mode esta suberba sua
Ninguém vê mais nas muage,
Nas bela noite de lua,
Aquela camaradage
De todos trabaiadô.
Um falando em seu amô
Outro dizendo uma rima,
Na mais doce brincadêra,
Deitado na bagacêra,
Tudo de papo pra cima. [...]
Ingém de ferro, eu não quero
Abatê sua grandeza,
Mas eu não lhe considero
Como coisa de beleza,
Eu nunca lhe achei bonito,
Sempre lhe achei esquesito,
Orguioso e munto mau.
Até mesmo a rapadura
Não tem aquela doçura
Do tempo do ingém de pau.
Ingém de pau! Coitadinho!
Ficou no triste abandono
E você, você sozinho
Hoje é quem tá sendo dono
Das cana do meu país.
Derne o momento infeliz
Que o ingém de pau levou fim,
Eu sinto sem piedade
Três moenda de sodade
Ringindo dentro de mim.
Nunca mais tive prazê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Com muage neste mundo
E o causadô de eu vivê
Como um pobre vagabundo,
Pezaroso, triste e pérro,
Foi você, ingém de ferro,
Seu safado, seu ladrão!
Você me dexô à toa,
Robou as coisinhas boa
Que eu tinha em meu coração!

Patativa do Assaré. (*Palmas.*)

Essa poesia retrata o que esta sociedade democrata, esta sociedade democrática, em que a garantia do direito de exploração se coloca acima dos direitos humanos, faz com os direitos humanos onde chega a modernização. Não importa, o que for necessário ela atropela. Ela sacrifica o ser humano, desemprega e joga na lata do lixo o trabalhador simples.

E esta sociedade em que a gente vive é mundial. Ela se alastra. Ela faz isso no mundo inteiro.

Existem diversos modelos de resistência a esse tipo de agravamento da exploração. E, quanto a alguns desses modelos, o PT fez parte da história de resistência a esses modelos. O PT criou e tornou-se o maior Partido da América Latina, o partido de resistência popular, de organização popular, e lutou pelos meios de organização do povo para resistir nas ruas...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS AUGUSTO CACÁ – ... a qualquer ataque aos direitos dos trabalhadores.

Mas o PT fez, há uns 15 ou 20 anos, no início dos anos 90, de priorizar não a sua força das ruas e dos sindicatos, mas priorizar a força da luta institucional. E aí ele teve que fazer o jogo desse tipo de instituição. E hoje ele é vítima dessa arapuca em que entrou, porque ele tinha que fazer aquele projeto de governo que ele defendia que iria melhorar as condições das pessoas que estavam aviltadas nos seus direitos humanos.

E ele passa hoje pela condição de ser atropelado, porque esse modelo de governo e esse modelo de Estado, de estrutura de Estado não permitem esses avanços, por isso hoje é atacado por ter ocupado um Estado em que não cabia um partido de trabalhadores, que faz as lutas dos trabalhadores. Hoje eu sou também contra o golpe, porque eu sei que a derrota desse projeto petista é mais uma derrota dos trabalhadores, que vai ainda agravar mais as nossas condições. Entra um novo projeto, aliás, o velho projeto, que é um projeto de retirada, pior ainda, dos direitos e de atropelo de tudo que foi conquistado pelos trabalhadores.

Hoje eu me coloco contra o golpe nesse sentido, não em nome da democracia, porque eu acho que a democracia em si é um conceito muito frouxo, que não garante aos trabalhadores aquilo que se precisa garantir com força e organização, mas, em nome desses direitos dos trabalhadores, em nome das condições mínimas de sobrevivência que o Partido deu para as pessoas que estavam com fome...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS AUGUSTO CACÁ – ... eu me coloco hoje contra o golpe em defesa da luta nas ruas, para que nós impeçamos esse retrocesso na sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o poeta e escritor Carlos Augusto Cacá.

Agora vamos voltar à lista de oradores. São só quatro, aí o nosso poeta e a nossa cantora vão encerrar com uma linda canção que eles falam que é surpresa, não vou falar agora.

Então, Wilmar Lacerda, suplente de Senador.

O SR. WILMAR LACERDA – Suplente do Senador Cristovam, para o povo aqui entender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Atendendo ao pedido dele, eu repito, então, ajusto aqui: suplente do Senador Cristovam Buarque.

O SR. WILMAR LACERDA – Eu quero que fale isso para mostrar a divergência de pensamento de uma chapa eleita.

Eu queria, Senador Paim, primeiramente reconhecer e parabenizar a sua atitude da Bancada do PT de abrir este espaço oportuno, neste ambiente que vivemos no País, em que os movimentos sociais, culturais, religiosos de todas as matizes podem fiz a esta Comissão e expressar o seu sentimento neste momento muito importante da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu acho que V. Exª tem feito isso com muita maestria não só neste momento específico, mas ao longo do seu mandato, dando voz e vez ao conjunto da sociedade, ao conjunto dos trabalhadores. Eu acho que o Paim merece uma salva de palmas nossa. (*Palmas.*)

Realmente dá muito orgulho.

Se houve algum momento de tristeza que eu tive aqui foi quando a sua tristeza permitia-o caminhar fora do PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já passou, já passou.

O SR. WILMAR LACERDA – Fiquei muito triste com a possibilidade disso, porque é de uma tristeza, mas felizmente V. Exª está aqui conosco e V. Exª é uma pessoa extraordinária nessa luta nossa. (*Palmas.*)

Queria saudar todos aí, sem distinção.

Falar depois de poetas e artistas é sempre muito difícil, porque conseguem, com a arte, mostrar o momento que estamos vivendo neste País.

Quero aqui, primeiramente, falar do voto, da importância da democracia e do desvirtuamento da representatividade do voto, porque não se pode se eleger por uma causa e trair aquela causa durante o mandato. (*Palmas.*)

Eu acho que isso é fundamental!

Murilo Grossi falou da eleição do Prof. Cristovam Buarque como reitor, depois como Governador pelo PT, depois como Senador pelo PT, depois como Senador com o apoio do PT. São 20 anos de mandato, tirando os anos da universidade, eleitos com uma causa, com um pensamento e com uma base social. E trair essa base social neste momento no Congresso Nacional não é qualquer coisa, não é qualquer coisa! Estou me referindo a Cristovam, mas poderia me referir a qualquer Deputado ou a qualquer Senador que se elegesse no palanque da Presidenta Dilma e de Lula e que votasse contra esse projeto pelo qual foi eleito. Isso é que a angústia do povo brasileiro!

E há mais: a gente identifica, neste momento, as falhas da democracia, as falhas das instituições, as falhas na Constituição Federal. Como vamos aceitar um crime sem um morto, sem um corpo, ou um atentado sem ser atentado?

Moro numa cidade muito simples no entorno de Brasília – nunca mudei de lá –, que é Planaltina, que fica a 40 quilômetros de Brasília.

Você falou que Brasília foi desenhada para evitar que o povo pobre viesse para cá. É assim mesmo! No Plano Piloto, no Lago Norte e no Lago Sul, está a classe média alta. E, quanto mais pobre, mais distante do Plano Piloto está.

Então, moro numa cidade de pobres, a 45 quilômetros do Plano Piloto. Quando você conversa com as pessoas no campo de futebol e nos bares, ninguém sabe explicar por que a Presidenta Dilma está sendo cassada. Muitos acham que é por corrupção, porque a mídia brasileira...

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA – ...encontrou um caminho para o golpe, confundindo a opinião pública nesse emaranhado de corrupção.

Ela e Lula avançaram no combate à corrupção. É por isso que se mostra tudo. Antes, não se mostrava absolutamente nada da corrupção. E ela está sendo penalizada por isso.

Não ouvi a fala dos outros que me antecederam, porque cheguei aqui um pouco atrasado, mas quero dizer três coisas. Primeiro, o golpe contra a democracia não é pelo conjunto da obra do que fizemos, mas pelo que deixamos de fazer. Pelo que fizemos, fundamentalmente, é o golpe. Por quê? Passamos o salário mínimo de US$80 para US$244! Preste atenção, Paim, na revolução no salário mínimo, no que representa o salário para os aposentados deste País e para as pequenas cidades brasileiras!

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA – Nós estamos sofrendo o golpe porque, em 2002, havia 30 milhões de brasileiros que podiam andar de avião e, hoje, são 100 milhões de brasileiros! Os aeroportos se transformaram em rodoviárias!

Nós estamos sofrendo o golpe porque estudantes estão fazendo curso universitário: antes, eram três milhões; hoje, são oito milhões. Nós expandimos a universidade brasileira.

Nós estamos sofrendo o golpe, porque, antes de Lula, recebiam o benefício de transferências sociais 1,2 hão de famílias e porque, hoje, são 14 milhões de famílias no Bolsa Família. De 1,2 milhão, o número saltou a 14 milhões!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós estamos sofrendo golpe porque fizemos milhões de cisternas para o povo nordestino. Porque fizemos milhões de casas para quem não tem casa. Porque demos terra a quem não tem terra.

E ontem a Presidenta Dilma lançou o Plano Safra. Veja bem, Paim, saiu de R$2,2 bilhões no Governo Fernando Henrique para R$30 bilhões para a agricultura. Esse é o golpe. É o golpe contra os projetos de transferência de renda, de possibilidade de produção, de possibilidade de viver. Está completa a democracia? Não! Está completo o que nós pensamos? Não! Porque há uma luta de um projeto de poder neste País.

O capitalismo não se considera vencido nunca em um País que tem estrutura, tem terra, tem água, tem riquezas minerais, enfim, tem tudo. Eles não vão deixar de mão.

Portanto, a luta é muito drástica, companheiros e companheiras. E eu fico aqui imaginando a angústia. E que nós podemos fazer para evitar o golpe? Acho que uma das coisas é o que fizeram no Iraque recentemente: ocuparam o Parlamento. Derrubaram os muros do Iraque e o povo ocupou no Iraque, no Iraque, veja bem, aquele país atingido, massacrado pelo capitalismo. Muitos falam do Estado Islâmico, muitos falam do Islamismo, mas não veem o que o capitalismo faz naquela parte do mundo e contra aquele povo; o massacre que se faz contra o povo islâmico. E que eles... Como é que uma pessoa bota uma bomba no corpo e se mata? Como uma pessoa bota numa bomba no corpo e se mata? É por muito ódio de um massacre de todo dia.

Portanto, companheiros, eu acho que... Ontem, assistindo a palestra da Comissão de Ética – para concluir, Paim – percebo o que significa um partido político. Nós temos um bloco de esquerda, capitaneado pelo PT numa aliança estratégica com o PMDB, que tem uma parte de direita e que se aliou à direita e nos abandonou, traindo-nos. Foi isso que se deu nesse processo político. Constituiu-se uma maioria eventual para o golpe. E os mais beneficiados pelo golpe é o Michel Temer, do PMDB; é o Eduardo Cunha, do PMDB; e é a estrutura do PSDB e do capitalismo, que é Fiesp, que botou o pato em tudo quanto é lugar. É isso. É o capitalismo representado pelo PSDB e pelo PMDB nesta Casa.

E só há uma maneira de impedir isto: o povo na rua. E nós vamos reagir a esse golpe. Não imagine que o povo pacífico brasileiro vai ficar com essa angústia na goela. Não vai! Nós vamos reagir depois de cumprido os rituais do golpe que está acontecendo aqui no Congresso Nacional.

O povo vai reagir. Tenho absoluta certeza disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Wilmar Lacerda, falando aqui pela... Estava inscrito já o Sérgio Rivelli, que não se encontra.

Então, Eli Carlos. Eu só lembro a todos que estou garantindo cinco minutos para cada um, porque, às 14 horas, eu já tenho outra Audiência Pública com a juventude aqui – A Juventude e a Democracia –; e às 17 horas eu tenho outra. E tenho de ir ao plenário votar ainda. Mas eu vou conseguir.

Eli, por favor.

O SR. ELI CARLOS – Bom dia, Senador Paim. Bom dia a todos que estão nesta Comissão. Eu sou universitário, graças a Deus e também ao governo Lula e ao Governo Dilma.

A minha mãe trabalhou aqui, no Plano Piloto, como empregada doméstica, na 714. Naquela época, eu lembro muito bem, em 1993, de 1994 em diante, só estudava quem tinha um poder aquisitivo maior. Quem era da periferia não estudava. A minha mãe me deixava na creche e, no fim de semana, ia me buscar. Era a Creche Casa do Candango, que não existe mais.

Só que, com o passar do tempo, as coisas foram mudando, foram melhorando, depois do tempo do FHC, do Presidente Fernando Henrique. Houve uma mudança, sim, uma mudança para melhor, não para pior. Foi uma mudança que alcançou muitos jovens. A minha irmã hoje é formada e eu estou também me formando em gestão pública, na Faculdade Anhanguera. E tenho obtido também vários benefícios.

Então, este Governo veio trazer benefícios para a sociedade, aos menos favorecidos que moram em bairros que não são da classe alta, nem da classe média, mas daqueles que são da periferia, que votaram e têm também o direito de votar, de colocar os Deputados, o Presidente, os Senadores e os Governadores nos seus Municípios e cidades.

Todos nós sabemos que o *impeachment* é um golpe. Todos nós da periferia sabemos que tudo isso que está se voltando contra a Presidenta é um golpe parlamentar. É uma trama que já está vindo há muito tempo. Desde o primeiro mandato, eu tenho certeza de que o Temer já estava projetando isso, junto com a oposição.

Então, o que acontece: muitos que estão hoje falando mal do Governo, falando mal do PT, falando mal da Presidenta, no Brasil, como as classes menos favorecidas, eles falam mal porque a mídia tem demonizado, falando que a culpa é do PT, que a culpa é do Governo, que a culpa é da Dilma. Enquanto isso, a mídia internacional está falando contra: que está havendo um golpe no País, no Brasil, que está havendo um golpe contra a população, um golpe contra a Constituição, contra a democracia. Essa é a verdade do que está acontecendo.

E todos os jovens – eu acompanho muito nos *sites*, como o Facebook e os demais *sites* – estão reunidos contra o golpe. Nós não vamos aceitar isso, não vamos aceitar o golpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não vamos aceitar que venha uma tal presidência de Temer com o Cunha junto ou com quem está vindo junto com ele também por trás. Então, eu tenho certeza que vai ter uma grande mobilização agora nestes dias, aqui na capital, contra o golpe.

(Soa a campainha.)

O SR. ELI CARLOS – Todos os outros Estados estão vindo, estão conscientes, não vão aceitar, não vão abrir mão da democracia. Os eleitores, mais de 54 milhões de eleitores que votaram em favor da Presidenta, não vão ficar de braços cruzados.

Então, Presidente Paim, eu quero agradecer aqui essa oportunidade e falar também que eu sou um grande admirador do senhor, sempre ao senhor assisti, na TV Senado,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. ELI CARLOS – ...na sessão solene que o senhor já fez várias vezes; e dizer que também os jovens, a nova geração, a juventude é contra o golpe, não vai aceitar, não vai aceitar. A oposição, por mais que eles tenham o número que elegeram o presidente que não conseguiu ser eleito, mas a maioria do povo vai vencer, vai à luta.

A luta continua. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eli Carlos, universitário, que deu um depoimento pessoal, da sua história de vida até este momento, e deixando claro que se não está tudo aquilo que nós queremos, infelizmente muito pior vai ficar. Tivemos avanços e eles falam muito do desemprego, mas é bom lembrar que nós geramos 20 milhões de novos empregos, 20 milhões nesse período, e se agora perdemos 2 milhões, foi a crise internacional, que tinha que um dia chegar aqui também.

Nonato Santos.

Eu quero dizer para o Laurez que ele está inscrito. Viu, Laurez?

Laurez, jornalista, escritor. E eu tive alegria, como Deputado, de ele ser um dos assessores principais daquela Casa e muitas vezes contribuiu para o meu mandato.

Uma salva de palmas para o Laurez. (*Palmas.*)

O SR. NONATO SANTOS – Bom dia Senador, em nome de quem eu comprimento os membros da Mesa.

Quero dizer que esse espaço que o senhor está abrindo aqui no Senado, para que a sociedade se comunique, coloque seus pontos de vista, é muito importante, porque dizem que aqui é a Casa do povo, mas nem sempre o povo tem essa vez, a não ser quando o senhor abre esse espaço nestas Comissões para a gente colocar os problemas do nosso País.

Eu sempre vejo, pelos estudos que a gente acompanhou e viu, que a cultura teve um papel muito importante, não só na sociedade, mas para o mundo. As revoluções culturais foram uma demonstração clara disso. E eu entendo que um povo sem cultura é um povo que vai ser sempre explorado e vai ser sempre enganado.

Vejo que a cultura, no Brasil, ficou jogada em terceiro, quarto ou quinto plano. Por que isso? Porque a gente entende que a cultura, a partir do momento em que leva, através da arte cênica, os problemas de uma sociedade em que nós estamos vivendo, o povo começa a pensar de forma diferente.

Eu acho que nós erramos. Governo brasileiro – e eu não estou falando só do Governo Dilma, do governo Lula, estou falando dos governos que passaram pelo Brasil – nenhum deu a prioridade que a cultura merece ter. Essa é a grande realidade.

É óbvio que agora, em todos os momentos difíceis... E eu me lembro que quando ajudei, na época da minha adolescência, a curtir um partido de esquerda, que era exatamente o Partido dos Trabalhadores, nós participávamos daqueles momentos culturais que o PT fazia.

Então, isso é uma demonstração de que o PT se firmou, porque a cultura, os artistas que faziam parte desse legado deram a sua contribuição. O que foi que aconteceu? Nós observamos que, no andar da carruagem, o capitalismo e a burguesia interna e externa começaram a desqualificar a questão da cultura, não só no Brasil, mas compreendo que deva ser no mundo, porque a partir do momento em que a sociedade e a humanidade começam a observar a importância que tem a cultura no seio da sociedade para que ela possa pensar, eles começaram a observar que era muito perigosa a orientação nessa relação que tem junto à sociedade.

O que observo é que o Governo deveria dar mais prioridade à classe cultural do nosso País. Concordo, em determinado momento, com que o nosso colega autor, Murilo, coloca. A sociedade precisa se organizar. Ela está se organizando por momento, uma montanha, mas precisamos, pela cultura, levar essa conscientização, tanto de classe, levar essa conscientização de que precisamos defender essa democracia.

Termino colocando uma linha de pensamento de um autor desconhecido.

Ainda acredito que feliz do homem que sonha. Sonhos estão dispostos a se tornar realidade. Acredito que essa realidade vai vir a partir do momento em que a sociedade brasileira, o povo brasileiro, a classe trabalhadora, a juventude, os artistas não invadirem, mas ocuparem esta Casa e dizerem por quê estão ocupando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

contra o golpe, contra a morte infantil, contra o desemprego, contra esses empresários brasileiros que só pensam no capital. Aí, sim, acredito que vamos conseguir vencer toda essa batalha e tirar um governo ilegítimo que será o de Michel Temer.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Nonato Santos. Para ganhar tempo, de imediato, Sr. Laurez, jornalista e escritor e, em seguida, Finellón, que é um assessor dos direitos humanos aqui em Brasília.

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – Obrigado, Senador. Acho que estamos vivendo um momento realmente que se repete historicamente, que historicamente se tem repetido. Estava me lembrando dos anos anteriores a 1964, o que estava florescendo naquele momento. Tínhamos as universidades, que estavam estruturando todo o pensamento, todo o debate acadêmico estava acontecendo de forma extraordinária; tínhamos o surgimento da bossa-nova, que já estava se espalhando pelo mundo; tínhamos o cinema novo; tínhamos o teatro, tudo estava florescendo, a democracia estava a pleno vapor, pelo menos a esperança de uma democracia estava a pleno vapor.

Logo em seguida, vimos o que aconteceu. Agora estamos vendo também algo muito parecido. Temos uma reação de um setor ligado principalmente às religiões trazendo à tona um conservadorismo de cunho medieval, é coisa de base medieval.

Nós tivemos, inclusive ontem, o anúncio do Ministro da Ciência e Tecnologia, de uma igreja evangélica poderosíssima. Isso é coisa que nos deixa preocupados porque não sabemos muito bem o que este homem tem na cabeça, como ele pensa a ciência e como ele junta a ciência e a religião.

Outra coisa: nós temos, hoje, o homem mais poderoso na condução do golpe que, na minha opinião, se chama Eduardo Cunha. Não há uma pessoa mais bem lapidada para fazer o serviço com o que eles estão entalados, desde quando o Lula foi eleito; não há uma pessoa mais bem talhada para fazer o que eles querem, e rápido, como o Eduardo Cunha. Esse homem tem ligações com setores da economia não só nacionais como internacionais. Ele é um operador há muitos anos. Há décadas, esse homem opera para esses setores dentro do Congresso Nacional. A gente vê que ele tem ascensão sobre o Vice-Presidente Michel Temer. Ele tem ascensão sobre o Presidente do Senado, porque ele sabe de muitas coisas. Temer era Presidente do PMDB até recentemente, onde ficou anos a fio. E o Eduardo Cunha sempre foi o grande operador desses grandes grupos de financiamento.

Eu fico imaginando o seguinte: se ele é um homem realmente muito competente para fazer esse tipo de serviço, ele deve ter gravações ameaçadoras dessas tratativas na área de financiamento de campanhas eleitorais. Então, ele está pronto; ele pode ser afastado da Câmara, da Presidência da Câmara, mas ele vai para a Liderança do PMDB e vai comandar a Presidência da Câmara. Todas as medidas do Temer, esse sujeito vai colocar a toque de caixa, vai aprovar a toque de caixa. Então, eu acho que a mobilização de toda a sociedade é algo que me impressionou muito...

(Soa a campainha.)

O SR. LAUREZ CERQUEIRA – ...nos últimos dias, e a gente tem uma perspectiva muito esperançosa de que uma reação a esse golpe, a esse Governo ilegítimo que tenta se apropriar do País pode acontecer daqui para a frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, jornalista e escritor Laurez.

Louis Finnelón.

O SR. LOUIS FINELLÓN – Boa tarde a todos.

Eu vou falar rápido, como a última pessoa que vai falar, e queria fazer uma observação aqui. Acho muito importante, Senador Paim, que o senhor tenha tido essa iniciativa. Eu cumprimento o senhor e todos os presentes, porque alguns são bastante conhecidos, amigos e companheiros de luta.

Eu quero só fazer uma observação que me preocupa muito. Tenho pensado, já há algum tempo – eu sou economista; estava assessorando um Deputado do PT; aposentei-me; assessoro agora o Movimento Nacional de Direitos Humanos; trabalhei com o pessoal da cultura –, que, nos últimos anos, há mais de quatro anos, eu falava com o Deputado com quem eu trabalhava: "Deputado, está sendo preparado um golpe, sim." Eu fiz um curso de pós-graduação aqui no Cefor, na época em que o Arlindo era Presidente da Câmara, e falei: "O Cefor está sendo instrumentalizado como formação de quadro pelo Gilmar Mendes".

Todos os professores eram assessores ali. Todos não, não vou exagerar, quase todos os professores, mas a linha política de formação era do Gilmar Mendes e os que trabalhavam como professores eram assessores, tinham trabalhado com o Gilmar Mendes, vários deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, eu me preocupava, durante muito tempo, sim, em saber qual a estratégia que têm esses gestores. A mídia golpista que aparecia mais, uma pressão para aumento de juros, há mais de quatro anos, sempre falando que a inflação está estourando, está ultrapassando a meta de 5%, está ultrapassando a meta de 4,5%, o teto da meta. Então, tem que aumentar os juros, e foi um aumento progressivo de juros.

Tudo indicava que se estava tratando de um golpe, mas minha preocupação sobre a questão da estratégia é porque não conseguia ver. Não tem uma estratégia, aparentemente, nesses setores que estão querendo derrubar. Eles são contra tudo. Essa Uma Ponte para o Futuro é a destruição do que já existiu construído.

Então, o que pode ser o interesse, qual pode ser o interesse estratégico? Aí, a minha conclusão é que o interesse estratégico é justamente de destruir, criar o caos, criar uma situação no País em que se inviabilizem os governos, sim, porque o próximo governo que vier, se o golpe se concretizar, vai ser um governo em que eles mesmos vão estar brigando entre eles, e a população se opondo a essa situação, porque ela vai perceber logo... O conjunto da população já percebeu o golpe, mas o conjunto da população vai perceber como ela estará sendo espoliada, como ela estará sendo destruída em todos os avanços que teve, e não vai deixar que esses governos funcionem.

Então, o que acontecerá? A minha visão – é uma visão bastante negativa – é de que essa estratégia de destruição e de quebrar o País pode ser a estratégia que existe hoje no mundo inteiro de levar conflitos, regionais, porque são altamente rentáveis. À medida que tem conflito e que o pessoal que está brigando...

(Soa a campainha.)

O SR. LOUIS FINELLÓN – ...existe a possibilidade de você se tornar dono das riquezas do País de uma forma muito mais fácil, existe a possibilidade de você explorar o País e existe a possibilidade de a população estar se matando com armas que eles estão vendendo para a gente. Lógico que isso é muito mais complexo, mas eu estou falando aqui, nesse momento, que essa é a preocupação.

Então, o que pode se contrapor a isso? Eu acho que é o que nós estamos fazendo ou tentando começar a fazer aqui, Senador Paim. É buscar discutir estratégias, discutir alternativas, caminhos, e buscar que isso se incorpore com a população que vai resistir e que vai lutar, inclusive para evitar que esses confrontos e esses conflitos que nós estamos sendo levados a viver, por esses setores, gerem conflitos sangrentos e guerra, porque é preocupante essa situação do mundo inteiro.

E, hoje, a América Latina tem uma situação de relativa paz e não convém a estratégias internacionais se aproveitar, espoliar e atacar com uma barbárie. Eu vejo que a barbárie é um pouco diferente, minha concepção de barbárie é um pouco diferente, porque eu acho que a barbárie eles estão promovendo, e o nosso levante da juventude, os levantes populares, tudo isso é um anseio de participação direta que a gente deveria incorporar e tratar de ver como organizar, como alternativa para essa situação.

Obrigado, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Louis Finellón. Já mostra que há tempo vinha percebendo esse movimento para desestabilizar o País.

O último inscrito é o Sr. Evandro Sousa.

O SR. EVANDRO SOUSA – Sou eletricitário, já militante há muitos anos do movimento sindical principalmente e estamos nessa coordenação do Voto Já.

Queria só resgatar algumas questões que eu achei que passaram bem fundamentadas e outras mais em cima, que é essa questão da própria estrutura do nosso modelo de governo. Nós temos um modelo que não é completo.

Na Constituição de 1988, na formação, a proposta do então Relator, do nosso presidente era parlamentarista e na disputa da construção da própria formação, ela virou um presidencialismo. Na verdade, o que nós temos hoje é um presidencialismo de coalizão. Ou o presidente é eleito diretamente e tem maioria no Congresso ou ele é destituído. Isso não é novidade, temos que entender que esse modelo foi incompleto, ele precisa ser revisto. A proposta de refazer um modelo de novas eleições, com nova Constituinte é estratégica neste momento, porque nós vamos ter – partindo de uma Constituição que temos só de 28 anos e já tivemos o primeiro *impeachment* e teremos o segundo – vocês podem ter certeza de que o sentimento do ponto de vista da política e da relação do Parlamento desequilibrado e sem a representação popular que ele tem apresentado, vai ser o processo quase que rotineiro do nosso modelo de governo.

Isso é preocupante porque, à medida que embate social e a luta de classe do poder existe e é real na nossa sociedade, esse modelo constituído do presidencialismo de coalizão vai criar mais e mais vítimas, além da própria população, que não se sente representada e é a que deveria estar sendo representada, ela vai ser vítima função desse benefício. Percebemos claramente – o professor colocou aqui – o modelo que já estava sendo parado para o golpe. Eu já acho que estamos dentro do golpe, a questão agora é amarrar o sapato, falta o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Senado fechar esse processo. De fato, esse modelo já foi gestado desde o começo do governo do Presidente Lula. Ele só vem sendo acumulado, preparada a estratégia com essa mídia que se qualificou em desqualificar o Governo, os Parlamentares a cada dia foram ficando reféns de grupos meramente financeiros, economicistas.

(Soa a campainha.)

O SR. EVANDRO SOUSA – Esse processo está colocado na nossa frente. Quando a gente vê o Congresso votar no dia 17 e não dizer nada do que era motivo do golpe e só citar família, pai, mãe e adereços...

(Soa a campainha.)

O SR. EVANDRO SOUSA – ... isso é real.

Por isso que defendo as novas eleições, não desmotivando os companheiros de rua, porque esse embate lá na frente, essa necessidade de construirmos opções políticas para o momento colocado se fará necessária.

Nós vamos enfrentar o poder, vamos desqualificar as instituições, mas qual é a nossa proposta? Então, eu acho que o nosso caminho é por aí.

Obrigado a todos.

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Evandro Sousa.

Antes de dar a palavra para o encerramento, eu quero só lembrar que hoje, às 14h, nós teremos outra audiência nesta sala: Juventude e Democracia. Amanhã, pela manhã, teremos um debate sobre o sistema prisional brasileiro na ótica dos democratas também. Estaremos aqui para fazer o debate. Depois, às 12h, também amanhã, teremos audiência pública: Democracia e Saúde. Dia 9, segunda-feira, Plenário 7, audiência pública sobre juristas pela democracia. No mesmo dia 9, Plenário 7, às 17h, audiência pública: Democracia e Educação. E, no dia 10, terça-feira, pela manhã, vamos concluir com audiência pública com os Constituintes e um documento que vamos receber dos psicólogos com cinco mil assinaturas contra o golpe e pela democracia. Então, teremos uma agenda, a partir de hoje, com praticamente duas audiências por dia, até a votação, que deve acontecer na próxima quarta-feira.

Todos estão convidados.

Neste momento...

Pois não, só um segundo.

Quem agora vai encerrar é o Maestro Renio Quintas e a Célia Porto com a letra de uma música que eles falam que é segredo.

Nosso querido Murilo Grossi pediu só para dar um minutinho para uma saudação final.

O SR. MURILO GROSSI – Rapidamente, só para poder complementar o que o Wilmar falou do que está havendo. Ele se esqueceu de falar da legalidade, que acho que é o grande problema. Quer dizer, tanto o governo Lula quanto o Governo Dilma tiveram posturas absolutamente republicanas e legalistas, o que, definitivamente, a partir de agora, nós não teremos mais. Só para esclarecer, chamo de barbárie, de fato, o cotidiano do cidadão brasileiro comum, já é a barbárie, só que agora acho que a opção pela barbárie ficou escancarada.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Pessoal, vamos passar a palavra agora para o Maestro Renio Quintas e a cantora Célia Porto. Aí, vamos para o encerramento.

(Procede-se à execução da música Que País é Esse?) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maestro Renio Quintas e Célia Porto.

Encerro, assim, esta nossa audiência pública que debateu democracia e a cultura.

Parabéns a todos e nos encontramos novamente numa nova audiência às 14h, audiência pública: Democracia e Juventude.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência de hoje.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e doze minutos do dia quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de ciclo de debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos, com foco no legado das políticas públicas para as mulheres, juventude e em prol da igualdade". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Glauco Silva, Comissão Voto Já; Daniel Souza, Presidente do Conselho Nacional de Juventude; Tatiane dos Anjos, Conselheira da Visão Mundial; Maria das Neves, Conselheira Nacional de Juventude - representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; Iago Montalvão, Diretor da União Nacional dos Estudantes; Dediane Souza, Conselheira da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Flávio Renegado, Músico; Jeferson Lima, Secretário Nacional de Juventudo. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Wilmar Lacerda, 1º Suplente do Senador Cristovam Buarque; Auri Júnior, Representante da FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; Tamara Naiz, Representante da ANPG - Associação Nacional de Pós-Graduandos; Rubia Nascimento, Representante da PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular; Samuel Werneck, Representante da PJ – Pastoral da Juventude; Délio Alves, Coiab; Ederson Alves da Silva, Representante da CUT – Central Única dos Trabalhadores; Mazé Morais, Contag; João Antônio de Moraes, Federação Única dos Petroleiros - FUP. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de 2015, de minha autoria, para debater em ciclo de debates Democracia e Direitos Humanos.

Já debatemos aqui com as religiões, com os intelectuais, com o setor da cultura, com as mulheres, com os sindicalistas. Hoje, o debate que vai continuar até amanhã, sexta e segunda, até terça, é o Legado das políticas públicas para as mulheres, a juventude e pela igualdade racial.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado e pela internet e que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania. Além desse *link*, há o do Alô Senado, através do número 0800-612211.

De imediato eu vou convidar para a mesa... Sei que alguns convidados estão chegando, mas o que estão no plenário já podem ter assento à mesa.

Daniel Souza, Presidente do Conselho Nacional de Juventude. Seja bem-vindo, Daniel. (*Palmas.*)

Tatiane dos Anjos, Conselheira da Visão Mundial. (*Palmas.*)

Maria das Neves, Conselheira Nacional de Juventude, representante da União Brasileira de Mulheres – UBM. (*Palmas.*)

Iago Montalvão, Presidente da União Nacional dos Estudantes, Presidente em exercício. (*Palmas.*)

Convidamos a Conselheira da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais BGLT, Dediane Souza. (*Palmas.*)

E convidamos Jefferson Lima, Secretário Nacional de Juventude. Está a caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muito bem, pessoal. Nós vamos ter mais um ciclo de debates que esta Comissão aprovou por unanimidade, ouvindo todos os setores da sociedade sobre democracia e este momento que nós estamos atravessando.

Lamentavelmente, existe um processo de *impeachment* em debate aqui no Senado da República, foi aprovado na Câmara, vocês conhecem, e, provavelmente será votado esta semana na Comissão Especial, aprovando a admissibilidade. Daí, vai para o plenário. No Plenário, semana que vem, é outro debate. Depois, poderemos ter dois resultados: ou a Presidenta fica definitivamente ou pode ser afastada por seis meses.

Estou mostrando o quadro para situar aqueles que estão nos assistindo. Independentemente do resultado, eu quero ouvir a opinião e a posição de vocês, porque tenho percebido, já não sou mais um guri – guri é coisa de gaúcho, guri ou guria lá no Estado –, já estou com 66, mas estou muito animado com a juventude brasileira. Nos eventos de que tenho participado – participei recentemente em Mato Grosso do Sul do debate da democracia; participo agora, dia 16, no Rio; depois vou a São Paulo; depois vou a Santa Catarina –, a juventude tem se feito presente em todos os lugares com muita força.

Fui aos 27 Estados debatendo o projeto que eles queriam aprovar da terceirização, do negociado sobre o legislado e também regulamentar o trabalho escravo. Trabalho escravo tem que proibir, não regulamentar. Conseguimos travá-los, mas nós tínhamos apoio de um Governo legítimo eleito nos ajudando.

Então, estou muito preocupado também com esses desdobramentos, com a chamada "Uma ponte para o futuro", que eu chamo de "Uma ponte para o inferno", pela forma como está redigida e para onde aponta, que vocês conhecem muito bem, desvinculando receita da saúde e da educação, apontando de cara para reduzir inclusive o salário mínimo. O salário mínimo hoje é uma política construída, inflação mais PIB, mas não será mais. O aposentado que está nos ouvindo, hoje pelo menos o aposentado ganha inflação mais PIB e o salário mínimo dele de quem está na ativa. A proposta lá colocada é que o aposentado que ganha o mínimo ganhará menos do que o mínimo de quem estiver na ativa. É algo também lamentável. Aí vocês conhecem mais do que eu todos os temas que estão em debate. Por isso, vou aqui mais remediar. Vocês é que são os nossos convidados.

De pronto, passo a palavra por dez minutos, com a tolerância devida para concluir o pensamento, para Daniel Souza, Presidente do Conselho Nacional de Juventude. Tem a palavra não só para o plenário, mas também para todo o Brasil, via sistema de comunicação do Senado.

Vamos ter duas Mesas ou só uma Mesa, assessoria? Só uma. Então, já chegou mais um convidado, Flávio Renegado. Seja bem-vindo, Flávio. (*Palmas.*)

O SR. DANIEL SOUZA – Minha gente, saudações. Boa tarde. Obrigado, Senador Paulo Paim. Lembro que a gente frequentou muito esta Casa, sempre no Conselho, mas, à época da aprovação do Estatuto, o senhor teve um papel protagonista nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tive a alegria de ser o Relator. Vocês bancaram e eu tive de relatar.

O SR. DANIEL SOUZA – O senhor foi muito parceiro e disse: "O que o Conjuve encaminhar nós acolhemos para dialogar aqui no Senado". Então, de novo, a nossa gratidão.

Vou falar de juventude e democracia, do papel das mulheres e da política de igualdade racial.

Pensei muito neste ato de hoje, na Comissão de Direitos Humanos, liderado pelo Conselho Nacional de Juventude e o Comitê Pró-Democracia.

Eu quero saudar as minhas companheiras e os meus companheiros do Conselho Nacional de Juventude, que tomaram a decisão de lutar pela democracia em cenários tão adversos, de garantir a democracia para além dela, ocupar a democracia para radicalizar a democracia.

Eu quero começar a minha fala dizendo que a palavra democracia é profundamente ambígua. Nós aqui estamos defendendo democracia, mas o Presidente da Câmara dos Deputados também fala em democracia. De que democracia nós falamos, não é, Senador? O que nós queremos dizer ao falar em democracia?

Vou falar de democracia em um cenário em que o projeto de educação pública, especialmente nos Estados – embora eu seja baiano, venho de São Paulo –, tem um resquício da ditadura militar; vou falar de democracia em um cenário de segurança pública completamente militarizada – militarização da segurança pública, militarização da política e militarização do poder –; vou falar de democracia em um cenário em que ainda não redemocratizamos o País em sua plenitude, não realizamos o que chamamos de justiça de transição, de maneira efetiva.

É nesse contexto que ainda falamos de democracia e da necessidade de radicalizar a democracia e superar o verdadeiro estado de exceção em que vivemos quando comparamos o extermínio da juventude negra em nosso País.

Falar apenas de democracia parece um ideal muito distante. Por isso quero começar pela ambiguidade. s vivemos uma democracia, mas não é a plena democracia. Não a democracia com que sonhamos, não a nocracia que desejamos. Nós lutamos por democracia sem uma certa ilusão democrática. Na realidade, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

votamos, mas elegemos apenas 36 Deputados na Câmara. Quando contamos e observamos o mapa, 36 Deputados foram eleitos. Todos os outros conseguiram o mandato graças ao coeficiente eleitoral.

Eu li algo sobre algumas Deputadas e Deputados. Uma Deputada falava da sua alegria de ter sido eleita com apenas 26 mil votos, sendo que em São Paulo havia candidatos que obtiveram 120 mil votos e não foram eleitos. Para nós, isso é ilusão democrática. Votamos e não levamos. É o que acontece agora, diante da ameaça de ambiguidade democrática com o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente por 54 milhões de brasileiras e de brasileiros.

Quando você dialoga sobre o impedimento da Presidenta Dilma, um dos argumentos é: "Mas o mercado está feliz com a saída da Presidenta". Mas quem escolhe a Presidenta: a soberania popular ou o mercado? (*Palmas.*)

O debate está posto quando observamos as Bolsas de Valores. Utiliza-se a metáfora do rali do *impeachment*. Lucra mais com as ações nas Bolsas de Valores quem aproveita o rali do *impeachment*.

Quem dá o tom para a política: o mercado ou nós, a população, com a soberania popular?

Então, é nessa ambiguidade que nós vivemos, e com o desafio profundo quanto ao que a Presidenta chamou na Conferência Nacional de Juventude de os moralistas sem moral, que se articulam com o Presidente da Câmara, que aceita o pedido de impedimento, e tem conta na Suíça; e, há 140 dias, existe o pedido de afastamento dele no STF.

E os Ministros são tão rápidos em dizer se sai ou não sai a Presidenta; se é golpe, se não é. Mas não são rápidos para julgar o caso do Eduardo Cunha, porque, há 140 dias, nesta nossa democracia, existe essa lentidão para julgar o caso do Deputado Eduardo Cunha.

E, se a democracia é ambígua e tem limites, quem é que denuncia os limites da democracia? Nós, jovens, mulheres, negras e negros, que carregamos, todos os dias, o peso desse mercado, o peso do extermínio da juventude negra, o peso do machismo do patriarcado, o peso da homofobia, da lesbofobia, da transfobia. Nós denunciamos o limite desta democracia, que está posta, que não é a democracia ainda dos nossos sonhos.

Por isso, caro Senador, minhas colegas, meus colegas de Conselho Nacional de Juventude, diante dessa ambiguidade de uma frágil democracia ainda, nós do Conselho Nacional de Juventude nos colocamos contrários ao impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, e lançamos uma nota há cerca de 15 dias. Para quem nos assiste e quer ver toda a nossa posição, eu vou pegar algum ponto ou outro, para dizer por que nós somos contrários ao impedimento da Presidenta Dilma. Vou ler alguns trechos para vocês.

Primeiro: "O instituto do *impeachment*, constitucionalmente previsto, não pode ser amesquinhado por interesses subalternos e inconfessáveis ou vulgarizados por maiorias parlamentares eventuais." Nós não estamos no parlamentarismo: "Gostei, não há maioria, eu tiro." O sistema é outro, o *impeachment* é algo sério no nosso País, e não podemos usar o instituto do *impeachment* para retirar ou colocar, a bel-prazer dos acordos feitos nos gabinetes, os interesses que nunca são explícitos. Esse é o primeiro ponto da nossa posição como Conselho Nacional de Juventude.

Um segundo é que há para nós do Conselho um flagrante caso de desvio de poder na deflagração de processo de impedimento contra a Presidenta Dilma Rousseff, comprometendo esse pedido desde o começo. Como sabemos pela imprensa, há uma retaliação do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, ao acolher o pedido de *impeachment*, em resposta à recusa de o Partido dos Trabalhadores ser a favor da sua cassação na Comissão de Ética. Esses dois elementos já fragilizam esse atual pedido.

Além disso, a votação na Câmara, no dia 17, um *show* de horrores, em que Deus foi citado no Estado laico... Nunca vi Deus ser tão citado, mais do que nas igrejas. Não é? "Para a família, para Deus...", faltou para a propriedade também um elogio dos Deputados.

E quase nenhum tocou no possível crime da Presidenta. "Voto por minha mãe, por minha avó, por Deus..." Mas ninguém julgou, como é o papel de Parlamentares...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL SOUZA – Foram 17 que tocaram no assunto, entre 513 Deputados. Então, não julgaram o mérito. E, quando os Ministros do Supremo Tribunal Federal disseram: "Isso não é golpe, porque o rito está sendo cumprido."

O nosso problema como Conselho Nacional de Juventude não é o rito, é o mérito da questão.

O rito está sendo cumprido, o mérito que é equivocado: não há crime contra a Presidenta Dilma Rousseff.

Um outro ponto importante para nós: não pode também o procedimento do *impeachment* servir como uma eleição indireta ao Vice-Presidente da República.

Alguns Deputados diziam: "Estou votando aqui, porque acredito que o Presidente Temer..."

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. DANIEL SOUZA – Não é uma eleição indireta, não era o caso de eleger ou não Presidente da República.

Também o que causa espanto para nós do Conselho é essa letargia do STF, que é rápido em dizer se é golpe ou não é golpe, mas é lento para julgar o Eduardo Cunha. Muito estranho isso nos parece.

Por fim, na defesa da democracia, ontem eu passei a tarde lendo Uma Ponte para o Futuro, o programa do Vice-Presidente, é bom dizer isto – Vice-Presidente –, Michel Temer. Pesquise onde aparece a juventude. Não aparece e, quando aparece, é vinculado a um problema da Previdência Social: o que vamos fazer com a juventude daqui a vinte anos. Não há o debate da juventude como central na política de desenvolvimento. Fala-se de desenvolvimento, mas não se fala de sujeitos. Onde estão os jovens? Onde estão as mulheres? Onde estão negros e negras? Onde está a população LGBT? Não há, não existem. Falam de números de joelhos para o mercado, mas não há o papel e o lugar da juventude nessa ponte para o futuro. Na verdade, mostra-se como uma ponte para o retrocesso nesses dez anos de política pública de juventude, que completamos em 2015 – o Conselho Nacional fez um belo seminário nesse ano, colocando para o horizonte. Conversávamos hoje, na nossa reunião, o horizonte, os próximos dez anos, e agora temos que lutar pelo retrocesso quase que antes de 2003.

Para terminar mesmo, comunidade, o nosso desafio posto nesse cenário é ocupar a democracia para radicalizá-la. Se é que temos – ainda não nos representa plenamente –, vamos lutar por ela, ocupar essa democracia, para radicalizar e para ir além. Diz um filósofo italiano, de que gosto bastante, o Giorgio Agamben, que precisamos profanar a política. Eu acho que esse é o nosso desafio e é o que tem sido feito por estudantes secundaristas lá de São Paulo: profanar a Assembleia Legislativa. "Quem fala?" "Nós falamos por nós mesmos." Ocupar os espaços de poder, o que estamos fazendo hoje graças ao diálogo com o Senador Paulo Paim, com a Senadora Vanessa. Ocupar este espaço, profaná-lo, não como uma política distante de nós, mas nós falamos por nós mesmos e defendemos os nossos direitos e o projeto que queremos para este País. Esse projeto, com certeza, não é a tal ponte para o futuro, que se coloca como uma ponte para o retrocesso.

É isso.

Viva a democracia, e não aceitaremos nenhum tipo de golpe e não reconheceremos governos golpistas!

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Daniel Souza, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

Parabéns pela sua exposição tranquila, firme e clara.

Tatiane dos Anjos, Conselheira da Visão Mundial.

O SR. TATIANE DOS ANJOS – Olá.

Primeiramente, quero saudar o Senador Paulo Paim por esta audiência. É, de fato, muito importante para a nossa juventude brasileira estar discutindo políticas públicas.

Enfim, quero saudar todos os movimentos sociais que estão presentes dentro do Conselho Nacional de Juventude.

Quero dizer que nós somos contra esse golpe que foi dado e que não vamos aceitar de forma alguma o que está se dando com a nossa Presidenta Dilma Rousseff. Quero dizer que é de suma importância que nós dos movimentos sociais e dos movimentos da juventude possamos, de fato, ocupar as ruas.

Vocês que estão aí do outro lado e que estão assistindo a este momento aqui parem para pensar e para ver o quanto a nossa juventude está sofrendo com esse golpe.

O Conselho Nacional de Juventude tem um papel fundamental dentro dessas discussões, dentro dessas políticas públicas, nas quais foram realizadas as conferências da juventude. Viemos desde lá detrás com outros atores. Vem, a cada momento, renovando esse público. Hoje, no Conselho Nacional de Juventude, existe uma diversidade de movimentos, uma diversidade de jovens que vêm de uma base comunitária, que vêm de um processo de movimento social e que, assim como eu, têm o papel fundamental de estar aqui hoje falando abertamente nacionalmente, dizendo dessas questões com quais estamos sofrendo a todo o momento.

A gente também está sofrendo, de fato, com a questão do extermínio da nossa juventude negra. A cada dia, a cada momento, um jovem negro é assassinado. E aí você se pergunta sobre o porquê disso. Se um jovem negro vai para a rua sem camisa, a polícia o para a todo o momento. Então, nós do Conselho Nacional de Juventude vimos discutindo a questão dos autos de resistência, a questão da violência policial contra os nossos jovens negros.

Quero deixar um pouco do meu tempo para a Plenária, para essa galera do Conselho que está aqui presente.

É de suma importância ouvir cada um de vocês, porque cada um vive uma realidade diferente, principalmente cidade de Salvador, que a segunda capital com maior número de negros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A todo o momento, a gente vem sofrendo com esses embates, com essa questão da violência policial, com a violência contra a nossa juventude. Então, eu gostaria de deixar um pouco do meu tempo, porque quero ouvir um pouco os representantes do Conselho Nacional de Juventude sobre o fato de estarmos sofrendo com esse golpe que já foi dado.

Vamos juntos dizer: "Não à democracia! Não à democracia! Sim à democracia!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela vai repetir de novo, a meu pedido: "Sim à democracia! Não ao golpe!"

O SR. TATIANE DOS ANJOS – É, eu falei o contrário. Sim à democracia! Não ao golpe! Exatamente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi a emoção do momento!

O SR. TATIANE DOS ANJOS – Foi a emoção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Tatiane dos Anjos, Conselheira da Visão Mundial! Todo mundo entendeu, e, depois, você ajustou.

O SR. TATIANE DOS ANJOS – Ajustei. Foi só um susto, uma pegadinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Tatiane! A Tatiane falou muito bem, falou em nome do gueto, em nome dos mais pobres e do nosso povo negro, tão sofrido em nosso País. Fiz parte daquela CPI sobre o extermínio dos jovens. Sem sombra de dúvida, você foi muito feliz, porque isso se dá principalmente com os negros.

Ao mesmo tempo, ela ainda abriu mão de cinco minutos de seu tempo para o Plenário. O Plenário só vai falar, porque ela abriu mão do tempo. Vocês vão dizer: "Mas serão só cinco minutos?" Não, não, é claro que o Plenário vai falar. Ela deu uma bela contribuição.

Com a palavra Maria das Neves, Conselheira Nacional de Juventude, representante da União Brasileira de Mulheres (UBM).

A SRª MARIA DAS NEVES DE SÁ MACÊDO FILHA – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde a todos os componentes do Conselho Nacional da Juventude! Quero saudar cada companheiro, cada companheira que constrói esse Conselho e que realizou, no final do ano passado, a maior Conferência Nacional da Juventude, a 3ª Conferência Nacional de Juventude, e esse time que vem, Senador Paulo Paim, conduzindo no Brasil a luta em defesa dos direitos da juventude e que, através da 3ª Conferência Nacional, apontou um novo projeto, Sonhos e Anseios da Juventude Brasileira.

E eu queria começar, portanto, saudando cada um e cada uma dos meus companheiros e companheiras do Conselho Nacional de Juventude. Agradeço ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, saúdo a Senadora Vanessa e todos os demais Senadores que compõem o Comitê em Defesa da Democracia, os funcionários desta Casa, que compõem o Comitê e que nos recebem.

Este, sem dúvida nenhuma, é um momento histórico para a juventude brasileira e para todo o povo brasileiro. É um momento ímpar da nossa história. Depois de 1964, a nossa jovem democracia volta a ser atacada, e um processo de interrupção está em curso no nosso País.

Eu me chamo Maria das Neves, sou representante da União Brasileira de Mulheres e membro do Conjuve, mas sou estudante de direito pelo Prouni, sou negra, sou mulher, sou bissexual e constituo uma família composta por um homem e uma mulher. A minha família existe. (*Palmas.*)

E eu digo isso para afirmar que neste Conselho cabe toda a diversidade da juventude brasileira, que luta por sonhos, que luta por mais direitos, mas, sobretudo, pelo direito de viver e amar. A juventude negra segue morrendo nas periferias brasileiras, a população LGBT segue morrendo, e no último período, vimos avançar no nosso País a LGBT-fobia, fruto da intolerância, a transfobia, o machismo, o racismo e fruto do Congresso mais conservador desde 1964, nós vimos pautas retrógradas ocuparem o Congresso Nacional.

É fundamental este ato hoje, que marca a resistência da juventude brasileira contra o golpe. Nós, de diversas organizações, diversos Estados, de diversas frentes de mobilização, levantamo-nos e dizemos não ao golpe. A democracia brasileira é o maior patrimônio da Nação, e é por ela que a juventude vem aqui hoje, no Senado Federal, para defender a nossa liberdade, para defender o amor, defender a democracia. Sem ela, não avançaremos nenhum milímetro na conquista dos direitos e muito menos, Daniel, implementaremos todas as resoluções aprovadas na 3ª Conferência Nacional de Juventude.

Aqui afirmamos que *impeachment* sem base legal é golpe. Não há crime contra a Presidenta Dilma, a primeira mulher Presidenta da República do nosso País. E nós afirmamos a esperança neste Governo, que tem mudado a vida das mulheres e da juventude.

No último período, 1 milhão de brasileiros, mais de 1 milhão de brasileiros saiu da miséria, a maior parte es foi de mulheres; 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular; foram 36 milhões ao todo e saíram da miséria, e a metade foi de mulheres; 1 milhão de casas do Minha Casa, Minha Vida, está no nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da mulher e 87% dos lares brasileiros são comandados pelas mulheres. Somos mais de 50% da população e ainda representamos menos de 10% no Congresso Nacional.

O golpe em curso é machista. O golpe em curso é misógino. Ele atua contra a Presidenta Dilma, contra o seu Governo, mas atua contra cada mulher brasileira, contra cada jovem brasileiro. Atua contra o povo brasileiro, os trabalhadores e trabalhadoras e, sobretudo, contra todos os direitos que nós conquistamos no último período. Atacam a Presidenta não pelo que ela fez de pior, não pelos seus erros, mas exatamente pelos seus acertos. Como eu, milhares de jovens negros e negras adentraram a universidade pelo Prouni e Fies, programas que beneficiam, majoritariamente, as mulheres. E, sobretudo, as mulheres negras.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DAS NEVES DE SÁ MACÊDO FILHA – As mulheres faveladas. É por isso que a Casa Grande surta, quando a senzala entra na universidade. Os machistas surtam por haver uma mulher no poder e com o sistemático empoderamento das mulheres. E aqui afirmo que a Primavera Feminista, que tomou conta das ruas em 2015, contra o PL nº 5.069, também pediu, em alto e bom som, "fora Cunha". "Fora Cunha", inimigo número um das mulheres, da juventude e da democracia brasileira.

Não permitiremos que a Casa do Povo se torne um grande conluio daqueles que representam o que há de pior no nosso País, da corrupção, daqueles que atentam contra a nossa democracia. E eu me remeto, sobretudo, ao povo brasileiro, que tem ocupado as ruas contra a corrupção, em defesa da família. Aqui também está a juventude que luta contra a corrupção; aqui está a juventude que defende a família. Mas defendemos todas as famílias. Lutamos contra toda corrupção e, sobretudo, contra todos os corruptos, sejam eles de que partido for. Não pode haver seletividade no julgamento, parcialidade. Cobramos, nesse momento, um posicionamento, sim, do STF, que até hoje não julgou os processos do Eduardo Cunha. E nós pedimos um posicionamento, porque não aceitaremos mais Eduardo Cunha presidindo a Câmara dos Deputados, porque não tem legitimidade para fazê-lo.

(Manifestação da plateia.)

Esse é o sentimento da juventude brasileira que o Conjuve traz a esta Casa hoje. Não aceitaremos, não permitiremos que o que aconteceu na Câmara dos Deputados se repita no Senado Federal. Não podemos admitir que uma Presidenta honesta, que não tem nada que pese contra ela, possa ser julgada por aqueles que compõem a lista da Lava Jato, por aqueles que respondem por processos nos seus Estados e perante a Justiça brasileira. Eles, e não a Presidenta, deveriam estar sendo depostos dos seus cargos. Portanto, afirmamos que as mulheres brasileiras e a juventude seguirão nas ruas, em defesa da democracia e contra o golpe.

A Presidenta Dilma disse, no seu discurso, quando assumiu: "Sim, a mulher pode." Disse ela: "Eu gostaria muito que os pais e as mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas e dizer: 'Sim, a mulher a pode.'" A Presidenta comprometeu-se em honrar todas as mulheres brasileiras. E eu quero, neste momento, registrar a minha homenagem e, acredito, a homenagem de todas as mulheres que compõem o Conselho Nacional de Juventude, todo o movimento feminista brasileiro. Nós queremos registrar a nossa homenagem à Presidenta Dilma, que sofre diariamente sistemáticos ataques, não apenas pela sua posição política, mas sobretudo por ser mulher.

As capas da grande mídia, os ataques dentro do Congresso Nacional, o "Tchau querida" profanado pelos Deputados na última votação é uma afronta às mulheres brasileiras. Mexeu com a Dilma, mexeu com cada uma de nós, porque ela nos representa, representa o avanço e o empoderamento das mulheres brasileiras, que hoje podem sonhar em ser advogadas, engenheiras, médicas, mas também podem sonhar em ser presidentas da República. E as meninas que crescem neste País não podem e não irão guardar na memória a mensagem dos Deputados na última votação.

A mensagem que nós deixamos, e que reafirmo neste momento, é a mensagem que disse a Presidenta Dilma no seu discurso de posse: "Sim, a mulher pode!" Nós podemos ocupar a Presidência da República e todos os espaços que nós quisermos, porque lugar de mulher é onde ela quiser e nós lutaremos para que essa onda misógina, machista, LGBT-fóbica e racista seja defenestrada do Congresso Nacional e, com isso, nós possamos aprofundar a democracia brasileira, barrar o golpe em curso em nosso País e garantir o direito à memória e à dade.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARIA DAS NEVES DE SÁ MACÊDO FILHA – Na última votação na Câmara dos Deputados, por fim, registro o repúdio da nossa juventude, o repúdio deste conselho ao Deputado Jair Bolsonaro, que registrou uma homenagem a um dos piores torturadores da ditadura militar.

Nós somos herdeiros e herdeiras dos guerrilheiros e guerrilheiras do Araguaia, de todos os jovens que tombaram, lutando por amor, por liberdade e por democracia. E aqui está a juventude brasileira, que, se necessário for, doará a sua vida em defesa dos sentimentos mais justos, do sonho desta juventude, porque o que nós vimos no último período foi um Brasil que se levantou, um povo que recuperou a sua autoestima, as mulheres que sabem que podem ocupar todos os espaços, inclusive a Presidência da República.

Nós vós inspiramos na Presidenta guerrilheira, na Dilma Coração Valente, que, como nós, lutou, foi presa, torturada, torturada inclusive por aquele homenageado pelo Jair Bolsonaro. E nós repudiamos todos aqueles que homenageiam torturadores e denunciamos o golpe em curso e a aliança de torturadores, de racistas, de machistas, de LGBT-fóbicos e tudo que há de mais atrasado na população brasileira, no nosso País.

E a juventude não fecha com essa turma do passado, com essa turma que constrói pontes para o retrocesso. A nossa aliança é com futuro, com a esperança, com os sonhos e com os sentimentos mais justos que permeiam os nossos corações.

E é com a pureza dos nossos sonhos, com os sentimentos mais genuínos que fazem da nossa juventude tão rebelde, tão revolucionária, que nós mais uma vez nos colocamos no fronte de batalha em defesa da juventude brasileira.

Não vai ter golpe, já tem luta, no meu País, eu boto fé porque ele é governado por mulher.

Viva a democracia!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maria...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É fato e é real, pessoal: lá em casa quem manda são elas. Eu só estou aqui porque elas me liberaram, do contrário eu não estaria aqui.

Quero dizer com muito orgulho que tenho três filhas e todas são militantes das causas populares. Elas estão nas ruas, como vocês estão hoje aqui.

Vamos em frente.

Um abraço à Edneia, à Janaína, à Michele, a todos na luta.

Eu agora quero passar, com muita satisfação, depois desse belo pronunciamento, que emocionou a todos e foi bonito, na mesma linha dos que a antecederam... Parabéns à Maria das Neves.

Disseram que o Secretário chegou?

Jefferson Lima, venha para a mesa. Damos um jeitinho aqui. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra agora ao Diretor da União Nacional dos Estudantes, Iago Montalvão.

O SR. IAGO MONTALVÃO – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar ao Senador e agradecer muito por nos receber aqui, Senador. Eu acho que, em outras oportunidades, já estive aqui em debates também, acho que é um mandato com que podemos sempre contar, principalmente na educação. Quero cumprimentar também o Secretário, que chegou aqui agora.

Acho que a juventude tem grande responsabilidade com a democracia. Acho que nós estudantes temos uma relação muito íntima com a democracia. Por que a democracia é tão importante para nós? Não é novidade que a juventude e os estudantes sempre foram vanguarda das lutas populares. O ímpeto da juventude, como a Maria bem colocou, é fundamental nas grandes mobilizações que tivemos na nossa história, e a UNE (União Nacional dos Estudantes), da qual eu tenho profundo orgulho de fazer parte e a qual eu tenho profundo orgulho de representar aqui no Conselho de Juventude, tem uma história que é indiscutivelmente atrelada ao desenvolvimento da democracia no nosso País. A UNE lutou em defesa do mandato do Presidente João Goulart, não é a primeira vez que fazemos a defesa de um mandato presidencial, não é a primeira vez que fazemos a defesa da legalidade. Participamos da cadeia da legalidade, transferimos a sede da UNE para Porto Alegre antes do golpe de 64 justamente para fazer a defesa da legalidade. Por isso, temos um currículo e muita propriedade para falar sobre democracia, porque fomos nós estudantes e a União Nacional dos Estudantes que protagonizamos a derrubada de um Presidente, e sempre fazemos questão de falar nisso, porque aqueles que hoje tentam golpear a democracia tentam imputar a nós uma comparação inescrupulosa: não é, de forma alguma, mesma coisa o que acontece hoje com o que aconteceu com o Presidente Collor. Com o Presidente Collor, via um Presidente investigado, havia uma CPI, havia uma série de processos que indicavam enriquecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

próprio e crime doloso por parte do Presidente da República. Nós, em conjunto e em unidade da sociedade e dos movimentos sociais brasileiros, fizemos a pressão para a derrubada do Presidente.

Hoje, muito pelo contrário, a Presidenta Dilma não tem sobre si nenhum tipo de crime de responsabilidade, a sociedade brasileira, especificamente os movimentos sociais, que foram aqueles que sempre lutaram pelos direitos do povo brasileiro, não esses que surgiram há um, dois anos não, para fazer um discurso moralista, falso moralista contra a corrupção e que tem como pauta central a defesa das elites e a derrubada do projeto popular, não foram esses não. Foram os movimentos sociais que sempre estiveram na rua e que hoje estão contra esse *impeachment*. (*Palmas.*)

Estão contra.

Não existe um movimento social legítimo neste País hoje, que tem história de luta, que esteja a favor desse golpe. Então, eu acho que é preciso essa diferenciação e para nós é importante.

Então, os estudantes perceberam isso, como sempre perceberam. E a universidade pública e a universidade privada hoje, no nosso País, as universidades em geral têm sido centros de luta em defesa da democracia. Hoje nós temos mais de 80 comitês em defesa da democracia em universidades em todo o País. Comitês organizados pelos estudantes, comitês instigados pela União Nacional dos Estudantes, mas, em muitos cantos, organizados por próprios estudantes que nunca se organizaram. Os estudantes sentiram essa pressão.

A UNE, na semana passada, convocou uma paralisação nacional nas universidades, no dia 28 e nós tivemos atos em dezenas de universidades. A UnB, aqui, em Brasília, teve uma assembleia com mais de 300 estudantes que paralisaram a universidade para fazer a defesa da democracia. Quer dizer, a juventude não está embarcando nessa viagem, a juventude não está comprometida com esse golpe, a juventude está comprometida com a defesa da democracia.

E eu acho que nós precisamos ampliar esse diálogo, e acho que o Conjuve tem um papel fundamental, assim como a UNE e todas as entidades que aqui participam têm, em dizer para a juventude por que isso é um golpe – por que isso é um golpe.

E eu encaro esse golpe em dois planos: no plano jurídico e no plano político e moral. Porque no plano jurídico, vejam bem, acho que isso já está muito claro para todo mundo aqui, não existe crime de responsabilidade, as chamadas pedaladas fiscais, que são na verdade operações de crédito, não foram recomendadas pelo TCU depois do primeiro mandato da Presidenta Dilma, pelas quais se referem o pedido de *impeachment* que está em tramitação aqui na Casa. Antes disso, essas operações não só foram realizadas por diversos Presidentes e Governadores como haviam sido aprovadas pelo TCU diversas vezes, então, não se configuraram crime de responsabilidade, não se configuram.

E não adianta dizer que há outros atos, porque o pedido de *impeachment* tem muito claramente nessa questão a sua justificativa. Assim como nos decretos de abertura de crédito extra, que também não se justificam enquanto crime, porque têm relação com outros órgãos do Poder Público que não estão necessariamente envoltos pelo Poder Executivo, ou seja, foram créditos suplementares abertos para Poderes, como o próprio TCU, como o Legislativo e como o próprio Judiciário, o STF. Ou seja, sem esses créditos suplementares os poderes poderiam sequer funcionar, mas aí eles funcionam para dar o golpe em uma Presidenta que não cometeu nenhum ato ilícito.

E digo mais, gente, digo mais, isso é uma falsidade jurídica tão grande, é uma criação, é um espetáculo jurídico tão grande criado, que eles pegam atos que não podem ser considerados crimes para imputar a uma Presidenta uma responsabilidade que não existe, a uma mandatária que não tem sequer nenhuma investigação a nenhum tipo de ato que possa ter sido praticado em enriquecimento próprio, em crime doloso.

Não existe! Portanto, é um absurdo, e vamos dizer isso para a juventude. Essa é a justificativa.

Sem falar do ponto de vista moral e político no que esse golpe está se consolidando, quer dizer, não pode ser possível que seja justo um *impeachment* que está sendo conduzido por grupos que sempre opostos aos projetos populares e que, claramente, estão envolvidos em inúmeros casos de corrupção e é um tipo de projeto que vai retroceder o que estamos construindo. Não pode ser que isso não seja um golpe.

O golpe não é só quando estão de armas na mão e depõem à força, o golpe institucional também está colocado. Acho que o que vem depois é o que tem que nos preocupar, a ruptura da democracia é o que tem que nos preocupar.

O Michel Temer, nos seus projetos, tem proposto, por exemplo, pagamento de mensalidade em universidade pública, uma batalha que temos feito aqui, que temos feito durante toda a história da nossa entidade, que é a defesa da gratuidade do ensino público. Ele quer dar bolsa, por exemplo, para estudante de ensino médio estudar em escola particular; mas e o fortalecimento da escola pública?

É esse projeto que temos que pensar: ele quer desvincular as receitas obrigatórias e constitucionais da educação e da saúde. É esse projeto que queremos para o Brasil? É com esse o projeto que vamos resolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a crise que vivemos hoje? É aprofundando o ajuste fiscal? Não, precisamos fazer a luta no caminho correto, precisamos combater as injustiças dentro da democracia, os erros que foram cometidos dentro da democracia, e isso nunca nos furtamos de fazer, nenhum movimento social que está aqui nunca se furtou de fazer. Acho que essa é a luta que fazemos.

E, para finalizar, queria dizer que, na verdade, esse golpe já está em curso, porque o conservadorismo que acompanha esse processo já está sendo implementado em diversos segmentos e lugares.

Acho que para nós estudantes também é muito claro que esse processo de ruptura democrática vem também com um processo de censura e de inibição às manifestações democráticas que conquistamos com sangue e suor, com a morte, por exemplo, e o desaparecimento do nosso ex-Presidente Honestino Guimarães.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, a Justiça tentou impedir uma assembleia estudantil de realizar um debate sobre o *impeachment,* a Justiça, a juíza tentou impedir. Em Alagoas, por exemplo, os Deputados lá aprovam uma lei, o mesmo governador, tendo derrubado a lei, eles vão lá e derrubam o veto do governador, que é a lei da mordaça que vai impedir os professores...

Sou estudante de História, quero ser professor um dia e quero debater política na minha sala, e os Deputados querem impedir os professores de debater política nas escolas. Esse já é o início do golpe, o início do retrocesso e, com isso, vem a perseguição aos movimentos sociais.

Para encerrar, queria dizer que há uma coisa muito preocupante hoje, dentro desta Casa legislativa, mais especificamente na Câmara, que está por vir a acontecer e que abrirá um precedente que é muito preocupante para um movimento social brasileiro, que é a CPI, a comissão parlamentar de inquérito da UNE, que foi proposta e protocolada pelo Deputado Marco Feliciano. Isso é um absurdo!

(Soa a campainha.)

O SR. IAGO MONTALVÃO – Não vou dizer sem precedente, porque há um precedente, e esse precedente é de 1963, e a história é muito interessante para compreendermos os processos presentes, porque a última vez que se teve uma CPI da UNE, a única, foi em 1963, um ano antes do golpe, com as mesmas justificativas de que a UNE, por defender o mandato do João Goulart, estaria alinhada ao governo e receberia dinheiro do governo.

Então, vejam que não é coincidência. Em 1963, a UNE, a União Nacional dos Estudantes, sob o mandato do Presidente José Serra naquela época, respondeu a uma CPI. E hoje, pela mão de Eduardo Cunha, Marco Feliciano, Jair Bolsonaro, MBL, Juventude do PSDB, atacam essa entidade histórica, que sempre fez a defesa da democracia. Em uma tentativa de nos perseguir, nos acuar, mas não conseguirão. Não conseguirão porque nós resistiremos e continuaremos lutando pelas pautas que nós acreditamos ser justas.

Mas a gente enxerga isso como um ataque. E não é um ataque à UNE, é um ataque aos movimentos sociais, é um ataque à democracia e é a tentativa de criminalização da juventude e dos estudantes dos movimentos sociais. E que fique claro, a UNE não tem nada a temer e ela vai lutar até o fim contra qualquer tipo de criminalização e sempre em defesa da democracia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Iago Montalvão, diretor da União Nacional dos Estudantes, que fez uma defesa clara aí da Presidenta e contra o *impeachment*.

Só para ajustar com o que você colocou, dezessete governadores deram as ditas pedaladas e nunca foi considerado... Inclusive o Relator. E nunca foi considerado crime. Prefeitos, centenas. E nunca foi considerado crime. Muito bem colocado. Parabéns pela fala.

Passamos agora a palavra para Dediane Souza, conselheira da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

A SRª DEDIANE SOUZA – Boa tarde a todas as mulheres e às demais pessoas presentes neste espaço. Saudar aqui o Senador Paulo Paim; meu presidente do Conselho Nacional de Juventude, Daniel Souza; o secretário Jefferson, e os demais companheiros do Conselho Nacional de Juventude.

É importante dizer, eu acho que o Iago e o Daniel trazem dois pontos de vista muito importantes para o nosso debate. Eu acho que o primeiro é o que está em jogo nesse debate atual. Primeiro, é um projeto político das camadas menos favorecidas deste País. Quer dizer que o nosso projeto político é o projeto político de elevação de acesso à universidade pública para as pessoas que, historicamente, não tiveram acesso nem ao ensino básico. Quer dizer, o que está em jogo no País é a qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores.

E um outro projeto político é o avanço do conservadorismo, que, ainda hoje, ceifa a vida de milhares de pessoas, incluindo as pessoas travestis e transexuais neste País. Dizer que o Brasil é o País que mais assassina travestis e transexuais. É muito ruim ter a perspectiva de vida de uma pessoa travesti e transexual de 35 anos idade. Dizer que o Brasil até hoje, nesse último ano, já assassinou em torno de 52 travestis e transexuais, que o têm acesso ao ensino básico. Por quê? Porque esses fundamentalistas querem ditar os nossos corpos, que-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

rem se apropriar deles, se apropriar como algo exclusivamente de prazer, não dando o acesso à universidade, não dando o acesso ao ensino básico e muito menos respeitando a nossa identidade de gênero.

Quer dizer que neste País, hoje, está em curso um debate que é um debate do conservadorismo, que ceifa a vida de milhares de jovens negros, que têm uma disputa de encarceramento de massa. Quer dizer que esse é o debate que está acontecendo hoje.

Quer dizer que esse lado aí que quer o *impeachment* da Presidente da República quer encarcerar os jovens negros das favelas, das periferias. Eles querem excluir novamente as travestis e transexuais da margem – eles querem excluir da margem. Quer dizer, não nos é dado esse direito aos direitos básicos e fundamentais. E aí eles querem ceifar nossas vidas cotidianamente, como já são ceifadas.

Esse projeto político, essa Ponte para o Futuro representa nada mais, nada menos do que um processo de higienização social e de negação de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Quer dizer que nós precisamos refletir qual é a fundamental pauta dessa galera. Essa galera quer exterminar a juventude negra mais do que ela já está sendo exterminada; ela quer encarcerar, ela quer se apropriar novamente do corpo das mulheres.

E aí é importante dizer: a Presidente da República sofre cotidianamente por essa "macharada" conservadora e nazista – nazista! –, sofre pelo machismo predominante dentro desta Casa e dentro da nossa política no Brasil.

Então, nós precisamos discutir essas questões, discutir que o que está em jogo não é apenas o mandato da Presidente da República, mas o que está em jogo é um conjunto de fatores sociais, políticos, históricos, que nós, que somos da ponta, nós, que estamos nas comunidades, nós, que estamos dialogando com a juventude, é que vamos sofrer.

Quer dizer que a gente tem de discutir, a gente tem de disputar: disputar na universidade, dentro de ônibus, em todos os lugares. A gente tem de disputar por quê? Porque o projeto político que vem é um verdadeiro encarceramento em massa da juventude brasileira.

Quer dizer que a gente não pode se calar diante desse golpe que já está acontecendo. E aí é importante dizer que o fundamentalismo religioso é fundamental para esse projeto de golpe. Quer dizer que a gente precisa dizer não ao fundamentalismo religioso. Quer dizer que a gente precisa discutir uma sociedade do respeito, uma sociedade que minimamente reconheça as diversas famílias brasileiras. Quer dizer que a gente precisa discutir uma sociedade que minimamente reconheça a minha identidade de gênero e que me respeite como travesti ou como mulher transexual. (*Palmas.*)

Quer dizer que eu quero discutir uma sociedade em que as pessoas tenham a liberdade de circular sem medo de serem assassinadas por conta do seu cabelo, por conta do seu corpo, da sua prótese. Quer dizer que essa identidade é demarcante, e hoje, no País, existe uma verdadeira criminalização da minha identidade e da identidade de várias companheiras travestis e transexuais, que, muitas das vezes, não conseguem sair desse momento da juventude porque lhes é negado o direito à vida.

Quer dizer que a gente precisa discutir, a gente precisa construir um conjunto de mecanismos que discutam uma sociedade cada vez mais democrática. E aí eu falo uma frase sobre a qual é muito importante refletir: não existe democracia sem respeito à população LGBT.

Quer dizer que é preciso construir uma relação de respeito. Não existe democracia sem discutir o direito das mulheres. Não existe democracia sem discutir a juventude. Não existe democracia sem discutir alternativas de vida para a juventude brasileira.

E aí é com isso que eu deixo as minhas contribuições, e a ABGLT está firme contra o golpe, e a ABGLT está na luta cotidiana pela vida de milhares de jovens mulheres e jovens brasileiros. E é aí que a gente continua.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Dediane Souza, conselheira da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Flávio Renegado, músico.

O SR. FLÁVIO RENEGADO – Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos os presentes.

Primeiro, eu queria começar aqui homenageando essa juventude atual, os meus contemporâneos, porque, durante muito tempo, a gente ouviu falar que a juventude de hoje era uma juventude apática, uma juventude que não lutava, uma juventude que não se manifestava; que a juventude de 60 foi uma juventude histórica. Eu acho que a gente está vivendo aqui um movimento histórico, em que os movimentos sociais e a juventude, encabeçando todos esses movimentos sociais, estão lutando pela democracia do nosso País.

Então, eu queria pedir uma salva de palmas para todos os jovens. (*Palmas.*)

Enquanto eles roubam em nome de Deus, nós até morremos em nome dos nossos orixás. A gente está aqui para defender, de fato, a liberdade, a democracia no âmago da palavra, literalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que nós estamos assistindo hoje no nosso País, de fato, é uma afronta a todos os direitos conquistados. A gente vê aqui presente, na fala de todos os companheiros, de todos os amigos aqui na Mesa, o tanto que a gente vai sofrer com esse retrocesso. De fato, ele é bem mais profundo do que a gente imagina e que as pessoas acham que estão acompanhando, porque até as próprias pessoas que apoiaram esse golpe hoje estão vendo o tamanho do monstro que eles criaram. E eles estão, de fato, refletindo, e eles não estão tendo sono quando se deitam na cama. Como nós todos aqui estamos há muito tempo sem dormir tranquilos, eles também não vão dormir tranquilos; sabem por quê? Porque eles estão se esquecendo de que o gueto, na hora que desce para falar, não desce para falar com rosas. E isso vai acontecer, porque eles ainda não entenderam que, quando eles começam a tirar os nossos direitos que foram conquistados a duras penas...

O único lugar onde os direitos não chegaram de fato no Brasil é nas comunidades, nos guetos deste País. E eles, cada vez mais, estão nos virando as costas e nos negando a possibilidade da liberdade, a possibilidade do acesso que nós estamos aqui, há mais de 12 anos, tentando conquistar para este País. E isso, quando o gueto descer, de fato, a senzala não vai dar apoio não.

Eu quero falar que a juventude do século XXI continua na luta contra essa política golpista que a gente está assistindo aí, coronelista, porque o que a gente viu, essa babaquice que a gente viu sendo votada pelos Deputados foi uma palhaçada de fato. A gente viu as pessoas sem compromisso nenhum com o Brasil, apenas compromisso com seus próprios bolsos, e compromisso com o que eles acreditam; aliás, nem eles acreditam no que eles fizeram ali, aquela encenação.

E a gente vê que, nas ruas, o povo está lutando e está resistindo.

Eu tive a felicidade, na semana passada, de ter levado o MST para a minha comunidade, o Alto Vera Cruz. A gente foi a primeira vila de favela a receber o MST, a ter uma ocupação do MST no Brasil. E a gente vai continuar, porque a gente está aqui para continuar a luta e fazer o MST hoje... (*Palmas.*)

O MST hoje está acampado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, onde foi o palco dos "coxinhas", vamos dizer assim, durante todo esse processo. E eles estão lá resistindo, para poder delimitar e demarcar que o povo vai continuar resistindo. Independentemente do resultado que acontecer nos próximos dias 10 e 11, a gente está aqui para falar que vamos continuar na resistência desse processo, porque aqui o Brasil pode até esquecer da gente, mas a gente não esquece do Brasil não. A gente vai continuar lutando e defendendo a nossa democracia.

Quero falar que a gente hoje, de fato, conseguiu evoluir dentro do conceito da diversidade nessa democracia que a gente vem construindo. Eu sou um homem do gueto, e todo o dia eu me deparo com meus próprios preconceitos, meus próprios conceitos também formados aí.

E, toda vez que eu tenho oportunidade de estar numa Mesa destas, discutindo com amigos tão avançados numa discussão social nossa, eu vejo o quanto eu fui criado para ser machista, tanto que eu estou aqui é para quebrar todos esses preconceitos que estão enraizados dentro do meu âmago, mas eu estou aqui com a vontade de ser um novo ser humano a cada dia. E por isso eu acho que eu sou um cara muito feliz de poder estar aqui, discutindo com toda essa diversidade, com toda essa juventude, que não tem vergonha de amar, que não tem vergonha de ser o que é. Porque é isso que nós temos que ser para construir um novo Brasil; nós temos que ser o que nós somos de verdade no nosso dia a dia?

Então, eu fico muito feliz de a gente estar aqui discutindo essa diversidade com tanta propriedade, com tanta legitimidade, com tanta verdade, com tanta pureza no coração. E isso vai fazer da gente ser um país mais eclético, um país mais diverso, um país sem racismo, sem machismo, sem preconceito, um país onde a juventude escolhe a sua orientação sexual e consegue lutar por ela com toda a propriedade.

Então, fico muito feliz de poder estar aqui hoje com vocês dividindo todo esse bate-papo. Eu queria até que fosse num momento, eu até ia falar "despretensioso", mas não, a gente está aqui bem focado numa pauta que, de fato, vai de encontro com tudo o que a gente luta e tudo o que esse Governo representou até aqui. E quis falar que esse golpe não é um golpe contra a Presidenta Dilma ou contra o Governo do PT. Esse é um golpe contra o País, é contra o povo brasileiro, o povo que realmente está acessando a universidade... (*Palmas.*)

... o povo que realmente entendeu o que é direito, o que é política pública.

Hoje a gente vê uma juventude que está sendo exterminada nos guetos pelo único braço do Poder Público que ainda chega nas comunidades, que é a Polícia Militar. E essa mesma Polícia Militar que é representada por Bolsonaro, que vem homenagear torturadores da ditadura. Então, eu imagino o que é que esse cara não vai fazer com os pobres e com os pretos no gueto, não é, Paim? Isso, de fato, me assusta.

Então, eu quero falar que o gueto ainda anseia por liberdade, e a gente ainda não conheceu a liberdade. Quando a gente começa a ter uma demonstração do que é a liberdade, acessando as universidades, eles temem, até temem também, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eles tremem. Tremem, porque pobre e preto bem informado quer dizer que é uma população que tem como refletir e analisar o contexto político. Porque eles querem manter uma massa de desinformados para ainda continuar comprando votos. Eles ainda querem uma massa de desinformados para continuar manipulando a política como eles estão manipulando. Eles podem até manipular o Congresso, mas eles não vão manipular os nossos corações. Porque nós vamos continuar resistindo nas ruas, nós vamos estar lá todo dia, e vai ser um país ingovernável. Anotem: vai ser um país ingovernável, porque os movimentos sociais não vão deixar. Não é um governo legítimo, nós não aceitamos e não vamos aceitar que eles governem, porque eles não vão governar os nossos corações. Eles não vão roubar os nossos corações. (*Palmas.*)

É até difícil falar, a gente se emociona a cada reflexão, a cada... Eu estava aqui com a Maria falando, e a gente, realmente, aqui se sensibiliza com as falas dos amigos aqui também, porque, de fato, a gente está aqui lutando por uma parada que é muito mais do que só um arranjo político, está ligado? A gente está falando de vida. E quando a gente fala de vida é muito mais sério do que a gente pensa, porque, de fato, é uma luta... Eu perdi muitos amigos no meio dessa batalha, muitos amigos.

Meus amigos de infância conto nos dedos de uma mão só. Sei que, daqui a tempos sombrios, esse outono pode ficar conhecido como o outono mais selvagem da história do Brasil. Está ligado? É uma parada que, de fato, a gente tem de sair daqui refletindo, pois tempos duros nos aguardam. Mais dura vai ser a nossa resistência, a nossa luta. Eles podem até querer acabar com as flores que estão no gueto, mas o gueto vai continuar fazendo flores. Está ligado? Porque a nossa caneta ainda é mais forte do que as nossas armas. A gente vai continuar aqui com a nossa poesia, com a nossa resistência, tentando sensibilizar um pouco mais os corações.

O Brasil, realmente, está sentindo o golpe. É um golpe dado contra a população brasileira. Mas a gente não está aqui para fazer um discurso, uma conversa para baixo, a gente está aqui para poder levantar o nosso âmago. Muita luta nos aguarda. A gente vai continuar lutando feliz porque sobrevivemos até aqui com muita felicidade. Está ligado? Esse é o nosso povo, um povo que luta, ama, sofre, mas sorrindo. A gente vai continuar sorrindo porque eles têm balas, nós temos amor. Vamos distribuir amor nas ruas, amor, luta e resistência. Vai ter luta, vai ter muita luta.

Valeu, galera. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu! Muito bem. Foi Flávio Renegado. Músico, poeta e escritor. Ele aqui mostrou um embalo que mexeu com todos nós. Parabéns!

Jefferson Lima, Secretário Nacional da Juventude.

O SR. JEFFERSON LIMA – Oi!

Primeiro quero saudar o nosso grande Senador Paim, mais uma vez cumprindo um papel histórico aqui nesta Casa, que nos ajudou muito no Estatuto, em várias outras lutas aí da juventude; o nosso Presidente Daniel, a todos os conselheiros e conselheiras; o Flávio Renegado, meu irmão, salve, salve!

Estamos vivendo um momento – e acho que é importante registrar – em que o que está acontecendo com o Brasil e com a Presidenta Dilma não é pelos nossos erros, mas pelos nossos acertos. Aqui há um conjunto de companheiros e de companheiras que eram invisíveis, Paulo Paim, antes deste Governo democrático e popular. Se existe um Conselho Nacional de Juventude, se existe essa diversidade de movimentos da juventude é porque existe um Governo comprometido. Os movimentos estão na luta e vão continuar na luta para a gente poder continuar com esse processo de transformação do Brasil.

Mas o que a gente está aqui debatendo hoje é, primeiro, o momento histórico do Senado Federal, a diversidade dos movimentos da juventude resistindo a esse processo que muitos aí colocaram, um processo que, como nome diz bem claro, é um golpe. Golpe não simplesmente por essa tentativa de tirar a nossa Presidenta, que foi eleita democraticamente por mais de 50 milhões de votos, mas um golpe porque o objetivo não é somente tirar a Presidenta, um golpe porque o objetivo é acabar com todas aquelas conquistas sociais que nós tivemos no último período e que não são fruto do Governo somente de Lula e Dilma, mas que são fruto de uma luta nossa, da luta dos movimentos, da luta dos Senadores, da luta de vários Parlamentares que estão lutando, ainda, para a gente continuar com essas conquistas e ter muito mais pela frente. Então, o que está em jogo é um processo muito difícil.

Hoje estava conversando muito com o nosso companheiro do Amapá. Aí, Senador Paim – sou do Nordeste, por exemplo, sou do Estado de Sergipe –, nós sabemos, muito bem, a diferença de um governo eleito democraticamente e um possível governo golpista, que se está desenhando pela frente.

E esse foi o único Governo que olhou, de fato, para aqueles que mais precisam, principalmente, no Norte o Nordeste do Brasil, para a luta dos movimentos de juventude, para a luta daqueles que eram invisíveis ao go desse último período, antes do governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Essa é a luta que estamos travando ao longo desses anos. A juventude do campo, o movimento LGBT, o movimento sindical, as mulheres, os negros e as negras, os movimentos religiosos, os indígenas e os quilombolas, todos e todas, ao longo dessa trajetória, vêm lutando.

Está aqui também o nosso companheiro Moraes, da FUP. Aqui está presente a classe trabalhadora, representando-nos, mais uma vez.

Acho que este momento nos pede muito mais unidade do que a que já tivemos no último período. A gente obteve muitas conquistas nas políticas de juventude no Brasil, mas o objetivo deles e delas que querem dar esse golpe no Brasil, que querem dar esse golpe na democracia, que querem dar esse golpe nas políticas de juventude é acabar com todos os avanços que tivemos no último período.

Ontem, a Presidenta, inclusive, lançou, junto com o Plano Safra, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Há muitos jovens do campo aqui que ajudaram nessa construção. É um avanço histórico, que veio de uma luta muito intensa dos movimentos de juventude do campo, do Conselho Nacional de Juventude, do Condraf, ao longo dos últimos anos dos Governos da Presidenta Dilma e do Presidente Lula.

Podem ter a certeza de que eles vão querer acabar com tudo isso. Vamos imaginar falar de direitos humanos num governo que vai ser liderado por Eduardo Cunha, por Bolsonaro, por Feliciano e companhia. Eu estava até falando isso com o nosso Presidente Daniel hoje. Vamos imaginar o que será discutir a área de educação e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a pauta LGBT e a pauta dos movimentos negros com o grupo que eles estão montando. O mais incrível é que eles parecem aqueles *pit-bulls* querendo agarrar e abraçar tudo, devorar, acabar com todas as conquistas que nós tivemos.

Então, meus companheiros e minhas companheiras, resta-nos muita luta, mais do que a que já travamos nesse último período, porque vai ser um momento muito difícil, muito difícil!

Acho – o Flávio Renegado coloca bem isto – que temos um desafio. Pelo conjunto da sociedade, este debate que estamos fazendo ainda está muito na lógica de um Fla-Flu. Acho que temos de popularizar este debate. De fato, temos de fazer um diálogo mais forte, como vimos fazendo ao longo desses últimos anos, porque a sociedade, aqueles que tiveram o benefício dos últimos anos, fruto da construção das políticas públicas, precisam entender muito mais o que está em jogo. O Renegado fala da turma do gueto e da periferia, dos movimentos das comunidades. É preciso haver uma ação – está aqui o parceiro Bruno, da Liga do Funk –, para travarmos um debate muito mais forte, porque essa turma vai sofrer muito mais com um possível governo golpista que quer se instalar nos próximos dias e nos próximos meses no nosso País.

Estamos passando uma vergonha internacional. Ao conversarmos com qualquer organismo internacional, com qualquer movimento de outros países, vemos que é incompreensível um gângster, um golpista chamado Eduardo Cunha e toda a sua corja, vamos dizer assim, todo o partido da corja do Cunha, lidarem um processo de destruição de tudo que tivemos de avanço no último período.

Acho que a nossa reação é uma reação muito forte, mas cabe a nós, agora, neste período, muita resistência e muita luta. Governo golpista tem que ser tratado como governo golpista. Governo que quer acabar com todas as políticas sociais nossas precisa ser tratado com muita luta e muita resistência. Acho que cabe a nós, Senador Paim, além dessa luta no Senado, além da luta que nós tivemos na Câmara, da luta que ainda vai continuar no Senado – depois da primeira votação, há outra ainda que pode durar seis meses –, acho que nós temos que avançar e radicalizar muito mais nesse processo de resistência e muita luta.

Muita coisa boa está acontecendo: os estudantes ocuparam a Alesp, em São Paulo; estão fazendo ocupação no Rio de Janeiro, no Ceará, em todos os espaços; MTST, MST, todos os movimentos estão construindo uma ação muito forte. Eu acho que esse é o caminho para a gente poder construir esse cenário e apresentá-lo para o conjunto da sociedade – para concluir minha fala, Senador Paim.

O que está em jogo neste atual momento? Há vários problemas, há vários equívocos, há vários erros do Governo do Lula e da Presidenta Dilma no último período, mas nada é muito mais perigoso do que essa tentativa de golpe que querem implementar no nosso Brasil. E repito: não é um golpe pelos nossos erros; não é um golpe para acabar com a corrupção; não é um golpe para melhorar a economia no Brasil; não é um golpe, enfim, com os vários argumentos que eles estão tentando implementar no nosso País e dialogar com a sociedade. É um golpe para acabar com os nossos acertos. É um golpe para destruir tudo aquilo que a gente conseguiu construir de bom ao longo desse último período. É um golpe para vender a Petrobras; é um golpe para tirar o pré-sal da educação; é um golpe para acabar com tudo possível de positivo que existiu no Brasil e que possa existir, muito mais, pela frente, porque é esse o movimento que se está desenhando no Brasil.

Mas eles acham que nós vamos aceitar isso de forma democrática. Porque essa democracia que eles querem nos impor não é a democracia que nós aprendemos, pela qual lutamos e pela qual vamos lutar. Porque quem quebrou a lógica institucional, no Brasil, foram eles. Desde o início, um dia depois que a Presidenta ganhou a eleição, o Aécio deu uma entrevista dizendo que a Presidenta Dilma não ia governar. Entrou no TSE,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

perdeu; depois, foi construindo várias ações. E eles sempre disseram: nós não temos condições de derrotar esse Governo do campo democrático popular nas urnas e nem nas ruas. Nós vamos ter que derrotá-lo no Parlamento golpista que foi construído ao longo das eleições de 2014.

Então, muita luta, companheirada! Muita resistência, porque o que está em jogo é muito maior do que um simples e vitorioso projeto político. O que está em jogo são as conquistas que nós tivemos e muitas mais que podemos ter pela frente e que eles querem acabar...

(Soa a campainha.)

O SR. JEFFERSON LIMA – ... parecendo um furacão, destruindo tudo de positivo que há no Brasil.

Resistência total! Vamos embora, porque nós vamos vencer! Valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Jefferson Lima, Secretário Nacional da Juventude.

Olhe aí, Jefferson! O povo ficou todo em silêncio, prestando atenção em cada palavra que você colocava. Parabéns pela sua fala.

Depois do Jefferson, agora, nós vamos passar a palavra para uma série de companheiros e companheiras do plenário.

Vou começar com o nosso suplente de Senador, suplente do Senador Cristovam Buarque, porque, historicamente, os Senadores falam primeiro. Então, está aqui o suplente de Senador Wilmar Lacerda, aqui de Brasília, para que ele também fale. São cinco minutos para cada um.

O SR. WILMAR LACERDA – Senador Paim, no Senado está acontecendo muita coisa agora. Neste instante, o Senador Anastasia, do PSDB, está lendo o relatório que propõe o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Veja bem, neste exato momento, o Senador do PSDB apresenta um parecer comprado pelo PSDB, pago pelo PSDB à tal da Drª Janaina, aquela louca, articulado pelo PSDB, relator do PSDB, recebido pelo Cunha – que merece aqui qualquer tratamento porque, por mais que o tratamento seja pernicioso, o Cunha não merece –, articulado pelo Temer, para que seja o Presidente da República – e nem jeito de Presidente ele tem, a Globo tenta fazer dele um Presidente, mas até para falar o homem é enrascado –, articulado por uma mídia golpista no seu DNA. É um golpe político, um processo constitucional, mas ilegal no seu conteúdo e no seu mérito.

Mas nós temos, Senador Paim, que comemorar algumas coisas, apesar de tudo isso.

Em primeiro lugar, esta Mesa, composta majoritariamente por lutadores sociais e negros e negras. (*Palmas.*)

Olhem esta Mesa: um Senador negro – você é considerado negro também, pelas cotas – e eu, filho de negra, mas um pouquinho branco. E o Plenário: majoritariamente composto por negros e negras. Jovens.

Meu mestre, eu estudei no Colégio Agrícola, fui para a Embrapa cedo, fui Presidente do sindicato dos empregados da Embrapa, da CUT, Presidente do PT e hoje sou suplente do Senador Cristovam. Envergonho-me – estou neste Senado há alguns meses – pelo voto de alguns Senadores, inclusive daquele de que sou suplente, porque é um voto que contraria a delegação do povo de Brasília, que o deu, no palanque da Presidenta Dilma.

Veja bem! E quantos Deputados e Deputadas eleitos com esse programa fraudam seu voto e o povo brasileiro, num complô midiático do capital, do neoliberalismo implícito, para golpear a democracia brasileira! Porque não é a Presidenta Dilma, não é Presidente Lula, não é o PT. Muito pelo contrário, se estão querendo golpear o PT, quem viu os movimentos sociais, quem foi aos acampamentos, quem foi aos movimentos de rua sabe que estão reforçando todos os partidos de esquerda no Brasil: PT, PCO, PSTU, PCdoB, PDT. Estão reforçando a esquerda no Brasil. E o povo vai impitimar todos aqueles que agora estão impitimando a Presidenta Dilma e a democracia brasileira.

(Manifestação da plateia.)

O SR. WILMAR LACERDA – Todos. Percebam o que nós vamos fazer.

Agora, é a mesma história que aconteceu com o Presidente, na fase democrática do seu governo. Não vai ser candidato. Se for candidato, não vai disputar as eleições. Se disputar as eleições, não pode ganhar. Se ganhar, não vai tomar posse. Se tomar posse, não vai governar. Se governar, nós vamos impedir de fazê-lo. Esse é o complô, no Brasil. Mas nós vamos resistir! Nós todos vamos resistir!

Eu, diante de tudo, Senador, quero mais uma vez parabenizá-lo por essa oportunidade. Acho que o Paim merece uma grande salva de palmas nossa, do conjunto!

Já vim cedo porque a Câmara dos Deputados são deu essa oportunidade de o povo organizado vir debater esse processo no seu recinto, porque o Eduardo Cunha proibiu.

Nós aqui estamos desde quando começou esse processo, o Paim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tem chamado toda a sociedade civil organizada do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu fico refletindo, companheiro Paim, sobre qual a entidade da sociedade civil, fora a golpista histórica e a dividida OAB, que apoia esse golpe? Nenhuma! De milhares, de centenas de organizações da sociedade civil, nenhuma apoia o golpe! Portanto, este País não vai aceitar golpe.

As centrais sindicais não negociarão com governo ilegítimo. Os movimentos sociais não permitirão um diálogo com Presidente ilegítimo; não permitirão, depois desse crime, um diálogo com o Congresso Nacional, que pode praticar um golpe.

Portanto, companheiros e companheiras, a luta... A rua, que sempre foi a nossa casa, continuará sendo nosso teto e nós não deixaremos a rua enquanto não vencermos os fascistas, os golpistas, porque eles não passarão.

Grande abraço!

Conte com a gente aí na luta. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Wilmar Lacerda pelo belo pronunciamento, ele que é suplente do Senador Cristovam Buarque, mas está aqui dentro da Casa 24 horas por dia ajudando a articular e fazendo esse movimento.

Agora, quero registrar a presença do Moraes, ex-presidente da FUP, mas que vai usar a palavra também. Aqui está com alguns companheiros petroleiros. Estão aí. (*Palmas.*)

E já estiveram participando de inúmeras audiências públicas aqui, nessa mesma linha de defender a democracia.

Quero cumprimentar David Barros, Presidente do Fórum de Gestores Estaduais de Juventude. (*Palmas.*)

Vamos seguir a nossa lista. Auri Junior, representante da Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar).

O SR. FRANCISCO AURI ALVES JUNIOR – Boa tarde, companheiros e companheiras. Boa tarde, Senador Paim e todos os companheiros que compõem esta Mesa tão brilhante e tão bonita.

Estou muito feliz de participar deste momento aqui, em que a juventude brasileira está resistindo, mostrando a sua fala, as suas pautas e sua força, num momento em que está sendo lido o relatório que pede o impedimento da Presidenta da República que foi eleita com o voto direto e popular da maioria dos brasileiros e das brasileiras.

Estou muito feliz de estar com a juventude aqui fazendo a nossa fala e mostrando a nossa resistência e a nossa coragem.

Sr. Presidente, é estranhíssimo ver que um neto de Tancredo Neves, Tancredo das Diretas Já, Tancredo que esteve na sala de Getúlio Vargas um dia antes da sua morte, esteja capitaneando um golpe de Estado com voto indireto. É estranhíssimo e extremamente vergonhoso. O Senador Aécio ataca não só a democracia brasileira, mas os heróis que lutaram pelas Diretas Já e pela democracia.

Senador Aécio, ainda é momento de ter lucidez... (*Palmas.*)

...e de honrar o seu avô Tancredo Neves!

Rui Barbosa, num ato histórico, tentou queimar os arquivos da escravidão, que havia aqui no Congresso Nacional. Eu tenho muita esperança, como nordestino, como agricultor familiar, que a parte lúcida deste Congresso Nacional também queime as notas taquigráficas e os arquivos daquela sessão tenebrosa e negra... Negra não, tenebrosa da escuridão que pediu o processo de impedimento da Presidenta Dilma; que envergonhou toda sociedade brasileira; que falou em nome de tudo, menos analisando o relatório que tratava do impedimento da Presidenta Dilma.

Então, eu tenho esperança de que um dia alguém queime aquelas notas para tentar apagar da nossa história um momento que envergonha tanto a juventude brasileira.

Nós os agricultores familiares somos contra esse golpe, porque ele vem recheado de um profundo ódio de classe que quer que voltemos há trinta anos, à era Dutra, em que tinham de estar presos todos os representantes dos movimentos sociais e todas as entidades sociais.

Nós somos contra, porque é recheado de um profundo ódio de gênero que não aceita que uma mulher possa governar este País e possa estar sentada na cadeira de Presidenta da República!

A Presidenta em cada momento nos honra mais. Ela, com a sua coragem, com a sua força, dá esperança à sociedade brasileira. Basta conversar com os nordestinos, com cada trabalhador deste País, da agricultura familiar, porque ele não tem vergonha de ter votado na Presidenta Dilma e está resistindo, está indo para a rua defender esse mandato, porque tem consciência de que pela primeira vez um agricultor familiar pôde estar dentro de um banco acessando um crédito para melhorar a sua propriedade, para melhorar a sua produção, porque temos consciência de que pela primeira vez tivemos um plano de safra para a agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No tempo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, para eles nós os agricultores familiares não tínhamos direito a nada! Nós estávamos sujeitos apenas à subescravidão. Portanto, eles não aceitam a emancipação e a evolução de um projeto de desenvolvimento que coloca 70% dos alimentos na mesa de cada brasileiro, neste País.

Nós somos contra esse golpe, porque eles são contra, Senador Paim, por exemplo, à agricultora familiar Gorete, de lá do Município de Monsenhor Tabosa, que é beneficiária protagonista do Minha Casa, Minha Vida. Está lá pela primeira vez tendo acesso a uma moradia digna. Essa agricultora está lá.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO AURI ALVES JUNIOR – Seria bom que essa direita fosse visitar e ver que ela mora na banda de uma casa e nós estamos vivendo numa seca do Nordeste, porque se tivesse chovendo, ela estaria totalmente no relento. E é por isso que eles, essa direita, esse capital não aceita que a Presidenta da República fique, porque nós os trabalhadores, pela primeira vez, estamos tendo acesso à dignidade, à cidadania.

Eles querem tudo só para eles e não aceitam que nós tenhamos direito a nada. É por isso que nós somos contra esse golpe. É por isso que nós vamos resistir e lutar muito.

Nós vamos resistir e lutar muito. Nós não aceitamos de maneira nenhuma voltar para a senzala e voltar para os ferros. Eles podem querer, companheiro da UNE, abrir uma CPI. E eles vão mesmo abrir diversas CPIs para perseguir os movimentos sociais. Mas eles não vão conseguir encarcerar a classe trabalhadora deste País, porque nós vamos nos levantar e vamos lutar. E se tivermos de morrer, nós vamos morrer em defesa da democracia, em defesa daqueles que lutaram na ditadura militar...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO AURI ALVES JUNIOR – ... e da Presidenta Dilma, que foi uma torturada.

Muito obrigado.

A luta continua. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Aurir Junior, representante da Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar).

Meus cumprimentos pela fala firme, clara. É bom ver essa juventude aí. Vocês são aqueles que amanhã ou depois terão que ser, queiram ou não queiram, Deputados, Senadores, governadores, prefeitos e Presidentes da República. A juventude... É muito bom ver essa juventude com essa firmeza de propósito. Aqui você lembrou bem que muitos vão se eleger vereadores agora e oxalá prefeitos também.

Tamara Naiz, representante da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos).

A SRª TAMARA NAIZ – Boa tarde a todas e a todos. Quero aqui cumprimentar o Conjuve e o Senador Paulo Paim, e também a Senadora Vanessa Grazziotin pela proposição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para dizer que a Vanessa não está aqui porque está lá no embate do debate do relatório que está sendo lido neste momento.

A SRª TAMARA NAIZ – ... desse espaço tão importante. E cumprimentar as mulheres da Mesa que muito me representaram: Maria, Tatiane e Dediane. Vocês representaram muito a nossa opinião.

Em nome da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), dizer primeiro que a ANPG só existe porque existe democracia no País. Os pesquisadores e cientistas brasileiros também não podiam se organizar politicamente durante a ditadura. Então, eles se reuniam secretamente e só com a reabertura política foi possível constituir essa entidade que representa os pós-graduandos brasileiros, que hoje realizam 90% da pesquisa praticada no País.

Nós da ANPG, pesquisadores, cientistas brasileiros nos posicionamos radicalmente contra esse golpe político que pretendeu o agravamento da crise política, que foi baseado em julgamentos seletivos, vazamentos ilegais por parte de um Judiciário que não salvaguardou as garantias constitucionais, promovido por uma grande imprensa que partidarizou seu discurso e desse modo ataca fortemente a nossa ainda jovem e frágil democracia.

Esse golpe precisa de uma resposta contundente da sociedade brasileira. É preciso que a gente denuncie, é preciso que a gente combata. É preciso que a gente esteja vigilante do nosso papel.

Eu gosto de dizer que este é um Brasil que mudou. Que ainda precisa mudar muito, mas essa Mesa e esse próprio plenário refletem um Brasil que tem mudado. Que precisa mudar mais e dar muito mais dignidade e muito mais felicidade, muito mais direitos humanos para a sua população.

A gente, claro, sabe que uma história de 500 anos de desigualdade construída e reafirmada não vai mu- em poucos anos. Mas a gente está construindo um caminho de mudanças. E nesses últimos anos, essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

parcelas da nossa população que foram historicamente marginalizadas tiveram oportunidade de sonhar, de pensar e de praticar um futuro possível para si, para seus filhos, enfim.

E esses que impõem esse golpe são os mesmos que vêm atacando de forma sistemática cada conquista do povo brasileiro, dos trabalhadores, da juventude.

São os mesmo que atacam a nossa vida, seja por meio da corrupção, seja por meio que também é uma forma perversa de atacar as pessoas, porque você tira o dinheiro da educação, da saúde, etc. Empunham uma bandeira do combate à corrupção, eles que são os mais corruptos... (*Palmas.*)

... para tentar tirar do poder uma Presidenta que não tem nenhum crime contra ela. Se aproveitam da bandeira da corrupção para atacar a democracia brasileira. Eles se impõem sobre a nossa vida, eles se impõem sobre a nossa formação, eles atacam nossos direitos aos nossos corpos, o direito ao nosso futuro e o direito a mais oportunidades para a juventude brasileira.

Muita gente aqui lembra ou deve saber que, para a juventude, na década de 90, a frase da vez era: não há vagas. Não há vagas na universidade, não há vagas no mercado de trabalho, não há possibilidade de comprar casa própria, etc. Esse é um passado que é muito cruel para o povo brasileiro, e é um passado a que a gente não aceita mais voltar.

Para concluir, há uma frase que eu adoro citar, que é do Che, e ele fala que: "Lutam melhor os que têm belos sonhos." Esses que praticam esse golpe têm os sonhos mais sombrios. Eles querem privilégios, eles não têm compromisso com o nosso povo. Esse projeto Ponte para o Futuro, na verdade é uma ponte de volta para os seus privilégios, porque esse projeto não inclui a maioria do nosso povo.

(Soa a campainha.)

A SRª TAMARA NAIZ – O Wilmar Lacerda acabou de falar, e eu sou da mesma cidade que ele, Planaltina, ele acabou de falar aqui que o Temer não tem jeito de presidente; acho que para essa elite tem, porque, para essa elite, o presidente ou a presidenta não podem ter cara de povo, não pode ser nordestino, não pode ser preto, não pode ser mulher. (*Palmas.*)

Para essa elite, o presidente tem que refletir interesses outros, tem que deixar o Brasil de quatro para o capital internacional, tem que vender o que é patrimônio do nosso povo, tem que privatizar nossas estatais e ofertar o nosso futuro para quem pagar mais e levar esse dinheiro para o próprio bolso, porque isso não é em benefício da população. Eles querem privilégios. Nós lutamos por direitos e isso nos diferencia muito.

E nossos sonhos, como diz a frase do Che, eles são lindos, eles são imensos, são gigantes e são esses sonhos, e aonde a gente chegou, e, muito mais, aonde a gente quer chegar, que vai guiar a nossa força e a nossa luta.

Nós não recuaremos, nós não aceitaremos nenhum ataque à nossa democracia e mais...

(Soa a campainha.)

A SRª TAMARA NAIZ – ... nós não aceitaremos que se podem os nossos sonhos e as nossas possibilidades de futuro.

Não vai ter golpe, e a juventude, o povo brasileiro, o povo trabalhador que constrói as riquezas deste País e os cientistas brasileiros – agora para o MCT estão propondo um pastor da Universal –, inclusive a ciência brasileira, estamos estarrecidos, mas também vamos resistir. Nós não aceitaremos esses retrocessos, porque os nossos sonhos são enormes e nós estamos trilhando o caminho para construir um Brasil mais digno e mais feliz para o nosso povo.

Não recuaremos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Tamara Naiz, representante da ANPG, Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

Que bom, mas que bom que a televisão e a internet estão passando para todo o Brasil, e vai ser repetido à noite também, para que o nosso povo perceba a força da nossa juventude.

A qualidade dos pronunciamentos aqui, sinceramente, de todos e de todas, é impressionante. Vamos dar uma salva de palmas para essa moçada aqui.

(Palmas.)

Vocês estão dando uma aula para os mais velhos.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Repete aí no som. Uma contribuição debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. FLÁVIO RENEGADO – Só uma contribuição para a juventude que está preocupada com a Ponte para o Futuro do Temer: pode ficar tranquila porque as pontes do PMDB sempre caem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lá.

Rúbia Nascimento, representante da PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular.

A SRª RÚBIA NASCIMENTO – Boa tarde a todos e todas. Quero saudar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim e de toda a mulherada que se encontra nesta Mesa. Nós somos muitas, somos fortes e sempre resistimos e sempre resistiremos.

Quero dizer que, primeiro, eles colocaram na cabeça da nossa juventude, tentaram inculturar em nós que discutir política é chato e que é ruim. Agora, eles querem colocar nas nossas assembleias legislativas estaduais que nós não devemos discutir política, que nós não devemos nas escolas discutir religião, que nós não devemos na escola discutir gênero e discutir sexo. Então, mais uma vez eles tentam fazer com que retrocedamos.

Mais uma vez, a Assembleia Legislativa de Alagoas tenta fazer novamente o Quebra de Xangô, mais uma vez a Assembleia Legislativa de Alagoas tenta fazer com que os professores de sociologia, filosofia e história se calem diante dos retrocessos que estão por vir – e isso nós não aceitaremos. Que isso fique muito transparente para o resto do Brasil: não aceitem o que está por vir nas suas assembleias legislativas, não aceitemos o que está por vir dentro desse Congresso conservador. Nós não vamos aceitar.

A outra coisa é dizer o quanto é triste não termos uma democratização da mídia. Nós ficamos, o povo brasileiro fica refém de uma mídia golpista, que apoiou o golpe de 64 e apoia o golpe de 2016, por quê? Porque não temos uma democratização da mídia, porque as mídias alternativas não têm espaço e também porque a TV Câmara e a TV Senado não são abertas em todo o Brasil. Então, ficamos reféns dessa mídia golpista.

A outra coisa é dizer que, infelizmente, nesse projeto, nessa proposta de Uma Ponte para o Futuro a proposta é de que o povo preto, pobre e periférico esteja morando embaixo dela e nós não vamos aceitar. (*Palmas.*)

Essa Ponte do Futuro tem que ser quebrada e nós vamos quebrar essa ponte, sim.

Em 2013, eles diziam que o gigante acordou. Para quem é preto, pobre, mulher, favelado, travesti, transexual, sabe que nunca dormimos, porque nós sempre vivemos em luta e sempre continuaremos em luta, porque da luta eu não saio, da luta eu não me retiro. Sou mulher, negra, pobre e não vou deixar que isso aconteça. Se eles tentarem calar uma Rúbia, outras Rúbias aparecerão. (*Palmas.*)

Se eles tentarem calar uma Dediane, outras Dedianes aparecerão, porque nós somos formadores, sim, somos formadoras, sim, e não vamos aceitar esse golpe, de maneira alguma. Não ao golpe e sim à nossa democracia! (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rúbia. Muitas Rúbias Nascimento. Aqui falou pelo PJMP (Pastoral da Juventude no Meio Popular).

Muito bem, sabe que eu comecei também na Pastoral da Juventude.

Samuel Werneck, representante da PJ (Pastoral da Juventude).

O SR. SAMUEL WERNECK – Senador Paulo Paim, companheiros e companheiras aqui presentes, cumprimento Paulo Paim. Gostaria que levasse um abraço à companheira Veridiana, sua suplente, pessoa que tive o prazer de conhecer. Aproveito para parabenizá-lo pela escolha dos suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Veridiana, esse abraço é para você. Você está assistindo, que eu sei. É uma lutadora, com certeza absoluta está assistindo a este debate.

O SR. SAMUEL WERNECK – Sr. Presidente, companheiros, a Pastoral da Juventude, 42 anos de história, citada pelo companheiro Presidente também, 42 anos de história em defesa da democracia deste País, formando nossa juventude para luta, formando para consciência crítica em defesa dos direitos sociais, em defesa daqueles que nunca tiveram visibilidade neste País.

A organização da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que já se manifestou, apesar de alguns Parlamentares quererem deturpar aquilo que é defesa da CNBB, a CNBB já se manifestou por várias vezes a favor da democracia. Cada um entende como quer. Nós que entendemos, do fundo da alma e do coração, sabemos que defender democracia é não aceitar qualquer tentativa de golpe neste País.

Somos contra o golpe, mas também não podemos deixar de fazer algumas reflexões e temos algumas críticas ao Governo. Temos críticas aos limites do Governo de romper com as estruturas que geram morte, que geram desigualdade, que geram e criminalizam e marginalizam a nossa juventude, as mulheres, povos tradicionais, a comunidade negra, os povos LGBTs. Criticamos também as alianças que o Governo fez, as alianças com esse povo, esse grupo que agora tenta golpear esse Governo.

Podemos entender que o Governo fez de tudo para governar – e não governou. Sabe por que não governou? Porque a única possibilidade real, justa e concreta de governabilidade seria fazer alianças com as causas populares, com os movimentos sociais que agora estão nas ruas defendendo esse Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Gostaria de deixar bem claro que, apesar das falas – e o pessoal lembrou muito bem que em nome do golpe se fala em nome de Deus – não é em nome da Pastoral da Juventude, não é em nome da Igreja do Brasil, não é em nome do Deus libertador que nós professamos que esse povo está falando, que os Parlamentares da Bíblia falam. Acho que não falamos da mesma Bíblia.

Sr. Presidente, queridos companheiros e companheiras, quero reforçar tudo o que vem sendo falado aqui. Estamos na luta das lutas também, nós não saímos. Dom Hélder Câmara, saudoso Hélder Câmara, em quem muito nos inspiramos e que muito admiramos, de quem seguimos os exemplos, dizia: não deixem cair a profecia. Podemos mudar e contextualizar um pouco. Não vamos deixar cair a democracia. Se for para cair, que caia em chão e caia em terra viva a semente da esperança, da luta e da resistência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Samuel Werneck, representante da Pastoral da Juventude.

Quero reafirmar, Samuel, que estivemos com um grupo de Senadores, que tem posição clara contra o *impeachment,* na CNBB, e fomos recebidos muito bem e reafirmaram a posição que você expôs aqui.

Décio Alves da Coiab.

Délio.

Aqui está Décio.

Délio, vamos lá.

O SR. DÉLIO ALVES – Boa tarde, Senador, boa tarde companheiros e companheiras. Sou Délio, indígena, do povo desano, vindo da Amazônia, do norte do País, da fronteira entre Brasil e Colômbia, região conhecida como Cabeça do Cachorro. É daquela região, uma das regiões mais longínquas da nossa capital, uma das regiões mais pobres também, uma das regiões que também lutam pela democracia.

A democracia hoje para nós, povos indígenas, se resume em uma palavra, Presidente: o direito à terra, o direito ao território. É por essa democracia, pelo direito à terra, pelo direito ao território que nós povos indígenas de todo o Brasil estaremos nas ruas, estaremos lutando pela democracia dizendo que não vai ter golpe, este golpe implantado pelas alianças que este governo de esquerda fez com os donos de grandes empresas, de empreendimentos que afetam os povos indígenas da Amazônia como, por exemplo, Belo Monte, e agora vai ser implantada uma outra hidrelétrica no Rio Tapajós, afetando diretamente, tirando a vida de milhares de pessoas da biodiversidade, da cultura, da tradição e da ancestralidade dos nosso povos no Brasil.

Mais do que ninguém no Brasil, Sr. Presidente, Senador, nós povos indígenas sabemos o que é opressão, mais do que ninguém nós sabemos o que é violência, porque há mais de 500 anos estamos no Brasil lutando, mas também sobrevivendo a esse desenvolvimento que chamamos de desenvolvimento capitalista.

Não é esse desenvolvimento capitalista implantado no Brasil por este Governo e pelas alianças que nós povos indígenas e creio também que movimentos sociais de todo o Brasil querem. Nós não somos contra o desenvolvimento, nós não queremos qualquer desenvolvimento. Nós queremos o desenvolvimento que respeite o direito dos indígenas de ter direito à terra, dos quilombolas de terem direito à terra, dos LGBTs de terem direito à vida, dos professores, das crianças e dos adolescentes que também vivem e convivem com a violência. É esse desenvolvimento que nós queremos, o desenvolvimento com respeito. Nós também somos conhecedores de que com essa bancada, com esses políticos, com essas pessoas que estão aí lutando contra a democracia os nossos direitos também vão ser mais do que violados, vão ser retirados, a iniciar pela PEC 215, encabeçada também pelo Deputado Eduardo Cunha, que também com alianças, com a bancada do agronegócio, com a bancada da Bíblia, do boi, enfim, de todas essas bancadas, nós sofreremos.

Nós povos indígenas precisamos dizer para o Brasil e vamos dizer, acima de tudo, que o Brasil tem luta, tem os seus filhos originais, o Brasil tem os seus filhos que vão lutar pela democracia e dizer que não vai ter golpe.

Agora, dia 10 de maio, em Brasília, vai acontecer o Acampamento Terra Livre, onde povos indígenas de todo o Brasil virão a Brasília dizer que não vai ter golpe, mas também para Brasília e para o Brasil dizer que nós queremos terra, território e direito de viver, o direito de continuar vivendo as nossas culturas e as nossas tradições, dizer que a nossa juventude, a juventude indígena é contra o golpe e dizer também que nós, povo brasileiro, somos a favor da democracia, a verdadeira democracia implantada pelos nossos conhecimentos tradicionais, pela coletividade e pelo respeito a cada um e cada uma que vive no Brasil. É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Délio Alves, que falou em nome dos povos indígenas.

Muito bem pela fala tranquila, bastante objetiva, deixando uma mensagem muito grande para nós todos.

Fui autor ou relator de todos os estatutos que tramitaram aqui no Congresso, porque estou aqui há 30 anos, por causa da idade também. O último que me propuseram agora foi que aceitasse a relatoria do Estatu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

to dos Povos Indígenas. Do Estatuto dos Povos Ciganos eu sou o autor. Disseram que era muito complicado. Agora, se é complicado eu tenho que pegar, antes que eles peguem. Então, há intenção de que eu fique com a relatoria do estatuto e, com certeza, você vai ser convocado a orientar a minha redação final.

Viva os povos indígenas! (*Palmas.*)

Anderson Alves da Silva, aliás, Ederson, representante da Central Única dos Trabalhadores.

Ederson Alves da Silva.

Fui um dos fundadores. Sou obrigado a dizer. Fui secretário-geral, me tornei vice-presidente, depois me mandaram para cá.

O SR. EDERSON ALVES DA SILVA – É uma honra estar aqui nesta audiência com V. Exª, Senador Paulo Paim.

Boa tarde a todos e todas.

Para a Central Única dos Trabalhadores, não iremos nos furtar de estar na rua, porque não iremos aceitar um golpe – que está sendo utilizado por uma elite conservadora, utilizando o Judiciário e os meios de comunicação – de uma Presidenta que foi eleita por mais de 50 milhões de votos. Não iremos aceitar o retrocesso deste País, com o retorno do projeto neoliberal das privatizações, das terceirizações e das criminalizações dos movimentos sociais; de uma Presidenta e de um ex-Presidente que geraram mais de 15 milhões de empregos formais.

Não iremos aceitar que este Congresso, que este Senado venha a aceitar um golpe, porque estaremos nas ruas para garantir os direitos dos trabalhadores. Nenhum direito a menos do que conquistamos nos últimos anos. Vamos defender a nossa CLT. Não queremos que nossos trabalhadores sejam precarizados, que seus direitos sejam retirados.

Sabe, Senador, companheiros e companheiras, o que incomoda essa elite brasileira? São as empregadas domésticas terem direitos trabalhistas, porque, até o ano passado, não tinham direitos trabalhistas. Isso incomoda a burguesia, porque os filhos dos trabalhadores estão indo para as universidades estudar, serem médicos, engenheiros, advogados. Isso que os incomodam, não é uma Presidente que está eleita.

Temos hoje um Congresso, uma oposição suja, que não apresenta propostas para melhorar esse País. Quanto pior, melhor para eles, e isso a classe trabalhadora não vai aceitar, nenhum direito a menos para os trabalhadores.

Sou de Minas Gerais, Senador, Minas Gerais reprovou esse projeto no Brasil, não elegendo Aécio nem no primeiro nem no segundo turno. Um Senador e um governador que não valorizou os profissionais da educação e, principalmente, da saúde. Hoje sou Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde, ele não investiu o mínimo constitucional em saúde.

O que é isso? Uma Presidenta, que estão dizendo que fez pedaladas fiscais, mas, na verdade, fez investimentos sociais neste País. Isso não iremos aceitar. Eles, sim, que fizeram pedaladas fiscais e que devem ser afastados deste Senado, juntamente com o Senador Anastasia. (*Palmas.*)

Ele, sim, Aécio Neves, construiu um aeroporto na fazenda do seu tio, dois aeroportos. E outro Senador, Zeze Perrella, que utiliza seu helicóptero da família para transportar cocaína e não é preso. O que é isso, Senador? Não podemos aceitar isso, a população brasileira não aceitará isso, porque isso é um golpe e golpe não iremos aceitar, porque queremos é mais direitos.

Lula 2018 para governar este País novamente.

Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Ederson Alves da Silva, que falou em nome da Central Única dos Trabalhadores.

Passamos a palavra agora a Mazé Moraes, Secretaria de Juventude da Contag.

A SRª MAZÉ MORAES – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Paulo Paim e, em nome dele, os demais membros da Mesa e, de forma muito carinhosa, os companheiros e as companheiras do Conjuve, saudar com muito carinho.

Dizer que é uma honra, neste momento histórico que estamos vivenciando no País... No último dia 17 do mês de abril, eu ainda dizia que 1º de abril é o Dia da Mentira e dia 17 de abril ficará marcado como o "Dia da Vergonha", porque foi uma vergonha para toda a nossa sociedade, para o Brasil inteiro... (*Palmas.*)

... o que, de fato, aconteceu naquele plenário, com todos os Deputados, como bem já foi colocado aqui para os companheiros e as companheiras. Para nós, foi um teatro muito difícil de assistirmos, humilhante para nós, como trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Dizia que este é o momento em que a elite brasileira conservadora, preconceituosa não aceita, de forma uma, os avanços que a classe mais pobre, a classe mais humilde tem conseguido nesses últimos 12 anos do verno Lula e do Governo Dilma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não admitem que aquelas pessoas que andavam – e vou dizer mesmo no meu popular – de jumento, hoje andam de bicicleta. Aqueles que andavam de bicicleta, hoje andam de moto; aqueles que andavam de moto, hoje andam de carro; aqueles que andavam de ônibus, hoje têm oportunidade de andar de avião. E é isso que não conseguem engolir, é isto que não aguentam: ver a classe mais pobre avançando e tendo a oportunidade na educação, na saúde, no lazer e em todas essas questões que temos trabalhado, ao longo desses anos, para conseguir para a classe mais pobre, mais merecedora que há no nosso Brasil.

Portanto, companheiros e companheiras, realmente este é o momento em que nós, como movimentos sociais, precisamos estar cada vez mais unidos, porque o que eles querem, de fato, é criminalizar, como já foi dito aqui, os movimentos sociais, o movimento sindical; fazer com que percamos as nossas forças e não continuemos nas nossas mobilizações.

Mas não tenho dúvida nenhuma, como já foi dito aqui, a Contag, todos os movimentos sociais de trabalhadores, a juventude de trabalhadoras rurais, sem dúvida nenhuma, estará firme nessa luta contra o golpe e em favor da defesa da democracia, dessa tão jovem democracia, sonhada e desejada, e é com isso que eles querem acabar e não vamos admitir. A juventude brasileira é contra o golpe, contra o golpe, e não vai deixar fazer com que esses fascistas passem.

Querem também acabar com todas essas organizações de juventude, como bem foi dito pelos outros companheiros. A CPI, que já está sendo da UNE e outros movimentos, com certeza também o mais a seguir o que eles querem é isso, mas precisamos estar unidos como trabalhadores rurais para uma causa só. Nós brasileiros, trabalhadores rurais, que mantemos, como o companheiro disse, que é quem bota o alimento na mesa dos brasileiros, vamos continuar fortalecidos como Contag, como movimento social, para que não deixe, de forma alguma, nem a Contag nem a juventude rural brasileira legitimar um governo golpista que está aí apenas para acabar com os nossos direitos e fazer com que tenhamos o retrocesso nas nossas conquistas que, ao longo desses anos, vimos conquistando.

Não ao golpe e sim à democracia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Mazé Moraes, que falou pela juventude da Contag.

Por fim, falará o Moraes, pela FUP.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE MORAES – Primeiramente, é um fórum da juventude, não é, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso que estou aqui.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE MORAES – Pois é, por isso que estamos, não é, Senador?

Jovem é quem tem compromisso com o futuro, portanto, estou muito bem integrado entre vocês aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou propondo que você venha aqui à frente.

O Moraes tem uma experiência enorme, está há alguns anos aqui no Parlamento também.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE MORAES – Companheiros e companheiras, quero cumprimentar o Senador Paim e registrar que a CDH do Senado – não é, Senador Paim? – é uma trincheira dos movimentos sociais brasileiros.

Parabéns pelo seu trabalho. Eu me orgulho de tê-lo aqui nos representando.

Registrar aqui a presença do companheiro Arthur Ferrari, da Associação dos Engenheiros da Petrobras; o companheiro Ivan Luiz, do Sindipetro-RJ e da Federação Nacional dos Petroleiros, e eu que sou da Federação Única dos Petroleiros.

Estamos com um trabalho permanente aqui em defesa da democracia, mas com a consciência de que um dos itens principais do golpe é a tomada do pré-sal brasileiro.

Getúlio Vargas registrava, na sua carta-testamento, que o golpe que o levou ao suicídio – e é bom que se saiba que, se ele não tivesse dado o tiro no peito, teria sido derrubado pelas mesmas forças políticas que hoje tentam derrubar a nossa Presidenta – registrou que o motivo que tudo aquilo, aquele cerco, aquele mar de lama em que Carlos Lacerda dizia que Getúlio estava envolto, tinha, como ponto principal, a criação da Petrobras.

Em 1964, o último decreto assinado por João Goulart, e que foi o estopim, o ponto principal do golpe, foi a estatização das refinarias privadas que tínhamos na ocasião. Não por acaso, o primeiro decreto assinado pelo gerente Castelo Branco – sim, porque Presidente tem que ser eleito, se não foi eleito, gerente Castelo Branco – foi devolvendo as refinarias, que passaram a ser da Petrobras, para as empresas privadas.

Portanto, a energia está no centro dos golpes no nosso País. E, naquele época, Senador, tínhamos um grande mercado consumidor, mas não tínhamos tecnologia, não tínhamos profissionais qualificados e não tínhamos petróleo. Hoje temos tudo isso.

O pré-sal, companheiros e companheiras, é a oportunidade de resolvermos, de uma vez por todas, o proma da educação no nosso País, é a garantia que nossos filhos, netos, terão um ensino público de qualidade, les querem entregar de bandeja. Tenham certeza: esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Portanto, estamos aqui na defesa da democracia e na defesa do pré-sal para a nossa educação. Já se disse uma vez, os recursos naturais, mais do que herdarmos das gerações passadas, tomamos emprestado das gerações futuras, portanto, nenhuma geração tem o direito de torrar o recurso natural, como o pré-sal, sem estruturar uma grande nação. E tenho certeza de que, tanto para uma tarefa como para outra, tanto para a tarefa de defender a democracia – e sou esperançoso com tudo que está acontecendo, porque o Brasil de 2016 não é o Brasil de 1964, o povo brasileiro está muito mais organizado, eles vão atacar as nossas organizações, é preciso que estejamos preparados para isso –, o movimento sindical será o primeiro, porque é o mais estruturado, é o que tem condição de contribuir com os demais movimentos sociais.

Portanto, está na alça de mira logo de cara, eles vão atacar. Mas por mais que eles nos ataquem institucionalmente, como fizeram com os petroleiros em 1995, porque a gente não permitiu a privatização da Petrobras, eles intervieram nas nossas contas, prenderam os dirigentes nossos, eu mesmo fui indiciado pela Polícia Federal, eles tentaram fazer isso, nós vamos resistir, porque nós estamos organizados e não vamos permitir o golpe, e a juventude brasileira é fundamental para esse processo.

Então, compartilho com vocês. Nós estamos resistindo a entrega que já foi aprovada aqui no Senado, agora está em tramitação lá na Câmara. Lá, graças ao golpe, eles estão dizendo, Senador Paim, que não vai ser só o projeto do Serra, agora é voltar a concessão em tudo, em toda a área do petróleo no Brasil.

E com o regime de concessão, o petróleo não vai ser nosso. O regime de concessão traz entrega de recurso para o estrangeiro, ele traz não retorno econômico para o Estado, portanto não tem *royalty* para a educação, e ele ameaça seriamente a questão ambiental, porque a forma de exploração das multinacionais não respeita o meio ambiente.

Portanto, nós estamos na trincheira para isso.

Quero dizer que é um prazer estar aqui com vocês. E eu saio daqui, mais uma vez, muito animado com a presença de vocês. Com vocês nós vamos para qualquer lugar e nós vamos derrubar o golpe. (*Palmas.*)

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Moraes.

Pois não.

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – Eu vou deixar aqui na mesa para cada um – e vai estar à disposição de vocês – esse *folder*. A gente preparou um material resumindo os pontos principais de ataque ao pré-sal.

Então, todo militante precisa ter um pouco de acúmulo desse, que está em séria ameaça. E a gente vai entregar no final para vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Moraes é um militante histórico do sindicalismo brasileiro.

O Daniel queria fazer um registro.

O SR. DANIEL SOUZA – Antes de encerrarmos, Senador, eu queria, simbolicamente, entregar a nota pública do Conselho Nacional de Juventude.

A história nos julgará, mas não julgará esse Conselho por ser a favor de que o *impeachment* é um golpe. Ela nos julgará por defendermos a democracia, por defendermos direitos e por defendermos um projeto em que negras e negros ocupam a universidade, em que empregadas domésticas têm direitos, em que trans podem vir à mesa para falar e conduzir debates.

É por esse projeto que a história nos julgará. Eu tenho orgulho de presidir esse Conselho que se coloca ao lado da democracia, e não ao lado do golpe, não ao lado de Bolsonaros, Eduardos Cunha e toda a sua trupe.

Viva a democracia!

Eu vou ler a nota inteira do Conselho Nacional de Juventude. Temos várias aqui, porque hoje a nossa tarefa é fazer com que cada Senador receba esse documento:

> Nota pública do Conselho Nacional de Juventude contra o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Vana Rousseff.
>
> O Conselho Nacional de Juventude, uma instância consultiva para o estabelecimento de diretrizes e formulação de políticas públicas de juventude, vem expor sua extrema preocupação com o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.
>
> A perda de mandato de uma presidenta democraticamente eleita é medida excepcionalíssima que somente se justifica pela prática dolosa de crime de responsabilidade, precisamente definido em lei e robustamente comprovado ao final de processo, para cuja instauração tenha sido demonstrada justa causa. O instituto do *impeachment*, constitucionalmente previsto, não pode ser amesquinhado por interesses subalternos e inconfessáveis ou vulgarizado por maiorias parlamentares eventuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O recebimento da denúncia de *impeachment* pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em clara retaliação à abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra si configura, portanto, flagrante caso de desvio de poder na deflagração de processo de impedimento contra a Presidenta da República Dilma Rousseff, comprometendo-o desde o início.

Por outro lado, a confirmação do recebimento do pedido pelo Plenário da Câmara dos Deputados com invocações as mais diversas, porém raramente alusivas aos fatos imputados à Presidenta, explicita o desvirtuamento do processo de *impeachment* fazendo dele um *recall* parlamentar, de todo incompatível com a soberania da vontade do povo, cláusula pétrea de nossa Constituição.

Não pode também o procedimento servir como eleição indireta do Vice-Presidente da República, sobretudo quando negociada [no Palácio do Jaburu], de acordo com o que noticiado pela imprensa, em troca da impunidade dos Parlamentares envolvidos nos recentes escândalos de corrupção.

Neste cenário, justamente quando as instituições são chamadas ao reequilíbrio entre os Poderes, causa espanto a letargia do Supremo Tribunal Federal em apreciar o pedido de afastamento do Presidente da Câmara dos Deputados, formulado há mais de cento e trinta dias pelo Procurador-Geral da República. O silêncio sobre os casos de corrupção do Deputado Eduardo Cunha se opõe às recorrentes manifestações públicas de alguns de seus ministros afiançando a legitimidade do processo de impedimento da Presidenta da República, aos quais por lei caberiam falar somente por meio de suas decisões.

Assim, se clama à sociedade civil organizada que faça valer os princípios constitucionais que regem a ordem democrática e não permita que o País novamente sucumba às forças conservadoras e autoritárias que outrora se apresentaram como a solução definitiva para os problemas estruturais da Nação. Junto a isso, ratifica-se o compromisso com o mandato popular da Presidenta Dilma Rousseff, outorgado por mais de 54 milhões de votos de brasileiras e brasileiros, e nenhum outro que não democraticamente respaldado pelas urnas. Desse modo, repudiamos as tentativas golpistas de construção de atalhos para a chegada à Presidência, sem a soberania do voto popular e com uma agenda que se coloca como uma ponte para o retrocesso na garantia de direitos sociais e humanos, em especial, aqueles relacionados à juventude.

Conselho Nacional de Juventude. (*Palmas.*)

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª MARIA DAS NEVES DE SÁ MACÊDO FILHA – Senador Paulo Paim, aqui é a juventude, então a gente pode quebrar um pouco o protocolo para falar o seguinte:

(A oradora canta o seguinte:)

Caraca, a juventude chegou forte! Caraca, a juventude chegou forte! Está mobilizada, para barrar o golpe! Está mobilizada, para barrar o golpe!

Caraca, a juventude chegou forte! Caraca, a juventude chegou forte! Está mobilizada, para barrar o golpe! Está mobilizada, para barrar o golpe!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, pessoal.

Eu queria fazer o encerramento dizendo que a fala de cada um de vocês aqui com certeza passou uma mensagem para o Brasil de que a juventude brasileira está acompanhando passo a passo.

E esse encerramento que vocês fizeram aqui, os dois, lendo a carta do Conselho Nacional de Juventude, e agora esse chamamento dizendo que a juventude está forte, claro que está forte. Eu tenho certeza, se depender da juventude brasileira, não teremos golpe. (*Palmas.*)

Eu queria dizer para vocês que nós fizemos aqui uma série de audiências públicas.

Dia 27/04, foram os professores da UnB, numa audiência aqui pela democracia.

Na quinta-feira, 28, foi um ato inter-religioso em favor da democracia.

No dia 02/05, segunda-feira, foi Democracia e as Mulheres.

No dia 04/05, quarta-feira: Democracia e Cultura, com a participação de artistas e músicos, hoje, pela manhã.

E fechamos esta quarta-feira com uma bela audiência pública ao País que vocês patrocinaram.

Eu fiquei muito feliz com a firmeza, com a convicção e com a fala de cada um e de cada uma aqui, que foi a fala de vocês no debate Juventude pela Democracia.

Informando ainda que amanhã, quinta-feira, nós teremos um debate, pela parte da manhã, que vai dis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

À tarde, teremos um debate, às 12h se inicia: SUS pela democracia. Porque a gente está muito preocupada que eles queiram inclusive mexer no SUS até com a desvinculação das receitas da saúde, no projeto Ponte para o Futuro, que não tem nada de ponte para o futuro.

Teremos ainda, na segunda-feira, às 9h, juristas pela democracia. Estarão aqui juristas que virão de outros países.

E ainda, na própria segunda-feira, às 17h, Educação Brasileira pela Democracia.

Na terça-feira, teremos, pela manhã, audiência pública com ex-Constituintes. Como eu fui Constituinte, nós estaremos aqui, creio eu, em torno de 10, 12 Constituintes que darão depoimento em defesa da Constituição e da democracia.

Nesse mesmo dia, os psicólogos do Brasil estarão aqui, falarão e entregarão um documento com mais de 5 mil assinaturas para que depois eu entregue para o Presidente do Senado.

Quero concluir, pessoal, e dizer para vocês que a gente tem que reconhecer que perfeito ninguém é, nem nós somos perfeitos. Desde que a proposta de *impeachment* chegou ao Senado, eu conversei com o Presidente Renan Calheiros. Ele disse: "Paim, aqui será diferente. Aqui os movimentos sociais entrarão, falarão. Pode fazer o seu ciclo de debates que aqui ninguém vai barrar os movimentos sociais."

Então eu queria agradecer ao Presidente Renan e dizer que aqui no Senado o tal de Cunha não manda. Aqui quem manda somos nós e os movimentos sociais. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DAS NEVES DE SÁ MACÊDO FILHA – Senador, só para quebrar o protocolo, eu recebi aqui um tuíte da turma que está na Alesp pedindo para o senhor mandar um salve para todos os estudantes que estão ocupados, para a gente mandar um alô aqui, do Conselho Nacional de Juventude, porque a turma está acompanhando pelas redes sociais, está ocupada, neste momento, na Alesp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos fazer o seguinte...

A SRª MARIA DAS NEVES – Pela CPI da Merenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos quebrar o protocolo e vamos pedir para dois aqui, um homem e uma mulher que estão na mesa darem o recado para eles, e encerro.

Quem é que fala aí?

A SRª MARIA DAS NEVES DE SÁ MACÊDO FILHA – Acho que a gente pode fazer, na verdade, como os secundaristas estão fazendo, através de jogral. Pode ser?

Nós somos jovens, trabalhadores, trabalhadoras, homens, mulheres, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, somos do campo, da floresta e das águas, somos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, somos do Conselho Nacional de Juventude, queremos nos solidarizar com todos os estudantes de São Paulo, que, neste momento, ocupam a Assembleia Legislativa e reforçando o coro dos estudantes, que cobram, neste momento, CPI da Merenda já! CPI da Merenda já! Nós queremos saber quem vai punir o ladrão de merenda. Nós queremos saber quem vai punir o ladrão de merenda. Ocuparemos São Paulo e ocuparemos o Brasil contra a corrupção, contra o golpe e em defesa da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agora é você, Daniel.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, a fala da Maria foi brilhante, falou com vocês, senti-me representado por ela. Então, meus queridos estudantes que estão aí, em São Paulo, podem ter certeza, se depender da Comissão de Direitos Humanos, ou vocês vêm para cá numa Comissão, ou vou para aí apoiá-los...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...no evento de vocês no momento em que for chamado.

Uma grande salva de palmas a eles de pé, e, aí, encerramos a nossa audiência pública.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Está encerrada nossa audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de maio de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Hélio José**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Flexa Ribeiro e Donizeti Nogueira. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 23 de 2016-CDH de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre: "As condições atuais do sistema prisional". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Marcele Alcantara, 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal – SINPOL; Leandro Allan Vieira, Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal - SINDPEN/DF; Anderson Jorge Damasceno Espindola, Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal – SESIPE; Maria Gabriela Peixoto, Ouvidora Nacional dos Serviços Penais do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. O Senhor Presidente eventual registra a presente de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Wilmar Lacerda, 1º Suplente do Senador Cristovam Buarque; Mariana Rosa, Presidente da Associação Humanizando Presídio – AHUP/DF; Guarda Jânio; Paula Valeria, Ex-Presidiária e Estudante; Elisa Costa, Associação Internacional Mailê Sara Kali; Liliane da Costa Souza, Presidente da Associação Saber Viver Família – ASFAM. O Senhor Presidente eventual faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar a Ata e Notas Taquigráficas ao Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. O Senhor Presidente eventual passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Hélio José, Donizeti Nogueira e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 23, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater as condições atuais do sistema prisional.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, através do número 0800-612211. Repetindo, as pessoas que desejam participar desta audiência pública podem nos comunicar por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Obrigado.

Eu gostaria de chamar os convidados.

Marcele Alcantara, 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol/DF). (*Palmas.*)

Leandro Allan Vieira, Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal (Sindipen-DF). (*Palmas.*)

Anderson Damasceno Espindola, Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (Sesipe). (*Palmas.*)

Chegou já o Anderson? Está chegando, está no caminho, já nos informou que está a caminho.

Renato Mendonça, Assessor Especial de Relações Institucionais e Sociais da Casa Civil do Distrito Federal.

Já chegou o Renato? Ainda não? Tudo bem. Os dois do GDF disseram que estão a caminho.

Maria Gabriela Peixoto, Ouvidora Nacional dos Serviços Penais do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu gostaria de comunicar que também darei direito a cinco falas. Quero anunciar o nome das cinco pessoas que vão falar. Passe-me aqui o nome das pessoas.

V. Exª vai falar na hora em que precisar, pois é Senador da República.

Desejam fazer uso da palavra, porque vão falar, cinco pessoas. Vou abrir. Geralmente, não abro para ninguém, mas vou abrir para essas cinco pessoas aqui: Mariana Rosa, Presidente da Associação Humanizando o Presídio (AHUP/DF), Guarda Jânio, Paula.

Quem é a Paula? Fale no microfone. Seu nome é Paula de quê, Paula?

A SRª PAULA VALÉRIA – Paula Valéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Representa a população? Algum Conseg?

A SRª PAULA VALÉRIA – Sou estudante da Fortium, vim com os estudantes da Fortium, também sou ex-presidiária e sou visitante lá. Então, eu gostaria de colocar meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bacana, Paula Valéria.

Elisa Costa, da Associação Internacional Maylê Sara Kalí.

Elisa, tudo bem? Prazer.

E Liliane da Costa Souza, Presidente da Associação Saber Viver Família – Asfam.

Quem é a Liliane? Está ali.

A essas pessoas vou garantir a fala. Se houver tempo e espaço, eu gostaria também de ouvir um representante do Conseg. Estou vendo ali o Délcio. Há mais alguém que seja Presidente de Conseg aqui? Está aqui o Moacir. Estão aqui os meninos da Ceilândia. Então, pelo menos um representante do Conseg quero ver se ouço também. E, claro, o nosso Senador Wilmar também vai falar na hora em que achar prudente, passarei a palavra para ele.

Vamos lá.

Senhoras e senhores, declaro aberta a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que irá discutir a atual atuação do sistema prisional no Brasil, em especial, no Distrito Federal.

Agradeço a presença das autoridades, especialistas em segurança pública, que doaram seu tempo para participar deste fundamental debate. Tenho certeza de que iremos colaborar para a avaliação do real estágio do problema, bem como contribuir com prognósticos e sugestões para o enfrentamento da questão.

Como representante do DF no Senado, fui o autor do requerimento para realização desta audiência. Além disso, tive a honra de ser escolhido para presidi-la, tarefa que assumo com grande senso de responsabilidade e profunda preocupação.

É certo que o sistema prisional do Distrito Federal, assim como o sistema prisional brasileiro, está carente de investimentos, principalmente no que diz respeito à ressocialização do preso. Hoje estima-se que as seis unidades prisionais do Distrito Federal abriguem cerca de 15 mil presos, mais que o dobro da capacidade do sistema, que seria de 7 mil presos. A soma da superlotação das áreas com a carência de efetivo para monitoramento desses detentos resulta em improvisos na organização do sistema, situação essa que facilita rebeliões e fugas no complexo penitenciário, como aquela que nós vimos recentemente, em que dez presidiários fugiram da Papuda, assustando todo o Distrito Federal, trazendo pânico para as cidades, o que é um absurdo.

Nós aqui estamos reunidos exatamente para tentar evitar essas questões. Estou convicto de que há soluções para a ressocialização das pessoas que cometem crimes. Temos bons exemplos no Distrito Federal e no Brasil de projetos e programas que com êxito reinseriram os cidadãos que se envolveram com crime e hoje têm trabalho digno.

Aqui, no Distrito Federal, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) realiza importante trabalho de recuperação e inserção do preso dentro e fora dos presídios. Em Bauru, São Paulo, os presos são incentivados à leitura em troca de redução de pena. Esse projeto, apoiado por funcionários da Penitenciária II de Balbinos e por colaboração do Juiz da Vara Criminal de Bauru, São Paulo, Exmo Sr. Juiz de Direito Davi Prado Silva, visa inserir o cidadão à sociedade por meio da leitura e do conhecimento. Esses tipos de incentivos nos dão esperança e confiabilidade na reintegração do detento à sociedade.

Outro fator imprescindível para a melhoria do sistema prisional do Distrito Federal é a qualificação e valorização dos funcionários que trabalham nos complexos penitenciários que dia a dia superam o constante desafio de proteger a sociedade e recuperar os cidadãos e cidadãs que estão cumprindo pena.

Justiça, segurança e ressocialização: é isso que esperamos do sistema prisional do Distrito Federal e de todos os Estados do nosso País.

Não me alongarei mais porque precisamos ouvir os nossos convidados.

O GDF está meio perdido na questão. Primeiro, era a Secretaria de Justiça que cuidava da Sesipe; depois, transferiu-a para a Secretaria de Segurança Pública; depois, com a fuga, transferiu-a de novo; depois, de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, nós precisamos discutir aqui e inclusive dar *feedback* ao GDF para que possamos ter tranquilidade em relação a essa questão aqui, no Distrito Federal, e no Brasil também, porque temos visto constantes rebeliões nos presídios, que nós queremos evitar, e maus-tratos aos presos, que são aglomerados em prisões em que não cabe todo mundo que está lá. Brasília está com o dobro da lotação.

Brasília tem uma categoria muito importante, que é a dos agentes de atividades penitenciárias, que cuidam da Papuda, dos presídios. Essa categoria está hoje com um déficit de quase mil servidores. Portanto, mais servidores precisam ser contratados, concursados, a fim de que o sistema possa continuar. Brasília precisa tomar essas providências, afinal aqui é a Capital do nosso País. Não fica bem uma rebelião desastrosa acontecer no Distrito Federal. Essa situação dos dez presos que fugiram incomodou o Congresso Nacional, incomodou o Palácio do Planalto, enfim, incomodou todo mundo e causou um pânico geral na cidade.

Então, aqui, hoje, temos o objetivo de discutir alternativas. Sabemos toda a dificuldade que existe na Colmeia, na antiga Colmeia, que abriga as presidiárias, onde o tratamento é muito desumano. Aconteceu inclusive de uma detenta ter um parto no chão, sendo amparada pelos servidores, os agentes. Foi uma situação desumana o tratamento. Não é justa essa questão.

É uma pena a Sesipe ainda não ter chegado, o representante da Casa Civil do GDF ainda não ter chegado, porque essas pessoas que foram convidadas precisam ouvir os posicionamentos da população do Distrito Federal, pois não é possível continuarmos convivendo com essa situação.

E outra, temos uma Secretária de Segurança que não conhece o Distrito Federal, que não tem nada a ver com a história do Distrito Federal, do GDF. Ela pode ser uma pessoa extraordinária, com uma ótima formação, mas tinha que ter interlocução correta com a Polícia Militar do DF, com a Polícia Civil do Distrito Federal, com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e com o Detran. Como é que se põe uma Secretária de Segurança só porque é do PSB e ainda de outro Estado? Ela não tem nada a ver com a história do Distrito Federal. E olha que houve várias pessoas que fizeram indicações importantes para essa Secretaria no GDF.

Já falei para o Governador Rodrigo Rollemberg que não temos nada contra a Secretária, mas ela não consegue articular as quatro forças da segurança do Distrito Federal, porque ela não tem diálogo e relação com essas quatro forças. Não conhece o Distrito Federal.

Precisamos de alguém que conheça o Distrito Federal e que conheça o entorno também para poder realmente nos ajudar a dar segurança ao Distrito Federal, a fim de que tenhamos a tranquilidade de ir e vir, de sair de casa e voltar para casa inteiros, que é o que nós queremos, e não chegar em casa mutilado porque aconteceu uma tragédia.

Em Brasília e no entorno são 250 mil desempregados. E não podemos conviver mais com essa situação.

Já falei isso com o Governador, portanto não é novidade o que eu estou falando aqui. É realmente uma pena que a Secretaria de Governo do GDF e a Sesipe ainda não tenham chegado, mas as notas taquigráficas desta reunião serão enviadas ao Governador e à Secretaria para que eles saibam a posição da população do Distrito Federal, que não concorda com essa politicagem de colocar pessoas na Secretaria de Segurança só porque são do PSB, renegando as indicações que tiveram.

Eu mesmo fui um dos que indiquei pessoas. E indiquei nomes importantes, capacitados. Indiquei, por exemplo, o Chefe da Casa Militar, que é amigo e braço direito do Rodrigo Rollemberg, o nosso Cel. Ribas, uma pessoa extraordinária que poderia ser Secretário de Segurança; indiquei o nome do nosso querido Delegado Eric Seba, que é o Diretor-Geral da Polícia Civil do DF, que tem feito um ótimo trabalho e poderia tranquilamente ser Secretário de Segurança; indiquei o nome do Cel. Hamilton, que é o Chefe do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Todos são braço direito do Rollemberg.

Não indiquei nenhum político ligado a mim, ninguém de meus interesses pessoais. Enfim, indiquei pessoas que conheceriam a questão do Distrito Federal e que fariam a interligação correta. E indiquei também o Cel. Dolvin, que é um coronel do Exército Brasileiro com total formação e que conhece o Distrito Federal a fundo, um homem especializado na questão da segurança e da inteligência e que poderia, tranquilamente e de uma forma independente... E não foi só uma indicação minha, mas também com a colaboração do atual Ministro da Justiça e Subprocurador da República Eugênio Aragão. Nós indicamos juntos o Cel. Dolvin.

No entanto, por política, resolveram colocar a Secretária de Segurança, e todo mundo está vendo que não consegue articular as forças de segurança do DF. Com isso, continuamos no caos que estamos vendo, as coisas não avançam, só se faz politicagem.

Portanto, esse tipo de coisa nós temos que criticar, e criticar com altivez. Esta audiência não visa, na verdade, fazer picuinha ou causar nenhum tipo de desgaste ao Governo, mas, sim, sugerir ao Governo que faça políticas corretas, principalmente na área de segurança, pois nem a população do Distrito Federal nem a do entorno aguentam mais tanta preocupação, porque as coisas não estão articuladas da forma correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, o objetivo aqui é esse. Por isso é que nós convidamos o GDF. Mas, lamentavelmente, não está aqui ainda para falar. Fiz questão de ligar para a Secretaria de Governo e eles garantiram a presença do seu representante aqui, e não só do representante da Secretaria de Segurança Pública, mas os dois, porque a Secretaria de Governo também precisa ouvir a opinião da população, das pessoas sobre a necessidade dessa questão que estamos falando.

Ninguém aqui quer fazer politicagem barata e nem colocar político para fazer o apoio de A, de B ou de C na Secretaria de Segurança, pois essa Secretaria está acima da política. A Secretaria de Segurança tem que fazer as coisas para o Distrito Federal, unindo as nossas polícias e dando tranquilidade a todos nós. (*Palmas.*)

Obrigado, pessoal.

Eu queria comunicar com muita propriedade que o Dr. Gustavo... Por favor, pode se levantar? Como é o nome do Diretor mesmo? O Gustavo, que está ali, o Johnson, que representa... Qual é o nome do outro? Deuselita, o Ernesto. Enfim, todos representam a questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Guerra, o Ribamar, todos representam a questão da segurança.

Eu queria que viesse aqui para a Mesa o mais graduado, por favor, até que chegue o Secretário de Segurança, vocês que trabalham.... Quem é? Dr. Johnson, venha aqui para a Mesa até chegar... (*Palmas.*)

Chegou? Chegou?

Por favor, venha aqui. Qual é o nome dele? Dr. Anderson, Subsecretário da Sesipe, por favor.

Obrigado, gente.

Dr. Anderson, quero cumprimentá-lo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tudo bem, Dr. Anderson.

Anderson, fizemos aqui duras críticas à Secretaria de Segurança, e depois você vai poder lê-las pelas notas taquigráficas, mas foram críticas construtivas e não destrutivas, a fim de podermos avançar.

Quero anunciar a presença do Wilmar, que é o Primeiro Suplente de Senador da República do Cristovam, que está aqui conosco e daqui a pouco vai falar; também a presença do Delson, que é Presidente do Conselho de Segurança da Fercal; do Moacir, nosso Prefeito do Setor O e Presidente do Conselho de Segurança de Ceilândia; do Valmir, do Conselho de Segurança do Sol Nascente, Prefeito do Sol Nascente, do Conseg II, que abrange Ceilândia, Sol Nascente, Pôr do Sol – tem mais algum Conseg? Não? –; o nosso Major Mascarenhas, lá de Sobradinho, representando o Major Delfino, de toda a região; e todos os presentes aqui.

Vamos começar ouvindo um órgão representativo. Quero começar ouvindo o Sinpol...

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Senador Hélio José...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Depois da introdução que V. Exª fez, eu gostaria de ter uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, Wilmar.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Então, por favor.

Primeiro, eu queria, Senador Hélio, parabenizá-lo por esta audiência. Acho que, como Senador, V. Exª mereceria de todos nós aqui uma salva de palmas, porque realmente é muito importante para o sistema penitenciário esta audiência. (*Palmas.*)

Depois, eu também quero elogiar a sua postura aqui no Senado Federal. Tenho acompanhado de perto. Às vezes, a gente acha que um suplente não dá conta do recado. Mas quero parabenizá-lo pelo desempenho tanto nas Comissões quanto no plenário. V. Exª tem tido uma postura muito proativa em defesa do conjunto dos trabalhadores, especialmente de Brasília e do entorno. Penso que temos que fazer esse reconhecimento publicamente diante da sua atuação, eu que o conheço há muitos anos, tive o prazer de conviver com V. Exª e sua família e sei da sua postura nesta defesa.

Também queria parabenizá-lo pela iniciativa deste debate e aos convidados, que representam muito: o Dr. Anderson, que conheço de longa data, com competência no trabalho no sistema de segurança pública; a Marcele, uma pessoa extraordinária, do movimento sindical, uma negociadora que representa muito bem essa categoria da Polícia Civil e dos agentes da Polícia Civil. Eles tiveram conquistas extraordinárias. A Marcele foi muito importante nos encaminhamentos, nas negociações de bastidores. Às vezes, o sindicalista só é conhecido nas assembleias, mas a Marcele é uma extraordinária negociadora de bastidores e consegue convencer autoridades no sentido de acatar as reivindicações da sua categoria. Quero parabenizá-la pela sua atuação. o muito feliz em vê-la assumir a Vice-Presidência do Sindicato, porque conheço a sua trajetória. O Leandro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o Alan e toda a categoria aqui presente. O Leandro é um cara fabuloso e tem uma diretoria muito jovem. Entrou no sistema penitenciário. Talvez seja a categoria que mais conquistou benefícios nos últimos tempos pela atuação e negociação em prol dessa categoria, que hoje conta com mais ou menos 1.200 agentes do sistema penitenciário.

Também quero reconhecer a atuação do Sindpen, do Leandro e de toda a sua diretoria, porque com ele há toda uma turma de jovens, inclusive o Bastos, que está aqui atrás com outros. O Bastos está aqui... Ele, como o Leandro, é uma pessoa, uma figura extraordinária no Sindpen. E a Maria Gabriela, ouvidora.

Mas, Senador Hélio José, quero dizer que eu tenho que sair, porque estão lendo um relatório num debate importante. Estou tentando impedir que o Senado Federal conceda essa admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Não me cansarei de trabalhar até o último minuto por isso, porque acho uma usurpação tirar o direito de uma mulher eleita, e não tem nada contra ela, por conta de seis decretos, e decretos para o sistema judiciário, para o sistema penitenciário, a educação brasileira, depois de ter passado por diversas órgãos técnicos, ser julgada, no Brasil, por um réu que colocou o sistema de *impeachment* na Câmara e passou e está aqui no Senado. Então, nós vamos lutar por isso até o fim. Não vamos desistir de nenhuma etapa deste processo.

Então, Senador Hélio José, eu queria, primeiro, dizer que esse sistema penitenciário e de segurança pública é um sistema estatal. A primeira visão que nós temos que ter é que ele não pode ser privatizado e terceirizado. Vamos entender esse processo. Estados que privatizam e terceirizam o sistema penitenciário levam ao caos o sistema penitenciário. Estados que não valorizam os profissionais da Segurança Pública, eu não estou falando de valorização apenas no gogó, é valorização na formação, é valorização na infraestrutura, é valorização nas carreiras, é valorização no salário, nas condições de trabalho desse conjunto de servidores públicos agentes do Estado com poder de polícia para poder desempenhar as suas funções com liberdade e segurança absoluta, que vivem num sistema absolutamente tensionado.

Quem conhece o sistema penitenciário no Brasil sabe que não é fácil desenvolver um trabalho humanitário de resgate da cidadania daqueles que porventura perderem algum momento ou cometerem algum delito, recuperá-los para a sociedade. É esse o sistema que a gente quer. Nós não queremos a penalização eterna de um ser humano. Queremos que se prive a liberdade para ele ser recolocado na sociedade e reintegrado à sociedade como ser humano.

Então, eu quero dizer que, em Brasília, no Distrito Federal, nós temos todas as condições de fazer isso, porque nós temos uma Polícia Civil absolutamente preparada, nós temos um quadro de policiais militares absolutamente preparado, nós temos um sistema penitenciário com agentes da mais alta qualidade, todos com nível superior, uma carreira de nível superior, agentes federais no sistema penitenciário da mais alta qualidade. Portanto, nós só esperamos desse sistema que ele possa recuperar os presos ali.

Agora, aqui é o seguinte: só veem o tombo que a gente leva, mas não veem as pingas que a gente toma. Portanto, a gente fala dos presos que saíram, mas não fala da quantidade de gente que diariamente é recuperada nesse sistema. E eu estou falando isso não porque ouvi falar, mas porque eu fui, eu convivi, eu fui à prisão, eu fui ao cárcere durante três, quatro anos do meu mandato como Secretário de Administração do Distrito Federal. Eu vivi cada carreira, eu sei exatamente como funciona o sistema.

Portanto, eu quero, aqui, repudiar a atitude do Governo do Distrito Federal de reduzir, primeiro tentar retornar os agentes da Polícia Civil, agentes policiais para o sistema penitenciário. Lá não é o lugar desses agentes, lá é o lugar dos agentes do sistema penitenciário, que têm de ser valorizados. A Polícia Civil, os seus agentes têm, sim, uma função, mas não dentro do presídio, não lá dentro. Isso é uma grande injustiça que se está cometendo com uma categoria e com os avanços que essa categoria teve. E não vai melhorar o sistema penitenciário com essa atitude.

O que melhora o sistema penitenciário é contratar os agentes, tanto da Polícia Civil – já fizemos o concurso, estão aí –, quanto os agentes penitenciários, quanto os policiais militares que estão esperando a convocação. E aí é a visão do Estado, porque não se convoca e não se contrata porque têm uma visão de Estado mínimo, uma visão de não valorização, de não contratação desses agentes do sistema penitenciário.

Por isso é que importam gente de tudo quanto é Estado para administrar as nossas instituições aqui em Brasília, infelizmente. E além de desestruturar... Eu quero falar aqui, Senador Hélio José, que desestruturam a estrutura do Estado que dialogava com as carreiras do Distrito Federal. Isso desestrutura absolutamente. Não existe ninguém hoje na estrutura do GDF que possa negociar com 50 carreiras do Distrito Federal, e essas carreiras precisam de um diálogo permanente com o Estado, precisam de um diálogo permanente com as instituições.

Agora existe uma negociação do Governo Federal com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal de struturação das suas carreiras e de melhoria salarial. Nós precisamos incorporar essas justas reivindicações erais para os policiais civis do Distrito Federal. Nós não vamos... E eu aqui quero dizer que estarei junto aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

policiais civis aqui no Senado, com a Bancada nossa, e tenho absoluta certeza de que podemos contar com o seu apoio, Senador Hélio José, para incorporar imediatamente aquilo que for concedido, ou através de medida provisória ou através de projeto de lei. Os índices concedidos para a Polícia Federal têm que ser, absolutamente, dados imediatamente na mesma medida provisória ou no mesmo PL aos policiais civis do Distrito Federal, pois eu sei da batalha deles, eu sei da perda que existe para essa carreira nos últimos anos e nós não podemos concordar com isso.

Por isso, sou por um Estado absolutamente atuante. Nada de privatização, nada de terceirização, valorização das carreiras e recuperação dos presos e das famílias dos presos que vivem na marginalidade um determinado período. A gente tem que ter uma atenção toda humanitária, toda de resgate da cidadania desse povo que vive em torno do sistema penitenciário, e não são poucas pessoas, não são poucas pessoas.

E quero aqui dizer – e o senhor podia fazer uma visita – das condições de trabalho que hoje têm os agentes no sistema penitenciário. Vá lá ver a cama onde eles dormem, vá lá ver a televisão a que eles assistem, vá lá ver a cozinha onde são servidos água e café para o pessoal do sistema penitenciário, vá ver as condições de sujeira que existem hoje nesse sistema e que possibilitam a eles um trabalho árduo nessa atividade de recuperação dos presos do Distrito Federal.

Então, quero saudar a todos desta audiência.

Infelizmente, Senador, eu não vou poder ficar, mas eu quero elogiar a sua postura, não só no sistema penitenciário, mas também nas outras áreas. O senhor tem feito aqui nesta Comissão de Direitos Humanos um debate de que o povo do Distrito Federal pode participar, no qual pode ter voz, como eu estou fazendo aqui com a sua anuência. Gostaria de agradecer por este espaço que o senhor concedeu aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns, Wilmar, nosso primeiro suplente do Senador Cristovam. Aqui, nesta Casa, suplente é Senador. Wilmar é nosso Senador, e Senador, chegou aqui, fala a hora que quiser. Em todas as audiências públicas nossas é assim.

Obrigado, Wilmar. Parabéns pela fala.

Eu queria comunicar a todos que esse livro *Todo Lugar Tem uma História para Contar* é um livro que retrata bem a história de uma região importante do Distrito Federal, que é a Fercal, onde nós temos a nossa Nelita, que está ali, que é uma representante-mor da questão da Fercal.

Onde está a Nelita? Queria uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Traz a memória da Fercal. É um livro muito importante que acabei de ganhar aqui. Quem é o autor, Nelita?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É o grupo. O autor é um coletivo das pessoas da Fercal. Então, está de parabéns a comunidade da Fercal. É um lindo livro. Seria importante que todos conhecessem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Museu da Pessoa. Parabéns ao Museu da Pessoa.

Passo a palavra agora à nossa querida Marcele Alcantara, por até dez minutos.

Fique à vontade, Marcele. Pode falar sobre toda essa questão. Dez minutos para você.

A SRª MARCELE ALCANTARA – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Hélio José, a todos os presentes, senhoras e senhores.

Gostaria de começar com a minha bibliografia profissional. Eu sou concursada da Polícia Civil desde 1999. Este ano eu completo 17 anos de carreira, e sou oriunda do cargo agente penitenciário da Polícia Civil, que foi renomeado ano passado para agente policial de custódia.

Essa renomeação se deu devido à criação do cargo dos agentes de atividades penitenciárias, que é um cargo que foi criado em nível local. Eles são um quadro do governo distrital que foi formulado para gerir o sistema penitenciário, que, até então, ficava sob a égide da Polícia Civil. Essa adequação veio muito na ideia de que o policial que prende não é o policial de ressocializa.

Passando por esse breve histórico, foi citado aqui o caso da rebelião e dessa fuga dos dez presos. Eu estava no sistema penitenciário quando houve a rebelião de 2001. É extremamente horrível a sensação de você estar presente em um fato como esse. Estávamos alguns aqui. O mentor dessa rebelião hoje é muito conhecido, chama-se Marcos Herbas Camacho. Ele é o número um do PCC. Ele é o dono do crime organizado do Brasil, e, ao passar por Brasília um pequeno instante, ele conseguiu articular uma rebelião no âmbito de quase todas as unidades do sistema prisional à época. Então, o que a gente aprendeu com aquele fato? Muito pouco.

Hoje, sistema penitenciário representa parte da segurança pública. Resolver a questão do sistema penitenciário é resolver a questão da segurança pública do Brasil, e não do Distrito Federal! É necessário que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sociedade, os legisladores, os executivos com gestores comecem a fazer política de modificação da situação da segurança pública, indo além do discurso do óbvio. Não há como se gerir uma política no discurso, sem a implementação efetiva de mudanças afirmativas!

Hoje, a OPB (Ordem dos Policiais do Brasil) faz o levantamento da mortandade dos servidores de segurança pública no Brasil. Nós já passamos dos 180 só este ano! Mortes por execução, suicídio, enfarte, episódios que caracterizam uma falência múltipla do sistema de segurança pública do Brasil, e não do sistema penitenciário.

Sistema penitenciário hoje equivale a dizer que o crime organizado tem uma sede para gerir a sua atuação. E isso se dá dentro do sistema penitenciário! Ou o Estado toma para si uma situação grave e começa realmente a enfrentá-la e a perceber que as suas políticas não atendem a desenvoltura nenhuma de solução de problema algum – de servidores, de presos, de segurança pública para além de intramuros –, ou nós vamos continuar enxugando gelo, e não é com fuga de dez presos não, mas com várias e várias mortes, intramuros e extramuros.

Então, cabe a esta Casa começar a efetivar políticas afirmativas e modificativas de atuação do Estado.

Qual é a sanidade mental de um profissional que hoje trabalha na segurança pública? Eu não estou só me atendo ao sistema penitenciário, mas a todos. A sociedade deveria se perguntar isso. Será que aquele servidor que está lá, que deveria estar modificando o indivíduo que está dentro do sistema penitenciário porque ele voltará para a sociedade, será que essa pessoa está capacitada para esse serviço? A resposta hoje é não, porque ela está muito mais doente do que o próprio preso que lá está internado!

Então, nós temos de começar realmente a descortinar o problema e parar de fazer discursos fáceis, porque discursos fáceis tombam a meio passo à frente.

É necessário que se faça uma política não só de encarceramento. O Brasil é o quarto país que mais encarcera; com um agravante: Estados Unidos, China, Rússia, que são os três primeiros, vêm com políticas de diminuição do encarceramento, e o Brasil continua aumentando o seu encarceramento.

Que política é essa que muito aumenta o encarceramento, mas devolve os presos de uma maneira muito pior do que lá entraram?

E digo uma coisa: ele pode passar trinta anos lá preso, mas vai voltar à sociedade. Que qualidade é essa de retorno que nós estamos dando à própria sociedade? Um preso custa caro à sociedade, custa mais caro do que um aluno em colégio. Sairia até muito mais barato deixar o preso solto, pagando a ele e dizendo: "Tome, tome o dinheiro, fique solto, e não faça mais nada." Porque é muito caro para o número de reincidência que nós temos.

Então, é necessário que nós saiamos do discurso fácil e comecemos a implementar políticas de afirmação efetiva de mudança. Não é mais possível que um país agigantado como o Brasil se apequene na hora de soluções; soluções que são até simples, mas são descontinuadas, porque entra um governo, sai outro governo, sai outro governo, e destruímos políticas porque queremos desconstruir a passagem de um governo. Então, são políticas que não são de Estado; são políticas de governo. E isso é um erro, e do Estado. Como pagador de impostos que os cidadãos são, têm de efetivar políticas de Estado para o bem desta Nação, porque esta Nação está afundando. Daqui a pouquinho, todos nós estaremos presos dentro de nossas casas, porque será inviável convivermos em sociedade.

Então, é necessário que nós avancemos, e avancemos em muitas coisas. Segurança pública está um caos no Brasil. É necessário que se discuta tudo, não só sistema penitenciário, mas absolutamente tudo. É necessário que os servidores da segurança pública como um todo participem dessa discussão. Não adianta você fazer uma discussão de cima para baixo, porque embaixo é onde se coloca tudo em prática. E se não há como colocar em prática, será um discurso falido.

Nós estamos aqui para contribuir, mas também estamos aqui para cobrar, porque, se nós não cobrarmos, certamente, todo dia nós enterraremos mais um, dois, três servidores da segurança pública, como nós estamos enterrando todos os dias neste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero parabenizar a Marcele Alcantara.

Para mim, foi com muita honra que trabalhei intensamente com a Mesa do Senado e com o Presidente do Senado Federal para aprovar a carreira de policial civil como nível superior, porque eu sei da competência de vocês, como acabamos de ver aqui e, graças a Deus, aprovamos. Era uma reivindicação antiga da Polícia Civil do Distrito Federal e que nós sanamos exatamente no ano passado, com a colaboração e a participação intensa de toda a categoria.

Então, quero saudá-la, mandar um abraço para o gaúcho, para você e para toda a categoria, assim como para o Deputado Wellington também, que é da categoria, e dizer que é com muita tranquilidade que trabalhamos juntos aqui.

A você, que é agente penitenciário, quero dizer que eu entrei na CCJ especialmente para exercer a relatoria da PEC que trata da questão do direito de posse de arma, da sua categoria, e da questão dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

agentes de atividades penitenciárias, exatamente para resolver problemas importantes, porque eu sei o tanto que vocês são perseguidos e que têm de ter a segurança garantida.

Então, essa PEC eu vou relatar para, o mais rápido possível, vir a Plenário. Serei o relator dela. Já estou na CCJ, como titular. Eu não era membro da CCJ. Entrei especialmente para relatar essa PEC, porque sei de sua importância tanto para a sua categoria, como para categoria do Leandro.

Vamos ouvir agora o Leandro Allan, que é de outro sindicato.

Falou aqui o Sindicato dos Agentes de Polícia Civil.

Todo mundo sabe que nós temos a polícia repressiva, que é a polícia que vai para a rua garantir a ordem e vai para o pau, se for necessário. Na hora em que for necessário, é a PM, ali representada pelo nosso querido Major Mascarenhas, que é o Subcomandante–Geral de Sobradinho. Então, é a polícia repressiva, repressora, que tem de garantir a ordem. E temos a polícia preventiva, que é exatamente a Polícia Civil, a polícia que faz as investigações, que prende, que realiza os inquéritos, que vai apurar quem são as pessoas que cometeram o crime e levá-las para o xadrez. E temos a polícia, no caso de Brasília, que é a única unidade da Federação que está devidamente colocada, corretamente, com atividades penitenciárias, pois cuida do presídio, cuida do preso, representada aqui pelo nosso Leandro Allan, que vai agora usar a palavra por até dez minutos.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – É Polícia Judiciária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Exatamente. Esse era o nome que me faltou aqui, na cabeça. Obrigado, Allan.

O Allan está com a palavra.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Primeiramente, bom dia a todos. Eu quero cumprimentar o Dr. Anderson, Subsecretário do Sistema Penitenciário; a Marcele, representante do Sinpol; a Drª Maria Gabriela, a quem tive a oportunidade de conhecer em uma audiência no Rio de Janeiro, todos no nome do Senador Hélio José, a quem parabenizo por esta iniciativa.

É muito importante debater, falar e promover discussões acerca de sistema penitenciário.

O nosso Deputado Wilmar Lacerda não está presente, mas registro que é uma pessoa a quem estimo muito e que muito ajudou o sistema penitenciário, a categoria dos agentes de atividades penitenciárias, e várias outras categorias.

Eu quero cumprimentar também os diretores das unidades prisionais do Distrito Federal que estão aqui presentes, os membros da CSB, central sindical da qual faço parte.

A CSB é a Central Sindical do PMDB, da qual tive a oportunidade de receber o convite para ser o Vice-Presidente no Distrito Federal. (*Palmas.*)

Estamos juntos lá no Partido, Senador.

Cumprimento todas as instituições presentes: a Polícia Civil, a Política Militar, as instituições de direitos humanos, as associações de familiares que aqui estão e todos os demais.

Sobre o sistema penitenciário hoje, Senador, todo mundo quer falar, mas pouca gente conhece, de fato, o que se passa nas unidades prisionais, qual a mente que está lá dentro, seja atrás das grades, seja administrando. Muito nos preocupa como as pessoas veem o sistema penitenciário sem conhecê-lo.

Quero primeiro aqui repudiar o ato de uma visitante advogada por nome Ingrid, que, em uma audiência pública, fez uma ofensa a todos os agentes penitenciários do Distrito Federal. Nós já tomamos as devidas providências, como a representação criminal e as ações cíveis que virão agora.

Nesta Casa, Senador, existe um projeto maléfico de terceirização do sistema prisional. É interessante levantarmos o debate sobre terceirização no sistema penitenciário nesta audiência também, porque é o fórum adequado, e nada melhor do que um Senador estar ouvindo os argumentos de quem trabalha no sistema penitenciário.

Quando falamos em terceirizar o sistema penitenciário, falamos em fortalecer o crime organizado. Por que fortalecer o crime organizado com a terceirização do sistema penitenciário? Porque, primeiro, quem vai trabalhar dentro das unidades? Quem vai gerir não são servidores de carreira; são pessoas contratadas sem vínculo com o Estado. Existe uma probabilidade maior de corrupção, de extorsão. E não é porque esses servidores que forem contratados, esses empregados contratados, têm essa vontade. Eles serão pressionados pelas facções criminosas a assim fazer, sob pena de morte ou pena de a sua família ser assassinada se não fizerem o que o crime organizado quer.

Esses empregados contratados por empresas terceirizadas não têm nem mesmo uma proteção mínima. Hoje o Estado não consegue garantir a segurança do cidadão comum, imagine a de um cidadão que está combatendo o crime organizado e que fala "não" para o Marcos Camacho! Quero ver se o terceirizado falar "não" para o Marcos Camacho, se o Marcos Camacho não vai mandar matar a família dele e ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós tivemos uma vítima nessa história toda de mensalão. Nós tivemos uma vítima que a mídia pouco mencionou, que foi o empresário Marcos Valério, que sofreu uma retaliação grande de uma facção criminosa por não pagar uma mensalidade a essa facção, por não pagar a propina que essa facção pediu. Ele apanhou muito dentro de uma unidade prisional.

A classe política tem de acordar para essa questão. Nós não podemos entregar o sistema penitenciário para o crime organizado.

Querem também, na verdade, escravizar os apenados, porque eles vão se tornar uma moeda para as grandes empresas e haverá praticamente um trabalho forçado, porque é o seguinte: quem não trabalhar dessa forma será desclassificado e não trabalhará mais, não ficará mais nesse regime escolhido pelos empresários. E olhem: vários contratos aqui, no Brasil, já foram rescindidos e o Judiciário mandou acabar com a terceirização nos Estados, porque deu errado, porque deu errado.

Em vários contratos, existe uma cláusula dizendo que, se houver rebelião nas unidades prisionais, as empresas inclusive podem perder o contrato, o contrato pode ser rescindido. Aí, Senador, lá vem o crime organizado de novo: "Nós temos uma lista de reivindicação. Se vocês não transferirem esses empregados aqui contratados, que trabalham direito e que não favorecem o crime organizado, deixando entrar droga ou levando celular ou deixando passar uma arma, nós faremos uma rebelião." O que a empresa faz? Transfere os funcionários que trabalham direito, senão pode acontecer uma rebelião e a empresa perder o contrato.

Então, Senador, muito me preocupa essa questão da terceirização. Nós conseguimos agora barrar um projeto que estava aqui, prestes a ser votado, com a ajuda do Senador Paulo Paim, com a sua ajuda, porque fui, no dia, pedir a sua ajuda também.

Quero deixar este alerta para toda a sociedade e para os Parlamentares do Brasil. Podem ter certeza de que, com essa onda agora de prisão de Parlamentares, Deputados e Senadores, eles serão vítimas dentro das unidades prisionais, onde existe a extensão do crime organizado e da criminalidade. Serão vítimas. Então, repensem.

Senador, na verdade, os agentes penitenciários de Brasília e do Brasil estão precisando de valorização. Até hoje não existe uma regulamentação dessa carreira em nível nacional. A constitucionalização é importante também. Dentro da Constituição, nós não temos a previsão da carreira agente penitenciário, o que é uma aberração. Querem cobrar ressocialização dos agentes penitenciários, querem cobrar resultado do sistema penitenciário sem dar à categoria, no mínimo, um reconhecimento legal da sua existência. Esse é um erro por parte do Governo.

Tramitam nesta Casa duas PECs que regulamentam, que constitucionalizam a carreira. Uma é a PEC 308 e outra é a PEC 14, que cria a polícia penal. Ora, nós sabemos da resistência que existe nesta Casa em se criar uma nova polícia. Poxa, se não querem criar polícia, vamos debater a constitucionalização da carreira! Vamos fazer com que essa carreira seja reconhecida, para começar a fazer com que ela entenda o seu papel fundamental dentro das unidades prisionais, que é a colaboração na ressocialização de apenados.

Infelizmente, nesse rol, Senador, vários familiares dos apenados olham os agentes penitenciários como sendo os carrascos do cenário penitenciário. Mas não são os carrascos. Muitos familiares, muitos advogados, muitos apenados não entendem, mas, graças a Deus, parte entende; mas muitos não entendem. Por quê? Alimentação de péssima qualidade, superlotação, falta de efetivo latente que não nos dá condição de atender aos usuários do sistema penitenciário de forma adequada. Como o visitante, como o apenado não tem ninguém para reclamar ali imediatamente, ele vê na figura do Estado o agente penitenciário. Aí, a má alimentação é culpa do agente penitenciário, a superlotação é culpa do agente penitenciário.

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Já vou encerrar.

Então, temos todas essas problemáticas. Agora, a culpa é do Governo, que não tem gestão, não tem políticas públicas voltadas para o sistema penitenciário para ressocializar.

Aqui, no Distrito Federal, nós temos uma fazenda gigantesca, Senador, que poderia ser bem aproveitada, inclusive para os próprios apenados produzirem a sua alimentação. O Estado, hoje, gasta 50 milhões com contrato de alimentação para apenados. Por que não os próprios apenados produzirem a sua alimentação, trazendo economia para o Estado e melhorando a alimentação dentro das unidades prisionais? Essa é uma bandeira, inclusive, dos agentes penitenciários do Distrito Federal.

Então, fica aqui, Senador, um pedido: que V. Exª, junto com o Subsecretário... O Subsecretário, Dr. Anderson Espindola, vem exercendo um papel fundamental.

V. Sª pegou uma bomba no colo – não foi, Dr. Anderson? –, que é o sistema penitenciário sem condições, e, de trabalho por falta de efetivo, superlotação. A bomba caiu no colo dele, mas ele é um ótimo gestor, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

gestor que tem o apoio da categoria, que tem o carinho da categoria. E tenho a certeza de que, juntos, venceremos cada desafio que existe hoje no sistema penitenciário.

Cotamos com o apoio do Senador Hélio José.

Vou fazer um pedido para o senhor ajudar os agentes penitenciários de Brasília e do Brasil a constitucionalizar essa carreira.

Antes, existia o sentimento de que o agente penitenciário não conversava com o familiar porque ele é bandido. Não! Hoje, graças a Deus, os agentes penitenciários do Distrito Federal estão mudando essa visão e estão tornando, inclusive, o sistema mais agradável, com diálogo. Não nos furtaremos a conversar sobre melhorias no sistema penitenciário, seja ele interno, seja ele externo.

A Marcele tocou numa questão muito importante, que é a valorização das carreiras que lá estão. Os agentes de polícia de custódia deveriam estar na estrutura da Polícia Civil, e não no sistema penitenciário. A categoria de agentes de atividades penitenciárias deve ter uma maior valorização, sendo contemplada no sistema penitenciário com a sua casa.

O Dr. Anderson vem fazendo essa transição. Nós queremos agradecer-lhe e parabenizá-lo pelo seu gesto nobre.

Contamos com o apoio da Comissão de Direitos Humanos, das associações de familiares, do Senado, do Congresso, da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Que o Governador Rollemberg tenha mais compromisso com o sistema penitenciário do Distrito Federal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Leandro Allan.

Leandro Allan é o Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias.

A Marcele representou aqui o Sinpol, que é dos agentes da Polícia Civil do DF.

Quero dizer que suas posições são realmente acolhidas aqui por mim e, tenho certeza, pelo Senador Donizeti, que vai fazer uso da palavra agora, que vai colocar a posição dele. É uma pessoa muito preocupada com todas essas questões.

Tenho algumas perguntas a fazer. Já vou fazê-las, até para ouvir os agentes de governo que aqui estão presentes.

O que lamento – isto vai ficar registrado; vou fazer um discurso no plenário, falando sobre isto – é a ausência e o pouco caso do Governo do Distrito Federal. Isso é uma vergonha! Nós comunicamos, conversamos com o Secretário de Governo. Não estou falando aqui da Secretaria de Segurança, mas da Secretaria de Governo, responsável pelo Governo do Distrito Federal. O pouco caso, o desprezo do ex-Senador Rollemberg por esta Casa é uma vergonha! Toda vez que a gente convida uma autoridade representativa do GDF para esta Casa é uma dificuldade ela aqui comparecer. Parece que é um governo da Amazônia, do Rio Grande do Sul ou da Bahia, parece que é um governo que está longe e que aqui não pode vir.

O Sr. Renato confirmou presença, falou que estava chegando aqui para representar o GDF, a Secretaria de Governo. A Secretaria de Segurança está aqui representada pelo Anderson. Isso está correto. Está representada, está super bem representada. Mas o Secretário de Governo não compareceu.

Então, fica aqui registrado para o Brasil inteiro, que assiste a esta audiência pública, o descaso do Governo do Distrito Federal com relação à questão da segurança pública, que é uma das coisas que mais afrontam o Distrito Federal e que, hoje, mais amedrontam a nossa população. O Governo do Distrito Federal é chamado para receber críticas construtivas, para poder ajudar a construir uma proposta de segurança para a Capital do País, e o Governo do Distrito Federal, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), demonstra descaso ao não mandar o representante da Secretaria de Governo. Isso é uma vergonha! Vai ser motivo de um discurso no plenário do Senado Federal, que farei ainda esta semana, para o Brasil inteiro saber o descaso do Governador com relação a essa política de segurança aqui no Distrito Federal. (*Palmas.*)

Senador Donizeti com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Senador Hélio José; nossos convidados, Dr. Anderson, Marcele, Leandro e Maria Gabriela – falei Maria Gabriela porque eu tenho uma sobrinha com esse nome e eu acho bonito falar, acho muito lindo –, eu era muito distante do sistema penitenciário. Alguns fatos me levam a me aproximar dele.

Eu acho que o sistema penitenciário começa errado pelo nome. Se nós queremos ressocializar, reeducar, penitenciária já não é o caminho certo. É lógico que a pena tem de ser cumprida, e o Estado tem de ter a capacidade de ressocializar o infrator; eu acho, então, que o conceito, o nome pode ajudar muito. E aí o papel do agente penitenciário tem de ser olhado não como um papel de polícia, mas um papel de reeducador, que fazer o trabalho de reinserção daquelas pessoas. A sociedade às vezes não enxerga. Ela quer que se prenda ransgressor; daí o camarada fica lá 10 anos, 15 anos, depois ele sai, e a vítima posso ser eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O sistema penitenciário brasileiro hoje é uma universidade do crime, pois tem, por um lado, o Estado repressor e, por outro lado, o crime organizado, que acolhe o preso, ajudando-o, mas também reprimindo, porque, se o preso não faz a regra do jogo deles, ele é reprimido. Então, penso que é preciso olhar isso.

Agora, eu tenho certeza de que o Judiciário tem um papel muito importante nisso, mas não tem correspondido – desculpem-me, mas não tem correspondido. No ano passado, nós fizemos uma audiência pública nesta Comissão sobre o sistema penitenciário, e os números que nos foram apresentados são alarmantes. Por exemplo, cerca de 41% dos detidos ainda não foram julgados; desses 41%, segundo os dados que nos trouxeram à época – eu não tenho a fonte aqui hoje –, 36%, quando julgados, são colocados em liberdade, porque é pena mínima; mais 40%, quando julgados, vão para o regime semiaberto. Ou seja, não precisavam estar presos. Agora, com a audiência de custódia, nós encontramos um caminho para dar uma desafogada nisso. Há críticas, mas eu penso que o sistema de audiências de custódia, somado à questão da tornozeleira, tudo isso ajuda muito.

No Tocantins, uma pessoa muito próxima minha hoje é a Secretária de Cidadania e Justiça do Estado, a Srª Gleide Braga, e nós estamos discutindo muito isso. A superlotação é o principal problema, mas a superlotação poderia ser amenizada se o Judiciário fosse mais ágil no cumprimento da sua função. E a gente não tem observado isso. O cidadão fica por dois ou três anos lá, mas, depois, é julgado e não é considerado criminoso. Mas ele já ficou lá por dois ou três anos e deve ter sido preparado para vir para a rua para cometer crime. Então, está errado isso.

Sou totalmente contra a terceirização do sistema, por esses fatores todos que o senhor colocou, Dr. Leandro, mas também por outros, porque aí o preso vira mercadoria. Quanto mais presos, mais lucro para o empresário. Tive a oportunidade de ver um filme numa cidade americana em que, de imediato, encarceraram praticamente toda a juventude da cidade. Esse era o exemplo do filme. Num conluio do juiz com o dono da prisão, prendiam gente para dar retorno. Aí há o seguinte: não julga, porque, enquanto aquele cara estiver ali, será mais uma marmita de comida, mais não sei o quê. Essa coisa está errada. Penso que isso não vai dar certo. É preciso encontrar outra saída, e a outra saída é colocar em liberdade ou em regime semiaberto quem tem esse direito – e o regime semiaberto significa liberdade –, porque isso desafoga o sistema, desonera o sistema. Mas aí, no Judiciário, se não há gente suficiente, é preciso haver gente suficiente para trabalhar.

Penso, sem nenhuma crítica, que a Defensoria joga um papel muito importante. Por quê? Porque é ela que cuida daqueles que não têm como pagar advogado. É preciso maior agilidade, é preciso cobrar mais e trabalhar mais para colocar em liberdade aqueles que não precisam estar presos.

Gosto muito da ideia dos presídios industriais ou agrícolas. Principalmente em nosso País, gosto dos presídios agrícolas, porque o apenado vai cumprir a pena dele trabalhando e ajudando a sustentar o sistema, ajudando, às vezes, até a sustentar a própria família lá fora. Hoje, ele é só ônus. Ele pode passar a dar um retorno. Então, a gente precisa trabalhar essa ideia, porque, infelizmente, não há jeito de não haver preso. O crime está aí.

Agora, há algumas coisas que são absurdas. Como é que um cara – eu o conheço; é um fato real – que estava com 20g de haxixe é julgado, condenado e preso e um cara que estava com 450kg de cocaína num helicóptero está solto? Essas coisas precisam ser mais bem explicadas! (*Palmas.*)

Um cara que estava com 450kg de cocaína está solto, e o outro, com 20g de haxixe, está preso. Essas coisas não estão certas.

Um dado que me assustou é que a Lei Antidrogas, pelas informações que obtive, fez crescer em 60% a prisão de mulheres e em 136% a de jovens. Nós não temos condições de combater muito o traficante – é o que parece –, e combatemos muito o usuário, penalizamos muito o usuário. E esse usuário, que, às vezes, era até um cidadão de bem, pode virar marginal, voltar à sociedade, fazendo com a sociedade pague um alto preço, porque ele foi qualificado para o crime dentro do sistema penitenciário.

Essas coisas estão postas. É um desafio muito grande para a gente.

Há a visão de que aquilo ali é para reeducar, de que a pena visa à reeducação, à ressocialização. É preciso que a sociedade... Mas qual de nós tem coragem de dar emprego para um ex-presidiário ou para uma ex-presidiária? A gente precisa responder isso, porque as pessoas têm medo. Aí é o seguinte: o que sobra para o cara? Ele não consegue o emprego e volta para o crime.

A sociedade está perdendo o jogo para o crime organizado pelo preconceito, pela resistência, por não ter também um programa de reinserção a partir da própria sociedade civil, porque o Estado está deficiente e não dá conta, mas a sociedade precisa compreender. Se o cidadão saiu, vamos criar meios de dar oportunidades para ele, os empresários, etc. Vamos dar oportunidade. Sei lá, uma oportunidade mais vigiada, a princípio, para ir ganhando a confiança, etc.

O que acontece? Não arruma um emprego, então, vai ter que voltar para o crime. Vai ser capturado pelo ne novamente. E nós vamos continuar perdendo esse jogo. Eu não estou na tese daqueles que eu ouço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

muito aqui, não: "É mais cadeia. É bandido." Essa visão de que o Estado só vê o presidiário como bandido é que está fazendo perdemos parte desse jogo.

É possível, ao cidadão entrar ali apenado, você fazer uma análise do perfil social e econômico dele, do histórico dele para saber que tipo de tratamento ele tem que ter. Ele não pode estar no meio, do jeito que acontece, apinhado com meia dúzia de bandidos que governam, às vezes, a penitenciária.

Então, a minha preocupação é muito grande, o desafio é muito grande, o Estado está deficitário nisso, porque, do meu ponto de vista, historicamente nós temos uma visão distorcida disso e não nos preparamos para fazer isso melhor.

Essas são as minhas considerações. Coloco-me à disposição. Quero continuar discutindo isso, que é uma das coisas que eu considero fundamentais para o bem-estar do nosso País. Não é à toa que alguma coisa deve estar errada. Nós somos a quarta população. E a primeira é onde? O que é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Praticamente tudo terceirizado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Há a história de que dois juízes foram presos negociando sentença para soltar as pessoas.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não podemos misturar. Há muitos juízes e juízas sérios, como há muitos promotores sérios, mas há algumas maçãs podres no meio que negociam transferência de presos. Infelizmente isso é próprio da sociedade, porque a corrupção também não pode ser atribuída só aos políticos. A corrupção é sistêmica na sociedade brasileira e é um processo que não resolve só por cima. Se ela continua lá por baixo, aqui em cima só vão trocar os cachorros, mas a coleira vai continuar a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Senador Donizeti.

Uma salva de palmas para o Senador Donizeti Nogueira. (*Palmas.*)

O Senador Donizeti Nogueira é do Tocantins. Em qualquer questão, é uma pessoa que nos ajuda muito e que tem trabalhado bastante também pelos direitos humanos aqui, nesta Casa.

Eu queria anunciar a presença do Alexandre Morais, que é Presidente da Associação, e da nossa querida Marcele, da Associação dos Agentes Policiais de Custódia da Polícia Civil do DF. Muito obrigado, Alexandre. Cadê você? Cadê o Alexandre? Obrigado, Alexandre, um abraço para você.

Eu quero falar algumas questões aqui antes de passar a palavra para o representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e da Sesipe, nosso Diretor Anderson. Depois vamos ouvir a representante do Governo Federal, nossa ouvidora Maria Gabriela. Vou falar de algumas questões importantes.

Como é sabido, a situação do sistema penitenciário brasileiro é gravíssima e violadora de direitos humanos. Segundo a Anistia Internacional, no Informe nº 2.014, de 2015, que relata o estado dos direitos humanos no mundo, superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência são problemas endêmicos nas prisões brasileiras. Nos últimos anos, vários casos relativos às condições prisionais foram encaminhados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse sentido, questiono: o que o Estado brasileiro fez no último ano para incorrer, ou melhor – desculpem-me –, para não incorrer em sanções pelos organismos internacionais de proteção aos direitos humanos?

O Brasil gastou pouco mais de R$61 bilhões no ano de 2013 com segurança pública, o que inclui gastos com o sistema prisional.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, tenho de ir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador Donizeti...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Tenho de ir. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu sei.

E gastou pouco mais de R$71 bilhões em 2014. Em termos de participação desses gastos em relação ao PIB, saltou de 1,25% para 1,29% do PIB o gasto com o sistema prisional.

Nesse sentido, faço uma indagação a V. Sªs. Depois, o Sr. Leandro Allan e também a nossa Marcele vão ter o direito de responder na réplica deles. Mas eu fiz a pergunta antes, para os dois representantes do Governo aqui falarem. Nesse sentido, indago a V. Sªs: o problema da ineficiência do sistema penitenciário brasileiro decorre da falta de investimentos no setor ou da má gestão dos recursos empregados? É a pergunta que faço.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) datados de junho de 2014, a população carcerária brasileira é de mais de 600 mil presos, sendo que o número de vagas é de apenas 370 mil. Esse quadro demonstra claramente a superlotação no sistema prisional brasileiro, inclusive na Papuda. Diante desse quadro, indagamos a V. Sªs: da forma como o sistema carcerário brasileiro se encontra almente, é possível a reinserção social da população carcerária? O que pode ser feito com os recursos de e atualmente dispomos para modificar o retrato degradante do sistema prisional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Leandro Allan até já respondeu algumas perguntas, como também a Marcele.

No Brasil, são comuns os casos de rebeliões dentro de presídios. Em 2013, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Estado do Maranhão – todo mundo se lembra da fotografia do cara decapitado que foi divulgada em todas as redes sociais –, que fica numa região que conheço muito bem, onde trabalhei – trabalhei não em Pedrinhas, mas na subestação de energia elétrica que fica ao lado –, 60 presos foram mortos por outros detentos de maneira bárbara. Esse tipo de evento gera a responsabilização do nosso País frente às organizações engajadas na defesa dos direitos humanos e causa perplexidade perante a comunidade internacional.

Assim, perguntamos: quais medidas vêm sendo adotadas para reduzir a violência e a desordem dentro dos presídios e para impedir que fatos como os de 2013 voltem a ocorrer? Qual a relevância da existência de facções criminosas rivais dentro de um mesmo complexo penitenciário para a ocorrência das rebeliões? Quais as dificuldades em separar essas facções criminosas?

Dentro da temática da desestatização das penitenciárias brasileiras, como a gestão privada dos presídios poderia contribuir para implantar a ressocialização dos presos de maneira efetiva? Isso poderia contribuir? Eu creio que não, mas eu quero ouvir a opinião dos senhores.

De que modo a privatização do sistema resolveria o problema da superlotação das penitenciárias? Eu acho que vai dificultar, mas quero ouvir a opinião de vocês, que são do Governo. Trata-se de uma alternativa juridicamente viável, na visão de V. Sªs?

Essas são as perguntas que ficam aqui.

Eu queria que a nossa assessoria tirasse cópia desse material e o entregasse para cada um dos membros da Mesa.

Vou passar a palavra para o representante da Secretaria de Segurança do Distrito Federal, Dr. Anderson.

Claro, Dr. Anderson, que todas as minhas críticas ao Governo do Distrito Federal não vão para V. Sª, que está aqui representando a Secretaria de Segurança (Sesipe); vão para a Secretaria de Governo, porque quem representa o Governo é a Secretaria de Governo, que foi devidamente convidada. O Sr. Sérgio Sampaio foi devidamente convidado. Ele indicou para vir aqui o adjunto dele, que é o Dr. Renato Mendonça, assessor especial da Casa Civil. Não tinha problema nenhum. Ele que foi o convidado, o Renato. Se o Renato viesse, estava super bem representado.

Quero aqui também agradecer a presença da assessoria parlamentar, que sempre está conosco, do Arthur, que sempre está presente. Tem feito um trabalho extraordinário aqui conosco, para tentar amenizar essa questão do GDF, mas a Secretaria de Governo do GDF tem sido negligente com atitudes importantes para o Governo, porque todos nós estamos aqui com o objetivo de colaborar com o Governo. Ninguém aqui quer dificultar a vida do Governo, mas o Governo tem que fazer suas ações de forma correta, tem que ouvir as questões da população. E, aqui, o que está sendo falado é exatamente nesse sentido.

Então, Dr. Anderson Jorge Damasceno Espindola, Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (Sesipe).

Com a palavra V. Sª por dez minutos.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Bom dia, Senador Hélio.

Gostaria de cumprimentar aqui também a Marcele, nossa 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal; Leandro Allan, Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal. Ele é presidente, inclusive, da federação nacional da carreira de agentes penitenciários do Brasil – Senador, o Allan é também presidente da federação nacional da carreira de agentes penitenciários do Brasil. Drª Maria Gabriela, nossa ouvidora do Depen.

Gostaria aqui também de cumprimentar as associações de familiares, de internos do Sistema Penitenciário; as ONGs que tratam da humanização do Sistema Penitenciário não só no DF, mas na região do Entorno também; os representantes dos CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança); os diretores dos estabelecimentos prisionais do DF que aqui se encontram; os servidores do nosso Sistema Penitenciário do DF, de todas as carreiras, porque vejo várias carreiras aqui distintas: agentes de atividades, agentes polícias de custódia, servidores da área de saúde, de educação, do Sistema Penitenciário do DF; os senhores que representam a sociedade civil.

Gostaria, primeiramente, de pedir minhas escusas, Senador. Estou desde às 6h da manhã no hospital. Por isso o meu atraso. Saí do hospital já era 9h20. Corri em casa para trocar de roupa e poder estar aqui, por isso o atraso. Eu não poderia deixar de comparecer de forma alguma.

Na realidade, vou falar um pouco do histórico do sistema penitenciário do DF.

Essa é a minha terceira passagem pelo Sistema Penitenciário do DF. No ano de 2001, 2002, como diretor, época, do antigo Núcleo de Custódia de Brasília, que hoje é o Centro de Detenção Provisória; posteriormen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

te, de 2007 até janeiro de 2011, como Subsecretário do Sistema Penitenciário; e agora, desde 23 de fevereiro, novamente como Subsecretário da Sesipe, logo após aquela fuga que houve no dia 20.

Nós escutamos falar muito do sistema penitenciário, mas, como disse o Leandro Allan, Senador, só quem trabalha no sistema penitenciário, quem vivencia o sistema penitenciário efetivamente conhece aquilo ali. Familiares de presos conhecem, porque têm contato direto com o preso, com o interno do sistema penitenciário. Então, eles, realmente, conhecem, bem como os servidores que ali laboram todo dia.

Nós vemos muitos especialistas falarem. Toda a vez que um especialista em execução penal vem conversar comigo, eu pergunto: quantas vezes você já entrou em um presídio na sua vida? Cinquenta? Cem? Pois eu vou dizer: um servidor que trabalha no sistema penitenciário entra, no mínimo, trezentas, quatrocentas, quinhentas vezes por ano. Eles conhecem a realidade. Então, falar por ler, por estudar apenas, é um pouco diferente.

Fala-se muito que o sistema penitenciário do DF é muito policialesco ainda. Graças a ele ser assim, Senador, em quase 60 anos de existência tivemos apenas duas rebeliões. Sistema penitenciário nenhum do Brasil passou por apenas duas rebeliões em quase 60 anos de existência. Em uma delas, eu tive o desprazer de estar presente, da mesma forma que a Marcele, que foi a de 2001. Ficamos três dias sem nem poder sair de dentro do Centro de Internamento e Reeducação, a famosa Papuda. Parecia que se estava em um filme de terror. Estou sendo bem sincero com os senhores. Era água, fogo e tiro para tudo quanto era lado. Um inferno aquilo. Nós passamos por aquilo ali, mas com tudo se aprende um pouco na vida.

Sobre o sistema penitenciário do DF, posso dizer uma coisa para o senhor: no quesito segurança, ele vai muito bem. Poderia ser melhor? Poderia, mas no quesito ressocialização, realmente, temos que melhorar.

Muito se fala: por que ficam bradando para todos os lados que o sistema penitenciário é um dos melhores? Houve a CPI do Sistema Carcerário, em 2008, e a conclusão daquela CPI, no Congresso Nacional, foi, sim, que o sistema penitenciário do DF era um dos três melhores do nosso País. Ali é a fonte. Eu vejo as pessoas questionado por que se falar isso. A fonte foi a própria CPI do Sistema Carcerário, em 2008.

Então, Senador, o que nós temos que melhorar, e muito? A questão da ressocialização. Até para quem é policial e vai trabalhar no sistema penitenciário pela primeira vez é um choque. Você está na polícia; você fica muito preocupado em prender, prender, prender, prender e não se preocupa para onde aquela pessoa vai. Você chega ao sistema penitenciário e vê para onde estavam indo aquelas pessoas; e você vê a necessidade de que elas retornem melhores para a sociedade. Nós não nos podemos esquecer de que, hoje, essas pessoas estão contidas; amanhã, estarão contigo, querendo ou não. O Brasil não tem pena de morte nem prisão perpétua. Todos retornarão ao convívio social. A sociedade brasileira tem que saber se ela quer essas pessoas melhores ou não. É uma questão de lógica.

Outra questão: uma vaga, hoje, no sistema penitenciário, no regime fechado, custa para o Estado em torno de R$30 a R$40 mil. Então, em uma unidade de 1.000 presos, são R$40 milhões o que se gasta para edificar. Depois vai se gastar em torno de R$2,5 mil mensais para manutenção daquele preso.

Uma vaga numa escola pública não chega a R$10 mil. O custo de manutenção de uma criança numa escola pública não chega a R$300, Senador. Então, na realidade estamos jogando dinheiro fora, jogando dinheiro pelo ralo. Não se investir na ressocialização é burrice, é jogar dinheiro no ralo. Realmente é preciso investir.

Para se conseguir essa ressocialização a contento, a gente precisa e muito do auxílio da família. Aquela pessoa vai sair do sistema penitenciário e voltar ao seu convívio familiar. A família tem que participar desse processo de ressocialização, tem que participar desse acolhimento da pessoa, para que ela retorne realmente ao melhor convívio e não volte a delinquir.

Uma coisa que vimos nesse período de experiência é o preso que tem a opção de trabalhar e de estudar. O que trabalha é muito bom, mas não pode ser um trabalho apenas ocupacional. Não é para ele ocupar o tempo, não; ele tem de ter uma formação, uma qualificação com certificação, e uma atividade que, quando ele retornar para a sociedade, será aproveitada.

Costurar bola, que é o que vimos por muitos anos no Brasil, era muito bom para dar LER e para ocupar o tempo do preso, mas quando ele saía, nunca era contratado pela Adidas, pela Nike, pela Olympikus. Não era. Realmente não. Então, aquilo era de fato somente para ocupar o tempo.

A gente deve ter o interno trabalhando e aprendendo uma qualificação, obtendo uma certificação numa atividade que será aproveitada aqui fora, que o mercado de trabalho vá absorver.

Uma coisa que eu vi, Senador, é que aquele que estuda não retorna de forma alguma a delinquir. Nós vemos vários internos que entram praticamente analfabetos, hoje têm oportunidade de fazer alfabetização, um supletivo do ensino fundamental e depois o ensino médio. Com certeza absoluta essa pessoa não retorna à delinquência. É como se aquilo entranhasse na mente dele, que aprende, vai se formar e com isso não retorna. Então, é de suma importância que haja investimentos na educação, não tenha dúvidas disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Houve até um questionamento aqui: com essa superlotação a gente consegue fazer atividade ressocializadora? Temos que conseguir. É nossa obrigação. É obrigação do Estado dar a oportunidade de aquela pessoa encarcerada decidir se quer ou não estudar, se quer ou não trabalhar. Se ele não quiser trabalhar, é uma decisão dele! Mas o Estado tem a obrigação de ofertar isso para ele. Se a gente não conseguir nem ofertar, não estamos cumprindo com a nossa função, estamos deixando muito aquém. Então, a nossa obrigação é essa.

A gente tem tentado... Para o senhor ter ideia, eu acredito que todos que me antecederam na Sesipe trabalharam com o maior afinco e a maior boa vontade para fazer o melhor possível. O sistema penitenciário retornou para a Secretaria de Segurança. Por quê? Porque a Secretaria de Justiça do DF infelizmente ainda não tinha uma capacidade administrativa para absorver um sistema tão grande.

Quando a gente fala em ressocialização, está aqui o Dr. Johnson. Assim que eu assumi, o Dr. Johnson assumiu a PDF 1. Eu falei: "Johnson, temos que dobrar o número de internos estudando." Ele disse: "Chefe, vamos fazer isso, mas primeiro eu estou precisando de torneira de plástico para colocar no pátio." Porque eu recebo visitante e não tem uma torneirinha de plástico para poder ter água. Essa é a nossa realidade atual.

Como vamos pensar em qualquer atividade ressocializadora se faltava lâmpada e torneira de plástico, gente? Uma torneirinha de R$3. Graças a Deus, com esse retorno para a Secretaria de Segurança, essa parte administrativa já começou a voltar para a normalidade. Hoje já temos a torneira, já temos a lâmpada. Então, realmente, já está melhorando nesse sentido.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Vou procurar ser mais sucinto, Senador.

Realmente, temos vários entraves a serem rompidos e obstáculos a serem vencidos para conseguir isso, mas envidaremos todos os esforços no sentido de melhorar a atividade da Funap, que também retornou para a Secretaria de Segurança. Hoje, quem está à frente da Funap é a Drª Vera, uma pessoa extremamente comprometida, e a Drª Rosangela Santa Rita, que veio de um trabalho de quase 15 anos no Departamento Penitenciário Nacional. Vamos trabalhar conjuntamente, Funap e Sesipe, a fim de aumentar a oferta de trabalho e de educação para os internos do sistema penitenciário.

O Senador Donizeti tocou em dois pontos que considerei extremamente interessantes: a tornozeleira e a audiência de custódia. Esse é um dos nossos projetos, com retorno para a Secretaria de Segurança. A Subsecretaria do Sistema Penitenciário está passando por uma reestruturação administrativa. O que era uma subsecretaria passará a ser uma secretaria adjunta, com três subsecretarias vinculadas: uma para a gestão penitenciária do preso em regime fechado; outra para a gestão prisional de preso em regime semiaberto e provisório; e outra para as alternativas penais.

O Brasil tem que começar a pensar em alternativas penais. A pessoa pega com uma pequena quantidade de haxixe fica presa, como o Senador disse, e outra, com 400kg, 500kg, está solta. Isso não pode acontecer. Às vezes, o monitoramento eletrônico e uma fiscalização mais eficaz poderiam muito bem resolver isso. Seria uma pessoa a menos dentro do sistema penitenciário. Hoje, o regime semiaberto é praticamente um regime semifechado. No dia seguinte, a pessoa recebe o benefício de trabalho externo, de saída temporária, sai do CIR e vai para o galpão do CPP. O que muda na cabeça daquela pessoa? "Ontem eu era um bandido extremamente perigoso, hoje eu estou aqui, saindo." Não mudou nada. Não houve qualquer preparação. Então, o regime semiaberto tem que efetivamente ser uma preparação do interno para que ele possa ganhar a liberdade em definitivo.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – São várias frentes. Eu fiz algumas anotações aqui.

Valorização dos servidores. Temos que valorizar os nossos servidores, temos que ter uma formação continuada. Neste momento, há um concurso para agentes de atividade na praça. Estamos concluindo a fase de psicotécnico e de investigação social e queremos, no máximo até julho, se Deus quiser, iniciar o curso de formação, que deverá ter uma duração de um mês e meio. A nossa expectativa é de que, no máximo no final de setembro, tenhamos condição de contratar 300 agentes de atividade penitenciária, que é o número de cargos vagos.

Concomitantemente a isso, vamos encaminhar agora um projeto de lei para aumentar o número de cargos dessa carreira. Hoje, o sistema penitenciário passa por uma carência de servidores. São quase 15 mil internos no sistema penitenciário do DF, e não chega a 1,6 mil o número de servidores, incluindo todas as carreiras que lá estão, inclusive a carreira de agente policial de custódia, que é uma carreira da Polícia Civil, em que existe uma legislação federal que determina que esses servidores fiquem na Polícia Civil. Entretanto, no bojo de uma ação perante a 2ª Vara de Fazenda Pública, houve uma decisão em caráter liminar que determinou o retorno desses servidores para o sistema penitenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Já em segunda instância, houve a excepcionalização de um número determinado, quase 200, para que retornassem à Polícia Civil a fim de que dessem continuidade às atividades que lá já estavam exercendo, porque houve um baque, um prejuízo grande para a Polícia Civil. Mas o sistema penitenciário também precisa de servidores, e o ideal é que sejam servidores da carreira de atividades penitenciárias. Essa é a nossa visão.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Enquanto isso, precisamos dessa ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Você vai ter nova fala ao final, aí você complementa.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de agradecer ao Dr. Anderson pelas colocações. Ele vai ter, na réplica final, mais um tempinho, mais uns cinco minutos, um pouquinho mais. Inclusive, eu gostaria, Sr. Anderson, que o senhor desse uma lida nas perguntas que nós fizemos para respondê-las na outra réplica que o senhor vai ter.

Quero anunciar aqui a presença da Sandra. Ela é conselheira tutelar, coordenadora do Conselho Tutelar da Asa Norte, uma pessoa de atuação grande no Conselho Tutelar, que também é um órgão importante nessa questão, porque mexe com os menores abusados, uma atuação muito importante. Na pessoa da Sandra, cumprimento todos os membros do Conselho Tutelar do Distrito Federal e do Brasil.

Eu gostaria também de dizer que estamos aqui com nosso gabinete, o gabinete nº 19, da Ala Teotônio Vilela, totalmente aberto, à disposição. Sou servidor público concursado, estou aqui para defender a Lei nº 8.112 e todos os nossos servidores públicos concursados do Brasil, de Brasília e dos Municípios. Meu gabinete é, então, o gabinete da resistência do servidor público a qualquer situação que os venha prejudicar, no nosso País, nos nossos Estados e nos nossos Municípios. Então, qualquer pessoa que precisar de alguma questão com relação ao servidor público, o gabinete nº 19 da Ala Teotonio Vilela está à disposição para defendê-los e para trabalhar pelo bem-estar da Nação brasileira.

Vamos ouvir agora a nossa querida representante do Governo Federal. A Senasp tem feito um trabalho extraordinário, com a nossa Secretária Drª Regina Miki, que é uma pessoa muito dinâmica, muito atuante. Tem feito um trabalho muito bom na Senasp. E a Drª Maria Gabriela, que está no Depen, órgão vinculado à Senasp...

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA (*Fora do microfone*.) – Está diretamente vinculado ao Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Do Ministério da Justiça? Mudou? Então, está melhor ainda.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Eles estão separados, a Senasp e o Depen.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Separaram, não é? Então, acho que o Depen, que é o Departamento...

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Departamento Penitenciário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – ... Penitenciário Nacional tem uma responsabilidade muito grande – muito grande mesmo! – sobre a questão do sistema prisional brasileiro e do Distrito Federal.

Esta discussão que está aqui, nesta Casa, da terceirização do sistema nos preocupa profundamente devido à fragilidade do sistema prisional brasileiro e da necessidade de termos tranquilidade, porque, de repente, precarizaremos uma situação que é fundamental para a nossa segurança, e a coisa, ao invés de melhorar, piora; e o tráfico de influência, o crime organizado passem a ter mais força porque a fragilização e a precarização com empresas que não são o Estado podem levar a isso.

Quem sabe em um futuro mais longínquo, na minha visão, pode-se pensar em um sistema dessa forma, mas acho que hoje, ainda o Brasil não tem condições de fazê-lo. Por isso, sou contra essa proposta aqui, nesta Casa. Vou trabalhar para que não seja terceirizado o sistema ainda.

Acho que há propostas tais como a que o Leandro Allan trouxe aqui, de que os presos possam produzir seu próprio alimento, reduzir suas penas, trabalhar na área agrícola, trabalhar na área de produção industrial. Nós temos fazendas, temos terras, temos áreas para isso. Seria uma das situações que poderiam amenizar a questão.

Mas, Drª Maria Gabriela, V. Sª está com a palavra, a senhora que é a autoridade na área.

A palavra é sua.

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas.

Eu o parabenizo pela iniciativa, Senador, pois acho que é extremamente importante, numa audiência, a gente tratar desse tema. E eu digo que o diferencial, dentro de todo esse contexto em que a gente sempre caminhou no sistema penitenciário – e esperamos que o cenário desta audiência seja a tendência desse espaço de discussão –, é um espaço que congregue pessoas que estiveram no sistema, pessoas que acolhem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que têm familiares no sistema, pessoas que também trabalham no sistema, que militam em prol dos direitos humanos das pessoas que estão dentro do sistema, ou seja, uma verdadeira multiplicidade de atores envolvidos nesse complexo.

Desde já, eu chamo a atenção para o fato de que ainda faltam, nesta sala, algumas peças fundamentais para que possamos fazer uma boa discussão, uma discussão real sobre o fluxo e o retrato do sistema penitenciário que nós temos.

Como eu fiquei por último – e acho que, no papel de Ouvidora, isso tem um ponto importante, que foi exatamente o de ouvir um pouco as falas e as expressões de vários de vocês sobre o assunto –, eu quero dizer que acho importante dar um tom aqui no sentido de que chegamos a um momento nesse complexo triste que é o sistema penitenciário como um todo. E grande parte desse acúmulo é resultado de um histórico de distanciamento e de invisibilidade. O sistema penitenciário tem um histórico de invisibilidade.

Nós começamos a falar sobre o que é o sistema penitenciário muito recentemente na história do Brasil. Falamos em dados e começamos a coletar dados muito recentemente. E essa invisibilidade histórica tem um reflexo, não só nas pessoas que estão dentro do sistema e para os familiares, que também acabam sendo atingidos pelas penas das pessoas que estão dentro do sistema, mas também nas carreiras dos servidores que atuam no sistema.

São carreiras que foram pouco dialogadas, pouco problematizadas, pouco acolhidas, com poucas políticas voltadas a elas. E esse é um cenário que não é só do Distrito Federal, mas um cenário que a gente vê em todo o Brasil.

Ao longo da nossa história, falamos muito pouco sobre o sistema, e são muitas as pessoas que estão refletidas dentro desse histórico de invisibilidade. Então, por exemplo – e já misturando até um pouco das perguntas que aqui foram colocadas –, é fato que nós não discutirmos modelos de gestão para o sistema penitenciário, um modelo de gestão que venha a acolher os servidores, que venha a valorizar os servidores, que venha a trazer capacitação para os servidores, que venha a tratar da qualidade de vida dos servidores e das condições do ambiente onde eles atuam, mas também nós não acompanhamos, dentro dessa discussão, um processo de ressocialização. Nós não conseguimos problematizar isso, de uma maneira transparente, sobre o potencial e sobre como fazer isso.

Eu trouxe ali, dentro do quadro, algumas informações que já foram mencionadas aqui sobre o sistema penitenciário.

Deixem-me ver se eu pego a última ficha, que, na verdade, traz o infográfico geral, que eu acho que pode ser mais interessante para nós agora.

Deixem-me só ver aqui, porque era para ser o primeiro eslaide. Desculpem, eu acho que não apareceu. Vamos um por um.

Nessa situação que eu mencionei para os senhores, de invisibilidade, há uma questão. Por exemplo, recentemente o Departamento Penitenciário Nacional apresentou os dados do levantamento penitenciário de dezembro de 2014. E cumpre dizer, dentro desse histórico de invisibilidade, que a própria coleta de informações foi pouco discutida ao longo de todos os anos de gestão, e somente agora começamos a ter dados mais fidedignos sobre esse cenário do qual estamos falando. Agora, só com esse último levantamento, pudemos ter, pela primeira vez, uma totalidade de dados acerca do que representa o sistema penitenciário de fato, de acordo com a quantidade de unidades penitenciárias que nós temos no Brasil como um todo.

Segundo informações que já foram mencionadas aqui pelos nossos outros palestrantes, contamos hoje com uma população prisional de mais de 600 mil pessoas, uma taxa de encarceramento extremamente alta, de 306,22% – isso equivale a 306 pessoas num universo de 100 mil habitantes no Brasil, o que é muito alto.

Temos uma taxa de ocupação também extremamente alta, de 167%, o que dá uma média nacional... Equivale a dizer que se excede, sempre dentro de um previsto de dez vagas... Nós pensamos, para cada dez vagas, dezesseis pessoas. Então, sempre vai haver um excedente no nosso País.

Há uma taxa e um percentual de presos provisórios, ou seja, sem condenação, extremamente alto. Do total de presos no nosso País, temos um percentual alto, de 40%, de pessoas que estão dentro do sistema, mas não têm uma condenação, estão ainda com o processo em andamento.

Eu acho que, só por esses dados, podemos começar a problematizar algumas das questões que foram colocadas.

Como pensar a ressocialização nesse universo? De quem é a responsabilidade dentro desse processo? E a responsabilidade desse processo não é só dos gestores, de quem está na rotina, no retrato do sistema penitenciário no momento da prisão. Temos que chamar à responsabilidade... Por isso falei que faltam alguns atores aqui para termos, de fato, essa discussão na profundidade que ela merece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Precisamos falar da porta de entrada do sistema penitenciário e também precisamos falar da porta de saída. Para congregar esse complexo, esse retrato que temos do sistema penitenciário, temos de chamar à responsabilidade a Secretaria de Segurança Pública; o Judiciário, nas pessoas do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Magistratura; os gestores; e também as pastas e as gestões não necessariamente vinculadas ao sistema penitenciário, as pastas que são responsáveis pela saúde, pela educação e pelo trabalho.

Temos, dentro desse complexo do sistema penitenciário, desse contingente de superpopulação... De fato, a ressocialização queda prejudicada, mas por que as pastas responsáveis pela gestão da saúde, da educação e do trabalho não dão o mesmo olhar, o mesmo acolhimento, não estendem suas políticas para o sistema penitenciário assim como o fazem em relação a qualquer cidadão do nosso País? Esse olhar de gestão e de corresponsabilidades em relação ao sistema penitenciário e à problematização dessa situação é recente.

Até então, cabia tudo a quem está prendendo; quem cumpre a responsabilidade, quem responde pelo sistema penitenciário, responde isoladamente quando o complexo e a responsabilidade são de todos.

Acho que essa informação, Senador, é muito importante, porque não vamos conseguir discutir ressocialização de maneira adequada, em profundidade, sem chamar todos os corresponsáveis dentro desse processo para discussão.

Prende-se mal no nosso País, solta-se quase nunca. Sobre a população que está ali dentro, no sistema, o senhor mesmo levantou o dado de que muitas das pessoas que vão para o sistema penitenciário, de fato, quando sofrem um processo de julgamento, poderiam ter recebido um sistema menos gravoso. E, passando tanto tempo dentro do sistema – isso, de fato, é uma injustiça –, quem acaba respondendo na rotina não é só o preso, mas também a família e obviamente o servidor que está dentro do sistema penitenciário, que é a pessoa que está ali em contato com o interno ao longo de todo esse período.

Então, acho que uma das questões extremamente importantes para a gente pensar.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Vou dar mais cinco minutos por causa da importância do tema.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Claro. Imagina. Mas sem prejudicar depois as respostas.

Então, acho extremamente importante a presença dos servidores aqui, e já tive outra oportunidade com o Leandro em outro espaço de diálogo com ele, para a gente problematizar e perceber a importância, dentro desse processo de pensar o sistema, de pensar as carreiras também dos agentes penitenciários. É uma carreira muito mais complexa do que se esperou; do que abrir e fechar porta e cadeia. O que se espera de um servidor e o que se pretende acolher esse servidor na sua rotina, isso tem que ser muito mais amplo; é preciso ter um programa de qualidade de vida que acolha esse servidor. Se nós pararmos de fato para pensar, são pessoas que também estão presas dentro do sistema. Elas também cumprem um regime de prisão e estão também submetidas àquele espaço de aprisionamento, e vulnerável, que é o sistema penitenciário hoje.

Então, dentro dessa chamada à responsabilidade do complexo que precisamos pensar e problematizar, também entram como importantes frentes de trabalho órgãos de fiscalização; e, aí, falamos das ouvidorias para receber demandas não só das pessoas que estão presas, mas também dos servidores que atuam dentro do sistema, das corregedorias, do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, para atuar dentro do sistema prisional. E toda essa gama de fiscalização tem de ser olhada como um mecanismo de dar tranquilidade para o próprio servidor trabalhar dentro do sistema. Trata-se de lhe dar a garantia de que ele não está sozinho ali, sendo responsável pelo que acontecer de bom e de ruim dentro do sistema. E também ter um espaço de garantia de fiscalização da atividade interna.

Então, começamos a chamar também a necessidade de ter, dentro da lógica de se pensar a gestão do sistema, que de fato não é só recurso. O problema, já respondendo a uma daquelas questões, que se observa pelo Brasil como um todo e que cataloga tantos episódios ruins que hoje nós temos tem de fato uma realidade de má gestão ou de dificuldade de gestão dentro desse complexo. Aí, falta pensar inteligentemente o sistema; pensar em chamar os outros responsáveis para dentro do sistema, pensando na porta de entrada e saída, mas também os órgãos de fiscalização que devem estar dentro do sistema.

Um bom exemplo para mostrar a que ponto chegamos dentro desse complexo foi mencionado também pelo senhor. E aí, deixo como um destaque, para dar mais ferramentas para o nosso debate, porque acho que é importante a gente abrir para as discussões: um bom exemplo desse complexo a que nós chegamos é o próprio sistema penitenciário feminino, como o senhor mesmo mencionou. E eu vou deixar bem aqui, em destaque, o retrato do sistema penitenciário feminino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A gente tem uma população carcerária, no Brasil, de mais de 33 mil mulheres, num cenário... Temos a clareza de que é um percentual extremamente alto. São 64% de mulheres encarceradas, que estão vinculadas a pequenos delitos, pequenos delitos vinculados, sobretudo, ao tráfico de drogas. São mulheres que, em sua grande maioria, não precisavam estar no sistema penitenciário e que poderiam ter outra resposta do Judiciário em relação a isso, tanto que a proposição que se tem hoje, do instrumental do decreto de indulto das mulheres, para tentar pensar uma correção dentro desse histórico, dentro do encarceramento feminino, que é apenas um entre os exemplos que nós podemos citar desse retrato do sistema penitenciário brasileiro, de uma série de incorreções e de agravamento dos problemas, que têm, sim, outras possibilidades e outras maneiras de serem resolvidas. E aí, como foi mencionado pelo próprio Senador Donizeti, a gente tem outros instrumentais, como o próprio monitoramento eletrônico, uma política de alternativas penais, publicada recentemente, nos últimos dias, que apresenta uma série de estratégias para pensar esse grande encarceramento, esse quarto lugar do Brasil em taxa de aprisionamento. Como mostram todas as estratégias, que são várias, o problema é complexo mesmo, e dentro do pensar esse complexo, a gente tem que ter o cuidado de não responsabilizar as carreiras, mas, pelo contrário, criar...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – ... estratégias que não deixem de valorizar e construir carreiras qualificadas para atuar dentro do sistema, porque, neste momento, eu falo que, de fato, pensar a terceirização e a privatização pode ser um caminho rápido, mas não resolve, não afeta, não coloca o dedo nesse complexo de problemas que hoje temos, de registro. Pelo contrário, ela pode agravar muito mais, colocando, escamoteando uma carreira que tem o que dar e o que trabalhar para o sistema, mas em que também, dentro do histórico de invisibilidade do nosso sistema e da gestão do sistema penitenciário como um todo, falta a gente pensar programas de qualidade e capacitação para esses servidores de melhores condições de trabalho.

São muitas as frentes de trabalho, são muitas as possibilidades de pensar respostas, e eu acho que fico aqui no papel de Ouvidora, para ouvir a falar de vocês e tentar respondê-las, mas saibam que a gente hoje tem essa visão muito clara em relação ao sistema penitenciário.

E mais, uma das perguntas que foram colocadas é sobre a situação das próprias facções criminosas ou situações que chegaram ao extremo, como temos os casos de Pedrinhas e outros casos que estão na Corte Interamericana de Direitos Humanos do sistema prisional do Brasil. E eu posso, na verdade, dar um relato pessoal em relação a isso. Eu conheço as penitenciárias. Embora não trabalhe na rotina, no dia a dia de uma penitenciária, eu visitei e conheço várias situações.

A gente pode apontar em todos esses grandes casos de destaque internacional no Brasil: as situações que ali ocorreram, todas elas não podem ser simplificadas em um único fator. É um complexo fruto dessas questões que foram mencionadas por vocês e que eu mencionei aqui desde o início da minha fala. Separar uma facção criminosa, mais de uma facção criminosa, numa lógica de pensar gestão dentro de uma unidade penitenciária é possível, mas será possível a partir do momento que você acolha e instrumentalize os servidores para assim fazê-lo e que dê condições de gestão interna ali dentro da unidade. Então, nenhuma resposta é isolada dentro desse processo, mas elas existem. Elas existem.

Obrigada pela primeira fala.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar a Drª Jaqueline Assunção e nosso nobre Senador Paulo Paim, cuja palavra faço questão de ouvir. Eu queria só ler a faixa. Eu sou meio míope, vou pedir ao Leandro.

Leandro, por favor, leia a faixa completa ali para o pessoal, enquanto o Senador Paulo Paim se prepara para a fala.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – "Ex^{ma}s autoridades, mais do que grades e algemas, precisamos mesmo é de dignidade. Chega de invisibilidade! Associação Humanizando Presídios." (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Farei uma fala rápida, até porque nós teremos outra audiência ainda hoje, depois desta, iniciando por volta de meio-dia, que vai discutir saúde e democracia em toda a sua amplitude.

Mas eu queria, Senador Hélio José, dar meus cumprimentos. A discussão da situação dos presídios é fundamental em política de direitos humanos. V. Exª tem feito um trabalho exemplar aqui, não é a primeira união que V. Exª faz sobre esse tema. É o que está escrito na faixa – e gostei de vê-la –, que vai na linha da humanização dos presídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria só cumprimentar a todos, não vou citar um por um os convidados, todos do mais alto nível, e eu queria, neste momento, dizer para vocês que coube a mim a decisão de relatar o PL 513, de 2011, que trata da privatização dos presídios, de autoria do Senador Vicentinho Alves.

O Senador Vicentinho Alves é um grande Senador, eu dialoguei muito com ele, estamos dialogando, e podem ter certeza de que... Eu gosto muito de uma frase de quando eu trabalhei na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que eles me ensinaram: "Tudo conosco, nada sem nós."

Então, eu queria dizer para vocês que, com o Senador Hélio José, vamos fazer uma reunião para debater esse projeto – e queria até que V. Exª a provocasse –, para debatermos esse tema e construir uma redação final nesse projeto que represente a vontade dos senhores que estão aqui, que lutam e que têm sua vida voltada, tenho certeza, para o bem comum, fazer o bem sem olhar a quem.

É uma alegria estar com vocês. O meu projeto tem que ter o aval de vocês. Sem o aval de vocês, eu não apresentarei a relatoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Será com muita alegria que apresentarei, na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos, presidida por nosso nobre Senador Paulo Paim, de que eu tenho a honra de ser membro, a solicitação para fazermos um debate sobre esse PL, que trata da privatização do sistema prisional brasileiro, a fim de aprofundarmos, para S. Exª poder concluir o relatório. Vai ser com muita satisfação.

Sou parceiro, sei que o Senador Paulo Paim está tendo todo o cuidado do mundo para conversar com todos, quebrar sutilezas e conseguir fazer uma proposta que levemos para o Plenário e seja aprovada. Aqui é aquele negócio: somos 81 membros, Senadores da República, todos são autoridades, todos representam algum Estado brasileiro. Então, temos que ter os cuidados necessários para construir uma proposta a favor da qual consigamos ter maioria e consigamos aprová-la aqui, para que, depois, haja condição de ela ser aprovada na outra Casa, que é a Câmara dos Deputados.

Então, o Senador Paulo Paim tem a consciência das mazelas que traz essa questão da pura e simples terceirização e está tendo todo o cuidado, fazendo toda a discussão. Vamos fazer essa audiência pública para aprofundar essa discussão e fechar, não é, Senador?

Eu gostaria de ouvir as cinco pessoas. Não posso ouvir mais. Eu gostaria de ouvir todo mundo, mas não há como devido ao tempo, também porque não é permitido. Vou quebrar o Regimento Interno, como o Senador Paulo Paim sempre quebrou, para poder dar legitimidade e dar ouvidos à nossa população. Vou ouvir as cinco pessoas que fizeram a inscrição lá no início.

A primeira pessoa inscrita para falar é a Mariana Rosa, Presidente da Associação Humanizando Presídios (AHUP/DF). Vou dar cinco minutos, que é a metade do tempo da Mesa. Na hora em que tocar a campainha, há um minuto para concluir, está bem?

Então, Mariana está com a palavra.

A SRª MARIANA ROSA MOREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento a Mesa. Meu nome é Mariana, como já foi dito, da Associação Humanizando Presídios.

Eu já começo a minha fala, Senador, reivindicando nosso direito de, inclusive, compor a Mesa. Não fomos chamados como associação. Respeito todos os presentes, mas uma pauta em uma Comissão chamada Direitos Humanos não conter representante de familiar de preso compondo a Mesa revela que está faltando, acredito, alguma coisa nesse debate, nessa discussão.

Bom, se possível for, se eu puder acrescentar ainda alguns minutos à fala, agradeço.

Conforme foi colocado, foi explanado por alguns de vocês – eu me senti contemplada em algumas; em outras, não – ressalto a questão do apoio da associação aos agentes penitenciários, apoio aos agentes da Polícia Civil.

Compreendemos que, de fato, o sistema carcerário tem esse déficit de agentes penitenciários hoje. Temos em torno de um agente para cada 200 presos. Entendemos, como familiares de presos, o quanto é tenso chegar ao trabalho e saber que tem que cuidar de 200 presos. Então, nossa solidariedade. Estamos sempre em conversa, sempre dialogando com a associação do Leandro e sempre nos colocando em apoio às reivindicações no que se refere a concursos, etc.

Eu poderia trazer aqui hoje várias reivindicações de familiares de presos, diagnósticos, inclusive, Sr. Senador, e prognósticos, porque temos feito esse debate já há algum tempo, em outras instâncias, nas comunidades.

Muito me preocupa todo esse debate, a gente estar aqui debatendo, debatendo, e tudo ir por água abaixo, mediante o cenário político em que nos encontramos. Eu acredito que, agora, o senhor vai poder compreender a minha colocação como associação.

Nós temos, hoje, na Câmara dos Deputados – e foi chamado, inclusive, para a votação da admissibilidade do *impeachment*, e foi levada e orquestrado por várias outras bancadas, inclusive –, uma bancada que se tula "bancada da bala". Inclusive – e aprendi esta semana a chamar de "pralamentares" –, alguns "pralamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tares" da nossa cidade não têm nenhuma vergonha em dizer que "bandido bom é bandido morto". E toda essa trama, todas essas argumentações, que nós colocamos como argumentações golpistas, nos preocupam – e eu vou colocar o porquê.

Essa mesma bancada conseguiu fazer passar na Câmara o projeto da redução da maioridade penal. E, como foi colocado por vocês mesmos, nós já estamos com uma Papuda – estou falando do caso de Brasília – superlotada. Se nós tínhamos o limite de 7 mil pessoas, ou seja, um presídio construído para 7 mil pessoas, hoje, nós temos em torno de 15 mil. E, com essa perspectiva de virem alguns outros menores – maiores de 16 anos, se aprovada...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIANA ROSA MOREIRA DOS SANTOS – ... a lei no Congresso e se vier, inclusive, a ser sancionada... Não sei como dizer; não são candidatos à Presidência, mas com esses oportunistas que vierem a assumir a Presidência da República, tenho certeza que vai passar esse projeto da redução da maioridade penal. E aí, entramos nós, os familiares de presos, pois essa é a nossa preocupação. E acredito que tenha que ser, inclusive, de vocês, agentes penitenciários, e do GDF também, porque nós não temos condições de criar, de uma hora para outra, presídios onde colocar esses menores... Agora é menor, mas, depois do projeto, se torna maior. E isso vai multiplicar, vai aumentar o número de presidiários.

Essa nossa preocupação cresce ainda mais porque, se eu tenho uma bancada da bala, que, inclusive, é orquestrada por um outro "pralamentar"...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O seu tempo terminou, mas eu vou lhe conceder mais dois minutos.

A SRª MARIANA ROSA MOREIRA DOS SANTOS – Já estou terminando.

Como eu dizia, de outro "pralamentar" que, inclusive, exalta a tortura, aí sim eu fico mais preocupada, porque, se a gente juntar esse pensamento de que "bandido bom é bandido morto" com aqueles que também apoiam a tortura, o que eu posso esperar dos presídios que já estão lotados e onde os nossos familiares presos já sofrem torturas? O que nós podemos esperar de uma oposição que prega, inclusive, que "bandido bom é bandido morto"?

Eu acredito que essa preocupação, inclusive, deveria ser das categorias de policiais, porque essa oposição que está aí fora também tem projetos de precarização e privatização dos serviços públicos.

Então, nós temos aqui demandas, mostrando as nossas preocupações, como familiares de presos, mas também dos agentes penitenciários e agentes de segurança.

E, aí, Sr. Senador, o meu apelo é para o senhor, olho no olho.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIANA ROSA MOREIRA DOS SANTOS – Gostaria muito que o senhor olhasse por essa pauta, que o senhor ainda repensasse o seu voto com relação... Essa pauta que eu trouxe tem tudo a ver conosco, familiares de presos, e com certeza vai refletir um possível *impeachment,* vai refletir em nós, familiares de presos, e no sistema carcerário como um todo.

Eu creio que o senhor, por todo o trabalho que reconhecemos dentro de Brasília... Sou eleitora do senhor, gosto do seu trabalho, então, nós pedimos que o senhor tenha um olhar mais carinhoso, repense por gentileza e que deixe a Presidente Dilma levar adiante o seu mandato, assim como o senhor também quer terminar o seu. Abrace também, por gentileza, a nossa Constituição. Abrace, por gentileza, e honre a nossa democracia.

Muito obrigada.

Em outra oportunidade eu gostaria muito também que o senhor nos acompanhasse numa visita aos presídios para que pudesse ver a realidade, de fato, tanto dos visitantes como dos detentos e detentas do nosso sistema carcerário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Mariana Rosa e digo-lhe que já estive, inclusive, na Papuda, muito bem acompanhado pelos agentes de atividades penitenciárias. Fomos em todas as áreas da Papuda, mas aceito o seu convite também, vamos acertar uma data.

E digo a V. Sª que vamos fazer duas Mesas, porque não daria para trazer todo mundo. Os próximos convidados desta audiência pública serão a DPU, a Defensoria Pública da União, que é fundamental aqui, o Ministério Público, a VEC, os representantes das famílias de presos e um representante do Conseg – são os conselheiros de segurança que estão espalhados na cidade. Para a outra Mesa que vamos fazer para debater esse tema, nós queremos trazer esse pessoal. Hoje nós trouxemos representantes do Governo do Distrito Federal: agentes penitenciários, o representante do sistema prisional do DF e um representante do próprio Governo do Distri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

to Federal, que agiu com descaso ao não vir – isso vai ser tema do meu discurso no plenário, essa questão do GDF e o descaso com relação à segurança pública. Não estou falando aqui da Secretaria, estou falando aqui do GDF, que foi convidado a vir aqui, pela Secretaria de Governo, e não se fez presente. Trouxemos também os dois sindicatos de trabalhadores e, aí, vamos dar continuidade a essa pauta que eu mencionei para você junto com essas outras entidades.

Então, você me desculpe, não deu para atender todo mundo, mas fiz questão de abrir cinco falas. A sua fala foi garantida, assim como asseguro agora a palavra a um agente da polícia repressora, um praça da Polícia Militar do Distrito Federal, uma pessoa profundamente conhecedora de todo o sistema, uma pessoa humana que foi, inclusive, tema de notícia do Jornal da Globo, que mostrou o trabalho que faz no centro de Taguatinga e no centro da Ceilândia no sentido de ressocializar. Refiro-me ao Guarda Janio, que vai falar agora.

O SR. JANIO FARIAS MARQUES – Bom dia a todos.

Realmente o tempo é curto, mas quero deixar aqui as minhas palavras, as palavras de alguém com 26 anos de serviço e mais alguns no comércio. Prestei serviços à minha sociedade como policial amigo do trânsito e era conhecido como Guarda Janio. Na eleição passada obtive quase 15 mil votos, fui o décimo quarto mais votado de Brasília.

Quero parabenizá-lo, Senador, em nome de todos, e das mães, pela ação. Quem está lá dentro conhece o problema. Quem está aqui fora não o conhece, mas precisa conhecê-lo. Acredito que esta audiência vai ser muito importante nesse sentido.

Venho da base de um policial comunitário. Fico triste quando vejo se sucederem os governos e projetos que poderiam dar certo... Tira-se o policial comunitário, fecham-se os postos da Polícia Militar, ficam vazios. Isso é um erro muito grave! Eu quero até que o senhor leve o apelo ao Governador: não faça isso! Aquilo que se conquista não se destrói, tem que melhorar.

A polícia comunitária desenvolve um trabalho muito importante na sociedade através das crianças, através da terceira idade, com um elo importante, por meio do qual nós vamos detectar as falhas da criminalidade. É por aí.

Quero fazer uma sugestão ao Governo, rapidamente. Sei que o tempo é muito curto, mas eu digo uma coisa para os senhores: com essa lei, o PL 3.123/2015, agora vão embora mais de 2 mil policiais – ligeiro e rápido. Estamos com déficit de mais de 5 mil policiais nas ruas. Nós temos um caso muito importante para ser resolvido, alguns policiais que foram licenciados; alguns policiais, por injustiça e por perseguição política, tortura psicológica, estão aí à mercê da Justiça. É preciso revermos esses casos e trazê-los de volta ao trabalho.

E eu vejo o seguinte: tudo isso é base, gente. É uma engrenagem. Temos que trabalhar em educação, nós temos que valorizar aquele cidadão que é diretor de esportes lá no campo de futebol, nós temos que ter uma dependência das administrações junto à sua delegacia, junto à Polícia Militar na comunidade. Nós temos que fazer um trabalho diferenciado junto aos colégios escolares. A volta dos Jogos Olímpicos, porque aquilo dava certo, e hoje acabou tudo. O que se ensina hoje no colégio? São alunos de menor idade intimidando os professores, que hoje têm medo de dar aula.

Então, é preciso termos uma convivência, um elo com eles! Existem profissionais bons.

Minha história é bonita. Consegui resgatar muita gente do mundo do crime para um lado diferenciado, que é do esporte, que é do lazer, que é o Bombeiro Mirim, que hoje está implantado na sociedade. Temos que trazer a Polícia Mirim para a comunidade, para trazer os filhos e fazer um trabalho. Essa é a parte que eu falo mais.

Agora, a parte dos agentes penitenciários. Eu estive lá, eu vi. É muito... Se não valorizar o profissional, como é que o policial vai fazer um bom serviço? Desde a guarita, desde a entrada, desde seu ambiente de trabalho, se não houver uma valorização profissional, qual é o estímulo que o profissional vai ter para trabalhar com gosto? Não tem. É aumento salarial, dar condição para que o agente penitenciário possa trabalhar com dignidade, pois nós temos grandes profissionais.

E o outro é o elo. Se eu cometer um crime... Poxa, gente, desde a entrada, eu estive lá, a dificuldade das mães, gente, para fazer a visita aos presos, filas enormes, não têm condições, não têm ônibus, às vezes não têm nada, no relento, no sol, na madrugada. Tem que olhar o lado humano também das famílias. Cometeu o crime, errou? Vai pagar.

E sou favorável ao nosso colega a respeito de cursos profissionalizantes, que o Governo abra espaço nas feiras de artesanatos, trabalhar ali com diminuição da pena, mas desenvolvendo um trabalho na comunidade. Eu tenho certeza de que o sustento com a diminuição da pena vai ajudar sua família.

Drª Marcele Alcantara, digo uma coisa bem claramente, até escrevi aqui: vamos sair da teoria, vamos ir a a prática. Vamos começar a ver a verdadeira história. É preciso levar esses fatos, esse conhecimento para escolas, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. JANIO FARIAS MARQUES – Vocês estão lá no seu mundo interno, e são poucas pessoas que conhecem o problema interno da penitenciária. É preciso criar uma força-tarefa para ir para as escolas e dizer que aquele lugar onde as pessoas cumprem pena não é hotel, lá não é vida boa, lá a pessoa tem que aprender a ter uma convivência diferenciada. E quem está lá tem que fazer curso profissionalizante, tem que aprender e voltar ao mercado.

Então, este é o Guarda Janio, que vem para ajudar a sociedade com muita humildade. Tenho história e tenho trabalho. E que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Guarda Janio, representando aqui a nossa querida Polícia Militar do Distrito Federal, uma polícia pela qual tenho o maior carinho e respeito, que, nesta Casa, me tem como defensor sempre.

A Paula Valéria falou que é uma pessoa que representa a... Apresente-se de novo, Paulinha, você está com a palavra por cinco minutos.

A SRª PAULA VALÉRIA – Sou eu. Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Esteja com a palavra, Paula.

A SRª PAULA VALÉRIA – Meu nome é Paula Valéria. Quando eu era menor, eu infringi a lei, fui infratora. Passei por todas as instituições de menores aqui de Brasília. O sistema não recupera, 80% dos presos hoje, quando eram menores, incidiram no crime, foram do crime. Poucos são primários e poucos têm a primeira passagem por lá. Ou seja: o sistema não funciona e não recupera ninguém. Eu vivi lá dentro e sei como os agentes carcerários tratam as pessoas lá dentro, tanto quando eu era menor, quanto agora, quando "puxei cadeia", que sou maior. Saí em 2008. Vi amigas minhas, de cela, ganhando bebê dentro das celas. A gente chamava os agentes carcerários, e eles falavam: "Espere mais um pouco, espere mais um pouco, quanto estiver saindo, a gente vem." Era o descaso, a falta de respeito não só com os presos, mas com as famílias dos presos também.

Uma coisa o colega bem colocou aqui: um preso educado não volta para o sistema. Lá dentro do presídio, quem está no fechado não tem direito a ler um livro sequer. Como um Estado quer recuperar um preso que não pode ler um livro? Ele não pode ter uma atividade dentro do presídio porque está no fechado? É só para quem está no semiaberto? Quem está no fechado é porque cometeu um crime muito pesado na sociedade, ele precisa de uma ressocialização. E a ressocialização começa lá dentro. Não é só para quem está no semiaberto e quem está no aberto. É para quem está no fechado também. Por que não pode entrar uma Bíblia dentro do presídio? Hoje é proibido entrar Bíblia dentro da Papuda, dentro do PDF, dentro do CIR. Por que é proibido entrar uma Bíblia lá dentro? Por que o preso não pode ler uma Bíblia? Por que a Polícia não deixa entrar? Por que a Sesipe não autoriza isso? Por que o preso não pode ler, estimular a mente? Ele tem que ficar o quê? Parado, comendo, dormindo às custas do Estado e da sociedade, como eu fiquei lá dentro? Entrei com 40kg e saí com 70kg. E olhem que a comida é ruim, mas tem que comer porque é o que tem.

Então, hoje em dia, o sistema está atolado por causa da omissão do Estado. Se o Estado cumprisse com seu papel, com o que a lei diz que merecemos na sociedade, o sistema não estaria afogado. Por quê? Moro em uma cidade de 150 mil habitantes, não há uma escola de ensino médio, no Itapuã, e só há uma escola de ensino fundamental. Como um Estado desses quer recuperar um preso dentro do presídio?

O cara sai de um presídio e não tem nem sequer um documento. Por quê? O preso já tinha que sair com a carteira de trabalho na mão, identidade, CPF, até conseguir recuperar seus documentos, porque a Polícia some com tudo. Como o Estado quer recuperar um indivíduo desses? Como a sociedade quer que a pessoa retorne para a sociedade se ela própria o recrimina? Eu nunca consegui um emprego. Eu estava trabalhando recentemente, mas por quê? Porque cheguei em uma pessoa e falei: sou ex-presidiária e não consegui emprego. Saí em 2008 e vim conseguir emprego em 2015. E tenho formação: tenho, aqui, dentro da minha pasta, 20 cursos que fiz depois que saí do sistema prisional. Eu não tive apoio do Estado em nada. Em nada. Isso é indignante!

Já vi, dentro do presídio, mulheres sendo abusadas pelos agentes... isso é triste, gente... Choro sabe por quê? Porque isso aqui tudo é muito bonito, reúne todo mundo aqui, todo mundo debate, mas ninguém sabe o que acontece lá dentro. Nesta mesa daí, era para ter uma pessoa representando a massa carcerária, os visitantes nessa mesa. A desigualdade já começou aí. Por que não tem um representante aí? Por que temos que ficar aqui e não podemos ficar aí também? Aqui já vemos a desigualdade do Estado... (*Palmas.*)

Isso é uma falta de respeito.

E sabe por que eu não incidi no crime de novo? Porque, como o colega diz, um povo educado é um povo e não incide no crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Hoje, estou no sexto semestre da faculdade de Direto. Eu consegui vencer na vida, mas comigo saíram dez pessoas no regime semiaberto. Destas, quatro morreram, eu consegui chegar na faculdade, e o resto já está lá de novo.

Eu fico muito triste de ver isso aqui. Isso aqui, para mim, não diz nada, e sabe por quê?

(Soa a campainha.)

A SRª PAULA VALÉRIA – Porque a gente precisa de respeito. Os agentes falarem que não somos valorizados... A gente é valorizado sim! A gente entende que é quase humanamente impossível um agente atender tantos presos, mas quem fiscaliza o trabalho deles dentro dos presídios? Quem? Quem diz que eles tratam os presos como devem ser tratados?

Vocês sabem o que eu vejo nas visitas? E eu, hoje, faço visitas ao presídios. Eu vejo agentes batendo na cara de visitantes dentro do presídio. A gente não tem direito de dizer nada. E sabe por quê? Porque eles falam assim: "Se falar, a visita está cortada. Pode ir ao juiz. O juiz manda lá no fórum. Quem manda no presídio somos nós."s Entendeu? Isso é uma falta de respeito!

As famílias têm de ir até a rodoviária. Por que não há ônibus direto das cidades-satélites? Por que não? Por que não se tem um ônibus direto da cidade-satélite para o presídio? Tem que ser aquela vergonha na rodoviária: as idosas são empurradas, crianças especiais passando mal, gente desmaiando dentro do ônibus. E vocês sabem o que é isso? É a omissão do Estado em todas as áreas, sejam governantes, Deputados, políticos, Senadores, desde o menor até o maior.

O Brasil não consegue resolver a questão do sistema carcerário? Pois, se não consegue, vá à Suécia, vá à Holanda, onde os presídios fecharam por falta de presos. Não está conseguindo resolver aqui com as pessoas que têm curso superior, que tem doutorado? Não estão conseguindo resolver com eles? Então, vá buscar a solução onde está sendo feita. Vão ver o que eles estão fazendo lá. O que está acontecendo que a massa carcerária lá acabou? (*Palmas.*)

O que está acontecendo lá? Por que na Suécia as pessoas não estão reincidindo no crime de tráfico de drogas? Se não estamos conseguindo resolver aqui, vamos copiar o que é bom.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Para concluir, Paula, por favor.

A SRª PAULA VALÉRIA – Vou concluir agora fazendo um pedido ao Sr. Senador: é preciso uma comissão permanente de direitos humanos dentro dos presídios, principalmente nos dias de visita. Não basta ir lá uma ou duas vezes por mês, não; precisamos disso lá constantemente. Os visitantes são humilhados; os visitantes não têm direito de falar nada. Os agentes carcerários falam para nós que temos o direito de ficar calados. Se calado está, que calado permaneça.

Em um País desse, com um Estado desse, sabe quando vocês vão conseguir resolver alguma coisa aqui? Quando vocês começarem esses debates, vocês chamem três ou quatro pessoas da massa carcerária e três ou quatro pessoas que são visitantes.

Quando um médico vai consultar uma pessoa, ele pergunta para ela: "o que você sente?" E ela diz ao médico o que está sentindo para o médico poder curá-la. Como é que vocês querem resolver uma coisa se vocês não perguntam para a pessoa o que está acontecendo? Não vai conseguir! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Paula.

Eu quero parabenizar V. Sª e lhe dizer que a Comissão de Direitos Humanos não tem nenhum tipo de discriminação. O que nós queremos aqui é exatamente quebrar as discriminações. O problema é que, quando se monta uma mesa para o debate, temos que olhar o tamanho, senão veja: nós vamos ter outra audiência pública muito importante, daqui a pouco, sobre outro tema, a saúde – e todos estão convidados, se quiserem, a participar. Por isso, nós estamos com o tempo apertado – e desculpe-me ter cortado a sua fala no tempo certo, mas teremos oportunidade... Eu não sei se vocês têm uma associação da massa que saiu dos presídios... Aqui temos uma associação dos visitantes. Mas, se vocês tiverem, a gente vai também convidar, para a sequência da audiência, o representante de vocês.

O seu depoimento foi muito importante. Muito importante, porque é o depoimento de uma pessoa que viveu a situação interna. Então, a sua emoção é totalmente compreensível. É importante o que você colocou aqui para nós, da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria comunicar que o Sr. Nilvan Gomes, Diretor da Rádio JK FM, Programas da Cidade, uma rádio muito importante aqui do Distrito Federal, está presente. Quero agradecer a presença do Nilvan, que é um radialista que tem ajudado muito a elucidar problemas e que faz um programa muito importante aqui no DF.

Queria dizer que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o CNPCP, prevê um agente Brasil para cada cinco apenados por turno de trabalho. No Brasil, como foi dito aqui pela nossa querida re-sentante das mães e dos visitantes, há um para cada duzentos. Então, é uma desproporção muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Queria passar a palavra rapidamente para Elisa Costa, da Associação Internacional Maylê Sara Kali. Por favor, Elisa com a palavra.

A SRª ELISA COSTA – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de começar, Senador, parabenizando todas as mulheres que estão aqui, que fizeram uma defesa brilhante com suas colocações, pela força de trabalho. Parabenizo a Paula, que, como mulher, me representa. Parabenizo todas as senhoras que estão aqui e que sabem muito bem o que é isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELISA COSTA – Exatamente.

Quero agradecer muito também ao Senador Paulo Paim, porque ele tem aberto este espaço todas as vezes e com muita honradez, discernimento e propriedade.

Existe um recorte que acabamos não ouvindo muito. Quero deixá-lo aqui, faço questão disso. Quero usar a minha fala para lembrar a todos que a maioria das pessoas que está no presídio hoje em dia não tem uma cor padrão. Temos que falar a verdade: a maioria são negros. Não podemos esquecer disso, por favor. Não dá mais para esquecer disso.

Não dá mais para esquecer que não é hora de ter mais achismos em relação ao que dá certo e ao que não dá certo. Nós sabemos o que não dá certo. Agora, nós temos medo de fazer o que é preciso. Nós temos que dizer que não respeitamos nenhum tipo de recorte étnico ou racial neste País dentro das penitenciárias. Nós não estamos vendo respeito nem a uma Presidenta da República, que dirá a uma mulher dentro de um presídio! (*Palmas.*)

Pelo amor de Deus, gente!

Nós temos Deputados neste País chamando o fascismo. O que é que uma associação que cuida de direitos humanos de ciganos tem a ver com isso? Vamos lembrar a Segunda Guerra Mundial, na qual mais de meio milhão de ciganos foram mortos? Se isso estourar e nós tivermos esse tipo de Deputado que nós temos hoje, que faz apologia a crime e desrespeita as mulheres do jeito que ele tem desrespeitado... Não vou nem entrar na questão de mérito, não é uma questão de partido, é uma questão de respeito, respeito e lado.

É exatamente por isso que eu respeito esta Comissão, porque sabe mostrar de que lado está e sabe mostrar que tem respeito. É isso que nós fazemos. Então, precisamos, sim, atacar a educação. Não adianta conversar se não educarmos. Nós não temos educação em direitos humanos, nós não sabemos o trato mínimo, nós não temos respeito nem com quem trabalha cuidando desses presos nem com esses presos.

Gente, é tudo, não é uma parcela! Não há pobre coitado em lugar nenhum, todos são acometidos num sistema que está vencido e falido. Em alguma hora, vai ser preciso começar a olhar, como diz a Paula, para além de somente reuniões e conversas. É botar a mão na ferida, a ferida está aí, todo mundo sabe qual é. E nós precisamos olhar isso sim.

Senti falta do pessoal da educação aqui. Existe um trabalho, existe uma luta enorme para isso. Também do pessoal da saúde, porque a gente não pode esquecer o drama que existe em todos os sistemas hoje.

(Soa a campainha.)

A SRª ELISA COSTA – E gostaria, aproveitando meu um minuto, de dizer o seguinte: lugar de criança e adolescente ou é coberto pelos seus pais ou é coberto pelo Governo, pelo Estado, que tem obrigação de dar dignidade a essas crianças e a esses adolescentes. Lugar de criança e adolescente não é em cadeia. Qualquer mãe, qualquer mulher, qualquer pai, qualquer homem sabe disso. Não se deseja, quem não teve ou quem teve, que se faça isso com outra pessoa.

Então, por favor, Senador, junte-se a nós! E vou lhe fazer um pedido: junte-se a nós para que as duas Casas respeitem um pouco mais as suas mulheres, porque, como visitante, eu me sinto desrespeitada várias e várias vezes. Agora, eu imagino que quem faz o que faz e chama uma Presidenta da República legitimamente eleita pelo voto, uma mulher, a primeira mulher Presidenta desta País, que a chama de "aquela coisa", "aquela pessoa", não é nem digno de nós, mulheres, que votamos e pagamos o salário de todos aqueles que nos representam em todas as Casas.

Então, por favor, nos defenda!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Elisa Costa e a parabenizo pela eloquência e também pela importância da colocação. Quero dizer que sou Relator aqui do projeto que regula as questões das ...soas ciganas. Temos feito vários debates a respeito, estarei apresentando esse relatório aqui na Comissão. E ...e V. Sª fique à vontade para colaborar. Inclusive, nessa proposição final estamos falando sobre esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Se V. Exª me permitir, eu tenho a alegria de ter sido o autor do Estatuto do Cigano, e V. Exª, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É exatamente isso. Eu tive o prazer, sendo o Senador Paulo Paim o autor do Estatuto, de ser o Relator. Estamos discutindo com todas as etnias ciganas para tentar apresentar o melhor estatuto possível. Aqui há outros Senadores também que têm uma grande participação, o Senador Magno Malta, o Senador Wilder e o Senador Paulo Paim.

Liliane da Costa Souza, Presidente da Associação Saber Viver Família (Asfam).

A SRª LILIANE DA COSTA SOUZA – Gostaria de agradecer o convite para nós estarmos aqui e parabenizar a Mesa.

Eu vi que, em todas as colocações de todas as áreas, se nós observarmos, nós não colocamos algo que é pertinente ao conteúdo, que são, de fato, as soluções propriamente ditas.

Eu venho representando a associação da qual sou Presidente. Nós tratamos da ressocialização do sistema prisional, juntamente com os presos egressos, semiaberto e aberto, e as famílias, que para nós é um sistema totalmente vinculado à sociedade.

Temos que levar em consideração também o quadro político, porque enfatizamos aqui duas colocações grandes: o povo e as autoridades. E temos que respeitar a Constituição do nosso País através da dignidade da pessoa humana.

A respeito da questão das Bíblias e outras coisas, também é um direito pertinente e constitucional, que é a assistência religiosa. Então, temos inicialmente que olhar o que está dito na Constituição, que é a premissa da nossa associação. Segundo, tratar da assistência.

Eu concordo plenamente com a área dos agentes penitenciários, da necessidade muito grande. E acho que a responsabilidade, inicialmente, da prestação de serviço dentro dos presídios tem que ser do agente penitenciário. E nós, na nossa associação, estamos dispostos a ajudar na qualificação desses profissionais e na área psicossocial. Eles necessitam, precisam, porque os encarcerados sofrem muito, mas os agentes também ficam oprimidos dentro do local de trabalho.

A outra parte é a qualificação. A nossa associação trabalha com a área social. A finalidade é a sociedade. Nem o preso nem o agente, e sim a sociedade, o que ela ganha com isso. Então, estamos aqui representando três áreas diferenciadas: ajudar na qualificação e melhoria do sistema de trabalho dos agentes penitenciários; estar totalmente direcionados às famílias, aos presos que realmente precisam; e pedir ao Senador que olhe com cuidado a questão da separação das celas a respeito dos traficantes, a mistura. Isso tem causado um envenenamento muito grande e é causa da repercussão das rebeliões.

Então, precisamos estar muito mais às vistas nas áreas da assistência também. A área jurídica não é feita de forma adequada.

Realmente parabenizo as assistências, o auxílio da audiência de custódia. Mas acredito também que é preciso um advogado ali, para dar uma defesa ao preso e para ele poder falar, não somente o juiz. Acho que essa é a falha junto ao CNJ.

Também tem a questão social, porque deve ter assistência à família do preso, que é deixada de lado, que não é respeitada no sistema prisional, na hora da visita, porque não tem os seus direitos atendidos. Os filhos, os maridos, os netos, aquelas pessoas que vão visitar ficam horas na fila, têm tratamento totalmente desumano. Eu tenho que mediar isso aqui, que o Estado colabora em grande parte e tem uma enorme necessidade, econômica e organizacional, em gestão, para fazer internamente, dentro do órgão; mas também é necessária a humanização das pessoas que prestam esse serviço.

Eu acho, sim, que os agentes penitenciários têm que ficar cada um no seu setor. Eles cuidam da parte interna. Eu acredito que o terceiro setor, como nós, associação aqui representada, temos condições sim de representarmos a sociedade através de complementação.

(Soa a campainha.)

A SRª LILIANE DA COSTA SOUZA – A complementação que temos aqui hoje complementa os serviços do Estado, porque ao que se necessita o Estado não atende. Isso sim, acho que é mediação justa, voltada para a área dos agentes penitenciários. Nós estamos aqui para apoiar a melhoria para eles. E estamos aqui inteiramente apoiando as famílias dos presos. Nós queremos ressocializar não só o preso, mas os familiares do preso, dando oportunidade de trabalho e melhoria para os presos e seus familiares. Por quê? Porque o preso volta para a sociedade e, se não tiver um ambiente... O que adianta ele sair, eu o ressocializar dentro do sistema prisional e não tratar a família dele, não ajudar a família dele?

Então, nosso projeto vem defender a causa de tratar o preso e a sua família.

Agradeço a palavra. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns à Liliane.

Quero parabenizar todos os membros da Asfam que estão aqui. Levantem-se todo os membros da Asfam, para o pessoal vê-los. Olhem o tanto? Todos são membros da associação da Liliane; são advogados, estudantes de Direito, pessoas importantes que estão nessa luta. Parabéns a vocês.

Inclusive, Maria Gabriela, eu apresentei uma proposta de trabalho, porque esse grupo reside em Samambaia, de fazer ao Ministério da Justiça... Já pedi ao Leandro Allan para conversar com você e a gente poder ver como faz, para trabalhar isso. Então, vai ser muito importante, se você conseguir me ajudar. Você é servidora de carreira do órgão, não é? Não?

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – Não. A coordenação da ouvidoria-geral do Depen é um cargo por mandato. Na verdade, vem com subsídio na resolução do CNPCP, estabelecendo uma proposta de ter ouvidorias externas para o estabelecimento penitenciário em todos os Estados e no órgão federal também. Então, é cargo por lista tríplice, escolhido pelo Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então é bom, porque você tem total independência para agir, não é?

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO (*Fora do microfone*.) – A ideia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Gente, há 60 pessoas lá fora para a próxima audiência. Então, eu iria dar a palavra para o Conseg, mas como o Conseg vai ser Mesa na outra audiência que dará continuidade ao debate, vou passar para as considerações finais até em respeito ao nosso Senador Paulo Paim, que precisa dirigir a próxima audiência.

Eu queria que as considerações finais, que são em cinco minutos para cada um, fossem o mais breve possível, não excedessem, para darmos início a outra Comissão. Eu estou aqui me ausentando da Comissão do debate do *impeachment*, da qual sou membro; estou deixando de estar na CCJ, que vota a questão do Senador Delcídio, que deve ser cassado hoje na CCJ. Em todos esses debates fundamentais estamos nos ausentando, por quê? Porque valorizamos essa discussão aqui. Somos membros. Está tudo correndo ao mesmo tempo.

Vamos lá? Cinco minutos para a nossa querida Marcele Alcantara, do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, e também agente de custódia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Opa! Tem uma pergunta que é importante, olhem o papelzinho aqui. A Maria Gabriela vai responder, mas vou fazê-la para todos aqui: "Existe um percentual dos valores arrecadados das loterias para destino do sistema penitenciário. A pergunta é: qual é esse percentual e para qual órgão vai?" É essa a pergunta?

Por favor, pode falar, Marcele. Fique à vontade.

A SRª MARCELE ALCANTARA – Como consideração final, eu gostaria de deixar um questionamento crítico para todos. Muito se fala em omissão de Estado, mas o Estado somos nós. Saibamos ser críticos, principalmente na hora do voto, porque isso faz uma diferença imensa!

Discutir políticas públicas é se questionar todo dia na condução da sua vida individual também. Como a gente cobra do outro se a gente não cobra de si mesmo? Então, tudo isso é um reflexo de cidadania. Nós, brasileiros, precisamos avançar imensamente nesse ponto.

O Estado somos nós. O Estado é quem a gente vota. O Estado é como a gente cobra. É o imposto que a gente paga. É a política que a gente costuma dizer que não gosta de discutir porque é muito chato, mas faz parte da vida de todos nós. Não é o partido A, B, C, D, E, F, G, H, trinta e tantos que temos. Somos nós que nos omitimos.

O sistema penitenciário é o reflexo da nossa sociedade muito mal gerida, de uma história muito mal parida. Sejamos críticos, deixemos de ficar fazendo discursos belos para nos projetar politicamente. Estou no sindicato, amanhã não estarei, espero que alguém me suceda muito bem, obrigado. Deixemos de ser arrogantes a ponto de achar que não somos substituíveis. Graças a Deus todos nós o somos e devemos ter essa percepção. O Estado tem que perceber isso, e o Estado somos nós. (*Palmas.*)

Segurança pública não se faz só com repressão. Discutimos, ao longo das décadas, repressão, mas precisamos agora ir à segunda fase: reeducação. Reeducação de todos! Nós precisamos nos reeducar, ver o próximo como indivíduo, como um cidadão detentor de direitos e deveres. Nós gritamos muito por nossos direitos, mas nós praticamos muito mal os nossos deveres.

A colega falou ali do percentual da lotérica. Ixe, eu me questiono isso há tampo tempo! Sabe por quê? m montante de dinheiro tão grande que até hoje é desviado para cobrir dívida externa. O percentual é mi- ıamente usado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARCELE ALCANTARA – Exatamente.

Então, acho que todos nós que trabalhamos com segurança pública temos que ser cobrados, mas temos que cobrar também. É horrível trabalhar dentro de um sistema em que se percebem tantos defeitos e você consegue modificar tão pouco a estrutura que, muitas vezes, te massacra também.

O Brasil está passando por um momento muito ruim, um momento de questionamento imenso...

(Soa a campainha.)

A SRª MARCELE ALCANTARA – ... mas cabe a essa sociedade perguntar que rumo vai realmente aceitar ser tomado. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ao Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Leandro Allan, cinco minutos.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Vou ser breve aqui porque o que tenho para falar é muita coisa. Fui contemplado pela Marcele nas belas palavras sobre a efetivação das falas, dos atos, e nós, sindicalistas, às vezes, infelizmente somos penalizados por recebermos muitas promessas, muitas palavras, mas poucas concretizações, assim como toda a nossa sociedade.

Liliane, você fala muito bem, você representa bem sua associação, assim como a Mariana Rosa. São pessoas inteligentes, pessoas que conseguem construir. A partir do momento em que agentes penitenciários e visitantes começarem a trocar acusações, trocar farpas... Há os dois lados: a intenção, de um lado, é ter um hotel cinco estrelas, com porta aberta para o seu familiar te visitar a todo instante, uma comida de excelência; do outro, a vontade do agente penitenciário é ter um ambiente de trabalho tranquilo, e que ele possa chegar em paz na sua casa, e vivo.

Então, temos que começar um diálogo diferente, não de acusações, e sim de construção. Se não sentarmos para construir juntos, quem fortalece é o Estado, que está batendo palmas em virtude da história que foi construída entre visitantes e agentes penitenciários, uma história mal contada e mal formada. Ela tem que ser revista.

Aqui, no Distrito Federal, Senador Hélio, na cadeia não há cadeado para ser trocado – uma cadeia que não tem cadeado! Falta muita coisa para melhorar. Temos um efetivo reduzidíssimo, que precisaria hoje, no mínimo, de 2 mil servidores para bem atender aos usuários do sistema penitenciário. Temos um concurso em trânsito, e agora o Governo do Distrito Federal fala que só vai dar curso de formação e contratar 500 servidores. É um erro! Um erro por quê? Além do déficit que temos hoje, temos praticamente 800 vagas para apenados, para serem liberadas, e não há gente para contratar. Vamos esperar mais dois anos? É um pedido que lhe faço, para intermediar uma reunião entre Sindicato e Governador para tratarmos deste assunto: curso de formação para todos os candidatos aprovados neste concurso e a criação de mais 500 vagas para aproveitar todo o quadro. Eu já me proponho e me coloco à disposição das associações para nos sentarmos, conversarmos, discutirmos sobre políticas de melhoria para os agentes penitenciários, para os familiares, para o sistema penitenciário, porque a minha casa é onde trabalho todos os dias.

E atenção, Senador, para a carreira de agentes penitenciários, para uma regulamentação constitucional. Tem que ser constitucionalizada a carreira, uma regulamentação infraconstitucional, e tem que haver a valorização e cumprimento por parte do Governo, já que aqui está o representante, de todas as promessas que o Governador Rollemberg fez para essa categoria. É claro e importante registrar aqui que não buscamos somente dinheiro não, pessoal. A tranquilidade e a paz dentro do sistema prisional é uma grande recompensa para nós. Chegar em casa com tranquilidade e poder aproveitar as nossas famílias é uma recompensa muito grande. E, nesse momento, pedimos socorro à sociedade, aos governantes, a todos que puderem trazer um...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – ... acalento a essa categoria não só para isso, mas para o sistema penitenciário. As pessoas têm medo e receio de discutir e de tratar dos temas do sistema penitenciário. Elas ficam com medo de respingar, porque quem está ali é porque, infelizmente, não deu certo na sociedade. Ali é o último estágio do ser humano; só tem a morte depois porque, antes da morte, a cadeia.

O problema não está na cadeia; o problema está na base. Nosso País precisa de educação. Nossas crianças precisam de formação. O ser humano precisa de uma oportunidade porque, se não tiver, nada vai adiantar. A [illegible]ução não é a cadeia. Nós temos que ter algumas medidas, mas a solução para esse problema está na base. [illegible]nos que começar a repensar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Marcele falou uma coisa muito importante: a escolha dos nossos representantes. O povo gosta muito de discurso e de conversa fácil. Eu posso fazer um discurso para os senhores chorarem, para os visitantes, para quem defende outra bandeira, mas será que é esse o caminho? Não é esse o caminho. Então, repensemos, primeiramente, nos nossos atos e vamos fazer uma construção – eu me coloco à disposição – para melhorar o sistema penitenciário não só de Brasília como do Brasil.

Aqui, finalizo minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Leandro Allan, parabéns pela fala.

Passo a palavra ao nosso representante da Secretaria de Segurança do Distrito Federal, Subsecretário da Sesipe, Dr. Anderson. Cinco minutos.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Senador, vou ser bem breve. Só respondendo a alguns questionamentos que foram feitos, hoje temos 7,4 mil vagas e 14,9 mil internos. Temos um superlotação de cem por cento. E, como uma resposta do Estado, já ficaram prontas agora mais 400 vagas no Centro de Detenção Provisória; nos próximos 15 dias, devem ficar prontas mais 400 vagas na Penitenciária Feminina do DF e estão sendo edificadas mais 3,2 mil – previsão para outubro de 2017 – vagas, que estarão nos quatro novos CDPs que estão sendo edificados com recursos oriundos do Depen, convênios com o Departamento Penitenciário Nacional. Então, serão 4 mil vagas novas. Ainda não é o suficiente.

Reafirmo: temos que investir nas alternativas penais. Esse é o caminho. Não se trata só de ficar construindo vagas e aumentando assustadoramente a quantidade de internos. Não é por aí que vamos conseguir um bom termo nisso.

Respondendo a alguns questionamentos. O primeiro questionamento, com relação à possibilidade de a ineficiência do sistema penitenciário se dever à falta de investimentos ou à má gestão. Acredito que decorre muto mais da falta de uma gestão integrada com todos os atores que trabalham com a ressocialização, com a execução penal. Temos que ter a área de saúde, de educação, juntas, assistência social, assistência jurídica, todos esses trabalhando juntos com a área de segurança.

O problema, hoje, de segurança no País é problema da Polícia. É assim que a sociedade vê. Falta de notícia, pau na Polícia. Infelizmente, é essa a realidade. Muitos desses problemas são problemas sociais, problemas principalmente de educação, assistência social. Então, na realidade, a nossa sociedade tem que ver isso, e os órgãos, integradamente, trabalharem para conseguir resolver esses problemas, Senador. Reafirmo: mesmo superlotados, temos condições e necessitamos investir mais em reinserção social. Inclusive aqui, no DF, estamos unidos com a Funape para que consigamos melhorar essas condições.

Só para vocês terem uma ideia: a Fazenda Papuda hoje emprega dez internos de todo o sistema penitenciário naquela área agrícola imensa. Isso é inadmissível. As oficinas da Papuda, até há bem pouco tempo, faziam as reformas de todas as carteira escolares da Secretaria de Educação, as oficinas da Funape, toda a indumentária da secretaria de Saúde, e tudo está praticamente parado.

Então, agora, estamos retomando e queremos investir para que esse trabalho seja feito. Temos um convênio com o Depen agora, já tivemos inclusive sinalização da liberação de recursos para construirmos 18 novas oficinas nas unidades prisionais do DF. São projetos que estão em andamento para que a gente realmente consiga melhorar essa questão da reinserção social.

Foi questionada também, com relação às facções criminosas, aquela questão de Pedrinhas. Como eu disse, em quase 60 anos, tivemos duas rebeliões no DF, em quase 60 anos de existência do nosso sistema penitenciário. Por quê? Porque são feitos constantemente procedimentos de rotina, de revista, um trabalho de inteligência. Temos aqui alguns internos vinculados a facções criminosas, mas essas pessoas são acompanhadas diariamente. Existe uma vigilância, um acompanhamento e uma separação dessas facções. Por isso, temos conseguido evitar que ocorra o que ocorreu em outras unidades prisionais Brasil afora. Então, esse trabalho é possível, e é por isso que conseguimos. É um trabalho constante dos servidores, da hora em que chegam até a hora em que saem da unidade prisional, fazendo movimentações diárias...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – ...justamente para evitar esse tipo de coisa.

Foi perguntado em relação à privatização. Eu não acredito que a privatização seja a resolução do problema do sistema penitenciário. Existem algumas atividades no sistema penitenciário, principalmente assistência jurídica, assistência médica, assistência educacional, em que, se tivéssemos uma ajuda da iniciativa privada – não privatização, não estou falando isso –, uma ajuda nessas atividades assistenciais principalmente, seria de m alvitre. Por exemplo: temos servidores trabalhando na área de saúde. O profissional da Secretaria de Saúde rou de férias, de licença-prêmio? Ficou vaga ali. Até você conseguir a reposição daquele servidor demora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

muito. Se essa fosse uma assistência prestada, uma parceria com o privado, você teria ali um posto de trabalho, imediatamente haveria a substituição, e o interno não ficaria com a sua assistência à saúde prejudicada.

Assistência jurídica? Precisamos muito do apoio das ONGs, das faculdades, a defensoria pública tem que ser fortalecida, precisamos muito do apoio.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Principalmente era isso.

O principal mesmo é investir na educação aqui fora, Senador, para que não precisemos receber essas pessoas, e tentar a ressocialização.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Anderson. Parabenizo-o.

Quero dizer, Anderson, que todas as críticas que faço permanentemente à Secretaria não é aos servidores da Secretaria, está certo? Só faço essa ressalva.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPINDOLA – Temos uma portaria que autoriza a entrada de Bíblia nas unidades prisionais. É a Portaria nº 58, de 2015. Se não está entrando, nos procure, por favor, porque vamos fazer entrar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Procure a Sesipe, que ela vai fazer entrar.

Deixe-me falar com você: Leandro, você vai procurar meu gabinete, vai protocolar o pedido ao Governador, e vou encaminhar, vou resolver esse problema para fazermos essa reunião com ele e discutirmos a questão de interesse dos agentes penitenciários.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Está bem, Senador, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos ouvir, aqui, para concluir... Depois teremos aqui uma sequência, Rosa, em que chamaremos os setores que não puderam estar aqui hoje, está bem? Vamos ver a data certinho, vamos convidar todos vocês – você, a Paula, um dos presidiários, um do Conseg, da VEC, Ministério Público e a Defensoria Pública para darmos continuidade ao debate, está bem?

Vamos lá. Maria Gabriela, com a palavra.

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – Obrigada.

Vou tentar responder aqui, de modo geral, os questionamentos para contemplar algumas duvidas. Não existe dinheiro, investimentos e recursos financeiros ou quantidade a mais de penitenciárias que vão dar conta da taxa de aprisionamento para a qual estamos caminhando no Brasil.

Independentemente do volume de recursos do Funpen, o Fundo Penitenciário Nacional, que congrega todo o recurso que é conveniado e repassado ao Depen para os Estados em suas políticas, há outros. Ele não é necessariamente o único recurso investido nos Estados. Os próprios Estados têm seus recursos e fundos penitenciários próprios, mas o Governo Federal impulsiona suas politicas mediante recursos do Funpen junto aos Estados em termos de parcerias, mas jamais vai dar conta se não repensarmos a porta de entrada do sistema, a superlotação e a taxa de encarceramento.

A ressocialização não vai ser possível, uma rotina adequada para os servidores que trabalham não vai ser possível, um contingente de servidores que satisfaça a conta de cinco para um previsto na resolução do CNPCP jamais vai ser viável. Portanto, precisamos pensar na porta de entrada e, mais do que a porta de entrada, precisamos assumir o erro histórico em relação a como se prende e quem se prende. Isso é extremamente importante.

Dos mais de 600 mil presos no Brasil, precisamos ter a clareza de que há um recorte racial sobre isso. Sabemos que 62% da população prisional é negra, sabemos que é uma população extremamente jovem, de 18 a 29 anos de idade, 55%; é uma população que não tem o ensino fundamental completo, ensino médio médio completo, 50% dessa população. Ou seja, temos um recorte de quem entra no sistema, e não é só um recorte que fazemos em relação a quem entra, mas ao que fez. Precisamos repensar isso, precisamos chamar nossos corresponsáveis, aqueles que mencionei no início da minha fala, para definirmos qual a legislação. O que imputamos a essas pessoas que estão entrando dentro do sistema?

Sabemos que a grande maioria, 38% da população prisional do Brasil, refere-se a tráfico, mas são pequenos traficantes, são usuários, são pessoas que estão envolvidas, muitas vezes, em outros crimes, furtos e roubo por conta do vício. Precisamos discutir essa porta de entrada e precisamos discutir o que chamamos, fato, de violência. O que estamos demandando de violência que não outras politicas para antes do sistema sional? Como acolher essas pessoas dentro do sistema? Porque, talvez, falemos tanto em ressocialização e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

na verdade, deveríamos usar outro termo; na verdade, temos que socializar, acolher e dar suporte de políticas públicas que não chegaram antes. Precisamos, também, olhar criticamente esse processo todo e, mais do que isso, assumir instrumentais de correção.

E, na presença dos dois Senadores, não vou deixar de falar: está aí o Dia das Mães no domingo, estamos com um decreto pronto na Casa Civil para o indulto das mulheres, e tento fazê-lo abertamente, de maneira transparente. Essa minuta foi elaborada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que tenta colocar na mesa a discussão em relação a histórias de vida como a da Paula. São pessoas, mulheres, que estão dentro do sistema, mães, pessoas que tiveram prisões por questões que não justificam o sistema fechado, pessoas envolvidas com tráfico, mas pequenos traficantes...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – ... pessoas que fazem pequenos furtos, usuárias, que são mães, não tiveram com quem deixar seus filhos, arrimos de família.

Tentamos olhar para essa situação do sistema penitenciário e perguntar: como queremos melhorias se continuamos com a porta de entrada aberta, insuflando o sistema penitenciário? E é lógico que a educação, o trabalho, a saúde, a condição de serviço dos servidores que atuam dentro do sistema penitenciário vai ficar na penúria, vai ficar desumanizada. E colocamos uma situação em que parece que não queremos a mesma coisa. Acho que uma coisa que é muito importante olharmos, esse grupo e os das próximas audiências, é que, sem sombra de dúvidas, queremos o mesmo. Estamos cientes de que o sistema penitenciário que temos hoje não é o sistema penitenciário que queremos para servidores, para familiares, para as pessoas que passaram. Isso não foi certo, não deu a solução que esperávamos, e estamos, então, em busca de soluções.

Precisamos, sim, investir, contar as histórias dessas pessoas que estão dentro do sistema penitenciário, as histórias que passamos, olhar para a situação daquilo que está dentro do sistema penitenciário, que são os casos de violência, de tortura, de falta de educação, de trabalho, de alimentação. Temos que olhar esse conjunto e pensar o que vai dar conta disso. É mais recurso, mesmo com a essa taxa de aprisionamento que temos? Precisamos olhar criticamente e assumir os erros que estamos cometendo. Todos que estamos aqui nos igualamos na fala de que o sistema penitenciário que está aí não é o que queremos, não é o que queremos para os familiares, para as pessoas que estão presas e nem para os servidores que estão trabalhando dentro desse espaço. Precisamos investir em falar e contar essa realidade inviabilizada para pensarmos em soluções, investir em órgãos de fiscalização e dialogar abertamente sobre isso.

O Departamento Penitenciário Nacional, embora não tenha atuação de gestão direta nos Estados, está ali para fazer a colaboração no que for necessário e pensar as políticas, seja através de convênios, seja na parte de arquitetura e predial de equipamentos dentro das unidades, mas também das políticas de acolhimento para servidores e para as pessoas que estão dentro do sistema.

Agradeço imensamente a oportunidade. O canal da Ouvidoria fica aberto para todos os servidores, pessoas internas e familiares. Espero que consigamos tirar, desse ciclo de audiências, alguma soluções transparentes sobre esse problema.

Muito obrigada pelo convite.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer a Drª Maria Gabriela. Peço-lhe uma gentileza: poderia se apresentar e dizer onde você fica?

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – Sim, claro.

A Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional, que tem esse nome regimental de Ouvidoria Nacional de Serviços Penais, inclusive para dar conta da amplitude – não se refere tão somente a um serviço direcionado a presos, presas e familiares, mas a servidores também, sistema dos Estados e sistema federal – fica no prédio do Departamento Penitenciário Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça. O seu prédio fica perto do Corporate Center, do Liberty Mall, do Brasília Shopping. É um prédio próprio. Pelo *site* do Ministério da Justiça, há o canal de telefone e *e-mail*. Noventa por cento das demandas que hoje a Ouvidoria recebe são demandas direcionadas por internos e internas do sistema penitenciário de todo o Brasil via carta. Então, recebemos também cartas manuscritas por esses internos.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – Não temos, a Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional não tem – é importante falar isto – a competência de atuar no processo penal das pessoas, mas é um espaço de articulação com todos esses corresponsáveis de que falei em relação ao sistema e às pessoas.

Então, por exemplo, no caso da senhora, em relação ao processo, nós pegaríamos o seu processo, o seu nome, encaminharíamos e pediríamos providências para a Defensoria Pública. É mais ou menos o nosso procedimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Gabriela, muito bem. Parabéns.

Só um minutinho.

Você já nos comunicou que você é independente, eleita no Conselho.

A SRª MARIA GABRIELA PEIXOTO – A Resolução nº 3, de 2014, do CNPCP, faz a orientação das ouvidorias no sistema penitenciário dos Estados e federal e, para o cargo, nós fazemos a indicação, a orientação de que seja lista tríplice, encaminhada para os conselhos, a ser escolhido pelo dirigente da administração penitenciária do local.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns.

Pessoal, eu tenho que concluir.

O Senador Paulo Paim está aqui, ele precisa dirigir a próxima audiência pública, que é muito importante, com relação à saúde.

Então, dou por encerrada a nossa Comissão hoje e agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às treze horas e vinte e dois minutos do dia cinco de maio de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Hélio José. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de ciclo de debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco na crise política e as ameaças ao SUS, à democracia participativa e ao Estado Democrático. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional da Saúde e Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR; André Luiz de Oliveira, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro, Representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil – FENACELBRA; Liu Leal, Representante da Frente Democracia e Saúde. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Dalmare Anderson, da Associação Nacional de Pós-Graduandos; Juliana Acosta, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Maria Laura, da Federação Nacional dos Assistentes Sociais; Katia Souto, Ministério da Saúde; Eurídice Ferreira de Almeida, Fasubra Sindical; José Vanilson Torres da Silva, MNPR – Movimento Nacional População de Rua; Wanderley Gomes da Silva, CONAM; Osvaldo Bonetti, Presidente da ABEN DF. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de nossa autoria, para tratar, dentro do ciclo de debates "Democracia e Direitos Humanos", da crise política, com foco nas ameaças ao SUS, à democracia participativa e ao Estado democrático.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Os nossos convidados estão chegando, mas, claro, todo o esquema de segurança montado aqui no Senado fez com que em torno de 60 convidados estejam ainda se identificando. Contudo, creio que, em seguida, estarão aqui.

Nós teremos duas mesas, conforme já ajustado com o conselho.

Façamos, então, a composição da primeira mesa.

Convido o Sr. Ronaldo Ferreira dos Santos, representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido o Sr. André Luiz de Oliveira, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Convido também, pois já se encontra aqui presente, Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro, representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra). (*Palmas.*)

Depois faremos a composição de uma segunda mesa.

Nós explicamos que esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil, via ıais alternativos, e pela internet, e será reproduzida também à noite para todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, para aqueles que questionam essas audiências públicas, eu respondo como já o fiz em outras oportunidades: esta Comissão é um espaço onde prevalece a democracia. Todos que quiserem aqui se manifestar e participar dos debates são convidados. Eu aviso sempre com antecedência o dia e a hora de cada audiência pública. Eu abro a palavra não só para aqueles que compõem a mesa, mas também para o plenário.

Assim que, se vocês não têm aí a relação das próximas audiências públicas, eu já aproveito para registrar: teremos outra, se não me engano, hoje à tarde.

A relação está sobre a mesa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Teremos também, na segunda-feira, uma audiência pela manhã e outra pela tarde; e, ainda, outra na terça-feira pela manhã.

Assim que chegue aqui para mim, eu vou anunciar o momento, a hora desses debates. Então, ninguém entenda que nós estamos aqui numa posição de não permitir que todos falem. Pelo contrário, todos falam. O que não houve na Câmara está havendo aqui no Senado. Além da Comissão que está debatendo o tema, nós, aqui, criamos um espaço para que o Brasil ouça também outras versões dessa questão que se refere à democracia.

Em seguida, quando chegar aqui a relação, eu farei a leitura das próximas audiências públicas.

Quero também antecipar aqui que, mesmo durante o processo – digamos que seja aceita a admissibilidade –, nós continuaremos fazendo os debates, sempre abertos a toda a população, para que, durante esse prazo de até seis meses, como disse, possa participar ativamente.

Nós estamos discutindo uma questão muito, muito séria. Na minha visão, claro, o que está acontecendo atinge a democracia, e o Brasil tem que debater o tema.

Eu relembro as audiências públicas já realizadas aqui, na Comissão, desde o fim do mês até agora: no dia 27/04, tivemos uma primeira audiência pública, para a qual foram convidados professores da UnB para debater o tema "Educação e Democracia"; no dia 28, foi um ato religioso e suprapartidário para debater a democracia; no dia 2/5, "Democracia e o Direito das Mulheres"; no dia 4/5, quarta-feira, "Democracia e Cultura", com a participação de poetas, artistas, cantores e atores; ainda na quarta-feira, realizamos uma grande audiência, "Juventude pela Democracia", que teve uma participação ativa da juventude brasileira aqui durante quatro horas.

As próximas audiências públicas são as seguintes.

Hoje pela manhã foi realizada uma audiência pública, por iniciativa do Senador Hélio José, que discutiu o sistema prisional brasileiro, sem prejuízo de que aqueles que estavam no plenário também se manifestassem sobre a democracia. Eu estive aqui, acompanhei e vi que diversas pessoas do plenário falaram sobre a democracia.

Hoje, este debate sobre o tema "SUS e Democracia" só não se iniciou antes porque a reunião da manhã atrasou cerca de uma hora. Esta audiência pública estava marcada para as 12h, mas só está iniciando agora. Claro que as pessoas aqui presentes se posicionarão sobre as suas preocupações com a saúde e o que poderá acontecer com o SUS.

Segunda-feira, no Plenário nº 7, faremos realizar uma audiência pública com juristas, inclusive de nível internacional, para discutir a democracia. Na mesma segunda-feira, teremos uma audiência pública para discutir o tema "Democracia e Educação no Brasil".

No dia 10, terça-feira, às 9h da manhã, teremos uma audiência pública sobre os Constituintes. Como eu fui Constituinte – e um grupo de Constituintes entendeu que está havendo um ataque à Constituição –, vamos participar aqui de um debate com Constituintes, que serão os painelistas.

No mesmo dia, na sequência, teremos aqui a presença de representantes da área de psicologia que querem discutir o tema "Psicologia e Democracia". Nesse dia, inclusive, vão me entregar um documento com cinco mil assinaturas em defesa da democracia.

E, ainda, na terça-feira, depois dessa audiência, em seguida, inicia-se o debate sobre o tema "Democracia e o Movimento Sindical".

Feitas as explicações devidas, vamos iniciar, de imediato, o nosso debate sobre "SUS e Democracia", convidando para fazer uso da palavra o Sr. Ronaldo Ferreira dos Santos, representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Cada convidado disporá de 10 minutos. Depois teremos mais duas mesas.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Senador Paim.

Quero agradecer imensamente a oportunidade de, nesta Casa Legislativa, poder fazer esse tão importante debate. E quero dizer que estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – V. Sª é o Presidente, o é?

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Do Conselho Nacional de Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois bem.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Afirmo aqui que, além da condição de Presidente da Federação Nacional de Farmacêuticos, também estou aqui na condição de representante do Conselho Nacional de Saúde, que é, na verdade, uma amostra concreta da pujança da democracia, um símbolo da democracia participativa e uma prova concreta de que o Sistema Único de Saúde, Senador, é irmão gêmeo siamês, eu diria, da democracia.

Democracia e Sistema Único de Saúde nascem no mesmo momento, nascem no mesmo período da história do Brasil, de ascenso das reivindicações dos trabalhadores, da sociedade, que viram, na Constituição de 1988, a oportunidade de nós construirmos um país mais justo, um país mais igual, um país que conseguisse dar conta de cuidar do conjunto da sua população.

O Brasil, no período do autoritarismo, no período da ditadura, antes do advento e do ressurgimento da democracia, vivia na condição de ter dois tipos de brasileiros: havia os cidadãos portadores de direitos, que tinham carteira assinada, e havia um conjunto muito grande de brasileiros que era condenado à indigência. Foram justamente a Constituição, a democracia e o Sistema Único de Saúde que nos trouxeram a possibilidade concreta de incluir os 200 milhões de brasileiros, a população do Brasil, no direito à saúde, acabando com a lógica do seguro, acabando com a lógica da saúde como mercadoria, como produto, e trazendo, com isso, a noção de cidadania.

E, quando nós vemos a democracia sendo ameaçada, o Conselho Nacional de Saúde e as entidades que têm o compromisso com a defesa do preceito constitucional da saúde como um direito não poderiam deixar de se manifestar – e têm se manifestado ao longo dessa crise política que se arrasta há alguns meses – a respeito de suas grandes preocupações na defesa dessa agenda que aglutina amplos setores da sociedade: o direito à saúde.

E, através de uma importante conquista que também nasceu junto com o Sistema Único de Saúde e que compõe um dos seus princípios, a democracia participativa, nós realizamos, Senador, no ano de 2015, uma ampla jornada de discussão, que caracterizou a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que mobilizou mais de cinco mil Municípios, que mobilizou mais de um milhão de brasileiros e brasileiras, para discutir os graves problemas que nós ainda temos no Sistema de Saúde, mas, principalmente, para defender esse Sistema Único de Saúde que está permanentemente ameaçado.

Ao longo desses últimos 27 anos, passadas todas as crises, todos os enfrentamentos, sobretudo na década de 90, da agenda neoliberal, da agenda do Estado mínimo, o que nos permitiu construir, garantir e manter o Sistema Único de Saúde foi a potência, a força da democracia participativa e o ambiente democrático no nosso País.

Portanto, discutir a defesa do direito do cidadão a ter acesso a ações e serviços de saúde como um direito e não como uma mercadoria está absurdamente associado ao Estado democrático de direito.

Na 15ª Conferência Nacional de Saúde, respeitando o espaço democrático que é uma conferência, mais de 80%, quase 90%, dos delegados e delegadas, que ali se reuniam para tratar da situação da saúde no Brasil, da situação da política no Brasil, apontaram a sua condenação, o seu mais firme repúdio a qualquer tentativa de subtrair...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – ... da vontade popular, manifesta por mais de 54 milhões de brasileiros nas urnas, o direito de escolha.

A 15ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde têm reiterado a defesa do Estado democrático de direito, e qualquer tentativa de romper com isso é golpe. É golpe contra o povo brasileiro! É golpe contra a democracia! E temos repetido, insistentemente, que o Sistema Único de Saúde, o direito à saúde não existe sem a democracia; e a democracia, sem o Sistema Único de Saúde, também não existe. (*Palmas.*)

Portanto, estar aqui hoje, no Senado Federal, no momento em que se renovam as esperanças nas instituições com a suspensão do mandato do arquiteto do golpe, com o afastamento do arquiteto do golpe, reacende a esperança concreta de que há possibilidade de nós resistirmos ao golpe. A abertura deste espaço para discussão aqui, no Senado Federal, é uma demonstração concreta de que há possibilidade de a democracia, nesse processo, sair vitoriosa.

Hoje pela manhã, Senador, o Conselho Nacional de Saúde, que se faz aqui representado – e quero cumprimentar cada uma e cada um dos Conselheiros nacionais de saúde, que representam mais de uma centena de organizações da sociedade civil, entre usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviços e gestores discutiu intensamente a situação da crise política e as suas consequências para o Sistema Único de Saúde. conclusão a que nós chegamos foi a de que nós temos um poderoso instrumento de resistência e defesa democracia. Nós reafirmamos que a construção do Sistema Único de Saúde, ao colocar o interesse da vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o interesse da saúde das pessoas em primeiro lugar, reúne uma grande potência de resistência aos ataques à democracia, aos ataques à cidadania brasileira.

Portanto, está aqui, hoje, o Conselho Nacional de Saúde para reafirmar o seu compromisso com a democracia e condenar, veementemente, qualquer tentativa de liquidá-la, pois não temos dúvida de que liquidar a democracia significa liquidar o Sistema Único de Saúde.

Obrigado, Senador.

Nós estaremos aqui à disposição para prosseguir no debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. Ronaldo Ferreira dos Santos, que, além de representar aqui a Federação Nacional dos Farmacêuticos, é Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Reafirmo que nós teremos um segundo momento, depois dos painelistas, quando o Plenário poderá fazer perguntas aos nossos convidados.

E não só perguntas: poderão também expressar o ponto de vista sobre esse tema. Claro que nem todos poderão usar da palavra, mas nós vamos permitir que democraticamente o Plenário escolha alguns para fazer perguntas e, ao mesmo tempo, expressar o seu ponto de vista.

Eu quero também reafirmar, na linha do que falou aqui o Presidente Ronald, que a decisão, no meu entendimento, de o Judiciário conceder, assegurando em liminar, o afastamento do Eduardo Cunha merece uma salva de palmas de todos nós. (*Palmas.*)

Já foi tarde, deveria ter ido há muito tempo!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora vamos passar a palavra ao representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Sr. André Luiz de Oliveira, que também é Diretor do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Bem, boa tarde a todas e a todos.

Ex^mo^ Sr. Senador Paulo Paim, aqui presidindo não só a Comissão de Direitos Humanos, mas também presidindo esta Mesa nesta importante audiência pública, quero, por seu intermédio, cumprimentar também meu amigo Ronald, que agora está como Presidente do Conselho Nacional de Saúde, mas também militou por vários anos – recentemente numa grande causa pública, que foi o Saúde +10 – nesse processo de construção e captação de mais de 2,2 milhões de assinaturas em busca de pelo menos uma melhora no financiamento do SUS.

Cumprimento minha amiga Cléo – Cleoneide –, que também faz parte da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde, e também a colega que aqui está conosco, da área, a Liu – ontem nós tivemos uma conversa muito rápida, a Liu também é defensora do Sistema Único de Saúde. Deixo aqui também meu cumprimento extensivo a todos os demais colegas e componentes representantes do Conselho Nacional de Saúde.

Claro que nós estamos vivendo um momento muito difícil e complicado, mas, ao mesmo tempo, eu penso que precisamos exercer o nosso direito de cidadania em busca e na defesa do que considero – e acho que todos nós aqui concordaremos – ser a maior conquista social, ou uma das maiores conquistas sociais do povo brasileiro nas últimas décadas: a construção do Sistema Único de Saúde.

Desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, depois com a Constituição Federal de 1988 e, finalmente, com as duas Leis Orgânicas da Saúde, a 8.080 e a 8.142, de 1990, o Sistema Único de Saúde é considerado, não só no nosso País, mas em muitos outros – não só da América Latina, mas também de outros continentes – um bom exemplo para o pleno exercício e conquista da cidadania de um povo que luta e preza pela democracia.

Estamos num país quem vem debatendo nos últimos meses vários assuntos. Nós, do controle social junto ao Sistema Único de Saúde, estamos debatendo, nos últimos três anos, muito a questão do financiamento ou, consequentemente, a do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde.

É por isso que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde o final de 2009, vem alertando para o engessamento orçamentário do Sistema Único de Saúde e vem pleiteando, junto à Conferência – a Pastoral da Saúde e outras pastorais sociais – a construção de um debate nacional em relação à temática do SUS.

Assim, foi aprovada, e executamos, uma Campanha da Fraternidade de 2012 com o tema saúde pública como direito e como exercício de cidadania. Os dobramentos dos movimentos sociais a partir daí culminaram com a consolidação de uma proposta de elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular chamado Saúde +10. Num espaço de pouco mais de 18 meses, conseguimos captar mais de 2,14 milhões de assinaturas para endossar a reivindicação de que deveríamos ter pelo menos 10% das receitas correntes brutas da União icados no Ministério da Saúde – consequentemente pela União – para que pudéssemos executar bem, ou lhor, as ações de serviços públicos em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Conseguimos alavancar esse projeto, que depois foi traduzido pela tramitação dentro do Congresso do PLP 321. Agora estamos ainda na expectativa e, a cada momento de debate do SUS, vivenciamos essa briga ou essa luta em defesa de um melhor financiamento. Infelizmente, ainda está parado esse projeto na Comissão de Tributação, se não me engano – não é, Ronald? –, e estamos aguardando uma boa alma para dar andamento a esse projeto, que é, mais do que nunca, uma iniciativa popular.

A cada momento que debatemos o Sistema Único de Saúde, principalmente agora, no ano anterior, 2015... Observamos todo o trabalho, a sensibilização e a mobilização realizados em prol da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Tivemos, praticamente a partir de novembro do ano de 2015 até agora, um debate incessante sobre o risco por que a democracia no País passa. E o Conselho Nacional de Saúde, com todas as suas entidades nacionais, que os conselheiros e conselheiras têm a honra de representar, está nessa luta em defesa da democracia e entendendo realmente o que o nosso Presidente comentou: é uma decisão do Pleno do Conselho Nacional de Saúde que não existe SUS sem democracia, e não existe um Estado democrático sem o SUS. Entendemos que é preciso defender esse Sistema Único de Saúde, que hoje representa a única porta de entrada no sistema de atenção à saúde para mais de 75% da população brasileira – isso significa mais de 150 milhões de brasileiros. Essas pessoas dependem do SUS funcionando na sua plenitude, com qualidade, de maneira integral e universal. Por isso, obviamente, a nossa causa é muito nobre e muito grande, imensa.

Por isso, a responsabilidade dos conselheiros nacionais e de todas as entidades que estão representadas no Conselho Nacional é uma responsabilidade no regime 24 por 7, ou seja, 24 horas por dia, sete dias por semana, como o SUS também atua. O SUS atua em regime 24 por 7, e as entidades que defendem esse SUS integral, de qualidade e universal, obviamente, vão entrar nesse mesmo ritmo.

Então aqui estamos para corroborar toda essa luta, todo esse empenho do Conselho Nacional, agradecendo a oportunidade ao Senador Paulo Paim para que pudéssemos estar ratificando perante a sociedade brasileira o interesse cada vez maior de não só representar, mas, acima de tudo, endossar um anseio dos usuários, um anseio da sociedade brasileira. Nós precisamos realmente defender o SUS. Qualquer governante, sabendo que SUS é um direito e um patrimônio do povo brasileiro, deve, sem dúvida, lutar para que ele seja, cada vez mais, considerado prioritário. Ao SUS deve ser dada a atenção devida por todo e qualquer governante, de todo e qualquer partido. A defesa do SUS deve ser suprapartidária, e nós vamos lutar para que isso seja cada vez mais considerado e levado a sério.

Quero agradecer e me colocar à disposição para algum outro questionamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, André Luiz de Oliveira, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Estamos aqui nos vacinando para que não mexam no SUS. O SUS é nosso, o SUS é da população brasileira, essa foi uma grande conquista. Eu fui Constituinte, e estamos preocupados com o que pode vir no sentido de trazer prejuízos para o nosso Sistema Único de Saúde.

Os meus cumprimentos pela fala de ambos.

Vamos agora para a representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil, a Srª Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro.

A SRª CLEONEIDE PAULO OLIVEIRA PINHEIRO – Boa tarde.

Agradeço imensamente pela participação neste momento.

Cumprimento a Mesa, meus companheiros de Mesa lá no Conselho Nacional de Saúde, bem como a representante da Frente Democracia e Saúde, Liu Leal, e especialmente o nosso Senador que nos acolhe aqui e nos recebe tão bem para nos ouvir, compartilhando nossas angústias e nossos anseios diante das ameaças.

Cumprimento igualmente os meus companheiros, todos os conselheiros nacionais de saúde que estão aqui em massa. Tenho ciência de que, juntamente comigo, estão muito angustiados, não é, Senador?

Aqui falo como usuária. Uma vez, defendendo frente a frente, com muita garra, o nosso SUS, usei o seguinte termo: usuária. Perguntaram: "Mas você é usuária de quê? Usuária de que mesmo? Você defende tanto na qualidade de usuária. Você é usuária de quê?" "Sou usuária de todo e qualquer serviço público e privado." E quando digo "privado" estou me referindo aos serviços conveniados, porque nossa Lei nº 8.080 também assim permite, uma sistema complementar, da iniciativa privada.

Defendo o direito humano à vida, que nos foi garantido, o direito à saúde. Esse direito é fortemente ameaçado, ou está ameaçado fortemente. Nós reconhecemos algumas dificuldades, mas gostaríamos imensamente de vencê-las, e a principal luta neste momento é a garantia dessa democracia, é a garantia dessa permanência do SUS. (*Palmas.*)

Como usuária, como celíaca... Para aqueles que não compreendem ou não sabem o que significa exatamente: é uma doença que nos exclui socialmente, que dificulta muito a nossa vida em meio a comes e bebes especialmente, porque é uma doença que restringe as pessoas no comer, outro direito que a temos por lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

garantido na nossa Carta Magna, o que nos leva a outro grande direito, a saúde, porque quem não come não tem saúde. O celíaco tem uma intolerância permanente ao glúten, que é uma proteína que está no trigo, na aveia, na cevada, no malte e em seus derivados, e que normalmente não vem só, vem sempre acompanhado – desgraça pouca é bobagem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como agora: desgraça pouca é bobagem!

A SRª CLEONEIDE PAULO OLIVEIRA PINHEIRO – Exatamente, nosso Senador, desgraça pouca é bobagem.

Essa intolerância ao glúten vem sempre associada a outras intolerâncias e a outras restrições, como à lactose, como à soja e a muitos outros. Somado a mim, há um grupo grande, como diabéticos, hipertensos, as pessoas que têm muitas outras intolerâncias, alergias e outras restrições alimentares.

Então, nós temos acesso ao alimento e nós temos acesso – mesmo com algumas dificuldades, como já falamos – a um diagnóstico, graças ao nosso direito conquistado com luta pelo marco histórico da nossa 8ª Conferência. Nós não podemos admitir perdas. Vivemos ameaçados constantemente, nós usuários, participantes de pesquisas, vivemos constantemente ameaçados quando nos deparamos com uma frente, como o PL 200. O direito a participar da pesquisa, a sua garantia de autonomia, a sua ciência diante de outras lutas, aí eu posso falar até com propriedade também, porque também posso me dizer pesquisadora, já que sou aluna de doutorado em saúde coletiva. Nós reconhecemos a legitimidade, o valor incondicional do Sistema CEP/Conep, que, diante de tantas outras ameaças, também teve ameaçadas algumas coisas. Isso, a gente também não admite.

Então, nós usuários, usuários do SUS, o Sistema Único de Saúde, não vamos admitir nenhuma perda.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro, representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil.

Agora passamos a palavra para a representante da Frente Democracia e Saúde, Liu Leal. (*Palmas.*)

A SRª LIU LEAL – Sou Liu Leal, sou parte de um grupo construído por várias entidades, como tem sido a grande luta dentro do setor saúde.

É a Frente Democracia e Saúde, porque entendemos que saúde sem democracia não existe, assim como democracia também tem que ter saúde. Então, entendemos que democracia e saúde são lutas associadas e que a defesa do Sistema Único de Saúde passa pela defesa da democracia.

Essa conquista...

Aí, sim, para começar igual a todo mundo, saúdo todos que estão aqui, todos que nos assistem.

Acho que esse tipo de espaço nos ajuda a conversar com o conjunto da população. Então, estou falando ao povo brasileiro que este é um importante momento de prestarmos atenção nos acontecimentos que estão em curso. Não há pasmaceira, as coisas não estão tranquilas, e o que vai vir também não é tranquilidade. Vai vir muita luta, e virão com muito mais intensidade os problemas, porque, infelizmente, quando se quebra um processo democrático, quando se dá golpe, que é o que está acontecendo no nosso País, as outras coisas que vêm não são agradáveis, não são coisas que queremos que nossos filhos encontrem nos livros de História.

Para que não nos envergonhemos deste momento, nós manteremos uma grande luta, nós povo brasileiro, nós movimentos sociais organizados, nós movimentos que defendem a democracia, como o movimento de comunicação que aqui hoje se encontra, nós conselheiros e conselheiras. E aí saúdo todos e cada um de vocês que compõem entidades importantes na luta política, não somente para a saúde, mas para tudo que carrega o setor saúde, que é o direito à terra, que é o direito à moradia, que é o direito à água e ao alimento, que é o direito à comunicação, que é o direito à vida.

A todos e a todas aqui... (*Palmas.*)

... em nome de cada um de vocês, eu saúdo o Ronald, o Paim, o André e a Cléo, mas eu não deixaria de dizer todos os nomes que hoje se encontram aqui neste plenário, que são nomes muito valorosos, são os nomes que constroem a história do nosso País, são os nomes que construíram a saúde pública e o SUS. E cada um de nós, na força política que vamos ter, precisa ter em mente que essa bandeira levantada e erguida na Constituição de 1988, consolidada com muito sangue, consolidada com muito suor, consolidada com muita luta e consolidada com muita vida, não vai ser perdida. Esta luta vai continuar: a defesa de um sistema universal, equânime e integral, de qualidade.

Ela será a nossa grande bandeira, mas ela não será hasteada sozinha, porque, com uma bandeira como a do SUS, vêm junto todas essas outras questões de que eu falei: o direito à terra, o direito à vida, o direito à moradia, e o direito, inclusive, à democratização dos meios de comunicação, que é o que está construindo e consolidando o golpe no nosso País. (*Palmas.*)

Hoje, inclusive, teremos um grande ato em todo o País contra a Rede Globo, que é a principal emissora e tem propagado um conjunto de mentiras e de absurdos em relação a uma reforma real de que esta sodade precisa, que é uma reforma política. Nós iremos, não somente pelo setor, construir a agenda política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

neste País, nesses próximos anos. Vamos resistir, não vamos arredar o pé na luta pela construção de um projeto popular para este País, pela reforma que coloque aqui dentro pessoas como você, Paim, e o nosso povo aqui dentro. Queremos o nosso povo na casa do povo. (*Palmas.*)

Alertamos em todo lugar que o SUS é um direito universal, um direito do povo brasileiro. Sabemos o quanto ele é importante quando estamos com algum tipo de problema associado à nossa privação de vida ou de condições de dignidade humana. Nós não abriremos mão de levantar e erguer de novo a bandeira de que o SUS é democracia. Portanto, é na agenda da democracia que a gente vai se organizar, é na agenda da democracia que a gente vai fazer a luta política e é na agenda da democracia que a gente vai resistir e vai lutar contra todas as epidemias, inclusive a epidemia do "chicocunha", a grande epidemia. Esse mosquito chamado Eduardo Cunha é o mosquito que tem construído o adoecimento da nossa democracia. Não iremos admitir que esse tipo de epidemia contamine o nosso povo. Não iremos admitir!

Não o temeremos. E uso o termo para chamar atenção para o outro golpista que temos neste País, que é o Temer, um golpista que se utilizou de processos organizados também de pactuação política para um processo eleitoral e, agora, está dando uma rasteira no povo brasileiro. Ninguém elegeu o Temer, e ele não vai presidir este País. Se ele chegar a sentar naquela cadeira, ele vai ter que resistir bastante, porque nós vamos estar na luta, vamos estar na rua... (*Palmas.*)

A gente tem tentado fazer uma vacina contra o golpe, a gente tem tentado chamar a atenção das pessoas para o fato de que esse tipo de prática contamina. Esse tipo de atitude desconstrói a nossa cultura. Então, não a admitiremos. E convoco todos a termos muito compromisso político, muita serenidade.

A gente entende que a luta do SUS não é uma luta somente nossa, ela é uma luta de todo o povo brasileiro. Nós entendemos todos os sofrimentos que várias pessoas da população têm passado por privação, por várias questões que a saúde hoje ainda não consolidou. Por quê? Porque hoje, infelizmente, a gente tem grandes agendas – não é, Ronald? – como a agenda da privatização, a agenda do subfinanciamento, a agenda da desqualificação do trabalho, a agenda da precarização da força de trabalho. Todas essas agendas são nossas agendas, são agendas que precisam realmente fazer parte da construção de algo que esta Nação precisava estar consolidando – viu, Paim? –, que nosso Governo precisava estar consolidando, o nosso Governo democraticamente eleito por 50 milhões.

Esse Governo precisa encontrar uma forma de recolocar essa agenda de forma a desprecarizar, de modo a financiar de forma digna para dar dignidade no cuidado à saúde. Esse Governo de que estou falando é um governo eleito, não o governo de um golpe.

O governo de um golpe já tem uma agenda anunciada, e essa agenda vai ser radicalmente combatida por todos nós. Todos nós aqui – desde o segmento de que fazemos parte, dos usuários, dos trabalhadores, dos segmentos religiosos, dos segmentos trabalhistas, dos segmentos de gestores também, que estão muito preocupados com todo o processo – não pararemos um minuto. E não só vamos denunciar como vamos mostrar que o fascismo neste País, mesmo revestido de processo democrático, é fascismo. Não admitiremos, nem por um minuto, que o Sistema Único de Saúde ou a democracia neste País seja adoecida por nenhum tipo de verme, nenhum tipo de vírus, nenhum tipo de golpe orquestrado por partidos que não sabem respeitar um processo democrático e por uma mídia golpista, como a Rede Globo.

(Manifestação da plateia.)

Portanto, todos nós, que compomos a Frente Democracia e Saúde, convocamos todos. O Conselho é parte do processo político. A gente sabe – viu, Ronald? – que vamos ter um momento super difícil. Não só Ronald, porque o Conselho é uma entidade colegiada e cada um de vocês tem uma grande responsabilidade nesse processo.

Esta vai ser uma arena importantíssima na luta política para o que virá, este vai ser um lugar em que a gente vai ter que radicalizar na democracia participativa. A gente tem, sim, democracias representativas, inclusive com esta Casa e a Casa vizinha. Só que essa democracia não é suficiente. Ou a gente encontra os mecanismos estratégicos de construir uma democracia participativa neste País, inclusive chamando uma nova Constituinte... Não agora, porque agora quem está lá dentro é golpista. Para fazer isso, a gente vai ter que ter um Congresso exclusivo para uma reforma. É isso que a gente tem pautado, é isso que a gente está defendendo. (*Palmas.*)

Amanhã, às 8h, recepcionaremos todos vocês.

Alguns não estão precisando de muita vacina não, apesar de uma dose sempre ser importante. Mas há outros que nunca a tomaram na vida. Então, amanhã, a gente virá ao Senado... Quero convidar o conjunto de todos nós que estamos aqui e mais quem estiver nos assistindo que queira vir com a gente, para se unir à [illegible]nte, a vir aqui amanhã, às 8 horas da manhã. Vamos vacinar todos os Senadores, principalmente Senador e [illegible]prensa, porque é preciso respeitar prioridades. Então, aqueles que mais precisam de democracia, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vai atender primeiro – no caso, são os Senadores e a imprensa golpista – e também distribuiremos pílula de democracia, porque a gente acha que é preciso enfatizar um pouco mais essa questão importantíssima para o nosso País. Então, convido todos a estarem aqui às 8 horas da manhã.

Estaremos na luta, constantemente, porque a luta continua e a democracia e a saúde também. Vamos resistir! Vamos lá, porque o SUS é nosso e ninguém tira da gente, direito garantido não se compra e não se vende. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SUS é nosso, ninguém tira da gente! Direito garantido não se compra e não se vende!

O SUS é nosso, ninguém tira da gente! Direito garantido não se compra e não se vende!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Liu Leal, representante da Frente Democracia e Saúde.

Liu, com muita satisfação, eu sou autor da Emenda nº 15. O que é a Emenda nº 15? Ela convoca uma assembleia temática exclusiva para elaborar as reformas política, eleitoral e partidária. Se ela fosse aprovada este ano, a partir do ano que vem nós teríamos um grupo de 122 eleitos pela população, porque este Congresso não tem moral nenhuma para fazer reforma política e eleitoral, um Congresso que aprovou aquela vergonha no dia 17. Esse grupo de pessoas eleitas, que têm de ter ficha limpa, não podem ser Parlamentares e não poderão concorrer na próxima eleição, para não dar a impressão de que estão legislando em causa própria. Eles elaborariam a nova proposta, que seria o marco para 2018 no campo político, eleitoral e partidário.

Eu confesso, sem querer avançar o sinal, que sou contra a reeleição e seria a favor de mandato de cinco anos para todo mundo, inclusive para Senador. Essa história de Senador ter oito anos já está superada há muito e muito tempo. Não há motivo nenhum para isso. Defendo cinco anos e, para o Executivo, eu asseguraria só um mandato. Mas isso, claro, é debate. Cada um tem a sua posição, e faremos esse debate no momento correto.

Vamos agora a outros convidados. Eu acertei com a Mesa para não precisar trocar a Mesa. Todos são bem-vindos e irão falar do plenário. Eu tenho quatro inscritos, mas não há problema nenhum em irmos para cinco ou seis para usarem da palavra.

O primeiro inscrito é da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Dalmare Anderson.

É só apertar o botão. Essa é uma noção para todos. Vocês continuam aqui. Quando acender o verde, vocês já sabem, já o fizeram. A palavra está com vocês. Cinco minutos para cada um, para dar um número maior e para que todos possam falar.

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – Com certeza. Isso nos deixa mais felizes ainda, porque poderemos participar cada vez mais, já que não estará limitado aos quatro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Se tiverem perguntas para a Mesa, no final a Mesa ainda fará suas considerações finais.

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – Queria iniciar este ato tão importante dentro de uma das Casas do Congresso Nacional, o Senado.

Primeiro, cumprimento a Mesa e o Senador Paulo Paim pela iniciativa. Pena que não temos outros Senadores, mas espero que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nos gabinetes estão nos ouvindo, e o Brasil todo está nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado.

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – O.k. E espero que alguns estejam defendendo a democracia também na Comissão que analisa a admissibilidade do processo de *impeachment*.

Acabamos de sair de um debate importante no Conselho Nacional de Saúde, onde reafirmamos a defesa do SUS, onde reafirmamos a defesa da democracia, onde reafirmamos aquilo que colocamos como prioridade na Conferência Nacional de Saúde em dezembro, que é termos uma pauta. Nós temos a defesa do SUS e temos a democracia, e um não vive sem o outro.

Nós temos diversas ações irreverentes, felizes, para cima, que demonstram como a população se importa com o que está acontecendo e como, cada vez mais, temos a capacidade e a vontade de participar da vida política deste País. Neste momento em que estamos aqui debatendo a defesa da democracia pelo viés da saúde, há estudantes de São Paulo, por exemplo, ocupando a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, defendendo também a democracia e defendendo a sua participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eles estão assistindo a esta nossa audiência.

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – E defendendo, inclusive, o direito à merenda alimentação, cobrando que o Legislativo de São Paulo abra uma CPI para verificar o desvio da merenda de lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós temos, pelo Brasil todo, ocupações em escolas. Nós temos, pelo Brasil todo, ações e mais ações, artistas se colocando. A música, a vida, a cidade, os espaços, as praças estão sendo ocupadas para defender a democracia, porque, sem democracia, nós não temos nada, direito nenhum garantido.

Quando o Presidente fala que sem democracia nós não temos SUS, fala a verdade. E sabem por quê? Porque o SUS é uma das maiores conquistas da democracia. Ele não nos foi dado, ele foi conquistado. (*Palmas.*)

Ele foi construído e conquistado a muitas duras penas, como a gente já debateu hoje de manhã.

A Constituinte era conservadora, mas a pressão popular fez com que o SUS nascesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estava lá, eu fui Constituinte. Você tem toda razão. Aqueles cartazes que o movimento social colocou na rua, dos traidores do povo, ou seja, aqueles que votassem contra as propostas populares, pegou, na época, muito, muito bem.

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – E a gente não pode esquecer. É um sistema universal, e 75% de brasileiros e brasileiras que dependem exclusivamente dele. Exclusivamente! Ele atende toda população de forma solidária e fraterna e traz justiça social para este País.

Ainda tem muito o que avançar? A gente sabe que tem muito o que avançar, a gente sabe dos desafios que ele tem. Há o desafio do financiamento, que nunca foi superado porque nunca foi tratado de maneira efetiva. A gente tem dialogado muito sobre isso dentro do Conselho Nacional de Saúde. Foi sempre sendo protelado.

Não tem sentido continuar guardando dinheiro enquanto precisamos melhorar educação, saúde e outras questões neste País. Não tem sentido continuar pagando taxas de juros altíssimas, dando dinheiro para rentista, quando precisamos financiar adequadamente o nosso Sistema Único de Saúde.

Não tem sentido, inclusive – aí já mencionando a luta que o Ronald tem encabeçado –, que o dinheiro da Lava Jato volte e não vá para algo que seja útil a este País, como é o Sistema Único de Saúde. (*Palmas.*)

É um sistema integral, que cuida de tudo, que começa na ponta, na atenção básica, perto da sua casa, e chega aos rincões deste País.

Eu fui avaliador do PMAQ durante a minha residência. Quando fui avaliador do PMAQ, tive a oportunidade fantástica de avaliar uma unidade básica de saúde à beira do Rio São Francisco, que tinha uma vista linda do Rio São Francisco e atendia uma comunidade que demorava duas horas para chegar da cidade até ela. Mas o SUS estava lá, o SUS estava atendendo aquela comunidade.

O SUS estava lá inserido, e com médico do Mais Médicos, que atende inclusive a média e a alta complexidade.

A Eliane, da Femama, já me colocou que 70% das mulheres que têm câncer de mama neste País dependem do Sistema Único de Saúde para seu tratamento. E é incrível como as pessoas não enxergam isso, como não veem. Como sempre, a propaganda é aquela do que não presta, quando, na verdade, a gente faz muito...

(Soa a campainha.)

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – Isso é para acabar? Eu não sabia, mas já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A campainha toca quando o tempo acaba, mas eu sempre dou uma tolerância de mais dois ou três. Já levou mais três.

O SR. DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ – Obrigado, Senador. Eu não sabia da campainha, mas já estou ciente agora.

A gente tem um sistema de saúde fantástico, mas que vem mudando, e muito. E cada vez mais, a cara... E o que este País tem enfrentado? Nós diminuímos muito a mortalidade infantil.

Esse sistema é nosso, e vamos lutar por ele cada vez mais, inclusive as populações que sempre foram excluídas, como LGBT, população de rua, mulheres, negros. Vamos sim, porque esse sistema defende todas essas populações. (*Palmas.*)

Queria dizer, Liu, que a sua fala nos deixou muito emocionado. Foi uma fala com vivacidade e sagacidade. E nós vamos, sim, resistir, lutar e cada vez mais ter esperança, não vamos parar essa luta.

Para finalizar, vou lembrar o trecho de uma música – "E Vamos à Luta", do Gonzaguinha –, que diz que a gente não foge da fera, a gente enfrenta o leão, e a gente não vai correr da raia a troco de nada, porque cada vez mais, neste País, a gente vai amanhecer com a manhã desejada. A gente vai, sim, para a luta, cada vez mais.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dalmare Anderson, que falou pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos. Meus cumprimentos pela fala.

Há qualidade em todas as falas aqui. E digo para vocês que fiquei muito feliz, ontem, com a juventu- A fala aqui foi de uma qualidade que eu não vejo muito nos plenários de que participo por aí. Foi de uma alidade impecável. Só que eu tinha acordado com eles que, no final, eles sairiam evitando confrontos. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

foram legais. Fizeram um ato, colocaram o seu ponto de vista, estavam no corredor principal, aqui. Eu fui lá, dialoguei com eles, e eles disseram: "Não, havíamos acordado com o Paim e vamos cumprir". Ficaram muito mais pelo acordo comigo. Eles disseram: "Pelo acordo, nós vamos cumprir". Quando terminou a leitura do relatório do *impeachment*, eu fui com eles até o final. Mas quero aqui, de público, agradecer à juventude brasileira, porque eu os alertei de que, se criássemos um forte obstáculo ontem, hoje seria difícil a entrada de vocês, iria dificultar para os que virão do movimento social hoje à tarde, iria dificultar para os que virão na segunda-feira de manhã, segunda-feira à tarde, terça-feira de manhã e terça-feira à tarde. Eles, na sua sabedoria, apesar de alguns tentarem provocar, disseram: "Paim, nós te entendemos", e saíram cantando palavras de ordem – eram dez horas da noite. Então, uma salva de palmas pela competência e sabedoria da juventude brasileira. (*Palmas.*)

Juliana Acosta, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Ontem um jovem falou muito bem aqui pela Contag. Agora, tu estás com o compromisso de ir na mesma linha! Fique à vontade.

A SRª JULIANA ACOSTA – Ficou maior a responsabilidade.

Primeiro quero dizer, Senador, que eu sou de Rio Grande, no Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meu querido Rio Grande.

A SRª JULIANA ACOSTA – ...e que a gente não se arrepende das escolhas que fez nas últimas eleições.

Como já foi dito aqui, reforço que o SUS (Sistema Único de Saúde) se forjou justamente na luta pela redemocratização do País nos anos 80. Desde lá já se dizia que saúde é democracia e democracia é saúde. Essa era uma palavra de ordem.

Assim a gente conquistou o SUS, como o Dalmare falou. O André, o Ronald, a Cleo e a Liu reforçaram também que o SUS não é, como muitas vezes querem fazer entender, um favor ou que foi concedido por alguém. Ele foi conquistado com muita luta. Mas, desde que a gente conseguiu garantir na Constituição o direito universal à saúde, essa política pública também vem sofrendo séria disputa.

A gente entende que, para a sociedade brasileira, o SUS é uma vitória, sobretudo para aquelas populações que historicamente estiveram marginalizadas e excluídas da seguridade social. As trabalhadoras e os trabalhadores na agricultura historicamente foram invisibilizados pelo Estado. Então, a conquista dos vários direitos que a Constituição de 88 garantiu, inclusive o SUS, sem dúvida nenhuma, para esse setor da sociedade foi uma conquista histórica.

À medida que a gente garantiu o Sistema Único de Saúde, garantimos também o direito à participação da sociedade. Então, não foi pouca coisa, não foi pouca conquista, especialmente nesse momento, em que havia uma ditadura instalada no Brasil. A gente conquistou o direito à participação em todas as instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde. É evidente que, a partir daí, o SUS entrou em disputa também, porque é muita coisa que a gente coloca em jogo.

Vários setores da sociedade se sentem ameaçados com essa conquista. Há setores que veem a saúde como mercado. Para a gente, a saúde é um direito, a saúde é uma conquista, a saúde é luta... (*Palmas.*)

...mas há muitos setores que têm a saúde como mercado. Por isso, o SUS sempre esteve em disputa.

A gente vem enfrentando, nesses 27 anos de Sistema Único de Saúde, um histórico subfinanciamento. Nesse Conselho, na última conferência, a gente bateu muito forte, colocou muito em evidência o problema do subfinanciamento do SUS. A gente sofre ataques midiáticos para a desmoralização do SUS. A gente tem muita dificuldade de fazer esse debate com a sociedade, porque, sempre quando vai pautar na mídia o SUS, é para atacar os problemas do SUS, nunca para mostrar aquilo que a gente tem como direito, aquilo que é conquista nossa. Então, há o interesse de desmoralizar o SUS. A gente tem os grandes grupos de comunicação, que têm feito esse desserviço para a sociedade.

Enfrentamos também a terceirização, a precarização na saúde, a precarização do trabalho na saúde, a terceirização da gestão, e isso compromete muito os princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde. Então, a luta é pesada mesmo.

Neste momento de ameaça ao Estado democrático de direito, de aumento do conservadorismo, a gente vê as manobras políticas feitas por Parlamentares, e muitos deles são financiados por seguradoras de saúde, por planos privados de saúde... (*Palmas.*)

Eles entregam os nossos direitos em troca das suas cabeças. Então, por mais que a gente faça muitas críticas... Os movimentos sociais e a classe trabalhadora nunca deixaram de fazer crítica aos governos, mas, por mais que a gente faça muitas críticas a este Governo que a gente conquistou, que a gente elegeu, que a gente constrói, os mais de 54 milhões de votos na Presidenta Dilma não podem ser desrespeitados, pela saúde da nossa democracia.

Então, para reforçar também o que já foi dito: a classe trabalhadora e os movimentos sociais continuarão nas ruas, continuaremos na resistência. Se houver golpe, vai haver ainda mais luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Precisamos estar nas ruas para conquistar, de fato, Senador, uma Constituinte para reformar esse sistema político, na qual tenhamos representadas as mulheres, a população LGBT, indígenas, negros, a juventude. Com este Congresso não dá. Então, é Constituinte já! E, se a juventude, se a saúde, forem ocupar o Senado, a gente vai estar junto.

E pronto! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Juliana Acosta, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Pode saber que o menino que falou ontem, o jovem, ficou orgulhoso de você também, viu? E essa frase que você usou, "Constituinte já"... Eu sou um apaixonado por essa frase. Precisamos já ter um grupo de homens e mulheres para fazer, nos moldes em que você mencionou aqui, um novo marco na política eleitoral e partidária.

Mas pode complementar, você tem um minuto e dezoito ainda.

A SRª JULIANA ACOSTA – Fui bem econômica.

Eu só queria reforçar o convite para amanhã a gente intensificar aqui mais uma etapa da nossa campanha de vacinação contra o golpe, porque a gente tenta assim, pelo menos... Se a gente não consegue sensibilizar aqueles que já estão infectados pelo vírus do golpe...

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA ACOSTA – ...a gente consegue pelo menos disputar a narrativa nos espaços de comunicação, que são hegemonicamente ocupados pela narrativa da direita e do golpismo.

Então, amanhã, às 8h30min, na chapelaria. Vou passar o convitezinho aqui para reforçar também. Às 8h30min, na chapelaria, para a gente fazer uma campanha, instalar um posto de vacinação contra o golpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sempre chego às 8h aqui no Congresso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, está bom.

Maria Laura, da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, por favor, com a palavra.

A SRª MARIA LAURA CARVALHO BICCA – Bem, Senador, sou Maria Laura Carvalho Bicca, companheira, às vezes, de voo do Rio Grande do Sul, vinculada ao Grupo Hospitalar Conceição.

Queria saudá-lo, porque já conheço de longa data ao seu trabalho, no qual acreditamos. E saúdo também todos os colegas do Conselho e demais participantes.

Designada aqui para falar, queria lembrar que, além do assistente social, nós temos todo um segmento de trabalhadores que dão sustentação ao SUS e aliança com os usuários em mais de cinco mil Municípios do Brasil.

O segmento dos conselhos de direitos estão em inúmeros Municípios, não só na saúde mas também em outros campos. É uma legião de pessoas comprometidas e que, talvez, seja o grande bloco de resistência organizada para fazer todo esse enfrentamento que a gente está vivendo hoje no País.

Mas eu iria, com a licença de todos, passar pelo processo do resgate histórico que nós vivemos. Lá em torno dos 15, 16 anos, vivi o processo do golpe militar de 1964, e me lembro da polícia invadindo a casa – meu pai era sindicalista na cidade de São Leopoldo – e do medo que se instalou, por anos, em nossas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sou dessa época, viu? Estou revivendo na sua fala.

A SRª MARIA LAURA CARVALHO BICCA – Certo.

E, depois de formada assistente social, assinei, já como membro de um sindicato, em 1972, na formatura. Fui militante tanto de autarquia como de sindicatos. Nós nos reuníamos com Olívio Dutra e com uma série de pessoas lá no Mercado Público, e nós ficávamos, gente, na última das últimas salas para conseguir se organizar e discutir os rumos que queríamos naquele processo que depois culminou com as Diretas Já. Muita gente morreu para nós chegarmos – foi adoecida a própria Presidente Dilma – no momento em que estamos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, não dá para a esquecer esse processo histórico que a gente viveu.

Hoje nós estamos aqui falando de público, estamos falando de corpo aberto, enfrentando a polícia se preciso, mas com a segurança de que estamos muito mais fortalecidos do que em 1964.

Queria dizer, na pessoa da Liu e da Mesa... Nós temos a faixa dos mais jovens, da faixa dos 40 e dos mais maduros, todos nós, ou hoje da chamada terceira idade. Nós fomos vocês ontem. Nós vivemos esse filme, nós vivemos essa dor, nós vivemos esse sofrimento. Mas hoje vocês têm todo o apoio do nosso grupo, têm a nossa experiência para evitar que erros sejam cometidos. Nós vamos enfrentar uma dureza? Talvez sim, seja com a presidente ficando, seja saindo, porque os desafios são muitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E eu queria falar para vocês, Senador e colegas, da importância da formação. Eu fui da JEC (Juventude Estudantil Católica), como outros, Lula e outros foram da juventude rural. Hoje o que fazem as centrais e vários movimentos é capacitar as pessoas, como o próprio movimento estudantil. Se eu não for informada, se eu não for instruída, como vou defender aquilo que eu nem conheço e em que eu não acredito? Então, a gente tem um importante papel.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A outra questão para a qual eu queria chamar atenção diz respeito ao imenso número de trabalhadores que a gente tem, muito comprometidos, como os usuários que eu já citei, que estão juntos nesse esforço. Nós somos uma grande legião, mas as mais de dois milhões de assinaturas apresentadas aqui não foram suficientemente valorizadas. E uma senhorinha da Pastoral da Saúde de Minas disse: "Não me diga que eu vou ter que fazer todo esse trajeto de novo!" Sinto informar que teremos que fazer.

Eu também queria comentar que precisamos criar esse instrumento, essa força de juntar para fortalecer essa democracia. Eu não vejo muito a democracia ameaçada, porque acho que ela está agredida, mas está... À medida que sofre um golpe, ela sofre um abalo. Aí, a gente deve ter a sabedoria de superar esse momento e conquistar dias melhores, certamente.

Muito obrigada.

Meu reconhecimento ao seu trabalho. Eu já lhe disse que um dia espero vê-lo Presidente da República.

Isso é fala de Maria Laura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria só cumprimentar a Srª Maria Laura. Eu acho que as suas palavras, de fato, tocaram todos nós. Sabemos como essas coisas começam, mas não sabemos como terminam. É, sim, um ataque violento à democracia, como a senhora fala.

Enquanto a senhora falava, eu olhava lá para a TV e pensava comigo mesmo que, se não fosse a democracia, aquela TV não estaria ligada para todo o Brasil ouvir a sua mensagem. Pela internet, de uma forma ou de outra, a democracia permite tudo isso. Sem a democracia, nós sabemos muito bem, há mordaça na boca e há tortura. Por isso, eu queria cumprimentá-la pela brilhante defesa da democracia, lembrando os tempos tristes por que nós passamos. Eu sou daquele tempo. Eu presidi o ginásio noturno para trabalhadores com 14 anos. Era o ginásio noturno para trabalhadores, porque eu me formei no Senai, de 12 para 14 anos, fui para lá e acabei presidindo.

Eu me lembro de que, quando eu voltei de uma passeata em Porto Alegre, no momento do golpe de 1964, eu fui preso quando cheguei a Caxias. Fui levado, com 14 para 15 anos, para a delegacia, jogaram-me numa cela com cerca de 20 marginais, numa cela de dois por três metros. Não fui torturado – isso é verdade –, e consegui sair depois de duas, três horas. É só um exemplo, mas calculem o que que é isso para um jovem de 14, 15 anos, que só queria gritar "liberdade, liberdade, liberdade e democracia".

Uma sala de palmas não para mim, mas para a democracia. Com ela, tudo; sem ela, nada. (*Palmas.*)

Kátia Souto, do Ministério da Saúde.

A SRª KÁTIA SOUTO – Boa tarde.

Primeiro quero cumprimentá-lo e saudá-lo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que os gaúchos são maioria neste plenário.

A SRª KÁTIA SOUTO – Não sou gaúcha, sou mãe de gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas esteve lá no Rio Grande por um longo tempo.

A SRª KÁTIA SOUTO – Estive por um bom tempo. Sou mãe de gaúcho com orgulho. É uma terra também, como disse, em que quem não está morto é que peleia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Não está morto quem peleia", foi a expressão que eu usei quando nos encontramos.

A SRª KÁTIA SOUTO – Isso!

Eu queria cumprimentar também os meus outros colegas Conselheiros – eu sou Conselheira Nacional de Saúde pela Gestão, pelo Ministério da Saúde – e também, na pessoa do nosso Presidente, Ronald, o André, a Cleo e a Liu, somando nessa luta em defesa da democracia e da saúde.

Eu queria destacar a importância que teve a luta e a conquista do Sistema Único de Saúde e reafirmar que nós inscrevemos, na Constituição, o direito à saúde para todos, e o direito universal, com equidade e com participação popular. Esses são princípios da Constituição Federal que depois foram inscritos também nas duas grandes leis que regem o nosso sistema, que são a Lei nº 8.080 e a Lei nº 8.142.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria aqui, no lugar em que eu estou, que é o de representar o Ministério da Saúde – e gestão do sistema público de saúde se dá pelo Ministério, em conjunto com as secretarias estaduais, os governos estaduais e municipais –, lembrar outro pedacinho da Constituição, que é o dever do Estado. E o dever do Estado exige... Essa ameaça à democracia também ameaça o tipo de Estado que defende o SUS, porque volta com ela a ideia do Estado mínimo e não do Estado de direito, de defesa dos trabalhadores, de defesa da saúde como qualidade de vida e, principalmente, como direito universal.

Eu acho que isso também – temos que entender isto – pode estar ameaçado quando se ameaça a instituição democrática deste País. Então, a defesa da democracia e da saúde pública passa também pela defesa do que o Estado, de fato, garante.

Nós temos dificuldade no Sistema Único de Saúde? Ninguém tem dúvida que nós temos, mas tivemos muitos avanços de políticas sociais, que inscreveram e garantiram, que ultrapassaram e ampliaram... (*Palmas.*)

... e o Programa Mais Médicos é uma visão que reafirma isso de reconhecer o Brasil continental, de reconhecer as diferenças regionais, as desigualdades sociais.

O Saúde Bucal. Quando, antes, houve saúde bucal dentro Sistema Único de Saúde? Ele veio exatamente com o Ministro Humberto Costa, hoje Senador, que inscreveu, dentro do Sistema Único de Saúde, o direito a reconhecer também a saúde bucal. O mesmo aconteceu com o Samu, que salva tantas vidas.

Então, eu acho que tudo isso está ameaçado, porque quando se ameaça a democracia e se ameaçam os direitos sociais – e entre eles o direito à saúde –, ameaça-se também o Estado na concepção do Estado social e não do Estado mínimo. Eu acho que é importante reafirmamos isto.

As políticas de promoção da equidade, que a Juliana, da Contag, começou a abordar, também, porque nós entendemos que saúde também é cidadania. Reconhecer que a população negra e que o nosso País ainda é um país racista e que expressa isso, muitas vezes, dificultando o acesso, e nós conseguimos ampliar esse direito e implantar a política de saúde da população negra. Não é só reconhecer as doenças falciformes como doenças que atingem mais essa população, mas é reconhecer que a marca do racismo exclui e, muitas vezes, dificulta o acesso. Então, acho que essas políticas...

A população em situação de rua também não era reconhecida, e hoje nós temos instrumentos e mecanismos em que este Estado brasileiro não só abre a atenção primária para esse atendimento, mas também o reconhece e tem equipes de consultórios na rua. A população do campo, da floresta e das águas com unidades básicas fluviais e ribeirinhas. Esta é uma concepção de Estado que defende o direito à saúde universal e com equidade. (*Palmas.*)

A população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais também sofre. O Brasil é o campeão da violência transfóbica. Esse é um título que nós não queremos. E nós sabemos que o Sistema Único de Saúde abriu portas para o reconhecimento dessa cidadania. Foi com o nosso cartão SUS e o reconhecimento do nome social, que agora, recentemente, na conferência LGBT e de direitos humanos, a Presidenta Dilma assinou o decreto do reconhecimento do nome social em todo o Governo Federal. (*Palmas.*)

Então, a saúde tem sido, no Estado brasileiro, também espaço de construção de cidadania, do reconhecimento dos sujeitos políticos a partir das suas subjetividades, das suas histórias de vida e do resgate que o Estado brasileiro tinha com essas populações. Nesse sentido, acho que reafirmar a defesa da democracia é reafirmar também esse lugar em que as portas e janelas, enfim, do Sistema Único de Saúde reconheceram uma série de populações que até então não tinham sido atendidas pelo Estado brasileiro e, a partir dela, são resgatadas. Eu acho que é importante reafirmarmos isso aqui.

E quero afirmar que este Estado de direito também é um estado laico, um Estado que amplia... O Estado laico, muitas vezes... A mídia tenta fazer uma confusão entre Estado laico e Estado ateu, e não é verdade.

O Estado laico é aquele que que respeita todas as expressões de religiosidade do nosso País e que são diversas e plurais que nós temos. E elas precisam ser vistas também, quando sofremos preconceito em qualquer uma delas, como processos de adoecimento da população. Então, eu acho que também isso é importante se afirmar, porque, no momento em que estamos aqui defendendo o que está na nossa Constituição Federal, defendendo o que está escrito nas leis que regem o Sistema Único de Saúde...

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA SOUTO – ..., também ressaltar e reafirmar que esse espaço de direito à saúde e de direito à vida é de direito à cidadania de uma série de populações antes invisíveis e com as quais o Estado brasileiro começou, nos últimos 13 anos, a resgatar essa dívida social e inscrever, na história brasileira, o respeito a todas as populações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, eu acho que esse papel do dever do Estado também está ameaçado e nós precisamos resgatá-lo e juntos, na defesa da democracia, resgatar também que democracia participativa e representativa tem um Estado brasileiro, que é o Estado social.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Kátia Souto, do Ministério da Saúde, que fez uma retrospectiva dos principais avanços, nesses 13 anos, eu diria, em matéria de direitos humanos, porque tudo que você falou aí está na linha do direito da pessoa.

Meus cumprimentos, Kátia.

Agora, pela Fasubra Sindical, Eurídice Ferreira de Almeida.

Por favor, Eurídice.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Boa tarde a todas e a todos!

Companheiros e companheiras, estamos, mais uma vez, nesta semana, aqui na defesa da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que bom que você está aqui de novo, porque falou muito bem na outra vez!

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Não sou gaúcha, mas estamos aqui na militância. Sou nordestina, paraibana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tenho o maior carinho pelo Nordeste.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Eu estou aqui hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando eu vou para lá, não quero voltar. Mas vou só para fazer palestras. Não é para passear, não, hein!

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Tranquilo, então.

Estou aqui mais como militante da saúde. Nós trabalhamos, por mais de três anos, com o Conselho Nacional de Saúde, que, para mim – eu sou educadora e sou enfermeira –, foi mais uma escola de vida.

Eu tive a oportunidade de lidar com brasileiros e brasileiras nos mais diferentes locais do nosso imenso continente, porque não somos só um país, mas um continente, e verificar o que é Sistema Único de Saúde para o brasileiro e para a brasileira.

O Sistema Único de Saúde, na minha concepção e na concepção daqueles que o usam, é o melhor sistema de saúde do mundo. Por que eu digo isto? Porque outros países vêm aqui sorver dessa sabedoria, dessa sapiência que foi feita dentro desse projeto do Sistema Único de Saúde. Existem algumas pontes a serem colocadas, a continuarem a ser construídas? Sim, mas é para isso que nós estamos com o Conselho Nacional de Saúde, dentro do controle social, agindo de forma coletiva, construindo, de forma coletiva, esse sistema, que é maravilhoso.

Eu quero dizer a V. Exª, Senador, e a todas e a todos os militantes presentes que nós não vamos descansar enquanto esse sistema estiver plenamente instaurado e instalado. (*Palmas.*)

O SUS é nosso. É uma conquista do povo.

Já na base mais técnica... Não vou ser repetitiva, mas vou, como dizemos na saúde, dar uma dose de uma substância que nós estamos precisando neste momento, que é suprir, cada vez mais, com força para impulsionar a nosso luta pela democracia.

Quero dizer que não é só no Brasil. Nós temos brasileiros no mundo inteiro, jovens, não jovens, mas, antes de mais nada, brasileiros e brasileiras, que estão, permanentemente, em vigília por essa conjuntura, por essa situação por que está passando nosso País.

Eu fui incumbida por um brasileiro que está na cidade do Porto, em Portugal, de passar esta carta que ele mandou às mãos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se quiser, pode ler a carta aqui.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Eu vou pedir para ler. Mas quero passá-la a V. Exª, como também a passei à Senadora Fátima Bezerra, para que isso chegue às mãos da Presidenta da República, porque o que está contido nesta carta vai nos dar substância, vai nos consubstanciar de força e de energia para dizer que o nosso trabalho no dia a dia muda, sim, muda mentes, muda corações e faz a luta e o bom combate.

Eu vou ler.

À ilustríssima Senhora Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff.

Assunto: Carta de Apoio.

Por Sasha Rupar Lamounier Van Lammeren

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quem está na militância já deve estar fazendo o *link* do nome com as ações que nós tivemos naquele fatídico abril.

Porto, Portugal, 16 de abril de 2016.

Presidenta Dilma, antes de tudo, agradeço imensamente pela oportunidade de ter esta carta lida por Vossa Excelência. É para mim uma honra apenas esse fato. Respeito a senhora como Presidenta do nosso País e como mulher. Por isso, sinto-me obrigado moralmente a escrever esta mensagem em vosso apoio e para falar-lhe algumas importantes informações provenientes da minha pessoal experiência.

Meu nome é Sasha Lamounier, sou um rapaz de 25 anos de idade, jornalista, brasileiro natural do Rio de Janeiro, vivo hoje em Portugal, de onde escrevo esta mensagem. E escrevo tão e unicamente porque algo me impele a registrar, diante de Vossa Excelência, aquilo que penso a respeito de tudo o que está acontecendo, no Brasil, atualmente.

Antes um breve histórico: comecei minha militância política pelas redes sociais, em meados de 2012. De lá até 2014, fiz oposição ao seu governo pela internet, nas eleições presidenciais, inclusive. Confesso que fiz campanha para o Aécio Neves. Finalmente, no começo de 2015, fiz parte, ainda que a distância, de movimentos que pediam pelo vosso impeachment. Em um deles, inclusive, cheguei a escrever dois artigos para o site oficial Movimento Brasil Livre. Por isso, posso dizer que conheço as forças populares que bradam contra seu governo nas redes e que se organizam nas ruas. Nesse sentido, me considero autorizado a dizer o que sei desses bastidores.

Existem grupos neoliberais, libertários e ultraliberais e conservadores que literalmente manipulam as informações nas redes sociais, para, através disso, incitar os brasileiros contra toda e qualquer proposta vinda do seu governo. Portanto, trata-se de grupos virtuais que cortam o diálogo social por puramente desejarem o fim do seu governo.

É verdade que há críticas que merecem ser feitas. Eu mesmo as faço, mas o que esses grupos especificamente desejam não é propor mudanças em seu governo, mas sim combater o seu governo. E isso acontece desde, pelo menos, 2013. Quando notei essa atitude de manipulação da informação, já comecei a estranhar o ambiente. Depois de um tempo, mais precisamente no ano de 2015, notei que em alguns conhecidos meus, desses grupos de direita, havia um ranço golpista, raivoso e oportunista. E isso me assustou, pois eu não estava querendo enveredar por esse caminho. Eu sinceramente acreditava que, nas redes, estava apenas fazendo uma oposição ideológica ao vosso governo. Pesquisando mais sobre as forças por detrás desses movimentos e ligando os pontos, notei que algo muito maior estava por trás desse neoliberalismo e conservadorismo virtual. Tratava-se de uma grande engenharia social e econômica voltada então e unicamente para acabar com o vosso governo, com o vosso partido e com o legado do ex-Presidente Lula.

Foi com essas revelações e observações que resolvi romper com os grupos de direita. Tornei-me um dissidente. Sentia-me mal por estar indiretamente fazendo parte de algo injusto. Hoje não me considero sequer de direita, embora não seja de esquerda. Muito pelo contrário, tenho total ojeriza aos grupos de direita, e se há algo que me preocupa é esse ranço antidiálogo por parte da nova direita. A velha direita a senhora bem conhece, e muitos deles estão agora arquitetando o golpe, tanto nos setores financeiros e midiáticos, mas a nova direita, representada por esse grupo de brasileiros manipulados pelo discurso neoliberal e conservador nas redes sociais está se tornando pura massa de manobra da velha direita. E isso me preocupa no longo prazo. Estão criando debatedores e retóricos pró-neoliberalismo e conservadorismo com o único intuito de combater toda a esquerda brasileira, não apenas a senhora e o PT. Eles não querem diálogo, querem efetivamente perseguir e acabar com a esquerda do Brasil.

A senhora já deve saber disto, mas registro que sou totalmente contrário a qualquer golpismo e autoritarismo, e por isso me sinto no direito e dever de escrever esta mensagem a Vossa Excelência. Envio esta mensagem, acima de tudo, para registrar diante da senhora que sou contra o impeachment e sou a favor da democracia. Portanto, defendo a integridade do seu mandato. O que está acontecendo no Brasil atualmente é um jogo de manipulação de fatos com o intuito único e exclusivo...

(Soa a campainha.)

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Continuo.

O que está acontecendo no Brasil atualmente é um jogo de manipulação de fatos com o intuito único e exclusivo de entregar o Brasil aos interesses estrangeiros. E a senhora bem sabe quais interesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

> são esses. Independentemente do que acontecer, seja a senhora terminando o mandato ou não, esses grupos de direita permanecerão em sua militância golpista e autoritária contra as esquerdas em geral. A senhora e o ex-Presidente Lula precisam sinalizar para a união intelectual e estratégica de toda a esquerda brasileira. Como ocorreu na Primavera Árabe, onde o Facebook teve papel importante na derrubada dos governos locais, também no Brasil as redes sociais estão sendo utilizadas como motor do golpismo, e isso já tem um certo tempo.
>
> Isso é tudo o que eu sei e sinto, Presidenta. Por eu acreditar na justiça e na democracia, por acreditar que o golpe trará retrocesso ao Brasil, envio esta mensagem. Como muitos outros brasileiros que não irão aceitar o término prematuro do seu mandato, eu me levanto timidamente para afirmar que sou contra o golpe. Eu estou do vosso lado, Presidenta. Lembrar-me-ei desses eventos ao longo da minha vida.
>
> A senhora lutou contra a ditadura no passado e hoje se vê no meio de um golpe. Digo, com toda a certeza, que muitos jovens brasileiros como eu lembrarão para as gerações futuras do que está acontecendo neste momento. E eu, junto desses brasileiros, farei o esforço devido para que o lado certo da história seja contado no livro do futuro. Meus pensamentos estão com a senhora agora e no futuro. Continue firme. A justiça tarda, mas não falha, tenho certeza disso.
>
> Ele termina citando Rui Barbosa:
>
> "Se o Brasil for condenado, pelos meus representantes, a continuar a ser, diante do mundo, a fábula dos países miseráveis, risíveis e desprezíveis, não será porque eu não tenha exercido as minhas forças em bradar à nossa Pátria."

Cordialmente, Sasha Lamounier. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu queria dizer para a Eurídice Ferreira de Almeida, da Fasubra Sindical, que seria bom que a carta ficasse nos Anais do Congresso, da Comissão de Direitos Humanos, e se a senhora assim entender, nós enviaremos cópia e a original para a Presidenta. Mas ficamos com o documento aqui nos Anais do Congresso. É uma bela carta.

Eu posso dizer que o movimento aqui não para. As pessoas estão entrando e dizendo: "Que Deus nos abençoe! Que Deus nos ajude!". E muitos já a cumprimentam pela carta. Enquanto a senhora lia, as pessoas estavam entrando. Isso é sinal de que estamos no caminho certo e da justiça, e não naquela visão de alguns Parlamentares, que dizem: "Eu vou com a onda. Para onde a onda vai eu vou e voto". Um Parlamentar que diz isso não merecia estar no Parlamento. Tem que votar com a consciência de que está fazendo o certo para o povo brasileiro. E eu estou absolutamente tranquilo de que estou fazendo o certo. O certo é votar e defender causas, e não coisas. E a causa principal que norteia nossas vidas é a democracia. Por isso a minha alegria de ver essa carta neste momento.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Por isso, nós pedimos que continue com esse canal aberto, porque este é apenas o representante de uma gama de companheiros e de companheiras que, dentro e fora do Brasil, fazem parte de grupos de estudos nossos. Nós estamos fazendo esse trabalho e esperamos que os frutos venham para atuar na Constituinte do nosso País, que precisa disso de imediato.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Muito bem, Eurídice Ferreira de Almeida, da Fasubra Sindical.

Um companheiro nosso vai ter que se retirar.

Por favor.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Senador, eu combinei com o nosso Presidente Ronald que nós temos uma pauta ainda a ser trabalhada ao longo deste período até as 20h.

Pelo menos é a previsão, não é, Ronald?

E nós temos um assunto para tratar com certa urgência, que é a questão do financiamento. Então, eu solicito à Mesa que entenda este momento, porque temos que nos deslocar, pelo menos estamos com a responsabilidade, pela Mesa Diretora, de tentar conduzir o item referente à Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela iniciativa não apenas como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, mas por todo o histórico e por toda a sua caminhada, que pessoalmente eu não conhecia ainda, mas pelos bastidores eu ouvia falar dessa pessoa sensível e ao mesmo tempo correta e íntegra.

Eu parabenizo V. Exª pela iniciativa e me coloco à sua disposição em outros momentos, com mais cal-, sem outras agendas acumulando, mas penso que era de suma importância que estivéssemos aqui neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

momento e ratificássemos as posições que aqui estamos defendendo. Acima de tudo, temos que lutar por um Brasil melhor não só para nós aqui presentes, mas para as futuras gerações. Que cada vez mais tenhamos um Brasil de todos, e não de poucos, e que possamos sempre lutar com o apoio de todos os Parlamentares que também defendem o Sistema Único de Saúde. É o que pensamos e o que desejamos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. André Luiz de Oliveira, que falou pela CNBB e vai ter que se retirar porque a reunião do Conselho continua.

Voltamos ao Plenário.

José Vanilson Torres da Silva, do Movimento Nacional de População de Rua.

O SR. JOSÉ VANILSON TORRES DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos, companheiras e companheiros, internautas e quem está nos assistindo pela TV Senado!

Vou começar com uma reflexão de Paulo Freire: "Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam". Paulo Freire, grande homem, grande personagem da nossa história.

Em primeiro lugar, meu nome é Vanilson Torres. Sou do Rio Grande também, porém do Norte. Sou de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seja bem-vindo!

É isso que une o Brasil.

O SR. JOSÉ VANILSON TORRES DA SILVA – Somos irmãos: um do Norte, outro do Sul.

Sou militante do SUS, do Conselho Municipal de Saúde. Como Conselheiro Nacional de Saúde, tenho o grande prazer e entusiasmo de construir as mudanças necessárias no País.

Falar de democracia é falar de saúde, é falar de liberdade, é falar de oportunidade, é falar de povo, é falar de nós, de nós usuários, de nós trabalhadores, de quem realmente necessita do SUS, de quem realmente necessita de democracia.

Falar de golpe é falar de morte. Falar de golpe é falar de incertezas, de tirania. Falar de golpe é falar de descaso, de não comprometimento. Falar de golpe é falar de políticos corruptos, como na Câmara Federal, em que, de 513 Parlamentares, 362 estão sendo investigados. (*Palmas.*)

Como vamos nos sentir representados por uma Câmara Federal que julga um processo de *impeachment* sendo eles corruptos? Como vamos nos sentir representados por Parlamentares que com dois ou três mandatos são aposentados? Como pensar nisso, enquanto um trabalhador tem que trabalhar 35 anos?

Então, falar de golpe é falar de dificuldades, é falar de uma não democracia.

Mas também quero falar que, 20 anos atrás, neste País, as famílias humildes, inclusive a minha – pois sou e fui morador de rua, morei 27 anos nas ruas do Brasil, de 13 anos para cá que começamos a ter visibilidade –, sequer tinham geladeira, sequer tinham tevê, sequer tinham casa. A partir de um governo popular, que começou com o Minha Casa, Minha Vida, que começou com políticas sociais, é que o povo começou a ter seus direitos garantidos e a poder novamente sonhar. E quando vemos uma mídia golpista, quando vemos políticos que em nome da mãe, em nome do cachorro, em nome de santos, em nome de pessoas, de parentes, e não em nome do povo, defendem o *impeachment* dizendo "sim"... (*Palmas.*)

..., nós sabemos que eles não nos representam. Creio que representam tão somente eles mesmos, ou nem eles, e sim um capitalismo cruel, que destrói todos nós.

Foi a partir do governo Lula que a população em situação de rua – e não apenas a população de rua, mas todas as populações ditas minorias neste País, que é a grande maioria – começou a ter oportunidades, por meio de espaço no controle social. Porque a população em situação de rua é uma população que, historicamente, tem seus direitos violados, seus direitos negados. Foi a partir de 2009 que nós, o Movimento Nacional de População de Rua, começamos a ocupar os espaços de debate, e hoje chegamos à maior instância de controle social da saúde, que é o Conselho Nacional de Saúde. Foi fácil? Não. Todos aqui são testemunhas. Mas foi possível. Foi possível por quê? Porque surgiram políticas sociais, e a população em situação de rua, o morador de rua que estava no papelão há três anos agora faz parte do Conselho Nacional de Saúde. (*Palmas.*)

Como disse a companheira Juliana, temos críticas, sim, mas sabemos que houve avanços e retrocessos, e sabemos que os retrocessos dependem de uma Câmara Federal que não deixa passar projetos. Sabemos que há conjunturas políticas, mas queremos firmar o compromisso de continuarmos na luta, não importa o que aconteça.

O povo é soberano, o povo está nas ruas, o povo vê o que está acontecendo. Até mesmo alguns coxinhas hoje já estão arrependidos e dizem: "Pôxa, eu fui enganado!". Foram enganados sim, por uma mídia golpista, por pessoas que não têm compromisso com o Brasil, por pessoas que acham que tirar um Presidente é ıples e legítimo.

Faço aniversário hoje, 5 de maio. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E digo, Senador Paim, que meu maior presente eu recebi hoje pela BandNews, com o Boechat e o José Simão, que pulava de alegria. Não o vi pular, mas imaginei ele pulando, com a voz alegre, dizendo: "Cunha, você agora é igual a mim! Você é mortal! Você é mortal!". Ele foi afastado pelo menos. Sabemos que ainda não é o fim. Ele ainda tem foro parlamentar, mas sabemos que é o começo. Sabemos que se o povo insistir, se empurrar, o Cunha cai. Se o povo empurrar, o Cunha cai.

E, para encerrar...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSÉ VANILSON TORRES DA SILVA – E o Temer atrás. O Cunha cai, e o Temer vai atrás. Não podemos temer Temer ou Cunha. O povo brasileiro é maior do que eles. O povo brasileiro – vou concluir – é soberano, o povo brasileiro escolheu. Desde que eu me entendo por gente que eu voto na esquerda. Voto no PT, sim. Tenho críticas, não vou mentir, mas há muitos avanços. Sabemos muito bem qual é a conjuntura deste País.

Para terminar, quero dizer que estamos cansados de mordaças sociais. Há 30 anos, houve a ditadura, e essa ditadura amordaçou o povo brasileiro. E, quando temos a oportunidade de nos libertar da mordaça, vêm pessoas que não têm compromisso e que tentam amordaçar o povo. Infelizmente, alguns não compreendem o fato de a gente não apoiar o *impeachment*, não compreendem o quão ruim será se isso acontecer.

Para finalizar, como fala a companheira do Rio Grande do Sul, é "faca na bota". Não é isso? O Rio Grande do Sul diz que é "faca na bota". Foi o que disse a companheira Veridiana. Mando um abraço para ela. É faca na bota! Traduzindo, é o povo na luta, na rua.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Vanilson Torres da Silva.

Vamos ver se esse pessoal é bom. Acho que o Senado nunca, na sua história de vida, cantou parabéns para um líder de um movimento de rua. Vamos ver?

"Parabéns a você
Nesta data querida
Muitas felicidades
Muitos anos de vida!" (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu! Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ VANILSON TORRES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – É um momento histórico esta homenagem ao movimento de rua, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um momento histórico, com certeza.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos retomar a lista de oradores, pessoal.

Com a palavra Wanderley Gomes da Silva, da Conam.

A SRª MARIA LAURA CARVALHO BICCA – Senador, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª MARIA LAURA CARVALHO BICCA – Desculpe-me!

Acho que, realmente, o momento é histórico, porque o que a gente está tendo aqui é uma oportunidade. É um grande líder, uma grande pessoa que só consegue falar quando tem uma oportunidade. Ele ajudou a fazer esse caminho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Com a palavra Wanderley Gomes da Silva, da Conam.

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA – Faço uma saudação especial aqui às companheiras e aos companheiros que compõem a Mesa: o Senador Paim, o Ronald Ferreira, nosso Presidente do Conselho, a Cleoneide, a querida Cléo, e a Liu. Dá até uma dupla sertaneja: Cléo e Liu.

Eu queria iniciar minha fala dizendo que a conquista do SUS na Constituinte não foi nada mais que o resultado de anos e anos de luta em torno da reforma sanitária para que houvesse um Sistema Único de Saúde que pudesse atender o conjunto do povo brasileiro sem nenhum tipo de discriminação, de forma geral mesmo. Acho que essa é a grande conquista do processo de resistência à ditadura militar e do processo de redemotização do Estado brasileiro. Acho que, se existe algo como marco para poder ser lembrado, para poder, no o, simbolizar a Constituição cidadã, sem dúvida, é o Sistema Único de Saúde (SUS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria saudar o Senador Paim, que, na época, foi Constituinte e que, com outros Deputados democráticos e progressistas da época, fez frente ao antigo Centrão e fez valer na Constituinte direitos fundamentais para os cidadãos brasileiros. Tanto direitos individuais quanto direitos coletivos foram consagrados naquela Constituinte graças ao discernimento político, ao compromisso de classe e à combatividade de figuras públicas da época. E o senhor fazia parte daquele time.

Quero, com isso, também dizer que, na atual conjuntura política – eu arriscaria dizer –, o Brasil está em uma encruzilhada histórica. Ou aqueles que lutam pela democracia, que lutam pela soberania nacional, pelos direitos dos trabalhadores, pela vida, por assim dizer, conformam um campo de resistência a essa agenda conservadora, a essa agenda neoliberal, ou nós fazemos isso e contribuímos para que o País caminhe para consolidar um processo civilizacional, ou o Brasil corre o risco de caminhar para a barbárie. Hoje, o que está instalado neste País, em termos desse ódio que é disseminado nas redes sociais, com o apoio e com o silêncio da grande mídia golpista, é algo realmente preocupante. Fico preocupado, porque, ao passar os olhos rapidamente pela história, nós vemos que este ambiente de agora é muito parecido com o ambiente que instituiu o Estado Novo, é muito próximo ao ambiente que levou Getúlio Vargas ao suicídio e é muito parecido com o ambiente que antecedeu o golpe militar de 1964, que trouxe um prejuízo histórico político, humano, moral, civilizatório para o nosso povo.

Então, como militante do movimento comunitário que sou, como dirigente da Conam e como membro do Conselho Nacional de Saúde, como muitos nesta sala, estamos muito preocupados. Embora o velho Marx tenha dito que a democracia tem em si um conceito de classe, nós também entendemos que essa democracia que vivemos ainda é uma democracia muito limitada, mas nós precisamos dela para fazer as lutas políticas, para fazer avançar ainda muito mais o Brasil em termos de conquistas sociais. Nós precisamos alcançar um estágio social e econômico de inclusão de pessoas que estão excluídas, para vermos se conseguimos transitar para uma sociedade mais avançada, mais igualitária, mais humana, para uma sociedade realmente para todos, em que todos tenham vez.

Eu queria aqui concordar com os companheiros da Mesa e do plenário que me antecederam: essa luta é uma luta de todos nós. A luta democrática é uma luta que perpassa, inclusive, estratos de classe, até os estratos de classe.

Precisamos também observar com muita atenção as contradições do lado de lá: há uma parcela mais conservadora, uma parcela reacionária, uma parcela fascista; há aqueles que dizem que fazem política, mas que estão representados hoje pela Rede Globo, que estão representados hoje por alguns partidos políticos de feição realmente fascista neste País, que, de forma irresponsável, de forma inusitada, de tudo fazem para destituir do poder uma Presidente democraticamente eleita, que não cometeu crime algum contra a Constituição, contra o Estado brasileiro nem contra o povo. Eles tramam na calada da noite há muito tempo. Todos os dias, reúnem-se para fazer a sua deposição e para colocar em seu lugar um conspirador, aquele que, a todo o tempo, ficou utilizando-se do cargo e do prestígio de Vice-Presidente para conspirar contra a República, contra os interesses dos trabalhadores, contra os interesses do nosso povo.

Eu ousaria dizer o seguinte, companheiros: caso se consolide essa marcha golpista, caso se consolide esse período de trevas neste País, nós teremos um retrocesso muito grande. Este País vai demorar uns 30 anos para chegar ao estágio inicial de 2002, quando iniciamos esta experiência democrática, quando iniciamos esta experiência de inclusão social, quando iniciamos um período vindouro na vida democrática do nosso povo e do nosso País.

Acredito que lutar pela democracia é lutar também pelo SUS, é lutar pelo SUS...

(Soa a campainha.)

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA – ... na sua abrangência. (*Palmas.*)

Lutar pela democracia é lutar também por um conjunto de reformas democráticas que possam fazer com que este País se democratize, que possam fazer com que este País consiga alcançar a justiça social e a reforma tributária. É inadmissível que os trabalhadores, na sua generalidade, paguem impostos e que as grandes fortunas fiquem sem taxação neste País. Precisamos fazer com que as grandes fortunas sejam taxadas, para que haja mais recursos para investir na saúde pública. Precisamos fazer com que, de fato, parte dos *royalties* do pré-sal seja investida na educação e na saúde, porque não há povo feliz e saudável sem educação, sem cultura, sem esporte, sem lazer e também sem saúde.

Então, acredito que nós precisamos ajudar, neste momento de grande contradição e de grande conflito dos interesses colocados na sociedade, a fazer com que prevaleça, com que vença uma agenda progressista. A agenda progressista tem de ter como ponto de partida as reformas democráticas, a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma universitária. É preciso fazer a reforma política, porque este Congresso, a composi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ção deste Congresso é muito ruim, é muito ruim! Infeliz o País que tem um Congresso onde há bancadas de claque, onde há a bancada da bala, onde há a bancada do boi, a bancada da Bíblia, além de outras representações conservadoras.

Então, é uma luta contra o fundamentalismo, é uma luta contra uma onda conservadora e reacionária, é uma luta dos brasileiros que querem um Brasil com soberania, com democracia...

(Soa a campainha.)

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA – ... e que não querem um País que volte a ser comandado como foi durante a era FHC, uma época muito difícil para a nossa gente. Nós tivemos de resistir a oito anos de Fernando Henrique. Se aquele governo não acabasse, hoje nós não teríamos a Caixa Econômica Federal e não teríamos o Banco do Brasil como responsabilidade e patrimônio do povo.

Então, estamos contra isso. Acho que lutar pela democracia é lutar pela soberania nacional, é impedir que as velhas raposas voltem a comandar o destino da Nação, voltem a ocupar espaço no Planalto Central, porque, se elas voltarem, o nosso País, novamente, voltará a ficar de joelhos diante do capital financeiro internacional.

Esse golpe que está sendo articulado é um golpe das elites brasileiras, aliadas ao que existe de mais atrasado, mais reacionário, mais pernicioso na política internacional, que é o capital financeiro internacional, capital que não gera emprego, capital que não gera riqueza, capital que gera capital, capital parasitário que nada gera e que atrasa a vida do povo.

É contra isso que nós lutamos. É por isso que nós dizemos: viva o SUS! Viva a democracia brasileira! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o grande Wanderley Gomes da Silva, que falou pela Conam.

Muito bem, Wanderley! Foi uma bela fala.

Agora, vamos passar a palavra para o último inscrito. Depois, vamos às considerações finais da Mesa.

Com a palavra Osvaldo Bonetti, Presidente da ABEn-DF.

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – Eu queria desejar um boa-tarde a cada uma e a cada um.

Quero saudar o Senador Paim, meu conterrâneo. Também sou gaúcho, de Itaqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – ..., que fica na fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Digo "muito bem" para todos. Todos nós somos brasileiros e brasileiras. (*Risos.*)

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – Tenho muita satisfação de presenciar e de acompanhar sua postura tão coerente neste momento histórico da conjuntura nacional.

Quero agradecer pela abertura deste espaço, já desde a apresentação. Mas, antes que eu esqueça, quero dizer que a gente tem de pensar, dentro dos encaminhamentos, num compromisso permanente desta Comissão com o Senador, com o Conselho Nacional, com a Frente em Defesa da Saúde, no sentido de termos uma agenda contínua de diálogo e de atividades como esta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – A gente sabe que o futuro é de luta contra esse golpe, mas, além de combater esse golpe, a gente tem de enfrentar situações bastante nevrálgicas no setor da saúde e precisa somar esforços.

Eu queria saudar todos os nossos Presidentes. Saúdo o Ronald, a Cléo, o André, que já foi, e, especialmente, a companheira Liu, que temos a grata satisfação de acompanhar – com ela temos a satisfação de conviver desde o movimento estudantil –, pela emoção que nos passou na sua fala.

Sou enfermeiro, sou servidor do Ministério da Saúde, atuo no Ministério da Saúde há 11 anos. Tenho uma satisfação muito grande de compor, como servidor, como trabalhador, a equipe política desse Ministério. Atuo no Departamento de Gestão Participativa, com a nossa Diretora que me antecedeu na fala, Kátia Souto, a quem referencio as falas já trazidas. Atuo mais diretamente numa coordenação que cuida da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, uma importante conquista, nesses últimos anos, do setor da saúde e da democracia brasileira. A gente pode afirmar que ela foi forjada, construída num contexto de construção não só do marco de referência para as políticas públicas, mas também do decreto da participação social, do qual somos coautores no Sistema Único de Saúde, no Ministério da Saúde, na educação popular. Infelizmente, a direita fascista e as forças conservadoras deste Congresso Nacional que temos hoje não permitiram que ela se efetivasse, mas ela ainda existe, ela ainda está aí para ser aprovada e ainda é uma referência neste atual Governo.

Eu teria muito para falar da satisfação de compor este Governo, de estar neste Governo, apesar de to- as deficiências que ainda existem, já trazidas aqui pelos companheiros e pelas companheiras, apesar das ormas incompletas que ainda existem. E há as reformas que ainda não iniciamos. Nós temos uma reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sanitária ainda inconclusa, assim como a democracia brasileira, que é ainda um processo inconcluso – o momento atual mostra, explicita a veracidade desse fato.

Mas a gente se sente muito satisfeito de estar num setor do Governo que defende, em nível internacional, a universalidade do direito à saúde, respeitando a Constituição Federal, respeitando uma das maiores conquistas do povo brasileiro, que é esse patrimônio do Sistema Único de Saúde, contrapondo-se às forças mais intensas e fortalecidas do capitalismo internacional. Muitas vezes, somos a única fala como Estado a defender no contexto internacional o direito universal à saúde, direito que hoje, nesta conjuntura, está ameaçado.

Eu teria muito a falar da satisfação de estar num ministério em que, embora tenhamos dificuldades com subfinanciamento, com as políticas que ainda não estão totalmente implementadas, a gente tem um setor que hoje implementa um projeto de Governo que levou o acesso médico a muitos e muitos que não tinham nem sequer o contato com esse profissional nas relações de cuidado em saúde; eram totalmente negligenciados.

Mas aqui, hoje, eu me sinto convocado a falar como trabalhador da saúde, como Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal, cargo para o qual – é sempre importante falar isto – fui eleito, democraticamente, pelo meu conjunto de pares trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal, que faz parte de uma rede que representa a maior força de trabalho da área da saúde, que é a dos enfermeiros, as enfermeiras, os técnicos, os auxiliares de enfermagem... (*Palmas.*)

É uma entidade que, neste ano de 2016, completa 90 anos de história num momento em que ainda temos deficiências, em que ainda temos dívidas com o atual Governo, ainda temos dívidas com a Presidenta Dilma, que prometeu a redução da carga horária extenuante aos cuidadores de enfermagem, mas que não conseguiu cumprir essa promessa, diante da correlação de forças postas a um Congresso Nacional que não conseguimos reverter. Isso seria necessário para que este Governo tivesse pelo menos implementado, junto com o Parlamento, um piso salarial mínimo para essa categoria, que tem papel fundamental na garantia do direito. Há muitos profissionais da enfermagem hoje ganhando menos de mil reais.

Mesmo assim, neste momento histórico, acompanhando o conjunto de avanços que nós temos na saúde pública e sendo profissionais que cuidam da saúde, profissionais que cuidam das pessoas, de cada cidadão e cidadã, essa associação, que completa seus 90 anos de história, também se posicionou, coerentemente, na defesa da democracia...

(Soa a campainha.)

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – ..., na defesa do mandato da Presidente Dilma, emitindo nota pública que não vou ler aqui em função até do adiantado da hora, mas que está no nosso *site*, e nós podemos encaminhá-la ao Senador também.

Então, era para nós estarmos nos somando e reafirmando que a nossa luta é todo dia, que saúde não é democracia, que a gente construiu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – Desculpem-me. É isso aí. É tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você ganhou um coro aí: "saúde é democracia.

O SR. OSVALDO PERALTA BONETTI – A gente tem não só esse lema de que a saúde é democracia e de que democracia é saúde, mas a gente tem outros heróis da saúde. Esse setor também tem como patrono um sanitarista italiano, o Giovanni Berlinguer, que nos deixou há pouco tempo, mas nos ensinou a fazer a reflexão sobre que concepção de saúde a gente defende, que saúde é a nossa capacidade de lutar, ou seja, não é só a ausência de doença.

Enquanto nós tivermos capacidade de resistir, enquanto nós tivermos capacidade de explicitar a nossa divergência, o nosso descontentamento, a nossa indignação com esse golpe travestido que está sendo implementado na democracia brasileira, a gente vai continuar aí, denunciando a anunciando também novos futuros e também exigindo as reformas que a gente precisa implementar, como a reforma política e a reforma do Judiciário, sobre a qual a gente não falou aqui hoje.

Então, freireano que sou, a gente tem certeza, como dizem os nordestinos, que a gente enverga, mas não quebra e que, apesar dos caminhos sombrios da conjuntura breve que se colocam para a gente, a gente vai conseguir encontrar a picada, encontrar novos caminhos. A gente não vai atravessar essa ponte para o futuro caos de jeito algum. Se possível, nós da classe trabalhadora vamos derrubar essa ponte e construir outra estratégia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Osvaldo Bonetti, Presidente da ABEn - DF!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Cumprimento pela fala o Osvaldo, que deixou bem claro que essa ponte para o futuro é a ponte para o precipício. Muitos dizem que é a ponte para o inferno, que é uma ponte desgramada, para não dizer outro termo aqui, uma ponte que só nos trará prejuízo, com certeza absoluta.

Agora, vou passar a palavra para as considerações finais dos três convidados que estão compondo a Mesa.

Eu começo com o Ronald Ferreira dos Santos, que é Presidente do Conselho Nacional de Saúde e fala também como representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Quero dizer que este é um dia histórico para a Federação Nacional dos Farmacêuticos e para mim, que estou aqui também na condição de Presidente do Conselho Nacional de Saúde. É histórico o fato de, pela primeira vez, estarmos cantando parabéns para uma liderança de um movimento de rua, como também é histórico o fato de nós, farmacêuticos, nesta data, 5 de maio, estarmos aqui, no Senado, num momento em que a nossa categoria dos farmacêuticos está em várias praças do Brasil afora chamando a atenção para o uso racional de medicamentos.

Para nós, farmacêuticos, estar aqui, no Senado Federal, dizendo que há um medicamento, que há a possibilidade concreta de haver um medicamento para salvar a nossa democracia, enche-nos de orgulho, por termos esta possibilidade de dizer que o golpe tem vacina, de dizer que a luta é o melhor remédio para a democracia... (*Palmas.*)

Com certeza, para nós, farmacêuticos, também se torna um momento histórico da nossa luta para garantir menos sofrimento, para garantir uma vida mais digna para o povo brasileiro.

E nós temos certeza, convicção, qual seja o cenário que muitos colocaram aqui, que o remédio tem de ser de uso contínuo; a luta por democracia, a luta por um País mais justo, essa tem sido a marca. E nós temos convicção e reafirmamos que o direito à saúde e o direito à democracia são inseparáveis. É um binômio.

E, sob esse manto da defesa do direito à saúde e da defesa da democracia, com certeza, nós vamos continuar lutando, com a forte esperança de que a gente consiga. Embora alguns ainda coloquem alguma dificuldade, Senador, dentro do meu tradicional otimismo e da minha esperança, eu ainda alimento bastante esperança de que a generosidade do povo brasileiro tem condições de afirmar que não vai ter golpe e que não vai ter Temer.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho, que também falou pela Federação Nacional dos Farmacêuticos, reafirmando tudo o que disse ao longo deste debate.

Chamo para usar da palavra neste momento a representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra), Srª Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro.

A SRª CLEONEIDE PAULO OLIVEIRA PINHEIRO – Obrigada, Senador.

Obrigada, meus colegas, nossos ouvintes.

Olha só: todo o Ceará está me ouvindo. (*Risos.*)

Como posto, Senador, muitas são as ameaças, os desafios, mas, como eu havia dito anteriormente, desgraça pouca é bobagem, não é?

E o pior é pensar que muitos ainda virão, conforme foi posto pelos colegas. Ainda vamos enfrentar um grave problema, diante dessa questão da chikungunya, dengue, que é a microcefalia, etc. Eu queria até pedir para pararmos um pouco para pensar nisso. E aqui, falando também como fisioterapeuta, penso em como vão ficar a assistência e a atenção a essas crianças no futuro se nós não tivermos o nosso SUS, que garante a atenção à saúde integral... (*Palmas.*)

... universal, equitativa, unânime e gratuita.

Viva o SUS!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cleoneide Paulo Oliveira, que falou pela Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil!

Agora, passo a palavra – o André teve de se retirar – à representante da Frente Democracia e Saúde, Liu Leal.

A SRª LIU LEAL – Foi muito boa a tarde de hoje. Eu acho que ela fortalece a luta. É muito importante a gente ver entre os nossos a diversidade que a gente tem. Suas falas foram muito importantes. As falas de todos demonstram o que eles vão enfrentar, porque nós estamos ameaçados, mas nós estamos na luta.

Então, eles têm de saber – ouviram, golpistas? Vocês, golpistas, têm de saber que vocês têm um batalhão, um conjunto de sujeitos políticos inseridos do ponto de vista político nesse cenário aí, e vocês vão ter muito trabalho. Eu queria só alertá-los de que a brincadeira não está... A brincadeira dentro da Casa do Povo que eles ão fazendo, tripudiando sobre a nossa Constituição, tripudiando sobre os direitos que nós conseguimos n sangue e suor, isso não vai ficar assim. É um recado aí, porque eu acho que nós, movimentos sociais, pre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cisamos a toda hora conversar com os Poderes e dizer, tanto para o Judiciário, quanto para o Legislativo e para o Executivo, que não é por aí. O caminho não é esse, o povo brasileiro não admite isso.

E eu estou falando isso como uma sertaneja. Vocês todos aqui dizendo que são gaúchos... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nada! Todos brasileiros! Todos brasileiros!

A SRª LIU LEAL – Eu sou pernambucana, cearense, nordestina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não quero confusão com você.

A SRª LIU LEAL – Um abraço para todo mundo.

É uma terra aguerrida, que vai, sim, fazer a grande defesa dos projetos.

Também sou a primeira doutora da minha família, do meu Município, porque este País. Eles ainda não sabem disso, mas este País mudou.

Infelizmente, a gente ainda tem uma política clientelista e sacana que desconstrói as nossas lideranças, mas podem aguardar. Está posto aí: nós não descansaremos, continuaremos na luta em torno do fortalecimento da democracia.

E eu queria, com isso... (*Palmas.*)

Eu vou ser breve, juro.

Eu queria só dizer o seguinte: a gente entende que, neste processo, a gente teve vários avanços. Eu acho muito importante a gente reafirmar os avanços.

O SUS é um projeto em construção, sim. Ele teve, nesses últimos 13 anos, uma consolidação de várias políticas, não somente o Samu, a saúde bucal, mas, quando a gente identifica população em situação de rua, quilombolas, agregamos vários valores, conseguimos mostrar ao nosso País que trazer médicos cubanos para cá, por exemplo, é dignificar o cuidado com a saúde; eles estão lá cuidando do nosso povo.

Então, muitas formas de opressão foram postas, por exemplo, por uma categoria médica corporativista – não são todos os médicos, mas essa é –, que tem denunciado, mas a gente está vendo que esse povo está sendo cuidado por gente igual à gente.

Então, toda essa máscara caiu e tem caído. Não há uma máscara que fique em pé diante da mentira.

Então, é discutindo isso, e estamos todos alertas, Paim. Eu vou chamá-lo de Paim porque eu acho que todos somos muito iguais aqui... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Gostei!

A SRª LIU LEAL – ..., independentemente do lugar em que a gente se assenta.

Iremos lutar contra todos os retrocessos, porque a gente vai combater, a gente tem de combater e saber quem são nossos inimigos, porque a indústria farmacêutica e a indústria de planos de saúde deste País têm financiado esse conjunto de Deputados e Senadores que hoje se encontram tendo esse tipo de postura antidemocrática.

Então, nós, da Saúde, precisamos entender quem são nossos inimigos, e a gente não vai deixar que essas pessoas passem ilesas. Precisamos denunciar Senadores, Deputados e os grandes empresários que têm financiado o golpe neste País.

Nós, da Saúde, não vamos nos calar diante de tudo isso. (*Palmas.*)

Como não vamos nos calar diante de tudo o que está sendo estruturado, como privatização com OSs, com o conjunto de estratégias que têm desorganizado a classe trabalhadora. Não iremos sossegar enquanto todas essas questões não estiverem em público junto com ele, junto com o povo, que não fazemos lutas isolados; a gente faz luta com unidade, e a gente faz luta com o povo. E o tema do capital estrangeiro, que o mercenário do José Serra tem apresentado como estratégia e que vai vir junto com o projeto Temer, tem que estar colocado neste País. É alerta para todos nós.

Eu queria chamar a atenção de todo mundo para entender – inclusive vários de nós que estão aí, em todos os lugares, seja o nosso médico de família, seja o enfermeiro, o fisioterapeuta, como eu sou, o agente comunitário de saúde: não se calem! Não se calem! Vá para a rádio comunitária do seu Município! Vá para a rádio regional do seu Município! Pastor evangélico, padre, povo do terreiro, vão lá e falem! Não precisa esperar que um Deputado, um Senador ou uma liderança política partidária fale por vocês, não! Falem o que está acontecendo! Nós, povo, precisamos entender que essa voz é nossa!

A construção que este País teve de 13 anos de conquista não pode ser colocada agora na mão dessa corja golpista que está dentro deste Congresso e do Senado! Nós precisamos dizer: "Nós somos povo e não admitimos, em hipótese alguma, nenhum retrocesso". E a gente está na luta, e a gente está na rua.

Então, eu convido a todos, convoco a todos nós. Isso que está acontecendo não é só aqui; a América Latina toda, Paulo Paim, está preocupada. A gente tem várias cartas como esta, a gente está fazendo campanha internacional, todo mundo está incomodado porque, na verdade, o que está acontecendo no Brasil – para todo mundo entender – não é só com a gente; o que está acontecendo no Brasil é uma estratégia do capital, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

estratégia dos imperialistas, é uma estratégia dos golpistas do mundo. O que acontece aqui vai virar cascata na nossa América Latina, no momento em que a gente reconfigurar uma luta política, de classe social inclusive, dizendo que o povo desta Terra tem direito ao sol, tem direito à luta, tem direito à comida, tem direito à saúde.

E a gente não pode fazer luta isolada. A luta é unitária, ela é mundial, ela é latino-americana, e é para isso que a gente precisa se unir, sair daqui inclusive, demonstrando aqui, para este Senado, que a saúde tem posição política e ela é contra o golpe e ela é a favor da democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, pessoal. Muito bem. O discurso da Liu foi firme, claro, pedindo a formação até de uma rede da legalidade, lembrando de novo o Rio Grande, queiram ou não queiram. (*Risos.*)

Nós estabelecemos lá uma rede da legalidade na época...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas vamos fazer juntos. Vamos fazer juntos, todos os Estados.

Pessoal, deixe-me só concluir mais esta audiência pública.

Eu quero dizer àqueles que mandam nota aqui para mim que podem continuar mandando. Enquanto eu estiver, com alma, coração, coerência e consciência, defendendo a democracia, a liberdade e a justiça, podem saber que... No meu currículo, com esta idade, eu vou aceitar a palavra "golpista"? Pelo amor de Deus! Golpista, fique longe de mim! Fique longe de mim! Nunca! (*Palmas.*)

Acham que vou chegar para os meus filhos, para os meus netos... Eles vão dizer: "Mas, pai, tu sempre foi um guerreiro dos trabalhadores!" Eu estou refletindo com os senhores.

A SRª LIU LEAL – Paim, mas deixe-me dizer uma coisa: se a juventude tivesse ficado aqui dentro, a gente estava com ela, porque a gente acha que, quando a Casa rasga e joga fora a Constituição, a luta tem que ser radicalizada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ter certeza de que a juventude está firme, pessoal. A juventude está nas ruas. A juventude, como aqui foi dito, está lá em São Paulo ocupando os espaços. A juventude está no Rio de Janeiro, ocupando os espaços. A juventude está no Rio Grande do Sul. É lá que os Senadores estão e é lá que eles respondem. Vocês acham que aqui, nesta Comissão, em que já está decidido por 16 a 5, vai mudar? Não vai! Por isso nós estamos aqui. Por isso, que democracia é bom, Liu! Você falou aqui para milhões de brasileiros. Alguém me disse que a Casa iria cortar a televisão. Eu disse: "Não vai cortar, não, porque aqui não é a Casa do Cunha, aqui é outra Casa." (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso, eu estou podendo inclusive falar para vocês, e você pôde falar, Liu. Tem que saber ter tática e estratégia.

A nossa juventude é muito inteligente. Eu mostrei a ela: vocês passem a noite aqui, hoje, poderão passar a noite aqui, eu até vou ficar com vocês, mas amanhã ninguém vai entrar, e nós vamos perder este espaço aqui da democracia, fundamental. A juventude se reuniu e disse: "Paim, nos dê algum tempo". Eu dei, e eles dialogaram entre eles. A nossa juventude é inteligente, e foi esse gesto de inteligência que permitiu que você hoje usasse aqui a tribuna do Senado, que permitiu que cada um de vocês...

Então, eu acho que aqui, Liu, você mostrou uma capacidade de interagir com o público brasileiro da qual eu fico muito orgulhoso. É essa a juventude. É esse o momento.

E, com certeza, calcule... Eu li a lista para vocês. Amanhã, usarão esta tribuna, que é a tribuna da democracia, aqui na Comissão de Direitos Humanos... Amanhã, nós vamos ter aqui discutindo, com certeza, este tema, como eu falei antes, juristas. Hoje foi o SUS; depois, a educação brasileira pela democracia vai estar nesta tribuna. Em seguida, os ex-Constituintes estarão nesta tribuna. Nós não podíamos abrir mão desta tribuna. Não podíamos.

Eu sei que vocês entendem e sei que aqueles que são contra esta Comissão estar aberta dia e noite para defender a democracia... Não adianta, ela não vai fechar. Esta tribuna é a tribuna dos direitos humanos, é a tribuna da democracia.

Por isso, vida longa à democracia!

Não ao *impeachment*!

Está encerrada a nossa audiência do dia de hoje.

(Iniciada às 13 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia nove de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, do Senador não membro Paulo Rocha e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de ciclo de debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos, com a participação de juristas. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Aldo Arantes, Advogado - militante em Direitos Humanos; Alexandre Bernadino Costa, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília; Sueli Bellato, Advogada e militante em Direitos Humanos; Patrick Mariano, Representante da Rede de Advogados Populares – RENAP; Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Luis Almagro Lemes, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias, Donizete Nogueira, Paulo Rocha e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quatorze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 43º Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema "Democracia e Direitos Humanos - Juristas".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link *www.senado.leg.br/ecidadania*, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Então, quem estiver assistindo pelo sistema de comunicação do Senado fique muito à vontade. Podem participar com perguntas, críticas, elogios, colocando, inclusive, a sua posição em relação ao tema da democracia e dos direitos humanos na visão de juristas.

Teremos aqui, hoje, como convidados, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; o Sr. Luis Almagro Lemes, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA; Aldo Arantes, militante dos direitos humanos; Alexandre Bernadino Costa, professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília; Sueli Bellato, advogada e militante em direitos humanos; Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT); Patrick Mariano, representante da Rede de Advogados Populares – Renap; e Cristiano Paixão, professor da Universidade de Brasília.

Eu esclareço, enquanto os convidados estão chegando, que este ciclo de debates de democracia e direitos humanos foi iniciado há, praticamente, um mês. Já realizamos aqui, neste espaço, sem nenhum incidente, sem qualquer tipo de violência, com a cobertura integral do sistema de comunicação do Senado, com o acompanhamento de todo o sistema de segurança da Casa, com muita competência. Não houve nenhum incidente. O único incidente que poderia ter havido foi naquele dia em que um grupo de jovens esteve aqui para debater democracia e juventude, porque eles entenderam que poderiam ficar aqui nos corredores.

Eu estive lá, junto com a segurança, e lhes disse que não poderiam, que este não era o acordo. O acordo era que eles fariam o debate, participariam e acompanhariam, se quisessem, até na Comissão, o momento em que seria lido o relatório e, em seguida, sairiam. Enfim, claro, algumas pessoas tentaram incitar esses jovens, muito competentes e inteligentes, a não cumprir o acordo feito comigo. Mas eles, de forma muito categórica, diria, acabaram se deslocando para fora do Senado, cumprindo o acordo que tinham feito comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu falo isto porque sempre há aqueles, de uma posição sectária, extremada, que começam a colocar nas redes sociais que vai haver um cavalo de troia a partir das Comissões. Todos nós sabemos a história do cavalo de troia. Cavalo de troia coisa nenhuma! Eu sou um democrata, defendo a democracia e dou minha vida pela democracia. Estou aqui no Parlamento há 30 anos. Nunca, com a minha participação, alguém invadiu o plenário da Câmara ou do Senado. E isso não acontecerá!

Os Senadores votarão, sim, com a sua consciência e com a sua responsabilidade na quarta-feira. Aqui, a Comissão de Direitos Humanos é um espaço de debates. Ela fica a quase 600 metros do plenário do Senado. As pessoas que vierem participar do debate entre hoje e amanhã de manhã participarão aqui e depois se deslocarão para assistir ao debate no lugar que entenderem mais adequado, mas, naturalmente, não dentro do espaço físico do Senado. Este é o acordo que temos com o Presidente do Senado e com a segurança do Senado, e ele vai ser cumprido na íntegra.

Eu sempre digo que acordo é para ser cumprido. Homem público que faz acordo e não cumpre não merece estar dentro do Parlamento. Então, o acordo será cumprido na íntegra. Todos falarão aqui, todos vão expor o seu ponto de vista... Se algum maluco resolveu colocar na rede de televisão que nós estávamos montando um cavalo de troia, isso é criação dele essa loucura total. Eu sei que os homens e as mulheres de bem, independentemente de sua posição, contrária ou favorável ao *impeachment*, vão expressar aqui a sua opinião para todo o Brasil pelos meios de comunicação do Senado.

Então, que fique muito claro isto: não existe essa bobagem, essa loucura. É com todo o respeito que a gente usa essa expressão com alguém que tenha inventado isto de que os meus convidados, a partir de hoje – o meu querido Aldo Arantes já chegou –, seriam os homens e mulheres do cavalo de troia. Isto é uma loucura, uma irresponsabilidade total daqueles que não têm compromisso com a democracia. Nós queremos fazer o bom debate. Faremos o bom combate em defesa, sempre, do processo democrático. Por isso estamos aqui e por isso esta Comissão de Direitos Humanos tem hoje mais este debate.

Eu só recordo a todos que tivemos aqui, no dia 27 de abril, uma audiência pública debatendo democracia com os professores da UnB. Tivemos aqui, no dia 28, uma audiência pública suprapartidária, inter-religiosa, a favor da democracia, sem nenhum incidente. Tivemos aqui, no dia 2 de maio, a audiência pública "Democracia e Direitos Humanos - com foco nos direitos das mulheres", sem nenhum problema. Tivemos aqui, no dia 4 de maio, a audiência pública "Democracia e Direitos Humanos - com foco na cultura". Estiveram aqui atores, poetas, cantores, e não houve nenhum incidente. Tivemos aqui, também, no dia 4 de maio, a audiência pública da juventude pela democracia. Fizemos um grande entendimento e foi também feito um acordo com a própria juventude, em alto nível. Tivemos aqui, no dia 5 de maio, a audiência pública sobre a situação do sistema prisional brasileiro, a requerimento do Senador Hélio José, que também falou de democracia. Tivemos aqui, no dia 5 de maio, a audiência pública "Democracia e Direitos Humanos - com foco na crise política e as ameaças ao SUS, à democracia participativa e ao Estado Democrático", com doutores e enfermeiros especialistas na área da saúde. E hoje temos aqui, e vamos iniciar o debate em seguida, uma audiência pública com os juristas sobre a democracia. Já fiz a leitura dos convidados e farei a convocação para que venham para a Mesa em seguida.

Teremos, ainda hoje, uma audiência pública "Democracia e Direitos Humanos - Educação". E amanhã pela manhã, teremos a audiência pública com Deputados Federais e Senadores que foram constituintes, que virão aqui explicar seu ponto de vista. E vamos receber um abaixo-assinado de cinco mil assinaturas por parte de psicólogos, que mostrarão aqui o seu ponto de vista.

Por fim, ainda teremos, amanhã, pela manhã – porque amanhã nós encerraremos tudo até, no máximo, às 13h – uma audiência pública sobre democracia e movimento sindical, em que sindicalistas falarão aqui do seu ponto de vista. Eles iniciam às 11h e terminam, calculo, até às 13h.

Então, não tem essa história de que teríamos audiência pública até a noite de amanhã. Não teremos audiência. Às 13h termina tudo e todos vamos nos preparar para o debate democrático que queremos fazer no plenário do Senado.

A partir deste momento, feitas estas explicações, para acalmar ambos os lados, que estavam muito preocupados com uma possível violência aqui no Senado. Todos queremos que a democracia seja a grande vencedora e que não haja nenhum tipo de violência aqui dentro da Casa, naturalmente, até porque esta é a Comissão de Direitos Humanos. Cada um terá o direito de expressar o seu ponto de vista, seja favorável, seja contrário ao *impeachment*, porque isso é democracia. Eu não posso conceber que alguém não queira permitir que aqueles que pensam de forma diferente possam expressar o seu ponto de vista.

Colocada esta questão, nós vamos, de imediato, formatar a primeira Mesa.

Convido para esta primeira Mesa Aldo Arantes, advogado e militante dos direitos humanos.

Seja bem-vindo, Aldo Arantes! (*Palmas.*)

Tive a alegria de ser Deputado Federal e Constituinte junto com você durante anos e anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Chamo Alexandre Bernadino Costa, professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Sueli Bellato, advogada militante dos direitos humanos. (*Palmas.*)

Esta é a primeira Mesa que teremos.

Feita esta introdução nestes primeiros dez minutos, dando o relato do número de audiências que aqui fizemos sobre o tema "Democracia e Direitos Humanos", mais de dez audiências públicas, vamos, agora, passar, de imediato, a palavra para os nossos convidados.

Digo a todos que teremos, no dia de hoje, no encerramento, ainda pela manhã, a última Mesa, com o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e com o Dr. Luis Almagro Lemes, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, que farão aqui o encerramento dos debates sobre os juristas nesta Comissão.

Então, nesse clima, agora com mais tranquilidade, espero – porque há aqueles que achavam que aqui hoje ia haver uma revolução; pode estar havendo outra coisa, mas não revolução –, com muita alegria, passo a palavra ao Aldo.

Permita-me chamá-lo de Aldo. Pode me chamar de Paim.

Eu tive a alegria de ser Deputado com o Aldo por longo período. Fomos Constituintes.

Espero que você possa estar aqui amanhã, na Mesa dos Constituintes.

É uma história bonita, que orgulha todo o povo brasileiro.

Ele, então, abre a reunião de hoje para falar sobre democracia e direitos humanos.

O SR. ALDO ARANTES – Bom dia a todos vocês!

Eu queria cumprimentar os integrantes da Mesa: o meu grande amigo Paim, que é um Senador que orgulha o povo brasileiro; a minha amiga Sueli Bellato, que advogou comigo no sul do Pará, em defesa de líderes de trabalhadores rurais que foram assassinados; e o Prof. Alexandre Bernadino Costa, professor de Direito Constitucional da UnB.

Eu queria começar estas minhas palavras dizendo que estamos vivendo um momento grave para o presente e para o futuro deste País. Isso decorre do fato de que está colocado na ordem do dia...

Só um instante. Deixe-me abrir este texto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu aproveito para chamar para a Mesa o Dr. Patrick Mariano, representante da Rede de Advogados Populares.

Por favor.

Patrick, seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Eu vou retomar seu tempo.

Cada um terá o tempo de dez minutos. Se necessário for, terá mais cinco.

Retorno a palavra ao Aldo.

O SR. ALDO ARANTES – Eu aproveito para cumprimentar o Patrick, representante da Rede de Advogados Populares – Renap.

Continuo aqui, então, a minha fala.

Estamos aqui, em uma Mesa, para debater a democracia e os direitos humanos.

Eu queria começar esta fala fazendo a citação de um dos maiores juristas do Brasil, Dalmo Dallari, que afirma que a Constituição brasileira é uma das mais democráticas do mundo, e nela colocamos os direitos civis, políticos e também os direitos econômicos, sociais e culturais. Esta é a concepção que envolve uma verdadeira compreensão do que significa a questão dos direitos humanos. Certos segmentos às vezes, simplificam a questão dos direitos humanos, quando essa concepção é fundamental, e o Prof. Dalmo Dallari justifica o entendimento de que esta Constituição é uma das mais avançadas do mundo porque ela incorporou exatamente esse conjunto de elementos que compõem os direitos humanos. E é sobre isso que nós viemos falar hoje, sobre a questão da democracia e dos direitos humanos.

Eu queria, digamos assim, desenvolver a minha fala mostrando para vocês e acentuando o que a mídia está dizendo. Peguei revistas como referência. Claro que isso diz respeito às revistas, aos grandes jornais e a todos os canais de televisão. E a sociedade brasileira tem que se espantar com essa unanimidade contra o Presidente Lula, contra a Presidenta Dilma, contra o PT, contra as forças progressistas.

Nós estamos diante de uma grave regressão civilizatória. São duas correntes que se deparam nesse momento: uma quer aprofundar, avançar no processo civilizatório e a outra quer retroceder.

Os jornais e as revistas – mas aqui, especificamente, as revistas – são indicativas do que está acontecendo. Nós temos uma revista, a *CartaCapital*, que, ela, sim, procura, de forma corajosa e ofensiva, demonstrar o que está em curso na sociedade brasileira.

A *CartaCapital* tem as seguintes manchetes: "Lula e o complô: ameaçado de prisão sem provas, o ex-presidente reage ao cerco", "Republiqueta das bananas", "Os ensaístas do golpe" e "Surfista do golpe", que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

exatamente o Sr. Michel Temer, constitucionalista. Eu fui, junto com ele, quando Deputado, Paim, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Pois bem. Aí vem a capa das revistas que estão ao lado do golpe. *IstoÉ*: "As explosões nervosas da Presidente." Época: "A solidão de Dilma." *Veja*: "O cadáver da Lava-Jato." Até tentar envolver essas forças com assassinato eles tentam. Utilizam a mentira, utilizam exatamente os grandes instrumentos de comunicação.

Por trás de tudo isso, o que há? Está aqui, na *IstoÉ Dinheiro*: "A movimentação dos empresários e executivos em favor do afastamento de Dilma nas últimas semanas foi crucial para a derrota da Presidente na Câmara dos Deputados."

Pois bem, é esse quadro que nós estamos vivendo.

Qual é a questão fundamental que eles levantam? É o problema da corrupção.

É bom lembrar que esse problema foi levantado contra o Presidente Getúlio Vargas, que foi levado ao suicídio por defender as suas ideias. Naquela época, diziam que havia um mar de lama. A história demonstra que não havia nenhum envolvimento do Presidente Getúlio Vargas com o que estava ocorrendo. Claro que pessoas ligadas a ele estavam envolvidas, mas não houve nenhuma prova do envolvimento pessoal dele. O que estava por trás? O petróleo, a Petrobras, os direitos sociais, os direitos incorporados na CLT.

Então, essa foi, naquele momento, a ofensiva que fizeram o Carlos Lacerda e toda a direita. Isso ocorreu com o Presidente Jango e levou ao golpe militar. São as mesmas forças que atuam hoje. E essa questão da corrupção, na verdade, passa a ser um instrumento de impedir que a sociedade compreenda o que está acontecendo.

Eu também fui, Paim, representante da Ordem dos Advogados do Brasil na coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas. Nessa coalizão, havia um conjunto grande de entidades, entre as quais a OAB – eu representava a OAB nessa coalizão –, a CNBB, que teve um papel destacado...

Nós coletamos 800 mil assinaturas, e a CNBB foi quem deu a contribuição mais importante, mas há também a UNE, a Contag, a CTB, a CUT; há um conjunto amplo de entidades.

Exatamente o que dizíamos é que a questão da corrupção é a ponta do *iceberg* de uma crise profunda da sociedade brasileira. A corrupção tem sido utilizada acentuando a ética individual, e ética individual esta questionável, porque nós sabemos que muitos dos que se colocam como éticos são exatamente pessoas envolvidas com corrupção; são pessoas que, no passado, apoiaram a ditadura militar. É bem verdade que temos outros também, como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos visitou na prisão, mas que agora está ao lado do golpe. Temos também José Serra, que me sucedeu na União Nacional dos Estudantes, mas que agora também está ao lado do golpe.

Então, vivemos uma situação realmente grave, em que utilizam a questão da corrupção para confundir a sociedade. Isso está gerando um clima de ódio e violência no Brasil; isso está conduzindo ao crescimento do fascismo, do nazifascismo.

Há algum tempo, estive em Aracaju, cidade do meu grande amigo Cezar Britto, ex-presidente da OAB, e lá eu tive a oportunidade de ver a cruz suástica pichada nas paredes. Vejam bem a gravidade da situação! E a direita cresce.

Nós vivemos, portanto, no Brasil, não só o problema do golpe, mas algo muito mais profundo: uma reversão de todas as conquistas que nós obtivemos no passado. E nós temos de ter claro quais serão as consequências desse golpe. Aliás, esse tipo de golpe está sendo aplicado no mundo inteiro. Então, há que se refletir que não são só forças nacionais que estão por trás desse golpe. São forças internacionais, que se utilizam de um mecanismo que nós imaginávamos que era profundamente democrático, e é, porque setores limitados, como o da imprensa da *Carta Capital* têm possibilidade de utilizar, mas se utilizam desse com muita grana os grandes grupos econômicos. E fazem a cabeça da juventude. Procuram confundir a opinião pública brasileira acerca do que realmente está acontecendo. E quais as consequências? É exatamente aquilo que dizem. Será Ministro da Fazenda... Espero que seja por pouco tempo. Mas o que ele diz? Cortes de direitos sociais e, para isso, direitos econômicos.

Esses setores, inclusive, foram responsáveis pela desestabilização da Petrobras, favorecendo interesses de grandes grupos econômicos que têm exatamente as vistas voltadas para o pré-sal.

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO ARANTES – Então, é uma situação realmente grave a que estamos vivendo.

O constitucionalista Marcelo Neves divulgou ontem um artigo cujo título é "Conspiração midiático-parlamentar-judicial trama golpe contra a Presidenta, originalmente sob a liderança de um gângster".

Isso aí tem tudo a ver com a realidade. Quero lembrar que o Sr. Eduardo Cunha travou aqui uma luta em defesa do financiamento de campanha por empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero lembrar que o Sr. Gilmar Mendes, articulado com o Sr. Eduardo Cunha, trancou a votação do Supremo Tribunal Federal acerca do financiamento de campanha por empresas. Na nossa opinião, o que existe é exatamente a questão do financiamento de campanha por empresa, que é o pano de fundo de toda essa crise, porque o financiamento de campanha por empresa se apodera do sistema político. O que passa, hoje, a vigorar são os interesses do grande capital, do grande capital financeiro, inclusive – não é sequer o capital industrial; é o capital financeiro.

Na verdade, eu estive lendo um texto de um constitucionalista alemão em que ele diz que, hoje, no mundo do neoliberalismo, existem duas Constituições: uma Constituição formal e uma Constituição real. A Constituição formal é essa que nós temos. A Constituição real é o poder dos grandes grupos econômicos. Ela impõe a sua vontade sobre todos os Poderes da Nação, e é isso que nós estamos vendo.

Foi por isso que nós – quando digo "nós", refiro-me ao movimento de advogados, advogadas e juristas em defesa da legalidade e da democracia – lançamos um manifesto, cujo título é "Traidor da Constituição é traidor da Pátria". Essa foi a frase, Paim – talvez você não se lembre, e eu também não me lembrava –, de Ulysses Guimarães. No momento em que era promulgada a Constituição brasileira, ele dizia o seguinte:

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

É isso que está esboçado. Por isso, nós temos a responsabilidade exatamente de chamar o povo brasileiro para a gravidade do que está acontecendo. Os trabalhadores, evidentemente, vão sentir as consequências da política econômica, social e da restrição da democracia.

Mas, nessa fase transitória dos 180 dias, eles vão querer confundir a opinião pública, dizendo que vão manter os direitos sociais, os direitos econômicos, a democracia, e nós temos de desmascará-los. Nós temos que ir para o meio dos trabalhadores, nós temos que ir para o meio da juventude, nós temos que ir para o meio, enfim, da sociedade brasileira, para mostrar a situação.

Eu tenho discutido isso em táxi, em todos os lugares a que eu vou. Quando as pessoas dizem que há uma corrupção generalizada, eu começo a perguntar-lhes: "Escuta, você já viu isso? Como era a situação no passado? A condição de vida do povo melhorou ou piorou?" "Não. É claro que melhorou." "Mas melhorou em que sentido?" "Hoje, os filhos de pobres podem ir para a universidade. Hoje, o povo tem casa própria. Hoje, o povo trabalhador está podendo andar de avião. Hoje, o povo, enfim, está tendo algo que não tinha no passado." Nós temos que lembrar isso para o povo brasileiro, sobretudo para o trabalhador.

Precisamos mostrar que eles estão sendo exatamente vítimas. Eles não são responsáveis, porque democracia só existe se há o contraditório. Aqui, há uma tentativa de ganhar no grito, uma tentativa exatamente de impor uma vontade que está longe de ser a dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, dos negros...

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO ARANTES – ...dos integrantes do movimento LGBT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Senador.

O SR. ALDO ARANTES – Já estou terminando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Senador. Gostou, não é? (*Risos.*)

O SR. ALDO ARANTES – Eu queria dizer para vocês que esse manifesto tem um significado muito grande. Ele está nas redes sociais.

Eu faço um chamamento a todos os democratas, a todos os advogados, às advogadas, aos juristas para que assinem esse manifesto, a fim de que, através dele, nós nos unamos – não só os advogados, as advogadas e os juristas – e possamos dar a nossa contribuição para que não haja esse retrocesso, para que o povo brasileiro possa exatamente perceber que quem tem autoridade para falar que a Constituição está sendo rasgada são os que assinam esse manifesto.

Eu trouxe o manifesto aqui hoje para distribuir à imprensa. Peço ao Presidente desta Comissão que distribua amplamente não só o manifesto, mas também a assinatura daqueles que assinam o conjunto. Vou citar apenas alguns, os primeiros. Assinam esse manifesto: Dalmo Dallari, Fábio Comparato, Marcelo Lavenère, Cezar Britto – os dois últimos, ex-presidentes da OAB Nacional – e mais um conjunto de juristas que vocês vão ver.

Então, este é o apelo: esta é a hora de unir a Nação, esta é a hora de a esquerda estar unida num único caminho, que é a luta em defesa da legalidade, porque, na continuidade, nós vamos ter a luta em defesa da democracia.

Devemos aprofundar o processo democrático através de uma reforma política democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aliás, estão falando agora em reforma política. Qual é a reforma política que eles querem? Retornar com o financiamento de campanha por empresa, retirar aquilo que a coalizão levantou, que é exatamente o fim do financiamento de campanha por empresa. É necessário um sistema eleitoral que garanta ao povo trabalhador a sua expressão no Congresso.

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO ARANTES – É exatamente...

Estou terminando. Há tanta coisa para falar, mas estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço que V. Sª termine, porque ainda teremos três mesas.

O SR. ALDO ARANTES – Enfim, essa questão diz respeito exatamente ao aprofundamento da democracia, com a participação das mulheres, com o fortalecimento da democracia direta.

Eu estive na Comissão Especial de Reforma Política da OAB, mas hoje não estou mais; aliás, estamos exatamente numa posição de crítica à posição da OAB Nacional e das OABs dos Estados que apoiaram o golpe militar.

Na verdade, tudo isso tem a ver com o futuro do Brasil, e por isso quero reafirmar o chamamento. Assinem esse manifesto. Levem aos seus amigos a assinarem o manifesto, a fim de que possamos dar uma demonstração ao povo brasileiro de que estamos unidos em defesa da Nação contra essa medida de rasgar a Constituição.

Termino dizendo que quem trai a Constituição trai a Pátria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Aldo Arantes, advogado, foi Constituinte, Deputado Federal, militante dos direitos humanos, e mostra que o debate aqui é democrático. Ele faz um apelo para que as pessoas assinem o manifesto em defesa da democracia – recebo uma cópia neste momento.

E, mais uma vez, pessoal, não adianta mandarem milhares de *e-mails* para o meu gabinete para que eu não permita que as pessoas falem na Comissão de Direitos Humanos. Aqui as pessoas vão falar. Vão falar hoje, vão falar amanhã de manhã e mesmo depois, nestes 180 dias. Aqui o debate vai continuar, porque isso é democracia. Então, não adianta ameaçar. Olha o que chegam a dizer: que eu estaria organizando um exército. Eu chego a rir, porque, se eu tivesse essa força...

O SR. ALDO ARANTES – Você está ajudando a organizar o povo brasileiro, os trabalhadores, a juventude e as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para defender a democracia, os negros, os índios, os LGBT, os idosos, os aposentados, independentemente da questão religiosa. Para defender a democracia. É claro que dou a minha vida pela democracia.

Então, parem com essa bobagem de dizer que eu – porque colocam assim; está lá gravado – montei um cavalo de Troia, dentro do qual vão caber milhares e milhares de pessoas, e vou instalá-lo dentro do plenário do Senado. É essa a brincadeira de mau gosto. Daí se abre o cavalo, e as pessoas invadem.

O Senado vai votar com a consciência de cada Senador, mas não proíbam de fazermos o debate democrático, de as pessoas se expressarem.

Vai se expressar, sim, nesta Mesa, daqui a pouco, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em seguida, vai aqui falar o Dr. Luis Almagro Lemes, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Eles vêm aqui para falar sobre democracia e direitos humanos. Vai ver que o cavalo de Troia que eles falam é esse. Eles não querem que essas pessoas falem. Vão falar! Vão falar! Os Constituintes vão falar amanhã de manhã. Você vai estar aqui. Haverá uma mesa de ex-Constituintes, que vão falar sobre a democracia. O cavalo de Troia que estão inventando – está aqui o meu querido Senador Lindbergh – é a voz dos democratas. Só isso!

No mais, o Plenário que vote. E vai votar. E não haverá violência alguma aqui dentro do Senado – podem ter certeza absoluta.

Passo a palavra agora, depois desse relato brilhante da história, porque você viveu a história, enfrentou a ditadura. Você nem pôde falar sobre tudo isso, mas, no momento necessário...

O SR. ALDO ARANTES – É importante só, Presidente, dizer o seguinte: não só enfrentei tudo isso, como fui preso e torturado, como a Presidente Dilma. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, esse sabe o que é o retrocesso.

Por favor, passemos a palavra agora ao Dr. Alexandre Bernadino Costa, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília.

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Mesa, cumprimento Senador Paulo Paim, cumprimentar o Dr. Aldo Arantes, uma referência para quem batalha na luta pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

direitos humanos, cumprimentar minha amiga Sueli Bellato, ex-aluna; cumprimentar aqui o Patrick, também ex-aluno. Estou ficando velho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é um bom sinal.

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – O Senador Lindbergh também foi meu aluno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Lindbergh foi aluno também – viu, Lindbergh? – do nosso conferencista.

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – Ele foi meu aluno na UnB. Não sei se ele se recorda. (*Risos.*)

Cumprimento todos os presentes.

Depois da fala do Dr. Aldo Arantes, é até difícil falar, mas eu queria pontuar a discussão, dizendo que estamos vivendo um período muito difícil de luta antidemocrática, de batalha por um retrocesso. Esse retrocesso está andando. Esse retrocesso não diz respeito só ao *impeachment* da Presidenta Dilma. Ele diz respeito a uma série de garantias e direitos fundamentais.

Ele diz respeito a uma série de direitos humanos e direitos fundamentais garantidos na nossa Carta de 1988, que estão sendo violados, aviltados; busca-se revogá-los, busca-se confrontá-los. Isso porque a nossa Carta não consegue: uma implementação plena – nenhuma carta consegue –, mas a gente tem uma dificuldade muito grande, ainda, em regulamentar direitos e garantias fundamentais no nosso Brasil.

Eu queria discutir com vocês, rapidamente, por que é que nós, juristas – a Mesa é de juristas –, temos tanta dificuldade em avançar nessa discussão. Em qualquer lugar do mundo, eu acredito que, se estivesse ocorrendo o que está ocorrendo hoje no Brasil, a classe jurídica viria toda para a rua para lutar contra a violação da Constituição que está ocorrendo.

Alguns juristas estão se manifestando pela Carta, há um movimento grande no cenário nacional por parte das universidades, também se posicionando, mas os juristas, na sua maior parte, conferem um padrão de legalidade, e essa legalidade, que seria minimamente democrática, seria associada à democracia, a qualquer coisa que venha dos poderes instituídos. Por que vivenciamos isso? Eu queria estabelecer uma reflexão: por que nós trabalhamos dessa maneira e não mudamos esse modo de fazer?

Estou vivenciando atualmente uma etapa de pesquisa no Rio de Janeiro – anteriormente, no passado, mas a gente está dando continuidade – junto à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro com processos vivenciados na ditadura. Judiciário e ditadura. Qual o papel do Judiciário na ditadura e qual o papel do jurista na ditadura? E uma reflexão foi feita lá, no Rio de Janeiro, junto ao grupo da UFRJ: a gente tem uma conivência e uma atuação direta do Poder Judiciário e do Ministério Público no apoio à ditadura.

Aí vocês devem estar se perguntando: "Mas por que o Prof. Alexandre está falando disso na hora em que vai falar sobre democracia e direitos humanos?" É justamente por isso: porque esse papel não se modificou de lá para cá. A gente não modificou uma realidade nacional – na verdade, aprofundou, infelizmente, uma realidade nacional de violação de direitos, e a gente reforçou uma determinada formação dos juristas para poder pensar assim. A gente tem as universidades até hoje reproduzindo uma forma de pensar o Direito que legitima qualquer poder instituído.

A gente tem um conteúdo nas faculdades de Direito que remonta à década de 60, que reproduz determinado autor de uma forma bastante banalizada. Hoje em dia, a gente mudou um pouco o espectro de autores, saindo do positivismo jurídico kelseniano para trabalhar no chamado neoconstitucionalismo. No entanto, no final das contas, o que a gente tem como resultado é que o estudante de Direito apreende memorização de legislação, memorização de jurisprudência – ou seja, o que diz a lei por parte dos legisladores, o que diz a lei por parte do Judiciário, o que diz a lei por parte dos comentadores desses códigos –, e reproduz isso como se verdade fosse. Dessa maneira, acaba reproduzindo um conteúdo autoritário numa legislação que é democrática.

A gente consegue ler a Constituição de 1988 de uma forma autoritária, sendo que a Constituição de 1988 foi elaborada no ambiente mais democrático que se poderia ter, com a manifestação e o protagonismo dos movimentos sociais, com a manifestação e o protagonismo da OAB, com a manifestação e o protagonismo das minorias. E a gente tem esse conteúdo transformado, todo santo dia, num espectro de autoritarismo. É muito curioso isso, porque... Aí vocês vão perguntar: "Mas por que você está afirmando isso com tanta clareza?" Exatamente pelo processo que a gente vivencia hoje.

Trabalhando no Rio de Janeiro, eu tive contato com uma prática – que não é só do Rio de Janeiro; infelizmente, é nacional –, que são os autos de resistência. Os autos de resistência são a prática policial de extermínio de pessoas e a validação jurídica dessa prática por parte dos órgãos de Justiça.

Eu fiquei muito assustado quando vi pela primeira vez os autos de resistência, uma pesquisa relatando os autos de resistência, porque eu achava que havia uma maquiagem maior, que havia uma sofisticação maior sua elaboração de escamoteamento da violência. Não, é muito pior do que a gente imagina. Há a simulação eta de confrontos da polícia com jovens – na sua maior parte, praticamente 70%, são negros; muitos jovens;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

99% são homens – que morrem por armas letais nas mãos da polícia, e a polícia registra a resistência feita por parte desses jovens à atuação policial.

Então, a prática policial... No Brasil inteiro, mas no Rio de Janeiro a gente tem este efeito, que é: registram-se os autos de resistência; a morte é decorrente de uma resistência à atividade policial. Quem serve como testemunha? Somente policiais. E como se valida isso? É feito um inquérito; quando o inquérito termina – se é que termina, porque na maior parte dos casos não termina, e o inquérito fica lá, enrolando na delegacia –, ele acaba gerando a conclusão de que houve, realmente, confronto. Na maior parte dos casos, não há laudo do IML, e a cena do crime foi violada.

Mas existem vários casos em que a cena do crime foi preservada e há laudo do IML. Há casos de um número excessivo de disparos letais e há casos até mesmo de disparo pelas costas. É muito curioso, porque se maquia de forma tal que se consegue transformar uma tentativa de fuga por parte de um jovem negro na periferia em uma resistência armada à polícia. E aí se plantam cabritos – que são aquelas armas apreendidas em outras operações – como se fossem de porte daqueles jovens, boa parte deles sem nenhuma passagem pela polícia – mas, se tiver alguma passagem, aquilo se torna uma confirmação da prática delituosa.

É muito curioso, porque o jovem de periferia às vezes é confrontado com a lei, e, a partir do momento em que ele é confrontado com a lei, seja por que motivo for, ele tem uma sentença declarada, porque ele tem, pelo resto da vida, aquela mácula. E aquela mácula serve de reforço a qualquer coisa que se coloque contra ele. Então, se o jovem já teve uma passagem na polícia por uso de substância entorpecente, por tráfico – às vezes é uso, só, e se coloca por tráfico...

Infelizmente, há uma prática no Brasil de que o comércio ilegal de substâncias psicotrópicas se transforma na atividade mais ilegal e mais violenta possível, porque o número de presos... Mais de 70% das mulheres e mais de 50% dos homens são por essa prática. É o comércio ilegal. As pessoas se esquecem de que isso é só um comércio ilegal; isso não é uma violação de um direito fundamental, da vida, não é nada disso, é só um comércio ilegal, e a guerra contra essa prática gera uma violação de direitos.

Mas como é que eu vou chegar à democracia e aos juristas? Isso vai para o Ministério Público.

E os membros do Ministério Público, na sua maioria, são formados nas universidades federais, universidade estadual – no Rio de Janeiro, a UERJ, PUC, UFF e UFRJ formam esses jovens; ou seja, a nata dos jovens que têm condições de estudar numa universidade pública ou na confessional e que têm condições de aprender aquilo que a gente tenta trabalhar na universidade. Esses jovens vão lá e confirmam aquilo que foi feito na delegacia de polícia. Já tem um delegado que foi formado, também, nessas universidades. Aí vem um promotor de Justiça e solicita o arquivamento desses autos. E tem um juiz que confirma o arquivamento. Tem uma cadeia de juristas que reforça o processo de violação de direitos na sua prática cotidiana, no Brasil inteiro.

Cito esse exemplo porque há uma pesquisa feita pela Anistia Internacional, no Rio de Janeiro, dessa prática, demonstrando bastante claramente que há uma violação. Se alguém quiser recordar, há alguns anos houve a publicação de um livro do jornalista Caco Barcellos, chamado *Rota 66*, onde ele relata exatamente a mesma prática por parte da Rota, em São Paulo. A gente tem essa prática por parte da chamada polícia mineira, em Minas Gerais, tem essa prática por parte da polícia aqui no Entorno do Distrito Federal.

O que me impressiona mais não é nem a prática por parte da polícia, porque não se mexeu na estrutura policial da ditadura para cá. Existe um reforço da prática de extermínio, de tortura e de violência por parte dos órgãos do Estado e uma confirmação por parte da nossa classe média, média-alta, como um processo de exclusão dos pobres e da periferia.

Esse processo tem muito a ver com o processo que a gente vivencia hoje. Por quê? Porque a tentativa de supressão de direitos tem uma omissão por parte dos juristas. Nós, juristas – falo no plural e me incluo, como professor, como formador –, somos coniventes e proativos no processo de supressão de direitos. Nós estamos sendo omissivos e proativos no processo de violação de direitos da Carta Fundamental nesse processo de *impeachment* da Presidenta Dilma. Nós estamos sendo omissos nesse processo, apesar de algumas manifestações bastante contundentes e bastante firmes por parte de um grupo de juristas.

Cito meu amigo Marcelo Lavenère, que foi presidente da OAB, em um papel muito digno que tem nesse processo. Mas a maior parte dos juristas...A gente tem 1.200 cursos de Direito no País, mais de 1.200 cursos de Direito. A gente tem mais estudantes de Direito do que o mundo inteiro. Essa legião de estudantes deveria estar debatendo a violação de direitos nas suas salas de aula. A gente deveria parar as aulas e assistir à TV Senado e à TV Justiça e discutir o que está ocorrendo no Brasil. Mas a gente não faz isso. A gente continua reproduzindo a leitura dos manuais, a leitura dos códigos e a leitura da jurisprudência como se verdades fossem ›re a realidade das ruas.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – A gente lê. O Direito escrito.... Não que a gente possa abrir mão desse Direito; inclusive, estou postulando aqui a garantia da efetividade da nossa Constituição, que foi obtida a muito custo, para poder gerar um mínimo de democracia. Mas a gente se omite nesse processo.

Estou vivenciando, como falei, um processo de pesquisa no Rio de Janeiro – está no final...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Professor, só para ajudar. Na sua linha, muitas universidades de Direito estão, neste momento, parando para ouvir o debate aqui dos juízes. Já é um pequeno avanço a partir dessa trincheira da democracia.

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – Senador, concordo com o senhor. A gente batalha nisso no dia a dia, mas, infelizmente, há uma perda numérica. Como disse, são mais de 1.200 cursos de Direito no País. O número de cursos de Direito que acompanham essa discussão, proporcionalmente, é muito pouco. Meritoriamente, é muito qualificada a discussão. São professores, são estudantes muito qualificados que estão participando desta discussão, mas numericamente é muito pouco.

O que é mais absurdo é que, numericamente, reforça-se o que está sendo colocado, reforça-se a leitura de semanários que violam a Constituição todo santo dia. Eu fico muito impressionado com o fato de o Ministério Público não ir contra determinadas revistas que violam direitos fundamentais todo santo dia na sua capa.

Eu fico muito impressionado com os membros do Ministério Público, da magistratura e da polícia não se indignarem com o processo de violência que aparece na televisão todo santo dia. De vez em quando eu ligo a televisão – não gosto de ligar a televisão, mas de vez em quando a gente liga, – há programas, no meio da tarde, em que os policiais violam direitos e são filmados, como se fosse uma grande operação.

Isso acontece em uma série de programas. Eu fico muito impressionado, porque esse programa vem a público, e não há nenhuma denúncia contra nem essa forma de a mídia divulgar e nem essa prática policial. Como se isso fosse natural. A gente tem violação de domicílio e violação de direitos fundamentais o tempo inteiro.

Agora, estou querendo chamar a atenção aqui para o fato de que nós, juristas, somos bastante responsáveis por isso. Infelizmente, nós temos uma prática que confirma, aprova e reforça essa violação de direitos. E, se perpetrarmos esse golpe que está em andamento e essa prática institucional abusiva, por parte do Judiciário... Porque há uma prática que começou no Poder Judiciário, há um processo midiático, um processo judicial e um processo parlamentar de violação de direitos.

A gente tem que chamar atenção para isso. Eu sempre chamo a atenção de alguns colegas que assinaram esses documentos de que a gente tem um papel muito relevante nesse processo, porque a gente tem que dizer, todo santo dia, que há violação de direitos, seja no campo do Direito Penal, seja no campo do Direito Constitucional.

E essa prática tem a ver – por que eu falei no projeto de pesquisa? – com a mudança que a gente nunca fez das instituições policiais e judiciárias após a retomada da democracia. A gente confirma, todo santo dia, a mesma prática policial que era a prática da ditadura.

A prática de violação de direitos, de tortura, não acabou. Muito pelo contrário, ela aumentou. O que ocorreu foi que os jovens que são torturados hoje não são mais ativistas políticos, não são de classe média e não têm a mídia ou um partido político que possa defender seus direitos. A gente tem pobres, negros da periferia, que são torturados e mortos todo santo dia, e a gente se cala diante disso.

Eu tenho um colega que ficou muito indignado com todo o processo político, trabalha em um órgão público, e aí eu chamei a sua atenção porque ele estava indignado por conta dos pontos jurídicos violados, claramente violados: um juiz que toca na Presidente da República e divulga essa mídia para uma emissora de televisão, como se fosse um grande democrata por conta disso, fazendo uma violação de direitos. Falei para esse meu colega, impressionado por essa prática, que essa prática se dá, porque a gente não contesta a prática de violação de direitos que ocorre todo santo dia em relação ao cidadão comum. Essa prática só é possível ser perpetrada e ser tão reproduzida nos semanários nacionais, porque a gente não contesta a violação de direitos que há nos trabalhadores do campo, Sueli.

Todo santo dia, há uma violação de direitos por processo de grilagem e processo de polícia junto com jagunços no seio desse Brasil todo. Aprendi muito com a Sueli Bellato ao trabalhar ao seu lado e conheci muita gente que trabalha nessa perspectiva, defendendo esses trabalhadores. E a gente tem esse processo de violação de direitos todo santo dia.

Agora, o fato de os juristas decorarem códigos e decorarem manuais,...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – Concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

...para poder reproduzir uma determinada prática, faz com que eles se distanciem da realidade. Nós, juristas, discutimos um mundo jurídico que não faz parte da realidade nacional.

Da realidade nacional fazem parte esses negros jovens da periferia; fazem parte da realidade nacional esses trabalhadores rurais; fazem parte dessa realidade nacional as mulheres que sofrem processo de violência todo santo dia; fazem parte dessa realidade nacional as minorias que são aviltadas todos os santos dias. E nós, juristas, ficamos decorando códigos, como se isso fosse a única prática possível.

E o Poder Judiciário se omite nesse processo – a gente não reformou o Poder Judiciário. O Poder Judiciário, apesar de ter concurso público, que é um ganho muito grande para a democracia, acaba formando uma casta, formando nobres; e o Ministério Público, igualmente.

Infelizmente, a gente vivencia hoje um processo de ditadura quase,...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE BERNADINO COSTA – ...que é legitimado pelo aparato jurídico e judicial.

Era essa a discussão que eu queria provocar um pouco aqui para a gente poder, depois, continuar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília, Dr. Alexandre Bernardino Costa.

Agora, vamos para a advogada militante de direitos humanos, Drª Sueli Bellato.

Mas faço questão de registrar já conosco aqui, por ordem de chegada: Isabel de Fátima Ferreira Gomes, Consultora Jurídica da OAB; Wilmar Lacerda, suplente do Senador Cristovam, sempre presente; Frei David; os Senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa.

A SRª SUELI BELLATO – Muito obrigada.

Quero cumprimentar, na pessoa do Presidente, toda a Mesa e louvar a iniciativa, nesta manhã, de nos mantermos vigilantes na pauta de direitos humanos.

Antes, também, gostaria de saudar, Senador, as mulheres que ontem tiveram o seu dia lembrado, mas quero lembrar em especial as mulheres que estiveram, ontem, na Praça dos Três Poderes, homenageando as mulheres que não desistem nunca e não renunciam ao direito de lutar por um mundo melhor, em especial, a nossa Presidente Dilma Rousseff. (*Palmas.*)

Também quero aqui – lembrando que aqui está presente o suplente de Senador, Wilmar, que nós estivemos juntos no final de semana – dizer que a periferia não está alheia, Senador, a essa discussão. A periferia está muito atenta, discutindo, conversando e querendo entender como nós, em meio à perplexidade do que está se passando... Quer entender, compreender e dar o seu recado de que não admite retrocesso.

Embora aqui seja um horário muito privilegiado, talvez não estejamos falando com a massa de trabalhadores do nosso País, mas podemos estar falando com multiplicadores de opinião, e é um privilégio poder nos manifestar em uma rede aberta para conversar sobre violação de direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, para milhões de pessoas, até pela divulgação dada pelos próprios setores que não queriam que a audiência acontecesse. Com certeza, milhões de pessoas estão aqui assistindo a esta reunião.

A SRª SUELI BELLATO – E, aí, nesse sentido, eu estou lembrando muito do meu relojoeiro; é com ele e com outros relojoeiros que eu estou conversando nesta manhã.

A princípio, o meu relojoeiro dizia: "Não, acho que está certo. Tem de afastar porque há mesmo muita corrupção no Governo". Aí a gente foi travar uma conversa que, talvez, nós, militantes de direitos humanos, desde a implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos, dos PNDHs, deveríamos ter feito mais vezes. Dizia ao meu relojoeiro: "O senhor é de onde?". "Do Maranhão". "Ah, estive lá. Faz 15 dias que estive no interior do Maranhão. O Maranhão de hoje é o Maranhão de ontem?" Meu relojoeiro: "Não. A minha família agora tem filho na universidade, a minha família agora tem casa própria." E eu dizia: "E o que não tem na sua família? Não tem gente indo para o sul para as filiadas da Fiesp prestar serviço de mão de obra barata ou gratuita?"

Talvez seja essa a inversão que incomoda tanto. As Jéssicas, que hoje chegam a qualquer hora, chegam com direitos, conhecendo seus direitos e não aceitando mais dormir nos cubículos das casas da senzala. Então, talvez haja uma série de situações que nós precisemos recuperar e recolocar nas nossas conversas com as Jéssicas e com o meu relojoeiro.

Queria lembrar do pacto que nós fizemos. Ao final da ditadura militar, a sociedade brasileira fez um pacto de não admissão da violação dos direitos humanos e das conquistas sociais. Esse pacto – que não é uma invenção só nossa, veio lá de Viena, de quem participou das conferências internacionais – colocou para o Brasil uma série de recomendações e situações com que nós, para formalizarmos o pacto, nos comprometemos, no fazer a reforma das instituições: a reforma do Poder Judiciário, a reforma do Poder Executivo a reforma Poder Legislativo. Temos deixado muito a desejar nessas reformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Certamente, como já disse também meu querido amigo Aldo Arantes, estamos muito comprometidos pelos financiamentos com que as companhas foram feitas. Enquanto as empresas garantiram muitas eleições também quiseram o troco nas licitações. Isso do Município menor à esfera maior. Essa promiscuidade do poder econômico dentro das instituições é sabida por todos nós e tem sido, também, uma necessidade, uma necessidade na qual temos sentido muito a ausência do Ministério Público na fiscalização da democracia representativa.

Esses fatos que vêm ocorrendo em nosso País nos causam bastante sofrimento. Muitos dos meus amigos não têm, talvez, a condição que o nosso querido Aldo Arantes tem de estar aqui fazendo essa conversa num estado de lucidez, de serenidade, depois de passar por uma zona de tortura, de prisão e de violação de direitos humanos. Mas tenho muitos amigos – e também a eles quero prestar a minha homenagem – que estão em depressão porque não acreditavam que, em tão pouco tempo, viveriam uma situação semelhante àquela que viveram durante a ditadura militar. A eles e a elas, a quem devemos a nossa democracia, a liberdade e a disposição de continuar lutando, quero dirigir a nossa esperança de que não vai haver retrocesso.

Não vai haver porque o povo brasileiro não admite, porque as Jéssicas de hoje não admitem, porque o meu relojoeiro já entendeu que ele não pode admitir, porque quem perde é a classe trabalhadora.

E, nesse pacto feito – do período da ditadura –, eu tive uma convivência com esse tema. Acho que muitos daqui sabem que fui, por 13 anos, conselheira na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. E foi lá que eu aprendi muito do que significou a luta contra o autoritarismo e que fui entender, Dr. Alexandre, algumas coisas que eu não entendia no meu início de advocacia. Eu, no início, não entendia por que, quando havia uma execução sumária praticada pela polícia militar na cidade de São Paulo, o réu virava vítima, e a vítima virava réu. E as estatísticas desapareciam, porque tinha um número reduzido... Sempre havia um tal de laudo que comprovava a existência de pólvora na mão das vítimas, o que não era contestado por ninguém.

E agora eu entendo, até pelo trabalho que eu fiz na comissão, que não houve reforma das instituições. Os pilares que mantêm a legitimidade, a governabilidade feita pela Administração, feita pelas polícias e feita pelos militares, ainda causam espécie. Há uma confusão: como se militar fosse policial, e policial fosse militar. E, aí, nós estamos em estado de guerra permanente. Quem vai ocupar uma situação de cumprimento de ordem judicial, por exemplo, não vai com espírito de policial, de cumprir a lei, mas vai com espírito de militar, como se em uma guerra estivesse. E assim tem sido tratado o assunto.

A guerra instaurada na Guerra Fria, e que nós passamos e enfrentamos durante a ditadura militar, não foi erradicada do nosso meio. Há a estranheza de juristas, inclusive, que, no passado, questionaram essa posição e hoje estão ao lado do *impeachment*. É muito lamentável que aconteça isto: defensores, que foram defensores da democracia, defensores da reforma das instituições fazem hoje uma grande confusão, como se a sociedade civil necessitasse de militares para travar essa guerra.

Os estudantes acho que também estão envolvidos minimamente com essa discussão. Eu, na sexta-feira à noite, participei de três aulas na UnB. E, em uma sala com quase 80 alunos, perguntava-se: "Mas será que o meu pai não me contou o que aconteceu no regime militar, porque ele morava numa cidade pequena do interior?""Será que por eu ser filha de colégio, provinda de colégios militares, eu não conheço a história do Brasil?". E eu lamentavelmente digo que não é só.

Pode ser – eu não conheço, não estou dentro da organização de colégios militares – que haja um aumento de diferenciação entre os colégios da rede pública, da rede privada e dos colégios militares. No entanto, eu respondi a essas alunas que eu não acreditava que fosse tão diferente o grau de conhecimento que se passou nas escolas públicas e privadas da escola militar. A negação da história é muito grande. Por isso, talvez, alguns Estados, cujos nomes eu não vou citar, porque muitos de vocês sabem, estão pedindo tantos colégios militares. Os pais estão entendendo que uma certa desorganização, que eles compreendem como uma desorganização, na cabeça dos jovens, precisa de repressão – disciplina substituída por repressão.

E eu dizia que eu acho que o papel de escola, seja ela do colégio militar, seja ela da escola pública ou da escola privada, é vocacionada à liberdade e à troca do conhecimento; e não à repressão, como estudam nossos promotores de Justiça, nossos juízes e nossos policiais.

Parece-me que a falta dessas reformas é uma das dívidas que nós temos com a nossa sociedade. No entanto, também me conforma saber que esta Constituição Federal, considerada avançada para todos os tempos, não mais que a de 1946, que chega no momento em que o mundo globalizado já estava em decadência e por isso nos via como algo estranho, querer eleger os direitos coletivos acima dos direitos individuais... E aqui nós estarmos fazendo esta discussão de que os direitos individuais não podem sobrepor-se aos direitos coletivos. imos a triste manifestação na Câmara dos Deputados, no dia daquela votação: era o direito da minha famí- da minha pessoa, da minha propriedade, acima dos direitos da Nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós não ouvimos – e aí é bom que se lembre – e não vimos, em nenhum momento, nenhum Parlamentar dizer: "Eu voto em nome da Justiça; eu voto em nome da igualdade que o Nordeste tem que ter com o Sul do País".

(Soa a campainha.)

A SRª SUELI BELLATO – E estranho muito... Eu só não assisto a alguns canais, mas, por exemplo, à TV Brasil eu tenho assistido bastante. E eu assisti a entrevista que houve, no sábado à noite, de um Senador junto com a Ministra Tereza Campello. E esse Senador dizia: "Não, mas esta discussão desses decretos que envolveram o recurso da política agrícola, isso não foi discutido com a população". Mas também não foi discutido com a população se ela deveria descumprir o art. 3º da Constituição.

E diz lá: "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Já estava na Constituição; já estava dada a necessidade de que é hora de o Sul se conter um pouco no seu afã de receber recursos, para que os recursos fossem igualmente para os Sem Terra, para os produtores rurais, para a sociedade que ficou excluída por muitas décadas, no Norte e no Nordeste, das políticas públicas sociais.

Eu vejo na minha frente, o tempo todo, a Constituição Federal. A ela eu me dirijo; eu a respeito, e a ela eu quero dizer que tenho muita esperança, porque as esperanças, inclusive, não terminam na ilha chamada Brasil. Nós temos os nossos direitos. Hoje, o mundo nos vê com preocupação: eles sabem que um direito violado para o povo brasileiro não viola – direitos humanos – individual ou coletivamente uma Pátria; viola os cidadãos do mundo, lesa a humanidade.

Por isso, nós temos muita esperança. Há artigos, que nós também ratificamos, dos tratados a que o Brasil está obrigado, seja a Convenção de Viena, seja o Pacto de San Jose, sejam todos os outros pactos internacionais por que nós estamos responsáveis. Nós temos outras jurisdições, além da jurisdição interna, para recorrer. E, com ela, eu tenho muita esperança nessa defesa da democracia, nessa defesa que a educação, que nós temos que fazer, Senador... Essa é outra...

O Prof. Alexandre tem completa razão: é hora de suspender todas as disciplinas das salas de aula, porque aquele aluno de seis anos tem o direito de saber o que que está acontecendo no nosso País. Os pais não são os únicos responsáveis, muitas vezes, por dar respostas que eles não têm. Eles precisam que os agentes escolares também digam o que está acontecendo a essas crianças.

Eu fui a El Salvador, Senador, cinco vezes, durante cinco anos seguidos, participar do Tribunal de Justiça Restaurativa. Lá, a população se pergunta por que uma guerra dizimou, assassinou 100 mil pessoas num Estado pequeno como aqueles Estados menores que temos na nossa Federação.

As salas da Justiça Restaurativa são compreendidas, em mais de 50%, pelas crianças. Então, as crianças precisam estar inteiradas, precisam saber, para que não haja uma lacuna entre aquele que sabe e aquele que não sabe. É direito de todos os estudantes conhecer aquilo por que o nosso País passando, o que está vivendo, o que está enfrentando, para que eles estejam mobilizados na defesa da cidadania, na defesa da democracia.

Agradeço muito e coloco-me à disposição para dizer que a minha esperança é de que esse golpe não prevaleça. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Sueli Bellato, advogada militante em direitos humanos, que clamou pela justiça, pela liberdade, pela igualdade e que espera que o Congresso tenha, na sua soberania, força para defender a democracia, que, na visão dela – assim como na visão de todos que aqui falaram até o momento –, está sendo atacada.

Passo a palavra, neste momento, ao representante da Rede de Advogados Populares, Dr. Patrick Mariano.

Registro a presença, que eu ainda não havia registrado, do Senador Paulo Rocha e a do Senador Donizeti. A presença dos outros eu já havia registrado.

O SR. PATRICK MARIANO – Obrigado, Senador.

Em nome da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), eu agradeço o convite.

A Renap é uma organização que reúne cerca de 600 advogados que militam para sindicatos, movimentos sociais. Inclusive a Sueli, que está aqui do meu lado, compõe essa organização, e o meu Prof. Bernardino também contribui muito com a Renap. Há de 500 a 600 advogados e advogadas no Brasil todo que atuam para movimentos da questão agrária, movimentos do campo, para sindicatos. Essa organização existe desde 1995. Em nome dela e em nome desses advogados e dessas advogadas, dos estudantes de Direito, agradeço ao Senador Paim o convite.

Deve-se discutir democracia e direitos humanos, mas vivemos uma pausa democrática. Não sou eu quem isso. Quem disse que vivemos uma pausa democrática foi um ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, não ex-ministro antes da democracia, mas um ministro já da democracia. Refiro-me ao Ministro Ayres Britto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Se vivemos numa pausa democrática ou se a democracia está em suspensão no Brasil, que bom que podemos continuar a discuti-la. Nesse sentido, agradeço ao Senador Paim o fato de, em momento de pausa democrática, podermos estar no Senado Federal discutindo a democracia, embora exista ainda... Não sei até quando vão nos deixar discutir a democracia, porque o projeto neoliberal que querem implantar no Brasil pressupõe uma repressão muito forte. Não coabita uma retirada de direitos, uma escalada de retirada de direitos sem uma repressão muito forte.

Estamos vendo também alguns sinais dessa inflexão autoritária. A Assembleia Legislativa de Alagoas começa a discutir um projeto de lei para impedir que os professores da educação básica discutam política e religião. O Alexandre Bernadino colocou muito bem a questão do ensino jurídico, mas daqui a pouco nem vamos mais poder discutir democracia. Por quê? Porque incomoda discutir democracia para aqueles que enxergam nela um empecilho ou um entrave para os seus desígnios.

Então, a democracia hoje é quase um valor universal, principalmente depois da queda do muro. Mas que valor universal é esse? Como se vende a democracia hoje? Então, a união entre democracia e capitalismo ou entre democracia e neoliberalismo faz com que hoje, por exemplo, haja clubes, como o clube da democracia, que é a Madeleine Albright e um polonês. Então, eles vendem isso para o mundo, vendem o ideal democrático para o mundo, mas qual é o ideal democrático? Eu acho que isso é um primeiro ponto.

A democracia é um conceito em disputa. Eu acho que todos aqui da Mesa veem a democracia como uma travessia ou um processo de consolidação do que a Carta Constitucional emana ou erradia. Ou seja, a democracia só pode estar plenamente atendida quando as desigualdades estejam reduzidas, quando o princípio da dignidade da pessoa humana tenha sido efetivamente atendido ou com a erradicação da pobreza, como a Sueli bem falou. Então, todo mundo discute democracia hoje. A democracia é usada, inclusive, para bombardear países. Quando os Estados Unidos lançam algumas guerras, eles falam que querem impor nesses países a democracia.

Então, hoje, a gente tem um contexto de que, no final do século XX, são mais de 120 países que adotam a democracia como um regime de poder. Mas qual democracia? Essa democracia que se vende pelo clube da democracia e pelas listas do *The Economist* é uma democracia em que as pessoas se limitam a, de quatro em quatro anos ou de dois em dois anos, escolher os seus representantes e nada mais. Então, o pouco de liberdade que se tem para essa visão democrática é isso. No Brasil, nem isso mais. Mas o que se vende é isso.

Aqui, há uma contradição com essa visão de democracia como travessia ou uma democracia que exige o conflito para o seu aprofundamento. Então, o conflito social é necessário para o regime democrático para aperfeiçoar, para caminhar rumo a uma sociedade menos injusta.

O Saramago tem uma fala muito importante: que tudo se discute neste mundo, menos a democracia. Então, as grandes decisões do mundo hoje são tomadas por organizações financeiras internacionais, como FMI, OMC e OCDE, só que não escolhemos os representantes desses organismos. Então, essa inquietação do Saramago, que é uma inquietação que o Paim traz para a Comissão, é muito importante para nós, não só da esquerda, mas para discutirmos o papel da democracia hoje, os seus limites, a visão de democracia que a queremos para o nosso País. Se ela é uma edificação permanente, se ela é um processo de construção permanente, então, a pausa democrática, na verdade, é um Estado de exceção. Você interrompe essa travessia quando você deseja.

Então, muito me chocou essa fala desse ex-Ministro, porque pausa democrática pode ser lida também como um Estado de exceção, não é?

Então, é a Constituição quem estabelece e irradia – como um instrumento histórico, um documento histórico normativo – os rumos da democracia brasileira. É ela que dá a linha, digamos, que se deve seguir.

Bem, eu estava falando que todo mundo quer discutir democracia. Nos Estados Unidos, há clubes que discutem democracia, e a democracia é usada para bombardear países. Existem índices... Por exemplo, o *The Economist* lança um índice dizendo como são as democracias. Eles classificam os países e levam em conta o seguinte: o processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política, violência contra organizações não governamentais, mídia independente e opositores políticos.

Por esses critérios, então, o Brasil seria uma democracia imperfeita, e Cuba seria um regime autoritário. Mas é claro que Cuba seria um regime autoritário por esses critérios, porque aqui falta o componente da desigualdade. Aqui falta o componente da igualdade ou do princípio da dignidade da pessoa humana. Isso é um índice do *The Economist*, e de outras organizações também – há a Fundação Konrad Adenauer; várias classificam os países por isso.

Mas choca, então, que Cuba não tenha uma democracia, mas às vezes não choca tanto que no Brasil um arranjo político, uma união com os setores empresariais, com a Rede Globo – depois, e é bom que se diga, terem tentado constantemente desmontar a Constituição... A gente viu a questão da maioridade penal: uma tentativa de desmonte. A questão do financiamento empresarial de campanha foi outra tentativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

desmonte. E a questão da terceirização – o Paim é um grande defensor dos direitos dos trabalhadores aqui – é outro desmonte.

Eles foram testando até a maior ousadia deles até então, que é tirar do poder uma Presidenta legitimamente eleita. Foram testes de retrocessos democráticos a que fomos assistindo – chocados, muitas vezes – com algumas reações, com apoio da grande mídia. Mas eles foram testando as reações. E quando eles viram que podiam avançar mais, então, por que não avançar?

Então, esses índices desconsideram a questão da desigualdade, e a questão da desigualdade é muito importante, porque as tensões entre democracia e capitalismo ou democracia e neoliberalismos se dão no terreno da desigualdade. Você pega, por exemplo, o Piketty. Ele diz que o capitalismo não conseguiu resolver o problema da desigualdade porque não quis.

Se você fosse pegar o montante da riqueza produzida no mundo hoje, daria €760 para cada habitante, de tudo que se produz de riqueza no mundo. No entanto, um bilhão de pessoas passam fome, e, a cada 3,5 segundos, uma pessoa morre porque não tem o que comer. Então, o capitalismo e o neoliberalismo não dão conta. A questão da equação desigualdade não entra e, por isso, não entra na lista.

E há outra questão do neoliberalismo – e aí, olhando mais o contexto europeu: o nível de soberania dos países. Por exemplo, quando se olha a Grécia. Trago aqui – depois vou até entregar para o Senador Paim – aquele jurista, o Ulrich Beck. Ele faz uma reflexão de que em 2012, uma notícia saiu: o Bundestag alemão decide hoje o destino da Grécia. Quer dizer, isso chocou esse pesquisador por quê? Não são os gregos que decidem os rumos do seu país, não são os governantes gregos, mas a Alemanha.

Da mesma forma, em 2011, o Ministro Papandréu, diante do impasse de uma crise financeira, quis convocar um plebiscito para que os gregos, então, pudessem opinar sobre se queriam ou não a política de austeridade, ou dar um basta a essa política de austeridade. E, então, o Sarkozy e a Merkel proibiram expressamente o governante grego de consultar o seu povo.

Então, eu volto ao Saramago. Nós vivemos democracias amputadas pelo capital financeiro – essa é a nossa realidade. Ainda nessa questão da disputa de democracias, o historiador Tony Judt coloca que o que está em jogo, então, são dois tipos de democracia: um é esse modelo social de democracia europeu, baseado na questão do serviço público de qualidade, do emprego, dos direitos sociais, redução das desigualdades; e uma outra visão de democracia, que é a visão norte-americana da flexibilidade econômica.

E isso está na tensão da nossa crise hoje, aqui no Brasil. Se você pegar o Dieese, na legislatura da Câmara, quando eles fizeram o primeiro apanhado dessa legislatura, eles constataram que 251 Parlamentares são empresários, são ligados à pauta empresarial. Esses 251 Parlamentares são coordenados ideologicamente e politicamente pela Fiesp e pela CNI. E esses 251 Parlamentares têm 111 projetos de lei que vão desde a terceirização, até a prevalência do negociado sobre o legislado, o trabalho escravo e o financiamento empresarial de campanha. Essa é a maior bancada da Câmara. E, ao mesmo tempo, a bancada dos sindicalistas veio se reduzindo, veio caindo.

Nessa correlação de forças na Câmara, meio que estava dada uma situação, e aí, para juntar o empresariado, com delegado, com a bancada da bala e com ruralistas, não é muito difícil.

Então, um pouco, isso foi esse desmonte paulatino. Porque, para o neoliberal, a Constituição e a CLT são vistas como entraves. Você não pode ter isso, porque você dá argumento para a luta social; você possibilita que isso possa ser exigido.

Há questões que a democracia brasileira precisa debater. Por exemplo, a questão dos juros: se você tem que 42% da nossa riqueza vão para amortizar juros do sistema financeiro, e só 4,1% são gastos em saúde, 3,4% em educação...

(Soa a campainha.)

O SR. PATRICK MARIANO – ...e apenas 1% no Bolsa Família, você não vai conseguir ter uma democracia plena enquanto você não discutir isso daí.

Eram dilemas com que o próprio Governo Dilma vinha lidando.

Queria trazer aqui um outro elemento. Esses governos de centro-esquerda, ou de esquerda, que a América Latina viu no começo do ano 2000, são frutos de uma luta antineoliberal. Os senhores lembram que a questão da Alca unificou plataformas, unificou movimentos sociais e partidos políticos, e, de certa forma, foi isso que resultou na eleição do Evo Morales, na eleição do Lula; do Paraguai. E esse movimento antineoliberal acabou. Assim, esse golpe parlamentar, se efetivado no Brasil, pode significar uma inflexão muito séria nesse movimento.

E não é um movimento isolado, porque você pegar o golpe do Paraguai, a questão de Honduras, você pegar toda essa inflexão na América Latina, coloca em risco, sim, essa visão democrática. Dentro da democra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cia, para a gente que acredita em uma democracia como travessia, essa inflexão vai trazer para o continente um risco muito grande à efetivação de direitos humanos.

Então, esses setores ousaram dar um golpe parlamentar e, se você for pegar o documento Ponte para o Futuro – está aqui o Senador Lindbergh; o Senador Paim já falou sobre ele e outros falaram –, o documento Ponte para o Futuro, do Temer, nada mais é do que a pauta da CNI e da Fiesp. É a mesma coisa; é a mesma coisa. Inclusive, ele fala aí da questão das áreas de livre comércio, dos acordos regionais em detrimento do Mercosul. O que é isso senão a própria Alca?

A questão do voto. Essas democracias sequestradas têm um limite. Você tem que se limitar a votar, mas a eleição é surpresa também. Então, quando você tem quatro gestões de um grupo político e uma quinta possível... Então, espere aí, vamos parar de brincar de eleger. Para acabar com direito ao voto, é daqui para ali também – ou com esse peso. Então, a democracia atende ao capitalismo, atende ao liberalismo desde que não signifique barreiras.

Eu acho que, no Governo Dilma, de certa forma, por mais contradições que houvesse, ainda existiam ou existem forças políticas dentro do Governo que, de certa forma, eram entrave, sim, ao avanço neoliberal; eram tensões permanentes. Então, isso é um perigo.

Bom. O que podemos assistir, nos próximos meses, é a uma tentativa – e já está anunciado isso – de se desmontar a CLT e de se atacar a Constituição da República. Por quê? É o Direito que tem um papel de regular essas tensões entre o mercado e os direitos sociais. Essa luta vai se dar no Direito. E a CLT, que é fruto de lutas históricas, e a Constituição, que é fruto de lutas históricas, são um entrave para esse tipo de gente, não é? Tanto que quem vai assumir a Presidência, em tese, é alguém que teve 60 mil votos, alguém que jamais seria Presidente da República. Só vai ser Presidente da República na condição de um golpe.

Eu chamo atenção aqui para isto: os próximos meses serão de tensão, do ponto de vista do Direito, de desmonte de um sistema de garantias mínimas que foram criadas, em um País que ainda estava caminhando para uma consolidação democrática. Então, essa inflexão vai ser muito complicada, porque não resolvemos o problema da reforma agrária, não resolvemos o problema da fome, não resolvemos o problema da grande concentração das comunicações. Nós temos cena de justiçamentos em grandes capitais e temos trabalho escravo no campo. Então, são déficits democráticos que estávamos tentando reduzir.

Os governos Lula e Dilma atacaram a questão da pobreza extrema, mas há uma pauta grande de déficits democráticos que a Presidenta não vai sequer poder tentar atingir, porque ela está sendo tirada do cargo ilegalmente, inconstitucionalmente.

O que se espera é que essa reação... Isso aqui não vai ficar de graça, não é? Ninguém vai tirar direito de graça. E se espera que exista uma reação. E haverá, como no início de 2001, reações contra isso. Em Portugal, tivemos o movimento contra a Troika; na Espanha também; e no Brasil também.

(Soa a campainha.)

O SR. PATRICK MARIANO – Então, eu encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem um minuto ainda.

O SR. PATRICK MARIANO – Tenho um minuto?

Faço esse alerta, Senador Paim, porque o Brasil pode viver tempos de conturbada conjuntura social, porque o trabalhador não vai aceitar que se retire direito dele numa canetada.

Isso vai gerar reações. E as reações desses setores são sempre com polícia. Se você vir a forma como o Governo Beto Richa trata o protesto social e a forma como o Governo Almir Gabriel, lá no Pará, tratava o protesto social.

Então, eu espero que essa reação ao avanço neoliberal impeça esse desmonte das garantais mínimas que pessoas como o Aldo Arantes, que deram praticamente a vida, conseguiram para a gente consolidar. Eu espero não assistir a isso ou, pelo menos, não assistir a isso conformado.

Então, que essa pausa democrática – e aí torço para o trabalho dos Senadores aqui – não passe desta semana. Se ela passar desta semana, que a gente consiga, durante o processo que vai ser conduzido pelo Presidente Lewandowski, interrompê-la. E, se não, depois que o povo a faça nas ruas.

Neste sentido, agradeço o debate e parabenizo o Senador Paim por esta iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Patrick Mariano. Permita-me, Patrick, dando um gancho na sua fala. Eu escrevi dois filhos: *O Rufar dos Tambores* e *Palavras em águas turbulentas*. Eu dizia exatamente isso – foi escrito há um ano –, que ia acontecer no futuro. Estão aí os dois livros. Foram mais de 20 mil distribuídos pelo País, que faço na minha cota. Não vendo livro.

Fui aos 27 Estados do Brasil – aos 27 Estados –, fazendo o debate nas assembleias legislativas, sempre ...adas. Não deixei nenhum Estado para trás, do menor para o maior, debatendo o que eles queriam fazer: ter-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ceirização da atividade-fim. E consegui pegar a relatoria, graças ao apoio que tive deste Governo. Terceirização está na minha mão. Fui aos 27 Estados debatendo o trabalho escravo e, graças ao apoio que tive, a relatoria do trabalho escravo está na minha mão. Eles não conseguiram passar. Trabalho escravo não se regulamenta. A gente proíbe. Nos 27 Estados, nós discutimos o negociado sobre o legislado. Derrubamos isso por duas vezes. Na última vez, um gaúcho foi o autor. Eu disse para ele: "Só por cima do meu cadáver tu vais passar essa proposta". E derrubamos em uma sessão. Estava enxertado em uma MP o negociado sobre o legislado.

Reforma da Previdência. Quando o Palácio anunciou, nós fomos muito duros, toda a nossa Bancada, e, felizmente, a reforma da Previdência não foi mandada. Mas o Sr. Eduardo Cunha montou um grupo lá na Câmara para fazer na marra a reforma da Previdência, fixando, inclusive, em 65 anos para todo mundo, que está também na famosa Uma Ponte para o Futuro.

Há mais ainda. Há uma PEC aqui, cuja relatoria consegui pegar na semana passada, que acaba com o movimento sindical. Consegui colocar, como eu digo, a pata em cima e está sob o meu controle. Por quê, Paulo Rocha? Porque tinha o apoio da Base do Governo, que agora, com certeza, não teremos mais se tudo se concretizar a partir da semana que vem.

Uma Ponte para o Futuro é mais velha que a pedra. Tudo o que está em Uma Ponte para o Futuro está circulando aqui dentro, porque eles já estavam plantando os projetos aqui dentro. É só pegar a lista do Diap. São 55 itens, que não são 55. Já são, casualmente, 64 itens, que lembram uma época triste da nossa história. E todos os projetos que eles colocaram aí já botaram aqui dentro, tanto que há uma proposta de emenda à Constituição que já foi votada em primeiro turno aqui dentro. Só falta o segundo turno. Que diz o quê? Desvincula as receitas da saúde e da educação, inclusive Municípios e Estados também.

Então, eles vêm preparando isso, essa conspiração, não é de hoje. Por isso que digo àqueles que me mandam milhões e milhões de correspondências dizendo que a gente está preparando e não mais o que tem. Já estava avisando há muito tempo que ia acontecer. Nós faremos a resistência, defendendo causas, causas e não coisas. O que eles querem fazer, na verdade, é isso tudo o que você falou e que aqui foi falado por tantos outros. Eles estavam preparando há muito tempo, conspirando de dentro do Palácio.

Qual é o erro, na minha avaliação principal, da Presidenta? Entregou a articulação política para Michel Temer e para o Padilha, que eu conheço, que é um ministro que saiu. No dia em ele saiu do Governo eu disse: vai sair para o *bunker* da conspiração, para fazer o afastamento da Presidenta. E foi isso o que aconteceu. É um quadro, de fato, que preocupa todos.

Agora, na linha do que você está dizendo, estão proibindo as universidades de debaterem a democracia. A que ponto nós chegamos! Vou ler...A Fátima Bezerra já está aqui. Então, a própria Senadora, se quiser, pode ler. O documento é seu. Se quiser eu leio. Ou você o lê. Você o remeteu à Mesa. Eu ia ler.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Paim, por favor, pode...

Bom dia!

Pode fazer a leitura, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Recebi aqui, da Senadora Fátima Bezerra, um documento que proíbe a liberdade de realizar debate nas universidades sobre a democracia.

Aqui nesta Comissão, não adianta. Aqui vamos debater democracia hoje e sempre. Não adianta mandarem correspondências para mim dia e noite. Se eu contar lá.... Peço para o pessoal fazer o quê? Respondem o que der, o resto deleta. São milhões.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, em reunião de seu Conselho Pleno, realizada em 14/04/2016, considerando a atuação de alguns agentes do Ministério Público Federal que configura indevida ingerência na gestão das universidades federais, vem se pronunciar nos seguintes termos:

> 1. A missão acadêmica da universidade em todo o mundo pressupõe liberdade de ensinar e de aprender, de pesquisar e de divulgar conhecimentos como instituição responsável por formação, pesquisa e inovação em permanente diálogo com a sociedade.
>
> Isso nós faremos.
>
> 2. Recomendações no sentido de que universidades públicas se abstenham de promover ou participar de atividades relativas ao atual processo político do País são incompatíveis com o exercício cotidiano da autonomia que a Constituição Federal e a LDB fixam e garantem às universidades brasileiras. Debater a democracia, os direitos e a própria economia.
>
> 3. A Andifes não aceita que as conquistas de liberdade acadêmica, de autonomia intelectual e de direitos civis sejam arbitrariamente suspensas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Assim, a Andifes vem se dirigir à comunidade universitária de todo o País e à sociedade brasileira para manifestar solidariedade aos dirigentes e instâncias acadêmicas que têm sofrido tentativas de cerceamento à liberdade de expressão e à autonomia da gestão.

Da mesma forma, vem se dirigir ao Ministério Público, solicitando seu empenho para que atitudes restritivas dessa natureza sejam excluídas das práticas de controle da gestão pública, em nome das liberdades individuais e institucionais, do preceito constitucional da autonomia universitária e do diálogo produtivo entre as instituições do Estado e a sociedade.

Assinam UFRN, UFG e UFMG, que é Minas Gerais.

Então, meus cumprimentos às universidades... (*Palmas.*)

...por esse grito de liberdade e de democracia, para obterem o direito de se expressar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, primeiro, claro, quero agradecer a V. Exª, que, na condição de Presidente, aqui, do nosso colegiado, tenha dado conhecimento não só a esta Comissão, mas aos que estão nos escutando, neste exato momento, desse ato arbitrário que houve, no que diz respeito à livre manifestação dos docentes, dos discentes, enfim, da comunidade universitária, em defesa da democracia.

Imagine, se, no chão da escola, no chão da universidade, não pode ser proclamada, não pode ser, enfim, defendida a democracia como um dos valores mais nobres do ponto de vista da construção da liberdade, da cidadania, da construção, inclusive, do próprio conhecimento, que outro lugar nós teríamos?

Então, quero, na condição não só de representante do povo potiguar, aqui, no Congresso Nacional, mas também de ex-aluna daquela instituição, que é uma das principais instituições de ensino superior do nosso Estado, a instituição de maior tradição e – por que não dizer – um dos maiores patrimônios que o povo do Rio Grande do Norte tem em matéria de ensino superior...

Repito que sou egressa dos quadros daquela universidade, e me orgulha muito ver a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a exemplo das demais universidades do País, neste exato momento, não se omitindo, fazendo, portanto, o que lhes cabe, que é defender a democracia. E defender a democracia não é ensinar a defender a democracia só na sala de aula, não; defender a democracia é praticá-la no exercício cotidiano, dentro da universidade e fora dela, junto exatamente aos mais diversos e amplos setores da sociedade civil, que têm clareza da importância da democracia e que defendem a democracia com toda a veemência, com toda a paixão.

Então, encerro, trazendo aqui, hoje, uma boa notícia. A Reitora, a Professora Ângela, competente, com a seriedade que tem tanto do ponto de vista profissional, como do ponto de vista como cidadã, uma reitora respeitadíssima não só pela comunidade universitária – tanto que foi reeleita com votação consagradora, Senador Lindbergh –, uma reitora muito respeitada junto ao povo norte-rio-grandense, respondeu ao questionamento do Procurador. E a boa notícia que trago é a seguinte: o Procurador arquivou o pedido, a denúncia que havia recebido.

O Procurador arquivou. (*Palmas.*)

O Procurador arquivou. Então, na condição, repito, de ex-aluna da UFRN, na condição de integrante desta Comissão, faço questão aqui de dizer, primeiro, que prevaleceu o bom senso, já que a denúncia foi arquivada.

Mas faço questão de deixar aqui meu registro – inclusive como ex-aluna que sou daquela importante instituição, que tanto contribuiu para a minha formação – do orgulho que tenho de ver aquela universidade, repito, cumprindo o papel que lhe cabe, não se omitindo, portanto, na trincheira da luta em defesa da democracia, até porque defender a democracia, neste momento, a universidade sabe que é defender a educação.

Não há educação sem democracia e democracia sem educação – a educação como um projeto pelo qual lutamos, um projeto emancipador, um projeto generoso, uma educação realmente de qualidade, que chegue às casas dos milhões de jovens, crianças e adultos por este País afora.

E a universidade sabe mais do que ninguém que, ao longo dessa última década, nós demos um passo muito, muito importante, do ponto de vista de afirmar a autonomia, a expansão e o fortalecimento do ensino superior por meio das universidades públicas de todo o País.

No mais, quero parabenizar aqui, em nome de Aldo, o manifesto ora lançado, o manifesto dos juristas, dos advogados em defesa da democracia, mais um ato cívico, corajoso, lúcido, de uma categoria muito importante, que é a categoria do Judiciário, na defesa da democracia, com argumentos técnicos e com a legitimidade que vocês têm como representantes do mundo do Direito, desconstruindo exatamente os termos daqueles que defendem esse pedido de *impeachment* ou – por que não dizer sempre – essa tentativa de golpe de Estado em curso, travestido de pedido de *impeachment*. (*Palmas.*)

A SRª SUELI BELLATO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Senadora Fátima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª SUELI BELLATO – Gostaria de compartilhar uma notícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela quer só complementar.

A SRª SUELI BELLATO – Tínhamos falado justamente isto, Senadora: a importância da educação, uma educação inclusiva, encarnada na realidade, que os estudantes, inclusive, levam em conta. A educação, por exemplo, na economia, desde os seis anos de idade. Que não seja uma educação alienada; esse é um direito da sociedade brasileira.

Mas tenho a informação de que quem deu entrada no pedido em Minas Gerais, na Universidade de Minas, foram dois estudantes do curso de Direito. E a universidade repeliu – a sua reitoria, o conjunto dos professores. Houve várias manifestações contrárias a esse ato.

O que nos preocupa – e a questão acho que fica para o campo do Professor Alexandre: por que dois estudantes de Direito fazem um gesto autoritário desse nível?

Mas o que nos preocupa é o Ministério Público, o Ministério Público, que tem as prerrogativas que tem, graças à sociedade brasileira. Nós lutamos, em 1988, para que eles tivessem um papel fiscalizador, cumpridor, zelador dos direitos individuais.

Quando esse Ministério Público se insurge contra a democracia e entra com esse tipo de ação, como no caso de Goiás; quando esse mesmo Ministério Público, muitas vezes, não aceita que estudantes da área rural façam o curso de Direito, e se tem que travar com eles uma luta, porque não querem os camponeses da reforma agrária dentro dos programas de Direito e em outros cursos universitários, isso nos preocupa, também, sobremaneira.

Mas parece que, no caso de Minas Gerais, há um movimento da universidade institucional contrário aos dois alunos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra para o Senador Lindbergh. Quero dizer que eles já estão no espaço da Casa e em seguida estarão aqui. Daí vamos destituir esta Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em dez minutos, estarão aqui – estão falando com a imprensa – o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e também o Dr. Luis Almagro Lemes, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Então, nós temos um tempo ainda, até que eles cheguem a este espaço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Aí eu paro imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou já passar a palavra a V. Exª, mas quero, uma vez mais, me permita ainda...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... aproveitar que estamos ao vivo para todo o Brasil e dizer que a votação será amanhã.

Ninguém vai ocupar o plenário do Senado. Isso, para tranquilizar os brasileiros e brasileiras...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A votação par...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há uma disputa política forte.

A votação será na quarta-feira, a discussão até pode começar, mas ninguém, ninguém vai ocupar o plenário do Senado, a não ser os Senadores e as Senadoras, claro.

Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, primeiro, quero cumprimentar a Mesa, o Dr. Patrick Mariano, a Drª Sueli Bellato, o Aldo Arantes, que foi o maior Presidente da UNE da história deste País e que jogou um grande papel, construindo um período de lutas pelas reformas de base, pelo Centro Popular de Cultura da UNE, pela UNE Volante. Então, é um grande prazer estar aqui.

Cumprimento o Professor Alexandre Costa, que foi meu professor exatamente há 20 anos, em 1995. É um prazer reencontrá-lo.

Quero dizer que, neste debate que estamos enfrentando aqui, vários falaram sobre o Ponte para o Futuro, programa que foi lançado por Michel Temer e pelo PMDB no ano passado. E foi lançado para isso, para... Foi o programa do golpe.

Eu lembro isso, Aldo. Esse programa aqui é um ataque ao legado do Lula, de Ulysses Guimarães e de Getúlio Vargas. Isso aqui rasga a CLT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E fico vendo, porque, na verdade, o neoliberalismo foi implantado, pela primeira vez no mundo, numa ditadura: na ditadura chilena, de Pinochet, quando os economistas ligados a Milton Friedman, os Chicago Boys, vieram ao Chile, onde aplicaram primeiro.

Eu tenho a consciência de que nunca ninguém seria eleito portando um programa como esse, de que não teria a menor chance de ganhar uma eleição. E é por isso que querem o golpe. É uma nova etapa na luta de classes aqui, no País, em que eles querem retirar direitos conquistados no último período.

Isso aqui está escrito, porque fica parecendo que estamos inventando. Está escrito aqui, qualquer um pode baixar: fim da política de valorização do salário mínimo, fim da indexação do salário mínimo com os benefícios previdenciários. Aqui, vale dizer que 70% dos aposentados brasileiros recebem o salário mínimo. Os benefícios para as pessoas com deficiência também.

E, concretamente, essa mudança na Previdência Social, essa vinculação com o salário mínimo, Aldo Arantes, foi um dos grandes motivos, para que criássemos esse grande mercado de consumo de massas aqui no País a partir do Governo do Presidente Lula.

Mas vai mais: eles querem ir à frente com a terceirização, que está aqui, no Senado. Ainda bem que está nas mãos do Senador Paulo Paim. Mas pode existir alguma manobra regimental para tirar o projeto das mãos do Senador Paulo Paim.

O negociado na frente do legislado, que é rasgar a CLT.

O SR. ALDO ARANTES – Senador, só um aparte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro, Aldo.

Está desligado o som.

O SR. ALDO ARANTES – Eu gostaria de lembrar que uma das razões que levaram a ofensiva de Carlos Lacerda contra o Presidente Getúlio Vargas se deu exatamente pela posição assumida pelo então Ministro do Trabalho, João Goulart, de elevar o salário mínimo. Foi também...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dobrou o salário mínimo em 62 e caiu do Ministério inclusive.

O SR. ALDO ARANTES – Dobrou o salário mínimo. Então, é bom lembrar isso, a história está aí. Mas a questão central – quem não leu, leia o último livro do Lira Neto sobre a vida do Getúlio e vão perceber – era exatamente o problema do petróleo.

Olha bem a atualidade do problema e a atualidade se expressa também na questão do pré-sal e, mais, na atitude antinacional daqueles que levaram a justiça norte-americana criar condições para que as grandes empresas nacionais tomassem medidas contra a Petrobras. Isso é uma postura antinacional e nós não podemos aceitar. (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E, Aldo, está aqui na Ponte para o Futuro a questão do Petróleo, do pré-sal. Eles querem acabar com o regime de partilha, está escrito, não é invenção, querem mudar a política externa. Mercosul nem pensar, porque eles querem mexer na União Aduaneira. Quem é o maior intérprete disso aqui? É o Senador José Serra, que vai ser o Ministro de Relações Exteriores; o Serra bate cotidianamente no Mercosul, no BRICS, na política sul-sul. Aqui eles querem novamente o realinhamento com as posições do governo norte-americano. E tem mais uma coisa que pouca gente sabe: quando eu digo que rasgam o legado do Ulysses Guimarães também é porque rasgam a nossa Constituição cidadã de 88.

Está aqui o nosso professor de Direito Constitucional, me corrija: os direitos sociais são o segundo capítulo, educação e saúde como direitos universais, e estão vinculados aos recursos obrigatórios, que devem ser investidos pela União, por Estados e Municípios. Eles estão defendendo aqui uma maluquice, um orçamento base zero, desvinculação total.

Eu fui prefeito. Os prefeitos têm que investir 15% em saúde e 25% em educação. Acaba com isso e sabe o que vai acontecer? Vai ter prefeito preferindo, em vez de investir em saúde, fazer asfalto, que tem mais visibilidade. Isso vai ter um impacto terrível na vida das pessoas mais pobres. Nós já sabemos que a saúde pública brasileira tem um grave problema, é muito ruim na ponta do atendimento. Nós vamos acabar com essas vinculações constitucionais.

Agora, eu chamo a atenção para a criminalização dos movimentos sociais também. Já começaram agora, o Pastor Marcos Feliciano, a CPI da UNE na Câmara dos Deputados. E chamo atenção para uma coisa: eu estou falando isso praticamente só, eu estou ligando para as pessoas. Há a possibilidade, que está nos jornais, de o Secretário de Segurança de São Paulo, Alexandre de Moraes, virar Ministro da Justiça. Esse Secretário de Segurança de São Paulo tem uma prática na atuação da Secretaria de Segurança de uma violência desmedida contra movimentos sociais e contra as populações mais pobres, Frei Davi. Então, é esse nome que estão querendo colocar para o Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu acho que nós temos que levantar a voz contra isso. E vale dizer que esse Sr. Alexandre Moraes foi advogado particular do Sr. Eduardo Cunha no processo pessoal que ele teve. Esta é outra discussão que existe aqui: paralisar investigações. Eu não tenho dúvida em afirmar que tem muita gente em casa que está torcendo... gente, o que está movendo muitos Parlamentares aqui é o desejo de frear esse tipo de investigação que está acontecendo no País. Pouca gente lembra, mas é importante dizer.

Você sabe quantas operações da Polícia Federal houve nos oitos anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso? 48, seis por ano. Foi o Presidente Lula quem deu autonomia à Polícia Federal, estruturou, e nós temos hoje uma média de mais de 300 por ano. Os senhores lembram como era a Procuradoria-Geral da República? Nós tínhamos o engavetador-geral da República chamado Geraldo Brindeiro, que, numa eleição interna, Aldo Arantes, ficou em sétimo lugar e o Fernando Henrique o nomeou. Se fosse um Governo do PT, era uma crise do tamanho do mundo. Foi a partir de Lula e Dilma que se deu autonomia de fato, com a colocação sempre do mais votado. Essa turma está querendo entrar para parar essas investigações aí também.

Eu queria trazer essas reflexões aqui. Acho que vivemos um momento muito grave da nossa história política, não tem outro nome para dizer: isto aqui é golpe. Eu faço parte da Comissão do *impeachment* e me dediquei a um estudo técnico sobre a questão do *impeachment*. Não tem cheiro de crime de responsabilidade, não tem nada. No caso das pedaladas em curso, é impressionante a questão do Plano Safra. Não tem nem autoria da Presidente da República. Na verdade, esse Plano Safra existe desde 92, e a gente fica ali mostrando os argumentos e eles fugindo para o discurso do conjunto da obra. Só que ninguém pode ser condenado em cima de conjunto da obra. Você tem que dizer qual é o artigo, qual é o crime, e isso não existe.

Eu concluo minha fala dizendo ao Frei Davi e ao Professor Alexandre, que fez uma fala muito interessante falando dos autos de resistência, que temos aqui uma CPI sobre o extermínio da juventude negra, de que sou o Relator e a Senadora Lídice da Mata, a Presidente. Era para termos apresentado esse relatório, Frei Davi, agora no mês de maio, mas, em virtude desse processo de admissibilidade do *impeachment,* nós deixamos para depois. Vamos fazer o encerramento dos nossos trabalhos e apresentação do relatório na primeira semana de junho. Quando a Senadora Lídice chegar aqui em Brasília, amanhã, nós vamos definir e vou avisar, Frei Davi, a todas as entidades.

De fato, Professor Alexandre Costa, o que existe é um extermínio da nossa juventude negra. Eu tive oportunidade de visitar, de rodar este País nessa CPI e o que existe é o seguinte: hoje, a mãe de um jovem negro da periferia fica com o coração na mão quando seu filho sai de casa para se divertir, como todo jovem faz, sexta à noite, sábado à noite, com medo do filho não voltar. Cada relato que a gente ouviu! Essa é uma situação muito grave que enfrentamos em nosso País. Tivemos tantos avanços em tantas áreas, mas nessa área, infelizmente, nosso País, Frei Davi, continua devendo muito. Espero que esse relatório seja um instrumento para acordar a sociedade brasileira quanto a esses fatos.

Eu só quero ler aqui, chegou em mãos, em relação aos programas sociais e ao Bolsa Família. Eu ouvi o Vice-Presidente Michel Temer dizer: "ah, não, o PT está fazendo terrorismo quanto ao Bolsa Família". Não somos nós, são os representantes de Michel Temer que têm dado declarações nos jornais dizendo que querem focalizar o Bolsa Família nos 5% mais pobres. Só que hoje ele atinge 25% da população. Focar nos 5% mais pobres é tirar 36 milhões de pessoas desse programa. Isso não é invenção. E aqui tem um dado: hoje, há mais de 17 milhões de crianças e adolescentes que estão na escola graças ao Bolsa Família. Se esse benefício for reduzido para somente os 5% mais pobres da população, cerca de 12 milhões de crianças estarão ameaçadas de voltar à triste escola das ruas, que só ensina marginalização e criminalidade.

É mais um dado aqui.

Eu agradeço a V. Exª e volto a cumprimentar todos que participaram desta Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh, pela exposição muito clara e muito firme.

Senador Donizeti, Senadora Gleisi Hoffmann, já presente também, com os outros Senadores que chegaram aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos mais uma vez reafirmando que aqui é diferente. Nós temos, sim, ao vivo para todo o Brasil, desde que abrimos a Comissão. Isso acontece toda segunda-feira pela manhã. Se hoje fosse diferente, naturalmente, alguma coisa teria acontecido. Então, toda segunda-feira, pela manhã, esta Comissão está ao vivo para todo o Brasil.

Por favor, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, nossos convidados, que cumprimento, na pessoa do Deputado Aldo Arantes, amigo de longa data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tinha havido um problema, mas já vol[illegible]. Estamos ao vivo para todo o Brasil, sim, como é praxe toda segunda-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ficou fora só na minha fala. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi só um momento ali que deu um probleminha, mas já foi atualizado, a tua fala já foi ouvida.

Seria um ato antidemocrático. Se toda segunda-feira esta Comissão é ao vivo para todo o Brasil, é impossível que hoje, com a qualidade dos painelistas... Lembro, inclusive, que em seguida teremos aqui o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esta Mesa está sendo fundamental, com exposições importantíssimas, mas eu queria chamar a atenção para a importância da outra Mesa. Esta não é uma reunião qualquer da Comissão de Direitos Humanos, nós estamos falando de Luis Almagro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todas as reuniões são importantes, mas esta tem um brilho especial.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro, é o Secretário Geral da OEA, e o Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas. E uma reunião muitíssimo importante.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é muito importante que, nesta manhã, possamos debater aquilo que vem ganhando as ruas e as consciências do povo brasileiro.

Da malfadada sessão do dia 17 na Câmara para cá, eu tenho percebido que tem mudado muito o sentimento da população: cresceu a popularidade da Presidenta Dilma três vezes, chegando próximo de 20%; caiu a adesão à situação do impedimento. Então, nós vivemos um momento, de certa forma, educativo mas preocupante. Quando em 1964 veio o golpe, o meio de reprimir o levante popular, a mobilização popular foram as baionetas, os cachorros, os tanques, e agora eu não tenho muita dúvida de que será diferente. A preocupação é essa. Se a mobilização cresce e o povo ocupa as ruas, esse grupo, formado por esses senhores que querem assaltar o poder neste momento, não terá o mínimo pudor de usar novamente os tanques, de usar novamente as baionetas para reprimir a iniciativa popular. Então, é preciso que nós aqui no Senado tenhamos consciência disso.

Esta Mesa nos traz a oportunidade de levar para o Brasil, através da TV Senado, da Rádio Senado, as informações necessárias.

Está no *Estadão*, os programas sociais de Temer vão focar em apenas 5%, como disse o Senador Lindbergh. E apresentou um dado importantíssimo. Nós tivemos em Palmas, no sábado, a presença da nossa Presidenta Dilma Rousseff com a Ministra Kátia Abreu, a Ministra Tereza, a Ministra Izabella e a nossa Secretária da área de direitos para a mulher. Na oportunidade, foi dito que o Bolsa Família, no caminho que a Ponte para o Futuro quer levar, vai ser um desastre para o País. É um desastre em diversos aspectos. Vai inclusive afetar violentamente a economia dos pequenos Municípios, porque isso tem uma importância muito grande na economia dos pequenos Municípios, sobretudo na vida daqueles que serão, se cuidados neste presente, os dirigentes do futuro do nosso País, que são as crianças.

Nós precisamos barrar esse golpe e aprofundar e consolidar a nossa democracia que está ameaçada. E esta oportunidade aqui provocada sobretudo pelo nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senador Paim, numa manhã dessa de segunda-feira, é muito importante.

Eu vou ter que me retirar porque vou também a um evento importante no Palácio do Planalto. A Presidenta vai criar hoje mais cinco universidades federais no nosso País. É para ver que este Governo tem, sim, levado na ponta da caneta a ideia de fazer do Brasil uma pátria educadora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Donizeti.

Queria cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, sempre atuante nesta e em outras comissões.

Passo a palavra neste momento ao Senador Paulo Rocha, para fazer uma saudação; em seguida, à Senadora Gleisi Hoffmann. Enquanto isso, estão se deslocando para cá os nossos convidados para a segunda Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente Paulo Paim, parabéns pelas iniciativas de debate que envolvem democracia, direitos humanos, direitos dos trabalhadores, os avanços que conquistamos nos últimos tempos, com a nossa história e com a nossa luta.

Queria saudar todos os presentes, professor Alexandre, o companheiro Aldo Arantes, a companheira Sueli, o professor Patrick.

Eu queria falar exatamente sobre a democracia. Confesso que estou num momento misto de indignação e revolta. Hoje estou liderando a Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui, cumprindo mais o papel de organizar a nossa ação, mas num misto de ficar meio calado. Tamanha é a revolta, a indignação, que fico com um certo cuidado de não ser, vamos dizer, traído por essas emoções no enfrentamento dessa questão aqui.

Eu queria falar exatamente sobre a questão da democracia, lincando com o que o Patrick falou sobre qual ser a nossa reação, qual vai ser a reação da nossa juventude, qual a reação dessa geração, o que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

aprendendo nas universidades para podermos ter a capacidade de reagir do tamanho que necessita essa reação. Porque este golpe é um golpe sofisticado. Não está precisando mais das armas, dos militares, mas é uma combinação, você falou, do Ministério Público, dos braços do Judiciário e da elite brasileira, que usa os mesmos métodos. Naquela época, usou os militares, agora está usando uma capa legal, que vai buscar nas chamadas pedaladas o motivo para dar um golpe e impedir os avanços que conquistamos no nosso País. E voltar ao Brasil Colônia, a uma América Latina colônia.

Seria bom relembrarmos o livro *As veias abertas para a América Latina*. Toda a nossa história, todo esse processo de luta foi exatamente para deixarmos de ser colônia, para que os avanços e as conquistas tragam para cá a justiça, a paz, a dignidade, a felicidade do nosso povo, da nossa gente.

Foi a democracia, Paim, que criou as condições de nós, operários, trabalhadores rurais, etc., chegarmos aqui para, através dos espaços da Constituição que nós conquistamos no País, criarmos um arcabouço legal para proteger esses. Foi da nossa iniciativa, minha principalmente, o combate ao trabalho escravo. Por quê? Porque foi na minha vivência política lá no Estado do Pará, Estado campeão em morte de trabalhadores e líderes sindicais da área rural, para poder brigar por um pedacinho de terra. E aqueles que conseguiram trabalhar, se empregar, trabalhavam sob a escravidão da casa grande, daqueles que sempre nos dominavam. Então, é por essa democracia que nós devemos lutar. É nesta democracia que se criaram as condições de pelo menos lutarmos por um País que desse igualdade para todos.

Sueli, nesse período de governo nosso, Lula e Dilma, fizemos um programa de governo que desse oportunidade para todos. Nem as reformas que gostaríamos que tivessem sido feitas – a reforma agrária, a reforma tributária – nós não fizemos. Estão nos apeando do poder porque nós conseguimos um tiquinho de avanços importantes para poder trazer oportunidade para todos, dignidade, justiça e paz.

Por isso é importante a nossa reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha. Queria cumprimentá-lo, porque neste momento já estão conosco aqui, na sala ao lado, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas e o Dr. Luis Almagro Lemes.

Vou pedir ao Senador Paulo Rocha, como Líder do PT, e a Senadora Vanessa, um homem e uma mulher, por sugestão aqui da Mesa, que se desloquem à sala ao lado, conduzam os dois convidados a este recinto.

Convido esta Mesa, se puder, para se deslocar ao plenário.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido para que adentre o recinto Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e o Dr. Luís Almagro Lemes, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Peço a todos que deem uma salva de palmas em pé aos dois, que se deslocaram de seus países de origem para fazer uma palestra para o Brasil neste momento. (*Palmas.*)

Convido a Senadora Ideli Salvatti para se sentar à mesa.

Meus amigos, é com muita alegria que recebemos, no ciclo de debate sobre democracia, aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, esses dois convidados. É a 20ª audiência pública debatendo esse tema. Iniciada há cerca de um mês e meio, por aqui passaram a juventude, idosos, sindicalistas, constituintes, passaram juristas, professores das universidades. Enfim, aqui passaram aqueles que estudam, debatem e defendem com alma, coração, a democracia como a causa principal das nossas vidas.

De imediato, passarei a palavra aos senhores para fazerem a exposição – meu amigo, com quem eu tive a alegria de participar. Ele, nesta Comissão, falou muitas vezes. Não é a primeira vez que aqui ele vem falar sobre um tema tão importante num momento tão delicado para o nosso País.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Dr. Roberto de Figueiredo Caldas. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É uma honra participar deste importante momento.

Exmo Sr. Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Dr. Luis Almagro, muito bem-vindo; Srª Senadoras, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Professores, senhoras e senhores, minha participação neste momento importante da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal dá-se por uma motivação nobre. A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem dedicado à causa da democracia um especial capítulo. Nós somos o Tribunal que examina, ao fim e ao cabo, em última instância, não só a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, como a Carta Democrática Interamericana de 2001. Ou seja, no mandato da Corte Interamericana está a defesa da democracia e da estabilidade dos nossos povos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Os precedentes que já ocorreram ao longo deste século na América Latina e que podem ocorrer, em tese, também no Estado brasileiro impõem-nos o dever daquilo que a Corte Interamericana registrou em julgamento do ano passado, o caso López Lone contra o Estado de Honduras, onde foram julgados atos do governo hondurenho de exonerar quatro juízes por participarem da defesa da democracia. A Corte Interamericana estabeleceu claramente que o magistrado não só pode manifestar-se publicamente como também, quando está em causa a democracia, tem a obrigação. É nesse sentido que nós resolvemos aceitar o convite feito pelo Senador Paim e por esta Comissão, dada a importância do momento, a gravidade dos fatos que ocorrem no Brasil. E digo isso não como brasileiro, mas vou fazê-lo como juiz interamericano, em uma visão externa. Pretendo aqui falar, rapidamente, no tempo que nos é dado, sobre precedentes jurisprudenciais da Corte, ou seja, não vou falar de novidades, vou falar de jurisprudência consolidada da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eu me referirei a fatos graves que têm ocorrido no Brasil, que preocupam, dada a repercussão na questão democrática que se pode ter.

Em primeiro lugar, falo sobre o caso Escher e outros, que é um caso que, no Estado do Paraná, a polícia requisitou escutas telefônicas. As escutas telefônicas foram feitas. Posteriormente, houve divulgação dessas escutas à imprensa. As escutas, tanto na forma, por não respeitarem a Lei Nacional, que restringe as escutas telefônicas, e a divulgação que se deu em um importante meio de comunicação, em um telejornal, levou a que, por unanimidade – e naquele momento eu era um juiz *ad hoc*, foi um julgamento de 2009, de participei como juiz indicado pelo Estado brasileiro –, naquele momento, os oito juízes, ou seja, os sete titulares, com a minha participação, entendemos que o Estado brasileiro violou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ao permitir a gravação e a divulgação ilícita do que era conteúdo de investigação criminal. E, duplamente, é uma divulgação de um segredo de investigação criminal e uma divulgação proibida pela Lei de Escutas Telefônicas, porque o princípio geral é a intocabilidade das comunicações de todos os tipos, inclusive telefônicas. Então, essa dupla quebra à vida redundou em uma condenação, repito, unânime, do Estado brasileiro, e que determinou a investigação, o processamento e a punição dos policiais que participaram dessa operação, do Secretário de Segurança Pública do Estado, Senadora Gleisi, e também da juíza da causa.

Não há cidadão acima das leis, nem da Constituição, e, no caso da minha análise, da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, que é a Constituição sobre os Direitos Humanos das Américas. Este documento tem importância extra, é a Constituição das Américas para Direitos Humanos, e tem, na Corte que tenho a honra de presidir, a sua máxima guardiã. Dessa forma, neste momento, de fato, não se tem notícia de qualquer investigação iniciada pelo Estado brasileiro para investigar, processar e punir quem agiu à margem da lei, foi marginal à lei estabelecida no Estado brasileiro e ratificada como convencional pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em outro sentido, também avanço para analisar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Muitos juristas, os meios internacionais, felizmente, passaram a ter uma especial atenção à questão brasileira a partir do dia 17 de abril, quando se deu a votação e como se deu a votação na Câmara dos Deputados no processo de *impeachment*. O processo de *impeachment* é absolutamente constitucional nos países que adotam o presidencialismo. Porém, esse mesmo processo de *impeachment* deve seguir o que se denomina, e todos conhecem, Estado de Direito. Os princípios basilares do Estado de Direito devem ser respeitados no procedimento do *impeachment*.

O *impeachment* tem uma inspiração, sem dúvida nenhuma, no Direito norte-americano, na velha constituição norte-americana, em que os federalistas buscaram e discutiram qual seria o órgão julgador dos maiores agentes políticos daqueles Estados Unidos. Pensaram no Supremo Tribunal Federal e decidiram que deveria ser o Congresso Nacional a processar. E qual é a razão disso? A razão é que entenderam que um pequeno grupo de juízes poderia ser pressionado a determinado ponto que perdesse sua parcialidade. Por isso, decidiram que seriam as Casas do povo, dos representantes do povo, que realizariam, como juízes, o julgamento. Isso inspirou vários países, inclusive o Brasil, quando de nossa Lei do *Impeachment* e das Constituições que assim se seguiram.

Então, não é por outra razão que a Câmara e o Senado da República se convertem em juízes. O termo utilizado na legislação interna e na internacional é "juízes". Os Srs. Deputados e as Srªs Deputadas, Senadoras e Senadores, têm a grave missão de realizar certamente aquele que é dedicado pela Constituição o mais grave e importante julgamento de uma nação, que é julgar quem chegou ao posto pelo voto direto, ou os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou os Ministros de Estado, esses também dividindo competência com o Supremo Tribunal Federal, no caso de Ministros de Estado. Pois bem essa é a razão pela qual se inicia o processo na Câmara dos Deputados, já se inicia um processo propriamente dito, e chega ao Senado para o julgamento final de mérito.

Faço uma comparação para que se compreenda mais facilmente. Temos em vários ordenamentos jurídicos nas Américas um outro instituto de julgamento por não juízes profissionais, mas que se convertem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

juízes também. São os jurados de um tribunal de júri, que também examinam crimes graves, que são os homicídios, os atentados dolosos contra a vida. Exatamente esses jurados – e a lei é absolutamente clara – devem se responsabilizar como juízes. Eles têm os mesmos requisitos de imparcialidade, de manutenção da sua compreensão até o momento do julgamento, que é a necessidade de ouvir acusação e defesa até formar opinião. A formação de opinião só pode ser realizada após todo o procedimento legal de um julgamento.

Portanto, sem sombra de dúvida, o fato de que se viram Parlamentares anunciando previamente os votos assustou o mundo jurídico internacional. Esse grave julgamento não aconteceu. Esse da Câmara já ocorreu antes, com confirmação pelas páginas dos jornais, por gravações prévias nas redes sociais, ou seja, ocorreu tudo aquilo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e temos precedentes acontecidos, quis que não se pudesse fazer, a quebra da imparcialidade até o momento final e a restrição da manifestação de opinião, porque isso é prejulgamento e quem prejulga está impedido de votar. De maneira que esse julgamento na Câmara que dá início ao processo no Senado é eivado de nulidade.

E mais, não paramos. Os fatos que todo o mundo já acompanha impressionam porque os votos já vêm sendo anunciados também aqui nesta Casa, Senador, e é um dever exatamente do Senado verificar o que fazer, porque quem anuncia voto prejulga e se impede de julgar. Julgamento de que alguém participa prejulgando é julgamento nulo. Isso com base na jurisprudência firme da Corte Interamericana de Direitos Humanos e também do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. E são decisões que têm sido seguidas.

Vou ler, me permitam, alguns trechos de julgamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em primeiro lugar, um caso do Peru, de 2001, em que o Tribunal Constitucional do Peru teve juízes impedidos por um processo de *impeachment*. Nesse julgamento, a Corte estudou toda a doutrina internacional, a jurisprudência dos países – quando a Corte se manifesta, são julgamentos realmente muito aprofundados, estudados –, e, a partir dali, a Corte estabeleceu que a imparcialidade do congressista que participa de um processo de *impeachment* deve permanecer também até o final. O devido processo legal é mandamento de todo julgamento, inclusive deste mais importante julgamento, que é de juízes de supremos tribunais ou cortes constitucionais e presidentes de república.

Então, a Corte entendeu, naquele caso do tribunal constitucional do Peru, de 2001, que a destituição das três supostas vítimas, os Ministros, foi produto de aplicação de uma sanção por parte do Poder Legislativo no marco de um juízo político. A Corte definiu que se tratava de um juízo político, e é, juízo ou julgamento, melhor tradução, e diz, abro aspas: "Em um Estado de direito, o juízo político é uma forma de controle que o Poder Legislativo exerce em relação aos funcionários superiores, tanto do Poder Executivo quanto de outros órgãos estatais. O indivíduo tem também o direito, em geral, ao devido processo legal que se aplica em matéria penal", ou seja, a imparcialidade e o direito a não ser prejulgado, a ter a defesa até o último dia, até o último momento. O julgador, o juiz Senador, se converte em juiz. Esses são os termos da lei, inclusive da lei brasileira do crime de responsabilidade, que estabelece que os Senadores são juízes, e assim se deve dar.

O que se viu, no dia 17 de abril, não foi exatamente um clima de um julgamento: cartazes anunciando votos, partidos anunciando orientação de bancada. Tribunal juiz é exercício individual de consciência, não pode ter orientações. Deve ser livre e desimpedida de qualquer preconceito e prejulgamento.

Então, chegando em 2013, cito um julgamento de que tive a honra de participar, um caso também, aqui já como titular, sob a Presidência do juiz peruano Diego García-Sayán. É o caso chamado Camba Campos e Outros, que é o nome de um Ministro também do Tribunal Constitucional, neste caso do Equador. Fatos ocorridos há mais tempo. Nesse caso, a Corte manteve a jurisprudência e ampliou alguns conceitos. A Corte entendeu que, entre aspas, "a imparcialidade exige que a autoridade judicial que intervenha em uma contenda particular se aproxime dos fatos da causa carecendo de maneira subjetiva de qualquer prejulgamento e do mesmo modo oferecendo garantias suficientes de natureza objetiva que permitam afastar qualquer dúvida que o acusado ou a comunidade possam ter". E aplicando tal entendimento, decidiu que o Congresso Nacional equatoriano, responsável pelo julgamento dos juízes do Tribunal, não lhe assegurou a garantia de imparcialidade requerida pelo art. 8.1 da Convenção Americana, porque, dentre outros elementos, foram motivados por seu interesse em exercer maior controle sobre o Tribunal Constitucional, o que fora, dias antes, manifestado em uma carta dirigida por 40 Parlamentares àquele Tribunal.

Então, nesse caso, ratificamos a decisão e mostramos que o controle jurídico e o controle político andam juntos. O dizer que há um processo político pelo fato de estar nesta Casa é certo, por um lado, mas, por outro, deve ser completado com o conceito de juridicidade, porque os Senadores, sem sombra de dúvida, são juízes para a Nação brasileira neste mais importante julgamento que pode ocorrer.

Senhoras e senhores, esses precedentes da Corte Interamericana, entre outros tantos que poderiam ser ıdos aqui nesta manhã, nos indicam dizer que deve ser profundamente repensada a marcha deste processo. a instabilidade, que é uma preocupação de quem busca a preservação da democracia; pela estabilidade ne-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cessária para um ambiente democrático nas Américas; e pela responsabilidade que esta Casa Maior, representativa do povo brasileiro, tem, não só em relação ao Brasil, mas em relação à estabilidade do nosso continente.

Certamente que, no Brasil – como líder, como espelho para muitas das democracias jovens, decorrentes dos golpes de Estado que quase todos os países sofreram, com períodos autoritários ou totalitários –, é importante que os princípios do Estado de direito sejam preservados contra esses fatos graves que têm ocorrido, como termos ilícitos graves entre os crimes. Na divulgação de elementos de segredo de Justiça, está um costume que se tem notícia todos os dias: a imprensa sabe antes de qualquer um, inclusive da parte investigada, que houve uma determinada operação, uma gravação, uma investigação, um elemento de gravação.

Recentemente, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, ao julgar um caso da Suíça, o caso Bédat, que foi divulgado no dia 29 de março, um caso em que um jornalista obteve elementos de uma investigação criminal e divulgou, passou a escrever artigos de opinião – não era sequer informação, porque o artigo de opinião é mais protegido. Mas, ao fazer alusão a elementos do processo, o Estado suíço o puniu com uma multa. E o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, na Grande Sala, que é o plenário maior, composto de 17 juízes, por 15 votos a dois, entendeu que, sim, é possível e não fere a liberdade de expressão punir jornalistas que divulgam elementos contidos em segredo de Justiça.

Abro um parêntese para dizer que não estou propondo punição a jornalista nenhum, porque no Brasil a legislação é diferente. Na Suíça há uma previsão expressa de que, administrativamente, se pode punir, mas todo aquele que divulga, que coloca alguém, a sua honra, ao escrutínio público, antes que tenha a oportunidade de defender-se, sim, pode ser, pelas vias do Judiciário, processado. Todos têm responsabilidade: advogados, juízes, procuradores, jornalistas, Parlamentares. Todos temos responsabilidade perante a lei. E, portanto, este caso Bédat serve para inspirar também o Senado nos seus deveres. Por quê? Naquele momento – e com isso concluo –, o Tribunal Europeu entendeu que havia duas esferas que estavam sendo violadas: uma individual, da própria pessoa, que envolve o direito à ampla defesa, o direito à intimidade e o direito à honra. Nesse direito à honra há um aspecto público também, que é o direito à reputação. Então, há essa fundamentação de ordem individual.

A fundamentação de ordem judicial ou pública é a seguinte: o fato de alguém publicar, antes, dados de uma investigação transfere, do Poder Judiciário para o escrutínio público, para a opinião pública, o julgamento. E isso fere os princípios da autoridade do Poder Judiciário e da imparcialidade do juiz.

Essa decisão, muito bem trabalhada, demonstra como, após o exame de dados, de documentos, pela opinião pública, o juiz recebe de segunda mão, recebe com toda a opinião pública a pressioná-lo, e isso invalida julgamentos. De forma que o grau de civilidade que se alcançou no Brasil e na América Latina indica a que sigamos este caminho. Sigamos como americanos, na ordem democrática, dentro do Estado de direito e nos princípios e desígnios de justiça.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, com muita competência, falou aqui da falta de sigilo do processo, da instabilidade criada e de uma certa irresponsabilidade daqueles que serão os juízes.

Agradeço muito, muito a aceitação do convite feito por esta Comissão.

Eu gostaria que V. Exª viesse ao Brasil num outro momento, e não num momento como esse. V. Exª, que é brasileiro, naturalmente, viria para ser homenageado pelo cargo que exerce, para orgulho de todos nós.

Fica aqui uma salva de palmas ao nosso querido brasileiro que está na Presidência da Corte Interamericana. (*Palmas.*)

Neste momento, com muito orgulho e satisfação, nós passaremos a palavra ao Dr. Luis Almagro Lemes, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao mesmo tempo, quero agradecer muito a V. Sª o ter aceito o convite desta Comissão, para vir ao Brasil neste momento.

Seja recebido com as palmas do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. LUIS ALMAGRO LEMES – Obrigado.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, nosso querido convidado, Luis Almagro Lemes.

Está chegando à Mesa, neste momento, a informação de que o atual Presidente da Câmara dos Deputados, Waldir Guimarães...

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Waldir Maranhão, acabou de pedir o retorno do processo de *impeachment* por problema de vícios jurídicos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, vamos permanecer como estivemos até o momento. Acho que é um passo a mais que foi dado.

Eu queria cumprimentar aqui a fala de ambos que apontaram as suas preocupações.

A palavra volta para o Secretário-Geral da OEA, Dr. Luis Almagro Lemes.

O SR. LUIS ALMAGRO LEMES –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Dr. Luis Almagro Lemes, que reafirmou aqui as suas preocupações pela forma como o processo foi instalado no Brasil e a discordância de ambos os nossos convidados.

O nosso querido sempre Constituinte e Deputado Federal, Aldo Arantes, foi o primeiro a pedir a palavra, então, eu passo a ele, neste momento.

O SR. ALDO ARANTES – Eu queria me dirigir ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Sr. Luis Almagro Lemes; quero me dirigir ao meu grande amigo Roberto Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para informar que os maiores juristas brasileiros, advogados, advogadas, assinaram um manifesto, dentre eles, Dalmo de Abreu Dallari, Professor Emérito da USP; Fábio Konder Comparato, Professor Emérito da USP; Tarso Genro, ex-Ministro da Justiça; Marcello Lavenère Machado, ex-presidente da OAB; César Brito, ex-presidente da OAB; e mais uma grande quantidade de advogados e juristas.

O título do manifesto é: *Traidor da Constituição é traidor da Pátria*. (*Palmas.*)

Inicia o manifesto:

O Movimento de Advogados, Advogadas e Juristas em Defesa da Legalidade e da Democracia (AJLD) lembra que, na promulgação da Constituição de 1988, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães afirmou: "a Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério".

A política brasileira está com os sinais trocados. Muitos dos que se dizem democratas apoiaram a ditadura em sua prática de prender, torturar e assassinar democratas e patriotas. Muitos dos que dizem lutar contra a corrupção são os maiores corruptos, como atestam informações divulgadas pela Operação Lava Jato, após divulgação seletiva. Todos traíram a Constituição.

O Prof. Dalmo Dallari, o primeiro assinante desse manifesto, afirmou em entrevista concedida recentemente que a Constituição Brasileira é uma das mais democráticas do mundo e, mais, colocamos dentro da Constituição os direitos civis, políticos e também os direitos econômicos, sociais e culturais. Portanto, incorporamos à Constituição os Direitos Humanos no seu sentido real, verdadeiro.

E ele diz mais: que o Relator do *impeachment* não indica um único fato da Presidente que configure crime. O que ele diz é que outros praticaram atos inconvenientes e que, certamente, a Presidente tinha o conhecimento disso. Ora, se ele, o Relator do *impeachment*, lesse a Constituição ou se a respeitasse, jamais diria que a omissão da Presidente é fundamento para *impeachment,* pois a Constituição expressamente exige atos e omissão é ausência de atos.

Esse manifesto termina dizendo: "Em defesa da Constituição, pela preservação da democracia e do Estado democrático de direito, União do povo brasileiro pela democracia."

A ideia é que, amanhã, nos dirijamos ao Presidente do Senado para encaminhar, quer dizer, uma grande quantidade de assinaturas de advogadas, advogados e juristas. Esse manifesto que está sendo colocado nas redes sociais, para que possamos obter milhares de assinaturas, para que possamos, então, levar ao Presidente do Senado. Pretendemos também levar ao Presidente do Supremo Tribunal Federal essas mesmas assinaturas, esse mesmo apoio. Tenho a convicção de que a sociedade brasileira – os juristas, os advogados, as advogadas e mesmo o povo brasileiro – vai entender a importância do que isso significa para o futuro da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Lindbergh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Queria cumprimentar o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, e o Dr. Roberto Caldas, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O que aconteceu hoje aqui, o senhor falava da imparcialidade. Naquela votação na Câmara não houve imparcialidade, porque os Presidentes dos partidos encaminharam.

Eu quero ler agora a decisão do Vice-Presidente da Câmara, que ocupa interinamente a Presidência da Câmara, porque parece que ele estava a escutar o senhor. Vamos lá:

O Presidente da Comissão Especial do Impeachment do Senado Federal, Senador Raimundo Lira, no dia 27 de abril do corrente ano, encaminhou à Câmara dos Deputados ofício em que indagava sobre o andamento de recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União contra a decisão que autorizou a instauração do processo de *impeachment* contra a Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

Ao tomar conhecimento desse ofício, tomei ciência da existência de petição dirigida pela Senhora Presidente da República, por meio da Advocacia-Geral da União, em que pleiteava a anulação da sessão realizada pela Câmara dos Deputados nos dias 15, 16 e 17 de abril. Nessa sessão, como todos sabem, o Plenário desta Casa aprovou parecer encaminhado pela Comissão Especial que propunha que fosse encaminhada ao Senado Federal para eventual abertura de processo contra a Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade.

Como a petição não havia ainda sido decidida, eu a examinei e decidi acolher em parte as ponderações nela contidas. Desacolhi a arguição de nulidade feita em relação aos motivos apresentados pelos Srs. Deputados no momento da votação por entender que não ocorreram quaisquer vícios naquelas declarações de votos. Todavia, acolhi as demais arguições por entender que, efetivamente, ocorreram vícios que tornaram nula de pleno direito a sessão em questão. Não poderiam os partidos políticos ter fechado questão ou firmado orientação para que os Parlamentares votassem de um modo ou de outro, uma vez que, no caso, deveriam votar de acordo com as suas convicções e livremente. Não poderiam os Srs. Parlamentares, antes da conclusão da votação, ter anunciado publicamente os seus votos [como o senhor falou], na medida em que isso caracteriza prejulgamento e clara ofensa ao amplo direito de defesa que está consagrado na Constituição. Do mesmo modo, não poderia a defesa da Senhora Presidente da República ter deixado de falar por último no momento da votação, como acabou ocorrendo.

Também considero que o resultado da votação deveria ter sido formalizado por resolução, por ser o que dispõe o Regimento Interno Câmara dos Deputados e o que estava originalmente previsto no processamento do *impeachment* do Presidente Collor, tomado como paradigma pelo STF para o processamento do presente pedido de *impeachment*.

Por essas razões, anulei as sessões realizadas nos dias 15, 16 e 17 e determinei que uma nova sessão seja realizada para deliberar sobre a matéria, no prazo de 5 sessões, contadas da data em que o processo for devolvido pelo Senado à Câmara dos Deputados.

Para o cumprimento da minha decisão, encaminhei ofício ao Presidente do Senado para que os autos do processo do *impeachment* sejam devolvidos à Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mediante essa informação, vamos encerrar a nossa audiência pública com uma grande salva de palmas para os nossos dois convidados.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DO 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO AUDITÓRIO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, INTERLEGIS, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dez de maio de dois mil e dezesseis, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, Interlegis, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e da Senadora Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o Ciclo de Debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com a participação de Constituintes de 1988. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Luiza Pereira, Psicóloga e Representante do Coletivo Iara Iavelberg; Nelton Friedrich, Constituinte de 1988; Haroldo Sabóia, Constituinte de 1988. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Auditório. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada, como todas as outras, nos termos do Requerimento nº 56, de 2015, desta Comissão, esse também de minha autoria, para debater, em ciclo, o tema: Democracia e Direitos Humanos, com a presença hoje, aqui, de Constituintes de 1988, que serão representados por dois Parlamentares, e de um grupo que assina um documento que foi divulgado ao País com cerca de 30 assinaturas. Também teremos aqui alguém falando pelo setor da Psicologia. Não sei se vai ser uma psicóloga ou um psicólogo, mas os teremos aqui, eles me entregarão um documento em defesa da democracia e vão expressar seu ponto de vista. Teremos, também, no desenrolar dos trabalhos desta manhã, a presença de alguns sindicalistas, que vão participar do debate: Movimento Sindical e Democracia.

Aviso a todos que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Com isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/e-cidadania, e também do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Enquanto os convidados estão ainda chegando, faço aqui uma pequena retrospectiva, primeiro, dizendo que hoje estamos encerrando este ciclo de debates, conforme combinado, sobre a democracia. Claro que democracia é um tema que não para nunca. Nós continuaremos discutindo ao longo das nossas vidas. E que bom que se possa dialogar com o nosso querido País sobre um tema tão importante.

Digo que a democracia é a mãe de todas as causas. Sem democracia não há direitos humanos; sem democracia não há saúde, que debatemos aqui, neste ciclo; sem democracia não há educação, que debatemos aqui, neste ciclo; sem democracia não há liberdade; sem democracia não há justiça; sem democracia não há distribuição de renda; enfim, sem democracia não há uma previdência justa. Por isso, nós enfatizamos tanto a importância da democracia.

Em seguida, vou apresentar aqui a minha visão de um conceito mais aprofundado da importância da democracia.

Mas, assim mesmo, quando prometi realizar esse ciclo de debates, sempre há alguns sectários que se dão o direito, na internet, de dizer que o ciclo de debates era um cavalo de Troia, que visava ocupar o Senado da República e que eu ia colocar o meu exército, que eu não tenho – pior que não tenho, antes eu tivesse um exército de militantes –, para dentro do Senado. O cavalo de Troia aqui talvez seja a palavra democracia, de que muitos não gostam. E nós realizamos todo ciclo de debate. Vou ler aqui um por um e vamos encerrar hoje no nosso querido Interlegis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não houve um incidente. Houve desentendimento, e é natural que assim aconteça entre aqueles que pensam diferente. E é bom porque isso a democracia permite.

Realizamos aqui a primeira audiência, com professores da UNB que discutiram a educação, a democracia, a visão no campo do direito, a importância de fortalecer a democracia.

Depois fizemos outra audiência pública, que foi um ato suprapartidário e inter-religioso. Estavam lá a maioria dos partidos e as mais variadas concepções e visões de religião, e defenderam todos a democracia.

Outra audiência: Democracia e o Direito das Mulheres. Estavam lá as mulheres, deram uma aula para nós todos.

Depois, Democracia e Cultura. Estiveram poetas, estiveram atores, estiveram artistas, estiveram músicos. Foi um verdadeiro *show* de cultura.

Tivemos outro evento ainda: Juventude pela Democracia. A juventude brasileira veio, falou, sempre coberto por todo o sistema de comunicação do Senado. Não houve também nenhum incidente. Na saída, um pequeno desencontro, que ajustamos depois. Eu mesmo saí com eles num ato, digamos, de integração, de solidariedade da juventude para comigo e minha para com a juventude, já que havia algumas pessoas que queriam que 10, 12 meninos ficassem a noite toda deitados ali dentro, por conta de uma matéria que seria votada no dia seguinte, uma loucura total. Mas os meninos, com a sua competência e inteligência, acabaram me ouvindo e caminhamos juntos até a saída da Casa.

Tivemos outra audiência com a participação do Senador Hélio José sobre a situação do sistema prisional brasileiro na visão democrática. Foi um belo debate.

Depois tivemos uma audiência pública, SUS e a Democracia, que debateu toda a questão da saúde e a democracia sem nenhum problema.

Tivemos outra ainda: Juristas pela Democracia, num alto nível, com a presença de juristas conceituados, inclusive vindo, se não me engano, o Secretário-Geral da OEA e também o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Tivemos ainda um debate franco, aberto e tranquilo com setores do Movimento Social e Popular, que vieram dialogar.

E, por fim, hoje, encerrando este ciclo de debate – eu fui Constituinte – a visão do Constituinte pela democracia. Teremos também a participação de psicólogos e psicólogas e teremos também a participação de sindicalistas, colocando a sua visão. Eles chegarão a partir das 10 horas.

Eu queria aproveitar este momento, ainda, de fechar este ciclo de debates, como esta nossa audiência pública é transmitida sempre para todo Brasil, para mais uma vez reafirmar o acordo que fiz com o Presidente do Senado, e que cumpri na íntegra, de que não haveria nenhum ato de ocupação ou de violência aqui dentro do Senado, e, de fato, não aconteceu. Fiz um acordo também com a própria organização interna da Casa. É preciso que saibamos respeitar, porque cada um cumpre a sua função, sejam aqueles que estão cobrindo esse evento, sejam os que estão aqui dando apoio logístico. Agradeço muito toda Comissão de Direitos Humanos, que tem trabalhado de manhã, de tarde e de noite para fazermos este ciclo de debates, enfim, cada profissional aqui da Casa, todos os que, uma vez convidados, estiveram no debate conosco.

Como os nossos convidados estão atrasados, porque mudou o local, vou, enquanto isso, fazer uma pequena abertura.

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado dá continuidade ao Ciclo de Debates sobre a Democracia no Brasil, ouvindo, como disse, psicólogos, psicólogas, constituintes e sindicalistas. A nossa intenção, desde o início, foi ouvir todos os setores da sociedade para que todos pudessem expressar seu ponto de vista sobre a democracia.

Esta audiência, como todas as outras, será em caráter interativo, com a participação popular, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, 0800-612211. Se você que está assistindo agora quiser participar, é só fazer contato por meio do Alô Senado ou do Portal e-Cidadania, que sempre ficará na tela.

Sejam bem-vindos, meus amigos e minhas amigas.

Gostaria de aproveitar este momento para, em primeira mão, fazer a leitura de um pequeno texto. Entre os meus vícios, mas vícios do bem, tenho a mania de escrever poesias. Escrevo alguns livros. Gosto de fazer o que faço, ou seja, estar agindo no processo político sempre defendendo a democracia. Por isso, não nego minha posição. Tive artigos, na *Folha de S.Paulo*, no *Correio Braziliense*, no *Zero Hora*, em diversos jornais, em que sempre disse que a saída para essa crise não era ficar em uma briga eterna de *impeachment* sim e *impeachment* não, mas seguir para eleições gerais. Espero que aqueles que não me entenderam em um primeiro momento entendam que o único pacto legítimo é o que vem do voto popular, das urnas. Não temos que ter medo desse pacto construído pelo nosso povo, pela nossa gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No último livro que estou escrevendo, e vou lançar na Feira do Livro de Porto Alegre, esse é o vigésimo livro, eu falo na introdução: o martelo, a pedra, o fogo construindo a cidadania.

O martelo é presente em todas as culturas, assumindo por vezes, nos povos mais antigos e dedicados à metalurgia, de onde eu vim, o importante símbolo do domínio do homem sobre o metal. Nos tempos modernos, o martelo tornou-se o símbolo do operariado urbano. O martelo representa, por si só, de baixo para cima, a própria democracia, o direito ao voto, à liberdade e à justiça, à igualdade e à fraternidade, à solidariedade e ao Estado democrático de direito.

A Constituição Cidadã, de 1988, eu tive a alegria de ajudar a escrever. E já está conosco aqui o Constituinte Nelton Friedrich, Constituinte de 1988. Eu tive a alegria de caminhar ao lado dele. Ele foi um grande Constituinte, não tenho dúvida nenhuma. Por isso, ele se deslocou do seu Estado, para vir aqui hoje, dar esse depoimento.

Espero também que venha o Haroldo Sabóia. Estava previsto que viria. E vocês dois representariam aquele grupo de 30 Constituintes que têm essa visão semelhante àquela que eu sei que você vai expressar aqui.

Enfim, deixem-me concluir esse raciocínio, enquanto chegam os nossos convidados. Temos que estar atentos e vigilantes, para que a nossa Carta Constituinte não seja desrespeitada e atacada. Quando ela é desrespeitada e atacada, nós estamos atacando a democracia.

O dicionário Aurélio traz a palavra "democracia" com o seguinte significado: governo do povo; soberania popular; doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder. Já o Michaelis faz a seguinte descrição: sistema em que cada cidadão participa do governo; democratismo; a influência do povo no governo de um Estado; a política ou a doutrina democrática; o povo; as graças populares.

Homens vêm, há séculos, tratando desse tema e expondo seus entendimentos e suas reflexões. Os mais conhecidos são os de Atenas. Para Platão, a democracia é uma constituição agradável, anárquica e variada, distribuidora de igualdades, indiferentemente a iguais e a desiguais. Aristóteles dizia que a democracia surgiu devido ao fato de que todos são iguais. Em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si.

O conceito de democracia tem sido construído por milênios, e cada um tem uma interpretação, mais avançada ou não, desde a democracia direta dos atenienses, passando pela democracia representativa e contemporânea, até a democracia participativa, que cada vez mais tem tomado espaço no debate político. E seu significado permanece o mesmo: o governo tem que ser do povo. O governo tem que ser eleito pelo povo. E, por isso, nós defendemos tanto a democracia.

Modernamente, há outras definições e comentários, como as de Abraham Lincoln, Nelson Mandela, José Saramago. Uma das mais respeitadas é a do pensador político e ex-Senador italiano Norberto Bobbio. Diz ele que a democracia é, no essencial, um método de governo, um conjunto de regras de procedimentos para a formação das decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a ampla participação. De quem? Dos interessados do povo.

Nenhuma nação ou país aprende democracia tão somente com estudos. É claro que eles são fundamentais. Em princípio, a base teórica, a educação é que faz a revolução.

A democracia só tem sentido se for posta em prática e isso predispõe a participação do povo. Por isso, a importância do voto direto. Nenhum governo será legítimo quando ele não passar pelo crivo das urnas e não for eleito pela população. Nós outros, Parlamentares, políticos, trabalhadores, empresários, cidadãos, homens e mulheres, ativistas militantes ou não temos a obrigação de defender a democracia e o voto direto da população.

Aqui, volto a Norberto Bobbio, que diz: "O respeito às normas e às instituições da democracia é o primeiro e mais importante passo para a renovação progressiva de uma sociedade."

Desde a nossa redemocratização, na década de 80, temos testemunhado processos eleitorais regulares. Já passamos, no Brasil, por sete eleições diretas para Presidente, sendo que, seis delas, acompanhadas de eleições legislativas para o nível federal. Também temos mantido eleições regulares regionais e locais.

A democracia resulta da vontade do povo, de todo o povo, daí a importância do voto.

Como ensina um dos nossos princípios, devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na exata medida de suas desigualdades. Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, disse que a democracia não é apenas um fim em si, é também um poderoso vetor do progresso econômico, social e de paz, de segurança e de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. Mas democracia resulta em uma história de povos com mais dignidade e direitos humanos, com menos corrupção, mais justa e melhor partilha do poder político. Por isso, a importância do voto.

Tenho a convicção de que é na maior participação popular, é no diálogo, é na convergência que alcançaremos o objetivo comum de todos nós. Devemos, assim, fortalecer ainda mais a nossa democracia, devemos garantir ainda mais os direitos e liberdade de nossos cidadãos na busca permanente da justiça, devemos buscar ainda mais a igualdade no campo econômico, social e político dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tenho eu plena certeza de que a democracia é o melhor meio para atingir os objetivos de uma sociedade que garanta melhora na qualidade de vida de todo o nosso povo. Por isso que, num momento de impasse como esse, de idas e vindas que vocês estão acompanhando no Plenário da Câmara e do Senado, de tanta controvérsia, se os homens públicos tivessem de fato o amor devido à democracia, eles não teriam receio do voto popular.

Por que não permitir que o povo faça a grande concertação, a grande união daqueles que são a favor e contra o impeachment, permitindo que o voto popular diga: "Nós queremos que esse seja quem vai dirigir o País", seja presidente, seja vice?

O impasse está criado. Vocês acham que alguém aqui, algum de nós, viu com alegria incêndios hoje acontecendo nas principais cidades do País? Ninguém viu com alegria, mas é pelo impasse criado e pela radicalização das posições. Alguém tem dúvida de que hoje haverá eventos em todas as capitais? Não tenham dúvida. E alguém está contente com isso? Acho que nem um nem outro está contente. Eu duvido de que uma única pessoa de bem esteja contente com o quadro que se apresenta. E por que não pensar em uma saída negociada, discutida, construída por homens públicos que têm a grandeza e a visão política do que é o melhor para o País? É o confronto pelo confronto ou é um grande entendimento pela via democrática e o voto popular? Eu sou daqueles que defende que a saída é só uma: o voto popular.

Feita essa introdução – e agora já estou aqui com os nossos convidados –, eu queria de pronto e com muita alegria chamar o Constituinte de 1988, Nelton Friedrich, para que venha à mesa.

Eu sei que está com problema de voo o Haroldo Sabóia.

Eu pergunto: Yvone Magalhães Duarte já chegou?

Luiza Pereira, faz favor.

Uma salva de palmas para Luiza Pereira, psicóloga e representante do Coletivo Iara Iavelberg. Seja bem-vinda.

Nelton já está aqui.

Vamos começar, neste primeiro momento, com os dois. Ficaram de vir ainda Haroldo Sabóia e Yvone Magalhães.

Eu, de imediato, vou passar a palavra, pela experiência no Parlamento – você fica para em seguida –, a esse grande... Qual prefere falar primeiro? Pode ser, Luiza? Está bom.

Então, eu vou passar a palavra para Luiza Pereira, que é psicóloga e representante do Coletivo Iara Iavelberg. Você tem o tempo de dez minutos, com mais cinco, para expor o seu ponto de vista.

A SRª LUIZA PEREIRA – Eu estou aqui representando o Coletivo Iara Iavelberg e vou ler uma carta aberta aos Senadores da República sobre a democracia:

O Coletivo Iara Iavelberg é formado por psicólogas (os) e estudantes de Psicologia que, extremamente preocupados com os frágeis fundamentos apresentados pela Câmara dos Deputados para autorizar a abertura do processo de impedimento contra a Presidenta Dilma Rousseff, organizaram-se com o objetivo de lutar pela proteção da democracia brasileira que, nos últimos meses, apresenta-se sob grave ameaça.

Este coletivo inspira-se em Iara Iavelberg, psicóloga, militante de esquerda, que abandonou confortável condição social para lutar contra as profundas desigualdades do País, motivo de seu brutal assassinato na ditadura militar, em 1971. Além dela, nos inspira, ainda, o Professor Marcus Vinicius de Oliveira e Silva, psicólogo, também perseguido pela ditadura, militante da luta antimanicomial, incansável defensor dos direitos humanos e das minorias oprimidas, violentamente assassinado no interior da Bahia, em 2016. Ambos foram calados por confrontar a configuração de poder estabelecida. Ambos lutavam pela liberdade.

Em memória destes dois grandes nomes da Psicologia brasileira, honrando a profissão que exercemos com dignidade, solicitamos a vigilância e o cuidado de V. Exªs para que a análise do processo de *impeachment* da nossa atual Presidenta ocorra com o rigor ético necessário, de modo a evitar que nosso regime político democrático, recentemente conquistado, seja vergonhosamente esfacelado.

A ética profissional determina que psicólogas (os) respeitem a liberdade e a dignidade humana, promovam análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural e atuem com responsabilidade social. Diante dessa obrigação ética, alertamos que a reeleição da [Presidenta] Dilma Rousseff foi legitimada por mais de 54 milhões de brasileiros, que, livres de qualquer embaraço, compareceram às urnas em 2014 e manifestaram suas preferências. A então candidata à Presidência liderou a apuração em 15 dos 27 Estados da Federação, e a diferença de mais de 3,4 milhões de votos em relação ao segundo candidato é superior à população de vários países do mundo.

Numa democracia, insatisfações com o projeto político-econômico de determinado governo não po-
m justificar sua deposição. A condição de cidadão nos confere direitos e deveres como faces de uma mesma
eda: o direito de votar é correlato ao dever de garantir o resultado das urnas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O impedimento baseado em "pedaladas fiscais" não se sustenta, vez que essas têm sido prática recorrente no Brasil. Presidentes anteriores a empregaram. Governadores e prefeitos em exercício ainda a utilizam. Então, como justificar o impedimento de Dilma Rousseff com base nesse argumento?

Ademais, como se sabe, não há denúncias de corrupção contra a atual Presidenta.

A grande mídia brasileira, concentrada nas mãos de poucas famílias abastadas, com projetos de favorecimento próprio que lhes são peculiares, tem contribuído acintosamente e de forma sensacionalista para a equivocada percepção de corrupção circunscrita a um único partido político, polarizando e incitando violentamente a população, resumindo todas as nossas diferenças em apenas duas categorias antagônicas. Veículos de comunicação internacionais, conservadores ou não, têm denunciado tal manipulação.

A Psicologia entende que o respeito à alteridade e à autonomia bem como a garantia de direitos individuais e coletivos são imprescindíveis a qualquer projeto de nação. Repudia quaisquer atos e manifestações que atentem contra a dignidade humana e que incitem violências e intolerâncias. Defende a equidade como fator de equilíbrio na balança social. Nenhuma sociedade é homogênea, mas divergências devem ser tratadas no campo da política. Entretanto, nesta disputa por projetos políticos, não podemos compactuar que diferenças sejam transformadas em desigualdades e acabem por estabelecer cidadãos (ãs) de primeira e segunda categoria: aqueles mais ou menos humanos, com mais ou menos direitos, aqueles cujos votos são mais ou menos importantes.

Partindo da premissa que dignidade humana é princípio inviolável, causou consternação a milhões de cidadãos (ãs) brasileiros (as) as atitudes de muitos Deputados, no último dia 17, ocasião em que a abertura do processo de impedimento foi colocada em votação na Câmara. Além de provocações e ofensas aos direitos humanos, proferidas pelos "representantes do povo", a população – independente se contra ou a favor – se surpreendeu com a escandalosa relação entre público e privado: decisões justificadas por questões meramente pessoais e/ou religiosas – oportuno lembrar que vivemos em um Estado constitucionalmente laico.

Além disso, grande parte de Deputados sob suspeita de corrupção julgando uma Presidenta "ficha limpa" revelou uma imagem caricata e constrangedora de nosso País no cenário internacional. Infelizmente, ainda não avançamos em direção a uma reforma política séria e, de fato, comprometida com a população brasileira.

Nossa democracia é conquista recente, resultado do sangue, da dor e do luto de muitas famílias brasileiras. Não podemos desperdiçá-la. Defendemos que as denúncias de corrupção e favorecimento sejam amplamente investigadas: em todos os âmbitos, em todos os partidos. E, claro, respeitando todos os princípios constitucionais. Investigações seletivas não favorecem o (a) cidadão (ã) comum, não favorecem a Democracia.

Diante disso, reforçamos que:

> 1. O fato atribuído à Presidenta Dilma não configura crime de responsabilidade. As "pedaladas fiscais" não podem ser classificadas como "crime contra a Lei do Orçamento" para fins de "resolução" de um conflito político. Estas foram práticas habituais em governos anteriores [...], sem que quaisquer questionamentos fossem levantados. Cerca de 16 governadores, de diferentes partidos políticos, também têm se valido de tal expediente. Ademais, os motivos elencados pela grande maioria dos Deputados Federais na votação pela instauração do processo de impedimento demonstram a inobservância da legalidade e da ética para com a população brasileira, posto que, nitidamente, não se ativeram à existência ou não de crime de responsabilidade;
> 2. Cabe a esse Colegiado, eleito para tal, mediar, com coerência e firmeza, as relações e conflitos existentes na sociedade, bem como zelar pela sua resolução;
> 3. Como profissionais que atuam na garantia de direitos, no respeito à alteridade, visando a autonomia das pessoas, o bem-estar e saúde mental, repudiamos quaisquer atos e manifestações incitadores de violência e de intolerância, presentes no próprio processo de votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Lutamos pela autonomia dos sujeitos e pelo reconhecimento dos seus direitos. Repudiamos quaisquer atos e manifestações de cunho arrogante, machista, incitadores de violência e de intolerância. A nossa luta só terá sustentação em uma sociedade democrática;
> 4. Decisões políticas devem ser tomadas na firme observância dos princípios éticos, morais, legais e sociais visando o bem-estar da sociedade brasileira, jamais em nome próprio, em nome da própria família ou em nome de Deus (ferindo a laicidade do Estado).

Portanto, nós, do Coletivo Iara Iavelberg, exigimos que o Senado Federal respeite a decisão das urnas e vete o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, baseado nas frágeis alegações supracitadas. Dilma teve seus direitos violados ao lutar pela liberdade e por um país mais justo durante a ditadura militar. Caso o impedimento se confirme nesta casa, ela deixará a presidência e perderá os direitos políticos por oito anos, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não havendo crime de responsabilidade que lhe seja imputado. Novamente, o Brasil estará violando seriamente os direitos desta brasileira. Mas, desta vez, não há ditadura...

Esperamos que as lutas de Iara, Marcus Vinicius e tantos outros não tenham sido em vão. Não ao impedimento! Sim à Democracia!

Coletivo Iara Iavelberg, psicólogos e psicólogas pela democracia.

E aqui eu entrego ao Senador Paulo Paim nossa carta e nossa petição pública com várias assinaturas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Recebemos o documento, com muita alegria, e vamos encaminhar para todos os Senadores uma cópia, além de, naturalmente, entregar para os dois constituintes que estão aqui ao meu lado.

Uma salva de palmas aqui para a nossa querida psicóloga, Luiza Pereira. (*Palmas.*)

Os dois constituintes já estão pedindo cópias. Então, peço a assessoria que providencie.

E digo a Luiza que a sua visão é muito clara. Enquanto você falava, eu recebi aqui a seguinte mensagem: política não é um negócio; é um ato pastoral, que envolve corações, alma e mente a favor da humanidade.

Meus cumprimentos aos internautas que estão entrando aqui e deixando essas considerações, inclusive à minha fala na abertura.

Eu queria, primeiro, dizer à Luiza que há uma concordância com a visão que ela tem do tema, inclusive quando ela fala de uma reforma política, eleitoral e partidária. Eu tomei a liberdade de apresentar a PEC 1.015, onde chamo uma assembleia exclusiva e temática, não é constituinte, em que seriam eleitos também nas eleições de 2 de outubro. Perguntaram-me: vão eleger os mesmos? E eu respondi: se forem os mesmos, por exemplo, como a própria Luiza, que está aqui, como o Nelton Friedrich e o Haroldo Sabóia, eu ficaria muito feliz se vocês fossem eleitos para elaborarem aqui a reforma político-partidária, como o Simon e tantos outros homens de bem que temos neste país, que poderíamos lembrar aqui, que poderiam elaborar de fato um novo marco na vida política para balizar as eleições de 2018.

Com esse rápido comentário, quero, de imediato, passar a palavra para o constituinte de 1988. Lembro-me de que, naquela época, permitam-me esta indiscrição, vocês criaram um grupo à parte do partido. Como era o nome? MUP? Estou bem de memória, apesar dos meus cabelos brancos, que cortei baixinho hoje exatamente porque estavam todos brancos, a barba e o cabelo. Recomendaram que eu cortasse, pois estavam muito brancos. É a idade, tenho orgulho dos meus 66 anos. Eu estava junto com esses dois jovens na Constituinte. Fiz, em março, 66 anos. Sou de 15 de março de 1950. Nunca se esqueçam do meu aniversário! Quando lembrarem dessa data, mandem-me um telegrama, pois ficarei bem feliz.

Por favor, Nelton Friedrich, constituinte de 1988, nota 10 no DIAP, como também o Haroldo Sabóia, constituinte em 1988, nota 10 pela postura em defesa do nosso povo sempre.

Com a palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Primeiro, uma saudação muito cordial e afetuosa ao nosso Senador Paulo Paim, admirável na sua trincheira de luta. O Paulo Paim tem o C da coragem, o C da coerência, 24 horas por dia. Ao mesmo tempo, quero saudar a nossa Luiza Pereira, excelente, não somente a mensagem como também essa necessidade que a gente está tendo de que todos os segmentos possam se manifestar, principalmente num momento crítico como este, porque há um extraordinário desejo de "petralizar" os que são contra o *impeachment*, quando a questão que está em jogo não é quem está a favor do Governo Dilma, mas de quem está a favor da continuidade de um Governo eleito democraticamente. (*Palmas.*)

É uma diferença extraordinária! Quero dizer para você, Haroldo Sabóia, que veio de longe, viajou a noite toda, a satisfação que tenho em revê-lo. Não faz muito tempo, nós lançamos um manifesto dos constituintes contra o *impeachment*, porque ajudamos a construir a Constituição, e não ajudamos a construir a Constituição. Nós estivemos, na antessala da Constituição, estivemos no processo da luta contra a ditadura, no enfrentamento que se deu neste País, com tantas vítimas, com tantos torturados, com tanto luto! O que se deu no País, portanto, fez com que aqueles que, como a nossa ex-presa política, hoje Presidente, estivessem na frente mais ousada, difícil, que fizeram a opção de dar a vida a uma causa, até aqueles que, como nós do movimento estudantil, então como Vice-Presidente e, depois, como Presidente do diretório acadêmico, passássemos a conviver toda semana com o processo opressor, porque não havia uma semana em que o DOPS ou a Polícia Federal ou qualquer uma dessas instâncias não fizesse uma reviravolta na sede do diretório acadêmico, como tantas outras práticas. Mas isso nos deu uma certa estrutura até emocional para, mantendo a emoção, enfrentar as situações.

Por isso, quando nós viemos para a Constituinte, talvez a Constituinte mais aberta que tivemos na América Latina toda, com milhares e milhares – não houve um segmento da sociedade brasileira que não tenha se manifestado –, uma Constituinte que teve até a ousadia dos constituintes de criar uma subcomissão de garantias do Estado democrático, como se fosse uma espécie de busca de que a nova Constituição tivesse elemen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tos, dispositivos, princípios que pudessem diminuir os riscos da história nossa, que a crônica latino-americana de dar quarteladas, de assaltos ao poder, de processos, às vezes, até contrarrevolucionários, as mais diferentes formas, só que elas foram se sofisticando.

E, se elas foram se sofisticando – daí eu faço essa abertura para entrar diretamente no outro ponto –, elas foram se sofisticando, porque hoje não precisam mais... E ainda há, aí fora, muita gente que subentende imediatamente golpe como quartel, armas, portanto processos mais bélicos, quando, na verdade, nós estamos vivendo outra época. Não precisa de Marines, não precisa de Operação Brother Sam, elas se dão muito mais em bastidores, em articulações. E, de vez em quando, elas se explicitam, depois acabam tendo uma capacidade de, nos subterrâneos, fazer todo esse trabalho, não há muitas necessidades, embora as mesmas instituições estejam postas enquanto golpistas.

Não vou lembrar aqui, porque não é preciso, o que aconteceu na década de 50, para ficar bem próximo. Um Presidente da República, então candidato, um grande político de oposição, que é hoje, quem sabe, símbolo para muitos desses que aí estão, escrevia na *Folha da Noite*, hoje chamada *Folha de S.Paulo*, em 1950, enfim: "Se for candidato, não pode disputar; se disputar, não pode ganhar; se ganhar, não pode assumir; se assumir, não pode governar." E foi o que fizeram, até seu suicídio.

Mas, nesse mesmo instante, houve lá um período em que foi escrita uma extraordinária carta, chamada carta dos coronéis, articulada e assinada, nada mais, nada menos, por Golbery do Couto e Silva, que, nada mais, nada menos, depois vai ser Presidente do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Econômica), que vai ser o berço do SNI, porque, inclusive, catalogava todas as lideranças sindicais, jornalistas, intelectuais, etc. E foi formar o cadastro do SNI e se transformou em um dos grandes ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional, disputando com o General Pinochet, do Chile, que era mais um intelectual da doutrina de segurança nacional.

Ao mesmo tempo, surge o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), a bancada do Ibad – nós poderíamos, hoje, pensar e tentar buscar títulos para bancadas –, mas o objetivo era praticamente o mesmo, e essa bancada era eleita, basicamente, com recursos que vinham diretamente da CIA, assim como as próprias manifestações de rua, campanhas e campanhas e campanhas, e depois se entendeu que havia patrocínio de alguns grandes empresários brasileiros, os mesmos que estão representados em algumas instituições. Ao mesmo tempo em que ali havia recursos dos Estados Unidos e de outras fontes, realizavam-se marchas como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em que inocentes eram utilizados para tentar demonstrar que havia um grande apoio popular, criando medos sobre medos.

Dou um salto para chegar aos dias de hoje, porque nós fizemos uma Constituinte. Eu fui relator da Subcomissão de Garantias para um Estado Democrático e de Direito. Por certo, por mais que tentássemos – e sabemos que nem tudo que se escreve em uma Constituição consegue obstruir tentativas de casuísmos ou de golpes ou o nome que se queira dar –, não conseguimos esgotar o assunto. E quando se coloca o *impeachment* na Constituição, coloca-se realmente com excepcionalidade. E ao se colocar como excepcionalidade é preciso atentar e atender rigorosamente o que está previsto na Constituição. Não precisa ser Ministro da Justiça ou advogado da AGU para se manifestar que é preciso ver e verificar além da OAB, a minha querida OAB, que também esteve a favor do golpe de 1964 e que, contraditoriamente faz isso. De repente, tem uma presença extraordinária, como teve no período da redemocratização. É meio contraditório, mas eu não posso elevar ao altar da grande voz, quando centenas e centenas e centenas de movimentos de juristas e advogados disseram: "É golpe!".

Portanto, eu volto à questão para fazer uma consideração que me parece oportuna sobre o componente também histórico, de que na Constituinte, na verdade, houve momentos em que ela estava se encaminhando para o parlamentarismo. Chegamos a ter praticamente alguns dispositivos que estavam se afirmando como regime parlamentarista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com medida provisória, que é de sistema parlamentarista. Se não me engano, foi o Jobim que foi ao exterior, trouxe a ideia, e nós acabamos acatando.

Desculpe a interrupção, só para ajudar no debate.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendendo que, no plebiscito, ia passar o parlamentarismo. E no plebiscito passou o presidencialismo.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Isso fez com que, por exemplo, nós tivéssemos que dar uma certa guinada no rumo que estava se dando ao processo constituinte.

Quando há, na verdade, o ato de censura no parlamentarismo, ele caracteriza muito bem como o poder está centrado no Legislativo e como muda o Executivo. Agora está se "tentando" – entre aspas –, com uma certa dose de habilidade, fazer algo que não está contemplado rigorosamente na excepcionalidade do processo de *impeachment*. O processo está andando. O processo não é o que está sendo questionado. É o mérito. De repente, consegue-se esparramar que o problema é 2015, mas todas as outras questões são examinadas, coloca-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

todo o problema da crise econômica e de tudo que possa haver, até algumas fragilidades do próprio Governo, e se quer abreviar a ida ao poder. No caso, busca-se uma saída, um atalho.

A inteligência humana criou o voto popular como soberano, como bem aqui se descreveu na abertura. Mas é tão soberano, que um voto basta para alguém ser o vencedor. E o questionamento no dia seguinte à eleição não foi sobre a diferença de votos. Mas é que era tão pouca, que precisava recontar.

Então, desde o início, houve isso. E houve várias outras coisas. Vou dar um salto, para apenas fazer aqui uma referência, que eu não queria deixar passar em branco, até pelo tema posto nesta própria Comissão, neste próprio evento.

Tenho colecionado o máximo que posso de opiniões a favor e de opiniões contrárias. Vou tomar a liberdade, meu ilustre Presidente Senador, de dizer que uma das coisas que me chamou muito a atenção foi esta: logo no início desse processo todo, houve uma manifestação muito interessante. Vou deixá-la aqui, portanto, para que ela seja inserida, se é que haverá anais – não sei a forma que assumirá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai, sim, com certeza. Este ciclo de debates vai se transformar em um livro sobre o episódio desta data.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Que beleza! Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um lamentável episódio!

O SR. NELTON FRIEDRICH – Quero fazer outra observação sobre isso, permita-me. Pode descontar até no tempo. Digo da importância de haver isto que se colocou aqui: uma memória desses debates, desses acontecimentos.

A infelicidade de um povo está na ausência de memória. Uma das melhores maneiras de dominação, sofisticada ou não, é não ter memória. Quem não tem memória tem mais ou menos o significado de não ter espinha dorsal, não consegue andar, não consegue ficar em pé, não tem altivez, porque não entende as lutas conclusas que tivemos e as lutas inconclusas em andamento, não consegue situar as diferentes e extraordinárias manifestações que aconteceram na história, por exemplo, de um povo ou de uma comunidade. Uma das melhores maneiras de deixar que o vento predominante venha levar as pessoas e as instituições é um povo sem memória. Há, permanentemente, em nosso País, um investimento para desmemoriar o povo brasileiro das lutas conclusas e das lutas inconclusas. Levei mais de dez anos depois de formado para entender a complexidade e a amplitude, por exemplo, da luta dos escravos, especialmente porque, nos livros de História, falavam que eles fugiam. E os quilombos formavam repúblicas independentes com ousadia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trincheiras de resistência.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Eram trincheiras de resistência! Mas nenhum livro, na minha época, nenhum livro registrava isso. Havia a fotografia de Zumbi em desenho, e, embaixo, estava escrito que eles fugiam das fazendas. Eram os fugitivos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permite, já que tocou no assunto, quero dizer que, quando eu era moleque ainda, ensinavam para mim que Zumbi era um morto e vivo, que eu tinha de ter medo de Zumbi. Na aula, aprendi isso. Depois, com os anos, descobri – vejam como é a vida! – que Zumbi era o meu líder, era o meu ídolo. Vejam o tanto que machucam a gente, pela versão que é contada da própria história! A mim era dito que Zumbi era um morto e vivo. Depois, descobri, à medida que fui crescendo, que Zumbi era meu ídolo maior. Eu diria: uma salva de palmas a Zumbi! Permita-me que faça isso aqui agora. (*Palmas.*)

O SR. NELTON FRIEDRICH – É por isso que é fundamental ter a memória de tudo que está acontecendo neste momento no Brasil, porque a história julgará.

E como é interessante: a sociedade e a história, muitas vezes, até gostam de traidor, mas abominam a traição. Abominam a traição! Às vezes, festejam o traidor, mas, logo em seguida, abominam a traição.

Então, nesse sentido e avançando, eu cheguei a recolher 28 manifestos, documentos como este que a querida psicóloga aqui apresentou, mas eu vou só deixar um que é bem pequeno, tem não mais do que meia lauda; é o "Impeachment, legalidade e democracia", assinado por dezenas e dezenas de universitários, professores, advogados, intelectuais, juristas, historiadores; você vai encontrar desde figuras com quem convivemos, como Luiz Carlos Bresser-Pereira, como vai encontrar figuras importantes que me permito não mencionar, para fazer apenas a demonstração de que aqui não há nenhuma vinculação essencialmente partidária.

Mas eu gostaria que nós pudéssemos incluir também, nesses *Anais*, tudo o que a imprensa internacional teve, num certo período de manifestação, que passou a ter depois, porque, no primeiro período, bebiam mais nos órgãos de imprensa do Brasil e bebiam mais da informação muito ligeira. Quando os correspondentes vieram, porque a gravidade foi se ampliando, eles passaram a beber diretamente dos fatos, e aí a imprensa internacional acabou sendo uma das maiores e mais importantes trincheiras na comprovação de que é golpe, e isso quando nós podíamos ver o que os intelectuais brasileiros, na sua maioria, fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, eu queria agora fazer uma última observação, permita-me, porque acho que o momento também é propício para isto, para podermos fazer uma rápida percepção, que me parece muito atual, de que todos nós temos ciência de que a solidez, e o avanço e a amplitude da democracia dão amplitude a direitos sociais. E é nesse sentido que vou tomar a liberdade de dizer que a questão de discutir a democracia, portanto, não é algo que deve ser restrito à política ou aos políticos. Eu diria que é muito mais importante a gente avançar na sociedade brasileira para aprofundar a discussão sobre a democracia. Ela é muito séria para ficar nas mãos só de partidos ou de políticos.

E eu vou tomar a liberdade de dizer que, nesse sentido, nós estamos, talvez, diante de um dos momentos mais complexos, porque a iniciativa de um processo de desconstruir ou tornar muito mais frágil a democracia é uma iniciativa que tem sempre, evidentemente, mais perdedores do que ganhadores no que diz respeito à maioria da sociedade de um país. É histórico que governos progressistas, muitas vezes, têm parlamentos conservadores e estão, seguidamente, em confronto.

Se pegarmos a história brasileira, na década de 50, na década de 60, e chegarmos à década em que estamos vivendo, nós vamos verificar como é que isso se dá. Talvez a apoteose dessa situação caricata, muitas vezes, vá ficar, na história brasileira, como o último dia 17, porque quis, à ventura, que a transmissão direta possibilitasse, num domingo, o Faustão do Plenário da Câmara dos Deputados. E desnudou. E, ao desnudar, mostrou que tipo de democracia representativa nós temos. E um dos pilares da democracia é exatamente a força representativa.

Quiseram os Constituintes... Eu tomo a liberdade de voltar, portanto, para beber naquilo que ajudamos a fazer e que a sociedade brasileira foi a grande autora, embora nós tenhamos lutado para que ela fosse exclusiva, que ela fosse soberana. Nós votamos para isso. No primeiro momento de votação, a primeira questão de ordem foi exatamente pelo Plínio de Arruda Sampaio, porque, em sendo exclusiva, soberana, os Constituintes terminam o trabalho e voltam para suas casas. Eles não se misturam com governo e Constituição, com Constituintes e a conjuntura.

Nesse sentido, os Constituintes conseguiram. E sei, todos vão lembrar, alguns chamavam de bolcheviques, alguns chamavam de outros nomes, quando, na titânica luta do primeiro artigo que abre a nossa Constituição, agasalhando os entes federativos e construindo esse sentido profundo da República... Mas está, neste artigo, no parágrafo único, quando você abre a Constituição: "Toda democracia..." Continua como? Todos sabem? "... emana do povo que o exerce através dos representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição." Esse "ou diretamente" levou horas, para não dizer dias, de confrontos na Constituinte, mas de lutas históricas do Brasil, para ampliar o processo da democracia no seu sentido mais amplo e profundo, que não é só representativa. Só a representativa, já enferma, precisa de muito tratamento, mas a nova democracia, que é consorciada e conectada com a democracia representativa, é muito, muito, muito incipiente, é de 1988. E essa democracia participativa evidentemente pode ser a forma mais rica que nós brasileiros possamos fazer com que a democracia venha a ser um avanço e não um retrocesso, mesmo na grande dificuldade, na crise que vivemos, no processo que é angustiante.

É por isso que eu vou pedir para dar um pulo aqui e dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando ele te mostrar um minuto, tu podes dizer que são mais cinco.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Então, está bem. Estou terminando.

É que a democracia que está aí, portanto, está em perigo. Primeiro, vamos lá! Não é aquele perigo, repito, de aportarem aqui navios em uma operação Brother Sam, que todos conhecem e sabem como é que foi a participação dos Estados Unidos no golpe militar de 1964. Não ser refere à experiência, por exemplo, da Guatemala, em que nós, na ditadura, inclusive, mandamos mais de 1,6 mil soldados, e o Paraguai até mandou 280, para garantir o golpe militar lá feito também, com participação do Tio Sam. Não é nenhuma das outras quarteladas ou iniciativas corriqueiras, por exemplo. Inclusive, na Bolívia, houve 210 golpes, quarteladas, contragolpes, tudo que nós possamos imaginar nessa dita cultura não democrática ou, às vezes, com uma ansiedade democrática.

Por isso, eu quero que possamos refletir um pouco, porque o perigo que nós estamos tendo é o perigo dessa sofisticação de retrocessos. É uma sofisticação porque eles se apropriam do discurso democrático. Isso é perigoso. O discurso é democrático, mas se apropriam do discurso democrático para fazer, na essência do que vem depois, entre outras iniciativas, a retirada, por exemplo, de direitos sociais. Isso é histórico.

A Europa, o berço, por exemplo, o início, os Estados Unidos se ampliando, de que o mundo estava dividido entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Eles sempre tiveram uma receita [illegible]a nós. A receita sempre foi a ausência do papel do Estado. Foi sempre a proposta denominada neoliberal, [illegible]bora com alguns lampejos, às vezes medievais, às vezes não. Mas, para todos os efeitos, quando vem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

questão concreta de diminuir o Estado, de estatizar o que for possível, mas, simultaneamente, vem, portanto, a desregulamentação, vem um processo agudo de que a mão invisível do mercado resolverá tudo, aí o mercado é eleito Deus. E a política vira o quê? Um subgrupo.

Aí, agregaram a isso outra extraordinária e arriscada situação, que é a economização da política, depois de uma etapa de financeirização da política. Eu deixei de ser candidato a Deputado já há três ou quatro eleições porque eu não vou atrás de R$5 milhões ou R$10 milhões para me eleger. Não vou atrás, porque sei que vou ter que pagar esta conta com os meus princípios, com a minha consciência. Eu resolvi fazer política não mandatada e com muita democracia direta.

É por isso que, neste momento, eu queria só dizer que agora – olha como se invertem os papéis –, nos próprios países em que o neoliberalismo sempre era a grande receita deles, como na Europa e nos Estados Unidos, eles estão sendo vítimas disso.

Eu pergunto a todos que estão aqui: quem é que, por exemplo, na Europa, está nas principais funções do sistema financeiro ou do sistema econômico-financeiro daqueles países? Quem está à frente, por exemplo, do Banco Central Europeu? Quem está à frente, por exemplo, do Banco Central? Quem está à frente do Tesouro, nos Estados Unidos, se em grande parte não são ex-Goldman Sachs? E quem foi convidado para estar com Macri na Argentina?

Esses sábios da financeirização mundial acabam sendo os ídolos para aplicar essa nova politização que é a despolitização do avanço da democracia inclusive nos direitos sociais, no sentido mais profundo da democracia, que é a democracia social, econômica, política, cultural, porque senão não é democracia, se ela tiver só uma faceta.

Eu vou dar apenas um detalhe para todos que estão aqui. O neoliberalismo não permite a diversidade, é pensamento único. Ao mesmo tempo, evidentemente, tem uma receita só para todas as sociedades, mesmo com as diversidades sociais, com as biodiversidades, com as diversidades culturais e com todas as outras, portanto, configurações que nós poderíamos ter nesse componente sociológico.

Então, o risco não está mais nos grandes golpes, e, sim, nesses perigos sorrateiros, cotidianos, que, em última instância, a vítima acaba sendo o cidadão, a cidadã e, portanto, os seus direitos.

Apenas para exemplificar – eu sei que quem poderia falar isto está aqui à minha esquerda –, há 25 projetos tramitando na Câmara dos Deputados que não só desregulamentam direitos, mas, ao mesmo tempo, terceirizam, sim, mas reduzem a amplitude inclusive do conceito de trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em cima desse eu consegui botar a pata, como eu digo, porque eu o estou relatando aqui, no Senado.

O SR. NELTON FRIEDRICH – E chegou a passar em algum lugar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já passou! Eu peguei na última hora. Estava em regime de urgência para aprovar.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Em 2016.

O mundo todo diante da maior crise que a humanidade teve, que foi a crise da sustentabilidade do socioambiental, que é a crise de um modelo, de um padrão de produção e consumo insustentáveis. Quando isso tinha que ser o tema principal, nós transformamos o tema principal em uma discussão de tirar uma Presidente porque tem pedaladas.

Os novos rumos. Vou terminar com os novos rumos. Vou tomar a liberdade de pedir que possamos compreender que não é, portanto, parar onde estamos ou retroceder. A democracia parece-me – esse momento pede, até por essas questões de novo da democracia e também os direitos sociais, mas não só eles – dizer o que significam ensaios que nós já tivemos no Brasil de democracia de alta intensidade. E aí eu sou um militante aprendiz desse componente que entendo da essencialidade do que significará democratizar a democracia. É democracia de alta intensidade. Não é mais a democracia representativa. E nem muitas vezes a democracia participativa, que, às vezes, não é tão representativa, porque, às vezes, ela tem cooptações.

Eu vi cooptações em uma experiência que tive em uma prefeitura em Curitiba, quando fui secretário. Vi como havia uma cooptação endêmica das associações de moradores, tão boa, tão rica e tão pura no seu início. Mas eu estou falando de uma democracia de alta intensidade que implica, portanto, compreendermos que passo nós demos, por exemplo, quando se criou no Brasil o orçamento participativo, quando tivemos a possibilidade de ter conselhos comunitários, conselhos locais, regionais, estaduais e nacionais influenciando na elaboração de políticas públicas; de ter oito milhões de brasileiros que participaram de diferentes conferências nacionais, que ajudaram a construir algumas políticas públicas decisivas para, inclusive, sairmos do Mapa da Fome; criamos política da agricultura familiar, de envolver a mulher para chegar ao direito da empregada doméstica.

Chegamos aonde chegamos em tantos campos, de maneira inédita, inovadora, porque tivemos oxigenação da democracia, porque tivemos processos participativos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas ainda é pouco, porque precisamos avançar muito mais nessa ainda incipiente e quase de aprendizado processo que, tomara possamos chegar à democracia de alta intensidade, porque a democracia de alta intensidade, na verdade, vai buscar em todos os cidadãos – no social, no econômico, no político, no cultural e até no espiritual –, na verdade, processos que não só ficam com os elegíveis, porque todos os cidadãos são elegíveis na democracia, quando estão com seus direitos, portanto, assegurados.

Há aqueles que não apenas são eleitores, mas eles ainda não têm espaço. São milhões e milhões que se manifestam hoje, diante de um outro fenômeno, o fenômeno mais extraordinário, mais revolucionário. Depois de Gutenberg, o mais revolucionário momento da história da humanidade é o momento dos fenômenos midiáticos, em que grandes grupos econômicos estão batendo biela com seus grandes e antes considerados papas da imprensa daquele lugar, e hoje estão com dificuldades, fecham aqui, desmontam lá.

É outro momento da sociedade planetária, só, claro, ainda com muito cinismo, ainda com muitos processos que eu diria narcisistas. Ao ponto de, nos Estados Unidos, no último grande Dia de Ação de Graças, 36 milhões de norte-americanos tirando fotografia do prato que iam comer e esparramando nas suas redes, em uma verdadeira estupidez humana, em um processo narcisista.

Mas isso tudo é ainda uma etapa. Insisto que a essência da democracia de alta intensidade não está só, mas precisa desses elementos extraordinários dos fenômenos midiáticos, das redes, desse processo, portanto, de atingir espaços. E os elegíveis, porque são cidadãos, votam e são passíveis de receberem votos, mas que não têm ainda presença participativa. Às vezes, não querem, nas ferramentas atualmente existentes.

E é nesse sentido que eu concluo. Vou contar um caso da nossa experiência. Estivemos recentemente em um curso de pós-graduação, durante quatro dias, na Universidade de Florença, com mais cinco universidades da Itália. Tive o primeiro, grande e forte impacto quando vi, na grande e histórica Itália, muitos pais tirando os filhos das universidades porque não adianta fazer o curso superior, terminar a universidade, porque não conseguem emprego.

Vejo isso em vários países do mundo. No Brasil, não queremos enfrentar em conjunto uma agenda de interesse comum, para enfrentar as grandes questões da sociedade brasileira. Mas eu volto para a democracia de alta intensidade. Esse processo, na Itália, tinha como subtítulo: Nós queremos aprender com vocês o processo participativo. Porque há uma ansiedade de encontrar mecanismos mais consistentes, fundamentais e não efêmeros, mas permanentes de processos participativos que, evidentemente, apontam para essa complexidade da democracia em que vivemos. É uma complexidade pelo tamanho das cidades, pelo processo de concentração urbana, mas é preciso reinventar como é que eu posso fazer mais, decidindo com mais pessoas. Isso, evidentemente, tem que contribuir para essa democracia de alta intensidade.

E aí quero apenas, para fechar, dar um último exemplo. Eu não estou falando de ninguém, mas como seria bom se todos os Deputados e todos os Senadores que vão decidir sobre essa questão do *impeachment,* já fizeram a sua etapa, recebessem um espelho, pudessem se ver no espelho e dizer: «Quem eu represento?» A democracia enferma pede uma democracia de alta intensidade.

E termino como comecei: a defesa da continuidade do Governo Dilma não se confunde com a defesa do Governo Dilma. A defesa da democracia precisava ter a manifestação de quem ajudou a fazer a Constituinte, com milhões e milhões de mãos, corações e mentes.

Mas nós vamos ter que aperfeiçoar. Talvez tenhamos que aprender as grandes lições do momento, para, quem sabe, abrir o horizonte da democracia que democratiza a democracia. E aí ela precisa ser de alta intensidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Muito bem mesmo, Nelton Friedrich.

Eu lhe digo: se eu pudesse eleger um Constituinte exclusivo, você teria que transferir sua moradia para o Rio Grande, porque só posso votar lá.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns pela palestra.

A Luiza Pereira, que é psicóloga e que aqui nos entregou este documento importantíssimo para o livro e os *Anais* do Congresso, quer se despedir, porque vai ter que se retirar.

Daí vou passar a palavra para o nosso querido Haroldo Sabóia. Só não transfira seu título para o Rio Grande, porque não posso votar em dois, em vocês dois. Mas voto como Constituinte nacional e, no outro, como distrital.

Por favor, Luiza.

A SRª LUIZA PEREIRA – Bem, gostaria de parabenizar a iniciativa. Muito obrigada.

Também queria finalizar, ressaltando a fala do Sr. Nelton, que fala um pouco sobre a questão do que é ensinado nas escolas, sobre a importância de o brasileiro conhecer a sua história, algo a que o Senador também deu ênfase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por exemplo, a própria Princesa Isabel, na Lei Áurea, na carta de alforria: nós aprendemos nas escolas que foi uma graça concedida pela Princesa, quando, na verdade, não se tratou de nada mais do que pressão política e de inviabilidade mesmo da continuação do sistema escravocrata.

Gostaria de agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para a Luiza, a psicóloga que nos entregou um documento com cinco mil assinaturas, denunciando o ataque à democracia com esse processo de *impeachment*.

Eu convido o Haroldo para sentar aqui, à minha esquerda, ou, se possível.

Já temos a presença de inúmeros sindicalistas. Vamos passar a palavra a todos eles.

Eu combinei com a Assessoria, se assim vocês entenderem: os Constituintes ficam aqui, à mesa, e cada sindicalista vai à tribuna e coloca a sua posição. Fiquem muito tranquilos. Uns poderão fazer a análise do momento; os que entenderem ser contra ou a favor do *impeachment* coloquem sua posição, com a maior tranquilidade. Não se preocupem, se aqui é a democracia, todos têm direito à palavra, para expressar seu ponto de vista, seja qual for. Se quiserem só refletir no momento político, reflitam no momento político.

Eu vi que há diversos aqui. Não vou citar o nome de um por um agora, mas a Assessoria vai pegar o nome de todos que quiserem usar a tribuna. E vão à tribuna, para expressar seu ponto de vista.

Esta nossa audiência pública é o encerramento do ciclo de debates, e fiz questão de que fosse com os sindicalistas e com os dois aqui representando cerca de 30 constituintes, para expressar seu ponto de vista, já que amanhã teremos a votação no plenário do Senado.

Mas é um debate que vai continuar. Ninguém de nós tem dúvida de que a admissibilidade vai passar. Não adianta dourar a pílula. Alguém pode dizer "Ah, está jogando a toalha". Não é jogar a toalha, são números. Eu pego os números na mão e vejo. Há quase 50 de um lado e vinte e alguns do outro, hoje. Esse é o quadro real de amanhã.

Então, é um debate que vai continuar durante os próximos seis meses. Lá na frente, sim. Aí vai ser diferente: 54 para um lado e 28 para o outro. Ninguém tem 54, como ninguém tem 28. O debate durante até seis meses é que vai determinar o que vai acontecer: se a Presidenta volta ou não volta. Mas isso também – eu diria – faz parte do nosso debate.

Então, de imediato, com a palavra Haroldo Sabóia, Constituinte, com quem tive a alegria de estar na mesma trincheira lá, na nossa querida Constituinte de 1988.

O SR. HAROLDO SABÓIA – Parabenizo a sua brilhante intervenção e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, grande Senador não do Rio Grande do Sul, mas do Brasil, Paulo Paim. E eu queria dizer a Nelton Friedrich que continue esse mestre, brilhante, combativo, que conheci já na década de 80.

O Paim fez uma confissão aqui – acho que é a primeira vez que ouvi essa confissão – que ele é de 1950, 15 de março de 1950, eu gravei. Fiquei feliz em saber que sou mais novo do que ele, porque sou de 50 também, mas sou de 16 de junho.

No dia 17, um filho meu de 16 anos, à noite, foi para o Facebook e fez um texto que me emocionou muito. Ele dizia que aos 16 anos já era o segundo golpe a que ele assistia. O primeiro, cinco, seis anos antes, a cassação do Governador do meu Estado, Dr. Jackson Lago, que foi cassado por um golpe do Judiciário, no TSE. E o meu filho estava lá participando da saída, aos 10, 12 anos de idade. Acompanhou Jackson na saída do Palácio dos Leões acossado pela oligarquia derrotada, inconformada com a sua derrota nas urnas e pela trapaça do judiciário, o Tribunal Superior Eleitoral.

Quando ele falou que nasceu em 50, procurei me lembrar, eu já tinha 14 anos em 64, e o meu pai era diretor de um jornal de uma rede muito conservadora, *Diários Associados,* que defendeu o golpe durante dois anos. Eu vivi aquilo com 14 anos e vi aquela cadeia golpista no Brasil. Depois, com 17 anos, eu passei no vestibular na Universidade de Brasília em 68, e logo no primeiro dia de aula, um colega de turma, que era diretor da sucursal do jornal *Estado de S.Paulo*, me convidou para ser foca, repórter, foca, da sucursal do *Estadão* aqui. E eu comecei então em março o ano letivo na Universidade de Brasília e como foca, repórter, do *Estado de S.Paulo*. Fazia a cobertura do movimento estudantil, do Ministério da Educação e presenciei toda a grande luta pela redemocratização nos anos 60, no ano de 68. Eu vi, ouvi, assisti, no Edifício JK, primeiro ou segundo andar, que era a sede do *Estadão*, a edição do Ato Institucional nº 5.

Lembrar 64, 68 e os momentos que nós vivemos já parte de um pressuposto de que estamos diante de um golpe. Mas eu não quero chegar já aí. Eu quero lembrar, e nós tivemos a oportunidade de rever as páginas dos jornais de 1964, que ninguém falava em golpe. Falavam em defesa da democracia, em retomada da democracia. Trinta e um de março e primeiro de abril era um movimento democrático contra o golpe comunista que estava sendo armado pelo governo constitucional de João Belchior Marques Goulart.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quando vejo, hoje, essa imensa maioria que se forma na Câmara e que se prenuncia no Senado, me lembro de uma coisa muito dramática que o Brasil viveu em 1964. O Marechal Castelo Branco, indicado pelos golpistas para assumir o papel de Presidente eleito pelo Congresso, buscou apoio no Congresso. Muitos sabem, muitos lembram e outros conheceram pela história, que, na Câmara e no Senado, foram dois votos contrários à indicação de Castelo Branco para Presidente da República. Um foi de Tancredo Almeida Neves. O Tancredo que havia resistido, defendido na última reunião ministerial de Getúlio, foi uma das vozes mais corajosas, nas horas antes do suicídio de Getúlio, em defesa da resistência contra a República do Galeão. Foi de Tancredo. Na "eleição", entre aspas, de Castelo Branco para "Presidente", entre aspas, do Brasil, Tancredo se levantou e votou contra. O Senador do meu Estado, oligarca, conservador, também votou contra, mas votou em Eurico Gaspar Dutra. Era o Senador Vitorino Freire. Era contra Castelo, mas votou no Dutra, guardando um setor mais conservador ainda das Forças Armadas, dos golpistas. Pasmem, senhores, e respeito sua figura como democrata, a grande figura de Juscelino Kubitschek, como a grande maioria do PSD, votou em Castelo Branco para Presidente na eleição indireta, porque os golpistas tentaram, com os argumentos falsos e com a força das armas, convencer. Haviam se comprometido com o PSD e com o próprio Juscelino que as eleições presidenciais de 1965 seriam mantidas. Juscelino votou na ilusão de que seriam mantidas as eleições presidenciais de 1965, um ano depois. Logo, veio o AI-2, o AI-3, o AI-4, a censura, as cassações. Menos de três meses depois, estava cassado o próprio Juscelino. Alguns governadores que haviam apoiado o golpe, semanas depois do golpe, foram cassados, e daquelas centenas de Parlamentares, quase 200 foram cassados logo depois do AI-5. Isso nós vimos em 1964.

Em 1968, nós assistimos a outro momento que foi o golpe no golpe, a revolução na revolução, conforme eles diziam. Estava avançando o movimento de resistência democrática. Os estudantes, nas ruas; a passeata dos 100 mil; a UnB ocupada, com a grande liderança de Honestino Guimarães. O Brasil inteiro, aliás, o mundo todo vivendo a onda libertadora de 1968, e vem, em dezembro, o AI-5.

Em que momento foi o AI-5? Eu me lembro de que, nesse dia, o repórter do *Estadão* que cobria o Judiciário, o Supremo, estava de férias, e eu fui fazer a cobertura do Supremo. E, exatamente no dia 13, era a posse do último ministro mineiro nomeado por Juscelino Kubitschek, o Ministro Gonçalves de Oliveira. E quem foi saudar Gonçalves de Oliveira, em nome da OAB, foi o grande Sobral Pinto.

Naquele momento – eu fico com emoção ao me lembrar disso –, momentos antes da posse de Gonçalves de Oliveira, por volta de seis horas, o Supremo havia dado um *habeas corpus* em favor de três presos de Ibiúna: Franklin Martins, Ministro; Vladimir Palmeira e acho que José Dirceu. O Senador Mário Martins, pai do Franklin Martins, correu para levar esse *habeas corpus* e ainda conseguiu soltar, em Santos, Franklin Martins. Não conseguiu chegar à prisão em que estava Vladimir Palmeira e José Dirceu. Isso ocorreu no dia 5. Nesse momento, a Câmara votava o pedido de cassação de Márcio Moreira Alves. Enquanto o Supremo dava posse a Gonçalves de Oliveira e acabava de dar o *habeas corpus* aos líderes estudantis presos, a Câmara, num gesto de rebeldia, de ousadia, de resistência democrática, disse "não" ao pedido de cassação de um de seus membros, o jornalista Márcio Moreira Alves. E quando eu voltei, feliz, durante o discurso de Sobral Pinto no Supremo, alguém levou um bilhete para ele dizendo: "A Câmara acaba de negar o pedido de cassação do Márcio Moreira Alves. E o Sobral, com os seus 90 anos, que já estava eufórico com a posse do Ministro nomeado por Getúlio, que era o Gonçalves de Oliveira, continuou seu belíssimo discurso, saudando a democracia, saudando a resistência democrática.

Quando eu volto para o edifício JK, no Setor Comercial Sul, que era a redação do *Estadão*, vem a notícia, o anúncio, lá pelas nove, dez horas da noite, da leitura do AI-5. No dia seguinte, estava cassado Victor Nunes Leal, Ministro do Supremo, autor do grande *Coronelismo, Enxada e Voto*, em casa de quem se hospedava Sobral Pinto. E em Goiânia, onde estava para ser paraninfo de uma turma, foi preso o próprio Sobral Pinto, com os seus 90 anos. Foi preso, nesse dia, Castelinho – o Carlos Castello Branco –, vários jornalistas, e a noite pairou sobre o Brasil. A noite da tortura, da ditadura, da violência, dos assassinatos. E acabou minha carreira de jornalista. Eu caí logo depois, meses depois, na clandestinidade. Passei uns dois anos no interior do Nordeste, não no meu Maranhão, mas no interior do Ceará, fugido. Acabei exilado na França, só voltando na Distensão, em 77.

Lembro isso, porque o que nós estamos vivendo agora... E me perdoem o Nelton e o Paim: "eu estou sendo", como dizia o Gramsci, "pessimista na análise, mas continuo otimista na ação". Eu acredito na democracia, eu acredito na resistência, eu acredito que nós estamos vivendo um momento de grande reconstrução do espírito nacional, de democratização. Eu fico feliz com a juventude nas ruas. Eu fico feliz com a juventude tomando as ruas de São Paulo. (*Palmas.*)

Quando eu vi que os jovens estavam ameaçando ocupar o Senado, eu me lembrei de que, em 68, eu, na condição de repórter e de estudante, ocupava e fazia a cobertura da ocupação. E ocupamos por várias vezes a Câmara. E havia figuras fantásticas como o Mário Covas, Davi Lerer, um jovem Deputado de 24 anos, e muitos outros que davam apoio aos estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Hoje nós estamos vivendo uma situação que, de certa forma, é mais complexa, é mais refinada, porque ela não tem a truculência das armas visíveis, mas ela tem a arma da censura. Nós nunca vivemos, na história do Brasil, um poder da imprensa tão monolítico como nós vivemos hoje. Nunca.

Digo isso porque no Estado Novo havia uma rede imensa de jornais clandestinos; na ditadura havia também uma rede imensa de jornais clandestinos e uma resistência na própria grande Imprensa quando jornais conservadores se insurgiam publicando versos de Camões nas páginas censuradas. Hoje, não. O noticiário da Globo, da Manchete, da Record é o mesmo, é um horror, é uma violência nunca vista.

Ora, eu viajei de madrugada para cá e encontrei aqui, nos papéis do Nelton, o artigo de um procurador da República que eu não ousarei citar seu nome. E aí eu fico... Gente, eu não sei como é que a questão da fórmula de conteúdo... Nós lutamos tanto, Paim! Nós lutamos tanto, Nelton, para dar autonomia ao Ministério Público na Constituição e nós estamos vendo que papelão eles estão fazendo com a autonomia deles, usurpando a autonomia que a Constituição lhes dá.

E aqui há um trecho de um procurador, que diz: "É importante deixar claro [e eles são pomposos, impolutos] que, embora o Congresso goze de certa liberdade de análise quanto ao cabimento do processo [olha o que o procurador diz: de certa liberdade], à condução do trâmite e à aplicação ou não da pena, essa liberdade não é absoluta. Todas as fases do processo estão sujeitas a controle da legalidade pelo Supremo Tribunal Federal." Quando lhes convêm. Porque no caso de um recurso do Deputado Paulo Teixeira ao Supremo da ilegalidade do processo de *impeachment* e da sessão do dia 17, o Ministro Fux negou o pedido do Deputado Paulo Teixeira com o argumento de que se tratava de questão *interna corporis* da Câmara. É quando não convém.

Ontem, vocês devem ter observado que a decisão corajosa do Deputado, meu conterrâneo – pena que tenha sido breve a coragem – em nenhum momento foi contestada. Em nenhum momento se ouviu um Deputado defensor do *impeachment* dizer que iriam buscar o Supremo para derrubar a decisão do Waldir Maranhão. A reação foi de ameaçar com cassação, com expulsão do partido, com isso, com aquilo – uma reação direta ao Sr. Waldir Maranhão, e a reação, a pressão dos Senadores sobre o Presidente do Senado.

Em nenhum momento eles disseram: "Vamos recorrer ao Supremo." Não fizeram isso porque não lhes convinha. Eles não tinham segurança de em que mãos cairia um possível mandado de segurança contra a decisão do Presidente do Senado de dar continuidade ao processo.

Então, nós estamos vivendo um momento de luta política grave, sério, de grande resistência no Brasil. Nós não participamos da Base da Presidenta Dilma, eu sou militante do PSOL, mas achamos que ainda mais indefensável que o Governo da Presidente Dilma é o golpe; mais indefensável ainda é o *impeachment*. (*Palmas.*)

Nós dois nos perguntamos, e eu me pergunto, e o tempo já está esgotado: nós vamos lutar até o último momento – e eu sou otimista na ação – para que consigamos barrar, no final, o *impeachment,* que consigamos 27 votos para barrar o *impeachment*? Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que, se esse processo for vitorioso, nós teremos tempos sombrios no País. Nós não teremos uma continuidade democrática, nós teremos uma ruptura, nós teremos um golpe.

Quero até dizer que é um golpe em que a figura do Sr. Temer é tão medíocre – e nós temos tantas figuras medíocres na história: Napoleão III, tantos – que ele não é condutor do golpe. Nós não sabemos onde está o centro desse golpe; não sabemos citar, mas podemos ver pistas. Nós podemos ver. Por exemplo, na imprensa é dito: "O Temer terá força para controlar a Polícia Federal, terá força para controlar o Ministério Público." A força que eles negam à Presidenta Dilma eles asseguram que terá o seu Vice-Presidente. É grave. É gravíssimo.

Eu me pergunto: "Qual será o futuro deste País?" Nós vamos ter uma retirada de direitos sem precedentes na nossa história – sem precedentes. Retirada de direitos inscritos na Constituição. A empáfia, a empáfia, o autoritarismo do poder financeiro, dos rentistas, dos banqueiros é tamanha que eles dizem: "Dilma não pode usar as reservas brasileiras para enfrentar a crise econômica". O Brasil tem hoje quase US$400 bilhões de reservas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HAROLDO SABÓIA – Contra US$34 de 2002. É meio trilhão de reservas. E o povo brasileiro, o Governo brasileiro, eleito com 54 milhões, não pode usar essas reservas para enfrentar o desemprego, para a retomada do desenvolvimento. Que situação é essa? Mas eles vão torrar essas reservas, se por acaso assumirem, em menos de 1 ano.

Eles falam, defendem um Estado mínimo, mas nós, que combatemos as privatizações na década de 90.... Quem é que financiou as privatizações? Quem foi que financiou os grupos privados, o Bradesco e os outros que ganharam a Vale, que ganharam a Embratel? Foi o BNDES. Eles foram atrás do dinheiro público, foram atrás do Estado para financiar a privatização deles. E agora eles se preocupam. O País paga US$100 bilhões por mês juros, metade da nossa arrecadação anual é para pagar juros, e eles estão atrás dos R$20 bilhões do Bolsa nília. Gente, querem reduzir para 5%. Querem acabar, na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Falei muito, me emocionei mais ainda, mas quero dizer, repetir, que sou otimista. Nada paga o preço de ver a juventude voltar às ruas. Nada paga a esperança de ver os trabalhadores voltarem a acreditar em seu próprio destino. Nada paga o preço de ver a história avançar. Mais cedo ou mais tarde, a primavera virá, como nos tempos passados.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Haroldo Sabóia, Constituinte de 1988.

Esse foi o grande Haroldo Sabóia, que fez uma retrospectiva que permitiu que a gente viajasse no tempo. Meus cumprimentos pela fala de ambos.

Pessoal, sei que oficialmente, no plenário, há dois representantes de centrais: José Calixto, que eu queria convidar para a mesa, pela Nova Central; e Graça Costa, que representa a Central Única dos Trabalhadores. Se houver no plenário, oficialmente, o representante de uma outra central, nós também o convidaremos para a mesa, sem prejuízo da lista. Os senhores do plenário que estão inscritos usarão a tribuna para expressar o seu ponto de vista sobre o importante debate da democracia.

Cumprimento aqui o José Calixto, sempre vigilante, e Graça, aqui ao lado também. Por favor. Eles se sentarão aqui, os dois.

Nós encerramos este primeiro momento do debate, da exposição dos Constituintes, e vamos abrir a outra reunião de hoje, com o debate do tema Democracia, Direitos Humanos e Movimento Sindical.

Então, está encerrada a primeira audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO AUDITÓRIO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, INTERLEGIS, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia dez de maio de dois mil e dezesseis, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, Interlegis, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e da Senadora Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº56 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o Ciclo de Debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco nos Movimentos Sindicais. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e Representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Charles Johnson da Silva Alcantara, Diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação da Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO; Jaime Bueno Aguiar, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; João Paulo Ferreira Machado, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Daniel Pereira dos Santos, Diretor de Comunicação do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central – SinTBacen; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Luiz de Souza Arraes, Diretor de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC; Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço - CONTRACS/CUT; Virgínia Berriel, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em empresas de telecomunicações e prestadoras de serviços em teleatendimento – SINTTEL/RJ – CUT; Nelton Friedrich, Constituinte de 1988; Haroldo Sabóia, Constituinte de 1988. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Auditório. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados na mesa para as suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar ofício de apoio aos reitores das universidades federais de Goiás Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral e Rio Grande do Sul, Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto pela sua luta em favor da democracia; 2) encaminhar ofício para todos os reitores de universidades, a fim de incentivar a luta e o debate acerca da democracia. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de 2016, de minha autoria, para o ciclo de debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco nos movimentos sindicais. Esse é o tema de que trataremos agora.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, número 0800612211.

Vamos passar a palavra, em primeiro lugar, aos nossos convidados da Mesa, que podem falar da mesa ou da tribuna, se assim preferirem.

José Calixto e Graça Costa, vocês podem escolher quem começa.

José Calixto, pelo número de anos e de experiência – experiência, não idade, pois experiência é sabedoria –, vai falar em primeiro lugar, representando a juventude acumulada.

José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Presidente da Confederação [illegible]cional dos Trabalhadores na Indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Cada um terá dez minutos, e depois, ao Plenário daremos cinco, mas com tolerância, para que possam, claro, complementar o seu pensamento e a exposição.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nosso Presidente Paim e o companheiro Nelton, que estão organizando esta audiência pública. Agradeço o convite e cumprimento os companheiros e as companheiras que compõem o Plenário. É uma satisfação muito grande, tendo em vista o momento crucial que nós atravessamos, a sociedade de modo geral.

O Senador não quis contar a minha idade, mas eu já vi mais do que cada um dos senhores e das senhoras, e a memória vai ficando um pouquinho comprometida. Portanto, eu peço um pouco mais de tempo, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você terá, com certeza.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – O raciocínio é mais lento.

Eu ouvi agora, com um prazer muito grande, o último orador, que nos levou a uma visita ao passado. Isso foi, na verdade, muito importante. Quer dizer, eu já comecei ganhando com essa visita que fiz nos idos de 1964 e antes.

Eu escrevi um texto, que vou deixar também para o Senador, que se refere exatamente à Constituição da República quando fala da democracia e dos direitos humanos, referindo-se ao movimento sindical.

É certo que a Constituição Federal estabelece os fundamentos do Estado brasileiro, que são a soberania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, como se diz no art. 1º:

> Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:
> I - a soberania;
> II - a cidadania;
> III - a dignidade da pessoa humana;
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
> V - o pluralismo político.

O seu parágrafo único diz exatamente o seguinte – e seria bom que assim fosse: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Há os que nos representam. Esse poder que emana do povo é determinado exatamente por aqueles que nos representam.

A dignidade da pessoa humana é o principal fundamento de um Estado democrático de direito, o qual tem como premissa reconhecer o ser humano como a base e o topo do direito.

Os direitos fundamentais dos trabalhadores estão previstos principalmente no art. 7º da Constituição Federal. Porém, trata-se de um rol exemplificativo, já que a própria Constituição consignou que também são direitos dos trabalhadores aqueles que visem à melhoria da condição social. Quer dizer, além dos direitos previstos no art. 7º, a Constituição elencou outros direitos.

Os direitos dos trabalhadores estão descritos no art. 7º. Quero só relembrar nesta audiência os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Calixto, permita-me que eu possa registrar a presença aqui da nossa querida Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS –

> Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
> II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
> III - fundo de garantia do tempo de serviço;
> IV - salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Já se verificou por aí que o salário mínimo não acompanha, por mais que nós próprios, das centrais, tenhamos trabalhado com a Presidenta Dilma e com o Congresso Nacional. O salário mínimo tem seu reajuste anual, que foi trazido para o mês de janeiro – era no mês de maio –, mas não atende, não cobre essas exigências postas na própria Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
Quer dizer, o empresário não pode simplesmente reduzir o salário ou modificá-lo de qualquer forma se não for através de uma convenção coletiva, que não pode ser firmada de forma a atingir direitos já constituídos pela própria legislação oficial.
VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
Quer dizer, o pessoal trabalha por produção e muitas vezes não atinge o salário mínimo. No caso de professores, por exemplo, o que a gente sabe é que, saiu a 20 quilômetros da capital, o professor já não ganha nem o salário mínimo nas prefeituras que nós tivemos oportunidade de visitar.
VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
Muita gente não sabe que quem trabalha à noite tem um adicional diferente daquele que trabalha durante o dia.
X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
Esse último texto, nem pensar. É difícil um trabalhador que aufere uma posição de participação na gestão das empresas.
XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).
Essa emenda alterou as regras do salário-família, no caso.
XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Nesse caso especial, conseguimos trazer uma redução de jornada de 48 horas para 44 horas, e, desde a promulgação da Constituição Federal, já iniciamos um trabalho no sentido de reduzir para 40 horas, mesmo respeitando aqueles que já trabalham menos, especialmente aqueles que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento.

Aqui o tempo corre muito rápido. Está faltando apenas um minuto. Eu queria terminar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas como você pediu, vou dar mais cinco, meu Presidente, mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Está certo. Obrigado.

Então, tudo o que eu estava me referindo vocês vão ver na Constituição, entre outros direitos que a Constituição também já prevê. Tudo que nós expressamos demonstra que não são somente os direitos previstos no art. 7º que devem ser observados, mas também aqueles direitos fundamentais em sentido material, por seus atributos de importância e conteúdo relacionados à dignidade da pessoa humana.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 apresentar, como princípio máximo, respeito à dignidade da pessoa humana, diversos avanços sociais que estão previstos no texto constitucional não foram implementados, inclusive grande parcela da população brasileira nem sequer tem satisfeito pelo Estado seus direitos sociais básicos. E, quando se fala em população brasileira, leia-se os trabalhadores brasileiros que, por diversas vezes, não possuem garantia dos mínimos direitos sociais e trabalhistas, que vivem em um ambiente de trabalho degradante e consequentemente em condições de trabalho análogo à escravidão.

Quando nos referimos à prática de escravidão, vem sempre em mente inicialmente a imagem de trabalhadores presos. Porém, não é apenas a ausência de liberdade que faz um trabalho escravo, mas sim a ausência de dignidade. Por razões diversas, sejam elas a crise econômica, o aumento do desemprego, da automação das linhas de produção, das normas rígidas e políticas socioambientais ou das injunções geopolíticas do mundo atual, os trabalhadores brasileiros vêm-se compelidos a aceitar se conformar, cada vez mais, com situações de trabalho análogo à escravidão.

Assim, cada trabalhador, em algum momento da sua jornada, é atingido por alguma ação atentatória aos seus direitos trabalhistas e, por consequência, aos seus direitos humanos, quando sofrem algum tipo de precarização, flexibilização do aparato legal e protetivo, achatamento salarial mediante ameaça de perda de emprego, jornada excessiva, condições de trabalho degradantes e indignas, informalidade, entre outros.

Ressalte-se que os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal são frutos da evolução da própria sociedade, concebidos no papel de promoção do bem-estar social dos cidadãos, através da adoção de políticas públicas ativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nesse sentido, o movimento sindical, sendo o instrumento de defesa dos direitos e interesses coletividade, em geral, principalmente da classe trabalhadora, deve retomar e aumentar o seu pragmatismo, a fim de evitar ou ao menos reduzir os retrocessos sociais.

E mais, a dignidade da pessoa humana deve ser o vetor da produção legislativa infraconstitucional, bem como o princípio norteador da interpretação de todo ordenamento jurídico, especialmente no que se refere ao Direito do Trabalho, pois somente com a promoção e a garantia dos direitos humanos fundamentais para todos os brasileiros é que conseguiremos alcançar a real democracia.

Estou terminando.

É que, na democracia, o poder é exercido pelo povo, e uma das suas principais funções é a proteção dos direitos humanos fundamentais. Assim, uma vez garantidos todos os direitos previstos nas normas internacionais, na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, a população brasileira terá maiores condições de exercer esse poder.

Portanto, eu finalizo dizendo que nenhum país democrático do mundo sobrevive com a sua democracia se não houver um sindicalismo forte e organizado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, defendendo democracia, que não há democracia sem liberdade, sem sindicalismo, sem políticas sociais. Meus cumprimentos ao Presidente da Nova Central.

De imediato, passamos a palavra para a representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a líder Graça Costa. (*Palmas.*)

A Senadora Fátima Bezerra, como tem que trabalhar nas Comissões, que estão funcionando, vai dar uma saudação antes da Graça.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero agradecer ao companheiro Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, quero saudar toda a Mesa, a Graça, o Calixto, nossos Constituintes de 88, Haroldo, Nelton. Nas pessoas deles e de Graça, eu quero abraçar cada um e cada uma de vocês.

De forma breve, meu querido Senador Paim, quero aqui mais uma vez saudar a Comissão de Direitos Humanos, que em boa hora promove este ciclo de debates cujo tema central é a questão da democracia e direitos humanos. Em boa hora porque todos nós estamos aí apreensivos, revoltados e, por que não dizer, indignados com o momento político pelo qual passa o nosso País, um momento político grave, porque nós estamos às vésperas de se consumar um golpe de Estado.

Uma vez consumado, ele vai passar para a história deste País como a maior fraude jurídica, como a maior farsa política que já tivemos no Brasil. Portanto, um momento que exige, meu caro Senador Paim, iniciativas como esta: a Comissão de Direitos Humanos abrir a suas portas para que aqui tenhamos o debate, para que aqui tenhamos a reflexão e o debate necessários para que se contraponham a esses tempos.

Quero também dizer, Senador Paim, que, neste dia de hoje, terça-feira, data que antecede a votação no Senado da República do relatório que trata do pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma, quero aqui também dizer que, neste dia, trabalhadores e trabalhadoras, jovens, homens e mulheres, diversos setores da nossa sociedade estão se mobilizando em todo o País. A CUT, as demais Centrais, as entidades que formam a Frente Brasil Popular convocaram exatamente todos aqueles e aquelas que têm compromisso com a luta em defesa da democracia para essa paralisação nacional no dia de hoje, dia nacional de paralisação e de manifestações contra o golpe em curso.

Quero, neste momento, saudar todos esses lutadores e lutadoras pelo Brasil afora, que, desde as primeiras horas da madrugada desta terça-feira, estão de cabeça erguida, lutando em defesa da democracia e contra o golpe.

É essa a nossa saudação.

Deixo claro aqui para vocês que nada de perder a esperança, nada de desistir da luta. Muito pelo contrário. Nossa geração, assim como a geração passada, os Constituintes que aqui estão sabem o quanto nos custou a democracia. Portanto, é desta democracia que estamos aqui falando, é desta democracia e é por esta democracia que estamos nas ruas, que estamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Nós estaremos, em qualquer lugar, defendendo-a, porque defender a democracia significa defender a soberania popular; defender a soberania popular significa defender os mandatos legitimamente conquistados através do debate e através da urna; e defender esses mandatos legitimamente conquistados na urna e através do debate, como é o mandato da Presidenta Dilma, meu caro Calixto, minha cara Graça, significa mais ainda: barrarmos o retrocesso, medida em que todos nós sabemos o que nos espera esse golpe consumado e com o programa que eles erem implementar, que foi o programa derrotado nas urnas, que é o chamado Uma Ponte Para o Futuro, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

PMDB, do Vice, que vai passar para a história com um papel, infelizmente, de conspirador. Este programa Uma Ponte para o Futuro, na verdade, uma vez implementado, nós sabemos muito bem que significará o mais brutal desmonte, do ponto de vista das conquistas sociais generosas, meu caro Haroldo e meu caro Nelton, para as quais vocês deram tanto a sua contribuição, assim como o Senador Paim, quando da Constituinte de 1988.

É por essa Constituição de 1988, Cidadã, pela qual nós batalhamos muito, e é pela democracia que nós conquistamos que fica aqui a nossa palavra de indignação e de revolta diante desse golpe, mas, ao mesmo tempo, a nossa palavra de esperança e de confiança de que a luta não vai parar por aqui de maneira nenhuma e de que nós vamos, se Deus quiser, derrotar esse golpe.

Muito obrigada e parabéns, mais uma vez, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Fátima!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Fátima Bezerra, lutadora.

Eu queria convidar também para a mesa o representante da CTB, o JP.

Eu disse que representante das centrais que chegasse oficialmente em nome da Central iria para a mesa, sem prejuízo dos oradores que usarão diretamente a tribuna.

Queria cumprimentar também a Profª Nora, Vereadora da Câmara Municipal de Arroio do Sal, Rio Grande do Sul. Receba o meu abraço de longe – não posso sair daqui agora, estou presidindo. Está também com a irmã dela, a Márcia. Sejam ambas bem-vindas aqui, elas que vêm de Arroio do Sal, Rio Grande do Sul.

Neste momento passamos a palavra para Graça Costa, que representa aqui a Central Única dos Trabalhadores, e, em seguida, o JP, pela CTB. Depois falarão os representantes do movimento sindical, que usarão diretamente a tribuna.

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia a todos e todas.

Eu fiquei aqui escutando e quero já confessar que para mim é uma honra sentar a uma mesa que tem três figuras tão importantes, que contribuíram de forma efetiva para que nós tivéssemos tantas conquistas nesse período da nossa democracia. É uma honra para mim conhecer vocês aqui neste debate.

Quero reafirmar o que tenho dito – hoje vou falar como mais ênfase – sobre essa figura que, para nós, não é só um símbolo, é um militante do cotidiano da luta da classe trabalhadora que se transformou em Parlamentar. É ele o melhor, o maior militante que temos aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, sem tirar o valor dos demais, dos outros companheiros e companheiras. Não há espaço mais privilegiado do que este que o Paim está dirigindo. É o único espaço que temos para fazer o debate da conjuntura neste momento dentro do Parlamento brasileiro. (*Palmas.*)

Realmente, o Senador Paim merece nossos aplausos. As pessoas reconhecem isso quando andamos por nossa base. As pessoas reconhecem, porque a Câmara dos Deputados está fechada. Os sinais da ditadura...

Eu estava num debate no meu sindicato lá em Quixadá – no sábado, com a direção. Um companheiro meu falou: "Graça, acho que nós já estamos beirando os 63, pertinho de 64, você não acha?" Eu acho que há sinais já, porque a Câmara está fechada para nós, está fechada para o debate, está fechada para a classe trabalhadora e para o povo brasileiro. O Senado, a partir de hoje, está fechado. Estão levantando um muro de novo.

Para que isso? Nesse espetáculo que eles fazem, eles têm medo de quê? Eles não têm medo da gente, não têm medo do nosso voto, não têm medo da nossa palavra. Nós estamos na rua faz não sei quantos dias, não saímos das ruas, mas eles não nos escutam, não param o que estão fazendo. Para que muro? Eles têm medo do debate, têm medo de virmos aqui dizer o que tem que ser dito. Isso, eles já estão cerceando.

Nós queremos também colocar que outros sinais já estão colocados aí, na prática. No mês passado, nós tivemos várias sedes das CUTs estaduais invadidas na madrugada, queimadas, quebradas. Nós temos sedes do PT em vários locais que foram também atacadas, nós temos a sede do PCdoB, a sede da UNE, o Instituto Lula, nós temos práticas já. Não é pouca coisa, pessoal, nós estamos no meio da democracia, eles não tomaram o poder, mas já estão em curso as práticas de uma ditadura. Não é pouca coisa.

Se nós formos para o lado do Parlamento, onde está a caneta que faz a história dos direitos acontecer, veremos que há um leque de propostas em andamento para retirar tudo o que o Calixto leu aqui e mais alguma coisa que nós conquistamos. Vão fazer horrores conosco, não vão só tirar o que nós conquistamos: eles vão cortar o que nós temos de mais sagrado, que foram as conquistas de direitos humanos neste País – não são só os direitos trabalhistas.

Hoje nós estamos na rua – é verdade, e já quero dar meu abraço aqui a todos os trabalhadores e trabadoras, companheiros e companheiras dos movimentos dos Sem-Terra e dos Sem-Teto que estão nas ruas. s brecamos muitas rodovias. São só os recados que estamos dando. Nós vamos continuar. Amanhã nós va-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mos continuar. Depois de amanhã nós vamos continuar. Em algum momento a classe trabalhadora vem como um todo.

Eu estava conversando hoje e dizia, da crise econômica, que parte dela existe, mas outra parte é fantasiada. É difícil também para a classe trabalhadora neste momento. A minha categoria, que é servidor público municipal – sou professora municipal –, teve, neste mês de janeiro, o reajuste do piso do magistério, de 11,37%. Ora, que crise é essa se eu tive 11,37%? A minha categoria está sentindo? Quer dizer, a categoria está sentindo que tem...

Algumas categorias estão sendo demitidas em massa, outras, não. Por exemplo, a minha teve 11,37% de reajuste.

Daqui que estimulemos e que as pessoas reconheçam que nós temos que ir para a rua, que é uma coisa maior, não é só uma questão de categoria... Nós precisamos também desse tempo, mas acho que o tempo está se encurtando cada vez mais. Nós vamos ter muitas lutas, muitas paralisações, muita coisa vai acontecer neste próximo período. Eu não sei se esse povo que está tramando esse golpe tem consciência e responsabilidade com a sociedade brasileira do jeito que nós temos – e é desse jeito que nós queremos que as coisas continuem.

Agora, Senador Paim, a nossa pauta não era essa de retirada de direitos. O caminho que nós estávamos seguindo na democracia que nós temos era de chegar ao trabalho decente.

Nós, inclusive, neste último período, concretizamos uma conferência nacional, a primeira do mundo... Não existe em canto nenhum o que acontece neste País, inclusive essa palhaçada que está acontecendo agora. Nós fizemos uma conferência nacional. O nosso objetivo era chegar a ter esses direitos discutidos, esses direitos que nós já temos na Constituição, os direitos que nós conquistamos nas negociações coletivas. Nós temos categoria que tem data-base, que tem negociação nacional, como é o caso dos bancários e bancárias do Brasil. Nós temos negociações extremamente avançadas, acima do que está na CLT, acima do que está na Constituição Federal.

Mas ainda é pouco. Nós ainda não concretizamos tudo isso. Nem todas as leis estão regulamentadas, nem todas, nem todos os itens da Constituição, nem todos os nossos direitos estão sendo respeitados, e nós já vamos sofrer um corte como esse. Por isso é que temos dito que a nossa democracia é muito jovem, que precisamos amadurecer e chegar... Nós da classe trabalhadora, nós da CUT, nós queremos é trabalho decente, nós queremos é redução de carga horária sem redução de salário para vivermos melhor, para não só trabalhar e trabalhar, mas também ter oportunidade de sermos seres humanos completos, com direito a nos alimentar, nos divertir, namorar e estudar. Aí, nós nos colocamos neste momento da nossa história numa situação extremamente grave.

A Ponte para o Futuro, do Temer, eu não sei quem é que vai passar por ela. Não serão os trabalhadores e as trabalhadoras, não serão; não serão os pobres deste País, não é a população deste País que vai passar por essa ponte. E eles vão... O que está escrito, o que está colocado para este momento é arrasador. As políticas sociais que nós conquistamos vão ser brecadas: o Minha Casa, Minha Vida; o Bolsa Família – principalmente o Bolsa Família, porque eles têm ódio de nós, nordestinos, porque somos descendentes dos pobres e somos pobres e conquistamos muito neste último período, conquistamos muito.

Para fechar – meu tempo acabou –, eu quero dizer que eu estou tão preocupada quanto feliz, não sei se dá para entender, porque o que nós estamos vivendo hoje...

Eu fui domingo almoçar com a minha mãe, que tem 85 anos, é analfabeta, nunca estudou, não tem título de eleitor, mas pense numa mulher que é política! Eu cheguei, fui abraçá-la com presentes na mão: "mãe, está aqui uma lembrancinha que eu trouxe para a senhora". Ela falou assim: "eu quero saber as notícias de hoje, se a Dilma e o Lula estão bem – ela tem a impressão de que eu me encontro com eles toda semana –, porque as notícias que tenho são de ontem à noite, do jornal. Eu não entendo muito bem o que eles estão dizendo no jornal. Eu quero saber de você, como é que está."

Gente, está todo mundo discutindo política! Apesar de estar ainda uma parte da população esperando, assistindo ao jogo de casa, pela TV, nós temos um movimento muito importante, muito forte nas ruas e todo mundo está se envolvendo. Quando vi o pessoal levando faixa, torcida de time de futebol levando faixa, discutindo política, dizendo que é contra o golpe... Eu disse: "pronto, estamos feitas, é por aqui."

É claro que esses caras que estão promovendo isso vão ter o troco deles. Nós vamos começar a fazer as nossas campanhas agora para eleição de prefeitos e vereadores. Nós vamos começar a dizer que a gente não vai votar em quem for apoiado por golpista. (*Palmas.*)

É por aí que vamos começar este ano a resposta a esses que estão aqui, que não respeitam... É verdade que estamos numa democracia representativa. Eles têm que representar o pensamento de quem votou neles, isso que nós queremos.

Não ao golpe! Vai ter luta! E já tem luta! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reafirmou aqui toda a sua disposição permanente e da Central em defesa da democracia, não aceitando, em nenhum momento, que alguém chegue pelo atalho a presidente da República, sem voto; que pegou carona como vice, para chegar aonde chegou.

João Paulo Ribeiro, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e também representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia, primeiramente, ao meu guerreiro, companheiro de luta, Senador Paim. Desculpe-me pelo atraso, companheira Graça, pessoa que me antecedeu.

Neste dia de luta, hoje, começamos cedo, fui ajudar os companheiros do Movimento Sem-Terra, na BR. Então, se alguém atrasou aí, peço desculpas em público, mas precisávamos de algumas medidas para alertar a população do que está em curso em nosso País; na falta de democracia, algumas atitudes e alguns movimentos são importantes, necessários para que possamos fazer alguma coisa. Poderíamos fazer muito mais, acho que estamos começando a esquentar o motor ainda. Eles vão ver quem está na rua, então esse é o nosso papel, sem violência, mas mostrando e usando os nossos artifícios, a nossa arma, que é nossa voz, e nossos mecanismos de mostrar e demonstrar o que estamos fazendo e o que está acontecendo no nosso País hoje.

Também, depois eu saí, e aí tem que ir para casa colocar a farda para sair bonitinho na televisão – ou menos feio, não é?

Estou trazendo um abraço do Chico Lopes, que vai assumir a presidência da Comissão de Legislação Participativa. Nós vamos fazer uma trincheira de resistência – você foi lembrada na reunião –, ele chamou os movimentos sociais. Lá vai ser a nossa porta de entrada para começar a denunciar. Ele chamou o movimento sindical para discutirmos as agendas positivas dentro do Congresso Nacional sabendo que ali não é a casa do povo mais. Vamos ver se conseguimos pautar algumas coisas importantes via Comissão de Legislação Participativa.

O Deputado Chico tem um grande apreço por você...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Chico!

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ...e mandou um abraço. Estávamos tentando construir essa agenda lá.

Começando aqui, para tentar dialogar com vocês, quero falar um pouco do que o meu presidente Adílson... Ele está em São Paulo na resistência, e o companheiro João Domingos, que já tinha uma agenda, também mandou um abraço, mas ele está assistindo ao vivo. Então, eu queria mandar um forte abraço para o meu presidente, João Domingos.

Nós estamos num momento muito difícil. Nós estamos com várias audiências aí. Paralelamente a essa resistência que o movimento sindical e o movimento social estão fazendo, e denunciando o golpe, nós também temos uma agenda toda trabalhada, imposta ora pelos conservadores, pela direita, ora pelo Governo também – acho que, encantado pelo canto da sereia da direita, apresenta projetos que não consegue justificar. Exemplo disso é o acordo que fez com os governadores dos Estados: pensando que pode ter aliados à direita, fez um projeto nefasto para os servidores públicos, que é o 257. Fora isso, ainda há o PLP 555, que chegou agora com o número...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – JP, me permita interrompê-lo, até porque você havia me convidado.

Estou totalmente a favor que as centrais e confederações da área pública e da área privada façam uma visita ao Palácio e peçam para a Presidenta Dilma retirar o 257. Esse é um clamor popular. Eu estou sendo chamado a todos os Estados para debater o 257. O 257 não resolve o problema dos Estados e prejudica os servidores públicos. Então, nós, que estamos todos comprometidos com a democracia...

Eu sei que estamos sendo transmitidos pela internet, pelo sistema alternativo, em todo o País e chegamos ao Palácio. Fica aqui o meu pedido à Presidenta Dilma para que retire a urgência do 257. Eu sei que foi uma imposição dos governadores, que queriam resolver o seu problema e jogar o problema nas costas dos servidores estaduais e municipais. Por isso é que apelo para que essa urgência seja retirada. Quem está falando aqui é alguém que tem compromisso com a democracia e é contra o *impeachment*.

É fundamental que essa urgência seja retirada, minha querida Presidenta Dilma. Fica aqui o apelo, mais uma vez, em público.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Certo, Paim. É normal esse apoio, não é?

Infelizmente, estamos nessa luta e, aí, estamos também aqui construindo essas audiências públicas. A propósito, lembro que, no dia 17, às 17 horas, na Assembleia Legislativa de São Paulo, vai acontecer a nossa audiência para tratar do 257. Nós vamos ter outra antes, agora no dia 13, no Maranhão, às 14h, na Assembleia Legislativa. Vamos ter outras iniciativas: da Alice Portugal, no dia 17 pela manhã também e, no dia 16, no Espírito Santo. Ou seja, os Estados todos estão se mobilizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E esses governadores que são – acho que a palavra é meio forte, mas para mim, partindo de João Paulo, não é – desonestos no seu trato com a população. Eles dizem que, na verdade, é o seguinte: é um projeto de lei da Presidente, e parece que eles são isentos, mas não são. Na verdade, são maus administradores, mas, primeiro, eu acho legal dizer. Eles administraram como essas dívidas? Gastaram como? Auditoria e transparência com gasto não se tem. Então, agora querem justificar.

Outra: eles fizeram esse acordo em 1997, durante o Governo FHC, e não conseguiram. O acordo era para 30 anos. Dez anos depois, vêm aqui novamente bater na Presidência, querendo solução. Na verdade, é a solução para eles.

E agora, por imposição do conselho – e em audiência isso já foi falado, você inclusive fez audiência – do Codefat há o seguinte: "Vocês têm que ter contrapartida." E a contrapartida é o quê? Serem mais rígidos. E ser rígido, para alguns, é demitir funcionário, não investir em funcionário público, terceirizar, aplicar as malditas OSCs e OSCIPs, que não vão a lugar algum. E nós funcionários públicos estamos aí, e infelizmente alguns colaboram com esse triste fim.

Enfim, estou dizendo isso porque estamos nesse jogo político. E acreditar acho que foi ingênuo. Nós estamos hoje aqui na luta pela democracia. Movimento sindical só acontece onde há democracia. Não há movimento sindical onde não há democracia. No movimento sindical, quando tivemos o golpe ou a ditadura, ficamos alijados. Funcionou o movimento sindical clandestinamente. No nosso caso, dos servidores públicos, éramos meras associações para fazer lazer, para fazer competições. E aí os mais classistas avançamos, mesmo na ditadura, em algumas coisas. Mas até hoje nós não temos legislação que organize os trabalhadores do serviço público. Nós nos organizamos por analogia com a CLT. Ou seja, mesmo nesse período mais avançado e progressista, ainda há lacunas que, agora, com o retrocesso da CLT para a iniciativa privada, pode ser que sejamos dizimados e voltemos à clandestinidade na organização sindical. Esse é um grande problema a que a falta de democracia pode nos levar.

A iniciativa privada já está dizendo, naquela pinguela para o futuro que alguém quer fazer – lá estão contidas várias nuanças – o seguinte: acabar com a CLT. Isso é democracia? Isso é avançar?

Então, nós estamos aqui diante da mais nefasta confissão de um golpe, tirando direitos conquistados a duras penas mesmo no Governo que foi mais progressista nesse último período.

Nós tivemos dificuldade de votar essa agenda porque, na verdade, também fizeram aliança com pessoas que não queriam avançar porque não tinham conhecimento da causa. E nós tivemos dificuldade. Foi na luta, foi na porrada, foi na organização, foi com várias audiências públicas que nós conseguimos. E houve algumas iniciativas, inclusive de cunho popular, que avançaram. Mas não foi fácil.

E agora estamos vendo o conservadorismo, porque há essa questão, não é? Isso é muito engraçado. Em vez de o povo colocar pessoas que o representam, que são progressistas, a sociedade, em plena época de crise, cada vez que fica em crise, acaba dando um pulo para a direita. É uma coisa impressionante como a sociedade consegue não enxergar quem de fato pode representá-la. Eu pergunto para as pessoas na rua, nas passeatas: você votou em que Deputado? Os caras têm vergonha de dizer em quem votaram. Então, alguns Deputados, como eles se elegeram? Não é possível. As pessoas que votaram têm vergonha, e eles são capacitados pela PIG, que é a mídia golpista, simplesmente começa a manipular de forma tão grande que as pessoas acreditam que é possível, que realmente há vários problemas e que está certo, que têm de tirar a Presidente do exercício. Para botar o quê? Um mensaleiro, um golpista, um ladrão. Todo mundo está dizendo que onde você tira um, o resto é tudo podre. Então, tira todo mundo. Se fizemos errado em 2014, vamos ajustar agora, vamos fazer novas eleições. Se é isso, façamos com tempo, com racionalidade e não com estupidez, achando que a população é boba.

Então, venho aqui, em nome da Confederação e da Central, saudar a iniciativa, mais uma vez, do nosso Senador, dizendo que a democracia é tudo. Lutemos! Lutemos com todas as nossas forças, porque temos de resistir. Diferente de 1964, agora vamos resistir muito mais. Achamos que foi um erro porque alguns companheiros saíram, alguns companheiros desistiram, outros saíram para fazer outras coisas fora do País. Nós não vamos sair; nós vamos resistir. Se preciso for, eles vão ter de fazer várias covas, igual perus, para botar todos os nossos militantes, porque vamos resistir até a última bala. Esse é o recado que a CTB está dando nas ruas. Vamos resistir até o último militante que estiver aqui.

Obrigado, Paim. Parabéns mais uma vez.

Democracia hoje e sempre!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao JP, que falou pela CTB e teve a coragem, aqui no final – permita-me, vou pegar um gancho teu: algumas pessoas entendem que, quando a gente dá um passo à frente, a gente não está ao lado deles. Pessoal, quem é dirigente, de fato, [illegible] coragem de dar o passo à frente. Eu tenho o maior respeito por toda a militância, mas a militância, quando [illegible] que alguns dão um passo à frente, que estão percebendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós aqui estamos no coração do debate. Quando eu falo o que você falou aqui no final, a maioria sei que me entende, porque o nosso povo não é bobo, não é burro, mas alguns ficam na disputa interna das forças, às vezes. É natural a disputa interna, aí ficam atirando na própria trincheira em que estão seus parceiros.

Quando a gente levanta, pessoal, muito bem, o Temer se elegeu em que chapa? Na chapa da Presidente Dilma. Assinou quantos decretos? Mais do que ela. O próprio relator da peça fez pedaladas quando era governador! Então, quando a gente fala: "Bom, se é assim que vocês entendem, tudo bem. Vamos lá, então. Vamos para o voto. Vamos para eleições gerais? Eu abro mão do meu mandato, não há problema nenhum". "Ah, isso não, Paim. Abrir mão do nosso mandato não. Mas se o povo pode fazer a grande concertação pelo voto, qual o problema? "Está bom, vocês acham que Deputado e Senador não pode abrir mão? Então, vamos pelo menos pedir para o Sr. Temer se ele tem a grandeza política de dizer que abre mão também do mandato dele, para que o povo decida quem vai dirigir o País." Aí eles dizem que não, não, não. Urna, não.

Pessoal, eles têm medo das urnas; nós não temos de ter medo das urnas. Eu tive um debate numa emissora de televisão vinculada não vou dizer a quem. Sabe o que me disseram quando fiz essa defesa? Sabe por que não queremos? E foi um jornalista que disse. Por que aí o Lula ganha as eleições. O argumento foi esse, veja a que pontos chegamos! O argumento que vi foi esse. (*Palmas.*)

Eu disse: "Vocês aceitam da democracia, mas nós temos que acertar com o Lula para que ele não concorra? É isso? É isso que vocês querem?" "Não; ninguém disse isso". Mas, claro, que disseram isso!

Nem sei se o Lula é candidato ou não é candidato, agora ou em 2018, apenas quero mostrar para vocês que bom; se chegamos a esse impasse, então vamos para o voto e vamos deixar a população decidir. E que o PSDB apresente seu candidato – é legítimo –, que o PT, que o PDT, que o PMDB, que qualquer um apresente seu candidato.

Esse debate, pessoal, não podemos proibir que ele surja debaixo para cima. Confesso a vocês que o meu sonho seria todos nós que estamos aqui nesta sala, porque aqui todos são democratas, viajarmos por este País com comícios semelhantes aos das Diretas, de que participamos nos nossos tempos. Se chegaram a esse ponto, pois bem, vamos viajar por este País, como no grande comício das Diretas. Lembro aqui do grande Teotônio Vilela, o cavaleiro da esperança. Por que não? Por que não? Isso, sim, unifica o País.

Agora, querer botar na Presidência da República, pela via indireta, alguém que ficou conspirando dentro do Palácio durante todo o tempo, convocou seus Ministros... E, quando eles saíram, senti – e um deles é gaúcho – vão sair para ir para o *bunker* do ataque à democracia.

Esse fato é real, pessoal. Já pensou todo este País em grande comício sobre as Diretas Já, se assim que caminharmos?

Tenho a coragem em dizer isso – e tenho dito.

Quando estava ainda na área sindical e mesmo depois também na política, disseram-me: "Mas, Paim, você vai concorrer ao Senado?" Disse: "Vou, porque perdi na Câmara – estávamos juntos lá, acho – a questão do negociado sobre o legislado. E o negociado, de lá, foi para o Senado. E eu disse: "Vou atrás desse projeto para derrubar lá". Felizmente, chegamos aqui, por iniciativa do Lula e, me lembro, do Jacques Wagner, e derrubamos, arquivamos e liquidamos o negociado sobre o legislado.

Mas voltou aí com toda força! Está aí de novo com toda a força. Nem vou entrar aqui nessa história da "Ponte para o Futuro", porque essa ponte é um desastre, pessoal. Quem está financiando esse movimento vai cobrar essa conta, pessoal. Muita gente está nos ouvindo aqui, e recebo aqui... Eu debato com aqueles que me escrevem um por um. Sou eu que respondo mesmo, a todos, não dou para ninguém responder meu Whatsapp; sou eu que respondo, debatendo com todos, um por um. Olha, 90% desses, quando termina o debate, dizem: "É, Senador, mas o momento é político então..." Mas ela cometeu alguma coisa? "Não, até que não cometeu, mas é político". Digo: se é político, vamos para as eleições; se é política a decisão, vamos à eleição geral? Claro que é difícil.

Já falei demais aqui e sempre digo que quem tem falar aqui são os convidados, mas, às vezes, acabo me... O culpado foi o JP que provocou aí. Se for assim, vamos de novo.

Seguindo a lista dos convidados do plenário, concedo a palavra ao Charles Johnson da Silva Alcântara, Diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco).

O Charles está aí?

Por favor, Charles.

E cada um aqui expressa o seu ponto de vista com a maior tranquilidade. Se é contra ou a favor, não interessa. O que interessa aqui é um debate sobre a democracia. Enfim, fiquem bem à vontade.

Vamos dar cinco minutos para cada um, mas seremos tolerantes, claro, para não espremer e a pessoa ıseguir complementar o pensamento.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCANTARA – Obrigado. Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero saudar os representantes das centrais. Assim, começo por eles: o Calixto, a Graça, a Nova Central CUT e o João Paulo, da CTB.

Cumprimento o Senador Paim e também os Constituintes de 1988, que tenho a honra de conhecer; Nelton e Haroldo – meu companheiro de partido, e a gente nem se conhece.

De fato, a gente vive um momento extremamente grave, importante da nossa história. Eu sou de uma área, Senador Paim, onde, talvez, a gente sinta muito de perto como funciona a sociedade brasileira, a estrutura da sociedade brasileira, o quanto o Estado brasileiro, de fato, há muito ou desde sempre, foi apropriado pelo poder econômico.

Vejam vocês que este evento começou às 9 horas, estamos próximos de meio dia. Para quem conhece um pouquinho, se interessou um pouco ou se interessa pelo tema da dívida pública, por exemplo, há um portal, um *site* da dívida pública que tem um "dividômetro". É uma organização que presta um serviço importante para a nossa sociedade.

Em 2015, para vocês terem uma ideia, R$960 bilhões – aproximadamente 42% do gasto federal –, foram consumidos com a dívida pública, para rentistas, para credores da dívida pública, para o mercado financeiro. Isso dá mais ou menos, pessoal, R$2,6 bilhões por dia com a dívida pública. Repito, 42% do gasto federal.

Se a gente pegar esses R$2,6 bi por dia e dividirmos por 24, o número de horas por dia, só durante este evento, em três horas, já foram mais de R$300 milhões. Desde o momento que nós começamos aqui a discutir, neste auditório, até agora, ao meio dia, R$324 milhões, a preços do ano passado, 2015, com esses rentistas.

Então, do gasto federal, 58% sobram para tudo o mais. Uma sociedade extremamente injusta no momento de cobrar o tributo, porque cobra de quem pode menos, porque incide a tributação no Brasil mais sobre o consumo; portanto, proporcionalmente, ela é muito mais perversa com quem ganha menos, com quem vive de salário, e extremamente benevolente e generosa para com os donos do capital, que pagam muito pouco tributo no País. Ela é injusta, portanto, no momento de cobrar, de gravar a sociedade; e ela também é profundamente injusta no momento de distribuir o produto dessa renda nacional, dessa receita.

Daí por que, vira e mexe, alguns programas sociais, que, do ponto de vista orçamentário, são quase nada, como o Bolsa Família, por exemplo, que não arranha o Orçamento federal, se comparado, por exemplo, com a dívida pública. Mas, vira e mexe, onde vão buscar a saída para a crise? Retirando exatamente de quem já ganha tão pouco e já paga tanto, já contribui com tanto para a sociedade. (*Palmas.*)

Pois bem; como nada é tão ruim que não possa piorar, estamos aí diante dessa ponte que tenho chamado de ponte para o obscuro, que vai, sem dúvida alguma, atacar programas de inclusão que ainda são insuficientes, diga-se de passagem. Encerra-se aí um ciclo de conciliação em que todos ganharam. Os ricos ganharam muito mais que os pobres. O problema é que os pobres, os marginalizados, os miseráveis estavam numa situação de tamanha indigência que o pouco que ganharam lhes deu um pouco de dignidade, mas essa dignidade está sendo ameaçada agora. O negociado sobre o legislado volta com força, a terceirização volta com força, a flexibilização total, plena e irrestrita dos direitos trabalhistas volta com muita força...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O trabalho escravo.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCANTARA – ... num governo cujo, digamos assim, "capo", entre aspas, é absurdamente ridículo, mas que vai ter maioria na Câmara, essa maioria que foi eviscerada em pleno domingo, que teve suas vísceras expostas para toda a sociedade brasileira, para a gente se dar conta da qualidade do Parlamento brasileiro, do que é que está lá representando a nossa sociedade.

Esse é o retrato que a gente tem, mas ao mesmo tempo é um desafio. Eu não encaro o dia de amanhã, quando vai se encerrar, sim, ainda que temporariamente, por 180 dias, com dificuldades imensas de voltar, e nós sabemos.

Concordo com o Haroldo. Eu também sou pessimista na análise, mas também otimista na ação. Eu acho que nós temos que encarar o dia de amanhã não como o fim de um de uma luta, mas o começo de uma nova etapa de lutas. E ao longo da nossa história nós já enfrentamos tantas difíceis. A nossa história toda é marcada por dificuldades, por reveses, por derrotas. Mas isso não vai nos abater. Eu acho que não devemos dar sossego ao Governo Temer, em nenhum momento.

Graça, a Câmara, que fechou, e o Congresso, que está fechado a partir de hoje, vão continuar fechados. Quando esses projetos baixarem para votação em plenário, vão fechar a Câmara, vão fechar o Senado, para que o povo não possa entrar para acompanhar essas votações. Mas nós vamos ter que resistir nas ruas. Só as ruas são a saída para a sociedade brasileira e nós podemos fechar. É o que nos resta: lutar contra esse golpe, mais um golpe.

Se eu tenho motivos, por exemplo, para criticar o Governo Dilma – e há muitos –, nós temos todos os tivos para repudiar esse golpe sórdido contra o povo brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Charles Johnson da Silva Alcantara, que falou como Secretário de Assuntos Técnicos de Comunicação da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), mostrando dados, números e apontando o caminho do amanhã.

Agora, Jaime Bueno Aguiar, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT)).

Depois do Jaime, lembramos que será o João Paulo Ferreira Machado.

Encerra este bloco o nosso querido Moacyr.

Permita-me, Jaime, antes de você falar, dizer que o Moacyr passou por um momento de saúde muito difícil, mas, agora, se recuperou e está aí, com fé. Um baita guerreiro! Eu estive no hospital e ele estava muito preocupado.

Que bom te ver de volta ao campo de ação!

O SR. JAIME BUENO AGUIAR – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo e, em seu nome, também cumprimentar os Deputados constituintes.

Caro amigo Calixto, Presidente da Nova Central Sindical, eu o cumprimento e, em seu nome, também a todos os dirigentes sindicais, presidentes de centrais e este auditório.

Senador Paulo Paim, você não me conhece, mas eu sou seu admirador há muitos anos pela sua luta em defesa da sua raça, em defesa dos trabalhadores e, muito especialmente, em defesa do movimento sindical brasileiro. Acho, inclusive, Senador, que você talvez tenha sido injustiçado dentro do seu próprio Partido quando não lhe deram a oportunidade de ser o Presidente do Brasil.

Mas eu devo confessar que, apesar de toda essa admiração que tenho por você, Senador, eu sou contra tudo o que está sendo dito aqui. O pano de fundo que a sociedade abraçou, a favor do *impeachment*, não são apenas as pedaladas – as pedaladas são o foco legal –, mas o porquê das pedaladas. Instalou-se no Brasil uma corrupção desenfreada, roubaram as maiores e melhores empresas brasileiras, assaltaram os cofres públicos e, por isso, foram obrigados a fazer pedaladas e, aí, sim, cometeram o desrespeito à Constituição. E eu me sinto muito à vontade, Senador Paim, porque eu o conheço muito bem, para dizer o que eu estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E me permita, me permita só isso, pessoal: o que você está fazendo aqui é muito bom, porque têm uma mania de dizer que aqui o debate só tem uma posição. Ele tem outra posição e está expressando com a maior tranquilidade, digo, e sem nenhum temor. Se a Comissão de Direitos Humanos está debatendo o processo democrático, tem de ter o mesmo direito quem fala contra e a favor de tudo o que está acontecendo hoje no País.

Então, meus cumprimentos por essa coerência das suas posições.

O SR. JAIME BUENO AGUIAR – Eu quero dizer que não sou muito otimista com o Governo Temer e acho, muito bem disse V. Exª, Senador, que o Governo Temer também é da chapa da Dilma. Eu acho, inclusive, que se no lugar da Dilma estivesse o Senador Paulo Paim, não tinha tanto chute nas canelas a ponto de ela perder o apoio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da OAB, da sociedade em geral, do Judiciário. Perdeu o apoio de todo mundo porque só dá chute nas canelas. Ela não tem tato político, ela não tem cacife para ser Presidente de um país como o Brasil. Não cito, da mesma forma...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, eu vou fazer um apelo a vocês – e me permita, mas eu vou descontar o tempo –: normalmente, nas audiências, pessoal, falam em torno de dez pessoas contra o *impeachment* e uma ou duas pessoas usam a tribuna, ainda que meio temerosas no início, para dar sua posição. Nós, como democratas, temos de permitir isso; senão, não tem sentido, pessoal. Não tem sentido, e nós vamos dar razão para eles, que dizem: "que democracia é essa em que os que pensam diferente não podem falar?"

Eu queria assegurar que ele, tranquilamente, pode expressar todo o seu pensamento, pois é assim que nós escrevemos toda a nossa história, a história do nosso País, ouvindo aqueles que pensam também diferente.

O SR. JAIME BUENO AGUIAR – Mais uma vez, muito obrigado, Senador. Eu quero dizer que não penso a mesma coisa em relação ao Lula. O Lula foi hábil, o Lula foi inteligente. Quando viu que precisava avançar, ele avançou, quando precisava recuar, ele recuou. Ele colocou o Meireles para ser o seu Ministro da Fazenda, pensando na economia.

Ora, não há algo que indigne mais o trabalhador, que o torne mais desprezível do que o desemprego em massa. Esse é o pior salário que tem no mundo, e não tem sido debatido, Senador. A classe trabalhadora está aviltada por causa dos 11,1 milhões de desempregados. Nós tínhamos um índice, no início de 2015, de % de desocupados no Brasil e hoje nós temos 10,9%. São dados para os quais qualquer dirigente sindical cisa estar atento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu quero fazer um apelo, Senador Paulo Paim, para uma outra coisa. O movimento sindical está, como é que eu diria...Ele está miúdo. O movimento sindical decresceu. O movimento sindical já não tem luta como tinha antigamente, porque cortaram a fonte de subsistência das entidades sindicais. E V. Exª tem projeto para viabilizar isso. Como que dá aos empresários o direito de arrecadar, via sistema s, que quem coordena são as confederações empresariais, 30% de arrecadação por ano mais a contribuição sindical, e dá aos trabalhadores apenas 3,33%? Isso é tratar de forma desigual o movimento empresarial e o movimento dos trabalhadores.

Faço referência a esse assunto porque eu fui chamado para esta comissão para tratar da questão sindical. Estou representando o Sr. Omar, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte Terrestre. Esse é o pensamento dele que eu trago aqui e é esse o pensamento do número maior de nossos associados. Vão me chamar de muito corajoso ao falar nisso aqui porque estou estranho no ninho. Mas esse é o meu perfil, Senador.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Expressou o seu ponto de vista, como todos aqui o fizeram.

Pode ter certeza de que a proposta que acaba com o movimento sindical vem de um Senador que é da oposição e eu consegui pegar a relatoria dela. Essa PEC não passará. Essa PEC acaba com as contribuições de todos os trabalhadores para as entidades sindicais. Eles sabem que estou cumprindo esse papel, a pedido das confederações das centrais. E eu consegui pegar essa PEC, que é muito perversa.

Se essa PEC chegar a ser aprovada, pessoal, adeus qualquer tipo de contribuição, porque é dito lá: é proibido qualquer tipo de contribuição aos trabalhadores. É a PEC nº 206, se não me engano, da qual consegui pegar a relatoria, como consegui pegar aquela também do trabalho escravo, que o regulamenta, quando tem de proibi-lo. E a da terceirização eu consegui pegar a relatoria. O meu receio é que eles venham com tudo para me tirarem essas relatorias. É claro que eu vou resistir ao máximo para não entregar essas relatorias tão fundamentais. E aquele outro da OIT, que vai na mesma linha, eu consegui pegar também – está comigo.

Por fim, pessoal, eu quero dizer que, em relação ao 257, além de insistir para a Presidenta retirar, apresentei um projeto alternativo, que resolve o problema dos Estados e não tira um centavo do servidor público. O projeto está tramitando aqui no Senado, e estão pedindo, é claro, que eu vá aos Estados. Eu irei, dentro do possível, no sentido de mostrar o contraponto ao 257, que é um projeto que apresentei com o apoio de uma série de Senadores.

Passo a palavra agora a João Paulo Ferreira Machado, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e, por fim, ao Moacyr. Depois, a Mesa fará as considerações finais. Então, a Mesa ainda fará os seus comentários finais, pessoal.

João Paulo Ferreira Machado.

O SR. JOÃO PAULO FERREIRA MACHADO – Bom dia.

Quero cumprimentar aqui a pessoa do Senador Paim, que, além de contínuo, é sincero defensor dos direitos dos trabalhadores. Não é aquela defesa em busca de apoio de votos. É uma defesa sincera e contínua.

É um privilégio estar aqui na CDH mais uma vez. O Sinait tem sempre participado das audiências. Estive junto com o Senador em Campo Grande, na audiência pública que tratou da terceirização, mas esta audiência, em específico, é um privilégio ainda maior para mim. Acho até que eu nem deveria falar, porque já tivemos uma aula com as falas do Nelton Friedrich, do Sabóia, dos representantes, da Graça, do Calixto, do João Paulo e com todo o resgaste histórico feito pelos constitucionalistas. Realmente a minha experiência é tão pequena que quase não tenho muito a contribuir, mas, já que estamos aqui, temos, sim, que colocar alguns pontos relacionados ao tema.

A defesa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho transcende a defesa da categoria especificamente dos auditores. A nossa defesa também é dos trabalhadores em geral, afinal a nossa função, como auditor fiscal do trabalho, é defender o direito dos trabalhadores.

Vou pontuar algumas coisas mais específicas relacionadas ao servidor público. Já que estamos falando de democracia e movimento sindical, que são coisas totalmente ligadas – a democracia necessita do movimento sindical para ser efetivada –, nós temos que perceber que a nossa democracia ainda precisa caminhar muito, haja vista a dificuldade que temos de acesso às Casas Legislativas como representantes sindicais. Isso é um absurdo. Quando um representante sindical precisa ter acesso a uma Casa Legislativa, ele é barrado e não consegue acesso. É necessário todo um trabalho, um contato com algum Parlamentar, e o Parlamentar, às vezes, tem que mandar alguém para buscá-lo. Essa dificuldade é um exemplo de que a nossa democracia ainda precisa caminhar muito.

Outra questão: a Convenção nº 151 da OIT garante a negociação e o direito de greve ao servidor, porém, agora, não foi regulamentada. Essa não regulamentação traz a dificuldade da greve. A greve é limitada, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pelo Executivo nos Estados, nos Municípios ou na União, seja pelo Judiciário. A greve acaba não acontecendo, mesmo quando o servidor público precisa fazer. Esse é um direito reconhecido, mas o servidor acaba não podendo fazer greve. Por quê? Porque falta essa regulamentação.

A licença classista que o servidor público... Quando um servidor precisa se ausentar para ser representante sindical, o sindicato, a sua categoria tem de arcar com o salário, porque o Poder Público não faz esse pagamento. Então, é outra limitação ao movimento sindical. A gente vê que precisa realmente caminhar muito no movimento sindical, para que a nossa democracia possa ser fortalecida.

Falando um pouco dos ataques que estão sendo feitos aos direitos dos trabalhadores – há uma tendência muito grande de isso se implementar com maior força neste momento que vivemos, a partir de agora -, para ver como a nossa democracia ainda precisa caminhar, é até uma dicotomia falar que o negociado é pior do que manter o legislado. Se você tivesse uma democracia real, verdadeira, em que todo mundo tivesse realmente condições, seria melhor que fosse mesmo o negociado. Mas não, hoje nós precisamos ainda do legislado, que prevaleçam alguns direitos, porque o trabalhador não tem com seus representantes a condição de conseguir manter os direitos, porque ele vai ser aviltado, vai ser pressionado e não vai ter força para conseguir manter. Então, direitos ainda precisam ser garantidos pela CLT ou por leis, se não o trabalhador não vai conseguir manter esses direitos. Para ver como a gente precisa realmente trabalhar.

Outra questão que preocupa bastante, já foi citada até pelo Senador, é a regulamentação do trabalho escravo. Ainda bem que temos o Senador Paim para tentar trabalhar isso de alguma forma, porque o que se diz regulamentação, na verdade, é uma tentativa de dizer que não há trabalho escravo ou em condições análogas, trabalho aviltante, uma situação que mereça tratamento do Estado, dizer que aquilo não significa ilegalidade, que aquilo pode ser permitido.

Então, nós não podemos permitir que isso aconteça. Fica aqui o recado do Sinait para essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Eu havia pulado aqui o Daniel, que chegou cedo. Daniel Pereira dos Santos, Diretor de Comunicação do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central.

Por favor, Daniel. De fato, você estava desde cedo e não entrou na lista.

E deixo o Moacyr para fazer o encerramento desta mesa.

O SR. DANIEL PEREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos e a plateia. Quero cumprimentar todos na pessoa do Senador Paulo Paim.

Nós somos do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central. A contribuição que o Sindicato veio trazer nesta importante audiência pública, neste espaço em que o debate dos trabalhadores realmente é ouvido, nós queremos dar nossa contribuição para o movimento sindical chamando atenção para um aspecto que consideramos basilar, que temos de melhorar no nosso movimento sindical, que é importante também por causa da sociedade em que vivemos, que é sociedade de espetáculo, que é a batalha, que é a luta que temos que fazer pela hegemonia do discurso.

O nosso País só chegou a essa situação hoje porque o discurso conservador tem o apoio da grande mídia, tem o apoio dos meios de comunicação.

E nós do movimento dos trabalhadores, das forças progressistas em geral, temos que atentar para esse fato e tentar estabelecer uma estratégia – nós temos gente competente para poder fazer isso – de embate nessa luta pelo discurso. Porque, uma vez que o discurso conservador tem sido hegemônico, eles têm encontrado respaldo em vários setores da sociedade, até nas camadas mais pobres mesmo, para se sentirem à vontade para proporem essas coisas horríveis, como reforma da Previdência, como flexibilização das leis trabalhistas.

Nós servidores também sentimos o impacto desse discurso porque ainda há na sociedade a imagem do servidor ganhando muito e trabalhando pouco. Então, eles ganham o apoio da sociedade ao propor essas aberrações, por exemplo, como é o PLP nº 257. Nós temos que fazer chegar os nossos argumentos para a população para que esse cenário, essa condição favorável a eles se desfaça, e a gente consiga convencer a população de que nós é que temos os argumentos para defender os trabalhadores e a classe mais pobre desse País.

Os servidores são uma categoria até mesmo um pouco injustiçada, porque sua grande maioria trabalha muito, e trabalha com responsabilidade social. Quando estamos exercendo as nossas atividades, nós procuramos, de toda forma, ser mais eficientes e causar economia para o Governo e não mais gastos.

Nós podemos falar da nossa experiência como técnicos do Banco Central, que estamos numa luta há mais de 10 anos pela modernização do nosso cargo, enfrentando durante todos esses anos vários acordos que não foram cumpridos, e queremos a modernização não acompanhando esse discurso conservador, falando que nós queremos a modernização simplesmente para ganhar mais. Isso é rasteiro, isso é injusto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós fizemos todo um estudo e preparamos o nosso trabalho para propor a modernização porque nós sabemos que a modernização da carreira de especialista do Banco Central vai ser mais eficiência para o serviço público, vai prestar um serviço melhor para a sociedade e vai causar economia de recursos para o Governo.

Então, a maioria dos servidores pensa assim. No entanto, o que nós vemos no Governo, num período em que a situação financeira, a situação econômica do País aperta, são servidores serem sempre os primeiros a sofrer as consequências disso.

E nós não vemos, infelizmente, da parte dos governos essa mesma agilidade para cobrar a cota de sacrifício, que cobram dos servidores, do grande capital.

Então, nós vemos propostas como o PLP nº 257, mas não vemos em nenhuma medida proposta para taxação de capital especulativo; nós não vemos nenhuma medida para criação do imposto sobre grandes fortunas; nós não vemos nenhuma medida para redução da taxa de juros num ambiente econômico onde a inflação não é por demanda.

Isso tudo só é possível, repito, porque o discurso conservador está sendo hegemônico, e nós não podemos deixar que isso aconteça. Nós temos que levar para a população que eles querem a flexibilização das leis trabalhistas para socializar o prejuízo. Essas mesmas pessoas que vão, pomposas, na frente da televisão fazer o discurso conservador, falar que o Brasil tem que se aprimorar, tem que imitar as melhores práticas das relações trabalhistas dos países do Primeiro Mundo – o discurso deles é até decorado –, nós temos que mostrar que elas não têm, em nenhum momento, a proposição de incluir nessa mesma flexibilização de leis um dispositivo que garanta a socialização do lucro, quando o ambiente estiver melhor. Eles só falam no ambiente ruim para poder socializar o prejuízo. Nós precisamos mostrar para eles, como já foi feito pelo trabalho da Profª Gentil, que a Previdência não é deficitária, que na verdade há sempre umas manobras contábeis retirando parte da receita que, constitucionalmente, deveria ir para a Previdência e não vai – CSLL, Cofins, recurso provindo dos concursos de prognósticos. Nós temos que mostrar para eles que o que estão querendo é tirar dinheiro da aposentadoria, juntando tudo no mesmo orçamento, não fazendo o que a Constituição manda, que é fazer dois orçamentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL PEREIRA DOS SANTOS – Perfeito. E eles fazem isso juntando os dois orçamentos, o fiscal e o previdenciário, que constitucionalmente deveriam ser separados. Eles o fazem para poder confundir e usar o dinheiro da Previdência para tapar rombos de uma crise da qual o servidor e os trabalhadores em geral não têm culpa.

Então, nós queremos aqui chamar a atenção do movimento sindical e dos movimentos progressistas como um todo, para que prestem atenção, façam desta uma frente estratégica, que é fazer o nosso discurso chegar à população. Nós temos que ter o apoio do povo, o apoio da opinião popular. Nós precisamos encarar a comunicação como um ponto estratégico na luta. Há as mobilizações, as ações pontuais, mas também há a comunicação. Dessa maneira, nós vamos fazer com que o nosso movimento seja muito mais eficaz, seja efetivo, trabalhando com inteligência e com estratégia.

Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Daniel. E muito bem por estar ocupando esse espaço, Daniel. E, aqui, nós estamos falando, no mínimo, para dois milhões de pessoas para todo o País. Eu vejo aqui pelo meu WhatsApp. Há todo tipo de comentário, e é bom isso. Cumprimentos a todos.

Agora, depois do Daniel Pereira dos Santos, Diretor de Comunicação do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central, que deu uma bela contribuição, com a palavra o Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Eu, que te vi no hospital e, agora, te vejo aí elegante, acho que vou ao hospital para emagrecer um pouco também. (*Risos.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador Paulo Paim, primeiro eu quero agradecer de público o seu carinho, sua visita. Lá, como se diz, a gente sabe como entra, mas não sabe como sai.

E você sai às vezes, não é?

Mas, graças a Deus, já estou na luta.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, o nosso grande mestre, o nosso grande defensor. Gostaria, também, de cumprimentar você, Graça, JP, nosso Presidente, nosso Calixto. Gostaria de cumprimentar o Haroldo Sabóia, que foi nosso Constituinte nota 10, no Diap, e a você, Nelton, eu fiz um detalhe importante, mas me perdoe aqui, porque talvez eu vá precisar utilizar um tempinho a mais, Nelton, eu gostaria de agradecer a você pelo teu trabalho na nossa Constituinte.

Talvez, você não se lembre de mim, porque eu ainda era mais moleque e a nossa Constituinte já tem uns anos, mas nós fizemos parte daquele processo, em que nós criamos a Intersindical, e lá esteve você, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

lá esteve o nosso companheiro Edésio Passos, ambos tiveram nota 10, no Diap, dentro das suas orientações, dentro das suas articulações, com o nosso saudoso Matias, nosso saudoso Roque, onde eram feitas as reuniões dessa Intersindical e onde a gente fazia a nossa articulação de toda a semana, tendo um carro aqui, um grupo de cinco pessoas, desciam cinco, subiam cinco, e sempre tinha um carro na metade do caminho fazendo o trabalho aqui, nos Gabinetes.

Agradecer a você, Nelton, quantas vezes nós passamos a noite, às vezes, de pé, encostados, numa sala, ali, na sala das Comissões, e, quando você menos esperava, a reunião, como tinha muita gente, era mudada para outro lugar, porque a força popular, a ação dos movimentos sindicais estava muito forte e ali poderia ser envolvida.

Trago o abraço dos nossos companheiros lá, do Paraná, principalmente os companheiros de Toledo, e parabenizo você, pelo grande trabalho que fez pela Itaipu e continua defendendo a nossa água. (*Palmas.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Assim, Nelton, eu gostaria de fazer uma homenagem e agradecer, porque as coisas passam e o tempo voa, como dizia o nosso tempo do Bamerindus, e a gente acaba se dispersando no tempo.

Senador Paulo Paim, nossa discussão hoje é democracia, direitos humanos, movimento sindical. Eu, talvez, também vá um pouquinho na contramão em algumas posições aqui colocadas, mas, quando dizem que nós estamos perdendo a democracia, eu acho que não, Senador.

Graças à democracia que em 1988 nós constituímos, que em 1988 e ao longo desses anos, nós viemos constituindo, nós viemos construindo, eu acho que hoje nós podemos dizer que nós temos uma democracia sólida. Não é porque as coisas não andam do jeito que a gente gosta ou gostaria que acontecessem, que, de um momento para outro, a gente pode jogar fora todos esses anos de construção da nossa democracia.

Graças à nossa democracia é que, hoje, nós temos milhares de pessoas parando as estradas no Brasil, fazendo piquetes, e, em apenas alguns casos – e, até agora, pelo que eu fiquei sabendo, não teve nenhum –, houve a interferência da Polícia, mais para dar suporte que para usar o cassetete, ou seja, sem as porradas que nós levávamos antes da dita democracia de 1988.

Então, eu acho que com a democracia que nós queríamos, a democracia que nós construímos, nós não podemos jogar fora a criança junto com a água suja. Nós devemos agradecer à democracia, devemos continuar levantando a nossa a voz alta em defesa da democracia para nós termos, inclusive, esse espaço em que nós estamos fazendo, criticando, exaltando e tendo cada um a sua opinião. Isso é democracia e eu acho que isso nós não podemos jogar fora de jeito nenhum.

Direitos humanos.

V. Exª tem sido, Senador, o nosso braço direito, porque, quando fala, assim, direitos humanos, não é só a questão, como se diz, de não ter direito à liberdade, isso, aquilo e outras ações que a gente tem. Direitos humanos é a questão da igualdade racial. Direitos humanos é a possibilidade de você ter um salário digno. Direitos humanos é trabalhar por um piso salarial. Direitos humanos são todos aqueles estatutos que V. Exª fez, construiu e defende dentro dessa Casa, do idoso, da igualdade racial, das pessoas com deficiência, e assim vai, além de todas as ações e leis que V. Exª patrocinou e defende aqui. Isso nós entendemos como nossos direitos humanos.

A questão do movimento sindical, Senador, lamentavelmente nós estamos passando por uma crise e uma crise com que nós ficamos, às vezes, meio confusos. Quando a gente defende, e eu acho que não podemos jogar fora, como eu falei, não podemos jogar fora, no Governo do Presidente Lula, da Dilma, nós construímos, a tentativa de construir as 40 horas, nós não conseguimos, nós tentamos construir e aprovar a 151, não conseguimos.

Nós tentamos construir e aprovar a 158, não conseguimos. Brigamos, desde que eu me conheço, no movimento sindical, pela questão do fator previdenciário. Nós conseguimos parte dele, mas não conseguimos. E assim por diante.

Na questão de algumas questões que nos afetam diretamente, como o contrato de curta duração, que quiseram implantar na época da Copa do Mundo e agora estão voltando a atividade para implantar agora nas Olimpíadas, isso nos arrepia. Isso é o nosso Governo. Agora, nós também temos de estar muito alertas, e esse alerta é muito forte, com essa ponte para o inferno.

Essa ponte para o inferno, Senador, talvez a gente vá ter que voltar a fazer as nossas manifestações aqui, na frente da Câmara, da maneira que eu o conheci, com carro da CUT preso, com V. Exª trazendo as informações como o Deputado Federal lá, através de discurso, informações para nós, com carro de som implantado na traseira de carros, na questão do negociado sobre o legislado.

E, graças à sua força e essa trincheira que nós temos aqui, no Congresso Nacional, é que nós conseguimos revogar, que foi o primeiro item do Presidente Lula. Mas, para isso, precisou V. Exª gritar no Congresso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fazer um ato simbólico na época: tirar algumas folhas da Constituição e encaminhar a alguns parlamentares que estavam à Mesa e que haviam esquecido de fazer a leitura da nossa Constituição.

Senador, nós temos uma preocupação com essa "ponte para o inferno" na questão de como vai ser feita a transferência dos nossos ativos para a atividade privada. E lá está escrito! Não é recado; não é informação de outras pessoas! Como é que nós vamos fazer, Senador, com a nossa Previdência? Essa Previdência que V. Exª tanto defende e nós defendemos. Segundo algumas informações, ela está falida, mas é uma falência fantasiosa. E vão pegar todo esse dinheiro da Previdência e vão jogar para a Fazenda? Para tapar os buracos do desgoverno? Nós temos que trabalhar em cima disso – nós, do movimento sindical.

Como é que nós vamos fazer com a nossa aposentadoria? Nós trabalhamos tanto, fizemos um contrato lá no passado, e, agora, a "ponte para o inferno" traz que as mulheres se aposentarão aos 60 anos e os homens aos 65? Ou 65 os dois?

Como é que nós vamos fazer, Nelton – você que é um defensor do meio ambiente –, com a questão da flexibilização das licenças ambientais se vamos ter que dar privilégios à iniciativa privada em prol da garantia do patrimônio e em prejuízo do meio ambiente? Como é que nós vamos fazer isso?

E isso me arrepia, gente! E me arrepia porque nós vamos ter que trabalhar mais – e não pelo fato de trabalhar mais, mas com quem nós vamos trabalhar.

O Congresso Nacional, que tanta gente crítica, coisa e tal, é a nossa cara. Nós, dirigentes sindicais que aqui estamos, temos uma culpa muito grande, muito grande mesmo, por termos esse Congresso da forma como está. Quantos "Pains" ´nós temos lá dentro? Com quantos nós contamos lá? Nesta última Legislatura, nós perdemos 55 parlamentares, que se diziam trabalhistas e que defendiam os nossos interesses. Com quem a gente entra no Congresso? Com quem a gente entra na Câmara dos Deputados? No Senado, nós recorremos ao Senador Paulo Paim; e na Câmara?

Quando se diz que fecham o Congresso, que não deixam os trabalhadores entrarem... Sabemos que ontem foi assim, antes de ontem foi assim, no mês passado foi assim... Toda a vida, quando o trabalhador tem alguma ação importante dentro do Congresso Nacional, é barrado. E não vai ser por isso que nós vamos parar.

Eu tenho dito, Senador – e vou finalizar, porque o meu tempo já se esgotou há tempo –, que o movimento sindical é maior do que tudo isso. O movimento sindical foi forte na época da ditadura. O movimento sindical, Nelton – você se lembra muito disso –, no tempo do Mathias, era feito com a gente se encontrando, de noite ou de madrugada, embaixo da Federação dos Trabalhadores na Indústria, e a gente resistindo.

Quantos apanharam da polícia aqui?

E veio o Collor, veio o Sarney, veio Lula... Até no governo do próprio Lula, nós tivemos de fazer manifestações aqui na frente do Congresso, quando ele avançou sobre o movimento sindical querendo quebrar o movimento sindical, para, das cinzas, criar um novo modelo. Nós fizemos um movimento forte aqui e conseguimos barrar. No Governo Dilma, da mesma forma. E não vai ser o Temer que vai segurar o movimento sindical ou vai quebrar as nossas espinhas, porque nós, juntos, somos fortes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh).

De imediato, passamos a palavra ao Luiz de Souza Arraes, Diretor de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Boa tarde a todos e a todas. Queria cumprimentar a Mesa, cumprimentar todos os sindicalistas, na pessoa do meu companheiro Calixto, todas as mulheres, minha companheira lá, minha conterrânea, Graça. Cumprimento os nossos constituintes, cumprimento o Senador Paulo Paim e digo o seguinte: estou aqui, representando a CNTC, uma confederação que representa 12 milhões de trabalhadores, com 35 federações, mais de 800 sindicatos aí pelo País inteiro.

A importância do movimento sindical para a democracia sempre foi muita e sempre vai ser. Foi assim na resistência à ditadura militar, foi assim na redemocratização do Brasil, foi assim na Constituinte e vai ser assim agora. Nós estamos passando por um momento muito difícil da vida do Brasil. Não se consolida uma democracia, não se respeitando o direito do voto; não se consolida uma democracia com uma mídia partidarizada; não se consolida uma democracia quando se não respeita o direito da maioria.

O que vem pela frente aí, o que está se desenhando é coisa seriíssima: o ataque aos direitos humanos, retirando direitos dos trabalhadores. Nós estamos vivendo aí o acordado contra o legislado, a terceirização. Nós estamos vivendo aí essa questão da ponte para o futuro, onde vai, lá dentro, dizendo: vão reduzir a idade para começar a trabalhar e aumentar a idade para aposentar. Vão diminuir para 14 e aumentar para 65; 51 anos vida útil você vai ter que ter agora. Todos os projetos que estão aí são para retirar direitos dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não se faz democracia dessa forma, não se respeita direitos humanos dessa forma. O movimento sindical brasileiro tem que estar atento, tem que reagir, tem que ir para a rua, como sempre foi, Senador Paim, tem que fazer vigília, como sempre fizemos. Dormimos na Câmara dos Deputados quantas vezes contra o fator previdenciário? E nós vamos resistir sempre a todos os ataques.

Tivemos aí, nesses últimos anos, quantos avanços no Brasil com a Lei Maria da Penha, com o Minha Casa, Minha Vida, estudantes pobres nas universidades, e agora tudo isso está ameaçado por um grupo que perdeu a eleição e que não se contenta com isso. Não se faz democracia quebrando a ordem jurídica do País a qualquer momento. Que credibilidade tem um País em que um grupo, que perdeu a eleição, decide, quebra a ordem jurídica do Brasil.

Isso é inadmissível! O movimento sindical tem que estar atento e tem que ir à luta para tudo isso aí.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi Luiz de Souza Arraes, que falou pela CNTC.

Agora, Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (Contracs/CUT).

O SR. ALCI MATOS ARAÚJO – Boa tarde, companheiros e companheiras!

Senador Paulo Paim, parabéns pela atitude de mais um gesto que é a participação na democracia. E nós valorizamos muito esse gesto de chamar em audiência para que possamos estar neste exercício, nesta atividade e debater temas importantes, e também possamos denunciar e falar em nome daquele que nós representamos, que são os trabalhadores.

Também quero cumprimentar as nossas centrais sindicais, em nome da companheira Graça, e cumprimentar também dois companheiros históricos que estão aí, de importantes departamentos políticos, que já discutiram a nossa Constituinte, fizeram leis, formaram a Constituição e processos para que este País, chamado Brasil, que é um mundo, pudesse ter grandes mudanças. Eu acho que é esse momento, companheiros e companheiras, que nós não podemos esquecer. Mudanças foram feitas com trajetórias de homens e mulheres que foram às trincheiras, fizeram seus avanços para os direitos dos trabalhadores.

E é nesse sentido, Senador Paulo Paim, que quero mais uma vez me manifestar em nome dos trabalhadores do comércio e serviços da nossa Central Única dos Trabalhadores. São milhões que nós representamos por meio da Contracs. E nós não podemos permitir nenhuma forma de movimento que mexa com o direito dos trabalhadores.

Então, para nós, não vamos aceitar golpe ao direito dos trabalhadores, não vamos aceitar golpe à democracia, aquele gesto das eleições.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALCI MATOS ARAÚJO – Não, pode até tirar, não tem problema, não. Pode tirar, pode tirar. Vamos evitar, porque eu tinha preparado uma apresentação. Pode tirar.

É importante que a mídia possa nos ver – senão eu vou ocupar o espaço –, que possa ver o nosso gesto que está na mesa de que não vai ter golpe aos trabalhadores, à democracia interna deste País, à legislação.

E reflito isso, Senador Paim, para diagnosticar que nós sempre estivemos nas trincheiras. Nossa militância da Contracs está adentrada entre os gabinetes, entre as fileiras e os corredores do Congresso, da Câmara dos Deputados, e nunca saiu dos corredores do Senado, para que a gente pudesse demonstrar a nossa posição, o nosso gesto e a nossa manifestação.

Mas quero referenciar um tema – que é importante neste momento, Senador Paulo Paim, pois se discute ou se realiza uma audiência que trata do tema da democracia, que fala sobre reflexos que nós temos – que é a questão de direitos humanos. Em várias audiências eu estive aqui falando sobre isto, que é o que está na Constituição: o direito mais sagrado ao salário, à moradia, à família, à defesa, ao local que se tem para residir. E, principalmente, o movimento sindical é um gesto, uma ferramenta que faz a reivindicação em nome daqueles que representa.

Portanto, nós queremos trazer o conceito, Senador Paulo Paim, do trabalho decente: que é salário justo, que é condição digna aos seres humanos que lá estão tratando de fazer o seu exercício.

E muito Estados cujos governadores estiveram pressionando o Governo Federal, muitos Estados são valorizados através do ICMS, que é movimentado pela mobilização da mão de obra do comércio e do setor de serviço.

São os impostos que lá são exercidos com a nossa capacidade de mão de obra. Quero também referenciar que é o direito à representação que estão querendo, com um golpe, tratar de burlar, tratar de passar por cima de um gesto de as pessoas colocarem as suas posições na sociedade. Então, eu acho que isso é muito importante e que nesta audiência se possa referenciar isso! O Congresso não pode se esquecer desse detalhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muitas outras formas já mencionadas aqui, como a da Organização Internacional do Trabalho, que permite algumas condições em outros países, o Brasil ainda não ratificou. E nós temos uma luta constante, para que não haja golpe, e, sim, uma mobilização nossa de unidade, porque nós nunca saímos às ruas. Hoje, é o dia dado pela nossa central, por vários movimentos, por várias agremiações, porque nós estamos, desde as 6h da manhã, na rua, e isso a televisão pode e deve mostrar.

E nós estaremos não só no dia de hoje, o nosso acampamento, para defender o direito dos trabalhadores, intransigentemente. O direito dos trabalhadores e das trabalhadoras, das mulheres e homens que nós representamos, tem que ser a nossa defesa, tem que ser o nosso gesto. Então, Paulo Paim, parabéns por mais esse movimento, por mais esse exemplo que nos dá!

Neste momento por que o Senado passa, está ameaçada a democracia das eleições, a democracia do nosso Brasil, e nós vamos estar nas trincheiras, fazendo o nosso dever de casa, fazendo a nossa mobilização, dialogando com a nossa base. Se pensa alguém da direita que vai tomar novamente aquilo que é o direito dos trabalhadores, afirmo que não vai ser mesmo fácil. Mesmo com a democracia ameaçada, nós vamos nos manter sempre presentes, enfrentando, com coragem e com os olhos abertos, para poder defender esses milhões de trabalhadores que nós representamos.

Então, é nesse sentido que nós viemos aqui, em nome da Contracs, da direção que ela compõe, parabenizar pela audiência e manifestar o nosso gesto de estarmos juntos na luta, mobilizando, organizando e conversando sempre com a nossa população.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço (Contracs/CUT).

Agora, Luiz Henrique Behrens Franca, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. (*Pausa.*)

Então, vamos para a Virgínia Berriel, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Prestadoras de Serviços em Teleatendimento (Sinttel/RJ – CUT).

E, em seguida, vamos dar três minutos para cada um dos membros da Mesa para as considerações finais.

A SRª VIRGÍNIA BERRIEL – Boa tarde a todas e a todos!

É uma enorme honra estar aqui. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e cumprimentar também todas as presentes e os presentes.

Eu sou da categoria das telecomunicações, que foi privatizada em 1998. O Sistema Telebras, como disse o nosso companheiro da Constituinte, foi literalmente privatizado com o dinheiro do BNDES. Todo o Sistema Telebras, todas as empresas de telecomunicações, não só a do Rio de Janeiro, que na época era a Telerj, mas as de outros Estados, tinham outros nomes, além da Embratel, foram privatizadas. E o nosso segmento foi extremamente precarizado, e é precarizado até hoje.

Falo isso para resgatar um pouco do projeto, o PLS 555, que tramita e que, se passar, é claro, vai ser um grande desastre para os trabalhadores das empresas públicas, porque nós pagamos hoje, e há 19 anos, o pato com uma privatização que recebeu dinheiro público – o Sistema Telebras.

Os trabalhadores de teleatendimento, que são extremamente precarizados, recebem salário mínimo, grande parte da nossa categoria foi praticamente dizimada. Há até trabalho escravo nesse segmento, já tivemos denúncias de empresas com trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já fizemos audiência pública sobre isso, com denúncias graves.

A SRª VIRGÍNIA BERRIEL – Então, e houve audiência pública. Pois é.

E isso para mostrar o quanto é grave a privatização de empresas públicas, o preço alto que os trabalhadores pagam pela privatização com a terceirização. E, volta e meia, a gente descobre trabalhadores sem mínimas condições, trabalhadores sem a bendita da carteira assinada, sem o FGTS, sem o INSS. Isso é recorrente, isso é permanente. Então, é um alerta, é uma denúncia.

E, agora, as empresas... A Oi, pelo menos no Rio e nos outros Estados, vai demitir, em nível nacional, cerca de 3 mil trabalhadores; já está demitindo. E as suas terceirizadas – a Serede, no Rio, e, em outros Estados, têm outros nomes – também estão demitindo; no Rio, foram mais de 800 trabalhadores; e a Oi, só no Rio, são mais de 800 também.

Essas empresas que receberam dinheiro público, lá atrás, que foram privatizadas, também receberam dinheiro público recentemente, porque a folha foi desonerada. Houve desoneração na folha, mas não houve investimento para os trabalhadores, nem um salário melhor, nem capacitação, nada. Então, é um alerta que o aqui, para que os trabalhadores não saiam das ruas, não permitam a privatização, porque, senão, vão virar a legião de trabalhadores precarizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E outra coisa de que quero falar: como mulher, eu me sinto extremamente indignada, quando ouço alguém falar que a Dilma não sabe governar. A Dilma sabe governar, sim! Quero lembrar aqui que foi no Governo Dilma que foi sancionada, ou melhor, ratificada a Convenção 189 do trabalho doméstico. Essa convenção que trata as trabalhadores domésticas de forma igual aos demais trabalhadores. Foi neste Governo, o Governo Dilma, que foi sancionada a PEC do Trabalho Escravo, e não foi no governo Lula.

Eu sou do Movimento Humanos Direitos. E nós, no Governo Lula, quando Lula era Presidente, lutamos muito pela PEC do Trabalho Escravo, mas foi sancionada no Governo Dilma, neste Governo, que tem a Lei do Feminicídio; neste Governo, que luta pelas mulheres; neste Governo, que está sofrendo um golpe sexista, um golpe de gênero – e nós precisamos destacar aqui –, porque é mulher. Essa história de que não sabe governar é porque é mulher. E sabe governar muito bem! Mas as elites deste País não querem uma mulher honesta; as elites deste País querem os corruptos, querem manter os corruptos e a corja que está aí!

Então, é necessário que lutemos. E a luta está presente e a luta vai continuar. E a Dilma fica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Virgínia Berriel, representante do Sindicatos do Trabalhadores e Empresas de Telecomunicações e prestadoras de serviços em teleatendimento (Sinttel-RJ/CUT).

Agora, vamos às considerações finais aqui da Mesa. De imediato passo a palavra ao Sr. José Calixto Ramos.

Estamos com problema de horário, então, peço que se todos puderam ficar em torno de três minutos, só para fazer uma saudação final. Muitos dependem do voo e eu, da sessão do Plenário.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Muito bem. É desnecessário dizer da importância dessa audiência pública. Depois de ouvirmos vários colegas, chegamos à conclusão de que me parece que há necessidade de fazermos uma espécie de reengenharia do movimento sindical, exatamente porque eu venho de uma época que, a meu juízo, havia mais idealismo, havia mais ideal. De um tempo para cá, me permitam, passou a haver mais uma disputa e, às vezes, disputa de poderes. E o movimento sindical se dividiu cada vez mais, isso não é bom pra gente.

Previdência social. Discuti, no passado, quando havia os institutos independentes, IAPI, IAPETEC, IAPC. Estamos discutindo agora e vamos discutir sempre. Todos os governos discutirão o problema da previdência. E o ponto principal é a idade mínima – não tenho dúvida nenhuma disso.

Entendo que, sobre a crise, Presidente Paulo Paim, essa crise só terá uma solução – e vamos ter solução da crise, pois essa não é primeira – mas, enquanto não houver, ou pelo menos voltar a independência dos poderes e a harmonia entre eles, vamos ter muita dificuldade em sair da crise, porque não há respeito, não há segurança jurídica, nós não sabemos o que vai acontecer amanhã.

Sobre o problema do Governo, queria dizer o seguinte: primeiro, fazer um destaque especial ao meu companheiro Jaime, para dizer que somos da mesma Central, mas nós não envolvemos a Central como instituição, ela trabalha como entidade eclética, para eu afirmar que sou eleitor da Dilma e fui contra o *impeachment*. Mas, na condição de cidadão brasileiro, sem necessidade de votar, porque já passei da idade, mas continuo votando, para ver que o meu colega tem uma posição diferente. Então, quero enaltecer a posição dele, corajosa, em vir aqui dizer isso, como estou dizendo que sou eleitor da Dilma.

Então, Senador Paulo Paim, se não voltar o respeito, como havia no passado quando – eu era jovem – se falava em um Senador da República, se fazia uma reverência. Hoje, é motivo de chacota, desde o Vereador até a Presidência da República. Então, há necessidade de olharmos todos esses aspectos se quisermos voltar.

E tenho certeza – falo isso com convicção – que, passada essa fase aguda, seja o governo que ficar ou que vier, nós vamos pôr a casa em ordem novamente e vamos continuar o desenvolvimento da nossa economia, para o bem de todos; não é para o bem de um, para o bem de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, fez as suas considerações finais.

Eu quero só avisar a todos que, nesta quinta-feira, 12 de maio, teremos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutir propriedade industrial. É um tema que nós temos tratado, também, com muito carinho, e somos signatários dessa audiência. Na segunda-feira, 16 de maio, às 9h, haverá audiência pública para debater a retomada do crescimento econômico, desemprego e salário, com a participação de seis entidades empresariais e seis centrais sindicais ou confederação, se assim entenderem os representantes. Na quarta-feira, 18 de maio, às 9h, haverá audiência pública para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

Agora passo a palavra para Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabadores para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª GRAÇA COSTA – Quero agradecer a oportunidade em nome dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que estão na rua hoje, que fecharam as rodovias, que estão paralisados, e um abraço muito forte aí aos servidores municipais da minha Confederação, a Confetam. Há muito Municípios, muitos locais em que o pessoal está paralisado hoje, contra o golpe, contra o 257, contra a retirada de direitos e pela permanência da democracia.

Quero enfatizar essa questão da audiência pública do dia 18, em que vamos fazer a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, assim como, aí fora, nós temos dois instrumentos importantes neste momento, que é a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, que são dois instrumentos importantes que estão juntando todo o movimento sindical, movimento popular, estudantes, para irem às ruas, e nós também queremos uma frente aqui, dentro do Congresso Nacional, um conjunto de ações que precisamos fazer com Parlamentares, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, para que tenhamos aqui um barricada para resistir a essa avalanche de retiradas de direitos, que está propenso a acontecer neste momento.

Nós vamos fazer uma frente um pouco diferente. Não é aquela que tem um presidente e um vice, nós vamos fazer uma coordenação política. Nós já temos aí os Senadores que vão fazer parte desta coordenação, aqui sob o comando do Paulo Paim; nós já conseguimos também organizar um grupo de Parlamentares na Câmara dos Deputados, então, temos aí, no momento, para coordenar essa ação, essa frente, pelo menos dez Parlamentares, homens e mulheres, de vários partidos, para que a gente possa trabalhar esse enfrentamento aqui, no Parlamento, e abrir as condições que precisamos para esse futuro.

Rapidamente gostaria de dizer que não podemos esquecer que estamos no meio de uma crise internacional, é uma crise mundial econômica do capitalismo, do capital. Não é a primeira, não vai ser a última. A gente não vai se avexar por causa disso, porque vamos encontrar saídas, vamos encontrar, como fizemos em outros momentos.

É verdade que aqui está mais grave nesse momento porque temos uma crise política. E esse negócio de dizer que não tem segurança jurídica, realmente, pela manhã a gente tem uma notícia, à tarde a gente tem outra notícia, de madrugada já tinha outra. Eu estava dormindo, já tinha outra coisa. Eu acordei de madrugada para pegar o avião, já tinha a notícia de que tinham desfeito o que tinham feito de manhã. Enfim, não há segurança jurídica pessoal, porque não tem fundamento jurídico o que está acontecendo. Não tem fundamento fazer *impeachment* da Dilma sem ter fundamentação jurídica. Não venham me dizer. Sou leiga, sou professora, mas não venham querer me convencer de que existe crime. Temos voto de quase 300 Deputados que estão indiciados, inclusive Eduardo Cunha, que está afastado do cargo, inclusive o Temer, inclusive Aécio Neves etc. Aí a Dilma não tem nenhum processo contra ela, e ela é que vai ser impitimada?

Então, não tem segurança jurídica. Se não tem segurança jurídica, tem esse medo que estamos representando aqui do que vai acontecer. Estamos na beira de 63 ou não estamos? Acho que estamos. Agora, vai ter resistência, tem resistência, vai ter resistência. Agora, a avalanche que vem contra nós é muito pesada, porque o DIAP fez um levantamento e, dos 55 piores projetos, que é isso que vai fundamentar a Frente Parlamentar, já dizendo, Calixto, que a Frente tem o Conselho Político, que são os Deputados, mas nós vamos ter também o Conselho Consultivo, que são as centrais sindicais e as entidades que virão aqui também assinar a carta de adesão para fazermos um grande movimento, para dentro e para fora desse Parlamento, não vamos admitir retirar um centavinho dos direitos que temos.

Ah, vai ter confronto? Vai, no ano passado e no ano retrasado, a gente estava aqui na rua apanhando por conta de querer impedir a votação da terceirização. Mas, tem mais de 50 projetos, não sei como vamos fazer. Acho que vamos morar aqui. Vou me mudar para cá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já são 63 projetos.

A SRª GRAÇA COSTA – É se já está em 63 projetos, não é só mais um, vamos ter que morar aqui para poder resistir, porque não vai dar tempo. Enquanto estivermos numa comissão, o outro está votando em outra comissão.

Agora, está muito claro, pessoal: a classe trabalhadora vai fazer seu papel, somos nós na rua que vamos fazer. Agora, vamos também reconhecer que os tempos não serão fáceis. Portanto, precisamos de uma unidade muito grande de todos os trabalhadores, de todas as centrais, de todas as confederações, de todos os sindicatos e colocar o bloco na rua, porque o que eles estão querendo não é acabar com a corrupção, eles querem se manter nos seus cargos, da forma como está, fazendo as besteiras que estão fazendo.

E nunca vi – desculpa Senador Paulo Paim, só mais 30 segundos – tanto homem junto, conversando ta besteira como foi naquele dia 17, dia da votação da consumação do golpe ali na Câmara dos Deputados. o amor de Deus, gente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora, nós queremos o desenvolvimento do País, queremos sair dessa crise, ela não está tão grande e há uma diferença muito grande. Não venha comparar o governo Dilma com o governo Lula. A Dilma está vivendo um momento da crise bastante acentuada, o momento do Lula era outro momento. Vamos fazer a leitura correta da conjuntura. Inclusive não está dando tempo de fazer a análise de conjuntura, porque de meia em meia hora as coisas mudam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muda a conjuntura.

A SRª GRAÇA COSTA – Mas vamos continuar na luta, não vamos reconhecer o Governo Temer, não vamos deixá-lo tirar direitos nossos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Graça Costa, nas suas considerações finais, pela Central Única dos Trabalhadores.

João Paulo Ribeiro, falando pela CTB e também pela CSPB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Só para considerações finais, quero pedir em público, já dei as minhas justificativas do atraso de não ter ouvido três pessoas aqui por que, tenho alta consideração, como Haroldo, Nelton e o Presidente Calixto, mas, enfim, há a TV Câmara, depois assisto, para saber e me capacitar um pouco mais.

Só tecendo alguns comentários aqui e ajudando a companheira que aqui falou do comércio. Ela estava dizendo e eu lembrando assim: estou muito orgulhoso, na minha idade, de ter sido dirigido, nesses últimos seis anos, por uma Presidente, mulher de luta, aguerrida, uma pessoa que conseguiu saber o que é a luta na época da resistência. Eu falei aqui e o Paim depois acrescentou, há várias disputas de classe, temos vários problemas que pela companheira, pelo governo e talvez até pelas pessoas que ela chamou para conduzir o Governo juntamente com ela e não permitia fazer outros avanços, mas fizemos o nosso papel como sindicalistas. Estávamos na fronteira e tentamos confrontar e, algumas vezes, desafiá-la, e algumas coisas tivemos.

Como trabalhador do serviço público, Graça, esquecemos que o grande feito da Dilma para o servidor público foi a interiorização do Decreto nº 7.944, da Convenção 151, depois de uma marcha dos trabalhadores, que fizemos, no dia 6 de março de 2013, ela assinou esse decreto.

Esse decreto pode ser feito, por exemplo, nos Municípios. Hoje, no entendimento de alguns juristas que temos hoje, que pode fazer, por exemplo, a regularização da negociação coletiva para o servidor público, seja no âmbito municipal, estadual e o nosso federal. No federal, tivemos uma audiência aqui e, por ironia do destino, um projeto muito bom – tenho que valorizar; Paim também fez uma audiência pública aqui – que foi do menino que fez besteira. Como chama? Anastasia. Ele fez um ótimo projeto para nós, servidores públicos e nós valorizamos e apoiamos. Foram sete centrais, mas fizemos e avançou. Isso foi tudo feito graças ao debate, graças ao decreto, à interiorização etc.

Temos resistência a quê? A grande resistência da negociação coletiva do serviço público são os prefeitos; a grande resistência são os governadores, eles não querem negociar, não querem que o servidor público seja caracterizado como classe operária, como classe organizativa. Temos dificuldade, mas vamos resistir. Tivemos feitos.

Esquecemos de falar por exemplo, que, a Lei das Domésticas, foi feita na nossa gestão. Ou alguém está aqui? Tenho uma amiga que chamamos de secretária no Nordeste, mas a companheira é uma mãe, meus filhos a chamam de avó. Entendeu? Lá conseguimos ter crédito.

Então, há coisas que... "Ah! Foi ela que fez?" Não, não foi, mas foi no decreto, foi durante a gestão que nos permitiu avançar.

Estou dizendo que o fato é o seguinte – para concluir –: eu acho que muita coisa foi feita e mais se podia fazer. Quando o povo vota, só o povo pode tirar.

E, desculpem, mas esta Câmara e este Senado não têm o respeito da classe trabalhadora, não têm o respeito da população. Vocês não nos representam. Portanto, consultem o povo. Só povo pode tirar e só o povo pode reconduzir qualquer gestor público.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez, Paim, por esta brilhante audiência. E vamos para as ruas. Esse é o nosso lugar, de onde ninguém nunca deveria ter saído. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – João Paulo Ribeiro, que falou pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e também pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

Passo a palavra para o meu querido amigo de Constituinte – os dois, tanto Nelton Friedrich, constituinte de 1988, e também o Haroldo Sabóia na, sequência, para o encerramento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Paim, só queria fazer o protocolo, porque não anotei e esqueci. Eu queria deixar público, nessa onda, valorizar a democracia nas universidades públicas. Um dos grandes feitos neste verno – seja nos últimos 12 anos – sob a liderança da Federação, que pegou as universidades públicas fe- ais. E nós fazemos o debate democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em alguns lugares, estão acontecendo umas coisas horríveis nos nosso País, uma agressão ao Reitor do Rio Grande do Sul, o seu Estado, que, democraticamente, fez o debate, mas a Câmara de Porto Alegre fez uma moção de repúdio a ele; ao companheiro Orlando, que é o Reitor da Universidade de Goiás, que foi ameaçado pelo Ministério Público porque estava a promover um debate; aos alunos de Direito de Minas Gerais, que foram proibidos por uma juíza de fazer uma assembleia de estudantes! Isso nunca aconteceu! Nós estamos requerendo democracia nisto: nós queremos que as nossas universidades continuem sendo palco da democracia, e queria que o Senador denunciasse, aqui, em público, porque isso é a maior afronta que estamos tendo no nosso País. A universidade de vocês não vai intervir. Nós vamos fazer ringue. O nosso espaço da democracia vai ser lá dentro.

Então, queria saudar aqui, dizendo que a nossa categoria ampliou e muito. Foram mais de 20 universidades e mais de duzentos institutos federais de ensino em todo o lugar. Estou muito orgulhoso de quem atua no lugar. Há muitos problemas? Sim, mas nós achamos que um dos grandes avanços foi na educação. Agora, eu acho que nós temos que fazer avanço também no ensino básico, porque só educação não vale. Formamos pessoas para falar bobagem, um monte de idiotices igual àquele gaúcho que criticou as iniciativas do Senador Paim em promover várias audiências públicas, dizendo que nós iríamos invadir. É um babaca! Mas é a vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não há perfeição, não é? Até gaúcho tem problema! (*Risos.*)

Isso é bairrismo mesmo!

Mas vai tranquilo, meu amigo Nelton. Claro, só para não dizer que não falei: fique tranquilo que nós faremos uma moção na Comissão de Direitos Humanos, apoiando todo e qualquer debate sobre a democracia em todas as universidades, em todos os sindicatos, em todas as fábricas, em todas as lojas, em todas as ruas deste País, porque debater a democracia é um mínimo para nós, que defendemos tanto a importância do Estado democrático de direito.

Nelton, por favor.

O SR. NELTON FRIEDRICH – De forma até rápida, eu quero começar fazendo duas homenagens nesta participação final;

Na primeira, eu quero homenagear esta prática de audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu digo porque é só verificar a relação das audiências feitas recentemente para se ter uma ideia.

Mas eu queria dizer da preciosidade e da oportunidade da audiência de hoje. E quero agradecer por estar aqui – valeu a pena sair ás 5h da manhã de Curitiba. E quero agradecer também a audiência de ontem em que não estive, que tem um significado extraordinário – tomara que muitos Senadores possam falar, utilizar o espaço da TV Senado, de A Voz do Brasil. Ontem aqui, no Senado, foi movida por esta importantíssima Comissão, daí as homenagens a essa figura extraordinária, que é o Paulo Paim, repito, com dois c: coerência e coragem a vida toda, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, e também o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas, que criticaram a falta de base jurídica e a antecipação de votos, que permeiam o processo de *impeachment* da Presidente Dilma. (*Palmas.*)

É preciso vir a OEA aqui para dizer aquilo que grande parte da sociedade despertou e ela descobriu: que estamos diante de um golpe. Mas, às vezes, precisamos trazer mais isso, porque aqueles que não estão querendo ver, aqueles que não estão querendo olhar, que estão se transformando em cegos com olhos bons e surdos com ouvidos funcionando, precisavam ouvir o que disse essa gente: a denúncia contra a Presidente não apresenta qualquer indício de crimes de responsabilidade, quanto mais de certeza. Nem indícios! Será que a OEA viria aqui por ser do PT? Será que a Corte Interamericana de Direitos Humanos viria aqui para fazer apologia, por exemplo, ao movimento apenas dos que estão defendendo a Dilma? Portanto, é uma manifestação latino-americana e internacional, que há muita gente não querendo ver e não querendo ouvir.

Eu quero concluir também com uma homenagem aos nossos movimentos sociais. São muitos sindicatos, associações, comunidades, aqueles que, na verdade, estavam um pouco intimidados ainda em dezembro, um pouco ainda intimidados em janeiro. De repente, conseguimos ter esse despertar de cidadania individual e coletiva. Na rua, nas redes, acabamos igualando as nossas iniciativas, fazendo o antídoto, o contraponto, e já ultrapassando agora. De repente, víamos lá no aeroporto alguém defendendo a Dilma e recebendo toda uma manifestação contrária, e agora se vê como aconteceu há pouco em Pernambuco, dizendo: "Golpista! Golpista!". Essa reação, que, aliás, parece que ajudou a levar do segundo turno para a vitória, não poderia ter sido abandonada em nenhum segundo.

Ali é o nosso lugar, ali é o lugar dos nossos governos: é na certeza do calor das urnas, dos sentimentos populares, das mais profundas presenças do Brasil. O Brasil não é a Avenida Paulista. Esse é um Brasil que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não é nosso. Esses brasis, por certo, precisam muito dos sindicatos, das associações – que estão capilarmente em todos os lugares –, do nosso grito, da nossa manifestação e também da nossa solidariedade.

Termino com uma última observação sobre uma questão que me parece oportuna concluir. A crise que estamos vivendo – e vou só fazer uma referência, viu, Graça – é uma crise de um processo civilizatório, inclusive, é uma civilização toda que está em processo de degradação, é um processo de esgotamento. E, se está em processo de esgotamento, é porque o seu sistema econômico está em profundo processo de esgotamento. Até na área em que atuo muito, e tenho uma ligação muito forte porque, na Constituinte, além do trabalho e do trabalhador, atuei muito como um dos criadores da Frente Verde e toda a questão da sustentabilidade e do meio ambiente, nunca tivemos um crescimento tão forte da conceituação de que o modelo econômico se esgotou porque os padrões de produção e de consumo são insustentáveis. Isso implica dizer que, inclusive quando até os países se reúnem. Não posso dizer que foi a melhor de todas as decisões, mas, quando se reúne, como houve a reunião de Paris, em que a nossa Presidente Dilma levou lá, em setembro do ano passado, à Assembleia Geral da ONU, e, agora, foi novamente à ONU, para firmar compromissos brasileiros da redução das emissões de gás de efeito estufa e, portanto, também de desenvolvimento sustentável, é outro desenvolvimento, o desenvolvimento econômico acabou, ou é desenvolvimento sustentável ou não será.

Quero, com isso, chegar à conclusão seguinte: que esta sociedade enferma, porque a mão terra está enferma, também tem um componente muito forte da enfermidade de valores. E aqui está a tradução muito forte, nesta tentativa golpista, da quebra de valores, porque você está tendo uma série de manifestações mostrando um caminho, mostrando a realidade da democracia, mostrando o respeito ao voto e, no entanto, como se estivessem tampando os olhos, esse valor não está sendo respeitado. Por outro lado, também, o valor dessa dominação quanto o valor do cuidado, é uma permanente busca e derrubada da solidariedade para manter a exclusão, quando se apropria inclusive, quando está-se buscando essa desregulamentação e tudo o mais, isso, na verdade, é um processo de retomada da exclusão sob a ótica de crise. E, aí, quem paga a conta? Quem pagou a conta da grande crise de 2008, nos Estados Unidos e na Europa? Foi o bolso do cidadão americano e do cidadão planetário, porque todos pagamos a conta. Por quê? Porque os grandes bancos nunca ganharam tanto como estão ganhando, inclusive na grande crise que houve, quando receberam para a recuperação. E este ano continua. Esta mesma situação, portanto, é a que está querendo diminuir a justiça e a busca da igualdade que talvez sejam mecas de todas nossas vidas para manter a concentração do poder e da renda. Para fazer isso, eles fizeram a grande fundição da política com a economia e, aí, tem que pulverizar, inclusive as cláusulas pétreas. Aí é como se desmanchassem no ar os valores inclusive do trabalho. É preciso, portanto, compreender esta crise tão profunda, porque virou, na verdade, um processo político, econômico de que tudo se compra do que tudo se vende.

E se comecei e termino, também na política, construímos um novo partido político da opinião publicada, é o POP, é o partido da opinião publicada, em que se criminaliza a política e os políticos e se substitui por uma monocultura da mente e se consagra o pensamento único e se realiza realmente a opinião publicada.

O que eles querem é a opinião publicada, não é a opinião pública.

Aqui, hoje, se fez opinião pública, mas eles não querem opinião pública, é opinião publicada. O que dizem às 20h no seu noticiário tem que ser a opinião pública. Ainda são capazes de fazer uma enquete, medir e dizer que essa aqui é opinião pública. Veja!

Por isso, não há mais lugar para o que está acontecendo, sim, mas temos que compreender que está trazendo, por outro lado, a intolerância; está trazendo, por outro lado, uma presença quase medieval de alguns e de algumas manifestações.

Para tudo isso só tem um caminho: radicalizar a democracia. A democracia se radicaliza quando se faz democracia de alta intensidade, que foi o que falei no início da participação de hoje, às 9h30; é a democracia de alta intensidade, é como ela muda a democracia representativa, para que o político, na hora que se olhar no espelho, ver a sociedade atrás, ver trabalhadores atrás, ver a maioria que lhe dá voto, que é isso que ele tem que ver, não o que ele vê hoje: a conta bancária, o projeto de reeleição, os interesses financeiros e aquele jogo todo que se manifestou naquele momento do dia 17. O Tiririca não precisa estar mais sozinho, é só olhar o que aconteceu no último dia 17, mas o Tiririca ainda menos é profissional da área.

A todos vocês a minha certeza é de que não há nenhuma luta que não possamos retomar, que não há nenhuma luta que não tenha que reavivar, porque só as lutas continuadas, porque são projetos coletivos que fazem história.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Nelton Friedrich brilhante como sempre vai ter que sair por problemas de voo, mas vamos dar mais uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

De fato, a contribuição dele foi...

De imediato, para encerrar os trabalhos da manhã de hoje, o constituinte Haroldo Sabóia, Constituinte de 1988.

O SR. HAROLDO SABÓIA – Eu queria dizer que, nesse universo, deveríamos ter mais tempo para as considerações finais para poder comentar e refletir sobre as dezenas de intervenções que tivemos aqui, os companheiros que vieram do Brasil inteiro, de várias centrais, de vários sindicatos e que realmente trouxeram muitas contribuições, o real, o concreto, e realmente posso dizer o seguinte: aprendi muito com a intervenção de todos na tribuna.

Não há tempo para comentar. Quero, primeiro, falar uma questão: eu fui do PT durante 15 anos e deixei o PT em 2005, tive minhas razões. Não saí jogando pedras, estou aqui defendendo a democracia, defendendo o governo eleito pelo povo brasileiro. Agora, tenho que reconhecer que, se formos olhar do ponto de vista econômico, e alguém falou dos 11 milhões de desempregados, todos os dados econômicos do Brasil, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, o segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, são piores dos que os dados econômicos hoje do Governo Dilma, todos. Até mesmo a taxa de desemprego.

Fernando Henrique deixou o Brasil com cerca de oito ou nove milhões de desempregados, quase o mesmo percentual de hoje. Se algum economista tiver o dado exato na cabeça pode me confirmar.

O Jaime Bueno, cuja coragem eu respeito, trouxe aqui a questão da corrupção. Gente, o filósofo italiano Norberto Bobbio – que foi Senador até os noventa e tantos anos e o Paim o acompanhará com certeza – disse que o combate à corrupção é sempre o motivo, o plano de fundo da abertura do fascismo. Foi assim na Itália, foi assim na Alemanha, foi assim na França da terceira República na década de 1920, foi assim na República de Weimar. Não houve golpe para o Hitler assumiu o poder, houve essa conflagração da opinião publicada, esse sentimento e a repressão contra os movimentos sociais.

Pois bem, eu tenho dito, companheiros, que a Lava Jato foi criada para viabilizar o *impeachment,* e, contraditoriamente – anotem o que eu estou dizendo –: para acabar com a Lava Jato. Viabilizado o *impeachment*, no dia seguinte, acaba a Lava Jato. Acaba a Lava Jato, mas ficará a repressão.

O dado mais dramático desses processos midiáticos de Ministério Público e da Lava Jato, contra o que pouca gente tem levantado a voz, é a questão da condução coercitiva. Começa agora, e, como nós queremos combater a corrupção, e todos nós queremos combater a corrupção, nós achamos bom, mas, amanhã, a condução coercitiva vai prender sindicalista, prender professor, prender trabalhador, prender estudante. A condução coercitiva é tão grave, fere tantos direitos humanos.

O que é a condução coercitiva? É quando você se nega a comparecer para prestar depoimento à Justiça e a Justiça solicita que você seja levado sob vara, debaixo de vara ou coercitivamente. Isso não foi feito, e mais de 150 prisões, inclusive ontem do ministro Mantega, inclusive na do Lula, eles não se negaram a prestar depoimento. Isso é ditadura. Isso é apenas o ovo da serpente, gente. O que vem amanhã, como disse assim, a negação de um direito, uma juíza se arvorar no direito de proibir debate numa universidade, acusar o reitor, é o ovo da serpente, isso é autoritarismo.

Pois bem, falei da questão. Nós sempre dizemos que o Allende caiu pelos seus acertos, o João Goulart foi derrubado pelos seus acertos.

Se nós chegarmos a um ponto da consumação desse golpe do Sr. Temer, com o Sr. Gilmar Mendes, com a Rede Globo – e não acredito que ele se consume, eu acho que nós vamos ainda lutar nesses 180 dias, 120 dias para derrubar esse golpe –, se isso acontecer, não será apenas pelos erros dos Governos Lula e Dilma, será também pelos seus acertos. Eu estou muito à vontade, não sou da base do Governo, mas estou muito à vontade em dizer: gente, acertos, na história do Brasil, não há um momento em que o salário mínimo tenha, durante tantos anos, tido um acréscimo real.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De US$60 para US$ 300.

O SR. HAROLDO SABÓIA – E o Paulo Paim aqui me lembrou que o primeiro projeto que a Comissão de Trabalho, presidida pelo Paim, adotou, que elevou pela primeira vez o salário para US$100 foi de minha autoria e o Paim tem sempre prestado homenagem a mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu tive a alegria de relatar, é seu, mas eu tive que relatar.

O SR. HAROLDO SABÓIA – Foi o primeiro projeto de US$100, hoje nós temos quantos dólares?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está a US$300.

O SR. HAROLDO SABÓIA – Pois bem, isso é um fato, o acréscimo real do salário mínimo, isso mexe com eles. Eles não aceitam isso. Pois bem, nem se falava da questão da Bolsa Família.

A Europa toda tem a renda mínima de inclusão social que é de €500, €300 por pessoa, €200, €300 por criança. E eles não falam disso. Aqui é uma violência, uma Bolsa Família de R$70, que eles não vão acabar, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vão sangrar, não vão ampliar, vão denunciar corrupção de cadastro, que não é do Governo Federal, o cadastro é das prefeituras, é da base conservadora.

E esse é um dos graves erros do PT, um dos graves erros do Lula: a questão da governabilidade. Cedeu muito espaço no Governo para os inimigos do povo brasileiro. E eu sou do Maranhão, gente, nós sofremos isso. Houve intervenção do PT, obrigando o PT do Maranhão a votar na Roseana Sarney, que hoje está defendendo o *impeachment*. Toda a base Sarney lá... Estrangularam o PT do Maranhão, estrangularam os movimentos sociais do Maranhão, para dar espaço a um dos maiores oligárquicos da história do nosso País, a oligarquia Sarney, que hoje está aí abraçado com o Temer; amanhã, se o Temer chegar à Presidente, vai nomear o Sarney Ministro. Esse equívoco da governabilidade acontece por conta dos erros, os gravíssimos erros do PT no Pará, com Jader Barbalho e tantos outros.

Pois bem, nós, este Governo, se cair... Nós somos contra o golpe, nós somos a favor da democracia, vamos defender este Governo que foi eleito pelo povo, criticando os seus erros. Nós vamos defender até o último momento, como nós fizemos no segundo turno e não nos arrependemos.

Pois bem, isso é muito sério. Mas, gente, imaginar o avanço da política de cotas neste País, o avanço da... E quando é que eu poderia, aos meus 65 anos de idade, imaginar que o Paim fosse, depois de 30 anos Parlamentar, fosse obrigado a relatar um projeto para disciplinar o trabalho escravo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

O SR. HAROLDO SABÓIA – Isso é inimaginável! Em pleno século XXI! As forças retrógradas, os golpistas, as bandas fundamentalistas, as bancadas ruralistas querendo legalizar o trabalho escravo! Gente, é inimaginável isso no século XXI! É inimaginável!

Mas meu tempo está esgotado, agradeço o convite do Senador Paim, agradeço a contribuição imensa de todos os companheiros aqui e quero dizer, como disse no começo, que sou pessimista na análise, mas sou otimista na prática. Não vai ter golpe, companheiros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Haroldo Sabóia, grande constituinte de 1988!

Eu quero – porque pediram que eu lembrasse – dizer que, na quinta-feira, 12 de maio, há uma audiência pública sobre propriedade industrial; em 16 de maio, debate sobre o crescimento econômico com participação de empresários trabalhadores; em 18 de maio, lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora; em 31 de maio, no Petrônio Portella, com a presença já de quase setecentas pessoas, a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência.

Por fim, o encaminhamento que faremos aqui hoje: nós vamos mandar, pela Comissão de Direitos Humanos, moção de apoio pela luta em favor da democracia aos reitores, primeiro o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o Professor Doutor Carlos Alexandre Neto, para quem eu peço uma salva de palmas pela posição firme dele. (*Palmas.*)

E também para a Universidade Federal de Goiás, Professor Doutor Orlando Afonso Valle de Amaral, que garantiu que os estudantes possam fazer o debate e a democracia. (*Palmas.*)

E mandaremos também uma moção – pediu-me, aqui, o JP no final, e a Mesa – para todas as universidades, pedindo que eles façam o debate livre e aberto sobre a importância da democracia.

Eu queria agradecer muito aos meus convidados; agradecer ao Plenário. Terminamos mais uma etapa.

Amanhã teremos a votação. Mas, tenham certeza – aqueles que me mandaram aqui pelo famoso Twitter dizendo para que eu acabe com as audiências para debater democracia – de que não vai parar. Se tiver seis meses de afastamento da Presidenta, eu digo para vocês que, durante os seis meses, nós teremos debate sobre a importância da democracia para um país que nós queremos. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Vicentinho Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 51 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: José Velloso Dias Cardoso, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Luís Fernando Mendes, Economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Flávio Werneck Meneguelli, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Paulo Barela, Dirigente, membro da Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Ernesto Luiz Pereira Filho, Assessor da Presidência da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Lilian Arruda Marques, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; e Milton Rondó Filho, Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados na mesa para as suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 51, de 2015, que é de minha autoria e subscrita por outros Srs. Senadores, para debater sobre "A retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Há toda uma introdução feita pela Consultoria, mas eu vou só situar de forma improvisada. Em seguida, iremos ao debate.

Primeiro, quero dizer que nossa audiência de hoje, que tratará da retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda, tem tudo a ver com o momento que nós estamos passando.

Nós sabemos que há uma série de reuniões marcadas para hoje, inclusive uma do Presidente em exercício para dialogar com as centrais sobre a reforma da Previdência. Pelo que ouvi ontem, de sua fala no programa Fantástico, há uma preocupação dele com o emprego.

Então, nosso tema tem tudo a ver com a situação por que o País passa. É claro que, nesta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, vamos ouvir o que os convidados pensam sobre como avançar, principalmente na geração de emprego e renda. Independentemente do resultado, nós temos um Presidente no exercício do cargo e uma Presidenta afastada, e nosso trabalho aqui, no Congresso, tem que continuar na normalidade, como sempre. Isto independe do que poderá acontecer daqui a seis meses. A nossa obrigação aqui – reafirmo o que tenho dito – será sempre discutir em favor do interesse do povo brasileiro. Toda proposta que chegar aqui, não importa de onde vier, se for do interesse do povo brasileiro, podem ter certeza, nós aremos, e terá, inclusive, meu voto. Claro que tudo aquilo que nós entendermos que não é do interesse do vo brasileiro, cada um na sua visão, naturalmente, terá votação e encaminhamento contrário. Mas nós que-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

remos muito sempre caminhar numa linha de entendimento, de crescimento, e que prevaleça o melhor para o povo brasileiro.

Com essa rápida introdução, eu queria, de imediato, convidar para a Mesa os quatro presentes.

Convido o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e agradeço já por sua presença aqui nesta segunda-feira. É a primeira segunda-feira depois que o País mudou o Presidente da República, quando assumiu o Vice.

Convidamos também Luís Fernando Mendes, Economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Seja bem-vindo também.

Convidamos José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – bom dia! –, que sempre está presente. O Calixto não vacila uma vez. Sendo o tema o direito dos trabalhadores, ele procura sempre estar presente, como Presidente da Nova Central e da CNTI, para debater os temas, em qualquer arena, não é, Calixto? Não importa a arena, está sempre presente e coloca seu ponto de vista. Acho positivo.

E convido o nosso querido Dieese também, sempre presente, na figura de Clemente Ganz Lúcio, que mostra aqui, mais uma vez, que o Dieese está sempre aberto ao debate, ao diálogo.

O tema é conhecido dos senhores. É um tema, de fato, de preocupação nacional. Se perguntassem a mim hoje qual a maior preocupação que eu percebo por parte dos trabalhadores, realmente é a questão do emprego. Tudo é importante: saúde, educação, renda, este ou aquele programa, mas o emprego é o que mais pega na vida de toda a nossa gente, até porque eu me lembro da minha própria vida, eu sei muito bem.

Quando eu andava, sou do tempo do tamanco ainda... Alguém pegou o tempo do tamanco aqui? Chinelo de dedo, tudo bem. Calça de brim e camisa Volta ao Mundo também. Alguém pegou? Por isso eu digo que sou o mais antigo aqui. Camisa Volta ao Mundo é uma camisa branca toda botinha. A marca era Volta ao Mundo. Todo mundo adorava usar aquela camisa. Eu sou desse tempo ainda e sei muito bem o que é bater de porta em porta pedindo emprego, sei a dor de quando se volta para casa porque eu passei por isso, claro, antes de me formar no Senai. Depois do Senai foi mais tranquila a minha caminhada por emprego. Mas desde moleque eu procurava emprego. E tive problema, depois, na caminhada por mudança de cidade. Enfrentei a caminhada batendo de porta em porta na busca do emprego. Então, emprego para mim é fundamental.

Há até uma música que diz: o emprego é minha honra, minha vida; sem emprego o que será do homem? É uma música muito bonita que fala da importância do emprego. Então, esse é o eixo do nosso debate, a retomada do crescimento econômico, a geração de emprego e renda. Alguém vai achar essa música para mim, vai falar que a música está errada e o autor vai ficar bravo comigo. Sei que fala: o emprego é a minha honra e a minha vida. É uma letra pequena. Liguem para o meu gabinete que eles acham lá.

Vou, de imediato, passar a palavra ao Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Sr. José Velloso Dias Cardoso.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO – Obrigado.

É sempre uma honra estar aqui no Senado. É um prazer imenso ter a oportunidade de falar um pouco do cenário no Brasil e uma honra ter sido convidado pela Comissão de Direitos Humanos.

Vou fazer uma pequena apresentação – acredito que saindo um pouco daquele lugar comum, porque todo mundo faz uma análise muito rápida sobre os motivos de termos chegado a esta crise. Vou colocar um cenário aqui para que possamos, depois, debater e quebrar, talvez, alguns paradigmas.

O Brasil está numa crise muito importante. A economia brasileira está doente e, se não soubermos identificar o porquê de ela estar doente, nós não vamos conseguir resolver os problemas.

Pode passar por favor.

O que quero mostrar para vocês é o seguinte. Hoje há um entendimento quase unânime na sociedade e na imprensa de que o problema do Brasil são os gastos públicos e o déficit fiscal. Sem dúvida, isso é um problema, mas existem outros problemas que agravaram a situação do País que precederam e levaram a essa situação. Então, a doença não é o déficit público, o déficit público é consequência da doença.

Há outros fatores que podemos elencar aqui como importantes para explicar a situação atual do País: o sistema tributário, que penaliza quem produz no País; a insegurança jurídica, que inibe o investimento; a educação de baixa qualidade; a infraestrutura deficiente; a legislação capital/trabalho – e aqui eu sei que é um ponto polêmico, mas é um tema que tem que ser discutido –; os juros de agiota, com os quais o Brasil já convive há muito tempo. Esses são alguns temas importantes. Não se trata simplesmente de discutir a questão fiscal, que é importante, mas é consequência.

Uma análise dos dados mostra que a redução do crescimento se inicia com a desaceleração mundial e a da China em particular, o que afetou profundamente os preços das *commodities* e, em consequência, nossos termos de troca.

Pode mudar por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tudo estava lindo, maravilhoso, enquanto o Brasil estava exportando *commodities* a valores muito altos. Na hora em que a China desacelerou, o problema veio para o Brasil. Então, a questão é anterior ao problema fiscal. O problema fiscal, na verdade, mostrou um problema que nós já tínhamos na nossa economia.

É verdade que a redução da atividade foi agravada por decisões erradas do Governo, como a recomposição abrupta das tarifas e preços administrados. Aqui eu já estou falando a partir de 2015. Quando chegou 2015 e tivemos que atacar o problema fiscal, o que foi feito? Primeiro, dispararam as tarifas administradas pelo Governo, que estavam represadas para conter a inflação, de uma vez só. Outra coisa foi o aumento da Selic com a atividade já em queda. Com isso, tivemos a queda de arrecadação de impostos e a simultânea depreciação do câmbio, que transformava o que seria uma redução cíclica em forte recessão. Então, o Brasil queria sair do problema fiscal, mas mergulhou de cabeça no problema fiscal na hora em que aumentou a inflação, aumentou tarifas e, ao mesmo tempo, aumentou a taxa Selic e a taxa de câmbio.

A instabilidade política decorrente da Lava Jato somada aos efeitos econômicos da paralisia da Petrobras e das principais empreiteiras, com as respectivas cadeias de fornecedores, completaram o estrago naquela queda que houve do PIB. Pelo menos um ponto e meio foi em função da parada das obras das grandes empreiteiras e da Petrobras, em função da Lava Jato. Isso ajudou a mergulhar a nossa economia nessa profunda crise que nós estamos ainda vivendo.

Quero aqui mostrar um cenário do que aconteceu no País de 2002 para cá, ilustrando isso que foi dito até agora. Vejam que o PIB do Brasil ia crescendo muito bem até o final de 2012, início de 2013, era sempre crescente, e quando chega em 2013 começa a andar de lado, fica constante. Começa a cair, realmente, ao final de 2014, metade de 2014, final de 2014. Então, aparentemente, esse é um problema recente.

O PIB *per capita* não. Esse já começa a declinar – vocês veem na curva vermelha – em 2013. Embora o PIB do País estivesse constante, o PIB *per capita* começa a cair em 2013. Lembrem que eu falei no começo da crise da China e do problema da queda das *commodities* que afetaram muito fortemente os termos de troca do País.

O que é termo de troca? É o índice do que o Brasil exporta dividido pelo índice de preço da importação. Vejam que até 2012 era exuberante. O Brasil aproveitou, surfou essa onda, principalmente em função das exportações de bens primários para a China. Quando há reversão lá no Oriente e na Europa também, a partir de 2012, vocês veem que o termo de troca do Brasil despenca. Esse é um dos causadores do problema do Brasil e não tem nada a ver com déficit público. É um problema que vem de fora para dentro.

O setor produtivo foi o primeiro a sentir os efeitos dessa atividade. Vejam que até 2011, com exceção daquela crise forte da quebra do Lehman Brothers, a famosa marolinha, em 2009 houve a grande queda, mas logo se recuperou e voltou aos mesmos patamares. Mas vejam que, de 2002 até 2011, o Brasil vai bem na produção física da indústria. Aqui é a curva da produção física, tudo que a indústria fornece não em valores, mas em produto físico. A partir de 2011, fica constante, dá uma queda, sobe, mas você pode ver que é uma curva de tendência constante.

Quando o Governo impõe à economia aquela forte recessão, pelos motivos já citados, vocês veem que a indústria de transformação é a primeira a sofrer e despenca de forma absurda. Em março de 2016, nós estamos a níveis de produção da indústria de 2002. De novo, não estamos falando aqui ainda só de ajuste fiscal.

Vamos em frente.

Correção do câmbio. Ali é a curva do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A correção do câmbio, a partir de 2012, e dos preços administrados em 2015 levaram à inflação de dois dígitos. Então, vocês vejam que a inflação começa a subir em 2010 levemente e, de repente, em 2014, a inflação explode, por quê? Porque o Ministério da Fazenda, abruptamente, desrepresa todos aqueles índices que estavam represados. Você vê que o Brasil já teve o problema da queda das exportações, queda do valor de troca, uma queda abrupta da produção industrial brasileira e um aumento de inflação. Quer dizer, nós estamos indo para uma tempestade perfeita a partir de 2014. Esse é o índice oficial de inflação.

Próxima, por favor.

A desvalorização do real foi produzida por fatores internos e externos. Vejam o que aconteceu com o câmbio. Esse câmbio de 2002 a 2012, que valorizou demais a nossa moeda, foi, por um lado, o grande causador da desindustrialização do Brasil. O grande causador da situação péssima em que a indústria se encontra no momento foi a forte valorização do real.

Aí também houve outro equívoco, que foi o seguinte: o País precisava investir em infraestrutura, o País precisava crescer, e, para isso, precisa de poupança interna. A poupança interna é dada pela poupança das famílias, pelo lucro das empresas e pelo superávit do Tesouro. É isso que forma a poupança interna. Na hora em que o Ministério da Fazenda deu crédito à vontade para o consumidor, o que ele fez? Ele destruiu a poupança familiar. Então, esse é o principal item que afetou a poupança do País, e aí o País ficou sem condições de fazer investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui mostra que, embora a desvalorização tenha sido muito nociva para a indústria nesse período, na hora em que ela retoma o câmbio numa velocidade muito alta, ela também é nociva. Nós precisamos de real desvalorizado e dólar valorizado. No entanto, como foi feito de uma vez só, muito rapidamente – vejam na parte cor-de-rosa, ali, depois de 2014 –, o que acontece? A indústria ainda está importando componentes... Na indústria, não há como você estalar os dedos e passar a não importar mais. A indústria ainda está importando, e o dólar sobe. Quer dizer, eu tenho uma carteira de pedidos da indústria que vai ser atendida com produtos importados, muito mais caros, além da inflação que causou.

Continuo.

Há o que somou a maior dificuldade no acesso ao crédito. Veja só: o Brasil deu crédito à vontade – todo mundo se endividou, foi a festa – até 2014. No começo de 2015, o Brasil cortou o crédito. Então, o crédito começou a cair. Então, esse é outro fator que levou o País à recessão.

Já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO – Certo.

Taxa de desemprego. Veja aqui, agora, a consequência. Uma das consequências foi o forte aumento do desemprego a partir de 2015. É lógico. Você asfixiou a indústria, tirou crédito do mercado, aumentou tarifas, aumentou carga tributária, tirou desonerações, você fez de tudo com aquele paciente. Só que aquele paciente não tinha condições de arcar com o aumento dos impostos. O que acontece? As empresas – começou pela indústria, depois foi para serviços e agora está no comércio – começaram a desempregar barbaramente, a ponto de chegarmos a esse índice de desemprego de mais de 10% em que estamos hoje.

No próximo, vemos esse que talvez seja um dos mais interessantes, Senador. Aqui mostra alguns fantasmas que foram criados e que, na verdade, não eram bem a realidade. A curva azul é a evolução, de 2002 até hoje, da arrecadação, receita líquida total do País. É tudo que se arrecada em impostos. E o vermelho, as despesas. Vocês veem que, em todo o período, as despesas acompanharam a receita, com alguns sobressaltos. Um deles foi a crise de 2009, já citada aqui, do Lehman Brothers, que deu aquele problema todo na economia. Caiu um pouco a arrecadação, mas ela sempre esteve acima da despesa e depois se recuperou. E o que acontece? A desoneração do IPI é um dos grandes culpados. Agora, as desonerações são as grandes culpadas. Vejam que, quando houve a desoneração do IPI, não aconteceu nada em relação à receita. A receita já estava em queda, e continua em queda, mas em função da crise econômica mundial, não por causa da desoneração do IPI. E vejam que a desoneração da folha, quando ela foi dada, também não mexeu na arrecadação. Vejam que você nem percebe o efeito da desoneração da folha. O que acontece lá em cima, na queda da arrecadação, é que o Brasil começa a entrar em crise. Na hora em que vem o Levy e faz todas aquelas medidas que a gente acredita que não deveriam ter sido adotadas, vejam o que acontece com a arrecadação: a despesa continua subindo como vinha subindo.

O problema é que caiu a arrecadação. E por que caiu a arrecadação? Caiu porque o Ministério da Fazenda nos mergulhou nessa crise enorme, aumentou imposto e o efeito não surgiu. Houve aumento de imposto, mas não houve aumento de arrecadação. Então, vocês vejam que o problema começa em 2015. Não é o problema das desonerações feitas no passado que colocou o País nessa situação.

Por favor, o próximo.

Vejam só, falando em arrecadação, olhem o que acontece, as principais contas da receita líquida total. Aqui são, em cima, as receitas administrativas da Receita Federal e, embaixo, da Previdência. Vejam que, quando houve a desoneração da folha com a arrecadação da Previdência, não aconteceu nada, não houve um prejuízo importante para a arrecadação da Previdência, o que houve foi muito discurso, dizendo que a desoneração da folha estava prejudicando, e não estava.

Lembro que, quando foi idealizada a desoneração da folha, ela era somente para 14 setores industriais que sofriam concorrência de produtos chineses aqui. Era uma forma de defender a nossa indústria. Quando foi implantado, de 14 setores, foi para 56, e todos os outros 40 setores foram setores de serviço que não estavam com problema de concorrência externa. Por exemplo, não se importa *call center*, e *call center* foi desonerado. A nosso ver, não havia a menor necessidade de desonerar *call center*, porque você não importa *call center*. *Call center* está aqui. E a desoneração da folha foi uma medida tomada para dar competitividade externa a produto industrial. Mas vejam que não acontece nada. A mesma coisa com a desoneração do IPI. O IPI foi desonerado e, depois da crise de 2009, a arrecadação continua subindo.

Vamos em frente.

Aqui é uma decomposição dos principais impostos. Lá de cima, o primeiro é o Imposto de Renda. Vejam [illegible] vinha a arrecadação normal. Quando chega a crise que foi colocada a partir de 2015 com as medidas do [illegible]nistério da Fazenda, vejam o que acontece com a declaração de Imposto de Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A segunda curva é PIS/Cofins. Vejam o que acontece com PIS/Cofins. Aqui está claro que houve desaceleração da indústria.

Então, nunca o Levy iria conseguir fazer o ajuste que ele queria reduzindo a arrecadação. Ele aumentou imposto, mas diminuiu a arrecadação. E não foi o fim da desoneração da folha que o ajudou. Ele acabou com a desoneração da folha e continuou caindo.

A quarta aqui são outras receitas.

E a quinta o IPI. Vejam que o IPI foi desonerado lá atrás, mas IPI, nos últimos... Isso aqui tudo é deflacionado, senhores. Todos os gráficos que eu mostrei até agora são deflacionados. Então, vejam que a desoneração do IPI lá atrás não mudou nada. O IPI continua o mesmo em todo esse período. Ele cai no fim, quando começa a recessão.

Agora, para terminar, as conclusões.

A retomada do crescimento exige atuação do Governo em várias frentes, pois é necessário atacar tanto os programas estruturais quanto os conjunturais. O que o Levy estava fazendo: ele tentou atacar os programas estruturais, mas não conseguiu, e atacou apenas os conjunturais. Os estruturais, como déficit nominal elevado, indexação... Aqui, indexação é o seguinte: hoje nós temos um Plano Real inacabado. O Plano Real, infelizmente, lá atrás, há muito tempo, foi idealizado, colocado em prática, mas a última etapa nunca foi concluída, que era a total desindexação da economia. Hoje, se você tem um aluguel, no fim do ano, vai ser reajustado. Todas as tarifas hoje são reajustadas uma vez por ano, mas todas são obrigatoriamente reajustadas por força de contrato e porque a economia está indexada.

O que o Brasil precisava era desindexar a economia e que qualquer reajuste, qualquer aumento de preço, fosse renegociado entre as partes. Isso, para nós, é a conclusão do Plano Real, que não aconteceu até hoje.

Então, vamos voltando aqui.

Déficit nominal elevado, indexação, previdência, qualidade do gasto público, segurança jurídica, reforma tributária: nesses itens o Brasil precisa mexer urgentemente, porque, da forma como estão, tiram a competitividade da indústria brasileira perante as de fora. A política monetária e a reforma política, dentre outros, poderão ser encaminhadas pelo governo de transição, mas seu efeito será sentido no longo prazo.

Então, o que podemos fazer no curto prazo, até porque o novo governo não tem tanto tempo caso ele perdure até 2018? No curto prazo, não podemos repetir o erro de usar a CPMF para aumentar as receitas. Isso oneraria o contribuinte, geraria desgaste político e não resolveria o problema da crise econômica e do déficit orçamentário. Não seriam R$30 bilhões de arrecadação de quem não pode mais pagar imposto que resolveriam o problema fiscal. No curto prazo, necessitamos de uma política cambial que defenda um câmbio competitivo; de uma política monetária que incentive uma taxa de curto prazo neutra em relação à inflação; da simplificação das concessões públicas em infraestrutura, com a adoção de um regime de *fast track* nas licenças operacionais e ambientais.

Terminando: desoneração total dos investimentos. O Brasil ainda é o único país do mundo que onera os investimentos, que, por sua vez, devem ser utilizados como locomotiva para o crescimento. O Brasil não vai voltar a crescer através do consumo. O Brasil só vai voltar a crescer na hora em que consertar a infraestrutura deficiente que tem e em que a indústria brasileira tenha competitividade.

A reforma do PIS/Cofins. Essa reforma é imperiosa, Senador. Nós temos que trabalhar nesse projeto, que é um projeto que já está pronto e precisa andar, distribuindo seu peso igualmente entre os diversos setores da economia. Hoje a indústria de transformação, que responde por apenas 9% do PIB, é responsável por 40% do total da arrecadação. A indústria está sendo asfixiada e, quando a indústria acabar de morrer, não sei quem vai pagar essa conta. Hoje a indústria paga 40%, sendo apenas 9% do PIB. Quando a indústria era 24% do PIB, ela era responsável por 40%. Vem caindo a sua participação no PIB, mas a sua participação na arrecadação é constante.

É necessária uma reforma do ICMS visando anular os efeitos nocivos causados pela guerra fiscal, que tira arrecadação dos Estados e cria assimetrias entre as diversas atividades industriais. Ora, o fabricante de uma máquina ou de um bem industrial no Rio Grande do Sul não pode ser preterido no Espírito Santo porque somos todos brasileiros – aqui cito esses dois Estados apenas como exemplos, poderia ter falado em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia ou qualquer outro.

Em nosso entendimento, a superação da crise passa obrigatoriamente pela retomada do crescimento, sendo as exportações...

Câmbio. O Brasil precisa de câmbio, senão a indústria vai continuar asfixiada.

Os investimentos em infraestrutura, ambiente regulatório e a irrigação de capital de giro das empresas.

Juros, BNDES são os instrumentos indispensáveis. Hoje, uma empresa, uma indústria brasileira que vá ao banco, se conseguir crédito, consegue capital de giro a 40% ao ano. É impossível procurar a rede bancária para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fazer investimento. O único lugar onde existem juros decentes é o BNDES, embora, a partir de 2015, os juros do BNDES já não são compatíveis e competitivos quando comparados com os juros dos produtos industriais lá fora.

A adoção dessas medidas irá reverter as expectativas, permitindo ao País voltar a crescer, o que rapidamente sanearia os déficits fiscais, dando ao País fôlego para completar as reformas necessárias e tempo para poder esperar o efeito das ações de médio e longo prazo.

A questão é a seguinte: não adianta ficarmos aqui discutindo o retorno da CPMF, aumento de carga tributária e consumo. O que nós temos que fazer aqui é pavimentar uma estrutura, fazer um alicerce na nossa economia, trazer competitividade. Câmbio e juros são importantíssimos. A questão tributária asfixia a indústria. E aí, no segundo passo, voltamos a crescer.

Era isso, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o Sr. José Velloso Dias Cardoso, que apresenta aqui um diagnóstico da crise.

Eu quero ter sempre esse cuidado, pessoal. A crise existe e está aí. Não importa se é o Governo – eu não digo o governo anterior – que está, agora, na figura da Presidenta licenciada, ou afastada por seis meses, ou o atual Governo. A crise está aí. Estamos fazendo este ciclo de debates, como fizemos um ciclo de debates aqui sobre a democracia com os mais variados setores da sociedade na semana passada. Agora vamos iniciar um ciclo de debates exatamente sobre a crise econômica, emprego e renda.

Cumprimento aqui o Presidente José Velloso, que, além de fazer críticas à economia – é mania de nós todos, e aí me incluo, só fazer a crítica, mas não apontar os caminhos –, teve a preocupação de fazer críticas, independentementedeste ou daquele governo, e apontou os caminhos. Pode haver o contraditório, mas eu acho muito interessante.

Pergunto se a exposição de V. Exª pode ficar conosco.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO – Já está lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está e fica à disposição da Comissão.

Meus cumprimentos.

Vamos agora, de imediato, até para intercalar um pouco, para não ficarem dois com posição talvez semelhante, passar para o José Calixto e depois para o Dr. Luís Fernando.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Nova Central dos Trabalhadores, o líder José Calixto Ramos. Em seguida, fala o Dr. Luís Fernando Mendes.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Nobre Presidente, Senador Paim, meus colegas de Mesa, colegas do Plenário, eu queria, primeiramente, agradecer mais uma vez o convite para esta reunião.

Naturalmente, quero dizer que, nesta Mesa, talvez eu seja o menos indicado para oferecer algumas sugestões para a retomada do desenvolvimento, tendo em vista os técnicos que já estão elencados para falar.

Mas eu queria, primeiramente, Presidente, citar algumas providências – e quero fazer diretamente para depois comentar – que, a nosso juízo, deveriam ser tomadas para atender ou atingir o objetivo que está elencado nesta reunião. São elas:

– retomar, rapidamente, o investimento público e privado em infraestrutura social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica;

– retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial na Petrobras;

– destravar o setor de construção, utilizando instrumentos institucionais adequados que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas com a manutenção da atividade produtiva e dos empregos;

– criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação;

– priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo – agricultura, indústria, comércio e serviços –, de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do País com investimentos e contrapartidas sociais e ambientais;

– ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro às empresas; e

– adotar políticas de fortalecimento no mercado interno para incremento dos níveis de consumo, de emprego, renda e direitos sociais.

Todavia, Senador, nós entendemos... Agora mesmo, nós ouvimos o Presidente em exercício dizer que não quer falar em crise. Mas, como já vivemos bastante e já passamos por várias crises, nós temos a certeza – podemos comprovar isto – de que toda crise, geralmente, traz três consequências: há aqueles que até auntam o seu capital em face da crise, que enriquecem com a crise, aqueles que são atingidos diretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pela crise e aqueles que, na verdade, tiram vantagens da crise. A crise não vem de forma igualitária para toda a sociedade brasileira. Cada setor tem um sentimento da crise. Mas nós entendemos que, enquanto não passar toda essa crise política que nós estamos vivendo agora, com o governo provisório, com o governo em exercício, enquanto tudo isso não passar, nós dificilmente destravaremos a economia do País.

Pela Constituição, nós temos três Poderes independentes e harmônicos entre si: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Não há independência dos Poderes, muito menos harmonia, porque a crise chegou a tal ponto que se perdeu o respeito às próprias instituições. E o capital, o que é natural, não investe por amor à Pátria. O capital investe tendo certeza do retorno com lucro, é natural. Se não houver essa segurança jurídica que tanto se comenta, dificilmente o capital vai arriscar. É melhor deixar rendendo a 12% ou 13% e acabou, deixar paradinho e tal. Muito bem.

Por que eu falo nesses setores da economia? Para a energia elétrica, os olhares do poder têm de ser voltados com muito mais veemência, porque toda produção depende da energia elétrica e, de repente, se você verificar o sentimento das entidades trabalhadoras desse setor, estão desesperadas, vendo a hora de acabar a energia e ter um colapso o País.

Quando eu falo do setor da construção, vejam bem, a construção é o setor que tem uma rotatividade muito grande, mas é o que mais emprega. Ele movimenta uma infinidade de matéria-prima que vai desde a extração da areia até a torre de televisão. Então, vejam, nessa cadeia toda, quantas matérias-primas são empregadas nesse setor da construção? E aí vem a metalurgia, que é exatamente para produzir o aço, o ferro que vai servir não só para a indústria da construção, mas também para a indústria que, na ótica do Governo, é a que alavanca a economia do País, que é a indústria automobilística. Nós entendemos que não; a que alavanca é a construção. A construção vai gerar a necessidade da geração do aço, da fabricação do aço e vai atender exatamente o setor automobilístico. Então, vejam que é uma cadeia enorme tanto de matéria-prima como de atividades profissionais distintas, algumas até muito especializadas.

Então, nós achamos que, levando em conta esses pontos que nós levantamos como preocupação, antes que termine tudo isso e a política passe a ter o seu papel, o Executivo o seu papel, o Judiciário o seu papel, aí, nós talvez poderemos destravar a economia.

O que acontece hoje? O Executivo não cumpre o dever de casa como deveria, data vênia, o Legislativo também não cumpre, então, tudo deságua no Judiciário. Questões que são específicas e da competência do próprio Legislativo vão para o Supremo Tribunal Federal para que eles deem a solução, muitas vezes, para esta própria Casa. Então, como não há essa segurança, os trabalhadores estão desesperados, o movimento sindical atônito em face do crescimento do desemprego. Conforme foi dito pelo nosso colega, são mais de 11 milhões de trabalhadores desempregados, e a tendência é ir aumentando por falta exatamente desse respeito.

Sempre repito isto: eu venho de um tempo em que, quando se falava em Senador da República, fazia-se uma reverência, até aqueles que usavam chapéu tiravam o chapéu. Hoje não existe isso, é chacota de todos os lados: desde lá da Câmara de Vereadores da cidade mais distante até a própria Presidência da República. Então, está faltando, na nossa ótica, muito respeito às instituições, credibilidade aos setores que governam o País de forma geral, considerando o conjunto dos três Poderes, falta confiabilidade e o pior: existe já o desespero da classe trabalhadora. Se não fizermos uma discussão levando em conta essas questões, dificilmente vamos destravar a nossa economia e chegar ao que queremos: a criação de emprego, a distribuição de renda e assim sucessivamente.

Então, a nossa preocupação, na verdade, é muito grande e é a preocupação de todos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Como aplicar essas preocupações eu não sei, estamos levantando o que entendemos, a nosso juízo, que precisa ser feito. Agora, como fazer, se eu tivesse a receita, talvez estivesse num outro patamar, não estaria nem aqui discutindo com vocês essas questões.

Senador, eu vou terminar, sempre enaltecendo a sua atividade, a sua ação nesse processo. Já acostumamos com audiência pública toda segunda-feira, às 9h da manhã, inclusive hoje até estranhei um pouco, os seus assessores estavam pensando em cortar o seu repouso remunerado, porque chegou um pouquinho atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foram 30 minutos, foi grave. Cheguei constrangido aqui.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Então, minha gente, a nossa preocupação é essa, a preocupação da Nova Central é essa. Não há mistério, eu não sou técnico para discutir pormenores da economia conforme os técnicos estão discutindo, mas estamos vivendo isso, estamos sentindo. O fato é que alguém está tirando proveito disso. A crise não é uma crise específica para o nosso País, mas geralmente os países menos desenvolvidos sofrem muito mais com as crises, quando vêm de fora para dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu tenho certeza absoluta, e prego isto, de que vamos passar essa crise e vamos voltar a crescer e a desenvolver o nosso País, conforme vinha acontecendo. É um período crítico na verdade, não há como deixar de falar na crise, mas é uma crise que vamos ultrapassar, como já ultrapassamos outras crises.

Tenho levado essa pregação até de fé, de confiança, de perseverança aos meus colegas das entidades sindicais para que não haja um desespero, porque, daqui a pouco, se todos os trabalhadores se desesperarem, não sabemos o resultado a que vamos chegar para a nossa própria Nação brasileira.

Agradeço, Sr. Presidente, esta oportunidade, mais uma vez. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

José Calixto Ramos, permita-me, da sua contribuição importante, anotei algumas coisas. Primeiro, fala da insegurança jurídica; fala da crise política. É inegável que temos uma crise política e vamos conviver com ela ainda, ninguém sabe se por até seis meses ou até 2018. São preocupações que temos, naturalmente. Fala da instabilidade na economia; fala de serviços como a construção civil, cuja retomada é importante. Claro que todos os setores são importantes, mas esse deu como exemplo. E fala sobre a situação, também já tenho me posicionado, de conflito permanente entre o Legislativo, o Executivo e o próprio Judiciário. Acaba a decisão sendo tomada no Judiciário quando não há esse entendimento que gostaríamos, que seria, no meu entendimento, um grande pacto entre todos os setores da sociedade para a retomada do crescimento e do emprego.

Vamos, então, de imediato...

Um rápido comentário. Achei a música: Um homem também chora (Guerreiro Menino), que termina dizendo:

> O homem não tem honra
> E sem a sua honra
> Se morre, se mata
> Não dá pra ser feliz.
>
> Seu sonho é sua vida
> E vida é trabalho
> E sem o seu trabalho
> O homem não tem honra".

É o tema do debate aqui. Foi um sucesso enorme na voz do Fagner, mas a autoria é do Gonzaguinha: Guerreiro Menino, Um homem também chora. Todo guerreiro, no fundo, é um menino. Acho muito bonita a música.

Mas vamos lá. Saindo do meu romantismo sonhador de sempre, a palavra, agora, com o Sr. Luís Fernando Mendes, que é economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Por favor.

Estou dando aqui até 20 minutos: cinco, mais dez, mais cinco, vai até vinte.

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES – Acho que não vai precisar. Quero tentar fazer mais debate.

Bom dia! Bom dia a todos.

Obrigado, Senador. É uma honra estar aqui, é uma oportunidade de apresentar as questões ligadas ao crescimento, em particular, do setor da construção, que é a entidade de que participo.

Quero trazer um pouco a fala dos dois participantes, dos dois palestrantes que estiveram antes de mim, ressaltando algumas questões, porque acho que todas as duas, sem dúvida nenhuma, estão totalmente alinhadas, pelo que pude perceber.

Quero ressaltar uma questão que acho importante lembrar: existe sim uma crise fiscal, mas, como foi dito aqui, antecede a crise que vivemos hoje. Isso é um ponto importante. E acredito, e aí vou trazer o fato, que esta crise veio obscurecida por um ciclo de crescimento em que você, naquele período, acabou havendo um aumento expressivo de arrecadação, em que, obviamente, não havia, naquele período, uma crise fiscal.

É óbvio que você teve um período em que a receita cresceu mais que a despesa e se incorporou a esse orçamento um conjunto de despesas que se tornaram, vamos chamar assim, complicadas de serem retiradas no momento em que você voltasse a ter uma desaceleração da economia. A consequência disso é que você acabou vivendo uma situação em que as despesas não caem na mesma velocidade que as receitas num período em que você tem uma desaceleração da atividade.

Por isso, a crise fiscal é apresentada como a crise primária, primeira que talvez precisasse ser resolvida, porque a lógica que se tem é a seguinte: mais gasto fiscal. Como o gasto fiscal afeta o gasto de governo, ele entra diretamente na economia, ele não tem um multiplicador que reduz, ele não tem redutor, ele entra direto, o efeito dele, inclusive, é muito forte, acaba levando àquela lógica da oferta e da procura: coloco mais recursos na economia, a tendência é ter um impacto inflacionário. Para conter impacto inflacionário, você tem aumento de juros e aí você desacelera mais ainda a economia. Então, você entra num ciclo que, obviamente, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

perverso, porque para resolver um problema você cria novos problemas. Aí, por esse engessamento do gasto fiscal, você não consegue fazer o ajuste, que seria o juste fiscal, porque você tem despesas obrigatórias que não há como cortar.

Hoje, eu diria, já chegamos a uma situação em que, se consideramos – estava olhando o último corte que houve do Orçamento e está, se não me engano, em 1,2% do PIB –, se colocarmos em percentual do Orçamento, poderíamos dizer que isso praticamente zera as despesas discricionárias.

A grande preocupação recente, que inclusive está sendo discutida ainda, que é a alteração do resultado primário, é exatamente em função do fato de que, como você já está no limite – vamos chamar assim – do corte discricionário, se eventualmente tiver que ampliar esse corte, no próximo dia 22, provavelmente, vamos viver uma situação de colapso, porque você vai paralisar integralmente as operações que exigiriam despesas mínimas ali, uma gaze, um esparadrapo, enfim, você vai viver uma situação crítica, porque estaria praticamente zerando as despesas discricionárias em detrimento de não ter mais como cortar despesas e entrar naquelas obrigatórias. Então, aí está sendo discutida uma série de questões para se tentar criar esses alívios fiscais como a DRU, desvinculação de receitas.

Mas, como foi dito aqui, inicialmente, numa situação para se estabelecer alguma forma de aumentar receita, enfim, são medidas paliativas que, na prática, podem, inclusive, agravar o problema, não no caso da DRU, mas, por exemplo, como foi colocado aqui, a expectativa é criar uma nova fonte de receita. Você certamente resolveria, entre aspas, "estabeleceria" um período de equilíbrio ou buscaria acelerar o processo para tentar reequilibrar as contas públicas, tentar reequilibrar a dívida pública, que é quem tem crescido, mas, na prática, agravaria mais ainda o problema da atividade econômica, sem sombra de dúvida.

Então, eu diria que hoje o grande dilema que está se colocando é o dilema que, na verdade, nunca foi totalmente resolvido no Brasil, na minha opinião, que é aquele entre a economia monetária e a economia real, em que você sempre prioriza a monetário, o mundo monetário, o mundo bancário, financeiro, em detrimento da economia real, que é a economia que a gente efetivamente vive, a que gera emprego, aquela em que as pessoas têm acesso a bens e a serviços, principalmente bens. Então, eu estou colocando isso porque acho que caracteriza bem o momento. A gente está vivendo um momento em que o monetário passa novamente a sobrepor a economia real, em que você passa a ter inclusive a imprensa sempre priorizando o foco dos analistas do mercado financeiro em detrimento das análises do setor produtivo.

Essas questões que foram colocadas aqui não vão normalmente para dentro da imprensa, não mostram essas questões que foram colocadas sobre o impacto que as desonerações tiveram efetivamente dentro da curva das receitas reais. Esse tipo de informação não vai, porque o mercado financeiro é um mercado especulativo e que vive de expectativas. Aliás, a economia vive de expectativa, mas as variáveis que são medidas na economia monetária têm um objetivo para atender a expectativa daquele mercado, e o mercado real trabalha sob uma outra ótica.

Eu diria que a economia monetária é fundamental, mas ela serve de graxa, de óleo para lubrificar as engrenagens do mercado real. E, neste momento, começa a servir de areia para dentro do mercado real. Digo isso porque começa a se ventilar uma série de outros fatores, por exemplo a questão do direcionamento de crédito que foi colocada aqui: "Ah, o BNDES tem que acabar com os recursos direcionados". O setor de construção vive esse problema, por exemplo, no segmento de habitação. Começam a se ventilar exatamente essas soluções mágicas, que, na prática, agravariam certamente o problema e que não vão resolver, muito pelo contrário, são apresentadas, às vezes, como uma solução de curto prazo que vão, certamente, agravar o problema do Brasil, porque privilegiariam mais uma vez o monetário em detrimento da economia real.

É interessante aqui esta Mesa porque a gente está com dois setores que, eu diria, representam praticamente a totalidade do investimento fixo que é feito no Brasil: máquinas, equipamentos e construção civil. O diagnóstico, sem dúvida nenhuma, para retomar o crescimento, visto que se você pega as variáveis que compõem o PIB vai perceber que a grande variável que de fato induziu a queda do crescimento foi o investimento, e o investimento tem uma característica interessante, porque ele não só ativa a economia no momento instantâneo, no momento agora, por conta da demanda de bens e serviços que você tem na economia, como também aumenta a capacidade física do País para aumentar sua produção, ou seja, você cresce a capacidade produtiva da economia de maneira que se cresce sem gerar pressões inflacionárias, pressões de custos, pressão inflacionária. Então, incentivar esses dois segmentos que estão aqui eu diria que seria determinante para que você possa ter um crescimento...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES – ...de forma sustentável.

Bom, aqui a gente falou, eu falei sobre expectativas. Hoje, uma grande questão está colocada sobre as ›ectativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu diria que a economia é uma ciência de expectativas, em que os agentes econômicos tomam decisões hoje pensando no que vai acontecer amanhã. Ela está muito ligada à questão da confiança, tanto a confiança do consumidor como a confiança do investidor.

E o que fez aparecerem todos esses problemas que estamos vivendo hoje? Exatamente a queda da atividade. Os problemas, na verdade, já existiam e agora eles vão ter que ser enfrentados no curtíssimo prazo. Tivemos a oportunidade de enfrentar esses problemas ao longo de um bom período de tempo, mas não fizemos isso e, agora, temos que conviver com eles e resolvê-los no curtíssimo prazo. Isso é um problema, porque tudo o que é feito de maneira assoberbada acaba criando situações em que algumas coisas que precisavam ser feitas são feitas, mas algumas não verdades são colocadas no bolo e acabam passando. Então, esse é só mais um alerta em relação ao problema que estamos vivendo.

O que vimos aqui que acho que é interessante ressaltar? Nós também temos essa preocupação com o aspecto fiscal, sendo que a grande preocupação que temos é que, dentro dessa composição do gasto, estamos cortando radicalmente os investimentos públicos também. Então, é mais uma observação, como conseguimos... Temos que criar um mecanismo para que o ajuste seja feito sem que isso venha a agredir e a comprometer radicalmente os investimentos públicos.

Um mecanismo para a gente poder tentar alavancar esses investimentos é, sem dúvida nenhuma, trazer o modelo de parcerias público-privadas, em que se tem como tentar alavancar o recurso público, e o modelo de concessões, que obviamente poderia também ter sido trabalhado mais nesse último período. No entanto, acabou que se deu muita prioridade ao investimento público direto, acabou-se fazendo um gasto – vamos chamar assim – que acabou onerando; poderia ter sido menor esse impacto. Enfim, eu alerto também para o seguinte: no momento em que se corta mais investimento público, se desacelera mais a atividade econômica. Então, quanto a esses cortes fiscais, é preciso ter em mente que eles não vão inicialmente resolver o problema, eles vão, provavelmente, pela forma como estão sendo feitos, talvez até agravar o problema da geração de emprego e renda, de crescimento.

Como é que a gente pode fazer para melhorar esse investimento e viabilizar essas parcerias? Foi colocada aqui a questão da segurança jurídica. A gente imagina que um bom mecanismo seriam as sinalizações para o mercado produtivo sobre a questão da burocracia – foi falado aqui no *fast track* –, sobre a tributação. E está caracterizado, de maneira muito clara, que a desoneração, ou as desonerações, não necessariamente seria um problema para a atividade. Muito pelo contrário, você pode criar mecanismos em que você tenha como medir os efeitos que essa desoneração está tendo para você avaliar os efeitos sobre emprego e renda, por exemplo.

E há a questão da formalização, que está diretamente relacionada, na minha opinião, à questão da tributação. No momento em que você onera, você induz à informalidade, tanto sob o aspecto de você começar a informalizar o emprego e a renda e, obviamente, acabar afetando até a própria arrecadação, como sob o aspecto da própria produção: você começa a ter produtos – entre aspas – "informais" entrando na economia e concorrendo com a economia formal.

Então, eu entendo que a segurança jurídica passaria pela desburocratização e pela melhoria do ambiente tributário. Não estou aqui colocando desonerações a perder. Na verdade, desonerações pontuais ou um ajuste, como já foi colocado aqui, uma reforma tributária. Isso seria, sem dúvida, o ideal. E isso, certamente, traria um processo forte de formalização da economia.

O setor da construção, em particular, é um setor que ainda vive e convive – isso aconteceu mesmo no período que a gente teve...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES – ... de crescimento recente – com um processo muito forte de informalidade. A informalidade, nos melhores momentos, chegou a algo em torno de 40% do setor, e hoje já novamente ultrapassa os 50% do setor, considerando que boa parte dessas pessoas que hoje trabalham na informalidade, se eventualmente entrassem no sistema formal, não só melhorariam a arrecadação do Governo, como trariam recursos formais e, inclusive, o processo de bancarização, enfim, todo o processo de formalização do sistema econômico.

E como se imagina conseguir sair dessa condição que está estabelecida? Primeiro, a partir desse modelo que, imagina-se, melhorará o ambiente de negócios. A partir dele, com o aumento – e aí já está sinalizado –, com a oportunidade do setor externo, e com os modelos de concessões, as PPPs, e investimentos, principalmente nas áreas mais carentes da economia, que seriam as de saneamento e habitação popular. Isso seria um modelo, porque se atacariam duas coisas ao mesmo tempo: as carências que o Brasil tem, tanto de infraestrutura urbana como de infraestrutura nacional. Isso melhoraria a competitividade geral da economia, incluindo a indústria de transformação, ao mesmo tempo em que haveria um efeito forte sobre renda e emprego na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

economia, considerando que o setor da construção é um setor intensivo em mão de obra e que, sem dúvida nenhuma, entre os setores econômicos que temos hoje, é o que tem mais oportunidades de negócios, porque existe uma demanda muito forte represada ainda na economia.

Então, isso é o que eu tenho para colocar.

O que a gente estava vendo – só para comentar aqui, rapidamente, e eu acompanho esses números do emprego há algum tempo – é que o setor industrial, da indústria de transformação em particular, nunca conseguiu recuperar uma condição favorável, mesmo no período de crescimento da economia, porque houve a competição – vamos colocar assim – que o câmbio acabou gerando nesse período de crescimento da economia, em que ele não conseguiu ganhar mercado interno. Apesar de o mercado interno ter crescido, ele perdeu parte desse mercado para a economia e para produtos estrangeiros. E, na contraparte, agora, ele continua num ciclo em que... Ou seja, eu poderia dizer que a indústria de transformação, em particular, não conseguiu se beneficiar desse período forte que teve de crescimento passado e, obviamente, neste momento, ela também é vitimada, ainda mais, pela crise que estamos vivendo.

Estamos vendo a indústria de transformação com uma perda de empregos, que já vinha forte, se agravando. Veio com o setor da construção e, agora, a gente está vendo dois setores, que até então estavam fora do processo, que são os setores de serviços e de comércio, também sendo afetados.

Então, é uma crise bastante expressiva para o mercado de trabalho na minha opinião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi Luís Fernando Mendes, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Rapidamente, permitam-me resgatar – sei que não vou resumir a sua palestra aqui –, ele mostrou que a DRU está aí e preocupa todos – acho que alguém depois vai falar também –, porque ela avança na receita de determinados recursos da União, de 20% para 25%.

Quanto à CPMF, aqui na Mesa já foi dito que não unifica. Não unifica, quer dizer, não será fácil passar aqui na Casa.

Prevalecer o monetário acima do real não nos interessa, é muito preocupante. O sistema financeiro não pode ficar em primeiro lugar – estou resumindo – em detrimento do setor produtivo. Nós temos que nos preocupar com o mundo real – peguei essa frase que você usou aí muito na questão do monetário.

Não há mágica.

Recomenda também o modelo de parceria público-privada e de concessão e aponta para uma reforma que avance na questão tributária para garantir uma formalidade maior e diminuir a burocracia.

Fala também da importância do saneamento, da infraestrutura, da casa própria, e demonstra o poder que tem a construção civil para gerar emprego e renda.

Foi só um comentário rápido. Depois, nós avançaremos, em um segundo momento.

Passo a palavra agora para o diretor-técnico... Não. Antes, aqui – vou deixar o Dieese encerrar esta Mesa –, passo para o Flávio Werneck Meneguelli, que fala aqui representando a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Peço que coloquem também já uma cadeira aqui à minha esquerda, porque chegou o representante da Conlutas.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia aos colegas da Mesa; ao Prof. Clemente, que participou do nosso último seminário e nos abrilhantou e nos deu um pouquinho de visão além dessa fumaça e desse nevoeiro que nós estamos vivendo ultimamente, em que nós não conseguimos enxergar bem quais são as soluções para a melhoria da nossa economia, para a melhoria da nossa sociedade.

Eu gostaria de falar – serei bem sucinto, Senador – diz respeito ao equilíbrio. Nós vemos hoje, principalmente após o problema político que estamos vivendo, uma situação em que algumas falas e algumas colocações sobrepõem a economia financeira propriamente dita às necessidades da população brasileira. E nós sabemos da carência que temos em várias áreas no Brasil, e áreas importantíssimas.

Não é preciso discutir aqui que, a médio prazo, a solução para os problemas da produção no Brasil seria um grande investimento em educação, principalmente no setor técnico.

Não há como não colocar isso na mesa. Então, a médio prazo, um investimento em educação seria uma solução – foi essa a solução aplicada em todos os países que tiveram um crescimento da indústria e da produção.

Mas o que hoje temos de mais urgente, é a discussão do momento... E eu gostaria – por isso citei o Prof. Clemente – de citar um trecho de um bate-papo que tivemos cerca de seis meses atrás, quando ele nos brindou com uma palestra. Ele nos apresentou um diagnóstico mostrando quanto o Brasil estava arrecadando nos últimos dois anos e o que era feito com aquele dinheiro, ou seja, no que era aplicado o dinheiro arrecadado. Chegou-se à conclusão de que a maior parcela do que o Brasil produz e arrecada é investida, ou é colocada, juros de dívida e capital especulativo. Isso nos preocupa muito, porque alguns discursos colocam como ncipal vilão o servidor público ou outros, como a Previdência Social. Nós temos hoje um absurdo gasto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

juros e capital especulativo. E não são juros especificamente colocados para FMI etc., são bancos privados. Nós temos uma variedade muito grande de – entre aspas – "credores" nesse ponto.

E aí poderíamos discutir e colocar algumas propostas exitosas que tivemos em outros países. O nosso vizinho, o Equador, teve uma proposta exitosa nesse sentido. Houve uma renegociação, uma discussão, e, preliminarmente, foi feita uma avaliação desses valores – pode-se chamar de auditoria, mas foi feita uma avaliação desses valores – para que, depois, se renegociasse. E aí sobrou espaço naquilo que se arrecada para investimentos em educação e em saúde. É óbvio que queremos investimentos em infraestrutura, educação e saúde de qualidade.

Partindo dessa premissa, ou seja, de quanto o Brasil arrecada e de quanto dessa fatia é gasto para cada área – é a premissa adequada para se começar a discutir como vamos crescer e o que tem de ser investido ou deixar de ser investido –, passamos pelo nosso sistema tributário. Acho que é pacífico que nós precisamos de uma reforma no nosso sistema tributário, seja o sistema tributário para pessoa física, seja o sistema tributário para pessoa jurídica.

As dificuldades já foram bem colocadas aqui quanto à extrema burocracia para se abrir ou para se regularizar um negócio, e isso tem que ser atacado. Da mesma forma, nós temos que atacar a nossa progressão e o nosso pagamento, como são feitos esse pagamento e essa progressividade dos nossos impostos.

Hoje nós observamos uma classe média e uma classe recém-chegada à classe média achatadas por impostos. Ao mesmo tempo, observamos que o imposto sobre grandes fortunas nunca foi regulamentado, observamos que alguns impostos que poderiam incidir sobre o capital especulativo não caminham dentro das casas legislativas. Então, nós precisamos readequar o modelo.

E é simples a frase... Nós temos o conceito de Direito Tributário do *non olet* – não olha de onde vem o dinheiro –, mas nós temos também o conceito da progressividade. Isso, em todos os países mais desenvolvidos, nós observamos, ou seja, quem ganha mais paga um pouquinho mais. E nós não observamos isso aqui. Basta ver a nossa tabela.

Vou usar um exemplo simples, Senador, que é a nossa tabela do Imposto de Renda. Senhores, 27,5% acima de, se não me engano, R$2.700 – não me recordo o valor específico – não nos dão a progressividade de impostos necessária no País. E isso pegando um exemplo pequeno. Se levarmos para PJs e outros impostos, vamos ver que essa progressividade na aplicação dos nossos impostos é bem complicada, ao ponto de fazer um comparativo, por exemplo, com um modelo de impostos. Vou pegar um país que conheço razoavelmente, o Canadá, onde essa progressividade chega a taxar em mais de 50%, a depender da renda daquela pessoa. Em contrapartida, o Estado dá saúde e educação de qualidade. Então, temos que buscar as melhores práticas, os exemplos exitosos, para que possamos discutir da melhor forma o País.

Quanto à empregabilidade, à queda ou ao aumento do desemprego no País, como foi colocado aqui, a construção seria uma solução rápida, e há outros pontos. Mas, como eu coloquei no início aqui, acredito que não seria uma solução que resolveria o problema do Brasil em médio e longo prazo. O que nós precisamos é nos ater aos índices e mergulhar naquilo que nós podemos trabalhar para dez, quinze, vinte anos.

E aí vamos esbarrar em outro problema – e é importantíssimo esse ponto. Nós temos uma legislação eleitoral, um regime eleitoral e político muito complexo. No Brasil, de dois em dois anos há eleição. Essa reforma política seria importantíssima para o País, para que nós consigamos acabar com os resultados imediatos, porque de dois em dois anos a classe política tem que mostrar resultado e tem que angariar fundos para eleições. A classe política brasileira vive nesse ciclo de eleições de dois em dois anos, quando tem que mostrar resultados, arrecadar para campanha. Isso é extremamente nocivo para o País, porque não se consegue aplicar ou colocar em andamento propostas de longo prazo.

E aí vem o discurso, que escutamos vez ou outra, de que se gasta R$680 em média com educação no Brasil e que, se investíssemos no colégio privado, ele pegaria isso e absorveria por apenas quinhentos e poucos reais, ou seja, o valor seria menor do que no colégio público.

Vemos que esse tipo de alegação se dá em cima de um resultado imediato. E aí vem o sucateamento do serviço público e, depois, se alega que o serviço público não é um serviço de qualidade.

Então, nós temos de evoluir também, Senador, no sentido de alterar a nossa metodologia e o sistema político hoje vigente. Temos de nos debruçar sobre esse complexo de legislações acerca de eleições e da política brasileira para que possamos também conseguir, com mais tranquilidade, aplicar metodologias a médio e longo prazos no País. Se não fizermos isso, cada vez mais, vamos ter propostas imediatistas.

Encerro por aqui. O Prof. Clemente está à mesa. Eu acho que ele vai discorrer melhor sobre esses gastos ssos – acho, não, tenho certeza.

Agradeço a oportunidade, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ressalto apenas a necessidade de nós termos uma divisão tributária mais proporcional à arrecadação, ou seja, quem paga mais tem de receber mais. Tem de haver uma igualdade dentro das desigualdades tributárias de cada cidadão brasileiro e de cada indústria brasileira. Ressalto também a necessidade da reforma política, que é patente no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, que falou pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Ele falou que a saída é a educação, é o ensino técnico; falou sobre a crise política; sobre a especulação financeira; sobre o porquê de não se tributarem as grandes fortunas e as grandes heranças.

Eu me lembro que participei de um debate, se não me engano, com o Maílson da Nóbrega, e ele nos disse que não tinha muita simpatia pela tributação de grandes fortunas, mas, sim, pela tributação de grandes heranças. Ele não sabe por que no Brasil isso não aconteceu, quando se sabe que isso já existe na maioria dos países. Eu fiz a pergunta para ele, e ele respondeu com a maior tranquilidade.

A tabela do Imposto de Renda é outro problema, principalmente no que tange à sua atualização e aos limites, que não são atualizados sequer pela inflação – tu acabas, cada vez mais, tendo o teu salário corroído por essa tabela que se torna injusta.

Cumprimento você também por ter falado da reforma política, eleitoral e partidária. Eu apresentei a PEC nº 15, que tem o objetivo de convocar não uma constituinte, mas uma assembleia revisional temática só para fazer a reforma política, eleitoral e partidária. Porque este Congresso, queiramos ou não, vai fazer para ele mesmo a reforma – não adianta, é aquela história de olhar para o seu umbigo, não é?

Então, se nós convocássemos agora mesmo, em 2 de outubro, o que eu chamaria de quatro... Eu dividi por 4 os 513, o que dá em torno de 122, 123. Nós convocaríamos esses homens, de notório saber naturalmente, adotando critérios como o da ficha limpa, não ter processos e outros tantos. Eles iriam fazer a reforma política, partidária e eleitoral para, em 2018, o nosso novo marco, então, eleger outro Congresso.

Falou dos tributos, mas eu já destaquei aqui.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Paulo Barela, que aqui representa a Executiva Nacional da CSP – Conlutas.

O SR. PAULO BARELA – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, companheiros que compõem esta Mesa; bom dia aos presentes que vieram para esta audiência importante.

Apesar do esvaziamento, de não termos uma audiência cheia, o tema é extremamente importante. Nós, da CSP – Conlutas, prezamos muito esse debate, na medida em que nós vivemos uma situação de crise econômica muito forte no País combinada com uma crise política – crise pela qual há muitos anos não passava o País – que culmina neste momento com o impedimento da Presidente Dilma. Isso evidentemente ainda está em julgamento – há um processo de seis meses pela frente para confirmar isso ou não –, mas esses são elementos que apontam para uma crise bastante dura no nosso País. Essa crise, evidentemente, é fruto da crise econômica, e uma crise econômica que também não é apenas brasileira, é uma crise econômica que assola, de uma forma geral, o mundo inteiro. Como vivemos numa economia globalizada, não há como os efeitos da crise mundial não afetarem profundamente o nosso País. E, de fato, neste momento, ela está fazendo estragos bastante profundos.

Nós estamos aqui nesta Mesa mais para apresentar os elementos políticos da saída que nós entendemos serem necessários para a crise que vivemos. E não só para a crise atual: digamos que para a crise cíclica do capital de uma forma geral.

Nós, da CSP – Conlutas, e as organizações que a compõem, buscamos construir uma alternativa para o Brasil e para o mundo, que é uma sociedade com menos desigualdades. A sociedade que vivemos é controlada por aqueles que detêm o controle da riqueza e que impõem suas medidas, seus programas, seus planos econômicos para o conjunto da classe trabalhadora, que, em geral, é o setor chamado a pagar pelas crises que o sistema capitalista vive ciclicamente – neste momento, com uma crise que já vem desde 2012, por aí; mais profundamente nesse período mais recente, mas que começou no final de 2007, em 2008, e seguiu se avolumando.

As medidas que têm sido implementadas pelo capital não conseguem resolver o problema da crise econômica mundial. Os crescimentos são pífios. Mesmo países importantes que conduzem a política mundial, como os Estados Unidos e a China, por exemplo, ou mesmo a Inglaterra e a Alemanha, na Europa, não conseguem ter um desenvolvimento e uma produção industrial a ponto de resolver o problema da crise que nós vivemos hoje. E os países que compõem a Zona do Euro vivem situações ainda mais dramáticas, com boa parte deles em déficits... Déficits todos têm, mas com PIBs negativos, com crescimento econômico pífio – naqueles em que ainda há algum crescimento –, a maioria em recessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Embora a economia mundial, na média, tenha tido um crescimento no último período, ele não foi suficiente para abater o déficit acumulado ao longo dos últimos anos ou, pelo menos, os desta última década.

Então, nós entendemos que apenas trabalhar com os números... Os números podem mostrar muitas coisas, mas eles são manipuláveis, eles são utilizados na medida em que você pretende impor sua política. Certamente, o Temer, agora, deve trabalhar com o Henrique Meirelles para contradizer, talvez, os números elaborados pelo Governo da Dilma ou do Lula para poder aplicar um plano econômico que justifique o fato de ele estar na Presidência da República neste momento. É bem provável que isso aconteça. E os técnicos, em geral, estão a serviço... Não estou dizendo aqui que as elaborações técnicas não sejam benfeitas. O problema é que há sempre uma forma de conduzir para o interesse daquele que está no poder no momento.

Então, achamos que a geração de renda é muito mais política, depende de muito mais medidas e ações políticas do que de medidas no terreno econômico propriamente dito. É preciso que tenhamos a compreensão da crise que vivemos e que entendamos, inclusive, quem são os principais penalizados com a crise que vivemos.

Então, para nós da CSP – Conlutas, o primeiro passo, tendo total acordo com o companheiro Flávio, que me antecedeu, é a suspensão do pagamento da dívida pública, porque ela representa um gasto orçamentário da ordem de 47%, de quase 50% do Orçamento da União. Isso significa o quê? E aqui estou falando da União, sem contar os Estados e os Municípios, que vivem asfixiados também pelas dívidas. Isso significa o quê? É como se o trabalhador que tem sua família comprometesse 50% da sua renda familiar com o pagamento de agiotas. E, além disso, nem é só o problema de que a dívida consome 50% do Orçamento, mas é que a dívida é completamente injusta. Se levantarmos isso a fundo, como a Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, tem colocado, em geral, vai se comprovar que, primeiro, não foi o povo pobre trabalhador que auferiu essa dívida e que, segundo, ela é fruto de juros sobre juros sobre juros sobre juros, o que leva à situação que estamos vivendo agora.

Então, o primeiro passo, no nosso entendimento, é fazer a suspensão da dívida pública e canalizar esses recursos para investir em áreas sociais. E, para não se dizer que a gente estaria tomando uma medida autoritária, seria feita uma auditoria, para verificar se, de fato, deve ou não deve fazer isso. Aliás, há projetos aí que passaram e que, infelizmente, a Presidente Dilma vetou. São coisas que vamos ter de rever, mas entendemos que o primeiro passo seria esse. Seria tomada uma medida política que significaria a suspensão do pagamento da dívida pública, o que abriria o caixa em mais de 50%.

É preciso também compreender que as desigualdades sociais do nosso País impõem que quem tem mais tem de pagar mais. Então, a taxação, por exemplo, sobre as grandes fortunas, sobre as grandes empresas e conglomerados, sobretudo os bancos e aquelas organizações internacionais e multinacionais etc., deve ser uma medida também a ser tomada. É preciso haver a taxação das grandes fortunas, porque quem tem mais vai ter de pagar pela crise, e não o contrário, como acontece hoje.

Nós entendemos também que isso tem de estar combinado com a geração de emprego. Os recursos precisam ser investidos em crescimento de emprego, em geração de emprego, e, para isso, nós entendemos que o nosso País precisa realizar um plano de obras públicas importante.

Nós temos carência de escolas, de universidades. Aliás, a política de repasse de recursos públicos para a universidade privada, para tentar colocar o trabalhador ou o filho do trabalhador na universidade, é um erro. Nós precisamos é investir nas universidades públicas, nas escolas públicas, nas escolas técnicas.

Então, nós achamos que é preciso haver um plano de obras públicas importante que vá gerar emprego, que vá apontar uma saída para atender às necessidades básicas da população. Portanto, investimento em escolas e universidades, construção de moradias populares.

Não tenho os números aqui, mas certamente quem trabalha com eles sabe que um dos maiores déficits sociais que existem no País é o problema da moradia. Quem anda na cidade de São Paulo, por exemplo – provavelmente o Senador anda por lá com frequência –, verifica isso. É cada vez maior número de pessoas que dorme nas ruas, é uma coisa impressionante!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BARELA – Nós precisamos, então, ter uma política para a construção de casas populares para resolver o déficit de moradias, para acomodar a população que vive nas ruas ou que vive em condições miseráveis nas favelas, nas periferias das grandes cidades.

É preciso que tenhamos uma linha para instrumentalizar todo o sistema de portos, aeroportos, escoamento viário sob controle do Estado. Não como está sendo feito agora, no sentido contrário, quando se entrega para a iniciativa privada o controle de portos e aeroportos. Nós entendemos que isso tem que estar na mão estatal, inclusive para baratear os custos, para que haja controle obsessivo sobre isso, inclusive porque todo sistema de corrupção passa muito por essas coisas. O sistema de privatização que ocorreu no nosso País desde Fernando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Henrique Cardoso, mas que também passou por Lula e, mais profundamente, por Dilma agora, recentemente, leva a esse tipo de situação também, ao acúmulo de casos de corrupção e tudo mais.

Nós achamos que é necessário um sistema de vias, construção de estradas, que é uma necessidade do País, mas, para além disso, construção de trilhos, um sistema viário sobre trilhos, que é muito mais barato. Esses recursos que nós pegaríamos a partir do não pagamento da dívida pública, poderiam, por exemplo, ser utilizados para isso.

Estou falando aqui de questões que são as mais caras para aqueles que estão fora da sociedade do ponto de vista da integração, de se utilizar dos benefícios que o Estado poderia dar. Então, é preciso haver uma política aí.

É preciso construir e desenvolver a reforma agrária, que, lamentavelmente, foi um dos piores legados que deixou o Governo Dilma. Foi o período de pior índice de assentados que nós tivemos na história do País. Isso é lamentável, nós precisamos rever esse déficit.

Não podemos ter uma linha como a que existe hoje, que é a do investimento no agronegócio, que destrói as plantações, que destrói a terra e não produz para a população pobre, que precisa do seu alimento. Hoje se prioriza a produção da cana e a produção de soja em detrimento da produção agrofamiliar, que vai produzir o alimento que é preciso colocar nas mesas da população nas grandes cidades, sobretudo daqueles que dependem de salário. Então, precisamos rever isso. A reforma agrária é uma necessidade e está incluída também nesse processo de inclusão social.

Mas também a reforma urbana é necessária, é preciso redimensionar e repensar as grandes cidades do País, que não podem ser esse aglomerado de gente na periferia, em situações extremamente precárias, e grandes lotes de apartamentos e condomínios de luxo que vivem cercados e controlados por sistemas de segurança. Nós precisamos rever isso.

Eu entendo também, como o Flávio, que é preciso haver uma reforma política sim, mas uma reforma política que significasse, por exemplo, eliminar o financiamento privado; que fosse proibido o investimento privado em candidaturas; que isso fosse investimento público – só por aí, o financiamento teria de ser público.

Mais que isso: nós entendemos que tem de haver direitos iguais de apresentação em rádio e TV nas disputas, como é na França por exemplo. Não importa que haja 30, 50, 100 Parlamentares no Congresso francês: qualquer partido que tenha a condição de se cacifar de acordo com a legislação para ter uma candidatura a Presidente, por exemplo, ou a Deputado ou a Senador, tem direito igual ao dos demais partidos. Aqui no Brasil, há partidos que são completamente excluídos; ninguém sabe, inclusive, que existem. Por quê? Porque não aparecem na televisão, porque não aparecem no rádio, porque não vão para debates, porque não interessa, inclusive para as oligarquias dominantes, que isso aconteça. Então, esse tema é um tema caro.

Agora, nós não achamos... Eu acho até que outro elemento para arrolar aqui é o que nós estamos vendo hoje, aquele festival de horrores ocorrido na Câmara. Com certeza, o Senador Paim está de acordo comigo quanto àquele festival de horrores que nós vimos na sessão do *impeachment* na Câmara: foi um absurdo! Quem elege os Deputados, os Senadores, os governadores e os prefeitos...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BARELA – ... é o povo, na sua maioria os trabalhadores! E os agradecimentos, para fazer uma farsa como toda aquela que estava lá, eram para a mãe, para o pai, para o tio, para o avô, para o cachorro... Uma coisa absurda! É lamentável um País que é a sétima ou a oitava economia mundial ter Parlamentares desse naipe. Mas isso tem que ver com esse sistema político que nós vivemos no País. Então, é preciso, de fato, uma reforma.

Agora, para terminar, Senador – e agradeço sua generosidade com meu tempo –, isso não vai ser feito com essa turma que aí está. Nós não podemos ter nenhuma ilusão com essa turma que aí está no Congresso, excetuando-se, evidentemente, honrosas representações, como é o caso do Paulo Paim, como eu poderia dizer também dos companheiros do PSOL. Enfim, lamentavelmente, não vai ser com esse Congresso que nós vamos fazer isso.

Então, nós entendemos que essa saída não é uma saída para ser decidida através de legislação ou através do Congresso Nacional, mas, sim, através da mobilização da classe trabalhadora, das organizações da classe trabalhadora.

Por isso, eu quero fechar esta intervenção aqui, Senador, chamando as centrais sindicais de todo o Brasil – a CUT, a CTB, a CSB, que está aqui, CGTB, Força Sindical – a buscarem construir uma unidade para enfrentar a crise que está aí. E é necessário que se construa hoje no Brasil uma organização pela base para, aí, avançar com uma greve geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aí, sim, nós vamos ter condição de sentar à mesa com qualquer um para dizer o que nós queremos fazer, para pressionar quem tem o controle do capital neste País. É isso que nós precisamos fazer. Não há outro jeito para resolver esse problema. Se formos depender de leis vindas deste Congresso Nacional, a situação vai permanecer do jeito que está, porque quem financia os Deputados e os Senadores são aqueles que controlam a riqueza, eles os financiam para que sejam seus serviçais dentro do Congresso para que continuem ganhando e enriquecendo. Essa é a realidade.

Então, nós queremos chamar à responsabilidade as centrais para construírem a mobilização da classe trabalhadora, para construírem uma greve geral, para construírem mobilização e enfrentamento para alcançar esse plano que, nós achamos, pode resolver as necessidades básicas da classe trabalhadora, do povo pobre e daqueles que são oprimidos neste País.

Muito obrigado pelo espaço, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Paulo Barela, membro da Executiva Nacional da CSP – Conlutas, que falou sobre inúmeras questões, como, por exemplo, que a saída é política; falou da dívida pública, que acaba gastando mais de 50% do Orçamento, e que tem que haver uma auditoria; de um plano de obras públicas; da volta do sistema, ou do avançar do sistema, sobre trilhos; da reforma política, com a qual também concordo e tenho defendido muito.

Temos, de fato, que fazer uma reforma política, mas não é com este Congresso nem com o Congresso Nacional eleito em 2018 – se não tivermos uma reforma política antes –, porque eles vão olhar para o seu umbigo e vai acontecer o que acontece hoje. Não é só pelo resultado, não é querer falar sobre este ou aquele resultado, não é pontual, é sobre o Congresso que está aí. Por isso, a reforma política nunca saiu. Enfim, vamos torcer para que aconteça de fato, inclusive fazendo com que passe por um plebiscito o resultado da elaboração de uma constituinte temática exclusiva, como eu chamaria.

Muito bem, agora vamos ao Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sr. Clemente Ganz Lúcio.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Bom dia, Senador Paim – obrigado pelo convite ao Dieese –, centrais sindicais, entidades empresariais aqui presentes – é um prazer estar aqui também compartilhando esta Mesa com o José Velloso; o Luís Fernando, da CBIC; o Calixto, da Nova Central; o Flávio, da CSB; e o Barela, da CSP-Conlutas –, ouvintes, telespectadores que nos acompanham neste debate.

Eu queria iniciar refletindo um pouco sobre o diagnóstico do problema e tentar identificar algumas diretrizes para enfrentar o problema do crescimento e, no caso, da geração de emprego.

Nós entendemos que a nossa tarefa é organizar a economia para gerar bem-estar e qualidade de vida para todos, esse é o fundamento da nossa concepção de desenvolvimento econômico. E nós entendemos que um ativo estruturante dessa estratégia é a geração de emprego e a sua sustentação.

Quando uma economia apresenta o que ela apresenta agora, que é um ritmo numa intensidade extremamente elevada de destruição de postos de trabalho, ela, na verdade, manifesta um grave problema, manifesta uma grave dificuldade de sustentar uma dinâmica econômica capaz de gerar bem-estar e qualidade de vida para todos.

É importante que consigamos entender por que isso acontece para que possamos identificar quais são as estratégias que poderiam colocar o País numa trajetória de retomada do crescimento.

O destaque, talvez, desse diagnóstico é que fizemos no País um processo de pisar no freio, pisar em vários freios ao mesmo tempo, talvez desconsiderando que um grave freio tinha sido acionado na economia do mundo desde meados da década passada, mais gravemente apertado em 2008 e, desde então, a economia mundial sofre para tentar tirar a pressão sobre o freio, mas não consegue fazê-lo. Portanto, nós temos uma restrição mundial muito grave ao crescimento, e não é uma restrição conjuntural, é uma restrição estrutural, uma restrição que o capitalismo vive e não sabe como se desfazer dela neste momento.

Sobre essa restrição, internamente, colocamos vários freios simultaneamente na economia interna, o que leva à situação de uma desaceleração econômica, que foi violentamente travada por uma crise política sem precedentes. A crise política é como uma puxada de freio de mão, e a economia dá o cavalo de pau final. O que nós estamos vivendo neste último ano e meio é quase que uma passagem do estado de recessão para um estado de depressão econômica, sem sinalização nenhuma de saída política para a crise econômica. De outro lado, os freios acionados na economia impedem que a saída econômica gere folga política, e nós temos uma imbricação entre crise econômica e crise política sem perspectiva de saída no curto prazo.

Se nós olharmos para a história, nós poderemos identificar que todas as economias acham uma saída para suas crises, a história do capitalismo mostra que ele acha saída para as crises. Infelizmente, essas saídas [illegible] um custo social muito elevado. O custo social vivido pelas respectivas sociedades é manifestado através [illegible] uma taxa de desemprego alta, que desmobiliza uma série de ativos que foram construídos ao longo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tempo em cada uma das sociedades em relação ao bem-estar e à qualidade de vida. A destruição dos postos de trabalho, na verdade, é a destruição do ativo que permite ao trabalhador a construção, para ele e sua família, de um conjunto de elementos básicos para financiar o bem-estar e a qualidade de vida no âmbito privado. O crescimento econômico gera a capacidade fiscal para os Estados gerarem os bens públicos que geram bem-estar e qualidade de vida para todos. Então, temos neste momento uma situação de travamento econômico estrutural, que exigirá de toda a sociedade escolhas que não são simples.

A partir desse diagnóstico, as centrais sindicais, no final do ano passado, em novembro, tomaram uma decisão – seis centrais sindicais: a CSB e a Nova Central, que estão nesta mesa, a CUT, a Nova Central, a Força Sindical, a UGT e a CTB.

Essas seis centrais sindicais, que hoje participam dos espaços institucionais formais, demandaram ao Dieese um apoio para construir uma interlocução com o setor empresarial produtivo visando identificar se haveria algum espaço de convergência no sentido do enfrentamento da crise.

Foram 15 dias de conversas e diálogos entre as centrais sindicais. Várias entidades empresariais – inclusive a CBIC e a Abimaq, que fazem parte desta Mesa – participaram desse diálogo e se construiu um documento chamado Compromisso pelo Desenvolvimento. Esse Compromisso foi lançado no dia 3 de dezembro e dele consta um objetivo, que é a retomada e a sustentação, ou uma transição para a retomada, do crescimento econômico.

A construção dessa estratégia de retomada do crescimento econômico passaria por sete diretrizes básicas, que foram as que o Calixto apresentou no início da sua exposição, sete diretrizes para a retomada do crescimento. São sete diretrizes que vêm da convergência entre o setor empresarial e o setor sindical – parte do setor empresarial e parte do setor sindical –, que entendem que existem perspectivas claras para retomada do crescimento econômico se tivermos iniciativas como as que o Calixto já resgatou e que vários, tanto o Luís quanto o José Velloso, destacaram – depois, o Flávio e o próprio Barela retomaram outros aspectos que fazem parte também dessas mesmas diretrizes.

O que é importante compreendermos, talvez para que tenhamos clareza sobre o papel de um espaço de negociação como esse que realizamos entre capital e trabalho, no âmbito da representação empresarial do setor produtivo e das centrais sindicais, é que, primeiro, precisamos construir um entendimento sobre desenvolvimento produtivo, e isso significa claramente que a sociedade brasileira tem que colocar limites à dimensão financeira do nosso desenvolvimento. É urgente e necessário um tratamento adequado da dívida pública, não só no seu montante, mas principalmente no custo da dívida.

Somos um país que remunera de forma extorsiva aqueles que financiam o Estado brasileiro por meio da dívida pública, extorsiva porque não há sociedade que seja capaz de transferir o volume de recursos que nós transferimos sob a forma de juros, motivo pelo qual o Barela, de forma bastante adequada, diz que é preciso uma auditoria. Não existe, em relação a essa dívida, uma contrapartida de capacidade produtiva.

Quando um Estado se endivida e toma empréstimo da sociedade, ele toma esse empréstimo para construir ativos que gerem a ampliação da capacidade produtiva dessa sociedade. Ampliando a capacidade produtiva, o Estado arrecada mais impostos e pode ressarcir aqueles que emprestaram. Nós temos um problema estrutural em relação à dívida pública, porque ela, hoje, transfere um volume de recursos que impede que o Estado brasileiro tenha capacidade fiscal de fazer parte daquilo que é necessário – aquilo que foi destacado aqui, especialmente algo que seja convergente do ponto de vista da prioridade, que é o investimento, especialmente o investimento em infraestrutura econômica e social.

Mas nós também precisamos olhar para uma regulação que seja capaz de oferecer crédito ao investimento e ao consumo. Nós somos um país esquisito, Paim, um país no qual a propaganda deveria ser "pague dois e leve um". Nós somos um dos poucos países capazes de oferecer uma grande oportunidade de negócio na qual o consumidor não sabe que ele paga dois produtos e leva um. Bom, essa estratégia de financiamento do consumo, evidentemente, inibe a capacidade de consumo de uma sociedade que tem carências enormes e que, por meio do seu salário e do seu trabalho, teria capacidade de estruturar outra estratégia de financiamento com o rebatimento sobre o setor produtivo, porque aumentaria a demanda e, portanto, a oferta que o setor produtivo poderia fazer.

Nós temos um setor financeiro que oferece crédito ao setor produtivo com taxas também extorsivas. Portanto, não é só o consumidor final: também o empresário que quer investir paga taxas extremamente elevadas, seja para capital de giro, seja para investimento.

Para enfrentar isso, nós fortalecemos o BNDES para tentar oferecer uma alternativa ao setor empresarial. E o setor financeiro reclama que o BNDES oferece crédito em condições mais vantajosas ao setor privado. Se não tivéssemos isso, talvez não teríamos nem um pedacinho da indústria que ainda resta, por exemplo.

Então, ou fazemos um enfrentamento estrutural – capital e trabalho – em relação ao setor financeiro, ou não teremos chances de colocar a nossa economia com base em uma estratégia produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E por que é importante uma estratégia produtiva, Paim? Porque esta economia, como disse o Barela, é a sexta, sétima, oitava maior economia do Planeta. Nós somos um dos países que têm no seu território os mais diversificados ativos naturais para o desenvolvimento da base produtiva. Temos um continente como base territorial. Temos 200 milhões de brasileiros que precisam, pela desigualdade criada, de uma oportunidade para fazer do seu consumo a base do nosso desenvolvimento produtivo. Temos carência em infraestrutura em todas as áreas, o que abre uma frente de expansão produtiva no setor da construção e de tudo aquilo que o Calixto levantou de base de produção para essa economia fantástica. Temos ativos naturais que permitem a este País oferecer para o mundo uma base produtiva ecologicamente sustentável. Temos ciência, temos tecnologia, temos universidades. Nós temos inúmeros ativos que fazem do Brasil um país com capacidade enorme de fazer a sua base de desenvolvimento estar assentada sobre uma base produtiva. Temos capacidade política de transformar a nossa desigualdade em uma oportunidade, por tudo aquilo que essa desigualdade gera de possibilidades de mudança. E, nesses últimos 10, 15 anos, nós vimos a força, os impactos que pequenas ações têm sobre a capacidade de consumo da sociedade.

O Bolsa Família, talvez, seja o exemplo mais simples de quanto uma pequena quantidade de reais colocada nas mãos dos mais pobres engendra de capacidade de consumo e de capacidade produtiva. Não foi à toa que as Regiões Norte e Nordeste tiveram as maiores taxas de crescimento no setor de comércio e serviços. Não foi à toa que as empresas multinacionais montaram estratégias específicas de *marketing* para atender a demanda dessa população. Isso aconteceu porque essa população passou a consumir, e cada real na mão dessas pessoas se transforma em um real de consumo, em um real de demanda.

É radicalmente diferente das transferências extorsivas feitas pelo setor financeiro para os rentistas. Cada real transferido para essa população é esterilizado na economia interna ou externamente, e parte dela de forma ilegal – como as denúncias, inúmeras, vistas no Planeta todo, sobre os trilhões depositados de forma ilegal nos paraísos fiscais.

(Soa a campainha.)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Se nós queremos ter uma estratégia de desenvolvimento econômico, precisamos nos pôr de acordo sobre algumas coisas, e uma delas é que precisamos ter capacidade de financiamento de uma base de expansão produtiva.

Investimento é estruturalmente mobilizado pelo recurso público. Não há experiência no capitalismo que demonstre que as sociedades fizeram investimento – investimento produtivo, como o Luís Fernando e o próprio Velloso destacaram – sem que o Estado tivesse uma iniciativa determinante.

O investimento do capital privado vem associado ao investimento público. Por isso, é fundamental que uma reorganização fiscal ofereça ao Estado brasileiro condições de fazer investimentos em infraestrutura social e econômica de maneira permanente, que tenhamos esse investimento mobilizado, com a participação do capital privado, que tenhamos formas de regulação do interesse público sobre todos esses investimentos. Isso é determinante.

As duas últimas dimensões que considero fundamental destacar neste debate é que nós não podemos cair numa falsa dicotomia de que não temos mais necessidade, nem temos mais o *driver* do consumo interno como dinamizador da nossa economia.

Primeiro, essa história de que a economia brasileira é uma economia de serviços é uma grande balela. Não há nenhum serviço que não tenha uma base material que o sustente. Todos os serviços, sem exceção, são serviços assentados sobre uma base material. E quem domina a base material, o conhecimento, a tecnologia dessa base material é quem domina o serviço.

Portanto, se nós temos uma economia que se expande em serviço... E é verdade: 80% a 85% da população já vive na cidade, em espaço urbano. O espaço urbano é um espaço de crescimento enorme de serviço. Tudo isso é verdade.

As economias que crescem com serviço com incremento de produtividade são as economias que dominam a base de produção material, o que significa indústria – indústria na agricultura, indústria no comércio, indústria no serviço, indústria no setor público.

Portanto, essa dicotomia entre indústria e serviço e entre indústria e agricultura é uma dicotomia que não nos ajuda a entender o que está acontecendo. E querem nos enganar dizendo que o serviço é algo dissociado, mas não é. Portanto, uma economia do tamanho da do Brasil precisa ter uma indústria dinâmica, capaz de articular com o setor de serviço e com o incremento de produtividade. Essa indústria passará a fazer isso, se tiver manda. E demanda significa emprego e salário e população com capacidade de consumir. E essa população n uma demanda enorme de consumo, porque há déficits estruturais. O Luís levantou um, que é a habitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ora, é evidente que a habitação é um grande espaço de incremento, que traz sobre ela uma série de serviços públicos. Mas tudo isso precisa ter renda, emprego.

A terceira dimensão, que é fundamental e de que não podemos nos esquecer, é que quem faz a demanda e a sustenta, em grande medida, é o próprio setor público, seja consumindo aquilo que consome por operar, seja garantindo os investimentos. Não há empresário no mundo que invista se não houver demanda.

Ora, se nós temos como estratégia destruir a demanda, estamos destruindo a confiança do setor empresarial para investir.

Além das regras que todos falam, além da segurança jurídica, que é tudo perfeito do ponto de vista do nosso debate, muitas vezes nós nos esquecemos de dizer que o estruturante de tudo isso é a demanda. E a demanda se chama emprego, chama-se capacidade fiscal do Estado em investir, chama-se capacidade fiscal do Estado em sustentar políticas públicas, porque parte dos empregos é financiado pelo setor público e garante serviços com empregos públicos.

Então, a sustentação da demanda é fundamental. E nós, muitas vezes, nos esquecemos de fazer essa dimensão.

E, por fim, a retomada do emprego exige de todos nós um entendimento de que o emprego será gerado se tivermos perspectivas de média e longo prazo para a economia. Essas perspectivas significam regras claras, regras pactuadas na sociedade...

(Soa a campainha.)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – ... e regras que permitam promover essas dimensões simultaneamente.

O que nós estamos vivendo, e talvez a experiência de novembro e dezembro mostre isto, é que, se nós continuarmos interditando o debate sobre as difíceis escolhas que precisamos fazer na sociedade brasileira, poderemos alongar a crise política. E essa crise política tem bases econômicas reais. Uma delas é que a sociedade brasileira, sem saber, revela que não conseguirá mantendo o nível de transferência da sua base produtiva para uma parcela muito pequena da sociedade. Sociedades como a nossa precisam ter muito mais equidade tributária, e é impossível manter uma equidade tributária se o Estado brasileiro é obrigado a arrecadar de forma violenta e transferir de forma iníqua o que transfere de riqueza gerada na base produtiva para um conjunto muito pequeno de pessoas que vivem com uma renda extorsiva sobre essa base de riqueza.

Nós precisamos nos reorganizar. Não é simples. Países que enfrentaram o problema da dívida pública como a nossa o fizeram depois de duas grandes guerras no mundo: a Primeira e a Segunda. Depois da Segunda Guerra, nós não tivemos nenhuma experiência, em nenhum país do mundo, que enfrentasse o problema de dívida pública como nós temos de forma pacífica.

O livro do Piketty, recentemente lançado, na verdade é um livro que ganha a importância que ganhou, por um lado, porque destaca a grave desigualdade que existe nas economias desenvolvidas. E o que é dramático nas conclusões que poucos destacam é que ele vai, novamente, tentar demonstrar que as sociedades não conseguem enfrentar o problema das suas dívidas públicas. E, no caso brasileiro, nós conseguimos, Paim, diferentemente de outros países, criar mecanismos extremamente sofisticados de defesa da remuneração da dívida pública. Nós somos um dos poucos países que remuneram a aplicação no *overnight* com taxas de juros superiores a taxas de juros de longo prazo. Ninguém ganha com tanta facilidade tanto dinheiro como aqui, porque nós criamos mecanismos poderosos dos rentistas em relação à dívida pública. Isso exigirá, do Congresso Nacional, da Presidência, dos governadores, dos prefeitos, das classes políticas, do setor empresarial, entendimentos muito difíceis de serem realizados. Caso contrário, o que nós observaremos no nosso debate público é que os cortes no orçamento, que os ajustes fiscais que se realizam no orçamento público são cortes e ajustes os mais perversos para a estratégia de crescimento.

O nosso primeiro corte foi um violento corte no investimento, que é o corte mais estúpido que pode existir. É pior do que cortar em saúde e em educação, porque o corte do investimento significa que você está dizendo, no segundo momento, que você cortará em saúde e em educação de forma estrutural. É por isto que ele é estúpido, porque inviabiliza a capacidade de o Estado financiar a saúde e a educação. Você corta saúde e educação sem dizer para a sociedade que está inviabilizando a capacidade do Estado de financiar saúde e educação.

E a segunda parte do corte que é feito, que é o que nós já vamos começar a viver, é o resultado desse processo naquilo que fora apresentado nos gráficos: a abrupta queda na receita, que levará o debate público novamente a cortar salário de servidor, saúde, educação e Previdência, porque são as quatro maiores contas depois do gasto com juro. Mas ninguém discute. Aliás, é um pressuposto de que tudo isso será feito para garantir o pagamento regular e diário do custo da dívida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Essa mudança é uma mudança política. Por que as centrais procuraram o setor empresarial? Porque nós acreditamos que capital e trabalho podem fazer escolhas diferentes. Não serão fáceis, mas, se nós não tivermos algum nível de aliança, nós não conseguiremos fazer essas mudanças. Talvez morramos juntos, mas precisamos tomar decisões mais rápidas. E, sem dúvida, aqui, nesta Casa, no Senado e na Câmara, esse debate tem que repercutir com medidas capazes de dar sustentação política a muitas dessas iniciativas, sem as quais nós não sustentaremos o crescimento. Sem crescimento, não teremos emprego; sem emprego, estaremos fadados a permanecer nessa iniquidade e, provavelmente, mantendo as desigualdades, de forma dramática, presentes em nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Clemente Ganz Lúcio, Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o nosso querido Dieese!

Eu não vou tentar sintetizar porque não vou conseguir, pelo brilhantismo da sua palestra, mas vou fazer um apelo muito grande para você nos deixar por escrito aqui todas as ponderações, as sugestões, inclusive esses sete pontos que o Calixto também falou e você enfatizou. Seria muito importante.

Veio aqui, pelo celular, na hora em que eu estava atendendo, uma sugestão para nós pedirmos uma auditoria da dívida pública para sabermos exatamente como nós estamos e por que estamos nessa situação, já que aqui diversos painelistas falaram da questão da dívida pública.

Eu quero cumprimentar todos pela forma equilibrada, tranquila como aqui colocaram o assunto. Confesso que fiquei um minuto aqui no telefone e percebi – não sei por que – que parece que não gostamos de um debate qualificado, que gostamos quando é agitação, quando é xingação. Houve um momento em que a TV saiu do ar, e eu não quis saber por que saiu do ar. Será que não aceitam um debate qualificado como este, no qual empresários e representantes de trabalhadores e do Dieese falam com a sociedade brasileira da importância de encontrar saídas para a crise? Não entendi. Foi a primeira vez que aconteceu na segunda-feira pela manhã.

Eu reclamei mesmo. Todo mundo sabe que eu sou muito franco e que falo aquilo que penso. Acho um absurdo! Acho que é um desrespeito para com esta Comissão e com o próprio povo brasileiro a atitude tomada, não sei porque, mas voltou depois. Pelo menos, quero acreditar que voltou. É lamentável que questões como esta aconteçam aqui, no Senado.

Não deixa de ser uma discriminação com a Comissão, porque aqui tratamos de direitos humanos, e muito pouca gente pensa em direitos humanos. Mas eu estou muito feliz aqui com os meus convidados, pela forma equilibrada e tranquila com que provocaram o debate.

Ainda vou, como sempre faço, perguntar ao plenário se alguém, se algum convidado quer fazer alguma consideração; se não, voltamos para a Mesa para as considerações finais.

Mas fica aqui a minha indignação. Claro que eu vou ver porque isso aconteceu. E foi em um momento de mais brilho desta Comissão, de um tema como este. Ninguém estava discutindo aqui se há *impeachment*, se não há *impeachment*, se há golpe de um lado, se há golpe do outro, quem dá o golpe, quem não dá; nós estamos discutindo saídas para a economia. Quem pode explicar – não sei se é a Virgínia ou quem é – porque simplesmente tirou do ar?

Eu pedi uma reunião ao meio-dia e espero que a façamos, porque eu sou, nesta Casa, o Senador que mais colabora com os funcionários, de ponta a ponta, inclusive com o sistema de comunicação daqui, do Senado, e vocês sabem disso.

Segunda-feira, pela manhã – é tradicional, eu estou nesta Comissão há mais de dois anos –, a reunião sempre começa entre 9h e 9h30, e a transmissão é direta. Não foi do tempo, mas houve um corte aqui, e eu queria saber por que houve o corte. Se foi um erro técnico, eu entendo, mas, se for político, é lamentável, porque é uma discriminação e um desrespeito para com os convidados desta Comissão.

Pergunto se, do plenário, alguém gostaria de fazer alguma colocação.

O SR. ERNESTO PEREIRA – Eu quero.

Meu nome é Ernesto e sou assessor da Presidência da CSB.

A crise é permanente. Se observarmos as propostas que estão sendo feitas neste momento para solucioná-la, ela vai continuar por muitos anos. Infelizmente, esse é um diagnóstico que eu coloco com muito propriedade, porque se algumas caixas-pretas não forem abertas, ela vai continuar. A primeira é a da dívida pública. São um verdadeiro assalto, uma verdadeira extorsão ao Estado brasileiro, à população, os níveis de remuneração desta dívida. Se for feita uma auditoria sobre ela, ela não se sustenta. Quem perde com isso? A Nação. Perde o setor produtivo, que está morrendo, perdem os trabalhadores... O setor produtivo vem pra cima dos trabalhadores querendo acabar com os direitos sociais, achando que é isso que vai gerar emprego e renda no País, mas, na realidade, isso não acontece... Ou seja, o setor financeiro é muito ardil. Ele joga muito, quer dizer, joga para matar, e joga para matar o setor produtivo e os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A quem interessa que o setor produtivo funcione com toda a propriedade? Aos trabalhadores e, evidentemente, aos setores produtivos, que alimentam o Estado para que ele transforme isso em bem-estar social. Estamos, na realidade, jogando uns contra os outros porque... E é o setor produtivo nacional.

Se formos fazer um estudo, hoje, no setor produtivo brasileiro, sobre quem detém maior parte do setor produtivo, se são as multinacionais ou o setor produtivo nacional, o setor produtivo nacional está morrendo. A relação do setor produtivo nacional com o capital estrangeiro está entre a corda e o enforcado. O setor produtivo nacional é o enforcado, e já deve ter percebido isso. Evidentemente, não estamos falando aqui contra os investimentos estrangeiros, mas é uma falácia também dizer que os investimentos estrangeiros, que o capital especulativo vai gerar produção, vai gerar renda no País. Isso não é verdade. Está rolando há mais de 30 anos e não se consuma. Isso é irreal. Outra coisa, dizer que ele vai se desenvolver sem observar a demanda da sua população, do seu povo, também não vai se resolver. Evidentemente, tem que haver construção no mercado interno.

Qual é a grande briga, hoje, no capitalismo mundial? É pelos mercados. E o nosso é muito cobiçado. Será que o setor produtivo ainda não percebeu que o nosso é cobiçado pelo capital estrangeiro, pelos chineses, pelos americanos, pelos franceses? Ou seja, essa é uma discussão que está colocada na ordem do dia. A crise do capitalismo é mundial. O capitalismo não sobrevive mais sem o Estado. Ou sobrevive? Nem nos Estados Unidos sobreviveu! Em 2008, teve que ter dinheiro do Estado para poder sobreviver. Ou será que ninguém está vendo isso?

Então, essa discussão sobre a dívida pública é uma discussão proibida no Brasil. É proibida, e não sei por quê. Enquanto ela não for enfrentada, vamos continuar, na linguagem popular da fábrica, levando ferro porque é o que acontece. O Estado quebra! O Estado brasileiro, como estão querendo colocar, não é grande. É pequeno. A nossa necessidade de mais professores, mais médicos, ou seja, de mais bem-estar para a população é cada vez maior, a partir do momento que a população cresce. Se é assim, como ainda vão cortar, vão fazer um trabalho inverso de cortar direitos, de cortar bem-estar social? Ou seja, essa questão da dívida...

Outra caixa-preta é a remessa de lucros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Resta um minuto.

O SR. ERNESTO PEREIRA – Acho que o Dieese precisa ver como nos apresenta, como é essa questão da remessa de lucro. Outra, evidentemente, é a reforma tributária. Agora, reforma tributária para rico e para quem tem mais pagar imposto. Acho que o setor produtivo precisa ser desonerado, aliás, precisa ser protegido. O nosso setor produtivo nacional precisa ser produtivo nacional, porque não há condições de luta de igualdade com o setor produtivo estrangeiro. Então, ele tem que ter um nível de proteção. É evidente.

Sem observar essas três questões, não conseguiremos sair dessa crise. Ela vai ser permanente. Ela vem e volta: ela dá um arrocho, aperta, damos uma segurada e ela volta de novo. Ou seja, não tem solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só vou ter que encerrar porque são cinco minutos para cada um. De minha parte, não tem censura. Se tiver censura, é da parte daquele aparelho que corta de vez em quando, mas de minha parte não há. Aqui, não tinha também. Eu não sei... Será que foi... Não vão querer que eu culpe o novo Vice-Presidente. Eu não farei isso. Não vou achar que ele falou "olha, censura, de hoje em diante, a TV do Senado nas audiências". Não farei isso porque seria desonesto de minha parte. Isso deve ter sido algum problema interno.

Mais algum convidado?

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Eu gostaria.

Na exposição do Sr. José Velloso, ele colocou como um dos pontos a questão dos juros. O que, normalmente, a gente vê no debate é que não há um aprofundamento da questão de como se desarmar essa armadilha da questão dos juros no Brasil. Eu acho que é difícil pensar para a frente se a gente não repensar essa questão do dinheiro que se destina ao setor financeiro. Eu acho que o setor produtivo e os trabalhadores chegam a um ponto em que não há muita saída.

E a gente vê se falar muito pouco disso. Quem fala mais, normalmente, são os trabalhadores, que falam sobre essa questão de mais de 40% você destinar a pagamento de juros. Então, pergunto se há algum tipo de sugestão para se desarmar esse tipo de armadilha que tem hoje tanto para o setor produtivo quanto para os trabalhadores, porque a gente vê sobre a legislação trabalhista, a gente vê sobre a reforma tributária, e os juros são apenas citados.

Então, eu queria saber do setor produtivo se há algum tipo de sugestão, não estou dizendo nem proposta, relação a se desarmar essa questão dos juros. Pergunto como se poderia pensar, em médio e longo prazo, esse dinheiro ser revertido para – eu acho que foi falado – a questão de saneamento básico, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e o impacto que há na saúde. E você gera emprego, o setor produtivo, todo mundo ganha com o saneamento básico. E a gente vê que, muitas vezes, não é feito.

Então, qual a sugestão de vocês em relação a desarmar essa armadilha dos juros?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nas considerações finais, quem entender que pode responder, responda. Eu vou dar o tempo necessário.

Mais alguém do plenário, por favor? É bom dizer o nome, para ficar nos anais.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Senador, meu nome é Milton Rondó e sou do Itamaraty.

A gente já havia feito uma discussão com o Dieese em algum momento. Nós fizemos, em 2010 – eu acho – um levantamento com as nossas embaixadas e vimos que o centro da inflação, em 90% dos países, são os preços dos alimentos no caso do Brasil também. É assim em grandes países, grandes produtores de alimentos, inclusive, como o Brasil, Rússia, Argentina, etc, porque há toda a questão de que os preços das *commodities* não são determinados por nós.

O que a gente vê, na verdade, quando a gente vai ver o preço por produtor, que o produto não está sendo tão remunerado assim. Provavelmente, esse segmento que a gente chama de inflaciogênico estaria na distribuição. No caso do Brasil, isso é notório, a distribuição é extremante concentrada: 50% do varejo está nas mãos dos supermercados, e três grandes redes estrangeiras, inclusive, têm 77% do segmento.

A pergunta é: a gente tem condições de medir isso no Brasil? Quer dizer, em que medida a democratização do varejo, que está sendo feita em vários Municípios – Curitiba, Caldas, Caruaru, Jundiaí, enfim... A gente tem vários Municípios fazendo a democratização no varejo de alimentos. Você acha que pode haver um impacto positivo e desarmar esse argumento de que os juros têm que ser altos assim para tentar conter a inflação dos alimentos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Vamos voltar à Mesa. Eu vou, agora, inverter: os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, para que ele faça as suas considerações finais em, no máximo, cinco minutos.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só quero lembrar que quem falou antes pelo Dieese foi a Lilian, do plenário.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Em relação à questão do financiamento, dos juros, do gasto em relação à dívida pública... Em relação à dívida pública, parece-me que precisamos desmontar a engrenagem Selic/Dívida Pública. O Brasil precisa ter instrumentos adequados para executar a política monetária desarticulados do financiamento e da remuneração da dívida pública. Esse, inclusive, é um dos motivos pelo qual a potência da nossa política monetária é pequena perto do que é a potência da política monetária em outros países.

Se vocês observarem, verão que, para conseguirmos mudar a trajetória da inflação brasileira, precisamos de uma potência dez vezes maior na taxa de juros brasileira do que é preciso em outros países. Meio ponto percentual de mudança na curva de juros em outros países tem um efeito, talvez, semelhante a cinco pontos percentuais na taxa de juros básica da nossa economia. Um dos motivos é porque a engrenagem financiamento da dívida, remuneração da dívida e Selic funciona de forma a neutralizar o efeito da política monetária. Enquanto a política monetária deveria diminuir os ganhos, a política monetária aumenta e eleva os ganhos. Ela é profundamente contraditória. Então, um dos mecanismos é desmontar.

O segundo mecanismo que precisamos ter claro entre nós, no debate, é que não deveria caber, como cabe hoje, ao Banco Central usar a política cambial como política de controle da inflação. A política cambial deveria ser gerida em outro espaço, no Executivo ou no Ministério da Fazenda, não sob a responsabilidade do Banco Central. Está errado! Portanto, temos de fazer esse debate. Ela está errada. A política cambial é uma política de desenvolvimento produtivo.

O terceiro fator é que as causas da inflação brasileira são diversas. Uma delas, que foi apontada aqui, é a indexação da nossa economia. Nós precisamos desmontar a indexação da economia brasileira. Mas ela não é suficiente. Há vários outros fatores que comprometem o comportamento dos preços. Um deles é a profunda desigualdade econômica. Nós não superaremos essa desigualdade econômica com uma taxa de inflação muito próxima à dos países desenvolvidos, porque é necessário recepcionar mudanças nos preços relativos a uma economia em transformação. Então, uma taxa, em média, de meta de inflação de 4%, 4,5% ou 5% é bastante razoável para uma economia que precisa fazer as mudanças que precisamos fazer.

Agora, o que fizemos no ano passado é uma loucura! Fizemos, simultaneamente, uma pressão sobre o viço, que já vinha, um choque cambial importante, e, ao mesmo tempo, uma recomposição de preços administrados alucinante! Fizemos isso simultaneamente, o que já seria, por si só, extremamente grave para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

economia absorver. Sobre isso, fizemos uma política monetária alucinante de colocar um freio na economia para controlar isso, numa economia que já tinha um freio enorme, a Operação Lava Jato, travando todo o setor da construção. Continuamos colocando freios na economia, tudo ao mesmo tempo. Deu no que deu.

No caso dos alimentos, é evidente que temos de ter alternativas...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – ... que nos permitam gerar oportunidades para que as famílias tenham acesso a alimentos de qualidade com menores preços. E nós sabemos que um dos graves problemas na política do abastecimento nas cidades é o chamado atravessador, que fica com parte grande da rentabilidade da produção – no geral, da agricultura familiar, que não recebe pela produção que fez –, com produto caro para o consumidor. Esse chamado atravessador requer da política pública meios que permitam que esse produto chegue em condições de preços adequados. É evidente que essa política é uma grande política de renda, porque, se ela oferece preços mais baratos, o salário, o poder de compra dos salários cresce.

Portanto, são iniciativas como essa que podem convergir, por exemplo, para termos, no médio e longo prazo, uma economia equilibrada seja no consumo, seja na produção, mas são mudanças estruturais que exigem sempre da política pública uma participação ativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Clemente Ganz Lúcio, que falou pelo Dieese!

Estou pedindo cópia da palestra. Depois, a Lilian me consegue.

Passo, de imediato, ao líder Paulo Barela, Diretor da Executiva Nacional da Conlutas.

O SR. PAULO BARELA – Bem, o debate é, digamos assim, de uma relevância extremamente importante, ainda mais nesta situação em que nós vivemos no País. Agora, as saídas, infelizmente, que se apresentam hoje não resolvem o problema da maioria das pessoas que vivem neste País.

A saída da crise para o capitalista é sempre a imposição de ajustes fiscais, de modificações na legislação ou medidas que significam retirada de direitos dos trabalhadores. Bom, falar isso pode até ser lugar comum, mas é bom verificar as estatísticas. Nós vamos ver que é exatamente isso que acontece.

O debate que está acontecendo hoje pelo Governo interino do Temer é justamente um ajuste fiscal que significa mexer na Previdência e, portanto, retirar direitos, que, na verdade, seria uma sequência da própria política que foi apresentada pela Presidente Dilma, lamentavelmente, dos servidores públicos, dos aposentados, das viúvas, que já foram penalizadas pelas MPs 664 e 665, que viraram lei. As saídas são essas.

Evidentemente, em situações de crise grave como essa, ao capital não basta atacar os interesses dos trabalhadores para tentar reduzir o seu custo e manter a sua lucratividade, mas precisa fazer queima de ativos. E aí o Clemente tem razão quando se discute o problema da transferência de renda que sai, por exemplo, do setor produtivo para o setor financeiro, porque é a forma autofágica de o capitalismo sobreviver em momentos como esse. Os bancos não aceitam perder. Bom, então, nesse caso, que morra o setor produtivo, independentemente se com ele milhares, milhões de pessoas ficam desempregadas, sem condição de sobrevivência.

A política que se adota, inclusive, nessa fase imperialista do capital, digamos assim, em que há um controle muito grande das grandes empresas multinacionais e do sistema financeiro multinacional sobre as economias dos países é exatamente essa. A saída é "eu vou preservar a lucratividade dos bancos", e importa-se se houver queima de artigos no setor produtivo. Essa é a política adotada.

Nós achamos e queremos reafirmar aqui que a saída é outra. A saída é a taxação das grandes fortunas. A saída é desenvolver um plano de obras públicas, que, como falei anteriormente, se construam hospitais, universidades, casas populares, o que vai dar emprego, vai gerar emprego de fato. Transferência objetiva daqueles que controlam o capital para quem não tem sequer condição de sobrevivência.

Agora, evidentemente, são medidas drásticas, porque levariam à garantia do salário, à garantia do emprego, salário digno, aplicação em políticas públicas... Mas o sistema financeiro teria, digamos assim, que contribuir com isso. E, para contribuir com isso, a primeira medida que qualquer governo sério que queira garantir a estrutura de funcionamento do País e o desenvolvimento dele é dizer não pagamento da dívida pública...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. PAULO BARELA – ..., que se suspenda o pagamento da dívida pública.

Eu não preciso ter, nós não precisamos, qualquer um aqui que esteja nesta sala não precisa ter elaboração técnica para saber que nós não devemos essa dívida toda que está aí. Não devemos. Façamos uma auditoria, então, na dívida pública. Qual o problema, qual o medo de se fazer uma auditoria na dívida pública? Qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é o receio? Por que não se quer fazer? Por que que esta Casa aqui, por exemplo, não aprovou criar a comissão e desenvolver todo o projeto, como foi feito, por exemplo, no Equador? Não é que nós achemos que resolva apenas o não pagamento da dívida pública, mas isso é um passo importante e mais do que necessário, porque é uma coisa absurda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Paulo.

O SR. PAULO BARELA – É uma violência contra a Nação o pagamento da dívida pública. É simplesmente uma violência.

Para finalizar, Senador, eu só queria falar também, rapidamente, em 30 segundos, sobre o problema do abastecimento e o problema da inflação dos alimentos, que é a maior penalização para a classe trabalhadora, que depende de salário, e salários, muitas vezes, em situações de crise, extremamente rebaixados.

Aqui tem que entrar a mão do Estado também. Tem que haver uma política de abastecimento que passe pelo Estado e elimine os atravessadores, porque esses são os que ganham com essa transferência.

E, mais que isso, para além disso, para finalizar mesmo a minha fala aqui, é uma política de investimento no pequeno produtor rural. Ao invés de investir no agronegócio, que detona com a terra, que se invista em alimentos, que se invista na agricultura familiar, porque nós temos milhares, milhões de trabalhadores aí com disposição de produzir alimentos saudáveis para atendimento à população. Agora, é preciso ter política para isso, e, infelizmente, não existe política para isso no Estado brasileiro.

Obrigado pela cessão do espaço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Paulo Varela, dirigente...

O SR. PAULO BARELA – Novamente, quero agradecer ao Senador Paim, que tem sido um baluarte aqui para discussão de políticas públicas, para discussão de saídas contra as desigualdades que nós vivemos neste País.

Um abraço, Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E vamos continuar, queiram ou não queiram.

Pode ser que, como a gente agora vai para a oposição, o pessoal que era e não concordou talvez queira tirar esse espaço, mas não vai tirar. Não vão tirar. Não importa se sou da oposição ou da situação, meu papel aqui é mediar os debates, e não importa se aqueles que falam aqui têm uma visão de oposição ou de situação.

Agora, agradecendo ao Paulo Barela, mais uma vez, que falou pelo Conlutas, passo a palavra ao Flávio Werneck Meneghelli, que fala pela Central dos Sindicatos Brasileiros.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Acredito que tudo que foi dito até o presente momento, nesses últimos cinco minutos, pelo Barela e pelo Clemente está de acordo com o que nós pensamos.

Vou tentar sintetizar. Acho que o primeiro ponto necessário para que todo o povo brasileiro, para que toda a população brasileira tenha acesso ao que realmente acontece com a política econômica brasileira, principalmente no que diz respeito ao capital especulativo, seria a auditoria, auditoria como princípio de informação. A informação tem que ser prestada, tem que ser dada a toda a população brasileira.

Hoje, quase metade do que o Brasil arrecada é investido nesse setor, e nada mais justo que todos tenham ciência do que está acontecendo e que haja uma auditoria nesses investimentos, entre aspas, que são colocados no capital especulativo. Acho que esse seria o primeiro ponto de um resumo de tudo que foi falado.

Acredito que nos debruçarmos sobre uma análise de reforma tributária também seria muito importante para a desoneração do setor produtivo, para a desoneração do trabalhador e para uma taxação, para os que ganham mais contribuírem com mais e para o próprio setor de capital especulativo contribuir, porque esses lucros extorsivos sequer são taxados adequadamente.

E, acredito, dentro das falas – vou reiterar –, o ponto que colocamos aqui seria o de uma reforma política. Não podemos manter o Brasil, o País, com a estrutura política hoje existente e, pior, com uma estrutura política que, de dois em dois anos, requer sufrágio, requer eleição e um investimento em eleição que já se demonstrou apodrecido.

De dois em dois anos, um investimento em eleição apodrecido leva ao foco de soluções mágicas e imediatas. E o Brasil precisa de soluções, também, a médio e longo prazo no seu setor produtivo e para o trabalho. Acredito que seria essa a síntese, Senador.

Agradeço a oportunidade de estar aqui conversando, mais uma vez. Com um grau de conhecimento, vim mais para aprender hoje do que propriamente para discorrer sobre os pontos colocados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contribuiu muito. (*Palmas.*)

Esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, que falou pela CSB.

José Calixto Ramos, Presidente da CNTI e também da Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Nós oferecemos algumas linhas, que, no nosso entendimento, seria importante o Governo adotar para a alavancagem da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Sobre o problema da dívida pública, quando eu tinha meus 20 anos já ouvia falar na dívida pública brasileira. Hoje, estou com mais de 80, e a dívida só aumentou. E há sempre uma discussão entre os colegas: "Então, não vamos pagar a dívida." Eu não entendo muito como fica o País. Faz um contrato, não cumpre, chega uma hora e diz "não vou mais cumprir e pronto". É como se, simplesmente, eu pedisse um dinheiro emprestado ao Flávio e, lá adiante, eu dissesse "Flávio, não vou te pagar mais, não". "Você fez um contrato comigo, Calixto, e não vai pagar?" Eu queria ter essa explicação para poder ver se eu me situo melhor, inclusive para orientar meus colegas e tal.

Vou dar um exemplo muito empírico. Você entra numa casa de uma pessoa e vê uma casa muito bem arrumada, com móveis extraordinários, mas o dono da casa está devendo tudo aquilo. O Brasil me parece estar mais ou menos nessa situação. São trilhões de reais de dívida. Está bonito, tudo bem, mas está devendo. Na minha casa, está um colosso. Aí dizem: "Poxa, que casa bonita!" Não sabem que eu estou devendo tudo.

Agora, eu temo – e vou me referir aos nossos empresários – que tudo isso que nós estamos discutindo para retomada do crescimento, com os setores importantes da economia, como a construção, energia, metalurgia... Primeiro, para deixar claro que, sobre a construção, não é para as grandes empresas que estão envolvidas nesse problema da Lava Jato serem simplesmente perdoadas. Elas têm que se comprometer a pagar o prejuízo que causaram ao Estado brasileiro de um modo geral, mas têm de ter o direito de recomeçar a contratar com o próprio Estado brasileiro. Há essa diferença.

Agora, causa–me um pouco de preocupação nós estarmos com uma relação de 55 projetos tramitando nesta Casa e na Câmara que praticamente desmontam todas as relações capital e trabalho com que nós estamos convivendo ao longo do tempo. Só para dar um exemplo, há um projeto que inibe o empregado demitido a reclamar na Justiça do Trabalho, quando todos sabem que a Justiça do Trabalho é a justiça dos demitidos.

Mas há um, mais interessante, sem falar na terceirização, que é um problema que se discute há muito tempo, que cria um consórcio de empresas. Nesse consórcio de empresas, eu contrato mil pessoas, e mil pessoas ficam rodando nesse consórcio. Eu não sei mais de quem sou empregado.

Além do mais, outro problema que nos preocupa...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Calixto.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Vou terminar, Sr. Presidente.

O contrato de trabalho por prazo intermitente significa dizer o quê? Eu preciso de um trabalhador para fazer, digamos, uma atividade para mim por um dia. Aí, eu o contrato e, quando este contrato termina, eu pago e ele e o descarto.

São iniciativas que estão sendo trazidas para o Congresso Nacional do setor empresarial – eu não sei dizer se de modo geral, mas sei que já estão tramitando aqui –, e isso nos causa estranheza e preocupação, evidentemente.

Mas eu espero que nós consigamos chegar a um denominador comum e superar essa grande crise política, econômica e moral que o Brasil está atravessando.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central e da CNTI!

Com a palavra Luiz Fernando Mendes, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES – Bom, acho que já foi dito bastante coisa a respeito dessa política dos juros. Juros nós entendemos como uma consequência, mas os efeitos que vemos no Brasil – isso foi colocado aqui pelo Clemente – é que, nessa lógica de metas de inflação, é preciso trabalhar com políticas de juros muito elevados para se obter efeitos relativamente baixos, enfim, sobre o problema da inflação.

Então, acho que cabe estudar com mais detalhes, primeiro, como estão compostos esses juros. Existe ali uma parcela de impostos, há uma parcela que, efetivamente, representa os ganhos, há uma parcela que, supostamente, representa o risco que está embutido nessas operações. Eu acho que esse é um caso que precisa, obviamente, ser bem trabalhado.

Mas os juros funcionam como uma consequência. Eles são um preço da economia também. Eu, apesar de tudo que já foi dito, não entendo que a economia brasileira tenha esse custo que se coloca. Eu acho que é um custo muito elevado.

Mas, mais do que trabalhar só a questão dos juros, é preciso criar, de fato, políticas de incentivo pelas quais se consiga transferir recursos que estão sendo transferidos ao mercado financeiro para o setor produtivo. Eu acho que criar políticas, que criar mecanismos que façam com que o recurso que hoje é transferido para o setor financeiro vá para o setor produtivo é o grande, eu diria, segredo da história. Ou seja, é preciso tornar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

setor produtivo, entre aspas, mais rentável do que o que efetivamente hoje se tem de rentabilidade quando se pensa nos ativos monetários.

Investir, gerar emprego e renda tem que ser mais interessante do que comprar papel e financiar moeda, financiar novos papéis. Papel não gera emprego, não gera renda, e nós temos que fazer com que gerar emprego e renda seja efetivamente o foco de quem tem recurso. Quem tem algum recurso monetário teria de buscar rentabilidade na produção. Esse é o grande desafio.

Entendo – e isso já foi também falado aqui; acho que é uma proposta, inclusive – que investimento, e nós estamos falando aqui de políticas de Estado, visto tudo que já foi colocado aqui, visto o que tem sido apresentado no mercado, que a infraestrutura urbana e social, depois de tudo que o Brasil já passou – um ciclo de crescimento e, agora, uma desaceleração –, ainda carece de uma infinidade de serviços, enfim, de ações que não foram resolvidas e que agora, numa situação de crise, obviamente, ficam muito mais evidentes.

Então, acho que investimento deveria se tornar uma política de Estado. Não dá para se pensar no setor... E lá na CBIC a gente trata a questão da habitação como devendo ser uma política de Estado. Acho que é mais do que simplesmente olhar para a habitação. O investimento tem de ser pensado como uma política de Estado. Ele não pode ser tratado conjunturalmente por governos; ele tem de ser pensado como uma ação contínua e permanente para se poder conseguir, de fato,...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES – ... viabilizar a atividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES – Perfeito.

Bem, outra questão nessa linha que também foi colocada aqui é a questão da desoneração total do investimento. Eu entendo que o que tem de ser tributado é o produto final. Eu tenho de tributar o resultado. Não faz sentido eu tributar a operação antes que ela comece. O investimento tem de ser totalmente desonerado. Qualquer atividade que vá gerar emprego e renda tem de ser tratada de forma diferenciada, como a gente estava colocando aqui sobre os incentivos. Eu tenho de criar incentivos para que, de fato, as pessoas que têm recurso optem por colocar o recurso na produção.

Entendo que todo investimento tem de ser desonerado. Se, eventualmente, houver uma tributação, que ela seja sobre o resultado desse investimento, e não sobre a ação de investir, porque, no momento em que você está onerando ainda o investimento embrionário, aquele que ainda está sendo projetado, você já está dizendo para ele que eu não vou investir tudo que eu poderia porque ele já fica muito caro na largada.

Então, eu tenho de... Essa é uma questão que está colocada que eu acho que seria uma boa política para, efetivamente, se gerar mais emprego e renda neste País.

Vou parar por aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Esse foi o Luís Fernando Mendes, que entendeu o problema do nosso horário, mas fez uma bela exposição desde o primeiro momento e agora, nas considerações finais. Meus cumprimentos. Ele falou em nome da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Agora, para encerrar, o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Sr. José Velloso Dias Cardoso.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO – Bem, o nosso pensamento converge muito com o que falam o Prof. Clemente, do Dieese, e o Luís Fernando, da CBIC. O Clemente, inclusive, participou de um grupo que se reúne mensalmente na Abimaq, com o Mario Bernardini, o Nakano, o Bresser e o Belluzzo, a turma lá. Quer dizer, a gente tem o pensamento muito convergente.

Uma questão... Eu queria, agora, fazer um resumo do que a gente falou aqui.

No início, eu comecei o debate dizendo que não poderíamos ter uma visão única de que a causa dos problemas é o déficit público. O déficit público, a questão fiscal brasileira é um problema importantíssimo hoje, talvez o maior problema da economia, mas ele foi consequência de algumas medidas adotadas de forma errada.

Então, resumindo, nós temos nossos mais graves problemas no sistema tributário, na insegurança jurídica, na educação de baixa qualidade, na infraestrutura, na legislação capital/trabalho, nos juros altos, no câmbio valorizado e na qualidade do gasto público. Todos esses são os nossos grandes problemas.

Lógico que temos que atacá-los e começar por aquilo que é a curto prazo. A sociedade não aguenta pagar mais impostos. Isso é definitivo. Não adianta a recriação da CPMF, que não vai resolver o problema. O que precisamos é ter uma política cambial estável. Temos que ter um câmbio que seja competitivo. Todos os países que concorrem com o Brasil têm câmbios competitivos, e o Brasil não pode ser diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A questão da política monetária...

Outra coisa, concordando com o Prof. Clemente: câmbio foi usado para combater inflação. Isso é o fim do mundo. Câmbio como combate à inflação foi o que destruiu a indústria brasileira nos últimos 15 anos.

Quanto à questão da taxa de juros, já foi respondida a pergunta da senhora ali pelo Clemente. A gente concorda. Taxa de juros pornográficas no Brasil. E uma coisa: a senhora comentou que os trabalhadores sempre reclamaram de juros altos. A Abimaq, desde 2007, criou um *slogan*, e a gente vem repetindo esse *slogan* constantemente. É o tripé do mal: juros, câmbios e tributos. Isso é que mata o nosso País. Isso a gente vem falando sempre.

Temos que resolver o problema das concessões públicas, temos que simplificar as concessões públicas. Diferentemente do que alguns acham, o Estado brasileiro é muito grande. Não temos como continuar num Estado tão grande como o nosso. Ele é grande, perdulário e gasta mal. E destravar, portanto, a infraestrutura.

Sobre desoneração do investimento, o Luís Fernando já falou. Eu coloquei na minha apresentação. Há a questão do PIS/Confins, da reforma do ICMS. O Brasil não vai ter demanda interna no curto prazo. Então, temos que ser competitivos para exportar, temos que partir pela exportação e substituição do produto importado pelo nacional, com competitividade do produto nacional. Temos que resolver o problema do capital de giro das empresas. Estão todos sufocados. Capital de giro no Brasil é um estelionato, é coisa de agiota. Temos que preservar o BNDES. Não haverá investimento sem um BNDES forte. Temos que despolitizar essa discussão sobre o BNDES. Várias vezes, quando estivemos em outros países, sempre escutamos dos nossos concorrentes que perdem para o Brasil que o grande problema deles é não terem um BNDES. Se nós temos o BNDES, temos de preservá-lo. Se acontecer alguma coisa de errada, vamos apurar, corrigir, mas não jogar a criança junto com a água do banho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO – A Abimaq foi convidada, no ano passado, para fazer uma apresentação na Comissão de Reforma Tributária da Câmara, que tem como Presidente o Deputado Hildo Rocha. Lá, mostramos uma proposta de reforma tributária que é simplificadora.

Na questão tributária, nós, nessa reforma, temos que simplificar e fazer com que a questão tributária seja mais um elemento de competitividade do País.

Simplesmente discutir, não pagar a dívida pública, ou, então, simplesmente taxar grandes fortunas... Na nossa reforma tributária, existe a taxação de grandes fortunas, mas o problema não pode ser resumido só a isso. O problema do Brasil, o problema da arrecadação tributária não é porque não se arrecada das grandes fortunas. Tem que se arrecadar das grandes fortunas, tem que se arrecadar sobre ganho de capital, o que não foi dito aqui, que é outro problema, mas temos que simplificar, temos que ter uma reforma tributária que simplifique. Simplesmente não pagar a dívida pública vai colocar o País num caos.

O que a gente precisa agora é de cabeça fria. Temos que trabalhar para tirar o País desta situação. E só vamos conseguir tirar o País desta situação simplificando as coisas e criando regras para todos os setores, e que não haja um desequilíbrio em que poucos pagam muito e muitos pagam pouco, situação a que me referi no início do nosso debate, quando começamos a falar. Embora a indústria hoje represente 9% do PIB brasileiro, contribui com 40% da arrecadação.

Outra coisa: a questão dos lucros. Os bancos no Brasil têm tido lucros pornográficos nos últimos tempos; a indústria não. Há muitos anos nossa indústria sequer tem lucro. Nosso setor não tem lucro há muitos anos. E sem lucro não há reinvestimento. Sem lucro na indústria, não há emprego na indústria. A relação capital e trabalho é uma relação simbiótica: não vai haver emprego se não houver quem dê o emprego; e não há quem dê o emprego se não houver condições de competir.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO – Este é um debate importante, um debate que tem que ser feito, mas acredito que a indústria não aguenta mais a forma como as coisas vêm caminhando, simplesmente arrecadando, arrecadando e arrecadando e distribuindo mal o que se arrecada, gastando mal o que se arrecada, com taxas de juros escorchantes e a questão do câmbio, que tira a nossa competitividade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Velloso Dias Cardoso, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos da Construção – Abimaq!

Mais uma vez, a nossa audiência pública atingiu seus objetivos no sentido de fazer uma reflexão sobre a ão do Dieese e de representantes de empregados e empregadores sobre a crise econômica, política e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Parabéns a todos pelo nível qualificadíssimo do debate. Com certeza, estamos ajudando a, como eu digo, colocar o Brasil nos trilhos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves, das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa, e do Senador não membro Paulo Rocha. Registra-se a presença dos Deputados Federais Chico Lopes, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Daniel Almeida, Vicentinho, Glauber Braga, Edmilson Rodrigues, Pedro Uczai, Raimundo Angelim, Ságuas Moraes, Paulo Teixeira, Chico Alencar e Bohn Gass, e das Deputadas Federais Moema Gramacho, Jô, Janete Capiberibe, Margarida Salomão, Ana Perugini, Maria do Rosário e Érika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra: Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Moema Gramacho, Deputada Federal; Jô Moraes, Deputada Federal; Daniel Almeida, Deputado Federal; Vicentinho, Deputado Federal; Janete Capiberibe, Deputada Federal; Chico Lopes, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Legislação Participativa; Glauber Braga, Deputado Federal; Edmilson Rodrigues, Deputado Federal; Margarida Salomão, Deputada Federal; Pedro Uczai, Deputado Federal; Paulo Teixeira, Deputado Federal; Chico Alencar, Deputado Federal; Bohn Gass, Deputado Federal; Maria do Rosário, Deputada Federal; Érika Kokay, Deputada Federal; Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Nilza Pereira, Representante da Intersindical; Gibran Jordão, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Mario Texeira, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Wesley Barreto Bastos; Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Ronaldo Curado Fleury; Procurador-Geral do Trabalho; Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Maximiliano Nagl Garcez; Representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas - ALAL e Representante do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Lilian Arruda Marques, Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE; Toninho do DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Wilmar Lacerda, Primeiro Suplente do Senador Cristovam Buarque, Lincoln Portela, Deputado Federal; Jonas Valente, Coordenador-Geral do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Encaminhar Ofício ao Presidente Interino repudiando a exoneração do Presidente eleito da EBC. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados na mesa para as suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Esta nossa audiência pública, como vamos tratar aqui do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora, é em parceria também com a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados – estão aí, inclusive, os representantes daquela Comissão. Dessa forma, iremos ordenando os trabalhados em parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, nessa parceria, sendo que esta é a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do requerimento de nossa autoria, em parceria com a Comissão da Câmara, com o tema: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Nesse rol, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

O nosso trabalho é transmitido, ao vivo, pela internet e pelo sistema de comunicação do Senado. Claro que as comissões permanentes que estão em debate têm preferência, mas depois ele vai para todo o Brasil porque todos os trabalhos aqui no Senado e as audiências públicas são gravados e vão ao ar para todo o Brasil pela TV Senado.

O único dia em que a Comissão de Direitos Humanos tem transmissão direta para todo o Brasil é nas segundas, pela manhã. E, pelo acordo, dando espaço para outras comissões, nos outros dias, como o de hoje, é gravado. Mas, pela internet, vai; os canais alternativos todos podem acompanhar por todo o País, e ainda depois a TV Senado grava e transmite, num horário em que todos serão avisados, toda a audiência, para todo o País.

Nós combinamos com os organizadores deste momento do evento o seguinte roteiro: nós faríamos aqui uma introdução, explicando o motivo rápido. Em seguida, a Graça Costa, representando as centrais naturalmente, não apenas a de que ela faz parte, faria uma introdução sobre como as centrais e todas as entidades que estão aqui presentes organizaram este momento. Depois, a intenção é a eleição de uma coordenação colegiada. Em seguida, os que estiverem presentes falarão dessa coordenação colegiada. Às 10 horas, eleição do Conselho Consultivo, que seria via movimento sindical. Falariam, em seguida, esses representantes, e todas as entidades presentes falarão como eles entendem que deve funcionar essa frente.

Antes mesmo de convidar a Graça para que ela faça aqui a introdução, eu gostaria de dizer a todos que essa Frente Parlamentar vem numa boa hora. Há uma enorme preocupação, confesso de coração a todos vocês que não tem nada a ver com *impeachment* ou golpe, aqui é o direito dos trabalhadores que está em risco, e cada dia nos assusta mais o que vem acontecendo. Mais para a frente nós tínhamos já discutido, inclusive antes do fato do *impeachment*, do afastamento provisório da Presidenta atual e de o Presidente provisório assumir, mas, de lá para cá, além da "Ponte para o Futuro", nos preocupou muito o que vem acontecendo.

A minha fala vai ser rápida, quero mais é ouvir vocês. Vou aqui, como sempre fiz, ser um mediador do debate. Faremos, sim, um debate diante de todo o País, porque todos vão expressar o seu ponto de vista, como é que estão vendo o quadro.

Falei ontem da tribuna, li uma carta – posso até reproduzi-la para vocês – que foi produzida pela Frente Parlamentar Mista com as entidades em defesa da Previdência. A carta é uma carta dura, na qual essa Frente Parlamentar – e lá estão todas as centrais e confederações – mostra a sua preocupação com a extinção do Ministério da Previdência. O termo é este: extinção do Ministério da Previdência. Quem ler a medida provisória que chegou aqui – se não me engano, é a 726 – perceberá claramente que não existe mais Ministério da Previdência. Existe agora o Ministério da Fazenda, para onde foi uma parte da previdência, da seguridade. Para outro ministério, foi a outra parte – eu até nem sei o nome do outro ministério. Então, não sei mais onde procurar a Previdência. Estou preocupado.

Acho que tudo isso, pessoal, debatendo, dá até para reverter. O que não dá é para aceitar que uma entidade que foi construída há 80 anos – refiro-me ao Ministério –, fundamental, com um dos maiores orçamentos da América Latina – é difícil encontrar um país da América Latina que tenha um orçamento maior do que o da Previdência – agora vire simplesmente uma secretaria do Ministério da Fazenda. Isso é fato, é real, pessoal. Nem eu acreditei quando me disseram. Fui falar com a assessoria ontem, e me disseram que era isto mesmo: virou uma secretaria do Ministério da Fazenda.

Além dessas preocupações, pessoal, me causou preocupação uma declaração do novo Ministro do Trabalho. A primeira coisa que ele disse: "Eu sou favorável à terceirização da atividade-fim". Não vou nem citar o nome dele – vamos conversar com todo mundo, a intenção é essa –, mas fiquei muito preocupado quando ouvi essa declaração. Quem é favorável à terceirização da atividade-fim, no meu entendimento, baseado na "Carta para o Futuro", deve ser também favorável ao negociado sobre o legislado – aí, rasga-se também a CLT.

Estou dialogando aqui, estou falando com vocês, quero ouvir vocês, mas estou cada vez mais preocupado. Eu disse ontem na tribuna e repito aqui o seguinte: eu fui duro com todos os ex-Presidentes, todos, com o Presidente Sarney, com o Presidente Collor, com o Presidente Itamar, Fernando Henrique, Lula e Presidente Dilma. Sempre fui duro de forma pontual, sobre temas que, no meu entendimento, trariam prejuízo para os trabalhadores e aposentados, principalmente quando se falava em reforma. Todos vocês sabem, eu era chamado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de rebelde. Podem continuar me chamando assim, não há problema nenhum. Se ser rebelde é estar aqui com vocês debatendo temas como este, eu, com muita alegria, fico com a marca de rebelde. Mas nunca vi nenhum desses governos, nestes 30 anos em que estou aqui dentro... Entrei na Constituinte e nunca saí – acho que sou um dos poucos, devemos ser quatro ou cinco que entramos aqui e nunca saímos desde a Constituinte. Outros saíram para ser governadores, para serem Presidentes, secretários de Estado e ministros, e depois voltaram. Eu nunca saí, e eu nunca vi uma situação semelhante a esta. Por isso, estou não assustado, porque assustado a gente não fica, mas estou muito, muito preocupado com essa situação que se apresenta neste momento, quando o Ministério da Previdência simplesmente desaparece, como num passe de mágica.

Alguém me perguntou: e o Ministério da Previdência, Paim? Eu confesso que foi no improviso, mas vou dizer aqui o que eu disse: o gato comeu, sumiu. Está todo mundo procurando onde é que ele está hoje.

Esse debate nós vamos ter que fazer aqui e, naturalmente, aquele sobre o mundo do trabalho, que é o eixo aqui. É bom lembrar que o Dieese levantou, no primeiro momento, 55 projetos. Há mais de 60 projetos tramitando no Congresso, e me parece que essa coisa não foi de agora. Eles foram lançando os projetos, preparando o momento de passar o rolo compressor, não é?

Eu já estou muito preocupado. Embora eu seja o Relator da questão do trabalho escravo, como é que vai ser se eles tiverem uma maioria eventual aqui? Eles já disseram que querem, de fato, regulamentar. Eu digo que tem que proibir, não tem que regulamentar. Como é que vai ser a terceirização da atividade-fim? Nós estamos dizendo que de jeito nenhum vamos concordar com esta expressão: "terceirização da atividade-fim". Temos, sim, que legalizar a situação dos terceirizados hoje. Como é que nós vamos concordar com o negociado sobre o legislado? E aí vêm todas as outras desvinculações e os projetos que estão aqui dentro, desde descanso para almoço só de 15 minutos, carga horária Itinerante, sei lá o quê, trabalho em consórcio.

Vocês sabem muito bem o que eu estou dizendo, vou deixar que vocês falem. Mas eu queria fazer essa rápida introdução. Eu acho que a responsabilidade dessa frente, pessoal, é muito grande. Eu sei que aqui nós temos todas as centrais, pessoal. A questão aqui não é partidarizar. Não vamos deixar, em nenhum momento, que essa frente ou a frente da Previdência e outras frentes que vamos criar sejam partidarizadas. Aqui ninguém quer partidarizar. Acho que nós temos o objetivo claro e definido de defender. O caso de hoje é uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora, onde todos são bem-vindos, desde que tenham essa causa como eixo da sua atuação. Então, se nós deixarmos partidarizar, nós não vamos a lugar nenhum.

Por que é que deu certo aquela cruzada nacional que todos vocês fizeram? Todos vocês que estão aqui fizeram – eu fiz junto – a caminhada nos 27 Estados contra o PL 30. E por que deu certo e nós o travamos? Porque unificamos. A própria Força Sindical, eu lembro que na época havia uma controvérsia e eu consegui fazer com que eles também ficassem próximos a nós naquele debate. E nós unificamos todos os setores.

Então, este é um momento importantíssimo. Por que a Graça vai falar em primeiro lugar? Aqui não vamos dar privilégio para esta ou aquela central. Ela me trouxe essa proposta e conversou com os outros setores, que concordaram com esses encaminhamentos.

Então, você que trouxe a proposta, Graça, de pronto, eu queria convidá-la a vir aqui à mesa. Como havíamos combinado, você fará a introdução sobre o caminho que nós pretendemos desenvolver nesta audiência pública.

Aqui, pessoal, todos vão falar, todos que quiserem usar a palavra vão falar. Não precisam se preocupar se estão na mesa ou no plenário. Vamos tentar formatar aqui uma Mesa a mais simples possível e todos usarão a palavra para refletir sobre este momento.

Graça, com a palavra. Entendo que neste primeiro momento, pelo que vocês fizeram...

Eu chamaria as centrais?

Vamos tentar ajustar bem para não dar problema na questão da formação da Mesa. Às vezes, se você não combina o jogo, já dá problema na montagem da Mesa. Então, vamos acertar isso direitinho aqui, porque ninguém é melhor do que ninguém, nem eu o sou, como nenhum de vocês o é. Aqui, sou um militante da causa que nos dignifica, que é a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Peço à assessoria que, à medida que os Parlamentares forem chegando aqui, me passe o nome deles. Esta é a Frente Parlamentar Mista, composta por Senadores e por Deputados.

É claro que sei que o Parlamentar que tiver algum compromisso terá prioridade na fala. Como fizemos outro dia, ele assina e fala. Se puder ficar aqui, fica; se não puder ficar aqui, pode se retirar depois de dar seu depoimento.

A SRª GRAÇA COSTA (*Fora do microfone.*) – Acho que a gente tem de ajustar para falarem as entidades, centrais, se os Parlamentares não chegarem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Se os Parlamentares – esta é a sugestão que me é dada neste momento – chegarem aqui, vou convidá-los a vir para a mesa.

Aqui, já está a Deputada Moema. Por favor! (*Palmas.*)

Graça, faça a introdução.

A Moema está aqui e já vai poder falar, de imediato.

A intenção é, em seguida, montar uma Mesa com as centrais aqui presentes, sem prejuízo de todas as entidades falarem em seguida, numa segunda Mesa. Vamos fazer diversas Mesas com todos os que aqui estão presentes.

Pessoal, para mim, não é importante ser da primeira ou da segunda Mesa, mas é importante que todos estejam contemplados no debate.

Já convido a Deputada Jô Moraes, que aqui chegou também. (*Palmas.*)

Jô Moraes, já venha para a mesa! Jô, esta é a primeira Mesa com os Parlamentares. A Graça vai fazer uma introdução sobre o movimento sindical.

Graça, faça a introdução. Depois, você vem para a Mesa quando as entidades estiverem à mesa, senão alguém irá dizer que estou dando preferência para você aqui, na Mesa.

A SRª GRAÇA COSTA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É só para dar uma ilustração.

A SRª GRAÇA COSTA – Aqui, há paridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, há mulher! Gostei! (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia a todos e a todas! Bom dia, gente! Vamos animar este negócio!

(Manifestação da plateia.)

A SRª GRAÇA COSTA – Sempre faço esta expressão, porque acho que a gente precisa fazer esta troca de energia. Se só eu mando minha energia e vocês não mandam a de vocês, fica meio complicado. Tem de haver esta receptividade.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos, há mais ou menos três meses, amadurecendo a ideia, a proposta de fazer o lançamento dessa Frente. Foram muitas reuniões nesse período. Fizemos contato com os Parlamentares, o que é bom. Há um ambiente. Para quem aqui vem, há um processo de convencimento, de contato com as entidades e também de mobilização e de preparação de material. Então, o que estamos fazendo hoje é a conclusão de um processo de três meses de discussão, de conversas, de amadurecimento.

Entendo que este é um momento superimportante. O que queremos com a Frente, como o nosso Senador Paim falou, é realmente unir as energias que temos dentro do Parlamento, para podermos nos contrapor ao que estamos recebendo de demandas e de pressão negativa para a classe trabalhadora, mas também abrir um grande leque de debates sobre o que nós queremos. Nós não queremos só nos defender. Nós queremos muito mais, e precisamos dar esse salto mesmo nessa crise.

Preparei rapidamente uma apresentação. São pouquíssimos eslaides, só para termos uma ideia do que nós temos pela frente.

Pode passar.

O papel que nós colocamos para essa Frente é ampliar e fortalecer o diálogo social entre os Parlamentares e a população, principalmente defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, combater as propostas que estão tramitando, que limitam, reduzem ou acabam com os direitos, tais como – aí citamos os mais graves que nós entendemos neste momento – a terceirização, o negociado acima do legislado, o trabalho escravo e aqueles mais de 55 projetos que estão tramitando, cujo levantamento foi feito pelo Diap, que são prejudiciais à classe trabalhadora.

É verdade que não param de chegar as notícias e os projetos. Toda semana tem uma novidade.

O outro ponto, que é o outro eixo sobre o qual pretendemos dar ênfase também, é apresentar novas proposições, visando a conquistas de novos direitos. Não só resgatar as nossas bandeiras de luta do movimento sindical e social, com uma redução da jornada de trabalho e outras questões, mas também apresentar, neste momento, proposição. Não queremos só dizer que o que já temos nós não queremos. Nós queremos também dizer que temos propostas. O movimento sindical, o movimento social e as entidades que estão conosco têm propostas para todos os temas que estão em debate no Parlamento brasileiro.

Pode passar.

A Frente terá uma coordenação colegiada. Então, preferimos não fazer um presidente, um vice, mas fa-
um novo modelo, que é esse modelo que retrata o momento atual do Brasil, e não esse que está colocado
este Governo provisório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Faço um parêntese. No Governo provisório, essa questão do debate das mulheres, dos negros, etc., não é uma questão de ter menos ou mais onde estão. É uma questão de concepção. Se o Governo propôs um grupo para fazer o seu trabalho, para implementar suas políticas, e ele não o fez colocando as mulheres, colocando a diversidade que nós temos, a representatividade que nós já tínhamos na prática de direito e na luta, é por causa da concepção que está demonstrada deste Governo. Portanto, as medidas que vierem serão nessa concepção, e nós temos que nos opor. Este debate não pode ser medíocre, não pode ser: "Ah, não estão no ministério, mas vão para as secretarias as mulheres". Nós não queremos fazer esse debate. Nós não estamos nesse patamar, a sociedade brasileira não está nesse patamar. O patamar é de respeito e de luta pela igualdade. É isso o que nós queremos. É isso que tem que ser.

Nós vamos ter um conselho consultivo, que vai ser formado pelas centrais sindicais e pelas entidades representativas da sociedade. Nós vamos, inclusive, fazer aqui, no momento de chamar as entidades, o que combinamos com os Parlamentares, uma assinatura de adesão das centrais sindicais para poder ficar bacana e para as pessoas também acompanharem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Centrais e as entidades presentes.

A SRª GRAÇA COSTA – Isso. Quem já está se comprometendo com o movimento que estamos fazendo aqui, com este instrumento. E vai haver um comitê executivo, de que participarão o Diap, o Dieese e os assessores tanto da Câmara como do Senado, a fim de fazer a Frente andar.

(Soa a campainha.)

A SRª GRAÇA COSTA – Não podemos pensar que só os Parlamentares e a coordenação darão conta de fazer todo o trabalho que nós temos pela frente.

Pode passar.

A Frente tem participação de todos os partidos políticos. Já na fase de assinaturas, nós conseguimos, só na Câmara dos Deputados, 197 assinaturas. Parlamentares de todos os partidos assinaram. Portanto, mesmo em uma crise como a que estamos vivendo, mesmo havendo polarização, há Parlamentares que se preocupam e que vão estar do lado da classe trabalhadora na hora de discutir os temas específicos. E também é necessário, lógico, que aceitem os princípios da Frente. O Parlamentar não pode participar só porque quer aparecer, porque é importante colocar o seu nome naquele momento político. Não, ele tem que estar de acordo com os princípios que nós queremos encaminhar aqui, principalmente no sentido de não retirar os direitos da classe trabalhadora.

No próximo eslaide, estão as finalidades. Nós dizemos muito claramente que queremos fazer algo bem abrangente. Não se trata de um ou de outro PL. Vamos defender os direitos constitucionais e infraconstitucional relativos ao tema, especialmente os previstos nos arts. 6º, 7º, 8º, 37 e 39 a 41, associados aos arts. 170, 184, 186, 201 e 202, todos da Constituição Federal, da Consolidação das Leis do Trabalho, da legislação da Seguridade Social, da Lei nº 8.112/1990, que é a dos servidores públicos, bem como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É bastante amplo o que nós queremos fazer, não é apenas para defender o décimo-terceiro, isso ou aquilo, mas para defender os direitos humanos, que estão, neste momento também, sendo atacados, principalmente no que se refere ao trabalho escravo e a outras questões muito fortes para nós, para a classe trabalhadora e para o movimento social.

Além disso, vamos:

- ampliar e fortalecer o diálogo social com representantes dos trabalhadores junto aos Parlamentares, na perspectiva da defesa dos direitos da classe trabalhadora em tramitação no Poder Legislativo;

- qualificar o debate e ações acerca da defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio de audiência pública, simpósios, reuniões, seminários e outros eventos, com vistas a promover o conhecimento sobre o conteúdo das proposições e divulgação do posicionamento sobre as questões de interesse da Frente;

- articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente com as ações em defesa da classe trabalhadora – a Frente também pode fazer esse intercâmbio com toda a movimentação lá fora, em de defesa dos direitos;

- promover a divulgação das atividades no âmbito do Congresso Nacional e junto à sociedade – nós vamos ter página, vamos ter Facebook, essas coisas todas de que o pessoal da mídia gosta e sabe fazer;

- apoiar e orientar entidades de representação dos trabalhadores e da sociedade civil organizada que manifestem interesse na defesa dos direitos da classe trabalhadora, de forma a promover a cooperação destes com o Congresso Nacional;

- participar de discussões no âmbito do Congresso dos temas de interesse da classe trabalhadora;

- acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse da classe, garantindo as conquistas e se opondo aos retrocessos;

- realizar estudos que resultem...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está conosco também agora o nosso querido Daniel Almeida. Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Continuo:

- realizar estudos que resultem na apresentação de proposições legislativas para ampliar direitos, preservar conquistas e se opor aos retrocessos a direitos;

- promover o intercâmbio com os entes assemelhados de Parlamentos de outros Estados e países, visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas destinadas à garantia de direitos dos trabalhadores.

Portanto, a Frente pretende fazer intercâmbio com as assembleias legislativas, com as câmaras municipais e também com entidades internacionais.

Vamos para a frente.

Nós já temos inicialmente a seguinte composição de discussão – lógico que depois nós vamos abrir reunião para colher mais propostas:

- elaborar cartilha com informações acerca das propostas em tramitação no Congresso Nacional, essas mais de 55, principalmente;

- fazer reunião com as centrais sindicais e entidades para definir um calendário de trabalho;

- realizar seminário de assessorias jurídicas – nós entendemos que é muito importante ter, das centrais sindicais das entidades, uma reunião com os assessores para contribuir nessa formatação de emendas, de novos projetos;

- realizar seminário com centrais e entidades – aí de forma mais política, para pensar a agenda para fora, não só para dentro;

- agendar visita aos presidentes das comissões temáticas e presidentes da Casas Legislativas.

Inicialmente, o que nós temos é atacar esse conjunto de projetos com essas primeiras iniciativas.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu aproveito para registrar a presença do nosso querido sempre sindicalista, mas sempre Deputado Federal – até o momento, não é? Ele pode dar outros voos –, companheiro Vicentinho. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Para fechar, quero já agradecer a todos os assessores, ao Diap, ao Dieese, ao pessoal das assessorias das Bancadas aqui, que nos ajudaram a formatar tudo isso, que ajudaram a debater, a discutir, e agora nós temos um instrumento para oferecer para as entidades, para a sociedade, para os Parlamentares, que considero o principal instrumento neste momento de resistência, aqui no Parlamento brasileiro.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Graça.

Pessoal, eu vou convidar agora a Graça Costa a sentar-se naquela cadeirinha ali, o Vicentinho vai sentar-se aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Graça fez o papel dela. Ela voltará no momento em que as centrais voltarem, porque agora são Parlamentares que vão usar a palavra e se posicionar sobre a questão da Frente. Eu agradeço muito a Graça, que fez essa introdução. Ela voltará à Mesa no segundo momento, com as entidades.

De imediato, a palavra com a Deputada Federal Moema Gramacho.

É assim que pronuncia mesmo?

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu me saí bem; sou ruim nessas pronúncias.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Para o senhor ser ruim, precisa se esforçar muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já fica aqui, neste momento, a Coordenação colegiada. A partir da minha leitura, votaremos democraticamente. Os nomes dos Parlamentares são estes aqui: Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Fátima Bezerra, Senador Lindbergh, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Roberto Requião, Senador Paulo Rocha, Deputada Federal Alice Portugal, Deputada Federal Erika Kokay, Deputada Federal Moema Gramacho, Deputado Federal Alessandro Molon, Deputado Federal Bebeto, Deputado Federal Glauber Braga, Deputado Federal Vicente Candido, Deputado Federal Vicentinho, Deputada Federal Jô Moraes, Deputado Federal Daniel Almeida, sem prejuízo, pessoal, de outro Parlamentar que quiser vir fazer parte da coordenação, porque todos os Senadores e Deputados são mais de 300. Se algum outro Parlamentar entender que gostaria de fazer parte, sem problema nenhum.

Estaria aqui eleita, então, a coordenação. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqueles que concordarem com essa leitura, sem prejuízo de outros que quiserem entrar na coordenação, eu peço ao Plenário, Senadores e Deputados, que se manifestem. (*Palmas.*)

Aprovada a coordenação da Frente Parlamentar de Senadores e Deputados, sem prejuízo de outros que quiserem se somar a essa Frente.

De imediato, com a palavra a Deputada Federal Moema Gramacho, para o seu pronunciamento.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Bom dia a todas e a todos.

Vou pedir licença para ficar de pé, porque a rouquidão não me permite falar sentada, de pé fica melhor.

Quero começar cumprimentando e parabenizando o nosso Senador Paulo Paim e dizer da nossa felicidade por ele estar coordenando e conduzindo esta Frente Parlamentar. Quero cumprimentar a companheira Graça, e assim cumprimento todos os demais representantes do movimento sindical, do movimento social, através das centrais sindicais. Cumprimento a Graça apenas pelo fato de ela estar à frente da coordenação, junto com os companheiros das outras centrais, mas ela foi uma das pessoas que buscou todo um processo de mobilização para que conseguíssemos essas assinaturas dos Parlamentares e pudéssemos conscientizar os Parlamentares da importância de constituição desta Frente. Assim, cumprimento e parabenizo todos os militantes, dirigentes, filiados e companheiros trabalhadores representados por essas centrais sindicais e sindicatos aqui presentes.

Quero cumprimentar os nossos Deputados Federais aqui presentes. Começo cumprimentando o Líder do PCdoB, Deputado Daniel Almeida, que tem sido um grande baluarte da defesa não só dos direitos da classe trabalhadora, mas dos direitos do povo brasileiro. É um orgulho, para nós, muito grande tê-lo como um companheiro da Bahia e Líder do PCdoB, um Partido que tem sido também um grande defensor das causas trabalhistas e da democracia no nosso País.

Queria cumprimentar a Deputada Jô Moraes, o nosso Deputado Vicentinho e todos os senhores e senhoras que estão aqui presentes.

Bom, eu acho que essa Frente acontece em um momento muito importante, já estava sendo constituída antes, porque nós sabíamos da ameaça que poderíamos estar sofrendo, mas ela agora toma uma importância, uma dimensão muito maior ainda do que a que ela já tinha, do que a que ela já teria.

Nós estamos vivendo um processo de retrocesso no País. Estamos, neste momento, sofrendo um golpe, e um golpe não de baioneta e de fuzil, mas um golpe institucional, em que uma das metas, uma das propostas desse golpe é, principalmente, a subtração dos direitos da classe trabalhadora. E já estamos vendo isso a partir das primeiras horas e dos primeiros dias deste pseudogoverno que aí está, Temer e Cunha, um Governo ilegítimo, um Governo que tem dono, está a serviço do capital internacional, está a serviço da classe dominante, está a serviço do que há de mais retrógrado na política brasileira, haja vista a representação deste Congresso conservador que é composto, majoritariamente, por três bancadas: a bancada da bala, da Bíblia e do boi. Essa bancada é a bancada que é a favor do golpe e é a bancada que é a favor da subtração dos direitos.

É importante que se diga que, neste momento, esta Frente vai ter que estar muito organizada, muito preparada. Por quê? É que claro que nós temos Deputados que foram a favor do golpe e estão ocupando essa Frente, mas nós sabemos também que muitos Deputados que foram a favor do golpe se submeteram às decisões de seus partidos ou estavam com ameaças por conta da Lava Jato. Mas isso não implica que nós não possamos fazer uma Frente ampliada, com o maior número possível de Deputados, porque, com certeza, muitos Deputados também não concordam com a subtração dos direitos da classe trabalhadora.

E, neste momento, nós precisamos somar esforços para garantir que não sejam tirados direitos dos trabalhadores. A nossa campanha tem que ser com nem um direito a menos.

Nós estamos vendo que o pseudogoverno que está assumindo já entra tentando modificar a Constituição no que há de mais sagrado que é o direito à saúde, ao Sistema Único, que nos custou tanto para conquistar.

E a classe trabalhadora tem um papel fundamental nisso, e falo isso porque eu sou oriunda do polo petroquímico de Camaçari, sou operária de fábrica, entrei na fábrica em 1977, portanto, já dá para saber o quanto a gente lutou contra a ditadura, o quanto a gente lutou pela autonomia e pelos direitos dos sindicatos. Na época, nós tínhamos muitos sindicatos cassados, tivemos que fundar associações clandestinas para depois transformá-las em sindicatos. E a gente conseguiu muitos direitos a partir da luta dos trabalhadores e a partir também da interação dos movimentos sindicais com os movimentos sociais.

No tocante à saúde, eu me lembro da nossa luta, em 1984, a partir da Conferência Nacional de Saúde, que a gente chamava de conferência da reforma sanitária. Nós garantimos uma ideia e uma política para a construção do Sistema Único de Saúde, consolidada a partir da Constituição de 1988. E agora este Governo que está aí chega e diz que não cabe cumprir a decisão da Constituição no tocante ao direito à saúde pública. Então, isso é um retrocesso que mexe diretamente na saúde da maioria do povo brasileiro.

Como se não bastasse, este Governo perdeu a vergonha de vez.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Estou finalizando.

Ele perde a vergonha quando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para finalizar.

A SRª MOEMA GRAMACHO – ... adota posturas de subtração do direito da classe trabalhadora, quando funde Ministérios, quando não leva em consideração a importância do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social, fundindo esses Ministérios, quando ele não dá dimensão necessária ao Ministério da Ciência e Tecnologia também fazendo fusões, ou seja, o Governo já começa todo atrapalhado.

E, com certeza, esse Governo tem o apoio de Cunha, que foi um dos que colocou para votação na Câmara o projeto de terceirização, o malfadado projeto de terceirização. Graças a Deus nós temos aqui, no Senado, o Deputado Paulo Paim, que botou o pé em cima e que não vai deixar que esse processo de terceirização passe. Mas esse é o estágio que nós estamos vivendo, um estágio da subtração de direitos.

Há 230 projetos nesta Casa que tratam da classe trabalhadora. No mínimo 50 tratam de subtração de direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputada.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – E nós... Para concluir, porque o tempo é curto, mas é importante refletirmos sobre isso.

Cinquenta projetos, que tramitam nesta Casa, são ameaça à classe trabalhadora, passam pela questão do salário mínimo, passam pela questão de dar mais valor ao negociado do que ao legislado, passam pela dificuldade que se tem de organização da classe trabalhadora, dentre outros. Nós não podemos deixar esses projetos serem aprovados. E por isso a necessidade dessa Frente Parlamentar.

Portanto, companheiros e companheiras, queria chamar aqui as centrais sindicais, os sindicatos, para, junto conosco, lutar contra esse golpe. Nós ainda temos o prazo de 180 dias; é prazo suficiente para nos mobilizarmos, irmos para as ruas, para botarmos trabalhadores dos movimentos sociais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputada.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Nós estamos vendo aí a reação dos artistas, dos intelectuais e da sociedade em relação à extinção do MinC (Ministério da Cultura). Não pode ser só em relação à extinção do MinC, tem que ser em relação a qualquer possibilidade de subtração dos direitos da classe trabalhadora.

Finalizo parabenizando a todos que estão aqui neste momento. Vamos ampliar, vamos levar essa Frente, Senador, para os Estados. Vamos constituir frente semelhante a essa em todos os Estados e vamos levar a Frente para as ruas, que é onde o povo tem que estar até que derrubemos esse golpe.

Para mim, o nosso lema agora é: jamais Cunha; fora Temer; e volta Dilma. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputada Federal Moema Gramacho. A Deputada vai ter que se retirar, porque ela tem que presidir outra comissão.

Eu queria, então, criar uma parceria Câmara e Senado. Quero convidar o Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Chico Lopes, para que ele viesse aqui para a Mesa.

Quero registrar a presença da Deputada Janete Capiberibe, Chico Lopes – já falei – e do Deputado Glauber Rocha...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Braga; Glauber Braga, mas é uma rocha na luta, na peleia. Olha, aqui o Vicentinho me ajudou, um grande cineasta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estaria do nosso lado.

Deputado Edmilson Rodrigues também está presente conosco.

Pessoal, nós tínhamos ajustado que falariam, primeiro, os Parlamentares da Frente, mas há algumas situações no plenário. Uma delas já quero destacar: o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, que tem outro compromisso, mas fez questão de estar aqui. Então eu peço que haja essa flexibilidade entre nós aqui nessa forma de fazer as falas, a fim de que possamos abrir a palavra para aqueles que, por um motivo ou outro, tiverem que realmente sair de imediato, intercalando com os Parlamentares.

Então eu passo a palavra, já que foi aprovado pelo silêncio, democraticamente, ao Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury.

Eu estou dando cinco minutos para cada um, pessoal, porque nós temos aqui cinco, no máximo.

Por favor, Dr. Ronaldo.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado, Senador Paulo Paim e demais Parlamentares aqui sentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de poder proferir palavras muito breves, não gastarei nem os cinco minutos.

Apenas quero enaltecer a iniciativa dessa Frente Parlamentar Mista. É muito importante que neste momento, em que tantos direitos trabalhistas conquistados a duras penas se veem expostos, haja, de fato, a movimentação, como muito bem colocado pelo Senador Paulo Paim, suprapartidária. Não estamos aqui falando de partido A ou B, eu vi que Parlamentares até do PMDB foram citados. O importante é a ideia e a ideia é a defesa dos trabalhadores.

O que mais impressiona é que, hoje, esse movimento, que já vinha sendo construído ao longo do tempo, ganha relevo sob uma justificativa de saídas da crise. Saídas da crise de forma que apenas nos trabalhadores se busca a retomada do crescimento econômico e do País. Será que a culpa é apenas dos trabalhadores?

A maioria dos direitos que hoje estão sendo atacados são direitos que já estão aí por décadas. Por que só agora, neste momento? Num momento de crise, no qual os trabalhadores mais precisam de normas que garantam a eles o seu sustento, o sustento de suas famílias com segurança, eles têm essa espada de Dâmocles sobre a cabeça no sentido de ameaça, não só na questão previdenciária, mas, principalmente, em direitos mínimos, como conceituação do trabalho escravo, muito bem lembrado, um retrocesso que está sendo tentado de mais de um século em nossa história, terceirização indiscriminada e prevalência do negociado sobre o legislado.

Então, eu gostaria apenas de deixar aqui registrado os parabéns pela iniciativa, congratular e colocar o Ministério Público do Trabalho à disposição, como sempre, neste trabalho de parceria que nós temos feito e nos unir a essa Frente, no sentido de defender os direitos dos trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento o Procurador-Geral do Trabalho, sempre vigilante, acompanhando aqui os debates na Comissão, no interesse do nosso povo do Brasil, Dr. Ronaldo Curado Fleury.

Pessoal, à medida que os oradores usarem a palavra, o pessoal aqui, junto com a assessoria, vai pedir a eles que assinem o documento da Frente, antes da retirada. Então, eu queria convidar o Dr. Ronaldo para assinar o documento, apoiando a Frente. O.k.?

O Deputado Federal Daniel Almeida tem uma reunião do colégio de Líderes em seguida, uma reunião, por tudo o que vi na imprensa, de suma importância. Então, eu vou dar a ele, neste momento, a palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Agradecendo o Senador Paulo Paim, cumprimento-o pela iniciativa de organizar esta Frente Parlamentar em defesa da classe trabalhadora. Cumprimento também a Deputada Jô Moraes, o Deputado Chico Lopes, o Vicentinho, que compõem a Mesa, e os nossos colegas Glauber Braga, Janete Capiberibe, Deputado Edmilson, Vagner Freitas e, em seu nome, as centrais sindicais, as entidades sindicais aqui presentes, o Antônio Queiroz, o nosso Toninho do Diap, que sempre nos ajuda a elaborar, pensar dados e políticas em defesa da classe trabalhadora brasileira. Cumprimento também as demais instituições que comparecem aqui ao lançamento dessa Frente.

Senador, acho absolutamente oportuno este momento para tratar de um tema com a dimensão que tem a defesa de direitos dos trabalhadores. Talvez estejamos vivendo a mais grave ameaça à nossa Constituição nestes quase 30 anos de sua promulgação.

Há um conjunto de ações para rasgar a nossa Constituição, começando pela ação que busca retirar a legitimidade do voto, a soberania do voto popular, que elegeu uma Presidenta da República. Sem razão, sem motivo, apenas pela motivação política de delinquentes que buscam se proteger dos crimes que cometeram, fazem um movimento para afastar uma Presidenta da República e afastar, portanto, a soberania do voto popular. E não é apenas por isso, o que está em jogo é interromper uma trajetória de avanços democráticos e de conquistas sociais do nosso povo nesses últimos anos. Não há dúvida sobre isso. Nós afirmávamos isso e afirmamos isso nas ruas no dia a dia, aqui no Parlamento e na sociedade que se mobiliza nesse processo.

Sabemos da correlação de forças desfavorável. Este é o Congresso mais conservador dos últimos tempos. E eu estou aqui há 14 anos, mas quem está mais tempo, como V. Exª, Senador, sabe que este Congresso é efetivamente conservador, tem uma agenda absolutamente conservadora e está com muita disposição de tocar essa agenda. Os primeiros passos que o Presidente em exercício dá são absolutamente evidentes, a composição do Ministério já expressa isso. Não enxerga diversidade, é um Ministério totalmente elitista, de homens, brancos e ricos.

As medidas anunciadas são no sentido de rasgar a Constituição, retirar o direito à saúde, que está na Constituição, é um direito do cidadão, especialmente, do trabalhador, e um dever do Estado; promover a cobrança [illegible] universidades, que, como está também na nossa Constituição, são um direito do cidadão e um dever do [illegible]ado; retirar o direito à moradia – acabam de anular um plano para ampliar a moradia, o Minha Casa, Minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vida– e os direitos civis, como tem anunciado o Ministro da Justiça; e, aqui na Casa, essa agenda da terceirização, a prevalência do negociado sobre o legislado está em curso e eles têm a decisão de fazer.

Portanto, neste momento, é absolutamente premente, urgente que esta Frente Parlamentar se fortaleça, organize-se na Casa, tenha a capacidade de se capilarizar nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, e mobilizar a sociedade civil.

Teremos uma tarefa difícil. E a Bancada do PCdoB estará presente, ativa, cumprindo o seu papel no fortalecimento desta Frente, pelo tema que é absolutamente relevante.

Parabéns a V. Exª.

Estamos juntos nesta caminhada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Daniel Almeida, que vai para uma reunião do Colégio de Líderes.

Eu vou propondo para que os Deputados falem daqui. À medida que o Deputado falar e tiver outro compromisso, ele vai para o plenário. Então, eu convido já a Deputada Janete Capiberibe, que foi uma das primeiras a chegar, a sentar aqui para ocupar o espaço no momento da fala.

Eu já citei todos os Deputados presentes. Esse que eu perguntei agora foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Edmilson, que eu não havia citado. Os outros todos já citei.

Seja bem-vindo, Edmilson, como todos os outros que já estão presentes. (*Palmas.*)

Agora, nós vamos passar a palavra ao Deputado Vicentinho, que está com o mesmo problema de retornar correndo para os trabalhos na Câmara dos Deputados.

Vou avisar a todos: temos mais de cem pessoas aqui fora que queriam prestigiar este evento. Como não há mais lugar aqui dentro, está lotado, de fato, a segurança está orientando que há a sala 15, que é no final do corredor, com telão, onde todos poderão participar, assistir e interagir também, pelo sistema de comunicação interna da Casa, com alguma pergunta. Por outro lado, no final, eles virão para cá para poder dialogar conosco também, e nós também vamos, dentro do possível, estar lá conversando com eles.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Muito bom dia, companheiros.

Eu vou pedir para falar logo, porque há comissão de trabalho agora, Paim, eu sou membro dessa comissão e, do meu Partido, só há a companheira Érika enfrentando as feras lá. Ainda bem que temos a parceria do PCdoB, do PSOL e de outros companheiros.

Eu queria saudar o meu companheiro Paim, os Deputados e as Deputadas aqui presentes, o companheiro Vagner, que está aí entre tantos companheiros das outras centrais sindicais, dos sindicatos.

Eu queria parabenizar a Graça e o Neurimar, porque no meio daquela confusão toda, juntamente com outras pessoas, os dois, liderando, conseguiram as assinaturas necessárias. No meio daquela muvuca na Câmara, estavam lá entrando, buscando, procurando. Então, primeiro, parabéns por isso.

Segundo, esta Frente, de fato, vem de forma muito oportuna, porque independente de quem esteja de plantão lá, como já disseram outros colegas aqui, o Congresso realmente está muito atrasado, muito conservador. Eu acrescentaria à bancada BBB outro B, que é a bancada dos bancos, que também estão lá. E esse povo – não é, minha Presidenta? – não tem nenhum interesse na vida dos trabalhadores. Eles querem lucrar sob qualquer circunstância.

Infelizmente nós perdemos espaço. Se não me engano, o Diap falava em quase 90 Deputados ligados diretamente aos trabalhadores e hoje há menos de 50; falava em mais de 10% de Deputados negros, que normalmente são ligados ao movimento social, hoje são 4%, 4,5%.

Quem cresceu? A bancada ruralista, que agora tem uma PEC que possibilita tomar cada vez mais as terras dos indígenas, que é a PEC que define o Parlamento como gestor da redefinição de terras, algo muito grave. Já estão voltando atrás, meu companheiro Vagner, com a história da pejotização. Já tem comentário na Câmara de Deputados que querem voltar àquela velha tese da Emenda nº 3 – lembra, Senador Paim? –, que abria as portas para transformar pessoa física em pessoa jurídica, portanto, pondo em risco décimo-terceiro, aviso prévio, Fundo de Garantia, férias, tudo. De novo retomam de vez em quando discursos sobre a questão de que mais importante é o que é negociado – num país como o nosso! – perante a lei, portanto, a CLT está ameaçada. Sem falar de outros interesses colocados lá contra o nosso povo trabalhador.

Então, esta Frente vem no melhor momento. Por isso, quero parabenizar e me colocar inteiramente à posição, como membro desta Frente, meu querido Paim, para a gente fazer de fato uma barreira em defesa s interesses dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Lá do Governo golpista, nós não esperamos absolutamente nada. Já foi dito qual a composição deles e quais são os interesses. Imaginem, colocar no BNDES o Diretor do Banco Itaú é colocar as galinhas para serem cuidadas pelas raposas. E assim vai. Por isso, temos que nos unir muito junto com o nosso povo.

Eu sei que grande parte da nossa classe, como já disse o Paulo Freire, está pensando como eles. Eles conseguiram, através da grande mídia, da grande hipnotização, fazer a classe trabalhadora, inclusive dirigentes sindicais, inclusive Deputados Federais ligados ao movimento sindical, pensar e agir de acordo com o interesse do seu patrão. Isso é muito grave! Por essa razão, a atenção será fundamental, assim como manter nossa aliança com o povo, pessoal. Não tem jeito, é na fábrica, é no bairro, é no banco, é na comunidade mais carente que nós temos de ter a melhor capacidade de argumentar e convencer que esta luta hoje é de classe. Se não compreendermos isso e não formos capazes de fazer com que o nosso povo adquira consciência de classe, vamos sofrer mais ainda, Paim.

Por isso, quero parabenizar nossos guerreiros Parlamentares, sempre presentes e atentos a cada momento.

Meu querido Paim, quero agradecer de público, porque nós programamos todos os anos, na Câmara, uma sessão solene pelos direitos dos trabalhadores, e o bandido do Eduardo Cunha, sem nenhuma explicação, depois de anos e anos, desta vez impediu essa sessão solene sobre o 1º de maio e os direitos dos trabalhadores. O meu companheiro Paim falou na hora: "Vicentinho, o cara proibiu, mas aqui a gente está garantido. Vamos fazer". E me convidou para vir até o evento programado aqui.

Então, o Paim e outros Senadores, minha querida Fátima, que está aqui, e tantos outros e outras, têm sido sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Regina Souza, sempre aqui e ali, quietinha.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Sim, minha querida irmã. Aliás, vocês falaram muito bem, pessoal. Fiquei de olho na fala de vocês três, pelo amor de Deus, foi muito boa, no dia da explicação de por que não. (*Palmas.*)

Vocês são uns anteparos para nós. Quando a gente não consegue nada lá, a esperança é o Senado.

E quero dizer que sou meio bobo, ainda com um pouco de esperança. Quem sabe este Senado, serenamente, não permite esse golpe? É esperança boba, Paim, mas eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E válida. Vale.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – ... depositando esta esperança na capacidade de vocês de convencer.

Que Deus abençoe essa Frente! Juntos na luta sempre, pessoal!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Vicentinho.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu, Vicentinho.

Eu queria, de imediato – e vou passar para a Senadora... A Deputada Jô Moraes tem de sair rapidamente daqui, se não ela não consegue chegar a tempo lá; se a Senadora Fátima concordar, nós passaríamos a palavra para ela e, em seguida... Porque a Senadora vai ficar aqui comigo mais tempo, tenho certeza.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Sejamos rápidos.

Eu queria apenas fazer três registros. Eu não vou cumprimentar os Parlamentares presentes porque já são tantos, e alongaria o tempo.

Quero cumprimentar as entidades pela iniciativa, na pessoa da Graça, e dizer que é importante a gente lembrar que a construção dessa Frente Parlamentar já vem há algum tempo, porque respondia a uma necessidade diante dos impactos que a crise econômica trazia para os trabalhadores e diante da retirada de direitos que estava em curso. Neste momento, os problemas se agravam, e a iniciativa torna-se ainda mais oportuna, pela pauta que está presente aí no Governo ilegítimo interino que está posto.

Eu queria lembrar a vocês que acabo de vir do lançamento da pauta legislativa da CNI. Coincidentemente, dois projetos também são prioridade deles: terceirização e o negociado sobre o legislado. E destacaram a Convenção 158 da OIT como uma das necessidades de prioridades. Isso demonstra a necessidade, a importância e a clara oportunidade de que esta Frente, tanto aqui no Senado, quanto na Câmara, faça, cada vez mais, uma pressão permanente.

Cumprimento a todos e a todas. Estou indo para uma área, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e ressalto que está sendo golpeada a nossa política externa por um interino eventual que não entende que o mundo precisa do Brasil e que o Brasil precisa do mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, querida Jô Moraes.

A Deputada Federal Janete Capiberibe tem que sair correndo, e o meu querido Guilherme Guimarães iciano, que viajou pelo País na cruzada contra a terceirização, da Anamatra, está sendo chamado e terá tam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

bém de se deslocar. Então, nós vamos dividir o tempo: primeiro, a Deputada Federal Capiberibe; em seguida, o Guilherme, sem prejuízo dos outros, apesar de saber que todo mundo está correndo.

Deputada Federal Capiberibe, por favor.

Se cada um puder usar três minutos, pessoal...

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP) – Muito obrigada, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... porque nós temos mais de 20 inscritos.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP) – Obrigada, Senador Paim. É uma honra fazer parte desta plenária, aqui na Mesa, neste momento de imensas dificuldades para o povo brasileiro.

Eu quero fazer alguma saudação a todos, no nome do senhor, na sua pessoa; a todas as centrais sindicais aqui presentes, ao meu colega Glauber Braga, que foi um dos autores de requerimento pedindo audiência pública, junto com a Deputada Luiza Erundina. Eles não são do meu Partido, são do PSOL, mas, nesta hora, quem é a favor do povo brasileiro está junto.

Senadores, Deputados, nossas saudações.

Quero dizer que usarei somente os três minutos, Senador Paim.

Nós integramos a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora, com a participação da Comissão de Legislação Participativa, que tem na Presidência o nosso Deputado Chico Lopes. Queremos dizer aqui que estamos, junto com as centrais sindicais, com os trabalhadores do nosso País, contra a terceirização. Somos contra a prevalência da negociação trabalhador-patrão, porque sabemos que a corda arrebenta para o lado do mais fraco, e a favor da manutenção dos direitos adquiridos, direitos da CLT, direitos constitucionais para os trabalhadores do nosso País.

Contem conosco, nós estaremos presentes em todas as mobilizações. Somos do Amapá e ali podemos fazer também uma grande mobilização de rua contra este Governo oportunizado através de um golpe parlamentar pelo ex-Presidente da Câmara, que articula para, nesta quinta-feira, o Plenário da Câmara votar o seu retorno à Presidência, alegando que ao STF não cabe afastá-lo. Isso será terrível, porque, com Cunha na Presidência da Câmara, aconteceram retrocessos imensos, perda de direitos adquiridos das comunidades tradicionais indígenas, dos quilombolas, dos trabalhadores, a terceirização, enfim, a redução da maioridade penal, quando nós vemos as cadeias do nosso País repletas de jovens negros.

Este Governo ilegítimo que está aí excluiu as mulheres da sua equipe, excluiu o povo negro – os índios eu nem digo, porque os índios estão na floresta, é difícil eles serem enxergados em todos os momentos. A formação deste Governo com homens brancos representando a elite do nosso País volta aos tempos de Marechal Deodoro, quando deu um golpe em Pedro II. É igualzinho. A gente tem de olhar a história, o nosso passado. É isso que o Temer...

Para concluir, Presidente Paim, ele escolheu como *slogan* de seu Governo "Ordem e Progresso" e colocou o globo com 22 estrelas apenas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputada.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP) – O nosso País tem 27 unidades federadas e 22 estrelas. Na exclusão, não tem estrela do Amapá, meu Estado, do Acre, do Tocantins. Então, este é um Governo que não pode vingar. Vamos para a rua, estou junto com os trabalhadores.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputada.

Só um pouquinho, pessoal. Eu sei que todo mundo quer falar, mas alguém tem de presidir, e eu vou continuar presidindo, como sempre presidi esta Comissão, e vou dando a devida orientação.

Nós temos aqui, pessoal, toda esta lista. As centrais estão todas aqui. Todas querem usar a palavra, e vão usar, e as entidades também. Peço aos Deputados que mantenham a tranquilidade. Se cada um puder falar três minutos... Eu sei que, por exemplo, o Dr. Guilherme, que é parceiro nosso aqui 24 horas por dia, está esperando a oportunidade para falar, porque ele tem que sair também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente, Senador Paim. Permita-nos: é que a Deputada Margarida, o Deputado Pedro, na verdade, nós estávamos agora em uma reunião, um núcleo de educação, também já tratando de zelar pela educação, frente a esse período em que estamos vivendo, e eu queria só passar a palavra rapidamente para a Deputada Margarida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Deputada Margarida fará uma saudação.

Eu não vou abrir mão de que o Deputado Edmilson Rodrigues faça uma saudação. O meu querido Guilherme disse que, dentro do possível, e o Pedro também, faria o mesmo.

Então, por favor, com a tolerância do meu querido amigo, o Dr. Guilherme.

A SRª MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Muito obrigada, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É uma satisfação muito grande estar aqui com todos esses Parlamentares, com a Senadora Fátima, que gentilmente me abre a palavra aqui, e os demais Parlamentares de vários Partidos, como o Glauber, o Edmilson, o Pedro, o Chico, a Jô, que estava aqui agora mesmo, e todos os presidentes das centrais sindicais.

Apresento a todos os meus cumprimentos e quero dizer da nossa persistência, do nosso engajamento nessa Frente, em um momento sombrio da história brasileira, em que um governo ilegítimo se dispõe a golpear direitos conquistados com muita luta, entre tantas coisas absurdas.

Nesse momento, nós reconhecemos algumas coisas que acabam de ser nomeadas pela Deputada Janete Capiberibe. Eu queria mencionar o fim do Ministério da Previdência, a subordinação da área da Previdência à área da Fazenda. Essa é uma coisa tão absurda que eu penso que é imediatamente uma pauta dessa Frente, Senador Paim. É uma ameaça direta. Tratar direitos como recursos fazendários é, de fato, desconstruí-los, destituí-los e nos ofender gravemente a todos.

Então, venho aqui dizer, Senadora Fátima, Senador Paim, também da minha adesão à essa Frente e do meu convencimento de que essa é uma luta que precisa ser travada com prioridade.

Peço desculpas. Temos várias comissões no momento em desenvolvimento na Câmara, para as quais eu preciso partir.

Muito obrigada e contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputada Margarida Salomão, que foi bem rápida.

Passo a palavra agora para o Deputado Federal Edmilson Rodrigues. Chegou aqui muito cedo também. E o Glauber Rocha, que foi um dos primeiros a chegar.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Braga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Glauber, não sai, não sai!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só agradecer. Eu ia abrir mão da palavra, porque duas comissões estão iniciando agora.

Quero dizer que os golpistas não combinaram o golpe com a sociedade. Ainda ontem, em Cannes, foi um vexame, mais uma vez, para o Brasil e um orgulho para os trabalhadores brasileiros ver um filme merecedor de premiação no mais importante festival do cinema mundial, na minha avaliação, ver as plaquinhas dizendo que o Brasil vivencia um golpe.

O Deputado Vicentinho não é bobo, não é ingênuo; ele tem um sentimento que deve ser considerado. Se esta Comissão funcionar bem, se os partidos de oposição conseguirem unidade para barrar a pauta de maldades que os golpistas querem legitimar, aprovando um pacote de leis destrutivas de direitos, o desgaste do Governo será inevitável. Os três meses que a Globo diz de paz e de expectativa positiva passam rápido. Então, eles têm pressa de correr com o golpe no Senado e têm pressa para transformar em lei esses pacotes de maldades que destroem direitos, destroem um sistema de Previdência, destroem a política de Estado de cultura do nosso País.

Então, concluo parabenizando a todos nós, aos trabalhadores em particular, mas quero dizer que Senado e Câmara têm um papel fundamental.

(Soa a campainha.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – E é fundamental dizer para o povo, até nessa possibilidade de se manter o golpe ou não, o que é que nós apresentamos como compromisso, porque, convenhamos, há muitos erros no processo aí. Numa das leis, que é a 257, está havendo o combate contra o *impeachment*, contra o golpe; tive de ir três ou quatro vezes para a tribuna dizer: "É intocável o direito do trabalhador no serviço público, em nome da redução da dívida de Estados". Se é um tema importante, discutamos; agora, nós temos de apresentar ao nosso povo brasileiro, para os que vivem do trabalho, qual é o programa que, na possibilidade da derrubada do golpe – eu não acho que é ingenuidade pensar isso –, nós temos, o compromisso com ele, povo esperançoso sempre, tanto que está resistindo nas ruas.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Edmilson Rodrigues.

Agora, vou passar a palavra ao Vice-Presidente da Anamatra, que está aqui desde o primeiro momento, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Muito obrigado, Senador Paim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhores presidentes de centrais, colegas de entidades, juízes presentes, é um prazer imenso estar aqui, pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, trazendo a nossa palavra de solidariedade e o nosso apoio a essa Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Anamatra tem, estatutariamente, um compromisso com os juízes do Brasil e com a sociedade civil brasileira de lutar pelo Estado democrático de direito, de lutar pelo Estado social e, portanto, pelos direitos sociais, e de lutar pelos direitos de cidadania. E ela seguirá cumprindo fielmente esse dever estatutário.

Nós temos, Senador, já há algum tempo, mapeado os projetos de lei que representam risco para a condição social do trabalhador no País. Vou citar apenas alguns que estão na nossa agenda político-institucional de 2016 e que são objeto da nossa preocupação e da nossa atuação técnica neste Parlamento: PL 8.924/2014, que vai distinguir salários pelo critério de escolaridade e de faixa salarial; distingue direitos, admitindo que trabalhadores supostamente mais escolarizados ou em faixas remuneratórias mais satisfatórias possam negociar livremente os seus direitos trabalhistas; PL 1.463/2015, que cria o Código do Trabalho Brasileiro, mas numa perspectiva precarizante e flexibilizadora; PL 5.140, de 2005, que modifica a execução na Justiça do Trabalho e dificulta, por exemplo, que o Juízo do Trabalho chegue ao patrimônio dos sócios quando eventualmente a empresa é inadimplente e esse patrimônio é desviado; PL 1.875, de 2015, que permite suspensão dos contratos de trabalho em caso de crise financeira; PL 4.193, de 2012, negociado sobre o legislado; PLs 8.710 e 3.015, terceirização; PEC 18, de 2011, que permitirá qualquer trabalho a partir dos 14 anos; e por aí vai.

Somos contrários a todos esses projetos. Pensamos também, como alguns Parlamentares já disseram aqui, que não podemos ficar nas cordas. Os Parlamentares comprometidos com os direitos sociais, os movimentos sociais e as entidades sociais precisam também partir para o contra-ataque, precisam ser proativos.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Nesse sentido, eu já indico a essa Frente Parlamentar três projetos de lei que são também acompanhados pela Anamatra e que – é o que nos parece – têm exatamente essa função.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, doutor.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Trazem à discussão textos que vão melhorar a condição jurídica do trabalhador, como o PL 220, de 2014, que modifica a CLT para criar direitos para os trabalhadores no que diz respeito ao meio ambiente do trabalho, ou seja, saúde e segurança do trabalhador, prevendo textualmente, por exemplo, que, em caso de acidente de trabalho ou doença ocupacional, a responsabilidade civil do empregador é objetiva, hipótese que já vem sendo construída pela jurisprudência trabalhista; o PL 552, de 2015, que trata da chamada ação promocional trabalhista – nós estamos propondo ao Parlamento que traga para o processo do trabalho brasileiro a *class action* norte-americana, de modo que um trabalhador afetado no seu direito individual, levando isso ao Judiciário e em se concluindo que essa afetação não é só dele, mas de um coletivo de trabalhadores, poderá o Juízo do Trabalho transformar essa ação individual em uma ação coletiva e, assim, proteger imediatamente o interesse de todos; e o PLS 554, de 2015, que é a proposta que nós construímos a partir de estudos da Anamatra,...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... para a regulamentação de uma terceirização que seja garantista, que impeça terceirização em atividades-fim, em atividades inerentes, e que, mesmo nas atividades-meio, garanta mínima isonomia.

Nós consideramos, Senador Paim, que direitos sociais são também direitos humanos, como são, de fato, direitos humanos de segunda dimensão e de terceira dimensão. Entendemos que a retórica de que em tempos de crise se relativizam os direitos trabalhistas é o mesmo que dizer que, em estado de exceção, se relativizam os direitos humanos. Não aceitamos esse discurso e vamos lutar a favor do estado social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

De imediato, passo a palavra para o Deputado Federal Glauber Rocha, que foi um dos primeiros a chegar aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É Braga, mas, como foi em homenagem ao Rocha, não há problema!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer então, já que eu me enganei duas vezes: Deputado Federal Glauber Braga, com as nossas palmas. (*Palmas.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sem problemas.

Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, Senadora Fátima, todos os representantes, trabalhadoras e trabalhadores aqui pre-ıtes, meus amigos, não dá para ser pior o que está instalado no Palácio do Planalto, todos nós temos essa ısciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Podemos citar o pseudo Ministro da Saúde, que já fala em acabar, flexibilizar ou dar um jeito no SUS; o Ministro da Educação, que já fala também da aprovação do texto constitucional que fere o princípio de que a educação pública tem que ser gratuita. Os exemplos não vão acabar, porque o que está colocado lá é uma demonstração clara de que a direita mais extremada e contundente não quer mais conciliação, ela quer que os seus interesses sejam colocados em prática com toda força.

Se eles dizem isso, cabe a nós, da mesma forma, não estarmos na ilusão de que a conciliação é possível. Não é! Do ponto de vista institucional, os mandatos, por mais brilhantes e progressistas que sejam, dos Senadores e dos Deputados Federais, só servem de alguma coisa se forem a representação de um meio para a luta social. É a luta social que vai conseguir dar uma virada nessa história, não podemos tapar o Sol com a peneira.

No golpe, uma parcela importante da sociedade brasileira não foi às ruas. A essa parcela que não foi às ruas, precisamos agora demonstrar o que está em jogo a partir do momento em que esse projeto extremado é colocado em prática. Sensibilizando essa parcela da sociedade brasileira, conseguimos efetivamente dar uma resposta real e dar uma virada naquilo que está acontecendo.

(Soa a campainha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Iniciativa de frente é exatamente o que pode fazer com que a gente acumule força para uma virada verdadeira. Boa parte da militância da esquerda no Brasil hoje procura, pergunta e questiona os Deputados Federais e Senadores: o que que vocês estão fazendo como articulação real para enfrentar o que vem por aí? E a gente tem que se articular através das pautas, através da agenda. Que as nossas diferenças programáticas não sejam impeditivas do esforço de uma organização para resistir verdadeiramente aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros que estão sendo ameaçados. (*Palmas.*)

Se conseguimos essa articulação entre nós, se conseguimos sensibilizar ainda mais aqueles que num primeiro momento não foram às ruas e se conseguimos estar em contato permanente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto, Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... com aqueles que foram às ruas, mas que não querem deixar de lutar, a nossa resistência, não tenho dúvida, vai ser vitoriosa e o "Fora Temer" não vai ser só uma palavra de ordem, vai ser a determinação de uma ação real de quem não aceita essa ação da extrema direita governando o Brasil.

Um abraço.

Vamos à luta!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado. Ficou no tempo.

Deputado Federal Chico Lopes, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, um dos que nos ajudou a fazer este encontro entre Câmara e Senado sobre esse tema.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE) – Obrigado, Senador Paim.

Quero apenas fazer um convite a todos os presentes e às centrais sindicais para também promovermos esta mesma discussão na Comissão Participativa da Câmara Federal.

Senhores e senhoras, numa conversa entre Stalin e outro líder comunista, Lênin, numa derrota dos comunistas pelos mencheviques, ele dizia que não adianta se lamuriar, só adianta partir para a luta para que os adversários respeitem o ponto de vista. Domingo, dia 17, foi a primeira vez em que o povo brasileiro assistiu a uma sessão da Câmara Federal: viu e não gostou. E, hoje, Deputado no meio da rua não tem mais grande respeito.

Quando se fala "Fulano é Deputado", ouve-se "Vixe!" E por quê? Porque a esquerda esteve no poder, e nós cometemos erros, porque demos à direita, de bandeja, o lugar para onde ela tinha vontade de voltar, com toda força, inclusive com um Ministro da Justiça que nos faz sentir saudade de Armando Falcão, do regime militar.

Nesse sentindo, nós temos é que... Os sindicatos têm que voltar à escola de revolucionários operários, e não burocratas, e não sentar a bunda na cadeira e esquecer dos movimentos de porta de fábrica, de... (*Palmas.*)

... unificar as contradições dos trabalhadores. Eu estou ouvindo aqui dizerem que nós estamos numa contradição de classe. Pelo amor de Deus, isso é analfabetismo político! Enquanto houver capitalismo, há contradição de classe, porque existe a mais-valia em jogo. Ou alguém esqueceu essa história?

Então, não vamos atrás de culpados. Vamos atrás das nossas ações, das nossas instituições, de como podemos virar o jogo, porque um governo que tem sete na Lava Jato não é um governo, mas uma quadrilha; é uma quadrilha governando o País sob as benesses da direita do nosso País.

Um abraço e quero a colaboração de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Deputado Chico Lopes, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Deputado Federal Pedro Uczai, com quem tive belos debates lá em seu Estado a seu convite. Muito obrigado por estarmos juntos mais uma vez.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Obrigado, Senador Paim.

Cumprimento todos os nossos Senadores, Deputados Federais e lideranças sindicais aqui presentes, das diferentes centrais.

Neste momento da conjuntura, o que eu acho que nós temos que evitar e, portanto, o que nós temos que fazer... Esta Frente Parlamentar é fundamental e decisiva para não permitir que o que está em curso aconteça. O golpe à democracia e à Constituição, que está em curso, precisa ser evitado para não haver a tragédia da classe trabalhadora, quanto aos direitos da classe trabalhadora.

Portanto, neste momento a luta tem dupla face. De um lado, ampliar a mobilização social que está em curso no País para evitar o golpe à democracia e à Constituição e para destituir a organização criminosa do Michel Temer, de um governo interino e ilegítimo. Esse é um lado da luta, e é fundamental.

E a classe trabalhadora tem que derrotar o golpe em curso, porque as derrotas que nós vamos sofrer nos direitos da classe trabalhadora – com a terceirização, com o negociado sobre o legalizado – e nos outros direitos... Nós vamos perder na saúde, na educação, na aposentadoria, na previdência, vamos ter o sofrimento daqueles que produzem a riqueza neste País.

Portanto, esta frente parlamentar tem que casar a rua à mobilização de todas as centrais, que, neste momento histórico, precisam se posicionar. Nós não temos dúvida de que é a luta, é a rua, é a mobilização, é a porrada nesses que hoje estão tentando destruir as conquistas históricas. Portanto, é grave o momento que estamos vivendo. Não é questão de Dilma ou sem Dilma, com Presidente ou sem Presidente. Nós estamos discutindo aqui os direitos conquistados a duras penas, com tanta luta da classe trabalhadora, do sindicalismo, dos movimentos sociais. Nós não podemos nos acovardar. Nós não podemos nos ajoelhar e aceitar o processo de derrota, porque há companheiros que já estão sentando na cadeira e dizendo "Perdemos". Onde é que nós perdemos? A luta vai definir a nossa vitória. A luta vai impedir a destruição dos nossos direitos, a mobilização. E há aqui no Congresso muitos parceiros dessa luta e dessa jornada.

Então, Paim, na Frente Parlamentar... Se quiser um humilde companheiro para se juntar à luta lá em Santa Catarina, eu me coloco à disposição para fortalecer essa Frente lá no meu Estado, junto com os trabalhadores e trabalhadoras.

Viva a classe trabalhadora! Vivam as centrais! Viva o movimento sindical! Vamos para a luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Pedro Uczai.

Deputada Federal Ana Perugini. (*Pausa.*)

Eu acho que já saiu.

Deputado Federal Ságuas Moraes. (*Pausa.*)

Já saiu.

Deputado Federal Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Eu quero dar um bom-dia a todas, um bom-dia a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, que é um guerreiro, um exemplo de luta na classe trabalhadora; a Senadora Fátima Bezerra, que igualmente é uma guerreira; a Senadora Regina, que também é uma guerreira; o querido Deputado Pedro Uczai. Vejo aqui o Presidente da CUT, Vagner Freitas; vejo também a Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a Juvandia; vejo também a Rosane e companheiros da CTB e de outras centrais sindicais. Cumprimento todos.

O neoliberalismo nunca ganharia uma eleição no Brasil. Eles perderam as eleições de 2002, perderam as eleições de 2006, perderam as eleições de 2010. Com toda a crise política, perderam as eleições de 2014. Para implementar um programa como esse, só há um jeito: dar um golpe. Foi o que eles fizeram: deram um golpe, um golpe parlamentar, um golpe midiático, um golpe empresarial, um golpe judicial. E agora eles querem implementar isso de uma maneira dramática.

O objetivo deles é diminuir direitos da classe trabalhadora, é baixar o nível salarial. Eles vão tentar aprovar agora, no Senado, a terceirização indiscriminada. Eles incorporaram o Ministério da Previdência ao Ministério da Fazenda. Portanto, agora, o tema da Previdência terá apenas uma ótica fiscal, contábil, de retirada de direitos. Eles estão desvinculando os benefícios da Previdência do salário mínimo, atacando a renda dos mais pobres. Eles vão acabar com a política de valorização do salário mínimo, ampliar o desemprego e tirar direitos da classe trabalhadora.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – É por isso que nós temos que fazer uma reação dura. Eles não estão querendo retirar apenas os direitos conquistados nos 13 anos do Governo Lula e Dilma, que foram muitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eles estão querendo atacar a Constituição brasileira. Vejam o que falou ontem o Ministro interino da Saúde: "O SUS não cabe no Orçamento. Então, vamos tirar a universalização." Vejam o que falou o Ministro interino da Educação ontem: "Queremos cobrar mensalidades nas escolas." Vejam o que usurpador, o golpista, Michel Temer fez com a EBC ontem: a EBC tem um mandato de quatro anos, é uma TV pública, não uma TV estatal, como é a BBC de Londres, pois ele destituiu o presidente eleito, porque ele está a serviço das empresas privadas de comunicação.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Totalmente ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso, nós temos que fazer uma reação dura.

Eu ouvi aqui o Chico falando. Nós temos de ser pedagógicos, nós temos de conversar com a classe trabalhadora hoje, explicar e trazê-la para um levante na sociedade brasileira, para tirar o usurpador de lá e implementar o programa de mais mudanças, que foi o programa de eleição.

O maior estelionato eleitoral quem provocou foi Michel Temer, porque ele foi eleito por um programa, aliou-se a outro programa e está implementando um outro. Ele é um usurpador estelionatário, e nós temos de ir para as ruas agora, pedagogicamente explicar ao povo brasileiro e mudar a votação aqui, no Senado brasileiro.

Parabéns, Senador Paim, Senadora Fátima e Senadora Regina, pelos votos que deram. Agora nós precisamos ampliar essa votação, mas vai ter de ser a sociedade brasileira dizendo "Não vai ter golpe", porque ele está em curso rapidamente. Precisamos levantarmos a sociedade brasileira e reverter esse clima na sociedade e reverter esse clima aqui, no Parlamento.

Está sendo muito importante... Na sala de aula daquela Janaína Paschoal, os alunos puseram lá: "Golpista!" Ontem, aqueles que receberam o prêmio em Cannes puseram: "Há um golpe em curso no Brasil."

Nós temos de ter em toda maternidade brasileira, na criança que nasce...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... no primeiro uniforme, o seguinte: "Não vai ter golpe!" Em toda a sociedade brasileira, vamos fazer um levante para reverter.

Estou junto com essa Frente. Vamos reverter e vamos tirar o Temer da Presidência da República!

Um grande abraço a todos os senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado Federal Paulo Teixeira, muito bem.

Vou passar a palavra agora – ele também tem um compromisso assumido – ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia a todos.

Vou ser breve na minha fala, Senador, quero apenas parabenizar V. Exª e os demais Senadores e Deputados que compõem esta Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora. Parabenizo também as centrais sindicais na pessoa da Graça, pelo excelente trabalho desempenhado na construção desta proposta que reflete os anseios da sociedade trabalhadora brasileira.

Quero deixar a ANPT à disposição, associação que tem uma história de luta não só em defesa dos membros do Ministério Público do Trabalho, mas também no enfrentamento em defesa dos direitos sociais trabalhistas, direitos fundamentais constitucionais que estão sendo atacados. Estamos à disposição – esta nova gestão que acabou de entrar na ANPT – como parceira incondicional da Frente Parlamentar, porque todos esses temas – negociado sobre o legislado, terceirização, trabalhado escravo – são temas que nós vivenciamos e sabemos os efeitos deletérios e as consequências que isso irá trazer para a sociedade trabalhadora. Tudo isso irá desaguar, certamente, tanto no trabalho da Auditoria Fiscal do Trabalho como no trabalho do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, além de causar mortes, adoecimentos e tantos outros prejuízos sociais aos direitos trabalhistas.

Então, parabenizo mais uma vez pela iniciativa e coloco a ANPT, associação que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho em todo o País, como parceira incondicional dessa Frente Parlamentar, que já é um sucesso.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ângelo Fabiano Farias Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria só informar que a sala 15 está também lotada, com um telão lá, e que também, em mais uma sala, estamos sendo vistos agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles podem vir, porque a sala 7, se não me engano, também vai estar liberada.

Eu vou terminar esta lista rapidamente para que as centrais possam, em seguida, formatar a Mesa e usar da palavra.

Passo a palavra ao representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Dr. Maximiliano Nagl Garcez.

Se todos puderem ficar em três minutos, os Senadores, no fim, encerram.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador. Parabenizo-o pela iniciativa. Parabenizo também a companheira Graça por idealizar o fórum e cumprimento todos os companheiros aqui presentes, Deputados, Senadores, militantes.

Quero só falar umas palavrinhas que não são em nome da Alal, mas em meu nome.

Eu considero que isso é um golpe vergonhoso, um golpe midiático parlamentar que não pode ser aceito. Considero que a sociedade brasileira vai conseguir colocar esse triste momento no lixo em breve. As pessoas que hoje apoiam o golpe vão se envergonhar perante seus filhos e seus netos no futuro. Quero citar uma frase do Cazuza aqui: a piscina do golpe está cheia de ratos.

Agora volto a falar em nome da Alal.

Corroboro a agenda que foi apresentada pela Anamatra, dos projetos que devemos apoiar e que devemos rejeitar, e corroboro também a defesa que o nosso parceiro, Dr. Ângelo, fez em relação à ANPT. A Alal está à disposição da Frente para tentar reverter retrocessos que o governo golpista de Temer vai tentar implementar e para tentar também defender agendas importantes.

Considerei lamentável a declaração do Ministro do Trabalho do governo golpista defendendo a terceirização em atividade-fim. Isso seria a destruição das conquistas trabalhistas que temos há décadas. É isto que este governo golpista veio tentar implementar: plantar a agenda mais obscura, mais atrasada do mundo do trabalho, tentar desconstruir as conquistas trabalhistas e também prejudicar a economia, porque tudo isso derrubaria o consumo, destruiria a qualidade da indústria nacional.

Eu tenho certeza de que as pessoas e entidades aqui presentes, em conjunto com toda a sociedade civil brasileira, sob o comando do nosso guerreiro Senador Paim, vamos conseguir ter de volta em breve a democracia e impedir que conquistas históricas da classe trabalhadora sejam extintas.

Parabéns a todos e contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Maximiliano Nagl Garcez, que foi um dos coordenadores daquela cruzada nacional contra a terceirização.

Pelo Dieese, Lilian Marques. Em seguida, vamos ter o Deputado Chico Alencar também, que deu uma corrida aqui para prestigiar o nosso evento.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Bom dia a todos e a todas.

Sou Lilian Arruda Marques e estou representando a direção técnica do Dieese, que é uma entidade do movimento sindical que completou 60 anos em dezembro e que produz trabalhos técnicos para todas as centrais e para todo o movimento sindical brasileiro.

Nós estamos acompanhando todo este debate, todas as propostas. Vamos tirar uma pauta com as centrais sindicais para produzir material técnico que subsidie essa discussão, que dê argumentos e comprove que esses projetos são prejudiciais à classe trabalhadora. Tanto os Parlamentares como o movimento sindical poderão contar com a produção do Dieese e de outras instituições que estão nesta luta.

Agradeço o convite. Parabéns ao Senador Paulo Paim, que sempre tem aberto este espaço. O Dieese está muito mais presente aqui, tanto na Câmara quanto no Senado, e a ideia é a cada dia ficarmos mais próximos desta Casa, exatamente para mostrar com dados o quanto se tenta mudar a situação o trabalhador brasileiro. Houve muitas conquistas nos últimos anos e temos muito para avançar, para melhorar o mercado de trabalho brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lilian Marques, pela brevidade com que falou pelo Dieese.

Terminamos já esta Mesa das entidades. Em seguida são as centrais.

Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Queria agradecer muito aos auditores e a outros setores que têm mostrado que, se derem estrutura, não será preciso reforma nenhuma, é só cobrar de quem está sonegando e desviando dinheiro, não é? A palavra está com você.

O SR. CARLOS SILVA – Em nome do Sinait, Senador Paulo Paim e demais Parlamentares presentes, centrais sindicais, movimentos sociais, os auditores fiscais do trabalho vêm aqui parabenizar a iniciativa e se colocar à disposição para juntos continuarmos fazendo este enfrentamento contra a supressão de direitos trabalhistas.

Nós todos os dias entramos nos ambientes laborais do nosso País e constatamos a realidade dura que já vivem os trabalhadores. O que nós enxergamos nessa pauta precarizadora do mundo trabalho é uma tentativa de legalização dessa situação absurda que vivem hoje já muitos trabalhadores no País.

Exemplo concreto disso é a mudança no conceito de trabalho escravo, a permissão para a terceirização sem limites no mundo do trabalho, que não alcança só as empresas, mas também a esfera pública. Está aí o PLP nº 257, esfacelando a estrutura do serviço público no Brasil, para deixar claro que o golpe, ou a tentativa de golpe, não está na direção só da iniciativa privada, do mundo do trabalho no mercado privado, mas também na esfera pública.

A Auditoria Fiscal do Trabalho é contra essa concepção de mundo do trabalho e quer deixar claro que nós não vamos arredar o pé da luta pela proteção dos trabalhadores. Enxergamos nesta Frente o *locus* adequado para fazer essa resistência importante e necessária para o nosso País.

A Auditoria Fiscal do Trabalho continuará firme, Senador, como sempre esteve, no Senado e na Câmara, fazendo o seu trabalho de enfrentamento pela proteção dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sinait.

Pelo Diap, falará o último desta Mesa. O Toninho está presente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Toninho, por favor.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Senador Paulo Paim, Parlamentares aqui presentes, lideranças sindicais, eu queria aproveitar estes três minutos para fazer um rápido registro em tom de alerta.

Há muita gente nos movimentos sociais populares, e até no Parlamento, com a leitura de que, em ano eleitoral, não se faz reforma no Parlamento. Quero lembrar que as reformas administrativa e previdenciária foram aprovadas em ano eleitoral, 1998 – e não foi eleição municipal, foi eleição para a renovação da Câmara e do Senado Federal. Então, arrefecer o movimento com esse tipo de leitura é extremamente preocupante. Por isso, a oportunidade da criação desta Frente para fazer o enfrentamento a essa agenda que está sendo conduzida pelo governo provisório.

Mais ainda, um alerta: o Governo Michel Temer não fugirá de agendas impopulares – isso é um diagnóstico apenas, é uma informação. Basta dizer que o próprio Temer, como Deputado, foi Relator da reforma previdenciária do governo Fernando Henrique; foi Michel Temer, como Vice-Presidente da República, na condição de coordenador político do governo, que aprovou no Congresso as emendas às MPs 664 e 665, que eliminaram a vitaliciedade da pensão, reduziram o seguro-desemprego, o seguro-defeso, o auxílio-doença etc.

Outro integrante de sua equipe, Moreira Franco, foi o Relator da reforma administrativa, que suprimiu diversos direitos dos servidores naquela ocasião no Congresso Nacional. O Henrique Alves, que é Ministro do Turismo – o Senador Paim o conhece bem – foi quem presidiu e se empenhou na Comissão de Trabalho para aprovar o projeto de flexibilização da CLT, que teve como Relator, na oportunidade, o atual Ministro do TCU...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... e Deputado por Pernambuco... Daqui a pouco me recordo o nome dele e falo aqui, porque me ocorreu agora... Seu nome é José Múcio Monteiro, desculpe-me – o Presidente Lula, na sequência, o retirou.

A incorporação da Previdência ao Ministério da Fazenda é uma demonstração clara de que o caráter solidário da Previdência Social vai desaparecer, ficarão apenas os aspectos financeiro e atuarial. Não se admite que uma questão social seja tratada apenas com esse viés. Quando se passou para a Fazenda a receita previdenciária, era admissível, porque se tratava de arrecadação de tributos; agora, a formulação de políticas públicas na área social ser entregue à área econômica, isso é um verdadeiro absurdo.

Para concluir, gostaria de dizer que um dos ministros do Governo Michel Temer, Ricardo Barros, foi quem, no Relator do Orçamento, propôs reduzir, tirar dinheiro do Bolsa Família, tirar recursos do reajuste dos servores públicos, flexibilizar a CLT. Estava tratando da matéria orçamentária, mas, quando chegou no capítulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da Justiça do Trabalho, fez questão de dizer que não fazia sentido haver direitos trabalhistas no Brasil no formato que têm. Por fim...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... agora a declaração de que o SUS não cabe no Orçamento e que, portanto, deve ser reduzido.

Não estou aqui fazendo acusação a ninguém. Apenas estou fazendo a constatação de que a disposição do Governo de fazer reformas com esse viés fiscalista é muito forte e, por isso, é fundamental que haja unidade de ação no movimento. Acho que a Frente tem que separar o movimento político no sentido de questionar aquilo que os Parlamentares...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... que se opõem ao novo Governo classificam como golpe dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos trabalhadores. Se a gente misturar as estações nesse espaço, vai haver muita dificuldade de agregar e somar novos aliados a essa aliança. E vamos precisar de muita unidade, muito foco, muita mobilização. Então, precisamos separar esses espaços.

Com essas observações, eu encerro aqui a participação do Diap agradecendo o tempo que me foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Toninho do Diap, sempre parceiro nosso, em todas as horas.

O Secretário-Geral das Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Miguel Salaberry Filho, está naquela comissão que está debatendo a reforma da Previdência. Ele tem que ir para lá agora, porque é às 11 horas, está em cima da hora. Então, se ele puder dar uma saudação, em seguida eu passo ao Deputado Chico.

Eu convido para compor a Mesa, ao mesmo tempo, o Deputado Chico, para que fique aqui conosco. O Miguel já está aqui. Eu convido o Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Luiz Gonzaga de Negreiros, representando a Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Nilza Pereira, representante da Intersindical; e Gibran Jordão, representante da Central Sindical e Popular – Conlutas. Sejam todos bem-vindos.

Muito bem, Miguel, você tem três minutos.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Vamos ver se eu consigo ter o poder da síntese.

Senador Paulo Paim, com a saudação a V. Exª eu saúdo os demais Parlamentares, Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita que eu chame também, pela CTB, Mário Teixeira.

Pode ir se acomodando aqui à mesa.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Senador, eu vou tentar ser rápido nesta minha intervenção.

Quando a União Geral dos Trabalhadores foi convidada para participar desta Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, que a companheira Graça tão bem está coordenando no âmbito dos trabalhadores, companheiro Paim, eu pedi ao companheiro Patah que me designasse para vir representar a UGT, porque a Frente que hoje está sendo criada aqui é em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Todos os que me antecederam aqui, os Deputados, os Senadores, o Ministério Público, a Associação dos Magistrados, falaram em defesa das leis e dos trabalhadores. E eu aqui quero fazer uma denúncia, porque, como Presidente do Sindicato lá no Rio Grande do Sul, eu defendo os trabalhadores em clubes e federações esportivas. E há um presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense que é do PDT. Os trabalhadores têm que saber muito bem que aquele partido de Getúlio, de João Goulart, e o Paim defende toda a legislação que está aqui... Ele, Presidente Romildo Bolzan Jr., está praticando um crime contra os trabalhadores.

A nossa data-base é maio e, desde maio do ano passado, os trabalhadores não recebem o reajuste acordado numa convenção coletiva de trabalho. Ele diz que lá não há Deputado, não há Senador, e que, se o Senador Paulo Paim me desse a oportunidade de denunciar esse falso dirigente, ele faria com que o Senador não se elegesse mais no Rio Grande do Sul – como se ele pudesse assim mandar!

O que o Sindicato fez e está fazendo? Entrou na Justiça. Está lá o processo tramitando, vai haver uma sentença. Ele demitiu dirigentes sindicais. Está demitindo trabalhadoras grávidas dizendo que lá não existe Justiça, não existe o Congresso Nacional, não existe Ministério Público. Há um Termo de Ajuste de Conduta assinado pela filha da Presidente Dilma, e ele disse que, como a Dilma caiu, ela cai também.....

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – ... e não está cumprindo esse Termo de Ajuste de Conduta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, Senador Paulo Paim, demais Deputados, Senadores, movimento sindical, nós, do sindicato, estamos tomando as providências legais, só que as providências legais demoram. E nós aqui estamos querendo que o Senado, que esta Frente aqui, defenda as leis...

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – As leis não estão sendo cumpridas.

Então, aqui eu deixo a minha denúncia, Senador, e espero que V. Exª fale da tribuna do Senado contra esse dirigente que se chama Romildo Bolzan Jr., do PDT, que envergonha o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Miguel Salaberry Filho, da UGT. (*Palmas.*)

Ele vai ter de ir para outro evento. Convido, então, Gibran Jordão a ocupar o lugar aqui do Miguel, que vai ter de sair.

Agora, conforme combinado, a palavra vai para o nosso querido Líder, Deputado Federal Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR – Peço desculpas pela passagem rápida, mas é que está em atividade a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da qual sou membro, e o assanhamento, o afã, a excitação dos ultraconservadores está impressionante. Vejo que, agora, se constituiu na Câmara dos Deputados o chamado Centrão, que já fez, inclusive, o Líder do Governo – Michel Temer o indicou para Líder do seu Governo um Deputado de Sergipe chamado André Moura, do Partido Social Cristão, o mesmo que agora recebe e acolhe na sua fé o Jair Bolsonaro. Na verdade, a gente vive tempos de profundo retrocesso, de obscurantismo, de reacionarismo galopante, e esse Centrão, na verdade, devia ser chamado, com franqueza, de Ultradireitão.

Eu entendo quando o Toninho, do Diap, fala da importância de a gente não misturar a luta política que os partidos travam com essa Frente, mas essa fronteira é muito difícil de ser delineada – e o PSOL está nessa Frente por inteiro, com todos os seus Parlamentares. Na verdade, o que a gente vê é um retrocesso conservador galopante, e todos os partidos que ou ocupam Ministério ou são da Base de apoio do Governo vão bancar todas essas medidas aí.

É claro que essa Frente é em defesa dos direitos da classe trabalhadora, todos os trabalhadores afetados que se sentirem representados por ela devem ser acolhidos, mas a nossa luta é por direitos e é também, obviamente, uma luta política, no melhor sentido da palavra, sem particularismos. Essa Frente tem de ser necessariamente plural.

Quem hoje está ocupando espaços de poder de maneira ilegítima, ainda que...

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO ALENCAR – ... com o respaldo constitucional do *impeachment*, se pudesse, editaria uma medida provisória revogando a luta de classes. Como ficaria muito ridículo, eles tentam revogar as condições de vida da classe trabalhadora, na sua mais variada formação.

Por isso, temos que resistir no plano cultural, no plano ideológico, no plano econômico, no plano dos direitos sociais e, obviamente, também no plano político.

Eu trago aqui, como alguns colegas Parlamentares do PSOL já trouxeram, a nossa inteira adesão a essa Frente, o nosso total compromisso. Só a luta muda a vida, só a luta e a unidade na luta podem garantir que não soframos mais e mais golpes.

Vamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Chico Alencar.

Agora o Deputado Chico Alencar tem outro compromisso. Eu convido a Senadora Fátima para que se sente no lugar do nosso querido Deputado Chico Alencar, que vai para outra atividade.

A Mesa das Centrais vai ficar agora até o encerramento.

Agora vou passar a palavra para a Senadora Regina Sousa e, em seguida, para a Senadora Fátima Bezerra.

A Senadora Regina disse que vai poder ficar até o fim conosco, o que é bom.

Vagner, você está convocado, está com você a palavra. É a vez do Presidente da Central Única dos Trabalhadores pela nossa lista aqui.

O SR. VAGNER FREITAS – Bom dia a todas, a todos.

Eu queria cumprimentar o meu companheiro Paim e, em nome dele, cumprimentar todos os Parlamentares.

Paim é metalúrgico, ex-dirigente da CUT, como tantos outros que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vice-Presidente e Secretário-Geral.

O SR. VAGNER FREITAS – Vice-Presidente e Secretário-Geral da CUT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só não cheguei a Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. VAGNER FREITAS – Quase chegou a Presidente. A CUT não teve essa honra de ter o Paim como seu Presidente, mas o teve como Secretário-Geral no Rio Grande do Sul e como Vice-Presidente.

Cumprimento também todos os outros Parlamentares que aqui defendem a luta da classe trabalhadora.

Eu estou aqui representando a Central Única dos Trabalhadores. Vejo aqui meus sindicatos já se manifestando: "Abaixo o golpe!", "Em defesa dos direitos!", "Fora, Temer!" – essa é a nossa palavra de ordem para adiante.

Eu queria só, na realidade, usar este espaço que tenho... Nem adianta, Paim, eu falar mal, mais uma vez, dos golpistas, porque os golpistas já estão absolutamente escrachados internacionalmente como golpistas, como estelionatários, como surrupiadores do poder sem voto. Nós vamos derrotá-los nas ruas e trazer de volta a Presidenta Dilma para cumprir o seu mandato, que lhe foi dado pela classe trabalhadora brasileira e não pode ser tirado por meia dúzia de golpistas.

Como outros vão falar sobre isso aqui – o Mário, daqui a pouco, com certeza, vai discutir esse tema, assim como outros mais –, eu queria aproveitar esta tribuna para fazer um chamamento à classe trabalhadora.

A vítima desse golpe é a classe trabalhadora, e a CUT tem dito isto desde o início: o golpe só foi praticado para a retirada dos direitos. É luta de classe na veia e, como eles não têm voto, como bem foi dito pelo Paulo Teixeira, para assumir...

(Soa a campainha.)

O SR. VAGNER FREITAS – Eles não ganharam a eleição, tiveram que dar um golpe.

O intuito não é só acabar com o PT, com a Dilma, com o Lula, Paim, mas é, principalmente, acabar com os direitos da classe trabalhadora. Só com a classe trabalhadora organizada e fazendo greve para tirar os golpistas é que vamos conseguir que seus direitos sejam defendidos – aqueles que concordaram com o *impeachment*, os trabalhadores e as trabalhadoras, os que não concordaram, os que votaram na Dilma, os que não votaram na Dilma. Agora estamos vivendo outro momento: o momento da unidade da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos.

As manifestações que estão ocorrendo no Brasil e no mundo são lindas, maravilhosas, mas falta um ator; além das manifestações, os trabalhadores têm que cruzar os braços e não trabalhar para esses capitalistas, que são os pais do Temer e que querem tirar os direitos dos trabalhadores.

Vamos fazer uma agenda de mobilização na construção de greve. Queremos chegar à construção de uma greve geral no Brasil e, na greve geral, tiramos o Temer e o colocamos no seu lugar. (*Palmas.*)

Mas, para isso, os trabalhadores e as trabalhadoras precisam se engajar nas lutas que o sindicato estará chamando, Paim.

Prestem atenção, companheiros e companheiras, mesmo aqueles que defenderam os golpistas e que foram enganados pela Globo, pela manipulação midiática: é do interesse desses golpistas acabar com o seu emprego. Eles entenderam que não há mais condição de convivência da classe trabalhadora com eles, portanto, resolveram aniquilar a classe trabalhadora aniquilando seus direitos, Senadora Fátima, tirando a CLT, rasgando a CLT. É isso que querem fazer, Paim.

E agora – você, trabalhador e trabalhadora que estão me ouvindo – é o momento de entrar na rua para defender seu direito. Manifeste-se não apenas indo às manifestações que chamamos de rua, mas também quando nós chamarmos para você não trabalhar, cruzar os braços, participar de dia nacional de luta, participar do retardamento do horário de chegada ao trabalho. Quando chamarmos um dia de greve, você participa para defender os seus direitos, até conseguirmos efetivamente construir uma greve em torno dos nossos direitos que tenha condição de restabelecer a democracia no Brasil, mas, fundamentalmente, tenha condição de impedir que seus direitos sejam absolutamente degradados. É isso que vão fazer. Já fizeram em outras partes do mundo.

Trabalhador e trabalhadora que estão me ouvindo, existem países no mundo em que não há legislação trabalhista, não é isso, Deputado? Não é isso, Senador? Não é isso, Max? É isto que eles querem fazer aqui: eles querem que você não tenha nenhum direito assegurado por lei e que você só tenha o direito se negociar com o seu patrão.

Isso quer dizer o seguinte. Hoje você tem 30 dias de férias garantidos na legislação. Eles querem que isso deixe de existir e que você conquiste os seus dias de férias na negociação com o patrão, o que quer dizer que você pode ter nenhum dia. Ou alguém acha mesmo que vamos conseguir aumentar as férias de 30 para 300 dias? O que vai acontecer é que o trabalhador não terá nenhum dia.

Você tem horário de almoço regulamentado, horário de descanso. Querem acabar com isso e dizer que você tem que negociar isso com seu patrão.

Você tem direito a um salário mínimo básico, não pode receber menos que isso. Querem acabar com isso, seu salário terá que ser negociado entre você e o seu patrão, ele pode ir de zero ao infinito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É isso que eles querem fazer no Brasil! Então, é preciso que os trabalhadores e as trabalhadoras entendam que o momento de virar o jogo é agora e que o jogador que pode virar esse jogo é esse trabalhador e essa trabalhadora brasileiros, maravilhosos, que estão me ouvindo, independentemente de sua conotação política, se gosta do PT, se não gosta do PT, se gostou do governo do PT ou não gostou, isso é outro processo. Agora se trata da defesa da sua dignidade, do futuro dos seus filhos, dos seus netos.

E é mentira isso, Paim – eu não vou me alongar muito –, é mentira que eles querem fazer reforma da Previdência só para gerações futuras, o que já seria uma violência – ou seja, eles não querem tirar o seu direito, só o do seu filho. Não é isso! Hoje o Ministro da Fazenda já está dizendo que a reforma é para fazer o ajuste nos trabalhadores que estão na ativa. Ou seja, nós conquistamos a 85/95 – você é especialista em Previdência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Um ano atrás.

O SR. VAGNER FREITAS – Conquistamos a 85/95 um ano atrás, com a luta da CUT – não é isso, Graça? – e dos demais sindicatos – aliás, parabéns à Graça pela batalha para chegar aqui, nesta audiência, parabéns.

A 85/95, por exemplo, vai aposentar daqui até o final do ano, Paim, milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Se eles mudarem isso, esses trabalhadores perdem o direito à aposentadoria. Eles vão criar uma outra regra para fazer com que todo mundo se aposente aos 65/70 anos de idade.

Se você começou a trabalhar com 13,14 anos de idade, 15 anos – esse é o caso da grande maioria do povo brasileiro –, quer dizer que você passou a vida inteira trabalhando. E o outro que entrou para trabalhar, que é filho do rico, com 25 anos, depois da universidade, tem o mesmo direito que você. É isso que você vai permitir que aconteça, trabalhador e trabalhadora brasileira? Nós temos que nos mobilizar. Eles querem tirar os nossos direitos, acabar com a Previdência, acabar com a CLT, acabar com o direito que você tem de legislação trabalhista.

Nós estamos aqui propondo a luta. A luta é na rua, a luta é na fábrica, a luta é no banco, é na roça, é na universidade, é nas escolas. A luta é defendendo a democracia. A luta é denunciando os golpistas, mas a luta, fundamentalmente, é dos trabalhadores organizados, fazendo greve, brigando pelos seus direitos, para que a gente acabe com o golpismo e retorne à democracia no Brasil e defenda os direitos dos trabalhadores. Eu confio na classe trabalhadora brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Eu pergunto se a Senadora Fátima quer usar da palavra neste momento, porque depois nós vamos deixar somente com as centrais.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero.

Eu quero, agora de forma coletiva, dar o nosso bom-dia.

Em nome do Senador Paim, quero aqui saudar todos os Parlamentares, tanto do Senado como da Câmara; saudar aqui os companheiros e companheiras; trabalhadores e trabalhadoras, através do Presidente da CUT, Vagner, através de Graça; saudar as demais entidades aqui e dizer da importância que é ter, num momento como este, entidades com a legitimidade e com a respeitabilidade que tem o Diap, que tem o Dieese, a Anamatra etc.

Segundo, Vagner, quero ressaltar que a Frente Parlamentar é extremamente oportuna e surge num momento muito especial, num momento dramático por que passa o nosso País – dramático porque, em que pese toda a luta, toda a resistência, há um golpe de Estado em curso, um golpe parlamentar em curso, travestido de um pedido espúrio de *impeachment,* que nada mais nada menos é do que um pretexto para golpear a democracia. Na verdade, o golpe em curso, o golpe parlamentar em curso, travestido de um pedido de *impeachment* espúrio, repito, é apenas um pretexto para golpear a democracia, para implantar outro governo, implantar outro projeto, implantar outro plano de governo – plano esse, inclusive, que não foi derrotado só uma vez: foi derrotado quatro vezes, nas ruas e nas urnas.

Então, é exatamente disso que trata a nossa luta, e a Frente Parlamentar, Senador Paim, tem um papel muito importante a desempenhar neste momento, que é, junto com os movimentos sociais, junto com os movimentos...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Venha para cá, Deputado! Venha aqui, por favor. Venha para cá,

Então, a Frente – como eu vinha colocando, Senador Paim – tem um papel fundamental, que é exatamente o de fortalecer a trincheira de lutas no campo político parlamentar para barrarmos esse retrocesso. E s temos que barrar esse retrocesso, como disse Vagner aqui, fazendo com que a voz das ruas ecoe cada vez is pelo País afora dizendo que golpistas não passarão de maneira nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós tínhamos que barrar esse projeto afirmando em alto e bom som que nós não reconhecemos esse governo que está aí. É um governo traidor, usurpador, ilegítimo. Portanto, para governos com esse perfil – usurpador, traidor, ilegítimo –, o tratamento no Parlamento, por parte de uma oposição séria e responsável, é o tratamento de uma oposição sem trégua, firme, consistente e vigilante. (*Palmas.*)

É essa oposição também que esse governo ilegítimo tem que ter por parte da sociedade, dos movimentos sociais e dos movimentos populares, porque, neste momento, nós não podemos perder o foco, e o foco vai ser continuar lutando para derrotar o golpe, lutando, Vagner, para que a Presidenta Dilma volte a ocupar a cadeira presidencial, que, de direito, é dela. (*Palmas.*)

Nossa luta vai ser para resgatar o respeito à democracia, resgatar o respeito à soberania popular.

Eu encerro, Paim, dizendo que, na verdade, nós já avaliávamos que, se os golpistas chegassem ao poder pela porta dos fundos, como está acontecendo, eles viriam para retomar a agenda neoliberal, subtrair direitos etc. Mas é preciso hoje dizermos que eles estão vindo com muito mais atrevimento ainda. Eles estão vindo com mais açodamento, eles estão vindo e dizendo claramente que eles têm pressa em impor derrotas ao conjunto da classe trabalhadora.

O plano de governo, as medidas já anunciadas por eles...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Se essas medidas não forem barradas, nós não temos nenhuma dúvida: teremos o mais brutal e o mais cruel retrocesso da história de lutas e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo brasileiro – eles vêm atacando desde a CLT, passando pela Constituição Cidadã, até o legado do período Lula e do período Dilma.

Quero – me permita ainda aqui, Paim –, como militante que sou da área da educação, fazer um alerta à sociedade brasileira. Como professora e como militante que sou da área da educação, quero conclamar meus colegas professores, estudantes, conclamar os trabalhadores e trabalhadoras deste País, porque a educação, neste momento, está seriamente ameaçada. Do mesmo jeito que o Ministro da Saúde disse ontem que o SUS não cabe no Orçamento – Deputada Maria do Rosário, devemos nos preparar –, daqui a pouco ele vai dizer que o novo Plano Nacional de Educação não cabe no orçamento dos golpistas.

E eles já estão dando demonstração disso. Por exemplo, está lá na "Ponte para o Futuro" a ideia de se desvincular as receitas para a educação, e já se especula, Vagner, que eles vão implementar o sistema de bonificação, ou seja, a política da meritocracia, que é um sistema que hoje é contestado até por aqueles que têm uma visão liberal da educação, porque esse sistema de bonificação é um sistema ineficaz e em nada contribui para melhorar a qualidade do ensino no nosso País.

Agora, o grave – temos que estar atentos – é que o sistema de bonificação que eles planejam, na verdade, traz embutido – é isso o que traz esse sistema de bonificação para os professores e professoras do Brasil – o fim do piso salarial nacional do magistério, conquista histórica da Lei nº 11.738.

Então, encerro dizendo que, além das ameaças que estão colocadas, que vão desde rasgar a CLT, passando pela Constituição Cidadã, é preciso estarmos...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...muito atentos no que diz respeito à questão da educação. O novo Plano Nacional de Educação é uma das agendas mais generosas, é uma das agendas de caráter estratégico mais importantes para um projeto de nação que começou nesses dez anos, é inclusivo e generoso.

Portanto, a pisada é essa. Esse governo – nós vamos deixar muito claro – terá, da parte da Bancada do PT, uma oposição firme, dura, porque não reconhecemos esse governo de maneira nenhuma.

A Frente... Quero saudar o nascimento dessa Frente agora, que vem com esse sentimento de esperança, esse sentimento de que o grito "Golpistas não passarão" ecoará cada vez mais forte nas ruas, em todos os recantos do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Fátima Bezerra.

Vou passar agora para os Deputados e vou pedir a todos que fiquem em cinco minutos, porque as centrais ainda não falaram, não tiveram oportunidade de falar – só falou o Vagner enquanto a Senadora voltava.

A Senadora Regina Souza está de volta e, em seguida, vai usar da palavra aqui da mesa, de preferência.

Se a Senadora Fátima Bezerra quiser trocar agora com a Senadora Regina, ela vem para cá e fala daqui.

Uma salva de palmas para as duas. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra, de imediato, aos meus queridos Parlamentares gaúchos.

Aqui mulher fala, porque lá não fala; lá do outro lado da rua, não fala mais! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tem a palavra a ex-Ministra Maria do Rosário – preferência para as mulheres!

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Senador Paulo Paim, Fátima Bezerra.

Cumprimento todos os representantes das centrais sindicais. É muito importante a presença de vocês aqui neste momento. Ontem já estivemos com o Vagner, tive a oportunidade de conversar com ele também.

Abraço todos vocês, todos os sindicatos e associações, meus colegas Parlamentares, Senadoras Fátima e Regina.

Meus amigos e minhas amigas, o tempo é de resistência e de luta. Querem submeter o Brasil à lógica do mercado e do interesse de poucos. A democracia não pode ser comprada ou vendida. A democracia se inicia e se completa com o voto e a participação social.

Eu não chamarei Michel Temer de Presidente. Não o chamarei de Presidente não por qualquer motivo que diga respeito à falta de reverência ou de educação, mas por uma decisão política, porque eu não conheço um brasileiro ou uma brasileira que tenha votado e escolhido a figura ou o programa que agora ele propõe para o Brasil.

Esse programa é um programa derrotado. O Brasil não aceita a revisão de direitos no que diz respeito à seguridade social e à aposentadoria. Há quanto tempo já tentam acabar com a previdência pública no Brasil? Há quanto tempo tentam impedir o direito e abandonar um trabalhador e uma trabalhadora no momento em que avançam os anos da sua vida? Há quanto tempo tentam criar uma política de flexibilização absoluta das relações de trabalho, fazendo preponderar o negociado sobre o legislado? Há quanto tempo querem nos impor a terceirização como lógica do mundo do trabalho? Há quanto tempo tentam voltar a uma política de privatizações, de Estado mínimo, de arrocho e de abandono dos direitos dos participantes de fundos de pensão também no sistema previdenciário?

Nós não podemos nos dobrar a isso. Na minha atuação parlamentar, onde quer que tenha passado, eu sempre vi a luta dos negros e negras, dos indígenas, das mulheres, das crianças, das pessoas com deficiência, dos idosos e da comunidade LGBT como parte de uma ação civilizatória. (*Palmas.*)

Pois a primeira atuação desse governo foi afastar todos aqueles que, em princípio, para eles, não combinam com a estrutura de poder, todos os que não são brancos, todos os que não são homens, todos os que não são heterossexuais. Todos os que não estão dentro do esquema e do perfil conservador e retrógrado desse governo estão fora.

Eles abandonaram a diversidade da população brasileira, e nós temos uma obrigação, porque a classe trabalhadora, através da CUT, do Conlutas, de todas as centrais que aqui se encontram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estão aqui todas as centrais.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ...que são de luta, sempre defenderam o interesse do trabalhador e da trabalhadora, e sempre levaram consigo a nossa causa das mulheres, sempre abriram espaço para a nossa agenda de respeito a um Brasil diverso.

Um governo que começa terminando com a Ciência e Tecnologia, um governo que começa...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – ...terminando com direitos fundamentais, um governo que joga a agricultura familiar para ser submetida ao agronegócio, um governo que acaba com a política cultural do País é um governo que não respeita os brasileiros. Mas esse desrespeito já começou no dia em que eles começaram a armar esse golpe, e não foi agora. Esse golpe começou a ser armado no momento em que nós vencemos as eleições com a Presidenta Dilma.

Portanto, eu digo a vocês, com total espírito de luta: nunca foi tão importante a unidade com a Frente Brasil Popular, com a Frente Povo sem Medo; nunca foi tão importante que não estivéssemos apenas na lógica dos partidos, mas estivéssemos na lógica de classes unidas. E nós estamos aqui para que essa Frente faça o seu trabalho e a vitória seja a derrota dos golpistas e o retorno...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – ...da democracia ao Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente nos cinco minutos!

O Deputado Federal Bohn Gass vai usar da palavra.

O Vagner, numa deferência ao seu pronunciamento, Maria do Rosário, e às mulheres, diz que abre mão ficar aqui à mesa, mas quer que a Graça fique aqui... (*Palmas.*)

...para que possa falar no momento adequado em nome das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Deputado Bohn Gass com a palavra – você que tem participado ativamente aqui desta Comissão, com muito orgulho para todos nós.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu agradeço, Senador Paim.

Demais Senadores, Deputados, centrais sindicais, estamos aqui com uma representação plural, e quero parabenizar a Graça, que esses dias nos procurou e nos fez o convite para estar aqui. Então, eu quero agradecer também o convite, mas parabenizar o esforço de todas as centrais sindicais. Faz parte um pouco de uma autocrítica que a gente vai fazer no balanço desse período: a necessidade de a gente ter essa junção forte de todas as centrais sindicais. Isso para nós também é importante. Eu queria saudar todas as lideranças que estão aqui.

Vou, Senador Paim, talvez, fazer uma fala um pouquinho diferente da que tradicionalmente faço, porque aqui estão muitas lideranças, e nós estamos ainda com um processo de golpe em curso.

Nós podemos vencer – eu quero falar isso. Eu estive com o Senador Paim e com vários Senadores, Senadora Regina, e o que vocês me passaram foi o seguinte. Vários Senadores votaram pela admissibilidade porque eles queriam dar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Corretíssimo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eles queriam dar a oportunidade de a Presidenta Dilma se defender e mostrar que os seis decretos e a tal pedalada não se caracterizam como crime de responsabilidade. Então, nós teremos – eu acho que será entre três e quatro meses, mas pode-se chegar até a seis meses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer que cinco Senadores declararam da tribuna exatamente o que você está dizendo, cinco.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Então, se foram cinco e eles precisam de 54, nós podemos mudar essa situação. Eles não votaram pelo afastamento definitivo, eles votaram pela admissibilidade, pelo afastamento temporário, e, agora, nós vamos provar que não há crime de responsabilidade. É o primeiro registro.

O segundo é argumento para a nossa militância – essa é minha ideia, meu desejo, e, se posso ajudar nisso, eu fico feliz. Por que que os coxinhas foram às ruas? Porque eles queriam, no discurso, combater a corrupção. Agora eles não são mais coxinhas, porque o Michel Temer já os transformou em trouxinhas... (*Palmas.*)

Por quê? Porque colocou no Ministério dele investigados da Lava Jato por corrupção. Quem manda no Temer é o Cunha – ele indica ministros, e agora indicou seus advogados na Lava Jato –, que o Supremo Tribunal devia ter afastado antes do processo na Câmara, afastou tardiamente.

Ele está indicando ministros para o Temer, e o Temer está quietinho, assim como estão quietinhos os Deputados e os Senadores que votaram no golpe. O Cunha colocou os seus advogados – Cunha, que é réu na Lava Jato por roubo e por dinheiro lá fora, no exterior – para serem advogados dentro do governo e, agora, indicou para o governo o principal Deputado que estava na articulação com ele para ser o Líder do Governo. Ou seja, o Deputado Cunha continua mandando e agindo. Então, todos os que disseram para acabar com a corrupção já deram com os burros n'água. Esse é o debate que nós vamos fazer.

Segundo, o governo mandou duas medidas provisórias: a 726 e a 727.

Da MP 726, eu vou dar alguns tópicos para nós vermos o que caracteriza esse governo. Primeiro – atenção aposentados e centrais sindicais, isto aqui é uma luta histórica nossa – o que ele fez? Ele tirou o INSS do Ministério do Trabalho e o colocou no Ministério do Desenvolvimento Social, junto com o Ministério da Agricultura, que foi extinto – dentro de um mesmo ministério. Então, vocês imaginem: desde pontilhão e rodovia do interior até o Bolsa Família e até a aposentadoria em um ministério só, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Vai funcionar? Não!

Mas há um conceito atrás disso. O Henrique Meirelles, para aceitar ser Ministro da Fazenda, exigiu que a Previdência fosse toda – fundos de pensão, todos os temas – para onde?

(Soa a campainha.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Para a Fazenda! Então, o INSS está no Ministério do Desenvolvimento Social, e a Previdência está na Fazenda. E já anunciaram: nenhum aposentado antes de 65 anos. E hoje de manhã – pasmem –, na rádio gaúcha, no Rio Grande do Sul, Eliseu Padilha, do PMDB, que é o Ministro Chefe da Casa Civil, falou o seguinte: a agricultura familiar é deficitária, nós sabemos, mas é no compartilhamento solidário que ela se mantém; ela talvez tenha que contribuir mais ou se aposentar mais tarde. É isso que estão anunciando.

Terceiro aspecto: não haver mais Ministério da Cultura, como já foi dito, é um sinal extraordinário.

Quarto: a DRU desvinculada, desvincular saúde e educação para não cumprir os mínimos constitucionais. Está em jogo encolher o SUS e acabar com o Mais Médicos! É disso que estamos falando.

O discurso dos ministérios, Paim – estou encerrando –, quero dar argumentos para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem mais um minuto ainda.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mais um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que acontece? Vocês ouviram o discurso de que vão diminuir ministérios para enxugar e economizar dinheiro. Eu vou dar um exemplo: o presidente do Banco Central tem o *status* de ministro por causa do foro. Então, o Temer vai economizar recursos no País, e o ministro do Banco Central não vai ser mais ministro, no entanto, o salário dele não vai diminuir. A vantagem de ser ministro é ele ter foro privilegiado. O Meirelles falou – eu ouvi – na televisão que eles vão tirar o *status* de ministro, mas estão estudando para ele, igualmente, ter o foro, e querem estender o foro do Presidente para toda a diretoria do Banco Central. Que economia vai haver nisso? Zero! Então, é puro *marketing* político que está posto.

Há uma portaria que o Araújo, do PSDB, já assinou para revogar recursos, Paim, para 11,5 mil casas do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades.

O Serra, pessoal. Quem é o Ministro Serra?

É aquele que o WikiLeaks denunciou há algum tempo, que disse que, quando entrou a partilha do pré-sal, ele falou lá para os americanos e para as petroleiras: «Podem ficar tranquilos, nós vamos dar um jeito». Agora nós entendemos: vão dar um golpe para entregar a nossa Petrobras e o pré-sal para as petrolíferas.

(Soa a campainha.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Para encerrar – estou no meu tempo e quero respeitá-lo –, quero dizer para vocês que a mulher está exatamente onde a elite pensa: ela está no segundo plano. Há mulheres? Mas onde? No primeiro plano?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone*.) – No segundo escalão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – No segundo e terceiro escalões, que é o conceito deles. Para nós, a mulher estava no primeiríssimo plano.

Então, o que quero dizer para vocês, com esses elementos que arrolei, aqui é exatamente para nós termos argumentos. Esse é o desenho deste Governo. Mas isso não é um desenho qualquer, é a opção política. E a nossa luta – por isso, parabéns às centrais sindicais – é a nossa frente parlamentar, para nenhum direito a menos.

Resistir, retomar com a Dilma. Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Deputado Federal Bohn Gass – Elvino Bohn Gass.

Voltemos para as centrais.

Falará neste momento o Luiz Gonzaga de Negreiros, pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom dia, senhores presentes, Senador Paulo Paim, todos os líderes sindicais, Parlamentares.

Nós da Nova Central, neste momento, temos o dever e o orgulho de participar deste momento tão importante para o País, que é a formação desta Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora. Os trabalhadores brasileiros, ao longo da República, sempre lutaram para conquistar os seus direitos. Por isso a Nova Central Sindical de Trabalhadores, em momento algum, vai permitir que se retirem direitos de trabalhadores, conquistados, ao longo dos tempos, com muito suor e muitas lutas. Ao longo de toda a história do trabalhador brasileiro, tudo se conquistou com muitas lutas.

O nosso Presidente, José Calixto Ramos, não pôde estar presente e me designou para que eu estivesse aqui, nesta Comissão, deixando um abraço ao Senador Paulo Paim, a todos os representantes da classe trabalhadora, aos Parlamentares, e dizendo que nós estamos, como se diz, atentos às nossas bandeiras de lutas.

A nossa bandeira de luta é defender os trabalhadores. O trabalhador brasileiro é o que desenvolve este País. Este País é desenvolvido pelos trabalhadores. O capital, só, não consegue gerar riqueza. O capital, por si, não consegue gerar o desenvolvimento do País.

Os trabalhadores já foram escravizados no passado, os trabalhadores já foram suprimidos, mas após a Constituição de 1988 conquistaram seus direitos, pelas lutas das entidades de classe, centrais sindicais, por esta Casa, que reconheceu os direitos dos trabalhadores.

Nós, neste momento, não vamos retroceder, não vamos permitir que venham com projetos, que venham com políticas, que venham tirar o trabalhador das suas conquistas que ao longo dos tempos foram conseguidas com muito sangue, suor e lágrimas.

O que temos não foi porque quiseram nos dar; o que temos não foi porque achávamos que merecíamos, mas foi porque lutamos. E é momento de os trabalhadores estarem atentos, é momento de os trabalhadores estarem unidos, porque nós não vamos permitir.

Nesta Casa, tramita o Projeto nº 257, que também está atacando os servidores públicos. A Nova Central dical de Trabalhadores não vai permitir que esse projeto, da forma como está nesta Casa, venha a ser aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Já foram feitas várias reuniões, vários debates. O Senador Paulo Paim, que tem se colocado à frente desses debates, também visitou o Brasil inteiro, lutando para garantir o direito dos trabalhadores pela não terceirização, outro projeto maléfico que tem tramitado na Casa.

Nós sabemos – as centrais sindicais, a Nova Central, as representações dos trabalhadores –, como muito bem colocado aqui na Comissão de Direitos Humanos, que os direitos humanos estão em jogo: o direito do trabalhador, o direito do pai de família, o direito da mãe de família. Mas nós não permitimos, nós jamais comungamos com essas posições.

Eu não acredito que um político do século XXI, eleito pelo trabalhador, tenha coragem de chegar a esta Casa e retirar direitos. Nós temos que trabalhar, nós temos que conquistar, nós temos que avançar, e não pensar em retrocesso, em retiradas. É preciso tirar o País da crise trabalhando, garantindo direitos, mantendo os direitos uma vez conquistados. Nós não vamos permitir que ataquem o direito ao décimo-terceiro, às férias remuneradas, às licenças e às garantias.

A Nova Central está aqui, neste momento, para dizer que apoia totalmente e sempre apoiou as nossas bandeiras de luta para defender os trabalhadores deste Brasil, para defender os servidores, para defender a classe trabalhadora que faz o Brasil desenvolver, porque, se não for por essa visão, por essa ótica...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – ... nós estaremos fadados ao insucesso pela falta das garantias de trabalho.

Um abraço a todos!

Nós sabemos que os trabalhadores estão unidos. A Nova Central está presente, e as nossas lutas jamais irão recuar.

Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Gonzaga de Negreiros, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Quero fazer um esclarecimento.

O Fernando e a Maria José da Silva, da Fenajud, perguntam qual é a posição da Frente em relação ao 257. Eu não tenho nenhuma dúvida. A Frente, no meu entendimento, deve ter uma posição muito firme, porque o 257 significa o seguinte: a dívida dos Estados quem vai pagar são os servidores públicos. Eu entendo que essa Frente tem que ter, como uma de suas bandeiras, a recusa, a revogação, a anulação desse projeto, e, se for no voto, que seja derrotado o 257. O 257, aqui, não tem espaço! (*Palmas.*)

Passamos a palavra para a Nilza Pereira, representante da Intersindical.

A SRª NILZA PEREIRA – Bom dia a todos os companheiros e às companheiras.

Saúdo, especialmente, os meus companheiros da Aprasc...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só dizer que a Maria do Rosário informa que foi levada para a Presidenta Dilma a posição de que nós não aceitamos, em hipótese nenhuma, o 257.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Na Câmara também, a nossa Bancada já tem uma posição, desde o período nosso... Nós queremos que a Dilma volte para acabar com esse projeto. Nós não vamos aceitar o 257.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A palavra volta para você, minha amiga.

A SRª NILZA PEREIRA – Obrigada.

Cumprimento os companheiros da Aprasc, Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, que estão aqui acompanhando a reunião e são filiados a Intersindical. Cumprimento a Graça e, na pessoa da Graça, todos os sindicalistas e as sindicalistas presentes. Cumprimento os Parlamentares, na pessoa do Paim.

Nós da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, que é uma central bem novinha, fizemos o nosso segundo congresso agora em março. E nós resolvemos e surgimos com um combate um pouco mais radical, em relação às medidas que já vinham sendo tomadas lá no Governo da Dilma. Nós achávamos que tinha que ser uma denúncia mais contundente e um trabalho mais efetivo, em relação aos ataques ali. E olha que ali vinha de forma bastante dialogada, de forma bastante possível de discussão, tanto foi assim com o PL 4.330, que o Paim colocou na frente de defesa contra a terceirização, e nós conseguimos segurar durante esse período todo.

O que vem agora para nós da Intersindical não é só um momento de resistência, é um momento de sobrevivência. O momento de resistência para nós foi esse momento anterior, porque já vinha um grande ataque aos direitos dos trabalhadores e já vinha um grande ataque da burguesia. Era um governo em disputa; o tempo inteiro havia um governo em disputa, em relação aos projetos que iriam ser levados para serem discutidos para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, hoje, nós pensamos que é um momento de sobrevivência. E que sobrevivência? Sobrevivência como classe.

Nós vamos ter que voltar lá para os bairros, para as escolas, para as favelas, para os locais de moradia, para os locais de trabalho, e formar novamente os trabalhadores, e dizer para eles que eles são trabalhadores; criar uma identidade de classe que, durante esse tempo todo, com muita força da mídia, nós perdemos. Os trabalhadores – na sua grande maioria a juventude, se olharmos para os trabalhadores, eu sou da categoria química, e nós temos uma pesquisa de que metade dos trabalhadores, 50%, tem até 30 anos de idade –, esses trabalhadores e essas trabalhadoras não passaram por nenhuma experiência de luta, nem de greve geral, já que a última greve geral que nós tivemos no Brasil faz muito tempo. Então, essas pessoas não têm por hábito e não têm por cultura lutar.

Junta-se a isso uma mídia que trabalhou na cabeça dessas pessoas, de forma tão contundente, que o individualismo, o salve-se quem puder, aquela coisa de que: "Olha, você tem que fazer por você, e os outros que façam a parte deles também." E nós, como central sindical, nós, como sindicato, acabamos, em algum momento, também fazendo parte disso, e não fazendo a disputa ideológica. E agora é o momento.

Então, quando nós estamos falando de sobrevivência do direito, nós estamos falando também de sobrevivência da classe trabalhadora, porque, se antes vinham os ataques aos direitos, agora vem a retirada total, vem a situação em que nós corremos o risco de voltar a uma situação de semiescravidão ou escravidão. A terceirização em si já é uma situação como essa.

E eu ouvi, no dia da votação – da primeira votação da Comissão do Senado que votou, para dar continuidade ao processo –, a fala do Senador Ronaldo Caiado. E ele falou uma coisa que para mim representa exatamente o que eles pensam. Ele disse assim: "Olha, golpe quem deu foi esse Governo que desempregou 11 milhões de pessoas, e nós vamos botar esses 11 milhões de pessoas de novo no trabalho!"

E não disse em que trabalho, gente! Ele disse: "Vamos botar no trabalho", e não disse em que trabalho. Não disse que é trabalho sem direito, sem jornada de trabalho regulamentada, sem condições de trabalho, porque há o ataque a todo o ambiente de trabalho, há um ambiente degradante, adoecedor. Ele não disse que seria sem garantias do INSS, porque ele não estava dizendo que eles iriam fazer o que fizeram com o Ministério da Previdência.

Então, naquele momento, nós saímos pensando e dizendo: "O nosso desafio é muito maior!" O nosso desafio vai ser denunciar este golpe, porque é um golpe, é um golpe contra a democracia, é um golpe contra a vontade soberana dos trabalhadores e do povo brasileiro. E nós vamos ter que fazer um trabalho duplo, que é este de voltar às fábricas, ao local do trabalho, às escolas, ao local de moradia.

Por isso, é importante, em cada espaço que temos, no espaço parlamentar, a denúncia ser contundente, mas, nos espaços de ação sindical e no espaço de ação de movimento popular, ser uma denúncia contundente e formativa, em que a gente retome um trabalho de formação com as pessoas e mostre a elas, como disse aqui outro Parlamentar, o Deputado Chico Lopes, do PCdoB, que a luta de classes não acabou, ela é viva, ela é pujante. E está, neste momento, desafiado aos trabalhadores reverterem um momento muito grave de ataque, com um recuo da nossa luta. Nós precisamos nos juntar para avançar.

Então, concluo aqui, para não avançar, que nós saudamos a formação da frente. Vamos envidar todos os esforços, reconhecendo que nós somos uma central pequena, mas com muita, muita, muita garra em relação à luta dos trabalhadores e em relação à defesa intransigente de todos os nossos direitos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Nilza Pereira falou pela Intersindical.

Gibran Jordão, representante da Central Sindical e Popular – CSP Conlutas.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo convite e pela iniciativa. Eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa, as centrais sindicais aqui representadas, os Parlamentares que falaram e que estão presentes, as entidades sindicais que estão aqui presentes, cumprimentar a todos.

A CSP Conlutas se coloca, desde o primeira dia do Governo Temer, como oposição frontal a este Governo e a todas as suas políticas que são antitrabalhador. É um governo de grandes empresários, um governo de banqueiros, de latifundiários, um governo do grande capital nacional e internacional.

Nós vamos trabalhar e militar, cotidianamente, desde a instalação deste Governo, para a derrota do Governo Temer e para a derrubada do Governo Temer. Este é o compromisso da CSP Conlutas. Nós não achamos que o Governo Temer tenha algum milímetro de legitimidade, porque é fruto de uma manobra parlamentar orquestrada por partidos que estavam governando junto como PT e partidos que estavam na oposição de direita ao PT. Então, não vamos sossegar até a derrubada do Governo Temer. Essa é uma das posições da CSP Conlutas.

Agora, vocês sabem que, durante todos esses últimos anos, a CSP Conlutas esteve nos movimentos, nas ves; fizemos muita unidade de ação com várias centrais. Estamos em várias federações, sindicatos, às vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

em oposição, mas às vezes em unidade de ação com outras centrais que estão aqui. Mas toda a nossa trajetória foi de crítica duríssima ao próprio Governo Dilma, com todos os erros e equívocos que nós constatamos que houve nesse Governo.

Por que eu digo isso, pessoal? Eu acho que nós temos que pensar seriamente. É muito bom termos a frente hoje que estamos lançando em defesa dos trabalhadores, a maioria que existe aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É só para silêncio.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Na nossa opinião, a ascensão de Michel Temer ao Governo só foi possível porque houve erros catastróficos do governo Dilma, e nós precisamos denunciar isso; nós precisamos ser justos e dizer isto: o envio, com urgência, para o Congresso Nacional do PLP 257, que prevê a reforma da Previdência, plano de demissão voluntária, fim do aumento real de salário mínimo, é um ataque à classe trabalhadora. A reforma da Previdência feita em 2003; as privatizações via concessões; a reforma agrária que não sai do papel; as MPs 664 e 665, denunciadas inclusive pelo Senador Paulo Paim; a política econômica de juros altos que beneficia o pagamento dos juros da dívida e que só beneficia os banqueiros; o crescimento fantástico do ensino privado no País. Hoje a Kroton é uma das maiores empresas brasileiras, senão a maior empresa de ensino privado do mundo; as alianças com partidos que hoje o PT chama de golpista...

(Soa a campainha.)

O SR. GIBRAN JORDÃO – ... como o PMDB; e a corrupção. O PT teve dois Presidentes presos, dois tesoureiros presos, um Presidente da Câmara....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIBRAN JORDÃO – ... E um Líder do Senado preso.

Nós estamos dizendo isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, vamos assegurar a palavra a todos os nossos convidados, como fizemos desde o início, em todas as nossas reuniões. Democracia é isto: é dizer o que quer e ouvir, às vezes, o que não quer, mas faz parte da democracia. E o contraditório, no momento adequado, as pessoas o farão.

A palavra continua com você.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Nós estamos dizendo isso, porque são esses equívocos que abriram espaço e pavimentaram caminho para que o PMDB e Michel Temer se encontrem, hoje, na Presidência da República.

Milhões e milhões de pessoas votaram no PT e não esperavam que esse era o programa e que esse era o comportamento do Partido dos Trabalhadores.

Então, por mais...

(*Manifestação da plateia.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, depois vai falar a Erika Kokay, vai falar a Graça, que podem ter posição divergente da dele. Agora, vamos deixar ele falar. A Conlutas, pessoal, como todas as centrais, é bem-vinda nesta Comissão, e todas falam o que pensam. (*Palmas.*)

O SR. GIBRAN JORDÃO – Eu gostaria que os companheiros que estão incomodados com o que eu estou dizendo tivessem a humildade de ouvir, porque, nós achamos sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais um minuto, amigo.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Tudo bem, estamos terminando.

Só para concluir, porque, se hoje nós estamos na situação em que estamos, existem responsáveis. Nós precisamos ser honestos e dizer isso para a classe trabalhadora.

Por fim, a CSP/Conlutas tem discutido internamente – nós vamos fazer um encontro agora, dias 27 e 28 – saídas para o País, e uma delas que nós estamos discutindo são as eleições gerais. Nós sabemos que o Senador Paulo Paim defende essa posição, inclusive dentro do Senado há um PEC, que está tramitando com essa proposta. Nós só temos uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – PEC nº 20.

O SR. GIBRAN JORDÃO – A PEC nº 20. Nós temos uma ponderação só, Paulo Paim: nós achamos que, se houver eleições gerais para o País, que não pode ser só para Presidente, porque o Congresso Nacional que está aqui, a maioria dos seus Parlamentares, 90% dos seus Parlamentares são Parlamentares corruptos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Brasil, no dia 17 de abril, teve oportunidade de ver a mediocridade que existe dentro do Congresso Nacional. Cada Parlamentar teve 30 segundos para falar o seu voto e, em 30 segundos, foram capazes de mostrar a podridão que existe no Congresso Nacional brasileiro. São pouquíssimos que honram o voto do povo brasileiro. Pouquíssimos!

Ainda que tenhamos diferenças, Paulo Paim, somos uma central que respeitamos o Senador Paulo Paim, sempre estivemos em suas atividades e achamos que é um dos poucos Parlamentares que ainda honram os votos do povo brasileiro.

Para finalizar – e faço um chamado às centrais que estão aqui –, estamos dispostos a construir uma unidade de ação para derrubar este Governo, mas depende do caráter e do conteúdo dos atos. Não estamos dispostos a ir para as ruas defender um governo que também atacou os trabalhadores, mas, se formos para as ruas dizer "Fora, Temer!" e lutar pelos direitos dos trabalhadores, achamos que essa unidade de ação é possível e achamos que é uma necessidade dos trabalhadores derrubar o Governo Temer.

E contem com a CSP-Conlutas para isso!" (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Gibran Jordão, que falou pela Conlutas.

É bom dizer que a Conlutas, toda vez que é convidada, sempre está aqui, como as outras centrais também. Então, todas aqui falam, expressam o que pensam.

Mario Teixeira, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Eu queria dizer que já está conosco a Erika Kokay, que é uma lutadora. Essa eu diria que me representa lá na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Já disse isso para ela algumas vezes.

O SR. MARIO TEXEIRA – Em nome do nosso Presidente, Adilson Araújo, em nome da CTB, cumprimentamos primeiramente todos os Parlamentares presentes em nome do Senador Paim; cumprimentarmos as centrais sindicais, companheiros presentes; cumprimentamos sindicalistas, militantes. Como eu sou do setor portuário, quero especialmente cumprimentar meu companheiro Eduardo Guterra, que é Presidente das Federações Portuárias.

Na verdade, a CTB tem uma posição política bem clara, todos que acompanham sabem disso. Meu companheiro Gibran, por muitas e muitas vezes, em suas instâncias, a CTB refletiu muito sobre os erros e acertos do Governo Dilma, e concordamos, em parte, que houve erros. Concordamos também com o companheiro de que houve também uma seletividade em termos de punições de políticos. Está bem claro isso aí.

A CTB entende que este Governo é ilegítimo e ela instrui suas bases para que se evite legitimar este Governo ilegítimo. Quando falamos em ilegítimo, vamos desde o início dos entendimentos de bastidores para derrubar a Presidente Dilma. E não fica longe. Vejam bem, meus companheiros: hoje se está passando um processo que é preparado não para resolver o problema do Brasil. Está tudo preparado – e há um trabalho midiático muito grande – para que seja sacramentada definitivamente a saída da Presidente. Tudo que está sendo feito não está sendo feito para ajudar o Brasil, está sendo feito com fins puramente políticos, para tentar mostrar para a opinião pública, através da mídia golpista também, que este Governo veio resolver o problema Brasil. Mas o objetivo é exatamente este: sacramentar a saída da Presidente Dilma. Aí, sim, eles virão com tudo – com tudo mesmo –, com esse processo que nós já conhecemos. Estão puxando coisas do passado. Não existe dúvida nenhuma com relação aos golpes que já estão aí.

Foi colocado por diversos companheiros e Parlamentares – não vamos ficar repetindo – que um dos golpes mais flagrantes é essa questão da retirada da Previdência Social e a passagem para a Fazenda. Uma questão que não tem sido muito colocada aqui é que, embora sejamos dirigentes de centrais, somos militantes do setor portuário. Há uma questão, Senador Paim, que está passando despercebida: a extinção da Secretaria Especial de Portos, que foi uma conquista da sociedade brasileira. A Secretaria de Portos veio fazer com que o País pudesse receber a verba orçamentária para melhorar as administrações portuárias, para investir e trazer mais emprego dentro dos portos. Isso aí trouxe um problema seriíssimo aos empresários, principalmente aos empresários que são financiados pelo capital estrangeiro. Eles querem só investir nos chamados terminais de fora do porto organizado e são totalmente contrários a investimento nos terminais públicos.

Hoje, com a saída da Secretaria de Portos, com a retirada do *status* de ministério da Secretaria de Portos do Brasil, os empresários privativistas estão aplaudindo. Eles vinham tentando de qualquer forma derrubar a Presidente Dilma – isso eles nos diziam nas nossas reuniões –, que isso poderia melhorar o investimento privado nos portos. Mas vejam o que eles querem: entregar os portos brasileiros ao capital estrangeiro. Com a Secretaria de Portos perdendo o *status* de Ministério, os recursos para os portos brasileiros vão ser disputados com os outros modais – transporte ferroviário, transporte rodoviário e transporte aeroviário – e aí os empresários do setor, as multinacionais vão aparecer como salvadoras da pátria, como alguém que vai colocar dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nos portos, sempre precisar o Governo colocar. É mais ou menos o que está dizendo o Ministro da Saúde, que quer entregar a saúde para os planos privados. É a mesma coisa, para dizer que é para o País, no caso, economizar recursos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. MARIO TEXEIRA – Na verdade, a CTB entende que existe golpe. Ela resiste a qualquer ato que se considere uma conciliação com este governo golpista.

E mais, entendemos que os nossos trabalhadores da CTB devam refletir sobre tudo aquilo que sai através da mídia golpista e os orientamos para isso. Vamos além, não vamos aqui querer criticar algumas organizações, mas também orientamos que tudo aquilo que sair através de orientação de algumas seitas religiosas – sejam evangélicas, católicas ou o que forem – também nós trabalhadores reflitamos muito bem antes de jogarmos à rua e admitirmos as informações.

Dizemos mais: nós também entendemos que um dos grandes golpes está no caráter machista deste Governo, até porque nós da CTB, no nosso estatuto, temos uma previsão bem clara no sentido da participação das mulheres. Nós garantimos sempre, em nossa instância, aquela participação das mulheres. E vemos isso como um golpe não só contra as mulheres, mas também contra os negros e as minorias.

Seria isso, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mário Teixeira, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Eu queria agora, intercalando, passar a palavra para Vilmar Lacerda, que é suplente do Senador Cristovam Buarque, e, em seguida, para...

Escolham. Para mim é indiferente.

Então a Deputada Erika Kokay falará primeiro.

Eu estou pedindo, Erika, se puder, para ficar em cinco minutos cada um.

Depois as centrais e três entidades do plenário ainda vão falar.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu começo parabenizando-o pela organização desta frente em defesa do trabalho. Penso que nós temos, neste momento, que reconhecer as nossas incompletudes, institucionais inclusive, e trabalhar no crescimento de uma grande articulação, envolver o máximo possível de todas as entidades que têm compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras dos setores que foram historicamente violados na sua própria humanidade. Quando falo de trabalhadores e trabalhadoras é para nos lembrar de que nós estamos vivendo uma luta de classes e que essa luta de classes nunca deixou de existir.

Se nós estamos vivendo um golpe hoje, é uma investida da direita. E nós não temos um golpe em curso em função dos nossos desacertos, mas dos nossos acertos. Nós estamos vivenciando um golpe porque ousamos dizer que mulheres, negros, crianças, adolescentes e juventude têm direito de viver a sua humanidade e não podem viver o extermínio dessa condição de sujeitos de direitos.

Nós estamos vivendo um golpe porque ousamos fazer reforma agrária, porque nós ousamos demarcar as terras indígenas em que o latifúndio quer colocar as suas estacas. E, ao colocar as estacas nas terras de indígenas e de quilombolas, coloca a estaca na alma desta Nação e na nossa própria brasilidade.

Nós estamos vivendo um golpe porque ousamos colocar um operário para presidir este Brasil. E nós ousamos dizer que a fome não é natural, que a fome tem que ser debelada porque ela arranca a nossa própria humanidade.

Nós estamos vivendo um golpe porque a direita reconhece que não tem condições de ganhar uma disputa eleitoral e quer impor o seu programa que vem no ventre do arbítrio. É como se fossem verdadeiros abutres da democracia.

Por isso não há qualquer tipo de negociação ou qualquer tipo de pacto que possa ser construído com aqueles que se constituíram nas cinzas da própria democracia. E a democracia é mãe de todos os direitos.

Nós sabemos que os direitos potencializam a democracia, fazem com que a democracia seja de alta intensidade, mas sem democracia os direitos não têm como prevalecer. Por isso nós estamos vivendo um golpe; porque eles querem nos tirar os direitos; porque querem impor o negociado acima do legislado; porque querem terceirizar, precarizar; porque querem tirar as terras indígenas e quilombolas para a reforma agrária; porque querem – querem! – construir e fazer deste País um país que atenda 2% ou 3% da população e que negue o direito de brasileiros e brasileiras se sentirem pertencentes a esta própria Nação; porque querem deixar aberos ciclos das casas grandes e senzalas; porque querem deixar aberto o ciclo da ditadura; porque querem xar aberto o ciclo do colonialismo e querem deixar aberto o ciclo da escravidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por isto nós estamos sofrendo um golpe: pelos nossos acertos, pelas nossas ousadias, porque eles temem aqueles que nascem do ventre da classe trabalhadora. Então, por isso estamos sofrendo um golpe e, por isso, nós vamos resistir a esse golpe. E, por isso, nós vamos dizer que não é possível tocar em nenhum direito nosso. Nenhum direito nosso!

E nós vamos lembrar a luta dos franceses em maio de 1968, que diziam: "não toquem em meus companheiros". E nós diríamos: "não toquem nos meus direitos, não toquem nos meus direitos..."

(Soa a campainha.)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ...porque cada direito que este País tem representa muita dor do seu próprio povo. Cada direito que a população deste País tem representou muitas marcas na pele e na alma desta Nação, muita sobrevivência, resiliência, resistência às salas escuras das torturas, às senzalas e a tudo aquilo que nos impediu largamente de vivermos a nossa humanidade.

Por isso, Senador Paim, Senadora Regina, Senadora Fátima, que aqui estava, e todos os Parlamentares que aqui estão compondo, nós estamos com as centrais sindicais para dizer aquilo que foi dito por um metalúrgico em uma greve que enfrentou a ditadura militar no final da década de 1970: "nunca ousem duvidar da capacidade de luta e transformação da classe trabalhadora brasileira".

E nós vamos repetir: "nunca ousem duvidar da capacidade de luta e transformação da classe trabalhadora brasileira".

Por isso, fascistas e golpistas não passarão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputada Federal aqui por Brasília.

Na sequência, o primeiro suplente do Senador Cristovam Buarque, Wilmar Lacerda.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Calma lá, gente. Vamos com paz aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai lá, Wilmar.

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Senador Paim e toda esta Mesa maravilhosa de centrais sindicais, de representantes dos trabalhadores, eu quero saudar todos vocês, mulheres e homens.

Mas eu queria primeiro, Senador Paim, parabenizar a sua atitude nesta Comissão de fazer este debate. Eu acho você merece uma salva de todo esse plenário. Não só por esta, mas por todos os seus atos aqui nesta Comissão. (*Palmas.*)

E sugiro ao nosso Senador Paim que afaçamos um debate sobre questões específicas de retirada de direitos no nosso País, nesses cinco últimos dias, vejam bem, atacando os últimos treze anos de avanço dos trabalhadores brasileiros.

Eu gostaria de sugerir alguns temas para debatermos nas próximas audiências públicas, como a questão da comunicação pública da EBC. Eu acho que um dos maiores cortes que este Governo vai fazer é impedir que – como a gente está fazendo aqui, milhares de brasileiros estão assistindo – uma TV pública possa, independente do governo que esteja aí, transmitir uma opinião mais isenta para o nosso povo brasileiro.

Eu acho que estão cometendo um crime de lesa-pátria o que estão fazendo com a EBC e com a TV Brasil, ontem e hoje, com a retirada do seu diretor-presidente, eleito democraticamente, que tem mandato de quatro anos. É como se tirassem o mandato de Senadores, é como se tirassem o mandato de Deputados como se tirou o mandato da Presidenta. Eles estão tirando os mandatos. Daqui a pouco vão tirar os mandatos dos dirigentes sindicais. Daqui a pouco vão tirar o mandato da UNE. Daqui a pouco vão tirar o mandato da CUT e de todas as centrais sindicais, e dos sindicatos filiados às centrais sindicais. Portanto nós temos que fazer uma grande reviravolta neste País para impedir que sejam retirados esses direitos.

Eu queria também, Senador, dizer que o que está em curso no País é a disputa de dois projetos: um projeto neoliberal que não deu certo no mundo inteiro e um projeto desenvolvimentista, que estávamos implementando no Brasil, eleito quatro vezes pelo povo brasileiro, e que sofreu um golpe para implementar um projeto que não foi eleito. O programa da Ponte para o Futuro, que é uma pinguela para o passado, demonstra claramente que programa é esse. E já está em curso a execução desse programa.

Então, a redução do tamanho do Estado, do papel do Estado, é fundamentalmente o centro desse projeto. Vamos entender que a diminuição do tamanho do Estado não é só diminuição do número de ministérios. É diminuição de programas sociais, é diminuição de direitos, é diminuição do papel do Estado, é diminuição do número de servidor público, é diminuição da capacidade do Estado de fiscalizar, é diminuição da capacidade do Estado em desenvolver políticas públicas. É isso que está em curso no Brasil hoje.

Então, portanto, nós devemos fazer uma grande frente para impedir os avanços desse programa não eleicapitaneado por um golpe parlamentar, midiático, empresarial, existente no Brasil, com a cara de legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E aí eu quero aqui responder a algumas questões colocadas aqui, essa questão do direito de fato, que virou um negócio de condenar pessoas. Porque a Justiça entendeu que essa pessoa estava envolvida em um crime, mas que não tem um morto...

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Então, se culpabilizaram e se criminalizaram, e a isto nós não reagirmos... Porque, quando, na história do Mensalão, usaram do tal do direito de fato para condenar pessoas sem crime, também estão utilizando o direito de fato para dar o *impeachment* no Brasil. Porque aqui a gente procura o crime: qual o crime que a Presidenta Dilma cometeu? Cadê o crime? Cadê o morto? Ninguém vê o morto, ninguém vê o crime. Mas, pelo direito de fato, ela é culpada por uma crise econômica mundial, por uma crise que se abateu no Brasil, por uma passagem dessa história. Mas nós devemos falar aqui que muitos aqui falaram dos nossos erros. Eu vou falar de alguns erros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto.

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA (PDT - DF) – Plano Safra, eram R$2,8 bilhões, hoje são R$30 bilhões para a agricultura familiar brasileira – R$30 bilhões para a agricultura familiar brasileira! Bolsa Família: nos programas anteriores, era 1,8 milhão de famílias; 14 milhões de famílias no Brasil atendidas por combate à miséria. Estudantes que faziam o nível superior: 3 milhões; hoje são 8 milhões de estudantes, com R$1,2 milhão financiado pelo Fies. Cisterna? Nenhuma. Três milhões de cisternas. Minha Casa, Minha Vida? Nenhuma para o pobre. Hoje são três milhões de casas espalhadas para o pobre no Brasil. Luz para Todos? Ninguém. Só com lamparina. Três milhões de casas desenvolvidas com Luz para Todos. Salário mínimo? O Fernando Henrique falava em US$100. Eram US$50, hoje são US$240. Querem acabar com o salário mínimo. Aposentadoria? Já era! O Estado já era. Acabaram com a Previdência Social no Brasil. E vão acabar com a educação pública, e vão acabar com a saúde pública, porque o novo Ministro e o Ministro do DEM querem desenvolver a educação, no Brasil, com a educação privada cobrando, inclusive, dos universitários brasileiros.

Portanto, nós temos que nos aliar. Temos de fazer uma história aqui. Nós temos chance de reverter esse golpe no Senado, Senador Paulo Paim. Nós temos que conquistar seis Senadores, para que nós impeçamos esse golpe aqui no Senado.

E nós vamos trabalhar diuturnamente, para que a classe trabalhadora não sofra no próximo período. Não esperem até 2018. Nós temos que impedir, nos próximos 180 dias, que este golpe se consolide no Senado. E é muito importante que a classe trabalhadora brasileira, as centrais sindicais, os movimentos populares, culturais e artísticos, no Brasil, entrem nessa luta, para que nós possamos derrubar o golpe aqui no Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Wilmar Lacerda, suplente do Senador Cristovam.

Agora, Wesley Barreto Bastos, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB.

O SR. WESLEY BARRETO BASTOS – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares, Senadoras, Senadores, na pessoa do Senador Paulo Paim, um incansável lutador, batalhador da causa dos trabalhadores no Parlamento brasileiro.

Senador, eu vou ser breve. Não vou ser repetitivo, porque todo mundo já disse o que havia para dizer. Acredito que o Presidente da CSB, Antonio Neto, e o Presidente da Federação dos Sindicatos Brasileiros, Leandro Allan, têm uma posição muito firme contra essa questão do negociado sobre o legislado. Isso aí fere frontalmente todos os trabalhadores do nosso País, inclusive os servidores públicos.

Diga-se de passagem, nós, servidores públicos, temos uma obrigação, uma responsabilidade muito grande no que tange a essa luta, pois nós somos formadores de opinião e temos o dever de orientar os nossos filhos, de orientar os nossos pares, dentro das nossas casas, dizendo-lhes que aquilo que está acontecendo hoje no Brasil, de retirada de direitos, é somente a ponta do *iceberg*. Nós temos que entender que o retrocesso que hoje se estendeu a esses cinco dias vai ser muito pior, se nós não tivermos uma reação muito firme e muito dura.

Os trabalhadores do Brasil todo precisam se unir contra esses retrocessos que estão se apresentando. Não é possível que nós fiquemos dormindo em "berço esplêndido", enquanto se acaba com a aposentadoria, enquanto se acaba com o aumento do salário mínimo, enquanto se quer terceirizar o serviço público, enquanto se quer terceirizar as prisões, enquanto se quer transformar o ser humano em mercadoria. Nós temos que uma posição muito firme, muito clara, e a Central dos Sindicatos Brasileiros e a Federação dos Servidores nitenciários do Brasil têm essa posição muito firme de que não aceitaremos nenhum retrocesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Um dia desses estivemos aqui, com o Senador Paim, lutando contra o PLS nº 513, que visa a implementar a privatização dos presídios do País. Inclusive, havia diversos Deputados aqui pedindo a queda do nosso requerimento para que o processo passasse por todas as comissões. O Senador Paulo Paim, juntamente ao Senador Hélio e outros Senadores foram responsáveis por aprovar o nosso requerimento que fez o projeto caminhar por todas as comissões do Senado Federal. Tenho certeza de que nós conseguiremos barrar a mercantilização do ser humano aqui no Senado Federal, capitaneados pelo Senador Paim e por todos os Parlamentares desta Casa.

Senador, eu só tenho que lhe agradecer por esse espaço. Essa Frente Parlamentar Mista em Defesa do Trabalhador acredito que chegou numa hora excelente. Tenho certeza de que, a partir de hoje, as centrais sindicais, sindicatos, federações, confederações estarão imbuídos mais uma vez na luta contra o retrocesso dos trabalhadores. Não aceitaremos nenhum direito a menos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Wesley Barreto Bastos, que falou pela CSB.

Eu queria, neste momento, primeiro registrar a presença do nosso querido Deputado Lincoln Portela que vem aqui apoiar a nossa Frente.

São dezenas de entidades, para não dizer centena, e muitas delas estão na sala 15, que está lotada. Eles queriam muito estar aqui, mas estão assistindo pelo telão ao debate e não podem estar aqui, infelizmente, por uma questão de espaço.

Uma salva de palmas àquela centena de pessoas que estão lá na sala 15. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando encerrarmos aqui, eles estão convidados a virem aqui conversar um pouco conosco, antes de retornarmos para os gabinetes e para o plenário.

Eu queria, neste momento, passar a palavra, mas antes vou registrar o nome das entidades presentes. Só vou fazer uma exceção, pessoal, para o representante do Sindicato dos Jornalistas, que vai falar sobre a questão da EBC.

Ontem, já li o manifesto em Plenário contestando essa decisão arbitrária de demitir o Diretor-Presidente, legitimamente eleito. Então, quem é que fala pelo sindicato? Por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

Desculpe-me, eu disse que ficaria até o fim porque pensei que não se estenderia tanto, mas eu tenho uma reunião agora, fora daqui, e não sei como é que vou pegar o trânsito.

Gostaria de falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, fala primeiro a Senadora Regina e, em seguida, o Sindicato dos Jornalistas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sou solidária com vocês e já estou sabendo de tudo.

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Graça, essa batalhadora; o meu querido Senador Paim.

Vou dizer algumas coisas rapidamente para vocês. Primeiro, precisamos prestar atenção aos movimentos deste governo interino. Não sei se vocês perceberam como é viver num governo espancado 24 horas por dia pela grande mídia. Era o que nós vivíamos e agora vivemos um governo interino acariciado 24 horas por dia pela grande mídia. Prestem atenção a isso. Talvez seja por isso que o símbolo do novo governo parece mais uma homenagem à Globo, sem falar que esqueceram as estrelinhas lá, não é? Será a tese do Estado mínimo, vão extinguir alguns Estados ali?

Então, precisamos ver a dualidade de tratamento. Nós sempre falamos em dois pesos e duas medidas, e está muito claro que este Governo já fez a sua opção pelos ricos, internamente e externamente. Internamente, pelas trapalhadas que a imprensa não divulga, não comenta. Quando divulga, é rapidinho que tem feito, como por exemplo a fala de ministros, essa história de diminuir o tamanho do SUS, quando se sabe que é deficitário e precisa de ampliação de muita coisa, ou quando mexe com a questão da previdência.

Alguém tem dúvida de que a intenção desta história da Previdência é voltar à caridade? Vai voltar ao primeiro-damismo. A primeira-dama vai ter um papel de, além de bela, recatada e do lar, da mãezona, que vai recolher donativo dos empresários bonzinhos e vai distribuir cesta básica. "Não, vocês não vão ganhar salário mínimo não, trabalhador rural, mas vão ter cestas entregues pelo prefeito pessoalmente." Como era. O prefeito entregava e aproveitava e pedia o voto. Já dava o santinho dentro, quando era época de eleição. É isto que está visto: vão voltar essas ações de caridade. "Não, vocês vão perder o salário mínimo, não vão ganhar igual ao trabalhador ativo não, mas a gente vai compensar."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, precisamos estar muito atentos para o que está por trás dessas coisas. Sem falar no caixa da Previc. Vai ter um bom dinheiro lá que pode ser usado para outros fins: engordar o caixa da Fazenda. É a Fazenda que gasta.

E a preferência pelos ricos, quando dá um ministro para o agronegócio, e para os trabalhadores rurais, da pequena agricultura, bota lá um nome, no final de um ministério. Onde é que o trabalhador rural, da agricultura familiar vai se enxergar neste Governo? Nomeia um Ministro da Justiça que é um xerife e bota lá "a cidadania, os direitos humanos". Como é que se vai tratar com uma pessoa que teve o comportamento que o ministro teve quando era secretário? Como é que se vai tratar de direitos humanos com ele? Precisamos ver isso. E, por aí, vai.

A questão da cultura, já está na quarta pessoa convidada que rejeita. Um vexame! Mas quem é que comenta isso na grande mídia? Um vexame! Quatro pessoas convidadas, quatro mulheres – porque este Governo apanhou tanto na questão de não ter mulheres – já foram convidadas para a Secretaria de Cultura, e elas não aceitam. A última foi a Bruna Lombardi. Não aceitam. Então, é um vexame um governo que não acha uma pessoa para botar numa secretaria. Então, precisamos nos aproveitar disso para ir desmoralizando este Governo interino.

Para finalizar mesmo, porque tenho que sair, quero dizer para vocês que esta Comissão é a Casa acolhedora, no sentido do carinho, de receber, porque é nossa tarefa aqui, somos empregados de vocês. Eu vim do meio sindical, fui presidente da CUT, então, sinto-me muito bem com vocês todos. Não tem essa da autoridade não. Somos companheiros e companheiras que vamos acolher as angústias, as tristezas e vamos tentar juntos reverter uma situação. Mas é uma situação complicada de reverter porque é um governo que, interino, tem a ousadia de desmontar o Estado. Desmontou o Estado todinho. Interino! Ou tem muita certeza de que vai permanecer – que não é o caso, temos condição de reverter –, ou então é mesmo uma ousadia para mostrar "eu posso, vocês são nada", porque é incrível como é que se desmonta um Estado todinho, sabendo que pode governar só por três, quatro meses.

Então, é muita luta para nós, mas estamos aí com toda disposição para enfrentá-la.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa, uma militante permanente dos direitos humanos, sempre presente nesta Comissão.

Para uma saudação – e sei que ele até abriria mão da palavra –, o nosso querido Deputado Federal Lincoln Portela, que faz parte desta Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PRB - MG) – Minha saudação, Senador Paulo Paim, à Senadora que acaba de sair – assisti ontem ao debate da Senadora Regina –, minha saudação a todos os líderes sindicais.

Quero dizer que a CLP está completamente aberta. Fui Presidente da CLP num momento crítico do Brasil, num momento em que nós tivemos a primeira manifestação, aquela manifestação das ruas. Não quero questionar agora a direita, a esquerda, mas foi um momento muito crítico que tivemos. A CLP sempre esteve voltada para a questão sindical, para a questão das associações, das federações, para a questão cultural.

Fui o Coordenador do GT Terras Indígenas. Pudemos receber todos os indígenas aqui na Casa, abrir espaço para eles, enquanto eles proibiam a entrada deles. Eles entraram à caráter. Então, foi um excelente trabalho. Sepultamos a PEC 250, também, em frente ao espelho d'água. Trabalhamos, fizemos todo o nosso trabalho.

A CLP continua à disposição das federações, dos sindicatos, das associações, da cultura brasileira, independente do posicionamento de A, B ou C. Estamos abertos. Então, quero apenas fazer a minha saudação e dizer que me alegro pelo fato de pertencer, sempre, à CLP, que lá na Câmara dos Deputados faz um excelente trabalho em conjunto.

Parabéns a todos vocês que aqui estão defendendo aquilo que grande parte da população brasileira acredita e defende. É por aí.

Um grande abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Lincoln Portela.

Passo a palavra ao representante do Sindicato dos Jornalistas, o Líder Jonas, que vai falar sobre a situação da EBC.

O SR. JONAS VALENTE – Senador Paulo Paim, muito obrigado por abrir este espaço para a gente.

Assim como a gente tem riscos, que já foram colocados, aqui aos direitos dos trabalhadores, assim como a gente já teve a consumação de uma ofensiva à cultura brasileira com a extinção do Ministério da Cultura, a gente também tem uma ofensiva contra a comunicação pública.

A comunicação pública está prevista na Constituição Federal, no seu art. 223, é uma conquista da po-
ação brasileira, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação, que é a empresa que opera a TV Brasil, a
ência Brasil, a Rádio Nacional e vários veículos públicos; uma comunicação que oferece informação equili-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

brada, informação isenta. As entidades de trabalhadores sempre brigaram para garantir o caráter efetivamente público dessa comunicação.

Agora, o que a gente vê é um ataque à lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação, que prevê que o seu diretor-presidente tenha um mandato de 4 anos. Foi nomeado este ano e saiu, esta semana, a sua exoneração, o que é ilegal e ilegítimo. Não se trata aqui, do ponto de vista dos trabalhadores, de defender o nome de José ou João. O mandato tem exatamente esse instrumento de ser impessoal, de proteger a empresa das mudanças dos governos de plantão. É essa a denúncia que a gente vem fazer aqui.

Do nosso ponto de vista, o mais grave é que essa medida não vem sozinha, vem acompanhada de ameaças que circulam em notas, em reportagens, dizendo que o projeto do Governo interino para a Empresa Brasil de Comunicação não é apenas destituir o seu diretor-presidente, mas é também mudar a finalidade, os objetivos e os princípios da comunicação pública, desestruturar e desmontar a comunicação pública.

Hoje, a comunicação pública é um dos raros espaços que a sociedade brasileira tem que não é governado por interesses econômicos – como é o caso da comunicação comercial –, que não é orientada por interesses governamentais ou de órgãos específicos.

Nós pedimos o apoio. Sabemos que teremos que fazer várias lutas conjuntas: a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora e a luta nas várias frentes de desmonte que este Governo interino vem colocando. Nós já temos um exemplo: quem está sendo cotado para assumir a EBC é quem desmontou a comunicação da Câmara dos Deputados a mando do Eduardo Cunha, é quem removeu os servidores, é quem censurou partidos. É essa luta que nós temos que fazer. É uma luta para garantir o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação.

Senador, muito obrigado pelo espaço que o senhor abre para a gente. Nós convidamos todos os Parlamentares e todas as entidades da sociedade civil: foi criada uma Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Quem quiser saber mais sobre isso e compartilhar os conteúdos, o endereço é facebook.com/emdefesadaebc.

Muito obrigado, mais uma vez. Estamos juntos nesta luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Jonas, que falou em nome do Sindicato dos Jornalistas, mas defendendo a nossa EBC.

Eu li ontem em plenário, Jonas, a nota que vocês me mandaram. Se assim este Plenário entender, vou encaminhar essa nota, em nome da Comissão de Direitos Humanos, ao Governo provisório, dizendo que esta Comissão de Direitos Humanos está totalmente solidária e não aceita esse tipo de procedimento. Fica esse encaminhamento já tomado por nós todos aqui.

Eu queria, neste momento, passar para a Graça, que é a última oradora da Mesa, que falará aqui, eu diria, em nome das mulheres. É claro que aqui outras mulheres representam com a mesma força, independente de central, mas por uma deferência do próprio Presidente da Central, ela faz agora a fala de encerramento.

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada, Senador.

Como nós ficamos na organização desse evento, construindo durante esse período todo, então eu quero primeiro chamar o comitê executivo, os nossos companheiros das assessorias que vão tocar, que foram responsáveis por elaborar o estatuto, toda a documentação, toda a discussão jurídica parlamentar que nós vamos fazer neste próximo período. A assessoria já está fazendo todo o levantamento dos projetos, principalmente esses mais cruéis – onde está, qual é a comissão, se está no Plenário do Senado, se está no Plenário da Câmara – para que, quando fizermos a primeira reunião do colegiado, todos os Parlamentares já estejam com todo esse material na mão e nós já tenhamos as estratégias a partir dessa questão que está colocada, onde temos que atuar mais rapidamente.

Nós queremos chamar a Lílian, do Dieese; o Neuriberg, do Diap; o Carlos, que é daqui da Bancada do Senado; a Eneida, da Bancada da Câmara; e a Sandra, da SRT da CUT. Esse é o núcleo, inicialmente. Vocês podem vir aqui, por favor, para o pessoal conhecê-los. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o núcleo que vai operar, o núcleo executivo, é isso?

A SRª GRAÇA COSTA – Isso. E a partir do que nós construímos, como já ficou dito no início, na próxima semana, haverá reuniões com as assessorias dos Parlamentares, das Casas, e também com as assessorias das centrais sindicais e das entidades que estão compondo a Frente. A partir daí, vamos fazer um plano de trabalho. Vamos trabalhar com a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, que vai ser lançada no próximo dia 31. Então, todas e todos já estão convocados. Vai ser no Petrônio Portela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Às 9 horas da manhã.

A SRª GRAÇA COSTA – Às 9 horas da manhã do dia 31. É um ambiente que tem espaço para mil pessoas. Nós vamos fazer um grande ato, porque entendemos que, com o que está colocado com o Ministério da Previdência, pessoal, já cabe uma greve geral, a paralisação nacional de todas as categorias neste País, porque isso é brincadeira! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não é brincadeira! Imaginem se a gente elencar todas essas outras coisas que estão sendo confrontadas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixem eu registrar a presença do Líder Humberto Costa, um lutador pelos direitos humanos e pela democracia. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – A Frente é para unificar, pessoal. Nós conseguimos colocar hoje aqui as centrais sindicais e as entidades que têm atuado no Parlamento de forma muito forte, com agenda parlamentar, com discussões, como é o caso do Ministério Público do Trabalho, da Associação dos Juízes, da Associação dos Procuradores. Enfim, isso aqui é muito forte. É muito forte!

Eu quero agradecer, em nome de toda a coordenação. Nós vamos fazer um grande trabalho. Temos que trabalhar nessa questão da unificação mesmo dos direitos da classe e ver o que é possível fazer na ação unificada lá fora, porque aqui dentro tem que ser unificada de verdade. Não é só vir aqui e fazer um discurso, mas na hora de fazer a movimentação lá fora para garantir o que nós estamos fazendo aqui dentro, tem que ter. Às vezes as centrais dizem que estão, as entidades dizem que estão, mas cadê o povo na hora do bem-bom? Então, é muito importante isso. Mas já somos vitoriosos e vitoriosas hoje, porque nós conseguimos unificar todas as centrais sindicais.

Há outra questão que é importante colocar. Não vamos fazer muita confusão nas coisas, pessoal. O momento é muito grave. A crise política não está nem aos pés do que está a crise política na Europa, mas aqui é como se o mundo tivesse acabado ontem e não tivesse mais jeito, ou então estivesse tudo consolidado.

O que está sendo feito de medidas neste Governo não é uma questão político-partidária. É uma questão de avanço, de tudo que já estava sendo pressionado, e que pode piorar se não tivermos uma unidade. Nós não estamos unidos, isso é verdade. Nós temos duas frentes lá fora: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Nós precisamos unificar mais. Nós não estamos unificados de todo nas centrais sindicais, mas na ação nós somos revolucionários. Nós somos de esquerda, nós somos revolucionários, nós trabalhadores que estamos dentro do movimento. Quem não for, pessoal, a central que não for, a entidade que não for, a base vai pressionar para ir, vai dar um acocho grande em todo mundo, porque o momento não é de "ah, não". Não tem. Não existe esse meio-termo. Não existem meios-termos aqui. Então, a nossa ação unificada tem que ser aqui dentro e lá fora. As avaliações são necessárias. Os partidos precisam passar pela avaliação.

Nós pedimos reforma política e não foi feita! Não há consenso, porque quem está aqui no Parlamento não tem consenso com isso. Mas lá fora tem! Lá fora tem e nós vamos continuar pressionando. Mas é muito importante para nós não perder o fio da meada. Porque um cometeu um erro lá fora, nós não vamos nos juntar aqui em defesa? Temos que nos juntar, porque as consequências são bem maiores.

Acho que alguém soprou aí da plateia que o momento não é de avaliação. Nós vamos passar por um momento de depuração, todos – o movimento sindical, o movimento popular, os partidos políticos –, porque o que está lá fora é muito grave, e nós temos que ter muita tranquilidade e muito equilíbrio para fazer esse negócio acontecer. Mas nós não podemos vacilar, porque assim como está se colocando que alguém está pisando na bola ou que está fazendo uma leitura equivocada, do lado de cá também tem gente fazendo leitura equivocada. Nós não podemos fazer leitura equivocada agora. Nós temos que nos confrontar.

Eu acho que, neste momento, nada é daqui para trás. Nada! Não temos travessia nem ponte para o inferno, para não sei quê, para retirada de direitos. Estancou, pessoal. As medidas que foram tomadas de ontem para trás devem ser fechadas. Não tem que haver mais medida para a retirada. Nós temos que recuar esse povo e avançar para novos dias, novas esperanças, e recuperar o que nós conquistamos nos últimos cem anos.

No fundo, o que a nossa Frente Parlamentar vai fazer é uma grande, imensa, gigantesca campanha nacional em defesa dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos humanos, que estão todos em risco neste momento. É isso que nós queremos. Vamos dialogar, sim, com muita tranquilidade, fazer acordos que têm que ser feitos com as centrais, como nos posicionamos, em que momento, onde avançamos mais, onde avançamos menos, mas sempre nessa perspectiva de fazer as coisas acontecerem. E fazer as coisas acontecerem de forma muito rápida, porque em 48 horas nós já perdemos muito mais direitos do que imaginamos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª GRAÇA COSTA – Só pelo fato dessa agressão com a EBC, todos os sindicalistas que estão aqui, todo mundo das entidades, dos movimentos sociais, já deve ficar de prontidão. Se tirou o mandato imediatamente, de forma brutal, de quem tinha sido eleito, já é um sinal muito ruim para o nosso futuro. Então, espero que, a partir que vimos aqui, dessa unidade, consigamos avançar sempre e não deixar nossos direitos serem retirados.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Graça. Eu vou fazer agora, pessoal, um registro das entidades presentes. Pedimos a todos, se puderem, que fiquem até o encerramento, para fazermos o registro, inclusive com aquela foto histórica que vai para o livro dessa caminhada.

Entidades presentes: Federação de Sindicatos de Professores e Professoras das Universidades Federais e Institutos Federais; Clodoir Fernandes Vargas, da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário nos Estados; Maria José Silva, da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário nos Estados; Francisco Luiz Saraiva Costa, Secretário da Coordenação Administrativa e Política da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs-CUT); Maria Helena Garcia Leal, Coordenadora Executiva do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo; Eduardo Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; Edson Nascimento, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra); Paulo Cayres, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CMN-CUT); Juvandia Moreira, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo; Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Secretário de Administração da Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT-DF); Gilberto Jorge Cordeiro Gomes, Diretor de Políticas Públicas e Sociais da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); Lucineide Varjão Soares, Presidente da Confederação Nacional do Ramo Químico; Roberto Antonio Von Der Osten, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf); Juan Sanchez , Fitratelp/CUT; Marcia Abreu (CFEMEA); Jorginho, pela Fasubra; Virgínia Berriel, do Movimento Humanos Direitos; Oton Pereira Neves, Secretário-Geral do Sindsep-DF; Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef).

Quero ainda informar que três Senadores não se encontram aqui – quatro Senadores fazem parte desta coordenação – porque estão falando no exterior sobre a situação do Brasil: Senadora Vanessa Grazziotin – se não me engano está em Portugal; Senador Roberto Requião; Senador Lindbergh Farias; e Senadora Lídice da Mata.

Eu coordeno a Frente Parlamentar com outras pessoas. Eu sei que há algum nome que não foi dito. Encaminhem para a Mesa por escrito e a Mesa registra, ainda no encerramento.

Pessoal, sem fazer nenhum discurso, vou falar de alguns encaminhamentos que deixo como sugestão. Eu queria dizer que eu só acredito – confesso, Graça, na linha que você falou – que haverá resultado, inclusive aqui dentro, para não haver retrocesso na questão do direito dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da área pública e da área privada, se a gente conseguir fazer um grande movimento de fora para dentro do Congresso Nacional.

Aquela cruzada – e todas as centrais, entidades e confederações, associações ajudaram – que fizemos nos 27 Estados contra a terceirização é que garantiu que a terceirização não fosse aprovada; garantiu, inclusive, que ganhássemos a relatoria da terceirização. Só não aconteceu a regulamentação do trabalho escravo porque houve uma grande mobilização, inclusive com aquele Prêmio Nobel da Paz, para que fosse assegurada a mim a relatoria do trabalho escravo.

Na questão da privatização dos presídios, houve uma grande mobilização do movimento social, e nós pegamos também a relatoria.

O negociado sobre o legislado só não passou porque houve uma dúzia de mobilizações aqui, nesta Comissão, com audiência pública e debates também nos Estados, e nós conseguimos derrubar na Câmara e aqui também, no Senado.

Por que eu digo isso, pessoal? Eu acho que nós temos que pensar seriamente. É muito bom termos a frente hoje que estamos lançando, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe dos Trabalhadores, é muito bom termos frentes em defesa da Previdência, em defesa dos trabalhadores Rurais, pela Liberdade religiosa e pela liberdade de orientação sexual, mas é importante, pessoal, que nós pensemos em fazer grandes eventos nos Estados, unificando todas as frentes com um único objetivo. Se nós unificarmos em cada Estado esse movimento com setores que são discriminados e todas as frentes que foram montadas até o momento, com certeza nós faremos grandes eventos que vão balançar aqueles Deputados e Senadores que ainda não perceberam o que está acontecendo.

Então o apelo que eu faço neste momento é independente da questão partidária. É em defesa da democracia a unidade com todas as centrais sindicais, com todas as federações, com todas as associações, enfim, com o movimento social deste País. Só assim eu acredito que nós vamos reverter esse quadro. E é possível, pessoal, é possível reverter.

Assim eu encerro esta audiência pública, agradecendo a todos que a acompanharam pelo sistema de comunicação do Senado, às TVs e às mídias alternativas que cobriram todo o evento e àquela moçada que está lá na Sala 15, sala lotada. E dizer que agora eles podem vir para cá, para acompanhar aqui os nossos encaminhamentos finais e a foto coletiva.

Vida longa à classe trabalhadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vida longa à democracia! (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia dezenove de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Hélio José, da Senadora Regina Sousa e do Deputado Federal Valtenir Pereira. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A pauta legislativa no Senado Federal de interesse da Defensoria Pública". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; Edson Rodrigues Marques, Subdefensor Público-Geral Federal; Liana Lidiane Pacheco Dani, Defensora Pública Federal; Deputado Federal Valtenir Pereira, Defensor Público; Michelle Leite de Souza Santos, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; Ricardo Batista Sousa, Defensor Público-Geral do Distrito Federal. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Igor Roque, Defensor Público Federal; Raquel Brodsky Rodrigues, Defensora Pública Federal; Arilson Pereira Malaquias, Defensor Público do Estado do Piauí; João Rios, Assessor do Senador Telmário Mota. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados na mesa para as suas considerações finais. O Senhor Presidente solicita que todos os Defensores Públicos presentes no Plenário utilizem o microfone e se apresentem. O Senhor Presidente passa o vídeo constante no link: https://www.youtube.com/watch?v=nRGfDSAy9pU da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF. O Senhor Presidente encaminhamento no sentido de receber sugestão da Defensoria Pública para inserir dentro das emendas orçamentárias da CDH à LOA verbas destinadas às Defensorias Públicas. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e três minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 49, de 2016, de minha autoria e de outros Senadores. Esta audiência pública acontece a pedido da Defensoria Pública para que nós debatêssemos aqui a pauta legislativa do Senado, na visão da Defensoria Pública. Ao mesmo tempo, nós estaremos fazendo uma homenagem a esses homens e mulheres que defendem o nosso povo de forma tão categórica, eu diria até heroica, pelo número tão pequeno de Defensores a defender o nosso povo em todo o País.

Fica já aqui a minha homenagem.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm o interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www. senado.leg.br/ecidadania e pelo Alô Senado, por meio do 0800-612211.

Como acontece em todas audiências públicas do Senado, independente da comissão, ela é transmitida pela internet e pelos canais alternativos para todo o País. É claro que a TV Senado não pode transmitir ao vivo todas as Comissões, o que é impossível. Mas ela grava as reuniões. Além de num primeiro momento estarmos ao vivo pelos canais alternativos e pela internet, essa gravação vai ao ar depois para todo o Brasil.

Ficam aqui meus comprimentos. Eu que às vezes faço e recebo críticas de todas as áreas, mas democracia é isso. Meus comprimentos a toda a equipe da TV Senado, que têm cumprido o seu papel.

Vou fazer a fala de abertura, enquanto espero os outros convidados que estão chegando. Gosto de ini- r às 9h em ponto, e hoje iniciamos já às 9h13. Isso significa um atraso de 13 minutos, o que para mim já é ve. O certo seria ter iniciado às 9h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vou fazer a introdução para aqueles que estão assistindo e vão assistir, em um segundo momento, esta nossa audiência pública de suma importância.

Eu digo que o documento que ora apresento foi construído pela assessoria, inclusive aqui do Senado, demonstrando a nossa homenagem a esses homens e mulheres que desempenham um papel fundamental na Defensoria Pública.

É com muita satisfação que abro esta audiência pública para debatermos assunto de tamanha relevância para a defesa dos direitos humanos no Brasil, que é o fortalecimento das Defensorias Públicas.

Apesar de há muitos anos a legislação brasileira já conter previsão legal de gratuidade de Justiça aos mais pobres e de assistência jurídica aos necessitados, é historicamente recente a organização das defensorias públicas tal como elas existem hoje.

Já existiam defensores públicos, é verdade, mas apenas os cargos então vinculados às procuradorias-gerais da Justiça. Foi, na Constituição Estadual do Rio de Janeiro de 1975, que se inovou o cenário constitucional e houve, enfim, a concepção de um órgão de Estado específico, destacado do Ministério Público, para a postulação, a defesa dos direitos dos juridicamente necessitados.

Eu faço essa homenagem com muito orgulho. Digo a vocês que a minha pauta aqui, no Congresso, é essa. Alguém, no Congresso, tinha que cuidar de índio, de negro, de pobre, de cigano, das mulheres, tão discriminadas, dos jovens, que, muitas vezes, são excluídos. Eu dediquei os meus 30 anos de mandato, fui Constituinte e tive a alegria de construir essa ideia também lá. Eu me dedico a essa pauta, que é a pauta dos senhores. Só que eu faço com mandato e tenho uma certa estrutura. Eu sei que a estrutura de vocês não é aquela que deveria ser, inclusive, para que vocês pudessem, cada vez mais, defender esse povo tão sofrido e tão heroico, que é o povo brasileiro.

Foi somente em 1977, com a Lei Complementar nº 6 do Estado do Rio de Janeiro, que se organizou, então, a assistência judiciária daquele Estado, institucionalizando-se, assim, a Defensoria Pública como órgão autônomo, mediante a criação do cargo de Defensor Público-Geral do Estado. Com base nesse modelo, a Constituição Federal de 1988... Eu estava lá. Eu cheguei aqui a partir de 1986. Eu me elegi, em 1986, e nunca mais voltei para casa, como dizem meus filhos. "Esperamos a sua volta um dia para casa." Vim para cá e não voltei mais. Estou desde 1986 e, logo após o término das eleições, eu vim para conhecer como era a estrutura da Casa, daí fiquei na Constituinte de 1987 e 1988.

Com base nesse modelo, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 134, erigiu a Defensoria Pública à condição de função essencial à Justiça, bem como no seu art. 5º, inciso LXXIV, confirmou ser dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Esse múnus público exercido pelas defensorias, sendo essencial para o acesso dos demais necessitados à prestação jurisdicional do Estado, está intimamente vinculado à efetivação dos direitos humanos – que é o nome desta Comissão –, dos direitos individuais e coletivos de parcela historicamente excluída da população brasileira. A Defensoria Pública é, por isso, um dos instrumentos mais importantes para a tão falada – que todos falam, mas poucos fazem – inclusão social e para a consolidação do próprio Estado democrático de direito.

Meus cumprimentos a esses profissionais dos direitos humanos.

Foi por essa razão que eu mesmo tomei a iniciativa do Requerimento nº 49, de 2016, aqui, na CDH, para fomentar este debate. Claro que vamos aqui falar sobre a vida, a história e a caminhada dos defensores públicos, mas é também, sim, uma reunião de homenagem a esses defensores, eu diria, da humanidade.

Às vezes, pode soar um pouco abstrato falar da importância do fortalecimento da Defensoria Pública. O que significa isso na prática? O que efetivamente faz um defensor público no seu dia a dia?

Sim, é o defensor público que protege o adolescente em conflito com a lei. Sim, é ele também que defende as mulheres que são vítimas da violência, é ele também que atua na defesa dos interesses dos mais pobres, ajuizando ações para assegurar, por exemplo, direitos individuais ou coletivos nas áreas da saúde, da família e sucessões, do direito do consumidor, bem como de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura, além de muitas outras áreas.

Vejam, senhores e senhoras, que o papel do defensor público extrapola a esfera judicial. Ele funciona, em diversas ocasiões, como um agente pacificador, como um agente da paz, do entendimento, da solidariedade, dirimindo conflitos, restabelecendo relacionamentos familiares, prevenindo crimes, orientando e retirando pessoas do mundo das drogas, o que, além de tudo, evita muitas demandas judiciais que se arrastariam nos tribunais sem nenhuma perspectiva de solução. A existência das Defensorias Públicas, portanto, também gera economia processual e diminuição de despesas ao Erário.

A própria OEA (Organização dos Estados Americanos), em busca de seu objetivo de construção de ordem, [illegible] e justiça, que preza pela garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, aprovou, por unanimidade, em assembleia realizada em junho de 2011, em El Salvador, uma resolução que trata das garantias para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o acesso à justiça com destaque para o papel dos defensores públicos. Nesse documento, a OEA recomenda aos países americanos a construção e o fortalecimento de uma Defensoria Pública autônoma e independente, porque o fortalecimento da Defensoria Pública promove uma democratização genuína, dá efetividade à proteção dos direitos humanos, aproxima a sociedade do Estado e tem o poder de transformar paulatinamente a própria estrutura socioeconômica de tradicional opressão e desigualdade, o que caracteriza não só o Brasil, mas também inúmeros países do mundo. E aí busca o desenvolvimento qualificado numa política de igualdade de direitos humanos.

A Defensoria Pública é agente fundamental de defesa dos direitos humanos, de inclusão social, porque abre aos mais necessitados a possibilidade de exercer plenamente sua cidadania, o que é, em si, muito mais profundo e transformador do que a simples inclusão via consumo, a qual, muitas vezes, dá ao povo uma sensação ilusória de inclusão e de pertencimento, mas é superficial, mantenedora sempre do *status quo*, e não educa para o exercício da cidadania. Os defensores públicos caminham nesse sentido, para dar cidadania a todo o nosso povo, a toda a nossa gente.

Em minha opinião – aqui, termino –, o fortalecimento da Defensoria Pública tem até mesmo um caráter civilizatório, ou seja, os defensores são verdadeiros militantes dos direitos humanos. Se pegou bem ou mal, não importa. Eu considero vocês militantes dos direitos humanos. Sejam todos bem-vindos a esta reunião de homenagem! (*Palmas.*)

Convidados. Vamos, então, à nossa Mesa de imediato: Dr. Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Dr. Joaquim!

Convido o Subdefensor Público-Geral Federal, Dr. Edson Rodrigues Marques. (*Palmas.*)

Convido, com alegria – porque há todo este debate de "onde estão as mulheres"; aqui as mulheres vêm para a Mesa, pelo menos está aqui; não sei se ela já chegou, mas fica registrado –, a Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Drª Michelle Leite de Souza Santos. (*Palmas.*)

Se vocês quiserem colocar na Mesa uma representante da Drª Michelle até ela chegar, pode ser.

Qual é o seu nome?

A SRª LIANA LIDIANE PACHECO DANI – Liana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Liana, então, representando aqui na Mesa a Drª Michelle Leite de Souza, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais. (*Palmas.*)

Muito bem, senão alguém vai dizer: "esta Mesa não tem uma mulher; começou mal!" (*Risos.*)

Já está resolvido.

O SR. ARILSON PEREIRA MALAQUIAS (*Fora do microfone.*) – Logo nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Logo nesta Comissão!

Quero convidar ainda o Dr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público-Geral do Distrito Federal.

Não sei se já chegou, mas deve chegar em seguida. (*Palmas.*)

Bom, todos vocês sabem o carinho que tenho pelo trabalho de vocês. Por isso a nossa intenção, inclusive, era fazer uma sessão de homenagem no plenário, mas, enfim, depois resolvemos, conversando com as Lideranças, fazer o debate aqui, na Comissão de Direitos Humanos, sem prejuízo de isso acontecer em um outro momento.

Eu já fiz a minha introdução. Então, de imediato, passo a palavra para o Dr. Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

O SR. JOAQUIM NETO – Bom dia a todas e a todos.

Quero dizer da alegria de participar deste momento, desta audiência pública em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

Quero saudar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, agradecer-lhe, e reconhecer publicamente o seu papel, o seu apoio. Está sempre presente à luta pelo engrandecimento, pelo crescimento, pelo avanço da Defensoria Pública Nacional.

O Senador Paulo Paim sempre nos recebe quando pode, sempre nos horários dele, bem cedo, diga-se de passagem. É um dos Parlamentares que mais cedo despacham no Distrito Federal, e eu sou testemunha disso. Por volta de 8h da manhã, já começa as suas audiências.

Quero saudar o Subdefensor Público-Geral Federal, o nosso amigo Edson; a Drª Liana, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

Ressalto a importância desta audiência pública para a nossa instituição e precisamente no dia 19 de maio.

A Defensoria Pública, criada na Constituição de 1988, vem avançando ao longo desses quase 28 anos de ma gradativa, de forma sofrida até, mas de forma muito firme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós já podemos hoje comemorar os avanços e comemorar os resultados advindos do trabalho que a Defensoria Pública tem realizado no cenário nacional, seja na esfera dos Estados e do Distrito Federal, seja na esfera Federal como haverá de muito bem falar aqui os nossos amigos da Defensoria Pública da União.

E represento, nesse momento, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, uma associação que já atua há 32 anos na defesa da Defensoria Pública, na defesa, portanto, do cidadão brasileiro hipossuficiente, carente do acesso à Justiça.

Antes da Constituição de 1988, a Anadep já existia e já lutava pela inclusão da Defensoria Pública no Texto Constitucional. Falo isso com muita alegria, com muita satisfação e ouso dizer que todos os avanços da Defensoria Pública brasileira passaram pelo trabalho da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Faço questão de lembrar – e também em uma data muito oportuna – a autonomia que nos foi trazida, às defensorias públicas estaduais, pela reforma do Judiciário de 2004, a Emenda nº 45, muito bem trabalhada nesta Casa e aprovada, trouxe a autonomia às Defensorias Públicas dos Estados, dando-lhes autonomia funcional, administrativa e a possibilidade do encaminhamento da sua proposta orçamentária, questão que foi, logo em seguida, estendida à Defensoria Pública do Distrito Federal e à Defensoria Pública da União através das Emendas nºs 69 e 74.

E faço esse recorte exatamente porque, no dia de ontem, o Supremo Tribunal Federal, na apreciação da medida cautelar, na ADI 5.296, que questionava a autonomia da Defensoria Pública da União, chancelou, ratificou o formato trazido pelo Legislador Constituinte originário à Defensoria Pública; qual seja, o de uma instituição autônoma – como deve ser – para bem prestar o seu mister constitucional, a sua função, a sua missão tão árdua e bela, trazida na Constituição.

Não há que se falar em acesso à saúde, em acesso à educação, em uma série de direitos fundamentais, que são trazidos e que são apresentados pela Defensoria Pública ao Poder Judiciário, sem que nós tenhamos uma instituição autônoma assim fazendo.

Volta e meia, nós mitigamos contra o Poder Público, por isso é necessário que a Defensoria Pública tenha esse poder de autogoverno, de autotutela, de autogerenciamento, em que vai crescer, em que vai avançar, em que vai alocar os recursos. E é importante que se reconheça também esse momento histórico, porque, no dia de ontem, nós tivemos essa vitória emblemática no Supremo Tribunal Federal.

Nós tínhamos ali pautadas seis ações; dessas seis ações, a principal delas era a que questionava autonomia da Defensoria Pública da União. Sagramo-nos vencedores nessa e em mais quatro das ações. Para uma delas foi pedida vista, o que aponta para o cuidado que o Supremo Tribunal Federal vem tendo com a nossa instituição, garantindo o nosso livre exercício, a nossa atuação com tranquilidade.

É importante que se diga que a Anadep também vem cuidando com muito carinho, na maioria do seu tempo, de uma pauta chamada «pauta do bem». São temas, Senador Paulo Paim, dentro daquilo que V. Exª mencionou aqui ao final do seu discurso de abertura, que nos colocam como verdadeiros promotores de direitos humanos, como defensores dos direitos humanos. E o somos, pois o próprio texto constitucional expressamente nos coloca... (*Palmas.*)

... como responsáveis pela promoção dos direitos humanos.

E eu trago aqui uma série de exemplos de acompanhamentos legislativos que nós fazemos que nada têm a ver com a carreira, que nada têm a ver com o caráter corporativo ou com qualquer tipo que não seja somente a nossa preocupação com os direitos humanos.

Nós temos aqui a PEC nº 33, de 2012, que é redução da maioridade penal. Nós somos veementemente contra redução da maioridade penal. (*Palmas.*)

Nós temos um cuidado muito especial com o PLS nº 554, de 2011, que versa sobre a audiência de custódia. A Anadep, há muito tempo, é defensora da audiência de custódia em nosso País. Tanto o é, que nós temos acompanhado esse projeto, temos apresentado notas técnicas, temos apresentado emendas, e temos trabalhado. E, há uns quinze dias, nós fomos ao Supremo Tribunal Federal e apresentamos uma reclamação constitucional pelo descumprimento da determinação trazida na ADPF nº 347, aquela que declarou o estado inconstitucional de coisas do sistema penitenciário brasileiro, para reclamar ao Supremo sobre o descumprimento dessa medida. Porque ali se estabeleceu um prazo de 90 dias para que no País houvesse a implementação das audiências de custódia, e até agora nós não temos a implantação das audiências de custódia a contento em nosso País.

E não haveremos de descansar enquanto nós não virmos essas audiências de custódia implantadas como deve ser, como a legislação prevê, porque nós acreditamos, nós sabemos o benefício que ela trará. Hoje, nós temos uma população de 600 mil presos, Senador, em nosso País, e desses 600 mil presos 40% deles são provisórios. Desses 40% provisórios, nós acreditamos... Imaginem se nós tirássemos a metade desses presos provisórios pela via da audiência de custódia? Dá 120 mil presos a menos. É um número para lá de considerável. A população carcerária de alguns países nem de longe alcança esse patamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Trabalhamos também no PLS nº 513, de 2011, que cuida da terceirização dos presídios. Temos acompanhado o PLS nº 236, de 2012, que trata do Código Penal. A proibição da revista vexatória no Sinase: PLS nº 451, de 2015, que, inclusive, foi uma sugestão, um texto sugerido pela Associação Nacional dos Defensores Públicos acolhido pelo Senador Eduardo Amorim. E, hoje, esse PLS já se encontra em pleno andamento nesta Casa. E, assim, nós temos trabalhado ao longo desses 32 anos.

E abro ainda um parêntese dentro desse tópico da Anadep para dizer que uma coisa principal nessa atuação, Senador, foi o relacionamento que a Anadep construiu dentro do Senado Federal, dentro da Câmara, dentro do Congresso Nacional, um relacionamento de respeito ao andamento dos processos legislativos e, sobretudo, de respeito aos nossos Parlamentares. É por isso que, volta e meia, as matérias defendidas pela Defensoria Pública de nosso País são aprovadas à unanimidade, porque temos o máximo respeito pelas instituições.

Temos nos colocado como agentes, como auxiliares do trabalho legislativo desta Casa, trabalhando em notas técnicas, sugerindo, opinando quando somos procurados a respeito de determinadas matérias. Portanto, nós temos uma relação de extrema proximidade com o Legislativo nacional, e esperamos que essa relação só acresça e só aumente a cada dia, mais e mais.

A Defensoria Pública tem, ao longo desses quase 28 anos pós-Constituição de 1988, trabalhado com muita dedicação, trabalhado com afinco, porque nós somos vocacionados pela causa pública, nós somos vocacionados pela transformação da realidade social. Nós não temos trazido aquele discurso, Sr. Presidente, de instituição coitadinha, de que nós carecemos disso, ou daquilo, ou daquilo outro. É bem verdade que nós não temos a estrutura de que precisamos, que nós não temos o quadro de que precisamos. Nós temos hoje um terço do número de juízes, metade do número de promotores, só estamos presentes em 39% das comarcas brasileiras. Mas com o que temos, Senador, nós temos feito um trabalho diferenciado, e esse trabalho tem aparecido. São milhões de atendimentos que são realizados neste País, ano a ano. (*Palmas.*)

Nisso, nós sabemos que ainda há muito em que se avançar, e que não há outra forma de avançarmos e conseguirmos o apoio necessário para esses avanços que não o trabalho, o trabalho e o trabalho; que não a dedicação, a dedicação e a dedicação. É isso a que nós nos propomos a fazer pelo povo brasileiro, e temos feito.

A cada ano, em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, dentro do mês de maio – é um mês que nós chamamos de mês verde –, nós apresentamos uma campanha nacional a ser trabalhada até o próximo ano. Neste ano, nós estamos trabalhando o tema acesso à saúde, um tema extremamente importante, em que nós temos uma atuação diferenciada. Às nossas portas, amanhecem milhares e milhares de brasileiros em busca de medicação, de internação, de leitos de UTI, de tratamentos fora de domicílio, de cirurgias, de tratamentos de alto custo, e é através da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e da União que essas pessoas têm logrado êxito e têm alcançado a efetividade de um direito tão fundamental que é o direito à saúde.

Essa campanha nós apresentamos também neste momento. Ela está posta à mesa, dentro dessa pasta, com o material da campanha. Nós haveremos de passar um vídeo, não sei em que momento desta solenidade. A gente pode passar o vídeo agora? (*Pausa.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Belo trabalho. Eu vou pedir, inclusive, que, no encerramento, vocês passem de novo esse vídeo. Quando encerrar, o último ato seria o vídeo, porque ele é objetivo, direto e sinaliza à população como procurar os seus direitos.

O SR. JOAQUIM NETO – É verdade. Ele é informativo. Ele apresenta a Defensoria Pública naquilo em que ela pode vir a somar, a ajudar, a realizar, na verdade, o seu mister constitucional junto à população do nosso País.

Para finalizar, Senador, nós temos, sim, o que comemorar. É uma instituição... Eu tenho dito que a Defensoria Pública é uma instituição que deu certo, que já faz toda a diferença entre as instituições do sistema de Justiça. Para isso, nós já temos, inclusive, o reconhecimento e o apoio das nossas instituições coirmãs – a Magistratura e o Ministério Público –, que sempre trabalham conosco em uma parceria e entendem a compreensão, o dinamismo que a atuação do sistema de Justiça ganha com o crescimento e com o avanço da Defensoria Pública. Mas nós temos muito a avançar ainda. Precisaremos, sem dúvida, do apoio do Parlamento brasileiro.

A Defensoria Pública ainda se encontra num limbo jurídico, sobretudo no que toca a questão orçamentária. A Defensoria Pública é a única das instituições que não possui uma rubrica própria na Lei de Responsabilidade Fiscal, dando-lhe um limite para gasto com pessoal. E isso nos retira uma parcela violenta da nossa autonomia. Nós ficamos ao talante, ao critério dos Executivos estaduais e do Executivo Federal. Então, é necessário que se faça como se fez, por exemplo, com o Ministério Público, que possui seus 2% especificado, e a Magistratura, [illegible] seus 6%, e que se atribua à Defensoria Pública, em breve prazo... E o Governo Federal já reconheceu isso. [illegible]overno anterior encaminhou o PLP 257, criando uma rubrica para Defensoria Pública, ainda que pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aí se abre a discussão. Nós apresentamos uma emenda e o Governo ora interino haverá de ser buscado a tratar sobre o tema. E esse é um dos pontos cruciais. Esse é, eu diria, o calcanhar de aquiles da Defensoria Pública.

Muito obrigado. É uma alegria estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos. Eu o parabenizo pela sua fala. Já pode contar com o apoio aqui, tenha certeza absoluta, de todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e não só deste Presidente, porque todos reconhecem o trabalho dos senhores e das senhoras. Inclusive, aqui assumo esse compromisso com vocês. Nas emendas da Comissão, eu faço questão de nós trabalharmos uma emenda da Comissão para a Defensoria Pública. (*Palmas.*)

Vamos pensar nisso também, porque acho que o papel de vocês – falamos tanto em direitos humanos – é o de abraçar todos os mais vulneráveis.

O SR. JOAQUIM NETO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se fortalecermos vocês, nós os fortaleceremos.

O SR. JOAQUIM NETO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós e eles, todos nós estamos remando no mesmo barco.

Meus cumprimentos pela sua fala e pelo vídeo, que foi brilhante.

De imediato, seguindo a nossa lista de oradores, passo a palavra para o Dr. Edson Rodrigues Marques, Subdefensor Público-Geral Federal.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Bom dia a todos! Bom dia a todas!

É uma satisfação enorme estar nesta Casa hoje, para iniciarmos a comemoração deste grande dia.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, que se tem mostrado sempre um grande defensor da Defensoria. Neste gesto, eu gostaria de dar um abraço simbólico nele. É, na verdade, um abraço simbólico ao próprio Senado Federal e ao Parlamento da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, pode me dar um abraço agora. Valeu, parceiro! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – O Senador Paulo não precisa de elogios, ele sabe do trabalho que ele tem feito em relação ao agente da Defensoria Pública Federal, da Defensoria da União. Somos nanicos ainda, precisamos muito do crescimento institucional. Mas, como meu amigo Joaquim deixou bem claro, somos nanicos, mas somos grandes no trabalho, não é, Joaquim?

Agradeço também ao Joaquim, que nos convidou para participar desta Mesa.

Vou tomar liberdade e pedir licença para o Dr. Ricardo para agradecer, primeiro, às minhas colegas Drª Michelle e Drª Liana Lidiane. A Drª Liana entrou na Defensoria comigo no segundo concurso. Temos muita história para contar.

Agradeço também a presença do Dr. Ricardo, um grande parceiro no DF. Tenho um amigo que é quase irmão, que é o Stefano. Ele conhece bem o Stefano. É uma grande luta. O Stefano lá entrou logo que a gente se formou. Foi uma luta. Na época, a gente estava se formando. Eu o ajudei a construí-la com alguns apoios parlamentares, e a Defensoria do DF também tem sido uma parceira constante nossa em grandes projetos.

Agradeço a presença de todos os colegas, a presença de todos aqui neste momento.

Minha fala será bem informal mesmo. Acho que, neste dia, temos de agradecer, primeiro, a existência da Defensoria Pública, mas, sobretudo, temos de pensar e refletir sobre o nosso papel como defensores, sobre o papel que nós exercemos na sociedade. A quem e como chegamos? Digo sempre do nosso público, do nosso assistido. Muito carinhosamente, nós os chamamos de nossos assistidos. Às vezes, um defensor até briga com outro defensor por isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é bom.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Há um paternalismo em relação ao assistido: "É meu assistido, é meu assistido!" Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles agradecem.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Eu queria, então, nesta fala, contar uma história que, na verdade, vai se replicar na história de 663 defensores públicos federais hoje, que é a história do ingresso na Defensoria Pública, do porquê do ingresso na Defensoria Pública, da razão de ser disso.

Tenho algo em mente: sempre quando falo com todos os colegas, com todos os companheiros, agradeço a um assistido, em especial. E aí esse agradecimento é dirigido a todos os assistidos da Defensoria Pública. Quando entrei na Defensoria Pública, eu tinha uma dúvida. Eu já era de Brasília, eu já exercia uma carreira jurídica, aí ingressei na Defensoria Pública e fui lotado em Cuiabá, em Mato Grosso. E, na primeira semana em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cheguei a Cuiabá, em Mato Grosso, havia um assistido perdido nos corredores da Justiça. Nós estávamos numa sala pequenininha dentro da Justiça, o Poder Judiciário havia nos concedido um pequeno espaço lá, uma sala em que cabiam três pessoas. Se nela entrava um assistido, dois defensores tinham de sair.

Nós não tínhamos estagiário e, logo em seguida, nós conseguimos uma secretária. Então, quando a secretária estava lá, um dos defensores tinha que ficar do lado de fora, correndo os corredores do foro em Mato Grosso, em Cuiabá, para dar espaço para o trabalho. Quando era uma questão sigilosa, tínhamos que sair com os outros assistidos também, para haver o sigilo ali.

Mas agradeço muito essa fase. E aí minha convicção e minha formação ou a concretização de um sonho que eu digo que é uma missão.

Sr. Sebastião, eu tenho muito a agradecer.

Trata-se de um assistido o Sr. Sebastião. Se ele estiver nos ouvindo – queira Deus que sim, que ele esteja nos ouvindo –, quero dizer que eu sempre agradeço, rezo e peço a Deus pela família dele. Esse agradecimento, na verdade, estendo a todos os defensores e a todos os assistidos que a cada dia nos abençoam com uma palavra de alegria, com uma palavra de orgulho, com os olhos mesmo marejados pela aquela pontinha que chegamos à vida deles e a transformamos. (*Palmas.*)

Eu me permito contar esta história, Senador, caros colegas, porque, particularmente, eu fico tocado com ela, sempre quando penso... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bonito, é bonito, é isso!

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Uma vez, eu me sentei e pedi a Deus: "Me diga se o caminho é esse mesmo." É por isso que eu conto esta história.

O Sr. Sebastião chegou à Defensoria numa manhã. Estava ali, perdido, e eu, no corredor, por uma dessas fatalidades, não tínhamos espaço. E eu vi aquele senhor, humilde, bem simples com um garoto, mais ou menos uns 12 anos, procurando algo. Eu logo entendi que era uma pessoa que estava precisando de auxílio. Ao vê-lo ali, nos corredores, eu me dirigi a ele e perguntei: "O senhor está precisando de alguma ajuda?" Ele disse: "Sim, estou precisando de um advogado." Bom, perguntei: "O senhor já tem um advogado?" Ele disse: "Não, não tenho. Eu não tenho um advogado." Eu disse: "Sim, então, eu sou da Defensoria Pública, estamos naquela sala ali, e eu posso te ajudar."

Ele me contou toda a história dele. Ele disse o seguinte: "Doutor, eu tenho dois filhos. Esta criança aqui e outro, e nós três estamos inválidos." Parei e pensei comigo mesmo: "como assim nós três estamos inválidos?" Ele disse: "Doutor, eu tenho um filho que era recenseador do IBGE. Ele foi para Porto Velho. Lá, em Porto Velho, ele sofreu um acidente em uma kombi do IBGE. Essa kombi capotou, ele foi jogado fora da kombi, a kombi caiu em cima dele e ele ficou tetraplégico. De lá para cá, eu tenho sofrido um calvário; de lá para cá, eu não consigo nada. A gente entrou com uma ação lá, a gente conseguiu uma condenação, mas o IBGE não está pagando o plano de saúde dele, não está pagando a indenização dele. Tem uma enfermeira que está cuidando dele, e eu não consigo plano de saúde, que o plano de saúde se restabeleça. Eu não consigo nada. Eu tenho cuidado dele. Agora, doutor, eu sou uma pessoa de idade. Eu sou bem velho – e ele era um senhor bem de idade mesmo –, e tem essa outra criança que tenho que levar para a escola, que tenho que buscar na escola. E, nesse momento, é minha aflição, porque não tenho ninguém para cuidar do outro menino. O outro é homem feito, mas inválido completamente." Ele disse: "Eu estou desesperado, porque eu já quero, na verdade, que o mundo se elimine ou se encerre para mim. Eu não tenho mais condições alguma de cuidar disso."

Aquilo me tocou profundamente, tocou-me muito. Naquele momento, eu entendi qual era o nosso papel; qual era o papel do defensor público.

Naquele momento, eu parei e pensei: "Graças a Deus eu sou defensor público. Graças a Deus, Deus me deu essa missão". Naquele momento, eu sabia que o Sr. Sebastião só tinha a mim para poder resolver aquela questão da vida dele, e que aquilo era essencial, algo de que dependia a continuidade da própria vida dele, do filho dele e do outro menor. Eu não quis nem saber: eu tirei minha gravata, tirei meu casaco, arregacei as mangas. Entendi que ser defensor é ser transformador de uma realidade. (*Palmas.*)

Ser defensor é ser parceiro daquele que mais sofre, é sofrer junto, mas acima de tudo é buscar solução para ele, solução que muitas das vezes, Senador, muitas mesmo – e meus amigos defensores sabem muito bem disso –, nos dias atuais, eu diria até que em mais de 90% das vezes, ela é extrajudicial. Ela não é judicial. Nosso papel, hoje, se encaminha muito mais para fora das questões do Judiciário do que propor ações. E aí eu liguei para o fórum, liguei para o IBGE, corri literalmente atrás daquela situação até a gente conseguir descobrir que havia uma decisão, já transitada em julgado, que bastava executar aquela decisão. Mesmo assim, peguei a decisão e liguei para o IBGE. Em dois dias, estava tudo resolvido. Em dois dias estava tudo resolvido! (*Palmas.*)

O Sr. Sebastião – eu vejo que é o agradecimento que o assistido tem em relação à gente, Senador, que é ensivo a todos os nossos Parlamentares, que cuidam bem da nossa defensoria – foi me agradecer. Ele levou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

uma galinha de agradecimento. Era o pagamento que ele queria me fazer. Eu falei: "Não, Sr. Sebastião, a gente trabalha gratuitamente. A Defensoria é gratuita". Ele disse: "Não, advogado é pago". Eu falei: "Não, a Constituição, os Constituintes, nos deram uma missão. A missão é a de exercer gratuitamente nosso múnus, nossa função". Mas eu até entendo que seria uma ofensa a ele não receber a galinha, e aí eu recebi a galinha. Deixei a galinha quietinha lá no cantinho, e as colegas me olhavam desesperadas, Senador: "O que tu vais fazer com essa galinha?" (*Risos.*)

O Sr. Sebastião foi embora. Horas depois, nesse dia, outro assistido apareceu ali e se dizia com muita fome. Eu falei: "Deus te mandou." Dei a galinha para esse outro assistido. (*Palmas.*)

E eu digo que um assistido ajudou o outro. E assim, meus amigos, é a nossa missão: replicar tudo que nós temos, tudo que nós podemos replicar.

De lá para cá, desde 2006, quando ingressei na Defensoria – vim para Brasília, sou de Brasília, já tinha ficado alguns momentos –, sofremos muitos percalços na Defensoria do DF, com alguns amigos, a exemplo da Dr. Liana, que é uma grande guerreira. Ficamos, durante muito tempo, em quatro defensores aqui no Distrito Federal, Senador. Essa ainda é um pouco da nossa realidade brasileira. Basta eu citar o Núcleo de Altamira, que é um núcleo em que – todos devem saber – temos uma grande situação complexa, envolvendo a população vulnerável sob todos os aspectos, grandes grupos vulneráveis, indígenas, carroceiros, pescadores e toda sorte de conflitos fundiários decorrentes de uma evolução, de alguma transformação do Estado.

Nós temos ali, mas temos três bravos defensores lá. Hoje, seis porque há três indo e três voltando, então são seis bravos defensores lutando contra isso. Eu falo que essa tônica é da Defensoria Pública da União, essa tônica é da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal.

Dr. Ricardo, eu fui voluntário na Defensoria Pública do DF. Quando eu estava na faculdade na Defensoria Pública do DF e falo que nós temos muitas experiências, nós crescemos de lá para cá, é verdade. Nós crescemos muito, quando chegamos do segundo concurso nós tínhamos cem defensores e, quando chegamos, dobramos a Defensoria, foi um número sensacional, o sorriso nos defensores era algo fenomenal, era algo que alegrava. Quando a gente entrou foi uma alegria ao ver os colegas sorrindo só que a gente não entendia porque eles estavam sorrindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trabalho.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Era, Senador. Era a divisão do trabalho. Só que os colegas que nos recebiam também estavam enganados, estavam sorrindo pensando que iam dividir o trabalho e não. Nós só multiplicamos o trabalho e, cada vez mais, multiplicamos o trabalho. É o que o meu amigo Joaquim, por quem tenho muita estima, bem disse aqui: nós, muitas das vezes, pedimos apoio dos Senadores, apoio dos Parlamentares para o crescimento da Defensoria Pública, mas nós não nos ressentimos do nosso tamanho em colocar a culpa na nossa pequena estrutura. Na verdade, se a gente busca mais estrutura é para produzir mais, para alcançar mais porque a gente sabe que, se gente for mais longe, chega onde está o assistido que não consegue chegar até a gente.

Só para termos uma noção: hoje, na Defensoria Pública da União temos 14 grupos especializados de trabalho que os colegas chamam geralmente de Grupos de Trabalho, GTs e eu chamo de grupos especializados de trabalho. Nós temos o grupo de quilombolas que vai até os quilombos, dos remanescentes de quilombos. Por quê? Porque em muitos desses lugares as pessoas não têm condições nem de procurar a Defensoria Pública mais próxima. Então, a gente faz esse trabalho. (*Palmas.*)

A gente tem hoje uma parceria com o Ministério Público do Trabalho e Emprego e agora com a Previdência também, no sentido de resgatar as pessoas em condição análoga à de escravo. É uma parceria muito gigante porque lá nós temos os companheiros do Ministério, temos os companheiros da Polícia Federal, temos os companheiros do Ministério Público do Trabalho, ou seja, uma ação conjunta do Estado brasileiro e a Defensoria está imersa nessa ação.

Semana passada, no Paraná, resgatamos 19 trabalhadores em tais condições que eram deprimentes, mas foi feito o resgate. Nós temos tantos outros grupos especializados que, na verdade, eu vou me poupar de falar sobre todos eles porque, senão, daqui a pouco, vou chorar de novo, Senador. Senão, daqui a pouco, vou chorar de novo! Cada trabalho mais lindo que o outro, mas eu vou deixar um pouco de espaço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há uma canção que diz que todo menino é um guerreiro e guerreiro que é guerreiro sabe também chorar. Isso é para você pelo seu choro. (*Palmas.*)

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Enfim, quero, na verdade, finalizar aqui parabenizando a Defensoria Pública brasileira, as defensorias públicas estaduais, do Distrito Federal e a Defensoria Pública da União, dizendo que nós defensores somos e devemos ser o transformador, mas somos um serviçal daquelas pessoas que menos têm, daquelas pessoas que na verdade dependem, inclusive, de dizermos a elas o que elas têm.

Como o Senador bem disse, às vezes nem conhecem o seu próprio direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Edson Rodrigues Marques, Subdefensor Público-Geral Federal. Só que a frase eu inverti aqui. Na verdade, a letra diz que todo guerreiro no fundo é um menino e todo guerreiro não tem que ter vergonha de, em um momento, chorar. É no embate e na defesa dos que mais precisam. Meus cumprimentos.

Eu também queria dizer que, podem ter certeza, eu vou precisar muito de vocês. Casualmente – eu não falei antes – eu sou Relator do projeto que privatiza todos os presídios. E aí eu vou precisar de vocês; vou ouvir muito vocês. Eu sou Relator PEC que regulamenta o trabalho escravo, quando eu digo que trabalho escravo nós temos que proibir e não simplesmente ajustar conforme interesses difusos. Sou também Relator do PL da terceirização, e vocês sabem muito bem das preocupações que todos nós temos. Eu vou precisar muito, muito de vocês.

A história do São Sebastião eu achei muito interessante. Eu digo, dos santos, São Sebastião – que é do Sebastião – casualmente é o santo que tem uma história de defesa dos oprimidos. Eu tenho até hoje comigo aquele quadro em que ele tem uma série de flechas. E, casualmente, é a figura da história principal que você contou, uma história verdadeira, em que você tirou algumas das flechas dele, pelo que eu vi, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, isso é importantíssimo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi o retorno que ele lhe deu. Eu sempre digo que quem faz o bem na verdade é um egoísta. Sabe por quê? Quando faz o bem para os outros, você está fazendo bem é para você mesmo; é o egoísmo gostoso de ter. Bom, eu quero me dar bem, então, para me dar bem, eu vou fazer o bem, porque daí eu estou iluminando a minha alma, o meu coração. É um egoísmo positivo.

Mas vamos lá: Drª Liana Lidiane Pacheco Dani, Defensora Pública.

A SRª LIANA LIDIANE PACHECO DANI – Bom dia a todos, cumprimento o Senador Paulo Paim e os demais colegas da Mesa.

Esta oportunidade surgiu sem que eu esperasse, mas uma coisa eu digo: pelo Dia do Defensor eu espero todo ano; é o dia em que eu separo a minha roupa verde para celebrar aquilo que traz um propósito, um propósito de vida, um propósito de superação.

Todos os dias eu, colegas mulheres, colegas homens, pais, mães... O defensor é um ser humano e ele se cura, como o Edson falou, quando possibilita a cura dos assistidos. (*Palmas.*)

Eu não programei nada especial para falar, mas eu creio que essa atividade de viabilizar o conhecimento de direito àqueles que nos procuram é o que há de mais especial – é o que há de mais especial.

Também fui uma colaboradora da Defensoria do DF, e foi o local onde eu desisti de desistir da faculdade de Direito. Porque, sinceramente, é uma faculdade extremamente enfadonha nos primeiros semestres e onde a gente ingressa acreditando que "vai fazer a diferença" e, a cada semestre que passa, a gente vê mais burocracia, mais processualística, e você pensa: como é que eu vou fazer a diferença neste mundo cheio de regras, cheio de obstáculos? Sinceramente, chega uma hora no curso em que você fica até desacreditado. E alguém disse: "Não, você precisa conhecer a Defensoria Pública." Aí, eu: "Rapaz, onde é que eu faço a inscrição?" E fui fazer a inscrição ali atrás do Detran e perguntei: "Quando é que eu começo?" E a menina me respondeu: "Começa já na semana que vem." E eu: "Eita! Semana que vem?"

Fui para o Paranoá, que é uma região administrativa – hoje em dia não tão carente, mas em 2001 era bem mais carente –, e cada dia de atendimento, só de poder estar sendo um ombro amigo, porque eu ficava na área de família, um ombro amigo de uma mulher, de uma criança, de uma viúva, de poder explicar que, sim, teria solução aquela demanda – na época, a maioria delas, alimentícias –, já fazia a diferença.

E, hoje, eu represento os colegas do Direito Previdenciário, um direito extremamente violado. E, infelizmente, toda vez em que a gente pensa em reforma, em cortar gastos públicos, a gente pensa no direito previdenciário, na concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. E a cara de desespero dos assistidos é cada vez maior, porque se cortam previsões de descanso.

Infelizmente, no ofício onde eu atuo, a maioria dos benefícios são por incapacidade, porque ninguém consegue chegar à faixa etária de aposentadoria por idade. É absurdo como o nosso sistema é inoperante em resguardar um mínimo de saúde aos trabalhadores.

E aí eu fico pensando que a gente está requerendo um benefício, uma aposentadoria, um amparo assistencial, e, na verdade, a gente tem que ir muito mais além: a gente tem que resguardar esse trabalhador brasileiro. Ele pode, sim, estar trabalhando e ele não vai perecer porque não tem condições de trabalho. O Edson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

falou de trabalho escravo, mas quantos trabalhadores, inclusive os domésticos, trabalham sem nenhum tipo de qualificação ou de resguardo e, antes dos 40 anos, estão totalmente inabilitados para prosseguir o trabalho? Homens e mulheres jovens que se deparam com o quê? Portas fechadas, infelizmente, nas autarquias previdenciárias pela total inexistência de programas de reabilitação profissional, seja de tratamento médico – aí vem também a parte do SUS. E isso é direitos humanos, é resgatar a dignidade de um povo que, infelizmente, ainda não se vê devidamente atendido.

Então, como coordenadora do atendimento, porque eu já fui várias vezes, eu sempre explico que se o assistido chegar lá e mandarem a gente para "aquele lugar", a gente agradece e pergunta no que mais pode ajudar. Porque ele chega totalmente aflito – aflito –, sem perspectiva de melhora no tratamento da saúde, sem perspectiva de estar recebendo mensalmente para comer.

E estar atuando nessa área e ver ao final resultados positivos, infelizmente, mínimos – porque quem encontra a Defensoria ainda é a minoria – nos faz perceber que vale a pena.

Neste ano, nós vamos atender também a região do Entorno, em Goiás, região onde não há Defensoria Pública da União instalada.

Então, serão vários itinerantes e nós sabemos que é justamente a população mais marginalizada. Tenho certeza de que, até o final do ano, nós teremos excelentes resultados na integração, aí, dessa população.

Quero agradecer a oportunidade e feliz Dia dos Defensores para todos os colegas, servidores que estão conosco, vejo vários servidores aí, que estão conosco, nossos requisitados, gente do último concurso, e bola para frente.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Defensora Pública Federal Liana Lidiane Pacheco Dani, que deu, aí, um depoimento de como começou. Falou do Paranoá, que eu conheço muito bem – eu fico muito em Brasília e conheço a realidade do Paranoá –, e deu depoimento importantíssimo em relação à empregada doméstica, inclusive, com o que eu concordo. Apesar de nós termos melhorado a lei, infelizmente, grande parte delas não são ainda reconhecidas, não têm a carteira de trabalho assinada.

Isso é um fato real. Eu diria que ainda hoje eu acho que metade das empregadas domésticas do País não têm a carteira de trabalho assinada. Por isso, você tem toda razão de a gente pensar no universo dos trabalhadores.

Eu queria registrar a presença conosco, e convidá-lo, já, para a Mesa, o Deputado Federal Valtenir Pereira, que é Defensor Público. (*Palmas.*)

O Deputado Federal Valtenir Pereira, por outros compromissos, já pediu se ele poderia falar neste momento, e casualmente você está exatamente na lista aqui. Eu achei que a moçada ia te botar em último lugar, mas botaram na sequência, já, aqui. Depois da Liana, já está aqui.

Com a palavra, nesse momento, para alegria de todos nós, o Deputado Federal Valtenir Pereira, que é Defensor Público. (*Palmas.*)

Permitam-me registrar já a presença conosco do Senador Hélio José, sempre permanente, aqui, nessa Comissão, que é daqui, de Brasília, e vem da área do serviço público, não é?

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, que preside esta reunião, parabenizá-lo pelo excelente trabalho com os movimentos sociais, com as causas sociais. É uma referência para nós. Está, de vez em quando, em conflito com o seu Partido em termos, assim, dos encaminhamentos, não é? Isso é natural, é próprio da democracia, mas nunca – mas nunca – deixando os necessitados de mão. Sempre ali, firme, na defesa das pessoas humildes, das pessoas vulneráveis que precisam da nossa atenção.

Parabéns, Senador Paim, pelo excelente trabalho que vem fazendo.

Quero aqui também cumprimentar o Joaquim Neto, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, a Anadep. A primeira vez em que eu estive, aqui em Brasília, por incrível que pareça, foi em 1999. Eu tinha acabado de assumir, de fundar a Amdep, a Associação Matogrossense dos Defensores Públicos, fui o primeiro Presidente, e nós viemos aqui, exatamente, para não deixar que avacalhassem com a Defensoria Pública.

Queriam, na verdade, terceirizar. (*Palmas.*)

Queriam, vamos dizer assim, abrir para escritórios se credenciarem e prestarem um serviço.

Ia ser, vamos dizer assim, andar para trás. Eu não tenho dúvida, um comércio. Ia ser andar para trás, porque eu, como Defensor Público, a gente pega uma causa, a gente ama aquela causa, como se fosse uma causa, como se fosse uma causa nossa.

A gente luta até o final e a gente fica muito feliz quando consegue assegurar o direito daquele assistido [illegible] a gente acolheu na Defensoria, que não tinha mais nenhuma esperança. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora você imagina um escritório de advocacia que, claro, visa ao lucro, visa ganhar o seu dinheiro, quer dizer, a Defensoria, a prestação de serviço na Defensoria, isso é um bico. Ele ia lá pegar as causas da Defensoria, ia pegar alguém lá bem simples: "Olha, você fica, cuida aí para nós" e ia querer só receber. Sem falar o custo disso para o Estado, porque cada causa ia ser um valor e aquilo, vamos dizer, há tantas demandas que nós resolvemos, a Defensoria é uma economia, é um investimento para o Estado. (*Palmas.*)

Quando eu pisei aqui, acho que foi a partir daí que aflorou, vamos dizer assim, esse desejo de disputar uma eleição de vereador em Cuiabá, depois em seguida, Deputado Federal, estamos aqui já no terceiro mandato.

Eu quero também cumprimentar todos aqui da Mesa, permita-me, até para a gente ser mais rápido, quero cumprimentar em nome da Michelle Leite de Souza, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, a Anadef. E saudar o meu querido e amigo, companheiro, que eu admiro muito, o Hélio José, Senador aqui do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Eu trouxe aqui um discurso organizado para a gente não cometer nenhum equívoco, não é? Então, vou começar:

O amplo acesso ao Poder Judiciário foi consagrado na Constituição da República no art. 5º, inciso LXXV, que diz: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" e aqui com esse princípio, não importa se é pobre, se é rico, a cor, a etnia, não importa, a qualquer um seja cidadão brasileiro e não brasileiro que esteja no Território brasileiro, a ele é assegurado o acesso ao Judiciário.

Por princípio, todos têm o direito de buscar a proteção do seu direito junto ao Estado, todavia, sabemos nós que, apesar da beleza do princípio, a realidade é diversa. Nem todos, infelizmente, têm chances iguais de pleitear seus direitos. Aí que vem a Defensoria. Assim, tendo-se essa realidade, é preciso a ação do Estado para igualar os desiguais na medida de suas desigualdades, sob pena de falecer o Direito. Nesse diapasão o Estado tem o dever de dar amparo às pessoas hipossuficientes, que não podem e não possuem condições econômicas para suportar os custos da demanda, em especial, as despesas com advogados.

Ora, se no Estado democrático de direito, a ninguém é dado o poder da autotutela, fazer justiça com as próprias mãos, é necessário, portanto, dar as condições para que a pessoa possa, então, exercer na plenitude o princípio do amplo acesso ao Judiciário, caso contrário, como já disse em oportunidades anteriores, teríamos um falso Estado, uma falsa democracia, um falso direito. Coube, portanto, à Defensoria Pública, instituição a que tenho orgulho de pertencer, a função constitucional de oportunizar aos desiguais a igualdade jurídica de que tanto eles necessitam.

O defensor público é o advogado dos humildes, sua missão constitucional é a de garantir e fazer valer os princípios do amplo acesso à justiça, à igualdade entre as partes e, sobretudo, de proporcionar uma sociedade mais justa, qual seja, parafraseando Hannah Arendt de permitir às pessoas o direito de ter direitos, o direito de ser cidadão.

Sob o prisma histórico, a necessidade de garantir o acesso ao Judiciário pode ser medido, quando a Organização dos Estados Americanos, a OEA, durante a sua 41ª Assembleia Geral realizada no período de 5 a 7 de junho de 2011, aprovou, por unanimidade, a Resolução 2.656, reconhecendo o acesso à justiça como um direito autônomo, que permite exercer e proteger outros direitos e ainda o papel fundamental da Defensoria Pública oficial, para garantir e instrumentalizar o acesso à justiça das pessoas menos favorecidas. Essa mesma resolução tocou ainda num ponto essencial ao recomendar aos Estados membros que adotassem medidas que garantam que os defensores públicos oficiais gozem de independência e autonomia funcional. Também recomendou que os Estados que ainda não disponham da instituição Defensoria Pública que a criassem.

O Brasil já possui previsão constitucional que garante a existência da Defensoria Pública, todavia, é preciso avançar, é preciso fazer valer, na prática, a necessária autonomia administrativa e financeira, além da independência funcional. Isso passa pela votação e elaboração da lista tríplice por meio de eleições diretas para escolha do defensor-chefe, pela existência de orçamento realista e, sobretudo, pela dignidade salarial dos defensores públicos. Na minha experiência de defensor público, percebo que o papel da instituição não é apenas judicial, mas de um verdadeiro pacificador da sociedade, vez que atua, não raras vezes, no seio da família, promovendo reconciliações prevenindo crimes, orientando e retirando pessoas do mundo das drogas. Enfim, a Defensoria Pública é a última esperança daqueles que perderam a esperança.

O advogado é indispensável à administração da justiça, já o defensor público, além de indispensável, é fundamental para permitir aos menos favorecidos o direito de ter direito.

E, aí, abro um parêntese aqui, para improvisar, existe um brocardo jurídico romano, não sei pronunciar, mas seria mais ou menos assim: Os tribunais estão fechados para os pobres. E a Defensoria Pública é exatamente a chave de abertura desta porta. Então... (*Palmas.*)

... encaixa certinho aqui este nosso improviso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, nobres colegas, Senador Hélio José e também Senador Paim, que preside esta reunião, e a Senadora Regina Sousa, aqui presente nos prestigiando. (*Palmas.*)

De lá, do Piauí, não é? Vi a senhora na votação do *impeachment*, que acompanhei.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, uma das melhores Senadoras da história da República, Senadora. (*Palmas.*)

Estou dizendo isso e, depois, haverá aqui uma moção de repúdio àquele jornalista que não soube reconhecer, mas nada melhor que um dia depois de outro, Senadora. Ele não conhece V. Exª. Então, como já disse alguém, vamos tentar até perdoá-lo, porque ele não sabe o que diz. Vamos tentar até perdoá-lo, porque ele não sabe o que diz. Nós vamos aqui, no final, aprovar uma moção de solidariedade a V. Exª e de repúdio a esse moço que falou um monte de bobagem, porque não sabe o que diz. Faço questão – perdoe-me, Deputado – de dar esse depoimento. Nessa simplicidade, nessa humildade, está uma lutadora, uma militante, que dá a sua vida pelas causas do nosso povo. Tenho certeza – não é, Senador Hélio José? – de que podemos dizer que essa Senadora dá a sua vida pelas causas do nosso povo.

Por isso, depois, vamos ler aqui uma moção. Era uma surpresa, mas, já que foi citada V. Exª, eu queria dar uma grande salva de palmas a essa Senadora, que orgulha o povo brasileiro. Pode não orgulhar a ele, mas orgulha ao povo brasileiro. (*Palmas.*)

Foi uma fala preconceituosa, machista, racista. E ainda tentou fazer diferença de classe como se ela tivesse vindo de uma classe de que eu vim, com muito orgulho, de trabalhadores e trabalhadoras, e não devia estar no Senado. Bom, depois, no final, faremos isso. Deixemos o Deputado concluir.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) – Então, finalizando, parabéns a todos nós Defensores Públicos não apenas pelo nosso dia, mas, sobretudo, por aquilo que nós fazemos em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

Muito obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

Presidente, eu queria pedir a compreensão de todos da Mesa e também da plateia para que pudesse retornar à Câmara dos Deputados. Nós temos lá a CCJ, o depoimento do Presidente Eduardo Cunha na Comissão de Ética e várias outras atribuições ao mesmo tempo. Então, pediria a compreensão dos nobres colegas para que eu pudesse dar continuidade aos trabalhos lá. Parabéns a todos nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De nossa parte, tudo bem. Meus cumprimentos a V. Exª. Só um minuto, se o Senador Hélio José me permitir, antes que ele saia, faço questão de ler a moção, porque acho da maior gravidade o que aconteceu em relação à Senadora. Como a moção já está aqui, eu vou ler na presença ainda de V. Exª. Depois, V. Exª, se assim entender, pode levar uma cópia dela para repercutir lá na Câmara.

Requerimento. Nos termos do art. 222, requeiro voto de censura a Danilo Gentili Júnior pela notícia vinculada no seu Twitter pessoal, do apresentador, comediante, escritor, cartunista, fotógrafo, repórter, publicitário e empresário, em total desrespeito, de uma forma preconceituosa, à Senadora Regina Sousa.

A postagem: "Senadora? Achei que fosse a tia do café [aqui está todo o *link* dele] vc consegue entender o que a Sen. Regina Sousa está falando?". Demonstrou ali um comportamento machista, preconceituoso, que deve ser rechaçado e repelido por todos os cidadãos. Fazer humor é muito diferente de ofender e proferir palavras preconceituosas. O preconceito hostiliza, demonstra intolerância e ódio.

As redes sociais têm papel importantíssimo na luta contra o preconceito. Cabe a cada um de nós, especialmente àqueles que são formadores de opinião e figuras públicas, se conscientizar do seu papel enquanto agente de transformação.

É preciso tomarmos a consciência e a certeza de que ninguém, ninguém é diferente de ninguém. Todos somos iguais independentemente da atividade profissional, do sexo, da cor, da religião que professa, da opção sexual. Enfim, independente de suas escolas o seu modo de agir.

Eu diria: ninguém, ninguém pode ser discriminado por gênero, pela cor da pele, pela sua classe até, de onde veio. Eu tenho orgulho de dizer que vim de pai e mãe analfabetos e que passei muita fome, quando era menino. Mas faz parte: eles davam o que tinham.

Mas falo isso com orgulho, e hoje sou Senador junto com vocês, aqui, Senadora Regina Sousa. Naquele dia do *impeachment*, eu ia terminar, quando deu o corte, porque meu tempo tinha terminado.

No colégio tive um professor, e que Deus o tenha, porque ele já morreu, o Professor Carlinhos. Um dia, na sala de aula, ele disse a seguinte frase, quando eu tinha 12 aninhos: "Ô Paim [eu era presidente do grêmio na sala de aula], tu tens que entender que negro nasceu para arrancar paralelepípedo." Nunca esqueci essa fra-

Eu disse para ele que ia mostrar, ao longo da vida, que não é assim, que todos esses que têm oportunidade stram a sua capacidade. E não é falar de mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Senadora Regina Sousa, você soube fazer o bom combate e, quando teve oportunidade, sempre defendeu o seu povo, e não a sua vida pessoal, por isso você está aqui.

Eu vou pedir uma salva de palmas de pé para a Senadora Regina Sousa, que orgulha todo o povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Que essa aclamação já seja a aprovação da moção, não é, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim será e, depois, na Comissão, com a sua fala...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Um minutinho, Senador Paim. Nós interrompemos aqui para um caso mais particular, mas que não é particular, porque é uma questão deste País, que ainda é racista, que é homofóbico ainda, que ainda tem muita coisa para corrigir.

Acabamos de perder o Ministério de Direitos Humanos, um espaço privilegiado para discutirmos as nossas questões. Mas, quanto a essa questão do Danilo, queria dizer que não me ofendeu ele dizer que pensava que eu era a "tia do cafezinho". Com todo o respeito a quem serve o café, fui menina quebradeira de coco, que é mais difícil do que servir café, e cortei os dedos muitas vezes. (*Palmas.*)

Então, o que vou fazer, a ação que vou fazer é em homenagem às tias do cafezinho e aos tios, porque, aqui, no Senado, há muitos homens que servem café.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E que estão aqui conosco.

Uma salva de palmas para eles. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, aos tios dos cafezinhos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao pessoal do cafezinho, que está nos abastecendo aqui. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele fez uma observação assim: "Senadora? Pensei que era a tia do cafezinho". Quer dizer, para ele, Senadora tem cara, tem que ter cara de Senadora, tem que ter cabelo de Senadora.

Então, realmente foi altamente ofensivo. É difícil compreender, porque os meios de comunicação deveriam ser um espaço privilegiado para combater essas coisas que ainda acontecem em nosso País.

Então, agradeço a vocês, aqui, a moção, a homenagem. E vamos em frente. A luta está só começando ainda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina.

Aqui, simbolicamente, politicamente, nós aprovamos, mas, na primeira reunião deliberativa, em que tivermos número de Senadores, ela será, então, oficialmente encaminhada.

Eu, particularmente, como Presidente, já vou publicar a nota. Mas, claro, em nome de toda a Comissão, vai ser uma reunião deliberativa.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de saudar a Senadora Regina Sousa, dizer que realmente faço das palavras do nobre Presidente, Senador Paulo Paim, as minhas.

Queria falar, Valtenir, meu querido Deputado: Hélio José. Não é só você, o Medeiros, nosso Senador também, gosta de me chamar de José Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu como faço confusão vou logo no José, aí não esqueço.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) – Senador, é que eu tenho um grande amigo que é prefeito, eu ajudei a elegê-lo e reelegê-lo, que se chama José Hélio. Aí eu fico... Eu sei que é invertido.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É aquele que faz e o sol. José realmente é o que faz, é muito importante. E Hélio é o Sol, e a gente está junto.

Eu gostaria de agradecer profundamente a você Valtenir, dizer que é uma glória para a defensoria pública tê-lo na Câmara federal, como nós queremos ter a Michelle aqui na Câmara federal. Ela vai se filiar ao PMDB comigo em breve, vai ser a nossa candidata, porque é uma pessoa extraordinária, tem feito um trabalho maravilhoso na Defensoria. Precisa muito inclusive dos seus aconselhamentos para podermos elegê-la aqui no DF. Porque é uma pessoa dinâmica, proativa, que realmente representa o setor como ninguém. E aqui precisamos realmente reforçar essa Bancada na Câmara.

Eu gostaria, nobre Senador Paulo Paim, eu tenho uma reunião agora no Palácio do Planalto, eu atrasei um pouquinho e queria pedir desculpas, porque eu estava nesse café da Fenacon, que é a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, e eu sou da frente parlamentar mista de defesa desse setor, e estava lá, foi um grande evento na Câmara. Então peço desculpas ao Ricardo, meu amigo, meu companheiro aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de Brasília. Quero parabenizá-lo, Ricardo, pelo trabalho maravilhoso que você está fazendo aqui no DF. A sua atuação perante aquelas dificuldades da eleição do Conselho Tutelar, e no dia a dia só tem nos orgulhado a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Quero dizer para o Joaquim Neto e para a Michelle que ontem tivemos uma batalha muito dura pela Defensoria Pública da União, quando queriam descaracterizar, queriam desautorizar nosso querido Carlos Eduardo Paz, nosso Defensor Público-Geral, devidamente aprovado no plenário do Senado. Foi uma batalha difícil, mas conseguimos ser vitoriosos, com uma votação expressiva.

Então hoje oficialmente agora nós já temos um defensor público da União, lá do Maranhão, ele esteve lá uma época e depois no Ceará. É uma pessoa com certeza do coração imenso, extraordinário, que vai fazer um trabalho muito bom de dar continuidade ao que estava sendo feito na Defensoria Pública da União. Eu fiquei muito feliz de ter podido ajudar bastante na articulação para a gente não deixar que aquela questão de só porque ele era o segundo lugar de uma lista tríplice descaracterizasse a eleição do nosso querido Defensor Público da União. Se existe uma lista tríplice, é porque o terceiro, o segundo e o primeiro, qualquer um deles, de forma discricionária, que o Poder Executivo definir que é o representante representa a entidade. Ainda mais depois de uma sabatina na CCJ, devidamente aprovada, como foi o caso do Carlos Eduardo Paz, o nosso novo Defensor Público da União.

Quero cumprimentá-lo, Joaquim, dizendo que fortalecer dos vínculos familiares realmente foi uma grande contribuição sua. Acho que a família está em primeiro lugar em qualquer circunstância e você é uma pessoa que tem feito muito. A Michelle sabe: sou apaixonado por ela, ela é minha amiga, o que eu puder fazer para ajudar... Nós estamos juntos, vamos trabalhar muito nas eleições – não é, Michelle? –, eu sou candidato à reeleição para o Senado, ela será nossa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha, ele está seu fã mesmo, porque é a segunda vez que ele toca no mesmo tema, que você vai ser candidata, vai ser candidata, vai ser candidata. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, o Ricardo Batista eu já falei, tem dado *show* aqui no DF; o Edson Rodrigues Marques também, como professor da UniDF, uma pessoa que tem contribuído muito aqui com a nossa cidade; e a Liana Lidiane Pacheco Dani. Quero te saudar, Liana, e dizer que é muita alegria ver várias mulheres na Mesa. Cada dia mais, as mulheres têm conseguido ganhar espaço nos concursos públicos, conseguindo, muitas vezes, até ser maioria com relação a nós homens. Então, a sua juventude, a da Michelle, só representam o tanto que é bacana, hoje, essa situação de vocês estarem ganhando cada vez mais espaço.

Quero dizer umas breves palavras, nobre Senador, porque terei de sair mesmo. Não vou poder ouvir você, Ricardo, você me desculpe imensamente, mas vou pegar as notas taquigráficas depois. Faço questão de ouvir seu depoimento, e quero dizer que estamos juntos.

Senhoras e senhores, Sr. Presidente, demais membros que compõem a Mesa. Hoje se comemora o Dia Nacional da Defensoria Pública e do Defensor Público, e é com o apreço que tenho por essa categoria que venho parabenizá-los – não só pela data comemorativa, mas também pelo serviço de extrema relevância para os mais necessitados de nosso País.

A desigualdade no Brasil ainda é grande. Temos mais de 60 milhões de homens e mulheres na linha da pobreza, pessoas essas que não têm condições de arcar com os custos de um advogado para fazer valer seus direitos. É nessa hora que a Defensoria Pública cumpre sua função de proteger os direitos dos menos favorecidos, função essa que exerce com maestria.

E é por isso, nobre Valtenir, que nós vamos ter – eu e você – que resolver essa questão da diferença salarial com o MP e com a magistratura, porque acho que todos têm de ser tratados igualmente; com a Advocacia-Geral da União também, para ver como se resolve o problema da Defensoria Pública da União. (*Palmas.*)

Isso é importante, eu sei disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu me associo a você nisso, Valtenir, e à categoria.

Sei também da luta dos Defensores Públicos em relação à garantia do direito ao acesso à saúde dos cidadãos para que estes não sejam privados de um dos principais direitos garantidos pela Constituição. É triste ver o SUS com sérios problemas estruturais e conjunturais, com falta de vagas em UTI, filas de cirurgias e falta de medicamentos, e é mais triste ainda quando a gente vê um Ministro – preparado, eu gosto do Ricardo Barros, foi o nosso Relator-Geral do Orçamento – falar aquela excrescência que falou do SUS. Nós jamais admitiremos.

Nosso próprio Presidente da República, nosso Presidente do Senado, já deixaram claro que não existe possibilidade nenhuma daquela questão que foi colocada com relação ao SUS. Todos nós temos de nos associar à defesa e no fortalecimento do SUS, que é fundamental para a classe brasileira, para todos os trabalhadores e para os menos favorecidos da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu sou conhecido no Distrito Federal como Senador do povo, como dizem. Não poderia estar ausente dessa audiência pública porque sei da importância que os senhores têm na vida dos cidadãos e das cidadãs deste País.

Quero agradecer a todos e dizer que estamos juntos nessa batalha.

Eu só teria duas perguntas que vou deixar aqui tanto para o Joaquim Neto quanto para o Ricardo, e servem para todos vocês também, para poder dar um esquenta nesta audiência.

Joaquim Neto, os destinatários típicos dos serviços da Defensoria Pública são os necessitados sob o ponto de vista econômico. Todavia, a legislação prevê algumas hipóteses em que a Defensoria atua independentemente da condição econômica do beneficiário. É o caso, por exemplo, previsto no inciso XIV do art. 4º da Lei Complementar nº 80/94, que diz respeito a acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado. Assim, um cidadão que detenha condições financeiras para custear os honorários de advogados pode utilizar os serviços da Defensoria Pública. Quanto a isso, pergunto: qual a opinião do senhor sobre o pagamento de taxa para cobrança de serviços da Defensoria Pública por aqueles que não são necessitados economicamente quando ocorrem essas hipóteses? É importante ouvir de vocês o que acham disso.

Do Ricardo eu quero ouvir o seguinte: no dia 19 de maio, hoje, comemora-se o Dia do Defensor Público. Em celebração à data foi organizada a Semana da Defensoria Pública na Escola de Defensoria Pública do Distrito Federal. Pela programação do evento, constata-se que ele abordou principalmente a atuação da Defensoria na esfera criminal. Diante do que foi debatido no referido evento, o senhor gostaria de destacar algum aspecto da legislação processual penal que poderia ser aprimorado no que diz respeito aos serviços prestados pela Defensoria Pública, já que foi um intenso debate que vocês fizeram?

E uma segunda e última pergunta: como avalia V. Sª o conflito de competência entre a Defensoria Pública e o Ministério Público – serve também para os demais membros da Mesa – na defesa dos interesses dos presos? Esse fato ocorre no Distrito Federal? Essa é a pergunta que a gente faz.

Eu queria cumprimentar, parabenizar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, por trazer esse tema aqui, o que mostra a sensibilidade, a competência e o compromisso que o Senador tem. Meu pai também só estudou seis meses na escola, foi um pequeno produtor, fazendeiro desta região; minha mãe também só teve o primeiro grau, graças a Deus eu sou engenheiro, formado desde 1982 na UnB, e estou aqui como Senador da República. Então, orgulham-se os nossos pais, igual ao meu, igual ao seu, ao da Regina, apesar de tão poucas possibilidades de acesso aos meios de educação, de terem conseguido nos dar a oportunidade, de terem constituído pessoas que têm contribuído muito para o nosso País, como a Senadora Regina, como V. Ex.ª, Senador Paulo Paim.

Obrigado a todos e um grande abraço, conte comigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, parabéns pelo seu depoimento. Sei que V. Ex.ª tem outro compromisso, mas fez questão de vir aqui apresentar o seu ponto de vista sobre esse papel brilhante da Defensoria Pública.

Eu quero passar a palavra agora, se o Deputado tiver que sair, está liberado, fique bem à vontade. Ah, muito bem, muito bem, o Deputado vai ficar um pouco mais a pedido da próxima oradora, nossa convidada para esse evento, a Drª Michelle Leite de Souza Santos, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

Drª Michelle está com a palavra pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

A SRª MICHELLE LEITE DE SOUZA SANTOS – Bom dia a todos. Inicialmente agradeço ao Senador Paulo Paim, Senador que preside esta Mesa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Muito nos honrou este convite para compor esta Mesa.

Gostaria de agradecer o Senador Hélio José pelo discurso, pelo apoio à Defensoria Pública, pela defesa da Defensoria Pública, assim como à Senador Regina Sousa, a qual também agradeço pela sua presença hoje nesta Comissão.

Em nome de V. Exªs, Senador Paim, cujo histórico dispensa apresentações, histórico de defesa de luta em direitos humanos, gostaria de homenagear o Senado Federal e destacar a honra, a dignidade do Senado e dizer do respeito máximo da Defensoria Pública da União e da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais por esta Casa.

Gostaria de agradecer também nesta mesa ao Deputado e defensor público Valtenir, nosso grande apoiador, nosso grande parceiro, aquele que é a nossa voz no Parlamento. Deputado Valtenir, pedi para que ficasse para ouvir a minha saudação justamente porque gostaria de parabenizá-lo pelo Dia do Defensor Público e gostaria de parabenizá-lo e levar a mensagem de agradecimento em nome de toda a Câmara Federal.

Esses meus agradecimentos são para o Senado e para a Câmara, o Parlamento brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu vou usar um pouco da fala da Drª Liana, não preparei discurso, e eu também separei minha roupa verde hoje, não por acaso é a cor da Defensoria Pública que não, por acaso, é a cor da esperança.

Cumprimento nosso Defensor Público-Geral em exercício, Drª Edson Rodrigues Marques; Dr. Ricardo Batista, Defensor Público-Geral do Distrito Federal. Cumprimento aqui o Dr. Joaquim Neto, parceiro incansável nessa luta associativa aqui dentro do Parlamento e nas demais esferas em que atuamos conjuntamente.

E também não posso deixar de agradecer, e vou agradecer à altura no final, aos defensores públicos aqui presentes e aos defensores públicos do Brasil.

Gostaria de dizer da importância do papel do defensor público e da importância do símbolo desta data do Dia Nacional da Defensoria Pública para todos nós. O papel do defensor público, destacado no tema desta audiência pública, na atuação da Defensoria, de projetos do Senado em que a Defensoria pode contribuir.

Senador Paim, temos a grande preocupação com a Previdência Social, integramos a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, temos um representante associativo, estamos organizando o evento em defesa da Previdência...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MICHELLE LEITE DE SOUZA SANTOS – Exatamente, 31 de maio, às 9h, será realizado o lançamento oficial da Frente em Defesa da Previdência, trazendo a nossa experiência, trazendo a nossa história de vida, a nossa atuação, o nosso histórico como Defensor Público Federal, cuja maior atuação é na área previdenciária, é na área assistencial, é na área dos benefícios previdenciários, Senador Paim, tanto na esfera judicial como na esfera extrajudicial.

Eu estou citando esse exemplo de atuação da Defensoria Pública, temos aí em tramitação a PEC 127, conte com a nossa contribuição, com a nossa voz para que possamos nos somar ao debate e às discussões com a voz e com a experiência dos defensores públicos federais que atuam na área previdenciária. (*Palmas.*)

Gostaria também, Senador, Senadora Regina, todos aqui presentes de dizer do papel da Defensoria Pública na atuação perante o PLS 554, de 2011, que trata da audiência de custódia, papel junto aos Senadores Antônio Carlos Valadares e Humberto Costa, trazendo a importância de se discutir, a importância da realização desse ato para a garantia e preservação dos direitos humanos, para que se combata e se previna qualquer tipo de tortura, para que se tenha consciência da necessidade da prisão, de que a prisão é recurso do Estado apenas em caso de estrita necessidade, Senador, e do direito daquele que é preso, que tem o seu direito à liberdade restringido, de ser imediatamente levado à presença das autoridades para que tenham direito à voz e nós possamos ser essa voz.

Então, nós defendemos, Senador Paim, sim, defenderemos como a Anadep e destaco aqui e parabenizo a Anadep pela reclamação no Supremo, pelo trabalho aqui junto ao Parlamento também, em razão desse tema da audiência de custódia e tantos outros que envolvam garantias e direitos consagrados na Constituição, em que nós, defensores públicos, podemos contribuir.

Gostaria de dizer, Senador, que a Defensoria é uma instituição republicana, democrática, que sempre, sempre, defenderá os princípios consagrados na Carta da República: direito à liberdade, ampla defesa, contraditório, presunção de inocência, cidadania e, sobretudo, dignidade da pessoa humana, que é fundamento da República. É fundamento da nossa República Federativa do Brasil.

Queria dizer que muito nos preocupa, Senador e todos os que nos ouvem, Senadora Regina, defensores públicos, membros desta Mesa, a situação caótica do nosso sistema carcerário. Quem está ali são nossos irmãos, são pessoas, são seres humanos, que merecem respeito e dignidade. Se por algum motivo tiveram a sua liberdade restrita naquele momento, isso não os tornam diferentes de nós. Então, eu trago essa visão aqui de Defensoria, minha experiência como defensora criminal que sou, nesses sete anos de atuação como defensora pública e, agora, estando no exercício da representação associativa de nossa carreira nacionalmente.

Muito me honra esse papel, porque realmente eu visto esta cor aqui, não só em homenagem à Defensoria hoje, mas porque quero trazer o sentimento de esperança, nessa construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que todos buscamos, que está lá, que é o nosso objetivo. Essa foi a meta, o objetivo do Constituinte.

Eu gostaria de dizer também, Dr. Edson expressou aqui, a atuação da Defensoria em relação a grupos vulneráveis. A Defensoria tem o dever de atuar na forma individual, coletiva em defesa dos grupos vulneráveis, quilombolas, indígenas, LGBT, presos, grupos de trabalho, de defensores, para debater, contribuir, trazer nossa experiência, trazer a visão dos direitos humanos, ser o contrapeso, ser o equilíbrio nessa balança de justiça.

Vou falar rapidamente de uma experiência que tive, quando ingressei na Defensoria Pública Federal, em 2009, com poucos meses de carreira e ainda muito jovem, recebi um pedido de assistência de um assistido estrangeiro, idoso e doente, num pedido de extradição do Supremo Tribunal Federal, para ser inquirido na Polícia Federal, com autoridades estrangeiras. E ele respondia por fatos semelhantes a um outro pedido de extradição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e foi esclarecido a ele na notificação que ele tinha o dever de falar sob pena de responder por crime de falso testemunho. Muito nervoso ele me procurou e, então, eu, com poucos meses de Defensoria, fui à audiência, fui ao inquérito, levei o Pacto de San José da Costa Rica e disse: o senhor só vai falar se quiser, está aqui o Pacto. Fui intimidada por autoridades das maiores naturezas, com ligações, pedido de carteira funcional. E ele virou para mim, nervoso, talvez pela minha pouca idade, e eu disse: fique tranquilo, sou você aqui, sou a sua voz. (*Palmas.*)

Pediram para me retirar da sala da Polícia Federal. Eu disse: a Constituição do meu País me autoriza e vou ficar aqui. E os policiais federais que eram responsáveis pela higidez me mantiveram na sala, e ele teve o direito de escolher não produzir prova contra si mesmo, e eu estava ali para defendê-lo contra tudo e contra todos, porque este é o nosso papel.

Desculpa. (*Palmas.*)

Não vou me alongar muito com as palavras, fica muito difícil falar depois de discursos tão brilhantes. Eu queria citar todos aqui, porque este é o Dia da Defensoria, é o dia dos nossos assistidos: parabéns, Dr. Edson; parabéns, Drª Ariana; parabéns, Dr. Ricardo; parabéns, Dr. Joaquim; parabéns, Dr. Arilson; Drª Clarice; Dr. Dinarte; Dr. Igor Roque; Drª Raquel; Dr. Fernando Cunha; Dr. Francisco Nóbrega; Dr. Davi; todos os outros que esqueci de citar aqui e todos os defensores do Brasil. A Defensoria Pública não tem dono, a Defensoria Pública da União é uma conquista do Estado democrático, a Defensoria Pública é uma conquista da sociedade brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Michelle Leite de Souza Santos, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, que deu aqui depoimento de sua experiência na atividade sempre na defesa de quem mais precisa. Meus cumprimentos.

Passo a palavra, agora, para o Dr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público Geral do Distrito Federal.

O SR. RICARDO BATISTA SOUSA – Exmo Sr. Senador da República Paulo Paim, Presidente desta egrégia Comissão, meus colegas Defensores Públicos integrantes desta Mesa, demais Defensores Públicos deste auditório, senhoras e senhores, eu gostaria de iniciar a minha fala dizendo que estou me sentindo um pouco já velho, porque ingressei na Defensoria Pública em 1993, quando a nossa única normativa de regência era uma lei ainda dos idos de 1950, que regulava a assistência jurídica gratuita, alguma outra norma do Código de Processo Civil e a nossa Carta Magna, que inaugurou a Defensoria Pública como órgão ou função essencial à Justiça. E estou vendo aqui à mesa Defensores Públicos experientes e já forjados na batalha diária que passaram como colaboradores e estagiários pela minha Defensoria Pública. Isso muito me honra e me traz um sentimento de renovação daquela chama do Defensor Público quando inicia as suas tarefas e os seus trabalhos: apaixona-se pelo que faz, identifica-se com a população carente e passa, desde então, a se doar um pouco a cada dia para ver o resultado na mudança de perspectiva dessas pessoas que, pela Constituição Federal, merecem os nossos serviços.

Eu queria também aproveitar o ensejo, Senador, e agradecer a V. Exª, à Senadora Regina Sousa, ao Senador Hélio José, que há pouco esteve aqui, e ao Deputado Valtenir Pereira, porque a construção da Defensoria Pública como enxergamos hoje é resultado da colaboração determinante deste Parlamento nas suas duas Casas. E, graças a Deus, nós tivemos a compreensão e o reconhecimento de Parlamentares como V. Exª e vários outros aqui nesta Casa de terem a sensibilidade de reconhecer que, na vanguarda da defesa dos direitos e das garantias da população excluída deste País, é necessária uma instituição forte, uma instituição autônoma, que possa se proteger, inclusive, contra o próprio poder estatal, já que, vez ou outra, nós somos obrigados a defender o cidadão em frente ao Estado. E não fosse essa autonomia, não fossem esses marcos legais, outorgados por esta Casa, nós jamais teríamos condições de entregar à população carente do País um atendimento de qualidade e de que são merecedores.

Dessa forma, Senador, nós sabemos que, como instituição ainda incipiente, iniciante, ainda buscando o seu espaço no modelo constitucional inaugurado em 1988, ainda nos falta muito e vamos precisar continuar com a colaboração do Senado da República e da Câmara dos Deputados, porque só assim nós poderemos projetar para um futuro próximo o formato ideal para um País que necessita dessa instituição.

E sabemos que há muitas imperfeições ainda que merecemos corrigir. E sabemos que ainda há muitos nichos de atuação que não conseguimos alcançar. Nos faltam recursos, nos faltam profissionais, mas nós não queremos nos esconder atrás dessas dificuldades e simplesmente dizer que não podemos avançar, porque queremos avançar e queremos fazer sempre mais.

E, no decorrer desta sessão, algumas questões muito sensíveis foram levantadas, foram trazidas, e acho que não só o Parlamento, mas a população brasileira merece satisfações a respeito do que a Defensoria Pública tem feito com aquilo que nos foi concedido nos últimos anos. E oportunidades como esta nos permitem, inclu-



e, mostrar a nossa opinião e o nosso ponto de vista a respeito dessas questões polêmicas, cujo debate deve travado aqui pela pluralidade de ideias e pelo alcance de algo que represente esse espírito democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero aproveitar o ensejo para fazer uma saudação especial a todos os Defensores Públicos Gerais do País, de todas as unidades da Federação. Estou aqui representando o Condege, que é o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, e tenho certeza de que todos eles estão se empenhando também na construção, nos Estados, e também aqui no Distrito Federal, desse modelo de Defensoria Pública trazido pela nossa Carta cidadã.

Quero fazer também um registro aqui, Senador, se me permite, a esses dois guerreiros, lutadores incansáveis e que representam, aqui, no Congresso Nacional, os anseios das nossas Defensorias, Drª Michelle e Dr. Joaquim. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO BATISTA SOUSA – Eu sei das dificuldades que se agigantam quando vocês se dedicam à representação classista, porque têm a obrigação, o anseio, o desejo de representar toda a classe e não somos uma classe com uma única visão. Nós temos visões plurais e é justamente essa riqueza de diversidade de opiniões que faz a construção dessa Defensoria Pública.

Eu não poderia deixar passar esse momento sem saudar todos os Defensores Públicos aqui, em especial os meus colegas do Distrito Federal que aqui prestigiam essa cerimônia, e atender ao apelo do Senador Hélio José em relação aos esclarecimentos que ele solicitou. Acho bastante pertinentes e, para destaque, esses assuntos também permeiam as nossas discussões diárias. São desafios que nós enfrentamos e para os quais buscamos respostas todos os dias.

A primeira delas, a questão sensível do recorte entre a atuação da Defensoria Pública e da advocacia privada. Nós somos sabedores da nossa missão em relação ao atendimento à população carente, aqueles definidos pela Constituição como hipossuficientes, que não têm condição de pagar um advogado particular, mas também somos conhecedores da nossa missão de combater a injustiça e de evitar a violação e perecimento de direitos, principalmente quando a nossa intervenção rápida é exatamente o que vai diferenciar ou não o perecimento desses direitos.

E casos como estes, do réu preso, ou outros, em que somos chamados a atuar exatamente para garantir que nenhum direito fundamental seja violado, podem resultar depois em cobrança eventual de honorários advocatícios.

E, a partir de então, o patrocínio seguirá mediante a livre escolha do cidadão ou de um advogado particular, a quem possa pagar.

Então, não obstante, vez ou outra, nossa intervenção seja aquela emergencial e urgente, nada impede que o cidadão doravante possa ser patrocinado por advogado particular, reembolsando o Estado pela intervenção, pronta e imediata, do defensor público, em casos de emergência.

Aliás, é nosso desafio. E buscamos fazer isto ao longo do País: regulamentar os critérios de atendimento, calcados em critérios objetivos, para priorizar as pessoas que realmente necessitam de uma defensoria pública gratuita e acessível.

Por outro lado, nós fomos constituídos recentemente como órgão da execução penal e, nessa função, estamos ainda avançando, para nos incumbirmos desse mister com eficiência, mas estamos sempre buscando realizar esse trabalho em cooperação com os demais atores do sistema de Justiça. Isso quer dizer que nós nos unimos ao Ministério Público e ao próprio Judiciário como fiscalizadores e buscamos combater as violações que acontecem dentro dos presídios.

Isso exige um trabalho conjunto, até porque, se a legislação quis que tantos órgãos fossem executores ou participantes da execução penal, é porque enxergou ali a necessidade de uma cooperação conjunta e de um trabalho em rede, não debruçado em cima dos ombros de uma única instituição.

Então, procuramos fazer isso e temos, inclusive, um programa em nível nacional, que é Defensoria Pública no Cárcere, em que buscamos não só fiscalizar, mas garantir atendimento à população interna – ainda assim, com muitos desafios, porque precisamos de mais defensores para isso.

A Michelle tocou num assunto muito importante, que é a audiência de custódia. Só isso já seria suficiente para pelo menos uma semana de debates em torno do assunto.

Mas a Defensoria Pública tem uma posição muito clara a respeito, e nós temos buscado verbalizar isso e desmistificar algumas ideias que têm sido trazidas a respeito da audiência de custódia, que é nada mais, nada menos do que a garantia de que o preso possa avistar-se com a autoridade judiciária, tão logo seja privado da sua liberdade, ainda que cautelarmente. Tudo o que daí decorre é resultante da análise preliminar do que é colhido no inquérito, a intervenção de um representante do Ministério Público, da magistratura e um advogado constituído ou um defensor público.

Então, as decisões que saem dali não têm por objetivo esvaziar os presídios, mas, antes de tudo, asse-
ar àquela pessoa privada de sua liberdade um mínimo de suas garantias constitucionais e uma visão clara,
nta e técnica pela autoridade responsável de manter ou não encarcerado aquele cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Essa análise é feita numa audiência, e, se ela não acontecesse em 24 horas, 48 horas ou 72 horas, iria acontecer inevitavelmente, 15, 20 ou 30 dias depois. Mas, nessas circunstâncias, tudo aquilo pelo que lutamos em preservação da cidadania e da dignidade da pessoa humana já teria sido violado, já teria sido colocado em risco.

Então, a audiência de custódia, nada mais, nada menos, antecipa esse momento, para evitar que a perpetuação de uma prisão ilegal possa trazer prejuízos irreparáveis àquele que não deveria ter ficado preso.

Aqueles para os quais, sim, existem fundamentos, de acordo com a legislação processual penal, que aguardem recolhidos o processamento regular. Essa é a nossa defesa.

Nós nos esforçamos para que a audiência de custódia seja efetivada no País.

Eu não posso falar do Distrito Federal, porque somos um quadrilátero onde temos essas condições de centralizar numa única vara a audiência de custódia e participamos dela integralmente. Então, em 100% das audiências de custódia realizadas no Distrito Federal há à disposição um defensor público, caso o indiciado não se faça acompanhar por advogado particular.

Nós sabemos das dificuldades das demais unidades da Federação, e é importante que avancemos com mais defensores públicos e com mais estrutura para assegurar que ela aconteça e possa resultar naquilo pelo que foi concebida.

Enfim, fica aqui a minha homenagem, Senador, senhoras e senhores, nesse dia festivo, porque temos muito o que comemorar, apesar das lutas que sabemos ter pela frente, mas uma mensagem bastante singela aos defensores públicos que nos assistem aqui e pela TV Senado.

O art. 1º da Constituição Federal, ao definir um princípio fundamental sobre o qual se funda a nossa Nação, estabelece, dentro do conceito de Estado democrático de direito, logo após a soberania, dois elementos que justificam, por si só, uma Defensoria Pública forte e autônoma pelo que lutamos: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. (*Palmas.*)

Vejam, senhores, que, logo após a soberania, que justifica o próprio conceito de país e de nação, nós temos a cidadania e a dignidade da pessoa humana como sendo pilares do Estado democrático de direito.

E aqui nesta Comissão não há espaço mais adequado para reafirmarmos a nossa missão ao dizer que tudo o que fazemos e tudo pelo que lutamos deve ter como inspiração a defesa desses dois postulados do Estado democrático de direito: a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Lutemos e sejamos felizes por essa instituição que abraçamos e por que lutamos todos os dias para honrá-la.

Bom dia a todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nossos cumprimentos ao Dr. Ricardo Batista Sousa, que, além de ter sido muito feliz no seu pronunciamento, aproveitou para responder a alguns questionamentos do Senador Hélio José.

Nesse momento, passo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Todos da Mesa já falaram?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Infelizmente eu cheguei atrasada, estava fazendo atendimento no gabinete com agenda marcada. Eu vou falar porque tenho que fazer um outro atendimento de agenda, mas é aqui mesmo, e volto para ouvir o debate.

Queria primeiro parabenizar os defensores pelo dia. A gente sempre diz que é um dia de luta, mas a gente festeja também.

Fiquei feliz quando cheguei aqui de ver esse *folder* abordando a questão saúde. É uma questão que tem me incomodado. Até tentei aqui, por projeto de lei, mas fui muito desencorajada pelas consultorias que diziam: "Não, isso já existe, está previsto no sistema, já está previsto na lei." E eu disse: Mas como fazer? Fazer uma lei para fazer cumprir a outra lei?

Eu sei que o SUS tem problemas, é um sistema complexo, mas tem partes boas também, a questão da prevenção, das vacinas, a questão do remédio já acessível para algumas pessoas, para algumas doenças.

O próprio acesso com o Mais Médicos melhorou lá na periferia, lá nos grotões, onde a população não via cara de médico. Mas o atendimento na ponta, principalmente na rede hospitalar, na rede ambulatorial, incomoda muito. Eu me preocupo com todo mundo, mas tem uns setores, uma coisa que eu vivi na família, muito perto, com câncer. Tinha de haver um jeito de essas pessoas estarem num cadastro em que elas fossem conduzidas, não fosse iniciativa delas. Depois que a pessoa entrou para o tratamento, não pode sair da quimioterapia e, no mesmo dia, ou no dia seguinte, ir para uma fila ver se consegue marcar com seu médico. Tinha de ser uma cadeia, já, um acompanhamento geral. Sabe-se que ela vai precisar falar com o médico, então tinha de ser responsabilidade do sistema que ela fosse falar com o médico. No momento em que ela entrou nesse grupo, dessas doenças que têm mais dificuldade... Uma pessoa que faz quimioterapia, quando sai, sai arrasada, passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dias sofrendo ainda, convalescendo. E ainda tem de ir marcar consulta, tem de ir para o médico. Precisa haver umas coisas assim. Tenho certeza de que é questão de gestão, que é questão de simplificação de processos.

Aí eu entro na questão da Defensoria mesmo. A própria Defensoria precisa que essas coisas... A população não conhece, não sabe que existe. Tem gente que pensa que a Defensoria é para defender o Governo. Então, tem de chegar aos conjuntos habitacionais. Pode não ser esse, mas um mais simples. A pessoa saber que tem esse direito. Muita gente não sabe que tem direito a ter um acompanhamento jurídico na hora que precisa.

Então, na saúde essa questão das doenças mais graves, da pessoa peregrinar de um médico para outro... Vai ao médico, ele decide que ela tem de fazer uma cirurgia – para mim, dali para a frente tinham de tomar conta dela. Depois que define que vai fazer a cirurgia, até marcam, mas aí ela vai batalhar pelos exames, e ela não consegue fazer os exames no prazo. "Ah, já perdeu a validade, tem de fazer outra consulta." Isso é só processo, tem de simplificar, tem de acabar com isso. Não é possível. Acho que pode ser uma bandeira para a própria Defensoria pegar.

Acho que vocês estão pegando os temas corretos. A questão do benefício previdenciário é outra saga. A pessoa vai atrás de um benefício, aí três meses depois chega a notícia de que foi negado, e que ela tem 15 dias para recorrer. E aí, até ela chegar à Defensoria, nem sabe que tem... Quem vai fazer esse recurso para ela? Então, a gente precisa cuidar desses setores mais vulneráveis. Acho que é terrível a questão da peregrinação de quem vai atrás de um benefício na Previdência Social.

E presidiário, nem falar. É uma coisa que eu também acompanho muito, é incrível. A situação da mulher presidiária precisa... A mulher grávida, a mulher que tem um filho pequeno e está no presídio precisa ter um tratamento, precisa a gente achar – mas, principalmente, simplificar processos. Acho que pode ser uma força-tarefa que simplifique processos. O acesso, inclusive, à própria Defensoria.

Acho que a questão da divulgação de que eles têm direito é importantíssimo chegar lá nos bairros, nas escolas. Deveria ser tema de escola. Cidadania, direitos de cidadania deveriam ser temas nas escolas, mas vocês estão vendo aí, o pessoal não quer discutir cidadania, não quer discutir gênero – proibindo a palavra gênero nas escolas. Então, preferem ficar dando objeto direto, objeto indireto – não serve para nada na vida das pessoas. É o conteúdo que se dá na escola, mas direito de cidadania não se dá na escola. Então, chegar isso aqui nas escolas... O menino leva para casa, a mãe e o pai vão saber que tem um advogado à disposição na hora que precisar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora. Muito bem. (*Palmas.*)

Grande sugestão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu já falei dos presídios, eu visito presídios e eu sei que a gente poderia diminuir aquela população, também é questão processual, parece que tem gente que tem prazer em dificultar, sai daqui, vai para ali, coloca um carimbo, vai para o outro. Não me conformo com isso porque desde muito novinha eu vejo isso acontecer e a gente não consegue fazer mudar essa questão, mas já fiquei feliz em ver que o tema saúde está na pauta de vocês e vamos lá, vamos ajudar a simplificar, porque, às vezes, é só gestão, às vezes não é má vontade, o gestor lá do hospital não tem a ideia, é preciso que alguém sugira: "Olha, isso aqui poderia ser assim, isso aqui poderia ser simplificado e você produziria muito mais."

Estou com vocês nesta luta, estamos aqui. Esta Comissão, eu digo sempre, é acolhedora de todos os sofrimentos, todas as angústias das pessoas vêm para cá, e, quem sabe, a gente não acha uma solução.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa, a nossa Senadora.

Eu queria, neste momento, como é um dia especial hoje, de homenagem aos defensores e defensoras, se alguém do plenário quiser usar da palavra, o momento é este. Alguém quer fazer algum depoimento? Pois bem, só diga o nome e já pode; aperta. Acendeu o verde? Qual é o nome?

O SR. IGOR ROQUE – Acendeu. Bom dia, Senador, bom dia a todos os presentes aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom dizer o nome logo que começar a falar.

O SR. IGOR ROQUE – Igor Roque, sou Defensor Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está registrado.

O SR. IGOR ROQUE – Talvez se torne um pouco repetitivo aqui o meu discurso, acho que coincide muito com o que já foi antecedido à minha fala, mas eu não poderia me furtar, primeiro, em agradecê-lo por esta homenagem à figura do defensor público, eu acho que é essencial, dentro de uma sociedade democrática, um agente de transformação social como o defensor público.

Primeiro, eu queria registrar, fazer uma pequena graça, na verdade, e dizer que eu sou uma pessoa extremamente satisfeita, porque eu recebo para fazer o bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostei, gostei. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. IGOR ROQUE – É o que a gente estava falando aqui inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tomara que todo político pense assim, fica uma mensagem para nós políticos, eu sou político.

O SR. IGOR ROQUE – Exatamente. Eu acordo todos os dias e eu não consigo acordar de mau humor, eu me levanto e digo: eu tenho que ir para a Defensoria Pública da União para fazer o bem, vai chegar uma pessoa que está precisando da minha ajuda e eu recebo para fazer isso. Não há nada mais gratificante em uma profissão do que receber para fazer o que efetivamente gosta e ajudar uma pessoa.

Dentro do perfil que a gente estava adotando aí, de relatar um pouco o que aconteceu, houve um caso que aconteceu comigo muito interessante, e eu acho que essa figura do defensor público traz consigo uma responsabilidade muito grande. Eu fui participar de um itinerante no interior do Estado de Pernambuco e havia um grande problema lá em um residencial do Minha Casa, Minha Vida, que envolvia mais de 300 famílias.

A Caixa entregou a obra inacabada, a prefeitura não conseguia dar o suporte adequado, os órgãos que os moradores procuraram não conseguiram dar um respaldo de maneira efetiva, e aí eu marquei uma reunião com a secretaria municipal, marquei uma reunião com os moradores, e aí apareceu uma palavra que foi muito pronunciada aí, que é esperança. Quando eu cheguei a essa reunião, um dos representantes dos moradores chegou para mim e fez assim: "Doutor, eu já lhe apresentei antes de você chegar aqui como sendo o doutor esperança." E eu disse: rapaz, tire essa responsabilidade das minhas costas, mas a DPU vai fazer o que for possível.

Infelizmente, e aí vai uma crítica, até peço desculpas se for uma crítica muito contundente, muito dura, mas acho que a gente pode medir a responsabilidade de um governo ou de um Estado, sobretudo em um Estado social, como é o brasileiro, à luz de uma Constituição extremamente democrática e inclusiva, a gente pode medir essa responsabilidade pelo fortalecimento de uma Defensoria Pública, por uma simples razão, a Defensoria Pública é a última porta que o cidadão carente vai bater. Antes ele vai bater na porta de diversos órgãos públicos e vai ter negado aquele seu direito e vai se socorrer na Defensoria.

Então, a Defensoria tem que ser vista como a *ultima ratio*, como a última alternativa. Então, ela tem que ser forte para poder proporcionar a efetividade daqueles direitos que o cidadão tem e não estão sendo observados pelo Estado de uma maneira ampla.

O compromisso de um Estado com essa inclusão social, com a democracia, com o Estado democrático de direito necessariamente passa pelo fortalecimento da Defensoria Pública.

Infelizmente, a gente vive uma cultura de que Defensoria Pública é despesa. E eu entendo que é complemente o oposto. Está numa situação extremamente oposta, por quê? A Defensoria Pública da União, por exemplo, acho que é a terceira ou quarta porta de atendimento de órgão público no Brasil. Acho que ela só perde para o INSS, Correios e algum outro órgão que não me recordo agora. Então, a Defensoria tem o contato direto com a população carente. Ela deve servir de diretriz para aplicação e para prática das políticas públicas. A Defensoria Pública pode indicar para o Estado: "Está faltando aqui, está sobrando aqui. Vamos melhorar isso, vamos melhorar aquilo".

Como a Senadora Regina colocou, a Defensoria Pública deve servir para orientar os direitos. E, com isso, não só orientar a população carente, como também orientar o Estado na concretização da política pública.

Então, a gente tem esse viés, a gente precisa trabalhar em parceria com o Executivo. O Executivo precisa reconhecer isso, precisa entender a necessidade da voz da Defensoria Pública, digamos assim. E nós brigamos por isso.

Como todos já colocaram, a Defensoria Pública tem como primazia uma atuação extrajudicial. Nós não somos um mero reprodutor de ação judicial. Muito pelo contrário, sabemos que, infelizmente, a ação judicial tem um início, mas não sabemos quando é o fim, não sabemos quando vai ser concluído aquele processo em razão de uma enxurrada de ações, porque vivemos uma cultura de judicialização. E a Defensoria Pública tenta fugir disso.

O resultado administrativo é muito mais efetivo, muito mais rápido. Só para citar como exemplo, eu estou de frente pela Defensoria Pública da União dentro de um projeto que envolve a Samarco, que envolve o Estado de Minas Gerais, que envolve o Estado do Espírito Santo em razão do rompimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós acompanhamos e fizemos audiência pública aqui dessa situação.

O SR. IGOR ROQUE – Isso.

E aí estamos de frente nisso e com o objetivo de tratar, de reconhecer, de efetivar as indenizações que são devidas pela Samarco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. IGOR ROQUE – ...pelos agentes que têm responsabilidade por aquilo na esfera administrativa. Temos que fugir da esfera judicial. Infelizmente, o Judiciário não consegue abarcar essa demanda que está tendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, estamos fazendo esse trabalho.

Como eu disse, a Defensoria Pública é um otimizador do serviço público, deve ser ouvida pelo Executivo, que é o gestor do serviço público.

Agradeço, para encerrar a minha fala, mais uma vez ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal. São duas Casas que têm recebido a Defensoria Pública de braços abertos.

Nós nos sentimos muito bem representados pelos Parlamentares que estão aqui, tanto na Câmara quanto no Senado. Colocamos a Defensoria à disposição da população brasileira. Precisamos fazer um trabalho informativo, educativo, para mostrar qual é o papel da Defensoria Pública. Enfim, é uma porta que a gente está conquistando cada vez mais no Congresso Nacional.

Agradeço ao Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. É isso, minha gente. Agradeço, cumprimento. Finalizo parabenizando todos os meus colegas Defensores Públicos, tanto dos Estados quanto federais, pelo nosso dia. Acho que é um dia extremamente importante, que tem de ser comemorado. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Doutora, por favor.

A SRª RAQUEL BRODSKY RODRIGUES – Bom dia a todos! O meu nome é Raquel Brodsky Rodrigues, sou Defensora Pública Federal no Distrito Federal e gostaria, primeiramente, de agradecer muito aos Exmos Senadores pela homenagem no dia de hoje, pelo espaço que nos concederam, pelo reconhecimento da função do Defensor Público Federal.

Como outros colegas já disseram, realmente, nós vemos nos nossos colegas Defensores Públicos Federais uma paixão pela carreira, um entusiasmo em trabalhar em prol dos hipossuficientes e uma determinação em melhorar cada vez mais a instituição. Sabemos que temos grandes desafios, mas é ainda maior a nossa vontade de solucioná-los, pois com isso estaremos consolidando, dia após dia, a real democracia no Brasil. Também seremos ouvintes e porta-vozes de mais de 12 milhões de pessoas, cujos clamores diários são ensurdecidos em meio a uma realidade ainda tão desigual em nosso País.

O exercício da função de defensor público é muito compensador, gratificante, requer renúncia, dedicação, empatia com o próximo. É ser agente de transformação social, é lutar pelo acesso à justiça dos mais necessitados, pela educação de direitos, pela inserção de temas sensíveis na agenda governamental. Como os colegas, também gostaria de narrar um caso que vivi. Nós estávamos em Manaus, no norte do País, cuidando do caso de um jovem que precisava de aparelho respiratório. Ele estava sofrendo até represálias por buscar o aparelho respiratório adequado a ele, porque o que o hospital havia adquirido não era o apropriado ao seu problema de saúde. E nós, a Defensoria, eu e um servidor, fomos até lá para falarmos com os médicos, falarmos com o diretor do hospital, para conversarmos e tentarmos resolver aquela situação. Então, para além da petição, para além da ação judicial, nós fomos e ficamos ao lado do assistido. Nós nos colocamos junto à família. Nós, inclusive, adentramos a UTI com a roupagem necessária para ver as condições em que estava o nosso assistido e os seus familiares. Inclusive, tiramos fotografias e informamos no processo. Mas o diálogo todo não foi só por meio do Poder Judiciário. Nós falamos com o hospital, falamos com a Secretaria de Saúde e, por fim, conseguimos resolver aquela situação.

Eis que dois anos depois eu me surpreendo com uma mensagem enviada pela DPU do Amazonas, falando da gratidão da mãe, que se lembrava de mim e que havia passado na Defensoria para dizer que o filho já estava em casa, com *home care*, que era o nosso pedido final, e que ela agradecia muito à Defensoria Pública por tudo o que havia sido feito, desde o carinho e o apoio que nós demos, até a esfera jurisdicional e a resolução do caso do ponto de vista concreto.

Por fim, gostaria de acabar esta minha breve fala, lembrando que hoje é dia de comemoração, de alegria e de vitória, porque é mérito, é privilégio, é honra e é uma verdadeira missão de vida fazer parte da Defensoria Pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu queria perguntar se algum Defensor Público no plenário ainda quer fazer uso da palavra.

O SR. ARILSON PEREIRA MALAQUIAS – Bom dia a todos e ao Exmº Sr. Presidente desta Comissão! Esta, aliás, é a Comissão, como muitos já disseram antes, com maior afinidade com o trabalho da Defensoria Pública.

Apresentando-se, eu sou Arilson Malaquias, Defensor Público do Estado do Piauí e também integro a Diretoria da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Eu estava até aguardando para falar na presença da Senadora do meu Estado, a Senadora Regina Sousa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Do Piauí.

O SR. ARILSON PEREIRA MALAQUIAS – Sim, do Piauí. Porque eu falo a propósito do registro dela a resto da nossa campanha de saúde e do que nós podemos fazer propositivamente para melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Os que me antecederam já disseram do destaque da atuação extrajudicial da Defensoria Pública. Aliás, a atuação extrajudicial é prioridade, de acordo com a nossa legislação, para fazer o registro de que, não só no Estado do Piauí, onde foi lançado ontem, mas, em mais alguns outros Estados também em já há este exemplo, houve o lançamento de uma proposta da Defensoria Pública do SUS Mediado, que é exatamente a interlocução direta da Defensoria Pública com Poder Executivo, efetivamente com os órgãos de saúde, a fim de que sejam solucionados os problemas, sem a necessidade de um processo judicial, que, muitas vezes, é penoso, é demorado, ineficaz até no resultado, e, às vezes, o resultado vem quando o problema já não pode mais ser solucionado, principalmente quanto às questões de saúde.

E fico feliz com os registros que são colocados aqui de atuações individuais, no sentido da solução extrajudicial do conflito. Mas que fique realmente, respondendo à questão da Senadora, como sugestão uma atuação, de forma mais organizada, institucional, e não de um ou outro Defensor Público, dessas formas de solução extrajudicial e, principalmente, para colaborar com o Poder Executivo, para que o problema não se efetive.

Senadora, eu estava dizendo exatamente, a propósito da fala de V. Exª, que, lá no Piauí, ontem, nós lançamos a proposta do SUS Mediado, que é exatamente a participação e a interlocução da Defensoria Pública diretamente com os órgãos de saúde, a fim de que sejam solucionados os problemas, fazendo, inclusive, sugestão para que os problemas não voltem a ocorrer e se evite a penúria de um processo judicial, para a solução nesse sentido. Então, a Defensoria Pública, sim, faz esse tipo de proposição – eu dizia, ainda, na sua ausência –, inclusive, por missão prioritária delegada pela nossa legislação da pacificação, da solução extrajudicial dos conflitos.

Concluo esta breve fala, cumprimentando os colegas da Mesa e agradecendo esta Comissão, na pessoa do Senador Paulo Paim, pela oportunidade de a Defensoria mostrar um pouco do trabalho que realiza e do que pretende realizar, não sem agradecer o que o Congresso Nacional tem feito, ao longo de décadas, em favor da criação e, depois, do fortalecimento da nossa instituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns!

Eu vou passar a palavra, neste momento, ao assessor do Senador Telmário Mota, que tem um recado dele, que não está em Brasília neste momento.

O SR. JOÃO RIOS MENDES – Primeiro, bom dia a todos, em nome do Senador Telmário Mota!

Meu nome é João Rios, eu sou assessor dele, e ele pede duas coisas aqui. Ele diz o seguinte – eu anotei: "Os defensores públicos terão mais trabalho neste Governo, porque o cenário que se avizinha é de que muitos direitos dos cidadãos serão subtraídos. E é aí onde entra vocês".

Ele disse também que, além da comemoração, que discutam, aqui nesta audiência, medidas de fortalecimento da Defensoria Pública. E ele coloca o gabinete parlamentar dele à disposição de vocês.

Há mais duas coisas: ele pediu para fazer um reconhecimento especial ao Defensor Público de Roraima, o chefe da Defensoria Pública de lá, Dr. Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski, e também pediu o apoio de vocês para o PLS 669/2015, de autoria do Senador Telmário Mota. Esse projeto de lei altera o Código Penal para possibilitar que a mulher presidiária gestante, ou que tenha filho até seis anos de idade, possa cumprir essa pena em casa, possa ter uma pena alternativa, até essa criança completar seis anos.

Esse projeto está com a relatoria do Senador Capiberibe, e o Senador Telmário pede o apoio de vocês, se julgarem importante.

É isso. Obrigado. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Deixe-me fazer uma rápida consideração, mais ou menos nessa linha que o Telmário lembrou: de fato, nós vamos precisar muito dos defensores. Eu acho que passaremos momentos difíceis, porque direitos serão precarizados. Eu queria estar errado. Eu digo que eu chego a rezar para que eu esteja errado. Se precisar, eu fico de joelhos aqui na frente para que eu esteja errado. Mas eu acho que vai haver uma precarização dos direitos dos trabalhadores no Brasil, tanto daquilo que está na CLT, quanto do trabalho escravo e também da terceirização.

Agora mesmo, casualmente, eu recebi um comunicado do gabinete: soltaram uma nota – e creio eu que do outro lado da rua –, preocupados com este projeto que eu estou relatando, que é exatamente proibir o trabalho escravo, a terceirização e o negociado sobre o legislado, além da privatização dos presídios. A nota chega a dizer que eu estou engavetando o projeto de terceirização.

O projeto da terceirização ficou quase 15 anos lá na Câmara dos Deputados. É do ex-Deputado Sandro Mabel. Quando chegou aqui, eles queriam aprovar de fato aprovar do dia para a noite, terceirizar tudo, inclusive a atividade de vocês, como aqui foi dito muito bem, se deixassem na época.

Eu estava no hospital. O que eu disse? Eu saí do hospital, vim de cadeira de rodas para cá, fiz uma audiência pública aqui, e ajustamos que eu visitaria os 27 Estados, sempre na Assembleia Legislativa, convidando empregados e empregadores para debater a terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E assim o fiz: fui aos 27 Estados, sempre na Assembleia Legislativa, com a participação de Deputados, de Senadores, enfim, de todos os setores da sociedade. Cada Estado apresentou a carta contra o projeto, por unanimidade. Com exceção de um voto ou outro, eu diria que 99,9% foi contra o projeto que veio da Câmara para o Senado.

Por duas ou três vezes, o Presidente Renan Calheiros falou comigo sobre o projeto, e eu disse a ele que o meu relatório estará pronto agora no segundo semestre, que depois dos 27 Estados eu faria um grande encontro nacional, com todos os segmentos, empresários e trabalhadores, como foi feito, para discutir a redação final da minha proposta, que não se trata de terceirizar atividade-fim, querer que os terceirizados tenham os mesmos direitos que os celetistas. No mínimo, quer que tenham os mesmos direitos em relação a: higiene e segurança no trabalho, mesma atividade, mesma função, mesma produtividade e mesmo salário. Esse é o princípio de uma briga antiga que eu travo aqui dentro e que diz respeito às mulheres. (*Palmas.*)

Eles não me deixam aprovar um projeto aqui que diz apenas que mulher e homem na mesma função e na mesma atividade – se quiserem eu coloco até a mesma idade, para ver se passa – têm que ter o mesmo salário. Mas não passa. Não passa. É uma briga aqui.

Na última vez em que apresentei o relatório final, foi para o plenário. Nesta Casa mesmo, todo ano, no dia 8 de março, fazemos uma homenagem às mulheres, mas não aprovamos esse projetinho, que diz apenas que a mulher terá, de fato, como manda a Constituição – e eu regulamento, dizendo que vai haver multa se for cumprido –, na mesma função e na mesma atividade, o mesmo salário.

Senadora Regina Sousa, eu não ia contar isto, mas vou. Peço a permissão de todos, e depois vamos para o encerramento, a Mesa toda vai falar de novo, para as considerações finais.

Apesar da investida muito dura que vamos ter no Brasil, podem ter certeza absoluta todos vocês, nós vamos fazer o nosso trabalho. Como alguém aqui disse, quem faz o bem, tem o retorno positivo. Ontem à noite, recebi – vou dizer aqui agora, para eles saberem – a seguinte informação: "Paim foi considerado pelo Atlas Político...". Duas pessoas fizeram o estudo.

"Segundo os idealizadores do Atlas Político, Andrei Roman (Ph.D em Ciência Política pela Universidade de Harvard) e Thiago Costa (Ph.D. em Matemática Aplicada pela Universidade de Harvard). " Eles fizeram um estudo pegando cinco itens da participação de cada um dos 81 Senadores. Para a média final, levaram em consideração os seguintes itens: desempenho do Parlamentar, representatividade, ativismo Legislativo, debate parlamentar, fidelidade partidária e número de projetos apresentados, naturalmente. Para desgraça deles, Senadora, eu acabei ficando em primeiro lugar, dos 81 Senadores. (*Palmas.*)

Para desgraça deles. E sobre isso eu vou dialogar com eles. E esse mérito, como vocês disseram muito bem aqui, não é meu. O que eu falei nesse momento? O mérito é de vocês, defensores públicos, é do movimento social, do movimento sindical, dos ativistas das mais variadas áreas, dos ciganos, dos negros, dos brancos, dos índios, dos sem-teto, dos sem-terra, é dos sem nada.

Porque eu aqui os defendo, não tenham dúvida de que eu defendo, que é o que vocês defendem, e vocês não deixam de defender também os empreendedores, na sua lógica, daquilo que entenderem que é correto e que é justo.

Eu persigo a justiça e falo isso com a maior tranquilidade, aqui também, quanto a gasto de campanha, porque, graças a Deus, não dependo de ninguém e o meu é praticamente zero, comparando com aquilo que eu vejo falar aí, de R$30 milhões, R$40 milhões para uma campanha ao Senado, tem coisa errada. Quem gasta uma quantia dessas... Também aqui, naturalmente, eles falam da atividade e da história de cada Senador.

Eu recebo isso, mas digo: o mérito não é meu, o mérito desse trabalho... Nós aqui, para vocês terem uma ideia desta Comissão, fizemos, no ano passado, se não me engano, 152 reuniões com audiências públicas. Quem fez mais próximo aqui fez 50 reuniões.

Esses dias eu tive um probleminha com a TV Senado – e foi um probleminha positivo, sei que a TV Senado está assistindo. E eles disseram para mim: "Mas, Paim, tu competes com o plenário. Tu estás quase com 32% do tempo da TV Senado." Então, fica aqui a minha homenagem a TV Senado e à equipe que está sempre aí. (*Palmas.*)

Se eu fizer uma audiência aqui, de manhã, de tarde e de noite, eles estão cobrindo. Claro que não dá para ser 90% ao vivo, não é, Paim? Então, fica aqui o meu carinho pela TV Senado, foi uma bela conversa que tivemos.

É muito trabalho, mas é um trabalho que vem da sociedade, eu não invento audiência pública. Mesmo a de vocês, eu não inventei. Se eu tenho mais de mil projetos apresentados, eu não invento projeto. Eu não vou para casa de noite, durmo e acordo com um projeto na mão. É a demanda da sociedade. Se existem mais de cem leis aprovadas nessa área é por causa da demanda da sociedade.

Então, eu digo isso com muito carinho, pegando o gancho que você me deu neste momento. E reuniões no esta aqui, pessoal – vou passar a palavra para a Mesa –, me agrada muito. É quase um carinho que vocês ão fazendo para esta Comissão e não eu para vocês. E quase um carinho... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Que os defensores públicos, como aqui foi dito, são missionários; são homens e mulheres – e eu me coloco exatamente na frase que você usou. Sei que você vai me desculpar agora a minha intimidade, porque eu sei que passou por um problema de saúde grave, e eu também passei, e a sua fé e a sua luta o recuperaram. Posso dizer isso? Posso. (*Palmas.*)

Você está aqui, jovem, firme, a sua fé de fazer o bem fez com que você, hoje, estivesse aqui. Então, quem faz o bem ganha uma energia do universo que toca a razão das nossas próprias vidas.

Eu sempre digo que a energia das grandes causas é a energia que me dá vida. Eu nunca escondo a minha idade, não sei por que, mas eu gosto de falar a minha idade, eu estou com 66 anos e me sinto com vontade de pelear, de lutar por essas causas nobres que são aquelas que unificam esta Comissão, com vocês.

Eu diria que, se eu não fosse um homem público, se eu não estivesse, neste momento, aqui no Parlamento, eu queria ser defensor público. Queria mesmo. (*Palmas.*)

Eu agradeço muito vocês. Eu entendi a fala de vocês. Vocês são diferentes de alguns com quem eu vivo e convivo. Cada um que falou aqui falou com a alma, falou com o coração, falou com os olhos e, quando a gente fala com os olhos, é diferente. Vocês sabem que é diferente! (*Palmas.*)

Vocês sabem que estão com a razão.

Por isso, independentemente do governo que esteja, eles têm obrigação de garantir uma estrutura melhor para vocês trabalharem em todos os sentidos, porque a estrutura de vocês significa que vocês serão aqueles guerreiros e guerreiras que vão estar dando a sua vida para melhorar a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente. É só isto que vocês querem: deem-nos condição para fazermos mais pelo nosso povo. É isso que vocês estão, nesta sessão de homenagem, falando para todos nós.

O dia para mim hoje foi muito feliz. Eu posso dizer a vocês que já fiz audiência aqui com 500 pessoas, com duas, três salas lotadas – agora, no Petrônio Portella, vai haver mais de mil pessoas. Esta é uma audiência que não tem mil pessoas, mas a energia que conspira aqui dentro é a energia do bem, é a energia que me lembra aquela frase do maior revolucionário de todos os tempos, que é Jesus Cristo, a energia de quem faz o bem sem olhar a quem. (*Palmas.*)

Essa frase acho que combina muito com vocês.

Eu vou passar a palavra agora para as considerações finais dos nossos convidados, mas, se me permitirem agora, vou inverter, como faço sempre: os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos.

Mas aí você terá o dom de encerrar, veja o lado bom da coisa.

Eu começo com o Dr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público Geral do DF, que terá de cinco a dez minutos, se necessário, para as considerações finais.

O SR. RICARDO BATISTA SOUSA – Senador, depois da declaração de amor que V. Exª fez à nossa instituição, à minha instituição, eu confesso que muito pouco me resta a dizer, a não ser esforçar-me não só como gestor atualmente, mas até os últimos dias em que trabalhar na Defensoria Pública, por honrar esse carinho e essa declaração que V. Exª fez, porque é extremamente qualificada em razão do histórico de luta e de defesa que V. Exª tem não só neste mandato, mas em toda a sua vida. Isso nos inspira, nos fortalece, nos enche de ânimo e nos faz acreditar que estamos no caminho correto. Queremos caminhar junto com V. Exª, queremos que V. Exª seja uma luz para nós também, colaborando com a sua experiência, nos alertando e nos conduzindo nesse processo de construção.

Enfim, quero agradecer, de maneira muito fraterna, esta manifestação de apreço que V. Exª faz à minha instituição. Saiba que tem aqui, no Distrito Federal, uma defensoria pública à disposição de V. Exª para solicitar os nossos serviços sempre que identificar a violação de um direito ou à cidadania. Eu tenho certeza de que esse propósito é de todas as defensorias públicas dos Estados e da União.

Então, muito obrigado por tudo que V. Exª já tem feito e por esta audiência.

Eu realmente, com isso, encerro e digo que foi realmente muito bom ter vindo aqui nesta manhã e receber essa injeção de ânimo, de que estamos realmente precisando.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi o Ricardo Batista Sousa, Defensor Público Geral do DF, que, com a sua fala... Dizem que todo guerreiro é um menino, e todo menino sabe chorar. Quase o senhor fez de novo. Faltou pouco para mim agora, pela forma como o senhor se dirigiu ao trabalho de vocês.

E eu quero ser um copiador de vocês. Se eu puder, eu vou copiar vocês eternamente por tudo que eu vi aqui.

Drª Michelle Leite de Souza Santos, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MICHELLE LEITE DE SOUZA SANTOS – Senador Paulo Paim, todos os presentes desta Mesa, Senadora Regina Souza, eu gostaria de, primeiramente, dizer também da comemoração em relação à autonomia da Defensoria Pública.

Ontem, no Supremo Tribunal Federal, tivemos o indeferimento da medida cautelar que tentava fazer essa restrição à autonomia da Defensoria Pública. Ontem, na véspera do Dia Nacional da Defensoria Pública, tivemos essa vitória. Eu gostaria só de resgatar que estamos sob efeito dessa comemoração, todos nós. E gostaria de dizer que eu cometi uma falha aqui, parabenizando todos os defensores públicos, porque hoje é dia de parabenizar todos aqueles que fazem parte dessa história. Hoje é dia de parabenizar defensores públicos, servidores da Defensoria Pública, estagiários da Defensoria Pública, prestadores de serviço e colaboradores, de qualquer natureza, para que esse nosso trabalho seja desempenhado. (*Palmas.*)

Eu queria dizer que a Defensoria Pública é resultado da ação dos defensores. Ela é resultado de uma opção política de governo. Ela é resultado de uma opção da sociedade. Ela é resultado da vontade do Parlamento, por meio da Constituinte. A Defensoria Pública é resultado da atuação dos Deputados, dos Senadores, do Parlamento brasileiro. A Defensoria Pública é a opção política consciente de todos aqueles que se importam. A Defensoria Pública não seria possível sem tudo isso. E aqui eu não posso deixar de agradecer a todos que fazem parte dessa história no Parlamento, tanto Parlamentares como servidores da Casa. E quero aqui render minhas homenagens às tias do café. (*Palmas.*)

Todos fazemos parte. Todos somos a Defensoria Pública.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada, Senadora. Muito obrigada ao Senado. Muito obrigada ao Parlamento brasileiro.

Mais uma vez, parabéns para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esta foi a Michelle Leite de Souza Santos, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, que deu uma resposta bonita e indireta: "Muito, muito obrigada a todas as tias do café." Eu gostei!

Agora, eu passo a palavra à Defensora Pública Federal Drª Liana Lidiane Pacheco Dani.

A SRª LIANA LIDIANE PACHECO DANI – Só me resta agradecer ao Senador por esta oportunidade e desejar mesmo um feliz Dia da Defensoria a todos os Senadores e Deputados que vestem esta camisa verde, auxiliando na nossa estruturação, aos colegas defensores, servidores e estagiários, que ainda são a nossa força de trabalho na ponta, colaboradores. Enfim, feliz Dia da Defensoria Pública a todo o povo brasileiro, que é quem realmente tem batido a porta clamando pela efetivação dos seus direitos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Drª Liana Lidiane Pacheco Dani, que de forma direta fez aqui as suas considerações finais neste dia tão importante.

Que todos os dias sejam o dia dos nossos queridos profissionais dessa área da Defensoria Pública.

Parabéns, Drª Liana!

Dr. Edson Rodrigo Marques, Subdefensor Público Geral Federal.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – Senador Paulo Paim, mais uma vez agradeço.

Creio que o Dr. Ricardo bem espelhou por que a Defensoria Pública deve homenagear V. Exª, um grande defensor dos defensores.

Eu vou encerrar pedindo a todos liberdade para homenagear... Um, eu não posso homenagear na verdade, porque devemos obediência, mas vou me dar essa permissão de homenagear o maior de todos os defensores, o grande defensor, aquele que defendeu acima de todas as coisas aquele que precisava ser defendido. Este é um dia do povo, mas também é um dia de Jesus Cristo. (*Pausa.*)

Ele foi e sempre será...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O maior revolucionário de todos os tempos.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – E sempre será o maior de todos os defensores.

Na figura de Jesus Cristo, nosso Senhor, eu queria prestar uma homenagem tardia, mas muito necessária. Nós, da Defensoria Pública da União – e eu digo que é um dia de muita emoção mesmo – ao Dr. Paulo Unes. (*Palmas.*)

Os colegas mais novos não conheceram o Dr. Paulo Unes, que, em missão no Timor Leste pela Defensoria Pública da União, faleceu naquele país. Isso já faz alguns anos, mas eu tenho um amigo e acima de tudo penso que nesse momento de reflexão nós precisamos de mais união. Essas figuras que nos representaram bem merecem sempre ser festejadas. Onde quer que esteja eu lhe mando um grande abraço, Paulo Unes, grande defensor.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Edson Rodrigues Marques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Antes de passar a palavra ao Dr. Joaquim, nós vamos passar outro vídeo de vocês, mas eu vou tomar liberdade, já que o nosso tempo não vai dar para todos falarem, de pedir a cada um de vocês do plenário que apertem o botão verde e digam o seu nome, para registrar nos Anais da Casa – os defensores que, naturalmente, estão aqui.

Vamos lá. Começamos aqui na frente. É só defensor público e o nome.

O SR. ARILSON PEREIRA MALAQUIAS – Arilson Malaquias, Defensor Público do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª CLARICE BINDA – Clarice Binda, Defensora Pública do Estado do Maranhão.

O SR. DINARTE DA PÁSCOA FREITAS – Dinarte da Páscoa Freitas, Defensor Público Federal atualmente aqui em Brasília.

O SR. IGOR ROQUE – Igor Roque, Defensor Público Federal em Recife.

A SRª RAQUEL BRODSKY RODRIGUES – Raquel Brodsky Rodrigues, Defensora Pública Federal no Distrito Federal.

O SR. FERNANDO CUNHA CAVALCANTI – Fernando Cunha Cavalcanti, Defensor Público Federal em Brasília.

O SR. DAVID SÉRGIO DA SILVA BRITO – David Sérgio Brito, Defensor Público do Distrito Federal.

A SRª LÍDIA GOMES ADRIANO – Lídia Gomes, Defensora Pública no Distrito Federal.

O SR. RILDO PAULO DA SILVA – Rildo Paulo da Silva, Defensor Público do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito bem.

Uma salva de palmas, representando todos os servidores públicos do Brasil! (*Palmas.*)

Há mais dois.

O SR. SÉRGIO MURILO – Sérgio Murilo, Defensor Público aqui do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.? Fechou?

Uma salva de palmas a todos, então. (*Palmas.*)

Vamos passar, agora, o segundo vídeo.

Em seguida falará o Dr. Joaquim Neto, que encerrará a nossa audiência pública.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bonito, muito bonito, emocionante!

Parabéns a toda a equipe, que, inclusive, preparou esse vídeo. Viu?

Em seguida, vamos ao Dr. Joaquim.

E o Edson quer fazer um pequeno registro também.

O SR. EDSON RODRIGUES MARQUES – O Joaquim preparou essa surpresa para a gente, e eu realmente fico muito emocionado. Joaquim, muito obrigado, em nome de toda a Defensoria Pública da União. Realmente, eu não esperava.

E agradeço o convite, mais uma vez.

Quero dizer que não existem Defensorias Públicas; existe uma Defensoria Pública do Brasil, somos todos defensores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria já solicitar ao Dr. Joaquim Neto e para vocês, achei muito interessantes os dois vídeos, se pudermos liberar para os Senadores que quiserem botar no seu sistema de rede social esses vídeos. Podemos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Achei interessantíssimo, objetivo, direto porque, às vezes, eu tenho problema com a tal da palavra prolixo, que diz tudo e não diz nada.

Aqui foram poucas frases, que deixaram bem claro para a população como chegar a vocês.

Dr. Joaquim, com a palavra, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

O SR. JOAQUIM NETO – Sr. Presidente, estou tomado realmente por fortíssima emoção, nesta manhã, em que tenho a honra de encerrar esta lindíssima homenagem prestada pelo Senado Federal à Defensoria Pública brasileira.

Antes das minhas últimas palavras, gostaria de expressar meu respeito e reconhecimento pelo trabalho da Senadora Regina Sousa, por tudo que ela tem feito e representa no Senado brasileiro. (*Palmas.*)

Quero parabenizá-la e retomar a sua fala, pontuando-a de forma muito respeitosa.

V. Exª trouxe a esta audiência a importância da divulgação do trabalho da Defensoria Pública. Exatamente primando por essa divulgação, buscando que cada vez mais a população do nosso País venha a conhecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a instituição que a Constituição criou em seu favor, na sua defesa, é que a Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos) lança anualmente campanha de âmbito nacional.

Essa campanha é difundida em todas as unidades da Federação, através das associações locais. Este ano, estamos tenho um apoio muito maior, um apoio maciço, digo até, dos meios de comunicação – rádio, TV. A Rede Globo de Televisão, em âmbito nacional, declarou apoio à nossa campanha, e, em breve, esse vídeo será veiculado nacionalmente; ele está sendo preparado nesta semana para que isso possa ocorrer, porque a Defensoria existe para o povo, e é necessário que o povo tenha conhecimento desse instrumento, dessa instituição tão importante criada para ele.

Quanto à questão da simplificação da atuação extrajudicial, o nosso colega, seu conterrâneo, vice-presidente jurídico legislativo da Anadep, Arilson Malaquias, já muito bem colocou nosso esforço e nossa orientação para que a Defensoria Pública brasileira busque sempre, prime sempre pela resolução extrajudicial dos conflitos.

No tocante à saúde, o Estado do Piauí está implantando hoje o SUS Mediado, que, em alguns outros Estados, ganha outra denominação, de câmaras ou de grupos. É um grupo onde se reúne a Magistratura, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as procuradorias do Estado e dos Municípios, as secretarias de saúde, as secretarias de assistência social, na busca exatamente de dar efetividade a essa demanda de saúde; que ela não venha a cair na via judicial como um processo demorado, árduo e sofrido, mas que o assistido que nos procure tenha imediatamente sua solução apresentada por essa rede.

V. Exª também tocou num ponto muito importante, que é a educação em direitos. É preciso que nós preparemos a população brasileira, dando aos cidadãos o direito de conhecer os seus direitos e de conhecer os seus deveres. E esse é um papel nosso, da Defensoria Pública como instituição, e nós não fugiremos à luta por esse papel, a exemplo de um projeto que nós inauguramos agora no dia 19 de abril, como projeto- piloto aqui no Distrito Federal, um projeto de educação em direitos voltado a alunos da rede pública de ensino, pais e professores, Senadora.

Esse projeto de educação em direitos já está em funcionamento aqui no Distrito Federal, com lições de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Penal, do Consumidor, da Criança e do Adolescente, criando verdadeiros cidadãos. Na verdade, prevenindo litígios que possam surgir, criando jovens e adultos conscientes dos seus deveres e dos seus direitos. E esse projeto, através da Associação Nacional dos Defensores Públicos, haverá de ser expandido para o País inteiro. Mais de 14 Estados que aderiram.

Dentro do projeto há um módulo de EaD (Ensino a Distância), que é virtual. Nós estamos gravando aulas aqui no Distrito Federal, com um parceiro realizador, chamado Aula Móvel, que é o nosso parceiro privado; nosso outro parceiro é público, é a Associação dos Magistrados do Distrito Federal. E não tenho dúvidas de que o maior projeto de educação em Direitos do País será o Falando Direito. Pedimos o seu apoio, o apoio desta Casa, para que possamos propagá-lo e para que seja inserido na rede de ensino regular de cada Estado da Federação, a exemplo do que fizemos no Maranhão.

Nós temos aqui a Diretora Legislativa da Anadep, que, quando do exercício na Presidência da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão, firmou convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão e Defensoria Pública incluindo a educação em Direitos como ensino regular. E é assim que deve ser.

Portanto, a Defensoria Pública está sempre atenta e seu alcance vai para além da promoção de processos de acompanhamento de réus ou coisas do tipo.

Para finalizar, quero também agradecer a presença do representante do Senador Telmário Mota, um grande apoiador da Defensoria Pública. Sem dúvida, um visionário, uma pessoa que também está enxergando à frente e que nos alerta para o maior trabalho que nós teremos, com o risco de retrocessos, de minimização de direitos alcançados ao longo de décadas historicamente. A Anadep e a Defensoria Pública como um todo estão atentos a isso. Faremos a defesa intransigente a fim de que nenhum direito do trabalhador, da mulher, do idoso, de quem quer que seja, haverá de ser minimamente tascado. (*Palmas.*)

Nós não admitimos retrocesso em nosso País. E estamos aqui nas trincheiras para lutar até o último segundo para que isso não venha a acontecer. Sem dúvida, o Senador Telmário Mota possui todas as qualidades para fazer com que o País avance, e tem apoiado o fortalecimento da Defensoria Pública.

Sr. Presidente, só me resta agora, mais uma vez agradecer a V. Exª pela oportunidade de abrir este espaço de debate, de depoimentos, de tantas falas bonitas em favor da Defensoria Pública. Na verdade, restou aqui demonstrado que não fazemos isso por nós mesmos. O defensor público é, acima de tudo, um sacerdote, é um agente político que abre mão do seu eu, que abre mão dos seus sonhos, da sua vida particular por amor ao próximo.

Digo isso em nome próprio e faço questão de dizer que o Defensor Público, diferentemente de muitas reiras que almejam chegar às capitais do nosso País, é aquele agente político que, quando ocorre a sua re- ção do interior para a capital – e falo isso pelo meu exemplo pessoal –, tem crise de choro, porque é ape-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

gado, porque ama o que faz, porque ama a sua atuação, o seu núcleo regional, ama o seu povo, abraça a sua causa com unhas e dentes.

É essa a razão que nos faz abandonar, muitas vezes, a nossa casa, abandonar as nossas famílias, como, muitas vezes, nós somos taxados – eu que deixo minha esposa, filha, mãe, família no Estado do Maranhão –, para viver uma vida nômade pelo País afora, na defesa da Defensoria pública. E o faria um milhão de vezes porque eu faço com amor! (*Palmas.*)

Porque eu faço com idealismo, porque eu sei por quem eu tenho lutado, eu acredito nesta instituição, eu acredito no poder transformador que essa instituição é capaz de trazer a este País e, talvez, seja esse o maior temor de alguns governantes para quererem manter o *status quo*, quererem manter a situação de conforto, que, muitas vezes, é desconstituída pela presença da defensoria pública que não o apoia. (*Palmas.*)

Que não converge com nenhuma injustiça neste País.

Sr. Presidente, nós somos defensores públicos porque amamos o que fazemos, porque gostamos de ajudar o próximo, porque, como muito bem dito pelo meu amigo Igor, nós somos muito bem pagos e, às vezes, não tão bem pagos para fazer o bem, para ajudar as pessoas.

E quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente; agradecer ao Parlamento brasileiro, ao Congresso Nacional, a ambas as Casas, Senado e Câmara, que compreenderam há muito a importância da Defensoria Pública, colocaram a Defensoria Pública à disposição; agradecer a presença de todos os colegas aqui à Mesa, do Ricardo, da Liana, do Edson, da Michelle, companheira de luta – choramos juntos, passamos muitas preocupações e apertos juntos –; agradecer a presença dos colegas aqui, no plenário, nosso Vice-Presidente Jurídico-Administrativo Arilson Malaquias, meu amigo pessoal; a nossa Diretora Legislativa Clarice Binda; nosso assessor legislativo Enrico; agradecer aos colegas defensores públicos federais, defensores públicos do Distrito Federal, ao nosso corpo administrativo da Anadep, a Virgínia, a Ana Amélia; a comunicação da Anadep, da Anadef; a Karine, ao Luís Gustavo, ao Luís Claudio, da Adep; agradecer ao nosso Diretor Tesoureiro da Anadep, Dr. David Sérgio, que aqui representa a Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal; agradecer a imprensa como um todo, a TV Senado pelo espaço maravilhoso, e, mais uma vez, parabenizar todos e todas por este Dia Nacional da Defensoria Pública.

Temos, sim, o que comemorar e haveremos de seguir e prosseguir, construindo a Defensoria Pública que o povo brasileiro precisa e merece.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Antes de encerrar a audiência, nesse trabalho que a gente tem feito, eu queria só registrar que, amanhã, às 9h, está confirmado, eu estarei em São Paulo, na sede da CTB, discutindo o direito dos trabalhadores, dos aposentados, a previdência e a questão dos discriminados.

No dia 23 de maio, segunda-feira, às 9h da manhã, estaremos aqui discutindo a situação dos motobóis, que também é uma situação delicadíssima.

No próprio dia 23 de maio, eu participo da abertura sessão às 14h e devo fazer um pronunciamento sobre a situação do País, mas, às 14h30, haverá audiência pública aqui para discutir o direito dos trabalhadores em comunicação.

Ainda no dia 23, depois dessa primeira, à tarde, audiência pública com juristas para discutir "Nenhum direito a menos".

No dia 24 de maio, às 15h, reunião para discutir a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

No dia 31 de maio, às 9h, no Petrônio Portella, a grande audiência pública, confirmada a presença de em torno de seiscentos líderes de todo o País, de cuja organização vocês participam, para discutir a previdência que queremos.

A nossa audiência pública atingiu todos os objetivos com certeza absoluta – eu já fiz a minha fala –, mas foi uma reunião, além de homenagear todos vocês, de muita emoção, pela fala de cada um dos senhores e das senhoras que aqui se pronunciaram.

Eu termino só com uma frase: nós todos, lá na nossa forma de agir – embora não sejamos profissionais do ramo como vocês, que se preparam, estudaram, formaram-se, fizeram concurso, chegaram lá –, na alma de cada brasileiro que está nos assistindo neste momento pela TV Senado, e somos 210 milhões de brasileiros – embora eu não tenha chegado lá, eu gostaria de ter chegado –, temos que ser defensores públicos para poder bater palmas de pé para os defensores públicos brasileiros. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e do não membro Senador Paulo Rocha. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 47 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso da motocicleta". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo – SINDIMOTO/SP; Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, Diretor de Projeto e Parceria do SINDIMOTO/SP; Reivaldo Alves de Morais, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de Brasília – SINDMOTO/DF. O Senhor Presidente solicita que passe o vídeo, acessível através link: https://www.youtube.com/watch?v=HZjqpampbCU, contendo a música "Guerreiro Menino" interpretada pelo cantor Raimundo Fagner e composta pelo músico Gonzaguinha. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Luiz Carlos Garcia Galvão, Presidente do Sindicato dos Mototáxis do Distrito Federal – Sindmototaxi/DF; Gilmar Lorenço da Silva, Representante do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de São Paulo – SINDMOTO/SP; Vanildo Moreira dos Anjos, Mototaxista; Gerson Silva Vice-Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de São Paulo – SINDMOTO/SP; Rubens de Almeida, Sindicato dos Mototáxis do Distrito Federal – Sindmototaxi/DF. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para as suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) apoiar a rejeição do PLS nº 82/2011; e 2) receber dos representantes da categoria sugestões para regulamentação da profissão. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e doze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje, como todas as outras, será realizada nos termos do Requerimento nº 47, de 2016, da Comissão, de minha autoria e de outros, para debater o tema: "O exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso da motocicleta".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Nós convidamos diversos painelistas para falar sobre o tema. Eu vou, no primeiro momento, chamar os que já estão presentes.

Reivaldo Alves de Morais, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de Brasília (Sindmoto/DF). Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, Diretor de Projeto e Parceria do Sindimoto/SP. (*Palmas.*)

Luís Antônio Festino, assessor e líder da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre.

Já chegou?

Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Parece que estão se deslocando o Festino e José Valter Silva Piovesan, Presidente do Sindicato dos Motoboys e motobóis do Estado de Goiás, estariam se deslocando para esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como a nossa audiência pública é transmitida ao vivo para todo o Brasil, pela TV Senado e pela Rádio Senado e com comentários e matérias da Agência Senado, eu vou fazer uma introdução do tema para que as pessoas que estão assistindo, neste momento, a TV Senado tomem conhecimento do que nós vamos aqui aprofundar.

Esta é uma audiência pública que vai discutir sobre as atividades profissionais com uso da motocicleta. Lembramos que, em 2011, o Senado Marcelo Crivella apresentou o PLS 82, buscando regulamentar determinados aspectos da atividade de profissionais que utilizam a motocicleta para o trabalho. Como é o caso dos motobóis e dos mototaxistas.

Em linhas gerais, a ideia do projeto é ampliar a segurança, tanto para quem conduz a moto como para eventuais passageiros e terceiros que compartilham as vias da cidade do nosso País.

Hoje, como podemos testemunhar nas ruas e avenidas, a motocicleta é, inegavelmente, um dos principais meios deslocamento de mercadorias, de pessoas e passageiros. Constitui uma importante alternativa à paralisia das demais formas de transporte, com significativos resultados econômicos.

Sabemos que, a cada ano, mais profissionais ingressam nesse mercado de trabalho. E é uma demanda que cresce na proporção em que aumenta a carência de investimentos em mobilidade nos grandes centros urbanos brasileiros.

Contudo, senhoras e senhores, não podemos deixar de cuidar de algo de suma importância, que é a segurança dos trabalhadores desse setor. Os dados ainda são alarmantes. Hoje, a principal vítima do trânsito é o motociclista. De acordo com as estatísticas do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), as motos representavam pouco mais de um quarto da frota de veículos no nosso País em 2014. Apesar disso, o seguro DPVAT pagou naquele ano 580 mil indenizações em acidentes envolvendo motos, o que correspondeu a 76% do total das solicitações. Dessas, 4% foram por morte, 82% por invalidez.

É assustador constatar que uma legião de quase meio milhão de motociclistas, em apenas um ano, sofreu traumas permanentes e redução substantiva da qualidade de suas vidas, em razão da frágil segurança do nosso trânsito.

Vale ressaltar que, em 2013, o mapa da violência também já havia apontado esse verdadeiro genocídio que ocorre nas vias públicas do nosso País, com uma tendência acentuada de aumento de fatalidades de motociclistas.

Além desses riscos mensuráveis, não podemos deixar de lembrar os problemas de saúde, com efeito cumulativo decorrente de poluição, de estresse, do excesso de trabalho, além das questões ergonômicas.

Ademais, devo recordar que é uma profissão que ainda se encontra muito associada à informalidade, e, nesse contexto, pouco resguarda pela legislação o amparo social a esses trabalhadores.

Como vemos, senhoras e senhores, é muito oportuna a realização da presente audiência pública, que tem um escopo bastante extenso. Tivemos importantes avanços na legislação quando conseguimos regulamentar a profissão de motobói. Eu tive a alegria de estar no plenário, participar desse debate e votar nesse sentido, bem como no caso dos mototaxistas pela Lei nº 1209, de 2009.

Tenho convicção de que é hora de ampliarmos as condições de segurança desses profissionais, homens e mulheres, que dedicam a sua vida a atender o público principalmente. Estamos analisando o projeto do Senador Crivella e podemos aperfeiçoá-lo, se assim vocês, que são sujeitos dessa história, entenderem.

A questão que não podemos perder de vista é que todo dia dezenas de milhares de motobóis e mototaxistas arriscam suas vidas nas ruas e avenidas do nosso País sem que o Poder Público garanta segurança satisfatória a esses trabalhadores. Por isso, desejo boas-vindas a todos e tenho a certeza de que as explanações e os debates em audiências como essas que fazemos aqui, todas as segundas-feiras – hoje à tarde teremos outra que trata dos profissionais da comunicação – buscam uma solução produtiva e esclarecedora que melhore a vida de todos os nosso trabalhadores.

Quero ainda comentar rapidamente que essa audiência pública de vocês faz parte do ciclo de debate que estamos fazendo nesta Comissão acerca da segurança no trabalho e com o emprego.

No momento como esse, em que o desemprego está se aproximando da casa dos 12% – já tivemos uma situação do desemprego em torno de 5% –, cada vez mais esta Comissão se vê na obrigação de fazer essa discussão. E o faz não com alegria, porque gostaria de estar discutindo outros temas que não a insegurança no trabalho e o desemprego, que avança de forma assustadoras sobre os lares de milhões de brasileiros. Estamos vivendo uma crise construída, no meu entendimento com muita irresponsabilidade, inclusive do mundo político.

Quem no dia de hoje, por exemplo, pegar as gravações que estão saindo na imprensa – não vou citar nome de nenhum Parlamentar – verá que um dos objetivos desse afastamento da Presidenta em nenhum momento foi voltado ao viés social econômico, mas, sim foi uma decisão política, na verdade, para barrar a correta política que se estava fazendo, por parte da Justiça e suas instâncias, no combate à corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É lamentável que, no dia de hoje, aqueles que votaram pelo *impeachment* vão verificar o que está saindo em toda a imprensa do País, ou seja, que o objetivo do *impeachment* era, na verdade, *combater* as investigações, principalmente da Lava Jato, que estava, de forma abrangente, e, no meu entendimento, correta, aí sim, combatendo a corrupção.

É lamentável eu ter que fazer esse comentário – e o faço com tristeza – para dizer que esse movimento todo, conforme publicado em toda a imprensa nacional, tinha um único objetivo: não permitir que o combate à corrupção, que estava sendo feito principalmente pelos espaços do Judiciário, fosse adiante ou, em outras palavras, fazer com que ele fosse barrado.

É lamentável, mas, como diz o outro, quem está vivo verá. Entretanto, eu estou mais preocupado ainda com os anúncios que estão fazendo: acabaram com o Ministério da Previdência; voltaram atrás, agora, com relação ao Ministério da Cultura; estão dizendo, dia e noite, que a aposentadoria, que, hoje, é de 55 anos para as mulheres e de 60 para os homens, passará para 65 para todo mundo; estão desvinculando os benefícios do salário mínimo, ou seja, quem está na ativa vai ter um salário mínimo e quem está aposentado terá outro menor, o que é um desastre para a área social.

Ainda mais: a prevalência do negociado sobre o legislado, quer dizer: o que está na lei não vale; vale a tal da livre negociação. Eles virão para cima na questão da terceirização da atividade fim, matéria de que sou o Relator. Eles terão problemas para me tirar a relatoria. Querem regulamentar o trabalho escravo; eu quero proibir o trabalho escravo. E eu sou Relator dessa matéria também. Querem privatizar tudo, como, por exemplo, os presídios. Eu sou Relator também. Enfim, teremos momentos muito difíceis, mas nós alertamos. Eu fui à tribuna e disse: "Olha, oxalá, eu esteja errado, mas o que está por trás disso aí é um movimento para, em vez de combater a corrupção, barrar as investigações sobre a corrupção, e, no fim, vão passar a conta para os trabalhadores pagarem". Não tenho nenhuma dúvida, hoje, diante das últimas notícias, que é nessa linha que eles estão seguindo.

Mas vamos ao nosso debate, que tem tudo a ver com a conjuntura e a vida de vocês também, porque o que nós queremos é melhorar as condições de vida, combater os acidentes e fazer com que vocês possam, cada vez mais, valorizar a atividade de vocês.

Então, vamos começar, de imediato, com o Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de São Paulo (SindimotoSP).

Concederei dez minutos, com mais cinco de tolerância, para cada um, sem prejuízo de, no final, vocês escolherem quem falará pelo plenário.

E vamos esperar a chegada dos outros dois painelistas.

Gilberto, com a palavra.

O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS – Bom dia a todos! Bom dia, Senador, V. Exª que é um grande lutador das causas trabalhistas.

Senador, o projeto do Senador Marcelo Crivella, o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2011, traz, na maioria dos seus pontos, conflitos para os trabalhadores em motocicleta de todo o Brasil.

Em 2009, como o próprio Senador disse que teve a honra de participar, tivemos a regulamentação da nossa atividade por meio da Lei nº 12.009. E o projeto que deu origem à Lei nº 12.009 já contempla todas as necessidades dos trabalhadores motociclistas de todo o Brasil, tanto os motofretistas como os mototaxistas.

Então, dentro da própria regulamentação, a Lei nº 12.009 já é clara, já tem todos os requisitos de segurança e remete todas as exigências que esse novo projeto de lei estabelece ao Município, para que o Município faça a sua complementação final e agregue o que o trabalhador de suas regiões deve usar a mais do que o CTB e a Lei nº 12.009 estabelecem.

No projeto do Senador, vemos que ele estabelece um modelo de pneu para o mototaxista e para o motofretista, um modelo de pneu específico para chuva. Não existe isso. O pneu tem que ser novo e não pode estar careca. Ele é para chuva, ele é para areia, é para asfalto, é para água, é para tudo. Não tem como a gente especificar um pneu para cada tipo de ambiente. A gente pode tomar chuva e, em 10 quilômetros, sol, depois pegar areia. É muito relativo isso. Isso só iria onerar mais a vida do trabalhador, que, na maioria das vezes, não tem dinheiro nem para colocar um pneu adequado na sua motocicleta.

Partindo para a cilindrada da moto: num parágrafo da lei ele também quer limitar a cilindrada da motocicleta a 200 cilindradas. Hoje, em São Paulo, a gente já tem motofretista usando moto de 300 cilindradas, 400 cilindradas, 250 cilindradas. A moto, quanto maior a cilindrada, mais segura é. Então, seria um retrocesso, do nosso ponto de vista, a gente voltar atrás e querer limitar a questão da cilindrada. Em São Paulo, na lei municipal, da capital, é o contrário: lá são proibidas as motos de baixa cilindrada, porque elas não oferecem a segu-
ça adequada para o usuário da motocicleta no dia a dia. Então, a moto com mais potência... Não quer dizer
e ela vai correr mais não, mas que ela tem mais requisitos de segurança para oferecer para o trabalhador no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

seu dia a dia. As motos, a cada diz que passa, estão saindo mais adequadas, com mais sistemas de segurança, e o trabalhador, que vive da moto, pretende comprar uma motinho com potência maior e com mais requisitos de segurança.

Há outro ponto aqui na lei que traz conflito. É a questão de você não ultrapassar os 60 quilômetros por hora, mesmo quando a via tenha um limite de velocidade superior a esse. Quem anda de moto sabe que é loucura isso aí. Às vezes você está ali a 60 por hora, e os caminhões estão passando a 120, a 80, a 90, a 100. E você vai ficar parado ali? Você precisa acelerar e sair da zona de perigo. Esse parágrafo aí também trará dor de cabeça e muita preocupação caso o projeto venha a ser aprovado, porque ficaria difícil até mesmo haver uma fiscalização por parte das autoridades de trânsito.

A gente vê também que, no projeto, eles abordam a possibilidade de proibir a motocicleta de circular entre os carros. Isso acabaria de vez com a nossa função, pelo menos nos grandes centros. A gente deixaria de existir, por exemplo, na cidade de São Paulo, que está praticamente entupida, congestionada. Não ia ter como a gente ficar atrás dos carros.

A mobilidade da moto deixaria de existir, e a nossa função, automaticamente, também deixaria de existir. Então, vemos que o projeto do Senador Marcelo Crivella, neste caso, não corresponde à realidade dos trabalhadores em motocicleta. Agradecemos ao Senador por ter criado, lá atrás, a lei que trata da periculosidade e aquela lei da entrega rápida, que dizia respeito aos entregadores de *fast-food*, que eram explorados, mas vemos que este projeto não corresponde à realidade do trabalhador que utiliza a motocicleta no dia a dia.

Vemos também que há, nos anexos da lei, a obrigatoriedade de proteção do escapamento. Hoje, a grande maioria das motocicletas já vêm com proteção embutida, não há risco de as pessoas se queimarem. Então, são penduricalhos que só vão complicar o processo de regulamentação, que já se arrasta desde 2009. Entendemos que se existe algo que precisa ser colocado na lei, tem que ser de cunho municipal. O Município é o ponto de partida para a complementação da Lei nº 12.009. Qualquer coisa que hoje trouxermos será empecilho para a regulamentação.

Hoje, o Estado de São Paulo, onde eu moro e represento os motociclistas, possui cerca de 650 Municípios. Pouco mais de 5% dos Municípios têm a lei regulamentada. Há uma dificuldade muito grande. Não conseguimos avançar com o processo de regulamentação da Lei nº 12.009. Preocupa-nos muito estarmos nesta batalha para tentar emplacar o avanço da regulamentação da Lei nº 12.009 e vir uma alteração, pois já temos dificuldades em fazê-la avançar. Como iríamos digerir isso com os Municípios? O desafio é grande. Os prefeitos não entendem e a própria categoria às vezes também não tem muito interesse, por não entender o benefício que a regulamentação vai trazer e em razão dos gastos na adequação da motocicleta.

Eu não quero me alongar muito a fim de dar espaço para os companheiros. O companheiro Rodrigo é consultor do Sindimoto e mostrará, depois, na sua apresentação, a dificuldade que já encontramos com a Lei nº 12.009, a lacuna em relação ao Município e a questão do curso, pois não há interesse em montar escolas para esse tipo de formação.

Trago aqui, Senador, a mensagem dos trabalhadores motofretistas e mototaxistas do Estado de São Paulo e o desafio que encontramos para tentar trazê-los para a legalidade, com a Lei nº 12.009. Caso este projeto passe e haja de fato a alteração da Lei, teremos mais problemas do que já temos, e isso vai onerar ainda mais a vida do trabalhador motociclista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Gilberto Almeida dos Santos.

Esse é o objetivo, Gilberto, desta audiência pública. Aqui no Congresso tramitam milhares de projetos. E se nós não ouvirmos a categoria, às vezes, com a maior boa intenção, pensamos que estamos ajudando e, no fim, não trazemos nenhum benefício.

Eu sei que a iniciativa do Senador Crivella, quando apresentou o projeto, foi pensando em melhorar para os trabalhadores, como ele fez lá atrás no projeto original. Como eu sou Relator na CCJ, logo que recebi o projeto – eu digo que todo Deputado e Senador é um generalista, ele não é especialista no setor –, avisei o Senador Crivella que eu iria ouvi-los para ter uma visão clara dessa proposta de que sou o Relator na CCJ. Por isso é importantíssimo ouvir já.

Pelo que percebi – isso é bom que saia daqui esclarecido – vocês podem entender pela rejeição. Nesse caso, conversarei com o Senador e encaminharemos pela rejeição. Se vocês entenderem que deve haver algumas alterações e melhorar o projeto, nós vamos fazer as alterações. Tenho certeza, está aqui o assessor do Senador Crivella, sentado lá atrás, e naturalmente está acompanhando, que vocês têm que...

Percebi já pela sua fala, Gilberto, que o projeto, neste momento, não ajudaria muito, apesar da boa inten-
. Então, é bom que, no fim de todo o debate, fique muito claro que, se vocês entenderem que o projeto não
nça em relação à lei, embora seja boa a intenção, claro, a recomendação de vocês para o Relator é que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pela rejeição. Se vocês entenderem que deva ser alterado o projeto e pode ser aproveitado isso, isso e aquilo, assim nós o faremos. Então, é importante a responsabilidade de vocês. É claro que, se vocês estão aqui, é porque têm clareza da responsabilidade, mas digo que o que sair daqui é o que vou encaminhar.

Muito bem. O Gilberto deixou bem clara a posição dele. Não tenho nada a opor. Como eu disse, vocês é que conhecem a área; cada um sabe onde o sapato aperta.

Vamos passar já para o Rodrigo ou preferem o Reivaldo primeiro?

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Não, aí fica a critério da Casa. O meu objetivo é colocar todas essas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Então vamos com o Rodrigo.

Dr. Rodrigo, Diretor de Projeto de Parceria do SindimotoSP, Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, para que faça a sua intervenção.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Primeiramente, eu agradeço a presença de todos aqui.

No nome do Senador Paulo Paim, cumprimento todos os Senadores aqui e, no nome do Gilberto e do Reivaldo, cumprimento todos os presidentes e a categoria aqui presente.

Senador, o objetivo dessa apresentação nossa é colocar um pouco de tudo aquilo que o Gil vem salientando nas suas colocações e também, acredito, o companheiro Reivaldo.

A intenção do Senador é uma intenção boa, mas talvez esteja, de uma certa forma, ultrapassada nos pontos em que já se avança o processo de regulamentação.

Eu queria salientar alguns pontos. Por exemplo, quando trata do art. 139-C, ao tempo em que se destina ao transporte de passageiros, a palavra "motofrete" está colocada de forma errada, seria "atividade de mototáxi". Então, já há uma convergência, porque motofrete é transporte de cargas e mototáxi é transporte de passageiro. Então há...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou pedir então que vocês deixem depois, de preferência, por escrito, comigo todas as considerações.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Até fiz um comunicado ao Augustino, estive com ele mais cedo.

Então, Senador, essa é a nossa apresentação na audiência pública do Senado, Comissão de Direitos Humanos, no dia de hoje.

Por gentileza, o próximo.

Senador, ali mostra o cronograma das legislações em São Paulo e no Brasil. São Paulo iniciou, com a Prefeita Marta um decreto em 1991.

Ela iniciou o processo de regulamentação. Dez anos depois, foi dado entrada nesta Casa pelo então Senador Mauro Miranda, do meu Estado, autor de um projeto de lei de 2001, que resultou na Lei nº 12.009, de 2009. De 2002 a 2008, ele tramitou na Câmara, através do PLC 6.302. Em 2004, a Marta fez o decreto; o Serra em 2005; em 2007, saiu uma primeira normatização do Contran, que é a Resolução nº 219, que trata da regulamentação da atividade de motofrete, criando parâmetros mínimos para regulamentação do motofrete pelo Contran.

Em 2007, São Paulo criou a lei municipal, que abrange um pouco a questão da resolução, complementando a questão da atividade, que é de competência do Município por se tratar de um serviço de atividade econômica local. Então, a competência é do Município.

Em 8 de julho de 2009, esta Casa aprovou. E em 29/7/2009, o então Presidente Lula sancionou a Lei nº 12.009.

A partir daí, começa-se um processo de regulamentação dessa lei. Um ano depois, o Contran normatizou a Resolução nº 350, que trata da questão do curso. Todo motofretista é obrigado a fazer um curso de 30 horas.

Em 2011 somente, dois anos depois, o Detran de São Paulo regulamentou as escolas para que pudessem dar o curso. Ou seja, foram dois anos de vacância após a sanção da lei pelo Presidente.

Em 2011, o então Senador Crivella, a quem parabenizo, como o Gil fez, apresentou projeto de lei que virou a Lei nº 012.436, que trata da questão de não incentivar o motociclista a correr – seria aquela lei do Habib´s que, se em 28 minutos não chegasse a sua *pizza*, você não pagava. Então, essa lei foi justamente para coibir esse tipo de atividade comercial para a atividade de motofrete.

Em agosto de 2011, o Contran regulamentou a questão dos requisitos de segurança, determinando de que forma deve ser o veículo, os equipamentos.

Em 2012, depois de uma luta travada pelos sindicatos de Brasília, de São Paulo e de todo o Brasil, o Contran, que normatizou a 350, determinou que somente um Sistema S pudesse oferecer o curso em todo o Brasil. [illegible] engessou a categoria, engessou a norma de qualificação da categoria e, somente depois de vários atos em conjunto com a categoria em todo o País, o Contran normatizou uma nova resolução, a 410, abrindo o curso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não apenas para o Sest/Senat, do Sistema S, como para as autoescolas, entidades de ensino, ou seja, qualquer instituição que queira dar esse curso – o que representa um grande problema, que vamos discutir adiante.

Em 2013, iniciou-se o processo de fiscalização, mas até hoje não saiu do papel porque há gargalos no processo de regulamentação, há dificuldades da categoria em regulamentar desde o curso, desde a questão da moto, desde a questão dos equipamentos, falta de incentivo governamental. Não há linhas de financiamento para compra de motos, para compra de equipamentos. Não há um curso gratuito, que seria um dos objetivos do Governo Federal em incentivar a regulamentação.

Em 2014, a atividade celetista, tanto da parte do motofrete, como da parte do mototáxi, ganhou um dos maiores benefícios e a clareza do processo de incentivo da regulamentação, que foi a lei da periculosidade, do então Senador Marcelo Crivella novamente forma muito feliz nas suas proposituras.

Por gentileza, a próxima.

Então, a lei federal determina que o condutor precisa ter 21 anos, possuir habilitação há pelo menos dois anos, ser aprovado no curso para exercer a atividade, estar vestido com colete e ter todas as suas certidões positivas, ou seja, desde o processo de habilitação até mesmo nas certidões criminais e nas Varas cíveis.

A motocicleta, para exercer a atividade de motofrete, precisa estar na categoria aluguel espécie carga. No caso do mototaxista, ela tem que estar na espécie passageiro na categoria aluguel. Precisa ainda ter o protetor mata-cachorro. Para nós, o protetor mata-cachorro é algo que foi colocado na lei, mas não há uma norma, uma NBR sobre o equipamento. É grave, Senador, a questão do mata-cachorro, cujo nome é pejorativo, mas é um protetor de membros inferiores. Colocou-se o mata-cachorro na lei federal como obrigatório, mas esse equipamento não tem norma de fabricação, quer dizer, não se sabe de que material é fabricado, não se tem estudo sobre se realmente esse equipamento protege as pernas do condutor e é um equipamento utilizado mais para proteção do motor. Outra coisa grave: ele não é adaptável em todo tipo de veículo, mas a lei determina que ele seja adaptado em todos os veículos. Então, o mata-cachorro não é o divisor de águas na questão dos acidentes; a educação no trânsito, a consciência do motociclista e dos outros atores do trânsito é que são fatores que atuam como divisor de águas na redução dos acidentes.

A instalação e incorporação de dispositivos de cargas seria o baú. Há motos que já vêm com esse dispositivo e há moto para passageiros em que se adapta o baú. É proibido carregar botijão de gás, água que não seja pelo *sidecar*.

Próximo, por gentileza.

Essa própria Lei nº 12. 009 trata da natureza jurídica em firmar e contratar a prestação continuada do serviço de motofrete, ou seja, a responsabilidade do tomador, do contratante bem como da questão de não contratar ou manter o contrato de prestação continuada de serviços quando o condutor do motofrete for inabilitado ou fornecer o uso de motocicleta ou motoneta para transporte remunerado de mercadorias que estejam em desconformidade com as exigências legais.

A responsabilidade sobre infrações previstas neste artigo é do empregador ou aquele que contrata serviço continuado de motofrete, sujeitando-se à sanção prevista na CLT.

Próximo, por gentileza.

Aqui trata do veto à Lei 12.436, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que veta o emprego de prática que estimule o aumento de velocidade para o motociclista profissional. É a questão de incentivar a velocidade. Isso até ficou muito claro nessa legislação, ou seja, se sua *pizza* não chegar em 28 minutos, você não paga por ela; quem pagaria seria o profissional.

Próximo, por gentileza.

Novamente, a Lei nº 12.997, de 2011, que cria a periculosidade...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – …dos trabalhadores.

Próximo, por gentileza.

Resolução, Senador. Aqui, trata-se da questão que dá início ao gargalo: Fazer o curso, ser maior de 21 anos, não estar cumprindo a suspensão da CNH.

Aqui é a grade do curso previsto pela lei federal.

Por último, a Resolução nº 356, do Contran, que regulamenta os equipamentos mínimos obrigatórios por lei federal: capacete com faixa, baú com faixa refletiva, antena, colete e protetor de pernas.

O próximo, por favor.

Aqui, Senador, está clara a questão da regulamentação.

Competência do Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O art. 16 diz que "os Municípios que regulamentarem a prestação dos serviços de mototáxi e motofrete deverão fazê-lo em legislação própria, atendendo, no mínimo, o dispositivo da resolução" – que é a questão da lei federal –, "podendo estabelecer normas complementares, conforme peculiaridades locais, garantindo condições técnicas de requisitos de higiene" – no caso do mototáxi, a toca... E está aqui que toda a legislação de mototáxi já contempla o uso da toca, ou seja, em Municípios como Brasília e Goiânia, enfim, em todos os Municípios que têm legislação local, há a exigência da toca, por uma questão de higiene. E continua: "e conforme os usuários dos serviços", pela disparidade em função de o País ser continental, ou seja, cada região tem a sua peculiaridade e tem as suas distinções na prática da atividade.

Então, como é o processo da lei federal?

O curso, que tem de estar na CNH; depois, o menino precisa fazer o cadastro na Prefeitura, que é o Condumoto, e ter a autorização da sua motocicleta para exercer a atividade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – É, porque.... Não; eles tiraram, porque, agora, é motofretista ou mototaxista. Antes, existia "atividade remunerada". Já está ali, porque é uma atividade remunerada, tanto o motofrete como o mototáxi. Inicialmente, tinha-se "atividade remunerada", mas, agora, os DETRANs não colocam mais.

Próximo, por favor.

Então, no caso de São Paulo, Senador, esse é o modelo da lei municipal, que trata dos requisitos.

Do que trata a lei complementar? Idade da moto – em São Paulo, é de oito anos no máximo; a cilindrada, que tem de ser, no mínimo, 125cc em São Paulo; o cadastro do condutor, o cadastro da motocicleta, o cadastro da empresa, a identificação visual, que é uma padronização, com identificação do número da sua licença, da empresa etc., apólice de seguro de vida, que também é uma questão do Município.

Próximo, por favor.

Esse era o motobói de São Paulo, e, hoje, esse é o motofrete de São Paulo. Há uma disparidade na questão de se perceber o que é um processo regulamentado, organizado em relação àquele ambiente em que se dava a atividade anteriormente.

Próximo, por favor.

Aqui vem o que o Gil falou: o gargalo. Essas são etapas, documentos, prazos e os custos de cada documento que se precisa ter para exercer a atividade, ou seja, estar regular no Município.

Então, ele precisa ter as certidões, que demoram de cinco a 15 dias, com validade de 60 dias, pelo que se paga R$21,00. No caso de São Paulo, a segunda CNH.

Passo 2: pela lei municipal, ele vai ao Município, leva todas as certidões, o custo, a validade, etapa.. Depois, há uma disparidade em relação a se ele é celetista ou se ele é autônomo. No caso do celetista, quem paga o custo maior do seguro é a empresa; se ele é autônomo, tem um custo maior na questão da apólice do seguro.

Próximo, por favor.

Aí, o terceiro passo é a moto estar conforme a Resolução nº 256 do Contran, isto é, estar com baú, suporte, antena, protetor, colete, no caso do condutor, e as faixas refletivas no capacete. Aí tem também a questão do complemento da lei municipal, que exige a faixa nas bengalas da motocicleta, por uma questão de segurança, e as faixas laterais na motocicleta, também por uma questão de segurança. Então, você tem um custo.

O quarto passo é ir ao Detran, levar todas essas certidões, autorização do Município, arcar com todos aqueles custos e, depois, no caso de São Paulo, voltar ao órgão, mais uma vez, para levar a documentação.

Próximo, por favor.

E aí ele finaliza com o sexto passo, que é ter os documentos do Município como condutor e a questão da motocicleta. Aí, no caso específico de São Paulo, você tem um custo para o motociclista em torno de R$1.650 só em taxas e documentos e equipamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Se ele for comprar uma moto nova, mais R$9.300.

Próximo por favor.

E aqui, Senador, está o grande desafio, que é a padronização. No canto à esquerda, o senhor percebe o motofretista de dia no ângulo traseiro de um carro; do lado direito o senhor tem um condutor, um passageiro e o farol da moto ligado. Qual o senhor percebe como correto? É o padronizado. Veja a diferença! Então, isso representa, no mínimo, no que diz respeito à redução de acidentes, 20%, por serem serviços decorrentes de a norma internacional. Então, esse é o modelo de padronização.

Próximo por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aí vêm os objetivos de que a gente vem falando. Em São Paulo nós estamos numa curva decrescente de mortes envolvendo motofretistas. Para os senhores terem uma ideia: uma apólice de seguro de vida em São Paulo é R$10 por mês, e já há 7 anos ela tem o mesmo valor porque não aumenta o número de mortes envolvendo o profissional. Nós tínhamos, em 2009, 15%; em 2012, baixou para 6%. Esses são dados da CET. E aqui, Senador, a gente faz um desagravo à Prefeitura de São Paulo, que não compartilha mais a parceria com o sindicato dos profissionais. Até então nós tínhamos estes dados da CET: uma frota evolutiva de 745 mil para próximo a 1 milhão em 2012. Hoje a frota de São Paulo passa de 1,1 milhão de motocicletas.

Próximo por favor.

Também o próprio Comando de Policiamento Rodoviário mostra que em São Paulo vêm caindo os acidentes com motociclistas – com vítimas, sem vítimas, com vítimas leves. Você vê, em média, menos 10% de acidentes com mortes, acidentes leves, na questão desse projeto, que é a padronização.

Próximo por favor.

E qual é o benefício que o Município tem ao regulamentar a atividade de motofrete? Redução dos acidentes como primeiro ponto; geração de empregos diretos e indiretos; conscientização no trânsito – ele passa a ser profissional, ele passa a ser respeitado, e ele se sente respeitado também, porque deixou de ser um irregular e passou a ser um profissional regulamentado –; qualificação profissional e qualidade de vida; imagem positiva da categoria perante a sociedade e governos – por ser um profissional regulamentado –; controle da frota profissional – o Município passa a saber quantos profissionais tem –; comprometimento e responsabilidade social "Década de Segurança 2011-2020 " – é a década da ONU para o Brasil relativamente à redução de acidentes –; diminuição da violência envolvendo os profissionais motociclistas; aumento da arrecadação de tributos – o profissional passa a ser um contribuinte regulamentado.

Próximo por favor.

Esses são dados do mercado de motofrete da região de São Paulo: 39 Municípios; quase 20 milhões de habitantes; 11 milhões de automóveis; mais de 1,5 milhão de motocicletas; apenas três Municípios têm regulamentação; estimativa de 282 mil motobóis na cidade de São Paulo, sendo 80% autônomos e 20% celetistas, com renda média de R$2,5 mil; o setor movimenta R$705 milhões por mês somente na cidade de São Paulo; são, em média, três milhões de entregas por dia na cidade de São Paulo.

O setor representa 7% do PIB, e nós temos uma estimativa de 60 mil empresas que usam a atividade de motofrete na região metropolitana. Nós temos hoje 30 mil condutores com curso e 20 mil com a motocicleta 100% padronizada.

Próximo, por favor.

Aqui, alguns atos da categoria, como quando da questão da viseira, da proibição.

Próximo, por favor.

Aqui, a nossa sede em São Paulo e algumas de nossas conquistas: a Lei nº 12.009, que foi uma conquista de todos, e a lei municipal; mais de 80 mil cursos; a linha de financiamento pelo Banco do Povo, para compra de motos e equipamentos – a moto já sai padronizada, Senador, toda equipada e com taxa de juros de 0,35% ao mês, menor taxa no Brasil –; redução da penalidade – antigamente, se o motociclista andasse com a viseira levantada, a infração era gravíssima, com retenção da CNH –; isenção de taxas; redução dos acidentes; derrubada do veto em relação à proibição do garupa em São Paulo, e conseguimos, pela segunda vez, derrubar esse veto no Legislativo; e construção de motofaixas e corredores exclusivos, que é uma das nossa principais ponderações perante esta Casa, com projetos voltados para essa finalidade.

Próximo, por favor.

Os cursos, a linha de financiamento e o manual de regulamentação, que teve mais de 300 mil acessos até hoje, no *site* do Denatran, assim como a cartilha de processos, com mais de 150 mil acessos. E, a conquistar: isenção de IPVA, isenção de ICMS e redução de taxas.

É isto que a categoria quer: incentivo. Incentivar o processo de regulamentação, porque não é fácil. Em São Paulo, Senador, a partir do momento em que o motociclista transforma sua moto em espécie e carga, ele deixa de transportar sua mulher ou seu filho naquele veículo, ele tem que ter outro veículo, diferentemente do mototaxista, que, se estiver com a moto regulamentada, pode transportar tanto outra pessoa como seus familiares. Este é o desafio de São Paulo: regulamentar para que, no caso de transporte de espécie e carga, poder, onde houver a proibição do mototáxi, transportar pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Próximo, por favor.

Em São Paulo nós criamos a faixa de retenção. As motos ficam na frente, na arrancada do sinaleiro, Sena-
. Elas param nessa faixa e saem com maior segurança, pois os carros ficam para trás. Nós lutamos e vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

defender a sinalização dos corredores virtuais. Até a gestão Haddad, havia duas únicas faixas de segurança, as motofaixas, que o Prefeito Haddad tirou da categoria, tirou dos motociclistas, numa política contrária à educação de trânsito em relação às motocicletas.

Próximo, por favor.

Aqui, a resolução do FAT, que, como todos sabem, na época eram os R$100 milhões do Lupi, para comprar a moto, que não saiu do papel porque havia uma ingestão no processo. Nós pegamos esse modelo e transformamos na linha do Banco do Povo, que hoje é um sucesso, com menos de 1% de inadimplência e taxa de juros de 4,35% ao mês, enquanto a taxa de juros bancária é de 30% ao ano, e a linha de financiamento é de 4%. É uma forma de incentivo.

Próximo, por favor.

Aqui, a economia na época, em 2012. Hoje essa economia chega a R$3 mil na compra de uma moto.

E, para finalizar, a expectativa é: atender a necessidade do trabalhador e ao mesmo tempo criamos mecanismos e instrumentos para a manutenção da regulamentação no âmbito municipal e fazer dessa iniciativa uma plataforma para alavancarmos em outros Municípios a regulamentação. Nossa meta é orientar os profissionais e termos o maior número de motofretistas enquadrados nas legislações

Com isso, temos a permanência e a consolidação da lei federal e continuidade dos apoios governamentais e o principal que está em jogo é a garantia dos empregos, Senador. São 282 mil somente na região metropolitana; em São Paulo, capital, 220 mil, esse é o número.

Conscientização, redução de acidente de trânsito, padronização, melhoria de imagem do motociclista e responsabilidade social. É uma das ações que compõem o processo de regulamentação, e isso a gente faz muito em São Paulo.

Por último, encerro aqui a minha explanação com o objetivo de ajudar a esclarecer alguns pontos do projeto de lei.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, Diretor de Projeto e Parceria do SindimotoSP, que traz aí uma bela contribuição. Achei interessante o fechamento com a importância da valorização do emprego. Quantos empregos você falou que gera?

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Na região metropolitana, 282 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em São Paulo.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Na região metropolitana de São Paulo. No Estado, em torno de 500 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No País todo...

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Aí eu acredito que em torno de 1,5 milhão, pela frota circulante da questão do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agora vamos para o Sr. Reivaldo Alves de Morais, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de Brasília – Sindmoto DF.

O SR. REIVALDO ALVES DE MORAIS – Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim, que representa muito bem esta Casa no direito dos trabalhadores. O trabalho que o senhor faz aqui beneficia toda essa categoria.

Quero agradecer aqui a presença de todos os sindicatos; Sindmototaxi, companheiro Luiz Carlos; a Nova Central que eu represento, a CNDT; Presidente Gil, de São Paulo que tem um trabalho brilhante conosco, e essa apresentação maravilhosa do Rodrigo.

Senador, tudo que Rodrigo apresentou de São Paulo e Brasil, e o companheiro Gil falou, é a realidade do Brasil. Eu e o companheiro Luiz Carlos estivemos no Rio de Janeiro, com o Presidente Tob, que é um grande parceiro do Senador Marcelo Crivella, e iniciamos esse benefício para a categoria motociclista de todo o Brasil, que é a periculosidade.

Nós temos uma história como sindicalista desde 92, com carteira fichada em empresa de motofrete, e estamos trabalhando e defendendo os interesses dos trabalhadores aqui em Brasília e fazendo parte do Brasil. Nós entendemos que tudo que vem em benefício para a categoria é muito importante. Nós queremos, cada vez mais, ter esses benefícios para os nossos trabalhadores.

Entretanto, muitas coisas que acontecem hoje no seguimento motocicleta, Senador, algumas pessoas, Deputado, comissão, enfim, não entendem muito bem o que acontece e o que está acontecendo no Brasil, com o seguimento de moto. Só para deixar claro aqui, o principal problema hoje com as motos são os acidentes. Por que acontece tanto acidente com moto? Porque a maioria dos motociclistas não está preparada para dar de moto. De dez pessoas que andam de moto aqui, no Distrito Federal, quatro não têm habilitação e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

quando acontece acidente com a moto de pequeno porte, falam que é o motobói... Agora nem é mais motobói, é mototáxi e motofrete. Então, julgam de uma forma diferente e acabam prejudicando o nosso seguimento.

Nós somos a favor da padronização, dos cursos, do equipamento obrigatório para todos os motociclistas aqui do Distrito Federal, justamente para diferenciar esse usuário comum dos trabalhadores, e nós queremos mais benefícios para a nossa categoria, porque a periculosidade é uma lei, mas muitos trabalhadores não estão sendo beneficiados.

Trabalhadores de outros segmentos têm várias e várias ações na Justiça e acabam não recebendo esse benefício, como existe o benefício para os trabalhadores frentistas – fui frentista, fui vigilante. E esses trabalhadores têm essa periculosidade. Então, muitos deles não estão recebendo devido a algumas empresas entrarem na Justiça. O trabalhador acaba sendo penalizado e ainda vem uma situação como esta.

Nós não concordamos com nada do que está aqui porque pergunto: como o trabalhador vai comprar dois pneus se já existe um pneu padrão com o qual ele trabalha durante o dia e a noite, na chuva e no sol? E esse pneu é um pneu com qualidade. Então, seria um custo maior para o trabalhador. Como ele vai andar atrás de um veículo? Você já imaginou se todas as motos andarem atrás de um carro? Não tem como.

Então, esses fatores só fazem atrapalhar e, além de atrapalhar, vão causar mais desemprego e um custo maior para o trabalhador.

Nós estamos hoje em um período de crise. No nosso sindicato hoje e todos os dias só há homologação, estão só mandando funcionário embora. Os motociclistas que estão sendo demitidos não vão conseguir emprego igual ou melhor do que aquele em que estavam trabalhando. E nós estamos preocupados, Senador. Estamos preocupados e queremos muito contar com o apoio do senhor, queremos contar com o apoio dos outros sindicatos que estão aqui presentes para fazermos um movimento, se for necessário, justamente para que não aconteça nada do que está aqui.

Nós queremos, sim, benefício para a categoria, nós queremos que os motociclistas tenham linha de crédito, como o Rodrigo colocou, que não fique só na teoria. Nós participamos de todos os movimentos em São Paulo a convite do Presidente Gil, estivemos no Ministério do Trabalho várias vezes, o Sindmoto e o Sindmototáxi daqui de Brasília, e nós não vemos esse benefício, que é uma linha de crédito para os trabalhadores comprarem motocicleta. Se ele tem uma motocicleta hoje que já vem com os equipamentos, com o colete, ele irá trabalhar com mais força de vontade. E isso não está acontecendo.

O Governo Federal, o Governo do Distrito Federal e todos os Municípios e Estados estão gastando bilhões com a questão da saúde, com os motociclistas acidentados, todos os dias, Senador. O número de acidentes é muito grande. Por que está acontecendo tanto acidente? Porque não há uma campanha educativa direcionada aos motociclistas.

Nós somos totalmente a favor das fiscalizações aos motociclistas. Quem não deve não teme. Há questões hoje que fico observando, como a questão da bebida alcoólica, essas novas infrações que estão havendo no Código de Trânsito. Ontem mesmo, aqui no Sudoeste, morreu um motociclista. Ele diminuiu a velocidade para passar num quebra-molas e uma mulher, falando num celular, bateu na moto. Ele morreu e a esposa está no hospital em estado grave. Isso acontece todos os dias, todas as horas no Brasil, aqui em Brasília.

Então, Senador, nós queremos muito que o Senador Marcelo Crivella nos ajude, queremos muito contar com ele, mas em outras situações que não sejam essa que está aqui, que não sejam isso aqui, que não traz nenhum benefício aos trabalhadores, que não tem apoio de nenhum sindicato, de um segmento que realmente sabe o que está acontecendo no Brasil. Nós queremos, sim, que os trabalhadores tenham mais e mais vontade de trabalhar, como eles têm, e também queremos que os trabalhadores contem mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, como sempre faço, registrar que está aqui o nosso querido Líder do PT, Senador Paulo Rocha, um lutador que tenho muito orgulho de ter como nosso Líder desde a Câmara dos Deputados. Ele, sem sombra de dúvida, tem lado. Na dúvida, tanto eu como ele, podem ter certeza, sempre vamos ficar do lado dos trabalhadores, como é o caso desse projeto.

Então, uma salva de palmas para o nosso Paulo Rocha. (*Palmas.*)

O SR. REIVALDO ALVES DE MORAIS – Obrigado, pelo apoio, Senador.

Voltando ao assunto, Senador, a nossa preocupação hoje é justamente oferecer os benefícios para a nossa categoria. Hoje, sem moto, o Brasil para, porque nós entregamos medicamentos àquelas pessoas que realmente precisam; nós entregamos alimentos; nós fazemos atividades no Brasil todo, com transporte de passageiros. Estamos aqui buscando esse entendimento e justamente para que o motociclista seja reconhecido em todos os aspectos como trabalhador profissional com a qualificação, com os equipamentos obrigatórios, enfim, para que ele seja mais respeitado no dia a dia junto à população.

E que não haja leis e muitas coisas que acontecem. Já vimos um projeto de lei que quer que o motociclista coloque no capacete o CPF, RG, placa da moto. E o ladrão vai colocar isso? Não vai. Então, são situações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não cabem. São situações que exigem lei federal e que os Municípios, prefeitos e vereadores acabam fazendo. Eu estive no Nordeste e observei a quantidade de motociclistas andando com três, quatro pessoas na moto e os prefeitos e vereadores fazem uma lei de que não pode andar com capacete! Como pode?!

A grande preocupação nossa é exatamente com a quantidade de acidentes que estão acontecendo nesses Estados e Municípios. E nós queremos diminuir os acidentes, queremos buscar mais benefícios para nós. O que nós queremos de imediato para a nossa categoria hoje é essa linha de crédito, para que os trabalhadores comprem as motocicletas em condições melhores, para eles trabalharem e honrarem o compromisso de pagar as prestações da moto. Vamos gerar mais empregos porque o principal foco, hoje, é a questão do desemprego, as pessoas não estão com trabalho. E, gerando emprego, esse trabalhador vai trabalhar e sustentar sua família, Senador.

Então, tudo que está aqui – vou deixar bem claro –, não tem não tem validade, benefício para a nossa categoria.

Agradeço muito estar aqui hoje nesta Comissão de Direitos Humanos, que é uma Comissão que realmente faz um trabalho brilhante, na sua pessoa, Senador. Já participamos aqui em outras vezes. Queremos justamente isto: contar com apoio de V. Exª e das demais autoridades do Senado Federal para que não ande nada que está aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de Brasília (Sindmoto/DF), Sr. Reivaldo Alves de Morais.

Pessoal, como este debate faz parte de um ciclo em defesa do emprego e contra os acidentes de trabalho, exatamente o que vocês aqui é que essas propostas não ajudam em nada, mesmo com boa intenção, tanto para avançar no número de trabalhadores empregados no setor, como também em relação à segurança e cria mais burocracia, pelo que ouvi. Esta audiência faz parte de um ciclo de debates e, hoje à tarde, vamos ouvir os trabalhadores em comunicação em outra audiência; e depois vamos ter outras durante a semana que vem e a outra. A intenção nossa é, inclusive, é viajar a todos os Estados para debater a questão do ataque aos direitos dos trabalhadores. E criamos aqui uma Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores e também uma outra em defesa da previdência pública. Todos nós sonhamos, um dia, em ter uma aposentadoria decente.

E, como símbolo dessa luta, acabei optando por uma música do Gonzaguinha chamada Guerreiro Menino. Então, nós vamos passar agora esse pequeno vídeo, que mostra a luta pelo direito ao trabalho e, em seguida, vamos para o debate com o Plenário.

O Plenário vai poder falar e a Mesa também. Temos um horário bom, são 10h16min. Essa letra deve ter três minutos, quatro. Fala do emprego, em geral.

Por favor.

(Procede-se à execução de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos à Rita de Cássia e ao compositor Gonzaguinha.

Eu tenho usado essa letra, mudando, às vezes, o cenário, nos debates que eu faço sobre o desemprego.

Eu fui aos 27 Estados – e vocês, profissionais que atuam em motocicleta acompanharam – discutir a terceirização, discutir a flexibilização dos direitos, o ataque à CLT e a reforma da Previdência. Enfim, os cenários mudam, mas a letra é a mesma.

Eu queria pedir uma salva de palmas. Eu conheço ele; mas eu prefiro sempre a canção na voz do cantor Fagner.

Palmas ao grande Fagner e ao Gonzaguinha, (*Palmas.*)

Parabéns por essa letra que fala da importância da honra que é o homem ter o seu emprego.

E eu gosto também da frase que diz: "todo guerreiro, no fundo, é um menino". Eu estou traduzindo aqui, porque um homem também chora, principalmente quando ele perde o seu emprego. E é isso, em última análise, que vocês estão fazendo aqui: lutando pelo emprego de todos os profissionais que atuam nessa área.

Então, agora, continuando o debate – depois, você volta para a mesa para as suas considerações finais –, eu passo a palavra ao Luiz Carlos Garcia Galvão, Presidente do Sindicato dos Mototaxistas do DF (Sindmototaxi-DF).

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Bom dia, Senador; bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar a mesa na pessoa do Senador, dizendo a V. Exª que nós, trabalhadores, sem o ıador, estaríamos em uma situação ainda pior. Hoje, Senador, nós temos uma dificuldade muito grande, mas enador nos apoia em todas as nossas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Queria cumprimentar a mesa também nas pessoas do Gil e do Rodrigo, que também estiveram conosco, por diversos anos, aqui em Brasília. E, tecnicamente, o Rodrigo explanou, na tela, os índices favoráveis e negativos para serem debatidos.

Senador, dentro desse projeto do Senador Marcelo Crivella, para nós, trabalhadores, não há benefício nenhum em relação aos pontos colocados, tal como esse do pneu para chuva. Como é que a gente vai andar com um pneu para sol e, quando chover, vai que trocar o pneu? A gente vai ter que fazer um *pit stop*?

Então, para nós, não tem condições essa questão do pneu.

Ultrapassar a velocidade de 60km/h. Não tem como! Tentaram fazer isso na nossa regulamentação aqui, em Brasília, mas também viram que isso é inconstitucional. Se a Constituição dá o direito de ir e vir, em relação à velocidade é 80km/h. Se regulamentou a velocidade em 80km/h, eu acho que ele tem que circular nas vias do Brasil com limite de velocidade de 80km/h.

Limitar uma cilindrada? Para nós, também, tem que limiar só a baixa cilindrada. Aí, vai das condições de colocação de cada um, de cada empresa, porque cada um que começa com uma 125 quer uma moto melhor. E, para nós, quanto mais cilindradas, quanto maior a moto, mais segurança se tem, mais agilidade para frenagem e uma pilotagem mais consciente, porque a moto está mais segura no chão. Quem é motociclista sabe do que estou falando.

Quanto a essa proteção do escapamento, isso é algo que vem sem estudos. E, para nós, também existe, na lei do mototáxi, que não é para queimar a perna. E, ali, se queima, sim, a perna do mesmo jeito, da mesma forma.

Nós entendemos aqui, em Brasília, e no Brasil, Senador, que esse pequeno ajuste na nossa lei vai trazer mais ônus e mais problemas para a categoria. Se a gente for discutir o problema da categoria em seu eixo, em seu centro mesmo... Falando por Brasília...

Estão aqui os companheiros – Reivaldo, o Gil, de São Paulo, Rodrigo, Eli, o nosso diretor, o Rubens. A categoria que vem aqui, Senador, é a dos mototaxistas. Por que os mototaxistas vêm? Porque são patrões de si próprios. Se o motobói e o motofretista vierem aqui, eles ganham uma falta, um dia ou dois, e ainda a perseguição na empresa. Hoje os mototaxistas estão aqui. Quero agradecer cada um... (*Palmas.*)

Quero agradecer cada um pela presença e falar para eles que a gente também está lutando muito aqui.

Voltando aqui para Brasília, a lei nossa, federal. A lei, Senador, é *show* de bola, a regulamentação do Contran é *show* de bola. Como o Rodrigo explanou, o curso era engessado na 350, desengessou na 410 – deu uma melhorada, mas não 100% para nós.

Hoje a nossa dificuldade é na regulamentação, Senador, e na aplicação da fiscalização do Detran. Aqui em Brasília, a lei é boa, a regulamentação é boa.

Então vamos falar da lei. Aprovamos em julho de 2009 e, em agosto de 2010, o Denatran deu um ano – se eu estiver errado, Rodrigo, você me corrija – para regulamentar: foi até agosto de 2011. Conseguimos prorrogar para mais um ano: agosto de 2012. Depois, foi prorrogada aqui em Brasília por mais seis meses: fomos até fevereiro de 2013. Depois estivemos no Ministério Público e houve mais uma TAC, Termo de Ajuste de Conduta, adiando para mais 10 meses, Senador. Anos e anos se passaram, nada foi feito.

Os que se organizam aqui em Brasília pegam a placa vermelha e sua autorização – eles pagam duas vezes por ano pelo Contran; se não me engano são R$60 ou R$80 para renovar. Os que não estão de placa vermelha, Senador, os que não se enquadraram na lei, estão rindo de quem se enquadrou, porque nós não temos fiscalização. Nós temos uma lei perfeita, mas não temos uma fiscalização adequada. Aqui em Brasília, a maioria que anda de placa vermelha está indignada, Senador, conosco, representantes da categoria. Por quê? "Ué, o sindicato não é pela organização? Por que o Detran não está fiscalizando? Por que o Detran não monta barreira para fiscalizar os irregulares? Aí, sim, vão tirar o irregular e colocar o regular para trabalhar." Então, hoje, estão ferindo os trabalhadores regulares. Os trabalhadores regulares, já na forma da nossa Lei Federal nº 12.009, que o nosso Mauro Miranda.... Foi em 2001, não é Rodrigo, o Senador lá de Goiânia, a quem agradecemos muito pela contribuição que deu ao motociclista profissional.

O Crivella nos ajudou bastante. Nós o agradecemos por isso. Ele é uma pessoa fundamental na nossa luta e na nossa regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom lembrar, até porque o Senador Marcelo Crivella deve estar nos ouvindo: fique tranquilo, porque aqui todo mundo está do lado do senhor. Só esse projeto.... Nós estamos entendendo que, como Relator, eu posso retirar e posso alterar, isso nós vamos decidir no final. Mas eu me lembro que o Crivella, no plenário, me chamou e disse: "Paim, eu quero que você me ajude muito na periculosidade" – de Senador para Senador. Então, quero aqui pedir uma grande salva de palmas para o Marcelo Crivella. (*Palmas.*)

Ele não é do meu partido, mas isso não interessa. Eu nunca levo a luta do trabalhador partidariamente. Aqueles que lutam por essa causa têm que estar juntos. E nos dois projetos anteriores ele ajudou. Nos dois ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pediu muito. Como eu trato muito da questão dos trabalhadores, ele pediu muito para que eu o ajudasse. Mas o mérito é dele, foi ele quem puxou e nós fomos junto. Foi ele quem pegou as assinaturas.

Então, que fique bem claro para os seus eleitores, Senador Crivella, que há apenas uma discordância em relação ao projeto, e nós vamos chegar tranquilamente ao entendimento. Ou arquivamos e vamos valorizar os anteriores, que são, de fato, os que atendem vocês.

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Com certeza, Senador. Nós agradecemos muito o Senador Marcelo Crivella, que é um parceiro. Ele estava conosco, vestiu o nosso colete e usou o capacete que o Gil levou, na assinatura da nossa periculosidade, que melhorou gradativamente. Alguns pagam a periculosidade, outros não. Conseguimos avançar nisso, e o trabalhador ganhou em relação a salário, que está melhor. Houve época, Senador, em que o piso salarial era o mesmo para o motobói e o motofrete e a nossa data-base era em julho. Nós estivemos com o Presidente Lula, em 26 de dezembro de 2006, quando recebeu as centrais sindicais para falar da política do salário-mínimo, que ia ficar acima da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inflação mais PIB, como é até hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Isso, isso. E a política foi acima da inflação. A nossa data-base era em julho, nós fizemos uma assembleia, tiramos a data-base de julho e passamos para janeiro, para pegar essa política boa que o Presidente nos havia proporcionado. Hoje o nosso piso avançou em relação ao salário-mínimo, e com a periculosidade, está em torno de R$1.250,00 a R$1,3 mil, e o salário-mínimo está em R$880,00. Houve uma época em que nós trabalhávamos vinculados ao salário-mínimo. Hoje, graças ao nosso Presidente Lula, pela política do salário-mínimo, nós conseguimos avançar nesse ganho do trabalhador. (*Palmas.*)

Então, Senador, nós temos muito a agradecer ao Senador Marcelo Crivella, que, dentro do seu entendimento, ia nos ajudar, mas, no nosso entendimento técnico, que é na rua e no asfalto, nós sabemos que isso vai trazer ônus e mais custos para o trabalhador.

Hoje nós não somos favoráveis a essa emenda, a essa mudança na lei, porque entendemos que, como foi dito pelo Presidente Gil, pelo Presidente Reivaldo e pelo Rodrigo, a lei a nossa lei é perfeita. Nós não vemos com bons olhos essa emenda. Para nós, a nossa lei é perfeita.

Com o apoio do Gil e do Rodrigo, creio que, dentro da regulamentação, podemos incluir situações em que não será preciso alterar a lei federal, porque, em relação a alguns Municípios, não existe a necessidade explícita de colocar mais equipamentos na moto. O trabalhador já está com ônus demais.

Em relação ao que o Rodrigo falou, aqui em Brasília é diferente, viu, Rodrigo? Aqui, quem paga o pato é o trabalhador. A empresa não quer pagar nada. Nós queríamos, com a força do nosso Senador, se possível, sair daqui com uma nova ideia. Poderíamos pegar o equipamento do motofretista e transformá-lo em EPI (Equipamento de Proteção Individual), que é obrigatoriamente fornecido pela empresa. Em Brasília, quem paga o colete, o curso, as faixas e os equipamentos é o trabalhador, seja motofretista ou mototaxista. O ônus está muito grande, porque há a Resolução nº 356, que fala dos equipamentos. Então, se essa resolução fala dos equipamentos, tinha de haver a Resolução nº 356 caracterizando esses equipamentos como EPI (Equipamento de Proteção Individual).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Se é para reforçar...

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Porque, se não usar, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me? Daí você continua.

Eu acho que está correto a sua reivindicação, a gente vê como é que faz; se é na lei, se é no Ministério do Trabalho, porque eu fui técnico em segurança do trabalho nas empresas, e é a primeira vez que vejo que plano de segurança na empresa quem paga é o trabalhador. Nas empresas todas em que eu trabalhei, era um equipamento sofisticado, inclusive; eu cuidava dessa área, sempre quem dava equipamento era o empregador.

Então podemos ver essa sua sugestão. Se a gente entra com o pedido para mudar a norma no Ministério do Trabalho ou se podemos aperfeiçoar na lei.

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – É, Senador, aqui estão os trabalhadores e, em suas reclamações, eles mesmo falam: "Poxa, por que a empresa não banca isso para nós?" E eu falei: "É porque, lá na nossa regulamentação, existiram algumas situações em que todos os sindicatos tinham a sua autonomia...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Mas perante a vontade de cada um." Havia uns que não tinham vontade, Senador. E Brasília e São Paulo estiveram em todas as discussões, nasceu o projeto de lei em Goiânia, com o nosso Senador Mauro Miranda, e o Rodrigo explanou toda a situação aí no painel.

O que a gente entende hoje, porque, se a gente conseguir... Porque Brasília é diferente de São Paulo. Lá, em Brasília, o Detran fala, fala, fala, mas não faz. A gente vai ao Detran constantemente e não consegue que o Detran faça uma fiscalização. A gente esclarecendo essas situações positivas para os trabalhadores, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a situação negativa... A situação negativa é quando você coloca ônus, equipamentos, limita. Então essa situação do trabalhador para nós não é favorável. E, respeitando aí o nosso Senador Marcelo Crivella, meu nobre Senador, essa mudança dentro da nossa lei, para nós trabalhadores, não vai ser positiva, porque para nós vai acarretar ônus e complicações.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – E, dentro dessa tentativa de mudança da lei, para nós, o Município faz esse papel. No entanto, não deixo de aplaudir, mais uma vez, o Senador Marcelo Crivella. Nós sempre estivemos juntos, sempre o apoiando.

Também há outros seguimentos que são piores, como o roubo da moto, o furto da motocicleta. A gente entende que, em relação a Brasília, o mototáxi vai segurar um pouquinho esse furto dessa motocicleta, porque moto amarela, placa vermelha, até um papagaio vê. Eu acho que o ladrão quer é facilidade e não dificuldade. Então, para nós a padronização que o Rodrigo explanou dentro do painel é a mesma situação que vai acontecer aqui, em Brasília. O mototaxista vai ter os coletes, vai ser a moto amarela, a placa vai ser vermelha. Exerce profissão remunerada? Não, mototaxista vai sair em sua habilitação e, dentro dessa situação em que nós estamos discutindo aqui hoje, para nós, o trabalhador, não é positivo...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Porque vai acarretar ônus, custos e problemas dentro da nossa lei.

Então, hoje, Senador, a gente agradece muito a sua pessoa aqui, porque, diversas vezes, nós trabalhadores e filiados à Nova Central estivemos nesta Casa do trabalhador, no Senado Federal, com a pessoa do Senador Paulo Paim, e todas as vezes, sem exceção de nenhuma, foi discutido o bem-estar do trabalhador, a saúde do trabalhador, o lazer do trabalhador, porque, hoje, aqui, a gente não discute uma colônia de férias para o trabalhador motociclista, que eu já vi discutindo para outras categorias; a gente não vê para o motociclista profissional o sindicato discutindo: e o lazer do trabalhador? Como é que fica o lazer do trabalhador?

Então, Senador, aproveitando aqui essa solenidade para a gente tentar – e também até o nosso Senador Marcelo Crivella vai estar ouvindo e vendo – que, para nós, trabalhadores e profissionais do Brasil, não é favorável à emenda, mas a gente respeita muito o Senador. É uma pessoa que só faz contribuir com o trabalhador. E que a gente possa ter um entendimento dentro da relatoria desse projeto para conseguir segurar essa situação de Brasília e do Brasil, que vai trazer mais problemas para nossa lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Carlos Garcia Galvão, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Autônomos do DF (Sindmototaxi-DF). Parabéns pela fala e pelas contribuições ao debate.

Pergunto se alguém mais do plenário quer falar.

É bom dizer o nome antes de falar.

O SR. GILMAR LOURENÇO DA SILVA – Dr. Gilmar, representando o Sindicato de Motobóis de São Paulo.

Senador, é de suma importância o que o senhor bem acrescentou na sua fala inicial sobre à votação que esta Casa irá fazer em relação ao negociado prevalecendo sobre o legislado. O que vemos nessa lei nada mais é do que outra lacuna para perda de direitos de trabalhadores. Muitos hoje neste País não entendem o quanto custou essa luta para chegar até aqui.

Diante disso e de todas as colocações da classe trabalhadora aqui presente, vemos que esse projeto não atende aos requisitos e necessidades dos trabalhadores hoje, porque já está bem à frente o que nós conseguimos com a luta árdua do dia a dia, das movimentações dos trabalhadores nas grandes capitais, no interior, nos seus Municípios para conseguir todos esses benefícios que aqui estão. Não foi fácil. Foi fruto de lutas incansáveis, dia e noite, desses trabalhadores que aqui estão, representados pelo Gil, pelo Rodrigo, pelo Reivaldo, pelo Luiz Carlos e muitos outros sindicalistas aqui presentes.

E os que estão ausentes, tenho certeza, sabem da importância da rejeição desse projeto.

Não sei a data prevista, mas a mídia, como bem lembrou o senhor, em relação a essas mudanças que afetarão os direitos dos trabalhadores na sua totalidade, porque agora não será mais parcial...

Nós vimos um governo que saiu pela porta lateral momentaneamente, mas eu acredito, como bem disse o senhor, que a sociedade e o movimento classista trabalhador vão entender que o capital está se sobrepondo ao trabalho hoje em alguns momentos. É muito difícil para nós aceitarmos tudo isso.

Diante de toda essa situação, tenho certeza de que a população brasileira vai enxergar isso. E não será dio. Será bem antes do que muitos imaginam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Diante de todas as colocações que ouvimos aqui e dos projetos, eu pondero uma outra situação, como o Luiz Carlos bem falou: a questão dos EPIs. Mas temos uma outra situação hoje muito pior, Senador. Nós temos aplicativos de motos em São Paulo que tiram vidas. Por quê? Esses aplicativos contratam trabalhadores por assinatura virtual, digital.

O senhor tem um aplicativo no seu celular, no seu *smartphone* e ele localiza o motobói mais perto, esse motobói leva, ele não tem um seguro, ele não tem nenhum tipo de garantia para que seja beneficiado em caso de acidente. Quem está se locupletando dessa ilicitude? Os grandes empresários, ou seja, o capital.

Nós temos inúmeros acidentes de trabalho só na capital de São Paulo, que pode ser destacado veementemente pelo Rodrigo ou pelo Gil, e que, no final, a previdência social está tomando prejuízos de enorme monta e ninguém toma uma atitude para rever. Somos denunciante no Ministério Público. Hoje, nós temos o Dr. Michele Fabre, Procurador do Estado de São Paulo que encampou essa disputa para verificar a legalidade desses aplicativos.

E esse Uber que se refere aos taxistas. Mas vejamos, um motorista de táxi tem toda uma carcaça para protegê-lo. E o motobói? E o mototaxista? E o motofretista? Eles não têm. Diante dessa situação, há a necessidade, sim. Grande Senador Marcelo Crivella, que eu aponto com grandes bandeiras partidárias – e não apenas partidárias, mas trabalhistas em prol do trabalhador –, todo mundo conhece o fator previdenciária. Quem não o conhece é bom que leia, principalmente a classe trabalhadores que hoje aqui está e que, em breve, vai buscar a sua aposentadoria, para sua garantia, para sua comodidade, talvez não para usufruir com grande qualidade, mas pelo menos para pagar os seus medicamentos. Porque, hoje, temos uma saúde falida neste País, que não consegue dar saúde ao trabalhador na sua velhice a quem mais contribuiu.

O senhor me permita falar algumas coisas que me deixam um pouco indignados em relação a certas situações. Quando nós falamos que a previdência quebrada, vejamos quantos mil brasileiros estão aposentados e quantos mil estão contribuindo. Onde está esse gargalo? Vamos achar esse gargalo. Algum dia, alguém teria coragem de fazer isso? Sei que eu e creio que V. Exª, pela sua luta e pela sua história, que já fez inúmeras vezes. Já o vi, dentro do seu próprio Partido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já pedi auditoria, que nunca acaba acontecendo. Uma auditoria profunda para ver onde está o problema, então.

O SR. GILMAR LOURENÇO DA SILVA – E já o vi dentro do seu próprio Partido o senhor ser excluído de projetos em prol do trabalhador.

Quero aqui pedir aos motobóis presentes que saúdem o senhor como um verdadeiro trabalhador desta Casa e um verdadeiro representante da categoria e de todas as categorias deste País.

Essa é minha fala e eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

Agradeço muito o seu ponto de vista. Sou daqueles que pensam assim mesmo. E você deu um exemplo aqui na questão da previdência, da forma como é feita e quem paga, onde está o gargalo, inclusive no setor de vocês. Isso existe em todas as áreas. Os auditores fiscais, por exemplo, me deram um estudo que, se derem condições a eles, não precisam tirar direitos, não precisam ampliar idade, não precisam aumentar contribuição. Eles arrecadam R$500 bilhões a mais de sonegação, de fraude, de desvios, de corrupção.

É lamentável, mas a primeira coisa que eles fizeram foi acabar com o Ministério da Previdência. Confesso que nunca pensei que ia viver para ver isso. Infelizmente estou vivo e estou vendo isso.

O Ministério da Previdência tem quase 80 anos e agora virou uma secretaria do Ministério da Fazenda. Ou seja, o lado social foi esquecido. Agora é mais um número lá para contabilidade daqueles que só pensam de um ponto de vista econômico e não social.

Então, é lamentável aonde chegamos, e eu continuo dizendo que a seguridade social é superavitária. Na seguridade, está assistência à saúde e Previdência – infelizmente a Previdência agora foi esfacelada, a saúde é isso que você falou; os próprios planos de saúde, mais de um milhão e meio, estão quebrados, e as pessoas estão saindo também, porque não dão o atendimento e cobram ainda. Vejam aonde nós chegamos.... Infelizmente, por falta, no meu entendimento, disto: fiscalização e combate à sonegação.

Mas as suas ideias colocadas, vamos falar também com o Senador Crivella depois, para ver como é que a gente pode caminhar no sentido, talvez até, quem sabe, de arquivar esse projeto e apresentar um outro, com as considerações que vocês apresentaram aqui. Eu posso conversar com o Senador.

O amigo aqui. É bom dizer o nome e a entidade.

O SR. VANILDO MOREIRA DOS ANJOS – Eu sou mototaxista, Senador Paulo Paim, e queria fazer uma pergunta ao senhor: a questão da periculosidade do mototaxista e do motofrete vai favorecer a pessoa na aposentadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E agradeço o senhor pela audiência pública e todo mundo que está aqui presente. Essa era a pergunta que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendo que quem ganha a periculosidade é porque está sob o risco de vida, por isso ganhou a periculosidade. Então deveria ter direito a especial. É isso que nós temos que trabalhar com essa bandeira, porque, se ganha o adicional de periculosidade, é porque há alto risco: periculosidade – é risco de vida. Se é risco de vida deveria ser assegurada a aposentadoria especial. Nós podemos trabalhar nesse sentido, junto, inclusive, com o Senador Crivella. O assessor dele que está aqui que esqueci o nome... André, eles estão levantando, quem sabe a gente caminhe nesse sentido, já que foi assegurado o adicional de periculosidade significa que a atividade deles é de alto risco de vida, seja assegurada a aposentadoria especial. De repente, podemos trabalhar, até fazer um substitutivo a esse projeto nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem de estar assegurado. Vamos pensar nisso, uma boa sugestão aí.

O parceiro aqui agora, diga o nome e a entidade.

O SR. GERSON SILVA – Bom dia a todos, bom dia a Mesa, parabéns, Senador Paim, pela iniciativa. Geralmente as Casas Parlamentares fazem projetos de lei sem ter o conhecimento da categoria, do que realmente a categoria precisa. Terminam passando esses projetos de lei, viram lei e terminam prejudicando a categoria. Então, parabéns pela iniciativa do senhor em antes consultar a categoria se é bom ou ruim para determinada categoria.

Gostaria de parabenizar a fala do Gil, do companheiro Rodrigo, do companheiro Reivaldo. Eu não sei se é quebra de protocolo porque estamos discutindo uma outra situação, mas queria aqui endossar as palavras do nosso advogado. Isso vem prejudicando demais; 60% dos nossos trabalhadores, em São Paulo, já passaram para esse sistema de aplicativos.

Na sexta-feira, antes de viajar para cá, recebi o telefonema e o apelo de uma família que vou visitar amanhã. Um desses trabalhadores, que trabalham com esses aplicativos e paga seu INSS, é obrigado abrir um MEI. E essas empresas de aplicativos terminam ganhando 20% do que ele produz e fazendo um trabalho bem abaixo do que manda o mercado hoje. Isso termina prejudicando as empresas celetistas, as empresas que registram, por quê? Porque o patrão que registra é obrigado a pagar férias, 13º, Fundo de Garantia e, agora, periculosidade. Também quero parabenizar o nosso Senador Crivella por ter dado isso para a categoria.

Essa categoria é extremamente grata a ele já que isso aumentou significativamente o ganho desse trabalhador. Infelizmente, os aplicativos não pagam isso, e termina havendo uma concorrência desleal, que está levando nosso trabalhador para a morte. Por quê? Porque ali é tipo um pregão: o menino anta com um *smartfone* em cima do tanque da moto. Quem apertar o botão mais rápido é o cara que vai pegar o serviço. Então, ele não resta atenção no trânsito. Na realidade, ele está prestando atenção é no *smartfone*. Quero ver se dá para encaminhar alguma coisa nesse sentido.

Há outra coisa. Essa lei foi tudo para a categoria. A categoria está extremamente grata por ter recebido essa periculosidade, mas parece que há um grupo de pessoas tentando, dentro do Ministério do Trabalho, desvirtuar isso para não ter que pagar. Isso também é grave.

Então, essa é uma coisa que foi conseguida a duras penas, com a força desta Casa e mais a força do nosso Senador Crivella, e agora o pessoal tenta, de todo jeito, grupos fortes, como a Ambev, grupo mais forte, tirar isso do trabalhador.

A minha fala é essa. Agradeço muito a iniciativa desta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Gerson, que é Vice-Presidente da entidade. Meus cumprimentos.

Eu ia propor que, no encerramento, vocês fizessem algumas considerações e as encaminhassem para mim, que sou Relator da matéria. Depois, converso com o Senador. De repente, seria o caso de fazermos um substitutivo, aproveitando a ideia original, com essas propostas que vocês estão colocando, tais como aposentadoria especial. Retiro esse projeto e apresento outro.

O SR. GILMAR LOURENÇO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – A questão do IPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! Essa questão do IPI.

Pode falar.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Se me permite, acho que são válidas as ponderações sobre a questão previdenciária e são muito importantes as colocações – e acho que ainda não chegaram em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Brasília, Luiz Carlos e Rivaldo – sobre o fato de que, para uma certa atividade, é até positivo, porque a tecnologia veio para ficar.

A gente entende isso. Todo mundo usa a tecnologia. Contudo, a questão dos aplicativos para transporte de cargas, em São Paulo, para nós, é um dos maiores desafios, porque nós estamos no processo inverso.

Para o senhor ter uma ideia, em 2005, São Paulo tinha pouco mais de dois mil registros com CBO 5191-10. Quando o Gil entrou, em 2007, fez um trabalho muito forte junto ao Ministério do Trabalho, à Superintendência do Ministério do Trabalho em São Paulo, junto com o segmento empresarial, e conseguimos, em 2009, chegar a 30 mil registros em carteira. Esses são dados oficiais do próprio Ministério. Depois da era do aplicativo, nós perdemos em torno de 10 mil celetista, com todo o custo previdenciário, o custo da saúde etc.

Então, os aplicativos arrumaram um sistema, Senador, que pratica a convenção coletiva no mercado de vendas, com agentes, com ferramentas, com propaganda em programas em rede nacional, em revistas de circulação nacional... Se o senhor entrar no G1, verá que estão lá cobrando 50% a menos, mas explorando o que o Nego Gerson falou e o que o doutor falou: a mão de obra.

Então, ele não tem seguro; se a moto dele é roubada, como já aconteceu, o aplicativo deleta ele; se ele sofre um acidente, o aplicativo deleta ele. Ninguém liga para saber dele, ou seja, ele é virtual. Mas ele controla a corrida; ele chama a corrida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é tratado como um número que pode ser deletado a qualquer momento.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Isso, a qualquer momento!

E o mais importante disso é o capital trabalho, porque, quando eles iniciaram, jogaram no mercado que eles representavam o motobói com 10% do lucro. Hoje, o motobói não sabe o quanto ganha, porque é o aplicativo que recebe, que emite a nota para o contratante, paga o profissional no quinto dia do mês subsequente e, ainda, coloca o menino para usar baú e jaqueta do aplicativo e diz que não é empresa de motobói. Mas, na nota fiscal, está escrito "serviço *express*". Então, com isso, há um desvio de finalidade.

Esses aplicativos estão recebendo milhões de reais em investimentos, e a gente gostaria que a Receita Federal pudesse entrar nesse circuito, porque a gente já começou a desmascarar o esquema. Eles recebem de fundos, através de uma empresa, a outra faz o contrato e uma terceira é que faz o serviço. Então, é uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma terceirização, quarteirização, quinteirização...

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – É uma coisa absurda!

E o nosso dilema está em que, além da questão do capital, ou seja, de usar o motobói como um celetista e deletá-lo como um simples...

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Então, eles estão fazendo isso, Senador.

Como o Nego Gerson disse, estamos morrendo, estamos.... Nós temos casos... O que acontece? Quando acontece isso, o motobói vai ao sindicato e diz: "Poxa, Gil..." Então, é uma preocupação enorme.

A gente, aqui, tem um desafio. O desafio desta Casa na questão desses aplicativos.... Nós não podemos ser coniventes com essa questão dos aplicativos.

Então, peço aqui aos Senadores que tomem uma providência junto ao Ministério do Trabalho, junto ao Ministério Público e junto à própria Receita Federal, porque se trata de um desvio de função deles. A CNAE deles não diz "*express*", mas eles emitem, recebem dinheiro, pagam o motobói no final do mês, e o motobói não tem seguro, não tem nada, não tem um parâmetro mínimo de segurança. Então, esse é o desafio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não devem pagar Previdência, não devem pagar fundo de garantia, nada.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Nada, nada, nada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode usar aí o microfone.

O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS – Deixem-me só eu fazer uma complementação aqui.

A figura do microempreendedor individual veio para trazer o trabalhador que estava na informalidade para a formalidade. Só que esses grupos espertos de cooperativas eletrônicas falam que são empresas como o Google, tanto que a instituição que os representa é a mesma instituição que representa o Google e o Facebook. Eles criaram uma parafernália dentro da plataforma *smartphone* que torna difícil a gente comprovar o vínculo e subordinação. Precisamos nos atentar para isso, que é novo, é um novo sistema que eles estão arrumando para escravizar o trabalhador e colocar-lhes uma corrente virtual no pé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quando você bate o ponto eletrônico, ele consegue saber em que rua você foi, quantas vezes você ligou a moto, quanto tempo demorou para entregar o serviço. Nas carinhas lá.... Eles colocam carinhas lá para ver se o cliente ficou satisfeito, se o trabalhador que fez a entrega estava de barba feita. Então, os meninos usam uniforme, usam baú, cumprem regras, não têm horários, trabalham com chuva, de dia, à noite, sábado e domingo, e sem direito a nada.

Então, o que acontece? Como é algo novo ainda, o próprio Ministério do Trabalho, a própria Justiça do Trabalho.... Fica difícil a gente encontrar o vínculo, mas precisa ser criado e pensado – estamos numa casa de leis – um sistema onde essas empresas respeitem as leis trabalhistas e as leis que já estão em vigor e entrem no mercado com concorrência leal, não de maneira desleal, como vêm entrando.

Hoje, em São Paulo, já temos umas trinta empresas dessas de aplicativos – três grandes, com 10 mil trabalhadores inscritos –, e elas cagam para o sindicato, cagam para o Ministério do Trabalho. E a gente, em São Paulo particularmente, já bateu diversas vezes à porta do Ministério do Trabalho e Emprego, mas é difícil fazer as coisas avançarem. Agora a gente está tentando, como o Dr. Gilmar falou, dentro do Ministério Público do Trabalho, com o Dr. Fábio, que é um Procurador que tem conhecimento da matéria, e buscando um mecanismo para fazer com que esse pessoal se enquadre no regimento celetista, porque, da forma como está, é muito complicado.

E aí vem o x da questão: por ser uma atividade que põe em risco a vida do trabalhador... O trabalhador motofretista pode ter acesso ao MEI como microempreendedor individual, sendo que, na realidade, nem MEI ele é? Na realidade, ele é só um laranja, porque quem fica com a senha do MEI é o próprio tomador, para poder fazer o aporte das notas mês a mês. Então, está tudo muito bagunçado. É preciso ter um ponto de partida. Por enquanto, está pequeno, mas a tendência é crescer, Senador.

Acho que a ideia do companheiro motofretista de Brasília, de encampar um novo projeto em relação à aposentadoria especial, é o caminho. A categoria precisa disso, Senador, porque o trabalhador ficar 25 anos em cima de uma moto e não morrer... Ele merece ser aposentado, porque ele está exposto a ruído... (*Palmas.*)

Vejam bem: ele está exposto a ruído, a poluição, a fuligem nos olhos. Muitas pessoas olham para um motociclista e acham que ele usou droga, mas não é isso. É que o vento, a seca e a chuva vão estourando os pequenos vasos do olho, vão deixando os olhos vermelhos. Aí, você tem problema de audição, de respiração, nas articulações, na coluna.

A gente, em São Paulo, já iniciou um estudo com a Abramet, que é uma instituição que cuida de questões relacionadas ao trabalho. E aí, Senador Paulo Paim e Senador Marcelo Crivella, talvez pudéssemos – viu, Luiz ? – deixar esse projeto e criar um novo, incluindo a aposentadoria especial, o que eu acho que é digno, porque o trabalhador, se ele sobreviver, merece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Do Plenário, todos os que queriam já usaram a palavra.

Então, neste momento, nós vamos para as considerações finais da nossa Mesa.

Vamos começar com o Reivaldo Alves de Morais, que tem cinco minutos para as considerações finais.

O SR. REIVALDO ALVES DE MORAIS – Senador, apenas completando o que o companheiro Gil falou, a nossa maior carência hoje diz respeito justamente ao Ministério do Trabalho, que é uma instituição que não atua na fiscalização do nosso segmento e de todos os trabalhadores no Brasil. Nós estamos sendo escravizados. A maioria das empresas não cumpre a CLT. Aqui em Brasília, quando enviamos ofício pedindo a fiscalização, demora 45 dias para que haja a fiscalização. Isso está prejudicando muito os trabalhadores.

Não podemos deixar de falar sobre o momento difícil por que estamos passando, sobre a crise que está afetando mais de 12 milhões de pessoas, que estão desempregadas. É triste ouvir isso todos os dias e principalmente, Senador, saber de toda a corrupção que existe hoje no Brasil. Estamos decepcionados. O mau gestor, de vereador a Presidente da República, quem quer que seja que pratica corrupção, tem que pagar por seus atos, pois está prejudicando justamente as pessoas humildes, as pessoas que estão perdendo os empregos, as pessoas que estão passando necessidade. Isso é algo preocupante.

Eu espero que um dia este Parlamento, os 513 Deputados e os 81 Senadores, aprove um projeto de lei – eu acho que não estarei mais aqui; meus filhos e netos talvez estejam – para que todo político envolvido em corrupção, de vereador a Presidente da República, se afaste de imediato do cargo, sem nenhum benefício, sem salário, que sejam bloqueados os seus bens e que ele seja preso. Eu acho que essa é a única forma de se acabar com a corrupção no Brasil.

Isso é muito triste para nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Reivaldo Alves de Morais, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Reivaldo, eu já tenho um projeto nesse sentido, projeto que tramita há aproximadamente dez anos, e não se aprova. O projeto diz que quem for pego em corrupção terá que pagar em dobro tudo aquilo que roubou, com juros e correção monetária. Ele perde tudo o que tem e tem que pagar em dobro tudo que roubou. Além disso, o crime não prescreve e o autor vai para a cadeia. Se nós conseguíssemos aprová-lo, estaria resolvido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, mas o projeto está aí. Está pronto. Vamos torcer para que o aprovem.

O SR. REIVALDO ALVES DE MORAIS – Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, porque veio fortalecer o nosso projeto.

Com relação às denúncias que surgiram hoje, todo esse movimento foi para barrar o combate à corrupção. Isso é que é triste. Seja quem for, nós temos a visão que você tem, não importa se servidor ou não, se de iniciativa privada ou não – a Operação Zelotes pegou grandes empresários deste País –, seja político ou não, se se meteu em roubalheira ou corrupção, não importa o cargo, se na área pública ou privada, vai responder na cadeia pelo crime que cometeu e devolver em dobro, com juros e correção monetária. E, claro, com a perda do direito de concorrer e sem direito sequer à aposentador.

Ele vai aprender que todo o tempo que ele pagou, até a aposentadoria, ele vai perder, pelo que você diz, naturalmente, se ele estiver roubando o dinheiro da saúde, da educação, da habitação, daquilo que nós mostramos aqui das nossas crianças, que sonham que os pais tenham um emprego decente.

Passamos a palavra agora ao Dr. Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, Diretor de Projeto e Parceria do SindmotoSP.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, o qual gostaria de parabenizar por essa iniciativa, através da Casa do povo, que é o Senado, onde viemos aqui tratar de um projeto de lei; com a democracia estabelecida neste País poderemos sair daqui com uma nova vertente, com novos horizontes, com sugestões realmente de quem entende do assunto, de pessoas que estão há mais de dez anos, até 20 anos, objetivando esse processo de melhoria da categoria dos profissionais motofretistas e mototaxistas.

Então, eu acho de grande importância e relevância, Senador, podermos, a partir daqui, fazer nascer um novo projeto alicerçando aí as orientações do que foi passado. Nós temos muitos desafios a serem ainda concretizados. Nós temos hoje, falando de Brasil, talvez, menos de 10% da categoria entre mototaxista e motofretista dos 5.561 Municípios deste País que não estão regulamentados, que precisam de apoio e que precisam realmente de incentivo e também de fiscalização.

Se nós tivermos fiscalização da parte dos agentes do trânsito, da parte da Polícia Militar de cada Estado, da Polícia Rodoviária Federal, nós teremos também condições de melhorar a segurança dos veículos. É inaceitável, hoje, no Brasil, um *airbus* por dia, mais do que um *airbus* por dia morre com motociclista vítima de trânsito.

Então, não podemos aceitar isso e temos de criar realmente uma política pública que se volte à questão da segurança e em cumprimento também a década de segurança da ONU implantada pelo Brasil, que vai de 2011 a 2020.

Encerro aqui o meu agradecimento a todos, aos ouvintes da TV Senado, aos presentes aqui, desejando a todos um bom término de dia e um bom trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, Diretor de Projeto e Parceria do SindimotoSP.

Para encerrar, o Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de São Paulo (SindimotoSP), Sr. Gilberto Almeida dos Santos.

O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS – O.k., Senador. Bom a gente aqui falou de tudo, todo mundo colocou suas ideias, expôs os seus projetos. Então, Senador, o que a gente queria ver aí? A questão de um novo projeto, encaminhando a aposentadoria especial – e a gente poderia juntar, Luiz, eu, o Reivaldo, o Rodrigo e o Dr. Gilmar, porque aqui, na realidade, a gente representa praticamente todo o grupo de mototaxistas e motofretistas do Brasil, porque tem um bloco que é ligado a mim, tem um bloco que é ligado ao Luiz e um bloco que é ligado ao Reivaldo. Infelizmente os companheiros moram longe, não é sempre que dá para se deslocar para vir a Brasília. Então, a gente reescreveria um pré-projeto, sendo que o carro do pré-projeto seria a aposentadoria especial para o trabalhador motociclista e aí, dentro desse pré-projeto, a gente poderia discutir e escentar algumas coisas a mais do que foi discutido aqui e encaminhar para o Senador para que ele possa er o encaminhamento correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Assim, pode-se, de fato, contemplar a categoria dentro de um projeto verdadeiro. Foi nesta Casa que nasceram os principais projetos para os trabalhadores motofretistas e mototaxistas.

Então, Senador, acho que a minha ponderação final é essa. Estamos aí, em nome dos motociclistas de São Paulo, à disposição do convite da Casa para, quando for necessário, contribuirmos com nosso conhecimento, que é simples, mas é conhecimento que temos, o conhecimento da rua, o linguajar do trabalhador.

Mais uma vez, agradeço sua simplicidade, sua humildade e o seu empenho pela causa dos trabalhadores. É isso aí. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidente do Sindicado dos Motociclistas Profissionais de São Paulo, SindimotoSP, Sr. Gilberto almeida dos Santos.

Vamos aqui, para ficar claro, falar sobre quais serão os encaminhamentos.

Baseado no que ouvi nesta audiência pública para tratar do tema, por unanimidade, a categoria entende que devíamos encaminhar pela rejeição do projeto em debate, que é o Projeto nº 82, e conversar com nosso amigo e companheiro da categoria, Senador Crivella, para, de repente, um como autor, outro com Relator, apresentarmos um novo projeto cuidando da aposentadoria especial – só vou mencionar o título, depois aprofundamentos naturalmente –; equipamento de segurança, que é responsabilidade do empregador; a situação dos aplicativos, como foi lembrado por inúmeros; e que se caminhe mais para regularizar a situação daqueles que não são celetistas, para que tenham os direitos àquilo que se encontra na CLT, consequentemente, todos os benefícios que a lei garante, inclusive a previdência, quesito vinculado aqui à aposentadoria e à periculosidade.

Algum complemento?

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Senador, se puder, se for pertinente, alterar o texto da lei federal de "obrigatório" para "opcional" o protetor de membros inferiores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Opcional?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah. Aquela história do Mata-cachorro?

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Não pode se tornar obrigatório porque as motos não foram projetadas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Não, estou falando de ele ser opcional porque há motos que não comportam mata-cachorro, não há mata-cachorro que sirva na moto, a pessoa não dirige. Em uma 300, não se consegue colocar o mata-cachorro..

O SR. RUBENS DE ALMEIDA (*Fora do microfone*.) – Sim, mas você está falando para botar o equipamento?

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Não, não. Opcional! Você coloca se quiser. Obrigatoriedade. "Ah, quero pôr porque acho que é seguro..." Porque, Senador não há normas, não há nada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou seja, que haja uma norma nesse sentido.

O SR. RODRIGO CARLOS FERREIRA DA SILVA – Sim, que seja opcional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas isso vocês vão escrever, vão encaminhar o projeto. Pegamos o projeto, fazemos passar pela Consultoria do Senado Federal, são profissionais preparados para esse debate. Depois, na redação final, vocês darão uma olhada para ver se estão atendidos os interesses da categoria.

O. k., pessoal! Encerramos a audiência pública de hoje e que Deus nos ajude a todos nessa luta permanente em defesa da democracia.

E quero repetir uma frase que eu aprendi com o meu velo pai, que já está lá no céu: "todos os homens e mulheres deste País, se quiserem ter sucesso" – e eu vou dar um conselho aqui que ele me deu –, "só precisam fazer três coisas: estudar, trabalhar e ser honesto". Só isso resolve o problema do Brasil. (*Palmas.*)

Vamos tirar uma foto coletiva aqui, então, por sugestão do Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e do não membro Senador Paulo Rocha. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos Direitos Humanos", com foco no direito dos trabalhadores em comunicação. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: José Carlos Torves, Jornalista e Diretor de Assuntos Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Leopoldo Nunes, Cineasta e Ex-Diretor da ANCINE; Bia Barbosa, Coordenadora Executiva do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Jonas Valente, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Tereza Cruvinel, Jornalista e Ex-Presidente da EBC; Rita Freire, Presidente do Conselho Curador da EBC; Pedro Varoni, Ex-Diretor Geral da EBC; Beto Almeida, Jornalista, Presidente da TV Cidade Livre e Diretor da TVSul; Murilo Ramos, Professor de Comunicação Social da UnB. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Paulo Ribeiro, Representante do Ministério da Cultura; Gilberto Rios, Representante da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público – FRENAVATEC. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 2, de 2016, desta Comissão, de nossa autoria, para debater, dentro deste ciclo, "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos direitos humanos", hoje com foco no direito dos trabalhadores em comunicação.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós teremos duas Mesas para este debate. A nossa audiência é transmitida pela internet e pelos canais alternativos, mas depois vai ao ar, à noite, para todo o País. Pediram-me que eu lesse na abertura este documento que foi encaminhado por aqueles que solicitaram esta audiência pública.

"Representantes dos profissionais da EBC solicitam ao Senador que, na abertura dos trabalhos, leia o seguinte documento" – acho que é correto, porque situa todos aqueles que estão ouvindo ou assistindo a este nosso debate pela TV Senado e pelos meios de comunicação da Casa.

Diz o documento:

N Mo do mandato do atual Presidente da EBC.

Essa é a carta documento, que eu leio aqui. Se li, é porque concordo com o seu mérito.

Sejam todos bem-vindos e vamos à nossa audiência pública.

Primeira Mesa: José Carlos Torves, jornalista e diretor de assuntos institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas. Lembro-me do Torves desde a minha primeira campanha para Deputado Federal Constituinte. Estava lá na mesma caminhada para que os trabalhadores tivessem representantes aqui no Parlamento, já naquela época. Queria dar a essa entidade, a Fenaj, uma salva de palmas, na figura do José Carlos Torves, que sempre esteve ao lado daqueles que fazem o bem sem olhar a quem. (*Palmas.*)

Convido Leopoldo Nunes, cineasta e ex-diretor da Ancine, que eu tive a alegria também de conhecer e er em alguns momentos nesta Comissão. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Seja bem-vindo. Satisfação.

Convido Bia Barbosa, Coordenadora Executiva da Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. (*Palmas.*)

Muito bem, Bia, pelo seu trabalho militante, em nome das grandes causas do povo brasileiro.

Jonas Valente, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, que seguidamente está aqui na Comissão de Direitos Humanos, colaborando com os grandes debates. (*Palmas.*)

Com enorme satisfação, convidamos também a jornalista e ex-Presidente da EBC Tereza Cruvinel, conhecida e respeitada por todos nós, com certeza absoluta. (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, começar o nosso debate do dia de hoje de um tema tão importante para a democracia.

Quero passar a palavra para o Jornalista e Diretor de Assuntos Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves.

São dez minutos para cada um, com mais cinco, se for necessário.

São duas Mesas, falarão um, dois, três, quatro, cinco, em torno de dez. Depois, naturalmente, eu abrirei ao plenário também, para que aqueles que quiserem possam manifestar o seu ponto de vista, ou fazer pergunta à Mesa.

Torves, com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos os presentes.

Na verdade, o tema desta audiência pública é fundamental neste momento do País.

Quero falar de forma breve, Senador, porque estou me recuperando, estive adoentado – quero pedir licença para sair um pouco antes –, mas não podia faltar a esta audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique tranquilo.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – ... primeiro, pelo histórico não só pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), mas também pelo histórico da nossa categoria, dos jornalistas que estiveram, durante a vida inteira, comprometidos com a redemocratização do País, depois com a luta pela democracia.

Os fatos que ultimamente acompanhamos, inclusive com participação das empresas da grande mídia a favor do golpe, não representam o sentimento, o espírito e a vontade da nossa categoria. Os jornalistas, com a Fenaj, com os seus sindicatos, têm enfrentado o golpe e se manifestado permanentemente.

Todas as consequências que advêm dessa situação que vivemos no País ainda não atingiram, mas irão atingir todos os trabalhadores, com as mudanças que vão ocorrer. Especialmente os jornalistas foram primeiramente atingidos com essa agressão que houve à EBC.

Na verdade, trabalhamos na 1ª Conferência de Comunicação e aprovamos algumas medidas, com que, se tivessem sido implementadas pelo Governo, não estaríamos vivendo boa parte do que está ocorrendo hoje. Participamos ativamente, junto com a Tereza Cruvinel, da luta pela implantação da EBC.

Então, hoje essa agressão não é só à emissora pública, mas também à sociedade brasileira, que apoiou a aprovação de uma televisão pública. E, na verdade, ainda vai levar muito tempo, mas nós estávamos construindo a cultura de uma emissora pública, que nós não temos no Brasil.

Eu mesmo me aposentei como funcionário de uma empresa de TV educativa, que tem um histórico de tentar se transformar em emissora pública, mas, em várias oportunidades, já sofreu situações semelhantes a essa que a EBC está vivendo hoje. Já vivenciamos primeiramente no Governo do Estado, sou do Rio Grande do Sul, da Yeda Crusius, do PSDB, quando foi governadora tentou acabar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me que eu cumprimente o nosso Líder, Senador Paulo Rocha, que foi o primeiro a me provocar para que eu marcasse a reunião para a tarde de hoje.

Seja bem-vindo, Paulo Rocha. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Já vivemos essa situação de que queriam acabar com a TV Educativa, aí numa resistência junto com a sociedade e com o movimento social, conseguimos passar por essa fase. Agora, está novamente vivenciando no Governo do PMDB do Sartori, no Rio Grande do Sul, também a mesma tentativa de desmonte. Casualmente hoje, os funcionários da TV Educativa estão em greve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A nossa TVE, não é? É bom lembrar para todos nós.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – É verdade. Estão em greve hoje justamente para enfrentar uma situação de desmonte semelhante – claro que não da gravidade da situação da EBC –, mas também vivendo essa situação.

Então, o fato de nós não termos uma cultura de uma televisão pública cria uma dificuldade para enfrentar esses atentados que ocorrem contra essas emissoras.

E a outra situação, que também é de grande dificuldade para superar isso aí é que essa cultura de TV pública é uma cultura que tem que ser não só passada para a sociedade, mas para os próprios trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dessas emissoras. Não é um emprego comum em que o cara vai trabalhar, como arrumou um emprego na Globo e está lá arrumando emprego. Tem que ter um compromisso com a comunicação pública. Isso é uma coisa que leva anos para se construir e é lamentável que essa situação tenha ocorrido com essa semente que foi jogada aí para crescer no Governo Lula e que, agora, está ameaçada em função do golpe que ocorre no País e que coloca também em risco não só a questão da comunicação pública, mas também ainda virão as ameaças aos trabalhadores no campo dos direitos.

Então, quero deixar aqui a manifestação da Federação Nacional dos Jornalistas de apoio incondicional à comunicação pública, de estarmos permanentemente junto com os nossos sindicatos, mobilizados em todo o País, para a manutenção pela importância da EBC, não apenas como uma televisão pública, mas como, vamos dizer assim, uma esperança de que, no Brasil, nós tenhamos uma comunicação pública de qualidade para enfrentarmos também esse monopólio da mídia, de setores que estão organizados com a direita que tratou desse golpe no País e que faz parte desse golpe.

Agora, não significa, e isso é claro – é bom deixar bem claro para toda a sociedade e para todo o mundo –, que os jornalistas não são favoráveis ao golpe no País. (*Palmas.*)

Estão contra o golpe, e vão enfrentar o golpe junto com todos os trabalhadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o José Carlos Torves, Diretor de Assuntos Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que deixou muito claro que os jornalistas têm posição clara, defendem a democracia e combatem qualquer ataque a ela.

Leopoldo Nunes, cineasta e ex-diretor da Ancine.

Por favor, com a palavra, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. LEOPOLDO NUNES – Boa tarde a todos e boa tarde, Senador Paim, é um prazer novamente estar compondo a Mesa coordenada por V. Exª. Boa tarde a todos os representantes da Mesa. Queria saudar todos os presentes, especialmente os trabalhadores da comunicação, do rádio, do jornal e os artistas, do qual eu sou o único representante desta Mesa aqui do campo da cultura.

Eu queria lembrar, Prof. Murilo Ramos, e algumas pessoas aqui presentes, como é que foi criada essa empresa e como é que se deram esses fóruns de comunicação pública no Brasil.

Para começar, Senador Paim, dentre essa coisa de acusar de partidarismo, de tendência, argumentos vis e baixos, como têm sido usados recentemente neste debate, só fazer lembrar uma coisa muito objetiva, que, dos 27 Estados da Federação, naquele ano, nós tínhamos cinco Estados governados pelo Partido dos Trabalhadores. Houve uma discussão republicana que durou anos, dois fóruns de comunicação, inclusive a provocação iniciada por partidos de que não faziam parte da base do Governo naquele momento, que eram oposição ao governo, mas que tinham acalentado o sonho de uma rede pública de televisão a partir daquele momento.

Então, esse aqui foi um debate absolutamente suprapartidário, esse nunca foi um debate de tendências, de correntes e de partidos. Dos 27 Estados, apenas 5 eram governados pelo PT, e nós contamos aqui, do lado do governo, com pessoas extremamente abertas e que nos ajudaram muito a construir esse projeto, que foi o Eugênio Bucci, que estava na Radiobras na época, e com a Beth Carmona, que dirigia a TV Cultura na época, o Pola não sei se já tinha assumido o Irdeb naquele momento, se já era diretor-presidente do Irdeb, na Bahia, entre algumas pessoas aqui que estavam presentes neste processo de criação da televisão.

Bom, o Relator foi o Senador Casagrande, que foi aprovado pelo número de votos que o senhor bem descreveu aí no texto de apresentação dos funcionários, foi instituído o conselho, da forma como se deu a instituição do conselho, e todo mundo sabe hoje qual é a importância desse controle social e da forma como ele é composto.

Então, eu acho que não há muita discussão com relação a isso. Muito mais é um jogo de acusações e de argumentos baixos mesmo com relação a esse debate, desconsiderando esse contexto em que se deu o ambiente para a criação da medida provisória e o decreto que criou a Ancine.

Uma outra coisa é que eu queria também entender em que momento eu ouvi o Presidente que saiu, Américo, o nosso querido Ricardo Melo, a Tereza estavam sempre colocando a questão de que o jornalismo é a coisa mais importante na TV Brasil.

A TV Brasil é representante do conjunto dos interesses da sociedade especialmente, por exemplo, os programas que nós temos para realização de audiovisual na Ancine, os fundos, o Fundo Setorial do Audiovisual ou mesmo o Funcine, que é gerido pelo BNDES, ou todas as formas de recursos que não sejam diretamente para estimento da produção do produto do item filme ali, sendo feito, exigem geralmente a participação ou de a televisão ou de um distribuidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, ele foi a grande esperança para desenvolvimento de modelos de negócios desses milhões que nós temos aí empatados e que não tivemos eco na televisão pública também para que ela fosse porta-voz desses projetos cujos financiamentos estão lá, cujo recurso está lá aguardando apenas a televisão para fazer a gestão desse interesse dos produtores independentes da sociedade, para a produção dessa indústria criativa que é o audiovisual, com todo o valor simbólico e tudo o que representa o nosso cinema neste momento.

Então, a televisão pública tem um papel para o povo da cultura, para o povo que trabalha na cultura, e com a produção de audiovisual especialmente, estratégico.

Então, a extinção do Ministério da Cultura... Estava lá, sendo criada, agora, uma banda do canal da cultura, mas essa TV também foi criada para ser a televisão da cultura. Ela foi criada para ser a televisão do jornalismo, da cultura, da infância, da sociedade, da inclusão social, de uma série de coisas, uma série de itens.

Então, não é, assim, para chegar hoje e reduzir a coisa, "não, a televisão é um *hard news* do jornalismo". Não, ela é uma televisão ampla, que representa os interesses, os anseios de todos os segmentos da sociedade, especialmente o cultural, porque nós pegamos a cultura, em 2003, num estado muito artesanal, para criarmos, depois, esse conjunto de dispositivos e de meios de reconhecimento e de *status* e de viabilização e de circulação do bem cultural que permitiu que isso hoje conquistasse esse trabalho e desse tanto resultado, tanto no reconhecimento da produção simbólica brasileira dentro do Brasil, quanto fora do Brasil.

Então, eu diria assim, que a TV Brasil, a EBC é um veículo, um instrumento de comunicação da maior importância para toda a sociedade brasileira e foi construída, foi edificada no mais amplo debate. Hoje, os cadernos dos dois fóruns que nós temos, que nós empreendemos para realizar, para criar, para chegar a esse momento de trazer o projeto de lei para o Congresso, foi um debate extremamente participativo, com a participação dos setores do jornalismo, da cultura, dos profissionais de rádio, dos profissionais das emissoras públicas e tudo, porque o espírito que se tinha, na época, Senador, o senhor sabe bem disso, era que o governador ganhava a eleição do Estado e levava a televisão para casa, certo?

Então, ninguém conseguia fazer uma televisão com uma perspectiva de médio prazo. Você fazia uma coisa de oito anos, chegava ao final de dezembro, você não sabia o que ia acontecer.

Essa era a esperança, portanto, comungávamos, no início, quatro horas de faixa de programação comum àquilo que conseguíamos encontrar de consenso entre as faixas e fazemos quatro horas de comum.

Ela foi criada com esse propósito de fazer essa ligação, representar o campo público educativo de televisão aberta. Certo? E com o interesse de toda a sociedade, dos segmentos mais amplos da sociedade, especialmente os da cultura, não tínhamos esse bem cultural que hoje temos.

Para o senhor ter uma ideia, naquela época, para reconhecermos um filme brasileiro, para levar a um Festival de Cannes, ei tinha que ir a um cartório, bater o carimbo, e reconhecer esse filme, porque não havia registro, não havia onde registrar o filme.

A Ancine foi criada em 2001 e começou a funcionar em 2003, a partir de um repasse que fizemos do Ministério da Cultura para a Ancine. Vamos supor que ela começa a funcionar em 2004; em 2005, sua área de registro estava mais ou menos começando a funcionar. Antes disso, tínhamos uma Estado absolutamente precário e artesanal desde a extinção do Concine e da Embrafilme, ali no período de 1990.

Até o momento em que a Ancine pode registrar os nossos bens audiovisuais, que passam a receber o certificado de produto brasileiro, até a criação da televisão, que se dá uns dois anos depois, era uma coisa que caminhava absolutamente junto, o desenvolvimento da nossa indústria audiovisual e o desenvolvimento da nossa emissora pública. E, sem dúvida nenhuma, que cabia todo mundo. Helena Chagas era diretora de jornalismo, eu era de programação. E sempre realizamos ali o trabalho, o desenvolvimento de implantação com a maior convivência entre as diferentes linguagens naquele momento, digo, projeto que estava sendo edificado.

Sou absolutamente contra a forma como este debate vem sendo conduzido, tratado. Isso dói muito no coração de todo mundo que trabalhou nessa discussão, nesse debate. Portanto, não é só o momento a partir do momento em que veio ao Congresso, não; antes do Congresso, fez parte, no seio de órgãos governamentais...

(Soa a campainha.)

O SR. LEOPOLDO NUNES – ... que o acolheram para fazer o mais amplo debate com a sociedade, e assim foi feito, com os mais diversos segmentos e tudo.

Queria só deixar isso claro para passarmos para uma nova fase, a partir deste momento, desta coisa inominável que está acontecendo com esse ataque à Constituição, com o ataque ao Congresso brasileiro, com ataque às leis que foram aqui aprovadas, sem interesse de partido, disso ou daquilo, da forma mais ampla possível, que vem acontecendo neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Isso será um retrocesso de mais de cem anos. Vamos voltar ao tempo do rádio, lá atrás, nas décadas de 10, 20. Nem nos anos 30, a partir da criação da Rádio Nacional, se deu que está querendo se dar agora, o que se tem anunciado para fazer, que é fazer daquilo ali um veículo oficial, o veículo oficial, um porta-voz do Executivo.

Já temos, dentro da lei, o órgão que faz esse papel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Leopoldo Nunes, cineasta e ex-diretor da Ancine, que deixa, com muita clareza, que não dá para partidarizar e nem mesmo transformar numa TV exclusivamente do Governo e, sim, da sociedade, na sua amplitude.

Meus cumprimentos pela sua fala que vai na linha daquilo que nós também pensamos.

Queria convidar agora a Coordenadora Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, a Bia Barbosa, que também é Secretária-Geral do FNDC, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Muito bem, Bia, com a palavra.

A SRª BIA BARBOSA – Boa tarde, Senadores, Senador Paim, Senador Paulo Rocha, queríamos agradecer muito o convite para estar nesta audiência, e abrir o espaço, uma vez mais desta Comissão, que tem, neste último período, se mostrado um *locus* muito importante de discussão dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, em torno dos desafios que a nossa conjuntura política traz neste momento. E não poderia faltar, no âmbito desta discussão, um debate sobre a comunicação no País, principalmente depois das últimas informações, dos últimos atos do Presidente interino, e prefiro usar a expressão Presidente temporário, Michel Temer.

Falo, aqui, da sociedade civil, sou jornalista, mas estou muito bem representada aqui pela Federação Nacional dos Jornalistas e pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, trago uma reflexão a partir do que as organizações da sociedade civil e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação têm feito ao longo da última década, em defesa justamente do respeito a nossa Constituição, acerca da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal.

A criação da EBC e o fortalecimento do sistema público de comunicação no Brasil para a sociedade civil é algo que parte do princípio da compreensão da comunicação como um direito fundamental. E, se entendemos o direito à comunicação como algo que é de cada cidadão, de cada cidadã e da nossa coletividade, é fundamental que este debate seja ampliado para o conjunto da população e não seja feito única e exclusivamente pelos profissionais e pelos trabalhadores ou pelos especialistas do campo da comunicação. Este segmento é fundamental, mas precisamos levar este debate para o conjunto da sociedade e organizações que se articulam em torno do FNDC, que têm justamente esta agenda como princípio.

Lutamos muito, e a carta que V. Exª leu no início, Senador Paim, já recupera bastante esse histórico da luta pela implementação de uma empresa pública nacional de comunicação no País, e estávamos muito nesse combate cotidiano para convencer a sociedade brasileira da importância de ter uma empresa pública de comunicação no nosso País. Para fortalecer esse sistema público que não é restrito à EBC, estamos falando de uma rede enorme de emissoras de rádio e de televisão educativas, culturais que existem nos Estados e que, juntas, configurariam esse sistema público de comunicação, que defendemos, mas entendemos que está ameaçado a partir dos últimos ataques que vêm sendo feitos à Empresa Brasil de Comunicação.

Os desafios que tivemos, nestes últimos anos, para consolidar a EBC não foram poucos: desafios da ordem do financiamento, disputas que, inclusive, estão no âmbito até do Legislativo, porque a contribuição para o fomento da radiodifusão pública, até este momento ainda não foi regulamentada, e esperamos que o seja porque foi judicializada pelas operadoras de telecomunicações, então, há um debate enorme sobre a sustentabilidade desse sistema, há uma discussão sobre a programação dessas emissoras.

Tereza era Presidente, quando enfrentamos, no início da criação da EBC, uma série de discussões sobre qual seria a linha ideal de programação de uma emissora pública de televisão e de emissoras de rádio.

É sempre bom lembrar que a EBC não é só a TV Brasil. A EBC é a TV Brasil, é a TV Brasil Internacional, é um conjunto de nove emissoras de rádio, uma agência de notícias, uma radioagência de notícias. Então, tendemos a resumir esse debate muitas vezes a uma emissora de televisão e estamos falando de um conjunto bem amplo. Houve um debate significativo sobre a programação. Fizemos audiências tanto aqui como na Câmera em torno do debate, por exemplo, da continuidade da transmissão de missas na programação da TV Brasil, porque se entendia que uma emissora pública precisa respeitar laicidade do Estado e precisa respeitar a diversidade de crenças.

Então, todos esses desafios foram sendo enfrentados ao longo dos últimos anos, porque se partia do princípio da centralidade de um sistema público de comunicação no nosso País. Um outro tripé desse debate sempre foi a questão da autonomia. Quanto à autonomia de uma empresa pública de comunicação, apesar a lei que criou a EBC deixá-la vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

houve a preocupação de que essa empresa tivesse mecanismos de autonomia garantidos para os seus trabalhadores trabalharem sem interferências, para sua programação ser veiculada em interferências.

Infelizmente, essas iniciativas que foram tomadas em um curtíssimo espaço de tempo pelo Presidente provisório Michel Temer vão no sentido justamente de rasgar a autonomia da EBC. Nós temos hoje dois principais mecanismos de garantia da autonomia da EBC na lei que criou a empresa pública, que são um Conselho Curador, que tem uma maioria de 15 representantes da sociedade civil, além de representantes do Parlamento brasileiro e de representantes do Governo Federal, e tem, na garantia do mandato do seu Presidente, um outro mecanismo de autonomia fundamental.

Então, quando o primeiro ato em torno da agenda da comunicação do Presidente Provisório Michel Temer é a exoneração de um Presidente, do jornalista Ricardo Melo, com mandato de quatro anos – algo que só poderia ser feito a partir de dois atos de desconfiança do seu Conselho Curador, ou seja, é a sociedade civil que tem o poder de destituir o Presidente da Empresa Pública de Comunicação, e não o Presidente da República – quando esse se torna o primeiro ato, e o segundo ato se torna a nomeação de um novo Presidente, que já está modificando a grade da programação das emissoras, que já está assinando portarias de demissão de funcionários...

Hoje, a principal notícia do País é o vazamento da gravação do Ministro Romero Jucá e isso não aparecer com destaque na Agência Brasil já é uma prova de que está havendo uma interferência real na programação dos veículos da EBC nessa nova direção, é algo que nos alerta e nos preocupa a todos.

Acho que precisamos dar os nomes aos bois, Senador, com perdão da palavra. Eu acho que a gente precisa dizer que o que está acontecendo na Empresa Brasil de Comunicação é censura. É isso o que está acontecendo neste momento. Programas estão sendo censurados; comentaristas estão sendo demitidos em função da sua opinião política ou das expressões que têm manifestado desde que ocuparam cargos na empresa; funcionários estão sendo perseguidos e começam a ser demitidos. O resultado na programação é imediato.

Então, a gente precisa dizer que o que está acontecendo na EBC não é só uma intervenção e um desrespeito à legalidade da lei que instituiu a empresa pública de comunicação. O que está acontecendo é censura, e isso mostra muito bem a que veio este Governo do ponto de vista do "não respeito a liberdade de expressão."

Do ponto de vista da sociedade civil, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que sempre teve uma expectativa de entender o sistema público de comunicação como um espaço fundamental para o exercício da nossa diversidade, para o exercício da nossa pluralidade, inclusive como um espaço onde vozes e opiniões que não encontram guarida no sistema altamente concentrado da nossa comunicação privada comercial e têm a expectativa de ter o sistema público como um espaço para isso também, o que a gente está vendo é o cerceamento dessa liberdade de expressão e o silenciamento daquelas organizações, daquelas associações.

E aqui me refiro especificamente à Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), à qual a EBC é filiada e que até agora não se manifestou em nenhum momento sobre o que está acontecendo na EBC, sobre a internação que está acontecendo na EBC. São os primeiros a ir a público para defender a liberdade de expressão e atacar qualquer medida que, na avaliação deles, seria um cerceamento à liberdade de imprensa. Isso está acontecendo diante dos olhos de todas as emissoras e não só o jornalismo brasileiro não reflete isso, como essas associações de classe não refletem...

(Soa a campainha.)

A SRª BIA BARBOSA – ... justamente porque têm interesse em ver o sistema público de comunicação no Brasil desmontado. E aí eu acho que a gente precisa fazer essa discussão analisando o seguinte: a quem interessa o desmonte da EBC? E a gente não pode fazer esse debate simplesmente do ponto de vista do que vem sendo dito pelo Governo, de que precisamos enxugar uma máquina que não é produtiva, que não dá audiência, que custa não sei quantos milhões para o Governo. A gente precisa discutir os interesses que estão por trás do desmonte de uma empresa pública de comunicação, que é um espaço fundamental para o exercício da cidadania, da liberdade de expressão e da nossa diversidade na sociedade civil.

E eu queria terminar – não vou usar esses cinco minutos que o senhor já me deu, Paim, obrigada –, compartilhando algumas reações que estão sendo construídas nesse processo. É fundamental a gente entender que, assim como o fechamento do Ministério da Cultura provocou uma enorme reação no campo dos artistas, dos profissionais, dos defensores das políticas públicas de cultura, no campo da comunicação essa reação também veio.

Rapidamente foi criada uma Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, que reúne dezenas de [illegible]anizações da sociedade civil, dos campos mais diversos. Nós estamos coletando assinaturas num manifesto [illegible]e está disponível na internet e que já tem quantas assinaturas? Hoje eu não chequei, mas já tinha passado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de oito mil assinaturas. Ele já foi lançado com a adesão de mais de 300 organizações, numa resposta da sociedade brasileira a esse ataque que foi feito à EBC.

Aqui, no Parlamento, sob a coordenação da Deputada Luiza Erundina, que preside a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, já fizemos uma reunião emergencial na semana passada, e amanhã a Frente Parlamentar vai ser recebida pelo Ministro Dias Toffoli, que é o Ministro do Supremo Tribunal Federal que está com a relatoria do mandado de segurança impetrado pelo jornalista Ricardo Melo, Presidente EBC. Esperamos, sinceramente, que o Ministro Toffoli seja sensível, respeite a legislação em vigor e restabeleça o mandato do jornalista Ricardo Melo a Presidente da EBC. Nós iremos amanhã, junto com a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, falar, dialogar com o Ministro Dias Toffoli e manifestar as nossas preocupações em relação a isso para que o mandado de segurança seja efetivo e restabeleça a função do jornalista Ricardo Melo como Presidente.

E vale lembrar – com isso eu encerro – que, na última sexta-feira, aconteceram atos em diversas capitais, aqui em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em São Luís, cidades onde a EBC tem sede e equipe funcionando, em resposta, para deixar muito claro que essa é uma questão que atinge não só os trabalhadores diretamente e os profissionais que estão ali, mas a sociedade brasileira como um todo.

Então, reafirmo o nosso compromisso com essa luta. Nós não descansaremos. Eu tenho dito – porque nessa última semana se intensificou bastante, mas é algo que já vem dos últimos meses – que quem dorme perde. Então, a gente está sem dormir, literalmente, porque esse enfrentamento está sendo feito com todas as forças, e a gente está mobilizando a mais ampla rede de apoiadores para sair em defesa da EBC. E agradecemos, mais uma vez, o espaço que esta Casa, esta Comissão e os Senadores que têm compromisso com a liberdade de expressão e com o direito à comunicação têm dado à nossa agenda.

Convido todo mundo que está nos assistindo a entrar na nossa página, a entrar na página da Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública, no Facebook, e manifestar o seu apoio ali também, e compartilhar o que a gente está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diga a página.

A SRª BIA BARBOSA – É no Facebook. É só procurar Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, no Facebook, que vai encontrar. A gente conta com o apoio de todos para compartilhar o conteúdo que ali está e para mobilizar cada vez mais uma parcela importante da sociedade em defesa da comunicação pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Bia Barbosa, Coordenadora Executiva do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, e Secretária Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que fala da censura, da retaliação e do ato violento que foi a demissão do Diretor-Presidente. (*Palmas.*)

Jonas Valente, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.

O SR. JONAS VALENTE – Boa tarde, Senador. Muito obrigado por abrir esse espaço aqui, porque esta audiência é fundamental.

Falo aqui em nome do Sindicato dos Jornalistas do DF, mas os trabalhadores da EBC vão muito além disso. A gente tem atuando na empresa seis sindicatos de jornalistas e radialistas de várias praças, uma comissão de empregados de quatro cidades; temos colegas dos mais variados setores. Temos engenheiros, administradores, advogados, operadores. Então, há uma diversidade e uma riqueza muito grande dentro do corpo de empregados da empresa. E essa diversidade reflete-se também num debate muito intenso que vem ocorrendo entre os trabalhadores.

Amanhã temos uma plenária para aprofundar as posições e as propostas dos trabalhadores. Mas trago aqui uma posição mais específica da diretoria do Sindicato dos Jornalistas; e essa posição diz que de fato temos um desafio na construção do projeto da comunicação pública, e esse desafio não é só de agora. Esse desafio já vinha da própria criação da Empresa Brasil de Comunicação ao longo da sua história recente, e as organizações de trabalhadores nunca se furtaram de fazer inclusive a crítica da gestão anterior, por entenderem que a posição dos trabalhadores tem que se dar com independência, entendendo os trabalhadores como um dos elementos de garantia da autonomia da empresa.

Acho que o que faz a autonomia da empresa ser efetivada no dia a dia é a participação externa das entidades da sociedade civil e a participação interna, porque temos, de um lado, um órgão muito importante que é o Conselho Curador da empresa, e outros mecanismos que já foram citados aqui, como é o caso do mantado ou mesmo da ouvidoria, que é um canal a partir do qual a gente recebe o retorno da sociedade em relação ao trabalho, mas precisamos valorizar os mecanismos internos para que se garanta essa autonomia.

Um exemplo é a luta que estamos mantendo para que haja um comitê editorial dentro da EBC com a participação de empregados indicados pelos seus pares de cada área. A gente entende que essa é a composição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fundamental para consolidar o projeto da comunicação pública. Então, essas organizações de trabalhadores já vinham se colocando em defesa de vários aspectos que, no nosso entendimento, fortalecem a comunicação pública.

Não foi à toa que, nos últimos três, quatro anos, foram feitas duas greves, uma paralisação, não apenas por demandas corporativas, que são importantes, pois entendemos que trabalhadores bem remunerados e com condições de trabalho ajudam a fazer uma comunicação pública de qualidade, mas também por entender que há aspectos aqui que afetam positivamente a autonomia da empresa.

Um plano de carreira, por exemplo, justo e democrático, uma demanda nossa de anos, contribui a partir do momento em que se diminuem as ingerências na nomeação de cargos, porque defendemos que os cargos de livre provimento têm de ser ocupados por pessoas do quadro, quanto na forma como as pessoas vão ocupar isso. Quanto mais transparentes e democráticos forem os critérios de ocupação desses espaços de direção e de chefia menos os trabalhadores e os ocupantes desses cargos vão ficar vulneráveis aos governos de plantão.

Então, entendemos que essa estrutura interna da empresa pode, sim, e deve contribuir para reforçar essa autonomia. Por isso que a gente vem brigando por isso há bastante tempo. No ano passado, por exemplo, fizemos uma greve que teve como questão central a pauta da ocupação dos cargos, o fim dos privilégios e a garantia desses espaços de decisão para os empregados. Entendemos que, assim como a gente já vem brigando por essa agenda, preocupa-nos muito neste momento que essa agenda não seja desmontada e que o que foi construído até agora, em termos dos veículos que possuímos, da estrutura de empresa que a gente possui, também não seja desmontado.

Entidades de trabalhadores se reuniram com representantes do Governo interino na semana passada e ouviram do Secretário Márcio Freitas que há, sim, um movimento de editar uma medida provisória e mexer na estrutura da empresa. Então, preocupa-nos isso. Se por um lado defendemos que é necessário enxugar a parte dos cargos de livre provimento, exatamente para garantir a sua ocupação por empregados do quadro, por outro lado, o sindicato dos jornalistas traz a sua posição muito clara de que é contrário ao cancelamento ou à redução de qualquer um dos veículos da EBC, reforçando aqui o coro de que não se trata só da TV Brasil, nós temos várias emissoras de rádio, temos agência, temos portal, temos rádio agência e vários outros veículos. Nós temos de garantir que essa estrutura não seja reduzida e que a comunicação pública seja fortalecida.

Vale lembrar, sim, que temos um obstáculo, um entrave, no financiamento da comunicação pública. Nós temos uma quantidade fundamental de recursos, da contribuição para o fomento da radiodifusão pública, e esses recursos estão travados. Já estavam travados na gestão anterior e estão travados porque são questionados na Justiça pelas operadoras de telecomunicação. Nós entendemos que esses recursos são cruciais para que a gente consiga ter o volume de investimentos necessário para que não só se mantenha o projeto da comunicação pública, mas para que ele possa sobreviver a um momento fundamental, que é a migração para a tevê digital, para a tecnologia digital, que a gente espera que venha, por exemplo, no rádio, uma migração de padrão tecnológico. Isso demanda dinheiro.

Nós entendemos que é preciso, sim, investimento, tanto para garantir uma estrutura interna robusta, como citei, por exemplo, num plano de carreiras democrático e transparente, quanto para garantir que o sinal dos nossos veículos chegue ao conjunto da população e para que tenhamos condições de fazer comunicação pública de qualidade.

Neste sentido, o Sindicato vem conversando com outras entidades para reforçarmos essa posição em defesa da comunicação pública e em defesa de todos os mecanismos que garantem a sua autonomia. Nós fizemos uma plenária, na semana passada, que aprovou um documento que entende o mandato, sim, como mecanismo de defesa da autonomia. Aí, nós temos reforçado: não se trata de defender nomes, não se trata de defender partidos; trata-se de defender esses instrumentos que asseguram a perenidade do projeto da comunicação pública. O nosso entendimento é de que a comunicação pública tente se consolidar, independentemente de partidos e governos de plantão. Aí não é o caso só da EBC, mas o caso dos veículos que aqui hoje nos transmitem, como é o caso do sistema de comunicação do Senado, é o caso do sistema de comunicação da Câmara.

Neste sentido, nós nos somamos, por exemplo, à frente em defesa da EBC e da comunicação pública, participamos dos atos e seguimos fomentando a discussão junto aos trabalhadores, exatamente para que possamos garantir a defesa do projeto da comunicação pública e o avanço onde for possível, porque essa é a nossa luta histórica que vamos continuar fazendo.

Preocupa-nos uma ofensiva mais ampla em relação ao direito dos trabalhadores, que vem sendo anunciada, em relação, por exemplo, à CLT e à reforma da previdência. Esperamos que essa ofensiva não se consolide dentro da EBC nesse novo mandato, embora sinalizações sejam preocupantes. Nós colocamos para os representantes do Governo interino que não vemos necessidade de mexer na lei da EBC. O que nós precisamos é que o projeto que está expresso na Lei nº 11.652, de 2008, seja efetivamente implementado, que façamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

comunicação pública de verdade, com autonomia, com sustentabilidade, com todos os nossos veículos, conseguindo expandir para que esses veículos cheguem ao conjunto da população.

Nós sempre lutamos por isso e continuaremos lutando e nos somando às mobilizações em defesa da EBC, sem preconceitos, porque entendemos que é necessário acolher a diversidade da sociedade, tanto internamente na empresa quando no conjunto da sociedade, para que essa diversidade, que é o que a comunicação pública deve expressar, seja respeitada nesse debate em relação a como temos que defender o nosso projeto.

Encerro colocando que, de fato, nos preocupa que interesses estarão por trás de um possível enxugamento. Não podemos naturalizar que a comunicação pública tem que ser enxugada, porque por um lado sempre criticamos aquilo que nós entendíamos que não contribuía com a comunicação pública e seguimos criticando. Agora, por outro lado, reconhecemos que muito do trabalho desses vários veículos da EBC contribuem, sim, para uma comunicação mais plural e diversa.

(Soa a campainha.)

O SR. JONAS VALENTE – ...Há várias séries, há vários programas, há vários conteúdos que cumprem, sim, a missão, que é a missão preconizada pela Lei nº 11.652. O que nós queremos é que essa comunicação genuinamente pública continue sendo feita e que não haja nenhum tipo de desmonte neste sentido.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Jonas Valente, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, que falou da importância da mobilização, de manter agenda, estrutura e que é de fato um momento suprapartidário e muito mais.

Agora, o jornalista e ex-Presidente da EBC Tereza Cruvinel.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Boa tarde. Cumprimento o Senador Paim, agradecendo a iniciativa de V. Exª, do Senador Paulo Rocha e de outros que estiveram, na semana passada na Câmara, por nos acolher aqui a todos nessa audiência pública, no momento em que precisamos tanto ampliar o debate sobre as violências que se abatem sobre o sistema público de comunicação neste momento.

Eu vejo nesta sala – e aqui também na Mesa – muitas pessoas que estiveram na luta pela aprovação da Lei nº 11.652, em 2007.

(Soa a campainha.)

A SRª TEREZA CRUVINEL – Muitas que estiveram no momento anterior reconhecendo a queixa do meu vizinho de Mesa, o Leopoldo, que foi no Fórum de TVs Públicas, puxado especialmente pelo Ministro Gil e sua equipe, fórum que mobilizou toda a sociedade, que desaguou no momento de luta parlamentar, momento em que o Parlamento muito contribuiu para o aperfeiçoamento dessa lei. Por exemplo, muito citada aqui por colegas de Mesa, a contribuição à comunicação pública não estava da MP do Presidente Lula, foi uma construção com o Senador Walter Pinheiro – gostaria muito que ele estivesse aqui – que foi nosso relator na Câmara. Eu negociei muitos pontos daquela lei e quanto a um deles falava: "Walter, inventa para nós uma forma de dinheiro que não seja do Governo como a BBC..." E ele deu tratos à bola, o Walter é muito criativo e conseguiu. Infelizmente, como os companheiros de Mesa já colocaram, essa contribuição acabou nunca chegando às mãos da EBC.

Por esse passado aqui, de ter vivido esse momento e depois ter presidido a empresa – fui sua primeira presidente – enfrentei dificuldades enormes na sua implantação, junto com todos que estavam comigo, muitos estão aqui. Mas, por ter perpassado aquele momento e hoje ser uma prestadora de serviços à EBC no jornalismo, sou uma espécie de testemunha dessa pequena história de oito anos de muita luta e muita vitória, agora ameaçada.

Por isso, concordando com a Bia, mas complementando, a violência contra a EBC que está armada é tão grande e ultrapassa tanto a questão do mandato que a nossa luta será na sociedade e no Parlamento. Vamos precisar de muita luta aqui, porque vem uma MP que fará tábula rasa da Lei 11.652. É este o projeto: todo governo autoritário ataca primeiro o simbólico, a construção do imaginário e, não por acaso, este Governo começou violentando a cultura – o setor respondeu muito bem – e violentando a comunicação pública. Espero que o setor de cultura, que reagiu muito bem e conseguiu fazer o Governo recuar na extinção do MinC, levante a bandeira da TV pública – o pessoal da cultura fala muito da TV pública, mas da comunicação pública – também como espaço de articulação de políticas culturais. A EBC sempre foi uma grande parceira do Ministério da Cultura, reconhecendo a importância da composição da grade na parte cultural. Não é verdade, Leopoldo, que a gente priorize o jornalismo. O que estamos dizendo neste momento é que foi uma ofensiva do jornalismo crise política, abrindo espaço para o debate que acelerou a ofensiva do Governo contra nós. Nesse período nós exibimos e transmitimos –aqui está a equipe de jornalismo liderada pela Flávia Mello, estão ali atrás –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

transmitimos todas as manifestações contra o Governo e a favor do *impeachment*, mas transmitimos todas as manifestações contra o golpe, em defesa do mandato de Presidente Dilma. Essa pluralidade...

Fizemos debates, fizemos programas sempre com pluralidade, mas não fizemos o que eles estão fazendo hoje, que é esconder o escândalo do Jucá, que confessa que o *impeachment* foi uma articulação para estancar a Lava Jato. Isso eles já estão fazendo lá. O que eles não nos perdoaram foi esse momento vitorioso do jornalismo da EBC, acho que o melhor momento do jornalismo dos canais da EBC, não só da TV Brasil, mas do rádio também. Por isso, o programa do Sidney foi o primeiro a ser dispensado. Do programa que eu participava fui dispensada hoje, bem como meus comentários.

Isso tudo não tem a menor importância e mesmo a questão do mandato, embora tenha um significado político importante que é a representação da autonomia na independência e na estabilidade do seu presidente, até ela já está superada pelo tamanho da ofensiva. A violência de sexta-feira na EBC é algo que nós não estamos conseguindo denunciar tal como aconteceu.

Eles desembarcaram, ocuparam a empresa sem uma comunicação com os seus gestores. E até este momento, dezenas de portarias de exonerações estão sendo publicadas internamente, sem que os empregados, os exonerados, pessoas que ajudaram a construir a empresa, que estão lá construindo a empresa esses anos todos, tenham merecido sequer um até logo, desses que estão ocupando a empresa.

O processo de violência na EBC está ultrapassando os limites da civilidade, não é nem da democracia. A violência... (*Palmas.*)

...contra o mandato do Ricardo Melo é tão grande que o mandado de segurança, como lembrava a Bia, não foi julgado. O Ministro Toffoli deu um tempo para o Michel Temer explicar a sua ilegalidade, por que ele estava exonerando. Ele não só não tinha respondido ao Toffoli até agora, como também nomeou outro diretor-presidente e uma diretora geral, enquanto um mandado de segurança não é sequer apreciado pelo Supremo. Isso são coisas muito graves que se inserem num Estado de Exceção, não é na democracia do Estado de Direito que acontece esse tipo de coisa.

Então, precisamos mesmo ampliar essas alianças para que o tamanho dessa violência seja percebido, Senador Paim. O Congresso... Nós precisamos ampliar aqui, também, o campo dos aliados da comunicação pública e esta percepção de que está havendo, lá dentro, caça às bruxas; está havendo o macartismo, está havendo intolerância em um grau insuportável. As pessoas perguntam: aquele vai ficar? Ele é petista? Ele milita em alguma entidade? O que está havendo lá é um macartismo! Nós precisamos denunciar essas coisas.

Muitas divergências foram levantadas aqui, de passados mais remotos, de passado mais recente. Não é hora disso, é hora de somarmos forças para garantir a sobrevivência do sistema público. O que está em causa é a sua extinção. A MP que vem aí, virá se não conseguirmos construir uma reação à altura. Ela irá reduzir a EBC à antiga Radiobras, a uma agência de comunicação governamental.

Eu passei quatro anos escutando que estava construindo a TV do Lula. Eles vão fazer a TV do Temer, e nós precisamos dizer isso!

Acho que estamos ainda muito isolados. Os que dialogam com o universo da cultura, falo aqui do Leopoldo, do Pola e outros.

O movimento da cultura precisa incorporar a luta dos canais públicos também. No Parlamento, aqui dentro, precisamos ampliar isso.

A hipótese do decreto legislativo não sei como ficou, mas eu gostaria que os companheiros Parlamenteares nos contassem se ela tem viabilidade.

Há algo sobre o que eu gostaria de falar nesse plano da resistência, mas me foge.

Concluindo – nem vou esperar a campainha –, Senador, o que acho é isto: estamos falando muito sobre formas, formas e formas de fazer a comunicação pública. Como deve ser a programação, como deve ser a relação com os empregados?

Ah, sim, eu me lembrei do que eu queria dizer: os empregados, Jonas, infelizmente, equivocaram-se. Boa parte deles se aliou aos invasores, aos que ocuparam a EBC na sexta-feira. Eles não entenderam o que será o futuro com a involução institucional da EBC. Mas houve isso. Houve isso.

E o Conselho Curador, Prof. Murilo, infelizmente, não se portou – não todo ele, não todo o seu corpo de conselheiros – à altura do momento. Infelizmente, não vi uma reação do Conselho e de sua Presidente, que seria exigida num momento de violência contra uma instituição democrática, conquistada pela sociedade. Como todos disseram aqui, não é uma instituição criada por um partido nem por um Governo. Ela foi, sim, acolhida pelo ex-Presidente Lula, que permitiu sua viabilização. Mas a sua origem é a sociedade brasileira.

Então, precisamos nos organizar, precisamos estabelecer um roteiro de lutas e de resistência mais contente.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Tereza Cruvinel, jornalista e ex-Presidente da EBC, que fala da violência, da truculência, da falta de respeito a uma emissora que é símbolo da democracia!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Leopoldo queria só fazer um complemento.

O Senador Paulo Rocha fala, primeiro. Vá lá, Senador! Depois, ele complementa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Vou ter de sair daqui para cumprir outras tarefas. A semana está iniciando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quente!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ...bombasticamente com o episódio Jucá. Mas está aparecendo exatamente tudo aquilo que a gente estava denunciando. Houve uma conspiração política, que foi juntando derrotados, golpistas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Oportunistas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ...oportunistas e, no final, traidores e que construiu essa maioria política no Parlamento, que está dando um golpe não só na Presidenta e no Governo atual, mas também na democracia.

Temos clareza de que a elite brasileira não gosta da democracia, não quer a democracia em nosso País. Ela a atura em determinados momentos e vem desta forma golpista. A forma como eles o fizeram não é menos violenta do que a forma como isso foi feito em 1964. Eles atacam exatamente setores que tentam construir uma nova consciência no País, como a comunicação. Sou da área, porque sou gráfico. Sofri, na época em que eu ainda trabalhava em gráfica, com a questão do golpe militar de 1964, quando foram apreendidos os jornais que produzíamos, enfim, e eu fui junto.

Então, nessa violência, eles atacam exatamente, como disse a Tereza, aqueles que constroem e consolidam a democracia, que é a partir da consciência do povo, que é a partir da informação. Eles negam as informações. Eles querem é que se negue a informação, que se negue a formação de consciência de um povo. E, para isso, eles controlam a informação através do monopólio.

Então, o que está por trás disso que atacam são as duas coisas: primeiro, acabar com o instrumento de consciência de massa e de formação da consciência de um povo que vê que a democracia é o grande instrumento para dar oportunidade para todos, para fazer justiça, para dar dignidade, para dar soberania para o País. A elite não quer isso. Ela quer que tudo fique sob o seu domínio, sob o seu controle, inclusive a consciência do povo. Atacam logo quem faz a consciência do povo e quem também está ocupando espaços daqueles que querem monopolizar a informação. Então, isso é óbvio. Eu declaro isso.

O Governo Temer veio a esse serviço também, para voltar os espaços da elite brasileira, tanto na economia quanto na comunicação, enfim, no poder político do País, porque o poder político do País, a partir da democracia, foi conseguido através da força do povo. É assim que, por exemplo, um operário ou dois operários viram Senadores da República e fazem com que tragamos para cá e transformemos um Congresso Nacional que repercute os interesses do povo, dos trabalhadores. Foi assim que conseguimos aprovar um conjunto de leis importantes. Eu, por exemplo, trago a experiência do Pará e conseguimos aprovar uma lei de combate ao trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma emenda constitucional ainda, fruto do seu trabalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E depois foi aqui, com a nossa Bancada, num processo de luta, dialogando com a sociedade organizada, que conseguimos aprovar, depois de tanto tempo, trabalhadores já conquistaram direitos, a Lei da Doméstica, por exemplo. Isso é um crime contra os interesses da classe dominante, da elite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles não engolem as cotas até hoje.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Além de eu trazer a voz da Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui, no Senado, de colocar à disposição dos companheiros, como disse a Tereza aqui, pela sua experiência, já vivendo aqui em Brasília há algum tempo... Quero saudar todos esses que estão lutando, na pessoa dela, neste caso.

Vocês não têm que se importar apenas com a defesa do interesse setorial, digamos, de comunicação ou até do mandato do companheiro ou até do emprego de alguns. Esse é um processo natural, não é coisa de corporativismo. É que isso está muito lincado à ideia de defender a democracia do nosso País contra o golpe que está se estabelecendo e provocando retrocessos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Se voltarmos, neste caso, à violência contra a comunicação pública ou a comunicação social, estamos voltando há 50 anos, ao golpe militar.

Os democratas, aqueles que sempre se levantaram e construíram esse processo, nos chamam para um desafio maior. E aqui, como Bancada, nós estamos em quê? No interesse de defender o setor, a cultura ou até mesmo os espaços conquistados pelos profissionais, mas muito mais do que isso.

Então, aqui representamos uma Bancada compromissada com isso. Por isso, tomamos a iniciativa de o Paim chamar este espaço aqui, porque é um espaço de denúncia, é um espaço de poder se comunicar com a população, porque é publicado o debate aqui. Então, nós estamos aqui atentos e queremos ser a bancada da comunicação pública aqui, na defesa dos interesses da questão parlamentar.

Mas chamo a atenção, muito mais do que isso. E aí eu queria falar para o Leopoldo que, a despeito de qualquer diferença ou divergência entre nós mesmos aqui, acho que o efeito devastador e o efeito violento que está sendo feito exige de nós uma unidade política, não só do setor, mas temos que estar lincados e chamar a atenção também do movimento social que está se levantando, inclusive jovens que, sem nenhuma iniciativa deste ou daquele partido, ou deste ou daquele sindicato está indo para a rua, percebendo a ideia de que todos unem agora, "Fora Temer!", porque ele representa exatamente isto: um golpe na democracia, um golpe nos interesses do Brasil perante a soberania que nós conquistamos nestes tempos perante o capital internacional e que está colocando por terra lutas, até mortes de lideranças nossas, na defesa de direitos conquistados e de políticas públicas que geraram cidadania para milhões e milhões de brasileiros.

Então, eu queria ressaltar a frase da Teresa, de que a nossa luta não é só aqui, interna, no Parlamento, na defesa contra qualquer medida provisória que chegar aqui e etc., mas também nós estarmos unidos na rua, porque só a unidade de todo o povo que está se levantando a favor da democracia pode barrar esse golpe que está aí. Eu acho que eles já estão mostrando, está vazando, está aparecendo tudo, e só comprova para a própria sociedade aquilo que já vimos denunciando há algum tempo, que era um golpe e que era um processo violento contra uma Presidenta que não cometeu crime nenhum. Aliás, nós podemos ter todas as críticas à sua política econômica, ou até, como dizem, ela não sabe fazer política, mas é uma pessoa honesta, uma mulher que quer o bem para o País. Além da violência contra ela, é uma violência contra todos aqueles que lutaram por esta democracia e, principalmente, eu sei que os companheiros da área da cultura, os companheiros jornalistas sempre tiveram um papel ativo nesse processo da consolidação da democracia do nosso País.

Contem com a nossa Bancada aqui. Eu represento, estou falando pelos dez Senadores. Nós estamos também articulados com os companheiros da Bancada federal do nosso partido e também posso falar aqui dos companheiros do PCdoB, do PDT, do PSOL, da Rede, que estão juntos nesse processo de defesa desta comunicação pública, mas também na defesa dos interesses de todos do povo brasileiro que querem uma democracia, porque só através da democracia é que a gente pode conseguir um País para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha.

O Leopoldo queria complementar.

Por favor.

O SR. LEOPOLDO NUNES – Rapidamente *(Fora do microfone.),* só para não ficar mal-entendido.

Estamos todos unidos, neste momento, sem qualquer revisionismo, acima de qualquer coisa e longe de qualquer oportunismo também. Não há cineasta contra jornalista, nem jornalista contra cineasta. Nós estamos todos unidos sob a mesma bandeira, indignados com o que está acontecendo, neste momento, com o País, com a Constituição brasileira e com o Congresso brasileiro, devido a esse atentado às leis que vem acontecendo e à EBC como um todo.

E, só lembrando, Senador – o senhor sabe disso –, que as associações dos cineastas sempre estiveram muito próximas aqui desse debate (Apeci, Abraci, Associação Brasileira de Cinema de Animação, Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas), na elaboração, também, desse processo todo e até nas lutas, depois, quando vieram aqui para dentro desta Casa.

Então, sem dúvida nenhuma, todo o povo da cultura está sintonizado e acompanhando com muita atenção e com muito protagonismo também nas ruas, como pudemos ver no Festival de Cannes agora, com relação ao que vem acontecendo no País.

Então, não há qualquer divergência nem "religionismo", nem nada. Nós estamos todos juntos pelo mesmo projeto que a gente ajudou a construir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Senador, deixe-me só fazer um registro rápido, uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Olha só: a Diretora de Produção da TV Brasil no Rio de Janeiro, Myriam Porto, ıba de nos informar – para vocês verem o nível do obscurantismo que é a direção nova da EBC, ela reflete o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

obscurantismo deste Governo temporário, como disse a Bia, que está aí –, a diretora dessa área foi comunicada, há pouco, de que todos os programas culturais programados para as próximas horas estão suspensos: a transmissão de danças na Cidade das Artes, suspensa; suspensa não sei o quê na Sala Cecília Meireles; suspensos programas. Isso atinge não só o jornalismo como as.... O Paulo Moreira Leite está aqui presente e o programa dele vai ser suprimido. Como eu, também, fui suprimida do Palavras Cruzadas Brasil hoje. O programa do Nassif, a gente sabe, também não vai sobreviver, e, assim, vários outros. E, hoje, agora, também, vários programas da área de cultura estão sendo eliminados da grade. E o nome disso é outra coisa, não é?

A SRª BIA BARBOSA – E só para complementar, desculpe-me, Senador, dialogando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem.

A SRª BIA BARBOSA – Isso não é novidade, não é, Tereza? Esse novo Presidente empossado da Empresa Brasil de Comunicação já dirigiu a TV Câmara, e nós acompanhamos muito de perto o que aconteceu com a programação da TV Câmara, o que aconteceu do ponto de vista da mudança da programação, da censura a determinados conteúdos e vozes dentro da TV Câmara, e da perseguição a jornalistas dentro da TV Câmara. E isso foi denunciado muito fortemente na época pelo sindicato dos trabalhadores, dos jornalistas, dos radialistas, pelo Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação. E o que a gente está vendo que vai acontecer com a EBC é a mesma coisa que aconteceu aqui na época em que o Sr. Laerte passou pela direção da TV Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A situação é cada vez mais grave, mas vamos lá.

E a questão do decreto, que você falou, eu vou levar para a bancada amanhã ao meio-dia, na reunião, sobre essa proposta do decreto legislativo.

Vamos agora para a segunda Mesa. Eu convidaria a todos os que estão aqui que voltem ao plenário na primeira Mesa. E vou convidar a segunda Mesa, mas vou passar a palavra para o Paulo Ribeiro, de imediato, antes de a segunda Mesa usar a palavra.

Segunda Mesa: presidente do Conselho Curador da EBC, Rita Freire; ex-diretor geral da EBC, Pedro Varoni; jornalista, presidente da TV Cidade Livre e diretor da TV Sul, Beto Almeida; e, por fim, professor de Comunicação Social da UnB, Murilo Ramos.

Formada a segunda Mesa, eu vou dar a palavra para o Paulo Ribeiro, que pediu uma oportunidade para colocar o seu ponto de vista. E, no final, depois de essa Mesa falar, eu abrirei ao plenário. Mas, Paulo, pode falar agora.

O SR. PAULO RIBEIRO – Bem, eu me inscrevi, mas sem nenhuma prerrogativa de invadir nada do procedimento. Achei que era só colocando minha palavra na hora do plenário mesmo. Eu fui presidente da Abepec, Associação das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, por dois mandatos e dirigi a TV Pública da Bahia durante oito anos. No momento, eu estou secretário do audiovisual aguardando exoneração do Ministério da Cultura.

Eu acho que, às vezes, a gente está falando aqui e não está percebendo... Está pegando coisas focadas, um caso ou outro, uma questão de nomeação de tantos cargos de pessoas que sejam efetivas e tal. Eu acho que a questão é mais grave. A gente não está percebendo que estamos diante de um desmonte da comunicação pública no Brasil.

Essa pauta que está sendo colocada por esse provisório Governo é uma pauta que não passaria por nenhum processo de campanha eleitoral. Ela não era possível ser colocada como campanha eleitoral, a não ser de partidos nanicos de extrema direita. Ou seja, é uma pauta que não foi para eleição, é uma pauta de desmonte das conquistas públicas. A democracia é um regime de conquista de direitos e eles estão batendo diretamente em cima de um processo.

Não é a EBC que está tomando uma porrada. Está tomando uma porrada um processo de construção que devemos ao País há 25 anos, porque está na Constituição de 1988 uma comunicação em três dimensões. Uma parte dela é privada, que é a que a gente conhece; outra parte é estatal; outra parte é da sociedade.

Nunca foi regulamentado. O que não é regulamentado, o privado faz o que quer e o Estado não faz nada porque o Estado só faz o que é regulamentado. Então, temos uma comunicação privada que deu no que está dando hoje no Brasil. O golpe não é só institucional e jurídico, mas é midiático. O professor disse que o midiático está dado, está sempre dado.

Mas assim, e fez um País ficar pequenininho e simplista, ou seja, sem nenhuma complexidade, em busca histérica de audiência, pensando apenas no mercado. Temos um Estado que fala com a população em trinta segundos e uma sociedade que não fala entre si. Uma sociedade em que todo mundo filma e todo mundo demanda por conteúdo.

Então, a gente está em um processo de construção. A TV Brasil, a EBC são apenas a ponta desse iceberg sentido dessa construção, da liderança desse processo. Mas estamos montando nesse momento o canal educação, o canal da saúde, o canal da cultura, ou seja, recompondo um campo público de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Temos que sair da associação tal, a entidade tal. Temos que passar dessa barreira do gueto das entidades e das... Temos que falar sobre a sociedade: quem está perdendo é a saúde, quem está perdendo é a educação. Quanto menos comunicação pública, mais violência, isso é direto. É um país que se queixa da violência e está destruindo sua comunicação. Então, o que está acontecendo, galera, é o desmonte do processo de comunicação pública no País.

Ontem, a gente não conseguiu chegar com o piquenique no Palácio da Alvorada, porque, de fato, há um certo sitiamento da Presidenta ali. Pelo lado do Jaburu, não passava de jeito nenhum; pelo lado dos hotéis, chegava-se até os hotéis. Então, é uma situação ridícula, mas as pessoas já gritavam: "A verdade é dura, já estamos enfrentando a ditadura!" Ou seja, há um processo calando uma sociedade que já está calada. Ela já está calada, ela está se expressando através dos poros de uma comunicação privada que faz parte do golpe.

Acho que isso é uma coisa séria, eu acho que a resposta da cultura foi muito forte. Digo que a minha expectativa aqui hoje era de haver uma sala onde não se pudesse entrar. Cheguei cedo achando que não teria condições de entrar. Temos que pensar os nossos métodos de organização, de comunicação. A luta não é corporativa, é uma luta da sociedade, é uma luta política que precisa ser enfrentada com todas as armas, senão estamos quebrados.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Paulo Ribeiro, que conclama uma grande mobilização. Tenho dito que temos que partir para movimentos iguais aos das Diretas Já, todo dia e toda hora para mudar esse quadro.

Vamos para a segunda Mesa.

De imediato, Rita Freire, Presidente do Conselho Curador da EBC.

A SRª RITA FREIRE – Estou no cargo de Presidenta do Conselho Curador da EBC.

Queria cumprimentar todas e todos, agradecer por esta audiência e lembrá-los que do Conselho Curador, eu particularmente, representando este colegiado, estou, inclusive, na origem das ações que estão sendo tomadas agora, juntamente com outros interlocutores e outras interlocutoras.

Em primeiro lugar, antes de mais nada, eu queria me dirigir também às pessoas que estão aqui e foram atingidas pelos acontecimentos de sexta-feira, pelos boatos anteriores, pela exoneração ilegal de Ricardo Melo e pelo anúncio das demissões. E também me dirigir aos trabalhadores que estão na EBC, discutindo a sua estratégia de ação. Em nenhum momento disseram que estão é abrindo mão da defesa da Lei da EBC.

Antes de falar a vocês, aos Parlamentares, às Parlamentares e à sociedade, eu gostaria de pedir a todas e a todos que lembrem que a responsabilidade política pela defesa da EBC neste momento tem que estar acima dos egos pessoais de quem queira se colocar na articulação dessa defesa. Ela é nossa, ela é de todas e de todos nós e nós estamos nesse processo. (*Palmas.*)

Quero lembrar também que a criação da EBC é fruto da luta da sociedade, de todas e de todos nós, não é de uma pessoa, quem quer que seja, nesta sala ou fora dela. (*Palmas.*)

Porque, se assim fosse, nós não estaríamos aqui para fazer a defesa, bastava então chamar quem é responsável por isso para fazer a defesa. Isso é uma luta e neste momento eu entendo, junto com a luta da cultura, que parece que vai ter o ministério de volta, mas o movimento não quer o ministério, quer a cultura de volta. (*Palmas.*)

E a cultura só pode se dar num estado de normalidade democrática, porque, afora isso, a única cultura que nós temos é a cultura da resistência, da luta. E essa luta não pode ser feita sem que somemos as forças de quem está buscando estratégias para lutar.

Eu queria falar... Vejo aqui várias pessoas que passaram o pesadelo da última sexta-feira. Passou o pesadelo e estava aqui o Bráulio, que acabou de sair. Ele teve que se reunir com o Conselho Curador para apresentar tudo que o Conselho Curador estava pedindo de monitoramento daquele plano de trabalho da EBC, inclusive os contratos, como os contratos estão se dando, um trabalho feito durante os últimos meses, com acompanhamento firme da EBC. E ele teve que fazer esse trabalho, avisado de que o lugar dele já estava ocupado por outra pessoa.

Nós dissemos, inclusive, que não queremos fazer tortura, aqui. Mas a responsabilidade dele foi maior e ele ficou ali horas discutindo com o conselho como salvar a EBC do ponto de vista dos contratos, dos cortes, dos recursos. Então, nós passamos por isso num momento de muito sofrimento, porque a vontade daquelas pessoas era chorar, não era de avaliar contratos e contas. E isso se deu em vários setores da EBC, quando pessoas subordinadas tinham a incumbência de avisar às pessoas que lhes orientavam de que havia tido uma troca de papéis e que quem estava chegando não ouviria as pessoas que estavam com as informações, com o processo da EBC nas mãos, mas aqueles e aquelas trabalhadoras deveriam se colocar para ajudar nessa transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu encontrei pessoas nos corredores saindo da EBC de uma forma muito indigna. Profissionais respeitados. Não são assessores políticos da EBC, são profissionais respeitados. Está aqui o Pedro, está lá a Denise, está ali a Flávia, profissionais respeitados no mercado, no mundo da comunicação, no mundo do jornalismo. Ninguém falou com essas pessoas.

Então, quero deixar bem claro que para nós o Presidente da EBC é o Sr. Ricardo Melo, porque a Justiça ainda não se pronunciou. Houve uma exoneração ilegal, porque o papel, a incumbência de afastar o Sr. Ricardo Melo, se houvesse uma falta grave, seria exclusivamente do Conselho Curador.

Eu quero falar um pouco do papel do Conselho Curador. Mas antes, eu queria falar também e mandar uma mensagem às trabalhadoras e aos trabalhadores da EBC que estão se esforçando, debatendo, fazendo assembleias e procurando, nesse momento, colocar-se na defesa dos direitos dos trabalhadores, que não podem ser aviltados nem por acordos nem por leis em discussão nessa transição, como também procuram fazer a defesa do projeto da EBC, da lei da EBC e do Conselho Curador.

Essa situação difícil não se enfrenta sem diálogo, sem que se dialogue com o que está em jogo na EBC. Os trabalhadores e as trabalhadoras estão mobilizados e discutindo.

Então, enquanto essas estratégias não se confrontarem, para que a defesa da comunicação pública brasileira seja feita, eu não vou separar aqui uma estratégia da outra,

Então, eu queria falar também neste momento do papel da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Fica à vontade.

A SRª RITA FREIRE – Irei ficar à vontade.

Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já vou te dar mais...

A SRª RITA FREIRE – Obrigada.

Acho que, na primeira Mesa, muitas e muitos falaram do papel da EBC na representação da sociedade, da sua diversidade. Eu sou a Presidenta de um colegiado que representa a sociedade brasileira – não representa um dos campos da sociedade brasileira –, tanto o setor da sociedade que se levantou contra o *impeachment* quanto aquele setor que o pediu.

Agora, todos esses setores estão tendo que discutir o que está acontecendo neste País, que tipo de políticas estão sendo adotadas neste momento... (*Palmas.*)

... como profissionais, trabalhadores e trabalhadoras estão sendo tratados.

Então, vejo este momento, para o Conselho Curador, como um momento de ouvir e dialogar com todas as forças da sociedade e com as forças políticas. Ele foi o primeiro Conselho a se levantar, a se levantar contra a exoneração de Ricardo Melo.

Assim, a nota da EBC saiu antes, porque a nota do Conselho tem que passar por todos os conselheiros e ter essa aprovação. Então, ela só saiu depois por conta desse lapso, porque ela foi feita no mesmo dia em que a exoneração... Em que um boato – não era exoneração – saiu em um site.

Então, quando esse boato saiu, o Conselho Curador se colocou e explicou o que era garantido à sociedade brasileira por lei. A EBC não pertence a um governo, não pertence a um partido, não pertence ao mercado, ela pertence à sociedade. E o Conselho reivindicou imediatamente o seu direito legal de protestar contra essa exoneração, contra esse boato, e de não reconhecer o que viesse depois do boato pelo *Diário Oficial*.

Além disso, nós ficamos, nós sentimos uma grande, uma enorme indignação, ao ver que aqueles boatos, aquela forma pequena, mesquinha de se comunicar com a sociedade se confirmaram no *Diário Oficial*, quando houve a exoneração do Ricardo Melo.

Nós dissemos: "esse debate da comunicação pública precisa ser um debate elevado, precisa ser um debate que envolva a sociedade, o Congresso, os trabalhadores". Não podemos dialogar com boatos, mas nós estamos sendo obrigadas e obrigados a dialogar com boatos, porque o boato se confirmou no *Diário Oficial*. Outros saíram, e agora já são editoriais na mídia.

Nós não sabemos de fato o que vai vir dentro dessa medida provisória que está sendo anunciada, se ela vai acontecer ou não relação.

Mas, com relação ao papel do Conselho Curador ao representar a sociedade,... O Conselho Curador sempre incomodou as gestões da empresa – sempre incomodou, sempre incomodou –, mas está aqui. Ele incomodou desde a primeira, porque tinha ali a obrigação de defender interesses da sociedade. Ele vem incomodando seguidamente, só que agora se levantou para defender a lei.

Tudo o que antes aconteceu foi o papel do conselho curador de controlar e vigiar pelos conteúdos da sociedade dentro da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, hoje nós estamos numa situação diferente. O que está ameaçado é a lei da EBC, o que está ameaçado é a existência desse conselho, é a participação social e é o direito de a sociedade brasileira contar com sua comunicação pública e fazer a gestão da comunicação pública. Por isso, olha...

Eu e minha Vice-Presidenta providenciamos essa passagem para chegar aqui, por isso cheguei atrasada. Me desculpem. Não é uma passagem do Senado nem é uma passagem da EBC, é uma passagem para vir aqui e estar neste diálogo.

A primeira reunião que houve com os Parlamentares, a sociedade civil, o conselho e a direção da EBC para traçar estratégias foi chamada, foi iniciada pelo conselho curador. Ali se decidiu pedir, solicitar, Senador, esta audiência pública. Ali se decidiu que as frentes de defesa da EBC e de defesa do direito à comunicação, e a FrenteCom, com Parlamentares, iriam ao Supremo, iriam ao Ministro Dias Toffoli pedir uma audiência. Ali se definiram várias ações.

Neste momento, eu gostaria de dizer que eu fui citada aqui – fui citada aqui. Não sei o que aconteceu com a Tereza de citar, no meio de uma estratégia de luta, resistência, guerra clara contra o que está acontecendo com a EBC... Ela fez uma citação que eu... Pediram-me até para não responder à Tereza, mas eu preciso dizer que na sexta-feira eu estava lá no ato em frente à porta da EBC. Estavam lá essas pessoas aqui.

Eu me manifestei e me pronunciei porque a posição do conselho e da Presidenta desse conselho é clara: ela está escrita, ela está impressa em todos os encontros que nós temos, e ela continua sendo essa. A minha posição é a posição do conselho curador.

Portanto, a posição do conselho curador não é algo que eu invente. São posições que são tomadas a partir de consultas, e nenhum ato, nenhum gesto foi feito até agora sem esses procedimentos.

Portanto, estou à disposição para falar mais sobre o papel do conselho, o conselho que aperfeiçoou mecanismos de participação, que tem pela frente uma nova consulta à sociedade para que novos e combativos representantes da sociedade venham a integrá-lo. Mas tudo isso depende de que estejamos não apenas juntos e juntas, também com os outros movimentos da sociedade brasileira, mas de que se defina claramente e conjuntamente como vamos lidar com cada momento dessa batalha. Isso exige diálogo permanente, exige estratégia.

Nós temos de ter estratégia, porque é do conselho uma responsabilidade, uma responsabilidade de que não vamos abrir mão – de defender...

(Soa a campainha.)

A SRª RITA FREIRE – ... a comunicação pública, a EBC, seus veículos e a participação social dentro deles.

Espero que tenha sido clara a minha posição, a posição do conselho e a nossa disposição de estar ao lado de todas e todos que lutam pela defesa da EBC. Uma luta coletiva da sociedade não personalizada, eu preferiria, inclusive, que meu nome e meu cargo nem tivessem sido citados, porque essa é uma luta de todas e todos, e assim deve ser, e ela deve se ampliar, ou nós não teremos força com as pessoas que estão agora defendendo a EBC. Nós não teremos força para barrar se nós não dialogarmos com a sociedade.

Então, outros atos que tiverem dentro da EBC, eu espero que as pessoas que estão falando aqui em papel a altura estejam lá, peguem o microfone e falem com trabalhadores, com o movimento de cultura que estava lá, com todos que participaram.

(Soa a campainha.)

A SRª RITA FREIRE – Eu agradeço a oportunidade de falar. Infelizmente, meu discurso foi para outra direção, mas eu acho que era importante falar, porque, se há alguma dúvida, é melhor que ela seja dirimida desde já. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Rita Freire, Presidente do Conselho Curador da EBC.

Entre encontros e desencontros, nós encontraremos todos, porque a luta é uma só.

Pedro Varoni, ex-Diretor-Geral da EBC.

O SR. PEDRO HENRIQUE VARONI DE CARVALHO – Boa tarde, gente!

Agradeço ao Senador Paim por esta audiência, tão importante neste momento.

Eu escrevi aqui algumas palavras. Serei bem rápido, não vou tomar muito o tempo de vocês. É uma narrativa um pouco pessoal, mas cruzando minha experiência curta e rápida, breve, na EBC, justamente neste momento tão tumultuado.

Há cerca de dois meses, fiz um movimento que parecia estimulante para minha trajetória profissional: quei a experiência de trabalhar na mídia privada pelo projeto de comunicação pública da EBC. Eu me en- ıtrei com o nosso companheiro Mauricy em São Paulo e disse, naquela ocasião, lembrando as palavras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Don Juan, de Castaneda: se quer saber se um caminho é bom, basta ver se ele tem coração. Então, eu fiz esse movimento no sentido do coração.

Eu entrava ali, chancelado por um decreto presidencial, para tentar contribuir com o projeto que buscava dar maior relevância à comunicação pública, dando continuidade ao trabalho de grandes profissionais que me antecederam.

O projeto da EBC nasceu em 2008, e até hoje o debate não ganhou a amplitude que merece, situação que começa a mudar desde a semana passada, com a exoneração do Diretor-Presidente Ricardo Melo, com a minha própria exoneração, na sexta-feira passada, e com a demissão de dezenas de colegas.

A minha exoneração e a exoneração do Ricardo, para além das questões pessoais, fere uma das premissas da autonomia da comunicação púbica: o fato de seus dirigentes terem mandatos não coincidentes com os dos governantes nomeados pelo Presidente da República.

De acordo com o dispositivo legal que criou a EBC, só quem tem a prerrogativa de tirar o mandato do Diretor-Presidente e do Diretor-Geral é o Conselho Curador. Essa lei, ainda em vigor, não permite a exoneração pela Presidência em exercício.

Como o debate sobre a comunicação pública só agora amplia o seu campo, num momento em que a sociedade brasileira, motivada, principalmente, por parcelas de uma juventude engajada e consciente se politiza, é comum as pessoas não fazerem a correta distinção entre comunicação estatal e pública. Em países da Europa, como a França e a Inglaterra, a tevê começou pública para se tornar privada. No Brasil, por motivos históricos, o movimento foi o contrário.

A comunicação estatal é um agente de divulgação das ações do governo; a pública, autônoma, busca outro ponto de vista em relação à mídia privada, regulada pelo mercado e audiência. A EBC gere as duas instâncias. Através da NBR, canal de prestação de serviços ao Governo Federal, difunde as ações estatais.

As rádios, a Agência Brasil e a TV Brasil, como veículos de comunicação pública, estão sujeitas às contribuições e cobranças de órgãos reguladores, como o Conselho Curador e a Ouvidoria. Assim, devem buscar um conteúdo que contemple os interesses das minorias, o respeito às diferenças de credo e gênero. A comunicação pública deve ser um agente de cidadania, com uma programação que vai do infantil ao jornalismo, capaz de revelar um outro Brasil, mais parecido com ele mesmo – os indígenas, as mulheres, os negros, os pobres. A participação do Conselho Curador permite um diálogo com a sociedade inexistente na mídia privada que faz toda a diferença.

Foi esse projeto da EBC que me cativou e com o qual me identifiquei. Considero-o mesmo uma das grandes conquistas da nossa jovem democracia, sobre a qual não cabe retroceder. Para que haja complementariedade no sistema de comunicação, é necessária e saudável a convivência da comunicação pública com a privada. Se o mercado é um agente capaz de trazer dinamismo, competitividade, gerando produtos criativos, a comunicação pública é aquela que pode fortalecer o pensamento crítico, trazer novos olhares e temas ao debate público brasileiro.

O Prof. Eugênio Bucci, um dos que passaram pela Radiobras, recorre a um conceito marxista, o de fetiche da mercadoria, para propor na comunicação pública uma linguagem outra que fuja da sedução para o consumo e outras formas de alienação social. Em pouco mais de um mês de intenso trabalho, pude conhecer e me relacionar com profissionais do mais alto gabarito, que me mostraram conteúdos e tecnologias inovadoras. É o caso, por exemplo, do Brasil 4D, projeto que devolve à tevê digital sua possibilidade de interatividade, deixada à margem nas estratégias comerciais, que reduziram a política do digital à qualidade do sinal. O Brasil 4D, utilizando a tecnologia Ginga, possibilita levar a interatividade à população de baixa renda, sem qualquer custo adicional por meio da tevê aberta.

Os últimos atos do Governo interino, ou provisório, maculam esse projeto. Sem diálogo anterior algum, fomos surpreendidos pelas exonerações e pela tomada da EBC, como se tudo que tivesse sido até agora fosse inútil. Nesta manhã, o programa conduzido por Sidney Rezende, com a participação de emissoras de rede, foi cancelado sem diálogo. Outros contratos também, como o caso que a Tereza revelou aqui, da Miriam, sem que passasse pelo comitê de programação. Sempre que se vai cancelar um programa ou quando um programa novo vai entrar na grade, existem esses ritos. O regimento da EBC prevê isso. Então, eles estão passando por cima do regimento com essas atitudes.

A minha escolha pelo jornalismo nunca me permitiu a filiação a partidos políticos. Sempre vivi da minha profissão. O jornalista é aquele que escolhe o ponto de vista do observador. "Não deve tocar na banda, mas ver a banda tocar", já dizia Joel Silveira. Todos temos as nossas convicções, que se refletem em nossas abordagens. O mito da objetividade jornalística parece superado. As narrativas da atual crise política brasileira uma vez mais comprovam. Parece mais justo falar em "multiparcialidades", busca do contraditório, de dar voz ao outro lado, tratar os assuntos sem sensacionalismo, procurando elucidar os movimentos sociais. Esse é o campo da co-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

municação pública para além do jornalismo. Seu compromisso é com o Brasil que quer espaço e tem muito a dizer e contribuir com o debate contemporâneo. Esse é o meu lado, essa é a batalha pela comunicação pública que, acredito, tenhamos de travar neste momento histórico. É preciso preservar o Estado de direito.

A EBC é o resultado de intensos debates na sociedade que se maturaram durante décadas e que, no momento da criação, passaram pelo Congresso, tendo, inclusive, a aprovação do atual Presidente em exercício, Michel Temer, como lembrou Tereza Cruvinel.

Esse projeto não pode ser suprimido por uma medida provisória ou por qualquer ato de arbitrariedade, não podemos permitir retrocesso. Os imperativos para que o País avance a partir de um amplo debate e autocrítico de seus vários agentes, mídia pública e privada, sociedade organizada, os poderes, os partidos políticos, deve ser dar com bom senso e preservando o Estado Democrático de Direito, por isso o apelo para que se respeite a autonomia da EBC. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nossos cumprimentos pelo belo texto que escreveu e aqui nos deu essa alegria de saborear, digamos, como diz o companheiro Olívio Dutra, essa bela redação.

Esse foi o Pedro Varoni, ex-Diretor-Geral da EBC.

Passo a palavra agora a Beto Almeida, jornalista, Presidente da TV Cidade Livre e Diretor da TV Sul, onde eu tive a alegria já de participar de dezenas de debates com ele; ele me provocando, naturalmente, ou me induzindo para o melhor caminho.

O SR. BETO ALMEIDA – Bom, muito obrigado pela oportunidade, Senador Paim, parabéns pela iniciativa de trazer à baila a necessária denúncia dessa golpista iniciativa de tentar demolir a comunicação pública no Brasil.

Eu quero, em primeiro lugar, expressar a solidariedade da TeleSur, que já está expressa de forma editorial, nós temos coberto, durante todos esses anos – são dez anos de existência da TeleSur –, a necessária consolidação desse processo de integração latino-americana, fazendo um tipo de jornalismo que é o jornalismo de integração. Nós não achamos que o jornalismo seja imparcial, não temos essa ilusão; somos favoráveis, sim, a um processo em que os povos latino-americanos, ou do Sul, unam-se, defendam os seus projetos e encontrem a sua saída histórica para os dilemas que o capitalismo nos vem colocando mundialmente.

É um golpe que está sendo feito, que está em marcha não só contra a comunicação pública; há aí uma ameaça gravíssima à Previdência Social, na qual o senhor é um especialista – quantas vezes fizemos programas sobre isso –; aliás, é um golpe contra a previdência pública mundialmente.

Então, a primeira coisa é essa, eu não vou utilizar o meu tempo inteiro porque eu quero apenas caracterizar essa solidariedade nossa. Entrevistamos recentemente o Presidente Lula, a Presidenta Dilma, mostrando exatamente a necessária razão histórica de que eles são portadores – os dois, e o nosso povo, 54 milhões de votos – para uma audiência latino-americana e mundial que precisa encontrar informações objetivas, no sentido de que se possa entender que se trata de um golpe geopolítico, ou seja, esse mesmo processo de desmonte e destruição foi feito na Argentina contra a comunicação pública.

Inclusive com o presidente da autoridade de comunicação lá saindo algemado. Algemado! Foi arrastado algemado, em razão de aplicações de atos similares a essa nomeação de Michel Temer, o provisório, o interino, e o arrastaram para fora das instalações da comunicação pública da Argentina, porque trata-se de um processo de desmonte geopolítico.

A França, o que é que estamos vendo lá? Destruição das leis trabalhistas, da previdência. Na Grécia, destruição. E por aí já houve processo de demolição, também, da comunicação pública, em diferentes países: a Venezuela está enfrentando um ataque gravíssimo e precisa da solidariedade internacional, porque haverá resistência da Revolução Bolivariana. Houve esse ataque na Argentina – há uma luta de recuperação que pode demandar um pouco mais de tempo, mas haverá de encontrar o seu caminho histórico de êxito e reconstrução, inclusive porque os governos Kirchner reconstruíram e retomaram algo que já havia sido construído da própria Era Perón.

Da mesma forma que eu quero lembrar – já tivemos oportunidade aqui de discutir, dar a visão sobre a Era Vargas – que nós estamos diante da segunda tentativa de demolição da Era Vargas: a primeira, Fernando Henrique Cardoso; agora, esse Governo, cujos operadores não aparecem, ou melhor, cujos patrocinadores; os operadores estão por aí, são visíveis; os patrocinadores, os verdadeiros interesses imperiais que estão conduzindo, orientando e impondo soluções como a mudança nefasta na política externa brasileira, retirando o Brasil dos BRICS, retirando o Brasil da Celac, ainda que não formalmente, mas retirando-o como operador, como alavanca, como país protagonista que vinha sendo, e que nos faz temer por uma série de perdas que, se não houver a resistência devida, poderemos sofrer.

Mas eu ainda tenho muita esperança. E é exatamente por isso que eu quero falar de uma proposta de istência. Eu vejo que tudo já foi dito aqui em relação ao papel, à trajetória, à construção, ao protagonismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ao sonho da EBC. Somos solidários a todos que foram demitidos, a todos que se empenharam na construção desse projeto, aos que foram humilhados, aos que foram desrespeitados profissionalmente, politicamente, recebam a solidariedade da Telesur.

Mas nós queremos aqui, neste momento, aproveitar para fazer uma proposta de resistência: ainda há um campo público visível de comunicação no Brasil. Nós tínhamos feito essa proposta há muito tempo atrás, para que a EBC tivesse parte nesse processo, nessa ação que estamos propondo aqui.

Mas nós ainda temos, baseado no sagrado direito de resistir tal como Leonel Brizola fez e começou com um microfone só, com uma rádio só, em uma semana ele tinha 150 rádios na Cadeia da Legalidade, na da sua terra, e baseado nesse exemplo inapagável de Leonel Brizola, da sua sensibilidade para o problema da comunicação, queremos propor aqui e agora que também façamos uma articulação do campo público de comunicação possível, politicamente possível, evidentemente, em que estejamos juntos: a TV Minas, a Rádio Inconfidência de Minas, que é uma rádio estatal muito poderosa, a TV Bahia, a Rádio Educadora da Bahia, a Rádio e TV Educativa do Piauí, TV Aperipê de Sergipe, com a Rádio Aperipê, a TV Cultura do Ceará, a TV Cultura do Acre, a Rádio Cultura do Acre – e nós temos um conjunto de emissoras de TVs comunitárias comunitárias que poderiam também se somar por adesão política a esse sagrado direito de resistir.

Produziríamos uma hora por dia um programa para ser difundido, tal como Leonel Brizola fazia, em defesa da democracia contra o golpe – ele acabou derrotando na prática – para defender agora todas as razões históricas que nós temos sintetizadas nos 54 milhões de votos que elegeram a Dilma, a começar pela volta da Presidente Dilma, começar pela volta da Presidente Dilma. Mas é um golpe contra a Previdência, um golpe contra o Mais Médicos. Faz-se temer por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contra a CLT.

O SR. BETO ALMEIDA – Contra a CLT.

Por isso, falo que é a segunda tentativa de destruição da Era Vargas: contra a Previdência, Era Vargas; CLT, Era Vargas; salário mínimo, Era Vargas.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO ALMEIDA – Então, meu tempo se esgotou.

A ideia é a de que formemos uma iniciativa de levantar por satélite, diariamente, um programa de uma hora, a Hora da Democracia, com essas televisões citadas, as rádios citadas, as TVs comunitárias que poderiam aderir por convencimento político, as TVs universitárias que poderiam aderir, as rádios de outros campos, as rádios comunitárias que podem aderir e reproduzir esse programa para fazer uma voz da resistência.

Essa que é proposta que quero deixar aqui, uma vez que endosso todo o diagnóstico que foi feito antes, mas acho que nós temos que ter posições de luta porque a situação não está dada, o golpe não está ainda plenamente consumado. Nós precisamos ter mecanismos de convocação da consciência democrática da população e, para isso, temos que ter uma clara, visível expressão de comunicação onde todos aqueles lutadores contra o golpe tenham voz a ser captada por grande parte da população brasileira porque os satélites alcançam todo o nosso Território Nacional.

Nós temos, Senador, 20 milhões de parabólicas, hoje. É uma estatística que não conta, ainda, com aquelas antenas parabólicas de fundo de quintal que no Nordeste são fabricadas.

Então, esta é a proposta de resistência: uma rede ou uma articulação de comunicação democrática contra o golpe e a favor da democracia e da volta da Presidente Dilma.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Beto almeida, jornalista, Presidente da *TV Cidade Livre* e Diretor da TV Sul, que lança a proposta de uma rede de resistência, rede da democracia, com as rádios comunitários e todas as rádios alternativas, inclusive dos sindicatos. Há muitos sindicatos que têm a sua comunicação própria.

Murilo Ramos, professor de Comunicação Social da UnB. Por falar em UnB, permitam-me. Pediram-me para dar o seguinte aviso: aula pública "O Futuro da EBC e da comunicação pública do Brasil", dia 23/5, às 19h15, na FAC, UnB.

O SR. MURILO RAMOS – Senador Paulo Paim – a quem agradeço e à Comissão de Direitos Humanos a oportunidade de estar aqui hoje –, demais participantes desta mesa, amigos e amigas que vejo aqui neste plenário, entendo que o convite para que eu participasse hoje deste evento se deve também ao fato de eu ter sido, durante quase cinco anos, membro do Conselho Curador da EBC.

Nessa condição, por circunstância até de uma solicitação que recebi, de um convite para escrever um go sobre a televisão pública no Brasil para um livro que saiu na Argentina, fiz esse texto que gerou uma dissão de três anos, com seminários, enfim. Eu já não pertencia ao Conselho e participei de uma reunião, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

grupo de trabalho do Conselho, ano passado. Lembro-me de que o de novo Ministro Juca Ferreira participou desse evento conosco. Era uma discussão de revisão do modelo da EBC no sentido de aperfeiçoar os mecanismos capazes de assegurar uma autonomia mais plena para a empresa. Enfim, foi um trabalho acadêmico que gerou uma discussão, dentro do Conselho, que gerou documentos, seminários, enfim. Então, entendo que a minha presença hoje aqui se dá também por causa disso e não apenas pela UnB, para onde estou indo, Senador, quando sair daqui, para a aula pública. Saio daqui e vou para a aula pública, lá na UnB.

Bem, nessa condição, a tentação é vir e fazer uma fala mais técnica sobre essa questão da autonomia, do papel etc. Evidentemente que não há como fazer isso porque o que se vive hoje é, literalmente, uma situação de exceção. A gente vive num estado de exceção. Tereza foi feliz, usou uma imagem que me lembro de ter usado em artigos. Lá atrás, quando havia esses golpes de estado clássicos, na América Latina principalmente, o que se fazia era ocupar o rádio e a televisão daquele país. Evidentemente que, no Brasil, o que resta para ser ocupado é a EBC, o sistema público, a comunicação pública. O resto já está dominado, Paulo. Por isso que falei que o resto é dado. Infelizmente, vive-se essa situação.

Mas, enfim, o que se vive hoje é uma situação de exceção, é uma situação de um certo desespero que, espero, transforme-se numa réstia de esperança, pegando o gancho do Beto, da resistência, que envolva a sociedade nas suas diversas dimensões, academia, sindicatos e organizações da sociedade e envolve também, fundamentalmente, o Parlamento, o Congresso.

No caso da EBC, tanto já foi dito que vou editar minhas anotações e vou direto ao ponto que entendo, para que eu poupe vocês do restante desta minha fala.

O jogo, na realidade, não acabou; o jogo não acabou, ele está longe de acabar. Por quê? Há um processo de *impeachment* em andamento, cuja fase final sequer começou, que é o julgamento pelo Senado, sob a presidência do Supremo. Então, agora que se vai viver a reta final e de fato vai-se saber se haverá ou não *impeachment*. Então, a Bia é feliz, o Governo é totalmente provisório, embora não aja como tal, pelo contrário, age com uma virulência... E é curioso, volta a metáfora da Tereza no início: a virulência se despejou mais. Tenho acompanhado o Ministério das Comunicações, sobre o qual tenho interesse, estudo e acompanho, foi fundido com Ciência e Tecnologia, que é a área que para a academia é fundamental: CNPq e centros de pesquisa. Tudo tem-se de dado... "A cultura foi desmontada, mas reagiu e voltou..." Agora a virulência se abateu sobre a EBC. Por quê? É sobre o simbólico. Tentou-se fazer com a cultura, mas por que nós da área da comunicação, da mídia, das políticas de comunicação não temos as facilidades da cultura? Porque nós não temos a visibilidade que, por exemplo, o Caetano Veloso tem. Eu vi na televisão o Caetano ontem, naquele ato. Claro, mesmo não querendo, a Globo tem que cobrir o Caetano naquele momento, são ações desesperadoras e desde sempre foi assim: você luta... Eu me lembro, na época da discussão da TV a cabo o Walter Pinheiro discutindo com os negociadores da Globo: "O que eu quero de vocês são 30 minutos na Globo News, eu não quero nem na TV Globo."

Essa é a situação que você enfrenta e tem que ser enfrentada no dia a dia, de debate em debate, com as redes sociais, mais do que nunca hoje. Hoje se tem essa facilidade que é fundamental.

Então, de fato, eu vou falar um pouco do Conselho. Espero não agravar a sua ansiedade. Mas acho que é importante eu falar disso, porque o Conselho é um elemento importante da resistência, no meu entendimento. Vou citar algumas questões da lei. Vim preparado para isso. Como você me viu fazer a discussão do modelo lá dentro, não é pessoal, estávamos discutindo lá na frente do Nelson e do Eduardo, que eram diretores na época. Era meio constrangedor às vezes, mas o Conselho estava fazendo o seu papel, dizendo: "Olha, é possível melhorar, desde que a gente..." Aqui dentro, pelo menos, consegue-se encontrar um modelo sabendo que tinha que vir para o Congresso depois a e a luta aqui seria muito difícil, mas nada nos impediria de fazer a discussão internamente na EBC.

Enfim, porque digo que o jogo não acabou? Não resisto a uma nota de conjuntura. Todo mundo aqui – eu também estava batucando o meu Twitter há pouco... O que ocorreu hoje, perdoe-me a ousadia, Senador Paim, não foi pouca coisa e eu não confirmei ainda – estou pedindo para minhas fontes confirmarem –, mas, evidentemente, a gravação que vazou hoje da PGR – e veio de lá – faz parte de um acordo que eu entendo, já está feito de delação premiada do Sérgio Machado.

E esse acordo tem outra dimensão e se dá sob outro público. Então, por que eu acho importante pensar um pouco sobre isso? Não estou dizendo que vá acontecer, mas a Globo já despejou, já fez editorial. Isso eu confirmei. Já despejou o Jucá. Desculpe, sim? Mandou embora. Tem que tirar o cara!

Meirelles e Jucá eram os dois pilares que se tinha aqui. Tudo bem. É uma questão desse Governo provisório, mas claro que tem uma repercussão política profunda! Aí que eu digo: o jogo não acabou; esse jogo ainda vai começar.

Por exemplo, desculpe a nota um pouco pueril, trivial, porque eu estou no Senado, vou dizer: nós, na UnB, alguns colegas que inclusive participaram da gestão do Senador Cristovam – eu nunca participei, enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do governo – fizemos até um abaixo-assinado, colhemos assinatura pela internet, e hoje há um trabalho que está sendo feito de convencimento, tentando atrair os três Senadores do DF. Por quê? Porque tem um ex-reitor e dois ex-alunos da Universidade de Brasília. A Universidade de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira e de Honestino Guimarães, essas pessoas têm que pensar um pouco nisso, na hora de chegar e dizer "sim" ao *impeachment*. Em que condições?

Eu disse aos meus colegas que falaria isso aqui, hoje. Disse: eu vou no Senado, então falarei isso lá, hoje.

Claro que é um trabalho produzido lá dentro dessa ideia de que a resistência se dá em várias dimensões, e cada um trabalha a resistência dentro das suas possibilidades. A nossa é essa. Se você tem tão poucos votos de diferença nesse processo, três Senadores do DF, uma universidade, um ex-reitor e dois ex-alunos, pelo amor de Deus! Você não vai deixar essa turma descansar tão fácil assim. Fora a conjuntura, que faz com que as forças, a política mude, não é, Senador? Ela muda e muito rapidamente.

Então, a resistência é fundamental, seja pela ideia que o Beto propõe. É fundamental em todos os níveis. A EBC é uma peça pequena nesse processo. E não. Claro que não dá para passar batido em cima do que está ocorrendo na EBC. Aí volto à questão do Conselho, Rita. O cerne da ideia da EBC é autonomia para a sociedade, mas autonomia do governo. Isso está na lei, eu não estou inventando nada. É o art. 2º, inciso VIII, sobre autonomia em relação ao Governo Federal, etc e tal.

O Conselho Curador é responsável para assegurar o cumprimento dos princípios da lei, dentre os quais, este. Não é só a questão de conteúdo de programação, plano de trabalho, etc. Não! Ele tem uma responsabilidade precípua, de fundo, de assegurar a autonomia. Esse é o papel dele.

(Soa a campainha.)

O SR. MURILO RAMOS – Digo isso porque tomei a liberdade de fazer um *e-mail* para alguns de vocês, para você e outros, como ex-conselheiro, falando dessas questões, porque, no meu entendimento – e a gente, nos debates, dizia isso –, se houver um dia uma ameaça à autonomia da EBC, eu imaginava que fosse numa eleição. Se o Aécio ganhasse em 2014, aí... Não. A coisa é muito mais grave agora. Se acontecer e se houver um movimento, o Conselho tem que sair na frente desse processo até por imposição legal.

Eu não queria... A lei inclusive assegura aos conselheiros mais estabilidade de mandato, porque a redação é muito mais clara do que a própria redação no caso do Presidente.

Ela diz especificamente que o conselheiro só pode ser exonerado por renúncia, processo judicial com decisão definitiva, ausência injustificada a três sessões do colegiado durante o período de 12 meses... Quer dizer, não é assim para trocar um conselheiro. Ou vem a famigerada MP, e aí tem de se evitar que ela venha; se ela não vier, o Conselho tem uma segurança jurídica brutal para assumir o papel, inclusive, de defesa jurídica da instituição.

Eu me dei ao trabalho hoje de verificar, desculpe a tecnicalidade, que a OAB regulamentou ano passado a advocacia *pro bono* no Brasil. Entendo que o Conselho pode inclusive reivindicar um escritório, um advogado, etc, para montar uma defesa jurídica forte desse processo e da lei.

Então, se existe uma situação de desespero, e existe, o que ocorreu na EBC, eu de longe recebendo os relatos, conversando, gente me mandando WhatsApp – dá uma vontade de desligar, de noite –, exonerado fulano e fulano, dá aquele desespero, mas é verdade, desculpe-me o chavão, mas a luta não acabou, gente! Este Governo está fazendo isso tudo e não tem nenhuma garantia de que ele vai continuar além de outubro.

Então, tem de estar sociedade, Parlamento e o Conselho juntos o tempo todo. O Conselho, no meu entendimento, tem a responsabilidade, por lei, e tem instrumentos fundamentais para ser a vanguarda da defesa institucional – a luta política se dá por fora também – da autonomia da EBC.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só quero cumprimentar o Professor de Comunicação Social da UnB Murilo Ramos pela sua fala aqui apontando, como alguém me explicou um dia, além da esperança, o esperançar: que vale a pena lutar para acontecer.

Quero dizer que hoje, logo que eu soube do fato em si, da tal degravação, eu tuitei de imediato dizendo: A máscara caiu. Agora está claro que o #impeachment é uma operação abafa a #lavajato". Quem lê todo o processo vai ver que é exatamente isso. Fiz também a minha fala na tribuna nesse sentido, durante 20 minutos.

Pela ordem, pediu a palavra a Tereza Cruvinel.

O SR. GILBERTO RIOS – Só um aviso, Senador, rapidinho. O Jucá acaba de renunciar ao cargo e é colega senhor no Senado novamente. Está dando entrevista agora. Está retornando agora para ser companheiro senhor no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª BIA BARBOSA – E o nosso Comitê, Senador, o Comitê Pró-Democracia, que o senhor acolheu nesta Comissão, acaba de receber muito bem, na sua chegada à Câmara, o Presidente temporário. Foi uma recepção bastante calorosa, como as que a gente tem feito nos últimos dois meses aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Simbolizando a luta pela democracia.

Tereza Cruvinel.

A SRª TEREZA CRUVINEL – O Jucá não pediu demissão, pediu afastamento para se defender. Isso indica uma situação política muito delicada para o Governo provisório.

Sabemos que ele não voltará a esse cargo. Diante da insustentável consistência das suas explicações para aqueles diálogos, ele se afastou.

Mas eu também pedi para fazer um breve aparte, para responder à Presidente do Conselho Curador, dizendo que eu não pretendi fazer nenhuma ofensa a nenhuma pessoa. Eu senti que a senhora se incomodou. As minhas manifestações podem ter sido veementes, mas não foram pessoais. Então, se a senhora as tomou como pessoais, eu peço desculpas, mas mantenho a minha opinião, que foi convalidada de certa forma pela intervenção do Prof. Murilo.

Acho que o Conselho poderia ter feito mais do que uma nota de moção de repúdio, o Conselho poderia ter se reunido, poderia ter apresentado uma moção de desconfiança ao Presidente nomeado, por tudo o que estamos contando que ele está fazendo. As intervenções na programação, feitas ontem e hoje, merecem uma manifestação, uma moção de censura, porque o Conselho ainda existe, a lei da EBC ainda não foi mudada. Se eles vierem com uma MP, sim. Aí não haverá mais Conselho. A MP deles é para acabar com essas coisas todas, essas chateações da sociedade, de conselho e tal, mas, por enquanto, o Conselho existe e as suas iniciativas têm valor legal, porque estão na lei. E, se desrespeitadas, caberá recurso a quem vigia o cumprimento da lei, que é a Suprema Corte.

Então era só isso. O que eu quis dizer foi isso, reitero. Mas não fiz nenhuma ressalva à conduta pessoal de ninguém, até porque o Conselho é um coletivo. Agora, se tivesse se reunido, ele poderia ter avançado mais. Infelizmente, ele não se reuniu.

No mais, reitero e compartilho com todos o entendimento de que o momento é de se somarem forças para resistirmos ao obscurantismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Tereza Cruvinel.

Agora, passo de imediato a palavra à Presidente do Conselho Rita Freire.

A SRª RITA FREIRE – Quero agradecer as sugestões da Tereza.

O Conselho não está reunido fisicamente, mas está em diálogo permanente. E uma posição do Conselho, tirada também nesses termos, é válida da mesma forma.

Com relação às questões jurídicas, a primeira coisa que o Conselho fez foi buscar orientação jurídica para as suas ações. Encontra alguns limites, como órgão interno da EBC, para fazer uma ação contra a União. De toda forma, nós passamos a estudar as alternativas.

Então, nós estamos nesse caminho. Eu respondi porque foi mencionado o cargo da Presidenta do Conselho Curador, então eu tinha a obrigação de responder. Essas ações, inclusive essas políticas de articulação com o Parlamento e com a sociedade civil e de reuniões em que também a Srª Tereza Cruvinel esteve presente, foram iniciativas do Conselho que resultaram depois na sua ampliação.

Nós estamos, diuturnamente, fazendo as articulações em defesa da EBC, consultando juridicamente e estudando todas as alternativas. Um voto de desconfiança para um novo presidente da EBC que nós não reconhecemos como tal, eu não sei onde se encaixaria, porque nesse momento nós estaríamos desconfiando e reconhecendo.

Nós nos posicionamos contra a exoneração ilegal. Para nós, o Presidente continua sendo o Sr. Ricardo Melo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos em frente, para o debate, como eu havia combinado, permitindo que em torno de três pessoas do plenário usassem a palavra. Usem a palavra por cinco minutos, citando o nome e a entidade.

O SR. GILBERTO RIOS – Senador Paim e companheiros aqui presentes, parabéns pela audiência.

Eu sou Gilberto Rios. Eu não falo pela Abepec, porque a Abepec ainda não se posicionou. Ainda vai haver uma reunião para discutir esse tema. Eu falo pela Frenavatec, que é a Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público, de cuja entidade sou diretor institucional. É uma entidade que agrega várias emissoras do campo público.

Eu queria fazer algumas provocações, Senador. Acho que a primeira seria à OAB, que se diz tanto legal e constitucionalista, para que V. Exª, junto com os companheiros, pudesse fazer esse questionamento à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

OAB: qual é o posicionamento da OAB em relação a tudo que está acontecendo com a EBC, para que a OAB se posicione nesse sentido.

Acho que o perigo maior também, Senador – e aí nos cabe uma vigilância total, e eu fico muito preocupado – é o Gired. Eu acho que caberia também aqui o trabalho do Parlamento, uma ação para parar tudo no Gired, porque o Gired é que vai dizer como é que vai funcionar a televisão digital no País. A gente precisa. A EBC tinha uma cadeira como ouvinte. Era só como ouvinte, não estava nem participando lá dentro, o que já é um absurdo muito grande. Então, que a gente possa fazer essa vigilância em cima do Gired, e que a gente possa de fato acompanhar tudo isso.

O segundo ponto, Prof. Murilo, é que me incomoda muito esse processo de letargia dos cursos de comunicação. Era para todos os estudantes de comunicação estarem na porta da EBC hoje, todos estarem lá, porque ali é a porta da entrada desses jovens que amanhã poderão estar fazendo comunicação pública no País. Então, acho que a gente poderia provocar, nas escolas de comunicação do País, sobre a importância da comunicação pública, porque eles conhecem uma concessão pública, que é a privada, que é uma concessão pública, mas não conhecem como funciona a rede pública.

Eu ri muito quando eu vi aquela entrevista do Serra – não sei se todos viram – com o Boris Casoy, em que ele fala "Estados Unidos do Brasil". Ele é corrigido, porque o nome é República Federativa do Brasil. Não sei se vocês viram aquela entrevista. Se nós somos os Estados Unidos do Brasil, ele deveria estar defendendo a EBC hoje, porque lá a comunicação é pública. Se ele quer copiar o modelo americano, achando que nós somos os Estados Unidos do Brasil, então vamos provocar o Serra para que ele defenda a comunicação pública, já que ele foi corrigido pelo Boris Casoy de que somos República Federativa do Brasil.

Senador, eu acho que são essas provocações que a gente pode fazer. Por último, a gente poderia fazer uma audiência pública, junto com a Frentecom, chamando a Frentecom, fazer uma audiência pública em conjunto, e trazer, sim, a Abert, para que a Abert possa se posicionar, porque é incrível, mas a EBC é uma associada da Abert. Se o senhor estivesse aqui cassando – não diria "cassando", diria "não renovando" – a outorga da Rede Globo, o senhor estaria sofrendo uma pressão muito grande da Abert.

Por que a Abert agora está se posicionando?

Na minha terra, diz-se o seguinte, Senador: "Pau que dá em Chico, também dá em Francisco." Temos que chamar, sim, a Abert, para que venha se posicionar numa audiência pública e que se faça junto com a Frentecom.

Então, encerro a minha fala aqui dizendo que precisamos, sim, provocar a OAB e a Abert. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Alguém mais do plenário que gostaria de usar a palavra?

Não havendo mais ninguém do plenário a usar a palavra...

A SRª BIA BARBOSA – Só dar uma informação sobre uma sugestão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª BIA BARBOSA – Na quarta-feira da semana passada, houve uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara em que havia uma representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Distrito Federal, ou seja, já a informamos sobre o que estava acontecendo. Na quarta-feira da semana passada, ainda não haviam acontecido os últimos movimentos, mas o Presidente Ricardo Melo já havia sido exonerado. Então, já tínhamos feito essa denúncia e ficamos, pela Frentecom (Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular) e pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, de formalizar algo junto à OAB. Acho que podemos encaminhar isso, até porque a Abepec também faz parte da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, e os Parlamentares já estão cientes disso. Então, eu acho que é um dos encaminhamentos que já tivemos.

Vamos tentar fazer, vai ser colocada em votação na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Cultura, nesta semana, na Câmara, uma audiência pública nesses moldes que V. Exª realizou aqui no Senado lá na Câmara dos Deputados, no começo da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bom.

Esta Comissão, como vocês sabem, está inteiramente aberta a ouvir sugestão de encaminhamento de audiência pública ou mesmo procedimento que vá na linha de defender a democracia – neste caso específico, defender a nossa EBC. Então, ficamos inteiramente à disposição.

Se vocês entenderem que devemos convidar para uma audiência pública aqui nesta Comissão tanto a OAB como a Abert, não vemos problema nenhum em convocar, mas discutam entre vocês, avaliem e me encaminhem. Tem que haver o cuidado de que, às vezes, a posição da OAB, por exemplo, em relação ao *impeachment* é muito ruim. O meu receio é que a OAB venha aqui e legalize o fato.

Eu estou aberto a vocês pensarem e me encaminharem.

O Dr. Murilo quer contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. MURILO RAMOS – Como não desligamos nunca, acabei de saber, neste instante, que foi designada a nova Secretária de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que é uma advogada chamada Vanda Bonna, Abert puro sangue.

Então, já se sabe quem convidar para esta audiência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com essa informação, vamos encerrar a nossa audiência pública, ficando inteiramente à disposição de vocês para uma outra oportunidade, com os convidados que assim entenderem.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Hélio José, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e José Medeiros. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da trigésima segunda à quinquagésima Reuniões, que são dadas por aprovadas. Pauta. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Emenda(s) da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2015. Não Terminativo. "Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 6 de 2015 ao Projeto de Lei do Senado 238 de 2008. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno da Senadora Kátia Abreu. O Projeto será redistribuído. Item 9. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2012. Não Terminativo. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao PLS 118 de 2011, com duas Emendas que apresenta e pela rejeição do PLS 234 de 2012. Resultado: Adiado. Item 10. Sugestão nº 3, de 2016. Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

latório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2016. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país e em especial no Rio de Janeiro, que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 60, de 2016. Requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal c/c inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que seja o recém-empossado Ministro do Trabalho convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades atuais da Pasta. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o requerimento para convocação do Ministro, com o seguinte adendo: quanto às atividades da pasta prestar os esclarecimentos principalmente em relação a sua posição sobre terceirização, negociado sobre o legislado, trabalho escravo e desmembramento do Ministério do Trabalho e da Previdência. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 61, de 2016. Requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal c/c inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que seja o recém-empossado Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, transferidos para o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o requerimento para a convocação do Ministro. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 62, de 2016. Requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal c/c inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que seja o recém-empossado Ministro da Fazenda convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades do Conselho Nacional da Previdência Social, do Conselho de Recursos da Previdência Social e a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – DATAPREV, que passaram a se chamar Conselho Nacional de Previdência, Conselho de Recursos de Previdência e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV transferidas ao Ministério da Fazenda. Da mesma forma, quanto as competências e atividades da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, também assumidas pela Pasta. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o requerimento para a convocação do Ministro. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63, de 2016. Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em Florianópolis/SC e Curitiba/PR, para que seja debatido "Direitos dos Trabalhadores; Previdência Social e Trabalho Escravo". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão do debate acerca do educador social e, ainda, que a diligência seja realizada em todos os Estados. Extrapauta. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65, de 2016. Requer, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Ministro da Saúde, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa a fim de prestar informações acerca da das suas declarações a respeito da extinção da cobertura universalista do Sistema Único de Saúde. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado para que o Ministro seja ouvido por esta Comissão e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de forma conjunta. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 66, de 2016. Requer, nos termos regimentais, que o recém-empossado Ministro da Justiça e Cidadania seja convidado a prestar esclarecimentos e expor a respeito do plano de trabalho para seu ministério. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado para que o Ministro seja ouvido por esta Comissão e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de forma conjunta. Item 18. Minuta de Requerimento nº , de 2016. Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações junto ao Ministro da Defesa, assim como explicações, a respeito da veracidade do alegado apoio fornecido pelos generais e comandantes das Forças Armadas – com utilização de estruturas militares no monitoramento de movimentos sociais – a figuras políticas nacionais de oposição no período anterior à votação que deu início ao processo de afastamento da Presidente Dilma Rousseff da Presidência da República, informação explicitada pelo Senador Romero Jucá em parte de seu diálogo gravado com o ex-Presidente da Transpetro Sérgio Machado e publicado pela Folha de São Paulo em 23/05/2016. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Às onze horas e cinquenta e cinco minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 32ª à 50ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos, de imediato, abrir a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que já havia me solicitado a votação de um requerimento de sua autoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, na verdade, são dois requerimentos. Um já está encaminhado à Mesa. O segundo eu vou justificar e ainda chegará aí. A pretensão é que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aprová-lo ainda hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... antes de concluir a reunião, eu possa encaminhá-lo à Mesa para deliberação.

O primeiro, Sr. Presidente, trata do seguinte: no último dia 16 de maio, o Sr. Ministro da Saúde do Governo interino, Sr. Ricardo Barros, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, declarou *ipsis litteris* o seguinte – abre aspas –: "Vamos ter que repactuar, como aconteceu na Grécia, que cortou as aposentadorias, e em outros países que tiveram que repactuar as obrigações do Estado porque ele não tinha mais capacidade de sustentá-las".

Afirmou isso referindo-se ao nosso Sistema Único de Saúde e, completando, disse que o Sistema Único de Saúde não cabe na Constituição brasileira.

Essa informação, Sr. Presidente, no meu entender, é gravíssima, afeta um princípio constitucional que diz que saúde é direito de todos e dever do Estado.

Causa espécie saber que S. Exª o Sr. Ministro da Saúde do Governo interino foi financiado na sua campanha pelos planos privados de saúde. Duas declarações dele nos chamam a atenção: primeiro, essa relação ao Sistema Único de Saúde; segundo, a de que não é necessária ou não é possível a fiscalização dos planos de saúde por parte do Estado brasileiro. Isso é um retrocesso atroz nas bases e pilares do estado de bem-estar social fundado pela Constituição de 1988.

Por isso, Sr. Presidente, o requerimento que faço aqui a esta Comissão convoca o Sr. Ministro da Saúde. Recebo a informação de que já foi convocado na Comissão de Assuntos Sociais. Então, faço requerimento também para que a Comissão de Direitos Humanos o convoque e que a Presidência da Comissão consorcie com a Comissão de Assuntos Sociais a melhor data para que as duas Comissões juntas possam ouvir o Sr. Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, de imediato, acatando seus encaminhamentos, eu já consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta aqui advogado pelo Senador Randolfe.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Agora, vamos à votação do requerimento extrapauta do Senador Randolfe, que já fez a sua defesa.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Ministro da Saúde, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

desta Casa a fim de prestar informações acerca da das suas declarações a respeito da extinção da cobertura universalista do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Aqueles que concordam com o requerimento apresentado aqui por ele permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Este foi o seu primeiro requerimento aprovado.

Tenho outros três de minha autoria. Se V. Exª quiser agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Na verdade, o segundo requerimento ainda vou encaminhar aí, mas queria logo anunciá-lo e combinar com V. Exª. Diz respeito ao seguinte: todos nós acompanhamos estupefatos ontem o diálogo transcrito pelo jornal *Folha de S.Paulo* entre o nosso colega Senador e agora ex-Ministro do Planejamento Romero Jucá com Sr. Sérgio Machado. Mas me parece que a imprensa brasileira deu pouca atenção a um tema a que a imprensa internacional deu atenção maior. É um dos trechos do diálogo entre o Sr. Romero Jucá e o Sr. Sérgio Machado, em que o Senador Romero Jucá diz, *ipsis litteris*, o seguinte:

> Conversei ontem com alguns Ministros do Supremo. Os caras dizem "Oh, só tem condições de [inaudível] sem ela [se referindo à Presidente da República Dilma Rousseff]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa [...] [um palavrão] não vai parar nunca". Entendeu? [Continua o Senador Jucá.] Então, estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para que não perturbem.

Esse é um trecho, no meu entender, gravíssimo. Não me consta que entre as atribuições das Forças Armadas esteja a participar da vida política brasileira ou intrometer-se nos assuntos que dizem respeito ao Parlamento e à vida política brasileira.

Não me consta que entre as atribuições das Forças Armadas, Sr. Presidente, esteja a monitorar o MST. Portanto, encaminho para V. Exª um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre esse trecho do diálogo, para perguntar se existe algum procedimento, por parte das Forças Armadas nacionais de monitoramento de algum movimento social em nosso País? Se existe, sob qual razão existe? E com quais comandantes militares o Senador Romero Jucá disse que dialogou sobre o procedimento de impedimento da Srª Presidente da República Dilma Rousseff.

Esse é o segundo requerimento, em público, que eu encaminho a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eu pergunto se todos concordam que esse requerimento seja incluído extrapauta.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento e será incluído extrapauta, logo que chegue à mesa.

Eu tenho três requerimentos. Faço um pedido à Senadora Regina Sousa para presidir, para que eu faça a defesa desses três requerimentos.

Passo a Presidência para a Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Vamos ao Requerimento nº 60, de 2016, que requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal e do Regimento Interno que seja o recém-empossado Ministro do Trabalho convidado a prestar esclarecimentos no plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades da pasta, principalmente a sua posição sobre terceirização, negociado sobre o legislado, trabalho escravo e desmembramento do Ministério do Trabalho e da Previdência.

Item 12:

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, de 2016
- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal c/c inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que seja o recém-empossado Ministro do Trabalho convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades atuais da Pasta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Autoria: Senador Paulo Paim
Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, eu fiz questão de colocar um adendo no meu requerimento, que está ali em tela, que V. Exª, com a competência de sempre, embora tenha sido escrito a caneta, já introduziu.

O Ministro do Trabalho atual tem declarado junto à imprensa que é totalmente favorável à terceirização inclusive da atividade-fim, o que é um contrassenso, porque na Câmara ele já votou contra o projeto de terceirização e me parece que, do dia para a noite, mudou de opinião. Então, eu queria saber, já que sou Relator da matéria e tenho uma posição muito clara contrária à terceirização da atividade-fim. O Ministro anterior, Miguel Rossetto, era contrário a essa terceirização da atividade-fim, e essa posição do Ministro atual me surpreendeu, até porque fui olhar a votação dele lá na Câmara dos Deputados.

Então, com esse adendo que eu fiz à caneta e assinei, eu proponho que ele venha aqui para falar não somente sobre terceirização. Preocupa-me muito a forma como o Governo tem falado e expressado o seu ponto de vista em relação inclusive ao negociado sobre o legislado.

Ontem, ainda na tribuna, eu li, e todos os jornais do País falam que eles querem flexibilizar o direito dos trabalhadores. Então, eu quero saber o que é isso, quero convocá-lo para ouvir a opinião dele sobre a história do negociado sobre o legislado, que, na minha concepção – é uma briga que venho travando desde que eu estava na Câmara dos Deputados e seguramos até hoje –, significa rasgar a CLT, de Getúlio, de Brizola, de João Goulart, de Pasqualini. Essa engenharia que está sendo levantada no momento, que vai retirar direito dos trabalhadores, fere a própria história, no meu entendimento, do PTB e do próprio PDT.

Na mesma preocupação, eu gostaria também que ele se posicionasse sobre o projeto de que sou Relator quanto à questão do trabalho escravo. Eu digo que trabalho escravo a gente não regulamenta, a gente proíbe, e essa era a posição que o Ministério do Trabalho estava mantendo até o momento. Eu quero saber se, agora, o Ministério do Trabalho vai querer regulamentar o trabalho escravo, quando tem que proibir.

E há mais um adendo que eu coloquei aqui: terceirização, negociado sobre o legislado, trabalho escravo e desmembramento. O Governo tinha decidido – eu também não fui favorável, mas dos males o menor – unificar o Ministério do Trabalho e da Previdência. Dos males o menor! Agora, pela proposta apresentada pelo Presidente provisório, ele simplesmente transformou o Ministério da Previdência num puxadinho do Ministério da Fazenda, uma extensão do Ministério da Fazenda. Nem sei se é um departamento, ou uma secretaria, ou o que é aquilo. Devido a isso, eu quero saber também qual é a posição desse Ministério, que, até 15 dias atrás, tinha sob a sua orientação o Ministério do Trabalho e também da Previdência.

O Ministério da Previdência tem quase 80 anos. Eu tive boas peleias com todos os governos anteriores, desde Sarney, depois Fernando Henrique, Collor, Itamar, Lula, Dilma, não importa aqui a sequência, mas eu sempre tive peleias pontuais sobre a vida dos aposentados, o reajuste dos aposentados. Eu nunca imaginei que eu ia ter que, agora, discutir com o Governo provisório, um governo passageiro, a extinção do Ministério da Previdência, simplesmente, sem consulta a ninguém, dando a impressão, inclusive, de que ele acha que é permanente. Não é permanente. Ele que espere o prazo de 180 dias.

Então, esse debate eu quero também fazer e por isso eu peço a aprovação desta convocação do Ministro o mais rápido possível. Se ele disser que quer vir aqui amanhã, amanhã eu estarei aqui para ouvi-lo; se ele quiser no fim de semana, pode ser no fim de semana. Eu não quero que diga que não virá para debater tema tão importante que interessa a milhões e milhões de brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Em votação.
Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o Requerimento nº 60.
Vamos ao Requerimento nº 61. Item 13:

ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal c/c inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que seja o recém-empossado Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, transferidos para o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para fundamentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na mesma linha, apresento um outro requerimento que vai ao Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário para esclarecer por que o INSS passou para a Pasta que vai cuidar da questão agrária, por exemplo.

Na mesma linha dos argumentos que fiz antes, eu queria propor que, na configuração nos requerimentos, onde está a palavra "convidado" passe a ser "convocado", se V. Exª assim entender, tanto neste requerimento como no anterior.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão.

Em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram, com a mudança da palavra "convidado" para " convocado nos dois requerimentos. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São dois e tem um terceiro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Item 15:

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em Florianópolis/SC e Curitiba/PR, para que seja debatido "Direitos dos Trabalhadores; Previdência Social e Trabalho Escravo".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, o que existe é uma vontade dos movimentos sociais do País todo para que façamos um debate mais aprofundado sobre a situação da previdência social, do trabalho escravo e aprofundando ainda o debate a respeito do negociado sobre o legislado e também da terceirização, que peço sejam acrescidos.

Esse é o requerimento em que se pretende fazer um ciclo de debate não apenas em Florianópolis e Curitiba, mas em todo o País. Que seja transformado em um ciclo de debate com esses quatro pontos listados por mim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há um outro requerimento que eu ainda não apresentei, para convocação do Ministro da Fazenda. Este, sim, para explicar por que o Ministério da Previdência virou um puxadinho do Ministério da Fazenda. Qual é o objetivo? Se a responsabilidade humanitária e social desse ministério da Previdência nos moldes dos últimos 80 anos desaparece e agora será simplesmente um ministério que tem preocupação com a economia e nada com o social?

Essa é a justificativa desse requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É o requerimento nº 62, de 2016:

ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62, de 2016
- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no §1º do art. 50 da Constituição Federal c/c inciso III do art. 90 e §1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que seja o recém-empossado Ministro da Fazenda convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades do Conselho Nacional da Previdência Social, do Conselho de Recursos da Previdência Social e a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – DATAPREV, que passaram a se chamar Conselho Nacional de Previdência, Conselho de Recursos de Previdência e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV transferidas ao Mi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nistério da Fazenda. Da mesma forma, quanto as competências e atividades da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, também assumidas pela Pasta.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este requerimento é para saber por que o Ministério da Previdência se tornou um departamento do Ministério da Fazenda. E a justificativa vai na mesma linha dos outros dois requerimentos que aqui eu já defendi e expliquei, por não concordar, naturalmente, com o fato de que o Ministério da Previdência desapareça do mapa nacional, pois é algo que existe há mais de 80 anos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda há um requerimento meu, na mesma linha, em relação ao Ministério da Justiça, pois a parte de Direitos Humanos também foi para lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No exercício da Presidência, passo a palavra à Senadora Regina Sousa, a fim de que justifique a convocação do Ministro da Justiça, e, em seguida, vamos colocar a voto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Queremos saber quais são os planos dos ministérios, de acordo com os vários requerimentos que aqui aprovamos. Esta Comissão tem tudo a ver com essa convocação porque Direitos Humanos, que tinha um ministério exclusivo, que era o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, foi extinto e, pelo que consta, a pasta da Justiça é que assume todo esse conteúdo agora.

Então, nada mais justo do que também trazer aqui o Ministro. Creio que ele foi convocado também por outra Comissão. Se foi, poderíamos juntar as duas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, rapidamente.

Senadora Regina, na Comissão de Constituição e Justiça, nós aprovamos um requerimento nesse sentido, de igual teor. Estou sendo acionado pela assessoria do Ministro e acho que poderíamos aprovar como convite e solicito, Presidente, que possamos consorciar com a Comissão de Constituição e Justiça para fazermos uma reunião conjunta, na data em que o Ministro se dispuser a vir, que eu espero que seja o quanto antes.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pode ser. Sem problema. Desde que a Comissão de Direitos Humanos esteja junto, porque o assunto é pertinente a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto se as Srªs e os Srs. Senadores concordam com a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Regina Sousa.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à votação do mérito.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que o recém-empossado Ministro da Justiça e Cidadania seja convidado a prestar esclarecimentos e expor a respeito do plano de trabalho para seu ministério.

Autoria: Senadora Regina Sousa

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Randolfe Rodrigues, o seu requerimento extrapauta que nós aprovamos já chegou? Se não, votamos mediante a defesa que V. Exª pode fazer de forma oral, e depois anexamos aos Anais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim, e reitero os termos. Em princípio, o nosso requerimento será de ormação, mas sem prejuízo de posteriormente encaminharmos a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu considero o seguinte: pela urgência e pela gravidade do que foi dito, esta Nação tem trauma de intervenção militar na vida civil, esta Nação tem trauma disso. Isso é uma chaga, é uma ferida que permanece a todo instante sendo apertada. É uma chaga desta Nação que a todo instante permanece sendo apertada.

Então faço o seguinte encaminhamento mantendo o requerimento de informação. Mas, pela urgência e pela gravidade da declaração eu solicito que a Comissão de Direitos Humanos encaminhe o quanto antes este requerimento para que o quanto antes nós possamos receber as informações por parte do Ministério da Defesa. Não recebendo as informações por parte do Ministério da Defesa, eu já queria antecipar a V. Exªs, Senador Paim e Senadora Regina, que, na semana que vem, este requerimento que pede informações sobre o trecho da interceptação telefônica do Senador Jucá em que fala do envolvimento dos comandantes militares no processo de afastamento da Presidente da República e no monitoramento de movimentos sociais... Em primeira análise, será um requerimento de informações. Aguardaria até semana que vem para que tenha uma satisfação por parte do Ministério da Defesa. Tenho certeza de que sob a direção de V. Exª este requerimento seguirá o quanto antes para o Ministério da Defesa. Não ocorrendo até semana que vem, eu já comunico a V. Exª, Senadora Regina, e a esta Comissão que apresentarei um outro requerimento, desta feita já convocando o Ministro da Defesa para esclarecimentos nesta Comissão.

Então, sendo sucinto, o requerimento primeiro é de informações sobre esse grave trecho do diálogo entre o Sr. Romero Jucá e o Sr. Sérgio Machado. E, na semana que vem, não havendo a informação por parte do Ministério, a evolução deste requerimento para convocação do Ministro a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Como já havíamos aprovado a inclusão extrapauta do requerimento, vamos apreciá-lo.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento encaminhado pelo Senador Randolfe e por ele aqui advogado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria só pedir a todos... Já está incluído educador social.

Queria só que no item 15... É necessário fazer nova votação ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No item 15, há um complemento, queria que a expressão "educador social" constasse também nessa atividade de lá do Paraná, aí nós encerramos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, no Requerimento nº 63, incluir os educadores sociais. É isso, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É só um complemento porque estarão lá os educadores sociais...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ah, só foi uma inclusão ao item que já foi votado. Está certo. Só para incluir mais um tema, já foi votado o requerimento.

Os que concordam com essa inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k..

A Comissão atingiu todos objetivos. Assim, encerramos os trabalhos do dia de hoje. Vamos ao plenário da Câmara e do Senado acompanhar o debate da sessão do Congresso Nacional da apreciação de vetos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezesseis, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Hélio José. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "As dificuldades enfrentadas no exercício da Profissão de Técnico em Radiologia". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ubiratan Gonçalves Pereira, Secretário da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia - FENATRA-BR; Adriano Alberto Xavier Levay, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal; João Batista Benitz Silveira Junior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul; Jenner de Morais, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Radiológicas; Valdelice Teodoro, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Alexandre Martins Viana, Radiologista na Câmara dos Deputados; Débora Teixeira, Coordenadora do curso Tecnólogo em Radiologia na Faculdade UNIGRAN Capital em Campo Grande/ Mato Grosso do Sul; Laércio Tomaz, Jornalista; Gisela Benacon Pinheiro, Tecnóloga em Radiologia. O Senhor presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) elaborar Projeto de Lei em acordo com o Conselho, Federação e Sindicatos dos Técnicos e Tecnólogos em Radiologia regulamentando a idade máxima de vida útil dos equipamentos em radiologia, radioterapia, industrial e radioinspeção de segurança e medicina nuclear; 2) apresentar em Plenário requerimento nos termos do artigo 255, inciso II alínea C, item 12 do Regimento Interno do Senado Federal solicitando a remessa do PLS 387/2014, que trata da Profissão de Técnico em Saúde Bucal, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; 3) apresentar Projeto de Lei para garantir aposentadoria especial aos Profissionais da Radiologia no setor público, a exemplo do que ocorre no setor privado; 4) apresentar Projeto de Lei para tornar obrigatória a carreira de Tecnólogo em Radiologia no Setor Público no país, com piso salarial definido; 5) apresentar projeto de lei para que os profissionais em radiologia tenham direito a 60 dias de férias por ano. O Senhor presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e onze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 48, de 2016 - CDH, de minha autoria para debater o tema: "As dificuldades enfrentadas no exercício da profissão de técnico em radiologia".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Reafirmamos que esta é a 52ª Reunião da Comissão neste ano. O tema em debate será "As dificuldades enfrentadas no exercício da profissão de Técnico em Radiologia".

Como fizemos sempre, uma rápida introdução para situar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado e pelos meios de comunicação do Senado da República. Estamos, mais uma vez, hoje aqui com a importante tarefa de debatermos as dificuldades pertinentes ao exercício da profissão de Técnico em Radiologia, além dos avanços necessários ao setor, especialmente no que se referem ao aprimoramento da legislação dessa área tão importante. O debate não poderia ser mais oportuno.

Para o desempenho de qualquer profissão, é imperativo que o Estado exerça a sua função e distinga quando é necessário o estabelecimento de normas protetivas a todos. Disso depende a segurança dos pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fissionais e daquela parte da população em geral que busca os serviços oferecidos por esses profissionais. No caso dos técnicos em radiologia, a responsabilidade estatal ainda é mais evidente. Esses profissionais atuam em áreas médicas altamente sensíveis e estão submetidos a condições laborais peculiares. São continuadamente expostos à radiação, sendo que os efeitos danosos dessas condições só são conhecidos em longo prazo.

A própria lei da regulamentação da profissão (Lei nº 7.394/85) admite essa particularidade ao fixar em 24 horas semanais a jornada de trabalho dos radiologistas, além de determinar o pagamento de adicional de insalubridade de 40% sobre o vencimento. Importa dizer que esse não é um privilégio, mas um requisito para o exercício seguro da radiologia.

O problema, as senhoras e os senhores sabem bem, é que há vezes em que a legislação não é respeitada. Muitos setores descumprem as obrigações trabalhistas, contratam profissionais sem qualificação para o exercício dessa importante profissão, desrespeitando, assim, as regras nacionais de segurança na radiologia. Esse não é sempre o caso, mas qualquer ocorrência desse tipo em um setor tão sensível representa um grande risco e isso tem de ser alertado. Risco para o profissional, que tem diretamente sua saúde comprometida em razão da imprudência de alguns empregadores, e risco para a população, que muitas vezes é atendida por profissionais sem as devidas qualificações exigidas em lei e sequer têm conhecimento desse perigo.

Daí a relevância do debate que teremos hoje. Por esse motivo, eu gostaria de agradecer a participação de todos aqui presentes.

De imediato, vamos à composição da Mesa, depois dessa rápida introdução.

Convidamos para a Mesa a Srª Valdelice Teodoro, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia. Seja bem-vinda, Valdelice. (*Palmas.*)

Ubiratan Gonçalves Pereira, Secretário da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia (Fenatra-BR); Jenner de Morais, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Radiológicas. (*Palmas.*)

João Batista Benitz Silveira Junior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Adriano Alberto Xavier Levay, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos!

Vamos, de imediato, aos nossos convidados. Passamos a palavra ao Secretário da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia, o Sr. Ubiratan Gonçalves Pereira. São dez minutos com mais cinco, se necessário.

O SR. UBIRATAN GONÇALVES PEREIRA – Bom dia, Senador, cumprimento V. Exª por essa audiência pública, que é muito importante para os profissionais de radiologia do Brasil. Cumprimento também a nossa única mulher na Mesa, a companheira Valdelice Teodoro, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia; cumprimentando-a, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Bem, senhores, a radiologia vive um momento extremamente complicado em todo o País. Temos situações em que o profissional perdeu o verdadeiro valor, perdeu o valor que merecia ter em todo País. Essa não é uma exclusividade de um, dois ou três Estados, é no opa inteiro.

Pode passar o primeiro eslaide, por favor.

Todos se lembram dessa mão, não é? Trata-se de uma das primeiras radiografias feitas, a mão da Madame Curie, e nos leva a um passado que nos deixa até tristes porque a qualidade radiográfica que temos ali era muito ruim. Hoje, o que temos de qualidade radiográfica no nosso Pais também está muito ruim. Vamos começar a falar dessa realidade radiográfica no País falando da alma do profissional de radiologia, que está sendo exposta.

Próximo eslaide, por favor.

Esse é um dos primeiros equipamentos de raios X que tivemos em funcionamento. Ali pela década de 60 e década de 70, já tínhamos alguma coisa deste tipo, um aparelho muito bom para aquele tempo. No entanto, infelizmente, os profissionais ainda estão trabalhando com equipamentos desse tipo. No interior do Brasil, aonde se vai, encontra-se equipamento desse porte, equipamento muito antigo, arcaico, que não era mais para estar ali. Não tem uma blindagem bem feita, não tem uma condição de se trabalhar com esse equipamento mais porque trata-se de vidas. Lidamos com vidas todos os dias.

O papel principal do profissional das técnicas radiológicas – quando falo das técnicas, falo dos técnicos, tecnólogos e dos auxiliares de radiologia, que não podem ser esquecidos – é colaborar com o médico na ação de salvar vidas. Somos praticamente o principal elemento hoje dentro do diagnóstico. Nem os laboratórios têm tanto trabalho como temos nós, da radiologia.

E, infelizmente, ainda temos de trabalhar com máquinas e equipamentos desse porte e dessa qualidade. nos obrigados a isso pelos patrões!

O próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, aí, Senador, eu vou mais avante um pouquinho. Naquela sala de radiologia, ali, não era para estar aquele equipamento com o qual aquela profissional está lidando. Senador, aquele é um aparelho de raios X móvel, para ser utilizado somente em exames nos leitos ou em centros cirúrgicos. A profissional foi obrigada pelo patrão a essa condição de trabalho. Pasmem os senhores: esse aparelho não pode estar dentro da sala de raios X como ele está ali.

A Portaria nº 453 da Vigilância Sanitária nos ampara sobre isso, mas, infelizmente, a Vigilância Sanitária, ela mesma, não nos ampara. E, quando falamos da Vigilância Sanitária, Senador, falamos da Vigilância Sanitária como um todo, no Brasil inteiro. É um órgão criado, existente, com poderes, mas que não exerce o seu poder, não fiscaliza, não vai à frente, não vai às unidades de radiologia para dar a segurança de que o trabalhador precisa, e, o que é pior, o trabalhador é obrigado, naquela condição, a expor o paciente e expor a família do paciente, como muitas vezes acontece. Num caso de TB (tuberculose), por exemplo, a doença pode ter sido passada para a família inteira, e todos têm que fazer o exame de raios X para controle. Imaginem os senhores um paciente passando por essa situação constantemente com um equipamento desse, que não tem a menor condição de ser utilizado.

O próximo, por favor.

E, aí, nós entramos nessa situação: "Falta de manutenção impede atendimentos".

Ali, Senador, mais especificamente aqui, no Distrito Federal, nós vamos falar sobre os equipamentos de tomografia computadorizada e de ressonância magnética dentro das unidades da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. É um descaso o que o Governador Rodrigo Rollemberg vem fazendo com a população do Distrito Federal" O que ele está fazendo, neste momento, é colocar em risco a vida da população. Eu rogo muito ao Ministério Público, Senador, para que ele tome providências com relação a isso. Há cidadãos de bem que estão morrendo porque não têm diagnóstico. Há cidadãos de bem sendo removidos de ambulância, em estado grave, para fazer exames em outras unidades, quando não deveria ser removidos. E a gente não passa por essa situação apenas no Distrito Federal.

O próximo eslaide, por favor.

Esse aí é o Hospital Walfredo Gurgel, no Rio Grande do Norte. O aparelho de tomografia deles estava quebrado há 30 dias, e o paciente, no corredor, precisando fazer tomografia, o Samu, por sua vez, removendo o paciente para um lado e para o outro, e não havia condições de atendimento, de forma alguma.

O próximo eslaide, por favor.

O Hospital de Emergências do Agreste (HEA). Essa foi uma matéria de agora, do mês de março. O tomógrafo deles quebrou, quebrou o aparelho de raios X e, aí, os técnicos se revoltaram, porque eles queriam que os técnicos colocassem o aparelho de raios X móvel na sala, mas eles não colocaram. Deu uma confusão muito grande. A gente vê a precariedade dessa situação.

Em relação aos equipamentos de radiologia, deveríamos ter uma lei, Senador – e, aí, eu rogo ao senhor para que pense sobre isso –, que definisse o tempo máximo de uso desses equipamentos em dez anos. No máximo, dez anos! A cada dez anos eles têm que ser substituídos, ainda porque as tecnologias são muitas e evoluem constantemente. Hoje, já não se fazem mais exames de raios X com aquela placa, que nós chamamos de chassis, carregando-a de um lado para o outro. Hoje, fazemos em modo digital, e, com isso, nós temos uma qualidade radiográfica muito melhor, com menos tempo de espera e, o que é principal, nós podemos salvar mais vidas e com mais rapidez, porque, para salvar vidas, há que se ter rapidez.

O próximo, por favor.

Esse, aí, é um equipamento de tomografia. Veja o senhor que há uma placa "Não bata. Aguarde no banco."

E, infelizmente, a placa está lá: "Em manutenção e sem previsão"!

Enquanto esse equipamento está parado, Senador, muitos pacientes com AVC e várias outras patologias de trauma não podem ser atendidos. E o que acontece? A *causa mortis* está onde? Está na falta de diagnóstico.

Esse equipamento no Hospital Regional da Ceilândia, aqui em Brasília, foi consertado – e foi interessante a pergunta do senhor – não com verbas do Governo do Distrito Federal. Esse equipamento foi consertado com verbas da Universidade Católica, que dá estágio para os seus médicos no Hospital de Ceilândia. E ela pagou duas vezes o conserto desse equipamento. A Universidade Católica de Brasília foi quem pagou.

É uma troca de favores que eles fazem com o Hospital para manutenção do estágio deles.

O próximo eslaide.

Agora, entramos nos riscos. Radiação tem vários riscos. Entre eles, a gente fica muito preocupado porque vários profissionais que estão operando o equipamento no País não têm condições de operar o equipamento. E vamos para situações como a do próximo eslaide: 60 mortes, 6 mil vítimas, 20 anos de descaso – Memorial [illegible]sio 137, o maior acidente radiológico que já houve no Brasil, o maior problema que já houve no País. E ficamos nessa situação de insegurança nuclear que vivemos hoje no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Qual é o maior problema que enfrentamos? A famosa Vigilância Sanitária e a Comissão Nacional de Energia Nuclear não são atuantes. Infelizmente, não são atuantes.

Em relação a acidentes como este, Senador, não estamos em uma condição muito boa para dizer que estamos seguros. Podemos ter vários acidentes como esse no País por causa dessa questão da insegurança que existe com radiações no País.

Próximo, por favor.

Aí vamos para um caso muito grave. Esses levantamentos radiométricos são obrigatórios em todas as clínicas radiológicas do País, desde a menor clínica, que seja uma simples sala de raios X até as maiores clínicas de medicina nuclear, radioterapia, etc. Infelizmente, Senador, nem todos cumprem. Essa é uma obrigatoriedade. E assim como nem todos cumprem, a Vigilância Sanitária e a CNEN, mais uma vez, não fiscalizam.

Próximo.

Os dois órgãos, Senadores, nos deixam bastante tristes e preocupados. E eu falei, falei, falei sobre a vida dos trabalhadores e quero dizer que eles não estão cuidando da vida dos trabalhadores. Eles têm que estar lá fiscalizando constantemente. A fiscalização deles é a única forma que nós temos de tirar esses equipamentos antigos do mercado. É a única forma que temos de respaldar o profissional com relação à qualidade dos equipamentos que a gente vai operar.

Vou mudar o foco e falar – pode passar o próximo – que, nos 50 anos da Federação de Radiologia, nós temos defendido o profissional com afinco. Uma das grandes bandeiras de defesa dos profissionais hoje é a extinção e o fim das pessoas jurídicas, que exige que o profissional trabalhe, trabalhe e trabalhe para receber um mísero salário no fim do mês. Infelizmente, esse profissional chega a uma condição de se submeter a ser demitido e não ter seguro-desemprego ou não ter tido, em nenhum momento da sua vida de trabalho, um FGTS, férias ou nada parecido com isso.

No Distrito Federal, o Sindicato dos Técnicos de Radiologia (Sinttar), representando a categoria, acionou o Ministério Público e conseguimos multas de R$2 milhões para um hospital, de R$700 mil para uma clínica, e de R$280 mil para outro hospital.

Conseguimos, nos últimos três anos, tirar da ilegalidade 3,5 mil profissionais que não tinham suas carteiras de trabalho assinadas e colocá-los em postos de trabalho. Conseguimos proporcionar a esses profissionais férias, décimo terceiro e até plano de saúde. Infelizmente, ainda existem instituições que querem continuar trabalhando na ilegalidade, sequer se adequam à ADPF 151. O Sindicato de Radiologia do Distrito Federal e a Federação de Radiologia estão neste momento, Senador, acionando juridicamente essas instituições para que respondam pelos direitos dos trabalhadores, que estão sendo execrados. Infelizmente, a Justiça ainda funciona com certa morosidade, mas vagarosamente estamos subindo degraus e acabando com a situação de trabalhadores terem seus direitos execrados.

Por fim, quero dizer que nós já tivemos inclusive um bate-papo anterior com o senhor e ficamos muito felizes de ver que o senhor defende os profissionais das técnicas radiológicas, que é um grande companheiro nosso, um aliado nosso, que nos ajuda e faz com que a nossa profissão tenha o valor e o e o respeito que merece.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ubiratan Gonçalves Pereira, Secretário da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia.

Peço que você deixe por escrito, de preferência, essa ideia de dez anos para o equipamento – é claro que a Secretaria já tomou nota –, assim como outras recomendações que julgar úteis. Suas colocações nos deram muita clareza de que, além da segurança dos profissionais, está em jogo a vida dos pacientes. E, se você quiser, depois pode contribuir na elaboração do projeto, nós estamos à disposição para acatar sugestões. Como entidade nacional, vocês podem inclusive apresentar o projeto na Comissão de Direitos Humanos, e eu indico a relatoria, para que seja implementado.

O SR. UBIRATAN GONÇALVES PEREIRA – Muito agradecido, Senador. Nós vamos participar plenamente desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

De imediato, passo a palavra para o Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal, Sr. Adriano Alberto Xavier Levay.

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – Bom dia a todos! Bom dia à Mesa! Bom dia, Senador!

Estou muito feliz e esperançoso com uma audiência pública deste porte, que fala de radiologia, algo que defendemos com afinco.

Eu sou Presidente do Conselho de Radiologia da 1ª Região. Como todos sabem, os Conselhos foram criados por lei no sentido de proteger a sociedade. Nós vamos muito além de proteger apenas o profissional das técnicas radiológicas, que fazem parte da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Conselho, nas suas prerrogativas, tem como função a fiscalização dos profissionais ou ditos profissionais que estão na ilegalidade – nós vamos atrás deles– e a manutenção do código de ética profissional da categoria.

Nas nossas fiscalizações, nas nossas demandas, nesses anos de Conselho, o que eu tenho visto é o descumprimento generalizado da nossa legislação. A nossa legislação começou na década de 40. Em 1946, houve um decreto; depois, em 1950, a lei do Dutra; em 1968, o Brasil foi signatário da Convenção nº 115 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Senador, que aborda todos os aspectos internacionais da legislação sobre radiologia. E, desde então, o Brasil descumpre várias legislações internacionais.

O que acontece nas nossas investidas é o seguinte: fazer cumprir a lei. Vamos dizer: não podemos viver como conselho, como sindicato, e o Ubiratan falou isso, dia a dia, abrindo processos contra esse e contra aquele para fazer cumprir a lei. Isso é realmente um crime.

Eu hoje cheguei cedo ao Senado, cheguei cerca de 7h da manhã, para ver o que a gente já teve aqui com fiscalização. O senhor deve ter passado muitas vezes, porque o senhor está aqui no Senado diariamente, e na Câmara, por essas esteiras de radiação que existem nas portarias.

Pode passar aí a questão... Esses aí são os órgãos fiscalizadores, que vão mais um pouco além das nossas funções, das nossas prerrogativas como conselho. Pode passar aí.

Isso aí é um aparelho de inspeção de raios X, como esse que existe na entrada do Senado, nos fóruns, nos aeroportos, os senhores que viajam muito de avião, e como ele sai de fábrica. Vocês podem ver ali aqueles emblemas amarelos. Aquilo ali fala de radiação, de alta tensão. O que acontece aqui no Brasil, o que está acontecendo para você burlar, cometer um crime perante a sociedade? O que acontece?

Pode passar aí.

Está aí o símbolo da radiação, o fotolito, que é esse símbolo, um triângulo.

Pode passar.

Aí está o símbolo de advertência, o que acontece, o dia a dia.

Hoje eu tirei foto. Cheguei cedo, tirei foto da máquina que está lá na frente, que não é operada por técnicos em radiologia. O controle dessa emissão de radiação, não há. É inexistente. E são órgãos federais. É Câmara e Senado, é fórum, tribunais de justiça no Brasil inteiro, aeroportos, por onde passam milhões de pessoas, tomando radiação de graça.

Nós temos, na origem, dois tipos de radiação. A radiação natural, que nós temos, cósmica, solar, de todos os produtos que você vive, de que você não tem controle, é difícil você fazer um controle de uma radiação natural. Mas a que o homem criou, através de equipamentos artificiais, nós temos que controlar, gente. Nós estamos aqui, somos seres pensantes, e estamos enganando a população. A partir do momento...

Passa mais um eslaide, eu queria mostrar como é que estão fazendo os aparelhos. Não sei se tem a foto aí. Aquele símbolo de advertência, Senador... Pode ir passando.

Isso aí é um *body scanner*, que é utilizado nas penitenciárias.

Os símbolos da radiação são retirados. Nos aeroportos são retirados. Para quê? Para não causar, vamos dizer, aquela repulsa. Quando uma pessoa vai passar perto de uma máquina dessa e vê um símbolo de alta tensão, com aquela caveira, com símbolo de radiação, isso cria uma situação difícil para a pessoa que vai passar ali perto.

O que está aparecendo ali? Você vê pessoas operando isso aí, mulheres, mulheres grávidas, que vão dizer: "Por lei, pela Portaria nº 453/98 da Anvisa, é obrigatório o afastamento da pessoa grávida dessas máquinas." E você vê mulheres operando esses equipamentos, Senador. Realmente estão burlando nossa legislação, cometendo crime. Essas pessoas não estão amparadas dentro da nossa carga horária de 24 horas, não recebem insalubridade, e estão aí. As pessoas não têm curso, e estão lá, operando esse equipamento de radiação.

O grande problema da radiação, e eu também laboro na área de enfermagem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria entender melhor, acho que você vai falar agora: quem opera nos aeroportos em que passamos quase todo dia, queiramos ou não, ontem mesmo...

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – Sim, são vigilantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles são atingidos pela contaminação embora estejam...

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – O grande problema é este, Senador: a gente usa um aparelho chamado dosimetria na lapela para fazer a verificação mês a mês do índice de radiação que você tomou.

Aí vão dizer: "Essas pessoas não estão sendo monitoradas". O que se vê são firmas terceirizadas, de precarização dos serviços, que vão dizer: "Você tem uma alta rotatividade de pessoal, entra um, sai outro. Aquele está entrando já com alguns atestados..." Isso acontece, todos sabem. E não colocam outro, porque você tem la, a fila anda, aí coloca outro. Essa pessoa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O grande problema da radiação é que ela não tem gosto, você não ouve a radiação, ela não dói, você não vê a radiação. Aí você perde o medo. Você está junto daquela máquina, e ela vai responder para você: dá uma mutação genética no seu corpo dali a um ano e meio, dois anos. E você não percebeu, porque você não teve o devido treinamento – foi aquele empregozinho que você pegou lá atrás operando um aparelho que emite radiação. É isso o que está acontecendo.

Eu trabalho na área de enfermagem. Quando você vai fazer uma punção, vai fazer uma escareação de um paciente queimado ou vai fazer um curativo, a pessoa reclama logo: "Está doendo!" Acontece que a radiação não dói, o problema é esse. Aí vão dizer que a população não sente, mas a mutação genética é lá no interior da célula e, depois, você adquire um câncer.

A nossa questão é esta: nós temos vários projetos de lei tramitando tanto aqui como na Câmara. A gente precisaria ter o principal, do qual o senhor é signatário, o 3.661, o nosso projeto de lei que está na Câmara. Nós temos outros projetos que falam sobre a questão de realmente serem aplicados, de seis em seis meses, os laudos médicos. Está na Câmara, fazer exame de fundo de olho, exames citogenéticos, especialmente se você trabalha com césio 137, cobalto e outras categorias mais fortes de radiação. Isso tem que ser passado para frente. Isso tem que ser feito através da Convenção 115, da qual o Brasil é signatário. Isso precisa ser cumprido, Senador.

Eu concluo com esta questão. A nossa legislação está sendo descumprida, e estão burlando a lei por um sistema grosseiro mercadológico. Vamos dizer que você coloque um profissional desses para trabalhar 44 horas, não é porque ele é melhor ou pior não, é porque você o está explorando.

Realmente, a gente fica esperançosa de que esta audiência vá adiante e que se possam juntar os projetos que estão aqui. Que a gente possa seguir e fazer cumprir essa legislação, Senador.

Agradeço a todos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Adriano Alberto Xavier Levay, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do DF, que lembra que há projetos bons em andamento na Casa, mas seria preciso acelerar a sua tramitação para que fossem votados. Podemos pensar nisso aí, em fazer um mutirão para pegar os melhores projetos e pressionar para que sejam votados.

Passo a palavra ao Sr. João Batista Benitz Silveira Junior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO BATISTA BENITZ SILVEIRA JUNIOR – Bom dia, Senador, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul.

Este Presidente veio de Porto Alegre, sede do nosso regional, para colaborar com esta importante audiência pública no sentido de debater todas as dificuldades que estão sendo encontradas, e não é de hoje, de todos os profissionais das técnicas radiológicas.

Pode passar por favor.

Temos aqui um breve histórico da nossa profissão. Em 8 de novembro de 1895: portanto, é uma profissão que surgiu com a descoberta dos raios X, há pouco mais de 120 anos.

Com relação à preocupação com a radioproteção, já em 1900 os primeiros pesquisadores advinham com esta questão: o que era essa radiação X? Por que era X? Exatamente porque não se conhecia e até hoje ainda não se conhece totalmente o que ela pode fazer tanto a seus profissionais como à sociedade de uma maneira geral.

Já em 1924, fez-se uma avaliação de radioproteção sobre a quantidade de radiação que fazia a vermelhidão nos pacientes – isso em 1924. Então, se fez uma grandeza, que era o SED, um centésimo dessa vermelhidão, que era aquele limiar de proteção radiológica àquela época.

Já em 1958, com o advento da Comissão Internacional de Proteção Radiológica, surge o que hoje, dentro do desenvolvimento tecnológico, se tem como parâmetro de radioproteção em todo o mundo.

Pode passar, por favor.

O histórico no Brasil. Vimos que, somente em 1950, a parte profissional teve uma atenção com a primeira legislação para profissionais da União e autarquias a todos os servidores que operavam raios X e trabalhavam com radiação ionizante.

O Instituto de Pesquisas Radioativas, que depois originou a CNEN, que hoje também faz parte, teve o seu início em 1952. Já a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), que regula a energia nuclear no País, tanto a prospecção dos minérios radioativos quanto outras áreas, remonta de 1956 e era simplesmente uma comissão composta de cinco pessoas, inclusive com o Presidente da República da época. Já em 1962, ela adquiriu a competência de autarquia e, com as legislações de 1974 e de 1989, ela tem hoje essa regulação para o trabalho junto à sociedade.

Como foi falado pelo nosso colega Adriano, o Brasil, desde 1960, quando foi feita a Convenção 115 da ganização Internacional do Trabalho, que fala sobre a proteção contra as radiações, é signatário e vem immentando situações que culminaram com a teoria de sua aplicabilidade total em 1987.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vimos que, quanto a essas questões, de 1960 para 1998, tivemos um vazio e, nesse vazio, podemos considerar o que foi demonstrado há poucos dias em todos os meios de comunicação e, principalmente, no Fantástico, da Rede Globo: a questão de Chernobyl, em 1986, que foi o acidente nuclear, e, na sequência, em 1987, o acidente de Goiânia.

Cabe salientar que esse histórico chega a essa importante verificação que somente – nós tivemos em 1987 esse acidente de Goiânia –, em 1998 a Vigilância Sanitária fez a Portaria nº 453, que trazia os preceitos de proteção tanto para a sociedade quanto para os operadores, quanto para as instituições que operavam com radiação ionizante em radiodiagnóstico médico quanto dentário.

Então, nós vemos que existem muito vazios na nossa legislação, e essa é a principal questão nessas dificuldades encontradas pelos profissionais das técnicas radiológicas no desenvolvimento, no dia a dia da sua profissão, que, como bem falou o nosso colega Adriano, não trabalha especificamente com a fiscalização, mas também trabalha com a educação e trabalha diretamente para proteger, além do trabalhador, além do usuário do sistema de saúde, também a população.

Esse é um serviço público que deve ser respeitado, informado, verificado e implementado com várias normatizações atualizadas, nesse sentido.

Pode passar, por favor.

Então, voltando um pouco à legislação, temos a Lei nº 234, de 1950, e também um outro pulo: somente em 1985 foi criada a profissão das técnicas radiológicas, ou seja, todos aqueles que operavam aparelhos emissores de radiação ionizante. Foi regulada pelo Decreto nº 92.790, de 1986.

Nós possuímos diversas normatizações de órgãos reguladores de energia nuclear e de jazidas, enfim, de todas as questões dos minérios e da radiação nuclear, pela CNEN, e a Portaria nº 453, de 1998.

É importante salientar uma grande preocupação: na nossa lei de 1985, essa tecnologia vem avançando, e estamos com o nosso Projeto nº 3.661, de modernização da nossa lei, parado. É uma questão bastante importante, Senador, e gostaríamos que essa situação fosse implementada, assim como a profissão dos tecnólogos.

A profissão de Técnico em Radiologia, hoje, tem o Tecnólogo em Radiologia, que é uma profissão contemplada na Lei nº 3.661. Juntamente com alguns outros conselhos, mas poucos conselhos, o tecnólogo é totalmente reconhecido perante os profissionais das técnicas radiológicas. Isso também merece uma importância, porque esse Projeto de Lei nº 2.245 se encontra parado. E dentro das questões profissionais e do Ministério da Educação, as funções e a profissão de tecnologia, tanto em radiologia quanto nas demais, é de suma importância para o desenvolvimento do nosso País.

Já foi demonstrado, em outros países também, que esse profissional é diretamente dedicado a uma área específica, assim como é na radiologia.

Próximo, por favor.

Então, quais seriam as dificuldades encontradas, tema desta nossa audiência pública, de vital importância para os profissionais das técnicas radiológicas? A maior dificuldade encontrada pelos profissionais é o desrespeito à Lei nº 7.394 de 1985. Por quê, Senador? Porque regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e simplesmente conceitua como tal todos os operadores de aparelhos que emitem radiação ionizante. Então, há o exemplo claro que o nosso colega Adriano trouxe aqui nesta Casa, tanto quanto na Câmara dos Deputados: em todas as entradas de acesso de pessoas, de autoridades, de mulheres, de crianças, enfim, todas essas pessoas estão em contato com radiação ionizante, e esse preceito do art. 1º da lei do segundo decreto não é respeitado! A lei é clara: "Operadores de aparelhos que emitem radiação ionizante." É essa a maior dificuldade enfrentada por todos os profissionais, por todos os usuários do sistema de saúde e por toda a sociedade de uma maneira geral.

A respeito do que é falado em todo o cenário nacional, o Rio Grande do Sul não é diferente. Nós temos uma dificuldade imensa.

Estamos pleiteando, junto à Assembleia Legislativa – dia 6 teremos mais uma reunião –, para que seja feita uma lei estadual que diga a mesma coisa que a lei federal, porque a lei federal infelizmente não é respeitada e parece que não é suficiente. Mas a lei federal é superior a qualquer outra lei. E como nós vemos isso? Essa é a grande dificuldade.

As reuniões temáticas a respeito disso no Rio Grande do Sul – desde agosto estão acontecendo – encontram grande dificuldade, exatamente por essas questões do aeroporto, onde há uma grande quantidade de pessoas que operam, e não são Técnicos em Radiologia, e principalmente pela questão das penitenciárias. Com o advento da Copa, um legado que ela deixou – inclusive, Porto Alegre foi sede – foi a compra de 62 *scanners*. ão, nós fizemos toda uma documentação, agora estamos pleiteando junto à Assembleia.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JOÃO BATISTA BENITZ SILVEIRA JUNIOR – Mas já fizemos solicitação à Secretaria de Segurança Pública, que já negou o acesso à fiscalização do exercício profissional, porque entende que, como não há nenhum profissional trabalhando – existem aparelhos de inspeção com radiação ionizante, mas não há nenhum profissional lá trabalhando –, não há por que o conselho fiscalizar.

Então, essa atenção nós gostaríamos de ter e de trazer ao senhor, que também faz parte daquele povo, faz parte daquela luta, daquela história, o pedido para implementarmos situações que venham a desenvolver todo nosso País.

O próximo, por favor.

Aqui nós temos uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região sobre a jornada de trabalho. É só para demonstrar que existe essa preocupação com o profissional para que ele tenha esse direito de acordo com todos os tratados de que o Brasil é signatário.

Pode passar.

É dessa luz no final do túnel que nós precisamos, Senador, desse trabalho, desse empenho que remonta a todas as unidades da Federação junto ao Conselho Nacional e de o desenvolvermos junto a todos os profissionais. Esta é a nossa maior luta: o trabalho legislativo, o trabalho legal da profissão e a implementação e o respeito a essa legislação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Batista Benitz Silveira Junior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul, que deixou uma série de alertas e falou sobre como implementar a lei para que, em primeiro lugar, seja cumprida. Segundo, se for o caso, aprovar, inclusive nos Estados, pelo menos um complemento. Meus cumprimentos pelo alerta.

Jenner de Morais, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Radiológicas.

O SR. JENNER DE MORAIS – Bom dia, Senador! Bom dia, senhoras e senhores!

Senador, há um ditado lá no Sul – não sou gaúcho, mas sou casado com uma gaúcha – que diz que "quem faz é quem faz sempre." E o senhor fez, fez o PLS 26, que foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Depois de quatro anos que um outro Senador sentou em cima do projeto, nós conseguimos que a Vanessa Grazziotin o aprovasse. O senhor lembra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi uma batalha nossa.

O SR. JENNER DE MORAIS – O senhor se lembra daquela votação. E devo ser honesto aqui: veio uma ajuda do Palácio, veio a ordem: "É para aprovar". Essa dívida nós temos com a ex-Presidenta.

Esse projeto, veja o senhor, modernizou. Nós viemos com um grupo, sentamos na sua sala com o senhor, e o senhor botou sua a assessoria para trabalhar com a gente. Nós preparamos o projeto, que ficou muito extenso. Então, a Vanessa, ouvindo as reuniões, as discussões, limpou aquilo que era de decreto, o projeto ficou enxuto.

Diz exatamente o seguinte o PLS 26, do Senador Paulo Paim:

> A Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> Art. 1º Esta Lei regula o exercício das profissões de Bacharel em Ciências Radiológicas, Tecnólogo em Radiologia e Técnico em Radiologia no emprego das técnicas radiológicas e imagenológicas nos setores da saúde, da indústria e dos serviços, nas seguintes áreas:
> I – radiologia convencional;
> II – imagenologia;
> III – radioterapia;
> IV – medicina nuclear;
> V – radiologia e irradiação industrial;
> VI – radioinspeção de segurança.
> [Eu vou me restringir mais a essa parte, senão a campainha vai tocar.]
> I – radiologia convencional: obtenção de imagens por equipamentos geradores de radiação ionizante para subsidiar diagnóstico médico, odontológico ou veterinário;

Bom, o projeto foi para a Câmara já com o nº 3.661, de 2012, e aí sofreu vários percalços. Na Comissão de Seguridade Social e Família, foi aberta uma audiência pública e várias categorias profissionais foram lá discutir conosco. Nós nos sentamos com o pessoal de radioinspeção de segurança e com o pessoal de radiologia industrial e entendemos o aspecto deles.

Eu falei esta semana que o técnico industrial que pega uma Kombi e viaja um dia inteiro para chegar lá no oleoduto, no meio do mato, esperar avisarem que ele que pode entrar, ele vai fazer dez radiografias por dia cem soldas, ele não pode ter um horário de trabalho de 24 horas. Ele faz 24 horas, 30 horas numa semana, para fazer a tarefa dele e ir embora. Passa, às vezes, dez dias sem trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Entendemos isso e entendemos outros aspectos também, mas não conseguimos entender que um cavalariço possa fazer radiografia de animal misturado com as pessoas, segurando o chassis, sem avental, sem nada, e tomando ele a radiação, porque é cavalariço e o veterinário vira o tubo para ele, não para si.

Também não conseguimos admitir que um dentista coloque a atendente dele para fazer a radiografia, para ela tomar a radiação e não ele. Ele está habilitado para fazer, mas a atendente de saúde bucal ou o técnico em saúde bucal, não. Mas até aí compreendemos porque o dentista é o responsável, está lá. Apesar de termos mais de 100 mil profissionais no Brasil, nós não sabemos quantos milhares de dentistas têm aparelhos de raios X.

Mas às clínicas radiológicas e odontológicas é que pergunto: qual é a diferença de um aparelho que faz uma radiografia panorâmica para fazer a colocação de aparelho dentário em um paciente que, na grande maioria das vezes, está na tenra idade – no seu filho, na minha filha, na do senhor, que vai lá fazer uma panorâmica e repete três ou quatro vezes porque a pessoa que está ali está aprendendo é nela, não fez qualquer curso de formação?

Esse projeto de técnico em saúde bucal está na Comissão de Seguridade Social e Família, está aqui na Comissão de Assuntos Sociais, e V. Exª inclusive pediu vista do projeto. E o Relator, na Comissão de Educação, onde V. Exª pediu vista...

Primeiro, o Relator Paulo Rocha nos atendeu. Nós explicamos para ele, e ele falou: "espere aí, tire esse projeto". O parecer era favorável, mas ele retirou o projeto e disse: "vamos discutir". Como V. Exª sabe, ele tem uma boa experiência do trabalho, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, conhece a matéria, e retirou o projeto. Então, pedimos que o projeto fosse remetido à Comissão de Educação, porque – e é interessante – não queremos o monopólio, mas não podemos aceitar que um técnico de saúde bucal, com 1,2 mil horas de um curso de nível médio com 40 horas de técnica radiológica, sem qualquer formação em proteção radiológica, possa vira a ter o direito de fazer radiografia em uma clínica radiológica, que em nada difere de uma clínica. E mais: nas clínicas radiológicas médicas, já temos essa experiência sedimentada há décadas, há mais de 50 anos.

Os técnicos em radiologia existem, por incrível que pareça, desde 1895, e a primeira pessoa a operar um aparelho de raios X com iniciativa de diagnóstico não foi um médico, foi uma fotógrafa lá em São Francisco, nos Estados Unidos, já no ano em que se descobriram aos raios X. Então, o que ocorre? Nas clinicas radiológicas, já sabemos que não pode entrar a mãe grávida.

Pois bem, quando foi aprovado o projeto que regulamenta o técnico em saúde bucal, esse projeto passou na Câmara dos Deputados e houve uma audiência pública. Curiosamente, participei dessa audiência pública por delegação da Presidente do Conselho, que pediu que eu fosse. No dia, apresentei uma radiografia de mão, para idade óssea. A criança, enquanto está na fase de crescimento, precisa fazer algumas radiografias para datar essa idade óssea. O que aconteceu? Essa pessoa fez a radiografia lá em Goiânia um dia antes da audiência pública, e nos trouxeram essas radiografias para nós do Conselho. Não se pôde trazer no mesmo dia em que foram feitas porque não havia dentista, não havia ninguém de plantão para dar o laudo. A moça fez de um jovem que botou a mão no chassis, e ele fez com aparelho transportável como aquele ali.

Desculpem-me. É que eu falo um pouco alto e, então...

Qual é a diferença entre o aparelho transportável e o aparelho estático, grande? É a dosagem.

Para o senhor ter uma ideia, eu fiz essa demonstração no dia da reunião, da audiência pública lá.

(Soa a campainha.)

O SR. JENNER DE MORAIS – Se o senhor me permitir, eu encerro logo.

Uma radiografia de tórax daquela, vou falar de uma técnica rudimentar, daquele aparelho mais antigo. É um aparelho de 700mA, que produz uma radiografia em fração de segundo e produz, em média, 3.000A/s de exposição, com 70kV – aquele aparelho antigo que ele mostrou primeiro. Um aparelho transportável desses, para fazer uma radiografia de mão, tem que gerar uma exposição de 0,5s, no mínimo, e mais: com uma dosagem de 60kV a 70kV. E, geralmente, essas radiografias são feitas em condições precárias de trabalho e com revelação ainda manual.

O que nós precisamos do senhor, Senador? Aqui já não é uma questão trabalhista nem educacional mais; aqui já é uma questão de direitos humanos do cidadão que leva o filho para fazer uma radiografia. Isso aqui já é uma questão de humanidade com o semelhante, com o acompanhante, porque, nesse exame radiográfico, estão dentro da sala a criança, a mãe e o pai, todos tomando radiação.

A menina que fez a radiografia era uma Técnica em Higiene Dental, designação que, depois, mudou para Técnica em Saúde Bucal. E lá, na Câmara, Senador, foi retirado o direito de eles fazerem radiografias, porque im se entendeu. E, aqui no Senador, eles não conseguiram aprovar. Aí, eles vêm com o 387, usando o artifí- de colocar um dispositivo dando um piso salarial de R$900,00 para o Auxiliar de Saúde Bucal – e o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

até protestou dizendo: "Escuta, isso é R$20,00 a mais do que o salário mínimo atual!" – e de R$1.200,00 para o Técnico em Saúde Bucal. Ocorre que isso para uma jornada de 44 horas semanais de trabalho. Esse profissional fica lá dentro, Senador, fazendo radiografias, fazendo limpeza, fazendo outros trabalhos auxiliares ao trabalho do dentista e, na hora que chega alguém lá para fazer uma radiografia, ele corre lá e faz.

Eu fui fazer um tratamento dentário e, para controle, pediram uma periapical da boa inteira. Fui a uma clínica radiológica, aqui em Brasília, cujo dono esteve numa reunião com a gente aqui, no Senado, quando eu... E o rapaz repetiu algumas radiografias periapicais por três ou quatro vezes. Senador, uma radiografia periapical irradia mais a tireoide do que qualquer exame de raios X desses nossos aqui. E há uma tese de que a grande incidência de cânceres e de cistos de tireoide, hoje em dia, está em função da excessiva dose de radiografias odontológicas e de exames em crianças na primeira idade.

Senador, o que nós queremos do senhor, diretamente? É que o senhor avoque esse projeto para cá, faça uma audiência e chame os dentistas para nós conversarmos. É isso que nós queremos.

Nós não somos contra o Técnico em Saúde Bucal. Mandem ele fazer um curso de técnico em saúde bucal com ênfase em radiologia com 360 horas. Sabe o que ele vai fazer, Senador? Vai virar técnico em radiologia. "Eu não vou mais trabalhar como técnico em saúde bucal." Esse é o problema. Como técnico em radiologia, nós fiscalizamos. Como técnico em saúde bucal, é o Conselho Regional de Odontologia que fiscaliza.

Então, nós precisamos trazer à opinião pública o chamamento: não são os consultórios odontológicos e clínicas odontológicas que nós estamos discutindo. Estamos discutindo as clínicas radiológicas odontológicas. Aí o senhor sabe o que eles disseram: "Está bem, então nós vamos mudar no projeto." Olha aqui a emenda que eles fizeram: "Realizar fotografia e operar equipamentos de imagenologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em consultórios e clínicas odontológicas." E estão mudando a razão social das clínicas radiológicas odontológicas para clínicas ou consultórios odontológicos.

Quer dizer que eles estão burlando a lei que sequer foi aprovada! Eles não estão preocupados com o direito dos cidadãos. Não estou falando desses que estão aqui, os técnicos de radiologia que conhecem. Estou falando que eles pretendem burlar uma lei em prejuízo da sociedade, dos jovens, das crianças. Não se trata apenas dos profissionais, hoje se irradia mais o paciente, o acompanhante, o cidadão, o transeunte e até os cavaleiros de hípica, que tomam mais radiação do que o próprio profissional que opera.

Era isso que eu queria dizer. Nós requeremos ao senhor avocar o projeto para a Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Jenner de Morais, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Radiológicas.

Eu confesso e disse lá que eu não tinha entendido mesmo. Como se faz um piso mínimo de R$900, o salário mínimo é de R$880 e, em janeiro, eles sobem a inflação mais PIB, o que vai dar mais do que a atualização pela inflação.

Só se a intenção, de fato, não era o piso, era outra, como aqui está sendo colocado.

Eu vou dialogar com o autor do projeto e com o Relator, que é o Senador Hélio José, e propor a ele ou uma audiência pública ou que ele venha para esta Comissão.

O SR. JENNER DE MORAIS – Nós propusemos a ele uma audiência pública. E vou dizer ao senhor com total franqueza, porque o senhor merece isso: foi solicitado a ele pelos donos de clínicas radiológicas e pelo Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal que não fizesse audiência pública porque ia acontecer o que aconteceu lá na Câmara. A sociedade não aceita! As pessoas, quando conhecem um problema, Senador, gritam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Entendi. Só resta que saia daqui uma recomendação para a assessoria da Comissão no sentido de que façamos um pedido para que o projeto passe por esta Comissão. O.k.?

O SR. JENNER DE MORAIS – E o senhor pode pedir uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, claro. E aqui eu pediria a audiência pública.

O SR. JENNER DE MORAIS – E chamar o Conselho Regional de Odontologia, o Conselho Federal de Odontologia e a Presidente da Federação dos Técnicos em Saúde Bucal, que demonstrou total desconhecimento sobre o assunto, para que venha aqui até para se inteirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos debater o tema.

Com a palavra a Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Srª Valdelice Teodoro.

A SRª VALDELICE TEODORO – Bom dia, Senador. Bom dia a todos que compõem a Mesa, bom dia ao ...itório e a todos os colegas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agradeço imensamente a disponibilidade deste Senador que sempre tem nos acolhido, que sempre tem abraçado as nossas causas. É um Senador que merece todo o nosso respeito – e falo aqui por várias situações, por muitas reuniões em que já estive em seu gabinete – pela atenção que tem dado à categoria profissional dos técnicos em radiologia.

Bem, eu gostaria de iniciar a minha fala apresentando ao Senador o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, o Conter, criado no dia 4 de junho de 1987. Nós já tivemos aqui a explicação de que a classe profissional teve a sua primeira legislação, que falou da profissão, em 1950, com a Lei nº 1.234, de 1950. Em 1985, veio a edição da Lei nº 7.394, de 1985, regulamentando a profissão e criando o Conselho, mas o Conselho só foi instalado em 1987.

O Conselho, como autarquia federal, tem como atividade principal normatizar e fiscalizar os profissionais legalmente habilitados nas técnicas radiológicas em todo o Território brasileiro.

Atualmente, temos inscritos em nosso sistema 3.695 auxiliares, 91.857 técnicos e 8.642 tecnólogos em radiologia, todos legalmente formados, registrados e habilitados pelos 19 Conselhos Regionais que compõem o sistema. No total, temos então 104.194 profissionais habilitados.

De acordo com o CNES, que é o órgão do Ministério da Saúde que registra os profissionais, nós temos um total de 31.336 técnicos em radiologia empregados nos serviços públicos de saúde no Brasil. Esse dado pode estar um pouco defasado, mas nos traz uma grande preocupação diante do impasse do número de pessoas legalmente habilitadas e o que nós temos comprovadamente exercendo a atividade nos serviços públicos de saúde, que é o maior campo de atuação desse profissional. E isso nos revela uma situação muito preocupante: a invasão de outros profissionais na nossa área de atuação.

Nós temos que ter a consciência de que nós, técnicos em radiologia, depois da edição da Lei nº 7.394/85, antigamente operadores de raios X, fomos os desbravadores, que viemos trabalhando com essa ciência tão nova e tão importante para a saúde mundial, considerada a maior ciência dos últimos anos, que foi a descoberta das radiações ionizantes. E hoje ela vem sendo empregada em vários segmentos, alguns até que não conseguimos imaginar.

Quando falamos em empregabilidade da radiação ionizante, nós logo voltamos a nossa mente para a área de saúde, para aquela pessoa que vai fazer uma radiografia, vai fazer uma tomografia, vai fazer uma ressonância magnética. Embora a ressonância magnética não tenha radiação ionizante, é uma das mais novas áreas da imagenologia, em que ainda não se tem comprovado que mal traz para a saúde de quem passa por esse exame e de quem opera esse equipamento, e é uma das áreas que vem sendo burlada, todo mundo dizendo que não há radiação ionizante, que não é nossa área de atuação, um grande engano, porque é preciso conhecer de anatomia, é preciso conhecer de imagem, e é o nosso profissional que conhece essa área. Então, é mais uma das áreas que vêm sendo burladas.

Mas acontece o seguinte, meu nobre Senador: nós precisamos trabalhar com o respeito que o profissional técnico em radiologia tem diante dessa área, desse segmento da saúde no Brasil. Não é porque nós fomos as vítimas, porque muitos dos nossos colegas tiveram e têm câncer por conta da radiação ionizante que agora outras pessoas, depois de alguns órgãos virem com a pseudopreocupação de radioproteção e com o conhecimento de dose mínima, com o conhecimento de que radiação não faz mal, de que radiação não é lesiva, que nós temos outros profissionais adentrando a nossa área e querendo aproveitar dessa condição.

A radiação ionizante que foi descoberta há 120 anos é a mesma que se aplica hoje. Existem equipamentos mais modernos? Existem. Mas existe uma alta taxa de dose, muito mais elevada do que aquilo que havia antigamente, a exemplo da tomografia. Quando a tomografia foi implantada no Brasil – e foi há poucos anos, não faz muitos anos que a tomografia está sendo utilizada no Brasil –, levava-se duas horas para fazer um exame de tomografia, e hoje se faz em dois minutos. Por que será? É menos radiação? Não. É mais irradiação. Uma tomografia equivale a mais de 500 radiografias de tórax, a dose de radiação. Então, como é que pessoas sem formação, sem qualificação, sem habilitação, sem o poder da fiscalização, do controle desse órgão chamado Conselho, podem estar atuando só para aprovar benesses para empregadores? Nós não podemos. Na condição de Conselho, a nossa atividade é a proteção da sociedade, e nós queremos e estamos brigando, estamos indo à luta, cada dia lutamos, para proteger essa sociedade, a saúde da sociedade, de quem depende de um exame de radiologia, ou a saúde do nosso trabalhador que está lá. Então, nossa luta é para que a radiologia seja respeitada.

Quais são os projetos de lei? Por exemplo, Senador, em 2008 o senhor apresentou aqui o PLS 26, que normatizava muitas coisas, que trazia um marco regulatório atualizado, modernizado, para essa profissão. E [illegible] tivemos afronta da medicina, afronta da odontologia, tivemos afronta da veterinária, nós tivemos afronta [illegible] muitas outras categorias profissionais. Esse PLS ficou parado aqui 4 anos, mas, felizmente, foi aprovado. Está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

na Câmara desde 2012, mas nós não conseguimos fazer com que ande esse projeto, que, inclusive, reconhece o tecnólogo em radiologia.

Aliás, essa é uma outra situação grave que temos. Hoje, dentro do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, a bancada que compõe o CNS é formada praticamente por profissionais da área da saúde, das 14 profissões, e 13 dessas profissões são contra o tecnólogo, o tecnólogo em geral. Eles entendem que, como eles têm a formação em nível de bacharel, o tecnólogo vai atrapalhar essas profissões. Isso é diferente do que nós estamos sempre defendendo em audiência pública, em todos os segmentos possíveis: o tecnólogo em radiologia é uma profissão consolidada, não conflita com o técnico em radiologia.

(Soa a campainha.)

A SRª VALDELICE TEODORO – Portanto, esse PLS 26, que hoje está na Câmara como 3.661, regulamenta e reconhece o tecnólogo em radiologia sem trazer conflito com nenhuma outra profissão. Embora no nosso registro tenhamos menos de 9 mil, nós temos mais de 12 mil tecnólogos formados no Brasil, profissionais que estão atuando, que têm atividade definida e que precisam ter a sua atividade reconhecida.

Enfim, nós gostaríamos de deixar aqui para o Senador a nossa preocupação: invasão de outros profissionais, áreas em que estão atuando profissionais sem formação, sem reconhecimento.

Foi levantada aqui a questão dos aeroportos, dos *body scanners*, que trazem uma situação muito séria. Recentemente foi feita uma matéria sobre isso, comprovada. Fizemos denúncia aos órgãos competentes. No presídio de Vila Velha, no Espírito Santo, foi registrada uma série de abortos em moças que iam fazer visitas para seus companheiros e parentes. Quem está observando a situação não entende que aquela massa que está no ventre daquela pessoa é um feto, é o início de uma gestação. Pensa que é outra coisa, manda a pessoa voltar e passar várias vezes. Isso desencadeou uma série de abortos nas moças.

Então, precisamos resguardar a sociedade, a saúde dos nossos profissionais, a saúde de quem depende do exame, porque hoje não existe quem não tenha passado por um exame radiológico, por um procedimento de Medicina Nuclear, por um procedimento de radioterapia. Na área industrial, todo mundo sabe que os nossos profissionais também têm a necessidade de estar ali para a questão de proteção de saúde.

Portanto, Senador, o nosso grito é: que o senhor nos ajude a inibir os projetos de lei que entram nesta Casa com invasão de outros profissionais nas áreas de atuação dos profissionais legalmente formados, habilitados, qualificados e em condição de fiscalização.

Só para o senhor ter uma ideia, no ano de 2015, o Conter passou por 1.529 cidades, visitou 5.319 estabelecimentos e fiscalizou, alcançou 31.393 profissionais. E foram registradas 4.547 notificações, 667 autos de infração, que é o nosso legado, concedido pela União – fiscalizar e proteger a sociedade –, e nós estamos fazendo.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi Valdelice Teodoro, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, que deixou aqui uma série de considerações e pediu força para o PL 26.

Neste momento, vou passar a palavra para o Plenário, porque duas pessoas se inscreveram para fazer perguntas ou expressar o seu ponto de vista sobre o tema. Começo com Alexandre Martins Viana, Técnico em Radiologia da Câmara dos Deputados, por cinco minutos.

O SR. ALEXANDRE MARTINS VIANA – Bom dia, bom dia à Mesa.

Nobre Senador Paulo Paim, meu nome é Alexandre Martins Viana, eu sou Técnico em Radiologia da Câmara dos Deputados, aqui ao lado, e sou muito amigo de algumas pessoas da Mesa, entre elas o Ubiratan e o Adriano, e estamos nesta luta já há algum tempo.

Foi muito bacana a palestra de todos, mas vamos lembrar o tema desta audiência pública, que é a dificuldade encontrada na atuação do profissional da área. Com ela, podemos elencar algumas coisas, e eu estou falando é para a audiência da TV Senado, para as pessoas que estão assistindo a esta audiência e que levam seus filhos para fazerem radiografia, tomografia, ressonância, entre outros procedimentos.

Nós temos alguns problemas no que concerne à nossa profissão, já falados pela maioria dos presentes à mesa, só que vamos falar um pouco mais diretamente, vamos dar um pouco de nome aos bois.

Primeiro, o grande problema da nossa profissão é a omissão do Poder Público. Felizmente a nossa lei foi criada, mas, infelizmente, o decreto regulamentador não saiu. E sabemos que é no decreto que se fala como são feitas as coisas. Por que estou falando isso? Porque, na nossa profissão, senhores, para você que está em casa, que não sabe, nós deveríamos – vou repetir: deveríamos – nos aposentar com vinte e cinco anos de profissão, e não é o que está sendo feito, principalmente na esfera pública, em que o regime de trabalho é o regime estatutário. O que acontece? Vinte e cinco anos não é um benefício porque o Alexandre é mais bonito, o Bira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ou o Adriano, não. É porque nós trabalhamos com equipamentos que, infelizmente, causam males a médio e a longo prazo.

Aí o que acontece? Vou dar um exemplo: o Hospital de Base do Distrito Federal, porque trabalho lá também. O profissional trabalha 35 anos, porque não é concedida para ele a aposentadoria de 25 anos. Minto. É concedida sim, só que quando chega no STF, como não tem a regulamentação, eles precisam se basear em alguma lei e aposentam o profissional, que toda vida foi estatutário, como celetista. Então, o profissional que ganhava um X de salário, será rebaixado ao teto da CLT e não vai ter paridade com os que estão na ativa.

Primeiro ponto a ser defendido: 25 anos de aposentadoria não é um prêmio, é uma exigência da profissão. Segundo, os profissionais de áreas que para mim são estranhas à radiologia, entre eles, biomédicos e técnicos de higiene bucal. Só para você que está em casa saber, o biomédico tem uma disciplina de radiologia. Uma! Ele faz radiologia um semestre, enquanto o tecnólogo, na sua formação de no mínimo três anos, tem desde o primeiro semestre! Eu desafio qualquer biomédico a vir aqui e falar se algum tecnólogo em radiologia quer fazer exame em laboratório de análise clínica, que era onde eles deveriam atuar, originalmente. Só que se você ler a lei do biomédico, verá que eles podem trabalhar com qualquer coisa que queiram.

Eu sou da seguinte teoria: quem faz mais, faz mal feito. Quem quer fazer tudo, faz mal feito. Nós somos extremamente especialistas na área que estudamos, no caso, a radiologia. Técnico de higiene bucal eu não preciso nem comentar. O poder econômico está por trás disso.

Eu vou explicar o que acontece. O dono de clínica particular contrata o biomédico ou técnico de higiene bucal por um simples motivo. O dono de clinica quer lucro, então vai contratar o profissional que faz 40 horas, já que na nossa área são 24. Aí por algum motivo, seja lá qual for,...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MARTINS VIANA – ... quando o técnico de higiene bucal ou biomédico é demitido ou pede para sair, ingressa com uma ação na Justiça do Trabalho querendo o ressarcimento, sendo equiparado a técnico de radiologia. Isso é um absurdo!

O que estamos pedindo aqui – e V. Exª sempre foi muito prestativo em ouvir nossas deliberações – é simplesmente para atuar na nossa área de direito. Nós não queremos atuar em análise clínica, como o biomédico. Aí virá o biomédico aqui dizer que pode trabalhar em tudo. Vamos comparar currículo, senhores! Vamos comparar currículos. Vamos ver quem estudou mais radiologia, para poder atuar em radiologia. Eu já falo que é o tecnólogo em radiologia.

Eu teria outras coisas para falar, mas há o adiantado da hora. Já ultrapassei o meu tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Alexandre Martins Viana, radiologista da Câmara dos Deputados, que deu uma bela contribuição ao debate.

Agora, Débora Teixeira, Coordenadora do curso Tecnólogo em Radiologia na Faculdade Unigran, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A SRª DÉBORA TEIXEIRA DA CRUZ – Bom dia a todos.

É uma honra, é um prazer ver a Valdelice aqui.

Cumprimento o Exmo Sr. Senador, que fez o convite para estarmos aqui. É uma oportunidade de reforçar a fala de vocês. O que todos vocês disseram vem ao encontro de uma preocupação do gestor de um curso superior de Radiologia: o que fazer e como fazer?

Aproveitando as palavras do Alexandre, hoje, como tecnóloga em radiologia, bioeticista e psicóloga, tenho a preocupação de acertar o foco da nossa profissão. E vejo as contradições. Como pesquisadora, hoje, como doutoranda em saúde e mestre em Bioética, a dissertação do meu mestrado foi: "Responsabilidade ética dos profissionais odontólogos nas clínicas e consultórios", o que vem a calhar com a sua fala, Jenner, exatamente porque há desconhecimento. Se há desconhecimento da radiação ionizante, há imperícia e negligência.

Quem está preparado para atuar? Se eu não conheço a miliamperagem e a quilovoltagem de um equipamento, como vou preparar esse material e trabalhar com a população? Qual é o nível de radiação que nós temos? E qual a exposição de cada sujeito a ser trabalhado? Eu tenho uma grande preocupação. Como bioeticista, nós vamos usar os princípios de Beauchamp e Childress, o principialismo: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Acredito que é um bom olhar agora, nesses projetos a serem desenvolvidos.

Um outro detalhe com o que fico bastante preocupada é que, em orientação de trabalhos de conclusão de curso, fizemos um trabalho sobre o *scanner body* ou *body scanner*, como é chamado. Eu moro numa cidade de fronteira. Lá nós fizemos uma pesquisa. Foram encontradas onze vans que fazem esse trabalho, e são profissionais que não são da área; são policiais. Na verdade, são pessoas que conhecem o exercício policial, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

exercício fiscalizador, mas desconhecem radiação ionizante, como o colega disse; é alguém que teve um treinamento de oito dias para operar um equipamento. Como fica essa situação? Qual é a razão de uma pessoa não ter uma formação de três anos ou de dois anos como técnico para exercer a profissão?

A minha solicitação, o meu pedido aqui seria: existe a possibilidade de abrir concurso na polícia também para que os nossos profissionais estejam inseridos nesse processo; existe a possibilidade de nós, juntos, como uma categoria profissional, debatermos exatamente em audiência pública esse processo. Como formadora de profissionais, sinto a necessidade de discutirmos muito mais essas situações.

V. Exª há de convir comigo que os outros profissionais de outras áreas inerentes à nossa, que acham que são da área da saúde e estão preparados para trabalhar com radiação ionizante, estão negligenciando a nossa profissão, porque nós, como profissionais que estudamos três anos para fazer os procedimentos, estamos aptos. Isso, segundo a DLB, é competência e habilidade dos profissionais que estudaram e adquiriram conhecimento para tal profissão.

Quero já agradecer a todos pela oportunidade. Fico à disposição também para acompanhar os projetos no que for necessário quanto à cientificidade, já que o meu doutorado é em saúde e leva a essas questões de buscar uma cientificidade para a área de Radiologia, tanto para técnico como para tecnólogo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Débora Teixeira, Coordenadora do Curso de Tecnólogo em Radiologia da Faculdade Unigran, em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, que também deixa a sua contribuição, para avançarmos, segundo ela, até numa outra audiência pública, com um debate mais amplo, aprofundando qual é o papel de cada um.

Com a palavra Laercio Thomas, jornalista.

O SR. LAERCIO THOMAS – Eu escrevo sobre saúde pública há uns cinco anos, especificamente sobre radiologia há uns três, quatro.

Quando eu converso com técnicos e tecnólogos em radiologia, eu percebo que eles se afligem em razão de quatro problemas principais.

O primeiro deles é o exercício ilegal da profissão. Além de profissionais de outras áreas que não têm competência, profissionais apenas de ensino médio também ocupam vagas em aeroportos e portos. A categoria se incomoda muito com isso porque eles fazem investimento no ensino técnico, que já é formador para emprego, e, no momento em que tentam entrar no mercado de trabalho, encontram uma concorrência desleal com a qual não conseguem lidar.

O segundo problema de que vejo reclamarem muito são os salários pagos pelos empregadores, inclusive pelo Governo Federal, o qual está abaixo do piso salarial. De acordo com o art. 16 da Lei nº 7.394, nenhum profissional dessa área poderia receber menos do que dois salários mínimos, mais 40% de adicional por insalubridade. Esse artigo foi objeto de uma ADPF no Supremo Tribunal Federal, e em 2011 saiu uma liminar dizendo: "Já que o salário mínimo não pode ser usado como indexador, nós fixamos esse valor aqui e passamos a corrigi-lo pela inflação oficial". Isso não vem acontecendo nos acordos coletivos. Percebemos que grande parte da categoria – não tenho especificamente esse dado de percentual –, mais da metade não recebe o salário a que tem direito.

A terceira reclamação mais recorrente é sobre a infraestrutura. Muitos departamentos de radiologia são completamente sucateados ou não seguem a legislação no básico, que é a sinalização. O maior problema que encontramos na área é o seguinte: a Anvisa e a Vigilância Sanitária deveriam cuidar desses aspectos, mas a Vigilância Sanitária, principalmente nos Municípios, é um cargo técnico ocupado eminentemente por políticos que são amigos do prefeito e não têm nenhum interesse em resolver o problema. Ele realmente está atendendo uma agenda que não é de interesse público.

O último fator de grande insatisfação é o descumprimento da carga horária. Devido à nocividade da radiação ionizante, esses profissionais não poderiam trabalhar mais do que 24 horas semanais. Isto está claro, está expresso no art. 14 da Lei nº 7.394: nenhum profissional poderia fazer carga superior a 24 horas semanais. Esse é o grande fator de concorrência desleal, porque o profissional sem habilitação aceita trabalhar 40 horas, 44 horas por um salário menor e não tem consciência de que maneira isso vai afetar a sua saúde em médio e longo prazo.

Então, estes quatro problemas – exercício ilegal, baixos salários, infraestrutura e carga horária – acredito que sejam os que mais incomodam os profissionais que atuam no Brasil.

Eu queria encerrar minha fala fazendo uma observação sobre uma citação da Presidente Valdelice Teodoro. Existe um problema muito grave acontecendo nos presídios brasileiros. Sabemos que a maioria dos [illegible]sidiários é de homens e quem vai visitar geralmente são mulheres. É a mãe, é a irmã, é a parceira. Então, [illegible]stem muitas mulheres que estão grávidas e que não poderiam ser submetidas a uma inspeção com radiação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ionizante, e estão sendo. Isso tem que ficar registrado. Em todos os presídios de segurança máxima no Brasil, temos esses equipamentos funcionando sem nenhuma autorização legal e operados por agentes penitenciários que não têm a menor ideia do que estão fazendo.

Fique este registro: acho muito importante que tanto o Governo quanto o Congresso Nacional busquem saber o que está acontecendo dentro dos presídios brasileiros, porque, sob a falsa pecha de que se deve acabar com a revista vexatória e colocar esse equipamento, está se fazendo um *lobby* muito grande para vender esses equipamentos, que são caríssimos. Eles não estão mudando em nada a realidade da segurança; pelo contrário: estão servindo só para empresário fazer *lobby* dentro do Governo, vender esses equipamentos em condições suspeitíssimas, porque, com isso, se movimenta muito dinheiro, e sabemos que, quando se movimenta muito dinheiro, existe muito interesse por trás.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Laercio Thomas, jornalista, que fez uma série de considerações, que ficam registradas para sabermos como a Comissão pode ajudar nos encaminhamentos.

Gisela Benacon, por favor.

A SRª GISELA BENACON PINHEIRO – Olá, bom dia a todos. Sinto-me muito honrada de estar aqui, neste momento histórico, já que esperamos muito tempo por essas iniciativas, que ficam engavetadas no nosso País, infelizmente.

Eu me formei em 2014 como tecnóloga em radiologia e estava esperançosa em que realmente houvesse esta oportunidade de estar aqui hoje. No final do ano passado, fui premiada em um trabalho do Conter (Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia) e fiquei muito honrada de ter participado e ter sido premiada com um trabalho científico. Atualmente, estou concluindo uma especialização em radioterapia e tomografia, e faço mestrado em Engenharia Biomédica pela UnB.

Como cientista, como pesquisadora, também me interesso muito em saber quais são as possibilidades que o nosso País tem para a nossa área de radiologia, especificamente para os tecnólogos, porque, realmente, é uma área de atuação nova. Tenho dois anos de formada, ainda não estou trabalhando no mercado, não consegui emprego devido à falta de consideração que está havendo com os tecnólogos profissionais. Investimos na nossa educação, como já foi dito aqui, e não temos mercado, não temos área para atuar. Então, eu me sinto, com relação a este assunto, prejudicada, representando a minha classe. Sinto-me muito prejudicada financeiramente, porque investimos muito, continuamos estudando, investindo.

Sei que há muitos amigos aqui, tecnólogos, técnicos, que estão estudando, buscando, investindo na área de saúde, nessa área especificamente, para ser o melhor no trabalho, porém não há realmente área de atuação. Ficamos muito...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GISELA BENACON PINHEIRO – Pode falar.

O SR. ALEXANDRE MARTINS VIANA – Pedi um aparte apenas para exemplificar. Infelizmente no nosso País, Gisela, eu, como atuante na área há 14 anos, vejo que não existe possibilidade para o tecnólogo em radiologia enquanto não for regulamentada essa profissão no âmbito público. Se não for criada a carreira de Tecnólogo em Radiologia no âmbito público – Hospital de Base, HFA, enfim, em todo o sistema de saúde pública –, vocês vão continuar só pesquisando nas universidades e gastando dinheiro. Infelizmente, essa é a realidade do nosso País.

Deve partir desta Casa ou da outra, ou do Executivo, não sei, algum projeto de lei que estabeleça a obrigação dos entes federativos de criarem a carreira de Tecnólogo em Radiologia no sistema público de saúde do País. As pessoas costumam fazer uma analogia com o enfermeiro, pois toda unidade de saúde tem que ter um número x de enfermeiros, etc. Então, eu rogo para que esta Casa, na figura de V. Exª, faça um projeto de lei – e não sei como se faria isso – para tornar obrigatória a criação da carreira de Tecnólogo em Radiologia no âmbito da saúde pública do Brasil.

Obrigado

A SRª GISELA BENACON PINHEIRO – Muito obrigada pela sua complementação.

Realmente, nós estamos estudando agora para um concurso, cujas inscrições ainda serão abertas, mas cujo edital já foi lançado, da Prefeitura Municipal de Caldas Novas. Eu e outros colegas estamos nos reunindo para ir prestar esse concurso. Agora, esse concurso é para técnico; não é para tecnólogo. Aí você imagina: a gente ter que entrar com uma ação judicial para conseguir assumir uma vaga de técnico, ou seja, há um monte de gente querendo uma vaga, e são 16 vagas apenas, algumas destinadas a portadores de deficiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Realmente, não tem área. Como vamos investir anos da nossa vida em uma área que não existe, que é superficial, que é imaginária? No papel é muito bom, muito bonito, mas precisa, realmente, ser colocado em prática.

Senador, eu agradeço muito a sua intenção de estar aqui, hoje, nos ouvindo, porque, realmente, é uma calamidade o que está acontecendo, e nós precisamos resolver isso no nosso País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O Dr. Ubiratan queria fazer uma consideração.

Por favor, Dr. Ubiratan.

O SR. UBIRATAN GONÇALVES PEREIRA – Vamos lá.

Vou, primeiramente, comentar aqui o que o Laércio falou a respeito da questão salarial.

O art. 16 foi desqualificado pelo STF. Então, nós já não podemos mais falar em dois salários mínimos; nós temos de tratar como piso da categoria e ponto. Isso já é ponto pacificado. Então, nós temos de trabalhar, a partir disso, em cima das convenções coletivas estaduais. E temos de avançar para criar um piso salarial nacional, que, este sim, é a nossa grande batalha, a grande barreira que nós temos hoje a vencer. Mas não desistimos e estamos trabalhando para que isso aconteça.

Segundo, Gisela, vou colocar uma coisa muito importante para você: o Ministério do Trabalho já nos reconhece como profissão – eu também sou tecnólogo. E já nos reconhece porque criou a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Ninguém pode ter a sua carteira registrada se não for pelas profissões reconhecidas pela CBO. E nós, Tecnólogos em Radiologia, já estamos reconhecidos.

Infelizmente, é uma realidade: o Brasil, dentro dos órgãos públicos, só acata o Tecnólogo em Radiologia depois de um mandado judicial, depois de uma liminar ou qualquer coisa parecida.

O que nós precisamos, Senador – e ela já rogou isso ao senhor, e eu, como Secretário da Federação Nacional de Radiologia, quero enfatizar o pedido dela –, é criar um projeto de lei desta Casa, o Senado Federal, para que possamos ter, o mais rápido possível, essa profissão regulamentada, essa profissão aceita pelos órgãos públicos do País, como o Alexandre enfatizou muito bem.

Essa questão de os órgãos públicos não aceitarem os tecnólogos é um crime. E um detalhe, Senador: é um crime contra a população, porque ele é um profissional muito mais qualificado, muito mais preparado e que não está ali como figura de enfeite, ele está ali profissionalmente pronto para atender a população no seu dia a dia. Infelizmente, nós temos que dizer, ninguém vai a hospital por diversão. Quem está lá tem que estar preparado de verdade para atender a população com qualidade e amor. E é isso que o profissional de técnicas radiológicas faz no seu dia a dia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu vou tentar aqui resumir os encaminhamentos. Depois, se a Mesa quiser fazer alguma consideração, todos podem fazê-lo ou não.

Encaminhamentos:

1) Elaborar projeto de lei de acordo com o Conselho, Federação e Sindicatos de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia, regulamentando a idade mínima da vida útil – que era a proposta primeira – dos equipamentos de radiologia, radioterapia e industrial, radioinspeção de segurança e medicina nuclear. É isso?

2) Apresentar em plenário requerimento, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 2, do Regimento Interno desta Casa, solicitando a remessa do PLS 387, de 2014, que trata da profissão de técnico em saúde bucal à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação. Esse é o requerimento que faço, o projeto vamos elaborar de forma conjunta.

3) Apresentar projeto de lei para garantir aposentadoria especial aos profissionais de radiologia no setor público, a exemplo do que já ocorre no setor privado.

4) Criar projeto obrigatório à carreira de tecnólogo como órgão público, com piso salarial definido.

Aqui são os princípios, depois, naturalmente, junto com vocês, vamos discutir inclusive o piso.

Na próxima segunda-feira, a audiência pública aqui será para fixar, depois de um amplo debate em âmbito nacional – eu estive em dois Estados –, o piso dos vigilantes. Será na segunda-feira, quando vamos bater o martelo e vamos apresentar o projeto.

São esses os encaminhamentos.

Consulto se alguém da Mesa quer fazer uso da palavra. Cada um terá três minutos.

Começamos pelo Dr. Jenner e depois todos poderão fazer alguma consideração final que entendam necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JENNER DE MORAIS – Senador, o senhor veja que interessante: quando eu digo que quem faz é que faz sempre.

O senhor se lembra do seu PLP 61, lá na Câmara? Aquele que regula a jornada de trabalho e aposentadoria especial para as carreiras com insalubridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De muitos e muitos anos atrás. Deve ter uns 15 anos ou mais.

O SR. JENNER DE MORAIS – Eu acho que nós já somos mais velhos do que essa juventude.

Esse projeto, depois com a Vanessa Grazziotin, tentamos tirar, mas foi em uma época em que, no passado, não houve interesse de aprovação e impuseram todas as barreiras possíveis. Fizeram até uma resolução do Ministério do Trabalho tratando da aposentadoria especial, mas não entrou no serviço público. O senhor sabe que o serviço público enfrenta uma dificuldade muito grande. O primeiro ponto é esse projeto.

O segundo é um outro aspecto: é preciso lembrar que regulamentar qualquer atividade profissional, inclusive... Tem que ser do Executivo. E precisaríamos fazer um trabalho com o Ministério do Trabalho. É meio estranho, mas é o Ministério do Trabalho que tem que iniciar isso.

O terceiro, que é o tecnólogo ser admitido no serviço de saúde. Isso já está no catálogo de profissões do Ministério do Trabalho e começa no Conselho Nacional de Saúde. E, pela primeira vez, nós conseguimos emplacar um membro no Conselho Nacional de Saúde, que é a Valdelice, e a tarefa dela lá é esta: que saia do Conselho Nacional de Saúde uma resolução para que o Poder Executivo mande o projeto. Se não, não virá.

Então, são esses argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, eu entendi. Por mim, é diferente, que venha de lá para cá. Mas não é a primeira vez que a iniciativa é daqui. Eles vetam grande parte, mas alguns, conforme o *lobby*, eles sancionam. Lembro aqui do...

O SR. JENNER DE MORAIS – É o caso do arquiteto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Do arquiteto, do especialista em vinhos, como se chama?

O SR. JENNER DE MORAIS – Enólogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Enólogo. Eu e o Senador Sérgio Zambiasi, meu colega, trabalhamos juntos.

O SR. JENNER DE MORAIS – Tira da valeta. Tira da valeta uma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aprovamos aqui, foi para lá, houve toda uma pressão nacional, e foi regulamentada a profissão.

O SR. ALEXANDRE MARTINS VIANA – Por isso que tem que saber o caminho das pedras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, tem que saber o caminho das pedras. Ou seja, tem que movimentar por aqui e por lá também, como V. Sª lembra bem. Eu estou nesta Casa há 30 anos. Entrei e nunca mais saí. Um ou outro Senador tem esse período todo aqui. Alguns saíram para serem Presidentes, governadores, secretários de Estado, prefeitos, e até voltaram depois. Eu entrei na Constituinte e nunca saí. Já vi de tudo aqui. Coisas que não podiam acontecer, acabaram acontecendo, como, por exemplo, em relação a uma PEC, uma emenda à Constituição, em que precisa haver o interstício das sessões, e aprovar os dois turnos em uma noite. Em uma noite, quando deve haver cinco sessões de interstício, aprovar em um turno e depois em outro. Mas vale o alerta, para fazermos o caminho nos dois lados: no Executivo e no Legislativo.

Vamos ao Dr. Ubiratan, para as considerações finais.

O SR. UBIRATAN GONÇALVES PEREIRA – Senador, eu fui muito bem lembrado aqui por um companheiro. Já que falamos das questões do serviço público, existe também a necessidade importante de um pedido de alteração na CLT com relação às duas férias por ano para o profissional que trabalha no serviço privado. Essas duas férias não são regulamentadas. Algumas instituições já entendem que é necessário e já estão fazendo isso acontecer. Mas na totalidade, no País, nós não temos essa garantia para os trabalhadores, e precisamos fazer com que as duas férias por ano para esse profissional, medida que já é regulamentada no serviço público, sejam regulamentadas também para o profissional regido pela CLT.

E vou finalizar com a seguinte fala, Senador: o Presidente da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia, o companheiro Carlos Alberto Monteiro de Oliveira – que não pôde estar presente aqui hoje por compromisso anteriormente assumido, tentou até chegar, mas acabou tendo problemas com o trânsito em Brasília –, muito inteligente nesse ponto, tem dito que são diversos problemas, são diversas frentes, mas nós não podemos desistir e muito menos nos amedrontar. Esta é uma batalha para todos os profissionais, aqueles que já estão formados e não estão no mercado de trabalho; é uma batalha para aqueles que estão se formando e é também uma batalha para nós, profissionais que estamos no mercado. Precisamos continuar batalhando para que isso não aconteça mais dentro do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós não queremos ter preço. Os homens e mulheres que têm preço não têm a menor condição de continuar neste País. Nós queremos ter o nosso verdadeiro valor. Merecemos ter o nosso valor, estamos em busca desse valor e vamos conquistá-lo, nem que seja a duras penas, mas nós vamos ter esse valor, porque nós empenhamos, Senador, a nossa vida no dia a dia, trabalhando com a fonte de radiação, para salvarmos vidas todos os dias. Nós colocamos ali, nos nossos equipamentos, a nossa vida, porque, se nós não empenharmos a nossa vida, quem vai fazer os exames dos pacientes? Porque é muito clássico dizerem, e é notório de todos os profissionais, que, infelizmente, os médicos não fazem exames, quem faz os exames são os profissionais técnicos e tecnólogos em radiologia.

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRATAN GONÇALVES PEREIRA – Quero agradecer ao senhor pelo apoio, mais uma vez, por nos dar esse espaço e a condição de falarmos da questão de radiologia em nosso País, que é muito importante para nós, que somos profissionais das técnicas radiológicas. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ubiratan Gonçalves.

Agora passamos a palavra para Valdelice Teodoro, na sequência.

A SRª VALDELICE TEODORO – Quero agradecer mais uma vez, Senador, por este momento tão especial que o senhor conseguiu nos oportunizar de estarmos aqui discutindo nossas necessidades, nossas angústias.

Parece-me que a coisa mais urgente que nós temos neste momento, entre tantas coisas, é o reconhecimento do tecnólogo em radiologia. O tecnólogo em radiologia está reconhecido pelo Ministério do Trabalho, por meio da CBO, está reconhecido pelo Ministério da Educação, que reconhece como formação o tecnólogo em radiologia, mas nós temos a resistência do Ministério da Saúde, que é onde não se cria o cargo para os concursos públicos para esse profissional. Então, nós precisamos do reconhecimento desse profissional tão importante, altamente qualificado, para atender a tecnologia radiológica neste País.

Nós temos hoje mais de 200 faculdades e universidades que formam esse profissional no Brasil. Portanto, é um grande número de profissionais. Hoje nós temos, nos serviços públicos, principalmente nos hospitais universitários, a empresa Ebserh, que vem terceirizando os serviços da área da radiologia, enfim, todo o serviço do hospital universitário, e com um agravante: essa empresa, em raros Estados, contrata tecnólogo em radiologia, mas não respeita a carga horária de 24 horas semanais, e do técnico ele reconhece as 24 horas semanais, porém com salário inferior aos demais técnicos de outras profissões, porque eles pagam por hora, e não pela atividade desenvolvida.

Então, no serviço público, realmente, o nosso profissional está tendo uma grande perda e enfrenta a falta de reconhecimento da sua atividade.

Enfim, queremos nos colocar à disposição e contar sempre com a ajuda de V. Exª nas nossas demandas pela profissão das técnicas radiológicas neste Brasil.

Muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Presidente do Conselho Nacional de Técnicos de Radiologia, Valdelice Teodoro.

Agora passamos a palavra para João Batista Benitz Silveira Junior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO BATISTA BENITZ SILVEIRA JUNIOR – Colegas, esta é uma situação ímpar para nós da profissão das técnicas radiológicas.

Se os senhores não sabem, o berço do tecnólogo foi a Ulbra, no Rio Grande do Sul, na década de 1990. Foi o primeiro curso superior de Tecnologia em Radiologia, que depois de todas as tratativas foi reconhecido pelo Conselho Nacional. Ou seja, nós temos ainda o nome de Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, mas o Conselho adotou essa profissão já no início. Na década de 90 formaram-se as primeiras turmas.

Falando para a colega a respeito do tecnólogo, existe uma grande preocupação no Estado do Rio Grande do Sul, que foi o berço desse profissional, quanto ao fechamento dos cursos superiores de tecnologia, o que está diretamente relacionado à falta de serviço no setor público, à falta de vagas para esse profissional. Eu trabalho num grande hospital, onde já fizemos uma solicitação no ano passado para que fosse aberto esse cargo de Tecnólogo em Radiologia, o que propiciaria outros avanços no desenvolvimento das técnicas radiológicas, na área da radioproteção, principalmente na residência integrada multiprofissional em saúde – até onde sei, ainda não possuímos esse cargo de residência multiprofissional em saúde.

Por que eu falo isso? Porque a área de conhecimento da radiologia não está ligada diretamente só ao iodiagnóstico. Nós temos outras áreas, como a radioterapia e a medicina nuclear, que são diferentes. Há a pria radiologia industrial, sobre a qual falamos por causa dessa legislação emperrada nas casas legislativas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

em que não se coloca a segurança, o que verificamos até mesmo aqui no Senado e na Câmara Federal, nas inspeções de segurança de bagagem.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA BENITZ SILVEIRA JUNIOR – Por ocasião da Copa, havia um carro de retroespalhamento passando pelos Estados. Ele era operado pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e muitos não sabiam que esse carro passava para verificar a existência de bombas. Provavelmente ele vai atuar agora no Rio de Janeiro, junto com a Força Nacional e junto aos presídios também.

Então, o que falta é o entendimento do Poder Público sobre a base da nossa lei relativa a profissionais que operam equipamentos que emitem radiação ionizante – lei federal de 1985, válida. Que ela seja respeitada, e que nós possamos, a partir da oportunidade que o nosso Senador Paulo Paim está nos dando, fazer legislações tanto na área social para os nossos profissionais – vimos isso com a Fenatra e os nossos órgãos do Conselho –, como para conseguirmos um piso salarial adequado. Ele já está regrado, mas há essa questão da ADPF. Nós temos um piso para o técnico em radiologia, para o tecnólogo em radiologia e para o auxiliar de radiologia, como tantas outras profissões.

E que nós tenhamos espaço no serviço público, não apenas no Rio Grande do Sul, onde, em 2010, ocorreu o primeiro concurso para tecnólogo, na cidade de Novo Hamburgo. Há dois profissionais trabalhando lá, mas precisamos de muito mais. No Rio Grande do Sul, inscritos nós temos – deixe-me ver os dados atualizados – 574 profissionais tecnólogos registrados, 5.930 técnicos; só que nós temos a certeza de que existem muito mais técnicos que não estão listados como tecnólogos por uma questão de não haver essa profissão.

Isso também emperra o desenvolvimento científico, como nós vimos, dos diretores de curso superior, porque não há essa implementação em poder pesquisar, não poder desenvolver as nossas técnicas radiológicas, principalmente na questão da radioproteção.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA BENITZ SILVEIRA JUNIOR – Fica aqui o agradecimento do Estado do Rio Grande do Sul ao Senador Paulo Paim, a todos os colegas integrantes deste debate, desta audiência pública. Agradeço muito o convite para estar aqui, e que nós consigamos enxergar essa luz no fim do túnel, que consigamos a implementação, Senador, de todas as características para que esse profissional possa desenvolver as técnicas radiológicas sempre visando o melhor para a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Batista Benitz Silveira Júnior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul.

Por fim, Adriano Alberto Xavier Levay, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do DF.

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – Complementando, Senador, faltou o item da saúde ocupacional. Há um projeto muito bom na Câmara, que poderíamos levantar, porque ele está parado, deve estar sentado em alguma mesa lá. O projeto fala sobre audiometria, no caso da ressonância magnética, pois é uma área em que há um barulho intenso, em que se trabalha com alto campo magnético. No projeto foi incluído um exame, que seria o citogenético, para ver se a pessoa está realmente sofrendo algum efeito da radiação, assim como o exame de fundo de olho, porque, geralmente, a maioria dos técnicos começa com o olho bom e, no decorrer do tempo, aumenta o seu grau, em razão da penumbra em que se vive na sala de Raios X.

Eu gostaria que fosse levantado esse projeto, se possível, para algumas complementações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sabe o número do projeto?

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – Eu vou passar para a assessoria. Não o tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., depois passe para nós.

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – E eu queria falar a todos aqui que não existe dose de radiação ionizante inócua. Não existe esse negócio de dizer que é dose mínima. Ela vai te causar algum mal. Quando você for fazer um exame de saúde, você tem de ver se o benefício que ele traz é maior do que o mal que a radiação fará. E não existe limite de dose.

Eu cheguei à seguinte conclusão: quando você vai entrar com uma ação na Justiça, uma causa pequena ou uma causa grande, quem você contrata? O advogado. Quando você vai fazer um serviço dentário, seja uma obturação ou uma extração dentária, quem faz? O dentista. Quando você vai fazer uma pequena ou uma grande cirurgia, é o médico. Quando se trata de radiação, pequena ou grande dose, quem tem de estar lá é o profissional devidamente habilitado, o técnico ou o tecnólogo em radiologia. É isso que nós temos de ver. A população tem de estar ciente. A população está sendo enganada neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Se você pegar todos os conselhos de radiologia que fazem as inspeções e as fiscalizações devidas... Nós estamos insistindo nisto, arrancando símbolo de equipamento de radiologia, de radioproteção, de alta tensão, por quê? Porque o mercado está falando mais alto. Eles querem colocar o profissional que faz 44 horas lá, escravizar esse profissional que não tem conhecimento, nos aeroportos e nas penitenciárias. Só aqui em Brasília são dez *body scanners* – dez *body scanners.*

Eu tive o caso agora de uma senhora que foi visitar o filho presidiário, Senador. Ela passou cinco vezes, tirou a roupa, tirou tudo, e o pessoal dizia que ela tinha alguma coisa no fêmur. Sabe o que ela tinha no fêmur, quando foi no médico radiologista, no Paranoá, fazer o exame? Tinha um osteosarcoma, um câncer no osso. Foi descoberto no aparelho da penitenciária. E ela tirou a roupa todinha. Além daquela exposição por tirar a roupa toda, ainda passou cinco vezes pelo *body scanner*,eescâner scâner, que tem sete vezes mais doses de radiação do que um raio X de tórax. E estamos vivendo isso no País.

Na Comunidade Europeia existe uma legislação nova – eu não a tenho – que faz toda a monitoração do que se está utilizando em aeroportos, porque, depois de 2001, do atentado contra as Torres Gêmeas, começaram a vender equipamentos de *body scanner* para aeroportos, etc., e vivemos esta situação no País.

Precisamos regulamentar, melhorar as condições. Estamos em um órgão público, e podemos ver o descumprimento da legislação na porta do Senado, na porta da Câmara, na porta do Supremo Tribunal Federal...

A SRª VALDELICE TEODORO (*Fora do microfone*.) – Posso fazer um aparte na sua fala?

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – Com certeza, Valdelice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem sabe ele conclui e em seguida a senhora fala.

O SR. ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY – Então, concluindo, é exatamente isto: não existe dose inócua de radiação. Nós temos as radiações artificiais e as radiações naturais. As artificiais fomos nós que criamos. Nós temos o dever e a obrigação de controlá-las. Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Adriano Alberto Xavier Levay, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal.

Por favor, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Srª Valdelice Teodoro.

A SRª VALDELICE TEODORO – Senhores, eu só quero deixar registrado nesta Casa um caso ocorrido na semana passada. Nós estamos falando em equipamentos emissores de radiação e estamos falando em pessoas sem qualificação. Eu vivi este exemplo. Estes olhos enxergaram e estes ouvidos ouviram. Eu estava embarcando no aeroporto de Curitiba. Uma moça estava na minha frente. Ela passou a bagagem e em seguida passou. A moça que estava com aquela raquete a fez voltar para tirar a bota, porque havia uma fivela na bota. Essa moça ficou muito nervosa. O nome dela é Flávia, depois começamos a conversar. Ela disse para a funcionária do aeroporto: "Você está me mandando tirar a bota?". "É, tem metal na sua bota". Ela perguntou: "Nesse raio X você viu o que passou?". A outra disse: "Sua bagagem". "Você viu que dentro da minha bagagem tem uma 765, três pentes carregados e mais 36 balas?"

Todo mundo arregalou o olho deste tamanho. Era uma policial passando, que estava vindo, destacada para Brasília. Eles não entenderam, não viram o conteúdo da bagagem, mas viram a fivela da bota dela. Eu só estou contando isso para registrar nesta Casa a importância de quem olha aquela maquininha e decifra a imagem. Não é fazer de conta que está cuidando da segurança deste País. Só isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Valdelice Teodoro.

Eu queria agradecer muito. Já começo com a Valdelice Teodoro, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, pela forma como expôs aqui o seu ponto de vista, aproveitando o Sistema de Comunicação do Senado, para falar um pouco mais sobre um tema tão importante, que trata das nossas vidas. Todos nós, de uma forma ou de outra, temos de passar por esses equipamentos e, se não formos atendidos por profissionais preparados, acabamos tendo problemas, inclusive como esse, que poderia ser de segurança de voo, mas, felizmente, era uma policial.

A SRª VALDELICE TEODORO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento Jenner de Morais, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Radiológicas; cumprimento João Batista Benitz Silveira Junior, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Rio Grande do Sul; cumprimento o Sr. Adriano Alberto Xavier Levay, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do DF; e cumprimento o Sr. Ubiratan Gonçalves Pereira, Secretário da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia. Meus cumprimentos a todos.

Os encaminhamentos foram dados. O último registro será feito agora, junto à assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Antes de encerrar, eu queria convidar todos os que puderem para, amanhã, no Auditório Petrônio Portella, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência. Terá início às 9 horas e irá pelo dia todo, debatendo a nossa previdência pública.

Queria também convidar para, no dia 6 de junho, outra audiência pública, também no Auditório Petrônio Portella, em que vamos vai discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a sua aplicação. O Estatuto está em vigor há muito tempo, mas muitos não entenderam ainda a importância da sua aplicação. Estarão lá especialistas na questão das pessoas com deficiência. Tema: "O Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) – Desafios para a Concretização de Direitos".

E quero lembrar que, como aqui já falei, na próxima segunda, debateremos o piso dos vigilantes. Vamos aqui discutir, depois de um amplo debate que já fizemos em diversos Estados.

Agradeço a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Vida longa aos profissionais dessa área!

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 53ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e um minuto do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, das Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e da não membro Senadora Vanessa Grazziotin. Registra-se a presença dos Deputados Federais Arnaldo Faria de Sá, Carlos Zarattini, Goulart, Chico Alencar, Padre João, Marcon, Ronaldo Benedeti, Edmilson Rodrigues e das Deputadas Jô Moraes e Erika Kokai. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A Previdência Social no Brasil" e lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e solicita ao cerimonialista, David Rayol, que chame os convidados para comporem a mesa e fazerem suas considerações: Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Carlos Zarattini; Vilson Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP; Edison Haubert, Representante do Instituto do Movimentos dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas - MOSAP; Warley Gonçalves, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP; Alberto Brochi, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Francisco Cardoso, Representante da Associação Nacional dos Médicos Peritos - ANMP; José Calixto, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; Flauzino Antunes Neto, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; Carmen Foro, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; João Domingos dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Lúcio Belantaine, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Wagner Francisco, Representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT; Edson Índio, Representante da Intersindical; Sérgio Luiz Leite, Secretário Geral da Força Sindical; Gibran Jordão, Representante da Central Sindical e Popular - CSP CONLUTAS; Maria Lúcia Fatorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã, Deputados Goulart, Chico Alencar, Padre João, Marcon e Ronaldo Benedeti e às Deputadas Jô Moraes e Erika Kokai. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) realizar encontros regionais em defesa da Previdência, em defesa da democracia e contra a violência contra a mulher. O Senhor Presidente suspende a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. O Senhor Presidente reabre a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos e solicita ao cerimonialista, Odary Rodrigues, que convide os palestrantes a comporem a mesa e fazerem uso da palavra, na seguinte ordem: Décio Bruno Lopes, mestre em Direito Previdenciário, vice-presidente de Seguridade Social da ANFIP, para tratar do tema: Convergência dos Regimes e a Previdência Social; Eduardo Fagnani - professor da Universidade de Campinas – Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT, para tratar do tema: a Estrutura do Seguro Social Brasileiro e seu Impacto na Economia; Frederico Melo, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para tratar do tema: os Impactos das Mudanças Demográficas no Seguro Social; Melissa Folmann, coordenadora da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, para tratar do tema: a Realidade Tributária da Previdência Brasileira; Thaís Riedel, advogada e conselheira seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do DF e presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPREV, para tratar do tema: Aposentadoria Especial, Pensão e Redução de Direitos; Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, advogada, doutora em Direito Previdenciário e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), para tratar do tema: Previdência Rural e Diferença de Gênero. É concedida a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Carlos Silva, Presidente do Sinait; Alfredo Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – Sinafresp; Luciana Lindenmeyer, Diretora Secretária do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN); Sérgio Castro, do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil; Daro Piffer, Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal; Lídia de Jesus, representante da diretoria da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde – Fenasps; Paulo Sérgio Nunes Menezes, da ATENS Sindicato Nacional; Devanir Oliveira, do Sindfisco Nacional; Daniel Santos, do Sindbacen; Lineu Neves Mazano, Presidente do Fessp-ESP e José Wilson de Souza Gonçalves, Diretor da Contag. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) que o Ministério da Previdência Social volte a ter autonomia; 2) elaboração da carta de lançamento desta frente parlamentar, cuja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

aprovação será realizada na próxima terça-feira, dia 7/6/16, às 15h00, na CDH do Senado Federal; 3) realizar reuniões em todas as regiões brasileiras, nas principais capitais, levando a todo o Brasil a necessidade de engajamento nessa luta, não permitindo o desmonte da previdência social, bem como debater outros temas como a violência contra as mulheres, o negociado sobre o legislado e a precarização pela terceirização; 4) realizar reuniões semanais do grupo de trabalho às terças-feiras, na CDH do Senado Federal, visando à elaboração de estudos em todas as áreas, no objetivo de chegar a uma conclusão que atenda às necessidades da nossa sociedade; 5) atuar junto aos parlamentares, levando o esclarecimento e buscando o apoio, de forma apartidária e democrática; 6) estudar uma proposta de alteração na legislação concernente ao aprimoramento e melhoria da gestão dos recursos da seguridade social e previdência. O senhor Presidente faz a leitura de questionamentos de especialistas, conforme notas taquigráficas. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e dez minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia!

Sejam bem-vindos ao lançamento oficial da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que tem por objetivo a defesa da manutenção dos direitos sociais e da gestão transparente da Seguridade Social e do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social pública e solidária.

Senhoras e senhores, abrindo os atos protocolares desta solenidade, são convidados a compor a Mesa de honra as seguintes autoridades e personalidades, com as nossas boas-vindas: o Sr. Senador Paulo Paim e o Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, proponentes da criação da Frente; a Senadora Vanessa Grazziotin; o Sr. Presidente da Anfip, Vilson Romero; o Sr. Presidente do Mosap, Edson Haubert; o senhor representante da Cobap, Varlei Gonçalves; o senhor representante da Contag, Alberto Broch; o senhor representante da Associação Nacional dos Médicos Peritos, Francisco Cardoso; o senhor representante da CGTB, Ubiraci, que nesta oportunidade será representado pelo Sr. Flauzino Antunes Neto; a Srª Vice-Presidente Nacional da CUT, Carmen Foro; o Sr. Presidente da NCST, José Calixto; o senhor representante da CTB, João Paulo Ribeiro; o senhor representante da CSB, Lucio Bellentani; o senhor representante UGT, Wagner Francisco; o senhor representante da Intersindical, Edson Índio; o Sr. Secretário Geral da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite.

Senhoras e senhores, sua atenção, por favor. Composta a Mesa e como parte do protocolo cívico que este evento requer, convidamos os presentes a se colocarem em posição de respeito para o canto do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Sentados, por favor.

Este cerimonial cumpre o dever de registrar a presença do ilustre Senador Humberto Costa, que é convidado neste momento para compor a Mesa de honra a convite do Presidente, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, recriada por sugestão da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e pela iniciativa do Senador Paulo Paim e do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, conta com o apoio da Anfip, da Fundação Anfip, além de outras 49 entidades, como OAB/DF, Cobap, Fonacate, Mosap, IBDPrev, IBDP, Sindifisco Nacional, Fenasps, Sintbacen e ANMP.

Neste momento, para que se pronuncie apresentando uma breve saudação aos presentes e para declarar oficialmente aberto este evento, com a palavra o Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e proponente da Frente, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 17, de 2016, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para lançar a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social do Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por io do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria, embora tenha aqui um pronunciamento por escrito, muito benfeito por sinal, com dados, com números... A Vanessa acha que eu devo fazer essa abertura simbólica, então, farei aqui, seguindo o ritual.

Senhoras e senhores, estamos reunidos aqui para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Quando falamos "mista", estamos nos referindo à Câmara, ao Senado e a todas as entidades que estão participando deste movimento. São mais de 50 entidades: todas as centrais, todas as confederações e todas as entidades tanto do serviço público como também da área privada.

Por uma questão apenas de tempo, de idade, e por antiguidade é que eu e o Arnaldo estamos coordenando. Já coordenávamos uma comissão mista suprapartidária, inclusive, quando éramos Deputados. E aqui apenas voltamos com o mesmo objetivo. Mas será uma coordenação que vai trabalhar. Não vai ter este ou aquele coordenador.

O objetivo de todos nós é a defesa intransigente da manutenção dos direitos sociais, da gestão transparente da Seguridade Social e do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social pública e solidária.

A tarefa, podem crer todos vocês, não será nada fácil. Os ataques são enormes, mas, com a nossa união e a nossa consciência, tenho absoluta certeza de que sairemos vencedores.

O Ministério da Previdência é nosso! É dos trabalhadores e das trabalhadoras! Devolvam o nosso Ministério da Previdência! (*Palmas.*)

É bom lembrar que, por iniciativa da sociedade civil, hoje, em praticamente todas as capitais, estão sendo realizados atos exigindo a volta do Ministério da Previdência.

Informamos ainda que, ao longo das últimas décadas, todos nós estamos aqui lutando, quer no campo, na cidade ou dentro dos Parlamentos, com o mesmo pronunciamento, demonstrando que a Seguridade Social, onde está previdência, assistência e saúde, é superavitária. Os argumentos que temos usado vão ao encontro de projetos que julgo necessários para a garantia dos direitos dos trabalhadores aposentados e pensionistas, repito: trabalhadores do campo e da cidade.

Uma salva de palmas a todos, mas, com muito carinho, aos trabalhadores rurais que se deslocaram de ônibus porque sabem que seus direitos estão sendo covardemente atacados. (*Palmas.*)

Lembro a todos também que todos os governos que passaram pelo Planalto foram uníssonos em dizer que a Seguridade Social tinha problemas. Mas nós reafirmamos aqui neste plenário que a Seguridade Social não terá problemas; é só não desviarem para outros fins todos os recursos da Seguridade Social. (*Palmas.*)

Não aceitamos e não aceitaremos nunca a manipulação de números e dados.

Conforme a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), com base no último estudo: "Análise da Seguridade Social 2014", não há déficit, e, sim, superávit na Seguridade. O superávit, em 2006, 59 bi; 2007, 72 bi; 2008, 64,3 bi; 2009, 32,7 bi; 2010, 53,8 bi; 2011, 75,7 bi; 2012, 82,6 bi; 2013, 76,2 bi; 2014, 54 bi.

As contribuições, em 2014, somaram 686 bilhões. Foram gastos 394 bilhões com aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário-maternidade etc.; 38 bilhões com benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas); 26 bilhões com benefícios de transferência de renda, Bolsa Família; 94 bilhões em serviços, ações e programas de saúde – pagamento de médicos, enfermeiros, construção de hospitais, medicamentos, procedimentos –; mais de 50 bilhões utilizados com ações do FAT; mais de 10 bilhões em ações de Seguridade Social utilizados por diversos Ministérios, secretarias e outros.

Os gastos com a Seguridade Social somam, incluindo todo o orçamento, 632 bilhões. Sobraram, portanto, atualmente, 54 bi, os quais, em quase sua totalidade, acabam sendo desviados para outros fins. Lembramos que só a DRU deslocava em torno de 20%. Agora querem passar para 30%.

Faremos de tudo para que a DRU não retire um centavo da Seguridade Social. (*Palmas.*)

Os dados da Anfip são esclarecedores e demonstram que a Seguridade Social é viável, tanto que, depois de 15 anos de muita luta, conseguimos derrubar ou pelo menos criar uma alternativa ao famigerado Fator Previdenciário, que é a Fórmula 85/95.

Então, não venham me dizer que a nossa Previdência no Brasil é a única ou uma das poucas do mundo que não têm idade mínima. Tem idade mínima sim. Quem quiser se aposentar, com a fórmula 85/95, terá de ter: 55 anos a mulher, com 30 de contribuição; o homem, 60 de idade e 35 de contribuição.

O que não aceitaremos é fazer com que as mulheres... Todo mundo elogia a mulher, todo mundo faz homenagem, todo mundo lembra as mulheres, mas querem passar a aposentadoria delas para 65 anos. Não passarão! (*Palmas.*)

Por uma questão de justiça, desenvolvimento e soberania nacional, a Seguridade Social, lembramos, tem totais condições de garantir o presente e o futuro, o bem-estar de milhões e milhões de trabalhadoras e trabalhadores, de aposentadas e aposentados.

Muitas mentiras têm sido ditas como forma de manipulação e intimidação. Até afirmam que vão atrasar pagamentos dos aposentados. Ou seja, através do medo, de uma suposta "fratura exposta", querem afian-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

çar que a Seguridade Social corre grave risco, que ela é o grande mal que atravanca o crescimento do País. Eu pergunto: a quem interessa essa visão distorcida dos fatos, essa farsa?

Somente aos grandes grupos econômicos, principalmente aqueles que estão de olho, já que querem transformar – a gente vai fazer o bom combate – o Ministério da Previdência em um puxadinho do Ministério da Fazenda para ficar à disposição do sistema financeiro. Não o farão! Vamos enfrentar e fazer o bom combate. (*Palmas.*)

Feita, pessoal, essa pequena introdução para situarmos a questão, a partir deste momento, conforme já combinamos – e esta é uma frente parlamentar que conta com a assinatura, já, de centenas de Deputados e dezenas de Senadores –, se todos concordarem, porque muitos Deputados e Senadores, além de estarem aqui ajudando, naturalmente, no lançamento da frente... Vejo aqui o Senador Paulo Rocha, que desde Deputado já fazia parte da frente, chega agora aqui à minha esquerda, e muitos outros Deputados e Senadores. Por isso eu proporia, se assim a Mesa concordar, que passássemos a palavra, em primeiro lugar, para os Deputados e Senadores que estão presentes, representando todos a Frente.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá vai usar a palavra neste momento; na sequência, passaremos para os Senadores e Deputados presentes, e, em seguida, para os membros da Mesa, principalmente, claro, para as entidades.

Deputado Arnaldo Faria de Sá com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Primeiro, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, permite essa estrutura necessária para que a gente possa ter uma reunião extremamente importante.

Queria cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Humberto Costa, o Senador Paulo Rocha e os Deputados que estão aqui presentes, a Jô, o Goulart, o Lucena, o Zarattini... Algum outro Deputado presente? Todos eles vieram prestigiar este evento extremamente importante.

Na verdade, temos que saber que a luta é desigual. A luta, sem dúvida nenhuma, é da Economia contra a Previdência, e os economistas estão mandando neste País. Lamentavelmente, eles querem inviabilizar a Previdência pública para fazer o jogo da Previdência privada, e nós estamos aqui atentos a essa preocupação.

Já começa o Governo colocando como Secretário de Previdência Social uma pessoa do Ipea, Marcelo Abi-Ramia Caetano, que, como Fabio Giambiagi, como Paulo Tafner, só quer destruir a Previdência pública para fazer o jogo da Previdência privada, dividindo, inclusive: a Previdência ficou na Fazenda e o INSS ficou no MDS. Essa divisão é mortal! Nós não podemos aceitar! Tem que ficar tudo junto, Previdência e INSS. (*Palmas.*)

E a maior colocação feita contra os servidores, contra os trabalhadores é aquela história de que o brasileiro está vivendo mais. Ora, que viva muito mais! Que o brasileiro tenha maior longevidade, com qualidade de vida! Eles querem o quê?! Que os brasileiros morram?! São nazistas! Não vencerão, como lembra o Senador Paulo Paim! (*Palmas.*)

A Previdência, como mostram os dados agora listados aqui pela Anfip, teve uma queda de superávit no ano passado, por quê? Porque o desemprego é muito grande. Se 12 milhões de trabalhadores fossem empregados, a arrecadação desses 12 milhões trabalhando mais a cota-parte das empresas daria um superávit de mais de 50 bilhões na Seguridade Social. Portanto, a questão é garantir emprego, arrecadação para a Previdência, e a Previdência ser autossustentável. Não precisa de favor de ninguém. Nós queremos, como a Mosap, como a Cobap, todas as centrais, todas as confederações, garantia da Previdência pública.

Tenham certeza de que aquilo que o Senador Paim falou é extremamente importante: está na Câmara, para ser votada agora, a prorrogação da DRU. E o pior de tudo: a DRU já leva 20% da securitização. Quer levar 30%! Ora, se a Seguridade não tem dinheiro, como querem levar mais dinheiro? Uma coisa não bate com a outra. Então, na verdade, essa é a nossa grande luta.

E eu queria, juntamente com o Senador Paulo Paim – e essa Frente começou lá na Câmara em 1989 e está sendo relançada agora, como Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social –, dizer "Não! Basta!" aos economistas. Nós queremos direitos dos trabalhadores. Na Previdência Social, a média dos benefícios é de apenas 1,5 salário mínimo. Como podem dizer que isso tem um custo para a economia? Não tem custo para a economia não, até porque Previdência Social é, acima de tudo, a garantia de qualidade de vida para o trabalhador brasileiro.

Não à reforma! Não a essa separação da Previdência e do INSS! Queremos todos juntos, brigando pela salvação do trabalhador brasileiro.

Parabéns, Paulo Paim! Parabéns, Frente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Devolvo a palavra para nosso apresentador do evento.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Concluída a fala de abertura pelos Srs. Parlamentares proponentes deste evento, convidamos a todos para, juntos, assistirmos a um filme institucional do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social neste momento, no telão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meu amigo, aqui a gente vai sempre quebrar o protocolo quando a causa... Cito uma frase que eu gosto muito: sempre vale a pena quando a causa não é pequena. E eu queria, homenageando todo o movimento sindical brasileiro – todo, independente das divergências, que todos temos em certos momentos da nossa história –, que a gente fizesse um minuto de silêncio pela morte do Rudney Vera, que foi Presidente da Federação dos Servidores Públicos de Mato Grosso e também dirigente da Nova Central. Então, um minuto de silêncio em homenagem ao Rudney, que faleceu neste fim de semana.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agora sim, vamos assistir ao filme institucional do lançamento da Frente, por favor.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, agora, em cumprimento à programação do evento, será facultado espaço para as breves manifestações e breves pronunciamentos, pelo tempo regulamentar de dois minutos.

Essa sessão de pronunciamentos terá início...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há uma continuação do vídeo. É só um pedacinho.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Perdão, Presidente.

Apague a luz, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Apague a luz, já é o último trecho.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agora sim, conforme informamos, em cumprimento à programação do evento, neste momento será facultado espaço para os breves pronunciamentos, pelo tempo regulamentar de dois minutos.

Esta sessão de pronunciamentos será iniciada pelos Parlamentares presentes à mesa, que se encontram no auditório.

Neste momento, convidamos para seu pronunciamento a Srª Senadora Vanessa Grazziotin. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bom dia, minha gente. Quero cumprimentar cada companheira e cada companheiro que aqui está.

Não vou nominar toda a Mesa, porque o tempo regulamentar é de dois minutos, Senador Paim, senão gasto meus dois minutos nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dois com mais um.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, cumprimentando o Senador Paim e o Deputado Arnaldo Faria de Sá, quero cumprimentar os demais Senadores e Deputados que aqui estão, Humberto, Jô Moraes, todos nós que aqui estamos não só para apoiar a luta, mas para dizer a vocês todos que nós, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, somos, efetivamente, parte dessa luta.

E quero dizer, minha gente, que, para quem achava que a situação no Brasil estava ruim, e, de fato, o Brasil passa por um momento muito delicado, nós estamos vendo o que está acontecendo na nossa Nação nestes últimos 20 dias, quando, utilizando o pretexto de um processo de *impeachment*, tomaram de assalto o Governo deste País, e os objetivos são somente dois: primeiro, acabar com a operação de investigação efetivada pela Lava Jato e, segundo, avançar na sua política econômica neoliberal e entreguista de retirada dos direitos dos trabalhadores. (*Palmas.*)

E não sou eu que estou dizendo isso. Quem diz isso, minha gente, é o Senador Romero Jucá, primeiro Ministro demitido desse governo provisório, que não tem nem 20 dias. Revelaram as artimanhas para chegar ao poder e para fazer as reformas para as quais, segundo eles, a Presidente Dilma não tinha pulso.

E é só vocês ouvirem uma das gravações que foi muito divulgada pela imprensa, o Senador Jucá falando n um correligionário seu, do seu próprio Partido, dizendo como convenceram o PSDB a entrar nesse gol- dizendo o seguinte: "Esse negócio de nova eleição não pode não, porque na nova eleição ninguém vai se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

comprometer com a reforma da Previdência porque é impopular, então é esse o nosso caminho, colocar um governo que não foi eleito para promover as reformas."

Só que eles, minha gente, não contavam com esse movimento de reação que está acontecendo aqui neste plenário hoje, não contavam com o movimento de reação do Brasil inteiro. E quero dizer o seguinte, o Senador Paim já falou: independente das nossas posições político-partidárias, independente disso, minha gente, o que nós temos o dever de fazer hoje... E aqui à mesa está o Senador Arnaldo, que votou a favor da abertura do processo, pela aceitação...

(Manifestação da plateia.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Espere aí, gente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Calma, pessoal!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Votou a favor, mas, independente do que aconteceu, o que nós precisamos fazer neste momento é nos unir, porque eles, do lado de lá, estão muito unidos. Querem entregar o Banco Central do Brasil para o sócio-proprietário do maior banco privado, que é o Itaú, o companheiro Unibanco. Não podemos deixar que isso aconteça!

(Manifestação da plateia.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não podemos!

E, gente, para concluir, porque meu tempo já acabou, independente das posições políticas, o que nós temos que defender são os direitos dos trabalhadores, os direitos das mulheres e os direitos daqueles que verdadeiramente constroem este Brasil e vivem muito mal.

Falo não só como Senadora, mas como mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou concluindo.

Como mulher, digo o seguinte a eles, e com a certeza de que temos o apoio dos homens: para mudar a Previdência, vão ter que passar por cima do cadáver das mulheres, porque nós não vamos permitir que isso aconteça! (*Palmas.*)

Vamos à luta, companheiros, em defesa da Nação e em defesa do povo brasileiro! Não vamos permitir que privatizem inclusive os nossos direitos!

Um grande abraço! Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permitam-me, antes de passar a palavra, pessoal: peço ao plenário que esse grande carinho que tenho por vocês, vocês tenham também por nós, que vamos presidir esta reunião. (*Palmas.*)

É uma reunião que, nós sabemos, e isso tem que ficar claro, tanto à mesa... E quando a Senadora citou o Arnaldo, foi de forma carinhosa, querendo dizer o seguinte: que aqui, neste plenário e nesta mesa, há gente que votou contra o *impeachment,* gente que votou favoravelmente à permanência da Presidenta, e nós vamos respeitar todos. Se este plenário está lotado, se aqui há Senadores e Deputados de todas as matrizes, é porque essa unidade funcionou, e é essa unidade que vai derrotar a reforma da Previdência.

É isso que eu peço a todos vocês! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agora convidamos à tribuna, para o seu pronunciamento de dois minutos, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Bom dia a todos e a todas.

Queria cumprimentar o plenário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, o silêncio é importante: ele só tem dois minutos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, todos os membros desta Frente, os dirigentes sindicais, os militantes e todos que vieram aqui.

Queria, Arnaldo, meu amigo, fazer uma reclamação. Você criticou os economistas, e eu sou economista também. Nós temos que criticar aqueles economistas a serviço dos interesses dos banqueiros, aqueles que querem acabar com a Previdência Social. (*Palmas.*)

Nós estamos vendo que toda essa camarilha do mercado financeiro, dos interesses das multinacionais, nou conta do governo com esse golpe dado pelo Sr. Michel Temer.

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Esse golpe tem objetivos claros: acabar com os direitos dos trabalhadores, mudar a lei trabalhista, a CLT, entregar o petróleo do pré-sal para as multinacionais e, fundamentalmente – o grande passo que eles querem dar –, acabar com a previdência social em nosso País retirando direitos daqueles que ainda vão se aposentar, que eles querem que continuem trabalhando até os 65 anos, e também tirar o direito daqueles que já se aposentaram, desvinculando a Previdência do salário mínimo. Nós não vamos aceitar isso!

Eu quero aqui, em nome da Bancada do PT, dizer que nós estamos unidos, vamos combater a reforma da Previdência nas ruas, nos sindicatos, nas fábricas e também no Congresso Nacional.

Vivam os trabalhadores! Não à reforma da Previdência! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos a fazer o seu pronunciamento o Sr. Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita que eu diga a todos que eu estou há 30 anos no Parlamento, e é a primeira vez que este plenário fica superlotado.

Uma salva de palmas para todos vocês, que se deslocaram de cidades do Brasil todo. (*Palmas.*)

Quero ainda dizer que a nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Senador Paulo Paim, Deputado Arnaldo Faria de Sá, em nome de V. Exªs quero aqui cumprimentar todos os Parlamentares presentes, quero cumprimentar também todas as entidades presentes e que dão apoio a esta Frente Parlamentar.

Falo aqui não somente em meu nome, mas também em nome dos integrantes da Bancada do PT no Senado. Eu vejo aqui a Senadora Regina Sousa, o Senador Paulo Rocha. Em nome de todos quero me manifestar, mas certamente todos eles vão usar da palavra, porque são signatários dessa Frente.

Todos os presentes aqui, Parlamentares ou não, conhecem a posição do PT, sobretudo em relação ao que acontece no Brasil neste momento.

Nós não viemos aqui para esconder essas posições. Entendemos também que existem outras composições diferenciadas, mas, tenho certeza, vão se somar às nossas posições. Em verdade, aqui viemos para externar nosso posicionamento sobre essa Frente, sobre o que acontece hoje em relação à previdência social.

Primeiro quero manifestar a nossa indignação com o fim do Ministério da Previdência, com a vinculação do pagamento dos benefícios ao Ministério da Assistência Social e com a colocação de toda aquela área que arrecada os recursos vinculada à Fazenda. Não é por acaso que estão fazendo isso. Nós temos, em relação à parte de arrecadação, por exemplo, a previdência complementar, que representa bilhões e bilhões de reais, e o objetivo deste Governo é colocá-los à disposição de investimentos que não são necessariamente os investimentos que aqueles que contribuem com a previdência complementar desejam que sejam feitos.

Por outro lado, entendemos que tudo aquilo que é arrecadado deve ser investido no que diga respeito ao pagamento de pensões e aposentadorias daqueles que contribuíram, sendo que cabe ao Poder Público, com a arrecadação de outras fontes, garantir o pagamento dos benefícios sociais.

Portanto, precisamos mudar essa lógica de mudança. Não é que não devam ser feitas mudanças, mas as mudanças a serem feitas têm que ser objeto de uma ampla discussão, de um amplo consenso que envolva os trabalhadores, o governo, o empresariado e os demais beneficiados. Por isso, nós queremos aqui declarar o nosso apoio a essa Frente, a nossa participação nessa Frente e, acima de tudo, o nosso apoio à construção de um caminho que não traga perda de benefícios e não traga peso àqueles que contribuem. Se alguém tem que pagar a conta, que não sejam os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos à tribuna para fazer seu pronunciamento o Sr. Deputado Goulart.

O SR. GOULART (PSD - SP) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o grande líder da luta pela Previdência, Senador Paulo Paim, o meu querido amigo Deputado Arnaldo Faria de Sá, os Deputados e as Deputadas.

Quero dizer que o meu mandato tem uma marca muito profunda dos aposentados. À Federação dos Aposentados de São Paulo, na pessoa do Sr. Antônio e do Sabiá; à Associação dos Aposentados do ABC – Sr. Etevaldo, meu querido irmão José Goulart –; aos meus amigos da Faesp, da qual fui associado por muitos anos; à Associação dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo, reafirmo o meu compromisso de trabalhar todos os dias do meu mandato em defesa da Previdência. Não importa essa questão de cor partidária, aqui o nosso partido é a Previdência.

Quero também dizer que, na Câmara, desde antes de me tornar Deputado Federal, eu sempre tive Arnaldo Faria de Sá como espelho na luta em defesa dos aposentados. Farei do meu mandato, ao lado dele no nário da Câmara, essa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Contem conosco. Um grande abraço. Que Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria só registrar a presença aqui na mesa da Senadora Fátima Bezerra e da Senadora Regina Sousa, que vai usar da palavra neste momento.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos a Srª Senadora Regina Sousa a se dirigir ao púlpito para fazer o seu pronunciamento de dois minutos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa e, na pessoa do Senador Paulo Paim e da Senadora Fátima, todos os homens e mulheres presentes.

Meus companheiros sindicalistas, eu vim aqui para falar muito rapidamente. Primeiro, porque são dois minutos e, segundo, porque estou atacada das "ites", todas as senhoras "ites" me atacaram aqui hoje: amigdalite, rinite, sinusite.

Eu não podia deixar de vir. Primeiro porque não é um favor fazer parte dessa Frente, é obrigação nossa de Parlamentares, principalmente dos que vieram do movimento sindical, porque a nossa pauta sempre foi a luta. E não é a luta na frase retórica do Hino Nacional – "um filho teu não foge à luta". Tanta gente disse isso e está fugindo da luta agora. Refiro-me à luta do chão da fábrica, do chão da escola, do chão da rua. Então, podem contar comigo, porque essa luta também é minha, não é só de vocês. Eu já sou aposentada, mas também sou afetada.

Precisamos prestar atenção a duas coisas importantes nessa questão da previdência, não só à manutenção dos direitos. Quando se separa, o caixa de um lado – lá na Fazenda, o dinheiro na Fazenda – e o pagamento no INSS, a gente corre o risco de ver aquela tabela automática todo mês ir para o brejo, porque vai depender da Fazenda mandar o dinheiro para o pagamento ser feito em dia. A gente tem que ficar atenta a isso. De repente, há coisa mais importante para pagar. Então, essa é uma questão.

A outra questão a que a gente precisa ficar atenta também é a questão da meta fiscal, aprovada na semana passada. Ela foi inflada em R$74 bilhões, e a gente precisa prestar atenção no porquê disso. O primeiro motivo é o desejo de impactar a população, dizendo que há um rombo. A meta fiscal era R$ 96 bilhões até duas semanas atrás. Ela foi inflada para impactar a opinião pública e poder enfiar esse pacote de maldades. Isso também foi feito para facilitar a aprovação no Congresso de novas despesas, sabe Deus quais.

A terceira: para no final do ano apresentar um déficit menor e dizer que a equipe é competente. A gente precisa estar muito atenta a essas coisas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra neste momento a Srª Deputada Jô Moraes.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a iniciativa na pessoa do Senador Paulo Paim, na pessoa da Senadora Grazziotin e do Senador Humberto Costa.

Quero cumprimentar todos os Deputados na pessoa deste combativo Deputado Arnaldo Faria de Sá, vinculado em toda a sua militância parlamentar à causa da Previdência e, especialmente, dar visibilidade a esta mulher, Carmen Foro, homenageando todas as mulheres, e a este negro, João Pedro, homenageando todos os negros. (*Palmas.*)

Eu queria dar um abraço especial aos trabalhadores e trabalhadoras que estão neste plenário. Estes sim estão demonstrando que a causa da previdência é uma causa comum e vamos combater qualquer intolerância, porque estamos todos unidos em defesa dos direitos previdenciários.

Nós queremos lembrar aqui – isso é fundamental – que previdência não é um favor do Estado, previdência é uma conquista que os trabalhadores e trabalhadoras arrancam do cotidiano de sua vida com o suor do seu trabalho para que possam ter qualidade de vida. Por isso é que eu queria dizer que, nesta plenária, nós já devemos sair com uma proposta, com uma pauta, e o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Paim já colocaram: puxadinho não, volta o Ministério da Previdência.

A mudança no projeto que está na Câmara dos Deputados é a primeira tarefa que nós vamos ter. Não à retirada de direitos! Não existe déficit. Existe déficit por causa de uma política de juros que favorece os banqueiros. Existe déficit nas contas públicas por uma política que nunca permite que se possa taxar as grandes fortunas. Por isso estamos aqui.

Em nome da Bancada do PCdoB, digo: estamos todos juntos em defesa dos direitos dos trabalhadores e da Previdência. As mulheres jamais permitirão que se arranquem 5 anos dos seus direitos. Vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos ao púlpito, para fazer seu pronunciamento, a Srª Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Companheiros, companheiras, nosso bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero saudar aqui toda a Mesa, saudar as entidades, o companheiro Paim e, em nome dele, saudar os demais Parlamentares que dão hoje um pontapé importante nessa luta, que é a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

Quero dizer da nossa alegria de ver este auditório lotado, alegria porque vivemos um momento dramático em nosso País: há um golpe descarado em curso, um golpe parlamentar travestido de pedido de *impeachment*, um golpe que afasta o mandatário da Nação sem comprovação nenhuma de crime de responsabilidade. Ao fazerem isso, vem outro governo e, pior, consigo, outro projeto, outra agenda. É disso que estamos tratando aqui neste exato momento.

E que agenda é essa? É uma agenda que sinaliza para o desmonte do Estado de bem-estar social, a começar por essa nefasta proposta de acabar com um dos maiores patrimônios dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, que é a Previdência Social.

Por isso, Paim, quero saudar o nascimento dessa Frente. Ela nasce forte, porque ela nasce com a participação popular, ela nasce aqui com a cara, o rosto dos milhões de trabalhadores e trabalhadoras deste País, de servidores e servidoras deste País, que estão com seu coração apertado diante dessa ameaça de ataque brutal aos direitos sociais que é o fim da Previdência, trazendo inclusive a questão do fim de todas as indexações, seja para salários ou benefícios previdenciários.

E como se não bastasse a perversidade de querer elevar a idade mínima para a aposentadoria, ainda têm o atrevimento de acabar com a aposentadoria especial para as mulheres. Certamente, daqui a pouco, também estará no bojo a proposta de acabar com a aposentadoria especial para o magistério, para os professores e professoras da educação básica.

Por isso, quero concluir dizendo, meus companheiros e companheiras, que estou feliz por vermos aqui uma grande unidade em torno dessa luta tão importante, que é barrar essa agenda chamada Ponte para o Futuro. Na verdade, é uma ponte para o passado, porque ela representa, meu querido Deputado Chico Alencar, a subtração de direitos, a retirada de direitos, direitos conquistados de forma muito suada pelo povo brasileiro.

Quero saudar essa Frente e essa unidade. Que a gente tenha a clareza de que derrotar o golpe em marcha contra a democracia é fundamental para preservar os nossos direitos.

Viva a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos para que se pronuncie agora o Sr. Deputado Roberto de Lucena.

Como não está presente o Deputado, convidamos à tribuna para fazer o seu pronunciamento de dois minutos o Sr. Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Bom dia a todos e a todas da Mesa e do plenário.

O desafio da hora é unidade em lutas concretas. Se entrarmos na análise da conjuntura, como eu percebi concretamente ali – quase sobrou um tapinha para mim –, nós vamos nos dividir. Portanto, temos que ver aquilo que nos une para barrar retrocessos.

O vídeo sabiamente fez uma pergunta que nós somos chamados a responder: por que todos os governos falaram, tentaram e conseguiram, em maior ou menor grau, reformar – ponham todas as aspas possíveis – a Previdência Social? Todos! (*Palmas.*)

Não vamos ser cínicos, não vamos ser hipócritas, porque o capital no mundo está na sua etapa de financeirização absoluta. Isso significa desconsiderar a ideia de seguridade social, não enxergar que seguridade social é o maior programa de distribuição de renda institucional que este País tem. E isso não é implementado, pelo contrário, é combatido, porque os governos, com honrosas exceções até dentro deles, não querem enfrentar o problema crucial do País, que é a profunda e histórica desigualdade social.

Portanto, a defesa da Previdência não é só a defesa do direito individual de cada um, do meu direito como professor público. É a defesa dos direitos da população brasileira, especialmente aquela que tem que trabalhar desde os 14, 15 anos, especialmente os do campo, secularmente esquecidos.

Portanto, esta luta é de solidariedade e fraternidade. Esta luta não é egoísta nem corporativista. Esta luta consegue unir essa miríade de entidades aqui. E isso nos dá a certeza de vitória. É claro que o momento é de agudização dessa batalha e de ameaça aos direitos. Não é só simbólico o fato de a Previdência agora estar embutida no Ministério da Fazenda, cujo Ministro, aliás, o Lula queria que fosse o da Dilma – vamos ser sinceros também – e foi Presidente do Banco Central durante muito tempo, que é um serviçal da política de financeirização absoluta e um servidor do sistema banqueiro internacional. (*Palmas.*)

Eu falo pelo pequenino PSOL, que tem a veleidade de ser um partido político com ideias, programas, doutrina, vocação de grandeza, compromisso com a ética, independentemente das nossas dificuldades e de-
os pessoais. Agora, nós queremos a luta unitária, nós queremos massa na rua. Sem mobilização intensa da
pulação – e esta frente vai estar a esse serviço – nós não barraremos nem esta nem outras reformas, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a de desvincular receitas de educação e saúde para cada governante, do prefeito ao Presidente da República, interino, legítimo ou não, manipular os orçamentos como querem, para que esses abutres, que são muito poderosos na política institucional, dentro do Congresso, fiquem fazendo o que eles sabem fazer: disputar para o seu patrimônio nacos do Orçamento da União. Nós queremos que o Orçamento público garanta o fundamental: os direitos do povo, a superação da injustiça, o combate à desigualdade.

Viva a Previdência Social do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Este cerimonial cumpre o dever, neste momento, de registrar e agradecer as presenças e participações das seguintes entidades: Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo, Presidente Antônio Alves da Silva; Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso do Sul, Presidente Alcides dos Santos Ribeiro; Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho); Presidente Pedro da Silva Cavalcanti, da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; Sr. Roberto Kupski, Presidente da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais); Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Presidente André Morisson; Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional, José Devanir.

Também registramos e agradecemos a presença do representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

O cerimonial estará procedendo ao registro no decorrer do evento.

Queremos também registrar e agradecer a presença do Sr. Deputado Celso Maldaner.

Nós convidamos neste momento, para o seu pronunciamento, pelo tempo regulamentar de dois minutos, o Sr. Deputado Padre João.

Após a fala do Sr. Deputado Padre João, o último Parlamentar inscrito dos Parlamentares que se...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Deputado Marcon já está aí, pronto para falar também.

Uma salva de palmas para o Marcon, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o Sr. Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) – Nosso bom dia a todas e a todos. Na pessoa do Senador Paulo Paim, quero cumprimentar a todos e a todas que compõem a Mesa, parabenizando-os e me somando a essa luta.

Eu acho que a Frente Parlamentar Mista vai ser um espaço privilegiado, uma trincheira de lutas. Aqui nós teremos uma agenda permanente na luta em relação a não permitir o fim do Ministério da Previdência. Quando se extingue um espaço de trabalho, ele vai ser como um apêndice em outra área, uma gavetinha que não vai ser prioridade. Como bem disse aqui o Chico Alencar, mesmo com uma estrutura, as lutas não têm sido fáceis, sobretudo, Senador Paim e Senadora Fátima, em relação à valorização dos trabalhadores da Previdência, à valorização da carreira. Não existe política eficiente na ponta se não respeitamos, se não valorizamos os trabalhadores que executam essa política. Não existe. (*Palmas.*)

Portanto, é um desafio. Há projetos de lei importantes em relação à carreira desses trabalhadores, mas o que se percebe agora é também um ataque a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste País, seja em relação aos servidores, seja em relação a quem está lá na ponta, na zona rural, sobretudo as mulheres, com essa proposta de reforma da Previdência. Reformar a Previdência é negar a importância das trabalhadoras e dos trabalhadores, é também, nós sabemos, esvaziar, sim, a organização desses trabalhadores e trabalhadoras e deixá-los como reféns do grande empregador, das grandes empresas.

Por isso que venho aqui, Senador, para dizer, em público, que coloco todo o nosso mandato, toda a nossa luta junto à Frente, e também como Presidente da Comissão de Direitos Humanos ao longo deste ano, porque sabemos da importância dos trabalhadores rurais neste País, que são sempre colocados como um peso, assim como a questão da seguridade. Não há respeito à vida, não há valorização da pessoa humana.

Esta Frente vai ter uma agenda diversificada, mas um foco é importante: é em relação ao respeito à carreira e não à reforma que está aí e jamais à questão da paridade. Parece que há um ataque também à questão de gênero. Não conseguiram enxergar a importância das mulheres neste País, sobretudo as mulheres do campo, que estão, sob sol ou chuva, expostas a situações precárias, muito precárias. (*Palmas.*)

Sabemos que elas estão morrendo cedo, até mesmo em razão das condições de trabalho, Senador. Não são poucas as mulheres que morrem de câncer. E sabemos que elas também são vítimas de um outro modelo vizinho, porque não são os agricultores familiares que trabalham com agrotóxico, com veneno, no dia a dia. Elas são vítimas também desse processo. O índice de câncer é elevado. Essa doença ceifa vidas de mulheres e de homens tão novos e que não são os responsáveis por estar deficitária a Previdência.

Então, esse discurso não serve para nós. Vão enganar outros. Nós temos a convicção de que a Previdência superavitária, e nós temos que reverter a situação em respeito às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Conte conosco nesta luta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra, pelo tempo regulamentar de dois minutos, o Sr. Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS) – Nós queremos saudar todos os companheiros e todas as companheiras que estão aqui no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, o Senador e companheiro Paulo Paim, a Senadora Fátima Bezerra e, em nome deles, todos os companheiros e companheiras da Mesa.

Para quem não me conhece, sou Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Saí hoje pela manhã do meu assentamento, no Município de Nova Santa Rita. Antes de ser político e Parlamentar, sou agricultor, e vejo que, nesta questão da crise, mais uma vez os governantes, os donos do capital, as empresas e os banqueiros querem que os trabalhadores paguem a conta. Em primeiro lugar, é isso. E nós estamos numa luta de classes entre os grandes, os ricos e os trabalhadores, os pobres e pequenos. Nós temos que nos unir, não podemos estar separados. Não dá para dizer que urbano é melhor do que rural ou que um paga a conta para o outro. Nós temos que esclarecer essa questão para que não nos separemos.

Eu sou agricultor. Comecei a trabalhar aos dez anos. Com ou sem vontade, eu era obrigado a trabalhar para sustentar a nossa família. O pai e a mãe trabalhavam e eu tinha que ir junto.

Outra questão: hoje, um trabalhador, um pequeno agricultor da agricultura familiar, meu companheiro Brochi, Presidente da Contag, contribui, conforme a produção, com mais de R$300 por mês, na hora em que vende o produto e na hora em que compra também a mercadoria. E o agricultor, mulher e homem, que começa a trabalhar cedo é quem, por incrível que pareça, morre mais cedo.

Eu comecei a minha militância na paróquia de Ronda Alta, no norte do Estado, nas mobilizações pelo direito de a mulher se aposentar aos 55 anos e o homem aos 60 anos. Foi lá que começamos a luta. E hoje não podemos ficar de braços cruzados, deixando que aumentem 20 anos para que o homem e a mulher se aposentem. Nós temos que ir para a rua. Nós não podemos admitir que mexam em nenhum centímetro dos direitos dos trabalhadores, do campo ou da cidade, da inciativa privada ou da iniciativa pública. Não podemos permitir que percam seus direitos. Nós temos que ir para a rua, temos que gritar e temos que nos mobilizar para não deixar este Governo interino, este Governo golpista tirar direitos dos trabalhadores.

Conte conosco. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, amparado pela Presidência da Mesa, este cerimonial informa que, a partir deste instante, farão uso da palavra os representantes das entidades que se encontram à mesa.

Portanto, neste momento convidamos à tribuna para o seu pronunciamento, pelo tempo regulamentar de dois minutos, o Sr. Presidente da Anfip, Vilson Romero. (*Palmas.*)

O SR. VILSON ROMERO – Senador Paulo Paim, Senadora Fátima Bezerra – principalmente Senador Paulo Paim, a quem muito agradecemos por ter abraçado a causa proposta pela Anfip, de relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social –, companheiros e companheiras, senhoras e senhores auditores, é fundamental nós termos consciência de que este momento não é um momento deste ou daquele governo. Todos os governos sempre propõem reforma da Previdência.

Este debate todo de refundação da Frente se iniciou no governo anterior, mas nós vamos ter que continuar unidos. Não podemos fazer luta política de um governo ou de outro, porque a causa é do trabalhador e do servidor público. Em nenhum momento nenhuma reforma foi proposta para melhorar a condição do trabalhador, para melhorar a condição e o benefício do servidor público. Todas vieram para reduzir, para cortar, para contingenciar, para efetivamente, cada vez mais, diminuir o poder aquisitivo do trabalhador, do aposentado, do servidor público. Por isso estamos unidos aqui nesta Frente, trazendo muito firme o discurso e a comprovação de que a Previdência é superavitária, de que com esta Previdência dá-se esmola com chapéu alheio, ao tirarem anualmente milhões de recursos, não só através da DRU, mas também das renúncias fiscais previdenciárias que o próprio Orçamento comprova.

Em 2016, há a previsão de R$69 bilhões em renúncias de incentivos a diversos setores da economia com dinheiro dos aposentados. É isso que nós temos que evitar, temos que lutar para que o dinheiro retorne imediatamente para os cofres do INSS. A dívida ativa previdenciária soma R$374 bilhões. Por que não se cobra isso? Além de toda a dívida que está na fase administrativa na Receita Federal.

Nada mais justo, senhores, do que, primeiro, adotarmos medidas de correção dos rumos, no sentido de acabar com os ralos da Previdência, para depois pensarmos no que já estão anunciando. Não é a fórmula 85/95. Estão anunciando a fórmula 105: 65 anos de idade e 40 de contribuição para trabalhadores rurais, urbanos, trabalhadores da iniciativa privada e servidor público. Isso condena o trabalhador a não ver a sua aposentadoria a morrer antes de ter direito. Contra isso nós temos que lutar. Contra isso esta Frente, com a bandeira que a Anfip sempre levantou, em defesa da Previdência Social justa e solidária, irá em frente. E contamos com todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vocês, independentemente de partido, independentemente de central, independentemente de ser do setor rural ou urbano, do setor público ou da iniciativa privada. Todos juntos venceremos!

Muito obrigado e vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria neste momento pedir a tolerância e o entendimento do Plenário para que use a palavra o representante do Conade, que é uma pessoa com deficiência, naturalmente, e que está há muito tempo em pé. Peço que ele fale antes das outras entidades, como centrais, Mosap, Cobap, Contag, ANBP, CGTB,... (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Bom dia a todas e a todos; bom dia, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares da Mesa e do Plenário. Em nome da Senadora Fátima, cumprimento todas as mulheres guerreiras e lutadoras do Plenário e do Brasil. (*Palmas.*)

Eu sou Flávio Henrique e estou presidindo o Conade. O que é o Conade? É o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em nome de todos os conselheiros e conselheiras do Conade aqui presentes, várias entidades – não vou citar nomes para não perder tempo e para não ser injusto – e Conselhos Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, digo que precisamos fazer uma reflexão profunda sobre o que está acontecendo no País em relação ao ataque, à retirada de direitos e à precarização da qualidade de vida de toda a Nação brasileira. Quando falo da Nação brasileira, com certeza os 45 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo deficiência estão incluídos.

Nós não podemos discutir e construir como se fôssemos uma ilha, uma caixinha, porque a pessoa com deficiência, por exemplo, está em todo segmento. Nós temos a criança e o adolescente com deficiência; nós temos mulheres com deficiência; negros e negras, com deficiência; o idoso; LGBT, portanto nós estamos em todos os segmentos e nós, como Conselho de Defesa de Direito, precisamos convocar, precisamos chamar, precisamos articular os movimentos sociais, os conselhos de direito, porque um dos nossos principais papéis é a defesa, é a fiscalização, é o monitoramento e é a proposição de políticas públicas que levem a qualidade de vida para a nossa Nação brasileira, para as pessoas com deficiência.

Portanto, quando atacam espaços como ministérios, que discutem e constroem políticas públicas de direito, atacam todo o direito da sociedade brasileira. Se nós olharmos, a história está nos mostrando quais são os ministérios que têm sido atacados: direitos humanos, mulheres, igualdade racial, juventude, LGBT, pessoas com deficiência, Previdência Social, MDS; são espaços que tocam diretamente a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Portanto, a nossa responsabilidade como controle social é enorme, e quero dizer, Senador Paulo Paim, que esta Comissão Mista nasce em um espaço adequado, que é o espaço de direitos humanos, de qualidade de vida.

Então, não ao retrocesso! Não às perdas de direito! E vamos dialogar com os nossos vizinhos, com os nossos amigos, com os nossos familiares, com os conselhos de direito. Um grande papel do Conselho de Direito é defender e lutar para que não haja perda de direitos e para que, cada vez mais, haja qualidade de vida.

Viva os direitos humanos! Viva a Previdência Social! E não ao retrocesso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria, neste momento, aproveitar a presença do Flávio. O Flávio é o Presidente do Conade, e, por iniciativa dele e de outras pessoas, eu estou aqui com o cartaz do Estatuto da Pessoa com Deficiência: Desafio para a Concretização de Direitos. Vai ser um grande evento aqui, também, já está confirmado o plenário lotado, para o dia 6 de julho: Desafios para Implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI). O Conade é um dos organizadores juntamente com uma série de entidades. Então, contamos com a presença de vocês e uma grande salva de palmas a todas a pessoas com deficiência e aos seus lutadores, aqui, na figura do Flávio. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, concluído este ato, registramos a presença, prestigiando este evento, assim como os demais presentes, da Srª Deputada Erika Kokay, a quem convidamos a se dirigir à tribuna para que se pronuncie pelo tempo regulamentar de dois minutos. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Nós gostaríamos de parabenizar o Senador Paim e todas as entidades que aqui estão, que dão uma demonstração de que nós não vamos permitir que os nossos direitos sejam retirados. Nós não vamos permitir que esta Previdência, que foi construída com a dor, com a luta e com a esperança do povo brasileiro, possa ser anulada em função de um pacto que foi construído nas trevas; um pacto das trevas, em que há uma série de contas que eles querem pagar à custa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Nós estamos vivenciando uma agenda que, muitas vezes, nos lembra que estamos enfrentando a manutenção ou a destruição da nossa Constituição, e, mais do que isso, eles querem rasgar tudo o que os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Este é um movimento em defesa da Previdência, este é um movimento em defesa de direitos para que possamos potencializar uma democracia precarizada, uma democracia ameaçada, uma democracia rompida. É preciso manter os nossos próprios direitos.

Por isso, nós estamos aqui para dizer: não toquem em nossos direitos! E nós estamos aqui para dizer: tire, tire do caminho a sua intenção de destruir os trabalhadores e trabalhadoras deste País, porque nós vamos passar com a nossa luta; nós vamos passar com as nossas certezas de que este País será um país que vai respeitar os direitos de cada uma e de cada um de nós.

Portanto, estamos aqui para dizer a todos esses: vocês passarão! E a nós que lutamos para a manutenção de todas as nossas conquistas, nós, como diz o poeta, estamos passarinho! Passarinho! Não toquem em nossos direitos!

Fascistas, golpistas e machistas não passarão neste País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, mais uma vez, aqui, amigo da apresentação.

Eu queria, pessoal, por uma questão de justiça, informar a vocês que a gente aqui senta e preside, o que é muito bom, mas, por trás disso, houve uma equipe de homens e mulheres das entidades – e eu não vou citar uma ou outra – que se reuniu há mais de três meses, há mais de três meses. Essa Frente foi idealizada por eles, mesmo antes da votação do *impeachment*, porque nós sabíamos que estavam sendo previstas discussões sobre a Previdência. Eles me procuraram, reuniram-se na comissão durante três meses para organizar este evento, e este evento não pode terminar aqui. Este evento, conforme esta Comissão, tem de ter desdobramentos, o que chamamos de o dia depois.

No final, nós vamos dar os encaminhamentos. Provavelmente vocês serão provocados, e o Plenário é que vai decidir nas falas das entidades, se faremos movimento semelhante a este nos Estados, reunindo a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, esta, e também a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

Essas duas bandeiras unificam todo o movimento sindical. Vocês vão ver aqui – e depois nas falas, todas as centrais, todas – que não há uma central que não esteja aqui à mesa sem fazer uso da palavra.

Todas essas centrais e essa coordenação, que depois, no fim, vocês podem dar o nome desta comissão, trabalharam dia e noite para este evento acontecer. Então, eu queria uma grande salva de palmas, não para mim, mas a coordenação do movimento sindical, que organizou este evento e organizou as duas Frentes, e todas duas unitárias. (*Palmas.*)

Na certeza de que nós não abriremos mão, não aceitaremos terceirização da atividade-fim, não aceitaremos regulamentação de trabalho escravo – meus amigos rurais aí que têm trabalhado muito nessa área – e, sim, a proibição do trabalho escravo. Não aceitaremos o negociado acima do legislado, porque acaba com a CLT e o direito dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Só essa rápida lembrança para que todos fiquem até o final. Vai terminar lá por uma hora e, depois, reiniciará o seminário, e todos estão convidados, depois do almoço, a participarem dele.

Passo a palavra ao nosso grande apresentador.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado, Presidente. Este cerimonial registra as entidades que se apresentaram ao cerimonial e agradece a elas. Aqui, o Sindicato dos Servidores Públicos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na pessoa da Presidente Desirée, que está presente com uma grande caravana. Agradecemos também à Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, o Presidente Robson Bittencourt; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Valdirlei Castagna; Feapesc, Presidente Iburici Fernandes; Sindfazenda, Neire Silva, Diretora Parlamentar do Sindfazenda, e também a Nicilene, do Sindfazenda. Agradecemos também ao Diretor de Relações Institucionais da Anffa Sindical, Alfredo Neto; José Renato Inácio, da Federação Nacional dos Portuários, e ao João Pimenta, Presidente da FAP-DF.

Vamos, neste instante, dar continuidade à sessão de pronunciamentos pelos representantes das entidades que se encontram à mesa.

Com a palavra, pelo tempo regulamentar de dois minutos, o Sr. Presidente do Mosap, Edison Haubert.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, os cumprimentos e agradecimentos ao Senador Paulo Paim e ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, em muito boa hora, estão relançando a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social pública. Parabéns!

Quero cumprimentar todos os dirigentes de todas as entidades aqui presentes hoje e cumprimentar to-
s os presentes que estão acompanhando, através dos seus sindicatos, associações centrais e movimentos,
e grande momento da história brasileira que estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como foi dito aqui, todos os governos, todos sem exceção, ora aqui, ora fora daqui, propõem mudanças na Previdência Social pública, só que não para beneficiar, mas para adequar as receitas da própria Previdência e as receitas que farão parte depois do grande bolo do ajuste fiscal. Essa é a grande verdade.

Dentro das afirmações já proferidas hoje aqui, é ciente, é sabido que não há o famoso déficit da Previdência Social pública, mas há um grande superávit. E, porque há um grande superávit, eu me permito aqui, como Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, trazer também à baila aqui, hoje, a nossa famosa PEC nº 555, que está na Câmara dos Deputados há 10 anos... (*Palmas.*)

... esperando a aprovação daquele Colegiado.

Quero também dizer que o Mosap está solidário com todos os trabalhadores, o servidor público brasileiro está solidário com todos os trabalhadores, e estamos todos juntos irmanados. Como disse o Senador Paulo Paim, esse movimento não pode terminar aqui, mas tem de ir para os Estados, tem de ir para todas as Assembleias, enfim tem de atingir o Brasil inteiro para que nós todos, trabalhadores, servidores, povo brasileiro, possamos fazer a devida defesa da Previdência Social pública e trabalhar aqui no Congresso Nacional. Eu faço um apelo a todos os Parlamentares, deste ou daquele governo, do atual ou do anterior, diante de suas consciências, possam trazer a necessidade de votar aqui as matérias que dizem respeito a nós todos.

Portanto, parabéns a todos nós que aqui estamos, mas, sobretudo, à consciência de que o trabalho, mais do que antes, hoje se inicia fortemente. Eu digo que nós estaremos juntos com todos vocês e vamos lutar aqui no Congresso, fora do Congresso, para que a reforma da Previdência não aconteça e, se acontecer, vamos lutar para salvar os nossos direitos, as nossas garantias e, por fim, a nossa dignidade.

Parabéns e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Vamos passar mais um bloco de registro de presenças: Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul, José Pedro Kuhn; Nilza Pires, do Sinait-DF; representante do Sinesp, o Sr. Presidente Luiz Ghilardi; do Sindsep-DF; Secretário-Geral Oton Neves; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Marta Vanelli e a Marilda Araújo. Também agradecemos a presença do Manoel Isidro, Presidente do Fenafisco; da Maíra Giannico do Sindifisco Nacional. Nossos agradecimentos pela presença e participação, enriquecendo este evento com suas presenças, assim como os demais presentes.

Com a palavra, neste momento, o senhor representante da Cobap, Warley Gonçalves. (*Palmas.*)

O SR. WARLEY GONÇALVES – Bom dia a todos, bom dia, Senador Paulo Paim, autoridades da Mesa.

Nós da Cobap, ontem, estivemos reunidos com as 20 Federações que temos nos Estados – em cada Estado, temos uma – e nós resolvemos que, dia 2, vamos ocupar todos os ministérios de Previdência nos Estados. (*Palmas.*)

Todas as federações vão ocupar. E nós fazemos aqui um convite para todas as entidades de trabalhadores, todos os sindicatos, que nos ajudem. Nós estamos com uma parceria com a Anfip, nós estamos com uma parceria com a Anasps, também, que está ajudando, estão o Dr. Alexandre, o Dr. Homero, junto conosco neste movimento, mas precisamos de mais apoio de todas as entidades.

Vocês viram que bonito, domingo, em São Paulo, os gueis levaram mais de 2 milhões. Por isso que eles conseguem as coisas. Não adianta termos só discurso e não mostrarmos movimento para esse povo que está lá. Nós temos que ir lá, nós temos que ir para a rua, juntar todo mundo. Só de aposentados nós somos 33 milhões! Não adianta a gente só conversar, nós temos que ir para a rua, pessoal! Nós temos que mostrar, igual à meia de dúzia de artistas que conseguiu fazer voltar... Agora, nós, com milhões de trabalhadores e aposentados, vamos deixar que eles acabem com a nossa Previdência?

Pessoal, vamos acordar! Todo mundo, vamos para as ruas!

Eu faço um apelo aqui a todas as centrais que estão aqui. Vamos lá, vamos sair, vamos fechar todas as Previdências. Nós vamos. Dia 02, vocês podem ver... Porque, enquanto nós estamos falando aqui, na Globo News estão passando os aposentados que vão viver, que não sei o quê... Tudo contra nós. Por que não nos juntamos, Senador Paulo Paim? Por que não se juntam todas as entidades que estão aqui, e vamos colocar e falar que a Rede Globo está mentindo. Nós temos aqui a Anfip, tudo que prova que a nossa Previdência não tem déficit, mas nós temos que mostrar para a população, nós temos que mostrar para o povo, porque nós já sabemos disso há muito tempo.

Bom, eu deixo aqui para vocês: a Cobap vai mobilizar e vai estar dia 2 parando todas as entidades de INSS deste País.

Obrigado, e todos vamos estar juntos! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos agora o representante da Contag pelo tempo regulantar de dois minutos, Alberto Broch. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – Queridos companheiros, queridas companheiras, amigos e amigas, bom dia!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – Quero cumprimentar o querido amigo e companheiro Senador Paim e o Deputado Faria de Sá, e todos aqueles que tiveram essa bela iniciativa do lançamento desta grande Frente Mista em Defesa da Previdência Social

Cumprimento esta Mesa, com toda a sua magnífica representatividade; cumprimento todo este público maravilhoso, homens e mulheres, especialmente os trabalhadores rurais que vieram de Minas Gerais, de Goiás, do Distrito Federal, com representação de todas as federações do Brasil, coordenados pela Contag.

Está aqui o nosso Presidente Vilson, da Fetaemg, e várias lideranças de todo o Brasil, para nos somar nesta grande luta em defesa da Previdência.

Imaginem o que o governo oportunista e ilegítimo do Michel Temer fez! Acabou com o Ministério da Previdência, com quase cem anos, botando dentro do Ministério da Economia. Vocês já viram isso na história do Brasil? É tratar a Previdência como mercadoria. A Previdência é um patrimônio do Brasil.

Primeiro, é preciso resgatar o não desmonte do Ministério da Previdência. Começa por ali. (*Palmas.*)

E depois, não tirar direitos de trabalhadores. Imaginem os trabalhadores rurais, se a Previdência tem em torno de cem anos, Senador Paim, somente a partir de 71 os trabalhadores se aposentavam com meio salário mínimo, o homem aos 65 anos, e a mulher só tinha direito se ela morresse. Agora a Constituição de 88 lhe deu o direito de um salário mínimo, para homens e mulheres. Nós vamos deixar perder esse direito? Nunca! Por isso a Contag, num grande fórum, ontem, já decidiu: a partir do dia 16 estaremos mobilizados em todas as agências do INSS nos somando. Para poder dar suporte a esta Comissão precisamos estar na rua.

E parabéns, Paim. Temos que levar este debate para todos os Estados, para uma grande mobilização nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Quero só informar ao plenário que já começou. Estou recebendo aqui – o Romero me passou –, todos os prédios da Previdência, neste momento, nas capitais, estão recebendo um grande abraço dizendo: "Devolvam o nosso Ministério da Previdência". (*Palmas.*)

Já começou!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Queremos registrar e agradecer a presença de Francisco Sérgio, Diretor de Seguridade Social da Federação Nacional dos Policiais Federais; José Pereira Araújo, da Associação de Aposentados e Pensionistas do Amazonas; Gilberto Gomes e Sérgio Ronaldo são representantes da Condsef. Também queremos registrar a presença do Francisco Sérgio, Diretor de Seguridade Social da Federação dos Policiais Federais; do representante da Unafisco - Associação Nacional, o Ivaldo Rêgo, Diretor da Federação dos Trabalhadores em Administração Pública Municipal do Rio Grande do Norte.

Temos também servidores do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar, Adeline; Seccional São Paulo do Sindicato dos Servidores do Ministério Público, Elizabeth Zimmermann; Sindicato dos Servidores do Instituto Federal do Ceará; Mag Guimarães, Vice-Presidente da CUT-Brasília.

Nossos agradecimentos pela presença e participação a todos esses que se apresentaram a este cerimonial e que estão sendo anunciados neste momento.

Com a palavra o senhor representante da Associação Nacional dos Médicos Peritos, que se encontra à mesa, Francisco Cardoso.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não entendi.

Pessoal, este evento é de unidade total. Só vai dar certo se a gente souber respeitar as nossas divergências. (*Palmas.*)

Eu sempre digo, pessoal, que as causas estão acima, inclusive, das centrais, dos sindicatos e até dos partidos políticos. As causas é que nos guiam, que dão energia para nossas vidas, para fazer o bom combate. Se nós fomos a 27 Estados – não deixamos um Estado para trás, sempre com uma comitiva unitária, de todas as centrais – é porque nós tínhamos uma causa: não aceitar terceirizar a atividade-fim. A causa da Previdência, pessoal, e do direito dos trabalhadores é que permitiu este grande evento e que tenho certeza de que nós faremos em todo o País.

Eu diria palmas não para mim. Palmas para a unidade na ação dos trabalhadores do campo e da cidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO – Bom dia a todos. Eu respondo às vaias com flores. Eu tenho a certeza de que elas são fruto do desconhecimento que a sociedade tem do benefício por incapacidade, que é a nossa área de atuação. Se soubessem o que os peritos têm feito nos últimos anos para a defesa da Previdência, com certeza a recepção teria sido diferente. Pena que são só dois minutos, Senador.

Eu queria pontuar, em primeiro lugar, que a ANMP, quando começou a participar desta frente, em fevereiro, ela ainda...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, vamos deixar a divergência para outro momento. Tudo no momento certo, pessoal. Tudo no momento certo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO – Deixe-me voltar então. A ANMP, quando começou a participar dessa frente, em fevereiro, éramos uma das quatro entidades que começaram. Ainda no outro governo já havia uma preocupação com a reforma. A reforma que foi feita pelo governo interino só piorou a situação. Então, não se trata aqui de querer atacar governo A ou B, até porque todos os governos fizeram reforma na Previdência.

E aí fica a pergunta do vídeo que ninguém sabe responder: por que todo governo quer fazer reforma da Previdência e tirar direitos dos trabalhadores? E por que nenhum governo atacou até hoje a grande caixa-preta que é a má gestão na Previdência Social? Como nós vamos admitir uma reforma na Previdência, quando nós sabemos dos milhares de fraudes, dos milhares de imóveis utilizados, da má gestão e das centenas de desvios de dinheiro da arrecadação e dos contribuintes e empresas que não são cobrados, quase R$500 bilhões dos principais devedores da Previdência Social? Não dá para pensar em falar em reforma da Previdência sem antes fazer um saneamento da Previdência Social e de sua gestão. Tem que parar de tirar o dinheiro da Previdência.

Desde que eu me entendo por gente, ouço todo ano que a Previdência é deficitária. É deficitária mas continua pagando em dia seus benefícios. Que déficit é esse?

Então tem dinheiro. Está saindo de algum lugar. Nós temos que passar a limpo esse discurso, porque é esse discurso que está motivando a reforma.

Eu queria falar para os senhores que toda vez que se fala em reforma da Previdência, esquecem dos benefícios por incapacidade, que são aqueles devidos aos trabalhadores adoentados ou que ficam inválidos. A reforma da Previdência, agora, vai empurrar todos os trabalhadores a só conseguirem o benefício quando ficarem inválidos, porque para chegar aos 65 anos, quem começa a trabalhar com 15, principalmente as mulheres, só vão conseguir um benefício social da Previdência se ficarem inválidas. Se chegarem até a idade mínima proposta, elas vão receber um benefício que vai estar desatrelado até ao salário mínimo, mas os benefícios por incapacidade vão continuar vinculados ao salário mínimo.

Toda vez que é feita uma reforma da Previdência, há uma explosão de procura de benefícios relacionados ao auxílio-doença, dos quais tratamos.

Então, o que estou pensando aqui – pena que o tempo é exíguo – é que nós estamos agora com R$137 bilhões por ano sendo pagos por benefícios por incapacidade, R$90 bilhões sem perícia, um descontrole total.

Como vai se falar em reforma da Previdência se o Governo gasta por ano R$90 bilhões em benefícios que poderiam não estar em vigor porque são benefícios que estão descontrolados, sem revisão?

Trabalhadores que adoeceram e fazem jus ao benefício estão ficando prejudicados porque esse rombo, esse desvio está sendo usado para justificar uma reforma que vai tirar ainda mais direitos dos trabalhadores e vai empurrar ainda mais os trabalhadores para a fila do auxílio-doença. Então, é uma reforma sem sentido.

Neste momento, eu gostaria de encerrar a palavra falando que uma das propostas da ANMP é que se faça uma PEC, caros Senadores, uma emenda constitucional que impeça que os governos possam deliberar sobre previdência por medida provisória. Previdência não é assistência, não é favor, é um direito do cidadão e um dever do Estado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Agora vai começar o bloco das Centrais Sindicais, pessoal.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a devida permissão, Presidente, o Cerimonial passa a registrar também a presença do Sr. Luiz Carlos Argolo, Diretor Sindical da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; representantes do Sindsep de São Paulo, Solange e Joyce; a representação da União Brasileira de Mulheres; Federação da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, a Faaperj; Gilberto Silva, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Norte; a Fe-tam aqui presente, com a presença do Djalma e a Luba; Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central Brasil, Presidente Piffer presente; Paulo Rizzo, Presidente do Andes; da Sitraemg, Igor e Macedo; Cnap, da ntral Nacional dos Aposentados, Sr. Nelson Osório; Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

em Minas Gerais, o Igor, o Alan e o Henrique; Vilani Oliveira, Presidente da Confetam (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal).

Também queremos agradecer a presença do Francisco Luiz Saraiva Costa, da Contracs; a Amprev, aqui representada pelo Presidente Antônio Rodrigues da Silva; o Airton Dias, do Sindifisco Nacional, Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, enriquecendo este evento com a presença e que se apresentaram a este cerimonial. Muito obrigado pela presença e participação.

Com a palavra o Sr. Presidente da NCST, José Calixto, pelo tempo regulamentar de dois minutos.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Senador Paulo Paim, eu queria, primeiramente, cumprimentar V. Exª e os demais componentes da Mesa Diretora desta reunião; um cumprimento especial a todas as companheiras e companheiros dirigentes sindicais que compõem este magnífico plenário.

Queria dizer que dois minutos é muito para dizer não à reforma da Previdência, porém é pouco para tecer aqui alguns comentários. Mas considerando tantas pessoas que ainda pretendem se manifestar, eu poderia lhes afiançar que a Nova Central está contemplada com todas as manifestações aqui proferidas com relação à Previdência Social, especialmente quando ouvimos o Deputado Chico Alencar, que lembrou que o problema da Previdência não é problema de um governo, é um problema de todos os governos – passados, mais recentes e dos governos futuros.

Se fôssemos considerar um pouco mais atrás, nós talvez preferíssemos voltar aos institutos previdenciários específicos, como era o IAPI, dos industriários, o IAPB, dos bancários, e assim sucessivamente. A partir do momento que o próprio governo à época resolveu criar um Sistema Único de Previdência Social, aí o processo começou a desandar exatamente porque juntaram-se num mesmo barco aquelas instituições que tinham uma vida normal a outras, que eram exatamente as instituições governamentais, os IPASEs da época, e aí a Previdência Social teve uma deficiência que acontece até hoje.

Tenho repetido várias vezes que não há déficit. Nós entendemos com todo o respeito, com todas as vênias, que o problema é de gestão. Na gestão dos institutos que eram entregues, gestão com a participação de trabalhadores na administração e na fiscalização, o que acontece hoje não acontecia no passado. Além do mais, todos os governos tentam fazer bonito com o chapéu alheio, estender toda uma Previdência à sociedade de um modo geral, sem que haja a devida e correspondente contribuição para a manutenção do sistema.

Então, é imprescindível que se leve em conta que ela não é uma discussão isolada; é uma discussão que tem que ser feita do ponto de vista da seguridade social. Basta pegar esse livrinho da Constituição, no seu art. 194 e seguintes, que vocês vão ver tudo que se refere à Previdência Social.

Então, conclamamos todos: não à Previdência Social e nenhum direito a menos. Esse é o lema que nós temos que admitir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra, neste momento, o representante da CGTB, Flauzino Antunes Neto, pelo tempo regulamentar de dois minutos.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Bom dia a todos e a todas, trabalhadores e trabalhadoras, servidores e servidoras, aposentados e aposentadas, deficientes, todos aqueles que, de alguma forma, contribuem ou precisam da Previdência neste exato momento, aqui reunidos num auditório tão bonito, tão cheio. Faz tempo que a gente não vê isso.

Quero agradecer, em nome do Ubiraci Dantas, Presidente da CGTB, ao Senador Paulo Paim e ao Deputado Arnaldo Faria de Sá pela brilhante iniciativa em unir todas as categorias que precisam, neste momento, da defesa da Previdência.

Faço só uma pequena ressalva à fala do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que falou que a culpa dos ataques da Previdência é por causa dos economistas. Eu sou Presidente do Sindicato dos Economistas do Distrito Federal e não concordo com esse tipo de posição. Há alguns economistas que defendem o capital, mas o nosso sindicato defende os trabalhadores. Então, nós economistas do Distrito Federal estamos aqui em prol dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil que dependem da Previdência, está certo?

E falando de economia, vivemos num sistema capitalista que prega a remuneração igual dos fatores de produção, seja o lucro, seja a matéria-prima, seja a força de trabalho, coisa que vemos que não é verdade. O lucro é remunerado de forma desproporcional. E ainda, não satisfeitos, os capitalistas vêm para cima e atacam a força de trabalho dos trabalhadores diminuindo salários, diminuindo benefícios, diminuindo direitos. Esses ataques vêm de forma sanguinária, vampiresca dos capitalistas em cima dos trabalhadores.

Aonde eles vão agora? Não tem mais como reduzir, ainda, os salários. Eles estão vendo o grande volume capital que tem a Previdência, que não é deficitária, é superavitária. Eles querem pôr a mão nisso. E onde s... (*Falha na gravação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

... fazer esse ataque para retirar esse dinheiro e jogar para o setor financeiro e remunerar ainda mais o setor financeiro do capitalismo.

Onde está essa questão? Nas DRUs. Hoje está pautada na Câmara na Câmara mais desregulamentação da receita da União, na saúde e na educação.

Nós podemos dizer aqui que a Frente vá lá e não deixe passar o dia de hoje, porque o Governo que aí está dá continuidade ao governo passado para tirar o Orçamento da União e destiná-lo aos banqueiros em forma de pagamento de juros. Nós temos a maior taxa de juros do Planeta em nível real, remunerando o capital financeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – ... a custa do trabalhador (*Fora do microfone.*) nacional.

São R$580 bilhões pagos anualmente. Foi fechada a conta em 2014. E estão previstos mais R$700 bilhões até o final do ano. É por isso que o Governo Temer está fazendo este déficit agora, para garantir mais pagamento de juros e mais ataques em forma de ajuste fiscal em cima dos trabalhadores. A maior fatia hoje do Orçamento, que eles ainda não atacaram, foram os 20% da Previdência. Então, eles vão de forma pesada em cima disso. A Frente tem de estar atenta, para que isso não aconteça. Temos de mudar a política econômica, temos de fazer resistência contra o neoliberalismo, que busca o desmonte do Estado, a recessão, com dez milhões de desempregados na rua hoje em dia.

Temos de dizer "não" não só ao ataque...

(Interrupção do som.)

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – ... à Previdência, mas também à reforma (*Fora do microfone.*).

Onde vemos isso ainda? No desmonte do Estado, no enxugamento do Ministério da Previdência, na extinção do MDA, na extinção de vários setores do Estado. Eles vão promover o Estado mínimo. Se a gente quer o fim da sonegação e uma gestão pública de qualidade, a gente tem de fortalecer o Estado.

Então, nós do Sindecon-DF e da CGTB dizemos "não" à reforma da Previdência, "não" aos juros altos, "não" ao superávit primário, por uma Pátria livre para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Carmen Foro, Vice-Presidente Nacional da CUT, está com a palavra neste momento. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª CARMEN FORO – Central Única dos Trabalhadores! Central Única das Trabalhadoras!

Boa tarde a todos e a todas!

Quero saudar o Senador Paim pela bela iniciativa.

Em primeiro lugar, quero saudar, pela disposição e pela coragem de luta, este Plenário – o recinto está lotado –, que tem a disposição, de fato, de dizer, em alto e bom som, "não" à reforma da Previdência. A nossa unidade vai propiciar que nós barremos a reforma da Previdência. Sem dúvida alguma, esse será o caminho correto para barrarmos essa reforma.

Quero iniciar minha fala, neste curto espaço de tempo, dizendo o seguinte: em nossa opinião, na opinião da CUT, reforma só se for para ampliar direitos. De reforma para retirar direitos, nós estamos fora! (*Palmas.*)

Quero também aproveitar para propor aos Deputados, aos Senadores e a nós das organizações da Frente que façamos uma ampla campanha para esclarecer a sociedade, porque a mídia brasileira fala, todos os dias, que há um culpado para o rombo da Previdência, arruma esse culpado, arruma os trabalhadores rurais, arruma as mulheres e desvirtua totalmente a capacidade da seguridade social, que é um patrimônio nosso construído, pelo qual devemos lutar, para garantir a sua preservação. Temos de garantir a seguridade social (...)

Temos de garantir a seguridade social, porque é um dado de realidade neste momento o fato de estarmos vivendo um debate sobre reforma da Previdência e reforma trabalhista em pleno governo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CARMEN FORO – Não é por acaso que isto acontece neste momento. Não acredito que é uma mera coincidência.

Finalizo dizendo duas questões importantes por conta do tempo. A primeira: o que significa a Previdência :ial do futuro sem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais que, no geral da reforma da Previdência, tem a :enção de colocar para fora esse segmento, uma conquista muito recente, como disse o companheiro Alberto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por último, eu não poderia deixar de falar aqui a seguinte questão, se o Senador me permitir: as mulheres serão as mais massacradas com a reforma da Previdência. As trabalhadoras rurais perderão 10 anos; as professoras, 15 anos; as servidoras públicas, 10 anos.

(Interrupção do som.)

A SRª CARMEN FORO – Igualar a idade entre homens e mulheres para o benefício da Previdência é uma injustiça das maiores neste País, porque continuamos vivendo com dupla jornada de trabalho, continuamos vivendo em um país totalmente desigual, no que diz respeito ao mundo do trabalho, no que diz respeito às oportunidades e no que diz respeito ao compartilhamento das tarefas.

Muito obrigada.

A Central Única dos Trabalhadores estará nas ruas fazendo a pressão necessária, inclusive nos Municípios. Nós temos que denunciar os Deputados que lá no Município vão atrás do nosso voto e que vêm aqui votar contra os nossos direitos.

Não à reforma da Previdência. Vamos aproveitar este momento na campanha municipal para fazer esse grau de denúncia importante sobre aqueles que lá dizem uma coisa e aqui dizem outra.

Pressão ao Congresso Nacional...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)

(Manifestação da plateia.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Está sendo sentido no decorrer do pronunciamento dos oradores uma breve interrupção no som. E nós gostaríamos de informar que essa interrupção é proposital para que possamos informar aos oradores que já comecem a iniciar a conclusão do seu pronunciamento.

Nós temos muitos oradores ainda aqui; temos entidades que estão no auditório para falar. Então, nós rogamos encarecidamente a todos que fizerem uso da palavra para que realmente sigam à risca os dois minutos regulamentares que a organização do evento está solicitando.

Queremos registrar e agradecer a presença do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz, a Luciana, a Michelle e o Paulo; da Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, coordenadora nacional; do Sindiprev Sergipe, Júlio Cesar Lopes; do Sindiprev São Paulo; do presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Canoas, Rio Grande do Sul, Carlos Olegário; do presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Charles Hoffmann; da direção da Fenasps e sindicatos filiados presentes; da Enedina Soares, da Fetamce. Também agradecemos ao representante do Sindfazenda DF, aqui, prestigiando este evento como os demais presentes.

Convidamos para o tempo regulamentar de dois minutos o uso da palavra para o Sr. Presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS DOS SANTOS – Bom dia, companheiros e companheiras!

Em que pese eu ter apenas dois minutos, eu tenho a obrigação de repetir o mantra com o qual eu me comprometi que é de dizer que eventos como este, ocasiões como esta consolidam cada vez mais o Senador Paulo Paim em sua verdadeira dimensão, que vai muito além da honrosa função e cargo de Senador da República, que vai muito além de suas obrigações partidárias, mas o consolida mais na dimensão de verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros. (*Pausa.*)

Nesses dois minutos, vou procurar ser bem objetivo, Senador, companheiros e companheiras. Primeiro, vou fazer um relato, e, ao final, uma proposição à frente.

O relato é de que agora, muito recentemente, um ministro de Estado pediu para ser recebido em meu gabinete, e, por dever institucional, eu o recebi. Dentre outras coisas, ele me fez uma pergunta interessante, Senador. Ele me disse: "Se vocês discutem a reforma da Previdência desde 1994 e nunca se conseguiu fazê-la, o que é preciso fazer para que dê certo essa reforma?" E eu respondi: "Não sei o que fazer para fazer dar certo essa reforma, mas sei por que todas as outras foram derrotadas e por que esta será derrotada: porque todas elas, literalmente, foram um golpe em cima do trabalhador." Todas elas partem do simplismo da retirada de benefícios e serviços. Nenhuma delas atacou os verdadeiros ralos, os verdadeiros problemas da Previdência que são a administração política, a renúncia de receita, a sonegação, o perdão das dívidas. Somente os dez maiores devedores da Previdência pagam com sobra o que eles chamam de rombo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E aí, Senador, para ser mais objetivo, eu disse por que ela vai ser derrotada. Se me perguntarem, eu agora vou dizer como. Vai ser como? A partir deste evento. Olhando esta plenária, a qualidade...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO DOMINGOS DOS SANTOS – Nós derrotaremos indo Brasil afora como fizemos contra a terceirização; fazendo plenárias não mais nas assembleias, mas nos estádios e nos ginásios, Senador. Eu duvido que na metade da jornada eles já não terão desistido. Não é preciso propagandear o apoio que a CSPB, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, dá às causas dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos, em especial. Então, nessa frente, a CSPB agirá sob a demanda de V. Exª e do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Estamos à disposição da Frente para o que der e vier, desde que derrotemos essa reforma da Previdência.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agradecemos a presença do Jesuíno Caffé Filho, da Faaco; Sindprev, Alagoas; Sindsprev, Rio de Janeiro; Conselho de Recursos da Previdência Social.

Também agradecemos aos representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais; da Federação da Bahia, João da Cruz; Lucilene Ferreira, da Federação do Piauí; Elaine, Federação do Rio Grande do Sul; Romilton e Lucindo da Federação do Distrito Federal.

Senhoras e senhores, convidamos, neste momento, à tribuna, para o seu pronunciamento, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. RONALDO BENEDET (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Senador Paim, demais Deputados, líderes sindicais, trabalhadores, cidadãos brasileiros, estamos diante de um momento difícil do nosso País, mas a Previdência Social é algo sagrado na vida de cada brasileiro. Acho que não podemos, na questão da Previdência Social, tratar todos igualmente. Obviamente que quem trabalha com esforço físico não pode ter uma aposentadoria muito demorada, senão ele não vai suportar o trabalho, o esforço, o corpo não aguenta. A Previdência Social foi planejada, talvez nos seus termos, no passado, para o tipo de trabalho de esforço físico. Quando o trabalho de esforço físico exige força do ser humano, do corpo, o cidadão deve ser protegido pelos demais. A Previdência deve ser solidária quanto aos tipos de profissão, mas não podemos deixar de garantir ao cidadão a Previdência Social. Por isso, é preciso que haja um entendimento nacional democrático de todas as categorias, para que não se faça média, dando para uns talvez o que não foi contribuído. É preciso separar aqueles que contribuíram ao longo de 30, 35, 40 anos daqueles que precisam separado da Previdência, no caso de um acidente, no caso de uma viuvez.

Por isso, nós precisamos discutir a Previdência sem demagogia. Previdência é princípio de cálculo atuarial, para que a gente possa ter dignidade. O trabalhador privado trabalha e não consegue, muitas vezes, as garantias que o trabalhador público, por exemplo, tem, de forma justa. É feita injustiça com o trabalhador privado.

No meu Estado há um grande número de trabalhadores privados. Quando chega sua hora de aposentadoria, eles recebem, mineiros, por exemplo, que se aposentaram com oito salários mínimos, hoje estão recebendo apenas um salário mínimo. Isso é injustiça! Não é dar a cada um o que é seu, é tirar daquilo que cada um tinha direito e não lhe devolver quando ele mais precisa, na sua senilidade, quando sua idade está mais avançada.

A Previdência Social brasileira precisa...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO BENEDET (Bloco/PMDB - SC) – ... 30 segundos, Sr. Presidente – de um grande trabalho de discussão para que a gente não faça injustiça com as pessoas que trabalharam muito e deram sua vida para construir este Brasil.

Contem comigo. Um abraço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou fazer de novo um apelo ao Plenário: todos aqui vão expressar o seu ponto de vista, as palmas são decisão de cada um, mas vamos respeitar o que cada um falar. O silêncio é uma forma de se posicionar em relação a uma fala ou outra, as palmas são outro momento.

Repito, pessoal: a unidade é fundamental. Eu queria, pessoal... Pessoal, aqui não tem essa – vou deixar ito claro – de fazermos uma briga de quem votou favorável ou contra o *impeachment*. Senadores que estão sa frente, há *mais de 200* Deputados, inúmeros Deputados que aqui assinaram votaram a favor do *impea-*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

chment e outros tantos votaram contra o *impeachment*. Se vamos balizar a nossa atuação em cima das causas pelo voto nessa questão específica, não há razão para estarmos aqui.

Por isso, eu faço um apelo para a unidade em cima da Previdência e do direito dos trabalhadores. (*Palmas.*)

É isso que unifica este Plenário. Fora disso, nada unifica, nós sabemos disso. Todos sabem o meu voto. Agora, eu não estou presidindo aqui para contribuir para uma divisão. Se nós queremos conseguir fazer grandes eventos nos Estados, só vamos conseguir em cima da unidade.

Ora, se botamos nessa Mesa todas as centrais sindicais – todas –, não há uma Central que não vá usar a palavra aqui hoje, legitimamente, porque concordou em defender a nossa Previdência e também os direitos dos trabalhadores.

Eu queria ainda, com muito carinho, respeitando o Comitê Executivo deste evento, cumprimentar aqui, pela Fundação Anfip, a Maria Inez; pela Anfip, Décio Lopes; pela OAB, Drª Thais Riedel; pela Igeprev, Dr. Diego; o Cleriston, ele que é funcionário da CDH em todos os eventos; e a Gleize e a Patrícia, pelo trabalho executivo. Esse é o Comitê Organizador, que dialogou com todos os senhores para este momento.

E quero também lembrar a todos, pessoal, que nós vamos encerrar às 13h e, às 14h, vamos ter aqui os técnicos economistas, que conhecem, como ninguém, os números da Previdência. Seria fundamental que, às 14h, todos retornassem para acompanhar esse debate e levar inclusive dados, subsídios para os Estados onde esse debate há de continuar.

Volto à lista de oradores.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado, Presidente.

Também agradecemos ao Gibran Jordão, da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular); ao Larri dos Santos, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico; aos representantes do Sindicato dos Bancários de Brasília, da Federação dos Bancários da Região Centro-Norte; ao representante da Asbin (Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência), Sérgio Luís. Nossos agradecimentos também aos representantes do Sindiprev-DF.

Convidamos ao púlpito, pelo tempo regulamentar de dois minutos, João Paulo Ribeiro, representante da CTB. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia a todas as companheiras e a todos os companheiros.

Eu queria, em nome do nosso secretário de Previdência, Pascoal Carneiro, e do nosso presidente, Adilson Araújo, que estão hoje nos atos programados junto com os companheiros da Previdência, companheiros do Conselho Nacional de Saúde, fazendo atos em todas as dependências da Previdência, cumprimentar o Senador Paim mais uma vez, nosso Senador do povo brasileiro, e todos os integrantes da Mesa, em especial Alberto Broch, da família contaguiana. Eu queria enviar meu abraço a todos os companheiros e também às duas Centrais que fazem parte da Frente Brasil Popular, aos companheiros da Intersindical e aos companheiros da CUT.

Essa é a nossa batalha, companheiros e companheiras.

Eu estava dizendo que eu, como secretário do Serviço Público, nós não podemos negar... Foram vários companheiros aqui que disseram que todos os governadores, todos os presidentes querem fazer mudanças na Previdência. Nós também queremos. Nós queremos devolver os direitos que foram usurpados em 1998 pelo Fernando Henrique Cardoso. Nós queremos pegar os direitos de volta da Reforma da Previdência de 2003, comandada pelo Presidente Lula.

Nós precisamos é ter direitos e não retirar direitos. Essa é a tarefa da unidade construída nesse momento. As pessoas que aqui apareceram, como o Senador acabou de falar... Eu os louvo e espero que eles não comentam outros equívocos quando retiram supostamente alguém que dizem que praticou desvios e deixam pessoas piores com desvios.

Nós não admitiremos... Quem foi eleito tem que continuar. Não é isenção, e aqui nesse momento nós queremos apenas construir a nossa unidade, construir unidade em defesa da Previdência Social. E é por isso que nos chamam à construção dessa na ação.

Temos problemas. Agora, esses problemas nós vamos resolver nas ruas, nos atos, na vontade política da sociedade brasileira.

Então, conclamamos a unidade de todos para a Previdência. Devolvam nossos ministérios. A CTB...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Nós não somos melhores nem piores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... Estamos juntos para derrotar todo governo que queira acabar com a ssa Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vida longa a todos os lutadores; viva a Previdência Social! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Sr. Lúcio Bellentani, representante da CSB, para fazer o uso da palavra pelo tempo de dois minutos.

O SR. LÚCIO ANTONIO BELLENTANI – Senador Paim, parabéns pela iniciativa.

Há muito tempo que a gente não se encontrava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bom, Lúcio? No mínimo, 30 anos!

O SR. LÚCIO ANTONIO BELLENTANI – Mais ou menos isso.

Mas, companheiros, companheiras, de poucas coisas quero reafirmar algumas coisas aqui colocadas. Uma primeira coisa que eu gostaria de colocar é a seguinte: eu comecei no movimento sindical em 1960. Eu estou hoje com 72 anos. Passei por todos esses governos. Qual deles não ameaçou os nossos direitos? Qual deles não ameaçou as nossas instituições.

Por incrível que pareça, por mais absurdo que possa ser, este atual governo é o único que jogou o instituto social na mão dos banqueiros; que está ameaçando acabar com os direitos sociais do povo brasileiro.

Portanto, companheiros, a primeira questão é exatamente a recomposição do Ministério da Previdência Social, que não pode acabar... (*Palmas.*)

Nós não queremos reforma, nós queremos construir coisas novas, termos conquistas novas. E essa não é apenas uma luta desta ou daquela...

(Interrupção do som.)

O SR. LÚCIO ANTONIO BELLENTANI – ... central ou deste ou daquele Partido. (*Fora do microfone.*)

É uma luta da sociedade brasileira. É uma luta de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. LÚCIO ANTONIO BELLENTANI – E é esse o apelo que a CSB deixa aqui. Atendendo a reivindicações e atendendo as indicações do Senador Paim, vamos levar isso para todos os Estados, para todos os Municípios, para todos os lares brasileiros.

Vamos para a rua, vamos defender o direito, vamos conquistar a nossa dignidade...

(Interrupção do som.)

O SR. LÚCIO ANTONIO BELLENTANI – ... reconquistar isso que estão querendo nos roubar. (*Fora do microfone.*)

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Wagner Francisco é o próximo orador, representante da UGT, pelo tempo regulamentar de dois minutos.

O SR. WAGNER FRANCISCO – Companheiro Paim, trago um abraço do Presidente Patah.

Companheiras, das mulheres cumprimento a companheira Jô, grande Deputada, em nome das mulheres. Companheiro Vilson, de Minas Gerais, com a grande delegação aqui presente, demais companheiros das centrais sindicais, a fala fica repetitiva. A fila vai passando, e a fala fica repetitiva. Mas a UGT traz a mesma proposta de defesa da Previdência.

Porém, nós temos que demonstrar nossa força. Nós temos o voto; nós é que elegemos; nós definimos quem são as pessoas. E aí as pessoas chegam lá e nos tiram o nosso único ministério? Nós temos que ir para a rua dar o troco. Nós não votamos em Parlamentares, governadores e Presidentes para perder o Ministério da Previdência, não; para perder os direitos da previdência, não.

Então os caras chegam lá e dizem o seguinte: divide-se o INSS e a Previdência. Chega lá você faz o seguinte... A Previdência é um ministério; parecia uma sacola de alça que você pode pendurar em qualquer cabide. E nos destrói, enfraquece. E vão fazer a reforma em cima de nós com o ministério partido? Não há um ministro com quem conversar. O Presidente não vai nos atender. E nós temos que ficar aqui no auditório para bater em qual porta se nós não temos porta para bater? Nós viramos sacola sem alça.

Então, companheiros, vamos mostrar nossa força, vamos mostrar os trabalhadores ativos, os aposentados. Nós somos milhões e milhões de votos; nós elegemos Presidente, elegemos quem quisermos. Vamos exigir o quê? Exigimos o nosso ministério de volta; queremos o Ministério da Previdência.

(Interrupção do som.)

O SR. WAGNER FRANCISCO – E aí vamos discutir a reforma. Qual reforma? (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A reforma que nós queremos é a reforma de recuperação dos nossos direitos que foram tirados. Não dá para continuar a luta sem termos nosso mastro.

Portanto, companheiros, a convocação da UGT é uma só: temos direito ao voto, vamos demonstrar o nosso voto, a nossa força. E vamos dizer: queremos o ministério e a reforma só para recuperar os direitos. Essa é a nossa luta, companheiros. É a voz da UGT que trago para vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nós queremos agradecer à Diretora da Fenadados; sindicatos filiados; STR Arcos, Minas Gerais, Presidente Geraldo; ao Vilson, Presidente da Fetaemg; ao Sindimetro, Minas Gerais; ao grupo de estudos previdenciários que apoia a Frente Parlamentar, presente aqui e prestigiando o evento, assim como os demais presentes.

Com a palavra o Sr. Edson Índio, representante da Intersindical. (*Palmas.*)

O SR. EDSON CARNEIRO – Boa tarde, companheiros e companheiras. Quero saudar a Mesa na pessoa do brilhante e combativo Senador Paulo Paim.

No nome do Paim e do Deputado Chico Alencar, saúdo a todos os Parlamentares. No nome da nossa querida Maria Lúcia Fattorelli, saúdo todas as trabalhadoras, todos aqueles que lutam em defesa da Previdência pública, que é o que nos traz aqui nesta tarde.

Quero dizer que há mais de vinte anos, como foi dito aqui, se fala em reforma da Previdência no nosso País. E cada vez que se fala em reforma da Previdência, uma parcela dos assalariados médios, uma parcela da nossa classe cai no colo direto dos bancos privados deste País, do Bradesco, do Itaú, do Santander. E esses bancos, que parece que não têm lucro, que estão precisando de mais dinheiro, são quem vai abocanhar o dinheiro que deveria ir para a Previdência pública.

Por isso nós não admitimos mais uma reforma, principalmente num Governo que coloca no Banco Central o representante do Itaú, que cobra nada mais, nada menos que 620% de juros no rotativo do cartão de crédito. Esse é o povo que eles querem colocar para administrar os recursos públicos. Eles falam em déficit; todos nós sabemos que é mentira. Déficit, só se for de caráter; déficit de verdade; déficit de compromisso com o povo pobre deste País. (*Palmas.*)

Déficit de compromisso com as mulheres, que têm dupla, tripla jornada de trabalho e são aquelas que carregam este País nas costas. Não é aquela do lar, recatada, que aos trinta anos tem seus filhos, com R$7 milhões, não é? Milhões e milhões. São as mulheres de verdade que carregam este País. Eles falam em déficit, mas não discutem a sonegação. Hoje ainda se dizia aqui: a Câmara dos Deputados vai votar a DRU, a Desvinculação da Receita da União, que é para tirar mais dinheiro...

(Interrupção do som.)

O SR. EDSON CARNEIRO – Nós temos que ir à luta, nós temos que juntar o povo deste País, nós temos que ampliar o diálogo com as pessoas.

Temos que dizer para os trabalhadores que esse negócio de idade mínima, 65 anos... Aos 55 anos, estão aqui os trabalhadores rurais em peso, estão aqui os trabalhadores bancários, que mesmo trabalhando com uma gravatinha, aos 55 não têm mais condições de saúde para o trabalho. E muito bem sabem disso as dezenas de trabalhadores da Previdência Social que estão aqui, de todos os Estados.

Estou vendo aqui os trabalhadores da Previdência. Uma salva de palmas aos trabalhadores da Previdência, aos químicos, aos bancários, a todos os trabalhadores. (*Palmas.*)

Por isso, companheirada, para concluir, nós da Intersindical, primeiro, nós não apoiamos nenhum governo. A Intersindical foi fundada em março de 2014, e nós não temos que carregar nas nossas marcas o apoio a nenhum governo. Mas nós não temos dúvida de que este Governo ilegítimo...

(Interrupção do som.)

O SR. EDSON CARNEIRO – ... e impostor (*Fora do microfone.*) deu um golpe para colocar essa agenda contra os direitos dos trabalhadores. É a Previdência Social, é a saúde pública, é a educação pública, são os direitos trabalhistas, é o patrimônio do povo.

Por isso nós vamos para a rua, junto com o povo, sem medo. Vamos, no dia 10, chacoalhar este País e enterrar mais uma reforma para retirar direitos dos trabalhadores. Viva nossa unidade em defesa da Previdência pública, em defesa do Ministério da Previdência Social e dos trabalhadores! Nenhuma reforma que ataque os nossos direitos. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Vamos convidar agora, para fazer uso da palavra, o Secretário-Geral Força Sindical, Sérgio Luiz Leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Bom, rapidamente aqui, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, e no nome dele, cumprimentar todos os Parlamentares, Deputados e Senadores aqui, que passaram por este importante evento.

Quero registrar, Senador Paulo Paim, que também, igualmente estamos aqui nessa unidade, aqui nessa Frente Parlamentar.

Estivemos nos corredores aqui do Senado Federal, da Câmara Federal, também contra as mudanças no seguro-desemprego, no abono salarial, que retirou direito dos trabalhadores no momento mais difícil que o nosso País atravessa. Então, parabéns, Senador Paim, pela sua postura forte em defesa dos trabalhadores.

Quero dizer que a reforma da Previdência que tanto falam passa por gestão, para cobrar os sonegadores, para cobrar os mais de R$500 bilhões que o setor empresarial deve para a Previdência, para acabar com as desonerações que não geraram emprego no nosso País e somente aumentaram os lucros do capital brasileiro.

Essa é a reforma que nós queremos discutir, não a reforma que tira direito, que estabelece idade mínima; não a reforma que iguala homens e mulheres no tempo de serviço ou na idade; não a reforma que quer desvincular a Previdência Social do salário mínimo. Nós queremos, sim, discutir uma reforma que inclua os 11,4 milhões de trabalhadores desempregados em um sistema para que nós possamos fortalecer o nosso País.

E agora, Senador Paim, eu sei da dificuldade...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – ... que o nosso País vive, desta divisão, um momento difícil para fazer uma unidade, mas com sua capacidade, com a capacidade e o compromisso de cada entidade sindical que está aqui, nós vamos derrotar essa reforma da Previdência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Gibran Jordão, representante da CSP Conlutas e da Fasubra, tem a palavra, neste momento, pelo tempo regulamentar de dois minutos.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Saudações às companheiras, aos companheiros presentes nesta atividade, queria saudar a Mesa, pela oportunidade, pela iniciativa, na pessoa do Senador Paulo Paim.

Em primeiríssimo lugar – primeiríssimo lugar: fora Temer, Governo ilegítimo que quer atacar a Previdência Social e que não merece nenhuma confiança da classe trabalhadora! (*Palmas.*)

Esse é o primeiro recado da CSP Conlutas e dos companheiros da Fasubra.

Em segundo lugar, na década de 90, o governo Fernando Henrique Cardoso fez uma reforma da Previdência e retirou direitos da classe trabalhadora, nós conhecemos o fator previdenciário; no início do governo Lula, em 2003, o governo Lula aplicou uma reforma da Previdência contra o funcionalismo público federal, contra o funcionalismo público e houve muita resistência nas ruas; o Governo Dilma aplicou as MPs que atacam direitos previdenciários e também anunciou, no início do seu Governo, que a reforma da Previdência era prioridade. Nós precisamos dizer a verdade.

E agora o Governo ilegítimo de Michel Temer, um Governo corrupto, como nós estamos assistindo agora nas delações e nos vazamentos dos áudios, quer fazer uma reforma da Previdência, através do seu Ministro Henrique Meirelles, que fusionou o Ministério da Fazenda com o Ministério da Previdência para atacar os direitos da classe trabalhadora.

Companheiras e companheiros, companheiros das centrais sindicais, companheiros das federações, sindicatos aqui presentes, essa iniciativa que é muito importante...

(Interrupção do som.)

O SR. GIBRAN JORDÃO – Mas mais importante ainda é construirmos uma grande greve geral no País, parar este País, todas as centrais unificadas para derrotar o ajuste fiscal de Temer e a reforma da Previdência e derrubar este Governo ilegítimo.

Um abraço da CSP-Conlutas. Um abraço da Fasubra. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, para o encerramento dos pronunciamentos das entidades representativas à Mesa, convidamos à tribuna para fazer uso da palavra a Srª Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATORELLI – Bom dia. Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim por esta oportunidade de falar aqui, representando a Auditoria Cidadã e representando as mulheres, que fizeram falta nesta Mesa hoje. (*Palmas.*)

Concordo com as falas anteriores. A Previdência Social não é o problema deste País. A Previdência Social ›lução, é solução para a vida de milhões de famílias, é solução para milhares e milhares de Municípios brasi-os. É uma vergonha o ataque feito pelos sucessivos governos à Previdência Social e é uma vergonha o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tem sido aprovado nessas Casas também, porque o Governo propõe, mas quem tem aprovado as sucessivas reformas é o Congresso Nacional.

Portanto, fica aqui o recado para os Parlamentares não aprovarem essas medidas provisórias que esquartejaram a Previdência Social brasileira. Não podemos aceitar isso. O rombo das contas públicas está na dívida pública, na chamada dívida pública, uma fraude, omissão também do Congresso Nacional, que nunca fez auditoria prevista na Constituição Federal. (*Palmas.*)

Vamos lançar em breve uma frente parlamentar também mista pela auditoria da dívida, com participação da sociedade civil. E contamos, Senador Paim, com V. Exª, com todos os Parlamentares que estiveram aqui e, principalmente, com as entidades nacionais...

(Interrupção do som.)

A SRª MARIA LÚCIA FATORELLI – Hoje, estamos sacrificando o Orçamento federal para pagar juros abusivos, para pagar benesses, mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida, que sangram os recursos da Nação, que tornam os bancos no Brasil os mais lucrativos do mundo. (*Palmas.*)

Vamos colocar também na pauta a auditoria dessa dívida. Vamos revelar essa fraude, enfrentar o capital financeiro, que está querendo avançar sobre os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Muito grata. Acompanhem a Auditoria Cidadã da Dívida e façam parte também desse movimento. Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, neste momento, para que se pronuncie e declare, oficialmente, encerrados os trabalhos desta manhã, com a palavra o Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e proponente da Frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, primeiro, não estão encerrados os trabalhos. Nós temos uma série de questões para encaminhar agora.

Primeiro, lembro a todos que a partir das 14h, vamos ter aqui um seminário importantíssimo, que vai nos dar subsídio para fazermos o bom debate e mostrar que a nossa seguridade social, onde está a Previdência, é superavitária.

À tarde falará o Sr. Décio Bruno Lopes, Mestre em Direito Previdenciário e Vice-Presidente da Seguridade Social da Anfip. Vai falar também o Dr. Eduardo Fagnani, Professor da Universidade de Campinas, Pesquisador do Centro de Estudo Sindicais e de Economia do Trabalho.

Falará também a Drª Melissa Folmann, Coordenadora de Pós-Graduação da PUC/PR em Direito Previdenciário.

Falará, também à tarde, sobre aposentadoria especial, pensão e luta pela não redução de direitos, a Drª Thaís Riedel, advogada e Conselheira Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário.

Falará também sobre Previdência Rural e diferença de gênero, Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, advogada, Doutora em Direito Previdenciário e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

E, por fim, falara sobre os impactos das mudanças demográficas no Seguro Social o Dr. Frederico Melo, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

É fundamental, pessoal, que todos vocês estejam aqui à tarde.

À tarde, temos, aqui inscritos, ainda mais de 30 entidades. A tribuna livre continua à tarde. Entre as falas dos nossos convidados, eu também estarei aqui, durante toda a tarde, junto com vocês. Se houver votação no plenário será depois das 17h, e, até lá, creio que terminaremos.

Agora, nesse momento, pessoal, é fundamental que, primeiro, reconheçamos que esse ato da parte da manhã instalou oficialmente a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. (*Palmas.*)

Que as palmas sejam o reconhecimento da instalação desta Frente.

Segundo, pessoal, eu queria ainda, neste momento – por isso pedi que não saíssem, embora à tarde vocês possam aprofundar o debate – que tomemos algumas medidas que poderão ser implementadas, claro, depois desse momento que estamos atravessando, que é esse momento de hoje, no sentido daquilo que foi proposto por alguns. Eu proponho que isso se decida à tarde, no encerramento dos trabalhos.

Há duas propostas, na verdade. Uma proposta entende que nós poderíamos fazer encontros regionais. Dividir o País em quinze regiões e fazer encontros regionais para, nesses encontros, pessoal, não discutir só a Previdência, porque estamos na coordenação da Frente Parlamentar Mista em defesa dos trabalhadores, estamos na relatoria do combate ao trabalho escravo, estamos na relatoria do projeto que quer terceirizar tudo neste País. E também – e uso este momento para isso – é para que façamos atos unitários, de preferência na assembleia ou em auditórios. No da terceirização, pessoal, em todos os Estados, os auditórios estiveram lotados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu vou propor mais um assunto aqui, além desses que as Frentes já estão organizando, e do qual nós fizemos parte.

O Brasil e o mundo ficou chocado com o estupro covarde e vergonhoso. Covarde mesmo, porque quem faz aquilo, com certeza, só pode ser chamado de covarde. Nós também, nesses seminários, temos um espaço para debater o combate permanente à violência contra as mulheres. (*Palmas.*)

E, quando formos a cada Estado, vamos debater também o trabalho escravo. Que aproveitemos também para construir uma caminhada unitária, pessoal! Em nenhum momento, vou levantar temas que possam nos dividir. Mas eu tenho certeza de que, se eu falar neste plenário que esses eventos vão debater também a democracia que queremos, haverá unidade neste Plenário. Eu pergunto ao plenário: além desses temas, podemos debater o fortalecimento da democracia? Se assim entenderem, que batam palmas. (*Palmas.*)

É para fortalecer a democracia. Fortalecer a democracia, no meu entendimento, unifica a todos. Não importa se alguém aqui é favorável ao governo provisório ou é favorável ao governo que ora está afastado. É fortalecer o processo democrático.

Pessoal, eu já tenho 66 anos. E eu aprendi. Passei pela ditadura. Quando eu quis levar um dossiê para o exterior, falando o que acontecia no Brasil, fiquei preso em São Paulo. Mas fiquei preso só no aeroporto. Eu falo exatamente a verdade. Tiraram o dossiê, mas não tiraram a minha consciência. Eu o levei para o exterior. Fui a quinze países falando o que acontecia no Brasil. Não me arrependo e faria tudo de novo. Nós sabemos como algumas coisas começam e sabemos, infelizmente, com exemplo do passado, como podem terminar.

Por isso, pessoal, com a democracia, tudo; sem a democracia, nada! (*Palmas.*)

Se não tivermos a democracia como a causa maior de todas as outras causas, não tem, pessoal, Ministério da Previdência, não tem Previdência. A democracia é o símbolo da educação, da saúde, do direito à moradia, direito de respeitar o outro, de combater a violência contra as mulheres.

Vocês acham que, sem democracia, alguém pode combater a violência contra as mulheres? Olhando para vocês, da Fetag, pergunto: vocês acham que sem democracia alguém vai combater o trabalho escravo?

Por isso, meus amigos, quero encerrar mais este evento grandioso, que é grandioso não por aqueles que estão à mesa, mas principalmente por vocês, porque, se vocês não se mobilizassem, se não estivessem aqui muitos às 7h da manhã... E ficaram na fila até as 9h30, quase 10h, para poder entrar. Humildemente, gentilmente, solidariamente, entre todos, estavam lá os trabalhadores de camiseta, de sandália. Estavam lá mulheres e homens de gravata, de paletó, unidos na mesma caminhada, mostrando que todos temos um compromisso com esse povo e com essa gente.

Eles um dia vão entender que nós, que estamos neste plenário e os milhões que estão lá na rua e aqueles com quem vamos nos encontrar quando formos aos Estados, sabemos qual é o lado certo, sabemos que as causas é que dão energia para as nossas vidas.

Eu me pergunto por que, com quase 70 anos – já digo, porque vou para 67 anos –, me disponho a ir de novo aos 27 Estados. Porque, ao contrário do que disse um ex-presidente da ditadura, eu adoro o cheiro do povo, o contato com o povo, o respirar do povo, o abraço do povo, o beijo do povo. (*Palmas.*)

Isso me faz bem e me dá mais energia, porque estou no caminho certo.

Por isso, meus amigos, encerro esta parte da manhã, mas com muita, muita convicção de que estamos no caminho certo.

Ao Senhor Michel Temer, independentemente das posições que possam existir até neste plenário, quero fazer somente, neste momento, uma solicitação ou, na verdade, duas, duas somente: devolva o Ministério da Previdência para os trabalhadores; segundo, não mexa na CLT e nos direitos dos trabalhadores.

Encerramos aqui esta parte da manhã. Às 14 horas, voltaremos.

Vida longa à previdência pública brasileira!

Um abraço a todos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto e suspensa às 12 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos retomar os trabalhos da parte da tarde.

Como havíamos combinado, a parte da tarde vai ser destinada à exposição de especialistas.

Eu vou pedir ao nosso amigo do Cerimonial para convidar nossos painelistas a virem à mesa para, de imediato, iniciarmos o debate intercalando painelistas e entidades do Plenário.

Com a palavra o meu amigo...

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convido para fazer parte da Mesa os senhores palestrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Para falar do tema "Convergência dos Regimes e a Previdência Social", Sr. Décio Bruno Lopes, mestre em Direito Previdenciário e Vice-Presidente de Seguridade Social da Anfip. (*Palmas.*)

Para falar sobre o tema "A Estrutura do Seguro Social Brasileiro e seu Impacto na Economia", Sr. Eduardo Fagnani, professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). (*Palmas.*)

Para falar do tema, "A Realidade Tributária da Previdência Brasileira", Melissa Folmann, coordenadora da Pós-Graduação da PUC/PR em Direito Previdenciário. (*Palmas.*)

Para falar sobre o tema "Aposentadoria Especial, Pensão e Redução de Direitos", Thaís Riedel, advogada e conselheira seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção do DF, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário. (*Palmas.*)

Para falar do tema "Previdência Rural e Diferença de Gênero", Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, advogada, doutora em Direito Previdenciário e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. (*Palmas.*)

E para falar do tema "Os Impactos das Mudanças Demográficas no Seguro Social", Sr. Frederico Melo, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (*Palmas.*)

Agora, eu pediria a todos, por favor, que desligassem as luzes para que a gente assista a um filme. (*Pausa.*)

(Procede-se à execução de filme.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Bom, temos o *site* no endereço www.frenteparlamentardaprevidencia.org e também a página no Facebook.

Os nossos agradecimentos ao comitê de organização: Vilson Romero, da Anfip; Maria Inês, da Fundação Anfip; Décio Bruno, da Anfip; Patrícia Coimbra, da Insight Consultoria; Grace Maciel, Mandala Comunicação; Thaís Riedel, Diego Cherulli, Cleviston Monteiro e Márcia Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós queríamos agora, se me permitirem, quebrar um pouco o protocolo, pois chegou a Senadora Gleisi Hoffmann. Eu queria que ela fizesse uma saudação e, em seguida, passamos aos painelistas. Vamos interagir também com o Plenário neste momento.

Senadora Gleisi Hoffmann, para sua saudação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Boa tarde a todos e a todas.

Senador Paim, em sua pessoa, saúdo toda a Mesa que foi composta por este painel. Quero pedir desculpas porque não consegui estar aqui na abertura do evento, pela manhã, porque eu estava presidindo a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu não poderia deixar de vir aqui dar um abraço em vocês, manifestar o meu apoio e dizer que sou integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública e nós vamos estar nesta luta juntos, resistindo contra o desmonte do Estado de bem-estar social que estamos vendo que está acontecendo no nosso País.

Aliás, essa não é uma tendência só do Brasil. Se nós olharmos para o mundo, vamos ver que os Estados nacionais têm sofrido uma grande oposição, dizendo que se tem que abrir mão de programas e projetos para que o Estado tenha recursos para equilibrar os seus serviços da dívida. E a gente vê isso não só aqui em países da América Latina, mas vimos isso na Europa, vimos isso nos Estados Unidos, vimos em outros países.

Toda vez que temos uma crise na economia – e vejam bem, as crises não são causadas pelos Estados nacionais, são causadas pelo setor privado da economia, pelos mercados da economia –, a conta vem para o Estado pagar, vem para o contribuinte pagar.

E aí qual é o discurso? É o discurso da austeridade. Dizem que temos que ser austeros, reduzir as despesas que temos com os nossos programas, as despesas que temos com as nossas ações para sobrar dinheiro para pagar serviço da dívida, para a dívida não ser grande em relação ao Produto Interno Bruto e para a gente continuar tendo investimento.

É a mesma conversa, as crises são cíclicas e as conversas seguem essas crises. E nós estamos vivendo exatamente esse momento novamente no mundo e aqui, por consequência, no Brasil.

Aqui, conseguimos retardar um pouco. Chegou mais tarde esse efeito perverso, e tenho certeza de que, se tivéssemos e continuássemos tendo a Presidenta Dilma à frente da Presidência da República, conseguiríamos evitar uma série de coisas que já estamos vendo, de desmonte de programas e projetos sociais.

Antes de falar da Previdência, eu queria falar, por exemplo, do Minha Casa Minha Vida, que os senhores conhecem bem. É um excelente programa. Um programa que já contratou quatro milhões de residências no Brasil e agora vai ser extinto porque não se quer pagar o subsídio para a faixa 1, que é a habitação popular para mais pobres. Além disso, quer-se colocar agora um teto na despesa. A despesa pública não pode subir mais e a variação da inflação do ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu fico perguntando como fica, por exemplo, a disposição constitucional sobre os recursos para a saúde e para a educação. Saúde e educação têm recursos proporcionais ao desempenho da receita.

Então, se a minha receita crescer mais que a inflação, não vai ser aplicada em saúde e educação a proporcionalidade da receita, vai ter que ser aplicado menos. Para aonde vai o dinheiro? Para pagar o serviço da dívida. Por quê? Porque precisamos equilibrar a dívida, para a dívida não ser muito grande em relação ao PIB, para os investimentos continuarem.

Enfim, é um ciclo vicioso, e nesse meio está a Previdência. Acho que temos que ter uma resistência muito grande. Não dá para o povo ficar pagando a conta do mercado financeiro, das crises econômicas que nós temos nesse País e no mundo, por especulação.

A Frente Parlamentar da Previdência é essencial, com a participação de vocês, das entidades, dos sindicatos, das pessoas que defendem o mínimo de estado de bem-estar social.

É um absurdo, por exemplo, não haver o Ministério da Previdência, e o fato de ele virar um puxadinho do Ministério da Fazenda! Não há justificativa para isso. Ministério da Previdência é essencial como política pública. Nos últimos anos, houve um aumento de mais de 30 milhões de pessoas no sistema previdenciário brasileiro. Isso tem impacto na nossa economia, nas nossas relações, na nossa estabilidade social. Tivemos benefícios importantes, como o crescimento do Benefício de Prestação Continuada, que pode não entrar na Previdência, que está na Assistência, mas que cumpre o seu papel. Colocamos dentro da Previdência o microempreendedor individual, as donas de casa. Enfim, fizemos uma verdadeira ampliação. E, agora, o que estamos vendo? Que a Previdência se tornou algo meramente contábil, algo que a Fazenda vai administrar. É isto: é conta, está lá; se subir muito, tem de cortar. Não há nenhuma avaliação sobre o impacto político que tem o sistema previdenciário no nosso País.

Então, temos de ser contra isso. O Senador Paim tem falado muito sobre isso. Temos também, dentro do Congresso, lutado muito para exatamente expor como a Previdência está sendo tratada no Brasil.

Outra coisa é relativa à reforma. Aí salta aos olhos a questão da idade. "Tem de haver idade mínima!" E será idade mínima igual para todo mundo, para homem, para mulher, para trabalhador do campo e da cidade, para trabalhador intelectual ou braçal. Não há nenhuma discussão sobre essa situação da idade mínima. "Tem de ser idade mínima e pronto!" Não dá para aceitar esse tipo de retrocesso.

Agora, o que acho uma das piores questões que se está desenvolvendo e que tem a ver com o teto da despesa que estão fazendo para o Orçamento em relação à inflação é a questão da desvinculação do salário mínimo do valor real dos benefícios previdenciários. Gente, se isso acontecer, vai ser o maior retrocesso social que teremos no País. Oitenta por cento dos nossos beneficiários em Previdência ganham um salário mínimo. E nós conseguimos combater a pobreza e a miséria neste País não só com o Bolsa Família. As pessoas falam do Bolsa Família, mas o Bolsa Família é um pedacinho. Houve uma política de valorização do salário mínimo, com a vinculação do salário mínimo à Previdência. Em razão de uma política de geração de emprego, aumentou, inclusive, o número dos contribuintes da Previdência. Enfim, nós fizemos um verdadeiro avanço em termos sociais no nosso País, com equilíbrio econômico. Então, temos de fortalecer essa luta.

Quero dizer, Senador Paim – faço parte da CDH também –, que, como Presidente da CAE, vou estar ao lado de vocês. Vamos discutir na Comissão de Assuntos Econômicos, sim, as questões econômicas, mas do ponto de vista da sociedade, das pessoas, dos direitos que nós temos, não só do ponto de vista do mercado, das contas e do interesse no equilíbrio entre receita e despesa. Acho que o principal compromisso que nós temos é com a dignidade, com a vida, com aquilo que as pessoas conquistaram ao longo de anos e anos de luta.

Eu não podia deixar de vir aqui e de trazer meu abraço para vocês. Quero dizer que vamos estar juntos nesta luta.

Não tenho condições de ficar aqui. Estou indo agora para a Comissão Especial de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Eu queria que, aqui, vocês também tirassem uma palavra de ordem ou uma deliberação contra a cultura do estupro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não é possível a gente viver isso no nosso País de novo! (*Palmas.*)

E temos ainda de ouvir explicações de autoridades de que a vítima tem culpa. É uma tragédia isso do ponto de vista dos direitos das mulheres, do ponto de vista dos direitos humanos e das relações sociais.

Faremos uma reunião agora. Haverá um ato às 16h com as Senadoras e com as Deputadas, no Salão Verde.

Vamos vir para cá. De repente, até vemos se as mulheres não resolvem vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se quiserem vir aqui, serão bem-vindas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...também para fazermos um ato juntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Serão bem-vindas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Para fortalecer, porque eu acho que essa é uma luta em que todos nós estamos unidos e integrados.

Então, bom seminário para vocês e podem contar conosco, não só como Senadora, mas como Presidente da CAE, como militante. Vamos estar juntos aqui ao lado do Senador Paim e de todos vocês na resistência pela Previdência.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann.

Só informo a todos, Senadora Gleisi, que nós já fizemos pela manhã essa caminhada da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, dos trabalhadores. Nós vamos também levar o debate para os Estados para combater a violência em relação às mulheres.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seremos espelhados, naturalmente, infelizmente, nesse caso covarde, como falei de manhã, que aconteceu no Rio de Janeiro.

Também informamos, já que coordeno a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres – nós deixamos primeiro, naturalmente, vocês se movimentarem –, que já marcamos uma audiência pública para o dia 13, pela manhã, às 9h, mas é fundamental que vocês estejam lá para liderar esse processo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Vamos estar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sempre digo: homem que é homem não toca, não bate em uma mulher, mas a trata com carinho e com flores.

Viva as mulheres!

Esses são homens de verdade!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Dando seguimento às falas, convido o representante do Sinait.

O senhor tem dois minutos.

O SR. CARLOS SILVA – Olá! Muito boa tarde a todos!

Cumprimento a Mesa em nome do Exmo Senador da República, Senador Paim, um grande guerreiro, ao lado do qual todos nós aqui presentes estamos encaminhando nossas lutas em defesa do trabalhador brasileiro.

Eu sou Carlos Silva, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e trago aqui a mensagem dos auditores fiscais do trabalho contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista.

São duas reformas que vão cair sobre o lombo da mesma pessoa. Mais de 80% de todos os segurados da Previdência Social são trabalhadores; e sobre esses trabalhadores já pesaram recentemente as MPs 664, 665; têm pesado graves ameaças com o PLC 30, da terceirização irrestrita; com o PLS 432, da mudança do conceito de trabalho escravo; com a ameaça do negociado sobre o legislado; com a ameaça da redução da maioridade trabalhista; com a ameaça da suspensão e da revogação de normas regulamentadoras de proteção à vida e à saúde dos trabalhadores brasileiros.

São todas essas ameaças que já estão postas nestas Casas do Senado e da Câmara, e agora mais uma que vem com uma dupla face. A reforma da Previdência não vai caminhar sem o braço da reforma trabalhista, que significam absolutamente retirada de direitos; retirada absoluta de direitos, a ponto de nos deixar claro e muito conscientes de que significam a extinção da Previdência e a extinção da CLT.

Muito ainda há de se fazer com o fortalecimento das instituições. Eu diria até que esses problemas todos que estão sendo superestimados por questões orçamentárias poderiam ser enfrentados com o fortalecimento do combate...

(Interrupção do som.)

O SR. CARLOS SILVA – ...sonegação e as fraudes trabalhistas...

Nós encontramos essas sonegações e fraudes nas terceirizações...

(Interrupção do som.)

O SR. CARLOS SILVA – ... que escravizam e que matam; na informalidade, que alcança 16 milhões de trabalhadores; na sonegação de FGTS; na hora extra não paga; no salário não pago; nos direitos dos trabalhadores, que todos os dias são solapados. Por isso, o Sinait é contra a reforma da Previdência, é contra a reforma trabalhista em curso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A intenção seria intercalar uma entidade e um painelista. Aí nós vamos levando toda a tarde.

O primeiro painelista, pelo que vi, seria o Dr. Décio, mas você pode orientar aí. Eu sigo a orientação dele.

usa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu tenho a lista aqui, então.

Só para ajudar, o primeiro painelista a fazer uso da palavra vai ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas nós combinamos o seguinte com os painelistas: é um painelista e uma entidade. E o Plenário vai interagindo mais, inclusive, em relação ao nosso trabalho. Vocês não acham melhor assim? Senão, falam todos eles e depois vai para vocês no final. Aí, nós vamos, com isso, contribuindo muito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A decisão está tomada.

Eu agradeço a assessoria aqui. Sou muito democrata, viu, pessoal? A decisão está tomada: é uma entidade e um painelista.

Com a palavra, agora, o Dr. Décio Bruno Lopes, mestre em Direito Previdenciário, Vice-Presidente de Seguridade Social da Anfip.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Senhoras e senhores, muito boa tarde! Senador Paim, boa tarde! Gostaria de, em sua pessoa, cumprimentar os demais colegas palestrantes da Mesa.

Coube a nós, neste seminário, falar sobre convergência de regimes previdenciários, mas, antes de falar sobre a convergência de regimes, gostaria de agradecer, mais uma vez, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Paulo Paim, que encamparam a nossa ideia de realizar um seminário para discutir os sete pontos da Previdência, e não tínhamos ideia da extensão desse primeiro momento em que a gente pensava o seminário. Senador, muito obrigado por esta participação de todas as entidades que querem discutir previdência social.

Eu acho que é preciso apagar um pouco das luzes aqui da frente até para enxergarmos as nossas transparências.

Então, vejamos. Quando falamos de regimes previdenciários no Brasil, a nossa cabeça fica assim.

É tanta coisa, são tantos conceitos, que ficamos meio perdido em matéria de previdência social, e é por isso que nós todos precisamos entender a previdência social, entender a seguridade social. E nós precisamos conhecer um pouquinho o passado, para entender o presente e planejar bem o futuro. É esse o nosso objetivo aqui com este painel sobre a Convergência de Regimes Previdenciários.

Vejamos a estrutura do sistema previdenciário brasileiro. Nós temos o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's) e o Regime de Previdência Complementar (RPC). Esse é o sistema de Previdência complementar do ordenamento jurídico brasileiro.

O Regime Geral de Previdência Social é destinado a todos os trabalhadores do setor privado e a servidores públicos sem Regime Próprio de Previdência, é administrado pelo INSS e é de repartição simples.

Os Regimes Próprios de Previdência Social são destinados aos servidores públicos detentores de cargo efetivo e aos militares federais. São também de repartição simples.

Tanto no Regime Geral quanto no Regime Próprio de Previdência, há os Regimes de Previdência Complementar, que são destinados, então, aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos que tomaram posse a partir da promulgação da lei que criou a Funpresp, ou da lei dos Estados que criaram os Regimes de Previdência Complementar nos Estados e Municípios.

Na convergência de regimes, então, nós precisamos retratar o passado. Nós temos de nos reportar ao Instituto de Previdência e Assistência, ou seja, todos já ouviram falar em IAPC, em IAPI, em IAPB, e são esses institutos que nós estamos tratando. Os IAPs eram por categoria econômica. Eram de iniciativa privada. E, para os servidores públicos, existia também um instituto de previdência e assistência que era o Ipase (Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado), que foi criado pelo Decreto-Lei nº 288/1938.

Por que nós vamos falar das contribuições previdenciárias no Ipase? É porque, desde a Constituição de 1946, existe um princípio lá, estampado no texto da Constituição desde 1946, que diz: "Nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio". E todas as Constituições depois de 1946 trouxeram também esse princípio, que hoje está no §5º do art. 195 da Constituição Federal, que trata da Seguridade Social.

Voltemos ao painel anterior, sobre a contribuição dos servidores. Às vezes, nós ouvimos falar que os servidores não contribuíram para a aposentadoria. Mas eles contribuíram para as pensões e assistência social. Então, a contribuição dos servidores àquela época era de 4% a 7%, de acordo com a remuneração, e o Governo, como patrão, deveria recolher 18% da dotação geral de pessoal, descontada a despesa com inativos. E a contribuição da União era de 3%, a título de taxa de assistência social, incidente sobre a importância total das despesas de aquisição de selos do Imposto de Consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A contribuição previdenciária nos IAPs, dos empregados, variava de 3% a 8%, também de acordo com a remuneração; a contribuição das empresas era igual à contribuição dos empregados, e a contribuição da União era sob a forma de cotas de Previdência.

Os benefícios pagos pelo Ipase: o Ipase pagava pensão vitalícia para cônjuge sobrevivente, pensão para os filhos até 22 anos de idade, serviços de saúde, pecúlio, seguro de renda e seguro de morte, que era através de contribuição facultativa, e as aposentadorias eram custeadas com recursos oriundos do Orçamento da União. É por isso que dizem que servidor nunca contribuiu para a aposentadoria. Na verdade, foi uma opção do Estado em que, de 4 a 7% eram para financiar as pensões; o Estado assumia o pagamento das aposentadorias.

As contribuições previdenciárias no Ipase: o Ipase tinha os segurados facultativos assim como o regime geral de Previdência também. E o Ipase possuía fundos capitalizáveis constituídos com os resultados operacionais.

Esses fundos, da mesma forma que os arts. 249 e 250 da Constituição de 1998 trouxeram a possibilidade de constituição de fundos, já existiam lá no Ipase. Vejam, os fundos criados com os resultados eram para melhoria dos benefícios concedidos, reforço orçamentário e aperfeiçoamento de servidores. Vejam que a Constituição de 1988, com a redação dada pela Emenda nº 20, não está reinventando a roda. Isso já existia no Ipase daquela época.

Os IAPs pagavam os seguintes benefícios: aposentadoria, pensões e serviços de saúde. A unificação – vejam, houve a unificação da legislação e dos institutos – dos IAPs ocorreu, inicialmente, com a unificação da legislação ao ser promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº 3.805/60, que vigorou por muito tempo, a melhor lei previdenciária que existiu no Brasil até hoje.

A unificação dos institutos veio depois, com a criação do INPS, que aglutinou todos os institutos de aposentadorias e pensões, inclusive o Ipase.

A oficialização da Previdência Complementar veio com a Lei nº 6.435, de 1977. Os servidores celetistas e estatutários estavam então, agora, com a unificação, sob a égide de um único instituto, que era o INPS, com a Lei Orgânica da Previdência Social e depois com a consolidação das leis da Previdência Social.

Os servidores celetistas poderiam aderir a Previdência complementar ou poderiam ter previdência complementar, e os servidores estatutários estavam jungidos então pela Lei nº 1.711, de 1952, que era o Estatuto dos Servidores Civis, e, nesta época, também a aposentadoria era integral pelo Estado. Essa foi uma opção do Estado brasileiro.

Regimes previdenciários antes da Constituição de 1988. A Constituição de 1988 trouxe então a possibilidade de um regime de trabalho, que foi o Regime Jurídico Único.

Ao trazer todo mundo, todos os servidores, para o Regime Jurídico Único, que é regime de trabalho, não regime de previdência, ela possibilitou a criação dos regimes próprios. Celetistas e estatutários, agora não só os celetistas, mas celetistas e estatutários, estiveram, então, sob a mesma forma de trabalho e, depois, sob a mesma forma de previdência.

Para os trabalhadores da iniciativa privada, o Regime Geral de Previdência Social, que é o do INSS, e os fundos de pensão, nos mesmos termos da Lei nº 6.435, de 1977.

Regime Jurídico Único.

Uma vez que a Constituição trouxe o Regime Jurídico Único, o Regime Próprio começou para o servidor público federal com a Lei nº 8.112, de 1990, que estabeleceu o regime jurídico e o Plano de Seguridade Social.

No Plano de Custeio, as contribuições do servidor e dos órgãos e entidades eram contribuições do servidor e dos próprios órgãos de exercício de atividade do servidor. A aposentadoria, na lei originária, na redação originária, continuou sendo custeada pelo Tesouro, embora tivesse contribuição dos servidores.

As alíquotas inicialmente propostas foram de 9% a 12%. Posteriormente, essas alíquotas foram definidas em 11% para o servidor e para a União, para, aí sim, agora custear as aposentadorias também. E as alíquotas no Regime Geral variavam entre 8% e 11%, observado o limite máximo de salário de contribuição nos termos da Lei de Custeio, a Lei do Regime Geral, a Lei nº 8.212, de 1991.

Pelo Plano de Benefício dos servidores do Regime Próprio de Previdência Social, o servidor, então, nos termos do art. 185 da Lei nº 8.112, de 1990, passou a ter direito a aposentadoria, auxílio-natalidade, salário família, licença para tratamento de saúde, licença gestante à adotante, licença-paternidade, licença por acidente em serviço e assistência à saúde.

Para os dependentes, a Lei nº 8.112 trouxe pensão vitalícia e temporária, auxílio funeral, auxílio-reclusão e assistência à saúde.

Todos esses benefícios mediante custeio de 11% sobre a totalidade de remuneração do servidor.

Na Lei nº 8.213, o segurado tinha direito, desde 1991, a aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário família, salário maternidade e auxílio-acidente.

Vejam que há pouquíssima diferença para o plano de previdência dos servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Lei nº 8.213, que é a do Regime Geral, trouxe para os dependentes pensão por morte e auxílio-reclusão e, para o segurado e dependente, o serviço social e reabilitação profissional.

Aposentadorias. Como ficaram as aposentadorias no Regime Geral e no Regime Próprio após a Constituição de 1988?

A aposentadoria por...

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – A aposentadoria compulsória, por idade e por invalidez no Regime Geral e nos regimes próprios.

Aposentadoria por tempo de contribuição: no Regime Geral, sem limite de idade; no Regime Próprio, com limite de idade. E a especial, tanto no Regime Geral; no Regime Próprio, depende de regulamentação.

Aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, no Regime Geral, aos 70 homens, se homem; aos 65, se mulher. No Regime Próprio, era aos 70 anos e passou a ser aos 75 tanto para homem quanto para mulher, de acordo com a Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015.

Aposentadoria por idade no Regime Geral tem carência de 180 contribuições. Idade mínima: 65 anos de idade, se homem; 60 anos, se mulher. O cálculo do salário de benefício é a média de 80% do salário de contribuição a partir de julho de 1994. E a renda mensal inicial, 70% do salário de benefício mais 1% a cada 12 contribuições mensais, até o máximo de 30. O índice de reajustamento, INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Aposentadoria por idade no Regime Próprio: idade mínima, 65 anos de idade, se homem; 60 anos, se mulher. Tempo de contribuição no serviço público é o diferencial: dez anos de serviço público e cinco anos no cargo. O cálculo: proventos proporcionais ao tempo de contribuição e a média de 80% dos maiores salários de contribuição a partir de julho de 1994, índice de reajustamento, INPC para os Regimes Próprios da União, Regime Próprio de Previdência Social da União.

Aposentadoria por invalidez no Regime Próprio: carência de 12 contribuições mensais, exceto acidentes de trabalho e doenças especificadas em lei. Cálculo: 100% da média de 80% dos maiores salários de contribuição, tomados por base julho de 1994, com reajustamento de INPC

Aposentadoria por invalidez no Regime Próprio: carência não existe. O cálculo é a média de 80% dos maiores salários de contribuição, tomados por base julho de 1994, proporcional ao tempo de contribuição. Os proventos integrais, se for por acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave ou incurável. Índice de reajustamento, INPC, no Regime Próprio de Previdência da União.

Vejam que praticamente não existe diferença, senhoras e senhores.

Próximo.

Aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS: idade mínima não exigida. O tempo de contribuição, se homem, 35; se mulher, 30 anos de contribuição. Cálculo: 100% da média de 80% dos maiores salários de contribuição, a partir de julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário. O índice de reajustamento é o INPC.

O fator previdenciário conjuga idade e tempo de contribuição. Portanto, quando se fala que a aposentadoria por tempo de contribuição não exige idade, ainda no Regime Geral, ainda que não exija idade, o fator previdenciário conjuga idade e tempo de contribuição.

Ainda na aposentadoria por tempo de contribuição, o fator previdenciário... Ou se tem o fator previdenciário ou a fórmula 85/95, progressiva, chegando a 95/100.

Após a Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, o segurado pode optar por não aplicar o fator previdenciário quando a soma da idade com o tempo de contribuição for igual a 85 para mulher e 95 para homem. A soma da idade e tempo de contribuição será majorada em um ponto a cada dois anos, entre 2018 e 2026, quando se chegará à fórmula 95/100. Ou seja, a partir daí, não há que falar mais que a aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Geral não tem limite de idade, porque, ao conjugar idade e tempo de contribuição, obviamente vai-se chegar a 65 anos ou mais.

Aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Próprio: a idade mínima é 60 anos, ou seja, nos regimes para o servidor público, a idade mínima é 60 anos para homem; 55, mulher. Tempo de contribuição, 35 anos de contribuição para homem, 30 anos para mulher; dez anos de serviço público e cinco anos no cargo. Qual o cálculo? Cem por cento da média de 80% dos maiores salários de contribuição tomados por base julho de 1994, índice de reajustamento, INPC para os Regime Próprio da União.

Aposentadoria da pessoa com deficiência, no Regime Geral: tempo de contribuição, se for deficiência grave, 25 anos, se homem; 20, se mulher. Deficiência moderada, 29, se homem, e 24, se mulher. E deficiência leve, 33, se homem; 28, se mulher. Em qualquer grau de deficiência, desde que conte 15 anos de tempo de contribuição, cálculo, 100% ou 70% mais 1% a cada 12 meses até 30% sobre o salário de benefício, que é a média 80% dos maiores salários de contribuição, e reajustamento também pelo INPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aposentadoria da pessoa com deficiência no Regime Próprio. Ainda sem regulamentação. Concessão de acordo com parâmetros do Regime Geral, nos termos da Instrução Normativa, Secretaria de Política de Previdência Social, nº 2 de 2014.

Aposentadoria especial, atividade de risco. No Regime Geral, atividade de risco transformada para exposição a riscos nocivos químicos, físicos ou biológicos, nos termos da Lei nº 9.032, de 1995.

No Regime Próprio na União, ainda não foi regulamentada para os servidores em geral.

Aposentadoria especial, exposição a agentes nocivos: no Regime Geral de Previdência. Idade mínima não exigida. Tempo de contribuição com exposição a agentes nocivos, se é risco grave, 15 anos, se é risco médio, 20 anos, e risco leve, 25 anos. O cálculo 100% da média de 80% dos maiores salários de contribuição com reajustamento pelo INPC.

Aposentadoria especial, com exposição a agentes nocivos no Regime Próprio. Ainda não regulamentado. Portanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 33 do Supremo Tribunal Federal, aplicam-se os mesmos parâmetros do Regime Geral e também de acordo com a instrução normativa, Secretaria de Políticas de Previdência Social nº 2, de 2010, nº 3, de 2014.

Pensão por morte, no Regime Geral. Condições: 18 contribuições mensais ou dois anos de casamento ou união estável. Duração: equiparados até 21 anos, salvo inválidos. Cônjuge: de três a vinte anos. Beneficiários até 43 anos; vitalícia, beneficiários a partir de 44 anos. Se não atingir condições, a duração será de quatro meses. Qual a forma de cálculo? Cem por cento do valor da aposentadoria ou do salário de benefício, que é 80% dos maiores salários de contribuição também tomados por base julho de 1994. Reajustamento: INPC.

Pensão por morte no Regime Próprio. Condições: as mesmas do Regime Geral de Previdência Social, mas a fórmula de cálculo 100% do valor da aposentadoria ou da remuneração até o teto Regime Geral de Previdência Social, um pouco mais de R$5 mil, acrescido de 70% de excedente ao limite do Regime Geral, reajustamento, INPC para o Regime Próprio da União.

Previdência complementar. No Regime Geral, é comum nas empresas que instituírem fundos de pensão, desde a Lei nº 6.435/77, inclusive nas autarquias e fundações em relação aos trabalhadores celetistas. No Regime Próprio, exceto naquela condição anterior da Constituição de 88, atualmente ela se destina a servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 4 de fevereiro de 2013, momento em que foi autorizado o funcionamento da Funpresp. As aposentadorias passam a ser limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social, indiferentemente de o servidor aderir ao fundo de pensão. A adesão é facultativa no Regime Geral e no regime...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Décio, eu vou ter que interromper. Eu uma vez fiz isso. O Governador Collares, do Rio Grande do Sul, disse: "você nunca interrompa um orador no meio da sua palestra." Mas eu vou ter que fazê-lo. Qual é o meu problema? Nós estamos com dois painelistas aqui com problema de voo. Então, se você puder dar uma acelerada, esse é o pedido que eu faço.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Está terminando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Dr. Décio. Obrigado.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Então, a adesão é facultativa no Regime Geral e no Regime Próprio, embora no Regime Próprio ela seja automática.

Podemos já passar para as conclusões.

Riscos. Para o Regime Geral e Regime Próprio, os riscos: inexistência de fundos capitalizáveis garantidores do pagamento de benefícios nos termos dos arts. 249 e 250 da Constituição; fragilidade na instituição dos regimes próprios, que deveriam ser submetidos a autorização prévia para funcionamento; fragilidade na constituição dos fundos de regimes próprios, o que poderá torná-los insolventes; inexistência de legislação sólida e de longo prazo que traduza segurança, garantia e confiança nos regimes.

Conclusão: após a instituição da previdência complementar para o servidor detentor de cargo efetivo, pouco ou quase nada há que se fazer em relação à convergência dos regimes. Para os servidores que ingressaram no serviço público antes da Emenda 20 e da Emenda 41, há que se observar as regras de transição trazidas por essas emendas constitucionais e pela Emenda 47, de 2005.

É provável que nos próximos 30 anos as regras para concessão de benefícios sejam exatamente as mesmas, tanto para o Regime Geral quanto para o Regime Próprio.

E a conclusão final: a Previdência Social deve deixar de ser política de Governo para ser concebida como política de Estado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dr. Décio. Brilhan palestra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós vamos ter que adaptar aqui, porque vai ser pior do que eu tinha imaginado em relação ao plenário. Eu havia proposto um painelista e uma entidade, mas como há dois com problema de voo, teríamos que chamar os dois, de imediato, que é o Dr. Eduardo, agora, e em seguida o Dr. Frederico.

Dr. Eduardo, com a palavra. Sob a sua orientação.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – A estrutura do seguro social brasileiro e o seu impacto na economia. Sr. Eduardo Fagnani, professor da Unicamp

O SR. EDUARDO FAGNANI – Boa tarde a todos. Cumprimento os presentes na pessoa do Senador Paim. Quero, primeiro, parabenizar pela iniciativa, agradecer o convite e parabenizar, especialmente, a Fundação Anfip, a quem cumprimento na pessoa do Vilson Romero e da Maria Inez, Presidente da Fundação Anfip, que foi muito gentil em fazer o convite para eu estar aqui.

Eu não tenho aquele *laser* vermelho e aqui também não há. Alguém tem para me emprestar? Você me empresta?

Pode passar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se puderem diminuir as luzes, ajuda.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Pode passar.

Primeiro ponto que quero destacar: a Previdência é um dos pilares da proteção social brasileira.

Pode passar.

Aqui nós temos dados. Do que estamos falando? Há cerca de 20 milhões – não estou enxergando – de benefícios urbanos e cerca de 9, 10 milhões de benefícios rurais. Eu estou falando o seguinte: a Previdência Social beneficia diretamente 30 milhões de famílias. Se houver três pessoas em uma família, estou dizendo que a Previdência Social beneficia, direta e indiretamente, 90 milhões de pessoas. Se houver quatro pessoas em uma família, são 120 milhões de pessoas. Então, quando estamos falando em reforma da Previdência, estamos – e é importante que os Srs. Parlamentares tenham ciência disso – mexendo na vida de 100 a 120 milhões de pessoas.

Segundo eslaide.

Pode passar.

Esse é um dado um pouco antigo, mas tem validade. Aqui é o seguinte: aqui é a linha de pobreza conforme aumenta a idade. Quanto maior a idade, menor é a linha de pobreza. Então, a linha de pobreza dos idosos é menos de 10%. E essa linha azul aqui diz o seguinte: se não houvesse a Previdência Social, a pobreza entre os idosos seria de cerca de 70%, está certo? Nós vamos acabar com alguma coisa e, daqui a 20, 30 anos, vamos ter 70% dos velhos pobres.

Próximo eslaide.

Esse é o mesmo dado.

Pode passar.

Pode avançar.

Esse é outro dado importante. Isso aqui é a América Latina. A média de cobertura na América Latina é em torno de 40 a 45% – a média.

No Brasil e nesses outros países aqui, que não consigo ler, é superior a 80%. O que quer dizer este dado aqui? Quer dizer o seguinte: que 80% dos idosos brasileiros têm pelo menos a previdência social como fonte de renda. Então, vão dizer: "o Brasil gasta muito com previdência, os outros países da América Latina gastam menos". É verdade, esses países que têm uma cobertura de 30% gastam muito menos. Mas qual é o impacto disso nas condições de vida dessa população? Está claro?

Há um outro dado que é o seguinte: dificilmente, vocês veem velhos, idosos, pedindo esmola na rua. É raro ver isso, é raro, não quero dizer que não exista, mas é raro, porque, hoje, os idosos têm, pelo menos, a aposentadoria como uma fonte de renda.

Próximo.

Só para chamar a atenção para o seguinte: é um instrumento importante de distribuição da renda, de composição da renda da família, tem uma abrangência direta ou indiretamente em 90 a 120 milhões de pessoas, está certo? Então, não dá para brincar com isso, não dá para tratar esse setor exclusivamente com objetivos fiscalistas e econômico de curto prazo. (*Palmas.*)

Esse é o recado que temos que dar.

Muito se fala em reforma na previdência. Reformas na previdência são importantes para você aperfeiçoar o sistema. É importante aperfeiçoar, melhorar, as coisas mudam etc., mas o objetivo da reforma brasileira não é aperfeiçoar, mas destruir o aparato de proteção social e a seguridade social que foi construída em 1988.

O Prof. Vilson falou, a previdência não tem que ser política de governo, mas de Estado. É mais do que ›: a previdência é parte da Constituição da República do Brasil e o que está em jogo, hoje, é acabar com isso. al o objetivo da reforma? O objetivo da reforma é o seguinte: os setores ligados aos detentores da riqueza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

financeira e todos os seus colaboradores, entre os quais os economistas que foram citados aqui, os economistas liberais ligados ao mercado, fizeram uma opção de estar ao lado dos detentores da riqueza. Mas nem todos os economistas são assim, quero deixar claro que, hoje, foi mencionado que os economistas em geral pensam dessa forma, o que não é verdade, mas eles conseguiram induzir um falso consenso de que o problema fiscal do Brasil é um falso consenso, está relacionado aos gastos sociais, os chamados gastos obrigatórios, os gastos com as políticas sociais universais que foram assegurados pela Constituição de 88.

E por que a previdência é a Geni das contas públicas? Porque é o maior gasto social, cerca de 7% a 8% do PIB.

Então, o que eles dizem? Eu não vou conseguir resolver o problema de curto prazo da economia se eu não revir o contrato social da redemocratização. O que eles estão dizendo com isso? Eu tenho de acabar com a Constituição de 88. Esse é o consenso falso que os economistas conservadores do mercado conseguiram vender para a opinião pública, que, infelizmente, segue esse tipo de pensamento.

Para mim, não há nada de novo, porque esse objetivo eles tentam fazer – o Senador Paim foi Constituinte – desde a Assembleia Nacional Constituinte. Eles jamais aceitaram as conquistas de 88.

Em julho de 1988, na última etapa da aprovação da Constituição de 88, o Presidente Sarney foi em cadeia de rádio e TV e fez um discurso de uma hora, dizendo o seguinte: Srs. Constituintes, os senhores têm a última oportunidade de mudar essa Constituição, porque, se os senhores não a mudarem, o País será ingovernável. No dia seguinte, Ulysses Guimarães foi à tribuna do Congresso e fez seu célebre discurso, dizendo: "ingovernável é a fome, ingovernável é a doença inassistida, ingovernável é a miséria. Esta será a Constituição cidadã".

Mas essa tese da ingovernabilidade esteve presente nos anos de 1990, nos anos de 2000 e, hoje, volta com toda a força. É o mesmo discurso; não muda!

Eles tentariam fazer esse desmonte em 1993, quando se faria a revisão constitucional que a própria Constituição previa – cinco anos depois haveria uma revisão constitucional. Não conseguiram fazer por causa do *impeachment* do Collor. Tentaram fazer nos anos 90, com Fernando Henrique; tentaram fazer entre 2003 e 2006, no primeiro governo Lula. Houve uma pausa entre 2006 e 2013, por conta do crescimento econômico etc., e, agora, eles voltam com o mesmo argumento, com a mesma ladainha do País insustentável.

Então, o que está por trás disso é desmontar a Constituição de 88. Os setores do capital jamais aceitaram que o movimento social dos anos 70 e 80 conseguisse capturar cerca de 8% a 10% do PIB. O que está em jogo é a disputa por esses recursos, é a recaptura desses recursos. O resto é conversa mole; é ideologia, que não tem base em realidade. (*Palmas.*)

Nenhuma reforma da Previdência, ao contrário do que diz o Ministro da Fazenda, tem efeito no curto prazo.

(Manifestação da galeria.)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Nenhuma reforma da Previdência tem efeito no curto prazo, porque não se pode mexer em direitos adquiridos. Você faz uma reforma hoje para ter efeitos a longo prazo. Então, a ideia de que eu tenho de fazer a reforma para resolver a questão fiscal é mentira!

A tentativa de recapturar esses 8% já vem desde 89; o fim do Iapas – enfim, eu não tenho tempo para explicar isso; depois a captura dos recursos da seguridade social desde 89; a DRU que é de 1993; a própria unificação da Receita Federal, fazendo a Super Receita, que é uma outra forma de se fazer isso; e, agora, a ideia de passar o Ministério da Previdência para a Fazenda... Pelo amor de Deus! Isso não existe em lugar nenhum do mundo! (*Palmas.*)

Mas qual é o objetivo da reforma? O objetivo da reforma é ser só fiscalista, só econômica, só para capturar os recursos da Previdência Social. Ninguém está pensando na questão do papel da Previdência Social no combate à desigualdade da renda, no combate à pobreza, na melhoria de condições de vida do País. (*Palmas.*)

É deixar claro: não tem máscara. A máscara caiu! Agora eles pegaram a Previdência, colocaram no Ministério, e por quê? Porque, agora sim, eles vão capturar esses recursos; agora sim, eles vão terminar o serviço que tentam fazer desde 1989.

A extinção do salário mínimo.

Está se propondo um reajuste do salário mínimo abaixo da inflação. Isso significa o quê? Isso significa voltar aos tempos da ditadura. O Senador Paim foi Constituinte e sabe disso. O que os Constituintes fizeram? O benefício da Previdência tem de ter o piso do mínimo, porque a ditadura sempre, para combater a inflação, rebaixava o valor dos benefícios previdenciários. E o que está se propondo hoje é um retorno à ditadura mi-

r, acabar com a vinculação e reajustar o piso da Previdência abaixo da inflação, impondo perdas reais aos

oalhadores, mas, com isso, você vai fazer economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Outra coisa: idade mínima de 65 anos – alguns falam em 67 anos – mais tempo de contribuição de 35 anos ou 30 anos, para homens e mulheres, para trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. Eu vou mostrar mais à frente.

Seremos campeões mundiais em regras de exigência para aposentadoria. Não existe no mundo um país que exija 65 anos de idade mais 35 anos de contribuição. Os países, em geral, exigem idade, outros exigem tempo de moradia, tempo de serviço, dez anos de contribuição... Equiparar rural com urbano é desconhecer a realidade, a heterogeneidade social do Brasil e a heterogeneidade entre o rural e o urbano. (*Palmas.*)

É desconhecer o papel da Previdência rural.

Eu só tenho cinco minutos. Eu sempre me empolgo, Senador, e não consigo falar nem dez minutos do que eu tenho de falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Vamos avançar.

Avance, por favor.

Uma questão que nós temos de pensar para falar na chamada crise da Previdência: a crise de Previdência é um problema de aumento de despesa ou é um problema de redução das receitas?

Porque, se a crise da Previdência for aumento das despesas, eu tenho que fazer uma reforma em que eu corte os direitos. Agora, se a crise da Previdência for uma redução das receitas, eu tenho que fazer algo que faça com que as receitas cresçam. Está claro isso?

Muito bem; o que digo para vocês – pode passar, por favor – é que a crise financeira da Previdência tem a ver com a recessão da economia, tem a ver com fatores externos à Previdência Social, tem a ver com a condução da política macroeconômica. A recessão econômica, esse ajuste fiscal criminoso que passou a ser feito desde 2015, não quebra a Previdência; quebra tudo. Os Estados, os governos estaduais estão descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, pedindo um ano, dois anos de carência para poderem pagar a dívida com a União.

Saíram, nesta semana, estudos demonstrando que mais de três mil prefeitos estão quebrados. É culpa da gestão das prefeituras ou é culpa de uma política macroeconômica desastrada que leva necessariamente à recessão, que é funcional para os objetivos do capital financeiro? (*Palmas.*)

Aqui nós vemos que a economia cresce. Olhem o que acontece com as receitas, o resultado do Regime Geral da Previdência Social, o INSS...

Aqui nós começamos a ter o declínio em 2015.

Passa, por favor.

Aquele gráfico lá é o que aconteceu com a criação líquida de empregos.

Ali, é a partir do Levy.

Esse Joaquim Levy é o grande responsável pelo que está acontecendo no Brasil. Esse foi o maior erro cometido pela Presidente Dilma. (*Palmas.*)

O Joaquim Levy foi o cara que ajudou a fazer o programa do Aécio Neves. Foi um erro colocá-lo aqui.

O Brasil não estava em crise em 2014 da forma que diziam. Transformaram uma crise simples numa narrativa que dizia que o Brasil estava quebrado. A partir de 2015, sim, levaram o País necessariamente para uma trajetória de recessão.

Aí, sim, nós tivemos toda a queda, porque a maior parte da receita da Previdência vem de onde? Vem do mercado de trabalho. Se o mercado de trabalho cai daquele jeito, cai a receita.

Passa, por favor.

Aqui vocês também podem acompanhar o que acontece a partir de 2015.

Rendimento do trabalho, aumento do desemprego e a Previdência... Porque isso aqui é receita e a receita está em queda.

Vai, avança.

Pode avançar, por favor.

Muda.

Muito bem. Aí começamos a entrar nos déficits. Talvez eu fale um ou dois só.

Primeiro déficit... Desculpa, primeiro mito: a Previdência tem déficit. Mentira!

Passa, por favor.

Como os países fazem? Meu Deus do céu! Desde o final do século retrasado, na Alemanha, com Bismarck, depois na Europa, a partir de 1945, como se financia a Previdência Social? Financia com o empregador, com o empregado e com o Governo. É um sistema tripartite.

Em alguns países, a parte do governo chega a 63%, como a Dinamarca; 58%, como na Irlanda; 47%, como Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que a Constituição fez? O Décio falou agora há pouco que o Brasil, desde 1934, tem esse sistema tripartite. O que a Constituição fez?

Pode mudar.

A Constituição – esse é um dado que a Anfip faz normalmente – criou, ou melhor, ela copiou o modelo clássico. Então, as receitas são da empresa que contribuem para a Previdência... E a Constituição criou duas fontes de governo. Vocês viram que o Décio falou o seguinte: na ditadura militar, a parte do Governo era o imposto do selo, que era um imposto vagabundo. Então, a Constituição criou duas contribuições: a contribuição sobre o faturamento e criou a Contribuição sobre o Lucro Líquido. Duas contribuições que foram criadas para quê? Para incentivar parte do Governo.

Pode passar.

Aqui é o dado da Anfip, que faz um trabalho extraordinário; é um dado baseado na Anfip mais a Professora Denise Gentil, que vai mostrar que a Previdência Social sempre teve superávit, como já foi mencionado aqui.

Aqui estão as fontes e aqui estão as despesas.

Passa.

Pode passar.

Volta um pouquinho.

Porém, quando você olha os dados do Governo, tem um rombo. Oh, meu Deus! Há um rombo na Previdência! E de onde vem o rombo da Previdência?

Porque desde 1989 o Ministro Maílson da Nóbrega, escritor da *Veja,* não contabiliza, continua contabilizando os dados da Previdência Social como era na ditadura. As fontes de financiamento da Previdência são: contribuição do trabalhador e contribuição da empresa. O rombo é a parte do Governo, a parte dos impostos que não é contabilizada. Isso é inconstitucional, como mostram os dados da Anfip! (*Palmas.*)

Eu vou terminar aqui, porque o meu tempo já se esgotou.

Não é pela Constituição de 1988. É só os senhores lerem dois artigos: o art. 194 e o art. 195, e vocês verão que o art.194 diz: "A Seguridade Social é formada pela saúde, previdência, assistência social e seguro-desemprego". E o art.195 diz que, para financiar a seguridade social, vou montar o orçamento da seguridade social, além das contribuições que já existiam, a contribuição do trabalhador e da empresa para a previdência, também foi criada a Contribuição sobre o Lucro Líquido e a contribuição sobre o faturamento, e uma parte do PIS/PASEP para financiar o seguro-desemprego. E a Constituição diz que "essas fontes financeiras estão constitucionalmente vinculadas para financiar a Seguridade Social". Só que, desde 1989, nenhum governo cumpriu, inclusive os governos do PT. (*Palmas.*)

O que quero dizer é o seguinte: nenhum governo mudou a forma de contabilização dos dados do Ministério da Previdência Social. Todo mês a gente vê entrevistas no jornal, está lá um funcionário do Ministério da Previdência dizendo: "esse mês o rombo foi de não sei quanto". Mentira! É inconstitucional, porque eles só computam os dados da Previdência Social, as fontes de financiamento do trabalhador e da empresa.

A Constituição não diz que a previdência urbana tem que financiar a previdência rural. A previdência rural é um benefício típico da seguridade social. A Previdência Social foi o seguinte: em 1988, os Constituintes chegaram e disseram: muito bem, tenho aqui pessoas que trabalharam no campo, entraram na década de 40, 50, 60, em condições de semiescravidão, sem direito trabalhista nenhum. A primeira vez em que o trabalhador rural teve os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, trabalhistas e sindicais, foi em 1988. Então, os Constituintes falaram: eu tenho aqui 4, 5 milhões de trabalhadores semiescravos, que não têm condições de comprovar se contribuíram ou não porque sequer carteira de trabalho eles têm. O que vamos fazer? Vamos deixar essas pessoas na rua? Não. Vamos trazer para dentro.

E aí é o princípio da seguridade social. O que é o seguro social, que é o que se quer fazer no País? Seguro social é: só tem direito quem paga. Se você quiser um plano de saúde você tem que pagar privado...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO FAGNANI – A ideia da seguridade social é a seguinte: todo mundo tem direito, mesmo os que não podem pagar. E quem paga a parte dos que não podem pagar? O sistema tributário, que tem que ser redistributivo. Não conseguimos, em 1988, fazer um sistema tributário redistributivo, mas criamos dois impostos, duas contribuições: contribuição sobre o lucro e contribuição sobre o faturamento. Para quê? Para financiar a previdência rural, para financiar o Sistema Único de Saúde, que é universal e gratuito,.. (*Palmas.*)

... para financiar o benefício de prestação continuada.

Então, termino aqui dizendo a vocês o seguinte: não existe déficit na Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Segundo ponto – e só vou dizer, mas não vou desenvolver porque já tomei muito o tempo de vocês, mas está aqui e depois vocês vejam: é mentira que o Brasil é o único país do mundo que não tem idade mínima. Mentira! Temos idade mínima desde 1998, com a Emenda Constitucional nº 20

Mais de 60% das aposentadorias hoje são por idade, 65 anos para homens, 60 anos para mulheres, mais 35 anos. Mais de 60% das nossas aposentadorias são assim. O que não tem idade? É por tempo de contribuição. Mas, tem o fator. E mais: como já foi demonstrado, já foram feitas mudanças no sentido de que, em 2028, o fator praticamente vai incorporar à idade...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Terceiro e último ponto que quero falar aqui.

Pergunto a vocês: desde 1988, temos idade mínima de 65 anos para homem e 60 anos para mulher, o que se equivale à Dinamarca, à Finlândia, a diversos países europeus. Concluo dizendo: é justo que um país que tem uma das piores distribuições de renda do mundo tenha a mesma idade mínima que países que estão no topo da igualdade social? É justo que nós, que temos cerca de US$4 mil de renda *per capita*, tenhamos a mesma idade mínima de países que tem renda *per capita* de mais de US$40 mil? É justo que, com a nossa esperança de vida hoje em torno de 74 anos, tenhamos a mesma idade mínima que países que têm esperança de vida de dez anos a mais do que a gente? Não é justo!

Então, portanto, para terminar, temos muitos argumentos – e não só eu, daqui a pouco o Fred, que é do Dieese, que tem trabalhado incansavelmente nisso, com técnicos da maior competência e também vai mostrar –, ou seja, existem muitos argumentos para contestar essa construção, que é uma construção ideológica, que não tem base, que não tem sustentação na realidade e na ciência. E vamos enfrentar esse debate com argumentos, e temos esses argumentos.

Estou à disposição de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Só queria informar que todas as exposições estarão no *site* da CDH, já a partir da semana que vem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Gostaria de registrar a presença do Ex$_{mo}$ Sr. Deputado Federal Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, que está à Mesa. (*Palmas.*)

Os impactos das mudanças demográficas no seguro social.

Sr. Frederico Melo. Economista e técnico do Dieese.

O SR. FREDERICO MELO – Não vou usar as transparências para poder agilizar a exposição.

Antes de tudo, queria saudar a Mesa, saudar o Senador Paulo Paim e, na figura dele, os componentes da Mesa.

Quero dizer ao Senador que é uma honra estar numa mesa com ele, um grande defensor do salário mínimo, que, para nós do Dieese, é uma luta de muito valor, de muita valia e que o Senador tem sabido defender e levar à frente aqui, no Parlamento, junto com os movimentos social e sindical.

Queria pedir desculpas à Mesa por essa inversão em função do horário de voo, agradecer a compreensão e saudar todas as pessoas aqui presentes.

Eu vou tentar fazer uma exposição relativamente breve. Meu tema diz respeito às mudanças demográficas e ao impacto das mudanças na seguridade social. Então, vou fazer o seguinte roteirinho de exposição: vou falar um pouco quais são as mudanças demográficas; depois, falar um pouquinho sobre como essas mudanças demográficas são filtradas no impacto delas sobre a seguridade social, ou seja, elas não valem por si sós, e eu vou explicar por que é importante ver isso; depois, falo um pouquinho sobre desigualdade social, e, por fim, apresento algumas conclusões. Muito do que eu vou falar aqui já foi apresentado de uma forma ou de outra por outros expositores. E é uma dificuldade falar depois do Fagnani, que tem, de fato, a paixão da seguridade social entranhada no corpo dele. Ele fala com essa emoção.

Quando escutamos falar em mudanças demográficas e seguridade social, mas, mais particularmente ainda, em mudança demográfica e previdência, normalmente o que vem à cabeça das pessoas, porque é o que a mídia divulga e é o que boa parte dos analistas falam, é que o envelhecimento populacional leva, conduz diretamente à necessidade, à imposição da necessidade da reforma da Previdência.

Então, temos que falar um pouquinho sobre o que é envelhecimento populacional. Ao contrário do que normalmente imaginamos, o envelhecimento populacional não é causado, ou pelo menos aqui, no Brasil, não foi causado preponderantemente pelo fato de as pessoas estarem vivendo mais tempo, ou seja, a longevidade dos indivíduos está aumentada. Na verdade, envelhecimento populacional significa a mudança da proporção pessoas consideradas idosas no total da população do país. É como se o peso dos idosos na população do s estivesse aumentando. Mas o peso dos idosos na população brasileira aumentou não porque as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

estejam vivendo mais, mas porque está nascendo menos gente. Então, a representação da população brasileira por sexo e idade, que tinha a forma de pirâmide até o início da década de 80, teve a sua base se estreitando porque passaram a nascer menos crianças. Consequentemente, isso fez com que o peso dos outros grupos etários, dos outros grupos de idade aumentasse.

Então, o envelhecimento populacional também é influenciado pelo fato de as pessoas estarem vivendo mais, mas o peso maior da mudança advém do fato de estarem nascendo menos crianças do que antes. As mulheres brasileiras estão tendo menos crianças do que antes.

E vamos voltar a falar deste assunto, mulher e fecundidade, um pouquinho mais para frente.

O fato é que hoje as mulheres brasileiras, em média – não é o caso específico; em casos específicos, pois ainda temos mulheres que têm quatro, cinco filhos –, estão tendo cerca de 1,8 filho durante a sua idade reprodutiva. Um vírgula oito filho por mulher significa que, a longo prazo, se essa taxa não se alterar, se não voltar a subir, a população brasileira vai começar a se reduzir, ela vai ficar menor. As projeções mostram que por volta de 2050 a população brasileira vai começar a se reduzir.

Essa avaliação é sempre meio complicada, mas em princípio eu não considero uma mudança ruim nascer menos gente e a população diminuir. E a população vai diminuir se não houver uma imigração internacional que a compense. Mas, enfim, nós não antevemos essa possibilidade de imigração tão grande assim, a ponto de compensar a queda da fecundidade.

E por que não é ruim? Porque significa que os recursos do País serão melhor utilizados para sustentar uma população menor.

De qualquer jeito, é bom que fique muito claro que essa mudança do perfil da população, ou seja, o aumento do peso das pessoas idosas, que significa o envelhecimento populacional, altera todas as políticas públicas do País. Altera educação, altera saúde, altera assistência, tenderia a alterar previdência. Quer dizer, em princípio o envelhecimento populacional devia ser algo levado em conta em todas as políticas públicas. Mas vem o primeiro problema.

Na verdade, quando falam em envelhecimento, sejam setores da academia, sejam setores do governo ou a mídia, eles estão simplesmente tentando justificar a mudança da Previdência, que, como já foi apresentado aqui antes, em grande medida é para reduzir os gastos com a população brasileira, destinando esses gastos para outras finalidades, particularmente o pagamento da dívida interna.

Então, o envelhecimento populacional aparece como uma justificativa quase que da ordem da natureza, algo que não se pode negar. Se a população está envelhecendo, temos que mudar a Previdência.

E não é bem assim, porque a dimensão demográfica é filtrada por outras dimensões ao trazer o seu impacto para a Previdência, como vou mostrar daqui para a frente.

De qualquer forma, esse discurso da importância do envelhecimento deveria também significar que a política de saúde tem que ser reforçada, que a política de assistência tem que ser reforçada, exatamente porque a população está envelhecendo. Mas essa parte o discurso oficial, o discurso mais disseminado esquece. Eles falam do envelhecimento como uma forma de mudar para menos, de reduzir a Previdência, não como um fator para se reforçar a política de saúde e de assistência.

Por que o fator demográfico é filtrado por outras variáveis no seu impacto sobre a seguridade, particularmente sobre a Previdência?

Vou começar pelo mais simples, que é a questão da produtividade econômica.

A alegação é de que como aumenta a quantidade ou o peso dos idosos em relação à fração da população que está em idade ativa, ou seja, em idade de trabalhar, isso significa que uma carga maior para quem está trabalhando vai ser trazida pelo envelhecimento populacional.

No entanto, essa relação não é puramente demográfica. Não é simplesmente porque há mais pessoas idosas e relativamente menos ou uma quantidade estável, pelo menos no curto prazo, de pessoas em idade ativa que a Previdência tem que mudar. Na verdade, essa relação é filtrada pela produtividade e pela quantidade das pessoas que estão empregadas. E remeto ao que Fagnani apresentou agora há pouco, no sentido de que boa parte da queda da receita da Previdência ou da Seguridade Social no último ano decorre não de problemas internos da Previdência, mas de problemas no mercado de trabalho.

Um exemplo bem concreto que vou voltar a citar à frente é a questão da mulher. Se o Brasil tivesse uma política forte de educação infantil, ou seja, creches, nós teríamos mais mulheres no mercado de trabalho. Essas mulheres no mercado de trabalho, empregadas ou como autônomas e contribuintes da Previdência, sustentariam as receitas da Previdência.

Então o fator demográfico, a quantidade de pessoas em idade ativa é filtrada pela dimensão econômica política, que é o fato de haver ou não uma política de educação infantil, creches em número suficiente para mitir que as mulheres participem mais ativamente do mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Outro fator é o crescimento da produtividade econômica. Se essas pessoas em idade ativa estão empregadas e mais produtivas, se cada pessoa consegue produzir mais, isso significa um alívio na sustentação de todo o arcabouço da Seguridade Social. Vai ser mais fácil sustentar a Seguridade Social. O problema é que com alguns projetos que se encontram no Congresso Nacional a que o presidente do sindicato dos técnicos do Ministério do Trabalho fez referência, como o projeto da prevalência do negociado sobre o legislado, o projeto da terceirização e outros, como o projeto de revisão do conceito de trabalho análogo à escravidão, todos esses projetos sinalizam não para uma economia mais produtiva, para um trabalho mais produtivo, mas para o contrário, um trabalho mais precarizado, uma via de desenvolvimento do menor salário, de salários em diminuição, aí sim, com uma grande dificuldade de sustentar esse arcabouço de proteção social que nós temos, que é a Seguridade Social.

Vou falar agora das mulheres.

As relações sociais do Brasil colocaram as mulheres numa armadilha. Socialmente é imputada às mulheres a obrigação de cuidar do lar e da família, do domicílio e da família.

Parte dessa armadilha algumas mulheres conseguiram romper através da contratação de outras mulheres para fazer o trabalho doméstico. Então, a família – não só a mulher, mas o casal, quando tem duas pessoas na chefia do casal – contrata uma outra mulher para fazer o trabalho doméstico, para liberar a mulher do casal para poder trabalhar. Mas foi uma solução meia-boca, porque as mulheres continuaram, de certa maneira, socialmente presas – porque é esperado delas socialmente, e os homens sempre refugaram encarar os deveres em relação aos cuidados com a família e aos cuidados com o domicílio – à realização esses trabalhos.

A carreira da mulher é atrapalhada, é obstaculizada pelo fato de ela ser encarregada dos trabalhos domésticos, dos trabalhos com a família, e de ela ter o filho. Muitas vezes, quando a mulher tem o filho, ela sai do mercado de trabalho, tem o filho, fica com o filho durante um tempo, depois tenta voltar para o mercado de trabalho e a carreira profissional dela tem, então, uma série de obstáculos. Ela tem dificuldade de crescer profissionalmente, etc.

Como é que as mulheres resolveram esse problema? Tendo menos filhos, porque boa parte do problema é cuidado com o filho. Então, na medida em que a mulher tem menos filhos, ela ganha autonomia, pode ter uma carreira no mercado de trabalho e pode ter uma perspectiva de crescimento profissional e de uma boa aposentadoria no futuro.

Só que elas serão e estão sendo já – a gente já vê esses casos – pegas no contrapé, primeiro, porque nem todas conseguiram romper essa cilada, essa armadilha. As mulheres mais pobres, por exemplo, ainda são muito reféns dos cuidados com os filhos e não podem ir para o mercado de trabalho, têm uma menor autonomia – mas mesmo elas estão tendo menos filhos. Só que, daqui para a frente, elas vão passar a cuidar dos idosos. Elas tiveram menos filhos, só que a população está envelhecendo. Não há uma política de assistência aos idosos. Ainda que agora a gente esteja ouvindo falar sobre uma política de saúde específica para idosos, não há uma política de assistência aos idosos, e quem vai cuidar dos idosos, com perda de autonomia, são as mulheres, se as relações entre homens e mulheres não se alterarem nesse período.

O que isso tem a ver? Pelo fato de não haver uma política de creches, as mulheres passaram a ter menos filhos. Tendo menos filhos, isso acelerou o processo de envelhecimento populacional, e agora eles falam em rever a idade de aposentadoria da mulher, como se o problema de ela ser responsável pelo cuidado com os filhos, com a família em geral e com o domicílio estivesse superado, como se os problemas delas de discriminação no mercado de trabalho estivessem superados, e não estão. Daqui para a frente, elas poderão vir a ser penalizadas caso sejam encarregadas de tomar conta, de ter os cuidados com as pessoas idosas.

Falando agora, então, de desigualdades.

Todos esses temas são temas da demografia. Normalmente, as pessoas consideram que demografia trata de envelhecimento populacional. Não é isso.

Demografia trata de populações, é o estudo de populações. Então, demografia econômica, demografia da saúde, demografia da educação, demografia de gênero, tudo isso é considerado demografia e impacta a Seguridade Social.

Desigualdade entre as pessoas também é um tema da demografia, porque é desigualdade entre pessoas. Uma coisa que é sempre um desafio para mim, independente de eventuais mudanças, reformas na Previdência e na Seguridade Social, é como o País consegue criar regras justas para uma situação social completamente injusta como é a brasileira. Como a gente consegue criar um arcabouço legal de regras para vigorar para um sistema de proteção social que sejam justas, se onde essas regras vão incidir não há uma realidade de justiça, uma realidade de profunda injustiça. Pessoas que começam a trabalhar mais cedo, pessoas que têm condições de trabalho muito menos saudáveis, muito mais agressivas para a saúde, pessoas que morrem mais cedo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

por conta das suas histórias de trabalho da vida, e por aí vai. Quer dizer, como é que a gente consegue criar regras justas para um sistema de proteção social para o País?

Entre os diversos tipos de desigualdade no País, recentemente a gente teve acesso a alguns dados aos quais não tínhamos acesso antes, que são os dados da declaração do Imposto de Renda. A Receita Federal divulgou os dados, não os dados nominais, a gente não consegue identificar as pessoas, mas as bases de dado sobre a declaração do Imposto de Renda. O que a gente já tinha noção que era muito grave, que é a desigualdade de rendimentos no País, fica absurdamente estrondosa, são coisas inacreditáveis. Só para vocês terem uma ideia, desse universo de quem declara Imposto de Renda, que não é toda a população brasileira, só uma parte da população brasileira é obrigada a declarar Imposto de Renda, mas, de todo mundo que declara Imposto de Renda no Brasil, mais ou menos 14 mil pessoas têm 8,5% da renda declarada. Ou seja, 14 mil pessoas, numa população de mais de 200 milhões de habitantes, têm 8,5% da renda declarada. Um número pouco maior do que esses que o estudo do Ipea... É um estudo do Ipea e o pessoal da Receita Federal, ainda à época do Nelson Barbosa, também divulgou um estudo na mesma linha.

Enfim, se a gente pegar um universo um pouquinho maior, de 0,05% de quem declara, ou seja, 71 mil pessoas, cuja renda média anual é de R$4,1 milhões, em 2015... Elas ganharam, em um ano, a média de R$4,1 milhões – há gente que ganhou muito mais do que R$4,1 milhões ao ano – e pagaram de imposto 7% dessa renda. Um assalariado que tem um salário na base de R$6 mil cai na alíquota de 27,5%. Quem ganha R$6 mil por mês vezes 13 salários no ano, dá mais ou menos R$70 mil. Então, quem ganha no ano R$70 mil já está na alíquota de 27,5%. Esse grupo de pessoas que ganhou quatro milhões em um ano pagou de imposto 7%.

Bom; e por que eu estou falando isso? O que isso tem a ver com a Seguridade Social? Todo o discurso da reforma da Previdência é o discurso do ajuste fiscal. Precisamos aumentar a arrecadação, reduzir a despesa, para equilibrar as contas públicas, mas, na verdade, os super-ricos, no Brasil, contam com isenção do pagamento do imposto sobre distribuição de lucros e dividendos, sobre uma alíquota reduzida no pagamento sobre a aplicação financeira e, por isso, eles pagam tão pouco imposto assim.

E isso traz, então, uma situação de falta de legitimidade social para propor reforma da Previdência, porque, olha só: tanto a Previdência quanto o pagamento dos juros da dívida interna são transferências de renda na sociedade, ou seja, o Estado brasileiro arrecada de um setor da sociedade, pega esse dinheiro e dá para outro setor da sociedade. A Previdência é isto: as pessoas contribuem para a Previdência, pagam Cofins no preço do produto, pagam contribuição sobre o lucro líquido. Então, o Estado arrecada esses recursos da sociedade e paga na forma de benefício. Com os juros também é isso: as pessoas pagam os impostos, os tributos, e o Estado brasileiro paga a taxa de juros. Ou seja, são duas formas de transferência de renda na sociedade brasileira.

E eles querem reduzir aquela transferência de renda que distribui renda, que desconcentra a renda, que favorece a população mais pobre do Brasil, preservando a transferência de renda que concentra renda, que aumenta o grau de riqueza daqueles que já são ricos. (*Palmas.*)

Eles estão fazendo exatamente esse exercício de diminuir o que se paga aos pobres para preservar o que se transfere aos ricos na forma de pagamento de juros.

E aí as conclusões, muito rapidamente, são: demografia é mais do que envelhecimento. O envelhecimento exige uma revisão de todas as políticas públicas. Particularmente, é necessário que o Brasil comece a pensar uma política de atendimento à pessoa idosa e pensar também uma política de construção de creches, para desobrigar as mulheres e mudar as relações de gênero deste País, que é uma coisa extremamente atrasada.

O discurso do envelhecimento justifica a mudança das regras previdenciárias, mas, se ele for levado a fogo e ferro, ele deve também promover mudanças nas políticas de saúde e de assistência. E é necessário, então, não diminuir, mas reforçar as políticas que desconcentram a renda neste País, que já tem uma distribuição de renda tão desigualmente distribuída e tão concentrada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Gostaria de chamar o representante do Sinafresp.

O SR. ALFREDO MARANCA – Muito boa tarde a todos!

Sou Alfredo Maranca, representante do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo, trazendo aqui um pouco da visão do empregado público em relação à reforma da Previdência e à toda esta discussão, mas antes de mais nada, celebrando e cumprimentando o Senador Paulo Paim, por ter reunido, por ter, mais uma vez, nos surpreendido, criando uma coesão gigantesca de lideranças que nós estamos vendo aqui hoje, felizes de estarem aqui celebrando os valores da Previdência Social e começando, desde já, a falar da polarização. Acho que é esse o nosso segredo. Na medida em que nós conseguirmos nos unir em torno dos nossos valores, sublimando e esquecendo as nossas diferenças, acho que nós temos chance de conseguir. Nós temos chances de vencer. Esse é o nosso caminho. Nós, como sindicato, temos sempre esse problema, de diferenças que têm que ser arredondadas, para que a gente possa ter uma ação comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Uma das diferenças nossas é essa, entre ativos e aposentados. Essa diferença era representada por um valor que existia entre nós, que era o valor da paridade. Esse valor desapareceu dos nossos pleitos, desapareceu das nossas esperanças. Isso não pode acontecer. Os nossos valores servem para a gente continuar lutando. A gente tem que acreditar nos nossos valores, tem que continuar lutando por eles. Os nossos valores não podem ser reduzidos a um denominador financeiro mínimo que existe entre eles. Os banqueiros que estão regulando toda essa agressiva atuação contra o servidor público, com o PLP nº 257, têm essa mania de tentar reduzir todos os valores ao dinheiro. Isso não pode acontecer. Imaginem vocês: se colocassem um banqueiro desse de general para lutar contra o exército nazista, ele ia dizer: "gente, nós vamos ter que fazer amizade com eles, porque não é possível, nós não temos condição de fazer..." Quanto custa um valor? O valor custa aquilo que tiver que ser despendido com ele, e é por aquilo que nós vamos lutar.

Obrigado. É isso aí. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agora a representante da Asfoc.

A SRª LUCIANA PEREIRA LINDENMEYER – Boa tarde a todos! Cumprimento o Senador Paim e todos os palestrantes que estão à mesa.

A Asfoc (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz), em nome dos trabalhadores da Fiocruz, traz aqui esse agradecimento por esse relançamento da Frente. É muito importante termos uma unidade em relação a essa questão da Previdência, sermos contra, repudiarmos qualquer ataque à Previdência Social. Cumprimentamos também tanto o Senador Paim quanto a Patrícia, que nos honrarão, nessa sexta-feira, lá no Rio de Janeiro, com um debate sobre o PLP nº 257, sobre os ataques que vêm sendo feitos aos trabalhadores no Congresso Nacional, os projetos de lei que vêm procurando atacar os trabalhadores. Nós repudiamos essa política atual do Governo Temer, que vem desmontando a máquina pública, atacando o serviço público.

Defendemos, com bastante veemência, a democracia plena, os direitos dos trabalhadores e os direitos de aposentadoria.

Estamos aqui também representando a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Saindo daqui, estamos indo à Câmara. Há um debate lá sobre terceirização da saúde do Distrito Federal. Defendemos uma saúde 100% pública e estatal. Levamos também alguns debates sobre democracia e saúde. Apoiamos qualquer iniciativa do Senador Paim de discutir a recuperação da nossa democracia, que está em risco neste momento e vamos gritar aos quatro cantos que nós somos atuantes a todo instante e para sempre.

Democracia sempre! Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Bom, pessoal, eu queria apresentar a vocês este livro aqui que contém artigos sobre os sete pontos da reforma da Previdência propostos ainda no Governo Dilma: *A Realidade Tributária da Previdência Brasileira*. Srª Melissa Folmann, Coordenadora da Pós-Graduação da PUC do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ia propor que o Deputado – porque ele tem que voltar para a Câmara – fizesse uma mensagem antes da doutora.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (*Fora do microfone*.) – Por favor, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Senador Paulo Paim, honra do Senado brasileiro, é uma honra para mim vir aqui e declarar minha solidariedade à iniciativa de V. Exª provocada pelos movimentos sociais, pelos trabalhadores brasileiros, pelos trabalhadores previdenciários, enfim, para aqueles que amam o Brasil e sabem que o futuro depende de ações, de políticas de Estado, e que têm que se basear no princípio da transparência, da democracia, e principalmente na seriedade no trato da coisa pública.

Eu sairei imediatamente porque estou atrasado há meia hora para a Comissão, uma reunião sobre as dívidas dos Estados e Municípios. Há o Projeto de Lei nº 257, enviado ainda pela Dilma, e agora o Governo provoca o debate, a Comissão vai enfrentar o debate, e eu tenho que participar, pois sou membro da Comissão. E lá a questão previdenciária está posta. Vocês conhecem o projeto. Então, esse é um tema do qual nós não podemos fugir. Vivemos momentos difíceis porque o Governo do Michel Temer é chamado de provisório. Eu diria que ele é permanentemente ilegítimo e imoral. (*Palmas.*)

Enquanto perdurar, perdurará a ilegitimidade de um Governo que é fruto de um golpe. Por isso que é inadmissível – tem que dizer isso para dizer que é inadmissível que um Governo dito provisório e constituído baseado numa articulação universalmente hoje denunciada como um golpe institucional quer interferir em políticas de Estado? (*Palmas.*)

Então, é mais isso. Acho que 1988 decidiu coisas importantes. Uma delas foi constrangida em 1998, que é essa ideia tridimensional de Seguridade Social. Um dos pilares indissociáveis dessa estrutura tridimensional é exatamente a Previdência.

Professora, não vou poder ouvi-la, mas há um tema importante que cheguei a conversar: temos de enfrentar o debate sobre sistema nacional único de previdência. Não é uma coisa simples, mas tem de ser enfrentada, minha avaliação, porque nós falamos que seguridade é una, mas é um uno tridimensional. A seguridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é assistência, e é um sistema único de assistência social. A seguridade é saúde, é um sistema único de saúde. Agora, a seguridade é previdência. Aí nós temos uma festa da previdência privada, que quer transformar o trabalho em fonte de lucro, o que é a lógica do sistema, tudo é finanças, nós somos reduzidos a mercadorias. Daqui a pouco, nós mesmo somos precificados. Agora, os Municípios e Estados... Os Estados como um todo têm previdência, sistemas próprios, mas grande parte dos Municípios não têm, e muitos têm sistemas sazonais. Muitos servidores públicos, muitas vezes, não podem se aposentar porque se descobre uma lacuna na contribuição. Descontado foi, até porque grande parte até hoje dos servidores públicos é temporário, porque muitos governos fazem a festa da politicagem e, em vez de realizar concursos públicos para estabelecer uma regularidade no trabalho – e segurança, políticas de Estado têm que ser feitas por servidores do Estado –, não. Por um lado, terceirizações; por outro lado, contratações temporárias, mesmo Estados muito desenvolvidos e ricos, como é o caso de São Paulo. Agora mesmo abriu-se seleção pública para não sei quantos mil trabalhadores em educação, professores em particular, o Governador Alckmin, num verdadeiro acinte à Constituição. Se há necessidade – e há –, por que não fazer o planejamento para os concursos públicos? Então, nós vivemos uma situação caótica, que começou a se agravar...

(Interrupção do som.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Para concluir. Agravada por um problema até hoje não resolvido, que foi a correta decisão da Constituinte de garantir direito previdenciário ao trabalhador rural, mas a lacuna de como suprir os gastos para aqueles que não contribuíram antes da Constituição. Então, são muitos os problemas, há um grau de complexidade, é verdade. O Parlamento, para afirmar a democracia, tem de reconhecer que há diferentes formas de visão, mas a Frente tem essa contribuição a dar ao País.

Parabéns, Senador Paulo Paim! Parabéns a vocês, e às várias entidades que são fundamentais para que a gente ganhe força aqui dentro. Vocês sabem que há uma hegemonia conservadora, destrutiva, mercantilizadora de tudo, das vidas, da natureza. E, para vencer essa tropa poderosa, somente com a força do povo. E nós estamos demonstrando que o povo na rua faz a diferença.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Edmilson Rodrigues, Deputado Federal, do PSOL, que fez uma bela fala.

De imediato, vamos passar a palavra, para discutir a realidade tributária da Previdência brasileira, à Drª Melissa Folmann, Coordenadora de Pós-Graduação da PUC do Paraná em Direito Previdenciário.

A SRª MELISSA FOLMANN – Boa tarde. Boa tarde!

(Manifestação da plateia.)

A SRª MELISSA FOLMANN – Agora, sim.

Eu acho que estão todos num rico debate e quero, de imediato, antes de qualquer proposição, antes de qualquer debate, agradecer ao Senador Paulo Paim por ter me colocado aqui, por ter me convocado para participar deste momento tão importante para todos nós. Eu quero agradecer ao Dr. Romero e à Drª Maria Inês, que desenvolvem um brilhante papel à frente da Anfip. E eu não poderia deixar de saudar, já que está à mesa, a nossa Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – que pelo jeito não está ali –, Drª Jane Berwanger, que tem desenvolvido também um brilhante trabalho à frente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Antes de eu começar a minha exposição, eu quero deixar claro que falo aqui como uma técnica, tanto é que, quando me foi formulado o convite pelo Senador, pela Maria Inês e pelo Diego, que aqui se encontra, eu falei assim: "Eu irei falar, mas irei falar na condição de uma técnica, de uma estudiosa do Direito Previdenciário e da seguridade social".

Por isso, começo a minha fala provocando os senhores a pensarem, a refletirem: que Previdência desejamos? Essa é a grande pergunta para qual desejamos uma grande resposta. Por que isso é importante? Porque, se formos falar em Previdência e formos falar na palavra reforma, tantas vezes dita hoje nesta mesa, nós iremos observar que reforma pressupõe que, primeiramente, se conheça qual é a base estruturante de um sistema de Previdência. E, no Brasil, o que nós temos? Nós tivemos uma lei, a Lei Elói Chaves, de 1923, que baseou a estrutura de Previdência totalmente na relação empregado e empregador. Só que daí nós tivemos a grande reforma da Previdência brasileira em 1988, Constituição Federal. O que essa Constituição Federal fez que foi a grande reforma do sistema? Essa Constituição, no seu art. 194, falou em seguridade social, dizendo que a seguridade social brasileira seria composta de PAS (Previdência, Assistência e Saúde), ou seja, a Constituição conheceu que, quando falarmos em Previdência, nós temos que falar em um instituto, em assistência, outro instituto, e saúde, outro instituto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas essa Constituição, que foi a grande reforma inicial, não fez só isso, ela puxou para dentro do Texto Constitucional o alicerce do custeio de um sistema de seguridade social pautado não mais exclusivamente na relação empregado e empregador, mas em uma relação de tributação, fundada no art. 195, nos seguintes elementos: contribuição sobre folha de salários, faturamento, receita, lucro e concurso de prognósticos. Ou seja, até quando se faz uma fezinha na loteria federal, se está contribuindo para a seguridade social deste País.

Essa Constituição deu um núcleo de arrecadação muito grande, vejam só. Por que muito grande? Porque ainda que eu fale na relação de desemprego, como foi colocado aqui hoje; ainda que eu fale na relação de envelhecimento, como foi colocado aqui hoje, quando se fala em arrecadação – e eis o meu tema –, há de se ponderar alguns elementos, a fim de que se diga se existe um déficit ou não. Qual é o primeiro elemento que nós temos que analisar para se dizer isso, para se dizer sobre a realidade tributária do sistema?

O primeiro elemento a se analisar é que viram os senhores quantas são as fontes: cinco. Só que há um detalhe no *caput* do art. 195, que é o mais importante de todos. Ele diz assim: "A seguridade social será custeada por toda a sociedade, em razão das contribuições a seguir – folha de salários, faturamento, receita, lucro, concursos prognósticos – e também por uma cota da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal". Seis fontes, já.

Além disso, o Estado passou pela segunda grande reforma da Previdência: a Lei nº 8.213, de 1991, e a Lei nº 8.212, de 1991, que fizeram o quê? Regulamentaram as disposições que estavam lá naquela Constituição que tinha inovado o sistema, tinha afastado a Previdência meramente da relação empregado-empregador para uma relação mais ampla de arrecadação. Vieram as leis, regulamentaram, a arrecadação foi se tornando muito forte, mas daí, na Lei nº 8.213, veio mais uma fonte de arrecadação. Lei nº 8.213, art. 120: "O empregador que der causa ao acidente de trabalho que gere benefício previdenciário deverá indenizar o INSS pelo custo que o INSS tiver com esse empregado" – as ditas ações regressivas. Quantas fontes, já? Sete.

Daí vem a questão: sete fontes! Por que, então, falar em déficit? Por que, então, falar nas microrreformas? Por isso é que a palavra "reforma", com o devido respeito, não me apetece, porque não é uma realidade. São microrreformas que nós estamos passando. Neste momento, não se trata de uma questão de reforma. Trata-se de uma questão de adequação. Explico por quê. Em 2003 – vocês acabaram de ver Décio falar aqui, Fagnani falar aqui –, servidores públicos passaram por uma grande reforma – em 1998, mais precisamente em 2003.

Isso aconteceu também em 2004, isso aconteceu também em 2007, isso aconteceu também em 2012, com a criação do Funpresp. Isso aconteceu também no ano passado, com a microrreforma da Previdência, que alterou profundamente regras de pensão, auxílio-reclusão e mais o auxílio-doença. Pensem que um trabalhador, até no ano passado, recebia um auxílio-doença de 91% de sua média contributiva desde julho de 1994 até agora, certo? Não é mais assim. Ele irá receber a média limitada às últimas 12 contribuições que ele fez.

Mas reforma de lá detrás, reforma de agora – e vou usar a expressão reforma, apesar de não concordar com ela. Coloco como adequações, porque reformas foram várias ao longo de todos os anos. No ano passado, aconteceu uma. Tem que dizer qual é a base. Qual é a base comum de todas elas? (*Pausa.*)

Senhores, não fiquem acanhados.

Em todas as reformas, 1998, 2003, 2004, 2007, 2012, 2015, em absolutamente todas qual é o fundamento? Déficit. Daí eu me coloco a pensar: se eu tenho quantas fontes de arrecadação? Sete. Será que esse argumento me desce como acadêmica, como estudiosa? Não desce porque eu me coloco a pensar nos outros elementos que foram feitos ao longo da história dessa Constituição de 1988. O primeiro elemento: DRU, Desvinculação de Recursos da União – 20% de tudo que se arrecada de seguridade social, contribuições sociais não vai para a seguridade social, e isso, lembrem-se os senhores, independentemente de quem estava no Governo a DRU sempre foi prorrogada. No ano passado, ela só não foi prorrogada – os senhores sabem muito bem, melhor do que o porquê.

Daí eu penso que são só 20%! Não dá nada. Está na Constituição. Estava na ADCT, Atos e Disposições Constitucionais Transitórias, art. 76. Não dá nada, só 20%! Não, eu paro e olho. As isenções, dispensas de pagamento de contribuição social que são dadas pelas mais diversas motivações, sejam elas motivações ligadas a esporte, sejam elas motivações ligadas a uma determinada atividade. E eu paro e penso: e os perdões? Sabe perdão? É aquela velha máxima: "Olha, eu não tenho dinheiro, mas eu perdoo a dívida do fulaninho." Eu sempre brinco com os meus alunos para pensarem que falaram para o irmão assim: "Olha, eu não tenho dinheiro para te dar." Daí, o irmão te encontra na balada à noite e diz: "Poxa, você não tinha dinheiro para me dar? Como é que você está na balada?""Não, é que para você eu não tenho, mas para a balada eu tenho." É mais ou menos assim.

E eu pensei: só 20%, só isenção, só perdão, não afeta tanto, não é, Maria Inês? Então, vamos à desoneração da folha de pagamento. E, quando você olha a desoneração da folha de pagamento, você fala assim: esse, 20% foi com a DRU; uma outra porcentagem foi com a isenção; outra porcentagem foi com as remissões;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

outra porcentagem foi com os perdões; outra porcentagem foi com a desoneração. Quantas fontes temos? Sete. Quantos gargalos?

Sete. Quantos gargalos? Aí, quando estou quase me convencendo de que estou errada, Senador Paulo Paim, lembro a Constituição de 1988 e falo assim: "Vou ler a Constituição, porque acho que não é a mesma que eu tenho". Eu sempre acesso direto do *site* do Planalto para ter certeza de que é aquela. Aí vou lá e falo assim: "Puxa vida, vamos lá, vamos desconsiderar tudo isso, vamos analisar só fraudes contra a Previdência Social". Não estou falando aqui da Seguridade, porque daí o leque é enorme. Fraudes contra a Previdência Social. Eu paro e vejo um relatório A, um diz que dá 30% de fraude, outro dá 40% de fraude. São sete fontes, quantos gargalos? Até agora cinco. Bem, então significa que em termos de premissa, dizer que a premissa para justificar a reforma é o déficit, primeiro tenho de analisar o número de fraudes, as isenções, as remissões, os perdões, a DRU, a desoneração da folha.

Chego à conclusão de que todas as microrreformas feitas desde 1988, na Constituição Federal, pelo prisma do déficit, não se sustentam. Vou além e digo: "Vou aceitar as microrreformas de 2015, 1993, 2003". Então, paro e penso: "Para toda microrreforma, se eu afastar o elemento déficit, tenho de ter a análise atuarial". Vou à de 2015, que mudou a pensão, mudou o auxílio-doença, mudou o auxílio-reclusão. Quero o estudo atuarial. Vou à de 2012, que mudou o regime de previdência dos servidores, quero o estudo atuarial. Vou à de 1998, de 2003, 2004, 2007, e adivinhem o que não consigo achar? O estudo atuarial. Por isso, não concordo com a expressão reforma. Várias reformas foram feitas ao longo do tempo, não há nada de novo agora.

Então, para finalizar o discurso, porque daqui a pouco me cortam o microfone, você dirá assim: "Não deve haver reforma". Eu não concordo com a palavra reforma, adoto a palavra adequações. Adequações vêm sendo feitas desde 1988. Adequações devem ser feitas, só que por premissas palatáveis à sociedade. Por que a sociedade ano passado não tornou palatável a reforma com a pensão por morte e todas as anteriores? Alguns passaram por esta tribuna, de algumas entidades, falando sobre a reforma de 1998, que acabou com a paridade e a integralidade dos servidores. Por que essas microrreformas não são palatáveis? Porque temos de ter um estudo atuarial. Com estudos atuariais, demonstrando efetivamente isso que o Fred do Dieese acabou de apresentar, a nossa pirâmide é um barril que irá se inverter. Em 2050, ela estará invertida. Precisamos fazer adequações do regime.

Mas vocês irão falar assim: "Mas adequações para quê já?" Para que nós não passemos pelo que a Itália, pelo que a Alemanha, pelo que a França, pelo que a Grécia, pelo que a Argentina passaram. Eu falei, em 2007, na Argentina, quando quebrou a Previdência deles, o povo estava desesperado. Nós estamos no momento de adequações? Estamos desde 1988, estamos passando por isso desde 1988. Não há nada de novo. Falar em idade mínima não é nada de novo, isso já é discussão há muito tempo. Em 1998, já havia projeto para isso. A única discussão – com esta, sim, eu concordo – é que a adequação deve ter como precedente a premissa concreta. Qual é a premissa concreta? Equilíbrio atuarial e econômico. Só que esse equilíbrio atuarial e econômico pressupõe que sejam apresentados os estudos que justifiquem as mais diversas reformas pelas quais passemos.

Só para deixá-los com a pulga atrás da orelha e não fugir do debate, já que fui na contramão de vários que me antecederam, alguém aqui já parou para pensar por que a pensão por morte, com a reforma do ano passado, com 44 anos de idade será vitalícia e com 20 anos de idade será só por 3 anos? Alguém sabe me dar a resposta? (*Pausa.*)

Se tivesse havido um estudo atuarial e técnico, qualquer um saberia me dar a resposta de por que uma viúva com 44 anos ama e uma com 20 anos não ama – porque a de 20 anos é golpista, não é? (*Risos.*)

Vai receber pensão só por três anos. Então, eu fiquei pensando na lógica do amor. (*Palmas.*)

E a lógica do amor não fecha, mas será que ela não fecha porque a pensão por morte não precisava passar por reformas? Claro que ela precisava passar por adequações, óbvio que tinha que passar por adequações. Agora, eu não posso aceitar a adequação do ano passado ou essa de agora ou a de 10 anos atrás ou a de 20 anos para frente ou a de 30 anos para trás, se tudo for baseado na lógica do amor. O Direito não se sustenta na lógica do amor, a economia não se sustenta na lógica do amor, e a Previdência não foi construída na lógica do amor. Ela pressupõe, como o Décio bem colocou hoje, precedência da fonte de custeio, estudo atuarial e, sim, adequações ao envelhecimento da sociedade, mas com clareza de quais são as bases para isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Eu gostaria de chamar o representante do Sindireceita.

O SR. SERGIO RICARDO MOREIRA DE CASTRO – Boa tarde a todos e a todas!

Em nome do Senador Paulo Paim, do Rio Grande, eu queria saudar toda a Mesa e a nossa querida plateia.

Vou rapidamente dar o nosso recado, já que o evento está se estendendo bastante e se torna cansativo.

É sempre bom, neste momento, ouvir as pessoas que me antecederam. Realmente, pelo que acabaram falar aqui, torna-se claro que, mais uma vez, a reforma se torna inevitável. Foi em 2003, em 2004, em 2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tudo acabou passando. Então, nos dá a clara intenção de que mais uma vai passar, sem se discutir o fundo da questão que é, realmente, o cálculo atuarial.

Eu sou Sérgio Castro, sou Diretor do Sindireceita, analista tributário da Receita Federal do Brasil. E gostaríamos também de entrar na linha da discussão de por que tanto déficit. Nós temos estudos que, claramente, provam que não há todo esse déficit. Como ela deixou claro, ninguém quer discutir o porquê, onde foi gasto o dinheiro. Lá no art. 195 – está claro na Constituição, o legislador na época deixou claro – que a sociedade tem que ser chamada a pagar a conta, mas a pagar a conta de uma forma em que ela saiba o que está pagando. Hoje, todo mundo está pagando uma conta que não sabe o que é.

Só para dar um exemplo, hoje, há na Receita Federal um estoque de dívidas para ser cobrada de mais R$465 bilhões que o Governo não está preocupado em cobrar para estancar esses déficits de que falam a todo momento. Ninguém está preocupado também com o teor do juro, que acaba aumentando cada vez mais a dívida do País e onerando cada vez mais quem? O trabalhador.

Realmente, é isso. Um recado curto e claro que queremos deixar: nós, analistas da Receita Federal, estamos preocupados, sim, com tantas isenções, com tanto dinheiro que o Governo deixou de arrecadar, com tanto estoque da dívida. E, neste momento, em vez de tratar desse assunto que está parado há anos dentro do Tesouro, sobre quem não pagou e que deveria pagar, a famosa reforma fiscal, mais uma vez, ele vem falar do quê? Da reforma previdenciária, de levar a conta mais uma vez para aquele que pagou a vida inteira e não para aquele que, muitas vezes, não pagou, como deixaram bem claro aqueles que me antecederam, com as isenções, os perdões da dívida. Quando há muito dinheiro estocado em caixa, poderia ser cobrado imediatamente. Se 10% ou 20% de todo esse valor fossem cobrados, não se precisava se falar em reforma da Previdência neste momento. É claro que temos que falar em termos de quanto vai ser para o futuro, o quanto a sociedade vai ter que pagar para financiar a Previdência, mas, neste momento atual, nessa interinidade, era muito mais simples e fácil cobrar quem está devendo para o País, quem está devendo para nós, porque, na verdade, esse povo deve para nós, os trabalhadores que produzimos as riquezas para o nosso País, não é, Senador?

Nosso abraço à Mesa, a todo esse povo. E vamos cobrar de quem realmente deve para o País, que não está aqui, que são os que sonegam e aqueles que estão lá fora vivendo do bom e do melhor, enquanto o trabalhador está aqui, sentado o dia inteiro, tendo que discutir uma reforma que não é nossa, que não foi nós que pedimos.

Um abraço a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Representante do Sinal.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Boa tarde a todos.

Meu nome é Daro, sou Presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central).

Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim pelo excelente evento a que estamos dando partida hoje. De tudo que já foi falado, eu gostaria de lembrar a todos que a nossa guerra pela defesa da Previdência Social será árdua. E a grande importância deste painel que nós estamos tendo aqui hoje é que temos argumentos para mostrar que aqueles que querem fazer a reforma da Previdência mentem. Nós temos argumentos mais do que sólidos para sobrepô-los, porém, nós temos um desafio, e o desafio é que nós temos que mostrar e levar esses argumentos a toda sociedade brasileira, porque a Previdência Social é para toda população, é para toda sociedade, é de importância para todos eles.

E, se queremos vencer isso, nós temos que colocar toda a população do nosso lado, nós temos que colocar a população na rua. Para isso, nós temos que convencer a população. E, para isso, nós temos uma grande batalha a ser vencida que é a batalha da mídia. A mídia, como nós sabemos, a grande mídia principalmente, não está do nosso lado. E nós precisamos reverter isso.

Então, por meio deste evento de hoje, nós precisamos criar estratégias para invadir a mídia, partindo por invadir as redes sociais, para invadir os blogues, para invadir as mídias alternativas, a ponto de que a grande mídia seja obrigada a nos ouvir, de forma que a gente passe para toda a população a verdade sobre a Previdência Social, de forma que toda a população venha a lutar pelo direito que é dela. E essa batalha não pode ser uma batalha só de sindicatos e centrais sindicais; têm que ser uma batalha de toda a população.

Era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Aposentadoria especial, pensão e redução de direitos.

Drª Thaís Riedel.

A SRª THAÍS RIEDEL – Boa tarde! Boa tarde! Agora, sim, a força do Brasil.

Gente, hoje eu vim falar um pouquinho sobre a questão da aposentadoria especial e pensão. Antes de neçar o tema, eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim, pela iniciativa, e também a toda a equipe, a todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vocês que estão aqui hoje preocupados com o nosso País. Eu, como jurista, obviamente, tenho um enfoque a dar com base na nossa legislação, mas, mais que isso, a legislação tem que ser o reflexo dos valores da sociedade, e ela tem que estar próxima daquilo que acontece na realidade. Então, quando vamos falar de aposentadoria, pensão, os benefícios de uma forma geral, isso envolve, necessariamente, a análise do para que eles servem. Para que a criação de benefícios previdenciários? Para que uma Previdência Social?

Pode passar.

A gente fala muito de números, mas o objeto teleológico, o porquê temos uma estrutura previdenciária, dentro de outra estrutura da seguridade social, isso tem uma razão de ser. E uma razão que não vem de ontem, vem de muitos, e muitos, e muitos séculos, porque vem da luta dos trabalhadores da sociedade como um todo, que, por um lado, veio garantindo direitos sociais individuais, coletivos no Direito do Trabalho e também no Direito Previdenciário.

Pode passar o eslaide.

Então, falar de Previdência, necessariamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pediram para diminuir a luz.

A SRª THAÍS RIEDEL – Falar de Previdência significa falar de risco. O que é risco? É a probabilidade da ocorrência de um dano.

Nós estamos sujeitos a vários riscos. Quando acordamos, podemos ter um acidente; nós temos eventos incertos e eventos certos, como a morte, mas nós não sabemos quando. E esses eventos, esses riscos, quando eles ocorrem, geram um dano. Entretanto, via de regra, nós não somos previdentes. Por quê? É natural, na nossa natureza humana, a gente pensa sempre no imediato; muito dificilmente, nós temos a cultura e a disciplina de fazer uma reserva, uma poupança individual, para que, no momento futuro, quando o risco ocorrer, que é o que a gente chama de contingência, contingência essa que diminui ou me retira a capacidade de trabalhar, e, sem trabalhar, não consigo ter renda, e, sem renda, eu passo para o estado de necessidade.

Então, como nós não somos previdentes, o Estado – e isso é no mundo, não é no Brasil, não foi invenção nossa, nós copiamos – percebeu que era necessário intervir para exigir uma contribuição obrigatória, para que, formando uma previdência pública obrigatória, no momento de dificuldade, ausência de capacidade para o trabalho, eu tenho uma renda mínima para sobreviver, e não passo necessidade.

Pode passar.

É a mesma lógica do seguro. Quando a gente tem um carro, a gente compra um carro, quer ter um seguro, você quer prevenir os riscos. Você vai, paga o seguro, e, ocorrendo o sinistro, bateu o carro, algum acidente, alguma situação, surge o dano e há a indenização.

O seguro social, para que ele vem? Eu tenho o risco, são vários riscos, ocorre a contingência, e isso gera um dano, e aí eu venho com as prestações.

Pode passar.

Então, este modelo vem, ao longo de todo um desenvolvimento em que há um modelo primário, que é a poupança individual, que é difícil, porque nem todos conseguem poupar, nem têm a disciplina para tanto. Depois, evolui para o mútuo, em que um grupo, entre si, com base em empréstimos entre si, dilui o risco, mas, por ser voluntário, torna-se insuficiente. O Estado vem, obriga o trabalhador a contribuir, o empregador a contribuir, traz um seguro social ainda restrito aos trabalhadores, mas ainda ficava faltando ali toda uma camada da população que não trabalhava. Daí a necessidade da evolução da seguridade social, que foi introduzida no nosso cenário brasileiro com a Constituição de 1988 e se propõe, então, a ser um instrumento apto para alcançar aquilo ali: pensar e justiça social.

Então, na nossa Constituição, existe a ordem social, que tem como base o trabalho. É o trabalho que dignifica, que constrói o País. E, a partir daí, o Constituinte, na sua inteligência, falou: "Eu quero alcançar o bem-estar da minha população e justiça social."

Pode passar.

Daí, o modelo da seguridade social, sobre o qual já conversamos tanto. Saúde, Previdência e Assistência. Por que esses três juntos?

Na saúde, eu garanto, de uma forma pública, universal, saúde para todos. Com saúde, a minha população consegue trabalhar; trabalhando ela contribui; contribuindo tem a Previdência; ocorrendo algum risco ela está assegurada. E aquela população que não tem condição de contribuir ou que eu não quero que contribua, como crianças, etc., eu tenho assistência e, com isso, faço uma redistribuição de renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Isso tudo é de uma lógica, de uma inteligência tamanha... E aqui, como a Drª Melissa até falou: "Inteligência esta que o próprio constituinte, para assegurar isto, criou fontes, e várias fontes, para darem conta dessa tamanha missão do nosso ordenamento".

Pode passar.

Então, previsão também no art. 6º, torna os direitos sociais dentro das garantias fundamentais, tanto saúde, previdência, como assistência.

Pode passar.

A Constituição toda traz a regulamentação dizendo como que isso deve ser estruturado: saúde universal, assistência para os hipossuficientes, previdência de forma contributiva.

Pode passar.

Cria o regime público, obrigatório, porque a população, via de regra, não é previdente. Servidores públicos, iniciativa privada e tem ainda, para quem for previdente, de forma facultativa, o sistema privado.

Pode passar.

Então, isso foi fruto de uma evolução, conquistas sociais foram ampliando o rol de proteção. O legislador seleciona alguns riscos que entende importantes para que a sua população tenha o estado de bem-estar social. E daí nós temos aqui esses riscos protegidos: invalidez, idade avançada, maternidade, morte, reclusão, desemprego, encargos familiares, tempo trabalhado e doença. A partir daí, devem existir cálculos atuariais – o que não tem havido – para dimensionar quanto custa esse risco. A partir daí criam-se leis para assegurar a proteção do risco.

Vejam vocês, então, que o norte deve ser a proteção do risco social. Risco que é social, porque ele se dilui na sociedade. Como todos nós aqui, neste auditório, não iremos ficar doentes no mesmo dia, todos nós contribuímos e isto dilui o risco, porque vai acontecer com um e temos todos sustentando neste mesmo momento.

Pode passar.

Então, a partir desse risco, eu vou falar especificamente da aposentadoria especial e da pensão, porque tem havido situações específicas e vamos fazer essa análise realmente do risco. A aposentadoria especial é devida aqueles trabalhadores que estão expostos a agentes nocivos à saúde. Há previsão específica na lei de benefícios do INSS, não existe até hoje para os servidores públicos – pasmem! –, embora haja na Constituição, no art. 201, a mesma redação do art. 40, §4º, para os servidores públicos por mais de 20 anos, ainda não há essa legislação garantindo a proteção desse risco, exposição a agentes nocivos.

Pode passar.

Qual é a lógica do sistema? Ora, se eu tenho um trabalhador que está trabalhando, contribuindo e, em função desse trabalho, ele está exposto a agentes nocivos, agentes que os levam, muitas vezes, a ter uma doença, senão a morte, eu crio na justiça do trabalho, no direito do trabalho, uma indenização – que é aquela fortuna, poderia ser muito melhor – e no Direito Previdenciário uma compensação.

Como o risco dessa pessoa é maior, justifica uma aposentadoria em menos tempo, porque, se também não ocorrer, ela vai acabar se aposentando por invalidez ou gerando a pensão por morte, porque ela não dá conta.

Então, a legislação hoje traz exigências de provar essa exposição, ou seja, eu quero provar que o risco ocorre, PPP – perfil profissiográfico previdenciário.

Pode passar.

E aí, dependendo do grau de exposição, haverá tempos diferenciados, justificadores ali de uma aposentadoria por tempo de contribuição em menos tempo. Por que então essa situação diferenciada? Porque aqui o risco é diferente. Então, essa análise do risco é que justifica a legislação previdenciária e é esse norte que a gente não pode perder. Então, regras diferenciadas porque o risco é maior. E aí, uma crítica: inúmeros servidores públicos expostos a esses agentes nocivos estão expostos ao mesmo risco que, às vezes, outros trabalhadores da iniciativa privada e ficam sem proteção por não haver a legislação.

Pode passar.

Então, especificamente em relação à aposentadoria especial, o que tem acontecido? Várias reformas dificultando, cada vez mais, a prova dessa exposição. Em consequência, poucas pessoas têm conseguido, embora expostas a esses agentes, a proteção da aposentadoria especial, porque tamanha é a dificuldade para se conseguir demonstrar essa exposição, isso tem gerado ali uma dificuldade no benefício.

Por outro lado, têm-se criado regras que fogem à realidade do brasileiro. O brasileiro ainda começa a trabalhar muito cedo, o brasileiro ainda está exposto a muitos agentes nocivos, a condições precárias de trabalho e a legislação ainda protege somente alguns trabalhadores. O INSS só considera aposentadoria especial se for trabalhador celetista; se for um autônomo exposto aos mesmos agentes nocivos, não vai ter a proteção. , se a proteção é do risco, por que essa diferenciação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Situação alarmante: a prova do risco, o PPP, o laudo ambiental do trabalho é feito pelo empregador, que é tributado, conforme a exposição de seus trabalhadores. E aí, o que acontece? Isso aqui é um alerta para os sindicatos! Isso vai exigir que os sindicatos, associações, as entidades estejam na linha de frente, para resguardar a real demonstração dessa exposição dos seus trabalhadores, dos seus servidores, porque o trabalhador na linha de frente, muitas vezes, não vai conseguir gerar essa prova.

Então, temos aí a exigência dessa postura proativa do sindicato para garantir a proteção desse risco. Por outro lado, temos tido interpretação restritiva ao servidor público, em que o Judiciário vem, traz a Súmula Vinculante nº 33, manda aplicar as regras do Regime Geral, mas só para algumas coisas, só no que couber. E nesse "no que couber", entende-se que cabe ou tudo ou nada: ou 25 anos, com a regra mais de cálculo da média, ou nada.

Pode passar.

Volta, só para concluir.

Então, em relação à aposentadoria especial, nós temos várias críticas, o que tem demonstrado que não tem sido feita uma legislação condizente com a exposição do trabalhador e que, em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, tem sido um benefício cada vez mais difícil de conseguir, embora a exposição ainda esteja muito, muito precária.

Então, é algo alarmante, é algo que requer um cuidado de todos nós preocupados com esse tema, e, em relação aos servidores públicos, ainda é um direito que não conseguimos conquistar de forma ampla.

Em relação à pensão, ela vai o quê? Qual é a lógica da pensão? Nós temos ali um trabalhador, um servidor trabalhando. Esse trabalhador, esse servidor traz renda para a família. Com o evento contingência morte, que é um evento certo, porém incerto sobre quando se dará, a ausência dessa pessoa, a ausência daqueles recursos gera um estado de maior necessidade da família. Então, a pensão por morte vem exatamente atender essa família, esse núcleo familiar, já que houve a perda dessa receita. Há previsão legal tanto na lei do Regime Geral, quanto na do Regime Próprio.

Pode passar.

Ela vai ser devida aos dependentes dispostos na lei. Há uma ordem de habilitação. Não há essa conversão automática. O valor: cem por cento do salário de benefício. Então, faz-se a média de 1994 para cá, verifica-se de acordo com o que foi contribuído por aquele trabalhador, e vai se ter ali o valor da pensão. E no serviço público foi criado, nas emendas, nas reformas, um redutor de 30% daquilo que passa do teto do INSS.

Pode passar.

Essa pensão foi alvo de reforma no ano passado, por medida provisória – pasmem! –, num primeiro momento, e, depois, pela conversão em lei. E aí, para justificar duas situações, primeiro, de fraudadores, que não é a regra, mas a exceção, de pessoas que se casam para poder ter a pensão, muitas vezes um casamento com uma pessoa muito jovem, que vai gerar uma pensão por muito tempo, foram criadas regras específicas para o cônjuge ou companheiro no sentido de trazer obrigação de contribuição prévia, 18 meses, dois anos de casamento ou união estável, e foram criados períodos diversos conforme a idade do cônjuge ou companheiro sobrevivente.

Pode passar.

Primeiro, como falou a própria Prof. Melissa Folmann, que cálculo atuarial foi esse que eu não vi que justifica uma pessoa uma pessoa até tal idade receber tanto e a outra tanto...? De onde saiu esse número? Por que, com 44 anos, ela vira vitalícia? Qual é o risco? Alguém mediu esse risco? Então, criou-se diferenciação inconstitucional entre os segurados, sem dados atuariais justificadores. Será que o risco é maior ou menor? A ausência daquela pessoa no domicílio, na família é maior ou menor pela idade do cônjuge? Todos não contribuíram de forma igual para o sistema?

Às vezes, até tem um cônjuge mais novo, mas que contribuiu muito mais. Diminuiu a proteção previdenciária de uma maioria honesta, porque o brasileiro, na sua grande maioria, é honesto, em detrimento de uma minoria fraudadora. Fraude, a gente melhora gestão; a gente não diminui benefício.

E o que fizeram? Restringiram direitos.

Então, poderiam, sim, ter reformado o sistema para evitar fraudes, melhorando gestão sem reduzir a proteção do risco.

Pode passar.

Já estou finalizando.

E aí vêm as propostas de novas alterações. Desvinculação do salário mínimo. Redução da renda mensal, porque foi isso que eles tentaram, mas não conseguiram aprovar: 50% mais 10% para o dependente; ou seja, média de pensão, que é um pouco mais do que R$1 mil, seria menor ainda do que já se tem hoje.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em relação a essas propostas de mudança, a crítica aqui é contundente. Desvinculação de salário mínimo, total precarização da proteção previdenciária, ferindo inclusive o princípio da dignidade da pessoa humana – nosso art. 1º da Constituição. E essa renda mensal em valor reduzido eu entendo ser completamente inconstitucional, porque temos o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios. Então, se uma pensão é 50% mais 10% para o dependente, vamos imaginar: tem a mãe, o pai e dois filhos. O pai faleceu. Serão 50%, mais 10%, mais 10%, mais 10%, totalizando 80%. Quando um filho adquire a maioridade, reduzem-se esses 10%. Isso não volta para o núcleo familiar. Haveria nítida redução de benefício. Inconstitucional.

Pode passar para eu finalizar.

Então, em relação a esses benefícios, temos visto aí uma diminuição da proteção e uma ausência de compatibilidade da legislação com o risco. Aí, falamos de reforma. Reforma tem tido como pressuposto – já falamos várias vezes – crise e déficit. Primeiro, essa premissa é controvertida. Já vimos aqui vários estudos mostrando que não existe. Então, se a proteção é o risco, não há déficit. Por que alterações somente em caráter restritivo, com diminuição da proteção contra os riscos sociais? Afinal, os direitos sociais estão lá no art. 6º da Constituição, dentro do título das garantias fundamentais. Cláusula pétrea.

Então, eu concluo com a seguinte reflexão: a proteção que a nossa Constituição quer, dentro do sistema de seguridade social, é dos riscos, porque se quer uma sociedade em bem-estar, uma sociedade feliz, uma sociedade que consiga viver com dignidade. E nós precisamos ter inteligência para ter leis que consigam garantir isso para a população. E não é reduzindo direitos, mas, sim, melhorando gestão, arrecadação, ajustes pontuais. Do contrário, estamos ferindo o princípio da vedação do retrocesso.

Os direitos sociais são direitos de conquista. Vieram à custa de muita luta, morte, e nós conseguimos, na Constituição de 1988, assegurar um patamar de qualidade, o valor da nossa sociedade.

E eu defendo que, se o risco continua igual ou pior, e retiramos direito ou diminuímos, nós estamos retrocedendo em matéria de direito social. E há o princípio da vedação do retrocesso implícito na nossa Constituição Federal, e isso nós não podemos deixar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mestre de Cerimônias) – Gostaria de convidar o representante da Fenasps, e se estiver também, Proifes, Atens, Sindifisco Nacional, FESSP-ESP e Sitbacen. Por favor. (*Pausa.*)

A SRª LÍDIA DE JESUS – Boa tarde a todos e a todas!

Em nome da Diretoria da Fenasps (Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), saudamos a Mesa, na pessoa do Senador Paim. E parabenizo-o por acender a chama da Frente Mista em Defesa da Previdência Pública.

Este é um momento bastante importante, um momento emblemático nas nossas vidas, considerando a crise da conjuntura que nós estamos enfrentando. Por isso o desafio é enorme.

Como bem disse a auditora fiscal, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, a Previdência não é problema, ela é solução. E os expositores, contundentemente, deixaram isso bastante evidenciado. A Previdência é uma das maiores distribuidoras de renda nos rincões deste País. Por isso, nós viemos aqui dizer não ao desmonte da Previdência, não à 726, não à 257, que desmonta os serviços públicos neste País.

Nós, do movimento social, temos um desafio enorme: o desafio de construir uma unidade efetiva entre nós, uma unidade que construa movimento em todo o País, até que essa contrarreforma saia da pauta, até que essa 726 seja jogada na lata do lixo. Independente das nossas matrizes e das nossas matizes ideológicas e partidárias, nós temos esse grande desafio.

E aos Deputados e Senadores, nós queremos, neste momento, dizer que queremos o seu "não", tanto à contrarreforma da Previdência, quanto à 257, porque, se a contrarreforma da Previdência é nefasta, a 257 também é bem pior – por que não dizer –, porque ela desmonta todos os serviços públicos. Não quero dizer bem pior, mas no mesmo tom, na mesma igualdade.

Então, não sei se já está proposto aqui, mas acho que a gente tem que sair daqui com uma carta deste fórum, assinada pelas entidades que representam essa Frente. E este debate não tem que ficar aqui neste auditório, tem que ir para todos os Estados, como bem disse aqui o Senador e outros companheiros das entidades que me antecederam.

O tempo já está esgotado.

Este debate tem que ir para todos os Estados, todos os Municípios, e tem que ir para as ruas. Sem as ruas, nós não teremos vitórias.

Muito obrigada, camaradas. A luta continua, e nós temos que resistir, resistir e resistir! (*Palmas.*)

O SR. PAULO SÉRGIO NUNES MENEZES – Boa tarde a todos! Eu sou do Atens Sindicato Nacional, que é indicato dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim e cumprimentá-lo pelo evento, dizer que hoje nós temos todos os argumentos, e vimos aqui as brilhantes apresentações, para desconstruir as falácias daqueles que, com discurso fácil e com uma matemática simples, querem imputar à toda a sociedade o ônus por uma mudança na Previdência Social.

Hoje, a gente já viu aqui, está bem municiado dessas informações. Cabe a todos nós e a cada um de nós levar para os nossos pares, para os nossos colegas de trabalho, para os nossos familiares, para toda a sociedade, a versão verdadeira dos números da Previdência.

Aproveitando, Senador, eu queria buscar naquilo que o senhor falou pela manhã, que a gente precisa agregar outros valores a esta discussão. Não basta só a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência; enxergamos que precisamos defender hoje a cidadania do povo brasileiro. Preocupa-me também porque, além de todas aquelas questões que foram levantadas aqui, como a defesa dos direitos dos trabalhadores, a defesa das mulheres, temos de pensar na defesa daquela que é a maior arma contra essa ditadura da imprensa, que é a educação. É bastante estarrecedor o que aconteceu dias atrás, quando a gente viu pessoas sem a menor formação – e aí a gente pode ampliar esse conceito de formação, mas eu prefiro ficar só na formação em educação – querendo pautar normas de educação no País e, o pior de tudo, baseados em argumentos que causam, sinceramente, vergonha para aqueles que são da área de educação.

Então, a nossa defesa vai além da defesa da Previdência, vai pelos direitos e pela cidadania do povo brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós chamamos agora para falar sobre a Previdência rural, diferença de gênero, a Drª Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, advogada, doutora em Direito Previdenciário e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Depois teremos mais três entidades, que falarão de dois a três minutos cada uma, e passaremos para os encaminhamentos.

A doutora está com a palavra.

A SRª JANE LÚCIA WILHELM BERWANGER – Boa tarde a todos! Inicialmente, quero agradecer ao Senador Paim o gentil convite para estar aqui, agradecer também à Contag por prestigiar, porque há um interesse muito grande nessa matéria rural. É um dos pontos mais colocados na pauta da imprensa, os trabalhadores rurais.

Antes de falar do material, queria prestar um depoimento aqui. Sinto-me muito à vontade de falar sobre os trabalhadores rurais porque trabalhei no meio rural até os 20 anos, os meus pais aposentaram-se como trabalhadores rurais. Então, eu conheço essa realidade porque eu a vivi. Eu trabalhei no meio rural num tempo em que havia uma inconformidade muito grande com a inexistência de benefícios, principalmente para as mulheres.

Eu ouvi minha mãe dizendo muitas vezes: "Se pelo menos a gente pudesse se aposentar um dia." E meu pai dizendo: "Bom, temos uma aposentadoria, mas é de meio salário."

Então, essa realidade se modificou a partir da Constituição e a partir de 1991. E é esse retrocesso que não podemos permitir, que volte a uma insegurança no meio rural. (*Palmas.*)

Bom, então, vou trazer rapidamente alguns pontos que acho importante. Pode passar, por favor.

Fazendo um retrospecto muito rápido, a primeira passagem sobre previdência rural que tivemos foi o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, mas nenhum benefício foi pago, a previdência efetivamente não foi instituída no meio rural nesse período. Em 1971, a Lei Complementar nº 11 trouxe benefícios, mas apenas para o chefe de família, o homem, aos 65 anos de idade, aposentadoria, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, e auxílio-funeral. Portanto, benefícios extremamente restritos, se comparados aos benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos.

Vem a Constituição e traz uma série de garantias para os trabalhadores rurais, específicas para os trabalhadores do campo, principalmente incluindo os agricultores familiares e as mulheres em especial na previdência social. Isso foi regulamentado na legislação previdenciária, Lei nº 8.212 e 8.213 e, depois, tivemos importantes avanços, é verdade, reformas que vieram para melhorar em 2008 e em 2013, com uma nova formatação do segurado especial.

Pode passar, por favor.

Bom, quais são os pressupostos colocados na pauta para essa reforma previdenciária? A evolução social econômica demográfica, o representante do Dieese, Dr. Francisco, falou muito bem dessa questão demográfica, não vou avançar nisso, o déficit da previdência, que, aí, vem justamente com muita força a questão rural, o ajuste fiscal como se previdência resolvesse esse problema e sempre tem o culpado, pelo menos um culpado da vez.

Acho que foi a Drª Melissa que falou das jovens viúvas golpistas. Agora, a culpa é dos rurais. Então, toda vez, a reforma procura encontrar um culpado para dividir os trabalhadores. Isso tem se repetido reiteradamente.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Bom, o que está colocado na pauta do Governo para a reforma que atinge o meio rural? Salário mínimo, desvinculação; idade mínima na aposentadoria por idade, alteração, inclusive; comprovação da atividade rural *versus* contribuição; exigência de prova de contribuição e uma ideia de jogar o benefício assistencial para a assistência social aos trabalhadores rurais.

Vou trabalhar cada um dos pontos agora.

O salário mínimo é uma garantia constitucional. Como eu falava, na lei anterior não havia essa vinculação. E, quando a Constituição entrou em vigor, inclusive o Supremo Tribunal Federal garantiu aos trabalhadores rurais a imediata recomposição do benefício de modo que nenhum benefício pago, que substitui a remuneração do trabalhador, ainda que tenha sido concedido antes da Constituição, pudesse ser pago em valor inferior ao salário mínimo.

Esse aspecto foi fundamental.

Por passar a próxima.

Bom, é uma garantia de sobrevivência o salário mínimo. É o básico. Sabemos que nem mesmo o básico consegue ser pago, porque, nessa idade avançada, o nosso Sistema Único de Saúde não consegue comportar as necessidades que os idosos têm, sem falar na medicação que eles precisam adquirir.

Então, nós pensarmos em desvincular o piso previdenciário do salário mínimo afeta a grande maioria dos trabalhadores rurais, pois 99,5% dos benefícios rurais são de salário mínimo. Portanto, quase a totalidade dos trabalhadores rurais que recebem benefícios seria atingida por essa regra. São 6.614.693, entre aposentadoria por idade e tempo de contribuição e invalidez pagos aos trabalhadores rurais.

Por passar, por favor.

Idade mínima. Esse é um outro aspecto que, embora esteja mais focado na aposentadoria por tempo de contribuição, também está aparecendo na discussão da aposentadoria por idade – essa que afeta mais os trabalhadores rurais, porque são raros os casos de trabalhadores rurais se aposentando por tempo de contribuição: 99,57% dos benefícios concedidos no meio rural são de aposentadoria por idade. Então, é menor ainda o índice de aposentadoria por tempo de contribuição.

Bem, vamos imaginar que o Governo venha dizer, como vem falando, que as mulheres vivem mais tempo, logo elas devem se aposentar no mínimo na mesma idade, com o mesmo tempo de contribuição do que os homens. Vejam os dados do IBGE. A primeira linha são dados do IBGE: 78,2% dos homens e 70,2% das mulheres começam a trabalhar antes dos 14 anos. Na cidade, no meio urbano, 45,3% dos homens e 34% das mulheres começam a trabalhar antes dos 14 anos. Repito mais uma vez que, no meio rural, quase não há aposentadoria por tempo de contribuição. Uma mulher que começou a trabalhar aos 14 anos de idade e vai se aposentar aos 55 anos, ela terá trabalhado por 41 anos; o homem terá trabalhado por 46 anos. Isso é muito tempo numa atividade considerada presumidamente penosa.

Por que o Constituinte garantiu idade reduzida aos trabalhadores rurais? Porque todos sabemos que é uma atividade penosa, uma atividade mais difícil, que exige esforço físico, que exige exposição ao sol, exposição a todos os agentes nocivos que a atividade rural contém.

Pode passar.

Ainda um outro aspecto importante: quanto se fala em expectativa de vida ou expectativa de sobrevida, nós temos diferenças regionais muito grandes. No Nordeste, a expectativa de vida de um homem e de uma mulher era, em 2010, 67,15 e 75,41 anos. No Sul, isso aumenta bastante. E é justamente por isso que as outras propostas que vou falar em seguida, afetariam mais a Região Nordeste.

Ou seja, aqueles que já vivem menos tempo seriam mais afetados ainda pelas mudanças.

Pode passar.

Com relação à comprovação da atividade rural, a Constituição diz: "O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário [...], bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar..."

Pode passar à próxima.

E a lei, ao regulamentar isso, exige a comprovação da atividade rural. Então, no caso dos trabalhadores rurais, dos agricultores familiares, exige-se apenas comprovação da atividade. Esse é um ponto bastante criticado. Muitas vezes, se diz assim: "Os trabalhadores rurais não contribuem." Isso não é verdade. Em seguida, vou falar um pouco disso. Mas aqui o ponto está em quê? Desde a Constituição, a regra é comprovar atividade rural. Não se exige prova de contribuição mensal, anual, de qualquer forma, o que não quer dizer que não se exija contribuição, que não haja contribuição, mas, para ter direito ao benefício, não há essa vinculação direta.

Pode passar.

Bom, então, a prova da atividade significa dizer o seguinte: a pessoa tem que ter o início de prova mate-
, que é a regra para todo e qualquer trabalhador, ela responde a uma entrevista e são ouvidas as testemu-
as, no mais das vezes, para fechar um conjunto probatório de modo que se reconheça que aquela pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

teve, por exemplo, 15 anos de atividade rural. Forma-se desse jeito a prova da atividade. Por que é a prova da atividade? E por que existe um regramento distinto para os trabalhadores rurais?

Eu estudei esse tema por ocasião da minha tese de doutorado, pesquisei muito em cima disso e cheguei à conclusão de que há uma proteção não só da pessoa, mas do setor da agricultura familiar, tendo em vista a produção de alimentos. Isso ficou mais claro a partir das mudanças pela Lei nº 11.718, de 2008, e pela Lei nº 12.873, de 2013, agregando mais trabalhadores rurais. Os trabalhadores urbanos ou a sociedade toda precisam que os agricultores continuem trabalhando e produzindo. Por isto, para que eles continuem trabalhando e produzindo, é fundamental ter uma regra previdenciária diferenciada para essas pessoas.

Também o aspecto de proteção social da população rural, com todas as suas características. A condição de trabalho no meio rural é muito diferente de uma região para outra no Brasil, de um Estado para outro, e a inserção social. Antes da Constituição, praticamente, os trabalhadores rurais estavam alijados da Previdência. E eles são inseridos a partir da Constituição de 1988 e da legislação atual.

Com relação à exigência da contribuição regular – e aí faço essa crítica, porque isso está na pauta –, no ano de 2015, a despesa com benefícios rurais foi na ordem de R$98 bilhões contra uma arrecadação de R$ 7,1 bilhões. A formalização é maior em algumas regiões e menor em outras. Em alguns Estados as pessoas têm, realmente, pouca documentação da sua atividade e têm uma atividade produtiva mais precária, principalmente em decorrência do clima, secas, enfim. Isso tudo vai influenciando na atividade.

Pode passar.

Aí vem a pergunta: seria, então, de colocar os trabalhadores rurais na assistência social por causa desse dado anterior de que há R$98 bilhões de gastos e R$7,1 bilhões de arrecadação? Isso seria a razão para colocar os trabalhadores rurais na assistência social?

Eu pergunto o seguinte: desde 2006, nós tivemos algumas mudanças na legislação, criando as contribuições do segurado de baixa renda, desde que não tenha aposentadoria por tempo de contribuição; dona de casa; microempreendedor individual. A aposentadoria especial também não é um benefício que se paga.

Então, eu pergunto: aceitariam colocar todos na assistência social? Viraria uma capitalização?

Então, seria menos assim: aquele que se pagou fica na previdência, aquele que não se pagou vai para a assistência? Onde fica o princípio da solidariedade? Para que mesmo existe uma previdência social? Não é para que todos contribuam na medida da sua possibilidade e que todos venham a usufruir na medida da necessidade? Não é esse justamente o sentido da previdência social?

Em 2003, o Helmut Schwartz, que foi Secretário de Política de Previdência Social, disse o seguinte: "Aposentadoria não tem caráter assistencialista, mas previdenciário por estar relacionada à atividade, à trajetória de vida e ao trabalho da pessoa" – previdência/trabalho, essa é a ligação.

Então, ele sustentava que todos os sistemas previdenciários públicos do mundo tenham um objetivo redistributivo.

Bom, se é para devolver o que eu depositei lá na minha continha na previdência social, não é preciso um sistema previdenciário. Eu posso fazer uma poupança individual. Esse não é o sentido da previdência social.

Pode passar.

Bom, um aspecto relevante também é a importância social, principalmente para os pequenos Municípios brasileiros, da previdência rural. Não vou me aprofundar nesse ponto, porque tenho pouco tempo e queria falar um pouco das propostas.

Pode passar adiante.

Mais uma, pode passar.

Eu quero trazer algumas contribuições para o debate. São não são exatamente propostas no sentido de que não houve uma discussão coletiva. Enfim, são alguns aspectos que, como diz o nosso livrinho do evento de hoje, são "contribuições para o debate". É nesse sentido que eu quero trazer.

Então, o objetivo é que haja uma a uma proposição de medidas que possam trazer principalmente o foco no custeio da Previdência. A Drª Melissa falou muito disso. Quando se fala – e vamos colocar entre aspas – "necessidade de reforma", tem-se falado em reduzir direitos.

O que a gente está querendo colocar aqui na mesa é: vamos falar do custeio, vamos falar da arrecadação, e é nesse sentido que eu quero contribuir.

Pode passar.

A primeira proposta seria melhorar o sistema de arrecadação com o cruzamento de dados, principalmente com Receita Estadual, porque há muito tempo já, daquilo que sai do bolso do agricultor e que deveria ir para a previdência, muito pouco chega lá. Chega entre 20% e 40% daquilo que o agricultor paga.

Não é sonegação de 20% a 40%. A sonegação é de 60% a 80%. Na verdade, o termo adequado não se sonegação, seria desvio feito pela empresa, apropriação indébita da empresa que desconta do agricultor ão recolhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, penso que uma forma muito importante deve ser a mudança no sistema de arrecadação, criar mecanismos mais modernos, porque esse que existe hoje é o mesmo de 1971. É hora de repensar isso.

E uma forma de contribuir para isso também é o cadastramento dos segurados especiais, que já está na lei e que precisa funcionar na prática.

Continuando.

Pode passar.

Proposta 2: Por iniciativa do Ministério da Fazenda, já que ele agora sabe tudo de Previdência, quem sabe ele ajuda, propor aos Estados que criem leis estaduais instituindo bloco de produtor rural, de modo a formalizar a comercialização da produção, porque vários Estados não têm esse sistema, isso acaba dificultando a arrecadação da contribuição previdenciária.

Pode passar.

Promover uma campanha de fiscalização e conscientização para arrecadação da contribuição quando for devida pelo próprio agricultor, pelo produtor rural.

Quando o produtor comercializa a produção para outro produtor ou para consumidor final, ele é o responsável, mas isso pouca gente sabe e não há uma conscientização nesse sentido.

Pode passar.

Proposta 4: Fiscalizar a arrecadação das empresas que tiveram procedência em ações judiciais com base na Lei 8.540, de 1992. O que aconteceu? Lá em 1992, houve uma mudança na lei passando o empregador a contribuir também sobre a produção, em vez de pagar sobre a folha de salários. Aquela lei foi julgada inconstitucional pelo Supremo em 2010. Porém, outra lei foi com base já em nova redação da Constituição de 1988, da Emenda 20, foi instituída em 2001. E a maioria das empresas que tiveram procedência com base na lei antiga acha que nunca mais lei nova ou Constituição vai se aplicar a elas, e continua não pagando a contribuição. Aqui me parece uma falha muito grande da Fazenda Nacional de não verificar essa questão.

Próxima.

Ampliação da formalização do emprego rural. Aqui também há um aspecto muito importante que atinge uma parte da categoria dos trabalhadores rurais e também, segundo dados do IBGE, a informalidade é de mais ou menos 70%. Então, são trabalhadores rurais que possivelmente vão pedir benefício futuramente, não sabem nem se vão conseguir, mas que o empregador não recolheu, não descontou, não recolheu, ou descontou e não recolheu a contribuição.

Bom, de forma bem sucinta são essas as questões que gostaria de trazer. E também me coloco à disposição para a gente aprofundar o debate, continuar discutindo, porque acho que há outras medidas que podem ser trabalhadas no sentido de melhorar a previdência rural, sem condições de abrir mão dos benefícios, que já não são muitos, e que já não são de valor alto.

Muito obrigada pela sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Drª Jane Lúcia Wilhelm Berwanger pela brilhante exposição, que foi além dos trabalhadores rurais.

Meus cumprimentos, doutora.

Agora eu peço que você convoque as últimas três entidades, dois minutos para cada uma, e nós vamos para os encaminhamentos que já estão aqui documentados, mediante análise que a Mesa fez, e, claro, queremos a aprovação de vocês.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Eu só pediria que todos aguardassem dois minutinhos, porque, ao final, nós vamos fazer uma foto coletiva com tudo mundo aqui na frente para ficar registrado na nossa página.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Principalmente os que resistiram até o final aqui.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Isso.

O SR. DEVANIR OLIVEIRA – Boa tarde a todos! Sou Devanir Oliveira, Diretor Parlamentar do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil). Cumprimento o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim.

Estamos aqui em nome da categoria dos auditores fiscais para declarar um "não" a essa contrarreforma. Um "não" veemente, porque é uma contrarreforma marcada pela característica retrógrada para o direito dos trabalhadores. É uma adequação, sim, como diz a Profª Melissa, mas uma adequação aos padrões internacionais que favorecem o capital financeiro, o capital financeiro nacional e o capital financeiro internacional; uma adequação que não favorece às classes populares, à classe dos trabalhadores.

Nós estamos aqui para, juntamente com as demais entidades, com os demais trabalhadores e servi-es públicos, e também com os trabalhadores rurais, dizer um "não" à reforma da previdência, que segue a tilha, o receituário do Consenso de Washington, seguindo os conselhos do Fundo Monetário Internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e do Banco Mundial, que impõem cortes aos gastos públicos, que ultrapassam os limites, que desrespeitam a soberania da Nação brasileira.

Nós estamos aqui para dizer um "não" a essa contrarreforma. Por quê? Porque, como foi dito pela palestrante anterior, nós que temos que basear toda a reforma não apenas nos fundamentos que têm sido colocados pelo Governo, mas, sim, nas fontes do financiamento e do custeio. E como falar de financiamento e de custeio com renúncias fiscais, Senador Paim? Como falar com desonerações que chegaram, somente em 2014, naquilo que diz respeito às contribuições sociais, a quase R$140 bilhões!

Como falar em financiamento, em custeio da seguridade social, se o serviço público está desmantelado? A própria estrutura de fiscalização da Receita Federal e de outros órgãos fiscalizadores está desmantelada. Estamos, sim, aqui, para somar esforços, para fazer eco e coro com os demais companheiros para defender a previdência e a seguridade social. Digamos "não" a esta contrarreforma.

Sindicato do Sindifisco Nacional da Receita Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DANIEL SANTOS – Boa tarde a todos! Meu nome é Daniel Santos, Diretor do Sintbacen (Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central).

Depois de tudo o que já foi falado aqui, não há muito a acrescentar; com as brilhantes palestras que nós ouvimos aqui, são muitos os argumentos que nós temos a usar.

Eu quero só reforçar com os companheiros e com as companheiras, nesse final de tarde, e simplesmente lembrar que, em nenhum país, em nenhum momento histórico, a vitória, os ganhos, os direitos que os trabalhadores tiveram foram por benesse da classe dominante. Ninguém nunca olhou para gente e falou: "Coitados, nós vamos dar direitos aos trabalhadores." Todos os direitos que os trabalhadores tiveram ganharam na luta, ganharam com a mobilização – desde o primeiro, desde a Lei Eloy Chaves lá atrás. Ela só foi possível por causa da mobilização dos trabalhadores em 1917, dos operários na rua.

Então é isto que nós temos que fazer agora: nós temos que pegar todos os argumentos que nós tivermos aqui, ir para a rua, ir para as nossas bases, disseminar o conhecimento, para que possamos nos organizar e, numa grande reunião não só com os servidores, mas com toda população, dizermos um "não"; que eles não vão meter a mão no dinheiro da aposentadoria para poder tapar rombo de uma crise que não temos culpa, que os trabalhadores não têm culpa. (*Palmas.*)

Nós vamos nos mobilizar. E, Senador, conte com o Sintbacen, conte com os técnicos do Banco Central, porque nós estamos engajados e unidos aos trabalhadores na luta.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Quero cumprimentar o Senador Paim, parabenizá-lo pela iniciativa e por sempre ser o nosso grande líder. Quero cumprimentar toda a Mesa, todas e todos os presentes aqui.

Senador, eu estou muito satisfeito com o dia de hoje, inclusive pela capacidade técnica de todos aqui que debateram o tema, pelo lançamento da Frente, mas quero fazer aqui também duas sugestões. O senhor já colocou a possibilidade de fazer esse trabalho em todos os Estados ou em muitas regiões do País, para levar esse debate.

A primeira sugestão: que nesse debate fosse incluída a questão da dívida. A auditoria da dívida tem que ser debatida. O câncer de tudo que está colocado é a dívida pública. Quase 50% do que nós produzimos é para pagar juros e amortização da dívida. Depois vem a Previdência, que é superavitária, que também o poder econômico quer corroer. Mais uma coisa eles querem colocar, para, daqui a pouco, a nossa produção ser 60% para pagar dívida e amortização de juros, que é o que eles querem aumentar. Então, nós precisamos atacar a causa. Se nós não tivermos auditoria da dívida pública, nós não vamos conseguir nada.

E a outra proposta, Senador, que nós tiramos daqui aprovação da Frente e desse seminário: tem que ser recriado o Ministério da Previdência. (*Palmas.*)

E aí, Senador, nós precisamos de que todos os Senadores e todos os Deputados que assinaram a recriação da Frente – alguns até para fazer média com o povo brasileiro – tenham a coragem de assinar o manifesto específico ao Presidente em exercício de que o Ministério da Previdência tem que ser recriado.

Então, precisamos da assinatura de todos para que, com a sua voz representando o povo brasileiro nessa questão, realmente nós possamos vencer.

Muito obrigado pelo dia e pela participação de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos, agora, aos encaminhamentos finais.

Encaminhamento do dia do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

Por tudo que foi exposto, chegamos à seguinte conclusão: que seja devolvido o Ministério da Previdência Social ao povo brasileiro. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A única reforma viável e com que concordamos é na forma de arrecadação, cessando o prejuízo dos beneficiários da seguridade social em razão de políticas econômicas. Logo que seja o fim das desonerações, desvinculações, isenções e renúncias, melhorando assim a gestão da arrecadação, sem nenhum direito a menos. (*Palmas.*)

Depois ainda foi colocado, como forma de encaminhamento dos trabalhamos do dia de hoje, procederemos ao bom combate, conforme proposto pelo Plenário, com:

- Elaboração da carta de lançamento dessa Frente Parlamentar, cuja aprovação poderá ser na próxima terça-feira, dia 07/06, às 15h, na CDH do Senado Federal. As entidades que normalmente estão lá, mediante tudo que ouviram aqui, apresentarão uma carta que vai ser dirigida a todo o povo brasileiro, e eu lerei naturalmente na tribuna do Senado e vamos pedir que o Arnaldo leia na tribuna da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Ainda reuniões em todas as regiões brasileiras. A gente acertaria na reunião de terça-feira a discussão e reuniões em todas as regiões, principalmente nas capitais, para levar a todo o Brasil a necessidade do engajamento nessa luta, não permitindo, em hipótese nenhuma, o desmonte da nossa Previdência. (*Palmas.*)

Reuniões semanais dos grupos de trabalho, às terças-feiras, na CDH do Senado Federal, visando à elaboração de estudos em todas as áreas, com o objetivo de chegar a uma conclusão que atenda às necessidades de toda a sociedade.

Ainda, atuação com os Parlamentares, levando o esclarecimento e buscando o apoio de forma, eu diria, apartidária, intersindical e democrática. (*Palmas.*)

Redação de propostas de alteração na legislação concernentes ao aprimoramento e melhora da gestão dos recursos da seguridade social e previdência. Muitas delas ficarão aqui nas palestras que foram feitas e estão à disposição da CDH.

Dou como exemplo somente a última dos trabalhadores rurais, que deixou aqui uma série de sugestões. Já fica aqui uma salva de palmas aos trabalhadores rurais. (*Palmas.*)

Ainda, por minha conta e risco – eles vão dizer que eu sempre tenho uma carta na manga –: a Comissão que elaborou esse documento, vou ler duas coisas. Eu recebi do Plenário, e eu pedi que alguém batesse aqui, porque era uma letra de médico, é sinal que é uma boa letra, mas aqui está batido no computador.

"Senador Paim, o senhor sabia que existem R$913 bilhões de tributos que estão em discussão administrativa e jurídica?" Não, eu não sabia; estou sabendo disso hoje e repassando, pela TV, a todo o Brasil. "O senhor sabia que, a cada dia, pelo menos R$1 milhão decai por negligência no controle desses valores em discussão?" Não, eu não sabia. Isso ocorre a cada dia, por dia. Ele ainda diz o seguinte e assina embaixo – vou dar o nome dele: "Senador Paim, o senhor sabia que a sonegação atinge, por ano, R$500 bilhões?" Não, eu não sabia. Olhem, a sonegação atinge R$500 bilhões por ano! Quem mandou essa contribuição à Mesa – ele, é claro, disse que, se eu quisesse ler, eu a leria; senão, não – foi o Sr. Luís Fernando Costa, do Sindireceita. Isso é retirado do estudo denominado "Brasil sem crise".

Peço uma salva de palmas a ele pela contribuição que deu aqui. Não usou a tribuna, mas, no meu entendimento, deu uma bela contribuição. (*Palmas.*)

Décio Bruno Lopes, antes de sair daqui, pediu também que eu colocasse em debate no grupo o seguinte aspecto: "O prazo de decadência precisa ser reescrito [...]." Estou lendo o que recebi. Se houver alguma discordância, vocês podem, do plenário, alertar. Ainda diz: "[...] pois, quando o Estado é sujeito ativo, não pode cobrar as receitas previdenciárias após cinco anos." É isso mesmo?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, nós ficamos com o compromisso também de entrar com um projeto para rediscutir essa tal de decadência. Na verdade, o que se quer é meter a mão no bolso do trabalhador. Passam-se cinco anos, não se paga, e morre tudo. É isso? (*Palmas.*)

Então, vamos fazer um projeto de lei também nesse sentido.

Por fim, pessoal, eu queria ainda propor algo para vocês. Acho que temos de fazer grandes eventos. É claro que a Comissão, depois, vai aprofundar o debate. Mas vou deixar isso como sugestão. Este é um ano eleitoral. Então, todos, de uma forma ou de outra, com seus partidos, com sua história, com sua vida, estarão envolvidos naturalmente também no debate municipal. Poderíamos dividir em 15 grandes regiões – vou só arredondar; depois, podem complementar – ou em 12 regiões, porque acho que, neste ano, não conseguiremos ir aos 27 Estados. São muitos os Estados para ir. Se conseguíssemos dividir em regiões os grandes encontros regionais... Eu diria o seguinte, pessoal: há a Frente Parlamentar da Previdência Rural, a Frente Parlamentar dos Trabalhadores, a Frente Parlamentar contra o Trabalho Escravo, e estou junto de todas elas, com certeza absoluta. Como já levantamos aqui, que levemos o debate também para os Estados.

É preciso que haja uma hora especial para discutirmos essa covardia, que é a violência contra as mulheres. lembro esse último estupro. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Segundo me dizem, por dia, se não me engano, são inúmeros os casos. A cada 11 minutos, há um estupro.

Acho, pessoal, que podemos fazer grandes eventos nos Estados. Cada um vai lá e fala. Nem é preciso que todos falem a mesma coisa. Mas alguém vai falar em nome das mulheres, e vai falar com profundidade. Um, dois, três, quatro ou cinco vão falar sobre a nossa Previdência.

Outros poderão falar sobre o desmonte da CLT, com essa história do negociado sobre o legislado. Os trabalhadores rurais que estão com essa preocupação, como aqui foi feito muito bem, aprofundarão lá no Estado o que significa esse ataque aos trabalhos rurais.

Sobre o trabalho escravo, há todo um grupo que se reúne, e eles querem fazer também audiências nas regiões, marcando as regiões.

Então, se vocês concordarem, sobre isso tudo que falei e sobre algum outro tema, se assim vocês entenderem, nós trabalharíamos para estar em grandes eventos; eventos de 1.000, 2.000, quem sabe de 5.000 pessoas, para dizer: "não; aqui o carro-chefe será não, não ao desmonte da Previdência; devolvam a nossa Previdência."

Pode ser por aí o eixo?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor queria uma contribuição, se não me engano, aqui, companheiro da Contag, que desde às 7h da manhã está aqui, contribuindo para o debate.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai para o microfone. Quem ficou até agora fica mais cinco minutinhos. Daí, nós vamos encerrar, pessoal.

Vamos tirar uma foto com todos que estão presentes até o momento.

Esses encaminhamentos vão ser tirados, de forma derradeira, na próxima terça-feira.

Vamos lá, pessoal. É só uma contribuição que ele queria dar, e nós vamos encerrar em seguida.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Senador, primeiro, eu queria lhe agradecer pela sua disposição, pela sua força de estar sempre conosco, de ser sempre esse Senador em defesa dos trabalhadores, seja da cidade ou do campo. Ficar conosco até aqui é uma demonstração de que não estamos sós.

Eu queria também sugerir que, nesses encaminhamentos, eu acho que caberia uma posição deste seminário sobre o fechamento do Ministério da Previdência, o desmonte que foi feito do Ministério da Previdência. É inadmissível que se aceite isso. Nem nos governos do regime militar acabou o Ministério da Previdência, e agora se destrói o Ministério.

Acho que caberia uma posição clara e concreta deste seminário. Todos nós dessas organizações repudiamos o Governo que está colocado aí, que fecha o Ministério da Previdência Social.

Por último, Senador, caberia um agradecimento ao nosso povo do campo. São 250 pessoas que vieram de Minas Gerais, de Goiás, do Distrito Federal, que estão aqui e que ficaram até agora. (*Palmas.*)

Ainda vão viajar 1.000km e estão aqui, resistindo.

Essa é uma demonstração da nossa força para não deixar acabar os direitos conquistados dos trabalhadores.

Muito obrigado a vocês que vieram e que estão conosco até agora.

(Interrupção do som.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cortaram o som. Voltou.

Só para dizer que essa sua última proposta é o carro-chefe de todas as propostas. Você reforçou o carro-chefe de todos nós. Está aqui: "devolvam o nosso Ministério da Previdência." Foi a primeira leitura que eu fiz, e você reforçou agora.

Aqui, repito, chegamos à seguinte conclusão: que seja devolvido de imediato o Ministério da Previdência Social ao povo brasileiro. E, aqui, com muita capacidade, você reforçou. (*Palmas.*)

Fica aqui o nosso carinho a todos.

Digo ainda que podem entrar no nosso *site*, que é de todos vocês: www.frenteparlamentardaprevidencia.org e também no Facebook.

Parabéns a todos, retornem às suas regiões cientes do dever cumprido!

Vida longa à previdência pública!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 54ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e trezes minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Telmário Mota, Hélio José, Sérgio Petecão, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Romário, José Medeiros, Magno Malta, Vicentinho Alves e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima primeira à quinquagésima terceira Reuniões, que são dadas por aprovadas. Pauta. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015 a Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008. Não Terminativo. "Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 6 de 2015 ao Projeto de Lei do Senado 238 de 2008. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 6 de 2015 ao Projeto de Lei 238 de 2008. Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007. Não Terminativo. Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo). Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator. Item 10. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012. Não Terminativo. Altera o art. 26 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Autoria: Deputado Gilmar Machado. TRAMITA em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a criança e o idoso. Autoria: Senadora Ivonete Dantas. Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização de ciclos de debates sobre a realidade social e política, no ensino médio. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina "Princípios de Pedagogia" no ensino médio. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o ensino de língua estrangeira na educação básica. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade de inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação básica. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, do tema transversal cidadania. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015. Não Terminativo. Acrescenta o inciso V ao art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir "Cidadania" como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio do Brasil e dá outras providências. Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012, e dos Projetos de Lei do Senado nº 74; nº 183; e nº 261, de 2012; nº 235; nº 449; e nº 515, de 2013; e nº 38, de 2015. Resultado: Retirado de pauta. Item 11. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Tramita em Conjunto. Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2012. Não Terminativo. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao PLS 118 de 2011, com duas emendas que apresenta e pela rejeição do PLS 234 de 2012. Resultado: Retirado de pauta. Item 12. Sugestão nº 3, de 2016. Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2016. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país e em especial no Rio de Janeiro, que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Retirado de Pauta. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater o tema "Redução da Maioridade e Imputabilidade Penal". Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 67, de 2016. Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em parceria com o projeto Pauta Feminina, para debater sobre a imagem e identidade da mulher negra no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 68, de 2016. Requer, nos termos regimentais, que seja o recém-empossado Ministro do Trabalho convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades atuais da Pasta. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 69, de 2016. Requer, nos termos regimentais, que seja o recém-empossado Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, transferidos para o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 18.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 70, de 2016. Requer, nos termos regimentais, que seja o recém-empossado Ministro da Fazenda convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades do Conselho Nacional da Previdência Social, do Conselho de Recursos da Previdência Social e a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – DATAPREV, que passaram a se chamar Conselho Nacional de Previdência, Conselho de Recursos de Previdência e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV transferidas ao Ministério da Fazenda. Da mesma forma, quanto as competências e atividades da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, também assumidas pela Pasta. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 71, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O crime de estupro no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 72, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "Regime compensatório e horas in itinere" (horas gastas pelo trabalhador da casa para o trabalho e para a casa). Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para debater "a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 74, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para debater "a violência praticada contra Auditores-Fiscais do Trabalho, Policiais Rodoviários Federais e um Procurador do Trabalho - integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM)". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 75, de 2016. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "aposentadoria do servidor público federal e sobre problemas de servidores intoxicados da Ex-SUCAM/Funasa", com a participação das entidades FENASPS – Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social e a CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 76, de 2016. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "o Sistema Único de Saúde - SUS". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 25. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 78, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, §2°, II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para debater ameaça a liberdade de expressão no Brasil, em consequência do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousself. Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Resultado: Aprovado. Item 26. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 79, de 2016. Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinados com os arts. 90, III, e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Sr. Raul Jungmann, para, perante esta Comissão de Direito Humanos (CDH), prestar esclarecimentos sobre a veracidade do alegado monitoramento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) supostamente efetuado pelos generais e comandantes militares, conforme consta da gravação de conversa entre o Senador Romero Jucá, e o ex-Presidente da Transpetro, Sérgio Machado, ocorrida no mês de março e divulgadas em 23 de maio deste ano pela mídia brasileira. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Resultado: Aprovado o Requerimento para convidar o Ministro da Defesa. Item 27. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater "as tentativas de coibir a participação política de cidadãos estrangeiros no Brasil", a partir da divulgação da "Nota à imprensa: Estrangeiros que participarem de atos políticos podem ser detidos e expulsos do País", de abril desse ano, assinada pela Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; e da instauração de inquérito policial pelo Departamento de Polícia Federal de MG contra uma professora universitária, resultando em Habeas Corpus em seu favor, concedido em 16 de maio pelo Ministério Público Federal daquele estado. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às doze horas e dezenove minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Romário. Às doze horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e quarenta e nove minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e cinquenta e cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Romário, Magno Malta, Lindbergh Farias e as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das Reuniões 51ª a 53ª desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos aos projetos não terminativos.

ITEM 8
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2015
- Não terminativo -

"Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala."

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 6 de 2015 ao Projeto de Lei do Senado 238 de 2008.
Observações:
Tramitação: CDH e CCT.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Romário para apresentar o seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia Presidente, muito obrigado. Bom dia a todos.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, fiz um resumo do PLS 238, de 2008.

Vem à exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Emenda da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008, que altera a ementa da proposição original e acrescenta novo dispositivo com a finalidade de instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico das pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

Não foram recebidas emendas neste Colegiado.

O uso de instrumentos de telecomunicação, fortemente disseminado no Brasil e no mundo ao longo das últimas décadas, tem sido importante para a inclusão das pessoas com deficiência auditiva ou da fala, propiciando maior autonomia para que participem de interações sociais e atividades produtivas. Obviamente, há diferenças entre a forma como pessoas com ou sem essas deficiências usam os dispositivos de telecomunicações.

A finalidade da proposição é criar previsão legal expressa, para que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações ofereçam planos de serviços para atendimento específico das pessoas com deficiência auditiva ou de fala, refletindo as peculiaridades das formas como usam esses serviços, que envolvem, geralmente, pacotes de chamadas de voz, mensagens e dados. Trata-se, claramente, de oferecer serviços adequados ao público em questão.

As emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados aprimoram a proposição original pois inserem o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) como mecanismo para nder seu objetivo, o que deve ser refletido na ementa da norma a ser criada. São, portanto, alterações que imoram a proposição, sem qualquer prejuízo à sua forma ou ao seu conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Portanto, Sr. Presidente, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o relatório do Senador Romário.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à Emenda nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à Emenda nº 6, de 2015, e ao Projeto de Lei nº 238, de 2008.

Senadora Regina Sousa, se não me falha a memória e eu estou certo, V. Exª tem requerimentos. Então, vamos ao Item nº 15:

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em parceria com o projeto Pauta Feminina, para debater sobre a imagem e identidade da mulher negra no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que todos têm conhecimento de que nós temos aqui a Comissão de Combate à Violência contra a Mulher e a Procuradoria da Mulher. A Procuradoria tem uma pauta para discutir em um dia da semana a questão das mulheres. É o que nós chamamos de pauta feminina.

Essa foi uma demanda das mulheres negras, da organização das mulheres negras sobre a imagem da mulher negra, em como ela é usada nas propagandas. Elas querem fazer essa discussão. Então me pediram para apresentar este requerimento, o que estou fazendo, para depois acertarmos a data e os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu convidaria o Senador Romário para hoje presidir a reunião para mim, a não ser que esteja com muita correria, pois sei da sua pauta. É a Senadora Regina Sousa quem a preside sempre.

Então, passo para S. Exª, pois são requerimentos de minha autoria. Depois nós trocamos.

Passo a Presidência para o Senador Romário.

Faço um apelo ao Senador Medeiros, pois há um projeto em que S. Exª é o Relator, e estão aqui em torno de vinte companheiros esperando a presença dele, para ele dar o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja o recém-empossado Ministro do Trabalho convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades atuais da Pasta.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Ministro do Trabalho, inclusive, esteve me visitando há questão de uns quinze minutos. Foi uma fala em um alto nível. Falamos sobre CLT, sobre terceirização, sobre trabalho escravo. Nessa conversa com ele, já ficou ajustado que os requerimentos encaminhados, até o momento, na Comissão seriam transformados em convites. E ele, porta-voz inclusive de outros Ministros, disse que todos atenderão aos convites desta Comissão, como tem sido praxe, e que, quando não puder mesmo, mandará um substituto.

Então, eu quero transformar o que havíamos aprovado como convite. Seria considerado nulo o que aprovamos como convocação e e esse, então, seria como convite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja o recém-empossado Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, transferidos para o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na mesma linha, Sr. Presidente, esse é um requerimento que nós estamos transformando também em convite. Já havíamos discutido aqui a história da convocação.

Temos uma enorme preocupação quanto à Pasta da Previdência. A atividade do Instituto Nacional de Seguro Social, INSS, foi transferida para o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Com essa preocupação, estamos convidando o Ministro para vir expor o seu ponto de vista sobre o tema nesta Comissão, e, naturalmente, quando o Ministro do Trabalho também vier, ele também vai expor seu ponto de vista em relação ao Ministério da Previdência, que estava junto com o Ministério do Trabalho e Previdência e agora foi para o Ministério da Fazenda.

Vai na mesma linha do requerimento anterior, Sr. Presidente: transformar em convite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja o recém-empossado Ministro da Fazenda convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades do Conselho Nacional da Previdência Social, do Conselho de Recursos da Previdência Social e a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – Dataprev, que passaram a se chamar Conselho Nacional de Previdência, Conselho de Recursos de Previdência e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprep transferidas ao Ministério da Fazenda. Da mesma forma, quanto às competências e atividades da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, também assumidas pela Pasta.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai na mesma linha, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós também havíamos discutido, numa reunião anterior, o convite ao Ministro da Fazenda, mas, mediante o apelo feito pelos seus assessores... Até quero valorizar os assessores aqui, porque me disseram para ligar diretamente para o Ministro para abrir mão dessa convocação. Eu disse que não há necessidade nenhuma, porque os assessores aqui representam a vontade dos Ministros. Sempre fizemos assim nesta Comissão, e, atendendo ao pedido da assessoria dos Ministros, nós estamos também transformando essa convocação em um convite para que o Ministro da Fazenda venha a esta Comissão explicar.

Tivemos, ontem, uma audiência pública no Petrônio Portela, com a presença de cerca de 700 líderes. Todos estão preocupados com a situação, hoje, do Ministério da Previdência, que é dos trabalhadores – porque eles pagam religiosamente, mais do que todos os setores, a sua contribuição –, que virou uma secretaria do Ministério da Fazenda. O Brasil todo não entendeu. Então, a melhor forma é nós convidarmos o Ministro, para que venha aqui colocar o seu ponto de vista.

Eu nunca tive uma posição irredutível em relação à presença do Ministro ou de seu representante legal. Que venha o Ministro ou o Secretário-Executivo correspondente à Secretaria que, no meu entendimento, deveria ser o Ministério da Previdência. Fica o convite feito aqui. Claro, de preferência, o Ministro, mas que venha um representante daquela pasta para explicar por que o Ministério da Previdência acabou sumindo.

Alguns perguntam: "Cadê o Ministério da Previdência, Paim?". E alguém diz: "o gato comeu". Não! Sumiu mesmo.

E que venha explicar, enfim. É um assunto sério, e foi a principal decisão da audiência pública que tivemos ontem no Petrônio Portela.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente, Senador Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O crime de estupro no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Romário, claro que o fato acontecido, inclusive no seu Estado – e V. Exª já se manifestou também, demonstrando todas as suas preocupações –, chega com muita força, infelizmente, ao Brasil e ao mundo. Refiro-me ao crime de estupro coletivo ocorrido recentemente.

Esta Comissão de Direitos Humanos já se manifestou publicamente em nota, mostrando seu repúdio total, inclusive expressando, no meu ponto de vista, a covardia cometida contra essa menina no Rio de Janeiro.

As mulheres, aqui no Congresso – não é, Senadora Regina e Senadora Fátima? –, já tomaram uma série de medidas, inclusive aprovando ontem uma lei, mas esta Comissão não tem como não se manifestar. Eu apresentei requerimento, naturalmente com a assinatura das mulheres, para que a gente faça uma audiência pública para debater, na sua abrangência, esse tema.

Eu o fiz, Senador Romário, porque acho que essa não pode ser uma iniciativa somente das mulheres. Não podemos estabelecer, aqui no Congresso Nacional, que combater o crime de estupro tem de ser uma iniciativa das mulheres, tanto que coordeno aqui no Congresso a Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres. Do contrário, vamos chegar a um ponto em que defender preconceito será só questão de negros; defender o direito das mulheres, só uma questão das mulheres; defender o direito dos deficientes, como V. Exª faz nessa área e em muitas outras, com muita competência, seria só para pessoas com deficiência.

Não faremos isso. Faremos aqui as audiências públicas independentemente do setor que queremos naturalmente defender na audiência pública, com a participação de todos. E, para essa audiência pública – vamos combinar naturalmente com as mulheres com e todos os nossos outros participantes desta Comissão – eu apenas proporia que todos aqui neste momento, na reunião, assinassem esse requerimento para debatermos e debater este tema e colocar em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Em votação o requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria só fazer um pouco de discussão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para parabenizar o Senador. Eu disse que já ia pedir para subscrever.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos vão assinar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Porque este assunto tem de deixar de ser pauta feminina. É uma discussão de homens e mulheres. Não tem jeito. Só vão-se reduzir os danos dessa violência contra a mulher se todo mundo discutir, inclusive nas escolas, pois, infelizmente, o pessoal quer barrar a discussão de gênero nas escolas. Mas, se não formar a criança para ela ter uma mentalidade saudável quando for adulta, não tem jeito. Então, é um processo educativo e acho que podemos começar, sim, com o debate entre homens e mulheres. Vamos convidar muitos homens para esse debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Igualmente, Senador Romário.

Quero também subscrever. Acho bastante pertinente que aprofundemos o debate sobre este tema, inclusive aqui na própria Comissão de Direitos Humanos. É importante aprofundar este debate, considerando, Senador Romário e Senador Paim, as iniciativas de cunho legislativo em curso no Congresso Nacional, mas precisamente na Câmara dos Deputados, que, infelizmente, vêm na direção não de combater, mas de fomentar, Senador Romário, práticas criminosas como essas.

É fato que esses projetos ainda estão na Câmara, mas, infelizmente, se eles passarem pela Câmara, virão desaguar aqui, no Senado. Portanto, nada impede, muito pelo contrário, que o Senado, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, já se antecipe ao fazer o debate com vistas a fortalecer o movimento que existe hoje em âmbito nacional, liderado pelas entidades de mulheres, para que essas pautas que eu chamo de pautas bombas, do ponto de vista do desrespeito aos direitos das mulheres, do ponto de vista de ataque à dignidade das mulheres, sejam rejeitadas.

A Senadora Regina lembra aqui a discussão de gênero nas escolas, tema que estava lá consignado no projeto original do PNE. Infelizmente, esse tema foi vencido. A bancada de perfil conservador, fundamentalista, acabou retirando do Plano Nacional de Educação essa orientação que tinha o PNE, extremamente importante, de promover, sim, no âmbito da escola a discussão de gênero.

Quero subscrever porque, repito, é pertinente que aprofundemos o debate este tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Mais uma vez, parabenizo o genial Senador Paim pela iniciativa. Já assinei.

Não posso falar pelos outros homens, mas, com certeza, nós dois aqui, de mãos dadas, estaremos nessa luta que, na verdade, é uma luta de todos nós.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom dia, Senador Magno Malta. Seja bem-vindo.

Senador Lindbergh Farias.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "Regime compensatório e horas in itinere" (horas gastas pelo trabalhador da casa para o trabalho e para a casa).

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho todo o entendimento, Sr. Presidente, de que o período de deslocamento entre a sua casa e o trabalho tem que ser considerado como horas a serem pagas. Mas como é um tema polêmico e esta Comissão sempre ouve a todos os setores, nós estamos convo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cando uma audiência pública para chamar empresários, empregados, empregado e empregador, para debater o tema, pela sua delicadeza e sua importância.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, de 2016 - Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para debater "a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, Sr. Presidente, o requerimento diz tudo. É uma audiência pública porque o Regimento do Congresso diz que, para se aprovar um dia nacional de qualquer setor – e aqui no caso é do oficial do Ministério Público –, tem que passar por uma audiência pública.

Nesse dia, os Senadores vão analisar e ver se cabe ou não a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público. Eu entendo que sim, mas vamos submeter ao Regimento, que manda que haja uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, de 2016 - Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para debater "a violência praticada contra Auditores-Fiscais do Trabalho, Policiais Rodoviários Federais e um Procurador do Trabalho - integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM)".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, devemos lembrar aqui a questão de Unaí, onde quatro auditores fiscais do trabalho foram covardemente assassinados quando estavam combatendo, fiscalizando e libertando trabalhadores sob o regime de escravidão.

Essa violência ultrapassou os auditores fiscais do trabalho e chega aos policiais rodoviários, atingindo também os próprios procuradores do trabalho, integrantes do grupo especial de fiscalização móvel.

Este é o objetivo: fazer um debate para garantir a segurança total desses profissionais que dão as suas vidas em defesa das nossas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, de 2016 - Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "aposentadoria do servidor público federal e sobre problemas de servidores intoxicados da Ex-Sucam/Funasa", com a participação das entidades Fenasps – Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social e a Condsef – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Concedo a palavra ao Senador, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Romário, é um debate permanente que temos travado, nesta Comissão e em outras, sobre a aposentadoria do servidor público federal e, também, sobre a questão relacionada a áreas em que eles são submetidos a situações de intoxicação, ou seja, em que ficam intoxicados. Por exemplo, eles lembram aqui a Sucam e a Funasa.

Vamos debater aqui o tema e ver, inclusive, o que deve ser a aposentadoria especial e quem deve ter a aposentadoria normal.

É bom lembrar que, com a fórmula 85/95, a mulher se aposenta com 55 de idade e 30 de contribuição, e o homem, com 60 de idade e 35 de contribuição.

Eu digo isso para aqueles que alardeiam a história de que tem que haver uma reforma da Previdência e que falam que não há idade mínima. Há idade mínima, sim: 55 para a mulher e 60 anos para o homem.

Se querem alterar, é outro debate, mas não venham dizer que no Brasil não há idade mínima. Claro que, na especial, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, mil gols.

Mil gols, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário. Muito obrigado.

Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O cara fez mil gols, tenho que honrar. Lembrar isso de vez em quando, não é?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só torci para ele fazer mil gols no Flamengo, porque houve um jogo em que foi 4 a 1 no Vasco. Ele fez o 969 lá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas sabe por que ele não fez?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – la entrar para a história. Foi 4 a 1, e eu fiquei...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sabe por que ele não fez?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Romário é sempre uma festa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Praga de urubu magro não pega em cavalo gordo, por isso ele não fez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu vi um jogo da Seleção neste fim de semana. Tu estavas lá. E como sempre...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Alemanha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Alemanha, exatamente. Contra a Alemanha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O item 9 da pauta – e os nossos amigos que estão aqui são oficiais de justiça – discute o porte de arma para eles. O Senador Medeiros, que é o Relator, não está aqui, e vi um comunicado dele, pedindo que se retirasse o item da pauta.

Até saí de uma relatoria lá na CCJ para vir para cá, para votar o projeto deles, e o Senador Medeiros, o Relator, que não está aqui, pediu, não é, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E V. Exª pode explicar isso a eles agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Logo que o Senador Magno Malta chegou aqui e me perguntou, eu disse que não havia comunicado ao Plenário que o Senador Medeiros, segundo informação que nos chegou aqui, está no Paraná, inclusive, e pediu para retirar de pauta. Como ele pediu para retirar de pauta e ele é o Relator, nós, infelizmente, com base no Regimento, assim teremos que fazer. E espero que, na próxima semana, votemos a matéria.

Mas é importante que os senhores falem com ele. O parecer é favorável. Então, eu não diria que ele agiu de má-fé porque, se ele não quisesse, daria o parecer contrário. Mas os senhores sabem tanto quanto eu que o parecer é favorável. Como ele não se encontra em Brasília, faz questão de votar a matéria, dando o parecer, como já deu, favorável ao projeto de vocês.

Sei que a notícia não é boa, mas ele está no Paraná, pessoal. Se eu tivesse outra saída, construiria com tranquilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(É o seguinte o projeto retirado de pauta:)

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2007
- Não terminativo -

Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CCJ, CDH e CRE.
- Em 10/02/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Emenda nº 1-CCJ;
- Em 22/03/2012, foi realizada Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 20/2012-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para instruir o Projeto;
- Em 26/12/2014, a matéria foi arquivada no final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.
- 19/03/2015, a matéria foi desarquivada em virtude da aprovação do Requerimento nº 153 de 2015.

Senadora Fátima Bezerra.

Disseram-me que o Senador Lindbergh teria que dar o parecer urgentemente, mas teve que sair.

Senadora Fátima Bezerra, com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, gostaria que fosse possível apreciarmos agora o projeto de autoria do Senado Jovem Brasileiro. Eu fui designada Relatora e gostaria de saber se seria possível agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato.

ITEM 12
SUGESTÃO Nº 3, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

Projeto de autoria da Senadora Fátima Bezerra, a quem eu concedo a palavra neste momento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria dizer para vocês que a minha opinião é favorável em relação a essa questão, mas o Senador pediu que tirasse de pauta porque, repito, ele se encontra no Paraná, mas com o compromisso de na semana que vem a gente votar.

Um abraço a todos vocês.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, passo a ler o relatório agora.

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 3, de 2016, decorrente do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 2, de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

Eu quero destacar, Sr. Presidente, que a Sugestão é de autoria dos Jovens Senadores Arabela Melo, Eduarda Moura, Geysa Claudio, Lucas Nascimento, Maria Clara Prado, Monalisa Quintana, Victor Taquary e Vitória Barbosa.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias atinentes às sugestões legislativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

Na justificação, os autores da SUG nº 3, de 2016, informam que a atividade ilegal de extração de madeira nativa contribui para a redução de espécies nativas e em extinção, além de alterar as relações ecológicas entre os seres vivos que habitam as florestas e agravar os conflitos do campo. Como é dever do Estado manter as florestas protegidas e combater qualquer prática que desrespeite o meio ambiente e causem grandes impactos ecológicos, a proposição busca caminhos que viabilizem esse papel.

Desse modo, a utilização de madeira de origem legal para as obras, os serviços e as aquisições da Administração Pública contribui para o fortalecimento da exploração legal ao criar um grande comprador permanente que manterá a existência dessa produção e sua economicidade.

É louvável que o Programa Senado Jovem Brasileiro contribua com este Parlamento, apresentando iniciativas que permitem pensar o País com olhos no futuro, buscando-se a sustentabilidade. Portanto, consideramos que a sugestão dos Jovens Senadores é louvável, oportuna e por isso mesmo deve ser acatada, porque trata-se de uma iniciativa que vem na direção de promover a proteção do meio ambiente sadio e equilibrado em nosso País. Torna-se necessário apenas a reescrita do art. 2º, inciso I, desmembrando em alíneas, bem como uma emenda de redação para corrigir a concordância no art. 3º.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2003, que passa a tramitar como proposição desta Comissão de Direito Humanos, nos termos do seguinte.

É isso, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só um pequeno comentário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O Senado Jovem tem sido uma grande surpresa. Acho que é uma iniciativa belíssima, porque têm vindo muitas propostas boas desses meninos. Essa preocupação com a sustentabilidade é o que renova as minhas esperanças de que esse mundo tem jeito.

Eu recebi um dia desses uma escola de São Paulo. Depois da votação do *impeachment,* vieram com a professora visitar o Senado e pediram para ter um diálogo comigo. Fiquei impressionada. Eles têm entre 12 e 13 anos. O grau de politização dos meninos e a consciência das coisas são incríveis.

Há muita coisa boa acontecendo neste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, permita-me que faça um comentário. Eu apresentei esse projeto de resolução, mas o fiz nessa mesma linha. Eles que me procuraram. A juventude me procurou. Tivemos aqui um debate nesta Comissão, e propuseram então que houvesse um projeto de resolução na linha do que está hoje, todos os parlamentos criaram, para termos aqui o Senado Jovem. É uma realidade gratificante. Os Senadores têm se empenhado muito inclusive, os que coordenam esse movimento.

Eu me sinto gratificado com a juventude brasileira, com o fruto desse projeto de iniciativa deles. Eu peguei o projeto de resolução e levei para a Presidência do Senado, que reuniu uma comissão de profissionais. Instituíram, então, o Projeto Jovem Senador.

Meus cumprimentos à juventude brasileira. Essa iniciativa é deles. Nós aqui somos instrumentos apenas, ferramentas para fazer acontecer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sem dúvida, Senador Paim. É importante registrar que essa iniciativa, no plano nacional, tanto aqui no Senado como na Câmara, está se espalhando pelo País, e várias assembleias legislativas, Senadora Regina, têm adotado. É muito louvável na medida em que uma iniciativa como essa vem na direção de despertar o interesse da juventude pela atividade política, e despertar esse interesse tratando a política como deve ser tratada: como um instrumento de promoção do bem comum, de defesa dos interesses da coletividade.

A Senadora Regina tem razão, eles têm apresentado excelentes sugestões aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra, Relatora do projeto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à Sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado apresentado.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O relatório passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável, nos termos do projeto de lei que apresenta, para que passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Vou pedir à Senadora Regina Sousa ou à Senadora Fátima Bezerra que presida, pois temos alguns requerimentos extrapauta. Os Senadores que não puderam estar presentes pediram que eu assinasse, eu assinei, só que não posso presidir a reunião.

Quem é que pode presidir? Apenas por cinco minutos. Senadora Regina, é rápido.

Passo a Presidência à Senadora Regina Sousa.

Um requerimento é do Senador Lindbergh, que teve de sair; e outro, do Capiberibe.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou pedir licença, Senador Paim, porque tenho agora uma reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, represente-nos lá. V. Exª sempre nos representa muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadores se concordam com a inclusão de quatro requerimentos extrapauta.

Em votação.

Quem concordar fique como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós temos quatro requerimentos, que passarei a ler, de autoria do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "o Sistema Único de Saúde - SUS".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a participação da Comissão Brasileira Justiça e Paz e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Os participantes que comporão a Mesa serão informados posteriormente.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, a iniciativa é de diversos Senadores, que pediram que eu assinasse.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública para debater o Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mediante, inclusive, as declarações do Ministro sobre o tema.

Entendo eu que ele deve ser convidado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 78, de autoria do Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 25
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2°, II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para debater ameaça à liberdade de expressão no Brasil, em consequência do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Convidados: Representante do The Intercept, portal de notícias; Marcelo Auler, blogueiro; Tereza Cruvinel, jornalista; Venício de Lima, especialista em ciência política e comunicação; representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); e representante do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O requerimento é do Senador Lindbergh, a proposta original, que assinei porque ele teve de se deslocar para outra comissão. O objetivo é realizar audiência pública para debater a ameaça à liberdade de expressão no Brasil.

Aqui os convidados são, principalmente, profissionais da grande mídia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda com o requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Requerimento nº 79, do Senador João Capiberibe, subscrito pelo Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 26
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinados com os arts. 90, III, e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Sr. Raul Jungmann, para, perante esta Comissão de Direito Humanos (CDH), prestar esclarecimentos sobre a veracidade do alegado monitoramento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) supostamente efetuado pelos generais e comandantes militares, conforme consta da gravação de conversa entre o Senador Romero Jucá, e o ex-Presidente da Transpetro, Sérgio Machado, ocorrida no mês de março e divulgadas em 23 de maio deste ano pela mídia brasileira.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse também, Srª Presidenta, eu vou transformar em um convite, dialogando com os Ministros, como já havia antecipado anteriormente, para que, na data possível, eles se façam presentes. Eu conheço muito bem o Deputado Jungmann, que está no Congresso quase pelo mesmo tempo que eu, e tenho certeza de que ele virá na data combinada para dialogar conosco sobre esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Quem concorda com o requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último requerimento é o de nº 80, do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 27
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater "as tentativas de coibir a participação política de cidadãos estrangeiros no Brasil", a partir da divulgação da "Nota à imprensa: Estrangeiros que participarem de atos políticos podem ser detidos e expulsos do País", de abril desse ano, assinada pela Federação Nacional dos Policiais Federais – Fenapef; e da instauração de inquérito policial pelo Departamento de Polícia Federal de MG contra uma professora universitária, resultando em habeas corpus em seu favor, concedido em 16 de maio pelo Ministério Público Federal daquele estado.

Autoria: Senador Paulo Paim

Para tanto, são convidados o Dr. Edmundo Antônio Dias Netto, Procurador da República; Dr. Paulo Sérgio de Almeida, do Conselho Nacional de Imigração; Dr. Orlando Silva, Relator do PL nº 2516/2015, que institui a Lei de Imigração; Deputado Jean Wyllys; Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, Srª Camila Asano, Coordenadora de Política Externa e Direitos Humanos da ONG Conectas.

Senador Paulo Paim, para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse também é um requerimento que, se não me engano, é do Senador Lindbergh, e eu, naturalmente, assino, e baseia-se especificamente no corpo do requerimento que aqui já foi colocado. Esse debate vai acabar também aprofundando um movimento do qual eu discordo – e, claro, é por isso que assino –, que é a proibição de debates sobre a democracia nas universidades.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa. Nós estamos, assim, encaminhando-nos para o encerramento da audiência pública deste debate sobre a aprovação de requerimentos de projetos de lei aqui na Comissão. Hoje foi uma reunião deliberativa.

Mas eu faço questão de registrar os encaminhamentos da audiência pública que tivemos, ontem, no Petrônio Portela. Em torno de 700 pessoas estiveram lá, mas grande parte, infelizmente, não pôde entrar, porque ele não comportava mais que 700 pessoas. Lá foram decididos os seguintes encaminhamentos que eu vou deixar registrados aqui nesta reunião deliberativa:

Que seja devolvido o Ministério da Previdência ao povo brasileiro. A única reforma viável é na forma de arrecadação, cessando o prejuízo dos benefícios da Seguridade Social em relação às políticas econômicas. Logo, que seja o fim das desonerações, desvinculações, isenções e renúncias, melhorando a gestão da arrecadação sem redução dos direitos sociais, nenhum direito a menos.

Elaboração de carta de lançamento da Frente Parlamentar Mista, cuja aprovação será realizada na próxima terça-feira, dia 7 de junho, às 15 horas, em reunião na CDH do Senado Federal. É uma carta que foi tirada das linhas mestras da audiência pública e será publicada a partir de terça-feira.

Reuniões em todas as regiões brasileiras, nas principais capitais, levando a todo o Brasil a necessidade de engajamento nessa caminhada, não permitindo o desmonte da nossa Previdência, e outros temas, como violência contra as mulheres, não aceitar o negociado sobre o legislado, precarização, terceirização e combater o trabalho escravo.

Foi também decidido que teremos reuniões semanais do grupo de trabalho às terças-feiras, na CDH do Senado Federal, visando à elaboração de estudos em todas as áreas, com o objetivo de chegar a uma conclusão que atenda às necessidades básicas da sociedade quanto ao direito dos trabalhadores e contra a dita reforma da Previdência nos patamares que estão sendo colocados pela imprensa.

Discussão com os Parlamentares, visando esclarecer a todos e buscando o apoio de forma tal que essa reforma da Previdência, caso venha para o Congresso, não seja aprovada e que esse debate se faça de forma intersindical, suprapartidária, democrática, na busca de um grande entendimento, que faça com que o Ministério da Previdência retorne ao seu leito natural e que não fique como uma Secretaria do Ministério da Fazenda, que volte a ser um ministério o mais rápido possível.

Redação de proposta de alteração na legislação concernente aos aprimoramentos e melhorias na gestão de recursos da Seguridade Social e Previdência, aproveitando, inclusive, muito as contribuições que lá foram deixadas pelos trabalhadores rurais. E que se faça um estudo mais aprofundado, por exemplo, de um dado que nos foi fornecido, onde consta que cerca de R$500 bilhões poderiam ser arrecadados se houvesse uma estrutura maior por parte dos auditores fiscais.

Essas foram algumas das considerações, das decisões que foram tomadas naquele evento de ontem.

Informo também que a audiência pública para discutir a questão do estupro em relação às mulheres, na visão dos homens e das mulheres, não é uma questão somente das mulheres. As mulheres fizeram um belo movimento nessa semana. Nós marcamos, Senadora Regina Sousa, para o dia 13 próximo, quando vamos construir coletivamente, homens e mulheres, um debate que, na verdade, vai contra a violência às mulheres.

Está encerrada a nossa reunião deliberativa de hoje.

(Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 1 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dois de junho de dois mil e dezesseis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Hélio José e Flexa Ribeiro. Registra-se a presença do Deputado Federal Subtenente Gonzaga. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 22 de 2016-CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre: "a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde, trabalho (Código de Ética) e equipamentos (viaturas)". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Sargento Sansão, Vice-Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal – ASPRA; Heder Martins de Oliveira, Subtenente da Polícia Militar e 1º Vice-Presidente da Associação Nacional de Praças – ANASPRA; Geraldo Batista Alves de Sousa, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil; Renilson Santos de Roma, Representante do Fórum Nacional Permanente de Praças – FONAP; Coronel Reis, Diretor de Gestão de Pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; Coronel Lima Filho, Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, Representante da Polícia Militar e do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Guarda Jânio; Deputado Federal Subtenente Gonzaga; Cabo Eliomar; Sargento Lusimar; Cabo Abranches; Cabo Clayton; Capitão Isanil; Sargento Hermeto; Sargento Jair Dias. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos convidados na mesa para as suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 22, de 2016, da CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde, trabalho, código de ética, equipamentos e viaturas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Repetindo: as pessoas que quiserem participar interativamente da nossa audiência pública podem fazê-lo por meio do Portal, inclusive vocês aqui mesmo, se quiserem fazer perguntas. Não vou poder abrir a palavra, mas podem fazer a pergunta que vocês quiserem, via e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do número 0800-612211. Todo mundo pode ficar à vontade para fazer perguntas.

A principal motivação que nos fez realizar esta audiência pública é discutir a valorização da carreira dos policiais e bombeiros militares, abrangendo as condições de saúde no trabalho, código de ética e equipamentos, principalmente as viaturas.

Para esta importante audiência pública, convidamos o Sargento Sansão, que é o Vice-Presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal (Aspra).

Meu amigo, Sansão! Seja bem-vindo!

Para representar a nossa gloriosa Polícia Militar, o Coronel Lima Filho, Chefe do Centro de Polícia Comu-
ária e Direitos Humanos, representante da Polícia Militar e do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Fe-
al. Seja bem-vindo, Coronel Lima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Para representar o nosso querido Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que tão bem complementa essa área de segurança pública aqui no Distrito Federal, convidamos o Coronel Reis, Diretor de Gestão de Pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. O Coronel Reis já chegou? Está chegando. Deve estar chegando por aí. Imediatamente após a sua chegada, ele vem compor a Mesa.

Só para ocupar o lugar do Reis, qual o oficial do Corpo de Bombeiros de mais alta patente presente neste momento? (*Pausa.*)

Por favor, sente-se aqui. Quando o Coronel Reis chegar, a gente troca de posição. Qual o seu nome?

O SR. MAJOR OMAR (*Fora do microfone.*) – Major Omar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, Major Omar, até o Coronel Reis chegar. Seja bem vindo.

O Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil, Sr. Geraldo Batista Alves de Souza. Está aí o Geraldo? Está subindo.

Registro também e convido para a Mesa, por sugestão do meu Deputado querido, o Sr. Héder Martins de Oliveira, Vice-Presidente da Anaspra, Associação Nacional de Praças. Está presente? Não chegou ainda, Deputado?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. *Fora do microfone.*) – Chegou, estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Está bem. Não tem problema, não, Deputado.

Nosso Deputado Subtenente Gonzaga – é do Estado de Minas ou de São Paulo?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. *Fora do microfone.*) – Minas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Minas Gerais. Obrigado pela presença. Fique à vontade. Quando o senhor quiser se pronunciar, basta levantar o dedo e eu te dou a palavra. Aqui na nossa Comissão é assim: Deputados e Senadores sempre têm prioridade de fala.

Pela Anistia, o nosso convidado não chegou, mas estamos aqui com o Guarda Janio, que representa todo o grupo de discussão da Anistia no Distrito Federal e que, por economia de espaço... Mas terá fala, representando o grupo da Anistia durante o processo.

Senhores e senhoras, bom dia! Esta audiência pública é muito importante, assim como são as pessoas sobre as quais iremos debater. Policiais e bombeiros militares são profissionais que desempenham um papel de fundamental importância em nossas cidades.

O senhor é o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, o Geraldo. Por favor, venha compor a Mesa conosco. Você já havia sido chamado.

Vou retomar o meu pronunciamento.

Esta audiência pública é muito importante, assim como são as pessoas sobre as quais iremos debater.

Policiais e bombeiros militares são profissionais que desempenham papel de fundamental importância em nossas cidades. São responsáveis pela proteção das pessoas, em primeiro lugar, e do patrimônio e pela manutenção da ordem pública. Arriscam suas vidas para salvar outras tantas, orientando-se por valores como a ética, a honestidade, o respeito à vida. Em muitos Estados brasileiros, no entanto, essas categorias vêm lidando com dificuldades que vão além daquelas inerentes a seu trabalho.

Com os convidados de hoje, o foco do debate será a situação no Distrito Federal. Precisamos avaliar as deficiências na infraestrutura básica dos quarteis e levantar as necessidades de eventuais reformas. É certo que o trabalho quotidiano dos policiais e bombeiros militares fica extremamente prejudicado se há inadequação das instalações físicas onde é desenvolvido, mas as falhas vão além das carências prediais. É do conhecimento de todos que em alguns batalhões dos bombeiros há viaturas paradas por falta de manutenção. Para sair às ruas, os policiais militares, por sua vez, dependem de viaturas com conservação precária, algumas vezes.

Segundo informações da grande imprensa, a Polícia Militar do DF vem enfrentando repetidos problemas com veículos adquiridos em 2012 e que acabaram envolvidos em acidentes que deixaram quase uma dezena de policiais feridos e causaram a morte de um profissional. Estou falando do automóvel chamado Pajero, que tem capotado seguidamente aqui no Distrito Federal, vitimando uma série de trabalhadores da Polícia Militar.

Recentemente, equipamentos de segurança de uso diário, como os coletes a prova de balas usados pela PM, também viraram notícia. Os lotes do material cujo prazo de validade estava vencido foram retirados de circulação, mas outros lotes estão a ponto de completar cinco anos de vida útil. Todo mundo sabe da importância do colete à prova de balas para o exercício tranquilo do nosso policial militar, que muitas vezes, em missões perigosas, arrisca a sua vida para nos defender, e o colete salvador evita alguma tragédia, algum acidente. Então, temos que ficar muito atentos a essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Enquanto os procedimentos para a aquisição de novos coletes não são concluídos, foi montado um esquema de rodízio desses equipamentos de segurança que costumavam ser de uso individual para atender os policiais que estejam de serviço. As condições de trabalho a que esses militares têm sido submetidos podem ter graves impactos sobre a sua saúde física e mental. Porém, infelizmente, no dia 9 de maio, foi anunciada a suspensão da prestação de vários serviços que antes eram contemplados pelo plano de saúde da Polícia Militar do DF para adequação à nova realidade orçamentária da corporação. Os únicos hospitais que atendem os policiais atualmente são o Santa Helena e o Santa Marta, quando há uma emergência, e somente nessas condições.

Preocupado com a situação e sendo um Parlamentar amigo dos praças do Distrito Federal, amigo da PM, amigo do Corpo de Bombeiros Militar, eu gostaria de convidar o Coronel Reis para compor a Mesa, trocando de lugar com o Major Omar, a quem agradeço gentilmente.

Muito obrigado, Coronel Reis. Por favor. Seja muito bem-vindo!

O SR. CORONEL REIS (*Fora do microfone*.) – Bom dia, Senador. Desculpe-me pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não tem problema.

Eu, inclusive, por ser um Parlamentar que reconheço e valorizo, na plenitude, os nossos colegas do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do DF, peguei R$5 milhões das minhas emendas da saúde e estou colocando para equipar o Hospital da Polícia Militar do DF com remédios e insumos básicos para que a tropa não fique prejudicada, já que está havendo essa grande dificuldade com relação aos convênios de saúde. Nós temos clareza da importância da corporação.

Eu queria homenagear aqui o nosso querido Capitão Delson, da Fercal, aposentado da Polícia Militar que está presente e que muita alegria me dá aqui com seu velho chapeuzinho de massa. O Capitão Delson teve uma vida toda dedicada à Polícia Militar do Distrito Federal, e é exatamente por isso o meu grande apreço por essa importante corporação.

Caro Subtenente Gonzaga, eu sei do seu trabalho na Câmara dos Deputados e o tanto que nós podemos, juntos, colaborar com nossos policiais militares do DF, com o nosso Corpo de Bombeiros Militar e também com a própria Polícia Civil do DF, que formam o tripé da segurança pública do Distrito Federal.

Além disso, dispositivos legais com regras anacrônicas persistem e ainda fazem pesar sobre policiais e bombeiros a ameaça da prisão disciplinar, o que reafirma a necessidade de que seja finalmente concluído o novo Código de Ética das Corporações Militares do DF. Os problemas se avolumam e pode haver reflexos sobre a qualidade do atendimento à população. Quem garante a segurança pública e protege a vida merece ser valorizado.

Para debater os problemas e propor soluções à população, reunimo-nos hoje nesta audiência pública.

Há ainda mais algumas palavras que a nossa Assessoria da Comissão preparou e que eu não vou deixar de pronunciar.

Então, vamos ao trabalho.

Nesta importante audiência pública, serão dados inicialmente dez minutos para cada palestrante, prorrogáveis por três minutos. Depois de ouvirmos todos os nossos palestrantes, nós vamos voltar para uma réplica e considerações finais, respondendo a todas as perguntas que porventura tenham sido feitas pelo e-Cidadania ou pelo Alô Senado.

Lembro a todos aqueles que quiserem fazer perguntas ou fazer pronunciamentos que podem fazê-lo via e-Cidadania ou via Alô Senado, mesmo estando presentes aqui.

É só pegar o seu celular e fazer a pergunta no *site* que já pronunciei antes. Há, então, condição de vocês terem uma participação proativa na nossa audiência pública.

Algumas questões, nobres debatedores, são muito importantes. A nossa assessoria preparou uma série de questões e indicou algumas prioritárias. Vou ler as prioritárias. Se eu achar que devo ler mais algumas, eu as lerei.

1) Em vários momentos, outro debate aparece sobre a desconstitucionalização da segurança pública, para que cada Estado tenha liberdade para decidir como organizar sua segurança pública. Qual a opinião de V. Sªs sobre esse tema?"

Então, eu queria saber a opinião de vocês, debatedores, sobre a questão da desconstitucionalização da segurança pública. Essa é a pergunta nº 1. Ele não as numerou aqui, mas vou ler todas as perguntas; estou vendo que é melhor fazer assim.

2) Pelo menos desde a Constituinte, muito se tem discutido sobre a proposta de desmilitarização dos policiais militares e dos Corpos de Bombeiros Militares e sobre a unificação das polícias, para que um único órgão de segurança pública realize o ciclo completo, ou seja, a prevenção e a repressão da criminalidade. Como V. Sªs avaliam essa questão da desmilitarização?

Essa é uma pergunta. A outra é aquela de que já falei, pedindo a opinião de V. Sªs, sobre o tema da desconstitucionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

3) As remunerações dos policiais e bombeiros militares variam bastante de um Estado para outro. Que solução V. Sªs veem para essa questão?

4) De acordo com a nona edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, 398 policiais foram mortos, e 3.009 civis foram mortos pelos policiais. Em países desenvolvidos, esses índices são muito menores. V. Sªs vislumbram algum modo de se reduzirem significativamente essas cifras?

Vou repetir: 398 policiais foram mortos, e 3.009 civis foram mortos pelos policiais. V. Sªs vislumbram alguma forma de diminuirmos essas cifras?

5) Ainda de acordo com o Anuário, em 2014, havia cerca de 425 mil policiais militares em atividade. Considerando que a população brasileira seja de 200 milhões de habitantes, haveria aproximadamente um policial para cada 470 habitantes. V. Sªs consideram essa proporção adequada? Se não, como melhorá-la?"

Repito: "[...] a população brasileira seja de 200 milhões de habitantes, haveria aproximadamente um policial para cada 470 habitantes. V. Sªs consideram essa proporção adequada? Se não, como melhorá-la?"

6) Sabe-se que uma parcela do efetivo policial é alocada em atividades administrativas. De que maneira poderíamos garantir um maior número de policiais nas ruas?"

De que forma podemos fazer isso? Lembro que o Jânio, que está aqui, é meu candidato a distrital, em prol da Polícia Militar no DF. É uma pessoa que me tem ajudado muito. Tenho outros candidatos também. Estou citando um dos meus candidatos. Ele fez um ótimo trabalho na eleição passada, obtendo quase 15 mil votos; foram mais de 14,9 mil votos. Ele ficou na 1ª Suplência. Espero que, na próxima, na Corporação, consigamos unir esforços para que haja aqui em Brasília – sabe, Gonzaga? – também Deputados e Parlamentares da Corporação.

O Janio, que é um representante, sabe da importância dessa representação na Polícia Militar do Distrito Federal.

A gente precisa, cada vez mais, trabalhar para que essa seja uma realidade, não é, Jânio?

7) Entre as proposições legislativas sobre segurança pública que tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, há alguma especificamente que V. Sªs consideram fundamental? Qual?"

A gente precisa saber quais são as proposições que estão rodando nesta Casa que V. Sªs consideram fundamentais e como garantir uma forma de melhor defendê-las e aprová-las.

8) Qual a opinião de V. Sªs sobre a criação de polícias penitenciárias federais e estaduais, a chamada Polícia Penal?"

Quero adiantar que sou apoiador. Vocês têm o direito de ser contra ou a favor. Estive, inclusive, num seminário no Sindpen, que é o sindicato dos trabalhadores penitenciários, dos agentes penitenciários. Sou o Relator da PEC 14, que vai tratar sobre o tema. Sou a favor da criação da Polícia Penal, tratada nesse tema, nessa pergunta. Mas, para mim, o que interessa é ouvir a opinião de vocês, que pode ser tranquilamente distinta da minha opinião, sem nenhum tipo de problema.

9) V. Sªs são favoráveis à extinção na Constituição Federal do regime de remuneração de policiais por subsídio, possibilitando-lhes receber horas extras, adicional noturno e adicional de periculosidade?"

Essa é uma pergunta também importante.

10) Qual a opinião de V. Sªs sobre as sanções disciplinares que privam ou restringem a liberdade de policiais e de bombeiros militares, como a prisão administrativa?"

Eu estava falando naquela hora sobre o trabalho administrativo. Até citei o nome do Jânio e acabei não complementando. Durante a campanha, falou-se, em várias oportunidades, que iam tirar aquele efetivo da PM que cuida de cancelas, de guaritas, das instalações, para substituí-lo por vigilantes, que são empregados muito importantes, mas que recebem uma remuneração um pouco menor e que podem ser contratados no mercado de forma diferenciada. Não seria tão complexo como é hoje, em que há um servidor público policial militar ou servidor público do Corpo de Bombeiro Militar, que têm funções mais importantes para exercer para o Batalhão ou para a Polícia do que a de ficar cuidando especificamente da cancela ou do que a de vigiar a instalação. Durante a campanha – por isso, citei o Jânio e a candidatura dele –, foi bastante debatido o compromisso de que todo esse efetivo alocado para cuidar de cancelas e das instalações fosse deslocado para o trabalho efetivo de policiamento e de inteligência e de que fossem contratados vigilantes para fazer essas tarefas. É importante ouvi-los sobre isso.

11) Existe a previsão de carga horária mínima semanal para preparação física e capacitação operacional? Na prática, essa carga horária é cumprida?

12) V. Sªs são favoráveis a que um percentual das viaturas policiais seja blindado? Que percentual seria viável, levando-se em conta os custos envolvidos?

Complemento essa pergunta para V. Sªs. Falei com o nosso Coronel Samuel, que é do Batalhão de Sambaia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Sabemos a dificuldade que existe hoje com a desativação dos efetivos das motos para o terreno, que são fundamentais para entrar em alguns buracos, em alguns lugares onde as nossas viaturas não conseguem entrar; e a importância que era o batalhão dos motoqueiros lá em Samambaia e também em outras regiões.

Eu gostaria de saber a opinião de vocês sobre esses efetivos motorizados, com motos realmente equipadas para todo o terreno, para subir no meio-fio, para, se for necessário, subir ou descer uma escada com policial devidamente treinado; e como poderíamos fazer para equipar a nossa Polícia Militar com essas motos tão importantes, para não ficarem tão obsoletas, como, por exemplo, ficaram no comando de Samambaia. Os próprios policiais com seus próprios recursos faziam caixinhas para poder tornar as motos rodáveis, para poder permanecer com elas rodando.

13) No ano passado, um policial rodoviário federal foi morto, atingido por um projétil que transfixou seu colete balístico. Os coletes de que dispõem os policiais são de má qualidade? E essa pergunta vem ao encontro de grandes reportagens que houve, que falaram que governo A, B, C ou D tinha comprado coletes de péssima qualidade, totalmente impraticáveis. Eram coletes praticamente como se fossem uma peneira à prova de bala.

Eu gostaria de ouvir a opinião sobre essa questão. Isso foi assunto de várias reportagens da imprensa do Distrito Federal.

14) V.Sªs julgam viável a gravação em áudio e vídeo das abordagens policiais, do modo proposto no Projeto de Lei nº 190/2014, do Senado?

Só para tranquilizar V. Sªs, vou mandar tirar cópia e entregar a cada um de vocês, debatedores, essas perguntas, para facilitar para vocês.

15) V. Sªs são favoráveis ao PLS 168/2015, que estende o porte de armas aos policiais bombeiros militares inativos?

16) Qual a opinião de V. Sªs sobre o PLS 171/2011, que obriga cada projétil a ter um número de série; e sobre o PLS 607/2011, que torna obrigatória a edição de marcadores químicos às munições?

E a última pergunta desta série, deste questionário – está parecendo coisa de escola juvenil.

17) A aquisição de armamento e munição pelos policiais é fiscalizada pelo Exército. Isso tem causado dificuldades?

Essa é a pergunta que se faz, porque nós temos tantos especialistas e especializados nas nossas polícias militares e polícia de Corpo de Bombeiros do Brasil afora e de Brasília que, hoje, procede-se fazer essa pergunta. Nenhuma discriminação ao Exército continuar fazendo esse serviço, mas, de repente, as nossas próprias corporações também poderiam fazer esse serviço.

Mariana, eu queria que você tirasse uma cópia para cada um dos nossos debatedores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já está? Então, está bem.

Já estamos providenciando as cópias, que chegarão até vocês.

Eu sei que foi uma saraivada, vamos dizer assim, de perguntas.

O senhor vai querer falar?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Só para dizer que, se o senhor queria encerrar rápido a audiência, com essa provocação, nós vamos ficar até de tarde! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Foi uma saraivada de perguntas, mas é óbvio que todos os debatedores não são obrigados a responder a todas.

Há algumas que são mais afetas a um debatedor e ele vai priorizar o seu tempo. São dez minutos para cada um, prorrogáveis por mais três. A campainha tocará no nono minuto, e eu darei mais três minutos; pode ir até 13, se for necessário. O.k.?

Vamos ao nosso primeiro orador. Vou querer ouvir o Sansão, que representa a Aspra, uma importante instituição do Distrito Federal.

Como eu não tinha condições de colocar todas aqui na mesa, como era meu desejo – só no DF temos quase 30 representações dessas duas importantes corporações –, eu fiz uma homenagem à Aspra, pelo seu tamanho e pela representação que tem, e também para homenagear meu amigo, meu companheiro João de Deus, nosso ex-Deputado Distrital, radialista e que muito tem falado e defendido a corporação da Polícia Militar do Distrito Federal.

Por favor, Sansão.

O SR. SARGENTO SANSÃO – Senador, Deputados, Coronéis e todos aqui presentes – praças, bombeiros, PMs –, hoje se fala muito de melhorar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil. Essa polícia é [illegible]unda do Rio de Janeiro e veio para Brasília para resolver todos os problemas dos brasileiros, porque aqui é a [illegible]ceira capital do mundo em representação, hoje; portanto, deveríamos ter a polícia mais bem paga do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós temos a melhor polícia do País, até do mundo – a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil. O que falta hoje em Brasília é levar mais a sério os investimentos na Polícia Militar, o Fundo Constitucional.

Quero agradecer ao Senador por esta oportunidade, porque aqui é onde se mostra a realidade. Nós temos uma Polícia Militar em Brasília, cujo comando é trocado de vez em quando, prendem-se policiais. Não há valorização da carreira dos policiais. As condições de saúde são precárias. Existe um Código de Ética que ninguém vê, não se tem conhecimento desse Código de Ética. Esse código tem de ser discutido com os Parlamentares, com a Bancada do DF, com os praças, com os oficiais e todo mundo. Quem ganha com isso é a sociedade.

O Fundo Constitucional do Distrito Federal deveria custear a segurança pública e complementar a saúde e a educação. Há poucos dias nós vimos que estava acontecendo o contrário: estava apenas complementando a segurança pública. Esse Governo do PT que saiu tirou R$521 milhões da saúde. Na transição de um governo para o outro governo tirou R$521 milhões da saúde dos policiais e bombeiros.

Como querem que a Polícia Militar e os bombeiros trabalhem se não há hospitais, não há condições para trabalhar? Os policiais não têm coletes, não há viaturas. O Senador citou aqui: essa Pajero já mutilou vários policiais; vários policiais perderam braço, perna.

Vamos atentar para a realidade.

Quero aqui pedir à Bancada do DF e a todos os Deputados do País que fiscalizem o investimento do Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional para a segurança pública tem que ser vigiado. Todo governo que entra retira uma fatia. Esse Governo do Distrito Federal retirou o dinheiro dos policiais.

O comando não tem autonomia de falar. Quando fala alguma coisa, é trocado; ou seja, no governo do PT, houve diversos comandos. Para se conseguir aumento de salário em Brasília, ou seja, um soldado ganhava R$11 de auxílio–moradia; um coronel ganhava R$130. Isso é irrisório, é ridículo. Para que se conseguisse aumentar, tivemos que fazer operação tartaruga, e quem sofreu com isso foi a sociedade. Hoje, a Aspra, como todas as associações, não quer isso, não quer fazer operação nenhuma para que a sociedade sofra, mas, para se conseguir aumento de salário em Brasília, tem que fazer operação tartaruga.

Aqui, hoje, nós vamos falar a verdade. Temos, sim, que pegar esse dinheiro do Fundo Constitucional e investir. Temos quartéis hoje aí... Teve governador que consertou um banheiro do anexo do QG e botou uma placa lá que tinha investido, hoje está caindo aos pedaços. Então, aqui se mostra a realidade.

Eu quero aqui pedir novamente à Bancada do DF que fiscalize os investimentos do Fundo Constitucional. A maior arrecadação do País é em Brasília do Fundo Constitucional e é para investimento na segurança pública, ou seja, complementar a saúde e a educação.

A segurança pública em Brasília, hoje, representa o mundo. Temos, sim, que aproveitar a oportunidade para mostrar aqui a realidade. Temos esse Comandante, que é inteligente, tanto dos Bombeiros quanto da PM, que quer fazer alguma coisa, mas não pode falar, ele não pode falar. Eu posso falar, sim, sou representante dos praças, policiais e bombeiros, e eu fui eleito – estou lá desde 2001 –, e eu falo, não tenho medo de falar.

Aqui, hoje, nós vamos mostrar a verdadeira cara da polícia e dos bombeiros, ou seja, não adianta tapear.

Temos, sim, que melhorar a saúde. Olha, o governo do PT inaugurou o Hospital da PM com 2,5% funcionando. Esse dinheiro do Fundo Constitucional dá, sim, para comprar equipamentos, colocar para funcionar aquele hospital, ou seja, hoje, o dinheiro do Fundo Constitucional que vai para a saúde está tornando milionária essa Rede Santa em Brasília. Você chega lá com uma dor no pé, ele bate raios X da cabeça ao pé. Por que eles fazem isso? Para tirar dinheiro da Polícia. Seria melhor o Governo inaugurar o Hospital da PM, dos Bombeiros, da Polícia Civil, investir, porque é uma realidade. Hoje, mês a mês, a Polícia Militar paga milhões para a Rede Santa – Santa Luzia, Santa Marta e Santa Helena – de Brasília. Seria melhor o Governo inaugurar verdadeiramente o Hospital da PM. Ele não funciona 3%. Como é que o policial sai para a rua sem saber para onde vai se levar um tiro, ser alvejado? Onde ele vai ser socorrido? A família dos policiais? O salário?

Somos o nono na escala do País, em salários. Nós ganhamos menos do que o Estado de Sergipe.

Temos, sim, que fazer a política séria para a segurança pública.

Eu vim a uma audiência pública com o Senador Pedro Taques em uma época aqui e só o comandante de Minas Gerais que falou a verdade aqui, os outros não quiseram falar porque tinham medo de falar e perderem o comando. Eu acho que não é por aí. O comando tem que entrar no início do governo e sair no fim e tem que falar, mostrar a verdadeira cara da Polícia Militar, dos Bombeiros e da Polícia Civil. Aqui hoje eu vou mostrar a realidade.

Temos batalhões necessitando, improvisados. Temos a quantidade de policiais hoje de quando a Capital Federal era bem pequenininha, hoje crescemos e não se abre concurso. Há policiais estressados, dando tiro ouvido, porque não se abre concurso. O Fundo Constitucional, que é um dinheiro, a maior arrecadação do s, não é investido na realidade, ou seja, na verdadeira segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Senador realmente abriu as portas para virmos aqui e falarmos. Olha, está constando dentro do Senado e da Câmara um aumento de salário para as Forças Armadas e para os Territórios. Antigamente, os Territórios eram atrelados à Polícia de Brasília, hoje eles quiseram desatrelar porque eles ganham muito mais do que um policial de Brasília.

Então, se querem resolver todos os problemas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil, peguem o dinheiro do Fundo Constitucional e invistam seriamente no que é de direito, ou seja, salário dos policiais e saúde, porque quem ganha com isso é a sociedade. A sociedade de Brasília vai ter um policial motivado nas ruas.

Tem que se fazer uma reestruturação. Hoje um policial para ser promovido tem que sair mendigando, pedindo para diminuir interstício. Tem que se fazer uma reestruturação...

(Soa a campainha.)

O SR. SARGENTO SANSÃO – ... digna, uma reestruturação que resolva todos os problemas da polícia: aí contratava-se médicos para o hospital, aumentava o quadro, promovia. Temos soldado por 18 anos na graduação de soldado.

Então, não dá para esperar, é agora! Temos, sim, que aproveitar o dinheiro do Fundo Constitucional e aplicar na segurança pública, porque a segurança pública é tudo: é importante para a sociedade, é importante para todo mundo.

A Bancada do DF tem que fiscalizar, Senadores e Deputados, a aplicação desse dinheiro do Fundo Constitucional, que é muito, tem que ser fiscalizado e aplicado na segurança pública, no policial militar, no salário dos policiais militares. Todo mundo está cogitando aumento de salário aqui, menos a polícia de Brasília. Só conseguimos aumento quando fazemos operação tartaruga; isso é fácil de fazer, de um dia para o outro fazemos isso, mas nós não querendo isso porque quem sofre é a sociedade.

Muito obrigado, Senador.

A Aspra está à disposição de todos, e nós falamos a verdade, não temos medo de falar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de agradecer imensamente ao Sansão, que fez sua fala, e passar a palavra, em seguida, para o representante do Subcoronel Gonzaga e também da Associação Nacional dos Praças do Brasil, o nosso querido Subtenente Heder Martins de Oliveira.

Heder, com a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais três.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e todos!

Quero, inicialmente, agradecer a V. Exª, Senador, por ter aquiescido ao nosso pedido, uma vez que o objeto da audiência restringia-se inicialmente a questões próprias do DF.

Quero cumprimentar aqui todos os praças da Polícia e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e de todo o Brasil, os senhores oficiais, e pedir licença a V. Exª para um cumprimento especial, uma saudação ao nosso sargento Marco Antônio Bahia Silva, Presidente da Aspra de Minas Gerais e Diretor Jurídico da Anaspra.

Eu posso dizer a V. Exª e aos demais que eu fiquei extremamente feliz quando vi esses 17 questionamentos – que eu não sei de onde partiram –, e aqui reside a questão substantiva da segurança pública, são pontos que precisamos debater. Esse modelo de que nós dispomos hoje das polícias no Brasil data de 1709 e, até o ano de 1985, com a redemocratização, nós não tínhamos a constitucionalização das polícias. Na Constituição Federal de 1967, nós tínhamos o art. 13; a partir da Constituição de 1988, nós trouxemos para dentro da Constituição Federal um capítulo e a chamada constitucionalização das polícias.

Então, em linhas gerais, considerando o meu tempo, eu farei uma abordagem genérica sobre todos esses temas aqui e deixarei para abordar três pontos em específico, mais notadamente no que diz respeito ao Código de Ética e Disciplina dos Militares.

Quando a gente discute a constitucionalização ou não das polícias, nós vamos encontrar correntes divergentes em relação a isso. Nós temos, por exemplo, o Prof. Luís Eduardo Soares, um grande sociólogo e antropólogo, que defende que o engessamento das polícias no Brasil se deveu a partir, única e exclusivamente, da constitucionalização. Nós vamos encontrar também aqueles que defendem o oposto, ou seja, que a força das polícias no Brasil se deu a partiu da constitucionalização, porque as transformou em forças de Estado e órgãos permanente do Estado.

Então, com a constitucionalização, nós não vamos encontrar aqui aquela corrente majoritária, nós vamos encontrar defensores de todos os lados. Como nós costumamos dizer no mundo jurídico, é uma xícara de duas asas, cada um pega aquela que melhor lhe aprouver. Aqueles que defendem que a constitucionalização trouxe um grande embaraço vão nessa linha, e vice-versa.

Em relação ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública – do qual também sou filiado –, ele nos traz dados de vítimas de policiais para o ano de 2014, inclusive isso foi apresentado durante o 9º Encontro do Fórum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Brasileiro de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, no ano passado. Só que esse dado é superior, Senador, até hoje – minto, deixe-me fazer uma correção porque eu não tenho os dados de hoje, e, no Brasil, em vinte minutos tudo pode mudar –; até o início deste mês, nós já tínhamos 198 profissionais de segurança pública mortos este ano, o que já dá, ainda que não tenhamos atingido a metade do ano, mais da metade do número daqueles que foram vítimas no ano passado.

Aí a gente vai para uma discussão no campo dos direitos humanos em que são colocadas as vítimas perpetradas por policiais militares, que chegaram também no Fórum a 3.500. Assim, ainda que forçoso seja, nós devemos concluir que, se essas 3.500 vítimas não tivessem sido vítimas, teriam sido 3.500 vítimas de policiais militares, profissionais de segurança pública.

E aí nós temos um grande problema. Hoje, por exemplo, quando se discute a desmilitarização, ela vem sob vários vieses, mas notadamente dois trazem uma substância mais forte. A questão ideológica, que é uma questão de esquerda, entende que as polícias militares são violadoras de direitos humanos. E aí entra outra questão, que é uma questão *interna corporis* – aqui estão vários praças –, que é trazida à baila e à discussão por conta dos regulamentos disciplinares.

Então, vejam bem os senhores, V. Exªs e todos os demais, a Constituição de 1988 era uma Constituição cidadã, no entanto, por mais que ainda não tenhamos completado 30 anos de democracia de Constituição, porque ela é de 1988, nós já temos mais de 30 anos de redemocratização, que se deu em 1985. Infelizmente, os regulamentos das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil datam com base no Decreto nº 667, que é de 1969. E, pasmem os senhores, acreditem ou não, muitos Estados sequer – sequer! – trouxeram para a discussão o regulamento disciplinar das polícias; são regulamentos disciplinares do Exército. Sequer são regulamentos disciplinares das polícias, são do Exército, porque o Decreto nº 667, em seu art. 18, estabelece que "as Polícias Militares serão regidas por Regulamento Disciplinar redigido à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército]" .

Portanto, a gente percebe que, por mais que nós estejamos sob a égide de uma Constituição cidadã, a democratização das polícias de forma interna corre muito lenta. E nós também não podemos perder de vista – porque eu não posso ficar aqui com um discurso falacioso e fácil – que este período que nós estamos vivendo é o período mais longevo da democracia do País, não só nas polícias militares. O período democrático que nós tivemos até então não durou 30 anos, ou seja, nós estamos meio que em um navio que está tomando o seu prumo.

Evidentemente, a força maior que nós podemos dizer que estamos vivendo em uma ambiência democrática é esta, quando estão aqui praças que vêm debater questões substantivas de Estado. E debater com oficiais, com comandantes, com o Senado, que é a Casa do povo, assim como com a Câmara dos Deputados. Isso era impensável há dez anos. Um praça que viesse sentar a uma mesa para bailar uma discussão dessa natureza sequer sairia daqui; ele sairia, sim, preso, recolhido aos quartéis por no mínimo 30 dias.

Então, por mais que nós não vislumbremos todos os dias grandes conquistas, nós não podemos perder de vista que estamos fazendo parte da história a partir do instante momento em que participamos ativamente dessa discussão, e aí não mais sob o viés de comando única e exclusivamente; participamos sob as nossas perspectivas.

A fala do Vice-Presidente da Aspra, o Sargento Sansão, é legítima, é empoderada e tem que ser respeitada, porque o ambiente democrático e a condição democrática nos impõem isso; foi-se o tempo em que falavam por mim e que falavam por nós. Ou seja, por mais que a segurança pública seja um tema altamente complexo, nós devemos entender que a nossa participação nesse debate está fazendo com que algumas mudanças, de fato, ocorram. E elas não ocorrerão da noite para o dia, elas ocorrerão com bases e argumentos que permitam sustentar a mudança; estamos aqui no Senado, que é composto em sua grande maioria por ex-governadores.

Quando se discute a desmilitarização, nós paramos e perguntamos: mas o que se dará a partir disso? Eu conheço, por exemplo – e digo isso de cadeira porque sou praça, subtenente da Polícia Militar de Minas Gerais, viajo o Brasil todo discutindo segurança pública sob essa perspectiva –, pasmem os senhores, se nós sentimos ultrajante o nosso regulamento disciplinar – acreditem se quiser, se não, podem pesquisar –, o regulamento da Polícia Federal é pior que o nosso, e eles são civis.

A Polícia Civil, até 15 anos atrás, tinha a pena de prisão para os seus agentes. Bom, alguém pode dizer: "Mas isso é uma herança maldita da Polícia Militar, que se aplicou". Não, é mecanismo de controle que alguém achou que funcionava e que se deve aplicar e replicar.

Não defendo que o seja ou que se replique. Eu defendo que os discutamos sob todas as perspectivas, principalmente, sob a ótica e a lógica dos direitos humanos, inclusive *interna corporis*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Polícia Militar de Minas Gerais tem 16 cadernos doutrinários sobre direitos humanos. Sabe qual caderno falta? O de direitos humanos internos. E é uma polícia tida como uma das melhores – e ficam aqui as minhas aspas: "Não existe polícia melhor, todas são melhores". Aquela a que eu pertenço é a melhor, a do DF é melhor.

Vamos fazer uma reflexão, Senador? Se cada Estado defende que a sua polícia é a melhor polícia do País, por que temos 60 mil mortes no País? Por quê? A soma dos melhores nos faria ótimos. Esse não é o resultado.

E aí eu exerço uma crítica aqui. Eu disse que faria um apanhado geral – meu tempo está finalizando, mas me permita, porque eu adoro esse tema, ele me instiga muito –, com base em um único princípio que nós temos defendido – está aqui o Deputado Federal Subtenente Gonzaga, que apresentou uma PEC nesse sentido –: o modelo de atuação das polícias hoje.

Não podemos mais permanecer nessa lógica perversa, de alto custo, de uma polícia trabalhar para outra. E me permitam os amigos do Corpo de Bombeiros, porque, quando eu uso a expressão polícia, entendam-se contemplados, porque, em Minas Gerais, até muito tempo atrás, era uma coisa só. Às vezes a gente acaba ferindo os companheiros,...

(Soa a campainha.)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – ...porque não cita o Corpo de Bombeiros. Mas entendam-se contemplados na categoria de militares.

Excelência, é impensável, é irracional admitir que uma polícia trabalhe para outra ou que praças, oficiais, que trabalham 24 horas, não tenham interrupção dos seus trabalhos. O que ele faz ele é obrigado a levar para registro em uma delegacia e ficar à mercê da vontade de um investigador, de um delegado, que às vezes nem tem má vontade de atendê-los, mas é por falta de condição humana.

E por que é assim? Por uma razão muito simples: o modelo dicotômico de duas meias polícias, o modelo em que uma polícia trabalha para a outra. Uma fica atrás do balcão, esperando a ocorrência, enquanto o meu sargento, meu amigo, meu companheiro trocou tiro. Se ele chegou lá com vida, com o preso, ainda fica. "Não, não vou te atender agora".

Minas Gerais tem 853 Municípios: 200 têm delegacia. Aí, Senador, das 18h até às 7h do dia seguinte isso se restringe a 64. A polícia completa é a solução. Ninguém da Polícia Civil foi ungido do Divino Espírito Santo para aprender a fazer inquérito, apurar e investigar. Formação por formação, um delegado, que tem todo meu respeito, por três meses é delegado. Um oficial leva um ou dois anos. Um praça leva um ou dois anos.

Na Polícia Militar do DF todos são possuidores e detentores de curso superior. Não são capazes de fazer um TCO? Perdoe-me! Então, este é um ponto nevrálgico – infelizmente meu tempo acaba rápido –, que precisamos discutir, Senador: o modelo. Isso é gestão.

E aqui eu passo a suas mãos, sobre o qual vou ter pouco tempo para falar, o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. Desde 2002, não existe mais, Senador, pena de prisão administrativa para infrações administrativas nas polícias e no Bombeiro Militar de Minas Gerais.

O Código Penal Militar e o de Processo Penal Militar – posso ter as críticas a eles – mas estão lá, vigentes.

Esse regulamento, esse Código de Ética nosso é lei. E aí, nós devemos fazer aqui uma saudação toda especial ao governador Itamar Franco, que foi o governo dele que admitiu isso.

A Polícia Militar, desde 2002, é a polícia... Eu não vou dizer que é a que mais demite, porque eu estaria dizendo que a Polícia Militar de Minas é muito ruim, porque demite. Não, mas ela demite dentro do amplo direito de defesa e em que não há violação de direitos humanos. Não há cerceamento do direito de ir e vir para a sua casa e por infrações administrativas.

E aí eu gostaria de pedir a V. Exª, porque está nesta Casa, no Senado Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – ... sob a relatoria do Senador Acir Gurgacz, o PLS 148, de 2016, que é origem do PL 7645, de 2014, que o Deputado Federal Subtenente Gonzaga aprovou na Câmara, que obriga – eu vou dizer esse termo, posso ofender alguém, porque a expressão da palavra pode ser muito forte –, que os Estados alterem os seus regulamentos disciplinares e que elimine, de fato e de direito, a pena restritiva de liberdade para as infrações administrativas.

Pedimos, inclusive, a V. Exª que nos apoie nesse projeto, que deve vir a plenário. E vou dizer uma coisa forte: será a nossa alforria. E digo àqueles que têm medo: sucumbirá de vez – não em 100% –, mas o fim, o termo de desmilitarização perpetrado pelo praça. E sabem por que eu posso assegurar isso? Minas Gerais, a partir 2002, é o Estado que não defende a desmilitarização, porque a nossa cidadania e dignidade está contida na nº 14.310, de 2002, que estabelece o Código de Ética e disciplina direito de igualdade para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – O tema, Excelência, me motiva, eu gosto de discutir segurança pública principalmente. V. Exª está de parabéns, porque foi uma audiência que permitiu e que nos permite discutir questões substantivas da segurança pública. E parabéns àqueles que formularam esses questionamentos que, infelizmente em 13 minutos nós não conseguimos abordá-lo, mas estão de parabéns, porque são questões substantivas, que podem fazer uma segurança pública mais cidadã para todos nós, brasileiros.

Muito obrigado a todos e todas e tenhamos todos um bom dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Subtenente Heder Martins pelas explicações e exposição, ao tempo que passo a palavra para o nosso querido Geraldo Batista Alves de Sousa, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças do Corpo de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil e que, inclusive, que parece vai dividir seu tempo com o Renilson...

Fique à vontade, Geraldo, pelo tempo disponível de dez minutos, prorrogável por mais três.

Queria cumprimentar o Cabo Clayton foi um dos incentivadores desta audiência pública hoje, que me procurou, na oportunidade, ele e o Sansão. Então, quero cumprimentar o Clayton pela iniciativa importante, que está nos permitindo propiciar esse debate aqui. Um forte abraço. O Clayton também foi candidato na eleição passada, teve uma ótima votação e pôde representar um grupo importante que é o NCP.

Então, Geraldo, por favor, com a palavra.

O SR. GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA – Bom dia a todos!

Exmo Sr. Senador, quero aqui, de antemão, agradecer pela oportunidade de participarmos desta audiência pública, um tema de grande relevância para a segurança pública, não só no Distrito Federal, mas como em todo o País.

Cumprimento também o Coronel Lima Filho, Chefe do Centro de Políticas Públicas e Direitos Humanos da nossa corporação; o Coronel Reis, do Corpo de Bombeiro, Diretor do Departamento de Gestão de Pessoal; o nosso amigo Sargento Sansão, Vice-Presidente da Aspra; os demais participantes, senhores oficiais e praças, meus pares, meus amigos. Só temos a agradecer pela participação dos senhores.

Passe, por favor, ao próximo eslaide, por gentileza.

Trouxe, de início, a valorização da carreira dos policiais e dos bombeiros, a situação de equipamentos, viaturas, as condições de saúde, condições de trabalho e a situação do Código de Ética.

Queria passar aos senhores a situação do nosso fórum, pessoal. Nasceu em 13 de maio do ano passado, em alusão à Abolição da Escravatura. Nós sabemos que existe toda uma situação própria para ter nascido neste dia, realmente, fazendo referência a isso. É composto por conselhos executivos regionais. Nós temos hoje 60 membros, bipartite, entre policiais e bombeiros. Estão em construção hoje em 12 Estados os conselhos regionais e tem por princípio a defesa da carreira e da remuneração do policial e do bombeiro militar. Promover e participar de eventos, certames, reuniões, conselhos, comissões, que é o caso de hoje, bem como, formular também proposições, auxiliar, influenciar e otimizar algumas situações de legislações próprias nossas.

Indo para a situação das viaturas, sabemos das dificuldades que nós temos passado e, nos últimos anos, principalmente no ano passado e neste ano, há a situação do capotamento de várias viaturas. A nossa atividade policial militar sai de uma situação de calmaria ao estresse extremo e há muito pouco tempo para definir ou até mesmo para mensurar a situação do risco ou do perigo que se vai correr. Não se avalia isso, não há tempo para isso.

É temeroso falar que no caso do capotamento daquelas viaturas existe um culpado ou mensurar o que realmente poderia causar aquelas situações. Falar que o carro é ruim, é difícil. Não somos engenheiro mecânico para falar que aquele carro não presta, mas também sabemos que aquela é uma viatura inadequada. Nós não temos, no nosso País, viaturas preparadas ou fabricadas para atividade policial militar.

Diferentemente do Corpo de Bombeiro, que tem viaturas planejadas e fabricadas para o atendimento das ocorrências da atividade do bombeiro e, infelizmente, na Polícia Militar, nós não temos isso. As nossas viaturas são carros normais, fabricados para serem usados no dia a dia dos cidadãos do nosso País. Então, precisamos de um veículo que, realmente, atendam às nossas capacidades.

Houve um engenheiro da UnB que falou que esse veículo atende qualquer polícia do mundo. Poderia até atender, se realmente a viatura fosse preparada para isso.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA – Mas não foi preparada para isso, ele é um carro normal, e é vendido para o cidadão comum. Então, precisamos de viaturas próprias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quanto à situação da saúde, nós passamos hoje por uma série de dificuldades. Nós temos o nosso hospital, que foi construído na gestão passada, que gastou aproximadamente R$40 milhões, só que não temos corpo para atender isso, não temos médicos, farmacêuticos, enfermeiros e até mesmo outros profissionais que seriam necessários em um hospital para atender essa demanda. Temos, hoje, aproximadamente, 70 médicos na corporação, mas precisaríamos de cerca de 350 médicos para atender a demanda. Então, há uma demanda reprimida muito grande, uma vez que a gente tem mais de 80 mil pessoas a serem atendidas pelo serviço de saúde da Polícia Militar.

Do nosso ponto de vista, um paliativo talvez fosse trazer uma organização social para administrar o nosso hospital. Nós sabemos das dificuldades. Hoje, temos muita dificuldade para fazer exames simples ou consultas, porque nós só temos, na rede privada, a situação do nosso serviço de urgência e emergência. Somos atendidos em dois hospitais: o Santa Helena e o Maria Auxiliadora, lá no Gama. O pessoal passa por muita dificuldade. Acreditamos que a OS seja um paliativo, mas que seja o mais adequado para o momento, porque não dá para continuar do jeito que está. E atinge todos, do praça mais novo da corporação ao coronel mais antigo, que é atendido pelo nosso sistema de saúde. Nós acreditamos que tem que mudar essa situação e que talvez a OS seja o meio adequado para isso, para que consigamos minorar a situação dos nossos problemas.

O Heder falou aqui da situação dos direitos humanos. Infelizmente, ainda temos muita dificuldade, Heder, nas nossas corporações. O atendimento pelos nossos irmãos lá da Polícia Civil não é o mais adequado. Acho que ainda é preciso mudar bastante a questão da receptividade dentro das delegacias.

Para dar prosseguimento, eu gostaria de passar a palavra para o Renilson, para ele fazer alusão à situação do nosso Código de Ética e à situação da carreira, porque a gente propôs algumas situações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Renilson, você pode falar desse microfone aí. É só você apertar a luzinha aí que ele vai...

O SR. RENILSON SANTOS DE ROMA – Senador Hélio José, Presidente da Mesa, na sua pessoa, para não repetir os cumprimentos que fez o Fórum Permanente de Praças, por meio do seu Presidente, o Geraldo, cumprimento todos os presentes, para entrar no tema demandado.

Então, o Código de Conduta e Ética...

Estão aqui o Vice-Presidente da Anaspra, o Heder, de Minas Gerais, que já expôs, e o Deputado Gonzaga, um dos autores, precursor dessa questão do Código de Conduta e Ética no Brasil. Talvez... O Paraná tentou, mas teve que recuar; não sei se Pernambuco tem essa questão do... Acho que Minas Gerais é o único. E o Deputado Gonzaga deixa um legado nessa questão do Código de Conduta e Ética.

O Distrito Federal tende a caminhar por esse mesmo caminho e a afastar a prisão. Hoje, na verdade, nós não temos uma lei, e a Constituição é bem clara ao dizer que o cerceamento da liberdade tem que se dar por lei. Então, essa vontade, o direito de punir estatal não pode se dar por via de decreto, tem que ser por lei, e foi o que Minas Gerais fez, e serve como exemplo para o País.

Hoje, temos, por empréstimo, a aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército, que tem muito a ver com as Forças Armadas, mas não tem a ver com a realidade de nenhuma corporação do País, nem com a Polícia Militar, nem com o Corpo de Bombeiros.

E esses regulamentos por via de decreto acabam afrontando a própria Constituição, mais precisamente o art. 5º, inciso XVI, que fala da questão da legalidade. Então, o cerceamento do direito de ir e vir tem que se dar por meio de lei.

No caso do DF, nós temos um decreto distrital que manda aplicar o regulamento disciplinar das Forças Armadas. É o Decreto nº 23.317, de 2002. Nesse decreto, há um dispositivo que traz um tempo específico – depois, foi revogado esse espaço de tempo – para a criação de uma lei. Ou seja, uma comissão conjunta... E, neste momento, o Governo do Distrito Federal, por meio das corporações, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, tem uma comissão formada, uma comissão conjunta, para produzir uma minuta, uma proposição para trazer ao Presidente da República e, depois, a esta Casa de Leis, ao Congresso Nacional. Mas isso já tem quase dez anos, e nós não temos esse regulamento.

As punições disciplinares se assemelham muito aos crimes do Direito Penal, embora não sejam a mesma coisa.

A lei de Minas Gerais redundou, na verdade, em outro projeto. Aí, como Minas Gerais é precursor no tema... E o Deputado Gonzaga, nos seus movimentos sociais, é um dos criadores do projeto que virou a lei de Minas Gerais. E agora, o Gonzaga, como Parlamentar, traz uma diretriz, dentro do art. 18 do Decreto-Lei nº 667, dizendo que as demais legislações que, porventura, vierem no futuro não poderão ter a prisão disciplinar.

Não, nesse projeto de lei, ele traz alguns princípios, que são, todos eles, baseados na Constituição Federal.

O primeiro princípio é o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não há que se falar em humanização nas corporações se não se atentar para esse princípio da dignidade da pessoa humana.

Princípio da legalidade.

É o que eu acabei de falar. Somente por lei é que se pode cercear o direito de ir e vir. A liberdade, dentro da Constituição, é o direito que vem em segundo lugar, pela proteção. Só perde para o direito à vida. Então, a Constituição protege em primeiro lugar a vida e em segundo lugar, a liberdade. Então, por isso é tão importante essa questão da liberdade.

Também há o princípio da presunção de inocência, que a Constituição trouxe no seu art. 5º.

O princípio do devido processo legal, que tem muito a ver com a razoabilidade e a proporcionalidade, que é um princípio que não está expresso na Constituição, embora tenha muito a ver com o inciso LIV, que é o da questão do devido processo legal.

E o último princípio é o da vedação de medida privativa e restritiva de liberdade, embora a própria Constituição tenha trazido como exceção que pode ser aplicado à prisão disciplinar para os militares. Aí, com esse princípio, a gente pode olhar para o primeiro lá, da dignidade da pessoa humana, não para contrariar, mas para harmonizar um princípio com outro e não aplicar a pena de prisão, porque entendemos que a prisão é típica do crime, e nós temos um código penal para falar especificamente do crime, que é o Código Penal Militar.

Então, isso é para a sociedade entender...

(Soa a campainha.)

O SR. RENILSON SANTOS DE ROMA – ... que não se está aqui, com esse projeto, querendo que as pessoas cometam os crimes e não sejam punidas. Não é verdade. Não é isso que traz o projeto de lei que hoje está aqui no Senado sob outro número, o PLS 148, de 2016.

E, por último, carreira, que é o tema principal desta audiência pública. É muito complicado falar de carreira, porque o País é extenso. São 27 entes federados, e cada um legisla de forma diferente. O Distrito Federal é diferente porque obedece à lei federal, e os demais, à lei estadual. Assim, a competência do primeiro é da União e a dos outros é residual, dos Estados.

Hoje, dentro das corporações – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros –, há uma estagnação em alguns quadros e níveis hierárquicos. Não em todos, mas boa parte está estagnada. E o principal são as diferenças dentro da mesma lei entre o Título I e o Título II.

(Soa a campainha.)

O SR. RENILSON SANTOS DE ROMA – Se olharmos a parte da Polícia Militar, Título I, ela é bem diferente do Título II, do Corpo de Bombeiros. Então, houve diferença, e isso não é algo bom, porque as duas corporações seguem estatutos idênticos, embora leis diferentes. A remuneração é idêntica. Muitas legislações idênticas, e a lei de promoção tem diferença. Nós temos muito interesse em fazer essa alteração e trazer uniformidade de direitos entre a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, até para não gerar constrangimento entre as duas corporações.

Hoje, não há nenhuma proposição nesse sentido de alterar a Lei nº 12.086, de 2009, lembrando que essa é a primeira lei da história de promoção em relação a praças e oficiais oriundos de praças, porque os oficiais combatentes e os PMs da Polícia Militar tinham uma lei federal que falava de promoção, com exceção dos praças. E, hoje, temos uma desmotivação por conta dessa não alteração em trazer segurança jurídica para a lei.

Proposta nossa do Fonap (Fórum Nacional Permanente de Praças) é que seja apresentada, com urgência, uma proposição que não tenha ônus algum, até porque o País passa por uma situação muito grave, de bilhões de déficit. Então, sugerimos uma proposta simples para alterar questões simples também, mas que têm repercussão grandiosa dentro das corporações. Temos a proposta escrita, que não tem ônus algum, e é pertinente que seja apresentada. Vamos dar conhecimento a quem de direito e, mais à frente também, queremos poder contribuir e apresentar uma proposta também, com um estudo mais avançado, para chegar à situação que apresentamos aqui, que trouxemos para o Deputado Cabo Sabino e que virou a PEC 198, que estabelece a porta única de ingresso.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Renilson. Desculpe, porque o tempo é terrível. Teremos reunião da Comissão do Impeachment daqui a pouquinho, e eu tenho de garantir os horários aqui.

Fico muito feliz. Convidei o Nunes e o Hamilton para estarem presentes aqui, porque sei que, hoje, tanto o Comandante da Polícia Militar do DF quanto o do Corpo de Bombeiros Militar de Brasília são dois excepcionais técnicos, com grande competência. Não há parâmetros: o conhecimento do Nunes e o conhecimento do Hamilton são coisas louváveis, e isso me faz ajudar muito mais a PM e o Corpo de Bombeiros, porque sei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não temos hoje dois comandantes à moda antiga; são comandantes modernos, eficientes, com visão ampla e que, com certeza, contribuirão e têm condição de melhor analisar todos os pleitos, toda essa questão de TCO; toda essa questão de desmilitarização, não desmilitarização; constitucionalização, não constitucionalização.

Temos também o Coronel Ribas, aqui no Distrito Federal, que é uma pessoa extraordinária. Eu de fato quero deixar claro para a Aspra, estou de frente para o seu representante aqui, que me senti um tanto quanto frustrado com a ausência do comando aqui, mas está muito bem representado por dois técnicos que são, na verdade, os pontas de lança da área. Tanto um é um ponta de lança, porque é o responsável pela nossa polícia comunitária, quanto o outro é um ponta de lança, que é o que cuida dos recursos humanos dos Bombeiros. Então, eu também tenho consciência de que são dois excepcionais técnicos, que, com certeza, estarão muito bem preparados para representar as corporações em si, com relação às provocações aqui colocadas, auxiliando-nos neste debate.

Eu só fiz isso para eles se prepararem um pouquinho até a gente ouvir o pessoal da anistia, porque eu quero ouvir também o pessoal da anistia antes de ouvir os dois, porque vão começar os Bombeiros, depois a PM, para a gente poder voltar para as considerações finais.

Então à anistia eu vou dar cinco minutos, prorrogáveis por mais três; o tempo máximo é de oito.

Então, nosso querido Guarda Jânio, hoje na reserva, que tem participado de toda essa luta dos colegas da anistia, pela importância desse pessoal, que precisa estar incorporado à nossa tropa.

Nós já temos um efetivo muito limitado aqui no DF e não podemos perder a possibilidade de estar com esse efetivo na tropa. Inclusive foi motivo de conversa minha com o Governador, com a Paola, com o Nunes, com o Ribas, porque realmente nós temos que superar esta etapa, e não há sentido em uma pessoa que vem efetivamente desempenhando suas tarefas, por causa de um problema que houve lá atrás, ter que cessar de repente seus trabalhos. Então essa turma da anistia tem que prosseguir o trabalho, e nós temos que dar um fim positivo.

Então, Jânio, você tem cinco minutos, prorrogáveis por mais três. Com a palavra.

O SR. GUARDA JÂNIO – Bom dia a todos.

Meu nome é Guarda Jânio. Tenho que ser rápido, não é?

Bom dia, Senador. Representando o nosso Comandante-Geral, o Cel. Lima Filho, um abraço; representando também o nosso Comandante do Corpo de Bombeiros, Cel. Reis, as 33 associações que estão presentes e os políticos, os futuros pré-candidatos a políticos.

Quero dizer para os senhores que eu sou representante, sim, mas da união da Polícia Militar e dos Bombeiros. No gabinete do Senador Hélio José não há distinção. Há um oficial e um praça. É isso que eu quero colocar na cabeça dos senhores.

Eu quero entrar num assunto... É tanta coisa! Só vou dar um *feedback*, para depois a gente poder trabalhar sobre isto: a saúde.

Qual é o problema da saúde? Quando se começou a construir aquele hospital, eu sabia que era um "castelo de Grayskull", porque é uma obra faraônica. A saúde é cara, e nós não temos condições de bancar. Essa que é a realidade. Fiz uma proposta no período da minha campanha: que aquele hospital seja hospital da segurança pública, que envolve todos os segmentos – PM, bombeiros, segurança pública –, onde todos serão tratados com igualdade. É isso que eu vejo.

Outro ponto crucial: vamos falar aqui das viaturas. Gente, se não há contrato de manutenção, para que comprar viaturas caríssimas? Mas nós temos uma solução: o comando pode repensar isso. Tenho um respeito muito grande pelo Comandante, o Cel. Nunes. Ele é técnico e é político. Se não está dando certo uma coisa, vamos tentar outra. Vamos fazer como em outros Estados, terceirizar tudo. Vamos terceirizar. Eu acho que não haverá mais quebra de viatura, que a coisa vai ser rápida e não vai estar aí.

A respeito de acidentes das viaturas, infelizmente há companheiros nossos que estão sempre penalizados, tirando de onde não há. Então a gente precisa repensar isso.

E quero falar da anistia. Eu sou um colaborador da anistia, viu, gente? Eu não posso ver uma Câmara Legislativa com 24 Deputados aprovar um processo da lei de licença desses ex-policiais militares, que não são criminosos, que não são bandidos. Simplesmente foram afastados, às vezes, por perseguição política, às vezes, por pressão psicológica.

Naquela época, só para que vocês entendam, nós não tínhamos como tratar as pessoas, que não tinham como se manifestar. Eram dez, quinze, rua, e acabou. Mas, não quero entrar nesse mérito.

Então, foi aprovado por 24 Deputados Distritais, foi aprovado na CCJ e hoje está com a Secretária de Segurança, a Márcia de Alencar, possivelmente deve passar para a Casa Militar – o Cel. Ribas está aqui. Eu não sou fazendo o papel dos injustiçados. Deem condições a eles para se defenderem nos diversos casos. Olhem a situação deles. Quando vai para a Casa Militar, infelizmente, não sei o que acontece, sai de lá, bate e volta. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

preciso, sim, fazer uma comissão mista, onde estejam os direitos humanos, Ordem dos Advogados e os representantes, que são os coronéis da Casa Militar, para discutir. Já vi casos grotescos na sociedade, na política, em que as pessoas foram anistiadas. Por que não dar oportunidade para esse cidadão? Eu li os processos deles e vi coisas bárbaras, injustiça! Então, só peço isso.

Quero reiterar que o erro disso tudo que está acontecendo com a gente é nosso. Hoje estamos brigando por migalhas, sendo que é um direito nosso a admissão do interstício. Até pouco tempo nós estávamos brigando por aumento. E hoje, o que estamos fazendo? Uma injustiça. Não temos nem mais a capacidade de brigar por um direito nosso. Acredito que com essa mudança haverá legitimidade para os senhores que estão para ser promovidos no futuro.

Outra coisa, plano de carreira. O oficialato entra aspirante e sai coronel *full*. Está bonito! Parabéns! Mas e o praça? Ele entra soldado e, se brincar, vai morrer como subtenente, e olha lá! No meu caso, fui forçado a sair agora...

(Soa a campainha.)

O SR. GUARDA JÂNIO – ...devido à Lei 3.123, PLP 257. Já temos quase 1,5 mil policiais ou mais que foram embora assustados. Só ficamos sabendo duas semanas depois da aprovação que hoje está tramitando na Casa – não está morto, viu gente?

É por isso que falo para os senhores que o Senador Hélio José é uma pessoa do povo, abriu mão para nós. Na esfera federal, será nosso padrinho, porque nós estamos sem pai e sem mãe.

Eu quero que todas as associações parem de brigar, que parem de atacar umas às outras, que sejam unidas, que direcionem os nossos pré-candidatos para termos representatividade na Câmara Legislativa com três Deputados, com um ou dois Deputados Federais, para termos voz e voto, porque tudo passa pela política. Alguns ignoram, uns batem em mim. É verdade que tenho o voto da comunidade, mas aqui também terei voto, sim, para ajudar esse povo. Eu quero trabalhar pela união dos senhores, para que a gente seja unido. Chega de divisão! São mais de 33 associações, Senador, uma divisão dolorosa! Estão aqui alguns companheiros nossos que são pré-candidatos. Está aqui o Hermeto, está aí o Jabá, o Eliomar, o dos Bombeiros. Gente, vamos ser unidos, estar no mesmo partido ou na mesma coligação e dar uma resposta às injustiças contra nós. Esse é o Guarda do povo. Não me tratem mal e não me persigam...

(Soa a campainha.)

O SR. GUARDA JÂNIO – ...porque eu sou do povo e tenho história, trabalho em prol da minha instituição, a Polícia Militar e Bombeiros inativos.

Que Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu agradeço ao Jânio, que me economizou dois minutos do seu tempo. O Jânio está me ajudando, ele e o Major Aquino; o Major Aquino, pelo oficialato, e o Jânio, pelos praças. Estão no meu gabinete, lotados, os dois. Estão aí para poder transcorrer e percorrer todos os batalhões, conversar e tentar unificar as lutas nossas em prol da Polícia Militar e em prol do Corpo de Bombeiros.

Queria cumprimentar o Hermeto, que teve uma excelente votação aqui no DF. Foi o primeiro suplente, inclusive, de Deputado na chapa em que ele concorreu.

Eu queria cumprimentar o Jabá pelo trabalho extraordinário que tem feito também de divulgação nos grupos sociais, nas redes sociais.

O Eliomar. Cadê o Eliomar? O Eliomar também tem feito o dia a dia.

Meu amigo Laerson. Uma salva de palmas ao Laerson! (*Palmas.*)

Ele estava meio doentinho, mas está na luta aqui de novo. Está aí com óculos. Está secreto aí, Laerson? É a Lava Jato, não?

Gente, deixa eu dizer para vocês: em nome do Eliomar, do Jabá e do Hermeto, sintam-se todos cumprimentados. São tantas pessoas amigas e de qualidade, tanto dos Bombeiros quanto da Polícia Militar, que estão aqui presentes conosco que não tem como a gente citar todo mundo. Em especial há o sargento, aquele que salvou aquela senhora – viu, Lima Filho? – que ia pular do viaduto, daqui. Ele é da Rotam, daquele pessoal das motos. Qual é o nome dele mesmo? É o fortinho, moreno, estava ontem do jogo de futebol do Cruzeiro e Botafogo. Até pedi para ele vir hoje. Ele não veio.

Só citei o exemplo dele – me esqueci do nome dele, me fugiu da mente – para dizer que são tantos atos heroicos, tanto da PM quanto dos Bombeiros, que a gente precisa valorizar. Com um gesto como esse desse igo nosso da tropa motorizada, que estava indo para casa e viu a mulher que ia pular do viaduto, se atra- e conseguiu convencer essa vida de não se perder, a gente tem de valorizar muito essas duas corporações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Daí a necessidade dessa análise do estatuto, dessa análise do dia a dia, dessa análise da questão da diminuição também do interstício. Eu trabalhei muito para diminuir o interstício, porque eu acho que estão bastante represadas, de fato, as promoções aqui no DF. Conseguimos diminuir meio interstício. Foi possível fazer uma boa promoção nos vários níveis aqui no DF. Ainda não foi o sonho que nós gostaríamos.

O Governador do Distrito Federal fez um compromisso público de campanha de que ia discutir a reestruturação, de que ia discutir realmente uma questão de colocação mais razoável para a carreira de militar. Até agora ele não conseguiu cumprir essa proposta. Ele gravou um vídeo de campanha, além de fazer o compromisso. A gente espera que, até o final, ele consiga cumprir essa questão.

Pelo menos até o último dia do meu mandato eu vou cobrar responsabilidade de que quem faz promessa para que cumpra o prometido, porque eu prometi que ia pôr dinheiro do meu orçamento para reformar o Batalhão da Polícia Militar de Planaltina, e o dinheiro está lá, vai ser liberado para reformar o Batalhão da Polícia de Planaltina, está certo? Eu prometi que ia pôr o meu recurso da saúde para equipar o Hospital da Polícia Militar, que está sem recurso, sem remédio, e o dinheiro está liberado. E as emendas deste ano, vamos colocá-las lá na saúde, na Polícia Militar. Como disse o Guarda Jânio, espero que, de repente, possa atender tanto o militar PM quanto o militar bombeiro – não sei como é que funciona essa lógica lá.

Eu prometi que ia ajudar o Colégio Tiradentes, e conseguimos ajudar. Está lá um orçamento bastante significativo para que essa importante instituição de ensino da Polícia Militar do DF cada vez mais possa propiciar qualidade de ensino para os filhos dos militares. Vai ser uma luta que nós vamos ter de fazer, porque emenda de bancada não é simples para liberar recurso, para ver se liberam o recurso para execução dessa construção do Colégio Militar Tiradentes.

Nós não conseguimos liberar tudo o que gostaríamos para comprar o helicóptero, mas liberamos um valor significativo para o Corpo de Bombeiros, e o Coronel Hamilton está querendo, já que não dá para comprar o helicóptero, transformá-lo em recuperação de áreas importantes do Corpo de Bombeiros Militar do DF. Já deixei claro que nós somos parceiros nessa transformação, nessa batalha para buscar essa mudança.

Ajudei efetivamente aqui na discussão do TCO, num enfrentamento com outra categoria com quem eu trabalho muito, que são os delegados de Polícia Civil, que não querem de jeito nenhum o TCO para Polícia Militar. Eu deixei claro para eles que, nesse ínterim, eu tinha de apoiar a PM e apoiar os militares porque é realmente legítimo o direito do TCO. É muito mais objetivo.

Eu me lembro de que eu estava, nas minhas férias passadas, em Orlando quando o carro que eu estava dirigindo bateu na traseira de outro por causa de um equívoco de trânsito. A guardinha foi lá, fez o TCO completo, resolveu tudo na boa, sem nenhum tipo de problema, sem nenhum tipo de perda de tempo. Qualquer policial militar hoje, aqui em Brasília e no Brasil, com o preparo que tem, tem condições de fazer isso.

Então, esse enfrentamento eu fiz com outra corporação que eu apoio, que é a Polícia Civil e os delegados de Polícia, que não queriam de forma nenhuma que isso fosse encaminhado, como a questão da polícia penal. Eu acho que vou discutir com o Ministro, discutir com o Sindpen, para que a gente faça. Assim como a questão do porte de arma, o socioeducativo, que é necessário, porque os caras mexem o tempo inteiro com menor infrator e não têm condições de ir para casa e serem ameaçados por esses menores infratores sem ter como se defender. E há uma outra série de discussões do pessoal ligado a essa área de segurança.

Então, essa discussão é muito importante. Diante da complexidade do tema, a gente vai analisar e inclusive realizar outras audiências a respeito do tema. Estamos estudando junto com as várias instituições para, de repente, promover um seminário aqui no Senado Federal, no Interlegis. Vou conversar isso com o Sub Gonzaga e com outros colegas do setor para ver como é que a gente pode concatenar esses projetos importantes que estão aqui na Casa junto com algumas outras proposituras, para que possam caminhar bem as corporações. Vamos tentar organizar um dia de seminário aqui. Então, meu gabinete está aberto a essa discussão, como membro titular da Comissão de Direitos Humanos. Tudo isso eu quero deixar esclarecido para evitar algum mal entendido.

Alguns me procuraram aqui querendo falar. Pessoal, nós temos um procedimento aqui que é o Alô Senado. Qualquer um de vocês que quiser falar, quando eu estiver lendo a pergunta, pode ligar no Alô Senado, se identificar e fazer a pergunta que quiser e nós a leremos aqui.

Eu não terei possibilidade de abrir para o plenário, porque estamos com limitação de tempo. Eu tenho que ouvir aqui os nossos dois coronéis, representando as corporações; depois, dar três minutos para cada um que falou para fazer suas considerações finais; e concluir nosso trabalho hoje. Mas nós não vamos parar por aqui. Eu quero me comprometer com vocês para sentarmos, todas as nossas representações, locais e nacionais, a discutirmos esse seminário.

Vou passar para o nosso Deputado aqui. Você quer falar antes dos dois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Foi o senhor que disse que queria ouvi-los por último. Então, vou falar antes deles.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, o senhor tem direito à fala.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Prezado Senador Hélio José, primeiro, quero aqui fazer uma referência e uma deferência. No dia 25 de fevereiro de 2015, nós promovemos um evento na Câmara para homenagear os policiais mortos e, com isso, criar um movimento, uma pressão para agravar a pena daqueles que atentam contra os agentes de Estado. E o Senador Hélio José foi lá pela causa. Aquele evento, Senador, foi extremamente importante, porque conseguimos, de fato, pautar essa discussão na Câmara. Inicialmente, caminhava para uma alteração insignificante na legislação, mas a ação de todos nós e, depois, dos senhores aqui do Senado viabilizou que pudéssemos aprovar aquela lei com certa urgência.

Eu quero agradecer a possibilidade de estar aqui. Eu estou na Câmara hoje a partir de atuação em entidade de classe. Eu fui, por 22 anos, dirigente da nossa Associação de Praças em Minas Gerais, que hoje está aqui com a presença do Sargento Bahia. Então, onde há debate e espaço para o debate como classe, eu faço um esforço para estar presente. Esse é um aspecto.

O outro é que, do ponto de vista da legislação da Polícia e do Corpo de Bombeiros de Brasília, necessariamente passa pela Câmara. Então, é fundamental que eu esteja preocupado para que possa ser útil na construção da legislação específica das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros de Brasília, por essa obviedade de passar pelo Congresso Nacional.

O Senador apresenta aqui um roteiro extremamente importante. Eu gostaria de pelo menos 30 segundos para passar por cada item.

O senhor coloca, no primeiro item, a questão da desmilitarização e o ciclo completo. Eu sou radicalmente contra a desmilitarização, sou radicalmente contra a unificação e sou radicalmente a favor do ciclo completo para todas as polícias. Não é uma discussão de Polícia Militar e Policia Civil. Eu sou autor da PEC 431, que está tramitando na Câmara, que puxou o debate sobre o que estamos denominando – não é uma expressão minha – de uma nova arquitetura para a segurança pública no Brasil, em que nós defendemos que o ciclo completo seja para todas as agências de polícia – Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Guarda Municipal. Lá na frente, o senhor fala da polícia penal, que ainda não é polícia, mas a defendo na condição de polícia e com ciclo completo.

Então, nos posicionamos por uma solução de eficiência e eficácia na atuação das polícias com o ciclo completo, mas com a coexistência pacífica de todas as agências de segurança pública, organizada em um sistema, respeitando dois princípios básicos, fundamentais, que é o princípio e o conceito de territorialidade e o conceito e o princípio do estado de flagrância. Ou seja, no momento, precisamos mudar a Constituição para empoderar todas as polícias da capacidade do ciclo completo, que, em síntese, é a competência de fazer todos os atos da persecução penal: de investigação, de inteligência, de policiamento preventivo e ostensivo. Empoderar todas as polícias dessa competência de todos os atos da persecução penal. Isso está contido em várias PECs. A nossa PEC é a 431, que está na Câmara, mas poderíamos dizer também que está contida na PEC 51 aqui, com um formato diferente, porque a 51 propõe a desmilitarização.

Estamos partindo de dois fundamentos: um que tem um diagnóstico muito claro de que há uma deficiência na atuação das polícias no Brasil por conta desse modelo partido. Então, precisamos resolver esse modelo partido, que é o ciclo completo.

Há duas linhas: uma que concentra o debate e a proposta no ciclo completo apenas discutindo Polícia Militar e Polícia Civil; e a outra, da qual nós participamos, defendemos e estamos trabalhando por ela, que é o empoderamento de todas as instituições. Aí, no conceito de estado de flagrância, é o óbvio para todo mundo o que é um estado de flagrância. No caso da Polícia Militar, todo dia ela faz um flagrante. Ela não tem o empoderamento legal de formalizar a prisão, mas é ela que faz a prisão. É ela que faz o enfrentamento todo, faz a parte mais difícil, que é a contenção, a detenção, a gestão do conflito no local. Depois que chega à delegacia, o conflito está resolvido. Então, o que é para ser feito a partir de manuais é muito fácil. O difícil é fazer no campo, no chamado teatro da operação.

Portanto, nos posicionamos contra a desmilitarização. E já foi pontuado aqui que há uma demanda interna de parte dos militares, especialmente dos praças, pela desmilitarização. E nós apontamos a solução a partir do projeto que já foi apresentado e defendido, que é o do fim da pena de prisão, na sua síntese, que é o PLC 148, que está sob a relatoria do Senador Acir Gurgacz, na CCJ, que esperamos que possamos avançar rapidamente. Nós temos a convicção de que, internamente, quando buscamos a desmilitarização, estamos buscando cidadania. Ou seja, nós estamos buscando deixar de estar submetidos a esse princípio. E, aí sim, também considero, porque brigamos lá em Minas Gerais para acabar com aquilo que o RDPM faz com todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O RDPM institucionaliza o assédio moral, institucionaliza uma relação de domínio de uma pessoa sobre a outra em nome da hierarquia e disciplina. E nós conseguimos mostrar, a partir da experiência de Minas Gerais, que, desde 2002, não há mais a pena de prisão e, não havendo a pena de prisão, você tem que buscar outra alternativa de punição, de controle interno. Nós não podemos abrir mão de instrumentos rígidos e eficazes de controle interno. Uma instituição que tem a delegação do uso da força, que tem a delegação do uso da arma, que tem a delegação do Estado de ser o braço armado do Estado não pode prescindir de instrumento de controle interno que seja rígido, que seja eficiente, mas ele não precisa ser humilhante. E a pena de prisão tem essa característica da humilhação.

Então, estamos muito convencidos de que a experiência de Minas Gerais... E tenho insistido: não precisa copiar o código de Minas Gerais, mas Minas Gerais, neste momento, serve, sim, de referência de um Estado que não perdeu sua capacidade de ter uma Polícia e um Corpo de Bombeiros que preservam a hierarquia e a disciplina. Não temos um episódio – um episódio – de descumprimento de ordem, porque não há mais a pena de prisão. Nós não temos um episódio de alguém ter se negado em uma operação das mais complexas, das mais arriscadas que possa ser, por conta de não haver mais a pena de prisão.

Portanto, acho que nós... Não quero me colocar na condição de exemplo, mas é uma referência, para mostrar para as demais polícias e para o Corpo de Bombeiros que é possível.

Agora, é preciso registrar que nós temos o apoio. Fizemos audiências públicas. As polícias militares, os comandantes, através do CNCG, da Feneme, da Amebrasil, todos foram convergindo no sentido de que é fundamental. Inclusive, quem representou o CNCG aqui foi o Coronel, à época, Corregedor pela Polícia Militar de Brasília, defendendo que efetivamente a pena de prisão tem que sair do nosso ordenamento jurídico, sob uma premissa de cidadania. Nós não precisamos ter essa pena para exercermos a nossa responsabilidade constitucional de fazer segurança pública, de fazer o enfrentamento da criminalidade.

Por isso, somos contrários à desmilitarização, mas entendendo que há espaço para a cidadania como militares.

Na mesma linha, o senhor coloca o questionamento...

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Já acabou meu tempo?

O senhor coloca a questão da desconsolidação. Portanto, sinteticamente, nós somos favoráveis à manutenção do *status* jurídico de militar que temos hoje, com a previsão constitucional do funcionamento dos órgãos de segurança pública que há, do jeito em que está, apenas fazendo a alteração fundamental do ciclo completo.

Vou passar à questão aqui das polícias penitenciárias, no item 7.

Sou defensor, sim. Na Câmara é a PEC 308 que estabelece a condição de polícia. É um texto que avança em relação à competência das polícias militares – a competência de investigar.

E, dentro do ciclo completo, entendo que o conceito de territorialidade, de território, está bem definido para os agentes penitenciários. Portanto, dentro do sistema prisional, é o território onde somente eles estão. E ali eles poderão, sim, fazer o ciclo completo.

Não sou favorável ao texto que está na Câmara, no que diz respeito à subordinação aos delegados, como está lá.

Quanto ao subsídio, sou contra o engessamento na Constituição Federal da definição de que possamos receber apenas por subsídio.

Com relação às armas para os inativos, fui da comissão especial de discussão do controle de armas na Câmara. E foi feita uma grande confusão, ao se dizer que policiais da reserva, militares da reserva e reformados e os policiais civis aposentados não têm direito ao porte de arma. É um absurdo que nós sustentemos isso, essa tese, porque quem está rua não prende nenhum policial aposentado por estar portando uma arma. Ele só vai prender se a arma for ilegal.

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Então, o porte de arma para nós está garantido.

Mas sou favorável ao projeto, sim, para tornar mais explícito o que hoje está apenas no decreto.

Com relação à carga horária, estamos relatando uma PEC, a PEC 44, que é de autoria do Cabo Sabino, na Câmara, para defender a regulamentação da carga horária. Se vamos falar de cidadania, não podemos prescindir do direito à carga horária. De novo, trazemos Minas Gerais como referência. Nós estabelecemos, numa lei estadual, a carga horária de 40 horas semanais. Houve muita resistência por parte do Comando, por parte Governo. Enfim, houve convergência, e hoje está pacificado: são 40 horas semanais.

Ninguém interrompe uma operação, porque venceu o seu turno. Ele complementa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – ... se precisar ficar 24 horas, dois dias, mas é compensado e tem esse benefício.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos deixar um pouquinho para o seminário.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – O tempo acabou. O tempo acabou. Em dez minutos, realmente, é difícil, principalmente pela demanda que o Senador apresentou. Foi ele que apresentou essa demanda de 17 itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É para provocar o futuro seminário.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Mas quero agradecer e me colocar à disposição para a proposta que o senhor fez de fazermos o seminário, de ampliarmos esse debate, porque ele é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Deputado.

V. Exª só abrilhantou esta audiência pública com suas exposições. É uma pena não poder ter mais tempo para ouvir V. Exª por muito mais tempo.

Vamos ouvir agora, aqui, as corporações.

Representando um pouquinho a corporação do Brasil inteiro, mas, em especial, a de Brasília, o nosso Coronel Reis, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por dez minutos, prorrogáveis por mais três.

Está bem, Reis? Fique à vontade. Bom dia.

O SR. CORONEL REIS – Gostaria de parabenizar o Senador pela iniciativa da audiência pública, em que poderemos discutir todos os assuntos relativos às nossas instituições, em especial ao nosso Corpo de Bombeiros.

Gostaria também de cumprimentar o Coronel Lima Filho, a nossa coirmã que aqui representa a Polícia Militar. Cumprimento também o Presidente do Fórum Nacional, o Subtentente Geraldo Batista; o Sargento Sansão, Vice-Presidente da Aspra; todos os militares bombeiros e policiais militares que aqui se encontram conosco, para discutirmos um assunto que muito nos interessa.

O nosso Comandante, por motivo de agenda externa, não pôde comparecer, mas creio que, nas próximas, ele estará presente. Ele faz questão de estar sempre presente onde se discute o problema dos bombeiros e de segurança.

Com base na pauta que nos foi repassada, o nosso efetivo hoje é de 9.703 bombeiros. As nossas leis, como o senhor bem sabe, Senador, são todas federais.

Hoje, nosso efetivo existente, da Corporação, está em 9.700 bombeiro ativos. Com a vinda do PL 3.123, que se implementou na Câmara dos Deputados, aqueles bombeiros que tinham tempo para ir embora com medo de perder alguns benefícios que poderiam levar para a reserva se viram na vontade de pedir a reserva remunerada, alguns, com 30 anos, 31 anos, esperando alguma benesse a mais. Mas, como esse PL iria cortar alguns benefícios, eles se anteciparam e passaram para a reserva.

Sobre o nosso sistema de saúde, hoje a nossa corporação tem diversos convênios com vários hospitais no Distrito Federal. Há hospitais no Plano, na Ceilândia, em Taguatinga e diversas clínicas. O nosso bombeiro, hoje, se precisar de atendimento, tem pronto atendimento nessas unidades hospitalares.

E estamos construindo também, o nosso Comandante está construindo – está com 80% da nossa unidade já conclusa – a nossa Policlínica Médica, onde teremos UTIs e leitos de internação. O que isso vai redundar em prol da corporação? Isso vai diminuir os custos dos nossos convênios com as clínicas particulares e com os hospitais particulares.

Sobre as nossas condições de trabalho hoje, na corporação, o nosso Comando da corporação tem se preocupado muito com a parte de EPI, de proteção individual dos nossos militares. Nós estamos investindo muito em máscaras contra gases, roupas de aproximação, luvas, lanternas, roupas de salvamento, capas de chuva e coturnos. Porque um bombeiro bem trajado no socorro não será mais uma vítima. Ele vai corresponder aos anseios da pessoa que lá se encontra. Esta é uma preocupação nossa e principalmente do nosso comando: compra de materiais de proteção individual para os nossos bombeiros.

Nós temos hoje na corporação dois aviões de combate a incêndios florestais. Esse período agora é um período crítico. Os nossos bombeiros, anos atrás, sofriam muito no combate a incêndio florestal, por falta de um auxílio a mais no combate a essa demanda que é do incêndio florestal. Hoje nós temos esses dois aviões, que vêm nos auxiliar muito nesse combate de incêndio florestal, e dois helicópteros que fazem o transporte aeromédico nosso. Temos um médico da corporação dentro do helicóptero que atende essa parte de emergência médica no Distrito Federal.

Em 2015, nós, o comando da corporação, os oficiais, praças, discutimos a inauguração de novas unidades operacionais do Corpo de Bombeiros. Inauguramos em Brazlândia, Paranoá, Lago Norte, Taguatinga Sul e va-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mos inaugurar na cidade de Águas Claras mais uma grande unidade também. São unidades que dão melhores condições de trabalho ao nosso bombeiro.

Antes do Fundo Constitucional, como os senhores bem sabem, as nossas unidades eram bastante precárias. Havia quartéis onde tínhamos de fazer vaquinha às vezes para trocar lâmpada, para mexer na parte hidráulica. E, hoje, com o advento do Fundo Constitucional, o nosso comando da corporação está construindo unidades novas, com ar-condicionado, com alojamentos decentes para os bombeiros pernoitarem, porque nossa tropa é diferente da nossa coirmã, porque é uma tropa aquartelada, em que os bombeiros têm que ter o seu período de descanso, só saem quando são acionados. Então, nós temos nos preocupado muito com o bem-estar do bombeiro enquanto está no quartel.

Essas unidades hoje dispõem de academias. Enquanto não se brada – brada é um chamado para atendimento seja de incêndio ou de emergência médica –, o bombeiro pode estar treinando o seu condicionamento físico para melhor atender a nossa população.

Aliado a isso, temos o Cecaf, um centro de treinamento físico onde a gente detecta aquele bombeiro que está fora da especificação física. A gente convoca esse bombeiro para o centro de treinamento, onde ele passa por uma série de atividades físicas, com acompanhamento nutricional, médico e físico. Ele é retirado da tropa durante esse período e, quando o médico diz que está apto e o professor físico também fala que ele está em condições, ele volta para a unidade onde serve.

Temos ainda os programas sociais. Nós atendemos crianças e idosos em diversas cidades satélites. Nós damos noções de cidadania e de prevenção de combate a incêndio, tirando essas crianças das ruas para evitar que sejam cooptados por marginais, traficantes. Então a gente executa também esse trabalho. Nós temos bombeiros e bombeiras que trabalham nesse programa.

A nossa escala operacional hoje, Senador, é de 24 por 72. O bombeiro trabalha 24 horas e descansa 72 horas.

Existe uma lei que fala que temos que ter 80% do nosso efetivo em atividade-fim e 20% na atividade-meio. Hoje nós estamos bem abaixo. Temos 90% na atividade-fim e 10% na atividade-meio, hoje, no nosso efetivo de 5.800 homens, não o efetivo fixado, que é de 9.703.

A nossa frota de viatura é renovada a cada cinco anos. Hoje temos viaturas de combate a incêndio urbano, de combate a incêndio florestal, escadas mecânicas, plataformas, motos resgates, que foram adquiridas de 2012 para cá, e viaturas também que fazem a parte de fiscalização, de vistoria, a parte de prevenção e análise de projeto.

Viaturas novas a cada cinco anos são renovadas. Essas viaturas operacionais, de combate a incêndio florestal, urbano e de salvamento são viaturas de primeiro mundo, como Alemanha, França, Espanha. Esse é um grande ganho para a nossa tropa.

Existe o código de ética, como disse o nosso Subtenente Renilson, que está sendo discutido pela casa militar, que tem uma comissão mista de bombeiros, PMs, e está sendo usado como base o código de ética de Minas Gerais. Como o Subtenente Renilson disse, depende de lei federal. Então, o nosso código está bastante adiantado, está sendo exaustivamente discutido entre os oficiais e praças da corporação. Esse também é o anseio de todas as nossas praças.

Temos hoje o Colégio Dom Pedro II para atender os nossos dependentes dos nossos bombeiros militares. É o segundo melhor colégio público de Brasília. Se formos pagar uma escola particular hoje para os nossos filhos, não será menos que R$1 mil. Então, a nossa corporação dispõe desse colégio, que atende não só filhos dos bombeiros, mas também filhos de PMs, filhos de pessoas de todos os segmentos da segurança pública, inclusive civis.

Este ano, tivemos 1.050 praças e oficiais promovidos, como o senhor bem disse, pela redução de interstício. Não tivemos aumento este ano, e era um anseio dos praças e dos oficiais ter essa redução. Então, com o apoio do senhor, do Governador e do comando da corporação, fizemos essa redução, tivemos 1.050 beneficiados com essas promoções já no primeiro semestre. Soldados que entraram em 2011, hoje, só para o senhor ter ideia, já são sargentos na nossa corporação.

Nós temos priorizado também colocar o máximo de bombeiros no curso de Caep, que é o curso de altos estudos da nossa corporação. É um curso que dura quatro meses e, ao término desse curso de especialização, o bombeiro vai ter R$ 600,00 a mais em seu contracheque. Então, em um curso que deveria ter cem bombeiros hoje, o comando da corporação colocou 250 militares. Esse curso já está acabando e, ao término, esses bombeiros terão um ganho, que é pouco, mas, para quem não tem nada, já é alguma coisa, são R$ 600,00.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. CORONEL REIS – Por fim, eu gostaria de agradecer ao senhor pela iniciativa. Estamos à disposição. As demandas aqui levantadas serão apresentadas ao comando da nossa corporação. Estamos dispostos a conversar, a dialogar com nossos praças, a ouvi-los, sempre que possível, pensando no melhor para nossos praças, para a instituição e para a população, que depende muito do nosso serviço.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso querido Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do DF, Coronel Reis, que representa aqui o nosso querido Coronel Hamilton, a quem estimo e quero mandar um abraço.

Quero dizer que o sargento que praticou o ato heroico, na minha visão, de salvar uma vida é o Sargento Edson Rodrigues, do BPTran – fui gentilmente aqui informado e depois confirmei por meu WhatsApp com o nosso querido Coronel Lima Filho. Espero que o Corpo de Bombeiros Militar, que também esteve lá, e a Polícia Militar do DF saibam reconhecer esse simples gesto como heroísmo de uma pessoa que salvou uma vida.

Estou aqui oficialmente solicitando ao nosso Coronel Lima Filho que analise junto à corporação uma homenagem ao Edson Rodrigues. Eu pretendia fazê-lo hoje, mas ele não pôde estar presente.

Eu queria pedir perdão ao Cabo Heliomar, ao Sargento Luzimar, nosso querido Jabá, que está ali atrás, ao nosso querido Cabo Clayton, ao nosso querido Cabo Abranches, do Blog do Halk, que é um blog importante de informação da luta da Polícia militar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu sei, querido.

Agradeço ao nosso Capitão Isanil, do Corpo de Bombeiros.

Por nossa exiguidade de tempo, em vez de eu abrir a palavra para vocês por um minuto e ficar acionando a campainha para que concluam, porque um minuto é muito pouco, não dá para nada, acho melhor nós garantirmos que vamos juntos organizar um seminário com tempo para cada um poder se pronunciar, trazendo realmente uma participação boa para discussão.

Eu gostaria que essas provocações que fizemos aqui, que essas dezessete perguntas, até para me auxiliar a melhor ajudar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, vocês as respondessem por escrito, de maneira formal, e as encaminhassem ao nosso gabinete ou a esta Comissão de Direitos Humanos, que as repassaria para mim e no tempo hábil de uma semana. Sei que realmente, como o nosso Deputado falou, não havia a mínima condição de, em dez, doze, treze minutos, responder a um questionário em que só uma das perguntas daria um dia inteiro de debates. Então, se vocês pudessem fazer uma colaboração para o nosso mandato, respondendo a esse questionário... Inclusive, estendo isso aos cinco que eu citei aqui: ao Clayton, ao Eliomar, ao Jabá, ao Isanil, ao Abranches e também ao Jânio. Peço que respondam a esse questionário para servir de base para eu poder analisar.

Vamos ouvir o Coronel. Eu vou analisar, porque todos terão três minutos de tréplica, para resposta final. E vou ver como vou fazer com essa questão. Por hora, não dá tempo, mas verei. Se vocês da plenária quiserem fazer perguntas, podem utilizar o Alô Senado, pelo número 080061-2211. Podem ligar, porque eu formularei a pergunta, e não mencionarei o nome da pessoa que a fez. As perguntas podem ainda ser feitas pelo nosso *site,* pelo www.ecidadania.org.br, aqui do Senado Federal.

Ao Coronel Lima Filho, dez minutos prorrogáveis por mais três.

O SR. CORONEL LIMA FILHO – Senador Hélio José, eu gostaria de cumprimentar V. Exª em nome do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Nunes, que não pôde estar presente devido aos eventos que estão ocorrendo no centro de Brasília, bem como ao evento que está sendo realizado em São Sebastião.

Eu gostaria de cumprimentar também o nosso Subtenente Gonzaga, Deputado Federal. Quero cumprimentar a Mesa; o nosso companheiro Sansão, companheiro de lutas desde o tempo em que eu fui Presidente da Associação dos Oficiais; o representante da nossa coirmã, o Coronel Reis, representante do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros; o Sr. Geraldo Batista, do Fórum Nacional; o Heder Martins de Oliveira, da Anaspra; todos os senhores e senhoras presentes; nossos companheiros da Aspar; nossa equipe de assessoria do Centro de Políticas Públicas e demais órgãos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Eu gostaria, de coração, de cumprimentar a iniciativa de V. Exª, porque muito facilita o meu trabalho. Estou lotado no Centro de Políticas Públicas. E esse trabalho vem ao encontro da nossa missão, é um facilitador do meu trabalho.

O Centro de Políticas Públicas é uma evolução do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos. A poração recentemente editou um decreto que mudou a estrutura da corporação, é o Decreto nº 37.221, de e maio de 2016, então é muito recente. Esse decreto deu outra dimensão ao antigo Centro de Polícia Comu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nitária de Direitos Humanos, transforma-se em CPP (Centro de Políticas Públicas), que tem como incumbência o trato de políticas públicas no âmbito da corporação.

Estou recente no antigo Centro de Polícia Comunitária, agora Centro de Políticas Públicas, fará agora três meses. Agora, quem me conhece sabe que eu nunca me afastei da luta da corporação. Sempre estive envolvido com a Associação, com os trabalhos, fui fundador da Associação dos Oficiais. E participamos junto com várias pessoas aqui de várias lutas que foram gloriosas, foi um tempo áureo da luta associativa. Graças a Deus, a gente conseguiu várias metas, porque a gente trabalhava harmonicamente, irmanados. Foram muitas discussões na sede da Aspra, na sede da Asof. Então, para mim, não foi muita surpresa estar no Centro de Políticas Públicas.

E quando cheguei, a primeira pergunta que fiz: "Direitos humanos, como a gente vai trabalhar direitos humanos na corporação?" E a primeira resposta que tive foi a seguinte: "Direitos humanos é para o cidadão." Mas eu disse: "Eu quero trabalhar direitos humanos para o policial."

Os entendidos, doutos no assunto falaram: "Não, direitos humanos, não se entende direitos humanos para o policial militar. O policial é agente do Estado". Falei assim: "Mas o policial militar é ser humano, logo, tem que ter direitos humanos. E alguém tem que cuidar dessa pauta dentro da corporação."

E a gente vem insistindo nessa pauta. Essa ideia tem ganhado muito corpo no alto comando da corporação. E o próprio Comando Geral já tem esse entendimento nas suas práticas. Para quem conhece o nosso Comandante, o Coronel Nunes, ele preza muito o relacionamento em relação ao policial, o tratamento.

Um dos policiais uma vez me relatou como ele se sentiu recompensado por ocasião do policiamento do *impeachment* quando o Comandante andou por todo o policiamento conversando com os policiais. E, diferente daquele tratamento antigo que havia, até regulamentado – não é antiga essa prática, está dentro do regulamento –, ele conversava com o policial no momento do descanso policial, o policial sentado, e o Comandante ia lá conversar com o policial, o policial levantava, ele dizia: "Não, pode ficar sentado no seu descanso que eu só quero saber, conversar contigo." E o próprio Comandante-Geral conversou vários assuntos: plano de carreira, saúde. Ele mesmo lá. Isso, para o policial, foi muito importante.

Como também coisas mínimas que a Polícia Militar fez a partir da visão do nosso Comandante-Geral, que são simples, mas que nem sempre são feitas: você ter água, água limpa, potável para o policial beber quando está numa manifestação, como também banheiro químico. Tem que ter. Eu trabalhei durante a segurança da Copa, e uma das demandas que a gente não conseguiu resolver foi a questão de ter banheiro químico para o policial que está trabalhando do lado de fora do estádio.

E aqui no policiamento do *impeachment,* nós conseguimos, a corporação conseguiu dotar de água, banheiro químico, um lanchinho. São coisas simples, mas mostram o mínimo de preocupação, e nem sempre se tem essa visão.

E o Comandante ainda foi mais além, ele colocou aquele famoso muro. Aquele muro é uma forma de proteção ao policial militar, principalmente ao policial militar, por que quem ia segurar aquela turba no braço? É o policial militar? Então, além de proteger a população, protege também o policial.

Então, essa tem sido a luta da corporação, a visão que se tem em relação ao nosso principal patrimônio, aquela pessoa que faz, é o policial militar que está na rua. Hoje a sociedade tem exigido muito que o policial tem que ser alguém que respeite os direitos humanos, alguém que esteja alinhado a todos esses tratados internacionais, à Constituição, mas o policial é muito além disso, é um promotor de direitos humanos. Eu, na minha carreira, inicialmente, como tenente, fui trabalhar no Gama, e foi naquele momento de expansão do DF em que foram criados vários assentamentos, que se transformaram em cidades, como Santa Maria, Recanto. E toda esta área, Santa Maria, Recanto, era do Gama. E essa área, na minha época como tenente, foi desmembrada. E a lembrança que tenho é que o governador ia até o local, fazia o assentamento, dava o lote, não tinha às vezes água, a água era de chafariz, não tinha posto de saúde, não tinha estrutura básica nenhuma, mas tinha sempre um posto policial. Isso foi em Santa Maria, foi no Recanto.

O primeiro órgão do Estado a estar presente em toda as cidades foi a Polícia Militar. Isso não é reconhecido. E aí o policial é um elemento promotor de direitos humanos na sua integralidade.

Os partos são feitos nas viaturas. O policial socorre as pessoas. Tudo é feito a partir da Polícia Militar. Então, o policial é muito mais que alguém que tem que respeitar os direitos humanos: ele é o promotor.

Mas aí vem um detalhe: ninguém dá o que não tem. Por isso é preciso que a gente tenha uma visão ampliada da importância do policial nesse cenário enquanto promotor de direitos humanos. Por isso que o Centro de Políticas Públicas vem como órgão a catalisar todas essas demandas do policial militar enquanto um servidor que precisa desse suporte do Estado para fazer a sua missão.

E é bem oportuna essa audiência pública porque nós vamos criar um sistema. São vários assuntos que mandam estudos profundos em cada temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Estou aqui com o Sargento Alan, que esteve nos Estados Unidos pesquisando sobre viatura, conhecedor profundo. Só o tema de viatura aqui levaria talvez dois dias para explicar tudo. Saúde é outro ponto. O plano de carreira.

(*Soa a campainha.***)**

O SR. CORONEL LIMA FILHO – A corporação... E eu nem comecei a falar, né?

A corporação, se a gente analisar, vem se preocupando com essa mudança, com essa nova ótica.

Se pararmos para pensar, a 12.086, que foi uma conquista histórica, é de 2009, recente. E nós rompemos algo que por mais de 200 anos de pensava. Não existia a carreira do praça. O praça não tinha carreira, porque você fazia concurso para soldado, outro concurso para cabo, outro para sargento. Em 2009, nós tínhamos casos de pessoas que se aposentavam com 30 anos, mas o senhor sabe muito bem que, quando se faz uma proposta de lei, você não consegue quebrar com todos os paradigmas. Nós temos um paradigma militar. Qual é? Você precisa... É uma instituição piramidal e, naquele momento, na Lei nº 12.086, o Sansão se lembra muito bem, ou aceitávamos o que era possível, ou não tínhamos nada. Não foi isso? Não tinha! Não tinha como você fazer todos os benefícios possíveis, quebrar todos os paradigmas, e não avançar em nada.

E nós avançamos: criamos a carreira, fizemos a analogia da carreira do oficial com a do praça, criamos os cursos equivalentes do oficial com praça e demos dignidade, mas ficou algo para ser conquistado. E este é o momento de colocarmos na mesa essas conquistas, mas tudo dentro de uma ótica de que nós temos que entender a corporação, temos que entender a nossa história e os nossos momentos, para fazer crescer.

A corporação tem, sim, se preocupado. Nós temos um sistema de saúde; não é um dos melhores, mas todas as categorias têm um sistema de saúde amparado por lei? Não tem. Temos que melhorar e muito, mas nós temos e temos que lutar por ele. Nós temos assistência psicológica? Temos, mas ainda é incipiente, precisamos melhorar. Nós temos atendimento da Capelania, às vezes eu vou em sepultamento de alguns policiais e às vezes pessoas de fora da corporação dizem "Mas que bacana! Morre um policial..." Bacana, assim, no sentido de que percebe aquela união do policial, de toda a corporação no momento de dor do policial, que é muito importante, nós temos que incentivar mais ainda, mas nós temos carreiras que não têm isso, não têm um padre, não têm um pastor, não têm alguém para dar um conforto à família.

Então, é importante nós pontuarmos que nós temos algumas coisas. Nós temos um curso superior, nós temos uma faculdade. É uma conquista também de dignidade policial, uma faculdade reconhecida pelo MEC, que foi nota 5 pelo MEC, e que, a partir daí, nós queremos que o sistema de pesquisa seja feito dentro da própria corporação, porque as universidades não nos recebem bem.

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL LIMA FILHO – E isso é realidade. As pesquisas não são feitas a partir das necessidades da corporação; as pesquisas têm o viés ideológico das universidades, e nós conseguimos superar isso. Nós estamos agora com uma faculdade reconhecida pelo MEC, comprovada, nota 5, em que nós podemos fazer nossas pesquisas.

Em relação a qual a melhor viatura, qual o tipo de viatura... Porque hoje as indústrias nacionais não fazem viatura; elas fazem carro de passeio adaptado à realidade policial. Isso não dá certo. Como diz o Sargento Alan, são carros travestidos de carros policiais. E nós temos que romper com isso, e, para isso, nós precisamos do apoio do Parlamentar, nós precisamos dessa coesão, nós precisamos mudar muitas legislações.

Para encerrar, nós temos legislações em que nós trabalhamos diretamente, mas não somos sequer citados. Vamos pegar a Lei Maria da Penha. Nós temos um serviço, um dos poucos serviços que atuam na prevenção e repressão à violência doméstica, mas, se pegarmos a Lei Maria da Penha, a Polícia Militar não é citada. Na Lei Antidrogas nós não somos citados.

Então, existe uma discriminação, tanto intelectual, como do Legislativo e da mídia às corporações. Nós temos que romper com tudo isso, mas nós só vamos romper se nós estivermos unidos internamente, em um trabalho de diálogo franco, como sempre fizemos, e também unidos com a classe política, para que consigamos tirar essas amarras.

Primeiro, temos que entender que o policial, como agente público, cuida da educação das nossas crianças. Nós temos a pesquisa que revela que, na influência da criança até mais ou menos o quinto ano, tem de ter a influência do policial. E vemos *in loco*. Eu vou chamar o senhor para ir a uma formatura do Proerd, como aquelas crianças se identificam com o policial, como elas têm a idolatria ao policial. Nós temos vários projetos sociais: Proerd, o Lobo Guará, o Teatro Rodovia, a equoterapia, que faz um trabalho com crianças com deficiência, o projeto de musicalização, através da música, e as crianças veem esse policial como um herói. Essa influência é importantíssima para que superemos o problema da violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, o policial está presente na sociedade como um todo. Ele é um agente de transformação, é um agente de educação, ele está em todo local e, a todo momento, socorrendo a população. O mínimo que o Estado, nós como Estado, temos que fazer é dar condições básicas para que ele possa exercer com dignidade o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço o nosso querido Coronel Lima Filho. O tempo realmente é muito curto; eu até fui mais tolerante um pouquinho, porque eu sabia da importância do colocado. Quero cumprimentar o Nunes, cumprimentar o Santana, cumprimentar o de Araújo, cumprimentar você e toda a Força pelo excelente trabalho que vêm fazendo e dizer que estamos juntos, tanto você como o Hamilton e a nossa turma lá dos bombeiros.

Pessoal, se nós dermos dois minutos – aí eu não tenho que ficar aqui pilotando e nem ficar enchendo o saco; tem que concluir em dois minutos, está certo? –, vai terminar meio-dia. Então, eu vou dar os dois minutos para cada um de vocês que está pedindo.

Então, Cabo Eliomar, dois minutos.

O SR. CABO ELIOMAR – Bom dia, senhores. Como o tempo é bem exíguo, eu vou ser o mais breve possível.

Nós estamos passando por uma situação complexa na segurança pública do Distrito Federal. Essa é a verdade, essa é a realidade. E no que nós temos que focar, eu acredito, agora, não são somente nos problemas que nós passamos; os problemas que nós passamos todos nós já conhecemos. Neste momento aqui, não quero focar nos problemas. Neste momento, eu queria focar nas soluções. Hoje nós temos muitos problemas, e não vou elencá-los aqui, porque os senhores já conhecem e já foi dito aqui. Eu gostaria de apresentar soluções.

Por exemplo, quando nós vemos a nossa dificuldade com a saúde, com o nosso plano de carreira e com tudo mais, existe uma grande forma de solucionar isso, é o uso racional do Fundo Constitucional. Hoje o Fundo Constitucional não tem sido usado de forma coerente. O Fundo Constitucional deveria ser utilizado para suprir as necessidades da segurança pública...

(Soa a campainha.)

O SR. CABO ELIOMAR – ... e deveria também poder auxiliar a saúde. O que nós vemos hoje é que o Fundo Constitucional não tem sido usado de forma adequada.

Um outro ponto que eu gostaria de colocar aqui é que foi votado ontem o aumento para os servidores públicos federais. A Polícia Militar não foi incluída, os bombeiros e Polícia Civil não foram incluídos. Qual a nossa sugestão, que passamos aqui para o Senador Hélio José?

Pedimos ao senhor que faça uma PEC para que inclua a PM, Bombeiros, Polícia Militar e também Polícia Civil nessa solução, porque já dizia o Betinho: "Quem tem fome tem pressa." E hoje, o que nós temos aqui em Brasília, na segurança pública, é fome, fome de justiça, de um tratamento igual. E a gente tem pressa. Tem pressa para que se use o Fundo Constitucional de forma racional e que inclua a Polícia, a PM e a Polícia Civil nesse projeto que dá o aumento salarial, que é digno para nós. Hoje, a PM está diminuindo todos os índices de criminalidade.

(Soa a campainha.)

O SR. CABO ELIOMAR – Eu acho que está na hora de diminuir o número de problemas que nós temos aqui na Polícia Militar.

Eu queria mandar só uma última frase. Eu gostaria de dizer ao Governador Rodrigo Rollemberg: Governador Rodrigo Rollemberg, ouça o Comandante-Geral, ouça o Chefe da Casa Militar. São pessoas que o senhor mesmo escolheu para trazer a solução para a segurança pública e para os policiais e bombeiros de Brasília. Eles são as pessoas que têm condição de amenizar os problemas por que nós passamos hoje, que não são poucos. Mas nós acreditamos que não somos uma polícia do Governo, nós somos uma polícia do Estado. Não somos oposição. Nós somos a Polícia que está trazendo a segurança pública para o Distrito Federal. Então Governador, a gente queria passar esse comunicado ao senhor.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Eliomar. Desculpe pela exiguidade do tempo.

Sargento Jabá, dois minutos. Conclua em dois minutos, embora eu saiba que o senhor tem muito mais o que falar. Vamos lá!

O SR. SARGENTO LUSIMAR – Bom dia a todos! Na pessoa do Senador Hélio José, eu cumprimento a Mesa.

Para ser bem rápido, nossos problemas foram todos elencados, muito bem colocados por todas as pes-
s que aqui estiveram. Mas eu quero me ater a um ponto muito importante que o Subtenente Gonzaga
ncionou: o empoderamento das corporações. O policial militar com nível superior, se ele não puder fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o termo circunstanciado, ele não pode estar na rua armado. E esse empoderamento é muito importante para que a sociedade venha a ganhar.

Nós, como policiais, queremos prestar o melhor serviço à sociedade. Agora nós queremos garantias, queremos respeito e queremos que a sociedade de Brasília compreenda a grandeza da Policia Militar do Distrito Federal. A cada dia, 24 horas, todos os policiais estão arriscando a vida, os bombeiros estão salvando vidas, e nós estamos esquecidos.

(Soa a campainha.)

O SR. SARGENTO LUSIMAR – Um Fundo Constitucional que não é respeitado, cuja maioria está indo hoje para educação e saúde. Há uma inversão da Lei nº 10.633, e isso precisa ser observado de perto. E nós temos também outras questões importantes. Precisamos de uma carreira digna, porque um policial hoje, com 16 anos de corporação, é cabo. Com 16 anos em qualquer área do serviço público, o agente público está no topo da carreira. E isto nós temos que ver imediatamente: uma reestruturação das nossas carreiras. Que o Senado possa nos apoiar neste momento tão peculiar. Contamos com vocês. Agradecemos a oportunidade. Que Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns! Está correndo o tempo.

Cabo Abranches, do Blog do Halk, dois minutos.

O SR. CABO ABRANCHES – Bom dia! Meus cumprimentos ao Senador Hélio José. Vim com a missão de defender especificamente os cabos da Polícia Militar. A gente fez uma reunião com cerca de 300 cabos, que nos disseram: "Vá lá falar pela gente." A situação que acontece é a seguinte: nós temos agora cabos com 17 anos de polícia, 16, 14 e 13 anos respectivamente. E eu vim aqui expor a situação deles de penúria. Está sendo o grupo mais prejudicado com a Lei nº 12.086 no momento.

Então, a gente queria colocar essa situação aí desse grupo específico e tentar sensibilizar o Governo acerca de providências no sentido de amenizar o problema desse grupo em especial.

Eu vi aqui para representá-los mesmo, porque eu deveria estar falando pela corporação como um todo...

(Soa a campainha.)

O SR. CABO ABRANCHES – Só que eu fui sensibilizado por eles, que me falaram assim: "Bicho, vá lá falar pela gente, a gente confia em você." Então, está passado o recado aí: os cabos da Polícia Militar reivindicam a sua promoção a sargento, o mais rápido possível, no menor tempo possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um abraço. Obrigado também por você ter respeitado o tempo.

Cabo Clayton do NCP, dois minutos.

O SR. CABO CLAYTON – Bom dia a todos.

Eu queria parabenizar o Senador Hélio José pela iniciativa da audiência pública e cumprimentar também os comandos da corporação dos Bombeiros e da Polícia Militar, bem como os colegas presentes.

Eu vou ser bem breve.

Senador, a segurança pública no nosso País está definhando e já faz bastante tempo. Nós não vivemos no caos ainda no nosso País, porque temos homens que vestem essas fardas, que, na verdade, não são apenas fardas, são armaduras. Esses homens não são só profissionais, eles são heróis. E, graças a essas duas corporações, bem como às corporações que integram o sistema de segurança pública, ainda conseguimos viver num nível de tranquilidade aceitável. Caso não fosse assim, se nós não tivéssemos esses homens comprometidos, estaríamos numa verdadeira guerra, não estaríamos muito distantes de países que vivem guerras civis.

As corporações precisam urgentemente de Parlamentares que olhem por elas.

(Soa a campainha.)

O SR. CABO CLAYTON – Elas precisam de governantes, de Senadores, de governadores, que as possam verdadeiramente abraçar.

No púlpito, no plenário, temos muitos defensores, Senador, mas que abraçam a causa e fazem na ponta o que essas corporações precisam, temos poucos.

A única coisa que eu quero pedir para o senhor agora, como uma pessoa que acredita no trabalho do senhor, é que abrace essas corporações, porque esses homens e famílias abraçarão o senhor e caminharão juntos para que possamos ter uma segurança de maior qualidade. Pode ter certeza de que a lealdade desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

homens, dessas corporações fará diferença para o senhor e para a nossa cidade. Então, faça isso de fato e não de palavras, que o senhor terá o nosso apoio.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Cabo Clayton, que também cumpriu o seu tempo. Muito obrigado.

Nosso Capitão Isanil, bombeiro. Por último, vai ser o nosso querido Subtenente Hermeto.

Isanil, por favor, com a palavra. (*Pausa.*)

Desculpem-me. O Sargento Jair Dias, Presidente do Clube dos Bombeiros do DF, está aqui presente, e eu queria cumprimentá-lo. E lembro da nossa querida Coronel Maria Costa, minha amiga, nossa Presidente da CABE, que, com certeza, também vai estar conosco no nosso seminário, pois é uma pessoa extraordinária, que tem o meu apoio, a minha compreensão, o meu trabalho junto. Nós temos que unir esforços para unir todo mundo.

Vamos lá! Isanil, dois minutos, por favor.

O SR. CAPITÃO ISANIL – Bom dia, Senador, bom dia a todos.

Os problemas são muitos, não é, Senador? Com certeza, nós vamos tratar em um tempo adequado, porque são problemas complicados e crônicos por que vêm passando as instituições tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros.

Quando tratamos de segurança pública, parece até que o Corpo de Bombeiros vive no melhor dos mundos, mas nós também temos vários problemas graves dentro da nossa instituição, que devem ser resolvidos e ter a mesma atenção.

Mas hoje, neste momento aqui, aproveitando e agradecendo a oportunidade que o senhor tem dado às duas instituições para falarmos dos nossos problemas, queremos convocar o senhor porque estamos precisando hoje, na realidade, de alguém que realmente abrace a nossa causa, que lute pelos nossos problemas, que tente resolver e dê resultados concretos, porque, ano após ano, governo após governo, esses problemas vão só aumentando.

Falaram aqui sobre o reajuste de salário que foi dado para a área federal; pior ainda acontece nos antigos Territórios, que são submetidos à mesma lei de remuneração nossa, mas tiveram os soldos aumentados, enquanto o nosso continua o mesmo.

Então, são problemas graves, mas precisamos hoje que o senhor abrace esta causa...

(Soa a campainha.)

O SR. CAPITÃO ISANIL – ... e que dê resultados concretos para a nossa instituição porque estamos sofrendo uma das piores doenças que há na humanidade, que é a doença da saúde mental, o psicológico do militar, o psicológico do bombeiro, por não terem uma ascensão profissional adequada, por não terem um salário adequado. Então, precisamos muito que o senhor vista essa camisa da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, e abrace essa causa.

Como o nosso colega disse, nós somos fiéis, mas também somos cobradores ferrenhos de quem não nos ajuda e que só promete e depois não cumpre.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É isso aí, Isanil. Eu tenho feito muito por essa carreira, independentemente de promessa.

Vamos ouvir o Hermeto, nosso primeiro suplente de Deputado do meu glorioso Partido, que é o PMDB.

O SR. JOÃO HERMETO – Obrigado, Senador.

As minhas palavras, Senador, meus colegas policiais militares, é de união. Estou olhando para cada um dos pré-candidatos, candidatos passados, representatividade que a nossa corporação tem. Vamos nos unir por uma corporação forte, sem jogar oficial contra praça, praça contra oficial. Nós temos que ser uma corporação unida, porque estamos iguais a filhos criados sem pai: todo mundo bate.

Senador Hélio José, V. Exª tem uma missão aqui no Senado: apadrinhar e buscar resolver problemas cruciais da nossa corporação, que está envelhecida, está doente. Nossa corporação hoje é escrava de um tal de voluntário. O senhor sabe o que é voluntário? Ele coloca o nome para complementar a renda. Às vezes, o policial sai doente, não vai ao médico para não pegar um atestado porque não pode tirar o voluntário.

V. Exª, aqui no Senado, abrace a nossa corporação junto com os bombeiros, e nós daremos resposta ao senhor em 2018. Como o Fraga vai abraçar na Câmara Federal, o senhor abrace aqui no Senado. A minha palavra é de união, gente! Vamos criar vergonha! Vamos nos unir para que possamos ter uma corporação forte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Hermeto. Ainda tinha uns segundos, cumpriu rigorosamente, permitindo-me dar dois minutinhos para concluir e voltar para as considerações finais ao nosso gento Jair Dias, Presidente do Clube dos Bombeiros do DF.

Por favor, dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. SARGENTO JAIR DIAS – Bom dia a todos.

Senador, quero agradecer, mais uma vez, até as investidas que o senhor tem feito lá no Clube, visitando o nosso pessoal, fazendo essa aproximação, dando a cara à tapa, como nós costumamos dizer lá na corporação, e discutindo, cara a cara, com os bombeiros os problemas.

Eu reitero a palavra do Jânio e do Hermeto sobre a questão das associações. Faço mais um chamado às associações para que a gente trabalhe junto, viu, Sansão? Fizemos algumas reuniões no Clube dos Bombeiros com essa intenção. Não levantamos até muita coisa técnica que havia para ser levantada, mas mais para aproximar as associações e falar numa língua só.

Não poderia deixar aqui de falar, reiterando os problemas: a 12.086 pode ter trazido várias vitórias para a corporação, mas eu discordo muito mesmo de alguns palestrantes...

(Soa a campainha.)

O SR. SARGENTO JAIR DIAS – ... que falam que ela trouxe uma carreira para os praças. Os praças hoje não têm carreira no Corpo de Bombeiros. Não existe essa aproximação com a carreira de oficiais. Não é um discurso aqui que queira separar oficiais de praças, até porque trabalhamos juntos, somos de uma mesma equipe, mas temos de trabalhar a 12.086. Hoje temos muitos subtenentes com depressão, com várias síndromes, com 26, 27, 28, 29, 30 anos de carreira, e toda a expectativa que ele tinha de ascender no seu quadro funcional foi frustrada. Isso está trazendo vários problemas. E, como estamos com um público lá de quase três mil pessoas, escutamos isso todos os dias, Senador, acompanhamos, tentamos ajudar e somos limitados, porque eu não consigo ajudar financeiramente. Não consigo hoje. Por mais que nossa saúde esteja bem, Coronel Reis, ainda temos alguns limitadores. Temos alguns exames, alguns serviços que temos que pagar para depois sermos ressarcidos. Então, vemos companheiros até vendendo veículos, fazendo qualquer coisa para serem atendidos, pois a saúde não espera.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer a todos do plenário que aqui se pronunciaram em homenagem a todos que estão nos ouvindo e que estão nos batalhões.

Eu fiz questão de abrir este espaço. Mesmo tendo compromisso no Palácio do Planalto, vamos ouvir, com toda a paciência, os três minutos de cada um dos que palestraram.

Quero dizer a todos aqui que, desde o primeiro dia em que assumi o meu mandato – estou com um ano e três meses de mandato –, procurei ajudar essas duas corporações porque acredito nelas, sei da responsabilidade não só dessas duas, mas das três corporações da segurança pública do DF, que são a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar do DF. E nós tivemos o privilégio de estarmos sempre bem dirigidos. Tivemos um coronel técnico, o Coronel César, que estava fazendo um bom serviço. Estamos com o Hamilton desde o início, que está fazendo um ótimo serviço. Depois, o César foi substituído pelo Nunes, que é excepcional. A única palavra que tenho a dizer para o Nunes é que ele é excepcional!

As corporações nossas, as representações de classes estão, cada vez mais, se unindo, e isso é muito bom para a Polícia Militar e para os Bombeiros, porque, se não fosse o Roosevelt ser primeiro suplente e ter ascendido à Parlamentar, não havia nenhum na Câmara, por causa do divisionismo que fizeram. Então, todo mundo aprendeu que vão ter de se unir para a próxima situação.

Eu espero, no Senado Federal, ter o reconhecimento porque, desde o primeiro momento, tanto para a PM quanto para a Polícia Civil quanto para a Polícia Militar do Distrito Federal, eu tenho privilegiado ações para ajudá-los em todos os sentidos. E, quando eu tive que contrariar uma parte – a questão do TCO –, contrariar meus amigos da Polícia Civil – os delegados, não os agentes – e meus amigos da Polícia Federal – os delegados, não os agentes – e atender a Polícia Militar foi por convicção, e os convenci de que era necessário. A gente, em algum momento, tem que divergir. E tenho consciência de que o TCO é necessário pelo bem do País, pelo bem de todos nós para que tenhamos condição de ter mais agilidade.

Então, vou trabalhar no que eu puder para ajudar. Vamos marcar esse seminário. Quero que o Jânio e o Aquino, que estão efetivamente lotados no meu gabinete, se reúnam com as diversas corporações, acertem datas. Aqui temos o Interlegis. Na Câmara dos Deputados, temos o Nereu Ramos. Aqui no Senado, temos o Petrônio Portella.

Então, temos condições de passar um dia inteiro discutindo – numa sexta-feira, porque é um dia mais calmo aqui nesta Casa, ou numa quinta-feira – tem de ser num desses três dias – o tema, com tranquilidade, sem estar acochado com a faca no pescoço com um monte de coisas que está acontecendo na Casa neste momento.

Sou membro da Comissão de Relações Exteriores e não pude ir; sou membro da Comissão de Impeachment e estou uma hora atrasado; tenho reunião no Palácio do Planalto para a qual já estou atrasado; tenho almoço com o Senador Renan às 13h na casa dele – tenho que sair daqui e ir para lá para o almoço dele. Então, ele já atrasou, mas eu acho que é por uma boa causa, excelente causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vamos trabalhar juntos com cautela, com tranquilidade. Eu concordo com as questões que foram colocadas aqui sobre Fundo Constitucional e sobre uma série de questões que nós temos que debater com a tranquilidade necessária talvez nesse seminário – porque aí é uma pauta, sabe, Clayton? E nós podemos elaborá-la com a unidade de todos.

Vamos ouvir, pela ordem inversa, o nosso comandante Sansão. O tempo é curtinho, mas três minutos, pelo menos, dá para você fazer uma fala geral. Quando der dois minutos, vai tocar a campainha, e você tem um minuto para concluir.

O SR. SARGENTO SANSÃO – Termino minha fala aqui agradecendo ao Senador pelo grande apoio à Polícia Militar e aos Bombeiros, mandando um recado para o nosso Governador Rollemberg para que resolva o problema da saúde dos policiais urgentemente; traga o Código de Ética para ser debatido entre as associações, que hoje estão muito unidas, tentando resolver os problemas dos policiais; e encaminhe a reestruturação. Ou seja, essa reestruturação para os policiais e bombeiros é de grande importância. Vai resolver 90% dos problemas dos policiais e bombeiros. Foi um compromisso do Governador Rollemberg. Eu participei, ajudei a eleger o Governador, ou seja, resolve 90% dos problemas dos policiais e bombeiros. A reestruturação traz, sim, o complemento, promoções, contratações para o Hospital da Polícia Militar. Foi feita pelo grande Coronel Nunes, Comandante-Geral, que eu até apoio porque é um grande Coronel. Ele foi o Presidente da Comissão da Reestruturação, da qual eu fiz parte, e está muito boa. Tem que tirar algumas vaidades do PT que foram colocadas lá dentro, mas podemos corrigir e encaminhar urgentemente para resolver os problemas dos policiais.

Quero aqui agradecer ao Senador. A Aspra, a maior associação do País hoje, está à disposição do Senador, de todos os policiais e bombeiros. Vamos resolver, sim, os problemas dos policiais e dos bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Sansão. Ganhamos um tempinho.

Vamos, na sequência, para o nosso querido representante da Associação Nacional, o Subtenente Heder, por três minutos.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Só para encerrar com o nosso cordial cumprimento, Senador, agradecendo a V. Exª, primeiro, como já dissemos e todos aqui também o disseram, por permitir, dar voz a essas angústias e a essas grandes dificuldades que nós temos e que, num passado ainda não muito distante, não tínhamos. Isso é o exercício democrático. Isso é fortalecer a democracia e é fortalecer as suas instituições no seu âmago.

Sabemos que a discussão da segurança pública evidencia outros caráteres, passa por outra tangente. Temos o caráter da multidisciplinaridade, ou seja, as políticas públicas precisam dialogar e precisam conversar. Temos a intersetorialidade. Quando discutimos aqui um pouquinho dessa questão de saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Hoje grande parte das instituições policiais e bombeiros militares – não sei dizer aqui no DF, mas em Minas, afirmo porque trabalhei na área de ensino –, antes da contratação, traça o que chamamos de perfil profissiográfico do profissional, aquilo que deseja e almeja. E há um ponto: como V. Exª é da Comissão de Direitos Humanos, vou sugerir, vou ter a ousadia de sugerir a V. Exª que façamos um trabalho e abordemos o alto índice de suicídio, cometido nas instituições da segurança pública.

Digo esses números com muita tristeza, porque tenho acompanhado, e nós criamos um "mortômetro". Olha a que ponto chegamos: de criar um "mortômetro" da segurança pública para analisar as vítimas que existem em decorrência de serviço. E estamos também fazendo uma compilação dos altos índices de suicídio.

Na semana passada, em Minas Gerais, foram três companheiros nossos, três companheiros – e ainda que fosse o soldado com um dia. E nos preocupa, Excelência...

(Soa a campainha.)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – ... porque são profissionais com 24, 25 anos de serviço. Alguma coisa está acontecendo, precisamos ter uma análise, um olhar, jogar luz no que está por ocorrer, e não pode ser única e exclusivamente a condição financeira, há algo por trás que precisamos analisar, precisamos adensar essa discussão. E isso é um grande tabu.

Digo, com 30 anos de Polícia, nunca me coloquei na condição de especialista – tenho algumas especializações na UFMG, na Fundação João Pinheiro, sobre o tema segurança pública –, nunca me coloquei, porque aquele que assim o disser estará enganando a todos, porque segurança pública é dinâmica, não dá para se dizer especialista sobre todos os aspectos, porque é multidisciplinar, é variável.

Só estive até hoje, na minha vida, em 30 anos de Polícia, em um único evento que se discutiu e se abriu a caixa preta do suicídio de profissionais de segurança pública. Foi o evento do Fórum Brasileiro de Segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Pública no ano passado, no Rio de Janeiro, em que uma capitã da Brigada Militar apresentou os números de policiais mortos naquele Estado. Em Minas Gerais, nunca consegui esse dado.

Há aqui um comandante representando o Coronel Nunes. Por gentileza, comandante, deixe para ele o nosso abraço, fala que é o Subtenente Heder, já tínhamos debatido com ele. Ele não nos dará esse dado, não dará ao senhor.

(Soa a campainha.)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Não dará, porque isso é institucional, não que ele não queira.

Gostaria que, nesse evento que o senhor preza – se não for esse, um específico –, possamos trazer pessoas que possam debater, porque essa é uma violência oculta e que está levando milhares e milhares. E temos o poder de discutir e debater isso.

Quero agradecer aqui. Muito obrigado, em nome da Anaspra. Agradeço a todos os companheiros que aqui estiveram. Muito obrigado e nos colocamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Queria comunicar ao Heder que promovi, ano passado, e vou promover este ano, audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre o suicídio, e vou incluir um representante da carreira de segurança pública na próxima audiência que faremos sobre esse tema, porque, em Brasília, tem aumentado sobremaneira essa situação.

Temos uma cidade chamada Águas Claras, que é campeã de suicídio no Distrito Federal. Temos que discutir esse grave problema que estamos vivendo hoje na nossa sociedade, em que as pessoas, de repente, perdem o sentido da vida e cometem uma insanidade dessa. E precisamos fazer...

Nas corporações, tem aumentado muito, é fato o que você está colocando, e é preciso que tenhamos um olhar realmente de preocupação com relação a esse fato.

Sobre a Lei nº 12.086, o Subtenente, nosso primeiro suplente, Deputado Hermeto, colocou, com muita razão aqui, sobre essa turma que, realmente, há uma diferença com o Exército Brasileiro – em Brasília, o regulamento ainda é do Exército –, que promove o cidadão no final de carreira até a carreira de major e a Lei nº 12.086 vetou essa questão da Polícia Militar.

Isso causou uma frustração muito grande, e que é um debate que acho que é um bom capítulo no painel, para, durante o seminário, podermos colocar sobre a possível modernização ou não da Lei nº 12.086, com relação a essa questão de os subtenentes poderem ou não chegar até a situação que o Exército prevê de major na sua reta final de aposentadoria.

Vamos ouvir, então, o nosso querido Geraldo Batista Alves de Sousa, do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil.

O SR. GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA – Senador, mais uma vez, quero agradecer pela oportunidade, em nome do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil.

Quero dizer ao senhor que, em relação à Lei nº 12.086, os ganhos foram muitos mesmo, Coronel Lima Filho. Foram grandes os ganhos, mas ainda carecemos de uma série de situações dentro da própria lei para corrigir algumas distorções delas.

Dentre elas, a que o senhor acabou de citar na situação do Choaem, hoje estagnado no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar. Não conseguimos caminhar em nada nos últimos dois, quase três anos, desde 2014 sem promoções para a situação do Choaem. Na Polícia Militar, temos mais de 240 vagas abertas – que, no nosso meio militar, chamamos de claros –, e, no Corpo de Bombeiros, mais de 90.

Não conseguimos ainda a situação de uma definição: se será por antiguidade, se será por meio de mérito intelectual – um, previsto no art. 25 da Lei nº 12.086; o outro, no art. 32. A situação também vai promover uma melhoria na condição dos policiais que vêm ali abaixo na hierarquia.

Hoje temos, na Polícia Militar, cabos com 19 anos de Polícia e que galgaram um degrau na carreira deles – 3º sargento, 24 anos de serviço; 2º, com 27 anos, e a maioria passando para a inatividade, como 3º, 2º ou 1º sargento, não conseguindo chegar ao ápice da nossa carreira de praça, que seria a graduação de subtenente. Isso precisa ser revisto.

Há condições de se melhorar a situação dessa estagnação com uma proposta sem ônus hoje. Sabemos a dificuldade financeira enfrentada pelo País, e há possibilidade de se fazer isto: uma proposta sem ônus, com a máxima urgência, construída junto com o Exmo Sr. Governador, com a nossa Casa Militar, com o comando da corporação.

Sabemos que a situação de um plano de carreira hoje, nas condições econômicas e financeiras por que passa nosso País, é difícil de caminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA – Ela precisa ser feita e revista sim, mas há condições de se fazer uma proposta sem ônus e que traga melhores condições para a família policial e do bombeiro militar aqui no Distrito Federal.

Falou-se da situação de direitos humanos. Queria parabenizar o Coronel Lima Filho pela iniciativa, ele está recente lá no centro. Sabemos que pouco se tem ou praticamente nunca houve direitos humanos para o policial e o bombeiro militar. No ano de 2014, Senador, se o senhor me permite, o número foi de aproximadamente – não há o número exato – de 582 policiais assassinados no País, seja em confronto, seja no seu horário de folga, em serviço ou em decorrência do serviço, da atividade policial militar. Nós morremos três vezes mais do que o cidadão comum.

Muito se fala que morreram tantos em confronto, mas, se olhar para o outro lado, na proporcionalidade, morremos mais de três vezes mais do que o cidadão civil.

São coisas que têm que ser revistas, inclusive acho que olhando para a situação da Lei de Execuções Penais, que também tem de ser modificada. Mas essa proposta sem ônus é de grande relevância para as corporações.

Muito obrigado ao senhor, muito obrigado a todos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, querido Geraldo.

Nosso querido Guarda Jânio, três minutos, falando em nome dos anistiados, da anistia e de todo o pessoal. Vai lá.

O SR. GUARDA JÂNIO – Quero fazer uma proposta para os nossos colegas policiais militares, para as associações, tanto dos oficiais como dos praças, os bombeiros e os pré-candidatos, todos num só objetivo, para que possamos não só estar no Senado Federal, voltar aqui novamente para discussão da Lei nº 12.086, mas sobre a reestruturação e a mudança do Código de Ética, o RDE, que é ultrapassado, para o Código de Ética.

Acho que é um fato importante, e não podemos mais cometer os mesmos erros do passado. Anteriormente, tivemos aí um problema aqui no Senado, na área federal, onde foram apresentadas três reestruturações, uma dos Bombeiros; uma do Fórum de Associações, e outra, do comando e de um Deputado. O que aconteceu? Na hora da aprovação, nenhum passou, porque havia três. Temos que estar unidos num só objetivo de fazer uma só reestruturação.

Por meio do Senador Hélio José, vamos fazer a comissão, juntando todos nesse mesmo objetivo. Feita essa preparação técnica, vamos para todos os quartéis da Polícia e dos Bombeiros, porque os praças têm que apoiar essa nova reestruturação.

Acho que isso é justo, acho que isso é certo. Uma vez aprovado, não tenho dúvida de que o Senador Hélio José irá abrir as portas na área do Senado, na área federal, para aprovação. Todo mundo sabe que todos os nossos processos são voltados para a Câmara Federal, e chegou o momento, Senador, de que o senhor seja o nosso padrinho, que esteja na linha de frente do combate para que possamos adquirir os nossos direitos, porque, durante muitos anos, vimos sofrendo. É por isso que acredito na união do grupo.

Que Deus abençoe a todos, e que deixem Deus tocar no coração de todas essas associações, dos pré-candidatos e também das pessoas que querem ver uma Polícia melhor.

Se somos a melhor Polícia, merecemos melhor tratamento.

Que Deus abençoe vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso querido Guarda Jânio.

E acho que poderíamos tentar organizar, num espaço livre, por exemplo, uma confraternização entre nós, todo mundo que está discutindo essa questão, poderíamos ver alguma coisa com a Maria Costa e com o Jair, algo nessa área que não é reivindicatória, é mais de lazer e associativa, no sentido de confraternizarmos e preparar algo.

O meu gabinete está 100% à disposição, em nome do Major Aquino, em nome do Guarda Jânio e da minha assessoria, para organizar esse seminário junto com o Subtenente Gonzaga e junto com outros Parlamentares do setor, e também podemos trazer o Coronel Ribas, o Coronel Nunes, Coronel Hamilton e outros pensadores do setor, como os nossos dois grandes pensadores que estão aqui.

O nosso Coronel Lima estava falando para mim da importância de entrosar as equipes, até para agilizar expediente, para podermos dar essa colaboração. O tempo é curto, mas é possível.

Quanto às propostas sem ônus, por exemplo, para vocês terem uma ideia, querem uma dificuldade maior que seria aumentar o número de desembargadores de 40 para 48 no Distrito Federal? Nós aumentamos. Por quê? Porque foi uma proposta sem ônus, preparada pelo TJDFT, que é fundamental hoje para acelerar to-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dos os processos que estão no TJ, porque aprovamos aqui, no Senado Federal, a criação de oito cargos de desembargador, sem ônus.

Há algumas coisas, neste momento de penúria que estamos vivendo, em que, de repente, se batermos um papo, conversarmos com todo mundo, procurarmos, como o Sansão falou, aparar algumas arestas, nós poderemos avançar naquilo que é possível e, naquilo que é mais oneroso, nós damos um tempo escalonado, para podermos avançar também.

Ontem, por exemplo, foi aprovada na Câmara, e agora vem para o Senado, uma previsão de três anos para fazer aquela questão do Ministério Público, mais três anos para a DPU. Então, os aumentos que foram aprovados ontem não são uma coisa automática. É uma proposta que também vai chegar aos colegas, até pela similaridade e pela questão de serem pagos pelo Fundo Constitucional. O Governador do DF, com certeza, vai apresentar uma proposta similar à que deve ter saído para as corporações e para os outros órgãos.

Vamos ouvir aqui, para concluir, o Coronel Reis, e depois o nosso Coronel Lima Filho.

Coronel Reis, com a palavra.

O SR. CORONEL REIS – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer ao Senador pela iniciativa; aos colegas que compõem a Mesa, bombeiros aqui presentes, colegas militares da Polícia Militar da nossa coirmã; aos futuros candidatos; aos presidentes de associações; ao Cabo Jânio, que conheci lá em Taguatinga. Quando trabalhei no Quartel do 2º Batalhão, ele ficava ali no centro de Taguatinga coordenando o trânsito de uma maneira muito graciosa e, portanto, educativa também. Temos certeza de que os problemas e anseios aqui levantados serão defendidos pelo Sr. Senador nesta Casa, principalmente no que tange, pelo que pude observar, ao anseio da Lei nº 12.086. Então, com certeza o senhor vai defender a reformulação na nossa legislação e decreto, no que for possível.

Informo também aos nossos militares que o comando da corporação está atento às nossas demandas, porém gostaríamos de fazer mais, mas a nossa legislação hoje nos emperra. Com a mudança da legislação, certamente poderemos melhorar e muito as condições dos nossos bombeiros e dos nossos policiais.

Por fim, esse fórum aqui foi de grande valia para a nossa instituição. Os problemas aqui levantados serão repassados ao nosso comando da corporação, que consequentemente fará contato com o senhor, para melhorarmos as nossas condições de trabalho, de remuneração dos nossos bombeiros, e melhor atender a nossa população, que é quem nos paga.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Coronel Reis, mandando novamente um abraço ao Hamilton e a todos da Corporação do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Passo agora a palavra ao nosso querido Coronel Lima Filho, que representa a nossa Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. CORONEL LIMA FILHO – Gostaria de aproveitar o meu tempo para dar alguns retornos em termos dos desafios que são da corporação, trazer algumas notícias.

Sobre o plano de saúde, todos já têm conhecimento, através dos canais de comunicação, de que a Câmara Legislativa, em razão do pedido da corporação, está destinando alguns recursos de emenda parlamentar para incrementar a questão da assistência de saúde da Polícia Militar.

A Polícia Militar está com uma licitação da contratação de OSS (Organizações Sociais de Saúde). O edital já está na praça, e é a aposta da corporação para melhorar o sistema de saúde. Nós já conseguimos vencer a etapa da estrutura, que é o centro médico, e agora a questão é colocar esse centro médico para funcionar.

Quanto ao Código de Ética, eu tive a resposta de que ele se encontra na Casa Civil. Já foi discutido por uma comissão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, se encontra na Casa Civil para encaminhamento do Governo Federal e virá ao Congresso para discussão. Como já foi falado, tem que ser uma lei federal para resolver essas situações. Dentro dos tópicos que já foram tratados, ele acaba com a detenção e prisão.

Quanto aos coletes à prova de balas, a corporação, pela primeira vez, exigiu testes para esses coletes. Foi um fator que trouxe o problema, porque foi verificado que aquilo que estava sendo vendido não era de qualidade. Talvez tenhamos que abrir uma discussão sobre a aquisição de materiais por parte da segurança pública. Nós temos alguns impedimentos legais para adquirir materiais importados, mas isso, na prática, não tem funcionado. As instituições estão sendo vítimas também desse processo, porque ficam na mão, às vezes, de empresas que não têm a qualificação técnica.

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL LIMA FILHO – Por fim, a questão das viaturas. Nós estamos indo para a discussão numa missão a respeito do tipo de viatura, através do nosso próprio Instituto Superior de Ciências Policiais, para definir qual modelo de viatura, mas dentro dessa perspectiva de que os carros que são feitos pela indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nacional não são viaturas. Na indústria nacional, nós não temos fabricação de viaturas. Nós temos carros de passeio travestidos de viaturas policiais.

Por fim, gostaria de chamar as associações para continuar discutindo, talvez, também, no âmbito interno, essas demandas, ou construir uma rede. Lá no Centro de Políticas Públicas, trabalhamos muito em rede para outros temas. Significa que, quando você está com várias pessoas de boa vontade, às vezes consegue superar alguns problemas. Às vezes um policial precisa de um psicólogo, eu não tenho, mas uma associação tem. Ficamos sabendo das informações, e um vai ajudando o outro, porque não podemos esperar ter as leis, todo o processo, para resolver os problemas que nos estão sendo apresentados agora.

Agradeço a V. Exª pela iniciativa. Eu acredito que este é um momento histórico para a instituição porque, pela primeira vez, estamos discutindo temas que já foram discutidos muitas vezes, mas numa perspectiva sistematizada e numa proposta de continuidade, respeitando o policial como ser humano e, principalmente, como um agente promotor de direitos humanos e da segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É com muita satisfação, Coronel Lima Filho, que realizamos esta audiência, atendendo uma iniciativa do Cabo Clayton, para fazer justiça a uma conversa com o Jânio e o Sansão, que me procuraram, e graças a Deus, hoje – não é, Cabo? –, conseguimos um grande intento.

Queria mandar um abraço para a Drª Olga, do Samu, a qual está nos acompanhando, colega de luta da classe.

E para fazer justiça àqueles que confiaram no Alô Senado, eu vou aqui ler o que eles falaram, para concluirmos.

A Srª Maria de Fátima Anselmo Edelmann, de São Paulo, falou o seguinte: "Atualmente alguns políticos desviam dinheiro que é destinado aos direitos sociais. Em minha opinião, o Poder Judiciário deve ter independência e autonomia para administrar a segurança pública do País, pois a Justiça é plena e justa."

Muito correto. Ela deu a sua opinião via Alô Senado.

O Samuel Saraiva Castelo Branco, do Ceará, que estava nos vendo lá, disse o seguinte: "Gostaria de saber qual o motivo de o Senado não agir nos casos em que o policial faz segurança particular em suas horas de folga."

Vai ser tema do nosso seminário discutir essa questão, querido Samuel Saraiva Castelo Branco.

Pergunta do Sr. Fernando Morais, de Brasília: "Quero saber se o aumento de salário de 21% para o Executivo Federal será também concedido aos bombeiros e policiais militares do DF, assim como foi concedido nas duas últimas vezes que o Poder Executivo recebeu aumento."

Quero responder a você, Fernando, que creio que sim, porque o Governador do Distrito Federal aqui deve apresentar essa lei. Quem paga é o Fundo Constitucional e deve haver previsão para fazer esse mesmo pagamento depois da lei que o Governador do DF deve apresentar nesse sentido.

Pergunta do Lucas Barbosa Batista, também de Brasília: "O que pode ser feito em termos de melhoria, defesa ou até mesmo estímulo ao policial em face do incansável trabalho que vem se desenvolvendo e com a nova Resolução do CNJ 213, de 2015, onde o único objetivo é saber como foi a abordagem policial, sem importar com a vítima, o que sofreu [...]."

No seminário, vamos debater esses temas, audiências de custódia.

A pergunta do Sr. Rafael Alves, também de Brasília: "Sobre a aquisição de novas viaturas da PMDF, nacionais ou importadas, gostaria de saber se as vantagens do quesito segurança, ergonomia e efetividade para o serviço policial, seja militar, civil ou federal [...]"

Ele quer saber sobre as vantagens no quesito segurança, ergonomia e efetividade para o serviço policial, seja militar, bombeiro civil ou federal.

Vou repassar essa pergunta ao Comando da Polícia do Distrito Federal, que, com certeza, como há registro do *e-mail*, vai haver uma resposta para o Sr. Rafael Alves.

Por último, o comentário do Sr. Eduardo Alvarenga Alves Ferreira, que falou o seguinte: "Tem o meu apoio, evitando, contudo, os aumentos excessivos de salário sem o efetivo retorno de proteção aos indivíduos brasileiros."

Ele deve ter comentado a respeito, provavelmente, do ajuste linear que foi concedido a todas as carreiras nos próximos três anos.

Daqui, então, tiramos o seguinte compromisso: vamos tentar, as corporações, amistosamente, até para continuar esse clima de confraternização e de unidade, organizar um evento misto – PMs e Bombeiros – lá no Clube dos Bombeiros, o Jair, também a Maria Costa, tentando organizar um evento misto com PMs e Bombeiros, convidando nós todos, Parlamentares, as pessoas envolvidas, e vamos fazer numa amistosidade. Isso é no amistoso.

Oficialmente, chamaremos todas as corporações, que já estão convidadas, por intermédio do Guarda ...io e do Aquino, para nos reunirmos, preparando esse seminário, para dar continuidade ao que nós deba-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

temos aqui, com a contribuição dos comandos e de todo mundo, e, juntos, fazermos um dia inteiro de debate com tranquilidade, aqui na Casa. Estão todos convidados a procurar o nosso gabinete, o Gabinete 19, na Ala Teotônio Vilela. Vamos integrar o nosso Subtenente Gonzaga, que, com certeza, chamará os Deputados Federais envolvidos.

Temos aqui mais alguns Senadores envolvidos, como o Senador Cristovam, que passou por aqui. Então, fazendo justiça a ele, ele falou que estava junto, em qualquer luta dos Bombeiros e da PM ele está junto para apoiar. Ele me deu esse recado aqui no meu ouvido, aquela hora em que ele conversou comigo, para eu externar a todos. Então, estou aqui publicizando o pedido do meu Senador, nosso Senador Cristovam, que é um amigo de todos nós e que veio aqui falar comigo também.

E também o Senador José Medeiros e outros Senadores, Dário Berger, outros Senadores apoiam muito as corporações, o Senador Omar Aziz, o Senador Acir Gurgacz. E juntos tenho certeza de que vamos debater mais algumas questões de interesse das nossas corporações, para ajudar projetos de lei importantes que estão tramitando na Casa, como o PL 7.645; o Projeto de Lei do Senado nº 168; essa PEC 14, que vou relatar, que não tem muito a ver com vocês mas tem com a Polícia Penal, que é importante, a nível da segurança pública; o Projeto de Lei do Senado nº 190, e uma série de outros projetos que estão rolando aqui, de interesse da categoria, que a gente possa discutir com tranquilidade, levando essa discussão.

As atribuições são tantas de todos nós, mas dentro da possibilidade, eu, que sou membro da CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça, que sou membro da CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos, que sou membro da Comissão de Direitos Humanos, que sou membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado, que sou membro da Comissão de Desenvolvimento Regional e que sou membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o que eu puder ajudar nessa questão, dentro das perspectivas que colocaram... Sou candidato ao Senado – nunca escondi isso de ninguém – em 2018, quero poder permanecer aqui para ajudar o servidor público, porque sou servidor público concursado, sei da importância do servidor público para o funcionamento do País, do setor privado, do Estado, de todo mundo, porque o servidor público faz aquela interface entre o Estado e o privado, entre as pessoas comuns e o Estado, e tem que trabalhar de uma forma adequada, bem apoiado, em condições de bom e efetivo labor, de bom trabalho, para poder bem atender, porque ele é pago com nosso imposto, que cada um de nós pagamos.

Então, por isso que quero submeter o meu mandato à apreciação popular em 2018, e óbvio – até respondendo aqui aos colegas – que realmente gostaria que essas duas corporações e também a Polícia Civil e todas as corporações que defendo aqui dos servidores públicos, pudessem defender a permanência de representantes de servidores públicos nesta Casa, sejam Deputados Federais, sejam Senadores da República. E, no meu caso, estarei me colocando à disposição para uma das duas vagas de Senador da República em 2018. Então ainda temos muita estrada para trabalhar. Estamos trabalhando o máximo para colaborar, e se pudermos estar todo mundo numa unidade, será muito importante para todos nós.

Quero agradecer, dizendo que, já que não temos mais nada a discutir, declaramos encerrada esta reunião da Comissão. E continuamos os trabalhos mais à frente.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 56ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia seis de junho de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, José Medeiros, da Senadora Fátima Bezerra e da não membro Senadora Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 29 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O piso salarial dos Vigilantes". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente lê nota de pesar sobre a morte de Jorge Gilberto Leite Flexa. O Senhor Presidente solicita que todos fiquem de pé e pede um minuto de silêncio em homenagem a Jorge Gilberto Leite Flexa. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Deputado Distrital Chico Vigilante; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes; Loreni dos Santos Dias, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul; Cláudio José de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e São Gonçalo - Rio de Janeiro; José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco; Marcio Figueredo da Silva, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores e Tesouraria Bancária e Escolta Armada do Rio Grande do Norte - SINDFORTE/RN; Jervalino Rodrigues Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal; Maria Monica da Silva Lopes, Secretária-Geral do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Mozarte Simões da Costa Junior, da Direção da Fasubra-Sindical; Jacy Afonso, Federação dos Bancários da Região Centro-Norte; Amaro Pereira da Silva Filho, Sindicato dos vigilantes, Barueri – São Paulo; Walkleber Nogueira de Sousa, Vigilante; Mariza de Fátima Abrão, SINDVIGILANTES – RS; Gilmanie Araujo dos Santos, SINDMETROPOLITANO Camaçari – BA; Evaristo Amaro Custódio, Vigilante; Paulo Tico, do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia; José Maria, do Sindicato dos Vigilantes do DF; China Vigilante, do SINDES-PE. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados na mesa para as suas considerações finais. O Senhor Presidente lê projeto de lei que estabelece o piso salarial dos vigilantes em R$ 3.000,00 (três mil reais). Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros e as Senadoras Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 29, de minha autoria e de outros, para debater o tema: "O Piso Salarial dos Vigilantes".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós vamos convidar para a mesa o Deputado Chico Vigilante, que está aqui ao lado, o Sr. Cláudio José de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e São Gonçalo, no Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Convido José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes. (*Palmas.*)

Convido Loreni dos Santos Dias, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul. É lá do Rio Grande do Sul. Estarei com ele numa atividade no domingo lá. (*Palmas.*)

Convido Jervalino Rodrigo Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF. (*Palmas.*)

E convido o Deputado Distrital Chico Vigilante. (*Palmas.*)

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, para situar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e Rádio ıado e nos acompanhando pela Agência Senado e pela internet – pela TV, nós estamos ao vivo para todo o s, como fazemos toda segunda-feira pela manhã nas audiências públicas que realizamos nesta Comissão –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

eu queria, Deputado Chico Vigilante, parceiro – fomos Deputados Federais juntos –, me manifestar aqui sobre a perda de um grande líder sindical.

Depois que se aposentou, ele se tornou um grande líder dos aposentados e pensionistas de todo o País. Participou da Cobap, da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul e também da Associação dos Aposentados de Caxias do Sul, a primeira associação de aposentados que foi criada no País. Ele foi presidente durante dois períodos e, infelizmente, há três anos, teve um infarto, um AVC, enfim, e ficou em estado de coma durante três anos lá em Caxias. Eu o visitei dezenas de vezes, e ele veio a falecer na madrugada deste domingo.

Eu queria fazer uma pequena homenagem para ele. Vou aprovar, à tarde, um voto de solidariedade e de pesar que vou remeter às entidades com que ele conviveu, por exemplo, a militância do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, a Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul, a Cobap, em nível nacional, os companheiros do time de futebol em que jogamos juntos, e nós éramos moleques ainda. Ele era ponta esquerda e eu era centro médio.

O nome dele, grande amigo meu, meu irmão, um guerreiro, era Jorge Gilberto Leite. Eu o conheci, por mais de 40 anos, como Flexa. Para um ponta esquerda, pega bem o nome Flexa, não é?

Ontem, quando expressei a minha solidariedade à família pelo falecimento dele numa postagem, me perguntaram se era o Flecha Negra do Grêmio, Tarciso – Tarciso, estás vivo; não és tu, Tarciso. Então, expliquei para muitos que não era o Tarciso. Quem morreu foi esse grande amigo meu, que também se chamava Flexa.

Vou falar um pouquinho da vida dele, depois vamos fazer um minuto de silêncio, mas no Plenário é que eu vou fazer o voto de pesar mais aprofundado sobre o tema.

Existem ocasiões em que temos de subir a esta tribuna, como neste momento, por exemplo, aqui na Comissão de Direitos Humanos, para falar de assuntos que não gostaríamos de lembrar todos os dias, mas fazem parte da vida: a perda de pessoas pelas quais nós temos um enorme carinho e que têm uma trajetória de vida, como é o caso do Flexa, ilibada, transparente. É daqueles homens que deram a sua vida pela defesa da nossa gente, do nosso povo. É daqueles homens que faziam o bem sem olhar a quem.

Neste final de semana, tivemos uma grande perda, todos os militantes de causas como essas, que se dedicam a defender os que mais precisam. Perdemos o Flexa, líder dos aposentados lá em Caxias do Sul. Falo da partida do amigo Jorge Gilberto Leite, o Flexa – Flexa escrito com "x", como ele mesmo falava.

Jorge partiu com apenas 64 anos de idade. Há três anos se encontrava acamado por conta de um AVC. Desde então, teve que se afastar daquilo que ele mais gostava: a luta permanente em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

Conheci o Flexa 40 anos atrás, desde, eu diria, nossa juventude, como colega de trabalho, de futebol, mas também da luta permanente em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade.

Flexa foi Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul por dois mandatos, foi da Federação do Estado do Rio Grande do Sul, foi da Cobap, da Confederação Nacional e foi um militante ativo, aguerrido dos metalúrgicos de Caxias do Sul.

Ele é daqueles homens que lutaram sempre por causas e não por coisas, daqueles homens que diziam sempre: "Paim, se não pressionarmos, se não mobilizarmos, nada acontece. Faça a tua parte que eu farei a minha parte nas ruas." E assim ele fazia.

Foi homenageado pela Câmara de Vereadores com o direito de usar a tribuna de honra daquela Casa pela sua forma atuante, aguerrida de defender os que mais precisam.

O Flexa foi lembrado inúmeras vezes para ser candidato, inclusive, a vereador, a deputado, mas ele dizia: "Cada um no seu quadrado, Senador. Eu ficarei aqui na base e outros companheiros nossos, com certeza, devem ser vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores, senadores, como é o seu caso. Também, por que não dizer, é a nossa gente que tem que dirigir este País." Por isso ele era um apaixonado pela lógica de que a disputa do poder é natural, mas os trabalhadores têm que ter o seu representante.

Lembro-me do Flexa aqui, e já encerro. Eu era, como disse para vocês de forma descontraída... Eu sei que a esposa dele, neste momento, deve estar assistindo a essa fala que ora faço. Vou ler aqui o voto de pesar, mas gostaria de dizer aos seus familiares – neste momento, eu tenho certeza de que estão tristes – que ele está lá no alto, está com Deus, ciente do dever cumprido aqui na terra. Por isso, minha querida esposa do Flexa, Srª Cleusa de Abreu Leite e filhos, Wedson Leite, Ana Paula Leite, Diego e Ana Alice, eu queria dizer para vocês que só tenho uma queixa a fazer sobre o Flexa. Ele está lá no alto, está me olhando, dizendo: "Negão, não me apronta uma, hein, negão?!" Ele me tratava de Paim para Negão, era o papo dele comigo. "Não me apronta uma, porque estou aqui em cima. Estou de olho em você."

Estou falando porque você, Flexa, era alguém que sempre sorria para a gente, sempre tinha uma palavra carinho, de força, para continuarmos com as lutas que travamos sempre juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Sabe qual é a queixa que vou contar aqui, meu amigo Chico Vigilante? Nós jogávamos no mesmo time, o time do Eberle, um time famoso lá em Caxias. Era disputa de empresas. Ele era um grande ponta esquerda e eu, um centro médio regular. Escalaram o Flexa, o time escalou o Flexa para vir falar comigo: "Paim, nós descobrimos o seguinte" – olhe a conversa do Flexa comigo –, "tu és o cara mais inteligente da turma aqui, tu és o melhor de todos, tu és o cara." Eu digo: vem bomba aí. O Flexa, lá de cima, deve estar rindo a esta hora, porque ele sabe dessa história. Ele foi escalado. Eu disse: sim, e daí, Flexa? Qual é o problema? Eu com a camisa 5 nas costas já.

"Pois é, essa camisa 5, só grandes caras podem usá-la." Eu digo: sim, Flexa, onde está o problema? "Nós fizemos uma reunião agora e discutimos o seguinte: o nosso treinador acabou indo embora, mudou de cidade e tal. E descobrimos o seguinte: que tu vais ser o nosso treinador". Eu disse: Flexa, vocês não querem me tirar de centro-médio e me botar lá no banco para treinar o time, não é? Ele riu: "Não, imagina! Imagina, negão! Imagina! Nós te queremos porque tu és bom mesmo. Tu és tão bom que tu vais soltar essa camisa 5, vai dá-la para esse menino que está começando, e tu vais virar treinador". Resultado: fui para o banco, sentar para treinar o time. E treinei o time do Eberle por duas, três vezes.

Mas o Flexa é isso, ele fazia de uma missão... A missão, naquele momento, era me convidar para ser treinador e, ao mesmo tempo, liberar a camisa 5 para um centro-médio que vinha chegando, contratado. E um guri bom; era bom mesmo. Ganhamos, enfim, inúmeros jogos com a participação do Flexa na ponta esquerda.

Enfim, eu falei dessa forma descontraída, porque quero lembrar sempre do Flexa assim.

À tarde, no plenário do Senado, vou aprovar este voto de pesar que leio aqui.

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do amigo e companheiro de longas caminhadas, o guerreiro Jorge Gilberto Leite (Flexa), ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul (RS).

Neste fim de semana, tivemos uma grande perda, não apenas eu, mas todos os moradores do Rio Grande do Sul. Falo da partida de Jorge Gilberto Leite, o Flexa – Flexa, escrito com "x", como ele mesmo falava. Há três anos, encontrava-se acamado, devido a um AVC. Desde então, afastou-se do que ele mais gostava, que era lutar em prol dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas.

Como eu disse antes, conheci o Flexa há 40 anos. Foi uma convivência daquelas de amigos que se contam na mão. Sempre digo que muitos são os amigos, mas eu sempre tenho cinco que conto na mão, e ele era um desses cinco amigos.

Flexa foi um lutador da causa dos homens, das mulheres; deu a sua vida por este País e continuará, tenho certeza, lá de cima, fazendo essa mesma oração, em uma oratória permanente daqueles que querem, como eu dizia antes, fazer o bem sem olhar a quem.

Termino aqui dizendo que o Flexa tem um currículo bonito – já comentei antes aqui dos prêmios que recebeu –, o que vou destacar à tarde no plenário.

Quero dizer que o Flexa, lá do alto, deve estar acompanhando, inclusive – ele era um apaixonado pela vida dos aposentados e pensionistas –, essa situação da previdência no Brasil. Travei com ele, inclusive nesta Comissão... Ele usou a tribuna diversas vezes aqui, porque veio dar depoimentos, e nunca imaginamos que estaríamos hoje discutindo o fim do Ministério da Previdência, Chico. Nunca imaginei.

Então, Flexa, você esteve aqui comigo brigando, e brigamos juntos, sim, com todos os presidentes que passaram por esta República e todos os ministros que passaram, exigindo sempre um salário maior para os aposentados e pensionistas. Mas, agora, vejam a que ponto chegamos. Eu escrevo aqui que ele estaria muito triste se tivesse que estar aqui dizendo que o Ministério da Previdência nos foi roubado. Tiraram o Ministério da Previdência dos trabalhadores, e ele virou um puxadinho do Ministério da Fazenda.

Quero só dizer que perdi um verdadeiro amigo, um guerreiro, um irmão. Sei que ele está com Deus e que ele está feliz. Eu ficarei com saudade. E ele está feliz. Eu ficarei com saudade. Nós ficaremos.

Vai, Flexa! Vai, Flexa! Voa aí no céu. Flexa, descanse em paz. Um dia, com certeza, a gente vai se encontrar com outros guerreiros.

Esse voto de pesar nós encaminharemos para a esposa Cleusa de Abreu Leite e para os filhos, Wedson Leite, Ana Paula Leite, Diego e Ana Alice, no endereço a seguir: Rua Antonio Machado, 308, Caxias do Sul. E vamos remeter também para a Associação dos Aposentados de Caxias do Sul.

Eu pediria a todos que levantássemos, que ficássemos de pé por um minuto, em homenagem ao Flexa e a todos os guerreiros e guerreiras que, ao longo de suas vidas, se dedicaram a defender as causas que nós, hoje, aqui, com certeza, estamos defendendo.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Uma pequena introdução do tema que vamos debater, que é importante, para que aqueles que estão assistindo à TV Senado e ouvindo a Rádio Senado saibam qual é o motivo da audiência no dia de hoje.

Agradecemos a presença de todos nesta manhã em que vamos discutir um tema tão importante. Ou seja, hoje, aqui, vamos discutir a valorização e o exercício da vigilância e o fortalecimento, de forma direta e eficaz, da segurança no País.

A presente audiência foi sugerida pelo meu amigo, que foi Deputado Federal comigo e hoje é Deputado Distrital, Deputado Chico Vigilante, e pela Confederação Nacional dos Vigilantes, na figura de José Boaventura Santos.

Em atenção à sugestão, em conformidade com o Regimento Interno do Senado, fizemos o encaminhamento do requerimento nesta Comissão, para realizar esta audiência.

A profundidade do tema de hoje, aqui – vou simplificar o que está escrito –, é, na verdade, debatermos com vocês, que lideram essa categoria tão importante, que, como digo, são aqueles que dedicam a sua vida para defender o nosso patrimônio e as nossas vidas, que são os vigilantes.

Já tivemos – não é, Chico, Regina e Boaventura? – uma audiência pública lá em Porto Alegre. Não é, Santos Dias? Tivemos uma audiência lá em Porto Alegre – foi uma bela audiência –, em que o eixo foi o mesmo tema de hoje.

E, hoje, aqui, vamos aprofundar, porque, embora exista uma proposta que tramita na Câmara, queremos que, a partir do Senado, ouvindo a categoria, possamos discutir, apresentar – claro que irei defender a vontade que seja de todos vocês que lideram esse movimento – o piso dos vigilantes.

Está aqui um cartazinho que o José Boaventura trouxe e que podemos mostrar: "Vigilante. Piso Nacional." Os vigilantes podem mostrá-lo. Vocês devem ter aí também, não é? A proposta do piso dos vigilantes é a de um piso nacional de R$3 mil. Quem tem o cartaz pode levantá-lo. Não tem problema nenhum. Este é o motivo da audiência. E que ninguém diga que nós estamos aqui fazendo outro tipo de debate. O debate é este: o piso nacional dos vigilantes, proposto em R$3 mil. Agora, nós vamos debater na Mesa.

O Chico já mostrou? Ele está mostrando, para não haver dúvida. Eu e o Boaventura já fizemos a apresentação.

Então, esse é o motivo, pessoal. Nós construímos aqui subsídios suficientes para convencer Senadores e Deputados de que temos de ter um piso mínimo nacional para os vigilantes. Só vamos coordenar agora, pessoal, a fala de cada um dos nossos convidados.

Quem abre a audiência aqui, na Mesa? Pode ser essa sequência que está aqui? (*Pausa.*)

É o Chico. O mais antigo na Casa é ele, porque por anos e anos ele foi Deputado Federal junto comigo. Agora está na outra Casa, mas continua com os mesmos objetivos.

O SR. CHICO VIGILANTE – E na categoria também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E na categoria também.

Então, com a palavra o Deputado Distrital e ex-Deputado Federal Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE – Meu companheiro e amigo, Senador Paulo Paim; companheiro José Boaventura, Presidente Nacional da Confederação dos Vigilantes do Brasil; companheiro Cláudio, dos vigilantes de Niterói, no Rio de Janeiro; companheiro Loreni dos Santos Dias – eu só o conhecia como Dias, só agora que eu fiquei sabendo do seu primeiro nome, Loreni, Loreni dos Santos Dias –, que trava uma guerra, desde 1992, pelos vigilantes do Rio Grande do Sul. Felizmente, ele agora está no comando daquele sindicado e tem feito uma verdadeira revolução lá no Estado do Rio Grande do Sul.

Companheiro Paim, aqui nós temos vigilantes de Brasília, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, e ainda estão chegando de outros Estados. Nós temos companheiros dos mais variados Estados. E acredito que os vigilantes, no Brasil, estão ligados pela internet, pela TV Senado e pela Rádio Senado, porque este debate interessa diretamente à nossa categoria. Acaba de chegar ali o Souza, que é o companheiro Presidente do Sindicado dos Vigilantes de Pernambuco; o Jervalino, que é o Presidente do Sindicado dos Vigilantes de Brasília.

Eu quero, neste momento, Senador Paulo Paim, parabenizar V. Exª pela iniciativa de chamar este debate aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal exatamente quando V. Exª irá apresentar o Projeto de Lei do Piso Nacional de R$3 mil.

Quis o destino, Senador Paulo Paim, que aqui estivesse V. Exª, que tem ajudado tanto essa categoria, que foi um baluarte aqui da aprovação do risco de vida dos vigilantes, que aqui no Senado, junto conosco, lutou tanto para que o Poder Executivo, na época do Presidente Lula, criasse a determinação do colete à prova de a individual para cada vigilante – foi uma maneira que nós encontramos de salvar a vida dos vigilantes, mires de vidas estão preservadas com aquele instrumento que é o colete individual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

V. Exª ajudou bastante também quando da discussão no Ministério do Planejamento com o Ministro Paulo Bernardo, na implantação da Instrução Normativa nº 3, que determina que os órgãos federais, todos os tomadores de serviço no âmbito federal têm que ter uma conta especial para depositar as parcelas rescisórias dos trabalhadores, para que, quando uma empresa desaparecer, nós saibamos de quem vão receber e esteja o dinheiro ali. V. Exª participou de todas as lutas dos vigilantes e de todas as lutas dos trabalhadores do Brasil.

Lembro-me de V. Exª, quando nós dois éramos Deputados Federais, quando o senhor me convidou a fazer uma greve de fome em defesa do salário mínimo de US$100,00, que era um sonho, e ninguém achava que a gente ia alcançar. E eu falei para o senhor que eu estaria em todas as lutas, mas na greve de fome eu não ia estar, porque eu não dava conta de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É porque eu era o mais gordinho e ele o mais magrinho, só por causa disso. Mas ele ficou lá até meia noite, depois foi embora. Foi jantar e voltou.

O SR. CHICO VIGILANTE – Eu fiquei prestando solidariedade o tempo todo.

Aquela greve de fome serviu para despertar o Brasil para a questão do salário mínimo.

Lembro-me de quando eu, o senhor, como Deputado, o Deputado Aloizio Mercadante e a Deputada Benedita da Silva tentamos entrar no plenário da Câmara Federal com três carrinhos de supermercado para mostrar o que se comprava com um salário mínimo vigente na época, governo Collor, o que se comprava com o salário mínimo proposto pelo Dieese, o que se poderia comprar com o salário mínimo que eles estavam propondo. Não era quase nada.

Estou situando tudo isso, Senador Paulo Paim, para dizer especialmente para os vigilantes que estão nos assistindo neste momento que, desta vez, os patrões já sabendo do nosso poder de mobilização, sabendo da dedicação que o senhor tem à causa dos trabalhadores, o que eles estão fazendo, Boaventura? Eles estão plantando anticorpos antes de a gente fazer a tramitação do projeto.

O que eles estão dizendo para os vigilantes? E alguns estão embarcando nessa cantilena de empresário. Estão dizendo que se a gente implantar o piso de R$3 mil vai haver muito desemprego porque iriam colocar o chamado agente de portaria.

Eu quero dizer para os companheiros que estão nos assistindo neste momento que não é o salário de R$3 mil que vai desempregar o vigilante. O que desemprega o vigilante é o que o empresário tem hoje em mente, que é o lucro fácil.

Portanto, como o vigilante não é mais presa fácil para exploração, em função da organização que nós temos no País inteiro, eles ficam dizendo que se implantar o piso nacional de R$3 mil vai ter vigilante desempregado.

Agora eu pergunto, Amaro, você que é de Barueri, presidente de sindicato, aos vigilantes de São Paulo que estão nos assistindo nesse momento: vocês só valem o salário que vocês ganham em São Paulo, que é um dos menores valores de categoria de trabalhadores em São Paulo – o menor? Se você conferir, você que está trabalhando no Banco do Brasil, o salário de ingresso de um funcionário do Banco do Brasil, qualquer que seja a função, compare com o seu salário. O pessoal que está lá no Amazonas, trabalhando na Zona Franca de Manaus, só merece isso que está ganhando?

Portanto, não me venham com essa história de que, se a gente implantar o piso nacional de R$3 mil, isso vai trazer desemprego, porque não vai. Vai trazer valorização na categoria. Vai fazer com que a categoria esteja muito melhor, porque vai ter uma remuneração melhor.

O mesmo discurso, Senador Paulo Paim, eles usaram quando da implantação do risco de vida de 30%, mesmo depois de aprovado aqui no Senado e na Câmara. E V. Exª teve uma participação muito grande. V. Exª tinha apresentado outro projeto, mas, quando viu que o projeto de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin estava andando mais rápido, o senhor se somou ao projeto dela, o que demonstra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O projeto dela veio da Câmara, eu o relatei aqui, e nós o aprovamos.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exatamente, o que demonstra que o senhor não está querendo apresentar um projeto simplesmente por apresentar, mas que o senhor é realmente engajado nessa luta de valorização dos vigilantes.

Portanto, quero dizer para os meus companheiros que estão nos assistindo, especialmente no Nordeste: não dá para ser vigilante com esse salário que estamos ganhando. Não dá! E não me venham com a justificativa que eles também estão querendo usar, Senador Paulo Paim: "Não, mas o policial do Nordeste ganha muito pouco." Bom, o policial está ganhando pouco realmente. Cabe a ele lutar para ter um salário melhor, e não ao vigilante se contentar com o salário que tem. (*Palmas.*)

O companheiro Souza, lá de Pernambuco, que acabou de chegar, sabe do que estou falando efetivamente, e que é impossível um vigilante ficar arriscando a vida da maneira como a gente arrisca, uma das profissões is penosas, mais desgastantes que existem, e ficar com essa remuneração que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu, Senador Paulo Paim, antes de ir para o sindicato, tirava horário à noite. Só quem trabalha em um posto de serviço à noite sabe a solidão de um vigilante, que não pode dormir, fica ali sozinho a noite inteira, enfrentando todas as dificuldades, para chegar ao final do mês com o salário que ganha. Muitas vezes, não dá para levar um pedaço de carne para os filhos. Chega ao final do ano e não conseguiu guardar nada para comprar um brinquedo para os filhos. Que profissão é essa? Vale a pena continuar desse jeito, sub-remunerado como nós somos, de uma categoria, Senador Paulo Paim – esse é o grande problema do terceirizado, companheiro Boaventura –, que não tem progressão? O trabalhador de empresa terceirizada, que é uma das coisas mais tristes que existem, não tem progressão. Você entra como vigilante e vai continuar vigilante a vida inteira, Senador Paulo Paim. A pessoa entra como vigilante hoje e, daqui a 20 anos, vai estar com o mesmo salário do vigilante que entra naquele dia.

Por isso, é importante a gente ter um piso maior, porque, Senador Paulo Paim, o salário de ingresso do vigilante é o do final de carreira, porque não tem carreira. Você entra hoje com R$1.700. Uma hipótese: você está ali há 20 anos com R$1.700. O vigilante que entra hoje também está com R$1.700.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado Chico, deixe-me interrompê-lo só para fazer um comunicado aqui: espero que o pessoal da segurança da Casa, na verdade, são colegas de atividade de vocês, liberem em torno de 50 companheiros nossos vigilantes que estão lá na entrada.

A informação que chegou lá para eles é que estava lotado. Não está lotado, porque o Plenário 15, aqui ao lado, está liberado pela Casa para que os companheiros possam assistir pelo telão. (*Palmas.*)

É um absurdo. Companheiros vieram de outros Estados, estão aqui num ato pacífico e do mais alto nível para apresentar sua proposta de piso salarial nacional, que eu vou defender – não só apresentar, mas defender aqui no Congresso Nacional.

Então, fica aqui a solicitação para que liberem os outros profissionais que, como vocês, sabem muito bem da responsabilidade de vocês e deles também. Vocês são colegas de atividade. Mas nem que não fossem colegas de atividade, já que é possível a liberação.

O 1º Secretário da Casa, Senador Vicentinho, tem tido uma postura muito, muito boa. Inclusive, fizemos uma atividade em nome desta Comissão para lançar a Frente Parlamentar, e os vigilantes estavam lá em defesa da Previdência. Eram mais de mil pessoas no Petrônio, e ele liberou todo mundo para entrar.

Então, eu queria dar aqui meus cumprimentos ao 1º Secretário, Senador Vicentinho, pela forma como está conduzindo. (*Palmas.*)

Tenho certeza de que os companheiros poderão vir para essas atividades. Há informação de que, diante do que nós colocamos, eles já estão liberando os vigilantes para que estejam aqui na sala. (*Palmas.*)

O SR. CHICO VIGILANTE – Portanto, Senador Paulo Paim, falo em nome dos vigilantes do Brasil e em meu próprio nome, pois estou nesta luta desde 1977. Fizemos a primeira greve de vigilantes do Brasil em 1979, a luta pela valorização da categoria. Tudo o que nós conquistamos até hoje foi fruto da luta.

Eu sei, Senador Paulo Paim, que vai ser difícil a tramitação. Eu sei da dificuldade que será a aprovação, até porque a primeira justificativa que eles tentam colocar é que não pode haver um piso nacional em lei. E eu pergunto: se não estiver na lei, vai estar onde? E diversas categorias já têm.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

O SR. CHICO VIGILANTE – Professores têm, outras categorias têm um piso nacional.

Senador Paulo Paim, estamos fazendo uma outra discussão que a mim causa muita preocupação e creio que a V. Exª também e a todos os trabalhadores. Trata-se dessa maldita ideia que está surgindo aí com este Governo golpista de dizer que o negociado vai prevalecer sobre a lei. Isso é um escárnio para os trabalhadores, porque se o negociado prevalecer sobre a lei, os vigilantes do Brasil, na verdade, serão os mais prejudicados, porque a gente tem o pior segmento empresarial. O pior segmento patronal do mundo talvez sejam os patrões de empresas terceirizadas, empresas que desaparecem, cujos donos, quando são procurados, não são achados. Geralmente, essas empresas estão em nome de laranjas. A gente muitas vezes trabalha 10, 20 anos e, quando sai, não tem de quem receber. Portanto, como é que, numa situação dessas, querem que a lei seja sucumbida pelo acordo? Não dá.

O que nós queremos, a nossa luta, Senador Paulo Paim, é para avançar a partir do que já há na lei. (*Palmas.*)

Nós não queremos diminuição do que nós temos na lei. Portanto, essa ideia do negociado prevalecer sobre a lei é a coisa mais indecente, mais imoral que eu já ouvi desse pessoal que está colocado aí. E cabe a nós, inclusive aos vigilantes, reagir duramente com relação a isso.

Diria a V. Exª: se fosse no meu tempo na CUT e no de V. Exª, quando Secretário-Geral da CUT, a gente já aria convocando uma greve geral em repúdio só por falarem que querem que o negociado prevaleça sobre egislado. Isso realmente é inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós sabemos, Senador Paulo Paim, de toda a tramitação que teremos, da dificuldade, mas nós acreditamos em V. Exª. E os vigilantes estão aqui, os do norte a sul deste País, para dar a energia necessária para esse projeto ser vitorioso aqui no Senado Federal e para que, em seguida, obtenha o êxito necessário na Câmara Federal.

Portanto, nós viemos aqui, Senador Paim, para dizer que agradecemos ao senhor por apresentar o projeto e que nós estaremos com o senhor, milhares de homens e mulheres que trabalham na segurança privada do Brasil, para que esse projeto seja efetivamente aprovado.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Distrital Chico Vigilante, sempre um militante eterno dessa categoria lutadora, de guerreiros e guerreiras.

Só para aproveitar o momento, senhores e senhoras, quero informar que nós viajamos todo esse Brasil combatendo aquela ideia de terceirizar toda a atividade-fim. E já estamos, a partir do evento da última terça, organizando um novo roteiro, uma nova cruzada nacional frente às investidas que estão aí contra o direito dos trabalhadores. O primeiro evento será no Paraná, nesta quinta-feira. Na sexta-feira, em Santa Catarina. E no dia 20, eu dizia para o Dias, em Porto Alegre. No dia 19, estarei no grande ato de vocês lá na Casa do Gaúcho, em que já estive outra vez, e, no dia 20, na Assembleia. Dia 16 de junho, estaremos no Paraná, é uma quinta, às 13 horas, na Assembleia Legislativa. E no dia 16 de junho, às 15 horas... São duas reuniões no dia 16? São dois momentos. Estaremos no Paraná, na quinta. Na sexta, em Florianópolis, Santa Catarina, sempre na Assembleia Legislativa. E, no dia 20, também, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O que são esses eventos, Deputado Chico? Temos pré-agendado, em mais 20 Estados, estão marcando, reuniões onde vamos discutir temas como aquele em que V. Exª tocou: o negociado sobre o legislado, trabalho escravo, que eles querem regulamentar – nós queremos proibir, mas eles querem regulamentar o trabalho escravo –, o desmonte da Previdência, pois jogaram um pedaço para cá do Ministério e ficou, eu digo, como um puxadinho do Ministério da Previdência, e ainda a revogação de uma série de NRs que protegem o trabalhador, por exemplo, a NR-12 do mundo do trabalho.

O importante é que nós conseguimos unir a Frente em Defesa do Servidor Público, a Frente em Defesa da Previdência, a Frente em Defesa dos Trabalhadores, a Frente em Defesa dos Aposentados, a Frente em Defesa dos Discriminados, a Frente em Defesa da Juventude, todas essas frentes em uma única frente.

Vamos estar juntos nesse grande evento, semelhante àquele que fizemos com a sua participação e a sua liderança aqui, em Brasília. E vamos retomar de novo, para combater essa investida que está aí contra o direito dos trabalhadores.

Passo a palavra agora a José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, pessoal!

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Nós costumamos nos fazer presentes e acordados dessa forma.

Queria cumprimentar o companheiro Cláudio, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Secretário-Geral da CNTV; companheiro Chico Vigilante – grande Chico Vigilante –, dirigente também das CNTV; companheiro Dias, Presidente do SindiVigilantes do Sul. E queria fazer um cumprimento e um agradecimento muito especial ao Senador Paulo Paim. Além de tudo o que Chico já falou, da importância desse mandato do Senador Paulo Paim, eu queria fazer dois registros a mais.

Um é o fato de o Senador Paulo Paim ser autor do projeto de lei que resultou na lei do Dia do Vigilante. Hoje nós temos um dia, nós existimos na lei institucionalmente no Brasil a partir de um projeto do Senador Paim, originado no Senado, aprovado na Câmara e sancionado pela Presidente Dilma no ano passado. Foi relatado, na Câmara dos Deputados, também por outro Parlamentar gaúcho dos mais valorosos e amigo da nossa categoria, o Deputado Paulo Pimenta. Portanto, para com o Senador Paulo Paim nós temos essa dívida também. Sem dúvida nenhuma, no Senado, nós tivemos o Senador Paulo Paim como o nosso grande condutor da luta pela periculosidade, pelos 30% da periculosidade – além do projeto de lei, como já foi dito aqui.

Na Comissão de Direitos Humanos, foi o Senador que relatou o projeto, que articulou a votação do projeto, porque não é só relatar, não é só conduzir o projeto, mas principalmente articular com outros Senadores para apoiarem o projeto. Aqui nós tivemos uma aprovação de todos os setores, do Senador Colombo, de Santa Catarina, à Senadora Rosalba, do DEM do Rio Grande do Norte. Ou seja, quero dizer isso mencionando os partidos, de todas as formas, que apoiaram essa luta, muito bem articulada pelo Senador Paulo Paim, a negociação que nós fizemos aqui, no Senado, sobre o projeto da periculosidade lá com o Senador Sarney e com outro nadores também, conduzidos pelo Senador Paulo Paim, lá no gabinete do Senador Sarney e no gabinete do nador Tenório, de Alagoas, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Portanto nós temos uma dívida, mas eu sei que não é uma dívida material; é uma dívida de coração com o Senador Paim, porque sempre, além de outras categorias, abraçou também a causa da nossa categoria.

Quero registrar aqui, Senador, que já estão presentes companheiros de São Paulo, do sindicato de Barueri, companheiros da Bahia, do sindicato de Camaçari, companheiros de Alagoas e, ali, a nossa Secretária Mônica, do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas. Já há uma presença mais significativa, Senador, de mulheres na nossa categoria, ocupando os espaços. (*Palmas.*)

E eu não quero ser injusto: além de Mônica, a companheira Marisa também, do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

E outras mulheres aqui de Brasília, do sindicato de Brasília – estou vendo várias mulheres aqui do sindicato de Brasília também.

Vou abrir um parêntese sobre essa questão da mulher, Senador. Na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, fizemos na Bahia, as mulheres vigilantes da Bahia fizeram um protesto diante de uma empresa, de um órgão do Governo do Estado para terem direito a um sanitário, porque naquele local, num órgão da Secretaria de Administração Penitenciária, as mulheres só podiam satisfazer as necessidades fisiológicas no mato, pois não dispunham, não buscaram prover para elas um mínimo: instalação sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como diria alguém, de forma bem envergonhada, não me contam isso. Mas contem mesmo para que todo o Brasil fique sabendo. Tem que contar mesmo.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Pois é. Exatamente. Inclusive, uma companheira grávida de gêmeos foi o centro da indignação com essa situação, porque a saúde dela, diante do estado em que estava, ficava muito mais delicada.

Quero também registrar aqui a presença dos companheiros do Rio de Janeiro e dizer, Senador Paim, da satisfação, da acolhida, mais uma vez, dos anseios da categoria. Como o senhor já disse numa audiência pública a pedido do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul na Assembleia, esse projeto, essa proposta de piso nacional, coordenada pelo Deputado Adão Villaverde, nosso grande companheiro e guerreiro do Rio Grande do Sul, Deputado do PT... Nós participamos dessa audiência pública que já começou pelo Rio Grande do Sul, recomeçou melhor dizendo, essa luta pelo piso nacional.

E quero dizer de recomeçar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desculpe atrapalhar, mas eu quero cumprimentar vocês todos que me disseram que este plenário está lotado e já estão pedindo outro plenário, porque o 15 também está lotado. Isso mostra a mobilização da categoria. (*Palmas.*)

Tem que bater palmas mesmo. Se todos agirem assim, nós mudamos a história deste País.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Obrigado. Parabéns aos colegas aqui. E quero registrar a presença de Brasília e de Goiás.

E quero dizer, Senador, da necessidade de entender que estamos relançando, retomando essa luta pelo piso nacional.

Por que precisamos de um piso nacional? Primeiro porque hoje já somos mais de 2,3 milhões de vigilantes registrados na Polícia Federal. São 2,3 milhões de trabalhadores que fizeram um curso e a cada dois anos precisam renovar esse curso, não podem ter nenhum registro criminal sob pena de serem excluídos automaticamente da nossa profissão. Portanto, somos uma das poucas profissões ficha limpa, inteiramente ficha limpa neste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos precisando, e muito.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Pois é.

E cuidamos do mais importante, não simplesmente de um patrimônio material; cuidamos da vida de pessoas, cuidamos das pessoas nos bancos, cuidamos das pessoas nas escolas, cuidamos das pessoas nos hospitais, e, algumas vezes, fazemos tarefas que não são necessariamente nossas. Na semana passada, me dizia uma pessoa que um vigilante, em um hospital, fez até um parto de uma senhora que chegou já na situação na porta do hospital. Sim, em porta de hospital, muitos dos nossos colegas já tiveram a necessidade de fazerem partos. Outros tantos trabalham em cemitérios, outros tantos trabalham em reservas florestais, em parques etc. Essa é a nossa vida, esse é o nosso dia a dia.

Em função disso, nós entendemos a necessidade de termos um reconhecimento quanto à nossa remuneração que realmente seja condizente com a nossa responsabilidade.

Nós somos uma categoria de trabalhadores também muito bem preparados, Senador Paulo Paim, porque além da questão da idoneidade moral, não é comum, no dia a dia, abrir os jornais e estar escrito que, numa ola, num hospital, um vigilante deixou uma criança ser violentada, deixou uma mãe de família ser violena, ou seja, nós somos muito bem preparados. E dizem até os companheiros dos sindicatos dos vigilantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dos Estados Unidos que aqui nós temos um curso que lá eles não têm, aqui nós passamos por um processo de qualificação por que lá eles não passam. Portanto, nós temos uma dívida com a sociedade, que é o nosso trabalho pela defesa da vida, mas queremos dizer a essa sociedade também que nós estamos muito bem preparados e somos merecedores de um salário condizente.

Agora, temos um problema de fato, de outro lado, que são as empresas de prestação de serviços de vigilância, que, em sua maioria – e aí vem o debate sobre terceirização, que o senhor muito bem conduz –, chegam aqui com o discurso de que são especializadas, é a justificativa da terceirização, são empresas especializadas. Agora, perguntem aos vigilantes que estão neste momento nos locais de trabalho se lá, nesse local de trabalho, ele conhece o plano de segurança, se lá, nesse local de trabalho, ele tem todas as condições, inclusive se, quando precisar de um apoio dessa empresa de segurança, o telefone dessa empresa funciona. Ele está lá na cidade de Bom Jesus da Lapa, na cidade de Santa Maria da Vitória, lá em Chapadinha, no Maranhão, prestando um serviço numa Caixa Econômica, num Banco do Brasil, e o telefone dessa empresa, que fica em São Luís, no Maranhão, ou em Salvador, na Bahia, na hora que ele precisa de um apoio, nem o telefone funciona. Isso quer dizer que, na maioria dos casos, nós trabalhamos para empresas que não vendem nenhum tipo de segurança, vendem somente gente. E aí, essa dicotomia. Essa é a diferença entre trabalhadores e profissionais qualificados e empresas que na verdade não vendem segurança, porque segurança não é só o homem, o homem ou a mulher, segurança são as pessoas, são os profissionais mas também é todo um sistema, todo um processo.

Nós estamos lidando nesse momento, Senador Paulo Paim, com um volume muito grande de mortes na nossa categoria. Aqui em Brasília, um colega foi assassinado no metrô. Temos tido mortes no Rio Grande do Norte, na Bahia, em vários outros Estados brasileiros, e por essas mortes, quando vamos verificar, os principais responsáveis são as empresas que colocam o vigilante para trabalhar sem nenhuma condição de segurança, colocam o vigilante no meio de uma loja, no meio de um órgão público, armado, onde pessoas passam, onde as pessoas se aproximam muito, chegam muito próximo, sem uma guarita, sem nenhum tipo de equipamento de fato, sem nenhum tipo de condição de fato para que possa ter proteção para dar proteção aos outros.

Inclusive, nós queremos aqui dizer que estamos, primeiro, pedindo para a Polícia Federal que inclua nos cursos de formação uma matéria sobre plano de segurança, e nós vamos exigir de todas as empresas de segurança que só implantem um serviço de segurança advindo de um plano de segurança em que pelo menos a gente possa ter proteção para dar proteção às pessoas.

Queremos dizer que essa nossa categoria, aí, com a história viva do companheiro Chico Vigilante, fundador da primeira associação de vigilantes, porque não podíamos ter sindicato na ditadura, nós só podíamos ter associação, de lá para cá, podemos dizer que teve muitas conquistas, mas nada disso caiu do céu. Nós tivemos o reconhecimento profissional, a partir da Lei nº 7.102. Nós tivemos a jornada de 12 por 36. Nós tivemos a reblindagem dos carros-fortes, o que conseguiu proteger a vida de muitos colegas de carros-fortes. Nós tivemos a conquista, já no governo Lula, do colete à prova de bala como EPI. Nós tivemos a nossa Lei de Periculosidade também sancionada pela Presidente Dilma Rousseff. Nós tivemos o Dia Nacional do Vigilante, dia 20 de junho, também aprovado e sancionado pela Presidente Dilma. E, acima de tudo, é bom registrarmos o direito de ter sindicato, porque ainda há países onde os vigilantes não podem ter sindicato. É bom que se registre isso. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me pegar um gancho aqui.

Recebi aqui uma delegação dos metalúrgicos de uma grande montadora do Mississippi. Eles proíbem a atividade sindical nesse setor lá. Vejam a que ponto chegamos! Nos Estados Unidos! Vieram para cá para conversar um pouco mais conosco. Até perguntaram se uma delegação não poderia ir até lá para dialogar inclusive com a empresa. Eu disse que, dentro do possível, neste tempo de crise que vivemos no País ultimamente, 24 horas por dia, nós pensamos em ir ao Estado do Mississippi para conversar. Isso reafirma o que você está dizendo.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Pois é.

Então, o fato de estarmos organizados em sindicatos – o sindicato, cada vez mais, precisa do fortalecimento da categoria, da participação do vigilante, da presença dos vigilantes – é fundamental para que possamos chegar às conquistas que nós queremos.

Eu vou contar um pouquinho uma história interessante da importância da mobilização de cada vigilante, Senador Paim.

Quando nós estávamos na luta pelos 30% de periculosidade, recebíamos muitas reclamações de Senadores e Deputados, muitas das vezes dizendo: "Poxa, vocês são uma categoria, um povo chato." Eu dizia: por quê? "Porque, se a gente passa pelo aeroporto – e a gente tem que passar pelo aeroporto toda semana –, se a gente a um restaurante, se vai ao banco, se vai ao hospital, se vai ao cemitério, em todo lugar a que a gente vai, há mpre um vigilante batendo nas costas da gente e dizendo: 'Meus 30, Deputado; meus 30, Senador'." (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E foi, sem dúvida nenhuma, essa participação, essa consciência de cada colega vigilante que fez com que a gente conseguisse os 30% de periculosidade. E, sem dúvida nenhuma, é dessa forma também que nós vamos conquistar o nosso piso de R$3 mil. Alguns colegas já me perguntaram: "Você acha que a gente consegue chegar a R$3 mil?" Não sei. Agora, permanecendo o que está, nós não podemos nem devemos ficar parados, com medo, e permanecer como estamos.

Nas mesas de negociação coletiva, todo mundo sabe que o máximo que o patrão quer dar para a gente é a inflação, e o ganho real é de zero vírgula alguma coisa, com muito esforço. E se for para a Justiça do Trabalho, também não sai disso aí.

Portanto, ficar dizendo que não devemos lutar, via lei, via projeto de lei, para que tenhamos um piso salarial que seja digno não é, de fato, um bom discurso ou um discurso a favor da categoria – é um discurso contra a categoria. Aliás, nessa história de discurso contra, é bom salientar aqueles que estão na própria categoria fazendo discurso contra, como já disse o Chico Vigilante. Tive a oportunidade de ouvir de um advogado de sindicato de vigilante, no ano passado, que era inconstitucional o piso salarial em lei. Ora, se é inconstitucional o piso salarial para vigilante, por que não é para professor, para engenheiro, para agente comunitário de saúde? Por que não é inconstitucional para outras categorias? Portanto, é balela isso e nós não podemos aceitar esse tipo de situação.

E ainda, só para concluir, queremos dizer que, além do piso, queremos enfrentar o desafio de plano de segurança para proteger a nossa vida e leis anticalote. Isso porque na questão, Senador, da terceirização, enquanto em outras categorias o principal mal da terceirização são as mortes, para nós, além das mortes, é o calote. Ou seja, são empresas que já são feitas para quebrar e dar calote no trabalhador. Nós já temos, aprovada aqui no Distrito Federal, a lei anticalote, apresentada por Chico Vigilante, no Maranhão e na Bahia. Estamos avançando no Rio Grande do Sul, com o Deputado Adão Villaverde, também o Projeto de Lei Anticalote. E queremos que esta medida também seja nacionalmente adotada, porque lá atrás, ainda no Governo Fernando Henrique, o governo, os órgãos públicos também livraram os encargos sociais. Os encargos sociais não vão mais para a mão das empresas de vigilância nem para as empresas terceirizadas porque não se confia nessas empresas. Não se envia mais para lá o Imposto de Renda, ISS, etc. Eles ficam retidos com o tomador de serviço. Por que o nosso direito tem de ir para a empresa de segurança, para a empresa tomadora de serviço, e lá o cara embolsa, quebra a empresa, em nome de laranja, e desaparece?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O que é muito comum em empresas terceirizadas.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As famosas terceirizações da atividade-fim.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Também há um debate, que é mais complexo, Senador Paim. É um debate que nós devemos enfrentar na nossa categoria, que é a questão do porte de arma. Eu acho que nós, vigilantes, precisamos enfrentar esse debate junto com a sociedade, porque não é possível passarmos ao largo disso.

Quero, por fim, cumprimentar os colegas da empresa MAP, em Salvador, que estão sendo desempregados por força de redução de postos de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Os colegas da Protector, de Salvador, que também foram vítimas de calote da Prefeitura de Salvador, tanto no governo anterior, como agora, no Governo do Prefeito de Antonio Carlos Magalhães, e os colegas da Garra, do Rio Grande do Norte, que neste momento estão fazendo greve para também receber salário.

Portanto, a luta nossa do dia a dia é essa luta para defender a nossa vida, o nosso direito, a vida dos outros, mas, para isso, nós precisamos ser reconhecidos e valorizados.

Passei para o Senador Paim um estudo que nós fizemos, mostrando que a média nacional de piso da categoria é de R$1.174. Dizem: "Ah, porque Brasília..." Brasília tem um salário um pouquinho melhor, de R$1,8 mil, mas, quando nós vamos para a média nacional, esse piso nosso baixa. Portanto, mais do que nunca, é necessário que nós tenhamos um piso que seja condizente com a categoria.

Muito obrigado, Senador Paim.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes. Meus cumprimentos pela sua visão clara e nítida, dizendo que a nossa luta – como de fato é – é suprapartidária e intersindical. Por isso que, quando precisamos de voto para aprovar um projeto, nós conversamos com todo mundo, não interessa o partido. É isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quem ainda não entendeu isso aqui no Parlamento está errado. Tem de dialogar com todo mundo. A disputa partidária de cada um é outra questão, mas não para aprovar projeto... E foi assim que nós aprovamos o piso.

Chico, quando você falou antes, eu queria ter comentado, e não comentei, que dizem que o policial militar no Nordeste ganha muito pouco, ora, eu quero reafirmar isso. O que nós gostaríamos mesmo é que nenhum profissional da segurança, da vigilância, ganhasse menos do que R$3 mil. Eles que façam como vocês estão fazendo, pois eles chegarão até a mais do que R$3 mil. É isso ou não é? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês têm de se mobilizar, meus amigos! (*Palmas.*)

Eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, fico triste ao saber que um policial militar ou um vigilante, por exemplo – pego esses dois exemplos –, neste País, ganham menos do que R$3 mil, que é o que ganha um auxiliar geral no meu gabinete. É mais ou menos isso. São R$2,8 mil, se não me engano. Acho que é justo o salário dele, porque ele se dedica e trabalha com cálculos. E vocês não ganham, arriscando a própria vida, o correspondente a mais ou menos R$3 mil. Com os descontos, sabemos como fica isso. Esse é o piso, não é? Há todo um desconto em cima disso. Esse é o piso que vocês estão propondo. Dos descontos citados em lei todo mundo sabe, como o do Imposto de Renda, o da Previdência, o de todos os pagamentos que têm de ser feitos. Mas que recebam pelo menos R$3 mil, então, não é?

Com a palavra o Sr. Loreni dos Santos Dias, que é Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul, que é lá do meu Rio Grande.

Já assumo o compromisso de, no domingo, no meu Estado, estar com vocês naquela atividade. Estarei, no sábado, em Canoas. No domingo, meu compromisso será com vocês, como foi no ano passado.

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Quero agradecer à Mesa por este convite, ao nosso Senador Paulo Paim.

Foi aquilo que o Boa estava dizendo: o primeiro projeto dos vigilantes que o Senador fez passar foi o do Dia do Vigilante, que é o dia 20 de junho. O dia 20 de junho vai cair num domingo ou num sábado, parece-me. Não, será uma segunda-feira. Estamos fazendo uma festa. Estamos aguardando aproximadamente 3 mil ou 3,5 mil trabalhadores na comemoração do Dia do Vigilante. Lá estará o Senador Paulo Paim e alguns outros convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos levar para lá o Chico Vigilante, que prometeu outra vez ir lá. Ele não pôde ir lá.

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Se me permite, Senador, aqui há outra pessoa do Rio Grande do Sul, que é o Mozart.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Mozart! Eu não tinha visto o Mozart. Onde é que está o Mozart?

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Ele é da UFRGS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aqui o Mozart! Tudo bem, Mozart? (*Palmas.*)

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Ele é segurança da UFRGS.

Pessoal, companheiros, sei que o País está vivendo, na área da vigilância, uma desigualdade de salários. No Rio Grande do Sul, não há diferença.

Deixamos claro que, amanhã, entrará em votação o projeto anticalote na Assembleia Legislativa. O Governador já retirou por umas três vezes esse projeto de pauta.

Quero falar para vocês de uma realidade que acontece no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, há uma divisão entre os sindicatos: os que querem trabalhar e os que não querem trabalhar.

Com a diretoria, em todo o Estado, nós já apresentamos um projeto pedindo vigilante por 24 horas nas agências. Para quem quiser esse projeto, que é importante, que gera emprego, digo que já o distribuímos em aproximadamente 120 Municípios. Nós queremos atingir, no mínimo, 300 Municípios de todo o Estado.

Então, o que quero dizer para vocês é o seguinte: o que é o piso? Esse piso tira aquela disputa que existe em muitos sindicatos que não querem trabalhar e que só estão aí pelo desconto assistencial, para encherem o bolso e tchau. É o que acontece no Rio Grande do Sul. Eu acho que a gente tem que começar a limpar por esse povo que quer só sucatear a categoria. Nós temos que pensar nisso seriamente.

Eu vou contar uma história que aconteceu sobre o dissídio coletivo do Estado do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul tem duas patronais. A mais forte é o Sindesp. Depois, há o da Serra. Existe uma federação pelega que não obedece ao INPC. O nosso dissídio coletivo é dia 1º de fevereiro. Essa pelegada vai para lá e fe- dissídio coletivo entre oito, seis sindicatos. Ele fecha dia 4 de janeiro sem conhecer o INPC. Aí deixa a gente ndurado no pincel. Esse é o tipo de pessoas que estão aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora, eu quero dizer uma coisa a todos: tomara, a gente vai fazer força para conseguir esse piso nacional, mas que esse piso nacional não seja parcelado. Estava recentemente mesmo falando a respeito da brigada. No Rio Grande do Sul, o Governo do Estado está parcelando o salário de todo o funcionalismo público. O funcionário público hoje em dia não pode fazer uma prestação, não pode comprar nada e nem mesmo pagar uma luz em dia. Então, é lamentável o povo votar em certas pessoas que não têm a qualidade que merece um país, entendeu?

O que quero deixar claro para vocês... Chico, tu tens vários projetos. O Paulo Paim, cada dia que passa, surpreende cada vez mais. Parece que o homem quer trabalhar cada vez mais. Isso daí é uma glória que ele tem.

Tu já participaste, Paim, de algumas plenárias nossas. A nossa plenária é uma plenária que fizemos no Estado, com aquele sindicato que quer trabalhar, evoluir e ter alguma opinião, porque esse projeto anticalote não é feito pelo SindiVigilantes do Sul, não é pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas, sim, por Brasília, Bahia. E, depois, nós, no Rio Grande do Sul, copiamos. É um projeto que nós entendemos... Não sei como estão os outros Estados, mas, no Estado do Rio Grande do Sul, é uma vergonha a picaretagem. A gente derruba uma empresa aqui, e criam duas. Existe formação de cartel dos empresários. Agora, há mais umas doze empresas lá que estão envolvidas.

Então, vou ser bem sincero em dizer para vocês: já vem no sangue da gente fazer um trabalho, porque dá nojo ver, cada dia que passa, uma malandragem, uma picaretagem e uma justiça como a que nós temos aqui, que não vai para lado nenhum. Depois que a pessoa passou fome, eles resolvem fazer uma açãozinha lá e por aí afora.

Eu estou sendo chamado. Uma vez por mês, quase sempre, eu estou sendo chamado na patronal, porque eles não querem, estavam tão viciados, que entrem com uma ação contra as empresas. Há uma empresa lá que me chamou: "Pô, Dias, como é que você entrou com uma ação aí? São 41 ações." Eu disse: você está perdendo, então você perdeu, então você não está pagando. Quer dizer, é complicado!

Mas agora, para reforçar esse piso nacional, esse projeto anticalote, entre outros, eu acho que há que se amadurecer. Eu sei que há muitos Estados que não estão muito preocupados, parece. Mas eu acho que nós temos que começar, porque eu não sei se vocês estão sabendo que, com relação aos 30%, ninguém acreditava, ninguém acreditava. Ele está aí. O anticalote está aí. Por que não o piso nacional? (*Palmas.*)

Então, cada dia que passa, que eu vejo uma pessoa, um sindicalista ter vontade de lutar, eu renovo de novo a energia, porque aí eu quero mais.

Então, pessoal, vocês sabem perfeitamente que existe o outro lado. O outro lado não quer projeto.

No Estado Rio Grande do Sul, eu fui o primeiro a fazer oposição lá. Foi em 1992. O Chico até estava me dizendo isso. Eles já me ofereceram dinheiro para eu sair fora. Eu não quero. Eles me demitiram com onze anos de empresa. Depois, eu comecei a comer pelas beiradas, porque eles não esperavam que eu voltasse, e conseguimos ganhar.

E eu, agora, não quero entregar isso aqui de mão beijada a não ser com vitória. Eu não vou ficar a vida toda lá dentro, mas eu quero saber quem é que vai entrar no meu lugar. É meio doloroso a gente ter de dizer, mas há muitos que não sabem escolher o lado. Hoje em dia, no Estado do Rio Grande do Sul, há muita gente que está com saudade do falecido. Então, é complicado. E olha o que nós aplicamos já.

Então, Paulo Paim e esta Mesa aqui, eu quero encerrar isso aí com um grande abraço a todos e, acima de tudo, ao Chico Vigilante, Paim e Boaventura.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o nosso querido amigo Loreni dos Santos Dias, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul. Ele falou que eu trabalho muito, mas ele também, viu? Tanto que ele está aí, mais firme do que nunca.

Eu achei importante você ter lembrado essas três lutas, em que muitos não acreditavam. E isso se tornou realidade, porque a categoria de fato se mobilizou, pressionou.

Por isso, Chico, apesar de toda a situação em que nos encontramos hoje no País, eu ainda continuo sendo um otimista, acreditando que nós vamos chegar lá, haveremos de vencer.

Então, parabéns a todos os que se posicionaram nesta mesa.

Agora, o último da mesa, Cláudio José de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Estive no Rio recentemente, na sexta-feira, fazendo uma palestra sobre tudo isso que estamos falando aqui, sobre democracia e direito dos trabalhadores e dos aposentados.

Abraço forte ao pessoal da Fiocruz, que organizou a nossa ida para lá. Foi muito produtivo. Saí de lá com is energia para fazer o bom combate.

Líder Cláudio, a palavra é sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. CLÁUDIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador, bom dia, Deputado Chico Vigilante, Boaventura, companheiro Dias. Bom dia, companheiros e companheiras que estão aqui neste plenário e nos demais plenários, acompanhando através do telão esta audiência relacionada ao piso nacional.

Quero agradecer aqui, em nome da nossa categoria, ao Senador Paulo Paim, e gostaria de tratá-lo como companheiro; ao companheiro Vigilante, que está do nosso lado, sempre esteve, do lado da nossa categoria. E dizer que para nós é motivo de muita alegria, mais uma vez, estarmos aqui no Senado, novamente ao lado do Senador Paulo Paim, companheiro nosso, com um objetivo único, que é buscar melhorias para a nossa categoria.

Sou Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e regiões. Estamos aqui com alguns companheiros vigilantes da nossa região, representando o Estado do Rio de Janeiro, porque entendemos que o Estado do Rio de Janeiro não pode ficar de fora dessa luta pelo piso nacional.

Ouvi o Deputado Chico Vigilante. Realmente o que vem acontecendo com a nossa categoria é uma possibilidade, por parte dos empresários, de desvalorizar aquilo, porque eles querem simplesmente se beneficiar. Infelizmente, uma parte dos empresários hoje, ou a sua quase totalidade, não vê o vigilante como um profissional de segurança capacitado para fazer a segurança dos locais de serviço onde trabalhamos, vê os vigilantes como mercadoria.

Quando o companheiro Boaventura falou aqui sobre a questão do plano de segurança, é verdade. Muitos contratos são feitos e, ao serem feitos, eles colocam lá: um homem é um homem, dois homens são dois homens. Eles não se preparam para que aquilo possa ser feito de forma que dê segurança para quem realmente vai fazer segurança.

Nós temos hoje uma desvalorização muito grande na nossa categoria. Não é justo. O Chico fala aqui em questão de banco, que ganham do Banco do Brasil um valor e do outro, não. Não é justo. No Estados, a gente sabe que existe vigilante ganhando quase um salário mínimo para fazer a mesma função que um vigilante daqui de Brasília, ou do Rio de Janeiro, ou de Pernambuco. Não é justo que um vigilante tenha que passar por esse tipo de coisa.

A nossa categoria, a nossa profissão, a nossa ata é válida no Território nacional. Eu posso sair daqui de Brasília como um vigilante e trabalhar em qualquer outro Estado. Só que eu saio daqui ganhando um salário e vou para um Estado em que o salário é quase o mínimo para fazer a mesma coisa.

A Confederação Nacional dos Vigilantes há mais de 20 anos vem lutando e buscando mecanismo para que a nossa categoria possa ser valorizada.

Quero aqui parabenizar o Boaventura, Presidente da nossa confederação, pelo empenho e pela vontade de estar presente, porque também é vigilante, como o Deputado Chico Vigilante também é vigilante em buscar melhorias para a nossa categoria.

Quero aqui enaltecer as entidades sindicais hoje filiadas à CNTV, que vêm buscando, cada dia mais, melhorar as comunicações, buscando informar o vigilante realmente do seu direito.

E quero, de público aqui, parabenizar o Amaro, de São Paulo, porque ele implantou um programa de rádio – como também em Salvador –, e a categoria de São Paulo precisa estar atenta e ouvir, precisa participar. Os vigilantes de São Paulo estão aqui hoje representando a cidade Barueri e a cidade de São Paulo, como estão aqui os do Rio de Janeiro, como estão aqui os de vários Estados.

Não podemos aceitar que pessoas do nosso lado, pessoas que estão próximas da gente venham mudar o discurso, fazendo discurso de patrão. O piso nacional não só vai valorizar o vigilante, como vai dar respeito para ele também. Os empresários não entendem ou, se entendem, se fazem de desentendidos.

Se você entrar no banco hoje, quem você encontra primeiro? Um vigilante. Se você entrar numa indústria hoje, você tem que passar pela segurança. Em quase todos os locais, você tem que passar pelo vigilante. Nós temos visibilidade, mas nós queremos a valorização e o respeito, que muitos empresários não querem nos dar.

E ainda tem mais; Boaventura falou de empresa caloteira. Vou além: nós temos aqui empresário criando empresa com laranja para poder se autobeneficiar, colocando pessoas que não têm nenhuma condição à frente de uma empresa para, quando ela quebrar, não termos como brigar pelos direitos.

Precisamos melhorar a nossa legislação também – desde discutir o estatuto da segurança privada. O estatuto da segurança privada está na Câmara para ser votado; vai vir para o Senado, e vamos contar com o Senador Paulo Paim para que ele passe da melhor forma. Muitas vezes, vamos para a discussão, preparamos um projeto, e ele é todo mesclado, ele é todo mexido. E eu tenho certeza de que o Senador vai nos ajudar, para que seja aprovado da forma como nós apresentamos. Queremos melhorar? Queremos. É importante que ele seja aprovado? É. E ele também precisa melhorar mais ainda, mas esse é o primeiro passo que nós demos.

Não podemos aceitar que os empresários tratem a nossa categoria como mercadoria. Quando falamos um vigilante de banco – e agora estamos numa discussão muito ampla também, Senador –, as agências ıcárias hoje, ao tirarem, muitas delas, o escudo, colocam o vigilante para ficar em pé direto em uma agên-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cia bancária. Nós já estamos lutando contra isso no Rio de Janeiro e já estamos conseguindo fazer com que alguns bancos coloquem cadeiras para que os vigilantes possam descansar. E isso vai acontecer em todos os Estados, porque a confederação tem orientado os sindicatos sérios do nosso País a lutarem por esse direito.

Nós precisamos, cada dia mais, nos fortalecer. Eu sei que vários vigilantes do Brasil inteiro hoje estão nos assistindo e nos ouvindo. Quero aqui como conclamar que cobrem dos seus sindicatos a participação na luta pelo piso nacional. Vá lá no seu sindicato cobrar do seu diretor por que ele não vai para a rua brigar pelo piso nacional da categoria. É importante que cada vigilante lute pelo piso.

Sabemos que é difícil, mas não é impossível. Nós tivemos o exemplo dos 30%. Cansamos de ouvir vigilante dizer: isso não vai chegar a lugar algum. E quando aconteceu ele falou: bem que vocês disseram que vocês iam conseguir.

E nós estamos aqui brigando para que isso aconteça. Nós, além de Senadores, estamos buscando apoio de Deputados. Temos o Deputado Chico Vigilante aqui em Brasília lutando por nós; a confederação presente em todos os momentos. É importante que a categoria no País veja quem realmente está do lado dela, porque tem uma frase que a gente usa muito no Rio de Janeiro, Chico, que você falou e foi muito feliz: só quem sabe o que o vigilante sofre no posto de serviço é um outro vigilante.

Nós aqui somos vigilantes. Todos vocês aí são vigilantes. Todos os companheiros que estão assistindo são vigilantes e sabem o sofrimento que é passar uma noite no frio, comida azeda, e muitas vezes a empresa não dá nem um local para você jantar ou se esconder da chuva.

Então, eu quero aqui dizer que o piso nacional para nós é uma realidade. Não vamos abrir mão disso. E com o apoio do Senador Paulo Paim, que vai com certeza nos ajudar, com o apoio do Deputado Chico Vigilante, que é vigilante, companheiro nosso, diretor da CNTV, e com o apoio da CNTV, com o companheiro Boaventura sempre presente nos atos, temos certeza, Senador, que vamos alcança– isso.

É importante que cada um de nós, ao sair daqui hoje, saia com o pensamento de multiplicar esse tipo de informação. Saia com o pensamento de dizer que realmente nós vamos brigar por ele. Saia daqui com o pensamento de dizer que nós vamos alcançar o que queremos.

E vamos ter que fazer o que fizemos com a periculosidade. Vamos ter que buscar os Senadores da nossa região, vamos ter que buscar os Deputados da nossa região e cobrar deles o respeito com a nossa categoria. Porque uma coisa eles precisam saber: nós votamos. Nós merecemos ser respeitados.

E tenho certeza de que nós vamos alcançar esse nosso objetivo.

Parabenizo todos os vigilantes do País por estarem participando dessa luta que estamos começando a galgar agora.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim, por nos dar essa oportunidade de estarmos aqui podendo falar para o Brasil inteiro o que é importante para a nossa categoria.

Quero aqui, mais uma vez, finalizar e dizer para o companheiro Amaro: continue firme e forte em São Paulo, porque a categoria precisa de liderança, precisa de pessoas sérias comprometidas com ela.

Obrigado, Senador.

Obrigado, Boaventura e Deputado Chico Vigilante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Cláudio José de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Conte conosco. Quando o projeto chegar aqui, naturalmente, vamos debater de forma coletiva para ajudar nos encaminhamentos.

Antes que eu troque a Mesa, vamos ter uma segunda Mesa agora, o Deputado Chico Vigilante pediu a palavra para um rápido informe.

O SR. CHICO VIGILANTE – Senador Paulo Paim, muita gente que não é vigilante está assistindo à TV Senado neste momento; portanto, é uma oportunidade de fazermos uma radiografia do que o vigilante recebe Brasil afora. Vamos começar por Brasília, e aí nós estamos falando do piso, sem incluir o risco de vida. Se não houvesse risco de vida... O piso do vigilante de Brasília é de 1.888,39, na capital que tem o maior custo de vida do Brasil; em Goiás, nosso vizinho aqui, 1.251,59; em Mato Grosso, 1.098,83; em Mato Grosso do Sul, 1.188,78. Norte: Acre, 1.045,18; Amazonas, 1.096,07; Amapá – é o piso de 2015, porque não fechou 2016 ainda –, é 1.211; Rondônia, 1.138,53; Roraima, 920 – é um salário mínimo, 920,23; Tocantins, 1.276.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com os descontos, deve dar menos que um salário mínimo.

O SR. CHICO VIGILANTE – Dá menos que um salário mínimo.

Nordeste: Alagoas, 945,88; Bahia, 1.002; Ceará, 1.132; Maranhão, 1.023; Paraíba, 938; Pernambuco, 1.036,63; uí, 1.117,29; Rio Grande do Norte, terra da Senadora Fátima Bezerra, que está aqui conosco, Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Norte, 1.225; Sergipe, 981,20. Sul: Paraná, 1.557,08; Rio Grande do Sul, R$1.132; Santa Catarina, 1.294,13. Sudeste: Espírito Santo, 1.264,06; São Paulo, 1.351,78; Minas Gerais, 1.503,90; Rio de Janeiro, 1.295,63.

Portanto, Senador Paulo Paim, isto aqui é uma radiografia, companheiro Boaventura, feita pela Confederação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há um aqui que está errado, acho que você se enganou. Esse aqui, o que é isso aqui?

O SR. CHICO VIGILANTE – Isso aqui é porque são três pisos. Lá há três pisos, e o menor é 631, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, eu acho que isso aqui é um engano, não pode.

O SR. CHICO VIGILANTE – Não, é isso aí mesmo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Quanto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seiscentos e trinta e um.

O SR. CHICO VIGILANTE – Seiscentos e trinta e um, porque eles negociaram para o horista no Paraná... Me empreste aqui. Vou explicar isso aqui direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiz questão, para ver. Menos que um salário mínimo!

O SR. CHICO VIGILANTE – No Paraná há o piso regular, que é 1.557; há um outro piso, que é o segundo piso, de 1.087; e há um terceiro piso, que é o do chamado horista, que é uma maneira que encontraram de explorar o trabalhador, que é 631. Explorar mais do que já é explorado.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Deputado, só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É brincadeira!

O SR. CLÁUDIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Deputado, só um aparte. O piso maior é o piso do vigilante que corre mais risco; o piso menor, de 900, segundo eles, é do que corre menos risco, e o outro piso menor é que é aquilo que dá para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Brincadeira!

O SR. CHICO VIGILANTE – Isso aí, Senador Paulo Paim, isso é importante, e eu fiz questão de fazer esse esclarecimento, porque esse do Paraná, Senador Paulo Paim, tipifica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Paraná, Região Sul.

O SR. CHICO VIGILANTE – Ele tipifica bem, Senador, o que é o negociado sobre o legislado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. CHICO VIGILANTE – Lá já estão aplicando na prática o negociado sobre o legislado. Portanto, é um verdadeiro absurdo.

Mas quando eu fiz questão de mostrar essa relação de salário... E tem gente no Brasil inteiro nos assistindo. Agora mesmo, o Antônio, que é de uma rádio de Santa Luzia do Paruá, no interior do Maranhão, acaba de me passar uma mensagem me dizendo que os vigilantes lá estão todos ligados na TV Senado ouvindo e assistindo este debate.

Então, fiz questão de mostrar os salários, Senadora Fátima, porque muitas vezes a pessoa entra num banco e vê uma vigilante ou um vigilante arrumado, preparado, qualificado e tudo e não sabe a miséria que ele ganha.

Portanto, o piso nacional de R$3 mil, Senador Paulo Paim, é uma necessidade, uma exigência. É indigna a situação que a gente vive hoje. Por isso pedi este espaço para V. Exª, para deixar clara essa radiografia, mostrando o intestino do que é a segurança privada no Brasil.

É isso, Senadores. E ainda estão encontrando uma maneira, ainda estão achando esse piso alto, e estão contratando... Agora mesmo a companheira do Rio Grande do Sul me falava que estão criando a figura do agente de portaria para pagar um piso menor do que o que se paga para o vigilante. Isso é que é uma esculhambação completa. Desculpe a expressão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Chico Vigilante.

Vamos agora para a segunda Mesa. Já combinei com a Senadora Fátima Bezerra. Quando se iniciar a segunda Mesa, ela abre os trabalhos fazendo o seu depoimento.

Vou convidar os senhores... Primeiro, pergunto o seguinte para os meus encaminhamentos. Quero confirmar se os cinco dessa prevista Mesa estão presentes.

José Inácio Cassiano de Souza está presente? (*Pausa.*)

Valderli da Cunha Bernardi? (*Pausa.*)

Não está.

Daniel Pavão Rocha? (*Pausa.*)

Não está.

Marcio Figueredo da Silva? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Está.

E Jervalino Rodrigues Bispo? (*Pausa.*)

Está.

Se os três estão, eu vou pedir que o Chico Vigilante e o Boaventura permaneçam aqui à mesa, e os três vêm para completar a Mesa.

Uma salva de palmas a esta Mesa. (*Palmas.*)

Vamos agora à chamada oficial aqui. Peço que os outros dois sentem na primeira ou na segunda fila para participar do debate.

José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Marcio Figueredo da Silva, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores e Tesouraria Bancária e Escolta Armada do Rio Grande do Norte.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Jervalino Rodrigues Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal. (*Palmas.*)

E com sua sensibilidade provocativa, afirmativa e propositiva, meu Presidente José Boaventura me lembrou: "Senador, antes que alguém do plenário diga, eu prefiro que eu seja o autor desta iniciativa e V. Exª seja o porta-voz." Colocou-me de porta-voz dele. Há uma mulher aqui na Mesa. Que venha, então, a Drª Mônica Lopes, Secretária-Geral do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas. Está aí ela? (*Palmas.*)

Todos terão lugar à Mesa. Tem lugar para todo mundo.

Seja bem-vinda.

Fui porta-voz aqui com muito orgulho. Antes que o plenário nos xingasse.

Senadora Fátima... Senadora Fátima Bezerra sempre presente na Comissão. Eu sempre digo que essa nos representa. (*Palmas.*)

V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Paim, a quem eu quero já cumprimentar.

O Deputado Chico Vigilante, sem dúvida nenhuma, é uma das principais referências da luta em prol do respeito, da valorização de uma categoria que desempenha um papel tão importante no contexto da sociedade, que é a categoria dos vigilantes.

Quero cumprimentar igualmente também a Mesa inicial, em que estava Boaventura, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; o Loreni, do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul.

Cumprimento aqui toda a Mesa, permitam-me fazê-lo, na pessoa de Marcio, que é lá do meu Estado, o Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores e Tesouraria Bancária e Escolta Armada do Rio Grande do Norte. Em sua pessoa, quero cumprimentar os demais.

Cumprimento a companheira mulher. Há, pelo menos, uma mulher na Mesa. (*Palmas.*)

Companheira, seu nome?

A SRª MARIA MÔNICA DA SILVA LOPES – Mônica.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mônica.

A SRª MARIA MÔNICA DA SILVA LOPES – Do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Que legal! Pois é.

Gostaria de dizer, Senador Paim, que venho aqui, como V. Exª já mencionou, para me associar ao desafio que está colocado, que é avançarmos no que diz respeito a uma legislação que promova a cidadania da categoria dos vigilantes em todo o País. Desde o início da minha trajetória, seja como professora, como militante sindical, como Deputada estadual, como Deputada Federal, e, agora, como Senadora, Deputado Chico Vigilante, meu mandato sempre foi um mandato muito sintonizado com a luta em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade. E, com a categoria dos vigilantes, não poderia ser diferente. A categoria dos vigilantes do meu Estado, assim como a de todo o Brasil, sabe que sempre contou com o nosso compromisso em defesa, repito, da categoria.

Acho que o desafio, que é avançarmos no que diz respeito à implementação, à institucionalização de um piso salarial nacional para a categoria, não é só justo, é necessário, pelo quanto uma medida dessa viria para corrigir, Senador Paim, as injustiças, as distorções que existem no campo salarial pelo País afora. A tabela que o Deputado Chico Vigilante leu aqui para todos nós é um retrato do que eu estou falando. É inaceitável que hamos Estado que burle a legislação e esteja pagando, inclusive, abaixo do salário mínimo, embora, para egar ao salário mínimo, lance mão de outros artifícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, eu quero dizer para os companheiros e companheiras, antes de mais nada, que nada de desistir dessa luta! Eu lembro que, quando nós começamos a luta pelo piso salarial nacional do magistério, ninguém acreditava. Diziam que aquilo era utopia, que aquilo era um sonho. E nós nunca desistimos, Boaventura.

Eu tenho uma alegria enorme de guardar no meu currículo o fato de ter sido uma das idealizadoras da lei do piso salarial do magistério, junto com o Senador Cristovam – justiça seja feita! (*Palmas.*)

Tenho a alegria, por exemplo, de ter sido a Relatora da emenda à Constituição que criou o Fundeb, e, com isso, foi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fátima, só me permita lembrar também da Senadora Ideli Salvatti. Eu lembro que ela foi fundamental aqui no Senado, a Senadora Ideli Salvatti. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é, exatamente, perfeito.

Então, eu fui Relatora do Fundeb. E por que falo do Fundeb? Porque, além de o Fundeb ser uma concepção educacional inovadora pelo que ele tem de caráter universalizante, com o Fundeb foi possível a gente dar o passo seguinte, que foi aprovar a legislação que regulamentou o que estava na Constituição Federal. E hoje os professores e professoras de todo o Brasil têm um piso salarial nacional, embora, do ponto de vista do seu valor, esteja ainda muito distante daquilo que os professores precisam e merecem ganhar; embora, inclusive, em muitos Estados ainda, esse piso não esteja sendo totalmente respeitado, mas é inegável que foi uma conquista extraordinária, foi um primeiro passo para a gente avançar rumo a uma política pública de valorização salarial e profissional dos profissionais da educação de todo o País, inclusive com a Meta 17 do novo Plano Nacional de Educação.

Então, eu trago aqui esse testemunho, para dizer para vocês que vocês não podem desistir de maneira nenhuma. A categoria de vocês, por razões específicas, a categoria dos vigilantes desempenha um papel muito especial. Vigilância – o próprio nome já está dizendo – é o papel de cuidar da segurança da sociedade, da segurança das pessoas. E esses profissionais precisam ser respeitados, e não ser tratados, como são ainda, em muitos Estados pelo País afora, inclusive, por uma classe patronal, Chico Vigilante, que infelizmente tem ainda um perfil muito predador do ponto de vista de só ver o lucro pelo lucro...

Então, eu encerro, Paim, somando-me aqui a você, ao Deputado Chico Vigilante. E gostaria de dizer que o Senador Paim, aqui no Senado Federal, será o nosso timoneiro, para liderar toda a agenda legislativa em curso. E que chegue aqui no Senado Federal, que venha na direção de promover a cidadania de vocês, e, portanto, evitar retrocesso!

E, mais do que nunca, nós temos que estar atentos, porque nós estamos vivendo um momento dramático, um momento muito difícil. É muito importante que, neste momento, vocês ousem lutar por mais direitos, para que fortaleçamos o movimento de barrar a agenda conservadora em curso no nosso País, infelizmente implantada por um Governo ilegítimo, usurpador, interino, golpista, biônico. Desculpem-me os que não pensam assim, mas é assim que nós chamamos o Governo que está aí, porque um governo que não nasce fruto da urna não pode ser chamado de outra coisa, senão de um governo biônico, um governo usurpador. E o pior é que esse Governo biônico e usurpador traz consigo uma agenda que é uma verdadeira pauta bomba do ponto de vista de subtrair os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Olhem só, se já acontece o que acontece no nosso País, e, de repente, a legislação não é respeitada, imaginem, como disse Chico Vigilante, aqui, o Deputado Chico Vigilante, se forem aprovadas propostas contidas no Programa Uma Ponte para o Futuro? Para nós, trabalhadores, se isso for aprovado, significará uma ponte para o inferno. (*Palmas.*)

Se forem aprovadas propostas, como, por exemplo, prevalecer o negociado sobre o legislado. Mas não é só isso: propostas, como, por exemplo, rever a política de valorização do salário mínimo; propostas, como, por exemplo... E não sou eu que estou dizendo, nem o Senador Paim, não; não é a oposição, neste momento, que está dizendo, não. É o Chefe da Casa Civil.

Está hoje nas páginas do jornal *Folha de S.Paulo*. O Sr. Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil, está dizendo, com todas as letras, que a reforma da Previdência vai vir, vão estabelecer a idade mínima de 65. E vai mais além, está dizendo hoje, inclusive, na *Folha de S.Paulo*, que é razoável, sim, acabar com a aposentadoria especial para as mulheres. Está lá também hoje ele dizendo que, na esteira da proposta da reforma da Previdência, tem que se acelerar e mandar a reforma trabalhista. E, na reforma trabalhista, a primeira coisa que ele está colocando é exatamente essa medida de alterar a CLT, para fazer vigorar, prevalecer o negociado sobre o legislado.

Então, eu paro por aqui, companheiros e companheiras, saudando, sobretudo, a realização desta audiência pública, que já é alusiva ao Dia Nacional do Vigilante, que está vindo. E, saudando, sabem por quê? Porque, neste momento, mais do que nunca, a gente precisa da unidade da classe trabalhadora; a gente precisa da união da classe trabalhadora, para que a gente possa, repito, não só preservar as conquistas que nós obti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vemos, inclusive, nesses 12, 13 anos, dos governos Lula e Dilma, mas, mais do que isso, para que a gente possa avançar. Nós queremos é mais direitos, e não menos direitos. E, infelizmente, a agenda apresentada, através de um golpe – isso é o mais grave! –, porque essa agenda Uma Ponte para o Futuro foi derrotada nas urnas, ela não tem legitimidade popular! Isso é que é grave!

Por isso que, mais do que nunca, meu caro Deputado Chico Vigilante, repito, a gente precisa de muita unidade, de muita união da classe trabalhadora, para a gente garantir que nenhum direito a mais... E a gente avançar na busca de mais direitos, e, no caso dos vigilantes, começando, tendo como bandeira central o piso nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Eu aviso aos outros companheiros que estão na sala 15, que está lotada também, que, num segundo momento, eles poderão vir para cá. Mas, no momento, para assistir, aqui eles ficariam todos de pé. A TV está passando pelo telão, lá para eles, eles estão acompanhando. E, antes de encerrar, nós vamos fazer uma atividade com todos os presentes aqui nesta sala. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um pouquinho.

O Plenário 13 também está todo ele ocupado pelos vigilantes, mostrando que estão mobilizados em todo o País.

Então, uma salva de palmas para o Plenário 13 e para o Plenário 15. (*Palmas.*)

E, no encerramento, eles vêm aqui.

Só um minutinho, Senadora Fátima Bezerra.

Eu queria informar a todos que, conforme eu havia avisado na abertura, preocupado com essa situação da retirada de direitos dos trabalhadores, além dos Estados que eu já falei em que nós estaremos – no dia 16, no Paraná; no dia 17, em Santa Catarina; no dia 20, lá no nosso Rio Grande, Dias; no dia 8 de julho, Cuiabá; dia 5 de agosto, Belém; 19, Palmas; 29 de agosto, Goiânia; 2 de setembro, Belo Horizonte; 7 de outubro, Rio de Janeiro; 28 de outubro, Bahia –, depois, vamos ainda confirmar a data, que já pediram, São Paulo e Maranhão. E aqui também, o encerramento aqui em Brasília, como fizemos da outra vez, que foi muito bom. A intenção é passar, no mínimo, por 20 Estados.

O debate vai ser: combate ao trabalho escravo, combate ao negociado sobre o legislado; combate ao fim da Previdência; combate à terceirização; combate à violência contra as mulheres; combate àqueles que querem atacar a democracia. Ali está o seguinte: "em defesa da democracia". Em cada evento desses que temos realizado, com a experiência da terceirização, nunca deixamos de lotar todas as Assembleias Legislativas.

É importante dizer que, nesse movimento...

Estou vendo ali agora o nosso companheiro daqui de Brasília, da CUT, Jacy Afonso. Uma salva de palmas para o Jacy Afonso, companheiro de longas jornadas. (*Palmas.*)

Todo esse movimento, que fizemos uma vez e estamos fazendo de novo, vai na linha de tudo aquilo que nós discutimos aqui hoje. Aprendemos que a pressão de fora para dentro é que faz acontecer. Como eu digo sempre, já são dez frentes de que nós, Senadores e Deputados, estamos participando. Todas as dez frentes vão na linha de defender os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, e dos aposentados e pensionistas.

E ainda – vocês, todos, homens, agora é a provocação dos homens –, eu coordeno aqui a Frente Parlamentar dos Homens Contra a Violência às Mulheres. Lá no Estado – não é, Dias? –, quem lançou essa Frente pela primeira vez foi o filho do nosso querido, já falecido, Adão Pretto. Lá é o Edegar Pretto. Ele lançou em diversos Estados. Ele veio aqui ao Congresso e nós lançamos aqui. Então, em memória ao nosso querido Adão Pretto, eu faço também a lembrança do trabalho excelente do filho dele, Deputado Estadual Edegar Pretto, e que mais homens se somem à nossa – porque não é minha – caminhada dos homens contra a violência às mulheres. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só bem rapidinho, para mostrar aqui aquilo que eu mencionei agora há pouco usando como fonte o jornal *Folha de S.Paulo*, está aqui, realmente, na edição de hoje do jornal *Folha de S.Paulo:* o Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo interino, biônico, dizendo aqui claramente que o Presidente pediu aos Ministros, especialmente os da área econômica, que fizessem um estudo para, ao lado do plano gradual de ajuste da economia, serem adotadas medidas de impacto o mais breve possível. Aqui ele já menciona quais serão as medidas de impacto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estão na Ponte para o Futuro que eles lançaram lá em dezembro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nesse ponto eles não estão mentindo, isoal. Acreditou quem quis. Eles lançaram o que eu intitulei de "Ponte para o Inferno" lá em dezembro. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não estão mentindo. Quem entrou nesse bolo é que agora vai pagar o pato. Nós temos que fazer uma reação para evitar que isso aconteça. Eles estão sendo até honestos nesse aspecto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Aí ele coloca claramente: "vamos começar pela reforma da Previdência". O jornalista...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E da CLT.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exato. "A ideia é criar uma idade mínima?" Ele diz: "Se houver uma forma que se sustente sem idade mínima, vamos ver." Mas ele, já de cara, diz logo: "O exemplo mundial que temos dos sistemas bem-sucedidos inclui idade mínima e crescente." Olha só! Não é só uma idade mínima. É idade mínima e crescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele ainda fala em 65 e 67. Está na "Ponte para o Inferno".

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. E aqui ele prossegue, Paim. Ele diz: "O exemplo mundial que temos de sistemas bem-sucedidos inclui idade mínima e crescente. É o caso que o Brasil terá de fazer." Aí pergunta: "Haverá encontro de regras entre mulheres e homens?" Ele diz aqui o seguinte: que na mesa, alguns atores observaram que mulheres vivem mais do que homens, que elas estão recebendo mais aposentadoria do que os homens, então elas terão, no mínimo, de serem iguais no futuro. Ou seja, realmente...

E aqui: "O Governo também quer realizar uma reforma trabalhista?" O Ministro do Governo interino, biônico, golpista, responde: "Também queremos, até o final do ano, ter uma reforma trabalhista. A discussão era para ser em paralelo." Aí ele diz aqui: "O que pode ser modificado nessa área, então?" Deputado Chico Vigilante, ele responde: "O acordo sobre o legislado, por exemplo."

Gente, então como disse o Senador Paim, isto aqui não é proselitismo, isto aqui não é luta política, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na mesma linha, nós avisamos! Eu tenho as gravações: quem apostar nessa proposta, achando que o *impeachment* é a salvação da lavoura, espere para ver o que vai acontecer. Está aí! Tudo isso eles avisaram antes, e teve gente que achou que era por aí mesmo. Está aí o resultado agora. Vamos sofrer juntos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O que nós estamos colocando aqui é no sentido de alertar a classe trabalhadora brasileira do perigo iminente, da ameaça, porque está aqui, estava lá na Ponte para o Futuro. As medidas estão sendo já, inclusive, implementadas. Vocês devem estar acompanhando uma proposta de emenda à Constituição, já enviada para o Congresso Nacional, de limitar gastos nas áreas sociais, condicionando ao patamar da inflação do ano anterior. Isso significa pôr o SUS em risco; significa, por exemplo, pôr em risco o novo Plano Nacional de Educação, que é mais creche para os filhos de vocês, mais escolas técnicas para os filhos de vocês, mais ensino superior.

É por isso, Senador Paim, que a nossa Frente Parlamentar, aqui já idealizada e lançada por V. Exª, em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, tem que crescer cada vez mais em termos de adesão aqui no Congresso Nacional. Para isso é fundamental – repito – a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Nós não vamos, de maneira nenhuma, aceitar que os trabalhadores paguem uma conta dessa, paguem um pato dessa natureza. Muito pelo contrário. Nossa luta vai continuar firmemente. Não ao golpe! Em defesa da democracia! Nenhum direito a menos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima. Vamos agora à nossa lista de convidados.

O Deputado Chico Vigilante pediu que eu lembrasse: sessão solene em comemoração ao Dia do Vigilante, dia 17 de junho, às 19h, no plenário da Câmara Legislativa. Lembro eu aqui, Dias – o Rio Grande do Sul não pode ficar para trás! –, que a nossa sessão vai ser dia 20, um domingo, na Casa do Gaúcho, lá em Porto Alegre. Eles botam lá mais de 2 mil, viu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dia 19! Dia 20, na Assembleia; dia 19, na Casa do Gaúcho.

Vamos agora aos nossos convidados.

De imediato, José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco.

O SR. JOSÉ INÁCIO CASSIANO DE SOUZA – Bom dia a todos, companheiro Marcio, companheiro Chico ilante; Presidente da Confederação, Boaventura; Jervalino; companheira Mônica, de Alagoas, e nosso Presiıte, Senador Paulo Paim, presidindo esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Primeiro, eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim pela coragem que o Senador tem tido em defesa dos menos favorecidos, em defesa dos vigilantes do Brasil, em todas as audiências.

Eu queria também aproveitar para cumprimentar todos os vigilantes de Pernambuco. Nós estamos com uma comitiva de vigilantes do Estado de Pernambuco. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar todos os companheiros da Região Nordeste.

Eu me lembro que, nesta mesma Casa, a gente travou uma grande luta, uma grande batalha, em defesa dos 30% de periculosidade. Muitas pessoas não acreditavam na nossa luta, mas prevaleceu a mobilização da categoria. A gente colocou no canto da parede o setor econômico, mostrando que era uma questão de sobrevivência aqueles 30% de periculosidade. Hoje, no Brasil, todos os vigilantes, quando se aposentam, já se aposentam com a incorporação dos 30% de periculosidade. A gente tinha muita dificuldade na hora da aposentadoria do trabalhador no Brasil.

Hoje nós estamos aqui defendendo o piso nacional, mobilizando uma das primeiras audiências públicas. Os vigilantes do Brasil estão nos assistindo, como bem colocou aqui Chico Vigilante, Cláudio, Boaventura, e isso demonstra o papel importante da luta dos trabalhadores.

Nós vivemos um momento, Senador Paulo Paim, de muita violência no Brasil. O Brasil tem assistido, pela mídia, às explosões dos caixas eletrônicos, aos assaltos ao setor bancário, aos assassinatos. Vigilantes perderam sua vida, tombaram defendendo um patrimônio que nunca vai ser dele. As pessoas que transitam dentro dos bancos também são vítimas, os bancários também têm sido vítimas.

Hoje, como disse o companheiro Cláudio, do Rio de Janeiro, o vigilante que presta serviço aqui, no Distrito Federal, é o mesmo vigilante que faz um curso de vigilantes de 21 dias, aproximadamente, e depois de dois anos faz uma reciclagem, e lá no Estado de Pernambuco é o mesmo, Deputada Fátima Bezerra. É o mesmo trabalhador. É o mesmo que está em Alagoas, é o mesmo que está no Rio de Janeiro, em todos os Estados, defendendo o patrimônio que nunca vai ser do trabalhador. E por que não piso nacional, Senadora? Por que não um piso nacional? Então, eu quero deixar aqui este apelo a esta Casa, aos Senadores, aos Deputados.

Esse é o começo da nossa luta. Vamos estar mobilizados, organizados. No Estado de Pernambuco estamos diuturnamente conscientizando os trabalhadores para a luta do piso nacional – é uma questão de sobrevivência. Não é justa, como colocou aqui o companheiro Chico Vigilante, a média salarial do Nordeste. Os piores pisos, podemos dizer, estão no Nordeste. E o Nordeste é onde se mata mais, é onde se discrimina mais, então é possível a gente sair nessa luta em defesa do piso nacional, porque o piso nacional é uma questão, como eu disse antes, de sobrevivência da família do trabalhador vigilante, para uma educação mais justa. Não existe educação se não houver segurança – eu tenho dito, tenho sempre falado isso. Não adianta o jovem estar indo para a universidade e no caminho não haver segurança, dentro da universidade não haver segurança.

O que a gente tem assistido neste País afora é o setor fazendo redução, tirando a segurança, porque não tem o compromisso com a sociedade, o compromisso de defender, o compromisso de haver a segurança bancária. Foi preciso, no Estado de Pernambuco, criar várias leis municipais para que o setor bancário se adequasse à realidade da segurança bancária, porque se dependesse dos banqueiros, não existiria vigilante dentro do banco. Hoje existe a lei... (*Palmas.*)

... e nós estamos defendendo a categoria com muita coragem.

Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo mais uma vez e dizer que o piso nacional é uma questão de sobrevivência da categoria. Vamos mobilizar bem a categoria para que possamos sair vitoriosos. Eu acredito e confio nessa vitória dos trabalhadores em defesa do piso nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco. É bom registrar que, na atividade que tivemos lá, a categoria estava em massa na Assembleia. Meus cumprimentos! E você falou muito bem. Nós só conseguimos o adicional de periculosidade porque houve uma visão positiva e uma mobilização muito grande em todo o País, tanto que realizamos audiências não só aqui – lá na Câmara, aqui, e tivemos aquele movimento. Quero cumprimentar vocês, que são os líderes, porque encaminhamos o projeto lá e aqui. Onde passou primeiro, o outro assumiu a relatoria – no caso, eu assumi aqui no Senado, e assim aprovamos a matéria.

Mais uma salva de palmas para os vigilantes que, sem sombra de dúvida, são parceiros de todas as horas, não só no interesse da categoria. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora ao Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores e Tesouraria Bancária e Escolta Armada do Rio Grande do Norte (SindForte), Sr. Marcio Figueredo da Silva. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO FIGUEREDO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Quero saudar a Mesa pessoa do Senador Paulo Paim, o meu companheiro Souza, o Chico Vigilante, o Jervalino, a companheira nica e o nosso Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, Boaventura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Na sexta-feira da semana passada, eu participei de uma audiência na Assembleia Legislativa em que o tema era a integridade física dos vigilantes do Estado do Rio Grande do Norte. Por incrível que pareça, o Estado do Rio Grande do Norte fechou o ano de 2005 com um total de 85 ataques a vigilantes de um modo geral, tanto patrimonial quanto de transporte de valores, Senadora Fátima. Esse é um índice bastante alarmante. E iniciamos o ano de 2016 com 37 ataques, o mais recente à empresa Prosegur. Os vigilantes trabalhadores sofreram um assalto na última segunda-feira lá no Estado do Rio Grande do Norte. Para vocês terem uma ideia – eu gostaria de relatar um pouco a situação, se me permitirem –, os trabalhadores haviam passado pelo momento de sinistro no dia anterior e a empresa os colocou na escala para trabalhar normalmente, como se nada tivesse acontecido. Não podemos aceitar. Mais uma vez partimos para cima da empresa e conseguimos a liberação imediata dos trabalhadores vigilantes. Para vocês terem mais ou menos uma ideia de como está o Estado do Rio Grande do Norte, que hoje clama – não é, Senadora? – um pouco na questão desses ataques aos trabalhadores vigilantes. Estamos lá fazendo nossas mobilizações para garantir a integridade física deles, que é um direito. Não estou aqui fazendo um pedido, estou como um representante, para defender a categoria.

No mais, a questão do piso. No Estado do Rio Grande do Norte se iniciou uma mobilização muito forte em 1º de fevereiro de 2013. Fizemos uma paralisação em conjunto. O Estado do Rio Grande do Norte parou as atividades dos carros-fortes e, com o apoio da Confederação, o apoio do Chico, o apoio do Souza, o apoio das demais entidades aqui presentes, conseguimos garantir uma melhoria para os trabalhadores, que são os 30% de periculosidade. Agora digo a vocês com muita satisfação que o Rio Grande do Norte está muito satisfeito com essa luta nacional, com a Confederação Nacional dos Vigilantes, com todos os representantes aqui presentes, para seguirmos um rumo. Lá nós não discutimos a questão do valor, mas é o respeito. Entendemos que o vigilante tem de ter respeito.

Já que estamos falando de respeito, no Rio Grande do Norte não tivemos muito respeito ao fazer uma solicitação na Secretaria de Estado de Segurança Pública para simplesmente fazer um debate, Senadora. Fizemos uma solicitação, Senadora Fátima, se a senhora me permite. Fomos lá pedir à Secretaria para que, em conjunto com a Confederação – o Boaventura esteve lá comigo –, fosse feito um fórum para o debate.

A gente não queria mandar em nada, a gente só queria a construção de um debate para discutir a segurança pública e privada no Estado.

Não fomos atendidos. Fizemos esse projeto em conjunto com a Confederação; o pessoal não aceitou nosso projeto. Só para vocês entenderem mais ou menos como funcionam as coisas para o lado dos vigilantes no Estado do Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Marcio, bem rapidinho.

Lamentável essa atitude do Governo do Estado; lamentável, inaceitável. O problema da violência que você está mencionando, lá no Rio Grande do Norte, no que diz respeito à questão dos vigilantes, é um fato concreto. Então, rapidamente, eu lhe daria uma sugestão: que os vigilantes procurassem as associações dos policiais militares e bombeiros no Rio Grande do Norte, como também, Deputado Chico Vigilante, o Fórum Estadual dos Servidores, para retomar essa ideia e viabilizar a reunião desse fórum.

Nós, claro, nos colocamos também à disposição para sermos parceiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora. (*Palmas.*)

O SR. MARCIO FIGUEREDO DA SILVA – Desde já agradeço a colocação da Senadora. Vamos nos fazer presentes; já temos uma certa convivência com o pessoal da associação. Vou entrar em contato mais uma fazer para reforçarmos essa luta.

Então, pessoal, ficam aqui minhas sinceras palavras. Quero agradecer mais uma vez pelo convite, na pessoa do Boaventura, da Confederação; ao Presidente, Senador Paulo Paim; ao Chico Vigilante e aos demais companheiros.

Vou frisar mais uma vez: o Rio Grande do Norte está firme e forte nessa luta, com toda a categoria, em nível nacional.

Um abraço a todos e um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcio Figueredo da Silva, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores e Tesouraria Bancária e Escolta Armada do Rio Grande do Norte (SindForte).

Jervalino Rodrigues Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF.

Uma salva de palmas para a nossa Senadora, que vai ter de sair neste momento. (*Palmas.*)

Quero uma salva de palmas também para o nosso companheiro José Medeiros, que está sempre pre-
ıte e, nessas questões, não vacila. Em algumas coisas nós temos divergências, mas é normal, não é? Isso é a
nocracia, e ele é um parceiro nosso aqui em muitos temas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vou dizer: houve temas, como o trabalho escravo... Permita que eu diga isso, não vou te indispor com alguns setores, não. Ele estava apresentando um relatório até razoável, e alguns setores – permita que eu diga isso, não vou dizer quem me contou – acharam que o relatório dele estava muito paro o lado do trabalhador. Ele disse assim: "Tudo bem, estou entregando meu relatório, mas vou trabalhar agora para que o Paim seja o relator." E eu peguei a relatoria, graças ao Medeiros. (*Palmas.*)

Vou falar o que é bom, também, e não ficar só dizendo que é pró *impeachment*, contra o *impeachment*.

Com a palavra, por favor, Jervalino Rodrigues Bispo.

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – Eu queria primeiro saudar a Mesa; na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, quero cumprimentar todos da Mesa; quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras deste plenário e os que estão nas outras salas. Quero agradecer a todos por estarem aqui em Brasília, junto com a gente, e dizer que nós, do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal e a Confederação Nacional dos Vigilantes estamos de braços abertos para todos os companheiros e companheiras que vieram dos outros Estados.

Quero dizer, mais uma vez, que não é de graça, Senador Paulo Paim, que, na eleição passada no Rio Grande do Sul, as pessoas faziam pesquisas fraudulentas para dizer que V. Exª estava perdendo a eleição, quando seria o Senador mais bem votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É verdade, é verdade. (*Palmas.*)

Agradeço pela lembrança.

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – Porque hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E digo que os vigilantes estavam linha de frente – suprapartidariamente, eu sei, porque há toda a categoria. Mas em relação ao meu mandato eu queria agradecer muito aos vigilantes. Eles foram parceiros do início ao fim, e estavam preocupados. Ficaram tão preocupados que eu tive, no fim, 500 mil votos a mais que o candidato que ficou em segundo lugar. Agradeço aos vigilantes. (*Palmas.*)

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – Quero dizer, Senador: a gente discutia aqui, eu e o Pedro Boaventura, que, com a organização da Confederação e os vigilantes de todo o País, se houvesse necessidade, nós iríamos em grupos para o Rio Grande do Sul para garantir seu mandato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – A gente sabe que político igual ao Senador Paulo Paim, à Senadora Fátima Bezerra, e muitos outros mais que há aqui no Senado e na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Chico Vigilante não precisa falar, né?

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – A gente sabe que essas duas Casas – não, não vou falar do Chico, não – tentam cassar esses políticos, porque são os que defendem a classe trabalhadora. Nós vimos agora, com esse novo Presidente do golpe, o que eles querem para a classe trabalhadora. É um exemplo que a gente está dando para quem dizia que queria a volta deles. Estamos vendo a luta que vamos ter para não perder direitos que nós adquirimos. Não é para ganhar mais direito, não. Nós vamos brigar muito mais, ainda, mas de início a briga é para garantir o que se tem.

Quero dizer que, lamentavelmente, existem companheiros nossos, trabalhadores, que pensam diferente. Quando a gente lutava e brigava pela periculosidade dos vigilantes, tinha companheiro que dizia que uns líderes tão velhos e acreditados como o Chico Vigilante e o Boaventura estavam tentando enganar a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – E nós mostramos que são dirigentes sérios, batalhadores e que a categoria é forte, e conseguimos a periculosidade. A mesma coisa está sendo agora com o piso nacional. Quero dizer, meus companheiros, minhas companheiras: a briga é de todos. Vamos fazer do mesmo jeito: cada Estado vai atacar os seus Senadores com esse projeto tramitando aqui no Senado. Do mesmo jeito vamos fazer se ele chegar à Câmara. E assim vamos conseguir, e vamos mostrar que trabalhador unido jamais será vencido! (*Palmas.*)

Quero dizer para todos os companheiros e companheiras: estou ficando velho de idade, mas novo de coragem! (*Palmas.*)

Nós somos um grupo. Às vezes, muita gente diz: o Jervalino e o Boaventura estão velhos, o que ainda estão fazendo na Confederação? O que estamos fazendo na Confederação é isso, companheiros – é somar. Não é porque não temos companheiros novos da mesma competência, e não é porque não temos companheiros novos com a mesma coragem, porque temos. Mas um a mais faz tanta diferença que vocês não sabem.

Então, companheiros, não vou alongar muito a minha intervenção. Quero só dizer que essa categoria em nível nacional tem que estar unida e dizer da confiança que nós temos em vários políticos desta Casa que vão estar junto conosco. Muitos queriam tirar até a nossa vida se pudessem, mas existe um grupo de pessoas dentro dessas duas Casas que defende o trabalhador. É pouco, mas o trabalho de cada um deles vale por dez.

Muito obrigado a todos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Pessoal, em defesa do trabalhador eu vou tomar essa liberdade.

Divergências pontuais são normais. Por isso nós somos amantes, apaixonados pela democracia. Mas um Senador que está aqui, pessoal, nunca me deixou na mão quando se trata de defender trabalhador e aposentado. Eu quero incluí-lo, embora tenhamos divergência na questão do *impeachment*. É o Senador Medeiros. Permitam-me. (*Palmas.*)

Nunca me deixou na mão. Se me deixasse eu diria.

Já tivemos debate no plenário discordando de alguns temas.

Quando é de interesse do trabalhador e do aposentado, sejam da área pública, da área privada ou da área rural, nós sempre estivemos na mesma trincheira.

Como você citou alguns políticos, eu me vi na obrigação, com a honestidade de quem está há 30 anos nesta Casa...

Eu disse outro dia para o Medeiros e vou repetir: creio que devo ser o único – um ou outro ainda existe – que entrou aqui e nunca mais saiu. Uns saíram por promoção. Tornaram-se Presidente da República, governador. E eu fiquei humildemente nas esquinas do Congresso Nacional...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Quem sabe ele não sai, não é? Para cima aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Medeiros. Você é meu parceirão.

Vamos ao nosso...

Use a palavra no momento que entender adequado, Senador, como é sempre aqui. A Fátima chegou. Quando quis usar a palavra usou. Se quiser usar agora, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bom dia a todos.

Eu estava vindo para cá e disse que ia à CDH. Eles falaram: "Não, aquilo lá é comício do Paim para esse negócio de *impeachment*." Eu falei: não. Falei: olha, primeiro, tenho um respeito imenso pelo Senador Paim. Estamos aqui em fronteiras opostas. Como diz Lindbergh, eu sou golpista e ele é *anti-impeachment*.

Esses dias nós estávamos em Portugal. Fomos a um debate lá. Viajamos juntos. Estou passando por uma praça lá e escutei: "Golpista!" E falei: mas até aqui? Quando olhei era Lindbergh.

Gente, debate político é isso. Eu tenho vindo muito à CDH, porque digo que o Senado é a Câmara alta do País, é a Câmara onde se discutem os grandes temas. Por vezes, isto fica parecendo um grêmio estudantil, mas nunca por culpa do Senador Paim. E não é confete, não é porque estou na frente dele.

O Senador Paim sempre traz grandes temas para cá. E às vezes as pessoas dizem: falar da questão dos vigilantes é grande tema? É um grande tema. Todo tema que diga respeito à vida nacional é um grande tema. E esta Comissão, a CDH, talvez seja a essência do Legislativo brasileiro, porque aqui se discute a realidade brasileira, aqui se discute a essência de temas que por vezes são deixados de lado, são discriminados.

Por isso eu faço questão, sempre que posso, de estar aqui presente.

Já viajamos, em alguns casos eu defendendo um lado e o Senador Paim, o outro, mas toda vida com muito respeito. Isso é a política.

Fui à minha cidade agora, Senador Paim, e fui atacado por um grupo lá. Fiz questão de cumprimentar. Não quiseram me cumprimentar, mas eu fui lá.

Lamento, por exemplo, o que fizeram, se não me engano no sábado, com a Presidente Dilma Rousseff. Política, nós temos que fazer com argumentos. E temos que combater os argumentos. (*Palmas.*)

Eu, por exemplo, considero totalmente legítimo e não me irrito. Combato o discurso do golpe, mas considero totalmente legítimo, por quê? Foi até inteligente. Fizeram uma peça publicitária que tem um apelo. Ela tem o apelo até de irritar quem pensa ao contrário. Isso é debate. Agora, não atacar as pessoas.

Eu sou de uma ala e não gosto dos argumentos do Senador Paulo Paim. Então eu parto para destruir a pessoa, desconstruir a sua reputação.

Como se desconstrói a reputação de um homem com uma história dessa? Então eu me preocupo quando a política parte para esse rumo. No mais, tirando esse senão, porque tenho fortes razões, tenho defendido, sim, o *impeachment*...

O Paulo Rocha, há poucos dias, dizia: "Mas, Medeiros, você com uma história do trabalhador, você que já esteve no PT defender... Isso é um absurdo!" E a política tem disso.

Eu rememoro algumas coisas aqui para a gente ver a verdade. Vocês, neste momento, eu comparo àquela cena daquele marido que não dá valor à esposa, daquele marido que humilha a esposa. Mas um dia ele cai em desgraça. Acaba a grana, ele bebe umas cachaças, é preso pela polícia. Sabe quem está lá na porta da cadeia para defendê-lo e pedir para o delegado soltar? A esposa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nesse momento, quem está defendendo o Governo da Presidente Dilma são aqueles que estão parecendo leprosos. Eu digo isso sabe por quê? Porque eu vi e assisti o jeito como essa figura era tratada aqui. Ele não era dos *players.* Na hora dessa dinheirama toda de campanha, não foi para a campanha dele um borbotão de dinheiro. E merecido, porque tem história. Não era um Senador querido aqui. Hoje é um dos mais respeitados. Por quê? Porque estão em dificuldade.

Eu louvo e respeito muito a posição dos movimentos sociais que construíram a história do verdadeiro Partido dos Trabalhadores. E louvo a lealdade. Eu respeito gente leal. Muita gente é leal enquanto está bom. (*Palmas.*)

Esse daqui, não. Esse daqui sofreu, comeu o pão que o diabo amassou, que eu me lembro. E ele, quieto, mesmo assim defendendo. Era olhado de soslaio dentro do Senado. Só se ouviam os cochichos: "Ah, o Paim... O Paim fica com esse negócio de aposentado, de não sei o quê..." E ele fiel.

Um dia, ele subiu à tribuna do Senado e falou, quase chorando: "Olha, eu amo o meu Partido. Eu tenho uma história. Agora não me peçam para decidir entre o meu Partido, os trabalhadores e o aposentado, porque vou ficar com eles". (*Palmas.*)

Aconteceram todas essas coisas. Hoje ele está sendo muito respeitado. Eu louvo que seja, porque ele merece. E os movimentos dos trabalhadores também estão sendo.

Agora, volto a dizer. Estou na outra trincheira, mas observo essas coisas que estão sendo valorizadas agora.

Eu digo isso, Senador Paim, pelo seguinte: quando o Presidente Lula ganhou, na década de 2000, o governo, nós tínhamos ali vários companheiros. Eu era sindicalista pela Polícia Rodoviária Federal e nós pensamos: bom, nós ganhamos o governo e agora vamos poder participar dele. Nós tínhamos alguns superintendentes com 30 anos no cargo, sempre se mantendo através dessas... E a chibata comendo, porque sempre foi usado... No serviço público existe muito isso, gente. Alguns que talvez trabalhem no serviço público sabem.

Quando tenho um inimigo político, eu uso a corregedoria contra ele. E o Direito Administrativo é terra de ninguém, Senador Paim. Infelizmente é isso. Então, se quiser destruir o inimigo, jogue o Direito Administrativo em cima dele.

Eu me lembro que quando entrou falamos: agora nós ganhamos. Vamos transformar isso aqui.

Sabe o que aconteceu? Tenho um amigo que diz que existem uns "estrogonofes" que surgem.

Entre a divulgação do resultado da eleição e o dia da posse, nesse interstício, mudou tudo. Nós tornamos a perder e a chibata comeu do mesmo jeito.

Então, muitas coisas aconteceram também. Eu faço essa crítica aqui porque aconteceu. Na verdade, eu digo: o verdadeiro Partido dos Trabalhadores, a verdadeira esquerda não assumiu o poder neste País. Eu não tenho dúvida disso, se não este seria um dos principais ministros, porque quer história mais bonita dentro do Partido dos Trabalhadores do que a do Senador Paim? De Paulo Rocha, de Pimentel? Pimentel até assumiu como Ministro. Vamos fazer justiça, mas não assumiu por completo. É isso que eu digo. Mas não foi isso que viemos falar aqui.

Eu queria dizer, gente, que independente dessas... Viram como o debate está quente? Sempre remetemos a esse tema, não é?

O que eu quero dizer para vocês é que em algumas bandeiras, não, mas em outras estou totalmente com o Senador Paulo Paim. Nessa pauta dos vigilantes... Eu fiz um projeto e estou aberto a melhorias para ele.

Tive uma preocupação, porque vocês, por exemplo, já estão, vamos dizer assim, regulamentados ou bem adiantados. Já existe, é uma categoria de fato. Mas nós temos também aqueles nossos irmãos que existem de fato, são milhares pelo Brasil afora andando na "motoquinha" ou na bicicleta à noite, apitando, os vigilantes autônomos, e inexistem no mundo jurídico, inexistem de direito. Nós precisamos pensar nisso também.

Eu dei entrada num projeto para debatermos o assunto. Já recebi muitas críticas, mas ele está aberto. Temos que começar a provocar, porque precisamos olhar para essas categorias todas, senão teremos um Brasil subterrâneo que existe de fato, mas não existe de direito.

Senador Paim, quero apenas parabenizá-lo, porque V. Exª engrandece o Senado Federal brasileiro, sempre fazendo esses debates. E nós estamos aqui, às vezes divergindo, às vezes convergindo, mas com muito respeito.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

O Senador Medeiros é isso, pessoal. Ele fala o que pensa.

Eu me lembro de que na terceirização nós fomos para o Estado dele, a Assembleia lotada. Eu e ele, um ao lado do outro. E eu sem saber o que ele ia falar. Pensei: eu sei que ele olha com cuidado essa matéria. E ele chegou lá e falou exatamente o que pensa da questão da terceirização.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ele me salvou de uma a tremenda, viu?! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Falou exatamente o que ele pensa. O pessoal do Estado dele, porque lá é a base eleitoral dele.

Quando ele terminou de falar, eu disse: pessoal, só um minutinho. O Senador Medeiros, parceiro meu, o que ele quis dizer é isso, isso, isso e aquilo. E bateram palmas de pé. Ele ficou só me olhando. Não sei se foi bem isso. Mas foi, pessoal, num companheirismo...

Eu tenho certeza de que, mesmo na terceirização, com o projeto que vou apresentar, nós vamos dialogar muito. Ele vai votar conosco. E nessa questão do piso dos vigilantes, de R$3 mil, como estamos propondo, vocês podem ter certeza de que ele vai ser parceiro na discussão e no encaminhamento.

Nós estávamos mostrando, Senador Medeiros – foi até o Chico quem mostrou, dados trazidos pelo Boaventura –, que existe vigilante que ganha R$600 de piso. São R$631, se não me engano; o piso deles é de R$631, menos do que um salário mínimo. É por isso que, quando falamos em R$3 mil, se retirar todos os descontos, o que é natural, porque tem que pagar mesmo, Imposto de Renda e Previdência, baixa para R$2 mil. É um piso alto R$2 mil?

Aí me dizem: mas existe policial militar... Eu ouvi aqui, foi do Chico talvez, que há policial militar que não ganha isso. Então que se mobilize, porque ninguém poderia ganhar menos do que algo em torno disso para defender o nosso patrimônio e as nossas vidas, como você, que veio da categoria dos policiais rodoviários. Então ele tem a ver com esse tema.

Por isso, pessoal, independente de partido ou de ser contra ou a favor do *impeachment,* o que nos une nesse momento é a luta pela melhoria e pela garantia do piso dos vigilantes.

É isso, pessoal. Estamos juntos. (*Palmas.*)

Dr. Jervalino já falou.

Então, vamos agora para a Mônica.

Para a alegria de todos nós, vamos ouvir a primeira mulher falando aqui.

Eu tive uma notícia boa: temos uma a Presidenta no Sindicato dos Vigilantes de Novo Hamburgo, bem ao lado da minha base principal, que é o Vale dos Sinos, pega Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas, todo aquele vale desde Ivoti, toda aquela região. É bom saber que lá nós temos uma mulher na presidência do sindicato. Lembrem-me o nome dela, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rosane. Então, Rosane salvou o Rio Grande! Uma salva de palmas para você aí (*Palmas.*)

Mônica, por favor.

A SRª MARIA MÔNICA DA SILVA LOPES – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Paim pela oportunidade desta audiência pública para falar sobre a questão do piso salarial.

Quero saudar também os companheiros Marcio Souza; Chico Vigilante; o Presidente da Confederação Nacional, Boaventura; o companheiro Jervalino, Presidente do Sindicato de Brasília, e todas as companheiras aqui presentes.

Nós, do Estado de Alagoas, vimos lutando por melhorias para a nossa categoria. Não é diferente da questão do salário nacional. Estamos engajados, juntamente com a Confederação. Portanto, essa luta não é apenas da Confederação nem de alguns trabalhadores vigilantes que aqui estão, mas de toda a categoria nacional. Nós temos que vestir, sim, essa camisa com bravura e mostrar para o patronal o que queremos, porque nesses últimos tempos...

Vou relatar o que aconteceu.

Nós estávamos numa negociação salarial que começou no início de fevereiro e terminou agora, no dia 30 de maio, quando tivemos um reajuste salarial de 11,08%, mas tivemos uns dias de paralisação. Houve uma batalha contra as grandes empresas multinacionais, que são Brinks, Prosegur e Preserve, e nós conseguimos, não os 100% do reajuste que queríamos, mas 70% do que estávamos reivindicando.

Quando se faz uma paralisação na porta de uma empresa multinacional como a Prosegur, isso demonstra... Eles achavam que a categoria dos vigilantes não tinha força para fazer esse tipo de mobilização, mas nós temos.

Quero saudar também o Presidente Ferreira, que está em Alagoas, Presidente do nosso sindicato.

Quero dizer também – a minha fala é rápida – que eu gostaria que todos nós, vigilantes, estivéssemos engajados nessa luta, que realmente vestíssemos essa camisa, que buscássemos sempre, sempre...

Também não posso deixar de falar sobre os últimos acontecimentos por que o Brasil vem passando. Felizmente, não posso me calar de forma alguma. A gente tem um governo popular – eu digo que a gente ganhou, a gente não saiu do Governo, a gente está lutando para restabelecer o mandato popular –, todos os tra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

balhadores do Brasil precisam ter a consciência de que aquele Governo é nosso e que é popular. Fomos nós, brasileiros, nós, trabalhadores, que colocamos lá, 54 milhões de votos. Não é da forma que fizeram! Infelizmente, a gente quer restabelecer, convocando também os trabalhadores para uma grande mobilização que vai acontecer no Brasil dia 10.

Também vamos ter uma greve nacional. Estamos trabalhando nisso. A CUT Nacional, as CUTs estaduais estão convocando os trabalhadores. Não deixem de ir, porque o que está em jogo são nossos direitos, o que está em jogo é a nossa aposentadoria, o que está em jogo é o nosso futuro, não só nosso, mas o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos. A grande maioria dos vigilantes estão com cabelos brancos. Muitos de nós não têm certeza de que vai se aposentar quando terminar o tempo certo de contribuição. Nós não temos mais certeza sobre isso. Portanto, companheiros e companheiras, estamos aqui na luta e vamos lutar sempre.

Eu também quero deixar a minha nota de repúdio pela violência contra aquela jovem do Rio de Janeiro, porque não se admite de forma alguma aquela violência. (*Palmas.*)

O que aconteceu no Rio de Janeiro é retrato do que acontece em vários Estados do País. A gente não pode se calar sobre uma violência dessas. Foi comentado porque foi muita gente, mas quantos Estados têm esse tipo de violência? Nós não podemos deixar de forma alguma que isso fique impune.

Quero aqui, Boaventura, dizer a você que a Confederação está de parabéns, porque a Confederação Nacional vem lutando diariamente para melhorias nessa categoria, lutando diariamente para que a nossa categoria seja reconhecida e valorizada. Só quem é vigilante sabe o que sofre nos postos de serviço.

Muitas vezes, a gente está no posto de serviço, outros companheiros que são trabalhadores não veem a gente, fazem de conta que somos invisíveis. Quero dizer a esses companheiros, que também são trabalhadores, que a gente está ali para guardar não só o patrimônio, mas também para preservar a vida. Estamos aqui. Alagoas está aqui presente sempre.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Maria Mônica da Silva Lopes, Secretária-Geral do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

Agora, pessoal, antes dos encaminhamentos finais, vamos abrir para o Plenário, para que cada um use a palavra, para que todos possam falar, inclusive, da outra sala. Quem está na sala 13 e na sala 15 e tiver que falar por alguma região vem para cá e troca com alguém que está aqui e que não vai usar a palavra.

Então, eu queria que começassem as inscrições, de preferência não repetindo o mesmo Estado. Muitos companheiros vieram em delegação de um Estado, que um fale pelo Estado.

Pergunto quem quer usar a palavra. Peço à assessoria que passe a lista para aqueles que falarão pelo seu Estado, por uma central ou por região, como é o caso do Jacy.

Sei que o Mozart vai falar. Vou começar com o Mozart enquanto você vai coletando a lista.

Passo a palavra por três minutos, no máximo cinco, para o Mozart, que é Diretor da Fasubra. Não é a primeira vez que ele vem aqui. Esteve comigo um mês atrás numa audiência, no meu escritório, no cafezinho, onde atendo todo mundo pela manhã. O Mozart esteve lá levantando uma série de questões. Já estive também, no Rio Grande do Sul, em mais de um momento, em audiências com ele, muito representativas, com centenas e centenas de líderes da categoria.

Mozart com a palavra.

O SR. MOZART ROBÉRIO DE SÁ SIQUEIRA – Bom dia a todos e a todas. Como já foi dito pelo Senador, faço parte da direção da Fasubra e estou aqui com mais três diretores, o Robertinho, que está ali na frente, e minhas duas companheiras, a Angela e a Neusa, Paim, todos diretores da Fasubra Sindical.

Quero dizer aos companheiros também que sou vigilante público federal. Trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os vigilantes públicos federais se beneficiaram dos projetos dos vigilantes da iniciativa privada. Então, nós estamos juntos nessa luta. (*Palmas.*)

Quero dizer aos companheiros que também faço parte da direção da CUT-RS. Estou aqui agora falando em nome da Federação. Por que em nome da Federação, já que nós somos servidores públicos federais? Quero dizer aos companheiros que, no Rio Grande do Sul, temos basicamente, nas cinco universidades federais, quase 2 mil vigilantes das universidades. Vigilantes que estão terceirizando o nosso cargo, sendo usurpados também pelas empresas que estão pagando um salário pífio, sem EPI, sem EPC. O que o companheiro diz, o Presidente do Sindicato lá tem um baita trabalho feito dentro das universidades federais. Isso tem que terminar, isso tem que acabar. A Fasubra está nessa luta também. Nós não podemos simplesmente pensar que uma firma faz um contrato com uma universidade ou com um órgão público e eles colocam o que querem no contrato. Simplesmente atiram o vigilante desarmado em lugares ermos, arriscando a própria vida para dar uma sensação de insegurança, porque, se ele não está seguro, como vai dar segurança para alguém? A Fasubra está atenta a isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vou além do piso, Senador Paim, vou mais longe: eu já penso num plano de carreira para os vigilantes. Penso num plano de carreira para os vigilantes da CLT, como a gente chama, porque é improvável pensar que um trabalhador hoje, meu Senador, meus companheiros da vigilância, não tenha um plano de carreira, que ele entre ali, como alguém falou, e morra vigilante, que ele não possa ascender na carreira, que ele não tenha incentivo para melhorar seu padrão salarial e cultural. Então, ele entra ali, atiram-no em qualquer lugar e ali ele vai ficar, como um bibelô de segurança. Lá na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em todas as universidades em que tenho circulado pelo Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto, Mozart.

O SR. MOZART ROBÉRIO DE SÁ SIQUEIRA – ... acontece isso.

Então, meu Senador, meus companheiros, a Fasubra Sindical está também atenta a isso e lutando pelos direitos desses trabalhadores. Pode contar conosco, Senador.

Um abraço a todos, à Mesa e aos Deputados presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Mozart, que falou pela Fasubra.

Agora passo a palavra para o Jacy Afonso, que é da Federação dos Bancários e também dirigente da CUT Nacional.

O SR. JACY AFONSO – Obrigado, Senador Paim. Deputado Chico Vigilante, Boaventura, Presidente da Confederação, na pessoa deles cumprimento todos os presentes.

Eu queria só registrar que, desde o último congresso, não estou mais na direção da CUT; estou me dedicando à Federação dos Bancários da Região Centro-Oeste e Norte.

Eu não poderia deixar de estar presente nesta audiência dos vigilantes. Eu sempre gosto de registrar que eu era menor aprendiz do Banco do Brasil em 1979 e vi a greve dos vigilantes lutando pela jornada de 12 x 36, foi ali que despertei minha consciência sindical. Sem dúvida nenhuma, se a gente for verificar, Paim, aquela Lei nº 6.708, de outubro de 1979, foi a mais importante e melhor política salarial brasileira que já tivemos. Além da reposição integral da inflação, havia um aumento real de 10% sobre a inflação para os salários de até três salários mínimos.

Lembro também aqui, às vésperas do congresso de fundação da CUT – quando você era Presidente da CUT Estadual do Rio Grande do Sul e depois veio a ser o nosso Secretário-Geral –, nós tivemos a greve dos petroleiros de Paulínia e Mataripe, uma greve liderada pelo companheiro Jacó Bittar. E os metalúrgicos do ABC realizaram uma greve de solidariedade aos petroleiros, e a ditadura militar interveio tanto no Sindicato dos Petroleiros como no Sindicato dos Metalúrgicos. Depois veio a intervir no Sindicato dos Bancários e dos Metroviários de São Paulo, por ocasião da greve geral que nós convocamos no dia 21 de julho de 1983.

Estou dizendo isso porque nós precisamos recuperar a solidariedade de classe. Nós somos classe trabalhadora.

Cito algo que os companheiros vigilantes também já ouviram: uma mãe tem dois filhos, e os dois trabalham em uma agência do Banco do Brasil, por exemplo, que é onde eu trabalho, em um bairro. Um é bancário, o outro é vigilante. Trabalham no mesmo lugar, almoçam no mesmo lugar, só que um tem tíquete diferente do outro, parecendo que a comida é diferente. Nós somos classe trabalhadora. Se o vigilante trabalha para o Banco do Brasil, como preveem as normas internacionais de subcontratação da OIT... Está havendo uma conferência, neste momento, em Genebra, e hoje haverá uma manifestação de todos que estão naquela conferência contra o golpe no Brasil. Nós não podemos admitir esse golpe contra a Presidente Dilma e contra nós da classe trabalhadora, porque o que eles querem é retirar as conquistas que já temos, retroceder nas nossas conquistas. (*Palmas.*)

Portanto, a Federação dos Bancários e o Sindicato dos Bancários de Brasília, de que fui Presidente, sempre foram parceiros e solidários aos companheiros vigilantes, e eles em relação a nós, em nossas greves. Nós temos de buscar um piso nacional. Nós bancários temos um piso nacional por contratação coletiva. É importante isso, mas é um piso muito baixo. Por mais que haja contratação coletiva, hoje o piso é baixo.

Temos de lutar na relação direta com os patrões para distribuir a riqueza,...

(Soa a campainha.)

O SR. JACY AFONSO – ... mas também temos de utilizar o Parlamento. Por isso, é importante um projeto de lei que possa assegurar vida digna para os trabalhadores. Portanto, a Federação dos Bancários das Regiões Centro-Oeste e Norte está solidária com os companheiros. Devemos estreitar cada vez mais o nosso espírito de classe trabalhadora para defender nossos interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós hoje estamos muito egoístas. Quando bancário faz greve, as pessoas acham que é problema dos bancários; quando vigilante faz greve, acham que é dos vigilantes; quando os professores fazem greve, é dos professores. Não, nós somos classe trabalhadora, temos de ter solidariedade. É por isso que os bancários estão aqui solidários, de braços dados com os companheiros vigilantes, na luta pelo piso nacional da categoria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Jacy, dirigente sindical dos bancários.

Passamos a palavra agora ao Amaro Pereira, do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, em São Paulo.

O SR. AMARO PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. Em nome do nobre Senador, gostaria de externar a gratidão e a satisfação pelo excelente trabalho que o senhor tem conduzido nesta Casa por 30 anos. Isso, por si só, já justifica o tempo que o senhor está nesta Casa, porque sempre teve lado, e o lado sempre foi o dos mais fracos, dos menos favorecidos. Não poderia ser diferente.

O nobre Chico Vigilante, que admiro muito pelo trabalho, é hoje o nome mais conhecido no País porque também tem sido um defensor da nossa categoria. O Boaventura dispensa qualquer palavra. E o Sindicato de Brasília, na pessoa do nobre amigo Jervalino, também tem um papel importantíssimo na condução dos trabalhos.

Sou vigilante há 20 anos, estou na diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, na Grande São Paulo, na segunda gestão. Não é fácil o profissional de segurança sobreviver hoje.

No do Estado de São Paulo, a maior economia do País, está a maior concentração de empresas do segmento privado de segurança. O maior número de profissionais de segurança privada está no Estado de São Paulo. E os piores salários, as piores condições estão naquele Estado, onde, de acordo com o próprio Dieese e de acordo com o próprio Governo do Estado de São Paulo, o salário mínimo deveria ser maior, por conta do custo de vida, mas, por algumas questões particulares de forças ideológicas, estão se esquecendo da principal bandeira, que é a luta do trabalhador. (*Palmas.*)

Porque a luta do trabalhador não tem cor, não tem bandeira; tem ideais, Senador. Como o senhor sempre tem defendido nesta Casa, independentemente de qualquer situação, temos que ver as condições dos trabalhadores.

Senhores, é importante que cada trabalhador que esteja nos ouvindo faça a distinção do que é o real cenário político que estamos vivendo hoje. Estamos vivenciando, sim, um golpe, um golpe, porque elegemos um governo legítimo, que hoje está sendo proibido de administrar este País. (*Palmas.*)

Os trabalhadores da segurança privada não podem se esquecer, em hipótese nenhuma, de que o momento em que mais vimos evolução foi no nosso governo. O que me causa estranheza ainda não é o lado empresarial, porque já conhecemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto.

O SR. AMARO PEREIRA – Já conhecemos o lado do empresário. Agora, o que causa muita estranheza são alguns dirigentes sindicais, que dizem estar defendendo os trabalhadores, mas que, de fato, não estão na luta. O papel da direção do sindicato é conduzir os trabalhos, e é esse norte que a Confederação tem dado. O verdadeiro papel do líder sindical é não ficar atrás, no gabinete, defendendo seus interesses individuais.

Senador, reafirmo o compromisso de todos os trabalhadores com V. Exª e com todos aqueles que têm verdadeiro compromisso com a categoria.

Um forte abraço, um bom término e um ótimo retorno para todos os profissionais aos seus Estados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Amaro, do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, São Paulo.

Passamos agora a palavra ao Sr. Walkleber Nogueira de Souza. Está aqui?

O SR. WALKLEBER NOGUEIRA DE SOUZA – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa, os colegas aqui presentes e os que estão lá fora, que não puderam vir, mas estão acompanhando pela TV Senado.

Eu sou simplesmente um vigilante, um ser humano. De fato, na vida real de vigilante, trabalho em um posto em que o risco é iminente. Colegas já foram baleados, lutando em seu trabalho diário. Aparentemente, os órgãos públicos e privados colocam os vigilantes em seus postos e pensam que as pessoas do lado de fora estão vendo um castelo. Na verdade, é uma casca de ovo. E o vigilante tem que dar conta de segurar aquela casca, ela não pode quebrar.

Então, digo a vocês, Senadores e todos que estão aqui e que puderem ajudar a nossa categoria, o sente: o abandono do vigilante é a pior coisa que existe, pois, quando ele sai, sai triste, pensando que não vai tar para casa. Infelizmente essa é a ideia do vigilante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ressalto também a importância do porte de arma, que é criticado por todos. Não estou aqui aderindo ao porte de arma diário, estou aderindo ao porte de arma em que o vigilante sai de casa para o trabalho e do trabalho para casa, pois a volta do trabalho que é complicada para alguns colegas aqui que têm muitos QRUs, como se diz lá. Então, essa é a importância.

Venho frisar aqui também o apoio da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Quando há ocorrências, o vigilante chega lá e, graças a Deus, é muito bem recebido, muito bem apoiado.

Agradeço também ao nosso Sindicato dos Vigilantes, que sempre brigou por um melhor salário e por uma melhor situação de vida, como o nosso plano de saúde e outras reivindicações.

Deixo o meu apoio e o agradecimento a todos que lutam nesse sentido, ao Senador Paulo Paim, que nunca nos abandonou, e ao nosso colega da Bahia, José Boaventura.

Essas são as minhas palavras. Muito obrigado por poder participar, talvez seja a única oportunidade, ou não. Eu só tenho a agradecer.

Muito obrigado pela oportunidade de falar aqui.

Parabéns a todos os vigilantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Walkleber Nogueira de Souza, vigilante que falou, pela TV Senado, para todo o Brasil. E falou muito bem.

Mais uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, a líder Mariza de Fátima Abrão, do Sindivigilantes, do Rio Grande do Sul.

Nenhum bairrismo nesta minha fala, não é?

A SRª MARIZA DE FÁTIMA ABRÃO DUARTE – Sou do Rio Grande do Sul, mas sou natural de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas a todos os Estados do Brasil. (*Palmas.*)

A SRª MARIZA DE FÁTIMA ABRÃO DUARTE – Meu primeiro bom dia a todos. Queria agradecer o apoio do Senador Paulo Paim, do Deputado Chico Vigilante e do Boaventura, e a todas as autoridades presentes, vigilantes e companheiros.

Queria dizer que nós, do Rio Grande do Sul, estamos engajados realmente na luta do piso, do projeto anticalote, do piso nacional do vigilante, que é uma bandeira grande para nós, é uma briga muito grande, pois temos, no Rio Grande do Sul, uma oposição muito forte. Mas estamos no nosso primeiro mandato, demoramos 20 anos para conseguir o sindicato e não vamos largar. Nós estamos na luta.

Há 17 anos sou vigilante bancária. Sei o que enfrentamos na luta do dia a dia. Nós mulheres enfrentamos um problema muito maior porque temos a tripla jornada: filhos, marido e trabalho. Sofremos preconceito, racismo e discriminação. E agora, mais esta: as mulheres têm que sair da vigilância porque têm TPM e porque ficam grávidas. Nós estamos enfrentando esse problema no Rio Grande do Sul, em algumas empresas.

E eu, como Secretária de Assuntos da Mulher do Sindicato, estou na luta em defesa de quota também para a mulher vigilante, porque é um abuso, num universo de não sei quantos mil vigilantes, no Rio Grande do Sul, ter menos de 2% de mulheres. Isso é uma discriminação. (*Palmas.*)

Então, como a paridade é muito difícil ainda, vamos pelo menos tentar as quotas para começar. Um dia chegaremos lá.

No momento, lutamos para manter os benefícios e os direitos que já temos, porque, na atual conjuntura do País, com esse golpe, com a baixa dos nossos direitos, querem rasgar a Constituição, querem tirar o que demoramos muitos anos para conquistar.

Nós estamos aqui para defender isso e para dizer não à volta da ditadura. A gente defende uma democracia e nós, vigilantes, somos muito grandes, mas somos meio desunidos. A gente queria pedir a união da categoria em prol do piso, em prol dos seus direitos. Vamos sair para a rua, vamos lutar vamos dar valor para o pão do dia a dia, de onde a gente tira nosso pão, vamos nos unir.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIZA DE FÁTIMA ABRÃO DUARTE – Nós estamos aqui para defender isso e para dizer «não» à volta da ditadura. Nós vigilantes defendemos a democracia e somos muito grandes, mas somos meio desunidos e queríamos pedir a união da categoria em prol do piso, em prol dos seus direitos. Vamos sair para a rua, vamos lutar! (*Palmas.*)

Vamos dar valor para o pão do dia a dia, para o que nos dá o nosso pão, vamos nos unir!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIZA DE FÁTIMA ABRÃO DUARTE – Era isto que nós queríamos pedir para a categoria, no País ...eiro, especialmente no meu Rio Grande: que não se acomode, que se levante da zona de conforto e vá para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a rua, que acredite no seu potencial. Não precisa acreditar em mais nada, acredite no curso que fez, na força de vontade que tem que ter para ir para a rua e lutar.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIZA DE FÁTIMA ABRÃO DUARTE – Então, no momento, eu queria agradecer à oportunidade de estar aqui. Eu vim de um pouco para lá do fim do mundo de Santa Catarina, do interior, e estou muito feliz por estar aqui.

Queria agradecer a oportunidade, parabenizar e agradecer ao Chico Vigilante, ao Boaventura, ao Paulo Paim e a todos que estão aqui, por estarem sempre do lado do trabalhador e pedir que continuem assim.

Um forte abraço a vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mariza de Fátima Abrão, que além de falar aqui dos vigilantes, destacou a luta das mulheres também nesse setor. Meus cumprimentos.

Sindmetropolitano de Camaçari, na Bahia, Gilmario Araujo dos Santos.

O SR. GILMARIO ARAUJO DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Bom dia ao Senador Paulo Paim.

Eu me inscrevi mais para trazer algumas mensagens que estou recebendo, via WhatsApp, da Bahia, de Camaçari, de Salvador, da região metropolitana, muitas mensagens, em que os vigilantes afirmam: "Estamos aqui, estamos na luta, estamos com vocês. Confiamos nos guerreiros que aí estão". É a palavra mais usada aqui. Então, eu só queria dizer que nós, dirigentes, que acreditamos, que conduzimos essa categoria, sabemos que temos chance, que vamos conseguir e que a luta vai prosseguir.

E também, Senador Paulo Paim, eu queria dizer que trago um abraço da minha mãe, lá de Mata de São João, na Bahia. Ela tem 85 anos e está assistindo, com certeza. Ela diz que sente muito por não morar no Rio Grande do Sul para poder votar no senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um beijão para ela. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu conheço Mata de São João. Já passei diversas vezes por ali, quando fui para o norte da Bahia, não é? Saímos do aeroporto, é próximo, atravessamos e vamos por aquelas praias bem naturais. Estive lá.

Meus parabéns.

Como é mesmo o nome de sua mãe?

O SR. GILMARIO ARAUJO DOS SANTOS – Delzuíta Araujo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – D. Delzuíta Araujo, um abração para a senhora, e continue com muita fé. Tenha fé nesses guerreiros e guerreiras, porque nós, juntos, mudaremos a história do País.

Palmas para a senhora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Evaristo Amaro Custódio, vigilante também.

O SR. EVARISTO AMARO CUSTÓDIO – Boa tarde, companheiros e companheiras vigilantes.

Meu nome é Evaristo Amaro, sou do Estado de São Paulo, trabalho como vigilante ativo há 23 anos, conheço um pouquinho.

Lembro-me de que, em 1993, quando iniciei na área, o salário do vigilante, se estivesse atualizado hoje, seria exatamente, senhores, de R$3.450,00; esse seria o salário do vigilante hoje, com a atualização daquele ano, 1993.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Atualizado pela inflação.

O SR. EVARISTO AMARO CUSTÓDIO – Atualizado pela inflação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Bela lembrança.

O SR. EVARISTO AMARO CUSTÓDIO – Agradeço a Mesa. É pouco tempo, não vou citar nomes. Muito obrigado a todos. Pela primeira vez estou aqui.

Digo para todos os vigilantes do Estado de São Paulo: vamos nos unir. Como o companheiro Amaro falou, lá existe muita desunião, para começar pelos dirigentes sindicais, muita desunião. Procure os sindicatos que não estão unidos. Vou citar o de Barueri, que luta pelo trabalhador, escuta o trabalhador, acata as ideias do trabalhador, as sugestões, para colocar em pauta. Mas outros sindicatos do Estado de São Paulo nem assembleias fazem, senhores, estão todos de portas fechadas. Então, senhores, a maioria de nossos inimigos é de dirigentes sindicais.

Trabalho em duas empresas à noite. Sou casado e tenho três filhos. Não é fácil, não é fácil. Como já foi ıdo, não é fácil. Por que trabalho em duas? Para manter a família, pois com um salário só não se consegue ıter a família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, precisamos realmente brigar, ir para cima para nacionalizar o salário do vigilante, para o vigilante ter mais qualidade de vida e tempo para a família inclusive. É isso.

Agradeço a todos. Tenham todos um bom retorno às suas residências.

Era isso. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Evaristo Amaro Custódio, parabéns pelo recado direto, objetivo. Estamos na mesma trincheira.

Não sei se já chamei todos os inscritos desta sala. Eu pergunto se das salas 13 e 15 alguém se inscreveu.

Então venha cá falar. De Rondônia. Por favor, pegue um dos microfones.

Com a palavra Paulo Tico, de Rondônia.

E se houver alguém das salas 13 e 15 que ainda quiser fazer uso da palavra que se desloque para a sala 6.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Bom dia a todos e a todas.

Eu estava na sala 15, ouvi o chamado e vim aqui para, primeiro, dar bom dia a todos, parabenizar o nosso Senador Paulo Paim, meu xará, por estar conduzindo este projeto para nós, mais uma vez à frente disso.

Pessoal, como ele falou, para quem não me conhece, eu sou Paulo Tico, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia.

Quero, Boaventura, em seu nome, agradecer o apoio. Nós tivemos a nossa eleição agora, semana passada, e fomos reeleitos no interior com 98% dos votos. (*Palmas.*)

Eu sempre digo aos companheiros, Senador, que a luta é muito grande. Eu sempre dou o exemplo da periculosidade. Muitos companheiros não acreditavam, jogavam na minha cara que eu estava fazendo aquilo para conseguir voto. E hoje nossa periculosidade é uma realidade. Todo o mundo está recebendo.

Outra questão, companheiro Souza, de Pernambuco – não é, Souza? –: eu acho que tem que se discutir, Boaventura, não só o piso nacional, mas temos que começar a discutir outras coisas, principalmente como fazer para barrar um pouco os ataques. Eu trabalho em carro-forte, Senador, já passei por dois assaltos e estou aqui por milagre de Deus. Então, nós temos que começar a discutir sobre como fazer para barrar esses ataques, que estão acontecendo demais. Todo os dias estão nos noticiários ataques a carros-fortes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me interrompê-lo porque agora chegou a Senadora Vanessa Grazziotin. A briga era sobre quem era o autor e o relator. As mulheres ganharam e eu fiquei bem feliz, porque fui relator do projeto dela.

Ela vai fazer uso da palavra no momento em que entender mais adequado. Ela é autora do projeto. Eu fiquei feliz por ter sido o relator.

O SR. PAULO TICO FLORESTA – Só para finalizar, Senador, quero dizer a todos os companheiros que nós estamos na luta; longe, mas saímos de lá e conseguimos chegar. Demora um pouquinho. Chegamos sempre um pouquinho atrasado, mas estamos aqui.

Estamos na luta, companheiros. Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos pela fala, Paulo Tico.

Alguém mais da sala 13 e da sala 15 que se deslocou para cá para falar?

Pegue o microfone, diga o nome e pode usar a palavra.

A Senadora Vanessa vai usar a palavra no momento em que entender mais adequado.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Meu nome é José Maria, do Sindicato dos Vigilantes de Brasília.

Eu quero, primeiro, agradecer a iniciativa do Senador Paulo Paim e de todas as pessoas que estão na Mesa. Se eu disser nome por nome, meus minutos vão embora.

Eu quero dizer para vocês, vigilantes dos Estados e de Brasília, que, com essa política suja do nosso País, a nossa categoria da prestação de serviços e principalmente nós, vigilantes, vamos sofrer muito com a sacanagem que está aí com esses governos, porque, primeiro, o povo que está aí acha que, para economizar dinheiro para ele, tem que atacar a nós, da prestação de serviços. Nós, vigilantes do País, já vivemos numa pressão muito pesada com a política que aí está. Primeiro, você é fichado em uma empresa hoje e, com essa mudança anunciada de aposentadoria, há vigilante para quem faltam só dois anos para se aposentar. De repente, muda a lei, e como nós vigilantes vamos nos aposentar? Eu falo pela nossa categoria de Brasília. Há muitos vigilantes que estão para se aposentar e, com esses anúncios do Governo que está aí, que não recebeu nosso voto, desses golpistas, quem vai sofrer com isso? São os nossos trabalhadores, que se preocupam muito com isso.

Esses dias mesmo, fui a um encontro do Dieese. De que o povo falava? Falava mais em aposentadoria. Com a idade de mulheres, de homens, de aposentadoria. Isso é horrível. Com isso nós vamos ter um problema [illegible]io. Já está acontecendo. O trabalhador entra com a aposentadoria, chega no balcão, e o que os atendentes [illegible]m? Que tem nova lei aí. Enganando os trabalhadores, porque nada foi aprovado, e já estão nos enganan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do. Os atendentes do INSS já estão enganando o povo. A continuar desse jeito, nós da prestação de serviços vamos sofrer.

Inclusive há um caso da AC Conservação, aqui em Brasília, que é uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – É uma vergonha. Ninguém vai conseguir.

Uma senhora que está prestes a se aposentar chegou no INSS e ouviu: "Não, já tem uma nova lei aí. Só com 65 anos". Que mentira é essa, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! É mentira mesmo.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Com o Governo que está aí, golpista, nós estamos ferrados!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É mentira e não passará.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Nós estamos ferrados. Nós, vigilantes, vamos nos unir. Se nós não estivermos unidos...Tanto faz partido político, quem é do PMDB, quem é do PT, nós queremos defender o nosso direito. Entendeu? Nós, vigilantes, com esses golpistas que estão aí, se não nos unirmos vamos só nos ferrar. Como tem vigilante, com banco de horas, ganhando R$600. É uma vergonha. Quando esse povo assumir mesmo, de verdade? Eles estão aí como avoadores. São uns avoadores, não estão nem sabendo do que estão falando. É uma vergonha!

Paulo Paim, parabéns! E bata nesses corruptos que estão por aí, viu, Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom dizer que o José Maria, informaram-me aqui na Mesa, além de líder dos vigilantes é Ministro de Eucaristia da Igreja Católica. Já vi o compromisso que ele tem naquele princípio maior do Mestre Jesus Cristo, que foi o maior revolucionário de todos os tempos, de fazer o bem sem olhar a quem. Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Participo de várias reuniões. Agora nós estamos montando um estudo sobre a política brasileira que está aí. Sou um dos que têm participado, e tenho batido muito, pois é uma vergonha que a nossa sociedade esteja voando com o Governo que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Parem de voar e voltem para a casa. Deixem o que assumiram, já que entraram pela porta dos fundos. Podem sair pela porta dos fundos também, que não tem problema nenhum.

Quero passar a palavra, com muito orgulho, a essa Senadora que, como disse esses dias da tribuna e repito aqui, de fato nos representa.

Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aqui do lado do Paim a foto fica mais bonita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostei agora. Faz milagre o fotógrafo!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só digo que o Paim não é mais bonito do que Muhammad Ali. Como Muhammad Ali, o ídolo de todos nós, se foi, nós temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sou o segundo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro quero dar bom dia a todos vocês. Quero cumprimentar todos os trabalhadores e as trabalhadoras em vigilância cumprimentando aqui o líder de vocês, o líder nacional, Chico Vigilante, e a Monica, que está aqui representando o Sindicato de Alagoas.

Quero dizer que sou do Estado do Amazonas. Nesta reunião, Paim, não há ninguém presente do Estado do Amazonas por alguns problemas que eles tiveram, mas me ligaram agora. Eles que me avisaram desta reunião e disseram: "Tem que ir lá para dizer que nós não estamos presentes na reunião, mas estamos presentes na luta". Então, quero dizer que tenho uma alegria muito grande de poder colaborar sempre com o conjunto dos trabalhadores, sobretudo com os vigilantes.

Quando apresentamos o projeto que trata da insalubridade e do risco de vida, não foi uma iniciativa nossa, foi uma iniciativa da categoria do meu Estado, do sindicato, que pediu. Hoje é lei. Penso que todas as conquistas que tivemos, que vocês tiveram, que os trabalhadores têm tido, são conquistas que vêm a partir da luta. Nunca ninguém, em casa, sentado, viu alguma lei ser aprovada no sentido de ampliar direitos. Pelo contrário, se ficarmos em casa, sentados, todas as leis aprovadas serão como essas de que o companheiro aqui estava falando, para aumentar a idade de aposentadoria e não para dar direitos, para tirar e não para dar direitos.

Então, quero falar da alegria que nós temos em caminhar juntos e em usar o nosso mandato para o que, efetivamente, tem de ser usado. Quando digo isso nunca é demais falar de Paim. Paim preside uma das principais comissões do Senado Federal, que é a Comissão de Direitos Humanos, apesar desse grupo que está aí [illegible]ar que não é. Tanto acham que não é que, mesmo depois de uma recente reforma ministerial que juntou em único ministério as mulheres, a luta pela igualdade racial e os direitos humanos, esses, como foi dito aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que entraram pelas portas do fundo do Planalto, o acabaram e fizeram uns puxadinhos no Palácio da Justiça, cujo principal representante da Justiça, nesse Ministério, começou a sua militância na área jurídica advogando para o PCC. É lá que nós estamos.

Mas aqui nós viemos falar sobre o piso de vocês e dizer que, infelizmente, não vivemos um momento de tranquilidade. Não é de intranquilidade só política, por conta de uma série de denúncias de corrupção que têm de ser investigadas até a última gota, mas intranquilidade também por tudo o que querem fazer no País, no sentido de retroceder na conquista de direitos. E aí, o principal projeto é aquele nosso velho conhecido de 1999, 2000, 2001, um projeto de um artigo só, que coloca o negociado se sobrepondo ao legislado. Esse é o grande problema. Naquela época, nós éramos de oposição, Deputados Federais. Paim e eu, naquela época, só conseguimos derrotar, parar o projeto, por conta da mobilização de todas as centrais sindicais no Brasil. Agora não vai ser diferente. Novamente, nós somos minoria no Congresso Nacional. Se todas as categorias não se mobilizarem para barrar, infelizmente é o que vai ter.

Na semana passada, estivemos em uma outra reunião com o Paim. Aliás, toda semana há uma ou duas reuniões, no mínimo, com o Paim. Só que a reunião da semana passada foi lá no Auditório Petrônio Portela, com mais de 2 mil trabalhadores, uma reunião para tratar exclusivamente da Previdência. No que querem mexer na Previdência se inicia com o básico. É aumentar a idade mínima de aposentadoria e acabar com a diferença entre homens e mulheres. Eu digo: só se for por cima do nosso cadáver, do meu cadáver e do cadáver das mulheres. (*Palmas.*)

Porque esse é o mínimo de reconhecimento que o Estado brasileiro tem em relação às mulheres, que desempenham tripla jornada de trabalho todos os dias. E não venham com esse papo de que a mulher tem uma vida mais longeva do que o homem. Ela tem uma vida mais longeva do que o homem porque morre menos de morte violenta, porque ela vai menos ao bar, porque ela bebe menos, ela usa menos arma, menos facas. Nós vamos ser punidas por isso também? Não pode ser.

Então, quero dizer que os vigilantes são trabalhadores que sofrem muito de todos os jeitos. É como aquela pessoa que participa de jogo de dardos. Se não pega aqui, foge para não pegar ali. É de tudo que é jeito.

Agora tentam diminuir a qualificação da categoria, com aqueles outros sindicatos e aquela polêmica toda. Mas, enfim, acho que até agora vocês têm dado uma demonstração de força muito grande, uma demonstração de força e de unidade, que tem levado sempre às conquistas, e não ao retrocesso.

Quero cumprimentar a todos os sindicatos aqui, sindicatos de luta, combativos. Quero dizer que vocês não estão sozinhos. Estamos juntos. A luta não é fácil e será mais difícil ainda. Mas não há luta que não vençamos quando lutamos unidos e determinados, porque a razão está do lado de cá. E, como diz Paim, a justiça é o que mais vale. Está certo?

Então, parabéns Paim, parabéns a vocês. Contem muito conosco. (*Palmas.*)

Paim, V. Exª vai apresentar o projeto? Vai fazer o quê? Eu estou aqui para ajudar a pedir voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou apresentá-lo, e, claro, vamos dialogar. Eu apresento o projeto hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles vão me entregar a minuta final. Está pronto e, se depender de mim, existe uma mulher que, além de simpática – agora eu vou retribuir –, é bonita e competente. Não tem essa de mulher feia ou bonita quando não tem lado na vida. E essa tem lado, está do lado dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Vanessa, eu vou apresentar o projeto, e, se depender de mim, com certeza, você vai ser convocada para ser a relatora do projeto.

Ela é pé-quente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aceito, Paim.

Gente, um abraço. Estamos nos preparando para a luta da tarde. Hoje, haverá comissão de novo, e passam trator por cima da gente lá.

Tchau! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Vanessa! Valeu!

Agora vamos para as considerações finais da Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos para as considerações finais da Mesa e, ao final, haverá a entrega do projeto, que, embora, eu tenha recebido lá em Porto Alegre, nós analisamos para ver se ele tinha conteúdo, inclusive constitucional. Concluímos que sim, mas queríamos que ele fosse apresentado hoje, depois desta audiência pública que une toda a categoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas ele me lembra aqui, corretamente, que falta falar o China Vigilante, Sindesv-PE, que tem a palavra.

O SR. CHINA VIGILANTE – Primeiramente, bom dia a todas e a todas. Para mim, é enorme a satisfação de poder fazer parte deste momento histórico para a nossa classe trabalhadora dos vigilantes do Brasil.

Eu gostaria de uma salva de palmas e parabenizar a Mesa, por meio do Senador Paulo Paim, e a todos que se fazem presentes. (*Palmas.*)

E também a todos do Estado de Pernambuco que vieram com essa comissão tão batalhadora para representar esse Estado de tantas lutas.

Eu gostaria também de frisar que muitas pessoas que se dizem vigilantes não acreditam no piso nacional dos vigilantes. Para mim, é algo possível, tanto é assim que estou com esta camisa: "Pernambuco, em defesa do piso nacional".

Essas pessoas que se dizem vigilantes e que não acreditam que é possível eu acho que nem deveriam vestir a farda de vigilante. Eu sou vigilante, e, quando saio de casa, saio com o intuito de defender aquilo que não é meu, mas, para mim, o mais importante é o grande patrimônio do ser humano: a vida. E a vida não tem preço. (*Palmas.*)

Quando eu saio da minha residência para trabalhar, não sei se volto. Deixo em casa a minha esposa e a minha filha – até gostaria de mandar um beijo para a minha esposa Solange e para a minha filha Ashley. E quero dizer que é com muita dificuldade, não só em Pernambuco, mas em qualquer lugar do Brasil, que saímos de casa para defender aquilo que os patrões têm como mais importante: o capital, o dinheiro, o patrimônio.

Então, eu gostaria muito que todos os vigilantes do Brasil estivessem juntos com todos os representantes aqui nesta Comissão, nesta audiência pública, porque isso é do interesse de todo trabalhador, e não só do trabalhador, mas de todos os seus familiares.

É por isso que eu digo: vamos à luta que nós conseguiremos chegar ao nosso objetivo.

Uma salva de palmas a todos! (*Palmas.*) (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e não sabem se voltam para abraçar os pais, as mães, os filhos, as filhas, a esposa, a companheira.

Enfim, meus cumprimentos pela sensibilidade da sua fala.

Agora, vamos para as considerações finais dos painelistas.

Vou começar com o Cláudio José de Oliveira, líder do Rio de Janeiro.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estarmos aqui, neste grande ato. Quero agradecer ao Senador Paulo Paim por nos dar mais esta oportunidade de estarmos buscando melhorias para a nossa categoria. Quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante por mais uma vez estar participando ativamente da nossa mobilização, da nossa luta. Quero parabenizar o José Boaventura Santos, como Presidente da CNTV, que tem conduzido a Confederação da melhor maneira possível, tem buscado, incansavelmente, estar presente em todos os Estados do Brasil, a convite dos trabalhadores, tem buscado levar para a categoria as demandas, recebendo dela as reivindicações e as encaminhando, pela Confederação, para os Poderes Legislativo e Executivo.

Quero agradecer a todos os vigilantes de todos os Estados que se fizeram presentes aqui. Sabemos que houve também pessoas que não puderam estar presentes. O companheiro de Caxias, com problemas de saúde; o companheiro Linhares, de Petrópolis, com quem no último aconteceu um imprevisto e não pode pegar o avião para estar aqui junto com a delegação.

Mas quero dizer para todos os companheiros, principalmente, para os do Rio de Janeiro, que o nosso sindicato, apesar de representar cinco Municípios – Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá –, vai, junto com o de Caxias e com o de Petrópolis, lutar e defender o piso nacional dos vigilantes. Nós merecemos. Só quem sabe o que o vigilante sofre no posto de serviço é outro vigilante.

Obrigado. Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cláudio José de Oliveira, do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro.

Agora, passo a palavra para Loreni dos Santos Dias, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul.

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Eu quero agradecer a todos. Certamente, alguns atravessaram o Estado todo para chegar até aqui. Quero agradecer ao Boaventura, ao Paim, ao Jervalino, à Monica, ao Chico Vigilante, ao Inácio, a todas as delegações que fizeram essa grande viagem. Às vezes, fazemos uma viagem cansativa, mas, como eu sempre digo, o cansaço se transforma em algo gostoso. E esta viagem é uma delas.

Outra coisa que eu quero dizer para vocês, e já disse na minha conversa, é que no Estado do Rio Grande do Sul temos um problema muito grande com o peleguismo. Nós temos cinco ou seis sindicatos que chutam a a contra o próprio gol. Com relação ao projeto que nós estamos lançando, que já ultrapassa 120 Municípios precisamos alcançar 300 Municípios de todo o Estado –, existem sindicatos que estão fazendo campanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

contra. Isso é lamentável. Mas, para todo trabalho benfeito, não adianta ter o contrário. Não adianta. Com o que está acontecendo aqui no Congresso, eu acho que nós vamos reverter, como esse golpe que está aí, não é, Paim? Nós vamos conseguir reverter e, com certeza, esse golpe que eles estão dando... (*Palmas.*)

Eu nunca vi. Hoje em dia, ladrão está prendendo ladrão. É lamentável. Estamos passando por uma crise muito grande no Congresso.

O Rio Grande do Sul passa por duas crises. O Rio Grande do Sul passa uma crise estadual, com um Governador que não sabe o que está fazendo, parcelando salário de servidor público. É uma vergonha o que está acorrendo.

Como eu disse, no dissídio coletivo, eles vão para a assembleia de uma federação porca como a que temos no Rio Grande do Sul, uma federação que não podia ter os diretores que tem, porque não são diretos de sindicato. Estão alojados dentro da própria Federação. Eles vão para uma plenária da Federação e votam a favor em um dissídio coletivo. E quando isso vai a nossa plenária, eles votam contra o dissídio coletivo. Então, eles não sabem. Nós estamos passando por um sério problema no Estado do Rio Grande do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Mas eu digo para vocês que nós não vamos desistir. Nós vamos vencer, assim como vamos vencer o piso nacional. (*Palmas.*)

Temos a ajuda agora, e isso me deu mais confiança, de mais uma Senadora, da Senadora que esteve aqui. São duas Senadoras mulheres, e, juntamente com o Paim, nós vamos conseguir convencer todos os Senadores a aprovarem o projeto, e que seja rápido.

Obrigado, Senador Paim e todos os demais.

A todos nós um bom retorno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Loreni dos Santos Dias, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul.

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Só que nós estamos contando para os dias 19 e 20.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, claro.

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – Vamos ter que lotar dia 20 também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No dia 19, todos estão convidados, na Casa do Gaúcho, lá no Rio Grande do Sul. Para começar, o almoço lá é muito bom. A que hora vai ser mesmo?

O SR. LORENI DOS SANTOS DIAS – O evento vai começar a partir das 10h, vai ter uma escola de samba antes, recepcionando os trabalhadores. Às 11h30 começa o almoço, depois vai ter sorteio, com cerca de 30 a 35 brindes. Em seguida, vai ser a cerimônia, e depois um baita de um baile, Os Monarcas vão tocar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Todos os companheiros e companheiras vigilantes do Rio Grande do Sul, seus familiares e simpatizantes, nós nos encontramos lá. Às 11h estarei lá. Eu vou falar e sou o primeiro a ir para a fila para almoçar. Isso é brincadeira.

Mas o almoço lá é muito bom mesmo. Meus aniversários eu faço sempre lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O convite fica estendido a todos, é só chegar lá.

Queria também lembrar que, no dia 20, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, teremos um grande encontro, que vai debater tudo que nós falamos aqui, de uma forma ou de outra. E Paraná e Santa Catarina, na quinta e na sexta.

Chamamos agora José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco para os três minutos das considerações finais.

O SR. JOSÉ INÁCIO CASSIANO DE SOUZA – Primeiramente, eu queria agradecer a Deus por esta oportunidade, agradecer à Confederação Nacional dos Vigilantes, a todos os sindicatos do Brasil, à minha diretoria do Sindicato dos Vigilantes, mesmo aqueles que não conseguiram estar nesta sala, que estão na outra sala, nós queremos agradecer também a todos eles, e dizer que não vamos desistir da luta em defesa do piso nacional.

E nós queremos mandar um recado para aqueles que não acreditam, aqueles que não são vigilantes de verdade: que a nossa união, a nossa força vai fazer a diferença. Você vigilante que está no Estado de Pernambuco, em todas as cidades, vamos nos mobilizar para essa grande luta em defesa do piso nacional dos vigilantes. É uma questão de honra da categoria.

E agradeço mais uma vez pela coragem desse grande Senador Paulo Paim, que tem sempre defendido, no todos aqui falaram, os menos favorecidos. Os vigilantes do Brasil são gratos pela luta desse Senador e a luta de todos aqueles que estão ao lado dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Inácio Cassiano de Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco.

Eu só quero dizer, porque me cobraram, que está confirmado, nesta quinta e na sexta-feira, estarei em Minas, no Congresso da Cobap, que vai ser, se não me engano, em Araxá, e no sábado estarei no Encontro Nacional da Anfip, que vai ser em Goiás. Está confirmada a minha ida a Minas e a Goiás neste fim de semana, sexta e sábado.

Eu passo a palavra agora ao Marcio Figueredo da Silva, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores, Tesouraria Bancária e Escolta Armada (Sindforte/RN).

O SR. MARCIO FIGUEREDO DA SILVA – Quero agradecer primeiramente a Deus também por estar presente neste evento, agradecer ao Senador Paulo Paim, sempre avante na luta com os trabalhadores vigilantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um momentinho, por favor.

Vocês podem vir todos aqui para a frente, podem ir se aproximando, porque estamos no encerramento – os que estão sentados continuem sentados –, todos podem entrar para tirar a foto final.

Pode continuar.

O SR. MARCIO FIGUEREDO DA SILVA – ... à nossa representante do Estado de Alagoas, Monica, ao companheiro Jervalino, ao companheiro Boaventura, ao Chico Vigilante, ao companheiro Souza e demais representantes aqui presentes.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO FIGUEREDO DA SILVA – O Estado do Rio Grande do Norte também está firme e forte nessa luta. Quero mandar um abraço para todos os trabalhadores de todo o segmento do Estado do Rio Grande do Norte.

A luta continua. Vamos em frente para garantir o direito dos trabalhadores.

Desde já agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcio Figueredo da Silva, que falou pelos vigilantes do Rio Grande do Norte.

Agora, Jervalino Rodrigues Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF.

O SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – Eu quero aqui agradecer, em nome do Senador Paulo Paim, todas as pessoas que estão na Mesa, o nosso Deputado e vigilante Chico Virgílio, que ainda continua diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes e diretor do Sindicato dos Vigilantes e Deputado Distrital em Brasília, e agradecer a todos os meus companheiros e companheiras que estão aqui. Eu sempre gosto de dizer que tenho 36 anos de vigilante, 37 anos de Brasília. Nasci e me criei no Estado da Bahia. Eu mudei da Bahia, mas não saí da Bahia. Até hoje voto em Santa Maria da Vitória e permaneço ajudando na política de lá, onde um Deputado do PT foi reeleito. Agora teremos de novo eleição e vamos eleger o sucessor do PT também.

O nosso projeto vai ser bem amplo, vai ser trabalhoso aqui. Temos muita gratidão pela Senadora Vanessa Grazziotin, da Amazônia. Reconhecemos o trabalho e a força que ela deu ao projeto de lei da periculosidade, foi uma companheira que armou uma batalha muito grande aqui, junto com o Senador Paulo Paim, para termos essa conquista, e nós não temos nenhuma dúvida da força que ela vai dar também, junto com o Senador Paulo Paim, no piso nacional.

Vamos lutar e vamos conseguir.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador, por acolher a parte menos favorecida aqui no Senado e no País inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Jervalino Rodrigues Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF.

Agora, a líder Maria Monica da Silva Lopes, Secretária-Geral do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

A SRª MARIA MONICA DA SILVA LOPES – Eu quero agradecer a oportunidade que nós vigilantes estamos tendo, agradecer ao Senador Paim, que passou por Alagoas para discutir a terceirização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E foi lá que eu ganhei o direito de ser relator do projeto que regulamentaria o trabalho escravo.

Permita-me lembrar, foi lá que o Congresso, que o Senado me avisou. Ligaram-me dizendo que eu consegui pegar o projeto. Eu disse que agradecia a Alagoas e ao espírito de Zumbi, que está vivo, pois foi exatamente para um Senador negro que foi dado o direito de relatar o projeto em que vou deixar muito claro: trabalho escravo a gente não regulamenta; a gente proíbe.

Obrigado, Alagoas. Foi lá em Alagoas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª MARIA MONICA DA SILVA LOPES – Foi um debate caloroso, mas com muito resultado. Eu quero agradecer também ao Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, o Ferreira, a toda a diretoria.

Quero parabenizar os vigilantes de Alagoas pela passagem do Dia do Vigilante, que é agora dia 20, e parabenizar todos os vigilantes do Brasil, que também comemoram nesse dia, agradecer ao companheiro Jervalino, ao companheiro Souza, ao Marcio, ao companheiro Chico Vigilante, pois sempre, com a bravura do Chico, nós estamos aqui. Foi ele que iniciou toda a nossa luta. (*Palmas.*)

E quero agradecer ao companheiro Boaventura, que vem, à frente da Confederação, trabalhando por esta categoria sofrida. Nós, trabalhadores vigilantes, que usamos o colete à prova de balas, que temos a reblindagem do carro-forte, temos que agradecer a este homem por lutar, com muita garra... (*Palmas.*)

...para que nós, trabalhadores, tenhamos uma vida digna e com mais segurança.

Quero também mandar um beijo, Paim, para um dos meus filhos, que, quando soube que eu vinha para cá, disse: "Mainha" – no Nordeste é mainha –, "a senhora vai"...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E lá a maioria não é "painho". (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

É «painho» mesmo?

A SRª MARIA MONICA DA SILVA LOPES – É verdade.

Então, eu quero agradecer a todos e quero convocar o povo brasileiro trabalhador para que não fique de braços cruzados, para que o golpe que está em curso seja impedido.

No dia 10 deste mês haverá uma grande mobilização nacional com os trabalhadores. Vamos dizer não ao golpe, fora os golpistas, porque não queremos perder nossos direitos. (*Palmas.*)

Fora os golpistas!

Nós precisamos ter consciência política, consciência do que está passando o Brasil. Nós trabalhadores temos que ter consciência disso. Nós temos que fazer da mesma forma que a França está fazendo; aqueles trabalhadores franceses estão lá na batalha todos os dias para que não percam os seus direitos já adquiridos. Nós temos que fazer o mesmo em nosso País e dizer fora aos golpistas e pedir a volta da nossa companheira Dilma! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Maria Monica da Silva Lopes, Secretária-Geral do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, que foi muito firme, como sempre, no seu pronunciamento.

Agora, para encerrar, o Deputado Distrital Chico Vigilante. O encerramento final vai ser feito pelo Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura dos Santos.

Com a palavra o Deputado Distrital Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE – Senador Paulo Paim, eu quero agradecer a V. Exª mais uma vez, agradecer aos vigilantes do Brasil inteiro que compareceram aqui no dia de hoje, aos companheiros aqui de Brasília. Eu estou Deputado, mas eu sou vigilante, sou vigilante há 39 anos e não me aposentei ainda.

Este ano, Monica, nós estamos completando 37 anos da primeira greve de vigilantes do Brasil. Ainda era ditadura militar e nós tivemos a coragem de fazer a greve. E nós fizemos aquela greve, Senador Paulo Paim, porque havia vigilante que, quando morria, tinha-se que fazer vaquinha para poder sepultá-lo, porque nem o direito de ser sepultado ele tinha. Nós fizemos a greve porque pagávamos uniforme, porque não tínhamos seguro de vida, porque não tínhamos tíquete-alimentação. Mas nós fizemos a greve, Senador Paulo Paim – seguindo o que estavam fazendo os metalúrgicos do ABC –, porque queríamos ser respeitados como trabalhadores, queríamos ter a nossa dignidade preservada. Nós fizemos a greve na ditadura, nós não tínhamos sindicato, nós não tínhamos estabilidade, nós não tínhamos nada, e nós tivemos a coragem de fazer a greve.

Portanto, esse projeto que V. Exª apresenta hoje, seguindo a determinação dos trabalhadores – isso é que é importante, é um pedido nosso que V. Exª acata, do piso nacional –, é fundamental para os vigilantes.

Quero dizer aos companheiros que devemos ter muito cuidado com o que os golpistas querem colocar, de o chamado negociado prevalecer sobre a lei. O negociado prevalecer sobre a lei é o que está acontecendo no Paraná, em que uma negociação estabeleceu piso de até R$631. Portanto, para aqueles, Senador Paulo Paim, que ainda duvidavam de que poderiam reduzir férias, vão reduzir férias se o negociado prevalecer sobre a lei. Para aqueles, Senador Paulo Paim, que duvidavam de que vão modificar o décimo terceiro, vão; de que vão acabar com as multas de demissão imotivadas, de 40%, vão acabar.

Assim, nós temos dois compromissos. O primeiro: impedir o avanço dos golpistas, os golpistas não podem passar, os 54 milhões de votos têm que ser respeitados. Quem quiser ganhar a eleição, apresente uma proposta melhor do que a de quem estava no governo e ganhe no voto, que aí nós respeitamos. Na mão grande, não; no golpe, não; no golpe é inaceitável. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Segundo: o nosso compromisso de defesa do direito dos trabalhadores. V. Exª e eu somos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Eu sempre disse que eu tenho um partido, o meu Partido é o PT. Agora, entre o governo, o PT e os trabalhadores, eu fico com os trabalhadores. (*Palmas.*)

Portanto, não importa qual é o governo. Qualquer que seja o governo que venha no sentido de prejudicar trabalhadores, nós estaremos juntos na trincheira contra.

Nós estamos vendo a resistência – e a Monica pontuou muito bem – que está sendo feita na França, na Itália e em outros países. A diferença, Monica, é que lá eles já tinham conquistado quase que a plenitude dos seus direitos, e aqui nós não conquistamos nem 10% ainda do que temos direito. E mesmo não tendo conquistado nem 10%, eles já querem tirar. Então, quero dizer para o companheiro que está em casa hoje, que assistiu a esta reunião pela TV Senado, porque foi grande a audiência de vigilantes e de familiares assistindo hoje, ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E que continuam assistindo.

O SR. CHICO VIGILANTE – E que continuam assistindo neste momento.

Acredite em você! Não vá na conversa do patrão, não ache que o patrão é um coitadinho, não ache que não dá para pagar o piso, porque dá para pagar. (*Palmas.*)

O discurso que usaram para dizer, Senador Paulo Paim, que se se implementasse o risco de vida as empresas iriam quebrar, não quebrou ninguém. Foram mentir para a Presidenta Dilma dizendo que haveria um rombo, companheiro Jervalino, de R$12 bilhões. Nós provamos que não havia rombo nenhum, e ela acreditou em nós, sancionou a lei e está aí o resultado dos 30% que são usufruídos por nós hoje. (*Palmas.*)

Para concluir, Senador Paulo Paim, nós estamos iniciando hoje uma luta. Reiniciando, continuando. V. Exª sempre foi o nosso farol aqui no Senado Federal. Portanto, nós só temos a agradecê-lo e a aplaudi-lo por V. Exª estar apresentando este projeto. Não sei quando, mas nós vamos conseguir aprová-lo porque, pela vontade de Deus, com a garra e a determinação dos trabalhadores, nós sempre venceremos.

Um abraço a todas e a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bela fala de encerramento aqui do grande Deputado Distrital Chico Vigilante. Pode ter certeza, Chico, de que você entra no rol daqueles políticos que eu digo que me representam. (*Palmas.*)

Com a palavra agora, com enorme satisfação, o Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, o líder José Boaventura Santos.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Senador, primeiro eu queria complementar uma fala do Chico. Os patrões disseram solenemente, no Ministério do Trabalho, que se os 30% fossem aprovados, eles se suicidariam. Nenhum patrão se suicidou, muito pelo contrário, ficaram mais ricos e continuaram nos roubando mais. (*Palmas.*)

Portanto, aqueles dirigentes sindicais – inclusive, lamentavelmente, há dirigente sindical fazendo a defesa de patrão – que continuam dizendo que se nós conquistarmos um piso salarial melhor as empresas vão quebrar, coitadinhas das empresas, que procurem o lado das empresas para, de fato, resolverem as suas crises de identidade. Quem está do lado do trabalhador, quem está do lado da categoria, quem está do lado do vigilante sabe que temos que conquistar um piso decente para sobreviver, sem precisar ter dois ou três empregos, como o companheiro de São Paulo ali falou, e muitos são obrigados a ter.

Quero, ainda, dizer que existe outro projeto que começou nesta Casa, com o Senador Marcelo Crivella, e que foi relatado aqui pelo Senador Paulo Paim. Quando o Senador estava com o projeto na mão para votar, ele perguntou: "Qual é a opinião de vocês?", porque o projeto propunha o piso de R$800, de R$900 e de R$1,1 mil. Eu até disse para o Senador: "Esse projeto não nos serve". E o Senador respondeu: "Mas, na política, não se mata as coisas logo no nascedouro, deixem ir para a Câmara e, lá na Câmara, vocês fazem a modificação".

Exatamente lá na Câmara foi que essa luta ganhou a cara do piso de R$3 mil, mas as forças patronais foram mais fortes. O Eduardo Cunha, com seu povo, articulou com o Presidente, colocou para relatar o projeto um patrão, e no que deu isso? O patrão enterrou a nossa proposta de piso nacional e avançou mais ainda, Senador, colocou no Projeto nº 4.238 que, se nós fizermos greve, podemos ser demitidos ou ser presos, porque a nossa categoria vai ser considerada essencial. Ora, essencial somente para trabalhar, mas não essencial para receber. Nós queremos que seja essencial para sobreviver. (*Palmas.*)

E, neste momento, como disse aqui o Senador Paim, a Senadora Fátima, a Senadora Vanessa, nós temos de andar para frente, nós temos de avançar, senão tiram os nossos direitos, porque também lá na Câmara há Deputados donos de empresas de segurança fazendo projetos para, por exemplo, não contar o tempo que o trabalhador vai ao banheiro. Ou seja, é como no jogo de basquete, parou a bola, parou o tempo. Imagine que o Deputado Laercio Oliveira – eu vou dizer logo o nome aqui –, dono de empresa de vigilância de Sergipe, tem projeto que está tramitando, em que o tempo usado para ir ao banheiro não deve ser contabilizado; ou que empo de trocar a roupa, Dias, que vocês colocaram na convenção coletiva como remunerado no Rio Gran-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de do Sul, também não deve ser contado como tempo de trabalho. Ou seja, você é obrigado a trocar a roupa, não pode trabalhar com a sua própria roupa, e você não tem esse tempo contado como tempo de trabalho.

São essas coisas que estão nos esperando aqui neste Legislativo, e nós temos que virar o jogo e avançar no sentido de apresentar propostas que sirvam para os trabalhadores.

Quero também, somente para finalizar, Senador Paim, dar um testemunho de como é bom, como é gostoso construir as coisas com V. Exª e com outros Senadores, com a própria Senadora Vanessa Grazziotin.

A Senadora Vanessa esteve em uma assembleia conosco em Manaus. Imaginem 300, 400 vigilantes em um auditório, com aquele calor de Manaus, e a Senadora Vanessa conosco. Da mesma forma, no ano passado, nós estávamos com o Senador na Casa do Gaúcho com mais de 2 mil vigilantes e familiares, comemorando a nossa luta, as nossas vitórias, e o Senador Paim disse, não nestes termos, mas assim: "Apresentem o projeto depois de fazer audiência pública". Por quê? A experiência de dirigente sindical, as lições do movimento sindical nos ensinaram – ensinaram a ele também – que nada melhor que fazer as coisas, de fato, atestando a vontade das pessoas. E a vontade está aqui muito bem demonstrada. (*Palmas.*)

Aqueles vigilantes, aqueles dirigentes, aqueles sindicatos que têm compromisso, de fato, em defender o interesse do trabalhador, Senador Paim, estão aqui. Alguns, como já foi dito, não puderam vir – e é bom que se registre –, mas aqueles que, de fato, têm compromisso, estão aqui, estão lutando, estão torcendo. E aqueles vigilantes que acreditam em si próprios, que acreditam nos vigilantes, sem dúvida alguma sabem que, com fé, com luta, vamos chegar lá.

E queria, dentro do compromisso e da combinação que nós fizemos com o Senador Paim, fazer a entrega hoje, neste momento, do pedido dos trabalhadores para que o Senador Paim possa apresentá-lo – ele já, na nossa frente, disse que já está protocolando hoje o projeto, ele vai dizer isso – e para que nós tenhamos aqui, portanto, iniciada, neste momento, a retomada da nossa luta pelo piso nacional, entregando ao Senador Paulo Paim a nossa proposta, o nosso pedido de um piso nacional de R$3 mil.

Volto a dizer: nós merecemos ganhar muito mais, mas nós queremos, pelo menos, chegar a esse piso nacional de R$3 mil, que é aquilo que, neste momento, entendemos como mais razoável.

Queria aproveitar somente para fazer esta entrega junto aqui, além dos companheiros que estão à mesa, que são da direção da Confederação, o Souza, o Chico, o Jervalino, também chamar para cá, rapidinho, o companheiro Paulo Tico, o companheiro Amaro, a Elenildes, o Roberto Miguel, o Moisés e o Paulo Quadros, para que façamos a entrega, em conjunto, ao Senador Paulo Paim da nossa proposta de piso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – E aproveitando também as vigilantes mulheres, que são companheiras especiais na nossa categoria para que também venham aqui para fazermos a entrega, de uma forma política, para o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só as mulheres neste primeiro momento, pessoal. Depois mudamos.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Você é um vigilante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, simbolicamente, eu vou receber...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, é bom lembrar que a audiência pública não terminou. Então, neste momento, é uma entrega simbólica do projeto que eu já havia recebido no Rio Grande do Sul, mas que combinamos que, só depois desta audiência, eu protocolizaria. Eu já assinei o projeto e vou protocolizar hoje, à tarde. Então, nós vamos só agora receber, simbolicamente, aqui. (*Palmas.*)

Muito bem. Agora, pessoal, para que não haja nenhuma dúvida, vou ler o projeto para vocês. Posso até tirar cópia, já com a assinatura, para vocês levarem para os seus Estados.

Projeto que ora recebi.

Projeto de Lei do Senado nº, ... de 2016

Institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providencias.

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada, tal como previsto inciso V do art. 7º da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Pessoal, só para deixar claro aos outros companheiros, até porque alguns não são da segurança privada, que o Congresso só pode ter iniciativa para segurança privada. Isso não quer dizer que não possamos construir outros projetos para que nenhum profissional da segurança da área pública, seja do Estado, Município ou União, ganhe menos do que o que nós estamos aqui propondo.

Só para deixar aberta essa discussão, que foi, no caso, a da periculosidade, muito bem levantada pelo Mozart. Foi a iniciativa de vocês que fez com que todos ganhassem a periculosidade. Então, palmas para vocês pela iniciativa. (*Palmas.*)

Esse que eu li era o art. 1º.

> Art. 2º - O piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada que exercem a função de vigilante será de R$3.000,00(três mil reais) mensais.
> § 1º - O valor fixado no *caput* será reajustado anualmente conforme dispuser os acordos ou convenções coletivas de trabalho ou, se omissa [não houve acordo] a norma coletiva de trabalho, pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado, no mesmo período pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro índice que venha substitui-lo [se assim for intenção do IBGE].

Por que esse parágrafo é importante, pessoal? Vocês estão fazendo o acordo. Vocês podem assegurar um piso além dos R$3 mil, como exemplo, a inflação e mais um *plus*. Isso a negociação vai dizer. Agora, se quiserem dar menos que a inflação, a lei assegura para vocês a correção plena da inflação.

É bom dizer que a construção deste projeto foi pela categoria, e não há invenção de ninguém. Nós apenas retificamos o documento que nos foi entregue aqui na assessoria do gabinete,

Justificativa, pessoal, para vocês saberem exatamente o que eu estou assinando em nome de vocês.

Justificação.

Salário profissional não se confunde com o salário mínimo, pois esse é geral, para qualquer trabalhador, enquanto o salário profissional se refere ao salário de uma profissão ou categoria de trabalhadores. O salário mínimo visa atender as necessidades básicas do trabalhador, enquanto o salário profissional também tem esse objetivo, mas em relação a uma categoria profissional específica.

Por outro lado, o artigo 7º, inciso V, da Constituição Federal, como consta de seu *caput*, constitui tipo aberto, resguardando os direitos mínimos do trabalhador, mas autorizando, ao mesmo tempo, o reconhecimento de outros direitos que visem à melhoria de sua condição social.

Sob essa perspectiva, nas hipóteses tais como os da segurança privada, em que a atividade empresarial expõe o obreiro a risco exacerbado, impondo-lhe um ônus maior que aos demais trabalhadores, em qualquer lugar do País, pois o risco de vida que um vigilante corre no Norte do Brasil é o mesmo risco que corre um trabalhador vigilante no Sul.

Não se mostra socialmente justo que um vigilante que trabalha numa instituição bancária no Norte ou Nordeste do País ganhe um salário inferior ao seu igual que trabalha na mesma instituição bancária na Região Centro-Sul do País.

O valor estabelecido nesta lei está em perfeita consonância com as necessidades do trabalhador vigilante que para exercer sua profissão necessita de manter uma qualidade de aprimoramento distinta de outras profissões.

Esta lei tem como escopo corrigir esta distorção anacrônica que ocorre do País.

Ante o exposto, a aprovação do projeto ora apresentado por todos os Senadores e todos os Deputados. (*Palmas.*)

Pode levantar o cartaz. Depois, vamos para a foto.

Antes de encerrar, eu queria dizer para vocês que estou na coordenação – e não só eu – de algumas frentes, como a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores, e este projeto vai entrar nesta Frente Parlamentar porque entendemos que ele é fundamental para o mundo do trabalhador, até porque que se siga o exemplo da periculosidade. Uma vez assegurado para vocês, que se assegure também para outros profissionais da vigilância.

Estamos também na Coordenação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, onde está em discussão o direito a uma aposentadoria decente para todos os trabalhadores; na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores Rurais; na Frente Parlamentar Mista em Defesa das Pessoas com Deficiência; na Frente Parlamentar Mista dos Homens contra a Violência às Mulheres; na Frente Parlamentar Mista no combate a todo tipo de discriminação; na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude; na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia; na Frente Parlamentar Mista no Combate ao Trabalho Escravo; na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Servidores Públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Está havendo uma grande costura para nós transformarmos essas Frentes, que envolvem, suprapartidariamente, como aqui foi dito, movimento intersindical, associações e todos os movimentos sociais, e que levariam o nome, para trabalhar de forma unitária, repito, de forma suprapartidária, de Frente Ampla Brasil, com um único objetivo, independentemente de partidos ou sindicatos ou associações: defender os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, seja da área pública ou da área privada.

Se nós conseguirmos fazer essa grande articulação numa unidade nacional, como eu disse antes, nós mudamos a história do País, e o projeto de vocês será aprovado com brevidade. (*Palmas.*)

Assim, encerramos a nossa audiência pública de hoje.

Viva os trabalhadores da área pública, da área privada, do campo e da cidade!

Salve os vigilantes! Salve os vigilantes!

Que Deus oriente os vigilantes.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com essa votação simbólica, está aprovado o piso dos vigilantes.

Está encerrada a reunião.

Um abraço a todos.

Vamos à foto.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 57ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia oito de junho de dois mil e dezesseis, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Humberto Costa, Gleisi Hoffmann, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ricardo Franco, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Eduardo Lopes. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima quarta à quinquagésima sexta Reuniões, que são dadas por aprovadas. Pauta. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007. Não Terminativo. Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo). Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CDH. Item 9. Sugestão nº 4, de 2016. Não Terminativo. Determina a disponibilização pela Justiça Eleitoral de espaço nos locais de votação para a coleta de assinaturas de projetos de lei de iniciativa popular. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015. Não Terminativo. Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa n Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2016. Não Terminativo. Altera as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e nº 13.046, de 6 de julho de 2015, para prever a obrigatoriedade de oferta, pelo Poder Público, de serviços de tradução e de interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nos locais que especifica. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Ricardo Franco. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater o tema "Redução da Maioridade e Imputabilidade Penal". Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 77, de 2016. Requer, na forma do disposto no § 1º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a convocação do Ministro da Casa Civil, Sr. Eliseu Padilha, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre o Decreto nº. 8.780, de 27 de maio de 2016, que "Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República". Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Retirado pelo autor. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 81, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar das denúncias ocorridas no Estado de Roraima contra as autoridades públicas envolvidas no cumprimento de mandados de reintegração de posse dos Trabalhadores Rurais do Projeto AMANAIM, moradores da Ocupação Morada de Anjos, localizada em área rural pertencente a Gleba Cauamé. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 82, de 2016. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "a segurança nas universidades públicas", com a participação da entidade FASUBRA –Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras e a Coordenação Geral dos Vigilantes das Universidades. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 83, de 2016. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "a situação dos povos ciganos". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2016. Requer, nos termos regimentais, que a Srª Fátima Pelaes, Secretária de Políticas para as Mulheres, seja convidada a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades atuais da Pasta. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 86, de 2016. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Sérgio Etchegoyen, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a respeito da restrição do deslocamento aéreo da presidenta Dilma Rousseff por meio de aeronaves da FAB durante o período em que estiver afastada da Presidência da República. O que colocará em risco a segurança pessoal da Presidenta ao se deslocar por meio terrestre ou aviões de carreira. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 87, de 2016. Requer, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos a respeito das informações noticiadas pela imprensa de a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) será utilizada para monitorar os movimentos sociais. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 88, de 2016. Requer, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Sr. Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Às doze horas e dez minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador José Medeiros. Às doze horas e quinze minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e cinquenta e nove minutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Ricardo Franco. Às treze horas e cinco minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros, Hélio José, Valdir Raupp, Telmário Mota, Ricardo Franco, Randolfe Rodrigues e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatorze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental na lista de presença, declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 54ª à 56ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Enquanto os Senadores que têm interesse nos requerimentos e nos projetos terminativos estão vindo, porque estão em outras Comissões, vou dar alguns informes.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos pela excelente audiência pública que fizemos na última terça-feira, no Petrônio Portella, onde estiveram algo em torno de mil líderes dos trabalhadores da área pública, da área privada e da área rural.

O seminário foi também uma audiência pública, o qual tive a alegria de presidir, e foi em nome daqueles que lutam por uma Previdência justa. Lá ficou decidido que faremos uma grande campanha pela retomada do Ministério da Previdência.

E aproveitando este momento, vou ler os encaminhamentos que foram decididos no lançamento também da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que aconteceu no mesmo momento da audiência pública no Petrônio Portella.

Primeiro encaminhamento: que seja devolvido o Ministério da Previdência Social ao povo brasileiro. A única reforma viável é na forma de arrecadação, cessando o prejuízo dos beneficiários da Seguridade Social em razão de políticas econômicas. Logo, que seja o fim das desonerações, desvinculações, isenções, renúncias, melhorando assim a gestão da arrecadação sem redução dos direitos sociais.

Foi também discutida a elaboração de uma carta de lançamento da Frente Parlamentar, cuja aprovação seria realizada na terça-feira, fato que aconteceu ontem, às 15 horas, na reunião que fizemos. E vou pedir para o Tony, da assessoria, que a traga, pois essa carta está com ele, para que eu possa lê-la aqui na Comissão.

Terceiro: vamos realizar reunião em todas as regiões do País, principalmente nas capitais, levando a todo o Brasil a necessidade de engajamento nessa caminhada, não permitindo o desmonte da nossa Previdência e outros temas, como violência contra as mulheres, a questão da CLT, o negociado sobre o legislado, precarização do trabalho, terceirização e o combate ao trabalho escravo, entre outros temas.

Foi também decidido: reuniões todas as terças-feiras na CDH, visando a elaboração de estudos em todas as áreas, com o objetivo de que cheguem subsídios aos Parlamentares para o debate tanto do combate ao trabalho escravo como do combate à violência contra as mulheres, assim como para combater a intenção daqueles que querem terminar com o Ministério da Previdência e sobre a CLT, principalmente no sentido de combater o negociado sobre o legislado.

Quinto: a atuação com Parlamentares, levando esclarecimento e buscando apoio, de forma suprapartidária e democrática intersindical, na busca de não abrir mão de nenhum direito, buscando também – o item 6 – a redação de propostas e a alteração da legislação concernente ao aprimoramento da melhoria da gestão dos recursos da Seguridade Social, em que está a Previdência.

Recebemos também, na mesma linha da Previdência, estudo do Sindireceita sobre a Previdência Social, "Alternativas para enfrentar a crise fiscal – Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil". Como forma de colaborar para que o Brasil saia da crise, os analistas tributários da Receita Federal do Brasil reuniram um conjunto de propostas que tem por objetivo ampliar a arrecadação fiscal sem o aumento da carga tributária e sem a criação de novos impostos. As medidas que compõem o estudo "Alternativas para enfrentar a crise fiscal – Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil" podem ser implementadas imediatamente, sem a necessidade de retirar um direito dos trabalhadores, ou seja, dos homens, das mulheres, e também os direitos vinculados à seguridade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

De acordo com os dados da própria Receita Federal, existe um volume de R$1,49 trilhão de créditos tributários de pessoas físicas e jurídicas em cobrança que representam quase 22 vezes o valor que o Governo Federal precisa arrecadar, que é cerca de R$64,9 bilhões, para cobrir, conforme eles dizem, o déficit previsto na Lei Orçamentária Anual e a meta do superávit. O crédito total em cobrança – eu li esse dado, inclusive, no evento, e ninguém, até o momento, fez o contraditório do total em cobrança – é de R$1,17 trilhão. São cerca de 68 mil pessoas jurídicas que possuem dívidas acima de R$1 milhão junto à União.

Também existem R$235,56 bilhões de tributos devidos por pessoas jurídicas passíveis de cobrança imediata. É sobre esse estoque de crédito em cobrança que a administração da Receita Federal deveria atuar de forma mais firme e imediata. O cenário de crise fiscal aguda exige da administração da Receita Federal uma postura diferente: "O foco nesse momento tem que ser a cobrança desse passivo tributário monstruoso", reforça a Presidenta do Sindireceita.

Somente na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) existem R$913 bilhões em tributos devidos sob discussão administrativa.

Quem quiser mais dados sobre isso não precisa se preocupar aqui na Comissão Direitos Humanos. Eles mesmos, os fiscais, no caso, e os analistas, recomendam entrar no seguinte *link* a fim de encontrarem dados, com gráficos, sobre todos esses números que eu aqui apresentei, sobre as dez alternativas para enfrentar a crise fiscal: http://sindireceita.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Alternativas-para-enfrentar-a-crise-fiscal--revisada-final.pdf

Além desses dois documentos que apresentei, quero também, de imediato, dizer que essa Frente Ampla Brasil é suprapartidária, intersindical e vincula-se a associações e movimentos sociais. A Frente Ampla hoje é composta pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores Rurais, pela Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Frente Parlamentar Mista dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pela Frente Parlamentar Mista de Combate a Todo Tipo de Discriminação, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia, pela Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Escravo, e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Servidores.

Os calendários já acordados com todas essas frentes, para os debates que vamos realizar nos Estados, eu vou apresentar rapidamente aqui.

Provável calendário para audiência pública das Frente Amplas, que englobam todas as frentes que eu aqui acabei de apresentar, sobre o tema: direitos dos trabalhadores, Previdência Social, trabalho escravo, terceirização, negociado acima do legislado e os outros itens das frentes que aqui eu relatei.

Dia 16/6, Curitiba (PR), confirmado, na Assembleia Legislativa, às 14h. Eu estarei lá com todos os Senadores e Deputados que puderem estar.

Dia 17, Florianópolis (SC), confirmado, às 14h, na Assembleia Legislativa daquele Estado. Já confirmamos, estarei lá com aqueles que puderem estar presentes.

Dia 20/6, Porto Alegre (RS), confirmado, às 14h, no Centro de Eventos da Casa do Gaúcho.

Proposta para discussão de agenda que os Estados já nos apresentaram. Nós temos que ver com os Senadores e Senadoras, e Deputados, porque é uma frente mista, em que poderão estar presentes.

Dia 8/7, Cuiabá (MT).

Dia 11/7, Vitória (ES).

Dia 5/8, Belém (PA).

Dia 19/8, Palmas (TO).

Dia 29/8, Goiânia (GO).

Dia 2/9, Belo Horizonte (MG).

Dia 7/10, Rio de Janeiro (RJ).

Dia 28/10, Salvador (BA).

A definir: São Paulo, São Luís (MA) e Natal (RN).

Essas agendas, exceto as três primeiras, ainda serão ajustadas, mas já há a proposta dos Estados, que estão nos convocando para estarmos lá presentes.

No final, eu vou ler uma carta que foi aprovada por unanimidade no grande evento da última terça-feira no Auditório Petrônio Portella.

Eu queria ainda, neste momento, antes de iniciarmos o debate da Comissão, lembrar a todos a grande audiência pública sobre a Lei Brasileira de Inclusão, "O Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) – Desafios para concretização de Direitos", Lei nº 13.146, de 2015, no dia 6 de julho, das 8h30 às 13h, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. Já temos em torno de 300 inscritos de todo o País. Para as pessoas que têm inte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

resse, cabem até 600 pessoas confortavelmente sentadas, mas dá para ultrapassar esse número, como já ocorreu. A realização é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com apoio do gabinete do Senador Romário, que foi relator da matéria; do gabinete do Deputado Celso Russomanno, relator da matéria; da Deputada Mara Gabrilli, também relatora da matéria; e do Senador Flávio Arns, que também foi Relator da matéria. Há também o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Conade, da Apae e do Senado. O Interlegis está ajudando na organização.

Este cartaz mostra a transformação da própria natureza, quando a lagarta vai para o casulo e vira uma belíssima borboleta. Esse cartaz foi amplamente discutido com as pessoas com deficiência. Ele está sendo distribuído praticamente em todo o País, via também as entidades que apoiam a implementação definitiva do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Feitos esses esclarecimentos, com os Senadores já estando aqui presentes – eu estava aproveitando para dar os informes –, vamos, de imediato, à nossa pauta.

Vamos iniciar com o item 8, porque o Senador Medeiros está presente e é relator do projeto.

A Senadora Regina Sousa também está presente. Em seguida, vamos convidá-la para assumir a Presidência, para que eu possa advogar algumas iniciativas.

Senador José Medeiros, o item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2007
- Não terminativo -

Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CCJ, CDH e CRE.
- Em 10/02/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Emenda nº 1-CCJ;
- Em 22/03/2012, foi realizada Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 20/2012-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para instruir o Projeto;
- Em 26/12/2014, a matéria foi arquivada no final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.
- 19/03/2015, a matéria foi desarquivada em virtude da aprovação do Requerimento nº 153 de 2015.

O Deputado Nelson Pellegrino é do PT. O Senador José Medeiros, eu não lembro agora se mudou de Partido, mas não faz mal.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – PSD.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – PSD. Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros, para a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, este projeto trata do uso e porte de arma para os oficiais de Justiça.

Há uma corrente extremamente contrária à autorização do porte de armas para algumas categorias, e eu tenho dito, Senador Paim, que a política não pode ser nem tanto ao mar, nem tanto à terra. V. Exª é um dos defensores disso também, pois é sempre um conciliador. Há algumas situações que nós temos que ponderar.

Eu cito o caso dos agentes penitenciários e dos agentes de trânsito. Hoje, tudo de que se fala é corte de gastos. Está correto, pois o Governo não pode gastar mais do que ganha. A política econômica da dona de casa talvez seja a mais acertada. Nessa linha, vejamos bem que há hoje algumas situações no Brasil que só aumentam os custos. Eu vou citar o caso dos agentes penitenciários. Eles ficam dentro dos presídios para fazer a segurança dos presos e precisam da Polícia Militar armada para servir de babá para aqueles agentes. Aí eu pergunto: quem treina a Polícia Militar, quem dá arma para a Polícia Militar? É o Estado. Então, por que não narem esses agentes, e eles mesmos cuidam da segurança? Com os agentes de trânsito, é a mesma coisa. ando eles vão fazer a fiscalização ostensiva, eles precisam da polícia militar de babá para fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aí entramos no cerne da questão do nosso projeto. Nós temos pelo País vários casos, Senador Paim, porque, às vezes, quando o oficial de Justiça vai notificar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o caso do oficial de Justiça, para ficar bem claro, porque eles estão aqui presentes no plenário e estiveram também na semana passada, quando eu justifiquei que eu não ia colocar a matéria em votação, porque o senhor estava em outro Estado e estava voltando, não chegando em tempo, uma vez que a votação seria em torno deste horário.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Justifiquei a sua não presença.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E disse que hoje eu colocaria o projeto aqui novamente na pauta.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Para não me delongar, por vezes, quando o oficial de Justiça chega para notificar a pessoa, ele é tratado como se fosse um inimigo. Já existe um ditado que diz que o mensageiro não merece castigo, mas, infelizmente, nem sempre é assim, e há n casos em que oficiais de Justiça são agredidos, perseguidos. Eles passam, mesmo após a notificação, a serem perseguidos por aqueles que foram notificados, que acham que todo aquele processo foi do oficial de Justiça.

O Estado não pode estar, o tempo inteiro, com segurança para o oficial de Justiça. Então, na minha avaliação, eu penso que nada mais justo que possamos propiciar que esses oficiais tenham o porte de arma e que sejam treinados para ter o mínimo de defesa possível, sem falar que, por vezes, já houve troca de tiros em notificações. Aí você pergunta: "Mas como troca de tiros?". É porque, geralmente, há um agente da PM que está próximo.

O meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra o Senador Hélio José e, em seguida, a Senadora Regina Sousa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, o PL 30 é muito importante, como o nosso nobre Senador Medeiros já relatou, para que esses servidores públicos tenham a condição adequada de executar suas atribuições, porque nunca se sabe em que estado de ânimo se encontra aquela pessoa em que eles vão chegar.

Existem histórias, como o Senador Medeiros acabou de mencionar, de algumas tragédias que ocorreram, até por motivos estranhos à situação. Por exemplo, o oficial de justiça chegou para fazer a notificação, a pessoa estava estressada por outros motivos e agrediu o oficial, que não tinha como se defender. Eu sou pacifista, penso que quanto menos armas melhor, mas há momentos em que as armas são necessárias, em que a pessoa precisa delas para se defender. Isso é mais ou menos o que o Senador relatou aqui.

Foi exatamente por isso que eu apresentei nesta Casa o projeto para a concessão de porte de arma aos nossos queridos agentes socioeducativos, que trabalham com os meninos do Caje. Aqui em Brasília nós temos cerca de 1,5 mil servidores nessa área, e precisamos resolver o problema. E o nobre Senador Medeiros relata este outro projeto, com parecer favorável aos oficiais de justiça, às auditorias de trabalho dos Estados, à perícia médica previdenciária.

V. Exª se lembra de que, próximo daqui, houve uma tragédia muito grande envolvendo auditores fiscais do trabalho que foram notificar pessoas em relação a uma contravenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mataram quatro, não é?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Mataram quatro de uma vez só. Talvez, se eles tivessem como se defender, se estivessem com o porte de arma naquele momento, poderiam pelo menos ter escapado dois ou três, ou talvez os quatro, quem sabe. Então, mesmo sendo pacifista, sendo antiarma, eu apresentei o projeto em relação ao agente socioeducativo. Quero dizer que sou totalmente favorável ao parecer do Senador Medeiros, que é muito importante para os nossos amigos oficiais de Justiça, para os nossos auditores do trabalho. Por isso é que fiz questão de estar aqui e de me manifestar favoravelmente a que essas carreiras tenham o direito ao porte de arma.

Foi uma pena, Senador José Medeiros, nós não termos feito talvez uma emenda para que o projeto que eu apresentei fosse contemplado aqui. Eu já estou pedindo a relatoria terminativa desse projeto lá na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na CRA, se eu não me engano.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Na CRE, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de que u membro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, na CRE.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu já pedi lá e espero receber o privilégio de ser o relator da matéria lá, já que o Senador Medeiros não faz parte da CRE. Se fizesse, ele seria o nosso relator lá, com muito mérito. Mas, conseguindo essa relatoria lá na CRE, eu quero dizer, Senador Medeiros, que vou me consociar com V. Exª para tentarmos aprovar, o mais breve possível, esse projeto muito importante para os nossos oficiais de justiça, para os nossos auditores do trabalho e para as carreiras aqui envolvidas.

Muito obrigado, nobre Presidente, Senador Paulo Paim, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Continua em discussão a matéria. Alguém mais para discutir?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só quero dizer que, de princípio, eu sou contra o armamento. Eu acho que, inclusive, não resolve. Embora as categorias entendam que resolve, eu acho que não vai resolver. O ideal é que o Estado pudesse oferecer segurança para eles. Nós sabemos que é profissão de risco, pelos exemplos que existem. Eu prometi para os que estiveram comigo que eu não faria nenhuma medida protelatória. Estou cumprindo. Não vou pedir audiência, nem vista, para que seja votado hoje. Ele vai para outra comissão e, certamente, alguém vai pedir mais discussão. Então, nesta Comissão não estou obstruindo a votação, o que poderia prorrogar. Então, pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação.

A Senadora Regina Sousa expressou o seu ponto de vista, e vai se dar o direito de aprofundar o debate em outra comissão, que é a CRE.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda apresentada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, desta Comissão. (*Palmas.*)

O projeto segue para análise na CRE.

Eu agradeço o aplauso da moçada. Nós somos muito de cumprir o acordo. Eu avisei vocês na semana passada. Saí daqui muito triste. Eu disse: "Olha, eu presido a reunião, mas se o Senador Medeiros disse que ele viria e daria o parecer na próxima semana...". Ele está aqui, ele cumpriu a parte dele, e o Plenário não obstruiu. Havia até um movimento pela obstrução, mas a maioria dos Senadores entendeu que, como ele não é terminativo, na outra comissão aprofunda-se o debate. Aprofundar o debate não significa que o projeto está aprovado ou rejeitado, mas que o debate continua e vocês farão um movimento legítimo e democrático no diálogo com cada Senador e Senadora.

Eu disse para vocês que, quando eu era jovem ainda, fiz um curso para oficial de justiça. Só que eu rodei, não passei no concurso. Pensei em ser oficial de justiça, não nego a minha história, no Fórum lá de Caxias de Sul. Foi lá o teste. A vida quis que eu não fosse oficial de justiça, mas Senador, e estou presidindo a reunião que deu um passo ao pleito de vocês. Vida longa aos oficiais de justiça! (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só para colaborar com o final da fala de V. Exª. Já encaminhei o pedido ao Senador Aloysio e espero receber a relatoria. Quero me comprometer aqui com a Senadora Regina Sousa que, de fato, nós vamos fazer audiências públicas, vamos ouvir e vamos aprofundar esse importante debate para que essa carreira e a carreira de auditor do trabalho tenham melhores condições de trabalho e melhor proteção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deem um abraço no Paulo, gauchão que sempre esteve conosco nas caminhadas.

Vamos ao item 9.

ITEM 9
SUGESTÃO Nº 4, de 2016
- Não terminativo -

Determina a disponibilização pela Justiça Eleitoral de espaço nos locais de votação para a coleta de assinaturas de projetos de lei de iniciativa popular.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Observações:
Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu relatório, não fiz nenhuma defesa porque já estava praticamente em processo de votação, mas permaneci em posição de aprovação do projeto para que os profissionais que trabalham em condição de risco possam usar arma de fogo. Eu sou contra o armamento, vocês sabem da minha posição, mas nesses casos, acho que nós temos, para inibir a violência, que autorizar que esses profissionais possam usar a arma.

Sr. Presidente, deve ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa a Sugestão nº 4, de 2016, fruto das discussões desenvolvidas no seio do Programa Senado Jovem Brasileiro, que determina a disponibilização, pela Justiça Eleitoral, de espaço nos locais de votação para a coleta de assinaturas de projetos de lei de iniciativa popular.

De acordo com o art. 1º, *caput*, da proposição, nos dias em que se realizarem eleições majoritárias e proporcionais, será disponibilizado pela Justiça Eleitoral espaço nos locais de votação para a coleta de assinaturas de projetos de lei de iniciativa popular, e, conforme o parágrafo único, a coleta de assinaturas será de inteira responsabilidade dos interessados nos projetos de lei de iniciativa popular.

Já conforme o art. 2º da iniciativa as propostas de projeto de iniciativa popular serão encaminhadas obrigatoriamente à Justiça Eleitoral com antecedência mínima de seis meses das eleições para a divulgação oficial.

Na justificação, os Jovens Senadores registram que vivemos numa democracia representativa em que os Parlamentares têm a missão de expressar a vontade de seus eleitores. Entretanto, aumenta diariamente a distância entre o cidadão e seus representantes.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre sugestões legislativas. Por sua vez, o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal, que criou, no âmbito desta Casa, o Programa Senado Jovem Brasileiro estabelece que o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do referido programa. Assim, a SUG nº 4, de 2016, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Passando a examinar a sugestão em tela, cabe ponderar que, sem embargo dos nobres objetivos que animaram a sua elaboração e apresentação, qual seja, incentivar a participação da cidadania nos projetos de lei de iniciativa popular, parece-nos que a iniciativa encontra obstáculos no que se refere a sua constitucionalidade e juridicidade.

Isso porque os projetos de lei de iniciativa popular previstos no art. 61, §2º, da Constituição Federal, sem embargo de amplo apoio que possam vir a ter, não deixam de representar parte da cidadania e da sociedade, não podendo, por isso, receber o patrocínio e ou o apoio, ainda que apenas material, da Justiça Eleitoral, sob pena de essa instituição judicial ser ferida na imparcialidade com que tem que atuar e que é a razão de ser da sua própria existência.

A propósito, cabe recordar aqui a proibição de os juízes terem atuação político-partidária (art. 95, parágrafo único, III, da Constituição Federal).

E é exatamente para preservar o distanciamento político-ideológico da Justiça Eleitoral com relação às diversas propostas de políticas públicas que são adotadas no âmbito da sociedade e dos partidos políticos que, especialmente no dia da eleição, medidas destinadas a demarcar a imparcialidade da Justiça Eleitoral.

A propósito, a Resolução do TSE nº 23.457, de 2015, que dispõe sobre propaganda eleitoral nas eleições de 2016, registra no seu art. 66 que constituem crimes, no dia da eleição, entre outras condutas, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, bem como a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

E ocorre que, fatalmente, os projetos de lei de iniciativa popular terminam por ter patrocinadores e apoiadores entre os candidatos aos pleitos e é natural que seja assim. Todavia, não nos parece constitucional e jurídico, em face da imparcialidade necessária à Justiça Eleitoral, que essa instituição disponibilize espaço físico para coleta de assinaturas de projetos de lei de iniciativa popular, e menos ainda no dia de eleição, pelas razões acima expendidas.

Desse modo, ainda que reconhecendo o mérito da intenção e a sincera preocupação com o aperfeiçoamento institucional do País manifestos na presente iniciativa do Programa Senado Jovem Brasileiro, somos ados a opinar contrariamente ao seguimento da tramitação da SUG nº 4, de 2016.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Diante do exposto, opinamos contrariamente à Sugestão nº 4, de 2016, e, portanto, pelo seu arquivamento, consoante previsto no inciso II do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o voto relatado pelo Senador Valdir Raupp.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, que é pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão, rejeitado.

Eu convidaria o Senador Medeiros para, se pudesse, presidir – é sempre a Senadora Regina que tem que ficar com essa tarefa –, para que eu possa encaminhar alguns requerimentos.

Três são extrapauta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador, há um requerimento meu aí. Se o senhor pudesse colocá-lo primeiro, porque estou com uma prefeita me esperando ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, podemos votar, em primeiro, o seu, se me permitir, Senador Medeiros.

Ainda exercendo a Presidência, coloco em votação a inclusão do requerimento extrapauta da Senadora Regina Sousa.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada..

O requerimento extrapauta que a Senadora Regina Sousa propõe é o seguinte:

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que a Srª Fátima Pelaes, Secretária de Políticas para as Mulheres, seja convidada a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a respeito do plano de trabalho em relação as competências e atividades atuais da Pasta.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Se ninguém é contra, já coloco em votação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nós transformamos em convite exatamente porque estava causando rumor, constrangimento a convocação. Então, transformamos em convite, mas é importante porque é uma pasta que foi extinta – era um ministério –, e a Secretaria de Política para as Mulheres tem uma série de projetos em andamento, de políticas em andamento, e precisamos saber se vão continuar ou não e qual é a proposta dela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Então...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, para discutir.

É que a convocação seria apenas para ministros, e como agora a Secretaria não tem *status* de ministério, o convite fica mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato. E quero dizer, Senador Valdir Raupp, que, nesta Comissão, eu, de praxe, já tomei a decisão de transformar as convocações para ministros em convites. Inclusive, fiquei satisfeito com a posição do Ministro do Trabalho. Aprovamos aqui um convite, ele já esteve aqui nos visitando e disse que está inteiramente à disposição. É só marcarmos um dia, em comum acordo, e talvez se faça junto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora à votação do mérito.

Com a palavra a Senadora para justificar o mérito do seu convite, que pode ser na mesma linha do que já foi feito.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Na verdade, já modifiquei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É nosso interesse termos uma procuradoria, uma nissão mista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Queremos saber quais são as propostas da Secretária em relação às políticas para as mulheres, se vão continuar e quais vão parar. É apenas para ouvi-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu comunico que preciso atender a uma prefeita do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora passo a Presidência ao Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra, então, o Senador Paulo Paim.

Antes, porém, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão de requerimentos.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "a segurança nas universidades públicas", com a participação da entidade FASUBRA –Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras e a Coordenação Geral dos Vigilantes das Universidades.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, este é um tema que V. Exª conhece muito bem e que vai tratar, na verdade, da possibilidade de assegurarmos o adicional de periculosidade para os profissionais de segurança das universidades.

Já asseguramos esse adicional de periculosidade.

O projeto é de autoria da Senadora Vanessa, do qual fui relator. Aprovamos nas duas Casas e hoje é lei.

Esses servidores querem debater, nessa audiência pública, a possibilidade de atender também a eles o mesmo adicional. É claro que o debate passa pela segurança nas universidades.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Correto.

Então, em votação a inclusão extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agora, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "a situação dos povos ciganos".

Autoria: Senador Paulo Paim

Haverá a participação da Associação Internacional Maylê Sara Kalí. Os demais participantes que comporão a Mesa serão informados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu tomei a iniciativa de apresentar projeto de lei criando o Estatuto dos Povos Ciganos. Nós já temos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, da aldade Racial, da Juventude e do Idoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O povo cigano se sente muito discriminado, por isso apresentei um estatuto nesse sentido. O debate já começou e, como todos os outros, é um debate muito complicado, porque há divergências da origem de cada segmento do povo cigano, que tem as suas tradições e as suas visões de vida e de sociedade.

Por isso, eu os recebi ontem, e concordamos de fazer aqui um grande debate, para ver se eles chegam a um grande acordo.

Eu disse ontem a eles que já estou acostumado com esse debate. Quando apresentei o do deficiente, do idoso, da igualdade racial e relatei o da juventude, parecia-me sempre que não chegaríamos a um acordo, e hoje todos são leis. Por isso, acredito que o povo cigano merece um estatuto em que haja unidade na visão da maioria, apesar de nunca haver unidade completamente

É só uma audiência pública para aprimorar a construção coletiva desse instrumento.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Sérgio Etchegoyen, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a respeito da restrição do deslocamento aéreo da presidenta Dilma Rousseff por meio de aeronaves da FAB durante o período em que estiver afastada da Presidência da República. O que colocará em risco a segurança pessoal da Presidenta ao se deslocar por meio terrestre ou aviões de carreira.

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse requerimento, Sr. Presidente, foi do Senador Lindbergh Farias, que não pôde estar presente, porque é Relator, neste momento, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, e consequentemente pediu se eu assinaria. Como é praxe nesta Comissão, eu assinei esse convite ao representante da área, para que possamos aprofundar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Devolvo a palavra ao Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Antes, porém, colocamos em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente Medeiros.

Eu acho que, com isso aprovamos todos os requerimentos e os projetos não terminativos que estavam em pauta.

Se me permitirem – Senador Medeiros e Senador Raupp, agradeço –, eu só vou ler o último instrumento, a Carta da Frente Parlamentar, mas não colocaremos mais nada em votação, até porque não há quórum presencial para avançarmos nos itens terminativos.

Eu fiquei de ler esta carta, fruto daquela audiência pública no Auditório Petrônio Portella, que foi aprovada por unanimidade.

Carta de lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência

No dia 31 de maio de 2016 estiveram reunidas 56 entidades, dentre elas sindicais [federações, confederações, todas as centrais], associações, organizações classistas e institutos de especialistas [intelectuais, poetas e escritores], apoiando o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que com o apoio da sociedade lotou o auditório Petrônio Portela do Senado Federal. Dentre as palestras, uma irresignação imperou: o grave ato do presidente em exercício de, por fim, extinguir um dos mais importantes órgãos do poder Executivo Federal, o Ministério da Previdência Social, responsável pelas políticas de direitos sociais nacionais [e que mantém um orçamento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

> ultrapassa a maioria dos países da América Latina]. Agora, os trabalhadores segurados da previdência, e os aposentados e pensionistas, perderam a força política que tinham para a manutenção de seus direitos [conforme foi a visão desta audiência pública – repito –, com cerca de mil dirigentes].
> Mais grave ainda se torna a extinção deste ministério quando da iminência de uma possível reforma previdenciária, na qual propostas circundam apenas a restrição e extinção de direitos, sem citar, ou explicar, as razões de gestão dos recursos da Seguridade Social para a manutenção [isto sim, e até para a ampliação] dos direitos [dos trabalhadores, aposentados e pensionistas] [...].
> Outro ponto que restou muito claro é que o argumento de déficit é um mito irresponsável [conforme aquele Plenário], um engodo político para induzir a erro o Estado e a população, com efeitos nefastos para a sociedade, que a cada dia perde mais a confiança na Previdência Social [...].

Porque é uma mentira dita tantas vezes que parece verdade quando dizem que ela está falida. Isso só interessa ao sistema financeiro, que acaba atraindo para si aqueles que entendem que a última alternativa será uma aposentadoria via previdência privada, ou seja, os grandes bancos, o que já aconteceu na Argentina, nos Estados Unidos, no Chile. E todo mundo sabe o que lá restou. Restou, aí sim, uma Previdência falida.

> Estudos realizados por especialistas nacionais demonstram claramente que NÃO HÁ DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA SOCIAL, provando que a falácia surge do ato inconstitucional do Governo Federal ao desrespeitar o art. 195 da Constituição Federal e desconsiderar que a Previdência, e o seu consequente custeio, fazem parte do sistema integrado de Seguridade Social, o qual analisado de forma ampla, demonstra que há superávit médio de 50 bilhões anuais. Aonde foi parar esse superávit acumulado da Seguridade Social? [Porque R$50 bilhões é o valor anual, já que ela tem aproximadamente, entre instituto e ministério, cerca de 100 anos]
> Ainda mais preocupante é o fato dos governos omitirem nos cálculos o rombo causado por suas políticas econômicas, que apenas favorecem o lucro do sistema financeiro, em especial no pagamento dos juros da dívida pública. As renúncias e isenções fiscais geram aos caixas da Seguridade Social um decréscimo de arrecadação enorme, que beneficia apenas os grandes conglomerados, colocando em risco todo o sistema. Mas, ao invés de reformar a gestão dos recursos mediante uma reforma das políticas de governo, pretendem atacar sempre os mais pobres, retirando destes direitos necessários à mínima manutenção existencial, enquanto a Constituição resguarda que o Estado Brasileiro deve tutelar o bem estar social, que vai muito além da simples manutenção da vida.
> Esta Frente [que cada vez se torna mais ampla] tem o objetivo de ser o meio de interlocução, debates e diálogos técnicos, sociais e políticos em defesa da manutenção de direitos sociais, da busca de uma gestão transparente das receitas e despesas da Seguridade Social, sempre objetivando o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social Pública e solidária.
> Foi deliberado no evento de lançamento que as políticas de reforma devem se ater aos seguintes pontos:
> 1. Revisão do financiamento da Seguridade Social, especialmente quanto à desoneração da folha de pagamentos sem o correspondente repasse dos recursos da contribuição substitutiva [lembramos que 0,5%, 1%, 2% não resolvem nada. Precisaria ser, no mínimo, 4%, 4,5% sobre o faturamento];
> 2. Revisão das renúncias e desonerações fiscais;
> 3. Revisão da DRU, para que não incida [nenhum centavo, nenhum percentual] sobre nenhuma das contribuições sociais [a DRU, já aprovada na Câmara, saiu de 20% para 30%, e agora será votada aqui no Senado. Com o meu voto "não"];
> 4. Revisão do modelo administrativo-judicial de cobrança de dívidas ativas de contribuições sociais e previdenciárias, que desvia recursos de destinação constitucional específica da Seguridade Social [ou seja, aqui é desvio de recurso];
> 5. Implantar Educação Previdenciária no nível médio e básico junto à educação financeira. Em âmbito superior, tornar obrigatória a cátedra de Direito Previdenciário nas faculdades de Direito.
> A Previdência Social deve deixar de ser política de governo para se tornar política de estado, com segurança jurídica, respeito ao direito adquirido, e sua consequente expectativa, e perenidade na legislação, sem reformas impensadas a cada mandato.
> A SEGURIDADE SOCIAL É SUPERAVITÁRIA!
> QUEREMOS, DE IMEDIATO, O NOSSO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA DE VOLTA!
> A conta dessa leniência para com os devedores da Seguridade Social, e com as políticas de renúncias e desonerações, não pode ser jogada nos ombros dos aposentados e pensionistas brasileiros.
> Para mais essa maquiagem, a sociedade brasileira precisa diz um BASTA!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Essa é a carta aprovada na terça-feira, com cerca de 60 entidades presentes e em torno de mil líderes de todo o Brasil.

Senador Telmário Mota com a palavra.

Senador Telmário Mota, nós estamos aqui, naturalmente, para conceder a palavra a V. Exª agora. Os oficiais de justiça que estão aqui estão correndo ao aeroporto. Eles gostariam de tirar uma foto aqui na Mesa. Se V. Exª concordar, eles vêm, V. Exª vem junto, eles tiram esta foto, eles saem, e nós continuamos a nossa reunião da Comissão.

Que venham os oficiais de justiça. Senador Telmário Mota, por favor. Eu fico sentado onde estou, mesmo, se o Senador Telmário puder se sentar ao meu lado.

Senador Telmário Mota, tirar foto não quer dizer nada. Eu sei, ouvi já a questão da assessoria. Vai ser debatido em outra comissão, e lá nós vamos... Ouviu? Pronto! Inclusive disse que é a favor. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu sou a favor. É que eu estava pensando... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se quiser sentar-se aqui ao meu lado, Telmário... Sente-se aqui ao meu lado, fica bem. E eles ficam todos atrás de nós.

Esses dois votos não têm volta agora. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eles têm o meu apoio, assim como também os agentes... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Penitenciários.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, agentes de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., pessoal.

Obrigado. (*Palmas.*)

Dê um abraço no Paulo Sérgio. Não esqueçam.

Senador Telmário Mota com a palavra.

O item é o de nº 11, e o Senador Telmário é o Relator.

Dentro do protocolo, eu faço a seguinte introdução regimental...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só uma questão de ordem, Presidente.

O item 10 é um projeto de minha autoria e é relatado pelo Senador João Capiberibe. Mas, se V. Exª pudesse relatar, eu ficaria contente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem problema nenhum. Vamos ao seu projeto e, em seguida, ao meu. A relatoria do seu projeto, então, vai ser minha.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra ao Relator, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, V. Exª já deu a introdução. Na verdade, trata-se de um trabalho feito por V. Exª, pelo Senador Romário e pelo Senador Valadares, em que dão um novo formato ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Portanto, eu vou ler uma parte do relatório, vou entrar direto na análise e depois ao voto. Trata-se de um relatório muito longo.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015, dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Paulo Paim, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de eiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Novo Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, e os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

A iniciativa, no seu art. 1º, indica o objeto da lei, informando a finalidade de harmonizar o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Já no seu art. 2º, revoga os incisos II, IV, VI e VII do art. 123 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, os quais por sua vez revogaram incisos do Código Civil. Assim, a proposição em análise intenciona tornar sem efeito a revogação, pelo mencionado Estatuto, dos seguintes dispositivos do Código Civil – e aí vai a discriminação dos itens, Sr. Presidente.

Assim, eu saio da parte do relatório, para que a gente possa ir à análise.

Segundo o inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal, compete à União a competência legislativa concorrente sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

E, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, nos incisos III e VI de seu art. 102-E, é competência da CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Somos da opinião de que o PLS nº 757, de 2015, é altamente meritório. Ele vem corrigir temeroso equívoco trazido, essencialmente, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual, na tentativa de empoderar e respeitar as pessoas com deficiência, criou solução legislativa que deixará à própria sorte aqueles que, com deficiência ou não, se mostrarem incapazes de executar certos atos da vida civil.

As pessoas que demandam assistência para o exercício da capacidade civil, independentemente de serem ou não pessoas com deficiência, devem receber amparo legal a fim de que não se encontrem desvalidas. Para tal finalidade, presta-se a proposição ora analisada.

Contudo, importantes observações se fazem necessárias. A apresentação do PLS ocorreu ainda no período de vacância do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Hoje essa lei já entrou em vigor, de forma que revogar dispositivos dela que revogam ou alteram dispositivos de outras leis, sem que, simultaneamente, se preveja a repristinação expressa ou nova redação de tais dispositivos revogados ou alterados, é incorrer em falha de técnica legislativa que colide com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942) no § 3º de seu art. 2º.

Ademais, cumpre observar que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a alteração e consolidação das leis, na alínea "c" do inciso III de seu art. 12, impede o aproveitamento de número de dispositivo revogado. Dessa forma, uma vez que é impossível a repristinação aliada à edição de nova redação para um mesmo dispositivo, em alguns casos serão criados artigos com nova numeração.

Ainda em tempo, cumpre observar que o novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março de 2016, revoga trechos do Código Civil. Assim, o fato de o PLS prever, quanto ao art. 1.072 do novo Código de Processo Civil, a exclusão da menção à revogação dos arts. 1.768 a 1.773 do Código Civil, não terá o condão de repristinar os dispositivos já revogados, uma vez que essa nova redação proposta pelo PLS ao referido art. 1.072 só entrará em vigor em momento posterior ao início da vigência do novo Código de Processo Civil, com suas revogações já em efeito. Assim, propomos repristinação que já admita tais revogações como um fato dado.

Por fim, nota-se que a tentativa de adiar a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, fazendo-o em 17 de março de 2016, mostra-se, agora, inócua e, portanto, prejudicada, pois tal lei já está em vigor.

Por tais motivos, e para adequar a proposição às regras de técnica legislativa, com pequenos ajustes de redação, apresenta-se substitutivo ao meritório PLS nº 757, de 2015.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA DA CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, DE 2015

> Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta, Sr. Presidente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade harmonizar dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto das Pessoas com Deficiência) e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, relativos à capacidade das pessoas com deficiência e das demais pessoas para praticar os atos da vida civil, bem como às condições para o exercício dessa capacidade, com ou sem apoio.

Art. 2º Dê-se aos arts. 3º, 4º, 1.548, 1.767, 1.777 e 1.783-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a seguinte redação:

"Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

.....

IV – os menores de dezesseis anos;

V – os que não tenham qualquer discernimento para a prática desses atos, conforme decisão judicial que leve em conta a avaliação biopsicossocial;

VI – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade." (NR)

"Art. 4º.....

II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que tenham o discernimento reduzido de forma relevante, conforme decisão judicial que leve em conta a avaliação biopsicossocial;

....." (NR)

"Art. 1.548. .....

.....

III – por incapaz, sem o apoio ou a autorização legalmente necessários, conforme o caso, e ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1.768-B." (NR)

"Art. 1.767. Estão sujeitos à curatela os incapazes de que tratam:

I – os incisos V e VI do art. 3º;

.....

III – os incisos II e IV do art. 4º....." (NR)

"Art. 1.777. As pessoas incapazes sujeitas à curatela receberão todo o apoio necessário para ter preservado o direito à convivência familiar e comunitária, sendo evitado o seu recolhimento em estabelecimento que as afaste desse convívio." (NR)

"Art. 1.783-A. .....

.....

§12. Os negócios e os atos jurídicos praticados pela pessoa apoiada sem participação dos apoiadores são válidos, ainda que não tenha sido adotada a providência de que trata o §5º deste artigo.

§13. Não será deferida a tomada de decisão apoiada quando a situação da pessoa exigir a adoção da curatela.

§14. A tomada de decisão apoiada não será registrada nem averbada no Registro Civil de Pessoas Naturais.» (NR)

Art. 3º A Seção I do Capítulo II do Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 1.768-A. O Ministério Público somente promoverá o processo que define os termos da curatela:

I – nos casos em que a pessoa não tiver o necessário discernimento ou for incapaz de manifestar a própria vontade;

II – se não existir ou não promover a interdição alguma das pessoas designadas nos incisos I e II do art. 1.768;

III – se, existindo, forem menores ou incapazes as pessoas mencionadas no inciso II do *caput*."

"Art. 1.768-B. O juiz determinará, segundo a capacidade de fato da pessoa de compreender direitos e obrigações e de manifestar a própria vontade, os limites da curatela, buscando equilíbrio entre a maior esfera possível de autonomia dessa pessoa e as limitações indispensáveis à proteção e à promoção de seus interesses.

§1º Para a escolha do curador, o juiz levará em conta a vontade e as preferências do interditando, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

> §2º Excepcionalmente, e com fundamento em avaliação biopsicossocial, o juiz poderá estender os limites da curatela para atos de caráter não patrimonial, inclusive para efeito de casamento, quando constatar que a pessoa não tiver discernimento suficiente para a prática autônoma desses atos.
> §3º Na hipótese do §2º deste artigo, o juiz poderá condicionar a prática de determinados atos não patrimoniais a uma prévia autorização judicial, que levará em conta o melhor interesse do curatelado.
> Art. 1.775-B. Havendo meio de habilitar ou reabilitar o interdito, o curador proporcionará o tratamento adequado.

Art. 4º A Seção II do Capítulo II do Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a ser denominada "Da Curatela do Nascituro".

Art. 5º Repristinam-se os arts. 1.768, 1.770, 1.771 e 1.773 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 6º Os arts. 747, 748 e 755 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 747. A interdição pode ser promovida pelas pessoas indicadas no art. 1.768 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
> Parágrafo único. ....." (NR)
> "Art. 748. O Ministério Público só promoverá interdição nos casos do art. 1.768-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002." (NR)
> "Art. 755. .....
> I – nomeará curador, que poderá ser o requerente da interdição, e fixará os limites da curatela considerando o disposto no art. 85 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e as capacidades do interdito de discernir e de manifestar a própria vontade.
> ....." (NR)

Art. 7º A Seção X do Capítulo XV do Título III do Livro I da Parte Especial da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 763-A:

> "Art. 763-A. Aplica-se, no que couber, o disposto nas Seções IX e X do Capítulo XV do Título III deste Código ao processo de tomada de decisão apoiada previsto na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
> Parágrafo único. Se o juiz entender que não estão presentes os requisitos legais da tomada de decisão apoiada, poderá, se for o caso, e se houver pedido expresso do requerente, definir a curatela."

Art. 8º O art. 85 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 85. A curatela das pessoas com deficiência será limitada aos aspectos considerados estritamente necessários para a defesa e a promoção de seus interesses, preferencialmente limitando-se aos atos e negócios jurídicos de natureza patrimonial, respeitada a maior esfera possível de autonomia para os atos da vida civil.
> .....
> § 4º As limitações previstas no § 1º deste artigo não se aplicam nas hipóteses excepcionais previstas nos §§ 2º e 3º do art. 1.768-B da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002." (NR)
> Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.
> Art. 10. Revogam-se o inciso III do art. 4º e o inciso V do art. 1.767 da Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002.

Portanto, Sr. Presidente, é o relatório, a análise e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aprovado o relatório que passa a substituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CDH, substitutivo.

O projeto segue para análise da CCJ em discussão terminativa.

Senador Ricardo Franco, por favor, pediu pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Sr. Presidente, na verdade, eu queria parabenizar o Senador Telmário pelo relatório e, se senhor e o Exmº Relator concordarem, obviamente, eu gostaria de ter mais um tempo e pedir vistas, porque tenho algumas dúvidas que eu gostaria de elucidar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, o relatório já foi aprovado.

Esse relatório precisa, realmente, de ter um pouco mais de celeridade porque ele vai para a CCJ, onde o Senador poderá ter oportunidade de se manifestar.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, eu entendo e alerto que V. Exª tinha me feito sinal. Então não foi erro de V. Exª. Eu entendi que V. Exª queria falar de um outro projeto, mas, se V. Exª concordar, já que eu tinha dado como votado o projeto, na CCJ, eu me comprometo com V. Exª de aprofundarmos o debate.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Aí a gente analisa esses pontos.

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Digo que o erro não foi de V. Exª.

Se houve erro, foi meu. V. Exª me fez sinal duas vezes, e eu entendi que era sobre outro projeto que vai entrar na pauta agora.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – A gente discute na CCJ, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

Excelência, há dois requerimentos de nossa autoria que eu gostaria, com a aquiescência de V. Exª e do Plenário, que submetesse para apreciação extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª quiser só explicar para que todos entendam a iniciativa, eu ponho em votação extrapauta.

Em seguida, o mérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

São dois requerimentos, Sr. Presidente, de convite para comparecer a esta Comissão ao Ministro da Transparência, antiga Controladoria-Geral da União, e ao comandante, o novo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Em relação ao convite do Sr. Torquato Jardim, novo Ministro da Transparência do atual Governo interino, para o debate nesta Comissão é que, na sua posse, segundo informações e áudios que se tornaram públicos, o Sr. Torquato chegou a declarar o seguinte: que era necessário, para integrar qualquer função de confiança no Ministério da Transparência, antiga Controladoria-Geral da União, relação de confiança com o atual Presidente da República.

Parece-me que é uma declaração, Sr. Presidente, que claramente afronta o princípio da autonomia de um órgão de fiscalização e controle. E seria importante a presença aqui do Sr. Torquato Jardim para a devida explicação.

Além disso, em declarações à imprensa, notadamente ao jornal *Diário do Povo,* do Piauí, o Ministro disse o seguinte: "irá trabalhar para modificações na atual lei que regulamenta os acordos de leniência."

É importante que nós saibamos quais são essas modificações, visto que é de conhecimento público várias tentativas legislativas aqui, no sentido de prejudicar o curso das investigações da Operação Lava Jato. Então, seria importante saber qual é a intenção do Ministro em relação a essa questão.

Em relação ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o convite para a vinda aqui é, segundo matéria da *Folha de S.Paulo*, *ipsis litteris*:

"Militares ouvidos pela *Folha* afirmam que, sob o seu comando, o GSI fará um intenso levantamento de movimentos de esquerda, para evitar que o governo seja surpreendido como nas manifestações de junho de 2013."

Sr. Presidente, isso nos causa espécie, temor, assusta, quando um órgão do Governo passa a fazer fiscalização, controle, vigília, monitoramento de movimentos sociais; a democracia começa a estar em risco e aí, diante disso, é que considero de bom tom a presença do Ministro de Estado Chefe do GSI aqui nesta omissão.

São estes os dois requerimentos, Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se não há objeção que eles entrem em extrapauta, eu coloco em votação. Em seguida, vamos discutir o mérito.

Mas eu quero só fazer um alerta, pessoal. É importante, naquilo que eu chamo de coerência.

Primeiro, gostaria de agradecer aqui ao Senador Ricardo Franco, ele me alertou – alertou-me não, fez um al –, mas, no fim, ele concordou, já que eu havia finalizado a votação, com o compromisso, se for necessário, eu estar até mesmo com S. Exª lá para aprofundar o debate. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Segunda questão que eu tenho de esclarecer ao Plenário: quando eu comecei a ler a carta do evento realizado no Petrônio Portella, eu havia me comprometido, Senadores – então, tenho de fazer esse alerta, na linha da coerência que eu sempre acho que nós temos de ter, inclusive com os Senadores que estavam aqui, Senadores da Base do Governo – que não teríamos mais nenhuma votação quanto ao mérito.

Eu faço esse esclarecimento porque é importante deixarmos muito claro que nós aqui não temos interesse em nenhum tipo de estratégia oculta, sem a presença dos Senadores, seja da situação ou da oposição.

Acho que, como o requerimento chegou à Mesa, em seguida falei com o Senador Randolfe e disse que, de praxe, aqui, eu tenho adotado o princípio de não convocação, mas convite, ele, de pronto, concordou.

Então, eu queria fazer esse esclarecimento, votaremos em forma de convite, mas, se houver algum obstáculo, porque eu havia dado a palavra de que não seria votado, eu terei de votar novamente na semana que vem. Eu espero que não haja, porque todos os requerimentos que chegaram, aqui, para convite, foram aprovados.

Eu faço questão de ser bem transparente para que alguém não diga: "Não, o Paim disse que não iria votar mais nada e esperou sairmos e votou." Não é isso!

Estamos gentilmente atendendo a V. Exª, os outros projetos também não são polêmicos, mas eu acredito de que não haverá problema algum, até porque conhecemos os Senadores, e os mesmos projetos seriam aprovados na semana que vem.

Agora, só que, como é convite, nós vamos, naturalmente, dialogar com os Senadores da Base do Governo para saber qual seria o momento mais adequado para que eles possam vir aqui. O.k.?

Acho que ficou claro, para não ficar nenhuma dúvida quanto ao meu ponto de vista.

Senador Randolfe, então, neste momento, eu submeto à votação. Já submeti a urgência quanto ao mérito, já que V. Exª já explicou os dois projetos.

Aqueles que concordam com o mérito dos dois projetos – ainda vou passar a palavra a V. Exª –, dos dois requerimentos, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, com os devidos esclarecimentos que eu fiz.

Senador Ricardo Franco, por favor.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Presidente, só para confirmar, então: o senhor já colocou em votação os convites?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os convites sim.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Porque eu iria sugerir apenas, para reforçar, que houvesse um público maior e que isso fosse votado na semana que vem, mas, por se tratar de convite, acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu pergunto ao Senador Randolfe assim mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se vocês pudessem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois é, Presidente, V. Exª, tão logo apresentei o requerimento, não colocou nenhum obstáculo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pedi para transformar em convite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ponderou, permita-me, comigo alterar o termo convocação para o termo convite. Não vejo nenhum óbice.

Acho inclusive que o procedimento mais adequado nas comissões é convidarmos e, em caso de não presença, alterarmos para convocação.

Eu entendi o que V. Exª aqui destacou, do compromisso assumido com os Senadores no quórum anterior, aqui na Comissão. De minha parte, sem nenhum óbice, Senador Paulo Paim. Eu acho que fica sugerido para deliberação desta Comissão. Havendo algum questionamento, eu não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Votaremos na próxima quarta-feira, se houver algum questionamento. Se não houver, se houver entendimento, fica como está. Mas eu acho importante, até pela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mesmo porque, Senador Paim,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela diplomacia e a gentileza do nobre Senador Ricardo Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É.

Meu querido amigo, Senador Ricardo Franco, e V. Exª, Senador Paim, mesmo porque eu verei que não emos maiores problemas porque se tratará de convite, ou seja, não há a obrigatoriedade da presença, e eu edito que os próprios Ministros estarão à disposição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No momento adequado, poderão vir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... para prestar os esclarecimentos que esta Comissão solicita. Repito, sem nenhum obstáculo, sem nenhum prejuízo de que, caso ocorra algum questionamento, nós o submeteremos novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, ainda para debater essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma alegria enorme, com os Senadores da qualidade dos senhores, gentis, diplomatas e sempre buscando o entendimento.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Muito obrigado, meu colega e amigo Randolfe.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, ainda para pacificar esta situação, só informando ao Senador Ricardo Franco: eu tinha, inclusive, um requerimento em pauta, que convocava. Convocava. É o Requerimento nº 77. E considerando que o Senador Randolfe ia fazer esse convite, então nós deixamos a coisa mais branda, para encaminhar o convite e não a convocação. Então nós fizemos essa compensação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas ficou muito bem encaminhado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E também para que V. Exª não fique com nenhum peso na consciência, porque, quando o Senador Ricardo levantou a mão, V. Exª já tinha dito que estava aprovado, e aí só deu a leitura subsequente.

Mas aproveitando a fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas, no meio da minha fala, eu vi que, por duas vezes, ele fez sinal.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É, mas quando ele levantou o dedo, V. Exª já tinha finalizado.

Eu estava muito atento a esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas ficou tranquilo, foi encaminhado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Mas só para concluir também outra parte, eu queria pedir a V. Exª porque eu tenho dois outros requerimentos. E inclusive agora foi apresentado lá, na CPI do Assassinato de Jovens; o relatório final pelo Senador Lindbergh Farias. E as Mães de Maio, que são daquelas pessoas assassinadas, pedem uma audiência aqui. Trata-se, portanto, de dois requerimentos, que são os de nº 64 e 81, são o item 15 e o item 13. Se V. Exª pudesse colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual é o teor dos requerimentos?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu posso ler aqui então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, pode.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O requerimento do item 13: Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema 'Redução da Maioridade e Imputabilidade Penal'.

Esse é um requerimento.

E o outro requerimento, Sr. Presidente, é para "tratar das denúncias ocorridas no Estado de Roraima contra as autoridades públicas envolvidas no cumprimento de mandados de reintegração de posse dos Trabalhadores Rurais do Projeto Amanaim, moradores da Ocupação Morada de Anjos, localizada em área rural pertencente à Gleba Cauamé."

Lá o que está acontecendo, Sr. Presidente? Sempre que vão fazer integração, estão matando as pessoas sem-teto, para proteger os latifundiários. Então, para não fazer injustiça, nós precisamos ouvir essas autoridades.

Estes dois requerimentos são muito importantes: um porque trata da questão da maioridade, que é um tema que está muito em tese, muito debatido, e o outro é uma questão de proteger os moradores, os sem-teto que estão ocupando algumas áreas que estão disponíveis e que estão sendo utilizadas pelos latifundiários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São dois requerimentos que tratam de questões sociais: um, do Estado do Senador; e, outro, fruto da discussão da imputabilidade penal. Se ninguém for contra – já estavam na pauta –, vamos à votação, porque ele já fez a defesa.

Em votação os dois requerimentos, tanto o nº 15, Requerimento nº 81, do Senador Telmário Mota.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

E o item 13, Requerimento nº 164, de 2016, de que ele também fez a defesa.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Se não há quem discorde, aprovado.

Então, aprovados os requerimentos.

Temos um projeto ainda do Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Item 10, que V. Exª vai nos honrar ou então podíamos pedir ao Senador Ricardo Franco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas o item 14 é de sua autoria também?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O 14 nós tiramos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, houve um entendimento com o do Senador Randolfe.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Houve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, item 10. O que é o item 10?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É um projeto nosso, que eu gostaria que V. Exª relatasse *ad hoc*, porque o Senador João Capiberibe não se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vou pedir para o Senador Ricardo Franco presidir, se puder, porque ele é o autor, e eu sou o Relator. E V. Exª nos faria a gentileza de presidir.

Eu deixo muito claro, pessoal, e vou repetir: qualquer questionamento, e eu votaria os requerimentos de novo na quarta-feira, para que não haja nenhuma dúvida aqui de que não houve má-fé de qualquer uma das partes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Obrigado, Presidente.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 669, de 2015
- Não terminativo -

Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.

Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria: Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me só pegar o relatório, porque vou sintetizar aqui. O Relator foi o Senador João Capiberibe. No momento, assumo a relatoria *ad hoc* e vou direto para a análise.

Sr. Presidente, não há, portanto, por todo o trabalho feito aqui pelo Senador João Capiberibe, hipótese expressa de substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos para as gestantes e as mães de crianças com até 6 anos de idade, de modo que a proposição inova no ordenamento jurídico.

Com relação ao mérito, que é o mais importante de tudo aqui, é bastante evidente que a promoção do convívio entre a mãe e seus filhos, especialmente fora do ambiente carcerário, favorece os laços e o bom desenvolvimento das crianças.

Frise-se, a esse respeito, que o benefício cogitado pelo Senador Telmário Mota não seria, portanto, restrito à condenada, pois entende-se que a manutenção dos laços e do convívio entre mãe e filho opera, favoravelmente, em benefício de ambos e de toda a sociedade, pois é notória a correlação entre a manutenção desses vínculos e o crescimento saudável da criança. Evidentemente, situações nas quais, por falta, omissão ou abuso, o convívio com a mãe condenada possa representar ameaça à integridade física e moral da criança são passíveis de aplicação de medidas de proteção previstas no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que vão desde a orientação e apoio até o acolhimento institucional e a colocação da criança em família substituta.

Dessa forma, pode-se argumentar se há interesse público em preservar os vínculos maternos em prol das crianças e, por que não dizer, da mãe, principalmente na primeira infância, até mesmo quando a mãe exiba condutas antissociais, sem que isso represente contudo um valor absoluto, cabendo ao juiz, no momento em que for analisar as circunstâncias descritas no inciso III do art. 44 do Código Penal e no Sistema de Proteção dos Direitos da Criança, a qualquer tempo, avaliar os casos concretos, aplicando a lei de modo razoável e adequado a cada família.

Em razão do exposto, é com satisfação que dou o parecer em nome do Senador João Capiberibe pela aprovação do projeto, cumprimentando a iniciativa do nobre Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em épocas de tanta violência contra as mulheres e contra as crianças, este projeto vem numa linha razoável de atendimento, em primeiro lugar, como aqui é dito, à criança, mas também vai permitir que a mãe fique coladinha à criança, pertinho da criança. E isso só pode fazer bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Em discussão a matéria.

Com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador Franco, eu quero primeiro parabenizar e agradecer ao Senador Paulo Paim por gentilmente ter feito esse relatório *ad hoc*, porque nós acabamos de ver que um relatório que foi concluído agorinha ali na CPI do Assassinato de Jovens, em que observamos que uma grande massa, hoje, de jovens são assassinados. Muitos deles são criados abandonados pelo setor público. Muitos não têm escola, não têm moradia, não têm uma boa qualidade de vida.

Ora, se uma pessoa que está fora de um clima carcerário já, às vezes, se encaminha para o lado torto, o lado do mal, imagine uma pessoa nascer dentro do sistema carcerário, uma mamãe presa ter uma criança. Ali dentro, aquela criança vai começar a conviver em um clima que não é o clima de uma sociedade civil sadia. Então, naturalmente, como o homem é produto do meio, essa criança vai crescer com hábitos, costumes que não são os ideais de uma boa sociedade.

Portanto, é mais uma forma de a gente proteger a criança, proteger a mãe e trazer para o seio da sociedade, de forma integrada, buscando os bons costumes religiosos, éticos e morais, para que a gente possa, assim, quem sabe, reduzir o número de violência e não criar uma sociedade carcerária, mas, sim, uma sociedade civilizada, harmônica, pacífica, uma sociedade humana. É disso que nós precisamos principalmente no nosso País, onde muitos jovens hoje e mesmo adultos são violentamente assassinados.

Muito obrigado, Senador Paim.

Muito obrigado ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Parabéns, Senador Telmário, pela iniciativa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, o projeto segue para análise da CCJ, em decisão terminativa.

Presidente Paim, de volta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais uma vez agradeço ao Senador Ricardo Franco pela sua presteza e gentileza como sempre e quero, de público, agradecer a ele mais uma vez, pois, quando estive no Estado do Senador Ricardo Franco, foi quem me recebeu lá e me acompanhou, juntamente com o seu pai, Albano Franco – e fizeram questão de me acompanhar. Jantamos juntos à noite. E participou de todo o debate na cidade sobre o direito dos trabalhadores.

Agora, temos ainda um projeto do qual V. Exª é Relator, Senador Ricardo Franco.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, de 2016
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e nº 13.046, de 6 de julho de 2015, para prever a obrigatoriedade de oferta, pelo Poder Público, de serviços de tradução e de interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nos locais que especifica.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Ricardo Franco
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Tramitação: CDH e terminativo na CE.

De pronto já manifesto aqui o meu apoio total, porque acho fundamental esse projeto. É um projeto de autoria do Senador Ciro Nogueira e relatoria do Senador Franco, para quem passo a palavra.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim. Peço licença ao senhor para passar diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que versem sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, de modo que é regimental o exame do PLS nº 52, de 2016.

Embora a Constituição reserve à iniciativa presidencial a propositura de leis que criem cargos ou funções na Administração Pública, não se pode ver na proposição a invasão da reserva presidencial, na medida em que a lei comanda apenas a organização da oferta de serviços, conforme se pode ver no art. 3º da Lei nº 10.436, que reza, *verbis*:

"As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor."

Destarte, a proposição não cria cargos ou funções, mas apenas organiza a oferta de serviços pelos quais o Estado, bem como o setor privado, já é responsável, segundo a lei.

A proposição tampouco porta óbice de juridicidade, valendo-se da espécie normativa adequada, possuindo cogência e inovando o ordenamento, na medida em que dá forma precisa a previsões gerais e abstratas.

Quanto ao mérito, o PLS nº 52, de 2016, representa avanço normativo importante na "longa caminhada da igualdade", para usar os termos do autor, com os quais estamos de acordo. Nunca é demais nos colocarmos no lugar dos brasileiros com deficiência auditiva – e assim podermos nos dar conta da tristeza e das dificuldades daquele que, sendo detentor de direitos a serviços públicos, a eles não tem acesso, ainda que necessite muito dos mesmos. Nesse sentido, a proposição ajusta o exercício universal da cidadania no Brasil e só se pode aplaudi-la.

Outro aspecto interessante é a previsão de que os serviços para a acessibilidade sejam oferecidos também por meio de equipamento de informática. Isso, provavelmente, poupará dinheiro aos cofres públicos e permitirá o ajuste racional da oferta à demanda.

Observamos que o PLS nº 52, de 2016, não determinou os termos de sua vigência, o que faremos com o oferecimento de emenda dando às instituições o prazo de cento e oitenta dias para que seja organizada a oferta a que se refere a proposição.

Por fim, observamos também a existência de ínfimos lapsos de redação na proposição, nomeadamente: a ausência de vírgula após "2002" em seus arts. 1º, 2º e 4º; a ausência de ponto final após o termo "cidadão" em seus quatro primeiros artigos; e a presença, desnecessária, do "A" no início do inciso XII de seu art. 4º.

Também observamos a expressão "Linguagem" inscrita na ementa, quando o correto seria "Língua". E, por fim, corrigiremos também a redação do art. 1º do PLS nº 52, de 2016, que fala em renumerar o parágrafo único, quando o correto seria redenominá-lo. Proporemos emenda de redação, que em nada tange ao mérito, corrigindo esses detalhes.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2016, com as seguintes emendas:

Emenda nº . Adicione-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2016: "Art. 5º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação."

Emenda de Redação, o senhor quer que leia?

Dê-se à ementa e aos arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2016, a seguinte redação:

> "Altera as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever a obrigatoriedade de oferta, pelo Poder Público, de serviços de tradução e de interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos locais que especifica."

"Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, redenominando-se o parágrafo único como §1º:

> 'Art. 2º.....
>
> .....
>
> .....
>
> §2º As repartições e empresas concessionárias de serviços públicos oferecerão serviços de tradução e interpretação de libras, por meio de profissionais habilitados nos termos da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ou por meio de equipamento de informática, nos locais de atendimento ao cidadão.'" (NR)

"Art. 2º O art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parafo único:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

'Art. 18. .....
Parágrafo único. O Poder Público oferecerá serviços de tradução e interpretação de Libras, por meio de profissionais habilitados nos termos da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ou por meio de equipamento de informática, nos locais de atendimento ao cidadão.'" (NR)

"Art. 3º O art. 2º da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

'Art. 2º .....
Parágrafo único. As instituições públicas em geral e as empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde oferecerão serviços de tradução e interpretação de Libras, por meio de profissionais habilitados, nos termos desta Lei, ou por meio de equipamento de informática, nos locais de atendimento ao cidadão.'" (NR)

"Art. 4º O §4º do art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

'Art. 18. .....
.....
§4º.....
XII – oferta de serviços de tradução e interpretação de Libras, por meio de profissionais habilitados nos termos da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ou por meio de equipamento de informática, nos locais de atendimento ao cidadão.'" (NR)

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos pela iniciativa, tanto ao Senador Ciro Nogueira como a V. Exª, pelo brilhante relatório, com as devidas adaptações. Esse é um pleito antigo desses profissionais. Infelizmente, no passado, inclusive em momento como este, estaríamos com profissionais aqui para que aqueles que estão em casa pudessem, pela linguagem de sinais, entender o que estamos falando, no caso específico dos surdos.

Então, meus cumprimentos a V. Exª. É um belo projeto. Conte com o meu apoio.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que vai constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

Meus cumprimentos aos autores.

Antes de encerrar, só informo, porque as pessoas às vezes perguntam se eu vou ou não vou, que sexta-feira de manhã, às 10h, a Assembleia Legislativa de São Paulo: debate com a UGT, do Presidente Patah, discutindo o direito dos trabalhadores e a Previdência.

Sexta-feira à tarde, em Araxá, Minas Gerais, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, um congresso internacional, com o Presidente Warley, onde falarei também sobre o direto dos trabalhadores no Brasil, a questão dos aposentados e pensionistas, a reforma da Previdência e também, naturalmente, o fortalecimento da democracia.

Sábado, Caldas Novas, Goiás, no congresso da Anfip: a Previdência que queremos e o direito dos trabalhadores. O Presidente Romero está aguardando.

Encerrada a audiência pública. Até mais. Muito trabalho para todos nós.

Esta foi uma reunião deliberativa, mas nós já apontamos uma série de audiências públicas em que vamos participar até o fim do ano.

Encerrada a reunião deliberativa.

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 58ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia nove de junho de dois mil e dezesseis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12 de 2016-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater sobre: "A criação do Plano Nacional de Ação da Política para a população em situação de rua". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais. Às nove horas e vinte minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente eventual apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: João Paulo Carvalho e Silva, Padre - Coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Teresina – PI; Alderon Costa, Ouvidor da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; José Ivan Mayer de Aquino, Representante do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) do Ministério do Esporte, Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Olavio Dotto, Assessor das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Carlos Ricardo, Coordenador-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Anderson Lopes Miranda, Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Estado de São Paulo; Samuel Rodrigues, Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Estado de Minas Gerais; Luana Ferreira Lima, Advogada - com atuação na promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua; Marco Antônio da Silva Souza, Representante da Coordenação Nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Conselheiro do Conselho Nacional do Direito da Criança e Adolescente; Rogério Barba, Representante da Revista Traços. A Senhora Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. A Senhora Presidente eventual solicita a reprodução de vídeo sobre a Associação Casa Santo André da região administrativa do Gama no Distrito Federal. O conteúdo deste vídeo é composto por filmagens de projetos sociais desenvolvido pela entidade. A Senhora Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Cida Santiago, Vereadora da cidade de Teresina/PI; Junior Lopes; Rafael Machado; Mairla Feitosa. Às doze horas e vinte e um minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e vinte e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 12, de 2016, desta Comissão, de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater o tema: "A criação do Plano Nacional de Ação da política para a população em situação de rua."

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nossos convidados estão chegando, os painelistas e aqueles que vão acompanhar do plenário.

Quem vai presidir esta reunião, como é de praxe na Comissão de Direitos Humanos, é a autora do requento, Senadora Regina Sousa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Farei uma saudação de abertura, Senadora Regina, se V. Exª permitir, mas quero convidá-la já para sentar-se ao meu lado. Em seguida, vou passar a Presidência a V. Exª, porque acho que, de fato, esta audiência pública é de suma importância para todo o nosso povo, para toda a nossa gente, no caso, principalmente para aqueles que mais necessitam, que é a população em situação de rua. Então, para situar todos aqueles que vão assistir à nossa audiência pública, seja pela TV Senado ou pelo sistema de comunicação da Casa, vou fazer aqui uma pequena apresentação desta iniciativa da nossa querida Senadora Regina Sousa.

Senhoras e senhores, estamos aqui, por iniciativa da Senadora Regina Sousa, para, mais uma vez, esta Comissão de Direitos Humanos debater situações graves no contexto em que vive o nosso País. Nesse caso, é sobre a população de rua e as soluções cabíveis a tão grave problema social. É nosso dever, em verdade, entabular o debate sobre a criação do Plano Nacional de Ação da política especialmente voltada para a população em situação de rua.

Aludimos, de caso pensado, à dita população de rua – aqui o termo usado é "dita", entre aspas –, porque, na realidade, os grandes números, as frias estatísticas, as análises macroestruturais pasteurizadas em nossa sociedade tendem a privar de rosto quem tem rosto e de voz quem merece ter voz. Eis por que a expressão consagrada: "população de rua" abarca, na frieza do mármore e na indiferença das marquises, um sem-número de crianças, de mulheres e de homens de todas as idades e graus de instrução de todos os rincões do nosso País. A expressão "população de rua" quer alcançar toda uma miríade de indivíduos em sofrimento, muitos deles portadores de doenças mentais, perdidos em suas aporias, aprisionados pelos vícios ou acossados pela violência e pela barbárie de toda sorte que imperam em nossos dias.

Esses seres humanos tão maltratados, esses emudecidos, anônimos integrantes da classe baixa na pirâmide social brasileira, esses marginalizados e perseguidos são os que catam latas e lixo para sua mera subsistência, desprovidos de sonhos. São os que não contam com o abrigo seguro de um lar nos dias de chuva ou de frio. São os que, em meio à indiferença de tantos, encontram o afago, o carinho e o afeto de pequenos cães que muitos chamam de vira-lata, sempre ao lado da carroça. São os que, em suma, experimentam situação de gigantesca insegurança econômica.

É para esse brasileiro sofrido, senhoras e senhores, que a nobre Senadora Regina Sousa levantou a sua voz e eu fiz questão de estar aqui na abertura. É para esses brasileiros que nós queremos voltar nosso pensamento não só no dia de hoje, mas de forma permanente. É a essa mulher e a esse homem amargurados no vertiginoso ritmo da cidade mutante que tensionamos acolher. Sim, queremos acolher, por meio de políticas públicas capazes de virtualmente zerar o número de indivíduos em situação de rua assim: a partir das melhores ideias de gestões aplicáveis a este preocupante quadro social que pode, sim, ser mudado.

O que buscamos todos nós, liderados aqui pela Senadora Regina Sousa, em suma, é inviabilizar o espanto do poeta Manuel Bandeira, que fez jorrar de sua pena tão sensível a amarga poesia "O Bicho", em 1947, por certo, a partir de uma cena urbana que infelizmente se tornou excessivamente familiar para todos nós.

Diz o poeta na sua poesia "O Bicho":

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Essa é a poesia do Manuel Bandeira.

Peço uma salva de palmas para essa poesia. (*Palmas.*)

O bicho, meu Deus, não era um rato, não era nada; era um homem.

Há um pensamento conservador na sociedade que ganha terreno, espaço no Brasil do presente e que de a atribuir à penúria dos estratos sociais mais simples a sua própria incapacidade de prosperar, de vencer e mudar. A despeito do que possa haver de razoável no argumento de todos e de cada um, preferimos acre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ditar que, privados de condição e de possibilidades assemelhadas, as mulheres e os homens não têm como se firmar em um ambiente social competitivo, eis por que, por detrás de cada aparente derrocada individual que as ruas nos apresentam, é imperioso ter em mente que a grande derrotada pela pobreza extrema de alguns não são só eles. É, sim, a própria sociedade civil como um todo.

É esse estado de coisas que desejamos mudar.

Que Deus ajude a todos!

A partir deste momento eu queria, de imediato, convidar a Senadora Regina Sousa para assumir a presidência e já formatar a Mesa. Eu ficarei, dentro do possível, aqui no plenário para acompanhar o debate.

Uma salva de palmas à autora do requerimento, que me deu a oportunidade de fazer a abertura. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e agradeço pela abertura bonita, poética, como ele sempre faz, apesar de o assunto não ser bonito. Mas ele o aborda de uma forma muito bonita.

Queria registrar a presença da minha querida Vereadora de Teresina, Cida Santiago, também uma militante desta causa lá em Teresina.

Bem-vinda, Cida! (*Palmas.*)

Quero agradecer a presença dos movimentos, das pessoas que militam, dos voluntários. Convidamos muita gente porque é um assunto...

Quando eu decidi me dedicar a este assunto este ano... Cada ano eu escolho algum assunto que eu chamo de tema da população invisível. Ano passado eu foquei muito a questão da mulher, seus problemas. E a gente continuou vivendo todos os problemas. O estupro é o assunto do momento, agora com a nova modalidade: o estupro coletivo. E este ano eu disse que ia focar na população de rua, porque é uma população invisível, talvez a mais invisível de todas, que só é enxergada na hora de exterminá-la, quando passam para metralhá-la, principalmente nos grandes centros. E a gente vê que são pessoas, homens e mulheres, de todas as idades, de todas as cores, de todas as origens e que demandam políticas públicas. A gente percebe pelo que existe, pelo pouco que já se tem, que já avançou, apesar do decreto que estabelece a política nacional, que ainda é muito assistencial o voluntariado, quem está fazendo esse trabalho, quem está enxergando essas pessoas. Então, a gente precisa avançar para que isso seja da conta do Estado, porque o Estado tem responsabilidade sobre essas pessoas, como têm também todos os cidadãos. É preciso apresentar saídas. As pessoas não estão na rua porque querem. Pode até haver alguém que está na rua porque quer. Mas esse alguém que está na rua porque quer também tem direito às políticas públicas de Estado.

Então, é nesse sentido que a gente está fazendo esta audiência, para dar esse pontapé, ver o que a gente já tem e em quê a gente pode avançar. E para fazer propostas, como Senadora, com os outros companheiros Senadores que também são militantes da causa.

A Comissão de Direitos Humanos é este espaço acolhedor, o espaço que acolhe quem sofre. Quem está sentindo alguma dor vem para a Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Por isso eu me identifiquei tanto, por isso eu escolhi vir a esta Comissão na hora da escolha das Comissões, porque é aqui o acolhimento. Todo mundo que está sentindo alguma dor vem para cá. Felizmente as portas estão sempre abertas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Senadora. Permita-me dizer uma frase. Eu não queria falar disso, mas vou dizer só uma frase. Por isto muitos atacam V. Exª e também a mim: porque nós dois estamos permanentemente aqui. Fui solidário a V. Exª e vou ser sempre. Podem continuar me atacando, mas eu serei sempre solidário a V. Exª e a esse público que aqui a senhora lidera com muita competência. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu sei com quem eu posso contar. A gente tem que enfrentar os temas mais difíceis. É muito fácil abordar temas fáceis, que abrem portas. A gente tem que abordar temas para os quais as portas estão fechadas. Se as portas já estão abertas, não precisam mais de ajuda. Agora, temos de ajudar a abrir as portas que estão fechadas.

Então, a gente precisa ver as causas. Nesse meio da população de rua há um grupo chamado Andarilho, Caminheiro. Tem um monte de gente nas estradas. Um dia desses passou uma reportagem sobre isso e eu fiquei impressionada com a característica dessas pessoas: gente formada, havia jornalista, diziam a razão de estarem nessa vida. Parece-me que ninguém os vê. Passa carro, todo mundo passa por eles, e ninguém os vê. Por isso eu os chamo de população invisível.

Por isso eu os chamo de população invisível.

Quero começar, porque nós temos muitos convidados.

Sabemos que é uma característica, principalmente dos grandes centros, no meio deles também, haver ¡soas desaparecidas. Às vezes, desaparecem em um Estado e estão morando na rua em outro. Quer dizer, nem. Então, têm que se juntar esses grupos para poder fazer a identidade. No meu Piauí, na minha Teresina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

na minha capital, a Cida estava me dizendo que há mil pessoas identificadas. São Paulo é uma imensidão. Os grandes centros, cada dia, têm mais pessoas morando na rua.

Quero começar esta audiência chamando o primeiro grupo à mesa. São pessoas que convivem, pessoas que trabalham, pessoas que acolhem, que lutam por essa população.

Padre João Paulo Carvalho e Silva, Coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Teresina. (*Palmas.*)

Bem-vindo, Padre! É uma das pessoas que me inspirou também a propor esta audiência. Fique aqui, Padre João Paulo.

Alderon da Costa já está aqui já? É o Ouvidor da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

José Ivan Mayer de Aquino, da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, do Ministério dos Esportes. (*Palmas.*)

Olávio Dotto, assessor das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (*Palmas.*)

Carlos Ricardo, Coordenador-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas.*)

Anderson Lopes Miranda, Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Acho que quem já assistiu – alguns podem até já ter participado – sabe que tem direto a fala por 15 minutos iniciais. Se precisarem utilizar o *data show*, podem fazê-lo. Vamos ter outras mesas. Vamos aproveitar, porque convidamos mais pessoas para ouvir. Se houver tempo, também abrimos às pessoas que vieram para assistir. É nosso hábito. Parece que hoje está mais calmo.

A que horas começará a Comissão do Impeachment? Aí começa a confusão. Acho que é só à tarde hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É muito bom ter uma iniciativa como a sua, porque o País não pode parar: *impeachment*, não; *impeachment*, sim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Claro, claro. Por isso a gente está fazendo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O povo está aqui. O País continua.

Parabéns, mais uma vez, a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nós ocupamos os espaços, inclusive, fazendo movimentação pela democracia. Criamos um movimento aqui. Enquanto estava rolando lá, estávamos fazendo os nossos aqui.

Como falaram aqui da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, estou até curiosa. A gente nem sabe onde é que estão funcionando mesmo os direitos humanos neste Estado, neste País depois desse golpe que aconteceu com a Presidenta Dilma. Primeiro, o desmantelo. Quer dizer, a gente dá um passo à frente, depois, vêm os passos atrás, porque a gente tinha uma Secretaria, um Ministério que cuidava dos direitos humanos, então todas as populações, todos os segmentos se viam naquele Ministério. Agora ele foi desfeito, ele foi desmantelado, e há uns pedaços que a gente ainda não identificou onde estão. Sei que há coisas no Ministério da Justiça, criaram agora a Secretaria Especial da Mulher, parece que vai ser ligada à Presidência da República.

Então, é mais um desafio, um enfrentamento que a gente tem, porque, neste momento de instabilidade política, de interinidade de um Presidente, ele acabou desmantelando o Estado como um todo, e a gente está sem se identificar nesse Estado. É mais um desafio que se coloca para a gente.

O SR. CARLOS ALBERTO RICARDO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Senadora, a gente está, por enquanto, no Ministério da Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ministério da Justiça, que não é bem o lugar apropriado, principalmente porque lá se colocou um Ministro que está mais para xerife do que para direitos humanos. Mas a gente vai lutar; luta é a cara da gente. Então, vamos lá.

O Padre João Paulo que falar primeiro? Foi o primeiro que eu chamei.

Padre João Paulo, por 15 minutos.

Temos um reloginho ali, se a pessoa quiser seguir.

O SR. JOÃO PAULO CARVALHO E SILVA – Exmo Senador Paulo, Senadora Regina Sousa, demais pessoas aqui presentes, bom dia.

É com satisfação que eu estou aqui para falar a vocês e a todos os que nos assistem pela TV Senado sobre o nosso trabalho com as pessoas em situação de rua na capital do Estado do Piauí, que é Teresina.

Nosso trabalho com os moradores de rua da capital Teresina surgiu da sensibilização com o sofrimento pessoas que, por problemas vários, como não terem teto para morar, terem sido despojados de suas casas, aluguel, terem perdido suas famílias, terem perdido seus empregos, por problemas mentais e psicológicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sobretudo por conta da dependência química e sem nenhuma perspectiva de vida, chegaram ao ápice de sua descrença em relação a si próprio, à sociedade, ao mundo, fazendo das ruas, praças e grandes centros não somente sua moradia, mas o refúgio da realidade que os aprisiona.

Desse modo, sem teto, sem alimentação digna, sem higiene pessoal adequada, sem os cuidados com a saúde, sem segurança, ou seja, sem acesso aos direitos básicos de sobrevivência, recai sobre si um estado de vulnerabilidade social seriíssimo, que os expõe, de igual modo, a riscos sociais gravíssimos, como violência, crimes, exploração sexual e contágio com doenças de toda sorte, como a aids.

Pensando numa forma de atenuar as dificuldades por eles enfrentadas, pensou-se numa maneira de garantir o mínimo, com arrecadações de doações, como alimentos e roupas, distribuídos nas próprias ruas e praças. Aliada à atenção, escuta e palavra de estímulo de muitos voluntários, o pouco se transformava em muito.

Desde o início – a Pastoral do Povo de Rua teve o primeiro encontro, o trabalho e distribuição de alimento nas ruas no dia 24 setembro de 2011, na cidade de Teresina –, até os dias atuais, esse trabalho vem crescendo, e muitas graças sendo alcançadas.

Hoje, fazemos um trabalho de abordagem aos moradores de rua por nossos orientadores sociais, que, em sua maioria, são ex-dependentes químicos recuperados, em que identificamos o morador, reconhecemos sua história de vida, os fatos que o levam a morar na rua, averiguamos sua situação civil, questionamos sobre o desejo de sair das ruas e lançamos o convite para aceitar nossa ajuda.

Para essa ajuda, temos uma casa de passagem, casa cedida pela Arquidiocese de Teresina, Piauí, na qual realizamos a acolhida do morador de rua, oferecemos refeição, higiene pessoal, troca de roupas e calçados, medicamentos, comida e dormida.

Ressaltamos que a casa acolhe somente pessoas do sexo masculino maiores de 18 anos. Proporcionamos a retirada de seus documentos para a regularização de sua situação civil. Propiciamos a realização de exames fundamentais de saúde, como aids, sífilis, hepatite, tuberculose, etc. Contactamos comunidades terapêuticas com disponibilidade de vagas, realizamos o encaminhamento para o tratamento de dependência química, ou, quando não são dependentes químicos, contactamos suas famílias para providenciarmos seu retorno a elas, enviamos para seus Estados de origem, sua cidade de origem, e os ajudamos a encontrar emprego quando são da capital.

Oferecemos também orientação espiritual, psicológica e, em breve, viabilizaremos cursos técnicos e profissionalizantes, em parceria com os órgãos competentes.

Além disso, estamos providenciando uma nova casa de acolhimento, também masculina, em que serão acolhidos os moradores de rua recém recuperados que saíram das comunidades terapêuticas e não têm para onde ir, onde morar. Nessa casa, será dada continuidade ao atendimento de reinserção social, como busca por emprego, aquisição de moradia digna, através também daquele programa de casa para todos do Governo Federal, Minha Casa, Minha Vida, e restabelecimento de vínculos familiares.

Foi-nos cedida ainda uma chácara, de área bem ampla, toda equipada, próxima da capital, que será utilizada em expansão futura de nossos trabalhos, tudo isso graças à colaboração, ao apoio e à parceria espontânea de muitas pessoas, instituições públicas e privadas, empresariais, assim como também religiosas.

Contamos com a colaboração de voluntários, diretos e indiretos, que vão desde pessoas simples, sem nenhum grau de instrução, mas de bom coração, a ex-dependentes químicos, estudantes de serviço social, pedagogos, advogados, contadores, empresários, vereadores, como a Vereadora Cida, que é nossa parceira, grupos de evangelização e de ação social, com o apoio da Arquidiocese de Teresina e também da Casa Santo André, que está aqui representada, e faz um belíssimo trabalho aqui em Brasília há mais de dez anos.

Contamos também com parceria de órgãos de assistência social local, como o Centro POP, especializado na população de rua, vinculado à SEMTCAS da Prefeitura de Teresina. Também temos parceria com o CENDrogas (Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas do Estado do Piauí), com as unidades de saúde, para coleta e realização de exames e desintoxicação, bem como somos parceiros das comunidades terapêuticas diversas que existem lá em nossa cidade, tanto católicas como evangélicas.

Contamos também com apoio do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, principalmente para conseguir a documentação desses irmãos de rua, e também um grande apoio e colaboração da Capela do Hospital Getúlio Vargas. Atualmente estou responsável por essa capela.

Já conseguimos retirar das ruas cerca de 200 pessoas em 12 meses. Conseguimos retirar seus documentos, dar-lhes comida e roupa digna, prestar-lhes as orientações necessárias, encaminhá-las para unidade de tratamento e ajudá-las no restabelecimento de vínculos com seus familiares e em sua reinserção social, como ...ido ainda há pouco. Além disso, oferecemos refeições, almoço e janta, aos irmãos que ainda moram na rua, ...e ainda estão na rua e nos procuram, principalmente nos finais de semana, quando o restaurante popular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não está aberto. Durante a semana, eles recebem 50 senhas para se alimentarem nesse restaurante popular da Prefeitura, que, no final de semana, não funciona, e eles procuram a nossa casa da Pastoral de Rua.

Sabemos que nem todos conseguem se recuperar em uma única tentativa. O trabalho nesse campo é árduo e contínuo. O pouco que fazemos, os poucos que conseguimos ajudar e recuperar é muito distante dos resultados positivos que gostaríamos de obter, contudo, para que possamos fazer cada vez mais por eles, encontram-se em andamento muitas providências, como a organização estrutural e documental necessárias para a firmação de convênios com os órgãos da Administração Federal, estadual e municipal.

Não há o que pague a satisfação de ver um homem de bem sair da condição extrema de vulnerabilidade social, retornar ao seio familiar e voltar a trabalhar e recuperar sua dignidade humana. Esse trabalho é árduo, mas é gratificante e deve continuar, mesmo porque este é o ano em que a Igreja Católica foi convidada pelo nosso Papa Francisco a praticarmos obra de misericórdia, dar pão a quem tem fome, água a quem tem sede, vestir quem não roupa, acolher os desabrigados, visitar os doentes e os presos.

Que Deus abençoe a todos nas decisões que vocês, aqui no Senado, irão tomar após esta audiência pública a favor de nossos irmãos e irmãs que moram nas ruas.

E agora eu queria só mais um minutinho para apresentar um vídeo que foi exibido lá em Teresina, nos meios de comunicação social, sobre a Pastoral de Rua.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Padre João Paulo, quer dizer alguma coisa para concluir?

O SR. JOÃO PAULO CARVALHO E SILVA – Nós temos uma conta bancária, quem quiser colaborar, vai ser exposta aí. Nós não temos apoio financeiro de nenhum órgão do Poder Público. Quem puder ajudar nesse trabalho, nós agradecemos muito, porque os irmãos de rua estão muito desprezados, rejeitados pela sociedade. Por isso, ajudando nessa conta, nesse trabalho da Pastoral de Rua, você estará atendendo também o apelo de Jesus que diz: "O que fazeis a um desses pequeninos é a mim que fazeis."

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Padre João Paulo. Espero que tenha muitos colaboradores, porque o Brasil inteiro vai ver, está vendo, e depois será repetido. O bom dessas audiências é que elas são repetidas.

Queria avisar, como ainda está chegando gente, que o Plenário 6 está disponível para vocês assistirem lá, quem não quiser ficar em pé – está chegando mais gente –, para que não fiquem parados aqui na entrada.

Ronald, tome conta, por favor. O Plenário 6 está disponível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que já está liberado.

Presidenta, permita-me. Eu tenho que atender outro grupo, sobre outro tema, relacionado ao mundo do trabalho, envolvendo os trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e discriminados. Eu vou atendê-los, depois eu volto para acompanhar o debate.

Sua assessoria me deu um presente. Disseram: "Você não sabe, Senador, mas um dos eixos desse debate será o seu projeto que trata exatamente da população de rua."

Então, muito obrigado. Foi o melhor presente que recebi esta semana saber que esse projeto vocês vão debater. Queira Deus se torne realidade.

Retiro-me, depois volto aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Está bem, Senador. Obrigada.

Vamos ao segundo orador, Alderon Costa, Ouvidor da Defensora Pública do Estado de São Paulo.

O SR. ALDERON COSTA – Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora Regina Sousa e dizer para a Senadora e para o Senador Paim da importância desta audiência pública.

A população de rua vem sofrendo muito e esse espaço aqui no Senado é simbólico. Para chegar até aqui, são mais de 30 anos que nós, vários companheiros, Anderson e outros colegas do Movimento Nacional, temos feito esse trajeto. Iniciou-se lá nas Câmaras de Vereadores, fazendo as leis municipais. Estamos numa luta para que também o Estado... É importante a senhora saber que o Estado, hoje, não tem assumido a política da população de rua. Se alguém souber de algum Estado que tenha assumido, eu peço que compartilhe isso conosco, porque nós não sabemos. Nenhum Estado... O Estado de São Paulo não investe em nenhuma política pública para a população de rua. É importante deixar registrado esse detalhe.

Desde o Governo Dilma e o Governo Lula, nós temos avançado com a Política Nacional. A Política Nacional surge de um trabalho de base. Não foram os políticos nem os especialistas que fizeram a Política Nacional, a população em situação de rua, os trabalhadores sociais que estão ali, juntos, na rua, debaixo do viaduto, casas de acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A Política Nacional é uma referência muito importante. Quero até destacar que aqui, no projeto, basicamente, há todo o trabalho feito pelos movimentos sociais, pelos moradores de rua, pelas organizações. Então, acho que o debate vai se dar quanto a detalhes, eu acredito muito nisso, e acho que vamos poder sair daqui com um avanço muito grande.

Antes de entrar nos eslaides, eu queria dizer mais uma coisa: não basta lei, não basta lei. Se fosse por lei, São Paulo não teria morador de rua. Nós temos já portarias, temos uma lei municipal, mas isso não muda a realidade. O que vai mudar essa realidade é a nossa luta por uma sociedade nova, uma sociedade mais igualitária, uma sociedade diferente. Então, essa é uma luta maior, que nós não podemos perder de vista.

Lógico, os companheiros que estão em situação de rua – não é, Padre? – não podem morrer de frio e, em São Paulo, há pessoas morrendo de frio. Ontem recebemos uma denúncia aqui, na 14 Bis, de que morreram 3 pessoas por conta do frio. Quem não é de São Paulo não sabe, mas eu vim com duas blusas hoje – só para vocês verem como está São Paulo – e, além do frio, há a chuva. Então, é difícil; morar na rua não é fácil. Se moram na rua, não é por opção, tenham certeza disso.

E nós defendemos o direito de ficar na rua. Esse é um direito também, porque há muitos que já aprenderam a viver só na rua, aprenderam isso e não tem mais jeito. Nós temos de criar condições dignas para que morem na rua também, não só fazer projetos para que saiam. É importantíssimo isso. Eu começo ao contrário: falando do direito de ficar na rua, mas é muito importante criarmos programas que deem efetividade... E não se pode falar em programas se não falamos em moradia, se não falamos em trabalho, se não falamos em educação, se não falamos em saúde. Se não houver isso concretamente, é assistencialismo, é enganação.

Eu queria só fazer esta introdução antes de apresentar alguns eslaides que preparei para sistematizar um pouco mais. Vamos ver se vai dar tempo.

Passe por favor.

Esse tema está muito ligado ao trabalho que temos feito. O Movimento Nacional, há um bom tempo, há dois ou três anos, vem discutindo que a população de rua não sabe nem que tem direitos. Nós temos que começar a trabalhar isso. E nós começamos a fazer esse trabalho, que culminou num seminário que o Movimento Nacional fez com este lema: "O direito a ter direito". Vejam que absurdo!

Nas Defensorias Públicas do País todo, na DPU também, a Defensoria Pública da União, e nas Defensorias Públicas dos Estados, estamos fazendo um trabalho intenso para ter uma política institucional de acesso à Justiça. E nós não queremos caridade do Poder Judiciário, nós não queremos caridade do Ministério Público, nós não queremos caridade das Defensorias Públicas. Nós queremos, sim, que eles façam o trabalho de fiscalização que eles têm de fazer, que eles façam o trabalho de defesa do direito que eles têm de fazer. Esse é um trabalho que nós, Ouvidores de 11 Estados – Ouvidores externos que são eleitos pela sociedade civil –, temos feito junto ao Conselho Nacional de Ouvidorias. Este tema é muito caro para nós: ter acesso aos direitos. Saber que eu tenho direito é o início de toda transformação.

Pode passar por favor.

O Padre já falou um pouco sobre essa invisibilidade. Eu trouxe estes números para mostrar para vocês do que exatamente estou falando. Estou falando de uma capital com 12 milhões de habitantes, e estamos falando mais ou menos de 20 mil pessoas morando em situação de rua, e numa crescente complexidade, porque hoje nós estamos falando não é só de um indivíduo, não é só masculino. Nós estamos falando de mulheres, estamos falando de crianças, estamos falando de famílias, famílias inteiras que estão em situação de rua. Uma das causas imediatas disso é a falta de programas de moradia. É simples, não têm dinheiro para pagar aluguel e vão morar na rua, não há outro lugar na cidade. Então, não precisamos ficar laborando muito não.

Mas aí há uma coisa importante. Vocês estão vendo que, desde 2000, os números estão crescendo. Isso é para nós nos perguntarmos: o que está acontecendo? Não se está fazendo nada? Ou o que se está fazendo não está resolvendo? São essas as duas perguntas que deixo para refletirmos.

Pode passar por favor.

De acordo com o Censo, a idade média dos que estão em situação de rua é de 40 anos; cerca de 65% são pardos e negros e 93% sabem ler e escrever – 93% sabem ler e escrever, isso quebra um mito, não é? –; 70% são oriundos do Estado de São Paulo; 30% são moradores da própria cidade. Esses dados são de São Paulo, deixo claro.

Por favor, o próximo.

Aí são alguns dados: 50% das pessoas que moram em albergues declaram ter feito uso continuado de álcool, alguns, de droga, 24%, e sempre os jovens usam mais droga e os mais velhos...

Salve, Marquinho! Que bom ter você aqui! O Marquinho é uma autoridade entre os meninos e meninas rua, é um grande batalhador e, atualmente, é Conselheiro do Condep, deve tomar posse nos próximos dias.

Então, são números importantes que refletem a realidade das pessoas em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu vou correr um pouquinho por causa do tempo.

Por favor, passe.

Bem, vou continuar aqui. O Padre João falou muito disto, acho que a fala dele focou muito isto: nós não estamos lidando com objetos, não estamos lidando com os galos, com a sacola, estamos lidando com seres humanos. Isso é muito importante para nós, e essa mudança – o Anderson sabe disso – transforma todo o trabalho que fazemos. Se tivermos em mente que estamos lidando com gente, vamos aprender a ouvir, vamos dar sentido àquilo que a pessoa está falando, vamos respeitar o seu processo, enfim, muda completamente o tipo de trabalho.

Essas faixas que vocês vão ver agora, essa e uma outra, surgiram em 2004, ano que, todos sabem, é um marco para a população em situação de rua, para a organização dos moradores de rua, quando se percebeu que, se os moradores de rua não se juntassem, nada iria mudar, tudo permaneceria como sempre.

Em 2004 começa o Movimento Nacional da População de Rua. Por quê? Nós tivemos um massacre em São Paulo, um massacre que matou, até onde sabemos, oito pessoas e deixou mais sete feridas. Foi uma barbaridade em dois dias – a Senadora deve ter acompanhado. Estamos feridos até hoje. Se passamos na Praça da Sé, vemos os companheiros que foram assassinados a paulada. Hoje há um marco na Praça da Sé, consequência de uma luta que foi feita. O prefeito colocou um marco, um símbolo, mas isso, claro, não vai diminuir a nossa dor. A nossa dor é diminuída nesses eventos que constroem e que dão esperança para nós.

Por favor, o próximo.

Aí são algumas faixas que as pessoas começaram a levar para as caminhadas que fazemos. "Mais oportunidade, reconhecimento e melhores condições para quem trabalha com reciclagem."

Essa aí é uma lutadora. Atualmente ela está trabalhando como zeladora de praça. Ela batalha muito, tem oito filhos. É uma pessoa fantástica. Quem não a conhece olha para ela e pensa: "É doida!" Mas é uma pessoa de um coração e de uma inteligência fantásticos.

Pode passar por favor.

"Mais moradia."

Pode passar por favor.

"Queremos viver."

Pode passar por favor.

Rapidinho, o que nós sabemos.

A existência de pessoas morando nas ruas... Só dando os créditos: vou falar agora sobre um trabalho coletivo. Isso não é meu, os eslaides não são meus, são públicos. Esse foi um trabalho que nós fizemos em conjunto na preparação da Política Nacional. A existência de pessoas morando nas ruas e em centros de acolhida é a expressão dramática da desigualdade existente em nosso País.

Por favor.

As desigualdades são produzidas, e a naturalização das relações sociais é que permite que se crie um imaginário social no qual a pobreza seja vista como falta de oportunidades ou fracasso pessoal. A aquisição de novos hábitos e práticas é a mola mestra para alcançar processos de mudança. Isso é importante para a gente fazer essa mudança.

Pode passar por favor.

Aí é um pouco a visão sobre a qual já iniciei falando: a rua não está separada do problema do País, do modelo de sociedade que nós temos. Se nós só trabalharmos com a população de rua, nada vai acontecer, porque você tira um, tira dois, tira três, caem 50, caem 100 e assim vai. Nós temos que fazer um trabalho conjunto. Ao mesmo tempo em que trabalhamos com a população de rua, nós temos de trabalhar para mudar essa nossa sociedade consumista, capitalista, concentradora.

Pode passar por favor.

Esse é um dado importante. Um dos fatores importantes para o aumento da população de rua é a urbanização. Nas décadas de 70, 80, nós invertemos: 70% antes viviam no meio rural e 30% viviam nas cidades; depois esses números se inverteram, e 70% passaram a morar na cidade e 30% no meio rural – isso *grosso modo*.

Pode passar por favor.

São Paulo. Assusta, não é?

Pode passar por favor.

O que mais sabemos? As instituições e políticas públicas não funcionam como deveriam. O sistema prisional, por exemplo: ele não funciona, ele não atende o objetivo que foi pensado, assim como a saúde, as po-
cas para as crianças e jovens. E no sistema prisional nós temos um problema gravíssimo: nós nem sabemos
antas pessoas que estão em situação de rua passaram pelo sistema prisional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós, na Defensoria, temos uma grande dificuldade. Vocês sabem que, se as pessoas vão ao Poupa Tempo – eu não sei como é lá no Piauí –, em algum órgão público da Justiça principalmente, no fórum ou coisa assim, as pessoas são presas. Na Defensoria, elas podem ir que não são presas, porque lá está a defesa delas.

Em São Paulo nós temos uma dificuldade, nós estamos quebrando um mito agora, depois de muito trabalho, de convencer as pessoas a irem à Defensoria, a entrarem no prédio da Defensoria. Foi feito um trabalho longo para se chegar nisso. Vejam o absurdo: o Poupa Tempo é um local que reúne vários trabalhos do Governo, inclusive de identificação, de identidade. A pessoa chega lá e, se ela, por exemplo, saiu e não foi lá assinar a carteirinha, vai ser presa. São coisas absurdas que acontecem!

Eu vou ter que correr, senão o templo não vai dar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mais dois minutos.

O SR. ALDERON COSTA – Obrigado.

As pessoas que saem da situação de rua são poucas e ficam sempre numa situação de risco de retorno. Elas saem por um momento.

Por favor, vou acelerar.

Sabemos que as soluções não são simples e imediatas. Trata-se de um processo que exige ações complexas, que desafiam o conhecimento, a capacidade de construir respostas eficazes, o diálogo e a articulação permanente entre os atores de políticas públicas.

Pode passar por favor.

Estudos apontam que a população em situação de rua é composta por pessoas de faixas etárias diferentes, grupos diferentes, experiências, histórias diferentes, que apresentam demandas e necessidades complexas e específicas.

Por favor.

Os centros de acolhida são uma resposta. Porém, não podem ser a única. E quando falo "centro de acolhida" é para ser bonzinho e não falar "albergue", porque é a mesma coisa, só mudou o nome. É igual a você comprar um celular dizendo que paga caro e o celular não tem nem um *chip*, não funciona. E não funciona mesmo.

Por favor, passe.

Queria chamar atenção de novo para este grito: "Olhe nos meus olhos. Sou ser humano." Volto a dizer: gente, vamos mudar o nosso olhar para a população de rua, porque, a partir do momento em que enxergarmos nessa pessoa que está em situação de rua um ser humano, a nossa política vai mudar. (*Palmas.*)

Bem, quando for preciso, eu paro, Senadora. Não há problema.

O que queremos?

Pode passar.

Queremos que a política pública esteja referendada na diversidade de questões levantadas pelos estudos e experiências acumuladas pela sociedade.

(Soa a campainha.)

O SR. ALDERON COSTA – Pode passar.

Vou ler rapidinho.

Que a política pública leve em conta a complexidade dos processos sociais que levam as pessoas à situação de rua. Por exemplo, desemprego, perdas, rupturas familiares, falta de moradia acessível, conflitos familiares e a questão de álcool e drogas.

Por favor.

Bem, de leis, nós já falamos que há várias.

Pode passar.

Avaliação crítica da política pública de atendimento às pessoas em situação de rua com ampla participação. Hoje São Paulo, o Ministério Público... Eu até trouxe... Eu tenho uma pastinha com vários documentos e vou deixá-la depois com a Senadora.

O Ministério Público fez uma avaliação em todos os serviços que a cidade de São Paulo tem, e nenhum serviço foi aprovado. Nós estamos agora trabalhando, parece que vai ser proposta uma ação civil pública pelo Ministério Público em relação a alguns desses serviços.

Por favor, pode passar.

Participação ativa da sociedade. Não é um problema só do Governo, é um problema de todos nós.

Pode passar.

Desenvolvimento e monitoramento de programas de formação permanente. Isso é muito importante. Hoje as pessoas são contratadas para trabalhar com população de rua ao acaso. Está desempregado? Vai trabalhar com população de rua. Tudo bem, não há problema nenhum, só que nós temos que garantir formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para essa pessoa. Eu costumo dizer que, para trabalhar com população de rua, tem que ser especialista, doutor e tudo mais. Nós precisamos dos melhores para trabalhar com a população de rua.

E, claro, os companheiros educadores têm vontade e garra, isso é muito importante, mas, com um pouco mais de formação, nós iríamos garantir qualidade no atendimento, na acolhida, no entendimento de todo esse processo.

A questão das guardas, nem vou entrar nessa história, porque essa aí é uma história difícil, a violência que existe hoje em todas as cidades das guardas municipais. A lei tem que vir e tem que garantir que isso seja fiscalizado e que isso não aconteça mais. Nós temos aí vários casos, pelo menos nas cidades do interior de São Paulo, onde a GCM... Ontem foi São Vicente, uma denúncia de São Vicente segundo a qual a Guarda Civil estaria estourando os moradores de rua. E lá eles não usam arma – eles não podem usá-las ainda –, lá é pau mesmo. Então, temos que combater isso.

Por favor, o próximo.

Criar formas de participação da sociedade civil, controle. São os comitês, que são importantes. Os colegas, depois, vão poder falar mais sobre isso.

Por favor, o próximo.

Articulação com o Governo Federal na criação do programa de moradia. A questão da moradia, gente, é muito importante. Já estamos terminando um trabalho em São Paulo, e parece que o prefeito vai soltar um decreto agora para garantir moradia para a população de rua, pelo menos para uma parte, não para todos. Mas há uma discussão: não é simplesmente dar a casa, não é simplesmente dar a propriedade. Há toda uma discussão que precisa ser feita, porque a moradia está dentro do processo de recuperação da dignidade, não é, Padre? Acho que isso é importante, o senhor falou da dignidade humana.

Por favor, passe para o final. Pode passar. Depois os colegas vão poder falar mais.

Aí está bom.

Bom, gente, eu queria só compartilhar isso e dizer aqui para a Senadora e para todos da importância de termos essa lei nacional, garantir toda a luta que fizemos pela Política Nacional. E agora, isso vindo para o Senado, a Senadora, o Senador Paim, todos aqui devemos nos juntar para garantir essa lei, para que tenhamos um respaldo no nosso Município e no nosso Estado para continuarmos essa luta. O que nós queremos é uma cidade sem pessoas em situação de rua, um Estado sem pessoas em situação de rua, onde a dignidade prevaleça, inclusive para aqueles que querem continuar na rua.

Muito obrigado, Senadora.

Vamos ficar aqui para o debate que virá depois.

Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Alderon.

Vamos passar imediatamente a palavra para o José Ivan. (*Palmas.*)

José Ivan é do Ministério do Esporte, Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Gente, há uma outra sala que está recebendo as pessoas. Lá também vocês podem assistir pela TV. É o Plenário 6. Mas aqui na frente ainda há cadeiras. Se chegar algum Senador, claro, ele tem que se sentar. Mas só quem vai voltar para cá é o Senador Paim, se der tempo. Começa por aí a questão: a Comissão não é muito frequentada.

Com a palavra o Sr. José Ivan.

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO – Muito obrigado por participar desta importante audiência pública. Em nome de V. Exª eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres presentes e os demais membros da Mesa, e em nome do Samuel Rodrigues cumprimentar todos os homens presentes e a criança do sexo masculino que está aqui à minha frente.

Esta audiência é revestida de uma importância que nós só vamos poder medir daqui a um ano, provavelmente. É um momento crucial da vida pública brasileira. Se o golpe se consumar com 54 votos, na audiência que vai definir se a Presidenta eleita com 54 milhões de votos continua ou não a dirigir o País, veremos o desmonte que o Governo interino e golpista está fazendo sobre as entidades públicas e privadas brasileiras é descomunal, a serviço da concentração de renda, que gera desigualdade e que gera, por sua vez, o acúmulo de pessoas nas ruas e em outros locais em que elas deveriam estar trabalhando ou vivendo.

Eu trago, da minha experiência de vida, a militância na Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que é a campanha deixada entre nós pelo Betinho, que eu ajudo a coordenar desde que o Betinho assim propôs, em 1993. E nessa Ação da Cidadania nós desenvolvemos algumas atividades voltadas para diversos [illegible]mentos em desvantagem social. Entre essas atividades, um programa de microfinanças, com o apoio do [illegible]grama Providência de Elevação da Renda Familiar, que, em 2005, ofertou microcrédito para a população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

em situação de rua aqui no Distrito Federal, em grupos de fiança solidária, nos moldes do Grameen Bank, de Bangladesh.

De lá para cá, eu também estou nesta audiência e nesta militância como empregado do povo brasileiro na condição de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, uma carreira de Estado pela qual eu já trabalhei no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Educação e, recentemente, no Ministério do Esporte, onde fui escolhido para representar o Ministério num importante instrumento criado com o Decreto nº 7.053, de 2009, que é o que regula a Política Nacional para População em Situação de Rua. Eu represento então o Ministério do Esporte – que não acabou com essa reforma feita pelo interino golpista – no Ciamp-Rua.

Estou aqui com duas entidades incorporadas: a um tempo, o espírito do Betinho; em outro tempo, o espírito do meu pai, que é o melhor funcionário público que eu pude conhecer. Então, se eu estou na rua, levo o espírito de ambos para dialogar com respeito a política pública.

Acho que este momento é extremamente oportuno porque, com o copia e cola da fantástica equipe dos golpistas, várias estruturas caíram no caminhão de mudanças dessa covardia que está sendo perpetrada contra o povo brasileiro. A mudança de ministérios cujas estruturas foram construídas ao longo de 13 anos, 5 meses e 12 dias de política pública voltada para a construção e a oitiva das populações na construção de seus instrumentos deixou de fora instrumentos importantes como o Ciamp-Rua, que está, em tese, no Ministério da Justiça, liderado pelo advogado do PCC, da polícia que mata mais gente no Brasil, especialmente jovens, jovens negros de periferia, e a população de rua. É ele quem coordena o Ministério da Justiça do País neste momento. É absurdo isso.

Se não bastasse a questão da política no controle dos cargos, a evidente manobra deixou de fora, por exemplo, o Conselho Nacional de Política Indigenista. Foram anos de construção e, de repente, o nome se apagou da estrutura. O Ciamp-Rua, em tese, está embaixo da Secretaria de Direitos Humanos, que está embaixo do Ministério da Justiça. Como vão se reunir ali dentro? Não sabemos ainda.

E no aspecto econômico, o modelo concentrador que está dado vai apontar, em pouquíssimo tempo, que vai crescer o número de pessoas em situação de rua porque a perspectiva de tirar o Bolsa Família de 10 milhões de famílias brasileiras para financiar os juros para os bancos é um dado avassalador.

Um outro dado importante é a questão da psicologia e da psiquiatria sobre a população brasileira, que coloca muita gente na rua. Com esse estado de coisas que vamos voltar a viver, com esse estado de agressão psicológica que está sendo feita, o cenário é devastador.

Como nós somos resistentes e como nós somos agraciados neste momento pela presença de uma figura como a da Senadora Regina Sousa neste exato lugar, neste exato momento, nós temos que nos valer desta construção e trazer para cá os espaços que estamos perdendo a fim de construirmos a política na evolução de um decreto para uma lei e que gere o plano nacional de ação para essa população. Os dados que foram acumulados ao longo dessa história vão permitir ajudar.

Nessa construção da política pública do Ministério do Esporte, minha presença no comitê Ciamp-Rua me permitiu conhecer uma senhora chamada Antônia, que é do brilhante Movimento Nacional da População em Situação de Rua, que tem que ser exaltado aqui neste momento como trincheira de resistência embaixo das marquises e nas repartições.

A Antônia, que é aqui de Brasília, provocou-me, como representante do Ministério do Esporte no Ciamp-Rua, a criar uma alternativa de esporte para essa população, que também quer esporte. E nós, a partir do diálogo, conseguimos chegar a um produto ainda pequeno para a necessidade, mas que é um projeto piloto realizado com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Espírito Santo e com a Universidade Federal do Espírito Santo. Conseguimos, com R$360 mil do Ministério, desenvolver, durante um ano, a formação de mediadores do futebol *callejero*, que é uma estratégia de futebol que faz com que as pessoas possam mediar conflitos em área de risco social. Vamos formar, com a ajuda da Universidade Federal do Espírito Santo e o monitoramento ativo do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Espírito Santo, com a Rosângela e com o grupo de lá, o futebol *callejero* como alternativa de esporte para essa população. Durante um ano, as pessoas serão formadas, será disputado o Campeonato Capixaba de Futebol Callejero, será publicado um livro, registrada essa experiência, e vamos ter esporte e formação nesse contexto.

Por último e mais profundamente, eu gostaria de contribuir com esta discussão – por favor – trazendo para a tela a minuta da contribuição feita a partir de um chamado do pessoal do Ciamp-Rua, que tem um grupo de trabalho que tenta transformar o decreto em lei. Provavelmente, eles vão falar aqui sobre isso ao longo do tempo. Eu fiz algumas observações em amarelo e em vermelho, a partir de uma discussão que o Samuel, a [illegible]stina, que é de Belo Horizonte, e outra parte do grupo que estava discutindo isso no Ciamp-Rua solicitaram. [illegible]ão, eu fiz algumas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No final do documento... Eu peço que vá para a p. 14, mais ou menos 14, por favor. Mais um pouco. Do que se trata isso? Pode ir levantando, por favor. Desce mais um pouquinho, por favor. Eu quero ir para a p. 14 aproximadamente. Ah, não. Deixe-me ver pelo artigo. (*Pausa.*)

Depois do art. 15. Pode ir mais um pouco, por favor. Não, desculpe, volte, por favor. Pode ir descendo. Está quase chegando. Isso, por favor.

Então, o que nós fizemos aí? Havia um artigo do Senador Paulo Paim que estava sendo discutido e fizemos algumas sugestões. Eu contribuí com essa mistura de que falei no início da fala, da minha experiência na Ação da Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida e como gestor governamental que pôde acompanhar a tramitação do Plano Nacional de Educação durante três anos e meio no Congresso Nacional. Fizemos uma sugestão de plano de ação.

Levante um pouquinho, por favor, amigo, no sentido contrário.

Então, o Plano Nacional de Educação é um pouquinho de artigos, vinte metas e duzentas estratégias para alcançar essas metas. Nós apresentamos a ideia de ter um plano de ação que tenha um artigo aprovando o plano, com a vigência dele, e algumas metas. Por exemplo: a meta número um seria realizar, até 2016, o Censo Nacional da População em Situação de Rua, com a estratégia.

Pode levantar, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO – A meta dois seria instituir o Centro de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua em âmbito nacional, estadual e distrital até 2016 e municipal até 2017, em todos os Municípios com população superior a 100 mil habitantes. A meta três, lá embaixo, fala sobre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborarem e remeterem ao Poder Legislativo local seus correspondentes planos de ação.

Pode subir, por favor.

Meta quatro: realizar o IV Encontro Nacional da População em Situação de Rua e a estratégia para isso.

Esse é só um exemplo de como organizar a discussão.

Para encerrar de fato, a contribuição ao debate que há ali é apenas o resultado de uma experiência que veio de conferências nacionais. Eu já participei de umas vinte ou trinta, e quatro delas eu ajudei a organizar, como gestor governamental. E dessa experiência veio o projeto de lei para o Congresso Nacional. No caso do Plano Nacional de Educação, a matéria tramitou e chegou à peça final que aí está.

Então, é só uma contribuição, como cidadão e como gestor, para este debate.

Deixo o meu agradecimento profundo pela oportunidade que nos está sendo dada de tentar reverter o vazio legislativo que existia nessa área, principalmente o espaço político para debatermos claramente o que está acontecendo em nosso País neste momento.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO – Se alguém quiser cópias do projeto do esporte e do lazer para a população em situação de rua realizado no Espírito Santo, eu tenho no *pen drive*, posso deixar como contribuição a peça que o Ministério assinou com a Universidade Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, José Ivan.

Eu pedi para pesquisar o andamento do projeto e tenho uma notícia que não é muito boa. A matéria está na Câmara, e a Relatora é a Deputada Tia Eron, que se tornou famosa esses dias. Temos que criar um grupo para acompanhar. Eu vou conversar com ela também. Também quero saber de vocês, gostaria que alguém me dissesse depois, se o projeto, da forma como saiu do Senado, satisfaz. Porque você está dando um formato, como o Plano Nacional de Educação. Não sei se quando ele saiu daqui foi com esse formato.

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO – Não, não foi.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – E alguém apresentou emendas?

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO – Não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É um projeto antigo, de 2009, não é? Podemos resgatar para ver se apresentamos um substitutivo e se ela aceita. Vocês podem redigir o substitutivo e nós vamos ver se ela aceita.

Vamos para o quarto convidado, Olavio Dotto, Assessor das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O SR. OLAVIO DOTTO – Uma saudação ao Senador Paulo Paim, à Senadora Regina Sousa, aos demais membros da Mesa, uma saudação a cada um e a cada uma dos presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Trago também uma saudação toda especial de Dom Leonardo, que é o Secretário-Geral da CNBB. Ele deveria estar aqui, mas está em outra atividade. O Padre Paulo Renato, que é da Assessoria Política da CNBB, também está aqui.

Esta temática é muito cara, é muito importante para a CNBB. Tudo que se refere ao acesso aos direitos das pessoas é importante, e a CNBB procura, de fato, acompanhar. E quando falamos de população em situação de rua, sabemos que é um tema muito complexo de ser abordado. Eu digo isso porque a CNBB, através de suas pastorais – Pastoral do Povo de Rua, Pastoral do Menor, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Criança, Cáritas e tantas organizações –, atua nesse sentido e conhece a complexidade de lidar, no dia a dia, com essa temática.

Eu quero ressaltar a nossa alegria com a proposta de se constituir esse programa e, agora, esse plano, com ações e com metas estipuladas. Isso é muito importante, porque nós estamos lidando com algo concreto. Não ficamos só no campo da teoria, das ideias, nós descemos um patamar a mais no sentido de tentar efetivar, de fazer acontecer.

Eu gostaria de fazer três ou quatro ponderações em nível de reflexão sobre essa temática, porque vejo que exige de nós todos uma reflexão bem ampla, porque nós percebemos aqui, só pelos dados de São Paulo, em nível de Brasil, uma imensa população vivendo em situação de rua. E ela vem crescendo, pelos seus diversos fatores. Quer dizer, o dado que mais, de fato, leva a população a viver na rua, sem dúvida, é essa sociedade desigual, sociedade excludente em que vivemos, que, de fato, nega esses direitos mais básicos para a pessoa, o direito à moradia, o direito ao trabalho e acaba não restando outra coisa, outra alternativa a não ser ir para as ruas mesmo, morar na rua.

Por outro lado, também, já vimos aqui que temos de levar em consideração a história de vida de cada pessoa. Quer dizer, às vezes, pode ser também uma opção da pessoa, uma ruptura familiar, seja a droga, o álcool, doenças mentais, enfim, temos esse dado.

O importante é termos muito presente também esse diagnóstico que já realizamos, quer dizer, são vítimas de violência. Todos os dias, a gente abre as capas de jornais, vê as notícias na TV, todos os dias temos situações de pessoas que estão vivendo nas ruas que sofrem violência. Inclusive, a gente pode dizer: aquela violência que a tira do higienismo. Temos de limpar as ruas, temos de limpar, temos de mostrar a cidade bonita.

Então, a Senadora, já no início, trouxe um dado importante, porque são pessoas invisíveis para a sociedade. E é muito importante trazer presente, porque eu e o Padre Paulo Renato, ao chegarmos aqui, nós também tivemos um exemplo muito concreto dessa invisibilidade. Quando entramos aqui, para chegar até a esta audiência, nós percebemos também que a própria Casa mostra um certo despreparo para lidar com essa população de rua. Lá embaixo eles não puderam entrar porque não tinham documentos, não é verdade?

Mas a gente pergunta assim: onde está o valor da pessoa? Onde está? (*Palmas.*)

Quando a gente fala em recuperar, resgatar a dignidade de políticas públicas, resgate à cidadania, nós temos de começar olhando as nossas instituições, como nós lidamos com essas populações.

Então, eu só queria deixar registrado isto: temos de começar por nós.

Outro elemento importante, é isso que eu falava: nós temos esse diagnóstico. Agora, nós precisamos, de fato, rever formas de resolvermos esse problema. Então, aqui eu saúdo, de fato, essa iniciativa de termos esse plano de ação. Já foi falado aqui também, acho que pelo Alderon, que não basta ter só a lei, não basta só a lei. Porque é fácil apontar o problema, sabemos que está aumentando a população de rua, agora, só apontar não é caminho.

Então, eu quero frisar muito isto: nós, conjuntamente com a sociedade civil e o Poder Público, precisamos, de fato, buscar propostas humanizadoras – acho que essa é a palavra –, quer dizer, coisas bem concretas. E mais, com o próprio povo de rua sendo protagonista disso; que eles possam se sentir participantes desse processo – e aquela palavra que nem todos gostam de usar –, que eles se sintam também empoderados nesse processo de construção de políticas públicas.

Para nós da Igreja Católica, das Pastorais, isso é muito importante. A nossa missão, de fato, é estarmos juntos nessas situações. Nós sempre falamos assim: são os mais pobres entre os pobres, por quê? Porque já foi tirado tudo deles; acesso ao trabalho, acesso à saúde, a todos os direitos.

Então, nós devemos estar ali, ser essa presença solidária, porque nós temos claro que são pessoas com direitos que estão, sim, na rua por motivos diversos. É missão nossa como Igreja, nas ações das Pastorais, dar a eles esse suporte para que possam tomar posturas em relação a seus direitos fundamentais, no sentido de construirmos juntos, para que sejam protagonistas também.

Eu não quero me estender muito aqui, eu só quero encerrar essa fala, dizendo que nós do CNBB, sim, somos parceiros na construção desse programa, somos parceiros mesmo. Mas eu não gostaria de encerrar sem xar uma provocação naquilo que nos faz pensar o Papa Francisco. Eu acho que, assim como ele fala para ntro da Igreja, ele também está falando para toda a sociedade. Ele diz que estamos vivendo numa época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da globalização da indiferença. Quer dizer, o que me importa o outro? Se alguém está na rua, se alguém está passando fome, não é problema meu. Quer dizer, o que me importa o outro? Importa defender o meu. O Papa chama muito a atenção para isto: nesse tempo da globalização da indiferença, cultura do descarte, descarte da criança, descarte da pessoa idosa, o jovem descartado quanto a trabalho que acaba não tendo alternativa, para onde vão? A grande maioria acaba indo, de fato, para a rua.

E ele nos faz um chamado muito importante, ele faz um chamado para a solidariedade, mas a solidariedade bem entendida, que vai muito além de simplesmente gestos generosos esporádicos. É muito mais para a solidariedade do que isso. Quando ele nos convida à solidariedade, é para que nós juntos pensemos e ajamos em termos de comunidade, de sociedade, de prioridades da vida sobre esse sistema que está aí, sobre a apropriação dos bens por parte de alguns.

Ele vai nos dizer que a solidariedade, de fato, é, juntos, lutarmos contra as causas estruturais da pobreza, porque se nós, conjuntamente, não lutarmos contra essas causas estruturais que geram pobreza, podemos ter bons planos de ação, bom programa, mas vamos continuar gerando pobreza e vamos continuar gerando mais pessoas que vão para a rua.

Então, conjuntamente temos de lutar pelas causas estruturais da pobreza, da desigualdade, da falta de trabalho, de acesso à terra, de acesso à casa, enfim, lutar contra a negação dos direitos sociais e laborais, quer dizer, sermos capazes de, conjuntamente, fazer frente aos efeitos destruidores do império do dinheiro.

Nós estamos presenciando, nos meios de comunicação, essas deslocações forçadas que estão ocorrendo, as imigrações dolorosas que estão ocorrendo, tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todos aquelas realidades que muitos de nós já não suportamos mais e que juntos somos chamados a transformar.

Então, com essa palavra solidariedade, ele nos convoca a, juntos, assumirmos; eu diria, é uma forma de fazermos história. Não são simplesmente atos generosos, mas é uma forma de fazermos história, porque vamos transformar essa sociedade que está aí.

Ele chama a atenção quanto aos três Ts – isso é muito importante –, quer dizer, toda pessoa, toda família deve ter acesso a: terra – seu cantinho –, teto – um local para morar – e trabalho. São direitos sagrados. É isso que dá dignidade ao ser humano, dignidade à pessoa, dignidade à família.

Não gostaria de me estender mais, mas gostaria de parabenizar por essa iniciativa e dizer: sim, nós somos parceiros nessa construção de ações bem concretas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigado, Olavio Dotto, da CNBB.

Vamos passar, imediatamente, a Carlos Ricardo, Coordenador-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. É bom, porque ele vai falar como está funcionando a Secretaria neste último mês.

O SR. CARLOS RICARDO – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar, primeiramente, a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim, já agradecendo pela acolhida desse tema, pela acolhida de um tema que é tão importante, e, no decorrer aqui, vou dizer um pouco por que é importante a gente ter a política nacional como lei, porque hoje é só um decreto. Mas agradeço muito a sensibilidade. Infelizmente, ainda são pouquíssimos Parlamentares nas três esferas de Governo que são sensíveis a esta causa. Então, eu destaco mesmo o nosso agradecimento e a importância desta acolhida aqui, Srª Senadora.

Cumprimento meus colegas todos da Mesa, peço licença para agilizar o tempo e cumprimentar todos na figura do Anderson Miranda, que representa aqui a população em situação de rua, que é o público para o qual nós estamos aqui reunidos, para construirmos junto com essa população esse projeto, porque defendemos essa construção coletiva, como é proposta nossa.

A Secretaria de Direitos Humanos já esteve na Presidência da República – só para fazer essa consideração aqui –; depois nós estivemos, como Secretaria Especial de Direitos Humanos, dentro do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, e, atualmente, com essa última medida provisória, neste Governo interino, nós estamos no Ministério da Justiça e Cidadania, ainda sem a definição clara da estrutura, porque isso demanda ainda um outro ato normativo que organize isso, mas a Secretaria está, atualmente, no Ministério da Justiça e Cidadania.

É extremamente importante para nós o debate sobre uma lei que trate da política nacional para a população em situação de rua, porque essa política já vem sendo discutida há bastante tempo, desde a década de 80, porque o movimento social, à época, ainda não era constituído como movimento da população de rua, mas a própria CNBB, através da Pastoral de Rua... Creio que Alderon já participa dessa discussão há bastante tempo; mã Cristina Bove, que não está presente aqui, no momento, mas já, há mais de 30 anos, acompanha esse bate. Então, o pessoal já vem apontando para nós, para o Estado brasileiro, a necessidade de uma política que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

trate do tema da população em situação de rua, rompendo a lógica assistencialista, que era vigente, e mesmo assim um assistencialismo sem nenhum tipo de dignidade, um assistencialismo que considera que qualquer coisa vale para quem está numa situação de extrema degradação.

Então, isso já vem sendo reconhecido e vem sendo reconhecido, inclusive, desde da década de 80, que é necessário que o tema seja tratado de forma intersetorial. Não basta apenas uma única política pública setorial trabalhar com a população em situação de rua. O que se está dizendo com isso? Que não adianta você ofertar o que na época ainda era chamado de albergue – que hoje mudou de nome, como o Alberon bem disse, mas a gente ainda precisa avançar muito na qualificação, para que ele realmente se torne a nomenclatura atual –, não basta ofertar um serviço de acolhimento institucional porque a pessoa continua em situação de rua, como a própria definição do termo nos diz. Não adianta a gente ofertar um atendimento de saúde – e mesmo que a gente esteja no ideal no atendimento de saúde, a pessoa pode ter um excelente atendimento, mas ela continua na rua. Ou seja, já vem sendo reconhecido que precisa do atendimento amplo, qualificado e funcionando de forma intersetorial, articulando as várias políticas públicas.

Em 2003 – e eu não vou falar aqui o histórico todo para não ficar maçante, mas é importante a gente resgatar de forma bem breve –, houve a acolhida, pela primeira vez, no governo federal deste tema, e ali foi definido um processo de construção dessa política. E por que processo? Porque foi pressionado pela sociedade civil, foi acolhido pelo governo federal e foi construído em conjunto com a sociedade civil. E o governo federal precisou se apropriar de um tema do qual não tinha nenhum domínio.

Então, em 2006, foi criado um grupo de trabalho, e, antes disso, houve algumas iniciativas como o primeiro encontro nacional, a primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eu estou aqui pulando alguns pontos, mas foi realmente um processo, com várias coisas acontecendo no meio desse caminho. E, em 2006, foi criado um grupo de trabalho composto por representantes da sociedade civil organizada, alguns deles estão aqui, nesta plenária, que ajudaram nesse processo de construção, e com representantes de vários Ministérios do Governo Federal, para poder construir.

Esse grupo de trabalho deveria durar três meses e durou três anos, dada a dificuldade de o governo se apropriar desse tema. E aí basta a gente ver aqui, nas escolas, seja em nível médio, nível superior, pós-graduação, que hoje já se tem alguma coisa, mas ainda é muito pouco, mas, até a pouquíssimo tempo atrás, a gente não tinha absolutamente nada sobre população em situação de rua. Então é um tema realmente em que as pessoas se baseavam apenas em preconceitos.

A Pesquisa Nacional já desmistificou um monte de coisas. Então, por exemplo, a gente escuta muito ainda hoje dizerem que população em situação de rua é um público de vagabundos. Mentira! Isso é mentira! A Pesquisa já indica que 70% desenvolvem algum tipo de trabalho para obtenção de renda. Aquelas pessoas que pedem dinheiro como principal forma de obtenção de renda são apenas 15%, segundo a Pesquisa Nacional de 2008. E as pesquisas recentes municipais que vêm sendo feitas estão aí em percentuais parecidos com esse.

Em 2009 então, após os três anos do GT, essa proposta foi apresentada no II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, foi validada, e dali a gente criou o Decreto nº 7.053, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, o órgão colegiado que discute a implementação dessa política e acompanha e monitora todo esse processo – uma grande conquista.

Essa política foi um marco no que diz respeito a inclusão e a acesso a direitos da população em situação de rua. Não que esteja tudo bem e tudo resolvido, por isso nós estamos aqui, inclusive pleiteando a construção de uma lei que trate dessa política. Mas ela foi um marco, porque, a partir dali, a gente conseguiu, por exemplo, incluir a população em situação de rua no Cadastro Único. Então, se a gente for olhar na pesquisa de 2008, em torno de mil, mil e quinhentas pessoas, estavam incluídas no Cadastro Único. Hoje nós já temos mais de 51 mil pessoas, quase 52 mil pessoas, incluídas nesse cadastro. Mais de 46 mil recebendo Bolsa Família.

Então, isso já identifica algumas coisas: serviço de saúde, já houve uma portaria que garante o acesso dessa população mesmo sem o comprovante de endereço; o Consultório na Rua; quatro serviços específicos para a população em situação de rua tipificados dentro do Sistema Único de Assistência Social; projetos de economia solidária para a população em situação de rua em sete capitais brasileiras. A gente tinha planos de expandi-los e agora a gente precisa renegociar isso. A possibilidade de priorização no Programa Minha Casa, Minha Vida, colocando a população em situação de rua como público prioritário. Bom, aí eu posso listar aqui Pronatec específico para a população em situação de rua, garantindo a qualificação técnico-profissional. São Paulo e Distrito Federal são os pioneiros no Pronatec Pop Rua.

Eu posso citar várias coisas e, eu falando assim, parece que está bonito, mas não está. Por isso que nós amos aqui. Por isso que estamos aqui com a proposta de criação de um projeto de lei. Por quê? Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

criamos o decreto, foi o possível naquele contexto, mas ele não cria a forma de efetivação de todos os direitos que a gente vem pleiteando ao longo desses anos.

Então, quando a gente fala do acesso amplo, simplificado e cita lá as várias políticas setoriais – educação, habitação, saúde, assistência, previdência social e várias outras que estão no Decreto nº 7.053 – não diz como. E a gente vem discutindo isso no Ciamp.

Essa proposta que vem sendo apresentada aqui, trazida pelo José Ivan, ainda não é a proposta aprovada pelo Ciamp Rua. É uma proposta inicial do José Ivan, que, voluntariamente, se prontificou no nosso grupo de trabalho. Ele nos apresentou a proposta, mas entendemos que ainda precisamos avançar nesse tema. Ele abriu esse espaço para nós, junto com a Senadora Regina Sousa, e queremos aproveitar para colocar o projeto de lei que ainda vamos aprovar no nosso Ciamp.

Algumas coisas ainda foram acrescentadas nesse processo. Na época, foi feita a escolha de tratar apenas do público adulto nessa política. Hoje, há discussões realizadas no âmbito do Conanda – e está aqui o Marquinhos, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e outras pessoas aqui que também vieram desse movimento e hoje também atuam no movimento adulto.

O nosso próprio Decreto nº 7.053, que instituiu a política nacional, não faz distinção de faixa etária. Então, todas as pessoas estão incluídas. Vimos numa parceria com os movimentos de crianças e adolescentes para discutir conjuntamente a política como um todo em órgãos colegiados, porque não como discutir separadamente. Está interligado. Há famílias em situação de rua. Os mesmos órgãos do Executivo que tratam de um público tratam do outro, em sua grande maioria. Então temos interseções, interfaces entre esses dois públicos, e isso vai ser considerado nessa proposta que pretendemos apresentar em breve, Senadora Regina, já um pouco mais discutida no Ciamp, acrescentando essas outras coisas que vimos compreendendo ao longo tempo, como por exemplo, que não dá para deixar de fora crianças e adolescentes. Eles não têm visibilidade no decreto como ele está hoje.

A gente quer acrescentar outra contribuição importante que veio de um projeto chamado Diálogos Setoriais, em que fomos conhecer a experiência europeia no atendimento à população em situação de rua. O Samuel, que está aqui, esteve lá conosco, junto com a SDH. Ali rompemos uma lógica diferente de olhar para a situação de rua. Uma coisa que é óbvia: quem está em situação de rua está lá porque não tem moradia, não tem habitação. E qual é a lógica? Isso não é só no Brasil, em outros lugares também começou assim e, hoje, está em outra etapa. A primeira lógica era assistencialista. Assim foi a nossa e assim também foi na Europa, nos Estados Unidos, em outros lugares também. Depois migrou para o modelo integrado de prestação de serviço por etapa. E prestem atenção ao nome porque o nome já diz mais ou menos o que quer dizer. Ele já compreende que tem que ser intersetorial, que as várias políticas públicas precisam conversar, mas ele ainda é por etapa. A última etapa, que é o que marca definitivamente a saída da rua, é o acesso à habitação.

Nós, aqui no Brasil, estamos na transição ainda entre modelo assistencialista e o modelo integrado, mas já percebemos que o modelo integrado não é o melhor modelo. O melhor modelo – e aí fazendo uma adaptação de linguagem – é o Casas Primeiro, é o chamado *housing first* na língua inglesa. Esse modelo lá adotado já identifica que, primeiro, acessa a habitação e com a proteção – e aí quem é da área da assistência conhece o termo "proteção integral" –, que pressupõe alimentação, espaço de moradia. Num ambiente protegido, onde a pessoa pode dormir e tem o seu espaço protegido...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO RICARDO JUNIOR – ... é mais fácil ela acessar os demais serviços. Então, queremos incluir essa concepção na nossa proposta.

Se formos falar em termos de custo, é ótimo considerarmos isso. O Francisco, da coordenação de populações de rua, que está aqui conosco, fez um levantamento para nós. No Canadá foi feito um estudo do custo *per capita* mensal no modelo integrado, que dava em torno de €100,00 por pessoa e, no modelo *housing first*, €35,00 por pessoas. Claro que essa não é a realidade brasileira, precisamos desenvolver o nosso cálculo aqui. Nem estou dizendo também que precisamos copiar exatamente o modelo que é aplicado nos Estados Unidos ou na Europa. Nós precisamos fazer uma adaptação ao nosso formato. Mas já temos essas experiências que vamos incluir, que vamos somar à proposta que pretendemos construir, que vamos construir no Ciamp Rua.

Já encerrou o meu tempo. Há várias coisas que eu gostaria ainda de trazer, mas o importante marcar aqui que é do nosso total interesse esse projeto de lei. Nós já temos algumas adaptações que vêm do acúmulo da discussão no nosso comitê, que tem representantes da sociedade civil de todo o Brasil e de vários ministérios do Executivo Federal. Nós Já temos um acúmulo e queremos incluir esse acúmulo na proposta que estamos elaborando e vamos trazer. O Ivan, corajosamente, trouxe essa primeira proposta que saiu do nosso grupo de trabalho, que ele apresentou ao grupo de trabalho desse mesmo comitê que estou citando aqui. Queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

incluir essas coisas. Achamos isso extremamente importante. Esperamos, numa próxima audiência, trazer a proposta pronta, pensando até num substitutivo, acrescentando. Esperamos poder trazer essa experiência.

Há pessoas aqui, nesta plateia, que acompanham esse público de perto, que têm uma ação de ponta e que eu gostaria que, no debate, trouxessem as experiências, pois isso deixa mais rico o debate e não fica eu falando de coisas que vocês fazem. A Luana, do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e de Catadores de Materiais Recicláveis – eu não vou ficar falando esse nomão mais – CNDDH, todos agora já sabem a sigla – poderia trazer alguns dados sobre a violência com a população em situação de rua, sobre esse projeto que foi desenvolvido com a SDH junto com o CNBB e, numa parte também, com o Ministério Público.

Para fechar, esse instrumento nos é também solicitado por órgãos como, por exemplo, Defensoria Pública da União e defensorias públicas estaduais, que falam que precisam de um instrumento normativo no qual possam se embasar, para poder cobrar dos gestores estaduais e municipais a execução de determinadas ações que não estão previstas em nenhum outro local.

Bom, já me estendi muito. Desculpem. Espero que ainda possamos debater bastante em outro momento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Carlos Ricardo. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra para o Anderson Lopes Miranda, Coordenador do Movimento Nacional de População em Situação de Rua do Estado de São Paulo.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de pedir, primeiro, que os nossos companheiros e companheiras em situação de rua aqui presentes ficassem de pé, por gentileza.

Por favor, não tenhamos vergonha não. Vamos ficar de pé aqui, no Senado, para mostrarmos nossa cara.

Uma salva de palmas para nós. (*Palmas.*)

É o empoderamento que nós queremos. Não falem por nós sem nós.

Muito obrigado, companheiros. Podem se sentar. Obrigado.

É para mostrarmos nossa cara mesmo e dizer para o Brasil: obrigado, Senadora Regina. Muito obrigado por trazer esta pauta ao Senado.

Ontem, estivemos na Câmara dos Deputados porque estão querendo acabar com o Sistema Único de Assistência Social neste País. Estão querendo acabar com esses 13 anos de construção do Bolsa Família, do BPC, do Centro POP, do Serviço de Acolhimento. Estão querendo acabar, fazer um puxadinho e jogar para o INSS. E não é isso o que nós queremos.

Eu acho que trazer esta audiência Pública hoje aqui, Senadora Regina, traz outro olhar: um olhar dos invisíveis que se tornam visíveis. Eu quero dizer que este movimento não tem um ano, ele tem onze anos. Nós conseguimos tudo isso através da Pastoral Nacional do Povo da Rua; através da OAF (Organização do Auxílio Fraterno); através da Rede Rua. A Pastoral do Povo da Rua não começa hoje, começou há mais de 30 anos em São Paulo, em Minas, a trabalhar com esse público.

Nós começamos a criar autonomia através dessa organização, dando empoderamento à população de rua. Quem nos ajudou foi a CNBB Pastoral Nacional do Povo da Rua, criando esta camisa que é azul, que é vermelha, que é amarela, que é preta, que é roxa. Por que é preta? Porque morre muita gente ainda em situação de rua. Na semana passada, queimaram um companheiro da rua. Vocês podem ver aí no jornal. Ele saiu pegando fogo. Mais dois morreram. Nós tivemos, em Maceió, Alagoas, mais de 30 companheiros em situação de rua mortos. A gente retrata São Paulo, mas a gente retrata Maceió, Alagoas; a gente retrata Belo Horizonte, Minas Gerais. Quantos companheiros foram exterminados? A gente retrata o frio do Sul; a gente retrata aqui. O movimento começa no DF. Mataram o Galdino porque ele perdeu o ônibus de ir embora para casa e foi dormir na praça, ali perto da rodoviária do Plano Piloto. Botaram fogo no Galdino, como botam fogo na população em situação de rua, em nós. Não é isso mais que nós queremos.

Quero aqui dizer da importância do olhar do Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, Senadora Regina, que em 2006 criou um PL ouvindo a população de rua do Rio Grande do Sul. Esse PL não surgiu da noite para o dia. Foram moradores de rua lá no Rio Grande do Sul que pediram: "Senador, crie um projeto de lei para nós, lá no Senado." E aí o Senador Paim criou o projeto de lei. Nós chamamos o Senador Paim na criação do Ciamp Rua. O Senador Paim foi lá, no Ciamp Rua, discutir conosco e ele falou: "O projeto de lei é de vocês, do Ciamp Rua. Façam o substitutivo e apresentem na Câmara." Estava na Câmara dos Deputados na mão de um Deputado, foi para outro Deputado, como a Senadora falou, e está agora na mão de um outro Deputado. çam o substitutivo, podem apresentar o substitutivo que eu apoio vocês." E ele foi ao Ciamp Rua – não foi, nuel? –, conversou conosco, discutiu conosco e entregou esse projeto de lei para nós, para o Ciamp Rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É o como Carlos diz: a importância da discussão tem que vir do Ciamp Rua, tem que estar discutido na política nacional, é intersetorial.

São nove ministérios com nove representantes desse segmento discutindo. Eu acho que, quando a Senadora Regina fala o que nós precisamos fazer, o que nós precisamos aprovar, é isso que nós queremos. Nós queremos uma lei que tenha dotação orçamentária porque lei por lei, como o Alderon disse, nós já temos um monte. Mas que aprovem dotações orçamentárias, orçamento para essa população. Não adianta falar do Minha Casa, Minha Vida, chegar ao Município e ouvir: ah, não. Vocês não estão orçados aqui. E aí mandam para a assistência social, jogam na assistência social. Problema da assistência social. Mas não queremos mais ser problema da assistência social, mas do esporte, da cultura, da educação, dos direitos humanos, da saúde.

Estou vendo companheiros e companheiras aqui. Hoje nós temos um projeto na Senaes – o Samuel vai falar disso depois – e estamos com medo. Em sete Estados, cidades em que o movimento está recebendo recursos, e parou agora. Estagnou-se o projeto. E está aí o grupo do DF, está aí o povo trabalhando no projeto da economia solidária como entidade e estão com medo de não receber as parcelas. É esta a política pública que queremos de fato: inclusão e não um puxadinho.

Eu quero parabenizar aqui, sim, e não dizer do retrocesso, o quanto a Igreja nos ajudou a construir isso. É trazer as igrejas para esse olhar, mas a obrigatoriedade é do Poder Público. É obrigação do Poder Público garantir, de fato, políticas para a população em situação de rua. (*Palmas.*)

Eu acho que este Senado está fazendo um grande papel, Senadora. Sabe por que não temos Senadores aqui, só a senhora e o Paim? Se houvesse um monte de empresários aqui, estava cheio de Senador discutindo, porque é dinheiro. Mas como tem um monte de movimento, direitos humanos não é prioridade para este Senado, é prioridade para alguns Senadores que estão aqui brigando, lutando para os invisíveis se tornarem visíveis.

Eu parabenizo a senhora, parabenizo o Senador Paim. Estive no Piauí em 2008. O Carlos colocou sobre a contagem da população em situação de rua. No Piauí, era briga de gueto, de moradores em situação de rua. Nas malocas, um de uma maloca não podia entrar em outra porque morria. A fome era grande lá. Fomos fazer a contagem lá, sensibilizar. Quando eu fui para a discussão, havia uma delegada de Polícia dentro da discussão. Ela entendeu que eram todos bandidos, e aí fui explicar para ela: aqui não tem bandido não, doutora! Aqui tem cidadã e cidadão de direitos, que querem direitos nesta cidade, neste Estado, neste País. E aí ela virou minha amiga, entendeu o que estávamos dizendo. Quando se falou, ela foi lá.

Essa é a realidade que nós temos que começar. Nós temos vários projetos acontecendo com a autonomia dessa população. Eu quero dizer aqui sobre a importância desse movimento que surgiu de 2004 para 2005. Eu tenho 28 anos de trajetória de rua. Faz oito anos que eu saí da rua, de fato. Hoje eu tenho trabalho, tenho casa, tenho família constituída, tenho duas filhas. Moro hoje no bairro mais distante de São Paulo, a Cidade Tiradentes, mas hoje eu tenho, graças ao movimento, graças à luta. A minha casa é casa de programa, é do CDHU, mas foi uma briga para conquistar essa casa, foi uma luta. Em Belo Horizonte, tem o auxílio-aluguel. O Bolsa Família que eles recebem de R$500,00 é dado em dinheiro para pagar o auxílio-aluguel. Não é pago à imobiliária não, é dada na mão do cidadão. A prefeitura paga isso para eles. Se eles não pagarem o auxílio, é cortado.

É essa dignidade que nós queremos. É olho no olho, cara na cara, pele na pele. A gente está organizado como movimento, como situação. Temos parceiros importantíssimos nessa luta. Nós temos o CNDDH (Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis), que não sabemos se vai ou não conveniar, se o dinheiro sai, se o dinheiro não sai. O Centro Nacional dos Direitos Humanos traz, como o Carlos disse, a importância não só das violações, mas também o que essa população conquistou em nível nacional. Foram contratadas lideranças e pessoas da rua para trabalharem na ponta, para irem para ponta sensibilizar o gestor, cobrar do Estado, para criminalizar a Polícia do sistema.

Estamos assim com medo. Com esse golpe dado, quem vai sofrer é a população em situação de rua, como a Senadora acabou de colocar. Nós estamos passando por um processo agora que é puxadinho: pegam a Secretaria de Direitos Humanos, que tinha poder, e jogam no Ministério da Justiça. Criaram um puxadinho para os direitos humanos! Qualquer hora o puxadinho cai. Nós não sabemos se vai continuar.

Não, não podemos mais nos tornar invisíveis. A nossa preocupação como movimento e como população de rua é esta: a população de rua vota! É bom dizer aqui no Senado para os Srs. Deputados, para os Srs. Senadores, Srs. Prefeitos, Srs. Governadores. Ela vota! O que é tirado dela são os documentos quando ela está em situação de rua. Roubam dela, como foi dito aqui pelo Alderon. Mobilizam guardas municipais para tirar o documento, numa ação higienista, fascista, e aí as pessoas não conseguem mais votar porque não têm o título de eleitor, porque não estão com os documentos. Mas ela é uma cidadã, ele é um cidadão, nós somos isso.

Então, falar de população de rua sem ela é horrível! Aqui eu quero parabenizar o que está acontecendo. s estamos com duas salas lotadas. E temos que chamar mais audiência para esses temas, para sensibilizar para es temas. Nós não somos bichos, nós não somos vagabundos. É o sistema que joga a gente nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero dizer do projeto de futebol começado pela Ocas, em São Paulo, de rua, e depois virou Callejero. Em São Paulo, nós jogamos, várias vezes, futebol com a Guarda Municipal, para sensibilizar a Guarda Municipal a não agredir a população de rua. Em Belo Horizonte há outras ações. Neste Brasil, temos outras ações também acontecendo. Hoje, o Movimento Nacional da População de Rua está em quase 15 Estados deste País. Nós estamos no DF, em Alagoas, ainda não estamos no Piauí, em Sergipe, mas em quase todos os Estados do Nordeste, quase em todos os Estados do Sul, em todos os Estados do Sudeste, em dois Estados do Centro-Oeste. No Norte, ainda estamos chegando, porque há muita dificuldade no Norte. Então, o movimento vem fazendo um trabalho de sensibilização com os parceiros, com os apoiadores, para dizer da importância da melhoria do serviço para essa população. Que ele construa, que faça junto.

O Alderon falou dos equipamentos. Nós não estamos falando dos equipamentos da Igreja, ouviu, Padre? Nós estamos falando dos equipamentos patrocinados pelo Poder Público, pelo recurso público, o que ainda é uma vergonha neste País. Ainda há muquiranas, bichos, a comida ainda é uma lavagem! Eles pegam o resto e dão para a população de rua comer. Nós não estamos falando da Casa Santo André. Nós estamos falando de outras instituições. Precisamos entrar com ações no Ministério Público e não podemos mais aceitar isso.

Então, esse projeto de lei vem para dizer: cumpra-se, faça-se, recensie-se a população de rua. Nós estamos brigando, Senadora, para o IBGE contar a população de rua, mas como não temos domicílio, o IBGE não quer recensear essa população.

Fica uma briga entre Governo Federal e IBGE. Repassam-se recursos, e não se cumprem. Foi feita uma amostra no Rio de Janeiro para sensibilizar o IBGE. O MDS fez em 2008, nas 27 capitais, uma contagem censitária que deu quase 50 mil pessoas. E isso é importante para trazer a responsabilidade.

Belo Horizonte faz contagem, São Paulo faz contagem, outros Estados fazem contagem. O que nós queremos não é contagem para expulsar, mas saber quantas pessoas estão em situação de rua e o que precisa melhorar. É essa a nossa importância aqui.

Eu caí na rua com 11 anos de idade. Hoje eu tenho 40. E quantos companheiros têm 50, 60? E não é que ele não queira mais sair da rua. É a mesma coisa – quero dizer aqui, para encerrar, Senadora – de quando você vai mudar...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – ...da sua casa para outra casa. Você não tem vínculo com o padeiro, com o jornaleiro? É a rua! Depois de 50 anos, se você tirar um cara da rua, como é que ele fica? Primeiro você precisa conquistar, ofertar, trazer para ele. Não é tirá-lo, não é expulsá-lo, não é chamar a Polícia, como aconteceu aqui em Brasília, nas ocupações. Que vergonha isso!

Quantas pessoas estão morando na rua, em Brasília e em outros lugares? Vai lá a Polícia, tira e não oferta nada? Sai do sistema prisional. Vai para onde? Para a rua. Tudo é a rua. E nós não queremos ficar na rua. É mentira de quem diz que quer ficar na rua. A gente quer dignidade, oportunidade, endereço, chave, trabalho. Se não tiver carteira registrada, que as economias solidárias possam nos garantir.

Esse projeto de lei traz a responsabilidade do Poder Público.

Acabei de deixar o Conselho Nacional de Assistência Social. Fui Conselheiro durante quatro anos. Aprovamos, eu e o Samuel, várias resoluções no CNAS para a população em situação de rua. Estamos discutindo agora, tanto o CNAS quanto o Conanda, crianças e adolescentes em situação de rua. E se vê ainda um passo para a frente e três passos para trás. Isso não avança! Não avança! Governo retrógrado! Discussões retrógradas.

Então quero dizer que não é de hoje para amanhã, mas pedimos, Senadora, que convoque mais uma audiência pública, que prepare isso para escutar, ouvir. Convoque mais uma para construirmos juntos.

Para encerrar, o que o Alderon falou é fundamental.

O Decreto nº 7.053, como o Carlos acabou de dizer, não foi construído pelo governo federal, mas pela sociedade civil. E foi entregue ao governo federal. Temos uma política, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, guardada, que nós construímos em 2009. O decreto está acontecendo, mas a política, ainda não. Está lá um calhamaço de documentos que nós construímos juntos, ouvindo o País.

Então, queremos de novo essa escuta, que a Câmara dos Deputados e o Senado chamem para ouvir o País, que abram uma consulta pública de escuta para um projeto de lei para a população de rua. E que o Ciamp Rua apresente-o ao Senado para a aprovação e à Câmara Federal, mas uma escuta pública de novo, para melhorar essa política para a população em situação de rua.

Obrigado, Senadora Regina.

Obrigado ao Senador Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Anderson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós temos ainda outra Mesa, e eu quero dar voz a alguém da plateia. Então peço que, na próxima Mesa, se tente falar em dez minutos, porque não pode funcionar a Comissão se abrir o plenário.

Por mim, eu ficaria aqui o dia todo, mas é uma regra. Nós temos que obedecer. Não dá para quebrar todas elas. Começamos a quebrar algumas, mas devagar. Quando abre o plenário, nós temos que encerrar as comissões. Então eu queria que os próximos a falarem tentassem fazê-lo em dez minutos.

Antes de começar a próxima Mesa, vamos passar um vídeo da Casa Santo André. Veja se pode reduzir um pouco, colocar as principais partes, para ganharmos tempo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para esclarecer, a Casa Santo André faria parte da Mesa, mas seus representantes optaram por apresentar o vídeo, e acho que falou muito mais até do que o que eles poderiam dizer aqui.

Muito obrigada.

Vamos agora compor a segunda Mesa. Vocês sentam por aqui. A primeira Mesa já vai desocupando as cadeiras para ceder o lugar à segunda Mesa. Qualquer coisa, eu coloco a cadeira na lateral; e eu ficarei aqui.

Passo, então, a chamar os nomes da segundo Mesa, pedindo-lhes que tentem falar em dez minutos a fim de que todos possam falar e que não se interrompa quando o plenário abrir:

Samuel Rodrigues, Coordenador do Movimento Nacional para População em Situação de Rua, do Estado de Minas Gerais. Está aqui;

Luana Ferreira Lima, Advogada, com atuação na promoção da defesa e dos direitos da população em situação de rua;

Marco Antônio da Silva Souza, representante da Coordenação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Só para informar, fui voluntária no Movimento de Meninas e Meninos de Rua durante um tempo, nos anos 90;

E Rogério Barba, que é representante da revista *Traços*.

Antes de iniciarmos, peço que coloquem a marca de dez minutos, com uma tolerância de mais um minuto.

As campainhas do Senado são assim mesmo, estridentes, e nos dão um susto. Nós nunca conseguimos mudá-las. Ela avisa que falta um minuto.

Vamos ouvir, então, o Samuel, do Movimento da População em Situação de Rua, do Estado de Minas Gerais.

Samuel.

O SR. SAMUEL RODRIGUES – Só um minuto, porque o meu movimento está me pedindo que eu vista a camisa aqui. (*Palmas.*)

O SR. SAMUEL RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – Não tem uma vermelhinha, não?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pessoal do apoio, marque os dez minutos, por favor.

O SR. SAMUEL RODRIGUES – Tem que ser esta azul mesmo? Mas vamos lá.

Bom dia a todos e a todas! Vou tentar usar bem os meus dez minutos, dispensando as formalidades.

Cumprimento muito carinhosamente a Senadora Regina Sousa; cumprimento os meus companheiros de Mesa, aqui, só monstros consagrados na discussão da política social para a população que vive em situação de rua.

Ouvi atentamente a primeira Mesa, ouvi os companheiros que por aqui passaram falarem bastante do fator político, das demandas. O Carlos traçou um pouco o histórico da construção dessa política. Está virando mestre no assunto. Parabéns! Buscou a recuperação dessa construção feita. O Anderson e o Alderon retrataram muito bem nas suas colocações o início dos estudos, as ações envolvidas no Estado de São Paulo e em outros locais. Eu queria sair desse cenário, para falar um pouco do sujeito da rua, da pessoa em situação de rua, porque acho que essa composição agora está bem farta, para entrarmos nesse hemisfério político, nas demandas apresentadas.

A nossa primeira fala nesta segunda Mesa foi representada no vídeo da Casa Santo André, que, talvez, mostre bem a realidade do descontrole ou da diferença que a gente vai percebendo entre uma política pública estatal e uma política pública privada. Pensar na Casa Santo André é pensar numa política pública privada. O que a gente consegue identificar nesse vídeo? Fico muito tranquilo para falar da Casa Santo André,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pois conheço a Casa Santo André antes de ela abrir as portas, quando havia uma árvore lá no meio. Tenho um carinho muito grande pelo Prof. Ribamar, independentemente do trabalho que ele faz com a população de rua. A gente percebe que a Casa Santo André apresenta na fala das pessoas a questão da saúde, a questão do encaminhamento para o trabalho, mas a gente percebe, Senadora, o Estado ainda muito fatiado. É um Estado que ainda trata muito por caixinha: assistência é aqui, saúde é acolá. Não há recurso para a população de rua. E sobre habitação não se conversa, porque casa, neste País, é tratada como mercadoria e não como política, como deveria ser tratada.

Mas, voltando, para tentar focar no que eu queria dizer para vocês, falo um pouco sobre quem está em situação de rua, sobre a evolução desse indivíduo. A Senadora abriu a reunião falando das variantes com que a gente chamou e chama esse público, como andarilhos, trincheiros, peregrinos, maloqueiros e como tantos outros que a gente conhece por aí. Mas, neste momento, acho fundamental falar desse sujeito, porque esse sujeito está na ponta do desmonte. Quando você fala do desmonte hoje, quem está na ponta não só é a população de rua. Estou numa audiência para falar sobre a população de rua. Mas também esse público mais pobre, esse público vulnerável e fragilizado é que está na ponta do desmonte. Então, quando você fecha um Centro POP, perde quem está na rua; quando você fecha um programa de qualificação profissional, perde quem está na rua; quando você fecha uma cozinha comunitária, perde quem está na rua; quando você fecha um processo educativo, perde quem está na rua.

Entende pouco de política a população que está na rua. O sujeito que está na rua entende muito pouco de política. Muitos não sabiam nem quem era Michel Temer. Isso se dá por causa da busca do sujeito, no seu dia a dia, pelo seu sustento. Quem está na rua está procurando viver, sobreviver mais um dia, comer, vestir-se, relacionar-se.

Então, esse sujeito, esse indivíduo que está lá e que já foi taxado... Há pouco tempo, fizeram uma foto de um dependente químico, de um dependente de *crack*, nas campanhas de enfrentamento ao *crack*.

Fizeram uma foto de um sujeito que parecia uma foto de um filme de zumbi dos anos 60, para retratar esse sujeito no cenário do *crack*.

Então, esse sujeito que está exposto a tudo isso e que está na rua perguntando-se "e, agora, o que é que faço?" é o grande perdedor desse processo, Senadora. Não gosto da palavra vítima, mas vou ter de usá-la. Ele é a grande vítima desse processo de desmonte que a gente encontra.

Vou recorrer à fala de alguém da primeira Mesa. Estou dizendo que estava bom? Não, não estou dizendo que estava bom, mas havia diálogo, tanto que há aí uma proposta de um projeto de lei. Havia uma negociação com o Governo Federal, com alguns Governos de Estados e com Governos municipais. E esse sujeito era convidado a falar. Eu me lembro da Secretaria de Direitos Humanos, por dois anos seguidos, participando do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, na cidade de Belo Horizonte. A gente conseguiu colocar lá o Governo municipal, o Governo do Estado e o Governo Federal para ouvirem a população de rua. Não foram lá para falar para a população de rua, mas para ouvir a população de rua.

Então, esse flagelo que se instaurou neste momento – mas o flagelo de vida desse sujeito, que já é tão derrotado pelo sistema de mercado que aí está posto – tende a aumentar, tende a se ampliar nesta crise tão imensa.

Olhar para esse caboclo hoje – gosto de chamá-lo assim –, olhar para esse cidadão e para essa cidadã que estão na rua hoje, buscar uma perspectiva política para eles para daqui a um ou dois anos – o plano, se não me falha a memória, fala em seis anos –, hoje, talvez, seja, uma tarefa fundamental nossa.

Acho que este País tinha de tomar vergonha na cara, para a gente parar com medidas de austeridade que pesam nas costas de quem nada tem! Cortar no social é cortar no prato de comida, doutor. Cortar no social é tirar a coberta do sujeito. Aqui não dá para cortar! Em tempos de crise, qualquer nação deveria ampliar seus investimentos no social! Em tempos de crise, qualquer conselho de política social deveria ser reforçado e ampliado, sem negar a eles os seus direitos!

Acho que a gente que vive este momento devia voltar àquela época... O Marquinho deve se lembrar do filme Quanto Vale Ou é Por Quilo?. Que realidade é esta que a gente enfrenta em que, na hora de se cortar, corta-se de nós, Marquinho, na nossa coberta, na nossa comida, na nossa esperança de sermos contemplados com uma casa? Nós ficamos tão felizes quando, entre 50 mil companheiros, dois têm o nome sorteado no Minha Casa, Minha Vida. Você não tem noção! A gente faz uma festa para o sujeito: "Que bacana, companheiro! Tu estás indo para a tua casa!" A gente fica tão feliz quando a gente passa um projeto social lá na Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária). Passamos sete projetos neste País e dissemos: "Os educadores sociais desses projetos serão contratados entre os que estão em situação de rua." Foi uma festa em Curitiba, em Belo Horizonte, em São Paulo, no DF. As meninas do projeto estão aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, depois, a gente vê o corte, a medida de austeridade cortando isso: "Olha, gente, lamento informar para vocês que não há mais SDH, ouviu? Mas a gente vai arrumar um jeito de tocar esse negócio! Lamento informar a vocês que não há mais Senaes também. A Secretaria que discutia a inclusão de vocês na economia solidária não existe mais, não, mas a gente vai dar um jeito. Fiquem tranquilos!" É isso que a gente escuta!

É isto que a gente ouve: «Lamento informar que um dos equipamentos municipais fecham a porta.» «Não estão vindo mais recursos do Governo Federal, e nós vamos fechar o Centro POP».

O sujeito não tem noção do que significa o Centro POP na vida de uma morador de rua. Depois de você andar o dia ou a noite toda e parar para tomar um café ou lavar suas tralhas, naquele lugar, a pessoa não tem noção. A pessoa quando fecha um equipamento desses, ele não tem noção do que é aquilo, do que é aquilo para mim. Aquilo é minha vida, como o é minha mochila. Aí você reforça as forças policias, que é o homem que toma a minha mochila.

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL RODRIGUES – Eu fiquei ouvindo da Casa Santo André: seria tão bom se a política pública tivesse um carro à disposição – a política pública financiada com recurso público! Ela não tem, não! Ela tem muito mal um vale-transporte, quando tem – quando tinha, não é, gente? Não tem mais nada, não.

Na verdade, eu conversei com a Luana. Eu disse: "Luana, eu preciso falar um pouco do povo, eu preciso falar um pouco de nós." Nós precisamos muito falar de política, construir política, mas é preciso falar para quem nós estamos falando na construção de política; para quem nós estamos discutindo o plano, a minuta do plano que o José Ivan trouxe para nós. É claro que nós queremos mexer muito nela. É claro! Na hora que eu li, eu pensei: sobre isso, cabe uma reunião.

Senadora, para finalizar, para não atrapalhar a fala dos demais e de repente a intervenção de alguém que está neste plenário, para fazer controle social disto aqui, para acompanhar esta discussão – se estivesse com um Senador da linha dos direitos humanos, já precisava; estando com Senadores que têm outra visão, com uma Senadora que tenha outra visão, talvez precise mais ainda –, precisamos assegurar recursos públicos para que a sociedade civil possa acompanhar esses processos. Não dá para, na hora, nós mobilizarmos um grupinho aqui em Brasília e vir para cá. A sociedade civil precisa continuar pleiteando isso, e estou fazendo isso. Precisamos continuar assegurando a nossa participação na formulação, na elaboração e no controle social das políticas voltadas para esse segmento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Samuel.

Vou passar a palavra para Luana Ferreira Lima, Advogada, com atuação na promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua.

A SRª LUANA FERREIRA LIMA – Obrigada.

Bom dia a todas e a todos.

Agradeço especialmente à Mesa.

Cumprimento o Samuel – estávamos aqui discutindo –; a Senadora Regina Sousa; o Senador Paulo Paim, por tratar dessa temática. Numa conjuntura tão difícil, teve a coragem de trazer um tema tão complexo, que é o tema da população em situação de rua, que sofre uma omissão histórica do Estado, da sociedade também com relação à discussão desse tema.

Eu digo da discussão dentro de uma outra perspectiva, porque nós falamos da discussão em termos assistencialistas, que temos há muito tempo, mas, dentro de uma perspectiva, por exemplo, do direito, do empoderamento, temos espaço há pouco tempo.

Eu queria também cumprimentar, em especial, as pessoas que representam a população em situação de rua. Também quero saber se existe alguma mulher em situação de rua aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUANA FERREIRA LIMA – Estão na outra sala. Que bom!

Nós sabemos que a população em situação de rua é composta, em sua maioria, por homens, mas temos também mulheres. E se formos analisar quem sofre maior violência na rua, no âmbito da proporcionalidade, é a mulher que está em situação de rua, vítima principalmente da violência sexual.

Então, meu cumprimento especial a essas mulheres, guerreiras, que se tornam mães nas ruas, que têm seus filhos retirados nas ruas.

Começo também falando um pouco sobre esse histórico. Acho que o Carlos colocou muito bem, outras pessoas, o Anderson. Esta não é uma luta recente, esta não é uma discussão nova, a questão de uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nacional para a população em situação de rua. Em 2011, nós tivemos o Decreto nº 7.053, de 2009, que trouxe, inclusive, um centro de defesa para a população em situação de rua. Existe o Ciamp, que graças a Deus está aí.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUANA FERREIRA LIMA – Mas ficamos felizes porque ainda temos sobreviventes que estão discutindo essa política.

Nós tivemos, Senadora, a alegria de ter um projeto, uma proposta do Senador Paulo Paim, de pegarmos essa lei e de discutir um substitutivo. Em 2014, várias pessoas começaram a discutir: pessoas do movimento; advogados populares, dos quais eu faço parte; a Pastoral Nacional do Povo da Rua; o Ministério Público; o Conselho Nacional da Ministério Público também tem discutido muito essa temática. Portanto, não é algo novo.

Se há uma coisa da qual nós nos orgulhamos é que não foi algo construído de cima para baixo. Esses movimentos têm feito sua luta, têm construído o Direito na rua. Não queremos mais esse Direito que está aí, que não é efetivado. Para a população em situação de rua e para quem está na rua, nós temos feito a tentativa de trazê-los para outros espaços, para dentro do sistema de Justiça, para discutir qual é a lei, qual é a norma. Essa é uma aplicabilidade válida para quem está em situação de rua ou não? Estamos discutindo com Defensorias Públicas, com o Ministério Público, com o Conselho Nacional do Ministério Público, com Tribunais de Justiça. Por exemplo, em Minas Gerais, nós tivemos uma normativa falando da questão da prioridade dos processos para quem está em situação de rua. Nós tivemos uma conquista. Agora, efetividade é um outro passo.

Nós temos a política nacional, que é um decreto, Senadora; nós temos esse substitutivo que, com certeza, como o Carlos colocou aqui, tem que passar, sim, pelo Ciamp, por essa aprovação, porque está lá.

Mas já adianto que foi algo construído com o movimento, com a sociedade civil organizada e com diversas pessoas que estão, há muito tempo, trabalhando essa temática.

Dentro dessa política – e vocês vão ver, dentro do substitutivo também –, nós temos a constituição do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, que, na verdade, foi implementado em abril de 2011. Então, vejam bem: nós temos um centro de defesa de direitos humanos da população em situação de rua e também catadores de materiais recicláveis. A população em situação de rua está ligada fortemente com os catadores de materiais recicláveis.

Aí começou-se um trabalho diferente, como foi falado aqui. Nós não tínhamos tantas pesquisas normativas, pouquíssimas, sobre a população em situação de rua; estudos também pouquíssimos.

Então, dentro do Centro, nós começamos a trabalhar eminentemente a perspectiva de direito: como essa população vai se inserir, como nós vamos colocar as discussões, as necessidades, a questão do direito dentro do sistema de Justiça. Nós começamos a fazer esse trabalho. E aí também a coleta de informações sobre a violência. É assustador o que nós conseguimos receber de informações. Recebíamos informações por meio do Disque 100 e por parcerias, por exemplo, com o Ministério Público e com a Polícia Civil de alguns locais.

Vejam, nós temos um registro de quatro anos de atuação do Centro de Defesa. Infelizmente não conseguimos dar continuidade a um Centro de Defesa Nacional, com atuação nacional, depois de dezembro de 2014, mas conseguimos registrar 2.743 casos de violência contra pessoas em situação de rua, que foram registrados em 536 Municípios brasileiros. Desses casos, 957 homicídios, sabendo que vários casos são sub-notificados sobre a população em situação de rua, porque, na hora do registro, do REDS, do boletim de ocorrência, nem sempre consta que são pessoas em situação de rua. Como foi bem falado aqui pelo Anderson – e eu ia citar também o líder indígena Galdino, que morreu –, as pessoas que atearam fogo nele falaram: "Nós pensávamos que era um mendigo." Então, essa continua sendo a realidade da população em situação de rua. Continuamos perpetuando algo que aconteceu lá nos anos 90, porque os casos que nós recebíamos, gente, não eram de qualquer tipo de violência. Pessoas que realmente morriam queimadas, apedrejadas e também por armas de fogo. Nós vivenciamos e vemos uma situação que não pode continuar no Brasil. A população em situação de rua está morrendo nas ruas, vítima da violência, vítima da fome, da falta de assistência à saúde. Então, no que nós temos de conquista, não podemos retroceder; ainda que sejam tão incipientes, não podemos retroceder.

Aí, cabe ao Estado – e a gente coloca aqui – o enfrentamento dessa questão social e da promoção de políticas e de cidadania. Se pegarmos o substitutivo e analisarmos quais são os objetivos, está algo assim... Nós sabemos de toda a dificuldade, mas, dentro de uma perspectiva da construção de um projeto de lei, ele coloca aqui a questão desse enfrentamento das políticas e a questão da cidadania, entre eles: assegurar à população em situação de rua o direito ao acesso à Justiça, uma mudança de perspectiva.

Nós temos trabalhado, Senador... Existe uma atuação muito forte da Pastoral Nacional do Povo da Rua, tamente com o Conselho Nacional do Ministério Público. Para vocês terem uma ideia, na época dos grandes ntos – tivemos Copa, Copa das Confederações – nós conseguimos ter procuradores e promotores de Justi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ça construindo instrumentos para a proteção da população. Então, isso é algo que tem avançado. Defensorias públicas que, nos seus núcleos de direitos humanos, têm acolhido a população em situação de rua...

(Soa a campainha.)

A SRª LUANA FERREIRA LIMA – ... e a sua temática. Isso ainda é muito pouco, quando nós falamos de tudo que está aqui na política. Isso ainda é muito pouco.

Mas nós começamos a quebrar alguns paradigmas, nós começamos a entrar num campo em que a população em situação de rua nunca foi reconhecida. Como nós estamos aqui hoje discutindo, dentro de outra perspectiva.

Então, existe muito forte, no nosso País, a questão da discriminação social, que tem de ser vencida, e a questão de direitos humanos. Quando nós falamos em direitos humanos e ainda falamos de população em situação de rua, gente, acabou. As portas se fecham, as pessoas se fecham. Mas o movimento, essa luta que existe há mais de uma década não vai parar. Mesmo com esse contexto tão difícil no nosso País, de segregação de vários grupos e populações, nós não vamos desistir.

Nós agradecemos por poder discutir aqui hoje, no Senado, uma política nacional para o nosso País. Com certeza, vai passar pelo Ciamp, vai passar pelos outros grupos que ajudaram na formulação.

Agradeço. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Luana.

Vou passar a palavra ao Marco Antônio da Silva Souza, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRª LUANA FERREIRA LIMA – Antes, Senadora, eu queria passar à senhora o nosso relatório de atividades, do Centro de Defesa, e também o nosso relatório de violações contra a população em situação de rua, que acredito possam contribuir também para a construção.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUANA FERREIRA LIMA – Exatamente, os dados que citei sobre os homicídios, sobre a violência institucional, que também é muito forte, estão nesse relatório do Centro de Defesa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Marco Antônio com a palavra.

O SR. MARCO ANTÔNIO DA SILVA SOUZA – Bom dia a todas e a todos, bom dia à Mesa, bom dia à Senadora Regina Sousa.

Quero agradecer a oportunidade de poder trazer algumas humildes palavras aqui, do ponto de vista da nossa organização, do ponto de vista do espaço que ocupamos no Conanda.

Trago um abraço fraterno dos meninos e meninas de rua, que também estão nas praças, nas feiras, embaixo dos viadutos, estão com suas famílias nas ruas, estão no trabalho infantil, estão na exploração sexual. Trago um abraço deles para este momento, porque a contradição se coloca no nosso País, onde entendemos que há dois projetos de sociedade colocados: um que quer um Estado forte, presente nas políticas, presente na economia, presente na vida das pessoas; outro que quer um Estado mínimo, ligado ao capital, aos interesses do mercado e não ao interesse do ser humano. Essa é a grande disputa na sociedade. Nós acreditamos nas políticas públicas, no Estado forte, que valoriza seu povo, sua cultura, toda a diversidade cultural, as forças sociais da nossa sociedade.

Então, é com essa iniciação que nós pensamos... Quanto ao tema das crianças de rua, eu queria trazer alguns aspectos importantes e dialogar um pouco sobre a proposta da política que está no PL, que entendemos importante.

O primeiro é que não podemos esquecer, nos anos 80, o papel de luta pela democracia que os meninos e as meninas de rua tiveram.

Eles estiveram nas principais caminhadas em defesa da democracia, contra aquele período que ainda era de Estado totalitário. Também não devemos esquecer a importância da luta dos meninos e meninas de rua na mobilização pela Constituição Federal, em várias partes, em todo o País. É um marco importante em 1989 na luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes a presença de meninos e meninas de rua aqui, no Congresso Nacional, em Brasília, entrando onde estavam os Deputados e dizendo que tinha que haver o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por que estou dizendo? Porque os meninos e meninas de rua estiveram na agenda política nesse período, deixando, inclusive, sua agenda específica para lutar por democracia, deixando sua agenda específica para fortalecer a sociedade civil brasileira na luta por um Estado democrático de direito. Os meninos e meninas saíram da agenda política, mas não saíram das ruas e estão invisíveis. Eu acho que esse é um ponto importante na discussão de um projeto que trata de população em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E nós entendemos, junto com os nossos parceiros, que população em situação de rua são crianças, adolescentes e adultos. Então, para nós, é extremamente importante, neste momento, poder nos fortalecer. E entendemos que um local privilegiado, um local estratégico de se fazer neste momento, em função do desmonte que começa a dar os seus sinais, é fortalecer a democracia participativa, é fortalecer os espaços de controle social. Então, não podemos esvaziar... Aliás, é o contrário: temos que fortalecer os espaços onde se sentam sociedade civil e Governo no diálogo de construção de políticas públicas, com olhar crítico. Nós estamos lá, porque nós somos escolhidos, porque nós somos eleitos pelos nossos segmentos. Então, este é um espaço que nós entendemos que nós temos que lutar por ele, ali deve ser o local em que se discute essa política, e esse local tem que ter a capacidade de fazer esse diálogo com o Parlamento, que é Casa do Povo, a Casa das Leis. Eu acho, então, que isso para nós é importante.

Eu traria como contribuição, Senadoras e demais, que nós temos um GT no Conanda que está discutindo, já há dois anos, tendo feito uma escuta no Brasil inteiro, sobre a questão de um subsídio para a política para a criança e adolescente em situação de rua. Então, eu acho que aí nós temos um diálogo para fazer, porque não dá... Por exemplo, internacionalmente, nos últimos sete anos, três audiências da ONU do Alto Comissariado de Direitos Humanos trataram do tema de criança de rua, e a pergunta que fez para o Estado brasileiro era: "Como estão os meninos de rua no Brasil?" E a resposta só de Bolsa Família, ProUni, ação nas comunidades já não dá conta de resolver, porque os meninos ainda continuam nas ruas. Então, nos mostrou que tem uma dificuldade no avanço de colocar... No enfrentamento ao trabalho infantil, atendeu muitos, mas uma parcela significativa dos que não saem do trabalho infantil são os meninos que estão em situação de rua e trabalham.

Somos contrários às medidas provisórias de internação compulsória. Qualquer lei que visa tirar direito dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores, nós, por princípios, devemos combater, porque, se a lei é injusta, nós não devemos defendê-la, devemos combatê-la.

Eu pediria, pela importância do Conanda, que ele pudesse participar neste momento, através do seu GT, e pudesse trazer todo esse subsídio que foi construído que trata da população de crianças e adolescentes em situação de rua.

Nós entendemos que estamos na mesma fita. Quando a polícia chega – se é guarda ou se é polícia – e estamos na rua, a borrachada é igual para todo mundo. Quando nós estamos com as crianças ou os meninos vão chegar ao albergue, é muito difícil quando ele tem um parceiro da rua e um tem que ir para um albergue e um tem que ir para outro. É muito difícil quando chega a mãe com a criança que está na rua também e, muitas vezes, a mãe tem que ir para um albergue, o marido para outro e a criança para outro. Aí o bagulho fica mais louco, porque quando vai tirar o moleque aí falam: "Agora você tem que ir para a Justiça." O cara só é conhecido lamentavelmente...

Vimos o caso das duas crianças de São Paulo em que um deles foi assassinado e está sendo acompanhado. Quero trazer aqui a nossa saudação ao Condepe. Nós também somos conselheiros no Conselho Estadual e isso está sendo acompanhado. Cada vez mais, a reviravolta vai dizendo que não é bem aquilo que as primeiras imagens apontaram. Lógico que está em investigação ainda, mas o que há por trás disso? Esses meninos são filhos de encarcerados, mano. Quem está discutindo o impacto da política pública de encarceramento e de guerra a drogas que tem como efeito crianças nas ruas? Nós não estamos discutindo isso. É pensado pela macro, mas o impacto na vida dessas crianças... Aí foram ver e o pai dele está lá no sistema e a mãe tinha saído do sistema. Esse menino foi para dentro de um acolhimento institucional, e quem é dessas caminhadas sabe que ele foi e, quando saiu, arrastou mais um moleque, que é o outro menino que estava junto com ele.

Nós queremos fazer esse enfrentamento. Achamos que temos que dialogar, fortalecer. Estamos na mesma trincheira há muitos anos. Nós entendemos que essa política deve contemplar as crianças e os adolescentes em situação de rua. Por exemplo, o maior dado que a ONU perguntou para o País, para o Brasil, foi quantos são os meninos de rua no Brasil. E a maior resposta do Estado brasileiro: ele não tem dados. Nós temos dados hoje, por exemplo, dos adultos de rua, mas das crianças de rua nós não temos. Ainda foi feito um levantamento, mas das crianças de rua nós não temos. Então, isso mostra a invisibilidade que está dada para esse segmento.

Cumprindo o tempo, nós achamos que estamos tratando de populações invisíveis, visíveis diante do olhar da inclusão nas políticas públicas, de sair da marginalidade do sistema, mas, para algumas políticas públicas, são extremamente eficientes. Então, nós percebemos, por exemplo, ação de higienização, internação compulsória, alguns com laudos médicos, mas extremamente frágeis. Quando nós vemos por trás o que está colocado, é a limpeza e a higienização das ruas. E nisso não se inclui só crianças, isso inclui toda a população de rua.

De madrugada, o pessoal dormindo nas praças, dormindo nos mocós...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. MARCO ANTÔNIO DA SILVA SOUZA – ... as pessoas chegam com carro-pipa e, no desbaratino de que estão limpando a praça, ficam metendo água na gente, sujando a roupa do pessoal, molhando todo mundo, colocando para correr. Então, muitas vezes, o que sobra para nós é a violência do Estado, é a violência da sociedade. E aí nós temos que ficar quietos. Quando você está no quadradinho, tudo bem. Quando você começa a se manifestar e querer sair de forma organizada para dizer dos seus direitos, você começa a criar problemas.

Então, é isso. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Marco Antônio.

Agora o Rogério Barba – chamei Borba naquela hora? Acho que eu chamei foi Borba naquela hora –, representante da revista *Traços*, por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO BARBA – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora, Samuel.

Está ligado aqui? Alô.

Bom dia a todos que estão aqui presentes. Eu queria agradecer a oportunidade de mostrar o projeto da revista *Traços*, feita aqui em Brasília com os moradores de rua. Queria agradecer a presença do Samuel, um guerreiro, que admiro muito, está sempre aí na luta; Senador, Senadora, muito obrigado.

Antes de passar um filme, eu queria agradecer a algumas pessoas: Drª Aline, da OAB, que tem nos apoiado muito nesse trabalho, e à Danielle, do Pop da Rua, que é uma parceira da revista *Traços*. Através da parceria do POP Rua, a revista *Traços* já chegou a Taguatinga e já é uma realidade lá. Já estamos trabalhando com 20 moradores de rua. Há uma semana o meu irmão Barba estava vendendo as revistas e já saiu das ruas.

Vamos ver um pequeno filme e já, já vamos falar do nosso trabalho.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. ROGÉRIO BARBA – Esse é o projeto da revista *Traços*, aqui em Brasília.

Eu morei na rua durante 20 anos. Sou de São Paulo. Fui abandonado assim que minha mãe me teve e vim parar em Brasília. Não conheço parente nenhum. Fui morar na rua e conheci um projeto chamado Cristolândia, onde me tratei, e através de lá eu conheci a revista *Traços*. Na realidade, são 50 moradores de rua vendendo essa revista, mas 120 pessoas já passaram pela revista. Há um cadastro em que acompanhamos. Esse trabalho é interessante.

Eu tenho o costume de falar para as pessoas que nós vimos a briga que houve aí, Senadora, para acabar com o Ministério da Cultura. Isso é cultura. Eu tenho falado para todos que cultura, aqui em Brasília, tem sido diferente, uma cultura que dá dignidade às pessoas, respeito ao cidadão, tira as pessoas da rua. É um trabalho, hoje, com 30 porta-vozes. Nós não chamamos mais moradores de rua, mas, sim, de porta-vozes da cultura. Trinta deles já saíram da rua através do trabalho da revista. Conseguimos tirar essas pessoas da rua.

Hoje eu tenho a minha casa. Não é mil maravilhas não. Nós pagamos o nosso aluguel. Não é assim o projeto ideal. O certo é cada um... Nós estamos brigando agora pelas moradias, mas é mais um projeto que vem para somar com a população de rua. Fizemos uma parceria com a Danielle, com o pessoal do Pop de Rua em Taguatinga. Ali o trabalho começou durante uma semana, um senhor já saiu das ruas através da venda das revistas, falando sobre a cultura de Brasília. Vemos que é um projeto que vem para crescer junto com a cultura.

O que temos visto aí nas ruas é uma coisa... Para a gente que morou na rua, eu que comi do lixo, que bebi álcool do posto, convivo com eles na rua, hoje eu tenho uma liderança com eles porque eu saí do caminho. Então, eles me veem com outros olhos.

O que me entristece hoje é ver a situação de rua, é saber que aqui em Brasília nós temos uma polícia que vem espancando os moradores de rua. Eu tenho exemplos. No Setor Comercial Sul, eu não concordo com isso. O nosso Governador fala que está revitalizando o Setor Comercial Sul. Legal! Eu acho bonita essa revitalização. Só que, por trás disso, as polícias espancam os moradores de rua para que eles saiam daquele lugar. Isso a imprensa não mostra, isso a imprensa não põe na mídia. E eles trazem para nós, e quando a gente quer expor essas coisas, fica muito difícil porque eles sabem o perigo que eles correm. Eles sabem o que eles passam na pele se falarem alguma coisa.

Quer dizer, é uma política que a *Traços* está tentando trabalhar. Não é fácil lidar com essa política de espancamento de morador de rua. A polícia não quer saber. De madrugada, ninguém vê. Quantas vezes eu não fui espancado? Hoje eu não tenho medo porque hoje eu não sou um morador de rua. Hoje, graças a Deus, eu tenho uma voz, eu tenho uma liderança sobre eles. Eu não tenho medo do que pode acontecer comigo, porque se acontecer alguma coisa comigo, hoje, amanhã ou depois, é para o bem deles mesmo, entendeu?

Mas é uma coisa pelo que a gente vem lutando. Eu não concordo a gente vir aí... Eu estava brigando, lutando com a mídia, que coloca na televisão que morador de rua estava invadindo um prédio. Isso é mentira, [illegible]nte! Morador de rua não faz isso. Onde é que morador de rua enfrenta a polícia? Quer dizer, eram movimen- e movimentos usando moradores de rua, uns coitados que estavam ali sendo usados por certas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de certos movimentos. Quer dizer, prometendo coisas para as pessoas que não tinham nada a ver, e no final a imprensa joga em cima dos moradores de rua. Os moradores de rua não são aquela boniteza.

Eu também eu acho que, com alguns projetos que a gente vem desenvolvendo através da revista *Traços*, a gente vem conseguindo resgatar essa dignidade. Quando a gente fala em morador de rua, quando a gente passa na rua e vê um morador de rua, a gente às vezes despreza aquela pessoa, mas não sabe que atrás daquela pessoa existe uma história. A revista *Traços*, hoje, vem contando essas histórias dessas pessoas, assim como contou a minha. A revista *Traços* nº 5 vem contando a história de uma menina que morou durante 30 anos na rua. Agora, por que ela morou na rua? Alguém sabe por que essa mulher está na rua?

> A vida de Maria nas ruas começou quando ela era criança, aos quatro anos, ou pior, a vida de Maria nas ruas começou ainda dentro da casa, um ano antes de ir para a rua. "Meu pai me estuprava quando eu tinha três anos e a minha mãe preferiu ficar do lado dele."

Então, existe uma história para essa pessoa ir para a rua. E para você tirar essa pessoa da rua, existe um trabalho que a *Traços* hoje está desenvolvendo junto com psicólogos, com assistentes sociais, quando essa pessoa sai da rua, que é tentar orientar essa pessoa. Porque é uma família que está lá, quatro filhos, hoje já saiu da rua, está na sua casa, pagando o seu aluguel.

Costumo falar que a *Traços* não é a porta da esperança, mas a *Traços* tem nos ajudado, Senador e Senadora, a brigar pelos nossos direitos. Hoje, a gente tem aprendido ali dentro da *Traços* a discutir política. Hoje a gente já conseguiu se reunir e conseguiu 30 auxílios aluguel do Governo. Por quê? Por causa das nossas lutas. Nós nos organizamos. Nós estamos, com a sociedade, brigando por aquilo que é direito nosso. Então a revista *Traços* vem, através da cultura...

Quando a gente fala em fechar um Ministério da Cultura, a gente fala em acabar com certos tipos de projetos que existem. As pessoas não veem isso, a pessoas só veem o outro lado. As pessoas deveriam conhecer a cultura, porque a cultura, em Brasília, tem sido diferenciada.

Nós chegamos a Taguatinga, estamos indo a Belo Horizonte, vamos chegar lá com a revista *Traços*. Não vamos resolver. A revista *Traços* não vai mudar o mundo, mas vai mudar algumas histórias tristes, que vão se transformar em histórias felizes.

Eu agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Rogério.

E assim finalizamos esta Mesa.

Há pessoas do plenário inscritas. Abrimos cinco inscrições, por causa da hora. Havia outros convidados, não sei eles se apresentaram. Se estiverem presentes – vou dizer os nomes –, eles falam nesta rodada, de onde estão mesmo, por cinco minutos, porque vamos abrir para a plenária. Há inclusive um médico que foi até indicado pelo Pe. Lancelotti e ele não se apresentou: David, do Médicos sem Fronteira. Ele está aqui? (*Pausa.*)

Não está presente.

O Padre Júlio Lancelotti havia indicado o seu nome para vir.

Leonildo José Monteiro Filho. (*Pausa.*)

Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, do Movimento da Bahia. (*Pausa.*)

Josefa Laurinda da Silva, do Fórum. (*Pausa.*)

Esses também haviam sido convidados para vir.

Então, vamos passar para a intervenção da plenária.

Não sei se o Senador Paim quer dizer alguma coisa, ou vai ouvir. Vamos deixar que eles falem e, no final, fechamos.

Vamos começar com a Vereadora Cida, por cinco minutos.

A SRª CIDA SANTIAGO – Obrigada, Senadora.

Gostaria de cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim, presente nesta Comissão; cumprimentar todas as mulheres, em nome da Senadora Regina Sousa, que é um orgulho do nosso Estado, uma mulher de luta que tem, realmente, contribuído muito com o nosso Estado, com o País, através de seus projetos e de suas defesas nesta Casa.

Agradeço também ao Pe. João Paulo. Estou aqui para acompanhá-lo nesta audiência, dizer que Teresina, hoje, tem um olhar focado na pessoa que está na situação de rua através do Pe. João Paulo. E nós acompanhamos, como Parlamentar daquele Município, com essa contribuição.

Primeiro, gostaria também de lamentar que, há dez anos, o nosso Senador Paulo Paim apresenta um projeto de lei em benefício à pessoa em situação de rua. E, infelizmente, até hoje, nós temos de discutir algo que, há dez anos, já deveria ter tido um avanço muito grande nos dias de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quando o Frei Olavio Dotto falou, colocou que algumas pessoas tiveram inviabilizada a sua entrada nesta Casa por conta de não terem documentação. Se não têm documentação, não são sujeito de fato. Acredito que se esse projeto de lei, há dez anos, já tivesse sido aprovado, a situação hoje seria completamente diferente.

Quero dizer que nós trabalhamos em Teresina, na nossa capital, com comunidade terapêutica. A nossa comunidade terapêutica tem uma parceria muito grande com a Pastoral de Rua, porque a maioria dos nossos residentes advêm da Pastoral de Rua, é uma parceria que nós temos. E nós, Senadora, vemos uma diferença muito grande entre aqueles que adentram as comunidades terapêuticas que provêm da situação de rua.

Ouvi um testemunho de um dos nossos residentes que veio da rua. Ele colocava que agradecia a acolhida na comunidade, porque, naquele dia, que estava chuvoso, quando ele estava dando o testemunho, naquele momento, ele refletia muito sobre sua vida na rua. Ele disse que, em um dia chuvoso também, procurava alguma coisa para se proteger, para se cobrir e a única coisa que ele encontrou foi um papelão todo cheio de fezes. Foi esse papelão que deu abrigo a ele. E naquele momento ele estava tendo o abrigo de uma casa terapêutica, estava tendo uma família e agradecia muito aquela acolhida.

A diferença é muito grande. Nós temos também outros residentes que não provêm da rua, que têm sua mãe, têm seu pai, têm sua família e têm esse abrigo, têm um teto. Quando eles saem daquela situação, têm para onde ir, diferentemente da população de rua. Eles valorizam muito mais essa acolhida na comunidade terapêutica justamente por conta dessa fase que vivem, em que eles têm a oportunidade de dizer: "Agora eu tenho uma família, agora eu tenho com quem contar." Então, fica muito mais difícil retornar para a rua, justamente porque encontraram ali uma acolhida que nunca mais haviam tido a oportunidade de ter.

Então, eu gostaria de deixar aqui o meu abraço, de parabenizar a Senadora Regina Sousa por esta proposição e de dizer que nós estaremos levando também essa audiência pública para a Câmara Municipal de Teresina. E V. Exª já está convidada para fazer parte.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Cida. (*Palmas.*)

Vamos ouvir a Mairla Feitosa. Cadê Mairla?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vou passar para outro, quando ela voltar... Iara dos Anjos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Passa?

Então, vamos ouvir o Júnior Lopes.

O SR. RAFAEL MACHADO (*Fora do microfone*.) – A senhora bota o meu nome aí.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Tínhamos aberto para cinco, a assessoria andou, mas como alguém foi embora, vou botar o senhor. O Rafael, não é?

O SR. JÚNIOR LOPES – Bom dia para todos da Mesa, quero agradecer, esta audiência pública é muito representativa para a gente que é da rua, para a gente que teve essa trajetória. Morei vários anos na rua, seis anos da minha vida, passei na rua e, hoje, posso ver que a melhoria foi, vamos dizer, significativa de um tempo, mas, aí, de repente, a gente começa a ver a estagnação da política, o seu cenário, tudo o que está acontecendo, e vemos que os projetos estão sendo embarreirados, alguns estão até acabando, e venho trazer aqui a necessidade do morador de rua.

Vemos aí, tenho trabalhado na ponta, através de um projeto chamado Pop de Rua, que traz renda para as pessoas em situação de rua, estamos juntos aí com a *Traços* também, fazendo esse projeto aí, e a gente tem que valorizar esses projetos que, realmente, fazem não como já é de costume, aquele enxugar de gelo, porque não adianta, a pessoa sai da rua, fica um tempo naquela casa, depois, volta para a rua de novo, é o que mais vemos na rua.

Então, a gente deve colocar em pauta, e eu queria pedir até para a Senadora, para o Senador, para fazer mais audiências públicas como esta, para que o povo venha realmente falar, a pessoa em situação de rua venha realmente ter voz. E creio que a necessidade que mais vemos ali, eu, que estou na ponta ali fazendo um trabalho, é de documentação, as pessoas não têm documentação. As pessoas passam para o projeto, entra projeto, sai projeto, e as pessoas ainda não têm uma documentação, a gente não tem como falar que é um cidadão, como foi falado aqui, não é contado pelo IBGE, não é contado por nada, somente é um número, às vezes, uma ficha, alguma coisa assim, para o Governo. E o que vemos aqui é como o Barba, a borracha canta na madrugada para todo mundo, porque, quando a polícia chega, eles não querem saber, é vagabundo todo mundo, todo mundo é pilantra e, realmente, é o que acontece, nas madrugadas de Brasília, nas madrugadas da rodoviária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de Taguatinga, ali, no campão, então, é o que acontece, a realidade da população de rua é essa, e eles não conhecem a política, eles não conhecem a política. Creio que, através de alguns projetos que realmente tenham compromisso com a pessoa em situação de rua, esses projetos abrem a mente da pessoa, como abriu a minha, como abriu a de vários que estão aí, lutando.

Faço parte de um movimento aqui, do DF, e creio que é através do diálogo, da conversa e realmente do que estamos fazendo aqui, hoje. Acho que é um pontapé inicial, e creio que já está tudo preparado, temos um PL. Então, vamos colocar em prática aí porque sei que, se colocarmos esse projeto de lei para a frente, tudo vai dar certo.

Agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Júnior. (*Palmas.*)

Eu queria convidar o Senador Paim para presidir por um momento, porque a TV quer fechar uma matéria sobre esse assunto e está me chamando. Enquanto isso, o senhor preside a reunião.

A Mairla voltou? (*Pausa.*)

A Mairla não voltou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Como o Rafael está aqui, vai ser o Rafael agora, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-o tirar uma foto conosco. Faço questão de tirar a foto. Pegue toda a Mesa.

Quem fala agora?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Rafael.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rafael Machado, com a palavra, por cinco minutos.

O SR. RAFAEL MACHADO – Bom dia a todos.

Eu também quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e falar um pouco sobre o meu Estado, Alagoas.

O Estado de Alagoas era o Estado onde mais se matava a população em situação de rua. Há pouco tempo, há oito meses, nós soubemos do caso da adolescente Rubiana, que vivia junto com sua mãe em situação de rua, dormindo na rua. Um agressor chegou, agrediu a mãe, apagou a mãe, estuprou menina e a matou.

São casos que não podem ficar apagados. A gente precisa trazer esses casos para as realidades de hoje.

Eu vejo que, no meu Estado, a política pública só acontece na parte da assistência e da saúde, e a nossa população em situação de rua não é um público para esses dois serviços apenas. Nós temos uma casa de passagem, um albergue, que acolhe 50 moradores. E o restante que fica no centro de Maceió?

Eu estive nove anos entre a população em situação de rua, vivendo na rua. Cada cicatriz que eu tenho no meu corpo de tiro e facada é uma história que eu tenho de rua. Hoje, eu trabalho com crianças na própria Secretaria de Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Sou facilitador de arte e cultura porque a própria política me propôs esse objetivo.

Também quero trazer para esta audiência a importância de uma fiscalização nessas comunidades terapêuticas do meu Estado. As comunidades acolhem os usuários por seis meses. E depois? Eles voltam para onde? Para a rua.

Às vezes, muitos padrinhos dessas comunidades, donos dessas comunidades se dão bem nas costas dos moradores de rua, dos usuários de drogas. Se você for olhar, muitos deles têm fazenda, têm carro, têm isso. E quem vai entrando vai saindo e voltando para a rua. Eu mesmo passei por nove internações – nove internações – nas comunidades, e duas involuntárias. Chegou uma hora em que eu disse: «Não. Vou agarrar essa oportunidade, vou agarrar esse serviço que a assistência está me dando, lutando por mim, pelo meu potencial.» Hoje, tenho quatro participações nacionais representando o meu Estado e também faço parte da Coordenação do Movimento de População em Situação de Rua.

Quero dizer que percebo que deve haver mais serviço público para atender essa população, porque há recursos para isso. Mas o que estão fazendo com esses recursos? Estão indo para o meu bolso? Não estão. Então, a gente precisa provocar mais reuniões, mais audiências para que eles venham dizer o que realmente se vai fazer com o povo, porque nós moradores de rua não somos vagabundos. Nós somos cidadãos e merecemos respeito. Respeito é bom e eu gosto.

A Secretaria de Habitação é uma secretaria, vamos dizer, que só faz política partidária, porque quem faz rrumadinho para o Vereador ou para o Prefeito ganha a sua casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No meu Município, eu briguei e consegui levantar o Comitê de População em Situação de Rua na Habitação e garantir, disse ao secretário que: "Se o senhor não der neste ano as casas dos moradores de rua de Maceió eu vou invadir a secretaria com eles e vou ficar hospedado lá, porque isso é militância." A gente precisa ser reconhecido como cidadão e não como vagabundo, não como zé-ninguém. A gente precisa ter visibilidade dentro do serviço.

Então, eu fiquei muito constrangido com essa situação da Rubiana agora há pouco. Um adolescente que mal viveu a vida foi estuprada, foi morta e ficou por isso mesmo! Pergunto: Cadê o Poder Público? Onde está neste momento? Quer dizer que justiça só existe para rico, para pobre não? Então, estou aqui expressando um pouco. O Bolsa Família tem nos ajudado muito.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL MACHADO – Eu recebi o Bolsa. Hoje, como eu trabalho na área de assistência, eu abri mão do benefício para que outra pessoa que precise mais do que eu venha a se beneficiar, mas dos meus colegas de população em situação de rua, muitos saíram da situação de rua com o Programa Bolsa Família, com o CadÚnico.

Quero dizer e também reforçar a palavra do nosso companheiro Anderson, que nós não só somos problema da saúde nem da assistência, porque, mesmo com a atuação dessas duas políticas, elas são muito precárias para o povo, são insuficientes, Senadora Regina. Então, precisamos de mais atenção, de mais reconhecimento.

Também quero falar, em nome do movimento, que a gente não está besta mais não, que estamos muito espertos. Do mesmo jeito que os políticos têm suas estratégias, a gente tem a nossa e a gente vai à luta e com um empurrãozinho o Temer vai cair. (*Palmas.*)

Porque o direito é nosso, direito é nosso e a gente vai lutar sempre, porque a gente tem que lutar sempre e vencer com as conquistas e desistir nunca mais.

Eu visitei a ocupação do Noroeste e fiquei muito revoltado com o que fizeram com o pessoal do Noroeste. A Polícia chegou lá derrubando aquela ocupação e o povo reagiu. Quero dizer ao pessoal do Noroeste que estão de parabéns. Continuem e só saiam de lá com as suas casas, porque não vamos mais permitir política partidária dentro da política pública. Política pública é política pública; política partidária é política partidária. Eu sou política pública. Nem sou da direita nem sou da esquerda, sou política. Então, estou aqui por política pública.

Também, futuramente, pretendo estar na Câmara dos Vereadores como vereador do meu Município para defender propostas que venham para população em situação de rua também.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Rafael.

A Mairla voltou?

Fala Mairla.

Você é a última para podermos fechar.

A SRª MAIRLA FEITOSA (*Fora do microfone.*) – Posso falar daqui mesmo?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pode. Pode ligar o microfone daí.

A SRª MAIRLA FEITOSA – Bom-dia, companheiros e companheiras. Sou Mairla Feitosa, sou do Movimento População de Rua do Distrito Federal, sou liderança de ocupação do Noroeste, de que ele acabou de falar agora. Não vou falar da minha vida, não, porque a minha vida já está muito falada. Vou falar do que estamos vivendo agora, neste momento, no Distrito Federal, sobre as violações, as violências que estão acontecendo com as famílias, as derrubadas que estão acontecendo neste momento no Distrito Federal.

Ontem, na Samambaia houve uma, começaram por outras que já houve antes. Já foi discutido sobre essas famílias e o que vão fazer com elas. Eu mesmo sou vítima dessas derrubadas que aconteceram no Noroeste, barbarizaram lá dentro e começaram derrubando tudo lá dentro e tivemos que acionar o pessoal para ver o que seria feito e estamos até agora nessa negociação para ver o que se dá na ocupação do Noroeste. Estamos em contagem regressiva lá dentro e não sei o que vai se dar lá dentro.

Há 14 anos que moro na ocupação do Noroeste, criei os meus três filhos nessa situação de rua, vivendo em semáforos e tenho até neto em situação de rua hoje. Vou falar para vocês que tem horas em que fico muito revoltada, porque vejo pessoas faltando de abrigo, acolhimento e essas coisas, mas isso não é tudo que a população quer não, gente. Que abrigo? Abrigo acaba. Está entendendo?

Projetos vão e o que é que fica desses projetos? Tem que saber trabalhar com a população de rua. A população de rua não quer esmolas. A população de rua quer políticas públicas. A população de rua não quer assistencialismo. Eu vou levar... Ajuda, ajuda, eu não vou falar que não ajuda chegar com cobertores na hora frio. Mas isso não acontece todos os dias, não. Tem que dar continuidade, tem que prosperar, tem que fluir erviço. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por quem? Eu acompanho, sim. Hoje eu sou agente social e trabalho com população em situação de rua. Nós temos seis agentes dentro do Projeto POP de Rua e é através desse projeto que eu tenho estrutura para trabalhar com a população de rua. A gente acompanha, a gente encaminha. Mas não é só dizer: "pega o papel, vá fazer a sua identidade". Não, isso não funciona. A gente acompanha até o final – a certidão de nascimento, para a moradia, para o trabalho, para o que precisar, para o que demandar. É só assim que funciona o trabalho com a população de rua. Chega de abrigos. Nós queremos políticas públicas, nós queremos habitação, nós queremos trabalho.

Eu não vou me alongar muito, não, gente.

É só isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Mairla.

A gente encerra agora a participação do plenário.

Eu passo a palavra para o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, eu sempre digo que V. Exª me representa e me representa muito, muito bem. Esta é uma bela audiência pública. Eu estive lá na outra sala também e todos estavam acompanhando, sendo o sujeito da sua própria história. É disso que, infelizmente, grande parte deste País não gosta, ou seja, ver o nosso povo se mobilizado, agindo, tendo posições claras e sabendo o que quer. Durante o tempo em que lá estive, foi isso que eu vi. Eu só posso dizer que para mim, como Presidente desta Comissão, provisoriamente, embora eleito diretamente, não fui eleito pela via indireta nem vim pela porta dos fundos, porque são dois anos de mandato... Meu mandato termina no fim do ano, mas tive a alegria de conviver nesse período, quando realizamos, só para a informação de alguns aqui, em matéria de audiência pública, só no ano passado, 150 audiências públicas. E quem realizou mais audiências, além desta Comissão, realizou 50. Este ano já estamos com 70. Aqui o povo fala, seja negro, seja índio, seja cigano, seja branco, seja pobre, seja classe média, seja sem-terra, seja sem-teto, sejam mulheres, tão afastadas agora, do outro lado da rua, mas aqui todos falam. E é uma alegria enorme ver vocês hoje, moradores de rua, apontando o caminho, exigindo aprovação, como foi lembrado aqui, do projeto, aprimorado com rapidez.

Eu diria, para encerrar, palmas, palmas, não para nós que somos Parlamentares, mas palmas, palmas para vocês, moradores de rua, que estão escrevendo a sua própria história.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vou caminhar para o encerramento, dizendo para vocês, primeiro, que esta audiência pública para mim já valeu só pelo muito que aprendi aqui. Mas às vezes as pessoas dizem assim: "Audiência pública para quê?" A audiência pública é para sensibilizar. Vocês foram vistos pelo Brasil e vão ser vistos de novo porque ela se repete. Nós vamos acompanhar e verificar a data da repetição da audiência e avisar vocês para assistirem também, para juntarem a população para assistir. Há sempre uma repetição, à noite geralmente. Há algumas coisas para encaminhar, é claro.

O projeto de lei, por exemplo, nós já descobrimos quem é a Relatora. Nós precisamos apressar a votação.

E aí a gente vai discutir com vocês, que são representantes, se é melhor aprovar como está – não sei como está lá, se ela está apresentando emendas. Porque vocês viram aqui como o processo legislativo é rápido: em 2006, e estamos aqui ainda.

Quer dizer, ele lá... Se ela mexer nele, ele volta para cá. Ele tem que de novo buscar pauta, ser pautado. É claro que nós vamos estar atentos aqui também.

Então, a gente vai discutir com vocês e com as lideranças para saber se é melhor deixar aprovar como está, independente de... Não mexer mais, e depois a gente faz emendas, a gente apresenta como emenda aquilo que vocês trouxerem de novidade. Vamos discutir isso.

Então, o primeiro compromisso é apressar o projeto de lei, porque o decreto já não dá conta do...

Queria também dar uma sugestão para vocês, porque é ano eleitoral. Que tal uma carta da população em situação de rua para os candidatos e as candidatas? (*Palmas.*)

E não precisa ser uma carta grande, cheia de letras, porque eles não vão ler. Vocês botam lá: "Somos população em situação de rua, somos eleitores, queremos nos enxergar no seu programa de governo – ponto. A gente quer se ver no seu programa de governo". Porque o que não está no programa de governo, não vai para o Orçamento – e acabou.

Então, uma cartinha simples...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Exato. Então, é uma sugestão que eu deixo para os movimentos. Claro que há toda uma questão de mentalidade de gestor. Alguém falou aqui da delegada lá do Piauí, não foi, Anderson? Quer dizer, a gente precisa trabalhar também a mentalidade.

Lá no Piauí eu era Secretária de Administração de governo, mas eu trabalhava muito com os movimentos. Nós temos um movimento chamado MP3, que trabalha exatamente com essa população excluída, chamada de gangues – aquele pessoal que briga muito entre si, que se junta em grupo e faz o combate, às vezes, até armado.

Mas há esse movimento lá, que consegue juntar esse pessoal para assistir a um filme. Eles têm o Cine Periferia, que aliás está precisando de ajuda, agora que o carro está... No meu tempo, como Secretária de Administração, fui eu que comprei o carro para o movimento MP3, que é Movimento pela Paz na Periferia. Ele juntava gangues rivais, ali, assistindo a um filme. Depois o coordenador fazia um belo debate com eles. Eu ficava encantada com o que eles faziam.

Há outros trabalhos lá. Eles fazem um trabalho de... Eles têm uma casa que tem movimento o dia inteiro, cursos de todo tipo. Lá temos meninos que vêm da rua e saem formados em robótica. Então, é uma coisa muito boa também o que acontece lá.

Então, a intenção desta audiência era exatamente ouvir as experiências, o que acontece de bom. Porque eu tive uma grata satisfação de, na discussão da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, apresentar um projeto de lei – que já foi aprovado nesta Casa – a partir das experiências – parece que é de Mato Grosso – sobre a reeducação do agressor das mulheres.

Há experiências fantásticas acontecendo, iniciativa de entidade, de Ministério Público, em que a pessoa – o agressor – saiu da cadeia, passou pelo processo de reeducação e refez a vida, os laços afetivos com outra mulher e está há cinco anos sem nenhuma ação agressiva. Essa pessoa... Estou dando só um exemplo, mas são 400 homens agressores com quem eles trabalham lá. Há cinco anos não há nenhuma reincidência.

Então, significa que é possível. E a tarefa da gente aqui é isto: mostrar que é possível. Porque às vezes as pessoas... Por exemplo, este governo que está aí não é vocacionado ao diálogo, a ouvir, a receber as organizações populares. Eles acham que sabem tudo.

"Nós vamos fazer melhor" – é isso que eles dizem. "Nós vamos fazer melhor." Por isso, não precisam de secretaria disso ou daquilo. Não; "nós vamos fazer". Porque eles não são vocacionados a esse diálogo; não têm essa paciência histórica que nós temos, de ouvir, de construir junto. Então, acho que nós estamos caminhando para um retrocesso muito grave, e temos que estar atentos para resistir, porque nossa marca é a resistência.

Eu vim de um movimento social, então, aqui nesta Casa, sou caloura. Nunca fui Parlamentar. Fui secretária, fui do Executivo. Então, estou aqui também aprendendo – Paulo Paim me ensinou muito. E estou colocando o gabinete à disposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você aprendeu muito, e muito rápido. Isso é bom!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A intenção inicial era essa. Vocês pediram outra; quem sabe faremos, ao longo do caminho? Vamos fazendo, construindo juntos e fazendo outras audiências, outras conversas. Porque a intenção inicial era essa visibilidade que vocês tiveram agora, pela TV Senado – que, não subestimem, é bem assistida, e o programa vai ser repetido –, e sensibilizar, mostrar a cara. Foi bom trazer as pessoas que fazem parte, que estão na situação de rua para serem vistas. Porque a questão é realmente a invisibilidade. É uma população invisível. Então, é aquela história de uma música popular que diz assim: "Tenho andado tão só. Quem me olha nem me vê." Então, olhar só não basta. Você olha, mas não vê. Então, tem que olhar, mas tem que ver, tem que enxergar, tem que reparar.

Há um poeta – e vou finalizar com a frase –, acho que é Fernando Pessoa, não lembro, que diz assim: "Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara." Quer dizer, reparar é um estágio bem além do olhar. Então, é disso que estamos precisando: ser reparados. Há que se reparar na população em situação de rua.

Muito obrigada pela presença de vocês, e saibam que me ensinaram muito.

Obrigada. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 59ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia treze de junho de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Fátima Bezerra. O Senador Hélio José justifica sua ausência, conforme Memo nº 097/2016 – GSHJOSE, de 14/6/2016. Registra-se a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 71 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O crime de estupro no Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente lê nota pública da CDH sobre o "Massacre de Orlando, nos Estados Unidos da América". O Senhor Presidente solicita um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do massacre. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Valeska Zanello, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Alinne de Souza Marques, Representante da Comissão de Combate à Violência Familiar da OAB/DF; Clementina Bagno, Representante do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno; Aisla Amorim, Advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero; Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Eurídice Almeida, Diretora Nacional na Coordenação de Mulheres da Fasubra Sindical; Carolina Costa Ferreira, Doutora em Direito, Estado e Constituição; Maria Castanho Ansarah, Projeto Onda Escola do Centro de Ensino Médio Asa Norte - CEAN; Márcia Hora Acioli, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Soraia da Rosa Mendes, Doutora em Direito pela Universidade de Brasília - UnB, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Direitos Humanos pelo CESUSC e professora do Programa de Mestrado em Direito do Instituto de Direito Público – IDP; Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Jolúzia Batista, Representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Silvia Badim, Professora adjunta da UNB - Coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade - DAC – UnB; Mozarte Simões da Costa Junior, Representante da Fasubra Sindical; Neliane Maria, Representante da Rosas pela Democracia; Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais e Coordenadora dos Comitês de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; Carmem Foro, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores-CUT. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Ana Laura Lobato; Deputada Federal Erika Kokay; Helen Cristhian Correa, da Casa Frida; Iara Alves, da Casa Frida. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) realizar Audiência Pública, preferencialmente no dia 5 de Setembro de 2016 para debater sobre "Segurança nos Campus Universitários"; 2) apoiar a rejeição do Projeto de Lei nº 01/2015 da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que ataca a liberdade política feminina; 3) encaminhar a denúncia entregue nesta reunião; 4) debater nos Estados sobre o "Combate à Violência contra as Mulheres". Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia a todas e a todos.

Eu dizia agora mesmo para o representante da Fasubra que esta audiência pública não é só para as mulheres; é principalmente para os homens, principalmente para eles, porque eles é que são os culpados por tudo que vem acontecendo relacionado ao tema de hoje. Então, nós vamos, inclusive, fazer questão de que haja homens e mulheres na mesa. Claro, a preferência vai ser dada às mulheres, que são as que sofrem essa violência covarde. Agora, os homens também vão se posicionar, até porque eu tenho a alegria, por um lado, mas a teza, por outro, de ter que ver esse quadro que se apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Inspirado no trabalho do Edegar Pretto, que vocês devem conhecer, ele criou a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Rio Grande do Sul e, agora, outros Estados também criaram, eu coordeno aqui no Senado a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Alguém poderia dizer: "Mas, por que a audiência somente hoje?" Porque as mulheres fizeram uma série de iniciativas corretas aqui no Congresso e nós combinamos com elas que a audiência seria hoje aqui nesta Comissão. Esta Comissão, de jeito nenhum, deixaria de se posicionar frente a esse crime hediondo, contra esse caso, mas também contra todos os crimes hediondos contra as mulheres.

Assim, com essa rápida introdução, nós estamos abrindo a nossa 59ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

A audiência pública, como já falava, será realizada nos termos do Requerimento nº 71, de minha autoria e de outros, para debater o crime de estupro no Brasil – e, claro que aqui podemos falar, no mundo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes mesmo de entrar no tema, pessoal, não tem como, já me posicionei ontem, naturalmente, pelo Twitter em uma nota do gabinete, mas pretendo ler agora um documento – e vocês poderão aqui concordar ou não e, se discordarem, poderão ajustar a nota que vou ler agora – sobre o massacre de Orlando, nos Estados Unidos da América, quando um senhor simplesmente resolveu entrar numa boate da comunidade *gay* e matar 50 pessoas.

Esse é um crime que envergonha a humanidade e mostra o nível da violência e a falta de uma visão humanitária, em nível internacional, que estamos vivendo. Para mim, isso não é um caso isolado. Podemos relacionar à nossa própria questão de hoje, do estupro contra as mulheres. Os dados estão aí: a cada três horas, uma mulher é estuprada. Em 2014, foram quase 50 mil estupros só no Brasil – é um dos mais altos índices do mundo.

Ontem, o País todo se debruçou sobre esse debate, o mundo se debruçou sobre o debate desse crime hediondo acontecido nos Estados Unidos. Uma das causas da minha indignação, confesso, foi simplesmente ouvir o que pai do assassino declarou, e o Brasil todo ouviu: "Meu filho ficou bravo porque ele viu dois homens namorando numa praça" – enfim, se abraçando –, "por isso foi lá e matou 50 pessoas". Quer dizer, é um absurdo o argumento usado. Percebemos o nível da intolerância, o nível da discriminação, o nível da violência.

Enfim, está aqui a nota, vou ler, votaremos aqui e, em seguida, publicamos, pois é fruto também desta nossa reunião.

Nota pública da CDH sobre o massacre de Orlando, Estados Unidos da América.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal repudia, veementemente, o assassinato de cinquenta pessoas, ocorrido na madrugada de domingo, dia 12, em Orlando, Flórida, Estados Unidos da América. O local era uma boate frequentada pela comunidade LGBT.

É inadmissível calar-se frente a tal barbárie. O grau de intolerância, ódio, discriminação e racismo que vivenciamos todos os dias mostra que estamos muito distantes da tão sonhada convivência pacífica e harmoniosa no Planeta Terra. Choramos a perda de filhos na guerra, sepultamos jovens que buscam a felicidade e o amor. A violência campeia em todo o mundo.

No Brasil não é diferente. Aqui as perseguições também acontecem contra *gays*, mulheres, jovens, negros, idosos, religiosos, pobres e tantos outros discriminados. A sociedade atual é responsável também por essa situação. É preciso uma grande reflexão no Planeta. Todos somos responsáveis. É preciso refletir ou seremos chamados a responder por nossa omissão.

Assim, conclamamos a sociedade brasileira e os Poderes constituídos ao debate e à meditação: que País queremos para nossa gente, para nosso povo?

Lutar pelos direitos humanos requer consciência, certeza e coragem para podermos propor para as novas gerações o sentimento único do que a humanidade necessita: o amor, sentimento celestial e universal que pode nos conduzir ao único caminho da paz entre todos os seres humanos.

Essa é a nota. Se alguém quiser contribuir, se faltou uma frase ou algo mais... Alguém quer contribuir com algo mais?

(*Intervenção fora do microfone.***)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. A nota vocês entenderam. Se chegarem a alguma conclusão...

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Acho que faltou registrar o termo "homofobia".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vi que faltava alguma coisa, mas não ia o que era.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – É imprescindível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tinha proposto para quem escreveu.

Olha, uma salva de palmas pela lembrança!

Só não achava, no momento, a palavra: homofobia. (*Palmas.*)

O.k.? Faltou mesmo: homofobia. É fundamental. Felizmente, no meu Twitter está. É só incluir a palavra "homofobia".

Quem concorda com a nota, colocando a palavra "homofobia" em destaque, por favor, se manifeste. A melhor coisa é levantar o braço, porque é uma votação política e simbólica, claro, mas que respalda o Presidente desta Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Repita, porque eles vão pegar ali.

A SRª LAURA LOBATO – "LGBTfobia".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Pode ser? Vai bem, naquele momento, "LGBTfobia". E "homofobia". É fobia ou homofobia?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Homofobia. O.k.

Pediram-me para registrar, na mesma linha, que hoje, às 17 horas, haverá um ato em solidariedade às vítimas de Orlando, em frente ao Itamaraty.

Agora, pessoal, vamos entrar no nosso tema.

Vamos fazer duas mesas. Vou chamar os que já estiverem presentes para participar da primeira Mesa.

Valeska Zanello, representante do Conselho Federal de Psicologia. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, Valeska.

Alinne de Souza Marques, representante da Comissão de Combate à Violência Familiar da OAB. (*Palmas.*)

Clementina Bagno, representante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno. (*Palmas.*)

Aisla Amorim, advogada da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero. (*Palmas.*)

A Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando as centrais, por sua vez, porque sei que todas as centrais são favoráveis à essa luta de vocês e nossa também, a líder Sônia Maria Zerino da Silva. (*Palmas.*)

Eurídice Almeida, Diretora Nacional da Coordenação de Mulheres. Está presente? (*Palmas.*)

Eu havia acertado – já pedi para pegar o nome antes... Sempre que eu faço uma Mesa em que há só homens alguém do plenário diz: "Paim, não vai ter uma mulher nesta Mesa?" Hoje inverteu. Cadê o compromisso dos homens? Não vai ter um homem esta Mesa? Eu já havia acertado com um aqui no plenário. Eu pedi para pegar o nome completo dele e a entidade.

Vamos ter uma segunda Mesa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Barbaridade! Metam-se com as mulheres! (*Risos.*)

Então, vai estar na segunda Mesa.

Pessoal, como esta nossa audiência ocorre numa segunda-feira, queria deixar bem claro para todos, para quem está nos assistindo, que ela é transmitida ao vivo a todo o Brasil. E, como eu digo, no mínimo, dois milhões de pessoas assistem, toda segunda-feira de manhã, a partir das 9h, a este nosso debate, que ocorre não só pela TV, mas também pela Agência Senado e pela Rádio Senado. Então, tudo o que nós falarmos aqui será para, no mínimo, eu diria, dois milhões de pessoas em todo o Brasil.

É normal que na abertura eu faça uma pequena introdução, situando o debate de hoje, até pela sua importância. Então, vamos lá.

Audiência pública sobre o estupro.

A barbárie cometida contra uma adolescente no Rio de Janeiro recentemente reacendeu o debate sobre um dos crimes mais frequentes e, infelizmente, mais tolerados em todo o mundo e, por que não dizer, principalmente no Brasil. Só no Brasil, a cada 11 minutos uma mulher é violentada. São, em média, 130 estupros por dia. Em 2014, foram registrados 47.646 casos e houve, pelo menos, 5 mil outras notificações de abuso ou de ntado violento ao pudor. Estima-se que apenas 10% das violações e 35% dos outros tipos de crimes sexuais am oficialmente contabilizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O medo e a vergonha impedem as denúncias, especialmente em caso de estupro coletivo. O acolhimento dessas vítimas nem sempre é feito de forma adequada, causando ainda mais dor e sofrimento.

Os números são alarmantes, mas a verdade é que se fala pouco sobre o assunto. Enquanto isso, as mulheres, metade da população brasileira, têm suas vidas restringidas pelo medo. Segundo pesquisa, 90% delas temem ser vítimas de agressão sexual.

Não há vizinhança, não há transporte público, não há escola ou igreja em que se sintam totalmente seguras. Os perpetradores estão em todos os lugares. Dos casos de violência sexual contra as mulheres, 60% são cometidos por parentes próximos ou por pessoas conhecidas ou que convivem com as vítimas.

No *ranking* global de violência contra a mulher, da ONU, do qual constam 83 países, o Brasil ocupa o vergonhoso quinto lugar.

Vivemos numa sociedade que ainda tem traços fortes da lógica do patriarcado, na qual existe o que tem sido chamado de cultura do estupro. Sei que esse termo é questionado, mas está aqui, a construção é da assessoria. Nem vou entrar nesse assunto para não haver polêmica outra vez, mas vocês devem ter visto que saiu um voto de solidariedade à Senadora Regina Sousa, aprovado pelo Plenário do Senado. Quando é aprovado pelo Plenário, o Congresso é o responsável pelo envelope e pela redação final, mas alguém resolveu fazer um bate-boca enorme. Eu disse que não iria responder, e não vou responder. Então fica aqui para o debate.

Quando há um caso com maior destaque na imprensa por sua crueldade, por exemplo, as primeiras perguntas que surgem são quanto ao comportamento e a circunstância da vítima, o que contribui para relativizar a culpa dos violadores e a importância do crime.

O apedrejamento moral da mulher que é, normalmente, a vítima, sempre acontece primeiro, antes mesmo da repreensão do comportamento agressivo e abusivo do homem ou do bandido – aqui está delinquente, e eu já falo bandido.

Há vários caminhos a serem percorridos para que os crimes sexuais sejam combatidos, entre eles está o aperfeiçoamento da atuação das forças policiais na prevenção e investigação dos casos, a revisão do arcabouço jurídico e das sanções legais e, principalmente, a mudança dessa mentalidade, muito disseminada em nossa sociedade, de que a culpa, muitas vezes, acaba sendo, na visão de setores da sociedade, da vítima. É bom e importante dizer que não é o pensamento de todos.

Embora haja campanhas e movimento de conscientização contra esse tipo de crime, uma boa medida, liderada por mulheres, é a participação não somente das mulheres e dos homens, que é fundamental, pois esse problema é de todos nós, de toda a sociedade.

Enfim, termino dizendo que o Poder Legislativo não está, de modo algum, alheio a esse tema. Sabemos que é premente propor soluções para que não perdure entre nós essa prática absurda e criminosa, bandida, que faz inúmeras vítimas em todos os cantos do País, entre ricos e pobres, sem distinção, todos os dias.

Por isso, nos reunimos hoje aqui para debater o tema: "O crime do estupro no Brasil".

O Parlamento, a academia e as forças policiais, enfim, os homens e mulheres, enfim... Digo "enfim" duas vezes, porque quero estender, pois, além do Brasil, a humanidade tem que debater esse crime bárbaro e combater, naturalmente, todo tipo de ato criminoso.

Vamos então ao nosso trabalho, a partir desse esclarecimento que faço não só para o Plenário, mas para todo o sistema de comunicação aqui do Congresso.

Registramos a presença conosco também de mulheres da Casa Frida, ponto de cultura feminista, de São Sebastião, e do Centro de Ensino Médio nº 1 de São Sebastião, colégio Centrão.

Pela ordem aqui, se ninguém entender o contrário, vamos começar com a representante do Conselho Federal de Psicologia, Drª Valeska Zanello. O tempo: dez minutos com mais cinco, se necessário.

A SRª VALESKA ZANELLO – Bom dia.

Eu quero agradecer o convite, em nome do Conselho Federal de Psicologia.

Quero falar sobre a objetificação das mulheres, a naturalização do estupro e os impactos sobre homens e mulheres. Tentarei ser bastante breve. Meu intuito é falar dessa cultura que objetifica as mulheres e os processos pelos quais isso ocorre.

A primeira coisa que é necessário pontuar é que isso é fruto de um processo histórico e também de um determinado contexto social, ou seja, escrito em um momento específico e que sofre uma forte influência do capitalismo. A perspectiva da minha fala vai ser contextualizar essa discussão dentro dos debates de gênero e do que veio a ser ou se tornar homem e mulher na nossa cultura binária, para a gente poder entender esses diferentes impactos em homens e mulheres.

De uma maneira curta, a gente precisa pensar gênero relacionado às três ondas do feminismo. A primeira da do feminismo aconteceu no final do século XIX e começo do século XX, quando as mulheres lutaram para pessoas de direito, ou seja, para terem acesso principalmente ao sufrágio. A segunda onda do feminismo se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

deu nas décadas de 60 e 70, quando se afirmava que existia uma diferença biológica entre homens e mulheres, e gênero, então, passa a ser compreendido como uma construção social a partir dessas diferenças biológicas. A terceira onda do feminismo foi no final da década de 80, com uma autora importante, chamada Judith Butler, que diz que a própria diferença sexual, biológica, é uma construção de gênero. Em geral, as pessoas não entendem muito isso e dizem: "Essa autora é uma louca, porque as diferenças existem."

Cito aqui um autor importante, que é o Thomas Laqueur. Ele fez uma exegese nos manuais de fisiologia e anatomia na história ocidental, onde ele demonstra que vigorou, até o século XVIII, a teoria do sexo único, a teoria aristotélica, que dizia o seguinte: não existe uma diferença essencial entre homens e mulheres; as mulheres são homens menores, são homens que não se desenvolveram completamente. O que é interessante nessa exegese é que ele mostra que nos manuais o que se busca é a igualdade entre os órgãos reprodutores, e não as diferenças. A gente usa uma palavra em psicologia que é gestalt. Vocês já devem ter visto aquelas imagens que, dependendo de onde você foca o olhar, você vê uma imagem diferente. Então, o foco da busca nesses manuais é justamente a igualdade, e não a diferença. Isso muda a partir do século XVIII. Aí o Thomas Laqueur se pergunta o seguinte: isso se deve dar, então, em função de um progresso da ciência?. E o que ele diz? "Não. O que há, na verdade, é uma questão ideológica."

O que está acontecendo no século XVIII? A gente está tendo um avanço do capitalismo, e o capitalismo traz uma coisa muito importante para a sociedade ocidental, que é a ideia de mobilidade social. Na Idade Média, filho de pedreiro, pedreiro é. Com o advento do capitalismo, se vende a ideia de mobilidade para todos, e não para todas. Como justificar que uma parcela da população não tem acesso a essa mobilidade? Usando a ideologia da biologia, ou seja, há uma naturalização das diferenças. Então, eu chamo a atenção para que, nessa concepção, gênero vai ser entendido a partir de uma certa diferença física – e veja que, entre duas mulheres, as diferenças também são infinitas –, que é eleita como essencial e é lida de forma naturalizada, a partir desse momento histórico, colocando esses sujeitos, essas sujeitas, em certos lugares concretos, sociais, simbólicos e de desempoderamento. Não dá para se falar de gênero sem falar da diferença de poder marcada por essas relações.

A Judith Butler, então, vai definir o gênero como *performance*, uma repetição estilizada de *performances*, que dá ao sujeito ideia de identidade. Essas *performances* são mantidas quando? Desde quando você nasce, pelas tecnologias de gênero, que é um termo também utilizado por uma feminista, a Teresa de Lauretis. Dito de outra forma, desde o dia em que você nasce, ouve: «Fecha a perna! Não grita! Menininha não grita!» Para o rapaz: «Vai lá dar um beijinho na coleguinha!»

Eu chamo atenção para o fato de que as tecnologias de gênero são uma espécie de microfísica do poder. E elas são mantidas hoje principalmente pela mídia. Tecnologia de gênero é um produto cultural que não apenas representa esses valores de gênero, mas reafirma, ou seja, tem um caráter de incitar e de manter essas diferenças. Então, a gente tem isso nos cinemas, a gente tem isso nos filmes, nos desenhos, nas propagandas.

Eu quero passar um exemplo. Você pode passar o vídeo, por favor. Não sei se vocês viram isso na internet.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª VALESKA ZANELLO – Está bom, obrigada.

Em geral, as mulheres morrem de rir, e os homens se sentem incomodados. Mas a primeira coisa para a qual eu quero chamar a atenção, é que, pelo contrário, isso é para apontar um lugar onde a gente é colocada. Detalhe: é um homem negro. Quando se objetifica um homem, quando é passível um homem de ser objetificado sexualmente, é um homem negro. Os homens brancos são poupados. Eu queria ver um Rodrigo Lombardi, desculpem, um homem branco nessa posição. Isso dificilmente vai acontecer.

Isso me lembra uma frase de Mary Del Priore, que ela dizia, que circulava no final do século XIX: "Brancas, para casar; mulatas, para trepar; e negras, para trabalhar." Eu acho que o Brasil ainda não mudou. Então, a gente também precisa pensar na questão violência sexual e do estupro e das interseccionalidades.

Chamo a atenção também para a questão das propagandas. Em geral, como naquela "Vem Verão!", é uma bunda, um peito e homens bebendo. Vamos pensar no inverso. O que seria algo equivalente? Imaginem mulheres num bar, bebendo, e aí a gente diz assim: "Fulano, desce aí, por favor, uma tulipa grossa e comprida!". Se os homens fossem bombardeados com esse tipo de propaganda, eu tenho certeza de que eles iriam começar a transar com a luz apagada. E se ainda a sua companheira chegasse e falasse assim: "Vamos ali, na Picas, comer uma picanha!"? Porque existe a Devassa. "Quero uma pica negra, uma pica branca, uma pica sei lá o quê."

Então, eu chamo a atenção para esse processo de objetivação, que é profundo, é entranhado e é naturalizado. A gente já nem percebe isso como violência, o que é muito grave.

Então, a interpelação feita pela nossa cultura acerca das mulheres é de que elas se coloquem nesse lu- de objeto de desejo. E vou dizer, já, já, que isso é uma questão identitária e tem a ver com os processos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

subjetivação das mulheres. E ensina aos homens que as mulheres são objetos disponíveis e principalmente um tipo de masculinidade que deve ser provada ao consumi-las e objetificá-las.

Então, exemplos vão aparecer na Mesa, eu acho que vários, como a impossibilidade de andar na rua, de sentar num bar sozinha. Tudo é lido como disponível. Se você estiver num bar sozinha e um homem vier cantar você e disser: "Não quero!", ele insiste. Se chegar outro homem, ele pedirá desculpa para o homem, e não para a mulher. Nós somos objetos intercambiáveis; não somos sujeitos de protagonismo.

Então, eu chamo a atenção para essas microviolências invisíveis, mas, nem por isso, menos poderosas, em que estupro é a pontinha do *iceberg*. Precisamos falar da cultura como um todo.

Eu vou dar um exemplo muito breve. Eu estava tomando sol embaixo do meu prédio, estava de *short*, com uma blusinha. Um rapaz, um homem, um senhor estava passando. Quando ele me viu naquela posição, começou a correr em volta da quadra onde eu estava e, não satisfeito, se reportou a mim, ou seja, eu estava sendo vista como disponível.

Acabei de chegar do Canadá na sexta-feira, fiquei quase dois meses, é completamente diferente. No Canadá, você anda na rua, você volta do bar às 2h manhã sozinha, e as pessoas não a olham, os homens não a olham como um objeto e principalmente como um pedaço de carne.

Eu queria chamar a atenção, então, para o lugar onde a mulher é colocada no Brasil.

Você coloca, por favor, a imagem?

(Soa a campainha.)

A SRª VALESKA ZANELLO – Esse é o nosso rosto.

Então, o que isso nos mostra? Um certo espaço simbólico e concreto que os homens acreditam que podem ocupar. Então, esse ato de esse cara ir falar comigo é porque ele acredita como seu direito; livre, natural que ele o exerça.

Isso quer dizer que eu tenho cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cinco, mas com a tolerância...

A SRª VALESKA ZANELLO – De cinco.

Então, olhem só. A nossa cultura cria caminhos privilegiados de subjetivação diferentes para homens e mulheres.

Para as mulheres, esse caminho é marcado por dois dispositivos: o amoroso e o materno. Não vai dar tempo de eu falar do dispositivo materno, mas eu acredito que o amoroso, inclusive, é o mais importante para entendermos várias questões ligadas às mulheres.

E para os homens? O dispositivo da eficácia, que é marcado pela virilidade sexual e laborativa e que tem a ver com esse processo de objetivação das mulheres.

O que é o dispositivo amoroso para as mulheres? Na nossa cultura, as mulheres são subjetivadas numa relação consigo mesmas mediada pelo olhar de um homem que as escolha. Para ser mulher de verdade, você tem que ter sido escolhida por um homem. Eu criei uma metáfora para isso que é a prateleira do amor: as mulheres se subjetivam na prateleira do amor, e essa prateleira é profundamente desigual, porque ela é mediada por um ideal estético, que é branco, louro, jovem e magro. Quanto mais distante desse ideal, maior o sofrimento e também mais objetificável é essa mulher.

Bom, eu chamo a atenção para o fato de que isso cria um duplo vínculo, um limite tênue entre o ser escolhido e o ser disponível, porque o que se interpela, através das tecnologias de gênero, é a objetificação sexual, ou seja, a mulher ter certos comportamentos para ser passível de ser escolhida. O que, para ela, significa ser escolhida, para o homem, muitas vezes, significa ser disponível.

Vejam: isso constrói um lugar para os homens em que eles são os avaliadores, eles são avaliadores do físico da mulher e da moral da mulher. Vimos isso no caso do estupro que aconteceu no Rio: "Nossa, mas ela pegava em arma, ela mexia com droga, ela usava minissaia", ou seja, justificativa para não caracterizar o estupro. Chamo a atenção para isso porque esse tipo de interpelação cria uma disparidade que é extremamente perversa.

No caso dos homens, um ponto importante: eu falei que os homens se subjetivam pelo dispositivo da eficácia, virilidade sexual e laborativa. O que quer dizer ser homem na nossa cultura? A masculinidade hegemônica é construída no negativo e no imperativo. Ser homem é não ser uma mulherzinha, ou seja, é marcado por uma misoginia.

Como isso se constrói? O Daniel Welzer-Lang, que é um estudioso das masculinidades, cria a metáfora da casa dos homens: desde que os homens nascem, ou aqueles considerados homens, precisam ascender a ...artos, a recintos diferentes dessa casa, recintos superiores. Isso se dá através de testes da masculinidade. ...ão, é comum a gente ver nos clubes, nas praias, brincadeiras entres homens, como tapa na orelha. "Está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

chorando? É veadinho, mulherzinha". Nunca entendi por que "mulherzinha" é xingamento. Isso diz muito sobre a nossa cultura.

Ou seja, tanto os corpos quanto os afetos precisam ser modelados e reafirmados o tempo inteiro dentro dessa masculinidade hegemônica. E essa masculinidade se constrói contra as mulheres e contra outros homens também.

Dito isso, na nossa cultura, o verdadeiro homem é aquele que é ressentido como provedor e, principalmente, como um comedor. Existe uma afirmação dessa masculinidade pautada na ideia de consumo das mulheres.

Para finalizar – gosto de ser muito pontual –, queria chamar a atenção para o seguinte aspecto: a gente precisa de leis. Acho que esse é um ponto muito importante não só para proteger contra a questão da violência, mas pela intervenção social, mudança cultural. Acho que é muito importante a gente pensar em algum tipo de controle da mídia porque, como exatamente pontuei na minha fala, tem um papel fundamental na manutenção desse tipo de masculinidade. E não falei dos impactos daquilo que é interpelado nas mulheres e também da questão da educação. Mais do que nunca a gente precisa discutir gênero na educação. Acho que esse é um ponto fundamental, porque isso tem a ver com essa cultura de violência contra as mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Drª Valeska Zanello, representante do Conselho Federal de Psicologia. Fez uma exposição nítida, clara, transparente, bem objetiva. Surpreendeu alguns, claro, com o vídeo. Mas isso é bom, muito bom.

Meus cumprimentos pela palestra, que enriquece, e muito, este debate para todo o povo brasileiro.

Agora, de imediato, passo a palavra...

Pessoal, permitam-me – antes de eu passar a palavra, eu já havia me comprometido, falei em público sobre isso na abertura dos trabalhos –, vamos agora fazer um minuto de silêncio em solidariedade aos 50 jovens, a maioria eram jovens, que foram assassinados lá nos Estados Unidos.

Então, um minuto de silêncio. Se pudermos nos levantar...

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Palmas para todos aqueles que lutam contra a violência contra homens e mulheres, independentemente da orientação sexual. (*Palmas.*)

De imediato, Drª Alinne de Souza Marques, representante da Comissão de Combate à Violência Familiar, da OAB-DF.

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço o convite para estar aqui hoje e fico muito feliz por estar na companhia de tantas amigas feministas da nossa causa, debatendo esse tema que, para nós, é tão caro.

Primeiramente, o Brasil, como já foi dito pelo nosso Senador, ocupa hoje o 5º lugar no *ranking* de violência contra a mulher, esse vergonhoso 5º lugar. Ele saiu do 7º lugar e foi para o 5º lugar.

O País hoje apresenta 47 mil estupros anuais, mas, quando nós falamos especificamente da violência sexual, nós estamos diante de uma subnotificação de 90% de casos. Ou seja, são 90% de mulheres que, por algum motivo, não denunciam a violência que sofreram, e 90% de homens que estão aptos a cometer outro tipo de violência.

Uma em cada três mulheres sofreram, sofrem ou sofrerão algum tipo de violência, e, para que nós possamos compreender o porquê de tanta violência contra a mulher, como foi bem exposto pela Drª Valeska, nós precisamos compreender o que é gênero, essa palavra que, no Brasil, tornou-se um palavrão, enquanto, em outros países, gênero é dado nas escolas. Na Austrália, nós temos universidades que dão aula de feminismo. No Brasil, nós presenciamos o desmantelamento do nosso sistema educacional. Mas o gênero nada mais é do que se compreender que nós temos um sexo biológico, que é homem e mulher, e que nós temos uma construção social de papéis que são desenvolvidos pela sociedade, do feminino e do masculino. E nós vamos entender também que o feminismo tem seus papéis voltados para o âmbito privado, e o masculino, para o âmbito público. A mulher sempre foi alijada do âmbito público.

No Brasil... No Brasil, não. Eu gosto sempre de falar de uma construção do sujeito de direito mulher, porque essa formação de sujeito de direito mulher deu-se um século depois do sujeito de direito homem. Como bem colocado também pela Valeska, nas ondas do feminismo, nós vamos observar que a formação desse sujeito de direito mulher deu-se ali na segunda onda do feminismo, mas, quando nós analisamos a história, nós vamos observar que, desde ali da Convenção dos Direitos do Homem e do Cidadão, essa convenção era voltada apenas para homens, porque, três anos depois, nós tivemos Olympe, que emitiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, e ela foi condenada à morte, por rebeldia. Ou seja, em plena Revolução Francesa, a liberdade, igualdade e fraternidade era apenas para os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No Brasil Colônia, a educação implementada pela Igreja era apenas voltada para homens; à mulher cabia o papel apenas de lealdade ao marido, ao pai, à família e à Igreja. Lealdade cega à Igreja. Depois, vieram as Ordenações Filipinas, em que era legitimado que o homem poderia agredir seus filhos e mulheres, sem responderem por isso.

Então, nós vamos observar que a mulher está sempre numa constância de aquisição de direitos.

Na vigência do Código Civil de 2016, a mulher era considerada relativamente incapaz. Isso foi algo que perdurou até a década de 60, com a publicação do Estatuto da Mulher Casada. Na década de 70, nós tivemos a Lei do Divórcio, que também foi um marco na história do direito das mulheres. Tivemos, na década de 80, a Constituição Federal, com um forte movimento feminista, em que, por fim, conseguimos colocar: "somos todos iguais perante a lei". Tivemos também na década de 80 um importante movimento que se chamava SOS Mulher, e o lema dele era o seguinte: "Mulher não é propriedade nem do pai, nem do marido, nem do patrão". E mais atualmente, "nem da religião, nem do Estado".

Tivemos também, ali na década de 90, o ECA, que veio igualar o papel do pai e da mãe na responsabilidade com os filhos. O Código Civil, em 2002, também equalizou esse papel e tirou essa figura do patriarcado. Até 2005, nós tínhamos na nossa legislação a figura da mulher honesta, que legou às prostitutas um problema moral que até hoje o Brasil não conseguiu enfrentar. E nós tínhamos também, até 2005, com a modificação que ocorreu, situações em que o estuprador, ao se casar com a vítima, não respondia pelo caso. É inacreditável nós imaginarmos que o casamento poderia ser a única solução para o estupro, nas era o que ocorria.

Eu vou ler um depoimento agora para vocês. Esse depoimento é público, saiu na revista *Superinteressante* no ano passado. É um caso, uma reportagem que a revista publicou sobre como silenciamos o estupro. A história é a seguinte:

> Luci era uma donzela de 13 anos que, no século X, vivia em um importante vilarejo com seus pais. Certo dia de verão, ela saiu para ir à feira com uma amiga quando sentiu uma vontade enorme de ir ao banheiro. Sem ter aonde ir, entrou no primeiro casebre do caminho e resolveu fazer xixi por lá mesmo. Foi quando um homem de 35 anos a encontrou e decidiu que a tomaria à força. O rapaz a prendeu dentro da cabana e a violentou: foi tanta brutalidade que Luci ficou toda ensanguentada e com as vestes rasgadas. Quando a menina chegou em casa, seu pai se encheu de desgosto – não podia acreditar que a filha não era mais virgem. [...]
>
> Como o pai da menina não queria mais saber daquela filha impura, mandou ela se casar com seu estuprador. Foi o que aconteceu. [...]
>
> A história seria apenas mais um terrível conto medieval, [...] [mas] o caso de Luci não aconteceu no século X, mas no século XX [...]. O importante vilarejo era a cidade de Guarulhos, em São Paulo, e Luci é Lucineide [...], que, hoje, está separada de seu estuprador.

Então, quantos casos assim nós vamos ter na nossa história, em que a própria lei legitimava a violência sexual do estuprador?

Tínhamos também casos em que o estupro dentro do casamento era causa de extinção de punibilidade. Isso estava no Código Penal. E nós temos julgamentos emblemáticos na nossa história em que o estuprador era absolvido; era reconhecida a extinção de punibilidade dele, com o argumento de que a cópula carnal intramatrimonial era dever dos cônjuges.

Essas foram situações que perduraram até 2005, com uma pequena reforma que nós tivemos. Em 2006, nós tivemos a emblemática Lei Maria da Penha, em que o Brasil reconheceu para si a violência contra a mulher como um problema de saúde pública. Porque a ONU já tinha reconhecido isso em 2002, numa pesquisa que foi realizada. Ela detectou que a maioria das mulheres de todo o mundo que procurava um sistema de saúde eram mulheres vítimas de violência. E o Brasil, com certa resistência, reconheceu isso em 2006, com um forte movimento feminista, em decorrência do processo de Maria da Penha Maia Fernandes.

Em 2009, nós tivemos aquela modificação do Código Penal, que alterou os termos: "crime contra a honra" para "crime contra a dignidade sexual". Então você vê que é inimaginável a gente pensar que a honra da mulher permeava todo um ordenamento jurídico e legislações que pautavam o comportamento da mulher.

Tivemos agora, mais recentemente, há um ano, a Lei do Feminício, e agora o aumento de pena para o estupro coletivo. Todas essas leis são muito bem-vindas pela sociedade, até porque a lei é um clamor da sociedade, mas nós não vamos impedir que esses crimes continuem acontecendo se nós não combatermos a causa deles: o preconceito, o machismo, essa cultura do estupro, de que a gente fala tanto, que nada mais é do que pabilizar a vítima pela violência sexual do seu agressor. A mulher pode, sim, usar um *short* quando ela sai rua, mas isso não legitima um crime. São coisas totalmente diferentes. A mulher pode se colocar numa si-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tuação mais vulnerável, dependendo da roupa que ela usa, mas isso não justifica ser estuprada ou violentada. São coisas que nós temos que ver de uma ótica completamente diferente.

O que nós vamos dizer para as mulheres vítimas de violência sexual, que, em geral, são 50% crianças, 20% adolescentes, 30% mulheres? O Estado não pode dizer simplesmente: "Se respeitem", como foi dito em audiências passadas. Crianças e adolescentes são estupradas, 70% delas, dentro de suas casas, por seus pais e familiares.

Bom, já acabou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem cinco minutos.

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Ah, obrigada.

Então, tem coisas que nós precisamos enfrentar. Nós precisamos controlar a mídia, responsabilizar a mídia. Não podemos admitir a sexualização do corpo da mulher na mídia. E o *marketing* tem uma ideia muito cruel da mulher, porque ele se baseia e formula a sua estratégia pela pirâmide de Maslow. Se você observar a pirâmide de Maslow, a base dela é o quê? É o consumo, são necessidades fisiológicas. Coloca-se a mulher exatamente nesse patamar da necessidade fisiológica e de consumo do homem como mecanismo para aumentar a sua venda, a publicidade e aumentar a renda, obviamente.

Precisamos enfrentar crimes de *stalkings*, que a nossa lei não prevê, que são a perseguição que o homem faz com a mulher. Nós precisamos enfrentar causas. Inclusive, há um artigo recente que fala que a violência sexual é causa de indignidade. E realmente é, porque é inadmissível um pai estuprar uma filha e a filha continuar com o nome daquele pai. É inadmissível isso.

Nós precisamos enfrentar a violência psicológica que o filho sofre dentro de casa, porque, enquanto em outros países o pai responde pela violência física que comete contra a mulher e também pela violência psicológica contra o filho que presencia a violência, no Brasil, os filhos são só testemunhas do fato. Nós temos estudos psicológicos e científicos que comprovam que 70% das crianças que presenciam uma violência tendem a ter transtornos o resto das suas vidas e mesmo a reproduzir esses atos. Ou seja, é um ciclo de violência que não tem fim. Nós precisamos responsabilizar por esses atos.

Para finalizar a minha fala, eu venho apresentar para vocês um aplicativo que nós criamos, eu e minha amiga Aisla. Foi uma parceria que fizemos com a fábrica de aplicativos. Anunciamos aqui porque está em rede nacional, abrange um grande público. O nome do aplicativo é Rede de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência. Eu quero que vocês tenham esse aplicativo como um mecanismo de empoderamento, porque poderá encontrar nele formas de denúncia, quem deve procurar se for violentada, pode se cadastrar para trabalhar como voluntário. E eu já convoco aqui todos os profissionais, tanto da área jurídica, da área psicológica, assistentes sociais, todos os envolvidos na área, e não só profissionais, mas instituições também, governamentais e não governamentais. Porque a gente só vai conseguir combater esse câncer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou perguntar aqui, porque eu também entendo pouco desse negócio de Whatsapp, dessa coisa toda: quem está nos assistindo e quiser entrar como é que faz?

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Vou já falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, está bom. Vou dar um tempo a mais para isso.

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Nós só vamos conseguir combater esse câncer da sociedade, porque é uma chaga que se abriu, quando nós implementarmos políticas públicas integradas. Nós precisamos disso, seja na segurança, na saúde, na assistência, em todas as árias precisamos de políticas públicas integradas.

E que o Estado não veja esses estupros coletivos que agora surgem, mas, na verdade, sempre aconteceram, principalmente quando nós falamos em comunidades que são dominadas pelo tráfico... Aqui em Brasília, nós temos a comunidade do Sol Nascente, hoje considerada a maior comunidade da América Latina, que cresceu à margem do nosso Estado, aqui na nossa Capital. Lá as mulheres não conseguem se livrar do seu agressor, porque elas precisam ficar com um homem dentro de casa...

(Soa a campainha.)

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – ... senão os traficantes cooptam seus filhos para o tráfico e, as mulheres, para a prostituição. Então, nós precisamos desse aparato estatal para conseguir vencer essa luta.

Você pode passar, por favor.

Essa é a página do Facebook, para vocês acompanharem.

Pode passar mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui são as funcionalidades que o aplicativo apresenta: o Disque 180, cadastro de profissionais, de instituições, geolocalização de profissionais perto de você – você pode entrar lá e localizar rapidamente algum profissional que esteja perto de você –, fórum com o depoimento das vítimas.

Hoje ele já está disponível na loja do Google, a Google Store, e também estará disponível para iPhone, mas a AppleStore demora uns dias.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Já está, né? Ótimo, obrigada. Então, vocês já podem baixar. É em nível nacional, e vocês podem se cadastrar em qualquer lugar do Brasil.

Eu agradeço imensamente a parceria que nós fizemos com a Aplicativos Fáceis, o Dr. Marcelo. Ele conseguiu compreender de uma forma muito sensível todas aquelas necessidades que nós esperávamos desse aplicativo. Esse foi um projeto idealizado com muito carinho e há muito tempo. Não foi de agora. Tem seis meses, mais ou menos, que nós estamos trabalhando nesse projeto, e ele, com toda a sua equipe e com muito carinho conseguiu desenvolver essa ferramenta, que é para todos nós.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Alinne de Souza Marques, representante da Comissão de Combate à Violência Familiar da OAB. Ao mesmo tempo, deixou aqui essa contribuição com o aplicativo, para que todos possam interagir.

Vamos, de imediato, à representante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno e Conselheira Tutelar, Srª Clementina Bagno.

A SRª CLEMENTINA BAGNO – Bom dia! Gostaria de cumprimentar todos e todas, em nome das jovens negras da periferia que aqui estão presentes. Eu sei o quanto é doloroso vir aqui. Espero que minimamente eu possa representá-las.

> Polícia Civil de Uberlândia conclui inquérito sobre a morte da bebê de sete meses, vítima de violência física e sexual por parte do padrasto. A delegada informou que a bebê foi torturada com pancadas na cabeça, tentativa de afogamento e outras agressões. Segundo o inquérito, ele sentia raiva da menina por ser filha de outro homem, e tinha intenção de matá-la. Em depoimento, o padrasto contou que a violência contra a neném começou por volta das 8h, quando a mulher saiu para trabalhar, e só terminou por volta de meio-dia, momento em que ligou para a companheira, relatando sangramento da vítima. Ele deu várias cabeçadas, que causaram afundamento de crânio, e colocou o rosto da criança por mais de 30 minutos debaixo do chuveiro. Ele retirou a criança do chuveiro ainda viva, colocou-a no sofá, a enxugou e, neste momento, contou que despertou o desejo sexual. O padrasto praticou sexo oral por mais de meia hora. Em seguida, limpou a enteada e voltou a cometer agressões físicas com socos no abdômen. Por fim, pegou um travesseiro e asfixiou a vítima até ela parar de se mexer. O suspeito não assumiu ter feito sexo anal, embora a menina estivesse com ferimentos.

Para entender a lógica da violência sexual contra crianças e adolescentes, devemos partir do entendimento de que vivemos em uma sociedade machista, misógina e patriarcal, em que o corpo da mulher, independentemente da sua idade, é objetificado para aquele homem que possui uma relação de poder com essa vítima. Ou seja, o seu corpo é um objeto, é a propriedade do abusador.

O caso acima exemplifica essas três características, que expõem a mulher como uma pessoa não de direitos: o machismo e o patriarcado, pois a bebê era filha de outro homem, e o violentador se sentia em desvantagem; não estabeleceu, talvez, uma relação de poder naquele espaço familiar, mesmo se tratando de uma neném; a misoginia, pela crueldade e tortura; o ódio que foi perpetrado contra essa menina.

Eu gostaria de perguntar aos conservadores fundamentalistas que dizem não haver cultura do estupro e responsabilizam a vítima: o que justifica tamanha brutalidade contra uma criança, menina, de apenas sete meses de idade? Repito: sete meses de idade! Não vamos patologizar ou chamá-lo de delinquente o ou nome de que muitos o chamariam, de monstro.

O nome disso é homem. Pois a relação de poder construída socialmente diz que o homem é soberano à mulher, independentemente de sua idade, classe social e raça. Mas dentro desse recorte, nós, mulheres negras e principalmente quem está na periferia, somos as mais violentadas.

O Mapa da Violência de 2015, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), apontou que 66,7% de mulheres negras são assassinadas a mais do que as brancas. O feminicídio das negras aumentou torno de 50%, enquanto que das brancas diminuiu 9%. Dados como esses corroboram, com outros dados rmantes, o alto índice de mortalidade da juventude negra. Em nosso País, o risco de morrer assassinado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para os jovens negros, é 6,6% maior do para os para os jovens brancos, compreendendo cerca 77% dos jovens assassinados em nosso País.

O Ministério Público do DF registrou 158 casos de abusos sexual contra crianças e adolescentes, em 2015. Ceilândia foi a região que mais registrou casos, com 30 ocorrências; em seguida, vem Planaltina, com 14, São Sebastião, com 13, e Samambaia, com 12 casos.

De acordo com o Promotor do DF, Thiago Pierobom, a temática dos crimes está diretamente relacionada com a discriminação das mulheres. As estatísticas do Disque 100 apontam que 80% das vítimas são meninas e 85% dos agressores são homens. Isso mostra que não se trata apenas de um crime contra a infância, mas de um recorte de gênero. Infelizmente, isso reflete a visão que se tem do papel das mulheres na sociedade, como peças à disposição dos homens desde pequenas. Em âmbito nacional, o Disque 100 recebeu 4.953 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o País, nos primeiros quatro meses de 2016. São Paulo tem a maior quantidade de registros, com 796 reclamações, 16% do total nacional; em seguida, está a Bahia, com 447, Minas Gerais, com 432, e Rio de Janeiro, com 407.

A distribuição etária é variada, pois 31% das denúncias indicam que, com relação à violência sexual contra adolescentes de 12 a 14 anos, 20% das denúncias se referem a adolescentes de 15 a 17 anos, e outros 5,8% de crianças de zero a três anos.

Grande parte das denúncias indicaram que os casos aconteceram dentro do ambiente familiar, como já foi dito aqui anteriormente. Os denunciados são geralmente o pai, o padrasto, o tio da vítima e também outros homens como professores, líderes religiosos e outros empregadores dessa residência.

Dentro dessa perspectiva da violência sexual, a gente tem que pautar a exploração sexual, que é a forma mais perversa da violência sexual, pois a troca do sexo, hoje, de crianças e adolescentes pode se dar por comida, por drogas ou por um simples teto para dormir. E é diretamente ligada ao sistema de exploração excludente do capitalismo que vivemos. Ainda é mais cruel quando a criança ou o adolescente caem na rede do tráfico humano. A ONU calcula que o tráfico de seres humanos para exploração sexual movimenta cerca de US$9 bilhões no mundo e só perde rentabilidade para a indústria de armas e do narcotráfico. E o Brasil ocupa o 1º lugar na exploração sexual infanto-juvenil na América Latina. Cruzam no País ao menos 110 rotas internas e 131 rotas internacionais relacionadas ao tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual. Segundo o Disque 100, de 2015 a 2016, aqui no DF, tivemos aproximadamente 70 casos de crianças e adolescentes.

Diante desses altos números de violência, nós nos deparamos ainda com a escassez de políticas públicas de atendimento especializado de crianças e adolescentes. E eu gostaria que todos prestassem muita atenção nessa parte, porque é nossa luta como militantes e ativistas na área da infância.

É inviável, ainda, pensarmos no adultocentrismo do serviço de atendimento. É necessário que tenhamos núcleos especializados para as crianças e os adolescentes, para que sejam atendidos em suas especificidades, como pessoas em desenvolvimento. Além disso, com profissionais capazes de olhar a vítima em sua totalidade, como uma pessoa que já possui uma trajetória de vida e que deva ser protagonista de sua história.

Alguns Estados brasileiros já possuem centros de atendimentos integrados a crianças e adolescentes. A ideia é a de que os centros tenham todos os serviços disponíveis, evitando a revitimização e a política do que eu chamo de política do pingue-pongue, em que as vítimas têm de ficar relatando, em cada serviço em que são atendidas, a violência sofrida. Ficam indo a diversos locais, muitas vezes sem nem ter como custear o transporte. Espera-se que, aqui no DF, o centro ainda saia este ano. Estamos ansiosas.

Dentro disso, eu não poderia deixar de abordar dois temas que contribuem diretamente para a cultura do estupro, a propagação do machismo, a permanência do feminicídio e tantas outras violências que atingem crianças e adolescentes. A escola sem partido e a retirada de gênero nos planos de educação... (*Palmas.*)

... são os maiores retrocessos que já vivenciamos no âmbito escolar.

O primeiro impõe uma hegemonia de pensamentos, ou seja, permanecerá uma ideia europeizada de sociedade branca, sem diversidade religiosa, masculinizada, heterossexual e sem gênero. É contra o movimento estudantil, é contra a liberdade de pensamento, é contra a troca livre de ideias entre professores a alunos. Se hoje entendemos que a escola ainda está parada no século XX e os alunos no século XIX, esse processo conservador acentuará a intolerância entre os diferentes.

O não debate de gênero fortalece o machismo e o patriarcado, impõe papéis sexistas e será permissível aos preconceitos, opressões, homofobias e transfobias, ou seja, estamos vivendo em um país em que homens brancos, ricos, cristãos e heterossexuais estão impondo seus valores morais em nossas vidas. Seremos soldadas ervas de uma bancada presente neste Congresso que é a favor da tortura, é a favor do extermínio da popuão negra, é a favor da intolerância religiosa, é a favor da homofobia e é a favor de estupradores. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É imprescindível irmos às ruas ocupar as escolas, dialogarmos sobre as políticas públicas que queremos e enfrentarmos todas as formas de violência contra nossos corpos. É preciso dar voz às crianças e aos adolescentes. Por isso, como bem diria Betinho:

> Se não vejo na criança uma criança é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado.
> Essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto.
> Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é um princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.

Para finalizar: fora Temer e fora golpistas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Clementina Bagno, representante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno e Conselheira Tutelar. Não vou fazer comentário porque as interrupções e as palmas, do início ao fim, já mostraram o quanto você acertou na sua palestra. Tem aqui o nosso endosso total. Se eu pudesse assinar embaixo estaria assinando já a palestra de todas. Assino embaixo da palestra de todas aqui da Mesa. Meus cumprimentos.

Agora, passo a palavra à advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero, Aisla Amorim.

A SRª AISLA AMORIM – Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e agradecer também pelo convite para participar deste debate de temas tão relevantes.

Meu nome é Aisla Amorim, falo aqui na condição de membro da Associação das Advogadas pela Igualdade de Gênero e estou aqui para tratar das questões relativas ao estupro, sobretudo, as questões jurídicas.

A Associação das Advogadas pela Igualdade de Gênero é uma organização feminista, não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 2015, em Brasília. Nosso principal objetivo é promover a equidade de gênero. Somos um grupo de advogadas que acreditam na sensibilização, educação e capacitação profissional e política para as questões de gênero, raça e etnia como mecanismo de superação das desigualdades e na litigância estratégica como forma de efetivação de direitos. Enfrentamos temas como direitos sexuais reprodutivos e violência de gênero e raça, incluindo a violência institucional.

Como muito bem salientado pela Drª Alinne, no Brasil, a cada 11 minutos, ocorre um crime de estupro e, por ser este o crime que tem a maior taxa de subnotificação do mundo, esse número pode ser ainda maior, pode ser dez vezes maior. Somos o quinto País mais violento do mundo para com as mulheres, de um rol de 83 nações, segundo o Mapa da Violência de 2015. O lar ainda é o lugar menos seguro para as mulheres, e as violências são cometidas por pessoas próximas, em casa. A subnotificação, nos casos de estupro, é apenas uma das faces desse grave problema social decorrente da cultura patriarcal. Existe despreparo e preconceito por parte dos agentes de segurança pública, existe medo e vergonha por parte das vítimas.

A cultura do estupro reforça o sexismo e o machismo exacerbado que, em pleno século XXI, enxerga a mulher como mero objeto. Constitui a violência de gênero mais sórdida, pois subsome diversas outras, como a psicológica, moral, física e sexual. Perde apenas para o feminicídio, que, além de toda indignidade, atinge o bem maior, que é a vida.

De acordo com o Código Penal brasileiro, em seu art. 213, na redação dada pela Lei 12.015, de 2009, estupro é constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar, ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. O estupro, considerado um dos crimes mais violentos, é também considerado um crime hediondo, pode ser praticado mediante violência real, quando há agressão, ou mediante violência presumida, quando praticado contra menores de 14 anos, alienados mentais ou contra pessoas que não puderem oferecer resistência.

Antes de 2009, a lei definia estupro como constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Assim se deixava implícito que apenas a mulher poderia ser a vítima desse crime, e somente o homem poderia ser o sujeito ativo, o agente ativo.

Com a Lei 12.015, de 2009, o art. 213 do Código Penal foi alterado, substituindo a expressão "mulher" por "alguém". Logo, o homem também pode ser vítima do crime de estupro.

É importante registrar ainda que o estuprador não é uma pessoa doente. Estupro não tem nada a ver com doença, mas, sim, com a cultura de estupro, que nada mais é do que o crime de estupro como reflexo da cultura patriarcal. É relação de força, poder e opressão, é apropriação de um corpo sobre o qual não se tem direito, mas se acha que tem. Talvez – e isso é uma hipótese – seja uma das razões para que crimes dessa natureza ocorram com tanta frequência no ambiente privado. No Brasil, por ano, como também muito bem colocado pela Drª Alinne, ocorrem 50 mil casos de estupros, e acredita-se que esse número representa tão somente 10% do total real, em razão da subnotificação, como anteriormente colocado, e mais da metade das vítimas são crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Boa parte dos estupradores não são desconhecidos que ficam em uma rua escura, mas, sim, são pessoas que convivem com a vítima – pais, amigos, maridos, enfim, conhecidos. A cultura patriarcal constrói a diferença entre masculinidades e feminilidades, como a diferença política entre liberdade e sujeição, em que o domínio sexual é o principal meio pelo qual os homens afirmam a sua masculinidade.

Colonização, dominação, apropriação, controle e uso de corpos é o *modus operandi* do patriarcado para com as mulheres. Corpos tratados como propriedade é o senso que banaliza, legitima, justifica e naturaliza a violência contra a mulher. Nessa estrutura, o controle do corpo da mulher, o controle da sexualidade da mulher é uma forma de constrangê-la socialmente. É uma construção social e política para dizer o lugar que deve ocupar e a forma como ocupar. Em resumo, enquadra-a no papel de bela, recatada e do lar.

É essa cultura que garante a permanência desse papel de inferiorização da mulher em todos os ambientes, em toda a estrutura social, e não atinge só mulheres, mas todos os corpos fora do padrão heteronormativo. O estupro é um crime hediondo, mas, como muito bem colocado pela Drª Clementina, ele é duplamente hediondo quando atinge mulheres negras. É a violência de gênero potencializada pela discriminação racial, legado do nosso passado de colônia escravagista, em que mulheres negras eram violentadas pelos senhores de escravos e submetidas às mais variadas formas de violência, como muito bem ressaltado pela filósofa Djamila Ribeiro.

É importante ressaltar que nossa miscigenação, tão louvada e romantizada por aqui, decorre de estupros sistemáticos do período colonial. Mulheres negras integram o grupo que está mais suscetível a violência, já que seus corpos vêm sendo desumanizados historicamente, de forma ultrassexualizada. Elas são vistas como lascivas, fáceis, as que não merecem ser tratadas com respeito. A imagem da mulher negra brasileira é vendida no mundo inteiro estereotipada como objeto sexual.

Com base nesses fatos históricos, podemos dizer que no Brasil há uma relação direta entre colonização e estupro. Isso precisa ser combatido com ações políticas afirmativas e com representatividade nos meios de comunicação e espaços de poder.

Múltiplas violências exigem reações igualmente múltiplas. Daí a razão da abordagem transversal e interseccional do tema e do tratamento do crime.

Diante das questões aqui apontadas, infelizmente também em razão do tempo, ainda bem superficiais, a angústia que nos consome, a nós do Direito, é a certeza da insuficiência do Direito e dos recursos jurídicos para combater o referido crime de estupro. A estrutura de segurança pública e do Poder Judiciário no Brasil são apenas uma parte da solução.

Nesse contexto, além da criação de novos tipos penais ou aumentos de pena, que é a relação do Direito Penal simbólico, é necessário também aplicar melhor a legislação existente e punir, de fato, estupradores em processos com tempo de duração razoável e que respeitem o devido processo legal.

É necessário que haja estruturas nas delegacias para acolhimento e condução respeitosa do caso, de forma a não desumanizar, a não amedrontar, a não desencorajar, a não ridicularizar e não expor a vítima.

É necessário que as perícias sejam feitas da forma mais humana possível, em ambientes e com profissionais menos hostis.

É necessário que os inquéritos sejam conduzidos de maneira ética, para que o crime seja efetivamente elucidado e não justificado, como vem ocorrendo.

É necessário conduzir processos para que sejam punidos os culpados, e não punidas as vítimas. Para tanto, é necessário subverter a lógica patriarcal da formação dos agentes públicos e operadores do Direito.

É necessário discutir gênero nas escolas, mas, mais do que nunca, é necessário discutir gênero nas universidades, não só na área de humanas, mas no *campus*, na aula inaugural de todos os cursos, nas calouradas.

É necessário tratar de gênero nos concursos públicos e nas instituições jurídicas.

Precisamos urgentemente repensar nossos currículos.

Por outro lado, considerando a insuficiência do Direito, é preciso também pensar em legislação, políticas públicas e representação.

Precisamos de mulheres ocupando espaços de poder, precisamos de mulheres presentes e legislando para e sobre mulheres. Precisamos evitar retrocessos que impliquem em perdas de direitos e obstáculos para as vítimas de crime hediondo, como tem ocorrido no PLC 5069. Precisamos de políticas públicas adequadas.

Só podemos, portanto, combater a cultura patriarcal e o crime de estupro se pudermos ampliar o diálogo entre homens e mulheres, se pudermos lutar para que os papéis de gênero não sejam mais opressores e que sejam respeitadas as autonomias das pessoas. Só assim, vamos conseguir substituir por uma cultura de direitos humanos, direitos humanos entendidos não como postulados metafísicos ou como cartilhas de boas intenções, mas que fique claro, entendidos como uma cultura que se constitui na afirmação da luta do ser humano pela dignidade, pela vivência dos seus desejos e de suas necessidades.

Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Doutora.

Meus cumprimentos à Drª Aisla Amorim, advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero. Olha, uma palestra – já digo palestra – uma melhor do que a outra.

Posso assinar a sua também? (*Risos.*)

Concordância total com todas aqui. Está sendo uma lição para muita gente. Já estão me pedindo aqui, pelo WhatsApp – eu falo do WhatsApp, mas vivo grudado nele – se eu posso fornecê-las depois para as universidades. Então, fica assegurado que eu vou fornecer o vídeo, pela Comissão, vou encaminhar para as universidades que estão me pedindo.

Agora eu passo a palavra à Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores, a líder Sônia Maria Zerino da Silva.

Sônia, com certeza, você aqui fala em nome de todas as centrais, porque é unânime, mas não dava para convidar todas. Há momentos em que se convida uma, depois se convida outra.

Você fala aqui pelo movimento sindical brasileiro.

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Obrigada. Bom dia a todos e a todas.

Eu quero agradecer ao Senador Paim o convite de poder estar aqui representando a Nova Central Sindical e, como ele colocou, as demais centrais sindicais. Aqui também está a companheira Junéia, da CUT. Temos trabalhado juntas com todas as centrais sindicais no Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, quando ela falar, ela fala por todas as centrais também.

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – É pelo Fórum, temos tido uma unidade muito grande das mulheres trabalhadoras no que se chama a questão do recorte de gênero dentro das centrais.

Então, eu quero agradecer ao Senador Paim.

Hoje o nosso debate é sobre o crime de estupro no Brasil.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pelo brilhante trabalho que V. Exª tem feito aqui no Senado, não só em defesa das questões das mulheres, como em tantas outras pautas brasileiras em que V. Exª tem assumido um papel fundamental, com responsabilidade de quem realmente está legitimando o voto dos seus representados lá na sua base.

Parabéns, Paulo Paim, por sua postura e ética dentro deste Senado.

Há poucos dias, fomos surpreendidos com a notícia de uma adolescente desacordada, dopada, que foi estuprada no Rio de Janeiro, mas outras notícias também antecederam ao crime de estupro, como no Piauí, no ano passado, em que também houve um caso absurdo e tantos outros que sabemos.

Então, a Nova Central Sindical, junto com o movimento sindical, movimento de mulheres trabalhadoras, temos feito um debate muito grande neste País no combate à violência contra a mulher, que atinge as trabalhadoras, que, muitas vezes, na segunda-feira, são acometidas de violências e vão trabalhar com hematomas no rosto. Perguntamos às companheiras nas nossas bases, com as lideranças sindicais nos sindicatos e nas empresas, o que aconteceu? "Bati no armário", "caí e bati com a cabeça na escada", e não foi. Foi violência, a violência que tem assolado as mulheres brasileiras, mulheres jovens, mulheres em todas as idades.

Nós, que estamos trabalhando na organização das mulheres nas bases, temos levado a questão do debate da violência contra a mulher e temos tentado levar também as possibilidades e o conhecimento das entidades que se podem procurar na defesa e na prevenção e combate à violência contra a mulher.

Segundo o Ipea, 67% dos casos de violência contra a mulher são cometidos, na questão do estupro, por parentes mais próximos ou também por pessoas próximas da família; 70% das vítimas são crianças e adolescentes, e apenas 10% desses estupros, dessa violência do estupro, são notificados. A maioria dos agressores, muitas vezes, não são punidos. Então, a gente vê que é uma coisa que, muitas vezes, as mulheres... A pesquisa do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre violência contra a mulher, feito agora recentemente, diz que 90% das mulheres têm medo da violência contra a mulher e da questão do estupro.

A Nova Central Sindical e nós, mulheres trabalhadoras de todas as centrais sindicais, repudiamos esse crime hediondo contra as mulheres, que ocorreu no Rio de Janeiro e tem ocorrido em vários Estados, não só no Rio de Janeiro. Mas esse foi de forma bruta, porque foi exposto também nas redes sociais e mostra o descaso dos homens sobre a questão do não respeito ao corpo da mulher.

No Brasil, como já foi falado aqui, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos. Nós repudiamos o machismo, a misoginia que sustenta a cultura do estupro, que torna as mulheres vulneráveis à violência.

As estatísticas mostram que, na base dessa cultura da violência, a maioria das vítimas são mulheres da classe trabalhadora; 52% das vítimas de estupro são mulheres pobres e negras. Lamentamos que o Governo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

aí está ainda não deu ênfase à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que hoje está dentro do Ministério da Justiça, junto com a de Igualdade Racial e Direitos Humanos, e ainda tenha escolhido uma Parlamentar fundamentalista que, entres outros absurdos, ataca os direitos sexuais das mulheres e os direitos reprodutivos.

Convocamos todas as mulheres deste País a refletir sobre a cultura machista internalizada na sociedade brasileira. Lutamos cotidianamente contra a violência machista que vitimiza a mulher e a vida da mulher ano a ano. Nossa luta resultou em políticas públicas, e este ano nós tivemos a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. E aí, como se vai fazer com esse Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e praticamente o desmonte que a gente tem visto da questão das políticas públicas para a mulher? Expressamos nossa preocupação na continuidade e no fortalecimento dessas ações no Governo, formado por homens brancos, ricos e sem qualquer compromisso com a luta das mulheres.

Há uma clara sinalização pelo desmonte das políticas públicas nacionais para mulheres, além do retrocesso iniciado, em que o projeto que tramita na Câmara visa restringir drasticamente o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência sexual.

A proposta remove o atendimento de saúde aos tratamentos preventivos, como a pílula do dia seguinte, coquetel antiaids e o fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e todos os servidores sanitários disponíveis para ela.

São coisas, companheiros... A questão da violência vitimiza a mulher, a criança, o adolescente com... não são nem traumas, mas feridas no corpo e na alma. As feridas do corpo, muitas vezes nós curamos nos hospitais, mas as feridas da alma nos trazem sequelas para o resto da vida.

Eu tenho uma companheira que é diretora, comigo, lá no meu sindicato. Ela foi abusada pelo padrasto, e a mãe dela dizia que era mentira. Ela falava com a mãe, dizia que era assediada de noite. Ela disse que, quando ia dormir, ele sutilmente vinha ao quarto e levantava o lençol dela, até que ele conseguiu estuprá-la. Ela disse para a mãe, e a mãe dela dizia que era mentira, até que o irmão dela veio do interior e a convidou para morar com ele. Assim, ela se libertou ao morar com o irmão, mas enquanto esteve lá, a mãe dela dizia que era mentira, que ela não estava sendo estuprada, que ela não estava sendo assediada. Ela não tinha para onde ir. Às vezes dormia na casa de uma amiga ou na casa de outro parente. Para sair de casa definitivamente, ela teve que contar ao irmão, com medo até que ele a matasse, porque ele a ameaçava de morte.

Vemos isso nitidamente no nosso dia a dia, no convívio com algumas companheiras de trabalho, até com lideranças sindicais. E grandes lideranças sindicais, nós vemos que são ameaçadas e violentadas dentro do próprio lar.

Essa dor transforma. E aí se luta contra o machismo. Que veementemente venhamos a nos unir cada vez mais, mulheres trabalhadoras, mulheres cidadãs, mulheres da comunidade, para continuar nas ruas e garantir os avanços que tivemos a duras penas, porque muitas das companheiras que nos ajudaram nessas conquistas que existem hoje na sociedade, nos direitos das mulheres, tombaram na luta.

Então, para continuarmos a avançar, para que possamos garantir o que já conseguimos, nós vamos ter que continuar lutando. Não admitimos retrocesso! Não admitimos retrocesso nas políticas públicas, não admitimos mais ver violência, principalmente com as mulheres negras. Se as mulheres brancas também sofrem assédio, as mulheres negras sofrem muito mais.

Nós, mulheres trabalhadoras, continuamos na luta em defesa da dignidade, dos direitos humanos e em defesa de todas as mulheres deste Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que, junto com a Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, da CUT, fala em nome de todas as centrais.

Eu queria cumprimentá-la também, Sônia, por esse relato que você fez, porque o que eu mais recebo aqui, na Comissão de Direitos Humanos, é exatamente esse caso que você contou.

São centenas de casos que chegam aqui, e nós encaminhamos, claro, para os canais competentes, de padrastos – é esse o termo correto, não é? – que violentam as filhas da senhora, enfim, da segunda esposa. Então, os meus cumprimentos pela fala, que representou muito bem as centrais.

E, por fim, a última desta Mesa, e depois vamos para a segunda Mesa, a Srª Eurídice Almeida, Diretora Nacional na Coordenação de Mulheres.

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – Mulheres Trabalhadoras da Fasubra Sindical.

Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa informação eu não tenho, mas vou ...endar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – Isso, da Fasubra Sindical.

Bom dia, companheiros e companheiras; bom dia aos internautas; bom dia, Senador Paulo Paim. Na sua pessoa, saúdo todas as companheiras que estão nesta Mesa comigo e que estão na plenária.

Começo dizendo que a violência – até para nós, mulheres que estamos à frente, estamos na luta, estamos denunciando – é infelizmente ainda corriqueira. Muitas de nós, que hoje estamos à frente, que somos líderes, que estamos liderando esses movimentos sofremos violência, e continuamos a sofrer a violência cotidiana, mesmo nos nossos embates. Infelizmente, ainda ocorre isso.

Bem, falar por último, numa Mesa tão qualificada como esta, tendo sorvido tanta informação, para mim é um privilégio. E agradeço, mais uma vez. E como mulher, como sindicalista, como nordestina, gostaria de trazer um abraço da Paraíba a todas as mulheres, ao Senador Paulo Paim e também a nossa companheira Erika Kokay, que acabou de chegar e é uma grande lutadora, que está aqui com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem-vinda, Erika Kokay! (*Palmas.*)

Olha, é a Deputada mais presente nesta Comissão do Senado.

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – Seja muito bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E é sempre bem-vinda. Muito bem lembrado.

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – Seja muito bem-vinda!

Digo que o trabalho desenvolvido na CDH está promovendo uma nova cultura entre o controle social, todas as populações vulneráveis, que é assistir à TV Senado. Eu estive, há pouco, passando por todo o interior do Estado – Patos, Sousa, Cajazeiras, Pombal, Campina Grande – e encontrei muitos e muitos companheiros e companheiras assistindo à TV Senado, e anteriormente isso não existia. E isso se dá muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas aos profissionais da TV Senado!

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – E à Comissão de Direitos Humanos! (*Palmas.*)

Eu os parabenizo.

E, adentrando aqui no tema, eu quero começar já citando Simone de Beauvoir, quando ela diz:

> Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.

Por que dizer isso? Estamos falando de estupro. Nós, mulheres, nós, cidadãs, e nós, cidadãos, somos estuprados diariamente, em especial, infelizmente, nesta conjuntura em que nós estamos.

Estupra-se a mulher, cotidianamente, quando estupra-se a cidadania e o futuro, prioriza-se a repressão em detrimento da educação.

Estupra-se uma nação quando lhe impõem metas fiscais que penalizam a educação, a saúde e os programas sociais.

Estupra-se a democracia quando, para encobrir propinas e corrupção, sabotam a Lava Jato e promovem um golpe.

Estupram-se os contribuintes, que pagam seus impostos em dia, em prol dos sonegadores.

Estupra-se também a decência pública quando um Ministro da Educação recebe um estuprador que pede, em nome da moralidade ideológica, o veto aos temas políticos como conteúdo nas escolas.

O que é que vai ser dos nossos cidadãos e cidadãs, já que nós sofremos a violência desde nascituros, se a violência começa dentro das nossas casas, como aqui foi muito bem verbalizado? Nós temos o espaço da escola, para que possamos fazer esse trabalho de politização, de "não" à violência, de mostrar os seus direitos, de defender os seus direitos e de buscar essa ampliação.

As escolas são, em sua essência, um ambiente de formação da cidadania. O que se diz de um país cidadão, quando os seus professores são cerceados de formar os cidadãos politicamente? Não é? O que a gente pode dizer com isso?

Estupram-se os jovens e as crianças com campanhas midiáticas que despolitizam e promovem programas de TV que nos reduzem, nós, mulheres, a meros pedaços de carne. O que dizer da pseudocomunicação que está sendo feita, está sendo trabalhada em nosso Brasil para desmotivar, para desqualificar todos os avanços que foram conseguidos com muita luta, com muita perseverança para os movimentos sociais?

Estupram-se o cidadão e a cidadania quando o seu direito à sexualidade e à religiosidade são violen-

os. O que dizer dos ataques a terreiros, aos povos de terreiros, os ataques às mulheres e aos povos ribei-

nos? Porque os povos ribeirinhos, principalmente as mulheres, são vistos e considerados como serviçais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

prostitutas daqueles marujos, daqueles marinheiros, daqueles transeuntes, dos viajantes que vêm pela água e também pelo ar.

O que dizer do povo indígena, que está sendo cerceado de seus direitos dentro das suas comunidades e está migrando para as cidades, para as mulheres serem prostituídas, os homens se embebedando, a negligência na saúde, na aplicação da saúde, na aplicação da educação na sua língua mãe?

Tudo isso são estupros. Estupros aos cidadãos, estupros às cidadãs, estupro ao povo brasileiro.

O que dizer desses ataques? Bem a tempo, o Senador Paulo Paim leu o pronunciamento sobre o ataque que ocorreu agora em Orlando? Senador, infelizmente, mas sem a mesma publicidade, isso acontece dentro do nosso continente chamado Brasil, não só nas boates LGBTs, mas também nos centros que são usados para prostituição tanto de homens quanto de mulheres, de todas as cores, de todas as raças, de todas as etnias; crianças, adolescentes, idosos, brasileiros e brasileiras que são impelidos a ir a esses espaços para comercializar os seus corpos. Isso também é estupro.

É um estupro quando eu não tenho a condição, não tenho a ajuda nem o ajuste na educação e na saúde para que eu possa me desenvolver intelectualmente. Esse é mais um grande estupro. Estupra-se um país com um governo provisório ilegítimo. Preocupa-me muito quando, no afã de resolver, nós acabamos tratando-o em nossos discursos como se fosse um governo legítimo, mas esse Governo, para nós, é ilegítimo, nós não o reconhecemos. Estamos em um processo, estamos nas ruas e estamos na luta para que isso não se consolide. Portanto, os nossos discursos não podem ter essa vinculação de um governo efetivo. Para mim ele é ilegítimo até o último instante; para nós, mulheres; para nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, trabalhadores e trabalhadoras, ele é ilegítimo. Eu não reconheço esse Governo, nós não o reconhecemos. (*Palmas.*)

Portanto, esse Governo ilegítimo – cujos dirigentes, em sua maioria, já estupraram os cofres públicos, a ética e a democracia – quer nos impor um *fake* intitulado Ponte para o Futuro, ponte para o futuro que, para o contingente da mulher e das populações vulneráveis dos trabalhadores e das trabalhadoras, transformar-se-á em uma ponte para o inferno de Dante. Essa é a real intenção, é uma ponte para o inferno de Dante.

Assim, companheiros e companheiras, os constantes ataques nos provocam a sair da inércia para, mobilizados, ocupar todos os espaços possíveis e começar pelas ruas, mostrando a nossa cara, a nossa força e perseverança na luta pela manutenção e ampliação dos nossos direitos e contra todas as formas de violência. Nós, mulheres, não mais admitiremos o estupro e a misoginia em nenhuma de suas formas.

Concluo dizendo e citando Cora Coralina: "Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir."

Assim, minhas queridas e meus queridos, machistas, golpistas e fascistas não passarão! Fora Temer! (*Palmas.*)

E fora, Temer.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Eurídice Almeida, Diretora Nacional da Confederação de Mulheres Trabalhadoras da Fasubra Sindical – agora está correto –, que faz o encerramento também desta Mesa, com essa brilhante fala.

Eu convidaria vocês, agora, a retornarem ao plenário.

Antes de retornar, a Drª Alinne quer me entregar uma revista. Ela ia me entregar naquele momento e eu pedi que ela entregasse no encerramento da Mesa.

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Eu vou entregar ao Senador Paulo Paim a revista *Traços,* edição do mês de março, lançada em comemoração ao mês da mulher. Nela tem o depoimento da Maria.

A Maria é uma mulher que, aos 4 anos de idade, foi estuprada pelo pai e, desde então, viveu na rua. Ela morou 30 anos na rua. E ela só saiu da rua por resgate da revista *Traços,* que é uma revista que trabalha com esse empoderamento e resgate da dignidade da pessoa em situação de rua. E eu entrego aqui, em mãos, ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Muito obrigado a todas. Todas terão a palavra ainda nas considerações finais.

Chamo agora as convidadas para a segunda Mesa.

Doutora em Direito, Estado e Constituição, Drª Carolina Costa Ferreira, por favor. (*Palmas.*)

Projeto Onda Escola: Cean (Centro de Ensino Médio Asa Norte), Drª Maria Castanho Ansarah. (*Palmas.*)

Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Márcia Hora Acioli. (*Palmas.*)

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Direitos Humanos pelo Cesusc e Professora do Programa de Mestrado em Direito do Instituto de Direito Público (IDP), Drª Soraia da Rosa Mendes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a líder Junéia Martins Batista, que falará também em nome de todas as centrais sindicais, como fez a Sônia. (*Palmas.*)

E, por fim, Jolúzia Batista, representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). (*Palmas.*)

Só para informação, na terceira Mesa teremos Silvia Badim, Professora da UnB, depois eu tenho currículo dela aqui com mais detalhes; Mozart Simões da Costa Júnior, representante da Fasubra sindical. O Mozart falará aqui o mínimo, porque tem que ter um homem na Mesa, você é a cota dos homens.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não precisa? Cota zero para os homens.

Neliane Maria também, representante da Rosas pela Democracia, falará na terceira Mesa; Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais e Coordenadora dos Comitês de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) e ainda Diana Calazans Mann, Delegada de Polícia Federal, Coordenadora-Geral de Defesa Institucional substituta.

De imediato passamos a palavra à Drª Carolina Costa Ferreira, Doutora em Direito, Estado e Constituição.

A SRª CAROLINA COSTA FERREIRA – Bom dia a todas e a todos, em primeiro lugar eu agradeço pelo convite formulado pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, e cumprimento todas as mulheres que compõem a Mesa para esta audiência pública, assim como todas as pessoas aqui presentes.

Considerando a composição da 1ª Mesa e desta 2ª Mesa, eu acho apenas necessário indicar que, assim como as demais falas que me antecederam, as relações entre gênero e direito estão entre os meus recentes objetos de pesquisa, e eu considero que é impossível não realizar um recorte de gênero e também um recorte de raça para a discussão de uma série de assuntos no âmbito do Direito Penal.

No caso do estupro, trata-se de dois recortes essenciais, motivo pelo qual eu adiro ao posicionamento das que me antecederam em relação à importância do gênero e do recorte de raça nas políticas públicas. Assim, na minha fala eu quero deixar claro que a luta pela igualdade de gênero é fundamental para que pensemos em alternativas para a diminuição dos índices de crime de estupro no Brasil. Além disso, considerando os meus interesses de pesquisa, a discussão no âmbito do Poder Legislativo sobre o que se considera relevante para o debate penal e o que não se considera é fundamental.

No Legislativo, um aspecto a que sempre se recorre quando há algum caso de grande projeção em nossas mídias ou em nossa sociedade é o aumento das penas para um determinado crime. No caso do estupro, a recente aprovação do PLS 618/2015 é um desses resultados que expressaram a resposta mais rápida possível a um problema cuja complexidade, como já disse a Drª Aisla, está longe de ser explicada apenas por meio de uma lei penal.

O populismo penal – exatamente como se chama esse movimento de expansão das leis penais a partir de episódios que demandem uma ação rápida do Estado – é muito sedutor e é percebido em muitos países do mundo. O Direito Penal contém uma perigosa inserção no inconsciente coletivo e, por meio da sua movimentação, o senso comum tende a achar que a sociedade está mais "segura" – entre aspas – quando as penas para quaisquer crimes são aumentadas. Trata-se de uma das muitas falácias atribuídas ao Direito Penal.

Tivemos mudanças significativas na legislação penal referente ao crime de estupro, principalmente em 2009, com a aprovação da Lei nº 12.015, fruto de discussões de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito conduzida pela Senadora Rita Camata. Após o advento da Lei nº 12.015, de 2009, as penas atualmente dispostas no Código Penal para o crime de estupro, no art. 213 e no art. 217-A, são altas. Temos um mínimo de seis anos, no caso do *caput* do art. 213, até 30 anos, quando houver resultado morte, e, no caso do art. 13, §2º e do art. 217-A, §4º, essas penas também chegam a 30 anos.

O problema, no caso dos crimes de estupro no Brasil, não são as penas baixas. O que importa, antes de promover a alteração na legislação penal, é saber quais foram os impactos dessa legislação de 2009 em relação à conduta dos homens.

O Direito Penal possui respostas muito restritas. Em primeiro lugar, a sua natureza não permite a solução do conflito. O Direito Penal nunca prometeu isso. O Direito Penal concentra as suas atenções no autor do crime, enquanto o Processo Penal fornece meios, e meios de prova, para que, em uma reconstrução da narrativa, o réu possa ser absolvido ou condenado e todos os seus direitos fundamentais sejam respeitados.

Quanto à vítima, esta só é necessária no Processo Penal para o início da investigação de determinados crimes, como é o caso do Art. 213 do Código Penal, estupro de pessoas maiores de 18 anos e não consideradas vulneráveis, pois, nesse caso, a ação penal só será processada por representação da vítima. Após essa representação, a vítima pode – não deve, pode! – acompanhar o caso se assim quiser, e poderá ser ouvida, se o juiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

quiser, na produção da prova processual chamada Declarações do Ofendido, ou seja, a vítima é abandonada no Processo Penal.

Em casos de crimes contra a dignidade sexual, o Superior Tribunal de Justiça possui um posicionamento unânime desde 2009 no sentido de que a palavra da vítima possui alto valor probatório nas investigações de crimes de estupro. E aí, por todos, cita um julgado do Ministro Ribeiro Dantas, julgado agora, em abril de 2016. Porém, a palavra da vítima não é, em todos os casos, suficiente para que juízes entendam que tenha havido estupro. Então, temos uma cultura do estupro no âmbito do Poder Judiciário, na prática, no processamento das investigações.

Portanto, entendo que as estratégias para se pensar em formas de evitar a prática do crime de estupro no Brasil não passam atualmente pela alteração do Código Penal, mas, sim, por ajustes às formas de visibilização desses crimes e das políticas de segurança pública e de empoderamento de mulheres.

Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2015, 90,2% das mulheres e 73,7% dos jovens entre 16 e 24 anos têm medo de sofrer violência sexual.

Recentemente defendi na Universidade de Brasília uma tese de doutorado na qual defendo a importância da criação de um estudo de impacto legislativo para que, antes da aprovação de qualquer norma penal ou processual penal que implique a criação de novos tipos penais, todas as pessoas e entidades interessadas sejam ouvidas para trazer as suas contribuições ao debate.

Para isso, algumas perguntas precisam ser formuladas nesse estudo de impacto legislativo. A primeira delas é: o que é o problema? Nosso problema, nos crimes contra a dignidade sexual, são as penas baixas ou é uma cultura de estupro que tem sido altamente propagada e, infelizmente, pouco evitada no Brasil? O problema consiste em uma realidade nacional? O assunto deve ser tratado exclusivamente pelo Direito Penal? A proposição legislativa, quando aprovada, será avaliada? Por quem? As alterações propostas consideram os dados existentes sobre o tema, a realidade do tema? As alterações propostas provocarão efeitos na estrutura do sistema de justiça? Todas as partes interessadas foram ouvidas para a promoção da alteração legislativa, ou se tratou apenas de uma alteração em razão do mês de março, para a comemoração do Dia da Mulher? (*Palmas.*)

Nesse sentido, para que o Senado possa contribuir efetivamente para a mudança do cenário das estatísticas aqui apresentadas e, principalmente, para evitar a prática de novos crimes contra a dignidade sexual, a resposta passa pela análise das políticas públicas, pelo monitoramento dos dados no sentido de promover as políticas públicas adequadas para o empoderamento das mulheres, muito mais do que pela alteração simples da legislação penal.

O Observatório da Mulher contra a Violência, instalado em março no Senado Federal, parece–me um local bastante adequado para o desenvolvimento de reflexões no sentido do aprimoramento da investigação criminal dos casos de estupro que chegam ao conhecimento do sistema de justiça criminal e das políticas públicas necessárias voltadas à prevenção desses crimes, focadas principalmente no empoderamento de mulheres, no olhar de gênero na investigação criminal, na discussão sobre a igualdade de gêneros, na discussão da não binariedade de gêneros e no acolhimento a vítimas de violência sexual, ou seja, o fim da cultura do estupro.

Fico à disposição de todas e de todos para sanar dúvidas e prestar mais esclarecimentos. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, ouvimos Carolina Costa Ferreira, Doutora em Direito, Estado e Constituição, que deu aqui uma bela contribuição, lembrando que não adianta só fazer homenagem às mulheres, é preciso agir.

Eu também digo sempre, pessoal, que todo 8 de março a gente faz homenagem às mulheres aqui no Congresso. Às vezes, no plenário, sou até considerado meio chato quando lembro que há um projetinho que diz somente o seguinte: a mulher, na mesma função, na mesma atividade, tem direito de ganhar o mesmo salário – isso, inclusive, está na Constituição. A lei regulamenta que, para quem não observar isso, há uma multa. Não passa o bendito projeto! Já passou na Câmara, eu fui o Relator aqui, aprovei exatamente como veio da Câmara, para não haver mais atrasos, mas o projeto foi parar, se não me engano, na Comissão de Reforma Agrária, que não tem nada a ver com os direitos da mulher.

Então, meus cumprimentos à doutora por enfatizar que não adianta só homenagear, deve-se agir, observar a legislação e o compromisso do Estado e de cada homem e de cada mulher deste País, naturalmente, nessas causas.

De imediato, a Srª Maria Castanho Ansarah, que é a líder do projeto Onda, da escola Cean (Centro de Ensino Médio Asa Norte) – ela diz que é uma participante desse movimento.

A SRª MARIA CASTANHO ANSARAH – Bom dia!

Eu cumprimento a Mesa por intermédio do meu cumprimento ao Senador e dedico a minha fala a todas meninas e mulheres que são vítimas cotidianas de uma cultura de violência de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Meu nome é Maria, eu tenho 17 anos, eu represento os adolescentes protagonistas do Projeto Onda, do qual sou participante, e sou estudante de ensino médio da escola Cean , aqui em Brasília.

Antes de mais nada, é preciso pensar sobre o contexto que favorece a ocorrência de violência contra meninas. Vejo no cotidiano da escola, da cidade e de famílias, várias situações que demostram a cultura de desrespeito ao feminino, a começar pelo tratamento desigual que a sociedade atribui a homens e mulheres, meninos e meninas, héteros e homossexuais, atribuindo valores diferentes às pessoas conforme sexo, gênero e sexualidade.

A cultura machista banaliza o feminino, seja no corpo de meninas e mulheres, seja em atitudes que demonstram o feminino em outros corpos, como jovens *gays* e transgêneros, sendo o Brasil líder mundial em assassinatos de *gays* e transgêneros.

Desde a nascimento, a gente percebe que cada gênero é direcionado para um estilo de vida, para aprender atitudes e papéis sociais, cristalizando o imaginário que caberia a cada gênero. Consequência disso é que o tratamento desigual estimula e admite a sexualidade dos meninos e reprime a sexualidade das meninas. O que se exige de comportamento de cada gênero é completamente diferente, como se não pudesse haver permuta, um diálogo.

Na escola, vejo meninos priorizados para a fala, e meninos falando de feminismo. É interessante eles falarem, pois significa que estão revendo seus conceitos, mas quem deve protagonizar a luta somos nós. Vejo meninos estimulados para a carreira de Exatas, mesmo quando as meninas são melhores do que eles no desempenho escolar.

Os homens ocupam espaços de poder, como, por exemplo, na Câmara, em que a representação feminina hoje é de apenas 51 Deputadas contra 462 homens. E, aqui no Senado, são 11 mulheres e 70 Senadores homens. Além disso, homens ganham mais que as mulheres na mesma função.

E disse o Deputado Jair Bolsonaro, do PP, do Rio de Janeiro, numa entrevista ao jornal *Zero Hora*:

> Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso País com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? "Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade..." Bonito pra..! Quem vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano.

Ele reforça ainda mais esse problema, que já é tão presente na nossa sociedade atual.

O clima machista propicia abordagens agressivas e desrespeitosas às mulheres. Os meninos são ensinados desde cedo que podem desrespeitar e até violentar meninas e mulheres. Fiquei completamente estarrecida e indignada quando vi os adesivos usando a imagem da Presidenta numa apologia ao estupro. Isso circulou impunemente na sociedade. (*Palmas.*)

O pensamento machista produz impunidade, como no caso de Gilmar Mendes, que concedeu *habeas corpus* para um médico estuprador, entre tantos outros. Nas escolas, as meninas são assediadas por professores. É muito mais comum do que se pensa. Os homens se veem com direitos sobre as mulheres, suas atitudes, seus corpos e seu sexo. Assim, a cultura machista culpabiliza a vítima de qualquer forma de agressão. "Usou roupa inadequada? Estava pedindo. Era 'periguete'." Tudo que poderia desqualificar uma mulher.

Só vejo uma saída: mudar os pensamentos e mudar a cultura. A educação de gênero nas escolas, desde a educação infantil, será um passo importante para:

- trabalhar a percepção sensível do outro e da outra;
- trabalhar a convivência e o respeito entre os diferentes gêneros;
- trabalhar o desenvolvimento da autonomia e a construção do nosso lugar no mundo;
- desnaturalizar os papéis de gênero;
- conscientizar meninas e meninos dos direitos sobre o corpo e sobre a sexualidade;
- fortalecer a ideia de que o corpo é nosso e de que a vida sexual é determinada pelos nossos desejos e de mais ninguém.

Quero dizer que falo da sociedade de modo geral, reconhecendo que há muitos homens e meninos que ão construindo novas masculinidades e novos conceitos.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maria Castanho Ansarah, do projeto Onda, do Cean (Centro de Ensino Médio Asa Norte), que fez aqui uma brilhante fala, demonstrando a visão da nossa querida juventude.

E quero dizer à minha querida amiga Erika Kokay que ela fala no momento que entender mais adequado, como sempre. No momento que você entender, sei que vai ser uma brilhante fala, até porque você é uma militante dos direitos humanos numa amplitude que abraça todos. E tenho certeza de que as mulheres...

Então, com esta introdução, você já fala então! (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Primeiramente, fora Temer! (*Palmas.*)

A gente tem que começar o dia sempre assim. (*Palmas.*)

Começo a minha fala lembrando as 50 mortes que houve nos Estados Unidos, mortes que foram construídas pela lógica homofóbica, assim como são construídas todas as mortes. Todas as mortes literais são precedidas de uma morte simbólica, de uma desumanização simbólica.

O feminicídio é sempre precedido de um feminicídio simbólico. As mulheres são negadas na sua própria humanidade. E o estupro é isto, o estupro é um componente que invade o nosso País. Setenta por cento dos estupros são cometidos contra crianças e adolescentes; mais de 80% deles, contra pessoas do gênero feminino; e mais de 50%, contra negras, negros, pardas e pardos. Ou seja, há uma concentração de uma série de discriminações e de desumanizações simbólicas.

São as meninas e adolescentes as maiores vítimas, mostrando que temos uma cultura adultocêntrica, que nega a meninos e meninas a condição de serem pessoas, como prevê a nossa própria legislação, que diz que são sujeitos de direitos. É negado a eles serem sujeitos de direitos. Mas é uma discriminação de gênero, que atinge o gênero feminino, e é uma discriminação também étnica. Então, quando você enfrenta a violência sexual, você enfrenta uma série de discriminações que vão se retroalimentando; elas vão se segurando umas nas outras e construindo um feixe muito grande.

Por isso, as mortes nos Estados Unidos dizem respeito à luta de todas e todos nós. Elas dizem respeito, primeiro, à luta do povo brasileiro, inclusive, porque os direitos são universais; se não são universais, não são direitos. E, segundo, porque é uma construção. Não se enganem ao acreditar que essas mortes não têm uma construção em grande parte nos púlpitos do nosso País e nas tribunas do nosso País. Todas as vezes que alguém assume uma tribuna e diz que as pessoas da população LGBT não têm direito à família, não têm direito à existência, não tem direito a afeto, estão construindo essas mortes literais, a partir de uma desumanização simbólica. (*Palmas.*)

É um pouco do que nos lembra o poema de João Cabral de Melo Neto que dizia que, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, cabia uma parte neste latifúndio, que era uma cova rasa. É um pouco esta fala que se tem: «...essa é a parte que te cabe neste latifúndio». Ou seja, as covas rasas, que se traduzem nos armários e se traduzem nos espaços domésticos como espaços de poder feminino, e não nos espaços públicos. Tudo isso constrói essa cultura do estupro, que é negada.

A cultura do estupro é negada. Certa vez, em 2003, nós tivemos um representante numa audiência na Câmara que ousou sequestrar a Comissão de Direitos Humanos, submetê-la ao fundamentalismo, dizendo que não havia cultura de estupro, o que havia eram delinquentes.

Então, quando você nega a cultura do estupro, você pereniza a cultura do estupro. E os golpistas que tomaram conta do poder neste País – espero que por pouco tempo – reafirmam esse posicionamento. Quando você diz que essa é uma política que tem que estar na política de segurança, você nega que há uma cultura construída para nos lembrar que ainda temos muitos pedaços do colonialismo, quando os donos da terra também se sentiam donos das mulheres e das crianças.

Assim, você tira a condição multissetorial do enfrentamento da violência sexual. A violência sexual tem que ser enfrentada na escola, tem que ser enfrentada na política de cultura, tem que ser enfrentada na saúde. (*Palmas.*)

Ela não é uma discussão específica e relativa à segurança. Se eu digo que é uma questão de segurança e de política, eu estou dizendo que o problema está no estuprador, e não numa cultura que cria tantos estupradores, que estupram crianças, que estupram negras e pardas e que estupram pessoas do gênero feminino.

Então, é preciso que nós criemos – penso eu – um plano de enfrentamento à violência sexual, porque, senão, nós vamos ter como única saída – e tem razão a Carolina – o recrudescimento penal, que é a saída fácil. Vamos recrudescer e vamos encarcerar, encarcerar, encarcerar, encarcerar, encarcerar... Não importa se o encarceramento não resolve e não enfrenta a violência que nós vivenciamos, inclusive a violência de gênero que está presente dentro da própria casa e que foi e tem sido negada pelos mesmos que negam a cultura do estupro. Quando você nega a família com todas as suas relações desiguais e transforma a família em algo monolítico, você está negando a violência doméstica, que foi reconhecida em várias dimensões pela Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Portanto, é preciso que enfrentemos essa lógica fundamentalista, Senadora Fátima Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço questão de uma salva de palmas à Senadora Fátima Bezerra, militante dos direitos humanos, sempre presente. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Tivemos a oportunidade de tê-la na Câmara Federal e, agora, o Rio Grande do Norte oferta ao Brasil o mandato de uma Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Senadora!

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Parabéns. Agradecemos ao povo do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma que está sempre presente também aqui, que merece os nossos aplausos e que foi até meio que discriminada – "só vou ficar aí para não dar mais bolo" –, é a Senadora Regina Sousa, a quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Essa também nos representa sempre.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Portanto, penso que temos que sair da pauta única e exclusiva do recrudescimento penal, porque ela situa o estupro na condição do estuprador e tira do estupro o seu alimento maior, que é a sociedade patriarcal, sexista, machista, misógina – para além do sexismo, misógina. É preciso que nós construamos esses planos, porque, senão, nós vamos ficar à mercê das soluções *fast-food*, que é o recrudescimento penal, e também de projetos como esse do Deputado Eduardo Cunha, que... Dá até azar falar o nome! (*Risos.*)

É melhor me referir a ele como o Parlamentar que queremos que, em muito breve tempo, deixe de ser Parlamentar. Ele criou um projeto que reconceitua e institucionaliza a violação dos direitos à escolha das mulheres. Porque, quando ele reconceitua e diz que violência sexual não é todo ato que não tem o consentimento da pessoa, mas que tem que ser atestado por laudos da segurança pública e tem que provocar danos físicos e psíquicos, então, ele tira essa conceituação do direito à escolha das mulheres.

Olhem, o nosso corpo não pertence aos fundamentalistas. Que eles saibam disso! Os nossos ovários são nossa propriedade, fazem parte do nosso próprio corpo, e nós não podemos tê-los negados e tê-los ofertados como território do sexismo, do fundamentalismo e do patriarcalismo que está em curso neste País. (*Palmas.*)

Por fim, quero apenas dizer que é preciso romper, primeiro, esse feixe de discriminação que enseja a violência sexual, criar planos de combate à violência sexual, mas, ao mesmo tempo, tirar e romper essa cadeia de vitimização.

A mulher vítima de estupro não teve o direito de escolha, não teve o direito ao seu próprio corpo, à sua própria sexualidade, ao seu próprio desejo. E desejo é coisa de gente. Desejo não é uma vontade, desejo é coisa de gente, e esse desejo lhe é negado.

Ela vai sofrendo uma cadeia de vitimização que passa pelo silenciamento, porque as mulheres são silenciadas na dor do estupro, e se encerra num nível de crueldade imenso, que é a culpabilização das mulheres. As mulheres são culpabilizadas por serem vítimas de estupro. Este é um dos instrumentos mais profundos de dominação desta etapa da nossa história, porque é interno e porque não se vê: a culpa. As mulheres se sentem culpadas porque estão trabalhando e não estão cuidando de casa; as mulheres se sentem culpadas porque são vítimas de violência; as mulheres se sentem culpadas se perdem seus meninos para as grades, para as drogas ou para as balas; as mulheres se sentem culpadas porque não são as mães que a sociedade diz que elas têm que ser, as donas de casa que têm que ser, as esposas, as amantes que têm que ser dos seus maridos. Não importa se o estupro esteja acontecendo na sagrada cama do casal. Ele é permitido, porque ela passa a ter dono, mostrando que não fizemos o luto ainda do estatuto da mulher casada – a mulher, ao casar, tornava-se parcialmente incapaz e dependia do seu marido para que as suas decisões pudessem ser tomadas.

Frente a tudo isso, é preciso, primeiro, estabelecer o protagonismo das mulheres. Segundo, ou ao mesmo tempo, é preciso estabelecer os planos e enfrentar essa cultura. Vejam, o que podemos esperar se temos como Secretária de Políticas para as Mulheres alguém que assume e diz que é contra a interrupção da gravidez, ainda que seja no caso de vítimas de violência? Ou seja, é alguém que se põe contra a lei e que diz que o espaço será o espaço dos preceitos bíblicos. (*Palmas.*)

Eu nunca vi tanta falta de vergonha de romper a laicidade do Estado. É desavergonhado esse rompimento da laicidade do Estado; é desavergonhado o enfrentamento à própria legislação que custou muita dor para as mulheres.

Por isso, da forma como eu iniciei, eu termino dizendo: fora, Temer, porque o País não suporta mais golpistas, fascistas, machistas, misóginos. O País não suporta mais que nós não sejamos vistas como somos: seres humanos com direito ao nosso corpo, direito ao nosso desejo, direito às nossas próprias vidas. Que não tenhamos que ser sempre culpabilizadas pelas violências que sofremos!

Por isso, Senador Paulo Paim, machistas e golpistas não podem passar neste País. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Erika Kokay, Deputada Federal, brilhante como sempre. É sempre uma alegria recebê-la aqui. Eu sempre digo que, na Câmara dos Deputados, muitos me representam, mas você especialmente, não só a mim, mas a todos nós.

Passo a palavra, neste momento – em seguida, eu a passarei à nossa querida Senadora –, à painelista Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Drª Márcia Hora Acioli.

Em seguida, falará a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª MÁRCIA HORA ACIOLI – Bom dia!

Cumprimento todas as mulheres, meninas, pessoas vítimas da violência. Dedico esta fala a todo mundo e agradeço profundamente o convite.

Quero dizer que, quando recebi o convite, fiquei muito provocada, tentando descobrir qual seria o meu lugar de fala, em que momento eu poderia contribuir. Certamente, o que ouvi até agora são palavras que convergem para tudo o que eu poderia também falar.

Então, escolhi falar de um lugar. Eu sou uma sobrevivente do estupro. Sou educadora...

É muito emocionante, vou tomar fôlego. (*Palmas.*)

Sei que, como eu, muitas e muitos, especialmente mulheres, meninas e meninos que tenham qualquer traço de feminilidade, são jogados para esse lugar da violência, são violentados profundamente.

Sou educadora, porque, depois dessa experiência, que foi uma experiência ocorrida na infância, eu não gostaria que alguém sofresse o que eu sofri. Entendi que eu tinha um papel, que era o de trabalhar isso dentro de mim, o de trabalhar isso na minha ação pública. Sou educadora e trabalho com direitos humanos de crianças e de adolescentes.

Eu queria dizer, em primeiro lugar, que a cultura do estupro já não é mais discutida aqui – ainda bem –, porque todo mundo reconhece que ela existe. Não há de se prová-la, porque ela existe. Mas eu queria dizer que a cultura do estupro não começa no ato da conjunção carnal nem termina ali. Há todos esses aspectos da educação que foram ditos aqui, mas também da religião e da impunidade.

A gente vê um Judiciário que funciona perdoando, garantindo a impunidade para muitos agressores. Há inúmeros casos, inúmeros mesmo. Há casos que chamam muito a atenção. Por exemplo, uma menina de Abaetetuba, com 15 anos, foi suspeita de roubo e foi condenada pela juíza a ficar presa numa cela com mais de 20 homens. A menina foi entregue aos violentadores de maneira muito explícita e clara. Qualquer pessoa com um mínimo de consciência saberia o que estava destinado a essa menina. São prejuízos, e jamais retornará a infância dessa menina, a adolescência dessa menina.

Há também problemas no campo da mídia, o que já foi citado aqui. Um exemplo grave, gravíssimo, é o caso de uma menina do Ceará que foi estuprada, e a televisão, de forma muito sensacionalista, publicou as imagens desse estupro repetidamente.

Em nome de quê? De uma audiência sanguinária, de uma audiência que só tem o desejo de ver o sofrimento e tudo mais.

A cultura do estupro... O estupro em si não é um fenômeno que acontece naquele momento. É um fenômeno que vai acontecendo aos poucos, todos os dias, em todos os lugares. No entanto, ele é especialmente alimentado quando há um Judiciário que funciona a favor do não reconhecimento do lugar da menina, do sofrimento da mulher, em que não um reconhecimento do sujeito de direitos, e também por uma mídia que alimenta cotidianamente coisas muito pequenas e simbólicas, mas que são profundas marcam a sociedade e definem a forma se enxergar o mundo.

A cultura do estupro acontece nas escolas. E eu gostaria de dizer que, trabalhando essa semana numa escola aqui, no Distrito Federal, nós juntamos as meninas e os meninos numa sala para discutir o que era educação de qualidade e, naquele momento, as meninas começaram a dizer que educação de qualidade era não ser violentada na escola e começaram a chorar copiosamente. Esse choro era devido a experiências de abuso por professores. Isso que a Maria diz que é mais comum do que se imagina é, de fato, muito comum.

Então, o que acontece? Essa cultura do estupro acaba invisibilizando o ato. A violência no seu cotidiano deixa de ser escandalosa e passa a ser admissível. O mundo é assim.

Eu também queria trazer histórias de meninas com quem trabalhei quando lidei com educação de rua.

As meninas na rua sequer elaboravam que o que elas viviam era violência. Por quê? Porque o fato cotidiano da violência se colocava ali com naturalidade. E, como era muito natural, a elaboração do que elas viviam como violência era impossível. Quando começaram a falar, elas tomaram consciência de que o ato de serem disponíveis para todos os meninos da galera era violência, o fato de não terem autonomia para decidir sobre seu corpo, a sua sexualidade e o seu desejo era violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Diante disso, também quero dizer que o pós-estupro é outra violência. São várias violências. Há o pós-estupro que ocorre desde como você é abordada numa delegacia a como você é abordada pelo médico legista, como você é abordada pela mídia, como você é abordada pela vizinhança.

A cultura do estupro tenta desqualificar a pessoa que foi violentada de todas as maneiras, como é o caso da menina do Rio. Agora, como se não bastasse a violência que ela sofreu, descobriram que ela é suspeita de tráfico de drogas, ou seja, qualquer coisa que tire o foco da violência, qualquer coisa que tire o foco do agressor, vale para, mais uma vez, naturalizar esse tipo de violência.

A educação sexista, como foi muito bem dito aqui, que atribui lugar de poder aos meninos e lugar de delicadeza e obediência às meninas, é uma educação que distancia meninos e meninas no modo binário de ser, como se fosse um fosso imenso entre os gêneros.

Então, meninos têm medo de se parecer com meninas – especialmente meninos têm medo de se parecer com meninas. O contrário não acontece tanto, porque parece até que é uma ascensão: se você for mais masculinizada, tem um melhor lugar, mas, se tiver um pouco mais de traços femininos, você tem um pior lugar.

A religião ocupa um espaço importante no treino, na divulgação e na perpetuação dessa cultura do estupro, na medida em que a mulher está a serviço...

E aí, mais uma vez, eu coloco aqui o risco que temos sofrido de perdas de direitos e de retrocessos, especialmente com o projeto Escola sem Partido, que sequestra o direito à consciência, que sequestra o direito à possibilidade de uma visão crítica do mundo e que sequestra o direito à educação de gênero, que é repensar, repensar o lugar e trazer para meninos e meninas a consciência e uma nova sensibilidade...

(Soa a campainha.)

A SRª MÁRCIA HORA ACIOLI – ... que possa fazer desse mundo um lugar um pouco mais protegido para todo mundo.

Para terminar, fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a líder Márcia Hora Acioli, que falou da sua experiência de vida, deu um depoimento aqui que sensibilizou todos e reforçou o que a Maria tinha falado sobre o assédio dos professores, algo que nós temos que aprofundar um dia aqui, num debate, porque não é a primeira vez que esse tipo de denúncia chega para mim aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Passo agora a palavra à Doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-Graduada em Direitos Humanos pelo Cesusc e Professora do Programa de Mestrado em Direito do Instituto de Direito Público (IDP), Drª Soraia da Rosa Mendes.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eu poderia falar antes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, agora, claro, como havíamos combinado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está o.k., Senador.

Quero inicialmente dar meu bom-dia, cumprimentar aqui as companheiras e, mais uma vez, saudar o nosso Senador Paulo Paim pela iniciativa de colocar a Comissão de Direitos Humanos do Senado cumprindo esse papel tão importante, que é promover o debate acerca, diríamos, dos maiores desafios que nós estamos enfrentando neste exato momento.

Eu estava ouvindo pelo rádio a audiência e quero, antes de mais nada, destacar a qualidade do debate programático aqui. (*Palmas.*)

Quero parabenizar todas as entidades – permitam-me fazê-lo – na pessoa de Joilza, nossa conterrânea do Rio Grande do Norte. Quero parabenizar vocês, parabenizar as entidades, que vão da CUT ao Inesc, à academia.

Quero parabenizá-los, todos, repito, pelo debate programático com tanta qualidade, com tata seriedade. Isso é muito importante, porque isso fundamenta mais a nossa discussão em torno de um tema tão polêmico e tão desafiador, e no momento pelo qual estamos passando, momento de iminente ameaça de ruptura democrática com todas as consequências que dela advêm – e já estamos sentindo na pele essas consequências.

O Governo interino, biônico, que aí está, já promoveu um desmonte do ponto de vista da estrutura do Estado brasileiro, e esse desmonte está trazendo já consequências para a luta das mulheres, consequências claras, porque não temos mais uma estrutura voltada especificamente para pensar as políticas direcionadas à promoção e à defesa dos direitos das mulheres. Some-se a isso aquilo o que a Deputada Erika aqui já mencionou: infelizmente, está à frente da Secretaria de Mulheres alguém que, do ponto de vista pessoal, respeito fui, inclusive, colega dela na Câmara dos Deputados –, mas, do ponto de vista de assumir essa missão de coordenar as políticas voltadas para a luta da promoção e defesa dos interesses das mulheres, infelizmente, não tem o perfil adequado – muito, muito pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Paim, eu tenho dito que, em consequência da participação de vocês, associada – temos de reconhecer – à participação de governos como o Governo Lula e o Governo Dilma, que tiveram também sensibilidade, demos passos importantes quando conseguimos definir uma estrutura de Estado mais direcionada para a luta das mulheres, demos passos importantes quando realizamos as conferências que possibilitaram não só o debate do ponto de vista programático, mas possibilitaram também o debate do ponto de vista da organização, por articular, por conseguirmos reunir mulheres das mais diferentes instâncias, com toda diversidade que têm. As conferências são, sobretudo, um momento de buscar empoderar a luta das mulheres.

Há a Lei Maria da Penha, que foi um passo importante, os investimentos também, está aí o projeto da Casa da Mulher Brasileira, mas tudo isso, Paim, é muito pouco diante do déficit que o Estado brasileiro tem para com a luta das mulheres.

É muito pouco ainda, porque enfrentamos problemas que têm raízes culturais.

O estupro é um retrato disso. No fundo, no fundo, o estupro se alimenta exatamente do patriarcado, do machismo; alimenta-se de uma cultura permissiva que, infelizmente, é difundida, como se as mulheres nascessem para serem submissas aos homens.

Como se não bastasse tudo isso – a questão da violência doméstica, da violência sexual – , o Estado brasileiro tem um déficit enorme ainda do ponto de vista de estruturas adequadas, com orçamento e com políticas não só ousadas, mas que possam ser implementadas. Isso passa por financiamento, orçamento etc.

Portanto, audiências como esta são bem-vindas e necessárias para manter acessa a chama da nossa luta e da nossa esperança. E digo mais: nós temos que, cada vez mais, olhar para este Congresso Nacional. Na ocasião do crime de estupro no Rio de Janeiro, bem como no Piauí, que, pelo caráter da barbárie... Claro que aquilo nos enlouquece do ponto de vista da indignação que causa em todos nós e, por ocasião daquilo, eu disse aqui, da tribuna do plenário, que temos de chamar a atenção deste Congresso Nacional.

Este Congresso Nacional é omisso! Mais do que isso: ele é conivente quando deixa florescer, na Câmara dos Deputados, projetos como o Estatuto do Nascituro, quando ele deixa florescer... (*Palmas.*)

...na Câmara dos Deputados, projetos como o PL do Sr. Eduardo Cunha, presidente afastado da Câmara.

Nós vimos aqui o desabafo da Deputada Erika, uma grande militante, uma voz que, junto com outras companheiras Deputadas na Câmara dos Deputados, tem se levantado contra uma agenda extremamente conservadora, e uma agenda que representa um atentado à liberdade do ponto de vista dos direitos das mulheres, inclusive enquanto ser humano.

Portanto, Paim, quero dizer, primeiro, que não percamos de vista isso. Nós não podemos deixar de ter como alvo o Congresso Nacional naquilo que ele tem como pautas bombas. Quais são as pautas bombas? São estas: Eduardo Cunha, Nascituro e todas aquelas que venham na direção de ferir o direito à cidadania – no caso em tela, a cidadania das mulheres.

Onde já se viu aprovar projeto de lei para criminalizar mais ainda as mulheres, para impedir que as mulheres vítimas de violência, como do crime de estupro, previsto inclusive na própria legislação, não tenham direito à proteção do Estado, ao auxílio do Estado? Isso é um absurdo! Então, minhas companheiras, devemos estar muito atentas a isso, porque nós não podemos permitir, de maneira nenhuma, que, de repente, fique o Brasil a reboque de uma agenda parlamentar conservadora e fundamentalista.

Por fim, também aqui na condição de militante da área da educação, mais uma vez conclamo vocês para insistirmos na luta no que diz respeito à questão do PNE. Eu até hoje não me conformo. Não me conformo de maneira nenhuma com o crime – isso para mim foi um crime – de simplesmente alterar o PNE no que o PNE trazia, e deveria trazer mesmo, que é promover o debate na escola. É um absurdo!

Entre as suas estratégias e orientações, o que estava lá? Promover o debate. Com vistas a quê? Exatamente a combater a desigualdade e a discriminação, seja de que origem for: de gênero, de raça, de orientação sexual, etc.

Pois bem, o que fizeram os agentes do atraso, os agentes do conservadorismo, da barbárie? Tiraram esse artigo do PNE.

Mas nós não vamos desistir. Nós já temos conversado aqui, Paim, na perspectiva de reapresentar essa proposta ao PNE, porque é um absurdo – e concluo – proibir a escola de fazer esse debate. É um absurdo isso! É um absurdo, quando deveria ser o contrário. É dever da escola, é obrigação da escola!

Os lugares mais sagrados para se fazer o debate do ponto de vista da formação, dos valores, quais são, companheiras? A nossa casa e a escola. A escola é o local mais propício para avançarmos naquilo que queremos, que é a cultura da paz, o local para conviver, promover, debater os valores da solidariedade, da tolerância e do respeito. Simplesmente, rasgam isso, tiram isso do PNE. Isso não vai ficar assim!

Eu conclamo todos vocês, pois vamos reapresentar o projeto para trazer de volta essa meta ao Plano Nacional de Educação, porque debate é fundamental, debate é coisa de escola mesmo, tem a ver com escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, Paim, fica aqui essa conclamação. De um lado, não podemos perder o foco no que diz respeito à pauta do Congresso. Se este Congresso não quer ser omisso, se não quer ser conivente, que redirecione as pautas aqui existentes que ferem a cidadania, que redirecione no sentido de que aqui prosperem agendas legislativas que venham promover a cidadania das mulheres.

Fora, Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Senadora Fátima Bezerra, com a qualidade dos pronunciamentos, como sempre, merecendo os aplausos de todo o nosso Plenário.

Volto, agora, para a Drª Soraia, por favor.

A SRª SORAIA DA ROSA MENDES – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero agradecer muito especialmente o convite desta Comissão de Direitos Humanos. As comissões de direitos humanos do nosso País, dos Parlamentos do nosso País, são espaços de resistência, e não é à toa que vamos hoje discutir a respeito da necessidade de resistência das mulheres com relação a seus direitos, aos poucos direitos conquistados, que já estão ameaçados.

Eu quero pedir licença às autoridades aqui presentes, em especial à Senadora Fátima e ao Senador Paim, para saudar muito especialmente a Maria, nesta Mesa, porque é alentador que tenhamos nesta Mesa uma menina de 17 anos que nos diz qual o caminho a seguir. (*Palmas.*)

Eu acho que seria até indelicado dizer: seja bem-vinda à luta. Que bom que estamos do mesmo lado.

Maria, eu me senti extremamente contemplada. Você me representa.

Quero, ainda, aproveitar esta oportunidade para estender só um pouquinho o debate da Maria – é algo para o que o Senador também já apontou aqui e a Senadora acabou de mencionar –, da necessidade de discutirmos a violência na escola para também discutirmos a violência dentro da universidade, porque o espaço da universidade é extremamente violento em todos os sentidos. (*Palmas.*)

Não apenas o *campus* da nossa universidade especificamente, mas os *campi* das universidades no País são espaços de insegurança para as mulheres. O espaço da sala de aula é de subjugação e de diminuição das mulheres.

A Deputada Erika Kokay falou, na sua fala, sobre a cultura do estupro. Eu ainda tenho algumas dúvidas ao falar de cultura e de violência, mas não tenho dúvida ao falar de uma cultura de objetificação, de submissão, de destruição das humanidades. A Deputada Erika Kokay dizia que cada vez que um Parlamentar ou uma Parlamentar sobe à tribuna para defender projetos retrógrados e que, portanto, retiram direitos das mulheres, nós estamos de alguma forma alimentando essa cultura de objetificação.

Pois eu quero compartilhar com todas vocês que não apenas os Parlamentares e as Parlamentares alimentam essa cultura, como também os professores e as professoras das faculdades. E vou falar aqui da minha responsabilidade como professora de Direito Penal. Dentro das universidades, também alimentam essa cultura, porque é assim que nós ensinamos e é dessa forma que a cultura é reproduzida no momento em que os nossos estudantes e as nossas estudantes tornam-se juízes, juízas, promotores e promotoras de Justiça.

Então, essa cultura tem uma razão de ser. O processo de vitimização, num primeiro momento, é a violência que a mulher sofreu, e, num segundo momento, o julgamento moral por parte de toda a sociedade a respeito da sua conduta.

Falemos dessa menina do Rio de Janeiro, que passou por todo esse processo de achincalhamento, de destruição da sua personalidade, dos seus direitos humanos, como se merecedora fosse daquele estupro, mas não nos esqueçamos que, recentemente, aqui no Distrito Federal, um estupro, ou uma denúncia de estupro tomou as primeiras páginas dos jornais, e a vítima foi julgada. Era uma menina que estava em uma festa, no *réveillon*. Esse é um espaço que nós conhecemos. (*Palmas.*)

E um terceiro momento, como eu dizia a todas as que me antecederam, esse processo de vitimização está dentro do sistema de justiça criminal. Eu vou fazer coro aqui – e quero chegar ao final, separei em dois pontos a minha fala –: não é o recrudescimento penal a alternativa para que possamos resolver. Primeiro, porque Direito Penal não resolve absolutamente nada. Ele sempre chega atrasado, ele sempre chega depois. Não é o recrudescimento que vai nos apresentar maior segurança, mas, sim, a discussão a respeito da forma como, dentro do sistema de justiça criminal, são tratadas as mulheres a partir da sua formação.

Eu fiz, no ano passado, juntamente com uma colega do programa de mestrado, uma pesquisa nos manuais de Direito Penal utilizados pelas universidades, por todas as faculdades de Direito aqui no Distrito Federal e ouso dizer, pelas câmeras da TV Senado, que estes são os doutrinadores – não vou nominá-los, mas serão identificados com certeza – que trazem estes trechos que eu gostaria de ler para todos e todas, aqueles que são adotados no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu gostaria, primeiro, de citar o seguinte: consentimento. Falamos muito de consentimento aqui. Diz um doutrinador:

> Para que exista o constrangimento, é necessário que haja dissenso da vítima. É preciso que a falta de consentimento do ofendido seja sincera e positiva, que a resistência seja inequívoca, demonstrando a vontade de evitar o ato desejado pelo agente, que será quebrada pelo emprego da violência física ou moral. Não bastam, pois, negativas tímidas quando há gestos de assentimento, nem a resistência passiva e inerte.

O que se quer aqui é a vítima perfeita, é aquela mulher que sai – além de todos aqueles traumas, como alguém já mencionou aqui na Mesa, traumas psicológicos, que vão perdurar durante toda a sua existência – com traumas de razão física muito fortes. Ao mesmo tempo, todos esses doutrinadores dizem que não precisa que a violência física aconteça, mas escrevem isso nos seus manuais.

E aí, no restante, até para que eu não ultrapasse o tempo, vou citar este, que eu gosto demais, porque diz assim:

> No entanto, para que seja efetivamente considerado dissenso, temos de discernir quando a recusa da vítima ao ato sexual importe manifestação autêntica da vontade de quando momentaneamente faz parte de um jogo de sedução, pois muitas vezes um "não" deve ser entendido como "sim".

Eu não vou explicar aqui termos técnicos do Direito, mas, quando eu ler aqui "erro de tipo", entendam como "não há crime". Todas as vezes que eu disser "erro de tipo" é porque não há crime. E aí vejam o que ele diz:

> O erro do agente, no que diz respeito ao dissenso da vítima, importará em erro de tipo, afastando-se, pois, a tipicidade do fato. Assim, imagine-se a hipótese em que um casal, depois de permanecer algum tempo em um restaurante, saia dali para a residência de um deles. Lá chegando começam a se abraçar. A maneira como a mulher se insinua para o homem dá a entender que deseja ter relações sexuais. No entanto, quando o homem tenta retirar-lhe as roupas, ela resiste, dizendo não estar preparada, insistindo na negativa durante um bom tempo. O homem, entendendo a negativa como parte do jogo da sedução, retira ele próprio de forma violenta as roupas da vítima, tendo com ela conjunção carnal. De toda forma, embora, ao que parece, tenha havido realmente dissenso da vítima para o ato sexual, o homem que atuou acreditando que isso fazia parte de um jogo de sedução poderá alegar erro de tipo, afastando-se o dolo e, consequentemente, a tipicidade do fato.

Isso não é Idade Média. Isso é o Manual de Direito de 2015. É isso que se ensina nas faculdades. E é por isso que se perpetua uma cultura que vai se refletir no sistema de justiça criminal, que vai se refletir no momento em que alguém ocupa a tribuna do Congresso Nacional, mostrando um Direito Penal que é um direito penal simbólico, que não vai ter resultado eficaz algum, como se o Direito Penal tivesse algum resultado.

Todos já mencionaram aqui nesta Mesa: no Brasil, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, ocorreram 47 mil estupros registrados. São as mulheres que procuraram a delegacia de polícia. Os dados apontam que, entre 10% e 35% das vítimas somente registram ocorrência. Nós projetamos que chegam a 142 mil estupros no Brasil. Vocês sabem quantos estupradores estão condenados, qual é o índice de condenação? É de 4%. Se nós chegarmos à consideração de que 47 mil estupros ocorrem por ano, nós temos 13 mil estupradores condenados.

Não estou fazendo aqui o discurso do recrudescimento penal, porque o discurso do recrudescimento penal é, como já foi dito aqui, um discurso que tão somente vem vender uma proposta de segurança, vem adoçar a boca daqueles que se alimentam do populismo penal, e não resolve essa situação.

Por outro lado, tenho a dizer que a via-crúcis que a vítima enfrenta dentro do sistema de discriminação precisa acabar, porque, nesse aspecto, é preciso, sim, que no momento em que ela busca a proteção penal, ela encontre lá, que ela não encontre magistrados e magistradas, advogados e advogadas que vão julgá-la a partir de esterótipos.

Trago mais um exemplo. O manual de polícia – como está sendo gravado em vídeo, já vou pedir desculpas à Polícia Civil do Distrito Federal se, por acaso, já não existe mais –, mas existe um manual no *site* da Polícia Civil do Distrito Federal que mostra como as mulheres devem se proteger em relação à violência, o que é uma proposta fantástica, louvável, admirável. Mas as mulheres que são retratadas nos desenhos são mulheres de *shorts* curtos, mulheres de miniblusa, mulheres em lugares escuros, mulheres de minissaia, quando nós sabemos que, independente da roupa que uma mulher utiliza, ela é passível de ser vítima de estupro. Se assim não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fosse, 90% das mulheres não teriam medo de estupro, porque 90% das mulheres não estão em locais escuros, de minissaia, dando a possibilidade de serem vítimas de estupro.

Então, o que nós precisamos discutir também, quando se fala a respeito do sistema de justiça criminal e do recrudescimento penal, é que ele é, o recrudescimento penal, absolutamente ineficaz e o sistema de justiça criminal, refratário às demandas das mulheres.

Quero aproveitar para dizer que aqui foram citados vários projetos de lei com os quais também me alinho, no sentido de rechaçá-los, como já disse aqui. Mas há um outro que, de certa forma, movimenta pelos corredores do Congresso Nacional e que fala da tal castração química.

Um primeiro ponto: é uma violação aos direitos e garantias fundamentais. O que nós queremos é que o processo siga o devido processo legal. Ninguém está querendo aqui retornar ao sistema de vingança para que as pessoas, quem quer que seja, sejam julgadas em praça pública e apedrejadas. Desculpe-me quem concorda com isso, mas já passamos desse tempo e o devido processo legal, contraditório e ampla defesa precisam ser respeitados.

Mas, num segundo ponto, vende novamente a ideia da patologização, como se o estuprador pudesse ser tratado dentro do sistema carcerário através de algum medicamento. O que nós estamos falando é de uma construção que faz com que se subjuguem as mulheres em relação aos homens. (*Palmas.*)

Portanto, se nós temos que falar a respeito de projetos, faço eu coro aqui e, como dizia o Senador, também assino embaixo de todos os projetos de lei que façam com que se discuta gênero nas escolas, com que nós possamos também, dentro da universidade, transformar um espaço de diversidade, realmente, tal como o tema, a própria palavra poderia nos indicar.

E nós, aqui, do nosso espaço do Direito, fazendo uma utilização não apropriada, mas talvez ele me permitiria isso, o Roberto Lyra Filho, que nós deixássemos de ensinar o Direito de forma errada e passássemos a ensinar o Direito de forma certa, a partir de uma perspectiva dos direitos humanos das mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Professora Soraia da Rosa Mendes, doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Direitos Humanos pelo Cesusc e professora do Programa de Mestrado em Direito do Instituto do Direito Público (IDP).

Meus cumprimentos pela fala, brilhante, como sempre. E não é porque é do Rio Grande do Sul, porque elogiei todas – e todos os painelistas aqui.

A nossa querida Senadora tem um compromisso e quer fazer um registro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Paim. Parabenizo também a Soraia e todas pela apresentação. Volto a dizer: um debate extremamente qualificado.

Bom, eu quero rapidamente aqui, Senador Paim, fazer o registro da cópia da carta de renúncia que recebi ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Essa carta de renúncia foi apresentada pelas seguintes organizações: AMB, AMNB, MMM, RMM, REF e de conselheiras de notório saber.

Rapidamente, Senador Paim, gostaria de fazer a leitura da carta e que ela pudesse constar dos Anais da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª será atendida. Por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não. Até porque o conteúdo da carta tem absolutamente uma vinculação direta com a reflexão, com o debate que estamos fazendo nesta manhã de hoje.

A carta-renúncia começa assim:

> Não dialogamos com governo golpista, patriarcal e ilegítimo.
> Nós, representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), da Rede Mulher e Mídia (RMM); da Rede Economia e Feminismo (REF) e as Conselheiras de Notório Conhecimento das questões de Gênero, Maria Betânia de Melo Ávila, Matilde Ribeiro, integrantes do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), vimos anunciar nossa renúncia ao mandato de Conselheira, pelos motivos abaixo expressados.
> Não reconhecemos o governo provisório por considerá-lo ilegítimo, resultado de uma coalizão de forças políticas que chega ao poder por meio de um golpe parlamentar-jurídico-midiático, levando ao afastamento temporário da Presidenta Dilma, eleita pelo voto popular, configurando Dilma, eleita pelo voto popular, configurando um ataque à institucionalidade democrática;
> Desde que assumiu [...], este governo interino e ilegítimo vem cumprindo um programa ultraliberal, que requenta boa parte do programa eleitoral da coalizão derrotada nas últimas eleições presiden-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

> ciais, e promove, de maneira ilegítima, mudanças ministeriais que representam uma brutal desestruturação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos, sinalizando o aprofundamento de retrocessos nas políticas de educação, seguridade social, de promoção da igualdade racial e nas políticas públicas para as mulheres, começando pelo desmonte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
>
> O governo interino e ilegítimo colocou no primeiro escalão do poder executivo, somente ministros homens e brancos [e eu diria sem voto], de partidos da coalizão golpista, muitos dos quais envolvidos em esquemas de corrupção e com posições marcadamente contrárias ao avanço dos direitos humanos e do desenvolvimento do País, assim como, a ameaça ao Estado Democrático de Direito.
>
> E para completar, não só acabou com o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, como transferiu para o Ministério da Justiça as atribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres e nomeou para a pasta uma pessoa com postura contrária aos direitos sexuais e reprodutivos, agenda historicamente defendida pelas feministas.
>
> Soma-se a tantos descalabros deste governo golpista, a tentativa de criminalização dos movimentos sociais e a utilização do aparato repressivo do estado, para reprimir qualquer manifestação organizada, quando o intuito é o de resistir e desmascarar a farsa do impeachment sem crime de responsabilidade, praticando repressão violenta contra as manifestações populares rememorando os tempos da ditadura militar.
>
> Não reconhecemos este Governo e, portanto, com ele não dialogaremos. Acreditamos que a participação nos conselhos de controle social tem como objetivo primordial democratizar o Estado e avançar na garantia de direitos. Em um governo instituído pelo desrespeito à Constituição e ao voto popular e, portanto, à institucionalidade democrática, não existe possibilidade de diálogo.
>
> Não renunciaremos à luta em defesa da Democracia. Permaneceremos nas ruas contra o golpe do impeachment, defendendo a continuidade do mandato da Presidenta Dilma [...] e com ela retornaremos após derrotarmos o golpismo, comprometidas com um programa de avanço na implementação dos direitos das mulheres.

Essa nota foi datada do dia 6 de junho de 2016, assinada pelas Conselheiras: Schuma Schumaher (Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB); Josanira Rosa Santos da Luz (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB); Lourdes Andrade Simões (Marcha Mundial das Mulheres – MMM); Maria Betânia de Melo Ávila (notório conhecimento das questões de gênero); Matilde Ribeiro (notório conhecimento das questões de gênero); Rachel Moreno (Rede Mulher e Mídia – RMM); Sarah Luiza de Souza Moreira (Rede Economia e Feminismo – REF).

Elas terminam reafirmando: "Estaremos nas ruas, contra a direita, pelos direitos. Golpistas, não passarão! Fora Temer!" (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra, que faz o registro desse documento tão importante.

De imediato, então, passamos a palavra para a Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a líder Junéia Martins Batista, que falará...

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Bom dia, companheiras.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... em nome também de todo o movimento sindical brasileiro, ... (*Fora do microfone.*)

...referindo-me mais às centrais, naturalmente.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Em verdade, eu falo também, além da CUT, em nome do Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais. As mulheres das centrais sindicais, de todas as centrais, apoiam a companheira Dilma, só para registrar. Todas.

Eu tinha preparado uma fala aqui, mas aconteceu tanta coisa aqui, chorei muito ouvindo a fala da Sônia. Também queria fazer uma homenagem para essa menina, essa Maria Castanho. Ela me representa. Eu tenho uma esperança na juventude! (*Palmas.*)

É muito bom saber que a gente tem para quem passar o bastão.

Também não posso deixar de agradecer, mais uma vez, esse convite do Senador. Eu tenho participado, desde que estou na CUT, estava na Saúde do Trabalhador e agora estou na Secretaria de Mulheres, sempre com debates muito importantes para a classe trabalhadora, em especial, neste momento, para nós, todas as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero dizer, antes também do texto que a gente preparou para falar – mas dirigente sindical não gosta desse negócio, fazemos que nem o Lula, que põe assim do lado, mas eu vou ser disciplinada –, quero dizer que acabou de sair uma portaria, a Maria do Rosário acabou de me passar aqui pelo WhatsApp: o Ministério da Justiça suspendeu todas as reuniões de todos os conselhos. E aí a CUT, nós, da CUT, vamos fazer uma nota, Senadora, dizendo por que nós não renunciaremos ao Conselho. É uma outra visão, mas eu vou mandar, em especial para o seu gabinete. Eu quero que você saiba por que razões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi a Deputada Maria do Rosário que mandou?

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Sim, mandou agora para mim, pelo WhatsApp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria então, também, permita-me, mandar uma salva de palmas a essa Deputada, que está sendo atacada covardemente, porque é uma lutadora pelos direitos humanos, nossa querida Maria do Rosário. (*Palmas.*)

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – E não sai o resultado também sobre a agressão do Bolsonaro a ela no ano de 2014. Estamos aí, aguardando o julgamento pelo STF.

Enfim, eu tinha preparado algumas coisas, mas eu vim depois de uma Mesa tão maravilhosa! Na verdade, só vou acrescentar algumas coisas sobre essa questão que é você discutir isso agora, depois do estupro da menina lá no Rio de Janeiro, falar um pouco sobre a cultura de estupro, um pouco a relação, o debate que as mulheres sindicalistas têm feito.

Então, a gente preparou um texto assim: apareceram algumas rejeições – e esse debate tem sido feito diariamente – em relacionar a palavra cultura com essa naturalização do estupro, mas a gente acredita que dá para relacionar sim. O estupro tornou-se tão banal que passou a ser aceito e tolerado. Acho que a Mesa toda aqui colocou isso, não é? Basta ver a pesquisa do Ipea, que também já foi apresentada aqui, divulgada no primeiro semestre de 2014, que revela, após correção dos dados, que 26% dos entrevistados e entrevistadas acreditam que uma mulher usando uma roupa que revele seu corpo merece ser atacada.

Segundo dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2014, a cada 11 minutos, uma mulher é violentada no Brasil. Então, eu estava pensando: desde a hora que eu cheguei aqui até agora, a hora que eu estou falando, quantas meninas, mulheres foram estupradas? Isso porque devemos considerar só os que são denunciados, porque as pessoas não contam. As pessoas têm vergonha de falar.

Uma amiga minha, no dia 2 de junho de 1999, às 2h da manhã, me ligou: "Ju, fui estuprada e estou com vergonha de contar para o meu marido". Eu falei: "Você vai ter que contar agora". Eu morava no extremo sul. Eu peguei o meu Fusca e fui buscar essa menina e levá-la para o Hospital do Servidor para fazer o exame de corpo de delito, tudo que tinha que fazer. Mas ela não queria contar. Ela estava tão nervosa! As pessoas não contam. É uma coisa muito nossa.

Depois, no final, vamos ver se eu falo uma coisa para vocês. Estou pensando aqui.

Desse número, 88,5% das vítimas são do sexo feminino – as duas Mesas já citaram isso –, e mais da metade tem menos de 13 anos de idade; 46% não possuem ensino fundamental completo, e entre as vítimas com escolaridade conhecida esse índice sobe para 67%; 51% dos indivíduos eram de cor preta – é um estudo do Ipea, e não flexiona o gênero feminino – ou parda. Por fim, mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes. Pesquisa do Ministério da Justiça – aquele Ministério da Justiça – afirma que apenas de 7% a 8% dos casos de estupro são denunciados no Brasil.

Apesar de os números registrados impressionarem, eles mostram algo ainda mais grave: a subnotificação do estupro. Os números divulgados pelo Ipea na verdade são ainda maiores, se vierem à luz. Tanto o alto número dos casos registrados como os subnotificados revelam uma triste realidade: o Brasil tolera e incentiva o estupro a ponto de podermos afirmar que o crime faz parte da nossa cultura. Nós ouvimos isso todos os dias, nas redes sociais, desde a história daquela menina. Todos os dias as pessoas dizem: "É natural, faz parte da nossa vida". E assim, por meio da culpabilização da vítima, estimulamos que as mulheres estupradas se escondam e acabem protegendo seus algozes. Afinal, é comum elas ouvirem de polícias e da própria família que estavam embriagadas, que usavam roupas curtas e apertadas, que andavam sozinhas à noite ou que não deixavam claro que não desejavam o ato sexual. A vítima, portanto, sente medo e vergonha de denunciar.

Nesta sociedade machista, patriarcal e misógina, os homens acham que são donos dos nossos corpos. Segundo o mesmo estudo, mais de 80% dos casos de violência que são atendidos na rede pública são praticados por conhecidos, ex-namorados, familiares ou é sempre alguém do bairro onde você mora. A primeira fala lembrou isso. Ela estava na quadra tomando sol, estava vulnerável naquele momento, poderia ter acontecido.

O estupro não tem nada a ver com excesso de libido, e sim com poder, na subjugação da mulher. É achar [illegible] a mulher é um objeto, como quando o menino está começando a entender o seu papel na sociedade e o [illegible] todo orgulhoso fala: "Segurem as cabras porque os meus bodes estão soltos". O pai deveria ensinar a res-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

peitar a menina, e não o contrário. Nesse contexto, para combater essa cultura, será preciso mudar toda uma cultura, desde pequena, na forma de educação, explicar para as meninas que elas podem jogar bola sim, que elas podem usar azul, que elas devem estar na política sim, e também dentro dos sindicatos.

Nós da CUT defendemos a educação como recorte de gêneros sim. Porque, para combater esse machismo enraizado, só educação. E nós sabemos o que se passa dentro do movimento sindical. Quando o tema é sobre mulheres, todos mundo vai fumar, atender o celular. Desde pequenos precisamos aprender que temos que respeitar uns aos outros e outras, e é na diferença que nós avançamos.

Faz 30 anos este ano – 2016 – que a política de gênero na CUT é discutida. Na verdade, desde a sua fundação, há quase 35 anos, trazemos o debate da questão do empoderamento das mulheres, da questão da equidade de gênero, da participação de homens e mulheres. Afinal, como dizia Beth Lobo, a classe trabalhadora tem dois sexos, e nós queremos a nossa parte, os 52%, que dizem que temos.

Precisamos discutir a vida das mulheres. Afinal, nós somos maioria na sociedade e no mundo do trabalho. Hoje, na CUT, apesar do machismo no mundo sindical, as mulheres conseguiram avançar. No ano passado, no último congresso de um ano atrás, aprovamos a paridade e agora queremos qualificar o debate da paridade, porque, mesmo havendo igualdade na quantidade, no interior da direção da Central, não temos igualdade na qualidade, que são as mulheres ocuparem os cargos de poder. Isso faz parte também dessa cultura – reafirmando – machista e patriarcal, que acha que a mulher só tem que ocupar cargos de baixo escalão, com menores salários, com desigualdade de oportunidades e ainda sofrendo violência nos locais de trabalho, como o assédio moral e sexual.

Por fim, quero dizer duas coisas que são importantes no mundo do trabalho e que têm a ver com a questão da violência contra as mulheres.

No final de 2014, na Conferência Internacional do Trabalho, no Conselho de Administração, em que se reúne uma maioria de homens, nós conseguimos inserir uma pauta em que nós queríamos – no final de 2014, em abril de 2015 mudou um pouco a conversa – incluir uma convenção sobre violência contra as mulheres nos locais de trabalho. Em abril do ano passado, durante a reunião do Conselho de Administração da OIT, nós fomos surpreendidos pela Bancada dos Empregadores, ao dizer que eles queriam repensar. Eles concordavam em discutir sim, que há assédio moral, assédio sexual, várias coisas por que a classe trabalhadora passa, mas que em novembro eles nos dariam um retorno. E qual não foi a nossa surpresa quando, em novembro de 2015, veio a novidade: "Tudo bem. Nós aceitamos discutir uma convenção, mas é violência de gênero". Eu falei: "Não há problema" – porque eu sou dirigente de um sindicato mundial – "Não tem problema não. Se é isso que eles querem, mas nós queremos debater se é violência de gênero, é gênero. Homens e mulheres, nós vamos colocar lá dentro desse projeto de convenção todos as questões que envolvem a vida das mulheres em seus locais de trabalho". Porque há de tudo, desde a violência no palavreado, que é fazer a mulher se parecer com retardada, colocar um monte de trabalho para ela no final do dia, quando sobra um monte de coisa: "Dá para você fazer esse relatório?". A menina fica pensando que tem que ir para casa, que tem que pegar criança. Então, tudo isso nós vamos colocar e vamos defender num projeto de convenção, a partir de 2017.

As centrais sindicais que briguem para mandar mulheres competentes, que saibam do tema, que saibam defender, para que façamos uma boa convenção, que será aprovada, se aprovada, só em 2017. Então, isso tem muito a ver com a nossa vida de mulheres.

Saindo do mundo do trabalho, também soube na semana passada, pela Senadora Vanessa Grazziotin, que o Instituto Maria da Penha encaminhou para o Senado – eu não sei direito como tramita isso, estou tentando descobrir – o Projeto de Lei da Câmara nº 7/16, que trata da revisão da Lei Maria da Penha, porque diz que a execução das medidas de proteção das mulheres demora muito tempo quando ocorre na delegacia.

Bem, Senadora – temos uma Senadora nossa aqui –, nós estamos preocupadas com isso porque é o Senado que nós temos hoje. Nós temos muito medo dos submarinos que possam incluir aí, de retirarem mais direitos nossos. Então, nós vamos dar uma olhada.

Está aqui também uma menina, a Isis, que trabalha com a Vanessa. Eu pedi a ela que me esperasse para conversarmos sobre o PLC 7/16. E como está cheio de advogados e juristas aqui, eu queria, pelo amor de Deus, pedir ajuda a vocês, porque a gente não quer retirar nenhum direito que veio com a conquista dessa lei.

Então, a Maria da Penha tem razão quando diz que há problemas e demora no atendimento, na execução, mas, por outro lado, o nosso medo é o que esses caras, em maioria, podem fazer contra a gente.

Eu queria deixar esse recado e dizer também que, sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, é controle social, é espaço nosso, conquistado por nós. Se eles fizerem uma portaria dizendo que, durante 90 dias, eles não vão pagar nenhuma passagem, para se reunir, isso vai ficar como ônus desse governo golpista. Nós não vamos admitir. Nós, da CUT, vamos fazer uma carta dizendo que nós defendemos o controle social, nós queremos estar no Conselho Nacional de Saúde, queremos estar no Conselho Nacional de Previdência Social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

queremos estar no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, porque lá é um espaço nosso. Não foram eles que me botaram lá e, sim, a minha categoria, o meu segmento de trabalhadores.

Depois, vou fazer um debate com as companheiras que escreveram a carta de renúncia.

Por fim, quero dizer que esperamos que o projeto da Casa da Mulher Brasileira não seja só coisa para inglês ver. Vai ser inaugurada daqui a alguns dias uma casa em Curitiba. E, se o Presidente for, nós vamos fazer uma recepção do jeito que ele merece, com a Fátima Pelaes também. Vamos lá receber da forma como ele merece.

E termino dizendo o que não falei no início. Eu ia falar, em primeiro lugar, Fora Temer, mas falo agora: Fora golpistas! Fora fascistas! Fora misóginos! Não passarão e nós seguiremos em frente até que todas sejamos livres.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores, que deixou uma série de alertas e preocupações diante da correlação de forças negativas, de fato, aqui no Congresso.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA (*Fora do microfone*.) – Só mais uma coisa: quando uma mulher disser "não" é "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agora, passamos a palavra à representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), Drª Jolúzia Batista.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Primeiramente, Fora Temer! É importante a gente reafirmar isso a todo tempo e em qualquer lugar que estejamos.

Quero dizer que é uma grande honra e alegria estar compondo esta Mesa neste debate tão preciso e tão caro para a vida de todas nós, mulheres. E também queria saudar esta Mesa na pessoa jovem, forte e combativa da Maria Castanho e dizer que também tenho esperança na juventude, sobretudo na juventude que está mobilizada na ocupação das escolas. Apesar de tudo, nesse cenário de golpe que temos enfrentado, é um momento importante saudar essas forças de resistência, que inclusive está na juventude.

E queria aproveitar para já fazer uma denúncia sobre esse governo interino golpista, de desmonte e desmantelamento sem tamanho e sem precedentes. Enquanto estamos aqui com várias organizações, entidades e movimentos, refletindo, dialogando e denunciando o enfrentamento à cultura do estupro – porque ela existe, sim, apesar de os fundamentalistas não quererem assumir –, agora, nós entendemos que não precisamos ficar nomeando, porque, daqui a pouco, eles aparecem aqui para fazer o cenário, o palco no nosso debate.

Então, a gente precisa ter momentos estratégicos para isso. Mas é importante dizer que o Congresso Nacional, desde a última Legislatura, se concretizou nesse celeiro de ideias de retrocesso, antidireitos, conservadora, fundamentalista, para cima dos direitos das mulheres, população LGBT, população negra, indígenas e quilombolas, minimamente. E a juventude, crianças e adolescentes, com todo aquele debate sobre a redução da maioridade penal.

Quero dizer que nós tivemos a SPM rebaixada na sua função, subsumida dentro do Ministério da Justiça, com uma outra coordenação para também esvaziar mais ainda suas funções. Nós temos um Ministro da Saúde engenheiro – é importante frisar as qualificações –, e as funcionárias da área técnica de saúde da mulher vão nos enviar um áudio em que ele está determinando que não se deve falar de violência dentro do Ministério da Saúde. Não falar em violência para não falar de estupro e não falar do abordo legal. Isso é sério. Bastante sério.

E tem mais: as servidoras da área estão desesperadas denunciando a censura. Estão proibindo a divulgação de dados, cancelando entrevistas de diretorias. Pelo menos para os movimentos de mulheres que estão aqui neste plenário – e vou citar o Fórum de Mulheres do DF e Entorno –, assim que tivermos maiores detalhes sobre essa denúncia gravíssima, acho que precisamos fazer aqui uma força-tarefa, com a ajuda desta Comissão, de Senadores, da CUT aqui presente, para ver o que podemos fazer com relação a esse descalabro.

Imaginem, o Brasil está enfrentando agora um debate de novo – também temos que entender que o debate do estupro no Rio de Janeiro serve de uma cortina de fumaça – para poder começar a legitimar, pelo menos em primeira instância, a privatização dos serviços de saúde. Vemos vários debates sobre a flexibilização com relação à política de segurança pública, inclusive com a ideia de aumentar a penalidade, ofuscando, inclusive, o debate central que todos as pessoas desta Mesa falaram: enfrentar a cultura do estupro no Brasil é falar de educação, é enfrentar a nossa cultua machista. E como fazemos isso? Falando sobre gênero, falando sobre desigualdade social entre homens e mulheres, meninos e meninas nas escolas.

Vejam bem, é interessante porque vão dizer que vai aumentar a pena, que é doença, é uma patologia. Como tão bem colocou a Soraia. Mas, então, não vamos falar da educação sexista? Não vamos enfrentar as diferenças na educação brasileira e essa imposição de dogma religioso para a vida de todos e todas as brasileiras?

É verdade que o Estado brasileiro é laico. O País não é ateu. Mas a laicidade não significa dizer que teremos hegemonia de um credo. Esse é um debate importante, para o Senado e para o Congresso Nacional, e sobretudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para os Parlamentares enfrentarem com suas bases eleitorais. Nós não devemos ter medo de dialogar com as pessoas que professam fé e que são cristãs no Brasil.

Pelo contrário, temos que enfrentá-las no discurso. Não podemos entender nem aceitar que determinados credos religiosos que estão no pacto da aliança pela prosperidade, para manter esse *status quo* no Brasil de desigualdade, de sexismo e de misoginia, queiram regulamentar a vida de todas as pessoas no Brasil, incluindo as pessoas que não professam nenhum credo religioso.

Estou colocando este debate aqui porque ele está no centro da disputa legislativa que nós estamos aqui enfrentando, com um retrocesso proposto gravíssimo, que é o PL 5.069, que além de retroceder ao atendimento às vítimas de violência sexual, também vai criminalizar o profissional de saúde, caso as mulheres não apareçam com o Boletim de Ocorrência e todas as comprovações do estupro, tal qual bem afirmou a Soraia aqui, nessa outra disputa que é a do campo simbólico e discursivo, mas de compreensão, que tem a ver com o Direito Penal.

Estamos dizendo vulgarmente: agora as mulheres estupradas vão ter de tirar uma *selfie* com o estuprador, não é? Em último caso, para poder dizer: "Ah, sim, eu fui estuprada", chegando viva lá, na hora da denúncia.

Além de tudo isso, temos de enfrentar esse imaginário social, que, no lugar de nos proteger e defender, aumenta a culpa sobre as mulheres, justamente com todas essas questões, como o Fórum de Mulheres do DF enfrentou no início do ano, acolhendo e cuidando do caso do tal estupro no *réveillon*. Se estava bêbada, qual era a roupa, por que não conseguiu dizer "não", por que não se defendeu.

Esse imaginário que nos culpabiliza e nos revitimiza, inclusive no atendimento do serviço de saúde, é fruto realmente disso que nós chamamos da cultura do estupro. Inclusive, eu acho que, para todo mundo que está aqui, para os nossos escritos, em cada texto que possamos divulgar nos nossos artigos, infelizmente a gente tem de dizer o que é cultura, explicar que conceito é esse. Não é um conceito folclórico, tal qual o digníssimo Deputado, esse que a Deputada Erika Kokay aqui anunciou, aquele mesmo que tentou tomar de assalto a Comissão de Direitos Humanos de 2013, tomou cultura como um conceito folclórico. É uma coisa impressionante, mas, como diz o Deputado Jean Wyllys, a desonestidade intelectual não tem tamanho. E aí mente-se, inverte-se conceitos, isso é um discurso fascista.

Também temos dito e apreendido muito, com a nossa querida filósofa Marcia Tiburi, que já esteve aqui, neste plenário, nesta mesa, num debate correlato. Nós precisamos dialogar com essas pessoas, incansavelmente. Temos de dialogar com o discurso fascista, porque é um discurso de mentira.

Você tomar cultura como um caso folclórico, dizendo, por exemplo, que em nossas igrejas nós não somos favoráveis à cultura do estupro, eu pergunto: mas quem é? Agora, a cada momento que você desqualifica o discurso de uma mulher, sua liberdade, quando as mulheres brasileiras têm cerceado o seu direito de decisão de escolha, quando existe a incitação ao ódio – porque existe, sim –, à misoginia, ao ódio quanto à população LGBT, à demonização dos cultos de religião de matriz africana, nós estamos, sim, reforçando; reforçando a cultura do ódio, da intolerância, do estupro.

Então, eu queria deixar esses pontos, porque todo mundo aqui já falou, e as falas colocaram todas as questões relativas a esse problema.

(Soa a campainha.)

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Mas eu quero dizer que o desafio – E falo para o Senador Paulo Paim, que tem sido um aliado neste nosso debate, da manutenção desse discurso dentro desta Casa legislativa, porque aqui também existe um cerceamento fortíssimo, todo mundo já acompanha, a gente sabe como é. Precisamos atacar a raiz dessa questão, que está também nesse pacto golpista; o pacto golpista da direita conservadora, misógina, patriarcal, racista, do macho estéril, como chamamos.

Ou seja, devemos denunciar essa ofensiva que a gente chama de ofensiva conservadora, fundamentalista e antidireitos, que atacou, em seu projeto de poder e hegemonia, a democracia brasileira, os rumos da economia e já vem atacando, há pelo menos cinco anos minimamente – e eu vou dizer há uma década – os direitos das mulheres brasileiras; direitos sexuais, direitos reprodutivos.

Quando a Cle Bagno esteve aqui, logo no início, dizendo como é impossível qualificar o serviço de atendimento às vítimas de violência, das meninas, é porque existe um tabu terrível dentro das políticas da infância e da adolescência. Não se consideram direitos sexuais de crianças e de adolescentes, mas não se consideram porque já existe uma forte pressão de, pelo menos, vinte anos, que foi ganhando espaço com recurso público, dinheiro de convênio, de associações religiosas, cristãs, que resolvem fazer, proclamar os seus valores e as suas crenças acima da política universal, que é a mesma coisa que a gente escuta aqui nos corredores do Congresso, dos chamados militantes pró-vida com relação à flexibilização do SUS.

Concluo aqui, dizendo que só vamos enfrentar a cultura do estupro se a gente discutir, se a sociedade sileira se enfrentar com esse conflito sem precedentes que vivemos hoje, entre o que é o pensamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

direito e de esquerda, entre as concepções religiosas que crescem e avançam para cima da flexibilização total da política pública, sobretudo na saúde e na educação, onde já estão logrando conquistas.

Mas, graças às forças da resistência, a Senadora Fátima Bezerra colocou aqui a sua disposição de tomar uma medida contra aquela drástica derrota que sofremos com relação ao Plano Nacional de Educação.

Então, encerro aqui, mais uma vez, dizendo que golpistas, machistas, fascistas não passarão! Fora, Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que encerrou com brilhantismo essa nossa Mesa, que é a segunda, e vamos agora para a terceira.

Uma salva de palmas para esta Mesa. (*Palmas.*)

Convido-os para retornarem à primeira fila, e chamamos a terceira Mesa, de imediato: Sílvia Badim, Professora Adjunta da UnB, Coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade (DAC – UnB). (*Palmas.*)

Convido também, enfim, um homem nesta Mesa, Mozarte Simões da Costa Júnior, representando o movimento sindical – vem da Fasubra. (*Palmas.*)

Neliane Maria, representante da Rosas pela Democracia. (*Palmas.*)

Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais e Coordenadora dos Comitês de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), e, por fim, Diana Calazans Mann, Delegada de Polícia Federal e Coordenadora-Geral de Defesa Institucional Substituta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como nós temos problema de horário, para concluir, vamos agora, de imediato, passar a palavra para Silvia Badim, Professora Adjunta da UnB.

A SRª SILVIA BADIM – Boa tarde a todas.

É um prazer estar aqui com vocês.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade, por ter convocado este importante debate.

Mas, em primeiro lugar, também não posso deixar de fazer coro: Fora, Temer! (*Palmas.*)

Principalmente, fora Fátima Pelaes.

Nós não podemos aceitar esse retrocesso à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nós não podemos aceitar, nós não podemos reconhecer golpistas e não podemos reconhecer uma mulher que é contra o direito das mulheres. Esse golpe é, sobretudo, machista. Ele é um golpe, como a Jolúzia ressaltou muito bem, que vem dilacerando nossos direitos há muito tempo, e agora é a cartada final. Mas estamos atentas, e não passarão.

Eu gostaria de começar minha fala dizendo que estou aqui como Coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade da UnB, função que assumi há três meses e venho encontrando inúmeros desafios que eu queria partilhar com vocês, já que a universidade foi chamada a esta Mesa algumas vezes e que foi ressaltada por todas a importância da educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Silvia, você me permite, só para orientar?

A SRª SILVIA BADIM – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aquelas que participaram das Mesas anteriores, de preferência, sentem-se aqui, na primeira fila, porque farão ainda suas considerações finais.

Só isso, Silvia.

A SRª SILVIA BADIM – Obrigada.

Eu gostaria de parabenizar todas, mulheres maravilhosas. Todas me representaram muitíssimo. É uma alegria ver que temos tantas companheiras de luta.

Eu trouxe muitas coisas. Então, vou abreviar minha fala, dado o adiantado da hora – todo mundo com fome!

Eu gostaria de começar trazendo um trecho do Mia Couto, de um livro chamado *Antes de nascer o mundo*, em que ele fala o seguinte:

- Por que aceitamos tanto – questionou Noci –?

- Quem?

- Nós, mulheres. Por que aceitamos tanto tudo?

- Porque temos medo.

Esse trecho do Mia Couto acho que traz a cultura do estupro como a cultura do medo. Nós, mulheres, temos medo. Nós vivemos com medo.

É interessante que, quando eu pergunto aos meus alunos e alunas: «Qual o maior medo?» Sempre o das mulheres é o medo de ser estuprada. Quando nós transitamos pela universidade, quando nós transitamos no nosso dia a dia, nós, mulheres, temos menos medo de morrer do que temos medo de ser estupradas. Nós temos esse medo cotidianamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Depois do medo de sermos estupradas, vem o medo de falar quando somos estupradas. Nós temos medo de falar, nós temos medo de existir como mulheres. E esse medo permeia a cultura do estupro. É um medo que nos é imposto. Nós temos que trabalhar com esse medo no cotidiano do atendimento das mulheres.

Algo que venho percebendo muito grave, ao lidar com alunas na Universidade de Brasília, é o medo. E como romper o medo tem sido o meu grande desafio à frente da coordenação.

Então, nós temos duas atuações que eu penso que são complementares dentro da universidade, porque a universidade também não pode só gerar dados. Devemos gerar dados, mas devemos efetivamente traçar estratégias e combater a violência contra a mulher.

O que é uma universidade que permite a violência contra a mulher, como nós assistimos na Universidade de Brasília ao feminicídio da estudante Louise, recentemente?

A universidade deve agir no combate efetivo à violência contra a mulher, e não apenas o que é, de fato, importante, já temos essa dificuldade frente ao machismo, que impera também no mundo acadêmico: produzirmos conhecimento à cerca das questões de gênero.

Então, tenho dividido a atuação em duas partes: uma, na promoção de debates, no estímulo de produção de conhecimento, debates entre os alunos e entre os professores e professoras sobre as questões relacionadas ao gênero, uma série já – depois passo para vocês nosso cronograma de atividades – de inserção de disciplinas, de discussão, ofertas de cursos de extensão, promoção do debate efetivo.

E outra que tenho considerado fundamental é a estruturação de uma rede de proteção às mulheres dentro da Universidade de Brasília, o que é muito difícil, porque, quando a gente trabalha com o direito das mulheres, temos algo sempre relegado a segundo plano. Então, eu preciso de pessoal, não tem; eu preciso de dinheiro, também não tem; eu preciso de uma estrutura, não tem. A gente tem de ficar costurando com o que tem, dentro da universidade, para conseguir minimamente dar uma resposta.

E temos conseguido atuar em alguns casos importantes, e o diálogo com as alunas tem sido fundamental para receber as denúncias. Por quê? Como uma mulher denuncia um caso de estupro? Quais os canais que ela encontra para fazer uma denúncia? E mais, como essa mulher é ouvida quando ela faz uma denúncia?

Eu tenho presenciado falas que me assustam muito, de muito medo de se expor no seguinte sentido: "Mas, se eu falar, alguém vai acreditar em mim?" Olha, com uma amiga minha, e fui com ela na Delegacia da Mulher, não acreditaram na palavra dela ou falaram que não era nada. Principalmente porque eu tenho considerado, algo até uma heresia dentro dos cursos de Direito, que o estupro é um crime continuado. Por que ele é um crime continuado? Porque não é apenas o simples ato previsto no tipo penal que vai consumar um estupro, porque está lá previsto: manter conjunção carnal, ato libidinoso.

O estupro, primeiro, não começa, muitas vezes, neste ato. A gente sabe que 30% apenas dos estupros acontecem de forma – para usar a expressão da Professora Rita Segato, da UnB – cruenta, os estupros que acontecem nas ruas. Eles acontecem, muitas vezes, dentro dos ambientes familiares, domésticos. E na UnB a gente enfrenta muito o estupro de amigos, nas festas, naquele momento em que tudo é permitido, porque estamos festejando, estamos entre amigos. Então, esses estupros não acabam no ato em si e nem começam no ato em si. Existe um longo período de assédio, que é algo muito pouco falado, e vou ressaltar que acho que foi a única coisa que talvez tenha sido pouco pontuada na Mesa.

Nós mulheres sofremos um assédio cotidiano, em vários âmbitos e em várias instâncias. Sofremos assédios dos nossos coordenadores, dos nossos chefes, dos nossos colegas, e sofremos assédios nas ruas. Esses dias, conseguimos retirar um assediador da Universidade de Brasília que, quando a moça passava, ele falava: "Nossa, como você é gostosa! Nossa, como você..." Até que um dia ele disse: "Olha, qualquer hora, eu vou te pegar todinha." Isso gera um medo. E, num primeiro momento, quando fomos atender essa mulher, ela chorava copiosamente porque lembrava de outras violências sexuais que já tinha sofrido.

Então, foi um trabalho sensibilizá-la, e o maior medo dela era: como vão acreditar em mim? E efetivamente, no meu primeiro diálogo institucional de assistir essa mulher, a pergunta foi essa: "Mas como ela prova o que ela está dizendo?"

Eu disse: "A palavra dela tem de valer e a palavra dela vai valer." Foi difícil conseguir esse trâmite no primeiro. A gente tem de ter uma postura realmente muito firme e lidar com os machismos institucionais que existem e que a gente, também, precisa falar deles. O machismo também é institucional, está dentro das instituições. Ele está dentro dos nossos colegiados na UnB, ele está dentro das secretarias de saúde, ele está dentro das delegacias, ele está dentro do Poder Judiciário, como ressaltou tão bem a Soraia. Então, ele é institucional.

Dentro da Universidade e de Brasília, a gente tem encontrado essa dificuldade de diálogos institucionais. Felizmente, temos conseguido formar uma rede de apoio e conseguimos atuar em alguns casos, graças a essa e que tem se formado, porque o estupro, para mim, não se esgota no ato em si, também não é só uma pes- ou uma instituição que vai dar uma resposta a esse caso. Então, a gente tem de trabalhar com a psicologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a gente tem de trabalhar com as delegacias de Polícia, a gente tem de trabalhar com as defensorias públicas, com o Ministério Público, com as secretarias de saúde. A gente tem conseguido fazer essa ponte.

Esses dias, também, atuamos num caso de estupro dentro de uma festa, na Universidade de Brasília. Algo que me tocou muito foi o quanto essa moça agradeceu o apoio que recebeu e por não terem duvidado da palavra dela. "Muito obrigada, se não fosse isso eu não teria conseguido chegar até aqui." Nós mulheres, como a Professora Valeska tão bem ressaltou, na nossa objetificação, em todas as questões de gênero... A nossa palavra não vale nada. A palavra da mulher é colocada, sempre, em segundo plano, se não em terceiro ou quarto. Cadê a nossa voz? Graças a essa rede que se forma... Principalmente quero aqui ressaltar a militância dos movimentos de mulheres.

Acho que se hoje nós não retrocedemos mais e se estamos conseguindo pautar essas questões aqui dentro desta Casa, que deveria ser a casa do povo, que deveria ser a nossa casa também, de mulheres, é graças a pressão feita, hoje, pelo movimento de mulheres. (*Palmas.*)

É através da militância feminista que nós temos conseguido resultados muito importantes. Nós estamos formando, com muito gosto, quadros para o movimento. Então, é muito bom ver advogadas que representam associações de igualdade de gênero, delegadas feministas e tantas outras mulheres. Eu, hoje à frente dessa função, digo a vocês que é muito importante ser feminista neste momento, é muito importante. A gente não tem de ter medo de dizer que é feminista, não temos de ter medo de dizer. É algo que, na universidade, enfrento muito. "Ah, aquela professora é feminista".

Isso quer dizer o que nessa leitura, nas entrelinhas? Eu não vou levar tanto em consideração o que ela está falando porque ela é feminista. Há uma desqualificação desse lugar. Tento desconstruir com os alunos o que é ser feminista, são conceitos básicos. Acham que o feminismo ainda é o oposto de machismo ou que nós..."Enfim, o que vocês querem, feministas?" Desconstruir esse lugar é muito importante.

Então, como afirmo que sou professora e sou feminista é uma atitude política, mas também uma atitude docente. Não tenho dúvidas de que, se esses projetos da Escola sem Partido passarem, serei uma das primeiras a ser perseguida. Eu e a professora Valeska, com certeza, estaremos aí. Mas serei perseguida quantas vezes forem necessárias para defender a causa das mulheres. (*Palmas.*)

Como todas que já falaram, eu rechaço veementemente o projeto do Escola sem Partido em que diz que nós não poderemos mais atuar para formar pessoas nas questões de gênero. Eu tenho visto em muitos debates...

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA BADIM – ... que eu tenho feito na universidade – eu tenho feito debates muito interessantes também junto a alunos das engenharias, a alunos que não chegam aos fóruns de debate de gênero, e tem sido muito importante levar isso para as pessoas aonde não chega esse debate – o quanto isso sensibiliza muito os homens também, o quanto é importante, o quanto faz repensar e o papel da educação. Então, esse projeto é um desserviço aos direitos das mulheres, é um desserviço à sociedade brasileira. Querem nos calar, querem nos colocar uma mordaça, querem retroceder à época da ditadura militar.

E esse projeto também – eu chamo atenção – não está só nesta Casa. Vários Estados da Federação estão discutindo esse projeto. O Distrito Federal tem discutido esse projeto e feito algo muito grave, na minha opinião: uma Deputada que encabeça esse projeto está também usando a prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar o Poder Executivo para avocar para si análises de currículos das escolas, material didático que tem sido usado nas escolas, para querer retirar as questões de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos um rol – estou pegando o seu gancho enquanto você fala – de projetos que consideramos antidemocráticos e contra os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. Então, eu estou dizendo já para o Toni: "Coloca esse lá no rol desses projetos".

A SRª SILVIA BADIM – Por favor.

Aqui, no Distrito Federal, isso está acontecendo. Como afirmou a Jolúzia, esse projeto tem como cunho também não se poder falar nada que desagrade as crenças dos pais dos alunos, ou seja, se há um pai machista, eu não vou poder falar sobre femininismo, sobre direitos das mulheres? Vejam aonde estamos chegando.

Eu não vou me alongar, porque eu acho que ainda há muita gente para falar. Eu gostaria, então, só de dizer, mais uma vez, parabéns a todas. Eu só acredito que nós conseguiremos lutar pelos direitos das mulheres através da união das mulheres. Somos nós mulheres que vamos garantir os nossos direitos cada vez mais.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Silvia Badim, Professora unta da UnB, Coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade (DAC - UnB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que eu dizia aqui e reafirmo é que esses projetos de que ela fala e que proíbem o debate político, que é o mínimo que esperamos dentro da universidade, estejam naquele rol daqueles projetos que vamos trabalhar sempre para derrubar, seja aqui, seja nos Estados.

Agora, eu passo a palavra para o representante da Fasubra Sindical, o Sr. Mozarte Simões da Costa Júnior, que, na verdade, já pediu aqui uma agenda, que faremos no dia 5 de setembro, sobre a violência nos *campi* das universidades.

O SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JUNIOR – Bom dia, quase boa tarde – para nós que não almoçamos, ainda é bom dia.

Agradeço o convite do Paim, que, na entrada, já me convidou – eu me preparei ali sentado.

Bom dia a todos da Mesa também e a todos do plenário.

Eu quero dizer para os companheiros que, enquanto sentado lá ouvindo todos aqui, eu me reportei para a minha infância na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Desculpe, eu não me apresentei. Eu sou Mozarte Simões da Costa Junior. Eu trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquiso, há mais de oito anos, a violência nos *campi* das universidades federais.

Então, voltando, reportei-me àquele tempo em que a gente voltava machucado para casa, chorando, depois do futebol, uma coisa assim. E a primeira coisa que a mãe dizia era que homem não chorava.

E me reportei a quando eu comecei a adolescência e os outros amigos falavam: "E quando é que tu vais namorar? Vai lá e fala com aquela menina! Vai lá e fala com ela! O que é? Estás com medo?" E aí, então, tinha que passar por cima daquele medo e ir ao encontro da menina.

Então, comecei a me reportar... E, na fala da Maria, eu me lembrei da minha filha. Eu tenho uma filha de 13 para 14 anos. E, ouvindo-a falar, lembrei-me de o quanto a minha filha puxa esse debate da cultura do estupro, da violência nas escolas.

Eu me lembro de que eu estava fazendo uma pesquisa sobre a violência nos *campi* e aí eu me reportei aos Estados Unidos. Como é a violência nos *campi* das universidades dos Estados Unidos? E, então, fazendo essa pesquisa, eu achei a Clery, achei a Jeanne Clery, nos Estados Unidos. Essa menina foi estuprada dentro de uma casa de estudantes, nos Estados Unidos. Então, tornou-se um crime federal, não ficou no âmbito da polícia estadual, porque vocês sabem que, lá nos Estados Unidos, eles têm mais de 11 mil polícias.

E aí, investigando, eles encontraram que, antes do estupro da Clery, já havia acontecido mais de 20 estupros dentro desta universidade, e a direção da universidade não tinha divulgado – não tinha divulgado!

O Parlamento americano, Senador Paim, então, em 1990, publicou a Lei Clery. E o que é a Lei Clery? A Lei Clery diz que, todo final de ano, os diretores das escolas e universidades americanas têm de fazer, obrigatoriamente, um relatório sobre a violência nos *campi* daquela universidade no qual ele é diretor ou diretora. Este relatório sobre a violência é enviado para o FBI e também para a Comissão de Educação americana, porque lá eles não têm Ministério da Educação.

O FBI pega esses relatórios e se reporta para dentro das universidades, para saber se aquele relatório é verídico. Se aquele relatório não for verídico e for identificado que o diretor omitiu casos de violência dentro deste relatório, mentiu neste relatório sobre casos de violência e índice de violência nos *campi* dos Estados Unidos, este diretor poderá ser até preso. Então, vejam só como é tratado o caso de violência dentro dos *campi*, dentro das escolas e das academias americanas.

Reportando para cá, dentro dessas minhas pesquisas, não encontrei nada no Ministério da Educação.

Não encontrei uma secretaria sequer que fale sobre a violência nos *campi* e nas escolas.

A violência não é somente este ato que todo mundo diz, o estupro. É muito além disso. São meninas assediadas dentro de banheiros de escolas. São meninas estupradas dentro de banheiros de escolas e dentro de universidades. São meninas que sofrem no trote quando entram nas academias. São meninas que sofrem dentro dos alojamentos, das casas de estudantes das universidades brasileiras.

Eu pesquiso este tema há mais de oito anos e me reporto muito a este tema da violência contra a mulher. Eu quero dizer a vocês que eu vivencio isto, porque eu trabalho na segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então, eu vivo isto a cada semestre e a cada entrada de novos calouros; as meninas sendo abusadas pelos veteranos. Isto também tem de acabar.

Como o Senador Paulo Paim falou, no dia 5 de setembro, nós teremos uma audiência pública para debater a violência nos *campi* das universidades. Convido todas para estarem presentes aqui, na CDH – dia 5 de setembro.

Então, esta Lei Clery pode até prender um diretor. Vocês já imaginaram um reitor preso? Por que reitor preso? Tivemos aqui há questão de um mês. Três anos e meio atrás, uma aluna da Educação Física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi estuprada e se suicidou. Triste isso. Triste! Talvez, se a Universidade desse dado uma assistência psicológica, um acompanhamento, não tivesse acontecido isso. Talvez, se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tivéssemos uma secretaria no MEC que cuidasse da segurança das escolas e dos *campi* das universidades federais e privadas, não tivesse acontecido isto.

Nós temos que pensar além também do estupro. Mas também nós temos que pensar e nos reportar à prevenção.

Nós temos uma aluna também, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que saiu do prédio em que estava tendo aula e, em outro prédio, a 20, 50 metros de onde ela estava tendo aula, nesse trajeto, ela foi estuprada.

Essa cultura da violência dentro dos *campi* das universidades nós precisamos debater muito a fundo; a violência nas escolas, meninas sendo atacadas na sua flor da idade, meninas com um futuro brilhante pela frente...

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JUNIOR – ... ceifadas por uma cultura machista, por uma cultura de o homem se sobrepor à mulher.

Temos agora uma Secretária aí que, num projeto de lei que pedia a igualdade de salário entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, votou contra. E está aí ocupando uma Secretaria das Mulheres.

Então, minhas companheiras, meus companheiros, é difícil ouvirmos como homem, despido do DNA – assim, em questão de dois, três minutos – machista que se encontra dentro de nós. É muito difícil, por isso nós temos que fazer, organizar e implementar lá na juventude, para que, no futuro, não aconteça mais isso.

Temos a violência dentro dos *campi* das universidades muito grande, porque eu consigo alcançar, através da minha pesquisa, somente o que sai para a mídia, o que fica interno na universidade eu não consigo alcançar, eu não consigo fazer essa pesquisa, porque não temos materiais humanos, financeiros. Então, fazemos uma pesquisa meio que da Idade da Pedra, tentando divulgar, tentando pregar no deserto a violência contra as mulheres dentro desses *campi*, chamando as pessoas para o debate, para o enfrentamento, mas infelizmente as pessoas não estão nos ouvindo, e, graças a Deus, tivemos esse convite do Senador, que agora está conosco – e sempre esteve –, para colocarmos para frente e chamarmos o MEC para um debate. A Fasubra está fazendo esse debate.

Vamos agora, no Rio de Janeiro, ainda não temos data, ao XXV Seminário Nacional de Segurança nas Universidades, são 25 anos. Algumas de vocês já ouviram falar que temos esse seminário? Não, não sai para a mídia, fica só interno, e debatemos de tudo lá, tudo que vocês pensarem sobre segurança.

Faz 22 anos que não temos concurso público para segurança nas universidades federais. É tudo terceirizado, e os terceirizados são tão vítimas quanto: salário baixo, atiram num vigilante em qualquer canto, mas isso é um outro debate para o dia 5.

Então, quero deixar aqui para vocês o meu agradecimento. Convido-as novamente a estarem dia 5 aqui para debatermos, para não pregarmos mais no deserto, para encaminharmos esse debate por dentro das universidades, com todos os órgãos representativos das universidades: UNE, DCEs, docentes, técnicos administrativos, enfim, a comunidade universitária toda.

Então, Paim, quero agradecer o apoio. Desde sempre, o Paim já tem participado conosco lá no Rio Grande do Sul, já participou na UFRGS, já participou na UCPel, já participou na Universidade Federal de Santa Maria...

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JUNIOR – ... de debates sobre essa violência que está acontecendo dentro dos *campi*.

Eu aprendi muito hoje, muito, muito. Eu acho que deveríamos fazer um debate desse para os homens: as mulheres aqui debatendo para os homens lá para eles entenderem o que uma mulher sente. Aprendi muito, fico agradecido mesmo por estar presente aqui neste momento.

Quero dizer para vocês, mais uma vez, que golpistas e machistas não passarão!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Mozarte Simões da Costa Junior, que falou pela Fasubra Sindical, que, na verdade, falou pelo movimento sindical, comentando, inclusive, sua experiência quanto a esse tipo de violência nos *campi* das universidades dos Estados Unidos e também aqui no Brasil. Falou de diversos Estados, não falou só do Rio Grande do Sul.

Recebi aqui, pelo WhatsApp, algumas considerações de que esse ato criminoso que aconteceu nos Estados Unidos foi também um ato terrorista. Pode tê-lo sido, ninguém está dizendo que não, mas que foi um ato homofóbico foi, que foi discriminatório foi, que foi contra a comunidade LGBT foi! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ninguém está dizendo que não foi um ato terrorista. Acho que todo crime desse tipo é um ato terrorista. Agora, que foi homofóbico foi! Então, ninguém está questionando isso. O alvo foi uma boate onde a comunidade gay estava dançando e se divertindo, o que é natural.

Então, faço este esclarecimento: ninguém está dizendo que não foi um ato terrorista. Foi um ato com um alvo definido, disso não temos dúvida alguma.

Passamos a palavra para Neliane Maria, representante de Rosas Pela Democracia.

Informaram-me que está presente no plenário a Carmen Foro. Está aqui a Carmen Foro? (*Pausa.*)

Carmen Foro – olhem que conheço a CUT há muitos anos! – deve ser a primeira Vice-Presidente mulher da Central Única dos Trabalhadores.

Eu queria convidá-la a vir à mesa, para também dar um depoimento. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Sei que já está aqui a Junéia Martins Batista.

Quem sabe, depois, uma mulher será a Presidente da Central?

Por favor, agora, fala a Neliane Maria.

A SRª NELIANE MARIA – Primeiramente: fora, Temer! (*Palmas.*)

Não dá para iniciar a fala sem denunciar, todos os dias, todas as horas, esse Governo golpista que aí está cerceando não só uma mulher na Presidência da República, mas também todas nós mulheres nos nossos direitos, nas nossas conquistas.

Venho saudar todos os coletivos que aqui estão.

Antes, tenho de me apresentar. Sou Neliane. Estou encerrando o mandato na Secretaria de Políticas Para as Mulheres do Sinpro-DF, o Sindicato das Professoras e dos Professores do DF. Mas vim aqui em nome do coletivo Rosas Pela Democracia, um coletivo muito novo, que nasceu nessa denúncia do golpe em curso que aí está e em defesa da democracia, como tantos outros.

Então, quero saudar todas e todos aqui em nome do coletivo Rosas Pela Democracia; das mulheres do coletivo Mulheres Pela Democracia, que fez tanta diferença e que se mostrou protagonista na denúncia do golpe, na denúncia da misoginia existente nesse golpe e em defesa da democracia; e também das companheiras do coletivo Março Feminista.

Um abraço a cada uma e a cada um dos demais coletivos!

Fui chamada para falar sobre a cultura do estupro e da violência nas redes sociais.

Eu vou procurar ser bem didática com relação a isso, mas não dá para, como educadora e sindicalista da educação, não me aprofundar também em todas as mazelas e atropelos que a educação pública, laica, que vem para empoderar brasileiras e brasileiros, a classe trabalhadora, vem sofrendo com esses PLs que aí estão.

A primeira coisa é reforçar aqui a fala de todas as companheiras que me antecederam e dizer que a relação da cultura do estupro é a relação da sociedade que nós temos. Muita gente chama a violência nas redes sociais de novas formas de violência, e não são. Na verdade, são violências que sempre existiram.

Eu usei um método de professora alfabetizadora que sou. O *cyberbullying*, que é a violência virtual que atinge mulheres e homens com a sua diversidade de etnia e sexualidade, o *revenge porn*, como no caso da menina Beatriz violentada, o fato de o vídeo ter sido divulgado daquela forma que a expôs tanto, que é a pornografia de revanche... É importante pegarmos esses termos que estão americanizados e abrasileirarmos um pouco. É a pornografia de revanche. A pessoa, para se vingar daquela mulher é o *revenge porn*. E o *slut charming*, que ela também sofreu não somente por parte do delegado, porque nós vimos o quanto de crime houve após aquele estupro. O próprio delegado, o próprio agente de segurança, as mazelas que aquela menina sofreu... Então ela sofreu dos seus estupradores, dos agentes de Polícia que ali deveriam estar para protegê-la, e, muito pelo contrário, fizeram a sua culpabilização.

Slut charming é envergonhar. Significa chamar. *Slut*, vadia. Então, envergonhar aquela mulher pela sua sexualidade, pela sua liberdade sexual. E todos eles, principalmente a nossa sociedade, que é machista, que é misógina, que elege, com algumas exceções, este Congresso Nacional que nós temos... Eles estão aí porque a sociedade, sob as ideologias contra as mulheres, contra quem sempre foi excluído, votou neles.

Esses crimes, antes das redes sociais, já existiam. O *slut charming*, por exemplo, é o marido que quer se realizar com a esposa e, na hora de uma briga, de uma violência doméstica, para desmoralizar diz: "Eu não te respeito porque você faz isso e isso na cama." Isso é um *slut charming*. Entendeu? O *revenge porn*, muito antes das redes sociais, já acontecia, propalado pela mídia que aí temos, como foi muito bem falado por duas que me antecederam aqui.

Esse tipo de violência é fortalecida por uma bancada misógina e fundamentalista, infelizmente, aqui no Congresso Nacional, e a única forma de combatermos isso é a educação. E aí vou falar como professora. Vou sumir a minha posição como sindicalista, professora e educadora.

A primeira coisa que fizeram para atingir todas nós foi retirar uma mulher do poder. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É importantíssimo que tenhamos aqui bem claro que o golpe em curso é um golpe misógino, é um golpe de ódio à mulher, principalmente de ódio à mulher que está no poder, porque, na cabeça desses golpistas, uma mulher jamais poderia ocupar espaço de poder algum, que dirá a Presidência da República!

Em segundo lugar, após o *impeachment* que está em curso, o que eles vão ter de atingir para acabar com o empoderamento da mulher, que sempre foi excluída da classe trabalhadora como um todo? A educação, a educação pública de qualidade, laica. É claro que há muitos casos que destoam disso, mas a educação pública de qualidade que temos aí elegeu esse projeto de governo, elegeu e reelegeu por três vezes o projeto de governo que empodera as mulheres, que empodera a classe trabalhadora, que empodera os nossos direitos e conquistas. Por que eles estão fazendo isso? Porque eles querem nos calar!

Então, não concordo com o "machistério". Existe muita gente boa no chão da escola fazendo o bom magistério, plantando a igualdade e abrindo mentes, falando para a sociedade: "Olha, aqui, você tem direitos. Você pode ser daqui para melhor!" Porque existe esse magistério que planta a igualdade na escola eles querem nos calar, com PLs da mordaça, tanto aqui no Congresso quanto nas Câmaras Legislativas Brasil afora, e com a Escola sem Partido. Para mim, não é escola sem partido, mas é escola de partido, do partido do silêncio; é escola do partido do silêncio da menina e da adolescente que são violentadas pelo pai, pelo padrasto e pelo namorado, que são estupradas e que, chegando à escola, não podem falar. Ao chegar a menina à escola, um orientador educacional não pode encaminhá-la e não pode trabalhar junto com o Conselho Tutelar. É esse tipo de escola que eles querem. Quando se amordaçam educadoras e educadores, amordaçam-se também as meninas que sofrem violência, os meninos que sofrem homofobia. Tantas outras violências e discriminações existem na sociedade, e o espaço escolar é o único espaço em que a população tem voz e vez, para fazer a diferença e lutar pelos seus direitos.

Por isso, nós educadoras e educadores que fazemos a diferença no chão da escola e que plantamos a igualdade a partir da sala de aula nos posicionaremos sempre contra essa matriz curricular...

(Soa a campainha.)

A SRª NELIANE MARIA – ...discutida por um ator pornô, estuprador confesso. Gente, isso se deu no mesmo dia em que houve o escândalo da menina Beatriz e em que todas nós nos sentimos violentadas junto com ela!

Nós seremos veementemente contra isso e estaremos juntos daqueles e daquelas que estão fazendo diferença no Congresso, em cada Câmara Legislativa, no Executivo do País afora, para fazer valer o conceito de que escola é espaço de construção de igualdade. Ela tem partido, sim! Ela tem o partido da mulher e está do lado dos direitos, do lado das conquistas e do lado do combate à cultura do estupro que estamos discutindo aqui. (*Palmas.*)

Jamais admitiremos silenciarmos. Se for preciso, serei presa, mas direi para a minha estudante: "Olha, você pode denunciar. Estou aqui para apoiá-la. Tem de fazer valer a Lei Maria da Penha, tem de fazer valer o seu direito. Você foi violada. Vou lutar com você. Vou lutar com você!" Eu o direi, mesmo que seja presa no lugar do estuprador.

Há muitos educadores e educadoras que pensam assim. É a maioria! Não é à toa que o projeto político que temos aí está eleito pela população, que reconhece isso que foi plantado lá no chão da escola. É por isso que eles querem nos calar.

Estou com algum tempo ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Alguns minutos.

A SRª NELIANE MARIA – Obrigada.

Ainda sobre as violências, eu trouxe outras três que também, erroneamente, são consideradas novas violências. Eu falei a respeito das violências que acontecem nas redes sociais. Elas também sempre existiram, só que, agora, a coisa toma uma proporção maior. Essas três, nós sofremos neste processo de golpe em curso. A *gaslighting* é a mais divulgada. Há homens que questionam a saúde mental da mulher. Foi o que a Época divulgou numa conhecida capa contra a Presidenta Dilma. Isso pode acontecer tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito das redes sociais e, principalmente, no mundo do trabalho e no mundo onde as mulheres ocupam espaços de poder. Questiona-se a memória das mulheres, questiona-se a saúde mental das mulheres. Falam assim: "Ela é louca!" Inclusive, algumas amigas dizem: "Ah, a ex-namorada ou a ex-mulher de fulano é louca!" Eu digo: "Cuidado, porque você vai ser a próxima louca. Isso aí é uma violência." A gente precisa sempre alertar.

Manterrupting é aquela em que homens nos interrompem. A mulher, no momento de uma fala numa reunião, o tempo todo, é interrompida por um homem. Quem não sentiu esse tipo de violência já, não é?

E há o termo *bropriating*, que é muito parecido com *manterrupting*, só que, no *bropriating*, eles se apro-
am das nossas ideias. Então, a mulher fala, é interrompida, fica interrompida, não é aplaudida, e aí vem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

homem que se apropria da mesma ideia dela. Ele fala exatamente o que ela falou, talvez não, com certeza com menos qualidade, e é reconhecido.

Essas são violências que nós sofremos. Há esses três tipos de violência também. É claro que não é preciso dizer essas palavras americanizadas. Mas homens que nos interrompem, homens que se apropriam de nossas ideias, homens que querem nos tachar de loucas e de desmemoriadas têm de ser sempre denunciados. É preciso falar: "Olhe aí, camarada! Você está cometendo uma violência. Você está me violentando. Você está cerceando meu direito de voz e de ter ideias." É isso que a gente precisa denunciar.

A nossa Presidenta Dilma... A nossa Presidenta é ela, apesar desse golpe em curso. A nossa Presidente Dilma sofreu, principalmente, esses três tipos de violência, por ser uma mulher no poder e por empoderar todas as mulheres também estando no poder.

Por fim, fora, Temer! Fora, fascistas! Fora, golpistas! (*Palmas.*)

Vocês não passarão! E nós continuaremos em luta, mostrando nossa voz, nossa vez, até que todas sejamos livres, livres do estupro, livres da misoginia na sociedade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Neliane Maria, representante de Rosas pela Democracia. Muito bem, pela sua fala! Reafirmou a força dos professores.

Sempre digo que, em todos os setores, temos problemas; temos, com certeza, dentro do Congresso, temos na iniciativa privada, temos no serviço público, temos mesmo nas forças que fazem a prevenção, a segurança e temos também o dos professores, mas ela deixou muito claro, pelo amor de Deus, são exceções, e fez a defesa muito clara quanto aos professores.

Vamos agora à Diretora de Assuntos Internacionais e Coordenadora do Comitê de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, a líder Lucimary Santos Pinto.

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Bom dia a todos e todas.

Agradeço, inicialmente, ao Senador Paulo Paim pelo convite e gostaria de dizer que aqui não viemos para fazer uma palestra, na verdade, recebemos o convite e achamos importante fazer um recorte aqui nessa Mesa para uma situação que envolve a questão da saúde da mulher vítima de estupro.

Uma situação que levou a confederação à produção desse material que versa sobre a violência doméstica, identificando a convivência da mulher vítima de violência com o agressor – que vou passar às mãos do Senador, trouxe alguns exemplares para que seja distribuído. E dizer que a mulher vítima de violência sofre muitos problemas após o ato de violência, após a situação da violência, do estupro propriamente dito.

Há a seguinte situação: essa mulher, além de ter que buscar uma delegacia – em alguns casos, porque, na grande maioria, sabemos que existe a subnotificação –, onde ela é, naquele primeiro momento, hostilizada, há a situação da saúde da mulher vítima de estupro. Ela teria, em tese, até um prazo mínimo de três dias, para buscar uma assistência médica para que ela pudesse tomar as medidas preventivas, o coquetel antiaids.

Diante desse cenário, nós da confederação, através de vários depoimentos de trabalhadoras da saúde, em que pese a subnotificaçao, ou seja, a ausência de notificação desses fatos, no atendimento de saúde, conseguimos identificar as vítimas de violência sexual.

É, nesse sentido, que a confederação preparou esse material que visa auxiliar os profissionais de enfermagem na prestação de assistência à saúde daquela mulher vítima de violência doméstica.

Permitam-me fazer a leitura de um trecho da cartilha que retrata bem o sentimento que temos com relação ao resultado dessa violência como um desfecho que compromete toda a sociedade brasileira.

> A violência doméstica é um tema que atinge milhares de mulheres e crianças, adolescentes e idosos em todo o mundo, decorrente da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, assim como a discriminação de gênero, ainda presente tanto na sociedade como na família. Porém, sabe-se que essa questão não é recente, estando presente em todas as fases da história.
>
> No Brasil, esse tema ganhou maior relevância com a entrada em vigor da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, também conhecida como "Lei Maria da Penha", uma merecida homenagem à mulher que se tornou símbolo de resistência a sucessivas agressões de seu ex- esposo.
>
> Diante de toda repercussão alcançada, principalmente pela mídia, surgiram muitos comentários equivocados, criando-se, algumas vezes, falsas expectativas, como se, a partir da criação de uma lei exclusiva para tratar do tema, fosse inverter, de uma hora para a outra, uma rota histórica da violência. Basicamente por ser a violência resultante de uma arraigada cultura machista e discriminatória que subjuga as mulheres, este problema não se resolve de imediato, num simples passe de mágica, pelo poder da lei. (...)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

> Fato é que a violência doméstica e familiar é uma questão histórica e cultural anunciada, que ainda hoje, infelizmente, faz parte da realidade de muitas mulheres nos lares brasileiros.
> Vale ressaltar que, para chegar ao ponto principal (violência doméstica), é necessário abordar a chamada "violência de gênero", examinando sua origem, características, formas de manifestação e os possíveis fatores causadores dessa violência. (...)
> Cada ano que passa, a violência reduz a vida de milhares de pessoas em todo o mundo e, com isso, prejudica a vida de muitas outras. Ela não tem noção de fronteiras geográficas, raça, idade ou renda, atingindo assim crianças, jovens, mulheres e idosos. (...) Para cada pessoa que morre devido à violência, muitas outras são feridas ou sofrem devido a vários problemas físicos, sexuais, reprodutivos e mentais.

A agressão sofrida por um familiar não deixa somente as marcas no corpo: ela destrói famílias, com reflexos negativos em toda a sociedade. A convivência com o agressor se compara à tortura permanente. reaja e denuncie.

Outro ponto que eu gostaria de destacar, só para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Posso interromper, só para bater palmas para o texto? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem que ter esse cuidado agora. Até para descontrair, pessoal.

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Nós verificamos hoje, nesta audiência, que foi muito rica de informação acerca dos direitos violados das mulheres, o quanto é difícil garantir e ampliar direitos, sobretudo na perspectiva que envolve a questão da saúde, da dignidade da mulher.

A par dessa questão, eu só queria fazer o relato da ADPF 54, protocolada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde e versa sobre a possibilidade de ser feito o aborto no caso dos fetos anencefálicos.

Então, o descaso com o direito das mulheres é tamanho que nós queremos registrar que a propositura dessa ação no Supremo Tribunal Federal ocorreu em 2004 e somente oito anos depois, ou seja, em 2012, foi que o Supremo julgou essa ação, garantindo, então, às mulheres portadoras de fetos anencefálicos a possibilidade de disporem sobre o próprio corpo, ou seja, de realizar o aborto nesses casos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais e Coordenadora dos Comitês de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Olha, eu gostei muito mesmo. Como nós vamos dar um roteiro, no final, para voltarmos a todos os Estados, se a Confederação conseguir número, nós levaremos, nem que seja de forma simbólica, 30 para cada Estado. Está muito bom. Peguem LGBT, peguem idosos, peguem deficientes...

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Com certeza vamos conseguir. Vamos encaminhar ao seu gabinete o material para ser distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todo tipo de violência contra a pessoa idosa, contra LGBT, contra os jovens, domésticas, enfim, contra as mulheres, naturalmente.

Parabéns. É um belo trabalho. As palmas valem também, não valem? (*Palmas.*)

Pela construção que vocês fizeram dessa cartilha.

E agora, para encerrar, a nossa convidada Carmem Faro, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Quero informar que todas as painelistas terão três minutos para fazer as suas considerações finais. E, daí, nós encerraremos.

Agora a palavra, por dez minutos com mais cinco, para a Carmem.

A SRª CARMEM FARO – Eu só quero agradecer a oportunidade de estar aqui e parabenizar pela iniciativa.

Este não é um assunto das mulheres brasileiras. Este é um assunto gravíssimo da sociedade brasileira. Portanto, é necessário o envolvimento de todo mundo, numa cruzada, para enfrentar inúmeras questões. São grandiosas. Se tivesse que fazer um depoimento, aqui, eu diria que, cinco minutos atrás, uma das violências eu acabei de sofrer. E sofro quase todos os dias, na minha condição de Vice-Presidenta Nacional da CUT. Porque toda vez que você vai falar e há um homem na mesa, parece-me que as ideias dele são mais importantes. O jeito de atropelar você, o jeito de afirmar que o que ele diz é mais importante... É preciso você tomar a palavra toda hora. Fora isso, obviamente, eu tenho dedicado minha vida, Senador – muitas companheiras que estão aqui me conhecem –, a essa luta. Eu sou uma mulher do campo, e vocês imaginem que o que acontece nos grandes centros é absurdamente triplicado no meio rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas eu queria aproveitar esses minutinhos aqui para dizer o seguinte: este momento que estamos vivendo é um dos mais graves, tanto por toda a luta que tivemos neste País, por democracia, quanto porque, se de fato se consolida um golpe neste País, em que a nossa principal figura, a Presidenta Dilma, é atingida, do ponto de vista subjetivo – muita gente não gosta de falar de subjetividade –, nós teremos uma derrota histórica, e isso se reverberará em mais crueldade, mais violência, mais cultura do estupro sendo vivenciada, e as mulheres sofrerão muito. Imagine o que é uma mulher trabalhadora, negra, neste País, com todos os atos deste atual Governo, que sinalizam para retrocessos seculares. Aonde vamos chegar?

Portanto, eu acho que a nossa tarefa de sociedade brasileira é fazer o enfrentamento, neste momento, e continuarmos muito firmes na luta, porque o que se anuncia é forte, mas eu tenho absoluta certeza de que o que se anuncia também com respeito às lutas que as mulheres têm feito neste País é algo vigoroso. Então, continuemos muito firmes nas lutas, porque isso é necessário para que ocorram mudanças, neste País, neste momento.

Vamos nos reafirmar e nos consolidar, cada vez mais, numa luta por um País verdadeiramente livre de preconceito, livre de culturas, porque nós precisamos desconstruir. É um desafio enorme desconstruir culturas, mas nós vamos ter que nos afirmar cada vez mais.

As mulheres têm dado um *show* neste País. As mulheres jovens têm ocupado as ruas. Tenho certeza de que nossa contribuição, principalmente das que têm mais idade, foi fundamental para ajudar a democracia, neste momento, e para ajudar na luta que nós precisamos continuar empreendendo no nosso País.

Então, viva a luta das mulheres! E convidamos todos os homens, jovens, adultos para que se incorporem também nessa luta, porque, imaginem só, hoje foi uma menina de 16 anos, lá no Rio de Janeiro, mas, amanhã, pode ser a sua filha, a sua companheira. Parece que esses assuntos estão longe da vida cotidiana, mas eles estão tão próximos que nem imaginamos. Portanto, essa é uma responsabilidade coletiva da sociedade brasileira, daqueles que acreditam numa sociedade sem oprimidos e sem mulheres violentadas e retiradas do seu devido lugar.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos à Carmem Faro, que fez aqui um rápido pronunciamento, uma mensagem em nome da Central Única dos Trabalhadores. Ela é Vice-Presidente da CUT nacional.

Como combinamos, para as painelistas ainda presentes ou para os painelistas nós vamos dar três minutos para as considerações finais, e daí vamos para o encerramento.

Começo com a representante do Conselho Federal de Psicologia, Drª Valeska Zanello.

A SRª VALESKA ZANELLO – Obrigada, Senador Paim.

Primeiro, eu quero lamentar a pouca presença de homens. Tivemos painelistas maravilhosas, mulheres maravilhosas falando e na audiência. Provavelmente ninguém aqui precisava ouvir isso porque já sabia. Infelizmente, há aqui muito poucos homens.

Queria dizer também que eu fiquei muito emocionada. Tive que sair, me ausentar um pouco daqui e quando saí fiquei sabendo do assassinato de uma mulher, mãe de uma conhecida minha que tinha transtorno mental. Gostaria de chamar a atenção, Senador, para o fato de que essas mulheres são as mais esquecidas nas políticas sobre a violência contra as mulheres. Em geral, as mulheres diagnosticadas com transtorno mental são tratadas como loucas e não são escutadas com relação à violência. A gente fez uma pesquisa no DF, num dos CAPS, e 30% dessas mulheres tinham histórico de violência e os transtornos eram tratados como transtornos em si. Ou seja, a gente precisa dar visibilidade a essas mulheres.

Dito isso, eu também queria pontuar que o Conselho Federal de Psicologia lançou uma nota oficial a favor da luta pela democracia. E também há uma posição no sentido de que a gente não vai sair do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eu sou representante do CFP lá. A gente vai resistir. Há também uma nota oficial a favor da legalização da interrupção da gravidez, independentemente dos motivos da mulher, até o terceiro mês de gestação.

Dito isso, vou fazer comentários bem pontuais. Eu queria chamar a atenção para o fato de que a cultura do estupro é a cultura da objetificação sexual das mulheres. A gente não pode esquecer isso, porque quando a gente se refere só à cultura do estupro, há homens que vão dizer, ainda mais nessa definição ampla mostrada brilhantemente pela Soraia: "eu nunca estuprei, não tenho nada a ver com isso". A gente precisa desconstruir a cultura da objetificação sexual. Quando se fala do estupro, está se falando da ponta do *iceberg*, Em geral, está se falando de estranhos na rua ou dentro de casa, de conhecidos, mas a gente fala de crianças e adolescentes.

E vejam, a cultura da objetificação sexual das mulheres lança os seus tentáculos no cotidiano, no hábito, s costumes. Por exemplo, a a quantidade de mulheres que praticam sexo heterossexual, num casamento erossexual, sem vontade. Por quê? Mulheres adultas já aprenderam, através da sexologia de gênero, a ob-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

jetificar o corpo. Aprenderam que objetificar o corpo é o preço a ser pago para manter uma relação heterossexual. Então, a gente tem que começar a pensar é na base, tem que haver punição, tem que haver lei, mas a gente precisa de educação.

O segundo ponto que eu quero assinalar rapidamente é a questão da subnotificação dos casos de estupro. Isso tem a ver com a minha fala, isso coloca em xeque de uma maneira para a audiência pública a índole dessa mulher. E a nossa cultura ainda valoriza um ideal de recado sexual.

Eu fiz uma pesquisa durante sete anos sobre xingamentos e gênero – depois eu posso postar para o Senador –, e é interessante porque, em todas as classes sociais e faixas etárias, o pior xingamento atribuível a uma mulher foi considerado, por eles e elas, "puta".

A nossa cultura é completamente enlouquecedora para as mulheres. Quanto mais eu estudo mulheres, mais eu me admiro que a gente consiga ter alguma saúde mental. Por quê? O que é interpelado pelas mulheres, como eu bem mostrei no vídeo, pelo contrário, é que a gente se dê, que a gente se construa como objeto sexual, mas não como protagonista da nossa sexualidade. Toda vez que é colocado em xeque se a gente foi protagonista – "ah, usou saia; ah, gostava de funk; ah, teve muitos parceiros" – então a gente merece punição, merece um estupro corretivo. A gente precisa falar sobre isso. Portanto, a gente precisa de intervenções sociais.

E, por último, alguém comentou na mesa que estupro não é doença. Eu tenho me dedicado, nos últimos dez anos, a estudar saúde mental e gênero e eu fico indignada quando tentam usar transtorno mental para justificar violência contra as mulheres, porque eu estudo, justamente, como o gênero participa da configuração dos transtornos mentais. Não vamos mais aceitar essa desculpa. Precisamos de uma educação que empodere as mulheres, mas que também ensine outras masculinidades para os homens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Valeska Zanello, que falou pelo Conselho Federal de Psicologia.

Deixe-me só esclarecer, Drª Valeska, que, embora aqui no plenário não haja muitos homens, é como eu disse na abertura, a grande vantagem da audiência pública pela manhã é que ela é transmitida ao vivo para todo Brasil. Você falou no mínimo para dois, três milhões de pessoas pela TV e pela Rádio Senado ainda em todos os Estados a que nós chegamos, e chegamos na maioria.

Então, eu quero dizer que foi válido, sim. Eu me sinto privilegiado, porque eu fiquei aqui eu vivo ouvindo vocês, e alguns homens, claro, que estão aqui também, mas outros milhares ou milhões assistiram à palestra de vocês. Eu faço segunda-feira pela manhã porque é o horário que a gente tem a TV ao vivo garantida. Então, por isso que eu faço esse esclarecimento, dizendo que foi muito bom ouvi-la, e pela qualidade de todas, e estou aqui destacando a sua neste momento.

Olha, eu havia me comprometido a passar a palavra para as considerações finais para as painelistas, mas há duas da Casa Frida, que fizeram um apelo ali para a minha assessoria, e eu vou abrir três minutinhos para cada uma delas também. Começo com a Hellen Cristhyan Correia, da Casa Frida. Em seguida, a Iara Alves.

Então, Hellen, teus três minutos. Se puder ficar nos três minutos, nós todos agradecemos.

A SRª HELLEN CRISTHYAN CORREIA – Primeiramente: fora Temer! E fora Fátima Pelaes!

Meu nome é Hellen, sou da Casa Frida, que é um ponto de cultura feminista em São Sebastião, é uma cidade resistente, contracultural, mas que ainda sofre com essa sociedade sexista, mixógena, machista, que violenta e estupra nossas meninas e mulheres.

Com isso, quero dizer que a democracia não é um pacto pelo silêncio. É preciso que, nesse cenário de restrições de direitos, retrocessos sociais e crise institucional da política, a gente consiga transpor as paredes do inconsciente social coletivo, imposto pelo sistema capitalista, mas, antes dele, propagado pelo patriarcado. É preciso que a gente consiga dar voz às mulheres para propor essa mudança cultural em todas as áreas.

As pessoas – diga-se: os homens – não são ensinadas a não estuprar. As mulheres é que são ensinadas a como se comportar para não serem estupradas. Aí me pergunto: se as mulheres são ensinadas a não serem estupradas, como ainda assim, a cada três horas, uma mulher é estuprada? Isso ocorre porque a lógica invertida de prevenção ao crime do estupro é falaciosa e faz parte de uma cultura imposta sobre nós, que chamamos de cultura do estupro. Em uma sociedade onde a roupa que uma mulher usa determina sua moral, onde a condição social de uma mulher afeta sua respeitabilidade, onde o uso de álcool ou outras drogas por uma mulher coloca em xeque o direito sobre seu corpo, onde o "não" de uma mulher é tido como se fazendo de difícil ou como algo instigante, quer dizer que o machismo e as justificativas dadas ao estupro são uma questão claramente cultural. A cultura não é um lugar unicamente da paz, mas, sim, um espaço de disputa de ideias e ideologias. Ou partimos para disputar essa cultura ou a naturalização da violência contra a mulher não cessará.

É necessário que a palavra de uma mulher seja respeitada. Quando a mulher diz que foi assediada, usada e/ou estuprada, a sociedade deve acolhê-la, e a Justiça, agir. Nós mulheres somos violentadas pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

próprio Estado todas as vezes que procuramos os órgãos competentes para denunciar uma violência contra a mulher. E os projetos de lei apresentados pelo Congresso hoje são extremamente punitivos, não reconhecem a necessidade da educação sobre gênero, não apresentam um atendimento humanizado e transversal nas delegacias e não propõem projetos que ajudem na mudança comportamental e cultural da sociedade.

Por fim e nesse sentido, quero fazer uma denúncia: essa relação promíscua que ficam berrando nas nossas caras, com a articulação do golpe perpetrado, sobretudo, por homens brancos contra a frágil e incipiente democracia brasileira, auxilia a reafirmar a cultura do estupro – como exemplo, a bizarra saudação do Deputado Jair Bolsonaro no fatídico dia da votação do golpe na Câmara. Com isso, seguiremos em marcha: machistas, fascistas, golpistas não passarão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Hellen ficou exatamente em três minutos.

Agora, Iara Alves, Casa Frida.

A SRª IARA ALVES – Boa tarde a todos e a todas. Eu também faço parte do coletivo Casa Frida e vou falar poucas palavras. Acho que vou usar menos de três minutos. Queria cumprimentar todas pelas falas brilhantes e magníficas.

Ao falar da cultura de estupro, é importante frisar que essa dura e maliciosa cultura é fundamentada nessa sociedade patriarcal, machista e mixógena, que nos oprime, em especial as meninas e mulheres negras periféricas. Corpos e vidas que são violados em seu íntimo, sua humanidade e não apenas quando ocorre, de fato, um estupro, mas no decorrer de uma vida, com restrições de exercerem o seu eu, sua essência, sua humanidade, de forma sistemática e também institucional. Uma cultura que atua na vida de uma menina, desde muito nova, de forma a naturalizar a violência e de culpabilizá-la pelas ações do agressor.

O estupro é um crime no qual a vítima é julgada e condenada pela sociedade por um crime que outrem cometeu, o que é inconcebível, inaceitável.

A você, menina, mulher, quero deixar uma mensagem: o corpo é seu e somente seu, apesar de tentarem dizer-lhe o contrário.

E aos fundamentalistas, quero dizer que nós somos muitas e somos fortes. Vai ser discutido o gênero, sim; vai haver desconstrução, sim. Vocês não vão nos vencer.

Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Iara Alves, da Casa Frida. Valeu abrir o espaço para vocês duas. Além de não ultrapassarem o tempo, deram um recado preciso.

Meus cumprimentos!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Depois, a assessoria vai ler e responder.

Agora, a representante da Comissão de Combate à Violência Familiar da OAB-DF, Drª Alinne de Souza Marques.

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – Eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim e parabenizá-lo pela nobre audiência. É muito importante que esta reunião tenha sido reivindicada por um homem – é importante registrarmos isso.

Quero dizer que a violência de gênero acontece todos os dias. Isso é uma responsabilidade de todos nós. As mulheres são vítimas de preconceito a todo momento, e há vulnerabilidades que se agravam. Ser mulher é difícil, e ser mulher negra é mais difícil ainda. Mulher trans, nem preciso comentar. É um absurdo, porque, para a mulher trans ser reconhecida no Brasil, nem lei nós temos. Na República Islâmica do Irã, é muito mais fácil uma mulher ser reconhecida trans do que no Brasil, porque lá não é preciso nem exame médico nem psicológico, ao passo que, no Brasil, se exigem dois anos de acompanhamento psicológico, além de uma cirurgia de transgenitalização.

Bom, precisamos de mais mulheres na política. É vergonhoso que, no nosso País, haja apenas 10% de representatividade, menos que na Arábia Saudita, em que há 16%, e menos que em qualquer país da África, em que há cerca de 20%.

A respeito do que a Drª Valeska falou sobre patologia, isso é algo que nós precisamos repudiar.

Uma psicóloga brasileira, cujo nome não recordo agora, que é bem conhecida e mora na Inglaterra – inclusive há uma entrevista pública dela no *site* da EBC –, faz um estudo de doutorado em que analisa o que passa na cabeça do indivíduo, que é o estuprador, já que ele não é um doente mental, não tem uma patologia. Ela faz um levantamento de situações do nosso cotidiano, de violências por que passam as mulheres,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mas que não reconhecem aquilo como violência, o que acaba naturalizando esse comportamento. Então, nós devemos, sim, repudiar...

(Soa a campainha.)

A SRª ALINNE DE SOUZA MARQUES – ... essa ideia da patologia.

A Drª Neliane falou muito bem do *cyberbullying*, que sempre existiu. A rede de internet é apenas um meio para que essa violência seja exposta. Então, ela realmente sempre existiu. Não é um crime novo, como todo mundo fala. É apenas um meio que é utilizado.

Nós precisamos fortalecer estratégias diárias para acabar com a violação dos direitos humanos em mulheres e para que possamos ter uma realidade diferente nos próximos anos.

Que cada pessoa que se encontra aqui hoje e aquelas que estão nos assistindo sejam sementes na busca e desenvolvimento de uma sociedade mais educada, com respeito à diversidade.

Queremos um País com políticas sociais justas, que não sejam meras políticas assistencialistas. Queremos um País com igualdade de gênero, um País com mais segurança, onde possamos confiar em todos os nossos semelhantes e respeitá-los. Queremos uma juventude com perspectiva de futuro e orgulhosa de seu País. Queremos um País que tenha respeito às mulheres.

E, por último, quero dizer que nós, mulheres, não retrocederemos, não admitiremos retrocessos. Nós, mulheres, não tememos. Temer jamais! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Drª Alinne de Souza Marques, representante da OAB, fazendo parte da Comissão de Combate à Violência Familiar e que fala que as mulheres não chegam a 10% na política.

Isso de fato é real. Temos que trabalhar para inverter. Mas me permita que eu ajude um pouco mais: quero dizer que é importante que negros e negras estejam na política. (*Palmas.*)

Nós aqui dentro não somos 5%. O Senado deve ter um e na Câmara não chega a 20. Acho que isso tudo se soma. Os outros grupos discriminados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Que bom se não fôssemos excluídos.

Muito bem. Indígenas, grupos também LGBT, enfim, que aqui no Senado, que eu saiba, ninguém defende. É claro que nós, como Comissão de Direitos Humanos, fizemos a defesa por convicção.

Enfim, vamos em frente. Convido a advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero, Drª Aisla Amorim.

A SRª AISLA AMORIM – Primeiramente, quero agradecer o convite e, mais uma vez, parabenizar por esta importante audiência pública.

Nas conclusões finais, eu só queria salientar que precisamos mesmo subverter essa lógica patriarcal. Falamos muito de cultura do estupro, mas precisamos estabelecer uma contra cultura do estupro, a fim de desconstruir esse machismo e o sexismo que tanto nos acomete.

Precisamos tomar cuidado também com o populismo penal. Essa é uma questão muito significativa. A gente precisa aplicar melhor a legislação existente e punir de fato os estupradores.

Eu ressalto e ratifico aqui que precisamos também discutir gênero em todas as instâncias, sobretudo nas universidades e também na formação dos agentes públicos. Precisamos de mais mulheres em todos os espaços de poder e precisamos de mulheres legislando sobre e para mulheres.

Além do mais, eu, como mulher negra, também ressalto que precisamos combater o racismo e fazer políticas afirmativas, a fim de que possamos ter representatividade para desconstruir a hiperssexualização que há tantos anos historicamente nos acomete.

Então, para finalizar – e vou ser breve –, quero esclarecer que ou a gente combate o machismo, o sexismo e essa cultura de estupro de forma urgente e célere, ou o machismo acabará com a vida de todas nós mulheres. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Aisla Amorim, advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero, que reafirma a importância da luta de todos nós, homens e mulheres.

Agora, a Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores, a líder Sônia Maria Zerino da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Finalizando, eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim e agradecer o convite para podermos estar aqui neste rico debate sobre a questão do crime de violência do estupro no Brasil.

Este ano, o CNDM completou 30 anos. Nós, por meio da CNTI, também temos um assento ali no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eu também sou conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e nós, junto ao nosso Presidente – tanto que é presidente também da Nova Central Sindical e também presidente da CNTI –, nós conselheiros não só do CNDM como de outros conselhos nacionais também, firmamos uma posição de que nós fomos eleitos e que nós não vamos renunciar a cargo nenhum para o qual fomos eleitos. Nós vamos ficar lá, nós vamos resistir e fazer valer a nossa luta pela democracia deste País, para que nós garantamos a democracia deste País. Então, este ano o conselho completou 30 anos.

Vamos continuar na militância nas bases com os trabalhadores, falando sobre a questão de como se pode evitar, de como se pode prevenir a questão da violência. Vamos lutar para a garantia dos avanços que nós tivemos por meio dos planos nacionais de políticas públicas para as mulheres, principalmente no viés que fala do enfrentamento à violência contra a mulher, que foi uma luta muito grande para ser implantada ali por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Vamos continuar ali, nessa luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher.

Tivemos uma atividade lá em Venda Nova, Minas Gerais, com mulheres trabalhadoras, e ali recebemos a denúncia que a delegacia de Venda Nova havia fechado, durante aquele encontro. A delegada titular na época foi fazer uma fala para nós e falou que a delegacia havia sido fechada. Quando a delegacia estava aberta, o quadro era, em sua maioria, de homens trabalhando lá, e ficava difícil o atendimento para as mulheres vítimas de violência que ali chegavam. Daquele encontro, tiramos uma comissão de mulheres trabalhadoras e, com o secretário regional da CNTI à época, conseguimos reverter essa situação por meio da coordenação do encontro e da coordenação de mulheres trabalhadoras ali de Minas Gerais. No encontro seguinte, após aquela denúncia, ela foi fazer uma fala para nós e falou que a delegacia tinha sido fechada e que, quando a delegacia estava aberta, o quadro era maioria de homens que trabalhava na delegacia, e ficava difícil o atendimento para as mulheres vítimas de violência que ali chegavam. Tiramos uma comissão de mulheres trabalhadoras daquele encontro e, com o secretário regional da época da CNTI, conseguimos reverter essa situação por meio da coordenação do encontro e da coordenação de mulheres trabalhadoras ali de Minas Gerais. No encontro seguinte após aquela denúncia, fruto do nosso trabalho, nós conseguimos a reabertura da delegacia da mulher lá de Venda Nova e que o quadro efetivo fosse só de mulheres.

Então, temos feito esse trabalho de formiguinha, mas todas as conquistas e todos os avanços foram realizados com muito afinco são fruto de muita luta, e ficamos muito felizes. Mesmo com os poucos avanços, nós achamos que é avançar, e muito, e que nós temos que, cada vez mais, reforçar fileiras para garantir o que se conseguiu com muito avanço, para nós termos uma democracia, uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde homens e mulheres possam ser respeitados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sônia Maria Zerino da Silva, que falou pela Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Como o nosso tempo estourou, eu vou fazer um apelo para que todos e todas fiquem no máximo em três minutos.

A Diretora Nacional da Confederação de Mulheres Trabalhadoras da Fasubra, Eurídice Almeida.

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – Olá, bem objetivamente. Primeiro, quero agradecer o espaço, parabenizar não só o Senador Paulo Paim, como também todo o seu *staff* pelo acolhimento, pela responsabilidade e pela qualidade com que nós somos tratadas a todos os instantes e nas nossas reivindicações aqui dentro.

Só para complementar algumas informações que foram dadas aqui, nós fizemos essa denúncia no dia 7 de março em uma audiência pública aqui mesmo no Senado, e o PL nº 5069 diz respeito à condenação da vítima de estupro. Ela, antes de ser atendida nas unidades de saúde, precisa registrar um B.O e fazer exame de corpo de delito.

Qual foi a denúncia mais colocada aqui? A que criminaliza os profissionais da saúde que atendem ou pretendem atender essas vítimas sem que elas estejam com o boletim de ocorrência. Isso fere frontalmente o nosso Código de Ética, porque nós, como profissionais da saúde, quando findamos o nosso estudo, a nossa formação, nós prestamos um juramento, e esse juramento está sendo quebrado aqui.

Dentro do material que foi muito bem exposto e está maravilhoso, porque eu já dei uma olhada no da CNTS, eu só gostaria de dizer também que no dia 7 de março nós lançamos aqui uma cartilha voltada à violência nos locais de trabalho, para a mulher trabalhadora. Então, ela tem o grande guarda-chuva da ISP, mas também tem colaboração da Fasubra, das centrais, da CSP-Conlutas e de outras entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero dizer bem rapidamente que nós não queremos mais, nós não permitiremos mais ouvir nem ler depoimentos...

(Soa a campainha.)

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – ... como os dados por um monte de células danificadas que colocaram na mídia dizendo que as mulheres que se consideram feministas, para elas, o que resta, além do inferno de Dante, é a violência e o cerceamento que foi feito pelos nazistas na época da guerra, a limpeza étnica. Isso foi dito por aquela criatura que começa com B. Então, isso para a gente não nos permite... Isso mesmo, há certas coisas que a gente não pode dizer.

O tempo já está acabando, eu teria outras coisas para dizer, mas, dentro do tempo, vou dizer o seguinte: são raros os seres que nos representam, mas o senhor, Senador Paulo Paim, assim como a Senadora Fátima Bezerra, a Deputada Erika e mais algumas outras estão nessa luta árdua aqui, dentro do Congresso Nacional. Tenham a certeza de que nós estamos nas ruas dando esse apoio político a vocês e tirando para nós o que nós precisamos, que é, de imediato, não reconhecer, mais uma vez, este Governo, porque este Governo é ilegítimo, e gritar com todos os pulmões: fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Diretora Nacional da Coordenação das Mulheres da Fasubra, Eurídice Almeida.

Agora o Projeto Onda Escolar.

A jovem Maria Castanho Ansarah.

A SRª MARIA CASTANHO ANSARAH – Vou falar rapidamente. Só queria reforçar que precisamos de espaço para as meninas se posicionarem dentro da escola. E que todo ser humano merece ser respeitado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado pela brevidade. Nos ajudou muito aqui. Está todo mundo com fome.

Márcia Hora Acioli, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

A SRª MÁRCIA HORA ACIOLI – Queria só falar de uma pesquisa que realizamos numa comunidade aqui no Distrito Federal, na Estrutural: 90% das meninas expressaram temer a violência sexual, ou seja, é uma coisa que sinaliza, evidencia essa presença na comunidade.

Portanto, reforço a necessidade de uma educação que desnaturalize a violência, uma educação em que se percebam que todos os sujeitos são sujeitos de direitos e discutir gênero na escola. Trabalhar com a noção de direitos sexuais, porque tem que ser compreendido desde a tenra infância, para que consigamos construir uma nova cultura onde a sexualidade seja sinal de amor e exercício pleno de cada ser humano.

Agora, por fim, não reconhecemos o governo golpista. Fora Temer! E seu projeto de país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Assessora Política do Inesc, Srª Márcia Hora Acioli.

Carmem Faro, vice-Presidente da CUT.

A SRª CARMEM FARO – Já falei, Sr. Presidente. (*fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Muito bem, agradecemos.

Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Ganhamos dois minutos.

Jolúzia Batista, Representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Quero aproveitar este momento para dizer que, na hora em que estamos nesse debate sobre a cultura do estupro, estamos sendo atacados, todos nós que estamos aqui nesta audiência, pela *Internet*, pelo *YouTube*. Não é a primeira vez que isso acontece. Nas audiências da Sugestão Legislativa nº 14, de 2015, isso sempre ocorre.

Mas eu queria chamar a atenção do Senador para que a gente pudesse tomar alguma providência com as pessoas que estão lá agora, estupradores fascistas, nos acusando, nos detonando com injúrias, difamações e ameaças. São recorrentes esses ataques via Internet nessas audiências.

Queremos dizer que estamos atentos e que há medidas cabíveis com relação a isto que, na verdade, não deixa de ser uma propagação também do discurso do ódio e da cultura do estupro.

Por fim, quero dizer que agradeço muito este momento, é sempre muito importante estar aqui, fortalecendo a democracia, as nossas bandeiras e a nossa agenda de luta pelos direitos humanos das mulheres.

Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Jolúzia Batista, que falou pela CFEMEA.

Sílvia Badim, pela UnB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª SILVIA BADIM – Gostaria também de agradecer ao Senador e a todas as mulheres companheiras. A gente sai daqui com muita força para continuar lutando, isso é muito bom, formando novas redes. Quero pegar o contato de todas vocês, para atuarmos em parceria.

Eu só queria dizer que esta Casa ainda vai votar o golpe, e esta Casa ainda pode impedir que esse golpe se consolide. E se esse golpe se consolidar, nada disso que nós estamos discutindo aqui terá nenhuma valia.

Então, fora Temer! Fora golpistas!

Por favor, Senadores, não ao golpe.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Silvia Badim, professora da UnB.

Mozarte Simões da Costa Junior, da Fasubra Sindical.

O SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JUNIOR – Paim, eu quero reforçar aqui o convite para o dia 5 de setembro a todas e a todos para nós debatermos a violência nos *campi* das universidades, das academias. Também quero pedir uma salva de palmas para vocês e pedir desculpas às minhas companheiras que nós temos lá – a companheira Angela, da Universidade Federal da Paraíba, e a companheira Neusa, do Centro Paula Souza, de São Paulo –, que também são lutadoras árduas nesta questão.

Queria pedir uma salva de palmas e já quero pedir desculpas também por não ter comunicado a elas. (*Palmas.*)

Fora Temer!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Mozarte Simões da Costa Junior, que falou pela Fasubra Sindical.

Neliane Maria, falando como representante da Rosas pela Democracia.

A SRª NELIANE MARIA – Obrigada.

Em nome do coletivo Rosas pela Democracia, agradeço ao Senador o convite e a oportunidade de não somente participarmos de uma mesa, mas de uma mesa em que demonstra o protagonismo feminino.

Acrescento que dois pilares para o mundo que queremos sem violência, sem a cultura do estupro, além da educação tão bem falada aqui, são as reformas estruturais que precisam ser feitas no sistema político do Brasil, na mídia do Brasil.

Espero mesmo e reforço o apelo que a companheira Silvia fez aqui: Senadores e Senadoras, não ao golpe, não deixem esse golpe passar. E, uma vez superado esse golpe, que retornemos a discutir o sistema político que nós queremos com lista alternada que nós feministas defendemos.

Jamais, não dá para o mesmo o Deputado que defende castração química querer falar por nós mulheres e exaltar um estuprador que estuprava mulheres daquela forma que eu não preciso aqui dizer. Eles não nos representam. Precisamos, no sistema político, ter as candidatas e as eleitas que nós queremos e que nos representam, assim como uma mídia que não exalte essas formas de violência contra as mulheres.

E, por fim, para reflexão: ninguém pergunta o que um estuprador estava usando, ou se tinha feito uso de drogas, com que roupa ele estava, se tinha feito uso de álcool no ato do estupro. A culpa nunca, jamais será da vítima; a culpa é do estuprador, que tem que ser punido como tal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Neliane Maria, representante da Rosas pela Democracia.

Por fim, Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais e Coordenadora dos Comitês de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Bom, mais uma vez, agradeço ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de estar aqui com todos e todas mais uma vez divulgando o nosso material que já circula em todo o Brasil.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde representa hoje cerca de 200 sindicatos em todo o País, e, a fim de instrumentalizar os profissionais da saúde para uma melhor acolhida às pessoas vítimas de violência, esse material circula em todo o País, em todos os sindicatos da base da nossa confederação.

E, ainda, eu não podia também deixar de me manifestar pela preservação da moralidade neste País, da dignidade das pessoas que votaram e que acreditaram num governo voltado para a promoção da saúde, da paz, da dignidade, da justiça.

Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para encerrar, eu vou destacar rapidamente, para situar os movimentos nos Estados em relação aos temas que vou relatar aqui.

Lançamos aqui recentemente a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, num grande ento no Petrônio Portela e, nesta mesma sala, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Tra- hadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Depois realizamos no Rio de Janeiro um grande evento na Asfoc – Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz –, com esse mesmo debate que fizemos aqui, ampliando para o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras e também da Previdência.

Dia 10/6, pela manhã, tivemos esse mesmo debate em São Paulo, os 75 anos da Fundação do Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Lá estavam lá todas as centrais e confederações, num dos auditórios maiores, e discutimos a luta das mulheres, não à terceirização, defesa dos trabalhadores, combate ao trabalho escravo e a defesa da Previdência.

No dia 10/6, participamos do II Congresso Mundial dos Aposentados em Araxá, Minas Gerais, com o mesmo tema; dia 11/6 participamos do XV Encontro Nacional da Anfip, em Goiás.

Audiências públicas marcadas: dia 16 de junho, Curitiba (PR), na Assembleia Legislativa às 15 horas; dia 17 de junho, Florianópolis (SC), às 14 horas na Assembleia Legislativa; 20 de junho, Porto Alegre - RS, Centro de Eventos Casa do Gaúcho; 23 de junho, quinta-feira, lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social; e todos os temas de que aqui falei, às 14 horas na Assembleia Legislativa. Todos os eventos estão confirmados. A outros eu já fui e em todos esses que eu estou anunciando eu estarei presente.

Dia 6 de junho, aqui no Auditório Petrônio Portela, o Seminário e também audiência pública sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, de que eu sou o autor. Começa às 8h30 da manhã e termina às 13h.

Por fim, as próximas audiências nos Estados, que ficaram para esperar essa minha leitura para se atualizarem lá.

Após os eventos que eu aqui discorri, teremos também ainda, para discutir, direito dos trabalhadores, Previdência Social, combate ao trabalho escravo, terceirização, negociado acima do legislado não; não ao PL 257, de 2016, que arrebenta com os servidores públicos; combate à violência às mulheres; combate a todos os preconceitos e defesa da democracia com o seguinte calendário: 7/7 Recife (PE), na Assembleia Legislativa; 8/7 Maceió (AL); 11/7 Vitória (ES), sempre na Assembleia Legislativa; 22/7 São Paulo (SP); 5/8 Belém (PA); 19/8 Palmas (TO); 29/8 Goiânia (GO); 2/9 Belo Horizonte (MG) – voltamos a Minas Gerais; 5/9 aqui nesta Comissão, Violência nos *campus* das universidades; 7/10, Rio de Janeiro, está confirmado; 28/10, Salvador, Bahia. Depois teremos, na sequência, Cuiabá (MT); São Luís (MA); Natal (RN).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a nossa audiência pública, porque ninguém é de ferro.

Vamos tirar uma foto coletiva!

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 60ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte minutos do dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Telmário Mota, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, José Medeiros, Magno Malta e Vicentinho Alves. O Senador Hélio José justifica sua ausência, conforme Memo nº 097/2016 – GSHJOSE, de 14/6/2016. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima sétima à quinquagésima nona Reuniões, que são dadas por aprovadas. Pauta. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2016. Não Terminativo. Dispõe sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da rede Internet ou de outras redes de computadores de acesso público. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Simone Tebet (Substituída por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e legislação Participativa 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura a aprovação das Atas da 57ª a 59ª Reuniões desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos os requerimentos. O que temos aqui? Vamos aproveitar que o Senador Telmário Mota já está aqui. Convido o Senador Telmário Mota para, se puder, ser Relator *ad hoc* do item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da rede Internet ou de outras redes de computadores de acesso público.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH, CCT e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc,* o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2016, que dispõe sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da rede Internet ou de outras redes de computadores de acesso público.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 80, de 2016, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da internet ou de outras redes de computadores de acesso público.

O PLS, em seu art. 1º, altera os §§2º e 3º do art. 20 da referida lei. No §2º do art. 20, acrescenta-lhe a previsão do cometimento de crime de discriminação ou preconceito se cometido por intermédio da internet ou de qualquer outra rede de computadores destinada ao acesso público. Já no inciso III do §3º do art. 20, como uma das determinações possíveis ao juiz, acrescenta a possibilidade de interdição de mensagens ou páginas em rede de computadores, ademais da internet, destinada ao acesso público. Além disso, a redação apresentada substitui a expressão "rede mundial de computadores" por "rede Internet".

Por fim, em seu art. 2º, a proposição traz a cláusula de vigência, dispondo que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída à CDH, na qual coube a mim, hoje Relator *ad hoc*, a relatoria. Na sequência, será distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Mostra-se regimental, portanto, a apreciação da matéria por esta Comissão.

Ademais, mostra-se constitucional a iniciativa da União em legislar sobre o conteúdo da proposição. Nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, tem a União competência privativa para legislar sobre Direito Penal.

A internet, tida por muitos como território livre, é comumente usada como cenário da manifestação de discriminações e preconceitos os mais variados, incluindo os de caráter racial e afins. Assim é porque o aparente anonimato e a ausência de confrontação física entre algoz e vítima servem para dar verniz de inimputabilidade à prática de discriminação virtual ou a distância.

Num momento em que a sociedade se encontra profundamente dividida, e em que proliferam comportamentos marcados pela agressividade e pela intolerância, que ofendem os valores que aprendemos a respeitar como fundadores da Nação brasileira, qualquer iniciativa que objetive coibir os excessos de comportamento, incentivando o cultivo civilizado – e educado – das diferenças será sempre bem-vindo.

Este Relator *ad hoc* quer consignar, portanto, seu reconhecimento ao Senador Paulo Paim pela oportuniniciativa – que não surpreende quem acompanha sua trajetória política, comprometida sempre com as ısas que fundamentam o processo civilizatório, principalmente num país como o nosso, tão marcado por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

desigualdades e injustiças históricas e, por isso mesmo, tão difíceis de combater. Honra o Senador Paulo Paim nunca ter abandonado o bom combate.

A internet é, sim – e deve continuar a ser –, o território da liberdade. Creio que ainda não somos capazes de avaliar o impacto que a democratização da rede representou, representa e representará para a ampliação do próprio conceito de democracia. Mas não existe liberdade sem responsabilidade, ou ela se torna tirania. Tirania de maiorias ocasionais, ou de minorias organizadas que, valendo-se das facilidades oferecidas pela tecnologia, disseminam seu pensamento por toda a sociedade, às vezes de forma benéfica, mas outras vezes alimentando os piores tipos de discriminação e preconceito.

Nos casos mais graves, estamos falamos, sim, de crimes que precisam ser tipificados como tal, pois o direito não pode ficar alheio à realidade trazida pela modernidade digital.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2016, de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise da CCT e, posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

Há requerimentos?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário Mota com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, só pela ordem. Eu já havia inclusive falado pessoalmente com V. Exª – e queria dar uma insistida – sobre esta audiência pública que vamos ter lá no Estado de Roraima, onde vidas foram cerceadas.

Naturalmente, eu queria o mínimo, e o mínimo de que nós estamos precisando é exatamente.... Porque depois temos que trazer para cá, e eles estão esperançosos.

Hoje, no Estado de Roraima, até por virmos batendo muito nisso, a Polícia Federal, com o Ministério Público, hoje está apreendendo documentos na Assembleia Legislativa, que virou um antro de corrupção tão grande! É lamentável que o Poder Legislativo.... As pessoas elegem a pessoa para ser Parlamentar e ela quer ser Executivo. E aí começa uma série de fraudes.

Hoje, graças a Deus, a Polícia Federal com o Ministério Público estão dentro da Assembleia Legislativa, e tomara que de lá levem carradas e carradas da corrupção, para começarmos a lavar este País.

Dentro desse contexto, também em Roraima há a questão fundiária. Estão aí os poderosos, com truculência, com violência, tirando vidas e tal.

Então, era o mínimo que poderíamos ter é uma pequena estrutura desta Comissão, para que possamos ter pelo menos, no caso aí, algumas coisas pequenas tais como passagens, uma coisa simples, para que possamos fazer esta audiência lá, levar a presença do Senado para ouvir aquelas pessoas que estão tão carentes de justiça no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário Mota, nós havíamos decidido aqui, mediante uma série de pedidos de Senadores, sobre quando a diligência – porque é uma diligência – for no próprio Estado.

Eu vou só dialogar com V. Exª aqui. Eu acho que podemos apontar caminhos. A estrutura que nós temos no Estado – e todos nós temos uma estrutura – seria responsável. O Senador vai com uma delegação da Comissão, com todo efeito político, e a sua estrutura no Estado coordenaria essa diligência e remeteria para cá, quando fosse no Estado do Senador. Esse é um critério que nós adotamos. E depois, mesmo quando fosse aqui e tivermos que convidar pessoas, foi acertado que seria no máximo uma passagem para cada convidado. Para essas audiências públicas realizadas aqui – 154 no ano passado – devem ter sido dadas uma ou duas passagens. Este ano, estamos com 70 e acho que não foi dada nenhuma passagem. É um critério de tentar também ajudar a assegurar o Erário público.

A Comissão de Educação, do Senador Romário, cortou tudo. Eu acho que é um critério que ele entendeu adequado e adota lá. Não é o caso aqui. Nós aqui entendemos que, pelo menos, por audiência pública, uma passagem. Quando for a diligência no Estado do Senador, por exemplo, eu vou ter uma grande audiência, na segunda-feira, no Rio Grande do Sul, para debater previdência, direito dos trabalhadores, trabalho escravo, terceirização. Bom, como é no Rio Grande do Sul, eu vou por minha livre e espontânea vontade, e a minha es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

trutura no Estado – eu tenho lá em torno de dez , doze funcionários – vai cobrir todo o evento e eu remeto a informação para cá, para a TV Senado. Se for na Assembleia, a Assembleia filma. Se for fora da Assembleia, nós vamos como fazer a adaptação.

É um critério que adotamos porque, a partir do momento em que esta Comissão – e estou sendo muito franco aqui falando para o Brasil –, como nós trabalhamos muito e chegamos a esse número de 154 reuniões – se não me engano quem realizou um número maior, realizou em torno de 50 –, já ficam nos olhando: mas como essa estrutura toda está funcionando?

E agora querem que eu faça de novo o roteiro, já fui no seu Estado, debatendo essas questões como a reforma da Previdência. Então, temos tido todo o cuidado para que não venham os malandros, que V. Exª conhece muito bem, nos denunciando como se tivéssemos usando indevidamente a estrutura dessa Comissão.

Não é isso. Tudo que estamos fazendo é economizando o máximo para a Casa. Esse é um critério que estávamos adotando. Agora podemos, se assim Vossa Excelência entender, achar outros caminhos que possam também facilitar sua diligência no seu Estado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu compreendo e acho justo, sem nenhuma dúvida, fazermos as contenções. Mas há aqui uma diferença, por exemplo, entre a nossa Comissão aqui e a Comissão de Educação.

A Comissão de Educação, com todo respeito, ela trabalha mais dentro de uma teoria, de um processo de proposição e de análise de procedimento. A nossa não, é a vida, é lá, lá nós temos que buscar por que a Guarda Municipal está matando, por que o Ministério Público não está tomando providência com os donos, com aqueles latifundiários cujos documentos estão fáceis de ver que há uma fraude. Então, são pessoas que não têm um teto para morar, são pessoas que hoje vivem numa parte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos tentar achar uma saída. Você precisa de duas passagens. Dou do meu gabinete, dou minha quota, é uma saída.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não. Já vou levar...Deixe-me falar uma coisa a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu dou da minha quota, porque posso dar da minha quota, sem problema nenhum.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não. É que, por exemplo, nós aprovamos o requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E lá nós temos a infraestrutura, sim, porque esse povo vai ser transportado às nossas custas, alimentação às nossas custas, o aluguel do local é às nossas custas. Tudo é às nossas custas.

Agora, têm coisas que são muito dirigidas daqui propriamente. Por exemplo, acho que a parte de um acompanhamento direto do Senado, precisaria levar uns dois servidores aqui do Senado, porque os servidores de lá estão lá, vão apurar, vamos gravar, vou fazer todo o apanhado para levar. Agora, com relação à passagem, era para deslocar pessoas que pudessem... por exemplo, a questão da ata, vamos ter que contratar pessoas lá. Não tenho especialistas, mas aqui eu tenho quem faça uma ata dentro do nosso contexto e lá eu não tenho.

Então, são algumas partes técnicas que poderíamos ver.

Agora, sem nenhuma dúvida, na inviabilidade da Comissão nos fornecer, jamais vou entrar na quota de V. Exª, que é minha quota também para utilização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, é para uma causa justa. Não vou para o critério interno.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, isso não é justo.

É assim, entendo perfeitamente o momento, a crise, a necessidade, mas vamos ver uma outra forma, quem sabe, de trazê-los aqui. A ida lá seria melhor, pois iríamos ouvir todas as partes envolvidas, ouvir a Polícia Militar, o Ministério Público, a Contag, então, ouvir todos os órgãos. Agora, vamos ver uma forma de trazê-los aqui, pois fica muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, para trazê-los aqui, o gasto será maior.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero concordar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para trazer todos aqui o gasto de toda a estrutura vai ser maior.

Diria o seguinte: vamos fazer um ajuste aqui, mas quero só que conste em ata que seria atendendo V. Exª numa situação excepcional.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É tão excepcional, até porque Roraima é um ado muito distante. Se fosse mais próximo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já fui lá e gostei.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Você sabe como é lá e foi tratado com muito carinho. E tem muito respeito lá, principalmente dos trabalhadores, em todos os sentidos, trabalhador urbano e rural. V. Exª tem essa representatividade natural dentro do Território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, devido a um caso excepcional, conforme muito bem argumentado por V. Exª, nós vamos atendê-lo, entendendo que isso não abre precedentes para as audiências no Estado do respectivo Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu agradeço. Sem nenhuma dúvida, sei que V. Exª está fazendo isso por esse sentimento humano que é muito grande dentro de V. Exª. Tem hora que eu até digo que o coração do Paulo Paim é maior do que o corpo do Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, que vai realizar uma diligência no seu Estado, para verificar a situação desse povo tão sofrido que se encontra lá. Claro que ele gostaria que os outros Senadores o acompanhassem, mas, não podendo, ele naturalmente estará lá falando em nome da Comissão tanto deste Presidente como de todos os Senadores.

Está encerrada a nossa reunião deliberativa do dia de hoje, aprovando, então, essa questão excepcional do nosso querido Senador Telmário Mota.

(Iniciada às doze horas e vinte minutos, a reunião é encerrada às doze horas e trinta e oito minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 61ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezesseis, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Telmário Mota, Dário Berger, Valdir Raupp, Hélio José, Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da sexagésima Reunião, que é dada por aprovada. Pauta. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 90, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "ambulância: vida ou morte?" com a participação do Sindicato dos Motoristas de Ambulância do Estado de São Paulo. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 91, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "Os pescadores, o seguro defeso e a previdência social" com a participação da Central Única dos Trabalhadores do Estado do Amazonas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 92, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "a demissão de dirigentes sindicais". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 93, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "A falta de segurança no trabalho dos agentes trânsito", com a participação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Detrans Estaduais e do Distrito Federal – FETRAN. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 89, de 2016. Com fundamento regimental, em aditamento ao requerimento n° 70/2016, requer que a audiência pública destinada a ouvir o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre a inclusão das competências relativas à previdência social em sua Pasta, seja realizada em Audiência Pública conjunta com a CAS – Comissão de Assuntos Sociais. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

passa a Presidência para a Senadora Regina Sousa. Às onze horas e quarenta e nove minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 60ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Enquanto os Senadores estão chegando, vou aproveitar este momento para fazer a leitura de alguns informes e também do documento que recebemos sobre a caminhada dos trabalhadores rurais sem terra. Pediram que fizéssemos a leitura do seguinte documento, encaminhando-o posteriormente às autoridades:

> MOVIMENTO SOCIAL NÃO É ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
> [...]
> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi considerado, pela Justiça de Goiás [...] como uma organização criminosa – crime previsto na Lei nº 12.850/2013. Por este fundamento estão presos José Valdir Misnerovicz, geógrafo com mestrado pela UFG, e Luiz Batista Borges, trabalhador rural sem-terra. Essas decisões judiciais são absolutamente incompatíveis com as leis vigentes, com a Constituição e com o Estado Democrático de Direito.
> A luta por novos direitos e pela efetivação de direitos já previstos é inerente à democracia, além de ser um imperativo decorrente da Constituição de 1988. Conforme seu artigo 3º, são objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
>
> Ora, se esses são objetivos, é precisamente porque a norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro reconhece as profundas desigualdades e injustiças da realidade nacional, e que estabelece, na positivação desses desígnios, um programa de ação a ser perseguido pela sociedade e pelo Estado. Por isso a organização em movimentos sociais não apenas é lícita como desejável. São as articulações com propósitos reivindicatórios que permitem o avanço na concretização dos objetivos fundamentais previstos pelo próprio constituinte. O propósito dos movimentos sociais não é violar o Direito, mas, rigorosamente o contrário, fazê-lo valer.
> [Por isso, este documento que ora leio, a pedido dos trabalhadores rurais sem terra, vai na seguinte linha em que eu aqui eu avanço:] A ocupação de terras, delito específico que daria a característica de organização criminosa ao MST de Goiás, é expressão dos direitos civis e políticos (art. 5º, IV, XVI e XVII) e visa a concretizar as normas constitucionais que preveem que a propriedade privada é garantida na medida em que se verifique o cumprimento de sua função social (art. 5º, XXIII, art. 170, III, art. 182. § 2º, art. 184, art. 186). Ou seja, no caso dos imóveis rurais, aqueles que não tenham aproveitamento racional e adequado, que não utilizem de forma adequada os recursos naturais disponíveis, que não observem as normas do direito do trabalho e que não favoreçam o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, não cumprem sua função social.
> O uso das ocupações de terras, assim, é instrumento completamente legítimo de pressão para realização de política pública. As ocupações são, também, mecanismos de efetivação urgente de necessidades vitais que são dos direitos humanos à alimentação e moradia (art. 6º). Significam, muitas vezes, recurso imediato para preservação da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III).
> A decisão de considerar as atividades de um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil e do mundo, essencial para o avanço na efetivação dos direitos humanos, tem viés político e arbitrário. É incompatível com o que se espera de um sistema de justiça que respeite a Constituição de 1988. Movimento social não é organização criminosa; a luta política não é crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Deputado Federal Padre João, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, foi quem nos mandou essa moção em forma de manifesto que eu aqui li, Senadora Regina, repudiando, naturalmente, aqueles que querem criminalizar os movimentos sociais. Estamos nos referindo ao caso aqui de Goiás, em que estão presos José Valdir Misnerovicz, geógrafo com mestrado na UFG, e Luiz Batista Borges, trabalhador rural sem terra. Esse manifesto exige a libertação imediata de ambos.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já é o efeito da Lei Antiterrorismo. Quando a aprovaram, eu disse que tinha endereço certo, e o primeiro endereço era o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Então, agora, estão amparados para, em qualquer caso, enquadrar naquela lei. Não havia a menor necessidade de aprová-la, pois no Brasil não há terrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o mesmo entendimento que eu tive, a senhora também e muitos outros. Infelizmente, V. Exª tem toda a razão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele estão, agora, usando a lei. De agora em diante, vai ser isso, não é? Qualquer atitude... Todo mundo conhece as características do MST, desde que surgiu, e vão querer sufocá-las, através dessa lei, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, é muito correto fazer o manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina, eu gostaria de ler aqui um pouco do relatório das nossas viagens e compromissos com as frentes de que estamos participando. Vou ler pelo menos um pedaço e, em seguida, vamos votar os requerimentos.

Falamos, neste momento, aqui na Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de dar informações sobre audiências que estamos realizando em diversas partes do País para debater a democracia, a questão dos direitos dos trabalhadores do campo, da cidade e da área pública, como também a reforma da Previdência.

Nesse fim de semana, estivemos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Essas duas audiências tiveram o apoio total da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora. Na verdade, nós temos aqui no Congresso, hoje, em torno de vinte frentes, que, para mim, se unem naquilo que eu chamaria de Frente Ampla pelo Brasil.

Essas reuniões estão se realizando em diversos Estados. Amanhã mesmo, teremos uma reunião em Minas Gerais, na Assembleia Legislativa. Embora eu não esteja presente, porque é impossível, já que tenho um compromisso aqui no Congresso e também na discussão que teremos com a sociedade e com outros Parlamentares sobre a crise por que o País passa, mas quero aqui, de pronto, desejar um grande evento lá em Minas Gerais, na Assembleia Legislativa, organizado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e em Defesa da Classe Trabalhadora.

Quero destacar, ainda, que estaremos, no mês de julho, nesse mesmo tipo de movimento, que vai além da Previdência e especificamente dos trabalhadores: vai na linha do combate ao trabalho escravo, vai na linha de fortalecer os trabalhadores rurais, vai na linha de combater aqueles que querem derrubar a NR-12, vai na linha de combater a terceirização e vai na linha de combater aquela história de que o negociado está acima do legislado – só estou dando informes de algumas das frentes –, e também para combater a violência contra as às mulheres.

Teremos encontros, então, no mês de julho, nos seguintes Estados: Ceará, previsto para o dia 1º, a não ser que mude; Alagoas, dia 8; Espírito Santo, dia 11; São Paulo, dia 22. No mês de agosto: Pará, dia 5; Goiás, dia 12; Tocantins, 19. Em setembro, teremos no Maranhão; em outubro, no Rio de Janeiro, dia 7; em Mato Grosso, dia 21; Bahia, dia 28. Em novembro, Rio Grande do Norte previsto para o dia 11. São datas que poderão ser mudadas.

Lembro que o primeiro encontro ocorreu, neste novo ciclo regional, não em todos os Estados, em Florianópolis, na sexta-feira, dia 17, na Assembleia Legislativa daquele Estado, com plenário e galeria lotados. Foi uma grande atividade. Agradeço muito ao povo de Santa Catarina, às suas lideranças e àqueles que organizaram o evento.

Em Porto Alegre, o evento foi na segunda-feira, dia 20, na Casa do Gaúcho, e contou, a exemplo de Florianópolis, com a participação da CUT, da CTB, da UGT, da Nova Central, da Intersindical, da Força Sindical, de federações, confederações, sindicatos e associações que defendem os trabalhadores. As entidades decidiram unir esforços em todo o Brasil, com encontros regionais, na luta contra a reforma da Previdência, em defesa da CLT e contra a extinção da Justiça do Trabalho.

Lá estavam presentes, além de sindicalistas, juízes, promotores, trabalhadores, aposentados. Participou também o ex-Ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto, diversos Deputados Estaduais e Federais. Esteve também o ex-Prefeito de Porto Alegre Raul Pont; Claudir Nespolo, Presidente da CUT-RS; Amarildo Cenci, Diretor do Sinpro do Rio Grande do Sul (Sindicato dos Professores do Ensino Privado), entre as dezenas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pessoas que usaram a palavra. Entre tantas outras lideranças vindas de todos os cantos do Estado, mais de mil líderes estiveram no evento.

Entre os representantes das entidades ligadas à Justiça do Trabalho, estavam Carmem Gonzalez, representante do TRT da 4ª Região; Rodrigo Trindade, Vice-Presidente da Anamatra (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região). Ambos fizeram uma bela explanação mostrando a visão não só dos magistrados, mas também dos dirigentes gaúchos, ao lado dos trabalhadores. Rodrigo Trindade disse em alto e bom tom que, no que depender dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul, essas reformas não passarão.

O evento teve uma exposição do Prof. Denis Gimenez, especialista em Previdência Social e doutor em desenvolvimento econômico, membro do Instituto da Unicamp, que relatou os avanços da Constituição e disse que não ia admitir, tanto ele como os outros, nenhum tipo de retrocesso.

Na minha fala, fiz questão de abordar: a Previdência não está falida, não é preciso ratear nenhum direito dos trabalhadores e aposentados, não é preciso elevar para 65 a idade mínima para aposentadoria para homens e mulheres, não é preciso retirar o PIB do aumento do salário mínimo. Apresentamos outros caminhos para aumentar a receita da Previdência.

Lembrei lá e lembro aqui que, se a União cobrasse daqueles chamados grandes devedores, arrecadaríamos, de imediato, R$1,5 trilhão de créditos tributários devidos por pessoas físicas e jurídicas, conforme dados dos auditores e analistas da Receita Federal. Deixamos de arrecadar, por ano, R$100 bilhões, apenas com o contrabando.

Em 2014, perderam-se R$500 bilhões em tributos sonegados. Em 2015, só no primeiro semestre, foram R$258 bilhões em tributos sonegados.

Os participantes do evento de Porto Alegre elaboraram uma carta documento, que faço questão de ler neste momento, com o compromisso que assumi lá de ler, aqui na Comissão de Direitos Humanos e também no Plenário do Senado.

> CARTA DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS GAÚCHAS EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA, DA CLT E DA JUSTIÇA DO TRABALHO [e da democracia]
>
> Os trabalhadores e as trabalhadoras gaúchas, reunidos em Assembleia Unificada realizada no dia 20 de junho, na Casa do Gaúcho, face ao desmonte do Ministério da Previdência, os projetos de reforma da CLT e os cortes orçamentários que intentam esvaziar a Justiça do Trabalho, vêm a público manifestar sua inconformidade e posicionamento.
>
> Os trabalhadores e as trabalhadoras consideram que o fim do Ministério da Previdência e sua transferência para o Ministério da Fazenda e para o Ministério do Desenvolvimento Social Agrário é uma afronta com o objetivo de utilizar os recursos, que correspondem a mais 21% do orçamento da União, para atender os interesses do capital financeiro e do ajuste fiscal.
>
> Essa medida atinge os direitos e interesses dos mais de 24 milhões de aposentados, sendo que 2/3 recebem apenas um salário mínimo. E o mais grave, desmonta o sistema de seguridade e assistência ao trabalhador quando este mais precisa, nos casos de acidente, doença, desemprego, maternidade, invalidez, auxílio reclusão e morte [e aposentadoria; é um ataque criminoso à nossa gente].
>
> O propalado déficit da Previdência, que não existe, não passa de um mito irresponsável de quem quer ampliar a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres. Trata-se de uma mentira cotidiana a serviço do fim da Previdência Pública para atender os interesses privatistas.
>
> Os trabalhadores e as trabalhadoras reiteram que o fortalecimento da Previdência não passa pela retirada de direitos, mas pelo combate à sonegação fiscal, às desonerações e renúncias concedidas às empresas.
>
> Os trabalhadores e as trabalhadoras denunciam os cortes orçamentários sofridos pela Justiça do Trabalho. A redução abrupta de seu orçamento, em tempos de aumento do desemprego e da consequente violação dos direitos dos trabalhadores, tem por real objetivo rediscutir as bases do Direito do Trabalho e reduzir a importância desta ferramenta em evidente retaliação a essa instituição pública de fundamental importância para a plena realização dos direitos sociais.
>
> Os trabalhadores e as trabalhadoras repudiam as 55 propostas legislativas, apontadas pelo DIAP, que intentam contra os direitos sociais e trabalhistas e que pretendem exaurir o patrimônio historicamente assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principalmente através do famigerado projeto de terceirização da atividade-fim e da prevalência do negociado sobre o legislado.
>
> Os trabalhadores e as trabalhadoras [gaúchos] consideram que a atual composição do Congresso Nacional carece de legitimidade para alterar direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e pela sociedade brasileira. Por isso, convocamos a sociedade a lutar contra as tentativas de desmonte da previdência, do sistema de seguridade social e da justiça do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Os trabalhadores e as trabalhadoras aprovam:
1 – Realizar audiências/assembleias unificadas em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, para debater com a sociedade o tema da previdência [em parceria com aqueles que defendem os direitos dos trabalhadores como, por exemplo], a CLT e a justiça do trabalho, conforme a seguinte agenda [encontro regional, em que estarão representantes de toda essa Frente Ampla]:
24 de junho (Santa Maria);
29 de julho (Passo Fundo);
19 de agosto (Vale dos Sinos);
26 de agosto (Pelotas);
9 de setembro (Santa Rosa);
23 de setembro (Serra) [Caxias do Sul] e
21 de outubro (Alegrete).
2 – Combater as propostas de reforma da previdência pública e complementar que retirem direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos aposentados e das aposentadas [terão em nós combatentes contra esse desmanche dos interesses da nossa gente].
3 – Lutar contra todos os projetos que têm como objetivo reformar a CLT, importante instrumento de garantia dos direitos trabalhistas, conquistada através de muitos anos de luta.
4 – Repudiar a proposta do negociado sobre o legislado.
5 – Reafirmar o compromisso de lutar contra a terceirização sem limites.
6 – Lutar pelo pleno funcionamento da Justiça do Trabalho e contra os cortes orçamentários.
7 – Convocar os trabalhadores, as trabalhadoras e toda a sociedade para resistir às medidas de precarização das conquistas sociais [que estão sendo defendidas pelo atual Governo provisório] .
Devolvam o Ministério da Previdência!
Tirem as garras dos direitos dos trabalhadores e aposentados!
Tirem as garras da CLT e da Justiça do Trabalho!
Nenhum direito a menos!

Senhores, esse foi o documento, aprovado por unanimidade, na Casa do Gaúcho, com a presença de mais de mil dirigentes. Nesse encontro também – e aqui termino – foi debatida, claro, a tal da Ponte para o Futuro. Lá foram unânimes no sentido de que essa ponte não é para o futuro, mas para o atraso.

Lido o documento, eu convidaria a Senadora Regina, que aguarda pacientemente, para presidir, a fim de que eu faça a leitura e a defesa dos requerimentos.

Deram-me aqui uma agenda atualizada. Se V. Exª me permitir, Senadora, vamos realizar, nos Estados, audiências para debater direito dos trabalhadores, Previdência Social, combate ao trabalho escravo, terceirização, negociado acima do legislado, o PLP 257, combater a violência contra as mulheres, combater todos os preconceitos e defender a democracia. Calendário: 17 e 20 de junho, já cumprimos, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 8/07, vai ser em Vitória; 11/07, em Maceió; 22/07, São Paulo; 5/08, Belém; 12/08, Goiânia; 19/08, Palmas; 2/09, Belo Horizonte; 16/09, São Luís, Maranhão; 7/10, Rio de Janeiro; 21/10, Cuiabá; 11/11, em Natal, Rio Grande do Norte; e outras datas a definir em Salvador e Fortaleza e em outros Estados que, porventura, se apresentarem para pedir que também essa frente ampla esteja lá presente. Naturalmente, Senadora Regina, no seu Estado, no momento adequado, estaremos juntos lá.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos à leitura dos requerimentos.

ITEM 8
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "ambulância: vida ou morte?" com a participação do Sindicato dos Motoristas de Ambulância do Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse pessoal que lidera o vimento do sindicato de profissionais que atuam no transporte de ambulância fez uma série de denúncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sobre a precariedade do transporte de doentes. Por isso, eles pediram que nós fizéssemos uma audiência pública de caráter nacional, já que eles estão organizados em todos os Estados, para que possam explicar o que vem acontecendo e o número de pessoas que estão morrendo dentro das ambulâncias.

Esse é o objetivo, Srª Presidenta, de se debater esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 90.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "Os pescadores, o seguro defeso e a previdência social" com a participação da Central Única dos Trabalhadores do Estado do Amazonas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, os pescadores estão muito preocupados – esta é uma preocupação nacional que atinge desde o Amazonas até o meu Rio Grande do Sul – com a situação deles, a questão do seguro-defeso e a sua própria Previdência Social.

Essa provocação para esta audiência pública foi feita pelos pescadores do Estado do Amazonas. Nós fizemos outras consultas para pescadores de todas as regiões do País, e é unânime que essa audiência terá uma grande repercussão. É por isso que eles insistiram na linha de que, uma vez marcada a data, não haja alteração, porque a dificuldade que eles têm para se deslocarem para Brasília, sabendo a situação dos pescadores, é muito grande. Então, vamos ajustar uma data em que façamos, de fato, a audiência sem troca de datas.

Eu apenas registrei o pedido que eles me fizeram.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao Requerimento nº 92, também de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "a demissão de dirigentes sindicais".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidenta Regina Sousa, é incrível que, neste País, ainda tenhamos de fazer audiência pública para discutir a situação de demissão dos dirigentes sindicais. Chegaram denúncias a esta Comissão da Força Sindical, da CUT, da UGT, da CTB, da Nova Central e mesmo da Intersindical de que inúmeros dirigentes sindicais com estabilidade plena – não estou nem falando daqueles que são chamados suplentes e nem do conselho fiscal, aí, então, é uma vergonha o número de dirigentes que foram demitidos, estou falando de presidente e de vice-presidente de sindicatos – estão simplesmente sendo demitidos, e mandam procurar seus direitos na Justiça. Isso é um ataque à democracia, organização dos trabalhadores e atinge violentamente os dirigentes e suas organizações. Por isso queremos er, já tem uma data combinada, essa audiência pública para discutir a demissão dos dirigentes sindicais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 92.

Nós estamos voltando ao passado. No meu tempo de sindicalista, nos anos 90, começo dos anos 90, nossa pauta era essa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltou neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Reintegração era a palavra, reintegração dos dirigentes sindicais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Reintegração.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 93.

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater "A falta de segurança no trabalho dos agentes trânsito", com a participação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Detrans Estaduais e do Distrito Federal – FETRAN.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, o título da audiência pública já diz tudo: a falta de segurança no trabalho dos agentes de trânsito, que, no cumprimento da sua atividade profissional, muitas vezes são atacados, são espancados, já houve até mortes. Eles estão ali para combater os acidentes no trânsito, para combater os atos inseguros, para fiscalizar a documentação e, muitas vezes, devido a isso, eles acabam sendo agredidos. Então, eles querem que debatamos essa questão da segurança na sua atividade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pedir, se possível, a apreciação de um último requerimento extrapauta que vai ser encaminhado à senhora neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão de requerimento extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Qual é o requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobre o mérito, Srª Presidente, se V. Exª me permitir, vou falar. Era nossa intenção fazermos audiências separadas lá na Comissão de Assuntos Sociais e aqui com o Ministro da Fazenda. Aqui seria mais sobre a Previdência, com a vinda dele ou do Secretário-Executivo, e, na Comissão de Assuntos Sociais, com requerimento lá aprovado, seria mais sobre a questão macroeconômica. Mas, por questão de agenda, foi feito um apelo muito grande para que eu concordasse que houvesse essa audiência conjunta. Por isso o requerimento. E eu peço a V. Exª que coloque em votação o mérito.

Em resumo, é o seguinte: com fundamento no Regimento, naturalmente, requeiro audiência pública destinada a ouvir o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos nesta Comissão sobre a inclusão das competências relativas à previdência social em sua Pasta.

Essa audiência, segundo entendimento feito com o Senador Edison Lobão, seria realizada em conjunto n a CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não vejo problema que se faça audiência conjunta. Entendo eu que não é fácil para os Ministros estarem em todas as Comissões do Parlamento toda vez que são convidados. Como o período deles é transitório – e estou falando isso sem nenhuma visão política, eles estão num período transitório porque a decisão só vai se dar, provavelmente, em setembro, em agosto ou setembro teremos a decisão definitiva –, estão sendo chamados para responder, por exemplo, o que está acontecendo, por que foi exterminado o Ministério da Previdência. Esse é o objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como o Senador Paim já fez o esclarecimento e o encaminhamento, vamos colocar em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento regimental, em aditamento ao requerimento n° 70/2016, requer que a audiência pública destinada a ouvir o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre a inclusão das competências relativas à previdência social em sua Pasta, seja realizada em Audiência Pública conjunta com a CAS – Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Senador Paulo Paim)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidenta Regina Sousa. Agradeço muito a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim para os encaminhamentos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço muito a V. Exª, como sempre, presente aqui na Comissão. Eu diria, com todo o carinho a todos, que é a mais presente nesta Comissão. Acho que não houve uma única audiência aqui, seja reunião deliberativa ou não, em que V. Exª não estivesse presente.

Se V. Exª não tiver nenhuma consideração a fazer, eu gostaria ainda de concluir com alguns informes que são sobre a nossa jornada de luta, eu diria, por todo o País em relação aos desmontes que estão acontecendo na área do trabalho e também da Previdência. Eu já falei aqui dos encontros que teremos nas regiões, já falei dos encontros nacionais, falei dos estaduais, falei da carta que aqui foi colocada, falei das minhas preocupações com relação ao documento Ponte para o Futuro, que ainda quero enfatizar.

Estou muito preocupado com a intenção de desvincular o PIB do salário mínimo, com a reforma da Previdência, sobre o que já falei, com a desvinculação das verbas do Orçamento para saúde e educação, com a questão dos direitos dos trabalhadores, com o PLP 257/2016, que trata da renegociação da dívida dos Estados, mas que vem do governo anterior, mantido no Governo atual, que joga a dívida para os servidores, e com a regulamentação do trabalho escravo. Este último eu entendo que a gente não regulamenta, mas proíbe. Eu sou o relator, assim como sou também da terceirização. Não vou permitir, se depender do meu relatório, que seja terceirizada a atividade-fim, como também o trabalho escravo. O meu relatório vai na linha de proibir o trabalho escravo, como também o fim da NR-12.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, vamos mudar o nome desse projeto. Vamos tentar mudar o nome desse projeto da regulamentação do trabalho escravo. Parece que vamos admitir o trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem de ser alguma coisa como combate ao trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que o nome tem de ser proibição do trabalho escravo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Proibição. Exato. Dizer ulamentação soa mal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o projeto vem exatamente nessa linha, de regulamentação. Eu sempre digo que trabalho escravo a gente proíbe.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Regulamentar o que eles estão fazendo sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. Então, combinado já com V. Exª, de hoje em diante eu não usarei mais o termo, não o lerei. Onde se lê: regulamentação do trabalho escravo, eu vou passar para a linha do meu relatório: proibição do trabalho escravo.

Quero ainda fazer um rápido comentário sobre as minhas preocupações a respeito da ofensiva sobre o direito dos trabalhadores. E deixo aqui na Comissão, não vou ler todo o documento, esse outro documento que é assinado pelo Diap, pelo Dieese e tem o aval de todas as centrais sindicais, todas as confederações, que surgiu a partir daquele evento que fizemos no Petrônio Portella. Hoje, 72 entidades assinam o documento. Fechou ontem o documento final, e 72 entidades da área pública, da área privada, do campo, da cidade, todas as centrais assinam o presente documento.

Era isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai estar disponível o documento final com todos os dados que estão aqui. E vou passar uma cópia à nossa querida Presidenta.

Peço à Comissão que considere, na íntegra, o documento.

Não havendo mais nada a deliberar, eu encerro a nossa reunião no dia de hoje.

Está encerrada a nossa reunião deliberativa.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e dois minutos do dia dois de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Aníbal e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que ficada dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento de convite do Comando da Aeronáutica aos integrantes desta Comissão para participarem de uma visita institucional ao Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA) em Brasília, no dia 28 de junho, a partir das 9h50min. O Presidente comunica, também, a realização de sessão solene em homenagem ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, data magna da Marinha do Brasil, a realizar-se no dia 9 de junho de 2016, às 9 horas, no plenário da Câmara dos Deputados. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA com a finalidade de que sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior. Tema: Assistência a brasileiros no exterior, migração e atração de capital humano para o Brasil. Convidados: Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) – Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Riccardo Savone, Embaixador do Canadá no Brasil; Eduardo Matsushita, Presidente da CEO INFINITAS; e Embaixador John Richardson, Embaixador da Austrália no Brasil. O Presidente convida os expositores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores para fazerem suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e doze minutos assume a presidência o Senador Lasier Martins; e às onze horas e quarenta e sete minutos reassume-a o Senador Valdir Raupp. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque e o Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra aos expositores para novas considerações. O Presidente agradece a presença dos participantes. Audiência Pública realizada. EXTRAPAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, DE 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos dos artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa Raul Belens Jungmann Pinto, para apresentar as diretrizes e os programas da sua pasta, conforme expresso em reunião que mantive com Sua Excelência." Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, DE 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, subscrito pelo Senador Valdir Raupp, que "Requeiro ao Ministério da Justiça, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa nº 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016, o que se segue." Aprovado. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador VALDIR RAUPP

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Informo o recebimento de convite do Comando da Aeronáutica aos integrantes desta Comissão para participarem de uma visita institucional ao Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta 1) e ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra), em Brasília, dia 28 de junho vindouro, a partir das 9h50. O convite será encaminhado aos gabinetes das Srªs e dos Srs. Senadores, com a programação completa.

Informo também a realização de sessão solene em homenagem ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, data magna da Marinha do Brasil, a realizar-se no dia 9 de junho de 2016, às 9h, no plenário da Câmara dos Deputados.

Antes de iniciarmos a pauta, convido para tomar assento à mesa Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador do Canadá, Riccardo Savone; Embaixador da Austrália, John Richardson, e Eduardo Matsushita, Presidente da CEO Infinitas.

Esta é a primeira de uma série de audiências da Comissão destinadas a avaliar uma política pública. No ano passado, a Comissão dedicou-se às políticas públicas relativas à indústria nacional de defesa, e, neste ano, o foco é a política externa brasileira. Não vamos hoje discutir a alta política das grandes negociações diplomáticas; vamos nos debruçar sobre assunto que diz respeito diretamente à vida das pessoas, que, afinal, são as destinatárias das políticas públicas.

O tema de hoje tem a ver com a circulação das pessoas entre países. E a primeira vertente é a assistência consular. Estima-se em três milhões o número de brasileiros residentes no exterior e em sete milhões o número de brasileiros que viajam anualmente ao exterior, seja a turismo ou a negócios.

Esses brasileiros no exterior recebem assistência e proteção por intermédio da vasta rede consular brasileira. Os brasileiros no exterior têm direito a um serviço público de qualidade.

Muitos de nós só lembramos que existem consulados quando temos um problema a resolver. Então, achamos que os consulados têm os meios legais, financeiros e materiais para resolvê-lo, o que nem sempre é o caso. Esta Comissão deve apoiar os esforços de aprimoramento e modernização do serviço consular e cobrar do Governo prioridade na alocação de recursos financeiros e humanos para essa tarefa.

Outra vertente do tema de hoje é a acolhida de estrangeiros, como turistas ou imigrantes. O Brasil receberá um grande contingente de estrangeiros durante os jogos olímpicos. É um assunto da maior importância e que mobiliza os mais variados setores da Administração Pública.

Temos também o fenômeno da imigração. Por razões humanitárias, o Brasil acolheu contingente importante de haitianos, e esse fenômeno representou um desafio para o Poder Público, notadamente para as autoridades do Estado do Acre e o de Rondônia, por onde muitos desses haitianos ingressaram em Território brasileiro. E, mais recentemente, o Brasil tem abrigado refugiados da guerra da Síria.

O projeto de lei de imigração, de autoria do Senador Aloysio Nunes, Presidente desta Comissão, que tramita na Câmara, deverá representar um avanço em relação ao Estatuto do Estrangeiro, editado no período militar.

A terceira vertente do tema de hoje é a atração de capital humano. Muitas nações devastadas pela guerra ou por desastres naturais sofreram com o fenômeno da fuga de cérebros no sentido inverso a países e empresas que buscam atrair para si capital humano. Alguns países desenvolvem políticas públicas para estimular o ingresso desses imigrantes; e as empresas privadas também desempenham um papel central nesse fenômeno da circulação de capital humano.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Senador Aloysio, quer presidir?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado, mas tenho que voltar para a Comissão do Impeachment. A Presidência está em excelentes mãos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – O Senador Aloysio vai ter que ir para outra Comissão.

Vamos continuar aqui o trabalho.

Obrigado, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Esta é uma das mais importantes audiências, porque há um assunto de que vamos tratar aqui que é a assistência consular, que é um assunto da nossa vida cotidiana. O tempo todo existem pessoas que têm... E é um serviço que precisa ser muito valorizado, muito valorizado!

Obrigado, Sr. Presidente.

Um abraço e desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Informo aos convidados que vou conceder a palavra, pelo tempo de 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs Senadoras e os Srs. Senadores inscritos.

O primeiro orador é o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. O Embaixador Simas Magalhães tem uma trajetória profissional sólida, tendo trabalhado muitos anos em assuntos de integração. Foi Embaixador na Polônia e no Marrocos, e Cônsul-Geral em Montevidéu.

Ouviremos agora o Embaixador Simas.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Obrigado, Senador. Para mim e para a Subsecretaria que presido, é um prazer estar presente nesta audiência pública.

Cumprimento os meus colegas de Mesa.

E, desde já, passo, então, a expor os meus pontos de vista sobre a questão.

O senhor mencionou corretamente, Senador, que a questão da assistência brasileira seja talvez um dos pontos centrais da preocupação do Itamaraty.

Vou dividir os meus comentários em três pontos: primeiro, em como ele funciona, por que funciona dessa maneira; em segundo lugar, o que nós estamos fazendo, para modernizar os sistemas, e por que o estamos modernizando; e, em terceiro lugar, vou falar brevemente não tanto da questão migratória, que não é necessariamente, como tal, competência do Itamaraty, mas mais dos órgãos internos brasileiros. Nós entramos um pouco no processo de definição das grandes linhas e preparação da vinda do migrante, mas não necessariamente no acolhimento do migrante e nas melhores maneiras de incorporá-lo e inseri-lo na sociedade brasileira.

Vou falar um pouco dos refugiados, que foi o tema que o senhor mencionou, e um pouco de como lidamos com os dois grandes programas que tínhamos até recentemente e continuamos a ter, decorrentes de resoluções, seja do Conare, seja do Conselho Nacional de Imigração. Uma delas é referente ao caso haitiano, e a outra, referente aos sírios. Mas, na verdade, é um pouco mais amplo do que isso, pois atende a todos aqueles que, na região do conflito da Guerra da Síria, estão sendo afetados justamente pela guerra civil na Síria.

Então, se o senhor me permitir, vou, primeiro, falar sobre o Sistema Brasileiro de Assistência. Ele se compõem, hoje, de dois tipos de direitos, diria eu, que são direitos do cidadão: os direitos de primeira geração, que são os tradicionais de todo o Sistema Consular brasileiro, que têm a ver com confecção de documentos, com os aspectos cartoriais de todos os nossos consulados, com a emissão de passaportes, acompanhamento da população carcerária brasileira no exterior.

E, como esse, poderia mencionar vários outros exemplos da função histórica e tradicional do Sistema Consular brasileiro. Mas, hoje em dia, estamos indo muito além. Estamos no que chamamos dos direitos consulares de segunda geração, pelos quais cabe aos consulados brasileiros, e particularmente àqueles consulados que estão mais de perto envolvidos com grandes migrações brasileiras, com a diáspora mais presente no País – portanto, os Estados Unidos, o Japão, grande parte da Europa, um ou outro país sul-americano –, promover uma política de aproximação com a cidadania brasileira. Isso significa, e já está funcionando inclusive, a conformação do que chamamos os conselhos de cidadãos ou de cidadania, sempre quando, no segundo caso, a conformação seja feita por uma eleição direta da comunidade brasileira no exterior, e, no primeiro, por indicação.

Quais são os nossos objetivos maiores, digamos, com relação à comunidade brasileira e ao que esperamos que possamos despertar, em termos de mobilização, de coordenação e também, por que não, de inserção dessa comunidade no País de acolhimento? Os conselhos de cidadãos curiosamente têm uma capilaridade muito grande junto à população brasileira no exterior. São mobilizados por diversos líderes locais, e as igrejas têm uma participação muito sensível nesse ponto, mesmo porque, por exemplo, na casa das igrejas evangélicas mais presentes na mobilização e acompanhamento das necessidades da população brasileira no exterior, há um grande esforço, sem dúvida, de perceber quais são as demandas, formulá-las e demandar ao Estado brasileiro, portanto, soluções para estas.

Algumas são exequíveis e outras necessitam um maior esforço, por parte do Estado, de coordenação, certamente, mas também de ação. Nós realizamos, o Itamaraty, com o que chamo o meu exército Brancaleone – somos cinquenta e poucos funcionários que cuidam de toda a rede consular; eis um dos primeiros gargalos, diria eu, Senador, com um orçamento extremamente limitado, quase milagres diariamente. Atendemos o setor, os núcleos de assistência a brasileiros. Por exemplo, nos nossos consulados, muitas vezes, fazem coletas entre si, deslocam-se sem cobrar, e tudo para atender a população brasileira, geralmente, em situação bastante complicada.

É uma diáspora de classe média baixa para baixa, geralmente, na busca de melhores condições econô-
cas no exterior e com deficiências. São deficiências educacionais, dificuldades de compreensão da cultura
de estão se inserindo e, portanto, dificuldade de compreensão também até da língua, muitas vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Acabei de realizar em Salvador, Bahia, apesar das enormes dificuldades financeiras que atravesso – falo eu, mas, na verdade, é possivelmente todo o Governo Federal, hoje em dia –, particularmente na minha área, eu tinha, na Lei Orçamentária, cerca de R$78 milhões previstos para as atividades da Subsecretaria, das quais...

E agradeço e deixo o registro: esta Comissão patrocinou e foi aprovada uma emenda de Comissão, no valor de R$20 milhões, que foi imediatamente contingenciada, infelizmente. E, além do contingenciamento, a Subsecretaria sofreu cortes adicionais no seu orçamento.

Então, com reduzidíssimo número de pessoas e com orçamento minúsculo, nós conseguimos trazer 30 representantes das comunidades brasileiras no exterior para participarem das reuniões de brasileiros no mundo, como nós as chamamos. Foi a quinta conferência, que atualiza, revê e propõe planos de ações bienais, que depois, durante o curso desses dois anos, são devidamente implementados ou há tentativas de implementação, pelo menos, por parte do Itamaraty.

Nós contamos com parceiros, certamente, na área governamental. Mas uma coisa que me chama muitíssimo a atenção, Senador e ouvintes, é a dificuldade de nós, no esquema governamental – e eu diria até no parlamentar, Senador –, raciocinarmos sobre o pouco que essa comunidade demanda e sobre os poucos dos recursos necessários para atender plenamente essas demandas.

Eu vou dar alguns exemplos: eu mencionei a questão da deficiência educacional da nossa diáspora. Hoje nós estamos em 15 capitais, pelo menos, conseguindo implantar – é verdade que com auxílio dos órgãos do Ministério da Educação – o que chamávamos antigamente de curso supletivo e que hoje se chama ENCCEJA. Há uma série de redes de preparação de Português e de outras matérias, muitas vezes gratuitamente oferecidas pelos funcionários diplomáticos que são professores; eles preparam a comunidade para esses exames, e essa comunidade, então, pode conseguir o supletivo no exterior hoje em dia. A ideia, como sempre, é ampliar todo programa como esse, que está sendo muito bem acolhido pela comunidade, para outras capitais, para mais locais.

Sempre eu menciono certa miopia do Brasil, porque, também no Itamaraty, os assuntos consulares são considerados um pouco como o patinho feio da história, e, na verdade, eles são absolutamente fundamentais, porque, se há uma crítica facilmente repercutível na imprensa é justamente de uma deficiência consular, de um atendimento malfeito, de um problema com brasileiros no exterior, de alguém que morreu em algum lugar e o que o Governo brasileiro, mais particularmente o que o Itamaraty está fazendo. Esse tipo de crítica é recorrente na imprensa. Eu acho que não seja uma crítica, mas uma constatação, ou seja, é matéria de imprensa.

Eu tenho R$3 milhões, dos quais estão me pagando menos de um duodécimo por trimestre, para fazer atendimento a brasileiros no exterior. Com uma pequena parte, diria eu, da renda consular que o sistema consular gera – porque nós prestamos serviços à comunidade – eu poderia sanar grande parte das dificuldades financeiras que nós temos de ampliar o ENCCEJA e outros temas fundamentais para a comunidade brasileira no exterior. Mesmo assim, vejam o tipo de atividade que nós conseguimos desenvolver recentemente para modernizar o sistema consular e, portanto, melhorar o atendimento à cidadania brasileira no exterior.

São três milhões de brasileiros, dos quais trezentos a quatrocentos mil eleitores brasileiros também.

Vou mencionar rapidamente as diversas iniciativas que estamos tomando no momento. Primeiro, estamos trocando todo o sistema informático do sistema consular brasileiro no exterior. São 190 locais que temos que trabalhar. É uma mão de obra enorme, um novo programa sujeito a *bugs*, a dificuldades de implantação, etc. Eu não tenho mais dinheiro porque devo ao Serpro, por exemplo, para poder levar comigo, com os diplomatas e com os meus funcionários as equipes técnicas do Serpro para fazer a implantação no exterior desse sistema, o que, no fundo, é um absurdo e é plenamente reconhecido pela chefia da Casa evidentemente. Mas, enfim, nós tínhamos essa dificuldade e continuamos tendo fisicamente essa dificuldade. Mesmo assim, estamos implantando. Já fizemos a implantação na Secretaria de Estado, fizemos em alguns escritórios de representações estaduais e em pelo menos dois postos já conseguimos implantar, e o cronograma está sendo observado até o momento.

É um sistema incrivelmente mais sofisticado que os atuais: pesquisa por nome; integração com a base de dados da Polícia Federal; estatísticas; tudo o que nós não conseguimos fazer ou produzir e muito facilmente passaremos a fazer. Portanto, esse é um elemento de informação importantíssimo, inclusive para compreender a realidade da nossa comunidade brasileira no exterior. Esse é um dos programas de modernização.

O outro, que decorre de um grupo de trabalho que criamos com o Tribunal Superior Eleitoral, vai permitir implantar, tão logo a vedação de registro seja levantada, o que a gente chama de título NET no exterior, ou seja, o cidadão brasileiro no exterior vai poder regularizar toda a sua vida eleitoral, ora em diante, via internet. É um avanço inacreditável. Só para dar uma ideia para vocês de o que isso significa em termos de avanço e modernização, qualquer cidadão brasileiro que queira transferir seu título de eleitor para o exterior, onde ele [illegible]ra no momento, tinha que preencher à mão, eventualmente, nos consulados o que é chamado de RAE (Re[illegible]tro de Alistamento Eleitoral), que, por sua vez, tinha que vir para o cartório distrital aqui de Brasília, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

responsável pelos eleitores no exterior, que verificaria se as informações estavam corretas. Se não estivessem corretas, devolveria para o posto, que, por sua vez, teria que notificar o eleitor para ele refazer o RAE para, de novo, voltar para cá e para, eventualmente, em algum momento da vida, receber seu título de eleitor no exterior. Tudo isso será feito agora *on-line* diretamente pelo eleitor. Então, foi um enorme avanço.

O outro avanço também nessa área foi que aumentamos sensivelmente o número de seções eleitorais no exterior. Por quê? Porque notamos o altíssimo grau de abstenção nas eleições presidenciais de nossos eleitores, e, evidentemente, nos debruçamos sobre as razões. A razão era muito simples. Por exemplo, nos Estados Unidos, em que temos o maior contingente de eleitores, votar muitas vezes significava deslocamento físico de cidade, inclusive; certas seções eleitorais estão totalmente subaproveitadas em termos de número de eleitores que compareciam. Então, decidimos dar capilaridade ao sistema das seções eleitorais brasileiras no exterior.

E estamos trabalhando para verificar – evidentemente, o Congresso brasileiro terá de ter uma participação muito grande nesse exercício – como estender a eleição no exterior para Senadores e Deputados também, ou seja, assegurar ao cidadão brasileiro o direito de cumprir com seu direito de votar, mas de uma maneira mais consciente e mais ampla também. Esse é um tema que está em debate e, evidentemente, não é de fácil solução, diria eu, a curto prazo.

Outro aspecto, por exemplo, é a questão de gênero e violência doméstica, que está tão presente hoje em dia no debate brasileiro. Nós fizemos duas grandes iniciativas. Primeiro, aumentamos sensivelmente o disque 180 no exterior. São várias as capitais no mundo inteiro em que hoje a mulher que se sente ameaçada, ou que tenha sofrido violência doméstica, ou que precise de orientação, basta discar 180, mediante um código específico de chamada, que é atendida por um *call center* que dispõe de todas as informações dos sistemas de amparo e proteção à mulher no país onde ela se encontra. Dispõe, evidentemente, dos dados do consulado também e pode psicologicamente orientá-la em termos de como reagir a essas situações. Então, o 180 hoje é praticamente um ganho importantíssimo para essa situação específica.

Depois também lançamos uma enorme cartilha de violência doméstica e de subtração internacional de menores, que é um dos grandes problemas consulares com que nos confrontamos a toda hora. Geralmente a parte que incorre – baixamos a Convenção de Subtração de Menores – não tem a menor ideia das consequências, por exemplo, de deslocar-se do país onde vivia com seu marido, mas, por pressões, por desentendimentos, às vezes, por violência, optar por sair desse país com seus filhos e retornar ao Brasil. Temos vários casos no Brasil que foram cobertos pela imprensa, inclusive. Então, fizemos uma cartilha absolutamente explicativa das diversas consequências que isso possa acarretar. Temos dois tipos de cartilha: uma para o público em geral, outra para os nossos agentes consulares, inclusive sobre o tipo de atendimento que tem de ser dado nesses casos e o tipo de orientação que tem de ser prestada à mulher brasileira no exterior nesses casos.

Outra tentativa de modernização: os vistos, por exemplo – e aí já não é tanto o atendimento a brasileiro, mas a eficácia do sistema consular. O sistema de vistos brasileiros funciona corretamente. Há alguns problemas de vez em quando, pontuais, eu diria, mas, como um todo, conseguimos dar visto para aqueles países em que é necessário o visto para ingresso no território, inclusive, nacionais que precisam de visto para ingresso no território nacional. Mas, em certas regiões do mundo, era sujeito a chuvas e trovoadas, diria eu. Havia problemas de fraudes, de falsificação de vistos e, em alguns casos, corrupção mesmo, eu diria, e era um desafio resolver esse problema. E o dinheiro também, porque é cobrado todo esse processo. Então, nós começamos na China.

Não sei se os Srs. Senadores aqui presentes e o Presidente têm conhecimento dos *visa centers*, centros de visto, é como se chama, que são adotados certamente por vários colegas meus de Mesa aqui – Canadá, certamente; Austrália, acho que também; por grande parte dos países desenvolvidos.

Hoje em dia você não solicita visto no consulado, solicita visto no centro de visto, que é terceirizado, altamente eficiente, porque se dedica exclusivamente a essa atividade, é profissional, portanto, sujeito a todas as regras do contrato de segurança, escrutínio, verificação, acompanhamento, enfim, é um sistema muito moderno, muito atual. Então, começamos com China. Criamos três *visa centers* na China: em Beijing, em Cantão e em Shanghai. Já estão funcionando, e muito bem. Estou pondo no ar a licitação dos Estados Unidos agora, serão dez *visa centers* nos Estados Unidos que estarão funcionando, e estou a ponto de obter autorização da chefia da Casa, por exemplo, para iniciar o que eu chamo de plano África.

A África é particularmente complexa e difícil para qualquer sistema consular, não só o brasileiro. O nível de fraude, infelizmente, é muito grande, há um desespero latente das populações de obterem visto para sair da África e se dirigirem a países de acolhida. E o Brasil historicamente é um país de acolhida também.

Então, vamos criar um sistema absolutamente novo para nós, para o Brasil, certamente, para o Itamaraty também, onde vamos, como se fosse uma roda, criar o centro da roda, as diversas *hub-and-spokes*, em inglês, que é um sistema bastante eficaz. Vamos criar 400 regionais de concessão de visto e, em cada uma das :ras capitais onde temos hoje seções consulares, vamos fechar essas seções consulares e os demandantes visto vão entregar sua documentação em pontos de coleta montados também pelo sistema terceirizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que se encarregará, por sua vez, da logística desses passaportes todos para os centros regionais de concessão de visto. Nós queremos ganhar em eficácia, eficiência, qualidade e segurança do serviço, sobretudo. É essa a nossa expectativa.

Depois, mais adiante, possivelmente no primeiro semestre do próximo ano, vamos nos preocupar com o arco norte da Ásia, Bangladesh, Paquistão, Afeganistão, e, aí, possivelmente adotar o mesmo sistema lá.

É um sistema misto. Alguns países preferem pagar aos prestadores de serviço, outros, como o Brasil, não pagam e o prestador de serviço cobra uma taxa de serviço dos demandantes. Então, é um sistema, do ponto de vista financeiro, neutro para o Brasil, só para ressaltar esse aspecto, mesmo porque não teria dinheiro, possivelmente, para pagar essa terceirização. É sempre um ponto de equilíbrio difícil calcular quanto a mais o nosso visto vai custar e quanto isso pode ou desincentivar, ou incentivar, ou pelo menos ser neutro no que se refere a número de vistos concedidos.

Outra das nossas iniciativas tem a ver – mencionei o ENCCEJA, mas nós também fazemos uma série de movimentações com a comunidade brasileira no exterior – com crianças, tem a ver com o ensino da língua portuguesa, temos vários concursos mobilizando os descendentes de brasileiros, sobretudo, tem a ver com atendimento de certas demandas específicas na área de saúde. Grande parte dos nossos postos no exterior dispõem de psicólogo e advogado. O advogado não advoga pelo demandante, mas fornece a orientação legal do país onde a comunidade brasileira está. E o psicólogo, infelizmente, tem de atender, nos momentos de crise mais sérios, alguns cidadãos brasileiros.

Há inúmeros gargalos legislativos na minha ação, eu diria. Um deles, por exemplo, é o fato de, ao contrário dos Estados Unidos – Canadá talvez possa nos dizer também, meus colegas de Mesa... Nos Estados Unidos, toda a renda, integral, arrecadada pelo sistema consular americano reverte para o sistema consular e isso evidentemente sem detrimento do orçamento do departamento de Estado. É uma verba adicional. Curiosamente, a Polícia Federal, no Brasil, que dispõe, por exemplo, da concessão do passaporte, tem um fundo e parte dos serviços prestados e arrecadados revertem para esse fundo que, por sua vez, revertem para as atividades da Polícia Federal propriamente dita. Esse é um gargalo e uma discussão que, há muitos anos, por incrível que pareça, faz sentido, parece fazer sentido, mas carece de ação legislativa, por exemplo. Sem base legal, nós não podemos fazer isso.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – E o Ministério se aproveita hoje do fato de que se arrecada US$100 milhões por ano de renda consular para obter – enfim, estamos em situações orçamentárias complicadas – adiantamentos sobre seus orçamentos. Não é nem uma verba adicional. Apenas, como já está disponível, o Tesouro adianta mais rapidamente para os setores financeiros.

Acho que o meu tempo está se esgotando. Eu gostaria de falar, então, rapidamente, agora – tenho vários outros exemplos, mas, enfim, talvez o meu tempo não dê para falar de todos eles –, um pouquinho da questão de refugiados.

O refúgio no Brasil é regulamentado por lei. Os casos em que é possível conceder refúgio são regulamentados por lei. E são poucos os casos, é verdade. Nós tivemos um fenômeno que fugiu do controle efetivamente que foi a chegada maciça de imigrantes haitianos pela fronteira terrestre no Acre. Foi objeto de queixas do Senador Jorge Viana e do Governo Tião Viana também por causa da falta de capacidade de acolhimento, que prevalece, essa é a grande verdade, diria eu. O Brasil tem esse elã de acolhimento, de recepção de refugiados ou de imigrantes – não verdade? –, porque grande parte dos haitianos não eram refugiados, eram migrantes econômicos, mas carece ainda dramaticamente, diria eu, de esquemas de recepção dessa população migrante. Há esforços em andamento, tipo centros de acolhimento e outros, mas são parciais, o financiamento é deficiente e isso tudo faz com que, evidentemente, haja uma certa dualidade.

Nós estamos sujeitos a duas forças díspares, na verdade. Uma, a Comissão Nacional de Imigração, subordinada ao Ministério do Trabalho; outra, o Conare, um sistema nacional de refugiados, por sua vez, subordinado ao Ministério da Justiça e, às vezes, com percepções do processo migratório distintas. Quer dizer, historicamente, no Ministério do Trabalho, o problema que se colocava maior era: devemos deixar o imigrante chegar. Há certos países que fazem um processo imigratório seletivo, é o caso do Canadá, por exemplo, e o Brasil não faz esse processo seletivo. Essa é a grande verdade. Nós obedecemos, no momento, ainda, a *inputs*, contratos celebrados entre estrangeiros e a companhia no Brasil e, posteriormente, o Conselho Nacional de Imigração autoriza esse contrato, portanto, o Ministério é obrigado a conceder o visto competente. É um processo longo, demorado e, certamente, pouco eficiente, diria eu, mas é o que existe no momento.

O Conare, por sua vez, tem toda a filosofia que vinha prevalecendo e que eu acho, pelo menos nessa te filosófica, correta – tenho dúvidas quanto à implementação, mais do que qualquer outra coisa – de conerar o imigrante econômico como refugiado, na verdade. Eu não sei se os Senadores sabem, mas qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pessoa que se apresentar, hoje em dia, na Polícia Federal de um ponto de entrada qualquer no Brasil, basta levantar as duas mãos e pedir refúgio. Por lei, a Policia Federal é imediatamente obrigada a documentar essa pessoa, dar um documento provisório de permanência no Brasil enquanto o caso não for julgado pelo Conare. O Conare tem que julgar individualmente cada caso de pedido de refúgio.

Muitas vezes é demorado; o Conare tem um acúmulo de trabalho gigantesco e tem pouquíssima gente trabalhando. E o que acontece, portanto, é que o que é um refúgio momentâneo e sujeito a julgamento se transforma quase que numa residência permanente.

Esta Comissão, por iniciativa do Senador Aloysio Nunes, aprovou também, recentemente, a nova lei de imigração, que vem substituir o Estatuto do Estrangeiro, certamente desatualizado e pouco afinado, digamos, com as novas percepções dos movimentos migratórios no mundo, na necessidade de criar mecanismos e condições melhores de acolhimento. E está hoje na Câmara dos Deputados, numa comissão especial, presidida pela Deputada Furlan e relatada pelo Deputado Orlando Silva.

A lei é boa, mas é complexa. Os senhores tiverem oportunidade de vê-la aqui com maior detalhe. Ela incorpora a noção de migração, a noção de emigração, tudo dentro de uma mesma lei. É certamente muito mais liberal, muito mais condizente com os dias de hoje, quando nós vemos essas dramáticas situações de deslocamentos de refugiados em massa pela Europa e outros locais.

Enfim, ela vai demandar muita regulamentação. Tanto é que, sabiamente, diria eu, o Senado optou por uma *vacatio legis*, ou seja, um período de não aplicação de quase um ano. Está previsto na própria lei que ela não será aplicada durante um ano porque ela exige, para ser aplicada, um esforço grande de regulamentação.

Mas, voltando um pouco aos haitianos, nós nos vimos confrontados por esse drama grande, diria eu – são cerca de 70 mil haitianos que entraram no Brasil até hoje, metade pela via terrestre, uns 40 mil, e outros de maneira legal. O que nós fizemos para resolver o problema da via terrestre? Fizemos gestões – estou tomando um pouco de tempo demais, peço desculpas por isso, mas acho que é importante terminar pelo menos essa parte de haitianos e sírios – junto ao Equador, que reconhece a cidadania universal, como vocês sabem, isso significa que não precisa de visto para entrar no Equador, ninguém precisa de visto.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Pedimos que eles controlassem o fluxo por lá, porque era todo esse fluxo que estava entrando pela via terrestre no Acre.

E por outro lado, aumentamos a nossa capacidade de atuação em Porto Príncipe. Desde junho do ano passado, nós estamos dando, para registro desta Comissão, dois mil vistos mensais para haitianos.

Notei, recentemente, alguns movimentos curiosos. O primeiro, a saída de haitianos do Território Nacional; eles estão tentando retornar, ironicamente ou paradoxalmente, pelo Acre, para entrar no Peru e no Equador, porque a passagem aérea basicamente comprada nesses dois países é incomparavelmente mais barata do que se comprassem no Brasil.

A imprensa noticiou amplamente também o esforço de deslocamento para outros países vizinhos, vários haitianos se dirigindo para o Chile, por exemplo. Tudo reflexo, muito provavelmente, da situação econômica do Brasil. Mas há um decréscimo da demanda, finalmente, em Porto Príncipe. E também coloca-se, nem que se seja como pergunta genérica e filosófica, que era um programa emergencial para atender a uma situação humanitária dramática, criada pelo terremoto. O Governo se pergunta sempre se devemos renovar, renovamos por mais um ano o programa ou suspendemos agora ou vamos acabando aos poucos? Tudo isso se coloca também em debate.

Outro caso totalmente distinto é dos sírios. Primeiro, porque é uma população muçulmana e, portanto, dificilmente, tem ligações familiares, emotivas e culturais com a enorme migração síria e libanesa que temos no Brasil, que é muito mais antiga e cristã. Então, aparece um elemento novo na equação.

Mas, evidentemente, os países em volta da Síria estão sofrendo um peso desproporcional de tentar atender a movimentos caóticos, fugindo de bombardeios literalmente da população síria. Eu acho, sabiamente, instituímos um programa de acolhimento de concessão de vistos simplificados – visto de turista. Na verdade, as pessoas que se acolhem nesses programas recebem um visto de turista simplificado e, ao se apresentar à Polícia Federal, depois, no Brasil, tem a sua situação regularizada para uma residência permanente.

Colocaram problemas de segurança evidentemente; é uma zona conturbada, sujeita a terrorismo. Tentamos sanar isso tudo mediante programas de treinamento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Os nossos agentes consulares, portanto, foram treinados em técnicas de entrevista, em identificação de problemas. Muitas vezes, a base documental é muito deficiente porque é difícil, entrevistando uma pessoa que fugiu literalmente de seu país, exigir documentação completa. Às vezes saíram correndo e não trazem documento nenhum. Como nós não estávamos ainda com a base de dados integrada com a Polícia Federal, também havia um problema de comunicação bastante grande. Mas acho que melhorou sensivelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em todo caso, não sei se também é reflexo da situação econômica do País, nos cinco primeiros meses do ano, o nosso programa concedeu apenas 81 vistos. Não é que tenhamos negado visto, é que a demanda caiu dramaticamente.

Então, talvez como esses primeiros comentários, estou disposto a ouvir as questões e peço desculpas por ter francamente ultrapassado e muito o meu tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Ouviremos agora o Embaixador do Canadá, Riccardo Savone. O Embaixador ocupou funções importantes na área de promoção comercial e foi Cônsul-Geral em Xangai.

Tem a palavra o Embaixador Savone.

O SR. RICCARDO SAVONE – Meu bom dia a todos.

Em primeiro lugar, agradeço ao Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio, pelo honroso convite formulado ao Canadá. Eu sei que ele tem um dia pesado hoje. Cumprimento também todos os Senadores presentes na pessoa do Senador Valdir Raupp, Vice-Presidente da Comissão. Estendo ainda meus cumprimentos aos demais convidados, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que, além de suas funções como Subsecretário-Geral, é também co-Presidente do Grupo de Trabalho Brasil-Canadá sobre Mobilidade, ao Embaixador da Austrália, meu colega John Richardson, e também ao Sr. Eduardo Matsushita, aqui presente.

Nesta manhã, vou abordar brevemente três tópicos distintos. Primeiramente, como o Canadá recebe imigrantes e refugiados; segundo, como o Canadá se empenha em prestar serviços consulares eficazes e modernos para canadenses no exterior e, terceiro, resumidamente, as recentes reformas implementadas no nosso Ministério de Relações Exteriores, que conduziram tanto à consolidação quanto ao incremento de suas atribuições.

Primeiro, a imigração. Orgulho-me por estar abordando este tópico no Parlamento brasileiro. Nas Américas, o Canadá e o Brasil ocupam o topo da lista de países que abriram suas portas para o reassentamento de refugiados sírios. Temos muito a discutir e aprender uns com os outros. Atualmente, 21% dos canadenses nasceram em outro país, sendo essa a proporção mais elevada entre os países do G7.

A cada ano, o Canadá acolhe o equivalente a 1% da sua população através da imigração. A título de exemplo, metade dos residentes de Toronto, nossa maior cidade, nasceu fora do país. Em Vancouver, apenas metade da população é de descendência caucasiana; 40% possuem raízes no leste asiático ou no subcontinente indiano.

Para o Canadá, a imigração é peça-chave da nossa prosperidade. Sem a imigração, a população em idade produtiva estaria em declínio. Grande parcela do programa de imigração canadense tem como foco a aceitação de especialistas capacitados e de trabalhadores experientes para os setores econômicos que deles mais precisam. O resultado é uma situação em que todos saem ganhando: os imigrantes impulsionam nosso crescimento econômico com seus conhecimentos e capacidades; ao mesmo tempo, ao selecionar imigrantes para trabalhar nos setores que mais precisam deles, asseguramos que os recém-chegados ao Canadá consigam encontrar trabalho e assim ingressar mais facilmente numa nova vida. Falarei sobre isso mais tarde.

Além do sólido raciocínio econômico, para nós canadenses a história da imigração é componente essencial da nossa identidade. Nossa diversidade cultural e de origens é algo que celebramos e consideramos um bem nacional. Todos os canadenses não indígenas têm em comum histórias de como seus familiares vieram para o Canadá. E essa experiência compartilhada da imigração é fator que nos une. Inclusive eu. No meu caso, foram os meus pais que imigraram ao Canadá da Itália. A cultura italiana faz parte da nossa identidade como canadenses. Essa diversidade é uma benesse.

Os canadenses que falam muitas línguas, entendem muitas culturas e mantêm elos com países em todo o mundo facilitam o sucesso global do país em áreas como comércio, educação, cultura e diplomacia.

Como é que o governo canadense administra a imigração? A política canadense sobre imigração e refugiados está a cargo do Ministério de Imigração, Refugiados e Cidadania do Canadá. Ao promover o Canadá como destino preferencial para inovação, investimento e oportunidade, o Ministério estimula indivíduos talentosos a virem para o Canadá e contribuírem com a nossa prosperidade. O programa de imigração do Canadá é fundamentado em princípios de não discriminação. O cidadão estrangeiro é avaliado sem considerar quesitos de raça, nacionalidade, etnia, cor, religião e gênero. Aqueles selecionados para imigrar ao Canadá devem possuir as capacidades de educação, competências linguísticas e experiência profissional para que possam imediatamente fazer sua contribuição econômica ao país. É o que chamamos de nosso programa permanente para residentes econômicos. Selecionamos e processamos imigrantes que possam apoiar o desenvolvimento de um Canadá forte e próspero.

O programa utiliza um sistema de pontuação para identificar potenciais imigrantes que possuam a capacidade de se estabelecer economicamente no Canadá baseado no seu capital humano – educação, experiência e capacidade profissional, habilidades linguísticas –, com limiar mínimo de conhecimento da língua e validação por terceiros de suas credenciais educacionais anteriores ao requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Passemos agora aos refugiados.

O reassentamento de refugiados é elemento da tradição humanitária do Canadá, do qual muito nos orgulhamos. Demonstra ao mundo que participamos da responsabilidade compartilhada de auxiliar aqueles que foram deslocados, perseguidos e que mais precisam de proteção.

No decorrer dos últimos doze meses, o Canadá acolheu mais de 27 mil refugiados sírios. Esse número inclui cerca de 18 mil refugiados com patrocínio governamental e quase 10 mil refugiados com patrocínio privado.

Conforme mencionei antes, sabemos que o Brasil também vem cumprindo com a sua parte nessa crise e saudamos suas iniciativas. Gostaríamos de colaborar com o Brasil acerca de boas práticas para refugiados.

As autoridades canadenses confiam na Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), patrocinadores privados, organizações de encaminhamento e outros governos para a identificação e encaminhamento de refugiados para reassentamento. O refugiado não pode pessoalmente requerer reassentamento no Canadá ou apresentar reivindicação de *status* de refugiado a uma embaixada do Canadá no exterior. Segundo a nossa legislação, todo o processo de reassentamento deve passar por triagem cuidadosa para assegurar que não haja impedimentos relacionados à segurança, criminalidade ou saúde. Agimos em estreita articulação com nossas agências de segurança pública no sentido de agilizar esse processo.

De forma geral, indivíduos que apresentam vulnerabilidades e necessidades prementes de proteção no país de asilo são priorizados. No caso da Síria, priorizamos famílias completas, mulheres em situações de vulnerabilidade e pessoas da comunidade LGBT.

O Canadá conta também com o sistema de patrocínio privado, cujo funcionamento é um pouco diferente. Neste caso, o patrocinador identifica o refugiado que deseja patrocinar e então o ajuda, com o seu reassentamento no país. O patrocinador pode ser uma pessoa física ou um grupo comunitário que mantenha convênio com o governo. Esses grupos de patrocínio são normalmente de cunho religioso ou cultural e precisam comprovar que possuem meios financeiros para apoiar o processo.

Gostaria agora de abordar como o Canadá procura prestar assistência consular de forma inovadora.

Como embaixador, fico sempre impressionado com a quantidade de canadenses que hoje viajam, trabalham, estudam e vivem no exterior, em localidades cada vez mais remotas. No ano passado, canadenses realizaram 58 milhões de viagens para fora do país, um aumento de 33% em relação a 2005.

Em 2015, foram abertos cerca de 250 mil processos consulares. Além de serviços corriqueiros, nosso Ministério de Relações Exteriores também administra situações de aflição, tais como as que envolvem hospitalização, morte, apreensão e detenção e subtração de menor pelo pai.

Os canadenses têm elevadas expectativas a respeito do auxílio que seu governo pode lhes prestar quando no exterior. Para atender a esse aumento de demanda foi necessário adotar uma nova abordagem para a prestação de serviços consulares. Em 2014, elaboramos uma estratégia de modernização que pretende empoderar canadenses em viagem para que possam ajudar a si mesmos, reduzir demandas de rotina e reorientar nossos recursos para focar processos consulares mais complexos.

A mais importante dessas iniciativas é o enfoque sobre a criança. Os processos consulares envolvendo crianças são muitas vezes os mais complexos. Por esse motivo, o Canadá criou a unidade consular de crianças vulneráveis, com foco específico na criança canadense, na família e em casos de casamento forçado no exterior.

Também queremos prevenir fatos que resultem em processos consulares. Com esse intuito, o Canadá desenvolveu o programa de informação ao viajante, serviço que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, e que oferece assessoria e informes *on-line* para viajantes. Empresas de seguro canadenses atualmente utilizam esses informes...

(Soa a campainha.)

O SR. RICCARDO SAVONE – ... quando da avaliação de certas solicitações de prêmio requeridas por viajantes.

Finalmente, o Canadá vem tentando maximizar diversos pontos de serviço e alavancar parcerias novas e já existentes para melhorar sua capacidade de prestação de assistência quando há limitações locais de recursos físicos. Nesse sentido, sentimos que é importante desenvolver nossas parcerias com outros países. Acordos bilaterais e outros mecanismos ajudam a alavancar tais parcerias para que nossos aliados possam nos auxiliar em situações em que os recursos locais do Canadá sejam limitados. Por exemplo, o Canadá e a Austrália mantêm um acordo de compartilhamento de serviços consulares.

Por último, permita-me externar algumas considerações acerca das recentes reformas nas operações do Ministério de Relações Exteriores do Canadá.

Estou ciente de que os senhores se aprofundarão mais sobre este tópico em outra reunião, contudo, no estive pessoalmente envolvido em algumas das iniciativas de reforma, não consigo deixar de traçar alns comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quatro anos atrás, o governo canadense empreendeu uma série de cortes de despesas em todo o serviço público para reduzir o déficit orçamentário. Liderei a iniciativa no nosso Ministério, focando tanto a redução de despesas, quanto a modernização. Nosso objetivo foi reduzir custos, sem reduzir nossa capacidade operacional. E o projeto precipitou reformas que deveriam ter sido realizadas há muito tempo.

No entanto, aprendi a seguinte lição, que gostaria de compartilhar com os senhores: equilibrar cortes no orçamento e, ao mesmo tempo, introduzir iniciativas de modernização pode ser uma tarefa extremamente desafiadora. A realidade financeira dos ministérios de relações exteriores na atualidade é que o principal impulsionador de custos e despesas são as pessoas, os recursos humanos. Tendo em vista o número de pessoas no Ministério, determinamos seus salários, seus benefícios específicos, o número de cargos e de escritórios que mantemos no exterior, seus custos de viagem, de hospedagem e, finalmente, a programação. Para realmente assegurar que as iniciativas de modernização tenham êxito, é preciso que haja um compromisso total, um consenso a respeito do caminho a ser traçado. Se os servidores chegam ao entendimento de que seus próprios empregos estão em risco, devido à necessidade de o Ministério adotar abordagens do século XXI, sua criatividade para sugerir mudanças e sua disposição para integrar tendem a se tornar limitadas; é preciso que haja um equilíbrio sensível entre a modernização e os esforços de contingenciamento. Caso contrário, a reforma será feita por medida provisória, ou nada será feito, e os resultados sendo os mesmos.

Desde então, o anseio para que haja maior eficiência operacional conduziu ao desenho e implementação de duas inovações institucionais. A primeira foi a fusão da Agência de Desenvolvimento do Canadá ao nosso Ministério, que já abrigava o comércio internacional, e a segunda foram alguns arranjos colaborativos pelos quais o Canadá se associou a determinados Estados para compartilhar instalações diplomáticas no exterior, com vistas a encontrar sinergias entre nossos programas internacionais e, claro, diminuir custos operacionais.

(Soa a campainha.)

O SR. RICCARDO SAVONE – Sobre a fusão, uma vez tomada a decisão de fundir os ministérios de desenvolvimento e de relações exteriores no Canadá, nosso primeiro passo foi a realização de consultas junto a outros Ministérios de Relações Exteriores que haviam recentemente passado por experiências similares, no intuito de tirar proveito das suas iniciais lições aprendidas e das conclusões subsequentes.

Agora que a poeira já quase baixou e que se pode contemplar e refletir sobre o novo superministério que criamos, gostaria de sugerir que a principal lição que aprendemos foi que, sem negar a importância de acertar a fiação, em outras palavras, todos aqueles organogramas, bem mais importante ainda tem sido a construção de uma nova e coerente cultura organizacional entre os servidores.

O resultado é que, como parte do processo de fusão, tomamos muito cuidado para assegurar que os instrumentos de governança corporativa do novo ministério, isto é, os diversos comitês de governança, tenham composição equilibrada, com representação de todos os setores, tais como comércio exterior, desenvolvimento consular e diplomacia, e que os mandatos desses órgãos de governança sejam realmente de natureza corporativa ao tratar de questões que extrapolam as tradicionais linhas de política, comércio e desenvolvimento.

Conforme mencionei, além da fusão das funções globais em uma única sede, o Canadá tem buscado, nos últimos anos, gerar maiores eficiências operacionais em suas operações no exterior por meio de arranjos colaborativos com governos estrangeiros. Essas iniciativas produziram não apenas economias financeiras, mas também resultaram em sinergias entre o Canadá e seus parceiros. Essa colaboração permite que o Canadá estenda sua influência no exterior para além dos limites da nossa presença puramente física.

O primeiro passo para a operacionalização dessa cooperação bilateral foi tomada em 2012, quando firmamos um memorando de entendimento com o Reino Unido. Como resultado desse acordo, o Canadá e o Reino Unido agora realizam exercícios conjuntos de gestão de crises. Implementaram um programa de intercâmbio para oficiais consulares e, em alguns casos, compartilham instalações diplomáticas. Por exemplo, por meio da locação compartilhada com o Reino Unido, em Bagdá, o Canadá pôde estabelecer uma missão e torná-la plenamente operacional em poucos meses, em vez de anos. Da mesma forma, o Canadá estava bem disposto a auxiliar a Austrália, em Kiev, quando precisou abrir uma embaixada às pressas, devido a demandas oriundas do desastre do voo 17 da Malaysia Airlines.

Também em Monterrey, no México, servidores do Reino Unido agora aproveitam de escritórios modernos e plenamente funcionais, em instalações seguras canadenses a um custo muito inferior ao de uma missão autônoma.

(Soa a campainha.)

O SR. RICCARDO SAVONE – o Canadá acolhe também na Austrália e Israel, em várias localidades, e é uilino dos Países Baixos e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Deveras, estamos atualmente em negociação com vários parceiros quanto à possibilidade de novos acordos de locação compartilhada, e esperamos poder anunciar os resultados dessas tratativas num futuro próximo.

Em conclusão, como oficiais responsáveis por Ministérios de Relações Exteriores, buscamos assegurar a disponibilidade das ferramentas necessárias ao apoio dos nossos líderes políticos, mas, como diplomatas, sabemos que jamais podemos prever o que vem pela frente. Sabemos que, se conseguirmos reunir todo o conjunto de ferramentas e imbuir o pensamento transversal que nossa fusão vem fomentando, teremos alcançado um avanço significativo no sentido de preparar tanto para o previsível quanto para o imprevisível.

É esta nova capacidade ágil do Ministério de Relações Exteriores que, espero eu, permitirá que prestemos apoio à diplomacia inovadora da qual hoje, como nunca antes, precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado a V. Exª, Embaixador Riccardo Savone.

Passo a palavra ao Embaixador da Austrália, John Richardson, diplomata de carreira que desempenhou funções importantes nas negociações de iniciativa econômica Ásia-Pacífico (Apec). O Sr. John Richardson também foi embaixador junto à Argentina, Paraguai e Uruguai.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOHN RICHARDSON (*Tradução simultânea*.) – Muito obrigado, Senador.

Gostaria de pedir desculpas por ter que ser traduzido para o português.

Eu gostaria de, primeiro, agradecer a todas as pessoas aqui, os meus colegas canadenses, e também pelo convite de estar aqui hoje. Eu gostaria que isso constituísse não somente um começo do nosso diálogo.

Gostaria de falar sobre as nossas experiências de reforma no meu ministério, no Departamento de Relações Exteriores e Comércio Exterior. Vou focar hoje especialmente em questões consulares.

Eu creio que o primeiro ponto a fazer nesses casos é que não há nenhum tipo de requerimento para o Governo fornecer serviços consulares, mas tem sido uma prática dos governos, especialmente na Austrália e em outros países, ajudar os cidadãos no exterior em certas circunstâncias.

Então, para ajudar as pessoas a entender o que o Governo pode fazer para ajudar os australianos em dificuldades, nós desenvolvemos uma estratégia de serviços consulares em 2014, e a razão dessa estratégia, que é pública, é fazer as pessoas mais conscientes do que podemos fazer.

A estratégia se aplica aos australianos em outros lugares do mundo, mas também, numa capacidade mais limitante, aos cidadãos não australianos.

Como o nosso Embaixador já mencionou, nós também temos serviços consulares, um arranjo de compartilhamento desses serviços com o Canadá e também cooperação com outros países. A estratégia enfatiza a importância de os australianos estarem preparados antes de viajar, para estarem mais responsáveis onde estiverem e também terem um seguro de viagem.

O que nós estamos fazendo é promover uma cultura de uma viagem responsável, de maneira que eles possam encarar essas dificuldades. A estratégia tem uma mensagem clara dos nossos limites em relação aos nossos serviços, e nós precisamos focar nos nossos clientes mais vulneráveis, tais como as crianças e as mulheres vítimas de crimes sérios ou abusos, ou afetadas por crises internacionais. Nós mostramos menos latitudes a esses indivíduos, então essas ações são de acordo com as negligências. Assim, nós tornamos claro que os australianos precisam ter responsabilidade pelos seus comportamentos e não esperar que sejam resgatados de qualquer situação. Mas é claro que nós estamos mais do que felizes em ajudá-los em muitas das situações.

Como parte dessa campanha pública nós publicamos uma tabela de serviços consulares que estabelece as obrigações e direitos dos australianos. E nós esperarmos que as pessoas olhem bem cuidadosamente o conteúdo dessa tabela.

Nós encorajamos os australianos a viajarem internacionalmente para termos a certeza de que eles obtenham o melhor que possam durante essas viagens. Por encorajá-los nós tentamos empoderar os australianos enquanto viajando. Então, também passamos muito tempo tentando fornecer informações e experiências que precisem para que eles tomem atitudes e tenham escolhas sensíveis. O método de fazer isso é o que chamamos de uma campanha de viagem inteligente. Para cada pessoa que é emitido um passaporte há esse caderno de informação, que tem todas as sugestões e propostas para assistir os viajantes e ajudá-los em questão de segurança enquanto no exterior.

Nós temos um *site* que lida com essas questões e também temos um sistema de conselhos para viagem. Nos países, esses detalhes incluem segurança, viagens locais, emissão de passaporte e também locais onde se pode obter informações adicionais.

Um exemplo dessa estratégia para o Brasil: para cada país, nós publicamos quatro níveis de conselho, dependendo do risco. Os quatro níveis de conselho são exercitados para precauções de segurança, para exer-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

cerem um alto nível de prevenção, para reconsiderarem suas necessidades de viagem. Por exemplo, a cor vermelha representaria a opção de não viajar.

Também há essas atitudes cobrindo eventos especiais e ameaças internacionais. Em termos de eventos especiais, há quatro exemplos publicados nos Jogos Olímpicos de 2016. Também mantemos essa informação atualizada. Essa informação reflete a nossa avaliação do que o viajante vai enfrentar nessas localidades. Em cada uma delas, fornecemos conselhos de como eles podem agir nessas situações. Também temos conhecimento desses níveis de ameaça ou de preocupação, dependendo da parte do país ou da cidade em que estejam.

Também combinamos essa campanha junto à mídia social, com anúncios na televisão, com publicações, tentando educar o nosso público, para que viaje de maneira segura. Mas é claro que também há uma grande gama de serviços consulares para aqueles que enfrentam problemas. Dentro das circunstâncias, nós apoiamos, em embaixadas e em consulados, esses indivíduos. Há um conjunto de circunstâncias em que também os ajudamos, como nas crises domésticas e internacionais. Desenvolvemos um arcabouço, um arcabouço de gestão de crises que estabelece como o indivíduo ou agências relevantes vão coordenar e responder em caso de emergência internacional.

Quais são os tipos de emergência que estou mencionando aqui? Em 2002, 200 pessoas foram mortas, mais ou menos cem australianos. Em 2004, houve o bombardeio da embaixada australiana em Jacarta. No meio do ano de 2005, no Líbano, tivemos de fazer com que vários cidadãos australianos evacuassem o país. Houve o tsunami de 2010, quando houve a necessidade de fornecer não somente assistência aos australianos envolvidos, mas também – isto foi o mais importante – assistência humanitária à população da Indonésia naquela época em que ela foi tão afetada pelo tsunami.

Então, nesse arcabouço de gestão de crises, o Ministério das Relações Exteriores é responsável por todos os eventos ou emergências internacionalmente. O Departamento de Comércio Exterior é responsável por lidar com essas respostas governamentais. Como eu já disse, a primeira parte seria o bem-estar dos cidadãos, mas não se diminui a importância de providenciar e de fornecer ajuda humanitária, e, em algumas circunstâncias, precisamos fazer as duas coisas simultaneamente.

Então, em resposta a uma crise internacional, o meu departamento vai planejar e implementar essas respostas ao lado das agências internacionais; vai fornecer assistência aos australianos de suas necessidades; vai autorizar e coordenar sistemas em países internacionais, incluindo mobilização, e recursos junto a instituições governamentais; e vai implementar estratégias de informação e também relacionamentos com organizações internacionais.

Fazemos isso através do nosso Departamento de Emergência e Força-Tarefa. Esse Departamento de Força-Tarefa e agências, dentro do governo, trabalham juntos.

Todos os Ministérios estão igualmente informados. Envolvem-se também participantes de ministérios chave, como o gabinete do Primeiro-Ministro, o Departamento de Imigração e Proteção Fronteiriça, o Departamento de Finanças e Economia, o Departamento de Defesa e Serviços de Inteligência.

Para apoiar, ter essa capacidade, o departamento desenvolveu o número de locações. Temos vários centros de emergência que fornecem ajudas e também especialidades em caso de emergências. Também temos uma equipe treinada de 200 pessoas que permite o apoio a várias missões. Temos uma unidade de emergência e também temos uma equipe de respostas emergenciais. Eles são empregados numa questão de 24 horas em relação a uma certa emergência. Então, passamos muito tempo em planejamento, em ensaios, para os cenários possíveis que possam acontecer e tivemos a oportunidade de praticá-los, infelizmente, na vida real.

A terceira parte importante é planejar para as contingências. Precisamos cobrir vários cenários possíveis, para que possamos nos preparar, como ciclones, terremotos, e muito do que fazemos responde ao que já está esperado. Então, planejamos de uma maneira estratégica. Para cada uma das nossas embaixadas e consulados no mundo inteiro, temos planejamentos de emergência detalhados, como temos para os Jogos Olímpicos, no caso de alguma emergência acontecer.

Deixem-me falar brevemente sobre migração. Sobre isso, eu diria que os meus comentários serão bem paralelos ao meu colega do Canadá.

É muito importante entender que a Austrália é um país de imigração. Na minha visão, isso é muito importante e muito rico para a sociedade australiana.

Em 2015, 28% dos australianos nasceram em outros países dos australianos nasceram em outros países. Mais da metade de todos os australianos têm esse tipo de herança.

Então, só para colocar isso num contexto, imediatamente depois do final da Segunda Guerra Mundial, somente 11,7% de todos os australianos eram nascidos no exterior. Houve uma grande mudança nos últimos 65 anos. Já é vista uma grande mudança na imigração e uma grande mudança na sociedade australiana. Eles n de vários países. Um deles é o Reino Unido, e o segundo é a Nova Zelândia. Depois desses dois países, um nde número de imigrantes vem da China, da Índia, das Filipinas, da África do Sul, da Malásia, da Alemanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Esses são países em que nasce um grande número de australianos. Também mencionamos a população grega. Temos a segunda cidade de residentes gregos.

Então, a diversidade da nossa imigração nos últimos 65 anos trouxe muitas mudanças, com uma transformação muito grande da sociedade. Então, há um processo de planejamento de imigração detalhado, muito semelhante ao da experiência do nosso colega canadense.

Em termos de imigração permanente, o nosso programa permite que 190 vistos sejam emitidos. Isso significa que qualquer um de qualquer país pode submeter-se à aplicação para imigração.

Há quatro categorias que determinam o campo da imigração. Há os imigrantes habilidosos, com habilidades especiais, que, da mesma maneira como ocorre no Canadá, satisfazem testes para habilidades especiais ou que são nominados por companhias em particular, que também lhes dão os fundamentos para estabelecer uma empresa, um investimento bem-sucedido. Esses constituem 68% da população de imigrantes permanentes. Grande parte é dada para famílias que são selecionadas com base no relacionamento de imigrantes já residentes na Austrália.

Também temos um programa humanitário dinâmico para assistir aos refugiados. Agora, em termos de imigração temporária, damos as boas-vindas às pessoas na Austrália. Creio que aproximadamente dois milhões de imigrantes estão com o visto de imigração temporária. A maioria deles o têm para estudos, para educação. O Brasil ocupa mais ou menos o quarto lugar nesse quesito junto às instituições educacionais.

Então, temos um critério bem restrito para a entrada, mas com o interesse na eficiência desse processo, que é feito eletronicamente.

Certamente estabelecemos períodos de tempo em que esses processos devem ser feitos, e cada uma dessas agências, cada um dos nossos escritórios, lidando com esses vistos, têm que relatar esses objetivos.

Então, sobre a migração é isso, mas eu posso responder a qualquer pergunta.

Eu gostaria de concluir dizendo que o meu Ministério também atravessou um processo de reestruturação, incluindo a incorporação da nossa agência anterior, tendo o interesse de alcançar melhores resultado e também providenciar serviços mais eficientes a todas as embaixadas e consulados australianos.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador, por falar aqui hoje.

Muito obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, vamos ouvir o Sr. Eduardo Matsushita, Presidente da CEO Infinitas, que foi responsável por vários projetos de busca de executivos, consultoria em liderança executiva e governança corporativa para empresas globais, empresas nacionais de grande porte.

Sr. Matsushita.

O SR. EDUARDO MATSUSHITA – Exmo Senador Lasier Martins, Presidente desta Mesa; Exmo Senador Aloysio Nunes, Presidente desta Comissão; Exmo Senador Valdir Raupp, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo Senador Tasso Jereissati, que me fez o convite para esta Comissão; Exmos Senadores, membros titulares e suplentes desta Comissão; Exmos colegas de Mesa, Embaixadores Carlos Alberto Simas Magalhães, Riccardo Savone e John Richardson; demais debatedores e participantes desta audiência pública.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer este convite feito por esta Comissão para participar de tão importante debate sobre políticas públicas relativas à política externa brasileira.

Venho aqui para discutir o tema de assistência brasileira no exterior, mas principalmente temas sobre migração e, ainda mais, atração de capital humano para o Brasil. Por que atração? Primeiro, eu queria dizer uma coisa: eu sou neto de imigrantes japoneses, como puderam para perceber, de terceira geração aqui no Brasil, há mais de 80 anos no nosso País. Posso dizer que o Brasil é um dos países que mais ofereceu oportunidades e que mais vem aprendendo com as diversas nacionalidades que para este País imigraram e continuam imigrando.

O Brasil é um dos poucos países do mundo onde, assim como Canadá e Austrália, diversas culturas de diversas nacionalidades convivem em paz e harmonia. Eu tive a sorte de estudar num colégio em São Paulo, onde, numa mesma classe de 40 alunos, coexistiam imigrantes japoneses, chineses, coreanos, árabes, judeus, indianos, africanos e até brasileiros.

Enfim, foi uma experiência única em minha vida e que me trouxe grande aprendizado.

Também gostaria de dizer que sou grato a este País, que promoveu estudo superior público e gratuito de grande qualidade, tanto a meus pais, quanto a mim mesmo.

Mas por que eu estou aqui? Eu sou engenheiro, estudei na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e trabalhei, por mais de 18 anos, em empresas de consultorias de gestão e estratégia empresarial – empresas americanas, europeias, etc. Hoje eu tenho uma empresa própria, e resolvi empreender neste País. Basicamente, o que ela faz? Ela contrata, avalia e desenvolve executivos de alto escalão. Estou falando aqui de conselheiros de administração, estou falando de presidentes e CEOs de grandes empresas e diretores dessas empresas.

Eu trabalho com grandes empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, com grandes empreendios, mas também, às vezes, com pequenos empreendedores, que são aquelas pessoas que estão ousando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

investir e inovar, aqui no nosso País, naquilo que exatamente eu disse a vocês: na contratação, na avaliação e desenvolvimento de seus executivos de topo.

Eu tive a felicidade, em cada um dos últimos 10 anos da minha vida, quando eu saí da consultoria de negócios de estratégia para a consultoria que eu chamo hoje de pessoas, de falar com cerca de 500 presidentes de grandes empresas. Então, todos os dias da minha vida, essa é a minha atividade, seja tentando apresentar meu trabalho, seja entrevistando esses executivos para contratá-los, seja para avaliar se esses executivos estão apropriados para determinada função. Dessa forma, o meu trabalho é buscar, selecionar e atrair executivos de alto escalão, seja de onde vierem – podem ser brasileiros, podem ser estrangeiros –, para trabalharem para os meus clientes, prioritariamente aqui no Brasil.

Como os senhores já devem saber, nos últimos 20 anos, tivemos uma grande demanda por executivos bem preparados, devido ao crescimento do País, à estabilidade econômica, à diversificação da nossa economia e assim por diante. E claramente, nesses últimos anos, fui altamente demandado, já que o Brasil não possui, necessariamente, quantidade suficiente nem de executivos, nem de técnicos de altíssimo nível, bem preparados e com as experiências e competências para as necessidades que tínhamos nos anos de grande crescimento econômico. Por isso, houve grande crescimento no meu mercado. Nós somos chamado de *headhunters*. Houve um grande crescimento do número de empresas de *headhunting*, tanto internacionais, quanto brasileiras.

Com que o *headhunter* trabalha? O meu mercado só existe se existir escassez, se houver raridade de talentos executivos.

Se houvesse vários sobrando, se desse para rapidamente achar um na esquina e contratá-lo, talvez, o nosso trabalho não existiria. Mas o nosso trabalho existe e vem sendo muito demandado nós últimos dez anos, principalmente, devido à raridade de talentos executivos, que são os grandes gestores das companhias, e também de técnicos de altíssimo nível nas diversas áreas da ciência.

No entanto, no cenário da crise econômica atual, costumo ouvir dizer de cerca de 80% a 90% dos presidentes com os quais converso todos os dias em todos os anos de minha vida que essa crise não foi uma curva tranquila descendente, que ela foi um grande degrau. Quer dizer, houve um decréscimo muito relevante da nossa atividade econômica num curtíssimo espaço de tempo. Esse é um grande problema principalmente para as empresas multinacionais, que trabalham com mercados em que, às vezes, não há muito crescimento, mas em que o comportamento da curva de crescimento é muito mais suave.

Só para ilustrar, vamos trazer isso para a microeconomia. Hoje, oito em cada dez empresas estão se reestruturando e reduzindo drasticamente seu quadro. Tenho um dado sobre pedidos de recuperações judiciais, que retratam a situação pré-falimentar das empresas. Eles vêm crescendo assustadoramente: 1,2 mil empresas pediram recuperação judicial em 2015, e 1,6 mil empresas o fizeram em 2016, sendo que um terço dessas empresas é de empresas de grande porte, é de empresas que têm mais de dois ou três mil funcionários. Para terem uma ideia da gravidade desse tema, no ano de 2006 inteiro, houve apenas 160 pedidos de recuperação judicial; em 2016, neste ano, até março, já houve 158.

Como está sendo muito noticiado pela imprensa, também está havendo um aumento drástico na taxa de desemprego. São cerca de dois milhões de desempregados neste ano. Trazendo isso para a minha realidade, para a realidade dos executivos de topo das organizações, vou contar para vocês: nessas reestruturações, se uma empresa tem, em média, sete diretores e, abaixo desses sete diretores, 20 gerentes, a empresa está mandando embora em torno de quatro diretores, desses sete, e de dez gerentes, desses 20. Em que isso se traduz? Traduz-se numa grande oferta de pessoas altamente qualificadas sem uma função numa empresa, desempregadas.

Além disso, adicionando um pouco a esse tema, na indústria de transformação e no consumo das famílias, houve um grande aumento da capacidade ociosa da nossa indústria de transformação. É óbvio que, se o desemprego está aumentando, as máquinas estão paradas.

Algumas indústrias – eu vou trazer um dado, por exemplo, da indústria metalmecânica – estão com 60% de capacidade ociosa. Isso quer dizer que a empresa nem está sobrevivendo; está, de fato, falindo, porque ela tem custos muito altos.

Falando em custos, nós somos também um país que temos custos altos por várias razões: uma relativa baixa produtividade da nossa mão de obra menos qualificada; algo que é público, uma alta e complexa carga tributária; uma relativa baixa automação de processos industriais e administrativos; uma infraestrutura de transportes e de logística que nem sempre atende as necessidades de tempo, de rapidez na entrega de produtos e serviços; e uma baixa produtividade de processos logísticos. Consequentemente, se as empresas estão vendendo muito menos com os custos ainda altos, a competitividade dos nossos produtos no exterior, e até no Brasil, é extremamente baixa.

Dado esse cenário – não sou economista, mas eu quis trazer essas informações para basear algo que [illegible] a ver com o que vim trazer aqui... Antes de falar de atração de talentos do exterior para o Brasil, nós te[illegible]s que também falar da retenção de pessoal qualificado, de executivos, de técnicos de alta complexidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

no nosso País. O que é reter? Reter é não deixar que eles vão. Porque nós estamos perdendo algo que, em inglês, se chama *brain drain*, pessoas altamente qualificadas que custaram muito para o Estado e para o Brasil formá-las aqui. Estou falando tanto de executivos de grandes empresas quanto de doutores, de mestres, de pesquisadores de alto nível.

Então, o que está acontecendo? Uma fuga de talentos de executivos brasileiros por uma redução relevante na visão e nas perspectivas de oportunidades de trabalho, bem como da construção de uma vida próspera e feliz no longo prazo.

Eu tive, só para ilustrar, um colega que era vice-presidente executivo de um grande banco – esse banco também tem várias empresas não bancárias, não financeiras – que está desempregado há um ano e resolveu que, para criar as três filhas, ele vai imigrar para os Estados Unidos. Entrando um pouco no nosso tema de imigração, ele – sem ter nenhum visto de trabalho, nem mesmo de poder ficar no país legalmente – conseguiu abrir uma conta em banco, alugar uma casa, além de escolas para os três filhos de graça na Flórida. Ele vai chegar e vai empreender lá. E ele me disse que, para abrir uma empresa na Flórida, vai demorar cerca de oito dias.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO MATSUSHITA – Então, essa fuga... Isso é só para ilustrar o contexto que vivemos e, em alguns outros países, a facilidade que eles dão para atrair pessoas que queiram lá investir e criar seus filhos.

Hoje, cerca de seis em dez executivos brasileiros de topo, com quem converso todos os dias, sairiam do Brasil, se tivessem uma oportunidade. Não estou dizendo que eles vão sair, mas sairiam. Entre os desempregados, nove em cada dez sairiam. Por quê? Porque alguns deles pensam que, talvez, eles nunca mais consigam – não é uma verdade absoluta – uma posição semelhante no Brasil. Então, se está demorando cerca de um a dois anos para um executivo de alto nível se recolocar, ele pensa: "Esses dois anos podem se transformar em cinco anos. Eu vou ficar aqui?" Ele é altamente qualificado.

Quanto a executivos até que não são brasileiros, são estrangeiros expatriados que estão trabalhando no Brasil, duas coisas: ou estão voltando espontaneamente para os seus países de origem, porque aqui estão basicamente reestruturando as empresas, reduzindo custos, mandando gente embora, que não é uma coisa agradável de fazer; ou esses expatriados estão sendo repatriados por suas empresas multinacionais, porque custam um pouco mais caro, porque têm outros custos, de educação de filhos, de moradia no País.

Então, isso é o que está acontecendo na economia real. Mas por que esses executivos estão querendo sair do Brasil, sejam eles brasileiros ou estrangeiros? Devido à instabilidade econômica e política, à percepção da falta de um plano estratégico de um longo prazo de país, à escassez de empregos de alto nível – e isso não tem como não falar: se eu disse para vocês que as empresas tinham sete diretores e, hoje, têm três, reduziu-se o mercado executivo no Brasil de maneira muito grande –, à violência nos principais centros urbanos, à infraestrutura deficiente desses centros, ao altíssimo custo para se viver, em termos de moradia, saúde, transporte e segurança. Não há um executivo de alto nível que venha para o Brasil para que a empresa não precise comprar um carro blindado para andar nas ruas. É quase item obrigatório; a empresa não deixa vir se não tiver carro blindado. Ainda: à burocracia dos serviços públicos e o *doing* doping *business* no Brasil; e, para os executivos e empresários que queiram trazer um negócio para o Brasil, um relativo baixo incentivo ao empreendedorismo, à inovação de alto impacto ou à pesquisa científica aplicada.

Queria contar agora um pouquinho o outro lado da moeda. O que um executivo de altíssimo nível, o que um profissional da ciência de altíssimo nível procura, em qualquer país em que ele queira trabalhar? E pode ser saindo do Brasil para a Austrália, vindo da Austrália para o Brasil, tanto faz. Desafios profissionais complexos, que agreguem valor à sua carreira e que lhe tragam grandes aprendizados. Ele quer aprender. Aprendizados desproporcionais.

O que ele busca? Ele busca apoio e suporte na continuidade da sua empresa, para que ele possa realizar os seus planos pessoais, para que ele possa atingir as suas ambições e a sua satisfação pessoal. Ele busca grandes desafios intelectuais, desafios de liderança, desafios de mercado, lugares onde ele possa exercer a sua criatividade, a sua autonomia e a sua capacidade de inovar. Ele busca trabalhar em empresas vencedoras, empresas ágeis, que crescem de maneira contínua, que sejam competitivas, onde ele possa exercer as suas competências. Ele busca um ambiente de trabalho desafiante, mas, ao mesmo tempo, acolhedor. Ele busca um país desafiante e também um país acolhedor, que todos nós sabemos que o Brasil é.

É altamente desafiador trabalhar aqui. É por isso que executivos brasileiros são muito bem-sucedidos no exterior. Temos inúmeros exemplos de executivos brasileiros que se destacam lá fora porque a nossa economia e o nosso mercado são altamente complexos e altamente voláteis, e eles sabem reagir a essa volatilidade. Então, isso é o que eles buscam, independentemente do país.

Dado esse cenário todo que eu disse para vocês, do nosso contexto econômico, do contexto dos executivos, do contexto da atratividade de um país, eu tenho algumas propostas um pouco genéricas, mas algu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mas propostas sobre as quais eu ouço, todos os dias, que, se tivéssemos um pouco mais disso estruturado, "eu consideraria muito construir a minha vida aqui", e isso independentemente da nacionalidade do executivo.

O que é isso? Nós precisamos, num primeiro momento, entender nossas competências-chave como país. O que é isto, a competência-chave? O que nós sabemos fazer de bom? Em que nós já somos bons? Há algumas coisas que são um pouco óbvias, por exemplo, o agronegócio. Nós somos o país celeiro do mundo. Então, neste País, nós podemos enfatizar este nosso conhecimento e aprofundá-lo em tecnologias para o agronegócio, por exemplo. Esta é uma das coisas. Então, além de entender em que somos bons... Nós temos aqui uma indústria de aviação; fabricamos aviões altamente tecnológicos. Mas não temos, por exemplo, uma indústria automobilística brasileira, de fato, são todas empresas multinacionais. Às vezes, é engraçado: sabemos construir aviões; "não sabemos", entre aspas, fabricar carros.

Então, só resumindo, temos que entender em que somos bons e temos que entender em que queremos ser bons. Se formos exemplificar, na Coreia do Sul, nos últimos 30 anos, eles resolveram ser boa em três ou quatro temas: eletroeletrônicos, indústria automobilística e construção naval. As empresas coreanas, nesses três segmentos, são empresas líderes mundiais.

O que o Brasil vai escolher? Isso é importante, é um planejamento de longo prazo, tanto fazendo um esforço em reconhecer no que já somos bons e melhorar naquilo em que já somos bons e reconhecermos, eventualmente, no que não somos bons e escolhermos os caminhos para chegar a ser bons no que escolhemos. Por exemplo, vamos dizer, indústria farmacêutica; por exemplo, em biotecnologia; por exemplo, em algo que eu gostaria muito, que seria no ramo da tecnologia da informação, que hoje se chama transformação digital. Portanto, esse é um plano de país.

Outra proposta: construir esse plano com metas e com gestão de longo prazo, sendo esse um planejamento de Estado e não somente um planejamento de governo. Obviamente, redução de burocracias e do custo de fazer negócios no Brasil; e ter políticas públicas e privadas voltadas ao empreendedorismo.

Acredito muito que a mola mestra de um país está baseada em três grandes pilares: no talento humano – isso nós temos e podemos desenvolver ainda mais –, no empreendedorismo e na inovação.

Empreendedorismo. Eu acredito muito em três grandes setores em que o Brasil pode ser muito forte: empreendedorismo de alto impacto social e ambiental. Temos grandes problemáticas sociais e ambientais no nosso País. Por que não desenvolver empreendedores sociais e ambientais em nosso País?

Outro ponto é tecnologia da informação. Por que o Brasil ainda não criou o próximo Google ou o próximo Facebook aqui? Existem centros de inovação em tecnologia em várias capitais do nosso País. Precisamos investir muito em inovação para deixarmos de ser um País que chamo de *copy and paste*, em que só copiamos e colamos o que vem do exterior. Precisamos criar coisas genuinamente brasileiras e temos capital humano, capital intelectual e vontade de fazer isso em diversos lugares do Brasil.

E, obviamente, o empreendedorismo de base tecnológica, tanto para a indústria metalmecânica, automobilística, aviação, eletrônica, farmacêutica, biotecnologia e assim vai e, como havia falado antes, em relação ao agronegócio.

Dessa forma, um apoio à educação empreendedora seria fenomenal. No Brasil, temos que ensinar as pessoas a empreender, a criar, crescer e sustentar negócios inovadores. Mas acho que temos que colocar mais intensidade do que temos. Temos várias políticas tanto públicas quanto privadas – temos o Sebrae, temos a Fapesp, a Embrapa; temos várias outras questões, e assim vai.

Mas eu acho que temos que criar, se possível – é o meu sonho –, um, dois ou três vales do silício aqui no Brasil, onde os investidores vão olhar todos os dias para aquela moçada que está empreendendo, que está criando coisas novas, mesmo que isso pareça, em um primeiro momento, um grande absurdo.

Falando um pouco dos estrangeiros vindo para o Brasil, da mesma forma que é muito relativamente fácil alguém empreender nos Estados Unidos ou na Austrália, ou no Canadá, ou em outros países, seria muito interessante se tivéssemos menos burocracia para a atração de executivos estrangeiros para o Brasil, porque o executivo estrangeiro traz experiências muito diferentes das que executivos brasileiros já viveram, os que só trabalharam no Brasil. Essa diversidade traz criatividade, traz inovação e traz uma nova forma de olhar o mundo para o brasileiro que só morou no Brasil.

Eu tive dificuldade agora de contratar um diretor executivo de origem mexicana, e por quê? Porque eu teria que provar que a empresa que o estaria contratando tinha um determinado nível de investimento estrangeiro no Brasil para que ele pudesse ser contratado. Então, existem certas dificuldades. Eu não vou saber exatamente os termos técnicos, mas existem, sim, essas dificuldades de contratar pessoas, principalmente para empresas brasileiras, porque temos que provar investimentos que vieram de fora para se poder ter o direito de contratar executivos de alto nível que não sejam brasileiros.

Enfim, eu sou uma pessoa empreendedora e que tem muita fé no País. Eu não tenho vontade nenhuma sair daqui, porque eu já saí, fazendo vários projetos lá fora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO MATSUSHITA – ... mas, a partir de agora, eu quero criar um País empreendedor, um país, uma nação para a qual eu consiga atrair executivos brasileiros e estrangeiros.

Então, a última mensagem que eu gostaria de deixar aqui é que nós deveríamos também dar um apoio ao desenvolvimento de empresas multinacionais brasileiras, baseados no que sabemos fazer bem e no que queremos fazer bem. Hoje temos pouquíssimas empresas brasileiras globais. Globais, de fato, eu acho que não temos nenhuma. Temos empresas que têm operações em 10, 15, até 20 países, mas não temos uma empresa brasileira que esteja, por exemplo, em mais de 90 países. Os embaixadores aqui, do Canadá... Há várias empresas canadenses, que é um país bem menor que o nosso – não em extensão, mas em população –, várias empresas multinacionais de fato globais. Enfim, a Austrália também.

Então, temos que fazer esse planejamento de longuíssimo prazo, escolher em que somos bons e reforçar nossos investimentos, nosso treinamento e a nossa fé para que essas empresas consigam ter sucesso no exterior, e, consequentemente, consigamos atrair brasileiros e estrangeiros para trabalhar nelas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado ao senhor, Dr. Eduardo Matsushita.

Concedemos, agora, a palavra aos Senadores inscritos. O primeiro inscrito é o Senador Cristovam Buarque para fazer alguns questionamentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu vou começar pela última palestra, pois me impressionou muito a maneira como o assunto foi trazido, pelo conhecimento na prática que possui.

Você perguntou por que nós não temos ainda o nosso Google, o nosso Facebook. Eu tenho a impressão de que, para se ter um Steve Jobs, para se ter um Bill Gates, a gente precisa ter milhares de jovens empreendedores, capazes, competentes para se conseguir um desse nível. Da mesma maneira, para termos um Pelé, foi preciso termos cem milhões de brasileiros jogando bola. Além disso, é preciso ter um ambiente favorável ao desenvolvimento do produto deles. O Brasil tem campos de pelada por todos os lugares, ou seja, todos jogam futebol e temos o ambiente para isso. Mas nós não temos nem o ambiente, nem um número grande de pessoas que possam virar um Bill Gates. Pode até surgir um, existe a chance, mas é rara, até porque, para se consolidar, a pessoa vai ter que procurar o ambiente e terminará indo embora.

Aliás, um dos sócios do Facebook é um brasileiro...

O SR. EDUARDO MATSUSHITA (*Fora do microfone*.) – Que estava morando lá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... que estava morando lá. Ele teve de ir para lá.

Então, falta a massa crítica e o ambiente. E a massa crítica vem da escola de educação de base. Tanto Bill Gates quanto Steve Jobs – eu creio que ambos – deixaram a universidade no meio, mas chegaram lá, com uma boa educação, com um bom ensino médio. Estiveram no ambiente de Harvard, pelo menos o Bill Gates, mas saíram para poder voar mais rapidamente.

Pois bem. É aí, a meu ver, que está o impedimento de tudo para o Brasil se transformar no retrato que você trouxe, inclusive de haver muitas multinacionais etc. É a educação de base; é a massa crítica de pessoas preparadas.

Gostei quando você falou do talento brasileiro, mas ainda é um talento individualizado e não massificado ainda do ponto de vista de muita gente. Ou seja, nós jogamos fora talentos ao negar a educação de base de qualidade a todos. Mas não negamos acesso à bola de futebol a ninguém neste País praticamente. Então, o futebol se desenvolve. Mas nós negamos a escola de qualidade. É aí que está a chave.

Obviamente, além disso, eu achei muito interessante quando você colocou o que é que pode levar um executivo a ir para o exterior, ou seja, é a falta de um plano estratégico para o País. É trágico isso, pois não temos esse plano. A China trabalha com 40 anos. Nós trabalhamos hoje com quatro meses, no máximo. Nós não temos uma visão estratégica.

Você colocou a questão da violência – um País desestruturado, desorganizado –, e não só a violência relativa a assaltos, mas a violência, por exemplo, de se ficar em uma fila para ser atendido. Isso é uma violência! Não é tanta violência quanto levar um tiro, mas é uma violência.

Há também a questão do custo de vida, que é alto por falta de serviços de qualidade que não sejam pagos. Desculpe-me tratá-lo por você, mas fica mais fácil.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Você mesmo lembrou que esses que vão para o exterior conseguem imediatamente, na Flórida, escola para os filhos rapidamente, escola gratuita e de qualidade.

Outro ponto: o baixo empreendedorismo também. E, aí, vem a burocracia: sete dias para abrir uma empresa. Na Nova Zelândia – não sei na Austrália, mas em um país vizinho –, se não me engano, medem em horas a abertura de uma empresa. Aqui temos burocracia para abrir, burocracia durante o seu funcionamento e burocracia para fechar, o que é uma coisa inacreditável.

Então, falta o ambiente e falta a nossa crítica, para que nós tenhamos o prêmio Nobel, por exemplo. Todo mundo diz: "Não temos um prêmio Nobel". O prêmio Nobel exige nossa crítica – salvo as exceções de um gênio. Eu estou falando na área das *hard sciences* ou na de ciências em geral, não só das *hard*. Na área de Literatura é mais fácil surgir um gênio, mesmo sem nossa crítica. Mas mesmo assim, em geral, em língua inglesa, porque há a massa crítica dos leitores do mundo inteiro lendo. Há um Vargas Llosa, um Gabriel García Márquez, pois há mais leitores em espanhol do que em português, mas, mesmo assim, não é tão simples. É mais fácil para um nigeriano, porque ele escreve na Nigéria, com a sua genialidade, mas também escreve para o mundo inteiro, em inglês.

Pois bem; eu creio que nós precisamos desenvolver essa ideia de massa crítica e de ambiente. Mas, aí, ao mesmo tempo, como você disse, é preciso ter propósitos. Eu gostei de ver que você teve a ousadia de citar três: biotecnologia, farmácia e tecnologia da informação – que eu não conhecia como "transformação digital". É a primeira vez que eu ouço essa expressão.

Agora, eu quero colocar os outros dois anteriores que nós já temos: agronegócio e aviões. Trata-se de uma condição crítica. Veja bem, quanto ao agronegócio, nós inovamos na maneira de fazer, mas o produto é velho: soja, trigo, cana. As *commodities* agrícolas são produtos velhos, cuja demanda tem um limite, que é o do estômago cheio. Enquanto houver gente precisando comer na China, nós vamos vender mais. Depois que estabilizar a situação, vai ficar ali. Além disso...

Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim; minério também.

É diferente disso aqui, em que, a cada seis meses, você lança um novo e há mais um comprador, mesmo que ele já tivesse tido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E cada vez mais caro.

E nós não estamos tendo a capacidade de criar. Somos um Brasil do fazer, não do criar. Nós perdemos a primeira Revolução Industrial, porque ficamos escravocratas agrícolas, e eles já estavam no mercado livre, já estavam com o trabalho livre e a da tecnologia. E, quando começamos a tentar ganhar a segunda Revolução, a da Indústria do Consumo – os automóveis que você citou, que não são brasileiros –, nós ficamos para trás, porque já se estava começando a industrialização a sair do fazer para o criar. E nós não temos "*created in Brazil*"; nós temos "*made in Brazil*". "*Created*" é raro. Então, o agronegócio vai ter um limite.

Eu tenho conversado muito com o pessoal de Mato Grosso, sobretudo com um nosso colega, o atual Governador Pedro Taques, e eu lhe digo sempre: "Olhe, prepare-se, porque vai acontecer com o Mato Grosso o que aconteceu com o Pará, com o Amazonas, que eram riquíssimos, até que levaram a borracha para a Malásia". Pronto. Caiu! Como aconteceu com o açúcar do meu Nordeste, quando o levaram para o Caribe. Vão levar a soja para a África – é questão de tempo – e para o sul da Sibéria também. E são os chineses que vão levar.

Você precisar ir lá falar com o Pedro Taques.

Qual é a saída? A saída é virar um Silicon Valley, ao redor de Cuiabá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... do agronegócio, da biotecnologia, da farmácia, da tecnologia da informação, da área médica...

É isso que eles têm que fazer, aproveitando o dinheiro do agronegócio e, claro, atraindo empresários do agronegócio que queiram fazer isso. Foi na crise de vender café que surgiram empresários, em São Paulo, colocando indústrias.

Eu gostaria de fazer um encontro seu com Pedro Taques, lá do Mato Grosso, para ver se ele usa os recur-
. É um local onde pode surgir um Silicon Valley Vale no Brasil. A gente precisa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas quero dar um salto... Sim, e aviões? Em aviões nós temos que pensar um pouco. De fato, foi algo genial, graças a quando, há 50 anos, Montenegro inventou de fazer o ITA. Começou com uma escola.

Avião não se fabrica em indústrias; se fabrica em escola de engenharia aeronáutica. Depois é que se vai para a fábrica. Mas, mesmo assim, com a globalização, hoje, a nossa indústria faz, sobretudo, a parte da arquitetura. A parte de *avionics*, por exemplo, é de fora; os motores vêm de fora. Agora, para os outros, também. Mesmo o Canadá compra muitas peças para os seus aviões, que concorrem com os nossos – é o caso da Bombardier.

Então, mesmo nessas duas, por falta da tecnologia da informação no Brasil, a gente terminará perdendo e ficando naquilo que precisa de mais mão de obra e não de mais cérebro.

Mas quero sair disso, para fazer umas perguntas e dizer uma coisa aqui, de que senti falta. Nós pensamos muito o problema, meu caro Raupp, da imigração, mas venho trabalhando muito em como impedir a necessidade de emigração.

Toda a crise da Síria, Embaixador, hoje, vem – e o senhor tocou até nisso, quando falou... Engraçado que eu o chamei de "você", e ele, que é meu velho amigo, chamo de "senhor". Deve ser a careca, o bigode branco, e você com cara de menino japonês.

Você falou mesmo no fato de que, na Síria, é a guerra civil que está expulsando as pessoas. E a Europa vai ter que parar, não tem como receber todos. O Canadá talvez consiga, a Austrália até que pode, mas a Europa não tem como receber todos os emigrantes do mundo.

A grande saída seria não precisarem emigrar por causa da pobreza da África ou por causa da guerra civil na Síria. Na guerra civil da Síria, é a paz: tem que se chegar à paz. A Europa não sei como ainda não assumiu o erro de ter sido um dos indutores da guerra civil, porque foi. Veio dos Estados Unidos, veio da Síria, mas veio de erros de política externa do Ocidente. Até se pode dizer: "Mas havia um ditador lá". Muito bem, essa é outra discussão; mas a guerra civil não teria acontecido se não fossem as intervenções de fora.

Como barrar a emigração? E aí você falou em engenharia social... Não, em tecnologias sociais, se não me engano. O Brasil tem uma...

O SR. EDUARDO MATSUSHITA – Empreendedorismo social.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Empreendedorismo social.

O Brasil tem uma prática que poderia ajudar lá fora. Um programa europeu de bolsa-família para a África poderia barrar a emigração africana. E deve ficar mais barato do que manter aqueles soldadinhos na fronteira, tentando capturar emigrantes. É uma experiência que pode ser levada para outros lugares.

Eu trago agora para o Brasil: o nosso problema são os imigrantes? Mas isso é pequeno. Depois de assistir à sua fala, acho que o nosso problema é a emigração de cérebros, de talentos, até porque não são só empresários, não. Sabe quem está indo embora? E eu queria sugerir ao meu caro Lasier para fazermos uma audiência sobre isso aqui. São os cientistas que estão indo embora. Há uma entrevista recente de uma professora da USP, explicando por que foi embora para os Estados Unidos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É a Suzana Herculano-Houzel, que foi para o Tennessee.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós precisamos trazer essa moça aqui. Ela é uma jovem cientista com um futuro imenso. Nós temos de descobrir como barrar a necessidade de emigrar. E aí você nos deu algumas dicas, que eu acho que valem a pena. Eu vou recolher a sua fala transcrita depois, vou trabalhar em cima, e vou entrar em contato, sobretudo para uma coisa, que eu já deixo aqui o pedido bem pragmático: você sabe como a gente escolheria um *headhunter* de reitor de universidade? É só uma pergunta. Não precisa nem responder aqui. Eu queria saber qual é o critério que a gente poderia usar, como as universidades americanas já usam, para escolher um reitor, e que não seja pela pura e simples eleição, que termina tendo um papel democrático, mas desvios muito grandes. E aqui fala um que foi eleito reitor pelo voto direto. Mas acho que está na hora de a gente encontrar uma maneira melhor. Eu queria, um dia, explorar isso.

Mas aqui faço algumas perguntas, que não sei a quem. Mas eu acho que, aqui, é ao meu caro Simas Magalhães.

Nós estamos hoje enfrentando uma mudança de governo, e está se falando muito da ideologização da política externa do Governo anterior, que houve mesmo. Mas eu temo que, agora, a gente faça outra ideologização e não uma política de Estado, conforme o interesse de longo prazo. Aí há uma pergunta: a gente não precisa ter um conselho de política externa acima do governo, pelo menos como ente consultivo, para que instâncias que não sejam aquelas governamentais dentro do Itamaraty possam formular para onde o Brasil quer ir? Nem sei se outros países possuem. Aqui é uma boa pergunta à Austrália e ao Canadá.

Para completar isso, eu digo: será que esta nossa Comissão não poderia ser este conselho? Por que a Comissão de Relações Exteriores do Senado não é este conselho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E, aí, uma pergunta aos Embaixadores estrangeiros, que devem conhecer mais: a Comissão de Relações Exteriores do Senado americano não funciona como uma espécie de conselho de política externa para dar linhas ao governo?

Outra pergunta para a qual eu já vinha preparado, junto com o meu pessoal – e tem a ver também com o quê o Embaixador falou –, é sobre educação no exterior. Nós precisamos investir na educação dos brasileiros lá fora. Chegamos a três milhões. Agora, deve ter diminuído um pouco.

Não? Continua por aí? (*Pausa.*)

Não sei. Eu visitei escolas, Raupp, de crianças brasileiras no Japão. Eu fui visitar. Dá vontade de chorar. É sério! Primeiro pelo desenraizamento desses meninos. Eles não são japoneses nem são brasileiros mais. Eles não falam japonês, porque é muito difícil, mas o português já não está tão claro. A cabeça deles não é mais brasileira. Estou falando de crianças com menos de 14 anos. Mas eles não conseguem se integrar à escola japonesa. O que acontece? Um empresário que eu conheci, um empreendedor que, hoje, é um dos maiores produtores, no Japão, de cebolinha – não é? – e de pão de queijo, dono também de restaurantes japoneses de alta qualidade, montou uma escola para essas crianças.

O Farani me levou lá, o nosso Cônsul. Fica a umas duas horas de Tóquio.

Esses meninos estão sendo formados por pessoas que não são professores. Esse empresário colocou, por uma questão de generosidade, mas tem que cobrar um pouco. Então, ele cobra, se não me engano, US$300,00 por mês, por aluno, o que é pouquíssimo para manter uma escola de qualidade no Japão.

São três ou quatro séries diferentes juntas. Como eles vão aprender alguma coisa? E lá não ficam e para cá, quando vierem, estão perdidos.

E há também outra pergunta que eu queria fazer que é sobre o Enem ser aplicado lá fora. Mas aí que acho que deveria ser com o Ministério da Educação.

O Brasil precisa apoiar essas escolas no exterior, não nos Estados Unidos, em que qualquer imigrante coloca seu filho numa escola pública de qualidade, e o menino fala Inglês na outra semana. No Japão, não. Você fala Japonês?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tá vendo? Não fala.

Esse empresário japonês, que esteve comigo há pouco tempo aqui, montou essa escola, mas não tem futuro para esses meninos.

Aí, sabe o que está acontecendo? E ontem nós falamos no almoço sobre isso. No Japão, um dos maiores grupos de delinquentes juvenis é de brasileiros, que se perdem, se desagregam, não têm uma formação.

Outra pergunta que eu queria fazer é sobre a China e nós.

A China está ocupando a África. E nós, que tivemos uma boa política de Estado para a África, desde o regime militar – e você acompanhou, ainda muito jovem, com o Guerreiro, não é isso? –, hoje nós estamos perdendo esse espaço totalmente. E temo que o novo governo queira reduzir a presença brasileira na África. Diga-se o que disser, mas a política externa do Celso Amorim e do Lula trouxe uma qualidade. Tem bandeira do Brasil em cada paisinho do mundo, e por US$200 mil por mês, que não é nada para este País, mas está lá a presença.

Como é que a gente vai enfrentar a China, no bom sentido? Associar-se, ignorar, recolher o Brasil a sua dimensão de apenas 200 milhões de habitantes, comparado com o 1,2 bilhão da China, mas não só isso, com a tecnologia chinesa, com a capacidade de investimento? E, ao mesmo tempo, como é, Embaixador, que complicaria ou não para o Brasil se relacionar demais com a China em relação aos Estados Unidos, com quem a gente quer voltar a ter uma boa relação?

Para onde apontar a agenda internacional do Brasil? Mais para o Mercosul, mais para os outros grupos que estão surgindo, como no Pacífico e no Atlântico?

Eu vou terminar, porque sei que estou falando muito.

E o BRICS? Qual é a perspectiva? Isso é uma verdade ou é mais uma dessas narrativas criadas nos últimos anos de política?

É basicamente isso que eu queria deixar aqui como preocupações que eu tenho.

Eu teria também sobre a nossa posição no Oriente Médio, mas esse é outro lugar em que estamos muito presentes, mas, a meu ver, estamos nos afastando rapidamente. Aí não é nem por conta da China, mas por conta de outros fatores.

Quero parabenizar, Senador Raupp, por esta audiência extremamente criativa, positiva. Não pude ficar todo o tempo, pois estamos agora aqui com a Comissão do *Impeachment*, que, inclusive para qualquer Senador, que atrai, porque é a que é transmitida pela televisão ao vivo... Esta aqui vai passar depois, de madrugada. ão lá os nossos colegas brigando de uma maneira que eu fui lá e nem quis ficar, devo dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas esta audiência é extremamente positiva. Embora eu não tenha podido ficar muito tempo, perdi duas das falas, mas me beneficiei de ter participado totalmente do Embaixador, do Eduardo, e do Embaixador da Austrália, uma parte.

Eu quero agradecer muito. Foi muito positiva, e eu espero que muita gente veja essas preocupações de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Cristovam.

Vou passar a palavra ao Senador Lasier Martins, e, depois, ouviremos os nossos convidados numa última rodada.

Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Valdir Raupp, foi muito feliz o nosso colega Jorge Viana ao convidar os ilustres personagens que nos visitam para esta audiência pública extremamente produtiva, mas que a nós que acompanhamos aqui o tempo todo, exacerba a nossa inquietude com relação ao momento que nós estamos vivendo. E os nossos convidados se completam, todos eles com contribuições muito preciosas, embora não auspiciosas.

Mas por exemplo, o Embaixador Carlos Simas Magalhães nos trouxe aqui muitas informações do que o Itamaraty vem fazendo, novidades que nós desconhecíamos, e eu fiz algumas anotações, mas para aproveitamento quando conveniente. Os nossos dois embaixadores nos deixaram aqui cheios de inveja sobre o modo como vivem e como atraem talentos, cérebros, enquanto que nós aqui só temos perdido talentos. E o Dr. Eduardo Matsushita pintou o quadro da realidade que nós estamos vivendo, foi bastante conclusivo, porque nos mostrou aqui os números de retrocessos que nós estamos vivendo, a falta de executivos de alto nível, ou então não falta, mas a falta de emprego, o desemprego e a terrível ameaça de que sigam para o exterior, agravando essa grande carência que nós estamos tendo, e que acontece o contrário no Canadá e na Austrália.

Eu fiz algumas anotações do que disse aqui o Embaixador Riccardo Savone, do Canadá, que é um país admirável. Eu tive a oportunidade de visitar o Canadá três anos atrás, mas pena que foi só o Canadá francês, Trois-Rivières, Quebec e Sherbrooke, numa missão de reitores que foram lá ver como funcionavam os parques tecnológicos.

E ouvi aqui o Embaixador Riccardo dizer aquilo que a gente já sabe: os imigrantes impulsionam o crescimento do país. Alguns números me impressionaram, não sabia: 21% dos canadenses nasceram em outros países; metade dos residentes de Toronto – metade, será que eu ouvi bem? – nasceram no exterior. Então o que é que faz o Canadá? E é uma situação parecida o que faz a Austrália.

Nós temos, disse aqui o Embaixador Richardson, que o Brasil tem a quarta população de estudantes e de imigrantes que lá estão. Mas, no Canadá, acontece o contrário do que nós vivemos no Brasil. O senhor disse aqui, Embaixador Riccardo, que a história da imigração mostra o quanto é essencial esse recebimento, essa recepção de estrangeiros e que a prioridade lá é estimular a vinda de talentos para inovações, sem qualquer discriminação de raça, cor, nacionalidade, gênero, etc. Os senhores selecionam integrantes para um Canadá mais próspero, avaliam bem o capital humano pelo conhecimento e potencial econômico e fazem uma alocação de inteligências. Por isso, o Canadá é tão avançado. O Canadá faz uma espécie de nova versão, cinco séculos depois, do que foi o Renascimento, em Florença. Os senhores atraem talentos do mundo inteiro para o desenvolvimento, para um renascer de prosperidade extraordinário. Aliás, o Canadá nunca foi atrasado, mas vive, permanentemente, uma época de ouro.

Então, vou-lhe deixar uma perguntinha: se isso é uma política pública, se isso está na legislação canadense, porque aqui nós estamos vivendo o contrário, como disse muito bem aqui o nosso competente, culto, ex-Reitor da Universidade de Brasília, ex- Governador, o Senador Cristovam, nós estamos vendo aqui o inverso... Pelo que foi pintado aqui, principalmente pelo que disse o Dr. Eduardo Matsushita, pelo cenário econômico que descreveu, estamos vivendo uma época em que se recomenda um recomeço. Eu acho que temos que começar tudo de novo, porque estamos muito atrasados economicamente, estamos com déficit, com PIB de 3,8 abaixo de zero. Quer dizer, o Brasil cresce para baixo há anos, há três anos e vai continuar este ano. Os nossos estudantes estão indo para o exterior. E muitos deles estão ficando no Canadá, porque os senhores sabem retê-los, pessoas que precisávamos aqui. Então, é muito bom ouvir do Dr. Eduardo Matsushita que temos soluções. Ele dizia: "Em que o Brasil é bom?" O Brasil é bom no agronegócio. Somos o celeiro do mundo – de fato, somos –, mas isso tem pouca rentabilidade. Esta sociedade agrária que vivemos, exportando soja, exportando carne – exportamos toneladas e toneladas –, isso traz poucas divisas para o País, porque não temos o desenvolvimento das altas tecnologias. Mas o Dr. Matsushita diz: "Não, mas nós podemos desenvolver TIs e a [illegible]ústria farmacêutica." E até quero deixar uma pergunta: por que a indústria farmacêutica? Seria pela biodisidade que temos? Pelos recursos que temos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E lhe digo isso porque estou acompanhando uma cidade do Rio Grande do Sul. Sou Senador gaúcho. A cidade de Pelotas está na avançada construção de um parque tecnológico para se dedicar à pesquisa farmacêutica.

E eu gostaria de ouvir nem que fosse reservadamente ou através de algo escrito o que nós podemos levar para estimular ainda mais esse parque, esse centro tecnológico que está em construção lá em Pelotas.

Então, nós estamos perdendo muita gente, muita gente talentosa, entre outras razões porque um meio que nós teríamos aqui, Embaixador Eduardo, seria através da Ciência e Tecnologia, que é um setor recomendado pelo Dr, Eduardo Matsushita. Nós não recebemos os recursos que são recolhidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi provado aqui em reuniões recentes da Comissão de Ciência e Tecnologia que, nos últimos cinco anos, o Ministério recolheu R$21 bilhões dessas várias empresas que descontam a 0,5% ou 1% para incentivar a pesquisa tecnológica. Mas desses R$5 bilhões só ficaram 13% para esse incentivo à pesquisa, para inovações etc. Os outros 87% são carreados para o superávit primário, para pagar as contas do Governo *etc*.

Então, se nós não podemos aproveitar, reter esses valores, como é que nós vamos deixar de ser apenas uma sociedade agrária e ser uma sociedade desenvolvida nas altas tecnologias, que é o que realmente enriquece? E a nossa educação é deficiente, sabidamente deficiente.

Lá no meu Estado, há três dias, todas as escolas públicas estão em greve por tempo indeterminado, o que significa 1,4 milhão de alunos parados, porque o ensino é desprestigiado, o salário é pago parceladamente, essas coisas que os noticiários têm dito aí.

Então, como única pergunta a V. Exª, Embaixador Riccardo, gostaria de saber um pouquinho mais sobre como é que o Canadá e, pelo que eu entendi, a Austrália procedem com relação à retenção dos talentos, porque nós precisamos fazer isso, Senador Cristovam. Mas só vamos fazer isso tendo atrativos, que é o que atualmente nós não temos; atrativos.

E uma pergunta ao Embaixador Richardson sobre essa parceria do transpacífico, que vai dominar 40% dos negócios, das exportações e importações, enfim, da área comercial em que o Brasil está fora. Se V. Exª tem alguma sugestão de como fazer para o Brasil entrar nessa parceria, que passa a ser, a partir de agora e muito brevemente, a mais interessante sob o ponto de vista comercial.

Eram essas as minhas perguntas, Senador Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Lasier.

O Embaixador Richardson me informa que tem um compromisso logo de imediato. Então, eu pediria permissão aos demais convidados para passar de imediato a palavra e já liberá-lo da Mesa.

Com a palavra o Embaixador Richardson.

O SR. JOHN RICHARDSON (*Tradução simultânea*.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de comentar essas questões. E eu acho que um dos primeiros comentários foi sobre a importância do empreendedorismo e como fazemos para encorajar o empreendedorismo.

O Senador mencionou uma questão importância, eu não creio como um produto do tamanho do País, mas creio que muitos de vocês usam o Wi-Fi. O Wi-Fi é uma invenção australiana para aqueles que têm dificuldades em ouvir. A Austrália desenvolveu um *cochlear* eletrônico que fornece 70% do mercado nessa área. Só para pegar um exemplo na Austrália, as empresas de pesquisa estão a desenvolver um tratamento para a febre da dengue. Eles estão olhando para uma parceria com o Brasil para produzir esse tratamento da dengue aqui no Brasil.

O meu ponto é que não acho que seria o tamanho da economia ou do país, seria o problema da pesquisa ou também da educação e oportunidades para comercializar essa pesquisa. Uma das coisas que tentamos fazer na Austrália foi facilitar para as startups, para as empresas de início, e isso não é muito fácil, mas nós temos que olhar quais seriam os obstáculos para que essas empresas se estabeleçam e também a disponibilidade dos capitais. Todos esses fatores vão para criar uma mistura, fazer parte de uma mistura para ter esse produto da pesquisa e da tecnologia, em que o Brasil também tem uma tradição muito importante no desenvolvimento em pesquisa. Diria que 50% de todos os documentos de ciência produzidos aqui na América Latina, aqui no Brasil, têm um talento enorme.

Então, é uma questão de encontrar as oportunidades, comercializar e também remover os obstáculos para alcançarmos.

Temos uma fórmula que queremos trabalhar com os senhores em termos de criar oportunidades para esses negócios.

Então, eu concordo absolutamente com a importância da educação e também de criar um ambiente favorável para o empreendedorismo. Isso também é relacionado a outro ponto em que as pessoas falaram sobre a retenção dos talentos. Novamente o nosso colega Eduardo Matsushita mencionou. Nós temos um ambiente de trabalho favorável que podemos tirar vantagem para o desenvolvimento intelectual, em que podemos ter talentos e também estabelecer empresas. Nessa parte do ambiente, para ter a qualidade e também criar oportu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nidades para a retenção desses talentos, mas é um problema que todos nós temos. Também na Austrália, nós sofremos, temos esse fluxo. É uma questão de também pensar nas condições atraentes para reter essas pessoas. E quanto mais você puder fazer isso, mais você poderá fornecer as oportunidades para o desenvolvimento profissional e pessoal para a retenção desses talentos.

Em relação à Parceria Transpacífico, com as 12 economias que fazem parte dela, é claramente um veículo importante – e tenho certeza de que meu colega canadense vai concordar com isso.

A nossa preferência seria ter uma participação multilateral, para ter uma organização comercial como uma melhor opção. Então nós valorizamos o trabalho com o Brasil e também um arranjo para alcançar essa liberalização multilateral. Nós valorizamos qualquer oportunidade para valorização e comercialização entre o Brasil e a Austrália, e nós gostaríamos muito de desenvolver isso, e eu pessoalmente gostaria de trabalhar em direção a isso.

Eu peço desculpas, porque eu tive a informação incorreta sobre esta reunião e eu tenho que infelizmente sair desta reunião, mas foi um grande prazer estar aqui. Espero que esse seja o começo de um diálogo de longo prazo. E eu gostaria de estar e participar em qualquer evento de uma maneira mais produtiva.

Muito obrigado por nos convidar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Passamos a palavra ao Embaixador Carlos Aberto Simas.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Obrigado, Presidente.

Senador Cristovam, muitas das perguntas que o senhor fez talvez fossem melhor colocadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do que a mim propriamente dito.

Eu só posso sugerir o seguinte: as poucas pistas que nós temos até o momento – o Governo está aí faz duas semanas – são um discurso de posse do Ministro de Estado e algumas orientações básicas que nós já recebemos. Eu não creio que nem o BRICS nem a política africana venham a sofrer grandes mudanças.

Pessoalmente, eu diria que eu concordo que eventualmente fechar uma pequena embaixada na África representa um elemento de economia pequeno em termos financeiros, mas inversamente também há um esforço de lotação, de presença.

Imagine o seu gabinete, Senador, com o senhor e mais um funcionário. O senhor acha que teria condições de cumprir plenamente o seu mandato, com suas funções, com seus interesses? Acho que não; nem eu, nas minhas funções, digamos, relativamente mais modestas. Isso acontece com frequência nas pequenas embaixadas africanas. Então é um problema de lógica no fundo. Quer dizer, devemos mantê-las nessas circunstâncias, debaixo dessas condições ou devemos fechá-las e procurar outro tipo de relacionamento? Isso não é necessariamente um retrocesso.

Acho que o Ministro Serra mencionou claramente que a expectativa e a leitura dele da África é de que a África não está esperando nenhuma benesse brasileira. A África quer negócios, quer investimentos, quer participação brasileira efetiva no comércio. E eu tendo a concordar, porque não só tenho parentes meus – minha filha mora na África inclusive –, mas, mais do que isso, diria eu – o senhor sabe isso melhor do que eu –, há uma enorme tendência de crescimento da África francamente favorável. É um continente que está despertando.

(*Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal.*) Concordo com o senhor que vai produzir muita soja, porque tenho inclusive provas materiais disso. O próprio Moçambique, por exemplo, vai produzir muita soja, tem terras muito propícias para isto.

BRICS é BRICS. É um elemento de conversa, de diálogos, de algumas ações conjuntas, sem dúvida nenhuma, entre grandes países continentais e com grandes populações, etc. Só pela participação em si já acho que é produtivo. Não vejo a nova "administração" mudando drasticamente a nossa política.

Quanto ao conselho, é uma boa ocasião para se colocar essa ideia ao Ministro José Serra. O Itamaraty nunca se furtou de ouvir quem quer que seja no processo negociador. O próprio Congresso teve um papel importante como, por exemplo, a conformação do Parlasul. Eu trabalhava de mãos dadas naquela época, enfim, eu estava lá quando foi criado, com a Comissão de Constituição e Justiça e outras comissões que participavam desse processo nas grandes negociações comerciais nossas. Tínhamos conselhos representativos da sociedade brasileira como um todo. Há também o Conselho de Estado que foi criado pelo Presidente Lula na sua primeira administração. Modestamente eu diria que isto constava dos papeis de transição do Itamaraty: a sugestão de criação desse conselho.

Portanto, é uma boa ideia, mas o senhor teria que conversar com o Ministro Serra certamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Embaixador Riccardo Savone para suas considerações finais.

O SR. RICCARDO SAVONE – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Queria agradecer o Senador Lasier Martins pela pergunta e também queria agradecer já ao Senador do Rio Grande do Sul, porque eu visitei seu Estado e foi onde eu bebi os melhores vinhos do Brasil e comi as melhores massas do Brasil. Então, como canadense de origem italiana, gostei da visita.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra o Dr. Eduardo Matsushita.

O SR. EDUARDO MATSUSHITA – Vou precisar ser breve.

Senador Cristovam, quando falei em agronegócio, eu concordo com você que são *commodities*, enfim, que podem ser substituídas em outras regiões do mundo e podemos perder essa grande quantidade de divisa que o agronegócio gera para gente.

O que quis dizer com agronegócio é que, já que temos uma das maiores, somos o celeiro do mundo, somos os principais produtores de alimentos do mundo, deveríamos focar também nas questões científicas em relação a, por exemplo, fazer a melhor soja do mundo, ou a soja mais produtiva do mundo ou a soja mais, nutricionalmente falando, efetiva do mundo. Quer dizer, trazermos uma carga, vamos dizer assim, de *software*, para dentro do agronegócio.

Temos, no rebanho brasileiro, a principal raça que produz a melhor carne do mundo. Enfim, sermos capazes de aproveitar toda a divisa que o agronegócio gera, mas para trazer ciência ao agronegócio para sermos líderes na ciência, porque a ciência podemos exportar. Podemos exportar nossa ciência do agronegócio para a África, por exemplo. Vamos desenvolver geneticamente uma soja que possa também plantada na África com uma produtividade fantástica e vamos ganhar *royalties* com isso.

O mercado de tecnologia da informação é muito interessante, porque você produz inteligência basicamente e vende inteligência. A inteligência pode ser vendida em qualquer lugar do mundo e não precisa ter logística para vender inteligência, vai tudo para o computador. Essa é uma das coisas: aproveitar as divisas que o nosso agronegócio traz para nós, para investirmos em inteligência. Só para complementar o ponto que o senhor me disse.

O segundo ponto da educação de base. Educação de base é tudo. Vou dar um exemplo aqui que todo mundo vai gostar, que vem do futebol. Por que a Alemanha ganhou de 7 a 1 do Brasil? Porque a Alemanha tem um campo de futebol profissionalizado em cada microcidade da Alemanha. E, lá, como o senhor falou, o volume de pessoas praticando futebol é altíssimo e em altíssimo nível. Obviamente que vão surgir dois ou três Pelés, talvez, num futuro muito próximo.

Para nascer um Mark Zuckerberg aqui no Brasil, temos que realmente incentivar o empreendedorismo de inovação dentro do nosso País. Fazer coisas novas, coisas que ninguém pensou, pensar absolutamente diferente, o que chamamos mundo corporativo fora da caixa, para que possam surgir inúmeras ideias, várias vão dar errado, mas alguma dará certo. E, essa que dá certo, nascerá o próximo Mark Zuckerberg, se Deus quiser, no Brasil, mas temos que investir muito.

E aí, tem um negócio lá do Vale do Sicílio que se chama ecossistema empreendedor. Não são só as cabeças que estão lá, os investidores anjo que se chamam estão lá, as empresas de *venture capital,* que investem em projetos inovadores, estão olhando todos os dias para o que está aparecendo lá. A academia, Universidade de Stanford, uma das principais universidades do mundo, está lá na Califórnia, perto de São Francisco.

Enfim, tanto do lado acadêmico quanto do lado da inovação empreendedora, quanto do lado do capital, está todo mundo pensando numa mesma coisa: quando vamos criar o próximo Google, quando vamos criar a próxima Apple, quando vamos criar o próximo Facebook. E as coisas nascem de lá, de fato, por ter, o que chamamos de *pipeline,* quer dizer, milhões de ideias vão gerar um Google, mas tem que ter esse enfoque.

Há outra coisa que sempre gostaria de dizer a respeito, vamos dizer assim, do brasileiro em geral: nós somos uma sociedade que não valoriza muito a derrota, o fracasso. O fracassado é, muitas vezes, crucificado. O cara que faliu é crucificado, é mal visto. "Não falei? Não era para você ter feito isso." Nos Estados Unidos, no Vale do Silício, eles dizem: "você tem que fracassar de três a cinco vezes para poder ser, de fato, um empreendedor de sucesso". Então, acho que temos de tentar introduzir na nossa cultura a cultura do fracasso em busca do sucesso. Não desistir, ter persistência, ir atrás, levantar, ter uma competência chamada resiliência. O que é resiliência? Toda vez que eu cair, eu poder levantar muito rápido e tentar de novo, e tentar de novo, e arriscar.

A última coisa, em relação ao seu Estado. Eu trabalho bastante com empresas, inclusive lá da região de Caxias, do polo metalmecânico, aquelas empresas maravilhosas que vocês têm lá. Randon, Marcopolo estão sofrendo bastante, devido à crise no Brasil, mas lá é um exemplo de que, se o investimento for bem feito, se os ursos humanos forem bem aplicados, se houver uma boa conexão entre a universidade, os empresários e estidores, sai coisa muito boa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Rio Grande do Sul é um celeiro de empresas brasileiras multinacionais: Marcopolo, Randon, Gerdau, Tramontina, e assim vai. Por quê? Porque lá houve uma colonização italiana e alemã, em que o desenvolvimento de empresas de cunho tecnológico está arraigado. Nós temos que levar isso a outras frentes, não só na frente metalmecânica, para todos os outros Estados do Brasil. Cada um com a sua competência. Porque, se olharmos o Brasil, cada Estado tem a sua competência, cada Estado sabe fazer alguma coisa muito bem. Então, temos que reforçar o ecossistema empreendedor em cada Estado, aproveitando o que cada Estado tem de muito bom para entregar para o Brasil e para o mundo.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado ao senhor.

Encerrada esta primeira parte da nossa reunião, os nossos convidados estão liberados.

Muito obrigado pela presença de todos. (*Pausa.*)

A seguir, deliberaremos sobre outras matérias na Comissão.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo Sr. Ministro de Estado da Defesa Raul Belens Jungmann Pinto, para apresentar as diretrizes e os programas da sua pasta, conforme expresso em reunião que mantive com S. Exª.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Estou subscrevendo o Requerimento de nº 25, de 2016, da Comissão de Relações Exteriores, não terminativo.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro ao Ministério da Justiça, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B, em face do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa nº 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016, o que se segue.

I. Base: Número de turistas que ingressaram no Brasil por país de 1995 a 2015. Dados em formato de painel.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: *A leitura do relatório, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório.

Tem V. Exª a palavra pelo tempo necessário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, somos chamados a nos manifestar sobre a indicação que o Presidente da República fez do Sr. Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Argentina.

Conforme o art. 52 da Constituição Federal...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Conforme o art. 52 da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata. O Sr. Sérgio França Danese, nascido em 22 de dezembro de 1954, na cidade de São Paulo, é filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese.

Bacharelou-se, em 1976, em Letras Modernas – Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, em 1979. Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em 1981. Também no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1985) e o Curso de Altos Estudos (1997), no qual defendeu a tese com o título de "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro Secretário em 1981 e Segundo Secretário em 1984. Por merecimento, chegou a Primeiro Secretário em 1989, a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Em sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro Secretário, nas Embaixadas em Washington (1987-1990) e México (1990-1992); Assessor da Secretaria-Geral de Política Exterior (1992-1993); Assessor e Porta-voz do Ministério da Fazenda (1994-1995); Subchefe e Porta-voz do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1996-1998); Conselheiro e Ministro Conselheiro na Embaixada em Paris (1998-2000); Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2015); e Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015). Foi, ainda, professor em disciplinas no Instituto Rio Branco e chefe de diversas delegações.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as de Comendador da Ordem Nacional de Bernardo O'Higgins, do Chile; da Ordem Nacional da Águia Azteca, do México; e da Ordem Nacional do Mérito, da França. No grau de Oficial, foi agraciado com medalhas da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; Cruz do Mérito, da Alemanha, entre outras. Destaque também para a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ainda em cumprimento à citada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Argentina, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Com cerca de 43 milhões de habitantes, a Argentina conta com a terceira maior população e segunda extensão territorial da América do Sul. Seu Produto Interno Bruto (PIB), em 2015, foi o segundo mais alto dessa região, em torno de US$585 bilhões, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional.

Trata-se de uma república presidencialista, com parlamento bicameral.

No que se refere às relações diplomáticas bilaterais, além da Embaixada de Buenos Aires, o Brasil conta com consulados gerais também em Córdoba e Mendoza, sendo que a comunidade brasileira na Argentina é de cerca de 47 mil pessoas, em torno de 47 mil pessoas. É importante ainda lembrar que na redemocratização, Brasil e Argentina estreitaram os laços na década de 1980. Essa aproximação forneceu as bases para o processo de integração sul-americana, que culminou com a criação do Mercosul, o Mercado Comum do Sul, em 1991. Em 1997 foi lançada a aliança estratégica bilateral, no Rio de Janeiro, pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em 1998 e 2015 a Argentina foi o segundo maior destino das exportações financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, tendo recebido 3,41 bilhões, o que corresponde a 10% do total. De 2010 a 2015, US$68,4 bilhões em recursos do Proex foram destinados a apoiar as exportações para a Argentina.

Registre-se ainda a presença do capital brasileiro em vários setores da economia argentina, como nos de mineração, siderurgia, alimentos, setor bancário, automotivo e têxtil. Estima-se que os investimentos brasileiros na Argentina superem a marca dos US$12 bilhões.

Em 2015 a Argentina foi o nosso terceiro maior parceiro comercial, com intercâmbio comercial total de US$23 bilhões. De 2006 a 2015 nosso intercâmbio comercial recebeu incremento da ordem de 16,6%. Segundo dados fornecidos pelo Ministério de Relações Exteriores, em 2015 o Brasil foi o principal destino das exportações argentinas, tendo recebido aproximadamente 18% do total exportado pela Argentina. Do mesmo modo o Brasil é o país que mais exporta para a Argentina. Somos origem de aproximadamente 22% das importações argentinas. Em 2015 mais de 50% de nossa pauta de exportação para a Argentina era formada por automóveis e máquinas mecânicas. A pauta de importação, por sua vez, também conta com mais de 40% de automóveis e quase 11% de cereais

No campo da política interna, cumpre destacar a eleição para Presidente da República, em novembro de 2015, de Mauricio Macri, que tem como força política opositora o Partido Judicialista, de vertente peronista. Nas eleições de 2015 o partido de Macri aliou-se à União Cívica Radical na vitoriosa frente *Cambiemos*.

Na política externa o Governo de Macri tem se caracterizado pela desideologização, voltada ao pragmatismo e com definição do mundo em círculos concêntricos, em torno regional, Estados Unidos, Europa, China e Rússia, países e regiões restantes. O Mercosul – convém ressaltar – continua a ocupar posição de grande relevo. Nota-se, porém, maior enfoque na dimensão econômica e comercial do bloco, e também se verificou a adoção de tom crítico em relação ao governo venezuelano.

O governo Macri, em poucos meses de gestão, já implementou medidas econômicas relevantes, como desregulamentação e flexibilização do câmbio, com consequente desvalorização do peso; eliminação de impostos às exportações, sobretudo de produtos agrícolas e minerais; conclusão das negociações com os fundos *holdouts* credores da dívida externa; contração da base monetária; redução dos subsídios; e ampliação do alcance de programas sociais. No entanto, a baixa de reserva cambial e a alta inflação ainda se mostram como enormes desafios.

Tendo em vista, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a natureza da matéria ora apreciada, creio que não cabem outras condições adicionais, a não ser cumprimentar Sua Excelência o Presidente da República Michel Temer e, de igual forma, o Sr. Chanceler José Serra pela indicação do Sr. Sérgio França Danese para comandar nossa missão diplomática na Argentina.

Pessoalmente, estou convencido de que nós estamos aqui diante de um dos mais destacados servidores públicos e diplomatas da Casa do Rio Branco.

Tenho, por óbvio, muita honra em ter sido designado para relatar a indicação do Embaixador Sérgio Danese por ser, de fato, um profissional qualificadíssimo. Tendo a Argentina um papel de relevo nas relações com o nosso País, não poderia ser outra a indicação, senão a de um embaixador competente, dedicado e experiente, como atestamos aqui durante sua longa e exitosa carreira como diplomata e embaixador.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Ferraço, pelo excelente relatório proferido na indicação do Embaixador Sérgio França Danese, a quem agradecemos a presença no plenário desta Comissão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, para sabatina e votação na próxima quinta-feira.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e quinze minutos do dia nove de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, José Pimentel, Marta Suplicy, Hélio José, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente comunica o recebimento de convite do Comando da Aeronáutica aos membros desta Comissão para participarem de uma visita institucional ao Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA) em Brasília, dia 28 de junho. O Presidente comunica que está sendo realizada, no plenário da Câmara dos Deputados, sessão solene em homenagem ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, data magna da Marinha do Brasil. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina." O Presidente convida o Embaixador a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para fazer sua exposição. *É aberto o processo de votação.* O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. É deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO (SF) Nº 418, DE 2016, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 24 de junho a 3 de julho de 2016, para participar, como membro representante do Senado Federal, a convite da Universidade de Liege, Bélgica, de visita técnica à região belga de Wallonia, a fim de conhecer a infraestrutura das vias navegáveis, transporte intermodal e toda a logística local, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do País no período mencionado." O Presidente avoca a relatoria. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição do indicado. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia, o Senador Lasier Martins, o Senador Jorge Viana, o Senador Armando Monteiro, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Hélio José e o Senador José Agripino. O Presidente concede a palavra ao Senador Jorge Viana, para leitura do EXTRAPAUTA: ITEM 2) MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº , DE 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que "Institui o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina e dá outras providências." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para novas considerações. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. **É designad**o Secretário o Senador Armando Monteiro. *É* realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente agradece a presença do Embaixador. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e dezoito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Oportunamente nós deliberaremos sobre a ata da reunião anterior.

Eu começo por comunicar aos colegas que o Comando da Aeronáutica convida os integrantes desta Comissão para participar de uma visita institucional ao Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, em Brasília, no dia 28 de junho vindouro, a partir das 9h30 da manhã. O convite vai ser encaminhado aos gabinetes dos senhores e das senhoras.

Lembro também que hoje está sendo realizada uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

Srs. Senadores, nós vamos hoje deliberar sobre a indicação do nome do Embaixador Sérgio França Danese para a Embaixada em Buenos Aires e, na semana que vem, nós teremos uma audiência pública com o Embaixador da Argentina no Brasil, Sr. Carlos Margariños, que vai discorrer sobre as perspectivas de integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

econômica Brasil-Argentina, tendo em vista os 30 anos do lançamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica e, nessa data, nós faremos a instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina.

Vejam os senhores que nós não temos até agora um grupo parlamentar Brasil-Argentina e nós pretendemos instalá-lo aqui, na presença do Embaixador desse país vizinho.

Sobre o assunto, nós já recebemos de vários Senadores e Deputados formulários de inscrição. Os Parlamentares que queiram ainda fazer parte desse grupo podem entrar em contato com a Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento.

O Embaixador Danese é conhecido nosso, é um interlocutor constante desta Comissão, tendo inclusive sido assessor parlamentar. Ele ocupou a Secretaria-Geral do Itamaraty durante a gestão do Ministro Mauro Vieira e sempre teve um diálogo muito franco, muito aberto e produtivo com esta Comissão. Ele tem uma trajetória profissional muito sólida, com passagem pelas Embaixadas em Washington, Buenos Aires, Paris, México. Em Brasília, ocupou assessorias importantes no Itamaraty, inclusive, repito, as relações com o Congresso. Atuou no Ministério da Fazenda, no Planalto. Foi Embaixador do Brasil em Argel e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

A Embaixada de Buenos Aires, como todos nós sabemos, é uma das mais importantes – senão a mais importante – representação diplomática brasileira, em razão das nossas relações estratégicas com a Argentina, que abrangem dimensões políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas.

Então, Srs. Senadores, nós vamos agora chamar imediatamente o Embaixador Danese, porque ele mesmo vai poder discorrer, até com mais propriedade do que eu, sobre o estado atual das nossas relações com a Argentina, especialmente depois das mudanças políticas verificadas no Brasil e na Argentina.

Eu peço, então, ao Embaixador Danese que tome assento aqui ao meu lado.

Com a palavra o Embaixador Sérgio Danese.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria, em primeiro lugar, Presidente, manifestar a minha satisfação, depois de tantos anos, de voltar aqui a esta Comissão de Relações Exteriores, onde eu fui um assessor parlamentar do Itamaraty muito feliz. É uma imensa satisfação voltar a esta Casa.

Eu queria também agradecer, obviamente, ao Ministro de Estado, José Serra, e ao Vice-Presidente, no Exercício do cargo de Presidente da República, pela sugestão e indicação do meu nome para a Embaixada em Buenos Aires, caso eu seja aprovado aqui, pelo Senado Federal, conforme manda a nossa Constituição.

Eu queria também, Sr. Presidente, agradecer a V. Exª e ao Senador Ricardo Ferraço pela rapidez na marcação desta sabatina – ao Relator que fez um relatório muito rápido, muito lisonjeiro para mim, e ao senhor, pela disposição de realizar rapidamente a sabatina – porque, caso eu seja aprovado, me liberará para fazer os indispensáveis contatos que são necessários para a realização da minha missão, tanto no âmbito do Governo quanto no âmbito do setor privado e outros agentes que operam nas relações entre o Brasil e a Argentina.

Eu queria também agradecer, muito rapidamente, a um número grande de colegas que vieram me acompanhar aqui nesta sabatina e a minha mulher, Ângela, que está aqui, sempre uma companheira absolutamente indispensável na minha vida pessoal e profissional.

Queria também, Presidente, fazer uma referência ao meu cargo anterior. Fui Secretário-Geral do Itamaraty durante 16 meses e, naturalmente, estarei à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para responder a qualquer questão que possa ser de interesse em relação a essa função anterior que exerci.

Queria também fazer uma referência rápida ao fato de que fui Ministro-Conselheiro em Buenos Aires, durante cinco anos, de 2000 a 2005, uma época extremamente rica e intensa da história argentina. E espero que essa experiência prévia possa me ajudar no desempenho das minhas funções como Embaixador em Buenos Aires, caso seja aprovado pelo Senado.

Vou fazer, Presidente, uma apresentação muito breve, primeiro uma referência muito rápida à Argentina. Estou até dando uma entonação inédita. Aparentemente a Argentina, e não os Estados Unidos, foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Há um estudo em preparação que mostra essa particularidade, e isso fala muito da importância enorme que ambos os países se conferiam desde o início de suas vidas independentes.

A Argentina é uma República Federativa, com um sistema presidencialista bicameral, tem 24 províncias, 46% da população argentina estão concentradas na província de Buenos Aires e na cidade de Buenos Aires. Isso faz do país algo um pouco especial, diferentemente do que ocorre no Brasil.

É um país com elevadíssimo índice de educação da sua população. Tem um índice de alfabetização de 98,1% e, de fato, é um traço da Argentina que nos chama a atenção. O seu porteiro ou o seu motorista de táxi lê o mesmo jornal que o senhor lê, e não apenas a parte esportiva, ele lê a parte de política, economia e disso com grande naturalidade. Nós vemos um país que se dedicou muito intensamente à educação. Foi o meiro país a estabelecer o sistema de educação universal obrigatório e gratuito, antes do Reino Unido, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

década de 1880. Isso mostra, e fala muito, a qualidade do país, que se mantém, ainda que ele tenha passado por sucessivas crises que possam ter afetado um pouco o seu desempenho.

É o 40º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano; o Brasil é o 75º. É um país de vastos recursos naturais, foi descoberta recentemente a segunda maior reserva de gás não convencional, gás de petróleo *shale*, e tem obviamente a riqueza inesgotável da Pampa úmida, que faz do país um grande celeiro agrícola.

Queria destacar, para efeito das nossas análises aqui, alguns dados interessantes. Em relação à América do Sul, a Argentina tem o segundo maior território, depois do Brasil, com 2.795.000 km^2; a terceira população, depois do Brasil e da Colômbia, com 43 milhões de habitantes, e é o segundo PIB da América do Sul, com US$585 bilhões, aproximadamente um terço do PIB brasileiro. Tem com o Brasil 1.261km de fronteiras comuns, sendo apenas 25km de fronteira seca, os demais separados por rios.

Um outro dado interessante: o Brasil e a Argentina, juntos, formam 63% do território, 60% da população e 62% do PIB da América do Sul. A Argentina é a 24ª economia do mundo. E Brasil e Argentina formariam, juntos, a 6ª economia do mundo. Acho que esse é um dado importante, que fala da importância recíproca dos dois países.

Eu falo rapidamente sobre a situação política.

A Argentina tem uma história política que alterna, desde os anos 30, instabilidade com estabilidade. Nós tivemos recentemente eleições, e o Presidente Macri, com a Frente Cambiemos, ganhou por uma margem estreita de votos, de apenas 678 mil votos, por 51,3% contra 48,7% de Scioli, da Frente para La Victoria. Isso mostra um pouco o desafio que o Presidente tem, porque essa situação eleitoral, no Congresso, se traduz numa situação de necessidade constante de negociação para que o governo possa formar maiorias, algo que é muito familiar para nós, no Brasil. De 256 Deputados, o governo tem, certos, apenas 87 e, de 72 Senadores, o governo tem, certos, apenas 15 Senadores. Das 24 províncias, com o Distrito Federal, o governo conta apenas com 5 províncias, embora tenha conquistado o governo da província de Buenos Aires, que é a maior província, a mais populosa. Isso mostra uma necessidade de constante negociação, o que o Presidente vem conseguindo fazer com bastante êxito nestes primeiros meses de governo, tendo conseguido aprovar medidas que são absolutamente fundamentais para que ele possa implementar a sua política econômica e a sua política social.

Há uma expectativa de que as eleições do ano que vem, quando são renovados metade da Câmara e 1/3 do Senado, possam alterar um pouco essa situação parlamentar do governo, mas ele terá de lidar com essa situação pelo menos até essas eleições de 2017.

O governo continua contando com um bom índice de popularidade. O próprio Presidente também conta com um índice de aprovação entre 50% e 60%, dependendo do instituto que faz a aferição. Um dado importante é que, entre 60% e 70% da população argentina, segundo as pesquisas, acreditam que, de qualquer maneira, o Presidente precisa de algum tempo para conseguir fazer os ajustes em que está empenhado. Portanto, isso mostra que o governo tem um crédito de confiança importante junto à população argentina.

Ele tem desafios enormes. As prioridades são alcançar índice de pobreza zero, combate ao narcotráfico e promover a união de um país que estava bastante fraturado politicamente.

Situação econômica.

Nós conhecemos a situação da argentina: depois de um período de grande crescimento durante a primeira etapa da era Kirchner, quando a Argentina chegou a crescer até 10% ao ano, aproveitando-se naturalmente de uma situação favorável também do mercado mundial, a Argentina chegou a uma situação, agora em 2015, de inflação, de esgotamento de reservas, de crise cambial, de crise produtiva e de um relativo isolamento do mundo.

O Presidente Macri está tentando dar um choque de macroeconomia e de confiança no país. Ele imediatamente conseguiu fazer a liberalização e a unificação do câmbio; ele determinou a eliminação ou a redução dos impostos às exportações, que representavam uma trava importante no desempenho da economia argentina – ele manteve ainda algo dos impostos para as exportações de soja. –; ele adotou medidas de liberalização econômica, como a eliminação das famosas Declarações Juramentadas Antecipadas de Importações, que significavam, no fundo, barreiras comerciais importantes, e as substituiu por mecanismos que são compatíveis com a OMC.

Concluiu as negociações com os fundos *holdouts*, com o pagamento de US$15 bilhões de atrasados dos credores que ficaram de fora das renegociações anteriores; fez um realinhamento das tarifas de serviços públicos; está tomando medidas para repatriar capitais; está recompondo gradualmente, embora em ritmo mais lento, as reservas cambiais do país, que hoje se situam em torno de US$30 bilhões, e conseguiu fazer com que o país voltasse ao mercado financeiro internacional, depois de um longo período de isolamento, e tem conseguido fazer a colocação de bônus que são atraentes, porque o país tem um baixo estoque de relação dívida/PIB.

O que é importante para nós também é que o governo Macri tem planos muito ambiciosos em matéria de infraestrutura. Há uma consciência plena de que o país se ressente muito de déficit na área de infraestrutura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

especialmente para facilitar suas exportações, e um elemento importante em toda essa equação é que o Presidente Macri está empenhado na manutenção dos programas sociais que herdou do governo da Presidente Cristina Kirchner, como forma de assegurar renda e consumo básicos à população e de evitar que a situação social e política se deteriorem.

As perspectivas, neste momento, ainda são de uma fase longa, pelo menos ao longo deste ano, de ajuste difícil, de ajuste que vai impor sacrifícios à população, mas as perspectivas de mais longo prazo são bastante positivas.

Na área de política externa, isso se reflete também, porque a Argentina, que estava vivendo uma etapa de relativo isolamento em relação, pelo menos, a países desenvolvidos, está fazendo uma rápida volta ao mundo. Nós vimos, imediatamente após a posse do Presidente Macri, que vários mandatários de países importantes para a Argentina, como os Estados Unidos, a França, a Itália, a própria União Europeia, através da Comissária Mogherini, rapidamente realizaram visitas importantes para mostrar o interesse que esta Argentina, digamos assim, renovada está despertando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – O próprio Presidente tem começado uma diplomacia presidencial bastante ativa. Ele esteve em Davos – há 12 anos, se não me engano, que um presidente argentino não ia ao Fórum Econômico de Davos –, naturalmente para fazer uma primeira apresentação do seu programa de governo e tentar atrair, obviamente, a atenção sobre essa nova Argentina que se perfila.

Então, em suma, é uma política externa de recolocação da Argentina com a sua vocação de país cosmopolita. A Argentina é um país curioso. Vocês se lembrarão, quando o Papa foi eleito, de que ele disse: "Foram buscar um Papa lá no fim do mundo". E, de fato, a Argentina, fora o Chile ali, é um dos países mais distantes de todos os centros. A Argentina teve sempre, pela sua formação e pelo próprio isolamento em que se encontra, uma vocação de vinculação muito grande com o mundo. E eu acho que é a isso que nós assistimos hoje em dia.

Talvez uma meta síntese dessa política externa do Presidente Macri seja justamente a candidatura da Chanceler Susana Malcorra para o cargo de Secretária-Geral da ONU, que é uma espécie de tentativa de mostrar uma Argentina que volta ao mundo e que busca esse reconhecimento.

No plano das relações bilaterais – vou passar também muito rapidamente –, naturalmente, é inútil insistir na importância da Argentina, na importância recíproca dos dois países, mas são relações que, embora intensas, durante os 200 anos da nossa independência comum, sempre alternaram etapas de aproximação com etapas de relativo distanciamento.

Essa questão foi resolvida a partir de 1985, mas mesmo dentro da fase intensa de integração e de convergência que nós vivemos desde a ata de Foz do Iguaçu e dos primeiros acordos de integração Brasil e Argentina, mesmo dentro dessa etapa, há modulações e momentos em que há maior ou menor intensidade nessa aproximação.

Eu tenho alguns dados importantes. A Argentina é o terceiro sócio comercial do Brasil; foi o primeiro durante muitos anos, mas passou agora a terceiro lugar. O Brasil é o primeiro parceiro comercial da Argentina e mantém essa posição há muitos e muitos anos. O Brasil tem cerca de US$12 bilhões de estoque de investimentos na Argentina em setores muito variados; há cerca de 120 empresas brasileiras atuando na Argentina, e mais cerca de dez que atuam através de um sistema de franquias, portanto, cerca de 130 empresas brasileiras atuando no país. O país sempre foi considerado, acredito que de maneira acertada e apropriada, uma espécie de primeiro campo de ensaio para a internacionalização de muitas empresas brasileiras. É uma espécie de piscina em que as empresas brasileiras aprendiam a nadar para poder depois se lançar, de forma mais segura, no mar do mercado internacional, e essa situação se mantém. Nós temos empresas atuando nos setores de siderurgia, autopeças, têxteis, bancos, alimentos, mineração, informática e assim por diante.

A Argentina tem um estoque de US$8 bilhões de investimentos aqui no Brasil, empresas argentinas importantes que trabalham aqui no Brasil.

Outro dado importante da relação bilateral é que é uma relação comercial muito concentrada em produtos industrializados, portanto, de alto valor agregado: 95% das exportações brasileiras são compostas por manufaturados, e 70% das exportações argentinas são compostas de manufaturados.

O comércio é tradicionalmente superavitário para o Brasil, e mesmo no momento em que nós tivemos uma queda muito acentuada do comércio... Nós chegamos a ter um comércio de US$39,6 bilhões nos dois sentidos em 2011, com US$5 bilhões de superávit brasileiro. Esse comércio caiu em 2015, ano passado, a 23 bilhões, portanto, uma queda de quase 40%, em função da situação econômica dos dois países, etc., mas o superávit brasileiro se manteve em US$2,5 bilhões. Portanto, esse é um dado importante a ser retido.

Um dado também importante é que há empresas brasileiras participando de 11 projetos de infraestrutura [illegible] estão em andamento na Argentina, e essa é uma área a respeito da qual nós devemos nos deter porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

com essa volta da Argentina ao mundo, digamos assim, obviamente, essas empresas brasileiras que competem na Argentina ou vinham competindo na Argentina até agora, com grande vantagem, vão sofrer uma concorrência mais acentuada, e aí é um tema que eu vou tocar, mas eu posso aprofundar no caso de interessar a algum dos Senadores ou Senadoras: nós vamos ter de resolver com a Argentina uma questão de como financiar a nossa relação comercial e econômica com aquele país. Se nós não equacionarmos isso adequadamente, nós vamos perder muito espaço para países que têm mecanismos de financiamento muito poderosos, como a China, a Rússia, que já vinham atuando, mas sobretudo Estados Unidos, países europeus e assim por diante.

A relação é marcada por uma série de questões comerciais. Eu não me estendo muito, mas eu queria apenas lembrar que há muitas...

Da mesma forma que nós sabemos que há, no Brasil, queixas em relação a certos setores ou a certas áreas do comércio bilateral com a Argentina, os argentinos também têm muitas queixas em relação ao Brasil, quanto a certos tipos de assimetrias que existem no sistema de produção brasileiro, de financiamento ou de créditos à exportação no Brasil; barreiras fitossanitárias de que eles se queixam. Aí há uma espécie de lista de supermercado, quase, pela quantidade de produtos que, de alguma maneira, sofrem por verem aplicadas barreiras fitossanitárias pelo Brasil. Há barreiras técnicas, dificuldade de registro, enfim, dificuldades dessa ordem.

É uma relação muito intensa com uma gama muito variada de temas que são estruturantes. Ela se espraia por todas as áreas em que uma relação intensa deve se espraiar: comércio; cooperação em defesa e segurança, que é muito acentuada; cooperação científica e tecnológica; turismo. A Argentina é o maior mercado emissor de turismo para o Brasil. Os Senadores que são dos Estados do Sul e do Nordeste do Brasil conhecem essa realidade.

Nós temos uma área importante de cooperação nuclear e espacial.

A parte de cooperação transfronteiriça é especialmente importante e sensível. Também os Senadores que são dos três Estados que fazem fronteira com a Argentina conhecem bem a importância desse tema. São fronteiras muito vivas e que têm uma...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – ...capilaridade muito grande.

Eu vou terminando, Sr. Presidente.

Nós acabamos de resolver um tema que era imediato, urgente, que é a renovação do acordo automotivo, que ainda repetiu um pouco o formato anterior, mas nós conseguimos, pelo menos, resolver essa questão que era mais urgente.

Há vários temas regionais e globais que são de interesse comum. Um tema sobre o qual eu coloco ênfase é o da Hidrovia Paraguai-Paraná, onde nós vínhamos tendo alguns tipos de problemas devido a medidas unilaterais que a Argentina adotou recentemente e que estão sendo discutidas. O ideal é que essa hidrovia pudesse, de fato, se transformar na grande espinha ou, pelo menos, numa das grandes espinhas dorsais da infraestrutura do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E foi um dos temas, aliás, – se me permite interrompê-lo – da conversa recente do Chanceler Serra com o próprio Presidente Macri.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Exatamente.

Nós temos essas dificuldades... Enfim, essas medidas argentinas criaram certas dificuldades para o tráfego na hidrovia. Isso afeta não apenas o Brasil, mas também os outros três países que são sócios conosco na hidrovia, e é um tema importante.

Eu posso, depois, falar com algum detalhe sobre a questão do Mercosul e das negociações externas do Mercosul.

Um grande tema que tem surgido é o da questão da segurança e controle das fronteiras, e acho que é possível fazer algo conjunto com a Argentina. O Ministro Serra já tratou desse tema também, na sua visita.

Eu concluo, ou tento concluir mais ou menos aceleradamente, dizendo que, a partir do Governo Macri, a sinalização recíproca é de grande prioridade e de intenção de destravar todos os canais de diálogo e de coordenação entre o Brasil e a Argentina.

Nós deixamos muito claro, na transição recente que houve aqui no Brasil, que a relação com a Argentina é uma política de Estado, que ela não deve depender...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – ...dos governos que estão conduzindo o País no momento, e nós conseguimos que essa relação passasse por esse momento de mudança aqui, no Brasil, de maneira muito tranquila.

Foram realizadas várias visitas e estão previstas outras visitas. O Chanceler Serra fez a sua primeira visita à Argentina. Vários mecanismos de diálogo de coordenação bilateral foram reinstalados ou reconvocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, temos várias comissões que estão voltando a trabalhar. E uma delas, que interessa muito particularmente ao Senadores dos Estados fronteiriços e deverá ocorrer no segundo semestre, é a reunião da Comissão de Desenvolvimento Fronteiriço, que só foi possível ser retomada, Senadora Ana Amélia, graças à promulgação finalmente do nosso famoso acordo sobre localidades transfronteiriças vinculadas, que a Senadora nos ajudou muito a aprovar no Congresso. Mas, depois, o Executivo demorou muito tempo para promulgar. Agora, com isso resolvido, essa área de desenvolvimento fronteiriço vai ganhar um impulso muito grande.

Estamos esperando a visita do Presidente Macri em algum momento – o convite foi feito e já foi aceito. Eu me proponho, caso seja aprovado aqui no Senado, a trabalhar e a seguir, obviamente, primeiro, o trabalho esplêndido que tem feito o que será o meu antecessor na Embaixada, o Embaixador Everton Vargas, que tem, realmente, nesses três anos, feito um trabalho de extraordinária competência e de muitos resultados, apesar de dificuldades muitas vezes de coordenação e de diálogo em alguns setores.

Acho que há dois ou três campos em que precisaríamos intensificar muito a nossa ação. Um deles é a questão da hidrovia, de resolver de uma vez por todas com a Argentina, como grande parceiro nessa iniciativa, as pendências em torno da hidrovia e avançar institucionalmente e em toda a estrutura da hidrovia, porque ela é um canal importante de escoamento do comércio do Mercosul para fora e entre o Mercosul também. É importante uma iniciativa, e que o Ministro Serra já falou, na área de segurança das fronteiras na América do Sul. E nós temos de avançar na questão do financiamento no âmbito do Mercosul e no âmbito bilateral.

Acho que, com isso, Presidente, eu concluo. Não queria abusar demais do tempo e deixaria aos Senadores que possam fazer as perguntas que lhes interessem.

Eu ouvi, com grande satisfação, o avanço que se está fazendo na área da diplomacia parlamentar Brasil-Argentina. Como o senhor disse, é bastante impressionante que nós não tivéssemos já mecanismos, tanto no Congresso brasileiro como no Congresso argentino, de acompanhamento das relações bilaterais. E é preciso ver se conseguimos dar forma concreta a essa ideia argentina de criação de uma comissão parlamentar binacional. Eu não sei exatamente como isso tomaria forma, mas é algo que seria extremamente inovador no âmbito de relações como essa que mantemos com a Argentina e seria muito importante que o Senado pudesse manter esse interesse que tem demonstrado em relação a isso.

Outra ênfase importante é a da diplomacia federativa também: aproximar mais os Estados brasileiros e não apenas os Estados do Sul do Brasil, mas todos, das províncias argentinas e vice-versa.

Queria terminar, Presidente, agradecendo mais uma vez a V. Exª e ao Relator pela rapidez na realização da sabatina. E queria aproveitar para agradecer, como deixei a Secretaria-Geral do Itamaraty recentemente, a imensa cooperação que pudemos manter o Ministro Mauro e eu – acabei não mencionando o Ministro Mauro aqui. O Ministro Mauro e eu tivemos de V. Exª e dos Senadores da Comissão uma extraordinária cooperação, que mostra muito claramente como a política externa é de fato uma política de Estado, em que há uma imensa área comum em que governo e oposição podem e devem atuar juntamente. Queria prestar esse tributo a V. Exª e agradecer sempre a disponibilidade e a ajuda que nos deu.

Quero concluir, lembrando o Senador Luiz Henrique. Não tive oportunidade de me manifestar aqui. O Senador Luiz Henrique foi Vice-Presidente da Comissão no início dessa gestão e, infelizmente, nos deixou, ficando um imenso vazio e muita saudade no Itamaraty, uma casa que o admirava muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Todos nós.

Muito obrigado, Embaixador.

Antes de iniciarmos a sabatina propriamente dita, até para que o Embaixador possa tomar fôlego, eu vou propor duas rápidas deliberações.

A primeira é a tradicional deliberação a respeito da ata da reunião anterior, cuja leitura tenho certeza de que os Senadores dispensarão. Creio também que não há nenhuma objeção à sua aprovação. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Há também aqui um requerimento extrapauta, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

REQUERIMENTO Nº 418, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 24 de junho a 3 de julho de 2016, para participar, como membro representante do Senado Federal, a convite da Universidade de Liege, Bélgica, de visita técnica à região belga de Wallonia, a fim de conhecer a infraestrutura das vias navegáveis, transporte intermodal e toda a logística local, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do País no período mencionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatório: Pela aprovação

Esse é o pedido da Senadora Kátia Abreu.

Não havendo objeção, ele está aprovado.

Eu sou o Relator. Já relatei.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Está aprovado.

Há um mérito evidente. É para poder depois participar das discussões sobre a hidrovia.

Vamos fazer questionamentos de três em três. Os três primeiros inscritos são o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier. Logo em seguida, a segunda rodada.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero, em primeiro lugar, dizer que não posso incluir o Embaixador como mais um nome da minha lista de ex-alunos que são embaixadores porque ele já era Embaixador. Então, ele entrou na minha lista quando foi para a Argélia, uma lista que o Marcos Galvão e eu, uma vez, fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Marcos Galvão também foi seu aluno?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Também foi meu aluno.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está ficando velho, hein, Cristovam? (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, quero dizer da minha satisfação em tê-lo aqui conosco, nesta sabatina.

Quero dizer de dois itens do seu currículo que passaram um pouco despercebidos. Um é que fez parte, aqui, da assessoria do Itamaraty conosco e prestou muitos serviços a cada Senador cada vez que tínhamos de viajar, como agora o Embaixador João Carlos presta com tanta competência também. E o outro, que para mim foi muito importante, foi seu papel na coordenação de apoio aos brasileiros no exterior. O senhor praticamente descobriu, pegou isso e fez um grande trabalho, muito reconhecido pelos brasileiros que estão no exterior.

Eu tenho basicamente uma pergunta, algumas menos importantes e um pedido a fazer.

A pergunta que eu gostaria de fazer com mais ênfase – e quero pedir desculpas, falei para o Presidente que eu saí de uma reunião e vou voltar a ela, eu tenho que estar lá pelo meu Partido, mas vou ler essas respostas nas notas, porque, para mim, são importantes – é: o que vai mudar na política das relações do Brasil com a Argentina a partir de agora, em que temos o Presidente Macri, a Chanceler Susana Malcorra e, aqui, o Presidente Temer e o Chanceler Serra?

Quais são as mudanças que essa desideologização, como se fala tanto na Argentina hoje, vai provocar?

Segundo: sobre essa 6ª economia, como o senhor falou, juntando os PIBs dos dois países, eu gostaria de saber – não agora – em que posição estaríamos mundialmente se somássemos nossas ciências e tecnologias, nossos sistemas científicos e tecnológicos de cada país. Eu não sei se iríamos para o 6º lugar, porque somos mais atrasados nessa área, mas é capaz de estarmos bem.

Digo isso para lhe pedir um cuidado especial no aumento da cooperação científica e tecnológica. Uma coisa, Senador Aloysio, na cooperação econômica, o país ganha, mas algum setor perde. Todas as vezes que fazemos uma cooperação internacional, algum setor dança. A cooperação comercial vai prejudicar o vinho do Rio Grande do Sul. Mas, na cooperação cultural, científica e tecnológica, todos ganham. Há uma sinergia nesse setor.

Então, ciência e tecnologia e, depois, cultura. Eu fico impressionado como aqui o item mais forte da cultura são os filmes argentinos. Fora isso, a gente não tem muito. Era preciso ter mais orquestras sinfônicas intercambiando-se. Era preciso ter mais tradução de livros de literatura brasileira para o espanhol na Argentina, e vice-versa aqui. Esse é um ponto em que gostaria o nosso Embaixador dando um cuidado especial à cooperação cultura, científica e tecnológica.

O outro ponto – e aí eu chamo de pedido – é que ajude a fazer mais rápido o processo de revalidação de diplomas de nível superior. Nós temos muitos alunos brasileiros na Argentina. Muitos – não tantos talvez – argentinos aqui. E eles sofrem muito para revalidar o diploma. E são boas universidades lá e temos ótimas aqui. São poucas ótimas aqui, mas temos. Mesmo assim, é difícil. Eu gostaria de ver a sua ênfase para superar as resistências que não são públicas, são sobretudo corporativas, para que pudéssemos dar esse salto.

E, finalmente, um comentário. Quando o senhor falou da educação na Argentina. Fala-se que Dom Pedro nha grande inveja do Sarmiento, que foi o presidente que fez as mudanças educacionais. Ele dizia: "Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é possível que um filho de um operário tenha feito mais pela educação do seu povo do que um príncipe, que ficou como imperador?"

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Fala-se, pelo menos está em uma biografia fictícia de Dom Pedro II. Mas o autor, que é um francês, deve ter usado alguma informação privilegiada nesse sentido. E, de fato, Sarmiento fez muito mais do que praticamente os nossos presidentes, quase todos, em relação à educação de base.

É isso. Meu caro ex-aluno, Embaixador Danese, é um orgulho tê-lo aqui e espero visitá-lo. Estou absolutamente convencido de que o senhor será um grande embaixador nesse país tão importante para nós, que é a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, caros colegas Senadores e Senadoras, caro Embaixador Sérgio Danese, é uma alegria muito grande vê-lo em uma missão tão próxima de nós, gaúchos e brasileiros, como um merecimento a sua carreira brilhante no Itamaraty, que eu acompanho, nem vou dizer o quanto porque aí vão descobrir a nossa idade, Embaixador, e nem é conveniente para mim – para mim muito menos, mas para o senhor não importa muito.

Mas a ida a Buenos Aires, a uma Embaixada que tem com o Rio Grande, desde a sua história... Porque o prédio onde está a residência do Embaixador foi adquirido por Batista Luzardo, e o seu antecessor, o Embaixador Everton Vargas, é gaúcho também. Tive a alegria de ter sido Relatora da indicação dele para aquela Embaixada.

Tudo nos une, nada nos separa, como disse um grande político e líder argentino do século XVIII ou XIX.

Nós temos alguns problemas sérios na relação bilateral, alguns decorrentes da burocracia. V. Exª lembrou bem, e eu tenho bem presente isso, que estava dormitando na Câmara dos Deputados o acordo fronteiriço Brasil-Argentina. V. Exª me procurou, me acionou e lá encontramos uma forma de agilizar a aprovação desse acordo. O acordo foi aprovado nas duas Casas e ficou, depois, dormindo por vários anos, lamentavelmente, no Gabinete Civil da Presidência da República, uma coisa inaceitável e impensável quando se fala em integração. Quer dizer, o Mercosul, que era cantado em prosa e verso, esbarrava nessa burocracia, porque um acordo bilateral assinado por dois Presidentes não pode ficar um tempo tão longo em um gabinete.

Lembro aí a memória do nosso Senador Luiz Henrique, que lutava pelo chamado *fast track*, por que muito lutou aqui o Senador Jorge Viana também, ele falou muito sobre isso, que é fundamental. Finalmente conseguimos.

Agora, ultimamente, também na implementação, como não havia sido sancionado pelo Gabinete Civil, ele não podia ser implementado. Então, na Argentina já estava implementado, já eram emitidas carteiras para os cidadãos que moram do lado de cá da fronteira, no caso, do Rio Grande do Sul. Em Uruguaiana, por exemplo, uma certificação era dada pelo Governo e o Brasil era obrigado, quer dizer, havia a condição de fornecer o mesmo documento aos residentes em Paso de los Libres e nas outras regiões de fronteira. Então, só agora houve a licença. A Polícia Federal é que tem de fazer a concessão desse documento ou o Ministério das Relações Exteriores. Então, agora está-se reduzindo essa burocracia.

Eu queria perguntar ao Embaixador se o senhor tem alguma informação que possa nos dar – o Senador Lasier também tem se envolvido com esse tema – sobre a terceira ponte sobre o Rio Uruguai, entre a fronteira dos dois países. São vários Municípios gaúchos. Nós já temos duas fronteiras muito importantes, a primeira, que foi Uruguaiana a Paso de los Libres. A segunda ponte, que durou muito tempo também, São Borja e Santo Tomé. A terceira ponte agora se discute, que seria um grande avanço econômico na relação e na integração entre os países. Então, são vários projetos. Há um estudo de viabilidade econômica, o Ministério das Relações Exteriores está participando e queria saber se V. Exª tem uma informação a respeito disso.

Recentemente eu recebi de Uruguaiana, depois das reclamações... Eu fui pessoalmente visitar, e tivemos um problema na falta desse documento que agora vai ser emitido pelo Brasil, porque a gente ficava na aduana argentina, passava por ali, olha só, morando ali do lado, a gente passava pela aduana argentina, tinha de entregar carteira de identidade...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mediante isso, eles davam um pequeno boleto feito à mão e ali estava escrito: "Permanência autorizada por três dias", três dias.

Na volta, a gente tinha de entregar esse boleto novamente ao gendarme da imigração, na aduana. En-, veja, não é compreensível, Senador Aloysio Nunes Ferreira, não é aceitável para quem mora do lado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fronteira ter de parar, entregar. Quando você olha para Europa, para União Europeia... O trânsito de automóvel, se não tiver a placa dali, se não tiver autorização, é uma complicação muito grave a burocracia que se tem.

Então, eu espero que o nosso Embaixador Sérgio Danese, com a experiência que tem, possa nos ajudar mais, porque será um Embaixador do Rio Grande também para desempenhar um papel relevante agora com esse novo Governo.

V. Exª, na sua exposição, falou que a vitória do Macri foi apertada, parece que é a síndrome da atualidade na América Latina. No Peru, a mesma coisa vai se dar, talvez mais apertado ainda do que na Argentina, e o que aconteceu também no Brasil recentemente não foi uma grande diferença.

Então, eu quero cumprimentá-lo, mais uma vez, desejando muito sucesso ao senhor e aqui no Senado disponha de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Jorge Viana me fez uma sugestão, levando em conta a multiplicidade de reuniões em comissões que estão ocorrendo agora, ao mesmo tempo, e o interesse dos Senadores. Nós fazemos todas as indagações dos Senadores para que o Embaixador Danese, em seguida, possa fazer, com mais tempo, as suas considerações.

Então, o próximo inscrito é o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Aloysio. Quero, em primeiro lugar, me congratular, aliás, nos regozijarmos com a indicação do Embaixador Danese para o nosso vizinho País.

O Embaixador Danese é uma referência no Itamaraty. Nós conhecemos seu alto conceito, um homem estudioso, muito prático, muito ativo e estamos muito satisfeitos em vê-lo ali, principalmente próximo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E trabalhador obstinado, a fórmula dele é essa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, exatamente. Toda vez que se fala do Embaixador Danese só há elogios. É o que tenho ouvido permanentemente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E todos merecidos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. E eu o conhecia muito de nome, apresentei-me a ele na semana passada, dizendo que fazia questão de cumprimentá-lo pelas referências que tinha há muito tempo.

Mas eu tenho duas perguntas bem objetivas, Embaixador Sérgio Danese: uma delas já iniciada aqui pela minha colega Ana Amélia, porque é algo de extraordinária importância para o Rio Grande do Sul, e não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil, que é essa velha questão, Embaixador, da travessia.

Quero lhe dizer que há coisa de 10 anos, um jornal importante do Rio Grande do Sul, *Zero Hora,* que o senhor conhece, fez uma pesquisa de opinião no Estado, lançando questionários do jornal para que os leitores preenchessem e depositassem numa urna, dizendo quais eram as dez maiores reivindicações do Rio Grande do Sul, e saiba V. Exª que a que ficou em primeiro lugar é a travessia do Rio Grande Sul para a Argentina. Primeiro lugar. Já há 10 anos se tratava disso. Agora já estamos há 20 anos e não sai essa ponte, que poderá ser entre Itaqui e Alvear, ou entre Porto Xavier e San Javier, ou entre Porto Mauá e Alba Posse; qualquer um desses três lugares.

Fica na região noroeste do Rio Grande do Sul. Isso vai desenvolver extraordinariamente o comércio não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil todo, porque há grandes cidades naquela região do lado do Rio Grande do Sul, como Santo Ângelo, uma cidade grande e tradicional, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga, entre outras. No entanto, não sai do papel.

Algum tempo atrás, ainda no tempo do Presidente Lula, houve um protocolo de que a solução teria que ser por concessão. Argentina e Brasil vivem grandes dificuldades econômicas e não teriam condições de bancar essa travessia. Tanto faz, repito, pode ser em qualquer... E isso uma comissão haverá de decidir. Do lado brasileiro, será em Itaqui, será em Porto Xavier ou será em Porto Mauá?

Há coisa de dois meses, estivemos numa grande comitiva gaúcha – a Senadora Ana Amélia estava junto, assim como praticamente todos os Deputados Federais gaúchos – e fomos ao Ministro dos Transportes Antonio Carlos Rodrigues. Foi combinado que haveria uma reunião bilateral, mas essa reunião acabou não saindo. Então, este é o primeiro pedido a V. Exª: facilitar, fazer a interlocução de uma reunião entre brasileiros e argentinos, que pode ser em Buenos Aires, que pode ser em Porto Alegre, que pode ser em Brasília, para encaminharmos uma decisão. Sendo por concessão, os dois países não terão assim lá extraordinários gastos. Haverá, então, licitação. Quem sabe lá as empresas interessadas poderão definir...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... qual das cidades será a mais prática do o de cá e do lado de lá. Então, este é o primeiro pedido, Embaixador: facilitar essa reunião bilateral. Aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

no Brasil, já fizemos várias reuniões em Brasília, em Porto Alegre. Está faltando juntar com o lado argentino. Então, esse é o primeiro pedido.

O segundo pedido é da agenda da ciência e tecnologia, da comissão que tenho a honra de presidir aqui no Senado, para dizer que o Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia está entre as iniciativas que praticamente não avançaram em razão de atrasos e dificuldades da parte brasileira. As restrições orçamentárias brasileiras também são as maiores dificuldades para a evolução dos dois principais projetos na área nuclear e espacial: o Reator Multipropósito Brasileiro e o satélite Sabiá-Mar. Ambos permaneceram praticamente paralisados...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... desde meados de 2014 por falta de liberação de recursos. Então, quais seriam as perspectivas de reversão desse quadro?

Agradeço a sua atenção a essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Lasier. Agora, está inscrito o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira, eu queria cumprimentar V. Exª e os colegas Senadores e Senadora.

De modo muito especial, cumprimento o Embaixador Sérgio França Danese. Ele trabalhou conosco aqui, cumpriu uma extraordinária missão, nos ajudou a fazer o nosso trabalho e nos deu boas pautas e agendas. E, ainda com Luiz Henrique, como bem lembrou S. Exª, nós conseguimos criar uma dinâmica nova aqui, no Senado Federal, que tem sido muito útil ao Brasil. O Senador Aloysio está desde o começo aqui, na Comissão, e eu também. Depois, merecidamente, o senhor foi ajudar a conduzir a política externa brasileira, pegando a parte mais trabalhosa do Itamaraty.

E cumpriu bem essa missão, a ponto de eu achar que, mesmo nessa turbulência política, o adequado era manter o senhor na Secretaria-Geral, mas não lamento isso por conta do posto para o qual o senhor está indo; talvez seja o mais importante posto que o Brasil tem no exterior do ponto de vista político, do ponto de vista da economia brasileira, do ponto de vista da geopolítica. E acho que esse posto – que para mim é o mais importante por conta de reunir tantos desafios – certamente estará em boas mãos.

Eu queria aqui me referir um pouco, além de cumprimentá-lo pela exposição, a alguns desafios que temos. O PIB desses dois países, Brasil e Argentina: o Brasil tem praticamente a metade do PIB – mesmo vivendo esse momento de turbulência política e econômica – da América do Sul. São 12 países. A Argentina é o segundo colocado, com a Colômbia bem próxima. O Brasil sozinho tem quase a metade do PIB. E, quando se juntam, obviamente, Brasil e Argentina ocupam um espaço de destaque na economia global, mesmo tendo um PIB *per capita* da Argentina bem maior do que o nosso, por conta da população. Eles são, acho, quarenta e poucos milhões de habitantes; nós somos duzentos milhões de habitantes.

Mas eu acho que há uma certa lógica tanto da Argentina quanto do Brasil sobre a qual eu queria um comentário de V. Sª. Tivemos aqui um debate com Roger Agnelli pouco antes da sua morte. Naquele debate, eu vi uma constatação que é muito... A China, por exemplo, que é hoje uma grande potência no mundo, perde dinheiro, ou seja, os vizinhos ganham muito dinheiro com ela, e ela ganha dinheiro com os que estão mais distantes; uma lógica. Todos os vizinhos da China têm uma balança superavitária com ela e, às vezes, até inimigos como Taiwan – "Inimigos, inimigos, negócios à parte." Então, Taiwan ganha mais de US$50 bilhões de saldo comercial por conta da relação com a China.

No caso nosso, Brasil e Argentina, é o contrário: todos os vizinhos perdem na relação comercial conosco. Eu queria um comentário de como devemos fazer para que, de fato, não só do ponto de vista política, mas do ponto de vista da economia, forças, potências como Brasil e Argentina criem uma melhor relação com os vizinhos.

Nesta semana, eu fiz uma fala em cima de um artigo que o Luciano Huck escreveu em *O Globo*. Ontem ele estava no jogo BrasilxHaiti, como comentarista. Ele foi ao Haiti e viu um drama tão brutal de crianças de quatro anos descalças, nuas....

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...misturadas com animais, dentro do esgoto na frente da casa, e fez um paralelo. Ele falou: "Não estamos falando de um país tão distante, num outro continente; estamos falando de um país vizinho, a poucos quilômetros da maior potência econômica do mundo." E ele podia ter dito também de uma outra potência que é o Brasil. O Brasil está lá com as nossas Forças Armadas, fazendo um belo papel. Ele também registrou isso. Eu fiz um registro no plenário, e ele até me telefonou. Eu nunca falei com ele pessoalmente, mas são coisas que nos chocam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como posso ser vizinho de alguém e estabelecer uma relação perversa de tirar o que o vizinho não pode me emprestar? No fundo, eu acho que nós temos que fazer uma grande mudança na política do Brasil por isso. E há uma concorrência perversa, também, Brasil e Argentina, nesse sentido; eles amarram os vizinhos.

Eu estava vendo outro dia que o Acre não pode exportar algumas coisas – o Brasil, através do Acre – para lá, porque a Argentina já tem um mercado. E aí você cria uma relação difícil, apesar de termos evoluído, do ponto de vista político, nas tratativas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Que perspectivas nós podemos ter para mudar essa relação e fazer algo parecido, quer dizer, tratar melhor os vizinhos, os que estão mais próximos? Esse é um ponto.

O segundo e último: eu estou aqui nesta Comissão há muito tempo e acho que há uma falha do Senado que o senhor pode nos ajudar a mudar. Tem sido muito baixa, muito pequena, a relação parlamentar entre o Senado do Brasil e o Senado da Argentina. É muito baixa, quase nenhuma, eu diria. Vai-se para o Mercosul, para o Parlasul, vai-se para uma série de eventos. O Senador Aloysio e eu estivemos na Coreia participando de eventos. Mas talvez, por ser um vizinho, também negligenciemos um pouco isso. Eu mesmo nunca fui a nenhuma missão oficial; sou Vice-Presidente do Senado e nunca fui. Porque talvez não priorizemos. E acho que não podem ser só os colegas do Rio Grande que estão sempre aí, o Senador Lasier, com competência, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paim, mas o Brasil precisa ter isso.

Então, eu lhe imponho aí um desafio a mais – o senhor conhece bem o nosso trabalho aqui suprapartidário: que nos ajude a aproximar mais, porque acho que isso pode ajudar também a construir uma modelagem mais adequada para o nosso Continente. Que Brasil e Argentina trabalhem mais conjuntamente e possam superar as diferenças até dessa desideologização que o Senador Cristovam falou. O importante é que tenhamos política de Estado permanente entre Brasil e Argentina para preservarmos aqui o equilíbrio tão importante entre essas duas potências no Continente.

Obrigado. E parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Tem a palavra agora o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Embaixador Danese, colegas Senadores, eu quero começar dizendo que tive a oportunidade e por que não dizer o privilégio de conviver durante quase 17 meses com o Embaixador Danese, quando ele, então, exercia a Secretaria-Geral do Ministério de Relações Exteriores. E quero dar um testemunho de que, durante todo esse período – e quero também, neste momento, homenagear o ex-Chanceler Mauro Vieira –, estabelecemos uma relação extremamente cooperativa e produtiva.

Creio que, nesse período, tivemos uma agenda densa, desafiadora, na qual pudemos registrar avanços substantivos em várias frentes, seja no plano das relações, vamos dizer, bilaterais, olhando estritamente a Argentina; seja num processo, eu diria, de relançamento do Mercosul, do ponto de vista das negociações externas; seja também na expansão temática de acordos em diversas áreas, já que os chamados acordos de nova geração não contemplam apenas temas tarifários, mas contemplam temas como investimentos, compras governamentais, convergência regulatória, e outros tantos temas.

Para não me alongar, eu queria pedir ao Embaixador Danese que pudesse fazer uma avaliação tanto no plano da relação bilateral com a Argentina quanto dos desafios que temos em relação ao Mercosul.

Eu colocaria inicialmente o seguinte: o comércio com a Argentina é realmente um comércio que se caracteriza por ser um comércio de manufaturados basicamente. Ou seja, é um comércio de alto valor para o Brasil; é um comércio em que, nas nossas vendas, mais de 90% correspondem a vendas de produtos manufaturados. E é, em certa medida, um comércio automotivo, porque, dentro desses 90% de manufaturados, o comércio automotivo, quando consideramos veículos leves, veículos de carga e autopeças, representa quase metade do nosso comércio com a Argentina.

Portanto, discutir um pouco o futuro do comércio com a Argentina significa necessariamente discutir como vamos encaminhar o problema do regime automotivo e da relação do nosso comércio na área automotiva. Tomei conhecimento de que o Brasil acaba de renovar, mais uma vez, o acordo automotivo, reproduzindo aquele modelo flex, que é aquela relação de um para um e meio em relação às vendas. Nós não podemos abdicar da justa ambição de sair dessa moldura, que me parece estreita, para construir um acordo de livre comércio com a Argentina nessa área. Para isso, Embaixador – e eu queria ouvir a sua opinião –, há o desafio de ...inirmos bem a questão da política industrial no setor automotivo dos dois países. Construir, por assim dizer, ... regime automotivo regional. Construir as bases da complementariedade – que já existe – da indústria au-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tomotiva, olhando terceiros mercados e a importância que poderemos estabelecer a partir de uma plataforma nova aqui na região.

Então, eu queria ouvi-lo sobre essa perspectiva de construirmos, lembrando que a própria Argentina já vai estabelecer com o México, a partir de 2019, já é prevista a possibilidade, o comércio livre na área automotiva. Então, ou o Brasil apressa o passo, ou então nós perderemos, por assim dizer, esse enlace, que é estratégico no setor automotivo.

O segundo ponto é como o Embaixador Danese vê a possibilidade também da expansão, porque falam em certas amarras do Mercosul, mas, para fazer acordo nessas áreas não tarifárias, nós não precisamos do Mercosul. Por exemplo, o Brasil não tem até hoje com a Argentina um acordo de investimento nem um acordo de compras governamentais. Como é que o nosso Embaixador Danese vê essas questões? Até mesmo porque, meu caro Senador Aloysio, nós fizemos vários acordos recentes na área de serviços de compras e de investimentos com quase todos os países da Bacia do Pacífico (México, Peru, Chile, Colômbia) e não temos com a Argentina ainda um acordo de serviços e de compras governamentais.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Outro ponto, e aí olhando o Mercosul, é saber que, nessa relação com a Argentina, além da importância do ponto de vista bilateral, nós somos sócios majoritários do Mercosul. O futuro do Mercosul depende em grande medida de como o Brasil e a Argentina podem formular uma visão a respeito dessa estratégia.

Eu costumo dizer que a nossa relação com o Mercosul é um casamento indissolúvel, porque creio que não se pode revogar a geografia. Embora sendo indissolúvel, isso não significa dizer que não possamos discutir a relação. E temos desafios em relação ao futuro.

Como o Embaixador Danese vê o Mercosul na perspectiva desse desafio que se coloca, com a necessidade de que haja uma maior inserção do Mercosul nessa rede de acordos internacionais?

Gostaria também de falar sobre o início da troca de ofertas que ocorreu do Mercosul com a União Europeia, o que me parece um marco muito importante que veio a acontecer no dia 11 de maio. Quero destacar os esforços que promovemos para fazer a harmonização da oferta dentro do próprio bloco. Como o Embaixador vê os desdobramentos desse processo da negociação com a União Europeia?

E, para finalizar, que novas frentes de negociação nós devemos fixar como objetivos no âmbito do Mercosul? Nós temos a possibilidade de fazer um acordo ampliado com a Índia, com os países do EFTA, complementando toda essa relação com a comunidade europeia – são os países que não estão na União Europeia e que, portanto, podemos alcançar –, e ainda com o Canadá, que, em grande medida, é algo que podemos lançar a curto prazo e também o acordo com os países da África Austral – Sacu –, que eu tenho certeza também de que pode se constituir numa oportunidade extraordinária...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... lembrando que a África do Sul está, evidentemente, considerada nesse acordo.

Era isso.

Agradeço e quero dizer que, com muita convicção, votarei favoravelmente à sua indicação por reconhecer que V. Exª tem todas as condições, pela sua trajetória, de desempenhar-se muito bem nessa missão que é tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, que teve – isto é reconhecido por todos – uma gestão extremamente profícua como Ministro, especialmente nessa área, nesse tema de relações econômicas internacionais.

Por onde nós passamos, há sempre a lembrança da passagem do Ministro e da boa sacudidela que deu nessa área, sempre com a cobertura do nosso queridíssimo Ministro Mauro Vieira.

Quem tem a palavra agora é o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Aloysio Nunes, Presidente da Comissão, Embaixador Sérgio Danese, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a minha intervenção vai ser bastante curta, até porque o Senador Armando Monteiro fez um leque de perguntas bastante abrangente e profundo que advém da sua recente experiência como Ministro de Indústria e Comércio que todos nós aqui, nesta Comissão, conhecemos como um esforço louvável durante sua gestão. E traz essa sua experiência e as suas iniciativas – umas em andamento, e outras, iniciais – para esta Comissão, o que nos enriquece bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, Embaixador Sérgio Danese, vou juntar os elogios que todos fizeram com os meus, também merecidos, evidentemente. Não é somente um jogo de palavras, haja vista a admiração que todos aqui têm pelo seu trabalho, com a expectativa de muito sucesso nesse trabalho na Embaixada da Argentina.

Eu queria só colocar uma pequena questão que em determinado momento apareceu nesta Comissão, ou seja, um certo mal-estar que houve entre Brasil e Argentina em relação a um acordo argentino com a China. Esse acordo tinha relação não só no aspecto bilateral da relação que, em alguns pontos, parecia fugir das nossas premissas do Mercosul, mas também em relação à instalação de uma base chinesa de rastreamento de satélites, na Argentina, e que isso teria sido feito secretamente, sem o conhecimento do Governo brasileiro, o que feriria princípios importantes da nossa relação. Queria apenas colocar essas questões para que V. Sª possa comentá-las.

Muito obrigado.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Agora, tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Aloysio Nunes, cumprimentar o nosso Embaixador Danese e dizer que é com muita satisfação que estou aqui participando desta oitiva. Acho, Sérgio, que você vai nos representar no nosso principal parceiro da América do Sul. Eu, que sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura no nosso País, considero a Argentina um país fundamental, porque estamos discutindo uma parceria melhor nessas áreas de infraestrutura, como energia e transporte. E há também outras áreas importantes que precisamos verificar.

Eu, por exemplo, sou Vice-Presidente da Comissão de Energia do Parlatino e lá discutimos muito a questão da integração energética. Temos feito várias ações com relação à Argentina com o objetivo de ajudar tanto o Brasil quanto à Argentina no que se refere ao equilíbrio do sistema, a evitar *blackout* e a fazer um melhor aproveitamento de energia. Precisamos aumentar esse intercâmbio, em minha visão, com a Argentina.

Agora, com os governos dos dois países mais próximos, creio que pelo menos ideologicamente mais próximos – o Governo atual do Brasil com o governo atual da Argentina –, como é que V. Sª vê a possibilidade de se incrementar essas relações, para que se possa ter um intercâmbio maior e melhor no que se refere à questão dos nossos recursos minerais e dos nossos recursos energéticos de infraestrutura? Por exemplo, a Argentina tem um grande potencial petrolífero concentrado na região da Patagônia, e o Brasil tem uma grande experiência nessa área por tudo que já se fez no pré-sal e também na área de solo, de continente. Então, o Brasil talvez pudesse ter uma parceria maior nesse setor – a Petrobras – com a Argentina, que tem também um grande potencial de gás. Para o Brasil, seria excelente se conseguíssemos ter um intercâmbio maior aí. Acho que agora, com o novo governo argentino e com o novo Governo brasileiro, teremos possibilidade de aumentar essa discussão. Os governos anteriores também eram muito próximos, ou seja, Dilma e Cristina Kirchner. Eu creio que o Macri e o Temer também têm uma proximidade grande.

Então, gostaria de saber de V.Sª como é se pode, com o Governo atual, incrementar esse intercâmbio, melhorar essa questão da infraestrutura entre os dois países, principalmente numa área que tanto o Brasil quanto a Argentina exploram muito pouco, que é a questão da energia solar fotovoltaica. O Brasil precisa incrementar sobremaneira esse mercado, e a Argentina, por ter uma sobra de energia de gás, sobra de algumas formas de energia diferentes da nossa, também explora muito pouco esse filão energético. Então, como é que você V. Sª vê isso, e juntos, podermos trabalhar nessa seara.

Tenho aqui mais uma pergunta. O intercâmbio comercial também andou caindo, Sérgio. Precisávamos verificar como vamos recuperar.

Semana passada, saiu uma reportagem no G1 sobre o efeito da balança comercial brasileira nos países vizinhos, que relata que, de janeiro a abril, as importações de produtos argentinos pelo Brasil somaram US$2,7 bilhões, o qual teve uma queda de 25% em relação aos US$3,6 bilhões no mesmo período de 2015. Destaque entre os principais produtos importados da Argentina pelo Brasil, os veículos automóveis com motor diesel tiveram queda de 6,9% no valor das transações.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A compra de trigos e misturas, também com peso relevante, recuou 36,7%. Em 2015, o Brasil importou US$10,2 bilhões em produtos argentinos, uma queda de 27,2% em relação aos US$14,1 bilhões, em 2014. A nossa crise está afetando toda América do Sul, cuja importação dos produtos caiu cerca de 27%em média.

Diante deste cenário, indago a V. Exª, nobre Embaixador, se não seria, agora, o momento de o Brasil ampliar sua participação no Mercosul, de realmente ter uma posição mais proativa dentro desse mercado, puxando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

toda América do Sul junto, para podermos ter ganhos de ambos os lados. Acho que o Jorge relatou bem essa questão. Não é um lado só que tem que ganhar, todos têm – não é, Jorge? – de sobreviver.

Quais seriam as políticas adotadas por V. Exª para que os laços comerciais entre o Brasil e a Argentina sejam estreitados agora, na visão deste novo Governo que se inicia e nessa área de infraestrutura?

Coloco-me à disposição de V. Exª para qualquer debate dessa questão, para fazermos seminário e encaminhar juntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O último Senador inscrito é o Senador José Agripino. Depois, está encerrado e faremos, antes da votação, antes das considerações do nosso sabatinado, uma rapidíssima deliberação a respeito de um tema que acaba de ser abordado pelo Senador Jorge Viana e que foi objeto também da exposição inicial do Embaixador Danese, que é a criação de um grupo parlamentar Brasil-Argentina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um fórum parlamentar. Então, o Senador Viana vai relatar. Vejam as vantagens de termos aqui um membro atuante da Comissão, que é Vice-Presidente do Senado. Ele, hoje mesmo à tarde, já leva à deliberação do Plenário, quando presidir a sessão. Então, aqui é um *fast track* absoluto.

Enquanto V. Exª se prepara para relatar, se ninguém fizer objeção, evidentemente, à inclusão extrapauta, dou a palavra ao Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a consciência, Embaixador Danese de que estamos sabatinando o indicado para um dos dois mais importantes postos da diplomacia brasileiro, que é Washington e Buenos Aires. Por uma questão muito simples: de proximidade. Todo país que tem fronteira com outro País tem relação privilegiada com aquele país.

Algumas colocações foram feitas por interesses tópicos, como o caso dos Senadores Lasier e Ana Amélia, que são vizinhos, são gaúchos, e têm interesses diretos em questões tópicas nas relações do Brasil com a Argentina, como de ordem mais geral, como a intervenção de todos os outros Senadores, a começar pela intervenção substantiva, robusta do Senador Armando Monteiro, que está chegando de volta a Casa, depois de exercer com brilho as funções de Ministro de Estado.

Há uma coisa que temos que reconhecer – e essa é uma preocupação que quero colocar para V. Exª. Estive com o Embaixador Everton, numa longa conversa, há menos de dois meses, na residência, num domingo à tarde, conversando sobre as relações do Brasil com a Argentina.

O peronismo governou a Argentina pelos últimos anos. Isso é o fato. O peronismo tem os seus cacoetes, tem suas resistências e os seus princípios. Na Argentina, a recente eleição rompeu um processo que já vinha dominando a política argentina há muito tempo. E ganhou o Macri, que é um homem de mentalidade diferente. Ele é favorável ao liberalismo econômico, às parcerias público-privadas, entende a realidade econômica da Argentina, sabe que o milagre econômico não é possível no longo prazo e busca saídas possíveis.

Aqui foi mencionado, por exemplo, o acordo bilateral que a Argentina estaria buscando com o México. Claro: Amigos, amigos, negócios à parte. Somos muito amigos, temos interesses comuns, mas, na hora de resolver a questão da linha branca, do acordo automotivo, das exportações de produtos primários, o que vai prevalecer é o interesse local – interesse de brasileiros e interesse de argentinos.

E cabe aos governos promover a saída possível. É aqui que quero colocar a minha preocupação. Quando propomos, por exemplo, uma reforma da Previdência com rupturas, ninguém imagina uma reforma da Previdência para vigorar no próximo ano, sempre se raciocina no prazo para que se efetive a proposta nova, que significa a proposta inovadora, que pode causar dor.

Na minha opinião, ou o Brasil e a Argentina, agora, com esses novos governos, com a nova mentalidade, com a nova propositura no campo econômico, procuram uma colaboração, não para competirem diretamente, o mercado brasileiro contra o mercado argentino. Acho que os dois países, que têm maturidade no campo econômico, no campo político, precisam encontrar caminho, já que os dois significam, na verdade, o Mercosul, para conquistar espaço para fora, ver como chega ao Mercado da União Europeia somando oportunidades os dois, não competindo.

Não é porque o Brasil fez o acordo bilateral com o México que a Argentina vai buscar também o mesmo acordo bilateral; ou a Argentina fez um acordo com a China, o Brasil faz beicinho. Não é por aí! Ou aproveitamos a nova identidade ideológica do movimento do peronismo, com a eleição do Macri, com o Governo do sidente Temer, que, por enquanto, é interino – e acho que vai se tornar permanente – e procuramos encon- complementação de ações no campo dos dois países se somarem em torno do Mercosul para conquistar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

espaços fora e compatibilizar os seus interesses, ou vamos viver uma eterna briga de interesses. A briga pela exportação da linha branca vai se repetir em tudo o tempo todo, porque são interesses localizados: ou você oxigena a relação, ou você não vai romper a bolha da dificuldade da relação entre os dois países.

Aí, talvez, seja o nó górdio do Mercosul. Essa tarefa pode, em grande medida, ser facilitada pelo fórum permanente político, no campo da convivência de Deputados e Senadores do Brasil com a Argentina, tentando, por um diálogo maduro, facilitar a compreensão, do ponto de vista político, entre os dois governos.

É a sugestão que eu quero deixar com V. Exª: oxigenar. Se formos insistir na mesmice, não vamos chegar a lugar nenhum. A Argentina tem os seus cacoetes, e o Brasil tem os seus cacoetes. O que é preciso é encontrar pontos de convergência que interessem aos dois.

Basta ver o que houve na relação dos Estados Unidos com o México. Quem é que disse que o México quis competir com os Estados Unidos, ou os Estados Unidos competir com o México? O projeto das maquilas foi uma oportunidade de gerar emprego, de colaboração oferecida que deu certo e que estabeleceu uma relação robusta, em que não houve competição, houve somação. Interessa aos Estados Unidos e interessa ao México. Então, é preciso encontrar esse caminho. Com a nova postura dos novos governos, eu acho que isso é possível.

Quanto a V. Exª, que é ex-Secretário-Geral do Itamaraty do Governo da Presidente Dilma, eu sou testemunha do seu espírito republicano. V. Exª é o homem certo para levar à frente essa tarefa. Eu tenho certeza absoluta.

Então, eu acho que a sua indicação para a Argentina é uma indicação apropriada. Agora, leve daqui as experiências das opiniões dadas e as sugestões eventualmente dadas por alguns Senadores, que querem o melhor para as relações entre o Brasil e a Argentina.

Acho que V. Exª poderá ser um grande intérprete nesse sentido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Antes de passar às considerações do Embaixador, dou a palavra ao Senador Jorge Viana, para essa relatoria de uma matéria extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA
MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , de 2016

Institui o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª.

Eu acho que é uma maneira de homenagearmos o Embaixador Danese, quando vem para uma sabatina que define a sua nova missão. Ele, que nos ajudou aqui, volto a repetir, pode já, sendo acolhido aqui, pela Comissão, como está sendo, e pelo Plenário da Casa, levar uma notícia – e o senhor está nos levando a tomar essa decisão. Eu me refiro ao projeto de resolução do Senado. Vamos obviamente ter que deliberá-lo no plenário, que institui o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina e dá outras providências. É de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão.

> Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações entre os respectivos Senados argentino e brasileiro, facilitar a aprovação congressual de atos bilaterais acordados pelas instâncias negociadoras dos dois países e de tratar de questões de interesse legislativo comum.
> Art. 2º O Fórum Parlamentar será integrado por membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem.
> Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é membro nato.

Para poder dar uma espécie de secretário desse fórum do lado brasileiro e garantir que ele, de fato, aconteça. Fala também:

> Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:
> I – visitas e reuniões regulares;
> II – realização de congressos, seminários, simpósios [...] [etc.]

E um sem-número de cooperações: permuta periódica de publicações, intercâmbio de experiências parlamentares e outras atividades compatíveis com os objetivos do Fórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Fórum Parlamentar reger-se-á pelo Regimento Interno ou, na falta deste, pelas decisões de maioria. Em caso de lacuna de resolução do Regimento Interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional.

As atas das reuniões e demais atos relativos às atividades do Fórum Parlamentar deverão ser publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A justificativa é óbvia, pode ser feita por esta própria audiência que estamos fazendo, esta sabatina, por um outro tanto de debates que temos, pelas intervenções, especialmente dos colegas que representam o Rio Grande do Sul – eu me refiro ao Senador Lasier Martins, à Senadora Ana Amélia e ao Senador Paulo Paim, que estão sempre trabalhando aqui na Casa agendas comuns –, e também pela importância econômica e, como disse o Senador Cristovam, cultural e científica.

A relação comercial nossa, no começo do governo do Presidente Lula, quando ele estava assumindo, era de perto US$9 bilhões, hoje chega perto de US$23 bilhões, um crescimento extraordinário, que mostra a importância econômica que essa cooperação tem.

Eu acho, como falei há pouco, que há certo distanciamento, uma certa – com todo o respeito, não é a palavra mais adequada – negligência nossa, do ponto de vista do Parlamento, de estarmos mais perto uns dos outros. E acho que esta resolução resolve e nos impõe um desafio muito interessante, muito importante para a América do Sul, para o Mercosul e, especialmente, para a relação bilateral Brasil-Argentina.

Eu parabenizo o Senador Aloysio e subscrevo, inclusive, além de agradecer a relatoria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Se não houver objeção, este projeto de resolução será encaminhado como de autoria da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Com a palavra, então, o nosso Embaixador Sérgio França Danese.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer a todos os Senadores que fizeram uso da palavra pelos elogios muito generosos, mas imerecidos que me dirigiram. Eu acho que, sendo um funcionário de Estado, de carreira, eu tenho o costume de dizer que não fazemos mais do que a obrigação ao fazer o trabalho da melhor maneira possível, tendo uma consciência muito clara de qual é a nossa tarefa, de quais são os nossos desafios, de quais são as nossas responsabilidades. Mas, de qualquer maneira, os elogios todos me desvanecem muito, me dão a certeza de que eu vou poder continuar contando com o apoio desta Casa no trabalho que eu venha a realizar caso seja por ela aprovado.

Eu queria também, Presidente, enaltecer muito essa iniciativa de que finalmente se crie um Fórum Parlamentar Brasil-Argentina no Congresso brasileiro. É uma matéria de inquirição mesmo: mas por que isso não aconteceu antes? Nós temos grupos de amizade parlamentar com muitos países em todo o mundo, menos com países sul-americanos. Não se trata apenas da Argentina; se formos olhar, vamos descobrir que há outros também que poderiam ser criados.

Eu acho que é uma iniciativa extraordinária que se está tomando hoje aqui nesta Casa. Eu, sendo aprovado e desempenhando as minhas funções em Buenos Aires, tudo farei para ajudar. Eu sou um entusiasta das relações parlamentares entre os países. Eu acho que elas têm, de fato, um papel a cumprir nas relações internacionais, nas relações diplomáticas.

É importante também que, no caso da Argentina e no caso do Brasil, que são países de vasta dimensão territorial, de sistema federal, é importante que esse grupo parlamentar ajude também em outra tarefa igualmente importante, que é a de aproximar as províncias argentinas e os Estados federados brasileiros nesse processo, enfim, somá-los a esse processo de integração.

Eu queria aqui dizer: o Senador José Agripino fez uma referência a uma importância maior que os Estados do Sul do Brasil dão a essa relação com a Argentina. É verdade, mas todos os Estados brasileiros fazem parte do Mercosul e têm interesse na relação com a Argentina e com cada um dos nossos parceiros. Os Estados Nordeste recebem um contingente importante de turistas argentinos e têm, portanto, uma participação portante nessa relação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria fazer essas primeiras considerações e dizer que estarei inteiramente à disposição para ajudar no que for possível. A Embaixada em Buenos Aires estará inteiramente à disposição para ajudar nessa tarefa da diplomacia parlamentar que hoje se inaugura aqui no campo das relações entre o Brasil e a Argentina.

Eu vou tentar responder as questões, quando for possível, juntando-as. O Senador Cristovam Buarque perguntava o que muda na política com os dois governos, atualmente, a cargo do Estado brasileiro e do Estado argentino. Eu acho que muda, basicamente, a intenção ainda maior de ampliar as relações e de recolocar ou restabelecer o diálogo e a coordenação em todos os níveis, em todos os âmbitos.

Eu acho que os sinais foram muito claramente dados desde o início do governo Macri. O Presidente Macri esteve no Brasil – foi sua primeira visita como Presidente eleito – e manifestou de maneira muito clara, assim como a Chanceler Malcorra, a ênfase, a importância que o governo argentino está atribuindo não só à relação com o Brasil, porque essa sempre terá a importância reconhecida por qualquer governo argentino, mas também à disposição de, realmente, trabalhar de maneira muito firme em favor dessa relação, até com uma expressão que usou a Chanceler Malcorra, que é seguir uma linha de não surpresas. Ou seja, que os países não façam nada sem se consultar, sem ter conhecimento daquilo que o outro está fazendo.

Portanto, eu acho que há uma extraordinária boa vontade para aprofundar essa relação, com bases muito concretas. A relação não é uma abstração. Ela se manifesta através de determinados canais de diálogos, de concertação, de coordenação. E a disposição de ativar esses canais, de investir nesses canais é aquilo em que nós, acho, podemos apostar que já vem ocorrendo e ocorrerá de maneira cada vez mais acentuada na relação Brasil-Argentina, com esses dois governos.

Eu concordo que o Brasil e a Argentina, em matéria de ciência, tecnologia e inovação, perderiam um pouco da sua classificação no mundo em relação à classificação que teriam se as duas economias fossem juntadas, mas acho que são áreas em que os dois países têm potencial de cooperação muito grande. A Argentina tem áreas de ponta muito notáveis, nas quais temos procurado nos beneficiar, como, por exemplo, na área nuclear. A Argentina tem um desenvolvimento na área nuclear. A aplicação da energia nuclear para fins pacíficos é muito desenvolvida, da qual podemos nos beneficiar.

Nós temos esbarrado na questão – e ela afeta, infelizmente, todas as demais áreas do relacionamento – da escassez de recursos que os dois países, os dois Governos têm enfrentado. Essa questão tem nos afetado muito fortemente.

Nas áreas de ciência e tecnologia, de cooperação espacial, de cooperação nuclear, temos projetos muito concretos em desenvolvimento. Nós vemos que esses projetos estão sendo afetados pela falta de disponibilidade de recursos do lado brasileiro. Por exemplo, o reator multipropósito brasileiro que depende ainda, para o início do seu completo desenvolvimento, para a conclusão dos estudos, de um aporte de recursos por parte do Governo brasileiro que não se fez. Enquanto esse aporte não se fizer nós vamos ficar aguardando que o projeto possa avançar.

Eu também queria fazer uma menção rápida sobre a questão da revalidação de diplomas. É importante saber que essa é uma questão sobre a qual nós, o Itamaraty, temos nos dedicado muito firmemente, não só em relação à Argentina, mas em relação a vários outros países. Mas é preciso ter em mente que a legislação dos dois países é uma legislação que cria uma série de dificuldades para que isso possa ser feito. Aqui no Brasil, por exemplo, o reconhecimento de diplomas é feito pelas universidades, não é uma decisão que seja tomada pelo Governo Federal. Então, as universidades têm uma grande autonomia e isso é parte de um princípio. É um princípio, digamos, constitucional, é um princípio sagrado das nossas universidades que elas tenham essa independência.

Portanto, é uma área que, obviamente, nós sabemos aonde gostaríamos de chegar, mas tenho a impressão de que a forma de chegar ainda está em elaboração, porque seria preciso revisitar todo esse arcabouço jurídico que, de parte a parte, torna essa questão difícil.

É verdade, nós temos tido uma indicação cada vez maior de um crescimento do número de estudantes brasileiros que procuram as universidades argentinas de grande qualidade e que depois acabam enfrentando, aqui no Brasil, o problema da revalidação dos diplomas, ou têm que fazer exames. No caso das faculdades de medicina, é preciso fazer o exame, que é um exame difícil, enfim. Mas eu acho que nós teremos que trabalhar nisso e eu me comprometo, obviamente, a seguir esse tema de muito perto.

Em relação aos comentários que D. Pedro teria feito sobre o Sarmiento, a gente poderia fazer vários tipos de comentários e um deles é bem-feito. O Brasil deveria ter investido em educação. Nós não tínhamos abolido a escravidão ainda quando a Argentina estava instituindo a educação universal e gratuita, uma política que durou e vem durando desde então. E nós não tínhamos ainda abolido a escravidão. Portanto, eu acho que, quanto ao comentário, ele devia de fato sentir. Não sei se disse isso com tantas palavras, exatamente com essas palavras, mas a inveja aqui... Enfim, era preciso que nós tivéssemos feito outras coisas antes para que pudéssemos nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

equiparar a isso. Acho que há tempo ainda para fazer isso, mas a Argentina ganhou uma dianteira imensa em matéria de educação e isso, certamente, ajuda o país nesses momentos.

E a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – "Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País."

Anuindo a República um ano depois da abolição. "Escravos outrora tenha havido." Era um ano.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Enfim, de qualquer maneira, eu acho que é importante ter em mente isso. Nós estamos tratando aqui de um país que levou sempre muito a sério a questão da educação. Acho que isso para nós é um exemplo.

A Senadora Ana Amélia fez referência ao acordo transfronteiriço, Acordo sobre Localidades Transfronteiriças Vinculadas.

De fato, nós sempre tivemos esse problema. Quando eu assumi a assessoria parlamentar, o então Ministro Celso Amorim me disse que eu tinha que a minha prioridade era cuidar da questão dos acordos, porque eles demoravam muito para ser aprovados no Congresso. E eu voltei, três meses depois, e ele disse: eu lamento, mas não é no Congresso que os acordos demoram. Os acordos demoram no Executivo, antes de serem mandados para o Congresso e depois de serem aprovados pelo Congresso.

Eu acho que isso vai mudar. Acho que há uma consciência crescente no Governo de que esse sistema que nós utilizamos precisa ser agilizado. Não é possível que um acordo internacional entre em vigor, como ocorreu com esse em 2011 – o acordo foi assinado em 2005; entrou em vigor porque nós aprovamos o acordo em 2011 –, que não pôde ser implementado, ao longo de quatro anos, porque foi de novo submetido a uma série de considerações por parte do Executivo. A Constituição Federal é claríssima ao dizer que os acordos são assinados *ad referendum* do Congresso Nacional; não *ad referendum* do burocrata de quinto escalão de um ministério qualquer que, de repente, resolve que – embora esteja bem aquele acordo – não está de acordo, então ele segura o acordo.

Nós, nesse caso, de qualquer maneira, trabalhamos muito intensamente, e foi possível que o acordo fosse aprovado. Embora a Comissão de Desenvolvimento Transfronteiriço tivesse já aprovado e tenha, no seu programa de trabalho, um programa intenso de desenvolvimento de relações transfronteiriças, esse acordo era imprescindível para que isso pudesse ser feito. Então, a partir de agora, nós estamos confiando que vamos poder realizar a próxima reunião da Comissão de Desenvolvimento Transfronteiriço e começar a implementação imediata do cartão ou da carteira de identidade fronteiriça, que permitirá que as pessoas que atendam a esses requisitos – que morem, portanto, nos Municípios que são considerados fronteiriços – possam ter não só o livre trânsito, mas também o acesso a certos tipos de serviços e direitos, do outro lado da fronteira, naquela faixa que está delimitada pelo acordo.

Quanto à terceira ponte do Rio Uruguai – o Senador Lasier também fez essa colocação, e eu vou procurar responder aqui juntamente –, nós estamos já em uma fase de marcação da reunião da Comissão Mista que vai definir a localização da ponte. Os estudos de viabilidade, os estudos todos foram concluídos em relação às três possibilidades, e nós estamos insistindo muito com o lado argentino para que essa reunião possa ser marcada. A informação que tenho aqui é de que havia um problema apenas. O ministro argentino que é responsável pela área não tinha uma disponibilidade imediata de agenda, mas nós continuamos insistindo muito para que essa reunião possa se realizar no prazo mais breve possível, que a decisão sobre a localização possa ser tomada e, portanto, que os trabalhos possam progredir.

Acho que aqui vai haver outra questão que tem a ver um pouco com isso que os dois Senadores do Rio Grande do Sul levantaram: há uma etapa posterior à construção. Construir a ponte é uma parte, é uma condição necessária, mas não é suficiente para estabelecer ou para facilitar essa questão da travessia, a que se referiu o Senador Lasier. É importante que os dois governos possam estabelecer os sistemas de controle, que são ainda indispensáveis no nosso grau de integração. Nós esperamos que isso um dia vá desaparecer, porque é o que deve desaparecer em qualquer processo de integração, mas ainda hoje esses controles fronteiriços são necessários, e é uma área em que nós temos muitos problemas também, porque há às vezes indisponibilidade de pessoal, há uma dificuldade. Quer dizer, construir a ponte é construir o *hardware* dessa travessia, mas é preciso construir também ou instalar o *software* que vai permitir que o trânsito se processo de maneira facilitada, expedita.

Nós temos problemas frequentemente com os turistas argentinos. São 2 milhões de turistas argentinos que se deslocaram ao Brasil. Em grande medida, eles se deslocam por estrada, portanto têm que passar controles fronteiriços e às vezes têm problemas até para fazer o seu registro de entrada do País. Essas questões têm que ser equacionadas e a Embaixada estará atenta a tudo isso, procurando colaborar da melhor forma possível.

A reversão do quadro sobre a questão da cooperação em ciência e tecnologia foi o que eu lhe disse, Senador Lasier. Nós estamos retomando os mecanismos de coordenação nessa área. O ex-Ministro Celso Pansera,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da Ciência e Tecnologia, fez uma visita a Buenos Aires em fevereiro. Foi muito útil a visita. Ela ajudou a recolocar a relação e toda essa cooperação – digamos – nesse novo empenho que os dois governos estão mostrando. Mas nós continuamos esbarrando, nessa área, na questão orçamentária e financeira. A época de crise não é exatamente uma época que ajude muito nesse processo. Isso não impede que nós façamos o trabalho de seguir avançando naquilo que for possível avançar, de seguir mapeando novas iniciativas, de seguir identificando as áreas em que nós vamos poder avançar quando a situação orçamentário-financeira se resolver.

O Senador Jorge Viana fez um comentário sobre a questão dos superávits reiterados e estruturais que o Brasil tem em relação aos países vizinhos sul-americanos. Eu não vejo muito como alguma atuação voluntarista pudesse alterar isso. Eu acho que esses superávits são uma consequência da diferença estrutural entre a economia brasileira e a economia desses países. É uma questão de mercado. Esses países, muitas vezes, procuram no Brasil os fornecimentos, porque preferem encontrá-los aqui no Brasil a encontrá-los em outras áreas. Nós podemos, sim, fazer um trabalho sistemático de tentar eliminar aquelas barreiras que não sejam justificáveis do ponto de vista das regras da OMC, das regras do Mercosul, e assim por diante.

Essa é uma questão antiga. Quando eu entrei no Departamento das Américas, em 1981, um grande tema que havia lá, Senador Armando Monteiro, era o tema das balas Toffees Estofes e dos chapéus de *toquilla* equatorianos. O Brasil tinha um enorme superávit comercial com o Equador, mas o gavetão do Benedito Moreira, da Cacex, não deixava que nós importássemos lá US$2 milhões de balas Toffees, e os famosos chapéus Panamá, que são, como sabem, feitos no Equador, também sofriam uma barreira, uma limitação.

Esse é um problema antigo que nós temos. O que nós precisamos é trabalhar com esses países também para ajudá-los a oferecer no mercado brasileiro os produtos em que eles são competitivos. Nós podemos ajudá-los. Havia um programa. Eu não sei, hoje em dia, como isso está funcionando. Nós podemos tentar retomar, pelo menos na relação com a Argentina, o Programa de Substituição Competitiva de Importações, ou seja, que esses países tenham capacidade de olhar o mercado brasileiro com outros olhos, e tentar promover os seus produtos no mercado brasileiro, de forma que o Brasil se interesse por comprar produtos desses países.

Eu não acredito, como eu disse, em nenhum tipo de ação muito voluntarista da parte do Governo ou do Estado brasileiro para reverter esse superávit, porque isso seria uma interferência nas transações do Brasil com esses países. Eu não sei como isso poderia ser feito que não fosse por um sistema de controle absolutamente ilegal, sob todos os pontos de vista das regras internacionais ou regionais.

Sobre a questão da relação parlamentar, nós já pudemos aqui explorar isso bastante. Eu acho que, de fato, há uma necessidade de priorizar essas relações entre os Parlamentos. Há uma manifestação de vontade muito forte da parte do Governo argentino. A Vice-Presidente da Argentina, que é Presidente do Senado, pelas disposições constitucionais da Argentina, esteve no Brasil e tocou nesse ponto com o então Vice-Presidente, Michel Temer, o seu contraparte naquele momento no Brasil, e aqui, no Senado, também. De forma que há uma vontade de ambos os lados. É preciso aproveitar este momento para que isso realmente se instaure como uma agenda aqui, no Parlamento brasileiro, juntamente com o Parlamento argentino.

Ao Ministro Armando Monteiro, a quem eu agradeço muito as referências muito elogiosas que fez à administração que o Ministro Mauro Vieira imprimiu ao Itamaraty, e foi um prazer participar desse processo, eu, de fato, queria confirmar a nossa impressão de que nós fizemos, sim, nesse período, que foi de cerca de 16 meses, avanços muito substantivos, embora sem grande alarde.

Nós fizemos isso de maneira muito prática, muito tranquila e conseguimos assinar muitos acordos aqui, na região, e fora da região também. Foram vários acordos de promoção e proteção de investimentos e de cooperação na área de investimentos com países na África, enfim, estamos propondo a vários outros parceiros. Nós tivemos uma atividade diplomática muito grande nessa área econômica.

Tivemos avanços importantes na área de atuação externa do Mercosul, em que o Brasil mostrou, nesse período, uma liderança muito clara, que deve continuar mostrando. No caso do acordo Mercosul e União Europeia, por exemplo, é algo que avançou, sem dúvida nenhuma, por causa dessa disposição que o Brasil exerceu durante a sua Presidência no Mercosul e que o Brasil vem exercendo, depois, nas duas Presidências subsequentes do Mercosul.

Eu acho que o domínio que o comércio de autopeças e de automóveis exerce na relação comercial Brasil-Argentina é um fato incontestável. Há uma dificuldade patente que é o fato de que, no fundo, é um comércio que, em grande medida, é realizado entre empresas, ou seja, são grandes multinacionais que estão de um lado e de outro da fronteira e que veem o mercado de uma maneira muito própria. Isso é um elemento que nós teríamos de levar em conta, mas eu acho que, sem dúvida nenhuma, o esforço que devemos fazer agora é o de não ficar simplesmente renovando a cada ano esse acordo com esse sistema flex, que é um sistema complicado. Nós temos avançado também na área automotiva com outros países. Com o México, fizemos um acordo importante no ano passado, que resolveu, pelo menos pelos próximos quatro anos, a questão que ha-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

via surgido atrás. Com a Colômbia, fizemos um acordo, que é mais modesto que o acordo com o México. Fizemos um com o Uruguai também.

Enfim, estamos avançando nisso, mas eu acho que, de qualquer maneira, Senador, enquanto os dois países estiverem ainda enfrentando uma situação de crise econômica, a crise não é um bom conselheiro para essa área. A crise tende atende a acirrar o ímpeto protecionista, tende a acirrar os temores, tende a acirrar a falta de capacidade de apostar num futuro que ainda parece incerto. Eu tenho a impressão de, como os sinais são, dos dois lados, que nós teremos proximamente uma reversão desse quadro. Aí, sim, seria o momento de procurarmos trabalhar de governo a governo, mas também envolvendo, sobretudo, os setores privados, que são os agentes desse setor produtivo para que nós possamos avançar não só num sistema de livre comércio dentro do Mercosul, principalmente entre Brasil e Argentina, mas também buscando elementos de composição das cadeias produtivas etc, que assegurem que o Mercosul seja competitivo em matéria de indústria automobilística e não apenas que o Brasil seja competitivo ou a Argentina, e que nós tenhamos essas dificuldades que periodicamente surgem nessas áreas.

Acho que a expansão temática dos acordos para outras áreas é algo básico para sustentar o Mercosul. Nós fizemos um esforço nesse sentido e acho que o que devemos acompanhar com grande interesse são essas negociações entre o Mercosul e a União Europeia, que vão mostrar que é muito importante que o Mercosul possa avançar nisso e vão servir como uma espécie de força motriz para motivar o Mercosul e ajudá-lo a retomar o seu vigor.

Muitas vezes, o fato de olharmos para uma relação externa ajuda a organizar o nosso trabalho internamente e faz com que nos valorizemos como união aduaneira, como um mercado comum. Não teríamos, provavelmente, o mesmo êxito se fôssemos negociar com a União Europeia individualmente. Eles nos veem como algo parecido com eles, como esse mercado potencializado ampliado pela união aduaneira. Acho que é importante acreditarmos nisso porque isso vai nos ajudar a entender melhor a importância de nós organizarmos, de fato, o nosso mercado comum e de apostarmos nele, não o vendo como uma espécie de *menu* de onde tomo aquilo que me interessa e o que não me interessa eu deixo de lado.

Então, acho que esse esforço com a União Europeia é um esforço síntese que o Mercosul está fazendo neste momento em matéria de negociações externas, mas outros esforços podem ser feitos. O Senador mencionou aqui vários países com os quais nós estamos em tratativas ou estamos pensando em realizar, fazer uma sinalização, mostrando interesse em negociações: a Índia; o EFTA, que é mais modesto, mas uma área importante com a qual poderíamos desenvolver um acordo de livre comércio; o Canadá; a Sacu; os países do Golfo – eu queria que nós não nos esquecêssemos dos países do Golfo, que são um mercado importante e com os quais nós temos um acordo já negociado, mas que não foi possível levar adiante porque há resistências de certos setores.

Acredito muito que essas negociações externas do Mercosul possam servir de catalisador para que nós possamos recolocar o Mercosul nos seus termos originais, dando uma ênfase a sua vertente econômico comercial, e não acreditar que, já que não resolvemos a vertente econômico-comercial, vamos fazer uma série de iniciativas em outras áreas que são importantes, mas que não vão se sustentar se não houver, de fato, uma integração mais firme e com a qual os países estejam verdadeiramente comprometidos.

O Senador Tasso fez referência aos acordos entre a Argentina e a China e a essa preocupação que houve com relação à base de monitoramento de satélites. Estamos acreditando muito nessa política que se deliberou entre os dois países de não surpresas.

Eu acho que a qualidade do diálogo que se está desenvolvendo entre o Brasil e a Argentina neste momento vai permitir que esses temas todos sejam tratados com grande franqueza, com grande abertura. Isso é necessário. Não há porque haver desconfianças ou situações como essas que, por uma questão provavelmente de falta de informação ou por um problema de comunicação, geraram uma certa apreensão aqui.

Não podemos nos esquecer também de que assinamos dezenas de acordos com a China. Enfim, são relações que os países mantêm bilateralmente com a China. Não havia nenhuma cláusula que nos obrigasse a prestar contas aos argentinos daquilo que estávamos assinando.

Eu acho que, neste momento, o importante é que haja essa disposição de não gerar surpresas na relação bilateral, de não gerar surpresas naquilo que os países fazem na sua capacidade individual. Os países não estão desaparecendo, porque estão fazendo um processo de integração, eles mantêm a sua capacidade soberana de manter relações com os países no mundo que lhes interessem.

Dessa forma, ficamos mais tranquilos com relação a isso, estamos monitorando.

Eu acho que a questão da China e de outros países também deve ser abordada sob outro ponto de vista, não tanto esse da preocupação com uma base –, que é a capacidade de financiamento que têm esses parceiros mundo todo – falo dos Estados Unidos, de países da União Europeia, eventualmente da própria Índia – e e não temos, estamos perdendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Vamos ter que lidar com isso, porque, senão, vamos sim perder muito espaço. O cerne da questão está no fato de que, se não desenvolvermos mecanismos mais eficazes para garantir que as nossas empresas de serviços, de venda de bens, de tecnologias etc. possam ter um acesso financiado ao mercado argentino, vamos perder espaço, e esse, sim, é um motivo de preocupação.

Isso cabe muito a nós. Temos instrumentos, temos o BNDES, temos que ajudar a Argentina a desenvolver um BNDES argentino. Temos o Fonplata, temos o Focem, temos vários instrumentos. É preciso fortalecer esses instrumentos para que a região possa se financiar, e o comércio intra-Mercosul – comércio de bens e de serviços – possa ter uma financiamento próprio, porque, senão, vamos perder espaço para esses países.

O Senador Hélio José fez umas referências à questão da infraestrutura e da área de energia. São áreas absolutamente cruciais do relacionamento bilateral Brasil-Argentina. Como disse, empresas brasileiras participam, neste momento, de cerca de 11 projetos diferenciados de infraestrutura na Argentina. Temos que tomar esse cuidado, de assegurar que vamos ter capacidade de financiamento, para que possamos continuar a operar, a ter acesso a esse mercado.

Na área energética, também há uma integração importante entre os dois países. As manchetes dos jornais argentinos hoje falam justamente de um excesso de demanda por energia na Argentina e do recurso que o governo Macri está fazendo, um recurso emergencial a todos os países vizinhos – Chile, Bolívia, Paraguai, Brasil e Uruguai – para tentar suprir esse déficit de energia. Em outros momentos, nós temos necessidade de nos suprir de fontes de energia da Argentina. Nós estamos nesse processo de retomada do diálogo, de valorização do diálogo, da coordenação entre os dois países. Está previsto que a Comissão de Energia volte a se reunir. Fazia muitos anos que ela não se reunia. Então, nós vamos poder atuar de maneira mais incisiva nessa área de integração energética. Há uma questão das usinas termelétricas de Garabi. Enfrentam uma questão de certificação ambiental, se não estou enganado. São questões que vão ter que ser resolvidas com o tempo.

Na área de infraestrutura, terão visto, eventualmente, o relatório que o Embaixador Everton submeteu, que foi transmitido aqui à Comissão de Relações Exteriores. Faz menção a um estudo bastante detalhado que a Embaixada do Brasil fez em relação ao mercado de infraestrutura na Argentina. Esse estudo está sendo atualizado. Ele é de janeiro deste ano. Ele tem que ser atualizado levando em conta, inclusive, essa reinserção muito rápida que a Argentina está fazendo no mercado internacional, portanto atraindo outros competidores para esse mercado promissor de infraestrutura. É importante que demos atenção a tudo isso.

O Senador José Agripino, naturalmente, mencionava as sugestões que são feitas aqui, que eu terei em grande conta. Eu acho que não só neste momento, mas em qualquer momento – eu sendo aprovado para o posto – que os Senadores queiram transmitir sugestões, pedidos, encaminhamentos, a Embaixada estará plenamente à sua disposição. É muito importante esse diálogo. Os Senadores têm um contato direto com seus Estados. Os Senadores dos Estados fronteiriços, então, nem se fala. São parceiros muito importantes nesse trabalho de administrar as relações do Brasil com um país tão importante como a Argentina, que não pode ser um trabalho exclusivo do Poder Executivo. Portanto, as sugestões dos Senadores, não só nesta ocasião, mas em qualquer ocasião, serão sempre muito bem-vindas. Eu espero muito, sendo aprovado, recebê-los lá com muita frequência, para que possam ter essa atuação *in loco* na Argentina.

O Senador José Agripino insistiu na questão – eu gosto da expressão – "mesmice". É evidente que, tanto na relação bilateral Brasil-Argentina quanto em relação ao Mercosul, nós precisamos constantemente buscar novas forças motrizes. Eu acho que, no caso do Mercosul, a negociação externa, a negociação com a União Europeia, acabou por ser um fator importante, um catalisador importante da vontade do Mercosul de se portar como tal, de se ver como tal e de se lançar ao mundo. É um relacionamento que vem por força dessa ideia que, no fundo, não devia ser inovadora, mas está sendo inovadora, que é a de nós procurarmos um acordo importante fora da nossa região.

Eu acho que há outras áreas em que nós devemos procurar inovar, ajudar a Argentina a superar algumas das assimetrias que eles, com razão, reconhecem na relação com o Brasil: a questão dos financiamentos e a questão da hidrovia. Eu acho que a questão da hidrovia deve ser um desses fatores mobilizadores dos dois países para que nós possamos avançar. É preciso repensar a hidrovia, os seus regulamentos, etc. É preciso superar essas dificuldades que a Argentina criou mais recentemente. E é preciso olhar para o futuro, ver a hidrovia como um grande elemento de infraestrutura regional, para o escoamento da produção dos países para os mercados internacionais, mas também para o comércio entre esses países.

Portanto, nós temos várias áreas em que é perfeitamente possível não insistir na mesmice. Ao contrário, são áreas que terão uma força criadora tanto para a relação bilateral quanto para o fortalecimento do Mercosul.

Eu devo ter passado por algumas questões. Fico à disposição para voltar a algum ponto de que eventualmente não tenha tratado, mas acho que, pelo menos pelo que tenha notado aqui, esgotei o que achava que deveria responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria muito rapidamente...

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... dizer que o Embaixador Danese lembrou um ponto fundamental, que é a questão do financiamento.

Nós temos verificado, com preocupação, que o processo que envolveu a Lava Jato e seus desdobramentos terminou por produzir, até no debate, a ideia de criminalizar esse processo de financiamento das empresas e de serviços, especialmente na área de engenharia do Brasil aí fora. E o Brasil não pode perder a presença.

Evidentemente, por conta de todo esse processo que afetou diretamente as grandes empresas, há de se esperar uma certa retração dessa presença. Mas nós temos que lutar, para que o Brasil mantenha essa presença, que é tão expressiva na América do Sul e na América Central.

E, de resto, essa estratégia está muito associada à questão do financiamento. A presença de todas as companhias espanholas, americanas e chinesas está diretamente associada ao modelo de financiamento, ao processo de financiamento. Quer dizer, essa questão é fundamental.

Então, acho que foi muito bem lembrado pelo Embaixador Danese: precisamos valorizar esse instrumento importante e o papel que o BNDES desempenhou, ao longo dos últimos anos, no apoio a essa presença das empresas brasileiras nesses mercados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Antes de encerrar esta parte da nossa sabatina, chegou uma pergunta, pela internet, a respeito de uma convenção que está sendo estudada em vários órgãos do Governo, sobre o trabalho a bordo das embarcações marítimas.

Se o Embaixador não tiver as informações atualizadas, creio que a sua competente assessoria parlamentar, Embaixador, poderá entrar em contato com esse internauta.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Obrigado, Presidente.

De fato, conheço o tema em parte, porque tratei dele com o pessoal justamente da Abremar (Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos). Mas vou pedir permissão para realmente responder a isso com mais precisão, pela mesma via em que recebemos a consulta, porque não quero aqui dizer qualquer coisa, nem deixar sem resposta.

Então, vou pedir ao pessoal da assessoria parlamentar que consulte as áreas competentes, para que vejamos qual é o *status* dessa convenção neste momento e o que podemos fazer para apressar a sua tramitação, se for o caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

Vamos agora, encerrados os debates, passar à apuração dos votos.

Senador Fernando Bezerra, V. Exª gostaria de fazer uma intervenção? Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Certo.

Então, vamos passar à apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

À unanimidade. (*Palmas.*)

Peço ao Senador Armando Monteiro que funcione como Secretário do nosso escrutínio.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião, com os cumprimentos que todos renovamos ao Embaixador Danese.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, José Pimentel, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka, Eduardo Braga e Vicentinho Alves. Justifica ausência o Senador Hélio José. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, é solicitada a inclusão, como Extrapauta, da Mensagem (MSF) nº 53, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor Mário Povia para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ-." Relator: Senador Wellington Fagundes. Resultado: É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, tem início a audiência pública, para tratar de assuntos ligados à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura (RQI) nº 30, de 2016, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e o Senhor Tiago de Barros Correia, Diretor da ANEEL. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Wilder Morais, Dalirio Beber, Lasier Martins, Gladson Cameli e Edison Lobão. O Presidente registra a presença, no plenário da Comissão, dos Deputados Estaduais Alessandra Campelo (PMDB - AM), Sinésio Campos (PT - AM), Wanderley Dallas (PMDB - AM) e Dermilson Chagas (PEN - AM). Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e três minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Como acontece em todas essas reuniões, temos comunicados.

A Presidência comunica o recebimento de carta da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). A Associação agradece a oportunidade de ter participado de audiência pública realizada nesta Comissão para tratar das alternativas de recarga de veículos elétricos.

A Presidência comunica ainda o recebimento do aviso do Tribunal de Contas da União. Trata-se do Aviso nº 1.409, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de conhecer e avaliar a fiscalização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), quanto ao Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), envasado em botijões de 13kg mais conhecidos como gás de cozinha.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento de nº 30, de 2016, de minha autoria, aprovado nesta Comissão, para tratar de assuntos ligados à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir a possibilidade de ler o relatório em relação à indicação da Antaq. Se fosse possível, a gente já dava adiantamento a isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos pedir a compreensão dos nossos convidados e V. Exª vai realmente se desincumbir dessa função, como sempre acontece, o mais rapidamente possível.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Até também acho que é oportuno, porque há outros Senadores que já avisaram que estão chegando.

Relatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre a Mensagem nº 53, de 2016, do Presidente da ɔública, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Mário Povia para exercer o cargo de etor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Mário Povia para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República.

Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 53, de 2016 (Mensagem nº 321, de 2016, na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Mário Povia nasceu na cidade de Osasco (SP) em 1963. É engenheiro, graduado pela Universidade Mackenzie, e bacharel em Direito pela Universidade Paulista. Possui pós-graduações em Administração de Empresas e em Direito, ambas pela Universidade Mackenzie, e em Regulação de Serviços Públicos, pela Fundação Getúlio Vargas.

O histórico profissional do indicado registra que ele é servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, tendo tomado posse em janeiro de 2006. Nesse período, foi Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto Organizado de São Sebastião; na Antaq, foi assessor da Superintendência de Portos, assessor técnico da Diretoria da Agência e Superintendente de Portos. De dezembro de 2012 a fevereiro de 2014, ocupou interinamente cargo de Diretor. Tendo sido indicado pela Presidente da República ao final desse período para titular da Diretoria, foi sabatinado e aprovado por esta Casa, e exerceu mandato cujo termo se encerrou em 18 de fevereiro de 2016. Ainda em maio de 2014, foi nomeado Diretor-Geral da Antaq, nos termos do §2º do art. 53 de sua lei de criação.

Constata-se que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno "para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões", e pelo Ato nº 1, de 2009 – CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013 – CI, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura". São elas relativas a: existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Consideram-se, assim, atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou a Antaq.

Por fim, cabe mencionar que, segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém, ou manteve nos últimos doze meses, vínculos com empresa exploradora de atividades reguladas pela Antaq, pelo que não se enquadra nas situações de impedimento previstas no art. 58 da supracitada lei.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Mário Povia para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

Sala da Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria compartilhar a nossa alegria com a reunião no final da noite de ontem. Um grupo de Parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, representantes de diversas federações de agricultura dos Estados do Nordeste participaram de uma reunião presidida pelo Presidente Michel Temer no seu gabinete. O Presidente, após ouvir a área econômica, o Ministro Meirelles; o Ministro Dyogo, do Planejamento; o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha; o Ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima; acabou por sancionar uma nova medida provisória que traz boas notícias para todo setor rural do Nordeste brasileiro.

Através dessa medida provisória, todos os débitos contraídos pelo setor rural, seja para a agricultura, a para a pecuária, com recursos do FNE ou com recursos mistos, poderão ser prorrogados com três anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

carência, dez anos para pagar, em condições bastante facilitadas, além de condições excepcionais para todas as fontes, seja FNE ou não FNE, para promover a liquidação.

Portanto, eu acredito que é muito importante compartilhar essa informação. Já está hoje no *Diário Oficial* essa nova medida provisória, que vai impulsionar o setor rural do Nordeste. Existe uma expectativa de que essa medida poderá não apenas permitir a liquidação das dívidas, mas recuperar o crédito de mais de 1,2 milhão de pequenos produtores e criadores, o que poderá significar a perspectiva de criação de empregos, sobretudo no Semiárido do Nordeste brasileiro.

Portanto, essa é uma notícia alvissareira, uma notícia importante. V. Exª foi o Relator revisor da Medida Provisória 707 e eu tive a honra de ser o Presidente da Comissão Mista e queria trazer essa boa notícia, essa decisão importante do Presidente Michel Temer, que terá uma repercussão extremamente positiva para os interesses da economia do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho, quero me congratular com V. Exª. V. Exª, presidindo essa Comissão, envidou todos os esforços para que nós tivéssemos esse desfecho. E, realmente, não é fácil, às vezes, lidar com as exigências da Fazenda Nacional. Foi preciso um esforço muito grande tanto de V. Exª, como do Relator, Deputado Max Beltrão, de Alagoas, que se empenharam, ao lado de toda a Comissão. Eu, realmente, como Relator revisor, quero confessar que o meu trabalho foi um trabalho modesto, até porque o Presidente e o Relator fizeram um trabalho profícuo e me deixaram numa situação muito confortável.

Mas o importante é dizer da importância dessa medida para os produtores do Nordeste. Afinal de contas, só quem vive naquela região, Senador Moka, Senador Wellington Fagundes que é dedicado também à agropecuária, só quem convive com os problemas enfrentados pelo agricultor nordestino, depois de cinco anos de seca, pode avaliar o que significa essa medida.

Daí porque, ao me congratular com V. Exª, eu quero me congratular com o Presidente Michel Temer, pela sensibilidade demonstrada com a sanção dessa medida provisória.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente, se o senhor me permite, eu tenho que fazer também aqui um registro de justiça ao Senador Moka, que dispõe de um quadro excelente na sua assessoria, que é o Dr. Nelson Fraga. Ele, na realidade, funcionou como Relator e Presidente *ad hoc* da Comissão Mista, trazendo, portanto, toda contribuição, toda experiência do Senador Moka, que é uma das pessoas mais prestigiadas do setor do agronegócio brasileiro, conhece a fundo essa questão.

Portanto, eu não poderia deixar de registrar o apoio do Senador Moka através da sua assessoria, sobretudo do assessor Nelsinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu agradeço ao Senador Moka. Faço minhas as palavras de V. Exª. Nós sabemos, todos, do empenho que o Senador Moka tem demonstrado com relação às tratativas visando ao desafogo da situação do agricultor, principalmente, no nosso caso, do agricultor do Semiárido nordestino.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, Senador Garibaldi; nobres colegas, quero registrar a minha chegada aqui na Comissão de Infraestrutura. Estou chegando em substituição do Senador Walter Pinheiro, que está numa missão no Estado da Bahia. Assumiu a Secretaria de Educação.

E dizer que entro aqui com a humildade para aprender e com um pouco da licença poética dos baianos para por vezes poder errar também. Mas estou à disposição de V. Exª e dos colegas para dar continuidade ao belo trabalho que tem sido feito pela Infraestrutura, registrar a importância, pelo meu olhar de fora da instituição. E agora quero trazer as preocupações, aqui para dentro, que tenho sobre essa temática importantíssima para a geração de emprego e renda, para a retomada do crescimento do nosso País.

Hoje, nós temos uma perda avaliada em quase R$150 bilhões por ano, por falta de infraestrutura no nosso Estado, falta das rodovias e ferrovias, da logística que requerem os aeroportos; também o setor de saneamento.... Nós temos muitas fragilidades no nosso setor de infraestrutura e tenho a convicção de que esta Comissão tem um papel fundamental para retirar o País da crise, para trazer novos horizontes para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero, nesse instante, dizer da minha satisfação por esta Comissão contar com a participação do Senador Roberto Muniz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Na verdade, nós tivemos aqui a participação do Senador Walter Pinheiro, que foi das mais relevantes, pelo empenho demonstrado e pelo conhecimento de causa que ele tinha de toda essa amplitude da Comissão de Infraestrutura.

Portanto, Senador Roberto Muniz, receba os nossos votos de boas-vindas e a certeza de que contamos com V. Exª para dar o melhor de si em favor desta Comissão!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero saudar também o Senador Roberto Muniz e dizer ao Senador que ele chega, na verdade, com um cartão importante: ele é suplente do Senador Walter Pinheiro. E Walter Pinheiro é um Senador muito querido na Casa. Fui Deputado Federal com o Walter, ainda na Câmara Federal; e estive, ontem, também com o Senador Otto, que lhe fez muitos elogios. E eu quero, então, como seu novo colega, dizer que espero ter com V. Exª a mesma relação de amizade e de consideração que havia com o Senador Walter Pinheiro.

Em relação à ajuda do Nelson, nessa questão ontem assinada pelo Presidente Michel Temer, há sempre aquela crítica: "Ah! Estão anistiando!" Na verdade, tratou-se de um alongamento, pelo que sei. Se você alonga a dívida, é claro, dá condições e permite – isso que é fundamental – que, segundo o Senador Fernando Bezerra, milhares de produtores rurais que estavam fora.... Eles não conseguiam produzir, porque não tinham acesso a crédito. E ainda sem nenhuma condição? Então, quando se faz uma medida como essa, você retoma a produção, você gera emprego. E a economia da região vai sentir rapidamente a mudança.

Então, eu falo disso porque ajudei na Câmara, ainda, a participar da negociação antiga da agricultura, porque nós saímos da estagnação e passamos a ser um grande País produtor e exportador principalmente de grãos e de carne.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, eu quero ressaltar novamente o papel do Senador Moka e do seu assessor, o Nelson, que se fez presente durante todos os instantes do trabalho desta Comissão. Afinal, se não fosse o trabalho do assessor Nelson, nós também não teríamos esse desfecho favorável que foi trazido aqui pelo Senador Fernando Bezerra.

E falar do empenho do Senador Moka é redundante, porque trata-se de um Senador que, todas as manhãs, é o primeiro a chegar aqui, para incentivar o Presidente e todos aqueles que fazem parte desta Comissão, para que nós tenhamos um bom proveito nos nossos trabalhos.

Mas, hoje, vamos ter um momento que eu considero muito importante.

Esta reunião destina-se à realização de uma audiência pública em atendimento ao Requerimento que já foi assinalado por mim, e nós temos a presença aqui, para debater assuntos ligados à Aneel, do Sr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Aneel, a quem convido para compor conosco a Mesa. Temos também a satisfação de contar com a presença do Sr. Tiago de Barros Correia, Diretor da Aneel.

Eu quero dizer que nós temos sempre presente aqui um debate sobre a situação das agências reguladoras. E nada melhor do que trazer aqui os dirigentes da Aneel para que possamos conhecer das dificuldades do trabalho da agência.

Eu tive a oportunidade de conversar com o Dr. Romeu e fiquei sensibilizado pelo esforço que é desenvolvido na Aneel, para atender a suas finalidades.

Então, trata-se de uma agência que foi um marco no desenvolvimento do mercado energético nacional, com a sua atuação voltada para equilibrar – e não é fácil essa missão – os interesses do Estado, dos consumidores e dos agentes de geração de transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Sendo assim, eu quero agradecer a presença dos nossos convidados e conceder a palavra ao Dr. Romeu Donizete Rufino...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu imaginei que iria dar tempo. Eu queria saudar também o nosso Senador Roberto Muniz, que está aqui substituindo o Walter Pinheiro. Ele foi Secretário lá do Ministério das Cidades e vem com sua experiência também de Deputado. Principalmente por ele ser da Bahia, terra natal dos meus pais, quero saudá-lo. Com certeza, nós podemos e devemos fazer muitos trabalhos aqui em prol do nosso Nordeste, mas também do Centro-Oeste, como já está o Moka desenvolvendo junto com o nosso Senador esse trabalho lá em prol da agricultura do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, eu quero saudar o Senador por sua chegada e também quero cumprimentar os dois diretores que vão dar sua palestra. Eu sei o quanto é fundamental o trabalho que a Aneel desenvolve para o Brasil, em especial para a Região Amazônica. Não quero me alongar, mas já quero agradecer a presença dos palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo, portanto, a palavra ao Dr. Romeu Donizete.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Bom dia, Ex^mo^ Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, todos os presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar a esta importante Comissão de Infraestrutura sobre as atividades da Aneel que temos feito. Certamente um desafio, como disse o Senador.

Então, Senador, eu me propus, aqui, a fazer uma apresentação breve para explicar a estrutura, como a Aneel funciona, os seus principais desafios, e, na sequência, evidentemente me colocar à disposição, junto com o Dr. Tiago.

O primeiro ponto que eu acho importante enfatizar é essa definição e clareza de papéis, porque, de fato, a figura da Agência Reguladora no Brasil é uma situação relativamente nova e, em muitas oportunidades, não se tem clareza da separação dos papéis. Isso tem sido um dos nossos desafios.

Evidentemente, não compete à agência reguladora – no caso, a Aneel – definir políticas. Isso é uma competência do Congresso Nacional, desta Casa, da Presidência da República, que é apoiada pelo Conselho Nacional de Política Energética e o próprio Ministério de Minas e Energia. Compete à Aneel, sim, regular e fiscalizar o setor de energia elétrica, setor este que, como disse o Senador Garibaldi, é estruturado nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Aí temos vários agentes que desempenham essas atividades – geração, transmissão, distribuição e comercialização – e temos dois agentes, como nós chamamos, com funções bastante especiais: o ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico, que é a quem cabe operar, de maneira otimizada, o complexo sistema elétrico brasileiro, e a CCEE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que é onde ocorrem as transações no âmbito do mercado livre.

Aí há diversas outras instituições que têm um papel também de apoio à EPE (Empresa de Pesquisa Energética), o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico), que é quem acompanha o equilíbrio entre oferta e demanda e assegura o abastecimento, e outras entidades. No caso da Aneel, é uma instituição que só tem escritório em Brasília, mas ela trabalha mediante convênio de cooperação com várias agências estaduais, porque, desde que estruturadas à semelhança da Aneel, com autonomia, ela pode firmar convênio. Nós temos convênio com várias agências que fazem parte das atividades por delegação da Aneel.

Então, no que diz respeito ao papel da Aneel, como eu comentei, compete à Agência, basicamente, regular o setor de energia elétrica, fiscalizar, mediar – esta é uma atribuição que talvez não seja muito visível, mas conflitos entre aqueles diversos agentes também são mediados pela Aneel; é uma atividade que fazemos de maneira bastante intensa –, autorizações e outorgas por delegação do poder concedente. Também grande parte das outorgas são concedidas pela própria Aneel por delegação do poder concedente.

Como fazemos isso? Orientamos. Nós temos em nosso regimento e na nossa lei de formação já essa sinalização, para que atuemos de maneira mais orientativa e preventiva. Mas, evidentemente, como qualquer órgão de fiscalização, em sendo necessário, também temos a prerrogativa de aplicar penalidade. Mas não é, evidentemente, o propósito. E solucionamos os conflitos, como eu disse, mediante essa função de mediação.

Aqui é uma forma como a Aneel está estruturada, os seus processos. Eu diria que é uma forma de organização relativamente moderna. Nós temos apenas dois níveis hierárquicos, para garantir uma agilidade maior nos processos decisórios.

Então, na Aneel há seis macroprocessos – regulação, fiscalização, gestão... – e há as diversas superintendências de processos; são 23 unidades ao todo. Estas eu diria que são as unidades executivas da Aneel; é a quem compete tomar e encaminhar a maioria absoluta das decisões. E há um colegiado que é composto por cinco diretores, todos sabatinados por esta Comissão e aprovados pelo Congresso, uma vez indicados pela Presidência da República. As nossas decisões são em regime colegiado – eu vou explicar um pouco mais à frente como o processo se dá –, e todo o nosso processo decisório é sustentado por uma análise técnica robusta e uma análise jurídica também, porque o assessoramento nosso é pela Procuradoria Federal junto à Aneel.

A Aneel tem também se esforçado bastante na questão – e entendemos que estamos caminhando na direção correta – de buscar uma atuação com a máxima transparência. Então, os processos a serem relatados são distribuídos por sorteio público absolutamente aleatório; não há o diretor da área A, área B, área C. E, uma vez instruídos os processos, é feito um sorteio público, com pauta previamente divulgada, e o sorteio é transmitido pela Rede Mundial de Computadores. Então, o sorteio é aleatório. Cada diretor é sorteado para determinada matéria de maneira absolutamente transparente e aleatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nas nossas reuniões, as decisões, como eu disse, são em regime colegiado, da forma como já expliquei. Esse diretor que é sorteado relator da matéria tem a competência de levar à apreciação do Colegiado o seu relato em reunião pública. Os interessados podem participar da reunião, a exemplo desta reunião aqui; podem, inclusive, fazer o que nós denominamos lá sustentação oral, defender o seu ponto de vista. E a reunião então se dá em um auditório, de maneira pública, e também transmitida pela Rede Mundial de Computadores. Todos podem acompanhar, de qualquer ponto do mundo, as nossas reuniões. E há uma grande audiência, dados os assuntos que nós decidimos. E no ato seguinte à reunião, todo o material é disponibilizado na internet, inclusive no YouTube; todo o conteúdo da nossa reunião.

A deliberação dos processos é com base, então, como eu comentei, em análises técnicas. Todo o processo tem uma instrução robusta, que nasce lá com notas técnicas das áreas competentes; passa por uma avaliação jurídica da Procuradoria, que tem uma atuação autônoma junto à Aneel, e isso então é levado à apreciação do Colegiado, nessa dinâmica que eu expliquei.

Outra questão importante. Isso, evidentemente, é uma orientação legal, mas o fazemos com muito entusiasmo, digamos assim. Todas as decisões importantes da Aneel são precedidas de consultas ou de audiências públicas. Então, regra geral, nós submetemos uma proposta de regulamento, por exemplo, ou de uma revisão tarifária, que é outro processo importante que a Aneel decide; nós propomos determinada solução em termos do regulamento ou de um reposicionamento tarifário – isso é por um período de, no mínimo, 30 dias, com raras exceções –; recebemos as contribuições. Inclusive, regra geral, temos a sessão presencial para debater o regulamento que está sendo proposto. E depois se analisam todas essas contribuições, prepara-se um relatório justificando por que acatou ou não cada uma das contribuições e, finalmente, deliberamos em reunião pública, como eu já comentei.

Bem, evidentemente, o processo de regulação – como eu disse, é uma situação relativamente nova – está sujeito a permanente aperfeiçoamento e temos feito um esforço nesse sentido.

Eu citaria alguns exemplos, como o modelo de gestão dos contratos de concessão. Nós temos enfrentado, no setor elétrico, Senador, um desafio muito grande de fazer com que aqueles prazos que foram contratados em contratos feitos mediante licitação sejam observados. E aí é um desafio eterno, porque são empreendimentos importantes – às vezes, usinas hidrelétricas de grande porte, sistemas de transmissão complexos – e é necessário haver um casamento da entrada em operação dessas instalações, sob pena de termos uma usina que está apta a gerar e não tem o sistema de transmissão correspondente para escoar aquela energia, ou o contrário, a transmissão está pronta e a usina não está concluída. Esse é um eterno desafio, e eu tenho colocado a importância do papel da agência de ser a guardiã dos contratos.

No Brasil, como eu sempre coloco, honram-se contratos, cumprem-se contratos. Esse é um pilar importante da agência reguladora, mas ele tem duas mãos – não adianta o Poder Público cumprir o contrato e o particular que foi contratado não cumprir o contrato. Então, é evidente que há desafios, há situações que fogem, escapam à competência de gestão do agente.

No setor elétrico, nós não conseguimos conviver com o nível de atraso com que temos convivido na implementação de empreendimentos. Certamente, esse é um grande desafio e, nessa linha, a Aneel tem aprimorado seu processo, que nós chamamos de gestão dos contratos – não é uma simples fiscalização do cumprimento dos marcos, é uma gestão, é se envolver no processo onde está havendo uma dificuldade.

Por exemplo, é comum haver algum atraso no licenciamento ambiental; interagir com o Estado correspondente quando é uma licença de âmbito estadual, para que haja uma solução para aquele problema. Nós queremos fazer parte da solução – claro, com cada um desempenhando seu papel. O papel da Aneel é regular, fiscalizar e gerir o contrato – não é gerir a obra que foi objeto daquele contrato. Cada um tem o seu papel. Esse é um desafio. Nós estamos aperfeiçoando nosso processo para realmente alcançar esse objetivo maior, que é fazer com que aqueles prazos que foram objeto da contratação sejam observados.

O novo modelo de fiscalização, como estamos chamando, é aquela linha a que já me referi, de ser mais preventivo e orientativo. Queremos evitar o problema – não adianta ocorrer um blecaute e a Aneel ir lá fiscalizar e punir quem deu causa àquele blecaute. O ideal é fazer um trabalho mais preventivo para garantir que a manutenção está sendo feita de maneira apropriada, a operação, a limpeza da faixa de servidão. Enfim, tudo aquilo que leva a uma garantia da segurança e da continuidade do abastecimento é o que nós estamos chamando de uma fiscalização mais moderna, mais orientativa, preventiva e punitiva, em último caso.

A questão do plano de resultado. Sabidamente, temos a situação de algumas distribuidoras – aquelas que têm relacionamento direto com o consumidor, especialmente o chamado consumidor cativo, aquele que não tem opção de escolher o seu fornecedor – que não têm conseguido entregar um serviço no padrão contratado.

A Aneel tem notado que a simples fiscalização, de tentar impor essa situação de atendimento daquele padrão de qualidade, não tem sido suficiente. A Aneel, então, relacionou um conjunto de empresas que esta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vam numa situação de desempenho mais distante daquele padrão contratado – ou seja, não estavam entregando o serviço no padrão contratado – e exigiu que essas empresas apresentassem um plano de resultado. Não é uma fiscalização do como fazer. O como fazer é problema do agente. Nós queremos que ele entregue o serviço no padrão contratado, sob pena de estar sujeito a sanções mais severas, que vão desde a intervenção administrativa até a caducidade da concessão, se for o caso. É evidente que ninguém deseja chegar a esse ponto, queremos é que ele corrija a rota e passe a entregar o serviço naquele padrão contratado. Nós temos um conjunto de 17 empresas, num universo de 63 distribuidoras, que está sob essa vigilância que eu diria do tratamento VIP da agência reguladora.

A questão da maior agilidade nas aprovações dos processos de PCH. Sabidamente o Brasil tem uma vocação e um potencial muito interessante. Nós tínhamos um processo que estava sendo reclamado – com justa razão – pela sociedade; era moroso, demorava muito a liberar esses processos. Nós modernizamos nossos processos e hoje nós não temos essa dificuldade. Eu diria que está superada essa questão; conseguimos num prazo muito curto, na medida em que o inventário, o projeto de viabilidade da construção daquela PCH, dando entrada na Aneel, muito rapidamente a gente consegue liberar. Não temos tido lá o problema de ser um gargalo nessa questão das PCHs.

Proposta de melhoria das faturas. Também é um eterno esforço, digamos assim, para o consumidor ter a melhor informação e poder gerir o seu consumo, a sua conta de energia elétrica. É algo também que nós temos aperfeiçoado.

Bem, há alguns desafios importantes, que eu chamei aqui de questões estruturais. O que eu já comentei no começo da minha fala diz respeito à clareza das atribuições institucionais do setor elétrico. O setor elétrico tem uma governança complexa, no meu modo de ver, não tenha dúvida. Há o Ministério de Minas e Energia, que tem o papel fundamental de definir a política, de supervisionar e coordenar todo o processo; há a Aneel, que tem o seu papel de agência reguladora; há o ONS, como eu já disse, que tem o papel importante de operar o sistema; há a CCEE; há os agentes do setor elétrico; a EPE, que faz a parte do planejamento, assessora o Ministério nesse sentido. Então, é uma engrenagem completa e deve haver clareza, não sombreamento das competências, especialmente no caso da agência reguladora. Não é raro haver uma confusão de vinculação com subordinação.

Na perspectiva que nós temos, que é uma agência de Estado, ela tem de ter autonomia, ela tem de ter uma condição de desempenhar o seu papel independentemente do Poder Executivo, da mudança que há no Poder Executivo. É claro que eu não gosto, inclusive, do termo independência, eu gosto do termo autonomia. Nós devemos ter autonomia decisória, principalmente, e a decisão de uma agência reguladora tem de ser a última instância administrativa, como está na lei. Senão, perde-se exatamente o papel que se espera da estabilidade regulatória, que é o principal pilar de uma agência reguladora.

A questão do TCU nós temos discutido com o próprio TCU. Recentemente, fizemos uma visita ao Presidente do TCU e a alguns ministros para tentar delimitar de maneira mais clara essas competências.

Há uma certa concorrência, há um certo sombreamento, por vezes. O TCU, no esforço e nos bons propósitos de contribuir, adentra numa questão de escolhas regulatórias. Isso evidentemente não deve ocorrer, isso é papel da agência, como na própria atribuição de fiscalizar. Muitas vezes, na nossa visão, há uma necessidade, uma constante excursão para delimitar, com mais clareza, esse sombreamento, porque certamente não dá um sinal adequado para o próprio investidor. Afinal de contas, quem dá a última palavra em termos de regulação é a agência reguladora, ou é o Tribunal de Contas? O Tribunal de Contas tem um papel fundamental, importantíssimo, não temos dúvida com relação a isso, mas, na questão regulatória, quem me parecer que.... Estamos nessa construção junto ao Tribunal de Contas, que achamos que está indo num bom caminho.

Já comentei. Acho que, das autonomias – administrativa, financeira –, a decisória é fundamental, quer dizer, a agência tem que ter autonomia. Para isso, os diretores são aqui nesta Casa sabatinados e têm mandato, para decidir com autonomia, segundo a sua melhor convicção, porque são pessoas sabatinadas, estão preparadas para desempenhar aquela função. Então, essa questão da autonomia decisória é fundamental.

Autonomia financeiro-orçamentária. A Aneel, particularmente, tem a taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, ou seja, todos nós consumidores de energia elétrica pagamos um certo valor na conta para que a Aneel arrecade recurso suficiente para desempenhar suas atividades, então tem uma situação, no meu modo de ver, diferenciada, é uma taxa, portanto é um orçamento que não deveria sofrer contingenciamento: é uma taxa com uma contraprestação de um serviço de regular e fiscalizar o setor elétrico.

Passamos por dificuldade este ano. Eu diria que tivemos um orçamento severamente contingenciado, tivemos, inclusive, que suspender os trabalhos de ouvidoria da Aneel, que é muito cara para nós, para o consumidor, uma obrigação que temos, a parte de fiscalização, aquela descentralização. Essa situação está resolvida para 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui um agradecimento especial ao Ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Filho; ao Secretário Executivo, Paulo Pedrosa, e a toda a equipe do Governo de um modo geral, mas, em particular, ao Ministro, que se empenhou muito. Eu estive com o senhor um dia, o senhor fez até a gentileza de nos receber e nos ajudar nessa missão. Então, desde sexta-feira passada, está resolvida essa questão. O orçamento da Aneel foi restabelecido para o limite que esta Casa aprovou, no valor de algo em torno de cento e vinte milhões de reais para as despesas discricionárias. Para se ter uma ideia, aquele último contingenciamento a que me referi reduziu para quarenta e quatro milhões. Seria impossível para a Aneel desempenhar as suas atividades. Então, essa questão para 2016 está realmente resolvida, mas há uma questão estrutural cuja discussão eu acho que precisa continuar.

Quanto à questão dos agentes, temos também feito um esforço junto ao próprio Ministério de Minas e Energia para o segmento de geração, transmissão e também distribuição, de definir com mais clareza o que eu chamo de matriz de risco, quer dizer, temos que alocar, de maneira clara e equilibrada, os riscos para a construção, por exemplo, de uma usina hidrelétrica. Que tipo de risco é alocado ao agente, que tipo de risco pode ser mitigado? Caso haja algum atraso no licenciamento ambiental, caso haja uma situação excepcional, como alocamos esse risco?

Porque, é claro, alocar risco de maneira adequada significa refletir sobre o preço, a modicidade tarifária, e também uma remuneração de capital, a remuneração justa, que não é simples. No Brasil, temos vivido momentos de risco Brasil, de custo de capital oscilando muito. Conciliar isso com esse sinal de médio e longo prazo não é, de fato, um desafio pequeno, mas evidentemente estamos nos esforçando para melhorar essa questão.

Modelo de comercialização de energia elétrica pelas distribuidoras.

Aqui é uma coisa mais específica, mas é só para exemplificar a necessidade que temos de reavaliar alguns parâmetros do chamado modelo do setor elétrico. Isso temos já conversado com o Ministério de Minas e Energia, que coordena essa atividade, com o próprio Ministro, secretários dele, e temos a percepção de que precisamos fazer algum ajuste. Hoje, o setor de energia elétrica está vivendo um desafio de que as distribuidoras estão sobrecontratadas, ou seja, elas têm um volume de contrato superior à sua necessidade para atender a carga, e foi uma situação que não foi propriamente uma ação deliberada, uma ação que estava ao alcance da gestão da distribuidora, porque foi uma redução de carga drástica que houve, quer dizer, houve uma situação da retração da economia, do próprio consumidor residencial, pelo aumento da tarifa, por vários fatores, caiu o consumo de energia elétrica. Bem, como a distribuidora tem contrato de longo prazo, não consegue mitigar isso de uma maneira plena. Então, temos dúvidas se esse modelo de comercialização de obrigar a distribuidora a contratar 100% do seu mercado, quando existem oscilações dessa natureza, é compatível com a liberdade que ela tem de gerir essa contratação. Então, é só para exemplificar uma situação. Estamos diante de um desafio, que é mitigar essa situação da sobrecontratação, mas, ao mesmo tempo, rever o modelo, porque talvez não seja esse o melhor modelo.

A questão da estabilidade regulatória e segurança jurídica.

Isso é tudo que uma agência precisa cuidar, quer dizer, a estabilidade regulatória é aquela coisa que não fica mudando a regra a cada momento, o investidor de infraestrutura, do setor elétrico em especial, tem uma visão de muito longo prazo, então essa estabilidade regulatória é que vai dar segurança para que ele entre nesse negócio de longo prazo. E segurança jurídica também é fundamental que seja garantida pela agência reguladora.

A questão da discricionariedade técnica, quer dizer, é aquilo que eu já comentei: maior participação e estabilidade de regras e um processo decisório que tenha toda essa segurança da análise técnica.

Uma questão relevante que eu acho que precisa ser discutida de novo aqui. Não é uma competência da Aneel, a competência da Aneel é subsidiar, é oferecer a sua visão para os formuladores de política, e o setor elétrico tem hoje um conjunto de subsídios que eu acho que precisa ser revisitado. Eu não estou dizendo que é preciso retirar algum subsídio, mas alguns subsídios talvez não façam mais sentido, quando você tem, por exemplo, uma fonte que precisa ser desenvolvida, dar subsídio até aquela fonte tornar-se competitiva é normal, mas, a partir do momento em que ela já é competitiva, ela já está deslocando outras fontes, talvez seja o caso de rever esse nível de subsídio. Então, hoje temos um valor muito importante de subsídios cruzados dentro do próprio setor elétrico, que está impactando de maneira importante a conta de energia elétrica. Então, na nossa visão, é oportuno revisitar o tema para ver se algum ajuste precisa ser feito. No nosso modo de ver, sim.

E, finalmente, nesse tópico aqui, uma questão do nível de judicialização. O setor elétrico tem realmente uma grande complexidade e é normal que o agente até defenda a autonomia da agência, desde que a decisão não contrarie os seus interesses. Se contrariar, é normal que ele vá buscar em outras esferas, e até na esfera judicial. Aqui é um desafio porque, como todos nós sabemos, o Judiciário tem uma estrutura em que, às vezes, a decisão liminar de primeira instância pode colocar uma perturbação em um processo de maneira importe; o Judiciário não tem a obrigação de conhecer essa complexa estrutura do setor elétrico. Hoje mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nós estamos vivendo uma situação do mercado de curto prazo, o mercado de diferenças, que não consegue se liquidar de uma maneira adequada porque há um volume de decisões judiciais que está emperrando essa liquidação no âmbito do mercado de curto prazo.

Bem, vou passar aqui um pouco mais rápido.

Há a questão da autonomia, que eu já coloquei. Quer dizer, há a previsão constitucional dos princípios de atuação das agências reguladoras – e aí cabe a todas as agências –, a diferenciação constitucional entre agências reguladoras e agências executivas, e talvez isso precise ser realmente melhor definido. Há uma lei complementar com a organização, funcionamento e controle das agências e o regime de autarquia especial a que se submetem – no caso isso está em lei, mas há uma proposta de lei complementar que endereça essa questão de maneira talvez mais apropriada –; a definição dos serviços públicos do setor de atividade econômica, que deve ser exclusivamente coordenado pelas agências reguladoras. Como eu disse, há essa PEC que está tramitando na Casa e que, de alguma maneira, propõe-se a endereçar essas questões.

E aqui, os principais tópicos que essa PEC de alguma maneira já endereça, como a questão de incluir os dirigentes das agências reguladoras no rol das autoridades sujeitas à convocação pelas Casas do Congresso Nacional. É evidente que, mesmo que não haja essa figura da convocação, nós, sempre que convidados, sempre viemos, não há a menor diferença para a gente, a gente tem sempre muita consciência da nossa obrigação de prestar contas do que fazemos à sociedade de um modo geral, em especial a esta Casa e, em particular, à Comissão de Infraestrutura, que é por onde passamos aqui os dirigentes para sermos aprovados pela Casa. Então, há aí um conjunto de questões que a própria PEC já endereça.

Aqui é só para exemplificar o que eu comentei anteriormente sobre a questão da autonomia financeira, especialmente a questão orçamentária. Aí é uma curva desde o começo da agência.

A que está em azul ali é a receita de arrecadação da taxa de fiscalização, ela tem sempre um comportamento de uma arrecadação acima do que temos usado. Em 2013, houve uma queda porque, quando foi encaminhada a Medida Provisória nº 579, houve uma redução do valor da taxa, que estava se revelando excessiva. Houve uma pequena redução ali, portanto, da arrecadação em decorrência disso.

A curva vermelha é o que foi aprovado no Orçamento por esta Casa, como se comportou.

E os limites de autorização são a verde, que está ali um pouco sombreada pelo empenhado, porque têm que caminhar mesmo junto.

No ano de 2016 houve aquele corte a que eu me referi lá para 44 milhões, que agora já está resolvido. Como eu comentei, na sexta-feira passada, houve uma retomada exatamente para o valor que foi aprovado pelo Congresso dentro do nosso orçamento. Ali está falando em 360 porque há as despesas de pessoal e benefícios, pois esses não são contingenciáveis, e aqueles valores de 44 milhões e 120 milhões, a que estou me referindo, são a chamada despesa discricionária, aquela que realmente pode ser objeto de corte. Então, como eu comentei, para este ano está resolvido, mas eu acho que temos um problema, digamos assim, estrutural, que precisa ser tratado.

Bem, aqui é só para mencionar que o Tribunal de Contas, alguns anos atrás, fez um trabalho de olhar a governança, os processos das diversas agências, e fez uma conclusão que temos orgulho de mostrar, porque ele realmente classificou que os processos da Aneel, como a questão da transparência, os procedimentos adotados pela Aneel constituem uma boa prática e devem ser utilizados como parâmetros pelas outras agências.

Aqui, alguns projetos que tramitam nesta Casa e buscam padronizar esse procedimento, que realmente não é uniforme entre todas as agências.

Essa é uma pesquisa de imagem que a Aneel fez em 2015 e que, de um modo geral, foi positiva. Ali diz que, tanto na visão dos consumidores quanto na das empresas, a Aneel tem uma atenção ao interesse público, ao equilíbrio nas suas decisões, então, também é uma pesquisa que aqueles que responderam sinalizaram com uma visão positiva.

No ano passado, o Ministro Braga, que está aqui presente, ajudou-nos muito e, certamente, teve uma participação importante em uma coisa que foi um grande problema para o ano passado, que foi resolvido entre o ano passado e o começo deste ano, que é a questão do chamado GSF. Foi uma situação que teve uma discussão intensa, digamos assim, no âmbito administrativo e na esfera judicial, inclusive algumas ações ainda não foram retiradas. Parte daquela dificuldade da liquidação a que eu me referi diz respeito a essa questão, em função do regime hidrológico desfavorável, porque as usinas hidrelétricas não conseguiram gerar a sua garantia física, o que ocasionou todo esse desequilíbrio.

Também tivemos um estresse aí na questão do limite do preço do mercado de diferença, do Preço de uidação das Diferenças, o chamado PLD, porque ele estava em um patamar que desarrumou um pouco as anças do setor elétrico, o que também potencializou a questão do GSF, mas isso também já foi resolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Uma outra situação que nós achamos conceitualmente importante foi a implementação das chamadas bandeiras tarifárias, às vezes não bem compreendidas. A bandeira tarifária não é uma cobrança nova, é uma forma diferente de cobrar o custo de energia elétrica. Quer dizer, em vez de dar o sinal com defasagem do custo da energia elétrica, ou seja, colocar na tarifa um determinado valor e, ao final do período, ver qual é o custo real e cobrar o adicional – e aí o consumidor já terá consumido uma energia elétrica e depois virá uma complementação daquele custo, e isso não é apropriado –, a bandeira busca sinalizar, no momento em que está havendo o consumo, qual é o custo da geração de energia elétrica.

Então, no ano passado, permanecemos na chamada bandeira vermelha porque o regime hidrológico estava desfavorável, gerou-se muito com base em geração térmica, portanto, mais cara. Depois, migramos para a bandeira amarela, que é uma situação intermediária, e, já desde abril, estamos sob bandeira verde, que não tem adicional nenhum porque o regime hidrológico está mais favorável e nos permite atender a carga com outras fontes.

A questão da micro e minigeração distribuída é alguma coisa que também está num ritmo muito interessante de vários consumidores procurando instalar a sua própria geração. Então, há uma regulamentação, uma política para incentivar porque isso é muito bem-vindo, muito positivo para o sistema elétrico de um modo geral e para o usuário também, que tem uma possibilidade de gerar a sua própria energia e usar a rede da distribuidora como se fosse um almoxarifado, uma maneira de estocar aquele excesso de geração no momento em que ele está consumindo menos e gerando mais; e, no momento em que ele não gera, puxar essa energia da rede. Então, é um mecanismo que tem viabilizado um grande crescimento dessa geração.

A questão da CDE. Como eu disse, os subsídios, em grande parte, são controlados, são consolidados na conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), e, neste ano de 2016, já houve uma redução importante que permitiu um impacto positivo nas tarifas. Ontem mesmo, só como exemplo, nós deliberamos o processo tarifário de uma distribuidora do Rio Grande do Sul, a RGE, que atende a uma região, e houve, naquele caso – não estou dizendo que isso vai acontecer para todos – uma redução de 7,5% na tarifa; em parte, pelo comportamento do dólar, a energia de Itaipu; em parte pela redução da conta CDE também.

A questão que a Aneel regulamentou recentemente é uma definição de critérios para concessão de desconto tarifário. A tarifa hoje, no Brasil, é máxima, é teto, é autorizado a cobrar um valor x, até aquele valor. A distribuidora pode conceder desconto, mas não pode conceder de maneira indiscriminada; ela não pode escolher um consumidor e não dar um desconto para outro. Para uma determinada classe de consumo, ela tem que fazer de maneira isonômica. Então, isso também foi uma disciplina que nós fizemos recentemente.

Aqui são alguns números, que são os regulamentos. A Aneel emite uma quantidade imensa de regulamentos, infelizmente. Nós até achamos que isso não é um bom sinal. Nós queremos reduzir. Então, há aí um conjunto de 1.130 naquele horizonte de janeiro de 2015 a maio de 2016 e 74 resoluções normativas. Fiscalizações, enfim; ligações atendidas, o nosso teleatendimento a que me referi anteriormente, que nós tivemos que interromper em abril, mas, a partir de segunda-feira próxima, dia 20, ele está sendo retomado, dada a superação da questão do orçamento; audiências e consultas públicas, a que já me referi anteriormente, tivemos nesse período aí 122. Enfim... Processo deliberado pela diretoria, há alguns números só para dar a dimensão dessa nossa...

E aí a missão da Aneel, que, de fato, às vezes, é confundida. A Aneel é uma instituição de defesa de consumidor? Não, ela também defende o consumidor, mas ela tem o papel de, como disse o Senador Garibaldi, pontuar o equilíbrio nessas diversas relações – às vezes, interesse legítimo do agente, do Poder Público, do consumidor. É decidir de forma a pontuar o equilíbrio entre esses diversos interesses legítimos.

É isso, Senador.

Eu me coloco à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer ao Sr. Romeu Donizete pela sua exposição, que trouxe esclarecimentos importantíssimos porque, afinal de contas, estamos sempre aqui sendo acionados por questões que dizem respeito ao funcionamento das agências reguladoras.

Mas eu queria, nesse instante, antes de conceder a palavra aos Senadores, dizer da nossa alegria por contarmos aqui, na nossa Comissão, com a presença do ex-Ministro Eduardo Braga, Ministro que tanto prestigiou a nossa Comissão e que, logo no início da sua gestão no Ministério, fez questão de vir aqui a esta Comissão e trouxe uma contribuição das mais relevantes para os trabalhos da Comissão de infraestrutura. Portanto, hoje, ao lado do Senador Roberto Muniz, nós contamos com a alegria de termos aqui a presença do ex-Ministro Eduardo Braga, que, por sinal, é o primeiro inscrito aqui para dirigir as suas perguntas aos nossos convidados.

Concedo a palavra ao Ministro Eduardo Braga. Quem é rei não perde a coroa, não é? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – O Presidente Garibaldi, como sempre, é generoso com relação a amizade e ao seu carinho para com este Senador do Amazonas. Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Garibaldi pela oportunidade desta reunião no dia de hoje. Quero cumprimentar o nosso Romeu Donizete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Rufino, nosso Romeu, como é conhecido, Diretor-Geral da Aneel. Quero cumprimentar o Tiago, que é o nosso também Diretor da Aneel, e, nas pessoas do Rufino e do Tiago, cumprimentar todos os diretores da Aneel, e cumprimentar os nossos colegas Senadores aqui presentes, nosso companheiro Senador Fernando Bezerra, que tenho certeza de que tem muito orgulho do trabalho que o nosso Ministro Fernando Bezerra Filho está desenvolvendo no Ministério de Minas e Energia. Sei que o Senador, não só com a sua experiência, mas também com o conhecimento que tem do Brasil, está sendo um grande conselheiro de nosso importante Ministro de Minas e Energia.

Mas, sem dúvida, Presidente, a vinda da Aneel no dia de hoje a esta Casa me parece extremamente pertinente não apenas para mostrar qual é a função da Aneel e qual o papel da agência reguladora de energia elétrica em nosso País, mas para que nós, no momento em que o Governo está implementando uma série de novas ações, possamos aqui, na Casa do povo brasileiro, na Casa da República, em que os Estados são representados, debater questões nacionais do setor elétrico. E nada mais pertinente do que fazer isso com a agência reguladora.

Foi bem colocado aqui pelo Romeu, mas acho que vale a pena ser destacado que, há um ano e meio, a grande discussão neste País era se o Brasil teria ou não racionamento. Eu digo aos colegas Senadores que, quando cheguei ao Ministério de Minas e Energia, a pergunta não era quanto custaria a energia elétrica; a pergunta não era de quanto era o subsídio cruzado da CDE; a pergunta não era como estavam sendo tratadas as questões da micro ou da minigeração distribuída; mas a única pergunta de todos os meios de comunicação era: quando será o racionamento no Brasil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – É, já não havia mais nenhuma dúvida se haveria; era: quando será o racionamento? E nós dizíamos que o sistema brasileiro, àquela altura, era um sistema robusto, um sistema que tinha uma diversificação de energia gerada importante; que tinha evoluído muito no seu sistema de transmissão, mas que ainda detinha vários desafios e vários gargalos para serem vencidos do ponto de vista regulatório, do ponto de vista estrutural e do ponto de vista organizacional.

E, sem dúvida nenhuma, o tempo provou que nós tínhamos razão. O sistema brasileiro de energia elétrico é robusto; é um sistema que está interligado de Norte a Sul do Brasil. Nós estamos hoje com interligação – e não é à toa que o Senador Davi Alcolumbre chega neste momento a esta Comissão – desde o Estado do Amapá até o Chuí, lá no Rio Grande do Sul, com linhas de transmissão da rede básica de energia elétrica. No entanto, o nosso sistema também tem uma outra peculiaridade que é desafiadora: ele é caro. E por que ele é caro? Ele é caro por várias razões, entre elas, a formação do custo de geração de energia de base, sem o qual o País não alcançará a segurança energética necessária. E o Brasil, se conseguiu vencer uma crise hídrica que se arrastava já praticamente há quatro ciclos de verão e inverno, ao longo dos últimos quatro anos, por outro lado, era obrigado a despachar térmicas que custavam, muitas vezes, mais de R$1.000 o CVU gerado. Portanto, nós despachávamos praticamente todo o nosso parque térmico, e o nosso parque térmico fora da ordem do mérito. Para isso, havia um custo, que só podia ser pago de duas maneiras: uma, por um subsídio do Tesouro, ou por um subsídio cruzado do setor elétrico na sua tarifa de energia elétrica.

A MP 579 chegou a estabelecer que este subsídio seria um subsídio do Tesouro, só que este subsídio do Tesouro se demonstrou grande demais para as condições e para a realidade fiscal e financeira do Brasil, o que fez com que o Ministério de Minas e Energia e a Aneel, propriamente, tivesse que fazer uma migração de um sistema de subsídio do Tesouro para um sistema de subsídio cruzado para o consumidor a partir da CDE.

E aí, Sr. Presidente, começam os nossos questionamentos, porque vejam os Srs. Senadores: se nós podemos hoje implementar programas como o Luz para Todos no Estado do Amapá, como o Luz para Todos no Estado do Amazonas, como o Luz para Todos no Estado do Rio Grande do Sul, como o Luz para Todos no Estado de Goiás, só é possível por causa dos recursos previstos na CDE, porque nós não temos mais recursos do Tesouro destinados para o Programa Luz para Todos.

Isso por um lado é ruim para o consumidor, porque estabelece um impacto na tarifa, mas, por outro lado, para o mesmo consumidor e para a sociedade brasileira é a garantia de que esse recurso não é contingenciável e de que esse plano, esse programa poderá, efetivamente, realisticamente, ser realizado todos os anos para que nós possamos alcançar a meta de universalização da energia elétrica, fazendo inclusão social de norte a sul deste País.

Além desse, temos outros subsídios, não apenas o do Luz para Todos. Veja, nosso Senador representante das terras dos Pampas Gaúchos, do Rio Grande do Sul, Senador Lasier: Senador, os carvoeiros, o carvão mineral sileiro também é subsidiado 100% pela CDE, em subsídio cruzado, que onera a conta de todos os brasileiros, im como o sistema de financiamento que nós temos no setor elétrico, que era fundamental para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pudéssemos fazer investimentos em regiões de distribuição elétrica de baixa tensão, que careciam e carecem de investimentos. Porque há uma outra realidade aqui, Srs. Senadores, importante e que é papel da Aneel discutir com a sociedade brasileira.

Nós temos uma geração em que nós temos orgulho da engenharia que fizemos, do ponto de vista da engenharia hidráulica e agora também podemos nos orgulhar do que estamos fazendo na engenharia de energias alternativas, como eólica, em que o Brasil cresce a cada ano, no Rio Grande do Sul, no Nordeste e até mesmo no Norte – temos agora mapas eólicos na região do Estado de Roraima –, que mostram que nós teremos um avanço. Estamos hoje, mesmo em período de crise, gerando emprego e contribuindo com mais de 50 mil empregos diretos.

Pois bem, por outro lado, nós temos que entender que, na baixa tensão, por razões distintas, o Brasil tem baixo investimento de modernização, extensão e ampliação da rede de distribuição, principalmente nas regiões mais periféricas do País. Esse não é o problema de onde está o *core business* do PIB brasileiro. Não, não é. Esse é o problema de quem vive nos grotões do Nordeste, esse é o problema de quem vive, por exemplo, no Centro-Oeste brasileiro e quer sair de uma linha de 34.4MW para poder ter uma linha em condições de ele meter uma rede trifásica e poder colocar, de repente, uma máquina elétrica para beneficiar o agronegócio do Centro-Oeste.

Esse é um problema para o interior do Estado do Pará, que avança no agronegócio e que precisa de rede de distribuição, e muitas vezes as distribuidoras não têm condições de fazer esses investimentos. Existia a figura da RGR, que era um fundo de financiamento para essas distribuidoras, e, lamentavelmente, na 579, nós tivemos de novo, a exemplo do que aconteceu com os outros fundos nesta área, uma mudança de comportamento de regra de financiamento.

Então, essa questão da CDE precisa ser tratada com a transparência necessária que a Aneel vem tratando. Mas é preciso, Presidente Garibaldi, que o Senado da República, na Comissão de Infraestrutura, que tem a competência sobre as agências, discuta o que a sociedade brasileira, através da sua representatividade direta, dos seus representantes nesta Casa, deseja efetivamente de compensações, para que nós possamos encurtar as distâncias econômicas sociais e do setor elétrico, como infraestrutura, para regiões, como, por exemplo, a região mais árida do Estado do Rio Grande do Norte, tão bem representado por V. Exª nesta Casa.

Portanto, a questão da CDE tem esse papel do subsídio cruzado e que precisa ser amplamente.... Porque se depender apenas da análise de mercado e da análise comercialista daqueles que querem olhar apenas pelo aspecto do capital, zerar a CDE talvez seja o melhor negócio, com o argumento de que isso fará com que o custo da tarifa seja o menor possível, porque nós vamos retirar uma taxa de CDE da ordem de R$18 bilhões ao ano.

Muito bem. E qual é o custo da tarifa para aqueles que não têm energia? O custo da tarifa, para aqueles que não têm energia, é a diferença entre ele estar vivendo no século 19 e ele estar vivendo no século 21. Quanto custa isso para a sociedade brasileira? Quanto custa isso para um Estado subdesenvolvido que quer avançar? Qual é o papel do desenvolvimento embutido dentro da questão social na tarifa de energia elétrica? Será que esse subsídio cruzado está errado? Se esse subsídio cruzado está errado, então, nós vamos ter que retromarchar e vamos ter que ter o subsídio do Tesouro Nacional, mas será que a Nação brasileira tem recursos para fazer subsídio pelo Tesouro Nacional? Essa é minha primeira pergunta à Aneel.

A minha segunda pergunta para a Aneel vem em relação à questão de que o Brasil hoje tem um volume de obras muito grande no setor elétrico. Com certeza, meu Presidente, uma das boas informações que a Aneel pode nos dar é quantas obras, neste momento, estão em curso e em andamento no Brasil no setor elétrico, em baixa, média, alta tensão e em geração?

Os Srs. Senadores irão se surpreender, porque, neste momento, milhares de obras estão acontecendo neste País, num momento de PIB negativo, num momento, como diz, o Ministro da Fazenda, da mais profunda recessão econômica da história da economia brasileira, quem sabe maior do que a recessão de 1930, e, mesmo assim, nós estamos com alguns milhares de obras sendo realizadas neste País.

Esse número... Se, por um lado, é muito importante que a Aneel aqui, que tem a competência delegada do Ministério de Minas e Energia para fiscalizar essas obras, seja informada de quantas obras, de que tamanho são essas obras, qual é o volume de investimento público e privado que neste momento o setor elétrico está implementando no Brasil, fruto dos vários leilões que estão acontecendo, existem algumas questões que nós precisamos pedir que a Aneel informe a esta Comissão de Infraestrutura: quantos por cento dessas obras estão atrasadas? Qual é o percentual de atraso dessas obras? Qual é o volume de amostragem de fiscalização mensal que a Aneel faz sobre o montante de obras que é hoje fiscalizado pela Aneel no Brasil? Quanto disso é feito por amostragem? Quanto disso é feito por fiscalização presencial?

Quarta pergunta. Quantos contratos são gerenciados neste momento pela Aneel no setor elétrico? É ra informação de que esta Comissão temática, técnica, sobre o setor precisa tomar conhecimento, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nós estamos diante de um volume gigantesco de contratos que estão sendo, neste momento, gerenciados pela Aneel, contratos que vão desde Belo Monte, terceira maior hidrelétrica do País, terceira maior do mundo, melhor dito, uma das cinco maiores hidrelétricas de todos os tempos, até, muitas vezes, uma geração de pequeno ou médio porte, uma PCH que está sendo construída e de que o Brasil não pode abrir mão.

E aí eu quero adentrar na questão da micro e da geração distribuída, porque acho que essa é uma terceira pergunta à Aneel e vem responder uma questão muito importante. Por quê? O Brasil, com essa estratégia de construir hidrelétricas na Região Norte do Brasil, fez com que, lá no Estado do Amapá, nós tenhamos recentemente construído três hidrelétricas. O Estado do Amapá possui hoje quatro hidrelétricas, portanto, um Estado superavitário entre o balanço de geração e de consumo de energia elétrica, só que ele está a 3.000km do centro consumidor.

Essas hidrelétricas construídas no Estado do Amapá precisam transmitir essa energia, ou seja, transportar essa energia lá do Estado do Amapá para o parque industrial de São Paulo. É óbvio que isso custa tempo, dinheiro e perdas técnicas de transmissão.

Quando nós falamos em geração distribuída e microgeração distribuída, nós estamos dando uma resposta a um equilíbrio entre o custo dessa energia que é gerada lá no Amapá, lá em Tucuruí, lá em Belo Monte, lá em Teles Pires, em Santo Antônio e Jirau, e que é transmitida, transportada para o centro consumidor. Ora, se nós pudéssemos – e devemos e acho que a Aneel pode trazer aqui informações importantes sobre esse tema – acelerar a geração distribuída e a microgeração distribuída, o que nós vamos fazer?

Nós vamos combater perdas, vamos aumentar eficiência e vamos baratear a geração e a distribuição de energia elétrica, porque essa energia não terá custo de transmissão, uma vez que ela será gerada e consumida no centro de carga, no centro consumidor. Portanto, essa energia é estratégica para equilibrar.

Quando falamos que precisamos tornar a nossa energia mais barata, ela não pode ser mais barata por um decreto. Ela tem que ser mais barata por uma reformulação estruturante que não penalize os mais pobres, que não exclua aqueles que estão excluídos do acesso à energia elétrica, mas que possa manter uma redução do custo de energia elétrica, porque a estrutura do setor elétrico é capaz de ser mais eficiente, com menos perda e com mais economicidade para o consumidor.

A última pergunta sobre microgeração é saber se a Aneel poderia autorizar o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelo agente de distribuição da tarifa dos consumidores finais, com base no Valor Anual de Referência (VR) ou no Valor Anual de Referência Específico (VRES), e se a Aneel já implementou tal dispositivo. O que isso significar dizer, Sr. Presidente? É que, a partir do momento em que a Aneel tiver implementado isso que nós já aprovamos no Congresso Nacional, que dará um valor de referência à microgeração e à geração distribuída, isso permitirá haver um sinal de mercado para que o investidor possa fazer um investimento que é privado e que dará o balanço da economicidade aqui por mim referido e, ao mesmo tempo, estabelecerá a referência de preço para que haja a negociação com a distribuidora e, portanto, não impacte o consumidor com valores não conhecidos.

Eu gostaria de colocar outra questão que me parece importante. Ainda foi autorizada a exclusão da responsabilidade do empreendedor pelo atraso no início de operação comercial de geração e transmissão quando o fato motivador estiver fora da esfera desse agente. Exemplo: quando uma licença ambiental não lhe é dada, quando há problemas como, no Nordeste, muitas vezes, em questões fundiárias. No Estado de V. Exª mesmo, tivemos uma linha da ICG, da Chesf, que teve problema fundiário, que nós levamos nada mais, nada menos que dois anos para poder vencer, sendo que, agora, no mês de julho, estamos entregando todas aquelas linhas de transmissão. No entanto, o empreendedor tem esse ônus a carregar, que, muitas vezes, não é por deficiência dele. Quando é por deficiência dele, ele tem que arcar por isso, mas há ainda muita insegurança jurídica. Por quê? Porque, via de regra, aquele que provoca a causa não quer assumir a causa. Aqui, nós não queremos personalizar, instituto A ou instituto B, mas a verdade dos fatos.... Vamos dar um exemplo aqui no Estado de Roraima. O Estado de Roraima tem uma linha de transmissão que conectaria Boa Vista à Tucuruí, passando por Manaus, que já deveria estar pronta, mas não está pronta, porque não possui até hoje licença da Funai que autorizasse o Instituto de Meio Ambiente à construção de uma linha de transmissão que vai passar na faixa de domínio da BR-174.

Ela não vai passar no meio da Floresta Amazônica, ela vai passar na faixa de domínio da BR-174. Com isso, essa linha de transmissão está três anos atrasada. Com o problema econômico-financeiro que a Venezuela vem enfrentando, nós estamos testemunhando o desabastecimento de energia elétrica de Guri ao Estado de Roraima e à cidade de Boa Vista. Via de consequência, estamos tendo que fazer energia a óleo diesel para atender uma população de quase 1 milhão de habitantes. Quanto isso está custando ao povo brasileiro? Isso está custando muito ao povo brasileiro. Agora, não se pode simplesmente, Dr. Romeu, achar que a culpa é do Estado de Roraima e que o povo de Roraima sozinho tem de arcar com esse ônus. Essa é a diferença quando nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

falamos de glosa na eficiência dos combustíveis em função da lei de 2009 e que querem implementar sobre as distribuidoras dos sistemas isolados, como se elas estivessem no centro deste Brasil que não é o Brasil em que todos estamos vivendo.

São várias perguntas, mas eu tenho certeza de que V. Sª, que conhece bem o que estou falando, sabe o que estamos dizendo com relação à exclusão de responsabilidade, com relação à glosa, com relação à questão da eficiência de combustível, porque tenho visto polêmicas aí atribuídas à Aneel, e com relação, inclusive, à MP 706. E acho que esta é uma oportunidade, Dr. Romeu, de podermos debater sobre aquilo que V. Sª possa defender diferentemente daquilo que nós no Congresso aprovamos. Esta é uma Casa democrática, mas, ao mesmo tempo, é um Poder Legislativo, e aqui se fazem as leis, leis essas que precisam ser cumpridas ou discutidas no Supremo Tribunal Federal. Nós não podemos ter uma lei aprovada pelo Congresso que não é aplicada, como, por exemplo, a questão dos consumidores livres no que diz respeito ao GSF. Essa é outra questão que precisamos debater.

Eu queria também uma atualização e uma informação sobre a Abengoa. Acho que a Abengoa tem sido um desafio para o setor elétrico, um desafio para a Aneel e um desafio para que nós possamos cumprir o nosso cronograma, porque ela tem trechos importantes de concessão. Quando saí do Ministério, tínhamos várias ações em curso. Nós já estamos há mais de 30 dias neste processo, e eu acho que é pertinente, até por causa de todos esses aspectos de que nós estamos falando, saber a posição da Aneel.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma consideração final, porque eu acho que, no ano passado, nós conseguimos, com apoio do Congresso, com apoio da área técnica do Ministério de Minas e Energia e também da Aneel e com o apoio do setor privado, vencer o que talvez tenha sido um dos maiores desafios que o setor elétrico possuía.

Era esse famigerado GSF, que gerava um desequilíbrio, um desbalanço muito grande nas contas em função do déficit hídrico. Eu acho que essa foi uma grande contribuição dada por todos. Eu quero aqui, inclusive, cumprimentar o Dr. Tiago, que foi, à época, relator da matéria dentro da Aneel. E, com a Aneel, juntamente com o poder concedente, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e juntamente com a então Presidenta Dilma, foi possível fazer uma proposta que efetivamente superou e resolveu um dos grandes problemas que estávamos tendo no setor. No entanto, ainda não foi equacionado e não foi resolvido o problema do ACL, que é outro problema grave que nós vamos precisar enfrentar. No entanto, eu quero fazer esse registro e dar os cumprimentos, porque, sem dúvida, esse foi um ganho, um avanço enorme que tivemos.

Agora, para a conclusão final, nós estamos às vésperas de termos a 706 sancionada pelo Senhor Presidente da República. É muito importante entender que nós estamos com essa 706 viabilizando questões que estavam inviabilizadas não apenas por questões que possam se atribuir à gestão, mas também pela peculiaridade de um País que tem, como acabei de citar, problemas como esse em Roraima, mas que tem, no Amazonas, 105 usinas isoladas de geração de energia elétrica. São usinas que geram energia para brasileiros, mas que são sistemas isolados espalhados em 1,5 milhão de quilômetros quadrados, o que significa nove países da Europa dentro desse espaço. Estabelecer glosa ao longo de nove, dez anos e acumular, com essa glosa, um passivo de 9,5 bilhões em cima de uma ineficiência estabelecida por um preço referência de sistemas que não são isolados me parecem inviabilizar não só a distribuidora, mas também o consumidor brasileiro que fica na região isolada.

Eu gostaria de encerrar por aqui, agradecendo, primeiro, a paciência de todos os Srs. Senadores e, segundo, agradecendo a oportunidade que me dão o Dr. Romeu e o Dr. Tiago de fazemos um balanço e de levantarmos questões que me parecem ser extremamente pertinentes com relação ao papel que a Aneel exerce e ao papel do planejamento presente e futuro de energia elétrica. Energia elétrica é algo que não se faz no curto prazo. Todo planejamento de energia elétrica terá que ser, no mínimo, decenal, para que nós possamos ter previsibilidade não só para aqueles que querem investir, mas para aqueles que dependem do investimento no setor elétrico para fazer a economia crescer. Muito obrigado, Dr. Romeu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Ministro Eduardo Braga. E consulto ao Ministro se ele teria tempo para permanecer aqui, de modo que pudéssemos ouvir dois Senadores que estão inscritos ainda, até porque eu sei que o senhor trouxe perguntas, mas sabe até das respostas.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Nem sempre, nem sempre. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E o Sr. Romeu Donizete está confiando nisso também. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, depois de uma aula sobre energia, parabenizo o Senador Eduardo Braga, ex-Ministro.

Quero dizer que, para nós, que estamos iniciando, dando os primeiros passos, ter essa oportunidade de ouvi-lo aqui acerca dos grandes desafios que teve que enfrentar durante a sua passagem pelo Ministério.... Re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

almente as manchetes dos jornais da época sempre perguntavam quando se iniciaria o racionamento. E o testemunho do ex-Ministro e Senador é fundamental para se entender todo o processo que tanto o Ministério quanto a Agência enfrentaram. A presença do Sr. Romeu Donizete e do Diretor Tiago é de fundamental importância.

Entendo que energia é sinônimo de desenvolvimento do País. Estamos discutindo o futuro. Não dá para se pensar no futuro do País sem pensar em energia. E a matriz de energia, a matriz para a produção de energia tem uma relação com o desenvolvimento da sociedade.

O País pode se desenvolver sem energia? Não. Uma sociedade pode se desenvolver sem perceber qual é a matriz que faz com que essa energia seja gerada? Também não. Então são duas coisas importantes às quais precisamos sempre estar atentos: como gerar e a forma de geração, quanto gerar.

O Dr. Romeu traz algo que considero fundamental, que é o papel das agências reguladoras. Muitas vezes a agência reguladora tem o seu papel sob um olhar equivocado da sociedade, que quer capturá-lo, como se ela fosse a garantidora da menor tarifa. E percebemos que o objetivo mais fundamental e relevante desse papel regulador é manter o sistema que existe e ter um horizonte desse sistema, de quando será possível que todos os brasileiros tenham energia de qualidade, em quantidade suficiente, além de uma matriz que possa gerar da melhor forma possível essa qualidade energética.

Esse papel é da agência mais antiga do País. Apesar de sermos muito jovens nessa relação com as agências, percebemos que elas são de fundamental importância, Presidente, para mantermos o papel de regulação, independência e autonomia desses agentes.

Precisamos ser muito criteriosos, mais criteriosos, mais decisivos e decididos na defesa da autonomia das agências. Isso é de fundamental importância.

Complementando um pouco a solicitação do Senador Eduardo, que pediu a relação das obras, em que estágio se encontram, principalmente para entendermos a grandiosidade da quantidade de obras que estão sendo feitas, eu gostaria que, se vocês pudessem, no mesmo documento, nos informassem qual é a matriz de pontos críticos, já que vocês estão inovando no modelo de gerência desses contratos. Quais são os pontos críticos por que passam todas as obras?

Como ficou muito claro que a responsabilidade pela política energética também é do Senado, é do Governo, talvez se vocês nos trouxerem os pontos críticos, por exemplo, quantas obras estão paradas, examinando-se a matriz desses pontos críticos, por questões ambientais...

Será que esse realmente é o principal ponto de obstáculo para que possamos fazer os investimentos? Quais são os outros pontos de obstáculo? É a forma de financiamento dessas obras? É a desqualificação das empresas? Já que o senhor disse que existem 17 empresas que estão recebendo um tratamento *VIP* da Agência, seria interessante sabermos o que há de dificuldade não para simplesmente fazer qualquer tipo de sanção a essas empresas, mas para entender que procedimentos poderíamos sugerir como propostas desta Casa para que haja uma diminuição do tempo entre o projeto, a vontade política inicial de fazer o investimento... Não podemos fazer com que... Obras como as usinas hidrelétricas que agora já estão em operação levaram dezenas de anos, desde o momento da decisão de se fazer até o momento em que o primeiro quilowatt chega à casa de algum consumidor.

Precisamos trazer para esta Casa, Dr. Romeu, essa matriz, para que possamos fazer um enfrentamento muito claro e convocar as instituições que em vez de colaborar com o futuro do nosso País estão sendo obstáculos para que isso aconteça.

Então seria a matriz, os pontos críticos, os pontos de dificuldade que essas empresas estão enfrentando, e quero entender um pouco mais como vocês se relacionam com o monopólio natural. Isso é muito importante, porque outros setores que não têm avanço tanto na regulação quanto na participação do setor privado, como o setor de saneamento...

Sempre há o debate sobre como fazer o enfrentamento desse monopólio natural. E vocês já avançaram muito, através da regulação de uma agência natural. E eu defendo, Presidente, que no futuro possamos ter, quem sabe, uma agência nacional de saneamento. Junto com as agências estaduais, pode ser um caminho para se fazer esse enfrentamento.

Outra questão é como vocês avaliam o trabalho dessas agências estaduais.

Se ainda estamos discutindo neste momento a captura pelo processo político, pelo processo de defesa do consumidor ou por questões empresariais, pela intenção de capturar as deliberações dessas agências, será que essas agências estaduais estão protegidas dessa mão dura do poder local? Essa é outra questão sobre a qual eu queria que avançássemos um pouco neste debate.

É claro que, para o ex-Ministro, o que chamamos de sopa de letrinhas, como GSF, PLD, é uma coisa muito il. Para nós, simples mortais, é difícil. Se não fosse o Google, quase metade da apresentação estaria comprotida, completamente comprometida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria finalizar parabenizando a política de bandeiras tarifárias. Esse foi um avanço importantíssimo, e foi muito bem qualificado pelo Dr. Romeu. Nós não levamos esse passivo para o futuro. Permite-se ao usuário final, no momento do seu consumo, fazer com que a sua conta fique maior ou menor por uma deliberação pessoal. Isso é importante, porque trouxe a crise para o tempo real. Então, chegou a crise. Em tempo real, nós a estamos enfrentando.

Passado esse momento, gostaria de aproveitar a presença do Senador Eduardo Braga para fazer uma reflexão, porque todo remédio tem contraindicações e efeitos colaterais, Presidente.

Quando se faz algo desse porte onde nenhum outro setor está preparado... Diversos setores tiveram que rebater esses custos e levar, por exemplo – algo que conheço um pouco – para a conta de água. Quando não, as companhias estaduais, as empresas privadas, as autarquias de água e esgoto, que têm no seu padrão de custo, no seu custeio... Quase 30% dos seus custos vêm do custo de energia. Ao mesmo tempo em que isso gerou um benefício para o setor elétrico, o setor de saneamento, água e esgoto, que tinha o pior problema, porque não havia água para fazer a distribuição, teve que arcar com esse prejuízo.

Como poderíamos, Presidente, pedir ao Dr. Romeu que nos ajudasse para que esse remédio que foi colocado e nos fez sobreviver à falta de água, ao desabastecimento, que pudesse tirar um pouco do impacto, principalmente nos setores de água e energia de logística? Tentaríamos encontrar uma forma para fazer esse enfrentamento, e que esse custo social não fosse distribuído somente entre os consumidores, mas que também não se tornasse um efeito cascata. Esse é um efeito cascata que está acontecendo.

Então, poderíamos regular uma forma de fazermos esse enfrentamento para, nesses momentos de bandeira vermelha ou amarela, haver uma subida nessas tarifas, para fazer esse contraponto.

Como poderíamos fazer com que o saneamento, o setor de logística pudesse também absorver esse tipo de custo, esse custo efetivo que se amplia naquele instante?

Então, quero finalizar dando os parabéns para isso. Acho que a Casa deve estar aberta aqui para fazer o debate sobre a questão dos subsídios. Acho também que um aperfeiçoamento sempre, Presidente, dos subsídios é importante para a gente modernizar os setores. E finalizo tentando perguntar uma coisa que acho fundamental: qual é o plano de universalização? Qual é esse horizonte de universalização? Da mesma forma, Tiago, é fundamental a gente ter a matriz desses pontos críticos, das obras que estão vigentes e também das obras para as quais vocês têm um histórico desses obstáculos que diminuem a velocidade entre a vontade política, o orçamento e a geração da própria energia. Quais são esses pontos críticos que fazem a universalização ainda não acontecer no Brasil?

E para finalizar, só por curiosidade, porque geralmente os homens públicos são sempre cobrados em alguns momentos por algo que, quando historicamente acontece, as pessoas esquecem. Não lembro quem era à época o ministro, quem era o presidente quando se começou a pensar em fazer um parque térmico no País. A grande mídia, técnicos, especialistas do setor diziam que isso não era importante para o País, que isso era uma brincadeira com um País que tinha excesso de capacidade hidráulica, que tinha possibilidade de geração de outros tipos de energia, e naquele momento alguém teve a coragem, não sei quem foi, de fazer um enfrentamento político dessa questão, Presidente, e hoje essa medida é eficaz e traz à tona o fato de que, se não fosse essa medida anteriormente assumida por aquela pessoa ou por aquele ente ou aquele setor, estaríamos talvez vivenciando um dos problemas mais graves na geração de energia.

Então parabenizo o Dr. Romeu, o Presidente, a Comissão por este importante encontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Roberto Muniz e concedo a palavra ao Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente. Cumprimento os diretores da Aneel, o Romeu e o Tiago.

E a primeira pergunta faço ao Dr. Romeu: como a Aneel tem acompanhado a questão da Celg? Temos vivido a questão da Celg, nossa companhia lá de Goiás, que foi federalizada e agora está num processo de privatização. Isso tem demorado muito, e a companhia – hoje a gente vê pela imprensa que há interessados na aquisição – a cada mês, Presidente, fecha com um prejuízo de 200 milhões.

Daqui a pouco, a falta de agilidade do Governo vai fazer com que, quando for vendida, que poderia hoje gerar um resultado, tanto para o Governo Federal, quanto para o Governo do meu Estado, esse resultado seja diluído.

O processo acho que está aí. Quero ouvir do nosso diretor-geral, porque o edital, parece que está para lançado. Então, estamos a cada dia contabilizando um prejuízo para a companhia, que poderia ter essa eficiência, principalmente neste momento difícil que o Brasil vive hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Precisamos também, como bem disse o nosso Ministro Eduardo Braga, de investimento no nosso Estado. Não tivemos isso, tivemos a expectativa, quando foi federalizado, de que o Governo Federal poderia ter investimentos, o que acabou não acontecendo. Então, acho que a saída agora é a privatização não só de Goiás, mas de outras que estão em andamento, que precisam ter renovadas suas concessões para colocar também à venda, colocar no mercado para que a iniciativa privada venha a ser um parceiro investidor que possa ajudar a desenvolver o nosso Estado, a desenvolver o nosso Brasil. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é a Resolução nº 482, de 2012, que foi vista como um marco para o desenvolvimento da energia solar no Brasil. Ela regulamenta a micro e mini geração de energia e, como bem disse também o nosso Ministro Eduardo, a eficiência energética que isso vai, efetivamente, ocasionar no setor elétrico. A Aneel também teve uma regulamentação sobre esse tema. Eu queria ouvir do Dr. Romeu quais foram os efeitos positivos que houve nessa reformulação. Eram essas as perguntas.

Eu quero também parabenizar o meu Colega da Partido, Roberto Muniz. Achei que só o meu amigo Walter Pinheiro entendesse do setor elétrico, mas ele chegou aqui mostrando que substitui muito bem o nosso Walter Pinheiro, um grande amigo nosso. Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Como todo bom baiano, o Senador Roberto Muniz, realmente, entende de questões de energia elétrica, e não deixou de dar uma aula, o que o Ministro Eduardo Braga já esperava. Mas, da parte do Ministro Roberto Muniz, quero confessar que V. Exª me surpreendeu. Eu cheguei à constatação de que o nosso Senador Walter Pinheiro não vai nos fazer falta. Que ele não nos ouça lá na Bahia. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente, Senador Garibaldi Alves. Quero cumprimentar também os representantes da Aneel, o Diretor Romeu, o Diretor Tiago, cumprimentar o Senador Roberto Muniz, que está conosco. Sentimos, de fato, que é um profundo conhecedor do setor. Hoje, assistimos a três palestras, à do Romeu, à do Senador Eduardo Braga, que conhece tudo de energia, e à do Roberto Muniz. Eu, humildemente, vou tentar me manifestar, até porque muitas das perguntas que desejava fazer de certa forma o Senador Eduardo Braga já antecipou.

Sobre a conta de desenvolvimento energético, ela, realmente, existe para subsidiar determinadas atividades do setor elétrico, mas, a proporção entre o que paga o Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste, os Estados de Rondônia e do Acre, com relação aos demais, às demais Regiões, é bastante acentuada. Ou seja, esses subsídios têm de ter, de fato, como disse o Diretor-Geral da Aneel, um tempo determinado para cumprir uma missão e, depois, deixarem de existir.

Sabemos que a gente vive em um condomínio, onde, de fato, todo mundo tem que arcar com a taxa condominial, ou seja, alguém tem que pagar para que se tenha alguns benefícios. Porém, a distribuição, ou seja, a proporcionalidade deve ser buscada para que não haja – digamos – uma sobrecarga em determinadas regiões.

Eu gostaria também de perguntar, acerca da conta de desenvolvimento energético, se não poderia surgir dali política pública no sentido de fortalecer a micro e a minigeração. Havendo por parte do próprio Governo uma ação mais forte, podemos chegar a gerar que percentual da energia hoje consumida na micro e minigeração, já que não existem esses investimentos em transmissão?

Eu acho que esta é uma política que pode crescer numa velocidade muito grande e também determinar que, dos 80% da taxa de eficiência energética das distribuidoras, seja aplicado um percentual em micro e minigeração. Ou seja, deve-se criar uma política para que, de fato, nós tenhamos essa geração na ponta, onde ela é consumida, bem como também, pergunto, passar a gestão da CDE para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ao invés de permanecer na Eletrobras. Se isso seria, digamos, algo que ajudaria, até porque a Eletrobras é parte e assim seria a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A outra questão é a seguinte: na verdade, aqui foi feita uma exposição com relação às atribuições da agência reguladora, da Aneel, mas qual é a opinião, no caso da Aneel, com relação ao sistema hoje? Pergunto: corremos o risco de termos falta de energia?

A substituição da energia gerada pelas termos e também a questão do carvão. Nós temos carvão em Santa Catarina, temos carvão no Paraná e temos carvão no Rio Grande do Sul. Lá, a CDE responde pelo subsídio ao carvão muito mais por uma necessidade de alimentarmos a atividade do carvão, que tem uma história, ou se poderia pensar, digamos, em substituir essa energia gerada por carvão. Qual é a política? Qual é a preocupação do Governo, no caso da Aneel, com relação a esses três Estados do Sul, em que todos eles têm geração [illegible] energia produzida pelo carvão, pelo uso do carvão? Paraná, menos; mas Rio Grande do Sul e Santa Catarina [illegible] bastante atividade nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, que é o último orador inscrito presente, a não ser que o Ministro Armando Monteiro queira nos brindar também com sua palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi.

Com muita perspicácia, o nosso Senador Dalirio observou bem que tivemos hoje aqui três palestras, do Dr. Romeu, do Senador Eduardo Braga e do nosso novo colega a quem saúdo com prazer Senador Roberto Muniz. Então, limito-me...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se V. Exª me permite...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ainda falta uma, a do Dr. Tiago. Mas ele vai preferir responder as perguntas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, eu me limito a fazer três perguntas bem objetivas.

Em primeiro lugar, eu sou de um Estado que tem déficit em produção de energia. Então, eu queria saber do Dr. Romeu como é que ele avalia a quantas andamos, considerando que atualmente há uma disseminação de parques eólicos no litoral gaúcho muito grande. Então, gostaria de saber se nós temos condições de realmente equilibrar um pouco mais a situação.

Em segundo lugar, há décadas comentamos no Rio Grande do Sul sobre o aproveitamento do carvão mineral. Nenhum Estado brasileiro tem tanto do carvão quanto o Rio Grande do Sul. No entanto, nós não temos uma exploração devida por questões polêmicas de poluição *etc*. O que ele pensa de um melhor momento do carvão do Rio Grande do Sul, a exemplo do que foi solicitado, foi questionado aqui pelo Senador Dalirio com relação à Santa Catarina?

Em terceiro lugar, uma curiosidade. As agências reguladoras foram à Casa Civil do Governo pleitear que os orçamentos sejam desvinculados dos Ministérios a que estão ligadas. O que o Dr. Romeu pensa disso? O argumento é de que haveria mais garantia das verbas e mais celeridade na sua aplicação.

Então, são essas as minhas três perguntas, agradecendo muito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Dr. Romeu Donizete, que tem aí um elenco de perguntas a responder considerável.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Obrigado, Senador. Eu vou também pedir para o Tiago, às vezes, me ajudar aqui em algumas questões, até para que ele também tenha oportunidade de contribuir com o debate.

De fato, sobre algumas perguntas, talvez eu não tenha os números aqui precisos, Senador. Se o senhor estiver de acordo, eu me comprometo a, na sequência, encaminhar algumas informações. O Senador Eduardo Braga mesmo perguntou, por exemplo, quantos contratos hoje estão em curso em termos de construção, quantos contratos a agência gerencia. Eu tenho uma ordem de grandeza, mas evidentemente não tenho informação precisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas não se preocupe tanto não, porque ele sabe.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Ele sabe.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Está entre aquelas de que ele já sabe a resposta.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Vou tentar ir na sequência, então.

A primeira questão que o Senador Eduardo Braga comentou foi com relação à CDE, à política de subsídio, Senador. Eu, na minha apresentação, fiz uma consideração na tentativa de contribuir com essa clareza de papéis. Definitivamente não compete à Aneel definir política nem muito menos subsídio. Todos os subsídios, como o senhor falou, estão conferidos por lei. E cabe à Aneel implementar naquilo que a lei lhe reserva, regulamentar matéria e implementar política.

O que eu comentei aqui – e é o nosso pensamento – é que, de fato, há espaço para reavaliar essa cadeia de subsídio

Por exemplo – o senhor comentou muito bem –, a CDE hoje é resultado da consolidação de um conjunto de fundos setoriais. Então, havia a RGR, que tinha lá uma finalidade, a CCC, que tinha outra finalidade, e a própria CDE, que foi criada, originalmente, inclusive, com a questão do carvão do Sul e a questão do desenvolvimento energético. E, nessa consolidação, naturalmente, talvez se perdeu um pouco a eficiência da gestão desse conjunto de subsídios no meu modo de ver.

Então, o que eu defendo é o formulador de política, com o subsídio da Aneel. Como o senhor bem colocou, esta Casa é democrática. Então, a Aneel tem lá a sua opinião sobre os diversos temas e, quando demandada, parte das nossas competências subsidiar o formulador de política. Então, por exemplo, esta Casa mesmo, o nhor mencionou o projeto de conversão da Medida nº 706. Quando a Aneel foi demandada a opinar sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

certas matérias, ela deu a sua opinião, mas, evidentemente, depois que a matéria se transformar em lei, não compete à Aneel questionar a lei e muito menos desobedecer à lei. Ela vai cumprir, rigorosamente, o que vier a ser – e nem poderia ser diferente.

Bem, mas a CDE, eu entendo que, realmente.... Por exemplo, a CCC, que o senhor comentou que tem lá na origem uma finalidade. Não temos dúvida com relação ao mérito dessa questão de subsidiar a geração no sistema isolado. O Estado lá do Amazonas é um exemplo importante. Há várias localidades que vão permanecer isoladas, no meu modo de ver, por muito tempo. Então, é claro que o consumidor daquela localidade não suporta pagar o custo real daquela energia. Seria um contrassenso onde precisa desenvolver ter a energia tão mais cara. Então, não tenho dúvida de que a lógica desse subsídio precisa continuar.

O que a Aneel tem questionado e tem discutido muito – aí entra em outra questão que foi formulada com relação à gestão da CDE – é que é uma responsabilidade da agência reguladora cobrar a melhor eficiência de uso de um recurso público.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Seria pertinente, sobre cada tema, apartearmos o Dr. Romeu para que nós possamos elucidar as questões, na tentativa de aprimorar o debate, etc., ou ficaremos ouvindo as respostas e, ao cabo, teremos um momento para debatermos as respostas? É apenas para que V. Exª possa orientar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a permissão de V. Exª, eu consulto os Senadores presentes se eles concordam com essa sistemática. Eu considero muito objetiva, mas pode ser que os Senadores, em face de outros compromissos, possam não esperar pelas respostas. Mas acredito que todos ficarão aqui, porque, realmente, o tema abordado é da maior significação.

Então, Senador Eduardo Braga, fique à vontade para continuar a dar a sua aula aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É brincadeira. V. Exª sabe que a nossa amizade permite.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Então, seguindo, Senador Eduardo Braga, eu compreendo que, realmente, precisa reavaliar esse fundo dada essa.... Houve um certo desvirtuamento, digamos assim, de alguns objetivos. Por exemplo, o senhor citou a RGR, que era um fundo, sabidamente, destinado a formar um Recurso, um fundo, para no caso de uma reversão de concessão usar aquele fundo para indenizar.

Enquanto isso, enquanto não tivesse essa utilização finalista, poderia usar para emprestar, para gerir aquele recurso, fazendo financiamento do setor elétrico, que era feito.

Bem, na medida em que houve a reversão das concessões e usou todo aquele fundo, então seguir agora, digamos assim, financiando as empresas com a RGE não tem mais esse fundo.

O senhor comentou e outros Senadores também mencionaram a questão da universalização. Eu particularmente entendo que a universalização e o Programa Luz para Todos talvez tenha sido um dos programas mais importantes que o Governo Federal levou a cabo, porque hoje realmente o consumidor ou uma unidade residencial ou comercial, enfim, qualquer potencial consumidor não ter acesso à energia elétrica é realmente alguma coisa preocupante. E nós ainda temos um contingente importante nessa situação. Mas a universalização avançou de maneira extraordinária...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Permite-me um aparte? Eu concordo com V. Sª quando coloca que há que se ter, obviamente, gestão com relação à questão da CDE. E eu fiz questão de olhar agora o seu currículo e entendo. Ele é engenheiro, oriundo do setor de saneamento, portanto de companhia de abastecimento de água e saneamento, já foi Secretário Executivo do Ministério das Cidades, então tem *expertise* e competência para falar o que fala...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E na sua modéstia, Ministro, ainda disse que passou uma hora estudando.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Imagine.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ouvindo Walter Pinheiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Ah, ouvindo Walter Pinheiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Por isso que eu gosto de fazer o dever de casa.

Portanto, quero cumprimentar aqui o meu colega engenheiro e dizer o seguinte... Veja, Sr. Presidente, como é importante esse debate, e nós não podemos tangenciá-lo. E é fundamental aos companheiros aqui que possamos debater isso com profundidade.

Veja, quando falamos em CCC, estamos falando numa conta subsídio que equaliza custos para o consumidor, tendo em vista que, em determinadas localidades do Brasil, o maior custo não é o do consumo do combustível e, sim, da logística para levar o combustível até aquela localidade. Enquanto não se migra para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

uma nova arquitetura de contrato, que é de produtor independente de energia, onde essa glosa não alcança, não funciona...

E olha como temos dois pesos e duas medidas, Presidente. Vamos dizer que haja um leilão, hoje, de geração de energia elétrica, de produção independente no interior da Bahia. Até então quem produzia no interior da Bahia era a companhia Coelba, que é a distribuidora da Bahia.

Sobre a Coelba existe a questão da glosa por ineficiência de combustível do equipamento. Há um novo leilão e ganha a empresa ABC Energia Ltda., que vai apresentar um preço e vai ganhar sob um preço teto que a Aneel estabelece em leilão. Vamos dizer que ganhou com 20% de desconto, como aconteceu agora no Estado do Amazonas. Bidou-se o primeiro lote, aliás muito bem-sucedido, com 22,3% ou 23,2%, um número posso estar errando em um ou outro número nesse ponto.

Mas, veja, sobre o produtor independente, não há a glosa. Sobre a Coelba, há a glosa. E aí o que acontece? Essa empresa vai acumulando: de 2009 para 2010, R$1,2 bilhões de glosa; de 2010 para 2011, R$1,3 bilhões de glosa. E essa glosa vai se tornando, portanto, uma dívida, um passivo com quem? Com a BR Distribuidora.

Então, nós glosamos de um lado, penalizamos do outro a companhia, que fica devedora com a BR Distribuidora, que vai pagar taxa Selic. Essa taxa Selic vai impactar a empresa, e, em alguns casos, no caso, por exemplo, da Amazonas Energia – e falo isso com a maior tranquilidade, porque cheguei ao Ministério, e a Amazonas Energia já acumulava nada mais, nada menos do que R$13 bilhões de dívida, em função dessas glosas por ineficiência.

Então, o que isso impacta, Sr. Presidente? Isso impacta a saúde financeira de uma empresa, que não terá como responder, porque isso é uma questão inerente à geografia.

Eu não posso cobrar uma eficiência sobre logística em distâncias de 1,4 mil quilômetros, 1,5 mil quilômetros em linha reta.

Agora, se nós não tivermos instrumentos como a CDE, para que possamos fazer esse equilíbrio, o que acontecerá? Acontecerá que aqueles brasileiros estarão proibidos de ter energia elétrica, porque o custo para ser rateado pelos consumidores o inviabiliza.

É a mesma coisa.... Eu ouvi, ainda, há pouco, o nosso Senador Dalirio Beber, que substitui o nosso querido e saudoso Senador Luiz Henrique, meu querido e saudoso amigo, falar sobre o caso de Santa Catarina.

O Senador Lavoisier, que aqui está...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Lasier. Lasier.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Lasier, que aqui está – desculpe-me, Senador.... Eu vivenciei uma coisa nova no Ministério de Minas e Energia, que foi a questão do carvão mineral brasileiro.

Veja, talvez, para quem esteja aqui, em Brasília, não tenha grande significado o que representa o carvão mineral, mas, para quem vive no Rio Grande do Sul, para quem vive em Candiota, para quem vive nas regiões onde é produzido o carvão, em que o arranjo produtivo depende daquilo, aquilo é fundamental.

O que precisamos fazer é o trabalho como estávamos fazendo, na CGTE, por exemplo. A partir do momento em que mudamos a gestão, o planejamento do *business* da CGTE, o que está acontecendo? Nós estamos mudando o perfil da eficiência, por uma gestão que é técnica, que tem responsabilidade, que não é mais política. E, em apenas seis meses, nós fizemos um plano de negócios que torna viável.

Agora, quem é culpado disso? É o carvão? É o carvoeiro? Ou é a ingerência política que aconteceu dentro da empresa, que estava levando a empresa a uma situação de um VPL negativo, da ordem de bilhões de reais, como é o caso da Amazonas Energia?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Na realidade, é o Valor Patrimonial Líquido do prazo de concessão. E isso é que estabelece, pela lei, a condição de a Aneel dar ou não dar a concessão a empresas e de as empresas conseguirem aprovar isso no seu Conselho de acionistas, porque a assembleia-geral de acionistas precisa aprovar que, por exemplo, a Eletrobras tenha as distribuidoras contratadas com contrato de concessão.

Agora, imagine, Sr. Presidente, essa questão é tão delicada que isso pode fazer a diferença entre seis milhões de brasileiros terem contrato de concessão de energia, ou seis milhões de brasileiros não terem contrato de concessão de energia, porque pode significar dizer que a Amazonas Energia, que a CER, a CEA não tenham contrato de concessão de energia!

E para quem não sabe o significado de não ter contrato de concessão de energia, essas empresas não conseguem se financiar no mercado financeiro.

Então, estou apenas colocando essa questão, Dr. Romeu e Dr. Tiago, porque aqui está uma questão que é izar se queremos fazer um planejamento de curto, médio e longo prazo, para que as distribuidoras do siste- Eletrobras de distribuição possam ser valorizadas, e que possa ser viabilizado, sob pena de nós levarmos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu ouvi, ainda há pouco, aqui, o Senador Wilder levantar a questão da privatização da Celg. Eu, por exemplo, tenho certeza de que se fizéssemos à Celg como estávamos encaminhando no começo do ano, teríamos bidado a Celg pelo preço que estamos estabelecendo. Hoje, eu tenho dúvidas se o mercado bida pelo preço que nós chegamos, pela *valuation* desenvolvida pela IFC, uma empresa do Banco Mundial que fez um estudo sobre a *valuation* da Celg.

Apenas para fazer essa colocação, porque aqui acho que tem um nó político que precisa ser muito debatido com o Congresso Nacional, para a gente tirar de vez as dúvidas. Se a sociedade brasileira decide fazer ao contrário, nós temos que entender de onde virá o dinheiro. E como eu sou o Relator-Geral do Orçamento de 2017, quero dizer aos senhores que não farei nenhum movimento, no Orçamento, sem que se defina claramente quem vai arcar com o ônus, com o custo da responsabilidade social, econômica, com aqueles que estão na área periférica desse País.

Esses brasileiros não podem ser lembrados apenas como um número na contabilidade eleitoral das eleições! Esses brasileiros são cidadãos e têm direito à energia elétrica; e elétrica competitiva! E a fabricação dessas eficiências no papel estão trazendo graves e sérias distorções econômicas e financeiras! Quando não é no diesel, agora é no gás.

Aí, a ANEEL quer estabelecer uma ineficiência no gás cujo contrato a Amazonas Energia não teve o direito de questionar, porque foi um contrato *take-or-pay* imposto pelo então Ministério de Minas e Energia, quando da construção do gaseoduto. E agora, quem vai arcar com a ineficiência e com a glosa é o povo do Amazonas e a distribuição da distribuidora?

Essas respostas, Dr. Romeu, precisarão ser dadas, porque alguém terá que pagar! Ou é o Tesouro que terá de pagar, ou é a sociedade brasileira que terá de pagar, senão esses brasileiros estarão absolutamente excluídos e alguém terá de assumir a responsabilidade de dizer: "Nós estamos excluindo esses brasileiros de terem direito à energia elétrica".

Eu acho que essa questão, Sr. Presidente, é um tema central para esta Comissão de Infraestrutura debater.

Desculpe-me se me alonguei, Dr. Romeu, mas considero esse o ponto central, porque envolve os carvoeiros, envolve a CCC. Ele tocou também na RGR, que é um tema que precisamos aprofundar, mas que, dependendo de como virá a posição da sanção do Senhor Presidente com relação à 706, já vai ter sido suficientemente equacionado.

O que fica pendente é uma nova situação de que me informei com relação à questão do gás. Dr. Romeu e Dr. Tiago, não se pode penalizar uma empresa por um contrato de *take-or-pay*, porque esse contrato de *take-or-pay* foi imposto pelo Ministério de Minas e Energia àquela altura, aí, a Aneel quer agora fazer com que aquilo que foi uma imposição se torne uma ineficiência. Então, eu creio que essas colocações precisam ser debatidas com essa clareza.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Bem, Senador, certamente não teremos a oportunidade de exaurir a questão aqui, mas me coloco à disposição para quando V. Exª quiser desdobrar essa conversa.

De minha parte, vou somente fazer o seguinte comentário: quando V. Exª fala da licitação, V. Exª sabe que, quando é um processo licitatório, a busca dessa eficiência se dá na entrada. Então é como V. Exª bem colocou: houve um deságio importante, porque o preço de referência foi estabelecido, ele pressupunha um nível de eficiência, e alguém que bidou se dispôs a oferecer um deságio certamente com a convicção de que conseguiria ser mais eficiente do que aquela referência que foi colocada.

Uma empresa que não passou pelo processo de licitação, essa eficiência, que é muito subjetiva – entendo o que V. Exª está falando; não estou querendo dizer aqui que a Aneel tem plena razão na sua posição em termos de glosa... Mas V. Exª pode ter certeza de que é o nosso melhor esforço para exercer o nosso papel de, em sendo recurso público, fazer essa fiscalização com a melhor eficiência.

Mas é evidente que nós podemos discutir esse assunto depois, com mais profundidade, Senador, senão eu não consigo percorrer, pelo menos parte.

O Tiago quer falar?

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Só um comentário relacionado à questão dos subsídios como discussão geral.

Parece-me que a posição da Aneel, quando indicamos a conveniência e oportunidade de uma revisão, é basicamente esta: de uma revisão exatamente no sentido de revalidar quais subsídios permanecem; quais aqueles que devem ser, inclusive, reforçados; quais aqueles que eventualmente tenham perdido a sua razão histórica de ser.

Não gostaríamos de manter essa discussão, simplesmente adstrita à CDE. A CDE concentra a maior parte daqueles subsídios intrassetoriais, que foi uma consolidação, mas que são geridos na forma de fundo. Existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

subsídios setoriais associados, por exemplo, ao desconto no pagamento pelo uso da rede de transmissão e de distribuição. São descontos no fio. São também subsídios estabelecidos na forma da lei.

Eventualmente, a criação era para que aquela fonte se tornasse competitiva. Hoje, essa é uma discussão sobre o mínimo, fazermos uma expansão do setor elétrico, buscando o mínimo custo: se esse é o mínimo custo da geração, se esse é o mínimo custo global.

Ao gerar um subsídio sobre algumas fontes – e aí eu também não estou querendo defender que seja zero; talvez não seja só no patamar atual, tenha de haver uma transição –, acabamos fazendo escolhas que não são as mais, as ótimas e as globais. E isso gera impacto na tarifa, porque alguém tem que pagar pelo custo da transmissão. O transmissor vai receber integralmente, a distribuidora vai receber integralmente, mas o gerador paga apenas a metade da parcela dele.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Você me permite um aparte, Dr. Tiago?

Quantos por cento da tarifa de energia elétrica são tributo?

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Hoje, tributo está na ordem de 22% a 25%, o principal peso é o ICMS. Depois, há encargos, Senador Ministro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Perdão, perdão! Permita-me discordar. Existem Estados que cobram 35% de ICMS na conta de energia elétrica. Todas as associações nacionais mostram que a média de tributos está entre 48% e 54% na tarifa de energia elétrica neste País.

Eu acho que esse seria o grande discurso inicial para colocarmos a tarifa da energia elétrica no verdadeiro patamar. Precisamos discutir o que é tarifa Net de energia e o que é tarifa composta com os tributos que estão embutidos na tarifa. A tarifa de energia elétrica – e vamos colocar aqui como deve ser colocado – carrega quase, na média, 50% da conta que chega à casa do consumidor, à casa do industrial, à casa de todos. A quase totalidade tem uma média de 50% de tributo, cuja maior carga é estadual.

No ano passado, os Estados tiveram um aumento de receita de ICMS em cima da tarifa de energia elétrica, e posso citar vários exemplos: pequenos Estados do Nordeste tiveram o aumento de R$360 milhões, ano passado, em arrecadação de ICMS na conta de energia elétrica.

Então, por favor, apenas para podermos colocar com clareza para quem está nos assistindo pela internet, para quem conhece o setor.

V. Sª tem toda razão em querer discutir uma série de coisas, mas, se há uma questão que é central, é impactante e deveria ser o primeiro grande tema para tratarmos sobre tarifa, é o peso da tributação sobre a tarifa do setor elétrico. A tarifa do setor elétrico, hoje, representa um peso muito grande de tributação, principalmente de ICMS.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Tiago, permita-me só um comentário. Eu acho que o Senador tem razão, talvez vocês estejam falando coisas um pouco diferentes.

Eu acho que o Tiago está se referindo aos tributos incidentes sobre a receita, que nem fazem parte da tarifa, fazem parte do preço final, tais como o ICMS e o PIS/Cofins, que são tributos que não fazem parte da tarifa e são agregados depois.

Agora, se olhar toda a carga tributária que impacta o preço final da energia, é da ordem mesmo de quarenta e poucos por cento, em alguns casos chegando a cinquenta. Porque realmente há Estados que têm uma tarifa sobre o ICMS, e, como ele é calculado por dentro, a metodologia do cálculo chega a 42%. É claro que o impacto real pode ser diferente porque há toda uma política de desonerar os consumidores que consomem menos, há uma escala, um efeito cascata. Mas, enfim, se falarmos em toda a cadeia, todo tributo que incide sobre toda a cadeia, o preço final carrega essa ordem de grandeza.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Eu concordo. Eu acho que, se for para – estávamos discutindo subsídio – discutir tributo em energia elétrica, o caminho é vasto, e há ali uma possibilidade de otimização.

Um ponto central, por exemplo: quando o Tesouro desistiu daquele aporte na CDE, o fato de não aportar e de rebater a CDE significava um ganho em não aportar e um ganho indireto porque incidiu tributo sobre a nova CDE. Então, houve um ganho, e à época tentamos convencer o Ministério da Fazenda a que pelo menos esse ganho indireto pudesse ser mantido como aporte de modo a não onerar a CDE de 2014, que aumentou quase 1.000%. Então, foi, de fato, um patamar indescritível.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu só queria em um aparte, Sr. Presidente, reafirmar.

Veja, quando nós queremos discutir subsídio, nós estamos falando de penalizar o elo mais fraco da cadeia, o elo mais fraco do arranjo produtivo que está posto. Eu tenho muitos receios de que estejamos olhando naquilo que impacta, mas impacta muito menos, e deixando de olhar aquilo que efetivamente tem um peso muito grande no resultado da tarifa. E o que tem um peso muito grande no resultado da tarifa é ICMS, Imposto Renda, Contribuição Social sobre Lucro, PIS/Cofins; tudo isso somado implica uma carga tributária na tarifa energia elétrica não inferior a 50%. Se nós fizéssemos aqui, por exemplo, o Supersimples sobre a tarifa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

energia elétrica, nós poderíamos fazer uma redução na tarifa de energia elétrica muito grande. Agora, sabem quem seriam os nossos principais adversários? Os governadores dos Estados, que se financiam com o dinheiro da tarifa de energia elétrica e depois criticam o Governo Federal pelo preço da tarifa, ao invés de dizer que aquela tarifa tem 30%, muitas vezes, de ICMS, que ele usa no seu recurso estadual para fazer aplicação nos seus Estados.

Portanto, se o Governo quiser aplicar o Supersimples, por exemplo, na tarifa de energia elétrica, nós poderíamos reduzir essa carga tributária de 50% para 10% e dar um desconto para o consumidor, seja de alta tensão, seja de baixa tensão, de 40%, sem mexer no subsídio, sem mexer no equilíbrio entre parcela A e parcela B da tarifa, e nós poderíamos praticar uma tarifa muito mais barata neste País.

Acho que esta é uma grande discussão para a Aneel, fazer estudos e mostrar para a Nação brasileira quanto é a tarifa Net: "Esta aqui é a tarifa sem imposto e esta aqui é a tarifa com imposto. Veja qual é o peso da tarifa com imposto que você paga".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Cameli pede a palavra pela ordem.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exª por me conceder a palavra. Cumprimento, aqui, o ex-Ministro Senador Eduardo Braga, que conhece muito bem essa situação da questão energética do nosso País, e os demais Senadores.

Vou falar diretamente ao meu Estado.

Eu entrei com um projeto de lei para as agências reguladoras, Aneel, Anatel, Anac – isso só olhando para o Estado do Acre – para que só pudesse ser indicado a presidente ou diretor-geral quem fosse de carreira, quem conhecesse realmente a área. E, com todo o respeito que tenho a V. Exª, vou dizer por que estou fazendo isso.

O meu Estado, hoje, Sr. Presidente, completa 54 anos, o Estado do Acre. E a Eletroacre, das empresas estatais que há lá na Região Norte, eu acho que é a que dá mais lucro.

Olhe uma mensagem que eu vou dizer a V. Exª: "Senador, bom dia. Estou com um grande problema para liberar um recurso da ordem de R$47 milhões que está retido na Eletrobras, que a Aneel já autorizou, para concluir o pagamento do Luz para Todos e manter a Eletroacre funcionando. E não estamos conseguindo liberar esse dinheiro".

Então, onde cabe a minha frase, a minha conclusão aqui? Temos agências reguladoras para quê? Eu não quero que uma empresa quebre. Eu quero que ela atenda ao consumidor e tenha o seu lucro. É isso que está na Constituição. A Aneel está para quê? Para defender a empresa e o consumidor.

D. Rita está aqui e ela, que conhece o meu Estado, esteve lá numa comissão, junto com a Aneel, com a ex-Diretora-Geral, de que a população participou. A conta de energia é altíssima, o ICMS é altíssimo. Por que não há um acordo entre o Legislativo e o Executivo, para que possamos realmente resolver a questão energética do nosso País. O que não pode, Diretor-Geral, é o Estado do Acre pagar uma conta de energia tão alta, ter apagão diretamente, e a Eletrobras não estar cumprindo com o seu dever.

Eu estou lendo essa mensagem para V. Exª, que foi o Presidente da Eletroacre que me mandou, porque a Eletrobras não está passando os recursos que deve passar para a Eletroacre. Então, por que isso? Cadê a Aneel, para averiguar essa situação?

Então, são essas situações que eu estou aqui falando e não vou me calar. Não é questão da energia, é a questão da aviação da mesma forma. O Estado do Acre, na Região Norte, é o único Estado que só tem voo noturno. Todos os Estados, Amapá, Roraima, Rondônia, têm; o Acre não, só voo noturno, porque as empresas aéreas não têm o cabimento de colocar um voo diurno. Quando eu falo das empresas aéreas, estou me referindo também à questão de energia, porque é o mesmo fato. Por que somos discriminados? Pagamos os preços, pagamos nossos impostos, estamos num País para todos.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Obrigado, Senador.

Devolvo a palavra ao Dr. Romeu.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Eu vou seguir aqui.

Senador Eduardo Braga, V. Exª fez três questões que dizem respeito às obras em andamento, quantidade de contrato e o processo de fiscalização.

Vou tentar sintetizar aqui.

De fato, V. Exª tem razão: há uma quantidade imensa de processos de obras em andamento, e o setor elétrico acho que sentiu menos essa situação de crise. V. Exª sabe que, para o ano de 2016, só no segmento de transmissão, Senador Garibaldi, vai haver uma necessidade, alguns já foram licitados, de R$36 bilhões em investimentos. O último leilão, apesar de todo o cenário adverso, foi, na minha avaliação, um sucesso; não conseguimos vender 100%, mas vendemos algo em torno de sete bilhões de reais em novos contratos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Às vésperas de um processo de entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Exatamente.

Para o próximo leilão, temos recebido investidores que têm declarado a sua intenção de participar de maneira efetiva. Então, eu acho que isso é um sinal de que, de alguma maneira, o ambiente de investimento está ficando amigável. V. Exª, com certeza, contribuiu muito nessa direção.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Acho, Dr. Romeu, que seria importante V. Sª também abordar o impacto da RBSE, que é a nossa revisão na área de transmissão, que finalmente foi equacionada quase no apagar da minha permanência no Ministério e que restabeleceu a capacidade econômica e financeira de boa parte do setor de investimento de transmissão, o que alimenta a capacidade de investimento nessa magnitude que o Dr. Romeu acabou de colocar.

Senadores, o que o Dr. Romeu está anunciando é que, apenas em leilões deste ano – fora o que está em andamento –, neste momento, em andamento, contratos de transmissão deverão estar na ordem de setenta, oitenta bilhões, talvez até mais, próximo de cem bilhões talvez.

Agora, além dos cem bilhões de reais já contratados, o Governo estará contratando mais R$37 bilhões, num momento em que o cenário econômico ainda não é dos melhores, portanto eu acho que essa informação é importante.

Eu quero que V. Sª possa aprofundar um pouco esse volume, para que as pessoas possam compreender a magnitude do que significa isso e a importância de preservar isso num momento como o que vive a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero pedir permissão ao Dr. Donizete, para registrar a presença dos Deputados Estaduais do Amazonas, a Deputada Alessandra Campêlo, o Deputado Sinésio Campos, o Deputado Wanderley Dallas e o Deputado Dermilson Chagas.

Sejam bem-vindos!

Sei que a presença de V. Exªs aqui se deve ao nosso Senador Ministro Eduardo Braga, mas sejam muito bem-vindos aqui.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Complementando, tem razão o Senador Eduardo Braga, quer dizer, esse volume a que me referi foi o que está sendo licitado este ano, mas vai próximo da casa dos cem bilhões todo o volume em construção. De geração, há uma outra quantidade imensa de obras e recursos sendo aplicados, todas as fontes – geração hidráulica, eólica, solar, que agora está entrando na matriz de maneira importante, e outras fontes, como a gás. Senador, V. Exª sabe que o volume de contrato está na casa dos milhares de contratos tanto em construção como em gestão pela Aneel, porque, na transmissão e distribuição, além de termos 63 distribuidoras, temos mais permissionárias, cooperativas e outro tanto, o que deve estar próximo a 120 contratos. De transmissão, há vários contratos, porque hoje se licita por trecho; de geração, há outras centenas de contratos. Realmente, é um volume muito grande.

Eu comentei, Senador, aqui, na minha apresentação, que a Aneel, de fato, está aperfeiçoando, modernizando seu processo de gestão dos contratos – V. Exª conhece –, de fiscalização, para ser mais preventiva e orientativa e, de alguma maneira, diagnosticar na fase do problema, para tentar resolver e não ter que lidar com a situação já posta – V. Exª conhece o nosso esforço nessa direção. Temos consciência de que há espaço para melhoria e estamos implementando essas melhorias.

Bem, quanto à questão da micro e minigeração distribuída, que é um outro assunto que foi abordado, de fato, eu particularmente acredito muito na micro e minigeração distribuída, quer dizer, tanto o governo quanto V. Exª foram importantes na ajuda, no apoio, enfim, às iniciativas no sentido de melhorar as condições.

Eu estou me referindo, num primeiro momento, à micro e minigeração distribuída, naquela em que o consumidor atua como se fosse uma autoprodução. Então, dois pontos cuja superação era importante, além de outros regulatórios de que a Aneel já fez uma revisão recente, como a norma, que o Senador comentou, da Resolução nº 482, era a questão da tributação, porque os Estados cobravam ICMS – no meu modo de ver, uma coisa um pouco exagerada, equivocada mesmo – quando a energia ia para o consumidor consumir e quando ele injetava na rede, devolvendo aquela que tomou de empréstimo. Essa era uma situação que inviabilizava, porque a tributação do ICMS era alta, isso era um dificultador. Isso já foi superado na grande parte dos Estados – não em todos ainda –, mas boa parte dos Estados já deixaram de cobrar essa tributação dupla, vamos assim chamar.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Aí vale a pena destacar, se o Romeu me permite, um convênio aprovado por unanimidade no Confaz. Uma das primeiras medidas que fizemos quando chegamos ao Ministério foi trabalhar junto ao Confaz para aprovar isso.

Talvez, Sr. Presidente, valesse aqui uma sessão com a Comissão cheia, para que mostrássemos aos diver- Senadores de diversos Estados a oportunidade que os Estados têm de aderir efetivamente a esse convê-, porque a última informação que eu tenho é que 17 Estados teriam aderido, ainda faltava algo como dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Estados que aderissem a isso. Vejam, estamos desonerando a geração de energia, não é a comercialização da energia, só que, ao desonerar a geração, viabilizamos a micro e a minigeração distribuída. Talvez aqui pudéssemos, nesta Comissão, mobilizar Senadores de diversos Estados, porque os Senadores têm um peso político importante nos seus Estados. Assim, quem sabe, poderíamos colocar todos os Estados brasileiros dentro desse caminho, porque a regra legal já está percorrida nessa direção.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – O outro ponto, Senador, que não está completamente resolvido, e há um esforço nessa direção – V. Exª certamente ajudou nesse sentido –, é uma fonte de financiamento adequada para esse tipo de investimento. Isso ainda não está resolvido, porque é o segundo ponto. Eu acho que, resolvidos esses pontos, a geração distribuída decola, acontece com uma velocidade, na minha maneira de ver, muito grande e é muito bem-vinda para o sistema.

O outro ponto que V. Exª colocou é a questão da excludente de responsabilidade. V. Exª falou dessa dificuldade, e eu concordo com V. Exª. Eu tenho comentado. Eu acho que V. Exª presenciou já, algumas vezes, essas nossas reflexões, que eu fiz também na minha apresentação. Eu acho que, Senador, tem que começar desde o início da cadeia, desde o planejamento. Quanto à questão da matriz de risco, que eu comentei aqui, tem que estar claro no contrato qual é o risco que é atribuído ao agente, qual é o risco que não é atribuído ao agente, tem que estar claro isso. De fato, deve-se cobrar de todo o poder público, de modo geral, a responsabilidade para que ajude na solução e não crie obstáculos.

Eu não quero aqui particularizar, mas é um grande desafio no Brasil hoje ainda construir obras de grande porte, obras de infraestrutura do porte de uma usina hidrelétrica. E o sistema de transmissão está indo na mesma direção. Há dificuldade. O senhor conhece um dos últimos processos que nós licitamos, o segundo bipolo de Belo Monte. Nós colocamos lá o prazo, que já era um prazo desafiador, de 50 meses. Pelo que me lembro, lá seria algo em torno de 22 meses para construir e de 28 meses para conseguir desimpedir os licenciamentos e tudo mais, para se ter a condição de construir. Quer dizer, parece que está desproporcional esse prazo.

Então, a gente precisa avançar nessa questão. Acho que a Casa aqui, certamente, pode ajudar. Com o que foi sugerido pelo Senador Roberto eu concordo. É preciso trazer quais são os pontos críticos desse processo, para que a gente reúna os diversos atores aqui e tente endereçar essas questões de maneira mais apropriada.

Acho que há um nível de risco, Senador, mas também não posso deixar de comentar que há exagero por parte dos agentes, na minha percepção. Há, eu diria, um exagero no pleito de excludente de responsabilidade. É claro que, da forma como hoje está modelado, o empreendimento fica por conta e risco do agente. É claro que não é qualquer risco, não estou querendo dizer isso. Mas um conjunto grande se dá por que ele não foi diligente o suficiente para mitigar todas as questões. Mas há realmente muitos pontos: financiamento, a questão de licenciamento de modo geral, a questão do desafio com os prestadores de serviço e com os fornecedores.

Então, acho que, nessa questão, podemos depois desdobrar essa conversa.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dr. Romeu, se possível também, já que o senhor vai enviar para cá algumas informações, o senhor poderia colocar quais são os projetos que a gente vai ter no nosso horizonte na geração. A gente fica com a visão atual dos que estão em curso, dos que estão paralisados, da matriz de risco que fez com que eles paralisassem ou que são obstáculos para o procedimento mais célere dessas obras. Precisamos saber quais são os projetos futuros, para que a gente já possa chamar, quem sabe, essas instituições e dizer: "Olha, a gente está com receio do que vai acontecer no País nos próximos dez anos." Então, trazer também os projetos que estão em carteira no Brasil seria interessante.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Se me permite, Senador, acho que, na Agenda Brasil, havia uma emenda à Constituição que estava bastante avançada e que nós apelidamos de *fast track*. O *fast track* seria uma forma de estabelecer anualmente, por decreto presidencial, quais seriam as obras de infraestrutura prioritárias para a estratégia nacional. Essas obras teriam um *fast track* para licenciamento de, no máximo, 180 dias, porque veja que o prazo de 50 meses já está se demonstrando insuficiente para resolver o segundo bipolo de Belo Monte. Já ouvi, quando eu estava no Ministério, a possibilidade de nós fazermos a licitação com 60 meses. Daqui a pouco, vamos licitar obra com dez anos de prazo, por causa da nossa incapacidade de licenciar as obras. Não há só o licenciamento ambiental. Há o licenciamento ambiental e, muita vez, o licenciamento no próprio Município. Essas obras de linha de transmissão percorrem três mil quilômetros, em média. Há uma geradora que está lá no Norte do Brasil, e o centro de carga está no centro do Brasil. Ou há a geração no Nordeste e o centro de carga no Sudeste; ou a geração está no Sul, e o centro de carga, no Sudeste.

Portanto, o Brasil é um País que vai trabalhar, nos próximos 20 ou 30 anos, ainda construindo grandes linhas de transmissão. Então, do ponto de vista do marco regulatório, é preciso haver uma emenda na Constituição. Na Comissão da Agenda Brasil, presidida pelo Senador Blairo Maggi, cujo Relator era Romero Jucá, isso [illegible]ava no ponto de ser votado, quando nós paramos o País praticamente com essa questão do impedimento, [illegible]ssa questão morreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas nós não podemos... Esta Comissão de Infraestrutura, meu querido Presidente Garibaldi, sempre diligente.... Talvez, um dos maiores legados da gestão de V. Exª como Presidente desta Comissão seria o de deixar essa PEC, que seria a PEC do *fast track* das obras estratégicas para a Nação, aprovada nas duas Casas. Se juntarmos a Comissão de Infraestrutura do Senado com a Comissão de Infraestrutura da Câmara, se correrm os com um projeto que já está bastante avançado e se votarmos essa emenda, poderemos reduzir esse prazo de 50 meses para algo como 40 meses. Como ele mesmo disse, essas obras têm prazo de execução de 22 meses. Todo o resto é ineficiência burocrática!

Olhem o custo Brasil para onde vai, senhores! Isso é que pesa na conta do consumidor, porque alguém vai ter de pagar por isso, seja por excludente de responsabilidade, seja por aumentar os custos da RAP ou da TIR dessas linhas de transmissão, porque senão o investidor, o empreendedor não se sentirá atraído para investir nesse segmento!

Portanto, essa é uma proposta. Acho que esta Comissão pode assumir essa propositura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Depois, teremos um entendimento sobre isso. Foi muito válida a lembrança, é claro, do Ministro Eduardo Braga.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Dr. Tiago está com a palavra.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Em relação a esse mapa da matriz de risco, a Aneel, recentemente, reviu o mapa da matriz de risco dos contratos de transmissão. Então, hoje, o contrato de transmissão tem uma cláusula com divisão de riscos, com o que é compartilhado, com o que é efetivamente do empreendedor, exatamente para dar uma clareza maior. E o principal componente em que a gente compartilha hoje é exatamente o risco ambiental. Essa forma de contratação traz uma segurança maior para o empreendedor e permite que o preço seja mais barato, mas, efetivamente, não resolve, porque o que a gente quer é obra no prazo. Não interessa devolver o prazo ao empreendedor, interessa a obra no prazo. Aí a contrapartida foi a Aneel trabalhar naquela forma de gestão de contratos. Há aquilo que foi ressaltado pelo Diretor-Geral de acompanhar o empreendedor e as ações dele, mas, principalmente, de permitir uma melhor coordenação com os outros órgãos.

Então, do lado da autoridade do Poder Público, a gente perde muita ineficiência basicamente por encaminhar memorando, por encaminhar ofício, por dificuldade de marcar reunião. Às vezes, há uma cultura do embargo, que tem de ser combatida. Então, nem todas as razões de embargo de obra poderiam ser sustentadas, porque não causariam um prejuízo irremediável ao meio ambiente. Quando isso está presente, evidentemente, a obra tem de ser embargada. Mas nem sempre é isso que ocorre, e, então, o embargo é derrubado logo adiante. Mas a gente perde 30 dias, 45 dias ou 60 dias de obra. Então, deveria haver, de fato, uma análise em relação a isso.

Eu tenho usado algumas oportunidades para defender – e não é uma posição da Aneel, evidentemente – que a gente adote uma forma de licenciamento, além dessa do *fast track* sugerida pelo Senador, interna ao Poder Executivo que seja um pouco espelhada na maneira como a gente hoje tem a Consultoria Jurídica. Existe o Ministério da AGU, existem servidores da AGU com competência de atribuir parecer, mas eles se especializam. Hoje, há uma Procuradoria Federal junto à Aneel. Então, se parte do processo de licenciamento pudesse ser feita por servidores do Ibama junto à Aneel, essa coordenação seria muito mais fácil, a gente não precisaria marcar reunião para daqui a 60 dias. Então, é algo que, certamente, é muito simples de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Essas possibilidades, se vocês as trouxer aqui para a Casa, acho que isso vai engrandecer muito o debate. A gente pode tentar encaminhar essa especialização...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço permissão aos Senadores, porque o Senador Wilder Morais precisa se retirar. Ele fez uma pergunta muito objetiva.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Com relação à questão da Celg, com relação à situação da privatização da Celg, a que o senhor se refere, Senador, esse não é propriamente um processo que é conduzido pela Aneel. Na verdade, a Aneel contribui com um conjunto de informações, mas ele é conduzido pelo Governo, no caso o Ministério de Minas e Energia, com o apoio, parece-me, do Ministério da Fazenda e do BNDES, mais objetivamente. Então, nem o caso da Celg nem outro processo são por nós conduzidos. O que é demando para a Aneel são algumas informações para subsidiar quem está conduzindo o processo, de sorte que, infelizmente, sobre essa questão não consigo dar maiores informações para o senhor. Certamente, o Ministério de Minas e Energia tem essas informações, porque ele é que está à frente disso. O Senador Eduardo Braga sabe que, no período em que ele esteve lá, a coisa caminhou até certo ponto. Não sei exatamente em qual estágio está. Peço desculpas, porque não é com a Aneel essa questão da privatização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Mas a Aneel tem conhecimento de como a companhia se encontra, até pelo seu agente regulador. Acho que a Agência...

Presidente, acho que precisamos fortalecer as agências, até porque acho que a solução do Brasil, não só no setor elétrico, mas também em outros lugares, é abrirmos de vez as privatizações e fortalecermos as agências, porque a agência acompanha o estado da companhia e não participa de uma decisão tão importante como essa, que é uma decisão lenta de governo, e, a cada dia, piora mais a situação da companhia.

O Ministro me informou agora que, pelo preço que o Governo pretende colocar para a companhia, pode ser que nem haja interessado. Então, o Governo tem de ser mais ágil, porque, com R$200 milhões de dívida a cada mês, Presidente, daqui a pouco, não haverá interessado, porque não interessa a companhia com tanta dívida existente hoje.

Era isso. Obrigado.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Senador, se o senhor me permite só fazer um comentário, quero dizer que o senhor tem razão. A Aneel acompanha a concessão, porque essa é nossa responsabilidade. Eu diria para o senhor que a concessão do Estado de Goiás é uma excelente concessão. De fato, a concessionária Celg, por várias razões, tem enfrentado grandes dificuldades, como o senhor conhece, com um nível de endividamento muito alto. Portanto, perdeu sua capacidade de fazer investimento e até mesmo de fazer a operação e a manutenção num padrão que seria desejável. É claro que os dirigentes atuais, como o Dr. Sinval e toda a equipe dele, têm feito um trabalho na medida do possível, com as dificuldades. Essa concessionária Celg está entre aquelas a que me referi, está entre as 17 que estão tendo um acompanhamento diferenciado, porque a qualidade que está entregando está muito aquém do contratado.

Então, é claro que, independentemente de quem seja o acionista, a ação da Aneel é a mesma: cobrar, fiscalizar, aplicar as punições que couber. Mas, certamente, a transferência do controle escapa porque aí é o dono que tem que fazer o processo de venda para o novo acionista.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Perfeitamente.

O que acontece não é nem uma questão dos dirigentes que estão lá, que eu também acompanhei. Não é uma questão deles. É uma questão que vem de longo tempo por que a companhia tem passado dificuldade. Então, por isso que ela precisa ser privatizada. Preciso ser injetado capital para que tirá-la – vamos dizer – do atoleiro e voltar a ter condição de investimento, ter recurso, que hoje não tem.

Então, fica aqui, Presidente, registrado o meu apelo: que o Governo tenha agilidade, porque, a cada dia que passa, a situação se complica. Daqui a pouco ela não vai valer nada mais. Não vai interessar nem ao Governo Federal nem ao Estado, que poderiam talvez hoje injetar alguns bilhões na conta, tanto do Governo Federal quanto do Governo do meu Estado de Goiás.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu poderia fazer um comentário sobre a colocação?

Desde quando chegamos ao Ministério, Sr. Presidente, começamos àquela altura fazer um trabalho junto com a Aneel, junto com todos, sobre uma avaliação com relação às distribuidoras do sistema Eletrobras, que deveriam estabelecer um novo modelo de privatização, sempre buscando obter não apenas o melhor valor pela privatização da companhia, preservando os empregos. E, no caso da Celg, nós chegamos a propor a criação de um fundo de indenização aos servidores da ordem de R$100 milhões para que nenhum servidor pudesse sair da companhia sem que levasse consigo um prêmio de pelo menos 24 meses, durante 24 meses para frente da privatização. Ou seja, é como se fosse um seguro-desemprego dentro da própria companhia para que, caso aquele trabalhador viesse a perder o emprego, ele pudesse ter uma indenização adicional com o fundo da privatização, para que isso pudesse acontecer.

Buscamos de todas as maneiras: contratamos o Banco Mundial, fizemos um *valuation*, etc., encontramos o melhor valor agregado àquele momento para a companhia – refiro-me ao último trimestre de 2015. Fizemos um estudo sobre o potencial mercado do Estado de Goiás, que é um Estado emergente, que tem a economia baseada no agronegócio e, que, portanto, tem grande capacidade de crescimento nos próximos anos. Com o novo ciclo tarifário, o que acontece se os investimentos forem antecipados nos dois primeiros anos para que ele possa buscar o maior ganho antes do primeiro ciclo tarifário. Portanto, no primeiro ciclo tarifário já poderia ter o reembolso na tarifa de boa parte desses investimentos, o que é bom para o Estado de Goiás, porque vai melhorar um grande pleito que o Estado tem feito.

No entanto, esbarramos numa série de dificuldades que não dependem da vontade da Aneel. Uma hora, foi o Ministério da Fazenda com relação à questão de um empréstimo com o Estado de Goiás. Outra hora, questões legislativas. Aqui mesmo, Senador Garibaldi e eu presenciamos situações muito tensas com relação a este tema. Não é um tema fácil de ser tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas creio que o Brasil tem um caminho que precisa ser seguido, sem tratar desiguais de forma igual. Acho que existem empresas que estão prontas para esse caminho e que existem outras que não estão prontas para esse caminho. É preciso avançar na regulação para aprontar essas empresas, olhando para o futuro.

Mas, no caso da Celg, eu quero aqui me coadunar com o nosso Senador Wilder e dizer que o Brasil está perdendo uma oportunidade e criando dificuldades numa situação que já era para estar resolvida desde janeiro deste ano, ou seja, nós já perdemos seis meses, e, pelo que eu soube...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Um bilhão e duzentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... nada será feito nos próximos 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É muito lamentável mesmo.

Senador Wilder, receba a nossa solidariedade. Estamos prontos aqui para colaborar nessa luta.

Eu quero registrar aqui a presença do ex-Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, hoje Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. O que não falta hoje aqui é ministro. Até eu me lembrei agora de que fui Ministro. (*Risos.*)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, eu acho que esta Comissão sente muita alegria em receber os diretores da Aneel: Dr. Romeu Rufino e Dr. Tiago Correia.

Só agora pude chegar aqui, mas assisti à parte final do debate sobre a Celg e acho, do meu dever, apresentar alguns acréscimos ao que acabei de ouvir.

Nenhuma palavra de retificação ao que disse o Ministro Eduardo Braga nem o Senador Wilder, mas as negociações para salvar a Celg vêm de muito longe. Durante anos, dois anos talvez, eu, como Ministro, que antecedi o Senador Eduardo Braga, fiz tudo que era possível para que essa salvação da Celg ocorresse. Dr. Romeu e Dr. Tiago sabem que a posição da Aneel era até no sentido da declaração de caducidade da empresa.

Conseguimos empréstimos substanciais da Caixa Econômica ao Governo do Estado para que o Governo do Estado pudesse sanear a empresa e, somente a partir daí, promovesse a privatização com a presença da Eletrobras no sistema acionário da empresa e com 51% das ações. Isso se fez com um primeiro empréstimo, com um segundo empréstimo e com um terceiro empréstimo ao Governo do Estado de Goiás.

O fato é que a empresa caminhou para esse saneamento, que era indispensável e sem o qual a caducidade viria. Com a caducidade, como se sabe, o Estado, que no caso era o dono da empresa sozinho, assumiria o ônus, e o bônus ficaria apenas com a Aneel.

O fato é que, depois que veio o Ministro Eduardo Braga, essas providências foram ampliadas, e chegou-se a essa conclusão a respeito da qual relata o Ministro Eduardo Braga. Era apenas um acréscimo que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Ministro Edison Lobão por essa informação.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, eu queria também aqui cumprimentar nosso Ministro Edison Lobão. Realmente eu era Secretário de Estado de Infraestrutura e acompanhei o empenho dele quando da federalização, 51%, para chegar a essa fase de hoje, por que viemos lutando há muito tempo.

Então, hoje o processo está pronto, é só uma decisão de colocar o edital no mercado.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua com a palavra o Dr. Romeu.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – O outro ponto que o Senador Eduardo Braga nos indaga é sobre a situação da Abengoa. Não sei se todos sabem, a Abengoa tem um conjunto grande de obras no segmento de transmissão no Brasil, nove em operação já comercial, já energizada, e outras sete em fase de construção nas diversas etapas do processo.

A matriz, na Espanha, entrou em dificuldade, entrou num processo que equivale, aqui no Brasil, a uma recuperação judicial, e isso rebateu toda a dificuldade da empresa, que paralisou, descontinuou, todas as obras que estavam em construção. As que estavam em operação seguem operando, não têm riscos, a gente está monitorando. Mas essas que estavam em construção/ o Senador Eduardo Braga participou ativamente da busca de uma solução de mercado, como denominamos, porque era a situação ideal para todo o segmento, que houvesse um interessado, que houvesse a transferência do controle ou a concessão daquelas concessões que estavam em construção. Isso não foi possível até o momento.

A empresa entrou, não as concessionárias de transmissão porque por lei elas não podem, mas as suas controladoras entraram num processo de recuperação judicial no Brasil e isso evidentemente adiciona um ingrediente que complica o processo.

E estamos interagindo com a juíza responsável pela recuperação e com o administrador judicial, com a própria empresa. Acho que uma solução de mercado está desenhada só para a parte em operação, que não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a que nos preocupa, a que nos preocupa mais é a em construção. Então, particularmente, não acredito numa solução normal de mercado.

Agora, no âmbito da recuperação, Ministro, há uma sinalização que pode realmente ter futuro, que é por parte dos credores. Porque, num processo de recuperação judicial, os credores são os principais prejudicados e ali pode haver um movimento no sentido de perder menos, e ali haver uma solução de transferência.

O que a Aneel está fazendo desde muito tempo? Caminhando com um processo, que está ao nosso alcance, que é instruir o processo com vista à caducidade das concessões. Então, já está em curso, já está bem adiantado o processo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Acho que mais uns dois meses, três meses, no máximo, a gente consegue fechar o processo.

É um rito – desculpa, Senador – um pouco demorado porque é claro que é uma sanção extrema, e até o sinal que se dá para o mercado é um sinal preocupante. Então, evidentemente, há que se observar o devido processo. Essa questão pode até judicializar e aí é uma falsa solução. É a expectativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Tendo um horizonte de dois meses para resolver a questão da caducidade, quanto tempo mais precisaríamos para resolver o problema do novo contrato ou do novo leilão?

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Isso é rápido porque nó já estamos trabalhando em paralelo já que será necessário fazer algum ajuste em função de que algumas obras foram modificadas, porque autorizamos alguns reforços. O próprio gerador, o senhor conhece, participou da solução. Então, temos que fazer um ajuste naqueles lotes, estamos trabalhando em paralelo. Então, uma vez encerrado o processo de caducidade, faremos o leilão imediatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu queria apenas cumprimentar, porque acho que este é um grande trabalho que a Aneel está fazendo, Presidente. Para que V. Exª tenha uma ideia, Belo Monte está iniciando a operação; nós temos como escoar a energia de Belo Monte. No entanto, existem trechos dessa energia que sem parte das linhas da Abengoa nós não conseguiremos fazer com que cheguem ao centro de carga. Nós temos obras já em fase de conclusão, de eólicas etc., com subestação sendo construída, com linha de transmissão sendo construída, que teriam que ser encaixadas em trechos que vêm da Abengoa. Portanto, este é um trabalho que eu reputo fundamental e estratégico para que nós não tenhamos, em 2017 e 2018, problemas de estrangulamento de energia em algumas áreas importantes.

Pergunto ao Dr. Romeu se a Aneel já identificou o que ela terá que chamar – por exemplo, empresas como Chesf, ou Furnas, ou Eletronorte, ou Eletrosul – para fazer autorizações de obras para cidades como Fortaleza, por exemplo, que tinha um problema de uma subestação que, se não fosse imediatamente autorizada a Chesf a assumir a responsabilidade, talvez nós estivéssemos, em 2017, com problema de abastecimento de energia num grande centro urbano como Fortaleza.

Então, é apenas para dar um panorama – porque nós, com certeza, teremos um relatório desta audiência que será publicado na página da Comissão – de como está essa questão das autorizações para as obras emergenciais, para haver solução de continuidade no abastecimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria pedir ao nosso Dr. Romeu, porque eu acho que nós estamos devendo agora respostas ao nosso Senador Roberto Muniz, com toda a permissão ao nosso Ministro Eduardo Braga.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Eu respondo a esta questão e passo para...

É muito rápido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, fique à vontade.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Senador Eduardo Braga, o senhor sabe que o planejamento da transmissão é determinativo. Então, esse estudo está sendo feito pela EPE, junto com o Ministério de Minas e Energia e com a participação da Aneel. O que pode ser objeto de autorização já está em curso, já está sendo autorizado, infelizmente, com uma dificuldade, porque a Chesf não está propriamente esbanjando saúde. Então, ela já tem um conjunto grande de obras – o senhor conhece –, tanto oriundo de licitações quanto de autorizações, que já está sob a sua responsabilidade. É claro que estamos avaliando com a Chesf também o que ela pode assumir, para não ser uma falsa solução. Não adianta autorizar e ela não conseguir entregar. Então, está sendo feito também esse processo de autorização.

Com relação às questões formuladas pelo Senador Roberto Muniz, eu acho que o primeiro ponto que o ...hor colocou, Senador, que eu anotei aqui, é a questão da universalização. O que existe é o seguinte: cada ...tribuidora hoje tem uma obrigação de universalizar em um determinado horizonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É claro que o Programa Luz para Todos, ao qual me referi, que foi um extraordinário programa, no meu modo de ver, vem no sentido de criar as condições para acelerar essa universalização. Mas um Estado como a Bahia tem ainda um desafio importante de universalização. Então, todas as distribuidoras têm obrigação de apresentar um plano que hoje é por Município, e a Aneel analisa e aprova esse plano. No Estado da Bahia, os diversos Municípios lá têm, certamente, na página da Aneel e da própria Coelba, uma informação de qual é a data da chamada universalização.

O que significa isso? Se a data da universalização já tiver sido alcançada, se aquele Município já estiver universalizado, quando um novo consumidor pedir uma ligação, ele estará regulamentado pela Resolução nº 414 da Aneel e terá um prazo curto, de dias, para fazer a ligação. E se aquele Município ainda não estiver universalizado e a previsão for, digamos, para 2018, a concessionária terá até aquela data para fazer a universalização. Caso o consumidor...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Fica no *site* da Aneel, mesmo?

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – No *site* da Aneel. Eu passo para o senhor essas informações com mais detalhes, mas existe essa informação. Estou falando de modo geral. Estou aqui imaginando que a Coelba já tenha a universalização aprovada, mas eu passo para o senhor essa informação mais detalhada no caso do Estado da Bahia.

Mas, então, naquele Município que ainda não alcançou a universalização – vamos dizer que seja em 2018 –, eu dizia que a Coelba ou a concessionária tem até aquela data para fazer a universalização. Caso o consumidor deseje antecipar e possa fazer isso, ele pode fazer com os seus recursos e, quando alcançar aquela data, ele é ressarcido com remuneração do valor que ele despendeu para fazer a universalização.

Esta é, de maneira bem resumida, a regra da universalização. Eu me coloco à disposição também, na sequência, se o senhor quiser mais informações.

O senhor colocou a questão dos pontos críticos. Eu acho que nós já comentamos aqui e quero concordar com o senhor, acho que é uma ajuda importante, vamos fazer isso. É claro que aqui vamos precisar envolver toda a cadeia do setor elétrico, desde o planejamento, a EPE e o Ministério.

A parte de concessão, no caso de geração, em grande medida, é definida pelo Ministério, a Aneel só executa o leilão. No caso de transmissão, nós já preparamos o edital. Então, vamos mapear essa questão e passá-la aqui para o senhor, para a Comissão. Temos muito interesse em fazer esse debate. Eu acho que é uma ajuda importante.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E já com o encaminhamento de algumas propostas...

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Sugestões.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que vocês sugiram, para que nós possamos encaminhar aqui.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Perfeito. Faremos isso.

Bem, o ponto de dificuldade está inserido nisso. Naquelas obras que estão em atraso, naquelas obras em que estamos tendo dificuldade, com esse mapeamento, vão aparecer esses pontos que têm sido pontos de dificuldade e que temos identificado e tentado superar.

O Senador Eduardo Braga mencionou, por exemplo, a interligação lá com Roraima, que é um sistema que tem uma linha ligando Manaus a Boa Vista. Essa é uma licitação que foi feita tempos atrás. O prazo em que deveria ter sido energizada a linha já venceu e nem começou a construção. Ali eu diria que é um ponto fora da curva, é uma dificuldade muito grande do licenciamento. Mas há outras tantas. É na questão fundiária que tem sido cada vez mais complexo o processo.

Faremos isso que o senhor está pedindo, sugerindo. E traremos, inclusive, com as sugestões já.

O senhor mencionou a questão de como lidamos com o monopólio natural.

No caso, de fato, o setor elétrico hoje está estruturado, o segmento de geração – como chamamos –, o produtor independente, o autoprodutor, é uma atividade mais por conta e risco do agente. A transmissão é serviço público, tem a garantia, por lei do livre acesso e, principalmente, a distribuidora.

Inclusive se discute muito, aqui na Casa mesmo e na Câmara dos Deputados, um projeto que se denominou portabilidade e, na minha compreensão, faz algumas comparações que não são próprias; quer dizer, é diferente, por exemplo, de telecomunicação. A energia elétrica, o chamado consumidor cativo está ligado fisicamente à rede da distribuidora, mesmo que a energia possa ser comercializada, mas a ligação, o atendimento físico, a rede, a entrega da energia passa pela distribuidora. Aí é que entra uma regulação e uma fiscalização muito mais exaustiva para garantir que realmente aquele consumidor, que não tenha a opção, não seja condenado a depender da boa vontade da distribuidora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aí é que entra um processo, por exemplo, de regulação, que é por incentivo, é como trabalhamos hoje e, de fato, o que foi discutindo anteriormente, há empresas que reagem bem aos incentivos econômicos e há empresa que não reage bem, mesmo que dê incentivo para ela melhorar a qualidade, isso reflete na própria tarifa ou ela perde menos.

Eu me permito citar a empresa do Estado do Ministro Edison Lobão, no caso, a Cemar – que acho que é um exemplo interessante –, que é uma concessão desafiadora, tem lá os seus desafios, certamente importantes, e a distribuidora consegue atender com um padrão de qualidade dentro do estabelecido – claro, com uma tarifa um pouco mais alta, porque tem que fazer muitos investimentos para atender, mas, certamente, o consumidor está mais interessado em ter um serviço de boa qualidade, ainda que pague um pouquinho mais. O que ele não quer é pagar um pouquinho mais e não ter o serviço de qualidade.

Isso tem uma regulação, uma fiscalização muito forte no sentido de garantir isso, mas, em alguns casos, não conseguimos alcançar às vezes, e aí entra na linha que foi comentada anteriormente, da Celg, em que, como disse o Ministro Edison Lobão, a Aneel fez todo o seu trabalho de fiscalização e de cobrança, chegou a um ponto em que ele disse: "Olha, vamos propor ao poder concedente a caducidade da concessão, ou até intervenção administrativa", o que fizemos já em várias empresas. As empresas do Grupo Rede, na própria Cemar, do Estado do Maranhão, tempos atrás, foi feita uma intervenção administrativa que antecedeu à transferência de controle que hoje, no nosso modo de ver, é bem-sucedida.

Então, há esses mecanismos que são mecanismos extremos, mas que a Aneel tem adotado quando entende que precisa ser adotado.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Diretor.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Pois não.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – Só queria fazer um comentário, no sentido de dar alguns exemplos sobre uma prática reguladora de incentivo, que acho que poderia ser utilizado em outros setores de monopólio natural.

A Aneel adota critérios de qualidade de serviço, relacionados com a duração de interrupções e com frequência; interrupções de fornecimento. Então, esses critérios são desenvolvidos de maneira global, para concessão como um todo e se estabelece em metas, mas conseguimos identificar isso por conjunto.

Como a rede toda é monitorada, de certa maneira qualquer distúrbio pode ser detectado, então conseguimos saber, por conjunto de consumidores, por grupo de transformador, acompanhar a qualidade do serviço.

E, num determinado momento, mudamos daquela postura de punir, quando a qualidade do serviço não era oferecida na maneira dos limites estabelecidos pela Aneel e passou por uma política de compensação.

Então, o fato de ser uma compensação tem um processo administrativo muito mais rápido, e o consumidor consegue identificar na conta de luz dele que, no mês em que faltou muita luz, no mês seguinte, ou depois do processamento ali, nos dois meses seguintes, ele recebe uma devolução na conta de luz dele. Essa devolução vem na forma de indicadores de DIC e FIC, que às vezes não são exatamente bem compreendidos. Aí a Aneel está com um regulamento em audiência pública exatamente para explicar na fatura de onde veio aquele dinheiro, então, a compensação.

Isso é uma medida bastante interessante, não depende de reclamação. Eu trabalhei na Anatel e, no caso da Anatel, existe alguma coisa semelhante, mas o consumidor precisa reclamar. Então, às vezes ele não está em casa, não sabe que ficou sem internet, mas no caso da Aneel, mesmo que ele não esteja em casa, se faltou luz a gente devolve, porque tinha que estar disponível o serviço.

Outro exemplo que eu acho bastante importante e vai estar relacionado com a sua próxima pergunta, que eu acho que o Diretor-Geral também deve abordar, é a questão da bandeira. Independentemente dos detalhes da bandeira, a Lei do Real obriga serviços regulados por meio de tarifa a ter um reajuste anual. E, quando o custo é variável, isso gerava alguns problemas. Então, no caso de energia elétrica, 70% do custo, fora tributos, eram variáveis, e isso ficava muito pesado, porque se precisava estimar uma tarifa elevada para comportar as variações e, se errasse para mais ou para menos, isso era carregado para a Selic. Então, 70% da tarifa iam ser corrigidas a 14,5% ao ano.

Então, a bandeira é uma forma de tratar custos variáveis dentro de uma regra tarifária, que só pode ter alteração um ano. Isso gerou, de fato, esses efeitos em outros setores regulados também, que teríamos que ver como, se eles adotam a regra semelhante à nossa, para poder transportar a bandeira para dentro da tarifa, ou se teríamos que pensar em uma outra solução. Mas essa foi uma medida muito importante, e eu acho que os outros setores regulados deveriam também olhar para isso que a Aneel fez.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Já aproveitando, Presi-
nte, se vocês puderem também pensar em uma solução para isso, como é que a gente pode conversar, dia-
ar com os outros setores para que esse peso não fique menor para o setor de energia e maior para os ou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tros setores. É claro que a gente fez uma reunião com os operadores, com todas as associações de operadores de empresas outorgadas de serviços públicos no início deste ano. A gente tem o hábito de fazer a parte lá da Abcon (Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), e aí a gente viu, através desse encontro dessas instituições, que vocês estão muito mais avançados do que outros setores. Na verdade, talvez a importância de vocês não seja a importância só dentro do setor, não ficar restrito, mas pensar nessa cadeia produtiva como um todo, porque vocês são indutores sempre de políticas novas na área de regulação. Então, sempre perceber esse rebatimento com os outros setores é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Romeu.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Senador, eu serei breve aqui, porque eu sei que o senhor tem compromisso. São só mais três pontos que eu anotei aqui.

O senhor perguntou como estão as agências estaduais. Eu entendo que houve um avanço importante, Senador, no marco regulatório dessas diversas agências estaduais, mas ainda há muito o que melhorar. Existe uma associação das agências reguladoras, a Abar, que tem cuidado de alguma maneira de propiciar um debate para esse ganha-ganha entre a experiência das agências, mas, por exemplo, a agência do Estado do senhor não tem convênio com a Aneel, e até gostaríamos de que tivesse.

Mas não tem porque ela não atende às condições que nós entendemos necessárias, que a lei coloca, de autonomia para ter o convênio de cooperação.

Agora mesmo, na semana passada, nós tivemos de rescindir o convênio com outro Estado, porque houve uma mudança no marco legal – mudança, sim, porque, naquele Estado, passou a ser o mandato do dirigente conosco coincidente com o do Governador e, em toda entrada do Governador, ele poderia substituir os dirigentes. Aí não atende à condição legal de autonomia para ter um trabalho de representar a Aneel naquele Estado. Tivemos de rescindir o contrato.

Então, eu acho que esse debate, especialmente aqui na Casa, no Senado, na Comissão de Infraestrutura, é importante, porque nós temos muito interesse que essa evolução do Marco Regulatório das Agências Estaduais ocorra para que nós possamos fazer os convênios.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – Quantas agências reguladoras estaduais têm convênio com vocês?

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – É algo em torno de umas treze, pelo eu que me lembro.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É muito baixo.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Depois eu preciso melhor para o senhor. Mas é nessa ordem.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso é muito baixo. Quer dizer, há uma perda muito grande em relação à eficiência do sistema regulatório.

O SR. TIAGO DE BARROS CORREIA – É. Nós gostamos da parceria porque traz inclusive a fiscalização para mais próximo, conhece as condições do Estado. Mas ele atua como um delegado nosso. Então, ele tem uma transferência de poder de polícia. Então, se não estiverem garantidos os requisitos de autonomia, nós não podemos. Mas o nosso interesse era que pudesse ter uma parceria em todos os Estados. Mas esse requisito não é observado em todos os Estados. Então, seriam mais agências executivas do que regulatórias. Aí não tem como nós delegarmos.

O SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Bem, só dois outros pontos. Com relação às bandeiras, eu acho que já foi colocado, mas nós aceitamos aí o desafio, a reflexão, Senador. Vamos pensar sobre como aperfeiçoar o processo para repercutir em toda a cadeia, especialmente em segmento como saneamento, que é um eletrointensivo no consumo de energia elétrica e é extremamente sensível a essa questão. Vamos fazer isso que o senhor nos pede. Oportunamente, nós traremos essa reflexão.

O último ponto que eu anotei é que o senhor perguntava das térmicas.

Olha, que eu me lembro, foi no racionamento que houve em 2000, 2001, em que havia uma situação que nós também vivemos, que é essa situação que temos vivido nos últimos anos, desse estresse hídrico aí, quer dizer, da falta de água nos reservatórios. E como não havia o *backup* de geração térmica, acabou acontecendo o racionamento. Lá se tomou uma decisão importante. Eu me lembro de que era o Ministro Raimundo Brito, da terra do senhor, o Ministro de Minas e Energia e, nessa oportunidade, lançou-se o PTT (Programa Prioritário de Térmicas), que foi embrião para que se desenvolvesse essa política de diversificação da matriz energética, que é fundamental.

Quer dizer, nós estamos crescendo em outras gerações alternativas, no caso, a eólica, a solar, mas ter um *backup* hoje de que a expansão da hidrelétrica não é com reservatório, como tínhamos no passado.... Quer dizer bem-vinda a expansão por geração hidrelétrica, mas a capacidade de regularização está cada vez menor, porque as novas usinas não têm grandes reservatórios. Então, não conseguem armazenar água suficiente para ter uma situação de estresse. Então, a térmica é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Hoje, o que se discute, o que se questiona, é que talvez nós tenhamos feito umas opções de térmicas muito caras. Então, talvez, tenha de resolver a questão do gás e buscar outras formas para que esse *backup*, esse seguro, digamos assim, se acionado, não mate o cliente. Quer dizer, não mate o consumidor, que seja um custo mais palatável, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, eu entendo que V. Exª caminha para o encerramento desta reunião, por isso desejaria emitir uma palavra final.

Eu fui Ministro de Minas e Energia ao tempo em que V. Exª exercia uma fecunda administração no Ministério da Previdência Social.

No Ministério de Minas e Energia, sempre que ali chega um titular novo, ele torna-se ativo árdego nas suas decisões, nas suas concepções e, de um modo geral, entende que a Aneel procede de maneira intolerante a respeito de algumas questões. E não é! A Aneel é um ponto de arrebentação das pretensões, muitas vezes legítimas, muitas vezes no campo do facilitário, e que precisa ter uma autoridade reguladora, como é a Aneel, capaz de se antepor, de se opor, a certas pretensões que parecem a alguns legítimas.

A Aneel, portanto, tem exercido um papel essencial no sistema de energia elétrica do País. Graças a ela, nós temos conseguido conter os abusos que muitas vezes se praticam.

Ainda há pouco, Dr. Rufino falava na possibilidade da intervenção e da declaração de caducidade de empresas que se transviam ao longo do tempo. Isso é indispensável, sob pena de essas empresas se eternizarem nos desvios. Ou se faz um trajeto com rigor – não é um rigor irresponsável, intolerante, como disse no começo, que é mais ou menos o sentimento de algumas autoridades ministeriais –, ou se pratica esse rigor ou o sistema entra em ebulição, em parafuso, e acaba derretendo-se no passo seguinte.

Portanto, eu só tenho palavras de elogios ao funcionamento das agências com as quais trabalhei, que eram a Aneel e a Agência Nacional do Petróleo, pela competência e pelo rigor com que, durante todo esse tempo, têm agido. Não apenas na minha administração no ministério, mas em todas as administrações.

O cuidado do ministro há de ser sempre com a escolha bem-feita de seus diretores.

É o que pessoalmente fiz em relação a alguns, entre os quais o Dr. Tiago, o próprio Dr. Rufino já estava lá, mas foi reconduzido em minha administração e lá permaneceu e nunca me arrependi das escolhas que fiz. Nunca! Porque eu entendo que a Aneel sempre atuou no sentido da colaboração, sobretudo como Conselho Nacional de Política Energética.

É um conselho amplo, composto por ministros de Estado, entre os quais o Chefe da Casa Civil, Ministro da Fazenda e tantos outros. E que traça as linhas mestras fundamentais na política energética.

Dentro disso, a Aneel sempre cumpriu com rigor a letra exata da lei, dos regulamentos e das decisões superiores.

Com essas palavras estou apenas emitindo um reconhecimento ao papel das agências e, no meu caso particular, da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Agência de Petróleo e Gás.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu transmito os meus agradecimentos ao Dr. Romeu Donizete e ao Dr. Tiago Barros.

Desde hoje, 8h30 manhã, nós estamos debatendo as questões de energia elétrica aqui em nossa Comissão de Infraestrutura.

E, agora, no final, tivemos o enriquecimento deste debate com a presença do Ministro Edison Lobão, que durante tanto tempo honrou o Ministério de Minas e Energia com o seu trabalho, que é reconhecido por todos.

Ao agradecer ao Dr. Romeu e ao agradecer ao Dr. Tiago, eu gostaria de associar-me ao que disse o Ministro Edison Lobão: é o melhor testemunho da presença dos senhores na Aneel.

Agradeço ao nosso Senador Roberto Muniz, que permaneceu aqui o tempo todo, levantando questões da maior importância.

E, antes de encerrarmos a presente reunião, as Srªs e Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convoco a nossa próxima reunião a ser realizada em 22 de junho, próxima quarta-feira.

Agradeço a todos os presentes.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezesseis, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Roberto Muniz, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Wilder Morais, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka, Dario Berger, Sérgio Petecão, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a apreciação da Mensagem (SF) nº 53, de 2016, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor Mário Povia para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ-." Relator: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com vinte votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. São apreciadas duas matérias extrapauta, na Segunda Parte da Reunião: Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão". Relator: Senador Wilder Morais. Relatório: pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovada a matéria, em decisão terminativa desta Comissão, com as Emendas nºs 1-CI e 2-CI. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 33, de 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer audiência pública para discutir a venda de ativos da Petrobrás e o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural. Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Roberto Muniz, Cidinho Santos, Wilder Morais, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Davi Alcolumbre, Edison Lobão, Jorge Viana, Dário Berger e Sérgio Petecão. O Presidente registra a presença, no plenário da Comissão, do Deputado João Paulo e do Senhor Fernando Fonseca, Diretor-Geral da Antaq. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião destina-se à sabatina do Sr. Mário Povia, indicado à recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Temos os seguintes comunicados:

Comunicamos o recebimento do Ofício nº 036/2016 da Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro (Usuport-RJ), representada pelo seu Diretor Presidente André de Seixas, que expressa apoio à recondução do Sr. Mário Povia ao cargo de Diretor-Geral da Antaq.

O Sr. Mário Povia, dentro de poucos minutos, vai participar de uma sabatina aqui, na nossa Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos com relação à sabatina de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate, enviando suas perguntas e comentários ao indicado ao cargo de Diretor da Antaq. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter Alô Senado. Portanto, qualquer cidadão, telespectador ou ouvinte, pode, desde já, enviar a sua pergunta, a sua contribuição, o seu comentário.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MÁRIO POVIA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. O relatório foi lido em 15/6/2016, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.
2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Estamos no aguardo do nosso Relator e vamos, então, cumprir o cerimonial, de acordo com o universitário aqui.

Desta forma, convido para que tome assento à mesa o Sr. Mário Povia, indicado para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). (*Pausa.*)

É com muita satisfação que recebemos aqui o Sr. Mário Povia e informamos que o tempo destinado à exposição inicial de V. Sª será de 15 minutos, com tolerância de 5 minutos. Fique tranquilo porque essa tolerância, às vezes, é maior.

Ao final das exposições, aí, sim, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado, conforme a lista de inscrição, dando prioridade ao Relator.

Portanto, concedo a palavra ao Sr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado Federal, S. Exª o Ministro Garibaldi Alves Filho, e, em seu nome, saudar os demais Parlamentares e todos aqui presentes.

Quero agradecer ao Presidente Michel Temer, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República Eliseu Padilha e ao Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil Maurício Quintella pela indicação do meu nome à recondução da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Desnecessário dizer o quão desafiador foram para a Antaq as novas atribuições que lhe foram conferidas a partir da edição da Medida Provisória nº 595, de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 2013. Foi um privilégio para mim ter atuado à frente da Agência nesse período, que culminou em fevereiro último, quando do término do meu mandato.

Tratamos, com absoluta prioridade, de algumas questões que representaram verdadeiras bandeiras levantadas pela Antaq, dentre as quais: prover o setor aquaviário nacional de segurança jurídica e estabilidade regulatória; colocar na pauta do governo temas como o desenvolvimento das hidrovias e da navegação de cabotagem, e a viabilização de investimentos no setor portuário nacional, seja por meio da licitação de arrendamentos portuários na prorrogação antecipada dos contratos de arrendamento em vigor ou ainda na outorga de novas instalações portuárias privadas, e aqui me refiro aos Terminais de Uso Privado (TUPs), às Estações de Transbordo de Carga (ETC), às Instalações Portuárias de Turismo (IPT) e às Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4).

Quero dizer aos senhores que muito pouco restou a ser realizado em relação aos objetivos que foram traçados quando da sabatina a que fui submetido há pouco mais de dois anos aqui mesmo nesta Comissão de Infraestrutura do Senado. Citar aos senhores uma série de medidas tomadas pela Agência ao longo dos últimos anos, como a alteração de todo o arcabouço normativo por conta do atual marco regulatório do setor portuário nacional; a reformulação do planejamento estratégico da Agência para fazer frente às novas atribuições; a alteração do Regimento Interno da Agência, com a reorganização das superintendências, secretarias e assessorias; a implantação do Sistema de Afretamento na Navegação Marítima e de Apoio, o Sama; a criação do Índice de Desempenho Ambiental, o IDA; a assunção da competência para fiscalizar operadores portuários e arrendatários; a atribuição de conduzir o procedimento de licitação de mais de uma centena de arrendamentos portuários; a análise dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, os EVTEAs, relativos às prorrogações antecipadas dos contratos de arrendamento, bem assim dos projetos executivos associados aos respectivos investimentos; o estabelecimento de novos procedimentos para autorização de instalações portuárias privadas e a sistematização do acompanhamento desses empreendimentos e a definição dos padrões do que chamamos serviço adequado.

Continuamos a ser referência na produção de dados estatísticos do setor aquaviário nacional. Ressalto lhoria constante nessa área, chamando a atenção para a ferramenta recentemente disponibilizada, o *click n*, que permite a estratificação de informações de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Acerca de nossas relações institucionais, gostaria de citar a atuação sinérgica da Agência com a Secretaria de Portos, hoje Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; testemunhar publicamente a sintonia com que nossa Agência se encontra em relação aos objetivos que vêm sendo traçados no âmbito do Poder concedente, no âmbito ministerial e de suas políticas públicas formuladas.

Junto ao Congresso Nacional, gostaria de fazer menção à ressonância de nossas aspirações em prol do desenvolvimento do setor aquaviário nacional, e não poderia deixar de citar a nossa proximidade com esta Comissão de Infraestrutura do Senado, com a Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, e ainda junto à Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, a Frenlog, presidida pelo Senador Wellington Fagundes.

Junto às autoridades portuárias dos portos delegados, as Companhias Docas federais e a associação que as representa (Abep), gostaria de relatar também uma relação harmônica na busca por eficiência, por condições de gestão mais favoráveis e pelo desenvolvimento de um sistema tarifário mais justo, que reflita e remunere adequadamente os serviços prestados, a infraestrutura disponibilizada, vindo a permitir autonomia financeira às autoridades portuárias brasileiras.

No âmbito do setor regulado, gostaria de mencionar nossa sistemática aproximação junto aos usuários do sistema aquaviário nacional e suas entidades representativas. Cito aqui a CNI, a CNA, a CNT, AEB, Fiesp/Ciesp, Comissão Portos, Anut, Usuportos, Cecafé e Ecsa, dentre outras.

A Antaq, Excelências, nunca esteve tão próxima dos usuários dos portos como se encontra atualmente. Buscamos que os usuários recebam serviços de qualidade e com previsibilidade acerca do quanto pagarão pelos serviços contratados. Nossa área de fiscalização também é referência. São 14 unidades regionais da Antaq, que possibilitam uma grande capilaridade nesse continente chamado Brasil, onde podemos chegar a qualquer ponto do Território nacional em poucas horas. Nossos postos avançados de fiscalização presentes nos principais portos brasileiros nos permitem marcar presença, de forma perene, atuar e entender as dificuldades, as deficiências e também a dinâmica de funcionamento desta complexa engrenagem, que são os portos e o comércio exterior brasileiro.

Dialogamos também com as associações que representam os empreendedores, os operadores portuários e os arrendatários dos portos. Cito aqui a ABTP, a ATP, a Abratec, a ABTRA, ABTTC, a Fenop, dentre outras com quem mantemos uma interlocução muito próxima.

Na área de navegação, gostaria também de mencionar aqui as associações: o Sindarma, a Fenavega, a Abac, a Abeam, a Fenamar, Sindario, Centronave, todas também muito presentes em nossas discussões e com uma agenda bastante convergente. Nesse contexto, buscamos também uma maior aproximação com trabalhadores portuários, seus sindicatos, e bem assim com órgãos de controle externo, Ministério Público Federal, OAB, e com os demais anuentes que atuam nos portos, a exemplo da Anvisa, Polícia Federal, Receita Federal, Vigiagro e Marinha do Brasil. Conquistas como o acesso ao sistema mercante, ferramenta estratégica para o cruzamento de informações, compilação de dados e regulação aquaviária também são motivo de comemoração.

Presente em nossa agenda a luta para assegurar o uso múltiplo das águas, seja na busca de uma legislação que contemple a construção de eclusas ou ao menos o projeto de encabeçamento nas barragens de hidrelétricas, seja na defesa de um *modus operandi* que não vulnerabiliza ou inviabilize a operação das hidrovias ao priorizar seu uso na geração de energia elétrica, como, infelizmente, ocorreu recentemente com a decisão de paralisar por quase dois a hidrovia Paraná-Tietê.

Realizamos, com absoluto sucesso, o primeiro leilão de arrendamentos portuários, o que nos colocou em uma posição de destaque no cumprimento da segunda versão do Programa de Investimento em Logística (PIL), aliado com outros investimentos que se encontram em pleno curso, oriundos de prorrogações antecipadas de contratos de arrendamento e de outorga às instalações portuárias privadas de norte a sul do Brasil, também fruto de ações entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que sucedeu a Secretaria de Portos, e a Antaq.

Realizamos, até o momento, a licitação de quatro arrendamentos portuários com investimentos associados em torno de R$700 milhões; a prorrogação antecipada de nove contratos de arrendamento com investimentos associados de R$8,27 bilhões; a autorização de 58 novos terminais privados e a ampliação de outros 10, com investimentos associados de R$16,07 bilhões. Ao todo, portanto, nesses três anos de marco regulatório, são mais de R$25 bilhões de investimentos privados autorizados, representando um aumento de capacidade equivalente a três portos de Santos, e isso é muito relevante, Sr. Presidente.

Em análise, temos ainda atualmente outros 129 empreendimentos entre as três modalidades de investimentos já citadas, totalizando R$17,3 bilhões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tenho absoluta convicção de que podemos continuar empreendendo um ritmo forte no cronograma de autorização de instalações portuárias privadas, de prorrogação antecipada de contrato de arrendamento e também na licitação de arrendamentos portuários.

A Antaq se encontra preparada para o atingimento desse objetivo no curto prazo, contando com quadro de servidores qualificados e motivados para contribuir nesse processo, quadro que tenho a honra de integrar.

Eu gostaria de citar avanços significativos da Agência no tocante a critérios de governança e de transparência. Nossas reuniões de diretoria são hoje transmitidas ao vivo pela internet com as pautas previamente publicadas.

No início deste ano, promovemos a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que já está revolucionando nossa dinâmica de trabalho na Agência, com ganhos institucionais para os servidores e para os usuários. Nossos processos hoje são 100% digitalizados e tramitam todos eles em meio eletrônico.

Ainda no campo da governança, chamo a atenção para a agenda regulatória e a agenda ambiental da Antaq, que foram objeto de consulta pública, permitindo ao setor regulado e à sociedade em geral discutir e conhecer prioridades e as ações de curto e médio prazo que se encontram no radar da Agência.

Eu gostaria de concluir essa minha manifestação inicial, Sr. Presidente, com uma mensagem de otimismo. Somos maiores do que essa crise. Há muitas coisas positivas acontecendo em nosso País no âmbito do setor de infraestrutura, e é necessário que tenhamos um pouco de paciência nas questões dessa natureza, corrigindo, sim, alguns rumos, ajustando cronogramas e estabelecendo prioridades.

É certo que, em breve, teremos ferrovias cruzando o País de norte a sul e de leste a oeste. Teremos rodovias federais duplicadas e, quiçá, uma política pública eficiente para utilização de nossas hidrovias. Já contamos hoje com terminais portuários modernos e eficientes. Nossa Agência detém *expertise* para contribuir no desenvolvimento de modelos que permitem uma maior participação da iniciativa privada na exploração de diversas atividades, hoje a cargo do Poder Público, em um cenário de curto e médio prazo em que se vislumbram fortes restrições orçamentárias.

O desenvolvimento de uma modelagem de exploração das hidrovias, a expansão da atividade na navegação de cabotagem, a gestão privada ou compartilhada da administração dos portos organizados e a concessão de serviços de dragagem nos canais de acesso são questões que devem estar presentes na agenda de debates.

É fundamental desenvolvermos procedimentos de licenciamento ambiental e de autorizações públicas de uma forma integrada, com base em uma visão holística, envolvendo desde logo o Ministério Público e órgãos de controle para que não tenhamos o desgaste de aprovar um licenciamento por anos a fio na esfera administrativa e, depois, por um longo período, discutir a mesma matéria na esfera judicial.

Outro ponto merecedor de esforços concentrados encontra-se na necessidade de diminuição da burocracia, profundamente enraizada em nossa cultura organizacional e que vem afetando negativamente a nossa eficiência operacional e o ambiente de negócios do Estado brasileiro.

Concluo agradecendo novamente a indicação por parte da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, reiterando o prazer que é estar aqui nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura e na presença de S. Exª o Ministro Garibaldi Alves Filho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Mario Povia. Costumo dizer que ministro já era. (*Risos.*)

Agradeço e quero ressaltar, claro, que se trata praticamente de uma recondução do Sr. Mario Povia, porque ele já exerceu o cargo de diretor da Antaq. Houve apenas um interregno, um espaço de tempo em que ele não deu continuidade as suas funções, mas agora ele nos dá um depoimento que nos tranquiliza com relação ao que ele poderá desenvolver como diretor da Antaq.

Na verdade, se o Estado brasileiro pretende expandir as suas parcerias com o setor privado, nada melhor do que ter numa agência reguladora pessoas experientes, capazes, como é o caso do Sr. Mário Povia.

Eu, como Presidente, estou quase perdendo a minha isenção aqui porque realmente queria me congratular com a escolha da Presidência da República com relação ao Sr. Mário Povia.

E, agora, vamos dar início aos debates, à participação dos Srs. Senadores, concedendo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Minha saudação ao engenheiro e técnico Mário Povia. Parabéns pela indicação e recondução de V. Sª ntaq, o que mostra que goza de um bom prestígio não com os políticos, mas com a área técnica, o que é portante. Estar em um governo e, na troca de governo, a indicação continuar é sinal de que V. Sª tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

serviço prestado relevante na Antaq. Então, desejamos todo sucesso possível, sucesso de que nós todos precisamos nessa área de hidrovias, em que o Brasil tem muito a avançar, tem um caminho grande a percorrer.

A minha colocação, Mário, é a seguinte: é uma reivindicação antiga dos portos do interior do País, como é o nosso caso de Porto Velho, porto organizado Rio Madeira, que as normas sobre os portos fluviais sejam enquadradas e regulamentadas de acordo com o novo marco regulatório do setor, Lei dos Portos nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Ocorre que, com o novo marco regulatório, os portos fluviais do interior do País, que é o caso dos terminais portuários de Porto Velho e de toda a Região Amazônica, estão tendo o mesmo tratamento que os grandes portos do litoral, como é o caso do Porto de Santos, Paranaguá e demais portos, principalmente no que diz respeito à operação e contratação de mão de obra. No entanto, nossa realidade é completamente diferente, a Região Amazônica, por si só, é muito diferente do sul do País, e um porto no Rio Madeira é diferente de um porto no mar, principalmente no caso dos terminais graneleiros. E entendo que não há como aplicar as mesmas regras para situações tão diferentes.

Pergunto se já existe no Ministério um estudo técnico que possa subsidiar uma avaliação nesse caso, para que possamos propor uma solução mais embasada. Fizemos essa reivindicação já em agosto do ano passado, mas não tivemos nenhuma resposta com relação a isso, a essa possibilidade não de diferenciação de tratamento, mas de adequar o tratamento à realidade do local, que é bem diferente – você tem uma condição de técnicos em Paranaguá, por exemplo, totalmente diferente em Porto Velho.

Outra questão é o nosso porto de Guajará-Mirim, no Vale do Guaporé. A hidrovia do Guaporé é importante para nós. Guajará-Mirim tem uma exportação muito forte para a Bolívia, e não temos um porto regulamentado à altura da exportação, porque a exportação está crescendo, aquela região da Bolívia é consumidora, o Estado de Rondônia é produtor e exportador, mas o porto ali é uma coisa que não existe. Também em Costa Marques, em que há essa hidrovia que liga Guajará-Mirim, Costa Marques, Pimenteiras e Cabixi. Existem vários projetos, já estava em plano de expansão a construção de portos para fazer essa hidrovia, mas, até agora, não houve nenhuma movimentação.

Então, são essas duas questões que eu gostaria que V. Sª nos colocasse no momento oportuno, mais uma vez, cumprimentando-o pela indicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de passarmos a palavra ao Sr. Mário Povia, quero fazer um apelo aos Senadores componentes desta Comissão para que venham ao plenário, porque, claro, em se tratando de indicação de diretor de agência reguladora, precisamos de quórum. Então, eu faria um apelo aos Senadores para que nos prestigiem e venham ao plenário neste instante.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em função desta dificuldade de termos aqui os membros permanentes, solicito a V. Exª a possibilidade de abrir o painel, enquanto debatemos com o convidado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não. Se a Comissão concorda, ouvidos os Srs. Membros da Comissão, vamos abrir o painel de votação. (*Pausa.*)

Sendo assim, está aberto o processo de votação para a Mensagem nº 53, de 2016.

Informo ainda às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem votar que já podem se dirigir à cabine de votação localizada a nossa direita. Solicito que observem os procedimentos de votação eletrônica.

Concedo a palavra ao nosso sabatinado, Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, respondendo aos questionamentos do Senador Acir, com relação ao porto organizado de Porto Velho, temos um regime jurídico, praticamente uma única legislação para todos os portos que se enquadram na qualidade de porto organizado, que é exatamente a Lei 12.815 e o decreto que o regulamenta, o Decreto 8.033, todos de 2013. Dentro deste contexto, neste regime jurídico, a contratação da mão de obra realmente é única. Desconheço, Senador, qualquer estudo no sentido de estratificar essa legislação. Evidentemente que as nossas áreas de fiscalização, até porque temos unidades regionais em 14 pontos do Território nacional, ao fiscalizar levam em conta exatamente o porte do porto, as condições locais, inclusive as limitações pelas quais passa o porto em função da sua questão financeira de recursos disponibilizados. Há portos, efetivamente, que operam num regime deficitário e têm realmente necessidade de aporte de capital e, por vezes, verifica-se que o porto tem uma gestão boa, mas não tem os recursos necessários para promover a realização de obras, por exemplo, enfim, de manutenção e expansão. Mas o regime jurídico é único e a contratação de mão de obra é a mesma hoje, por exemplo, para o porto de Santos, Paranaguá e Porto Velho.

Os terminais graneleiros...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – As exigências são as smas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. MÁRIO POVIA – São as mesmas, são as mesmas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não há um estudo para que possa...

O SR. MÁRIO POVIA – Desconheço se há o estudo. Acho que é até uma proposta bastante interessante de...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não é o caso de fazer o estudo?

O SR. MÁRIO POVIA – ...tentar estratificar isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, fica aqui o pedido para que se abra um estudo.

O SR. MÁRIO POVIA – O.k..

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado.

O SR. MÁRIO POVIA – O.k.

Com relação aos terminais graneleiros, o que nós temos observado muito no Arco Norte é a instalação de estações de transbordo de carga, exatamente para fazer frente às demandas. O agronegócio brasileiro cresce de uma forma impressionante, as safrinhas de milho, que hoje já são safras grandes – no Brasil não se imaginava um cenário de exportar milho, por exemplo, há poucos anos. Então, realmente, isso tem intensificado a autorização, principalmente em terminais privados na Região Norte. E os números que apresentei há pouco representam bem isso. Então, acredito que, num curto espaço de tempo, teremos sim essa provisão de infraestrutura para contribuir com esse escoamento mais eficiente da safra.

E quanto à questão da hidrovia, eu queria comentar que o DNIT contratou os EVTEAs dessas hidrovias. Especificamente, neste caso, está em fase de elaboração o complexo hidroviário, outros já estão finalizados, estão em análise no DNIT. A finalização desse EVTEA nos dá um diagnóstico e uma matriz de investimentos necessários. E precisamos colocar realmente na agenda do Governo a questão hidroviária. Essa é a grande questão, porque é inexplicável a subutilização de hidrovias no País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas está incluído Guajará-Mirim nesse estudo?

O SR. MÁRIO POVIA – Está. São onze. Isso abrange toda a malha hidroviária brasileira que opera hoje na movimentação de cargas, e está contemplado aqui, nos EVTEAs. Passo-lhe, depois, o cronograma do DNIT, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É preciso que, realmente, o Governo do Sr. Michel Temer atente para a melhor utilização do transporte hidroviário. Concordo plenamente com o Sr. Acir Gurgacz e faço minhas as palavras dele no sentido de que possamos aprofundar esse estudo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Wellington Fagundes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Será atendido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Exª e todos os nossos companheiros Senadores aqui presentes. Tive, por incumbência de V. Exª, a honra de estar aqui relatando a indicação do Dr. Mário Povia para esta sabatina. Quero dizer que, antes desta indicação, tivemos outra para a qual também fiz o relatório favorável, mas, em função de o outro indicado pertencer também à diretoria de uma das docas, acabou não sendo possível. E, ontem, ainda, o Senado votou aqui mais restrições nesse aspecto, principalmente aprimorando o trabalho da Câmara. Hoje de manhã foi matéria no jornal Bom Dia Brasil. Aliás, toda a imprensa relata isso que, no Senado, então, votamos ontem, aprimorando essa matéria, no sentido da indicação das estatais.

E também há uma visão do atual Governo. Tive já duas audiências com o Ministro Padilha, em que ele assinalou que há interesse do Governo em fazer uma lei geral das agências – o Governo tem essa pretensão –, no sentido de profissionalizar o máximo possível também as agências, assim como as estatais. Nós votamos que, para ser diretor da estatal, não pode ter exercido cargo político há três anos. Para ser diretor, também tem que ter experiência na área por um determinado tempo. Da mesma forma, é a intenção do Governo em relação às estatais, ou seja, para ser diretor de uma estatal, ele terá que ser da área e funcionário público de carreira.

Eu penso que isso será uma evolução para as agências porque a agência perpassa governo. A agência não tem aquele vínculo direto com os governos. Tanto é que, depois da sabatina, sendo nomeado, o diretor passa a ter mandato e só pode ser demitido no caso de uma infração grave, exatamente para que as agências possam ter liberdade de pensar como uma agência reguladora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No caso da Antaq, há uma certa preocupação de todos nós porque é uma agência que tem só três diretores. É muito pouco. Nós até gostaríamos de sugerir, de fazer aqui, quem sabe, a indicação de um projeto pela própria Comissão, dada a importância, o tamanho da área de abrangência da Antaq, e propor ao Governo a extensão do número de diretores de três para cinco. Eu entendo que seria o ideal. Os diretores de todas as agências têm que ir *in loco*, fazer palestras, vir ao Congresso Nacional, às audiências. Apenas com três, é difícil deliberar. Por isso entendo que também é algo que temos que perseguir, especificamente, no caso da Antaq.

Hoje, principalmente nós da região norte de Mato Grosso, temos uma preocupação muito grande porque há a possibilidade da licitação dos portos do Arco Norte e está tudo parado, porque uma agência com dois não tem o voto de Minerva. Então, fica difícil.

Quero parabenizar V. Exª porque já no primeiro dia de mandato aqui, como Presidente da Comissão, com o apoio de todos nós, perseguiu que pudéssemos ter as agências completas. Quando começamos aqui o mandato, a maioria das agências ficaram um ano e tanto com a sua diretoria incompleta, o que dificultou e atrasou muito, principalmente, os processos de concessões no Brasil.

Como Relator, recebi várias manifestações do setor empresarial apoiando o nome do Dr. Mário Povia, como a Fenavega (Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária). Tivemos também a manifestação da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados); do Syndarma (Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima), todas elas fazendo referência ao aspecto técnico do Dr. Mário Povia, por ser um funcionário de carreira, e, de modo geral, colocando a importância de dar continuidade àquele trabalho. Também a manifestação da ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários); da Abratec (Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público); da Asantaq (Associação dos Servidores da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários); e outros, que se manifestaram em simpósios em que estivemos.

Portanto, além da experiência técnica, de formação técnica mostrada no currículo do Dr. Mário Povia, também temos que registrar sua experiência em já ter sido diretor-geral da agência e, claro, também funcionário de carreira. Tudo isso acho que o credencia para que votemos favorável.

Eu quero aqui também, mais uma vez, registrar a presença do nosso universitário, e principalmente de V. Exª, com toda a Secretaria da Comissão. Acredito que, devido à agilidade de V. Exª em tocar os processos, nenhum processo de indicação que veio para cá ficou uma semana parado. V. Exª sempre determinou o relator e, quando possível, já votamos imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª me permite interrompê-lo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou aproveitar a observação de V. Exª para fazer um apelo que eu tenho renovado aqui no sentido de que os Srs. Relatores façam chegar à Comissão os processos que se encontram nas suas assessorias.

Era só uma observação. Desculpe interrompê-lo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu tenho aqui uma pergunta: como poderia o senhor, Dr. Mário, como diretor da Antaq, incentivar o aprimoramento do setor portuário, objetivando o atendimento, a movimentação de cargas, o aumento da eficiência e da competitividade, bem como a redução dos custos? Esse é um problema sério. Todos reclamam que nossos portos estão carentes de muito investimento.

Estive há poucos dias em um grande porto do Rio de Janeiro e lá o pessoal da própria diretoria dizia que precisa tomar decisões, e às vezes não são tomadas. E quem perde com isso? Quem perde é o País.

Especificamente no meu Estado, o Mato Grosso – não sei se o senhor tem posições atualizadas –, todo o desenvolvimento começou através da navegação nos rios Paraguai e Paraná. Temos lá o Porto de Morrinhos, com toda a infraestrutura, e na cidade de Cáceres também. É quase uma ruína, mas ainda há armazéns ainda funcionando, e alguns estão parados há muitos anos.

Nós tivemos uma decisão na Justiça há uns dez, doze anos, por parte do Ministério Público, que provocou a Justiça, alegando a questão ambiental do Rio Paraguai. Alegava que a navegação podia prejudicar.

Ouvi algumas palestras e os técnicos sempre dizem que hoje não são mais os rios que precisam se adaptar às embarcações. Com as tecnologias hoje existentes no mundo, nós temos, perfeitamente, condições de fazer com que as embarcações possam se adaptar aos nossos rios, às nossas condições de navegação específicas de cada região.

Eu gostaria de saber se o senhor tem algum comentário sobre essa questão da navegação de cabotagem e marítima. Em Mato Grosso, temos sempre uma supersafra com transporte calcado no rodoviarismo, e nós, Sr. Presidente, infelizmente, não temos armazenamento eficiente. Então, os armazéns acabam sendo os caminhões, que ficam ou nas estradas ou nas filas, à espera nos portos. Não temos condições de fazer nem escoamento por mão para esses caminhões. É triste ver, nas estradas brasileiras, como esses caminhões têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que parar, sem segurança nenhuma. Eu acho que, ao falar em navegação, temos que falar na intermodalidade, ou seja, temos que falar em como manejar essa carga.

Aliás, eu fiquei bastante entusiasmado quando fui à inauguração do porto lá no Rio de Janeiro...

O SR. MÁRIO POVIA – O Porto do Futuro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O Porto do Futuro, investimento privado, uma PPP. Vimos ali uma logística extremamente eficiente. As peças chegam ao porto, tudo é manipulado e vai lá na fábrica, já dentro da área de montagem. Esse é um exemplo muito bom.

Então, eu gostaria de um comentário de V. Sª sobre como podemos melhorar, trazer mais eficiência e, principalmente, diminuir o custo Brasil, que está diretamente ligado à questão da nossa infraestrutura de logística. Acho que não dá para pensar só em porto isoladamente. Eu gostaria que V. Sª, se tiver tempo, porque estamos ainda buscando quórum...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós estamos em processo de votação e queremos fazer um apelo aos membros da Comissão para que compareçam, porque o processo de votação já está aberto. O painel está aberto.

V. Exª continua com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

Como eu fiz uma exposição longa, há uma pergunta de que eu quero me certificar e gostaria do comentário. Se for possível, eu faço novamente. Se não, o Ferraço já está inscrito, e eu posso falar no final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o nosso sabatinado, o Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Wellington, nós temos conversado bastante com a Frenlog, que é uma frente presidida por V. Exª. A nossa pauta, a nossa discussão com a Frenlog tem passado exatamente por questões como estas, de eficiência, de colocar a questão hidroviária... Eu quero insistir muito na questão hidroviária. Nós precisamos colocar a questão hidroviária na pauta de investimento do Governo, na pauta de uma modelagem de exploração das hidrovias. E também a navegação de cabotagem. Isso é fundamental que trabalhemos, porque a navegação de cabotagem responde muito bem à questão de eficiência. Não faz o menor sentido trafegarmos trechos de 500km, 1.000km, com a carga em cima de um caminhão.

Nós temos terminais portuários hoje com capacidade para atender a cabotagem, e temos que trabalhar talvez numa visão multimodal, numa visão integralizada disso, no que chamamos de porta a porta para que se assegure aos titulares, aos donos dessa carga, que a mercadoria vai estar na planta no dia aprazado, que é algo que o modal rodoviário atende muito bem, essa questão de prazo. Então, levar essa eficiência também, essa certeza de que a mercadoria vai estar na planta. E nós conseguimos isso, a meu juízo, com os operadores multimodais, aqueles que garantem, vamos dizer, a estruturação dessa operação de originação e destino de cargas. Parece-me que esse é um caminho, a gente tem que pegar...

Qual que é o modelo bom hoje de cabotagem no Brasil? É o modelo de derivados de petróleo. Por quê? Porque nós temos hoje a Transpetro com terminais portuários de sua titularidade e também no comando, no controle da empresa de navegação. Então, fica muito fácil, fica muito eficiente a operação nessa modalidade, nessa conformação, melhor dizendo. E é essa eficiência que nós precisamos buscar nos terminais e nos portos como um todo, inclusive, para longo curso, nós já estamos enxergando, numa certa medida, já colhendo os frutos da dragagem de aprofundamento que realizamos nos últimos anos.

Para os senhores terem uma ideia, nas estatísticas de 2015, nós crescemos 4%, batemos um novo recorde de movimentação portuária, crescemos 4%, mas o número de atracações diminuiu 7,7%, ou seja, estamos operando mais cargas com menos embarcações e isso já é um indicador de eficiência, isso é uma melhoria de pranchas, quer dizer, utilizamos menores custos para movimentar mais cargas.

A questão da competitividade eu acho que vem também a reboque do novo marco regulatório que retirou a exigência de carga própria para os terminais privados e, ao mesmo tempo, trabalhou com investimentos públicos nos portos organizados, volto a dizer, na questão de dragagem de aprofundamento e na questão de melhorias de acesso. Eu acho que um ponto que merece muita atenção nos portos organizados são os acessos aos portos. Os terminais hoje estão bem equipados, eles estão prontos para responder às demandas, mas ainda temos gargalos nos acessos e, quando digo acesso, é rodoviário, é ferroviário e também o acesso aquaviário.

Nós precisamos ter um modelo, uma contratação de dragagem eficiente e, em alguns portos, essa dragagem tem que ser perene, nós não podemos ter interstícios longos entre contratos. Então, eu acho que nessa medida há uma diminuição de custos e uma melhoria de eficiência.

Competitividade. Eu acho que já temos hoje uma competitividade interportos, hoje nós temos um terminal de contêineres em Suape que compete com o terminal de contêineres em Salvador. Há todo um zelo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vamos dizer, hoje, dada a própria crise, as margens de lucros muito comprimidas. Então, as empresas hoje têm procurado contratar com maior zelo as suas soluções logísticas e isso tudo vai em linha aí com a questão de competitividade.

Na questão da hidrovia do Paraguai, eu tenho dado atualizado do DNIT de que o EVTEA está finalizado, está em análise naquele órgão e isso vai dar um diagnóstico de que terminais precisamos, se é o caso de revitalizarmos lá em Cáceres, o que vamos fazer nesse trecho Cáceres/Corumbá. Há muitos investimentos associados. E, volto a dizer, é importante que isso esteja na agenda do Governo.

À questão de licenciamento eu até me reportei há pouco. Nós temos que trabalhar os licenciamentos de uma forma holística, para que tenhamos contemplada pelo órgão ambiental toda a operação estruturada. Quer dizer, não faz sentido licenciar um terminal isoladamente. Temos que licenciar o terminal, a hidrovia associada, enfim, todo o complexo portuário, todo o complexo logístico. Isso vai nos permitir ganhar tempo e também dar uma matéria-prima boa para o licenciador ambiental, para entender todo o contexto. Porque hoje, evidentemente, todo o empreendimento tem um impacto ambiental, tem um impacto para a sociedade, mas não fazer esse empreendimento também tem um impacto para a sociedade. Não fazer um porto significa colocar mais 30 mil, mais 40 mil caminhões na rua, e isso significa poluição. Então, isso tem que ser visto realmente de uma forma holística e me parece que se nós conseguirmos criar um ambiente de convergência, já colocando também o Ministério Público, que se envolve muito nessas questões ambientais, já desde o início envolvermos esses órgãos, vamos ter ganhos significativos nesse processo.

As filas de caminhões. Eu queria aqui chamar a atenção: há quatro, cinco anos atrás, nós víamos na imprensa, lá no jornal, ali na TV, no horário nobre, aquelas filas enormes de caminhão. Não temos mais. Isso diminuiu significativamente, pelo menos na região adjacente aos portos. Hoje temos um sistema de agendamento, um plano de escoamento de safra...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Principalmente no porto de São Paulo, não é?

O SR. MÁRIO POVIA – Em Santos e em Paranaguá isso tem funcionado muito bem e há sempre uma preocupação, tivemos essa preocupação também, com a entrada em operação no Tegram, lá no porto do Itaqui, para que isso não ocorresse, como bem disse o Senador Wellington Fagundes, no sentido de ter esses pulmões, um parque de triagem onde o motorista do caminhão tem infraestrutura, banheiro, área para descansar, enfim, e também um sistema de comunicação de agendamento com os portos. Nisso evoluímos bastante. Acho que poderemos também evoluir melhor.

De novo, a visão multimodal e holística dessa estruturação de operação é importante e acho que, nesse sentido, nós estamos num caminho bom, discutindo sempre com a Frenlog essa questão da cabotagem e questões associadas para essa melhoria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Lembramos aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que estamos em processo de votação.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, só para fazer aqui mais uma pergunta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, antes do Senador Wellington, eu queria, com a sua aquiescência, falar pela Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Pelo fato de eu ter uma audiência inadiável, eu não vou ficar até o fim, mas gostaria. E eu queria fazer uma declaração em relação ao depoente, ao nosso convidado: que a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável à sua recondução, não só porque já o conhece, mas pela sua atuação como um grande técnico da área, comprometido com a nossa logística, com o nosso desenvolvimento no que tange à questão da área da Antaq. Declaro isso, Presidente, porque é muito importante.

Eu venho da Amazônia e é muito importante técnicos como o Mário Povia estarem à frente desse tipo de Agência, porque vem ao encontro hoje da necessidade da valorização e da importância do modal da área da navegação, da área dos portos, que é, sem dúvida nenhuma, uma alavanca fundamental para o nosso desenvolvimento, mas principalmente para a ligação do mercado internacional. E a Amazônia é a bola da vez, já que agora o Governo central percebeu essa importância não só da navegação, mas também, na questão do chamado Arco Norte, da construção de portos muito importantes ao longo dos grandes rios da Amazônia para não só facilitar a importação e agregar mais valores na disputa do mercado internacional, mas também por estar a Amazônia num ponto estratégico no diálogo com grandes mercados internacionais.

Por isso, eu queria declarar que a nossa Bancada é favorável à recondução do Sr Mário Povia para essa tefa tão importante, ele que já é um grande técnico especializado no assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, consulto V. Exª se nós temos uma ordem de oradores inscritos. Qual é a ordem que está planejada?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O próximo orador é o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu só tinha uma pergunta para fazer. Posso fazer para concluir, Sr. Presidente? Mas também não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de passar a palavra ao Relator, eu quero registrar a manifestação do Líder da Bancada do PT, o Senador Paulo Rocha, que será transcrita em ata.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes. Em seguida, ouviremos o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só uma pergunta complementar, Dr. Mário. Como o senhor avalia o marco regulatório no setor aquaviário, no que diz respeito à relação entre terminais aquaviários e terminais arrendados; privados, privativos e arrendados? O senhor acha que existe uma desigualdade nas exigências legais para um e para outro? É melhor hoje ter um terminal privativo do que um arrendado e licitado? Claro que o senhor vai ter que... Nada é tanto ao céu, nada tanto ao mar. Mas a pergunta seria: qual a melhor situação entre os dois?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Presidente.

Senador Wellington Fagundes, nós, na Antaq, fizemos um estudo, quando exatamente esta questão estava num momento crítico, sendo discutida no âmbito do Tribunal de Contas da União, e nós contratamos um estudo de assimetria regulatória entre terminais privados e terminais arrendados. O estudo, ao fim e ao cabo, detectou que não havia assimetrias relevantes a inviabilizar uma ou outra forma de exploração. E o que a gente tem observado ao longo do tempo é que ambos os regimes jurídicos de exploração, sejam os terminais de uso privado ou os arrendamentos portuários... Aqui, só para esclarecer qual é a diferença de um e de outro: o arrendatário é alguém que aluga um terminal dentro do porto organizado e depois de 50 anos devolve esse terminal ao porto; o titular do terminal de uso privado, não, ele constrói um porto dentro da área própria, então, depois dos 50 anos, ele tem direito a uma nova outorga e permanece com a titularidade desse terminal portuário. Mas, como dizia, os dois regimes se mostram com viabilidade econômica.

Mas eu entendo que a pergunta não se restringe à questão econômica, mas também, sob o ponto de vista de regulação, como a agência entende a forma de regulação de um terminal de uso privado e de um arrendamento portuário. Eu acredito que aqui talvez seja algo para refletirmos realmente e, de uma certa forma, buscarmos unificar o nível de regulação que incide sobre um terminal arrendado e um terminal de uso privado, porque o que muda, na verdade, não é o regime jurídico de exploração, mas basicamente o regime jurídico patrimonial; um está dentro do porto organizado, mas prestando um serviço portuário; outro está dentro de uma área privada, mas também prestando um serviço portuário. Então, sob a ótica da regulação, não faz sentido nós tratarmos essas instalações de uma forma diferenciada e acho que aí, realmente, é uma reflexão que nós temos de fazer até por uma questão de justiça e para suprimir uma eventual assimetria. Nós já estamos pensando em alguma coisa nesse sentido e, inclusive, temos a Resolução nº 2.389, mais voltada para terminais de contêiner, que hoje incide só sobre os arrendatários, não incide sobre os Terminais de Uso Privado. Essa é uma questão que nós temos efetivamente de corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de dar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, queremos informar que estamos em processo de votação e, além do Senador Ricardo Ferraço, estão inscritos o Senador Roberto Muniz, o Senador Dalirio Beber e o Senador Cidinho Santos.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da nossa Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o Dr. Mário Povia é engenheiro e, além da formação de Engenharia, é graduado em Direito, além de possuir pós-graduação em Administração em Direito, pela Universidade Mackenzie, e em Regulação de Serviços Públicos, pela Fundação Getúlio Vargas. É servidor efetivo de carreira, especialista em regulação de serviços de transportes aquaviários, tendo tomado posse em janeiro de 2006.

Nesse período de 2006 a 2016, foi Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto Organizado de São Sebastião; na Antaq, foi assessor da Superintendência de Portos; assessor técnico da Diretoria da Agência e Superintendente de Portos. De dezembro de 2012 a fevereiro de 2014, ocupou interinamente o cargo de Diretor, tendo sido indicado pela Presidente da República afastada – não o Dr. Mário, mas indicado pela Presidente Dilma, que está afastada por esta Casa – e exerceu mandato cujo termo se encerrou em 18 de fevereiro de 2016. Ainda em maio de 2014, foi nomeado Diretor-Geral da Antaq.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque esta é uma indicação que está em linha com o projeto aprovado, on-
, no Senado da República, que estabelece regras mais rígidas, mais criteriosas e mais transparentes para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

as nossas estatais. Até porque, sabemos todos, tendo o nosso País, por incrível que pareça, ainda mais de 130 estatais, sobretudo no setor de energia, são alvo de grande cobiça, grande cobiça; a cobiça para que as estatais possam se transformar em anexo de interesses privados da baixa qualidade, sobretudo os interesses que estão manifestados nas denúncias e nas investigações que, circunstancialmente e conjunturalmente, são competentemente coordenadas pela Operação Lava Jato.

Esse projeto aprovado, ontem, no Senado tem o mérito, vai evoluir para as fundações e vai evoluir, seguramente, para as agências reguladoras, de modo que nós possamos impedir, estabelecer critérios para que essas agências possam ser ocupadas por indicações que não tenham por propósito ou premissa responder ou atender aos interesses da sociedade. É o caso do Sr. Mário Povia, que já foi por nós sabatinado, que já ocupou o cargo de Diretor da Antaq, uma das mais importantes agências reguladoras, que tem como objetivo regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviários e de exploração de infraestrutura portuária e aquaviária, harmonizando os interesses do usuário com os das empresas prestadoras de serviços, Sr. Presidente.

É sabido, portanto, que esse é um dos maiores gargalos da nossa infraestrutura pela necessidade que tem o nosso País de se reinserir no comércio internacional, e a competitividade é, de fato, um desafio extraordinário nesse campo da nossa infraestrutura.

Eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque, ao cumprimentar V. Exª, eu quero dizer que essa indicação só está sendo possível porque a Comissão de Infraestrutura do Senado não se deixou levar por pressão política, por indicações que não atendiam àquilo que está estabelecido, sobretudo, na Lei nº 10.233. Hoje todo mundo apoia o Dr. Mário Povia; há manifestações aqui mostrando que o Dr. Mário Povia sempre foi o candidato de todos, mas isso não é verdade, porque a Presidente da República afastada indicou, para esta Comissão... Nós não rejeitamos, mas também não sabatinamos, a minha posição é de que nós devíamos rejeitar, porque esta Comissão não é anexo, não é puxadinho, tampouco tamborete de interesse do Poder Executivo. Nós precisamos agir em harmonia, mas essa harmonia pressupõe regra, essa harmonia pressupõe premissas, e esta Comissão, quero crer, marcou em definitivo essa questão.

Eu não tenho informações de que esta Comissão, num passado recente, tenha rejeitado ou tenha deixado de sabatinar indicações do Poder Executivo que não preencham os pré-requisitos legais. Nós não recusamos, acho até que deveríamos ter recusado, mas também não sabatinamos.

Portanto, foi essa a posição da Comissão de Infraestrutura, pois, quando sabatina um diretor para uma agência reguladora, ela cumpre uma das suas mais importantes prerrogativas, pela relevância que têm as nossas agências reguladoras para atividades que são essenciais à atividade econômica, mas não apenas à atividade econômica, também à atividade do desenvolvimento, sobretudo em relação ao potencial instalado que continua absolutamente adormecido em nosso País.

Portanto, ter um bom ambiente de regulação é algo importante para que nós possamos atrair investimentos. Digo isso porque nós poderíamos já ter, inclusive, sabatinado o Dr. Mário Povia aqui há muito tempo.

Em abril deste ano, a Presidente afastada – quero registrar isso, Sr. Presidente, para que fique claro e objetivo que isso só está acontecendo porque esta Comissão resistiu, porque ela não se curvou, porque pressões existiram para que nós votássemos aqui e deliberássemos uma indicação –, imaginem, a Presidente da República indica para esta Comissão um diretor que não preenche as pré-qualificações do texto legal. Nada contra o indicado, que até atendi, uma pessoa muito cordial, absolutamente civilizada. Tudo bem! Mas não preenchia, por ter ocupado o cargo fora da quarentena, os requisitos da lei que estabelece essas condições, que é a Lei nº 10.233.

Como resultado, a Antaq, cuja diretoria é composta por apenas três membros, vem atuando desde fevereiro, ou seja, há mais de quatro meses, com apenas dois diretores, comprometendo o absoluto funcionamento da Agência reguladora. Vale lembrar aqui que o presidente da Agência, o diretor-geral, é quem dá, portanto, o voto de qualidade. Esse voto de qualidade é fundamental para a definição de controvérsias que, dia sim e outro também, estão a impedir que investimentos possam acontecer, que decisões possam ser tomadas para – como diz aqui o Senador Wilder Morais – destravar esses nós que tanto atrapalham a prosperidade do nosso País.

Esta situação, Sr. Presidente, de indicações relacionadas às agências reguladoras, portanto, precisa melhorar. Eu tenho convicção de que, sob a liderança de V. Exª, pela experiência que tem, como ex-Governador, como ex-Presidente do Senado da República, que continua a nos liderar e a presidir a nossa Comissão, será ou continuará sendo intolerante nessas questões que são de fundamental importância para a sociedade brasileira.

Digo isso, porque essa questão de ausências de indicações não fazem apenas parte da Antaq. Estão presentes na ANTT, na ANP, na Anac. Essas agências reguladoras, por regra, estão funcionando sem a sua diretoria na. Quero crer que o novo Governo, o Governo do Presidente Michel Temer, vá, de fato, disciplinar melhor , colocar ordem na casa para que as agências reguladoras possam cumprir plenamente com suas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não tenho nenhuma questão a perguntar ao Dr. Mário Povia. Sua competência é conhecida, já foi sabatinado por esta Comissão. O que manifesto aqui é o meu contentamento com esta indicação, porque está em linha, inclusive, com aquilo que já aprovamos ontem aqui no Senado da República, inclusive restituindo algumas retificações, a meu juízo, indevidas que a Câmara dos Deputados fez em relação à nova Lei de Responsabilidade das Estatais.

De modo que faço esse registro para deixar definido esse marco desta Comissão, que o fato relacionado à indicação do Diretor-Geral da Antaq possa ser um marco e possa ser um diferencial naquilo que estamos chamando deste novo momento que vive a nossa Comissão de Infraestrutura, que trabalha com autonomia, que trabalha com independência, e que as indicações possam ser feitas como foi a do Dr. Mário Povia, chamando a atenção para aquilo que é fundamental no setor público, que é a tão esquecida e carcomida meritocracia. É através do mérito, Sr. Presidente, que as pessoas precisam ascender na atividade pública, e não através dos conchavos e dos acordos que, via de regra, não colocam em primeiro plano o interesse da sociedade brasileira.

Cumprimentos V. Exª e cumprimentos também o Dr. Mário Povia, dizendo da nossa expectativa de que V. Sª possa continuar dando conta do recado, como deu até aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Ricardo Ferraço, eu quero assinalar a preocupação de V. Exª, que relatou muito bem que havia aqui uma indicação que não se coadunava com as normas legais. Houve da parte de V. Exª um insistente apelo no sentido de que nós pudéssemos pura e simplesmente devolver a indicação. Mas prevaleceu o bom senso de que nós deveríamos aguardar que o Governo pudesse fazer uma nova indicação, compatível com a legislação, e que pudesse deixar à vontade o novo diretor, porque, afinal de contas, as agências reguladoras têm essa enorme responsabilidade que foi ressaltada pelo Senador Ricardo Ferraço. O que nós queremos fazer prevalecer nesta Comissão é a preocupação com a autonomia e a transparência das atividades das agências reguladoras. V. Exª colocou muito bem essa problemática e nós vamos continuar com essa preocupação.

Quero também aqui, ao lado do registro que faço da posição de V. Exª, ressaltar também a preocupação do Relator, Senador Wellington Fagundes. O episódio, claro, vai ficar para trás, a lição vai ficar para a frente e vai acenar para um futuro melhor no sentido de que nós tenhamos as agências reguladoras cumprindo plenamente as suas funções e os seus objetivos.

Com a palavra...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, gostaria de corroborar o que foi falado pelo Senador Ferraço e fazer uma observação também. Creio que uma outra situação um pouco esdrúxula é a do DNIT. O DNIT vive um hibridismo: não é agência nem é uma autarquia muito clara, porque os diretores do DNIT têm que ser sabatinados e não têm mandato. Então, creio que isso também precisa ser revisto na legislação e esta Comissão também pode tomar iniciativa, porque, diferentemente das agências, o DNIT é o órgão executivo operacional do Ministério dos Transportes. Então, não tem sentido o Executivo ter que, ao nomear um diretor, que pode ser exonerado a qualquer momento, aguardar para fazer a sabatina, para depois voltar. Isso demora muito, nesse caso, porque, como não tem mandato, dificulta o dia a dia do órgão.

Então, quero aqui sugerir à Comissão que estude, junto com a assessoria, de que forma poderíamos propor, inclusive neste caso do DNIT, a mudança, porque não tem sentido, não vejo sentido, no caso do DNIT, os diretores terem que ser sabatinados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª tem inteira razão. Inclusive, se V. Exª insistir nessa sua preocupação, nós podemos até formalizar, porque é uma situação esdrúxula. Como é que nós vamos fazer a sabatina de diretores, como os do DNIT, que são diretores nomeados? Qual a eficácia, qual o conteúdo que podemos extrair dessa sabatina?

Claro que o Relator tem inteira razão, o Senador Wellington Fagundes.

Tendo em vista que o Senador Ricardo Ferraço não fez nenhuma indagação, concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, Sr. Mário Povia, queria primeiro parabenizar o Relator, Senador Wellington Fagundes, também iniciar as minhas palavras dando continuidade ao que foi abordado pelo Senador Ferraço em relação à meritocracia.

Ele já fez a leitura do seu currículo e isso demonstra objetivamente que o senhor atende aos critérios técnicos, tanto é que está sendo reconduzido a esse cargo. Também o relatório do Senador Wellington Fagundes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ressalta o atendimento aos condicionantes legais. Então, isso estabelece claramente que o senhor tem o perfil adequado para desempenhar uma função tão importante, Sr. Presidente.

Se olharmos um pouco a história da sociedade, os portos foram pontos onde se iniciou – quem sabe podemos até dizer – a tal da globalização. Antes de existir o transporte aéreo, os meios de comunicação digital, era pelos portos que a comunicação se dava, que os bens passavam, a cultura transgredia o espaço físico dos Estados, dos países, dos continentes. Só que essa importância ainda permanece hoje, porque, mesmo com toda evolução, são os portos mundiais que carregam a maior quantidade de riqueza das nações. Então, se quisermos olhar o futuro de um País, precisamos olhar pela janela da infraestrutura portuária. Não há horizontes, Sr. Presidente, para nenhum país que tenha incapacidade de fazer gestão da sua infraestrutura portuária.

Então, Sr. Mário, quero iniciar dizendo que o senhor tem uma responsabilidade muito grande com o futuro do nosso País. Talvez, de todos os setores da infraestrutura, seja o menos percebido pela população. É muito fácil a gente perceber a importância dos aeroportos, da modernização dos aeroportos, do transporte urbano, a gente percebe também, Senador Garibaldi, a importância que os governadores, que as lideranças políticas dão a esses setores da infraestrutura, mas sempre a questão portuária é vista como um patinho feio, algo que não precisa estar na primeira agenda, na agenda prioritária dos investimentos públicos.

E, aí, fico feliz por ver que um funcionário de carreira ascende mais uma vez a um cargo tão nobre. Isso demonstra uma maturidade muito grande no aperfeiçoamento ainda muito jovem do uso das agências como órgão regulador. Eu acho que a gente tem que ressaltar esse caráter da importância da autonomia das agências, e trazer um funcionário de carreira o reforça ainda mais, desde que ele tenha também esse olhar de distanciamento das relações com a sua classe. Não podemos também burocratizar a agência para que ela não seja um cabide de emprego.

Então, eu queria ressaltar isto: que você tem todas as condições. Sou baiano, Mário. E quero dizer que a gente ouve muito rádio. Dizem que há pessoas que são predestinados. Seu nome deveria ser Mário "Poviaquática", porque você traz, em seu nome, o DNA para poder ascender a esse cargo. Então, primeiro, parabéns.

Eu dei uma olhada nos relatórios da agência e fiquei feliz porque você realizou 96% do orçamento em 2015, não é isso? Isso é importante, porque demonstra sua capacidade gerencial, quero aqui ressaltar, fez uma implantação num sistema de aprovação de custo por unidade, que, depois, quero visitar, quero entender. Isso é muito importante para que a gente tenha transparência no uso do dinheiro público.

Dos 470 servidores da agência, 458 são servidores de carreira. Agora, quero já deixar a primeira pergunta: 5% dos funcionários estão cedidos a outros órgãos. Não sei se em apoio à própria ação da agência – não sei –, achei que é um número muito alto para uma agência de regulação colocar funcionários à disposição de outros órgãos, já que parece que há 138 que estão chegando. Ou esses 138 já estão computados dentro dos 470? É muito importante a gente perceber essa movimentação. Além do mais, não há nenhuma contratação de mão de obra temporária. Então, eu acho que é um olhar emblemático da atividade gerencial de um gestor.

Além de todo o seu currículo, eu me debrucei um pouco sobre o desempenho da sua gestão e vi, pelo relatório, que muita coisa foi realizada durante a sua gestão e que é saudável a sua recondução ao cargo.

Quero aproveitar, neste instante, para fazer algumas perguntas, Sr. Presidente.

Primeiro, qual é o nível de autonomia que o senhor sentiu na sua primeira gestão? Entendendo eu que as agências reguladoras têm que ter um distanciamento para que não sejam trazidas, cooptadas pelos governos, nem pela defesa do consumidor, nem pelo mundo empresarial, quais foram os verdadeiros embates que o senhor teve com essas três instâncias: a sociedade, em algum momento, os governos que aqui estavam e também os empresários? E como é que o senhor mediou esses interesses? Porque eu acho que esse é o grande papel de um presidente de agência, Senador.

Como é a relação também da agência com os Tribunais de Contas? Há um respeito dessa autonomia também pelos órgãos reguladores, que, muitas vezes, querem tirar a autonomia que tem o órgão para fazer essa regulação?

A gente poderia ter acesso, é uma terceira questão, a todos os projetos que já estão na carteira da agência? Há algum projeto específico para o Estado da Bahia, do qual sou originário?

A outra questão já foi colocada aqui pelo Senador Wellington, que é essa comparação – não quero especificamente o seu olhar, que eu acho que deve ser depois fruto de uma conversa específica de um momento, outro instante aqui na Comissão para podermos debater a eficiência dos portos públicos e privados –, mas quais são os números que aproximam a gente, que portos são os que aproximam a gente do bom desempenho dos portos no exterior? Como está o desempenho, a produtividade dos nossos portos privados e dos nossos portos públicos em relação ao exterior, visto que, com o novo marco regulatório, houve um avanço muito grande em relação aos terminais de uso privado? Então, queria saber se o senhor vê isso como um objetivo final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E a quarta questão que eu queria depois enviar ao senhor é que há uma proposta do Governo do Estado da Bahia, feita pelo Secretário de Planejamento do Estado da Bahia e Vice-Governador João Leão, e também apoiada pelo Senador Otto Alencar e por todos nós da Bahia, para a criação do 1º Batalhão de Engenharia Hidroviário, para funcionar na margem do São Francisco, Senador Garibaldi, para que a gente pudesse ter um esforço permanente de dragagem, de manutenção das matas ciliares, de tentativa de não invasão das suas margens. O que o senhor acha de uma proposta dessa? E o olhar dessa proposta, quem sabe, para outros setores ou para outras regiões do Brasil, já que essa proposta, sendo a primeira em relação ao 1º Batalhão de Engenharia Hidroviário, poderia dar ao senhor uma força muito grande para exercer a fiscalização, já que teríamos, na margem dos rios, dos grandes rios navegáveis do nosso País, a presença do Exército, mantendo essas condições mínimas de navegabilidade para que a gente possa fazer fluir o transporte marítimo, o transporte aquaviário e fluvial nessas regiões?

Então, são essas as minhas palavras, Senador Garibaldi. E quero parabenizá-lo, dizer que também apoio sua recondução ao cargo.

Muito obrigado.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, porque o Senador Wilder Morais já havia solicitado a palavra pela ordem, peço desculpa ao Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, há um projeto extrapauta, do Senador Ricardo Ferraço, e há quórum, é de minha Relatoria. Eu gostaria que, assim que V. Exª pudesse, eu poderia fazer um relatório dele aqui, aproveitando que temos quórum, e esse projeto é terminativo na Casa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª pede para que nós suspendamos a votação, rapidamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agora, teríamos que fazer ver a Comissão de que se trata do Projeto nº 773 de 2015.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 773, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Pela aprovação com emendas.

Eu concedo a palavra a V. Exª, se a Comissão permitir, para que V. Exª faça, então, um pequeno, um resumido, um breve relatório, e a Comissão, então, poderá votá-lo.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pela ordem, solicito só, Senador, se não for incômodo, que ele finalize as respostas às minhas perguntas, e, logo após, a gente poderia fazer o encaminhamento solicitado pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Roberto Muniz, é porque há uma preocupação com relação ao quórum.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Cidinho, com a palavra.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Rapidamente, Presidente, eu vou aguardar a votação do projeto solicitado pelo Senador Wilder, mas eu me inscrevi para falar, e já estou aqui pela segunda vez para poder falar na sabatina do Dr. Mário.

Para mim é um prazer, mais uma vez, estar aqui para aprovar, para votar pela sua recondução à agência, o seu trabalho, pela sua competência. Eu tinha me inscrito para poder fazer alguma pergunta, mas vou ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que me ausentar daqui a pouco para uma audiência no Ministério do Meio Ambiente com o Governo do Estado do Mato Grosso, assim eu quero só desejar a você boa sorte no seu novo mandato.

E a boa impressão que eu tenho, Senador Wellington, é de que realmente o Mário, além de fazer um grande trabalho lá, consegue trazer a equipe com ele, pelo tanto que a equipe torce, liga para gente, pede apoio, para que ele continue à frente do seu trabalho.

Parabéns, boa sorte.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, como o quórum já caiu, que a gente siga, então, com o nosso indicado, e a gente deixa para a próxima quarta-feira para ler o relatório.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Deixe-o relatar, é rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos, então, ouvir a leitura do breve relatório do Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, de acordo com art. 91, combinado com o art. 104, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 773, de 2015, doravante tratado, neste parecer, apenas como PLS.

O PLS, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, "altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão".

A proposição é composta por dois artigos: o primeiro acrescenta as rochas ornamentais e de revestimento entre as substâncias minerais que podem ser exploradas sob o regime de licenciamento; já o segundo artigo estabelece a vigência da lei a partir de sua publicação.

O PLS nº 773, de 2015, foi apreciado e aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) antes de ser enviado para esta Comissão, onde foi apresentada uma emenda que inclui os carbonatos de cálcio e de magnésio entre as substâncias minerais que podem ser aproveitadas no regime de licenciamento.

Análise, Sr. Presidente.

Com relação à constitucionalidade, observa-se que a exploração de recursos minerais deve ser tratada em lei federal, por estar – de acordo com o inciso XII, do art. 22 da Constituição Federal – no âmbito da competência legislativa privativa da União. Ademais, não se trata de matéria sobre a qual recaia reserva de iniciativa, podendo, portanto, a proposição ser apresentada por membro do Congresso Nacional. Finalmente, ressalte-se que o PLS não conflita com qualquer dispositivo constitucional.

A Guia de Utilização foi a forma improvisada que o DNPM encontrou para liberar a exploração mineral antes da concessão de lavra. O que deveria ser exceção virou regra. Em 2014, enquanto o DNPM, em todo o Brasil, autorizou 1.083 Guias de Utilização, o Ministério de Minas e Energia outorgou apenas 281 Portarias de Lavra.

A mudança proposta faz todo sentido, visto que a atividade produtiva de rochas ornamentais é fundamentalmente integrada por micro e pequenas empresas de lavra (mineradoras), beneficiamento (serrarias), acabamento e serviços, cuja realidade se aproxima muito mais da de outras rochas e minerais de uso imediato na construção civil, os chamados agregados, que são explorados sob o regime de licenciamento.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015, e votamos pela sua aprovação, juntamente com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CI

Inclua-se no art. 1º do PLS nº 773, de 2015, o seguinte dispositivo para alterar a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978:

"VI – carbonatos de cálcio e de magnésio empregados em indústrias diversas."

A outra:

EMENDA Nº 2 – CI

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

"Art.1º .....

.....

III – argilas para indústrias diversas;

.....

V – rochas ornamentais e de revestimento; e

....."(NR

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wilder Morais. E, tendo em vista a constatação de que não temos o quórum regimental, vamos aguardar que ele possa se efetivar ainda nessa reunião, senão, votaremos na próxima reunião.

Portanto, concedo a palavra ao nosso sabatinado, Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Presidente.

Excelência, Senador Roberto Muniz, na questão dos 5% dos cedidos, houve, no passado, uma cessão obrigatória à Defensoria Pública, e fomos obrigados efetivamente a ceder esses servidores, muito embora tenhamos tentado trazê-los de volta, mas está um pouco difícil.

Temos mandado os ofícios, a Defensoria Pública está fazendo seus concursos, e temos alguns cedidos também à antiga Secretaria de Portos, hoje Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, servidores nossos que estão lá colaborando, mas dentro do mesmo objetivo, dentro do mesmo setor, trabalhando complementarmente às nossas atividades.

Temos uma série de procedimentos comuns com a Secretaria de Portos, agora Ministério dos Transportes, no âmbito das outorgas. São processos que começam na agência, vão para a Secretaria de Portos, voltam para a agência, e culminam no âmbito ministerial para assinatura. Então, nesse processo, foi necessário transferir alguns servidores para lá, para que isso ocorresse de uma forma mais sinérgica, digamos assim.

Então, isso dá quase 100% desses cedidos junto a esses dois órgãos.

Com relação à questão da autonomia da agência, tivemos inclusive vários ministros, na Secretaria de Portos, num curto espaço de tempo, e sempre tivemos uma relação muito boa, no âmbito ministerial. Na parte de navegação, a agência continuava com uma vinculação ao Ministério dos Transportes, também numa relação autônoma, uma relação muito tranquila nesse sentido.

Nosso relacionamento com a sociedade, Governo e empresários. A agência tem uma interlocução muito boa. Costumo dizer que é um ativo, e não é um ativo dessa diretoria. Historicamente, a agência conversa muito bem com o setor regulado.

Então, como o senhor bem observou, a sociedade está um pouco distante do setor portuário. O setor portuário não tem esse apelo popular, como a atividade de outras agências reguladoras.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO POVIA – Mas temos muita interlocução com as associações...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço silêncio para ouvirmos o sabatinado, Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Mas temos muita interlocução com as associações que representam esses usuários. E citei aqui a Fiesp, a Ciesp, a Anut, a AEB, a CNT, a CNI, enfim, são órgãos que representam esses usuários e com quem conversamos bastante a respeito, antes de editarmos nossas normas, no âmbito de audiências públicas. E mais especificamente com associações de usuários mais próximas, no varejo, no caso da Usuport, do Cecafé, da Aexa, que são instituições que estão mais à beira do cais mesmo.

Então, temos uma interlocução mais próxima e estamos editando uma norma mais especificamente para tratar de questões pontuais com relação ao usuário, sobretudo para que ele tenha, ao contratar o serviço portuário, a previsibilidade de quanto vai gastar.

Quanto ao Governo, é uma relação ótima. E até citaria aqui talvez dois episódios que passamos, onde tivemos até uma certa divergência com relação a posições de governo, uma aqui na Comissão de Infraestrutura, o Senador Ricardo Ferraço deve se lembrar, que foi a cobrança pelo espelho d'água. Entendíamos que aquela cobrança por portaria da SPU não estava adequada, já que aquilo significava uma taxa, um *lato sensu* do tributo. E aquilo deveria ser por lei, e não por uma portaria da SPU. Então, também, com muita tranquilidade, exercemos essa autonomia ao discordarmos.

E, na questão do uso múltiplo das águas, tivemos um episódio na Hidrovia Paraná-Tietê, onde essa hidrovia foi paralisada, por uma decisão unilateral do setor elétrico. Nós nos insurgimos contra essa decisão, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

assunto foi à Casa Civil, e fomos lá defender nossa posição. Entendemos, claro, que o setor elétrico é importante, o uso da água, mas há uma legislação supra, acima disso...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço silêncio, por favor.

O SR. MÁRIO POVIA – ... que coloca a Agência Nacional de Água, a ANA, na tutela do recurso hídrico. Então, também tratamos essa questão com absoluta autonomia à época, sem qualquer desgaste institucional, haja vista que eu estou aqui nessa sabatina.

Então, essa é a relação com o Governo, e com os empresários também da mesma forma; nós lutamos, a regulação tem essa característica, ao mesmo tempo em que lutamos para que o empresário tenha um contrato bom, tenha um horizonte de prazos para que ele faça seus investimentos, em contrapartida, a gente cobra eficiência, fiscaliza, multa.

Esse é o desafio da regulação, é não errar a mão, é defender o interesse, sobretudo do setor portuário. E temos trabalhado muito nisso. Críticas surgem, surgem críticas de todo lado, convivemos bem com as críticas e sempre abertos ao diálogo. É uma característica da agência nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao nosso...

O SR. MÁRIO POVIA – Mas não acabou ainda, Sr. Presidente.

Tem uma questão com o TCU, que o senhor perguntou, e dos projetos da Bahia.

Com relação ao TCU, o TCU contribuiu muito, principalmente na questão de governança e transparência da agência. Ele nos cobrou isso, e isso nos levou a tomar medidas de governança e transparência. Então, acho que temos que reconhecer que o TCU contribuiu nesse processo.

Evidentemente que, às vezes, há questões técnicas que a gente acredita que o sinal é um pouco avançado ali, no órgão de controle externo. Mas, na medida – e isso a gente percebe também, é empírico –, na medida em que a Corte de Contas Federal verifica que a agência está atuando, ele passa a ver aquilo como um segundo estágio de atuação e tem respeitado muito isso.

Então, na medida em que a agência vem se articulando, vem se estruturando, a gente percebe que a atividade de controle externo se distancia um pouco mais, reconhecendo a atuação da agência. Evidentemente que, quando há vácuo ali, aí eles atuam mais fortemente, exigindo um posicionamento da agência, o que é bom. A gente tem que reconhecer que isso é positivo.

Temos, lá na Bahia... O senhor perguntou dos empreendimentos. Temos o terminal privado, o Porto Sul, em que inclusive o Governo tem lá a *golden share*. Temos o projeto da Bamin, que é um projeto que depende muito da condição de minério no mercado internacional. Ele tem um novo cronograma, um pouco empurrado adiante. Temos um TUP chamado Baía Terminais, na Baía de Aratu, para movimentação de contêiner. Isso deve estar sendo retomado; está havendo uma pequena alteração nesse projeto.

Temos as licitações de arrendamentos portuários, no Porto de Salvador e no Porto de Aratu. Enfim, há muita coisa acontecendo na Bahia. Há ampliações nos terminais existentes lá no...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO POVIA – Com prazer! Com prazer! Eu encaminho esse portfólio para o senhor.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Depois eu gostaria que o senhor me encaminhasse essa coisa específica da Bahia...

O SR. MÁRIO POVIA – O senhor quer só da Bahia ou do Brasil inteiro?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, eu quero mais da Bahia.

O SR. MÁRIO POVIA – Encaminho sim, com prazer.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E, só para finalizar, o que o senhor acha ou é possível ajudar-nos a apoiar a proposta da criação do 1º Batalhão de Engenharia Hidroviário?

O SR. MÁRIO POVIA – Pois não. Nós tivemos uma visita, numa missão, no Mississippi, e ele funciona com essa modelagem. É o corpo de engenheiros do Exército americano que faz toda a gestão na hidrovia do Mississippi, e acredito que em outras também lá. Mas especificamente no Mississippi, com certeza.

Evidentemente, Senador, que, com o cenário de restrição orçamentária que temos, nós conseguirmos envolver o Exército nesse projeto seria muito interessante. E, de novo, a necessidade que temos de colocar a rovia na nossa pauta de prioridades.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. MÁRIO POVIA – Então, vejo isso com muito bons olhos.

E queria lhe dizer que o DNIT já concluiu o EVTE no São Francisco, e isso vai ser matéria-prima para, no momento seguinte, se trabalhar essa questão do batalhão. Seria muito interessante incluir isso nessa pauta.

E, por fim, com relação à *performance* dos terminais brasileiros, *vis-à-vis* com o *benchmarking* internacional, os nossos terminais são eficientes, os terminais de contêiner já estão performando muito bem. Evidentemente que nós temos, nos principais terminais internacionais, uma grande atividade de transbordo. E, aqui no Brasil, a nossa característica não é de transbordo. Nós armazenamos também, temos toda uma questão de desembaraço, toda uma questão do comércio exterior, que é local.

Mas, quanto à questão de movimentos por hora, que também no transbordo é impactada, eu acho que os nossos terminais, aqui – os dois mais eficientes, hoje, salvo engano, são Santos Brasil e Embraport, mas, com certeza, temos Itapoá, Portonave, BTP, muito em linha; alguns Tecons muito próximos dessa performance –, não estão devendo nada para o exterior. E os novos graneleiros também vão entrar com tecnologia nova, com mitigação e questão ambiental.

Quanto aos de minério, eu nem preciso dizer. A própria *performance* dos grandes terminais de minério aí, de Ponta da Madeira, de Tubarão, os números falam por si. Eu acho que não estamos devendo nada, não, em relação ao mundo em termos de *performance*. Nós temos que trabalhar, sim, os acessos aos portos. Essa é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Estamos próximos ao quórum. O Senador Magalhães Pinto dizia que política é como nuvem: vai e vem. Isso está muito semelhante ao quórum aqui da nossa Comissão.

O próximo orador inscrito é o Senador Dalirio Beber.

O Senador Jorge Viana pede a palavra pela ordem? Não?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não. Deixa...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Dalirio Beber?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em seguida, vamos fazer um bloco de três Senadores para podermos ouvir a palavra do sabatinado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador Garibaldi Alves, pela condução da Comissão de Infraestrutura, que começa mais cedo, exatamente para produzir mais.

Acho que vivemos, hoje, um momento de grande importância, uma vez que estamos recebendo o sabatinado, o Mário Povia, que, na verdade, por indicação da Presidência da República, vai novamente ocupar a Diretoria-Geral da Antaq, por força de uma decisão, de um consenso que vejo brotar ao natural de todos os demais Senadores membros desta Comissão; até pela sua qualificação, pela sua biografia, e agora, nas suas várias manifestações, pelo profundo conhecimento que tem da atividade para a qual ele está sendo chamado novamente: a prestação de um serviço público de grande importância.

Não resta dúvida de que as condições de infraestrutura são extremamente necessárias, todos os tipos de infraestrutura, para garantirmos o desenvolvimento do País. Falo de Santa Catarina, uma vez que eu vejo que as demandas são mais ou menos sempre as mesmas. A grande demanda de infraestrutura, hoje, é a rodoviária, ou seja, a duplicação de rodovias para fazer com que as riquezas que o País produz possam chegar aos mercados consumidores, aos seus destinos.

Na verdade, nós deixamos, o País deixou de priorizar outros modais do transporte, especialmente o ferroviário e o transporte via navegação.

V. Sª falou sobre a questão da cabotagem, que tem uma experiência bastante exitosa no que diz respeito ao transporte do petróleo. Mas, fora isso, o que a agência reguladora poderia fazer no sentido de que os nossos produtos pudessem usar toda essa grande costa brasileira, e mesmo também o Centro-Oeste, o Norte, o Nordeste, que têm rios navegáveis, para fazer com que deixemos de ter tantos caminhões nas rodovias a ponto de a manutenção e a exigência sempre e cada vez maior de duplicações – de rodovias – seja um poço sem fundo para o Governo Federal, mesmo nos casos da própria concessão, a iniciativa privada?

Em Santa Catarina, temos cinco portos, dos quais dois são privados e altamente competitivos. E os outros, por serem públicos, têm as suas dificuldades de competição. Mas, sobretudo, o caso do Porto de Itajaí. Aí eu gostaria que, V. Sª, sendo reconduzido, olhasse para esse porto. Por quê? Porque se trata de um porto público que desempenhou um papel de extrema importância ao longo dos últimos mais de cem anos na exportação das riquezas produzidas em nosso Estado e também na importação, ou seja, recebendo aquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

era necessário para que o Estado continuasse sendo vanguardista no desenvolvimento econômico e social, modelo, felizmente, para o nosso Brasil.

Então, o que se pode fazer para superar isso?

Lá temos um problema grave de cheias recorrentes, que muitas vezes interrompe o funcionamento dos portos, de dois portos importantes, um privado e outro público, mas que também produz danos à infraestrutura. Basta dizer que, dos quatro berços que já existiam, apenas dois estão funcionando. Nós teríamos que ter agilidade, pressa, até por parte da própria agência, mostrando que a não restauração dos outros dois berços torna o nosso porto público cada vez menos competitivo com relação aos outros portos. E isso é prejuízo para o setor público, para a economia do Estado de Santa Catarina e também do País, uma vez que muitas cargas que por lá transitam se destinam a outros Estados brasileiros.

De qualquer forma, queria parabenizá-lo, desejar-lhe sucesso, parabenizar a Presidência da República pela iniciativa de lembrar do seu nome e por ser funcionário de carreira da agência e, ao mesmo tempo, mostrar essa independência da agência com relação, digamos, às questões do Governo. Ou seja, a agência pertence ao Estado brasileiro, e não a qualquer governo.

Por isso nós estamos muito satisfeitos de poder ver a sua recondução. E tenho certeza de que essa relação e esse serviço, digamos, vão continuar merecendo destaque no panorama nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos. (*Pausa.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu só queria... Estou aguardando para votar o projeto do Senador Wilder e aguardando o quórum. O Dr. Mário já fez as considerações que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores o currículo do Dr. Mário Povia por si só já demonstra a sua competência para a recondução ao cargo de Diretor da Antaq. É funcionário da Antaq por concurso público desde 2006, já foi Diretor-Geral, já exerceu vários cargos, tem uma formação acadêmica que atende aos pré-requisitos necessários para a função tão importante de diretor de uma agência reguladora.

Felizmente, Senador Garibaldi Alves Filho, de um tempo para cá, houve uma mudança, Senador Ferraço, nas indicações dos diretores, porque, no início do Governo do PT, houve um esvaziamento das agências reguladoras, com indicação de pessoas para a direção das agências sem a competência devida, eu acho que com o intuito, o objetivo de esvaziar a ação das agências, tanto na questão da regulação, quanto da fiscalização.

Ontem nós aprovamos no Senado Federal, com parecer do Senador Tasso Jereissati, um projeto da maior importância, que define e regulamenta, na questão das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, em nível da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, condições para a indicação de diretores, de membros do conselho de administração que tenham realmente qualificação para a função, e não seja por indicação política e que venham lamentavelmente a trazer essa situação em que foi colocado o Brasil ao longo desses treze anos e meio de desgoverno.

E agora o Presidente interino Michel Temer busca retomar, com o apoio do Congresso Nacional, o caminho do desenvolvimento do nosso País e da geração de emprego e renda.

Dr. Mário, eu estou rouco de tanto falar. Eu acho que sou escutado, mas não sou ouvido pelo Governo Federal. Sou ouvido pelo meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu ia corrigir e dizer: pelo menos nesta Comissão, V. Exª é muito ouvido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade, Presidente.

Mas é lamentável que ainda hoje o Governo Federal não dê a importância que deveria ter a implantação do sistema aquaviário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Temos quórum?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Temos quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como diz o Senador Otto Alencar, temos cloro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, em homenagem ao Senador raço, autor do projeto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não, ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... e em homenagem ao Senador Wilder, Relator, eu vou fazer um parêntese aqui para que a gente possa colocar em votação esse projeto, que é importante, Senador Ferraço. Quero parabenizá-lo. Vamos votar. Depois, eu retomo a indagação ao Dr. Mário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, vamos agradecer a sensibilidade do Senador Flexa Ribeiro, porque Flexa Ribeiro deixar de falar não é fácil.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sensibilidade forçada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos, então, votar a matéria, que foi relatada pelo Senador Wilder Morais, que diz respeito à alteração da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.

Pergunto ao Senador Roberto Muniz: como vota V. Exª?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu fui o Relator deste projeto na CMA (Comissão de Meio Ambiente) e pude acrescentar também para estender para o calcário, que é uma rocha também muito importante para a correção do solo na agricultura.

Com certeza, voto com o Relator, Wilder Morais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Ricardo Ferraço é o autor do projeto.

Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com o Relator.

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Voto com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O projeto foi aprovado.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação para as Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão de Infraestrutura, de acordo com o relatório do Relator. (*Pausa.*)

Havendo concordância, estão aprovadas as emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015.

Será feita, portanto, Srªs e Srs. Senadores, comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 91 do Regimento Interno.

Volto a palavra ao Senador Flexa Ribeiro...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Me congratulando com o autor do projeto, o Senador Ricardo Ferraço, e com o seu Relator, Senador Wilder Moraes, que pede a palavra pela ordem.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

Obrigado, Presidente. Queria agradecer, em nome do autor, por ter sido Relator, a cada um dos colegas Senadores, pois começamos, com este projeto, a destravar esses três itens importantes que estão no projeto e que vão dar uma agilidade grande para o setor mineral, tendo em vista que o processo e portaria de lavra levariam no mínimo cinco anos. Então, isso vai reduzir muito o prazo. Eu queria agradecer aos colegas pelo apoio.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Volto a palavra, portanto, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Parabéns, mais uma vez, ao Senador Ferraço, ao Senador Wilder, pela aprovação do projeto, em fase terminativa, que vai a Plenário, depois à sanção, com certeza absoluta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Mas, como eu dizia, Dr. Mário, ainda nenhum Governo Federal deu a atenção devida ao sistema aquaviário. É inimaginável. V. Exª se referiu à hidrovia do Mississipi, por onde escoa a produção dos Estados Unidos. E há dezenas de eclusas ao longo do Rio Mississipi. É uma demonstração de que nós temos que copiar o que dá certo. E não é preciso inventar a roda. É só olhar o que está. Há um poeta no meu Estado, o poeta Ruy Barata, que, em um de seus versos, diz: "Esse rio é minha rua." Na Amazônia, as nossas ruas são os nossos rios.

E 60% do modal de transporte no nosso País é rodoviário. E o modal aquaviário entra com menos de 5%. Nós temos que inverter essa *pizza* ou equilibrar a *pizza*. Os modais, Senador Garibaldi, de transporte, não são concorrentes. O modal fluvial não concorre com o ferroviário e não concorre com o rodoviário. Eles se complementam, porque, pelas distâncias, cada um tem a sua competitividade. E o valor do frete é reduzido em função da distância que vai ser percorrida.

Se você percorrer, como é feito hoje, com a soja produzida no Mato Grosso, 1,5 mil quilômetros de carreta para chegar agora em Miritituba pela 163 ou, pior ainda, trazer essa soja para Paranaguá ou Porto de Santos, indo, Senador Wilder, no sentido contrário ao consumidor, você desce para depois subir, trazendo o custo adicional e, pior ainda, trazendo desgaste às rodovias, manutenção, perdas de vida, dificuldade de tráfego, quando nós podíamos, tranquilamente, estar saindo pelas hidrovias e pelos portos do Norte.

Eu tenho repetido aqui que o Pará foi abençoado, pois Deus colocou o Pará e o Porto de Vila do Conde como o porto brasileiro mais próximo dos mercados consumidores, sejam esses mercados da Europa, da América do Norte ou, agora, da Ásia, com o Canal do Panamá – é só dobrar a esquina, como nós dizemos, e estamos de frente para a Ásia. Ganhamos quatro ou cinco dias de navegação. Isso representa milhares de dólares – que são gastos no frete – e que aumentariam a competitividade.

Hoje, quem está induzindo a hidrovia é o setor produtor, são os empresários, que já estão investindo. Hoje, começou com a Madeira-Mamoré, com o Senador Blairo, que implantou lá o que diziam que era impossível: trouxe a soja lá do oeste de Mato Grosso, pela Madeira-Mamoré, saindo por Itacoatiara. E, por projeto dele, deveria sair também por Santarém: ele está devendo Santarém, e eu cobro sempre do Ministro Blairo isso aí.

O Pará é a bola da vez em termos de portos para a exportação. Estão sendo construídos no Pará, pela iniciativa privada, algo em torno de 15 portos, 15 portos, tanto em Barcarena, na área privada – existe um porto público, mas é na área privada –, quanto em Miritituba, quanto em Santarenzinho, quanto em Santarém. Em todas essas regiões, todas as *trades* estão sendo instaladas lá.

Então, eu perguntaria a V. Exª: nós estivemos, agora, quinta-feira passada, com o Ministro Maurício Quintella assinando a ordem de serviço para o derrocamento do Pedral do Lourenço, para tornar navegável um trecho de 500 quilômetros de Marabá a Belém. Existe um equipamento lá que levou 25 anos para ser feito – as eclusas de Tucuruí –, que custou R$1,5 bilhão ao povo brasileiro, e está lá como um objeto de contemplação, pois não funciona para nada – não funciona para nada! Está lá parado e, daqui a pouco, ficará cheio de teia de aranha, porque não há uso enquanto não houver o derrocamento do Pedral do Lourenço. Foi feita a ordem de serviço e vai levar cinco, seis anos para poder haver a navegabilidade ao longo de todos os anos. Então, eu perguntaria: de que forma a Antaq – eu sei que isso não compete à Antaq – poderia induzir ou propor ao Ministério dos Transportes, dentro da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT, ou ao Ministro dos Transportes – eu conversei com o Ministro Quintella sobre isso – a criar um programa de implantação de hidrovias?

Em números redondos, nós devemos ter quarenta e poucos mil quilômetros de rios de possível navegabilidade. Desse quarenta e poucos mil quilômetros, em torno de dez mil, apenas, são navegáveis, só dez mil. Então, nós estamos perdendo recursos e perdendo competitividade dos produtos brasileiros, num momento em que a gente tem que agir nesse sentido.

Então, eu perguntaria a V. Sª de que forma, como Diretor da Antaq, nós poderíamos avançar num projeto... E aí, Presidente Garibaldi Alves, nós poderíamos, através da CI, também provocar, no bom sentido, o Governo, o Executivo, para que faça um projeto de implantação do sistema hidroviário no Brasil. A relação é de um para oito, a redução por tonelada de soja transportada em dólares é enorme, se usarmos o sistema aquaviário e depois o transbordo no Porto de Barcarena para a exportação. Essa é a pergunta que faço e o apoio que eu peço a V. Sª nesse segundo mandato à frente de uma das diretorias da Antaq.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Os dois últimos oradores inscritos são o Senador Valdir Raupp e o Senador Jorge Viana.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu só queria perguntar ao Diretor Mário Povia a respeito da hidrovia do Madeira, sobre a dragagem da hidrovia do Madeira. Eu sei que talvez não esteja na competência da Antaq fazer essa licitação. Talvez esteja com o Ministério dos Transportes. Mas a Antaq pode ajudar no sentido de orar, pressionar, porque essa obra já está há anos enroscada. Chegaram até a licitar. Cancelaram a licitação, que a empresa era portuguesa. Ela começou a locar dragas de garimpo para fazer a dragagem do Rio Ma-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

deira. Aí o DNIT cancelou – era na época do Gen. Fraxe – o contrato. Isso já faz uns dois, três anos, e continua se arrastando, sem previsão de início de obra, de término. E é muito importante essa dragagem do Madeira para a hidrovia do Madeira, que transporta mais de 5 ou 6 milhões de toneladas de soja e de várias outras cargas, como madeira, carne. Enfim, uma série de outros produtos de Rondônia, do Mato Grosso e de outros Estados. Até cargas para a Zona Franca de Manaus passam pela hidrovia do Madeira, sem falar em toda a produção de Rondônia, do Mato Grosso, de soja que passa pela hidrovia do Madeira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria, cumprimentando o Dr. Mário Povia, dizer que é com satisfação que estamos aqui hoje para ouvi-lo e cumprir aquilo que estabelece a legislação brasileira. Isso porque a Antaq está com problemas, Senador, que a Comissão de Infraestrutura soluciona hoje. E já deixo aqui, de pronto, o pedido para que se possa pedir urgência e levar, ainda hoje, para o Plenário do Senado, a apreciação do nome do Dr. Mário Povia.

Isso porque, desde fevereiro, a Antaq tem apenas dois diretores: o Diretor-Geral, que está aqui conosco, Fernando Fonseca, e o Diretor Adalberto Tokarski, que é o outro Diretor. A Antaq é única que tem só três diretores, e só está com dois. E isso é muito ruim para o serviço, muito prejudicial para o trabalho que a Antaq tem de cumprir, num país continental como o nosso, com uma missão que é muito difícil, pelo número reduzido de servidores, e, agora, com o número restrito de diretores.

Então, acho que esta sabatina hoje, a deliberação desta Comissão confio que será plena, na recondução do Dr. Mário Povia. E eu já assumo o compromisso, como Vice-Presidente da Casa, que tem como uma das atribuições a de ficar cuidando da parte do plenário, junto com o Presidente Renan, de, indo o processado hoje para o Plenário, ainda hoje, tentar incluir a apreciação do nome do Dr. Mário Povia, para que se possa imediatamente recompor os quadros da Antaq. Essa é uma primeira observação que eu queria fazer e um pedido a V. Exª no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Desde logo, queremos agradecer a V. Exª e dizer que, logo após a declaração a respeito do resultado da votação, nós vamos encaminhar a matéria ao Plenário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu ficarei acompanhando junto à Secretaria... (*Fora do microfone.*)

...da Mesa, para que haja todas as condições de, ainda hoje, quarta-feira, apreciarmos o nome, caso, obviamente... Está aqui, mas eu estou confiante de que teremos a plena aprovação do nome, da indicação do Sr. Mário Povia.

E eu queria ainda, aproveitando a presença dele, que foi Diretor-Geral da agência, que houvesse alguns comentários. Eu sei que a Antaq trabalha no Brasil inteiro, e o Brasil tem uma costa enorme. Eu gostaria de um comentário dele sobre a relação que Antaq desenvolve junto com a SPU, porque nós temos a Secretaria do Patrimônio da União, e a Antaq faz a regulação.

Eu conheço de perto, e há alguns exemplos, mas eu gostaria de um comentário, obviamente, sobre o que se poderia melhorar nessa relação SPU-Antaq, mesmo com uma normativa, ou se há ainda alguma carência de regulação que a gente possa resolver. Porque, óbvio, uma cuida do patrimônio e a outra cuida da regulação dos serviços, das atividades que são desenvolvidas. Se não houver uma boa sintonia entre esses dois órgãos que trabalham no serviço público, a agência e uma secretaria que é tão importante, como a SPU, que eu também conheço, sei das dificuldades que eles têm quanto aos funcionários e até também às normativas... Mas um comentário ajudaria, porque os senhores são operadores disso.

Um país igual ao nosso tem uma carência enorme de infraestrutura na sua costa. E aqui é a Comissão de Infraestrutura do Senado, quer dizer, é hora também de perguntarmos, mas é hora também de nos aconselharmos com alguém que vive a experiência de tentar pôr em prática a implantação de infraestrutura no nosso País, especialmente na área costeira e também na parte hidroviária do Brasil. Esse é um primeiro ponto.

O segundo diz respeito diretamente a minha região. Sou da Amazônia e gostaria de ouvir... Nós temos muitos planos de melhoria dos portos nos rios, num país como o nosso, especialmente na Bacia Amazônica.

Eu mesmo, quando governador, construí um porto em Cruzeiro do Sul, e foi uma iniciativa de um Estado que não tem recursos, para tentar socorrer, porque, antes, era uma atividade exclusiva dos que desenvolviam comércio. Estados como o nosso, que têm uma distância de 600 quilômetros de Rio Branco para Cruzeiro do Sul, têm uma necessidade permanente – e ainda bem que é assim; temos alternativa do rio –, de usar as hidrovias, de usar o transporte fluvial.

Mas gostaria de ter um comentário, mesmo que fosse geral. Eu sei que todo o investimento é feito atra- do Ministério dos Transportes, do DNIT, mas queria também ver do ponto de vista da Antaq um comentá- sobre a quantas anda isso: qual a avaliação que os senhores fazem desse serviço que é tão essencial para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

muitos Municípios na Amazônia? E vai ser assim a vida inteira, porque é um transporte que deveria ser mais barato, mas temos uma carência muito grande de infraestrutura. Os rios são sazonais, obviamente: é um sobe e desce danado, com sérios problemas.

Então, toda a infraestrutura que se cria é precária. Temos de fazer rampas, temos de fazer investimentos. O rio, em Rio Branco, por exemplo, tem uma variação de 18m, do período seco para o período cheio. E isso é um problema enorme para se fazer o uso adequado desse modal hidroviário. Então, esse era um segundo ponto.

E o último. Está aqui o colega Sérgio Petecão, e, certamente, mesmo sem ainda ter comentado, ele vai concordar comigo e pode reforçar o que estou dizendo. Nós temos um sério problema. Quando eu era governador, e depois o Governador Binho, nós tiramos nove balsas, nove travessias que nós tínhamos no Acre, construindo pontes, com muita dificuldade, com ajuda do Presidente Lula, depois da Presidenta Dilma, um trabalho do Governo. Nós conseguimos. Ainda há problemas a serem enfrentados, mas nós conseguimos.

Mas há uma crucial, que é a maior delas: é a travessia do Rio Madeira entre Rondônia e Acre. E é dentro do Estado de Rondônia. Por isso, não conseguimos fazê-la. É dentro do Estado de Rondônia, mas depois que passa Porto Velho. Aí, há um agravante: toda atividade econômica mais importante em Rondônia é antes de Porto Velho, ao longo da BR-364. Andam-se 200 quilômetros, chegando-se à beira do Madeira. Atravessa-se e, mais 70 quilômetros, já é Acre. Sempre defendi que a divisa do Acre poderia ter ido até o Madeira, que teria uma divisão natural e uma melhor condição de a atividade pública, de os serviços públicos funcionarem.

Mas qual é o problema?

Depois de anos de luta atrás da construção da ponte, uma ponte de pouco mais de um quilômetro... Por quê? Porque o senhor, dono do serviço, e aí tem tudo a ver com a Antaq, o senhor proprietário do serviço contratou bancas de advogados e ele era um ativista no sentido de não permitir que a obra acontecesse. Então, entrou governo, saiu governo, muda governo, muda partido do governo, e a obra da ponta simplesmente não acontecia. Havia a licitação e, quando ia dar ordem de serviço, era embargada. Quando tinha licitação, embargava-se a licitação. E não é qualquer pessoa.

Senador e Presidente, ele tem uma mina de ouro. Imagine: ele é proprietário *ad aeternum* de uma concessão de um serviço de fazer a travessia de todos os carros e caminhões que seguem para o Acre. Só tem um jeito de chegar ao Acre: através da 364. Estou me referindo à empresa Rodonaves, do Deputado Federal Roberto Dorner. Ele é Deputado, muito rico e tem uma mina de ouro, um serviço que ganha dinheiro de manhã, à tarde, à noite, sábado, domingo e feriados, e explora os caminhoneiros, e explora todos nós.

Passo várias vezes por ano naquele trecho e todo mundo que passa ali tem uma reclamação a fazer, seja pelo custo ou pela qualidade do serviço.

Então, depois de anos, conseguimos sim, no Governo da Presidente Dilma, e começamos a obra da ponte. Houve um acidente, uma das balsas que transportam encostou numa das colunas que estavam sendo construídas, isso já foi motivo de uma outra ação para tentar parar a obra, já iam parar a obra, e quem bateu foi uma das balsas do proprietário do serviço. Existe aí uma suspeita de que, dependendo, ele é capaz de tudo para manter a mina de ouro dele aberta. E acho que a Antaq precisa ficar vigilante, é esse o pedido que faço.

Queria registrar aqui que temos a presença do Diretor-Geral, Dr. Fernando Fonseca, acabei de falar com ele, Dr. Fernando, pedindo – e vou formalizar no requerimento, no plenário do Senado – que se possa ter uma nova fiscalização para que não se tenha nenhum tipo de esquema montado que possa retardar as obras da ponte.

Há uma dificuldade orçamentária, nós sabemos, todos nós estamos acompanhando, é suprapartidário esse trabalho, não existe um proprietário dessa obra, nem nada, é uma conquista de toda a Bancada do Acre. Mas, estamos vigilantes. Esses dias, o Presidente da Comissão de Fiscalização, Leo de Brito, foi lá. Eu já estive lá, o Sérgio Petecão, Gladson também já teve, todos nós, mas pediria uma atenção especial da Antaq até à conclusão dessa obra, sob pena de termos alguma sabotagem – vou usar um termo pesado; não estou fazendo uma acusação, estou pondo sob suspeição – que impeça o andar da obra. Já não custa a falta e a escassez orçamentária.

Mas, a conclusão a que queria chegar – e vou apresentar um requerimento no plenário – é pedir que seja feita uma nova fiscalização, checando o geral funcionamento dessa empresa e o monitoramento, porque ela também pode relaxar e criar dificuldades.

A última travessia que fiz lá... Temos o seguinte problema: o Acre é abastecido também, todo o transporte de combustível passa nessa travessia do Rio Madeira. São duas travessias do Rio Madeira, essa é Acre-Rondônia, no Abunã. E o que acontece? O caminhão, quando vai com combustível, são dezenas de caminhões por dia, ele não pode ter a companhia de carros privados, nem de outros transportes, por uma questão de segurança. Compreendo, e concordamos.

Mas, o serviço o que faz? Coloca poucas balsas. Então, quanto há carros de transportes de combustíveis, faz a travessia do carro, e o carro volta vazio. E aí quero ver, quero perguntar também se, quando o caminhão está vazio na volta, ele também requer – vou propor no requerimento – esse tipo de cuidado de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a travessia sozinho. Quer dizer, você tem dezenas de carros que ficam esperando que a balsa atravesse com um caminhão com combustível vazio, um tanque de combustível vazio. Eu compreendo quando está cheio. E se, de fato, tanto para o vazio quanto para o cheio é necessário à parte, que seja um serviço à parte, em outro lugar de embarque. Porque veja se tem cabimento: diz que tem que atravessar na balsa separado por uma questão de segurança, mas o embarque é junto. Isso é crime. Se acontecer, na hora do embarque, um acidente, o acidente vai atingir todos os que não têm nada com isso, que estão fazendo apenas uma travessia, ou seja, os carros dos caminhoneiros e tal.

Então, acho que, por economia, ele deve estar burlando a lei, e outra, não está abrindo um serviço exclusivo para o transporte, que tem que ser em outro porto, na minha opinião, com embarque e desembarque para cargas perigosas, e deixar num transporte os passageiros, que são milhares de pessoas que passam por dia lá, milhares de carros.

Então, eu faço esse apelo aqui e queria um comentário de V. Sª. Acho que a Antaq pode e precisa acompanhar até que se conclua a obra, porque, com atraso orçamentário, essa obra não vai ser feita nesse ano e, provavelmente, vai se estender além de 2017, o que é uma pena. Mas é a realidade. Mas acho que em 2018 é possível estar pronta. É possível, se nós seguirmos trabalhando.

Então, eu queria fazer esse apelo. Antes mesmo de o meu ofício chegar, eu faço ao Dr. Fernando Fonseca, que está aqui. Eu vou formalizar um requerimento, certamente vamos ter o apoio da nossa Bancada, mas tem que haver uma ação imediata da Antaq, para a gente parar aquele risco que a população está correndo, aquela exploração, onde eles misturam caminhão-tanque com passageiro num mesmo embarque e desembarque e só na hora da travessia do rio é que fazem a separação. Eu acho que isso está descumprindo a legislação e segue sendo aqui – eu não tenho nada contra, nem conheço o Parlamentar; uma vez ele esteve no meu gabinete querendo se justificar, eu disse: "Olha, o senhor não tem justificativa, porque, graças ao senhor e à Rodonave, a gente está há mais de 20 anos esperando essa construção dessa ponte, e até hoje não temos."

Então, eram essas as considerações, Presidente, e mais uma vez eu assumo o compromisso de, aprovada a indicação aqui, pormos em votação no plenário do Senado ainda hoje, para que a Antaq tenha recomposta a sua direção e possa seguir trabalhando pelo Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Convido o Dr. Fernando Fonseca, Diretor-Geral em exercício da Antaq, para compor a mesa, aqui, dos trabalhos. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Primeiramente, quero agradecer ao nosso Presidente Garibaldi e saudar o Sr. Mário Povia, que, com certeza, hoje será – já foi eleito, até porque os eleitores na maioria se ausentaram, mas o voto já está na urna, com certeza ele irá aqui hoje, de fato e de direito, assumir a Antaq.

Mas eu quero, Dr. Mário, concordar com 100% do que foi dito aqui pelo Senador Jorge Viana, ele que, com certeza, conhece, foi Governador, ocupou todos os cargos importantes no Estado e conhece daquele problema como ninguém, que nós passamos, que o povo acriano passa. Como ele disse, a tão sonhada ponte fica dentro do território rondoniense, mas é entrada do nosso Estado. É a ponte que, com certeza, nos liga, liga o Brasil ao Pacífico. Então, ela é de fundamental importância para nós, todos nós. Esse é um tema que unifica toda a Bancada acriana, e ontem mesmo eu tratava com um grande aliado nosso nesse tema, que é o Senador Valdir Raupp. Ontem, eu conversava com ele, pedindo, reforçando que ele continue nos ajudando, porque a ponte é dentro de território rondoniense, e ontem à noite, numa conversa que tivemos com o atual Presidente, Michel Temer, eu também já reforçava, porque...

E eu penso, Senador Jorge Viana, que está na hora de toda a nossa Bancada, independente de sigla partidária, de ideologia política, que possamos nos unir, chamar o Coordenador da Bancada, o Deputado Federal Angelim, para que façamos uma visita ao atual Presidente Michel Temer e possamos expressar esse nosso sentimento, esse sentimento que V. Exª acabou de expressar aqui, que, como eu disse, concordo 100%, está correto.

Essa ponte é uma questão de honra para o povo acriano, pois vivemos praticamente isolados esse tempo todo, com o trabalho precário prestado pelas balsas, explorando as pessoas, os caminhoneiros, as pessoas que usam frequentemente aquele serviço. Agora, como estamos diante de um novo quadro político, é prudente, é importante que possamos passar esse sentimento ao Presidente em exercício, o Presidente Michel Temer.

Então, eu queria aqui, Dr. Mário, concordar 100% com o que foi dito pelo nobre Senador Jorge Viana e contar com seu apoio: que o senhor nos ajude a realizar esse sonho do povo acriano, a construção da ponte que cruza o Rio Madeira e o Rio Abunã, que, com certeza vai ajudar muito não só o povo acriano, mas os brasileiros que usam aquela estrada, a BR-364, que vai se ligar lá na frente à BR-317, que dá acesso ao Peru e, consequentemente, aos portos do Oceano Pacífico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar o meu colega da Antaq, Dr. Fernando Fonseca, que está respondendo pela Diretoria-Geral da Agência, e também o Deputado João Paulo Papa, que está aqui presente prestigiando a nossa sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria saudar o Deputado João Paulo pela sua presença e dizer da nossa satisfação em contarmos com a presença de V. Exª.

Volto a palavra ao nosso sabatinado.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, vou responder às questões do Senador Dalirio sobre cabotagem. Sem dúvida nenhuma, nós já colocamos aqui, no nosso pronunciamento inicial, a questão da prioridade do desenvolvimento da navegação de cabotagem.

Ao contrário de uma modelagem de hidrovia, em que nós dependemos hoje talvez de um modelo que requer um pouco de inspiração para desenvolver uma PPP – enfim, como a inciativa privada pode interagir, até a proposta do nosso Senador da Bahia de utilizarmos o batalhão do Exército; isso tudo, sem dúvida nenhuma, deve ser objeto de debate –, no caso da cabotagem, não, já não é mais inspiração: é uma questão de transpiração. Nós já temos estudos muito convergentes em relação a propostas objetivas de como estimular a navegação de cabotagem, seja pela desoneração do combustível, do *bunker*, seja através de uma sistemática atuação perante a burocracia que hoje nós temos nos portos, seja viabilizando o operador multimodal nas operações porta a porta, a questão também de tripulantes, tentar mitigar a legislação trabalhista com relação a isso. Enfim, dar condições de competitividade para a navegação de cabotagem.

O Senador abordou o tema muito bem. Não faz sentido, nós já temos no Plano Nacional de Logística e Transportes as distâncias ideais para o modal aquaviário, para o modal ferroviário e para o modal rodoviário.

O Senador Flexa Ribeiro abordou com precisão absoluta. Eles não são concorrentes, são complementares, não há perda de mercado para o caminhoneiro absolutamente. Ele vai trabalhar mais perto da sua casa, mais perto da sua família, apenas fará mais viagens, talvez até tendo uma remuneração melhor do que tem hoje e, sem dúvida nenhuma, mais qualidade de vida, mais saúde mesmo do que essas longas jornadas, esses absurdos de se percorrer 2 mil, 3 mil quilômetros.

O Senador Dalirio também levantou a questão do Porto de Itajaí. O Porto de Itajaí vive realmente um momento difícil. Nós estamos, no âmbito da agência, buscando dar ao principal operador daquele porto condições contratuais, horizontes contratuais que viabilizem investimentos, que viabilizem àquele terminal concorrer em igualdade de condições com os demais terminais. Também há uma obra importante na entrada do Rio Itajaí com relação à bacia de evolução. Essa obra parece que já se iniciou e vai dar efetivamente mais competitividade não só ao Porto de Itajaí, mas a todo o complexo portuário da região.

A questão dos quatro berços que ele colocou, hoje há apenas dois ativos. Nós tivemos a oportunidade de receber alguns empresários da região. Parece que falta muito pouco em termos de... A questão não é orçamentária, é financeira, e acho que podemos, de certa forma, contribuir na interlocução com o Ministério para ver se conclui, são obras já residuais de cabeços, enfim, para colocar os berços em operação. E há também a perspectiva de o Porto de Itajaí movimentar grãos de forma alternativa, não só carga geral, como vem fazendo hoje. Então, acho que vamos ter boas notícias do Porto de Itajaí e para todo o complexo portuário daquela região.

Já nas perguntas do Senador Flexa Ribeiro, concordo plenamente, Senador, com o diagnóstico que o senhor faz. É inexplicável como as hidrovias estão à margem da pauta do Governo. Nós precisamos realmente colocar a hidrovia como prioridade absoluta.

Mas temos hoje os estudos do DNIT, os EVTEs, quase todos concluídos, de toda a malha hidroviária brasileira, de norte a sul do País. Isso vai nos dar matéria-prima para estabelecermos um cronograma de intervenções de obras a serem realizadas, o *quantum* de recursos precisaremos para essas obras e como a Antaq poderia participar. O senhor lembrou bem da assinatura da ordem de serviço do Pedral do Lourenço, que também é uma importante virada de página nesse assunto, mas, como o senhor disse, são seis anos de obras e poderemos colher os frutos disso. De toda forma, é um avanço a assinatura da ordem de serviço.

A Antaq, o que pode ajudar? A Antaq editou o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), nós temos esse estudo importante que serviu de base inclusive para o Ministério dos Transportes fazer o Plano Hidroviário Estratégico. Tudo isso ocorreu em 2013 e são planos que nos dão um diagnóstico, um georreferenciamento de área e nos permitem agora entrar numa fase de trabalharmos modelagem, de estabelecermos prioridades e egaçarmos as mangas. Precisamos aí... Também acho que a Antaq pode, com a *expertise* que tem, contribuir desenvolvimento de uma modelagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós já estivemos com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, e nos colocamos à disposição. O Dr. Fernando já esteve em duas ou três reuniões, à frente da agência, trabalhando nisso. Nós estamos também com a equipe do Senador Moreira Franco trabalhando na questão de desenvolvermos parcerias público-privadas nesse sentido. Estamos tentando trazer isso para a agenda, contamos também com esta Comissão de Infraestrutura para engrossar o coro nesse sentido. É importante, é fundamental que tanto hidrovias quanto cabotagem estejam na pauta de prioridades do Governo.

Isso responde em parte também à pergunta do Senador Valdir Raupp sobre a dragagem do Madeira, uma obra já de manutenção, não tanto de investimento, mas que está em linha também com o EVTE produzido para lá. A Antaq está contribuindo exatamente no sentido de colocar essa discussão na pauta.

Agora, na questão do Senador Jorge Viana e do Senador Petecão, com relação à travessia, nós, sem dúvida, podemos atuar na parte operacional. Essa questão de segurança, quando os caminhões voltam vazios, me parece que tem de haver outro procedimento, mas quando vão cheios tem de haver o procedimento de segurança. É razoável que seja assim e que seja em toda a operação, não em parte dela. Então, já nos comprometemos em tratar dessa questão. É claro que, com relação à obra propriamente dita, não está na seara da agência, mas, quanto à questão operacional da travessia, o senhor conte conosco, com o nosso compromisso de prontamente atuar nesse sentido.

Na questão da...

Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só, se V. Sª me permitir, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Essa empresa tem, pelo que me parece, quatro concessões. Eu conversava...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... com o Dr. Fernando Fonseca... (*Fora do microfone.*)

...e ele inclusive colocava que vocês tiveram de agir, havia lugares em que essas concessionárias queriam cobrar até pelo número de pessoas transportadas, não era só pelo veículo. No nosso caso, ainda não chegamos a esse ponto. Mas o que vou pedir no requerimento é uma fiscalização, para que possa haver uma margem de segurança para essas balsas em relação à obra da ponte, que fica a jusante da travessia, e, especificamente, uma regulação da parte do serviço de transporte de cargas, que exige um tratamento diferenciado. Que se separe, porque não tem sentido estarmos no mesmo embarque, no mesmo desembarque, e não poder fazer a travessia junto. Ou uma coisa ou outra, ou separar. Era nesse sentido, mas vou formalizar o requerimento pedindo essa apuração, porque os caminhoneiros sofrem muito, os que necessitam ir e vir sofrem muito e se sentem explorados pelos custos.

Agradeço a atenção desde já da Antaq.

O SR. MÁRIO POVIA – Perfeito.

Por fim, a questão que V. Exª levantou com relação à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), só para que nos entendam: quando se pretende instalar um terminal de uso privado, ou seja, um porto privado, há que se comprovar a dominialidade da área para se obter a outorga. A área alodial é comprovada por escritura pública, mas, nos terrenos de marinha, que são áreas da União, há que se ter um aforamento, uma cessão dessa área por parte da SPU, há toda uma legislação específica em relação a isso.

E esse, sim, Senador, é um dos gargalos que nós temos observado com relação às dificuldades de as empresas entregarem a documentação para obtenção da outorga, além do licenciamento ambiental, que é outro problema. Normalmente demanda muito tempo.

E a questão da SPU, que é parceira da agência. Trabalhamos com uma forte ligação, mas o que se nota é, talvez, que essa secretaria, que é ligada ao Ministério do Planejamento, precise, realmente, ser dotada de recursos humanos; uma estrutura melhor para fazer frente a essa demanda, que é tão importante para os investimentos do País.

Então, gostaríamos também de contar com o apoio da Comissão de Infraestrutura, talvez fazendo um debate aqui, em uma audiência, para ver onde está a dificuldade com a SPU, a fim de tentarmos estruturar melhor aquele órgão.

Da nossa parte, da Antaq, creio que também do Ministério dos Transportes, da Secretaria de Portos, há lo um interesse em darmos celeridade a esse processo de outorga e em colaborarmos com a SPU no que preciso, para darmos apoio, enfim, em questões dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Somos solidários à SPU. Sabemos que eles têm feito o possível, mas parece que a estrutura realmente é muito pequena para a demanda que seguramente vai ser crescente. Nós já observamos isso. Temos hoje cerca de 130 empreendimentos. Seguramente metade disso é de terminais privados e seguramente essa demanda já está lá na Secretaria do Patrimônio da União.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para completar. (*Pausa.*)

Agradeço a V. Exª.

Eu acho que, inclusive, recomposta a diretoria da Antaq, tudo dando certo, nós poderíamos deixar aqui, se V. Exª me permite – posso apresentar um requerimento –, uma proposição para que façamos uma audiência pública aqui trazendo a Antaq, a SPU e o DNIT também ou o órgão do Ministério dos Transportes que trabalha nessa área, porque nós fizemos uma regulação da legislação sobre portos, que é chave em um país como o nosso. Há um conjunto de portos privados – também outros de interesse público estão em andamento – que tem encontrado dificuldades. Eu acho isso mais pertinente do que ficar querendo flexibilizar – eu sou contra – legislação ambiental. Nós temos que criar um ambiente no País de boa vontade.

Eu estou dando o exemplo porque me aproximei de uma situação – e aqui não vou entrar em detalhes. O Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, trabalhava para ver se um porto privado aconteceria na região do São Francisco. Depois, eu, o Senador Ferraço e outros colegas dele, com a morte dele, resolvemos ajudar um pouco no que pudéssemos. Aí, eu me deparei com situações muito concretas. Precisamos, sim, quem sabe, de melhor compreensão do Senado para ver onde podemos ajudar.

Eu sei que V. Exª está querendo muito, na sua gestão nesta Comissão, ajudar para que a melhor infraestrutura no Brasil se estabeleça. E acho que a área de aeroportos está indo mais ou menos bem, a parte de ferrovias e rodovias tem lá o seu trilho, mas a área de portos é fundamental em um país que tem uma costa do tamanho da nossa e pelas hidrovias que temos. Quem sabe, para o segundo semestre, nós organizaríamos uma boa audiência pública aqui, trazendo a SPU, que cuida do patrimônio todo; trazendo a Antaq, que faz a regulação desses serviços todos; e o próprio Ministério dos Transportes, através, quem sabe, não sei se aí seria o DNIT ou o órgão que trabalha nessa questão, para fazermos uma audiência pública.

Mas agradeço desde já os esclarecimentos do Dr. Mário. Desejo a ele, na recondução, boa sorte nessa renovada missão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar a discussão, eu quero puxar a brasa para a minha sardinha também e perguntar ao nosso sabatinado como é que ele está vendo a situação portuária do meu Estado, do Rio Grande do Norte.

O SR. MÁRIO POVIA – Pois não, Senador Garibaldi Filho.

Os portos administrados pela Codern, particularmente o Terminal de Areia Branca, têm apresentado um desempenho bastante bom. Há capacidade. Evidentemente, ali há uma carga cativa, que é o sal, mas têm respondido bem ao incremento de demanda. Inclusive, quando estávamos discutindo a licitação de alguns terminais do Porto de Santos, houve prontamente uma demanda legislativa da Bancada do seu Estado, preocupada em ter em Santos um espaço para receber esse sal. Há um zelo, há um cuidado muito grande com relação a que se mantenha esse elo logístico existente.

A Codern anda bem. A Codern também é responsável pela administração em Maceió, apesar de haver uma administração local no porto de Maceió.

Acredito que por ali vai bem. Está sendo dada ali uma otimização nos espaços, e acredito que tenhamos bons resultados, em termos de...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Havia um problema, Dr. Mário Povia, com relação à utilização do terminal de passageiros. A despeito de ter sido concluído, a licitação não tinha sido realizada, e ele estava sem serventia. Por outro lado, o terminal pesqueiro acaba de ser concedido ao Governo do Estado, que resolveu licitá-lo também.

O SR. MÁRIO POVIA – O terminal de passageiros está na nossa agenda, já está com o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental concluído e deve entrar no cronograma de licitação – o terminal em Natal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrarmos propriamente a discussão das matérias, há o Requerimento nº 33, de 2016, do Senador Fernando Bezerra.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, de 2016

- Não terminativo -

Requerimento Audiência Pública ativos da Petrobrás e gás natural

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2016

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso LI do §2° do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, uma audiência pública para discutir a venda de ativos da Petrobras e o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural.

S. Exª sugere que sejam convidados para essa audiência: Dr. Paulo Pedrosa, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Dr. José Cesário Cecchi, Superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Vamos endereçar convite ainda ao Dr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE); ao Dr. Rodrigo Costa Lima e Silva, Gerente Executivo de Gás Natural da Petrobras; e ainda ao Dr. Carlos Antonio Cavalcanti, Diretor do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Está encerrada a discussão.

Quero dizer que obtivemos um bom quórum hoje. Quero, portanto, autorizar que o painel seja aberto.

(Procede-se à apuração.)

Temos o resultado da votação.

O Dr. Mário Povia, dos 21 votos apurados, obteve 20 votos favoráveis, contra apenas um voto NÃO. Então, sua indicação está aprovada.

Votos em branco, zero.

Total de votos: 21.

Nossas congratulações ao Dr. Mário Povia, que volta, portanto, a integrar os quadros da agência, da Antaq. Ele demonstrou aqui uma segurança absoluta com relação à gestão da Antaq.

Creio que esse voto discordante não espelha o desempenho aqui do Dr. Mário Povia.

Dr. Mário Povia, toda unanimidade é duvidosa. Até nisso V. Exª merece parabéns.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Quero, neste instante, agradecer a presença de todos: Senadores, Senadoras, consultores, imprensa, assessores das comissões, os que vieram assistir à reunião; quero agradecer a presença do Dr. Fernando Fonseca, Diretor-Geral em exercício da Antaq.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

Convoco a próxima reunião para o dia 29 de junho de 2016.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Paulo Rocha, Edison Lobão e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 02, de 2016, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências". O Relator das emendas na Comissão, Senador Lasier Martins, faz a leitura do relatório. Após discussão e votação, é aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: 1 - Programa: 2087 – Transporte Terrestre; Ação: 7K18 – Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR-262/MS/SP; Acréscimo de Meta: 10 (% de execução física da obra). 2 - Programa: 2126 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes; Ação: 20UC – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes; Acréscimo de Meta: 30 (unidades de estudos realizados); 3 - Programa: 2087 – Transporte Terrestre; Ação: 7M63 – Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364/RO; Acréscimo de Meta: 3.000 (km de trecho adequado). O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às oito horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente, e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 02/2016, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017).

Sendo assim, concedo a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente Garibaldi.

Prezados Senadores, assessores, imprensa, como é bastante extenso o relatório, eu vou resumir, lendo algumas partes que, juntamente com a Consultoria, julgamos mais apropriadas.

Dispõe sobre as emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos da Resolução 01/2006-CN, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Relatório.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução 01/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PLN 2/2016-CN).

Foram apresentadas 38 emendas, todas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Aspectos normativos – uma rápida síntese.

Segundo o Parecer Preliminar aprovado pela CMO em 21/06/2016, cabem a esta Comissão até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, detalhadas até o nível da ação orçamentária, seguida dos respectivos produtos, unidade de medida e meta física, e que sejam afetas às competências regimentais da Comissão (limitadas ainda a despesas da competência da União tal como estabelecidas na Constituição Federal).

Critérios Específicos – Distribuição entre Áreas de Governo

Utilizo para a seleção, entre as muitas emendas – todas meritórias –, os critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão por área temática, manifestada pelo número de emendas apresentadas por cada uma.

Além disso, em observância ao princípio da legislação orçamentária que determina às Comissões formularem propostas de interesse nacional, proponho dentro das áreas de governo apresentadas a seleção de emendas que tenham o caráter mais amplo possível em sua aplicação, de forma a favorecer ações que impactem o conjunto da infraestrutura nacional, e não apenas uma região específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Por fim, lanço o critério de privilegiar, pela intervenção da Comissão, aquelas áreas de governo que são sua competência exclusiva (Transportes, Comunicações e Minas e Energia), uma vez que as aplicações em outras áreas, embora admissíveis pela nova legislação, terão outras possibilidades nas Comissões que têm competências substantivamente mais próximas das respectivas atividades. Além disso, as matérias discutidas no âmbito da Comissão têm-nos oferecido subsídios para o conhecimento exaustivo das necessidades do País nesses campos mencionados, o que já não ocorre com outras áreas de governo cujas necessidades são tratadas em outras instâncias da Casa que melhor podem aquilatar o mérito específico das respectivas políticas setoriais. Desnecessário dizer, a esse respeito, que tais áreas finalísticas da Comissão têm impacto direto e imediato na competitividade da economia brasileira, superando gargalos de logística que hoje estrangulam a capacidade das empresas nacionais de produzirem e exportarem.

Vou pular para emendas de metas e prioridades.

Em função da aplicação dos critérios apresentados no subitem 2.2, entendo serem todas as emendas admissíveis, exceto as de números 1, 5, 26, 30 e 38, que têm por objeto ação não existente no PPA (ação "nova"), contrariando o art. 90 da Resolução 01/2006-CN. A verificação deste quesito (ação existente no PPA) é feita automaticamente pelo sistema, conforme disposto no item 2.2.7 do Parecer Preliminar; portanto, não nos cabe senão considerar que, uma vez que um determinado código de ação tenha sido disponibilizado no sistema para constar na emenda apresentada, encontra-se atendida a exigência.

Sobre estas emendas, incide o limite máximo de três, fixado pelo item 2.2.3 do Parecer Preliminar.

Tendo em vista esse limite, devo priorizar as emendas da área temática de transportes, amplamente majoritária em função do número de emendas a elas apresentadas (69,70%) do valor total – quase que tratamos só de transportes aqui, Presidente. Pelo critério de interesse manifestado por número de emendas apresentadas, a primeira escolha cabe ao setor de rodovias. Dentro das inúmeras proposições, entendo que a Emenda nº 9 (ponte sobre o Rio Paraná, na BR-262, entre São Paulo e Mato Grosso do Sul) é a que tem maior potencial de integração entre regiões nacionais, por interligar diretamente duas regiões; além disso, é obra que já está com sua execução orçamentária em andamento, razão pela qual a sua seleção atende ao princípio de priorizar a conclusão de obras em andamento antes de iniciar novos empreendimentos, como preconiza o artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A predominância dos transportes rodoviários deve ser mantida ainda na seleção da segunda emenda, pelo peso numérico das escolhas dos Srs. Senadores. Nesta linha, seguindo o raciocínio de priorizar empreendimentos que permitam reduzir custos da produção e exportação nacional, vejo um empreendimento ainda não iniciado, mas que tem o potencial de mitigar substancialmente, em caráter emergencial, um forte gargalo logístico de regiões de crescente importância exportadora. Trata-se da BR-364, em Rondônia, praticamente o único corredor hoje disponível para escoar grande parte da produção agrícola de parte considerável do Centro-Oeste e do Norte do País, que tem a possibilidade de alimentar, de um lado, a hidrovia do Rio Madeira e, de outro, os corredores ferroviários que hoje alcançam Mato Grosso (a Ferronorte, que já chega em Rondonópolis, e a futura Ferrovia Transcontinental, em seu primeiro trecho, ligando Mato Grosso à Ferrovia Norte-Sul).

Assim, Sr. Presidente, indico a seleção da ação de adequação do trecho rodoviário da BR-364, objeto da Emenda nº 2.

Continuo na área de transportes, por tratar-se de área de governo que não terá, em outros Colegiados, oportunidade de atendimento como a que esta Comissão de Infraestrutura pode oferecer. Agora, dentro do critério de abrangência, a mais nacional possível, aplicando-se inclusive a todas as subdivisões do setor transportes, destaco a ação de "Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes", suscitada pelas Emendas 12 e 14.

Trata-se de prioridade da maior importância: a maior parte das dificuldades, atrasos e irregularidades nas obras de infraestrutura deve-se à deficiência de projetos técnicos e de engenharia. Esta ação é exatamente aquela utilizada pelo Ministério para custear os projetos e estudos necessários ao início e desenvolvimento corretos das obras públicas do setor, e torna-se ainda mais importante quando o Governo acena com a retomada de um amplo programa de concessões, cujo pré-requisito básico são projetos e termos de referência completos e atualizados, que ainda estão por fazer.

Assim, a Comissão estará dando a sinalização correta em termos de gestão da infraestrutura e de política de desenvolvimento da infraestrutura.

Nos termos expostos, proponho, Sr. Presidente, o acolhimento das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades abaixo relacionadas:

Emendas (número no quadro anexo). Emenda nº 9. 7K18. Objeto da emenda: Construção de Ponte sobre io Paraná, Três Lagoas (MS) - Castilho (SP). Na BR-262/MS/SP.

A segunda. Emenda nº 12. 20UC – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E a terceira. Emenda nº 02. 7M63 – Adequação de Trecho Rodoviário – km 714 a km 725, na BR-364/RO.

Quanto às demais emendas de apropriação, não obstante o seu inegável mérito, devo propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo acima indicado.

Não houve emendas de texto, Sr. Presidente.

Conclusão.

Considero, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de Governo de área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares da Comissão, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade, razão pela qual voto pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, voto:

I) pela inadmissibilidade ante a legislação pertinente da Emenda ao Anexo de Metas e Prioridades de números 1, 5, 26, 30 e 38.

II) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, de números 9, 12 e 2.

III) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais emendas apresentadas.

É o relatório, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Lasier Martins.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agradeço o trabalho do Senador Lasier Martins e de sua assessoria, que, a tempo, puderam trazer essa importante contribuição para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu quero louvar o trabalho da Consultoria, principalmente do Sr. Orlando, que deu uma contribuição extraordinária. Ainda ontem, à noite, estávamos trabalhando para revisar e fazer uma pequena modificação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar, consulto as Srªs e os Srs. Senadores a respeito da dispensa da leitura e aprovação... (*Fora do microfone.*)

... da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradecendo a presença dos Srs. Senadores da Comissão de Infraestrutura, passo agora à realização, imediatamente após o encerramento desta reunião, da audiência pública para tratar da Ferrovia Transcontinental, em atendimento a requerimento dos Senadores Wellington Fagundes, Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral e Jorge Viana.

Convido o Senador Jorge Viana para que traga à Mesa os convidados desta reunião.

Está, portanto, encerrada a reunião da Comissão de Infraestrutura.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 19 DE ABRIL DE 2016.

Às quinze horas e dez minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença do Senhor Senador Flexa Ribeiro. Ausentes os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a apreciação de requerimentos. Item 1 – Requerimento nº 3, de 2016, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "nos termos dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e de seu impacto sobre a competitividade da indústria mineral goiana". Resultado: requerimento aprovado. Item 2 - Requerimento nº 4, de 2016, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "com base no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para a competitividade da indústria minerária". Resultado: requerimento aprovado. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às quinze horas e catorze minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2016

Requeiro, nos termos dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) para tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e de seu impacto sobre a competitividade da indústria mineral goiana. Os convidados serão os seguintes:

- Sr. Almir Pedroso da Silva, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Niquelândia;
- Sr. Luiz Teixeira Chaves, Prefeito Municipal de Niquelândia;
- Vereador Leonardo Ferreira Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Niquelândia;
- Sr. Geraldo Lopes de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa do Município de Niquelândia;
- Sr. José Maximino Tadeu Ferron, Gerente-Geral da Votorantim Metais Unidade Niquelândia.

Autoria: Senador Wilder Morais.
Consulto se algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre a matéria. (*Pausa.*)
Em votação o requerimento.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2016

Requeiro, com base no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para a competitividade da indústria minerária. Para isso, serão os seguintes os convidados:
- Dr. Frederico Munia Machado, Procurador-Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral;
- Dr. William Freire, do escritório William Freire Advogados Associados;
- Dr. Adriano Drummond Cançado Trindade, professor voluntário da Universidade de Brasília (UnB);
- Dr. Guilherme Simões, Coordenador da Comissão Jurídica do Ibram;
- Dr. Fernando Facury Scaff, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Autoria: Senador Wilder Morais.

Consulto se algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre a matéria. (*Pausa.*)
Em votação o requerimento.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Antes de encerrar a presente reunião, submeto à deliberação da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.
Por fim, agradeço a presença de todos, em especial a dos Senadores e a das Senadoras.
Está encerrada esta reunião, cujo objetivo era a leitura dos dois requerimentos.
Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 31 DE MAIO DE 2016.

Às quinze horas e trinta e um minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença do Senhor Senador Flexa Ribeiro. Ausentes os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a apreciação de requerimentos, com inversão da Pauta. Item 2 - Requerimento nº 6, de 2016, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer, "nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), para avaliação da situação institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da SUBMINERA: Sr. Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia; Sr. Telton Elber Corrêa, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Sr. Carlos Botelho da Costa, Superintendente do DNPM do Pará; Sr. Paulo Sérgio Costa Almeida, Superintendente do DNPM de Minas Gerais; Sr. Ricardo de Oliveira Moraes, Superintendente do DNPM de São Paulo; Sr. Adiel de Macedo Veras, Superintendente do DNPM da Bahia; Sr. Dagoberto Pereira Souza Superintendente do DNPM de Goiás". Resultado: requerimento aprovado. Item 1 – Requerimento nº 5, de 2016, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer aditamento ao Requerimento n° 4, de 2016 - SUBMINERA, para que na audiência pública destinada a tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) para a competitividade da indústria minerária, sejam convidados o Sr. Marco Antônio Valadares Moreira, Diretor de Procedimentos Arrecadatórios do DNPM; e o Sr. Helenilson Cunha Pontes, Advogado e Professor de Direito Tributário. Resultado: requerimento aprovado. Faz uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às quinze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 6, de 2016, da Subminera.

ITEM 2
Requerimento Nº , de 2016

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), para avaliação da situação institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da SUBMINERA: Sr. Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia; Sr. Telton Elber Corrêa, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Sr. Carlos Botelho da Costa, Superintendente do DNPM do Pará; Sr. Paulo Sérgio Costa Almeida, Superintendente do DNPM de Minas Gerais; Sr. Ricardo de Oliveira Moraes, Superintendente do DNPM de São Paulo; Sr. Adiel de Macedo Veras, Superintendente do DNPM da Bahia; Sr. Dagoberto Pereira Souza Superintendente do DNPM de Goiás.

Autoria: Senador Wilder Morais

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 1 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu gostaria, com permissão de V. Exª, como autor do requerimento, que pudéssemos incluir nessa audiência pública para avaliar a situação institucional do DNPM o Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, Marco Antonio Valadares Moreira, do DNPM.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k. Nós vamos colocar na lista. A Mesa acata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Item 1.

ITEM 1
Requerimento Nº , de 2016

Requeiro, em aditamento ao Requerimento n° 4, de 2016 - SUBMINERA, que a audiência pública, destinada a tratar do atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) para a competitividade da indústria mineraria que sejam convidados: o Sr. Marco Antonio Valadares Moreira, Diretor de Procedimentos Arrecadatórios do DNPM; o Sr. Helenilson Cunha Pontes, Advogado e Professor de Direito Tributário.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Em votação o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para fazer uma correção. O Dr. Helenilson Cunha Pontes, que está aqui sendo convidado como advogado e professor de Direito Tributário, assumiu a Secretaria Extraordinária de Estado de Governo e Assuntos Institucionais do Estado do Pará, há dez dias atrás. Então, é só para ser incluída a informação no convite. E eu gostaria também de incluir a Secretária Adjunta da Sedeme (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia), do Estado do Pará, Drª Maria Amélia Enríquez.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k. Então, você pode fazer o requerimento que nós já vamos incluir aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para incluir.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k. Já está até pronto aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E alterar... O Dr. Helenilson foi Vice-Governador do Pará, foi Secretário de Educação e estava fora do Governo. Agora ele retornou ao Governo nessa secretaria extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k. Senador.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a reunião, submeto à Subcomissão a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 15 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUINZE DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, João Alberto Souza, Dalirio Beber, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Garibaldi Alves Filho e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Ricardo Franco, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 9ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015 – Complementar – Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências". Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Não Terminativo – "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências". Autoria: Senador José Agripino e Cassio Cunha Lima. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2016 – Não Terminativo – "Dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública". Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação da Matéria e da Emenda 01 apresentada. Resultado: Aprovado o relatório e a Emenda 01/CDR. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA – ITEM 05 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 08, de 2016. "Requeiro, nos termos dos arts. 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2016, seja o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: O Requerimento foi subscrito pelo Senador Dalirio Beber e aprovado; é designado o Senador Wellington Fagundes como Relator da Política Pública a ser avaliada pela Comissão em 2016. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 9ª Reunião da Comissão.

Os Senadores e as Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- A Matéria segue ao Plenário para as providências cabíveis;
- A Matéria constou na pauta da 7ª (04/05/2016) e 8ª (18/05/2016) reuniões da CDR;
- Na 7ª Reunião da CDR, foi concedida vista da Matéria ao Senador Wellington Fagundes;
- Em 24/05/2016, o relator apresentou novo relatório.

O Relator da matéria não está presente. O item fica adiado para a próxima reunião da Comissão.
Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015
- Não terminativo -

Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino e outros
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação da Matéria.
Observações:
- A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE (em decisão terminativa).

Concedo a palavra ao eminente Senador Elmano Férrer para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Srªs e Srs. Senadores, considerando a exiguidade de tempo e os compromissos que nós temos, eu pediria permissão para ir direto à análise do projeto.

O art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios, bem como sobre matérias que tratam da integração nacional.

As situações de emergência e de calamidade pública decorrentes de desastres naturais, embora não se possa antecipar a sua dimensão nem o período em que ocorrerão, atingem a cada ano, no País, milhares de pessoas, que se tornam desabrigadas ou desalojadas ou, ainda, têm seus meios de subsistência econômica afetados.

Diante dos desastres naturais que se sucedem, o tratamento dispensado tem sido emergencial, ou seja, medidas são tomadas após a ocorrência da situação de calamidade pública. Tal tratamento exige, com frequência, a edição de medida provisória para destinar recursos às localidades atingidas por meio créditos orçamentários extraordinários ou especiais.

A criação de um fundo emergencial como o Fasec, objeto do projeto de lei em análise, tornaria mais célere o atendimento às vítimas de desastres naturais, sem a necessidade de procedimentos orçamentários que dificultam a transferência de recursos a outras instâncias governamentais.

O projeto de criação do Fasec já prevê, em seu art. 6º, inciso VII, que regulamento disporá sobre a sistemática de transferência dos recursos do Fundo aos governos estaduais e municipais, com o objetivo central de imediata entrega dos meios necessários ao atendimento tempestivo às situações de emergência e aos estados de calamidade pública decorrentes de secas.

Assim, o projeto é altamente meritório, em face de situações de emergência e de calamidade pública que se sucedem ano após ano sem a devida sistematização de procedimentos indispensável para tornar mais ágil e eficaz o tratamento às vítimas de desastres naturais.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 791, de 2015.

Era essa, Sr. Presidente, a análise da matéria ora em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à CAE.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação da Matéria e da Emenda 01 apresentada.
Observações:
- A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE (em decisão terminativa).

Concedo a palavra ao nobre Senador Elmano Férrer para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, da mesma forma, vamos passar diretamente à análise do presente projeto.

A proposição trata da realização de concursos especiais de loterias de número com vistas ao levantamento de recursos financeiros a serem direcionados aos Municípios em estado de calamidade pública.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. De acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. A matéria objeto do PLS nº 56, de 2016, está, portanto, incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa.

Assim sendo, entendemos que não há óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta.

Quanto ao mérito, a Lei nº 6.717, de 1979, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar, entre outros, concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, tendo sido, nesse âmbito, criadas a Lotofácil, a Quina, a Lotomania, a Dupla Sena e a Mega-Sena.

O projeto em exame determina que a Caixa poderá usar qualquer uma dessas modalidades de prognósticos numéricos para a realização de concursos especiais, com vistas à obtenção de recursos voltados ao financiamento de ações emergenciais em Municípios em estado de calamidade pública.

A propósito, o apoio financeiro do Executivo Federal aos Municípios em estado de calamidade pública se dá de forma complementar e nos termos da Lei nº 12.340, de 2010, que "dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências."

Entretanto, como bem justificado pelo autor da proposição, esse apoio financeiro, muito embora obrigatório, encontra-se muitas vezes restringido em termos de valores, estando ainda submetido a amarras burocráticas nem sempre compatíveis com a urgência requerida e com o volume de recursos demandado, dada a natureza excepcional dessas situações.

Vale frisar que, nos termos da legislação vigente, compete ao Ministério da Integração Nacional, com base nas informações obtidas e na sua disponibilidade orçamentária e financeira, definir o montante de recursos a ser disponibilizado para a execução dessas ações.

Com efeito, a rapidez no enfrentamento dessas circunstâncias é fundamental e exige a pronta e imprescindível disponibilidade de recursos financeiros, para a execução de ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, entre outras ações necessárias, para o que, certamente, o PLS nº 56, de 2016, contribuirá.

Destaque-se que as ocorrências naturais que devastam cidades e comunidades inteiras têm sido recorrentes, levando famílias a perderem tudo que possuem e cidades a terem grande parte de sua infraestrutura urbana danificada e prejudicada, sem que, para tanto, disponha o Município de recursos para iniciar a pronta assistência às pessoas atingidas e a recuperação dos danos causados.

Relativamente à emenda apresentada, entendemos ser conveniente, pois, como bem afirmou o Senador Dário Berger, o percentual de 9% para a remuneração das loterias nos concursos especiais previstos neste pro-
[illegible] a equipara às demais remunerações definidas para as outras loterias administradas pela Caixa Econômica
[illegible]deral, estimulando, assim, a arrecadação para essa nova categoria de loteria de números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Voto.

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2016, e da Emenda nº 1, do Senador Dário Berger.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório – especificamente, a análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Passamos à discussão da matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Colocamos em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 apresentada.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que será encaminhada para a CAE.

O item 4, o PLS nº 163, de 2015, por ser um item terminativo, será apreciado na próxima reunião.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
- A matéria constou na pauta das 41ª (25/11/2015), 42ª (02/12/2015) e 44ª (16/12/2015) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura e na das 1ª (17/02/2016), 2ª (24/02/2016), 3ª (09/03/2016), 5ª (06/04/2016), 7ª (04/05/2016) e 8ª (18/05/2016) reuniões da CDR da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
- A matéria foi rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos;
- Votação nominal;
- Na 2ª Reunião da CDR, foi lido o Relatório, suspensa a discussão e adiada a votação.)

Gostaria de informar aos Senadores e Senadoras que há sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes, subscrito pelo Senador Dalírio Beber, para que, nos termos dos arts. 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2016, seja o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Indago aos Senadores e Senadoras presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta. (*Pausa.*)

Estando todos de acordo, aprovada a inclusão do requerimento.

O requerimento recebeu, na ordem, o número 8, e será deliberado ao final desta reunião.

Requerimento nº 8, de 2016, item extrapauta aprovado por esta Comissão.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2016, seja o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O Requerimento foi subscrito pelo Senador Dalírio Beber e aprovado, com designação do Senador Wellington Fagundes como Coordenador da Política Pública a ser avaliada pela Comissão em 2016.

Uma vez que o requerimento já foi lido, concedo a palavra ao Senador que subscreveu o requerimento, Senador Dalírio Beber, em apoiamento ao requerimento apresentado pelo Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Acho que foi muito oportuna a iniciativa do Senador Wellington no sentido de que, neste ano, se faça, realmente, o acompanhamento do Programa de Desenvolvimento da Aviação Civil Regional, uma vez que ela tem uma grande importância para o desenvolvimento do País.

Quero crer que realmente esta Comissão pode fazer um grande trabalho no sentido de orientar o próprio Governo para que tenhamos uma aviação eficiente e que seja acessível a todas as camadas sociais. Infelizmente vivemos momentos de dificuldade na aviação, as empresas não estão bem, por isso o trabalho que esta Comissão poderá fazer certamente vai contribuir – e aí a oportunidade deste requerimento apresentado pelo Senador Wellington, que tenho a honra de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a aprovação do Requerimento nº 8 queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – O requerimento está aprovado.

Informo ao Plenário da Comissão que designamos como Relator da política pública da Aviação Civil Regional o nobre Senador Wellington Fagundes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e dezesseis, na sala de Reuniões número 15 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência eventual do Senador José Medeiros, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Dalírio Beber, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Regina Sousa, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Gladson Cameli, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Ricardo Franco, Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017 (PLN nº 02/2016-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Em seguida a Presidência passa a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Dário Berger, para proferir o seu Relatório e fazer suas considerações. O Coordenador explana que foram apresentadas 38 (trinta e oito) sugestões de emendas ao PLN nº 02/2016-CN, de autoria dos Senadores: Elmano Férrer, Simone Tebet, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho e Lúcia Vânia, sugerindo a aprovação das Emendas de Inclusão de Metas agrupadas em três grupos conforme o número de Emendas de Inclusão de Metas possíveis na LDO. Primeiro grupo representado pela Emenda de número 17, segundo grupo representado pela Emenda de número 22 e terceiro grupo representado pela Emenda de número 32. Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação, a Comissão o aprova indicando as seguintes Emendas de Meta, assim renumeradas: **Emenda nº 01 – Programa 2084 Recursos Hídricos / Ação 14VI - Implantação de Infraestruturas Hídricas para oferta de Água / Quantidade-meta: 100; Emenda nº 02 – Programa 2054 Planejamento Urbano / Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano / Quantidade-Meta: 1500; Emenda nº 03 – Programa 2076 Desenvolvimento e Promoção do Turismo/ Ação – 10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística /Quantidade-Meta: 2300.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata e a submete a votação. **A Ata é aprovada.** Usa da palavra o Senador Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JOSÉ MEDEIROS
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, a Comissão poderá apresentar até três emendas de metas e qualquer número de emendas de texto. A Comissão somente poderia receber sugestões de emendas de membros do seu Colegiado referentes à matéria de sua competência. Por essa razão, deixou de receber uma sugestão encaminhada pelo Senador [illegible]inho Santos. Na forma regimental, a Comissão recebeu 38 sugestões de emendas de metas. Foi designado [illegible]ordenador das sugestões de emendas o Senador Dário Berger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Concedo a palavra ao coordenador, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório e suas considerações.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, muito bom dia!

Srªs e Srs. Senadores, vou diretamente ao relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO 2017) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2017, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CDR tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2017: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2017; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2017 a 2019; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de cancelamento ou acréscimo das metas constantes do PLDO ou de inclusão de ações constantes da Lei Orçamentária para 2016, juntamente com as respectivas metas. A apresentação de emenda para acréscimo de meta constante do PLDO ou para inclusão de ação no Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite de 3 (três) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Encontra-se em análise por esta Comissão 38 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Simone Tebet.

Todas as propostas, Sr. Presidente, são relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. Então, todas são relativas à LDO de 2017.

Não foram apresentadas emendas de texto.

É o relatório.

Passo, então, à análise propriamente dita, que é bem pequena. Serei bem rápido.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das seguintes emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017: a) Emenda 22, na ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, da Senadora Simone Tebet, que engloba as Emendas 1 (Senador Randolfe Rodrigues), 7 (Senador Dário Berger) e 30 (Senadora Lúcia Vânia) – preliminarmente, eu gostaria de salientar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que utilizei a prática usualmente democrática para a escolha das referidas emendas, optei por aqueles Senadores que mais indicaram emendas, e, portanto, nessa Emenda 22, foram atendidos quatro Senadores –; b) Emenda 32, na ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, da Senadora Lúcia Vânia, também engloba as Emendas 2 (Senador Randolfe Rodrigues) e 8 (Senador Dário Berger); e c) Emenda 17, na ação de Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água, do Senador Elmano Férrer, que abrange a Emenda 26 (Senadora Simone Tebet).

Optei aqui por três emendas: uma no Ministério das Cidades, outra no Ministério do Turismo e outra no Ministério da Integração.

Procurei atender o máximo possível de todas as emendas dos Senadores que apresentaram. Inúmeras delas tinham praticamente o mesmo objetivo. Foi o caso em que eu mesmo, na Emenda nº 32, apresentei oito emendas; por exemplo, a Emenda nº 17 e a Emenda nº 26. A Senadora Simone Tebet também apresentou várias emendas. E assim por diante. Foi como eu procurei, de maneira democrática, atender o máximo possível das emendas propostas pelos Srs. e Srªs Senadoras.

Plenário das Comissões, Sr. Presidente, em 29 de junho de 2016.

Relator, Dário Berger. Presidente desta Comissão, ilustre Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em discussão o relatório e as considerações do coordenador das emendas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu só quero registrar que eu pedi à minha assessoria que fizesse também algumas emendas, que, infelizmente, não estão no sistema. Já liguei para minha assessoria e não sei onde foi o erro.

Eu estou como Relator da LDO neste ano e, claro, eu sei que o coordenador aqui não teria como atender todas as emendas – ele já deu todas as explicações. Caberá a mim, agora, na Comissão de Orçamento, compilar todas as emendas das comissões, as emendas de Bancada, as emendas individuais, e procurarei fazer da mesma forma que o Senador Dário Berger, procurando atender aquilo nas áreas maiores possíveis.

Eu quero só registrar que eu tinha pedido à minha assessoria isso.

Eu quero colocar também, Sr. Presidente, que nós já votamos o relatório preliminar. Conforme está previsto na Constituição, para haver o recesso, precisamos, primeiro, votar a LDO. Se depender da minha posição como Relator – já tenho conversado isto na Comissão, com o Presidente –, nós queremos votar a LDO no prazo preestabelecido, que seria até dia 13, para permitir, com isso, então, o recesso parlamentar. Já conversei com o Presidente Renan, que já está deixando, inclusive, uma data reservada para isso.

Eu espero que possamos agir diferentemente de muitos outros anos. E, hoje, ainda nós estamos discutindo, concomitantemente, aqui, o *impeachment*. Eu sempre fui crítico, porque também o Congresso Nacional deixou de fazer a sua parte em muitos anos. No ano passado, por exemplo, mesmo estando previsto na Constituição que é votar primeiro a LDO para depois votar o Orçamento ou só haver o recesso parlamentar depois que votar a LDO, nós fomos votar a LDO no mesmo dia, no mês de dezembro, ou seja, o Congresso Nacional não se submeteu àquilo que está previsto na Constituição. Eu, já há alguns anos, vinha reclamando, pois como é que se planeja um País se não têm aprovados no tempo certo nem a LDO nem o Orçamento? Ora, no final do ano, vai se aprovar o Orçamento, junto com a LDO?

Então, o Brasil também, independentemente aí da posição do *impeachment* no final... Nós que somos julgadores – V. Exª também está na Comissão, assim como o Senador Dário – temos a obrigação e o compromisso com a Nação de dar o nosso voto. É claro que o processo de impeachment tem o conteúdo político também. Cada um é um juiz, cada um terá a sua responsabilidade. Também é importante que coloquemos isto aqui de público, principalmente porque estamos numa Comissão importante e depois estaremos na Comissão de Orçamento, que é essa responsabilidade do Congresso Nacional. É claro que o Congresso Nacional, principalmente a Comissão Mista de Orçamento, para conseguir vencer os prazos, precisa receber a mensagem no tempo certo, na hora certa. Eu quero salientar também que, até agora, este Governo não mandou ainda para a Comissão de Orçamento as metas fiscais. Estamos ainda com o que foi proposto pelo Governo passado. Mas teremos que votar, e espero que isso não seja um ponto para atrasar mais uma vez a votação da LDO.

Isso é apenas um registro que estou fazendo aqui. Já fiz isso em plenário. É também um esclarecimento à população, porque, daqui a pouco, nós não podemos fazer virar moda *impeachment* em função da questão da obediência da Lei de Responsabilidade Fiscal ou, aliás, temos que fazer. Eu acho que a Lei de Responsabilidade Fiscal veio para melhorar muito o Brasil, mas ainda, infelizmente, nós somos um País com milhares de obras inacabadas exatamente pela falta de planejamento, falta de um Orçamento na hora certa.

E obra inacabada, Senador Dário, como eu sempre tenho dito, é obra que traz mais prejuízo, porque foi o dinheiro público aplicado e a sociedade não recebeu nada daquilo – pior ainda. Muitas empresas começam, o administrador recebe o convênio e dá a ordem de serviço... E V. Exª foi eleito Prefeito por duas vezes da capital do seu Estado e uma vez no interior, uma pessoa que conseguiu fazer uma grande administração, porque ninguém faz isso se não tiver uma grande capacidade de gestão, que V. Exª teve. E, quando um prefeito assina um convênio, publica, faz a licitação, dá a ordem de serviço, a empresa começa a obra e, depois, o Governo Federal não honra com aquilo, isso é um prejuízo muito grande para a sociedade e para a credibilidade do administrador local. Por isso, nesta semana, inclusive, na Comissão de Impeachment, eu fiz uma denúncia, porque hoje já estamos percebendo muitos Ministros cancelando convênios nessa situação. Não é só neste Governo do Michel Temer; em outros tantos governos, tivemos oportunidade de ver acontecer isso. Isso é uma desmoralização daquilo que está compromissado, pactuado, assinado, publicado, causando todo esse prejuízo para a população brasileira, com essas milhares de obras inacabadas.

Ontem, nós estávamos lá com o Ministro da Fazenda, e foi colocado para o Ministro que o Ministro das ades disse que, se ele for executar tudo aquilo que está conveniado só de obras do PAC, ele vai demorar is de 15 anos para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós fazemos um Orçamento fictício, que vira uma peça fictícia, levando a uma irrealidade, levando a uma expectativa da população. E quem perde? Quem perde é aquele que está lá, esperando num posto de saúde, com seu filho, na fila, numa estrada esburacada e outras consequências que acontecem.

Eu estou só registrando isso aqui, Sr. Presidente, porque eu penso que isso aí é uma questão cultural do Brasil, que transcende governos. Nós também temos responsabilidade de colocar isso como ponto de discussão para que possamos oferecer para nossa sociedade algo mais concreto.

Muito obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu acho que é oportuno que eu louve a atitude do Senador Wellington Fagundes, sobretudo, de implantar, vamos dizer assim, um novo *modus operandis*, porque o que prosperou até então é a irresponsabilidade nítida, crua, vista sem óculos. É o Governo dos lançamentos. O Governo, invariavelmente, lançava, lançava, lançava, lançava e lançava, mas não concluía as obras. As obras não são concluídas. Eu não sei se, nos Estados de V. Exªs, é assim, mas, no meu Estado, lança-se mais uma obra e não se termina aquela que está em andamento. Então, não há recursos nem para terminar aquelas que estão em andamento, muito menos para aquelas que são lançadas novamente.

Isso tem que acabar, porque isso traz um prejuízo político inacreditável para a cidade, para o gestor que assinou o convênio, que assumiu o compromisso com a comunidade, que está esperando por aquela obra, por aquele serviço. O Governo Federal não repassa o recurso, e a obra fica parada. E a continuidade administrativa das coisas é fundamental, porque, se isso não acontecer, com projetos que param, se perde muito tempo e se gasta muito dinheiro para colocar novamente esses projetos em funcionamento. Há a questão da mobilização da empresa, há o Tribunal de Contas da União, há a questão de que as empresas já costumeiramente, como dizia o Senador Casildo Maldaner, colocam "um *plus* a mais" – o Casildo, nosso companheiro aqui, usava muito esta expressão: eles já colocam "um *plus* a mais" –, prevendo, realmente, que não vão receber no tempo certo, que vão ter que colocar o recurso antecipadamente. E é o que está acontecendo. Eu imagino o que deve ter de esqueleto em armários que precisam ser observados.

Não quero me estender, mas eu precisava fazer esse registro. A impressão que me dá é a de que nós precisamos de homens públicos com uma visão de uma administração de resultado mais efetivo. Deposito em V. Exª esse personagem, vamos dizer assim, para que possamos, já através daqui, definindo daqui, para não dar margem para que aconteça no presente o que aconteceu no passado, construir um novo modelo, um novo Brasil em que as obras não parem como estão parando, causando muito prejuízo a todos os Municípios e a todos os Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito bem. Obrigado pelas palavras, Senador Dário Berger, Senador Wellington Fagundes. E parabéns também por estar implantando o padrão Jucá na LDO, bem célere.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre coordenador permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam aprovadas as emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO de 2017 de nº 172.232, que são renumeradas como 1, 2 e 3.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1/2006, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos Orçamentários Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentindo, propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE NOVE DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Medeiros, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Ricardo Franco, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião, destina-se à realização de Audiência Pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em atendimento ao Requerimento 07/2016-CDR, de autoria do Senador José Medeiros, para debater junto com as autoridades responsáveis, o Plano de Aviação Regional. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Leonardo Victor Dantas da Cruz, Secretário de Aeroportos, representando o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC; João Márcio Jordão, Diretor de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-INFRAERO; Victor Rafael Rezende Celestino, Consultor da Associação Nacional das Empresas Aéreas-ABEAR,. O Senador José Medeiros passa a presidência para o Senador Wellington Fagundes às onze horas e quarenta e dois minutos; o Senador Wellington Fagundes passa a presidência para a Senadora Simone Tebet às onze horas e quarenta e seis minutos; às onze horas e cinquenta minutos retorna à presidência o Senador José Medeiros. Por solicitação do Senador Wellington Fagundes, aprovada pelo Colegiado, a presente Audiência Pública servirá para subsidiar os trabalhos na avaliação do Plano de Aviação Regional, política pública em análise pela CDR no ano de 2016, na forma do art. 96B do RISF. (Definida pelo RDR 08/2016). Encerrada a exposição dos convidados, usa da palavra a Senadora Simone Tebet. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Medeiros
Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de debater, junto com as autoridades responsáveis, o Plano de Aviação Regional, em atendimento ao RDR nº 7/2016, de autoria do Senador José Medeiros.

Encontram-se presentes para a audiência pública – e já os convido para comporem a Mesa – o Dr. Leonardo Victor Dantas da Cruz, Secretário de Aeroportos, representando o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Dr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos, representando a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Dr. João Márcio Jordão, Diretor de Aeroportos, representando a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero); e o Dr. Victor Rafael Rezende Celestino, Consultor da Abear, representando o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

O Dr. Mário Amato Júnior, que não é o da Fiesp, está sendo aguardado aqui. Ele é o Diretor da Secretaria de Formação Sindical, representando o Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Para darmos início aos trabalhos... Esta audiência já estava solicitada há algum tempo, diante das dificuldades que temos tido em relação à aviação regional. Nós tínhamos um plano que foi cantado em verso e prosa pelo governo passado, mas temos muitos desafios, ainda, e é importante esta discussão e este debate. Por isso, o requerimento para esta reunião.

Já passo, sem mais delongas, a palavra ao Dr. Leonardo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Antes, a palavra está com o Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria também, conforme o Requerimento nº 8, de 2016, nos termos dos arts. 98-B e 108-A do Regimento Interno, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no exercício de 2016, seja o Programa de Desenvolvimento de Aviação Regional.

Portanto, quero aqui pedir que esta audiência pública seja transformada também nesse mesmo requerimento, ou seja, será a política pública que vamos discutir nesta Comissão.

Assim, tudo que for discutido aqui, eu, como Relator, estarei agregando à política pública já aprovada aqui por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ouvido o Plenário, e não havendo quem discorde, aprovado o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Dr. Leonardo, que tem dez minutos para as suas considerações.

O SR. LEONARDO VICTOR DANTAS DA CRUZ – Bom dia a todos.

Senador José Medeiros, Senador Dário Berger, Senador Wellington Fagundes, é com muita honra que estou aqui hoje para debatermos este tema tão importante para a população brasileira, que é a aviação regional.

Como todos sabem, ainda no finzinho de 2012 foi lançado, pelo governo passado, o Programa da Aviação Regional, e a partir de 2013, nós contratamos o Banco do Brasil para que fosse o agente executor desse programa, que tem como subterfúgio financeiro o FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil). Então, iniciamos os estudos nesse grande plano de 270 aeroportos.

Aqui são os principais objetivos deste plano: melhorar a qualidade de serviços e infraestrutura aeroportuária para os usuários, que são os passageiros, os nossos principais clientes afetados nesse plano; ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira; reconstruir a rede de aviação regional.

Esse plano está baseado em três pilares: o investimento em infraestrutura e equipamentos; os subsídios às tarifas e rotas; e gestão dos aeroportos. Aí nós fazemos um trabalho junto aos Estados e Municípios para orientá-los a fazer pequenas modificações nas infraestruturas que eles têm hoje, para por aquele aeroporto em rota, para possibilitar que coloquemos um voo naquele aeroporto.

Esse programa propõe a expansão da malha aérea para a integração do Território nacional, ou seja, nós queremos que mais de 90% da população brasileira esteja a pelo menos cem quilômetros de um aeroporto.

O desenvolvimento dos polos regionais, o fortalecimento dos centros de turismo e a garantia de acesso às comunidades da Amazônia Legal é um cunho mais social para a aviação regional. Nós sabemos bem que na Amazônia Legal, como no todo da Região Norte, temos grandes dificuldades de locomoção, de planejamento logístico. O modal aéreo é aquele que mais está adequado àquela realidade, para a inclusão social dos povos da Amazônia.

Como funciona o Programa da Aviação Regional? Nós fazemos parcerias com os Estados e Municípios. A contrapartida do Estado ou do Município, dependendo de quem seja o delegatário, é entregar aquele sítio aeroportuário livre e totalmente desimpedido e desembaraçado, para que possamos provê-lo de infraestrutura e de equipamentos. A União investe na infraestrutura, como falei. Os recursos são 100% do Fundo Nacional de Aviação Civil. Os investimentos são padronizados, conforme o porte do aeroporto, e, assim, nós teremos a garantia de gestão e conservação daquele investimento.

Essa é a situação atual dos aeródromos que nós temos hoje no Brasil e como queremos que fiquem. Esses laranjinhas são os novos aeroportos que nós queremos implementar.

Temos os 270 aeroportos – este é um estudo, é bem importante frisar isto – que nós começamos a estudar. Isso não significa que vamos investir nos 270. Esses 270 foram os aeroportos escolhidos para que nós estudássemos e avaliássemos quais deles mereciam aquele investimento, de acordo com os interesses de voar das companhias aéreas, de acordo com a infraestrutura lá existente, etc.

Na Região Norte, estamos estudando 67 aeroportos; na Região Nordeste, 64 aeroportos; Centro Oeste, 31; Sudeste, 65; e na Região Sul, 43 aeroportos.

Aí é a divisão por Estado: Alagoas, 2; Bahia, 20; Ceará, 9; Maranhão, 11; Paraíba, 3; Pernambuco, 9; Piauí. 7; Rio Grande do Norte, 2; Sergipe, 1 – isso na Região Nordeste. Na Região Norte: Acre, 4; Amazonas, 25; Amapá, 2; Pará, 24; Rondônia, 6; Roraima, 3; Tocantins, 3. Na Região Centro-Oeste: Goiás, 10; Mato Grosso do Sul, 8; Mato Grosso, 13. Na Região Sudeste: Espírito Santo, 4; Minas Gerais, 33; Rio de Janeiro, 9; e São Paulo, 19. E, na Região Sul: Paraná, 15; Rio Grande do Sul, também 15; e Santa Catarina, 13.

Aí é um panorama geral dos aeroportos brasileiros de hoje em números gerais.

Esses são exemplos de sítios aeroportuários que temos no Programa de Aviação. Esse é Bauru e Arealva; em Tefé, no Amazonas; e Gurupi, em Tocantins.

Exemplos dos TPS que encontramos hoje, os Terminais de Passageiros, em Dourados, no Mato Grosso Sul; Rondonópolis, Mato Grosso; Barreiras, na Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como são as fases desse Programa de Aviação Regional? Nós começamos com os estudos de viabilidade técnica, quando fazemos a topografia de todo o sítio aeroportuário. Com o estudo pronto e aprovado, nós encaminhamos para o estudo preliminar, em que há esse detalhamento do estudo de viabilidade técnica.

Aí é que nós definimos o tamanho da pista, do pátio, do terminal, em conjunto com os governos dos Estados e dos Municípios. E, com isso tudo aprovado, passamos para a terceira etapa, que é de licenciamento ambiental e anteprojeto.

Com o licenciamento ambiental e o anteprojeto, podemos dar autorização, dependendo da disponibilidade financeira e orçamentária, para a licitação. E aí começam, finalmente, as obras.

Então, hoje, dos 270, já estão executados 243 estudos de viabilidade técnica. De estudos preliminares, temos executados 190; e, autorizados, hoje, 92 anteprojetos. A nossa previsão é de que até o final do ano nós tenhamos algo em torno de 30 anteprojetos prontos, ficando na pendência do licenciamento ambiental, a respeito do qual vou falar mais à frente, que também está andando muito bem nesse programa.

Então, aí estão as principais etapas. Primeiro, a Secretaria de Aviação Civil define as demandas e diretrizes do programa e passa para o Banco do Brasil, a fim de este elaborar seu estudo de viabilidade técnica. Nós recebemos novamente, para definição de cenário, e pedimos para o Banco do Brasil efetuar o levantamento topográfico. Então, ele executa o levantamento topográfico e passamos para a etapa de estudo preliminar, onde há a tratativa com os delegatários e a aprovação do estudo preliminar. Então, iniciam-se os ensaios de geotecnia, os estudos ambientais e a conclusão dos projetos padronizados.

O que são esses projetos padronizados? Temos os terminais – vou falar sobre isso mais à frente também – de passageiros, que são modulares, assim como as EPTAs, que também serão, e as seções contraincêndio. Com isso, eles nos entregam o anteprojeto, e nós passamos para a aprovação desse anteprojeto. A nossa expectativa é a de que seja licitado por RDC, uma modalidade nova que se tem mostrado bastante eficiente para a execução de obras.

Então, esse é o acompanhamento que nós temos, composto basicamente das etapas que eu expliquei agora. Eis um exemplo de um EVT entregue na nossa SAC – na nossa secretaria – e o detalhamento desse EVT, que é o estudo preliminar. Esse é outro exemplo.

Os TPS – os terminais de passageiros – são modulares e padrões. Então, eles começam com 682 metros quadrados, e o maior deles é o de 3.550 metros quadrados. O segundo é de 1.210, e o terceiro, 2.160 metros quadrados. São modulares. Isso quer dizer o quê? Se um aeroporto recebe aquele terminal de passageiros menor, e se houver um incremento no número de passageiros, na movimentação daquele aeroporto, então ele será acrescido, e o mA poderá se tornar um mB, um mB se tornar um mC, e assim sucessivamente.

Aí temos um TPS mA, uma imagem ilustrativa da nossa Seção Contraincêndio – que também é padrão – e da nossa EPTA Cat Especial, com a torre de controle.

Então, foi um ganho muito grande que nós tivemos, um trabalho forte do nosso Diretor Eduardo Bernardes, junto com o pessoal da SAC, de atuação forte no Conama. Então, tivemos a aprovação da Resolução nº 470, que padronizou quais estudos devem ser feitos para os aeroportos regionais. Então, quanto àqueles aeroportos com até 800 mil passageiros, de movimentação anual, já existe um padrão do que será necessário para serem emitidas as licenças ambientais. Isso aí foi um ganho muito grande de tempo para as emissões dos licenciamentos.

Temos já as empresas totalmente contratadas, só que esses estudos são feitos por prateleiras. Então, temos licenciamentos já emitidos – 16 licenças – e 19 emissões.

Outra vertente do Programa de Aviação Regional é feita através dos convênios com os Estados. Tivemos, agora, a conclusão do convênio com Santo Ângelo, e estão em execução, para conclusão ainda este ano, o de Cascavel, no Paraná; Fernando de Noronha, em Pernambuco; e Vitória da Conquista, na Bahia. E temos outros a executar, como Cajazeiras, Correia Pinto, Linhares, Penedo, Vitória da Conquista – a segunda fase – e Araruna, na Paraíba também.

Havia, nos aeroportos brasileiros, muito problema por causa da não existência de carro contra incêndio. Então, isso diminuía a categoria do aeroporto e acarretava fechamentos de aeroportos. Então, nós fizemos um levantamento e também disponibilizamos a vários aeroportos brasileiros os carros contra incêndio. Eles têm um tipo menor, de 3 mil litros, e um maior, de 6,1 mil litros. Então, eles foram distribuídos, o que possibilitou e garantiu o funcionamento desses aeroportos.

Em outra vertente, temos o programa de capacitação Treinar, que objetiva formar e capacitar os profissionais envolvidos com a gestão e operação dos aeroportos regionais de médio e pequeno porte. Então, nós oferecemos esses cursos para os pequenos operadores aeroportuários, sobretudo os dos Governos estaduais e municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aí são os cursos que estamos oferecendo agora: o Curso Básico de Gestores de Aeroportos, o de Gestor de Seção contra Incêndio, de Manutenção Aeroportuária. Há uma gama de novos cursos. E estamos em fase de elaboração também de um novo curso, que é o de Formação de Pilotos, do qual nós estamos já em fase de incremento e fechamento.

Aí são os números de profissionais já capacitados por este programa.

Agradeço a todos a atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Obrigado, Dr. Leonardo.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos, representando a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Muito bom dia a todos.

Exmo Senador José Medeiros, agradeço o convite. É um prazer para a Anac poder estar aqui, mais uma vez, nesta Casa, para falar sobre a aviação civil e a aviação regional, temas tão sensíveis e recorrentes.

O papel da Agência, nesse aspecto, vem a reboque da questão das políticas públicas que têm sido concebidas sobre o assunto. Então, nós temos acompanhado a discussão em torno da aplicação, da implementação... Depende ainda da edição de um decreto o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional. Então, a Agência ainda aguarda uma definição dessas questões de política pública, para verificar em que medida os seus regulamentos, eventualmente, têm que ser alterados, mas a interação com a SAC tem sido constante nesse sentido.

Eu queria aproveitar aqui os meus poucos minutos de fala, só para trazer algumas considerações sobre essa questão do modelo de implementação de um plano de aviação regional e algumas preocupações que nós, como reguladores, temos o dever de ofício de trazer, aqui, para discussão e para debate.

Essa questão da aviação regional não é nova. Nós já tivemos aí, desde 1975, um decreto que criava o Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional, o Sitar, que dividiu o Brasil em cinco grandes regiões.

Em cada uma das regiões, uma empresa operava monopolisticamente e recebia um adicional tarifário, que era recolhido de todas as empresas nacionais e que variava em torno de 3% a 1%. Essa questão começou a fenecer e acabou na década de 90. Em 92, as empresas que operavam nesse sistema regional, com base nesse Sitar, passaram a atuar em âmbito nacional e exigir competição direta, nas mesmas rotas. E as nacionais, por sua vez, pretenderam atuar em aeroportos centrais, e o modelo vetava. Portanto, esse programa acabou sendo judicializado e enterrado. Ainda existe o decreto, mas ele não é, por absoluto, aplicado.

Outras discussões já surgiram, em âmbito ainda regulatório. O próprio Departamento de Aviação Civil tinha estudos, em torno de linhas pioneiras que garantiam um regime de exploração monopolístico. E essa mesma ideia voltou agora, por ocasião da discussão da Medida Provisória nº 714, que garante – segundo os termos dessa emenda, na medida provisória que, se não estou enganado, será votada hoje, nesta Casa – a exploração em regime monopolístico, em rotas não atendidas pela aviação regular, por dez anos.

Outros países têm modelos diferentes já implementados, modernizados, mas um ponto que nos preocupa, nessa implementação desses modelos, é como atender a essa demanda política e social de promover a ligação para determinadas localidades isoladas – que não contem com outros modais de transporte e que, por interesse social ou mesmo estratégico do País, demandem o atendimento pelo transporte aéreo –, como fazer isso de uma forma que não se gerem distorções no sistema de aviação como um todo. Então, quando se fala em alocação de recursos, em subsídios, nós temos, do ponto de vista regulatório – e, como analisamos distintos modelos e, ao longo dos anos, a maioria deles não foi bem sucedida e acabou sendo suplantada e terminada, como se deu no caso que eu há pouco mencionei –, de saber como fazer isso de uma forma que seja cirúrgica, que atenda efetivamente e tão somente àquelas localidades que demandem esse tratamento diferenciado, um recebimento eventual de recursos e de subsídios, sob pena, como eu acabei de dizer, de se causar um transtorno e um desequilíbrio no sistema de aviação civil como um todo, ao se privilegiar, por exemplo, algumas dadas localidades que, por *input* político ou alguma coisa dessa natureza, venham a receber a receber um subsídio ou a garantia de exploração em regime monopolístico, enquanto outras localidades, em virtude justamente dessa desigualdade criada artificialmente, deixem de receber uma aviação regional, por questões eventualmente e meramente mercadológicas. E acredito eu que a SAC esteja bem direcionada, pelo que nós vimos, inclusive, da apresentação do Secretário de Aeroportos.

Antes de se falar, portanto, em qualquer garantia de exploração em regime monopolístico ou de subsídios, é fundamental nós tirarmos as travas que hoje impedem, eventualmente, que a aviação regular acesse essas dadas localidades. Eu falo aviação regular, mas é claro que, do ponto de vista regulatório, hoje a Agência já permite que o transporte regular seja efetuado também por empresas de táxi-aéreo, que são aquelas aeronaves menores, com uma base de certificação de segurança mais leve, justamente para poder atender a essas dadas localidades que não são atendidas hoje pela aviação regular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, nós já temos um regulamento que dispõe sobre o assunto e está sendo, inclusive, revisto para que isso seja de maior uso pelas empresas de táxi aéreo.

Eu dizia sobre o acerto da condução pela SAC. Eu acho que o ponto fundamental, portanto, antes de se falar em exploração, em garantia de exploração em regime monopolístico ou privilegiado ou de subsídio de assentos, como já foi colocado, inclusive, na lei que criou o programa de desenvolvimento da aviação regional... Nós temos que tratar fundamentalmente de quais são os entraves hoje para a aviação atualmente estabelecida e atuando segundo regras essencialmente de mercado. Por que elas não atuam em dados aeroportos? Quais são os gargalos, quais são os entraves?

Parece-me acertado, portanto, falar de investimentos, falar de adaptações regulatórias que a própria agência possa fazer para permitir que um dado voo regular aconteça em um aeroporto, sempre com segurança. Eu acho que essa discussão já está bem encaminhada.

Outro ponto que parece não ter muita ligação com o que nós tratamos aqui, mas que eu gostaria de trazer à mesa também para reflexão, porque é justamente o ponto que hoje está causando grande discussão, é a questão da liberação para o capital estrangeiro, junto com outras regras que a Anac já vem propondo para trazer maior competitividade entre as empresas aéreas, com novos modelos de negócio.

A Anac entende que este é o momento em que o País, esta Casa, o Senado, o Congresso podem dar mais um passo no sentido de permitir a flexibilização que, ao longo dos anos, vem trazendo milhões de pessoas e novas classes para o transporte aéreo. Então, nós entendemos, sim, que a liberação para o capital estrangeiro pode trazer novas tecnologias, novos investimentos, capitalização das empresas hoje, não só para as que estão em dificuldade financeira – todos sabemos disso –, mas também para novos concorrentes.

Eu trago isso num debate de aviação regional por que, Senador? Porque, junto com essa questão do capital estrangeiro e de novos modelos de negócios, somadas as iniciativas da agência... E a principal delas que eu gostaria de fazer menção é a questão da desregulamentação da franquia de bagagem, porque onde as empresas *low cost*... E para elas é extremamente sensível poder oferecer tarifas para consumidores que queiram viajar sem bagagem a um preço extremamente competitivo. Nos modelos na Europa e em outras localidades, como nos Estados Unidos, onde essas empresas passaram a atuar, elas passaram a atuar justamente naquelas localidades, em aeroportos secundários de grandes centros e em destinos não operados pelas empresas tradicionais.

Então, há estudos que comprovam o ganho de frequência de passageiros transportados nessas rotas e o turismo dessas localidades. O impacto no turismo para aquele viajante de fim de semana, o *backpacker*, o estudante que passou a fazer uso não só, mas fundamentalmente por conta dos preços mais atrativos, representou um grande ganho para esses países que tiveram essa maior flexibilidade.

Então, o que a agência busca, e é importante esclarecer aqui de público, Senador, não é acabar com as franquias de bagagem. Nós propomos que as empresas possam oferecer àqueles passageiros que assim desejarem comprar tarifas extremamente competitivas a preços baixos...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – ...não despachando uma franquia de bagagem, se assim for de seu interesse.

Eu trago também para reflexão aqui, nesse ponto da aviação regional, porque nos parece que haveria, sim, um ganho considerável para a aviação regional caso nós tirássemos essas duas amarras: a amarra que hoje representa o capital estrangeiro e que é uma tendência mundial... Eu tenho ouvido – inclusive acompanhei os debates ontem nesta Casa – sobre a questão de que outros países, os Estados Unidos, a Europa ainda fazem essa limitação, mas nós sabemos também, por estudos que existem e recentes notícias, que, na própria Europa, já existe uma diretiva determinando que a Comissão Europeia estude a flexibilização também do investimento estrangeiro nas suas empresas. Então, a Europa já caminha no mesmo sentido.

Sobre os Estados Unidos, nós já tivemos notícias também de estudos que foram feitos pelo governo norte-americano e que, em 2008 e 2009, já tiveram essa mesma iniciativa de flexibilização para maior ingresso do capital estrangeiro. Então, eu acho que a questão, Senador, não é se vai ser flexibilizado ou não, mas quando. Parece-nos que é uma questão irrefreável e irresistível. O mundo caminha para ser cada vez mais globalizado, sem barreiras, onde o capital não tem mais nacionalidade.

Os grandes fundos de investimento não têm acesso hoje às empresas de transporte aéreo, porque não é possível enxergar, dentro de um fundo, quem são os nacionais que estão por trás daquele fundo. Então, as empresas aéreas não podem, até hoje, fazer uso desses grandes investimentos, desses vultosos fluxos de capital mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Essas duas questões – além do investimento que vem sendo proporcionado nos aeroportos para retirar o gargalo para o recebimento de novos voos – são essenciais, têm que ser pensadas e implementadas antes de se falar em qualquer discussão sobre subsídios.

Há alguns questionamentos, alguns pontos, de que eu gostaria até de fazer uma leitura aqui, sobre a questão de programas de subsídios que venham a ser implementados. Inclusive, para a implementação, a agência está a plena disposição do Governo para discussão, mas é fundamental priorizar a elegibilidade de localidades não atendidas pelo transporte aéreo e por outros modais.

Há que se eleger localidades economicamente inviáveis para o transporte aéreo para ligação a um dado RAB – se subsidiadas, as localidades já atendidas, economicamente viáveis, portanto, comprometeriam o atendimento a localidades não atendidas –; há que se estabelecer metas e indicadores mensuráveis para acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados; há que se estipular um prazo determinado para vigência do contrato de subsídio, para que isso não se prolongue ao longo dos anos – essa é uma grande preocupação que nós temos. Em outros mercados isso acontece. Os países não sabem como acabar com o programa, porque as localidades atendidas com base em subsídios passam a como que depender daquele subsídio. Então, esse é um grave problema, inclusive em mercados maduros –; avaliação do custo e estrutura necessários para a implementação; fiscalização dos recursos distribuídos; e, por fim, definir contrapartidas, como continuidade, regularidade, capacidade e frequência.

Essas são algumas questões que eu gostaria de colocar aqui de plano, mas eu estou à disposição para esclarecimentos necessários e para quaisquer dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Realmente o debate ontem foi um pouco acalorado no plenário do Senado, muitos com preocupação sobre o percentual de capital estrangeiro. Eu tenho opinião muito própria. Eu vejo que se você vai limitar o capital, colocar 49 ou 50 ou não sei quanto... Isso a meu ver hoje é... Não sei o que vai adiantar muito, porque vai haver contrato de gaveta, vai haver aquilo, vai haver... O sujeito quer investir 100% e falam: "Não, eu te dou 49%." "Não. Então, eu não quero."

Volto àquela máxima que o senhor falou aqui: dinheiro não tem pátria. E nós precisamos do serviço. Nós temos condições... As que estão aí têm condições de fazer uma abrangência de todo o território nacional? Não têm. Eu, por exemplo, moro num Município e, para chegar lá, é uma logística terrível, sem falar nas vezes em que você chega ao aeroporto e não há voo. Como não? "Foi suspenso o voo." E fica aquele monte de passageiro com gosto de caixão velho na boca, p da vida, xingando todo mundo. E é essa a situação, sem falar quando você passa para as tarifas. Quando você vai daqui ao Acre, por exemplo, é um preço. E, quando você vai daqui a Nova York, é metade do preço. E você fala: "Como?" Então, é meio difícil ver essas coisas.

Por que nós vamos continuar com isso? Só para dizer: "Não, as empresas são nacionais." Essa me parece aquela história do petróleo é nosso. Nosso? De quem? Eu ouvia muito isso e tinha um orgulho danado. Uma vez fui visitar o Paraguai, cheguei lá e, no posto da Petrobras, havia gasolina pela metade do preço. Eu falei: então, o petróleo não é nosso, não. É do Paraguai. Essas são coisas que não entram na cabeça do cidadão médio que está ali nem na cabeça de ninguém que é grande. É verdade. Por que nós vamos manter um negócio que não está bom para nós? Só para ter...

Não sabemos bem por que essas coisas surgiram e por que estão aí dessa forma. Parece até aquela história dos macacos que os professores nos contavam. Havia três macacos presos e, cada vez que um tentava fugir, o tratador batia nos três, dava uma surra nos três macacos. Com o passar do tempo, toda hora que um macaco subia, os outros dois o catavam e davam um couro para evitar de apanhar também. E assim foi, mas aí foram trocando os macacos, foram trocando aos poucos, e os próprios macacos iam batendo. Os primeiros sabiam por que estavam batendo, mas depois era só uma repetição de padrão. De repente, muitas coisas que vão ficando ao longo dessas nossas concessões, do nosso serviço público, são coisas que não fazem mais nenhum sentido de existir e que continuam aí. Não sabemos bem por que estão. Então, é aquela velha história.

Agora mesmo nós temos uma discussão bem terrestre, que é a questão do Uber. Por muito tempo, nós tínhamos, nos Municípios, os táxis. E estavam lá os táxis, aquele serviço que prefeito nenhum conseguia... Veio a Constituição de 1988 e disse: "Tem que haver licitação." Eu quero ver qual é o prefeito que consegue fazer licitação em táxi. Não consegue. A Constituição está aí e diz que tem que fazer, mas não consegue.

De repente, o mundo muda, evolui, vem um aplicativo que quebra isso tudo, passa por cima e varre tudo isso. Ninguém vai conseguir frear essa onda. Por quê? É o consumidor dizendo: "Olha, eu não quero ser maltrato, quero andar num carro de qualidade e quero ser, além de tudo, tratado com educação." Eu creio que isso meio que... É meio, não. Eu não tenho dúvida de que isso é uma onda, é uma primavera que está acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

em todo o serviço público. Estamos cansando de serviço ruim. Então, essa discussão, eu a vejo um pouco ideológica ainda no Plenário, mas a tendência é esta: aprovemos ou não, vai acontecer. E eu não tenho dúvida disso.

Creio que aqui também é o momento de discutirmos isso, porque estamos discutindo aviação regional, mas estamos discutindo, acima de tudo, aviação, qualidade, boa prestação do serviço, regularidade. É isto que mantém qualquer serviço de transporte: a regularidade, a qualidade. Eu creio que não foge muito, seja ele no serviço de táxi, seja em qualquer outro, que no fim dá o tom da...

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. João Márcio Jordão, que é Diretor de Aeroportos, representando a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero). Tem dez minutos, obviamente com a tolerância necessária.

O SR. JOÃO MÁRCIO JORDÃO – Vou cumprir o prazo.

Eu quero primeiro cumprimentar o Senador José Medeiros, Presidente da Mesa e também autor do requerimento; os meus colegas aqui da Mesa; as autoridades; as senhoras e os senhores.

Vou cumprir aqui o nosso tempo de dez minutos, Senador, até porque é importante o debate. Na grande parte, vamos falar um pouco da aviação regional. Vou me ater evidentemente somente aos aeroportos da Infraero, mas também da política já muito bem apresentada aqui pelo Secretário Leonardo.

Então, aqui, só pegando um pouco do gancho dessa apresentação que ele fez, só para falarmos aqui onde entra a Infraero dentro dessa política apresentada pela Secretaria. Dos 270 aeroportos, já ditos aqui pelo Governo... De investimento nesses aeroportos, 29 deles são da Infraero.

O programa, evidentemente, é para a integração do território nacional, desenvolvimento dos polos regionais, até porque sabemos que todos os aeroportos são um polo indutor de desenvolvimento econômico, social e cultural, por isso, a importância da ligação desses aeroportos regionais; o fortalecimento do centro turístico e garantia de acesso à comunidade legal da Amazônia.

Já foram mencionados4 aqui, também, os subsídios. O Catanant também mencionou bastante, acho que é importante essa fala sua de que tem que saber a hora de terminar, porque se não há uma incorporação e, depois, quando o Estado não conseguir mais bancar, evidentemente que a rota acaba se perdendo novamente. Então, é um programa com que tem que se tomar cuidado, mas dentro desse programa de subsídios, o que foi proposto eram essas tarifas aeroportuárias e passagens de voos regionais de aeroportos com até 600 mil passageiros, no caso da Amazônia Legal, para 800 mil, condicionados aos assentos com ocupação limitados a 50%, aeronaves com até 60%,e também reduzir a diferença entre as passagens aéreas e rodoviárias, melhorando, evidentemente, acesso de pessoas, melhorando a popularização; e também estimulará, evidentemente, novas rotas regionais.

Dentro dos aeroportos da Infraero, dos 29 que mencionei, o programa para que faça a adequação desses aeroportos está da ordem de 2,3 bilhões. Já recebemos também alguns estudos do Banco do Brasil, foram estudados quatro cenários, e podemos observar, dentro destes cenários, cada um com a sua peculiaridade, alguns necessitando de melhorias nos seus sistemas de pistas, outros, de pátios, a seção contra incêndio, torres de controle, ou seja, tudo o que precisa, a necessidade de funcionamento desses aeroportos.

Aqui não está mencionada uma parte de licenciamento ambiental, esses aeroportos da Infraero já têm o seu, e só careceria se tivesse uma ampliação de pista, necessidade de alguma outra área que não dentro do sítio aeroportuário.

Aqui, então, também, como exemplo, não vou passar todos os 29 aeroportos, porque é quase uma repetição, evidentemente, repetição da matéria somente, mas cada um tem aqui o que foi determinado, o que foi apontado pelo estudo de viabilidade, o que deveria ser feito.

Então, está escrito aqui Cenário 1. Vamos observar, em outras transparências, o Cenário 4, o Cenário 3, porque foram estudados quatro cenários e, aí, foi escolhido, evidentemente, o melhor que se adeque à operação desse aeroporto. O aeroporto de Uberlândia, por exemplo, é para uma operação com aeronave A320, uma *kepware* com 80% da capacidade, o PMD é o peso médio de decolagem, então, uma pista de 2.035 e um terminal de passageiros, para comportar os passageiros até 2.025.

E aqui estão, então, uma sequência do que seria necessário: ampliação da pista de pouso desse aeroporto, para que comporte aeronave A330, adequação e recuperação da pista. Estas RESAS, este final de pista azul aqui... Tenho como mostrar aqui neste controle? Mas, enfim, esta bem no final da pista aqui, esta parte azul já é adequando - está aqui, estas duas partes aqui - a legislação da máquina, o legislador trazendo o aeroporto dentro dos níveis de segurança, um pátio de aviação executiva, o novo terminal de passageiros, estacionamento, enfim, teria um prazo de dois anos para execução dessa obra, a um custo de 170 milhões.

Aqui foi escolhido o Cenário 3 para o aeroporto de Montes Claros, também é um 737-800, as capacida...... O que é necessário para fazer um custo, aqui, de 108 mil? Neste caso, inclusive, entram desapropriações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

no custo de 1,18 milhões, que é exatamente para que possamos adequar o aeroporto dentro da sua área de segurança, são as RESAS das cabeceiras da pista.

Do aeroporto de Cruzeiro do Sul foi escolhido aqui o Cenário 4, já bem mais adequado, 99 milhões, temos aqui poucas áreas a serem implementadas, na verdade, mais a parte de RESA e um novo acesso ao terminal de passageiros, e, aqui, a parte de acesso ao aeroporto.

O aeroporto de Tefé, também escolhido aqui o Cenário 4, para que tenha uma operação de aeronave, um Boeing 737-800. Então, um novo terminal de passageiros fazendo aqui também a área de segurança de pista, a parte de acesso, uma *taxiway* nova para acesso da aeronave até a chegada ao terminal de passageiros, estacionamento e o acesso viário. Então, um custo de 72 milhões, quase 73 milhões.

No aeroporto de Ilhéus, a aeronave tipo 737-700. Também, aqui, toda esta parte em azul que estou demonstrando é a necessidade de ampliação desses aeroportos.

O aeroporto de Bagé. Também aqui existe adequação e recuperação da pista, as RESAS novamente aqui; esta aqui é a central de utilidade, onde tem a parte de ar condicionado, de energia elétrica, toda centralizada em um único ponto; e ampliação do estacionamento.

O aeroporto de Pelotas, também muito pouca coisa para a sua implementação, fazendo aqui um novo ou ampliando o terminal de passageiros, aeronave tipo ATR, não temos adequações, já existem RESAS, já existe uma operação pronta para esse aeroporto.

O aeroporto de Corumbá, operação da aeronave A319, temos um custo aqui de desapropriações, é o maior custo desse total de 82 milhões, então, também fazendo aqui as áreas de segurança, somente aqui a parte de acesso, e o novo, ampliando aqui o terminal de passageiros existente.

O aeroporto de Londrina, este já carece de um pouco mais de investimento. Temos, aqui, uma área muito grande que já foi desapropriada, isso foi feito pelo próprio Governo do Estado, fizemos uma parceria com o Governo do Estado, onde o Governo está fazendo toda a parte de desapropriação, vai faltar muito pouca coisa para que façamos as adequações, mas há ampliação da pista de pouso nesse trecho, a implantação de áreas de segurança, uma nova *taxiway*, para que acabe com o gargalo do aeroporto, porque, hoje, uma aeronave, ao pousar, tem poucas saídas e fica uma ocupação do tempo médio da pista muito longo, e isso diminui muito a capacidade do aeroporto. Uma nova área de pátio, terminal de passageiros. Então, o custo desse aeroporto para operação: 164 milhões.

Todos esses investimentos, Senadores e senhores, estão previstos nesse novo PIL, que é o Programa de Investimento e Logística desses aeroportos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO MÁRCIO JORDÃO – O programa de Foz do Iguaçu... Não vou me alongar para os ouros aeroportos, mas, enfim, todos os 29 aeroportos que apresentamos já trazem o cenário de qual tipo de aeronave deve ser para operação e o que deve ser feito nesses aeroportos.

Acho que o nosso colega aqui, o Catanant, mencionou bem que para que a Infraero também continue gerindo até com recursos próprios, seria muito importante, Senadora, a aprovação hoje dessa Medida Provisória 714. Um dos itens que influi diretamente é o ATAERO, que teria incorporação para a Infraero fazer frente aos seus investimentos, e não teria... Evidentemente, essa incorporação do ATAERO não traria nenhum custo adicional na tarifa do passageiro. Então, acho que seria muito importante realmente a aprovação dessa medida provisória.

Muito obrigado.

Essa era a minha explanação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Nós que agradecemos, Dr. João.

Creio que o grande desafio deste novo momento talvez vá estar, tenho dito, na regulação, e aí sobra para a Anac. Vejo que a qualidade do serviço... A meu ver, os interesses do passageiro vão estar nas mãos da Anac. Se a empresa é do Japão, da Coreia, ou de onde é, não importa muito. Quando vai utilizar o serviço, na verdade, o que o passageiro quer é qualidade, e por aí vai, desde o início, quando entra no aeroporto.

Temos um desafio muito grande. Às vezes, as pessoas falam: não, a parte pública, o aeroporto público é ruim, e o privado... Nem sempre, vai depender da fiscalização sobre ele. O aeroporto de Brasília, por exemplo, é um aeroporto bom, um aeroporto que está concedido, mas, recentemente – só para contar aqui, isso deve ser uma constante -, cheguei ao aeroporto, comprei uma passagem – era uma missão aqui, do Senado, em Portugal. Quando cheguei, estava aquele zigue-zague, aquilo que eles fazem para delimitar a entrada ali quando... o é nem no RX, mas é no, no...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No embarque mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ...no embarque mesmo. Mas não havia um passageiro sequer. Puxei a fitinha, porque, para que serve aquilo? Para, se houver uma fila, delimitar para onde vai a fila, não é verdade? Puxei a fita, o rapaz falou: olha, o senhor tem que ir lá na ponta. Eu falei: mas como? Havia umas 12 pistas daquelas. Mas para quê? Só para você me ver andando? Ele falou: é. Fez desse jeito. Eu fiquei pasmo. Ele falou: é. Eu falei: não vou. Virou uma confusão dos diabos, acabei entrando, ele acabou me deixando entrar após eu filmar. Foi o que falei: vou fazer essa filmagem aqui para registro. Tudo bem. Achei que tinha encerrado o assunto. Quando estou lá, já no avião, chega ele com a Polícia Federal a tiracolo. Bom, lógico, todo o saguão já olhou. Pronto, tem um bandido aqui, né?

Mas o que acontece? Estou contando isso aqui porque precisamos avançar nisso, desde a qualidade da prestação de serviço, desde a questão da aeronave também, é o serviço completo, porque não é um serviço barato, não temos uma tarifa barata aqui, no Brasil. E é justamente esses desafios que nos impõem.

Então, quando vejo discursos inflamados no plenário, perdoem-me quem pensa o contrário, defendendo com unhas e dentes que fiquemos nesse modelo, não acho que seja muito razoável, porque não sou muito de apego. Aliás, aprendi isso muito cedo com o meu pai. O nordestino, geralmente, é muito apegado às coisas, à terra, vem até da música do Luiz Gonzaga, mas meu pai muito cedo me ensinou isso. Éramos de uma família de sertanistas que passava fome no Nordeste. Ele pegou a família, uma trouxa de roupa, jogou num pau de arara, e fomos buscar outras oportunidades. Penso que, quando a situação não está boa, temos que nos mexer. É aquele negócio de que a necessidade é que faz o sapo pular. E precisamos avançar.

Quando vejo as próprias instituições, os próprios órgãos, querendo apresentar uma proposta de melhoria, penso que o Parlamento tem que dar respaldo. E louvo esse espírito de desafio de vocês para buscar uma saída para esses gargalos todos que temos.

Passo a palavra para o Dr. Victor Rafael Rezende, que é Consultor da ABA, representando o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Bom dia, Senador José Medeiros, Presidente da Mesa; cumprimento os demais colegas da Mesa, as senhoras e os senhores.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas, que incorpora o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, tem muita satisfação de estar aqui e agradece esse convite de podermos dividir um pouco a nossa visão.

Eu fiz uma apresentação um pouco longa, Senador, mas, como o Jordão e os demais, vou tentar me conter aqui nos dez minutos, para, depois, fazermos o debate.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Há uma tolerância aí...

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Está certo!

Eu pediria licença para tirar o *mouse*, talvez, de frente da...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... até porque, provavelmente, você vai ter que defender um posicionamento divergente da linha que apresentei aqui.

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Perfeitamente. Obrigado até pela colocação.

Pediria à auxiliar que tirasse o *mouse* de frente da apresentação, porque está...

Isso. Obrigado!

A ABA vai fazer quatro anos agora. Somos fundadores das quatro maiores empresas brasileiras, mas temos algumas associadas, como a Boeing, a Bombardier, a Latam Cargo e a TAP (Transportes Aéreos Portugueses).

Os três pilares da ABA são justamente, em primeiro lugar, os Padrões Internacionais. A aviação é um empreendimento global e, portanto, segue padrões internacionais, que nós também deveríamos incorporar cada vez mais aqui no nosso País.

O segundo ponto é a questão do Estado Eficiente, no qual as nossas empresas aéreas se incluem também, como dizia o Senador José Medeiros, pela necessidade de serem mais eficientes e terem um serviço cada vez melhor para o nosso consumidor.

Por último, não menos importante, a Liberdade Tarifária. Com a criação da Anac, por meio da Lei nº 11.182, foi também preconizado o princípio da liberdade tarifária. E é esse princípio que deve ser o balizador, na nossa opinião, da continuidade desse serviço, porque é graças a ele que temos conseguido aumentar a quantidade de número de passageiros e dar acesso a uma grande parte da população que, até então, não tinha oportunidade de utilizar o modal aéreo.

Então, nesses anos de 2002 a 2015, nós tivemos a oportunidade de triplicar o número de passageiros. Obviamente que isso foi acompanhado, sim, Senador, de uma diminuição significativa da tarifa média. Se olharmos o histórico de dados da Anac, nós observaremos que houve essa queda significativa por conta da liberdade tarifária, o aumento da oferta e a possibilidade de o empresariado aumentar a sua produtividade. E essa produtividade, como vou falar ao longo de toda a minha fala, na aviação, não tem como não ser repassada. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

produtividade é automaticamente passada ao consumidor, e é isso, digamos, que é o que pauta e o que deve pautar essa política pública de aviação regional.

Infelizmente, nós estamos passando no nosso País um momento econômico extremamente complexo. E esse momento econômico tem acarretado uma queda muito acentuada da demanda. Nós temos, aqui, a visão de que a demanda corporativa ou de negócios, que ainda compõe praticamente 70% da demanda, vem caindo de uma forma muito significativa. E observamos que, nos últimos dez meses, houve seguidamente, inclusive em meses considerados de alta temporada, queda da demanda.

Essa queda da demanda, obviamente, repercute em todo o sistema, porque a empresa aérea é a ponta do sistema, é aquela que vai trazer e levar os passageiros, o que gera uma repercussão muito grande.

Essa repercussão, em termos de custo, tem efeitos sobre o que a aviação regional traz em nível regional, que foi uma questão já colocada aqui pela Mesa.

Nós contratamos recentemente uma consultoria que buscou dados que ainda são de alguns anos atrás, de 2013, mas que mostram qual é o impacto do modal aéreo na economia do País. Podemos observar que o modal aéreo, incluindo os efeitos diretos, indiretos de efeito renda catalisado também do turismo, chega a ser 3% da riqueza do País. E esse modal aéreo tem impactos diferenciados em vários Estados. Então, aqui, nós temos, por exemplo, a média nacional de 2,7%, e aqui no DF o impacto chega a quase 9%. Há Estados, como o Paraná, que é pouco mais de 1%. Enfim, isso demonstra que, de fato, o modal aéreo tem um impacto econômico muito significativo, que também tem uma distribuição regional que não é homogênea no nosso País.

Os desafios da aviação regional são, portanto, os desafios de custos e produtividade das empresas aéreas. Temos, hoje – e este é um levantamento recente do nosso panorama 2014 –, uma distribuição de custo, que a Anac acompanha e publica com regularidade, que mostra, por exemplo, que o combustível da aviação ainda compõe uma parcela muito significativa, em torno de 38% a 39% dos custos das empresas aéreas.

Esse custo de combustível, no nosso País, é significativamente mais alto do que em qualquer outro País. Temos estudos, por exemplo, comparando os principais aeroportos centrais, que mostram que o nosso combustível no Brasil é bem mais caro do que o que o mundo pratica. E isso não é só por conta da formação do preço de combustível; é por conta também da tributação.

Além disso, não fosse o combustível mais caro, temos ainda problemas de infraestrutura.

Esse gráfico não é tão fácil de se explicar, mas mostra uma comparação entre o que seria o ideal para voar, por exemplo, entre Rio e São Paulo, e o que, de fato, nós conseguimos fazer com a infraestrutura que temos.

Essa curva azul demonstra qual é o *gap* da nossa infraestrutura, ou seja, quão improdutivos estamos sendo na nossa infraestrutura, e, comparativamente, quanto é o *gap* do modal aéreo nos Estados Unidos.

Hoje, nós temos, então, como perdas o seguinte: eu decolo de Congonhas para Santos Dumont, aí eu tenho que fazer um desvio de rota, tenho que fazer uma espera em voo, ou tenho que ficar muito tempo no solo com o motor ligado esperando uma autorização para decolagem. Todas essas ineficiências da infraestrutura redundam numa perda de 11%. Então, não fosse o combustível mais caro, não fossem os impostos mais altos, nós temos também um problema de ineficiência. Isso obviamente leva a um impacto muito grande.

Um centavo de dólar – são dados da Iata (Associação Internacional das Empresas Aéreas) – de aumento nos preços dos combustíveis representa para o mundo US$700 milhões de impacto. Aqui no Brasil, US$16 milhões. Se fizermos uma conta simplificada, dezesseis centavos de dólares matam completamente a produtividade. Então, apenas dezesseis centavos de diferença de preço são suficientes para quebrar a lucratividade.

Dados esses custos e dado o impacto do combustível, como as empresas aéreas gerenciam isso de forma a oferecer uma tarifa e repassar essa produtividade?

Em primeiro lugar, esse gráfico aqui mostra que, enquanto tivemos esse aumento de combustível, de 2002 a 2014, de 140%, então 241 comparado com 100, nós tivemos uma queda de tarifas importantes que ficaram abaixo, conforme eu já havia apresentado. Quando colocamos o IPCA, isso fica ainda mais gritante. Ou seja, as tarifas têm caído significativamente acima da inflação, o que demonstra que, diferentemente do que acontece em outros lugares do mundo e com outros setores, o repasse de produtividade está muito maior do que a redução de custos.

(Soa a campainha.)

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Por quê? Isso se deve à liberdade tarifária.

Finalmente, podemos comparar o custo da nossa passagem aérea com o custo da americana. Senador, vou gastar mais um pouquinho de tempo neste número aqui porque o considero importante. Em média, nosso custo é vinte e quatro centavos de real por quilômetro, por passageiro. Significa que, se eu vou andar mil quilômetros, a passagem custa R$243 em média. Nos Estados Unidos, é muito semelhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como isso funciona? Esse é um gráfico da lata que mostra o seguinte. Aqui é o preço da passagem por quilômetro, que é o Rasq (receita por assento-quilômetro). Aqui é o custo por assento-quilômetro. E aqui é uma linha de empate, 0 x 0. Se estiver aqui em cima, está lucrando; se estiver aqui embaixo, está perdendo.

O que acontece? As empresas aéreas, no mundo todo, têm trabalhado um pouco abaixo da linha de equilíbrio, isso devido à pressão de competitividade e à pressão de produtividade. Quanto maior o tamanho da aeronave, nós vamos ver que conseguimos trabalhar mais aqui embaixo. As empresas de aviação regional normalmente trabalham com aeronaves pequenas que têm um Cask (custo por assento-quilômetro) alto. Então, elas trabalham com maior dificuldade ainda. É claro que há algumas exceções. Esse dado incorpora empresas aéreas do mundo todo; são mais de 3.730 aeronaves. Mas observamos, e aqui é um dado, que a curva de Cask (custo por assento-quilômetro), por etapa média ou por distância, é como se fosse uma hipérbole. Então, se eu vou trabalhar aqui, numa distância, por exemplo, de Sorriso para Cuiabá ou de Três Lagoas para Campo Grande, vou trabalhar numa faixa menor de 300 milhas. Como essa faixa é menor, como eu tenho que gastar muito combustível para subir e para descer, o meu custo por assento-quilômetro é maior. Então, esse repasse... Voltando aqui, se eu entro com um custo maior, eu tenho que cobrar mais. Não tem jeito! Essa fórmula não tem outra saída.

Esse é um número também de empresas aéreas domésticas na América do Norte. Então, os dados nos mostram que esse número que nós praticamos, que é de R$0,23 por assento-quilômetro, é a média que vem sendo praticada no mundo também.

Então, a realidade, em termos de custo por assento-quilômetro, está sendo praticada. O que ocorre é que, na aviação regional, eu tenho etapas médias mais curtas e tenho aeronaves menores, o que empurra meu custo para cima e, consequentemente, o preço também.

Em relação à infraestrutura, nós ficamos extremamente satisfeitos ao ouvir aqui o Leonardo, Secretário de Aeroportos, o Jordão, da Infraero, o próprio Catanant, porque, de fato, nossa preocupação, das empresas aéreas, é termos infraestrutura para voar. Na medida em que o mercado melhora, a economia melhora, as empresas aéreas estão dispostas a fazer grandes investimentos de oferta, mas o que tem sido – e há cinco anos era – o nosso problema, e temos certeza de que daqui a um, dois anos, vai voltar a ser nosso problema, é a limitação da infraestrutura. Nós temos vários aeroportos sendo concessionados, mas vejamos esse quadro final, que eu gostaria de resumir para terminar a minha fala: hoje no Brasil são 651 aeródromos públicos, e somente 448 têm pista de pouso de decolagem de asfalto ou concreto, que permitiria, então, a operação das nossas empresas. Só que se observa que somente 48 têm operações por instrumento e PCN, que é o pavimento, acima de 40. Então, só esses aeroportos é que estão, de fato, aptos a receber serviços de transporte aéreo de primeira qualidade, porque eles dão flexibilidade às empresas aéreas para ofertar aeronave e serviços da maneira mais adequada a cada segmento.

Nós ainda temos alguns aeroportos, cerca de 49, que têm PCN entre 20 e 40, que permitem aeronaves menores, mas aí lembrando: aeronave menor, preço maior. Não há como fechar a conta de outra forma porque a aeronave menor tem o custo por assento-quilômetro maior. Se compararmos, por exemplo, um turbo-hélice com jato, o turbo-hélice voa com metade da velocidade. Ele até pode gastar menos, só que, como ele voa muito menos, o custo por assento-quilômetro dele é maior. É uma coisa que não é tão intuitiva, mas é a realidade.

Então, de fato, hoje, o que as empresas aéreas gostariam é de ver esse plano avançar, de maneira que a infraestrutura esteja disponível, com liberdade tarifária para podermos ofertar o melhor serviço em todo o País.

É isso que nós queríamos trazer. Perdoe-me por ter ultrapassado um pouco o tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Obrigado ao senhor.

Eu gostaria de fazer uma pergunta, então, para o senhor. Pelo que eu percebi da sua fala, poderíamos entender da seguinte forma: nós temos interesse, estamos dispostos a ampliar o serviço, só não existe infraestrutura para oferecermos o serviço. Poderia ser entendido assim?

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Perfeitamente, Senador.

Se o senhor observar a economia do Brasil no início de 2013, o grande dilema da Abear – ela foi criada em agosto de 2012 – era: vai faltar piloto e vai faltar aeroporto, porque, naquele momento, a pujança econômica exigia uma resposta que o empresariado estava disposto a trazer. Obviamente, a captação, a busca de recursos, tudo isso estava sendo equacionado.

Nós tivemos uma redução econômica. A elasticidade de demanda do transporte aéreo é da ordem de três, então, isso significa que, a cada ponto percentual do PIB, você diminui pelo menos três vezes a demanda pelo transporte aéreo. Mas nós sabemos que isso é cíclico. Então, o setor está disposto a ofertar serviços em todo país à medida que a infraestrutura esteja disponível, assim como está preconizado na lei de criação da Anac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Passo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senador José Medeiros. Aproveito para parabenizar V. Exª pela oportunidade do tema desta audiência pública. V. Exª foi muito feliz, como sempre, muito bem antenado com o que se passa no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Quero cumprimentar os convidados que vieram aqui fazer as suas apresentações e dizer que hoje temos uma votação decisiva. Nós estamos no último dia de validade de uma medida provisória que altera certas regras relativas à aviação no País.

Nós temos muito mais dúvidas do que certezas em relação a esse tema, pelo menos esta Casa. Infelizmente, por uma questão de legislação, as medidas provisórias têm chegado ao Senado com três, quatro dias antes do prazo do vencimento. Então, é como muitos dizem: pegar ou largar. Ou votamos do jeito que está, da forma como foi aprovada na Câmara, ou derrubamos a medida provisória e voltamos à estaca zero. E é exatamente o que está acontecendo nesta questão. Há uma MP da Presidente Dilma que foi apresentada, começou com um trabalho da Comissão Mista de Medida Provisória, que passava de 20% para 49% a possibilidade de capital estrangeiro na aviação brasileira. Essa MP foi aprovada da forma como veio na Comissão Mista, mas em plenário, não sei se na semana passada ou retrasada, por uma emenda de um Deputado, passou de 49% para 100% a abertura de capital. E aqui chegou, para que nós pudéssemos votar até hoje.

Eu lamento já dizer que vou votar contrariamente à medida provisória. Que ela caia e que nós, em uma semana, se for o caso, em dez dias, pois temos condições de fazer isso, possamos votar em regime de urgência e que volte para a Câmara. Portanto, acredito que em 30 dias podemos solucionar a questão, voltando aos 49% de abertura de capital estrangeiro.

Eu quero até expor as minhas razões e ouvir de todos se nós estamos com a razão ou não.

Primeiro, é importante entender por que veio essa medida provisória. O Brasil é um dos países mais fechados no que se refere à oferta de ações com direito a voto, ao mercado, ao capital estrangeiro. Isso é verdade. Nós temos 20%; os Estados Unidos têm 25%; Canadá, México e outros têm 35%; e a maioria dos países europeus tem 49% de abertura ao capital estrangeiro.

Qual é o argumento favorável a que se fique em 49%? A informação que tive é que, a princípio, seria suficiente, primeiro, para injetar capital nas empresas que estão com dificuldade, algumas devendo. No total, no ano de 2015, parece que fechou em R$5 bilhões a dívida das empresas aéreas nacionais. Isso seria suficiente, num primeiro momento, para a abertura de financiamento, para baixar custo operacional? A princípio, poderia resultar na queda de tarifa e na vinda de novas tecnologias? Porque capital estrangeiro traz consigo também todos os avanços na área tecnológica.

Então, tudo isso foi colocado como um benefício da abertura de capital até 59%, o que me agrada. Eu não sou contra a vinda de capital estrangeiro para o País, acho que estamos precisando deles. O que me preocupa é passar de 49% significa termos o controle acionário na mão de estrangeiros.

Não sou contra, desde que se comprove que isso vai resolver o problema do País. E a medida provisória, do jeito que veio, não me comprova isso.

Primeiro, não conheço nenhuma grande potência que tenha 100% de capital estrangeiro no que se refere à aviação. Isso impacta, há alguma questão relacionada à defesa do espaço aéreo? É a pergunta que faço. Por que não abrir para ser 100%? Isso estaria relacionado a algumas informações, ao espaço aéreo, à questão do Ministério da Defesa? Se alguém da Infraero souber me informar, é só uma pergunta que faço. Sei que não estão aqui com as respostas, mas eu gostaria de ouvir a opinião.

Por que só Singapura, Índia, Colômbia e Bolívia têm 100% e a maioria do mercado europeu, americano e tudo mais, mesmo Rússia, tem no máximo 49%? E nós queremos passar já para 100%, sem nenhuma discussão mais ampla? Essa é uma pergunta que faço.

A segunda pergunta. Chegar a 100%, quer dizer, trazer novas empresas para o Brasil, além das que já existem, estaríamos aumentando a concorrência ou estaríamos, neste momento de crise, inviabilizando todas, inclusive as que estariam vindo?

Terceiro: essas empresas teriam condições, no momento em que nós estamos vivendo, nos próximos três anos, num momento de crise, de baixa da demanda – porque baixa da demanda não tem a ver só com tarifa, tem a ver com falta de dinheiro no bolso do trabalhador –, a falta da demanda, portanto, estaria impactando no sentido de conseguirmos trazer mais linhas regionais? Com a abertura de capital acima de 49% nós temos condições de assegurar, objetivamente, que não vai prejudicar as demais e pode haver até, no caso, como aconteceu no passado com Varig e Vasp, a possibilidade de quebra de alguma delas em função da concorrência não suportar porque não há tanta demanda? E, segundo, isso vai impactar no sentido de trazermos mais linhas aéreas regionais? Isso vai impactar no preço da tarifa? Nós temos condições de dizer isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

São as questões que eu tenho, de forma muito objetiva. Eu não estou preocupada em ficar com 20%. Vamos partir da seguinte tese: é 49% ou 100%. É em relação a esta dúvida: ficamos com 49% ou 100%? O que chegar a 100%, ou a 60% ou a 70%, vai impactar positivamente no preço da tarifa, mais linhas regionais e não vai causar nenhum problema em relação ao espaço aéreo nacional.

São essas perguntas.

E faço aqui uma última observação. Quando fui Prefeita do Município de Três Lagoas, minha cidade, como alguém aqui comentou, eu tive condições de construir, com recursos próprios e em parceria com a iniciativa privada, um aeroporto de porte médio na cidade – diga-se de passagem, belíssimo. Lembro-me de, logo no início do meu mandato, falei com a TAM, com a Gol, com a Azul, com a Avianca, que à época, há mais de dez anos, estava iniciando, e com a Passaredo. Com exceção da Passaredo, as portas foram fechadas. Eu sequer conseguia falar com o diretor relacionado à área. Imagina, um Município de oitenta e cinco mil habitantes, embora divisa com o Estado de São Paulo, querer uma linha aérea. Lembro-me de que, dois anos depois, a situação era a mesma. A única diferença era que, em dois ou três anos, nós tínhamos industrializado Três Lagoas a tal ponto de ela aparecer no mapa do País entre as quinze cidades mais dinâmicas do País. Ela nunca havia sido sequer cotada entre as duzentas, trezentas ou quinhentas.

E nós, por meio da industrialização, chegamos a um perfil de público que precisava, toda semana, voltar para o seu Estado de origem, como São Paulo e Rio de Janeiro. Eram administradores, gerentes, engenheiros, arquitetos, etc., 15 mil pessoas que nós levamos para lá, no pico da construção. Então, imaginem que, dessas pessoas, 1% precisava de assento no banco de uma aeronave.

Aí, mudou tudo. Eu tinha acabado de fechar com a Passaredo e, em um ano, a Azul – aliás, fomos muito maltratados por ela, diga-se de passagem – resolveu abrir uma linha aérea. Hoje, além de uma, nós temos duas linhas aéreas no Município de Três Lagoas, que fazem voos para Campinas e Guarulhos, com conexão para o Rio de Janeiro.

Então, eu trago esse exemplo porque vivenciei, durante três anos fui atrás. "Ah, não tem aeroporto." "Vou construir." "Ah, mas não tem dinheiro público." "Vou atrás da iniciativa privada." Nós conseguimos construir a infraestrutura necessária. Provavelmente, vamos conseguir até colocar a Receita Federal, para facilitar, em função das indústrias. Tudo foi oferecido. E elas só vieram não foi por conta de incentivo fiscal, não foi por conta de queda de ICMS do querosene, não foi por conta de absolutamente nada disso. Foi por conta de demanda.

Então, eu volto à questão da crise econômica e volto à questão de se abrir. Nós temos necessidade, neste momento, de entregar para o capital estrangeiro? Sem nenhum demérito em relação a isso, não sou contra, mas, neste momento, fazendo um comparativo de que o mundo não faz isso, a pergunta é: não poderíamos ficar com 49% e, a médio prazo, quem sabe, no final do ano ou no ano que vem, discutir essa questão para frente? Nós só temos dúvidas. Votar a medida provisória do jeito que está é muito difícil. Colocar a digital nessa abertura de 100%, eu fico preocupada.

Sei que a MP tem questões outras – peço desculpas pelo tempo, Presidente, mas estou aproveitando a sua audiência pública porque temos uma votação muito importante –, sei que tem a questão das tarifas e outras questões que podem ser facilmente resolvidas com um projeto de lei em regime de urgência que nós podemos inclusive aprovar na semana que vem no plenário, porque sei que não haveria problema com as Lideranças.

Então, são essas as perguntas que eu deixo. Perdoem-me a confusão do raciocínio, mas estou na Comissão do Impeachment, estou na CCJ e ainda tenho que passar pela Comissão de Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Simone, então, a senhora tinha a demanda de um Município de 85 mil habitantes, tinha toda a infraestrutura e não quiseram nem lhe atender. Foi isso?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Todos disseram a mesma coisa. Então, eu tenho que entender que, realmente, a razão é outra. O que eles alegavam era que não havia demanda. E o preço da tarifa para colocar, o custo operacional, o preço do querosene, etc., inviabilizaria para as pessoas que iriam comprar a passagem. Ao mesmo tempo, qualquer outra empresa internacional que viesse teria o mesmo problema, porque a legislação é uma só para todos, assim como o preço do querosene que vai ter que comprar aqui, que tem uma alta carga tributária, a crise com a falta de demanda... Então, eram essas as questões que me apresentaram na época.

O Município passou de 85 mil habitantes. Hoje tem mais de 120 mil e, provavelmente, chegará, em dois ou três anos, a 150 mil, porque, novamente, as duas maiores fábricas de celulose do mundo estão em fase da duplicação e, a partir de outubro, mais ou menos, nós teremos, no pico, de 24 a 25 mil novos homens chegando para trabalhar na cidade.

Mas a reposta era a sempre a mesma: "Não há demanda, o custo operacional é muito caro, porque não m problema da empresa, o problema é da legislação brasileira e da carga tributária, que é muito grande".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É exatamente esse o nosso desafio. Na verdade, vejo que, muitas vezes, não é bem assim, que não há demanda, que não há filé.

Por isso, foi importante a vinda da Senadora Simone aqui, porque ela serviu para fazer o contraponto. Tenho pensado de outra forma, e ela tem feito um debate muito ponderado, elogiável. Ela, na verdade, não é contra a abertura, como nos disse aqui muito claramente. Eu já sou um pouco mais radical, tenho pensado naquela linha de que dinheiro não tem pátria, de que a gente tem de buscar isso. Não tenho dúvida de que, se tivéssemos concorrência, na cidade de Três Lagoas, que é uma das cidades mais importantes do Centro-Oeste brasileiro, com certeza, haveria alguma empresa aérea interessada em prestar serviço lá. Digo isso, porque minha cidade de Rondonópolis tem 212 mil habitantes, e quase temos de usar fórceps para conseguirmos manter uma linha lá. Vão lá, e, toda vez em que a gente chega lá, o terminal está lotado de passageiros. Quantas vezes a gente vê passageiros ficarem esperando, simplesmente por que é um mercado menor! Não é que não haja demanda no interior do Brasil. Até há demanda.

Eu sempre digo que, tanto em linhas rodoviárias quanto em linhas aéreas, não é assim: você chega e já colhe. Vejo muito plantador de alface. É óbvio que o querosene é caro, mas a gente tem de buscar, via subsídio ou via outros desafios ou concorrências ou seja lá o que for, desenvolver o Brasil. Antigamente, dizia-se: o desenvolvimento não chega aonde não há estrada. Hoje, digo que o desenvolvimento não chega aonde não há aviação, aonde não há comunicação, e por aí vai.

Tenho só uma pergunta a fazer. Logo em seguida, já passo a palavra para o Senador Wellington. Vou falar sobre o Estado de Mato Grosso.

Dos três aeródromos mato-grossenses contemplados no Programa de Aviação Regional, nove estão em fase de elaboração de anteprojeto, etapa que antecede a licitação das obras: os de Alta Floresta, de Barra do Garças, de Cáceres, de Juara, de Rondonópolis, de São Félix do Araguaia, de Sinop, de Tangará da Serra e de Vila Rica. Enquanto isso, os de Juína, de Matupá e de Pontes e Lacerda estão com a análise de estudos preliminares concluída. Em fase mais inicial, o de Lucas do Rio Verde tem estudos de viabilidade técnica em análise. Mas, para um programa iniciado em dezembro de 2012, parece-nos muito lento todo esse processo, não tendo chegado à fase de licitação em nenhuma cidade do Estado de Mato Grosso. Pelas informações que colhemos, o cenário se repete nos demais Estados brasileiros. O que podemos esperar ser realizado de forma diferente a partir de agora, para que haja maior celeridade e compromisso com a aviação regional? Essa é a pergunta que deixo, justamente porque essa é uma demanda.

Também estamos sendo acompanhados pelo Portal e-Cidadania. Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina, não fez pergunta, mas disse o seguinte: "Aqui, em Santa Catarina, a parte rodoviária não funciona, quanto mais a aviação nestes aeroportos daqui, que são verdadeiros monumentos 'tutancamômicos'!" Essa é a ponderação da Anna Flavia.

Anna Flavia, fica registrado. O Portal e-Cidadania está aberto. Muito obrigado pela participação.

Passo a palavra para o Senador Wellington.

Quando vocês forem respondem, já respondem aos três Senadores.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpa, Presidente, mas, com todo o respeito e carinho ao Senador Wellington, quero dizer que um projeto sobre a violência contra a mulher está sendo discutido neste momento na CCJ e que há a Comissão do Impeachment. Se ele puder falar bem objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O.k.!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu me comprometo a ficar aqui para ouvir as considerações do Senador Wellington. Só não vou conseguir ouvir as respostas que serão dadas a ele.

Mas, se ele pudesse responder objetivamente, dizendo "sim" ou "não", às três perguntas que fiz, vou escutar, com muito carinho, o Senador Wellington. Mas vou ter de me ausentar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O.k.! Creio que o Senador Wellington...

Então, passo a palavra ao Dr. Ricardo, da Anac.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não se nega nunca um pedido de uma mulher, ainda mais uma mulher como a Senadora, que é competente. Cada dia mais, a Senadora Simone tem aqui mostrado sua capacidade, sua experiência.

Ontem mesmo, eu conversava com o Senador e falei: "Mas, para quem tem um pai como ela teve, já facilita muito." Mas é claro que ela teve competência e preparo e tem demonstrado isso não só no plenário como também na Comissão do Impeachment, como advogada, com sua formação, com a experiência de ter sido e-Prefeita, ou melhor, de ter sido Prefeita e de ter transformado a sua bela Três Lagoas. Vejo que ela fala dis-com tanto orgulho! Eu fui lá e pude ver realmente essa transformação que foi feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Wellington. É muito bom trabalhar numa Casa onde só há cavalheiros. Muito obrigada.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Exma Srª Senadora Tebet, agradeço-lhe pelas considerações. Acredito que seja uma excelente oportunidade de fazermos este debate, às vésperas da votação da MP. É sempre muito proveitoso fazer esta discussão aqui, nesta Casa. Então, agradeço-lhe pelas considerações e pelos questionamentos.

Com relação ao tempo, à tempestividade da MP, eu também faço as mesmas considerações, mas aí são questões políticas.

Sobre o ponto de vista de que eu poderia trazer alguma luz para este debate, eu dizia, agora há pouco, na minha fala, mais cedo, que me parece que, quanto à questão da abertura para o capital estrangeiro não no Brasil mas em caráter mundial, não se diz se isso vai acontecer ou não. É uma questão de tempo. Quando? Isso se dará agora, em cinco anos, em 50 anos? Digo isso por conta dos debates que vêm sendo travados no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional, na qual a Anac representa o Brasil. Já há inúmeros estudos e discussões que apontam para esse caminho. Parece-me que é uma questão irrefreável, portanto. Ela vai acontecer. A questão é se o Brasil vai dar esse passo agora. Espero que, em alguns minutos, eu consiga convencê-la de que nós estamos diante de uma boa oportunidade.

Historicamente, de onde vem essa questão das limitações? No pós-guerra, quando as grandes aeronaves usadas em guerra começaram a ser utilizadas para o transporte de passageiros – foi assim que nasceu a aviação regular –, havia um grande interesse de todas as nações, de todos os países, de terem suas empresas de bandeira, para que elas estivessem engajadas no transporte aéreo internacional. Então, era uma questão mesmo de soberania garantir que cada país pudesse fazer uso disso e pudesse estar conectado, ligado ao restante do mundo. Havia, inclusive, uma grande questão de estratégia e, inclusive, de defesa: a de que essas mesmas aeronaves que vinham sendo usadas no pós-guerra e que passaram a transportar passageiros, cargas e mala postal, em uma nova situação de guerra, pudessem ser mobilizadas para o transporte de tropas.

O mundo evoluiu. Essa discussão é datada. Portanto, há décadas, essas legislações protetivas e restritivas com relação à participação de estrangeiros nas legislações nacionais de todos os países do mundo são, portanto, bastante antiquadas. Todos os países, hoje, discutem isso. V. Exª mencionou os Estados Unidos e os países da Europa. De fato, eles têm legislações bastante restritivas, mas, já em 2008 e em 2009, há registros de que os órgãos de governo enfrentaram a mesmíssima discussão que estamos enfrentando aqui sobre a possibilidade de flexibilização do capital estrangeiro, por motivos que, inclusive, estamos enfrentando aqui, como o entendimento de que isso poderia vulnerar os interesses e a soberania do País, como a questão dos trabalhadores que seriam demitidos em prol de trabalhadores mais baratos e tudo mais.

Essa mesma discussão aconteceu lá, e isso acabou não acontecendo.

Na União Europeia, neste exato momento, já existe uma diretiva formal determinando que a Comissão Europeia estude essa mesma flexibilização, para permitir investimentos estrangeiros nas empresas aéreas europeias. Outros países – V. Exª mencionou a Índia, que acaba de elevar a 100% – de dimensões continentais como o Brasil e de características semelhantes: a Austrália também permite investimento a 100%, a Nova Zelândia, Singapura, Chile. E os resultados que têm sido vistos nesses países que já fizeram a abertura são dignos de nota.

Então é uma questão histórica, no meu entendimento. Nesse período, ao largo dessas décadas, a aviação no mundo veio sofrendo uma série de mudanças no seu marco legal, regulatório que cada país aplicou.

Nós nos miramos, e o mundo se mirou muito na desregulamentação do mercado americano, que aconteceu na década de 1970. Eles tinham uma série de travas para o mercado de aviação regional doméstico do País. Essas travas foram retiradas no chamado Deregulation Act, e o que se viu foi o crescimento exponencial da aviação, mais e mais passageiros sendo transportados a menores preços, e a aviação deles hoje é o que é por conta disso. E a nossa aviação também veio nessa esteira.

Então, com a desregulamentação, a liberdade tarifária, a liberdade de oferta a partir de 2001, consagradas com a lei de criação da Anac em 2005, os gráficos aqui – a Abear trouxe inclusive todos os números –, passamos de 30 milhões de passageiros transportados por ano para mais de 100 milhões, 117 milhões, se não estou enganado, é o último número de 2015, a uma tarifa média praticada, já corrigida pela inflação, de seiscentos e poucos reais em 2002, hoje nós temos tarifa média de R$230,00. Eu não tenho ainda os números fechados de 2015, mas também estão nesse patamar.

Então o que observamos é que houve uma escalada de flexibilização e a retirada dessa série de amarras sobre o transporte aéreo, e o setor vem mais e mais correspondendo e crescendo a olhos vistos. É claro que nesse último período mais recente, o que temos visto é um movimento infelizmente de retirada de algumas [illegible]quências de voos, com o risco inclusive de desabastecimento de algumas cidades. Algumas cidades hoje no [illegible]s estão arriscadas, se esta crise se prolongar, a perder infelizmente a ligação pelo modal aéreo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, por que eu julgo que é um momento excelente de esta Casa debater e eventualmente, na minha humilde opinião, aprovar o fim dessa limitação, Senadora? Porque nos parece que isso trará não só incentivos financeiros, o acesso ao mercado globalizado de capitais. Como eu dizia mais cedo também, os grandes fundos de investimentos, já não se sabe, não se pode dizer o que têm, quais são os nacionais que estão ali por trás.

E a Anac, toda vez que tem que analisar uma fusão, uma aquisição, uma compra, um aporte de capitais em qualquer empresa do País, é uma análise que pode levar meses – inclusive a da TAM levou meses –, porque nós vamos à pessoa física que está por trás de cada uma das empresas de um grande conglomerado de empresas, como é o caso. Isso inclusive nos traz um grande ônus administrativo e muita burocracia, que emperra a entrada do capital. Os estrangeiros eventualmente só fazem o aporte depois que a Anac dá o o.k. E esse o.k. pode levar meses. Então esse é mais um custo, além da questão do custo financeiro.

Então, no grande mercado de capitais, que é globalizado, é difícil, se não impossível, saber, ainda mais nas empresas que têm *free float* de ações em bolsas de valores, quais são as pessoas que estão comprando ou vendendo ações ali, se são nacionais, se são estrangeiras. Isso se reflete em quê?

As empresas hoje estão impedidas de migrar para o novo mercado acionário, onde só há ações ordinárias, não mais preferenciais, sem direito a voto. A Gol é uma empresa que tem capital aberto, hoje, no País. Então, ela está impedida de migrar para esse novo mercado, que traria melhores regras de governança e transparência para os seus investidores. Isso não pode acontecer em função dessa limitação.

Recapitulando, tratar-se-ia não só do socorro, portanto, às empresas que atuam hoje no País, mas também da possibilidade de trazer novas empresas, novos *players* para o nosso País. Nós chegamos a 117 milhões de passageiros num País de mais de 200 milhões de habitantes. Isso pode parecer um bom número, mas nós não achamos. A taxa de penetração, que é o número de CPFs que efetivamente voam no País, ainda é muito baixa. Nós estamos mal nesse *ranking*, nós somos o terceiro maior mercado de aviação doméstica do mundo e o nosso índice de penetração ainda é muito baixo.

Quais são as conclusões disso? É um País que tem pouca densidade rodoviária, as distâncias são muito grandes, nós temos pouca ligação ferroviária e, portanto, o País depende do modal aéreo. Nós acreditamos que esse número pode se multiplicar ainda mais, o número de passageiros transportados e o número de empresas.

V. Exª reclamou há pouco, fez menção ao problema de uma cidade que não tinha transporte aéreo, que vinha sendo mal entendida. Na nossa visão, o melhor remédio para isso é a contestabilidade do mercado. O mercado tem de ser aberto, tem de permitir que novas empresas venham a se constituir com o capital nacional, com o capital estrangeiro, para concorrer com as empresas estabelecidas. Esse é o melhor remédio de todos, em nossa opinião.

Então, tentando abordar os aspectos que V. Exª mencionou, o Brasil é um dos mais fechados. Sim, por razões históricas, todos os países colocaram os mesmos índices, de 20, 25%. Agora queremos ir para 49%. Quarenta e nove, parece-me, é a mesma solução de 20%. Quem aqui vai injetar milhões em empresas eventualmente já deficitárias – os números são muito ruins, nos últimos anos já se chega a um déficit de mais de R$10 bilhões – sem ter efetivamente o controle? Quem investiria, portanto, bilhões para não ter o controle, não ter o poder de mando ou poder de influir nos negócios da companhia? Isso já seria um impeditivo porque o Brasil é um dos países mais fechados, efetivamente, não só na questão da aviação, mas em outros mercados também. Eu acho que é uma boa medida para nos inserirmos nesse mercado global.

Quanto à defesa do espaço aéreo, como mencionei, historicamente, essa limitação visava inclusive a mobilização de aeronaves para períodos de guerra, para transportar material bélico e tropas. Hoje, a maioria, se não todas as aeronaves utilizadas pelas empresas brasileiras, com 80% do capital brasileiro, são todas estrangeiras, são todas "leasadas".

Então, numa hipótese absurda como essa, que esperamos que nunca aconteça, de um evento belicoso, essas aeronaves seriam retiradas por tratados, inclusive, que o País já assinou. Então, eventualmente, elas nem seriam utilizadas para esse fim. Não há, de fato, nenhuma preocupação, nós não tivemos nenhum *input,* nenhum reporte dessa natureza em todas as discussões que já tivemos, com os órgãos militares, inclusive, de um possível prejuízo nesse sentido. Então, acho que essa questão também está apaziguada. V. Exª mencionou Singapura, Índia, Colômbia, e eu menciono Nova Zelândia, Austrália. A Índia, recentemente, abriu a 100%. Esse me parece de fato uma tendência. Eu trouxe até uma listinha, imaginava que essa discussão fosse surgir, Senadora...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se você me permite, o Senador também tem outros compromissos. Eu acho que não me fiz entender. Primeiro, agradeço, porque traz muitas informações valiosas, que nós não temos.

Agradeço a explanação de V. Sª, mas, de forma muito objetiva, quero contextualizar, porque, aqui, é uma ia política, temos que contextualizar. Somos nós que vamos colocar a digital, antes de qualquer país do mun- considerado grande potência, o próprio mercado europeu ou americano, nos 49 ou 100%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Todos aqui já temos, acho que é pacificado, 49% passaria talvez até, por unanimidade, nesta Casa, acredito que não haveria problema. Passar de 49, tem, sim, a questão do controle acionário. Sei que, por trás da Latam, não sei quem está controlando, se é a empresa brasileira ou se é a empresa chilena, e não estou preocupada com isso, não é essa a preocupação. É alguém que vivenciou, na prática, e antes de dar um salto para esse que pode ser o abismo, ou pode ser o paraíso, antes disso, e esta é uma Casa política, se não vou ter prejuízo, e, neste momento, votar 49 para discutir, a médio prazo, se devemos avançar ou não, não tendo no mundo exemplos que me comprovem que o ideal seria 100% e tentando entender a causa disso tudo, que, a meu ver, não é a abertura ao capital estrangeiro que vai solucionar na sua integralidade o problema da aviação.

Se fosse isso, um tempo atrás, nós, não eu, mas o Congresso Nacional alterou o conceito de empresa nacional, e não fez diferença, fez pouca diferença para vários setores. Alguns, claro, basta ter sede no Brasil e ter aí toda a documentação e obedecer à legislação brasileira que você é considerada, hoje, uma empresa nacional. Então, não é a questão de chegar a 60, 70 ou 100%, ou 51%, que, a meu ver, vai solucionar o problema da aviação regional.

Então, a minha pergunta é, de forma objetiva, passar de 49 para 100% vai diminuir a tarifa, vai levar voos regionais? Não sei se alguém aqui, não só aqui, como no Brasil, pode, neste momento de crise, onde há um problema maior de causa, que é carga tributária, onde há um problema maior de causa, que é o ICMS no querosene, que tenho a questão de custo operacional.

Mesmo que a empresa que venha, mesmo que tenha alguma tecnologia mais avançada, vai ter que trabalhar com a legislação brasileira, que é burocrática – V. Sª mesmo disse que vai para a Anac e leva anos – que tem alta carga tributária, que não consegue controlar, apesar de ter o pré-sal, baixar o preço da gasolina, consequentemente, do querosene para as linhas aéreas. Quer dizer, diante da falta de demanda, não seria nem no sentido de falta de demanda em Mato Grosso, mas estou aqui para dizer que tem. Posso ir a qualquer linha aérea brasileira ou internacional, dizer: vão investir em Mato Grosso do Sul, vão levar linhas aéreas para Mato Grosso. Não é essa a questão. Dentro do contexto que temos de legislação brasileira, posso até trazer a American Airlines para o Brasil, mas duvido que ela vá fazer a rota Três Lagoas-Campo Grande, porque, quando ela colocar o preço com a carga tributária e o ônus que ela tem, ela vai colocar um preço incompatível para o cidadão sair de Três Lagoas e ir a Campo Grande de avião, ou sair de Rondonópolis, ou Sorriso, ou qualquer cidade pujante de Mato Grosso, terra do Senador Wellington, nas condições...

Então, a questão é atacar a causa do problema, e a causa não está só na abertura do capital estrangeiro. Acho que temos que abrir a 49%, e, aí, atacar a causa, que está no controle do filé-mignon de Congonhas, de Guarulhos, às vezes, até de Campinas agora.

Então, são essas causas que precisam ser resolvidas. Objetivamente, abrir a 100% nessa bagunça generalizada em que se encontra este sistema nacional, tenho as minhas dúvidas, confesso, que, na dúvida, não avanço o sinal.

Eu voto pelo 49% hoje, mas eu não voto para os 100%.

Então, objetivamente, V. Sª tem condições de me atestar que, abrindo os 100%, vamos baixar a tarifa? Que, abrindo os 100%, vamos conseguir levar a linha aérea para Mato Grosso, para o interior do Estado, Senador Wellington?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, eu também vou aguardar o Presidente, mas quero aqui colocar que vocês poderão responder, até porque tudo aqui está sendo gravado. A nossa assessoria está trabalhando. E eu quero aqui comunicar, então, que essa questão da... Nós elegemos aqui na Comissão a política pública a ser avaliada exatamente como o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. E eu gostaria inclusive de contar com a parceria, com todos que aqui estão, para sugerir à Comissão que a gente possa desenvolver tudo isso dentro da nossa política pública a ser proposta e votada ainda na Comissão.

Eu quero ainda colocar que, aqui principalmente ao João Márcio, o aeroporto de Cuiabá, Senadora Simone, infelizmente, é, segundo a pesquisa do próprio Governo, da Infraero, o pior aeroporto em serviço do Brasil. Nós tivemos a Copa do Mundo, as obras... Aliás, antes da Copa do Mundo, é um aeroporto que está em obras há mais de 14 anos. Infelizmente, o que aconteceu? Passou a Copa do Mundo, e o aeroporto ainda continua nessa situação. É um convênio com o Governo do Estado.

E eu gostaria de indagar aqui ao Dr. João: como está o cronograma a ser feito, pelo menos para melhorar esse atendimento? Eu tenho defendido a concessão. Já está. Já promovi isso. E o projeto de concessão do aeroporto já está, então, em trâmite. Já foi aprovado. Aqui o Secretário de Aeroportos também, inclusive como nico... Foram várias audiências em que estivemos. Mas eu gostaria, inclusive, que isso fosse abordado até ui por aqueles que entendessem que devessem abordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu fiquei aqui muito impressionado com esse gráfico em que, de todas as cidades apresentadas aqui do mundo, o preço do combustível de Cuiabá, Senadora Simone, é o maior do Brasil. Infelizmente, dada a carga tributária. Aqui o Dr. Victor pode depois reforçar isso. O primeiro é Cuiabá. O segundo, Manaus. Terceiro, Recife. Aí vêm Luanda, Guarulhos. Então, é uma explicação que eu gostaria aqui que V. Sª sugerisse. O que nós podemos fazer? Temos de cobrar do Governo do Estado? Quais são as alternativas que vocês, como associação, sugerem para que a gente possa levar para a Assembleia Legislativa, para o Governo do Estado? O que pode ser feito?

Porque temos lá no Estado um programa de incentivo para importação de aviões. Mas também só isso.... Principalmente para a aviação regional e nacional, eu acredito que isso pouco vocês utilizam.

Então, são essas as indagações.

O Presidente está chegando.

Vocês podem dar prioridade de resposta à Senadora Simone. As minhas, não há problema, ficarão aí nos *Anais*.

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pode. Aqui, na sequência, eu não sei se... Porque ele já estava aqui na ponta.

Pode, pode ser.

Se a senhora preferir a sequência aqui...

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Não. Eu gostaria de colocar para a Senadora que a Abear já manifestou mais de uma vez a sua posição em relação à questão do capital estrangeiro, mas é só para contextualizar a importância do capital estrangeiro para qualquer empresa aérea

E isso implica a aviação regional também, obviamente. Uma empresa aérea que tem uma frota de dez aeronaves pequenas tem que negociar seguro e *leasing* de aeronaves com empresas estrangeiras. Então, nessa negociação entre empresas privadas, uma empresa pequena, regional, com dez aeronaves, que vai negociar seu seguro e seu *leasing* é totalmente diferente de uma empresa que tem como sócio uma empresa que tem 500 aeronaves. Eu falo isso de cátedra, porque fui diretor da Trip Linhas Aéreas e, quando a Trip aceitou a SkyWest no seu capital, a Trip tinha 15 aeronaves, e a SkyWest tinha 500 aeronaves. O valor do *spread*, do seguro e do *leasing* caiu significativamente, simplesmente porque agora nós tínhamos um sócio estrangeiro que negociava com esses *players* internacionais de uma maneira diferenciada. Então, o capital estrangeiro faz diferença, sim, para as empresas aéreas, de uma forma geral, e para a empresa regional, em particular.

Como eu falava na nossa fala anterior, a aviação regional não é, necessariamente, avião pequeno e não é, necessariamente, empresa pequena. As nossas empresas da associação estão prontas a aumentar a sua oferta na medida em que a demanda exista, como a senhora bem colocou, e na medida em que a infraestrutura esteja adequada. Daí o nosso, digamos, incentivo de que esse Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, realmente, valorize e amplie a infraestrutura. De maneira que hoje se trabalha, normalmente, com famílias de aeronaves. Então, as empresas procuram ter uma família de aeronaves de tamanhos diferenciados de maneira que, dependendo da sazonalidade, possa utilizar de uma forma ou de outra.

Então, acreditamos que, sim, o capital estrangeiro é importante para a continuidade das empresas aéreas.

Em relação ao preço do combustível, que o Senador Wellington perguntou, o que acontece é que o preço do combustível de aviação tem pelo menos quatro componentes importantes: primeiro, é a formação do preço pela Petrobras, que já é mais alto do que no exterior; segundo, é o ICMS de combustível, que tem uma grande diferença em relação aos Estados. Mas existem dois outros custos: um é o chamado diferencial tarifário, que as empresas distribuidoras de combustível cobram – o Estado do Mato Grosso não tem nenhuma refinaria no seu Estado; então, levar o combustível até o Estado do Mato Grosso é oneroso –; e, por outro lado, finalmente, o adicional tarifário, que é o *concession fee*, que o próprio aeroporto cobra para a empresa poder reabastecer lá dentro. Então, esses quatro componentes fazem muita diferença. É por isso que eu dizia: cada centavo de dólar no galão implica milhões, por conta do impacto que tem na aviação.

Então, eram essas as minhas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu agradeço.

Se alguém mais quiser se pronunciar a respeito das perguntas formuladas, especialmente as do Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, por favor, fique à vontade. (*Pausa.*)

Por favor, Dr. João. Fique à vontade. Queremos ouvi-los.

O SR. JOÃO MÁRCIO JORDÃO – Só respondendo ao questionamento do Senador Wellington sobre o aeroporto de Cuiabá, o aeroporto – é verdade – está em obra há muito tempo.

Agora, o Senador mencionou, aliás, muito bem mencionado, esse é um contrato que foi feito diretamente pelo governo local. A Infraero fez um convênio, na verdade, com o Governo, para que ela somente fizesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o repasse de recursos, mas isso não nos exime de responsabilidade nenhuma, porque somos o administrador desse aeroporto.

Então, nós fizemos algumas entregas, como o desembarque, algumas áreas feitas para a Copa do Mundo, não tivemos problema nenhum de operação na Copa do Mundo, mas realmente não é um aeroporto que nós podemos dizer que está totalmente adequado.

Nós tivemos uma reunião de Diretoria essa semana, inclusive, na Infraero, por sermos o administrador e não termos a gestão da obra. Abrindo um parêntese aqui, talvez, essa é uma forma, foi o único contrato que fizemos, na verdade, dessa forma, um convênio, e julgamos que não seja o melhor. Então, não fizemos mais nenhum dentro da Infraero por não termos a gestão direta da obra, somente o repasse de recursos.

Mas nós fizemos uma reunião de Diretoria, chamamos a empresa responsável pelas obras e na próxima semana, aliás, tem um compromisso meu de estar presente lá, neste aeroporto, no Estado, para que a gente faça a entrega das áreas do embarque doméstico e internacional.

O desembarque e o estacionamento já foram entregues e vamos fazer, então, a entrega, agora, já, inclusive com o funcionamento das duas pontes lá já instaladas.

Então, nessa semana, vamos fazer a abertura e deixar realmente, entregar ao povo cuiabano o aeroporto da forma que eles mereciam já há muito tempo ter.

Esse contrato com a empresa, diretamente com o Governo, a empresa se chama Engeglobal, e o contrato para que entregue na sua totalidade as obras é de 100%, será em dezembro, agora, de 2016.

Não houve, não tem, nós não temos restrição para esta obra aqui, restrição orçamentária, está garantida. Então, nós estamos fazendo gestão direta junto ao Governo.

Houve lá uma paralisação de obras, não por questões de recursos, mas porque houve a troca de governo, e esse contrato acabou sendo feito, a sua verificação, pelo TCE, pelo Tribunal de Contas do Estado. Mas ele já retomou o curso normal e, sendo mais uma vez repetitivo aqui, nessa próxima semana, é um compromisso da Infraero, fazer a entrega do embarque doméstico e internacional desse aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bem, eu gostaria de dar um minuto para as considerações finais de cada um.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu vou fazer uso desse tempo para tentar responder um questionamento que a Senadora Tebet deixou sobre a questão de abrir capital a 100%, se levaria a mudanças fundamentais, atendimento a novas rotas por parte de empresas estrangeiras ou de empresas nacionais que se capitalizassem acima de 49%.

Eu acho que essa discussão é uma outra discussão paralela, que, inclusive, está sendo muito bem endereçada na questão da ampliação da infraestrutura portuária, do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, que visa retirar, como a gente disse aqui, os gargalos para que a aviação, hoje, tal como estabelecida, com a trava de 20%, já encontra dificuldades para acesso e desenvolvimento nesses mercados, e a situação financeira piora essa questão.

Então, parece-me que são debates que a gente tem que tentar separar. Eu, particularmente, não tenho dúvidas de que a abertura a 100% é desejada e viria em socorro, inclusive, do setor, agora, em função da crise. Maior abertura, maior globalização das empresas, inserção no cenário internacional – hoje, elas usam, inclusive, as alianças: a Star Airlines e todas as outras ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – A Oneworld, como V. Exª bem menciona. Elas usam isso para conseguir burlar, de alguma forma, esses ajustes societários que elas fariam se não houvesse essas restrições por parte dos países. Então, há estudos que apontam para um movimento global de fusões, de consolidações de grandes grupos empresariais, que protegeria as empresas em momentos de crise, que são cíclicos.

Então, hoje, por exemplo, no Brasil, nós temos uma crise econômica pontual – que esperamos que seja pontual e que passe o quanto antes. Mas, se as empresas, hoje, fossem inseridas no mercado global, se fossem mais internacionalizadas, digamos, elas estariam mais protegidas, pelo fator que o Victor acaba de mencionar. Na questão de alocação de aeronaves, as empresas poderiam devolver aeronaves a um custo menor do que elas estão tendo agora.

Então, acredito que, sim, é uma medida boa para o momento. E a longo prazo, eu não tenho dúvidas disto: parece-me um movimento irrefreável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O que acha ...r. Victor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Senador, a Abear gostaria, realmente, de agradecer esta oportunidade. E nós estamos totalmente à disposição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para essa definição da política pública de aviação regional.

Insistimos que aviação regional não é necessariamente haver uma pequena empresa. As nossas associadas estão prontas para fazer os investimentos na aviação regional. E, como já disse há pouco, o capital estrangeiro faz, sim, diferença, na medida em que são investimentos privados que necessitam de poder de compra e de negociação em nível global, para buscar e trazer a melhor tecnologia que está à disposição.

Então, gostaríamos, mais uma vez, de agradecer esta oportunidade. E nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, a Abear, necessariamente, não está contra a entrada de capital estrangeiro, pelo o que eu entendi.

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O.k.

Passo a palavra ao Dr. João.

O SR. JOÃO MÁRCIO JORDÃO – Senador, a Infraero também agradece a oportunidade de estar aqui participando.

Ficou muito bem-dito para nós, aqui, também, o convite do Senador Wellington para que nós pudéssemos contribuir, dada a nossa experiência de operadores, na melhoria das operações dos aeroportos em nosso País.

E, mais uma vez, eu gostaria que o Senador, aproveitando a oportunidade, pudesse estar, hoje – eu sei que V. Exª estará lá –, nessa aprovação da Medida Provisória nº 714, que, de fato, é muito importante em alguns itens. Inclusive para a Infraero, pois, com certeza, não necessitaríamos somente de dinheiro do Governo para fazer investimentos em nossos aeroportos, mas nós poderíamos fazer os investimentos com os recursos próprios. E isso é muito importante para que a gente possa, de fato, melhorar a operação nos nossos aeroportos, o que já temos feito. Tanto é verdade que, nas duas últimas pesquisas da SAC, mesmo vindo aqui as novas concessões que nos trouxeram uma experiência diferente, nós estivemos à frente, nos aeroportos de Curitiba e de Recife. De fato, a concorrência também nos trouxe isso. E a fiscalização que a própria agência vem fazendo sobre todos os entes acabou trazendo, de certa forma, uma melhoria muito grande para nós, melhorando a experiência do passageiro.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

A Infraero se coloca à disposição desta Casa, para essas e outras discussões a respeito do setor.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado. Nós que agradecemos, Dr. João.

Passamos a palavra para o Dr. Leonardo, para fazer suas considerações.

O SR. LEONARDO VICTOR DANTAS DA CRUZ – Obrigado, Senador.

Eu queria, antes, só responder a um questionamento do senhor a respeito do Plano de Aviação Regional.

Ele, realmente, foi lançado em dezembro, no dia 22... No dia 20 de dezembro, mais ou menos, de 2012. Houve seu contrato com o Banco do Brasil, assinado apenas em agosto, e a contratação da empresa projetista, em virtude dos trâmites de licitações, ocorreu apenas no começo de 2014.

Então, efetivamente, a execução do Plano começou em 2014. Aí, conforme havia me referido, nós começamos todos os ensaios, os andamentos dos projetos.

Hoje, temos 243 EVTs executados, 190 EPs, além do licenciamento ambiental, dos levantamentos topográficos que fizemos. Então, estamos chegando à fase final, para ter essa licitação.

O senhor me perguntou quais as perspectivas agora, para este ano, para esse novo Governo que se inicia. Eu digo ao senhor que, efetivamente, neste ano de 2016, nós teremos, sem sombra de dúvidas, projetos prontos, para fazer a licitação das obras.

O que nos vai ficar faltando – aí peço encarecidamente a ajuda dos senhores, desta Casa – é o descontingenciamento dos recursos do FNAC, para que possamos dar início, então, a essas licitações.

Cerca de 30 anteprojetos com licenciamento nós teremos até o final do ano.

Quero agradecer a oportunidade que nos foi dada de a aviação civil estar aqui presente, para debater esse importante tema para todo o povo brasileiro.

Queremos nos colocar à disposição desta Comissão para debater, para os encaminhamentos de política pública que devem ser norteados por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu agradeço.

Fiz questão de fazer essa pergunta, embora pareça ela uma pergunta paroquiana. Mas eu a acho bem blemática em termos de aviação regional. Por quê? Eu citei aqui estes Municípios: Alta Floresta, Barra do ças, Cáceres, Juara, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop, Vila Rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Só para quem nos assiste ter uma ideia, Vila Rica fica lá na divisa do Pará. Da região sul de Mato Grosso até lá são quase dois mil quilômetros. Então, estamos falando de uma distância que, se fosse na Europa, atravessaria vários países. Para o sujeito sair de carro de Rondonópolis, por exemplo, a Vila Rica, é uma boa toada, como diz o nordestino.

Aí se pega, por exemplo, o trecho de Alta Floresta a Barra do Garça. Barra do Garças fica a 400 quilômetros de Cuiabá. E para chegar a Alta Floresta, então?

É de suma importância para o Estado e para o desenvolvimento do País esse plano de aviação. É importante que ele saia do papel. E aqui estamos prontos – o Parlamento – para ajudá-lo a sair, porque ele passa pelo desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

"Bem, Medeiros, você é de Mato Grosso, então deve estar puxando sua sardinha para Mato Grosso". Não, mas é que Mato Grosso hoje contribui com em torno de 1/4 da balança comercial brasileira, sustentada por aquela locomotiva chamada agronegócio.

Acontece que para as regiões se desenvolverem nós precisamos levar investidores para lá. Um investidor não vai passar um dia inteiro dentro de um carro numa rodovia, porque Mato Grosso tem praticamente só um corredor, só uma rodovia. E como o escoamento todo dessa produção é feito em cima da rodovia, em determinados momentos você gasta seis horas para andar duzentos quilômetros. Como? Carretas, carretas e mais carretas. É o escoamento de toda a produção ali.

Então, não tem como o desenvolvimento chegar a esse interior do Brasil e não tem como o Brasil também produzir mais por causa desses gargalos. É o gargalo da infraestrutura que impacta. E está tudo interligado. Não tem como a gente de repente falar: olha, não tem ligação. Tem.

E nossos produtos lá competem com uma infraestrutura. Por exemplo, nosso principal competidor: Estados Unidos, que tem um sistema hidroviário, ferroviário mais desenvolvido e que competem entre si. Eles são estruturados e competem entre si. Então nós, por exemplo, lá, conseguimos, através da Embrapa, uma produtividade bem maior em relação aos outros países. Mas, por incrível que pareça, o nosso produto chega ao mercado consumidor perdendo metade, 50%, devido à questão frete.

Só para vocês terem uma ideia, o Senador Dário Berger que estava aqui está reclamando muito que o milho que é produzido em Sorriso no Mato Grosso chega a Santa Catarina com o dobro do preço. Isso é uma realidade. Por exemplo, o milho que sai de lá, para ir ao Porto de Paranaguá, o sujeito gasta uma outra carreta de milho para poder levar uma ao porto.

Então temos esses gargalos. Estou citando aqui a questão de infraestrutura terrestre para citar que nós temos esses desafios que precisam muito da questão da aviação regional para se desenvolver.

Eu falei de Mato Grosso, mas aí você pega Pará é a mesma situação, Rondônia e todos os outros. Então, o desafio é gigantesco, por isso a importância dessa discussão aqui, que também se confundiu hoje com o debate que vai ali para aquele projeto da medida provisória que é o debate da abertura a capital estrangeiro para investimento aqui no Brasil nas teles.

No mais, é só agradecer a todos que nos assistiram pela TV Senado, que nos ouviram pela Rádio Senado, pelas redes sociais, pelo Portal e-Cidadania. E agradecer aqui ao Dr. Victor, ao Dr. Ricardo, ao Dr. Leonardo e ao Dr. João por essa discussão esclarecedora e que com certeza contribuirá para a melhoria da aviação regional do País para o desenvolvimento consequentemente do Brasil.

Muito obrigado.

Declaro encerrada essa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e três minutos do dia nove de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Cidinho Santos, Lasier Martins, Valdir Raupp, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento do seguinte expediente: Carta nº 180516a - SEN, subscrita pelo Sr. Antonio Mantuano de Luca, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados, informando que, no dia 7 de março passado, o Coordenador-Geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento endereçou a todas as superintendências federais subordinadas a sua orientação em Memorando-Circular nº 16/2016/CGI/DIPOA/SDA/GM/MAPA que resolveu suspender, temporariamente, os procedimentos de reinspeção de pescado fresco importado e o impedimento de se deferir requerimentos de anuência de importação de pescado fresco; e ainda sugerindo a promoção de audiência pública para debater sobre o assunto. Após as comunicações, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 12, de 2016, e Requerimento (RRA) nº 16, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, com a finalidade de avaliar o protocolo visando ao controle de vetores de doenças mediante aplicação aérea de inseticidas, com a participação do Sr. Júlio Augusto Kampf - Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG) (representante de: Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG)); Sr. José Carlos Christofoletti - Engenheiro Agrônomo (representante de: Eduardo Cordeiro de Araújo, Especialista em Aviação Agrícola e Consultor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG)); Sra. Ana Carolina Santelli - Coordenadora-Geral dos Programas Nacionais de Controle da Dengue e da Malária da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS) (representante de: Sônia Brito, Diretora do Departamento de Gestão da Vigilância em Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS)). A Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado e José Medeiros e o Deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, dá-se início à deliberação EXTRAPAUTA dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, DE 2016 – EMENTA: Requer, em aditamento ao RRA 04/2016, que a realização do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de São Joaquim, Santa Catarina, seja alterada para o dia 9 de setembro de 2016, para tratar de questões relativas à cadeia produtiva da maçã. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2016 – EMENTA: Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no município de Esteio, estado do Rio Grande do Sul, no dia 2 de setembro de 2016, por ocasião da EXPOINTER 2016, que acontece de 27 de agosto a 4 de setembro do corrente ano. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, DE 2016 – EMENTA: Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a fusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o Ministério do Desenvolvimento Social. Autoria: Senadores Waldemir Moka e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, DE 2016 – EMENTA: Requer, em aditamento ao RRA nº 35, de 2016, a inclusão dos convidados abaixo indicados, em razão da impossibilidade de o Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) comparecer à audiência pública na data agendada: Representante do Sindicado dos hotéis, bares e restaurantes do Distrito Federal - SINDHOBAR-DF; Representantes do corpo docente da Universidade de Brasília; Enio Alves da Silva Júnior - Doutor em Microbiologia Aplicada à Higiene Ambiental e de Cozinhas pelo Instituto de Ciências Biomédicas - USP. Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos IV e V, do Regimento Interno do Senado Fede- (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater ecessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento de uma correspondência de nº 180516, subscrita pelo Sr. Antonio Mantuano de Luca, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados, informando que:

> [...] no dia 7 do mês de março passado, o Coordenador-Geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento endereçou a todas as Superintendências Federais subordinadas a sua orientação Memorando-Circular [...], que resolveu:
> a) suspender temporariamente os procedimentos de reinspeção de pescado fresco importado em estabelecimentos relacionados (ER) e em estabelecimentos registrados (SIF) que não sejam classificados como entreposto de pescado ou fábrica de conserva de pescado, até a finalização da revisão da Portaria nº 183/98.
> b) o SIPOA/SISA/SIFISA ficam impedidos de deferir requerimentos de anuência de importação de pescado fresco, cujo local de reinspeção indicado seja um estabelecimento relacionado (ER). Apenas poderão ser aceitos requerimentos de anuência de importação de pescado fresco cujo local de reinspeção indicado seja um estabelecimento registrado (SIF).
> O ato praticado [segundo eles] pelo Coordenador-Geral, motivado por solicitações da ABIPESCA [Associação Brasileira das Indústrias de Pescado], que já são do conhecimento da [...] Comissão de Agricultura [do Senado Federal] [...], evidenciam a necessidade de incremento dos níveis de segurança e inocuidade alimentares adstritos aos produtos de origem animal nacionalizados em nosso País, aqui especificamente pescados frescos. Ainda que a Consultoria Legislativa desse Senado Federal tenha apresentado para o caso em tela Nota Técnica que alerta que o referido PLS "PODE ensejar a indesejável POSSIBILIDADE de violação do princípio do tratamento nacional", o Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT e, portanto, Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, tem nesse último, em seu Artigo 2, que "os membros têm o direito de adotar medidas sanitárias e fitossanitárias para a proteção da vida ou saúde humana, animal ou vegetal, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as disposições do presente Acordo." [No caso, o acordo do GATT.]

Ao final, na correspondência da Abipesca, eles sugerem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária uma audiência pública para ouvir os diferentes atores envolvidos nesse problema, ouvir sugestões, opiniões a fim de traçar um panorama e um conjunto de ações ou medidas que resolvam essa grave ameaça à população. É a compreensão da Abipesca.

"Na certeza de contar com o apoio da Comissão [...]", eles agradecem.

Então, estamos fazendo um requerimento para isso.

O Senado aprovou ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, um projeto que foi de origem do Senado – o autor foi o Senador Paulo Bauer –, alterando o Decreto nº 986, de 1969, obrigando que todos os produtos que tenham lactose indiquem o teor desse produto em seus rótulos. Dessa forma, não será mais suficiente que haja indicação da existência da substância na composição dos produtos, mas os valores percentuais, mesmo que apenas residuais. A proposta que estabeleceu e venceu foi a proposta original. Agora, os consumidores que têm intolerância à lactose terão uma ferramenta a mais para a sua proteção.

A Comissão de Assuntos Sociais, como eu disse, aprovou o projeto do Senador, que obriga a indicação desses percentuais nos rótulos dos produtos que contiverem essa substância.

O relatório foi do Senador Dalirio Beber, também de Santa Catarina, aprovado em votação simbólica pela S, rejeitando um substitutivo que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, restabelecendo o texto ginal aprovado pelo Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A União Europeia autorizou 22 Estados e o Distrito Federal a fornecer carne a exportador para o Bloco.

Em 2015, o Brasil exportou 104,4 mil toneladas de carne industrializada, gerando uma receita de US$633 milhões para a ampliação dos Estados à União Europeia e fez um alinhamento dos requisitos sanitários para a Organização Internacional de Saúde Animal, que é o órgão responsável pela fiscalização sanitária.

A Conab está vendendo toda a oferta de grãos de milho armazenados em Goiás. É uma notícia que interessa, sobretudo, aos produtores de frango e de suínos, que dependem dessa ração.

O preço do arroz registrou pequenas altas no Rio Grande do Sul. O setor também está convivendo com um problema sério de endividamento.

Para os produtores de ovos, uma boa notícia: no início do mês, o ovo tipo branco se valorizou em 6,5%, passando para R$79,33, a caixa; os ovos vermelhos também subiram 7,23%, indo para R$88,55, a caixa, no dia 7.

Deputados querem que o Ministério da Justiça revise o processo de demarcação de terras indígenas. De acordo com os Parlamentares e representantes do setor agropecuário, as questões envolvendo as áreas de reserva foram tratadas com aspectos ideológicos, sobretudo nos últimos meses do Governo da Presidente afastada Dilma Rousseff.

Na reunião com o Ministro, a Bancada ruralista pediu a liberação do milho estocado. O encontro com o Ministro Geddel Vieira Lima foi considerado proveitoso pelos Parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura, aguardando ações concretas do Governo Temer. O tradicional almoço da Bancada ruralista aconteceu no dia 7 e contou com a presença do Ministro Secretário de Governo Geddel Vieira Lima. O setor aproveitou a presença para tocar em pontos importantes como a escassez de milho e a demarcação de terras indígenas.

O milho é um problema sério, especialmente para regiões de alta produção de suínos e aves. É o caso de Santa Catarina. Já fizemos uma audiência pública aqui – apenas para renovar a informação aos nossos telespectadores e aos nossos convidados de hoje. Santa Catarina consome 5 milhões de toneladas, tem uma produção de 2 milhões de toneladas e precisa comprar de fora do Estado 3 milhões de toneladas. Aí tem que buscar onde há milho, que é no Mato Grosso; do Mato Grosso até Santa Catarina, o preço do milho, que, à época – não sei como está o preço agora –, estava algo como R$22,00, R$23,00 a saca, chega em Santa Catarina a R$53,00 a saca por conta do custo do frete. Então, isso é uma questão da nossa distorção logística porque não dispomos de trens para tornar mais barato, e ainda fazer esse passeio todo da zona de produção para a zona de consumo.

Por fim, o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, agora, pediu à Fazenda a prorrogação de dívida de produtores do Sul. O Ministério da Agricultura diz ter pedido na terça-feira, dia 7, ao Ministério da Fazenda a prorrogação da dívida de custeio de investimento contraída por produtores de arroz e soja da Região Sul afetados pelas chuvas durante o plantio e também durante a colheita.

A presente reunião tem por objetivo, no dia de hoje, uma audiência pública para discutir e avaliar o protocolo visando ao controle de vetores de doenças mediante aplicação aérea de inseticidas, em cumprimento aos Requerimentos nºs 12 e 16, de 2016, do Senador Ronaldo Caiado.

Eu queria convidar a Drª Sônia Brito, Diretora do Departamento de Vigilância... Desculpem.

Convido a Drª Ana Carolina Santelli – a Secretaria não havia informado, porque houve uma mudança do nome da representação –, Coordenadora-Geral dos Programas Nacionais de Controle da Malária e da Dengue, do Ministério da Saúde; o Sr. Júlio Augusto Kampf, Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag); e o Sr. José Carlos Christofoletti, engenheiro agrônomo especialista em tecnologia de aplicação aérea.

Muito obrigada pela presença dos senhores. Agradeço já antecipadamente, em nome da Comissão e também em nome do Senador Ronaldo Caiado.

Informo a todos os senhores que a nossa audiência é transmitida diretamente para todo o País. Estamos ao vivo na TV Senado, que tem uma audiência muito expressiva. São audiências interativas, em que as pessoas que estão em vários cantos do País mandam comentários e perguntas para os expositores.

Informo também que eu preferi manter a audiência de hoje, porque as pessoas foram convidadas e muitas vieram de longe, tendo viajado de avião. A nossa reunião de ontem da Comissão processante, da qual faz parte o Senador Ronaldo Caiado e da qual eu também faço parte, terminou às 2h da manhã de hoje, quinta-feira. Então, realmente, alguns Senadores pediram para adiar, mas eu preferi, mesmo com o adiantado da hora, realizar a audiência pública em respeito também aos convidados que vieram de outros Estados e, portanto, com despesas de viagem e de hospedagem, para que continuemos trabalhando.

Eu vou deixar por último a representante do Ministério da Saúde.

Nós tivemos um grande debate sobre de que forma se poderia contribuir para ampliar os controles de disseminação do mosquito *Aedes aegypti*, que é o transmissor não só da dengue, mas também do zika vírus o chikungunya, que são as doenças que estão vinculadas a esse processo. Também há outras incidências, no malária, na Região Norte – aí são outros vetores. E isso abriu um debate na Câmara dos Deputados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

trouxemos para cá, para o Senado, também, porque, numa hora de "guerra" – entre aspas – nessa epidemia que o País está vivendo... Ontem, apenas para lembrar, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, aprovou um projeto – de que fui Relatora – do Senador José Serra, atual Ministro das Relações Exteriores, que foi Ministro da Saúde, para que o SUS (Sistema Único de Saúde) facilite, agilize a remessa de amostras da área de biogenética, de biodiversidade, para organizações internacionais que trabalhem com pesquisa em relação a esses vetores. Isso é importante, porque dá maior agilidade. Quando uma epidemia de dengue, por exemplo, chega, várias medidas têm que ser tomadas – foram feitas algumas programações emergenciais pelo Governo –, para que a população não fique sem uma assistência para prevenção. E a prevenção basicamente é o controle do transmissor, do mosquito da dengue. Por isso, a audiência de hoje, com os representantes da aviação agrícola.

Eu convido para fazer uso da palavra o Dr. José Carlos Christofoletti, que é engenheiro agrônomo. Eu queria saber...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, primeiro, o Sr. Augusto Kampf, para fazer uso da palavra. Ele é Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag). Dr. Júlio Augusto Kampf, com a palavra. Em geral, nós fazemos aqui uma exposição de dez minutos, porque aí as perguntas podem ser feitas entre os próprios palestrantes e entre os Senadores que deverão estar também presentes. Então, com a palavra o Júlio Augusto.

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar este projeto nesta audiência pública.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma apresentação do que esse sindicato vem fazendo ao longo dos anos e, posteriormente, eu gostaria de passar a palavra, então, para o Dr. Christofoletti, que é um dos nossos auxiliares técnicos do sindicato e que tem grande experiência já em alguns trabalhos realizados aqui, no Brasil. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu pediria um apoio da nossa área técnica para a apresentação do PowerPoint do Dr. Júlio Augusto.

Na hora em que precisamos da técnica, ela costuma falhar, especialmente nas inaugurações. Quando é hora de cortar a fita, ou falta a luz ou o microfone cai ou há algum problema. Então, não é a primeira vez que acontece isso numa hora de transmissão ao vivo.

Agora, chegou direito.

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – Vou relatar um pouco para vocês o que é o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola e o que esse sindicato já realizou no sentido de controle de vetores.

O sindicato já está com 25 anos de atuação e atua em todo o Território nacional. Nós temos 125 empresas no Brasil, de um total de 220. Hoje, a frota brasileira é a segunda frota mundial, estamos passando hoje de 2 mil aeronaves. A maior frota que se considera ainda é nos Estados Unidos. A nossa logística está distribuída em todo o Brasil. Só para dar um exemplo e não precisar explicar todo esse quadro, em Roraima, nós temos 10 aeronaves; no Rio Grande do Sul, nós temos 420 aeronaves; então, essas 2 mil estão distribuídas. E acreditamos que temos aí uma logística bem interessante e apropriada para esse projeto-piloto, para um possível controle do mosquito da dengue.

Nós temos aí uma legislação bastante complexa. E aqui eu gostaria de apresentar algumas delas que dão o suporte legislativo desse projeto. Inicia-se pelo Decreto nº 86.765 e pelo Decreto-Lei nº 917, que dispõe o que é a atividade da aviação agrícola, que compreende os serviços de aplicação de defensivos e fertilizantes, semeaduras, povoamento de água, combate a incêndio em campos e florestas e outros empregos que vierem a ser aconselhados – e aí entra a parte de controle de vetores.

Para ficar mais claro, a Portaria nº 190, da Anac, define na aviação agrícola, dentro das suas atividades, o combate a pragas e vetores propagadores de doenças. Então, aqui, ela define exatamente quais são as funções da aviação agrícola no Brasil.

Também há a Instrução Normativa nº 2/2008, do MAPA, que também faz uma legislação abrindo uma exceção para o sobrevoo de áreas povoadas para o controle de vetores.

O Ministério da Saúde pública em 2007 a Nota Técnica nº 75, que admite o uso da aplicação aérea para o controle de surto de dengue e outras epidemias, no caso de epidemias. Essa nota técnica teve algumas respostas que o Sindag fez. Em algumas situações, não convergimos plenamente. E há uma discussão ainda sobre essa nota técnica.

Atualmente, há agora uma medida provisória que já deve estar na Casa Civil para a assinatura da Presi-ncia, que fala de várias medidas de vigilância à saúde. Entre elas, estão o uso e a permissão de aeronaves no ntrole de saneantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu gostaria de passar agora um pouco do histórico do combate de vetores com aviões agrícolas no Brasil. Houve aqui uma experiência em 1975. É a única experiência que houve no Brasil. Ela aconteceu na Baixada Santista, onde havia um surto de encefalite, e um dos coordenadores desse projeto foi o Dr. Christofoletti. Entre as experiências internacionais, em que há toda uma vasta literatura, estão Estados Unidos, França, México, Argentina, Cuba e outros países que se utilizam dessa atividade para o controle de doenças.

Na proposta que o Sindag vem fazendo, vem desde 2004 a discussão com o Ministério da Saúde. Essa nota técnica que saiu em 2008, até hoje, não foi utilizada. Nesse processo com o Ministério da Saúde, não se avançou nenhum projeto viável de controle e do uso do avião para o combate ao mosquito. Agora, no final do mês passado, nós tivemos uma audiência com o novo Ministro, Ricardo Barros, que se dispôs a criar um grupo de trabalho e começar a agilizar um processo de discussão sobre o uso da atividade do avião agrícola nesse combate.

O objetivo do Sindag nessa demanda é o de estar com o setor da aviação agrícola preparado em todo o Brasil no caso de ser chamado, em caso de emergência. Isso requer algumas demandas para deixar essas aeronaves, esse grupo de prontidão.

Nosso objetivo, no caso, é apoiar os órgãos governamentais e as áreas de pesquisa para desenvolver um protocolo nacional de tecnologias de aplicação aérea para o combate aos vetores de doenças e estimular a indústria nacional de inseticidas saneantes a produzir formulações adequadas à aplicação aérea, substituindo as importações.

Vejam bem, a questão da indústria é muito interessante porque isso acaba sendo até uma segurança nacional. Havendo uma epidemia, um descontrole, desenvolvimento do mosquito, seria interessante a indústria brasileira estar preparada, com inseticidas saneantes aprovados, enfim, testados dentro de um projeto-piloto, dentro desse protocolo, para ser usado de imediato, bem como essa criação desse protocolo. Existe essa tecnologia internacional. O Sindag tem o domínio, tem o conhecimento dessa tecnologia, mas a gente propõe ao Ministério da Saúde e às entidades que se faça um protocolo nacional dentro das condições climáticas e das situações de tecnologia do Brasil, que se crie uma tecnologia nacional para estar à disposição no caso do uso do avião.

As vantagens da aviação agrícola nesse projeto: principalmente a rapidez. Nós teríamos aí uma condição de controle de 400ha/hora mais ou menos, depende um pouco da região e do Município. Com certeza, isso teria um efeito de choque bastante grande sobre o mosquito adulto.

Também o alcance que esse tipo de aplicação terá é bastante significativo, porque vai haver aquela discussão de área intradomiciliar e extradomiciliar. Então, o alcance pegaria todos os pátios, terrenos, fundos de moradia, enfim, áreas de difícil acesso.

(Soa a campainha.)

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – A uniformidade da deposição é uma coisa bastante interessante. Sendo bem utilizada essa tecnologia, chegaremos à conclusão de que, em muitos casos, nós podemos diminuir os princípios ativos e os químicos a serem utilizados por causa dessa uniformidade dentro do hectare ou, melhor dizendo, dentro do metro quadrado de pulverização.

Outra questão bastante interessante é o pouco envolvimento de pessoas. E essas pessoas já estão qualificadas dentro dos cursos de aviação agrícola, são bastante especializadas e, com tudo isso, nós temos uma forte regulamentação, já na aviação agrícola, que daria para conduzirmos isso dentro das condições exigidas no País.

Além disso, consideramos que temos aí um custo bastante reduzido dessa aplicação.

Só para salientar, o sindicato está dispondo ao Ministério da Saúde as aeronaves que forem necessárias para efetivar o projeto-piloto sem custo nenhum, simplesmente baseado no princípio de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

A proposta que se fez ao Ministério da Saúde é fazer um projeto-piloto que seria coordenado pelo Ministério da Saúde, com a supervisão do Ministério da Agricultura e assessoramento do Sindag com seu departamento técnico.

A finalidade desse projeto-piloto seria:

a) Validar a tecnologia existente, já mundialmente reconhecida, mas seria uma validação aqui no Brasil, tanto no que se refere à viabilidade técnica e econômica, como à segurança e saúde pública e preservação do meio ambiente.

b) Com isso, vamos gerar um protocolo de tecnologia e boas práticas a ser utilizado nas aplicações aéreas para esta finalidade quando houver, então, um debate com a sociedade, enfim, e pudermos fazer esse debate em nível de Brasil.

A estratégia desse projeto seria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a) Entender a aplicação aérea como complementar ao combate ao mosquito, integrada ao controle larval, às atividades educacionais e de engenharia sanitária. Isto tem que ficar bem claro: a gente não está dizendo e não está propondo que a solução para o controle desses vetores seja somente o uso da aeronave; ela é uma demanda complexa, é uma demanda que tem que ser utilizada, todos os seus mecanismos, dentro do controle de larvas, dentro da própria educação populacional e de obras de engenharia civil e sanitária para o controle desse problema.

b) Implantação de um grupo de trabalho multidisciplinar para orientação das ações sob a coordenação das autoridades da área da saúde pública.

c) Discussão com a comunidade.

d) Monitoramento desses indicadores, principalmente.

Cada aplicação, cada entrada dessas aeronaves nesse sentido deve ter dimensionados os resultados disso. Muitas vezes a gente até analisa os projetos dos fumacês, mas não tem, pelo menos não conseguiu dizer qual o resultado dessas aplicações.

Para concluir, a gente gostaria de mostrar a vocês que o Brasil, que o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola dispõe dessa tecnologia, dispõe de uma logística para o combate ao mosquito em nível de Brasil e que é uma atividade que está plenamente regulamentada para fazer esse tipo de serviço.

Como o próprio Governo vem falando que isso é uma guerra contra esse mosquito, nós achamos que a utilização do avião como entrada num processo de combate eficiente e um impacto significativo na redução do mosquito no Brasil, consideramos que a aviação está preparada, pronta para compartilhar com todos os demais serviços nesse combate ao mosquito e a suas doenças.

Muito obrigado a todos.

Fico à disposição para alguma pergunta posterior.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Júlio Augusto Kampf, que é Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), pela exposição bastante didática.

Agora passo a palavra ao Dr. José Carlos Christofoletti, engenheiro agrônomo especialista em tecnologia de aplicação aérea.

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Bom dia, senhores e senhoras.

É uma satisfação muito grande participar deste evento.

Agradeço ao pessoal do Sindag pelo convite a mim formulado e pela possibilidade de, na Mesa, expor alguns aspectos técnicos a respeito da aplicação aérea.

Queria que começassem a projeção, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A projeção que o Dr. Christofoletti passou para que não haja...

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – O que eu vou fazer são pequenos comentários sobre a aplicação aérea no controle de insetos vetores de doenças.

Quando falo em aplicação aérea, engloba um termo que se chama aplicação espacial. A aviação agrícola entra nesse aspecto. Então, nós vamos discutir a situação de aplicação aérea, entrando, logicamente, no aspecto do uso do avião agrícola para isso.

Sempre que a gente entra nessa discussão, não tem que deixar de lado o grande trabalho que foi feito aqui no Brasil, no Estado de São Paulo, na zona litorânea de Itanhaém até Peruíbe em 1975. É um trabalho em que entrou a aviação agrícola junto com os demais métodos de controle de solo, como fumacê, como controle de larvas. Isso gerou um trabalho muito importante que foi apresentado num congresso de sanitarismo em 1975, e é o grande documento que se tem hoje da realidade do uso da aviação agrícola dentro do processo geral, do benefício que poderia trazer.

Essas fotografias mostram esse grande trabalho que foi feito na região, quando foi estabelecido todo o processo de aviação agrícola para pulverizar uma área que não poderia ser atingida por outros equipamentos em uso na atualidade. Foram feitas três aplicações numa área muito grande. O espaçamento entre as aplicações era de uma semana, no máximo, oito dias, em função das condições climáticas, mas era religiosamente realizada quando programada. Houve uma área-piloto em que foi desenvolvido o trabalho pelo pessoal da Embraer, inclusive, o agrônomo Eduardo Araújo, na época, trabalhava na Embraer e depois, com o resultado da primeira semana, que foi muito bom, a Secretaria de Saúde solicitou ao Ministério da Agricultura que disponibilizasse também um avião para isso. Na época, eu era professor de aviação agrícola no Ministério a convite, porque era professor na faculdade de Botucatu, e nós fizemos uma área três vezes maior do que aquela que havia sido feita pela Embraer. Então, essas fotografias são o registro de um trabalho que foi um orgulho para quem trabalhou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

e um sucesso muito grande em termos de saúde pública. Inclusive, elas estão mostrando o voo em cima de populações. A da esquerda é uma fotografia sobre Suarão e a da esquerda sobre Peruíbe.

Abria as condições de voo, nós já saíamos com os aviões trabalhando, fazendo uma pré-aplicação de acordo com aquilo que havia sido estabelecido tecnicamente.

Olhando alguns aspectos a respeito de aplicações, uso de avião, nós vamos encontrar na literatura uma vasta indicação dessas aplicações. Pincei algumas delas para não ser muito longa a nossa apresentação, mas há aí uma aplicação feita sobre a cidade de Dallas, inclusive com aviões não agrícolas especificamente, mas, em função de uma máquina em que a aplicação sobre o solo, aplicação aérea, é de intensíssima precisão e rendimento de qualidade. Nós vemos aqui, à esquerda, um avião que parece que está fazendo um voo rasante.

Mas, se olharmos bem o avião da esquerda, há lá onde está colocado o bico de pulverização para fazer essa operação em cima de uma cidade, perfeitamente, sem nenhum risco para saúde pública, porque, se houvesse alguma coisa, essas aplicações não seriam repetidas. E hoje, inclusive nos Estados Unidos, aplicações feitas até para aliviar o incômodo físico do mosquito nas zonas de Miami, naquelas regiões de mais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pantanosas e mais...

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Então, esse mosquito vai incomodar quem está passando as férias. Eles fazem o controle no nascedouro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os borrachudos famosos.

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Exatamente, mas é um controle perfeito, rotineiro, feito nos Estados Unidos.

Uma época, na década de 70, houve um problema muito sério de mosca doméstica na Arábia Saudita e foram equipados aviões para que se fizesse também esse trabalho.

Quando se fala na aplicação aérea, entrando agora na pesquisa bibliográfica, vamos encontrar, recentemente, muitos trabalhos técnicos importantes para que nos balizemos não só na aplicação do avião, como na aplicação espacial ou vice-versa, e vamos citar aqui uma publicação que é chamada de pequena bíblia do controle sanitário, que é da Organização Mundial da Saúde. É um trabalho bacana, porque fala da aplicação espacial e, na espacial, todas as máquinas terrestres, as máquinas do *fog* úmido e do *fog* seco, e também o uso do avião. Estabelece uma regra técnica que, independente da máquina, a pulverização tem de ser a mesma.

Então, nós vamos verificar, quanto às máquinas terrestres, até onde elas podem trabalhar, até onde elas podem ser eficientes, e não se pode deixar nenhum buraco aberto na superfície terrestre que possa servir de foco de procriação. Dessa maneira, a única forma de fazer uma varredura – entre aspas – "completa" da área é o uso do avião agrícola.

Esse trabalho é um guia de informações sobre como controlar pragas e insetos voadores a vetores e doenças pela aplicação de inseticida como tratamento espacial. Essa é a base.

Depois, vem discutindo, na sua redação, todos os equipamentos de todas as técnicas de como resolver e de como identificar a melhor pulverização, indicando, inclusive, os bicos para trabalhar, seja na parte terrestre, como na parte aérea. E fala que a dose recomendada do produto mais utilizado, que é o malathion, é usado produto químico puro na dose de meio litro por hectare, como base de trabalho.

Então, é uma utilização muito pequena que, basicamente, é a mesma que é feita na aplicação terrestre dos outros equipamentos.

Especifica uma coisa importantíssima, quando se fala em termos de controle de qualquer tipo de inseto: que tipo de pulverização tem de ser feita. É um tamanho de gota muito pequeno, quase invisível a olho humano, mas que tem uma grande eficiência de impacto ao inseto voando, que é exatamente o ponto que se procura nesse tratamento de vetores.

Em um trabalho que foi publicado agora, recentemente, em 2013, da Universidade da Califórnia, em Davis, essa doutora concluiu o trabalho que foi feito por meio de avaliação de todas aquelas pessoas que iam aos hospitais com problema de doença e que participavam, estavam nos campos, nas áreas de trabalho ou de pulverização.

A conclusão do trabalho é que: "Médicos e cientistas da universidade e do Departamento de Saúde Pública da Califórnia não encontraram nenhum aumento em diagnósticos específicos que são considerados mais prováveis de serem associados com exposição de pesticidas, incluindo doenças respiratória, gastrointestinal, pele, olhos e condições neurológicas."

Quer dizer, fizeram mais de 3 mil ou 4 mil visitas em hospitais e chegaram a essa conclusão com respeito à aplicação do controle de vetores, seja aplicação terrestre, seja aérea.

Essa publicação de 2008 também fala das partes técnicas de controle aéreo que deve ser feito por tanho de gota tal, quer dizer, dando uma direção técnica que deve ser seguida não só pela aplicação aérea,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mas nós ficamos até em alerta, se essas máquinas que são autorizadas hoje para controle terrestre do controle espacial seguem essas mesmas indicações técnicas, e não fazer uma fumaça, mas fazer uma fumaça que seja eficiente e eficaz no controle dos vetores. Aí o autor também discute todos os fatores relacionados com isso.

Então, essa publicação fala do melhor tipo de manejo integrado para o controle de mosquitos, é de 2012. E aí fala...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – ... que a exposição tem de ser feita de acordo com uma técnica chamada Ultra Baixo Volume, que tem uma eficiência de 50% até 90% do volume aplicado em gotas que são perfeitamente úteis para controle do mosquito.

E aí é um trabalho especificamente sobre *Aedes aegypti* na Europa e fala que essa aplicação deve ser feita em conjunto com as demais técnicas, para que a comunidade tenha o resultado perfeito e um efeito a longo prazo.

Também aí um trabalho, uma revisão crítica da aplicação de Ultra Baixo Volume, uma aplicação de 2012, bastante recente, que faz uma revisão de todos os aspectos técnicos, operacionais, tanto de máquina terrestre como também de aplicação aérea.

Isso para mostrar que existe uma literatura muito importante e muito recente que pode nos orientar a fazer um trabalho perfeitamente eficiente, tanto na parte terrestre, como na parte aérea. E nós estamos indicando aí a aviação como sendo um companheiro inseparável ou deve ser inseparável das demais técnicas de trabalho.

Já repetindo o que o Comandante Júlio falou, que as grandes vantagens da aviação agrícola é cobrir uma área com extrema rapidez. Eu só fiz uma pequena exposição numa área que tem essa dimensão de 5km de lado, e a gente pode ser inserir aí uma população, uma cidade, uma vila, qualquer que seja, e dentre as técnicas operacionais da aviação agrícola, uma área total de 2,5 mil hectares, uma aeronave que voa normalmente de 110mph a 130mph, dependendo do tipo de aeronave, eu coloquei aí uma de 130mph, numa faixa de operação de 100m e aplicando meio litro por hectare, isso dá para praticamente fazer uma área dessa em 3 a 4 horas de trabalho. É uma rapidez espantosa, e, para quem trabalha numa ação emergencial e de redução, essa é uma arma muito importante.

Só para terminar a aplicação, mostrando um trabalho feito nos Estados Unidos, uma fotografia aérea onde estabeleceram as áreas onde deviam fazer o trabalho. Em função desse desenho – são essas duas áreas que deviam ser tratadas –, passados em mapas, iam fazendo todo o planejamento técnico operacional baseado nisso.

Hoje nós temos tantos recursos de GPS, de mapeamento que nos mostram, exatamente, áreas que serão aplicadas dentro de um projeto de controle de vetores.

Então, essa é a minha pequena participação, e ficamos, depois, à disposição da Mesa e dos demais participantes, para poder dirimir algumas dúvidas que possam ter a respeito disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. José Carlos Christofoletti.

Também agradeço ao Comandante Júlio, que fez uma exposição muito didática a respeito da possibilidade do uso da aviação agrícola no controle desse vetor, que tem dado tanta dor de cabeça no Brasil.

Consulto o Senador Ronaldo Caiado, que é o autor do requerimento, Senador Moka... Como eu disse na abertura dessa audiência, às 8h, Senadores, a reunião da Comissão processante foi até um pouco mais de 2 horas da manhã de hoje, e os Senadores, então, estão aqui, acompanhando já esta audiência, que foi requerida pelo Senador Caiado.

Falta ainda a exposição da Drª Ana Carolina, mas passo a palavra ao Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom, Presidente, eu quero agradecer e nos desculpar pela chegada aí, com essa meia hora de atraso. O ritmo agora, com essa Comissão Especial do Impeachment vai, sem dúvida nenhuma, atravessar todas as madrugadas e todos os dias da semana. Temos de estar preparados para darmos a maior celeridade possível a uma situação com que o Brasil todo se preocupa.

O momento em que nós solicitamos esta audiência foi, exatamente, o período de verão, em que, sabemos bem, normalmente nós temos a maior incidência de doenças transmitidas pelo vetor *Aedes aegypti*, seja o problema da dengue, da chikungunya ou do zika vírus, preocupando toda a sociedade brasileira, diante de uma realidade que até então nós não tínhamos conhecimento, que foi o quadro inicial da suspeita, muito bem detectada por uma colega médica, no Estado de Pernambuco, da ação do zika vírus nas lesões neurológicas, também provocando distúrbios e sequelas irreparáveis.

Naquele momento, nós vimos o Governo se mobilizar no sentido de tentar conter ali o vetor, e daí a nosterrogação, em decorrência do conhecimento que nós temos, do que é feito na pulverização com aviação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

principalmente no setor rural. Esse assunto foi trazido à Comissão, como uma alternativa rápida. V. Sª coloca ali: uma área de 2,5 mil hectares pode ser rapidamente tratada por esse tipo de combate aéreo.

É lógico que nós precisamos saber – conversava com o Senador Moka, e ele me fazia relatos – quais são também as consequências advindas disso, quais são as complicações que poderão ocorrer, quais são os casos que existem também, por ser uma pulverização aérea, por não ser a utilização do mecanismo de fumacê ou de um contato mais direto com os focos, o que isso poderá ocasionar numa distribuição que se faz... Lógico, como vocês disseram, é capaz de se identificar uma área, mas e as pessoas que ali estão? Qual é a dosagem? Qual é o reflexo disso?

E o segundo ponto: existe alguma experiência especificamente no vetor da dengue, do chikungunya e do zika vírus, que é o *Aedes aegypti*?

O terceiro ponto é uma pergunta que ficou sem resposta à época: por que o Ministério da Saúde não autorizou ou nem sequer estimulou que nós tivéssemos esse tipo de combate ao vetor, num momento em que principalmente várias cidades do Nordeste estavam sendo duramente atacadas, e nós tivemos ali várias mulheres, em período de gravidez, que também tiveram as consequências com o problema da microcefalia?

Bom, pergunto: foi em decorrência do custo operacional ou da falta de segurança, ou quais foram os fatores que desestimularam o Ministério da Saúde ou o Governo da ex-Presidente, a atender essa demanda pelo método que V. Sª acaba de expor?

E no mais, Presidente, é lógico que eu vou aguardar a palestra da Drª Ana, mas, ao mesmo tempo, quero agradecer. Sem dúvida alguma, a exposição que foi aqui apresentada mostrou o cuidado que eles tiveram para que pudessem trazer a esta Comissão algo compatível com a importância dela, um estudo bem detalhado, com toda uma revisão bibliográfica, com embasamento de vários dados e com uma análise bem extensa.

Eu os cumprimento e agradeço, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Indago ao Senador Moka se vai querer esperar ou...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, eu vou aguardar a exposição da Drª Ana Carolina.

Apenas e tão somente quero me desculpar, em especial ao Comandante Dr. Júlio, por não ter chegado a tempo. Eu não costumo me atrasar, Dr. Júlio, sou um dos primeiros a chegar, mas hoje realmente não foi possível. Ontem foi brabo aqui. Não foi fácil não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que nem adiantava um fumacê na reunião para resolver os problemas do nosso cansaço, talvez um calmante ali para acalmar os ânimos.

Então, o Senador Caiado encaminhou uma pergunta, que é também para a Drª Ana Carolina, sobre por que demorou tanto para se tomar uma decisão em relação ao uso da aviação agrícola no combate ao vetor, no caso, o *Aedes aegypti.*

Passo a palavra à Drª Ana Carolina Santelli, que é a Coordenadora-Geral dos Programas Nacionais de Controle da Dengue e da Malária do Ministério da Saúde.

Então, pelo mesmo tempo, Drª Ana Carolina.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Muito obrigada.

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia, os outros Senadores presentes, os membros da Mesa e agradecer pela oportunidade de a gente ter esse momento para discutir um tema tão importante.

Gostaria de pedir para colocar a apresentação, por favor.

A gente trouxe essa discussão de comentários que já foram feitos anteriormente e alguns temas novos e alguns comentários sobre o pré-projeto mesmo apresentado.

Pode passar.

Então, só como um preâmbulo, na realidade a gente está falando aqui do Programa Nacional de Controle de Dengue, que foi instituído dentro do Ministério da Saúde em 2002, com base em uma resolução da Organização Pan-Americana da Saúde, da Organização Mundial da Saúde, de 2000, em que está bem estabelecido que não existe uma única medida que resolva o problema do controle do *Aedes.* São necessárias adoções de várias medidas concomitantes. E a gente tem, então, dez componentes dentro do Programa Nacional de Controle de Dengue, e aí, em destaque em vermelho, há uma diretriz mais detalhada desses tópicos principais relacionados à vigilância epidemiológica, ao combate ao vetor, de assistência aos pacientes e de ações integradas em educação e saúde, comunicação e mobilização social.

Nesse guia da Organização Mundial da Saúde, a gente tem bem claro que, para o controle do *Aedes aegypti,* a principal atividade é a eliminação dos criadouros, que favorecem a oviposição do mosquito, que permite, então, o desenvolvimento da sua fase na água para depois a sua fase, então, adulta, que a gente chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de fase terrestre. Então, isso está bem claro já como uma forma de combate a esse vetor. A atividade principal é a atividade de evitar essa oviposição.

O *Aedes aegypti* é um vetor que tem características de ser um vetor que procura sangue humano e que pica dentro de residências. Então, ele é um vetor muito competente para transmitir todas essas doenças que nos afligem.

Na atividade de rotina, as ações, então, principais estão relacionadas às visitas domiciliares, com os agentes, inspeções regulares, eliminação e tratamento de criadouros com esse enfoque, já definido pela Organização Mundial da Saúde. E, claro que, para isso, a gente tem todos esses desafios que a gente enfrenta de mobilização da população e de controle desses criadouros. Em atividades de emergência, a gente acaba atuando também sobre o mosquito adulto. Hoje a gente usa o UBV, o chamado fumacê, em alguns casos, quando a gente tem essas situações.

Então, o programa incentiva que os Municípios, na sua atividade de rotina de controle de vetor, priorizem o controle das larvas, já que ele é mais efetivo, mais sustentável para o controle do mosquito adulto, já que as larvas estão concentradas nos criadouros, estão imobilizadas, estão acessíveis às ações, enquanto os mosquitos adultos estão voando, estão mobilizados, estão indo para diferentes áreas.

Quando a gente faz uma ação de UBV ou uma ação de aspersão aérea de inseticidas, a gente pode ter um impacto naquele momento, daqueles mosquitos que estão voando ali, que são atingidos por aquelas gotículas, mas a gente tem, então, as questões de reposição desses mosquitos por aqueles mosquitos que estavam escondidos e que não foram atingidos por essas gotículas ou que vêm das regiões vizinhas.

Outra questão é a questão da dispersão. Então, os mosquitos adultos estão mais dispersos e, algumas vezes, abrigados, então, não são atingidos por essa aspersão aérea, como a que a gente usa também na UBV. Então, atingir o mosquito adulto é uma tarefa muito mais difícil, mais cara e menos efetiva do que atingir a fase de larva, a fase da água.

Os inseticidas que a gente utiliza hoje para o programa de controle são os inseticidas recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Eles têm uma equipe, que é esse grupo cuja sigla é WHOPES, que é esse Pesticide Evaluation Scheme, que recomenda, analisa, as estratégias de controle vetorial e analisa os inseticidas indicados para uso em saúde pública.

Então, o que a gente utiliza hoje como larvicida é o pyriproxyfen granulado e para adulticidas, ou seja, para atingir os mosquitos adultos a gente usa, para aplicações residuais, o bendiocarb e para aplicações espaciais na UBV, o malathion, que são inseticidas recomendados pela OMS.

Uma coisa importante e acho que bem comentado já aqui, na abertura desta reunião e nos comentários feitos pelos Senadores, é que a gente está num momento de crise, acho que isso é claro, e então, nesse processo, o Ministério da Saúde vem buscando estratégias inovadoras de controle vetorial. E uma das questões foi uma reunião com especialistas realizada no começo deste ano, em fevereiro de 2016, cujo resultado está publicado já, em que foram avaliadas estratégias alternativas ao que a gente faz hoje, em relação ao controle de vetor, de que já existem documentação, publicação e estudos que comprovem a sua eficácia e segurança.

Então, nos temas listados foram avaliadas diversas estratégias inovadoras nesta reunião e, entre todas as estratégias inovadoras, foram elencadas algumas em que a gente já está neste ponto de ter resultado de eficácia dessa estratégia e de segurança para a gente pensar em projetos de implantação mais ampliados, para analisar como isso se comporta na rotina.

Então, a gente tem projetos em andamento agora sendo iniciados em alguns Municípios brasileiros, com algumas instituições de pesquisas, desses tipos de estratégias inovadoras. Uma delas é essa de ovitrampas disseminadoras de inseticidas, que são, na realidade, armadilhas em que o mosquito, quando vai fazer oviposição, entra em contato com o larvicida, então, quando ele vai fazer uma oviposição num outro criadouro que está escondido, que a gente não conseguiu atender com as estratégias de mobilização que a gente está fazendo, ele leva esse inseticida para esse outro ponto que é um criadouro escondido. Essa é uma estratégia.

Outra estratégia que a gente já está começando a testar nesses Municípios é a aplicação residual de inseticida intradomiciliar. É uma estratégia já utilizada no Programa de Controle da Malária e que agora está sendo testada para algumas atividades. Tem características diferentes de aplicação, mas é também utilizada para o controle do *Aedes,* já que ele tem essa característica, como eu falei antes, de picar dentro dos domicílios, então, no momento em que ele repousa na parede, se essa parede estiver com inseticida residual, esse inseto, então, morre no momento logo depois de picar.

Uma coisa interessante da aplicação residual de inseticida é que ele não atinge todos os mosquitos de diferentes espécies e não atinge os machos da espécie, ele acaba atingindo mais as fêmeas, que são as que picam e as que transmitem a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A outra questão é a utilização de telas impregnadas nos domicílios, então, são telas que protegem as portas e protegem as janelas para impedir, então, a entrada desses mosquitos e, como elas são impregnadas, elas têm um papel de controle do vetor também, ao permitir, então, a morte desses mosquitos.

E o último projeto aqui, que foi selecionado por esse grupo de especialistas, é o uso de mosquitos com *Wolbachia*, que é uma bactéria que infecta os mosquitos. Essa bactéria impede que o vírus se desenvolva dentro do mosquito, então, você continua tendo o mosquito, mas um mosquito que não transmite mais a doença.

Já foram feitos testes em alguns locais, e um teste grande está agora sendo monitorado em Niterói, começando com uma ampliação desse projeto, para que a gente possa avaliar esse impacto no controle vetorial.

Então, esse aqui, é só para a gente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ana Carolina, como é que aplica essa bactéria *Wolbachia* no mosquito. Estou imaginando fazer uma injeçãozinha em cada mosquitinho... (*Risos.*)

Para entender como é que é isso.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Na realidade, você faz em laboratório essa contaminação, vamos dizer assim, desses mosquitos. O que se faz, então, é a distribuição de ovos de mosquitos já infectados por essa bactéria e, depois do mosquito adulto, o mosquito que já está com essa bactéria, quando ele vai ovipôr, ele coloca um ovo que está com a bactéria e essas larvas que estão no criadouro que estão com a bactéria, elas contaminam as outras larvas no mesmo mosquito que estão com a bactéria.

Uma coisa interessante, que foi demonstrado, é que ela fica restrita a essa espécie, então é interessante que ela não tem impacto nas outras espécies, que não são transmissores de vetores, que esse é um problema que a gente tem sempre que considerar do ponto de vista ambiental.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Então, esses são os temas que a gente tem hoje como estratégias inovadoras numa lógica de propor novas estratégias para enfrentar essa situação em que a gente está agora.

Bom, quando a gente fala da aplicação aérea de inseticidas no controle de vetores de doença no Brasil, a gente tem essa proposta do Sindag, com emprego de aeronaves agrícolas. É uma estratégia que nunca foi utilizada pelo programa, e a gente tem poucas experiências no Brasil. Acho que o Dr. José Carlos apresentou a experiência em 1975, com a encefalite de Rocio...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Botucatu.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – É.

E uma consideração que tem que ser feita sempre é que a gente está falando de outro vetor, que é o *Culex*, e que tem características diferentes do *Aedes*. Então, quando a gente fala de controle vetoral, a gente tem que pensar para cada mosquito. Quando falo de malária, estou falando em *Anopheles*, quando falo de dengue, estou falando do *Aedes*, e cada um destes mosquitos tem características de comportamento diferente que precisam ser avaliadas.

Já existiram posicionamentos contrários no Ministério da Saúde, não vou entrar em detalhes nisso, mas acho que o ponto principal em que a gente tem sempre que pensar é que, quando a gente pensa na implantação de uma estratégia em saúde pública, a gente tem um rito a seguir: o primeiro rito é uma avaliação se isso funciona, quer dizer, se tem comprovação de eficácia; o segundo rito a cumprir é se ele é seguro, se não vai prejudicar mais a população do que ajudar. E, depois disso, ele passa por uma fase de discussão de incorporação de tecnologia. A gente tem uma Comissão dentro do Ministério da Saúde, que é a Conitec, que discute a incorporação de tecnologias dentro do SUS para aplicação em saúde pública, que faz outras considerações, revisa toda a literatura de eficácia e segurança e faz uma discussão de custo/efetividade, de custo/benefício e de impacto orçamentário para utilização. Mas essa é uma fase posterior, acho que a primeira é sempre pensar nas questões de segurança e eficácia.

Os estudos que a gente viu, que não retomo aqui porque estão todos discutidos nas notas anteriores, um deles especialmente feito na Jamaica, não mostram impacto nas taxas de oviposição, que é o ponto principal que a gente questiona em relação à eficácia da estratégia.

As outras questões de segurança, acho que já foram comentadas, que dizem respeito à falta de controle que a gente vai ter em relação ao deslocamento desse inseticida, principalmente porque, quanto mais alto a gente fizer esse voo, mais ele vai se dispersar. Há registros e estudos mostrando que esses inseticidas podem atingir até 32km de distância daquele local onde foi aplicado, dependendo das condições de vento, temperatura, umidade, distância e altitude em que é aplicado. E há as questões da necessidade de uma concentração maior inseticida do que a UBV, especialmente numa área urbana. Então, acho que há considerações de segurança, o estou falando que elas já impedem imediatamente, mas a gente tem sempre que levar em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Acho que há algumas questões de regulamentação que, quando a gente fala, a gente tem que pensar que a gente tem, cada vez mais, uma discussão sobre o uso de agrotóxicos em geral, não só para a saúde pública, mas também na agricultura, e que isso sempre tem que perpassar qualquer discussão que a gente faça em relação a essas questões. Então, na Comunidade Europeia, já existe uma questão de assegurar a proibição de pulverização aérea, e, quando utilizada, que seja longe de área urbana, e alguns Estados brasileiros já têm algumas restrições de uso em relação à pulverização aérea como um todo.

Focando no pré-projeto como uma estratégia do Ministério da Saúde, houve uma reunião com o Ministro agora, em maio, que acolheu o Sindag com a sua proposta de pré-projeto, e a nossa proposta é que tenhamos uma comissão multidisciplinar que envolva o Ministério da Saúde, que envolva MAPA, Ministério de Meio Ambiente, Ibama, CONASS, CONASEMS, porque, na realidade, todas as ações de que falamos aqui de controle de vetores, no fundo, são executadas ali na ponta pelos Municípios.

Então, o envolvimento dessas Comissões também é muito importante nessa discussão, para que possamos avaliar a literatura e a documentação que temos hoje já existente em relação a isso.

Na avaliação inicial feita pelo Programa, pelo Ministério da Saúde, é que não temos ainda informações suficientes de eficácia e segurança dessa estratégia. Então, numa avaliação de pré-projeto, uma das coisas que colocamos é uma proposta de que seja feito um estudo em relação a isso e que haja componentes de avaliação nesse estudo, para que possamos falar de eficácia com mais segurança.

Então, a questão de escolha dos locais, tanto áreas que têm casas térreas, como outras que podem impactar essa estratégia em relação a áreas com edifícios e estruturas elevadas. Antes da aplicação, ter avaliações da infestação prévia, quer dizer, quais são os índices, hoje, entomológicos, como estão os vetores nessa região – e aqui, temos alguns detalhes técnicos sobre isso, uma avaliação durante a aplicação, quer dizer, o quanto esse inseticida está realmente chegando nos mosquitos, colocamos gaiolas com mosquitos, existe um protocolo da OMS para essa avaliação para identificar, então, por essas provas biológicas, o quanto desse inseticida realmente atinge esses insetos durante a aplicação, e uma avaliação – desculpe, escrevi errado ali –, avaliação após a aplicação, que é a coleta de mosquitos adultos com uma avaliação de qualidade, com indicadores entomológicos, para avaliar essa eficácia.

Então, para concluir, o que a gente considera, então, no pré-projeto, é que a gente não deve chamá-lo de piloto, acho que é um projeto de pesquisa, acho que existem lacunas de conhecimento em relação à técnica que exigem, então, um projeto de pesquisa. Então, a gente orienta que seja elaborado um desenho metodológico para avaliação de eficácia e segurança, em conjunto com uma instituição de pesquisa, que inclua, então, esses indicadores entomológicos nessa avaliação de eficácia, e que se busque, então, claro, como qualquer projeto de pesquisa, aprovação de comitê de ética e, no caso, como há essa aspersão aérea, pode ser necessária a aprovação de órgãos ambientais e, conforme necessário, buscar fontes de financiamento para o projeto de pesquisa.

De qualquer forma, o Ministério se mantém com o seu posicionamento de instituir, então, esse grupo de trabalho para analisar e acolher o resultado dessas pesquisas para análise futuras de eficácia e segurança e seguir esse rito, como comentei, de incorporação de tecnologia.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Ana Carolina.

Só esperamos que, na próxima revoada de mosquitos *Aedes aegyptis*, continuemos discutindo os problemas de montagem de equipe...

Peço licença ao Senador Caiado, a senhora falou: fazer pesquisas. O Professor Christofoletti falou do caso lá de Botucatu, que foi uma epidemia de encefalite que aconteceu e que foi feito o uso a aviação agrícola com grande eficácia, de um ponto de vista. E também ali vi que é o mesmo produto, o mesmo defensivo malathion, que é usado, tanto no fumacê, nas zonas urbanas quanto foi usado no caso citado pelo Professor. Neste caso, não é considerada a experiência feita naquela época porque as circunstâncias eram diferentes, o próprio desenho urbano possivelmente de Botucatu não tivesse oferecido a mesma coisa?

Então, é só uma curiosidade antes de passar a palavra para o...

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI (*Fora do microfone*.) – Foi na região de Santos que foi feita a aplicação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, em Santos.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Acho que o comentário foi Itanhaém, Peruíbe, né? Isso.

Na realidade, eu só queria fazer um comentário principal aqui é que a encefalite de Rocio, que foi a doença, na época, é transmitida por outro vetor, é um *Culex*, né?

E, aí, temos que pensar como comentei: para cada doença, há um vetor diferente, e esse vetor tem características e hábitos diferentes. Há o vetor que entra mais dentro de casa ou não entra, procura mais sangue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

humano ou não procura, que se abriga ou não se abriga. Todas essas questões são importantes, por isso que, quando falamos de ter uma informação de eficácia, existem vários estudos que podem ser feitos. E precisamos principalmente é de uma informação, de um dado entomológico, quer dizer, que olhe como está o vetor antes e depois da aplicação e fale: "Olha, realmente está funcionando."

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Só faço um adendo: toda essa implicação já está devidamente especificada, e o que estamos querendo, de uma forma geral, é que não se procure uma aplicação de emergência depois que não atendeu a demanda necessária. Então, se todas as medidas que são feitas hoje estão cumprindo a eficiência, não vamos eliminar jamais o mosquito, nós temos que eliminar é aquela sequência de populações, de gerações que podem transmitir a doença. Eliminando o inseto doente, que transmite, possíveis insetos posteriores não têm com que se alimentar e transmitir doença depois. Jamais vão acabar com o mosquito, temos que acabar com o mosquito transmissor das diversas... Três ou quatro gerações seguidas para fazer isso aí. Tanto a aplicação terrestre como a aérea têm de ser eficazes como um todo. Se a aviação não atinge dentro de casa, o fumacê também não atinge áreas que estão abandonadas por aí. É esse aspecto que estamos colocando à disposição. Fazer esse tipo... Não deixar nenhuma porta aberta para acontecer problemas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Agora têm a palavra os Senadores para esses questionamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiro, Drª Ana, quero dizer que sou médico, assim como o Ronaldo. No Brasil, é lamentável, tenho acompanhado isso... E nós dois, de alguma forma – ele até mais, eu, um pouco menos –, somos ligados ao setor rural. O que existe, e espero que, sinceramente, isso não esteja acontecendo no Ministério da Saúde, é exatamente uma prevenção e um viés ideológico. Você falou em aviação agrícola, o cara já é contra porque é o veneno, é o agroquímico... Evidentemente que nós – nem eu, nem o Ronaldo – não estamos propondo aqui que isso seja feito de alguma forma. É claro, quando a vejo falar, vejo até preocupação – "Olha, isso não é um pré-projeto", parece até que estou ouvindo já os caras lá. Não vamos falar em pré-projeto, porque, aí, já estamos dando largada numa partida... Vamos falar que isso é...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma pesquisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...uma pesquisa ainda.

Qual é o correto na avaliação? Era, realmente, em lugares onde há uma infestação grande e que esses métodos já usados, as visitas de rotina, o fumacê... Em muitos lugares, dizem que isso não tem funcionado. E que essas pessoas, primeiro, consultassem pessoas do local e fizessem realmente um projeto piloto: "Olha, vamos delimitar essa área aqui, isso vai ser acompanhado por pesquisadores, pelo pessoal da saúde."

Na verdade, é o seguinte: é um inseto, e quem entende de inseto é entomologista. A verdade é essa. Uma vez instalada a doença, é claro que aí vamos precisar ter realmente o pessoal da saúde para combater. Mas o controle de vetores do inseto, na verdade, não tem a participação de engenheiros agrônomos com especialização em entomologia. Eu acho que é um erro. É um pessoal que entende, que talvez tivesse técnica diferente, principalmente numa situação diferenciada.

O que acontece é isto: na hora em que vem a crise, que vai lá em cima, que começa a aparecer, aí é um monte de coisa. Quando passa o período de urgência, emergência, aí se esquece. E vai-se lembrar do problema novamente lá no ano que vem, quando, de novo, ocorre a temperatura que propicia novamente a epidemia.

Então, eu acho que tem haver uma abertura para isso – uma abertura! Ninguém está defendendo: "Ah! Vamos fazer isso massivamente daqui pra frente!" Qual é a preocupação desse pessoal que tem um viés ideológico? "Se isso for usado e der certo, nós não conseguimos mais combater a pulverização."

Quer dizer, é um negócio assim que... Não estou afirmando, nem teria como afirmar isso, mas a nossa prática mostra. Eu me lembro de uma discussão aqui em que se disse que a aviação agrícola estava acabando com as abelhas. Lembra de uma discussão dessa aqui?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E que se estava diminuindo a polinização... Quer dizer, uma discussão para a qual veio um engenheiro agrônomo aqui, e o cara detonou todo mundo aqui. Ficou um negócio assim...

Então, eu acho que tem que haver essa abertura para isso, comandantes experientes, gente que está acostumada: "Não, a velocidade é essa, a área a ser alcançada é essa, a população...". É evidente que a preocupação maior é com as pessoas, como a Drª Ana disse. Eu acho que é correto.

A primeira coisa: o que está sendo feito tem um efeito que melhora a situação? Porque não adianta nada você, para combater, criar um problema ainda maior. Isso está fora de discussão.

O que se está tentando aqui... E eu me lembro, quando o Ronaldo fez essa coisa, do seguinte: será que essoal da aviação agrícola... O momento era de crise, e todo mundo estava apavorado com a microcefalia. erdade é que uma criança com microcefalia, dependendo do grau, vai ficar, o resto da vida, dependente, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ela vai criar um problema para a família dela inteira. Claro que são vários os graus de microcefalia, mas, quando o quadro se refere a uma microcefalia importante, você tem um ser humano ali completamente dependente, de tudo, e isso traz realmente um prejuízo muito grande, sobretudo na área de saúde, e a Drª Ana sabe disso.

Então, além daquilo que nós já temos, além de todo esse arsenal, que, parece-me, não está sendo eficiente... Se fosse, não havia problema aqui. Parece que não é eficiente, ou que não está sendo, pelo menos.

Será que nós não poderíamos começar com uma forma, com todo o cuidado que deve haver nisso aí, nessa experiência, montar realmente... Não se pode ter medo de falar que vamos fazer um pré-projeto, vamos chamar gente experiente aqui e vamos ver como é que isso se comporta, qual é realmente o retorno disso para a população. E, de repente, podemos, principalmente no Brasil, que tem uma frota muito grande, ter a contribuição. Tenho certeza de que o próprio produtor rural não se negaria a ajudar num momento como este – aqueles que possuem, evidentemente, avião agrícola próprio. Além disso, é preciso ver custo também.

A discussão, parece-me, precisa acontecer. Nós precisamos dar oportunidade, porque, se se falar assim: "É, mas não no todo, porque..." Aí, já deixa de lado, não se consegue nem que haja abertura para essa tentativa, vamos dizer assim. É dessa forma que eu penso.

Mais uma vez, Presidente, eu peço desculpa pelo atraso. É incomum, V. Exª sabe, mas hoje eu realmente não pude chegar às 8h. Eu costumo brincar com ela dizendo que sempre chego antes – ela é muito madrugadora –, eu falo: "Mas, antes de mim, você não vai chegar."

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Ela" é a Ana Amélia, que está aqui com o senhor. "Ela" sou eu. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Srª Presidente, só uma pequena observação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Permita-me uma pequena observação com respeito à citação da Drª Ana Carolina.

A gente fica meio chateado, às vezes, quando se apresenta alguma coisa contra, como o Senador está falando. Pegam o índice numérico mais extremo de todos, que não está ligado com a coisa. Quando se coloca ali que, com 32km, deriva, isso é verdade, mas não é verdade na aplicação aérea, porque, nos estudos, há lá uma condição climática específica que não dá mais que 2km da área de aplicação, porque existe a temperatura exata, controla a inversão térmica e o vento.

Passados esses limites, não existe mais, porque a gota gerada por um *(incompreensível)* que é jogado para cima também andaria 32 km se fosse na mesma condição. Então, a gente coloca essas coisas. Tem que ser um pouco mais séria a colocação de alguns dados para que não se fique dizendo: "Ah, aplicando 32 quilômetros aqui em Brasília vai matar gente lá em Formosa." Não é isso.

Então, a gente tem que observar tudo isso muito seriamente e colocar os dados. Por isso que, na bíblia da Organização Mundial da Saúde, há todos esses dados, inclusive quanto ao tamanho de gota para ser eficiente e quanto às condições climáticas para ser seguro na aplicação.

Só essa observação que eu tinha a fazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Comandante Júlio Augusto Kampf pediu a palavra. Eu vou passar para ele e, depois, à Drª Ana Carolina, porque acho que, após a provocação do Dr. Christofoletti, ela quer falar.

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – Eu gostaria de responder ao Senador Caiado e agradecer ao Senador Moka por sua intervenção, que é oportuna e realmente é o que acontece.

O Sindag vem apresentando um projeto ao Ministério da Saúde para que se criasse um projeto piloto desde 2004. Nós vínhamos apresentando, solicitando, afirmando que esse projeto é um projeto de pesquisa, é um projeto multidisciplinar que poderia trazer a tecnologia internacional utilizada no mundo para uma realidade nacional, de forma que todas as entidades pudessem ter as suas respostas, tirar as suas dúvidas, e se pudesse criar um protocolo nacional para o combate ao mosquito e aos vetores de doença.

Essa proposta, desde 2004, vem sendo pautada ao Ministério da Saúde. Não se levou adiante, não houve uma devida atenção com relação a ela. Os números relativos a infestações e de doenças no Brasil continuaram a subir. Em 2008, nós tivemos novamente um debate com o Ministério da Saúde, apresentando novamente essa proposta de um projeto piloto – reforço – para se criar uma tecnologia nacional e se tirar as dúvidas dentro do País, mas também não houve um avanço nesse sentido.

Para isso, nós tivemos uma reunião agora, no final do mês, com o Ministro Ricardo Barros, que nos atendeu e solicitou um grupo, provocou um grupo de trabalho, para desenvolver esse assunto. E, com o apoio dos Senadores e de toda a comunidade brasileira, achamos que se pode avançar nisso e trazer alguma solução controle de vetores, principalmente nesse sentido do uso do avião. O próprio Governo fala que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que entrar numa guerra contra essa epidemia, contra esses insetos. Temos a plena certeza de que, com a literatura e a tecnologia internacional, nós teremos êxito. Se estamos em guerra, vamos utilizar todas as ferramentas para diminuir a epidemia.

Nós não estamos colocando que a aviação é um mecanismo solitário dentro desse combate. Isso é uma prerrogativa de todas as tecnologias associadas às melhores técnicas e ao saneamento básico, cultural etc.. Tudo isso faz parte desse projeto para que, então, nós tenhamos o controle efetivo desse mosquito.

Eu gostaria de agradecer também ao Senador Caiado por ter solicitado esta audiência pública e, com isso, nos ter permitido colocar à disposição da sociedade e dos Srs. Senadores essas propostas.

Respondo ao Senador Caiado sobre dosagens e a própria tecnologia.

Todas as dosagens e os inseticidas usados deverão ser recomendados pela OMS. A aviação, dentro desse projeto, não irá utilizar nenhum produto que não seja autorizado mundialmente. Entretanto, dentro do objetivo do projeto, há um estímulo nosso à indústria nacional de produtos inseticidas sanitários, desse desenvolvimento no Brasil, porque consideramos isso até uma questão de segurança nacional. Esse produto deveria ser fabricado no Brasil e não depender de importações. Enfim, existe aí essa relação comercial e até mesmo de desenvolvimento de tecnologia no País.

A rapidez realmente é o combate mais forte dessa tecnologia. A rapidez e a uniformidade, porque, enquanto você tem um fumacê trabalhando em áreas restritas dentro da cidade, você tem uma aeronave trabalhando num hectare, numa área superficial completa. Portanto, é muito positiva essa utilização da velocidade, e a aplicação deverá ser feita no momento em que o pessoal da biologia, da entomologia, disser que é o momento certo da aplicação, quando o mosquito estiver no seu *habitat,* porque poderá ser usada menor quantidade de inseticidas por hectare ou por aplicação.

O Senador Caiado perguntou por que que isso não andou. Eu não tenho essa resposta. Eu acredito que tenha cunho político o motivo de a pesquisa não ter avançado. Este Sindicato não vem propondo uma aplicação indiscriminada ou tocar essa tecnologia no Brasil inteiro. Não é esse o caso. Todas as vezes que foi solicitado esse serviço a este Sindicato, principalmente nas capitais Teresina, do Piauí, e Recife e em mais algumas cidades do interior de Pernambuco, em todas essas oportunidades o Ministério vetou, literalmente vetou, o processo.

Aguardamos, então, neste momento, que o novo Ministro, Sr. Ricardo Barros, encaminhe essa proposta e possamos desenvolver essa tecnologia no Brasil e ficarmos à disposição do Estado para enfrentar a emergência que estamos vivendo.

Sempre frisamos que não somos os únicos, estamos atentos a isso. Todas as tecnologias até agora utilizadas são de altíssima eficiência, no entanto, os números ainda continuam subindo. Essa é a preocupação do Sindag ao colocar a aviação à disposição, ao colocar a aviação nesse *front.* Ela é um equipamento de alta eficiência numa guerra contra esse mosquito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Comandante.

Em seguida, passo a palavra à Drª Ana Carolina. Antes quero saudar o Senador José Medeiros, o Senador Caiado e o Senador Moka, que, como eu, ficaram até as 2 da manhã, desta manhã, no Senado, na reunião da Comissão Processante.

Drª Ana Carolina.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Primeiramente, gostaria de tranquilizá-los quanto à questão de prevenção em relação à tecnologia, de uma restrição imediata em relação à tecnologia. Na realidade, estamos em um momento de crise, em que a discussão sobre novas tecnologias...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ana, desculpe-me interrompê-la, mas é que tem quatro anos essa proposta.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Quanto a esse ponto, eu não posso responder por gestões anteriores, não posso me colocar sobre a forma como isso se deu, como isso tramitou internamente. Posso falar agora sobre o momento. No momento atual o que temos, inclusive perante a crise, é uma abertura para a discussão de novas tecnologias. Inclusive trouxe aqui como está a discussão de projetos em andamento sobre tecnologias com eficácia e segurança já comprovadas.

A outra questão é a seguinte. Eu trabalho com o controle de malária já há algum tempo e agora estou trabalhando com controle de dengue também, que são programas em que utilizamos inseticida. Acho que a prevenção não é ideológica em relação ao uso de inseticidas, porque reconhecemos o papel que esses inseticidas têm em saúde pública hoje em dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A questão que gostaria de reforçar aqui é importância de termos o resultado de eficácia e segurança. Daí a proposta, após essa reunião com o Ministro Ricardo Barros, de termos esse grupo de trabalho que avalie a documentação existente, os trabalhos existentes na literatura, inclusive o que caminhamos em relação a isso com a última apresentação do projeto apresentado pelo Sindag, que foi um contato com uma instituição de pesquisa, a Fiocruz do Rio de Janeiro. Existem pesquisadores lá, e já foi identificado um pesquisador na Fiocruz do Rio de Janeiro que tem interesse em fazer essa parceria com o Sindag para fazer esse estudo, essa experiência. De qualquer forma, enfatizamos a necessidade de que seja elaborado um projeto que tenha condições de avaliar a eficácia, que tenha esses indicadores entomológicos, que tenha critérios para avaliar segurança, inclusive esses comentários feitos aqui em relação à deriva, em relação a como isso se dá dentro do estudo.

Esses são dados que podem ser levantados e podem ser muito importantes em saúde pública, dependendo desses resultados. Mas o que reforçamos é que, no caso de incorporação de uma tecnologia no SUS, de incorporação de uma tecnologia no serviço público, temos que cumprir esse rito para que não atropelemos as coisas e acabemos causando mais mal do que bem.

Então, incentivamos o grupo que está propondo, o Sindag, a entrar em contato com a instituição de pesquisa, a desenvolver uma pesquisa com todos esses critérios e a apresentar esse resultado depois para esse grupo de trabalho para que possamos analisá-lo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só uma observação, Ana.

Sei que é uma nova administração, e é importante dizer que são pessoas que têm outra mentalidade. O rito é importante, é segurança, não podemos abrir mão dele – estou dizendo para você até pela minha formação acadêmica –, mas isso também não pode servir como resistência, para não dar abertura para uma inovação. Às vezes se usa o argumento da segurança como forma para evitar que isso aconteça.

Espero realmente que o Ministro Ricardo Barros, que conheço bem, e os técnicos, o pessoal da área, tenham essa abertura. Se chegarem à conclusão de que não funciona, de que não é eficaz e de que o risco é muito grande, serei o primeiro a dizer: "Acabou essa alternativa." Para que isso? Ninguém aqui tem outro interesse que não seja... Agora, o que não se pode mais é esperar um novo surto, um novo pico da doença.

Insisto – sou médico – que os entomologistas deveriam fazer parte de uma equipe – se é que isso já não acontece –, porque esse pessoal conhece hábitos de insetos, conhece isso. Deve haver pesquisadores que conhecem tudo a respeito disso, e eles poderiam dar uma contribuição muito valiosa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cumprimento a Srª Presidente, o Senador Moka, os expositores, o nosso colega Medeiros.

Srª Presidente, a Drª Ana embasou a exposição dela nos argumentos da eficácia, da segurança e da incorporação de tecnologia, ou seja, no tripé sobre o qual o Ministério da Saúde tem embasado todo o combate ao *Aedes aegypti* e também o controle das doenças transmitidas por ele.

Em primeiro lugar, lembro que nós estamos numa curva ascendente nos últimos anos. No ano passado nós extrapolamos todos os países da América Latina em percentual de casos, no Brasil foi mais de 1,6 milhão de casos identificados – me falta o número de óbitos, que a Drª Ana talvez possa nos passar, mas isso também é algo superficial, porque sabemos como é estatística no Brasil.

Em segundo lugar, lembro que nós tivemos algo que foi inédito: graças a uma colega – sempre a cumprimento – de Pernambuco, foi identificado o zika vírus, também transmitido pelo *Aedes aegypti*, e a chikungunya.

Com isso, nós temos um vetor, mas agora a Fundação Oswaldo Cruz suspeita que o *Culex*, que é muito mais comum, também pode ser transmissor do zika vírus, existe essa possibilidade. Então, estamos irradiando vetores para disseminar todas essas doenças.

O Ministério da Saúde diz: "Os nossos projetos são embasados em eficácia, segurança para população e, ao mesmo tempo, incorporação de tecnologia." – Drª Ana, nada pessoal, este é um assunto que nós estamos discutindo do ponto de vista científico, como colocou o Senador Moka. Nós temos um Ministério especializado nisso, que tem a finalidade de apresentar à sociedade brasileira alternativas no momento em que aparece o problema. Além disso, vocês relatam que todas as pesquisas são baseadas nesse tripé. Pergunto: como é que esse tripé explica para a sociedade o aumento do número de óbitos em escala geométrica, o aumento dos casos de contaminação, que há uma projeção de 3 mil casos de microcefalia com inúmeros óbitos? Então, onde é que está a eficiência do trabalho do Ministério da Saúde?

Agora, o que é mais grave, o segundo ponto, Senador Medeiros e Senador Moka. O presidente do Sindi-
o Nacional da Empresas de Aviação Agrícola, o presidente do Sindag, colocou à disposição do Ministério da
ide, a custo zero, dois mil aviões. Piloto e avião a custo zero, e o Ministério da Saúde entra com controle e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

medicamento. Então, é o que o Senador Moka perguntou: qual é a dificuldade de se fazer uma pesquisa num momento em que estamos vendo as pequenas cidades do Nordeste serem dizimadas?

O Ministério da Saúde vai se defrontar com a seguinte situação: 3 mil crianças com microcefalia, milhares de pessoas com síndrome de Guillain-Barré, que se tornam dependentes – o ataque ao sistema neurológico é brutal e muitos evoluem para óbito. Nós não temos ainda a extensão das lesões neurológicas que poderão se apresentar daqui para frente também com a contaminação da zika vírus. Presidente, nós nos deparamos com essa situação toda, e o Ministério da Saúde diz o seguinte: "Nós estamos tranquilos porque há eficácia, segurança e, ao mesmo tempo, incorporação de tecnologia." E a população brasileira se vê na mesma situação em que se vê a população do Haiti – talvez no Haiti seja menor o percentual de contaminação do que no Brasil. Isso é inadmissível se nós tivemos um mínimo de solidariedade com o ser humano.

Então, não se pode aceitar que, por causa de uma base fundamentalista ou ideológica, se rejeite a pesquisa, porque a pesquisa é tudo para nós. Se nós tivermos aqui o preconceito de que a pesquisa pode ser colocada a campo para que se avalie depois o resultado numa área, que foi aqui colocado por eles, Presidente... Como vai chegar o fumacê naquelas regiões, nos lixões das grandes cidades, um dos maiores focos, água parada?

Nós não damos conta de entender: coloca avião à disposição, piloto à disposição... A única coisa que pedem ao Ministério da Saúde é que controlem se está sendo feito corretamente, se a pulverização está dentro dos parâmetros aceitáveis da Organização Mundial de Saúde, se realmente o combate está correto. Por que não fazer isso no Nordeste, onde temos 3 mil mães com 3 mil crianças com microcefalia?

Presidente, é algo realmente... Me desculpe, mas eu não acredito que uma pessoa de mente sã rejeitaria uma proposta dessas. Com a vivência que temos, com a experiência que temos, como médicos que somos, como vamos negar uma coisa dessa num momento em que as pessoas estão morrendo, principalmente o cidadão de baixa renda?

O cidadão que tem um H1N1 ou um zika vírus ou uma dengue e tem poder aquisitivo, ele tem condições rapidamente de chegar a um diagnóstico, fazer tratamento de Primeiro Mundo e tal. E esses bolsões de pobreza, que são exatamente os focos, como ficam?

Presidente, desculpe-me por ter me prolongado e abusado da paciência de V. Exª, mas esse é um assunto de saúde pública. O Senador Moka colocou a necessidade de discutirmos isso com o Ministro da Saúde, e acho que é extremamente válido termos a continuidade dessa discussão. Não é possível o Brasil virar as costas, o Ministério da Saúde virar as costas e desconsiderar uma proposta como essa no sentido de tentar combater aquilo que tanta angústia tem causado ao brasileiro.

Só para concluir. Chegou-se ao seguinte ponto: quem tem poder aquisitivo no Brasil e estava grávida mudou para Miami. Minha filha foi para Miami agora e só volta depois que tiver nascido a criança. Quantos fizeram isso? Só aqueles que têm poder aquisitivo. E o cidadão que está lá na base, o cidadão que está lá no interiorzão do Nordeste, com água parada? Quando tem, a água é parada. Que água circula no Nordeste no verão? Até o Rio São Francisco está correndo risco.

Água parada, os lixões, condições sanitárias precárias. Diante disso, chega a ser revoltante não darmos essa alternativa para o combate à doença. E lembro que acham que, além do *Aedes aegypti* e do *Culex,* pode também atingir outro mosquito e que, naquele momento, naquela hora, haveria ali um desequilíbrio. A criança nascer com microcefalia ou morrer, o cidadão ter uma síndrome de Guillain-Barré, isso não parece ser problema.

Então, Presidente, diante desses fatos que trago aqui... É lógico que não quero, de maneira alguma, responsabilizar a Drª Ana, mas é um fato que nós, o Senador Moka, o Senador José Medeiros e eu...

Nós solicitaremos, e acredito que com o apoio de V. Exª, que com muita competência preside esta Comissão, a presença do Ministro. Queremos saber dele se, no próximo verão, nós vamos, de novo, passar pelas mesmas situações: Brasil comparado com a Colômbia, dez vezes mais; Brasil comparado com o Haiti, dez vezes mais. Quer dizer, nessas estatísticas, somos *pole position* no mundo inteiro. Queremos sair dessa posição.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado, que foi o autor desse requerimento.

Saúdo o Deputado Luiz Carlos Heinze, que é ligado ao setor.

Queria lembrar que esta Comissão realizou uma audiência pública, por iniciativa do Senador Wellington Fagundes, e debatemos exaustivamente isso.

Quero apresentar duas perguntas.

Como eu disse na abertura desta audiência pública... O Senador Moka e o Senador Caiado, de alguma neira, abordaram o tema do ponto de vista dos aspectos ideológicos dessa questão. O Brasil inteiro assiste a audiência pública como esta, e é impressionante também a participação e o interesse das pessoas, mes-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mo em áreas urbanas, que não são áreas agrícolas, que seriam os casos de Mato Grosso, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, do Rio Grande do Sul mesmo ou de outras regiões produtoras...

Faço questão de ler essas duas perguntas, que são análogas – uma é daqui do Distrito Federal e a outra é do Rio de Janeiro.

Esta pergunta – pode ser respondida pelo Prof. Christofoletti ou pelo Comandante Júlio – é do Claudinei Fernandes Lula da Silva, do Distrito Federal. Ele pergunta: "Esse interesse repentino em fazer pulverização aérea em áreas urbanas não seria uma pressão de empresas de aviação civil para aumentar os seus ganhos? Qual é a eficácia da aplicação de inseticidas dessa técnica?" Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, do Rio de Janeiro, é de Alan Tygel: "Por que ninguém comenta que esta proposta vem na hora em que o lucro com agrotóxicos caiu 20%? Não queremos veneno sobre nossa cabeça. Saneamento básico já!" (*Palmas.*)

Transmito aqui as perguntas e peço resposta ao Comandante Júlio Augusto.

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – A eficácia dessa tecnologia está comprovada na utilização em vários países do mundo. Essa tecnologia já é utilizada e desenvolvida nos Estados Unidos e no restante do mundo, já foi usada e está sendo usada na cidade de Miami praticamente diariamente. Na Polônia, onde houve uma infestação de moscas, ela foi utilizada. Cuba é controlada também por esse mecanismo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Onde?

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – Cuba.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – É o grande mentor?

O SR. JÚLIO AUGUSTO KAMPF – Então, eu diria o seguinte: não tenho dúvida de que a proposta que o Sindag está fazendo, de se fazer um projeto piloto para se avaliar aqui no Brasil as tecnologias internacionais, terá êxito. Mas é importante para a sociedade brasileira essa correlação, que a sociedade possa se manifestar e ver a eficiência dessa tecnologia.

Não entendemos por que o combate a um mosquito, a esse grande número de doenças e ao seu crescimento, não é feito com mecanismos que possam realmente reduzir, num curto espaço de tempo, a epidemia.

Quanto às outras perguntas, elas ficam muito baseadas dentro do cunho ecológico, dentro do cunho político. Gostaria de dizer que este Sindicato coloca esse número de aeronaves, que é a segunda maior frota do mundo, como o próprio Senador Ronaldo Caiado disse, à disposição do País para o controle disso gratuitamente. Então, não estamos com uma vista econômica em cima desse processo e, sim, com uma visão de nacionalidade, de cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Prof. Christofoletti quer fazer uso da palavra e também a Drª Ana Carolina.

O SR. JOSÉ CARLOS CHRISTOFOLETTI – Só queria dar uma resposta à segunda pergunta, relativa de custo de dinheiro no negócio.

Quando a gente fala de aviação agrícola... Aquela fotografia que mostrei da cidade, que tem vista da cidade por cima, mostra: há muitas áreas expostas que não são tratadas com o fumacê, aquela parte terrestre. Isso pode significar o seguinte: o dinheiro gasto no investimento do produto químico na área atingida pelo fumacê é um custo, mas naquela área que não foi atingida tem de ser colocado produto químico também.

Agora, o controle só vai funcionar se o fumacê atingir aquela área e também a outra área, que pode ser a maior fonte de geração do mosquito – essa área tem de ser atendida também. Então, não é que há um custo maior com o defensivo agrícola não, essa é uma visão totalmente distorcida da realidade. É colocado o produto onde não foi colocado anteriormente com a aplicação terrestre.

Então, não é questão de se exigir agora porque caiu o comércio de defensivo. Mas e a área que não se atinge com o fumacê? Lá há inseto. Como é que faz? Não tem que colocar defensivo lá também? É nessa área que a aviação agrícola é eficiente e é nessa área onde há maior incidência da reprodução do inseto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo agora a palavra à Drª Ana Carolina, depois ao Deputado Luiz Carlos – a Comissão, felizmente, é frequentada também pelos nossos ativos Deputados Federais.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu achei que ele tivesse assumido como Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria saudar o Senador Lasier Martins. Precisamos nos cuidar porque o interesse desses Deputados pelo Senado nos preocupa, não é, Senador Lasier Martins? Especialmente os do Rio Grande.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E é um Deputado muito dedicado a essa matéria.

Acompanhei pela televisão, é muito interessante a audiência pública. Não tenho perguntas, mas, se tivesse alguma pergunta, deixaria para o Deputado Heinze fazer em meu lugar.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Passo, então, a palavra à Drª Ana Carolina.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Queria só fazer alguns comentários adicionais.

Realmente estamos numa situação de crise, acho que isso está claro para todo mundo, mas há uma coisa importante que precisa ser considerada. É que, quando olhamos o mapa global de arbovirose, principalmente de dengue, observamos que toda a região tropical do Globo está acometida por dengue. Observamos também que realmente há limitação nas técnicas existentes no mundo todo. Então, quando olhamos para a Ásia relativamente à questão da transmissão de dengue, vemos situações muito semelhantes às que encontramos aqui no Brasil. E é por isso que trouxe para vocês esse comentário sobre a importância de novas tecnologias.

Temos hoje estratégias cuja implementação precisamos discutir. Acho que essa reunião, no começo do ano, em fevereiro, foi muito importante. Nós trouxemos um grupo técnico grande, com *expertise* para analisar as tecnologias disponíveis, inclusive a pulverização aérea entrou na pauta da discussão. Então, não estamos fechados para essa discussão, esse foi um dos temas da discussão em fevereiro, em que se identificaram as tecnologias inovadoras que podem nos ajudar a superar essa crise, já que as estratégias atuais não estão dando conta de todos os problemas que temos enfrentado.

Além disso, o que temos no mundo todo são grupos buscando novas tecnologias, novas estratégias, não só no controle vetorial, mas também nos outros temas relacionados a diagnóstico, a tratamento, à condução dos casos clínicos, a vacinas. Então, acho que temos um grupo, no mundo todo, buscando novas estratégias, e não só aqui no Brasil.

Lembro que temos uma crise agora não só pela presença do *Aedes*, mas também pela introdução de um novo vírus, que muda completamente a nossa percepção, pela importância, principalmente, que a população também dá à infestação pelo *Aedes aegypti*. Acho que isso muda muito a forma como se encaram ou como se tinham encarado, até então, as questões relacionadas ao *Aedes*.

Eu gostaria só de reforçar o que já comentei. Neste caso, após essa conversa feita pelo grupo do Sindag, que se dispõe, então, a elaborar esse protocolo, a desenvolver essa tecnologia, reforço o que comentei: que identificamos uma instituição de pesquisa interessada em apoiar essa pesquisa, que é a Fiocruz do Rio de Janeiro, para que possam ser desenvolvidos elementos que fundamentem essa discussão, então, de incorporação no futuro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Ana Carolina.

Com a palavra o Deputado Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Cumprimento a Srª Presidente e os Srs. Senadores. Saúdo a Ana Carolina também, o Christofoletti e o Kampf.

Sobre a questão da aviação agrícola: há algum tempo também temos nos dedicado a essa questão, Senador Caiado, lá na Câmara, juntamente com o Deputado Valdir Colatto.

Estivemos lá, Senadora Ana Amélia – embora não tenhamos conseguido conversar com o Ministro Marcelo Castro –, na Secretaria de Vigilância Sanitária, com o grupo que controla e comanda esse processo. O que nós fomos colocar para eles, junto com o Sindag? Que queríamos fazer um protocolo, ajustar, fazer uma reunião, e nós não conseguimos. Foi em fevereiro ou março que estivemos lá. Nós nos colocamos à disposição, com um técnico, como o Dr. Christofoletti, que é um especialista no assunto, com técnicos da Embrapa, com pesquisadores de universidades, como a de Botucatu, em São Paulo, e outras, que dominam esse assunto, para fazer um contraponto, Senador Caiado – como fizeram V. Exª e o Senador Moka, que são médicos – com agrônomos, médicos, enfim, para discutir a tecnologia, porque os produtos usados pelo fumacê ou pela aviação são os mesmos, não é coisa diferente.

E agora, recentemente, nós estivemos – acho que semana retrasada – com o atual Ministro. Então, agora, vai sair a reunião. Só o que nós queremos é conversar. Não adianta criminalizar uma atividade, dizer que essa técnica eu não posso usar, sem discutir. Então, vamos colocar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Testar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – ... quem entende de aviação agrícola com os agrônomos, com os especialistas da Embrapa e das universidades para conversar com os médicos. Como é que se pode adaptar? Inclusive, o Ministro Ricardo Barros colocava que, na Índia, recentemente, têm sido feitas aplicações aéreas para combater alguns vetores lá.

Então, basicamente, é isso. Acho que é importante essa audiência para desmistificar o processo. E é o que nós queremos: conversar, só isso. E as pesquisas podem ser feitas. Não é para fazer aplicação aérea... Eles não estão interessados em fazer serviço, agora, aplicando no Brasil inteiro. Não é esse o problema. Não é uma questão de que alguém queira vender defensivos. Não é esse o problema, mas combater... Existe um problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sério no Brasil, e alguém está se colocando à disposição. E a tecnologia que existe hoje, de especialistas, como o Dr. Christofoletti e outros, da Embrapa, da própria universidade, de várias universidades que dominam o tema... Nós queremos conversar com a Fiocruz ou com quem quer que seja. Bem, é do que se precisa.

Nós pedimos, no início de março, e não tínhamos conseguido. Agora, o Deputado Ricardo Barros, atual Ministro da Saúde, já está agilizando para que possamos fazer essa primeira discussão, com os dois lados sentados juntos. É só para comentar o que vimos trabalhando, reforçando o que o Senado hoje está fazendo. Lá na Comissão de Agricultura da Câmara, com o Deputado Colatto, nós já vínhamos batendo nesse tema, e, agora, acho que vai dar certo, a partir desta audiência pública daqui, com esse processo que o Kampf lidera, junto com as empresas de aviação agrícola, colocando esse segmento à disposição do Brasil.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Luis Carlos.

Drª Ana Carolina, houve a citação de um produto aqui – espero não estar fazendo comercial do produto –, que é o mesmo usado na aplicação aérea, como no fumacê, os famosos aplicadores costais, que fazem aquela fumigação, que é o produto malathion. Esse produto, o componente dele é importado? É produzido no Brasil ou mundialmente? Desde quando existe? Qual é, digamos, a vantagem dele ou a sua recomendação?

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Os inseticidas que utilizamos dentro do programa são sempre inseticidas recomendados pela Organização Mundial de Saúde e avaliados pelo ROPS. Existem diversas classes de inseticidas, e a definição de qual classe nós utilizamos leva em consideração o monitoramento de resistência do *Aedes* ou dos culicídeos aos inseticidas, para que possamos definir qual inseticida utilizar.

Além disso, existe uma outra questão relacionada à troca dos grupos, quer dizer, utilizar, por um período, um grupo, uma classe de inseticidas, depois utilizar outra, para ter uma rotatividade e evitar, principalmente, a resistência. Então, já utilizamos piretroides para esse tipo de aplicação, e foi modificado, então, para o malathion, que é um fosforado, por conta de resistência. Então, essa é uma questão que temos sempre que levar em consideração nesse monitoramento para identificar qual inseticida deve ser utilizado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse inseticida vale para qualquer tipo de mosquito ou é só para uma classe de mosquitos? A senhora, que é especialista em malária... É outro mosquito, não é?

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Na realidade, eles servem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui também... Porque eu, como comunicadora – aqui está o Senador Lasier, também comunicador, o Senador Medeiros, o Senador Caiado... Aqui, são dois médicos; e, aqui, dois jornalistas e um policial rodoviário federal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – E um agrônomo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, o agrônomo é o senhor.

Então, o Senador Caiado falou do *Culex*, a senhora também falou, e o Prof. Christofoletti também falou. Na verdade, é o pernilongo, não é? Então, as pessoas todas entenderão quem é o *Culex* ao apresentar que é o pernilongo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É a muriçoca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a muriçoca.

Então, eu perguntei ao professor se era o borrachudo. E ele disse: "Não; é outra categoria. O borrachudo é pequenininho e incomoda muito mais do que uma muriçoca".

Então, doutora, eu lhe agradeço.

A SRª ANA CAROLINA SANTELLI – Certo.

Essas recomendações da OMS, da ROPS, desse grupo que avalia isso, são recomendações para vetores de doenças em geral. Então, eles falam tanto dos vetores de malária, quanto de vetores de dengue, chikungunya, zika, como vetores de leishmaniose. Então, temos um grupo grande de mosquitos que utilizamos.

A definição de cada programa para qual inseticida se vai utilizar depende dos monitoramentos de cada um. Então, o que está acontecendo em relação à resistência dentro do *Anopheles* pode não ser a mesma coisa que está acontecendo de resistência em *Aedes*. Então, essa definição tem que ser específica para aquilo que se quer atingir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Senador Caiado... Senador Moka, Senador Caiado, Senador Medeiros...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Quem primeiro?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele não tinha falado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os quatro Senadores, Senador Lasier Martins, saímos, na manhã de hoje, às 2h15, da reunião da Comissão Processante, e às 8h a reunião foi aberta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Fui solidário acompanhando. Meus cumprimentos pela atuação, principalmente pelo debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi interessante. Obrigada, Senador.

Bem informado também o Senador Lasier Martins de que foi até tarde a nossa reunião.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Primeiramente, quero parabenizá-la, também, pela atuação ontem na Comissão do Impeachment. Até vi que foi tal o destaque que jornais de nível internacional comentaram a atuação dela. Debate firme!

E, neste momento, em que queremos mais mulheres se firmando na política, com certeza a Senadora Ana Amélia é um farol a ser seguido pelas outras. Ela muito nos deixa satisfeitos e contentes com sua atuação maiúscula aqui no Senado Federal. Isso não é confete, é uma constatação de todos, e com certeza os Senadores que estão aqui concordam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se soubesse desse elogio, eu o teria chamado antes para falar, Senador Medeiros. Obrigada!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É a expressão máxima da verdade, Senadora Ana Amélia.

Quero também parabenizá-la pela atuação à frente da Comissão de Agricultura, porque está sempre trazendo grandes temas, e este é da maior importância. É da maior importância, porque aflige de leste a oeste o País, do sul ao norte, e aqui se está justamente buscando saídas. E buscando saídas com especialistas, fazendo o debate e levando à população brasileira o que está acontecendo e mostrando a preocupação. Esse tem sido o perfil da Comissão de Agricultura.

Inclusive, para quem não sabe, a Senadora Ana Amélia corre este País fazendo também ciclos de debates sobre todos os temas.

Então, quero só fazer esse registro e esperar que, dentro em breve, possamos encontrar a saída para esse terrível mal que está acometendo o País.

Há poucos dias, ouvi um especialista dizendo, Senador Caiado – V. Exª é médico, o Senador Moka também –, que essa zika, esse problema que estamos passando no País neste momento se assemelha à praga, de tão grave que é. Ele falou que os países não acordaram ainda para a gravidade desse tema. Por isso a importância deste debate aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço.

Por justiça, Senador Medeiros: para esta audiência pública, para este tema, o requerimento e a iniciativa foram do Senador Ronaldo Caiado. Por isso, nós a mantivemos, apesar do tempo, porque as pessoas já tinham vindo de outros Estados para dela participar. Achamos que não seria conveniente, na última hora... Isso tem gasto, as pessoas viajam – à exceção da Drª Ana, que fica aqui em Brasília, mas os demais convidados vieram de fora. Então, agradeço a V. Exª essa participação para reconhecer a contribuição do Senador Caiado.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, apenas e tão somente... É exatamente o que quero colocar de maneira muito tranquila...

Primeiro, quero dizer – sempre falo isso, e há alguns produtores que se irritam comigo – que eu não sou produtor rural, não tenho ligação nenhuma com a aviação agrícola ou qualquer tipo de interesse. Apenas estou vendo, como médico, que estamos perdendo a guerra para o mosquito. E acho que seria importante... Eu defendo o seguinte: alguma coisa localizada primeiro, uma pesquisa muito bem feita, um controle muito bem feito, porque só assim vamos chegar a alguma conclusão. Não há nenhum outro interesse, Drª Ana, que não seja esse. Eu jamais... Quem me conhece sabe que eu jamais colocaria em risco a vida de pessoas, a minha formação não me permite isso.

Agora também deixar expostas pessoas, sobretudo as mais humildes, por uma questão apenas e tão somente de um viés ideológico, sobretudo daquelas pessoas que vivem em áreas confortáveis e que estão expostas a menos risco, e que, por alguma razão, que respeito, divergem disso... Consomem produtos mais caros e que não têm nenhum tipo de veneno químico, mas, às vezes, são ludibriadas – pensam ter consumido uma coisa puramente orgânica e, como já foi demonstrado, quando se vê, o cara comprou de uma agricultura em que se usa agroquímico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Outra coisa: o produtor rural não está... A ligação do produtor rural aí é de ajudar, tenho certeza. O Sindicato diz: "Nessa guerra..." Todo mundo tem filha; eu mesmo tenho três. Todo mundo está preocupado com a evolução disso. Quem pode dizer que amanhã ou depois não terá um parente com o zika vírus? Numa época de fertilidade, de gravidez... Quem é que está imune disso? Será que não podemos começar um projeto e chegar a conclusão: "Olha, gente, em determinadas áreas..." Essa, sim, poderia ser uma contribuição importante.

Será que não podemos ter essa abertura? "Não, não é eficaz, não tem eficiência, ou expõe demais as pessoas. " Vamos parar com isso! É apenas a vontade de... Se não houvesse pesquisa, não teríamos evoluído. Quantas doenças hoje são controladas? É porque se pesquisou.

Penso, honestamente, que... Aqui ninguém chamaria, e nem V. Exª concordaria com isso, uma audiência pública porque está diminuindo... Estou preocupado se está diminuindo o lucro do cara? Por quê? Agora, meu Deus do céu, vamos ficar com essa coisa, com essa visão o tempo todo e não vamos deixar que o País possa ter uma oportunidade? Estamos falando de uma frota agrícola disponível e que se colocou à disposição do Governo.

Respeitando... Acho importante que se tenha colocado nisso, até para aquelas pessoas que tenham alguma intenção que não essa que temos aqui, que acham que podem auferir algum lucro, também serem alertadas. A população está realmente acompanhando este debate e não vai permitir nada que não seja alguma coisa absolutamente segura, que traga eficiência para o controle disso, que existe, lamentavelmente, como disse a Drª Ana Carolina, não só no Brasil, mas, principalmente, nos países tropicais.

Portanto, é uma contribuição aqui. Quero fazer justiça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da Comissão e do Senador Caiado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não fui eu, quem trouxe o debate foi o Senador Ronaldo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes desta audiência – o Senador Caiado estava aqui, o Senador Moka também – o Senador Wellington Fagundes requereu – logo depois, o Senador Blairo Maggi também – um debate sobre como o setor da agropecuária se poderia colocar, exatamente na hora mais aguda do zika vírus.

A situação é tão grave, Senador Caiado, Senador Medeiros, Senador Lasier, Senador Moka, Deputado Heinze, que eu estava fora do Brasil e li uma informação de que 120 cientistas da área de saúde haviam recomendado que as delegações estrangeiras não viessem ao Brasil na Olimpíada, que seria um risco, dada a gravidade da situação. A OMS, Organização Mundial da Saúde, que regula toda a política de saúde, disse que não era necessária uma medida tão radical, mas, de qualquer maneira, apenas para dar a ideia, digamos, da extensão e da dimensão que o problema do zika vírus tem, e de como o Brasil está sendo visto lá fora em relação a esse problema.

Queria agradecer muito aos Senadores todos. Apesar do adiantado da hora desta manhã, compareceram: o autor do requerimento, Senador Caiado; o Senador Moka; o Senador Medeiros; o Senador Lasier Martins.

V. Exª quer fazer alguma manifestação, Senador?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tenho um requerimento, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na segunda fase vou dispersar a Mesa, agradecendo, e vamos apreciar matérias, também tenho requerimentos aqui. Em breve vamos aprovar os requerimentos, Senador Moka.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senadora Presidente, gostaria só também de poder agradecer a presença de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo! Faça-o em nome da nossa Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Quero deixar nossos agradecimentos tanto à Ana Carolina, que esteve aqui representando o Ministério da Saúde; ao Júlio Augusto, Vice-Presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Aviação Agrícola; como também ao Sr. José Carlos, que é engenheiro agrônomo, que também fez uma exposição detalhada aqui sobre o tema.

Para encerrar, Presidente, modéstia à parte, nós, no decorrer desses anos de vida e de Parlamento, já conseguimos quebrar alguns preconceitos, alguns dogmas. Na minha área da saúde, a luta pela célula-tronco, que foi um grande embate também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Biossegurança.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quanto preconceito sofremos e quantas críticas ali para superar um momento de avanço da ciência!

De tudo aquilo que vem na área da pesquisa, da ciência, sempre fui um defensor, até porque a minha mação também é baseada nisso. Para se dar qualidade de vida e de atendimento à saúde, temos que, cada mais, exigirmos das nossas inteligências para chegar a um resultado cada dia melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Cumprimento todos os palestrantes e, ao mesmo tempo, quero dizer que tenho certeza de que saberemos, com o bom senso do atual Ministro da Saúde e com as novas metas do atual Presidente da República, chegar agora, no verão de 2016, pelo menos com a condição de poder, aí sim, levar um mínimo de segurança à população mais carente do País e, ao mesmo tempo, com resultados mais eficientes, que não coloquem o Brasil nesse quadro calamitoso perante o cenário internacional, como colocou a Presidente. Ou seja, foi colocado para todos os países do mundo o aconselhamento de não virem ao Brasil. Ou seja, foi dito que não se deve ir à Olimpíada no Brasil porque é um país que não tem controle mínimo sanitário. As pessoas estão com microcefalia, com síndrome de Guillain-Barré, estão morrendo com dengue. Enfim, essa é a imagem que se passa para o mundo todo tentando cada vez mais diminuir a credibilidade do Brasil no cenário internacional.

É contra isso – a Presidente colocou – que estamos aqui para lutar e para trazer alternativas, baseados na ciência e na pesquisa.

Muito obrigado a todos e muito agradecido pelo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª iniciou pontualmente às 8h da manhã, e eu e o Moka, dessa vez, deixamos a desejar nessa meia hora. Pedimos desculpas a todos os presentes por isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Caiado, também pela oportunidade deste debate.

Queria renovar, como já fez o Senador Caiado, nossos agradecimentos, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, à Drª Ana Carolina Santelli, que é Coordenadora-Geral dos Programas Nacionais de Controle da Malária e da Dengue do Ministério da Saúde – muito obrigada, Drª Ana –; ao Comandante Júlio Augusto Kampf, Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag); e ao Dr. José Carlos Christofoletti, que é engenheiro agrônomo, especialista em tecnologia de aplicação aérea.

Muito obrigado aos senhores. V. Sªs estão dispensados. Vamos fazer agora uma reunião administrativa. Muito obrigado e disponham sempre desta Comissão.

Vamos entrar na segunda fase da reunião para a apresentação dos requerimentos da Comissão.

Vamos abrir com o Senador Lasier Martins, que chegou aqui para justificar seu requerimento.

É o Requerimento nº 39, do Senador Lasier Martins, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 35, a inclusão de convidado, já que houve a impossibilidade do presidente de uma associação, para tratar da questão do aproveitamento dos alimentos, que é um dos projetos que estamos analisando.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, de 2016

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RRA nº 35, de 2016, a inclusão dos convidados abaixo indicados, em razão da impossibilidade de o Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) comparecer à audiência pública na data agendada: Representante do Sindicado dos hotéis, bares e restaurantes do Distrito Federal - SINDHOBAR-DF; Representantes do corpo docente da Universidade de Brasília; Enio Alves da Silva Júnior - Doutor em Microbiologia Aplicada à Higiene Ambiental e de Cozinhas pelo Instituto de Ciências Biomédicas - USP.

Autoria: Senador Lasier Martins

Com a palavra, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em razão da impossibilidade de a Abrasel, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, comparecer na próxima audiência pública, estamos propondo e requerendo, Senadora Ana Amélia, a presença do representante do Sindobar, que é o Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Distrito Federal; de representantes do corpo docente da Universidade de Brasília, que será uma nutricionista. Oralmente, gostaria de acrescentar aqui o nome do Dr. Ênio da Silva Júnior, que é biomédico, Doutor em Microbiologia Aplicada à Higiene Ambiental e de Cozinha, do Instituto Biomédico da USP – já tenho aqui anotado para lhe passar.

Seriam esses os três convidados para a próxima audiência.

É o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em votação, o uerimento do Senador Lasier Martins.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Está aprovado o requerimento do Senador Lasier Martins, com as substituições.

Essa será a última audiência pública sobre o tema, que, aliás, tem rendido bastante e tido muita repercussão; é realmente muito importante.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quero lhe participar, Senadora Ana Amélia, que visitei, na sexta-feira passada, o Banco de Alimentos de Porto Alegre. Achei espetacular...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o mais antigo, tem 16 anos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

E encontrei lá a sua foto, a sua placa e foto na parede daquele grandioso Banco de Alimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um projeto que está servindo o Brasil, porque eles inovam com o voluntariado.

Agradeço, Senador Lasier, pela referência. Acho que temos que ter muito orgulho, nós gaúchos, daquele processo, que foi desenvolvido dentro de um comitê de responsabilidade social da Federação da Indústrias do Rio Grande do Sul. Hoje o Presidente é o Heitor Müller, que, nesta semana, esteve de aniversário.

Temos agora um requerimento de autoria do Senador Waldemir Moka que tem o meu apoio.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a fusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Autoria: Senador Waldemir Moka e outros

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

O próximo requerimento é de minha autoria.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RRA 04/2016, que a realização do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de São Joaquim, Santa Catarina, seja alterada para o dia 9 de setembro de 2016, para tratar de questões relativas à cadeia produtiva da maçã.

Autoria: Senadora Ana Amélia

O setor movimenta R$6 bilhões por ano e gera em torno de 200 mil empregos entre empregos diretos e indiretos. Destaco ainda que Santa Catarina é o maior produtor brasileiro de maçãs, seguido pelo Rio Grande do Sul muito de perto.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado este requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu queria aproveitar para cumprimentá-la pelo adiamento da data para setembro, porque neste momento, em São Joaquim, está fazendo dois abaixo de zero.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma boa providência. Em setembro, espero que a primavera chegue com mais calor.

Também de minha autoria, e o Senador Lasier certamente estará conosco, temos outro requerimento.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Ru-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ral da Câmara dos Deputados, no município de Esteio, estado do Rio Grande do Sul, no dia 2 de setembro de 2016, por ocasião da EXPOINTER 2016, que acontece de 27 de agosto a 4 de setembro do corrente ano.

Autoria: Senadora Ana Amélia

A Expointer é considerada a maior feira do agronegócio a céu aberto da América Latina, sendo realizada no Município de Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre.

Está em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Finalmente, um requerimento, também de minha autoria, a respeito do tema de que falamos na abertura da reunião de hoje. Diz respeito a uma audiência pública para debater a necessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater a necessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Acontece que, como nós apresentamos aqui, o consumo de pescado está aumentando, e o nível de consumo nacional, de 12 quilos por habitante, ainda é inferior à média mundial, de 17 quilos por habitante ao ano, demonstrando que o Brasil apresenta um potencial para continuar expandindo a sua demanda por esse alimento.

A maior parte do pescado consumida no mercado brasileiro é importada – vejam só, com toda a água que temos, com todo o litoral que temos. Então a maior parte do pescado consumido aqui vem de fora, sobretudo de países sul-americanos, asiáticos e europeus. Por esse motivo pode-se questionar a necessidade de haver reinspeção do pescado importado, com o propósito de aprimorar o controle da qualidade desse produto, já que falamos da qualidade da saúde na audiência anterior e é imprescindível para garantir o consumo e a segurança alimentar no nosso País, no mercado interno.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Está aprovado também esse requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agradecendo a todos que deram a sua contribuição para a realização dos trabalhos desta manhã.

Muito obrigada a todos. Um bom fim de semana.

(Iniciada às 8 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e um minuto do dia dezesseis de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Waldemir Moka, José Medeiros e Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. O Senador Flexa Ribeiro comunica a participação na Cerimônia de Assinatura do Contrato e Cerimônia de Assinatura da Ordem de Serviço para a realização de Estudos, Projetos e Obras para o Derrocamento do Pedral do Lourenço, no dia 16 de junho de 2016, na Orla de Itupiranga, no estado do Pará. O Senador Hélio José comunica a participação em missão oficial na cidade do Panamá – Panamá e na cidade de Havana – Cuba, entre os dias 13 e 17 de junho do corrente ano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 447-Seses/TCU/Plenário, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1328/2016-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 008.930/2016-3, que trata de auditoria operacional para avaliar os principais gargalos para liberação de carga conteinerizada em portos da região sudeste; Moção de Apoio nº 01/GP/DL/ACS, subscrita pelo Vereador Luiz Carlos Avila da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, Rio Grande do Sul, para a elaboração do projeto de lei que visa à criação do Sistema de Conselho Federal e Regional de Zootecnia; Ofício nº 683/2016 GM/MS, subscrito pelo Sr. Marcelo Almeida, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, encaminhando a Nota Informativa nº 048/2016-CGPNCD/DEVIT/SVS/MS, da Secretaria de Vigilância em Saúde, sobre a identificação de estratégias de combate ao mosquito Aedes Aegypti por meio de estabelecimento de parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, em resposta ao Ofício nº 040/2016-SACRA encaminhado ao Senhor Marcelo Castro, Ministro de Estado da Saúde, com as conclusões do debate sobre as iniciativas da Embrapa adotadas no sentido de desenvolver tecnologias de combate ao mosquito Aedes aegypti, vetor dos vírus da Dengue, Zika e Chikungunya, por ocasião da Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão Senado do Futuro realizada em 18 de fevereiro de 2016; Expediente nº 33-Afisa-PR/2016, expedido em 23 de maio de 2016, subscrito pelo Sr. Rudimar Luiz Pereira dos Santos, Presidente da Associação dos Fiscais da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – AFISA, encaminhando considerações acerca da minuta de projeto de lei de iniciativa do Senador Dário Berger, que visa alterar a Política Nacional de Defesa Agropecuária. Após as comunicações, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 35, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia e Senador Lasier Martins, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 39, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, com a finalidade de complementar a instrução dos Projetos de Lei do Senado nº 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos, com a participação do Sr. Antonio Gomes Soares - Pesquisador da Embrapa Agroindústria de Alimentos (EMBRAPA); Sra. Raquel Braz Assunção Botelho - Pesquisadora e Professora da Universidade de Brasília (UnB). A Senadora Ana Amélia e os Senadores Lasier Martins, Waldemir Moka, Roberto Muniz e José Medeiros fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom dia.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão o recebimento do Aviso nº 447, de 2016, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.328, de 2016, proferido nos autos do Processo Tribunal de Contas nº 008930/2016-6, que trata de pontos incontroversos da auditoria operacional realizada para avaliar os principais gargalos para a liberação de carga contêineres em portos da Região Sudeste, relacionados à transferência de contêineres para recintos al-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

fandegários fora da zona primária dos portos por meio de declaração de trânsito aduaneiro e ao processo de inspeção de embalagem e suportes de madeira a cargo do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O aviso do TCU será autuado e distribuído a relator designado por esta Presidência.

Informo o recebimento também da moção de apoio da Câmara Municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, para a elaboração do projeto de lei que pretende a criação do sistema de Conselho Federal e Regional de Zootecnia.

O Ofício nº 33, de 2016, subscrito pelo Sr. Rudimar Luiz Pereira dos Santos, Presidente da Associação dos Fiscais da Defesa Agropecuária do Paraná, solicita que seja vedada a terceirização dos profissionais da inspeção sanitária, especificamente dos fiscais estaduais e federais agropecuários, alegando que é inconstitucional, trazendo consequências à segurança alimentar da população brasileira e à defesa agropecuária, tutelada pelo Estado.

Esclareço que o Senador Dário Berger, que foi o Relator desta matéria na CRA, está na fase final de elaboração do projeto de lei que institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.

Tendo em vista o Ofício nº 40, de 2016, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhado ao Ministério da Saúde em 25 de fevereiro de 2016, informo o recebimento do Ofício nº 683, de 2016, subscrito pelo Sr. Marcelo Almeida, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, encaminhando a Nota Informativa nº 48, de 2016, da Secretaria de Vigilância em Saúde, sobre a identificação de estratégias de combate ao mosquito Aedes Aegypti por meio de estabelecimento de parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

A audiência pública de hoje vai tratar de um assunto para complementar uma questão de desperdício de alimentos. Antes disso, Senador Moka, eu queria lembrar que ontem o Plenário do Senado Federal aprovou a importante Medida Provisória nº 715, destinando R$316 milhões para o pagamento de parcela do benefício Garantia Safra. O recurso é destinado a 440 mil famílias de agricultores familiares da área de atuação da Sudene atingidos pela seca no período de 2014 e 2015. A matéria, aprovada na Câmara dos Deputados em 31 de maio, segue agora para a promulgação.

Esta é uma boa notícia que estava sendo aguardada pelos agricultores daquela região. Foi um bom debate no Senado também.

O benefício Garantia Safra foi criado pela Lei nº 10.420, em 2002, para socorrer produtores rurais que perderam pelo menos 50% da safra em decorrência da estiagem ou excesso de chuvas de culturas como feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. O benefício é pago em parcelas pela rede bancária da Caixa Econômica Federal por tempo determinado e atende produtores da Região Nordeste, do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. O valor é definido pelo Comitê Gestor desse programa.

Então, essas medidas foram muito importantes no processo. A Relatora, Senadora Gleise Hoffmann, aproveitou a votação para falar sobre as questões políticas também. As perdas que houve na Região Nordeste foram muito significativas.

Eu quero lembrar aqui que o jornal *O Globo* do dia 12 de junho fez uma matéria enorme – Senador Moka, V. Exª estava aqui presente – sobre o assunto: "Epidemia gera prejuízo a mercado bilionário. Criadores criticam testes para mal [que é o mormo], que exige sacrifício de cavalos. Setor movimenta R$17 bilhões por ano." Foi o que eu tentei saber aqui de um dos palestrantes naquela data e não foi informado. Os números aqui resumidos: 652 animais de raça foram sacrificados nos últimos três anos por causa do mormo. De R$3 milhões é o custo disso, e não tem indenização. Então, de algumas empresas que operam, alguns haras ou coudelarias que cuidam da criação, que são especializados na criação de animais, vieram aqui representantes, de Pernambuco e de outros Estados, como São Paulo, também, e vimos que é muito grave.

O Senador Ronaldo Caiado foi o autor do requerimento. Fizemos duas ou três audiências sobre esse problema. Eu espero que o Ministério da Agricultura tenha uma atenção redobrada, até porque animais irão participar da Olimpíada no Rio de Janeiro, da competição hípica, então, é preciso total cuidado quanto à questão da defesa sanitária.

A reunião de hoje tem por finalidade complementar a instrução dos Projetos de Lei do Senado nºs 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos e têm como Relator o Senador Lasier Martins, em cumprimento ao Requerimento nº 35, de 2016, de minha autoria e também do Senador Lasier Martins, e ao Requerimento nº 39, de 2016, do Senador Lasier Martins.

Lembro que esta Comissão já realizou duas audiências públicas muito importantes para instrução das matérias.

Em cumprimento aos Requerimentos nº 85, de 2015, 3 e 18, de 2016, da 5ª e 13ª Reuniões, ocorridas os dias 10 de março e 19 de maio, vamos continuar esse debate – é a última audiência pública sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria convidar o Dr. Antonio Gomes Soares, pesquisador da Embrapa Agroindústria de Alimentos (Embrapa) – se já tiver chegado, por favor, tome assento –, e a Drª Raquel Botelho, pesquisadora e Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Senador Moka, V. Exª, que acompanhou bem os debates, pode perceber a relevância dessas iniciativas dos Senadores Ataídes Oliveira e Maria do Carmo. E o último projeto, do qual tive a honra de ser Relatora, é do Senador Jorge Viana, e trata do aproveitamento, do combate ao desperdício. Esse é um tema que hoje está ganhando espaço no mundo. Veja, não é justo que pessoas estejam passando fome e outros jogando no lixo uma quantidade extraordinária de alimento. Procuram criar uma legislação segura, que em nenhum momento represente retirar segurança alimentar dessa alimentação e, por outro lado, fazer um aproveitamento racional. Isso é bom socialmente, é bom do ponto de vista da saúde pública, porque as pessoas mais alimentadas têm melhores condições de enfrentar doenças e é também uma questão ambiental, porque você não vai incinerar ou jogar no lixão aquilo que pode ser aproveitado para alimentação, resguardadas todas as questões relacionadas à segurança.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sem dúvida, com a experiência das outras audiências públicas, o desafio é que se tenha uma legislação, porque aquela empresa, aquele que vai fazer a doação do alimento, dependendo das condições, hoje pode ser até criminalizado. Essa é a dificuldade. Então, muitas pessoas, para não correrem o risco de serem criminalizadas, acabam jogando aquilo fora, desprezando mesmo, porque têm medo de que, por causa daquilo, possam ainda dizer: "Foi doação da empresa tal, foi um restaurante que fez a doação". Então, penso que temos de ouvir as pessoas e, depois, ter um texto. Aqui eu já vi debatedores que se contradizem, que têm opiniões diferentes, principalmente em se tratando de alimentos que são de restaurantes, por exemplo, que estão prontos. É diferente daquela indústria que já programa desde o início do preparo do alimento e aquilo vai ser embalado, vai ser transportado, daquele alimento que simplesmente é aproveitado na hora. Era só para fazer esse comentário.

Senadora, me permita, embora já tenha me posicionado no plenário, trazer aqui novamente a questão do Mato Grosso do Sul, da demarcação das terras indígenas. Há um conflito instalado na região de Caarapó. Hoje, já, com a Polícia Federal e com a Polícia Militar, há uma aparente situação de controle, mas o clima é tenso, e isso tudo, na minha avaliação, foi gerado por decretos de demarcação editados de última hora. Naquela região, fala-se de 55 mil hectares. E nós estamos falando de propriedades de famílias que há 30, 40, 50 anos estão ali. Então, é muito difícil você achar que aquelas pessoas vão sair dali sem que haja esse conflito.

Nós já votamos, aqui no Senado, uma PEC que autoriza o Governo a indenizar não só o valor das benfeitorias, mas também o valor da terra nua. Eu acho que essa é a única forma de sair isso daí, a indenização das terras. Não tem outro jeito. Em Mato Grosso do Sul, as pessoas que estão lá adquiriram, elas têm título. Ou compraram do então Mato Grosso uno ou do Governo Federal.

Não há esbulho, não há invasão, não há grilagem, nada disso. E isso então está instalado.

É claro que já fomos ao Ministro da Justiça, os três Senadores do Mato Grosso do Sul – eu, a Senadora Simone, o Senador Pedro Chaves –, o Governador também, a comunidade. E eu torço para que para esse conflito, que não é a primeira vez, são repetidas vezes já, encontre uma solução.

Agora nós estamos pedindo à Câmara dos Deputados que vote o mais rápido possível essa PEC, aí o Governo terá um instrumento legal para que possa fazer uma negociação que possa tirar Mato Grosso do Sul desse conflito.

É um conflito ruim, muito, muito difícil. As pessoas falam: "Está defendendo produtor." Não. Nem produtor rural eu sou. O que eu defendo é que haja, realmente, justiça. Porque não podem falar: "Eu tenho que fazer justiça com a população indígena", e eu também acho, em cima de um único segmento, o produtor rural, tirando-o de sua propriedade, na qual ele está instalado há 30, 40 anos. Eu realmente não consigo entender dessa forma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, antes de respondê-lo, de ampliar seu comentário, quero saudar, pela presença aqui, o colega, Senador Roberto Muniz, da Bahia, que vem também engrandecer a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Agora amplia-se a presença brasileira aqui na Comissão. Temos Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e assim sucessivamente.

É uma alegria tê-lo aqui na Comissão, Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos.

Queria agradecer as boas-vindas que a senhora me deu, Senadora, tanto no plenário quanto, agora, aqui. Tenho a honra de poder chegar para contribuir com os trabalhos desta Comissão. Quero também agradecer o Senador Moka e todos os colegas, dizer que estou à disposição, iniciar os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E só queria aproveitar este instante, Senador, para também colocar o meu sentimento de repúdio contra a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acho que é uma perda muito grande para o País. Acredito que o Ministério do Desenvolvimento Agrário estruturou as ações da agricultura familiar em todo o País, do Nordeste mais especificamente. Foi fundamental para que a gente pudesse fazer com que os agricultores familiares ficassem no campo, diminuísse o êxodo rural, tivessem a garantia de que o seu sustento pudesse vir da terra através do crédito específico, de programas como PAA, o programa da merenda escolar, o Programa Garantia-Safra, diversos programas que alcançaram êxito e hoje fazem parte do cotidiano dessas famílias; são mais de 1 milhão de famílias só na Bahia, só a Bahia tem mais de 700 mil famílias de agricultores familiares, Senadora. Então, eu queria colocar isso.

Acho que não se vai perder todo esse processo que já foi construído. Acredito nisso. Mas seria muito importante que a agricultura familiar tivesse o seu endereço no Governo Federal, principalmente porque nós vamos tratar aqui de algo muito importante hoje, que fala um pouco da diversidade também de produtos que chegam à mesa das famílias brasileiras, e essa diversidade vem da grande produção da agricultura familiar.

Mas era só um registro e dizer que estou à disposição da senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, mas tenho a convicção, pela relevância dos programas citados por V. Exª, que não haverá solução de continuidade em relação a esses programas. O fato de não haver ministério é porque a sociedade toda quer um Estado mais eficiente.

E eu lembrei até que é o caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando tivemos uma audiência pública a respeito de que, existindo o ministério com toda a sua estrutura, com ministro, ainda não foi capaz de obter junto ao governo passado uma legislação que era o marco regulatório de estímulo à inovação e à pesquisa também científica e tecnológica. Todo projeto criado pelo ministério foi vetado inteiramente. Eu, às vezes, tenho o conceito de que a estrutura do ministério não garante que vai haver. Agora, se há disposição política de quem sucede o ministério de continuar os programas, talvez seja mais importante.

Então, a sociedade está neste dilema, clamando por uma redução dos custos do Estado brasileiro, que é muito elevado, porque hoje há Estados que não estão pagando os funcionários, por quê? Porque o Estado faliu; a União faliu, os Municípios faliram. Os Municípios não têm dinheiro também para pagar 13º dos servidores. Esse Estado é ineficiente, caro e não presta um bom serviço para o cidadão. Programas como este citados por V. Exª e, mais ainda: eu citaria o Pronaf, que foi criado há 15 ou 20 anos, um programa mantido pelo governo Lula sem mudar o nome, o que acho que foi uma das grandes demonstrações de responsabilidade com um programa de grande alcance que é o programa básico de financiamento para a agricultura familiar.

Como eu sou do Rio Grande do Sul, acompanho muito essas questões. Lá também tem muita força o cooperativismo de crédito, de produção. A agricultura familiar é muito estruturada, é muito forte, e são esses também que foram para o seu Estado, Bahia, em Luiz Eduardo Magalhães, e naquela região de Barreiras, próximo de Posse, que é no Estado de Goiás.

Eu tenho a convicção de que o Governo não cometerá, digamos, o equívoco de suspender esses programas citados muito bem por V. Exª.

Mas o Senador Moka fez uma referência à questão indígena e sobre a disputa que se arrasta por muito tempo, lamentavelmente. Nós aqui todos somos pela garantia da Constituição, por respeitar a Constituição.

O direito dos indígenas as suas reservas e demarcações, nós não discutimos. Isso é uma cláusula pétrea. O que não pode é uma causa justa, que é a causa indígena, e o direito que está na Constituição se prestar a uma exploração política neste momento de crise que o País está vivendo.

Então, isso é muito grave. O senhor mostrou fotografias de policiais agredidos até com uma violência física inaceitável. E aí temos o confronto.

O Rio Grande do Sul vive o mesmo dilema. Algumas reservas tiveram as demarcações revogadas porque elas estavam com vícios graves de irregularidades nas demarcações. Isso foi contestado e revisto em alguns casos em que houve flagrante cometimento de irregularidades.

Então, eu entendo V. Exª e penso que é preciso muita prudência, muita cautela no trato dessa matéria, mas não podemos perder de vista também que, lamentavelmente, em alguns casos, há uma exploração política dos indígenas para fins cujas razões nós ignoramos.

Senador Lasier Martins, a audiência de hoje é um requerimento de V. Exª. Eu queria, antes de passar a palavra ao pesquisador da Embrapa Alimentos, e também à Drª Raquel Botelho, saber se V. Exª tem algum comentário. Essa será a última audiência pública que fazemos para instruir o processo, quer dizer serão apensados três projetos do Senado Federal, que tratam do aproveitamento ou de evitar o desperdício de alimentos.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Senadora Ana Amélia, bom dia aos nossos convidados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não sei se o seu microfone está funcionando...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu peguei o microfone errado. Não estou acostumado com microfone, não é, Senadora? (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade. O Senador tem só 50 anos de experiência no microfone.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia a todos. Obrigado.

É uma pena que não tenham vindo dois convidados que seriam também importantes, mas vamos trabalhar com esses dois ilustres que vieram para instruirmos aquela que pretendemos que seja a primeira e grande lei sobre o desperdício de alimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Então, eu já, de antemão, passo a palavra ao Dr. Antonio Gomes Soares. Nós temos dado dez minutos para cada exposição, porque aí permite um debate maior de dúvidas com os nossos Senadores. E também, como ela é uma audiência transmitida ao vivo pela TV Senado, os telespectadores que costumam acompanhar com muita atenção a audiência mandam perguntas e nós as apresentamos e as respondemos.

Com a palavra o Dr. Antonio Gomes Soares, pesquisador da Embrapa Agroindústria e Alimentos.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Amélia e a todos os Senadores aqui presentes pelo convite. É uma honra estar aqui e debater sobre um assunto de grande importância para nós.

Nós da Embrapa Agroindústria de Alimentos trabalhamos há 22 anos com frutas e hortaliças, principalmente na parte de perdas e desperdício e temos algumas coisas interessantes para mostrar para vocês. Há bastantes fotos aí e vocês vão ter um panorama de o que acontece, na realidade, dentro do agronegócio, principalmente em frutas e hortaliças, que foi o foco dos nossos trabalhos de pesquisas, ao longo desses 22 anos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de conceituar perdas e desperdício. Perda geralmente é não intencional; ocorre na cadeia como um todo e vai desde o plantio até o consumo. Então, você tem problemas dentro da infraestrutura de logística, de embalagem, de manuseio, e aí você tem perda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estradas ruins.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Estradas ruins.

E o desperdício é algo intencional; ocorre principalmente no atacado, no varejo e no consumidor. É o caso, por exemplo, de alimentos que estão fora de padrão comercial e sobras de alimentos ocorridas nas centrais de abastecimento e nos supermercados.

Essa é uma lista das principais causas de perdas que temos: manuseio inadequado no campo – vocês verão isso nas fotos; uso de embalagens inadequadas – a maioria das embalagens que são utilizadas hoje para comercialização de alimentos perecíveis, frutas e hortaliças não são adequadas a esses produtos; o transporte é totalmente inadequado. Além disso, nós temos o não uso da cadeia do frio. Num país de dimensão continental como o Brasil, o não uso da cadeia de frios para produtos perecíveis é um fator complicador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um país tropical.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Sim; e um país tropical. Exatamente.

A classificação não padronizada: comercialização a granel. Nós, ainda hoje, temos muitos produtos comercializados a granel. É inadmissível, porque você pega um caminhão com 20 toneladas e coloca produtos sem embalagem. As distâncias são enormes. Os produtos que saem do Nordeste e vão até o Sul e Sudeste chegam lá em condição já difícil de ser comercializada.

Desconhecimento de técnicas de manuseio pré e pós-colheita; excesso de toque por parte dos consumidores. Quem nunca viu uma dona de casa, ao comprar um quiabo, quebrar a ponta do quiabo? Acreditam os senhores que alguém vai comprar aquele quiabo que está na gôndola com a ponta quebrada? Ninguém vai comprar. Isso sim é um desperdício. Precisamos de campanhas educacionais ao consumidor também. Eles acumulam toques demais nos produtos: tomate, manga...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E há contágio.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Exatamente. Contaminação que há na própria mão das pessoas.

Acúmulo de produtos nas gôndolas de exposição de varejo. Isso é o que mais nós vemos. As pessoas vão pegar os produtos nas gôndolas, e o que acontece? Muitos caem no chão.

Deficiência gerencial e administrativa. Vocês vão ver isso muito bem nas fotos que nós temos. Essa é uma ocorrência das perdas. Então, no total das perdas que existem em frutas e hortaliças, 10% delas acontecem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

campo; 50% no manuseio e transporte; 30% nas centrais de abastecimento; e 10% nos supermercados e consumidores. Isso não é estimativa. Isso é um trabalho de cinco anos que fizemos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Espere um pouquinho, Dr. Antonio. O caso dos consumidores referido por V. Exª diz respeito ao consumo doméstico em casa, o desperdício domiciliar?

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Não, principalmente o problema deles nos supermercados. Não foi possível avaliar no domicílio. Mas, nos supermercados, com o consumidor, a gente avaliou o excesso de toques e o que isso causa de impacto aos produtos.

Bom, isso é um exemplo bem claro. Nós temos ao fundo, caixas de tomate, e os senhores podem ver que os tomates estão acima do limite da embalagem. Então, na hora em que o rapaz vai embalar, colocar a ripa, ele vai ter que apertar e pisar em cima, esmagando esse produto. Isso é perda. Então, há necessidade de quê? De treinamento para essas pessoas. Não se pode ter uma embalagem desse tipo porque os produtos não cabem na embalagem e, quando eles colocam isso – também essa embalagem de caixa K já tem mais de 50 anos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ali também, nesse caso do tomate que o senhor mostrou, há tomates que estão maduros, ou mais vermelhos, e outros, verdes.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Aí é falta de padronização. Na verdade, o que acontece? Há de se capacitar essas pessoas, principalmente as pessoas que trabalham nas embalagens, nos galpões de embalagem para que elas possam entender qual o tipo de classificação que o mercado quer. E aí, sim, você vai ter produtos com qualidade diferenciada e, inclusive, preços diferenciados.

Aí foi um trabalho que estávamos executando numa grande fazenda de mamão e nós avisamos ao rapaz que estava puxando com o trator essa carroceria aqui que existia um desnível no chão e que ele teria que passar ao largo e não em cima do desnível, senão poderiam cair os frutos. Foi a mesma coisa que falar absolutamente nada. Os frutos caíram e, como V. Exªs podem ver, o que aconteceu? Juntou tudo novamente e colocou.

Aqui, os senhores podem ver que, em algumas caixas, eles continuaram com o paninho, para evitar que a caixa machuque o produto, mas em outras não. Então, o que acontece? No final das contas, houve um retrabalho e a qualidade desses produtos ficou bastante diminuída.

Aqui é uva, também com o mesmo problema do tomate. Com os frutos acima da capacidade da embalagem, tem que apertar para poder fechar. Isso é realidade.

Aqui são embalagens de banana. Os senhores podem ver que temos dois tipos de embalagem: plásticas e caixas de madeira. Algumas dessas embalagens não estão pousadas em cima da outra embalagem. O fundo dela está em cima do fruto. Vejam a diferença. A mesma coisa acontece com essas embalagens aqui. O que acontece? Quando o fruto chega à Ceasa para fazer a climatização da banana, porque a banana sai verde do campo, vão aparecer todos esses machucados, todas essas feridas que vão acontecer durante o transporte. Além do empilhamento incorreto, depois ainda há o transporte, e, no empilhamento incorreto, a banana vai sendo socada e amassada para dentro da embalagem.

Aqui temos dois problemas: um, gerencial, porque não há ninguém que diga para esse rapaz que a capacidade que ele tem de colocar frutos na linha de pré-lavagem e lavagem é maior – ele é mais rápido – do que a capacidade da linha de selecionar os frutos. Então, acumulam-se frutos na linha, os frutos não são selecionados como deveriam ser. Às vezes, ficam sob os roletes, que machucam o produto. E o que acontece? Há uma diminuição na qualidade.

Essa é uma grande empresa que comercializa mamão para o Brasil e o exterior. No final das contas, o mamão que vai ser comercializado no mercado interno sai limpo, higienizado e vem para essas caixas maravilhosas que os senhores estão vendo aqui, inclusive com esse paninho bem interessante, bem sujo. E aí o produto, que estava limpo e higienizado, passa novamente a ficar sujo e, provavelmente, com algum tipo de contaminação que nós nem conhecemos. Aqui falta gerência que diga às pessoas que tem que se lavar e higienizar os produtos, para que os frutos, depois de lavados e higienizados, sejam recebidos em caixas limpas.

Outra coisa: não adianta ter uma linha de processo supermoderna e tudo mais quando a queda dos frutos para essas caixas é mais de 50cm.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não está habilitada.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Não está. E aí o que acontece? Os frutos machucam uns aos outros quando caem acima de 30cm.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) senhor pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Aqui são as embalagens de tomates. Os senhores podem ver que os frutos estão totalmente machucados.

Aqui é um *box* do produtor. Aqui o que os senhores podem ver é couve-flor, pimentão. As embalagens estão sobre o piso. Essas centrais de abastecimento possuem vetores diversos, e esses produtos podem sofrer inúmeras contaminações, que podem, inclusive, causar problemas à saúde do consumidor. Vejam: essas embalagens são completamente inadequadas para acomodar e proteger os frutos.

Aqui são embalagens de pregadinho para alface. Os senhores podem ver: no dia em que tiramos essa foto, as alfaces estavam até bonitas, mas grande parte dessas folhas vai ter que ser retirada e depois descartada. Então, o desperdício é grande, fora que elas estão também no chão.

Depois de descarregar as embalagens de manga do caminhão, colocaram de qualquer forma, umas por cima das outras, amassaram os frutos. Há retrabalho porque, para o supermercado, não pode ir embalagem de madeira, tem que ir embalagem plástica. Muitas vezes, eles primeiro põem em embalagem de madeira e depois passam para embalagem plástica. Então, é um retrabalho. Aqui vocês podem ver mangas com qualidade já ruim. Elas podem não ter um apelo comercial para venda, mas ainda podem ser consumidas.

Aqui é produto a granel, *citrus*. Temos aí laranja. Ele puxa isso com um rodo de madeira, cai ali e é ensacado. Os senhores podem ver que há um desnível grande e alguns frutos caem no chão e são perdidos.

Aqui é a mesma coisa. Então, imaginem num dia de calor, como é que fica esse abacaxi, que vem lonado e sobre essa superfície? Então, cozinha o produto. Fora que existe um problema gerencial enorme. Nas centrais de abastecimento, esses abacaxis que estão aqui em cima são colocados em gaiolas de metal, não sei se os senhores já tiveram a oportunidade de ver, e os frutos que estão em cima passam a ficar embaixo da gaiola de metal, e os frutos que estão embaixo ficam no topo da gaiola, ou seja, o nivelamento da qualidade é por baixo.

Aqui há um desperdício no campo. Os produtores não tinham preço para os tomates deles e jogaram fora 20 mil caixas de tomate. Considerando que cada caixa de tomate contém de 22kg a 25kg, vocês imaginem a quantidade de produto que poderia ter sido doada e foi desperdiçada no próprio campo por não ter condição de preço e de venda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Poderia ser processado isso em massa de tomate.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – É. Com certeza.

Aqui é uma gôndola de supermercado. Percebe-se que não há uma exposição correta. Então, os frutos estão amassados, caem, às vezes.

Aqui, totalmente despencados, porque a dona de casa, quando seleciona os frutos que vai levar para casa, se ela vir que o produto não está muito bem exposto, ela vai simplesmente cortar e pegar somente aqueles que ela quer. Isso depois causa um desperdício muito grande. Então, precisamos de gerência nesses mercados e ações educativas para que a coleta do produto seja feita de maneira ordenada. Fora que a comercialização de bananas, hoje em dia, é em pencas de doze, e a maioria dos consumidores pegam buquês de quatro a seis bananas. Então, por que comercializar em pencas de doze se todos pegam no máximo quatro a seis bananas?

Aqui, a mesma coisa: um produto já com qualidade inferior, que dificilmente vai ser vendido e, muitas vezes, é desperdiçado e jogado fora.

Aqui é um mercado em Curaçao. Só para vocês verem que não há mistério nenhum. Há separação por estágio de maturação, os frutos expostos na gôndola de maneira ordenada e adequada. Então, o que acontece? O consumidor vai lá, pega o buquê que ele quer, de três a quatro frutos, e leva para casa, mas ele sabe que o fruto está ordenado de maneira correta e aí ele mantém isso numa ordenação também correta.

Aqui é o desperdício que acontece. Aqueles frutos que não foram comercializados vão para a lata de lixo.

Aqui, um exemplo que eu dou para vocês de que é possível se fazer uma coisa muito boa. Esse é o exemplo do morango, é uma produção de morangos.

Eles colhem nessas caixas grandes, depois levam para o galpão de embalagens, colocam em embalagens menores, e essas embalagens são colocadas em embalagens de papelão, para serem protegidas. Mas percebam os senhores que essas embalagens ficam sobrando aqui. Durante o transporte, elas ficam batendo. Aqui, o final dela, quando se passa o PVC esticado. E aí o que os senhores veem? Embalagens de PVC esticadas com os frutos de cima ligeiramente amassados pelo PVC esticado e os frutos de baixo estão bem amassados pelos frutos de cima.

Nós, da Embrapa, da indústria de alimentos, junto com o Instituto Nacional de Tecnologia e o Instituto de Macromoléculas da UFRJ, desenvolvemos embalagens para alguns produtos: manga, mamão, caqui e morango. Eu dei o exemplo do morango porque essa é a embalagem de morango que nós desenvolvemos. Os frutos [illegible] dispostos em locais apropriados, não batem uns nos outros, na hora de expor o produto pode-se fazer um tipo de exposição diferenciada. Pode-se levar essas embalagens para o campo e já colher os frutos nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

embalagens. Percebam os senhores que as embalagens cabem perfeitamente na embalagem que o produtor tem para venda para o mercado. Então, esse produto, ele pode levar para o mercado, e o consumidor pode ver o produto de maneira geral. E tem qualidade. O índice de perda nessas embalagens aqui é menor que 1%.

Eu agradeço a atenção e estou à disposição dos senhores para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nossa! A gente, quando vê uma coisa dessas, se assusta, não é? Um País com tanta riqueza, com tanta produção e jogando comida fora.

Drª Raquel, a palavra está com a senhora.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Primeiro, eu queria agradecer o convite para estar na Comissão. Na verdade, como não acompanhei as outras discussões, eu tentei até escutar a fala de V. Exª no Senado explicando sobre o debate dos PLs que estão envolvidas.

Eu sou de uma área totalmente conjunta, eu venho seguindo depois. Eu sou Professora da Universidade de Brasília na área de produção de refeições. Eu trabalho num laboratório que é uma cozinha experimental, onde a gente faz trabalho de supervisão dos estudantes de nutrição em restaurantes que vão se formar. Acho que a gente perdeu um pouquinho, como o outro Senador comentou, porque a gente não tem alguém do setor de bares e restaurantes. Eu vejo que os PLs envolvem desde o campo até o produto preparado, o arroz e o feijão prontos para ser consumidos, que podem ser distribuídos.

Vou pegar até um pouco da fala do pesquisador Antonio. Quando esses produtos chegam para o restaurante e são recepcionados daquela forma pelo restaurante, ainda há desperdício na limpeza, para que aquilo seja utilizado. Dentro das cozinhas industriais, a gente chama de fator de correção, quando o funcionário tem que começar a descartar o que não está próprio para o consumo. E aí eu concordo com ele que a questão da educação do consumidor e dos funcionários que trabalham nos restaurantes é mais importante. Por quê? A gente já passou por situações de o funcionário achar que só pode servir, vamos supor, a folhinha do agrião, não pode servir o talo, gerando aí um desperdício muito maior de algo que poderia ser consumido, ou de ele achar que, se um pouquinho da folha está queimada, ele tem que descartar a folha toda. Isso vira um desperdício, uma produção de lixo enorme.

Só para vocês terem uma ideia, a literatura recomenda que, vamos supor, um fator de correção de uma alface não passe de 1,1. O que isso significa? Que, em 11kg de alface, vou aproveitar dez.

A gente tem unidades que chegam a ter desperdícios de fator de correção de dois e três; ou seja, começo com três pés de alface para terminar com um, limpo. Esse é o desperdício dentro de um restaurante, muitas vezes, principalmente quando é época de chuva, em que esses folhosos chegam mais danificados. Então, a gente ainda tem esse problema, que dificulta a padronização ao longo do processo.

O desperdício é muito maior dentro da cadeia, como ele mostrou, e na hora do que a gente chama de pré-preparo dos alimentos – na limpeza da carne, na limpeza dos vegetais – do que propriamente dito na hora que o alimento está pronto e o que sobra, que poderia ser utilizado.

A literatura hoje recomenda que os restaurantes não tenham mais que 5% do que produzem para ser descartado. Antigamente, há 20 anos, a literatura trabalhava com 10%, hoje a literatura desceu para 5% e há alguns livros sugerindo 3%. Por quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Alimentos perecíveis?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Alimentos prontos para consumo, arroz, feijão. Ou seja, produzi no meu restaurante para mil pessoas e sobrou, e essa sobra deveria ser de, no máximo, 5%. Por quê? Porque tenho uma sobra que é inevitável, que, na verdade, a gente vai chamar de restos – já defino um pouco para vocês. Por quê? Tem que ficar comida no balcão até o último cliente passar, e ele não quer só aqueles grãozinhos de arroz que sobraram no balcão, quer a cuba um pouquinho mais cheia.

Esse trabalho de diminuição de sobras é um trabalho que a gente fica muito em cima dos nutricionistas, porque faz parte do trabalho deles, ou seja, planejar corretamente o cardápio e as compras para que eu tenha o mínimo de sobra possível. Isso, ao longo do caminho, quando entro num estabelecimento em que o nutricionista está lá há um ano, dois anos e tem sobras de mais de 10%, falo: "Você não está fazendo o seu trabalho de forma efetiva, porque não era para estar sobrando essa quantidade de comida."

A RDC 216, de 2004, não traz nada sobre a questão de doação dos alimentos dos restaurantes, nada a favor nem contra. A instrução normativa do Distrito Federal – e aí existem várias legislações em cada um dos Estados – é nova, é deste ano de 2016 e vem com uma definição bem clara da diferença entre sobras e restos, e algumas legislações mais antigas chamavam de sobra suja, o que a gente, realmente, deveria chamar de resto, porque essa comida não deveria ser realmente distribuída e dada para nenhuma instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quando a gente fala de sobra, estamos falando daquela sobra que está dentro da produção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – De 5%.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Que está dentro da produção. Então, vamos supor: produzi arroz. Vou servindo o arroz nas cubas do restaurante ao longo do horário do almoço. Sempre vai ficar arroz lá dentro, às vezes já em cuba, acondicionado no equipamento chamado *pass through*, que mantém a temperatura acima de 60 graus, que é o que é exigido pela legislação. Então, sobrou cuba lá dentro, ele pode utilizar aquele arroz para outra coisa.

Hoje os restaurantes que têm alguma forma de armazenamento, eles mesmos utilizam esse arroz; resfriam e reaquecem, no dia seguinte, para utilizar. Algumas empresas usam a política de não, de jogar fora.

Só para vocês entenderem o que seriam essas sobras, aqueles que ainda estão dentro da cozinha, da produção. Quando o alimento foi para o balcão e sobrou ali, é chamado de resto, e a legislação normativa do Distrito Federal e a de São Paulo também dizem: "Isso tem que ser descartado, não pode ser doado para ninguém."

Quero que vocês entendam por quê. Porque esse arroz ou feijão ou o que for que foi colocado ali, não se sabe muito quanto tempo aquela cuba ficou exposta.

Novamente, volto com a fala do pesquisador: o nosso consumidor precisa ser muito educado. Por quê? Temos um trabalho que fizemos em 2007, no qual colocamos nossos alunos de estágio para avaliar práticas inadequadas dos consumidores ao se servirem nos balcões – mesmo com aqueles vidros de proteção, que alguns têm e outros não têm. Então, passamos alguns dias em cada um dos restaurantes avaliando práticas inadequadas. O que percebemos? As pessoas falam em cima, tossem em cima, espirram em cima. As mulheres que têm essas mangas maiores, esvoaçantes, encostam. As gravatas encostam. Vimos cenas inusitadas do tipo: a colher caiu dentro do feijão, e o consumidor coloca a mão dentro do feijão e tira a colher com sua própria mão. Só para vocês terem uma ideia, nesse trabalho avaliamos quantas pessoas que, ao entrarem no restaurante – foram mais de dez restaurantes –, lavaram as mãos. Noventa e seis por cento não lavaram as mãos e nem passaram álcool gel.

Então, quero que vocês entendam que esse produto exposto não pode ser doado para ninguém. Por quê? O risco de contaminação é muito grande. Nós nos preocupamos muito, falamos que botamos uma culpa e um excesso de zelo com o manipulador dentro do restaurante, aquele que faz o arroz, o cozinheiro. Eles muitas vezes falam assim: "Ai, professora, temos todo um cuidado para fazer. E aí cai um cabelo de um consumidor e eles vão dizer que o cabelo é nosso". Então, ainda há essa relação de briga do funcionário com o consumidor.

Então, temos um consumidor que não se preocupa. Só para vocês terem um outro exemplo, tentamos fazer uma campanha dentro do Hospital Universitário, agora, com uma estagiária do restaurante, porque estávamos nessa questão do H1N1 e percebendo que as pessoas iam almoçar no restaurante do refeitório do Hospital Universitário, ou seja, médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, e as pessoas não lavavam as mãos. Acabaram de sair do seu ambiente de trabalho. Nós já temos já temos a obrigatoriedade de se retirar o jaleco – manda-se retirar o jaleco e pendurar na porta. E, também, ela começou a monitorar todas as atitudes que eu comentei com vocês, para ver se o pessoal da área da saúde fazia diferente. O que vimos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fazia igual.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Fazia igual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma questão de educação, não é, professora?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Sim, é uma questão de educação.

Então, as pessoas não lavavam as mãos. Fizemos uma campanha botando setas vermelhas, indicando para ir até a pia – para ver se eles viam que a pia existia – e lavar as mãos. E começou a ficar alguém no balcão pedindo: "Olha, silêncio. Não fale. Se alguma coisa cair dentro, não mexa, vamos retirar, vamos trocar a cuba". Mas a reação das pessoas foi, assim,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Negativa.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Negativa: "Quem é você para dizer"...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acha que está sendo censurado.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – É! "Estou sendo censurado. Posso fazer o que eu quiser. A comida é para o funcionário". Então, em todos os estratos temos problemas de educação do consumidor.

Quando eu lia os projetos de lei, percebi que eles têm aspectos distintos. Uma coisa é trabalhar muito a questão do desperdício no campo, as embalagens. Isto é muito importante. Agora, quando falamos de doação de alimento pronto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – ... aquele que já foi servido, temos que ter muito cuidado na escrita. Por quê? Porque vamos ver alguns restaurantes que vão querer doar aquilo que está no balcão. Porque aquilo não se pode usar mesmo de novo. Então, tem que ficar claro que esse resto – que é o que foi para o balcão – não pode ser doado de forma alguma. E ele tem que ser trabalhado, naquela escala dos 5%, com cubas menores. Temos formas de fazer com que isso seja cada vez...

Então, não sei se o restaurante daqui... Vamos supor: você pode se servir por um lado e pelo outro. Então você tem duas cubas de arroz, duas cubas de feijão. Quando começa a chegar perto do horário, eu fecho uma fila e deixo uma só, vou diminuindo. São práticas importantes.

Agora, o que está dentro da produção – que é a questão da sobra, que chamávamos antigamente de "sobra limpa" – pode ter, sim, uma doação.

Eu ouvi muito a fala da Senadora dizendo que, no Rio Grande do Sul, os Bancos de Alimentos têm um controle; você doa para empresas, ONGs que, elas sim, têm um responsável técnico. Elas veem como aquilo foi fabricado e transportado até chegar ao Banco de Alimentos para, depois, ser reaquecido – quando for reaquecido – de forma eficiente. Então, isso sim, se ficar certo que possamos determinar que essa doação seja para alguma ONG, alguma instituição que tenha um responsável técnico. Por quê? Porque senão o dono do restaurante vai querer doar para alguém que passar na rua. E aí? Será que ele está doando aquilo que era próprio para ser doado ou ele está doando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É sobra ou resto?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – É sobra ou resto? Por quê? Porque conhecemos o setor. E o setor, na verdade... Eu acho que outras políticas também são importantes.

Só para finalizar – já sei que estourei o meu tempo –, há a questão da separação do lixo. É algo que considero urgente para os restaurantes quando falamos de desperdício e reaproveitamento de lixo. O que eu vejo hoje é triste: eles não conseguem minimamente separar lixo orgânico de não orgânico; está tudo misturado. Quando você consegue uma atividade junto a um restaurante para que ele entenda que pode doar aquele lixo orgânico para alguma compostagem, algo que possa ser utilizado, leva um tempo até conseguirmos que esse funcionário entenda por que ele precisa separar o lixo.

Então, dentro dos restaurantes, hoje, falando em desperdício de alimentos, um aspecto crucial é a questão de legislações que tenham o cunho de separação de lixo e da coleta de lixo, porque eles produzem muito lixo, e essa coleta seletiva não está acontecendo. Isso atrapalha muito a distribuição e a utilização desse lixo, como eu vi no próprio PL que tem a questão da compostagem.

Então eu tentei dar um panorama, porque o assunto tem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professora, a senhora mencionou que Brasília fez, neste ano, uma nova...

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A senhora poderia explicar o que Brasília fez?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – A Instrução Normativa nº 10, do dia 23 de março de 2016, sobre restaurantes, alimentos. Ela traz o conceito de resto, o conceito de sobra. Ela descreve tudo, por exemplo: a sobra tem que estar acondicionada em que temperatura. Vamos supor, para doar esse arroz – se tivesse a questão de doação – que ficou dentro do restaurante, ele tem que ter sido mantido a 60ºC até a hora em que eu decido que realmente não vou ter que servi-lo. E ele tem que ser resfriado a 10ºC para depois ser transportado e doado. Então, ela traz toda a questão das temperaturas importantes. E por que, Senadora? Porque há alguns micro-organismos que sobrevivem mesmo ao aquecimento; e alguns micro-organismos produzem toxinas. E as pessoas não veem isso. Nós temos que ter esse cuidado em relação a toxinas não só para quem vai comer aquele alimento, mas também...

Eu estava conversando com alguns outros professores, porque eu viria aqui, e cada um queria dar a sua opinião. Nós comentávamos que temos que ter cuidado até com o modo como vamos dar esse alimento para a alimentação animal. Por quê? Se dou um arroz cheio de toxinas, eu contamino o animal. Às vezes, o animal não morre, não acontece nada com ele, mas a toxina fica na carne e no leite, e consumimos isso depois.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nossa, vejam só. Você é especialista em nutrição?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO (*Fora do microfone*.) – Sou nutricionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Lasier Martins visitou o Banco de Alimentos.

Então, com a palavra o requerente, Senador Lasier; depois o Senador Moka e o Senador Roberto, para questionamentos aos nossos palestrantes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma pena que esta nossa reunião seja de uma hora e meia, ou duas, isso deveria ser um seminário de uma semana. Os nossos palestrantes, o Dr. Antonio e a Drª Raquel, em 15 minutos, levantaram o mundo de problemas que temos com relação ao cuidado com os alimentos. E uma palavra parece que resumiu tudo na explanação do Dr. Antonio: nós temos problemas gerenciais em todo o setor. E a Drª Raquel disse uma coisa que eu queria ouvir de novo, porque não acreditei: 96% das pessoas não lavam as mãos antes das refeições. A senhora disse isso?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Disse.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Noventa e seis por cento!

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – É. Temos um artigo publicado e vimos aplicando a técnica de coleta de dados em vários outros restaurantes aqui, e isso se mantém.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a H1N1 está presente.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Está aí.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Será que os dinamarqueses, alemães, australianos também são nesse nível? É difícil, não é?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Na verdade, quando escrevemos este trabalho, não encontramos trabalhos similares...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois é.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – ...na literatura. Acho que não deve ser um foco de estudo para eles.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, somos caracterizados por um primarismo que vai desde aquele que se alimenta até aquele que produz e cuida de alimentos. Então, a problemática é generalizada. É como se tivéssemos que começar do zero, pelo que entendi até agora.

Então, já que estamos tratando dessa matéria, para fazer uma legislação, eu queria ver de que modo podemos atingir a todos, quem sabe. Ainda bem que estamos sendo televisionados, estamos sendo vistos por um incalculável número de pessoas, isso já é um avanço. Peço a atenção dessas pessoas, então, que avaliem bem o que está sendo dito com aquilo que é da nossa vida cotidiana, que é o alimento.

Será, Dr. Antonio, que se fizéssemos, dentro da legislação, uma proposta para que haja periodicamente seminários reunindo todos os... Como é que o senhor disse?

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Técnicos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... técnicos, os responsáveis técnicos pelos alimentos, para que periodicamente se fizesse uma revisão, até chegarmos a um dia em que não tivéssemos mais essas causas das perdas, como é o manuseio inadequado no campo, no uso das embalagens, no transporte, na cadeia do frio, na classificação não padronizada, isto é, mistura, como o senhor mostrou ali, produtos verdes com produtos maduros, a comercialização a granel – não se pode colocar um funcionário completamente ignorante de regras básicas para fazer aquela preparação a granel do produto –, o desconhecimento de técnicas de manuseio pré e pós colheita, as perdas nos galpões de embalagens, a exposição incorreta nos supermercados, que é muito comum...

Em alguns supermercados, nós já temos... Pelo menos em um supermercado que frequento aqui, em Brasília, tenho observado isso, a coisa é muito bem cuidada. E acho que todos nós, consumidores, deveríamos reclamar, chamar o gerente, quando encontrarmos essas deficiências. Então, é impressionante a constatação sobre a qual o senhor e a senhora nos fazem refletir neste momento. Congratulo-me com a vinda do senhor e da senhora, porque estão prestando um serviço extraordinário.

Eu tinha preparado aqui algumas perguntas, que caem para um terreno secundário diante do mais estarrecedor que foi dito aqui: 96% das pessoas não têm cuidado com a sua própria saúde. E tenho observado que, em certos restaurantes, principalmente no café da manhã, nos *self-services*, as pessoas pegam o produto, devolvem, conversam com a outra pessoa em cima do produto. Então, imaginem a contaminação que deve ter aquilo ali. Em restaurantes do Nordeste, onde a temperatura é muito alta, já começa com 24, 25, 26 graus, aqueles alimentos são colocados ali às 6 horas da manhã, e há pessoas que vão tomar café quatro horas depois. A contaminação é evidente, são coisas que não têm prevenção nenhuma. Enfim, as rápidas manifestações do senhor e da senhora nos fizeram, a mim pelo menos, refletir bem em que mundo vivemos de exposição à pe-
os com a nossa saúde e a dos nossos filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Bom, uma perguntinha aqui que retirei do PLS do Senador Jorge Viana, que trata do conceito de prazo de validade para consumo seguro, seria o prazo superior à validade para venda, se puder responder depois. Essa ideia cria a segurança jurídica para o doador?

De outro PLS – porque tínhamos três projetos e fizemos o apensamento –, do Senador Ataídes Oliveira: obriga supermercados, sacolões, mercados, restaurantes com mais de 200m² a firmar contrato de doação com entidades que distribuem alimentos à população carente. Essa obrigação é realmente positiva, deve ser levada adiante como legislação? A doação de alimentos por parte de restaurantes é ação considerada adequada? Lá, no Rio Grande do Sul, como contei aqui outro dia, durante algum tempo, fui conselheiro da Cruz Vermelha Brasileira. Nós abrimos uma campanha de buscar os alimentos nos restaurantes. Quando estava todo o esquema montado, interveio a Secretaria Municipal da Saúde e proibiu, porque não havia segurança, não havia geladeira, não havia como acompanhar esses produtos. E não deu em nada aquela campanha que, inadvertidamente, tentamos fazer. Bom, então, a doação de alimentos, por parte de restaurantes, é considerada adequada? Em que medida a experiência da senhora e do senhor pode colaborar no projeto de lei que trata do desperdício de alimentos?

Eu pergunto, como tenho a responsabilidade de ser o Relator dessa matéria, se a senhora e o senhor têm algum material escrito sobre o que disseram aqui. Se tiverem, eu gostaria muito de ter acesso a ele.

Então, era a minha intervenção, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra ao Dr. Antonio e, depois, à Drª Raquel.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Senador, vamos por partes. Concordo com a Drª Raquel no que se refere aos produtos de cozinhas industriais preparados, que isso é um problema. Assim como já vimos também que supermercados, quando eles doam para bancos de alimentos, querem doar o quer é resto também.

Sabem por quê? Porque, na maioria desses locais, o lixo é pago para ser retirado, não é de graça. Então, quanto menor for o lixo dele, menor é o custo operacional com o lixo. Ele tende a repassar os produtos que podem ser até consumidos num banco de alimentos, que podem ser distribuídos, e também o lixo. E, depois, o pessoal lá tem que se virar para fazer a triagem e seleção.

Numa nota técnica em relação à Lei 675, de 2015, a Embrapa coloca que deveria ser dada uma ênfase às boas práticas de higiene e manuseio de alimentos, tanto *in natura* quanto de produtos processados em cozinhas industriais. Então, isso está na nota técnica que colocamos.

Em relação ao prazo de validade, são muitos questionamentos que V. Exª coloca. Prazo de validade. Eu não sou a favor de prazo de validade para venda e prazo de validade de seguro, por dois motivos: isso é difícil de você passar para o consumidor, porque, na verdade, você vai dividir a população em duas partes: uma que tem condição de comprar o produto dentro do prazo de venda e outra que não tem condição e vai só consumir no prazo de consumo seguro. Então, o que se pode fazer é que, normalmente, as empresas que processam produtos têm um prazo de validade já colocando uma margem de segurança aí, tudo o mais. O que eles podem fazer é quando veem que o prazo de validade já se está esgotando, e mesmo numa promoção no supermercado, não conseguiu vender e vai faltar tipo cinco dias, uma semana para ele encerrar aquele produto, ele pode doar, mas aí cai no que o Senador Moka falou.

O problema de doação, ainda hoje, está relacionado com o que vai acontecer, por exemplo, se esse produto for mal acondicionado dentro de um local que vai, depois, distribuir. E se alguém passar mal, de quem vai ser a responsabilidade? Precisamos ter cuidado de retirar de quem doa, sem fazer dolo, o ônus de algum problema, porque senão você impede que a doação seja feita. Isso é um problema.

Em relação à doação de produtos processados, a Profª. Raquel vai falar com mais propriedade, mas eu só tenho uma coisa a dizer: concordo com ela que em caso de produtos processados, mesmo aqueles que não foram para o balcão, devemos ter absoluta certeza de que a cozinha tem condição de resfriar aquele produto rapidamente, porque senão, em um País com as temperaturas elevadíssimas como as nossas, em certas épocas do ano, esses produtos podem estragar muito facilmente antes de chegar ao seu destino, que é o consumidor que vai consumi-lo. Então, acredito que deve haver bastante visão em cima disso.

Estabelecimentos acima de 200m² ou mais. Eu só queria salientar que li esse projeto de lei e tem o seguinte: os boxes do Ceasa têm, normalmente, 50, 60m². Se você tem um boxe grande, vamos dizer, dois boxes que comercializam uma quantidade boa de frutas e hortaliças, dá 120m², está abaixo dos 200, então, essa pessoa não vai ser obrigada a fazer nenhum contrato ou convênio de doação. Sacolões volantes não têm 200m², e sobra. Então, há coisas que têm de ser vistas. Feiras livres, a barraquinha não tem 200m², o que sobra eles jogam fora.

Então, tudo bem que as feiras livres estejam diminuindo bastante no Brasil como um todo, mas ainda Agora, eu quero salientar que a gente precisa ter ideia do que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – O Brasil real.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – O Brasil real. Boxes na Ceasa com 200 metros quadrados são poucos; não são muitos boxes na Ceasa com 200 metros quadrados, porque há grandes empreendedores que comercializam frutas e hortaliças no Brasil inteiro. Então, esse mesmo cara que comercializa aqui, o atacadista, é atacadista no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. É o mesmo, mas não são todos. E há vários que são pequenos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – O varejo.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Não, o varejo tem até 200 metros quadrados, e dá. Mas, no boxe, quando os produtores vão comercializar os seus produtos lá e não conseguem vender, o que eles fazem com aquilo? Jogam fora? Porque, se os senhores olharem bem, no entorno de todas as centrais de abastecimento, de todas as cidades do Brasil, existem o quê? Comunidades carentes, porque elas sabem que podem ir lá, no final do expediente, e pegar o produto que sobrou – o que é uma decadência, uma degradação. Isso é um problema. Então, é basicamente isso.

Nós temos uma nota técnica que foi passada para cá, sobre essa lei, fazendo várias considerações, inclusive mostrando que aquela lei do bom samaritano que está até hoje, e não foi aprovada, é um fator importante, como o Senador Moka falou, para desonerar a pessoa que está doando de problemas que podem advir de manipulações equivocadas. Mas eu concordo com o senhor que nós temos um problema gerencial no campo, gerencial nas casas de embalagens, gerencial no atacado e no varejo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E tem a ver com um problema de educação.

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – Com certeza. A educação é uma coisa que nós temos que trabalhar ao longo de muitos anos, porque é difícil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em todos os sentidos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, a Drª Raquel, para responder.

Obrigada, Drª Raquel.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Com relação ao prazo de validade, vou começar com a primeira pergunta do Senador, também concordo com o pesquisador Antonio que não há como a gente ter dois prazos de validade. Quando a indústria cria um prazo de validade, ela o cria já com uma margem, como ele falou, de segurança. Entendam também que um prazo de validade de um produto não é feito só para a questão microbiológica, mas também sensorial.

Então, vou dar um exemplo de uma pesquisa que a gente fez para uma comerciante de pequeno porte, foi uma parceria da universidade com o Sebrae. Ela queria que a gente criasse rótulo e o prazo de validade para um biscoito de castanha do Pará produzido em Rio Branco, no Acre. E ela nos mandou lotes, e a gente foi acompanhando com análises microbiológicas, para dizer para ela: em tal dia ele já tem crescimento inadequado. É assim que a gente determina prazo de validade.

Ao mesmo tempo, a gente foi fazendo testes sensoriais com o produto, ou seja, colocando provadores para provar o biscoito ao longo do tempo em que ele estava sendo analisado. Quando a gente fechou o relatório, o produto dela tinha 90 dias de validade, mas a gente mandou os laudos microbiológicos juntos. E, microbiologicamente falando, no produto, até 180 dias, não havia crescimento de nenhum micro-organismo patogênico, que a gente fala que causa prejuízo à saúde. Ela não compreendia porque a gente tinha colocado que a data de validade do produto dela era de 90 dias e não de 180.

Aí existe a dificuldade de entender, porque as pessoas só pensam na questão da bactéria. E eu disse para ela: olha, com 90 dias, o seu produto ainda estava bom. Quando a gente foi fazer a próxima degustação, o produto apresentava um sabor de sabão, que é aquela rancidez do óleo, que dá aquele gosto, alguns sabores já amargos, desagradáveis. Então, a gente não pode...

Lembrando que o prazo de validade vem em dois... pelo menos em duas vertentes, porque às vezes o produto está *o.k.*, porque ele foi esterilizado, pensando no leite, para colocar na caixinha, mas, depois de um tempo, ele começa a desenvolver sabores desagradáveis. E, às vezes, o consumidor abre, prova e diz assim: "Nossa, esse produto está estragado!", porque o gosto está ruim, mas, em termos de bactéria, ele está *o.k.* Então, só é preciso entender que a data de validade não é vista só como uma questão microbiológica. É difícil ter dois prazos de validade.

Vou dar outro exemplo, com produtos que têm adoçantes, edulcorantes, produtos sem açúcar. Há alguns ɔçantes que, quando mudam a temperatura... Vamos supor, quanto ao iogurte, o que e é muito comum; em adeira, ele está naquele prazo de validade, *o.k.* Quando há muita oscilação de temperatura – a gente coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

no carrinho, leva para casa, vai na geladeira, e aí tiro da geladeira, trago para o meu trabalho daquela forma, sem ser... –, às vezes, quando eu vou comer o produto, o produto está sem gosto. E eu falo: nossa, mas está na validade! O que aconteceu?

Há alguns edulcorantes que, com essa oscilação de temperatura, perdem o sabor doce. E aí a população acha que o produto está estragado. Na verdade, as pessoas têm um conceito de estragado como sendo uma coisa relacionada só às bactérias. Então, eu só queria deixar claro que falar de prazo de validade não implica só na questão microbiológica.

E fica difícil... Concordo com o Antonio, quando ele fala assim: "A gente tem essa questão da temperatura, que, às vezes, não é mantida, e o produto exige uma determinada temperatura em que você já não garante nem que o produto vai ficar bom naquele prazo de validade, imagine mais do que aquilo." Então, eu acho que a gente deveria ter um prazo único de validade, porque se a empresa determinou é porque fez testes envolvendo não só a questão microbiológica, mas os outros aspectos de qualidade do produto. Isso é importante.

Se o supermercado não consegue vender, ele faz promoção e ainda há um ou dois dias de validade, acho que ele pode doar para alguma instituição utilizar dentro daquele prazo. Então, acho que seria mais adequado tentar fazer com que esse produto, ainda na validade, tenha que ser doado e não jogado no lixo, aí, sim, dentro da validade exposta pelo produto.

Com relação aos supermercados, não é muito a minha área de trabalho, mas eu vou dar minha opinião, como a dele, de consumidora da Ceasa. Eu vou à Ceasa todo sábado fazer compras tanto para minha casa como, às vezes, para o meu laboratório, porque a gente acha algumas coisas lá mais interessantes. E os boxes são pequenos, são... Às vezes, no caso do sábado, que é para o consumidor livre, não só para boxe, os espaços são pequenos... Então, os espaços são pequenos e ele não estaria dentro desse...

E eu vejo um desperdício enorme no chão, porque as pessoas colocam, realmente, muito a mão, as pessoas querem escolher e apalpam muito. O consumidor realmente... Como o senhor falou sobre a questão da educação, é muito importante. E, ao colocar muito a mão e, dependendo de como eu vim, porque eu não lavei a mão, não higienizei a minha mão, estou contaminando ainda mais aquele produto. Então, temos que pensar que eu posso, sim, doar esse produto, mas eu acho que esses pequenos boxes também têm que entrar no projeto e não só os supermercados de grande porte. E aí, dentro da minha área, doação de alimentos para restaurantes, de restaurantes, é adequada.

Vendo o êxito do Rio Grande do Sul com banco de alimentos, dentro desse perfil, eu poderia indicar que seria algo interessante, mas há aquilo quanto ao que a Senadora bateu na tecla, na fala dela que eu escutei e re-escutei, que é a questão de haver um responsável técnico dentro desse banco de alimentos, para que haja segurança de que ele está pegando alguma coisa num restaurante, que foi bem acondicionada e que vai ser bem reaquecida, ou refrigerada, para ser utilizada nesse banco de alimentos, e não uma doação para qualquer um que queira ir lá e pegar um produto.

Eu vou fazer assim: não há uma relação direta com a pergunta, mas eu acho que seria importante, porque a gente tem outro problema com a questão educativa, Senador. A gente tem vários restaurantes em que o dono do restaurante fala logo: "É proibido a gente doar alimentos. Então, eu não posso doar nem para os funcionários."

E para ele essa norma é muito importante. Ele acha que aquilo ali... E nem existe a norma, porque não existe proibição de doação; a legislação federal não proíbe que você doe.

Mas a gente vê o dono do restaurante falar assim para os funcionários: "É proibido a gente doar. Então, a gente tem que fazer o mínimo, ter o mínimo de desperdício, porque eu não posso doar nem para vocês levarem para casa."

E por que ele faz isso? Porque, conhecendo os restaurantes como a gente conhece, o funcionário começa a fazer mais, de propósito. Então, ele tem um acordo com a pessoa, com o funcionário do almoxarifado: era para fazer 10kg de arroz, e ele faz 11kg; e passa, às vezes, despercebido, se eu tenho um restaurante menor porte, há menos controle. Então, vai sobrar um pouco de arroz, justamente porque eu quero levar para casa.

E a gente ainda tem outro problema nos restaurantes, que é, normalmente, o primeiro que receberia seria o próprio funcionário que poderia levar o que sobrou para casa. E, se eu passo a dizer que eu posso doar isso para ele, há um problema grande de conduta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Drª Raquel, apenas sobre o sucesso do banco de alimentos no Rio Grande do Sul, liderado por um comitê de responsabilidade social da Federação das Indústrias, eles fizeram uma inteligente parceria com as universidades, nos cursos de Nutrição. Então, os nutricionistas são os coordenadores de todo o processo de tratamento dos alimentos. E eles têm um *hotbox* para levar o alimento à temperatura, naquele momento, para as pessoas que já estão esando o seu almoço, que vai ser à uma hora, às duas horas, em geral de refeitórios, de refeição industrial de cionários das empresas, porque ali há nutricionista, e nos restaurantes não há necessariamente nutricionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então, a lei obriga que o refeitório para o trabalhador tenha o nutricionista, e é por isso que essa refeição é dada. Na legislação, imagino estadual, Senador Lasier, no Rio Grande do Sul, de fato, há essa restrição da doação, que foi o caso da Cruz Vermelha, que o senhor citou. Então, eles conseguiram construir. Em 15 anos de funcionamento, não houve um caso sequer de contaminação, porque a Unisinos, a PUC, e eu acho que a Feevale está junto também, mas a Unisinos é a que está mais diretamente envolvida...

E eu conversei com os nutricionistas de lá, que, como a senhora, também têm esse envolvimento e têm uma cozinha industrial, para ensinar o aproveitamento de folhas e coisas que são nutricionais, para fornecer. E as entidades... É um sistema de voluntariado; não há pagamento; as pessoas trabalham lá por voluntariado.

Então, há também esse outro aspecto. A Ceasa, as redes de supermercados, uma ou outra rede... Mas não é sobre isso que o nosso pesquisador Dr. Antonio falou, de que é o resto para facilitar a redução do lixo. Não, ele faz...

Porque eu penso também que uma grande cadeia, Dr. Antonio, que tenha uma marca, o patrimônio dela é a marca, é o nome. Então, há o zelo, para evitar que quaisquer atitudes de responsabilidade social comprometam a segurança alimentar; ela não vai comprometer a marca que possui. Então, eu acho que o senhor destacou bem ali.

Então, há esse aspecto, como há essa história do funcionário de que a Drª Raquel falou. Mas é preciso, então, separar o joio do trigo, para não generalizar que isso é assim em todos os lugares.

O senhor pediu para fazer uma observação?

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – É só uma observação, que, no levantamento, na avaliação dessas leis que a gente fez, uma das questões, que é a do prazo e validade, ela aparenta ter conflito com o requisito da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 259, de 2002, que, nessa RDC, indica que os alimentos, quando embalados à vista do consumidor, não necessitam serem rotulados na forma dos produtos processados ou industrializados, ou seja, existem as exceções. Então, a gente precisa perceber que não podemos ter legislações que sejam conflitantes umas com as outras, porque, na RDC, diz-se que o produto que vai ser embalado a vista do consumidor, como um fatiado ou alguma coisa desse tipo, ele não precisa ter esse rótulo, conforme os produtos processados.

Do outro lado, eu concordo com a senhora, nós fizemos um trabalho com os bancos de alimentos do MDS. E os grandes supermercados realmente têm um nome a zelar. E eles trabalham muito bem com a doação.

Agora, nós precisamos entender que o horizonte no Brasil não é só de grandes supermercados. Nós temos supermercados de pequeno porte, de médio porte...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A banca...

O SR. ANTONIO GOMES SOARES – ... e aqueles que são bancas, são quitandas. Então, precisamos ter sempre o cuidado com todas essas questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço o Dr. Antonio.

Consulto o Senador Moka e o Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou só fazer uma observação, não vou perguntar.

Eu fico preocupado, Senador Lasier, porque, hoje, aqui, realmente... Por exemplo, nós estamos falando de produtores rurais. Quer dizer, ele diferenciou bem o que é perda e o que é desperdício.

Ora, quanto à perda, o cara que está produzindo, ele tem um negócio. A perda é, em tese, um problema dele. Eu acho que esse é um problema de extensão rural. Se o produtor, sobretudo o pequeno, da agricultura familiar, tivesse ali o extensionista, que diz: "Olha, gente, vamos fazer desse jeito, tal e tal, e você vai ter uma perda bem menor."

Eu sou do Mato Grosso do Sul, e você vê, naqueles caminhões de soja, a quantidade de grãos que caem o tempo todo. Agora, isso é o produtor, quer dizer, é privado isso.

Então, você vai fazer uma legislação e vai dizer: "Você não pode ter isso!" Eu não sei como nós faríamos isso. Eu entendo isso.

E, quando se propõe isso daí, o projeto, eu não sei a autoria, mas o pessoal está falando, Raquel, porque eles comparam com gente que vai ao lixão, comer aquelas comidas. E não há nada mais degradante do que isso. Então, se comparado com todos os aspectos – eu sou médico e entendo o que a senhora está falando –, há uma diferença enorme de você ter uma contaminação em restaurante por uma...

E me parece-me raro, porque não vejo, assim, uma incidência tão grande. E, quando há, é uma coisa generalizada. Todas as pessoas que foram ali adquiriram aquilo.

Então, eu vejo com uma preocupação muito grande essa legislação, porque, se a gente não tomar cuido, nós vamos engessar de tal forma... Porque eu não acho que o restaurante, Senadora Presidente, vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

esses cuidados de 60 graus, 10 graus, para fazer a doação, e vai doar só aquilo que estiver dentro do prazo de validade, porque, economicamente, isso não faz sentido para ele.

Aí eu pergunto: bom, mas aí a legislação tem que obrigar a fazer? E eu já digo que talvez nós tivéssemos que estimular o restaurante, o produtor, o cara que vende, quando ele tem essas práticas que são as práticas perfeitamente adequadas do ponto de vista da saúde.

Mas eu ainda acho que nós temos de discutir muito bem esse assunto, porque, se não, nós vamos acabar... Eu já estava preocupado com aquela coisa da criminalização, porque, quando você diz que o cara fica responsável por aquilo, e ali, às vezes, o cara, com a maior boa intenção, dá um produto bom, de boa qualidade, mas aquilo estragou lá depois que ele doou, e acontece alguma coisa, o cara é responsável por isso. Aí você vai restringindo as pessoas que teriam, em tese, essa intenção.

Eu concordo que temos que fazer alguma coisa, mas ainda acho que essa forma da norma aqui do Distrito Federal... Eles fizeram uma norma com base na realidade deles, dos restaurantes aqui, de como se faz. Eu acho que talvez seja ainda mais simples do que uma legislação nacional e que nós podemos...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se me permite um aparte.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Claro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Moka, eu tenho falado com algumas pessoas e estamos chegando à conclusão de que devemos fazer uma normatização por capítulos: um capítulo que vai só referente ao campo; um capítulo só referente ao transporte; um capítulo com relação aos restaurantes, de interesse geral; e um capítulo para as doações. Eu acho que é a única maneira, é compartimentar. Fora disso, é muito difícil, vai ser muito complexo e precisamos fazer uma legislação compreensível por todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um capítulo quanto à questão dos prazos de validade, dos produtos que são industrializados, a lata de patê, de manteiga, porque esse é, digamos, um dos pesos fundamentais que inspirou o projeto do Senador Jorge Viana.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, eu só vou encerrar, que hoje há aquele negócio da prorrogação do Mais Médicos, e eu tenho que ir para a Comissão.

Então, eu fiquei feliz, Lasier, fiquei feliz com a sua...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Divisão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... compreensão de que é possível fazer de forma, por norma, normatizando vários...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cada segmento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... cada segmento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Fora disso, é muito difícil.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Porque aí eu acho que é a única forma, realmente, de a gente tratar essa questão. E fico, realmente, preocupado com que, ao criar alguma coisa, ao invés de estimular as pessoas de boa vontade, criminalizem-se essas pessoas, como multar. Eu acho que essas coisas não funcionam desse jeito. Eu acho que você tem que estimular aquelas pessoas que realmente têm a boa vontade de fazer a doação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ampliar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu peço desculpas, mas, por isso que eu não estou questionando nada, é só uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ampliar o grau de educação de todos, sejam dos que manipulam a produção, especialmente esses, como mostrou o Antonio, nessa exposição. E aí também, que não foi feito por ele, ele deu os percentuais de perda, mas é quantificar quanto essa perda representa em prejuízo financeiro, econômico ou financeiro, para cada setor.

Então, essa coisa da soja, se você andar numa época de safra, saindo de qualquer região produtora, você vai ver um caminhão pingando grão de soja e vários pássaros na beira da estrada comendo o grão que está ali – pelo menos esse o pássaro come. Agora, o grão de soja é difícil você processar, terá que cozinhá-lo muito. É também difícil juntar da rua. Mas é um prejuízo. Então, um caminhão carregado ali, pelo menos três ou quatro sacos são perdidos, jogados fora.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É necessário serem essas sacas bem-acondicionadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, mas ele é transportado a granel, a soja é a granel.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah!, bom, aí esse é um problema em relação qual nós vamos ter que aprofundar o estudo. Por exemplo, naquelas estradas no Rio Grande do Sul, sem alto, a perda é enorme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu estive outro dia vendo uma plantação de soja em Tupanciretã. E Tupanciretã é o Município que é maior plantador de soja do Rio Grande do Sul, enquanto Ibirubá, que fica próximo, é, por aproveitamento de hectares, é o mais produtivo.

Bom, mas de Tupanciretã até chegar à cidade, é uma coisa horrorosa a estrada. Então, o que se perde ali!

E como é que nós vamos regular isso? Se é a granel? É um problema difícil. Nós vamos expor...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O caminhão, se é o graneleiro, o graneleiro teria que estar bem vedado para evitar a perda.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem vedado. Então, temos que fazer norma para o caminhão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, aí é o transporte, aí é a norma para o capítulo do transporte.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Roberto Muniz, já lhe passo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Primeiro, inicialmente, digo que é um grande desafio, Senador Lasier, fazer essa junção de tantos anseios. Há anos e anos que o Brasil vem lutando para que essa lei permita que as pessoas, os empresários de boa vontade possam fazer doações dos alimentos. Não sejamos nós aqui, com tanta experiência, a senhora e o senhor, que sejamos os obstáculos para isso! Na verdade, a gente precisa encontrar é como fazer isso.

Eu me lembro bem, Senadora Ana Amélia, no ano 2000, eu fui visitar o Programa Mesa São Paulo. Não sei se os senhores já tiveram a oportunidade de ir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Conhecemos. Já estiveram aqui falando para nós.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Olha, eu acho que vale a pena fazer uma visita. Eu estive pessoalmente lá no ano 2000, e, à época, a intenção era a criação da tal da colheita urbana. Houve um momento em que isso virou uma moda no Brasil, que todo mundo estava tentando fazer isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso veio com o Fome Zero e o Programa do Betinho, quando o Betinho começou com o Brasil Sem Fome. Então, o Betinho foi o grande estimulador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso. O grande estimulador disso. No ano 2000, eu estive lá, e hoje o Mesa São Paulo já tem 830 instituições que são beneficiadas e 640 empresas.

Agora, um fato que me chamou atenção: quando eu cheguei, era mais ou menos o mês de abril, estavam lá caixas de panetone...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sobraram do Natal.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sobraram do Natal. Estavam na validade, elas estavam bem-acondicionadas, e essas pessoas receberam panetone dentro da validade, dentro das condições, das normas para o consumo.

E você tem diversos produtos que chegam a seu prazo de validade, como, por exemplo, o chocolate, que tem o *boom* da venda dele, você tem produtos que são manuseados durante a Páscoa, e ficam pedaços quebrados. Então, nós percebemos que há alguma condição de avançarmos.

Eu queria fazer inicialmente uma pergunta à Drª Raquel – se nós pudéssemos separar um pouco – sobre o manuseio quando é feito diretamente pelo consumidor ou o manuseio é feito pelo estabelecimento. Talvez aí seja um limite com que nós possamos tratar este assunto, porque o que nós percebemos é que, quando esse manuseio é feito dentro do estabelecimento e ainda dentro da sua vitrine... Por exemplo, um pão, sobram lá cem pães naquela noite. O consumidor não teve acesso a pegar o pão. Ele foi manuseado pelo funcionário da casa. O que vai ser feito com essa sobra? Porque entendo que isso não seja um resto.

Então, será que, se nós colocássemos um divisor entre o manuseio do consumidor de forma direta, através do *rechaud,* em que, nos restaurantes, a pessoa vai lá de forma direta e faz esse manuseio, e esse manuseio que é feito por alguém, que é treinado, capacitado... Porque a grande massa de pessoas que querem participar, de empresários que querem participar disso não são grandes empresários, mas pequenos empresários. São pessoas que têm comprometimento com a sua comunidade, é aquela padaria pequena, a delicatéssen menor. É esse limite que precisamos entender.

Nós precisamos colocar para dentro desse processo todas essas empresas que estão diretamente ligadas à comunidade e que podem assumir esse caráter de ser alguém que possa entregar – claro que há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

associação. Associo-me à ideia de haver o acompanhamento de um profissional responsável; acho que associação ou a entidade precisaria ter esse acompanhamento. Mas, a partir daquele instante, em que se entrega esse produto não manuseado pelo consumidor – aí eu acho podemos, é uma proposta Senador –, porque aí nós retiramos todas essas possibilidades que a senhora está colocando... Então, ele passou por um processo, pela vigilância sanitária, se está aberto e funcionando, o manuseio daquele produto e da fabricação daquele produto passou por todo o regramento da vigilância sanitária. Se o consumidor está tendo acesso à ele, naturalmente é um produto que pode ser doado.

Então, se fizermos isso, grande parte desses produtos que são feitos no cotidiano, no dia a dia, podem ser doados dentro da maior segurança, com segurança.

E, partir daquele instante em que o empresário entregar esse produto, ele passa a ser responsabilidade daquela entidade. Essa é uma questão.

Acho também, Senador Lasier, que essa ideia – eu tinha até, por coincidência, colocado – de compartimentalizar, usando talvez até os estágios de produção que o Dr. Antonio colocou aqui, a questão do campo, de discutirmos mais profundamente; a questão do manuseio e transporte, das centrais de abastecimento.

Eu acho que a limitação diária realmente é difícil, porque a cada estágio de produção essa área vai sendo mudada. Você tem boxes menores, boxes maiores; você tem supermercados; você tem *delicatessen*; você tem *brasserie*. Você tem diversos tipos de formatação de empresa que podem gerar dificuldade, se cravarmos.

Outra questão são empresas que fazem produção com produtos de origem animal. A senhora sabe da grande quantidade de empresas que fazem o manuseio, por exemplo, dos embutidos. Então, você tem possibilidade também, com essas empresas, de estabelecer a possibilidade de fazer essa colheita – vamos chamar já assim – dentro desse prazo de validade.

Então, acho que se nós separarmos, usando os problemas que o senhor levantou – padronização de embalagens, higienização, operação, tudo estava dentro do campo; a questão da venda a granel, a questão do preço mínimo, as gôndolas de supermercados –, vamos tentando formatar nesses estágios de produção uma solução para que possamos cumprir o objetivo de defender, de fazer a defesa dessas pessoas, dos empresários que queiram fazer essas doações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada pela contribuição valiosa. O Senador Lasier já está anotando as suas sugestões.

A Drª Raquel tinha pedido a palavra antes de o Senador Roberto Muniz ter feito os questionamentos.

É uma palavrinha sobre os comentários anteriores.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Ele também me fez algumas perguntas. Vou aproveitar.

Eu queria esclarecer, até porque, como a Senadora comentou, nós estamos sendo televisionados, que, em relação aos casos de surto, é importante lembrarmos: às vezes, não há um surto em que várias pessoas passam mal comendo naquele restaurante, mas a população brasileira também não sabe reivindicar seus direitos e também não sabe notificar. Então, às vezes uma pessoa tem desconforto abdominal, uma diarreia em casa, e isso não é passado para frente. Portanto, temos uma subnotificação dos surtos que acontecem no Brasil. Não podemos imaginar que várias pessoas comem nos restaurantes e nada acontece. Muitas vezes acontece, mas, como são casos isolados, as pessoas não se juntam e não sabem. É diferente de quando acontece algo em uma festa, que é mais fácil você saber que várias pessoas comeram só naquele local. Temos que ter cuidado, o que não quer dizer que a comida não esteja contaminada. Às vezes o meu organismo sente mais uma determinada bactéria ou a quantidade do que uma outra pessoa. Só para deixar claro, porque acho que isso é importante.

Com relação às padarias, que foi um ponto que o senhor levantou, acho que, de novo, a questão de você expor menor quantidade do produto é importante, mesmo nesses pequenos produtores, porque, mesmo que o consumidor não esteja colocando a mão no pão, a mão do manipulador ali é muito maior. Muitas vezes não com o mesmo cuidado da parte interna, porque o vendedor, que é a pessoa que fica ali na venda, não tem o mesmo cuidado que o da fabricação. Então, é muito mais importante que ele coloque menos na exposição, porque aquilo ele sabe que vai perder. Agora, todo aquele pão que foi assado, que está lá dentro e que pode ser doado, não teria problema algum.

A Senadora aqui do meu lado lembrou que pão mofa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pão francês.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Pão francês mofa. Claro, no dia em que ele é fabricado, eu não vou ter problema, até no dia seguinte, mas, passando um tempo, ele vai ter problema. Em algumas cidades do Brasil com umidade muito grande, vai acontecer com mais facilidade do que aqui, no Distrito Federal, que é muito mais seco. Então, temos diferenças de temperatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sobre o pão, uma perguntinha: qual é a sua opinião sobre o pão francês, aquele pão comprido que os franceses compram na padaria sem embrulhar e saem pela calçada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Debaixo do braço, enrolado no jornal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E aí ninguém fica doente com aquilo?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Não. Na verdade, o que acontece? Lembrando, você colocou a mão no seu próprio pão. Você está com as suas bactérias e você contaminou com a bactéria que você tem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a própria bactéria. Então, quem não lava as mãos não tem problema! (*Risos.*)

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Na verdade, por que eles têm menos problemas? Porque eu não estou pegando aquilo com a minha mão e dando para outras pessoas normalmente. Normalmente, é dentro da própria casa. Então, às vezes há menos problemas de surtos, porque é interno, é a contaminação da própria casa. Os senhores entendem que contaminação existe em vários setores. Nós não temos tantas doenças quanto o número de bactérias, porque há algumas bactérias também que não passam, que não dão efeitos imediatos, não são patogênicas. Outras são.

Com relação ao banco de alimentos, restaurantes, acho que é importante chamar a atenção. Vocês chamaram a atenção em relação ao Fome Zero e à criação dos programas. Eu, a Profª Verônica, que está aqui presente, e a Profª Rita avaliamos os restaurantes populares federais, numa parceria com o MDS, há alguns anos. E o que chamou muito atenção – achei importante fazer esta reflexão – é que os programas não conversam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é um mal do Brasil.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Sim. Vou dar um exemplo: nós avaliamos 37 restaurantes populares no Brasil todo. Viajamos o Brasil inteiro para ver qual era a qualidade desses restaurantes. Muitos dos alimentos produzidos ali, que sobravam, poderiam ser doados para os bancos de alimentos que o próprio Município tem. Isso não acontecia. Não existia essa conversa. Às vezes o restaurante popular tinha um profissional responsável técnico, o banco de alimentos tinha, e isso não acontecia. Importante.

Outra barreira que nós encontramos dentro da questão da legislação: muitos Municípios terceirizam os restaurantes populares. Faz-se uma licitação, e uma empresa vai tomar conta do restaurante. Por ser uma empresa terceirizada, ela não pode receber alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos e não pode doar para o banco de alimentos. Há uma legislação interna que dificulta, porque, se o Estado resolveu não gerenciar o restaurante popular e passar isso para uma empresa terceirizada, o que vem acontecendo com muita frequência, o resto da cadeia não pode se beneficiar da sobra desse restaurante.

Então, eu acho que está na hora, realmente, de se fazer essa discussão e de integrar também os programas que o próprio Governo Federal criou e que tem.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Doutora, só uma pergunta de forma direta.

A senhora está colocando que, saído o produto da cozinha – para deixarmos isto claro –, a senhora acha que não pode ser doado?

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Saído da cozinha, não.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É essa a posição que a senhora coloca.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Sim, porque, dentro da legislação, ele é resto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. Aí, o seguinte: saindo da cozinha a sobra.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não. Exemplo: saiu da cozinha, foi para dentro do estabelecimento, para o processo de venda, para o balcão... Seja ele, exemplo, uma torrada. Ela está dentro de um saco plástico. Ninguém tocou. Está dentro do saco plástico...

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Aí é como um produto embalado e industrializado. Isso pode.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, produto embalado, sim, porque, aí, vamos tentando encontrar algum caminho.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – Sim.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Porque, se a senhora ega para nós, que não somos conhecedores da matéria, e diz: "Não". Nós saímos daqui completamente de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sestimulados. Mas, se a senhora diz: "Não, eu vou pensar, esse tipo de produto é possível", nós avançamos em algumas questões.

A SRª RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO – São os expostos sem embalagem. Esses não.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pronto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, veja o que ela falou aqui agora. Acho que isso merece realmente uma reflexão. Só o Estado faz as coisas certas, pela norma que foi criada pelo MDL. Só o Estado faz as coisas certas na área da manipulação. O empreendedor privado, não, porque ela proíbe que o terceirizado, num restaurante popular, que é para a população... Ela pode comer, mas ela não pode doar. Se fosse um Município que fizesse, poderia fazer.

Veja o senso e o preconceito de quem produz, como se só fosse bom o Estado. Só o Estado é bom quando produz? Isso seria dizer que só a UnB presta; a PUC não presta. É mais ou menos isso.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É isso aí, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que temos que quebrar um pouco esse dogma, porque, afinal, é a sociedade brasileira que paga a conta. Ela também paga para o restaurante popular. Portanto, temos que fazer uma reflexão.

Agradeço muito.

Consulto o Senador José Medeiros se tem alguma observação a fazer e agradeceria, porque temos hoje a Comissão de Relações Exteriores. O Senador Lasier Martins é membro da Comissão.

Se o Senador Roberto está satisfeito com o que ela colocou, a observação do Senador José Medeiros.

Quero agradecer ao Senador Waldemir Moka, ao Senador Roberto Muniz, ao Senador Lasier Martins e ao Senador José Medeiros.

É o Mato Grosso, a Bahia, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul presentes hoje.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Quero, primeiro, parabenizar por essa discussão e também ressaltar que a doutora falou aqui um ponto interessante.

Realmente, recentemente tive um caso de infecção alimentar com minha família – e, lógico, fui fazer a notificação – e senti que as pessoas até ficaram incrédulas: "Nossa, mas só por causa disso? Só porque comeu um *sushi* e fez mal? Um *sashimi* e fez mal?" Como se eu estivesse com medo, porque parece que o errado era eu de estar fazendo a notificação. Até alguns amigos meus falaram: "Poxa, precisava denunciar o restaurante?" Eu falei: "Não estou denunciando. Estou ajudando o restaurante." Aliás, era até um restaurante bem conceituado. Mas, enfim, minha família toda passou mal com aquela alimentação. E noto que há até um pouco de cultura: "Olha, deixa para lá! Isso foi só uma infecção alimentar." Quer dizer, não foi só uma infecção. Realmente é uma cultura que precisa mudar nesse sentido.

Esse fato que foi levantado aqui de que os órgãos não se comunicam é um fator interessante a se refletir também. Noto que, quando há uma integração, há uma melhoria no serviço.

Em um Município de Mato Grosso, fizeram uma espécie de integração entre os órgãos de fiscalização e fizeram uma *blitz* na cidade. Ia o Crea, o Corpo de Bombeiros, o pessoal da Vigilância Sanitária. E, realmente, víamos que havia uma melhoria na qualidade do serviço quando os órgãos todos estavam ali.

Mas é um setor em relação ao qual precisamos evoluir muito, com certeza, e também, é lógico, evoluir a legislação, porque o que a Senadora Ana Amélia colocou aqui é uma realidade que está alastrada no Brasil, e não só nessa área. Aí inclui a área ambiental, vai tudo. É uma coisa de louco!

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada Senador.

Até quero agradecer ao Senador Magno Malta e ao Senador Lasier Martins.

O Senador Magno Malta, para quem não sabe, é um atleta no Senado. Ele nasceu na Bahia, mas é Senador pelo Espírito Santo. E o Senador Magno Malta estava na academia, levantando peso, e estava assistindo ao nosso programa, ao nosso debate. O Senador Magno é muito ativo. Mandou-me uma mensagem dizendo – ele estava ouvindo o Senador Moka – que se a lei for tão restrita, ela vai acabar criminalizando quem doa, de certo modo, e isso vai, em vez de ajudar a combater a fome, evitar que se faça isso.

Ele lembrou este caso: há 35 anos, ele criou uma instituição, uma casa para recuperação de dependentes químicos e recebeu muita doação, especialmente de hortifrutigranjeiros, que está na área do Antonio. Ele disse que, se isso acontecer, uma lei punitiva, a casa que ele criou e outras instituições, lá no Espírito Santo e no Brasil todo, vão deixar de receber.

Quando ele começou esse trabalho, ele mesmo ia ao Ceasa, pegava os produtos, como batata e outras duras, hortaliças, e fazia a limpeza – uma batata que tem um olho ali, limpava a batata. Era o consumo. E guém morreu, disse ele. Ninguém morreu. Desde essa época, nunca aconteceu nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Se houver uma lei rígida, ela vai acabar prejudicando as pessoas. Ele disse que acha que deve ser colocado na embalagem também o que é bom para o consumo, por ter sabor alterado. Então, explicar também essa questão da alteração, o que acontece. Isso pode ser na embalagem do produto – ele faz a recomendação. Ele se refere à questão da validade que se discutiu aqui.

O pobre quer matar a fome, respondeu, na sua sabedoria, o Senador.

Obrigada, Senador Magno Malta, que está aqui nos acompanhando e prestigiando e pela valiosa observação feita, mesmo virtualmente, através dessa mensagem.

Agradeço muito ao Senador Lasier Martins, por estar com esse desafio enorme. Acho que foi esclarecedora a exposição feita pelo Dr. Antonio Gomes Soares, que é pesquisador da Embrapa, na área da agroindústria e alimentos. E também à Profª Raquel Botelho, que é nutricionista da Faculdade de Nutrição da UnB, pesquisadora e professora da UnB. Foram valiosas.

Agradecemos, em nome da Comissão, a presença dos senhores. Estão dispensados.

Muito obrigada.

Comunico também a todos os Senadores que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária terá a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senador Blairo Maggi, na próxima reunião, a ser realizada no dia 23 de junho, às 8 horas, em cumprimento ao Requerimento nº 33 de minha autoria, dos Senadores Waldemir Moka e Lasier Martins, com o objetivo de apresentar as diretrizes e os programas prioritários da Pasta da Agricultura.

Agradeço novamente aos Senadores Waldemir Moka, Lasier Martins, Roberto Muniz, José Medeiros e ao Senador Magno Malta, que também nos acompanhou.

Está encerrada a presente sessão.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e três minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 85/2016, subscrito pela Vereadora Helena Maria Gassen Etges, Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando a Indicação nº 07/2016 que sugere ao Governo Federal a elaboração de projeto de lei, com o objetivo de que sejam anistiados todos os agricultores que estejam pagando a Securitização, Pesa, Dívida Ativa, com origem de empréstimos agrícolas, as ações em andamento de Dívidas Ativas, com origem em financiamento agrícola, em especial do Rio Grande do Sul, dos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998, em razão das estiagens naquelas safras. Após as comunicações, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 33, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka e Senador Lasier Martins, destinada à apresentação das diretrizes e programas prioritários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a participação do Sr. Blairo Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Odilson Luiz Ribeiro - Secretário Substituto de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Neri Geller - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Sami Pinheiro de Moura - Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Pedro Alves - Secretário Substituto de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Maurício Lopes - Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Sr. Igo dos Santos Nascimento - Presidente Interino da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Sr. Eumar Novacki - Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Roberto Muniz, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Jorge Viana, Ataídes Oliveira e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo o recebimento do Ofício 85/2016, subscrito pela Vereadora Helena Maria Gassen Etges, Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando que seja elaborado um projeto de lei, com o objetivo de que sejam anistiados todos os agricultores inscritos na dívida ativa, com origem em financiamento agrícola nos anos 1995, 1996, 1997, 1998, débitos não pagos em razão das estiagens naquelas safras.

Comunico à Comissão que, até o dia 27 de junho de 2016, segunda-feira, às 19h, os Senadores membros da CRA poderão apresentar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, PLN 2/2016, Mensagem nº 144, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, e dá outras providências.

Esclareço que a apreciação das emendas será realizada na reunião de 28 de junho deste mês, terça-feira, às 14h30.

A presente audiência tem a presença, com muito prazer e muita honra para nós, do nosso colega, membro desta Comissão de Agricultura, o Senador Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a finalidade de apresentar as diretrizes e programas prioritários naquele Ministério, em cumprimento ao Requerimento nº 33, de minha autoria, subscrito pelos Senadores Waldemir Moka e Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Comunico, com muito prazer, a presença do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Novacki; do Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Luís Eduardo Pacifici Rangel, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Dr. Sami Pinheiro de Moura, Secretário de Aquicultura e Pesca também do Ministério; de Pedro Alves, Secretário Substituto de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo; de Odilson Luiz Ribeiro, Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura; de Igo dos Santos Nascimento, Presidente Interino da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); de Maurício Lopes, Presidente da Embrapa; de José Mauro de Rezende, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia; e do nosso coronel Castilho, Chefe de Gabinete do Ministro Blairo Maggi.

Comunico também aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado que poderão participar deste debate ou desta conferência do Ministro Blairo Maggi fazendo perguntas e sugestões nos seguintes contatos: pela internet, www.senado.leg.br/ecidadania; por telefone, 0800612211. A ligação é gratuita por telefone fixo, por celular ou por telefone público.

Queria dizer que há algumas informações que, nesses últimos dias, ocuparam a atenção da mídia. Uma delas diz respeito à questão relacionada à autorização para aumentar a importação de feijão, para assegurar o abastecimento interno e não haver contágio da inflação.

E mais: o resultado de reuniões que o Ministro Blairo Maggi tem tido com produtores, discutindo a questão de seguros atrasados.

Na produção de cacau, deve haver um excedente na safra 2016/2017 – hoje, há um déficit. Então, haverá um excedente. Nosso Senador da Bahia, Roberto Muniz, essa é uma notícia boa, porque o Estado da Bahia é o maior produtor. E o Pará, Senador Flexa Ribeiro, Estado de V. Exª, é o segundo maior produtor. Eles dizem que vão ser maiores que a Bahia, Senador. Cuidado! O Pará vai superar a Bahia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

A produção brasileira de laranja vai sofrer uma queda de 14%. Então, existe todo um noticiário.

Ministro Blairo Maggi, antes de passar a palavra a V. Exª, quero agradecer ao Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente desta Comissão, ao Senador Cidinho Santos, ao Senador Roberto Muniz, ao Senador Waldemir Moka, ao Senador Flexa Ribeiro. O Brasil está praticamente representado aqui: Mato Grosso, Pará, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rondônia e Rio Grande do Sul.

Com muito prazer, eu passo a palavra ao Ministro Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI – Bom dia, Presidente da CRA, Senadora Ana Amélia, minha amiga.

Também cumprimento os Senadores aqui presentes.

Amigo Acir, faz dias que não o vejo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Seja bem-vindo!

O SR. BLAIRO MAGGI – Muito obrigado.

Cumprimento o Senador Cidinho, de Mato Grosso, e o Senador Roberto Muniz. Tenho o prazer de conhecê-lo neste dia, porque não o havia encontrado ainda. Seja bem-vindo a esta Casa! Você chegou, e eu fui.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI – Vamos ver como fica daqui para frente.

Cumprimento também o Senador Moka, do Mato Grosso do Sul, e o Senador Flexa.

Também quero cumprimentar os meus colegas de Ministério, os colegas secretários e os presidentes de empresas e autarquias do Ministério que estão aqui.

Cumprimento todas as senhoras e os senhores; o Secretário-Executivo, Eumar Novacki, que está aqui ao meu lado; e todos aqueles que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem também pela Rádio Senado.

Presidente, para mim, é uma alegria estar de volta ao Senado e principalmente aqui, na Comissão de Agricultura, que frequentamos com muita alegria, com muita determinação, todas as quintas-feiras, comandados por V. Exª, que nos faz acordar cedo nas quintas-feiras...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero fazer uma declaração para os telespectadores e aos demais Senadores: havia sempre uma briga, uma disputa aqui para quem chegava primeiro, o Senador Moka, o Senador Blairo e eu. Certa manhã, o Senador Blairo chegou no corredor e os dois fizeram uma brincadeira, vieram correndo, como se não tivessem me visto. Aí, eu apressei o passo, engatei uma primeira...

O SR. BLAIRO MAGGI – Chegamos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e conseguimos chegar juntos, eles por cavalheirismo.

Hoje me liga o Secretário lá apreensivo, às 7h40, eu estava a caminho de chegar aqui, e me disse: "O Ministro já está na Comissão." Eu disse assim: puxa, ele continua igual, chegando mais cedo.

Desculpe-me a interrupção, mas achei que era oportuno para dizer como o empenho dos Senadores nesta Comissão é muito importante.

O SR. BLAIRO MAGGI – Ontem, a primeira audiência foi às 7h30. Às 7h30, eu já estava com a sala cheia, com 27 federações de pesca de todos os Estados, enfim, trabalhando.

Presidente, mais uma vez, quero agradecer o convite de estar aqui e dizer que, ao aceitar o Ministério da Agricultura e ao chegar lá, encontrei um Ministério diferente do que dizem – muitos reclamam da substituição que fizemos no Governo –, que encontraram as coisas muito ruins, muito fora de controle, sem uma transição, sem absolutamente nada. Eu devo dizer que encontrei o Ministério da Agricultura em condições, sem nenhuma reclamação a fazer à nossa colega Kátia Abreu, que foi Ministra até a minha chegada ao Ministério. Boa parte da equipe que está trabalhando conosco ainda é da equipe e continuará na equipe, porque o Ministério da Agricultura é um dos Ministérios mais antigos que temos da nossa Nação, com mais de 150 anos, então é um corpo muito técnico, com muita estrutura, com muito conhecimento, portanto tem condições de ter pessoas de dentro do quadro que possam ajudar e desenvolver os trabalhos.

Então, eu assumi um Ministério em funcionamento, em andamento, e os programas e as coisas que estavam andando foram colocadas de forma transparente. Portanto, não tivemos que fazer grandes mudanças, e os programas que estão aí colocados, que estão em andamento, são programas que já vêm sendo estabelecidos há algum tempo.

Estamos, neste momento, fazendo vários estudos, e uma das coisas que mais nós fizemos neste momento foi poder fazer algumas mudanças no sentido do relacionamento, Senadora Ana Amélia, dos setores que atuam no Ministério da Agricultura, nos setores que têm relação... Como vou dizer? Faltou um pouco de gás aqui para mim. Deixem-me tomar um pouco de fôlego.

Sério mesmo, perdi um pouco...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas isso faz parte, Ministro Blairo Maggi.

Ficamos muito honrados, porque não é pouca coisa. V. Exª está encontrando uma família, porque nós todos tivemos, na relação com V. Exª, um grande respeito. Sempre foi o nosso orientador nas coisas relativas à produção.

O Senador Moka é um Senador que não tem – não sei – um palmo de terra, mas é dedicado ao setor com o empenho de um produtor familiar, de um médio produtor ou de um grande produtor, ele defende todos os segmentos.

Vou aproveitar, enquanto V. Exª toma fôlego, para nós também é muito comovente essa sua impressão e sensação, para dizer que a crise econômica brasileira seria muito mais aguda não fosse o sucesso e o desempenho extraordinário do trabalho que os produtores brasileiros, em todos os quadrantes deste território gigantesco, deste País continental, estão fazendo, de norte a sul, de leste a oeste, todos eles, e fazendo a agricultura brasileira ser a mais competitiva, a de melhor qualidade.

É claro que V. Exª sabe das deficiências que temos em logística, do custo Brasil. Aqui discutimos, Senador Blairo Maggi, nosso Ministro, o problema dos produtores de suínos de Santa Catarina, que têm que ir ao seu Estado de Mato Grosso buscar o milho. O milho lá custa R$23 a saca e chega a Santa Catarina a R$53. Então, não dá para produzir, não dá para pagar ração para suínos a esse preço. Então, tem que buscar milho do Paraguai, da Argentina, atravessar a fronteira para atender. São os dilemas que temos. Por quê? Porque somos altamente competitivos. Agora, precisamos aumentar. Ele é altamente produtivo da porteira para dentro, mas, da porteira para fora, as coisas continuam complicadas.

O SR. BLAIRO MAGGI – Obrigado, Senadora.

Vamos lá.

As providências que tomamos e começamos a fazer no Ministério foram no sentido do relacionamento que o Ministério tem com o cliente. Quem é o nosso cliente? É o agricultor, é o pessoal do agronegócio, as pessoas que estão envolvidas nesse negócio.

Quando era Governador do meu Estado, quando me elegi, eu sempre reclamava de coisas que o governo não fazia e que eu, como cidadão, como empresário, como agricultor e como população, achava que o governo deveria fazer. Então, eu, ao assumir o governo, disse: agora é a vez de eu fazer aquilo que eu sempre critiquei, aquilo que eu sempre achei que deveria ser feito. Agora, no Ministério, é a mesma coisa: eu, como usuário do Ministério, como agricultor, como empresário, como político também, sempre tive reclamações e muitas per-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

guntas. Por que eu não posso fazer isso? Por que eu não posso fazer aquilo? E uma das coisas que resolvemos fazer foi chamar todos os segmentos, estamos conversando com esses segmentos, o pessoal da carne bovina, dos suínos, dos frangos, da soja, do algodão, da fruticultura. Há coisas que não imaginamos, existem muito mais coisas entre o céu e a terra que possamos imaginar.

Então, essas reuniões têm sido muito produtivas, e tenho dito aos Secretários que estão comigo no Ministério – e que eles possam dizer a todos aqueles que estão abaixo deles nas estruturas – que nós, no Ministério, devemos estar abertos, devemos estar prontos e receptivos a ouvir as reclamações e as sugestões que vêm de fora. Há procedimentos muito antigos no Ministério – até porque ele é, como foi dito aqui, um Ministério muito antigo –, da década de 50, 60, legislação lá de trás que vem pautando, até agora, a condução de muitas coisas.

Então, temos feito essas reuniões assim: o pessoal senta de um lado, nosso pessoal, alguns representantes das Secretarias, de outro lado, o Secretário Eumar Novacki e os outros secretários acompanham isso. E nós criamos, então, uma portaria interna, acho que é 169 o número da portaria? Portaria nº 233. Então, essa portaria vai no sentido da desburocratização, de buscar um ordenamento jurídico diferente, uma proteção diferente daquilo que nós estamos fazendo.

Sempre tenho dito para os nossos interlocutores que nós não queremos abrir mão de segurança, mas queremos abrir mão de burocracias, que atrapalham...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São onerosas e custam caro.

O SR. BLAIRO MAGGI – São coisas que estão ali por muito tempo e que, na realidade, se você for ver, elas não servem para muita coisa.

Do outro lado, nós, como produtores – digo nós, porque eu represento um ministério de produtores neste momento –, sempre queremos produzir mais, cada vez mais volume, cada vez com mais eficiência, ganhar mais, fazer o Brasil muito produtivo. Agora, do outro lado, está o comprador, em que nós temos que nos basear. E aí que vem uma grande parte da burocracia ou dos impedimentos ou das coisas que são colocadas que dificulta o dia a dia do nosso comércio.

Eu estive numa viagem há poucos dias na China – foi junto o Secretário Rangel e o Secretário Odilson –, onde nós pudemos perceber isto com muita clareza: enquanto nós queremos produzir, eles querem comprar. Porém as dificuldades são gigantes nesse sentido.

Eu gostaria até de pedir ao Secretário Rangel que faça uma explicação agora no meio da nossa conversa, rapidamente, sobre os procedimentos fitossanitários que a China nos exige e que, se nós não cumprirmos, nós teremos grandes dificuldades de prosseguir.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Ministro. De fato, as barreiras não tarifárias, as barreiras técnicas, que são colocadas nesse sentido de sanitárias e fitossanitárias, são os grandes desafios para poder conquistar esse mercado. Isso é um esforço gigantesco que a Secretaria de Defesa Agropecuária, junto com os produtores, tem que fazer para poder garantir esses mercados sem ter – vamos dizer assim – uma barreira indevida ao nosso mercado. Então, são doenças, que nós preservamos; são certificações, que nós fazemos para podermos dizer que o nosso produto tem qualidade para entrar em qualquer mercado do mundo. São mais de 180 países para os quais nós já vendemos. Mas esse *status* que foi conquistado precisa ser preservado. Então, com agressividade na venda, é importante a gente ter um seguro que é a questão sanitária e fitossanitária. Então, a gente tem hoje e precisa fortalecer esse processo, como diz o Ministro.

O Ministro ficou impressionado – de nossa parte, a gente fica muito feliz disso – com o fato de a gente ter essa segurança reconhecida pelo mundo inteiro. Portanto, a gente precisa manter essa segurança, que ela continue estratégica para que a gente consiga vender cada vez mais e melhor.

O chinês é muito observador desse processo e, em qualquer vacilo do Brasil, ele vai suspender o mercado, assim como os outros mercados do mundo. Agora o mercado é uma via de mão dupla. A gente está vendendo e está comprando. Então, esse processo a gente também sabe fazer muito bem. Portanto, esse foi o aprendizado da China.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me, Ministro? Eu lembro a discussão dos transgênicos. Eu fui na época com o então Ministro Roberto Rodrigues, e aqui se travava uma grande discussão. Eu sempre dizia que acho que o produtor tem que entender isto: como nós somos muito competitivos, em termos de preço, eles não conseguem nos vencer.

Então, o comércio mundial cria – não estou dizendo que não é correto –, barreiras, sejam ambientais ou fitossanitárias, para dificultar exatamente a entrada do produto, não só do produto brasileiro, mas de qualquer outro produto, e aí é preciso que o nosso produtor entenda que essa exigência é hoje mundial, e ela já faz parte de uma estratégia comercial.

Só para aproveitar esse gancho, Blairo, porque acho isso fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. BLAIRO MAGGI – Senador Moka, é assim que funciona mesmo, é assim que funciona. Nós olhamos o que a China faz internamente, e, se eles fizessem o que nós fizemos, eles poderiam nos cobrar, mas eles não fazem, é muito deficiente o negócio deles, agora é a maneira que eles têm de controlar o mercado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São os maiores compradores.

O SR. BLAIRO MAGGI – São compradores, regulam o mercado.

Nós também fizemos isso aqui, internamente, com produtos que queriam mandar para o Brasil, e nós negociamos isso nos fóruns internacionais, falando assim: "Você pode entrar com maçã, por exemplo; você pode entrar com pera, você pode entrar com não sei o quê. Você pode entrar, mas, depois, nós vamos colocar as condições como isso pode entrar." E aí: desde que, e a praga isso, e a praga aquilo, que você impossibilita, então, a entrada desses produtos aqui, assim como eles dificultam para entrar lá.

Quer dizer, então, nessa viagem isso ficou demonstrado muito claramente para mim também o seguinte: a China é grande comprador, um grande potencial, nós queremos ampliar cada vez mais o comércio com eles, mas também temos que tomar cuidado, não podemos ficar só na mão deles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Diversificar.

O SR. BLAIRO MAGGI – Se um dia um país como esse resolver encrencar com o Brasil e falar assim: "Eu não gosto mais de você", olha, os problemas aqui internos serão violentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É aquela velha receita, Ministro: não se coloca todos os ovos num cesto só.

O SR. BLAIRO MAGGI – ... todos os ovos na mesma cesta.

Então, esse é um outro objetivo que nós temos no Ministério de podermos abrir novos mercados, podermos visitar novos países, principalmente aonde nós não vamos, onde nós não vendemos ainda, de poder ofertar e ofertar com qualidade.

Ontem, na reunião com o Presidente Temer, por exemplo, foi colocado na mesa uma coisa com toda a razão. Por exemplo: a Nigéria exporta para o Brasil em torno de US$8 bilhões de petróleo e não compra nada nosso. Até outro dia, nós discutíamos isso internamente que nós temos que ir à Nigéria, provocá-los para que eles possam comprar coisas nossas. Então, agora, numa atuação mais coordenada do Itamaraty, vai-se dizer para a Nigéria: "Eu estou comprando US$8 bilhões de petróleo, eu espero que você compre US$1 bilhão ou compre alguma coisa de carne suína ou de carne de frango, alguma coisa nossa, do Brasil."

Então, acho que esse é um sentido ou o sentido das coisas que estão mudando e que devem mudar.

Eu vou pedir para o Odilson, que é o nosso chefe da Secretaria de Relações Internacionais, que possa dar também a vocês e ao público que nos ouve um pouco do grau de dificuldade que é essa questão da relação entre os países também, porque há essa relação fitossanitária, mas tem a parte documental, a parte que se negocia através dos adidos comerciais, através das embaixadas, que é outra coisa que para nós produtores não percebemos que tem. Quer dizer, mais uma vez, nós queremos produzir e vender; agora, vender e entregar tem outro time, talvez maior do que o nosso, fazendo outro lado para desobstruir esses canais. Então, eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de o senhor passar para o Secretário, eu queria só lhe informar que, neste ano, o Itamaraty encaminhou para esta Comissão...

Há um assessor do Itamaraty, um diplomata, que acompanha as nossas reuniões permanentemente. Então, já há uma atualização de comportamento, porque o Itamaraty é muito importante nesse processo que V. Exª está lembrando agora.

O SR. BLAIRO MAGGI – Não há dúvida nenhuma. O que acontece no exterior, sem a presença dos chanceleres, os nossos embaixadores, e dos adidos... Nós nem começamos, nós não entramos nos países, entendeu? Então, é muito importante, a gente tem que fazer esse reconhecimento. É claro que o Itamaraty... Não é uma crítica geral, mas é assim: nós temos embaixadores que são verdadeiros comerciantes, verdadeiros mascates; e temos outros que não tanto. Dos países onde nós temos bons vendedores, embaixadores e embaixadas que se envolvem comercialmente, o Brasil é muito ativo. Aliás, o americano faz isso com muita propriedade. Antes de qualquer coisa, a diplomacia deles é um balcão de negócios: ele quer vender, ele quer comprar, e ele negocia. Acho que esse é um espírito que o Brasil também, aos poucos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A França também.

O SR. BLAIRO MAGGI – ... vai adquirindo.

Odilson, por favor, pode fazer uma pequena explanação para a gente.

O SR. ODILSON LUIZ RIBEIRO – Pois não, Ministro, com muito prazer.

Nós tivemos uma experiência muito interessante agora, na viagem à China: foi uma reunião do grupo [illegible] onde o Ministro teve a oportunidade de falar com vários ministros de agricultura de todo o mundo, e tam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

bém com o Diretor-Geral da FAO. Por essa experiência e esses contatos, o Ministro e a nossa equipe puderam verificar a importância do agronegócio brasileiro.

O Brasil não era um *player* internacional muito grande no mercado agrícola; passou, nos últimos 30 anos, a ser o terceiro maior exportador e o primeiro exportador líquido. Na balança comercial de vendas e compras, o Brasil é o maior do mundo em termos do agro e nós temos, na Secretaria de Relações Internacionais, a principal função de elaborar estratégias para as negociações.

Além de elaborar as estratégias para as negociações, que são basicamente as negociações não tarifárias, as negociações tarifárias e a promoção do agronegócio. E nós temos um pequeno grupo de adidos agrícolas – são oito adidos agrícolas no mundo – que, junto com o pessoal das embaixadas, atua para o crescimento do agronegócio no comércio internacional. Esse grupo ainda é pequeno. Para vocês terem uma ideia, os Estados Unidos têm 135 adidos agrícolas; o Japão tem 102; e o Brasil só tem 8, e ainda com algumas deficiências. Mas nós estamos trabalhando em conjunto com o Itamaraty para suprir essas deficiências e dar a esse corpo técnico uma condição melhor de trabalho.

Então, a Secretaria, atuando nessas três áreas, visa promover o comércio brasileiro com um objetivo muito claro: chegar a 10% do comércio agrícola mundial em 2018. Atualmente, nós temos 7% do mercado mundial de produtos agrícolas e queremos chegar a 10% do comércio mundial em 2018. É uma meta muito ambiciosa, mas, com uma inter-relação com as Secretarias do Ministério otimizando os trabalhos, e com o apoio dos Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, a gente vai conseguir chegar a essa meta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bom.

O SR. BLAIRO MAGGI – Obrigado, Odilson.

Nessa linha que o Odilson está colocando, nós vamos dar sequência a um programa de visitas e viagens a países que estão "na boca da caçapa" para que a gente possa vender, e a outros que nós vamos começar a prospectar nesse momento.

Então, agora, acho que, em setembro, temos uma viagem marcada para a Coreia do Sul, estão bem avançadas as negociações para que possamos vender para eles também. Vamos a Myanmar, Malásia, voltamos a duas províncias da China, e também ao Vietnã. A ideia é, dentro do que eu disse de não colocar todos os ovos numa cesta só, fazer essas visitas para ampliar também o nosso mercado.

Vou pedir ao Secretário Neri fazer uma explanação rápida sobre o que está acontecendo em relação ao Plano Safra e em relação às negociações de seguros, que estamos fazendo, tanto dos seguros do passado quanto do futuro. Quanto ao passado, infelizmente, estamos gastando uma energia enorme, energia e recursos, porque temos de pagar aquilo que foi contratado e temos seguros com apólices atrasadas desde 2014. Então, agora, o Governo colocará em dia 2014, 2015 – o Neri vai explicar a sequência disso –, e vamos começar então a nos preocupar com o seguro agrícola que vem com a safra futura.

Nessa linha também, eu já determinei ao Neri – e ele está negociando junto com a Fazenda e com o Planejamento uma coisa que preocupa muito os produtores – providências quanto às taxas de juros; não as taxas de juros desta safra, que são altas, mas a inflação também é alta. Então, uma taxa de 8,5% de juros ao ano com uma inflação de 7%, na realidade, vira um juros de 1,5%. Há juros de 9,5%, de 10% também. Então, não são juros muito pesados para a atividade, mas o problema maior não é na safra, o custeio que nós estamos fazendo, porque ele é rápido. Em seis meses, oito meses, você pega o dinheiro e paga. O problema são os investimentos, Senador Moka, que nós fizemos para frente, de pagamento em 10 anos ou 15 anos.

Sabemos, e o Brasil todo briga, que a política econômica brasileira quer trazer a inflação a níveis de 2% a 3% ao ano, o que é razoável e o que todos nós queremos. Então, na medida em que você trouxer a inflação para 2% ou 3%, com uma taxa de juro 10%, você vai ter um juro real de 7%, 8%, que a agricultura não suporta. Quer dizer, ao longo de 10 anos, 15 anos de financiamento, nós vamos fazer com que essa cadeia quebre como quebrou e tivemos de fazer uma securitização lá atrás.

Então, nós propomos ao Ministério da Fazenda e do Planejamento uma escala móvel, não com uma indexação para cima, mas com uma indexação para baixo, ou seja, vai ser a inflação mais alguma coisa. Se a inflação for 2, nós pagaremos a inflação de 2 mais 2 ,ou mais 2,5, coisa que nós vamos negociar.

Nessa linha é que estamos trabalhando com o Governo para não criar a condição de desorganizar o nosso setor agrícola para o futuro.

Portanto, o Secretário Neri, da Secretaria de Política Agrícola, fará uma explanação rápida sobre esses assuntos.

O SR. NERI GELLER – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade e é, exatamente, nessa linha que o Ministro Blairos orientou e determinou: que gente desse uma atenção bastante forte, Senadora, na questão do seguro. almente nós estamos com 217 milhões em atraso – e aí vocês sabem dos problemas climáticos que nós ti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vemos este ano – mas, com uma atuação muito forte, conseguimos, Senador Moka, liberar. O pagamento dos 217 milhões vai começar a se dar a partir de hoje; no máximo, segunda-feira ou terça-feira.

O Tesouro já acertou; dos 217 milhões, repôs 109 já e os outros 108 serão repassados já, no máximo, na segunda quinzena de julho.

Então, isso vai ser posto em dia, e era uma grande aflição, porque há muito seguro, muita apólice, inclusive que teve sinistro em função da seca que aconteceu pelo País afora ou então em função do excesso de chuva, e isso está sendo colocado em dia, o que vai dar um alento aos nossos produtores.

O Ministro nos orientou a rever e aceitar as demandas do setor. Então, dentro do Plano Safra, entendemos que mexer muito profundamente na questão da taxa de juros não seria a hora, porque há uma demanda por parte do setor, mas a situação financeira do País é bastante grave, então trabalhamos fortes para que as portarias – e é importante que isso também fique claro, sinalizando para o mercado –, que acertamos com o Ministério da Fazenda, deverão ser editadas, no máximo, até amanhã ou segunda-feira para que os agentes financeiros já possam começar a colher as propostas e começar a demandar a fim de que os investimentos sejam retomados através de programas importantes, como Moderfrota, acesso e inovação tecnológica, Moderinfra, que é para irrigação, e outros, inclusive custeio. Então, são ações que foram rapidamente tomadas que vão dar um efeito, logo, muito prático nesse sentido.

E a questão do abastecimento de milho, não é, Ministro Blairo? Na primeira semana, quando o Ministro assumiu, eu ainda não tinha tomado posse, o Ministro pediu para que eu viesse, porque as demandas eram muito grandes, nós conseguimos rapidamente liberar 160 mil toneladas, graças a Deus, entrou a colheita e foi feito também um trabalho para que se liberasse crédito, para que a indústria brasileira pudesse comprar esse produto, carregar para o estoque, e já está baixando significativamente. Inclusive, o Deputado Colatto, que foi o mais crítico, estava conosco ontem, bastante contente, porque já houve uma boa sinalizada com a queda do preço do milho para atender à agroindústria.

Basicamente é isso. No mais, colocamo-nos à disposição.

O SR. BLAIRO MAGGI – Presidente Ana Amélia, com respeito ao milho, nós também estamos olhando o futuro, o que poderá acontecer na próxima safra.

Como nós temos um déficit este ano – e o nosso déficit não é pela produção *versus* o que nós consumimos internamente –, e o Brasil está num mercado internacional e compete com outros países; à medida que vamos produzindo, vamos vendendo, e as empresas vão se organizando, comprando fretes antecipados, quer sejam rodoviários, hidroviários, e também vão vendendo para o futuro.

O que havia no passado é que as empresas faziam estoques na mão do produtor, vamos dizer assim. E isso é uma coisa que vai mudar, que está mudando e que vai fazer com que as empresas integradoras tenham um novo momento no futuro, que elas possam se comportar de forma diferente no mercado. Então, as mudanças que estão vindo aí são mudanças nesse sentido.

Não sei se vocês têm algum questionamento quanto a essa questão do milho, que é uma coisa que ficou grave nesses dias também, mas que agora conseguimos resolver.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Dário Berger, daqui a pouco, chegará para fazer a cobrança dessa questão do milho, Ministro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Srª Presidente, aproveitando a deixa do Blairo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Era uma das questões que eu iria abordar aqui, Ministro, porque o milho traz uma inflação forte na mesa da população brasileira, porque o milho tem uma influência grande na produção de leite...

O SR. BLAIRO MAGGI – De tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Milho voa, tem asa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O frango, enfim, a parte da mesa da população brasileira.

Está-se procurando uma alternativa para baixar o custo, é muito importante, porque é uma preocupação de todos o preço do milho porque afeta muito a economia brasileira.

Já deu para perceber que o Ministério está atuando na medida...

O SR. BLAIRO MAGGI – Está sob o nosso radar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... da necessidade, porque é uma situação que apareceu recentemente, não estava na previsão, exatamente porque as adversidades produção são muito grandes, e o clima tem uma influência grande. Este ano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. BLAIRO MAGGI – Senador, se me permite, duas atitudes estamos tomando em relação ao milho: uma, é provocando o Governo no sentido de dar um preço mínimo maior. Nós pretendemos e defendemos um preço mínimo de R$18,00 a saca de milho, que cobre os custos variáveis e mostra para o produtor, principalmente na primeira safra deste ano, plantio a partir de agosto ou setembro, pode ser, que ele pode plantar o milho e saber que, se o mercado caiu muito, ele terá suporte da comercialização de governo. Isso demonstra que nós queremos ter uma produção de milho boa na primeira safra.

De outro lado, e aí é um pouco contra nós, um pouco contra o agricultor, mas é a favor do Brasil, vamos dizer assim, você tem de mostrar que, se o milho subir muito de preço e fugir da paridade internacional, nós vamos também, a exemplo do que fizemos com o feijão agora, liberar a importação e tirar as taxas de importação para que o milho fique na paridade internacional. O que não podemos deixar é que o mercado fique especulativo e que leve, a exemplo do que levou agora, o milho a quase sessenta e poucos reais, cinquenta e poucos reais o saco. Isso arrebenta com todo o segmento.

Eu sei que o segmento de avicultura dos pequenos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Suinocultura.

O SR. BLAIRO MAGGI – Suinocultura e avicultura, pessoal que depende do milho, está arrebentado, está com sérios problemas de fluxo de caixa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque o quilo do porco não aumentou...

O SR. BLAIRO MAGGI – Não subiu, e o milho subiu...

Estão com sérias dificuldades de caixa, já estão pedindo para os bancos rolarem as suas dívidas dentro de juros compatíveis com a atividade, porque perderam muito dinheiro nessa época. Então, a política do Ministério da Agricultura, junto com a Conab, enfim com todos os órgãos, é olhar a cadeia como um todo e olhar um pouco para o futuro, o que vai acontecer e atuar para que isso não aconteça.

Então, nessa direção, Senadora, nós estamos trabalhando nas duas pontas: uma para aumentar a produção na primeira safra e a outra para não deixar os preços subirem muito, porque eu como produtor, se sentir que o milho vai a R$100,00, eu vou segurar dentro do meu armazém. Eu quero é vender a R$100,00, não tenham dúvida disso. Agora, eu arrebento com as demais cadeias.

Assim, na paridade de importação com exportação, onde temos de atuar? O que acontece? As empresas que venderem esse milho antecipado – e elas precisam vender. O produtor para produzir tem de ter garantir que ele vendeu, que vai receber –, no momento em que essa paridade internacional for igual, podem fazer um *wash out* do seu contrato, não mandarem esse milho para fora, deixarem dentro do mercado e comprarem nos Estados Unidos, na Argentina ou em qualquer outro lugar e entregarem para o seu cliente, porque eles fizeram a venda lá fora.

É um pouco de inteligência no mercado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O que eu achei importante, Ministro, é a rapidez na ação do Ministério. Com relação ao feijão, foi uma coisa rápida, abriu a exportação, vamos regular o mercado, e assim também deve acontecer com o milho. Isso é muito próprio da atuação de V. Exª, da maneira de agir. Vamos resolver as questões rapidamente.

Está de parabéns pela atuação e tem de ser nessa linha mesmo.

O SR. BLAIRO MAGGI – Obrigado.

Eu queria falar um pouco também, rapidamente, sobre pesca. O Ministério da Agricultura recebeu de herança a pesca. E vou dizer uma coisa para vocês: de cada dez problemas que aparecem no Ministério, 9,8% são de pesca.

É impressionante como esse setor está desorganizado – não o setor, mas o Governo está desorganizado com esse setor, está devendo muito. É impressionante. Foi pego um Ministério que tinha 200, 250 pessoas que tomavam conta da pesca no Brasil inteiro, uma coisa que deveria ser organizada e virou uma Secretaria na Agricultura que não foi ainda efetivada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Implementada.

O SR. BLAIRO MAGGI – Ela não está implementada, mas está jogada em um canto lá. E aos poucos nós estamos buscando a saída para isso.

Mas é muito problema. É muito problema em todas as áreas, desde o pescador artesanal, profissional, embarcado, na indústria, na licença para barco, é Polícia Federal junto, é Ministério Público Federal. É um rolo, e não sei como vamos fazer para desenrolar isso. Mas vamos fazer. É claro que vamos fazer, é a nossa função.

Então, o Sami, que foi designado e está respondendo por essa área, queria que ele fizesse uma explanação breve das nossas soluções e no que estamos trabalhando para fazer... Mas vá com calma, Sami. O Sami

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é meio bravo e vai acabar apanhando dos pescadores se ele levar muito a ferro e fogo as coisas que ele está querendo fazer.

Por favor, Sami.

O SR. SAMI PINHEIRO DE MOURA – Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, Ministro Blairo Maggi...

O SR. BLAIRO MAGGI – Está desligado o seu microfone.

O SR. SAMI PINHEIRO DE MOURA – É a pesca, está tudo desligado!

Agora funcionou.

O SR. BLAIRO MAGGI – Está com medo do microfone?

O SR. SAMI PINHEIRO DE MOURA – É porque a pesca está meio devagar mesmo, viu, Ministro?

Exma Srª Ana Amélia, Presidente desta Comissão, Ministro Blairo Maggi, demais Senadores e colegas Secretários, a pesca hoje mais ou menos se encontra nessa situação que o nosso Ministro colocou aí. Mas quero informar também que a pesca e a aquicultura, neste País e no mundo, é uma das proteínas mais importantes de todo o decorrer... Nós somos sete vezes maiores do que a carne bovina, Senadora, nove vezes maiores do que o frango e demais proteínas. Então, temos um potencial muito grande.

Pegamos a Secretaria – era um Ministério, que foi reduzido à Secretaria – com uma demanda muito ampla em nível nacional. Mas quero dizer que estamos à frente dessa pasta neste momento, e vamos dar uma resposta à altura desse setor neste País, porque tanto a pesca quanto a aquicultura são dois potenciais de proteína e os principais déficits mundiais.

Então, hoje estou chegando à frente dessa Secretaria com essa demanda, uma demanda pautada também pelo Ministro Blairo Maggi. E quero dizer que essa Secretaria tem muitas ações que começaram e não findaram. E por isso vem toda essa consequência do que se encontra hoje na mídia, uma mídia negativa.

E quero salientar a todos vocês que, nessa minha gestão à frente desse setor, vou tentar botar a casa em ordem, com essa nossa equipe que se encontra lá hoje, uma equipe praticamente reduzida. Mas eu quero informar também que a todo esse potencial, tanto dentro do Brasil quanto fora dele, a gente vai tentar dar uma demanda.

Estou chegando à casa agora.

Tenho os números aqui um pouco pautáveis dentro de toda a comunidade pesqueira deste País. Estamos em uma gestão, em nível nacional, bem complexa, tanto na capital quanto na ponta, Senadora.

E quero dizer também que esta minha vinda aqui é para tentar esclarecer a esta Comissão e mostrar a importância que tem essa proteína no País. Há a região de Santa Catarina, onde as indústrias pesqueiras estão, com as embarcações também com problemas de pesca naquela região. Há os parques aquícolas, também já implantados neste nosso País, com um potencial de produção imenso, e estamos dando uma resposta também para a parte nacional do setor.

E quero dizer também que estou aqui à disposição para qualquer tipo de esclarecimento nesse setor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Secretário.

Ministro Blairo Maggi, eu queria, além de saudar o Senador Ronaldo Caiado, saudar especialmente o ex-Ministro e ex-Deputado Alysson Paulinelli, o hoje Presidente da Abramilho. Há pouco, o Ministro deu um destaque à questão do milho.

Então, saúdo a presença aqui, nesta audiência, que está com um quórum altíssimo, Ministro, graças ao seu prestígio.

O SR. BLAIRO MAGGI – Está bom!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro Blairo Maggi, com a palavra.

Obrigada, Secretário da Pesca.

O SR. BLAIRO MAGGI – Obrigado, Presidente.

Eu vou passar para o Pedro, que está na Secretaria de Mobilidade e Cooperativismo, também para falar rapidamente sobre a função dessa Secretaria, o que ela abrange e quais são as ações que nós estamos empreendendo neste momento.

Devo dizer que essa Secretaria que o Pedro hoje está comandando é uma secretaria que vai passar por um novo arranjo, nós vamos mudar algumas coisas na forma de conduzir o Ministério. Atualmente ele está comandando, e eu gostaria que ele colocasse para os nossos ouvintes, telespectadores e para a Comissão o que nós estamos fazendo lá.

O SR. PEDRO ALVES – Bom dia a todos.

Srª Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, Sr. Ministro Blairo Maggi, demais Senadores, a :retaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo integra uma engrenagem ampla e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

abrangente que começa na defesa agropecuária, passa pela política agrícola e tem, como um dos focos, as relações internacionais no agronegócio. E a nossa tarefa é fomentar atividades voltadas ao aprimoramento dos segmentos produtivos: é entregar aos nossos produtores rurais ferramentas e instrumentos para que eles possam atender a questões de defesa, para que eles possam estar habilitados para exportar para outros países e no seu fortalecimento no âmbito da comercialização interna também.

Os nossos principais pontos são os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada – que é uma temática importante em algumas áreas do País –, as atividades relacionadas à proteção de cultivares, registros genealógicos, mecanização e aviação agrícola, que é um instrumental robusto de algumas culturas do nosso País. Além disso, o mapeamento de regiões de produtos tradicionais, com qualidade vinculada à origem, que são instrumentos de diferencial de mercado, além das temáticas do cooperativismo, do associativismo e da extensão rural.

É nossa tarefa também colocar à disposição do nosso produtor aquelas temáticas que são de importância para o mundo, como a questão das mudanças climáticas, do plantio de florestas, da integração lavoura-pecuária-floresta, da conservação de solo, entre outras tantas atividades.

Então, aqui se trata do fomento e do meio para o produtor rural no que diz respeito à inovação e à tecnologia. Quanto à questão dos planos de qualificação, também estão sob o nosso espectro de atuação.

É isso aí. Ministro. Qualquer coisa, estamos aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI – Está bem. Muito obrigado, Pedro.

Vou falar um pouquinho sobre a Embrapa. O Dr. Maurício está aqui também. Eu ainda não fui para dentro da Embrapa, não consegui ainda ter uma conversa mais profunda com o Dr. Maurício sobre o que penso da Embrapa, sobre o que espero da Embrapa para o futuro. Obviamente, tenho algumas coisas que vou colocar, no momento correto, ao Dr. Maurício para que a gente possa conduzir a Embrapa. Mais uma vez, eu como crítico antes, agora como comandante, tenho que fazer as mudanças que acho que devem ser feitas dentro do espírito em que imagino que a Embrapa deve andar.

Mas vou pedir ao Dr. Maurício para se apresentar – obviamente, as pessoas já o conhecem – para que ele possa falar um pouco da Embrapa, neste momento, do que a Embrapa está fazendo.

O SR. MAURÍCIO LOPES – Muito bem. Bom dia a todos, cumprimento a Senadora Ana Amélia, o nosso Ministro Blairo Maggi, o Secretário Eumar Novacki, os Senadores presentes, os Secretários, colegas do MAPA, nosso ex-Ministro Alysson Paulinelli.

Gostaria de rapidamente falar um pouco sobre a Embrapa. Acho que todos conhecem a nossa organização, uma das maiores instituições de pesquisa e inovação no mundo, a maior empresa de pesquisa e inovação na América Latina. A Embrapa tem um programa bastante consolidado, apesar de ser uma instituição jovem, com 43 anos. Hoje, nós conduzimos cerca de mil projetos de pesquisa e desenvolvimento, cerca de 30 portfólios de pesquisa, arranjos focados em grandes desafios da agricultura, da pecuária, da área florestal no Brasil. A Embrapa tem uma programação de pesquisa e desenvolvimento sólida, focada em temas que são críticos para o presente e o futuro da agropecuária brasileira. Eu gostaria de destacar o zoneamento de risco climático, que foi uma grande conquista do Brasil totalmente construído sob tecnologia desenvolvida pela Embrapa. Quanto ao Plano ABC, o Brasil tem hoje a política de agricultura de baixo carbono mais poderosa no mundo, totalmente construída sob conhecimento e tecnologia geradas no domínio público, grande parte deles gerados pela Embrapa.

Eu gostaria, Ministro Blairo Maggi, de dizer que estive em Campo Grande, Senador Moka, na semana passada, lançando o conceito Carne Carbono Neutro. Pela primeira vez, o Brasil apresenta ao mundo um modelo de produção de carne em sistemas integrados que vai permitir ao Brasil apresentar um modelo de produção de carne de baixo carbono com baixo uso de recursos naturais, sustentável e, portanto, mais coerente com essa demanda de que falamos aqui, dos países consumidores, dos grandes importadores.

A Embrapa, no ano passado apenas, conseguiu a aprovação de 19 patentes. Estamos fazendo um esforço enorme na geração de conhecimento de base para garantir o futuro dos nossos sistemas de produção. A Embrapa tem um dos maiores programas de melhoramento genético no mundo.

Nós temos, hoje, 80 programas de melhoramento genético conduzidos pela Embrapa. Nós temos o terceiro maior banco genético do mundo. A Embrapa, hoje, mantém um acervo de recursos genéticos de cerca de 150 mil amostras de plantas, animais e micro-organismos, um acervo extremamente importante para o futuro.

Na transgenia, a Embrapa é a única instituição pública no mundo que tem o domínio da transgenia, da descoberta à entrega ao mercado. No ano passado, entregamos ao mercado a primeira cultivar transgênica ...eiramente desenvolvida no Brasil: a soja Cultivance. E estamos preparando o lançamento, no próximo ano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

do primeiro feijão transgênico inteiramente desenvolvido no Brasil, com uma tecnologia nova, que pela primeira vez vai ser colocado à disposição dos produtores pela Embrapa.

E eu gostaria, se V. Exªs me permitem, Sr. Ministro e Senadora Ana Amélia, de destacar um projeto de imensa importância para o futuro da Embrapa, que é o projeto EmbrapaTec. Nós temos discutido bastante esse assunto há algum tempo. Nós sentimos que é fundamental a Embrapa ter um braço de operação no mercado de inovações mais empoderado, mais fortalecido. Há cerca de três anos, estamos trabalhando na modelagem dessa plataforma chamada EmbrapaTec. Finalmente foi encaminhado a esta Casa o PL 5.243, que já tramita pelo Parlamento, para a criação da subsidiária integral da Embrapa chamada EmbrapaTec.

Então, eu gostaria de dizer que a Embrapa é uma instituição madura, com um quadro profissional extremamente preparado e motivado, para seguir ajudando o Brasil a dar novos grandes saltos.

Eu fico à disposição para prestar quaisquer informações adicionais sobre a nossa organização, sobre a sua visão de futuro, sobre a sua agenda para o presente e para o futuro. Nós acabamos de fazer um estudo dos próximos 20 anos de desafios, acabamos de rever o nosso plano diretor, e estamos perfeitamente à disposição do Ministro, à disposição de todos, para esclarecer o que for necessário sobre a agenda e a visão de futuro da nossa organização.

Muito obrigado pela oportunidade de falar aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI – Muito obrigado, Dr. Maurício.

Há mais dois que eu gostaria de pedir para falar. Eu quero pedir para o Igo falar rapidamente sobre a Conab, sobre os nossos desafios e o que estamos programando para frente também.

O SR. IGO DOS SANTOS NASCIMENTO – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente da Casa, a Ministra Ana Amélia,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora.

O SR. IGO DOS SANTOS NASCIMENTO – Desculpe, a Senadora Ana Amélia. Cumprimento o Ministro Blairo Maggi, cumprimentando todos os Senadores presentes.

O SR. BLAIRO MAGGI – Ela só não é Ministra porque não quis, viu? (*Risos.*)

O SR. IGO DOS SANTOS NASCIMENTO – Mas tem competência e capacidade para isso, com certeza.

Estou como Presidente Interino da Companhia. Respondo pela Diretoria de Operações de Abastecimento. A Companhia está presente nos 27 Estados da Federação e no Distrito Federal, com 96 unidades armazenadoras. Temos uma atuação em toda a cadeia produtiva, que vai desde a produção até o abastecimento, até a responsabilidade no que diz respeito à segurança alimentar, até a comida na mesa do cidadão. A Conab vai da produção até a mesa do cidadão.

Então, nós temos um papel muito importante em todo esse cenário da cadeia produtiva. Com isso, estamos trabalhando junto com o Ministério da Agricultura, no momento, uma reestruturação da companhia. Até semana que vem, estaremos sentando com o Ministro e com os secretários, apresentando essa reestruturação e modernização da Conab.

É preciso, no momento, que o mercado tão complicado, como todos nós estamos vendo, com o problema do feijão, do milho... Para o feijão, temos algumas medidas a serem tomadas, que o Ministro deverá anunciar em breve, de hoje para amanhã, sobre a taxa de importação, a alíquota do feijão, da China, que é um grande produtor e um grande exportador. No Brasil, com a diminuição, talvez, dessa alíquota, com certeza, o mercado do feijão vai estar se autocontrolando nos próximos dias, não é, Ministro? Com certeza, hoje, deverá oficializar isso. Na questão do milho, também ele está trabalhando, na questão da taxa. Ele já anunciou na imprensa, já deu uma equalizada, já deu uma tranquilizada nos dias que passaram, e o preço já baixou. São medidas que foram tomadas pelo Ministro Blairo Maggi nesses últimos dias, através da companhia.

Também, com certeza, a Conab, junto com o Ministério da Agricultura, estão de olho no mercado, estão de olho nesses produtos para não causar nenhuma especulação e nenhuma perda por parte tanto dos produtores como da população.

Bom dia a todos.

Qualquer coisa, estamos aqui para tirar mais dúvidas.

O SR. BLAIRO MAGGI – Obrigado.

Só para complementar, esse é um assunto que nós temos muito para discutir: Conab. Meu pensamento inicial de Conab é que nós não podemos ficar, na operação, armazenando, construindo armazém, reformando armazém, porque o Estado é muito ineficiente nessa operação. Vamos dar uma olhada para dentro da Conab. E a minha ideia, vou trabalhar isso dentro do Governo, é que a gente deva sair desses ativos, vender esses ativos, colocar à venda e a Conab ficar na regulação e comprar armazenagem de privados no momento em que precisar, porque, aí, a responsabilidade sobre o produto final, sobre a qualidade, é do armazenador e não do estado, como acontece quando das unidades próprias. E vocês conhecem a burocracia. Para movimentar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

carga de um lado para o outro, demora-se tempo, não se faz no tempo correto e a gente vai perdendo qualidade e produto. Então, eu tenho uma visão muito mais pró-mercado nesse assunto. A gente vai trabalhar isso. Vai ser um assunto que, com certeza, a gente vai ter de vir aqui discutir, na Comissão de Agricultura, na Câmara e no Senado, porque mexe com grandes estruturas, mas pelo menos eu quero fazer um encaminhamento ou uma discussão nessa direção.

Para finalizar nosso time então, passo para o Secretário-Executivo do Ministério, o Novacki, que já me acompanha há algum tempo, foi Secretário-Chefe da Casa Civil quando fui Governador de Mato Grosso, foi Secretário de Comunicação do meu Governo, me acompanhou no Senado e, agora, quando fui para o Ministério, assumiu a função de Secretário-Executivo e está na coordenação do Ministério. Eu gostaria que fizesse uma breve explanação da sua função no Ministério.

O SR. EUMAR NOVACKI – Quero cumprimentar a todas as senhoras e os senhores.

Srª Presidente, o desafio da Secretaria-Executiva é fazer uma gestão administrativa e financeira eficiente. Em época de vacas magras, essa função se torna ainda mais espinhosa. Cabe ao Secretário-Executivo dizer "não" para as demandas, e isso a gente tem que fazer com muito jeito. Principalmente no momento de dificuldade em que a gente se encontra, isso tem de ser feito explicando, e obviamente não é uma tarefa fácil.

Além disso, a Secretaria-Executiva tem a função de coordenar a equipe para fazer com que as determinações do Ministro sejam, de fato, atendidas.

Nós entendemos que nós somos um time, o Ministério tem que trabalhar como um time. Nós temos que fazer a união de esforços, e isso passa pela valorização dos nossos profissionais. Então, nós já temos a determinação do Ministro em pensar em qualificação, pensar em uma gestão mais eficiente, de modo que o servidor possa se sentir verdadeiramente parte desse processo.

Hoje, como o Ministro já colocou, nós temos três desafios macros na pasta. Nós temos a desburocratização – e esse processo já começou –, mas isso também não conseguimos fazer sozinhos. Nós temos que ouvir os setores e é o que tem sido feito. Nós temos que ouvir também os servidores, fazer com que também se sintam parte desse processo. Entendo que uma gestão mais eficiente faz com que o próprio servidor também seja valorizado. O País precisa. Obviamente, se conseguirmos destravar, tirando algumas amarras, todos ganham nesse processo.

A outra orientação macro é justamente na questão da abertura de mercados internacionais. Nós já estamos trabalhando também com a Secretaria de Relações Internacionais em algumas frentes interessantes. Na próxima semana, iremos a Genebra para ratificar todos aqueles acordos que foram feitos pelo Ministro na reunião do G20. São reuniões bilaterais, e é atribuição do Secretário Executivo fazer esse fechamento.

Pela primeira vez na história, o Brasil vai tentar uma vaga na presidência do Codex. É bastante importante estarmos participando. Nós queremos uma participação crescente do MAPA nos três pilares de sustentação da OMC: a negociação, os órgãos subsidiários e a solução de controvérsias. Durante muito tempo, estivemos um pouco tímidos e bastante ausentes, e isso prejudica as relações internacionais. Muitas vezes, nós somos prejudicados nesse mercado bastante competitivo e entendemos que a saída para essa crise econômica por que passamos é o agronegócio. Os mercados internacionais nos darão essa oportunidade.

Então, estamos propondo, obviamente com a orientação do Ministro Blairo Maggi, a presidência do Codex Alimentarius. Nós temos, hoje, chances reais de ter pela primeira vez um brasileiro presidindo. E é importante porque se trata da questão da regulamentação, dos ajustes nas regulamentações que tratam do comércio internacional. É um avanço. Nós estaremos já na próxima semana com essa missão, trabalhando ainda com algumas frentes bem orientadas no sentido de ver quais são os mercados potenciais do País e onde nós podemos buscar novas frentes.

Para finalizar, eu quero falar um pouquinho sobre a questão do profissional do MAPA. Hoje nós temos lá excelentes quadros, um pessoal altamente qualificado. Queremos fazer com que essa eficiência seja ainda mais bem notada, ou seja, mais bem aproveitada. Nós não temos condições, hoje, de fazer com que o nosso quadro cresça na medida em que cresce a importância do agronegócio no País, ou seja, nós não temos condições de acompanhar o crescimento. Então, nós temos que buscar alternativas novas e eficientes, para que o nosso profissional seja mais bem aproveitado e que não haja entraves lá na ponta. E é isso que nós buscamos.

A orientação do Ministro é ter uma administração leve, eficiente, voltada para o resultado. Nós sabemos que passa por uma quebra de cultura, ou seja, nós temos que quebrar paradigmas.

Mas isso foi feito, Presidente, lá no Governo do Estado. Quando o então governador Blairo Maggi propôs a parceria público-privada, que pouca gente sabe, mas começou no Estado do Mato Grosso...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estradas?

O SR. EUMAR NOVACKI – Ninguém acreditava que aquilo pudesse avançar. E nós começamos lá, tornando-se realidade e exemplo para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O CAR (Cadastro Ambiental Rural) também começou no Mato Grosso. Nós chegamos a um momento em que colocamos numa mesma mesa as ONGs, Ministério Público Estadual e Federal; colocamos o setor produtivo, para conversar, discutir, e ao final de muita conversa, conseguimos chegar num projeto equilibrado que é importante não só para o Estado de Mato Grosso, mas serviu de exemplo para todo o Brasil. E é isso que nós queremos no Ministério da Agricultura.

Por isso temos a certeza de que, com diálogo, colocando todos à mesa, vamos conseguir avançar, porque tenho certeza de que todos queremos o melhor para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Secretário.

Eu queria, então, saudar a presença do Instituto Nacional de Meteorologia, aqui representado pelo Coordenador-Geral Alaor Moacyr Dalantonia Jr.

Saúdo também o Braz Baracuhy, Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério de Relações Exteriores. Como eu informei ao Ministro Blairo Maggi, o Itamaraty mantém aqui, acompanhando as nossas reuniões, o setor agropecuário.

Também saúdo a presença do José Antônio Marcondes, Ministro Conselheiro do Itamaraty, que nos dá a honra da presença acompanhando a sua audiência, meu caro Ministro.

Com a palavra o Ministro Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI – Muito bem, Presidente.

Para finalizar e abrir, então, os questionamentos, só para dizer claramente que o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) é a casa do agricultor. É ali que os problemas aparecem e é ali que temos de buscar as soluções.

Então, eu queria deixar bem claro para quem está nos ouvindo e nos assistindo que a casa do agricultor, a casa do agronegócio, a casa para resolver os problemas é lá. E nós estamos prontos para isso e estamos atentos a essa situação.

Também duas observações finais. O Secretário Novacki passou rapidamente a questão da fiscalização. Nós não vamos poder, não temos condições, o País não tem condições de acompanhar com gente, com concurso público a tempo para atender a todas as demandas da agricultura e da pecuária, que vêm crescendo, e vai crescer. Nós queremos multiplicar, triplicar a nossa produção, as nossas exportações. Então, nós não podemos e acho que não devemos esperar, porque, se esperarmos, isso vai travar. Vai ter produção e não vai ter saída porque não tem fiscal. E os fiscais, essa parte de que todo mundo reclama é necessária, pelos acordos internacionais que nós temos.

O ex-Ministro Paulinelli está aqui e sabe. Nós fizemos um acordo e temos de cumprir o acordo. Então, queremos fazer mudanças no sentido de valorizar o nosso fiscal, para que ele pode sair de uma operação repetitiva que tenha e substituir por outro elemento que também passe por um concurso público, mas que não seja vinculado diretamente ao Estado. Que ele respeite e responda para o Estado, mas que o salário dele não seja pago pelo Estado.

Então, estamos bolando uma forma desse jeito, fazendo com que o fiscal hoje concursado do MAPA passe a ser um supervisor do processo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma autoridade.

O SR. BLAIRO MAGGI – ...uma autoridade do processo.

Nós não podemos abrir mão da fiscalização, sob pena de perdermos os contratos que temos fora.

Então, nós estamos olhando isso com muito cuidado; estamos discutindo com o Secretário Rangel, que é da área da fiscalização, da parte de sanidade. É algo que nos preocupa muito, porque de um lado nós queremos aumentar, crescer, e de outro lado percebemos que não temos como fazer isso.

Então, é uma equação para a qual vamos achar uma solução.

Por último, Ana Amélia, repetir, mais uma vez, dizendo que nós criamos um ambiente, no Ministério, para fazer a desburocratização – se é que pode-se dizer assim –, tirar aquilo que não serve, que atrapalha, que gera custos e não aumenta a segurança ou com o que não temos o compromisso de fazer.

Nós já detectamos que muitas coisas que oferecemos fora do Brasil, nas nossas negociações, outros países não pedem, não fazem, não têm necessidade, mas na hora de negociar nós oferecemos. E os caras dizem: "O.k., se vocês oferecem, eu pego." Então, agora tem que voltar na mesa de negociação e dizer: "Olha, isso que eu estou fazendo é redundante"; ou "Você não exija para outros países só porque você exige para o Brasil, e isso é custo para o produtor".

E eu entendo que o produtor rural, a agricultura, a pecuária e todos nós não somos formadores de pre-, nós não definimos por quanto vendemos nossos produtos, nós vamos ao mercado. Então, há um jeito de er isso ajudando o produtor, que é diminuindo seus custos. Como vamos diminuir seus custos? Ampliando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

a oferta de produtos de agroquímicos e insumos de que o produtor precisa. Em vez de um ou dois fabricantes, eu quero que haja dez, quinze ou vinte, para que os preços possam cair. Então, nessa direção nós estamos fazendo a nossa política, hoje, no Ministério da Agricultura.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria informar ao Dr. Maurício, Presidente da Embrapa, que mencionou – o Senador Medeiros já foi saudado aqui por nós, e também o Senador Caiado que chegaram – o PL nº 5.243, que é de iniciativa do Poder Executivo e está na Câmara dos Deputados, que assim que chegar a esta Casa, aqui ao Senado, a Comissão vai tratar dele. Será o Relator o Senador Moka – já está se autodenominando e terá todo nosso apoio.

E quero dizer que também a Comissão, Dr. Maurício – o Ministro sabe disso –, tem dado sempre, nas emendas da Comissão prioridade à Embrapa, por reconhecer, não só na sua pessoa, mas de todo corpo técnico da Embrapa, graças a esse trabalho, os avanços da agricultura, juntamente com os agricultores. E reconhecemos também a necessidade, Ministro Blairo Maggi, de ampliar as questões relacionadas à extensão rural, que é levar a academia que a Embrapa faz para o agricultor. Então, essa extensão rural com a Ater e as suas subsidiárias se poderá realizar.

Antes de passar a palavra aos Senadores, quero também lembrar que será realizado – e espero que o Ministro nos dê a honra da sua presença –, entre os dias 23 de outubro e 28 de outubro, o 39º Congresso Mundial da Vinha e do Vinho, que se realizará na cidade de Bento Gonçalves, que tem uma estação da Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves, muito importante. Tem o apoio do Ministério da Agricultura e esse evento traz os maiores representantes da enologia, da produção de vinhos do mundo, para discutir as questões relacionadas a um setor tão dinâmico. Especialmente hoje, vários Estados brasileiros estão dedicados à produção de uvas e vinhos, não só na região de Pernambuco, Petrolina, mas também em Santa Catarina. Rio Grande do Sul é o maior produtor, ainda, de espumantes premiados internacionalmente; e vinhos, da mesma forma.

Então, eu queria fazer esse registro, convidando. E também a presença do Ministro lá em Esteio, no Rio Grande do Sul, na Expointer. A Comissão fará uma audiência pública e teremos a honra de contar com a presença do Sr. Ministro, Senador Blairo Maggi, para honra de todos nós.

O SR. BLAIRO MAGGI (*Fora do microfone*.) – Vou transferir o gabinete para lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, vai ser muito importante. Ficaremos todos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, eu pediria a compreensão dos companheiros, meus pares, porque tenho um compromisso no início da tarde, em Belém, um compromisso político e preciso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É longe Belém.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, mais é perto do coração.

Preciso pegar um voo agora, às 9h30 e quero agradecer ao Senador Moka, primeiro inscrito, que consentiu em permutar comigo.

Eu não vou demorar, mas não poderia deixar de saudar o nosso Ministro e amigo e colega Blairo Maggi, com a sua permissão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor está livre, Senador, com muito prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Srª Presidente.

Ministro Blairo Maggi, é uma alegria enorme para todos nós. Quero saudar a Presidente Ana Amélia, o Ministro Blairo Maggi, o Secretário Executivo Eumar Novacki, Srs. Senadores, Srs. Secretários do MAPA, o ex-Ministro Alysson Paolinelli, Presidente da Embrapa, da Conab, e dizer, Ministro Blairo, que é uma alegria tê-lo de volta.

Entre as escolhas do Presidente Temer para o Ministério, a sua foi, sem sombra de dúvida, excepcional, porque V. Exª tem todos os predicados para dar ao agronegócio brasileiro, que sustenta a economia do nosso País neste momento de crise, o impulso que é necessário para que ele tenha mais destaque ainda.

Como disse V. Exª, o trabalho desenvolvido pela Senadora Kátia Abreu à frente do Ministério foi também de qualidade, e V. Exª vai dar continuidade, tenho certeza, melhorando, dando-lhe um *upgrade*.

V. Exª é empresário do ramo, Senador, participa conosco intensamente da Comissão de Agricultura do Senado, um dos Senadores mais competentes, determinados e assíduos do Senado, e agora está do outro lado, no Executivo, e vai poder, como disse, colocar em prática tudo aquilo que – não reclamava – solicitava e reivindicava, para que o Brasil pudesse avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Não vou tomar o tempo dos meus colegas, mas queria primeiro, Senador Blairo Maggi, convidá-lo, em nome do Governador Simão Jatene, para que, dentro de sua agenda, V. Exª pudesse fazer uma visita ao Estado do Pará.

V. Exª já é paraense honorário, conhece o nosso Estado tão bem quanto qualquer um de nós, sabe que o Estado do Pará é hoje uma nova fronteira agrícola, é o caminho de escoamento da produção de grãos e de produtos manufaturados brasileiros pelos seus portos, tem o quarto maior rebanho do Brasil, o segundo maior produtor de cacau, e brevemente será o maior produtor de cacau do Brasil. Nós temos um produto de demanda internacional que precisa do apoio do MAPA, que é o açaí, para que possamos incrementá-lo. Li hoje nos jornais, o açaí – nós estamos na entressafra – teve um aumento de 30%.

Algum tempo atrás, era alimentação do pobre. Com a exportação, deixou de ser.

E temos a questão da pesca, que V. Exª colocou com propriedade. O Pará rivaliza com Santa Catarina como o maior produtor de pescado. Santa Catarina diz que é o maior produtor de pescado. Nós dizemos que somos nós.

V. Exª disse que há uma desorganização na pesca. Lamentavelmente, essa Secretaria da Pesca até hoje foi usada eleitoralmente. Existem problemas que V. Exª já identificou, pela sua experiência, como a necessidade de fazer... Como fez referência à desburocratização que precisa ser feita no Ministério, é como tirar juquira do campo. Então é preciso realmente ordenar a Secretaria – e está aqui o Secretário da Pesca –, de tal forma que o Brasil possa vir a ocupar um lugar de destaque. Nós temos oito quilômetros de costa marítima, temos água doce, a maior reserva do mundo, podemos ser o maior produtor de pescado do mundo, e participamos com 2% do mercado internacional. O Chile, aqui do lado, tem como um dos pilares da sua economia a exportação de pescado, em especial o salmão.

Eu queria pedir a V. Exª, Senador Blairo Maggi, porque li nos jornais que V. Exª tem uma viagem marcada para os Estados Unidos no dia 28 de junho, para tratar da exportação da carne do Brasil para aquele país. Quando da negociação com os Estados Unidos para abrir o mercado para a importação da carne brasileira, eu fiz uma solicitação à então Ministra Kátia Abreu de que incluísse o Pará. E o Pará não foi incluído. E é, como eu disse, o quarto rebanho do Brasil. Temos lá 17 frigoríficos instalados, alguns deles fechados por outros motivos.

O nosso pedido é de que ele também seja incluído, pela possibilidade de ter a carne processada no Estado exportada para os Estados Unidos. Àquela altura, a Senadora Kátia Abreu disse que não poderia fazer a inclusão, porque era uma negociação que já vinha de algum tempo, e o Pará não estava entre os Estados, mas ela iria iniciar o processo para a inclusão.

Então, eu pediria a V. Exª que nessa ida pudesse avançar com relação a isso.

Eram esses pontos que só fiz pontuar. Não vou fazer nenhuma pergunta. Para cada ponto desse eu teria uma pergunta a fazer e um pedido. Não seria nem pergunta, mas um pedido a fazer ao Ministro Blairo Maggi, mas estarei com V. Exª, na próxima semana. Quero agradecer desde já o espaço que V. Exª abriu, não para o Senador Flexa Ribeiro, mas para o Pará.

Espero brevemente tê-lo no Estado, para que nós possamos fazer uma reunião não só com o agronegócio, os produtores, mas com a agricultura familiar, para discutir a questão do Estado.

Agradeço desde já e peço a Deus que o abençoe, que V. Exª tenha... Tenho certeza de que Deus irá abençoá-lo e V. Exª será, sem sombra de dúvida, um grande Ministro e trabalhará muito para que o Brasil saia dessa crise e avance no caminho a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro. Não vai perder o avião, com a gentileza dos Senadores que permitiram que V. Exª...

Aqui, a prioridade é primeiro pela ordem o autor do requerimento da audiência aqui e, segundo, pela ordem de chegada.

O Ministro está com toda a equipe aqui. Imagino as responsabilidades que tenha na gestão, Senador Acir, do Ministro Blairo Maggi. E a Bancada do Mato Grosso, Ministro, está toda aqui: Senador Wellington Fagundes, Senador Cidinho Santos, Senador José Medeiros. Então, a Bancada veio prestigiar o Ministro e ex-governador do Mato Grosso.

Agora convido o Senador Moka.

Os Senadores presentes farão todas as argumentações. Assim teremos economia de tempo e vamos concluir.

Com a palavra o Senador Moka, que é um dos autores do requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, meu estimado amigo e Ministro da Agricultura Blairo Maggi, é uma alegria mesmo, tenho certeza, para esta Comissão recebê-lo aqui. Há pouco tempo, V. Exª fazia parte do grupo dos leiteiros, que era o pessoal que chegava cedo. Então, é uma alegria mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quero saudar o nosso Vice-Presidente e atuante Senador Acir Gurgacz, sempre presente aqui na Comissão de Agricultura, a nossa Senadora Ana Amélia, nossa comandante, Presidente, e o Novacki, que é Secretário Executivo, mas é o fiel escudeiro do Senador Blairo Maggi. É importante ter na Secretaria Executiva alguém que V. Exª já conhece há muito tempo, confia e delega tarefas. Provavelmente ele sabe até o que V. Exª decidiria. Considero isso fundamental.

Serei muito objetivo. Quero fazer uma saudação muito especial ao ex-Ministro e, para mim, o eterno Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli. Meu irmão Waldir, que é engenheiro agrônomo da época da extinta Embrater, foi do Comdep também. E o Ministro era Paulinelli.

O Senador Blairo Maggi reúne condições que são difíceis de acontecer. É muito importante. E ele começou hoje, aqui, com desprendimento, ao dizer que, diferentemente de outros ministérios, encontrou o Ministério da Agricultura em condições de tocar.

Quer dizer, ele fez uma referência, e para nós – pelo menos para mim – não é surpresa porque ele sucede uma colega, a Senadora Kátia Abreu muito competente na área. É uma pessoa que o setor... E feliz do setor que teve a Senadora Kátia Abreu no comando recentemente e agora tem esse extraordinário homem público que é o Senador Blairo Maggi.

Ele tem apoio político, é um empresário rural bem-sucedido, conhece o mercado internacional, preço, comercialização e é produtor. Isso é muito difícil de acontecer na indicação de um Ministro.

Creio que o Presidente Michel Temer, ao indicar o Blairo Maggi – é claro que sou suspeito, sou seu amigo –, fez uma escolha muito feliz. Botou uma pessoa realmente com condições de tocar essa que é a força motriz, é a locomotiva. Queiram ou não alguns, a força motriz deste País é a agricultura. E isso é importante.

Eu queria fazer duas observações apenas. Primeiro, a questão da Embrapa, por que tenho um carinho muito grande. Eu conheço as críticas do Senador Blairo Maggi, mas tenho certeza de que V. Exª terá oportunidade de estabelecer um diálogo com o pessoal da Embrapa. E foi graças à Embrapa que o Brasil chegou aonde está. Agora, não pode parar. Precisa continuar. E, para isso, precisa de mais apoio.

Embora não esteja presente, eu queria dizer que o setor da pesca... Há uma disputa local do nosso amigo Flexa Ribeiro lá no Pará. Até andam dizendo que foi usada eleitoralmente. É verdade. Nós temos que reconhecer que o País nunca deu atenção a esse segmento tão importante que é o setor da pesca. A verdade é essa. O setor da pesca nunca teve um apoio importante, em função do potencial que ela tem. Isso precisa ser reconhecido. O Secretário que está aqui sabe disso. É um setor que tem um potencial muito grande, ao qual até hoje não se deu a devida importância. Eu falo de atenção, de investimento, de estruturação. Isso precisa ser feito.

Tenho certeza de que o Senador Blairo Maggi dará a devida atenção, vai chamar a atenção do Governo para esse apoio tão importante, com um potencial tão grande como o que nós temos.

E finalizo sem nenhum questionamento, mas desejando sucesso ao Blairo e a sua equipe. E dizendo, Senador Blairo Maggi – tenho certeza de que falo em nome de todos nós aqui –, que, aqui na Comissão de Agricultura, V. Exª, por intermédio da nossa Presidente, vai encontrar um grupo de Senadores que fará o possível – estou falando de proposta, de política, de tramitação de projeto, enfim, o que for possível – para ajudar o Ministério da Agricultura.

Hoje, ajudar o Ministério da Agricultura é ajudar o Brasil a sair da crise.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Antes de passar a palavra ao Senador Cidinho Santos, quero saudar a presença aqui do Senador Elmano Férrer, do Piauí, que completa a representação de todas as regiões do País.

Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

Cumprimento a Srª Presidente Senadora Ana Amélia, o Vice-Presidente Senador Acir. Também cumprimento o Ministro Blairo Maggi e toda sua equipe aqui presente, o Secretário Executivo Eumar Novacki; o Dr. Odilson, Secretário de Relações Internacionais; o Sr. Luís Rangel, Secretário da SDA; os demais secretários, o ex-Ministro Neri Geller, atual Secretário de Política Agrícola e também os demais Senadores.

Eu estou duplamente feliz: o Blairo está indo bem no Ministério! (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (*Fora do microfone*.) – Mas eu volto!

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Minha alegria é dupla: primeiro por ser brasileiro e, segundo, por ser suplente dele, por estar ocupando a vaga dele, tendo essa missão difícil de substituir o Senador Blairo, mas, ao mesmo tempo, honrosa de estar aqui com o nosso colega, Senador Wellington, e também Senador José Medeiros representando o Estado do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Falar, como o Senador Moka acabou de falar, das qualidades, da competência e do conhecimento do setor que tem o Ministro Blairo Maggi seria chover no molhado. Tive oportunidade, na missão que fizemos à China recentemente – já falei da tribuna –, de acompanhar toda a equipe do MAPA – aqui está o Rangel, o Odilson, o Marcelo e a Andrea, que é nossa adida lá na China – nessa missão do G20 e pude ver o quanto o Blairo é admirado e respeitado por todos os seus pares – lá na China tivemos várias reuniões bilaterais – e como ele representou muito bem o Brasil.

Queria deixar apenas algumas colocações, não questionamentos. Gostaria que o senhor pudesse falar um pouco do que o senhor pensa sobre a questão dos produtos geneticamente modificados. O senhor tem uma visão um pouco diferenciada, por isso acredito que seria interessante para os telespectadores da TV Senado ouvirem o senhor falar um pouco sobre isso, assim como sobre a questão que debatemos lá na missão do G20, sobre a questão do glifosato, uma vez que há a preocupação hoje de que a União Europeia, principalmente a França, faça restrições ao uso desse produto. Isso, para nós da agricultura do Brasil, seria um retrocesso, até do ponto de vista ambiental.

Também gostaria de ouvi-lo falar sobre a agricultura familiar. Fiz uma emenda na medida provisória que o Governo Federal enviou ao Senado, na qual primeiramente estava direcionada a agricultura familiar ao MDS, depois foi direcionada à secretaria vinculada à Casa Civil. Entendo, como muita gente também entende, que a agricultura familiar deveria estar no Ministério da Agricultura, não há por que termos um Ministério da Agricultura e uma Secretaria de Agricultura Familiar separada do Ministério da Agricultura. Então, espero que, na tramitação dessa medida aqui no Senado, tenhamos apoio dos demais Senadores e também a sensibilidade por parte do Governo Federal de não separar um segmento tão importante, que é o segmento da agricultura familiar, aquele segmento que coloca realmente a comida na mesa dos brasileiros, colocando-o num segundo plano.

Por fim, Ministro, falar sobre a questão da inspeção federal, a preocupação das agroindústrias. Hoje, se um frigorífico de aves, suínos ou de bovinos tem mil funcionários, ele tem 10% desses funcionários fazendo a inspeção federal custeada pelo empresário, pela empresa dona do frigorífico, e há outros 10% que fazem a inspeção da qualidade que são também da própria empresa. Então, há uma duplicidade, são 200 pessoas só para fazer inspeção. Entendo que, nesse processo de desburocratização e de diminuição de custos, esses funcionários que hoje estão na...

V. Exª poderia pedir um pouco de silêncio ao Plenário, Senadora? Senão não consigo falar.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

Volto a falar sobre a inspeção federal.

Um frigorífico que tenha mil funcionários, tem 200 funcionários só fazendo inspeção: 100 para fazer a inspeção federal custeada pela empresa, pelo dono do frigorífico, e mais 100 que zelam pela garantia da qualidade da empresa. Então, na minha opinião, como empresário e Senador, existe uma dupla finalidade e quem paga a conta é a empresa. Estamos num processo – o senhor entende e eu também entendo – em que quem tem que garantir o seu produto é a empresa. Então, se para garantir a qualidade há um veterinário responsável, um fiscal federal por aquela unidade, por que a empresa tem que bancar mais 100 funcionários para fazer essa inspeção?

São questões que têm que ser colocadas, têm que ser discutidas, porque são custos que oneram os empresários, que oneram a empresa. Está cada vez mais complicado, principalmente no momento em que nós temos uma lei trabalhista muito complicada, muito difícil. Hoje, ser empreendedor e gerar emprego, na verdade, é uma atividade de alto risco no Brasil

São essas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos aqui e a todos que acompanham a TV Senado.

Bom dia, Senadora Ana Amélia, é um prazer mais uma vez estar aqui ao lado da senhora. Bom dia, Vice-Presidente Senador Acir. Bom dia, Ministro Blairo Maggi – o senhor estava saindo e eu estava chegando, no lugar do Walter Pinheiro, como o senhor colocou.

Quero saudar também todos os secretários nacionais por intermédio do Secretário Novacki.

É uma honra muito grande tê-lo como Ministro do nosso País, Senador Blairo. Uma coisa que me chamou muito a atenção foi quando o senhor se comoveu, talvez por a sua história, em função de sua entrega pessoal tantos anos lutando e, agora, a responsabilidade hoje de estar à frente de uma pasta tão importante, talvez a das mais importantes deste País. O senhor foi um governador com capacidade de inovação muito grande,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

principalmente com a PPP Caipira nas estradas. Acho que aquilo que o senhor conseguiu fazer no seu Estado é algo que deveria ser repactuado e multiplicado nos outros Estados.

É uma honra muito grande estar aqui também ao lado de pessoas tão importantes, Senadora Ana Amélia, como a senhora e outros Senadores, o Caiado, o Moka, diversos Senadores que têm a sua vida dedicada ao tema da agricultura.

Eu, Ministro, quero rapidamente dizer que entrei na agricultura através de minha esposa, ela é fiscal agropecuária. Por causa disso, tive maior proximidade com esses temas do campo e, depois, tive oportunidade de ser Secretário de Estado de Agricultura.

Ao chegar, há pouco mais de 15 dias, algumas coisas foram me chamando a atenção e alguns produtores me ligaram para levantar algumas questões que são importantes.

É óbvio que o pessoal do Oeste fala da renegociação das dívidas rurais, mas há uma coisa, Ministro, para a qual eu queria um apoio do senhor: a questão do licenciamento ambiental. Nós conseguimos, em 2009, quando Secretário, nos aproximar muito da área de meio ambiente. Fizemos uma legislação local, do Estado, em que se exige apenas uma licença ambiental, Senadora, para fazer a primeira produção. A partir daí, você não precisa mais de licença ambiental. Nós conseguimos isso depois de grande debate interno no nosso Estado. No entanto, hoje, o Ministro do Meio Ambiente suspendeu e, junto com o Ibama, está dificultando fazermos a colheita, que já está próxima, daqui a 60 dias. Então, eu queria o apoio do senhor para tentar intermediar isso com o Ministro.

Quanto ao pessoal do cacau, o fortalecimento da Ceplac; depois, marcar com o senhor para discutir um pouco o PESA, que ficou fora da renegociação. Quanto à questão da pesca, eu me associo a todas as palavras do Senador Moka, inclusive sobre a questão da Embrapa.

Ministro, como não sou do setor – estive na agricultura, Senadora –, chamou-me muito a atenção o fato de, todas as vezes em que eu ia a um debate, as pessoas falarem muito que a competitividade brasileira tem muito a ver com a defesa agropecuária. Eu acho que esse é um eixo importante de debate para a agricultura.

E aí, o que eu percebi? Rodei a Bahia toda – a fruticultura, a pecuária, a produção de grãos, a agricultura familiar – e o que me chamava mais a atenção era que, apesar de todos falarem que a defesa agropecuária é fundamental no nosso País, a estruturação do sistema de repasses dos recursos da agricultura é medieval, Ministro.

Eu tive oportunidade de debater muito a implantação do Fundef, em 1992, quando iniciou; a NOB/97, da saúde. E o que a gente via? Inicialmente, quando fui assumir a secretaria, minha esposa, Maria Tereza, me disse: "Meu filho, você só não pode ter um caso de aftosa, porque isso é o fim do seu governo e da sua passagem pela secretaria." Aí, eu disse: "Então, é fácil. Nós vamos ao Ministério da Agricultura, vamos lá conversar e vamos discutir como vai ser esse repasse, como vamos estruturar essa cadeia." Aí, inocentemente, Senadores, imaginando que, da mesma forma que a educação, que tem um repasse fundo a fundo – como há na saúde um repasse fundo a fundo –, que olha a quantidade de alunos na educação e que olha a quantidade de pessoas para terem assistência na área de saúde, me surpreendi ao constatar que, na agricultura não havia essa sistematização. Não há uma sistematização em relação à quantidade de repasses, em relação ao rebanho dos Estados, às dificuldades de cada Estado. Nós tínhamos lá a situação da zona tampão, e isso não criava nenhuma diferenciação para o nosso Estado. Nós tínhamos que carregar o peso de ter uma zona tampão dentro do nosso Estado.

Aí, lancei lá uma proposta que, pelo que me chega aqui, pela rede social, já com alguns amigos, ainda parece ser algo inovador, que é a construção de um fundo agropecuário nacional de defesa. Em vez de esses repasses serem feitos, Senadora Ana Amélia, através de convênio, com dificuldades para você fazer prestação de contas, dificuldades ano a ano para que os tribunais possam fiscalizar isso de forma mais transparente, percebemos que, se houvesse esses critérios de partilha desses recursos e tivéssemos um fundo, que seria o FAN, um Fundo Agropecuário Nacional, iniciado com esse olhar da defesa, estabelecendo critérios objetivos, como tamanho de rebanho, através da safra, nós poderíamos estruturar melhor o sistema. Acho que isso pode ser um grande legado para o trabalho do senhor.

Então, eu gostaria de pedir licença aos colegas Senadores e ao senhor, Ministro, para retomar esse debate lá no meu Estado e, dentro de 30 dias, no mais tardar, trazê-lo para esta Casa, trazê-lo para ser debatido com o Secretário Luís Rangel, para estruturarmos um sistema que fique eternamente à disposição dos agricultores e da sociedade brasileira.

Então, a estruturação desse fundo com esse olhar inicialmente agropecuário pode ser o início da estruturação de uma política pública nacional mais presente. Já que temos política na questão de abastecimento de diversos outros setores, eu queria pedir licença ao senhor, trazer essa proposta para esta Casa e ter a liberdade igo a liberdade poética do baiano – de tentar trazer, junto com os técnicos do nosso Estado, uma proposta e fosse apreciada por seus técnicos, por esta Casa e pelo senhor, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Queria agradecer esta oportunidade de tê-lo aqui. A demonstração clara de que o senhor quer fazer uma gestão participativa é que não veio aqui sozinho, trouxe toda a sua equipe para nos apresentar, para abrir as portas do Ministério.

Parabéns. Bom trabalho!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Roberto Muniz.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Minha saudação ao nosso querido Ministro Blairo Maggi. É um prazer grande, Blairo, recebê-lo aqui como nosso Ministro.

Entendo que a sua presença lá no Ministério é como se a Comissão de Agricultura estivesse no Ministério da Agricultura. Então, para nós é um orgulho muito grande tê-lo como Ministro da Agricultura hoje, coordenando os trabalhos da agricultura brasileira.

Minha saudação a todos os técnicos aqui presentes. Faço isso em nome do Novacki e também do Dr. Maurício. Minha saudação a todos os Senadores e a nossa Presidente Senadora Ana Amélia.

Entendo, Senador Blairo, tirando a questão econômica, o Ministério da Economia, que o Ministério da Agricultura é o ministério mais importante que temos no nosso País, é onde temos não só a produção dos nossos alimentos, mas onde temos a nossa maior receita – não é, Presidente? –, a maior receita brasileira vem da agricultura. Por isso a importância desse Ministério para o nosso País.

Foi muito feliz o Governo ao colocar V. Exª para dirigir esse Ministério, pelo conhecimento que tem da área. Sua capacidade de gestão é conhecida por todos nós, e isso nos deixa muito tranquilos, não só nós, da Comissão da Agricultura, mas nós lá de Rondônia também. Nós nos sentimos todos contemplados com a sua presença no Ministério.

Nós temos várias questões, vários problemas para resolver na questão da agricultura do nosso País, especificamente em Rondônia. Ao longo do tempo vamos conversando e vamos tentar resolvê-los. V. Exª conhece muito bem o nosso Estado e sabe dos problemas que nós temos. Eu queria colocar só duas questões para ver se conseguimos avançar.

Há a questão dos nossos fiscais sanitários – com relação à exportação de carne brasileira no Estado de Rondônia. Fizemos no ano passado uma audiência pública lá em Porto Velho, na qual a nossa Presidente Ana Amélia esteve presente, deu uma atenção especial para que pudéssemos fazer essa audiência pública junto com técnicos do Ministério da Agricultura e com técnicos do Governo do Estado.

A colocação que V. Exª fez aqui, eu entendo que é importante: tem que modernizar. Nós ficarmos na dependência de concurso público para atender todo o País não é a solução, é inviável. Eu entendo que as indústrias também se modernizaram. A indústria também tem uma responsabilidade quase que governamental de ter uma produção dentro dos padrões internacionais, porque o compromisso não é só do Governo, é das empresas também. Então...

O SR. BLAIRO MAGGI (*Fora do microfone*.) – A responsabilidade final é...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É, a responsabilidade final comercial é diretamente da indústria que está ora produzindo.

Então, seria o caso de firmarmos um convênio, liberarmos a realização de um convênio – isso talvez dependa de nós aqui, de fazermos um projeto de lei – diretamente com os veterinários das indústrias para que nós não fiquemos dependendo somente dos fiscais de governo. É claro que fazer o acompanhamento sempre é uma responsabilidade governamental, uma responsabilidade do Ministério, mas acho que uma boa solução seria fazer convênios através dos governos estaduais, das prefeituras municipais e também da indústria. A modernização é uma questão, e a desburocratização, como foi muito bem colocado por V. Exª, é o caminho.

Outra questão que também foi colocada aqui foi a questão dos armazéns. Os armazéns, Novacki, são um problema sério, principalmente na nossa região, que está crescendo – cresce acima da média brasileira –, assim como em Mato Grosso, que cresceu bastante e continua crescendo, é o caso de Rondônia, que começa a crescer na produção de grãos também.

Nós temos uma demanda antiga, que é a construção de um armazém em Cerejeiras – já tivemos várias reuniões para tratar desse armazém – e também em São Miguel do Guaporé. É claro que não são só os dois, mas os dois serviriam como referência.

Também entendo que tem de haver uma modernização nessa sistemática, como muito bem V. Exª colocou, para que não fiquemos dependendo do Estado. É muito fácil ficar pendurado no Estado, mas essa responsabilidade tem que ser dividida com os produtores para que possamos avançar. Então, essa modernização, entendo, é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

No mais, Ministro, quero dizer que nós estaremos aqui como uma retaguarda do seu trabalho à frente do Ministério. Nós ficamos muito felizes com a sua presença lá no Ministério. Contem conosco: naquilo em que nós pudermos colaborar, ajudar, estaremos como retaguarda do seu trabalho lá no Ministério.

Muito obrigado pela presença. É um prazer grande estar contigo aqui na nossa Comissão de Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Acir.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Cumprimento a Srª Presidente, o Ministro Blairo Maggi, o nosso Vice-Presidente Acir Gurgacz, o nosso Secretário Executivo Eumar Novacki, o nosso também Ministro... O bacana do Ministério da Agricultura é que tem logo dois Ministros, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pois é. (*Risos.*)

Não tem medo de cair!

Cumprimento o Castilho, que agora está ali no Ministério, e toda a equipe.

O Senador Blairo Maggi, há poucos dias, esteve conosco e com toda a Bancada do Mato Grosso em Sorriso, Senadora Ana Amélia e, por incrível que pareça, numa coincidência, estávamos lá fazendo um debate justamente sobre o feijão-caupi, um tipo de feijão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma variedade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É uma variedade que está sendo cultivada no Mato Grosso.

Por incrível que pareça, o feijão entrou no debate nacional, ontem estava nos *trending topics* do Twitter – o pessoal pedindo para abaixar o feijão. O Ministro, parece, ouviu o pessoal do Twitter, e eu queria parabenizá-lo por ter agido tão rápido.

Eu não tinha trazido nenhuma pergunta – vim mais para homenagear um dos membros mais assíduos da Comissão de Agricultura, e também por ser mato-grossense, o que nos alegra muito; honra-nos muito o fato de o Senador Blairo Maggi estar como Ministro –, mas começaram a vir algumas perguntas dos agricultores lá do Estado, Ministro – já tive até que filtrar, porque meu celular está parecendo o portal e-Cidadania!

Uma das perguntas foi sobre a possibilidade de o Brasil ter, de repente, no modelo de alguns outros países, um estoque regulador para enfrentar crises como esta que houve agora, com o milho.

Outra pergunta é bem provocativa, mas tenho que fazê-la. Eu nem olhei o *Estadão* hoje, não tive tempo de lê-lo, mas foi dito que está na manchete do *Estadão,* um pouco na linha que alguns Estados já vêm adotando relativamente à taxação do setor das exportações, do setor do agronegócio... Eu tinha visto, inclusive, uma manifestação sua colocando-se contrariamente a esse tipo de taxação. Mas agora, segundo me informaram, o *Estadão* traria como manchete que o Governo taxaria as exportações como forma de ajudar na recuperação da Previdência. Seria uma forma de colocar o INSS para as empresas exportadoras pagarem e tal. Está aqui a pergunta, estou só repassando também.

Outra pergunta é sobre as licenças de pesca – esta é direcionada ao Secretário-Executivo Eumar Novacki.

Em outra pergunta se diz que a cadeia da pesca não tem se mostrado sustentável. Querem saber se a questão está no radar do Ministério e se há como fazer essa cadeia se sustentar, porque, segundo eles, às vezes, a produção não é viável economicamente – um problema também.

Fechando, trago uma pergunta que é minha mesmo. Eu estive na região de Mundo Novo, Peixoto de Azevedo, e, na época, eles pediram que eu fosse ao então Ministério da Pesca – cheguei a enviar essa demanda. Lá há muitos tanques – talvez em Rondônia possa haver realidade semelhante, Senador Acir – que acabam ficando naturais, porque, após a atividade garimpeira, ficam verdadeiros lagos formados. Será que é possível o setor de pesca aproveitar esses espaços para pescar?

São essas as minhas perguntas. No mais, deixo minhas homenagens e manifesto o quanto nos orgulha ter a presença do Ministro, que é da Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado. Depois, ao Senador Wellington Fagundes, encerrando os questionamentos ao Ministro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, em primeiro lugar, dizer que o nosso colega Senador Blairo Maggi, à frente do Ministério da Agricultura, está exatamente no seu hábitat, ou seja, conhece a fundo a matéria; foi Governador de um Estado vizinho do meu Estado de Goiás, que, indiscutivelmente, tem todas as condições de superar todos os Estados brasileiros, por sua extensão, por sua qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de terra e por outras características próprias. O Governador conciliou produtividade com logística e deu uma visão de competitividade internacional. Acho que isto é muito importante.

A cultura que foi criada, em certo momento da política nacional até hoje, é de a agropecuária brasileira ser algo independente da estrutura de Estado e capaz de ser competitiva internacionalmente, moderna. É o setor que mais incorporou tecnologia de todas as outras áreas. Enfim, foi o setor que deu certo no Brasil, foi o setor que realmente destacou o Brasil internacionalmente. É uma alegria minha chegar ao exterior e ninguém mais me perguntar o nome de um jogador de futebol, mas me perguntar como nós produzimos tanto arroz, feijão, milho, carne. É algo que mostra um Brasil diferente, um Brasil produtivo, um Brasil ativo.

O Ministro, com essa mentalidade que tem... Eu posso atestar a rapidez das ações, da desburocratização, da resposta a todas as demandas que ali são colocadas.

O nobre colega Medeiros trouxe alguns temas cujo enfrentamento, indiscutivelmente, vai trazer para V. Exª momentos difíceis. Por exemplo, esta tese de aumentar carga tributária no momento em que estamos vendo o Governo sinalizar que vai dar para governadores maus gestores concessões e anistias. De repente, o brasileiro pergunta: "Poxa, mas ainda vão liberar mais R$50 bilhões para quem não fez uma boa gestão e vão realmente sobrecarregar um setor que está dando certo, que está carregando o Brasil e que está sendo referência, cada vez mais, nessa capacidade de o Brasil sair da crise?"

Eu quero também cumprimentar – é uma surpresa agradável – o Senador Roberto Muniz, que, com a sua humildade, apesar de dizer que não é da área, traz tantas propostas aqui para a Comissão, mostrando conhecimento profundo da área.

Presidente, nossa querida Senadora Ana Amélia, quero dizer ao Ministro, pela amizade, pelo relacionamento, por saber da maneira clara pela qual sempre governou o Estado e pela forma como cumpre a sua função de Senador, que estaremos aqui exatamente com o objetivo de fazer o bom combate no sentido de, cada vez mais, viabilizar o Ministério da Agricultura, dar-lhe a importância que merece. V. Exª conseguiu colocar o Ministério da Agricultura no primeiro escalão. O Ministério da Agricultura deixou de ser, nos últimos anos, aquele ministério que era ocupado muito mais por troca de interesses e muito mais por acordos e conchavos do que realmente pela meritocracia e pela competência.

Saúdo toda a assessoria que V. Exª traz aqui, cada um se ocupando de uma área, fazendo um relatório sucinto, mas à maneira que é própria de V. Exª trabalhar, que é mostrando essa harmonia entre toda a equipe do Ministério da Agricultura e exigindo deles resultado.

É lógico que o setor rural não pode ficar à deriva neste momento, com a demanda que foi feita aqui, da área ambiental. Nós queremos uma parte educativa e orientadora. Não é possível criarmos tanta burocracia para, cada vez mais, ampliarmos chantagens, extorsões, dificuldades, enfim, o caminho do cidadão também para o lado da ilegalidade, porque ele se sente tão impedido de poder cumprir todas aquelas exigências que há; o respeito aos Estados que têm o direito concomitante de também legislar, que é uma prerrogativa dos Estados. Não pode haver essa interferência tão agressiva. Quando a Bahia, por exemplo, consegue fazer um acordo e esse acordo está sendo colocado em prática, é inaceitável essa ingerência de órgãos federais.

Enfim, eu quero parabenizá-lo, Sr. Ministro, sem me alongar, porque há vários colegas ainda para falar – e há essa loucura nossa da agenda da quinta-feira. Além disso, a minha colega Presidente também ainda tem que presidir a sessão da Comissão Especial do Impeachment.

Muito obrigado pela oportunidade e meus parabéns a V. Exª e a toda a equipe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ronaldo Caiado.

Para encerrar as manifestações, eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso também – estão aqui os três Senadores, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e José Medeiros, Bancada fechada aqui apoiando o Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, em seu nome quero cumprimentar todos os Senadores que estiveram e estão presentes, cumprimentar o Cel. Novacki, que é o Secretário-Executivo. Eu deveria cumprimentar, na sequência, o Secretário Neri, mas eu vou cumprimentar o Cel. Castilho, que também é da assessoria do Senador Blairo Maggi...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Braço direito do Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e o soldado raso Cidinho, que é também assessoria do Blairo Maggi. (*Risos.*)

A senhora viu bem ele falando, não é? Ele está feliz, e o Blairo pode ficar tranquilo porque ele está satisfeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Imagine: se o soldado raso é Senador, quem é o coronel e o general do Blairo Maggi? (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ele está muito satisfeito de estar aqui como Senador e de ter o Blairo como Ministro, está duplamente satisfeito. Então, o Blairo não precisa temer conspiração, porque o Cidinho sabe muito bem das oportunidades que há e das que surgirão ainda.

Eu quero cumprimentar também toda a assessoria que está com o Ministro. Gostei muito da apresentação a que estava assistindo do meu gabinete. Eu tinha umas audiências agendadas, mas assisti pela televisão à apresentação do Ministro Blairo. E, com a oportunidade de vários falarem dentro de suas áreas específicas, percebi que foi bastante dinâmica e bastante esclarecedora também.

A nossa Comissão já definiu, como política pública para este ano – inclusive com a audiência que a Presidente fez no Rio Grande do Sul –, que foi aprovado através da Resolução nº 44, de 2013, o Seguro Rural.

Aqui já foi comentada antes essa questão do Seguro Rural, mas a gente percebeu que este ano, ao invés de aumentar o Seguro Rural, nós o diminuímos. Então, como o Ministério está pensando a questão do Seguro Rural, para o próximo ano principalmente?

Na palestra do Ministro, ele já falava sobre a questão dos juros, do que se está programando, pensando em discutir com a equipe econômica os juros para o ano que vem, indexados com a inflação. Mas aqui a pergunta, Senador Blairo Maggi, é mais sobre a questão do Seguro Rural, que acho fundamental para a solidez de quem está acreditando em plantar e, claro, sob uma intempérie qualquer, ter totalmente arrasada a sua vida.

Ontem nós estivemos com o Ministro Padilha e com vários produtores assentados do Mato Grosso. Agora, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi transformado numa secretaria e está ligado diretamente à Casa Civil... Coincidentemente, o Senador Blairo Maggi estava lá, pôde participar um pouco da conversa e se colocou, inclusive, à disposição, dada sua experiência...

O SR. BLAIRO MAGGI (*Fora do microfone*.) – E já tenho novidades.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... porque ele já conhece o Estado do Mato Grosso, o Pará, essas regiões.

Temos inúmeros assentamentos, Presidente. São milhares de famílias que estão lá há 20, 30 anos, e não conseguem documentação. Eu tenho dito que não há como ter produção se você não tem a documentação. Se não tem documentação, é difícil ter produção, principalmente neste caso dos pequenos assentados. Não adianta nada a terra se eles não têm condições de acessar o crédito.

Eu gostaria, Ministro, dada a sua experiência como ex-Governador de um Estado como o Mato Grosso, que pudesse abordar essa questão, porque, a meu ver, o Governo fez a reforma agora, essa reforma feita às pressas, e não vou culpar ninguém, mas, claro, penso que essa área, toda a área agrária, se tivesse um pensamento só, uma linha só, e isso tudo a cargo do Ministério da Agricultura, seria muito mais fácil. Por exemplo, levou a pesca para lá. E a pesca eu acho que também, sem a solução documental, tudo isso... Sem uma política agrícola e de assentamentos neste País, de regularização fundiária, como se faz?

Então, colocam Ministros pensando, de um lado, ideologicamente, e outro Ministro... Cada um com a sua visão, e acabam gastando muito recurso público, que é pouco, desperdiçando mais ainda. Eu não sei se o senhor se sentiria bem em falar sobre isso aqui, mas a minha visão é que a gente precisava somar isso numa área só, levar isso para a Casa Civil – sem habilidade também, o que eu acho que é mais uma situação complexa. Como o senhor falou aí, como V. Exª falou, já temos novidades. Então, eu acho que é um assunto que seria muito importante abordar aqui.

O Ministro sabe, não preciso ficar falando dos programas aqui, do caso do Mato Grosso, do MT Legal, Terra Legal.

Outro aspecto que também coloco aqui diz respeito à área de defesa no Brasil. Existe hoje uma reclamação muito grande acerca da falta de técnicos para fazer inspeção sanitária. Eu ouvi aqui na palestra, antes, a sua fala sobre a visita que fez à China. Eu estive lá na China também, na Rússia, no Japão, agora, há pouco tempo, com a ex-Ministra e, como o senhor falou, o país lá quer importar com muito mais exigência. Então, sobre essa questão aqui, lá fora a gente ouviu ainda muita reclamação, principalmente por parte dos russos, sobre a qualidade da nossa carne. Eles diziam que vêm, fazem um contrato dentro daquela linha... E fizeram inspeções aqui em alguns frigoríficos sem condições de exportação, dada ainda a precariedade ou a falta de profissionais à disposição para fazer essa defesa sanitária ideal.

Eu gostaria aqui ainda de fazer um último comentário. Também já houve uma posição do Ministro, pública, em relação à possibilidade de abrir a compra de terra por estrangeiros. Inclusive, V. Exª colocou que seria uma forma também de financiamento para os produtores brasileiros. Aí, eu acredito, principalmente para os grandes produtores brasileiros, porque hoje grandes produtores já estão sendo financiados, em grande parte, por recurso externo. Então, seria importante que também fosse abordado isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Finalmente, Ministro, também Mato Grosso, pela nossa experiência, é um Estado que tem, a cada ano, batido recordes de produtividade, consequentemente, de incremento da produção. Mas o pequeno produtor, a meu ver, hoje, não só no Mato Grosso, precisa de uma política específica – o pequeno, não sei se também o médio. Eu gostaria até que V. Exª classificasse aqui, publicamente, as classes os produtores – classe A, B, C, D, como temos a divisão da população, mas por produtor. Do que o pequeno produtor hoje precisa mais? Qual é a visão de V. Exª nessa relação da divisão por classe de produtores brasileiros? Acho que, com isso, o senhor poderia fechar, até na visão do grande, porque, às vezes, as pessoas falam: "Mas hoje só se fala para o grande, só tem financiamento para o grande, só o grande consegue acessar o crédito." O que a gente sabe é que... E sobre esses entraves, por que os menores, os pequenos, não conseguem acessar o crédito? Eu acho que isso tem muito a ver com aquilo que a gente já colocou.

No mais, quero saudá-lo. Tenho certeza de que a sua experiência vai ajudar muito o Brasil. Esse Ministério, sem dúvida nenhuma, é muito importante. E Mato Grosso, claro, também por ser um Estado do Centro-Oeste, com toda essa capacidade de produção, nós haveremos de responder ainda mais para o Brasil, porque temos possibilidade de, sozinho, só o Mato Grosso, produzir tudo o que se produz no Brasil – Rondônia e todos os Estados podem incrementar muito.

Claro que poderíamos falar da logística, da infraestrutura, mas vamos demorar demais. Vamos deixar para outra oportunidade. Mas, se o Ministro quiser abordar também esse tema, de acordo com o tempo... É a Presidente que manda agora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes. Obrigada a todos os Senadores do Mato Grosso, a todos os Senadores que participaram aqui. Tivemos um quórum extraordinário. Além dos Senadores que são membros, também o Senador Elmano Férrer, o Senador Hélio José, e o Senador Antonio Anastasia vieram aqui prestigiar o Ministro Blairo Maggi.

Eu entendo que o Ministro tem uma agenda executiva no Ministério – está toda a equipe do Ministério aqui, nesta Comissão, o Ministério da Agricultura inteiro, todas as secretarias –, uma agenda que tem de ser atendida. Ele está aqui desde 7h40min, ele chegou aqui às 7h40min. Então, Ministro, agora...

Agradeço o Senador Valdir Raupp também pela presença aqui.

Com a palavra o Ministro Blairo Maggi para responder aos questionamentos feitos.

Queria só, antes de o Ministro responder, em atenção, informar à telespectadora Solange Pereira da Silva que nós estamos discutindo aquilo que salva o Brasil, porque a agricultura que nós estamos discutindo aqui é aquela que leva comida para o café da manhã, o almoço e a janta dos brasileiros. E ainda o excedente é exportado, fazendo com que as reservas cambiais brasileiras, no superávit comercial, garantam uma estabilidade melhor. E temos já convocado aqui, ou convidado, o Ministro Osmar Terra, que vai tratar das questões da área da agricultura familiar, dos assentamentos. E também reconhecemos que a auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União no Incra revelou que existem muitas irregularidades nos assentamentos, com distribuição de terras para pelo menos 17 mil servidores públicos. Então, nós temos que acompanhar exatamente essa questão relacionada a isso. Esse tema estará na nossa Comissão, porque esta nossa Comissão é de agricultura e reforma agrária. Então, Solange Pereira da Silva, aqui do Distrito Federal, fique tranquila, porque esse tema estará presente aqui.

Ao Ivan da Silva, agradeço. Ele fez muitos comentários a respeito da questão relacionada ao aproveitamento da experiência que Israel tem na irrigação para o Brasil.

A Irene Pontes também fala sobre a questão da reforma agrária. Nós também temos o mesmo compromisso, de que esse processo de assentamentos tenha validade, legalidade e, sobretudo, seriedade e responsabilidade. Há muito recurso público desviado nesse setor e nós precisamos atendê-lo. Já pedimos ao Tribunal de Contas da União um rigor grande nessas auditorias. A Irene Pontes levanta isso. Nós estamos trabalhando intensamente para cumprir com a nossa obrigação e o nosso dever.

Então, a eles, está respondido. Agradeço a participação dos que enviaram perguntas.

Com a palavra o Ministro Blairo Maggi para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. BLAIRO MAGGI – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão.

O Senador Flexa já não está mais presente, mas o Secretário Rangel já deve ter anotado, e o Secretário Odilson, essa questão sobre a qual ele fez a pergunta: por que o Pará está fora da negociação da venda de carne para os Estados Unidos, carne processada? Depois vamos responder ao Senador Flexa para que ele possa levar essa informação aos paraenses.

O Senador Moka não fez pergunta, só fez elogios. Muito obrigado. É característica do meu querido amigo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não é elogio, falei a realidade, Ministro.

O SR. BLAIRO MAGGI – Obrigado. Ainda domingo fomos almoçar juntos. Comemos um bife de tira, um ado muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Senador Cidinho fez alguns questionamentos, muito mais na...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ministro, quem pagou a conta?

O SR. BLAIRO MAGGI – Rachamos, deu R$200,00 para cada um.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Comeram bem, hein?

O SR. BLAIRO MAGGI – Muito bem. O Moka me convidou, me levou a um lugar especial, mas rachamos a conta.

O Senador Cidinho fez alguns comentários, mas acho que muito mais no intuito de criar oportunidade para que eu pudesse falar sobre alguns assuntos que são questões que discutimos fora do Brasil e têm consequências bastante grandes aqui.

Um deles é a questão da proibição do glifosato ou da possível proibição do uso do glifosato na agricultura. Se isso acontecer – se acontecer, tem sempre o "se" no meio –, mudarão, e muito, as relações de como produzir hoje no Brasil, uma vez que nós fizemos um plantio direto em praticamente toda a nossa agricultura, e a proibição desse produto nos traria grandes problemas no sentido de termos de mudar essa matriz. Fico imaginando se tivéssemos que voltar, não é, Dr. Maurício...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fazer um retrabalho.

O SR. BLAIRO MAGGI – ...a fazer o plantio da forma como nós fazíamos: na grade, no arado, na niveladora, na grade pesada, e assim por diante. O aumento do consumo de óleo diesel advindo disso... Quer dizer, é uma questão de poluição, uma questão de meio ambiente. Mas, mais do que isso: não teríamos condições de fazer os dois plantios que fazemos em todo o Brasil praticamente, safra sobre safra. As janelas são muito pequenas. Tudo isso só é possível porque temos produtos como o glifosato, o mais utilizado no Brasil, que está na mira da Comunidade Europeia, de uma proibição.

Esse é um assunto bastante grave. Eu já me articulei com o Ministro da Argentina, com o Ministro dos Estados Unidos também, do Canadá...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Paraguai.

O SR. BLAIRO MAGGI – Não até agora. Conversei com o do México. E vamos ter de, nas próximas rodadas de negociação, trazer isso à tona para mostrar como se fala em produtos agroquímicos. Sempre há risco. Não vamos dizer que não há, porque sempre há, mas o risco admitido, ou assumido, é pequeno perto dos benefícios que isso traz para o meio ambiente, para a agricultura e o fornecimento de alimentos. Então, esse é um assunto que está na nossa pauta.

Há uma pressão por parte da Comunidade Europeia, principalmente agora, nesse período, uma discussão de que haverá eleição... Então, é uma coisa bastante complicada, mas estamos atentos. A minha posição é a da não proibição. Obviamente, vamos ter que ouvir cientistas, técnicos, e assim por diante. É só para deixar no horizonte que há uma negociação bastante forte sobre isso.

A questão dos GMOs...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bom dia.

O SR. BLAIRO MAGGI – Senador Jorge, bem-vindo.

Sobre a questão dos GMOs, produtos geneticamente modificados, eu tenho uma posição bem clara. Eu sou totalmente favorável às questões da biotecnologia, mas nós, como produtores, temos que estar atentos às mudanças que nós fazemos dentro das nossas propriedades quando trazemos uma nova tecnologia. Com uma nova tecnologia de combate a lagartas, por exemplo, você elimina o uso de inseticidas para aquela lagarta, graças à biotecnologia. Com o passar do tempo, as pragas secundárias que nós temos na lavoura, que eram combatidas indiretamente pelo uso do pesticida, acabam virando populações importantes e viram pragas importantes. Então, a biotecnologia, a questão dos geneticamente modificados, tem que ser olhada com calma, com critério, com consciência. Essa consciência vem das recomendações da Embrapa, de centros de pesquisa, no que se refere aos refúgios, que são muito importantes. O que é o refúgio? Você usa uma determinada técnica, mas tem que deixar um espaço para que, naturalmente, aquele combate que deveria ser feito com inseticida seja feito lá, para você fazer o combate em áreas separadas. Nem sempre os produtores gostam desse tipo de situação –, embora seja lei, seja obrigado, há fiscalização de ministério e tudo o mais –, porque dá trabalho e não querem fazer.

Então, eu queria chamar a atenção não só dos agricultores, mas de toda a cadeia, porque um desarranjo nesse processo é muito ruim para todo mundo, fica tudo muito caro. Cada solução que vem para uma determinada praga geneticamente modificada ou a proposta de um produto modificado para atender aquela praga [illegible] a possibilidade de outra sair. É aí que entra – e quero conversar com o Dr. Maurício depois sobre isso – a [illegible]brapa, um centro de pesquisa nosso, brasileiro, que tem uma visão muito mais ampla do processo e não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de um produto, não só de uma situação, porque cada vez que mexemos num determinado ponto, como eu já disse várias vezes, desorganizamos o restante.

As soluções vêm, as empresas apresentam soluções para ganhar dinheiro, não há problema nisso, todos precisam ganhar, ser remunerados pelas pesquisas que fazem, mas os problemas têm ficado com o agricultor.

Vou dar um exemplo rápido aqui para sair do tema. Nós fizemos combate, por exemplo, em lagartas de solo para soja, para feijão, para algodão e outras coisas e usamos um produto que combate formiga. Ao combater 100% das formigas, nós eliminamos um inimigo natural das lesmas. Se eu não tenho mais formigas, eu começo a ter as lesmas, e aí a lesma começou a virar uma praga principal na área de soja e outras coisas. Agora vem um produto específico para lesmas – tão caro que dá vontade de deixar as lesmas. Então, é com esse desarranjo que nós temos que ter cuidado, observar bem isso. É nessa direção que quero uma participação maior da Embrapa, e nós vamos conversar para atuar nessa área.

O geneticamente modificado é isso. Claro que há países que têm resistência de aceitar ou não aceitar, mas eu estou olhando sob a ótica do agricultor, que é de quem estou cuidando e é com quem eu tenho de me preocupar. Com a parte da saúde se preocupam o Ministério da Saúde e as outras áreas.

O Cidinho também passou rapidamente pela questão da defesa. Nós estamos tomando providências, Senador Cidinho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o mesmo tema do Acyr.

O SR. BLAIRO MAGGI – O mesmo tema do Senador Acyr.

O que é que está na nossa pauta neste momento, o que estamos discutindo? Não quero dizer que será esse modelo, mas estamos desenhando esse modelo. A ideia é que qualquer um dos Estados, como Rondônia, Mato Grosso, qualquer um dos Estados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Acre, do Senador Jorge Viana.

O SR. BLAIRO MAGGI – ... Bahia, Mato Grosso do Sul, possa fazer uma seleção pública de veterinários. Esses veterinários seriam capacitados para fazer esse trabalho e estariam agrupados numa cooperativa de trabalho – numa OSCIP, não sei, nós temos que achar a forma legal de fazer isso. Ele não é um funcionário público, mas é habilitado pelo público e recebe a credencial pelo público para trabalhar. Os frigoríficos, ou quem necessita, vão lá e contratam mão de obra dessa organização que nós estamos pensando em fazer. Então, ele tem a chancela de público, o cuidado público. Os fiscais do MAPA, que são os fiscais federais hoje, ficariam na supervisão desse pessoal. Uma vez não atendidas as condições de trabalho, não dando conta, enfim, sendo relapso ou coisa parecida, o Estado intervém, tira-o e chama outro. Ele não é funcionário público, ele é um credenciado com a possibilidade de prestar um serviço público.

Estamos trabalhando nessa direção. A categoria dos fiscais do MAPA é muito unida, é muito aguerrida. Eu tenho dito a eles – vou ter reunião com eles daqui a alguns dias para conversar esses assuntos – e tenho lhes mostrado que não perderão importância no processo. Pelo contrário, ganharão importância.

Nós não temos, como disse antes, como seguir contratando mão de obra para dar sustentação e condições ao agronegócio, no tamanho que ele vai. Então, um pouquinho mais à frente, vou responder à pergunta do Senador Wellington e vocês vão ver que a coisa vai ficar mais complicada ainda nessa área se nós não criarmos um arranjo para resolver as questões de mão de obra.

Senador Cidinho, mais uma vez: do couro sai a correia, está certo? Quem terá que pagar isso é o privado, que está requerendo o serviço. Não tenho dúvida nenhuma de que será assim, mas não é porque ele paga o serviço que ele vai mandar no cidadão. Essa é a grande diferença dos acordos internacionais que nós temos: o serviço tem que ser prestado pelo público e aí é só arrumarmos um jeito para sermos transparentes e eficientes. As negociações, as mudanças que formos fazer requerem ser informadas aos nossos compradores, aos acordos internacionais que nós temos. Eles devem chancelar as nossas mudanças e, a partir daí, vamos mudar. Nós não podemos chegar hoje e simplesmente mudar, porque nós vamos perder o *status* de regularidade que temos com os outros Estados.

Ao Senador Roberto Muniz, que tenho o prazer de conhecer hoje, quero dizer que seja bem-vindo a esta Casa. O senhor terá que trabalhar bastante para substituir à altura – e com certeza o fará – o nosso querido Walter Pinheiro, que é um Senador combativo, participativo, sempre nas comissões conosco. Ele deixou a sua marca aqui, e eu tenho certeza de que V. Exª, chegando a esta Casa, também fará isso, como o meu suplente Cidinho, que já passou por aqui umas duas, três vezes, e tantos outros suplentes que vêm aqui e se sobressaem no trabalho porque têm conhecimento e determinação para fazer. Portanto, quero desejar-lhe uma boa estada nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Medeiros também é suplente.

O SR. BLAIRO MAGGI – O Medeiros também, substituto do Pedro, está aqui.

O Senador Roberto levanta essa questão do licenciamento ambiental lá da Bahia. É um assunto que está no nosso radar. Nós estamos conversando. Os produtores da Bahia, ali de Luiz Eduardo, de Barreiras, onde estive, já me passaram esse assunto.

Quero dizer que o relacionamento meu, ou o do MAPA, com o Meio Ambiente, com o Ministro Sarney, é muito bom. Nós já fizemos duas ou três reuniões e falamos muito claramente que não iríamos, nesse período de Governo que temos pela frente, criar mais confusões para o setor agrícola e pecuário, mas, sim, tentar resolver os problemas que aí estão, tirar da prateleira os esqueletos que lá estão e que incomodam muito o setor. A ideia é arrumar tudo isso e não criar mais confusão. Portanto, isso está na nossa prioridade de direção.

Quanto à questão de um fundo federal. Vários Estados já têm fundos estaduais muito fortes, muito participativos e têm dado conta localmente sobre isso. Eu vou fazer uma discussão com o Secretário Rangel e ouvir o corpo técnico do MAPA para ver se tecnicamente se isso faz sentido, se não faz sentido, e levar adiante ou não, mas eu vou lhe dar uma resposta sobre esse assunto.

Depois veio...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Ministro...

O SR. BLAIRO MAGGI – Senador Jorge.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não sou da Comissão, só vim aqui dar um abraço nos colegas da Comissão, porque é uma Comissão de que eu gosto muito e pretendo, no próximo rodízio, estar aqui. Mas é que estou na CRE, tenho que fazer sabatina e relatoria, e não queria passar em branco. Quero cumprimentar o nosso Ministro Blairo, colega.

Sabes da admiração, do carinho do respeito que eu tenho por ti – todos nós, aliás. Independentemente dos problemas políticos que temos, essa é uma área que está em boas mãos e todos nós torcemos e estamos à disposição para ajudá-lo como colega, como produtor. Conheço a sua propriedade, sei dos avanços, inclusive na área ambiental, que V. Exª tem tido lá – fui ver de perto na época do Código.

E queria cumprimentar todos, o Presidente da Embrapa e todos que compõem a equipe. O ex-Ministro também, que está ali.

Era basicamente isso. Não tenho nenhum questionamento.

E quero agradecer V. Exª por estar aqui na sua Casa, trazendo esclarecimentos e nos ajudando a debater esse setor que é o maior aliado para o Brasil enfrentar a crise, que é o setor da produção, da criação no nosso País.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Estou olhando a questão da suinocultura do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E eu vou fazer uma visita lá, como nós já combinamos por telefone, na outra semana, se Deus quiser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Desculpe, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tudo bem, Senador Jorge Viana.

Ministro Blairo Maggi, não é a primeira vez que o Senador Jorge Viana vem a esta Comissão. Ele é autor de um projeto de extrema relevância, que trata do desperdício de alimentos, do aproveitamento dos alimentos, sejam industriais, sejam *in natura*. Esse assunto acabou levando esta Comissão a fazer um debate intenso e de grande produtividade. Agora pegamos três projetos, fizemos o apensamento dos três, estão sendo trabalhados numa relatoria. É um tema extremamente relevante, provocado também pelo Senador Jorge Viana.

Então, obrigada, Senador, por estar aqui conosco.

Passo a palavra de novo ao Senador Blairo Maggi, Ministro da Agricultura.

O SR. BLAIRO MAGGI – Então, agora, respondo ao Senador Acir.

Obrigado, Senador, pelas palavras generosas a mim destinadas e à minha equipe também. V. Exª passou também pela questão do concurso, de pessoas etc.

Jorge, obrigado. Um abraço.

O que eu recebo da Secretaria de Defesa, de que o Rangel cuida, é que os concursos públicos são feitos nacionalmente ou, quando não nacionalmente, a inscrição pode ser feita por qualquer um do Brasil, em qualquer lugar. Aí, abre-se um concurso em determinada área, em determinado lugar, as pessoas vão para lá – por exemplo, saem pessoas de São Paulo ou do Rio de Janeiro, onde há um estudo melhor, onde a informação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

melhor, enfim, as pessoas são mais capacitadas –, disputam um concurso público, passam lá em Rondônia, mas chegam a Rondônia já pensando em ir embora, estão pensando no tempo, em fazer dois anos, o estágio probatório, e pedir transferência para outro lugar. Então, esse é um ponto preocupante que nós temos na área de defesa. O número de fiscais é um número grande. Não sei o número exatamente, mas acho que o Rio de Janeiro deve ter muito mais fiscais do que qualquer outro lugar do Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É o campeão.

O SR. BLAIRO MAGGI – É o campeão. Como é o melhor lugar para morar, as pessoas querem ficar lá. É um problema da nossa legislação, e nós estamos olhando como contornar isso, como, pelo menos, amenizar esse tipo de situação.

Sobre a questão, Senador Acir, dos armazéns: eu rapidamente falei, no início, que a minha visão de Conab, por exemplo, não é de tê-la fazendo armazéns, fazendo armazenamento. Ela é reguladora, ela pode ajudar na política, pode fazer um monte de coisas, menos armazenar. Nós temos muitos armazéns que, ao longo do tempo, ficaram obsoletos, não servem para mais nada, estão no patrimônio da Conab como algo importante, mas o que vale lá é só o terreno. Armazéns construídos há 40 anos, 50 anos, 30 anos, 20 anos ficam obsoletos.

Nós mesmos, nas nossas fazendas, qualquer produtor agrícola sabe disso, se fazemos um armazém hoje, daqui a 10, 15 anos, ficará obsoleto, não dará mais conta. As máquinas cresceram, se produz muito mais, você tem que colher, armazenar, e tudo rapidamente. Os elevadores são pequenos, os secadores são pequenos, enfim, não têm função nenhuma. E tem um custo enorme para a Nação brasileira esse tipo de situação.

Mas eu entendo o que V. Exª está reclamando, por exemplo, para Cerejeiras, São Miguel do Guaporé e outros lugares do Brasil. O Estado tem de ser indutor. É aquela história: quem veio primeiro, o ovo ou a galinha? O que vem primeiro: a produção ou o armazenamento? Então, nesses pontos, nós podemos discutir outro modelo, para a iniciativa privada construir e o Governo comprar um espaço por determinado tempo que possa viabilizar esse armazenador, esse cerealista de estar lá...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para ter uma garantia.

O SR. BLAIRO MAGGI – ...para ter uma garantia mínima e os produtores terem uma garantia também de que aquilo que eles vão produzir pode ser entregue em algum lugar. Então, é o modelo que nós podemos pensar, desenvolver e acho que vai ajudar muito.

O Medeiros não está mais aqui, mas ele fez algumas considerações que merecem ser colocadas publicamente, assim como o Senador Caiado – e já o respondo.

Há a questão da taxação da exportação do agronegócio. Para mim, isso é um abraço de afogado, é uma loucura que se quer fazer com o setor que mais contribui para a balança comercial brasileira, para a estabilidade política brasileira, porque sem alimentos ou com alimentos caros – vide o feijão, que está aí – é uma confusão. Ninguém segura esse tipo de situação.

Lá no Estado do Mato Grosso, a Assembleia Legislativa também começou com essa ideia de taxar o agronegócio – porque os produtores são isso, os produtores são aquilo. Acontece que, no meu Estado, como em Goiás, Mato Grosso do Sul e em tantos outros, o que movimenta a economia é a agricultura. O dinheiro que gera a construção civil, serviços etc., vem da agricultura e da pecuária. Se você tirar esse dinheiro daí e colocar na mão do governo, que é ineficiente, será ineficiente para sempre, o dinheiro não fará mais parte do processo. E quando você quer taxar nos moldes que eles usaram, como eles fizeram, como o Mato Grosso do Sul faz – e está errado –, Goiás fez – e está retirando, porque viu que não pode ser feito – automaticamente os preços caem, o preço do produtor cai. Uma coisa é você dizer que quer 30% da produção para o mercado interno e que 70% podem ser exportados. Não tem como eu comprar soja do Moka ou do Cidinho e dizer: "Esse vai para a exportação, eu pago mais, e esse vai para o mercado interno, eu pago menos." Não tem como, o mercado iguala. E, aí, como ele iguala? Para baixo, os preços vêm para baixo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cai a renda.

O SR. BLAIRO MAGGI – Então, isso é um tiro no pé.

O Governador Marconi Perillo esteve comigo esta semana e me disse que tem a intenção de voltar atrás – não sei se ele já voltou –, que isso realmente não deve ser feito. O único Estado que faz isso ainda é o Mato Grosso do Sul. Espero que ele reveja isso também. Porque um produtor, Senador Moka, que está na divisa do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, que vende soja em Sonora e vende soja em Lucas do Rio Verde, 700km para cima, mais ao norte, recebe mais por uma saca de soja em Lucas do Rio Verde do que aquele que está a 700km, mais perto do porto. É uma loucura esse tipo de situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permita-me, Ministro Blairo Maggi.

A Bahia transformou Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no que são hoje, um celeiro agrícola, graças aos incentivos, inclusive porque retirou o ICMS de máquinas agrícolas e fez outras desonerações. Então, ela caminha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

no sentido inverso disso, dessa taxação. Quer dizer, é uma política inteligente. Pegou uma área e transformou no que é hoje aquela região, graças, exatamente, a esse incentivo.

O SR. BLAIRO MAGGI – Bom, esse é um assunto dos Estados.

Agora, hoje... Não li a notícia ainda, mas já recebi várias mensagens falando que o Governo, não sei que parte do Governo, pensa em taxar o agronegócio, a exportação, a alíquota de INSS ou coisa parecida. Eu vou dizer para vocês o seguinte: o meu papel é defender o produtor, e eu vou defendê-lo até ficar só com o toco da espada na mão. Não posso concordar com isso, nós não podemos concordar. E acho que esta Comissão e o Senado Federal têm que levantar a voz, têm que dizer por que não. Eu vou parar de discutir no último momento, quando o Presidente me chamar e disser: "É decisão de Presidente." Se for assim, tudo bem, não tenho como discutir a partir daí. Mas eu vou fazer todo o enfrentamento dentro da Fazenda. Saindo daqui, já vou começar a fazer as ligações, saber de onde vem essa conversa.

Ontem mesmo tivemos com o Presidente uma reunião de praticamente quatro horas, em que o Presidente separou o Governo em várias áreas. Nós estamos na área do grupo econômico, junto com Fazenda, com Planejamento, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Relações Exteriores. É o grupo que gera dinheiro, vamos chamar assim, que produz. E lá, ontem, nessa reunião com todos os Ministros dessas áreas, ninguém levantou esse assunto. E a reunião que o Presidente fez era para trazer sugestões ou fazer encaminhamentos das coisas que devem trazer entusiasmo para a economia brasileira. Quer dizer, isso não é entusiasmo, isso é um balde de água fria em todo mundo.

Então, eu quero deixar aqui o meu compromisso como Ministro da Agricultura. Como eu disse, meu negócio é defender o produtor rural. E vou dizer mais uma coisa também. Senadora Ana Amélia, semana passada um agricultor me chamou a atenção lá na minha sala, não lembro quem foi. Vocês sabem que o Brasil está vendendo boi em pé, está exportando boi em pé. Eu acho isso horrível. Acho horrível. A indústria nacional vai pagar caro por isso. Mas eu quis defender isso, e a pessoa me chamou a atenção: "Escute aqui, você é o Ministro da Indústria e Comércio ou é o Ministro da Agricultura? Está aí para defender a indústria ou está para defender o agricultor?" Eu disse: "Estou para defender o agricultor." Ele respondeu: "Então, deixe o pessoal do outro lado da Esplanada discutir isso. A indústria tem que discutir lá." Eu tenho que defender é a renda do produtor. Sei que boi em pé é ruim de ser vendido fora, cria disparidade com a nossa indústria, mas sei também que é uma forma de fazer com que os preços dos produtores subam. Então, o meu compromisso é com a agricultura, com o agricultor, e vou fazer isso.

Vamos em frente.

Onde estou? Ao José Medeiros já respondi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor mudou de posição, então, quando o pecuarista falou que o boi em pé...

O SR. BLAIRO MAGGI – Claro, deixa o boi ir embora. Vou fazer o quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é boa!

O SR. BLAIRO MAGGI – Vou defender o agricultor, o pecuarista.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas essa discussão é uma discussão antiga mesmo.

O SR. BLAIRO MAGGI – É antiga.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aliás, é uma coisa que eu sempre falo: a gente discute muito a agricultura e muito pouco a pecuária. É uma coisa impressionante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos voltar ao tema.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Fica sempre em segundo plano.

O SR. BLAIRO MAGGI – Mas eu estou cuidando da pecuária, fique tranquilo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro que está.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Uma coisa que eu aprendi – viu, Senadora Ana Amélia? – é que a gente pensa onde os nossos pés pisam na Administração Pública. Se colocarem o senhor no Ministério da Indústria e Comércio, o senhor vai dizer: "Não, tem realmente..."

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fazer valor agregado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não tem jeito. É essa a disputa mesmo que o setor público tem, e ela é salutar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cada macaco no seu galho.

O SR. BLAIRO MAGGI – Por isso cada um defende o seu ponto de vista...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pois é.

O SR. BLAIRO MAGGI – ...o interesse do setor que está lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Senador Wellington Fagundes é o último a quem eu tenho que responder. Ao Senador Caiado, já aproveitei e respondi junto com o Senador Medeiros.

A questão do Seguro Rural, Senador Wellington, está sendo tratada na SPA, o Secretário Neri tem tratado disso. Temos problema de recurso. Entendo também que é uma política de Estado, uma política que tem que ser implementada.

Os setores que já têm seguro maduro nunca mais pensaram em renegociação de dívida, não têm problema de crédito, não têm nada. Ontem mesmo, numa reunião com o setor de frutas e também com o pessoal do Rio Grande do Sul... O pessoal de fumo, por exemplo, tem um seguro fechado. É praticamente um clube, não é, Senadora Ana Amélia? A senhora estava lá. Eles são autossuficientes, fazem autogestão do processo, e ninguém tem problema. Deu problema com granizo, não sei o quê, vão lá e pagam, eles se organizam. Então, há já alguns modelos, e a gente quer fazer isso com maçã, com uva e outras coisas. Eu pediria, inclusive, para o Secretário Neri convidar o pessoal do fumo, que tem essa estrutura montada, para que a gente possa entender como funciona e como é que a gente pode replicar em algumas culturas que são menores, como uva, como maçã, fruticultura no Nordeste, algumas coisas assim. Seguro maior, para soja, milho, grandes culturas, tem que ser melhor discutido, e nós vamos fazer isso.

Senador Wellington, por último, porque sobre defesa também já respondi, ficam duas coisas. Uma é dividir o produtor rural em classes. Eu não gosto muito disso. Quando a gente senta pela manhã ou no almoço e começa a se servir do quem tem ali, feijão, arroz, ovos, bife, frango, peixe, a gente nunca pergunta de onde está vindo aquela comida, se está vindo de um pequeno piscicultor ou de um grande, se o boi é tratado por um grande fazendeiro ou por um pequeno, a gente não pergunta. A gente quer qualidade, quantidade e preço barato. Então, no final, produtor, para mim, é tudo igual.

E o Senador Cidinho falou que a política agrícola da agricultura familiar deveria está no MAPA, e eu concordo com V. Exª, deveria estar lá, porque todos os produtores rurais deveriam estar no mesmo lugar, mas isso, Senador Wellington, não impede e não tira a obrigação do Governo de fazer políticas diferentes para cada um dos setores. O pequeno agricultor tem que ser amparado em todos os sentidos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Como pequeno agricultor.

O SR. BLAIRO MAGGI – Como pequeno agricultor, desde a assistência técnica, o crédito, o Seguro Rural, seguro de renda etc. e tal. Ele não tem como correr riscos no mercado. O volume que ele faz é tão pequeno que qualquer coisinha que faltar ele quebra, ele não tem como dar sequência.

Os grandes ou médios produtores, cada um no seu tamanho, conseguem alongar as suas dívidas, conseguem conversar com bancos, com fornecedores e podem, de um ano para outro, ir para a frente. Então, são políticas diferentes, que eu, dentro do Ministério da Agricultura, pretendo, sim, discutir, embora a pequena propriedade rural e a agricultura familiar não estejam no nosso Ministério. Infelizmente, saiu do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi para a Casa Civil, está meio perdida por aí. O Governo, na próxima reforma que deverá fazer, logo depois que se tornar um governo definitivo, tenho certeza de que muitas mudanças ele fará nessa área, que deverão e terão que ser feitas.

Sobre a questão de terras para estrangeiros, sou totalmente favorável, com uma única restrição, uma única preocupação que tenho, que é quanto aos grandes volumes de terras que poderão ir para fundos, e não são fundos soberanos, são fundos financeiros mesmo, que compram para especular ou que compram para produzir. Eu, produtor individual, na minha propriedade – e os milhares que nos acompanham neste momento sabem disso –, no início de uma safra, da previsão de uma safra, muitas vezes as contas não fecham. É quase certo o prejuízo que você vai ter naquele ano, ou vai empatar. Mas eu tenho financiamentos para pagar, eu tenho funcionários para manter, eu tenho uma estrutura e, mesmo perdendo um pouco de dinheiro, é mais vantagem ficar produzindo do que não produzir.

O raciocínio do agricultor... Além de louco, porque ele é meio desvairado de pegar todo o capital que ele tem, jogar no chão e esperar, rezando para chover, rezando para não chover, rezando para ter sol, rezando para não ter sol... Quer dizer, nós somos meio doidos de fazer isso, pegar todas as nossas economias, jogar no chão e esperar São Pedro nos ajudar, colher e depois correr risco de mercado e coisa parecida. Então, a agricultura é uma coisa especial.

Aí reside a minha preocupação nessa área: de um grande fundo, por exemplo, ser dono, em Mato Grosso, de 2 milhões de hectares – vamos imaginar, isso é possível. Aí chega um belo dia, faz a previsão de produção, e chega à conclusão de que, financeiramente, as contas não fecham. O cara mora lá em Nova York ou não sei onde e fala "Não, este ano não vou produzir; não dá, não tem retorno, eu não vou". Aí vem a preocupação: como ficam as pessoas que ali residem, que moram nos Municípios, a economia do Município, a economia do Estado, como ficam numa situação dessa? É só esse porém, e tenho certeza de que nós temos como buscar a alternativa, uma trave...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. BLAIRO MAGGI – Mas não é difícil. Eu penso em algumas saídas. Por exemplo: o cara não pode fazer isso sem avisar dois anos antes. É uma regra. É ruim para o mercado? É ruim para o mercado. Eu pelo menos penso assim, posso até ser derrotado no pensamento aqui no Congresso, vocês é que vão votar a lei, mas eu tenho só essa preocupação. Não tenho preocupação, por exemplo, com áreas de eucalipto, com áreas de cana, de fruticultura; em qualquer cultura perene que você não possa interromper de um ano para outro, qualquer parada que você for dar, você dá sinais de dois, três anos pela frente de que não vai fazer. Isso é do mercado, está tudo certo, não tem problema nenhum.

E a outra parte de benefício que vem da venda de terra para estrangeiros não é propriamente a venda, mas é a possibilidade que os bancos de fora têm de financiar os produtores rurais, independentemente do seu tamanho, e ter como garantia a terra, que é a única garantia que o produtor tem para dar, que é o seu capital, a terra. Hoje, pela nossa legislação, se um banco estrangeiro der esse empréstimo e tiver que executar a propriedade, ele não pode levar a propriedade para o nome dele. Esse é um grande problema de crédito que nós temos com os bancos estrangeiros. Então, nós eliminaríamos isso, ficando só essa preocupação, e tenho certeza que vamos achar uma saída para ela.

Aí eu pedi para a Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, entrar na discussão, Senador Wellington, que V. Exª levou ontem à Casa Civil, e dela eu tive a oportunidade de muito rapidamente participar, que é a questão da emancipação – tudo bem, Senador Ataídes? – dos assentamentos que foram feitos no Brasil. São milhares, milhões de hectares que estão aí que não têm documentos e que não participam do processo produtivo brasileiro ou, quando participam, é marginalmente; não têm acesso a crédito, não têm acesso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Assistência técnica.

O SR. BLAIRO MAGGI – ... aos programas de integração que existem no Brasil; possuem dificuldades no crédito; são marginalizados. Estão marginalizados do processo e ocupam um bom pedaço do Território brasileiro.

Então, o Senador Wellington, ontem, muito feliz, estava com uma comissão lá de Mato Grosso, tentando arrancar do Governo isso. E eu aproveitei a ideia, Senador Wellington, e levei para essa comissão de que fizemos parte na Presidência da República. E, junto com o Presidente, junto com o Ministro Meirelles, junto com o do Planejamento, Dyogo, e o da Casa Civil, o Padilha... Estavam lá vários outros ministros também, e coloquei essa situação como prioridade para o Brasil. E por que como prioridade? Além de resolver o problema, o único setor da economia que o Brasil tem para sair rápido dessa crise é o da agricultura e da pecuária.

E o setor é muito mais rápido quando nós ampliamos a questão da nossa agroindústria. Então, nós temos que fazer dois movimentos. Um: pedir para fora, para o mercado, e aí o Presidente terá que fazer isso, ir à China, a outros lugares, como eu estou indo também, ir lá e pedir para o chinês: "Abra mais espaço para eu vender mais frango, mais boi, mais isso, mais aquilo." Mas eu tenho que ampliar minha capacidade de produção aqui, porque ela não é suficiente.

Onde eu vou ampliar aqui? Onde eu vou fazer os grandes programas de integração? Os estoques de terras estão aí quase que exauridos nessa possibilidade. E o grande estoque de terra que nós temos está nos assentamentos. É a terra e são as pessoas que estão lá, querendo e prontas para produzir. Portanto, as grandes integradoras, como JBS, Marfrig, Sadia, Perdigão etc. e tal, que estão aí, estão prontas para fazer investimentos de bilhões de reais, ou de dólares. Estão prontas. Então, é combinar a venda com a produção, e aí entra a questão da emancipação desses assentamentos, porque nós colocaríamos para dentro milhares e milhares de pessoas para produzir, com vontade de produzir, com terra, com acesso à terra, que não têm o documento. Não custa nada para o País, não custa nada para o Governo regularizar isso. Não custa dinheiro, é atitude.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – É o contrário.

O SR. BLAIRO MAGGI – É atitude, pegar e fazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É até renda, porque, ao regularizar, eles pagam para o Governo.

O SR. BLAIRO MAGGI – Claro, vai ter renda, vai ter tudo.

Então, essa foi uma pauta que nós discutimos ontem. Recebi o apoio integral dos ministros que lá estavam, e a coisa deve andar. Agora, como disse aqui o nosso Senador da Bahia: onde você está pisando é sua prioridade. Eu tenho medo: eu saio de uma reunião, e as coisas ficam lá. Então, nós temos que fazer a gestão, a pressão, e por isso eu convoquei aqui a Presidente da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para entrar nessa discussão com muita força, com veemência, para a gente desencravar isso e ajudar o País a sair da crise.

Pois não, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Esse é um tema, Senador, que a gente tem debatido com muita frequência: a regularização fundiária. Já fizemos várias audiências públicas, já convocamos o pessoal do antigo MDA, a Serfal, o Terra Legal, só que, infelizmente, as coisas não estão caminhando... Tem que ter vontade política, vontade de governo para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. BLAIRO MAGGI – Mas agora, Acir, eu espero que nós tenhamos um comando para fazer isso. Eu até me propus, lá na reunião em que estava o Senador Wellington, e me propus ontem lá, na comissão dos ministros também: se ninguém quer fazer isso, mande para mim, que eu faço.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com certeza faz.

O SR. BLAIRO MAGGI – Mande para o MAPA, que nós organizamos para fazer esse negócio caminhar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Porque é uma vontade de governo, uma decisão de governo.

O SR. BLAIRO MAGGI – É vontade do governo, é determinação. Nós não temos dinheiro novo para fazer as coisas, mas nós temos coisas velhas para fazer, para mudar e trazer dinheiro novo. Essa é a diferença.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Ministro Blairo Maggi.

O Senador Ataídes Oliveira está presente, também do Centro-Oeste, Tocantins aqui, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, também esteve o Piauí, Goiás, Rio Grande do Sul, Rondônia, Acre, Minas Gerais, com o Senador Antonio Anastasia.

Queria também dizer que o José Azevedo falou sobre o glifosato, fazendo uma relação com o desaparecimento de abelhas. Nós fizemos uma discussão muito técnica aqui, lembram? Eu requeri; era Presidente o Acir. Eu requeri essa audiência, provocada por uma pessoa que lida com isso, e não foi comprovada cientificamente essa relação, até porque existem práticas que pegam os enxames de abelhas e levam num caminhão para uma região para polinização das plantas. Técnicas e práticas de que eu nem tinha conhecimento foram mostradas aqui pelos especialistas. Nós precisamos ter cuidado no trato das questões para não chegarmos a atitudes alarmistas.

Peço desculpas, pois estou falando para o Ministro da Agricultura e não vou ensinar o padre a rezar missa, mas o Brasil é um país de dimensão continental. Nenhum país do mundo deste tamanho tem um território tão amplo de agricultura tropical, colhendo de duas a três safras. Como fazer isso a não ser com a proteção que a indústria agroquímica oferece, com os produtos que a ciência nos traz?

Diz-se que o Sri Lanka proibiu, mas qual é o papel econômico de produção de soja ou de milho do Sri Lanka? Qual é? Nós temos que comparar coisas iguais com coisas iguais: a Argentina com o Brasil, a Austrália com o Brasil, os Estados Unidos com o Brasil, mas não se pode comparar o Brasil com o Sri Lanka nessa área. Eu penso que essa é a lógica. Na Europa, que países europeus plantam a mesma quantidade de soja que o Brasil planta, utilizando as práticas e os manejos de plantio direto na palha, que foi um avanço do ponto de vista da proteção do solo? Então, este debate tem que ir pelo lado científico, da comprovação científica, e não, muitas vezes, fugir dessa questão por um viés mais ideológico do que propriamente um viés da ciência.

Então, passo a palavra para o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Srª Presidente.

Eu quero só fazer um breve registro, uma breve fala. Eu queria ter participado hoje desta audiência, mas, lamentavelmente, não foi possível. Mas chego aqui e vejo a parte mais importante: este querido amigo nosso, o Senador Blairo Maggi, dizendo que, se não fizerem, que levem para ele que ele faz. Eu sei que ele faz.

Permita-me dizer, Senador Blairo, que, como sabe V. Exª, eu tenho uma admiração especial pelo amigo. É chão de fábrica. V. Exª é chão de fábrica: pega e faz. E o problema fundiário no Brasil é muito mais grave do que nós pensamos.

Lá no Tocantins, Ministro, nós temos cidades com 8 mil, 10 mil habitantes, em que nem o prédio da prefeitura é legalizado, porque o prefeito, os governos, até então, nunca disponibilizaram de uma verbazinha para fazer o georreferenciamento. Olha que absurdo! Nós temos centenas e centenas de – foi dito há poucos minutos – assentamentos na pior precariedade possível. Eu vejo que o problema não é só a grana, é a vontade de fazer a coisa.

Então, fico muito feliz, viu, Senador e Ministro Blairo Maggi? Vamos precisar muito de todo esse seu conhecimento, dessa sua forma de fazer as coisas acontecerem.

E, pelo Estado do Tocantins, eu vou novamente lhe procurar muito rapidamente. Eu me reuni, há uns dois anos, com o Terra Legal, com o MDA e com o Incra. O Incra tem uma participação importantíssima nesse projeto fundiário no País. O Incra tem um rio de dinheiro, mas nada faz .

Então, eu me reuni com todos eles, em 2014, e isso não passou de uma reunião. Mas agora, com V. Exª encampando esse projeto, eu acredito que vamos ter bons resultados. E isso passa pelo crescimento do País. A partir do momento em que o cidadão tem o seu lotezinho, a sua casinha legalizada, ele vai poder pagar as taxas cartoriais, vai poder fazer o seu financiamento junto a banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Enfim, parabéns, estou contente e vou procurar o querido amigo e Ministro Blairo para vermos o caso do Tocantins.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ataídes Oliveira.

Eu queria agradecer imensamente, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de todos os Senadores que a integram – tenho a alegria de ter aqui o nosso Vice-Presidente –, de todos os Senadores que nos deram a honra do comparecimento aqui para prestigiar o Ministro, ao nosso colega Senador Blairo Maggi pelas informações que trouxe, pela disposição de protagonizar um trabalho que vem em nome do interesse nacional, do interesse coletivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Antes de terminar, Senadora, eu queria dizer que, tão logo falei, recebi um apelo de Mato Grosso do Sul para que – sei que não é a área de V. Exª – V. Exª pudesse também interceder na questão, ou pelo menos dizer no Governo da dificuldade que existe – o Estado de V. Exª e a Bahia também têm esse problema – em relação à demarcação de terras indígenas. No meu Estado existe conflito, isso é um barril de pólvora, e é preciso que o Ministro da Justiça, o pessoal chame atenção para essa realidade. Nós também precisamos aprovar na Câmara aquela PEC que nós já aprovamos no Senado. Nós temos que resolver a questão de demarcação, porque esse conflito é uma tragédia anunciada. Eu fico sempre apreensivo. É compreensível porque V. Exª está ali no meio, é da agricultura, e o assunto diz respeito aos produtores, que às vezes estão na terra há 30, 40, 50 anos. No caso de Mato Grosso do Sul, eles detêm o título. Eles compraram ou do Mato Grosso uno ou do Governo Federal. Então, lá não existe grileiro nem invasor. Para aquele pessoal só há um jeito: indenizar o valor da benfeitoria e o valor da terra nua. Não há outra forma de se fazer isso.

Então, eu faço esse apelo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Eu vou repassar também ao Presidente da Embrapa uma correspondência que recebi do Dr. Cláudio Kaminski, representante em Brasília do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Seção Sindical Embrapa Sede, que fala sobre essas questões. Eu acho que o diálogo é sempre o melhor caminho para a solução das ponderações e das reivindicações.

Renovo, portanto, o agradecimento, em nome da Comissão, ao Ministro Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senador da República, ex-Governador do Mato Grosso, e a toda a sua equipe, na pessoa do Secretário Executivo, o Eumar. Quero dizer a todos que as contribuições foram extremamente valiosas. E vamos aqui seguir a sua sugestão de pauta para a questão das emancipações dos assentamentos, que é um tema de que a Comissão já vem cuidando.

Quero agradecer também – como Senadora do Rio Grande do Sul, falo em nome dos Senadores gaúchos – a sua presença na Expointer deste ano, com toda a sua equipe, que montará o seu gabinete lá, e a participação na audiência pública que esta Comissão fará...

O SR. BLAIRO MAGGI – Com um churrasco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai ser especial para o senhor, muito especial. O Rio Grande do Sul também exporta boi em pé, dentro dessa lógica que o senhor aqui mostrou, de que, claro, é direito do agricultor, na sua atividade, obter renda para isso.

Muito obrigada a todas as Srªs e os Srs. Senadores pela compreensão, pelo apoio, por transformar esta audiência pública em uma das mais importantes deste ano na Comissão.

Muito obrigada, Ministro. Boa sorte!

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e três minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, após informações sobre o panorama do setor produtivo, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 10, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, destinada a discutir possível desapropriação para assentamento de alegados remanescentes de Quilombos no município de Manga (MG) e região, com a participação do Sr. Maurício Magalhães de Jesus - Produtor Rural no Município de Manga (MG); Sr. José Cecyvaldo Ribeiro - Produtor Rural no Município de Manga (MG). A Senhora Presidente solicita à Consultoria do Senado Federal um relatório sobre a questão da declaração de área quilombola e de pessoa se declarar quilombola e, ainda, sugere ao Senador Ronaldo Caiado a realização de nova audiência para ouvir o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Líderes do Movimento de Quilombola da região e o Responsável pelo Laudo sobre a declaração de área quilombola naquela região. A Senadora Ana Amélia, o Senador Ronaldo Caiado e o Sr. Luís Costa, Presidente da Associação de Manga Velha (MG), fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião desta quinta-feira tem o objetivo de discutir e analisar a possível desapropriação para assentamento de alegados remanescentes de quilombolas no Município de Manga, Minas Gerais, em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2016, desta Comissão, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Foram convidados: o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Dr. Leonardo Góes Silva; o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano; também a Coordenadora-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra; o Sr. Maurício Magalhães de Jesus, produtor rural do Município de Manga, Estado de Minas Gerais; e o Sr. José Cecyvaldo Ribeiro, produtor rural do Município de Manga.

Eu comunico também que, ao longo da nossa audiência pública, os ouvintes da Rádio e os telespectadores da TV Senado poderão participar do debate, fazendo perguntas e sugestões nos seguintes endereço e contato: pela internet, www.senado.leg.br/ecidadania; por telefone, 08006-12211. A ligação é gratuita e pode ser feita por telefone fixo, celular ou público.

Queria passar algumas informações a respeito do que está acontecendo no setor produtivo. Há a informação de que o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que esteve conosco na semana passada, almoçou com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Terra, quando ouviu que há uma preocupação diante do fato de que as cadernetas de poupança tiveram uma queda, e também os depósitos à vista, no sentido de haver o risco de uma redução do valor dos recursos a serem aplicados no Plano Safra 2016/2017.

O próprio Ministro Blairo Maggi, nesse encontro, chegou a defender juros de 8,5% e 12,75% ao ano para créditos subsidiados do Plano Safra 2016/2017 e também a proposta de taxas móveis de financiamento para investimentos de longo prazo para o setor do agro. Segundo a assessoria do Ministro Blairo Maggi, houve o alerta por dias acerca da preocupação do banco em conseguir mais recursos para garantir o Plano Safra, diante, como eu disse, da queda nas aplicações dos investidores em cadernetas de poupança e nos próprios depósitos à vista, que compõem os recursos para o setor.

Já no setor da pecuária, ainda no Plano Safra, o Governo deve oferecer recurso extrateto em novo Plano ra para 2016/2017. No extrateto os juros seriam de 12,5% e o limite, por CPF, será de R$1,3 milhão. Isso é o e informa a Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso). A instituição afirma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que esse é um pleito dos produtores rurais do Mato Grosso, e corresponde, dentro do Plano Safra, ao volume de recursos cedido acima do limite por CPF por custeio – lembrando que a Famato é do Mato Grosso, Estado do Ministro Blairo Maggi.

Outra informação da pecuária é que os produtores e o Governo querem ampliar a exportação brasileira de sêmen e embriões bovinos. Hoje o Brasil ocupa a 20ª posição no cenário mundial desse produto, no caso, sêmen e embriões. Aí haveria espaço em regiões como a América Latina e em outros países, inclusive da África.

A Comissão Europeia prorrogou por 18 meses a venda do glifosato. Os membros do bloco econômico não chegaram a um consenso sobre a renovação de licença do produto, e o prazo de liberação venceria nesta quinta-feira, dia 30, hoje. O sorgo substitui o milho, isso valoriza e atrai os produtores de Minas Gerais. São as tendências que nós estamos mostrando aqui.

Também uma informação importante é a que trata do grande debate em torno das consequências que a saída do Reino Unido da União Europeia provocariam no comércio internacional. Essa é uma informação que ainda está sendo examinada, e o Rabobank está fazendo estimativas de que a macroeconomia possa ser afetada por fatores externos. O PIB global pode ser de 0,5% a 1% menor do que o esperado por causa da decisão da Inglaterra, ou seja, essa decisão afeta a economia global, não apenas a relação do Reino Unido com a União Europeia.

A decisão é um fator de risco para a economia brasileira, a despeito do tumultuado ambiente político interno, segundo o gerente sênior de relacionamento do Rabobank, Manoel Pereira de Queiroz. "Desde a semana passada, o principal fator de risco é externo e não mais interno", disse, durante evento na capital paulista, em relação ao termo Brexit, termo usado a partir da palavra *british*, que é britânica, e *exit*, que é saída, no plebiscito do dia 23. Desde a votação, os mercados, de um modo geral, ficaram estressados ou nervosos ou tensos. Os bancos europeus registraram perdas bilionárias e a libra esterlina, a moeda inglesa, o menor patamar ante o dólar em 31 anos. Para esse banco, o produto interno bruto global pode ser, como eu disse, de 0,5% a 1% menor que o esperado para este ano, justamente em virtude da decisão do plebiscito britânico.

Queria que a Secretaria já fizesse a condução dos convidados. O Marcello Varella é o nosso Secretário. Se chegarem alguns convidados, por favor, vamos passar aqui à Mesa para já começarmos essa audiência ouvindo as partes enquanto chegam aqui os representantes do Incra. Queria também que a Secretaria providenciasse os contatos, por gentileza, com a representação do Incra.

Bom dia. Muito obrigada ao Sr. Maurício e também ao Sr. José Cecyvaldo.

Esta audiência pública, como eu disse na abertura desta reunião, tem como objetivo discutir e analisar a possível desapropriação para assentamentos de alegados remanescentes de quilombos no Município de Manga, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

Aqui, nesta Comissão, nós fazemos a divisão do tempo assim: 10 minutos para cada expositor e, havendo necessidade, na hora dos debates, podemos ampliar o tempo para as considerações.

Passo a palavra ao Maurício, que é produtor rural no Município de Manga, Minas Gerais, para fazer a exposição do problema apresentado a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Bom dia a todos.

Primeiro eu gostaria de fazer um agradecimento a Deus, cumprimentar a Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, os Senadores e Senadoras presentes, aqueles que ainda se apresentarão, o Diretor do Incra, Sr. Richard, que ainda não apareceu – nós teremos essa oportunidade futuramente –, e todos os representantes que aqui farão parte deste momento de discussão.

Gostaria de agradecer de forma especial ao Deputado Aelton Freitas, que nos conduziu ao Senador Caiado e que, com muito empenho e dedicação, conseguiu para nós este momento para discutirmos a nossa situação lá no norte de Minas, Manga, divisa com a Bahia. Manga é a última cidade do lado esquerdo do Rio São Francisco, já margeando a divisa com o Estado da Bahia.

Sei que esse problema que está acontecendo em Manga hoje é um problema que está afligindo o Brasil como um todo, não é uma particularidade nossa.

Pois bem, como começou o movimento quilombola em nosso Município?

Em 2005, foi criado o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para garantir a efetivação daqueles que tinham sido concursados. Qual a relação isso tem com o movimento quilombola? Outro vereador, colega nosso – na época eu era vereador –, notou movimento crescente partir do decreto do ex-Presidente Lula segundo o qual aquele que se autodeclarasse quilombola ou remanescente de quilombos poderia ter a sua titularidade, o seu reconhecimento e posteriores assentamento e demarcações de áreas. Isso despertou o interesse do próprio prefeito, que viu nisso uma possibilidade real de aumentar os impostos do Município, um município pobre, que depende exclusivamente daquilo que o Governo Federal e que o governo estadual manda, e criou-se esse movimento para mudar as associações de pequenos produtores rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ninguém nunca havia falado sobre quilombola em Manga, não havia relatos de quilombola em Manga – inclusive, nós temos aqui uma certidão bicentenária que comprova a inexistência de quilombos na nossa região –, mas a notícia soou bem. Por que ela soou bem? Justamente porque a Pastoral da Terra, ligada a esses movimentos de invasões, ligada a esses movimentos revolucionários pró-desapropriação e assentamento nas terras, juntamente com alguns funcionários do Incra, começou a ir aos pequenos produtores e mostrar-lhes a grande vantagem de se tornarem quilombolas, se autodeclararem quilombolas.

E esses pequenos produtores receberam a promessa de que se autodeclarando e efetivando o movimento com a desapropriação da terra... Aquele que tivesse 10 hectares ia ter 50, 100 hectares; aquele que só consegue fazer um Pronaf de até 18 mil, por exemplo, ia fazer um Pronaf muito maior, um financiamento muito maior para as suas terras, justamente porque as terras seriam muito maiores. A demarcação quilombola, o ambiente, seria muito maior, então... Houve a promessa de que essas pessoas receberiam cesta básica, receberiam incentivo do Governo, que melhorariam os sistemas de saúde e de transporte, o que, de fato, até então não tem nada de verdade.

Nós tivemos a oportunidade de estar aqui em Brasília, alguns meses atrás, quando foi solicitada esta audiência, com o anterior Ministro de Desenvolvimento Agrário e com o Diretor do INCRA, o Sr. Richard, que ainda não se fez presente, e nós discutimos justamente isso, essa situação, o que o Incra estava fazendo em nossa região. Alguns funcionários do Incra chegaram a ir a essas pessoas e garantir que as terras iriam ser legalizadas; que um vizinho que tinha problema com outro vizinho ia receber a efetivação da sua terra; que ia aumentar o seu número de terra.

Essas orientações é que fizeram com que a grande maioria daqueles que se autodeclararam fizessem essa autodeclaração, tanto é que está ali embaixo o pessoal que veio representar justamente os pequenos que foram atingidos por essa mentira – um deles, inclusive, não está bem de saúde, o Deputado Aelton foi lá socorrê-lo –, eles foram iludidos. Na realidade, a Pastoral da Terra, com alguns funcionários do Incra lá na ponta, levaram essa inverdade, essa mentira para eles.

Só para vocês terem ideia: uma região na beira do Rio São Francisco, conhecida como Manga Velha, onde sou pequeno produtor, não tem uma propriedade que passe de 80 hectares; as propriedades, a grande maioria, tem 12, 13, 15 hectares. E era um lugar extremamente isolado, não tinha estrada, não tinha transporte, não tinha energia, mas hoje tem estrada, tem transporte, tem energia, tem áreas irrigadas – dado o flagelo da seca, nós tivemos só 30 dias de período chuvoso do ano passado para cá na nossa região; nós estamos sobrevivendo com apenas 30 dias de chuva, de período chuvoso. E essa região de Manga Velha é extremamente isolada, ninguém queria terra na Manga Velha. Hoje, como a região melhorou... Em 2005, começou o movimento e, já em 2011 ou 2012, eles acrescentaram essa região, justamente porque é uma região promissora.

Pior que isso: quando foi criado o movimento e ia começar a ser feito o laudo antropológico, o pessoal ligado ao Incra e ao movimento fez uma reunião na comunidade Brejo São Caetano orientando o que as pessoas deveriam falar para os antropólogos, onde elas tinham terra, até as incentivando a se colocarem nas regiões mais longínquas, das terras melhores. Ou seja, o nosso Município foi dividido: onde as terras são melhores e produtivas... Essas terras entraram como áreas de possível demarcação quilombola.

Chegou ali o pessoal da região.

Essa orientação foi no sentido de que elas declarassem cada vez mais longe, que as roças delas fossem construídas a 30, 20, 15 quilômetros de onde elas moram. Tinha que declarar... Ou seja, aquelas pessoas foram orientadas quanto àquilo que deveriam falar para aumentar o território e para haver a caracterização, realmente, da existência dos remanescentes de quilombos.

Pois bem. Esses líderes das comunidades, do movimento quilombola lá, estão tendo o direito – nós decidimos na reunião na nossa comunidade, provocada por eles mesmos – de dizer qual terra é ou não é quilombola, dentro da mesma área que é objeto da possível demarcação. Ou seja, há um determinado assentamento, e eles falam: "Não, nós tiramos esse aí porque entendemos que não queremos ele não." Há uma fazenda, e eles falaram: "Não, esse aí também não queremos não." E falaram isso para nós publicamente, em uma reunião conosco.

Como foram constituídas essas comunidades? Temos quatro comunidades especiais. Como foi a constituição dessas comunidades, para a demonstração de que elas não têm sua origem em quilombos? A Justa 1, por exemplo, tem um ângulo reto, que é parte da fazenda de um antigo proprietário – e há documento, inclusive, de transferência de propriedade –; a Malhadinha, também num ângulo reto, na fazenda de um antigo proprietário chamado Joaquim Cesário; o Espinho, também ângulo reto, do antigo proprietário Pedro Braga – nós termos as certidões desses documentos –; e a Vila Primavera – essa, em especial, está entre dois assentamentos do Incra. O pessoal foi assentado nessa fazenda, e o líder dessa comunidade, da Vila Primavera, o Sr. Marciano, era trabalhador do dono dessa fazenda. Ele doou para ele quarenta e poucos hectares dentro da fa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

zenda e, ao redor de toda a fazenda, há um assentamento do Incra, o assentamento Novo Plano. Ou seja, não há origem, relatos quilombolas, relatos de quilombos em nossa região.

Para que a coisa fique mais clara, nós podemos destacar o seguinte. Os líderes têm origem em outros Municípios – Municípios da Bahia, Município de São João das Missões, que é um Município indígena vizinho do nosso Município –; alguns dos líderes tinham terras, por exemplo, nessa região da Manga Velha há 18 anos, mas as venderam porque não tinham interesse nas terras e, hoje, voltam querendo como quilombos.

Pior que isso: se houver a desapropriação, dada a fragilidade econômica do Brasil hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – ...o Incra, que já desapropriou três Para Terras que estão dentro dessa área, três assentamentos de Para Terra, mais de 100 famílias assentadas, mais o assentamento Novo Plano, mais o assentamento Três Rios e mais o assentamento Ouro Verde...

Ou seja, nós estamos aí com seis processos de assentamentos já do Incra. O Incra já desapropriou as fazendas e já fez o assentamento dessas pessoas. Se consolidar – esperamos que não – esse movimento e essa demarcação, o Incra vai ter que desapropriar pessoas que já estão na terra, assentadas pelo próprio Incra, e mudar o movimento, com um custo muito alto para o País, ou seja, já fez um assentamento e vai fazer outro. Pior que isso: algumas pessoas que têm terras nesses Para Terras, nesses assentamentos, já tinham, e têm, terras fora deles e estão pleiteando mais terras.

Para enriquecer mais, podemos destacar o seguinte. Nós temos na região várias fazendas que estão à disposição para venda, principalmente algumas mais aceleradas, com medo do próprio movimento. E nós, discutindo com o ex-Ministro e com o Richard, fizemos a colocação, até por sugestão deles, de que fosse feito um levantamento para ver quais fazendas seriam passíveis de negociação e venda para que fosse feito o assentamento sem tirar aqueles que já estão na terra, porque a grande maioria é formada por pequenos produtores, e não assentamento de briga de pobre com rico.

Eu costumo dizer isto: nosso Município é muito pobre, o IDH é baixíssimo, o recurso do Governo Federal ainda não nos contemplou. Nós temos a BR-135, que cruza o nosso Município, e não se consegue terminar essa BR – há mais de 30 anos se arrasta, judicializada. Agora aprovou-se, no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e foi construída uma parte, a outra foi abandonada. Nós temos uma ponte no Rio São Francisco que é promessa centenária. Ou seja, a nossa região é muito pobre. Hoje uma briga de um movimento contra qualquer pessoa do Município é briga de pobre contra pobre. E pior que isso: a briga do movimento contra, por exemplo, o pessoal da Manga Velha, que está ali – o pessoal que veio representar os pequenos produtores – é uma briga em que o Governo não está patrocinando uma causa justa.

O Governo está patrocinando uma causa injusta por vários motivos. Primeiro: não há registro de quilombos, e está aqui uma certidão bicentenária que atesta que a fazenda que é objeto hoje de especulação para os supostos remanescentes de quilombo, desde 1816, é fazenda determinada, já há relatos, registros dela. É uma fazenda com produção, uma fazenda com andamento legal, dentro da Constituição, do direito de propriedade, e não há nenhum registro anterior a 2005 de existência de quilombos em Manga. Se alguém falasse que um afrodescendente era quilombola em 2004 em Manga, ele seria acusado de crime de racismo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a exposição.

Passo a palavra ao Sr. José Cecyvaldo Ribeiro.

O SR. JOSÉ CECYVALDO RIBEIRO – Cumprimento a Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Exmºs Srs. Senadores, meus companheiros de Manga, pequenos produtores, demais assistentes.

Eu gostaria aqui de enfatizar e agradecer o empenho do Senador Caiado, que, através do Deputado Aelton Freitas, propiciou esta audiência.

Quero cumprimentar meus conterrâneos, pequenos produtores.

Não o estou vendo aqui, mas gostaria de mencionar o Dr. Richard, que, na reunião anterior que tivemos no Ministério da Reforma Agrária, se mostrou muito aberto ao diálogo, à discussão, e me pareceu uma pessoa muito acessível para o diálogo, o que nós, inclusive, propomos nesta audiência.

Eu quero dizer aqui também que sou tesoureiro do Sindicato dos Produtores Rurais de Manga – ali estão os pequenos produtores que fazem parte do Sindicato Rural de Manga.

Quero dizer ainda que estou aqui com a declaração do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga, contrária a esse movimento por entender que ele é prejudicial ao Município. Estou ainda com declaração do prefeito municipal, que, inclusive, é do PT, também contrária a esse movimento por entender e ele é nocivo ao Município, e também dos produtores rurais, patronal, e da Associação do Comércio da ci-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dade. Estão aqui, posso mostrar para vocês, todos estes documentos estão autenticados – depois podemos passá-los a vocês.

Então, como o meu companheiro Maurício já mencionou, a criação dos – entre aspas – "quilombolas" em Manga... Eu falo "quilombolas" entre aspas porque lá nunca existiu quilombo. Então, foi em virtude mesmo de um pensamento da prefeitura na época para melhorar a situação do ICMS e obter alguns outros benefícios que acreditaram que iriam para o Município.

Ocorrida essa criação, por incentivo da Pastoral da Terra e de adeptos de outras ideologias, ideologias mais de esquerda, eles começaram a instigar aquelas pessoas, a dizer que também tinham direito àquelas terras e que bastava... Pela Constituição, a gente sabe que não tinha, mas, com o ato, com o decreto presidencial de 2003, do Presidente da República, bastava a pessoa dizer que fazia parte de um quilombo que ela seria enquadrada como quilombola. Então, eles passaram a reivindicar essas terras. São terras produtivas. São terras, hoje, em que as pessoas estão produzindo, em que estão querendo investir, querendo empreender, mas com medo, porque, se empreenderem, os "quilombolas" – entre aspas – podem tomar essas terras delas. Então, está um temor tão grande na região que as terras desvalorizaram. Quem quer vender alguma terra não acha o preço que deveria ser.

Está se aproximando um conflito tal que, esses dias, conversando com um pequeno produtor, ele me disse o seguinte: "Daqui eu não saio. Eu não entrego a minha terra. Minha esposa... A viúva pode entregar, mas eu não entrego." Então, está chegando a esse ponto, a um conflito desse tamanho. Então, nós ficamos desesperados, sem saber o que fazer.

Isso culminou nessa vinda nossa aqui hoje. Nossa esperança é que aqui, através de vocês... Aqui não só pedimos

Isso culminou nessa vinda nossa aqui hoje. Nossa esperança é que aqui, através de vocês... Aqui não só pedimos, nós imploramos para que vocês intercedam, que nos ajudem a chegar a uma solução para esse problema, uma vez que podem vir coisas piores, o que não queremos para nossas vidas e para a vida de todas aquelas pessoas de lá.

É importante aqui salientar que, depois de os produtores começarem a entender o que é ser quilombola, muitos desistiram, muitos que já tinham assinado a declaração que fizeram como quilombolas, dizendo que aceitavam ser quilombolas. Muitos entraram em depressão, queriam ir a Belo Horizonte para retirar o nome deles, dizendo que o documento estava lá.

E aí, com isso, foram se esvaziando os adeptos dos quilombolas. E o que os líderes fizeram? Estão buscando gente em outras regiões, em outros Municípios e Estados até para não esvaziar aquele movimento. E é interessante notar que esses líderes que lá estão reivindicando mais estão escolhendo as terras que eles querem: "Essa terra não vou querer; aquela vamos querer; aquela outra, não". E todos são proprietários, todos vivem da sua própria terra. E mais: a terra deles está encapoeirada, não está sendo produtiva. Para que eles querem, então, mais terras, sendo que na pequena terra que eles têm não estão produzindo?

Então, a gente entende que é um movimento ideológico, e muita gente que está ali já assentada, inclusive os assentamentos já realizados, com despesas que o Governo já fez para assentar aquelas pessoas, para construir suas casas... As pessoas que já estão ali sobrevivendo e produzindo estão sendo ameaçadas de terem de sair dali e ter de ir para outra região fazer novo assentamento. E V. Exªs sabem muito bem a situação que estamos vivendo hoje.

Eu acho assim... É que as pessoas falam: "Ah, mas o governo paga essas terras." Só que nós sabemos que eles pagam bem menos do que o valor real das terras. E mais: nós não estamos com terras à venda, nós estamos querendo ficar ali produzindo. As pessoas têm amor àquela terrinha que eles têm, os filhos já nasceram ali, todos querem viver ali. Será que eles vão ter de sair, ir para a cidade causando o êxodo rural, causando problemas nas cidades que todos nós conhecemos?

Então, é isso o que estamos, como disse, não pedindo, mas implorando, Presidente, porque nós julgamos... E estamos vendo isso em outros Municípios, não é só no nosso, as pessoas estão desesperadas. Nós queremos contar com vocês aqui do Senado para ver o que pode ser feito.

Há essas terras que pessoas de lá querem vender. Eu fiz um levantamento por alto ontem. Somei 20 mil hectares de terras de pessoas que querem vender. Então, não seria uma oportunidade, não seria o caso de o Governo dar essas terras, já que vai ter despesa, para poder pagar essas outras terras? Que dê aquelas terras então – é uma sugestão –, de quem quer vender, e deixe quem quer trabalhar, quem quer ficar lá, que já está assentado, quem quer produzir.

Hoje as pessoas querem colocar irrigação, mas não colocam por medo de os quilombolas tomarem dos suas terras, e eles estão falando que vão tomar. Criou aquele pavor, está um pavor no Município...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ CECYVALDO RIBEIRO – A maioria das pessoas não está de acordo, mas eles estão trazendo pessoas de fora para poder fomentar o movimento deles.

Mais uma vez, nós esperamos contar com o apoio de vocês, contamos com vocês para verem o que pode ser feito nesse sentido, para que possamos não ter esse dissabor, não ter o risco desse conflito que eu já mencionei e, assim, podermos ficar na terra, que é o que todos nós queremos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço o José Ribeiro.

Nós vamos ter que fazer uma nova audiência para ter o contraditório. Uma audiência pública como esta precisa ver o lado dos senhores e o lado dos responsáveis por esse processo.

À guisa de informação também para o telespectador – o Brasil inteiro está interessado nessas questões, acompanhando a nossa transmissão –, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária já tratou de um problema semelhante na região do Brejão dos Negros, no interior do Sergipe. Fizemos duas audiências públicas bastante movimentas aqui, na Comissão. O problema é semelhante ao de Manga.

Eu gostaria que o senhor e o Sr. Maurício situassem Manga no mapa. Manga fica próximo de...

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS (*Fora do microfone*.) – Extremo norte de Minas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Extremo norte de Minas, quase fronteira com a Bahia...

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Fronteira com a Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na divisa com a Bahia – fronteira é entre países.

Quantos habitantes tem o Município? O senhor falou que o IDH é muito baixo. Quantos habitantes tem Manga?

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Um pouco mais de 19 mil habitantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um Município pequeno, então.

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Pequeno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A base da produção do Município é a agricultura e a pecuária. O que plantam mais? E o que criam mais?

O SR. JOSÉ CECYVALDO RIBEIRO – Plantam tomate, milho, feijão; pecuária de corte, pecuária leiteira; plantam abóbora, pimenta, soja – já estão plantando soja lá também, irrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a média da área plantada, a média da propriedade? Os dois disseram que são pequenos agricultores, que lá devem estar pequenos agricultores. A média de tamanhos da propriedade? É 15, 20, 50, 80 hectares? Qual é o tamanho em média?

O SR. JOSÉ CECYVALDO RIBEIRO – A maioria, Senadora, é de menos de 100 hectares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Menos de 100?

O SR. JOSÉ CECYVALDO RIBEIRO – A maioria, 90%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Maurício fez uma declaração aqui de que há uma área em que já houve assentamento e sobre ela está havendo outro assentamento. Na mesma área?

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Feito também pelo Incra?

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O assentamento inicial era assentamento convencional de sem-terras para áreas que são improdutivas e, depois, veio, agora, um assentamento de quilombolas sobre aquelas áreas que foram assentadas pelo Incra?

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Exatamente isso. E há mais um assentamento, que é do Banco do Terra, que é o Para Terra, em que a pessoa paga pela terra com financiamento de 20 anos, salvo engano. E três assentamentos, Novo Plano, Três Rios e Ouro Verde, estão dentro da área de demarcação objeto de assentamento do quilombola.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para haver uma desapropriação, é necessário um laudo – não só em terra indígena, mas, eu imagino, também para declaração área quilombola – antropológico de confirmação histórica e antropológica de que aquela área tem ou teve lombos. Esse laudo existe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ CECYVALDO RIBEIRO – Esse laudo, Senadora, foi feito, mas a informação que nós temos é que esses laudos no Brasil são feitos mais com ideologia e não com a razão exata. Essa é a informação que nós temos. Inclusive, nós tentamos, até judicialmente, conseguir esse laudo com o Incra, mas nos foi negado. Nós temos certeza de que esse laudo não pode ser verídico, não pode ser verdadeiro, pois lá nunca existiu quilombo.

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Só para enriquecer, Senadora. Houve, como eu falei anteriormente, uma orientação para as pessoas de como elas deveriam declarar os seus territórios, orientando o que elas deveriam falar. Um exemplo –essa reunião foi no Brejo São Caetano –, como se eles tivessem aberto uma pequena área de meio hectare na região do Calindó, que está a 18km, 20km de distância. Como eles tinham uma área de terra às margens do Rio Carinhanha, que já está em outro Município, Juvenília... Inclusive, esse conflito dessa fazenda objeto dessa possível desapropriação, Fazenda Geral... Essa fazenda hoje já se estende a outro Município, que é o Município de Juvenília.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na autodeclaração uma pessoa branca pode se declarar como quilombola?

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Está aqui para ser dito, só vou dar um exemplo. O atual presidente da Câmara de Manga se chama José de Sá, vereador e presidente da Câmara. O pai dele é europeu, espanhol, e a mãe é pernambucana. Ele é loiro, do olho azul, e se declarou quilombola. Esse é um dos exemplos mais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claros sobre essa situação que está acontecendo lá.

Eu queria que a Consultoria do Senado, que está nos acompanhando aqui, preparasse um relatório a respeito dessa questão.

Nós vamos também, com o apoio do Senador Ronaldo Caiado...

Recebi a informação agora de que, inclusive, o citado aqui, Dr. Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, foi demitido hoje do Incra. Então, nós estamos fazendo uma audiência pública numa época de transição da instituição.

Em respeito à vinda dos senhores... Os senhores, para chegarem aqui, a uma audiência pública marcada, os senhores viajaram, é custo. Então, eu estou, como Presidente, obtendo o relato dos senhores para efeito documental, e vamos renovar uma audiência. Eu vou sugerir ao Senador Ronaldo Caiado uma nova audiência para que consigamos completar, com o contraditório, ouvir as pessoas que estão fazendo isso e os líderes desse movimento.

Quando discutimos o caso de Sergipe, lá do Brejão dos Negros, veio uma desembargadora, que era negra, da região, e deu um depoimento bastante vigoroso; vieram também líderes, como uma senhora que era líder do grupo do movimento quilombola. Então, houve realmente um contraditório aqui. Isso é importante para a democracia, e é dever da Casa Legislativa ouvir as duas partes.

Então, vou sugerir também ao Senador Ronaldo Caiado que promovamos uma segunda etapa deste debate.

Gostaria que um dos representantes dos pequenos produtores viesse aqui para frente, onde há um microfone, e desse o seu depoimento, participasse da nossa reunião.

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – Luís. O Luís, inclusive, é presidente da associação lá...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dos produtores?

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES DE JESUS – É, ele é presidente da associação.

E o Luís tem uma particularidade: ele ouviu a orientação, sabe quais eram as promessas para aqueles que se declarassem quilombolas. Então, Luís, você tem oportunidade falar o que você falou, inclusive naquela reunião com o próprio pessoal ligado à Pastoral da Terra, o que você ouviu anteriormente e o que você ouviu depois, quando o Incra foi lá, inclusive fazer a notificação de sua pequena propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Sr. Luís.

Depois eu quero que a Secretaria anote o sobrenome do Luís para efeito de identificação. Secretaria, por favor, providencie rapidamente.

Bom dia, Sr. Luís.

Queria que o fotógrafo saísse porque a câmera está focando no Luís. Quero esse depoimento.

O SR. LUÍS COSTA – Antes eles entraram lá sem ninguém saber como eles entraram. Eles chegaram lá pegando o nome do pessoal. Chegavam na casa de um e pegavam o nome do pessoal. Sabiam há quantos anos a pessoa morava naquele lugar, sem a pessoa saber o que era aquilo. A pessoa dava seu nome, dizia há quantos anos morava lá, há quantos anos tinha comprado a terra. Aí eles pegaram o nome do povo, pegaram nome do pessoal. Diziam que iam legalizar as terras para o pessoal trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eles foram com o pessoal fazer o cadastro, fizeram reunião com o pessoal para fazer o cadastro do povo para trabalhar. Um bocado de gente fez o cadastro pensando que ia melhorar a situação do pessoal para trabalhar, para fazer um projeto, legalizar as terras para trabalhar, um bocado fez. Já trouxeram os nomes, pegaram os nomes e trouxeram sem ninguém saber de nada. Quando chegaram lá, já falaram que eram os quilombolas.

Fizeram esse papel e foram embora. Depois o Incra foi lá de novo, já falando o que era quilombola. Ninguém sabia o que era quilombola, ninguém nunca tinha ouvido falar o que era quilombola. Eles chegaram falando que os quilombolas não tinham, não podiam ter aquela área, a área tinha que ser comunitária, todo mundo comunitário, ninguém mandava em nada, só mandava no quintalzinho da casa onde morava e no pedacinho de roça que plantava...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ou seja, para entender: na promessa, a ideia difundida é de que era uma área coletiva de várias pessoas quilombolas, ditas quilombolas, na mesma área, para uma produção coletiva, repartida e vendida em conjunto dos produtores. Era isso?

O SR. LUÍS COSTA – Não, era assim: eles iam liberar a área para a pessoa legalizar e trabalhar normal. Quando o Incra chegou lá, foi falado que ali não era área... Que ia ficar área quilombola, que ia fazer um documento doando as terras para os quilombolas. A pessoa que ficasse, que se enquadrasse nos quilombos, no quilombola, ficava; quem não se enquadrasse, o Incra podia transferir para outro lugar, assentar em outro lugar. Quem ficasse lá... Era uma área comunitária, para todo mundo, ninguém mandava em nada de ninguém. Ali era comunitária, todo mundo junto.

Acontece que o pessoal não concordou, porque, através de muita gente ali... Eu mesmo tenho poucos anos que moro lá, eu tenho quinze anos que moro lá, comprei esse direitinho de posse, estou lá com a minha família, só que tem gente lá que nasceu, criou lá, já teve os filhos lá, que já casaram e moram lá. E um bocado de gente não quis aceitar porque eles não sabiam o que era um quilombola. Aí, depois que o Incra chegou lá explicando, o pessoal se revoltou. Quem fez esse cadastro não quis, porque eles fizeram um tipo de uma mentira, foi o que eles andaram lá fazendo, o pessoal das outras comunidades. Lá não tinha nada a ver com quilombola. O rapaz do Incra chegou lá e falou que lá nunca foi quilombola, não tinha, eles é que estavam querendo fazer lá um quilombo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E os que assinaram eventualmente para participar desse projeto: todos estão ou alguns saíram desse projeto do assentamento do quilombola?

O SR. LUÍS COSTA – Ninguém aceitou não. Assinaram, mas ninguém concorda. Ninguém concordou depois que ficou sabendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o que aconteceu? Neste momento, como é que está a situação lá?

O SR. LUÍS COSTA – A situação lá está... Como eles fizeram uma reunião lá... Foi o pessoal da Pastoral, foi o pessoal de outros quilombos, que mora bem mais longe, que é do Quilombo de Puris, e eles disseram que a terra lá pertence à área quilombola.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Luís Costa, este depoimento é importante. O senhor tem ideia do número de outros produtores ou pequenos agricultores, como o senhor, que participaram ou assinaram essa, digamos, lista de participantes desse projeto? Tem ideia de quantos? Cinquenta, sessenta, cem?

O SR. LUÍS COSTA – Acho que foram umas trinta e poucas pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um número menor.

O SR. LUÍS COSTA – É.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Sr. Luís Costa, pelo seu depoimento aqui. O senhor assinou e pediu para sair do projeto? Ou não assinou?

O SR. LUÍS COSTA – Eu não cheguei a assinar porque o meu nome não estava lá, eles não pegaram. Eles saíram escolhendo os nomes das pessoas. Eu não vi esse papel porque o meu nome não estava. Eles pegaram o nome das pessoas e já vieram com essa lista pronta, com o nome do pessoal, tudo pronto já. Vieram 22 pessoas na lista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O critério de escolha das pessoas: era porque eram agricultores, pequenos agricultores, ou porque eram assentados?

O SR. LUÍS COSTA – A maioria lá do pessoal... As terras são todas pequenininhas. A área minha lá mesmo é de 22 hectares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sua área é de 22 hectares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. LUÍS COSTA – A minha é 22 hectares, é pouquinha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que o senhor produz na sua área? O que o senhor planta? O que o senhor colhe?

O SR. LUÍS COSTA – Eu planto lá só uma areazinha. Eu cerquei e planto milho, feijão. Tem uma areazinha que eu comecei a molhar agora, que é um hectare só, que eu planto abóbora, milho, feijão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ok.

Eu agradeço seu depoimento, que enriquece a audiência, mas, como eu mencionei e sugeri ao Senador Caiado, é preciso que façamos uma nova audiência pública aqui para também ter o contraditório.

Pela manhã, fomos informados pela Secretaria da Mesa que o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Sr. Richard Martins Torsiano, foi demitido do cargo. É a informação que a Secretaria me passa – estou usando a informação da Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Estão me informando que é do *Diário Oficial*. Então, é uma informação oficial.

Sendo assim, consulto o Senador Ronaldo Caiado. Os dois convidados desta audiência pública, requerida por V. Exª, fizeram relatos da situação, que é muito semelhante ao que aconteceu em Brejão dos Negros, em Sergipe, caso de que esta Comissão também tratou. Então, eu estou sugerindo que se faça uma segunda audiência pública para termos aqui o contraditório, como fizemos na questão de Brejão dos Negros.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Realmente, a iniciativa de V. Exª é a mais prudente neste momento, já que, com essa transição do Governo, o Ministério da Reforma Agrária foi extinto e toda a estrutura ficou vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Por isso, não havia nenhum representante do Incra para que pudéssemos avançar na discussão.

Como V. Exª colocou, o que está ocorrendo no Brasil são situações semelhantes àquelas que nós sabemos que aconteceram no Estado de Sergipe e também no meu Estado de Goiás e em outros Estados da Federação.

É lógico que, agora, nós esperamos que haja mais bom senso em relação a essa matéria e que esses laudos possam ser avaliados com melhor consistência, e não por uma formatação ideológica. Nós aqui, por várias vezes, demonstramos o quanto isso era utilizado mais por uma situação ideológica, política, local. Esperamos resgatar a condição de poder dar tranquilidade aos cidadãos que já estão lá por várias gerações – há várias famílias naqueles locais – e, ao mesmo tempo, regularizar a situação e definir corretamente o que é território quilombola e território indígena, para não causarmos, cada vez mais, essa comoção que existe, esse quadro de enfrentamento de classes.

Enfim, concordo plenamente com V. Exª, Presidente.

Vamos realmente confirmar a presença dos representantes do Incra para fazermos uma audiência que possa ser produtiva, com direito ao contraditório, e, ao mesmo tempo, avançarmos nessa inquietação que paira na região de Manga, no Estado de Minas Gerais, situação que se assemelha muito a focos outros que estamos vendo no Brasil. Infelizmente, vão ocorrendo desdobramentos que nos preocupam, e muito, como foi o caso específico de uma área indígena no Mato Grosso do Sul, fomentado pelo governo da ex-Presidente Dilma. A informação é de que o decreto foi feito de última hora, e o quadro conflituoso se instalou, sendo estimulado ali pela estrutura do ex-governo da Presidente Dilma Rousseff.

O que nós queremos agora é apaziguar e chegar a conclusões que sejam compatíveis, para que os produtores rurais possam ter a garantia das suas propriedades que lá estão, além de discutir exatamente aquilo que são prerrogativas dos quilombolas para conviver harmonicamente, em um entendimento pacífico e ordeiro, e não nesse quadro que o PT trabalhou tanto para criar, esse enfrentamento entre brasileiros.

Eu agradeço, concordo 100% com V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria, Senador Caiado, além do Incra... E eu lamento profundamente, eu penso que o convite formulado ao presidente do Incra foi expresso ao informar o horário em que esta audiência pública começa. Ela começa pontualmente às 8h. Desde que eu assumi esta Comissão, é esse o prazo. Então, nós temos o cuidado... E eu peço que a Secretaria da Comissão informe e ressalte sempre ao convidado que ela começa pontualmente às 8h.

Então, além do Incra, na próxima audiência, Senador Ronaldo Caiado, sugiro que sejam convidados, por indicação dos nossos expositores de hoje, também os líderes do movimento de quilombolas que estão lá, na região, fazendo esse trabalho de arregimentação de eventuais quilombolas, em uma área em relação à qual aqui se trouxe cópia de documentos, documentos bicentenários de que não há registros de quilombolas, registros históricos.

Então, eu agradeço a V. Exª pelo convite. Como houve já a exposição, o Senador fará um novo requerimento, com a presença dos outros Líderes. Agradeço muito ao José Cecyvaldo Ribeiro e também ao Maurício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Magalhães, ao Luís Costa, aos que vieram aqui. O Senador Caiado e o Deputado de Minas Gerais, juntos, também farão... Então, muito obrigado aos senhores.

Nós vamos prosseguir com esse tema em função da relevância que tem a questão relacionada às demarcações, sejam elas por assentamentos do Incra, convencionais, sejam por quilombolas ou áreas indígenas.

Muito obrigado aos senhores. Estão dispensados da audiência.

Não sei se o Senador tem algum questionamento a fazer aos dois representantes do Município de Manga, de Minas Gerais...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço, Presidente. Vou aguardar a presença do Incra, assim como dos líderes dos movimentos dos quilombolas. Seria bom que trouxéssemos o responsável por esse laudo, alguém que possa responder por esse laudo que define a área como quilombola, e ressalto que V. Sªs trouxeram aqui documentos centenários das propriedades.

Eu agradeço, Presidente, e acho que o encaminhamento dado por V. Exª é exatamente o que nós devemos seguir.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada aos senhores. Vamos continuar tratando do assunto.

Eu queria lamentar a ausência do Sr. Leonardo Góes Silva nesta audiência, cuja presença havia sido confirmada. Lamento sua ausência. Nós temos horários para fazer o nosso trabalho, temos que fazer uma apresentação de um relatório aqui também – o relatório já foi entregue à Secretaria. Eu gostaria de pedir ao Senador Ronaldo Caiado que fosse Relator *ad hoc* do relatório das nossas questões.

Eu quero encerrar esta primeira parte da audiência porque faremos a segunda. Estamos encarrando a presente reunião, esta reunião, porque teremos, logo em seguida, uma reunião administrativa para tratar das questões relacionadas a esse assunto.

Então, agradeço a todos os senhores participantes, especialmente ao José Cecyvaldo Ribeiro, que é produtor rural do Município de Manga, em Minas Gerais, norte de Minas Gerais; ao Maurício Magalhães, produtor rural também do Município de Manga; e também ao Luís Costa, do mesmo Município. Agradeço-lhes pela participação aqui, pelos depoimentos prestados. Seguramente, V. Sªs voltarão a ser convidados a estarem aqui para depoimentos. Agradeço a gentileza.

Está encerrada esta parte da reunião.

Não havendo mais nada a discutir, agradeço a presença dos senhores.

Obrigada.

(Iniciada às 8 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 58 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à apreciação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Mensagem nº 144/2016, Presidência da República), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências, para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Por solicitação da Senhora Presidente, o Senador Ronaldo Caiado procede à leitura do Relatório sobre as 59 emendas apresentadas pelos senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sendo 12 emendas de texto e 47 de inclusão de metas, que será votado na próxima reunião convocada para o dia 5 de julho do corrente, às 11 horas e 45 minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Mensagem nº 144/2016, Presidência da República), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências, para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

Esclareço que foram apresentadas 59 emendas, sendo 12 emendas de texto e 47 de inclusão de metas. O relatório foi feito pelo Senador José Medeiros.

Nós estamos com um trabalho também na Comissão do Impeachment, a qual tanto o Senador Caiado quanto eu, Presidente desta Comissão, assim como o Senador José Medeiros, integramos como membros titulares. Então, por economia regimental, mesmo não havendo quórum para deliberação, faremos a leitura do relatório. Posteriormente submeteremos a matéria à aprovação da Comissão, quando houver quórum para cumprir o que determina o Regimento Interno da Comissão e do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Exª a disposição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Como Relator *ad hoc*, passo à leitura do Parecer nº 02, de 2016, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que "*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2017 e dá outras providências*".

Relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição e na Resolução nº 1, de 2006- CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2016- CN, que "*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2017 e dá outras providências*".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO-2017) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2017, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, e do parecer preliminar de que tratam os seus arts. 85 e 86, a CRA tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO-2017: a) Texto do Projeto; b) Anexo I - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II - Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2017; d) Anexo 3, despesas que não serão objeto de limitações de empenho; e) Anexo 4, 1-A, anexo de metas anuais 2017/2018; e f) Anexo 4.2, demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não havendo limite quanto ao número de emendas de texto.

O anexo de metas e prioridades será elaborado por meio de emendas de cancelamento ou acréscimo de metas constantes do PLO ou de inclusão de ações constantes da Lei Orçamentária para 2016 com as respectivas metas, observando o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Encontram-se em análise por esta Comissão 59 propostas de emenda, sendo 12 ao texto e 47 ao anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

É o relatório.

Análise.

As propostas de emendas são restritas às competências regimentais da CRA e adicionalmente atendem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno pela CMO.

Voto.

Do exposto, somos pela apresentação por esta Comissão das emendas ao texto da LDO 2017, nos termos das Propostas nºs 13, 14 e 54 da Senadora Ana Amélia; 26 e 27, do Senador Waldemir Moka; 44, 45, 46, 47 e 48, do Senador Acir Gurgacz; e 58 e 59, do Senador Wellington Fagundes.

Adicionalmente, adotando-se o critério de propostas mais apresentadas pelos nobres pares, somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, nos termos:

1) da Proposta nº 6 na ação 20ZV, Fomento ao Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Senador Valdir Raupp, nela aglutinadas as Propostas nº 25, do Senador Valdir Raupp; 37 e 41, do Senador Elmano Férrer; 50, da Senadora Lúcia Vânia;

2) da Proposta nº 55 na ação 210V, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do Senador Wellington Fagundes, nela aglutinadas as Propostas nº 8, do Senador Valdir Raupp; 39, do Senador Elmano Férrer; 42, do Senador Acir Gurgacz; e 52, da Senadora Lúcia Vânia;

3) da Proposta nº 20, da ação 215C, Ampliação, Revitalização, Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, do Senador Waldemir Moka, nela aglutinadas as Propostas nº 10, da Senadora Ana Amélia, e 49, da Senadora Lúcia Vânia.

Plenário das Comissões, 30 de junho de 2016.

Assinado: Senador José Medeiros, como Relator, e Senadora Ana Amélia, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Caiado.

Em função da necessidade de cumprirmos rigorosamente o Regimento Interno, portanto da necessidade de quórum para a apreciação desse relatório, fica sobrestada a discussão do relatório.

Convoco para o dia 5 de julho, às 11h45min, nesta Comissão, a presença dos Srs. Senadores para apreciarmos o relatório e o aprovarmos para entrega, conforme determina o Regimento.

Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado e ao Senador José Medeiros.

Será feita a comunicação e a distribuição da cópia desse relatório lido pelo Senador Caiado a todos os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia**,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Roberto Muniz, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Paulo Rocha, Lasier Martins, Valdir Raupp, Hélio José e Flexa Ribeiro. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2016-CN – PLDO 2017**. A Presidente coloca em discussão o relatório. Usa da palavra para discutir o Senador Ronaldo Caiado. Encerrada a discussão, passa-se à votação do Relatório o qual é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA: **Emenda nº 1-(METAS E PRIORIDADES):** Ação 20ZV: Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Acréscimo de meta: 50.000 – Produto: Projeto/apoiado (unidade); **Emenda nº 2-(METAS E PRIORIDADES):** Ação 210V: Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Acréscimo de meta: 2.500.000 - Produto: Agricultor familiar beneficiado (unidade); **Emenda nº 3-(METAS E PRIORIDADES):** Ação 215C: Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Acréscimo de meta: 30 - Produto: Infraestrutura adaptada/modernizada (unidade); **Emenda nº 4-(TEXTO):** Emenda modificativa - Corpo da lei - Artigo 4; **Emenda nº 5-(TEXTO):** Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; **Emenda nº 6-(TEXTO):** Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; **Emenda nº 7-(TEXTO):** Emenda modificativa – Corpo da lei - Artigo 4; **Emenda nº 8-(TEXTO):** Emenda aditiva – Anexo III - Item 64; **Emenda nº 9-(TEXTO):** Emenda modificativa – Anexo III - Item 3; **Emenda nº 10-(TEXTO):** Emenda aditiva – Anexo I - Inciso VII; **Emenda nº 11-(TEXTO):** Emenda aditiva – Corpo da lei - Artigo 4;**Emenda nº 12-(TEXTO):** Emenda aditiva – Anexo I - Inciso VII; **Emenda nº 13-(TEXTO):** Emenda substitutiva – Anexo I - Inciso VII; **Emenda nº 14-(TEXTO):** Emenda aditiva – Anexo III - Item 64; **Emenda nº 15-(TEXTO):** Emenda aditiva – Anexo III - Item 64. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 2, de 2016 (Mensagem nº 144, de 2016, na origem), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Esclareço que foram apresentadas 59 emendas, sendo 12 emendas de texto e 47 de inclusão de metas. Informo que, na 19ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 30 de junho, o Relator da matéria, o Senador Ronaldo Caiado, proferiu a leitura do seu relatório, que concluiu pela apresentação por esta Comissão das emendas ao texto da LDO 2017, nos termos das propostas 13, 14 e 54, da Senadora Ana Amélia – esta que vos preside; 26 e 27, do Senador Waldemir Moka; 44, 45, 46, 47 e 48, do Senador Acir Gurgacz; e 58 e 59, do Senador Wellington Fagundes.

Adicionalmente, adotando-se o critério de propostas mais apresentadas pelos nobres pares, somos pela apresentação por esta Comissão das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, nos termos: 1) da proposta 6, na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Senador Valdir Raupp, nela aglutinadas as propostas 25, do Senador Waldemir Moka; 37 e 41, do Senador Elmano Férrer; e 50, da Senadora Lúcia Vânia; 2) da proposta 55, na ação 210V - Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do Senador Wellington Fagundes, nela aglutinadas as propostas 8, do Senador Valdir Raupp; 39, do Senador Elmano Férrer; 42, do Senador Acir Gurgacz; e 52, da Senadora Lúcia Vânia; e 3) proposta 20, na ação 215C - Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da Embrapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Senador Waldemir Moka, nela aglutinadas as propostas 10, da Senadora Ana Amélia; e 49, da Senadora Lúcia Vânia.

Consulto o Relator, Senador Ronaldo Caiado, se gostaria de usar a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço e concordo plenamente com o acordo que foi feito em relação às emendas apresentadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ronaldo Caiado. Agradeço, em nome da Comissão, também a gentileza da relatoria.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Relator Ronaldo Caiado.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório do Senador Ronaldo Caiado passa a constituir parecer da CRA. Será feita comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE JULHO DE 2016.

Às oito horas e dois minutos do dia sete de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Cidinho Santos e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, após informações sobre o panorama do setor produtivo, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 15, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 21, de 2016, de autoria dos Senadores Ronaldo Caiado e Ana Amélia, e Requerimento (RRA) nº 17, de 2016, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 20, de 2016, ambos de autoria da Senadora Ana Amélia, destinada a debater sobre o controle da zoonose Mormo, doença contagiosa causada pela bactéria Burkholderia mallei, que atinge o plantel de equídeo brasileiro, com a participação do Sr. Rodrigo Barbosa Nazareno - Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Leandro Barbieri de Carvalho - Coordenador de Gestão das Demandas Laboratoriais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sra. Fabíola do Nascimento Correa - Doutora em Medicina Veterinária e Responsável Técnica pelo exame Western Blotting (WB) no Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (LANAGRO/PE); Sr. Fernando Leandro dos Santos - Médico Veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); e Sr. Rui Carlos Vincenzi - Presidente da Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos (ABRAVEQ). A Senadora Ana Amélia, os Senadores Ronaldo Caiado e Waldemir Moka e a Sra. Carla Macedo Amorim, Médica Veterinária e Responsável Técnica do Hipódromo da Lagoinha (Jóquei Clube de Goiás), fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência, do Plenário é dada como aprovada.

A reunião de hoje é uma audiência pública com o objetivo de debater novamente sobre o mormo – já fizemos duas audiências –, doença contagiosa causada por uma bactéria que tem nome complicado, *B. mallei*, que atinge o plantel de equídeos brasileiros, em cumprimento dos Requerimentos nºs 15 e 21, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, e dos Requerimentos nºs 17 e 20, de 2016, de minha autoria.

Antes de falar sobre o tema e de chamar as pessoas que foram convidadas por esta Comissão, indicadas pelo Senador Ronaldo Caiado, requerente da audiência pública, quero dar algumas informações, Senador Moka, que estão em evidência e que são interessantes, ligadas à nossa produção.

Recentemente, saiu uma matéria dizendo que havia aumentado a produção de batata-doce e de mandioca, em função do fato de que os nutricionistas estão recomendando a batata-doce como um alimento nutritivo, nutricional. Isso é bom para os agricultores familiares que são dedicados a essa cultura.

Agora, motivado pelo crescimento da moda da comida japonesa, houve o aumento da produção de gengibre no Brasil.

A Conab está vistoriando estoques públicos em três Estados e no Distrito Federal. Ela vai fazer essas vistorias em 57 armazéns públicos e privados em Goiás, em Mato Grosso, em Tocantins e no Distrito Federal.

A lei sobre a lactose foi muito discutida aqui. É de autoria do Senador Paulo Bauer. Ela foi sancionada, e os rótulos deverão apontar o percentual da substância, não apenas dizendo que o produto contém lactose, mas também dando o percentual de lactose no produto. Quando discutimos esse assunto, eu lembrava que o simples fato de dizer que o produto continha lactose já era suficiente para que as pessoas com alergia à lactose não comprassem os produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Banco do Brasil disse que quem fizer o CAR (Cadastro Ambiental Rural) terá prioridade para a tomada de crédito no Plano Safra.

Quanto à pecuária brasileira, no Global Agribusiness Forum, que foi realizado em São Paulo recentemente, um evento internacional, foi dito que a sustentabilidade na pecuária brasileira é exemplo mundial.

O indicador do arroz bate recorde histórico no mês de junho. O produto teve alta de 14,6% no período, encerrando o mês a R$50,03 a saca de 50kg. As cotações estão fundamentadas na queda do volume colhido na safra 2015/2016. Especialmente o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que é o maior produtor, teve problemas com o excesso de chuvas na hora da colheita.

O feijão é o grande problema. O nosso Ministro Blairo Maggi, colega Senador, esteve aqui na semana passada, dando a informação de que estava autorizando a importação de feijão. Mas o feijão continua na base de R$400 a saca de 60kg. O preço, independentemente disso, estava a quase R$500. Caiu R$75, na última semana, em função dessas medidas e há a tendência de queda, segundo a Consultoria Safras & Mercado. Mas o piso negociado deve ficar em torno de R$400.

O agronegócio tem sustentado o Balanço de Pagamentos, diz o Chanceler Ministro das Relações Exteriores José Serra. O Ministro da Agricultura Blairo Maggi promete elevar de 7% para 10% a participação do Brasil no comércio agrícola mundial. É uma boa meta. A venda de máquinas agrícolas, em junho, cai 7,8%, comparativamente ao mês passado, e um projeto aumenta o número de empregados que o agricultor familiar pode contratar. Isso é importante porque, em geral, os filhos dos agricultores familiares começam a sair da sua zona de residência ou de produção para irem em busca de oportunidades. Esse é um dilema que o projeto pode resolver.

Esclareço que esta Comissão realizou, no dia 25 de fevereiro – agora tratando da audiência pública –, uma audiência pública para analisar a implementação de políticas públicas para controle da zoonose mormo, em cumprimento aos Requerimentos nºs 76 e 77.

Eu gostaria de convidar, para tomarem assento à mesa: o Sr. Rodrigo Barbosa Nazareno, Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); o Sr. Leandro Barbieri de Carvalho, Coordenador de Gestão das Demandas Laboratoriais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representante dos laboratórios veterinários do Brasil junto à Organização Mundial de Saúde Animal; o Sr. Rui Carlos Vincenzi, Presidente da Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos (Abraveq); a Drª Fabíola do Nascimento Correa, Doutora em Medicina Veterinária no Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco (Lanagro/PE) e atual responsável técnica pelo Exame Western Blotting, o famoso WB, que é o exame confirmatório do mormo. A Drª Fabíola substitui a Drª Vânia Lúcia de Assis Santana, que é Fiscal Federal Agropecuária da Superintendência Federal da Agricultura, em Pernambuco, MAPA. Então, por isso, a presença dela aqui; o Dr. Fernando Leandro dos Santos, Médico Veterinário membro do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Comunico também aos nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado que poderão fazer perguntas sobre este tema – zoonoses e mormo – que ataca o rebanho de equídeos, participando, fazendo perguntas e até sugestões, pela internet, cujo endereço é: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800612211. A ligação é gratuita por telefone fixo, celular ou telefone público.

Eu queria passar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, que é o autor do requerimento desta audiência.

Antes de o Senador Caiado se manifestar, indago ao Senador Moka, que participou das audiências anteriores a respeito desse problema, se também no seu Estado, o Mato Grosso do Sul, essa é uma questão, já que se trata de um Estado com grande produção pecuária, mas não tenho informações a respeito da produção de cavalos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Na verdade, eu tenho notícia – não sei se chegou a ser oficializado – de apenas um caso de mormo. Mas não tenho informações a respeito. Claro que Mato Grosso do Sul tem um plantel até importante, mas eu não vejo, não vi, pelo menos não é comum, isso que está acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em várias partes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vi uma única vez, um único caso em todo esse tempo aqui, e lá se vão muitos anos que estou aqui, no Congresso. Então, realmente não tenho esse conhecimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador Moka.

Senador Caiado, requerente desta audiência pública, mais uma, porque já fizemos duas audiências a respeito deste tema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom dia, Presidente, Senador Moka e mais convidados que aqui estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Realmente, é um tema importante. O que nós estamos vendo é que, principalmente nos Estados onde havia maior organização, tanto nos haras que foram instalados, realmente houve uma incidência maior de exames para controle da doença, e o que ocorreu foi essa dificuldade da identificação. Ou seja, exames dados como positivos, mas que, na verdade, poderiam ser confundidos com outros problemas que os animais haviam sofrido e que a resposta do exame não era uma resposta conclusiva, o que levou principalmente os grandes criatórios no Brasil a serem dizimados.

O caso de Pernambuco, por exemplo, é um caso claro. Lá, um produtor rural ficou interditado seis anos e meio, teve que eutanasiar mais de 300 cavalos à época, e, quando a propriedade dele foi liberada, depois de uma audiência que V. Exª promoveu, ele, já sem condições financeiras, vendeu todo seu plantel. E isso vem causando um desgaste muito grande no País em relação à comercialização dos produtos, já que fica sob suspeição toda a equinocultura no Brasil.

Às vezes, as pessoas acham que é simplesmente algo de pequeno volume. Estão enganadas. Nós temos, hoje, um plantel de mais de 6 milhões de cabeças. É um setor que movimenta mais de 17 milhões de pessoas que giram em torno disso, e esse setor tem uma capacidade de exportar, porque o cavalo brasileiro tem características, principalmente aptidões clássicas para o lazer e também na lida do dia a dia. Então, isso vem inviabilizando totalmente o mercado, colocando sob suspeição todos os eventos que são promovidos. E o momento agora é de aplaudir a iniciativa do Ministro Blairo Maggi, que, aqui, na última reunião, definiu e já identificou o Sr. Rangel.

A informação que eu tive ontem, Presidente, foi de que hoje já estaria publicada a comissão constituída para se ocupar única e exclusivamente do assunto do mormo. E tivemos uma abertura extremamente importante, que foi um gesto, também do Ministro Blairo Maggi, de autorizar que duas veterinárias renomadas e de reconhecimento sobre essa doença específica, que foram a Drª Patrícia e a Drª Carla, também acompanhassem toda a tramitação do processo, desde a redação da nova instrução normativa, como também dos laboratórios que são creditados, para saber como esse animal está sendo eutanasiado, se está sendo feita a necrópsia, se os antígenos estão com data correta.

São situações que já vivemos, Presidente, em que uma comissão europeia identificou que os nossos antígenos estavam vencidos há 11 anos – 11 anos vencidos! Então, o Ministro Blairo Maggi, hoje, pela sua maneira hábil e rápida de agir, enfrentou o problema, e não apenas prorrogou a situação, porque a grande queixa do setor, Presidente, é de que o Ministério da Saúde sabe interditar, mas não sabe liberar as propriedades. Então, chega lá qualquer denúncia, qualquer coisa, fecha-se a propriedade, que está 100% impedida, interditada. E ninguém sobrevive; ou seja, se tiver de eutanasiar os cavalos, tudo bem; se tiver que isolar os animais, tudo bem, mas é preciso identificar corretamente o caso, para que o cidadão possa continuar na atividade. Quer dizer, a falta de ação no Ministério da Agricultura quebrou, faliu e inviabilizou dezenas de haras, em um gesto irresponsável. O cidadão diz que tudo bem, que não assina e não autoriza, e o cidadão que é o criador está lá: morreu, faliu, quebrou. E aí? Qual foi o resultado final?

É com isso que estamos convivendo, com uma total omissão. Então, quero parabenizar a nova equipe do Ministro Blairo, que realmente foi de frente, assumiu a posição, e nós recuperaremos, tenho certeza, num curto espaço de tempo, essa sintonia fina entre os produtores e o setor do Governo no Ministério da Agricultura, porque todos desejamos o quê? A identificação correta, lógico, o isolamento ou o abate do animal, mas dentro de critérios aplicados em todos os países que têm o controle da doença.

Agradeço, Presidente, pela oportunidade. Esta audiência é de uma importância ímpar, e, graças a V. Exª, desde a primeira, já começamos a dar passos significativos para o diagnóstico e também o controle desses problemas existentes.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado, a Comissão agradece a oportunidade de trazer isso à luz do País.

Outro dia, vi os números divulgados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre as perdas nesse setor. São alguns bilhões de reais. E eu sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que tem no cavalo crioulo um dos seus símbolos, e há uma *performance* extraordinária. O nosso Freio de Ouro é um dos certames que mostra as habilidades e competências desse cavalo. O Rio Grande do Sul está exportando o cavalo crioulo, porque no Chile, na Argentina e no Uruguai, pela própria cultura semelhante à dos gaúchos, há uma abertura de mercado muito grande em relação a esse cavalo. O meu Estado também padece desse problema sério; outros eventos esportivos, até como a famosa Cancha Reta, no meu Estado também, têm sido prejudicados, assim como a economia, porque não atrai pessoas que se interessam, que gostam. Então, eu queria cumprimentá-lo pela inciativa.

Vamos começar já a nossa audiência, ouvindo os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria convidar aquele que está ao meu lado, à minha direita, o Dr. Rodrigo Barbosa Nazareno, Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, para fazer uso da palavra.

Nós aqui convencionamos dar dez minutos para que a pessoa exponha, em termos gerais, o assunto, pois, depois, nos questionamentos entre os participantes e os requerentes, também fica mais fácil.

O senhor tem a palavra por dez minutos, Dr. Rodrigo.

Já antecipo os agradecimentos da Comissão pela presença de todos os senhores a esta audiência pública.

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Senadora Ana Amélia, Senador Ronaldo Caiado, Senador Waldemir Moka, muito obrigado em nome do Ministro Blairo Maggi e do Secretário de Defesa Agropecuária, Eduardo Rangel.

Trago aqui a minha equipe de Laboratórios no intuito de esclarecer e tirar dúvidas a respeito do diagnóstico laboratorial dessa doença que vem acometendo a tropa equídea nacional.

Eu tenho uma breve apresentação, pois eu acho que é interessante mostrar como está estruturada a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários que é coordenada aqui pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exatamente na Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, conhecida também como CGAL, na Secretaria de Defesa Agropecuária.

A Secretaria de Defesa Agropecuária é dividida em departamentos que são responsáveis por executar as atividades de fiscalização a cargo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No caso do mormo, é exatamente o Departamento de Saúde Animal de onde emanam os regulamentos e as leis de como proceder no controle da doença. Então, a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários oferece serviços laboratoriais às demandas apresentadas pela SDA e também a outras secretarias do Ministério e outras instituições, como Polícia Federal, o Ministério Público, Ibama, governo de outros países. Então, temos uma ampla carta de clientes, vou colocar assim, para atendimento.

Falando especificamente da Coordenação-Geral de Laboratórios, mais especificamente na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, instituída pelo Decreto nº 5.741, de 2006, ele estabelece que a instância central e superior, que é o Ministério, organize a rede de seis laboratórios oficiais do MAPA, que são conhecidos como Lanagros, situados em Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e Minas Gerais, com as suas unidades avançadas. Além disso, a rede é adicionada de laboratórios credenciados, que podem ser públicos ou privados, que ajudam complementarmente essa rede de laboratórios oficiais do MAPA a emitirem relatórios de ensaio e trabalharem na defesa agropecuária nacional.

Tudo isso tem a base legal com a Instrução Normativa nº 57, uma instrução utilizada para credenciamento desses laboratórios, que estabelece critérios de qualidade e conduta desses laboratórios.

Aqui, uma pequena amostra de como são distribuídos os Lanagros ao longo do País e suas unidades avançadas. O Lanagro no Pará atende qualquer unidade da Federação, assim como o Lanagro no Rio Grande do Sul atende qualquer demanda de unidade da Federação. Então, é uma atuação em âmbito federal, não apenas estadual ou regional.

A área construída dos Lanagros hoje é de aproximadamente 60 mil metros de área predial construída. Nós temos que gerenciar essas construções que abrigam equipamento tecnológico e pessoal de elevada capacidade técnica.

Atualmente, a rede opera mais de 2 mil ensaios laboratoriais em 16 áreas de conhecimento, versando na área animal e área vegetal, passando por qualidade de fertilizantes aplicados na produção nacional.

Atualmente, estamos trabalhando bastante no sentido de fazer com que todos esses métodos laboratoriais sejam devidamente acreditados na norma ISO 17.025, que foi alvo de grande preocupação em outras audiências aqui em relação ao laboratório de mormo, especialmente. É objetivo estratégico nosso conduzir todos os ensaios laboratoriais a essa acreditação internacional. Não é obrigatório, mas é uma recomendação a laboratórios que trabalham com comércio internacional e com comércio nacional deter essa certificação conferida pelo Inmetro, para que os resultados sejam rastreáveis, para que, se houver algum problema, ele possa ser identificado, corrigido, sanado, sendo que a intenção é que ele nunca mais seja repetido.

Falando em laboratórios credenciados, nós temos um total – isto aqui é muito variável, pois laboratórios entram e saem dessa lista – atual de 299, 300 laboratórios credenciados. Podemos perceber que, na área de diagnóstico animal, há o maior número. O Dr. Leandro vai falar especificamente, na área de mormo, de quantos laboratórios, mas há em torno de 30 ou 27 laboratórios.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – ... credenciados privados e públicos...

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Privados e públicos aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E há 157 específicos que trabalham com sementes, que seguem regulamento diferente, que não a IN 57, pois seguiriam a IN 9.

Essa é a rede que o Ministério da Agricultura deve e tem por obrigação gerenciar por meio de auditorias, ensaios interlaboratoriais e demais controles.

Aqui, só um aspecto para termos ideia da dimensão. O Lanagro São Paulo, por exemplo, é um laboratório do Ministério e está sendo indicado como referência pela OIE no diagnóstico laboratorial de *influenza* aviária e doença de Newcastle, no caso de frango. São áreas extensas que devem ser bem vigiadas e bem cuidadas, pois existem materiais biológicos de importância...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – ... o GPS...

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Isso.

Aqui, é um aspecto do Lanagro em Goiás, na cidade de Goiânia. Em especial, esse laboratório trabalha muito bem atualmente no combate à fraude por troca de espécie em pescado. Avaliamos o DNA das espécies de pescado para saber se está havendo fraude ou não. E também ele atuou muito na área de OGM.

Isso é um desejo que nós temos de chegar a construções mais modernas para abrigar equipamentos de alta ponta que nós temos aqui. Aqui, por exemplo, é um PCR digital. Eu tenho convicção para dizer que, em termos de tecnologia de equipamento e treinamento de pessoal, o Ministério da Agricultura se equivale a qualquer país europeu, norte-americano ou asiático. Nós estamos realmente bem nivelados em termos de equipamento e treinamento de pessoal.

Esse aqui é o Lanagro de Minas Gerais, onde há um laboratório de nível 4 de biossegurança da OIE, onde são guardados organismos deveras perigosos para a atividade agropecuária e econômica do Brasil. Para vocês terem uma ideia, para se gerenciar um laboratório desses, só falando da área de biossegurança, tem que ficar 24 horas sob supervisão de técnicos, em manutenção. Caso falte energia elétrica, tem que haver um gerador de 3 mil litros de diesel, para aguentar cinco dias de autonomia. Se faltar energia, ele entra em operação em 15 a 30 segundos. Além disso, se falhar esse gerador, por exemplo, 60 baterias industriais sustentam esse laboratório por cinco horas. A legislação pede 30 minutos. Nós, cuidando da defesa agropecuária nacional, projetamos além. Fica um engenheiro especificamente para cuidar desse laboratório. Ele mora a 1km do laboratório. Então, acontecendo qualquer problema, temos que tomar ação imediata para evitar escape de organismos perigosos para a atividade agropecuária.

Toda essa rede de laboratórios é conduzida por um quadro de funcionários: 252 fiscais federais agropecuários, 105 agentes administrativos, 74 auxiliares de laboratório – o pessoal que bota a mão na massa, de fato –, e técnicos de laboratório também. É importante ter pessoal bem treinado e bem qualificado para trabalhar em laboratório, dada a sensibilidade dos assuntos e do tipo de serviço que é trabalhado lá.

Por fim, quero demonstrar que, no ano de 2015, essa rede de laboratórios Lanagro mais os laboratórios credenciados executaram, juntos, 33,5 milhões de análises laboratoriais em prol da defesa agropecuária nacional. É um número bastante expressivo.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Se você imaginar a produção brasileira daqui a 20 anos, isso tem que ser bem avaliado, para que possamos executar bem essas análises laboratoriais.

Para isso, nós temos alguns macrodesafios na rede de laboratórios – já estou encerrando –, que é aprimorar a gestão da rede, utilizando ferramentas como gestão estratégica, Balanced Scorecard (BSC); atuar junto a departamentos da SDA, aqueles departamentos de que eu falei, para adotar ferramentas estatísticas na definição de qual amostragem deve ser feita; utilização e modernização da infraestrutura predial e equipamentos dos laboratórios. As tecnologias avançam a cada dia e nós temos que ficar nivelados com essa tecnologia mundial. O Brasil é um importante vendedor de produtos agropecuários para o mundo e para o Brasil.

Automação, informatização e adequação dos recursos humanos são muito importantes para conseguirmos atingir os nossos objetivos estratégicos de topo. Melhorar o controle e utilizar de modo racional os laboratórios credenciados pelo MAPA e implementar o Projeto Sagres. O Projeto Sagres é um programa de bolsas entre o MAPA e o CNPq que favorece a validação de ensaios laboratoriais, de métodos laboratoriais, em uma velocidade muito maior, porque utilizamos bolsistas, o pessoal da academia, para desempenhar métodos laboratoriais de modo mais rápido e mais eficiente, dada a pequena equipe que temos instalada no laboratório.

Senadora, era isso que eu gostaria de apresentar, de modo amplo, sobre como é a rede de laboratórios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Melhores que os ospitais brasileiros, Senador Moka, pela qualidade. A pergunta que fica é: por que, com tanta excelência que mostrada, aconteceram todos esses problemas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu quero, Dr. Rodrigo, passar agora ao Dr. Leandro Barbieri de Carvalho, Coordenador de Gestão de Demandas dos Laboratórios da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, para continuar, por dez minutos também.

Eu queria que a Secretaria cuidasse do tempo, por favor.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Bom dia, Srª Senadora Ana Amélia, Presidente da Mesa; bom dia, Sr. Senador Ronaldo Caiado; bom dia, Sr. Senador Waldemir Moka; bom dia, demais presentes, acompanhantes aqui na Mesa: Prof. Dr. Fernando Leandro dos Santos, Dr. Rui Vincenzi. Bom dia também a nossos colegas veterinários que estão aqui presentes – Drª Patrícia Brossi, Drª Carla – ao Sr. Marcelo, que está ali atrás, ao Dr. Carlos Vaz, à Drª Nívea de Paula, e à esposa do nosso colega Haroldo, cujo nome eu não me recordo. Qual seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Simone, bom dia!

Em continuação às colocações do Dr. Rodrigo, vou procurar ser célere.

Conforme o Dr. Rodrigo falou, essa é a nossa rede de laboratórios. Hoje, são os Lanagros em Pernambuco e no Pará que realizam o diagnóstico sorológico para o mormo. No Lanagro de Pernambuco também é possível realizar o isolamento bacteriano e a análise de PCR. No nosso Lanagro em Minas Gerais também é possível realizar as análises de biologia molecular.

Aí está a distribuição, mais uma vez.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – O Lanagro de Minas Gerais também faz esses exames?

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Ele pode fazer pesquisas para PCR, biologia molecular e sequenciamento do genoma completo. Mais à frente eu detalho um pouquinho mais, Senador.

Aí está a distribuição dos laboratórios oficiais, que são os Lanagros; e aí a distribuição dos laboratórios credenciados.

Nós vimos já há algum tempo trabalhando fortemente – aí eu concordo com o nosso Senador Ronaldo Caiado sobre a importância ímpar desta audiência, assim como das demais –, intensamente, ouvindo todos os setores para que possamos trazer as melhorias necessárias para atender melhor a sociedade. Hoje, são 27 laboratórios credenciados. Perdão, são 28, Senador Ronaldo, porque na semana passada foi concedido o credenciamento do Lab&Vet, que é o nosso laboratório do Estado de Goiás, já devidamente certificado na norma ISO 17.025. Cumpriu todos os ritos para esse credenciamento, de modo que vamos melhorando a capilaridade do sistema diagnóstico.

Atendendo também a pedidos regionais, Senadora Ana Amélia, foi determinado pelo Dr. Rodrigo, nosso Coordenador-Geral, que implantemos os métodos de diagnóstico no Lanagro no Rio Grande do Sul. Isso faz parte do esforço de aumentar a capilaridade do diagnóstico, para que tenhamos mais celeridade nos processos. Por reorganização interna, hoje, as análises de fixação de complemento não levam mais do que 15 dias corridos para a emissão do relatório de ensaio.

Em relação ao Mato Grosso do Sul, Senador Moka, ontem me ligaram da Iagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal), que tem um laboratório muito bem estruturado e já nos consultou sobre a possibilidade da implantação desse diagnóstico lá no laboratório do Estado; estamos à disposição para colaborar naquilo que a Agência solicitar. São laboratórios públicos. O Instituto Biológico de São Paulo, que é outro laboratório público, também está em vias de ter o seu credenciamento concedido; ele também já cumpriu todas as etapas e requisitos.

Só para mostrar mais algumas imagens, esta é uma foto do Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco (Lanagro Pernambuco). São instalações reformadas, modernas. Este é o Laboratório de Bacteriologia, onde são feitas as análises para diagnóstico de mormo. Apesar de uma fachada histórica – são prédios tombados –, dentro do *campus* você tem edificações modernas e bem estruturadas. Este laboratório divide muro com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, que é a grande escola de mormo do País. Está aqui o Prof. Fernando Leandro, que é nosso parceiro, assim como o Prof. Rinaldo Mota; são dois grandes estudiosos do mormo no Brasil que há anos, décadas, estudam a doença. São professores com quem nós temos um contato muito estreito e que têm nos ajudado sobremaneira, assim como os nossos outros colegas veterinários.

Aí está o Lanagro Pará. Também é uma fachada histórica, tombada pelo patrimônio, mas lá dentro são edificações modernas, bem equipadas. Nosso corpo técnico trabalha sempre devidamente paramentado, dentro das normas exigidas. Só para reforçar, são equipes técnicas altamente especializadas, médicos veterinários com títulos de doutor e mestre. Mesmo os técnicos de laboratório e auxiliares de laboratório – para os quais a exigência em edital de concurso é o nível médio –, nós podemos notar ali que são técnicos com nível superior, mesmo com doutorado, por exemplo. Equipes multidisciplinares – médicos veterinários, farmacêuticos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

químicos, biólogos –, dada a atividade laboratorial, que exige uma formação multidisciplinar. Reforçando, as equipes são 100% compostas por servidores públicos, com formação mínima de nível superior.

Em relação aos laboratórios credenciados, todos os responsáveis técnicos são, obrigatoriamente, médicos veterinários – eles têm de apresentar seu registro nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária; eles passam por prova de habilitação e avaliação nos Lanagros Pernambuco e Pará ou durante auditorias *in loco*, para verificação da capacidade técnica em realizar as análises. Os laboratórios credenciados realizam as análises com a finalidade de trânsito, ao passo que os Lanagros oficiais realizam as análises referentes às ações de saneamento. Então, os credenciados fazem uma triagem e os Lanagros oficiais fazem as análises para fins de saneamento.

O Prof. Fernando vai detalhar melhor, mas os Lanagros, desde o início dos anos 2000, realizam exame sorológico para diagnóstico do mormo – em Pernambuco, inicialmente, depois no Pará. Em 2011, Senador Ronaldo, o Lanagro Minas passou a produzir a maleína que, anteriormente, era importada da Romênia e da República Tcheca, e passou a disponibilizar a maleína a partir de cepas de isolados do Brasil. E o Lanagro Minas, hoje, também atua na Biologia Molecular.

Detalhando mais uma vez, isto aqui já são estudos que estão em andamento, de Biologia Molecular. Parece complicado, mas eu vou tentar explicar de uma maneira simples, para que seja possível o entendimento. Aqueles números de um a oito são amostras de isolados no Brasil que foram submetidos a análise de Biologia Molecular e foram identificadas e caracterizadas como amostras de *Burkholderia mallei*, demonstrando que a bactéria realmente está presente no País.

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Ainda assim, feita a comparação com a *Burkholderia pseudomallei*, que é uma bactéria que causa uma outra doença, a melioidose, também de notificação compulsória, e outras espécies de Burkholderia, que são a *thailandensis*, a *oklahomensis* e a *ubonensis*, para fins de podermos comparar se aquele isolado que estamos obtendo nas necrópsias é realmente a *Burkholderia mallei*, e isso tem se confirmado.

Foram adquiridos equipamentos de Biologia Molecular para detecção de pequenos fragmentos de material genético, que estão lá no Lanagro Minas; já é possível dizer se é a *Burkholderia mallei* ou não. E também foram adquiridos e já estão instalados equipamentos para o sequenciamento completo do genoma da bactéria. Isso vai nos permitir um rastreamento epidemiológico pela genética da bactéria, assim como é feito para o vírus da febre aftosa. Então, por vínculo genético, poderemos saber se as bactérias estão vindo de um mesmo lugar ou se são cepas diferentes que estão circulando, e traçar estratégias diferenciadas a partir dessas informações. A PCR hoje é feita a partir de achados de necrópsia e das colônias isoladas em meios de cultura.

Sobre a Norma ISO 17.025, que tem sido bastante questionada, perguntada. Grosso modo, a Norma ISO 17.025 quer dizer o seguinte: fazer tudo que está escrito e escrever tudo que se está fazendo. O que é fazer tudo que está escrito? É procedimento. Os Lanagros e os credenciados têm procedimentos operacionais padrão, bem descritos, com base em normas. E à medida que aquele técnico, que é o signatário autorizado, treinado para fazer aquela análise, vai fazendo essas análises, ele vai registrando: "Olha, era para deixar tantos minutos na incubadora, foi deixado". Ele registra. Então, a norma ISO certifica todo esse registro de fazer o que está escrito e escrever o que se está fazendo. É o que diz, grosso modo, a ISO 17.025.

Os Lanagros estão acreditados desde 2011, 2012, e, especificamente para os escopos de mormo, 2014 e 2015 – Pará e Pernambuco, respectivamente. São mais de 2 mil métodos diferentes que os laboratórios possuem e, ano a ano, vamos acreditando esses métodos, de acordo com as prioridades. Cada acreditação custa de R$15 mil a R$40 mil para ser obtida, e depois há manutenções de calibração de equipamentos. Aí está a cópia dos certificados: Pernambuco, desde 2011; Pará, desde 2012.

Aí as nossas referências bibliográficas.

Só finalizando, aqui já é um compromisso assumido, sugestão também da iniciativa privada, assinatura do projeto *twinning*, junto com o laboratório de referência da Alemanha. Então, já estamos trabalhando nesse projeto, para reconhecer o Lanagro Pernambuco como referência para o País, para a América e para o mundo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Leandro.

Pelo que vi, é o seguinte: mata-se primeiro o animal e depois se faz a investigação. Não dá para fazer a investigação com o animal vivo?

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – É para responder?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe-me. É porque, senão, eu esqueço.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – A investigação clínica epidemiológica é feita na propriedade, e são colhidas amostras de soro, para que se façam análises sorológicas, que hoje são as análises regulamentadas e aceitas para trânsito internacional.

Então, a definição de um caso de mormo está na legislação, e, uma vez que o animal é sacrificado, a título de pesquisa, colhem-se amostras de órgãos, de necrópsia. A partir daí, estamos fazendo os isolamentos, para a construção de um grande banco mundial de amostras de referência, para que se tenha aumento no estado da arte da ciência. Então, é preciso gerar conhecimento.

O Brasil está na dianteira do processo e tem trabalhado em parceria com os principais laboratórios do mundo: Dubai, Alemanha, França, Índia, Paquistão. Existe um grande esforço mundial em desenvolver novas ferramentas. Daí a importância de fazer esse isolamento para obter essas amostras de referência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Leandro.

Eu passo agora à Drª Fabíola do Nascimento Correa, Doutora em Medicina Veterinária do Lanagro de Pernambuco e atual responsável técnica pelo exame Western Blotting (WB), que é o exame confirmatório do mormo. Anteriormente, a Drª Vânia Lúcia de Assis Santana ocupava o cargo.

Então, a senhora tem também dez minutos.

Obrigada.

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Bom dia a todos.

Bom dia, Srª Senadora Ana Amélia, demais Senadores, colegas veterinários e demais interessados.

Como fui apresentada, meu nome é Fabíola, sou médica veterinária, formada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde fiz meu mestrado e meu doutorado. Trabalhei com a elaboração de técnicas sorológicas e moleculares nas duas graduações, de mestre e doutor. Em seguida, fui trabalhar em um órgão estadual, na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco, onde tive contato com os programas sanitários do Ministério da Agricultura, entre eles o mormo. Comecei a trabalhar com mormo. Em outubro de 2014, fui nomeada para o Ministério da Agricultura, mais especificamente para trabalhar no Lanagro Pernambuco e, de pronto, fui trabalhar no laboratório de bacteriologia.

O Lanagro Pernambuco é um laboratório acreditado, como foi dito pelo meu coordenador, desde 2011. Já tem todos os seus procedimentos inseridos no Sistema de Gestão de Qualidade, que garante a rastreabilidade das atividades realizadas. Aos poucos, são feitas as extensões de escopo, que é o INMETRO ir verificar, técnica a técnica, se os procedimentos realmente estão sendo registrados.

Então, desde 2011, a bacteriologia já trabalhava dentro do Sistema de Gestão da Qualidade, e não só em 2015, quando foi recebida a acreditação. A acreditação foi uma certificação do trabalho realizado, tanto é que ela foi feita em tempo recorde, e isso só comprova que já trabalhávamos dentro desse sistema, porque nenhum laboratório que não está dentro de um bom nível de controle de registro consegue uma certificação tão imediata, tão rápida.

A bacteriologia, só para ressaltar, não trabalha só com mormo. Atendemos diversos escopos. Na sorologia, trabalhamos com brucelose, mormo, leptospirose. No isolamento, fazemos as diferenciais de peste suína clássica. Atualmente, a nossa rotina no laboratório está em torno de mil amostras por mês que processamos. O carro-chefe é o mormo, atualmente entre 700 e 800 amostras de soro por mês.

Temos duas técnicas acreditadas pelo INMETRO: a fixação de complemento e a Western Blotting. Conseguimos, no ano passado, essa chancela do INMETRO ao nosso sistema de gestão. Temos atualmente nove servidores, todos concursados, trabalhando conosco lá no setor de bacteriologia do Lanagro, todos eles treinados e habilitados nas técnicas que executam, isso tudo é registrado, porque é exigência da ISO 17.025. Então, todo mundo capacitado.

Faz parte da política de gestão de qualidade do Lanagro investir na nossa capacitação, nos nossos treinamentos, tanto que, no ano passado, estive em treinamento no Centro Pan-Americano de Febre Aftosa em Duque de Caixas, no Rio de Janeiro. Passei um período com eles, em treinamento na técnica de Western Blotting, com que já trabalham há muito tempo, a famosa EITB, para diagnóstico de febre aftosa. Estive no Instituto Biológico, com a Drª Maristela Pituco, trabalhando com a fixação de complemento, desde as bases de quando ela foi criada, na época, para diagnóstico de febre aftosa.

Então, há toda uma construção de conhecimento, um compartilhamento de conhecimento e um investimento constante na formação dos técnicos. Todo início de ano, fazemos a nossa programação de treinamento e cursos. Neste ano, eu estive na Conferência Internacional em Doenças Infecciosas de Equinos, em Buenos es, onde tive a oportunidade de trocar experiências com laboratórios de outros países, entre eles o labora-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tório de referência da OIE em Dubai, com o Dr. Uli e o Dr. Ulrich Wernery. Foi muito importante essa participação, quando construímos a possibilidade de um treinamento específico em Dubai, e foi isso que realizei há um mês, quando estive com eles em treinamento especificamente no isolamento da bactéria do mormo e tive a oportunidade de ver, acompanhar e executar as demais técnicas com eles e de constatar que trabalhamos em conjunto e que as técnicas realizadas são as mesmas.

O isolamento, atualmente, eles não fazem mais como rotina, porque é um país declarado livre, mas fizemos todo o passo a passo, o treinamento completo, as técnicas de biologia molecular. Inclusive, o equipamento que eles usam lá é exatamente o mesmo que temos na Agropernambuco para diagnóstico molecular.

Então, o que eu quero dizer com isso é que nós estamos em treinamento, estamos trabalhando em conjunto.

Esteve lá comigo também, em Dubai, durante esses 15 dias, a Drª Karine Laroucau, que é francesa, do laboratório Anses, da França, que também executa a técnica de fixação de complemento e outras técnicas que estão sendo elaboradas e que estão no projeto da OIE para validação de novos métodos. É o Elisa, que é uma promessa que pode otimizar muito o diagnóstico, mas está em análise no projeto de validação da OIE junto com outras técnicas.

Então, a perspectiva é muito boa, estamos trabalhando em conjunto. Mantemos contato constante com o pessoal do laboratório de referência da Alemanha; com o laboratório de referência da União Europeia, que é esse Anses, da França; com o laboratório de Dubai. Estamos trabalhando em conjunto e hoje trabalhamos com as técnicas que estão disponíveis; trabalhamos com o que existe no momento.

Tudo pode ser melhorado, é claro, estamos caminhando para isso. Estamos trabalhando em conjunto, estamos todos no projeto da OIE justamente para fazer essas validações, novas perspectivas. E o Lanagro Pernambuco está sendo essencial, porque é lá que estamos fazendo esses isolamentos. E o mundo inteiro que trabalha com o mormo está de olho nessas amostras, está interessado no material, porque é um material precioso que será utilizado para a validação de demais técnicas de diagnóstico dessa doença, porque ninguém faz tanto diagnóstico de mormo atualmente como o Brasil.

O nosso objetivo é chegar ao nível deles não de tecnologia, não de laboratório exatamente, mas de área livre da doença. Para isso, estamos contando com colaboração e a cooperação desses laboratórios.

Eu fico à disposição para questionamentos. Era isso que eu tinha para dizer no meu âmbito de atuação, que é dentro do setor de bacteriologia do Lanagro Pernambuco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Fabíola.

Eu passo agora a palavra, primeiro, ao Dr. Fernando Leandro dos Santos, que é Médico Veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), para falar agora sobre a abordagem técnica a respeito desse problema que é o mormo, por dez minutos também.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Pois não. Bom dia, Senadora. Bom dia, Senadores. Em nome do Conselho Federal de Medicina Veterinária, agradeço o convite.

Para esclarecer a questão do diagnóstico, é necessário que façamos uma intervenção sobre o comportamento da doença, que assume peculiaridades específicas em relação ao mormo. Então, regra geral, consideramos que o indivíduo se infecta por via digestiva ou por via aerógena, por suspensão, e, incidentalmente, por contato direto com a secreção de animais doentes que sejam secreções contaminadas.

Uma vez que o indivíduo se contamina, uma vez que ele está exposto à penetração do agente, o organismo reage imediatamente com a resposta inflamatória. Essa resposta inflamatória tem duas peculiaridades. Uma delas é que temos uma resposta em que os neutrófilos que fazem a fagocitose por microcitose é que vão alcançar um número de bactérias. Mas acontece que a bactéria usa de um mecanismo para fazer o escape. Esse mecanismo de escape é secretar uma pseudocápsula de lipopolissacarídeo, que faz com que os micrófagos, os neutrófilos não façam a fagocitose. Daí eles são fagocitados por macrófagos ou outro tipo celular de leucócitos, de defesa, e ela passa a ser um residente dentro dessas células.

Se isso acontece imediatamente, agora vamos ter a resposta do organismo mediante essa destruição de micro-organismo, e essa resposta é o que vamos detectar nas provas sorológicas.

Existe talvez não uma dificuldade de compreensão, mas uma dificuldade de se estabelecer a resposta cronológica pela qual o organismo vai demonstrar, pelos meios de diagnóstico usuais, a contaminação. Alguns falam de três a sete dias e outros vão falar de sessenta dias ou mais. Então...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – De incubação?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Não seria bem período de incubação, porque aí já existe ença. Aí vai entrar em outro aspecto: considerar que não existe um portador são. Existe um indivíduo que á contaminado, que tem a doença, mas ela não está sendo expressa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O indivíduo é o animal, não é?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – É.

Mas ela não está sendo expressa clinicamente. Então, desse modo, há de se perceber que há uma dificuldade de imediatamente detectar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O animal fica doente e assintomático?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Assintomático. Mas ele não é um portador são; ele é um doente.

Pois muito bem, então agora temos uma dificuldade de, utilizando os métodos que temos disponíveis, fazer detecção. O primeiro método de detecção no mundo foi a maleína, que era um PPD, que era uma proteína para imunorreação de hipersensibilidade. Depois, foi usada a fixação de complemento, por volta de 1910. E até então nós vimos em um processo para aperfeiçoamento dos métodos.

Então, vejam que, para a evolução – e aí eu vou pegar o Brasil –, o último caso que tínhamos era de 1968. Entre 1968 e 1999, na Zona da Mata, em Pernambuco, nós tínhamos a queixa de mortalidade de moares. Então se perderam muitos animais, planteis das usinas e engenhos, e a investigação sempre foi do ponto de vista de microbiologia, tentativa de isolamento.

Eu posso comentar isso porque participei, em algum instante, dessas tentativas de investigação pelo ente público, que resultavam em nada, porque sempre isolávamos contaminantes. E isso é um detalhe importante, do ponto de vista prático, para o diagnóstico laboratorial. Ela não é uma bactéria competitiva, então, as contaminantes se aproveitam. E quando se encontra no laboratório uma sorte enorme de bactérias, acaba ninguém dando o diagnóstico por esse método.

Em 1999, foi feito o isolamento. A partir de então, foi implantada a técnica de fixação de complemento pela Instrução de Serviço nº 009, do Ministério da Agricultura. Entre 1999 e 2000, foi utilizado um *kit* americano de diagnóstico, que funcionou perfeitamente bem, sem muita controvérsia, acompanhando mais ou menos aquilo de que se tinha registro no mundo: a fixação de complemento era uma boa técnica para o diagnóstico do mormo; era o *gold test* para serem resolvidos os casos.

Acontece que ninguém tinha utilizado como repetição no mesmo animal. Então, não se tinha uma visão do comportamento agora do hospedeiro em relação à permanência da infecção. Então, quando se repete o teste em intervalos relativamente curtos – hoje sabemos disso –, o animal faz uma sororeversão. Ou seja, no momento, ele vai se tornar positivo, e em algum instante ele perde essa condição e volta a ser detectado como negativo, mas ele não perde a condição de infectado.

Diante dessas descobertas, ao longo do tempo, de 2000 a 2010...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria apenas que o senhor pudesse repetir essa fase em que ele está infectado e depois ele não é diagnosticado mas continua portador.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Isso. Absolutamente.

Então, para sanar essa situação, o Ministério enviou uma veterinária, uma fiscal para o laboratório, na Alemanha, e ela trouxe a técnica do *kit* alemão para a fixação de complemento, que aumentava a sensibilidade. Essa mudança de *kit* de diagnóstico aumentava a sensibilidade e melhorava a situação. Porém, assumíamos o risco de que um aumento da sensibilidade talvez não fosse acompanhado com especificidade. Daí a necessidade de dois testes associados, um para remediar o problema do outro. Mas o mesmo comportamento que se viu no *kit* americano, que tinha maior especificidade, também se percebeu no alemão, em menor dimensão.

Subsequentemente, ainda a essa época, trouxeram o Western Blotting, que seria uma forma de remediar definitivamente essa questão do diagnóstico. Se eu encontrasse um animal reagente pelo método mais sensível, o método mais específico me daria a garantia da infecção.

Pois bem, então...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Um minuto. O Western Blotting pode ser feito tanto no que está com a doença como naquele que é apenas o transmissor e não tem sintoma?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Eu não vou usar essa expressão "transmissor", porque ele é um infectado, ele é um doente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Certo.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Mas o Western Blotting deve detectar os dois. Todos os testes são testes sorológicos. Então, de alguma sorte, eles vão embutir o mesmo comportamento, que não é do teste, mas na verdade é da resposta do hospedeiro.

Como podemos averiguar isso? Existe a possibilidade concreta de utilização do teste Elisa para detec-
). O teste Elisa, diferentemente dos outros, é um teste quantitativo, vai ter uma resposta numérica. Enquanto
e nos outros testes percebemos uma resposta qualitativa, positivo e negativo, mediante uma hemólise ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

não, se for fixação de complemente, mas com um teste que eu tenho uma resposta numérica, eu posso ver o comportamento do indivíduo ao longo do tempo. Então, se eu utilizar isso como método, como uma prática de rotina, eu sou capaz de detectar, de compreender se um animal que eu estava considerando positivo ou negativo e voltou a ser positivo, ou assim sucessivamente, é exatamente do número que ele vai responder ao Elisa. E daí eu sei se aquele número está aumentando ou está diminuindo. Então, uma série histórica. E isso, para o saneamento, vai facilitar sobremaneira.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dr. Fernando, desculpe-me, eu sou médico.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas não médico veterinário. Dei aulas de Química e conheço um pouco de Bioquímica também. É claro que, na hora da fixação do complemento, você tem que ter .... Isso é que está difícil de entender. Por exemplo, se o animal é doente, ele não é um portador, é um animal doente.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Exato.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, se ele é doente, ele tem que ter isso na sorologia, tem que ter essa fixação. Por exemplo, eu faço aqui e deu positivo porque houve a fixação. Aí eu repito, e dá negativo.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Deu negativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quer dizer, aí não acontece?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Exatamente. Veja, esse é um dos fatos que mais nos intrigam do ponto de vista prático. Ou seja, como em um indivíduo, uma vez infectado, que teve uma resposta inflamatória, esses anticorpos desaparecem no curto intervalo de tempo. Mas aí vamos ter que entrar na parte da imunologia e ver as classes das imunoglobulinas.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – E aí, nas classes das imunoglobulinas, nós as temos em intervalos muito curtos de duração. Então, a IgG 3 e a 5 podem desaparecer de três a cinco dias por exemplo. Vai que a gente... Estou usando exatamente a expressão "vai", porque é preciso agora abrir uma nova frente de investigação para averiguar se essas imunoglobulinas que estão sendo estimuladas e reproduzindo são essas de curta duração. E aí o teste da fixação de complemento e até, quem sabe, o Western Blotting vão cair nessa malha fina de não conseguir detectar, mas com o Elisa, como é um número, é possível detectar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para vocês perceberem: imaginem o criador ver uma prova positiva e dali a uma semana, cinco dias, uma prova negativa. O animal está doente, porém assintomático. Quer dizer, é muito difícil isso. Só quero que vocês entendam a reação. Muitas vezes, eu vou abater um animal que não está doente. Eu creio que nós temos que nos fixar nisto. O Ministério da Agricultura tem que ter realmente uma equipe com médicos veterinários também para acompanhar isso. Se para mim, que tenho uma noção muito boa disso, já é difícil entender, fico imaginando para um leigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu sugeriria que encerrasse o Dr. Fernando e depois o Dr. Rui Carlos, porque aí teremos mais elementos para entender um pouco algo que está muito difícil para mim. Eu não estou conseguindo entender.

A minha pergunta não foi respondida: você precisa matar um animal para saber se ele está doente? Foi essa a pergunta.

Eu queria que o senhor falasse e que passássemos logo para o Dr. Carlos, para fazermos o debate.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Então, Senadora, o diagnóstico de doente, de infectado, é exatamente um teste sorológico. A demonstração do agente não é uma condição fácil.

V. Exª me permita passar alguns eslaides.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aliás, as fotos ali.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Fotos, só para ver quem são os doentes. Naturalmente, todo mundo, por instinto, vai achar que os dois da direita são os doentes. São! Mas os da esquerda também são. Clinicamente, não há como demonstrar nem convencer o proprietário quem está, de fato, na condição de doente, de infectado. São os quatro.

Vejam que, trabalhando com métodos alternativos, eu, propositalmente, coloquei lá "de uso limitado", foi pela dificuldade de demonstrar. Então, a possibilidade de isolamento do agente é em torno de 25%, mesmo que, na necropsia, eu encontre lesão, não tenho garantia de que aquela lesão é relativa a mormo. E, se eu tentar fazer o isolamento – ali eu não consegui –, se eu não conseguir, vão dizer que não era. Acontece que estou procurando e encontrei a lesão errada.

Subsequentemente, posso ter uma técnica muito boa, muito sensível, mas precisa encontrar o agente, e é o PCR. Então, de novo, fiquei refém da sorte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O histopatológico, microscopicamente, não é um instrumento válido porque, afinal de contas, as lesões podem ser como outras infecções. Do ponto de vista imunohistoquímico, isso funciona, mas é mais para pesquisa, e não tenho anticorpo para usar isso em larga escala. Eu teria que, necessariamente, sacrificar o animal depois de morto, e não seria prático.

Um dos desafios que temos é adotar testes que possibilitem maior sensibilidade e especificidade e que deem garantia. E outro desafio: eles têm que ter baixo custo para que os criadores possam fazê-los, e, dessa forma, adotar medidas sanitárias necessárias para a segurança do rebanho, que estejam disponíveis no comércio, pois não adianta eu ter um teste que seja muito bom para pesquisa em laboratório de estudo, mas que não se aplique imediatamente, e tem que ter uma rede do laboratório capaz de atender a demanda de um plantel que eu considero um dos maiores do mundo, de sete milhões de cabeças, e esses animais se movimentam.

Esse é o grande desafio para o programa de sanidade dos equídeos em relação ao mormo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Fernando, o que está sendo feito hoje pelo Governo brasileiro, pela Anagro, é suficiente, é adequado, é competente?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – É compatível com cada momento da história. Em 1999, quando havia o problema, inicialmente, a queixa, aquilo era compatível porque estava limitado à Zona da Mata de Pernambuco, Alagoas, e parecia que seria capaz de atender. Subsequentemente, novos Estados foram envolvidos, e a rede de laboratório privada e credenciada se tornou pequena frente à demonstração da doença nos outros Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando.

Agora, passo então ao Dr. Rui Carlos Vincenzi, Presidente da Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos (Abraveq).

Com a palavra também por dez minutos, e encerramos para fazer mais questionamentos. Até já tenho perguntas inclusive do Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro, Senador Moka.

O SR. RUI CARLOS VINCENZI – Bom dia, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores Moka e Caiado e demais presentes integrantes da Mesa. Bom dia a todos.

Eu estou na segunda gestão como Presidente da Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos e também sou coordenador do grupo de trabalho de sanidade da câmara setorial de equinocultura. Isso me possibilitou, ao longo dos últimos anos, uma série de discussões, participar de várias reuniões e discussões, em todo o Território nacional, a respeito da situação do mormo no Brasil, que tem causado impactos importantes no mercado, para os criadores e para os veterinários.

Posso afirmar aqui que a ideia de todo o setor privado é realmente a de extinguir o problema, a ideia é a de resolver o problema o mais rápido possível, com os custos que trouxer, como o sacrifício de animais, para controle e para a erradicação. Isso é muito importante também para a credibilidade do nosso mercado, uma vez que o mercado brasileiro tem uma importante frente: a exportação de animais, quer seja para comércio, quer seja para competições esportivas. Então, é muito importante que a erradicação e o controle também tenham reconhecimento internacional. Por isso, esse programa é muito importante para todos nós.

Por outro lado, o que nós vivenciamos nos últimos anos foi um impacto muito grande para o mercado interno, e uma dificuldade maior ainda no fluxo desses animais para fora do Brasil, tendo em vista a perda de controle e a disseminação para todos os Estados brasileiros, provavelmente. Então, o que o setor hoje deseja é a erradicação, é o controle, mas atentando também para um mínimo de impacto para o mercado. É isso que nós estamos buscando juntos, comprometidos também em fazer esse controle e contribuindo para que o impacto seja o menor possível.

Em todas as reuniões e discussões de que eu tenho participado, nós, o setor privado – tanto a classe veterinária, como os criadores, os proprietários –, temos manifestado algumas preocupações. E aqui, especificamente, refiro-me à parte laboratorial, que é o que está em questão aqui. Essas preocupações eu gostaria de externá-las e já agradecer a oportunidade de trazer isso para uma discussão, para que nós caminhemos para um objetivo comum, que é o controle dessa doença.

Uma das primeiras preocupações é justamente a logística das amostras. Por quê? Porque nós ainda temos poucos laboratórios, basicamente Pernambuco e Pará, se eu não estiver errado, que fazem hoje os exames. Muitas vezes esses exames têm que sair do Rio Grande do Sul, da Região Sul, Sudeste, e ir para esses locais para fazer o exame. E aí vem a preocupação de como é acondicionada essa amostra, qual o tempo que ela passa até ser feito o exame, porque sabemos que a temperatura e o tempo podem influenciar no resultado também.

E como e´ que nós vamos cuidar disso? Qual é o encaminhamento dessa situação? Eu vi que já existe ossibilidade de alguns outros laboratórios realizar. A nossa principal demanda era que pelo menos cada ado tivesse um laboratório oficial para poder realizar, mas ao mesmo tempo continua esse problema, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

preocupação de como é acondicionada a amostra, como é feito o controle de temperatura para essa amostra enquanto ela está a caminho e qual é o impacto disso no resultado. Então, essa era uma das preocupações, e, aliado a isso, obviamente, o tempo que se demorava para fazer o exame, tendo em vista também esse tempo que leva até a chegada do exame. Então, essa era uma das primeiras preocupações.

Outra preocupação muito importante do setor é a padronização da forma como se fazem os exames. Nós sabemos que o ideal seria termos os reagentes iguais tanto na rede credenciada, particular, como na rede oficial, e essa padronização ocorra também entre a rede credenciada, entre a rede oficial, e inter-redes. Então, dessa forma a padronização tanto do reagente, dos antígenos, da diluição do antígeno – alguns trabalhos até mostram que a própria diluição diferente em testes comerciais também interfere no resultado –, as técnicas, se a frio ou a quente; então, toda essa padronização da forma como são realizados os exames também é uma grande preocupação em termos do diagnóstico, em termos dessa, muitas vezes, dança de resultados que temos em positivo ou negativo, às vezes no mesmo animal.

Uma coisa que veio à luz, principalmente nessa ideia da padronização, foi, inclusive, quando eu tive acesso, numa reunião a que estávamos presentes no MAPA, aos resultados parciais do trabalho que está sendo muito bem conduzido em Cananeia pela Drª Maristela, onde ela apresentou os resultados que ela tinha de fixação de complemento. Eram resultados parciais, mas já mostravam que, como todos os exames eram feitos de forma padronizada no laboratório, no instituto biológico, não havia a alteração de positivo ou negativo. Ele era positivo, o segundo exame era positivo, o terceiro exame era positivo e assim por diante. Apenas um ou dois animais apresentaram essa alteração, que até poderia ser explicada por alguns fatores inerentes ao animal naquele momento – por exemplo, o parto de uma égua que estava grávida ocorreu durante a realização dos exames.

Então, isso mostra que talvez a padronização seja um dos fatores que vai eliminar esse problema do positivo ou do negativo e trazer uma confiabilidade maior para o produtor, para o criador, a fim de ele possa contribuir mais com a realização do programa.

Outro ponto importante que era uma preocupação muito grande nossa era a realização da maleína como exame comprovatório, depois da fixação de complemento, por uma inerente subjetividade na interpretação do exame e também pelo fato de esse animal ficar positivo – não sabemos por quanto tempo. O exame pode ter sido negativo, mas, como foi inoculado por um antígeno, ele vai ficar positivo. Isso inviabilizaria o comércio e o fluxo desse animal, porque, em todo exame que fosse feito, ele estaria positivo. Então, nós tínhamos essa preocupação com a maleína. Entendo que, pelo andar do programa, volta o Western blotting, mas, de qualquer forma, nós continuamos com essa preocupação, porque acho que ainda está sendo produzida a maleína em alguns pontos.

Por fim, registro que a Abraveq trouxe, em maio, para uma discussão no Brasil, o Dr. Neubauer, da Alemanha. Uma coisa que ficou muito clara em todo esse processo é que nós precisamos de um estudo de prevalência. É o estudo de prevalência que vai nortear e balizar o delineamento e a evolução do programa.

(Soa a campainha.)

O SR. RUI CARLOS VINCENZI – Junto com esses testes – estou terminando –, há o isolamento da bactéria em mais casos, porque, hoje, há poucos casos em que são feitas as necrópsias. Então, a preocupação é esta: aproveitar, da melhor maneira possível, esses animais que já foram sacrificados em função do programa, conseguindo o isolamento para entender se existe uma cepa só no Brasil, se são várias cepas, se existe mutação de cepa. É necessário o entendimento da virulência, da agressividade, da patogenicidade dessas cepas para compreender o comportamento da doença na realidade brasileira. Assim, poderemos delinear um programa bem efetivo que seja comprometido com todos e que garanta a credibilidade de todos.

Então, era basicamente isso que eu tinha para apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Rui Carlos Vincenzi.

Agradeço ao Senador Moka a sugestão de por onde começar a audiência. De fato, aqui se discute como se faz e também os desafios a serem enfrentados e as variáveis que não foram examinadas até agora, como, por exemplo, a identificação do tipo de cepa, da bactéria responsável pelo mormo, pela doença.

Certamente, foram mostrados aqui os bancos genéticos que já estão sendo feitos para o Brasil obter uma identificação clara a respeito disso.

Vou passar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, que é o autor, ao Senador Moka, a uma veterinária de Goiás, que está presente, Drª Carla Macedo Amorim. Depois, passarei a palavra para a senhora fazer a pergunta que tiver interesse, e também os três telespectadores que encaminharam perguntas, vamos fazê-las aos nossos expositores.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente. Meus agradecimentos à presença de todos os expositores, e, ao mesmo tempo também, aos convidados que estão aqui acompanhando mais uma reunião da Comissão, para tratar deste assunto.

Para algumas situações, eu gostaria de formular perguntas bem específicas. Lógico, como aqui levantado pelo Senador Waldemir Moka, na fala do Dr. Fernando, nos preocupou diante da tese levantada por V. Sª que, no momento em que o animal é positivo e se foi negativado em outros exames, não quer dizer que ele seja um animal normal ou curado ou que não tem a doença. Então, tudo bem. Aí, vamos trabalhar um universo que fica extremamente difícil, para que possamos, amanhã, explicar, por exemplo, o caso específico dos animais do Complexo Deodoro.

Bom, sabemos que teremos lá os Jogos Olímpicos agora. O laboratório, o LanagroP Pernambuco, foi comentado aqui, tem a creditação desde 2011, é isso? As amostras de todos os 35 animais do Complexo foram encaminhadas para a Alemanha. No entanto, a mídia anunciou que todos os 35, pelo laboratório brasileiro, estavam contaminados, ou seja, e seriam sacrificados. Ao chegar o resultado da Alemanha, apenas um animal foi sacrificado. Quer dizer, os outros deram positivos aqui, no Brasil, deram negativos na Alemanha, mas foram considerados como sãos, ou animais que estavam aptos a continuar a sua rotina, seu dia a dia.

No entanto, no Estado de V. Sª, a Drª Fabíola, o que se diz e o que, infelizmente, foi disseminado, é que a Coudelaria Souza Leão, do Estado de V. Sª, teria sido responsável por disseminar a doença no Brasil, sendo que, na verdade, pelo relato que ouvimos aqui, ele é que foi dizimado da prática ou da atividade da equinocultura porque foram lá eutanasiados mais de 300 animais e, mesmo assim, tendo sido liberado pelo Ministério da Agricultura, tendo comercializado os produtos com a desinterdição do Ministério da Agricultura, ainda recai sobre ele essa pecha depois de seis anos e meio, quando teve de encerrar 100% do seu plantel.

Era um dos maiores plantéis do mundo em cavalo de saltos – é isso? Cavalo de salto – lá no Estado em que V. Sª tem, exatamente, o laboratório instalado para isso. Quer dizer, durante todos esses anos não se conseguiu isolar os animais, não se conseguiu saber os que estavam em condições de continuar, nem se identificou como são os normais e os outros que estavam sob suspeição?

É muito difícil para nós entendermos dois pesos e duas medidas na análise do Lanagro. O Complexo Deodoro passou a ser um marco para nós. O Complexo Deodoro, por ser um órgão do Estado, foi liberado em pouco mais de 30 dias. As outras propriedades rurais estão sendo interditadas há anos. Nós temos aqui proprietários de aras que quebraram, que estão falidos.

Por que o Ministério da Agricultura e o Lanagro sabem interditar as propriedades e só souberam desinterditar o Complexo Deodoro? Por que as outras propriedades não tiveram a mesma agilidade? Isso é algo que bota sob suspeição todo o controle que está sendo feito pelo Ministério. No momento em que eu tenho dois pesos e duas medidas, realmente tira-se a imparcialidade do órgão.

Ora, um outro ponto que gostaria de perguntar à Drª Fabíola. O Lanagro de Pernambuco tem a acreditação para PCR? Porque o que os produtores dizem é que o animal é necropsiado, mas de repente se deparam com o Lanagro de Pernambuco, que não tem acreditação para o PCR. Então, qual é a confiança que se tem nesse resultado?

Bom, em relação a um outro ponto que a Drª Fabíola levantou. O Dr. Wesnary, citado por V. Sª, de Dubai, tem relatos – e me foram repassados aqui – de que não acredita que animais permanentemente sem sintomas sejam considerados doentes. Aí também é para o Dr. Fernando a pergunta. Gostaria de saber qual é a experiência que tanto o Dr. Fernando quanto V. Sª têm no trabalho de campo, na análise de campo. Pelo visto, é uma referência citada por V. Sª esse Dr. Wesnary, de Dubai, como tendo uma *expertise* nessa matéria.

Outro ponto que nós gostaríamos de saber é que nós assistimos aqui a uma exposição, mas a queixa que os produtores rurais nos trazem, ou seja, a vida como ela é não é como foi projetada aqui. Ou seja, o animal é eutanasiado. Poucos – ou quase nenhum – são necropsiados dos animais são necropsiados. Quando são – e aí o Dr. Rui coloca também as condições em que esse órgão que foi retirado é deslocado, o tempo –, falta de resposta aos produtores. O cidadão criador não recebe a resposta do exame. Isso demora seis meses, um ano.

Veja bem, Sr. Presidente, nós somos Senadores da República e já fizemos uma solicitação ao Ministério da Agricultura e ainda não recebemos, nesta Comissão, requerimento feito para que nos mandassem os resultados dos exames que haviam sendo feitos, condenatórios aos animais ou liberando os animais. Isso é um total desrespeito a nossa Comissão. Um requerimento feito para que os resultados viessem, para que pudéssemos identificar e saber de que maneira o Ministério está balizando um resultado positivo ou negativo.

A partir dessa tese, mesmo com a validação agora para os laboratórios na Western blotting, mas também o exame de fixação de complemento, que seria para nós o ideal – não vou falar da perfeição, o mais próximo perfeição –, se sobre tudo isso ainda paira dúvida se ele, em algum momento, foi positivo, num exame que positivo para os cavalos de Deodoro e depois a Alemanha diz que apenas um é positivo e os outros 34 são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

liberados; quando o cidadão que tem o haras privado faz o exame no Brasil e é positivo e esse exame vai para Alemanha e é negativo, ele volta para o Brasil e continua interditado.

Então, chegou a um ponto onde temos que fazer um balizamento. Lógico que as pessoas credenciadas, que têm a capacidade para poder dizer ao Brasil o seguinte: interdita-se o criatório de equinocultura, não vai ter mais equinocultura no Brasil. É isso? Está todo mundo proibido. Vamos eutanasiar 7 milhões de cavalo no Brasil.

Fica difícil para o cidadão investir em uma atividade tão cara quanto é a equinocultura, caríssima. Sabemos que o Brasil passou a ser referência. Como disse a nossa Presidente, não só do crioulo, do mangalarga como também de outras raças, com as quais temos condições de disputar mundialmente. Mas o cidadão hoje fica, em primeiro lugar, sob suspeição. Um jovem como o que esteve aqui representando a Coudelaria Souza Leão, um rapaz apaixonado por aquilo, que acabou, largou, faliu, quebrou. Quem vai repor o prejuízo?

Então, acho que nós precisamos, com a responsabilidade que tem o Senado Federal e esta Comissão, repito aqui, reconhecer o tratamento diferenciado dado desde o momento em que o Ministro Blairo Maggi assumiu o Ministério. Temos que reconhecer essa postura do Ministro. Ele fez duas reuniões conosco, já nesse curto espaço de tempo, determinando a comissão. Mas, até o momento, pelo que estou sendo informado agora e que me surpreende negativamente, não foi publicada até agora a constituição da comissão.

Liguei, ao iniciar a reunião, porque eu gostaria de citar os nomes. Fui, infelizmente, informado de que não foi dado ainda publicação à constituição da comissão, o que havia sido prometido a nós pelo Dr. Rangel que isso aconteceria na data de hoje. Bom, disse que não saiu a publicação.

Em segundo lugar, a indicação que nós fizemos de duas veterinárias competentes para poder acompanhar. E termino depois dessas perguntas que formulei, Presidente, também perguntando ao Dr. Fernando porque realmente a exposição de V. Sª, como especialista que é, como veterinário, com o conhecimento profundo que tem da região onde identificaram os primeiros quadros de tumor, se V. Sª enxerga alguma saída para todas aquelas propriedades que tiveram os animais, inicialmente com diagnóstico positivo no Brasil e depois esses exames foram feitos na Alemanha e vieram com um resultado negativo; se essas propriedades estarão inevitavelmente impedidas definitivamente da atividade, se elas jamais receberão o selo ou a autorização do Ministério da Agricultura para continuarem na atividade; ou se a metodologia usada para Deodoro também vai ser aplicada nas propriedades privadas; ou se existe uma técnica para propriedade privada e uma técnica para os complexos que são de propriedade do Governo.

Era isso que eu queria formular e agradeço o tempo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ronaldo Caiado. Eu passo a palavra ao Dr. Fernando e logo depois ao Dr. Rodrigo para, na parte que diz respeito às questões em relação a Deodoro, o Dr. Rodrigo se manifeste. E também sobre a questão da comissão, que diz respeito ao Ministério e ele é representante do Ministério.

Então, com a palavra o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Senador, respondendo a cada questionamento. Em relação à coudelaria, é necessário que a gente faça um relato histórico para que a gente compreenda que haverá um sincronismo entre as ações e os meios de diagnóstico disponíveis.

Então, quando por ocasião da interdição da propriedade lá – creio que junho ou julho de 2009 –, a técnica disponível para diagnóstico era fixação de complemento com o *kit* americano. Então, mediante aquelas normas e aquela técnica implantada, foram sacrificados alguns animais.

Ao final de 2009 e começo de 2010...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Duzentos animais eutanasiados.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Naquele período, imediatamente, eu não sei lhe dizer assim numericamente, mas não deve ter passado de sessenta. E isso, para um plantel de setecentos e poucos cavalos, era um número assustador.

O proprietário perguntou certa vez – eu digo isso não porque eu participo do ente oficial do estado das ações, mas é porque eu fui chamado a acompanhar como observador externo da universidade – qual era o número provável de número de animais contaminados entre aqueles setecentos. Com toda a experiência que a gente tinha pelos casos da Zona da Mata e de outras propriedades em situação semelhante, naquela época eu disse a ele que eu não poderia fazer uma extrapolação porque eu não sabia quando a doença tinha sido introduzida. Sabíamos onde estava sendo o diagnóstico, mas não quando tinha sido introduzida.

Dentre as medidas sanitárias aplicadas, era estabilizar os lotes. Todos os animais estavam loteados pelo manejo da propriedade, de sorte que seriam investigados por lotes. Então, cada vez que se encontrasse os mais positivos dentro do grupo dos lotes, em tese, a cada dois exames, que era a regra do jogo, aquele lote tese estava limpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O que aconteceu? Ao final de 2009, ou início de 2010, não me lembro exatamente, houve a possibilidade de trazer o método do diagnóstico alemão, para a fixação de complemento. Isso parecia ser um alento, porque, se tínhamos na estratégia habitual de experiência passada detecção de número maior de animais e, subsequentemente, durante o saneamento, mais os números mitigados, 1, 2, 3, até que o lote fosse saneado, a introdução de uma técnica com maior sensibilidade parece que ia resolver o problema.

Números não sei em absoluto. Então, no primeiro teste que eles fizeram com o *kit* alemão, salvo engano, deram mais cento e poucos animais. Isso projetou, gerou uma expectativa de que no próximo teste, que seria exatamente o que estava na norma, a gente talvez encontrasse não mais um número tão assustador, mas talvez dez, cinco, algo dessa ordem. E nada. E pior, aumentou o número de animais reagentes, excluídos os positivos, os reagentes da primeira leva. Então, a gente começou a ter dúvida de como lidar com essa questão da sensibilidade do teste e não ter diante de animais falsos positivos.

Então, o senhor veja que, na disposição dos testes, aplicou-se aquilo que era disponível. Se eu olhar de hoje para trás, eu posso fazer um comentário inconveniente, dizer que aquele método não era o melhor teste para diagnóstico, porque agora tenho o Western blotting, que é mais sensível, tenho o ELISA, promissor. Mas, naquela época não havia nada disso, era 2010, início de 2011.

Então, quando foi Western blotting tornou-se disponível, ele não foi imediatamente absorvido porque era um teste em desenvolvimento. Em 2011, salvo engano, foi publicado um trabalho com o pessoal do laboratório da Alemanha, em que demonstrava que o Western blotting poderia ser utilizado como teste de diagnóstico.

De lá para cá, o que aconteceu? Do tempo de infecção, a gente não tem a menor ideia, e de quando ocorreu dentro da propriedade, o número de animais infectados. Pelas regras que estavam em vigor naquele instante, a liberação de cada propriedade era diante daquilo que todos tinham experiência, a própria recomendação da OIE. Então, não se criou nova situação e nem foi mais rigoroso em cada instante. Era compatível para cada momento.

Em algum instante, e eu não sei lhe dizer temporalmente, o plantel já era reduzido. A possibilidade de utilizar o Western blotting repercute imediatamente dentro da própria ação do Estado. Veja: se eu posso usar um teste de maior sensibilidade como triagem e usar outro método como diagnóstico definitivo, se eu usar a técnica definitiva, eu não tenho mais possibilidade de retroagir. Até então estávamos lidando com uma situação em que não compreendíamos a questão dos animais que eram positivos negativos. E isso criava sempre uma zona de turbulência, porque é fácil jogar a culpa para o laboratório e dizer os erros são de lá, quando a gente não conseguia compreender. Poucas vezes e concretamente tivemos os animais com essas variações e que não compreendíamos.

Agora, infelizmente, antes de poder concluir, porque eram números sempre isolados, esses animais eram decididamente sacrificados pelos proprietários, porque ninguém queria correr o risco de ter um animal positivo negativo dentro da propriedade, e tivemos isso ao longo do tempo.

Então, infelizmente, eles ficaram em uma situação de desvantagem, porque ninguém conseguiu detectar quantos animais efetivamente estavam contaminados e como a doença se disseminou, considerando que havia loteamentos, ou seja, dentro dos lotes, aqueles que a gente considerava positivos, já estavam, na verdade, contaminados; não tínhamos eram meios de diagnóstico.

Daí quando o senhor pergunta em relação às diferentes medidas a serem aplicadas a Deodoro e às outras entidades, a utilização do Western blotting é um recurso que pode ser aplicado; agora, ela põe em cheque tudo que vá ser, vamos dizer assim, de recurso subsequente, porque a lei possibilita ao proprietário apresentar um recurso para questionar a reação do animal. Então, se o senhor utilizar um teste de especificidade alta e depois apresentar um recurso, só resta para o ente um teste de menor sensibilidade. Então, fica em uma situação de desvantagem.

Em relação à questão de desfazer a soroconversão, é um fato que a gente tem concretamente. Veja, o Vincenzi comentou aqui a questão da estabilidade, da permanência dos animais reagentes no experimento da Drª Maristela Pituco. Para a gente, isso é, vamos dizer assim, um alento descobrir que a situação se mantém estável e que todas as nossas interpretações estão erradas, se não fosse o detalhe de ele dizer que tínhamos dois animais que fizeram a sororeversão. Então, fica um dilema a ser resolvido, se estamos diante de uma reação cruzada, temporária ou não.

E aí vou em direção a uma outra possibilidade de a gente ter um outro método de diagnóstico, que se assemelha em patamar de qualidade ao *Western* blotting, que pode ser utilizado como triagem, e aí a gente vai sair desse impasse. O que é mais promissor, o que está mais próximo de ser alcançado, isso, é a questão do ELISA.

Em relação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria que o senhor consesse concluir, para dar a resposta aqui ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Então, em relação a ter animais com sintomas ou não, ser isso relevante para a suspeita, eu considero isso de pouca relevância, porque eu não tenho uma única espécie para tratar; eu tenho animais com potenciais de respostas diferentes. Se eu estiver diante dos muares, como híbridos, eu os tenho muito mais sensíveis do que os equinos. Os equinos, regra geral, são submetidos à melhor forma de tratamento. Daí eles já têm uma resistência natural, que não é uma variável relativa só a ele; eu tenho relativa também às cepas que circulam no País. Então, o senhor compreenda que a resposta de ter sintoma ou não ser relevante, parece que eu não vejo como relevante para que a gente leve em consideração.

Em relação à necropsia ter utilidade aos proprietários da coudelaria, eu comentei: a necropsia é um instrumento para averiguar lesão, mas ela não vai resolver a questão do diagnóstico definitivo. Por quê? Porque eu posso examinar o cadáver, vamos dizer assim, em uma visão mais ampla, e não encontrar uma lesão pequena, e aí eu vou dizer que ele não tem lesão aparente, mas eu não tenho garantia de que aquilo não foi infectado.

Da colheita do material ao laboratório, a cepa, a *Burkholderia mallei* tem peculiaridades. Em temperaturas ambientes, ela resiste 24 horas, até chegar ao laboratório para um isolamento. Ainda que esteja morta, se houver condições de demonstrar por PCR a presença dela, é possível. Então, imediatamente, pode-se dizer que a temperatura baixa inviabilize o isolamento, mas não inviabiliza o teste de DNA.

Agora, tornar isso de utilidade e aplicação para diagnóstico como prática das ações do Estado, vai ficar vulnerável, muito, não é pouco, porque não posso nem estabelecer uma probabilidade de alguém abrir um animal e encontrar lesão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, só um segundo, por favor.

Um teste positivo aqui, foi para a Alemanha, teve um Western blotting negativo, como aconteceu em Deodoro, V. Sª, como um médico veterinário especialista nessa área, desinterdita a propriedade ou não? Porque Deodoro foi desinterditada, as propriedades no Brasil na mesma situação não são desinterditadas.

Então, objetivamente, quero só saber isto: pode ou não pode? Porque essa é a pergunta. A pergunta hoje é: vale para o Complexo de Deodoro, não vale para a iniciativa privada?

É só isso.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Desde que adote a mesma metodologia de dois testes, dois exames, para a desinterdição das propriedades.

Agora, quero só, me permita, Srª Senadora, comentar um fato importante. É que, para que eu tenha segurança a respeito da positividade, eu não devo enviar ao laboratório uma segunda amostra, mas aquela primeira amostra que deu positividade, porque é ela que está sendo questionada. Porque, senão, vou esquecer da possibilidade das variáveis relativas ao hospedeiro e outras que possam interferir na sororeversão. Então, o ideal é que sejam mandadas aos laboratórios, se houver o recurso, as mesmas amostras para serem submetidas aos mesmos testes ou outros, de sorte a ser esclarecidos se aquilo foi um acidente de laboratório ou não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Rodrigo, para responder ao questionamento sobre a comissão.

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Senador Ronaldo Caiado, em relação às questões de publicação do comitê prometidas pelo Secretário Rangel, eu mesmo coloquei meus olhos nesse documento, ontem e anteontem, e acredito que ele deve estar sendo publicado na semana que vem, e estão os nomes dos integrantes desse Comitê bem estabelecidos lá. Realmente, não sei lhe explicar a razão da não publicação, conforme o prometido pelo Secretário de Defesa Agropecuária. Mas eu vi o documento, ele estava impresso em papel, em cópia dura, como a gente fala.

Em relação ao requerimento do fornecimento de relatórios de ensaio de dez anos da atividade laboratorial de pesquisas de mormo, esses dados estão disponíveis na Secretaria de Defesa Agropecuária. Foi difícil levantá-los porque, à época, dez anos atrás, a gente não tinha um sistema informatizado que facilitasse a nossa busca, mas os dados estão disponíveis e estão lá com o Sr. Secretário de Defesa Agropecuária, e eles vão pesquisando o devido tratamento desses dados, porque há nomes de propriedades. Então, realmente a gente tem que ter um cuidado para zelar com os proprietários do cavalo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Lógico. Sob sigilo.

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Comissão receberá e manterá exatamente o trato, como tem feito com outros documentos encaminhados à Comissão.

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – O produto de um laboratório é o relatório de ensaio, esse é o isso negócio. Ou a gente oferece aos departamentos que apresentei ali a informação, o relato. Esse é o nome cial do documento da análise do soro, da análise do sangue do animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Houve, de fato, uma demora na apresentação de resultados. Em determinado momento foram tão demandados os ensaios Western blotting pelos Lanagros que, simplesmente, os antígenos oferecidos pelo laboratório de referência na Alemanha findaram-se, e a gente teve que adotar soluções nacionais para conseguir esses insumos.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Leandro, porque ele domina melhor, pela sua formação como médico-veterinário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como temos muitas perguntas também, eu queria que fossem as respostas um pouco mais sucintas, para dar espaço a todos, senão deixaremos pessoas que mandaram as perguntas e também aquelas aqui da plateia, da mesma forma, sem resposta. Obrigada.

Dr. Leandro.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Senador Ronaldo, que fique claro que não existe, da parte do Ministério – eu falo aqui pelos colegas do laboratório –, jamais, nenhuma falta de comprometimento ou de respeito com a Casa, com o próprio Ministério ou com o Senado Federal. Tanto é que, em deferência a V. Exª e aos demais aqui presentes, eu retornei de férias – eu estou oficialmente de férias – para estar aqui no objetivo de construir, que é o que a gente vem fazendo.

Compete aos órgãos estaduais de defesa e ao Departamento de Saúde Animal a questão da interdição ou desinterdição. O laboratório tira uma foto daquele soro que ele recebe. A informação que eu tenho é que, no caso de Deodoro, foram cinco meses para a desinterdição. Existem propriedades no País que são desinderteditadas mais rapidamente do que isso, e aí é condição específica de cada propriedade – número de animais – e das ações do órgão estadual também.

Quando havia essa pressão grande pela acreditação do Lanagro na ISO, embora o Lanagro tenha competência regimental e cumpre com as suas atribuições de Estado como laboratório oficial para fazer o que ele faz, nós decidimos – e aí quem é gestor tem que decidir e não pode titubear –, parar momentaneamente com o diagnóstico no Lanagro de Pernambuco, porque a mesma equipe que está na bancada fazendo teste é a equipe que teria que preparar a documentação para a requisição junto ao INMETRO.

Solicitamos ao laboratório da Alemanha, na época, que eles realizassem as análises de rotina do Brasil, incluindo as de Deodoro, e a dos proprietários privados. O laboratório de referência, como tal, nos respondeu que, como referência, ele poderia tirar dúvidas em casos específicos e topou fazer, inicialmente, as amostras de Deodoro. Por entender ser um evento internacional e haver um interesse mundial muito particular para que houvesse os jogos, aceitou, inicialmente, receber as amostras de Deodoro – e assim o fez por duas oportunidades. Então, foi mais de uma coleta de soro dos animais. Foi feita uma triagem, no Brasil, na fixação de complemento, e isso foi mandado para o Instituto Friedrich-Loeffler.

Num segundo momento, e aí já foi no mês de dezembro, como eles não conseguiam mais nos fornecer os insumos para fazermos as análises aqui, naquele momento, o Lanagro já estava de posse do certificado – que não é condição *sine qua non*, mais uma vez, mas é extremamente desejável e positivo para o País, tanto é que nós exigimos dos credenciados e botamos no Lanagro. A Alemanha não tinha mais insumos para fornecer para o Brasil dado o volume. Eles, como laboratório de referência, trabalham um volume muito pequeno, numa produção *in house*.

Não existe uma empresa que produz o insumo para o diagnóstico de Western blotting, mas o Brasil já correu atrás dessa realidade. Hoje, nós estamos muito perto da autossuficiência na produção dos insumos de que precisamos para diagnóstico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Leandro.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Em dezembro, foram enviadas 701 amostras de propriedades diversas para análise na Alemanha. Esses resultados chegaram em fevereiro e foram prontamente encaminhados ao serviço oficial para as ações de desinterdição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto o Senador Caiado se tem alguma dúvida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, eu gostaria de que V. Exª passasse a palavra a ela, para depois eu me manifestar rapidamente sobre o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria apenas de que a Drª Fabíola falasse também, que seria complementar ao que falou...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Brevemente, o [illegible] faltou para dirimir a dúvida do Senador Caiado, por favor, Drª Fabíola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Primeiramente, quanto ao diagnóstico sorológico..

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a V. Sª que chegue mais próximo do microfone, por favor.

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Quanto ao diagnóstico sorológico, é importante sempre ressaltar que trabalhamos com duas técnicas: uma de triagem e uma confirmatória. O objetivo da técnica de triagem é justamente a mínima possibilidade que houver de o animal ser positivo com aquele soro no resultado. Por isso, há um confirmatório depois.

Outro detalhe que eu gostaria de ressaltar é o fato de que nós não damos positivo ao animal, à propriedade. Nós analisamos a amostra reagente ou não reagente. Não nos compete a questão de desinterdição, como foi dito pelo coordenador do Lanagro.

Quanto à PCR, o laboratório de Pernambuco já é creditado. A técnica de PCR ainda está em extensão de escopo – o laboratório está se preparando para solicitar a extensão de escopo –, assim como foi feito com a fixação e o Western blotting no ano passado. Atualmente, os resultados que saem da PCR são realizados em Minas Gerais, que já trabalha com a metodologia há mais tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Como?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Um momentinho. Agora falará o Senador. Esta é uma audiência pública do Senado Federal. Há um rito determinado pelo Regimento Interno. Então, estou dando preferência aos Senadores. Depois, outras pessoas poderão fazer questionamentos.

Consulto novamente o Senador Caiado para saber se está satisfeito com a resposta da Drª Fabíola.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com a fala da Drª Fabíola e do Dr. Leandro...

Eu quero agradecer a presença de V. Sª aqui, mesmo no período de férias. Nós enviamos uma relação ao Ministério, há vários meses, em razão de uma demanda relativa aos resultados que gostaríamos de esclarecer.

Segundo ponto, Presidente. Não ficou muito claro para nós.... Ficou claro, agora, com a resposta do Dr. Fernando. Ele diz: se a mesma amostra – ela foi caracterizada aqui como positiva –, se o mesmo soro foi encaminhado para lá e o resultado foi negativo, em princípio deve prevalecer o trabalho feito na Alemanha, que tem um reconhecimento maior pela sua experiência.

Nós recebemos exatamente um caso específico, que é o do Haras 4 Irmãos, em Bauru, São Paulo. Ou seja, a mesma amostra, o mesmo soro, analisado aqui, foi encaminhado para a Alemanha e veio como negativo. No entanto, essa propriedade continua...

Parece que há uma queda de braço entre as autoridades do Ministério da Agricultura e as regionais, parece que há uma briga de vaidade. O regional do Estado quer se impor sobre o nacional, enfim, parece que não há uma solução, uma administração que seja hierárquica e, com isso, o cidadão é o penalizado. É isso que pude compreender desse processo todo depois que procurei saber. Aí entra um processo de ordem um pouco mais psiquiátrica e sai um pouco do mormo.

Em relação específica ao PCR, é lógico que a Drª Fabíola não tem por que também explicar tudo isso, mas a indignação dos proprietários, dos produtores é de, depois que foi feita a necrópsia no animal, identificar que o Lanagro de Pernambuco ainda não tem essa acreditação para chegar a essa conclusão, na qual o animal foi submetido à eutanásia.

Mas acho que foi extremamente positivo. Muito obrigado, Presidente, as coisas caminharam bem. Acho que agora estamos dentro de um novo ritmo, e é essa parceria que esperamos buscar entre o setor produtivo e o órgão técnico, com base científica. Como médico que sou, acredito na pesquisa, acredito na ciência, de acharmos uma saída, que é o Ministério saber interditar uma propriedade, mas, ao mesmo tempo, com a mesma celeridade que deu lá ao Complexo Deodoro, a celeridade para ser desinterditada também cumprindo todas as regras sanitárias necessárias exigidas para a boa convalidação do controle de qualquer doença no País.

É importante que encerremos aqui, pelo menos da minha parte, dizendo que a metodologia Deodoro é uma metodologia que, infelizmente, nenhum de vocês que estiveram aqui, conseguiu explicar. Porque se o Lanagro de Pernambuco tem a acreditação.... Está certo, o evento é internacional, as informações, tínhamos pela imprensa, e nós pedimos dados. Inicialmente, foi feito no Brasil, e 35 animais foram identificados como doentes. Esse mesmo soro foi para a Alemanha, e apenas um foi eutanasiado. Então, esse é o fato da pergunta, a dúvida que paira até hoje em relação a esse quadro específico. No mais, cabe a nós, agora, voltarmos os olhos para a frente e também darmos uma alternativa e uma saída a todos os produtores e a todos aqueles que têm a sua vocação para a equinocultura e que estão vivendo um trauma enorme e uma angústia que se arrasta por mais de seis anos. Concordo com o Dr. Fernando que as técnicas evoluíram, que a maneira de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

identificar ou diagnosticar está cada vez mais moderna, para que possamos conviver com aquilo que sempre foi uma paixão característica nossa que é o cavalo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto o Senador Moka se tem algum questionamento a fazer sobre o tema, já que o nosso especialista aqui se chama Ronaldo Caiado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, questionamento não, mas quero dizer algumas coisas, Senadora Ana Amélia. Vejo que V. Exª me parece preocupada em formular as perguntas que recebeu. Eu não me oporia se V. Exª quisesse fazer as perguntas antes do que eu tenho para falar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador, porque, aí, damos uma participação rápida, vamos terminar. A minha preocupação é porque até as 10 horas temos transmissão ao vivo para o Brasil inteiro, depois entramos na internet.

Então, eu vou fazer pergunta e quero que o senhor diga sim, não e por quê.

Kelly Noda, do Mato Grosso do Sul – até em homenagem ao Senador Moka – pergunta: "Qual a posição técnica do MAPA e OIE sobre ampliação do exame de mormo de 60 para 180 dias nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul?"

Barbieri, um minuto, se puder.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Essa não é uma definição que compete ao laboratório. Então, são serviços veterinários oficiais que vão dizer a validade desse exame, de acordo com o comportamento da doença e daquilo que se espera do programa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ou seja, o prazo vai ser determinado pela capacidade do laboratório de fazer ou da natureza da doença ou dos sintomas.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – É da natureza da doença e daquilo que o programa entende como válido, aquele exame é válido por tantos dias. É como um médico. Ele pede um exame cardiológico de seis em seis meses, de um em um ano. Por isso esses dois Estados estão procurando prolongar a validade do resultado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Sônia Dellinghausen, do Rio de Janeiro, pergunta: "O debate afinal é sobre a obrigatoriedade de vacinação ou outra forma de cura desta doença?"

Não. É como fazer a identificação da doença e dar o procedimento adequado para evitar prejuízo aos criadores de cavalos.

Pergunta de Kelly Ventorim, também do Mato Grosso do Sul: "Sou Jornalista da Iagro, Mato Grosso do Sul. Gostaria de saber a opinião do representante do Ministério sobre as decisões judiciais que impedem o sacrifício de animais com exame positivo para o mormo. Isso vem aumentando muito. O que pode causar isso para o setor ou do ponto de vista sanitário."

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Tem ocorrido alguns casos judiciais. Evidentemente que ordem judicial a gente cumpre, mas temos pedido para ser recebidos por esses juízes, procuradores, para poder explicar tecnicamente os impactos que podem advir de uma decisão com essa, por exemplo, a disseminação da doença, uma vez que há um resultado positivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada Dr. Leandro.

Dr. Fernando, o Waterloo Araújo Filho, do Distrito Federal pergunta: "Existem estudos e pesquisas no sentido de reverter o quadro clínico do animal infectado?"

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Não, os estudos preferencialmente são na direção de efetivar o diagnóstico e a patogenia da doença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Aqui também do Mato Grosso, a mesma jovem: "No Mato Grosso do Sul nós tivemos aproximadamente 50 notificações de suspeita de mormo, sendo destas 20 focos confirmados". Ela cumprimenta o Prof. Fernando Leandro em nome da Iagro e gostaria que ele falasse mais sobre a sororeversão, visto que é algo que fica difícil dos produtores entenderem.

O que é a sororeversão?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – A sororeversão é o desaparecimento das imunoglobulinas que aparecem depois da infecção. Então, quando os métodos diagnósticos não mais o detectam é a sororeversão, que literalmente vamos mostrar que não é. Na verdade, os títulos é que diminuem substancialmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada Dr. Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui uma pergunta do Distrito Federal: "Os laboratórios citados são financiados com verba pública ou verba privada? Pois, não concordo com verbas públicas sendo utilizadas sem a fiscalização do Ministério Público. Então, peço que revejam essa legislação."

Na verdade, o setor público todo funciona com regras, não é o caso de ter o Ministério Público. O Ministério Público só interfere quando você tem uma possibilidade, uma suspeita de uso equivocado. Aqui estamos tratando de sanidade. A responsabilidade pela defesa sanitária agropecuária brasileira é do Ministério da Agricultura, dos órgãos executivos. Neste caso que estamos debatendo, que é uma doença, é o Lanagro que faz a análise para identificar.

Eventualmente, o Ministério Público entra, mas não, como regra, mudar a lei para fazer fiscalização. Aí é suspeitar que tudo o que se faz no setor público está com algum problema. Com todo o respeito, eu queria, em homenagem a todos os servidores públicos, em todos os setores, que trabalham com muita honestidade...

Queria aqui também, Senador Ronaldo Caiado, o Antônio Fernando dos Santos, do Espírito Santo – e veja, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul...–, diz: "Parabenizo o Senador Ronaldo Caiado pelo excelente comentário. Gostaria de saber quem está falando a verdade sobre a doença do mormo no Brasil e se o Governo irá tomar as providências necessárias para não prejudicar o criador de cavalos."

A Drª Patrícia Brossi, que está aqui presente: "O teste de WB está sendo realizado, Dr. Fernando?".

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Eu vou passar para o pessoal do Ministério.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para a área do Ministério.

Então, Dr. Rodrigo ou Dr. Leandro, o teste de WB está sendo realizado?

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO – Sim, pela Lanagro Pernambuco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O antígeno utilizado é o alemão?

O SR. RODRIGO BARBOSA NAZARENO (*Fora do microfone*.) – Fabíola.

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Não, o antígeno utilizado é um elaborado pelo Panaftosa (Centro Panamericano de Febre Aftosa).

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O teste vai sem empregado rotineiramente?

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Sim, já está implementado na rotina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como é que os senhores enxergam a necessidade de padronização das técnicas e dos reagentes do teste de fixação do complemento, como foi proposto aqui, se não me engano, pelo Dr. Rui Carlos?

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Drª Patrícia e Dr. Rui, essa padronização já existe. Então, hoje todos os laboratórios Lanagro e credenciados estão utilizando um mesmo antígeno na mesma técnica. Nós temos feito um trabalho constante, continuado. O Lanagro sempre prepara instrutivos, e nós os temos encaminhado de maneira circular e constante a esses laboratórios. Então, hoje eu afirmo que eles estão trabalhando com o mesmo método. Está bem padronizado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Leandro.

Agora, a Drª Carla Macedo Amorim, que fez uma solicitação. A senhora faça a pergunta, por favor, em um minuto, porque o tema foi bastante esgotado.

A Drª Carla Macedo Amorim é veterinária do Estado de Goiás, do Estado do Senador Ronaldo Caiado.

A SRª CARLA MACEDO AMORIM – Para a Drª Fabíola, rapidamente, uma perguntinha, porque ela citou o Dr. Wesnary. Pegando esse gancho, ele tem um estudo em que os animais que são positivos – 35% de animais reagentes na fixação do complemento com o antígeno c.c.Pro alemão –, após três meses retestados – os mesmos animais que eram positivos –, tornam-se negativos.

E ele pontua bem na palestra dele, lá em Buenos Aires, em que a gente também esteve presente, que animais assintomáticos positivos na sorologia não devem ser eutanasiados de pronto, devem ser retestados – devem ser isolados e retestados –, porque senão a gente pode estar correndo o risco de eutanasiar um falso positivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é a pergunta que a senhora faz, Drª Carla?

A SRª CARLA MACEDO AMORIM – Por que é que a gente não pode buscar os retestes, às vezes, até em parceria com laboratórios de referência? A gente encontra uma dificuldade para isso.

Para o Dr. Leandro, rapidinho, também: a questão da variação de titulação de anticorpos nas amostras – senhor falou da sororeversão. Na realidade, elas diminuem, elas oscilam. Como o senhor explica um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que a gente achou meio confuso: o mesmo animal obteve vários resultados diferentes – se eu não me engano, três –, com amostras colhidas no mesmo dia na Coudelaria Souza Leão, se não me engano, com intervalos de oito horas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Carla.

A SRª CARLA MACEDO AMORIM – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É para a Drª Fabíola e, em seguida, para o Dr. Fernando.

A SRª FABÍOLA DO NASCIMENTO CORREA – Essa questão do resultado sorológico com sinais clínicos fica mais com o pessoal da Defesa, para saber o que se vai adotar se o animal dá positivo e não tem sinal clínico. Atualmente, a nossa IN determina intervalo entre duas coletas justamente para ver. Enfim, é uma discussão que tem que ser feita com o pessoal da Defesa, não cabe ao laboratório. Nós verificamos a reação de uma amostra, se a amostra é reagente ou não reagente.

O Dr. Wesnary, realmente, tem uma experiência. Eu tive oportunidade de conversar com ele lá, fizemos algumas reuniões. E ele tem essa opinião de o animal ter sinais clínicos. Ele falou que é a realidade dele, mas ele admite o que ele chama de casos atípicos, que são animais que não têm sinais clínicos e que apresentam o material biológico reagente no exame.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Fabíola.

Agora, a sororeversão levantada pela Drª Carla.

O SR. FERNANDO LEANDRO DOS SANTOS – Essa informação é referente a um estudo que foi desenvolvido na coudelaria, e encontramos esse tipo de comportamento. Veja que isso era 2010 ou 2011, aproximadamente. Até então, nós tínhamos apenas queixas, relatos de campo dessas variações. E encontramos isso. Daí a conclusão, naquela época, era a de que o teste da fixação do complemento com aquele *kit* disponível não servia para sanear as propriedades, porque não teríamos a segurança de identificar os negativos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu posso indagar? Diminuir a ansiedade da Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero falar, Senador Moka, que todos os telespectadores que foram agraciados com isso aqui devem isso ao senhor. E estamos ao vivo ainda na TV Senado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu estava percebendo.

É um comentário apenas.

Eu acho que nós estamos diante, infelizmente, de uma doença complexa, pelo que eu ouvi aqui e pelo conhecimento. O diagnóstico é complicado. Eu nunca tinha ouvido falar de que você pode ter na sorologia positivo e negativo, com o animal considerado doente, ou seja, se ele é considerado doente, necessariamente, isso tinha de estar circulante. É um negócio difícil. Eu sei que o Dr. Fernando tentou explicar, mas ele mesmo admite que é uma coisa complexa. E a base dessa confusão toda é exatamente isso, porque isso dá uma insegurança muito grande.

Eu espero que o Dr. Leandro, o Dr. Rodrigo, a Drª Fabíola entendam a reação dos produtores, porque é muito difícil, primeiro, pela relação que o criador tem com o animal e, segundo, por ser uma coisa assim: "Olha, isso aqui deu positivo, mas, logo em seguida, deu negativo". Se deu negativo, então, não tem? Não, não. Outra coisa: o animal tem a doença, mas é assintomático. É claro que isso não é tão incomum, mas, normalmente, há um período de incubação, em algum momento isso vai aparecer. Pode ter contraído, ter tido um contato, há um período de incubação e, em algum momento, os sintomas da doença vão aparecer. Agora, você ficar com um animal por um ano e ele assintomático e considerado doente... Eu estou falando da complexidade, por favor. Não estou criticando, estou tentando mostrar a complexidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A dificuldade de entender isso. É claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A dificuldade de entender isso.

E segundo, a única forma – aí vai um encaminhamento – que eu entendo que é possível é principalmente dar atenção para esses produtores, que estão com as suas propriedades interditadas.

Senadora Ana Amélia, Senador Caiado, eu me disponho a fazer alguma visita. Vamos colher isso juntos com eles, na prática, porque temos que ter uma conclusão e ter um critério, e adotar as padronizações. Olha, o antígeno é o mesmo, a diluição é a mesma, a técnica é a mesma. Quer dizer, a partir daí, isso fica muito confiável.

Então, essas coisas acho que seriam o trabalho do Ministério da Agricultura. Não tenho nenhuma dúvida Dr. Leandro, da seriedade e do compromisso que vocês têm com isso, mas quero que vocês entendam a culdade. Fico imaginando um produtor lá do Mato Grosso do Sul, um criador, que falasse: e aí, esse Senador ka não vai falar nada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Quer dizer, estamos com esse problema aqui. E é difícil. Que eu saiba, posso estar desinformado, mas os casos, se tiverem lá, oficialmente eu realmente desconheço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que falam de 50 identificações, Senador Moka, no Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Do Iagro. É uma informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, foi informado aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Obrigado.

Realmente, mas eu vi pelo menos um caso.

Então, Senadora Ana Amélia, acho que as pessoas que estão aqui, sobretudo essas pessoas que têm um prejuízo financeiro muito grande, têm também um prejuízo emocional, porque é difícil isso. E temos que dar uma resposta.

Agora, acho que temos que construir soluções, porque estamos diante de uma coisa complexa e aí não adianta ficar dizendo: estou desconfiado disso aqui. Não, vamos ter confiança de que o método vai ser usado, para não ficar sempre essa coisa que o Senador Ronaldo Caiado levantou, essa coisa de Deodoro, que realmente é mal explicada. É claro que tem uma coisa envolvida em jogo e tal, não sei o quê...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Política.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A disputa. Mas se tivermos um critério e o critério utilizado sempre for o mesmo, a mesma técnica, o mesmo antígeno, com padrões para todo mundo, vamos ter realmente credibilidade e confiança nisso. Neste momento, realmente, percebemos que é muito confuso entendermos essa questão do mormo.

Lamentavelmente, eu, como amigo, vou dizer ao Ministro Blairo Maggi e ao Rangel que essa questão precisa ter um encaminhamento, para que essas coisas fiquem, do ponto de vista de padronização, melhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Eu quero lhe dizer que confio muito nesse comitê cujos nomes serão publicados agora, porque terá um nível técnico adequado. Já certamente o Ministro dará orientação, e os técnicos que aqui estão, o Dr. Leandro, o Dr. Rodrigo, a Drª Fabíola, sobre esses encaminhamentos dessa comissão, porque aqui há uma necessidade de padronização, de uso dos reagentes, toda essa definição, para que se estabeleça uma espécie de cartilha, de manual, em que não se criem mais dúvidas a respeito, mesmo que dúvidas sempre existam numa questão que é incontrolável. A ciência e a natureza são incontroláveis, até a própria Medicina, na reação de uma pessoa para outra, em doenças que são plenamente identificáveis clinicamente, como a aftosa, por exemplo. Mas não é a mesma coisa com o mormo, que é de difícil identificação clínica, e o soro também pode dizer "sim", pode dizer "não", pode ser negativo ou negativo.

O Dr. Leandro pediu a palavra.

Um minuto para o senhor, para darmos o encerramento, acreditando que essa medida do Ministro Blairo Maggi vá resolver o nosso problema.

O SR. LEANDRO BARBIERI DE CARVALHO – Senador Moka, agradeço. Vossa postura é de querer construir. Precisaremos, sim, da ajuda de todos, de V. Exª, do Senador Ronaldo Caiado, de todos aqui presentes.

Somos extremamente sensíveis aos produtores. Todos aqueles que nos procuram temos tentado atender dentro da dificuldade de agenda que temos.

Eu estive agora em Goiânia, no dia 30, no Conselho Regional de Medicina Veterinária, com 60 veterinários do Estado, para justamente fazer esse tipo de explanação, numa forma de educação continuada para esses formadores de opinião. A partir daí, eles vão multiplicando, para que esse conhecimento chegue até o proprietário, para que não haja dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Leandro.

Eu queria agradecer muito mais uma audiência pública que debateu o mormo, a doença contagiosa causada por uma bactéria *Burkholderia mallei*, que atinge o plantel de equídeos brasileiros, em cumprimento a requerimento do Senador Ronaldo Caiado e também de minha autoria.

Queria agradecer novamente a presença do Dr. Rodrigo Barbosa Nazareno, Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Dr. Leandro Barbieri de Carvalho, Coordenador de Gestão das Demandas Laboratoriais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representante aqui [illegible] laboratórios veterinários do Brasil junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); Dr. Rui Carlos Vinazi, Presidente da Associação Brasileira de Médicos Veterinários de Equídeos (Abraveq); Drª Fabíola Nascimen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

to Correa, doutora em medicina veterinária do Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco (Lanagro Pernambuco) e atual responsável técnica pelo exame Western blotting (WB), que é o exame confirmatório de mormo; Dr. Fernando Leandro dos Santos, médico membro do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que deu uma valiosa contribuição.

Agradeço especialmente Senador Ronaldo Caiado, que fez o requerimento, ao Senador Moka, pela ativa, como sempre, participação; e telespectadores e convidados, que são interessados neste assunto, que têm permanentemente acompanhado o trabalho desta Comissão. Renovo o agradecimento ao Senador Caiado pela iniciativa desta audiência pública.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Telmário Mota, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Eduardo Amorim. Justifica a ausência o Senhor Senador Hélio José. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Comparece à reunião o Senhor Deputado Federal Evair de Melo. O Senhor Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada**.** Prosseguindo, a Presidência inicia a 2ª Audiência Pública destinada a avaliar a política pública referente aos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), atendendo ao Requerimento nº 11/2016-CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, e ao correspondente Plano de Trabalho, cuja relatoria é do Senador Lasier Martins. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jorge Almeida Guimarães, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII; Sebastião Sahão Júnior, Presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD; Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do Instituto Evandro Chagas – IEC; e o Excelentíssimo Senhor Major Brigadeiro Engenheiro Fernando César Pereira Santos, Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves e o Senhor Deputado Federal Evair de Melo. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Senadores, senhoras e senhores assessores dos Senadores, representantes da imprensa, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de junho.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje a segunda audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 11/2016–CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, de acordo com o plano de trabalho apresentado para a avaliação das políticas públicas relacionadas aos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, proposto por esta Presidência da Comissão.

Relator da matéria, as proposições foram aprovadas por esta Comissão.

Destina-se esta audiência pública a promover o debate sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a que tanto temos nos referido aqui em nossas reuniões, e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, o FUNTTEL.

Para debater o assunto, temos a honra de convidar, para compor a Mesa, os seguintes expositores, a quem agradecemos, desde logo, a presença, o atendimento ao nosso convite: Exmo Sr. Major Brigadeiro Engenheiro Fernando César Pereira Santos, Vice-diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – por favor, tenha a bondade! –; Sr. Jorge Almeida Guimarães, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e [illegible]vação Industrial (Embrapii); Sr. Sebastião Sahão Júnior, Presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimen[illegible]em Telecomunicações (CPqD); Sr. Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do Instituto Evandro Chagas (IEC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Justifica a ausência, em virtude de viagem previamente agendada para esta mesma data, o Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em nossa audiência pública de hoje daremos continuidade ao processo de avaliação dos fundos setoriais: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) e o Fundo Nacional de Tecnologia e Telecomunicação (FUNTTEL).

Para quem nos assiste pela TV Senado ou por outros meios de comunicação, em 2016, a CCT elegeu para a avaliação de política pública esses dois fundos. Eles fazem parte da importante estratégia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para apoiar as universidades e as empresas no desenvolvimento de setores estratégicos para a soberania do Brasil e da competitividade empresarial.

Hoje estamos realizando a segunda audiência pública, de um total de seis previstas, para a coleta de informações. Temos a satisfação de receber em nossa Comissão a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Evandro Chagas (IEC).

Pedimos aos nossos convidados que façam, em seguida, uma avaliação sobre as condições brasileiras para o avanço do sistema nacional de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, em especial do FNDCT e do FUNTTEL, considerando o foco de pesquisa e aplicação social, ambiental, defesa, empresarial e industrial.

Queremos levar para toda a população brasileira respostas sobre como estas instituições têm ou não têm utilizado recursos dos fundos setoriais e os respectivos impactos em suas atividades de pesquisa e inovação, transferência de tecnologia e formação de profissionais em áreas estratégicas.

Assim, pedimos aos representantes de suas instituições, que nos honram aqui com suas presenças, que respondam às seguintes perguntas:

1 – Quais são as principais fontes de receitas das instituições e, do total, quanto foi o valor e o percentual oriundo do FNDCT e/ou do FUNTTEL nos últimos cinco anos?

2 – Qual é a quantidade de empresas e projetos fomentados e financiados por ano e qual é o valor médio do projeto?

3 – Quais são e onde estão os principais gargalos para a obtenção e aplicação dos recursos dos fundos setoriais?

4 – Quais estratégias as empresas e centros de pesquisa têm utilizado para captar recursos dos fundos setoriais?

5 – Os investimentos públicos e privados têm sido suficientes para ampliar a quantidade de patentes, produtos e serviços resultantes das pesquisas financiadas pelos fundos setoriais?

6 – Outras informações já repassadas anteriormente, além daquelas que V. Sªs entendam que sejam relevantes serem apresentadas ao nosso público aqui presente e a todos os que nos acompanham por nossos meios de comunicação, em especial, a TV Senado, que hoje tem alcance nacional.

Conhecer a experiência de V. Sªs é de fundamental relevância para o Senado Federal no sentido de contribuir para a elaboração de novo marco legal para a ciência, tecnologia e inovação em nosso País.

Comunico, por fim, que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência esta presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições de nossos convidados e, ao final, as Srªs e os Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, poderão também questionar os nossos ilustres convidados.

A proposta que fazemos, embora sabendo que o tempo é exíguo para o tanto que teriam a dizer, é de 15 minutos para sua apresentação, lembrando que, depois, nas perguntas, os nossos convidados poderão completar aquilo que não puderem dizer durante essa exposição.

O nosso Vice-Presidente da Comissão, o Senador Hélio José, justifica sua ausência, requerendo, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para que seja considerado desempenho de missão oficial ao exterior, não comparecendo às sessões de 16 a 18 de junho por estar participando como membro do grupo brasileiro do Parlamento Latino-Americano, em Havana, Cuba, dias 17 e 18.

Dito isso, senhores, enfatizo bem que nós aqui na Comissão temos insistido muito que, sem os fundos setoriais, sem recursos, é muito difícil fazer investigação científica e tecnológica. Então, adotamos, com aprovação toda a Comissão, como política pública de avaliação do Governo estas questões: para onde vão os recursos ual o montante de recursos que o Ministério arrecada anualmente? Chegamos a algumas conclusões aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Já tivemos aqui a representação do Ipea e do Tribunal de Contas da União. Tivemos a informação preciosa, mas surpreendente de que, nos últimos cinco anos, houve uma arrecadação de R$21 bilhões dos fundos setoriais e de que apenas 13% estariam sendo direcionados para o incentivo à pesquisa. Então, a presença dos senhores hoje é muito importante para o relatório que nós estamos fazendo e que apresentaremos mais ao fim do ano como conclusão da nossa Comissão, entendendo que esta Comissão do Senado tem a enorme responsabilidade de investigar aquilo do que depende o futuro do Brasil. Sem pesquisa tecnológica, sem avanços, sem inovações, nós jamais seremos competitivos. Então, o que queremos saber dos senhores, pela representatividade desses órgãos convidados, é qual é a realidade. O que os senhores acham? Como foram as perguntas formuladas, o que os senhores têm recebido, aonde têm conseguido ir e quais são os problemas existentes?

Passo a palavra para começar essas exposições ao Sr. Jorge Almeida Guimarães, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), para que nos apresente como tem sido a experiência dessa importante instituição para o cumprimento dos objetivos e metas expressas no sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e inovação. A Embrapii tem como objetivo induzir a cooperação entre instituições de pesquisas científicas e tecnológicas e empresas industriais, explorando a sinergia entre elas e estimulando a transferência de conhecimentos e tecnologias. A premissa é a de que essa aproximação poderá dar uma importante contribuição para o aumento da intensidade tecnológica e da capacidade de inovação da indústria brasileira. Com a palavra, então, o Presidente da Embrapii, Dr. Jorge Almeida Guimarães. Bom dia.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Bom dia, Senador Lasier Martins. Bom dia, colegas desta importante reunião, caro amigo Senador Pedro Chaves e telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado. É um prazer grande estar aqui.

A Embrapii é uma instituição muito nova. Ela, na verdade, é uma organização social que foi instituída em 2013 e começou a operar em meados de 2014. Portanto, estamos fazendo os dois primeiros anos de operação formal.

Anteriormente à edição do decreto, ela teve uma etapa de seleção de modelos para começar a ver se esse que aí está dava certo. É um modelo com base no sistema Fraunhofer, alemão, de financiamento com base em um terço de governo, até minimamente um terço de empresa e um terço da unidade selecionada, a ICT. O nosso modelo segue esse, com adaptações, naturalmente. Outro modelo – daí o nome – foi o sucesso da Embrapa, que, naturalmente, serviu de modelo para se iniciar a Embrapii. Todavia, a Embrapa tem os seus próprios institutos. Demoraria e seria muito caro fazer o mesmo modelo. Então, foi feito um para financiar o que já existe. Fazer um da Embrapa mesmo seria bastante mais complicado e mais lento. Lembro que o Brasil vem financiando a ciência e a tecnologia e a capacitação de recursos humanos e de grupos de pesquisas, ICTs, há 65 anos, quando Capes e CNPq foram criados. Durante esse período, muitas organizações, felizmente – vamos ver alguns exemplos aqui –, se estabeleceram e capacitaram. Todavia, continuou deficiente a interação universidade e empresa.

Vou passar a responder às perguntas do Senador por vários destes itens que vou apresentar, inclusive discutindo boa parte dos pontos que foram levantados.

O próximo, por favor.

É uma entidade nova, criada em 2013, que tem como missão selecionar e financiar centros de inovação com capacidade técnica para resolver demandas das empresas por soluções tecnológicas. Esse é um ponto crucial, que sempre foi uma coisa crítica. A imprensa criticava, os colegas criticavam, as empresas criticavam, assim como vários componentes do governo e Parlamentares, perguntando onde está a interação universidade e empresa – e eu vou trocar a palavra universidade por ICTs, porque nós não trabalhamos só com universidades, aliás, a maioria das nossas unidades não é universidade. Então, é preciso que haja um histórico de atendimento às empresas, reconhecida capacidade técnica e infraestrutura de ponta.

Vejam bem. São 65 anos de financiamento em várias ICTs, e, em várias ICTs, nós temos infraestrutura de ponta tanto em recursos humanos como em equipamentos e infraestrutura física mesmo. Também é preciso que haja experiência de gestão de projetos, o que é uma grande deficiência especialmente nas universidades, e foco tecnológico. E, claramente, como o próprio documento da Comissão diz, a avaliação é fundamental. É isso que esta Comissão vem fazendo, e nós também seguimos essa lógica.

Próximo.

Senador, eu gostaria de mostrar esta figura, que depois vou repetir numa outra conotação: estes são os 40 maiores países em ciência, tecnologia e inovação no mundo. Eles estão plotados aí no eixo das abscissas como investimentos em pesquisa e desenvolvimento em função do PIB, ou seja, em percentual do PIB; na vertical, nas ordenadas, está o número de cientistas e engenheiros por milhão de habitantes.

Mostre a próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nesta figura, eu introduzi esse quadrante aí. Esse quadrante superior, o quadrante 4, são os países que aplicam pelo menos 2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento e que têm pelo menos 3.000 cientistas e engenheiros por milhão de habitantes. Lá estão os países principais. Israel está ali embaixo, mas é um erro, pois Israel, na verdade, é o que põe mais recursos e tem o maior número de cientistas e engenheiros por milhão de habitantes – mais de 8 mil cientistas e engenheiros por milhão de habitantes. Aí estão todos os grandes países, com padrão de vida muito alto...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jorge, como está sendo televisionado, seria interessante o senhor mencionar os nomes dos principais...

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Países que estão aí?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Estão lá Finlândia, Israel, que vai lá para cima, Estados Unidos. A bola é o tamanho da economia; quanto maior a bola, maior a economia. Então, estão ali Japão, Coreia, Suécia, Suíça, Singapura e alguns países um pouco menores. Eu cortei em 2% de propósito, mas, se chegarmos um pouquinho para cá – isto é de 2014 –, a China já está em 2% também. Portanto, desses 40 países, há cerca de 18 que têm esses dois indicadores...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Coreia do Sul não está no meio?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Está lá em cima.

Os dois indicadores são: pelo menos 2% do PIB e pelo menos 3.000 cientistas e engenheiros por milhão de habitantes.

Onde está o Brasil? É aquela bolinha azul ali no primeiro quadrante, com 1,2% do PIB em 2014 – o que, provavelmente, baixou em 2015 – e 698 cientistas e engenheiros por milhão de habitantes. Agora, vejam só: nesses países que põem mais de 2%, mais de 70% vêm de empresas. E o nosso 1,2% é dividido assim: 60% recursos públicos e 40% de empresas. Em 2014, esses 40% das empresas têm um peso "pesado" da Petrobras. Hoje, não mais, mas, naquela época, sim.

Portanto, meus caros Senadores e ouvintes, nós precisamos caminhar para a direita e subir pelo menos em três ou quatro vezes o número de cientistas e engenheiros, sendo que, nesse componente, os engenheiros é que pesam mais, porque é uma grande deficiência que temos no Brasil. Mas é óbvio que, sem financiamento, nós não vamos pleitear e chegar ao quadrante 4 lá de cima.

E mais ainda: o fato de que as empresas ainda apostam pouco na ciência no Brasil instruiu o Governo a criar a Embrapii, que tem como objetivo forçar a mão com as empresas a porem mais recursos em pesquisas, portanto, caminhando ali para a direita, e caberá ao Governo seguir na formação de recursos humanos.

Sabidamente, sair de 1,2% para 2% não será principalmente com recursos públicos; poderá ter um acréscimo, mas essa relação 60%-40% vai ter que mudar. Para isso, a Embrapii está trabalhando pesadamente.

Próximo, por favor.

Os principais objetivos: promover a inovação na indústria – vejam só, os projetos são da indústria, não são das unidades, elas são selecionadas para trabalhar com a indústria, para diminuir risco e custo do lado da empresa –; agilidade e flexibilidade, duas palavras-chave nesse contexto – vocês verão isso com dados –; fluxo contínuo para contratação de projetos; atender as empresas por inovação, não apenas por serviços; fomentar a colaboração entre empresas e ICTs; e aumentar os investimentos de PD&I pelas empresas, buscando sair dos 40% e subir para outros patamares.

Próximo.

O que é necessário para ser uma unidade Embrapii? Ter uma estrutura física e pessoal qualificada – nós selecionamos nas ICTs esses grupos que têm estas características –; agilidade na contratação; foco em demanda de empresas; prospecção proativa – as nossas unidades são forçadas a fazer uma prospecção muito forte com as empresas, nós ajudamos nisso, naturalmente, e vou mostrar também –; mapeamento de potenciais clientes; e gestão profissional dos projetos.

Próximo.

Tem que usar recursos da Embrapii como forma de compartilhar com a empresa o risco inerente ao projeto de inovação, que, todos sabem, é de alto risco, ter excelência reconhecida, ter foco e demonstrar a experiência em executar projetos com a empresa.

Próximo.

O que não é para nós uma unidade Embrapii? Usar recursos como adicional para pesquisa do próprio grupo – nós não financiamos isso –, não ter foco, aceitar projeto em áreas que não possuem competência e ter atividade centrada em prestação de serviços. Prestação de serviços, muitas unidades fazem, mas a troco valores extremamente inferiores aos valores dos equipamentos que estão sendo usados. A gente encontra ito isso, portanto, não vale para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Agora, o que a Embrapii também não faz? Apoiar pesquisa básica – não apoiamos pesquisa básica. Muitas unidades estranham isso, mas o nosso foco é na pesquisa aplicada, na pesquisa de desenvolvimento e inovação. Conceder recursos para equipamentos – também não cedemos porque isso e bolsas de formação várias agências fazem, portanto, não cabe a nós fazer. Além disso, o grupo tem que estar qualificado previamente. Se ele ainda precisa de mais equipamentos, precisa de mais formação de recursos humanos ali naquele setor, então, não serve. E também não apoiamos eventos científicos. Muita gente estranha, mas não é isso; apoiamos eventos industriais.

Próximo.

Como nós não financiamos esses componentes, temos parcerias: BNDES; Finep; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Confap – temos acordo com ele –; Ministério da Saúde e Sebrae, em andamento; Senai; CNPq e Capes para as bolsas; e Banco do Nordeste. Por enquanto, são as parcerias que estão em andamento.

Próximo.

A governança, que é um ponto importante que o questionário da Comissão faz. Nós temos um Conselho de Administração, que é composto de: cinco membros natos representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e – agora – Comunicações, Ministério da Educação, MDIC, BNDES, Finep; quatro membros natos representantes da sociedade civil, do setor empresarial, indicados pela CNI; um membro eleito pela Assembleia Geral; quatro membros indicados pelo conselho dos institutos federais, pela ANPEI, Andifes e Sebrae; e um membro indicado pela comunidade científica, SPBC e ABC juntos. O Presidente do Conselho é eleito pelos próprios membros desse Conselho.

O Conselho Fiscal é outro componente. São três membros, pessoas especializadas, que conhecem essa parte de funcionamento, sobretudo de OS, indicados pelo Conselho de Administração e com competência para opinar sobre o desempenho financeiro e contábil da Embrapii.

E há o Comitê permanente de Avaliação do Contrato de Gestão, que é indicado pelo antigo Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje MCTIC, que tem a função de nos acompanhar continuamente.

E a Diretoria: somos um diretor-presidente e dois diretores.

Eu queria dizer para todos que a Embrapii é extremamente enxuta. Nós somos apenas 20 pessoas: três diretores, duas secretárias e 15 técnicos – entre eles vários engenheiros de muito bom nível.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Próximo.

Senador, vou ter que pedir um tempinho. Pode ser?

Como funcionamos? A Embrapii financia um terço do projeto que é recurso não reembolsável; no máximo, um terço, e, geralmente, é um terço. Os outros dois terços são divididos entre a empresa e a unidade Embrapii. Como raramente a unidade chega a um terço – porque não é *cash*, não é dinheiro vivo, é pessoal, recursos humanos, equipamentos, desgaste de equipamentos, dificilmente ela chega a um terço –, essa diferença é acrescida a partir da empresa. Vou mostrar números agora mesmo para vocês.

Próximo.

A empresa é unidade. Uma vez a unidade credenciada, ela está autorizada agora a buscar os projetos com as empresas, e isso é um mecanismo contínuo que faz com que o processo seja de maneira contínua. E, uma vez selecionada a unidade, nós já antecipamos recursos de tal maneira que ela já vai conversar com a empresa com recursos na sua conta – não reembolsável.

Próximo.

Até 2015, nós tínhamos 13 unidades. Aí estão elas: o Senai Polímeros, no Rio Grande do Sul; o CEEI, que é *software* e automação, em Campina Grande; o Lactec, que é um instituto privado, sem fins lucrativos, em Curitiba; o Senai Cimatec, em Salvador, na Bahia, manufatura integrada; a primeira unidade IPT, Materiais de Alto Desempenho; o Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro.

Portanto, um instituto privado, Senai/Cimatec; um estadual, de São Paulo; e um federal. Esses três foram os pioneiros e, nesta época, Senador, seguramente, houve recursos do FNDCT. Atualmente não temos mais porque temos um contrato de gestão por seis anos com o MCTI e com o MEC, pelo qual devemos aplicar, nesses seis anos, R$1,5 bilhão nesse modelo. Isso é contrato de gestão. Se o Ministério quiser repassar via fundos setoriais, é uma decisão dele.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A propósito, isto é importante para nós: é possível precisar, Dr. Jorge, atualmente, quanto em espécie os senhores recebem, por exemplo, de recursos?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Sim, senhor. Vou mostrar já.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Chega lá? Obrigado.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Aí temos seis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Próximo, por favor.

Estão aí as outras sete: a Coppe, no Rio de Janeiro; o ITA – e temos um prazer grande de termos aqui os nossos colegas do CTA; o CPqD, que também está presente; a Certi, em Santa Catarina. Então, a Coppe, engenharia submarina; ITA, manufatura aeronáutica; CPqD, comunicações óticas; Certi, sistemas integrados; o CNPEM, que é também uma organização social, em Campinas, de processamento de biomassa; o Lamef, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tecnologia de dutos; e o Polo, da Universidade Federal de Santa Catarina, tecnologias em refrigeração. Posteriormente a isso, nós selecionamos outras unidades.

Próximo, por favor.

E as empresas nesse período? Aí estão alguns exemplos. Hoje temos cerca de 80 empresas, apesar de termos menos de dois anos. Aí estão alguns exemplos dessas empresas. Há grandes, médias, brasileiras propriamente ditas, como a Votorantim, Embraer. A Embraer tem 17 projetos com as nossas unidades. Cada vez que uma empresa repete um projeto com uma unidade, nós sabemos que funcionou e por isso eles voltam. E outras empresas, Embraco Suzano, enfim...

Próximo.

Nós não apoiamos eventos científicos, mas apoiamos muito esse tipo de divulgação em associação de empresas, as grandes associações: a Abimaq, Abim, Abinee. E aí levamos as unidades para fazerem os contatos, a tal etapa de prospecção de que tanto falamos.

Próximo.

Alguns desses exemplos dos projetos nessas unidades, o projeto tipicamente sendo desenvolvido, qual a empresa – não vou ter tempo de dissecar tudo, mas a apresentação está aí e quem quiser, depois, pode se utilizar dela, porque isso é público e, portanto, também estão no nosso *site* outras unidades, todas muito ativas, as 13 iniciais.

Próximo.

O tempo de negociação também é uma grande surpresa para as empresas. São tempos bastante curtos se comparados com outros modelos de financiamento de interação universidade/empresa. Vejam só: nós não começamos na empresa, porque isso é muito óbvio. É o que fazem a Finep, o BNDES e outros. Nós começamos nas ECTs, que, credenciadas, vão fazer os projetos. Então, há vários exemplos de poucos meses. Acho que há um único exemplo de seis meses ali que é a L'Oréal, que tem que passar por Paris e atrasa mais. Temos até exemplo de dias. Isso tem sido muito elogiado pelas empresas.

Próximo.

Bom, como é que ela opera? Cada unidade dessas também tem um contrato de seis anos conosco. E esse contrato vai prever, nos seis anos, quantos projetos vão ter, com quantas empresas e quanto custará, a estimativa. Então, de um projeto de 60 milhões, 20 milhões são da Embrapii ao longo dos seis anos. Se eles aplicarem isso antes dos seis anos, melhor para eles, melhor para nós, melhor para o nosso contrato de gestão, porque aí nós antecipamos, começamos um novo ciclo de seis anos com aquela unidade. Nenhuma delas chegou ainda a isso porque agora que estamos completando os primeiros dois anos. Então, esse aí é o primeiro grupo. Vocês veem que, em 2014, foram 10 milhões só porque estava começando, mas, em 2015, já foram mais de 116 milhões.

Próximo.

Um resumo: 2014, 10 milhões, e, em 2015, 116, distribuídos assim: 53 milhões, de empresas; 40 milhões, da Embrapii; e 22 milhões, que não são em espécie, mas econômicos os valores, das unidades. Em outras palavras, as unidades operam na faixa de 20% do que seria o percentual deles.

Próximo.

Vejam só, Srs. Senadores, em 2016, de janeiro a março, 47 milhões já foram aplicados, com crise e tudo. Portanto, o sistema está repetindo bem. Vocês têm alguns ali com zero, que são os institutos tecnológicos que nós credenciamos recentemente, que só estão começando a operar em março. Portanto, eles também estarão aí acrescentando. Seguramente, até o final do ano, nós devemos estar com mais de 140 milhões aplicados.

Próximo.

O resumo é este: 174 milhões em projetos nesse período e 102 projetos contratados até março de 2016. A figura atrás – é lógico que deveria ter saído – são as áreas que são cobertas, mas, em princípio, são: eletrônica, aeronáutica, TI, petróleo e gás. São as áreas que estão presentes. Pouca coisa na área de saúde, a não ser na área de cosméticos, de que temos alguns exemplos. E um setor está ainda faltando, que é a indústria farmacêutica, mas nós estamos trabalhando com eles no sentido de trazê-los para dentro das unidades.

Próximo.

Próximo.

Aí o custo, Senador. V. Exª queria o custo, está aí: 1,7 milhão por projeto, ou seja, de 170 milhões para 102 projetos. Então, esse é o custo médio. E ele cresce junto com os novos projetos que estão sendo aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Fica claro: nós selecionamos a unidade e ela agora negocia com a empresa. Nós não participamos mais desse momento desde que tenha foco naquele projeto. E aí tem o financiamento não reembolsado.

Próximo.

Bom, aí, então, em 2015, nós fizemos duas novas chamadas. A primeira foi na área que nós detectamos como ainda fragilizada, que é a área bio, então, biofármacos, equipamento médico, biotecnologia. Tivemos 38 propostas iniciais, foram, depois, selecionadas 23 e o projeto aprovado pelo conselho de administração era para selecionar duas unidades. Nós julgamos isso com membros especialistas das universidades, dos institutos de pesquisa e também das empresas. Daí fizemos as visitas àquelas que foram mais indicadas por esse trabalho – próximo – e selecionamos, em vez de duas, três: a Embrapa Agroenergia – a Embrapa foi a inspiradora e agora é nossa parceira na bioquímica de renováveis, microrganismos e enzimas –; uma nova unidade do IPT, ou seja, o IPT já tem uma, agora tem uma segunda, que é desenvolvimento de escalonamento de processo biotecnológico; e o Rema, que é uma unidade da Universidade Federal de Santa Catarina que opera na área ambiental. No momento em que houve o problema de Mariana, nós achamos importante selecionar essa unidade, que começou a operar em março.

Próximo.

Uma outra chamada que foi aberta para todas as áreas, *software*, eletrônica e telecomunicações etc. Tivemos 72 cartas, 57 passaram pelo primeiro crivo, 31 foram enquadradas para avaliação e 14 foram visitadas. Nessas, pela primeira vez, aparece o Amazonas com duas propostas, mas infelizmente não foram aprovadas. E era para selecionar cinco.

Próximo.

Selecionamos sete: o Cesar, de Pernambuco, para a área de internet das coisas, um centro muito reconhecido; o Departamento de Computação da Federal de Minas Gerais, Sistemas Ciber-Físicos; a Poli, da USP – vejam só, é a primeira da USP que aparece aí na nossa relação, com materiais para construção ecoeficientes –; a Universidade Federal de Uberlândia, com o Femec, que é uma tecnologia metal mecânica; o Inatel, de Minas Gerais, que é um instituto privado sem fins lucrativos de excelente qualificação na área de telecomunicações e radiofrequência; o Instituto Eldorado, em Campinas, também um instituto privado sem fins lucrativos, de dispositivos para internet e computação móvel; e o Tecgraf, da PUC do Rio de Janeiro, com soluções computacionais sobretudo para engenharia, sobretudo na área de petróleo e gás.

Próximo.

Como selecionamos também cinco institutos federais, essa é a parte do MEC no nosso contrato de gestão, nós hoje temos 28 unidades que estão aí distribuídas. Começando pelo Rio Grande do Sul, duas unidades, que são o Polímeros e o da Federal do Rio Grande do Sul; depois, Santa Catarina tem 3; o Paraná tem o Lactec; depois vem Minas Gerais, que tem 4 agora, não tinha nenhuma até o começo deste ano e agora tem 4, e um deles é o Instituto Tecnológico em Formiga, interior do Estado; depois vem Bahia, onde temos 2; enfim, e já chegamos ao Ceará, ou seja, estamos seguindo aquela sequência. Quando eu entrei na Capes, a pós-graduação era exatamente assim, Senador. E nós tivemos de espalhar pelo Brasil inteiro. São Paulo tem 7, sendo que o IPT tem duas, então, na verdade, são seis.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só falta entrar agora para o Centro-Oeste pela Amazônia.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Já existe agora a Embrapa, esqueci de mostrar ali que em Brasília já existe aquela Embrapa Agronegócio.

Vejam só, a Embrapa grande, a Embrapa tradicional se candidatou, mas não passou por uma razão simples: é difícil ela fazer um foco. Essa de agroenergia tem foco. Mas eles aprenderam e, seguramente, na próxima chamada, eles entram. E várias outras. Nós tivemos 110 candidaturas e selecionamos 10 unidades.

Próximo.

Os indicadores. Quem faz isso é a Comissão de Acompanhamento de Contrato de Gestão, que é um órgão composto de pessoas escolhidas pelo Ministério. E aí ela tem os itens de metas que nós temos que cumprir. Primeiro item: propostas técnicas. Qual é o número? Qual é o peso? E qual é a qualificação? Estavam previstas 150 e tivemos 211. Taxa de sucesso das propostas técnicas: eram previstas 15, isso aí é contrato feito, tivemos 27. Pedidos de propriedade intelectual: como o processo todo é novo, foi previsto zero, mas temos várias em fase de negociação entre as empresas, as unidades e a instituição, com suas regras, para nós não nos metermos na regra que a instituição tem para as patentes. E isso é um dado fundamental. Contratação de projetos: previstas, 30; foram 62. Contratação de empresas: de 20, foram 49. Prospecção de empresas: previstas, 200, e foram 357. Participação de empresas em eventos: eram previstas 350 e foram quase 1,5 mil. Ou seja, esses são indicadores de que a gente tem de prestar contas para essa comissão que acompanha a nossa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Próximo.

Mais índices dessas metas que temos de cumprir: apoio a projetos na etapa pré-competitiva: eram maiores que 80, estamos com 99.

Enfim, queria chamar a atenção para uns dados interessantes – próximo, por favor – que são os indicadores de economicidade. Despesa administrativa: previsto não mais que 1%, estamos com 0,63%. Repasse de recurso: nós temos que ter dez dias para repassar o recurso e nós estamos fazendo com menos de sete dias. Isso significa que nós não podemos ter o nosso recurso passível de contingenciamento. Nós temos de tê-lo disponível. Não vamos sair agora buscando ministro para liberar recurso, etc. A Embrapa foi feita para dar agilidade ao processo.

Próximo.

Bom, aí fazemos o acompanhamento, inspeção, isso é fundamental para o processo, inspeção contínua, acompanhamento permanente. Cobramos tanto da unidade quanto a empresa cobra para cada projeto. E depois temos modelo, até passível de cancelamento, de descredenciamento, se for o caso.

Próximo.

Aí temos o acompanhamento presencial – estou encerrando – com todas as regras que esta Comissão estabelece.

Enfim, esse é o modelo Embrapii, volto a dizer, uma organização que começou em 2014 na verdade, tem 20 técnicos e diretores e funciona prevendo aplicar R$1,5 bilhão em seis anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, Dr. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Embrapii. O senhor ocupou mais tempo do que nós previámos, mas também sentíamos ser muito difícil a exposição com o tempo proposto. O principal é que V. Sª nos mostrou que se justifica plenamente a existência da Embrapii, criada há cerca de três anos. O que o senhor nos mostrou aqui foi uma atividade muito laboriosa, muito positiva, e o Brasil inteiro que assiste à TV Senado neste momento, sabe o que é e o que faz a Embrapii. Isso é o mais importante.

Eu quero registrar, com muita satisfação, a presença também aqui, no nosso plenário, do Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Prof. Dr. Anderson Ribeiro Correia. A fim de que nossa câmera possa mostrá-lo, peço a gentileza de levantar-se um pouquinho para que o Brasil o veja. Obrigado, Dr. Anderson.

Também registro a presença da Profª Drª Emilia Villani, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Chefe da Divisão de Pesquisa do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Obrigado.

Outras entidades representativas da ciência, tecnologia e inovação presentes poderão se identificar agora.

Além do Senador Pedro Chaves, registro também a presença do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Ivo Cassol, do Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, agora, o Exmo Sr. Major Brigadeiro Engenheiro Fernando Cesar Pereira Santos, Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), que é órgão de direção setorial localizado em São José dos Campos. Brigadeiro Fernando, esse nosso programa será transmitido brevemente, ao vivo, pela TV Senado diretamente de São José dos Campos, de modo que vamos nos encontrar lá.

O DCTA é órgão de direção setorial localizado em São José dos Campos, São Paulo, ao qual compete planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do Comando da Aeronáutica e vinculado ao Ministério da Defesa. O DCTA está incumbido de assegurar a consecução dos objetivos da política aérea nacional nos setores da ciência e tecnologia, competindo-lhe, em particular, a orientação, incentivo, coordenação, apoio e realização da pesquisa e do desenvolvimento, relacionados com os assuntos aeronáuticos e aeroespaciais, bem como da indústria empenhada no trato desse assunto.

Além de outros vários centros e unidades de pesquisa do setor aeronáutico e da defesa nacional, estão subordinadas ao DCTA as seguintes organizações militares: Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Copac); Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE); Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI); Instituto de Estudos Avançados (IEAv); o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).

Com órgãos sediados em diferentes localidades, como Brasília, Alcântara, Natal, São José dos Campos, o DCTA reúne um expressivo contingente de alto nível na ordem de 5.500 militares e servidores civis entre engenheiros, pesquisadores e técnicos nas mais diversas especialidades e áreas, que atuam em projetos de vanguarda e de grande valor estratégico para o País.

Pela relevância do DCTA e suas áreas de pesquisa, foram criados na estrutura do FNDCT os fundos setoriais, o CT Aeronáutico e o CT Espacial. Assim, gostaríamos de compreender como tem sido a efetividade e eficácia da Política Nacional de Inovação para as Atividades do DCTA, a partir dos investimentos realizados o MCTI com os fundos setoriais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Adicionamos um pedido de informação a mais, no caso do DCTA, pela especificidade das pesquisas e missão do órgão.

Assim, Brigadeiro, considerando o volume de investimentos requeridos pelo setor espacial, se justifica um fundo setorial vinculado ao SNDCT/MCTI? Ou um fundo próprio do Ministério da Defesa para suprir as necessidades do setor se tornaria, então, mais eficaz?

Com a palavra o Vice-Diretor do DCTA, o Major Brigadeiro Engenheiro Fernando Cesar Pereira Santos.

Bom dia.

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Bom dia, Senador Lasier Martins; obrigado pela oportunidade; Ex^mo^s Senadores; senhores membros da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes e que nos acompanham pela internet.

Eu trouxe comigo o Reitor já citado e a Prof. Emilia. Trouxe também o Coronel Santana, meu adjunto, que é doutor em propulsão.

Bom, Senador, nosso objetivo é conhecer os resultados, como o senhor falou, de pesquisa e desenvolvimento do DCTA. Os recursos, basicamente, focamos no FNDCT, porque do FUNTTEL nós não temos relevância de recursos, pelo menos recentemente.

Vamos falar das vantagens e dificuldades do modelo e algumas propostas que já estão aí prontas para receber recursos.

O roteiro é longo, mas vamos passar bem rápido. O primeiro item é tentar responder às perguntas que o senhor me encaminhou, dando já alguns indicadores. Vamos falar de projetos concluídos, para mostrar que a Finep tem obtido resultados nessa parceria com o DCTA, vamos falar dos que estão em andamento e vamos falar um pouquinho do modelo e de alguns óbices e também de projetos futuros.

A nossa missão é ampliar o conhecimento e desenvolver soluções tecnológicas para fortalecer o poder aeroespacial por meio do ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação, tudo dentro do campo aeroespacial, contribuindo para a soberania nacional e para o progresso da sociedade brasileira.

Não é o caso de mostrar organograma, mas, só para os senhores terem uma dimensão, a parte em verde é a parte de gestão, coordenação e gerência. Embaixo são as organizações que o senhor já citou no seu pronunciamento: voltado para a educação, o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica); na parte de pesquisa e desenvolvimento, temos dois institutos, o Instituto de Aeronáutica e Espaço e o Instituto de Estudos Avançados; na parte de relacionamento com a indústria, fomento e certificação, o IFI; depois, mais voltados para compra de aeronaves, especificações de produtos de prateleira, vamos dizer assim, seriam a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, e o Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo, que funciona como testador desses sistemas e equipamentos.

Nós temos ainda a CPOR, para formação militar dos nossos engenheiros, que são oriundos do ITA; os centros de lançamento, o CLA, Alcântara, e o CLBI, Barreira do Inferno; e a parte de apoio, que é a prefeitura e nosso grupamento de apoio.

Distribuição geográfica, os centros de lançamento, no Maranhão e em Natal; a Copac está em Brasília e o restante no *campus* do DCTA.

Focando nos centros de lançamento – é só pictorial –, temos à direita fotos de Alcântara; à esquerda, do CLBI; e aquela questão do privilégio da posição geográfica de Alcântara, que todos já conhecem, para o lançamento de foguetes.

Laboratórios. Temos um total de 159 laboratórios, uma estrutura realmente muito poderosa. Temos 20 já acreditados pelo INMETRO, e todos já estão disponíveis para parcerias. Daí um dos resultados de sucesso que nós temos, em função dessa estrutura em praticamente todos os nossos institutos.

Áreas de atuação: ensino, pesquisa e desenvolvimento, aeronáutica, defesa e espaço. Esse é o foco de atuação do DCTA.

Interessante mostrar isso, com base nos níveis de maturidade tecnológica, no TRL, nós temos aí o ITA. O DCTA está focado nos itens 5 a 7, vamos dizer assim, na parte de tecnologia. A atuação do ITA está de 1 a 3, na universidade. Não é o nosso foco principal, mas o ITA tem atuação nos três primeiros TRLs. Os nossos institutos de pesquisa abrangem do terceiro ao oitavo, onde temos o componente já sendo desenvolvido e qualificado, testado, etc.; e nossos órgãos mais voltados para o produto fim, que é a Copac, o IPEV, na parte de testes, certificação e fomento.

Projetos históricos, só para relembrar: o Bandeirante, resultado de sucesso do DCTA, do Comando da Aeronáutica; o carro a álcool; e o helicóptero Beija-Flor, um projeto que foi iniciado, mas não teve continuidade. Teríamos hoje um helicóptero nacional se prosseguíssemos com esse projeto na ocasião.

O senhor pediu indicadores de desempenho. Nós temos muitos indicadores. Nós temos uma reunião anual com todos os institutos, já que estamos todos juntos ali em São José dos Campos. Eu fiz um resumo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dos indicadores, para poder mostrar num eslaide só. Nós acompanhamos a parte física e financeira dos projetos e os indicadores de ensino e pesquisa, que são os indicadores mais voltados para o ITA. Em todos esses indicadores, temos cobranças físicas de metas, porcentagem de execução.

No canto direito, vamos ver a parte de providências adotadas. Os gargalos que são colocados, e nós procuramos fazer uma sinergia entre os órgãos para poder resolver esses catálogos. São acompanhamentos constantes, semanais que fazemos através de diversos indicadores dentro dessa trilogia física, financeira e de ensino e pesquisa.

Bom, foi pedido também por V. Exª a questão da proporcionalidade. Levantamos todos os recursos dos últimos cinco anos do DCTA. Um total de R$878 milhões que passaram pelo DCTA nesses cinco anos. No Comando da Aeronáutica, orçamentados, nós temos 43% desses recursos. Orçamentados pelo MCTI e pela AEB na parte de espaço, basicamente, mais 31%; FNDCT, 13%. Outras fontes seriam Ministério da Educação, Ministério do Esporte, a própria Embrapii.

Então, para o senhor ver: poderia ser maior? Poderia, mas são relevantes, dentro do nosso orçamento, os fundos de desenvolvimento de ciência e tecnologia, como nós vamos ver, daqui para frente, nos projetos.

Interessante também ver que – o azul é o recurso do Comaer, não está reajustado por inflação aí, são valores nominais, de 2012 a 2016. A AEB e o Comando da Aeronáutica seguem uma mesma lógica, são recursos orçamentados e sofreram redução até sem considerar a inflação, enquanto que, em relação ao fundo FNDCT, houve um acréscimo, que é a linha amarela da Finep. Para o senhor ver que, descontada a inflação, mesmo assim, nós vamos ver que houve um acréscimo de 2012 a 2016; prova de que os recursos têm sido utilizados, que nós temos tido bom proveito deles.

Aqui mais um pictorial do que estou dizendo. É um outro número que o senhor solicitou: R$112 milhões do FNDCT nos últimos cinco anos e, em 2016, estamos aí com bastante recurso, comparado a 2015.

Foram pedidas também as questões das patentes, as proteções intelectuais, que é um indicador que, para nós, Senador.... No DCTA, não temos uma busca de patentes, em função dos projetos estratégicos que nós desenvolvemos. Então, não é o nosso foco principal buscar patente, mas, mesmo assim, nós temos aí 42 pedidos de patente nos três institutos, no próprio ITA, no Instituto de Estudos Avançados e no Instituto de Aeronáutica e Espaço. Eu não coloquei aqui as patentes que já se encerraram, aqui são só as que estão em vigor, são 19 patentes concedidas; proteção de direito autoral dos *softwares,* nós temos nove, então é um total de 70 processos de patentes.

Nós temos um controle de todos os projetos. Para o senhor ter uma noção da quantidade de projetos, nós temos oito grandes projetos estratégicos dentro do Comando da Aeronáutica, que estão basicamente na área de espaço e de estudos avançados e temos 109 projetos distribuídos aí pelo ITA, pelos demais institutos, que nós acompanhamos através daqueles indicadores que eu coloquei e de outras formas de acompanhamento, totalizando 117 projetos. Aí o senhor vê a relevância; 34 deles são apoiados pela Finep, praticamente todos eles com contrapartida da indústria, mas temos 34, quer dizer, 30% dos nossos projetos são apoiados com recursos da Finep.

Empresas, nós elencamos aí as que são as nossas parceiras, Cenic, Mectron, AEL Sistemas, existem outras, mas colocamos só as principais, as mais relevantes: Orbital, Avibras, a própria Embraer, Bradar... Então, é isso, são as empresas que estão aí em parceria com os nossos projetos.

Projetos concluídos. Dos 34 projetos que eu falei que estão em andamento, estão na coluna da esquerda, nós temos, concluídos, 29, num total, então, de 67 projetos distribuídos pelos nossos principais institutos.

Nos próximos eslaides, quatro ou cinco, nós elencamos os principais projetos dentre os concluídos. Isso é uma prova de que houve início, meio e fim nessa aplicação dos recursos.

Projeto de Automação de Montagem de Estruturas. Na fase 1, que foi de Fuselagem, é um projeto bastante importante, capitaneado pela Prof. Emilia, que está aqui presente.

Implantação do laboratório de automação de montagem de estruturas: três anos. A Embraer entrou com R$2,5 milhões, e o valor total do projeto está embaixo, na parte de bolsas e recursos da Finep, R$5,4 milhões.

O projeto do Vant é um projeto também que está encerrado. São vários projetos que vão levar o domínio da tecnologia do Vant. Os dois primeiros estão concluídos, esse é o Sistema de Navegação e Controle para Vant, que levou cinco anos, com a participação aí de Marinha, Exército, IPQM, CTEX, ali embaixo, Avibras, a contrapartida do próprio DCTA, no valor total de recursos aplicados: R$10 milhões.

O outro relacionado ao Vant também é o Sistema de Decolagem Automática, que também é um projeto
minado, com altímetro de precisão – radar e laser, envolvidos aí, mais uma vez, Marinha, Exército, o próprio
tituto de Aeronáutica e Espaço, num valor de R$4,5 milhões, praticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial, um projeto de sucesso também, que terminou com o domínio da tecnologia e demandou cinco anos com essas empresas que estão aí elencadas: NAVCON, Optsensys, Compsys, Mectron, Equatorial, num total de total de R$15 milhões.

Turbina Aeronáutica também é um processo de tecnologia dominada, concluído. Ele levou três anos com a própria participação do DCTA através do IAE, e a empresa TGM, que entrou com R$2 milhões, num total de R$9 milhões aplicados com recursos da Finep.

Então, esses que eu mostrei são os concluídos.

O que está em andamento, então? Vamos mostrar alguns; dos 34, elencamos alguns mais importantes, para que os senhores tenham uma ideia do que está em andamento.

Um projeto de sucesso aí é o Mestrado Profissional ITA com Embraer, uma relação que vem perdurando por muitos anos, com 1.364 mestres profissionais nos últimos 15 anos. Atualmente com 300 alunos, financiado pela Finep (CAPTAER Fase I da Capes). Esse é um projeto bastante importante para o ITA e para a sociedade.

O CAPTAER – Fase II, que é a parte mais laboratorial, também está em andamento, com aplicações de infraestrutura. É bom lembrar que, nesse projeto Fase II, nós temos uma aplicação de recursos de R$6,5 milhões, a Embraer entrou com R$3 milhões, e nós estamos aí desenvolvendo pesquisas, laboratórios modernizados, estamos modernizando todos os laboratórios do ITA, voltados para essa área aeroespacial. Termina em 2017.

E, quanto à expansão do ITA, embora os recursos orçamentários sejam oriundos da MEC, os projetos executivos foram todos financiados pela Finep, através da ExpanITA e o DOBRAITA. É muito importante para o Comando da Aeronáutica e para o País que essa duplicação do ITA tenha continuidade, e o MEC aplica os recursos diretamente no DCTA. Para os senhores terem uma ideia do que já está construído, são fotos do local. Então, a parte da Divisão de Ciências Fundamentais já está praticamente pronta, com 16.000m^2 de área, R$50 milhões, conclusão neste ano. E obras...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Eu vou pedir, Senador, mais uns dez minutos no máximo.

Obras financiadas pelo Ministério da Educação.

Então, falamos da duplicação do ITA.

Quanto ao projeto Fiat-Chrysler, que é uma parceria, a Embrapii está nesse projeto. Esse projeto tem um valor de R$5 milhões; R$2,6 milhões da empresa, R$1,7 milhões da Embrapii; contrapartida do ITA, R$891 mil.

É um projeto de cinco anos, para desenvolvimento de componentes de *powertrain* dos equipamentos dos carros da Fiat. Esse projeto está caminhando bastante bem.

O projeto na área de defesa, um dos mais importantes, é um míssil de quinta geração, Projeto A-Darter, totalmente financiado pela Finep, com as empresas contratadas diretamente, sem contrapartida. No caso é a Mectron, a empresa sul-africana, a Avibras, Opto Eletronica. Esse projeto caminha com a utilização total de recursos da Finep. Então, é um desenvolvimento de um míssil ar-ar infravermelho de quinta geração.

Pretende-se que, no final do ano que vem, nós tenhamos esse projeto concluído.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Esse é o primeiro míssil que o Brasil vai ter, ou não?

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Não, não. Esse é o que seria mais moderno.

Também na área de espaço – não vou dizer área militar, é de espaço porque o acesso ao espaço é por combustão supersônica –, nós temos aí, em andamento, dois projetos com o apoio da Finep. Nesse projeto nós temos também recursos orçamentários do Comando da Aeronáutica presentes, que é de uma combustão supersônica assistida por laser com aplicação aeroespacial. Esse projeto é muito importante para o futuro do Brasil; um projeto de grande relevância, e todos os países estão praticamente no mesmo estágio de desenvolvimento.

Esses projetos já estão com dois financiamentos em andamento, R$ 6,7 milhões e R$6 milhões, nesses dois projetos.

E nós temos uma terceira fase que vou mostrar nos novos projetos.

Ciência sem Fronteiras, eu coloquei só para mostrar que, no ITA, nós tivemos um aproveitamento: 35% dos iteanos receberam bolsa. O Ciência sem Fronteiras, para os iteanos, foi bastante importante, porque foram buscadas instituições de maior renome. E isso trouxe relevante importância acadêmica para o ITA, nessa volta dos alunos do Ciência sem Fronteiras – aliás, no meio do ano estão chegando 50 desse programa. Também com recursos do FNDCT.

Vou falar um pouquinho entre gestão e óbices. O modelo de gestão do DCTA é um modelo de hélice tríplice, em que temos universidade, Governo e empresa atuando nessa hélice. E a ICT está no centro de tudo [illegible], então o DCTA atua como indutor das relações entre empresa e Governo, visando a produção de novos conhecimentos, inovação e desenvolvimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Esse é o nosso modelo do *campus* do DCTA, mas nem tudo são flores. Há alguns problemas, que nós colocamos aqui, conforme foi solicitado também nesta audiência.

A questão cambial, não preciso nem dizer, porque muitos projetos têm insumos adquiridos no exterior, então, com essa desvalorização que houve – os recursos são nominais e reais –, então houve uma desvalorização, e isso ocorre não só com esse projeto, com qualquer outro projeto lincado ao dólar.

Falta de recursos financeiros para dar continuidade aos projetos. Aí, quanto aos projetos, nós recebemos recursos, mas, às vezes, os recursos demoram a chegar. Então, atualmente, nós temos um débito, principalmente no míssil, no A-Darter, mas, de forma geral, essa questão da regularidade é que é o mais importante a falar aqui.

Perda de competências. Isso é uma característica da ciência e tecnologia, que eu busquei aqui colocar só para conhecimento de todos. Não tem, acho, a ver com o fundo, mas é um assunto que nos incomoda muito.

Dificuldades no Inova Aerodefesa, modelo de aplicação dos recursos.

Mais dois eslaides só para citarmos isso.

Primeiro, a perda de competência. Esse eslaide é bastante interessante, onde nós temos, à direita, os docentes, pesquisadores, o pessoal de ciência e tecnologia e nível médio ali, a linha da idade e o tempo de serviço. Então, os senhores verificam que há uma nuvem lá em cima, no quadrante superior lá, de aposentadorias, e temos visto, na prática, isso ocorrer. A cada mês, temos a perda de...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Não poderia haver renovação?

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – A renovação seria, Senador, aquela lei que foi aprovada na época da duplicação do ITA, que é a 12.778. Já existem 143 cargos de docentes aprovados, 880 de pessoal administrativo e técnico, é só abrir o concurso. Pretendemos que, pelo menos este ano, ano que vem, tenhamos esse concurso aberto, mas as vagas já estão criadas por lei, é só fazermos acontecer o concurso.

Inova Aerodefesa. Bom, os recursos do Inova Aerodefesa tiveram uma redução significativa porque são recursos de empréstimo, há um envolvimento do BNDES nesses recursos. As empresas não têm garantias de aquisições governamentais, quer dizer, elas pegam o empréstimo e não têm a garantia de que, depois, o produto vai ser adquirido. E existência de grandes contrapartidas. Então, essas são dificuldades basicamente dessa modalidade. E as dificuldades para governança dos projetos pelos ICTs, porque a empresa pega o recurso, e perdemos um pouco o controle desse projeto, não conseguimos fazer aquela gestão do projeto adequadamente. Isso é somente em relação ao Inova Aerodefesa, é bom ressaltar aqui.

Vamos falar do futuro, temos já prontos 19 projetos aí, prontos para recebermos recursos do FNDCT. Um é a continuidade do projeto Vant, de 6 milhões. A empresa Harpia já nos procurou, inclusive, para começar a conversar, e, agora, com a navegação no espaço aerocompartilhado, com sistema de anticolisão, etc., é um projeto que está pronto para receber recurso da Finep.

Outro projeto pronto...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os senhores têm dificuldade para receber esses recursos, Brigadeiro? Demora?

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Não, os recursos, como falei anteriormente, os já alocados demoram a ser disponibilizados. Essa questão não, são negociações formais que temos aí que poderiam ser politicamente mais incentivadas, poderiam, mas estamos em negociação já com a Finep em relação a esses projetos que coloquei agora.

Bioquerosene, que é para uso na aviação, 15 milhões e 36 meses. Pretendemos, com esse recurso, implantar o banco de ensaios, isso também está pronto para contratação.

CAPTAER, fase III, continuação da estrutura laboratorial do ITA, continuação desses investimentos, a Embraer entrando com R$4,5 milhões, a Finep, com R$13 milhões, no prazo de cinco anos.

E o nosso 14-XS, agora ganhou um S de espaço. Vamos fazer um teste, um projeto de conceito, de lançamento desse foguete. Nesse projeto, temos uma parceria, além dos recursos orçamentários de R$6,5 milhões, em três anos.

Estou terminando já.

Algumas conclusões, então. Na nossa visão, do DCTA, os fundos, em especial, o FNDCT, constituem um valioso instrumento de financiamento dos projetos estratégicos para os setores aeroespacial e de defesa, possibilitando que o DCTA cumpra sua missão de desenvolver tecnologias importantes para o País.

Os recursos do FNDCT contribuíram para a construção da infraestrutura, como nós vimos, laboratorial, e beneficiaram outros setores (naval, automobilístico, construção civil, etc.). Quer dizer, permearam a sociedade, isso é o modelo imposto e buscado pelo Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O modelo de financiamento do FNDCT, às atividades de ensino e pesquisa, tem servido para estimular o fortalecimento do setor aeroespacial e de defesa, pois envolve a participação com sinergia entre as universidades (ITA, USP, etc.), centros de pesquisa – nós vimos a CTEX, IPQM – e as próprias empresas, como eu já mostrei.

Colocamos aqui, Senador, uma única proposta, eu colocaria como proposta, que vai ao encontro do que foi colocado para nós no relatório de perguntas: vislumbramos, no DCTA, então, a possibilidade que seria muito útil de criação de uma linha de financiamento específica para espaço, no âmbito do MD, visando garantir um projeto de espaço, que é sempre um projeto de Estado, que tivéssemos esse recurso garantido ao longo de um período bem maior, complementando a política espacial brasileira. Então, é esse ponto que elencamos como mais urgente neste momento.

Senhores, espero ter conseguido mostrar o que é o DCTA e a forma como usamos o FNDCT e atingido esse objetivo.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado ao senhor, Brigadeiro Fernando Cesar Pereira Santos.

Saiba que o seu apelo dessa linha de financiamento vai para o nosso relatório final.

Registrando, também, as presenças na nossa Comissão dos integrantes da Comissão, Senador José Medeiros e Senador Cristovam Buarque.

Vamos, agora, ao Presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, CPqD, o Dr. Sebastião Sahão Júnior.

Bom dia.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, saudar o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Ex^mo^ Senador Lasier Martins, agradecer a oportunidade de estar, aqui, falando hoje do CPqD. Eu diria que estou muito feliz de estar aqui, hoje, nesta Comissão, para falar de uma organização como o CPqD. Eu queria saudar também os Senadores Pedro Chaves, Senador Flexa Ribeiro, Senador Cristovam Buarque e o Senador José Medeiros, saudar os colegas da Mesa, a todos os presentes e também as pessoas que estão nos ouvindo, através da TV Senado.

Presidente, é sempre um prazer muito grande de falar do CPqD, que, este ano, está fazendo 40 anos. Vou contar um pouco da história desta organização, na qual tenho muito orgulho de trabalhar há 30 anos. Hoje, estou Presidente do CPqD e espero conduzi-la por mais 40 anos.

Presidente, também vou, ao longo da minha apresentação, de forma didática, responder aos questionamentos que os colegas aqui presentes também estão tentando responder para contribuir com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A sede é em Campinas, né?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – A sede é em Campinas.

Então, a agenda: vou falar um pouco sobre o CPqD, um pouco sobre produção tecnológica e a contribuição importante do FUNTTEL para essa organização, como esses recursos foram aplicados no CPqD e algumas considerações relevantes, até para contribuir com esta Comissão, com relação à aplicação desses recursos.

Falando do CPqD: é uma organização essencialmente inovadora na área de tecnologia da informação e comunicação, cuja missão é o desenvolvimento, o progresso e o bem-estar da nossa sociedade brasileira.

Foi criado em 1976. Na época, suportava todas as políticas públicas da Telebras, que era uma empresa de telecomunicações do Governo, responsável por todo o sistema de telecomunicações do País. Então, o CPqD veio para suportar essa política e tornar o País totalmente independente das tecnologias internacionais, ou seja, nós, na ocasião, suportamos o País em todo o processo de substituir as importações.

Então, viemos nesse processo até 1990, quando já se iniciou a abertura de mercado no nosso País, uma nova política, e o CPqD já passou a atuar de uma outra forma: suportando as operadoras no processo de competitividade e também já no início de uma discussão do processo de privatização do Sistema Telebras.

Em 1998, o Sistema Telebras foi privatizado, e o CPqD, para manter toda a capacitação nessa área de telecomunicações, foi transformado numa fundação de direito privado, cujo primeiro objetivo era manter todo esse conhecimento, todo esse *know-how* adquirido ao longo dos anos em telecomunicações. Então, em 1998, criou-se a Fundação CPqD com esse viés.

De 1998 a 2001, na privatização, de forma inteligente, o Governo colocou para as operadoras, ou para as empresas que adquiriram as operadoras, que elas, dentro do contrato de concessão, suportassem o CPqD dentro da política de pesquisa e desenvolvimento de telecomunicações, através de um contrato que chamavam de Contrato 7000. Neste, as empresas que adquiriam as concessões, através de um percentual, davam a contrapartida para o CPqD, para manter, até 2001, essa pesquisa e desenvolvimento; em contrapartida, o CPqD retornava esse investimento com pesquisa, desenvolvimento, produtos e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em 2001, ao longo desse processo, de 1998 a 2001, o Governo também trabalhou para regulamentar a Lei Geral das Telecomunicações, que preconizava que um percentual de um fundo que foi criado, o FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), deveria ir para o CPqD, para que o CPqD pudesse manter toda essa capacitação no setor de telecomunicações. Obviamente, as telecomunicações acabaram convergindo para a tecnologia da informação e comunicação. Então, de 1998 a 2001, tivemos esse suporte das empresas que adquiriram as concessões através do Contrato 7000.

Após 2001, com o FUNTTEL, após a regulamentação, o CPqD passou a receber esse recurso. No final de 2001, o CPqD, então, com o encerramento do Contrato 7000, teve a oportunidade, através dos recursos do FUNTTEL, de continuar suportando todas as pesquisas de desenvolvimento no setor de telecomunicações, onde nós pudemos dar continuidade a todo o desenvolvimento que nós iniciamos no processo de criação do CPqD na área de fibras óticas. O CPqD desenvolveu todo o processo de fibras óticas e o transferiu para as indústrias nacionais e, atrás das fibras óticas, também vem todo um processo de desenvolvimento de cabos, processo de desenvolvimento de sistemas de dispositivos de elementos de fibra ótica.

Também o CPqD ajudou no desenvolvimento das centrais digitais inteligentes, centrais essas que permitiram ao País ter uma redução expressiva dos terminais na ocasião, a parte de antenas e sistemas de transmissão, entre outros desenvolvimentos, como também a telefonia de uso público, através do cartão indutivo.

Isso aqui são alguns desenvolvimentos que, na ocasião, o CPqD ajudou a desenvolver, transferir para as indústrias, e onde nós tivemos um crescimento expressivo da tecnologia neste País no setor de telecomunicações.

Aqui eu poderia destacar também, Presidente, outros desenvolvimentos que o CPqD fez também para a área de planta externa, na parte de cabos, conjuntos de emenda, conectores, outros tipos de cabo. Ou seja, o CPqD ajudou, nesse período, a criar um parque industrial que trouxe uma soberania tecnológica para o País no setor de telecomunicações.

Com o FUNTTEL, o CPqD passou a desenvolver projetos relevantes para o País, através de uma parceria muito forte com o Ministério das Comunicações. O Ministério das Comunicações é o órgão responsável por toda a gestão dos recursos do FUNTTEL que foram direcionados para o CPqD e, através dessa parceria, Presidente, nós pudemos desenvolver muitos projetos relevantes para o País, como sistemas WDM, sistemas esses que permitiram, numa mesma infraestrutura, nós transmitirmos ou aumentarmos cada vez mais a capacidade e a melhoria das transmissões de dados, voz e imagem no nosso País. Desenvolvemos tecnologias sem fio, a tecnologia 4G da faixa de 450 megahertz para regiões rurais, regiões hoje carentes no nosso País; pudemos prover soluções de transmissão de banda larga para regiões hoje carentes em nosso País. Desenvolvemos também sistemas e *softwares* de missão crítica. Todos esses desenvolvimentos foram promovidos para atender uma política e também manter a capacitação desse centro voltado essencialmente à inovação em tecnologia da informação e comunicação.

Aqui eu falo um pouco sobre essa parte dos recursos do FUNTTEL. Para frente, Presidente, eu vou começar a colocar o montante que foi investido, os resultados que nós obtivemos e mais alguns produtos e serviços que foram desenvolvidos e a importância desses produtos para o nosso País.

É importante ressaltar a governança do CPqD. Desde que o CPqD foi criado, ele tem uma forte governança. Nós somos uma fundação de direito privado, obviamente sem fins lucrativos, mas uma fundação que tem que ter superávit para poder reinvestir no seu desenvolvimento.

Dentro da nossa governança, nós temos um Conselho Curador, responsável por definir todas as diretrizes do nosso centro; nós temos um Conselho Fiscal responsável por acompanhar todos os processos contábeis, todos os processos de investimento em nossa organização; nós temos uma Diretoria Executiva com quatro vice-presidentes e um presidente – sou hoje o responsável –; e nós temos um Fórum de P&D, com vários membros da academia, para o qual são trazidas e compartilhadas ideias para que possamos, cada vez mais, estar no estado da arte no desenvolvimento no setor de tecnologia da informação e comunicação.

Além do Conselho Fiscal, nós temos também uma auditoria externa, que faz toda uma avaliação das contas do CPqD e, dessas avaliações, nós prestamos contas ao Ministério Público, que faz o acompanhamento de todas as fundações em nosso País.

Hoje o nosso Conselho Curador é formado por doze membros. De que forma? Uma cadeira é do Ministério das Comunicações – hoje, agora, Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, com a fusão dos dois ministérios, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações. Anteriormente era o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, então nós vamos ter agora duas cadeiras para o Ministério atual, com a junção do Ministério das Comunicações e o da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós temos também uma cadeira para a Finep, um parceiro muito importante, é o agente responsável por todo o fomento dos recursos advindos do Ministério. Nós temos ainda uma cadeira para o BNDES, também um importante parceiro CPqD; duas cadeiras para os clientes, que são as empresas operadoras de telecomunicações; duas cadeiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para os clientes brasileiros do CPqD; duas cadeiras para entidades representativas da comunidade científica e tecnológica; e duas cadeiras para a sociedade civil. Então, eu diria que é um Conselho composto de forma relevante, e ele permite ao CPqD dar continuidade à sua gestão, permite ao CPqD dar continuidade a todo o processo de inovação nessa área de tecnologia da informação e comunicação.

Em números: o CPqD vai fazer 40 anos em 31 de agosto; tem uma área de 360 mil metros quadrados, sendo que, dessa área, nós utilizamos apenas 56 mil metros quadrados; hoje o CPqD tem 1.143 colaboradores – desses 1.143, 405 são pós-graduados com mestrado e doutorado, 621 graduados por grandes universidades, e 117 de nível médio, também muito bem formados. Ou seja, é uma organização essencialmente inovadora, sendo as pessoas o seu maior investimento.

Produção tecnológica e o FUNTTEL.

Por falar em números, Presidente, aqui eu já trago, conforme solicitado, o número de produções científicas e tecnológicas que nós desenvolvemos ao longo desses 5 anos. Podemos ver aqui, a partir de 2012, a quantidade de produção científica e tecnológica. Aqui nós estamos colocando apenas os maiores eventos, os eventos mais relevantes internacionalmente para o País. Poderíamos ter colocado outros eventos, mas o objetivo.... Dos indicadores que são acompanhados pelo Ministério, nós estamos colocando aqueles que são mais relevantes e representativos para o nosso País, são todos eventos internacionais.

Pedidos de patentes voltadas a todas as tecnologias que nós desenvolvemos, sejam aquelas que nós estamos utilizando internamente, sejam aquelas que nós transferimos para as indústrias nacionais.

Aqui vale destacar, Presidente, que o CPqD, num *ranking* de patentes em 2015.... Esse *ranking,* realizado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o INPI... O CPqD, nesse *ranking* de patentes, atingiu o quinto lugar no quesito Depósito de Patentes na comparação com várias instituições.

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Presidente, aqui eu vou pedir mais dez minutos.

Então, quando falamos de recursos do FUNTTEL.... Aliás, o FUNTTEL é o grande responsável por essa quantidade expressiva de patentes, além de outros fundos.

Em termos de registro de *software:* nós temos aqui a quantidade de registros de *softwares* que o CPqD desenvolveu ao longo dos últimos cinco anos através dos projetos, principalmente do FUNTTEL.

Em 2015, o CPqD, através do *ranking*, foi considerado a primeira organização voltada à inovação do País, com maior número de registros de *softwares* em 2015. Isso, para nós, foi motivo de muito orgulho, porque o CPqD.... Hoje, quando falamos de inovação, tecnologia e desenvolvimento, um dos grandes indicadores.... Nós estamos falando de patentes e registros de *software*.

Aqui menciona-se o FUNTTEL, que é o grande responsável hoje por todo esse processo de desenvolvimento do CPqD.

Produtos e tecnologias comerciáveis. Esse aqui mostra os produtos que nós comercializamos internamente ou transferimos para os nossos parceiros industriais.

Aqui mostramos um pouco, Presidente, os relacionamentos do CPqD em nossa sociedade. Do lado esquerdo, com centros e universidades do País voltados à inovação – eu diria com várias universidades expressivas em nosso País.

Governo. O CPqD hoje suporta algumas políticas públicas, principalmente do Ministério das Comunicações, ex-Ministério das Comunicações. Hoje estamos expandindo a nossa atuação na área de defesa e segurança. Trabalhamos há muito tempo com a Anatel e outros organismos governamentais.

É importante mencionar os nossos parceiros, que continuam a ser, até pela nossa gênese, as grandes operadoras.

E aqui algumas empresas que nós temos como parceiras ou de cuja sociedade nós participamos.

É importante lembrar que foi através desses recursos altamente relevantes que o CPqD conseguiu não só transferir tecnologia para o País, mas também criar empresas para o País, dentro do nosso propósito, que é: desenvolvimento, progresso e bem-estar da nossa sociedade brasileira. Portanto, é preciso mencionar que hoje o CPqD tem relacionamento com mais de trezentas empresas em nosso País.

Quando falamos de aplicação de recursos... Aqui, Presidente, já começo a mencionar um ponto relevante, que tem impacto direto no desenvolvimento da nossa organização, que diz respeito à Lei Orçamentária Anual.

Aqui podemos ver, ao longo desses últimos quinze anos, quanto dos recursos não reembolsáveis caiu em função das dificuldades que nós temos no nosso País em termos de orçamento, e quanto foi aumentada a reserva contingenciada. Então, Presidente, isso aqui já mostra um pouco a dificuldade que nós temos em dar continuidade a alguns projetos, inclusive em ampliar a atuação em alguns projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu ouvi o nosso colega Jorge Guimarães falar da Embrapii. Considero que, hoje, um dos pontos mais relevantes da Embrapii é o fluxo contínuo de recursos, o não contingenciamento. Isso dá visibilidade, permite o planejamento e permite, inclusive, uma utilização mais eficaz dos recursos, que nós sabemos que são limitados.

Aqui os recursos recebidos pela nossa organização ao longo desses quinze anos. Vemos aqui, no início, recursos expressivos. Depois, dadas as dificuldades, já vemos algumas quedas, a partir de 2004, 2005. E isso é sazonal, depende muito dos recursos do Orçamento do nosso Tesouro.

Ao longo desses quinze anos, nós recebemos, nominalmente, aproximadamente R$700 milhões para fazer todo esse processo de desenvolvimento e inovação em nosso País.

Foi mencionado no questionamento também, Presidente.... Dada essa dificuldade orçamentária, dada essa dificuldade do contingenciamento, o que o CPqD fez para que pudesse manter e reter os seus talentos, reter os seus colaboradores, para que não perdêssemos a continuidade dos nossos desenvolvimentos? Dadas as dificuldades, nós fomos buscar outros fundos para que pudéssemos complementar essa inovação.

Que fundos são esses? A Lei de Informática; a Aneel, que tem recursos expressivos; o Funtec, através do BNDES; a própria Embrapii, que trouxe também uma complementaridade, inclusive com esse viés, que sempre foi o viés do CPqD. O CPqD sempre trabalhou na inovação voltado para as empresas, voltado à transferência e à criação de valor para o nosso País. Este sempre foi o grande objetivo do CPqD: trabalhar com inovação e desenvolvimento aplicado; que esse recurso levasse para a sociedade um determinado valor. Então, nós fomos buscar essa complementaridade.

O que acontece quando buscamos essa complementaridade? Há o lado positivo, que é trazer um recurso complementar, mas também são pesquisas que têm uma encomenda, têm um destino final. Então, perde-se um pouco daquele lado estratégico de buscar sempre estar na fronteira da tecnologia. Há o lado bom, porque ele dá continuidade, fortalece algumas áreas da nossa organização, mas, quando se perde, principalmente algum recurso do FUNTTEL, em função das dificuldades de orçamento que temos hoje no nosso Governo, começamos a ter dificuldade de ter mais liberdade para buscar inovações dentro da fronteira tecnológica no nosso País. Portanto, isso aqui mostra um pouco a estratégia nossa de buscar complementação com outras fontes de recurso.

Isso aqui mostra um pouco a evolução nossa com outros fundos ao longo dos últimos cinco anos. Saímos de 14 milhões, em 2010, e hoje estamos na ordem de 54 milhões em outros fundos. E o recurso do FUNTTEL, obviamente, oscila em função do Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Em 2013 foi quando estivemos melhor?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Eu diria que 2013, nos últimos cinco anos, foi um dos melhores anos para o CPqD em termos de desenvolvimento, em termos de resultado, em termos de previsibilidade e continuidade do nosso desenvolvimento.

Então, quando falamos de resultados... Projetos em execução hoje: os projetos, majoritariamente, dentro do FUNTTEL estão voltados para a área de comunicações óticas, comunicações sem fio e redes IP.

Há projetos também que nos ajudam, como no CTA, a melhorar o nosso parque de infraestrutura laboratorial, que foi o laboratório 4G.

Há projetos que foram aprovados e já estão em processo de iniciação, como a plataforma Internet das Coisas, que, eu diria, hoje é uma plataforma que vai revolucionar não só o nosso País, mas o mundo, em termos de resultado, em termos de pesquisas, em termos de aplicações.

E há outros projetos que nós desenvolvemos. Quando falamos de recursos, falamos de inovações...

Aqui, o Sistema Brasileiro de Telecomunicações, em que nós podemos apoiar essa política, apoiar o nosso Ministério, no sentido de dar algum direcionamento na escolha do padrão de televisão a ser provido em nosso País.

Presidente, eu poderia passar aqui dias falando de todos esses projetos, da relevância desses projetos, não só para o CPqD, mas para o nosso País.

Eu fiz, inicialmente, um convite e queria reforçá-lo, Presidente, para que vocês possam conhecer essa maravilha do nosso País, que é essa organização, o CPqD.

Considerações finais.

Impactos e desafio. Como já comentado pelos nossos colegas, ao falar de qualquer organização voltada à inovação, estamos falando de pessoas e de pesquisadores. Então, nós precisamos ter a visibilidade desses recursos para poder dar continuidade e para poder reter esses recursos. Muitos recursos acabam saindo da organização porque não conseguem enxergar uma previsibilidade para que possam dar andamento a esse trabalho. Então, precisamos olhar com carinho essa parte de recurso, essa parte da continuidade, essa parte do contingenciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Equipes. Não é fácil formar pesquisadores em nosso País. Nós demoramos anos para formar esses pesquisadores, e nós precisamos reter esses pesquisadores. São os grandes artífices...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Têm conseguido reter?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Nós temos conseguido retê-los, Presidente, mas eu diria que nós precisamos reter mais. Muitos ainda sentem insegurança em dar continuidade às suas pesquisas em nosso País. Nós estamos perdendo muito para outros países.

Contingenciamentos. Se eu fosse fazer uma proposta aqui para a Comissão, Presidente, seria não deixarmos que os recursos da FUNTTEL fossem contingenciados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Temos um projeto de lei, pessoalmente, nesse sentido – que, aliás, está por ser votado nesses próximos dias na Comissão de Justiça –, para que verbas para ciência e tecnologia não sofram contingenciamento. Queremos convencer o Plenário do Senado a apoiar esse nosso projeto.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Isso vai trazer uma tranquilidade, vai trazer um planejamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – ... e, inclusive, uma otimização dos nossos recursos, o que vai contribuir muito para as organizações voltadas à inovação.

Há um ponto importante que eu queria destacar aqui também...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estou sendo informado pela assessoria de que, na Comissão de Constituição e Justiça, esse nosso projeto será votado hoje, daqui a pouco, às onze horas e pouco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu sou o Relator do seu projeto e fui informado de que a reunião da Comissão foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi suspensa?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A reunião da Comissão foi suspensa...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não seria na CAE?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Seria hoje a votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora. Foi suspensa em função da Comissão Especial do Impeachment.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem, isso talvez nos permita, o adiamento, estar presentes para defender esse nosso projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu iria...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda mais diante do apelo que nos está fazendo aqui o Dr. Sebastião.

Aliás, desde que chegamos, desde que iniciamos a legislatura, estamos preocupados com esse projeto, porque isto é estratégico para o Brasil, Dr. Sebastião: a ciência e a tecnologia. Não é possível que esses recursos sejam contingenciados. Jamais teremos avanços assim. O seu apelo está sendo muito considerado.

Obrigado pela informação, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora, já que estamos falando disso, como o senhor mesmo falou, é aqui que se está discutindo o futuro do Brasil. É aqui, na ciência e na tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós somos os zeladores do futuro. Por isso, não se pode contingenciar, e é preciso aumentar os recursos.

Mas eu creio que precisávamos fazer um trabalho de avaliação do impacto que tem tido todo esse sistema ao longo da sua execução. Por exemplo: no caso específico do Ciência sem Fronteira, eu creio que já há uns cinco bilhões gastos. Está na hora de fazermos uma avaliação do seu impacto no desenvolvimento científico e tecnológico.

Do ponto de vista do aprendizado desses jovens, do ponto de vista da experiência no exterior, não tenha dúvida de que é positivo, basta descobrir que o sistema de transporte público em Paris funciona bem que já é um bom investimento. Mas, do ponto de vista científico e tecnológico, quanto ao resultado desses jovens tando, eu tenho minhas dúvidas. Primeiro, porque a maior parte é graduação. Então, melhora a cabeça, mera a vocação, inclusive, de alguns para a ciência, mas o impacto, em si, acho que é pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Ontem mesmo a *Folha de S.Paulo* fez uma matéria. Poucos estão indo para as universidades melhores do mundo. A maior parte está indo para universidades de nível médio, algumas até piores do que muitas no Brasil. Muitos estão indo por razões de idioma mais simplificado, que é o caso do Espanhol e do Português, e não pelo aprendizado que vão ter em outros idiomas.

Dos que aproveitam, muitos vão por pouco tempo. Para haver um impacto científico, têm que ficar um bom tempo, fazer um doutorado, ser assistente de um grande pesquisador, cientista. Senão, não traz muita coisa. E, depois, muitos dos poucos que realmente aproveitam, ao voltarem, não são inseridos na carreira científica, na carreira tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A propósito, Senador, nós já discutimos aqui na Comissão sobre esses bolsistas que vão ao exterior: em primeiro lugar, que assinem o compromisso de voltar; em segundo lugar, que ao voltar venham à nossa Comissão fazer um relatório do que viram, do que fizeram, do que aprenderam e onde vão ficar por aqui. Nós temos que insistir nesse particular.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu tenho a impressão de que estamos tratando esse programa, como muitos outros e como até a universidade, mais como uma escada social para quem recebe do que como uma alavanca de progresso para o Brasil. A universidade deveria ser uma alavanca para o progresso. E, claro, aqueles que têm um bom desempenho também têm uma escada social para si, faz parte do processo reconhecer o êxito. É mais uma escada social, uma alavanca social, e nós não estamos aproveitando bem. Poucos estão, de fato, dando o resultado de que a gente precisa.

Além disso, eu creio que a gente usou pouco uma alternativa, embora haja a possibilidade, que talvez tivesse trazido mais benefício, que seria trazer cientistas de fora, do mundo, para ficarem aqui cinco, dez anos preparando uma geração. Assim foi feita a USP. A gente aproveitou pouco, inclusive em um momento de crise internacional, como havia. Agora, na disputa do campeonato de crises, é capaz de não conseguirmos trazer muita gente, mas, cinco anos atrás, teria sido muito fácil trazer cientistas do Leste Europeu, da Espanha, da França; não dos Estados Unidos, mas, de outros países, sim. Nós perdemos a chance de fazer um programa com uma visão de longo prazo e buscando impacto, e não o atendimento a essa escada social, que é ir fazer um curso fora.

Talvez seja a hora de a Comissão também batalhar nesse sentido, de como inserir esse programa no Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. E, nesse campeonato de crises, Senador Cristovam, nós atuamos no time de combate a esse campeonato. Nós disputamos um outro campeonato e temos em V. Exª um dos nossos mais combativos *players* nesse assunto.

Quero dizer-lhe, Dr. Sebastião, antes que o senhor prossiga para as suas conclusões, que o Senador Cristovam foi o Presidente desta Comissão até bem pouco tempo, é um educador, um homem extremamente preocupado com as questões da educação, da ciência e da tecnologia e, por isso, já antecipo, porque, pelo que foi dito até agora – ainda está faltando ouvir aqui o Dr. Fernando Tobias Silveira, do IEC –, estamos muito gratificados.

Estamos fazendo esse rastreamento dos recursos dos fundos setoriais, e os senhores estão nos trazendo informações muito preciosas hoje. A Embrapii, sobre o fomento da inovação industrial; o DCTA, sobre a política aeroespacial; o senhor, sobre o desenvolvimento das comunicações; e vamos ouvir, daqui a pouco, o Dr. Fernando sobre as pesquisas biomédicas.

É verdade que não agregamos aqui todas as instituições das ciências e tecnologias, mas trouxemos aqui quatro das mais importantes, que estão nos dando uma ideia. E vamos prosseguir nas próximas audiências públicas nesse sentido

Prossiga e conclua a sua interessante explanação.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Presidente, já estou terminando.

Aqui, obviamente, consequência dos contingenciamentos que impactam diretamente os ICTs, não só o CPqD, essas notas de empenho fragmentadas. Então, há projetos que temos que terminar em três anos, mas acabam sendo terminados em cinco anos dada essa fragmentação.

O que é essa fragmentação? Às vezes, você empenha determinado valor aprovado na LOA e, em função do Orçamento, esse empenho é fragmentado. Obviamente, não há como fragmentar projetos, planos de trabalho. Isso leva alguns projetos de três anos a chegarem a cinco anos. Não preciso falar do impacto que isso traz, em termos de produtividade, para o nosso País.

O prolongamento desse projeto, obviamente, acaba impactando os resultados. A dificuldade desses recursos, obviamente, nos fez buscar outras fontes de recursos para fazer essa complementação. Como comentei, há um lado relevante, importante, que ajuda na retenção, na manutenção da capacitação nessa área de tecnologia da informação e comunicação, mas, obviamente, se perde um pouco a flexibilidade de desenver e dar continuidade aos desenvolvimentos daquelas áreas relevantes para que possamos continuar na nteira da tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui repito um pouco a importância das equipes em áreas estratégicas, e acabamos complementando com outros fundos.

Para finalizar.

Quando nos perguntam qual a avaliação que fazemos desses fundos, eu digo que são altamente relevantes para o nosso País, altamente relevantes para o nosso País. Se quisermos soberania tecnológica, teremos que ter um suporte, um apoio desses fundos, que, hoje, na comparação com o mundo, ainda são, como já foi até mencionado aqui pela Embrapii, percentuais baixos. Realmente, se quisermos estar na fronteira da tecnologia, na soberania tecnológica para o nosso País, precisaremos investir mais.

Quando falamos de inovação para o nosso País, estamos falando de desenvolvimento, aumento de competitividade e aumento de capital intelectual. Esses fundos trarão o quê? Riqueza.

Estamos falando de riqueza para o nosso País, daquilo que vai garantir o futuro da nossa Nação.

E a sua efetividade está diretamente relacionada com dois fatores, Presidente: disponibilidade dos recursos e continuidade dos recursos, como foi mencionado pelo nosso colega da Embrapii. Isso faz com que possamos ter um planejamento mais eficaz, mais visibilidade e com que possamos, sim, utilizar, de forma adequada, esses recursos que são hoje escassos, mas altamente relevantes para a nossa Nação.

Presidente, quero agradecer a oportunidade de estar hoje na Comissão. Espero recebê-los no CPqD para que vocês possam conhecer essa organização que é essencialmente brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Essa organização foi criada pelo nosso Governo, e temos orgulho de a estarmos mantendo após 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Dr. Sebastião.

Quero dizer-lhe, primeiro, que suas últimas frases serão levadas para o relatório: "Esses fundos são indispensáveis, trazem riqueza e garantia à Nação". É elementar, mas é importante que se enfatize bem isso.

Segundo: como estamos num processo de descentralização das nossas reuniões – estaremos agora, no dia 1º, em Porto Alegre, para avaliar o estágio da ciência e tecnologia naquele Estado –, vamos lá visitá-lo. Vamos depois acertar a data.

Bom, para fechar esta nossa rodada de exposições, vamos ouvir o Dr. Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do Instituto Evandro Chagas, do IEC, que deve ser muito conhecido do nosso Senador Flexa, que aqui está, porque o nosso Senador, como sabem os senhores, é paraense.

O Instituto Evandro Chagas, sediado em Belém do Pará, é um órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviço em saúde pública, por meio do seu Centro de Inovações Tecnológicas, o CIT, e vários outros laboratórios especializados em doenças tropicais e epidêmicas.

Há mais de sete décadas atuando em defesa da qualidade de vida da população brasileira, o IEC tem se notabilizado por inúmeras descobertas, o que o torna referência mundial como centro de excelência em pesquisas científicas. Seu corpo de pesquisadores tem garantido a prestação de serviços de saúde ao povo da Amazônia a partir de pesquisas relevantes, consolidando o instituto como centro de excelência em diversas linhas de pesquisas.

Uma das unidades de pesquisa do IEC é o Centro de Inovações Tecnológicas da Seção Arbovirologia e Febres Hemorrágicas do Instituto Evandro Chagas, no qual pesquisadores identificaram que um dos genótipos do vírus chikungunya, que entrou no Brasil em 2014, é do tipo africano, que nunca antes havia sido registrado nas Américas.

O CIT tem por objetivo principal ser o elo entre o Instituto Evandro Chagas e diferentes setores da comunidade científica e da sociedade. A sua missão abrange o incentivo à inovação e proteção do conhecimento, geração de produtos, processos e serviços inovadores, e desenvolvimento técnico e científico regional e nacional por meio de cooperações científicas e elaboração de projetos de P, D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação).

Pela especificidade de sua atuação na área da saúde humana, torna-se um importante estudo de caso para o projeto da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal e seu objetivo de analisar impactos dos fundos setoriais e do FNDCT.

Da mesma forma que os demais convidados, o Instituto Evandro Chagas também tem a sua disposição mais de um fundo setorial, o FNDCT. São eles: o CT para a Amazônia, o CT-Saúde, o CT- Infra, e o CT- Verde-Amarelo.

Com a palavra, Dr. Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do Instituto Evandro Chagas.

Peço que ele também comente sobre a composição das receitas do IEC.

São as seguintes perguntas.

Do total anual, qual é o valor recebido dos ministérios, Estados, Municípios, das instituições de ensino e pesquisa, dos institutos tecnológicos, das empresas privadas, receita própria e outras fontes? Do total, qual foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o valor e o percentual oriundo do FNDCT e de outros fundos setoriais utilizados? Se possível, explicite valores utilizados nos últimos cinco anos por fonte de receita.

Segunda e última pergunta: considerando o volume de investimentos requeridos pelo setor da saúde pública, se justifica ter um fundo setorial vinculado ao SNDCT/MCTI, ou um fundo próprio do Ministério da Saúde para suprir as necessidades do setor se tornaria mais eficaz?

Dr. Fernando, bom dia!

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Ex^mo^s Srs. Senadores, convidados palestrantes presentes nesta mesa, senhoras e senhores, telespectadores da TV Senado, o meu bom-dia a todos.

Inicialmente, gostaria de transmitir, do nosso Diretor, Dr. Pedro Fernando Vasconcelos, as suas desculpas pelo impedimento de estar aqui para representar a nossa instituição. No momento, o Dr. Pedro encontra-se com uma agenda extremamente grande, está agora em Washington a serviço da OMS, e, por essa razão, eu o estou substituindo.

Queria expressar o nosso agradecimento a esta Comissão pelo convite que nos foi formulado e dizer que é uma satisfação muito grande para nós estarmos aqui e podermos tentar responder aos requerimentos que o senhor formulou. Vamos fazer um esforço para tentar deixar clara a posição, as atividades em ciência e tecnologia em prol da saúde pública desenvolvidas pelo Instituto Evandro Chagas, as quais se concentram, na sua maioria, na Região Amazônica brasileira, mas que também, em algumas situações, é requisitado para atuar em outros ecossistemas no Brasil e fora do Brasil também.

Queria mencionar que, nessa primeira imagem que está sendo projetada, vê-se, ao centro...

Perdão! Deixa eu ver como é a coisa aqui.

Inicialmente, eu gostaria de apontar essa figura que representa, na realidade, a fotografia de um esfregaço de sangue coletado de um paciente portador de doença de Chagas. A figura demonstra, aqui no centro, a forma do parasito, a forma tripomastigota sanguínea do *Trypanosoma cruzi*.

Eu quero dizer a vocês que uma das iniciativas de grande repercussão que o Instituto Evandro Chagas tem tido na nossa região é o diagnóstico da doença de Chagas, na sua forma aguda, grave, muitas vezes com evolução fatal na nossa população, que, como vocês sabem, aprecia muito um fruto da região chamado açaí, que também é veiculador da doença de Chagas. Então, hoje, a nossa instituição desempenha um papel importantíssimo ao desvendar as formas como a população pode contrair a doença de Chagas através da ingestão do suco dessa fruta, do açaí.

Vou falar um pouco da história da nossa instituição. Como nós estamos participando pela primeira vez desta audiência, eu gostaria de fazer menção à história da nossa instituição para que vocês tenham uma compreensão maior a respeito do Instituto Evandro Chagas.

Acho incrivelmente interessante, importante, que um médico que tinha uma vida tranquila no Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, tenha abdicado dessa situação e decidido trabalhar e estudar as endemias, especialmente a leishmaniose visceral, na Região Amazônica.

Essa é uma figura histórica do Doutor Evandro Chagas realizando uma atividade para levantar a situação da leishmaniose visceral no interior do nosso Estado do Pará, no Município de Abaetetuba. Essa foto data de 1936. Vejam como esse homem inovador, pioneiro, corajoso resolveu, enfim, assumir a Região Amazônica para desenvolver os primeiros estudos sobre a leishmaniose visceral na nossa região.

Aqui embaixo vocês podem notar a figura do prédio onde ele criou o Instituto de Patologia Experimental do Norte, exatamente para desenvolver essas atividades, mas, infelizmente, quatro anos depois, em 1940, o nosso querido Evandro Chagas veio a falecer em um acidente aéreo, na cidade do Rio de Janeiro, quando então o Instituto de Patologia Experimental do Norte passou a se chamar Instituto Evandro Chagas.

De lá para cá, são quase 80 anos de história, de estudos de campo. É interessante enfatizar isso, porque muitas pessoas acham que para fazer ciência e tecnologia basta construirmos laboratórios. Essa figura está mostrando que fazer ciência na Amazônia é você ir ao campo, fazer coleta de informações e de material para trazer para o laboratório e realizar pesquisas que possam esclarecer a etiologia de agravos que ocorrem naquela região.

Então, esse Instituto foi fundado em 1936. Sua atuação se concentra principalmente na Amazônia Legal, que representa 61% do Território nacional e abriga 24 milhões de habitantes, o que representa 12% da população brasileira.

O que o Instituto Evandro Chagas faz? Os principais estudos se concentram nas infecções humanas bacterianas, virais, parasitárias e aquelas decorrentes do meio ambiente. Como resultado desse trabalho, nós produzimos vacinas, publicações científicas, programas de estágio e iniciação científica, divulgação de informações científicas para a sociedade, formação de patrimônio cultural e científico, ensino técnico e científico de nível médio e pós-graduação, insumos e *kits* para diagnóstico de doenças, principalmente as infecciosas, novas descobertas tecnológicas e científicas, informações e dados para o combate a essas enfermidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós vivemos nesse cenário em que temos, infelizmente, nas populações que ali habitam: baixo nível de escolaridade; saneamento básico deficitário ou precário; ocorrência de emergência e reemergência de doenças, principalmente as infecciosas. Nós temos grandes desafios na promoção à saúde.

Esse é o cenário onde se desenvolveu e se desenvolve a história do nosso Instituto, que, desde o seu nascimento, caminha junto com a história da saúde pública na Amazônia. Eu queria ressaltar o papel estratégico dessa região para o Brasil, não apenas por concentrar a maior biodiversidade do Planeta, mas também por apresentar uma extensa área territorial fronteiriça com outros países da América do Sul. Por essa razão, precisamos de uma atenção maior do que a que hoje essa região recebe.

A título de exemplificar o que quero dizer a vocês, eu, particularmente, por ser médico e responsável pelo laboratório de leishmaniose da nossa instituição, atendo regularmente e frequentemente brasileiros, principalmente do Estado do Maranhão, que atravessam a fronteira e retornam para o nosso País, para os seus Estados de origem, trazendo consigo infecções de diferentes naturezas, entre elas as leishmanioses, mas também outras. Isso representa um risco em potencial para a introdução de outros agentes que podem não ser presentes em nosso País. Então, creio que essa é uma situação que precisa de maior atenção.

A missão da nossa Instituição se concentra, principalmente, na realização de ações de saúde pública, com ênfase na vigilância em saúde e em pesquisas científicas no âmbito das ciências biomédicas, meio ambiente e medicina tropical.

Nesse contexto, a nossa visão seria ser referência em ciência, tecnologia e inovação a serviço da saúde pública, em especial na Região Amazônica, mas, como eu disse há pouco, nós também atendemos a demandas de outros ecossistemas no nosso País e em outros países.

As atuações das pesquisas científicas do Instituto Evandro Chagas se concentram principalmente: na saúde e meio ambiente, em populações expostas ao risco de poluentes na Amazônia e em outros ecossistemas; na elucidação de doenças de veiculação hídrica e na qualidade da água; doenças virais e parasitárias transmitidas por vetores, especialmente as arboviroses, a malária, leishmanioses e doença de Chagas – as arboviroses, eu ressaltaria aqui, especialmente, a febre amarela, a dengue e, hoje, principalmente, o vírus zika e o vírus chikungunya –; a vigilância em saúde das síndromes hemorrágicas, ictéricas, diarreicas, respiratórias e exantemática; atuamos também no desenvolvimento de novas vacinas e novas estratégias de vacinação para a saúde pública.

Como registrei há pouco, a biodiversidade pode ser promotora de saúde, mas também nós tentamos elucidar o papel de reservatórios de doença nessa região. Ressaltamos também aqui as ferramentas genômica, proteômica e nanotecnologia como ferramentas para o desenvolvimento de novas abordagens diagnósticas mais rápidas, sensíveis e específicas, e alvos terapêuticos.

A etioepidemiologia das endemias na nossa região, as epidemias e poluição ambiental em comunidades indígenas, também representa uma atividade, uma linha mestra da nossa Instituição.

Por último, queria ressaltar o papel dessas ferramentas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria de pedir mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Prossiga.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – A epidemiologia molecular, a bioinformática e o georreferenciamento no aprimoramento da vigilância em saúde na nossa região.

Como indicadores gerais, numa tentativa de responder os requerimentos desta Comissão, eu gostaria de ressaltar que o Instituto Evandro Chagas é a única instituição brasileira no Comitê de Emergência para Zika e Microcefalia. Também representa o Centro Colaborador em Arboviroses e o Centro Nacional de Influenza.

Nós temos trinta e um laboratórios de referência: seis atuam em âmbito internacional, doze em âmbito nacional e treze em âmbito regional. Além de contarmos também com laboratórios de excelência, NB3 e NBA3, que possibilitam a pesquisa e o diagnóstico com patógenos de alto risco biológico. Aqui nós podemos mencionar o vírus ebola, o da influenza aviária, arbovírus, arenavírus, hantavírus e outros patógenos, como eu disse, de alto risco.

Além desses nós também queremos ressaltar o papel da formação acadêmica na nossa instituição, representando o único programa de pós-graduação da América Latina em Virologia. O Instituto Evandro Chagas tem hoje o único programa de pós-graduação nessa área específica na América Latina.

Ele também detém o maior centro de primatologia da América Latina em espécies, em diversidade de espécies. Ou seja, nós temos um centro de primatologia que pode apoiar as pesquisas biomédicas, oferecendo animais de experimentação de extrema importância para o estudo de certos patógenos. Na inovação, ressal-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tamos a genômica, a proteômica, a nanotecnologia e, do ponto de vista da biologia celular, já temos linhas de pesquisa de células-tronco.

Quanto ao orçamento que dá sustentação a esse trabalho realizado pelo Instituto Evandro Chagas, nós queremos dizer que, no período de 2011 a 2015, é o orçamento que provêm do Tesouro Nacional que dá sustentação realmente às atividades, na sua grande maioria.

Vocês podem notar que, dos recursos recebidos do Tesouro, quase a sua totalidade é empenhada para atender as demandas que nós assistimos na nossa região. Além dos recursos do Tesouro, contamos com aproximadamente 13% de recursos de financiamento externo, adquirido através de editais das agências financiadoras, algumas que vêm desse fundo, que representam cerca de 13% do que nós utilizamos na nossa Instituição.

Em relação aos insumos, nós podemos mencionar que hoje nós temos bolsas num total de 200, sendo: 42 para estágio obrigatório, 94 para iniciação científica, 44 para mestrado, 18 para doutorado e duas de pós-graduação.

Nós produzimos 61 mil animais de experimentação no nosso Instituto. Não se faz pesquisa sem animal de experimentação, e a nossa Instituição tem um biotério e, como eu disse, tem também um centro de primatas, que dão sustentação às pesquisas realizadas nos nossos laboratórios.

Temos na nossa pós-graduação três cursos regulares, com 59 alunos no presente momento.

Em relação a produtos, podemos mencionar que, no período de 2010 a 2015, conseguimos 429 produtos entre artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, artigos apresentados em congressos, apresentados em capítulos de livros e em teses, além de 292 projetos de pesquisa em andamento, duas patentes relacionadas ao desenvolvimento de procedimentos para diagnóstico de dengue e de hanseníase, além de demandas tecnológicas que representam a capacidade instalada que pode sequenciar o genoma de agentes infecciosos. Esse é um procedimento de última geração que nos dá grande capacidade de um diagnóstico específico, que é, na realidade, uma situação excepcional da nossa Instituição.

No campo social, recentemente, através de concurso público, nós conseguimos: 351 postos; realizamos 333 atendimentos de surtos e pandemias, de 2006 a 2015; 126 mil atendimentos demandados do SUS; atendemos a 40 desastres ambientais investigados, de 2006 a 2016, portanto, em 10 anos; e somente neste ano atendemos já a 5 desastres ambientais.

Já realizamos, de 2010 a 2015, 31 mil procedimentos de atenção diagnóstica, médico-diagnóstica, o que significa dizer que todo esse trabalho desenvolvido na Instituição também serve para a formação de indivíduos que, mais tarde, estarão exatamente na linha de frente para atender a essas demandas do SUS.

Na área da inovação tecnológica nós temos produtos novos de diagnóstico para dengue, temos processos novos também, temos um aumento da capacidade tecnológica e a utilização de tecnologias avançadas, como eu mencionei há pouco, que nos permite o sequenciamento genômico de última geração de agentes infecciosos que propiciam diagnóstico específico de alta qualidade.

Na tentativa de responder às questões formuladas por esta Comissão, gostaria de dizer que algumas ações contribuiriam, sim, para o avanço do Sistema e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.

Pensamos que uma distribuição mais equitativa dos recursos entre as regiões poderia, sim, promover esse avanço, além de considerar que uma atenção maior do Estado deveria ser dada à Região Amazônica brasileira, pelas razões que já expus antes aqui. O incentivo à formação acadêmica e fixação profissional na Amazônia é fundamental também, porque não adianta nós formarmos profissionais e esses profissionais não encontrarem condições para continuarem a trabalhar conosco. É necessário mantê-los junto a nós para que possamos, sim, avançar no sentido que estamos falando, além da promoção da sustentabilidade de políticas públicas para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação específicas na Amazônia.

Com respeito às diretrizes para um fundo setorial para a saúde pública, nós acreditamos que a disponibilização de recursos e meios para impulsionar os avanços científicos e tecnológicos seja fundamental, além de aperfeiçoar e promover ações voltadas para a saúde pública, como, neste momento, a participação do Fundo Setorial no Plano Nacional de Controle, Combate e Prevenção do Vírus Zika.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Estou terminando, um minutinho só.

As nossas perspectivas seriam o desenvolvimento e a produção de imunobiológicos ou bioprodutos, como, por exemplo, a nossa participação numa vacina para o vírus zika e para a leishmaniose visceral canina, também com ênfase na promoção de tecnologias limpas e diminuição no custo de produção e comercialização desses insumos, ampliação das atividades no âmbito da genômica, proteômica e nanotecnologia para o avanço no desenvolvimento de processos e produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Eu queria finalizar registrando que, este ano, no mês de novembro vindouro, nós estaremos comemorando os 80 anos de atividade da Instituição na nossa Região Amazônica. Desde já, esta Comissão do Senado está convidada para, se possível, se fazer presente, porque eu acho que lá nós poderemos apresentar de perto as situações sobre as quais eu falei aqui para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, Dr. Fernando Silveira, obrigado pela sua bela exposição.

E, assim, chegamos ao final das exposições, muito produtivas, muito esclarecedoras, dos nossos convidados.

Nós vamos agora às perguntas dos nossos Senadores.

Por ordem de inscrição, Senador Pedro Chaves, V. Exª está em primeiro lugar, mas o Senador Flexa informa que tem compromisso com a Comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a Comissão Especial do Impeachment? Não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – No TCU.

Então, V. Exª abre mão?

Eu proponho que façamos como da última vez: pergunta e resposta, em vez do bloco. Os senhores concordam? Cinco minutos, no máximo, para a pergunta; cinco minutos para a resposta. É possível?

Então, Senador Flexa Ribeiro, nosso brilhante representante do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins; Srs. Senadores; senhores convidados; Dr. Jorge Almeida Guimarães, Diretor-Presidente da Embrapii; Major Brigadeiro Engenheiro Fernando César Pereira Santos, Vice-Diretor do DCTA; Dr. Sebastião Sahão Júnior, Presidente do CPqD; Dr. Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do Instituto Evandro Chagas, em primeiro lugar, quero parabenizar, mais uma vez, esta Comissão, tão bem presidida por V. Exª, e dar ênfase à questão da ciência e tecnologia.

Gostaria também de expressar a alegria de poder receber a Comissão, em Belém, na segunda audiência externa. E eu já proporia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, V. Exª está confirmando o convite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não só confirmando como já festejando a presença da Comissão lá em Belém.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, Dr. Fernando, estaremos lá.

Começamos por Porto Alegre, ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Porto Alegre, o que é muito justo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... depois vamos ao Pará e, por fim, a São Paulo, onde temos de decidir entre Campinas e São José dos Campos, dois centros extraordinários de desenvolvimento científico e tecnológico. Isso nós vamos decidir depois.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quando V. Exª formatar o programa da visita a Belém, eu sugeriria que, além da audiência que faremos com a presença da comunidade científica do Estado, nós tenhamos tempo disponível para levar os Senadores, aqueles que nos acompanharem na visita, aos centros de pesquisa. Vamos visitar *in loco* o Instituto Evandro Chagas, o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Embrapa Amazônia Oriental, que tem relevância não apenas para a Amazônia, mas para o Brasil.

Dr. Fernando, em seu nome e no de seu Presidente, o Dr. Pedro – que, como o senhor disse, está em Boston, representando o Brasil, em busca de uma vacina de combate ao vírus zika e à microcefalia, como foi dito aqui –, eu gostaria de saudar a presença da ciência, tecnologia e inovação em nosso País, em especial na nossa Amazônia, e parabenizar o Instituto Evandro Chagas pelo reconhecimento nacional e internacional.

Eu apenas queria fazer um esclarecimento.

V. Sª iniciou a sua exposição falando do açaí, que é um símbolo do nosso Estado, o Pará. Muitos falam no pato no tucupi, em outros itens da nossa culinária, mas o açaí, hoje, ocupa espaço internacional, é moda no mundo inteiro.

Tanto que há um trabalho do Governo do Estado no sentido de desenvolver a cultura industrial do açaí, que a coleta do açaí era extrativista, era comida difícil, porque, com essa demanda toda, você tem mais procura do que produção, os preços sobem. O que era comida dos pobres, tal como comer açaí com peixe frito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

lá no Ver o Peso – com cuja imagem o Dr. Fernando encerrou, aqui, a sua palestra –, deixou, lamentavelmente, de ser, porque os preços subiram e você toma aí fora o açaí que não é puro, que é misturado com muita coisa.

Mas, só para esclarecer, a doença de Chagas não é transmitida pelo açaí. Isso pode levar os brasileiros a pensarem que o açaí transmite a doença de Chagas. O que transmite a doença de Chagas é o barbeiro, o inseto que se aloja no cacho da fruta. Quando o processo de extração do suco não é feito com os cuidados de higiene necessários, na realidade, o inseto, ao ser amassado, leva no suco a doença de Chagas, que, como disse o Dr. Fernando, pode levar a óbito.

Inclusive, há cinco, seis anos, o Senador Tião Viana apresentou um projeto no Senado proibindo a comercialização do açaí que não fosse pasteurizado. E eu tive o trabalho, claro, com o apoio do Senador Tião Viana, de mostrar que isso causaria o desemprego de 300 mil pessoas no Estado do Pará, que é a estimativa da cadeia comercial do açaí, que vai desde o caboclo que colhe o fruto até a sua comercialização. São centenas, milhares de pontos de venda.

Evidentemente, o que o Senador Tião Viana pretendia era exatamente isto: ter um produto de qualidade, que é obrigação de todos nós, para atender a sociedade. Só que isso inviabilizaria, porque os pequenos postos de produção do sumo não tinham como fazer o processo de pasteurização, que é um processo industrial.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas há fiscalização, Senador, hoje, a comercialização do açaí?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Há fiscalização.

A partir daí, o Governo do Estado começou a fazer um programa de incrementação – porque havia fiscalização, mas era deficiente –, com a criação um selo de qualidade para esses produtos. E a Embrapa desenvolveu um processo chamado branqueamento, que não é a pasteurização, mas que alcança exatamente o resultado que se busca, que é matar o barbeiro que estaria no cacho e, com isso, levar um produto de qualidade, além de qualificar a mão de obra e os pontos de venda. Então, melhorou bastante. Não chegamos ao ideal. Não chegamos ao ideal, mas é bastante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para a pergunta, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É importante eu fazer esse preâmbulo para que não fique a impressão de que o Dr. Fernando se referiu ao açaí como o agente da doença de Chagas.

Hoje, o Brasil inteiro, o mundo inteiro, desde que haja o selo de qualidade, pode tomar o açaí sem preocupação com a doença de Chagas. Precisa haver cuidado, realmente, mas há a vigilância sanitária para isso.

A minha pergunta...

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – V. Exª me permitiria?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Desculpe-me se não fui tão feliz como pretendia na minha colocação.

Eu queria apenas ressaltar o papel do Instituto Evandro Chagas no esclarecimento da veiculação do *Trypanosoma cruzi*, via suco do açaí. Sem isso, nós não teríamos, até o presente, compreendido o aparecimento de surtos ou pequenas epidemias familiares em residentes não só da nossa capital, como de regiões, digamos, interioranas do nosso Estado, e até fora. No Amapá, por exemplo, há registro de várias ocorrências de microepidemias, como dizemos, familiares, associadas ao consumo do açaí contaminado com as formas do parasita.

Perdoem-me se não fui claro na minha colocação. O que quis foi ressaltar o papel do Instituto no esclarecimento dessa veiculação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Que, todos nós reconhecemos, é da maior importância.

Perdoe-me por fazer esse esclarecimento, mas eu não quis deixar dúvida.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Foi necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não quis deixar nenhuma dúvida com relação ao consumo do açaí. O objetivo foi só esse. O trabalho que o Instituto Evandro Chagas desenvolve no combate à doença é meritório e reconhecido por todos nós.

Todas as vezes em que falo aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu me refiro à excelência do Instituto Evandro Chagas como um centro de pesquisa que merece o reconhecimento de todos os brasileiros.

Mas a pergunta eu faria a todos. Sem pesquisa, sem ciência, tecnologia e inovação, nós não iremos a lugar algum. O Brasil não vai avançar, não chegará a ser um país de primeiro mundo, enquanto nós não dermos, não apenas no discurso, mas na prática, a importância que a ciência, a tecnologia e a inovação merecem. Os tigres asiáticos fizeram isso há 40, 50 anos, e hoje estão à frente, em função desse investimento. Eu digo sempre que o Brasil exporta cérebros e importa tecnologia, quando deveria ser exatamente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui foi colocado por todos os senhores algo que é de fundamental importância, com ênfase pelo Dr. Fernando, que é aquilo que eu defendo na Comissão: a Amazônia é cantada em prosa e verso como a maior biodiversidade do Planeta, mas, lamentavelmente, se formos comparar o que temos de pesquisa na Amazônia, o número de pesquisadores em relação a outras regiões do País, veremos que é mínimo.

Agora, nós temos muitos pesquisadores, eu não tenho nem ideia de quantos, mas, com certeza, devem ser milhares de pesquisadores de outros países dentro da Amazônia, com a capa de ONGs, pesquisando os nossos produtos ativos para levarem para fora, fazerem os estudos e devolverem em produtos industrializados. E nós compramos aquilo que é nosso.

Eu vou me estender um minuto, Presidente, porque há algum tempo chegaram até a patentear o cupuaçu lá no Japão. Deu um trabalho enorme para retirarmos aquela patente. Tudo que tivesse cupuaçu tinha que pagar para o detentor da patente lá no Japão. Em função disso, eu fiz um projeto colocando o açaí como fruto nacional, para não patentearem o açaí e outros frutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A Lei da Biopirataria nós já temos na Amazônia, o problema é a fiscalização.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, essa fiscalização é difícil. A violência, a insegurança... Uma das causas, não a única, é evidente, do que atravessamos hoje no nosso País é termos uma fronteira seca enorme e não termos fiscalização de contrabando de armas, de tráfico de...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa, a quem é dirigida a pergunta?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A todos. E V. Exª já fez a pergunta.

Eu gostaria de ouvir deles qual é a dificuldade orçamentária para manter a regularidade do trabalho de cada um dos institutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sucintamente, cada um poderá responder, embora já tenham respondido. Não houve aqui muita queixa, até esperávamos mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu também estranhei, porque, por exemplo, FUNTTEL. O FUNTTEL...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eles nos deram a impressão de que estão conformados os nossos convidados

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O CPqD tem recursos do FUNTTEL, mas há um percentual definido do FUNTTEL para o CPqD? Esse percentual é respeitado?

Pelo que nós temos conhecimento aqui no Senado, todos esses fundos que têm aplicação específica são usados, de 10% a 15%, na aplicação específica e o restante é usado para superávit primário. Isso acontece com o Fust, com os outros fundos todos, o próprio FUNTTEL.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vamos às respostas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não. Aí eu perguntaria...

Só registrando o que o Dr. Fernando colocou, eu quero dar ênfase ao que o senhor disse quanto aos desafios, que é a distribuição mais equitativa entre as regiões.

Eu não diria mais equitativa, eu diria diferenciada. Nós temos que manter as nossas diferenças entre as regiões, mas diminuir as desigualdades. E só se diminuem as desigualdades se nós fizermos o que a Constituição diz: atender às regiões de forma desigual, ou seja, naquela que precisa mais haver mais ação do governo. Não existe Estado mínimo ou máximo; existe o Estado necessário. E lá na nossa região, ele é necessário, muito mais do que no Sul.

Outra observação sua: o incentivo à formação acadêmica e à fixação do pesquisador na Amazônia, que já discutimos aqui, Senador Lasier. É difícil manter o pesquisador lá. Levá-lo já é difícil, mantê-lo é mais difícil ainda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O pesquisador quer ficar nas grandes cidades.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto. O senhor já respondeu a minha pergunta.

Por último, concluindo, existe um projeto – conversei com o Dr. Pedro – para transformar o Instituto Evandro Chagas numa fundação, de tal forma que ele tenha autonomia administrativa e financeira, como tem a Fundação Oswaldo Cruz.

Então eu quero dizer, Dr. Fernando, que tem todo o nosso apoio – já disse ao Dr. Pedro – para que possamos avançar nesse projeto de transformar o Instituto Evandro Chagas numa fundação, para que ele tenha melhores condições para desenvolver o seu trabalho magnífico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então vamos às respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Encareço os nossos prezados convidados que sejam bem objetivos, sucintos, porque ainda temos as perguntas do Senador Pedro Chaves, que cedeu o seu lugar para o Senador Flexa, e ainda do Senador Cristovam.

Começamos pelo lado oposto agora.

Dr. Fernando Silveira.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Exmo Senador Flexa Ribeiro, eu fico extremamente lisonjeado com as suas palavras – agradeço bastante – e também me senti muito lisonjeado ao tomar conhecimento, antes do início desta reunião, de que o Presidente da CCT anunciou que irá visitar Belém muito em breve...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já temos a data.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – ...levando a sua Comissão.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já temos a data, doutor. A minha assessoria...

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Então eu acho que será...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A Drª Égli, que é a nossa assessora, disse que já temos data marcada para 16 de setembro, uma sexta-feira.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Perfeito.

Então, eu acho que teremos uma oportunidade muito importante para mostrar a nossa realidade e contar com o apoio dos Exmos Senadores de outras regiões. Realmente nós precisamos atuar de forma prudente, porque, como eu disse, é a primeira vez que nós fazemos presentes aqui, mas a questão equitativa foi usada, porque, veja bem, somente 30% dos recursos do fundo são destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em geral.

O que acontece? Você tem de dividir esses 30% entre as três regiões. Então imagine atender à Região Amazônica na sua grandiosidade com apenas 10% desses recursos. Fica muito difícil.

Nós não nos sentimos acomodados, mas estamos procurando mostrar, a cada momento que podemos, como neste momento aqui, que, realmente, a pesquisa científica, a tecnologia e a inovação não poderão avançar no País como um todo se se mantiverem esses parâmetros para oferecer condições e recursos de trabalho para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Registro a presença do Deputado Federal do PV, do Espírito Santo, Deputado Evair de Melo, que mais tarde também quer formular uma pergunta.

Dr. Sebastião Júnior.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Respondendo rapidamente, Senador, nós temos, sim, um problema de contingenciamento. Se analisarmos hoje uma média, o FUNTTEL para esse destino, voltado a projetos de inovação, tem uma média de 600 milhões, e o CPqD recebe menos de um terço desse valor. Eu diria isso em função do contingenciamento. Nós vemos a dificuldade orçamentária do Tesouro. Então eu diria, sim, que hoje nós somos afetados por esse contingenciamento. O montante hoje seria de 15% da arrecadação que deveria ir para o CPqD, e estamos recebendo menos de um terço.

Realmente isso tem um impacto grande, dado que, na formação de seus talentos, na formação de pessoas voltadas para essa área, nós demandamos tempo. E, para manter esses talentos, nós precisamos de recursos. Quando se tem uma redução expressiva, apesar de termos esse percentual por lei, isso acaba dificultando o planejamento e a continuidade do desenvolvimento.

Então diria que sim, hoje é um problema. E o CPqD recebe muito menos do que aquilo que está previsto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Major-Brigadeiro Fernando César Pereira Santos.

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Sr. Presidente, em relação à primeira questão, não sei se passei um conformismo. Vamos mudar isso aí.

Realmente nós precisamos de mais recursos, fundamentalmente de regularidade de recursos. Hoje, por exemplo, nós temos 40 milhões de projetos em andamento que precisam ser alocados para o DCTA.

Então, é claro que precisamos de recursos e, fundamentalmente, de regularidade, conforme colocou o Presidente do CPqD.

O Senador fala sobre a Amazônia, sobre a questão regional, é evidente que o DCTA é o foco aeroespacial, mas eu queria só lembrar ao CPqD – não sei se foi citado – que nós temos um projeto com abrangência nacional. E todos conhecem a presença do Comando da Aeronáutica na Amazônia. Esse projeto vai ter abrangência nacional, fundamentalmente no tráfego aéreo, abrangendo todo o território brasileiro. E esse projeto uma parceria com o CPqD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Finalizando, Presidente, eu queria deixar o convite em nome do Tenente-Brigadeiro Egito, do DCTA. Se o senhor quiser, estamos à disposição em São José dos Campos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado. Nós vamos a São Paulo. Depois vamos verificar se é Campinas ou São José dos Campos.

Dr. Jorge Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Senador, nós temos um ponto em comum. É que os recursos precisam ser regulares e o contingenciamento é uma arma muito negativa nisso.

Agora, é bom lembrarmos sempre o seguinte: o Brasil não prima por planejamento. Planejamento neste País é algo que... E a ciência precisa de planejamento.

Para se fazer uma priorização de ações na Amazônia, o Brasil não pode continuar a deixar a Amazônia como está. É preciso um planejamento de médio e longo prazo. Creio que nesse ponto todos nós concordamos.

Saúdo os colegas que levantaram o problema da regularidade do financiamento. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, demais Senadores presentes, caríssimo amigo Jorge Guimarães, nosso amigo da época da Capes que hoje está na Embrapii, o nosso caríssimo Major-Brigadeiro Engenheiro Fernando Cesar Pereira, do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); caríssimo Sebastião Júnior, Presidente da CPqD; Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do IEC, eu tenho apenas duas perguntas.

Primeiro, quero enfatizar aqui a preocupação do nosso Presidente, Senador Lasier, já manifestada em reuniões anteriores, foi na verdade com esses cortes que estão existindo nos fundos setoriais, é grande a preocupação dele. Então, é bom que vocês saibam que o Presidente está realmente ao lado de vocês totalmente, ao lado da pesquisa. Ele se mostrou, realmente, muito sério numa reunião que nós tivemos aqui, abordou o tema, discutiu exaustivamente, inclusive com o Ministro que aqui esteve, cobrando do Ministro uma posição em relação a isso.

Então, esse é um dado importante, e eu louvo muito a posição do nosso Sr. Presidente da Comissão.

Segundo, a pergunta dirigida a um conferencista: ao Major Brigadeiro Engenheiro Fernando César.

No segmento da aviação, o Brasil tem obtido resultados particularmente positivos no que tange ao desenvolvimento de tecnologia e de produtos, apesar de todos os cortes, apesar dos fundos setoriais serem alocados em valores bem menores do que o desejado. Esse fato merece particular destaque se considerarmos que se trata de um setor que lida com equipamentos altamente complexos, que demanda mão de obra com grande especialização e de elevado custo, o que aumenta os riscos dos investimentos. Apesar disso, a indústria aeronáutica brasileira tem conseguido conquistar e manter um espaço expressivo no cenário comercial mundial.

Pergunto: que fatores V. Sª considera preponderantes para esse desempenho especialmente positivo da indústria aeronáutica brasileira?

Segundo: como seria possível obter resultados semelhantes em outros segmentos industriais?

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Bom, Senador, obrigado pela pergunta.

O senhor percebeu que eu coloquei aqui na pasta de modelos a famosa hélice tripla?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso.

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Eu acho que esse é o grande segredo do surgimento da Embraer e que nós mantemos até hoje. O senhor viu que a relação com a Embraer continua no desenvolvimento da indústria aeroespacial, ela é muito próxima. Estamos um ao lado do outro. Isso facilita bastante. E esse mestrado do ITA, por exemplo, cria um vínculo, uma sinergia tremenda com a Embraer. Esse é só um exemplo. Existem outros exemplos na área de Defesa, etc.

Então, eu acho que, na visão do DCTA, esse modelo de relacionamento indústria e universidade, a própria estrutura do *campus* como ela está formulada, facilita bastante a manutenção desse desenvolvimento da indústria aeroespacial, a partir de São José dos Campos. Acredito que, com relação a esse modelo, outras áreas teriam que verificar a possibilidade de adaptação, mas é um modelo semelhante. O que estou falando, essa hélice tripla, vem lá de 1950, na formação da própria estrutura do ITA e do DCTA.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Perfeito.

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Então, eu acredito que, estudando cada um dos temas, seria uma receita a ser analisada para ser implementada, dependendo da característica de cada área evidentemente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Agora, a última pergunta ao Sr. Sebastião Sahão Júnior, Presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvinto em Telecomunicações (CPqD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Recentemente temos verificado um desenvolvimento particularmente intenso no setor de telecomunicações, apesar dos cortes dos fundos setoriais que, da última vez, se falou em 13% que eram alocados para vocês.

A telefonia móvel e mais recentemente os *smartphones* com acesso móvel à internet provocaram verdadeira revolução no modo de vida da população. O Brasil tem participado desse avanço mundial. Hoje a telefonia móvel está disponível para quase a totalidade da população nacional. Entretanto, em grande medida, ainda dependemos de equipamentos desenvolvidos no exterior.

Há algum tempo, quando a questão do monitoramento da internet e do sistema de telefonia por governos estrangeiros estava em foco, houve calorosos debates acerca da capacidade de produzirmos no Brasil equipamentos de telecomunicações, como forma de evitarmos essas interferências.

Nesse contexto, questiono a V. Sª: qual é a real capacidade de produzirmos equipamentos de telecomunicações nacionais com tecnologia brasileira? De que maneira poderemos suprir as eventuais limitações nesse setor, de modo a construirmos redes mais seguras do ponto de vista de segurança nacional e da preservação dos interesses comerciais brasileiros?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Exmo Senador Pedro Chaves, obrigado pela pergunta. São oportunidades de a gente poder falar realmente do nosso País, das tecnologias que nós temos aqui no nosso País.

O CPqD, ao longo de toda essa caminhada, ao logo desse período, através desse recurso do FUNTTEL, acabou desenvolvendo e criando algumas empresas que, ao longo do tempo, trouxe parcerias, porque esse é um mercado que demanda muito capital de investimento.

Eu diria que o País, sim, está preparado para desenvolver. Hoje nós temos a Paritech, que é, eu diria, na América Latina, um dos grandes fabricantes de equipamentos para a parte de transmissão, aumentando a capacidade de transmissão. Nós temos a Trópico, nós temos no País a Datacom, nós temos a Parks, nós temos a Cleartech. O País tem várias empresas. O que eu diria é que o País precisa ter uma política de incentivar essas empresas, incentivar esses investimentos para essas empresas.

Porque nós, aqui no País, estamos competindo com os grandes *players* do mundo; p*layers* esses que têm investimentos de bilhões de dólares. Aqui, nós estamos falando investimentos de milhões de reais. Então, essa eu diria que é a grande dificuldade do País em poder competir com essas empresas porque, quando elas vêm para o nosso País, vêm com um pacote de investimentos, um pacote de fundos que são incentivos do seu próprio país, para que elas possam ampliar as suas fronteiras.

Então, nós temos dificuldades, sim, em competir com essas empresas. Eles investem bilhões de dólares. Eles trazem já todo um financiamento dos seus países para que eles possam, sim, expandir esse desenvolvimento. A gente vê isso na Coreia. Na Coreia, há uma política de incentivo, mas também há uma política para que as empresas possam ampliar as suas fronteiras.

Nós precisamos ter isso no nosso País. Empresas nós temos, capacitação nós temos. O que nós não temos é estar competindo nas mesmas condições que essas empresas vêm para o nosso País e competem conosco. Eu acho que esse é o grande diferencial.

Eu diria que os nossos equipamentos não ficam a dever a nenhum equipamento de outro país. As nossas tecnologias não ficam devendo nada. O que nós ficamos devendo hoje? É um montante de investimento que nós temos em nosso País e que essas empresas têm em seus países.

Eu diria, sim, o País hoje poderia ter uma certa independência. Eu diria que nós não queremos uma reserva de mercado, pelo contrário, nós queremos competir em pé de igualdade com os outros fabricantes, com as outras empresas.

Eu acho que competição é saudável, desde que nós estejamos no mesmo patamar de competição. Eu diria que nós temos condições, sim; aliás, eu diria que uma das grandes contribuições que nós recebemos foi essa abertura de mercado, essa competição, porque ela traz ganhos, ela traz um incômodo para que possamos cada vez mais estar procurando o estado da arte, cada vez mais procurando as inovações que venham realmente trazer valor para o nosso País. Então, nós temos empresas, sim. Eu acho que o problema hoje é a forma como nós competimos com os grandes *players* mundiais.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Pedro.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e convidados, eu tenho aqui três perguntinhas, mas eu queria mesmo era fazer uma fala curta. As perguntas eu vou fazer, anotem-nas e, depois, a gente faz os comentários já com a minha fala.

Primeiro, a todos os quatro: como é que avaliam o Ciência sem Fronteiras do ponto de vista do impacto no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil? Essa é para todos, levando em conta o que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

sabe, como essa de ontem da *Folha* de que menos de 4%, Senador, 3,7% dos nossos alunos vão para uma das 25 melhores instituições de ensino superior do mundo; eu não estou nem falando das cinco melhores, das 25.

E duas para o Dr. Sebastião Sahão Júnior. Uma: se o CPqD tem recebido o percentual dos recursos do FUNTTEL conforme determina a lei? Não ficou claro para mim na apresentação. Segundo: quais foram as principais inovações desenvolvidas pelo CPqD com o apoio do recurso do FUNTTEL?

Agora sobre o geral, Senador.

O Brasil, pelo que a gente vê, tem pessoal capaz – está visto aqui –, tem pessoal motivado para levar adiante o desenvolvimento científico e tecnológico. Para mim, o que faz nós sermos um dos países mais atrasados entre os que têm condições de disputar no cenário mundial, porque alguns não as têm, mas, entre os têm condições, nós estamos ficando entre os mais atrasados em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico.

Hoje, eu já tenho dúvidas em relação à nossa posição comparada, por exemplo, com o Irã; não tenho dúvida que Israel está na nossa frente, um país minúsculo; a Coreia do Sul eu creio que já está na nossa frente; não vou dizer Paquistão, a não ser em naves espaciais; a Índia e a China não vou nem comparar mais. Há 40 anos, nós nos comparávamos com esses dois países. Há 40 anos, a gente não se comparava com a Coreia do Sul porque estávamos tão na frente que nem nos comparávamos, mas temos gente, temos pessoal, temos lideranças no setor, muitas, e temos instituições individualmente.

Para mim, eu quero saber como é que vocês veem a ideia de que o que nos falta é uma percepção, primeiro, de um sistema nacional do conhecimento e da inovação. Qual é o diálogo entre vocês, por exemplo? Qual é o diálogo de vocês com as universidades, com a educação de base, sem a qual nunca vamos ser um País desenvolvido científica e tecnologicamente no nível do nosso potencial de 200 milhões de cérebros?

Não é brincadeira, não, o potencial de 200 milhões de cérebros, que é o poço de energia para ciência, só que nós jogamos fora; 13 milhões de analfabetos, não tem como considerar; apenas 40% terminam o ensino médio, e destes, no máximo, 20% um ensino médio razoável para seguir uma carreira científica. Eu diria que muitos terminam o ensino médio sem saber o que é regra de três, equação de primeiro ou segundo grau.

Pois bem, não temos um sistema, primeira falta, e não temos ambição. Não é uma ambição brasileira ter um alto, vamos chamar assim metaforicamente, PIB científico e tecnológico. Nós temos ambição de sermos um País rico no PIB econômico, isso temos. Nós temos ambição de sermos um País com elevada comunicação, e construímos um sistema de telecomunicação razoável, razoavelmente bom. Mas, do ponto de vista de sermos um campeão em ciência e tecnologia, a meu ver, não temos ambição. Falta essa ambição. E falta o sistema que criaria essa ambição.

Então, é nesse sistema que eu deixo aqui este comentário. O que falta para termos ambição em matéria de ciência e tecnologia? E quando falo isso não é você, mas somos nós políticos. Essa ambição tem que sair dos políticos, e depois criarmos as condições para vocês levarem adiante os recursos que vamos dispor.

Falta um sistema nacional do conhecimento e inovação, começando pela educação de base, e falta a ambição para termos grande... Quando Juscelino disse "50 anos em cinco", ele não pensou ciência e tecnologia. E olha que eu estou falando do grande estadista do século XX, no Brasil. Ele não colocou 50 anos em cinco em matéria de ciência e tecnologia, até porque não se faz 50 anos em cinco em ciência e tecnologia. A gente tem de falar em 200 anos em 50, pode ser. Mas não 50 anos em cinco, até porque as crianças crescem num ritmo mais lento do que cinco anos para termos como propósito. Juscelino não teve esse propósito.

Os militares chegaram a pensar nisso um pouco, e aqui e ali os governos militares falavam, mas sem tampouco a ambição para valer, como tivemos para a indústria automobilística, para o setor de hidrelétrica, como já falei de telecomunicações, até mesmo do sistema universitário em termos de número de alunos, não do produto dela. Nós nos orgulhamos de seis milhões e meio de alunos na universidade, que é um salto imenso de 20 anos atrás, quando devia ter dois milhões. Mas esses seis milhões e meio devem estar dando uma contribuição muito medíocre para a ciência e a tecnologia, muito medíocre, porque chegaram lá despreparados, os seis milhões e meio. Isso porque o sistema universitário não é capaz de levar adiante grandes saltos em matéria de ciência e ainda menos em tecnologia, porque não casa com o setor empresarial e o setor privado.

Então, aproveito esta reunião, que mostra aqui como nós temos potencial, como temos, inclusive, recursos financeiros.... Hoje, embora tivéssemos que gastar muito mais, e já estamos gastando algumas fontes diretamente do Orçamento ou através dos fundos, mas não estamos conseguindo, alguém usou a palavra *player*, não sei qual foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não estamos nem ao menos, meu ver, querendo ser um *player.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqui e ali em um setorzinho, CTA, matemática, a gente já consegue alguma coisa, o Instituto Oswaldo Cruz consegue algumas vacinas, mas o Brasil, como tal, não está tendo essa missão, nem está construindo, a meu ver ainda, o sistema.

É isso que eu queria deixar aqui como uma fala e como perguntas, pedindo que, além das três perguntas, se puderem, comentem sobre isso que falei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vamos começar pelo Major Brigadeiro Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Senador, obrigado pela pergunta.

Em relação ao Ciências sem Fronteira, acho que, quando o senhor colocou os seus comentários, já fez um diagnóstico completo do programa como um todo, embora tenha vindo aqui trazer dados do ITA. Nos dados do ITA, o que nós temos lá é uma experiência melhor dentro do programa. Por quê? Os alunos foram para as universidades de ponta. Então, acho que a principal crítica de V. Exª, no caso lá, não ocorreu, porque eles foram para universidade de ponta.

Segundo, nós fizemos um acompanhamento dentro da universidade desse programa. E extraímos, na volta deles, uma série de experiências que foram implementadas. Então, embora eu concorde com o senhor no aspecto geral, no caso, na experiência do ITA, nós tivemos alguns resultados bastante interessantes advindos do projeto do Ciências sem Fronteiras.

Não sei se respondi a sua pergunta.

Com a autorização do Presidente, eu queria fazer um comentário, aproveitando a oportunidade, em relação KC-390 – eu deveria ter respondido isso na oportunidade em que foi citada a Embraer Indústria Aeroespacial.

O projeto do KC-390 é um projeto estratégico para o País, não só para o Comando da Aeronáutica, mas para o País, e é estratégico também para a indústria brasileira, não são recursos do fundo, são recursos orçamentários, e ele está bem impactado em função do que nós estamos passando na questão de recursos. Então, eu só queria citar isso aqui, colocar a preocupação aqui para o Presidente, em relação a esse projeto que envolve fortemente a indústria e envolve o próprio País em função da sua relevância para toda a estratégia nacional. Só esse comentário, Presidente, em relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda a respeito do Ciências sem Fronteiras, queria lembrar, e o Senador Cristovam estava presente, que nós tivemos o programa como o resultado da avaliação de política pública em 2015.

A nossa Comissão apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 798, que busca tornar o programa Ciência sem Fronteiras uma política de Estado. O projeto aguarda deliberação do Plenário desde o dia 12 de fevereiro último. Nós vamos solicitar ao Presidente Renan incluí-lo na pauta de votações no plenário.

O senhor concluiu?

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jorge Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Obrigado pelas considerações, Senador Cristovam Buarque.

Provavelmente o senhor sabe que o Plano Nacional de Pós-Graduação, o atual, vai de 2011 a 2020, pela primeira vez feito para 10 anos, o que é uma ousadia grande, para que suas metas possam fazer parte do Plano Nacional de Educação. Ele começou em janeiro de 2011, e o Plano Nacional de Educação só foi aprovado em 2014. Mas, no Plano Nacional de Pós-Graduação, não há uma palavra sobre o Ciências sem Fronteiras, que foi lançado em meados de 2011. Portanto, nele não consta uma palavra.

Há uma comissão que está agora adaptando isso daí. Quero mostrar com isso a falta de planejamento que o Brasil tem para tudo. Para resolver os problemas que o senhor levantou, eu não tenho a menor dúvida de que precisamos fazer uma enorme mudança na educação básica, começa por aí. O seu trabalho quanto a isso é reconhecido. Mas – veja só – o senhor levantou vários dados, faltou um: o Brasil tem 8,5% da população com nível superior. Na última eleição, foi a primeira vez em que o número de pessoas com nível superior passou o número de analfabetos, e com todas as diferenças que conhecemos. Então, nosso desafio é absolutamente gigantesco.

Mas – veja só –, apesar disso, o Ciência sem Fronteiras tem sido muito mal analisado pela imprensa. A mocinha que fez esse artigo de ontem da *Folha* estava do meu lado num evento lá em Recife, com 11 estudantes do Ciência sem Fronteiras, naquela época recém-regressados ao País, e alguém perguntou – não foi ela – se eles estavam tendo dificuldade de reconhecer os créditos. Um rapaz do Ceará, estudante de Medicina, disse: "No começo, eu tive alguma dificuldade." Em seguida, os professores entenderam, e ele não teve mais o problema. Bom, ela, no dia seguinte, fez uma matéria dizendo que o estudante estava com dificuldade de reconhecer. Nenhum dos outros dez disse qualquer coisa a respeito disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nesse artigo de ontem, ontem eu jantei com a Presidente da SBPC que estava furiosa, porque a mocinha usou uma frase dela fora do contexto. Quer dizer, é difícil trabalhar assim. Mas um terço dos estudantes do ITA irem para o Ciência sem Fronteiras, 22% da UFABC, 6% da USP é muito importante. É verdade que foi um programa difícil de conduzir. Nós, a Capes e o CNPq, enfrentamos muita dificuldade. Mas voltarão, a partir de julho, 600 engenheiros enviados para mestrado profissional nas melhores universidades americanas. Estou fazendo um acordo com o CNPq e a Capes para inserir um percentual dessas pessoas nas nossas unidades da Embrapii. Certamente vocês ganharão, o ITA, o CPqD, enfim, todas as unidades vão poder desfrutar dessas pessoas que vêm prontas, mão na massa. Tinham de passar no teste de inglês, porque um ano e um ano meio no máximo, alguns vinte meses, e tinham de passar no DRE, que é o Enem americano. Dos 1.500, 1.200 passaram e foram selecionados 600, com o apoio das universidades.

Então, há muita coisa importante. Os programas com a Alemanha, com a França, com a Suíça, com a Suécia são muito importantes e vão dar resultado. Boa parte desses estudantes – o senhor está certo, mais de 70% – era de graduação. Já existem *startups* sendo feitas. Há *site* para poder se intercomunicar. Eu não tenho a visão pessimista que a imprensa fez do Ciência sem Fronteiras, e há exemplos muito positivos em andamento.

De modo que, a respeito disso, voltando a dizer que eu gostaria de dizer que ele tivesse sido bem planejado, tivesse sido apresentado dentro do Plano Nacional de Pós-Graduação, que não é só da Capes, é do CNPq, de todas as FAPs, da Finep, enfim, de todas as agências de fomento, certamente ele seria melhor.

Numa segunda etapa, nós gostaríamos que a responsabilidade fosse maior das universidades brasileiras, o que não houve. Foram chamados os estudantes, a universidade deixava ou não deixava. Então, elas foram muito pouco participantes nessa primeira etapa.

Claramente também veio muita gente, tem dois mil e tantos pesquisadores que voltaram e estrangeiros que vieram, em números menores do que os cem mil, mas alguma semente foi deixada dentro do que seria muito razoável.

E mais ainda, o Governo parece que vai descontinuar, ou diminuiu muito, mas o fato é que as empresas que davam estágio para o nosso estudante – todos os estudantes tiveram estágio em empresa – que morava no *campus*, no mesmo *campus*, com colegas do mundo inteiro, com todas as culturas, isso é um ganho extraordinário.

E quando nós vamos ter os nossos estudantes morando no *campus* no Brasil? Salvo a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que provavelmente deve ter uns 20% dos alunos. Quer dizer, umas coisas que foram vistas, língua, pouca aula. Não mais de 14 horas de aula por semana nessas universidades, mesmo as menos qualificadas.

Então, o ganho do Ciência sem Fronteiras é muito positivo. Se ele torna uma política de Estado, melhor ainda. Parabéns pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Então, eu queria só dizer isso porque estou de pleno acordo com que nós perdemos muitas oportunidades.

Na área educacional é impressionante. Nem mesmo os militares, com todo o poder que tinham, fizeram o Mobral e deixaram o filho do operário analfabeto. Não fizeram uma reforma agrária mínima para evitar o inchamento das cidades. Nós tivemos esse problema. E acabaram com as ferrovias.

Então, são três desastres tremendos para um País com as nossas demandas.

Enfim, acho que tinha essa contribuição a dar e certamente a Comissão está fazendo um trabalho excepcional para irmos vencendo essas dificuldades, mas não são poucas, o senhor tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom. Muito obrigado, Dr. Jorge.

Dr. Sebastião Júnior.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Senador, obrigado pelas perguntas.

Aproveito para dizer que sou uma pessoa que admiro muito o trabalho do senhor. Como estudante já acompanhava, como mestre já acompanhava, então estou tendo o prazer de conhecê-lo aqui pessoalmente.

Senador, vou falar um pouco do Ciência sem Fronteiras. Não é a minha especialidade, mas, pelas oportunidades que eu tive ao longo desse período, eu viajei muito pelo mundo, eu sempre questionava, no Brasil, onde a gente ia a gente sempre via chineses, coreanos, por todos os lados, e eu sempre perguntava: e os brasileiros? Por que eles não participam?

Quando eu falo em todos os lados: nas universidades, nos centros de pesquisa, de inovação. Estive no Insead, na França, uma quantidade enorme de estudantes coreanos, chineses, e eu sempre perguntava: e os brasileiros?

Eu acho que a ideia é muito boa. E é tão boa que eu recentemente, quando assumi o CPqD, eu falei que queria criar o CPqD sem Fronteiras. Esse intercâmbio para o nosso País, eu diria, é salutar. A gente fala muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

na inclusão social, na inclusão digital. Eu diria que o Ciência sem Fronteiras é a nossa inclusão tecnológica. Nós não podemos matar uma ideia boa porque ela não foi utilizada da forma adequada.

Eu acho que a ideia é muito boa e, obviamente, como todo programa, sempre tem seus ajustes e adequações.

Eu diria que nós precisamos olhar com carinho o Ciência sem Fronteiras, e não apenas criticá-lo. Ver o que ele trouxe de bom para o País. E o que ele trouxe de bom para o País, nós deveríamos estar aprimorando, e não descontinuando. Eu chamo isso de inclusão tecnológica. Esse intercâmbio, nós acabamos de falar aqui, o quanto isso traz para o País. Nós precisamos ter essa soberania tecnológica. Se os outros fazem esse intercâmbio e investem, porque nós também não podemos ter esse intercâmbio tecnológico? Eu diria, Senadora, que nós precisamos aprimorar esses programas, e não os descontinuar. Eu diria que a ideia é excelente. Nós, lá vamos colocar o CPqD sem fronteiras. Eu vou incentivar programas dentro do CPqD.

Então, é o que eu poderia contribuir, porque eu acho que a ideia é boa, o programa é bom. Nós precisamos aqui no País começar a olhar o que tem de bom nesses programas. Nós estamos criando uma cultura no País de ver o que há de ruim. Parece que tudo o que nós fazemos no País é ruim. Nós devemos começar a valorizar um pouco. Espero que essa crise que estamos passando venha trazer contribuições, que consigamos cada vez mais valorizar o que nós temos de bom neste País. E temos neste País muitas coisas boas; precisamos apenas aprimorá-las.

Sr. Presidente, há duas perguntas do Senador: com relação recursos do FUNTTEL, nós estamos recebendo aquilo que é possível no Orçamento da União. Aquilo que está previsto na lei nós não estamos recebendo, que são os 15% do montante que o FUNTTEL arrecada, que seria algo hoje da ordem de R$100 milhões. O CPqD hoje está recebendo algo da ordem de R$25 milhões, eu diria que abaixo daquilo que está previsto por lei, mas dentro daquilo que é possível, dentro do Orçamento da União.

É o adequado? Não, eu diria que precisaríamos ter mais recursos do FUNTTEL para que possamos dar continuidade ao nossos movimentos e pesquisas.

V. Exª perguntou sobre os principais desenvolvimentos. Eu vou citar alguns e diria que temos muitos. Eu queria fazer um convite, Sr. Presidente, reforçar o meu convite à Comissão e aos Senadores para conhecerem essa obra que V. Exªs nos ajudaram a criar que se chama CPqD.

Alguns desenvolvimentos que nós realizamos com recursos do FUNTTEL: equipamentos de sistemas de dispositivos ópticos, hoje, único na América Latina e entre os melhores do mundo. Nós, através desse desenvolvimento, conseguimos criar uma empresa hoje que se chama Padtec, que tem um sócio como o BNDES para ajudar na capitalização dessa empresa, que, eu diria, é uma das melhores do mundo.

Nós trouxemos para o CPqD essa área de semicondutores, tão carente em nosso País, através do desenvolvimento dos recursos do FUNTTEL. São dispositivos fotônicos. Através das pesquisas do FUNTTEL, empresas do Vale do Silício vieram pedir que o CPqD fizesse uma parceria e criasse uma empresa, que é a BrPhotonics, que hoje também tem como parceiro a Finep. Foi através de recursos do FUNTTEL que nós entramos na fronteira tecnológica de dispositivos e sistemas fotônicos. Hoje, estamos entre os melhores do mundo.

Ajudamos no programa do padrão de TV digital, através dos recursos do FUNTTEL, programa esse que pôde contribuir e muito no nosso Governo.

Nós desenvolvemos muitos *softwares* de missão crítica, para que pudéssemos trazer competitividade para as empresas do nosso País.

O FUNTTEL proveu para o CPqD condições para ele, hoje, ter condições, ter conhecimento...

O FUNTTEL proveu para o CPqD condições para ele, hoje, ter condições, ter conhecimento e desenvolvimento na área de segurança cibernética, podendo, inclusive, levar esses projetos para outros setores, como o setor elétrico. Hoje, sabemos da importância da segurança cibernética para o nosso País.

Nós desenvolvemos, inclusive projetos com universidades, com a Unicamp na parte de radiação não ionizante; aquelas neuras que tínhamos se os celulares iam causar câncer ou não às pessoas, aos seus usuários. Desenvolvemos um projeto longo com a Unicamp, junto com o Caism, para poder provar ao nosso País que nós temos, sim, condições de contribuir com nessa parte dos impactos, dos efeitos da radiação na saúde humana.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E qual foi a conclusão?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – A conclusão foi que o nível de potência é muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não há risco?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Não há risco. A própria MC já colocou em seus relatórios. Hoje estamos aqui com mais vinte anos, não temos casos comprovados de que realmente a radiação traz algum efeito à nossa saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós ajudamos a desenvolver as centrais digitais, que agora estão indo para as centrais digitais na rede ip, centrais essas que trouxeram ao País um ganho enorme em termos de competitividade e de preço para o usuário final.

Enfim, Senador, criamos, através do recurso FUNTTEL, 13 empresas hoje que contribuem muito com a missão do CPqD, que é desenvolvimento, progresso e bem-estar da nossa sociedade.

Poderíamos ter feito mais? Poderíamos ter feito mais, mas foi o que foi possível com o recurso que nós obtivemos. Tenho certeza de que, com essa política, com essa discussão aqui, o CPqD pode dar outros saltos para o nosso País, contribuindo cada vez mais com a nossa missão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Obrigado, Dr. Sebastião.

Dr. Fernando Silveira.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Exmo Senador, obrigado também pela sua pergunta. Acho que suas considerações são muito pertinentes, embora nos produza sentimento de desconforto termos que pensar que a nossa comunidade não tem ambição científica para desenvolver ciência no País.

Eu acho que, enquanto mantivermos essa desigualdade no tratamento das regiões no País, nós não conseguiríamos realmente desfazer esse sentimento.

Para o senhor ter uma ideia, no âmbito da nossa instituição, 50% dos alunos do programa de iniciação científica tiveram acesso ao Ciência sem Fronteiras e hoje estão inseridos em programas de pós-graduação. Então nós fazemos um esforço enorme para nos colocar num cenário mais ambicioso, mas, como falei há pouco, se não conseguirmos mudar essa desigualdade no tratamento de políticas públicas para as regiões brasileiras, acho que nós continuaremos, sim, a ter dificuldades de manifestar uma ambição maior, a não ser em situações isoladas, como, por exemplo, na nossa instituição, onde realmente vestimos a camisa, como dizemos, numa linguagem muito popular, e vamos à luta em busca realmente do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, para a promoção de saúde pública na nossa região.

Então, eu acho que, ideologicamente falando, o programa tem realmente, eu diria, elementos importantes, mas nós precisamos também de políticas públicas complementares, para fortalecer e promover ajustes, como falou o Dr. Sebastião. Acho que é um programa que merece, sim, uma atenção maior, para que possamos promover esses ajustes e conseguir resultados mais satisfatórios, além de promover uma ambição maior nas comunidades científicas do nosso País, especialmente naquelas que recebem menos atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor concluiu?

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Deputado Evair de Melo, que acompanha a nossa reunião, também gostaria de fazer perguntas.

Por favor. V. Exª tem a palavra.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Senador Lasier, obrigado pela oportunidade de me permitir, aqui no Senado, usar do meu não tão grande conhecimento, como o do nosso ilustríssimo Senador Cristovam Buarque, e deixar um registro importante, dada a minha vivência. Eu, que venho da presidência de um instituto de pesquisa e que presidi o Conselho Nacional de Pesquisa Agropecuária por cinco anos, no Brasil, conheço o drama e os bastidores da pesquisa científica no nosso País.

Talvez, Senador Cristovam, Platão e Aristóteles fossem duas pessoas convidadas a estar conosco, aqui, hoje, para fazer este debate, uma vez que a nossa academia brasileira, desde a sua origem, tem muita dificuldade em fazer uma aplicação do conhecimento, o que talvez seja a expressão máxima da educação.

Eu tive a oportunidade, na minha formação, de fazer o saudoso curso do Magistério e trabalhar como alfabetizador. E Aristóteles fez isso brilhantemente, quando perguntou ao professor: "Mas, afinal de contas, para que serve esse conhecimento que o senhor tanto admira?" E aí vem o amor platônico. E disso daí, fazendo essa introdução e para ser bem sucinto, quero me dirigir ao nosso Major e dizer que, em 46, quando houve a decisão estratégica, esse acontecimento serviu de base, em quase todo o mundo, no pós-guerra, entendendo-se que a guerra – retirando o mérito – reconstruiu a ideia de que realmente tivéssemos academias, a partir da ciência e da tecnologia, para que pudéssemos viabilizar a vida das pessoas.

Imagine que do Departamento, em 1950, surge o ITA e, do ITA, depois a Embraer. Isso tudo e muito mais que vocês entregaram ao Brasil. E alguém naquela época disse: "Mas olhem que país de ignorantes: um país que não tem nem fábrica de bicicleta agora está se metendo a querer fazer avião." Notem a miopia de quem falou isso. Imaginem que, hoje, o faturamento da Embraer de um ano é equivalente a cem anos de investimento no ITA. O que é o conhecimento aplicado...

A Embrapa vai na mesma linha. Alguém, iludido por aquela carta maldosa, mal-intencionada ou ignorante que um tal de Pero Vaz de Caminha escreveu, dizendo que aqui era uma beleza... "Venham para cá, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

terra fértil e água abundante estão sobrando..." Ou seja, ou foi mal-intencionado, ou era muito despreparado. E se não fosse a ciência e a tecnologia terem produzido tanto – e aí há uma referência à Embrapa e a tantas outras instituições brasileiras –, este Brasil não teria um único setor superavitário na economia, desde a década de 80, como a nossa agricultura e a nossa agropecuária brasileiras. O que é isso? Conhecimento e educação, e o conhecimento aplicado realmente mostra que nós temos potencial.

Então, no item Embrapa, eu saúdo todas as nossas instituições, que possuem tantas entregas importantes ao Brasil.

Para registrar, há uma PEC minha, a 217, na Câmara, que é a minha instância, que trabalha com a hipótese de não contingenciamento de recursos para pesquisa uma vez contratado. Isso é uma maldade que se faz – e vou fazer a minha pergunta seguinte, eu queria estar mais presente aqui na Comissão – porque o prejuízo do contingenciamento de um recurso de pesquisa contingenciada é maior, às vezes, do que não ter sido contratado o projeto, porque há toda uma estrutura, toda uma resposta. Então, estou fazendo este debate no âmbito da Câmara e quero pautar esse tema na Comissão.

E para concluir, duas perguntas bastante objetivas. No Brasil – e aí o Ciências Sem Fronteiras tem um pouco a ver com isso – nós não temos plano de sucessão para a pesquisa científica. Esperamos nossos pesquisadores aposentarem, irem embora, e aí as nossas instituições, as nossas universidades, as nossas academias abrem um novo processo para contratar um novo talento, e daí perde-se um longo caminho percorrido, grandes descobertas perdidas daquele homem que às vezes é dispensado, quase obrigado a fazê-lo. Quer dizer, nós não temos um plano de sucessão. Quero tratar nesta comissão o seguinte: a pesquisa científica precisa ter um plano de sucessão antecipado, 5, 8, 10 anos antes de alguém concluir o seu compromisso laboral. É preciso colocar ao seu lado um jovem aprendiz para que ele possa, além de trazer as inovações que traz do mundo moderno, pegar o caminho percorrido e fazer esse andamento.

Então, essa é a minha primeira pergunta a vocês: se as instituições que vocês ora lideram possuem um plano de sucessão e, na sequência ...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A pergunta é para os quatro, Deputado?

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – A pergunta é para os quatro.

Ou seja, bem objetivo: vocês trabalham os planos de vocês? Há plano de sucessão de pesquisa científica? E segundo: como vocês estão conseguindo sobreviver a esse contingenciamento dos recursos que existe?

Às vezes falamos que não tem, mas sabemos da dificuldade que é isso. Às vezes é um projeto contratado, um estagiário, um bolsista, um sequenciamento, uma metodologia, uma ciência, que muitas vezes paralisam por um contingenciamento irresponsável. Se não havia dinheiro para fazer toda a sequência, por que contratou, depois de se criar toda uma expectativa? Talvez o prejuízo de contingenciamento seja muito maior do que projetos bons, às vezes, que você não consegue que seja contratado.

Então, eu queria só que vocês abordassem sobre sucessão e sobre o contingenciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Sebastião Júnior.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Deputado Evair de Melo, obrigado pela pergunta, obrigado pela presença também.

Com relação ao plano de sucessão, inclusive comentado pelo Senador Flexa Ribeiro, uma fundação tem mais flexibilidade. Então, nós temos um plano de carreira, um plano de sucessão, inclusive um plano para desenvolver pesquisadores, desenvolver pesquisas dentro de uma linha de desenvolvimento que tem a nossa organização.

Nós temos linhas bem definidas ali, temos um programa de desenvolvimento através de uma política de práticas de RH. Uma fundação é mais fácil, eu não preciso abrir concurso, eu tenho a flexibilidade de contratar e de buscar esse recurso, inclusive com esse intercâmbio internacional.

O nosso Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento veio da Itália há 20 anos, através desse intercâmbio tecnológico, e hoje é nosso Vice-Presidente aqui em nossa organização e ajuda nesse desenvolvimento. Para uma fundação, que tem mais flexibilidade, eu diria que esse problema é o menor. O maior seria, sim, o contingenciamento. Esse, sim, dificulta e muito as organizações e ICTs.

A nossa não deixa de ter esse mesmo problema, porque, quando você desenvolve esses talentos, esses pesquisadores, você precisa de recursos para mantê-los, e não são recursos baratos. Hoje, para reter pesquisadores que realmente investem na sua formação, como nós investimos, é preciso ver que eles têm uma faixa arial diferenciada. Sabemos hoje que, em qualquer organização voltada à inovação, o que mais pesa é a fo- salarial, são os recursos fundamentais nesse processo de desenvolvimento. Quando há um contingencia-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mento, tem de se cobrir aquilo que estava planejado. Temos, algumas vezes, de até buscar financiamento nas instituições financeiras para cobrir esse *gap*.

Então, eu diria que o contingenciamento hoje dificulta – e muito –, inclusive uma previsibilidade para a frente. Muitas vezes, nós temos o recurso, mas não estoca pessoas, não é? Não tem como falar: olha, o recurso não veio. E o que eu faço com as pessoas? Nós temos de manter essas pessoas desenvolvendo e pesquisando, e o contingenciamento só dificulta todo esse processo. Eu tenho de buscar recurso de outras fontes, e às vezes elas oneram a saúde financeira da organização.

Então, eu vou reforçar aqui, Presidente, mais uma vez, a importância do descontingenciamento. Eu mostrei aqui uma tabela dos recursos do FUNTTEL e o quanto eles estão sendo contingenciados. Nós trabalhamos com recursos não reembolsáveis. Esses recursos, ano a ano, em função do contingenciamento, vêm sendo reduzidos a um patamar que hoje, eu diria, dificulta e muito as nossas pesquisas, os nossos planejamentos, olhando para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Major Brigadeiro Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Deputado Evair, obrigado pela pergunta.

Falando do aproveitamento de pessoal, realmente reputo como o maior problema que nós temos hoje na organização que eu represento. Eu já coloquei isso aqui agora. Na Academia, nós temos algumas possibilidades de aproveitamento na aposentadoria. Isso ocorre lá na ITA. Mas são poucas essas possibilidades, pontuais, até com a ajuda dos próprios projetos que nós vimos aqui agora.

Realmente, eu concordo com o que o senhor colocou em relação ao planejamento, mas nós precisamos ter a renovação. Então, o senhor veja a dificuldade: nós temos uma lei aprovada lá atrás, no projeto da duplicação do ITA, e não conseguimos fazer o concurso de reposição até agora. O senhor sabe que, em ciência e tecnologia, o pessoal é quase que 90% de tudo. Então, realmente eu concordo que nós precisamos fazer esse programa, mas precisamos ter os meios de como aproveitá-los. Esses projetos são meios que nós temos utilizado, mas de forma bastante pequena. Nós precisamos realmente é de concurso. E estamos trabalhando para que nós possamos renovar.

Mas vou levar para casa essa sugestão em relação ao planejamento. Acho que é interessante nós termos essa diagonal. O senhor não estava, mas eu mostrei aqui um gráfico que já é mais ou menos isto, é uma previsão. Então, esse planejamento é importante, desde que nós tenhamos lá na frente as possibilidades de como fazer esse aproveitamento.

Bom, o contingenciamento assinalado pelo senhor realmente – acho que é unânime aqui, na Mesa – é o maior problema que nós temos hoje, não só em relação ao FNDCT, mas em relação ao próprio Comando da Aeronáutica também. Eu coloquei aqui a situação do KC-390, que é um projeto importantíssimo para o Brasil e para a indústria. O contingenciamento impacta muito fortemente o projeto da aeronave KC-390 e, da mesma forma, os nossos projetos. Nós ainda temos bastantes recursos para receber, como já coloquei, para os projetos em andamento já contratados com a Finep.

Então, seriam esses os comentários. Não sei se respondi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Fernando Silveira.

O SR. FERNANDO TOBIAS SILVEIRA – Ex^mo^ Deputado, eu queria dizer que as suas colocações foram muito pertinentes. Acho que nós estamos falando realmente de uma questão extremamente importante e séria: planejamento na gestão pública. É fundamental.

Para o senhor ter uma ideia, a título de exemplo, na instituição onde eu trabalho, eu não posso sair neste momento, o nosso diretor também não pode sair, apesar de termos tempo para pensar nessa condição, porque não temos, hoje, um plano, como foi colocado aqui, de reposição bem pensado, bem arquitetado para suprir as necessidades da instituição.

Eu mostrei, em um dos eslaides da minha apresentação, que nós conseguimos a implantação de 351 postos de trabalho em 2011. Isso, depois de 20 anos sem conseguirmos realizar concurso público para nossa instituição.

Então, eu imagino que o senhor pode entender o quanto nós necessitamos rever essa questão. Mas, considerando que a nossa instituição, por exemplo, está atrelada à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, nós precisamos negociar com o Ministério para realizar esse tipo de concurso para suprir as nossas necessidades.

Outro exemplo.

Atualmente, cerca de 60% dos servidores do Instituto Evandro Chagas já se apresentam em condição se aposentar, mas nós temos procurado, inclusive, reter muitos desses servidores porque não temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

reposição imediata. Nós estamos buscando o caminho exatamente da transformação da instituição numa fundação. Faço das palavras do Dr. Sebastião as minhas para dizer que nós estamos buscando exatamente a transformação do instituto numa fundação para ver se nós conseguimos superar, com mais facilidade, todas essas dificuldades que eu estou colocando.

Entendo perfeitamente as suas palavras. Acho que isso é fundamental. Nós precisamos, realmente, ter um planejamento de gestão para reposição, senão as instituições não conseguem avançar como deveriam.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom. Obrigado.

Dr. Jorge Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Muito obrigado pela intervenção, Deputado Evair. A respeito da sua consideração de que os pesquisadores têm dificuldades de aplicar resultados, isso realmente ainda é um tabu entre nós. A Embrapa está quebrando isso, e outros organismos trabalham nisso.

É uma pena que o Dr. Maurício Lopes não tenha vindo hoje. Ele está fazendo planejamento para 2035: o que vai ser a Embrapa, o que o Brasil vai ser, o que vai ser a agricultura tropical. Quer dizer, é uma coisa impressionante. São órgãos que estão pensando lá na frente.

Sobre os comentários a respeito da Embraer, eu ia até responder ao Senador Pedro Chaves quando ele fez a consulta sobre a indústria aeronáutica. A Embraer tem de se virar para manter o seu desenvolvimento, por causa dos competidores. A China está correndo atrás. Até Portugal está correndo atrás de criar suas empresas aeronáuticas.

Então, o que ela está fazendo? Ela vai fazer muita associação externa? Não. Ela está fazendo 17 projetos com unidades Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) no Brasil, para desenvolver isso e aquilo. É uma coisa de que eles precisam, apesar do centro P&D deles.

Agora, é extremamente salutar visitar essas 28 unidades que temos hoje vinculadas à Embrapii e lá constatar que os doutores que foram produzidos e que o pessoal que treinou no Brasil ou no exterior está lá ávido para produzir o desenvolvimento de que o País precisa.

Claramente, enfrentam-se muitas dificuldades. Mas vejam só: sobre desempenho. Imagine se não tivéssemos gente preparada para enfrentar o zika, inclusive lá no Instituto Evandro Chagas. O Brasil está dando um *show* sobre o conhecimento em zika aí com poucos dias, com pesquisadores da Fiocruz, com pesquisadores de várias instituições. O Brasil é um dos primeiros no contexto de como trabalhar com a questão do zika.

Automação bancária, a melhor do mundo, desde antes da internet.

Papel e celulose. Doenças tropicais: 20% do conhecimento no mundo em doenças tropicais são feitos no Brasil. Ocorre que é preciso ter indústria e que é preciso ter outros componentes que, às vezes, não temos.

A questão da falta de planos de sucessão de prestadores é gravíssima. No caso da Embrapii, afeta as nossas unidades. Duas delas estão aqui presentes e sabem muito bem disso aí.

Agora, a questão de sobreviver ao contingenciamento. Não se baseiem muito nesta Mesa. Esta Mesa é a elite. De alguma forma, tem maneiras de se safar. Vocês vão ver quando vierem aqui as universidades, Senador, a lista de queixas que haverá quando vierem as universidades. Isso aqui, o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) sobrevive, apertam aqui; o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), o Instituto Evandro Chaves, mas, de fato, não podem servir de exemplo para a questão da gravidade da descontinuidade de recursos, do contingenciamento, dessa falta de previsibilidade de como nós vamos avançar na ciência no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jorge, já que o senhor está com a palavra, vamos responder aqui a umas duas ou três perguntas dos nossos internautas, que fizeram perguntas pelo *site*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, permita-me um pequeno comentário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu vou ter de sair. Está havendo a Comissão do Impeachment, da qual faço parte.

Eu queria apenas dizer o seguinte: gostaria de propor que esta Comissão fizesse uma manifestação contra a descontinuidade do Ciência sem Fronteiras. Eu confesso que não estava alerta a esse assunto. Apesar de que eu acho que deveria ser muito melhor, de que uma avaliação benefício-custo mostre que ainda há desperdício, mas a descontinuidade vai ser um grave equívoco. Eu gostaria de propor que a Comissão debatesse isso, e se for o caso, com o apoio dos outros Senadores, nós fizéssemos uma manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Na próxima reunião, Senador Cristovam, vamos submeter ao Plenário da Comissão, e certamente será aprovada essa manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito bem. E finalmente queria só dizer o seguinte: quando eu falo em ambição que falta, é aos estadistas, aos líderes, aos políticos, não aos cientistas. Os cientistas têm a ambição, e a gente tenta, os outros, nós governantes, jogar para baixo a ambição, cortando verba, descontinuando verba. Mas ambição há, sim, no setor. Falta ambição, para mim, na liderança nacional. Porque o País poderia ser – pode ser – campeão mundial, um, dois, de conhecimento e de inovação, portanto, de ciência e tecnologia.

Era isso. Quero agradecer muito. Vou ter que sair, mas foi muito bom estar aqui e ver, sobretudo, as posições otimistas do Jorge, porque eu creio que é bom a gente ter isso. E de fato há muita coisa boa acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. E nós concluímos também, naquela reunião sobre o Ciência sem Fronteiras, que deve se tornar política de Estado. Já temos uma primeira decisão. O negócio é concretizar.

Dr. Jorge, o nosso Walter da Silveira Filho, do Rio de Janeiro, acompanhando pelo site, pergunta: "Que ações estão sendo feitas para promover e incentivar a meritocracia? Existe algum mecanismo, como bônus ou prêmio para os que desenvolvem novas tecnologias ou soluções mais eficientes? Quem desenvolve novas tecnologias ganha uma porcentagem dos lucros?"

O senhor sabe informar?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – O nosso modelo é de financiamento dos ICTs, dos grupos de pesquisa, com ênfase na interação com a indústria, com temas da indústria, e essa questão é decidida lá. No novo plano, no código, vai-se criar a possibilidade. Neste momento nós não temos nenhum mecanismo, vamos dizer, de subsidiar os pesquisadores. Eles podem contratar gente e tal. Mas com o código, vai ocorrer, de eles poderem tirar proveito. Isso vai ser um novo desafio para nós, de como, nos contratos entre a unidade da Embrapii e a empresa, essa questão do subsídio aos pesquisadores vai ocorrer, porque o programa prevê patentes, prevê propriedade intelectual de um modo geral. Então é por aí que vai ser a coisa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Uma pergunta para o nosso presidente do CPqD, Dr. Sebastião, que vem do Sr. Felipe Linhares, aqui do Distrito Federal: "Gostaria de saber do presidente do CPqD qual é a percepção dele sobre como o Governo interceder para ampliar e impulsionar o desenvolvimento dos institutos de pesquisas tecnológicas. Existe algum estudo sobre a quantidade de institutos de pesquisas no País?"

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Agradeço a pergunta. Vou começar da última colocação. Não tenho o número exato da quantidade de centros de pesquisa e desenvolvimento do País. Eu diria que nós temos centenas aqui hoje no País. Não tenho o número exato.

O que o Governo poderia fazer para incentivar e expandir os centros de pesquisa e desenvolvimento do País é ter políticas que, realmente, deem continuidade, que não sejam instáveis, principalmente com relação aos recursos disponíveis para essas pesquisas. Hoje, os centros de inovação sofrem muito com essa instabilidade com relação aos recursos, aos orçamentos advindos da União, pela dificuldade do País. Eu acho que nós tínhamos de ter algumas políticas, como têm outros países, que garantam a continuidade, garantam o fluxo contínuo desses recursos para essas instituições. Seria um ganho enorme para os centros de pesquisa e desenvolvimento do País ter essa política mais transparente, em termos de continuidade dos recursos, para não sofrermos tanto com as instabilidades econômicas do País e com relação ao contingenciamento, que dificulta em muito esse processo de inovação. Eu diria que seria um ganho enorme para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não sei se o Senhor estaria com conhecimento para responder, Dr. Sebastião, à Srª Maria de Fátima Anselmo Edelman, de São Paulo, que pergunta: "o setor científico de tecnologia do Estado de Pernambuco é patrocinado pelo Governo?" Se o senhor não sabe, poderia dizer quem saberia responder?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Eu desconheço. Infelizmente, não vou poder responder a esta pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jorge, o Senhor sabe responder se o setor científico de tecnologia do Estado de Pernambuco é patrocinado pelo Governo?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Há uma fundação local bem ativa. Naturalmente, está sofrendo com a questão da crise, mas eles financiam sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pelo Governo?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Há mais duas perguntas do Sr. ter Silveira Filho, do Rio de Janeiro: "Que mudanças legais são necessárias para facilitar o desenvolvimento ntífico brasileiro? Recomendam a aprovação de quais projetos de lei para facilitar o desenvolvimento cien-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tífico brasileiro? Existe muita burocracia para usar os recursos disponibilizados? De certo modo, já houve uma resposta anterior.

Major Brigadeiro, o senhor gostaria de responder?

O SR. FERNANDO CESAR PEREIRA SANTOS – Só ressaltar que, recentemente, foi aprovada a Lei de Inovação. Então, acho que o foco é a aplicação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se existe burocracia, não é?

Outra pergunta do Sr. Valter Silveira é: "O fim dos leilões para usar o compartilhamento de espectro entre as operadoras vai ser possível em aproximadamente quantos anos? Existe algum trabalho para alocar o espectro entre as operadoras, de modo dinâmico e automático?"

Quem dos Senhores responde? Dr. Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – Não dá para prever, realmente, se vai ser de forma automática. Nós temos desenvolvido lá vários estudos. Quando falamos de espectro, estamos falando de padrões também. Então, tem de ser analisada uma conjuntura. São padrões internacionais aplicados no mundo. Isso tem de ser discutido.

O CPqD vem desenvolvendo vários estudos com relação a essa parte de espectro, vem trabalhando junto com o antigo Ministério das Comunicações, agora Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Não dá para afirmar com segurança que vai haver um processo de automação num curto espaço de tempo, dada a discussão de padronização no mundo, que temos de definir junto aos órgãos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma última pergunta, e essa vem da assessoria da nossa Comissão.

Dr. Sebastião, quanto as treze empresas criadas pelo CPqD com recursos do FUNTTEL devolvem para os fundos e para o Sistema Nacional de CTI?

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – São três empresas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São três e não treze. São três.

O SR. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR – São três empresas.

Quanto eles devolvem para os fundos? Quando você transfere os conhecimentos, as tecnologias, essas empresas pagam *royalties*, que, no fundo, no fundo, vêm para o próprio CPqD, para dar continuidade ao desenvolvimento dessa área. São áreas que demandam um capital de investimento muito grande para competir com grandes empresas mundiais. Então, elas revertem, sim. Toda transferência tecnológica dessas empresas tem como contrapartida o pagamento de royalties, que voltam para a organização, para dar continuidade e complementar, inclusive, esse *gap* que existe entre o que você tem planejado, o que você recebe e aquilo que você gasta diariamente para desenvolver essas pesquisas.

Então, há, sim, um retorno dessa transferência para a organização, para dar continuidade ao processo de pesquisa e desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem, a nós da Comissão, senhores, Dr. Jorge, Major-Brigadeiro Fernando, Dr. Sebastião, Dr. Fernando Silveira, nos cabe agradecer muito. V. Sªs contribuíram muito para a nossa Comissão, para o nosso relatório e nos permitem avançar nessa investigação que estamos fazendo sobre a destinação dos fundos setoriais.

Então, muito obrigado aos senhores. Estão dispensados.

Estamos chegamos, daqui a dez minutos, a quatro horas de reunião. Não acreditávamos que fosse tão longa, mas temos certeza de que foi uma reunião muito produtiva.

Para encerrar – uma formalidade de praxe, naturalmente –, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

O número de assinaturas que nós temos nos permite aprovar esta ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Gladson Cameli, Roberto Rocha e Pedro Chaves, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da Reunião anterior e da 18ª, realizada em 07 de junho de 2016, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 101, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que "Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a internet como veículo de publicação." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 48, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Flávia Morias, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 427, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 696, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 44, de 2016**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 689, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 22/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Oficio "S" n.º 15, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Editora O Estado do Paraná S/A, que "Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 8: Oficio "S" n.º 32, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal Ltda no município de Leopoldina - MG." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 9: Oficio "S" n.º 78, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2015, da Empresa Destak Brasil Editora S.A." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 11: Requerimento n.º 25, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, "...com base no art. 73, combinado dom o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação com a finalidade acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que 'Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015', a qual ficou conhecida como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação." A deliberação do requerimento é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 235, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 243, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE – ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela apro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

vação do Projeto. Em 15/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, concede Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 234, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EM-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

PREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 242, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Senador Pedro Chaves, nosso campeão de assiduidade, telespectadores e Srs. Assessores.

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de junho de 2016.

Como é praxe da nossa Comissão, antes de iniciarmos a pauta propriamente dita, vamos a algumas notícias.

A primeira é sobre um assunto muito candente no presente momento, que é a limitação de dados da internet. A Secretaria de Transparência do Senado foi fazer uma enquete e constatou que 99% votam contra – como não poderia deixar de ser – a limitação de dados na internet. A notícia é de interesse geral – quem é que hoje não tem interesse por isso? –, todo mundo tem interesse.

O Senado realizou a enquete sobre a limitação de dados na internet de banda larga fixa – a matéria está sob a relatoria do Senador Pedro Chaves, que depois gostaria de ouvir a respeito do tema. A enquete mostrou que quase todos, 99% dos 608.470 internautas que participaram, são contra a medida. Essa participação recorde, o maior número da história desse tipo de sondagem, foi registrada depois que as operadoras de internet anunciaram a intenção de cortar ou reduzir a velocidade de acesso dos internautas que esgotarem a franquia de dados contratada.

A enquete, em parceria com a Agência Senado, realizada entre os dias 16 de maio e 15 de junho, foi motivada pela apresentação de dois projetos que proíbem as operadoras de limitarem esses dados em seus contratos, somados a uma sugestão popular do portal e-Cidadania, que tem origem em manifestações dos cidadãos.

Os dois projetos de lei do Senado inserem no Marco Civil da Internet a proibição das franquias: o PLS 174/2016, do Senador Ricardo Ferraço, do PSDB do Espírito Santo, e o PLS 176/2016, do Senador Eunício Oliveira, do PMDB do Ceará. Ambos estão aqui na CCT sendo analisados pelos Senador Pedro Chaves.

Os internautas responderam perguntas sobre a limitação dos dados relacionados à qualidade dos serviços ao bloqueio de aplicativos, além do lucro das empresas prestadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A maioria dos participantes (64%) acredita que a limitação pode diminuir a qualidade dos serviços, 32% opinam que permanecerá igual e 2% acham que pode melhorar. Sobre custos, 89% das opiniões são de que irão aumentar, 6% de que irão diminuir, outros 4% pensam que permanecerão iguais.

Sobre a limitação estar ou não de acordo com o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), 91% acreditam que não está de acordo com os princípios da lei. Apenas 3% apontaram que sim.

Também na enquete, 87% dos internautas manifestaram rejeição aos bloqueios coletivos de aplicativos de comunicação, como o WhatsApp, por decisões judiciais, apoiados por somente 8%.

Ao opinar sobre o impacto da limitação de dados no lucro das empresas prestadoras desse serviço, 83% dos respondentes acreditam que o lucro vai aumentar. Em contrapartida, 95% dos respondentes apontam que a satisfação dos clientes irá diminuir.

Além desses dois projetos, foi apresentada no Senado, por meio do portal e-Cidadania, uma sugestão popular (SUG 7/2016) para proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de banda larga fixa. Tendo atingido 20 mil manifestações de apoio, a sugestão está sendo analisada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), pelo Senador José Medeiros, que poderá transformá-la em projeto de lei.

Suas primeiras impressões, Senador Pedro Chaves. A enquete é bem eloquente: 99% contra a limitação de dados.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Primeiramente, bom dia, Presidente Lasier Martins. Tenho muito prazer em estar aqui na CCT mais uma vez, porque aqui é o lugar onde o Brasil pode adquirir a sua independência tecnológica, econômica e, inclusive, política.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É verdade.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, eu gostaria de me manifestar da seguinte forma. Não há dúvida de que essa limitação é extremamente nociva ao País.

Atendo-me mais à banda larga, eu digo que existe a quase unanimidade de que ela deve ser liberada. A Anatel está equivocada. Acho que há interesse das concessionárias, e principalmente no momento em que se fala muito de educação à distância, em que há exigência, na verdade, de muito mais rapidez na internet. Então, é necessário que haja acesso para democratizar esse instrumento que é muito importante, que é a internet. Hoje a internet não é mais luxo, é a comunicação entre as pessoas, comuns inclusive. Nós notamos que qualquer telefone, por menor que seja, permite postagem na internet, o que é fundamental, mas a velocidade é tão lenta que não permite o acesso que a pessoa deseja. Então, eu acho que o desejo dos pesquisados é plenamente viável e vai ao encontro do pensamento da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

E nós entendemos, Senador, que este é um trabalho de vanguarda...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... que a nossa Comissão está fazendo, porque movimenta a população brasileira. O Senado faz uma enquete, dois Senadores apresentam projetos, V. Exª tem a relatoria. Eu tenho certeza de que isso aqui vai influenciar a decisão que será tomada lá adiante sobre o Marco Civil da Internet.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com relação ao rumo, não é?

Outra nota de hoje:

> Inovação local para a economia global.
> Como países que eram economias agrícolas muito pobres no período pós 2ª Guerra Mundial tornaram-se berços dinâmicos de empreendedorismo e inovação nas décadas de 1980 e 1990? Qual foi a estratégia utilizada por esses países [isso nos interessa bastante que, hoje, são especialistas em produzir sistemas eletrônicos de forma flexível, com baixo custo e alta qualidade – como é o caso de Taiwan – ou abrigar uma centena de empresas de tecnologia, mais do que qualquer país fora da América do Norte, como é o caso de Israel?
> E de que maneira cidades como Bangalore, na Índia [que é uma ilha de prosperidade, tive a oportunidade de visitá-la], e Hangzhou, na China, situadas na periferia da economia mundial e em países que não possuem os fatores que economistas veem como essenciais para o desenvolvimento – como o Estado de direito e a defesa da propriedade intelectual –, se tornaram atualmente polos de desenvolvimento de *software* e tecnologias?
> Uma das respostas para essas perguntas, segundo AnnaLee Saxenian, professora da University of California em Berkeley, nos Estados Unidos, foi o esforço sistemático feito nesses países e regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

de incentivar a criação de empresas voltadas a desenvolver e produzir componentes e subsistemas para companhias situadas no núcleo avançado da economia mundial.

Com isso, as empresas nacionais se inseriram em cadeias globais de fabricação de produtos de alto valor agregado e inovadores, apontou [AnnaLee] Saxenian, durante palestra (...) realizada na quinta-feira (16/07), na Fapesp [em parceria com o Ipea]. (...)

Por meio de políticas industriais abertas, países como a China e a Índia, por exemplo, melhoraram suas habilidades e capacidades de desenvolver e produzir componentes e subsistemas em áreas estratégicas e hoje têm parcerias em todo o mundo em setores como o automotivo, o de dispositivos móveis, o de *softwares* e o de serviços.

Por sua vez, Taiwan é o país que tem o maior número de pesquisadores listados como coinventores em patentes registradas por empresas baseadas no Vale do Silício, na Califórnia.

O país asiático é um dos maiores fornecedores de componentes do IPhone 6, da Apple, apontado [pela Profª AnnaLee] por Saxenian como um exemplo de produto fabricado por meio de uma cadeia de fornecimento global, com componentes inovadores produzidos em todo o mundo em países como a China, Japão, Taiwan e Coreia do Sul, à frente dos Estados Unidos. (...)

De acordo com a pesquisadora, a abertura de países emergentes para o mundo exige um processo de autodescoberta do que podem comercializar e do que são capazes de servir.

Os empreendedores e empresas desses países que buscam entrar em novos mercados devem demonstrar não apenas a capacidade de produzir um determinando componente ou produto, mas também de melhorar a concepção ou processo por meio do qual é fabricado em colaboração com potenciais clientes e seus fornecedores.

Além disso, devem definir e investir em capacidades distintas, uma vez que hoje há uma indefinição de fronteiras industriais, exemplificada por *smartphones* que ao mesmo tempo são telefones, mas também funcionam como câmeras fotográficas e computadores pessoais, apontou a pesquisadora.

"Em um mundo onde as fronteiras entre os setores estão se tornando indistintas, é mais importante hoje ser capaz de pesquisar de forma eficaz em diferentes domínios do conhecimento do que dominar e gerar ideias e tecnologia dentro de qualquer um deles especificamente", afirmou Saxenian.

Alguns dos conselhos que a pesquisadora dá aos países que querem inserir suas empresas de base tecnológica nas cadeias globais de inovação é se conectar – e não replicar – a regiões de sucesso, como o Vale do Silício, e buscar colaboradores e parceiros.

É sobre isso, senhores, que nós estamos projetando uma fase de descentralização da nossa Comissão, porque nós aqui divulgamos o que Taiwan está fazendo, despontando de forma tão eficaz, impressionante, a Índia também; China, sabemos como vem evoluindo. Aqui no Brasil nós não sabemos quem produz, a não ser um pouco de São Paulo, é evidente, as regiões mais evoluídas em tecnologia, como São José dos Campos e Campinas, principalmente, São Carlos. Mas, e no Brasil, o que se produz?

Senador Valdir Raupp, é um prazer tê-lo aqui.

É por isto que estamos indo ao encontro dos Estados: para perguntar lá o que eles estão fazendo; o que há de realce em produção científica e tecnológica; e difundir isso pela televisão.

Então, nós vamos no dia 1º de julho a Porto Alegre, depois a Belém do Pará, a São José dos Campos ou a Campinas, em São Paulo – não está decidido –, já temos um convite de Campina Grande, na Paraíba. Vamos divulgar e provocar esses Estados a se intercomunicarem com aquilo que estão fazendo porque, como disse há pouco aqui o Senador Pedro Chaves, é o futuro do Brasil a ciência e tecnologia.

Esse fim de semana estive em Porto Alegre acertando detalhes para a realização do nosso debate do dia 1º e fazendo vários contatos com reitores, com diretores de centros tecnológicos, de parques tecnológicos. Há um entusiasmo muito grande porque terão oportunidade, numa reunião conjunta, de mostrarem o que sabem fazer.

Pena que, embora estejamos propondo uma duração de três horas para esse nosso seminário, não vai dar para ouvir todo mundo. Então, teremos seis ou sete expositores que vão falar, cada um, no máximo dez minutos. Ora, em dez minutos não dá para dizer tudo. Depois vamos captar depoimentos do plenário na base de quatro, cinco minutos. Quer dizer, é uma comunicação telegráfica, mas pelo menos sabemos o que está fazendo a Universidade de Santa Maria, o que está fazendo o Centro Tecnológico de Passo Fundo, o que é hoje o Tecnopuc, que é um orgulho do Rio Grande do Sul e um dos melhores centros de investigação tecnológica do País.

Depois, vamos andar por outros Estados. Isso compete a uma Comissão como esta nossa.

O que V. Exª acha, Senador Valdir Raupp? Estamos no caminho certo ou devemos ficar acomodados aqui reuniões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu sempre entendi que nós temos que estar sempre em movimento...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... em qualquer atividade. Eu acho que esse movimento que a Comissão vai fazer será muito importante, movimentar-se e percorrer o País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E todos os Senadores, evidentemente, estão convidados a comparecer nessas nossas reuniões, sendo mais fácil quando estivermos em regiões mais próximas.

Outra nota de hoje diz respeito a nossa Região Sul: o chimarrão extremamente quente aumenta risco de câncer do esôfago.

O senhor é meio gaúcho, não é, Senador Valdir Raupp? (*Risos.*)

A sua mãe mora no Rio Grande do Sul?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – A maioria dos meus parentes, tios, irmãos e minha mãe, moram no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E o senhor foi para o outro extremo do País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Para o Norte. Percorrendo o mundo – em movimento!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) –

> Bebidas quentes acima de 65% devem ser evitadas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. A entidade divulgou esta semana um relatório com estudos que comprovaram o perigo de ingerir líquidos extremamente quentes. De acordo com as pesquisas, a temperatura elevada contribui para o surgimento de câncer de esôfago.
>
> No Rio Grande do Sul, onde a população tem o hábito de tomar chimarrão, a incidência desse tipo de doença é até cinco vezes maior do que no restante do País.
>
> "A água quente do chimarrão queima a mucosa do esôfago, e isso facilita a entrada de substâncias cancerígenas recebidas pela alimentação", explicou o pesquisador Ricardo Gurski, chefe de cirurgia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele alerta que o câncer de esôfago é uma doença extremamente letal e difícil de ser diagnosticada precocemente. "Quando os sintomas aparecem, o câncer já está em um estágio avançado. Por isso, é importante que as pessoas realizem ao menos uma endoscopia ao completar 40 anos de idade."

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de ser contemplado também com essa ida da Comissão do Senado a Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Lá nós temos o Fundect, que é um fundo de apoio à pesquisa mantido pelo Governo do Estado e constituído por membros da universidade federal, da Embrapa, da universidade estadual, e há alguns trabalhos muito interessantes, principalmente na área de agronegócios.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Acho que vale a pena a Comissão ouvi-los.

Por outro lado, nós temos um hábito que adquirimos do Paraguai chamado tereré. Não sei se o senhor o conhece...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, só que é frio.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o chimarrão frio.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É uma mania regional. Toda a juventude, desde os cinco, seis anos, já tem o hábito de usar o tereré.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vocês o chamam lá de tereré?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Tereré.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Porque nós o chamamos, lá no Sul, de tererê.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Geralmente, eles fazem aquelas rodinhas. Na própria universidade, onde mantive 30 mil alunos, nós tínhamos a roda do tereré, que era um local especialmente para isso, em que eles derramavam o mate para não sujar. Havia água fria, gelada, e era extremamente positivo. Era uma roda de amigos, uma forma saudável de se reunir. Na hora do intervalo, era isso.

Então, estava dizendo que seria uma alternativa para os gaúchos, talvez eles pudessem mudar seu hábito. Eu sei que é centenário esse costume. Onde quer que eu vá, quando vejo um gaúcho, eu o vejo sempre com a cuia, água quente. Há muitos gaúchos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Mas o hábito do tereré é mesmo uma mania regional mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É, o chimarrão também tem esse sentido de estreitar as relações de amizade. Ficam numa roda, ficam juntos e vão passando chimarrão de mão em mão. Com isso, as pessoas vão procurando assunto. É bem típico. E isso é muito comum nos galpões, nos poucos que ainda existem nas Campanhas do Rio Grande do Sul.

A propósito da sua intervenção, Senador Pedro Chaves, o senhor poderia nos apresentar – há uma sugestão da minha assessoria, que ouviu suas participações – um panorama geral sobre os problemas enfrentados pelas universidades? O senhor é ou foi reitor, não é?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Fui reitor de uma universidade privada, com 30 mil alunos, como eu falei, mas que era uma universidade de desenvolvimento. Então, tem muito a ver com pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E ainda existe, claro, a universidade?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Existe.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual o nome?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal). É uma universidade muito preocupada com o desenvolvimento do Estado. O compromisso dela é com a geografia do Mato Grosso do Sul. Nós, na verdade, alocávamos recursos para pesquisa. Há até uma sugestão que eu faço às universidades privadas, porque elas reclamam muito, dizem que não há recurso para pesquisa. Nós criamos, na verdade, três fundos dentro da universidade. O primeiro era o Fundo para Pesquisa. Para esse fundo iam 2% de toda a receita bruta da universidade, diretamente para essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem colabora com esses fundos?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Na verdade, tirava-se das mensalidades...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Das mensalidades. Tiravam uma parte das mensalidades?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É. E havia algumas doações nós recebíamos de empresas.

O outro fundo importante era o Fundo de Apoio à Biblioteca. Nós tínhamos 2% dedicados a isso. Era importante porque obrigava, inclusive, os professores a pesquisarem novas obras que pudessem enriquecer o acervo da biblioteca.

E 1% ia para os trabalhos de extensão.

As universidades públicas sempre sofreram muito com a falta de recursos para pesquisa. Eu sentia isso. Mas a pesquisa que a universidade pública gosta de fazer é a pesquisa pura, e não a pesquisa aplicada e tecnológica, aquela que dá resultado mais rápido, aquela que transforma o conhecimento científico em inovação tecnológica. Essa deve ser uma das metas, eu penso, porque dá retorno mais rápido e enseja o nascimento de patentes de que o País tanto precisa. A Coreia do Sul é praticamente recordista nesse aspecto. Então, é fundamental que isso aconteça.

Eu acho que é necessário alocar recursos para as universidades públicas, mas é necessário criar linhas de pesquisa, não deixar muita liberdade para o pesquisador, senão ele começa a pesquisar coisas que não interessam à comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – E dinheiro é coisa realmente difícil, financiamento. Esse dado é importante.

Nós tínhamos lá, na universidade privada, cinco linhas de pesquisa, e o pessoal seguia razoavelmente aquelas linhas. Isso permitia resultados muito positivos, que eram, inclusive, absorvidos pela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Esta sua ideia é boa: não diversificar demais a pesquisa.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu tenho acompanhado, lá no Rio Grande do Sul – estão em fase de conclusão já –, as obras de um prédio bastante grande, muito bom, muito bonito, muito apropriado, para o Centro Tecnológico de Pelotas, que só vai trabalhar com pesquisa farmacêutica.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Olha que espetáculo!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para produzir medicamento, só para isso. Centraliza nesse sentido.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É uma ilha de excelência, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu acho que a universidade não é obrigada a fa-
tudo, a ser boa em tudo, mas ela pode eleger algumas áreas em que ela tem vocação e aprofundar o seu
udo. A partir daí, eu acho que conseguimos resultados muito positivos quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje nós devemos ter, Senadores – a votação está na pauta do Plenário do Senado –, o programa Ciência sem Fronteiras. É um problema, porque têm faltado recursos. E eu lhe pergunto: no Mato Grosso do Sul tem havido oportunidades para os estudantes de lá também para saírem pelo mundo para estudar, para aperfeiçoar os seus conhecimentos?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O Flexa Ribeiro levantou um ponto extremamente importante sobre o resultado efetivo desse programa Ciência sem Fronteiras. Não sei se V. Exª sabe, mas, até hoje, se gastaram R$10,5 bilhões só nesse programa, com resultado extremamente discreto. É muito mais para o estudante do que para a sociedade brasileira. É necessário aprofundar e fazer uma nova avaliação. Eu não vejo, realmente, com muito bons olhos a continuidade do programa se os resultados não forem efetivos para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Esse foi o tema da nossa Comissão no ano passado aqui. De fato, é preciso encontrar uma maneira de direcionar o estudante que vai aprender para que ele...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Volte para...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... transforme o seu conhecimento em favor do Brasil e não para empresas privadas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De fato, esse é um tema bom de discutirmos.

Mais uma nota:

> Tecnologia da Embrapa quer integrar pecuária e lavoura.
> A tecnologia aplicada na agricultura tem permitido que em uma mesma área sistemas integrados produzam até quatro safras por ano. Desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os sistemas de integração envolvem a produção de grãos, fibras, madeira, energia, leite ou carne, em plantios em rotação, consorciação e/ou sucessão.
> Tratada como a "revolução dos trópicos" por um de seus criadores, o pesquisador da Embrapa Cerrados João Kluthcouski, a técnica funciona basicamente com o plantio, durante o verão, de culturas agrícolas anuais como arroz, feijão, milho, soja ou sorgo e de árvores, associado a espécies forrageiras (braquiária ou panicum). As combinações são variadas entre os componentes agrícola, pecuário e florestal e levam em consideração espaço e tempo disponíveis.
> "Essa é a maior revolução dos trópicos, do cinturão tropical do mundo todo. Porque ela não é uma simples tecnologia, é um complexo tecnológico de fácil aplicação e entendimento, que permite recuperar áreas degradadas com alta sustentabilidade. Este é o sistema de integração: recuperação de áreas degradas, produção sustentável, quatro colheitas por ano que dependem apenas de chuva", explica João Kluthcouski, conhecido como João K.
> Ao integrar as atividades, evita a necessidade de desmatamento de novas áreas para o aumento da produção. A tecnologia resulta em diferentes sistemas integrados, como lavoura-pecuária-floresta (iLPF), lavoura-pecuária (iLP), silvipastoril (SSP) ou agroflorestais (SAF). A técnica de integração aceita todas as espécies vegetais, em áreas de a partir de 1 hectare de terra.
> "A tecnologia é capaz de dobrar a produtividade, quintuplicar a produção de pecuária sem alteração de custo e sem abertura de novas fronteiras agrícolas", disse João K.

Senador Valdir Raupp, o que o senhor nos conta lá do seu Estado?

Nós temos aproveitado aqui, Senador Valdir, estas nossas reuniões, enquanto não temos quórum para votar a matéria do dia, para fazer essa interlocução com os Senadores, contando um pouco da situação dos seus Estados. Como andamos?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, eu estive, recentemente, na posse do novo superintendente da Embrapa em Rondônia. Inclusive, é um gaúcho de Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem não é gaúcho em Rondônia, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Há muita migração gaúcha para o Estado. Lá o chimarrão também é muito forte. O Chimarrão, os CTGs... Nós temos em torno de 35 cidades em Rondônia com CTGs.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trinta e cinco CTGs em Rondônia!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim, 35 CTGs em Rondônia. Na cidade onde fui prefeito por dois ndatos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O pessoal anda pilchado por lá também?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Há o CTG Sentinela da Fronteira, muito forte, na cidade de Rolim de Moura, uma cidade de 55 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como é que se chama a cidade?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Rolim de Moura.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ro...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Rolim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Rolim de Moura.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É o nome de um tenente-coronel que foi governador da província do Mato Grosso. Por isso, deu-se esse nome. Há o distrito de Rolim de Moura do Guaporé; há a cidade de Rolim de Moura, de onde fui prefeito, uma cidade já com quase 60 mil habitantes.

Então, na posse do diretor da Embrapa, ele falava dessas novas tecnologias da lavoura-pecuária-floresta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A principal produção lá de Rondônia também é soja, a produção agrícola?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Em Rondônia, a soja está entrando no sul do Estado, mas já está se aproximando também da capital: Ariquemes, Machadinho d'Oeste, Cujubim, Monte Negro; está entrando a soja em Alto Paraíso, já bem próximo de Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E além da soja?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Depois de Porto Velho, já quase na divisa com o Acre, já há soja também, no distrito de Extrema. Extrema é a chamada Ponta do Abunã, que deve ter uns 20 mil habitantes. Não é Município ainda. Faz 19, 20 anos que nós não criamos mais um Município no Brasil, o que acho um erro, porque há cidade em São Paulo com 800 habitantes. Borá, em São Paulo, tem apenas 800... Não são 800 eleitores não, são 800 habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O que frauda a lei, não é?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Oitocentos habitantes.

Em Minas Gerais, há cidades com menos de mil habitantes também. Então, São Paulo e Minas Gerais são Estados que têm cidades com menos de mil habitantes, enquanto há distritos no Brasil, como esse lá de Rondônia, que têm 20 mil habitantes e não são Municípios. Não conseguimos criá-lo. Já houve até um plebiscito, que foi depois impugnado porque não há a lei maior...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual é a população toda de Rondônia?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Em torno de 1,7 milhão de habitantes, uma população que é metade da do Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É quase a população de Porto Alegre. Porto Alegre tem 1,4 milhão.

E, além de soja, o que se produz lá?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Treze milhões de cabeças de gado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, gado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mais de 13 milhões: 13,2 milhões de cabeças de gado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual é o gado? Nelore? Angus?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Nelore, de primeira qualidade, e muito gado leiteiro também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Diferentemente do Rio Grande do Sul, que produz mais o angus.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – A bacia leiteira em Rondônia é muito forte também, produz muito leite.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito leite?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Há mais de 56 laticínios, entre grandes, médios e pequenos. Há em torno de 56 indústrias de laticínios, inclusive indústrias grandes, que fabricam leite longa vida...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para exportação ou é para o mercado interno?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Para tudo. Exportam também para a Venezuela, queijo... A nossa carne já está sendo exportada para os Estados Unidos, para a União Europeia, para a China. Está livre para exportar... Desde quando fui Governador, há cerca de 20 anos, nós estamos livres de febre aftosa. É um gado muito sadio o gado de Rondônia. Aliás, a campanha que criei, quando Governador, era "gado sadio". Era vacinação total e, de lá para cá, nunca mais tivemos um foco de febre aftosa.

Apesar de estar na divisa, na fronteira com a Bolívia, estamos vacinando, o Estado de Rondônia, o Instituto de Defesa Animal de Rondônia está vacinando gado na Bolívia – vacina 200, 300 mil cabeças de gado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

dentro da Bolívia, na área do cinturão de defesa de fronteira na Bolívia. Então, ajudamos... O Congresso aprovou também, algum tempo atrás, a destinação de vacinas contra febre aftosa para a Bolívia também, a doação de lotes de vacinas para o País vizinho, a Bolívia. Isso faz com que as nossas fronteiras estejam protegidas da febre aftosa também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E temos uma boa universidade lá, Senador Valdir?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Temos a Universidade Federal de Rondônia, a Unir, que tem *campi* em diversas cidades do Estado, em Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena. Há vários *campi* da Universidade Federal, com cursos como Engenharia Florestal, Agronomia, Zootecnia, Engenharia da Pesca e vários outros cursos importantes no interior do Estado. Há muitas universidades privadas também, na maioria das cidades, os institutos federais...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E para ramos adequados para a região: agronomia, pesca, zootecnia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Veterinária também, em alguns *campi* – Rolim de Moura tem veterinária também. E há o Ifro, Instituto Federal de Rondônia, que se expandiu muito em Rondônia. Começou em Colorado do Oeste, já está em Vilhena, em Cacoal, em Ji-Paraná, em Ariquemes, em Guajará-Mirim, com dois *campi* em Porto Velho – há um *campus* enorme em Porto Velho –, e, agora, construindo em Jaru. Então, o Ifro, hoje, é praticamente uma universidade também, que tem auxiliado muito.

Rondônia tem tido um crescimento acima da média nacional. Agora fomos premiados aí em transparência, empatados com o Ceará e Vitória com a nota máxima – 10 é o índice do Estado de Rondônia no *ranking* da transparência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, não é?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Em primeiro e segundo lugar, empatado com 10 pontos, que é a nota máxima, com os outros Estados. Na área da educação, o Estado tem avançado bastante; a saúde também melhorou muito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual é o tempo de voo de Brasília até Porto Velho?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Duas horas e trinta e cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E há voo direto?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – No passado, era em torno de três horas, quando havia a Vasp, aqueles aviões menores, em torno de três horas. Foi diminuindo esse tempo e, hoje, com os boeings da Gol e o airbus da Tam, o tempo médio é de duas horas e trinta e cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mais notícias aqui da nossa CCT:

> USP realiza escola avançada de física teórica.
> Entre os dias 24 e 29 de julho, o Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da USP sedia a primeira edição da Escola Avançada de Física Teórica (EAFT), evento que tem como objetivo introduzir conceitos e técnicas avançadas utilizadas em pesquisas de física teórica, que comumente não são abordados (ou parcialmente abordados), nos cursos de Física. (...)
> A escola tem como público-alvo alunos no final da graduação e início de pós graduação (alunos mais avançados de pós-graduação também erão aceitos). (...)
> Outra notícia:
> Planejamento abre consulta para governança de TIC.
> O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) abriu consulta pública sobre a norma que vai estabelecer a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.
> O documento está disponível no Portal da Participação Social (Participa.br). Os interessados devem enviar suas sugestões até dia 30 deste mês.
> Mais uma:
> Livro retrata trajetória de pioneiras da ciência no Brasil.
> A trajetória de nove pesquisadoras que contribuíram para a ciência brasileira e a formação de recursos humanos no País ganham registro na 6ª edição do projeto Pioneiras da Ciência, lançada, em 9 de junho, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
> O Pioneiras da Ciência é uma das ações do programa Mulher e Ciência, criado há mais de dez anos para promover a participação feminina nas carreiras acadêmicas, além de estimular a reflexão acerca das relações de gênero no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O programa conta com a parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania.

A 6ª edição traz histórias de nove pesquisadoras que atuaram nas áreas da psicologia, química, história e matemática. Os textos entrelaçam as jornadas pessoais e acadêmicas, mostrando os resultados do trabalho de cada uma e obstáculos enfrentados. Para revelar essas histórias, o projeto foi atrás de pesquisadores que foram influenciados pelas obras dessas mulheres.

Uma das responsáveis pelo programa Mulher e Ciência, a socióloga Maria Lúcia de Santana Braga, afirma que ações como o Pioneiras da Ciência estimulam a participação das mulheres em carreiras científicas. Segundo ela, a presença feminina em algumas áreas, como nas ciências exatas, ainda é tímida. Nas engenharias, por exemplo, a participação das mulheres não chega a 30% dos profissionais em atuação.

Outro desafio, ressalta Maria Lúcia, é ampliar o acesso das mulheres cientistas a cargos de comando. "Atualmente, temos uma igualdade de gênero nas condições de acesso às carreiras, mas precisamos aumentar a presença das mulheres em postos de gestão, o que ainda é desigual."

Com essa nova edição, o Pioneiras da Ciência já homenageou 79 pesquisadoras que tiveram vida acadêmica ativa a partir dos anos 1920.

E o reconhecimento pelo trabalho das cientistas brasileiras terá continuidade. Sugestões de nomes para as próximas edições, com a justificativa pela indicação, podem ser enviadas por *e-mail* para a organização do programa.

Convido os Senadores que estão nos gabinetes ainda para que, se possível, venham para a nossa reunião a fim de que possamos decidir algumas matérias que estão acumuladas.

Esta é uma época terrível, não é Senador Valdir Raupp, porque é época de festas juninas...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não é só esse o problema, Sr. Presidente. É que eles ficaram até de madrugada, acho que 20 ou 30 Senadores, na Comissão Especial do Impeachment.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De novo?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Até de madrugada. Então, acho que esse está sendo o principal problema, é por isso que as comissões estão vazias neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eles têm começado às 2 horas da tarde...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Nem sei a que horas eles começaram ontem, mas sei que, de madrugada, em torno de 1 ou 2 horas da manhã, eles estavam ainda ouvindo as testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Um dia desses eu conversei com o Senador Anastasia, e ele disse que já não dorme nem come.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vi, por volta de 1 hora da manhã, a cara de sono do Moka, com o olho quase fechado. (*Risos.*)

Sr. Presidente, eu queria fazer apenas uma correção. O Diretor da Embrapa em Rondônia é Alaerto. O Uberlando é Reitor do Ifro, o Instituto Federal de Educação. Falei Uberlando, mas é Alaerto o gaúcho de Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, venho dizer que esse consórcio entre agricultura e pecuária que o senhor mencionou já vem acontecendo em Mato Grosso do Sul. Vem acontecendo, sistematicamente, há mais de dez anos e tem dado excelentes resultados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – No Mato Grosso do Sul?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É, e essa é a orientação que se tem.

Trabalho um pouquinho com pecuária e, agora, estou introduzindo, na verdade, um pouco de agricultura, fazendo um *mix,* de modo que observamos o tempo de maturação de cada um do plantio. Se, por exemplo, trabalho com um tipo de capim chamado piatã, que é muito bom, aí planto junto com a acácia e verifico qual é o que tem desenvolvimento mais rápido, e planto, na verdade, esse por último, e o que é mais lento, posteriormente. Os resultados são surpreendentes mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Estado planta a acácia negra com que finalidade?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Por causa do mercado, ótimo mercado. Ele tem realmente uma...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para produção do tanino?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Do tanino, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A base econômica lá é soja, milho, boi e, agora, estamos diversificando mais a matriz produtiva do Estado em geral.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mato Grosso do Sul e o outro Mato Grosso, qual é o que está mais adiantado hoje na criação de gado?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Quem se desenvolveu muito mais foi o Mato Grosso, por causa do tamanho do Estado e tudo mais. E avançou fronteiras...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas os dois juntos se constituem num verdadeiro celeiro de alimentos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso é verdade. Nós exportamos, como o Raupp falou, para a China, para a Rússia, principalmente gado bovino – o nosso é basicamente o nelore, por causa do cerrado e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Senador Eduardo Amorim, temos aproveitado aqui, enquanto não temos quórum para votação, para conversar um pouco sobre os Estados dos integrantes da nossa Comissão. V. Exª não nos falou do Sergipe ultimamente. Como andamos por lá?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sergipe, Sr. Presidente, como alguns outros Estados, não bastasse a crise federal, também passa por uma crise local muito grande, fruto, com certeza, de más gestões. Seu Estado também passa por isso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O nosso é o vice-campeão nisso. O Rio de Janeiro está em primeiro e Rio Grande do Sul está em segundo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – E Sergipe, talvez, em terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Será que é o terceiro?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Guardada a devida proporção. Lá, os salários também estão atrasados, não foi pago o décimo terceiro do funcionalismo público. Há muito tempo que o servidor público não tem qualquer tipo de reajuste, embora a inflação dos últimos anos tenha passado, em muito, a casa dos dois dígitos.

Sergipe é um Estado que sobreviveu muito, sobretudo da exploração do petróleo, da exploração do potássio.

Pois bem, temos notícia de um desemprego enorme, sobretudo naquelas empresas que auxiliam a Petrobras. A Petrobras está fechando campos, está fechando algumas plataformas, ou seja, está havendo um verdadeiro desmonte da Petrobras no nosso Estado. E lembro que foi em Sergipe, sobretudo em águas oceânicas na frente de Aracaju, do Oceano Atlântico, que a Petrobras começou as primeiras explorações, Senador Pedro, no oceano, na segunda metade da década de 60 – para ser preciso na data, em 1967.

E de lá veio todo esse *know-how* que a Petrobras adquiriu ao longo dos anos.

Nós sempre tivemos essa sorte de ter um solo e, sobretudo, um subsolo extremamente ricos em minérios, em gás, em potássio, em petróleo. É de lá que saem os 10% de potássio que nós produzimos em todo o Brasil para a agricultura, para a indústria farmacêutica, para a indústria alimentícia. Os outros 90%, nós, infelizmente, ainda importamos. E estava tudo pronto para que a Vale instalasse lá mais uma unidade mineradora extrativista de potássio, desta vez na apresentação de carnalita, uma mistura de potássio com outros elementos químicos como o sódio, como o magnésio. A obra foi até anunciada pela Presidente Dilma, pelo ex-governador, por diretores da empresa, mas, infelizmente, é mais uma obra que mal teve o começo e o fim chegou de forma muito precoce. Não vemos nada disso concretizado. O que vemos é o País extremamente dependente da importação de produtos, sobretudo o potássio, para os fertilizantes.

Eu disse, em 2011, numa daquelas reuniões do Conselho Político com a Presidente Dilma, que buscar a autonomia, buscar a independência no campo de fertilizantes, principalmente num país agrícola como o nosso, que hoje é o segundo maior produtor de alimentos do Planeta – e possivelmente deveremos ser o primeiro na década de 20, que se aproxima –, é muito importante. Disse que seria até uma questão de segurança nacional que fôssemos buscar essa autonomia, essa independência no campo de fertilizantes. Já pensou se os países de quem compramos não quiserem exportar? Como vai ficar a nossa agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O fertilizante se encontra em que posição na economia sergipana? Quais são os produtos que sustentam a economia de Sergipe?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Nós temos, como disse, um solo e um subsolo ricos. Somos um Estado agrícola, que anda se industrializando também, mas sobrevivemos, durante as últimas décadas, sobretudo dessa extração. Já fomos um dos maiores produtores de laranja e de suco de laranja do Brasil. Hoje somos, com certeza, o segundo maior produtor de grãos, especialmente de milho, do Nordeste, embora o nosso território seja pequeno. Mas vê-se que é um território extremamente fértil não só no subsolo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

mas também no solo, o que nos coloca no *ranking* nacional na posição de grande produtor de grãos e também de suco de laranja...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não há os problemas comuns ao Nordeste, da seca?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Temos, mas o nosso Sertão, o nosso Semiárido não é tão extenso quanto o de outras regiões. Já era para termos resolvido isso, porque lá a geografia nos favorece. Como tudo é relativamente perto, poderíamos ter um rio de concreto, ou seja, um canal, como o Canal de Xingó, ou como se tem em Alagoas, o Canal do Sertão.

Fez-se o canal drenando, levando a água do Rio São Francisco para todo o Sertão alagoano, mas não se fez para Sergipe. Com certeza, foi uma fraqueza política dos últimos governantes do nosso Estado.

Então, o que falta para os sergipanos, com toda certeza, lamentavelmente, são bons gestores, porque nós temos recebido muito pouco do Governo Federal. O que o povo sergipano...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem é que tem recebido bastante, Senador Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Não sei, mas o fato é que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora o Rio de Janeiro vai receber um pouco mais com o pretexto da Olimpíada.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Mas eu dou um exemplo. Dou um exemplo e faço esta comparação com os Estados vizinhos: com certeza, Alagoas recebeu infinitamente mais. Alagoas tem de 120 a 150 quilômetros de canal...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Por que será que Alagoas tem esse privilégio?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Com toda certeza, no mínimo, deve ter um governo estadual que corra atrás e, aqui, forças políticas também que consigam carrear todos esses investimentos. Nós é que paramos um pouco no tempo, o que é muito triste.

Volto a dizer: somos um Estado que já teve a maior renda *per capita* do Nordeste, mas com esse fechamento da Petrobras e de várias empresas, infelizmente, o desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A maior renda *per capita* de todo o Nordeste?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – De todo o Nordeste. Já fomos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quando foi isso?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Há alguns anos, não tão longe assim. Poucos anos atrás. Hoje nós estamos muito endividados. Os governos é que não fazem uma boa gestão, que não fazem a economia necessária, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual é a população de Sergipe?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – De 2,21 milhões de habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De 2,21 milhões.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Volto a dizer: a geografia nos favorece, porque é tudo perto. Daria para ser um exemplo de sucesso, de realização em todos os projetos. Se o cartão SUS não der certo em Sergipe, como vai dar em outros cantos, com uma geografia tão grande?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Muito bem, Senador Amorim. Muito obrigado por suas informações.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu é que agradeço por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estava dizendo aqui, Senador Hélio José, que enquanto não temos ainda quórum, nós vamos conversando aqui sobre os Estados dos nossos integrantes da Comissão. O Senador Hélio José está chegando de Cuba, de Havana. Como está a coisa lá? Está mudando?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está mudando vagarosamente.

Primeiro, queria cumprimentar V. Exª, cumprimentar os Senadores da República, e dizer que eu tive de me ausentar semana passada porque estive tanto em Havana quanto na cidade do Panamá, participando das reuniões do Parlatino. Um dos assuntos que a gente discutiu foi ciência e tecnologia, a importância para os países e para o Estado de valorizar essa importante contribuição da ciência e tecnologia no desenvolvimento.

Cuba está realmente a pleno vapor, caminhando para ter uma abertura gradual. A gente percebe várias mudanças e percebe o entusiasmo do povo para fazer essa transição. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A população se manifesta satisfeita n essa reabertura com os Estados Unidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A gente percebe uma certa satisfação, uma certa expectativa no sentido de fugir daquela mesmice dos 30 CUC todo mundo, daquela mesmice de as pessoas não terem oportunidade de ter uma situação diversificada.

Por outro lado, a gente percebe uma preocupação grande da população com relação a três assuntos: segurança, porque em Cuba, embora haja uma pobreza significativa, não existe tráfico de droga, praticamente não há crime; com a questão da educação e da saúde, a que todo mundo tem acesso. A grande preocupação hoje de Cuba é garantir a possibilidade da abertura para o Ocidente, com os investimentos da iniciativa privada, e preservar essas três importantes áreas, que são segurança, saúde e educação, que realmente são invejáveis na ilha de Cuba.

E eu estive no Rio ontem. Eu tive que ir e cheguei agora do Rio de Janeiro, vim diretamente para cá. Desculpe pelo pequeno atraso, mas fiz questão de vir diretamente para cá.

V. Exª tem sido pontual nas 8h45min. Acho que nós aqui, Senadores, temos que trabalhar para garantir essa visibilidade, podemos estar na TV às 8h45min, começando na terça-feira a primeira comissão. O que precisaríamos, dentro daquela carta que V. Exª fez, com a colaboração de todos nós aqui, é tentar ver um grupo de pessoas que realmente sempre nos garantisse o quórum mínimo para poder trabalhar efetivamente.

Parabenizo muito V. Exª pela dedicação e firmeza com que tem conduzido aqui a nossa discussão nesta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado. Não fazemos nada mais que nossa obrigação.

De fato, nós estamos enfrentando problemas com o quórum. Já procuramos conversar com nossos colegas que integram a Comissão para podermos votar matérias, o que tem sido difícil. Aliás, não é só a nossa Comissão que vem tendo dificuldades de quórum. À exceção da CCJ e da CAE, todas as demais enfrentam problemas de quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria só fazer um comentário, Excelência, a respeito de parabenizar o Governo pela indicação da nossa querida Rose de Freitas para Líder no Congresso Nacional.

Eu tive essa confirmação hoje e fico muito feliz, porque a Senadora Rose de Freitas, que teve um trabalho excepcional na Presidência da Comissão do Orçamento do ano passado, da qual tive o prazer de participar, é um nome conciliador, um nome adequado para essa importante indicação de Líder do Governo no Congresso Nacional, tendo aqui as responsabilidades, junto conosco, de encaminhar as questões relativas às medidas provisórias, relativas às votações que existem no Congresso Nacional. Eu acho que é um nome muito apropriado que foi indicado pelo Governo do nosso querido Michel Temer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Obrigado.

Eu quero pedir aos colegas Senadores que já estão presentes que aguardem um pouco mais, porque, dentro de poucos minutos, nós teremos mais três Senadores, que já avisaram que estão a caminho, de modo que poderemos votar dentro de alguns minutos.

Enquanto isso, Senador Valdir Raupp, V. Exª vai ter um parecer que rejeita a criação da tabela progressiva para anuidades de patentes. A informação que eu tenho é a de que isso tem um custo anual de R$170 mil. Já poderia antecipar alguma informação?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Na verdade, Sr. Presidente, esse relatório já foi feito, eu já o li.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só falta votá-lo na hora em que houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, já foi feito o relatório?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Já foi feito o relatório, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela rejeição.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só falta votar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está na pauta de hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É terminativo, precisamos de quórum.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Posso ler o outro relatório, o do item 19, mas vai precisar de quórum também para votar. É sobre a emissora de rádio de Bonito, no Mato Grosso do Sul, inclusive do Estado do Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vamos, Senador Amorim. al é o tema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, o meu item é o Projeto Legislativo nº 202, de 2015 (nº 1.635, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Agronômica para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.

Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o item 14.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 202, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

V. Exª pode ler. Somente a parte da análise, não é?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

O objetivo, Sr. Presidente, é aprovar o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Agronômica para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 202, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998, que regulamenta a matéria e nem preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade.

Voto.

O nosso voto é pela aprovação da documentação que acompanha o PDS e, portanto, é pela manutenção da outorga à Associação Cultural e Comunitária de Agronômica, na cidade de Agronômica, Santa Catarina, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Amorim, apenas peço a sua permanência para podermos votar daqui a pouco.

A mesma coisa em relação ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Item 19.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Também é emissora de rádio?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De onde?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mato Grosso do Sul. Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mato Grosso do Sul ou Mato Grosso?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mato Grosso do Sul, cidade de Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Que, aliás, tem um nome adequado. Não conheço a cidade de Bonito, mas é uma grande atração turística. O que tem de mais bonito em Bonito, Senador Pedro?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Tem as grutas de Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pode falar ao microfone.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Bonito é uma das cidades mais lindas deste País. Peço desculpas aos demais membros da Federação, mas a cidade foi privilegiada pela natureza. Primeiro, pelas inúmeras grutas. A Gruta Azul é um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São bem conservadas?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – São muito bem conservadas. A população tem um espírito ecológico e 100% da cidade conta com sistema de esgoto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É mesmo?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É verdade. Uma das poucas cidades deste País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual é a população de Bonito?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – A população está em torno de 20 mil habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É mais fácil. Pouca gente para sujar.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É verdade. Água cristalina, azul, é realmente um lugar que todos deveriam visitar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma cidade turística?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É turística.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tem hotéis, tem pousadas?.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Tem mais de 5 mil leitos. É a cidade ideal para grandes congressos e para turismo de eventos. Na verdade, todos os anos, em datas importantes, como o Carnaval, a cidade fica cheia. Temos também o Festival de Bonito, que é bem importante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O nome não foi escolhido por acaso, então?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Alguém que esteve lá, olhou as belezas e nominou esse Município de Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Da mesma forma, quando chegaram os holandeses e deram o nome de Olinda: "Ó linda situação!".

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas eu cometi um erro, Sr. Presidente – foi bom para Bonito a propaganda feita aqui, não é, Senador Pedro Chaves? –: o nome da rádio é Bonito, mas fica na cidade de Anastácio.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Anastácio.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Anastácio, é.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Na cidade de Anastácio, Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Por conta de Anastácio, elogiamos Bonito.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Certamente, é a mesma mantenedora e é por isso que é...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Posso fazer o relatório, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos lá.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 170, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Essa proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 170, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Bonito Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Enquanto isso, vamos compartilhar com todos o acordo que foi feito ontem na reunião dos governadores, que é notícia hoje no nosso *Jornal do Senado*:

> Encontro de Temer, Renan e governadores no Planalto bateu o martelo quanto ao acerto na renegociação das pendências dos entes federados
> Depois de meses de negociação, o Executivo federal aceitou o pedido dos governadores, que propuseram a suspensão do pagamento das parcelas mensais da dívida dos estados até o fim de 2016. Nos primeiros seis meses de carência, o desconto será de 100%. A partir de janeiro de 2017, será reduzido em 5,55% por mês até junho de 2018.
> O anúncio foi feito ontem após encontro do presidente interino Michel Temer e do presidente do Senado, Renan Calheiros, com os administradores estaduais. A renegociação também alonga em 20 anos os pagamentos dos débitos com a União. Além disso, os 14 estados que têm liminares no STF suspendendo o pagamento das dívidas retirarão as ações e quitarão o resíduo ao longo de 24 meses.

Foi um acontecimento importante ontem esse acordo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu acho que foi muito importante. Eu já fui governador e enfrentei momentos difíceis na época da reestruturação dos Estados, inclusive dos bancos também. E nunca tive uma renegociação tão importante como a que aconteceu no dia de ontem. Eu parabenizo o Presidente Michel Temer, a sensibilidade do Presidente Temer. Se eles fizeram isso com a sua equipe econômica, com o Meirelles e tudo o mais, é porque tiveram condições de fazer. Isso é um refresco muito importante para os Estados que estavam em situação difícil. Eu espero que, até o ano que vem, daqui a seis meses, o País já possa pelo menos estar invertendo a curva do declínio, da queda do PIB para um crescimento econômico.

A população brasileira está apostando muito na equipe econômica do Presidente Temer – tanto no Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como no Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e no Ministro das Relações Exteriores, José Serra –, que está dando credibilidade, pelo menos expectativa, e o psicológico do povo brasileiro melhorou muito. Não adianta tapar o sol com a peneira, porque melhorou mesmo. Tenho andado e tenho sentido que a expectativa é positiva neste novo Governo. Espero que os escândalos, as bombas que a cada dia estão pipocando por todo o País cessem um pouco e que o Governo tenha paz para governar, porque, dependendo do grau das dificuldades, governo nenhum consegue avançar. Espero que o Governo Temer consiga avançar.

Essa renegociação com os Estados foi muito boa. Acho que os Municípios podem querer a mesma coisa, mas como haverá eleições este ano, e os Municípios estarão envolvidos com as eleições, isso vai ficar para os próximos prefeitos. Como o Presidente anunciou ontem, há a possibilidade de um Pacto Federativo, da discussão verdadeiramente de um Pacto Federativo, que possa, além de ajudar os Estados, ajudar os Municípios, e que a União também possa começar a ter o seu crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem colocado.

Eu diria que, de fato, é um embrião do que deverá ser o Pacto Federativo, de que tanto se fala e nunca se cria. Foi a primeira boa notícia do ano para os Estados.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, que é importante, nós não temos nenhuma dúvida. Mas, falando numa linguagem médica, sabemos que isso é um analgésico: vai aliviar a dor, mas não vai curar, com toda a certeza. É preciso que não só a União faça o seu dever de casa, mas também os Estados façam o seu devido dever de casa. É incompreensível que alguns Estados insistam e persistam em alguns equívocos, em alguns erros de gestão, ou seja, não procuram e não dão qualidade ao gasto público, ao investimento público, não tendo, muitas vezes, projeto de Estado, mas apenas de governo, projeto de alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas uma das condições, Senador Amorim, para essa renegociação foi estabelecer limites de gastos para os Estados, que também assumiram esse compromisso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Pois é. Outro bom exemplo que o Governo Temer vem dando é limitar o gasto, sem comprometer sobretudo as áreas da saúde e da educação. Espero que assim se concretize e que possamos realmente ter dias melhores, porque o povo brasileiro não merece passar pelo que está passando.

Então, que os Estados também possam fazer o seu devido dever de casa e a economia necessária, que todo cidadão brasileiro está sendo chamado a fazer. Ou seja, os orçamentos domésticos estão cada vez mais apertados. Isso é visível em todas as áreas, sobretudo na parte de lazer, de gastronomia, de culinária. Enfim, não fazer o dever de casa, seria apenas um analgésico. Sem tratamento, logo, logo, a dor volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De qualquer maneira, o senhor que é médico, quando se toma um analgésico, há o alívio imediato da dor, mas não se cura a doença. Restaura-se um pouco de energia para continuar a luta. O negócio é saber quanto tempo vai durar o efeito desse analgésico.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Espero que os Estados façam o dever de casa. Assim como o seu Estado, o meu Estado é um dos que ainda têm um banco estadual, um banco de desenvolvimento, um banco de fomento. Então, que os Estados diminuam realmente o gasto inapropriado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mais uma nota. Esta não é agradável:

> O Brasil é o país com mais servidores disponíveis para golpistas da internet. O Brasil é o país campeão em quantidade de servidores invadidos, controlados remotamente por *crackers* no mundo e então alugados para prática de cibercrimes. O País concentra 9% desses equipamentos no mundo, à frente de China (7%), Rússia (6%), Índia e Espanha (ambos com 5%).
> Uma vez invadidos, os *crackers* criam ferramentas para vender espaço nesses servidores a golpistas, que pagam módicos US$6 a US$8 pela utilização, usando Bitcoins. (...) Por esse valor, é possível obter acesso aos dados hospedados no servidores, usá-lo como porta de entrada a redes corporativas ou governamentais, ou para executar ataques maliciosos na internet.
> A descoberta foi feita por um provedor de acesso europeu, em conjunto com [uma empresa da Rússia, especializada em segurança e programas antivírus.]

É uma pena, mas é um título que o Brasil tem, um título negativo.

Outra nota:

> Vencedores do Act in Space Brasil participam de final na França.
> Entre os dias 28 e 30 de junho, Anderson Sant'Anna, Renan Alves, Rodrigo Wuerdig e Wagner Yamada, alunos da Escola de Engenharia e da Faculdade de Informática (Facin) da PUCRS e vencedores do Act In Space Brasil, participam do Toulouse Space Show, na França. O evento é a final internacional do Hackathon Act in Space, que ocorreu em maio no Tecnopuc, sendo Porto Alegre a única cidade brasileira a sediar o evento.
> O grupo de alunos da PUCRS conquistou a vitória na etapa brasileira com um projeto de minigeradores de energia eólica, que utiliza o vento para gerar energia elétrica para uso residencial. O projeto vencedor da final mundial em Toulouse ganhará um passeio no ZeroG, avião de microgravidade do Centro Nacional de Estudos Espaciais da França. Os alunos também ganharam um período de pré-incubação no espaço MicroG Empreendedor, localizado na empresa Toth Tecnologia, sediada no Tecnopuc. O grupo ainda participará do Startup Garagem, programa de modelagem de negócios da Incubadora Raiar da PUCRS.
> Gustavo Dalmarco, professor da PUCRS e que irá acompanhar os estudantes no evento, afirma que eles têm potencial de conquistarem o grande prêmio. "A equipe está sendo preparada tanto na área técnica, com apoio do Laboratório de Eficiência Energética e do Centro de Microgravidade, quanto na área de negócios, através do Núcleo Empreendedor, todas unidades da PUCRS", conta Dalmarco, que fará parte do júri que avaliará os projetos na final. Ele salienta que a área de formação dos alunos, nos cursos de Informática e Engenharia, é propícia para aplicações multidisciplinares, favorecendo a participação neste tipo de evento.
> A parceria da PUCRS com o Act in Space, segundo Dalmarco, torna a Universidade um agente de estímulo ao empreendedorismo aeroespacial.

Mas nós estamos com dificuldade, definitivamente. Será que isso se deve às Festas Juninas? Será que, a exemplo dos Deputados, que estão vindo – se é que todos estão vindo – apenas hoje e amanhã, para retornar às suas bases, os Senadores também estão se preparando para pular a fogueira, Senador Pedro?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Graças às diligências da Secretária da Comissão, a Srª Égli, nós não obtivemos o quórum físico, mas obtivemos o quórum de assinaturas. Ela foi em busca de assinaturas em outras comissões e nós temos condições de votar cinco.

O Senador Hélio José está por aí e poderia ser o primeiro a nos apresentar o relatório. Depois dele, o Senador Aloysio, e eu pediria ao Senador Pedro para apresentar os itens 9 e 10.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Itens 9 e 10?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, V. Exª é o item 8, Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o comunicado de alteração de controle societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3, de 2015, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 32, de 2015, (Ofício nº 60, de 2015, da Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Jornal Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

Feito o relatório, verificada a constitucionalidade e análise meritória, vamos ao voto.

Em vista do exposto na análise, voto pelo arquivamento do Ofício "S" nº 32, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Jornal Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Leopoldina, no Estado de Minas Gerais.

Então, o voto, Excelência, é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 32, de 2015

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pelo arquivamento.

(É o seguinte o item arquivado:

ITEM 8
OFICIO "S" Nº 32, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal Ltda., no município de Leopoldina - MG.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.)

A pedido da Liderança do Governo, eu quero retirar de pauta o item 3, de que sou relator, que diz respeito a acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais.

O relatório é pela aprovação, mas, a pedido do Líder do Governo, Senador Aloysio, retiramos de pauta o item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDR;
2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.)

Da mesma forma, o Relator Fernando Bezerra Coelho pede a retirada de pauta para reexame do item 1.
(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a internet como veículo de publicação.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.)

O item 2, do Senador Cristovam, é adiado.
(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.

Autoria: Deputada Flávia Morais
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.)

O item 4, também do Senador Hélio José, é retirado de pauta a pedido de S. Exª.
(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta
Observações:

A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.)

O item 5 é do Senador José Medeiros, também retirado de pauta a pedido do Relator.
(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação, com a Emenda que apresenta
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa;
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.)

O item 6, do Senador Valdir Raupp, que é terminativo, é adiado.
(É o seguinte o item adiado:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2011
- Terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;
2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE;
3) Em 22/03/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;
4) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016, 10/05/2016, 17/05/2016 e 31/05/2016.)
O item 8 já foi lido pelo Senador Hélio José.

Então, vamos ao item 9, com a relatoria *ad hoc* do Senador Pedro Chaves, já que o titular, o Senador Aloysio, não está presente.

Item 9, Senador Pedro Chaves.

ITEM 9
OFICIO "S" Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2015, da Empresa Destak Brasil Editora S.A.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, trata-se de processo oriundo da missão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23, de 2015,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 78, de 2015 (Ofício nº 481 de 2015, na Câmara dos Deputados), por meio do qual a empresa Destak Brasil Editora S.A. comunica a alteração de seu controle societário.

Vamos ao voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 78, de 2015, por meio do qual a Empresa Destak Brasil Editora S.A. comunica a alteração de seu controle societário.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem qualquer objeção, aprovado o seu parecer.

Passo, então, Senador Pedro Chaves, ao item 10, de relatoria do Senador Cristovam.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, trata-se de matéria também oriunda da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2015 (nº 1.103, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Mampituba FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, de 2015, evidenciou que a outorga em questão pode se encontrar vencida por falta de renovação referente ao período de dezembro de 2000 a dezembro de 2010, e considerando que o pedido de renovação relativo a esse período foi intempestivo, não observando o prazo legalmente estabelecido, o voto é pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, a fim de instruir o projeto:

Requerimento nº , DE 2015

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da outorga da permissão outorgada à Mampituba FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina, a partir de 21 de dezembro de 2000, aprovada, no âmbito do Ministério das Comunicações, pela Portaria nº 821, de 20 de dezembro de 2007:

a) foi encaminhada mensagem presidencial submetendo à apreciação do Congresso Nacional a Portaria nº 821, de 20 de dezembro de 2007, do Ministério das Comunicações?

b) sob que fundamento legal o pedido de renovação da permissão em questão, apresentado intempestivamente pelo interessado, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?

Sala da Comissão.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem.

Em votação, portanto, o encaminhamento do processo dessa emissora chamada Mampituba, na cidade de Sombrio, que é uma cidade bastante próxima do Rio Grande do Sul, encaminhado para mais informações do Ministério das Comunicações.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem objeções, aprovado o voto do Senador Pedro Chaves, na condição de Relator *ad hoc*.

Eu vou pedir ao Senador Flexa,... Primeiramente, tudo em dia no Estado do Pará? Alguma novidade por lá? Discutimos muito hoje aqui, Senador Flexa, sobre a situação do Estado do Mato Grosso do Sul, de Sergipe e de Rondônia. É uma praxe que temos adotado, aproveitando, às vezes, a falta de quórum para sabermos como andam seus Estados.

Alguma novidade por lá? Precisou também de acordo com o Governo Federal ou é um Estado sem dívidas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Lasier, Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer a oportunidade de usar a TV Senado para falar do meu Estado do Pará.

O Estado do Pará, na administração competente e correta do Governador Simão Jatene, é um dos menos piores, como eu digo, porque ninguém está bem. Então, é um dos menos piores. Lógico, as dificuldades são grandes, queda de arrecadação transferida, queda de arrecadação própria, porque a economia lamentavelmente ainda não entrou em recuperação, e espero que isso aconteça em breve. Todos nós queremos o Brasil de volta ao caminho que estava quando foi entregue ao PT, que destruiu o País em treze anos e meio. Como lhe digo, é um dos Estados de menor endividamento do Brasil, o segundo menor em endividamento, com apenas 12% da sua receita corrente líquida em endividamento, podendo chegar a até 200%.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mais ou menos como Santa Catarina e Espírito Santo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim. Então, o que o Governo Federal concedeu aos Estados, na negociação das suas dívidas, não vou dizer que não trouxe benefício ao Pará, porque o valor que vai deixar de ser pago mensalmente, nestes seis meses, pelo Estado do Pará, é algo em torno de R$25 milhões, Senador Pedro. É muito pouco.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Também acho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Há Estados cuja parcela é de bilhões. A parcela que deixará de ser paga pelo Pará, nestes seis meses, é algo em torno de R$20 milhões e R$25 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É importante destacar, Senador Lasier, que o Brasil é um continente, e um continente cheio de desigualdades. Existem muitas diferenças, mas as diferenças são boas. A diferença do Rio Grande do Sul para o Pará deve ser mantida, o chimarrão lá, o açaí aqui. Então, deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – As tradições continuam iguais. O problema são os declínios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora, as desigualdades...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Rio Grande do Sul, em toda sua história, nunca esteve ao rés do chão econômico como agora. Nunca houve nada igual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pensei que V. Exª fosse usar aquela frase que não deve ser repetida: nunca dantes na história deste País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nunca na história deste País, o Rio Grande do Sul esteve tão mal. Nunca.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas eu digo que deveriam ter tratamentos diferenciados. Quer dizer, vamos atender os Estados que estão necessitando de socorro imediato. Agora, aqueles que fizeram o dever de casa... Vou fazer um pronunciamento hoje. Estou comparando isso a uma grande farra. Alguns Estados fizeram farra durante algum tempo e estão de ressaca agora. Agora, os que não fizeram farra, ficaram fazendo o dever de casa,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa é a injustiça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aí, agora...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vão ter que pagar pelos outros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não digo nem pagar pelos outros. Eles deveriam ter, pelo menos, um tratamento diferenciado. Que tipo? Se o Estado do Pará tem 15% da sua receita corrente líquida em endividamento e pode chegar a 200%, então tem que abrir para esses Estados que não ssaram financiamento por vários motivos, entre eles o partidário, que se abra financiamento agora para e possa gerar emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O Estado do Pará tem quatro financiamentos tramitando no Governo e não andam. Esse tratamento diferenciado é que o Governo Federal tem que dar.

Eu agradeço a V. Exª. O Estado precisa de apoio, como todos os outros Estados. E tenho certeza de que o Rio Grande do Sul é solidário ao Pará, como Mato Grosso do Sul também, e o Pará é solidário ao Rio Grande do Sul e ao Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Aproveitando, já que está com a palavra, Senador, vou lhe pedir a gentileza de fazer uma relatoria *ah doc* no meu lugar. Sou o relator do Item 7, que também é uma emissora, a Editora o Estado do Paraná S/A.

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 15, de 2015
- Não terminativo -

Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.

Autoria: EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, primeiro, quero lhe agradecer, é uma grande honra ser Relator *ad hoc* de um parecer feito por V. Exª.

Vou apenas fazer a leitura do seu relatório.

A Editora O Estado do Paraná S.A., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, encaminhou ao Congresso Nacional declaração de composição de seu capital social, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. O documento foi registrado, nesta Casa, como Ofício "S" nº 15, de 2015.

Protocolada no Senado Federal em 2 de março de 2015, a declaração informou que a empresa contava com 90 (noventa) acionistas, sendo que 99,99851514% – oito decimais, dá quase uma dízima periódica, e iria ao infinito – das ações eram detidas pela FCP Participações Ltda. A documentação encaminhada não mencionou, entretanto, a nacionalidade de seus acionistas, atendo-se, exclusivamente, à descrição do capital social da empresa. Tampouco, informou a composição do capital social da FCP Participações Ltda., acionista majoritária da editora – e coloca majoritária nisso, 99,99851514%.

Para sanar essas lacunas, esta Comissão aprovou, em 15 de dezembro de 2015, parecer de minha autoria que propôs o sobrestamento do exame da matéria até o recebimento das informações necessárias a seu deslinde.

Nesse sentido, a CCT enviou à Editora O Estado do Paraná S.A. o Ofício nº 279/2015-CCT, também do dia 15 de dezembro de 2015, por meio do qual foi solicitada a apresentação, pela empresa, da composição do capital social de sua acionista majoritária, a FCP Participações Ltda., bem como de informações acerca da nacionalidade das pessoas físicas que, direta ou indiretamente, detivessem participação em seu capital social.

Em resposta ao requerimento encaminhado, a empresa, em documento datado de 22 de dezembro de 2015, apresentou o quadro societário da FCP Participações Ltda., declarando que todos os sócios que, direta ou indiretamente, detêm participação do capital social de sua controladora são brasileiros natos.

A matéria foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, entre outros.

A Lei nº 10.610, de 2002, dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o §4º do art. 222 da Constituição. Em linha com o mandamento constitucional, o art. 2º do referido instrumento legal restringiu a trinta por cento a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão. Exigiu ainda que tal participação se dê somente de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

Também determinou, em seu art. 3º, que as alterações de controle societário de empresas jornalísticas e radiodifusão sonora, sons e imagens sejam comunicadas ao Congresso Nacional. Estabeleceu, ainda, que caso das empresas de radiodifusão, a comunicação será de responsabilidade do órgão competente do Po-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

der Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade das próprias empresas.

No caso em tela, a documentação complementar encaminhada ao Congresso Nacional pela Editora *O Estado do Paraná S.A.* demonstrou que sua acionista majoritária, a empresa FCP Participações Ltda. é controlada pela Convergência Participações S.A., cujos sócios são Cristina Maria Cunha Pereira, Francisco Cunha Pereira Neto, Guilherme Doring da Cunha Pereira e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, todos brasileiros natos. A nacionalidade dos sócios, que detêm, cada um, 25% das ações da Convergência Participações S.A., foi comprovada pelo encaminhamento de cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade.

Assim, entendemos que as exigências previstas nos §§1º e 5º do art. 222 da Constituição Federal, bem como no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, foram cumpridas.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 15, de 2015, que comunica a composição do capital social da Editora O Estado do Paraná S.A., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão o voto do Item 7. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem qualquer reparo, está aprovado.

Quero pedir a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, apenas para ler o item 11, e deixamos para votar na próxima reunião, adiamos, a pedido do Senador Cristovam.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, com base no art. 73, combinado dom o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação com a finalidade acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que "Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015", a qual ficou conhecida como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Observações:)

Então, faremos a leitura dos itens: 12, que é de relatoria do Senador Aloysio; 13, de relatoria do Senador Cristovam; 15, de relatoria do Senador José Agripino; 16, de minha relatoria; 17, de relatoria da Senadora Rose de Freitas; 18, de relatoria do Senador Sérgio Petecão; e 20, de relatoria do Senador Aloysio. Apenas a leitura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O 20 já foi lido.

Então, são os Itens 12, 13, 15, 16, 17 e 18. O 19 já foi lido também.

Então, podemos começar pelo Item 12.

Emissora de São Paulo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, farei a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E vamos votar em bloco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... das ementas e irei direto ao voto de todos tens: 12, 13, 15, 16, 17 e 18.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Item 12. Trata-se do PDS 235, de 2015, que encaminha o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional do Meio Ambiente e de Radiodifusão de Sorocaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O item 13...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É do Ceará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Versa sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2015 (nº 902, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Flor do Campo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.

O item 15 trata...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bonito o nome da emissora, Flor do Campo. Qual é a cidade?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Cidade Novo Oriente, no Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 15 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2014 (nº 1.293, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí.

O item 16...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É do Rio Grande do Sul.

Peço-lhe *ad hoc*, porque eu serei o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Do Estado de V. Exª, que tão bem representa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bondade sua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os seus elogios são suspeitos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, é reconhecimento do trabalho e...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... da competência de V. Exª,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como a nossa amizade, obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... e como defende o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil.

O item 16 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2015 (nº 1.474, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Desenvolver Sagradense (Asscom Sagradense), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul.

Bonito nome também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É um Município pequeno, é um Município novo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Novo de 18 anos, pelo menos, porque, há 18 anos, não se cria Município neste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato, é dos recentes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já aprovamos dois projetos de regulamentação da lei, permitindo o retorno às assembleias para a criação, ou emancipação, ou fusão de Municípios, e os dois foram vetados: um pelo Presidente Lula, outro pela Presidente Dilma.

Os projetos eram do Senador Mozarildo Cavalcanti. Ele não se reelegeu nesta legislatura. E, conversando com ele, pedi autorização para reapresentar o projeto.

Eu o fiz, aprovei no Senado por unanimidade; todos eles foram aprovados por unanimidade. Está na Câmara, e espero que seja aprovado, e que não seja vetado, para que, pelo menos, não se possa ser como era antes, criar-se Município sem nenhuma regra; agora, está regulado. Então, há necessidade de se ter Município.

O meu Estado do Pará tem 1.284 mil quilômetros quadrados e tem 144 municípios. Então, há Municípios lá que...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só 144?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só... (*Risos.*)

Bom que V. Exª disse só... Há Municípios no Estado do Pará...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sabe quantos Municípios tem o meu Estado? Quatrocentos e noventa e sete Municípios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E Minas tem oitocentos e pouco.

E há um Município no Pará que é o maior Município do mundo, Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É conhecido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, conhecido por Belo Monte, pela usina, que não fica em Altamira; fica em Vitória do Xingu, o Município vizinho. Há um Distrito, Presidente, que tem em torno de 20 mil habitantes, Castelo de Sonhos, que fica a 1,1 mil quilômetros da sede do Município. Então, como é que o Prefeito pode administrar um Distrito desse, com 20 mil habitantes? Porque há Município no Brasil com 1 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E certamente nem há voo para lá. Não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, é a Transamazônica, ou melhor, a 163.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, é muito difícil. Vai a este Município uma vez por ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Prefeito?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, o Governador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Governador eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Fica a 1 mil quilômetros?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, 1,1 mil quilômetros da sede do Município.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah! O Distrito fica na sede.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Da sede.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, o Prefeito nunca vai lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – São 1,1 mil quilômetros.

Da capital, há pelo menos 1 mil quilômetros a mais, para se chegar à sede.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tudo é muito longe, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lá contamos a distância por horas de voo de jato.

V. Exª vai estar no Pará em setembro...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... com a Comissão. Então, V. Exª sai de Belém, para ir à Santarém, no rumo oeste, e, em uma hora de jato, está dentro do Pará ainda, não chega ainda ao Amazonas, ainda falta um pouco, uns 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para visitar os Municípios paraenses, tem que ficar lá um mês, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É pouco, é pouco! (*Risos.*)

Se for para o sul, em uma hora de jato, chega a Marabá, está no meio do caminho ainda. Então,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É incrível. É outro país. Não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu brinco sempre com os nossos colegas de...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu só imagino o que é uma campanha eleitoral no Pará. Haja fôlego!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto, eu brinco com os nossos colegas, dizendo: eu queria fazer campanha política em Sergipe, em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Em Sergipe, há 200 quilômetros,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Faz num dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... e passou o Estado todo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Faz campanha num dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E passou o Estado todo. Com 200 quilômetros, você não sai quase da área metropolitana de Belém.

Mas vamos ao item. Estávamos falando na Sagrada Família, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Município de Sagrada Família.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Item 17.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, o meu é o 16.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já foi lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já foi. Então, vamos ao item 17, da Senadora Rose de Freitas, quanto a uma rádio do Espírito Santo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

Trata do encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2014 (nº 888, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ibiraçu FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse pedido de renovação está há dois anos circulando aqui no Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, 2013.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Há mais de dois anos.

Qual é o seu voto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, ainda falta aqui o item 18, cujo Relator é o Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, nós estávamos no item 17, que é do Espírito Santo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou ler o voto de todos ao mesmo tempo. Todos são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Todos ao mesmo tempo, sim. Todos são pela aprovação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

E, finalmente, o item 18, de relatoria do Senador Sérgio Petecão, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2015 (nº 94, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Todos esses projetos encaminhados de outorga e renovação, no exame das suas documentações, que acompanham os diversos projetos, não evidenciaram violação da legislação pertinente. E, também, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juricidade e técnica legislativa, opino pela aprovação de todos os atos, tanto os de outorga como os de renovação dos itens referentes ao PDS 235, de 2015; PDS 120, de 2015; PDS 141, de 2014; PDS 243, de 2015; PDS 170, de 2014; e PDS 336, de 2015.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós ficaremos apenas na leitura porque não há quórum para votar, e agradeço muito a sua contribuição, Senador Flexa.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE – ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 170, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 336, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.

Dito isso, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião ante-
e a da 18ª Reunião, realizada em 7 de junho deste ano de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicados no *Diário do Senado Federal* ,juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Agradeço a colaboração dos Senadores que puderam vir hoje à nossa reunião e desejo que tenhamos mais quórum na próxima reunião, a fim de colocarmos em dia os projetos que hoje foram transferidos.

Está encerrada a reunião de hoje.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 13 DE JUNHO DE 2016, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3

Às dezoito horas e cinquenta e três minutos do dia treze de junho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Gladson Cameli. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Ricardo Franco e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada a debater o "Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo legislativo", em um ciclo de audiências públicas sobre "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro", em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como convidados o senhor GUILHERME BRÜGGER D'AMATO, Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; o senhor SÉRGIO SOARES BRAGA, Professor da Universidade Federal do Paraná; o senhor THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília; e o senhor GIL GIARDELLI Colunista da Revista Você S/A e da BandNews FM. Em seguida, convidou os expositores a comporem a mesa e fez uso da palavra para proferir discurso. Após a exposição dos convidados, o Presidente leu participações de cidadãos que chegaram por meio do Portal e-Cidadania e Alô Senado, concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a reunião para que fizessem questionamentos e aos expositores para que respondessem aos questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às vinte e duas horas e três minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Boa noite a todos! Boa noite, pessoal!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Aqui vocês têm direito de falar também, viu?

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Hoje encerraremos o ciclo de quatro audiências destinadas a debater a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro, em atendimento aos Requerimentos nºs 6, de 2015, e nº 7, de 2016, da Comissão Senado do Futuro.

Como já foi informado nas audiências anteriores, esclareço que este tema, em função de sua relevância para o Senado Federal, será avaliado por esta Comissão, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre a competência das Comissões Permanentes em avaliar políticas públicas.

Como Relator da matéria, apresentarei em breve um relatório que será submetido à discussão e votação desta Comissão.

Esta última audiência tem como tema "Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação no Processo Legislativo", com foco nas seguintes questões: como as tecnologias de informação e comunicação afetarão o processo legislativo no Brasil e no mundo, considerando os aspectos da participação social, agilidade em legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas jurídicas emanadas e transparência.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Guilherme Brügger D'amato, Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados, a quem eu já quero convidar para estar aqui conosco; o Sr. Thiago Luis Santos Sombra, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); o Sr. Carlos Marcos Batista, Professor do Instituto de Ciência Política da UnB, que foi também meu professor na pós-graduação; o Sr. Sérgio Soares Braga, Professor da Universidade Federal do Paraná; e o Sr. Gil Giardelli, colunista da Revista *Você S/A* e da BandNews FM.

Antes de conceder a palavra aos expositores, gostaria de ressaltar, mais uma vez, que este ciclo de audiências públicas se insere na competência regimental da Comissão de aprimorar a atuação do Senado Federal.

Nesse sentido, estamos buscando possibilitar o debate acerca do futuro do processo legislativo, que será de base para a construção do próximo programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares a ser desenvolvido pelo Prodasen e pela Secretaria-Geral da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Como aconteceu nas três audiências anteriores, um grupo de servidores da Secretaria-Geral da Mesa, Prodasen e Consultoria Legislativa se reunirá amanhã, às 10h, em uma oficina para aprofundar o debate que promoveremos agora.

Nesta oficina, teremos a honra de contar com a presença dos seguintes expositores que aqui se encontram: o Sr. Guilherme Brügger D'amato e o Sr. Sérgio Soares Braga.

Para iniciar o debate, gostaria de dizer que as tecnologias de informação e comunicação têm possibilitado maior aproximação dos cidadãos com o Parlamento. As mídias sociais proporcionaram uma mudança de paradigma. Antes, as pessoas consumiam passivamente informações fornecidas pelos grandes veículos de comunicação, como televisão, rádios, jornais, revistas, etc. Agora, com uma postura ativa, qualquer pessoa pode criar conteúdo e formar opinião, diversificando e democratizando a troca de informações e conhecimento.

Essa revolução alcançou o Parlamento, podendo ser percebida na interatividade das audiências públicas, assim como na organização da sociedade para propor ideias legislativas e influenciar as decisões do Parlamento a partir das opiniões registradas sobre os projetos em tramitação na Casa.

Quero ressaltar ainda que este ciclo de debates tem como objetivo fundamental avaliar os impactos que essas mudanças de paradigma produzem no processo legislativo. A partir desta avaliação, poderemos pensar no processo legislativo do futuro.

Ressalto que, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou também ligando para o número 0800-612211. Vou repetir: no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

De acordo com os §§2º e 3º do art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por quinze minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, por mais três minutos, pelas Srªs e pelos Srs. Senadores, bem como pelos servidores e cidadãos que se inscreveram junto à Secretaria e que estão aqui hoje.

A palavra será concedida, de forma intercalada, entre Senadores e demais participantes.

Para começar, vamos diretamente passar a palavra ao Sr. Guilherme Brügger D'amato, Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados.

Como já foi informado, cada um dispõe de quinze minutos para a sua apresentação, com mais três minutos de tolerância.

O SR. GUILHERME BRÜGGER D'AMATO – Sr. Presidente, colegas da Mesa, senhoras e senhores, boa noite.

Agradeço o convite. É uma honra poder falar sobre este assunto aqui no Senado. Trago a satisfação de ter assistido às audiências anteriores em que foram tratados, por colegas professores, doutores e especialistas, assuntos de grande relevância, como participação popular, indicadores de atividade legislativa, qualidade de leis, e assuntos também interessantes relacionados às duas Casas legislativas, a Câmara e o Senado, colocados aqui pelos Secretários-Gerais, lembrando da época em que tínhamos tudo feito em papel, tudo datilografado.

Conversei com alguns colegas da Câmara, que recordaram situações, como na Constituinte, por exemplo, em 1987 e 1988, em que cópias datilografadas eram espalhadas pelos corredores das comissões, pelo chão, à noite, e selecionadas a dedo; dezenas de metros de papel impresso espalhados pelo chão. Imagino o caos que deve ter sido esse momento.

Seguindo aqui, como muito bem pontuado pelo Presidente, um dos propósitos dessas audiências públicas seria o estabelecimento de uma parceria da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal com o Prodasen, a Secretaria de TI, para a evolução dos sistemas legislativos para o futuro.

Então, vou colocar aqui a minha visão de futuro e vou falar da minha área de conhecimento, a minha atuação como servidor público, como dirigente e gestor da área de tecnologia na Câmara dos Deputados.

Vou fazer um breve histórico da informática na Câmara dos Deputados. Nós temos o Centro de Informática na Câmara dos Deputados, um departamento criado em 1997, dando seguimento, no final dos anos 90, ao surgimento do Sileg, que é o Sistema de Informações Legislativas.

Como eu disse, nós tínhamos tudo isso em papel. Eu fico imaginando a época em que o Secretário-Geral da Mesa recebia uma série de pedidos para estatísticas principalmente. Imaginem, quando se chega ao final de uma legislatura, alguém diz que quer saber de todas as proposições que trataram de determinado assunto. Nós temos hoje 20 mil proposições em tramitação na Câmara – pouco mais de 21 mil, mais de 20 mil. Imaginem o caos para se procurar isso nas fichas e encontrar essa informação. E quando acaba de se levantar essa informação, vem outra pessoa e pede todas que foram apresentadas por mulheres. Aí vamos lá contar tudo de novo.

Bom, aí começaram a surgir, no final da década de 90, os primeiros computadores, a famosa informação da Câmara, ligados em rede, que foram dando origem a outros sistemas. Tivemos sistemas triviais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

gestão de processos de trabalho, sistema de folha de pagamentos, gestão de patrimônio e os bancos de dados de Deputados e legislação. Aí, sim, foram o embrião para o surgimento do que existe hoje, por exemplo, em dados abertos. Informações sobre biografias de Deputados, sobre a atividade parlamentar, discursos, proposições e tramitação começaram a surgir.

Mais recentemente, em 2014, pontuei ali também o processo administrativo eletrônico. Já seguindo o Senado, um pouco depois, a Câmara também evoluiu para o processo administrativo, que há 190 anos era feito em pastas de papel, mas agora está sendo implantado 100% eletrônico. E mais recentemente, de 2013 a 2016, lançamos aplicativos para dispositivos móveis, um aplicativo de notícias e o aplicativo Infoleg, que traz todas as informações sobre a atividade legislativa na Câmara.

Nesses 19 anos de história, nós tivemos também o lançamento, a construção e a evolução do portal em internet, que traz informações administrativas, informações de pessoal, levando em conta que o assunto em pauta dá transparência ao processo legislativo. Então, lá está toda informação sobre tramitação de proposições, disponibilização de discursos, votações, resultados. Enfim, esse assunto já foi amplamente discutido aqui pelos Secretários-Gerais, como eu falei anteriormente, mas também os dados abertos; vou falar um pouco mais de dados abertos depois, na sequência.

É interessante, e eu trouxe, como eu falei, não a opinião de um especialista nesses assuntos, mas sim a de gestor de um órgão, vendo essas tecnologias, essas tendências – na verdade, nem são tendências, mas pura realidade. Vou falar um pouco disso associado à nossa realidade para que eu consiga chegar exatamente ao objetivo da minha fala.

Como é que nós vemos tudo isso? Como eu falei recentemente, nós já temos dois aplicativos para dispositivos móveis com foco em transparência e comunicação. Hoje em dia, esses dispositivos estão na mão de todos. Temos mais dispositivos móveis que habitantes no Brasil e em muitos países.

A internet das coisas. Nós perguntamos: o que é isso? Vamos usar coisas ligadas à internet? Bom, hoje nós fazemos coisas como virar o pulso e conversar com o relógio sobre assuntos do nosso dia a dia: o que eu vou fazer amanhã, como está o tempo, quanto tempo vou levar para chegar a casa.

Aplicativos de mensagens, que, segundo os especialistas, seriam o futuro da comunicação hoje, são o meio de comunicação que gera mais interatividade, com alguns trilhões de mensagens por dia.

Redes sociais. Também, para muitos, são consideradas a espinha dorsal da internet no que diz respeito à interação e comunicação entre pessoas. É até interessante pensarmos nos Parlamentos indo para as redes sociais, nos Parlamentares usando redes sociais para a comunicação. Qual é a nossa função? Como fomentar o uso dessas redes sociais? Como muito bem colocado aqui pelo colega Cristiano Ferri, do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, quais são os temas que realmente podem ser discutidos em redes sociais?

Como filtrar o ruído, como tirar os chamados *flames*, os *trolls* e tantos outros termos que existem para designar os ruídos que são gerados nas redes sociais para assuntos polêmicos, até que se consiga chegar, por exemplo, a uma democracia direta, 100% digital?

Vamos falar sobre Big Data – na boa pronúncia em português, *big data* é o termo original em inglês. Como o Governo, como a Administração Pública trata esses dados? Como a sociedade vai poder tirar algum proveito desses dados? E quando se fala em Big Data não estamos falando só em dados estruturados em texto, bonitinhos. Digamos que estivéssemos falando sobre a legislação de trânsito. O Big Data poderia representar um sem-número de coisas, desde autos de infração lavrados até imagens de câmeras de trânsito e avaliação desses dados para que se tomasse uma decisão e se identificasse se determinada legislação foi bem recebida e produziu um bom resultado ou não.

Por último, quero colocar a nuvem. Hoje, sabemos, a Câmara e o Senado participam de alguns grupos de discussão de tecnologia no serviço público. Nós sabemos que a adoção da nuvem ainda não é tão intensa no serviço público, mas quais são as utilidades, como nós podemos usar a nuvem no serviço público para gerar benefício e economia?

Bom, em um primeiro momento, nós repetimos aquilo que falamos no eslaide anterior sobre transparência em portal internet, em dados abertos. Imaginem que nós consigamos fomentar, na sociedade, nas organizações não governamentais, na própria mídia, que é grande consumidora de dados abertos, a utilização desses dados para construção de aplicativos. Como é que nós vamos dimensionar os nossos *datacenters*, a nossa infraestrutura, nossos *links* no serviço público, usando dinheiro público, para esses serviços, para entregar esses dados?

Bom, sempre fui um defensor de que o serviço público não deve ser um produtor de *software*, a não ser daquele específico para sua finalidade, como, no caso, o processo legislativo. Nós devemos produzir, sim, a informação o mais detalhadamente possível e fornecer, entregar essa informação para que a sociedade consiga consumir. Como fazer isso se não na nuvem, de uma forma econômica, ou seja, com uma escalabilidade *ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

hoc, digamos, algo que consigamos fazer crescer e reduzir sem ter que gastar rios de dinheiro com equipamentos, com profissionais, com infraestutura de *link* em internet, que pode vir a ficar ociosa boa parte do tempo?

Agora eu quero colocar aqui uma provocação para chegar ao ponto final da minha apresentação. Vemos a imagem de dois indivíduos fazendo uma refeição, conversando por algo que parece ser um *tablet*. Hoje em dia, usamos o Skype no iPad. Tem exatamente aquela cara ali. Podem perguntar: "Poxa, Guilherme, o que tem de revolucionário essa imagem?". Essa imagem, não sei se todos conhecem, é do filme "2001 – Uma Odisseia no Espaço", que estreou no cinema em 1968. Em 1968, 48 anos atrás, nós tínhamos duas pessoas conversando com uma terceira pessoa através de um *tablet*.

Essa imagem, a próxima, é de uma quarta-feira, dia 1º de junho de 2016: Deputado Giacobo, 2º Vice-Presidente da Câmara, presidindo a sessão plenária com um *tablet*, acompanhando a pauta e o andamento da sessão, vendo informações importantes ali no *tablet*. Qual a diferença daquela imagem para esta? São 48 anos de evolução. Houve uma visão e hoje em dia não há dúvida: o que for pensado vai ser construído. Então, é óbvio que, naquele momento, quem criou aquilo ali o fez como uma obra de ficção, pode ser até anterior, não tenho registro de nada anterior a isso. Pode ter sido anterior a isso a identificação desse equipamento, mas criou-se já, hoje em dia, o *tablet*, um equipamento de uso geral. Temos uma infinidade de usos para ele.

Aonde eu quero chegar com essa provocação? Ao fator central, na minha perspectiva, de como a tecnologia vai influenciar em algo no processo legislativo: através das pessoas. Qual é a diferença? Os equipamentos vão estar disponíveis, o *software* vai estar disponível, o *hardware* vai estar disponível. Então, nós precisamos de pessoas. Nós precisamos de pessoas motivadas, precisamos de pessoas capacitadas. Nós temos de ter política de gestão de talentos, nós temos de ter capacitação não só tecnológica, mas também no processo legislativo.

Eu lembro que, quando eu era mais jovem, meu pai, cidadão médio brasileiro que se dividia entre o trabalho, a família, os estudos, formou-se em Direito, dizia que estudo do Direito deveria fazer parte da grade curricular desde a mais jovem série, desde o início da vida dos estudantes até o fim. Hoje em dia sabemos que muitos formadores de opinião da área de tecnologia, empreendedores dessa área, Bill Gates, Mark Zuckerberg... Até trouxe aqui uma frase do próprio Steve Jobs, que diz o seguinte: "Todos neste país deveriam aprender como programar um computador, porque isso ensina como pensar". Obviamente, há um nacionalismo bem forte ali, no "neste país", mas o que ele quis dizer é o seguinte: a tecnologia é a nova matemática. Antes nós tínhamos os números, tínhamos o dinheiro, tínhamos a economia. Agora nós temos a tecnologia, nós temos o Big Data, temos dados para processar. Quem é que vai sair na frente? Quem souber como lidar com esses dados. Então, assim como Direito, cidadania, aspectos constitucionais, nós deveríamos aprender também como programar um computador, lidar com os dados.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME BRÜGGER D'AMATO – E aí eu quero trazer aqui um caso. Câmara dos Deputados: Parceria SGM e Centro de Informática. É o que está sendo proposto para o Senado: a parceria SGM e Centro de Informática. Nós tínhamos uma situação: mais de 21 mil proposições em tramitação e mais de 1,5 mil proposições prontas para pauta. Essa pauta é feita no Word. Alguns anos atrás também falávamos de Word, Excel, PowerPoint no currículo. Agora a pessoa tem de saber nascendo isso. E qual era o desafio? Era ter pessoas capacitadas em TI e pessoas capacitadas em processo legislativo. Para quê? Para fazer acontecer uma evolução do Sistema de Informações Legislativas, que é o mesmo desde 1995, se não me engano, inclusive, com a mesma tecnologia, a evolução desse sistema para que ele pudesse atender a esse número imenso de proposições e todas as solicitações, todas as requisições ligadas a ela.

Qual foi a proposta que fizemos e que já está produzindo o resultado esperado? Fizemos a descentralização. O que é isso? Pegamos uma equipe de TI da Câmara dos Deputados, analistas de informática com conhecimento em processo legislativo razoável, conhecimento teórico, que foi adquirido fazendo cursos, fazendo projetos em conjunto com a Secretaria-Geral da Mesa em tempo parcial, mas que não era especialista no assunto, porque, por mais que tenhamos a formação teórica, precisamos sempre ter a experiência prática. Então, o dia a dia da Secretaria-Geral da Mesa ensina muito mais do que qualquer curso de formação teórico.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME BRÜGGER D'AMATO – Bom, para concluir.

Qual foi o resultado? Tivemos uma imersão dessas pessoas ao longo de, se não me engano, 10 meses, e conseguimos, pela primeira vez em 20 anos, montar a pauta do plenário usando o sistema de informações legislativas, algo que era feito no Word há 20 anos e que gerou alguns subprodutos, um dos quais foi um projeto de alidade da informação, que trouxe à tona uma série de inconsistências, uma série de problemas, com muitas posições dessas que foram reveladas ao longo desse processo, mas também trouxe um entendimento. E aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

brinquei com os colegas, porque disseram: "Olha, está vendo, agora até os analistas de TI são especialistas em processo legislativo". Até nós, que somos binários, pensamos zeros e uns, conseguimos entender como essa coisa funciona e conseguimos sistematizar isso.

Concluindo, essa foi a nossa experiência, e a nossa opinião é com uma visão descentralizada, não com aquela visão de analista de sistema anotador de pedido. Ficamos aqui e perguntamos: "O que os senhores querem? Querem isso? O.k., vamos fazer". Não, é uma visão de descentralização, de imersão, em que as equipes respondem diretamente à área interessada, à área fim, neste caso, a área que cuida do processo legislativo do plenário, a Secretaria-Geral da Mesa. Então, com essa estrutura, conseguimos isso. Como é que vamos conseguir isso mais uma vez? Com políticas adequadas de gestão de pessoas, com capacitação para essas pessoas e, principalmente, com uma estrutura forte, uma estrutura organizacional forte, em que a TI tem uma posição de destaque.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME BRÜGGER D'AMATO – Hoje em dia, não se fala mais em TI como área estratégica para o negócio; hoje em dia, é o negócio, a TI está aderente ao negócio, faz parte dele. Então, é preciso que a área de TI seja uma área forte e tenha respaldo. Aqui, no Senado Federal, vemos que a TI é uma Secretaria e está ligada à alta administração, e essa parceria entre a Secretaria-Geral da Mesa e o Prodasen tem tudo para dar certo, na minha opinião.

Bom, encerro aqui, colocando essa experiência e essa visão de futuro, a proposta de investimento em pessoas como sendo um recurso básico para que a tecnologia influencie positivamente no processo legislativo do futuro.

Mais uma vez, obrigado pelo convite.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Dando sequência, com a palavra o Sr. Thiago Luis Santos Sombra, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Da mesma forma, com quinze minutos, com direito ainda a um tempo de três minutos, podendo postergar.

O SR. THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA – Boa noite a todos.

Quero agradecer o convite do Senador Wellington Fagundes, do Valdir, do pessoal, enfim, e agradecer a presença de todos, especialmente dos alunos da Universidade de Brasília.

Bom, o tema é instigante porque, efetivamente, nesse novo modelo social de condutas e valores que podemos estabelecer e que denominamos de cibercultura, o processo de interação dos indivíduos, essa ideia de um processo marcado por três fenômenos muito expressivos, que é a ideia da disrupção da convergência e da digitalização, a partir desses três fenômenos muito específicos, todo o cenário de interação entre os indivíduos tem se modificado de uns tempos para cá, e nessas relações com o cenário que denominamos de um novo espaço público de diálogo dos indivíduos chamado ciberespaço, ou o que todo mundo convencionou denominar especificamente de internet, passamos a identificar novos desafios. Especificamente para o Direito, não é possível ignorar que esses desafios têm sido cada vez mais prementes.

O primeiro deles, eu diria, por uma razão muito simples: o Direito sempre se ocupou de uma regulação a partir de fatos do mundo físico e sempre voltado a elementos de natureza material, apreensível. Quando falo de um furto, falo furto de um bem material; quando falo da posse ou da propriedade, falo de um bem material. Na ideia da sociedade, da informação ou no momento da cibercultura, o que tratamos é da ideia da informação. E, no momento em que compartilho uma informação com alguém, não perco a propriedade dela. A sociedade da informação é uma sociedade dos bens compartilhados, onde cada indivíduo é capaz de gerar riqueza e, dentro dessa ideia de disrupção, temos, especificamente, uma ampla interação, uma ampla capacidade de cada indivíduo em sociedade, ou gerar riqueza, ou de influenciar decisivamente no processo de interação. E, aí, eu destacaria basicamente alguns aspectos para que identifiquemos.

Só para vocês terem uma ideia, na última PNAD, divulgada em 2015, relativa aos dados de 2013, tivemos cerca de 85 milhões de brasileiros que interagiam cotidianamente, especificamente, no espaço de pelo menos três horas por dia numa amostra de domicílios. Os dispositivos mais utilizados de acesso à internet eram, em primeiro lugar, o telefone celular, 57% da população o utiliza como mecanismo de acesso à internet; na sequência, vinham os *tablets;* e o acesso em domicílio era feito essencialmente por computador.

Então, vejam, temos um novo cenário de diálogo de indivíduos dentro do desafio de um processo regulador para o qual a teoria geral – costuma-se falar da teoria geral do Direito – nem sempre está preparada a partir dos paradigmas que ela tinha de regulação da sociedade, especificamente como o quê? Com os atores que participam desse processo regulatório. Não posso dizer mais especificamente que a lei ou o Parlamento é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

o único ator decisivo nesse processo, no momento em que passo a identificar que cada indivíduo é capaz de influenciar nessa relação.

Se pudermos imaginar alguns exemplos, quando pensamos, por exemplo, no mercado da música, que foi completamente modificado a partir de um único indivíduo, o sujeito que desenvolveu o *site* chamado Napster, ou algum indivíduo que desenvolveu outro *site* denominado Wikipédia, com isso, você consegue mostrar como indivíduos específicos – Mark Zuckerberg, com uma rede de interação social – têm uma capacidade regulatória expressiva que não é mais unicamente privativa dos agentes estatais.

E, aí, eu destacaria alguns aspectos nesse novo cenário da cibercultura ou do ciberespaço. O primeiro deles diz respeito ao processo de regulação: como é que se deu? Certamente, costumamos ouvir falar do processo de regulação de uns tempos para cá, mas esse é um tema que toma conta dos debates acadêmicos já há um bom tempo. Temos, basicamente, três processos que são ignorados no Brasil quando se discute regulação. Um processo inicial é marcado por uma corrente chamada ciberlibertária, que era daqueles indivíduos que acreditavam que a internet era um espaço insuscetível de regulação. Basicamente, um dos grandes responsáveis por essa corrente era um sujeito muito caricato, chamado John Perry Barlow. Para vocês terem ideia, ele foi ao Fórum Econômico Mundial de Davos na Suíça dizer: "Olha, é improvável que o Estado tenha alguma capacidade regulatória na internet". Infelizmente, ou felizmente, ele estava equivocado nessa afirmação, por uma razão muito simples: China, Arábia Saudita e Coreia do Norte são países que atuam na arquitetura da rede, bloqueando, filtrando ou interferindo, mostrando que fenômenos como pornografia infantil e pirataria não são processos infensos da regulação de agentes estatais.

Achamos uma segunda corrente marcada por um indivíduo que tem uma concepção muito mais avançada do que todos eles. Concorreu agora a Presidente dos Estados Unidos, junto com a Hillary Clinton. Chama-se Lawrence Lessig, e acreditava que o Estado tinha um papel importante na regulação, mas conseguiu identificar que o mercado também tinha um papel importante, como as normas sociais tinham um papel importante, como a lei tinha um papel importante, mas que o Estado não era o único agente regulador do ciberespaço. E ele mostrou uma coisa que ninguém tinha conseguido identificar: que os desenvolvedores, que a arquitetura da rede tinha a sua própria codificação. No momento em que penso no mundo físico, quando coloco uma porta na entrada da minha casa, aquela porta é um código que significa que o sujeito não pode passar daquele momento. No momento em que coloco uma criptografia numa determinada conversa, a criptografia é um código, como um determinado dispositivo ou uma chave de acesso, que também estabelece um desenvolvimento ou uma regulação de determinado serviço ou de determinado aplicativo. Vejam, o Lessig teve a capacidade de identificar nessa corrente ciberpaternalista uma visão de que é possível regular e de que a regulação deve ser feita para evitar especificamente a prática de crimes, e crimes dos mais danosos.

E a última corrente, que chamamos de mais utilitarista, prega uma ampla interação entre os atores. E é aqui onde o processo legislativo praticamente ganha o grande peso.

O Guilherme mencionou todos os aplicativos à disposição. Existem fenômenos, experiências mundo afora, riquíssimas, associadas à participação social. Para os senhores terem uma ideia, a Grã-Bretanha, hoje, dentro do gabinete do Primeiro-Ministro inglês, David Cameron, há um secretário específico, um auxiliar específico pelo governo cidadão, chamado Matthew Hancock, que é responsável pelo desenvolvimento de várias tecnologias de diminuição de custos sociais, como, por exemplo: a Grã-Bretanha tem um sistema avançadíssimo de identificação de leitos vazios, vagas em escolas ou, por exemplo, medidas que disciplinam a atividade de trânsito. Tudo isso funciona dentro do gabinete do Primeiro-Ministro britânico. Ao mesmo tempo, o próprio Parlamento britânico tem algumas particularidades na sua atuação legislativa. Por exemplo, alguns de seus membros não votam fisicamente, votam a distância, apesar de a Grã-Bretanha ou, especificamente do Parlamento inglês estar dentro de um território que não é expressivo, como o Território brasileiro, que teria talvez muito mais motivos para justificar essas práticas.

Mas eu daria para vocês, basicamente, outros dois exemplos: dois países que são talvez o maior marco no processo de intervenção social no processo legislativo. O primeiro deles é a Finlândia. A Finlândia tem um amplo papel de participação social por meio da internet ou do ciberespaço, de interação entre indivíduos. Por exemplo, consultas populares ou consultas distritais não são feitas mais fisicamente, são feitas efetivamente, a distância, por votação eletrônica, assim como ocorre com outro país que é considerado, diríamos assim, a Suíça da internet, que é a Islândia, hoje o maior referencial. O que a Suíça é para os bancos a Islândia é para a internet. É um território livre de acesso sem qualquer regulação, onde se discute uma ampla participação social nesses fenômenos.

Agora, o maior debate que se tem quando se trata de processo legislativo ou de intervenção do cidadão regulação estatal diz respeito a dois fenômenos, uma discussão muito forte nos Estados Unidos, que é a ideia *accountability*, ou seja , a ideia da prestação de contas, da responsividade de algoritmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Especificamente, um professor da Universidade de Washington, chamado Pasquale, mostra como determinados algoritmos têm a capacidade de gerar processos de inclusão ou exclusão de indivíduos ou de influenciar decisivamente em determinadas políticas públicas. O grande tema da atualidade é a *accountability* dos algoritmos, a forma como nós conseguiremos, especificamente nesse cenário de Big Data, estabelecer aproximações ou exclusão de indivíduos.

Frank Pasquale desenvolveu um estudo muito importante em políticas públicas de saúde. Nós temos uma que é curiosíssima no Brasil: Farmácia Popular. Ele não se identificou, mas o sujeito, quando vai pegar um remédio numa farmácia, entrega todo o cadastro dele para o Poder Público, que depois repassa a um laboratório específico.

A gestão de dados é um fenômeno muito importante porque será com esse processo de *accountability*, de prestação de contas ou de responsividade que será possível identificar uma aproximação ou não desses indivíduos. E aí eu destacaria basicamente dois importantes temas, um deles lançado por um professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology) chamado Nicholas Negroponte, que foi um dos grandes pais da internet. Negroponte criou há dez anos uma expressão que marcaria muito o futuro da internet, que ele chama de *daily me*. O que é o *daily me?* É o momento em que eu acordo de manhã, escolho as notícias que eu vou ler, quais são as minhas preferências de atividade, e só aquilo que me agrada, só as minhas preferências me são oportunizadas. E ele destacava como isso seria algo perigoso no futuro porque geraria um processo de exclusão. Quando estou no mundo físico, eu não tenho como evitar, se eu tiver que ir para a minha casa por uma favela, aquele trajeto. Eu tenho que me deparar com situações com as quais eu não estou disposto a conviver. No mundo virtual é o oposto. Quando eu não concordo com um indivíduo, eu me excluo de uma determinada rede social ou eu bloqueio um determinado diálogo, eu corto determinadas ligações.

Vejam, por que essa observação em torno dele mesmo é muito importante? Porque no processo legislativo isso vai acontecer também. O processo legislativo, que deve ser um processo de participação inclusiva, nem sempre vai ser por ele capaz de identificar quem é o representante e quem é o representado, quais são só interesses do representante, a ideia que – o professor provavelmente deve mencionar – de responsividade, ou quem representa quem à luz da ideia da teoria política. E aí quase todos os autores da teoria política, especificamente, têm estudado se os processos de digitalização serão capazes de ampliar ou não a participação social. O fato é que um dos fenômenos nós já podemos identificar aqui como sendo muito expressivo.

Se nós imaginarmos a Constituição de 1988, com os projetos de iniciativa popular, nós não podemos fazer nenhum tipo de comparação com o que era a iniciativa popular em 1988 com o que ela é hoje. A iniciativa popular era algo praticamente inviável em 1988. Hoje, com uma petição pública no Avaaz, qualquer sujeito que lance uma campanha pública consegue apresentar um projeto de lei de iniciativa popular. O melhor exemplo disso são as ideias e medidas anticorrupção que o Ministério Público Federal lançou recentemente, ou outros projetos que têm chegado ao Congresso Nacional relacionados, principalmente, a crimes cibernéticos ou a crimes de trânsito.

Mas qual é a grande preocupação aqui? Algumas questões são relevantes. Primeiro é a estabilidade jurídica e a agilidade no processo legislativo. Acho que o Congresso brasileiro não deixa a dever a nenhum parlamento de país de Primeiro Mundo por uma razão muito simples: os fóruns estabelecidos pelo Congresso brasileiro são significativos. O número de pesquisas em redes sociais, as interações de Parlamentares por meio de *e-mails*, por exemplo, com a sua base, são sempre muito, muito marcantes. Mas o que mais me chama a atenção aqui diz respeito àquilo que se pressupõe da necessidade de agilidade do processo legislativo. Porque no fenômeno da cibercultura, a agilidade nem sempre é o melhor dos caminhos. A agilidade já é responsável pelo movimento natural dos desenvolvedores.

No final do mês de maio, o Parlamento Europeu soltou a diretiva da União Europeia sobre a proteção de dados e o regulamento de proteção de dados. Alguns desses temas já demandavam uma permanente atualização. Um dos exemplos que eu trago a vocês diz respeito, por exemplo, à Lei Carolina Dieckmann, que foi aprovada aqui, no Congresso, e que hoje é altamente criticável por ter partido de pressupostos do mundo físico, como, por exemplo, rompimento de serviço de segurança de um determinado aplicativo ou de um instrumento ou de um dispositivo. É possível que o sujeito acesse um dispositivo sem ter o rompimento da senha de acesso, certo? Então, não necessariamente esses conceitos do mundo físico se reproduzem no mundo virtual.

Uma das maiores dificuldades aqui da estabilidade jurídica ou da qualidade das normas emanadas do Parlamento diz respeito a exatamente compreender aquilo que eu falei no início: como o processo de regulação do ciberespaço não é idêntico ao processo de regulação do mundo físico. Um furto que se dá de um bem material no mundo físico não ocorre nos mesmos moldes em que ele se verifica no mundo virtual. Para os senhores terem uma ideia, o contrato de seguro de um automóvel se dá em determinados patamares. O que a União Europeia discute hoje, em termos de contrato de seguro de nuvens ou de *cloud computing* se dá em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

outros patamares. Quanto custa esse *laptop*? Ele deve custar R$1 mil, mas o que tem nele custa muito mais do que ele efetivamente custa. Se estiver arquivado tudo aquilo numa nuvem, mais ainda. Então, os patamares de discussão serão completamente distintos, e o Parlamento deve estar preparado para discutir todos os projetos legislativos a partir de novos paradigmas, a partir de novas premissas.

E aí eu destacaria dois grandes problemas, na minha opinião, que dizem respeito a paradigmas do mundo em duas leis. Uma delas já mencionei, a Lei Carolina Dieckmann; a segunda, por exemplo, o Marco Civil da Internet, que fala que haverá proteção de dados quando eles estiverem armazenados no Território nacional. Se os senhores perguntarem onde estão os dados da Google Drive ou do Dropbox dos senhores, provavelmente nem Google nem Dropbox vão saber informar. Então, vejam, são paradigmas que nem sempre correspondem àquilo que se espera do mundo físico.

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA – Agora, no que se refere à transparência, o casamento que se tem entre a cibercultura ou o ciberespaço e, por exemplo, a Lei de Acesso à Informação é um casamento perfeito, porque a Lei de Acesso à Informação tem permitido exatamente o dimensionamento de questões que foram apresentadas no bloco anterior. Praticamente todas as pesquisas que se fazem no âmbito da Universidade envolvem dados que são colhidos ou pelo serviço de acesso à informação ou pelas próprias bases de dados, ou pelos *sites* ou aplicativos do próprio Parlamento. Eu diria a vocês que a qualidade das pesquisas que a academia faz hoje, com esse novo contexto de disponibilização de dados, de projetos legislativos ou da forma como o Congresso funciona, é uma depois da popularização do acesso internet e outra quando nós tínhamos um marco muito mais vinculado a questões do mundo físico.

O grande desafio que eu vejo para o processo legislativo no futuro talvez envolva o terceiro passo que nós discutimos hoje, na ideia da cibercultura e do ciberespaço, que serão os desafios de inteligência artificial.

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA – Hoje há contratos que já são celebrados de forma automática por determinados *softwares*. Por exemplo, *softwares* de contratação que automaticamente já estabelecem algumas ligações. Há parlamentos no mundo afora que têm serviços de inteligência artificial que conseguem identificar, por exemplo, duplicidade de matérias em debate, questões do processo legislativo que, eventualmente, só um sujeito fisicamente teria condições de fazê-lo.

Então, com essas observações, eu reitero os meus agradecimentos ao Senador Wellington Fagundes. Agradeço também a presença, junto com outros professores extremamente qualificados. É uma satisfação vir falar de um tema, embora num curto espaço de tempo, que envolve tantos desdobramentos, tanto sob a perspectiva jurídica quanto sob a perspectiva tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Dando seguimento, então, com apalavra o Sr. Carlos Marcos Batista, Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Unb).

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – Boa tarde a todos os presentes. Gostaria de agradecer ao Senador Wellington Fagundes, eminente Presidente da Comissão Senado do Futuro, aos ilustres membros desta Mesa e a todos os convidados.

Eu vou fazer algumas observações sobre algumas coisas tradicionais e, sobre elas, eu vou um pouco introduzir a minha visão de virtualidade.

A proposta ou a pergunta orientadora desta reunião é como as tecnologias de informação e comunicação afetarão – o verbo está no futuro – o processo legislativo no Brasil e no mundo, considerando os seguintes aspectos: participação social, agilidade de legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas e transparência.

Eu vou me ater a dois tópicos básicos, que são a participação social e a transparência.

A transparência e a participação social só se dão num ambiente de democracia. A democracia é um desejo muito antigo, mas é uma realização relativamente recente. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2002, ou seja, de 14 anos atrás, atesta que os anos 80 e 90 do século passado foram os dois períodos de maior introdução de democracia no mundo.

E esse desenvolvimento da democracia introduz um conceito fundamental, que é o conceito de soberania popular. A democracia prolifera no ambiente de liberdade e está fundamentada no princípio da livre expres-
, que se dá de maneira mais corriqueira, mais corrente e mais fácil com a introdução das novas tecnologias
informação, sobretudo com as tecnologias digitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Os aspectos da democracia digital estão estreitamente ligados ou estritamente ligados ao mundo digital e à possível participação cidadã, daí o princípio da participação social. O interesse na democracia digital surge no momento em que há uma percepção generalizada de certa fragilidade ou inadequação das instituições democráticas, por mais curioso e paradoxal que isso seja, e uma certa visão desconfiada do papel da classe política, sobretudo em regiões como a América Latina. Com essa desconfiança e com as mudanças que se processam, o mundo digital vem trazer, portanto, um possível aumento das possibilidades de interação.

A democracia participativa digital está baseada em alguns princípios. Um deles é a interatividade. Indivíduos, pessoas, cidadãos, homens e mulheres comuns pensam que sendo usuários de redes, como as modernas redes sociais, podem se comunicar uns com os outros e adotarem um padrão de simultaneidade no mundo virtual. O segundo princípio é o da rede global. Ou seja, nós estamos no Brasil, mas, simultaneamente, estamos no mundo, e a interação entre movimentos sociais e movimentos digitais que ocorrem no Piauí, no Rio Grande do Sul ou na Islândia são imediatamente distribuídos, e os processos de tradução simultânea permitem que se saiba onde as coisas ocorrem rapidamente em qualquer lugar do mundo.

O outro princípio é o do discurso livre. Ou seja, as pessoas acham e pensam que podem dizer rapidamente aquilo que elas pensam, organizarem-se sobre quaisquer assuntos. Outro princípio é a construção e a disseminação rápida da informação. Rápido significa que a viralidade não tem necessariamente um papel como o nosso colega do Direito acaba de dizer, que isso seja bom; não há nenhum julgamento de valor sobre a rapidez, mas há um julgamento concreto sobre a rapidez e a disseminação da informação. E isso propõe novos desafios e perspectivas oficiais e profissionais para todos aqueles que passam a atuar no meio digital.

E uma outra coisa é a quebra da identidade. Desde que o mundo virtual apareceu ou mesmo antes dele, um colega de CPD dos anos 1970 me dizia o seguinte: "Carlos, aquilo que você coloca numa fita magnética já não é mais seu; isso já passa a ser de domínio público". Isso eu estou falando de 1974. Imaginem hoje: qualquer coisa que esteja em qualquer meio digital já não é mais seu.

Isso nos gera mais perguntas do que respostas. Por exemplo, em que medida as tecnologias de informação podem facilitar a prestação de contas e a transparência de governos nacionais e locais? Em que medida as tecnologias de informação podem ser utilizadas para criar um cidadão informado sobre o papel e funções de governo?

Em que medida as tecnologias propiciam a participação cidadã na tomada de decisão dos negócios ou nas questões de Estado? Em que medida as tecnologias de informação propiciam a participação social no debate de liberação em condições de igualdade dentro da sociedade civil? Em que medida as TICs propiciam a participação dos cidadãos em condições de igualdade nas decisões coletivas?

Hoje pela manhã, participei de uma defesa de dissertação na Câmara, e o estudante disse: "Olha, infelizmente, nós constatamos nas redes sociais, verificamos com o Google Analytics, que apenas 22% dos respondentes" – de um grupo de pesquisa que ele fez – "disseram que conseguem afetar proposições ou influenciar decisões dos Deputados". Eu disse para ele: "Olha, eu fico muito contente, eu estou muito alegre, porque se 22% das pessoas dizem que conseguem, de alguma maneira, afetar a posição dos seus Parlamentares, nós temos um quinto dos respondentes; isso é ótimo, ou seja, isso é muito bom. Na sua euforia de jovem adolescente mestrando, 22% para você pode parecer pouco, mas 22% é muito".

Se você considerar que o nascimento da internet data de 1996 e que você passa a ter redes relativamente confiáveis em Brasília em 1995, havia um provedor – você é muito jovem, não deve se lembrar disso – chamado Persocom, ou então um provedor chamado Mandic, em São Paulo, em que usávamos rede discada para acessar e já achava aquilo maravilhoso. Ou seja, a internet nasce, eu dato o nascimento de uma internet minimamente funcional a partir de 1996. Era impensável você ter alguma coisa que lhe desse algum respaldo para 22% das informações que você pudesse levar aos seus representantes.

Eu vou tentar cumprir o meu horário. Eu vou falar de duas...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mas, como o senhor foi meu professor, vou conceder o tempo que quiser.

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – Muito obrigado, Senador.

Eu vou falar de alguns instrumentos de democracia digital. O instrumento mais tradicional de democracia digital, citado também aqui pelo meu nobre colega, é a consulta popular e a iniciativa popular. Esses dois mecanismos, como ele muito bem disse, só são possíveis e só se tornam razoáveis com a tecnicalha disponível hoje. Os dois outros clássicos são o plebiscito e o referendo.

Um país clássico em plebiscitos e referendos, todos vocês sabem, é a Suíça. Eu tenho uma base de 1995, seja, de 21 anos atrás, uma base física de referendos realizados na Suíça entre 1982 e 1995, em formato baste atrasado, mas respostas que eram feitas em formato papel, devolvidas em formato papel, digitalizadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

tratadas e tabuladas e que davam para o processo de legislação suíço, clássico desde século XIX, algum tipo de informação.

Eu continuo acreditando que esses quatro fundamentos – iniciativa popular, consulta popular, plebiscitos e referendos –, uma vez inseridos no processo virtual, possam trazer enormes ganhos na interação cidadão/Parlamento. A principal crítica que se faz a isso é a seguinte: cidadãos comuns não estão dispostos a estarem, o tempo todo, digitando, não estão dispostos o tempo todo a estarem votando, não estão dispostos a passarem 24 horas do seu dia a fazerem referências a mecanismos de participação.

A contracrítica a isso é a seguinte: você tem, no mundo inteiro, no empirismo político, aproximadamente de 15% a 25% das populações de quaisquer países do mundo – esse é um representante estatístico –, do Paraguai à França, excluídos naturalmente alguns países que não dispõem desse tipo de mecanismo, inclusive a Rússia, o que é curioso, que representam e que estão dispostos a participar. No Brasil, isso também acontece.

Não se espera que 100% da população participe, não se espera que 110 a 120 milhões de eleitores estejam dispostos a participar o tempo todo. Mas desses 15% a 25%, espera-se que estejam no processo virtual. Ou seja, eles migraram do processo de participação convencional, seja sindicato, seja movimentos de rua, seja qualquer mecanismo como a participação em partidos políticos, para a participação virtual. E é esse número, de 15% a 25% da população, que vai continuar participando e que vai interagir com esses mecanismos tradicionais num processo, digamos, virtual.

Outros mecanismos são os fóruns de discussão em rede. Os fóruns já existem. Eu tenho uma discussão com o meu amigo Cristiano Ferri, e digo para ele sempre: "Olha, Cristiano, não é possível que mecanismos como o e-Democracia, por exemplo, possam controlar a discussão a partir do e-Democracia, mas a partir do que acontece do lado de fora do mundo virtual, o que os cidadãos estão dizendo do lado de lá". Ou seja, o que nós, do lado da demanda, trazemos para o Senador Wellington, o que nós cidadãos trazemos para o Senado e para os Deputados na Câmara, somos nós que pautamos o que deve ser.

Algumas coisas curiosas, por exemplo, aquilo que se chama tradicionalmente de pesquisa de opinião pública em rede sobre temas de interesse político-social. Os conselhos de gestão em rede, os grupos de focos, os júris políticos com transmissão direta, a implementação e o estímulo à criação de grupos de pressão em rede. Aquilo que se chamou, no Brasil, de discussão da programação financeira participativa em rede, mais conhecido como Orçamento Participativo, que não foi uma experiência das mais gloriosas, mas foi uma experiência pelo menos inicial em termos de participação popular, são alguns dos temas que podem ser trazidos da forma tradicional para a forma virtual.

Uma coisa muito curiosa, que eu não conheço nenhuma experiência no mundo, mas que é uma experiência teórica, que é atribuída ao sociólogo bastante conhecido, que é o Claus Offe, é a tramitação dos vales ou bônus de representação pela *web*. Repito: esse é apenas um experimento teórico, não existe em lugar nenhum do mundo, mas é uma experiência muito curiosa. Nós teríamos organizações sociais que poderiam utilizar recursos públicos para indicação orçamentária, e poderiam usar, por exemplo, parcelas da arrecadação para isso.

Um exemplo: vamos supor que existisse uma instituição de educação para excepcionais, e que essa instituição indicasse que uma parcela desses recursos deveria ser utilizada para instituições de excepcionais de qualquer ordem. Essa instituição faria um fórum de discussão em rede, diria que recursos orçamentários deveriam ser alocados para essas instituições, de alguma forma de excepcionalidade. Os recursos orçamentários seriam alocados para essa instituição numa espécie de parceria privada com uma parceria pública. Quanto aos recursos que o cidadão aloca, por exemplo, do seu Imposto de Renda já retido na fonte, ele poderia escolher se passaria para essa instituição parte do seu recurso recolhido da fonte ou daquilo que pagaria, na forma de bônus, para essas instituições que gerissem esses recursos para essas instituições específicas. Isso seria feito tudo em rede, passando pelo Parlamento, que aprovaria ou não, como o Parlamento aprova suas diferentes emendas, e diria se essas instituições poderiam ou não utilizar esses recursos. Assim, são algumas formas práticas que nós teríamos de verificação do mundo virtual, passando do mundo político para o mundo da execução de políticas efetivas e concretas.

Para terminar, eu gostaria de falar sobre um trabalho que nós começamos em 2013, com os estudantes da Ciência Política, que nós estamos chamando de participação eletrônica e a quantidade de informação disponível em Municípios europeus e sul-americanos. Notamos algumas coisas muito interessantes. Por exemplo, existe disponibilidade de informação nos *sites* de Governo. Há uma hipótese otimista de que o crescimento da informação pública geraria, por outro lado, uma certa demanda por essa informação pública. Eu sou um ciberotimista. Eu acho que, na medida em que essa virtualidade avance, para essa parcela, volto a repetir, dos 15% a 20%, aqueles que já participam efetivamente – eu não vou esperar que todos participem –, a presença de informação institucional, de informação processual, de informação interativa, de prestação de contas poderia gerar um conjunto muito grande de contrapedidos para a informação pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós fazemos algumas perguntas. Será que eu não estou gerando informação para a CNI? Será que eu já não estou gerando informação para o pessoal que, tradicionalmente, já fazia aquilo que, no Brasil, é proibido, até por lei, que é *lobby*, ou para o pessoal dos grupos de pressão, que já não se apropria disso, ou para o pessoal que já está no Legislativo ou no Executivo e, portanto, poderia aproveitar esse tipo de informação?

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – Ou nós estamos levando essa informação para a população em geral?

Existem algumas coisas muito curiosas quando medimos essa informação. Fizemos um modelinho estatístico e chegamos à conclusão, por exemplo, de que acesso a partidos é uma coisa que não temos. Em Portugal, temos 2,5% de acesso; 3,3%, na Espanha; na França, não há informação; 4,9%, no Brasil; 5,6%, na Argentina – na Argentina, não podemos acreditar nas estatísticas deles, porque nem eles acreditam –; 0,2%, na América Latina. Em contraposição, há coisas do tipo: 50% de regimento interno, em média, para todos esses países.

Por outro lado, dada a legislação brasileira que foi bastante avançada nesse ponto, como Lei de Acesso à Informação e Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras, quando nós procuramos despesas e receitas, receitas correntes, receitas de capital, nós temos, em alguns casos, 80% de informação sobre isso. As pessoas podem dizer que isso não serve para muita coisa. Eu volto a repetir: se a internet nasceu em 1996 e se nós temos hoje 80% de informação sobre isso, eu acho que nós tivemos grandes avanços tanto em termos legislativos quanto em termos de informação no Executivo.

A discussão sobre dados abertos que o nosso colega da Câmara levantou. Os meninos que fazem o que chamam de raspagem de dados ou os meninos que estão aí, em geral – eu falava para o Sérgio, hoje, que são mais os meninos da computação que os da Ciência Política –, levantando e garimpando dados, têm feito alguns aplicativos extremamente valiosos, colocando à disponibilidade pública esse tipo de coisa. Eles fazem isso de graça. Eu conversei com um menino na última Hackathon, que foi uma iniciativa da Câmara, muito curiosa, porque disseram ao menino que ele, um estudante da Politécnica de São Paulo, não poderia vir aqui ao Congresso de bermuda.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – Então, o menino veio de saia. Foi extremamente curioso, porque é um dos moleques mais competentes nessa área de raspagem de dados que eu conheço. Quando nós começamos a fazer isso, nós tínhamos, por exemplo, em formato PDF, e era uma dificuldade, na época, transformar esse material em material acessível e útil.

Repito por onde eu comecei: eu sou otimista, acho que o mundo virtual muda a política. A convocação de todos os senhores foi feita por meio virtual. Nenhum de vocês recebeu uma carta em casa, com o convite. E eu acho que inúmeros Parlamentares passam a ficar suscetíveis a esse novo mundo político. Vocês acompanham o cenário internacional e veem que a política muda e que não só a Islândia consegue derrubar um Parlamento, mas que inúmeros países se voltam para Parlamentos, para o Executivo e para o Judiciário...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – ... e começam a perceber que os três Poderes merecem um pouco mais de atenção e, portanto, um pouco mais de cuidado da população.

Termino dizendo que não espero nada de governos, mas espero da cidadania. Se nós cidadãos nos mobilizamos, por quaisquer meios, e pressionamos governos, nós temos resposta. O Maquiavel já dizia que os segredos de Estado devem transcorrer em segredo – daí o nome secretaria –, e eu acho que essa é uma norma que continua valendo quase 500 anos depois, desde que nós cidadãos forcemos a porta de entrada da secretaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Ficou garantido o tempo que quisesse, não é? (*Risos.*)

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu vou passa a palavra agora – não vou aqui também diminuir o tempo, fique tranquilo – ao também Professor da Universidade Federal do Paraná Sérgio Soares Braga, esperando que os outros não tenham entendido que eu diminuí o tempo deles. Aqui, nós não podemos perder o voto de ninguém. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pensamento aqui é o voto.

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Eu não quero tirar o voto de ninguém. Longe de mim essa ambição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Boa noite a todos.

Eu vou ser breve, porque o tempo urge.

Eu pesquiso há longo tempo sobre esse tema e gostaria de agradecer o convite. Eu acho fundamental essa interação com a sociedade, com as pessoas que pesquisam o tema. Esse é um tema que me empolga. Se há um tema que me empolga, é essa relação entre a tecnologia, o progresso tecnológico, que, muitas vezes, vem da iniciativa privada, e o funcionamento das instituições políticas.

Muitas vezes, essa onda tecnológica nos gera uma propensão a falar muito, a manifestar muito, a postar coisas no Facebook, a escrever, às vezes, em excesso. Eu me preocupei muito nesta minha apresentação hoje em ouvir. E eu ouvi, para preparar esta apresentação hoje, com a máxima atenção possível, as apresentações que me antecederam e as três reuniões que estão no YouTube dos expositores que me antecederam. Eu fiquei bastante impressionado, no sentido positivo, com a qualidade dos convidados, em primeiro lugar, e com a qualidade de algumas manifestações, de alguns discursos, de algumas intervenções que foram feitas.

Surpreenderam-me principalmente as colocações do Senador Wellington Fagundes em suas várias intervenções ao longo dos trabalhos desta Comissão, que, sintomaticamente, se chama Senado do Futuro. Eu achei muito feliz o título desta Comissão, porque, muitas vezes, os Parlamentares estão muito voltados para as eleições, para o processo eleitoral, para o dia a dia das políticas públicas, para o emaranhado de decisões em que eles estão envolvidos no seu cotidiano. É muito difícil achar um Parlamentar que olhe para o futuro, que pense na instituição e não só no horizonte temporal do seu mandato, e, mais do que isso, que valorize o trabalho da assessoria da Casa, como o Senador fez em vários dos seus pronunciamentos. Então, isso me estimulou muito a preparar a minha exposição. E, a partir dessas diretrizes e das intervenções de outros candidatos, vou estruturar a minha formação.

Construir um Senado participativo e aberto à população e que permita maior controle sobre as atividades sociais, como foi falado pelo Senador e por outros candidatos – vou retomar isso na exposição. E a importância de isso penetrar capilarmente na realidade local, chegar à ponta da cidadania, que é a atividade local, o interior, o cotidiano das pessoas simples que estão espalhadas por este nosso grande Brasil aqui.

A pergunta orientadora foi esta, que não vou repetir porque o Prof. Carlos, que me antecedeu, já falou: participação social, agilidade, estabilidade jurídica, qualidade das normas, transparência. O tema é muito vasto, não vou poder falar disso nesta curta exposição, vou dar um panorama geral de algumas ideias que eu tenho. E nós vamos retomar essas ideias aqui na oficina de amanhã. Eu vou até dar alguns deveres de casa para quem se interessar fazer.

Então, a estrutura da minha apresentação vai ser esta: algumas ideias básicas subjacentes; as funções do Parlamento e o papel dos portais parlamentares, o que foi muito dito aqui pelos outros expositores, mas que eu vou retomar num contexto um pouco diferente; eu vou dar alguns exemplos de boas práticas que encontramos por aí; e, no final, que eu acho ser o objetivo precípuo de uma audiência desta natureza, algumas prescrições e sugestões de política pública.

É muito relevante que este evento esteja organizado num contexto de crise política, porque são as crises que nos estimulam a crescer. Venho de um Estado cuja Assembleia Legislativa passou por duas séries crises nos últimos anos: a crise dos diários secretos, que foi um escândalo de nomeações irregulares; e a crise de um bombardeio ordenado pelo Secretário de Segurança Pública contra os professores, durante a greve dos professores. O Legislativo, ao invés de ficar acuado por essa pressão, interpretou isso como estímulo para crescer e para se aperfeiçoar, um processo que está em curso e que é muito importante. Então, vejo que o Parlamento, o Legislativo não deve ficar acuado diante das pressões, diante das crises, deve interpretar isso como estímulo para crescer, para se desenvolver e para se aperfeiçoar incrementalmente dentro de alguns princípios que eu teria a ambição de expor aqui.

Então, três ideias básicas subjacentes a esta minha exposição: primeiro, a *the virtual political system* e a *critical citizens*, que é uma ideia apresentada pela cientista política Pippa Norris em dois trabalhos muitos importantes. Segunda ideia orientadora: outras funções desempenhadas pelo Parlamento além da função de representação. A Cristina Leston-Bandeira, que é uma pesquisadora importante da Universidade de Leeds, membro da Comissão Democracia Digital da House of Commons, em vários de seus artigos, enfatiza isso. E, finalmente, uma terceira ideia estruturadora: muitas vezes, as tecnologias digitais colocam expectativas de uma democracia direta, mas, na verdade, estamos rumando a uma democracia parlamentar mais participativa e com mais espaço de deliberação e interação do cidadão.

Então, essa ideia de *the virtual political system* ilustra a propensão dos vários atores políticos não só o Legislativo, mas os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, de deslocarem sua plataforma so- para as redes sociais. Há dois livros citados na bibliografia, *A Virtuous Circle* e *Digital Divide*, em que a Pippa rris desenvolve essas ideias. Você tem aqui os cidadãos estimulando frequentemente esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A segunda ideia abordada aqui foi a das funções parlamentares. Além das três funções mencionadas aqui, de representação, de legitimação e de fiscalização ou, como alguns falam, para usar uma terminologia mais moderna, de supervisão, você tem outras funções que são muito importantes: a função educativa do Parlamento, que é muito importante – vou falar alguma coisa sobre isso –, a função de resolução de conflitos e a função de legitimação dos valores democráticos.

O Parlamento sinaliza não só políticas públicas, não só normas jurídicas para a coletividade, mas sinaliza valores. Vimos isso com muita clareza na sessão de aprovação do *impeachment* da Câmara dos Deputados. As atas taquigráficas da sessão foram rapidamente disseminadas pelas redes sociais, tiveram repercussão no exterior, foram rapidamente transferidas para uma plataforma Excel e tratadas em visualização de dados, com impactos não muito positivos para a instituição Câmara dos Deputados. Felizmente, na sessão do Senado, houve um contrapeso a isso, e os votos foram argumentados, mencionando expressamente o relatório da Comissão. Isso tem um impacto imensurável na cultura política, na cultura cívica da população. É muito importante que os atores que atuam nas instituições legislativas – nas instituições públicas em geral, mas principalmente nas instituições legislativas – tenham essa percepção.

Quando eu apresento esse modelo é sob a perspectiva dos cidadãos críticos que vamos tentar abordar esses temas.

A legislação já foi suficientemente falada aqui, mas ainda vou falar mais. Representação e formação de elites também é uma função importante. Há um texto clássico do Weber, *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*, em que ele enfatiza esse ponto. A resolução de conflitos é muito importante. Evitar essa polarização, encaminhar esses conflitos para soluções factíveis, que uma sociedade ou uma comunidade tenha que tomar, em qualquer nível que se dê a representação. A função educativa, que implica criação de espaços de comunicação com a sociedade, divulgação das atividades do Parlamento. Fiscalização e supervisão, que foi muito bem dito aqui, monitoramento das ações da Administração Pública e legitimação, que é a criação de espaços de divulgação do papel do Legislativo para a sociedade, as TVs do Legislativo, as agências de notícia, tudo isso tem uma função muito importante. Não são apenas aquelas três de que falamos. Isso quem está falando não sou eu, mas a literatura moderna sobre o processo legislativo. Isso foi retirado de um artigo da Cristina Leston-Bandeira, publicado na *Parliamentary Affairs*, que é uma publicação da Hansard Society, da House of Commons.

Finalmente, esse é um processo incremental. Você vai lá, desde o primeiro estágio, que são as informações básicas apresentadas de maneira insatisfatória, até o estágio mais avançado, que são os serviços que se estendem além da *web*, com as redes sociais. *Idem* nas outras dimensões. A participação começa fraca, os cidadãos começam a falar do Parlamento, até que eles tenham um engajamento em outros programas além da *web*. Um artigo muito interessante, que está em um seminário organizado na Oxford International Institute, em 2008, e que está citado na bibliografia do trabalho, de uma autora chamada Dominic Tiling, desenvolve essa ideia de aperfeiçoamentos incrementais da democracia representativa através da criação de ferramentas de participação e não da criação de uma democracia direta necessariamente.

Aqui, um estudo que vou publicar agora na revista *Educação & Sociedade*. Eu fiz um estudo sobre os índices, o desempenho dessas seis funções nas Assembleias Legislativas do Brasil. Essas duas retas são controladas pela existência ou não de comissão participativa. Minas é sempre o exemplo. Você tem o custo por Parlamentar e o índice geral daquelas seis dimensões ali. As que estão acima da linha são as que são mais eficientes. A Assembleia Legislativa de Minas tem um índice geral de transparência, de participação acima daquilo que é esperado do custo por Parlamentar. Essas outras Assembleias, que são essas bolinhas, em que não há comissão participativa, são onde esse desempenho é inferior ao custo por Parlamentar.

Então, você tem restrições orçamentárias e tem que usar essas restrições como parâmetros para avaliar o grau desse desempenho. Não é um valor absoluto. Você tem que avaliar o desempenho em função dos recursos que as Casas Legislativas têm. Algumas casas têm mais recursos e outras têm menos.

Agora, convergindo para a finalização do trabalho, vou apresentar rapidamente algumas comissões. Então, o dever de casa é este: quem não conhece ainda deve visitar essas práticas, esses *sites*, porque eles vão servir de base para nossas oficinas amanhã.

Primeiro, a Comissão de Democracia Digital da House of Commons. Por que essa comissão é importante, é uma boa prática? Porque envolve atores da sociedade civil, envolve a Cristina Leston-Bandeira, mulheres, como em qualquer sociedade civilizada, há uma representação forte de mulheres, praticamente equitativa dos homens, o que é um sintoma quase de uma sociedade civilizada. Então, a Cristina Leston-Bandeira, que é uma professora da Universidade de Leeds está presente nesta Comissão também, é um representante da sociedade civil daquele *critical citizens* que vimos lá, não só do gestor, não só do profissional, não só daquele que tem *inside approach,* mas aquele que tem um enfoque do cidadão, do demandante, que é, como bem disse o senador, a ponta final da cadeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Boas práticas: *Canadian Parliamentary Review*. De todas as revistas, periódicos que publiquei no mundo, é a melhor revista que existe para divulgar os trabalhos do Parlamento e da assessoria parlamentar.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Vocês têm aqui uma revista muito boa, mas que não tem formato acessível, fácil de ler, que pode ser imediatamente replicado nas redes sociais. Facebook da CGU, a ilustre CGU, onde há debates de alto nível nas redes sociais, por quê? Porque os funcionários da CGU estão engajados, estimulando esse debate, a nossa gloriosa CGU.

O LabHacker todos já conhecem. O Cristiano Ferri coordena os trabalhos, e já escrevi inclusive artigos com ele sobre isso. Outra prática bastante importante La Fabrique de la Loi, que é um instituto vinculado ao Senado francês que usa tecnologias digitais para monitorar a qualidade das normas jurídicas. Vamos voltar a isso amanhã também.

Políticas Públicas ao seu Alcance, um programa da ALMG que fiscaliza, supervisiona e monitora as políticas públicas. Foi objeto de uma das falas dos convidados que me antecederam, uma excelente consultora jurídica da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Aqui talvez seja o programa mais importante, justamente convergindo para aquilo que o Senador falou no seu pronunciamento antes dessa palestra. O Parlamento Jovem de Palmeira. Todos os senhores devem visitar essa cidade de 2 mil habitantes, no interior do Paraná. O que aconteceu nessa cidade? Fizeram um programa de Parlamento Jovem. Todos os dias, uma aluna pegava ônibus para participar do Parlamento. O que aconteceu? As pessoas começaram a fazer fila, enquanto a menina esperava o ônibus, para apresentar suas demandas. Elas diziam: "A gente nem sabia que tinha vereador aqui, que existia Câmara de Vereadores, Câmara dos Deputados". Por quê? Porque a representação no Brasil não é local. Você não tem o representante local, não é voto distrital.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Eles faziam fila, quando a menina ia esperar o ônibus, para apresentar suas demandas. Então, é um programa magnífico. Nós começamos na House of Commons e chegamos em Palmeira.

Toda essa parafernália eletrônica que existe só adquire sentido se chegar na atividade-fim, que é a representação da vida local, para melhorar a vida das pessoas, tapar buracos nas ruas. É aí que o Parlamento começa a legitimar para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Professor, o senhor poderia explicar um pouquinho melhor como funciona isso?

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Claro, o Parlamento Jovem, a figura todo mundo viu...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como é a atividade lá na ponta?

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – A atividade na ponta, o Legislativo cria um programa de Parlamento Jovem, como existe aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, só que local. Eles selecionam alunos das escolas para, durante um mês, durante determinado período de tempo, atuar como vereadores. Esses meninos atuam como vereadores na coletividade. No final desse processo, sugerem dois projetos de lei. Isso tem um impacto enorme na localidade, no sentido de legitimar a atividade parlamentar, de fortalecer o Parlamento local, principalmente na juventude, que, muitas vezes, não sabe nem que existe um Parlamento, e no sentido de formar novas lideranças.

O mais impressionante disso é que metade dos vereadores eleitos eram mulheres. As mulheres, às vezes, participam mais, as adolescentes. E na adolescência, como vocês sabem, o homem é sempre mais burro do que a mulher, pelo menos até os 18 anos. Depois há controvérsias se ficam mais inteligentes ou não.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Para finalizar, eu teria seis sugestões de políticas a fazer.

Uma delas é aperfeiçoar os mecanismos de interação e apoio com apoiadores *stakeholders*. Há até o Instituto Nacional de Democracia Digital, do Prof. Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. O evento será realizado aqui em novembro, como o Senador falou. E eu o convidaria, porque é um dos maiores especialistas que existem em redes digitais. Portanto, é fundamental para municiar os assessores da Casa com esse olhar externo.

Fortalecer e dar autonomia e visibilidade ao trabalho das assessorias especializadas. Não existe nada pior um Parlamento do que a tentativa de aparelhar a assessoria, do que não dar autonomia para os assessores, que não reconhecer o trabalho dos assessores. É preciso investir na assessoria, é preciso deixar que essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

perspectivas divergentes floresçam, e não deixar de aparelhar, seja o aparelhamento do partido, seja o aparelhamento do Presidente da Casa.

Instituir comitês de monitoramento e de supervisão com representantes externos, especialistas no assunto – o Prof. Carlos, pode tranquilamente fazer parte de um desses comitês.

Estabelecer parcerias e investir na apresentação de dados abertos. O que o gestor fala que é um dado aberto nem sempre é o que demandante, o usuário acha que é um dado aberto, existe toda uma controvérsia sobre isso. A CGU e o Ministério Público estão investidos muito nisso, nos últimos anos, e é um debate fundamental.

Aprimorar a responsividade do órgão, facilitar o contato com o eleitor e dinamizar a TV pública do Senado, reproduzindo conteúdo nas redes sociais. Estudos mostram – existem estudos das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais – que, quando o Parlamento usa as mídias – como a TV aberta e as rádios –, o retorno, a visibilidade que ela tem é muito maior, é o que se chama de articulação de arenas. Minha opinião é que TV Câmara e TV Senado deviam passar em TV aberta também e não só na TV a cabo. Acho um absurdo que isso não ocorra.

Existe, na Inglaterra, onde a BBC transmite...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Não. TV aberta? Eu não pego.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Passa nos canais UHF.

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – UHF, mas não pega em HD.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E, agora, com a televisão digital, passará também em dois, três canais, por cada empresa de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em algumas cidades – só para seja esclarecido – já temos. Isso normalmente em parceria com a TVs assembleias, parte da programação TV Assembleia, parte da programação com a TV Senado e, às vezes, até TV Câmara. E agora também estão abertos os canais aos Municípios. E, com a TV digital, como foi colocado, facilitará, porque haverá muito mais canal disponível para ir para a aberta.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Uma ótima iniciativa, sou totalmente favorável a isso, e acho que o Legislativo tem que colocar sua própria narrativa, seu próprio discurso pela coletividade e acho que é fundamental que isso ocorra. Não peguei ainda, será uma satisfação quando pegar essa TV aberta lá em casa.

E, finalmente, aquilo que um assessor da Assembleia do Rio de Janeiro, esqueci de anotar o nome, falou muito bem: o Senado Federal é a vitrine do Legislativo, do Parlamento, então é preciso dinamizar a Unale; não existe uma revista da Unale; os parlamentos locais, os parlamentos municipais e as assembleias legislativas não interagem com o Senado e com a Câmara, são dois mecanismos estanques, duas esferas de representação praticamente estanques.

Então, é preciso dinamizar isso, e o Senado terá um papel fundamental nessa integração, além desses sistemas que já existem como o do Interlegis e de outros mais, mas no sentido de fiscalizar, estimular, divulgar o trabalho da assessoria, não só deixar só no *site* do Senado, mas publicar numa revista, ao estilo Canadian Parliamentary Review, que pode ser rapidamente replicada nas redes sociais e assim vai.

Em suma, criar um sistema capilarizado de integração digital com o eleitor. E, mais do que com o eleitor, eu diria, com o cidadão, porque isso envolve não só eleitor, mas muitas vezes pessoas que estão fora da idade eleitoral e essa experiência é fundamental na socialização dessas pessoas.

É isso que gostaria de dizer, desculpe pelo excesso de tempo, mas é que o tema é vasto, já falei muito sobre isso, não resisti a abusar da paciência de todos.

Aqui está a bibliografia, tudo que citei, podemos voltar isso na oficina amanhã. E, aqui, essa ideia fundamental que é aproximar o Parlamento do cidadão comum, do cotidiano das pessoas comuns. Qual é o motivo da idolatria que todos têm pelo Obama? É justamente este: respeito à liturgia do cargo, mas sempre voltado para a atividade-fim, que é o cidadão na ponta da cadeia, que é representação local e municipal.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu posso testemunhar aí, porque, todas as vezes que ia a um comício, eu dizia: "Numa cidade que eu for o mais votado, quero voltar aqui para fazer um churrasco e tomar o chopp". Era o melhor aplauso.

Bom, quero aqui, antes de convidar aqueles que se inscreveram para interpelar, também dizer que, como já foram anunciados antes esses nossos temas aqui, foram quatro eventos que tivemos e, cada um deles, com participação... Quero repetir, o primeiro foi Futuro da Democracia, com a participação do Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal e do Silvio Avelino da Silva, Secretário-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

da Mesa da Câmara dos Deputados e também do Silvio Rennó, Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

A segunda, foi o tema "Indicadores para avaliação da atividade legislativa", em que participaram Maria Regina Álvares Magalhães, Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Antônio Augusto Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Magna Inácio, Professora da Universidade Federal de Minas; e Paulo Carlos Du Pin Calmon, Professor da Universidade de Brasília.

No penúltimo, tivemos como tema "Novos mecanismos de participação popular". Como convidados, Cristiano Férrer Soares de Faria, Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados; Fernando Barreto, Diretor Executivo da Vote na Web; Arthur Ituassu, Professor de Comunicação Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E hoje estamos no último tema.

Quero dizer que também, por uma decisão nossa, remeteremos a todos aqueles que participaram aqui nas palestras uma minuta do nosso relatório; depois que tiver já pronto – já está sendo feito um trabalho por toda a consultoria, – vamos remeter a cada um de vocês e àqueles que participaram, exatamente para que vocês possam contribuir, ainda nessa minuta, do nosso relatório de política pública.

Temos aqui algumas participações: da Ana Flávia Smith Weiss, de Santa Catarina – vou ler isso aqui e vocês podem anotar para resposta de acordo com o que for mais focado na palestra de cada um –: "Deveria haver um programa para as casas legislativas dos Estados e Municípios consultarem com mais rapidez durante a elaboração de uma lei, para que ela seja adequada à Constituição Federal."

Participação de Ricardo Aires Simas, do Rio Grande do Sul: "O uso das tecnologias de informação e comunicação torna o processo mais rápido, permite maiores e melhores formas de consulta, permite uma participação popular de forma mais ampla. No entanto, há que se promover uma mudança cultural, pois ainda existe muita descrença no uso dessas tecnologias de informação e comunicação". Ele mesmo também coloca que: "Em recente pesquisa realizada nas escolas públicas de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, constatou-se que mais de 90% dos professores conhecem e utilizam as tecnologias de informação e comunicação. No entanto, menos de 20% as usam como ferramenta de trabalho numa sala de aula. Da mesma forma, vejo no Parlamento de Uruguaiana que todos os vereadores, servidores possuem redes sociais, aplicativos de comunicação via celular e outros dispositivos, mas, entretanto, relutam em utilizar essas tecnologias como meio de trabalho. Isso posto, pergunto: como tornar as tecnologias de informação e comunicação mais atrativas?"

Ainda temos aqui uma pergunta direta dele ao Professor Sérgio Braga: "Todos querem os benefícios das tecnologias, mas difícil é encontrar quem queira dedicar-se à implantação e implementação dessas tecnologias. Essa é uma atividade que toma tempo e não dá voto."

Olha, vou aqui já de cara responder, porque exatamente tem que chegar lá na ponta o contato com o eleitor, mas, de qualquer forma, o professor vai poder explicar melhor.

Ficou faltando um aqui? O Gil vai aproveitar porque já pode responder, então, às perguntas, se quiser incluir inclusive na sua fala.

Então, o último inscrito, por isso que vi que ele estava sorrindo, porque ele viu que eu não estava percebendo que ele ainda não tinha falado.

Com a palavra, então, o Sr. Gil Giardelli, colunista da Revista Você S/A e também da Band News FM. Desculpe-me e, por isso agora, você terá todo o tempo e essa campainha não vai lhe importunar.

O SR. GIL GIARDELLI – Cumprirei o tempo. É uma honra estar aqui.

Obrigado, Senador Wellington, obrigado Valdir Bezerra pelo convite, aos amigos aqui da Mesa. Acho que um debate como esse, para mim é uma honra ser colunista da Band News FM e da Revista Você S/A, mas, antes disso, sou Professor dos MBA's de Inovação da Escola Superior de Propaganda e Marketing, da ESPM e da USP-INEPAD, e tenho uma cadeira de inovação no MIT, e vou pegar um pouco do que tenho pesquisado.

Só para lembrar, esse prédio é onde desenvolvo essa pesquisa e esse prédio tem o formato de uma folha de papel amassado para lembrar a todos os pesquisadores que nenhuma pergunta deve deixar de ser feita no Século XXI.

Dito isso, até no meu trabalho acadêmico, junto à *King's College de Londres,* estamos vivendo uma nova revolução. A maioria das palavras que usamos hoje na nossa sociedade, no Século XXI, são palavras que nasceram ou criaram força entre a Revolução Francesa e a Industrial. E estamos vivendo uma revolução dos *makers*.

E posso assegurar até, discordando de um dos nossos colegas da Mesa, que realmente vamos ter que repensar a forma de fazer política, porque, quando você analisa as mídias sociais, o Brasil vive hoje um contágio emocional gigantesco e sabemos o que está acontecendo do lado de fora sobre a relação hoje política.

Dentro disso também, traduzi – eu e mais dois professores – na verdade, primeiro fomos perguntados, a King's College de Londres, como será o mundo até 2030. E aí foi feito – vocês podem pegar no meu *site*, uela linha do tempo da Ciência e da Tecnologia até 2030, nada ali é futurismo, tudo já está acontecendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

pode acontecer com mais tempo ou menos tempo em algumas nações. Mas o que vamos ver por aí é muito mais do que uma democracia digital, é um novo processo de mundo que está se colocando.

E bem-vinda essa inovação radical, que coloca em xeque empresas, pessoas, países. E quando a gente vai no conceito de dois professores, um professor do MIT e outro de *Harvard*, de por que as nações falham, com todo respeito, tenho muita paixão pelo meu país, estamos exatamente no caminho que é descrito.

E aí, quando se pega esse estudo que até laureou o Prêmio Nobel de Economia, porque se antes a inovação demorava 30 anos, agora estamos falando de uma inovação chamada de "barbatana de tubarão", tudo acontece e tudo está já atrasado em um ano.

E aí estamos aqui, por exemplo, só para gente pensar e colocar, eu trouxe um drone de pesquisa, o meu drone ficou parado aqui em Brasília durante oito meses, com a ANAC, não sei se estava com a ANATEL. E não é uma questão de drone ou não, é uma questão de como vamos nos posicionar nesse mundo, porque qualquer ideia hoje no mundo, que qualquer pessoa tiver, em média 450 pessoas têm a mesma ideia e apenas três colocam essa ideia para funcionar. E quando o governo, quando o Estado, quando a sociedade, quando a Academia, não estão preparados para incentivar essas ideias, a gente vai perdendo o passo desse novo mundo.

E aí, estão todos esses estudos no meu blog, vivemos o que é chamado Mundo Vuca, no português seria volátil, incerto, complexo e ambíguo como nunca, e isso é estudado em todos os contágios emocionais, desde da revolução que aconteceu em Moldávia, que foi a primeira das mídias sociais, até as jornadas de 2013.

E aí vem um economista britânico e cria o termo "precariados", onde foi dito para uma grande parte da sociedade: trabalhe muito, estude muito, se endivide com as universidades e, depois, você vai ter um bom emprego, um bom trabalho e um bom Estado. Não vamos falar só de Brasil. Na Tailândia, em Bangkok, peguei um semáforo que demorava oito minutos. E aí essas pessoas ficam precariadas e começam a demandar nas ruas. E hoje, qual o problema de tudo isso, desse contágio emocional? Se a gente analisar uma obra de Immaculée Ilibagiza, "Sobrevivi para contar", sobre o genocídio que aconteceu em Ruanda, o Brasil, se nada for modificado no antagonismo que a gente vive, vai estar vivendo esse mesmo momento.

E aí o que acontece? Hoje, as ferramentas, o *social*, que seriam as mídias sociais, ela já faz parte de um retrovisor. Hoje, estamos falando de mobilidade, de *cloud*, de *big data*, que foi bem colocado aqui. Por exemplo, no Google, hoje um dos empregos que mais demandam pessoas no mundo é o de robôs jornalistas ou digitais jornalistas, que usam algoritmos, usam *big data* para produzir matérias.

Temos os novos consumidores, os novos "*beatles"*, só que acho que fui convidado para fazermos uma reflexão e estou aqui para colaborar, mas, em todos os *hackathons* que acontecem no mundo, no Brasil particularmente, você vê muito pouco a presença de qualquer âmbito do Estado. Vamos dar um exemplo do meu Estado, o Estado de São Paulo: a IBM abriu o segundo Datacenter na América Latina, o primeiro já era no Brasil, o segundo de novo – isso é extremamente estratégico para uma nação – e simplesmente foi mandado o assessor do assessor do assessor – nada contra os assessores –, mas o mesmo Datacenter lá fora, na Inglaterra, a Rainha da Inglaterra foi abrir esse Datacenter. Então, essa é a importância que estamos dando hoje a esse novo mundo.

E o que vai acontecer? Tem uma empresa do Google chamada "*Store Full";* ele usa *big data;* se acontecer uma explosão em algum lugar, em milésimos de segundos ele sabe quem tem o melhor vídeo para colocar disponível no canal de jornalismo do *YouTube*. Então, imagine que vai mudar completamente a forma como a gente produz notícia.

Se não usarmos o *big data* hoje, um tecnólogo, que somos nós aqui, sou um técnico otimista, precisa de 160 horas de leitura semanal para entender o que está acontecendo no mundo. Então, a questão de *big data*, de algoritmo, de ser preditivo, vai passar por essa inovação recombinante.

E eu participei em Davos, e o tema esse ano foi "A 4ª Revolução Industrial". E a 4ª Revolução Industrial vai mexer, como nunca, no nosso processo. Esses são dados misturados do Ministério do Trabalho mais o do Dieese, 98% dos empregos criados, entre 2004 e 2014, no Brasil, de novos empregos de carteira assinada, foram empregos de até dois salários mínimos. Isso é o que a gente chama de, quando tem o desemprego estrutural, o tecnológico é o primeiro a ser cortado. Já volto nesse ponto.

E o que acontece? Dou aula com esse robô aqui, ele guarda até 10 mil aulas na sua mente, no mundo inteiro ele é negociado por US$4 mil. Um professor consegue pagar US$4 mil hoje? Um professor de fora? Aqui, por nossa tributação e por nossas leis, ele custa R$120 mil, impossível para qualquer professor.

Aqui ele está falando à Rainha da Inglaterra, conversando com ela, ela dá um sorriso que ela não deu, nos últimos 180 anos, quando ele reconhece ela.

Mas, olha só, Angela Merkel ali, a Rainha da Inglaterra, olha só a importância que estão dando para essa indústria. E lá em Davos, quando você acordava naquele frio, aquela bucólica vila, você era recebido por esse robô e ele falava assim: não se preocupe porque já já nosso emprego estará sendo feito por vocês. Isso, no âmbito até de governo, provavelmente vá acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

A China já começa a mudar a sua economia, onde troca 60 mil funcionários por robôs na Foxconn. Se você tem hoje um *smartphone* da Samsung ou da Apple, provavelmente foi feito nessa fábrica. Esse é o grande ponto.

Então, eu trabalho com esses três robôs, mas por que eu quero dizer isso? Se nada for feito para a economia brasileira sobre a Internet das Coisas, teremos o incremento de quase meio bilhão de dólares na nossa economia. Se algo for feito, poderemos aumentar muito isso e gerar uma série de empregos. E o que significa isso? Vai rodar no mundo US$90 trilhões nos próximos anos de Internet das Coisas. Por exemplo, na área que é futurismo aqui é uma abelha robô de Internet das Coisas, que está agora pulverizando nos principais campos.

Então, se a nossa economia estava baseada, sim, em *commodities*, em agricultura – nada contra isso – já já teremos as fazendas verticais, essas abelhas que estão pulverizando. E a pergunta que temos que fazer é: para um quilo de inovação, quantas toneladas a gente precisa de *commodities*? E dito isso, a inteligência artificial vai nos levar a outros mundos. Aí o que fica pasmo na nossa pesquisa sobre o Brasil é que se gastam fortunas, e nunca se gastou tanto em tecnologia – e isso não estou falando de Senado; estou falando de Brasil –, e não se tem um resultado pífio, por exemplo, de ter um cadastro único de todo o brasileiro sobre o sistema de saúde, que é uma coisa muito simples.

E o que acontece? Se antes tínhamos a sociedade, que era uma sociedade em rede, que era uma sociedade centralizada, depois ela passou para descentralizada e agora ela está distribuída. E a distribuída, na minha opinião, passa por abrir as portas das casas. Fiquei um pouco preocupado porque, a maioria das sugestões que davam sobre o papel do governo nessa nova era, me pareceu que era para pesar mais no imposto do cidadão, criar-se uma nova tv, criar-se um novo... Não se aguenta mais. Não tem como. Quem é empresário hoje sabe disso.

E o que está acontecendo? Os poucos poderes que o Estado tinha era o Exército – e temos uma concorrência com o PCC; era a fabricação de moeda, e agora, aqui no Brasil, já são milhões de reais por mês negociados em *bitcoins*. Enquanto o Governo, o Banco Central britânico já disse que vai regulamentar uma série de moedas criptografadas, a maioria, o nosso Banco Central ainda nem começou a discutir. Eu, por exemplo, tenho um investimento em *bitcoins*. Não vou andar fora da linha, mas nem sei como eu vou declarar o meu investimento em *bitcoins*, porque não há como, é uma questão de você....

E aí o que acontece: começam as empresas unicórnios. O que a gente está vivendo hoje? Eu voltei sexta-feira do Vale do Silício, e vivemos um novo Império Romano. Cada vez que você usa o Airbnb, cada vez que você usa o Uber, cada vez que você usa o Linkedin, cada vez que você usa o Facebook, você está mandando dinheiro para o Estado Nação. Nós viramos uma província, e estão crescendo empresas unicórnios, como a gente nunca viu.

Argumento de realidade, em Stanford, onde eu faço parte do MediaX, estuda-se desde a década de 30. E aí estive com esse garoto o Palmer Luckey, que, aos 17 anos de idade, entra na Universidade de Stanford, um jornalista, une-se a mais dois garotos que faziam Ciência da Computação, e ele desenvolve algo que vai mudar completamente a forma como a gente vai se comunicar, que é a realidade virtual.

Aqui é uma reunião, em realidade virtual, na ONU. Quando vocês forem para São Paulo, podem ver esses óculos, ou podem ver aqui, em que os governantes, os diplomatas viam, em tempo real, o que estava acontecendo nas fronteiras da Europa, que estão pressionadas por milhões de pessoas que querem entrar lá. Então, a gente muda completamente.

A gente vai mudar a forma como vão interagir, como eu disse, as mídias sociais, como a gente conhece, que é a computação natural. Você vai poder... Isso já está pronto, é uma questão de... Já está barateada. Você vai poder discutir qualquer coisa sem ter que vir para Brasília e pegar um avião. Você vai poder discutir dessa maneira. Então, como que a gente vai se posicionar nesse cenário do futuro?

E aí, quando a gente pensa que a empresa unicórnio acabou, vem essa empresa chamada Medic Life. Não é preciso usar óculos, não é preciso usar absolutamente nada; você vai ver uma baleia desse jeito, você vai ver como é o escritório do futuro.

E o que vai acontecer? Nesse Império Romano, os países que não se posicionarem vão ficar realmente para trás. E hoje o que eu acho que falta é uma pergunta – e fiquei muito feliz de ser convidado pelo Senado do Futuro – que é qual é o nosso projeto como Nação inovadora? Enquanto Singapura está contratando as melhores cabeças do mundo, para pensarem os seus próximos anos, aqui na América Latina, a gente está tendo este problema, Senador. E é só uma... Não é uma...

E por quê? Porque está mudando tudo. A BMW, por exemplo, já mudou o seu negócio. No aniversário de cem anos, que foi agora, há poucos meses, em vez de ser uma empresa de automóveis, ela é uma empresa de conexão urbana.

E por que ela é uma empresa de conexão urbana? Se vem aí o Uber, não há problema. Não use o Uber! Você vai pagar uma mensalidade, e hoje você vem para o Senado com um X1; vai viajar de final de semana, usa um X5; está sol, você pode usar um Mini Cooper. E isso já está funcionando no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Carros viraram dados. Você não vai mais precisar dirigir esse carro da Audi...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nessa outra parte aí, você foi muito rápido. (*Risos.*)

O SR. GIL GIARDELLI – É por que eu estou no meu tempo; eu perdi o meu tempo aqui nessa daqui do... (*Risos.*)

Esse é o novo carro da Mercedes, já não é protótipo. Você já não senta e dirige. Você se conecta ao YouTube e vê a nossa sessão plenária aqui.

Então, eles estão falando agora dos carros autônomos. O que vai acontecer com os carros dos autônomos? Desemprego tecnológico como a gente nunca viu. Milhões de motoristas...

E por que que a BMW mudou o seu negócio? Por que a China já regulamentou o *drone* pessoal. Então, está aí funcionando, e já são milhares.

Claro que milhares vendidos na China não é nada de mais, porque eles são quase na China não é nada de mais, porque eles são quase 1,3 bilhão de pessoas. Mas isso vai mudar a legislação, isso vai mudar a forma como a gente está fazendo o nosso mundo, isso vai mudar a forma como a gente vai se transportar.

E aí a pergunta é: como que a gente vai se posicionar nesse novo mundo, onde tudo muda tão rápido, tão disruptivo e de forma tão emergencial? E aí, quando a gente acha que o Vale do Silício não vai trazer nada, o carro que promete ser eterno, porque ele não consome energia, vendeu 325 mil unidades, em 24 horas, para ser entregue em 2017. Então, se a indústria de fóssil de combustível estava em jogo, vai ter que se repensá-la, porque a gente está mudando para outro lugar.

E aqui só uma ideia sobre essas redes. Aqui é a Rio Tinto, que fez todo um projeto, para que seus caminhões fossem dirigidos virtualmente, de uma sala. E, aqui no Brasil, nós temos uma lei, pensando no Senado do Futuro, que proíbe utilização de tecnologia, substituindo o ser humano. Essa lei é, se não me engano, do Deputado Aldo Rebelo, e essa lei nos coloca totalmente na contramão disso.

E, por exemplo, veja só o que vai acontecer com o mundo, aqui um professor brasileiro, com a Shell, falou: "Já que não vão usar combustível, vou ao Morro da Mineira, e, quando as pessoas pularem, elas produzem energia; quando elas jogarem bola, elas produzem energia; quando os pais forem trabalhar, elas produzem energia." E aí nós já temos o primeiro local do mundo onde você tem a produção de energia feita de passos. Isso vai mexer com as relações públicas e privadas, vai mexer com o contrato da empresa que fornece energia no Rio de Janeiro, em São Paulo, em qualquer região.

E aí, nesse futuro de que a gente está falando...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em relação a isso, eu quero guardar a patente para os índios xavantes, lá do Mato Grosso... (*Risos.*)

Porque foram eles que desenvolveram, colocando as crianças para bombear água na gangorra.

O SR. GIL GIARDELLI – E o senhor sabe que o Japão está pegando um monte de patentes dos índios do Mato Grosso e colocando como se fossem deles. É um mundo cruel, é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Temos que evoluir também nessa área.

O SR. GIL GIARDELLI – E Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão e China estão discutindo agora sobre a primeira fábrica em volta do Planeta Terra, porque a lei que há da década 60 não permite mineração em volta do Planeta Terra. E eles vão mudar completamente essa lei, e o Brasil precisar participar disso, porque a gente está vivendo num lugar onde você pode mandar esses nanossatélites, e você quebra realmente o monopólio da comunicação, como a gente nunca viu.

E aí, só para a gente colocar a última pimentinha, aqui estão as fazendas verticais na Inglaterra. Elas já produzem 70% do consumo de Londres, feito, por exemplo, nos antigos metrôs que foram abandonados, para serem criados os novos, usando iluminação de ponta. Então, a gente tem que repensar um pouco como a gente está levando tudo isso.

E aí como renovar com isso? O Governo britânico falou assim: "O que fazer depois das Olimpíadas?" Pegou os 250 mil metros quadrados e falou: "Aqui nós estamos criando uma ponte entre a academia, os inovadores e a iniciativa privada. Por meio disto, estão se criando bilhões de *pounds* nessa casa dos inovadores."

Esse é o grande legado que foi deixado, porque a China está realmente mudando tudo. Esse aqui é o novo dinheiro da China feito pelo CEO do Alibaba. Reconhecendo a retina, ele faz o pagamento em milésimos de segundos ano/Big Data.

Isso aqui foi apresentado na feira de mobilidade de Barcelona. A Angela Merkel quase caiu para trás. O espanhol quase teve um infarto, porque mudou.

E aí brevemente, em 2019, já está pronta a nossa base printada com poeira cósmica na Lua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

E aqui, por último, todos os presidentes americanos convidavam, quando se abria o ano fiscal, os Chicago Boys e Wall Street Boys, que eram os meninos da economia. Em 2009, ele resolve convidar os Tech Boys, e estão ali Mark Zuckerberg, Steve Jobs, o Presidente Cisco, o da Netflix, enfim, todos os grandes ali, do Google. Ele faz uma celebração à inovação, e ele cria – no ano passado, ao vivo ele entra –, uma secretaria – porque lá não há ministério, lá é secretaria do Estado – de serviços digitais e *big data*.

E esta secretaria está fazendo uma revolução na forma de governo, na forma de criar uma nova postura. Eles contrataram 500 *tech* líderes das maiores empresas do Vale do Silício, para se mudarem para Washington. Há um problema muito sério entre a forma de pensar – e não em quem está certo ou errado; não é essa a discussão –, mas em a levar essas pessoas para lá.

E aí o Pentágono hoje colocou 162 empresas embaixo do seu guarda-chuva, no Vale do Silício, para criar inovação que domine – que é chamado de *soft power* – a economia mundial. Então, se eles fizeram o *soft power* com projeto do cinema, agora eles estão fazendo *soft power* com esses *hubbies* de inovação.

E aí, como eu disse, é o Império Romano novo: Google, Uber, Netflix. São empresas que exigiram a regulamentação antes.

Vou dar um exemplo só da Amazon, que foi a primeira a fazer entregas de produtos via *drone*. E três Estados tentaram proibir. Rapidamente, isso foi para a Suprema Corte. A Suprema Corte, rapidamente, coisa de menos de 20 dias, disse: "Se não há lei, pode usar o *drone*." Aqui, e é uma pergunta que eu faço: se não há lei, o que acontece com isso?

E aí começam essas carreiras quânticas, que são carreiras para as quais a nossa academia não está preparada, *data* cientistas. Acredito que todos os profissionais que trabalham no Governo precisam se tornar *data* cientistas. Dou uma série de cursos gratuitos de Harvard e MIT. Eu amo meu País, ressalto isso, mas...

Então, são novas profissões que estão acontecendo aí. E aí, a cada emprego que acaba pela ruptura digital, três novos estão surgindo. E qual é o problema, amigos? Noventa e cinco por cento dos alunos do Ensino Médio hoje no Brasil saem como analfabetos funcionais no índice Matemática. Isso é um dado do Pisa, que é um programa mundial; 50% dos alunos graduandos – isso é um dado do MEC – são analfabetos funcionais ou em Português ou em Matemática.

Então, se a gente for para o Prêmio Nobel Robert Solomon, quando ele fala sobre todo esse *cyber* ativismo, sobre a riqueza das nações etc., ele fala que uma nação consegue ter democracia pura quando ela se abre, sim, quando ela tem seus dados, mas quando ela consegue fazer com que as pessoas entendam os dados, porque dados sem nenhum tipo de interpretação não significam absolutamente nada. Então, a gente vai ter que formatar realmente este nosso País.

E aí o que eu queria deixar aqui: um professor da USP leu toda a Constituição e lá estavam 76 vezes direito; 4 vezes dever, 2 vezes produtividade, 1 vez eficiência. E faz poucos anos que a palavra inovação entrou no nosso radar.

E aí a gente vai ter que entender qual é o nosso projeto de nação, porque a conta não fecha. E vamos ter que rever a nossa pesquisa: 49,720 mil pesquisadores de alto calibre brasileiros abandonaram o País por falta de incentivo à inovação. Se Santos Dumont estivesse vivo hoje, levaria nota E menos, porque não há espaço para ele fazer inovações.

Não tem espaço para ele fazer inovações. E aí eu queria falar aqui num projeto UbatubaSat, porque pouco se falou disso. Um professor de uma escola pública de Ubatuba, simplesmente, falou: "Como ensinar matemática em uma escola pública onde a repetência é altíssima, onde os alunos são desinteressados?" Ele criou um projeto de R$12 mil, com vaquinhas: o dono da padaria deu R$500; o dono da mecânica deu R$600 e foi a primeira equipe brasileira a colocar um nano satélite brasileiro em volta do planeta Terra que funcionou, junto com a Nasa.

A Nasa deu um prêmio mundial para ele e depois ele ganhou o maior prêmio mundial de educação, dado em Tóquio, para matemáticos, para ensinar matemática, ciências exatas. Eu acho que esse professor e seus alunos deveriam ser recebidos aqui para um prêmio, muito mais do que os jogadores de futebol.

Eu vou pular aqui, mas qual que é o grande dilema hoje? É que a gente possa experimentar essa desconexão, e eu vou colocar o som e o meu último vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Você percebeu que o seu tempo está livre, não é?

O SR. GIL GIARDELLI – Obrigado, obrigado mesmo.

Esse vídeo é muito urgente.

(Procede-se à exibição de vídeo)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. GIL GIARDELLI – Então, esse filme nos ensina duas coisas: primeiro que isso é ciência pura, física pura, nosso dia não tem mais 24h, ele tem, em média, ainda não deu para ter a exatidão, entre 16h e 19h. Isso nos coloca um senso urgente. O mundo está acelerando de uma forma no digital, como nunca se acelerou, e é impressionante ver no Vale do Silício o grupo chamado Brasil B, que é um grupo de brasileiros que estão inovando muito.

E aí, Exmo Senador, eu fico triste em ver tantos meus alunos de ponta indo embora para criar riquezas lá fora. Não é por ser bairrista, nem nada, mas por que esses alunos que nós chamamos de alta potência não estão ficando aqui? Porque uma máquina faz o trabalho de cinquenta homens comuns, mas não consegue realizar o trabalho de um homem extraordinário, e aí eu acho que temos que começar a criar mais esses trabalhos extraordinários.

Espero ter colaborado, sei que saí um pouquinho das perguntas, mas acho que era a resposta a esse Senado do Futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos aqui seis inscritos, portanto, vamos tentar equacionar o tempo, dando três minutos, no máximo, a cada um.

Mas como os palestrantes já notaram também, na hora em que for feita a pergunta direta, vocês podem colocar as outras perguntas que, por ventura, já tenham sido feitas.

Eu quero ainda aqui ler a participação do Ricardo Aires Simas, do Rio Grande do Sul, que diz: "Senador, esse meu último comentário foi exatamente para parabenizar a Comissão Senado do Futuro que se preocupa com essa atividade de buscar novas soluções, mesmo que não dê votos. Isso se faz pensando em um Brasil melhor. Parabéns!", mas ele ainda afirma para o Giardelli: "Quanta inovação, quanta tecnologia, e tudo isso em quanto tempo? Cinco, dez anos no máximo? Como você disse que daqui para frente é tudo mais rápido, o que nos espera? Estamos preparados?"

Eu vou conceder a palavra aqui ao primeiro inscrito, Flávio Heringer, por três minutos.

O SR. FLÁVIO HERINGER – Boa noite a todos, é um prazer estar aqui, foi um evento único realmente, em todos os aspectos, pela participação de todos. Obrigado ao Senador e a todos aqui.

Eu queria apenas fazer uma colocação breve, que creio que se encaixa muito não só naquilo que Prof. Giardelli acabou de falar, mas, também, no que o Prof. Thiago Sombra mencionou antes, que nós estamos vivendo num processo de regulação desse mundo, dessa nova realidade, que não é igual àquilo que a gente viveu até agora. E eu acho que um dos desafios da nossa jornada de hoje é responder como que, dentro do Senado, dentro do processo legislativo, a gente consegue dar respostas adequadas a esse mundo em que nós vivemos, sem perder aquilo que é intrínseco: valor humano, a estabilidade, a segurança, não só jurídica, mas a segurança da privacidade, da pessoalidade, que envolve os direitos que foram conquistados ao longo do tempo.

Então, a minha pergunta vai muito no sentido de reforçar um pouco e indagar como que a gente pode enfrentar esses desafios do mundo moderno, de velocidade, especialmente, no que diz respeito à formulação legislativa e ao trabalho legislativo diante desse cenário de muita mutação, de muita velocidade que a gente tem de enfrentar no dia a dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Carlos Penna Brescianini. Está certo ou não?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Está certo, Senador.

Boa noite, Senador, convidados. Vou perguntar rapidamente e gostaria de ouvir de uma maneira mais rápida, gostaria de gravar para a Rádio Senado.

Antes gostaria até de fazer um esclarecimento. É bom. Eu já trabalhei na TV Senado, vim aqui concursado pela TV e agora trabalho na Rádio. A TV e a Rádio têm canais em Brasília e em outros Estados elas retransmitem de várias maneiras diferentes. A Rádio retransmite através de convênio e suas matérias são retransmitidas por dezenas, centenas, quase milhares de rádios em todo o Brasil, que utiliza material produzido pela Rádio. E a TV tem esse material também que rola pela internet e a possibilidade da TV digital abre a possibilidade de ter três, quatro programações ao mesmo tempo. Quando a TV estiver implantada, quem tiver com antena digital captando, poderá escolher um, dois, três, quatro programações. É a chamada multiprogramação.

Em vários Estados, o sinal é retransmitido, em outros ainda não é, mas aí é a política de cada Estado. Respondo isso para esclarecer, porque eu ouvi que o professor tinha gostado da questão da TV e da Rádio, então, quero explicar que, se não é mais retransmitida e se não são mais divulgadas, é porque, como diria até o palestrante, o Sr. Gil, nós temos limitações legais que impedem o avanço da tecnologia da difusão.

Perguntando agora, de maneira rápida, perguntaria ao Sr. Senador e aos seus convidados, de maneira ida, assim para a gente poder gravar e ter como principal ponto: os senhores acham que a votação eletrô-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

nica, não presencial dos Parlamentares, poderia ser uma opção no Brasil? Ou seja, os Parlamentares não estão necessariamente no plenário da Casa e surge a necessidade de fazer uma votação. Isso seria possível de ser realizado aqui no Brasil? O que acham, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Além da tecnologia isso tem muito a ver com a política. (*Pausa*.)

Agora, sim, além da tecnologia, eu acredito que política tem muito a ver com a sensibilidade em relação humana.

Eu creio que é praticamente impossível você fazer um processo legislativo de forma, vamos dizer não só democrática, dentro dessa sensibilidade sem o Parlamento presencial, porque, se a gente estimular isso e amanhã for colocado o voto eletrônico em qualquer lugar do País ou até do mundo, o que é possível hoje, a presença, ou seja, a discussão, os embates deixam de existir, portanto, a meu ver, deixa de existir a sensibilidade humana, e isso, a meu ver, é extremamente humana.

As pessoas cobram muito, principalmente a imprensa, quanto trabalha um Parlamentar? E aí vai até a pergunta, porque eu não sei se foi isso que eu entendi, quando o Prof. Sérgio disse, em relação à questão da eficiência, o custo de um Parlamentar e a eficiência: o Parlamentar que menos gasta pode ser o mais eficiente? Ou o Parlamentar que mais gasta, necessariamente, é o mais eficiente? Então, são dois questionamentos feitos pela imprensa. A presença do Parlamentar em Brasília deve ser de 30 dias com as folgas de finais de semana como qualquer funcionário público? A minha resposta é: claro que não.

Se nós também não vamos na Base para ouvir e sentir o que está acontecendo com a população, a gente vai perdendo a sensibilidade. Assim como, por exemplo, aconteceu agora um acidente com os nossos meninos estudantes no Rio de Janeiro. Por que um presidente da República deve se deslocar e ir àquele local? Quanto custa o deslocamento de um presidente da República para ir lá? Custa a sensibilidade humana; custa para a população entender que existe um governo antenado com o dia a dia da população, mesmo que muitos crimes aconteçam em um dia, muitas vezes sem serem enxergados, sem serem discutidos pela população.

Assim como tenho dito que, muitas vezes, uma lei feita na pressão, na opressão, sempre é uma lei perigosa ou normalmente uma lei que não tem sua eficiência, sua eficácia. Por isso o processo legislativo é lento, tem de ser lento. Quando se começa um projeto – no caso do Brasil bicameral, começa um projeto na Câmara dos Deputados, depois de passar por várias comissões, normalmente ele passa por várias comissões exatamente para ter esse amadurecimento –, ele vem para o Senado; aqui acontece tudo de novo e, se for feita alguma modificação, ele volta à Câmara. Exatamente porque o legislador do passado pensou no amadurecimento. Claro que, no mundo, tudo está ficando muito mais rápido, há necessidade de muito mais agilidade, e assim haverá de acontecer. Por exemplo, aqui se citou, a China, que já foi na frente e fez uma legislação que, se o Brasil ou outros países não fizerem, até acontecer essa lei, já perdemos muito tempo.

Então, eu penso que nós vamos ter de modernizar, e é o que estamos fazendo. Nós temos de democratizar o processo legislativo, e a forma de fazê-lo é exatamente dando oportunidade a todos e, quando eu digo todos, o ideal seria que todo cidadão que tem um celular, e hoje no Brasil nós temos mais de 200 milhões de celulares, ou seja, mais telefones celulares do que número de habitantes. Então, se todos tiverem acesso e usarem realmente seria uma maravilha. Que o Parlamento tivesse essa capacidade de ouvir a crítica de todos a qualquer projeto... Mas, pelo menos, em projetos de acordo com aquela região ou interesse de cada cidadão.

Então, respondendo de forma conclusiva, eu penso que não dá para substituir o Parlamento presencial.

O SR. THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA – Bom, um dado curioso aqui é que, em grande parte dos países com maior desenvolvimento tecnológico, ainda não se cogitou se quer essa medida de implementação de uma votação eletrônica direta. O que se faz é exatamente o oposto, é se reforçar os mecanismos de transparência e de maior participação.

Em grande parte desses países, acredito que o movimento tem sido muito mais de ampliar o acesso do eleitor do que propriamente estabelecer um mecanismo de votação direta, que não seja efetivamente o plebiscito ou o referendo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Prof. Sérgio, gostaria de fazer algum comentário? Com o microfone, talvez, fique melhor.

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Eu gostei muito dos pontos colocados na exposição do Gil, porque ele coloca uma das questões mais complexas com que a gente tem de lidar, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista empírico, que é a relação entre a velocidade da inovação tecnológica e a identidade.

Eu acho que ele mostrou uma foto lá que simboliza muito bem esse dilema.

É um robô com alta tecnologia, com alta capacidade de aprendizado, conversando com quem? Com a ...nha da Inglaterra. Quer dizer, existe alguma coisa mais tradicional do mundo do que a monarquia britânica? ...nglaterra é o exemplo no qual temos de nos mirar. Tanto assim que, em todos os exemplos que eu dei aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

para defender as ideias, eu procurei me ater estritamente ao ponto. Na House of Commons, sequer, tem votação eletrônica. A votação lá é com aquele processo de contagem ainda em que eles ficam passando. Quando há dúvidas na votação, eles contam presencialmente as pessoas. Eles não têm botão. Você visita a House of Commons e a Câmara dos Lordes... Eu morei um ano na Inglaterra e tive oportunidade de ir lá várias vezes. Eles passam a contagem quando há uma votação controversa.

Então, eu concordo exatamente com isto que o Senador falou: você tem de equilibrar os rituais do processo legislativo, os rituais da Administração Pública, com essa velocidade incrível da tecnologia para não gerar distopias.

Os países que mais deram certo no mundo em que temos de nos mirar, que são os países da Europa, do norte da Europa, a Inglaterra, as democracias asiáticas, são países que souberam regular a tecnologia para não gerar distopias. Por que o que adianta você ter um alto grau de desenvolvimento tecnológico se isso gera perda de identidade das pessoas? O sujeito fica igual a um biruta de aeroporto, sem ter um marco onde se firmar.

E os países que mais cultuam as tradições são justamente os países que são mais dinâmicos do ponto de vista da inovação tecnológica, que são os Estados Unidos, os países asiáticos, a Inglaterra, a Dinamarca, a Finlândia, todos esses países que são modelos para nós. E existem pilares, os americanos se referem aos *Founding Fathers* com orgulho. Eles aprendem isto desde a escola primária, que é conservar certas tradições cívicas que servem como marco.

Então, eu concordo com essa posição. Eu acho que a tecnologia vai mudar, que é justamente a posição que tem sido dominante na literatura inglesa, na Comissão de Democracia Digital da House of Commons.

Muda essa onda avassaladora de tecnologia que está ocorrendo; vai mudar muita coisa, como está mudando, só que essa mudança vai ser incremental e vai conservar alguns pilares que formam a identidade do país e seu marco legal; as normas fundamentais do Kelsen, que formam a ponta da pirâmide de qualquer ordenamento jurídico.

Então, você tem de ter o ponto de equilíbrio. Entre o robô e a rainha da Inglaterra tem de encontrar aquele ponto de equilíbrio que vai otimizar, vamos dizer assim, o bem-estar daquela coletividade. E eu acho que é evitar que o Legislativo fique insulado e que um país não incorpore tecnologia externa, mas evitar também, como diz um grande historiador da tecnologia, o David Landes, que tem um livro chamado *Prometeu Desacorrentado*. É evitar que a gente caminhe para um cenário tipo Manchester, em meados do século XIX, ou Londres, em meados do século XIX, que são verdadeiras distopias causadas pelo progresso técnico desenfreado e não regulado por normas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu creio que todos aqui poderiam fazer um comentário, mas como a gente tem um tempo também que já está avançado, o Prof. Carlos, que é professor em uma área de ciência política, talvez pudesse fazer um pequeno comentário, já que para isso necessitaria de uma aula.

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – Muito obrigado, Senador.

Eu responderia a sua pergunta dizendo que sim.

Isso aqui é uma comissão do futuro, então concordo com o Sérgio, concordo com o meu colega do Direito, de que as normas são lentas e de que há uma transição lenta.

O Direito caracteriza-se – perdoe-me o atrevimento – pelo conservadorismo, ou seja, nós não podemos mudar as coisas de um dia para o outro, até porque causaríamos um caos jurídico tamanho que não seríamos capazes de aguentar.

Agora, o que se distingue da democracia representativa tradicional para uma democracia digital seria: a democracia representativa, nos moldes tradicionais, avançaria para mecanismos de discussão que poderiam ser feitas na base e levadas para o processo de representação, para a discussão. Isso não vai inibir esse método, digamos, humano a que o Senador se referiu e nem vai inibir essa crítica tradicional de que a política se faz no embate face a face, de que a política se faz no dilema, se faz na discussão, se faz na troca, se faz naquilo que a Rede Globo faz muito bem, de pura publicidade, que é o pinga-fogo. Eu sei que é mera publicidade da Globo, mas eles fazem isso muito bem, que é a contraposição de ideias. Mas essa contraposição de ideias pode começar anteriormente. E parte do tempo que o Senador gasta na votação poderia se tornar imediato.

Na universidade, por exemplo, temos uma discussão sobre o sindicato. E normalmente o sindicato é contra qualquer tipo de votação eletrônica. Por quê? Porque o sindicato detém os mecanismos formais de elaboração política e detém uma minoria que não quer que 2,5 mil professores de uma universidade, por exemplo, votem eletronicamente, porque vão se contrapor à direção sindical.

Então eu acho que há um contrapeso aí. Você poderia responder da seguinte maneira: a votação eletrôa passará a existir no limite em que houver uma discussão maior da base – uma discussão digital maior a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

base – e que essa discussão seja levada – aspas –"filtrada" aos representantes, que poderão ter o seu embate, mas de maneira mais curta, e poderão usar o seu tempo de maneira mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O Professor disse que sim e não. Então vou tentar dizer por que sim também, mas o sim é o sim do futuro.

Por exemplo: o Brasil é o país mais avançado do mundo em termos de apuração quanto às eleições. Então, se evoluirmos a tal ponto que tenhamos uma população em condições de universalidade educacional, é claro que nós poderemos evoluir para até, talvez, não ter Parlamento. Assim o País poderia fazer referendo toda semana, todo dia, enfim. Por isso não dá para dizer não também, porque o que será o futuro?

Eu não sei se o Sr. Gil – creio que ele não é professor também, é um jornalista –, se atreveria a dizer o que poderia ser o futuro, se algum Parlamento chegaria a isso. Se ele quiser fazer esse comentário...

Eu já vou colocar os outros inscritos para que possamos concluir, e cada um possa falar e já concluir.

Vladner Leal.

O SR. VLADNER LIMA BARROS LEAL – Boa noite, Senador. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Creio que o Flávio foi prejudicado, mas todos poderão responder a ele. O Carlos foi mais, digamos, contundente, porque ele nos impôs a gravação.

Pois não.

O SR. VLADNER LIMA BARROS LEAL – A minha pergunta é para o Gil, mas se alguém mais quiser comentar...

No serviço público, temos dificuldade grande com algumas restrições. Temos restrição de pessoal, de tempo, administrativa. Ouvi muito a palavra inovação. Nós tentamos perseguir isso, mas essas restrições sempre nos puxam para trás.

Eu queria sugestões de alternativas para conseguirmos inovar com essas restrições que nós temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agora o Humberto Mendes.

O SR. HUMBERTO MENDES – Eu quero parabenizar a Mesa; excelente qualidade, excelente debate, excelentes colocações. Parabenizo também o Senador pela energia com que conduz esse debate de tamanha importância há quatro audiências.

Começaria fazendo algumas observações, talvez mais direcionadas ao Professor Carlos e ao Sérgio.

A tecnologia coloca essa velocidade que o Gil nos trouxe aqui, estonteante. E quando pensamos nesses atributos, nesse potencial que ela coloca dentro do Parlamento, onde a representação exige esse tempo, até lembrado pelo Senador Wellington, da prudência, é preciso maturação no processo de discussão. É preciso haver debate, é preciso criar consenso. É aí que moram os desafios da democracia. Ela se qualifica exatamente no debate, na discussão, no convencimento e na criação de consenso. E vejam que custo se paga quando a democracia começa a funcionar mal. Nós estamos falando da questão da inovação; o quanto perdemos de espaço ao longo dos anos. Estamos há dois anos numa crise política sem precedente, levando a uma crise econômica igualmente sem precedente. Quanto custaria isso?

Então, quando a democracia funciona mal ou de forma limitada, ela nos impõe um custo incalculável.

A questão que eu gostaria de levantar em relação ao tema específico da participação popular é a cultura do protesto, surgida desde as revoluções da Primavera Árabe, anunciadas ali simbolicamente, passando por 2013, aqui no Brasil mesmo: "Não vai ter Copa" e não vai ter um monte de coisas outras que vieram nesse bojo.

Como a democracia brasileira, que é o que nós precisamos aperfeiçoar urgentemente diante desses apelos, porque estamos falando de um processo que nós não dominamos... Nós não temos o entendimento pleno dele. O que leva essas pessoas a protestarem de forma tão veemente; seis milhões ou três milhões de pessoas indo às ruas depois de recentemente terem tomado decisões nas urnas, que era uma coisa absolutamente sagrada?

Então, nós temos esses fenômenos estão acontecendo e precisamos refletir a respeito.

Precisamos a dar resposta que é exatamente a provocação que a Comissão coloca: como é que nós vamos aperfeiçoar o processo legislativo para que isso se equacione na sociedade, a democracia funcione como tem que funcionar e o processo econômico ocorra como tem que ocorrer, para irmos em direção à inovação e sejamos um grande País, realizando o nosso potencial?

Eu gostei muito da colocação do Professor Carlos, em relação à sugestão de fóruns; essa questão de utilizar a tecnologia disponível hoje para alimentar esse frenesi da base, essa excitação, essa expectativa criada por esse conjunto de aparatos, de dispositivos que apareceram recentemente, nos últimos 15 anos ou menos, aproveitar essa excitação da base e integrá-la. E aí gostei da ideia do fórum.

A tecnologia, a grande vantagem dela, a meu ver, foi que barateou o processo de participação, porque imagino que é como colocou o Cristiano, na última audiência: o que seria trazer duas mil pessoas para Brasília, a participar de um debate? Quer dizer, hoje a tecnologia faz isso de forma muito barata. Para a democracia, m custo ínfimo praticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Então a saída, acredito, vai nessa direção do que o Professor está colocando. Eu só gostaria que ele fizesse mais algumas observações, juntamente com o Sérgio. Ao mesmo tempo em que essa cultura do protesto se instala, nós vemos, no fenômeno das redes sociais, uma tendência à colaboração sem precedente. As pessoas produzem gratuitamente conhecimento e compartilham também gratuitamente, via YouTube e via todas essas mídias que foram citadas.

Então, se por um lado existe a cultura do protesto, que nós temos que entender, nós temos que ver como trazer para dentro do processo legislativo, para que ele ocorra com a maturidade necessária, ao mesmo tempo há essa oportunidade da colaboração: como nós poderíamos fazer a base, fazer cada cidadão do País trazer esse ímpeto colaborativo para dentro do processo legislativo? É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pergunta do Airton Luciano Aragão Júnior, aqui do Distrito Federal:

> Na semana passada, o Ministério Público Federal divulgou o *ranking* nacional de transparência. Em geral, houve notável evolução. Contudo, como a TI pode ajudar a democracia a passar para uma segunda fase quando, além de transparência, teremos o aproveitamento da inteligência e da capacidade coletiva?

Humberto Mendes foi agora.

Então, Lauro César Araújo.

E, por último, o Armando Nascimento.

Já fica passada a palavra aos dois.

O SR. LAURO CÉSAR ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Boa noite.

Tenho uma pergunta rápida, porque sei que a resposta vai ser comprida provavelmente. Por isso eu reduzo a pergunta também: sempre que falamos em tecnologia, isso na história geralmente foi confundido com magia. E sempre houve a questão do medo. Então, sempre que surge uma coisa nova, na história, as pessoas têm medo. E é natural. Medo do emprego, medo da morte.

Então eu pergunto – talvez a pergunta seja até alvo de um debate inteiro: quais são os riscos e, especialmente, quais são as ameaças que o processo legislativo e a própria democracia têm com as tecnologias, com a inovação? O que deve ou o que poderia ser observado, tanto pelos Parlamentares quanto pelas pessoas e pela burocracia – os serviços, o próprio Estado – para que se reduzam esses riscos?

É claro que se quiser dizer, pelo menos, o principal risco já seria uma ótima resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não.

O outro escrito, o Sr. Armando Nascimento está presente? (*Pausa.*)

Pois não.

É preciso ligar o microfone.

O SR. ARMANDO NASCIMENTO – Há uma série de levantamentos que é feito periodicamente pelo Global Center for ICT in Parliament, das Nações Unidas, que basicamente verifica que é cada vez menor a iniciativa legislativa dos Parlamentos, nos diversos países do mundo.

Esse relatório faz um questionário com mais 200 Parlamentos no mundo inteiro – o número de Parlamentos é maior do que o número de países, porque os Parlamentos são bicamerais.

Então, basicamente um resultado que se tem discutido nesse aspecto é que não é mais muito importante para os Parlamentos a iniciativa legislativa e que ela pode, a partir da tecnologia, ser, de certa forma, disseminada dentro dos segmentos da sociedade civil, e que as principais funções do Parlamento que estão se tornando mais importantes são obviamente a de fiscalização e controle externo, como fator de pesos e contrapesos, e o processo de legitimação das iniciativas legislativas que podem vir. Hoje, vem principalmente do Poder Executivo, mas em alguns países já se admite que os segmentos representativos da sociedade civil possam ser construídos no *cyberspace*.

Então, na verdade, o fator que se torna muito importante dentro do Parlamento é o processo legislativo. Na verdade, o processo legislativo é considerado como um rito de legitimação e como um espaço de discussão e de negociação dos diversos segmentos da sociedade civil, para que os seus interesses sejam negociados e definidos depois na forma na forma da lei.

E, a partir disso, o que se tem tentado criar são mecanismos de participação...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

O SR. ARMANDO NASCIMENTO – ... do cidadão ou desses grupos organizados no processo legislativo, nas fases do processo legislativo.

E eu creio que algumas coisas interessantes estão acontecendo aqui no Brasil. Pouco o e-Democracia, mas principalmente o e-Cidadania, porque o e-Cidadania criou, a partir das redes sociais e a partir de um caminho que existe no próprio Regimento, que sejam canalizadas sugestões e ideias de legislação, a partir da Comissão de Legislação Participativa.

Essa ideia veio principalmente de um amigo nosso que está presente, o Flávio. Isso traz uma oportunidade interessante para que esse aspecto de participação no processo legislativo ocorra. Existe também uma da Secretaria Geral da Mesa para que isso aconteça.

Por outro lado, o que ocorre é que, de certa forma, essas iniciativas não são consideradas de forma efetiva pelo processo político. Ou seja, e-Cidadania pode ser transformado num mecanismo em que se usa tecnologia para aumentar a participação dentro do Parlamento de uma forma, vamos dizer, atual, mas ainda não é levado de forma séria dentro do nosso próprio Parlamento. Isso pode se ver pelo número de projetos que se tornaram leis, que vieram tanto do e-Democracia, na Câmara, quanto do e-Cidadania.

Então, eu gostaria que se fizesse um comentário a partir desse quadro, dentro dessa forma de o Parlamento ser um espaço realmente de negociação e de consolidação da lei. Como o Senador mesmo disse, é um lugar realmente para reduzir a velocidade.

Outro ponto que gostaria de colocar é com relação à tecnologia. A tecnologia traz uma coisa básica, ela traz velocidade e escala. Você tem uma velocidade muito grande, que você traz em uma série de coisas, e você tem uma certa capacidade de disseminação nisso. Eu gostaria de perguntar ao Gil: quem vai comprar esse negócio todo, se a maior parte da população está perdendo o emprego, em nível mundial?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos convidar o Guilherme Brugger D'amato, conforme a inscrição. Posteriormente, o Thiago Luis Sombra, já para fazer as considerações finais.

O SR. GUILHERME BRÜGGER D'AMATO – Bem rapidamente. Ouvi algumas palavras, às quais anotei: temor, descrença, confiabilidade na tecnologia, magia, colocado pelo colega, como tornar as tecnologias mais atrativas... Ao mesmo tempo, está-se falando em usar a tecnologia para eliminar, por exemplo, votação presencial, para velocidade, agilidade, inovação. Como é que essas duas coisas se encontram? Aqui eu vejo dois aspectos relacionados à segurança: um à segurança formal, à segurança da tecnologia efetivamente. Que é o quê? Quem aqui tem medo de um dia precisar pesquisar no Google **Gole** e não conseguir, seja no celular, ou no computador, em casa, em qualquer lugar? Quantas vezes alguns de vocês já viu o *site* do Google ficar fora do ar? Quem usa Facebook, Twitter... Quantas vezes essas plataformas já ficaram fora do ar? O YouTube, por exemplo. Nós estivemos na sessão de votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, 153 mil pessoas assistindo simultaneamente ao canal do YouTube a Câmara naquele momento. Durante o fim de semana foram cerca de 4 milhões de pessoas. E não ficou fora do ar, ninguém recebeu ligação dizendo: "Olha, não conseguido assistir via YouTube."

Então, qual é o primeiro aspecto? A segurança. E aí vou mencionar aqui o processo judicial eletrônico, por exemplo, do qual o Professor Thiago vai poder falar com muito mais propriedade que eu. Estamos falando de partes que se manifestam num processo que pode, por exemplo, chegar a uma pena restritiva de liberdade. Essas manifestações não podem ser questionadas.

Hoje, nós já temos a tecnologia para isso, mas o que é que garante isso? A segurança. Nós temos tecnologia para garantir que aquela pessoa que se manifestou naquele processo é realmente o indivíduo A, B ou C. Então, tecnologia nós temos.

Mas vem outro aspecto da segurança, que é a segurança do ponto de vista da manutenção da zona de conforto, que é o que foi dito aqui por algumas pessoas.

Por exemplo, quando o Uber é lançado, nós vemos aí manifestações de um grupo de taxistas, de pessoas, enfim, da sociedade que se sentem ameaçadas por aquilo. Como o senhor acabou de dizer, quem vai comprar, porque as pessoas estão ficando desempregadas? Mas eu tenho certeza de que o colega da Mesa, o Gil, vai explicar que surgem outras formas, outras iniciativas que vão gerar emprego, mas, enfim...

Quando o Netflix bomba na internet, bomba na sua casa, a empresa provedora da sua internet, que, em geral, é responsável por um ou por vários canais de TV por assinatura, vai lá e resolve impor limite. E nós passamos dias, semanas, meses, anos, décadas discutindo a legalidade, ou não, daquilo, como regular, como bloquear, como vetar algo, e não como inovar, e não como dar velocidade.

Então, creio que a resposta – obviamente, aqui não vou entrar na seara política ou do Direito – passa por entender exatamente isto: aonde nós queremos chegar? Nós queremos aquele brinde com pessoas que çam satélites, que geram milhares de empregos, com pessoas que produzem inovação, ou nós queremos nter uma discussão eterna sobre o que é proibido e o que deve ser tarifado para caso a inovação aconteça?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Nós queremos conter o risco da inovação ou queremos inovar? Então, creio que essa é a pergunta que deve ser respondida. (*Pausa.*)

O SR. THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA – Basicamente, eu diria o seguinte: se não me falha a memória, no ano passado, nós tivemos... No ano da abertura do Legislativo nos Estados Unidos, o Presidente Obama deu uma declaração que eu acho que foi uma das declarações mais fortes que eu já vi um Presidente dar nos últimos tempos. Ele, na frente do Congresso, apresentando os projetos dele para o ano legislativo, disse, basicamente, o seguinte: "Nós temos o maior número de jovens empreendedores do mundo, e os três mais ricos jovens empreendedores do mundo." E, ao mesmo tempo em que ele fez aquela declaração, ele mencionou que os três jovens mais empreendedores naquele segmento eram jovens vinculados à tecnologia da informação.

Então, vejam, dentro do panorama do que foi perguntado, eu consigo imaginar um cenário basicamente no seguinte sentido: nós temos o desafio da regulação para avançar. O Direito tem sido objeto de uma constante necessidade de readequação aos novos desafios.

O Gil tinha mencionado a questão dos *drones*. O setor do agronegócio, basicamente, tem trabalhado com *drones* no Brasil, mas enfrentando uma dificuldade tremenda diante da falta de normatização e da constante intervenção, por exemplo, da agência reguladora do setor ou da própria Aeronáutica, que não conseguem chegar a um consenso se podem ou se não podem utilizar aquele determinado dispositivo. Então, imaginem os benefícios para um setor, por exemplo, como o do agronegócio, para um setor como o de segurança!

A regulação vem em benefício da ampliação da utilidade de um determinado bem ou serviço. A lógica toda de se pensar a regulação sempre foi nesse sentido. Um serviço regulado deve...

O problema todo da regulação no Brasil – e aí me permito até uma observação – é que, dentro da nossa lógica legislativa e de regulação, a regulação significa permitir e proibir. É um sistema binário, de permitir ou proibir, sim ou não. Nós ainda não conseguimos captar que um processo de regulação pode ser extrair de bens ou serviços a sua máxima utilidade. É a possibilidade de extrair de um bem ou de um serviço como o Uber a capacidade de regular um novo tipo de relação de trabalho, de um novo tipo de desafio nas relações trabalhistas, ou de entender que um novo setor produtivo pode surgir, e eu preciso me reinventar para me adaptar àquele setor, e não simplesmente me limitar a um modelo binário de regulação, proibir-permitir, como a gente tem visto, sobretudo nesses novos serviços ou bens disruptivos, como acontece, por exemplo, nos serviços do Airbnb, do Uber, ou mesmo de outros que nós temos identificado, por exemplo na União Europeia.

Eu acho que o serviço, o desafio da disrupção, da convergência e da digitalização vai demandar do Congresso uma readaptação de premissas, de compreensão de que o processo legislativo não pode se dar mais nesse novo cenário. E a segurança tem um papel fundamental.

Eu acho que o Senado, por exemplo, o Congresso é um grande gestor de banco de dados. O Congresso está para debater agora... A Presidente Dilma, antes de se afastar, encaminhou o anteprojeto de proteção de dados ao Congresso Nacional, regulamentou o Marco Civil da Internet, e simultaneamente nós tivemos, na semana passada, a União Europeia apresentando o anteprojeto de proteção de dados. Dados são a matéria bruta da nova economia. Além disso, pensar como a segurança desses dados vai ser trabalhada também. Não é só o processo legislativo que vai ser um desafio, mas como o processo legislativo vai se implementar dentro dessa perspectiva da segurança dos dados também, que eu acho que é algo fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Respondendo aqui também ao Armando Nascimento, eu queria dizer que nós aqui, da Comissão Senado do Futuro, temos procurado exatamente fazer esse trabalho. Inclusive o projeto e-Cidadania foi aqui um Projeto de Resolução da Comissão Senado do Futuro.

Mas quero dizer também que a Comissão Senado do Futuro é uma Comissão nova, criada há três anos. É uma ideia trazida pelo Senador Cristovam Buarque, vendo o que acontece no Chile. No Chile hoje, a Comissão Senado do Futuro é a comissão mais importante. Inclusive é a única comissão que tem orçamento próprio. Nós estivemos lá no ano passado, num grande evento – já disse isso aqui –, com mais de 80 palestrantes de nível internacional, com quatro prêmios Nobel lá presentes, com todas as áreas sendo abordadas, principalmente pensando no futuro do ser humano, nas futuras gerações. E, aqui no Brasil então, nós estamos começando.

Este ano, como o primeiro Presidente foi o Senador Luiz Henrique, que acabou falecendo, então estamos trabalhando este ano. Se você for fazer uma pesquisa aqui dentro do próprio Senado, inclusive com os Senadores, provavelmente poucos Senadores ainda conhecem e sabem da existência e da relevância que representa esta Comissão. Mas tudo na vida a gente tem que começar. É um trabalho, claro, muito mais difícil, porque a gente tem de buscar esse reconhecimento, tanto por parte da população como também do próprio Parlamento.

Então, no mês de novembro, nós já estamos preparando um congresso nesse modelo, inclusive, em parceria com o Presidente da Comissão Senado do Futuro do Chile, com o Senador Guido Girardi, para que possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

trocar essas experiências. Já tivemos uma audiência com o Presidente da Casa, o Presidente do Senado, Senador Renan, juntamente com o Senador Cristovam, em que o Senador Renan autorizou a organização desse evento.

Inclusive, quero aproveitar e pedir aqui a todos que estão nos assistindo e a todos aqueles palestrantes também que possam nos ajudar, inclusive, na organização desse evento. E nós não queremos fazer um evento só de fora para dentro. Nós queremos também mostrar um pouco do que o Brasil está fazendo. Daí a importância. Vamos trazer alguns palestrantes de fora. Mas lá, por exemplo, uma das palestras mais interessantes que tivemos foi exatamente a de um palestrante brasileiro – em neurofisiologia –, que está morando nos Estados Unidos há quase 30 anos. Então, eu penso que talvez uma pessoa como essa, até por ser brasileiro... Aliás, já o convidamos, mas, é claro, isso é importante nós trabalharmos aqui no Senado.

Muitas pessoas entendem que a Comissão Senado do Futuro é para pensar o Senado do Futuro. E é bom que se esclareça, também, que o propósito da Comissão Senado do Futuro é para pensar as futuras gerações, de que forma nós podemos fazer um Senado que venha a atender e discutir temas que venham a melhorar a qualidade de vida da população brasileira, para que não tenhamos dados como esse de que os nossos universitários, boa parte deles, são analfabetos em algumas áreas, principalmente a matemática, como já foi colocado aqui.

O nosso Senador Cristovam Buarque é um entusiasta nessa área da educação, e eu também. Em todos os meus mandatos como Deputado Federal, fui eleito pelo PL, que se transformou em PR, e o nosso fundador era o Alvaro Valle, que era também um entusiasta na área da educação.

Portanto, é um desafio que temos. E todos que estão aqui e estão nos assistindo estão convidados para fazer sugestões. Quem sabe, daqui a dez anos, possamos ter na Comissão Senado do Futuro uma das comissões mais importantes, ou a mais importante. Até porque ela não é uma comissão deliberativa. Portanto, não temos a obrigação de ficar aqui votando projetos, e sim de discutir temas que possam, inclusive, virar projetos, até em parceria com as outras comissões, se for o caso.

Então, quero aqui passar a palavra, para as suas conclusões e também as considerações, ao nosso companheiro, professor da UnB, Carlos Marcos Batista.

O SR. CARLOS MARCOS BATISTA – Muito obrigado.

Sr. Armando Nascimento, a sua observação, a sua manifestação, de que, aliás, gostei muito, não merece resposta; ela já é uma afirmação por si e com a qual eu concordo plenamente, ou seja, a nova função do Legislativo como fiscalizador, a nova função do Legislativo como um órgão – aspas – "de controle".

E eu concordo plenamente com aquilo que eu disse que seria um filtro, ou seja, se a sociedade se organiza, de certa maneira, e consegue trazer ao Legislativo as suas demandas, ou seja, entendendo uma demanda social clara, desses 15 a 25% dos participantes, o papel do Legislativo seria, necessariamente, um papel, usando essa expressão, de uma espécie de legitimador dessas demandas sociais.

Concordo plenamente; a sua exposição foi clara, não tem muito mais o que esclarecer.

Quanto à sua pergunta e também a uma afirmação, que eu concordo, sobre os fóruns, eu gostaria de só agregar o seguinte: a ideia dos fóruns de discussão, seriam grupos de pessoas, grupos abertos na sociedade, que poderiam discutir, pela internet ou por qualquer meio virtual, qualquer possibilidade ou qualquer opinião que pudesse ser transformada em um projeto. Esses grupos discutiriam entre si, esses grupos poderiam solicitar ajuda de peritos, poderiam ter um grupo de discussão no qual um perito seria convidado a palpitar sobre aquilo lá...

Existem questões sensíveis na legislação. Por exemplo, no Brasil, o tema aborto é um tema tabu. Então, esse tema não chega ao Congresso ou, se chega, chega de maneira enviesada, com uma característica, digamos, ideológica dos grupos aqui representados, e os grupos de discussão poderiam fazer isso, contratar peritos, discutir com peritos. Essas discussões voltariam para a discussão pública, e elas seriam encaminhadas aos legisladores, ou seja, o legislador receberia, de certa maneira, uma espécie de cardápio de opções que a própria sociedade estaria dando para ele em termos majoritários.

Uma variante disso é aquilo que se chama conferência de consenso, seriam como se fossem grandes rodadas Delphi, que seriam feitas em público, pelo público, e essas conferências poderiam levar a alguma forma de afinamento – desculpe-me o neologismo –, uma forma de consenso, onde, na medida em que isso se afunilasse, poderia voltar à discussão pública e seria novamente encaminhado aos legisladores para a devida deliberação no processo representativo tradicional. Ou seja, você não substituiria o processo deliberativo representativo tradicional, mas você reforçaria esse novo papel do Parlamento que o Sr. Armando do Nascimento trouxe muito bem.

Eu não conseguiria não deixar de falar sobre a magia da inovação tecnológica. Claro que tudo novo re-
er algum tipo de apreensão e é natural que isso aconteça. Eu, novamente, emendaria isso, ou seja, todo o
cesso de introdução de inovação tecnológica traz essa apreensão, traz esse medo e, na medida em que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

é debatido, esse medo se esvai e, na medida em que ele aparece e que é incorporado, vai diminuindo esse caráter mágico que existe de fato. Essa observação antropológica que você fez é bastante natural.

Existe um livro antigo que se chama *A Estrutura das Revoluções Científicas*, que trata exatamente desses ciclos possíveis da inovação tecnológica, com as curvas de inovação tecnológica, ou seja, você tem um ganho, há uma inovação tecnológica até o momento, ela se estabiliza, cristaliza, depois cai, e você tem novas curvas.

O que tem acontecido é que nós temos um volume de informação violento, a quantidade de informação disponível, disponibilizada hoje, é desproporcional a qualquer coisa até 1930, até a Grande Depressão. Agora, o que há, também, é uma pergunta sobre...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – ... o quanto essa capacidade de criação tecnológica nova se torna efetivamente de fato.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, o Sr. Sérgio Soares Braga, professor da Universidade Federal do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Bom, são muitas questões importantes. Dava para fazer outro evento aqui, mas vou me ater a duas. Uma que abordei superficialmente é a questão do voto e de eleição: quem vai se dedicar a isso, se dá voto ou se não dá. Só isso aí já é um tema para uma palestra única. A outra questão é a inovação. Eu achei importante as várias questões de tecnologia, de processo político.

Em relação ao voto, eu acho que são vários os exemplos. Há o exemplo do Valdir Rossoni, lá no Paraná. Ele se dedicou a um processo de modernização da Assembleia Legislativa e foi o segundo Deputado Federal mais bem votado do Estado. O Ratinho Júnior, que foi o Deputado mais votado, investiu pesadamente em internet na sua campanha eleitoral e daí alavancou a sua reputação. Então, todo o problema é como se usa. Há vários Deputados, vários casos, mesmo de Senadores aqui, que usam muito bem a internet. Então, a questão é como se usa isso.

Acho que existem dois conceitos fundamentais. Houve um caso clássico de um prefeito que foi combater a epidemia de dengue pelo *laptop*. Aí não dá. Você tem de estar presente, tem de ir às comunidades. Acho que são duas noções fundamentais: a noção de articulação de arenas, articulação de mídia, que é você não colocar todas as fichas na internet, mas usar a mídia como um centro difusor de conteúdo. Esse é o segredo do Obama. É utilizar as redes sociais, o rádio, a televisão, tudo que for possível, e a internet ser uma plataforma de difusão de conteúdo. Existem profissionais de *marketing* que sabem muito mais desse assunto do que eu.

E o segundo é a capilaridade. O que dá voto? São essas redes. As redes do interior para prefeitos, para vereadores. Então, a internet, se usada de maneira inteligente, pode ser um elemento de construção de capilaridade de redes sociais.

Outra questão é essa questão de todo esse pacote de inovação tecnológica. A palestra do Gil é bastante interessante porque traz a visão do mercado. Eu acho que é fundamental que as instituições políticas – não só o Senado, a Câmara dos Deputados e as instituições legislativas, mas todos os órgãos públicos, também o Judiciário – dialoguem frequentemente com o mercado e com esses empreendedores porque aí vai haver o parâmetro mais alto de inovação. Mas a sociedade não é só aí. Existe um amplo coletivo. A noção de norma vem daí. Existem as empresas do Vale do Silício e o cidadão que mora lá em Palmira. Todos eles fazem parte da mesma sociedade. Então, a norma jurídica tem de regular a vida de todos. Vem daí a noção de norma.

Ao mesmo tempo, não se pode voltar ao tempo, como o Tiago falou muito bem aqui, de quando as pessoas especulavam com o telefone. Não se pode estagnar no tempo, senão se perde o rumo da sociedade. A sociedade vai para um lado e a sua cabeça vai para outro, como já aconteceu várias vezes, ao longo do século XX, com as grandes ideologias mobilizadoras. O cidadão ia para um lado; estavam todos no WhatApp, querendo se integrar à internet, querendo consumir, e, enquanto isso se estavam criando grandes utopias totalitárias. Aí você perde o rumo da sociedade.

Então, é importante o diálogo de todas as instituições públicas com os inovadores, com o mercado, não só com o Legislativo, é importante por causa disso. E isso vai aumentar a responsividade. Então, o conceito chave que eu acho que faz ponte entre inovação tecnológica e funcionamento das instituições é esse de responsividade. As instituições públicas e o Judiciário têm de estar conectados com esses ciclos de inovação tecnológica, com esse dinamismo, com esse setor de ponta da sociedade que sinaliza o futuro. Mas, ao mesmo tempo, não devem ser reféns dele. Então, devem responder também ao cidadão, que fica meia hora na fila do banco para tirar R$50 e que é um bom contingente da população também.

Então, é importante que as instituições sejam responsivas a esses dois polos de autores. E a responsividade não é o populismo, não é sempre dar razão para o eleitor, para o cidadão. Muitas vezes eles estão errados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Assim como há empresário que pensa errado também, há muito cidadão, muito líder sindical, muito líder de movimento social que pensa errado.

Então, a responsividade é se justificar, é responder às expectativas do cidadão. Aí eu acho que a tecnologia tem muito a contribuir. A gente não pode fazer como aquele juiz de Lagarto, que proibiu o WhatsApp e quase parou os negócios no Brasil. Mas também não pode achar que tudo o que circula pela internet está correto, achar que a internet é o novo povo, é a nova multidão sábia. Muitas vezes o que acontece nas redes, nessas manifestações vai para o lado errado, vai no sentido de não entender como funcionam todas as complexidades de um processo de produção de normas regulatórias do comportamento humano numa sociedade complexa.

Eu acho que, mais uma vez, o melhor caminho é, como bem diz o Gil, mirar-se nos exemplos que deram certo não só nos países do Sudeste Asiático, mas também na Califórnia, no Vale do Silício e nas democracias altamente institucionalizadas e consolidadas da Europa, onde existe estímulo à inovação, mas existe também uma certa regulação disso aí com órgãos da Administração Pública, usando de maneira inteligente as inovações, as tecnologias, para serem extremamente responsivos para a coletividade dentro dos quais eles estão inseridos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como os últimos serão os primeiros, então, nosso companheiro Gil, para fazer a sua fala e encerrar. Eu tenho certeza, Gil, de que a esta altura ninguém está cansado.

O SR. GIL GIARDELLI – Imagino. Serei muito breve.

Sobre a pergunta do meu colega cujo nome esqueci – me desculpe –, eu fiz um contrato com o Tribunal de Justiça de São Paulo em que liderei um comitê de inovação durante quatro anos e eu não recebi absolutamente nada. Tem um nome formal, é uma carta que você assina. Eu posso assegurar – aí não estou falando de mim –, eu posso falar que há centenas, talvez milhares de pessoas que colaborariam voluntariamente com a Casa do Senado, com a Câmara dos Deputados, para que pudessem ter o seu trabalho exposto e pudessem fazer um bom *case*. Então, eu acho que o mantra é "chamem que eles virão". Eu acho que isso vai trazer.

Eu acho que outro processo é tanto o e-Democracia quanto o e-Cidadania. O e-Democracia, eu conheço um pouco mais, sei que é da outra Casa, mas ganhou todos os prêmios mundiais sobre e-Gov *etc*. Então, eu acho que o primeiro choque de inovação seria se todos os Senadores falassem sobre o e-Cidadania. E todos os Senadores deveriam conhecer muito o Senado do Futuro. Eu acho que esse é um caminho.

Sobre as votações, ontem e hoje, a capa de o *Estadão* é sobre o uso indevido de foto de menores de idade em *sites* pornográficos. *Sites* brasileiros estão pegando fotos de meninas e meninos no Facebook, menores de idade, e ganhando fortunas com isso, porque colocam aqueles meninos e meninas de 14, 15 anos como se fossem prostitutas ou prostitutos.

Então, faz-se necessária uma regulamentação urgente disso. Eu acho que, para esse tipo de regulamentação, pode ser esse voto, digamos, eletrônico. Eu acho que a Casa, o Senado, tem que fazer aquelas discussões políticas, como era na Grécia Antiga, mas de coisas que precisam de muito consenso, de muito debate. Sobre punir pedófilos, acho que a sociedade já tem uma definição muito clara a respeito.

No mais, para definir o que está em jogo, uso um mantra de um professor de Harvard que diz assim: "Nenhum de nós é tão inteligente quanto todos nós juntos". Acho que há um *gap* hoje entre os governos, isso mundialmente, e a sociedade. Eu acho que aí vem da velocidade, vem do debate. Acho que esse processo bicameral precisa ser repensado no Brasil, mas será preciso se mexer nisso. No resumo, o que está em jogo? Se a gente coloca *big data*, consegue saber qual é o preço que quase todos os 6 mil Municípios estão pagando pelo leite para a merenda escolar. Aí, tirar uma média e ver quem está pagando muito a mais. Então, é a era da transparência.

Acho que os Senadores e Deputados têm de pensar como os professores. Durante muito tempo, os professores, e eu sou professor, achávamos que nós éramos o dono do conteúdo, o dono de toda a verdade. A partir do momento que nós percebemos que podíamos ser os maestros disso, para facilitar a vida – quando o meu colega disse sobre o sim ou não, o binário – e virar o maestro dessa sociedade, eu acho que se dá mais relevância à Casa, que se dá mais relevância ao Governo. E ninguém vai querer ter esse vácuo de poder. Infelizmente, o resultado da Primavera Árabe qual foi? Todo mundo achou que ia nascer uma grande democracia, e, de repente, vieram os militares e, até hoje, o Egito está ali com vários problemas, e tudo em volta. Então, esse vácuo é muito perigoso.

Faltou falar sobre o desemprego tecnológico. O último ali, é importante. Foi o que eu disse: de cada emprego que se está fechando pela ruptura digital, três novos estão se abrindo. Qual é o problema? Nós brasileiros estamos pouco preparados para esse emprego.

Então, quando falo em desemprego tecnológico, vou citar um exemplo da minha cidade. Havia 120 funcionários de um *shopping center* que ficavam lá seis horas por dia em quatro turnos, cobrando o estacionamento das pessoas. Colocaram-se máquinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Faltou muito humanismo do ex-CEO do McDonald's, que disse na semana passada: "Eu prefiro não aumentar a hora do trabalhador do McDonald's' – o sindicato queria que fossem US$15 a hora – 'e comprar robôs de US$30 mil, porque esses robôs são mais bem preparados e não roubam minha batata frita". Acho que faltou totalmente humanismo, mas, no mundo dos negócios, é muito pragmático.

Então, como vamos preparar as pessoas não só tecnologicamente, mas nos valores?

No TJSP, eu escutei de um ex-presidente que o TJSP é o maior tribunal do mundo: milhões e milhões de processos. Ele diz que as pessoas acham que isso é democracia, mas que, na verdade, isso é o reflexo de uma sociedade que está doente, em que tudo vira processo, em que tudo se tenta ver pela Justiça. Então, a gente precisa ter essa recombinação de velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – E a justiça demorada é injusta, não é?

O SR. GIL GIARDELLI – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – E o que acontece no Brasil é que muitos processos ficam lá, e as pessoas que demandaram, às vezes, já faleceram, para depois haver uma decisão, e às vezes até sem sentido porque até as partes já não têm, às vezes, mais nenhum fundamento naquilo que foram buscar.

Tivemos aqui hoje a última etapa do nosso ciclo de palestras, para que possamos implementar a nossa política pública da Comissão neste ano. Como já disse aqui, convido todos que vieram participar, sugerir. Aos palestrantes, principalmente, nós mandaremos o nosso relatório preliminar para que possam contribuir.

E claro, da mesma forma, a Comissão. A Comissão é permanente e, portanto, as sugestões e angústias podem vir no dia a dia de qualquer cidadão. As pessoas que nos assistem podem trazer as ideias para projetos de lei, como essa que o Gil colocou sobre a questão da internet, o uso da fotografia, a regulamentação. Tudo isso podemos transformar num projeto de iniciativa da própria Comissão Senado do Futuro.

Haverá uma reunião na quarta-feira, já temos requerimento em pauta, e talvez esse assunto possa ser até colocado, para que possamos votar como um projeto de lei da Comissão Senado do Futuro.

Quero agradecer a todos que ficaram aqui até esta hora, a todos os internautas que participaram, de forma direta ou indireta. O nosso portal e-Cidadania, com certeza, cada vez mais está se firmando. Temos dados impressionantes de participação. Acho que o importante é que nós estamos evoluindo e queremos evoluir. Parlamento também é isto: uma constante evolução.

Sei que, neste momento, a população está muito crítica a tudo que faz a classe política, de modo geral, mas acredito que a melhor forma de fortalecermos a democracia é exatamente buscar o reconhecimento por parte da população. E para esse reconhecimento, claro, temos que trabalhar.

Agora mesmo estamos concorrendo com a Comissão do Impeachment, da qual sou titular. Então, ao mesmo tempo em que está lá acontecendo, estamos aqui, assim como outros Senadores. Nunca conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. Mas, sem dúvida alguma, o Parlamento brasileiro também está procurando essa evolução. É nas crises que vamos aprendendo.

Amanhã, nas oficinas, tenho certeza de que vamos ainda avançar mais.

Agradeço aqui a todos os palestrantes.

Com certeza, foi uma boa segunda-feira, que nos dará oportunidade de reciclar e, principalmente, pensar muito no futuro da Nação.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 18 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 3 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19

Às doze horas e oito minutos do dia quinze de junho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Gleisi Hoffmann, Garibaldi Alves Filho, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixaram de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão e Ricardo Franco. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião e, em seguida, submeteu a apreciação da comissão os itens constantes da pauta: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 11 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização do "Congresso do Futuro: democracia e progresso no mundo digital e sustentável", nos dias 8 e 9 de dezembro de 2016". RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 11 de 2016-CSF. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a implantação da Universidade Federal de Rondonópolis, com o objetivo de debater as possibilidades de formação de parcerias e identificar qual é o melhor caminho para a implantação de uma instituição de ensino superior que responda aos desafios do futuro de nosso país". RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 12 de 2016-CSF, com inclusão de convidados. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Reuniões.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Item 1:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 11, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização do "Congresso do Futuro: democracia e progresso no mundo digital e sustentável", nos dias 8 e 9 de dezembro de 2016.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a implantação da Universidade Federal de Rondonópolis, com o objetivo de debater as possibilidades de formação de parcerias e identificar qual é o melhor caminho para a implantação de uma instituição de ensino superior que responda aos desafios do futuro de nosso país, tendo como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

convidados o Senador Cristovam Buarque; o senhor Paulo Speller; a senhora Maria Lúcia Cavalli Neder, representante da Universidade de Brasília, entre outras; o Ministro de Estado da Educação; e o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Em discussão.

Como Rondonópolis é uma cidade polo da região sul de Mato Grosso, cuja economia é calcada principalmente na agricultura e na pecuária, sendo hoje um grande entroncamento rodoviário, já com terminal da ferrovia na nossa cidade, o maior terminal ferroviário da América Latina. Portanto, temos ali um potencial muito grande para ser ainda desenvolvido, apesar de ter uma agricultura de ponta, com tecnologia também da mesma forma. Possui os maiores índices de produtividade tanto na agricultura como na pecuária. De qualquer forma, precisamos verticalizar essa economia.

No nosso entender, a criação da universidade, ou seja, a transformação do *campus* da Universidade Federal de Rondonópolis em uma universidade, vai trazer, além da autonomia administrativa, econômica e orçamentária do *campus* da universidade, dará muito mais condições de fazer o seu planejamento estratégico.

De que forma a universidade pode contribuir com o desenvolvimento regional? Claro, com a criação da Universidade Federal em Rondonópolis, nós teremos a possibilidade da criação de novos *campi* também, o *campus* de Primavera do Leste, tendo a cidade de Primavera do Leste como cidade-polo.

Estamos também desenvolvendo e construindo a 242. De Paranatinga para frente é outra região que se desenvolverá bastante. Então, é outra cidade, onde poderemos ter no futuro um *campus* da universidade, bem como também em Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, que é a divisa de Goiás, outra região que, com certeza, será contemplada também com um novo *campus* da Universidade Federal de Rondonópolis.

Por tudo isso, temos a expectativa e a esperança de que, com a criação dessa universidade, além de podermos integrar mais a região sudeste de Mato Grosso de forma geopolítica, poderemos, com a universidade, discutir um plano estratégico de desenvolvimento regional. Eu já estive no BNDES discutindo essa situação porque a ferrovia que chegou a Rondonópolis, a Ferronorte, foi uma das maiores obras de financiamento do BNDES na Região Amazônica. Então, esperamos que o BNDES contribua com a nossa universidade através do S de social do BNDES, podendo com isso criar linhas de crédito, para podermos fazer, através da universidade, esse desenvolvimento sustentável regional, com pesquisa, extensão, parcerias com as empresas já existentes, com outras parcerias.

Por isso, nesta audiência pública, queremos convidar outras universidades do País que já têm essa *expertise* em fazer parcerias com a iniciativa privada. Vamos convidar, quem sabe, até universidades de outros países. Vamos também convidar o MEC, na pessoa do Ministro. Acho que é muito importante, para que a comissão pró-universidade de Rondonópolis possa dialogar e demonstrar aqui para o Ministério, na pessoa do Ministro e representantes nesta Comissão, de que forma aquele *campus* pretende desenvolver esse trabalho.

Quero dizer que, como Relator da LDO, já quero trabalhar no sentido de alocar recursos para que a gente possa garantir com isso condições para que o *campus* da Universidade de Rondonópolis possa fazer o seu plano de desenvolvimento estratégico, no mesmo modelo que já fizemos, há três anos, uma emenda individual alocando recurso para a Unemat – a Unemat, inclusive, está desenvolvendo esse trabalho, que é o planejamento estratégico da universidade.

Então, claro, quando nasce uma nova universidade, é fundamental que ela já comece nessa questão do planejamento. Hoje, no Brasil, infelizmente, um dos maiores problemas que temos é a falta de planejamento de curto, de médio e de longo prazo; claro também, a questão dos recursos é fundamental para que se possa desenvolver qualquer planejamento estratégico adotado.

Queremos então, quero aqui repetir, como membro da Comissão de Orçamento e agora como Relator da LDO também, já garantir esses recursos e, principalmente, essa proposição orçamentária para a Universidade Federal de Rondonópolis.

Já temos aqui como convidado o Senador Cristovam Buarque, que é nosso Vice-Presidente da Comissão, um especialista em educação, foi Reitor da Universidade de Brasília e, com certeza, tenho conversado muito com ele, haverá de contribuir muito conosco não só na criação, mas no fortalecimento dessa Universidade Federal da região sul de Mato Grosso. Também o Prof. Paulo Speller, que foi reitor da Universidade Federal, para que esteja também conosco aqui, palestrando. Ele hoje está na Espanha, em um convênio, representando o Brasil dentro do setor universitário nos países de língua espanhola. Também a Srª Maria Lúcia Cavalli Neder, que é a atual reitora e estará, inclusive, concluindo o seu mandato este ano, e ainda um representante, como se aqui, da UnB, mas a gente quer acrescentar outras universidades.

Portanto, concluindo aqui, eu o submeto ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-1 (VIA 001) (ANEXO: 001)

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



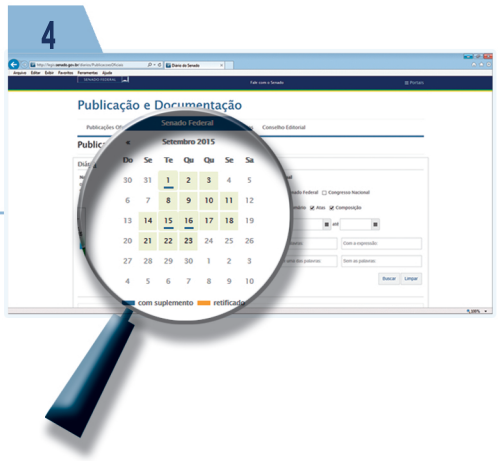
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0C215EA0012C5A9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "C" AO Nº 119 TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016
Ata da 26ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2016 4
Ata da 27ª Reunião , realizada em 5 de julho de 2016 83
Ata da 28ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016 174
1.2 – COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO
Ata da 1ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016..... 191

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2016, às 11 horas e 31 minutos, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Raimundo Lira** e com a presença dos Senadores: **Magno Malta, Simone Tebet, Dario Berger, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Ana Amélia, José Medeiros, Hélio José, Marta Suplicy, Ataídes Oliveira, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Cristovam Buarque.** Deixaram de comparecer os Senadores **Kátia Abreu, Zeze Perrela e Gladson Cameli.** Na ocasião, ocorreu a oitiva das seguintes testemunhas: João Luiz Guadagnin, Fernando Rocha e Paulo José dos Reis Souza. O Sr. Marcel Mascarenhas dos Santos foi ouvido na condição de informante, em virtude de haver atuado como advogado público em processos correlatos ao objeto da Denúncia. Foram aprovados os Requerimentos nºs 131, 132, 133, 134 e 135/2016 e rejeitados os Requerimentos nºs 125 e 130/2016. Foram definidas as regras para oitiva dos peritos oficiais e dos assistentes periciais indicados pelas partes: a junta pericial e os assistentes serão ouvidos separadamente, sendo a junta em primeiro lugar, o assistente indicado pela acusação em segundo lugar e, por último, o assistente da defesa, mantidas as demais regras anteriormente utilizadas para oitiva de testemunhas. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Bom dia às Srªs e aos Srs. Senadores, bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Especial do Impeachment, constituída nos termos do art. 44 da Lei nº 1.079, de 1950, e do art. 380, inciso II, do Regimento Interno, para proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, apresentada pelos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposto crime de responsabilidade.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva das seguintes testemunhas:

1) João Luiz Guadagnin;

2) Marcel Mascarenhas dos Santos;

3) Fernando Rocha e

4) Paulo José dos Reis Souza.

Solicito à Secretaria que conduza os depoentes já aqui presentes a recinto separado deste plenário, devendo permanecer tão somente o Sr. João Luiz, como primeiro depoente.

Nomeio o advogado Gabriel Sampaio, OAB/SP nº 252.259, na condição de Advogado de Defesa *ad hoc*. (*Pausa.*)

A Presidência esclarece que a testemunha está devidamente compromissada, estando, portanto, comprometida a falar a verdade, sob as penas da lei.

De acordo com as normas aprovadas, passo a palavra ao Relator para que faça suas indagações à testemunha.

Mas, antes, gostaria de informar ao Sr. João Luiz... (*Pausa.*)

Informo à testemunha, João Luiz, que o relógio que V. Sª vai usar é aquele que está lá na frente, sempre com tempo predeterminado, e V. Sª se restringirá, nas suas respostas, exclusivamente aos assuntos constantes da Denúncia nº 1/2016, sabendo, no entanto, que os Srs. Senadores têm ampla liberdade para falar dos assuntos que forem da sua total e exclusiva conveniência.

De acordo com as normas aprovadas, passo a palavra ao Relator para que faça suas indagações à testemunha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Advogados, senhoras e senhores, cumprimento a testemunha, Dr. João Luiz Guadagnin, que gentilmente trouxe e me entregou aqui, Sr. Presidente, um currículo resumido, e ele me solicita, e eu vou, evidentemente, fazer a leitura rápida do seu currículo.

Dr. João Luiz é técnico agrícola pela Escola Técnica de Agricultura Dr. João Simplício Alves de Carvalho, de Viamão, Rio Grande do Sul – conterrâneo da eminente Senadora Ana Amélia –, engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, extensionista rural da Emater gaúcha, estando no Governo Federal desde 1996, onde trabalhou no Incra, no Pronaf, Seaf, no Programa de Garantia de Agricultura Familiar e da Garantia-Safra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

É Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretário da Agricultura Familiar Substituto.

Nesta Diretoria, coordenou as políticas de financiamento e proteção da produção da agricultura familiar, elaboração das propostas e planos de crédito, seguro Garantia-Safra para os Planos Safra e articulação e coordenação das ações interinstitucionais necessárias à operacionalização do Garantia-Safra, entre outras funções.

Agradeço, Dr. João, a gentileza de encaminhar aqui o seu rico currículo. Já tínhamos notícia do preparo de V. Sª.

Eu quero lembrar, como disse o Presidente, que V. Sª está aqui arrolado como testemunha da Defesa, exatamente para discutir questões relativas ao Plano Safra.

Desse modo, submeto a V. Sª a minha única indagação, que vou lhe passar por escrito em instantes, o que facilitará a resposta.

Qual era, Dr. João Luiz, a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário com relação aos pagamentos devidos pela União ao Banco do Brasil no âmbito do Plano Safra? Era atribuição do Ministério definir os prazos para pagamento, controlar o fluxo financeiro e os passivos junto ao Banco do Brasil ou estabelecer os encargos incidentes sobre os pagamentos com atraso?

É a pergunta que faço ao Dr. João Luiz, e agradeço sua resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Luiz, na condição de testemunha. Três minutos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Bom dia, Srs. Senadores. Bom dia, Senador Benedito de Lira, Senador Anastasia... Raimundo Lira, perdão. Bom dia, Senadora Ana Amélia, grande defensora da agricultura familiar, com a qual a conversa já é antiga desde o começo do Pronaf, até porque a Senadora Ana Amélia não é só defensora, como foi apresentadora de um programa de televisão e de rádio muito ouvido e que os agricultores prestigiavam muito.

Sobre a pergunta objetivamente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário trabalha na formulação do Plano Safra. O Plano Safra é uma atividade que dura praticamente o ano inteiro, mas há uma intensificação no mês de janeiro, a partir de janeiro, quando nós nos reunimos com os movimentos sociais, com os agentes financeiros, com os serviços de assistência técnica e extensão rural, para que se defina o tamanho do crédito, as condições de acesso ao crédito, taxa de juro, prazo, mudanças no Manual de Crédito Rural. Isso tudo é construído a partir de janeiro e tem um ápice normalmente no mês de abril, quando, então, o Ministro do Desenvolvimento Agrário encaminha uma proposta ao Conselho Monetário Nacional. Os agentes envolvidos na questão da equalização são o Ministério da Fazenda... Primeiro, o Congresso Nacional, que é quem aprova a Lei Orçamentária Anual. O recurso para subvenção econômica, conforme a lei, é definido na Lei Orçamentária Anual. A partir da Lei Orçamentária Anual se define taxa de juro, volume de recursos, as fontes que serão equalizadas. O papel do MDA tem sido sempre de proporcionar o máximo de crédito, atender totalmente a demanda e em condições adequadas, com taxas de juros adequadas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – O Ministério não efetua pagamentos. O Ministério não negocia com o agente financeiro o tamanho da equalização, o tamanho da subvenção. Isso é uma atribuição exclusiva do Ministério da Fazenda.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu agradeço ao Dr. João Luiz a sua resposta e, antes de me dar por satisfeito, Sr. Presidente, eu peço licença a V. Exª tão somente para registrar os meus cumprimentos à Senadora Vanessa Grazziotin pelo decurso do seu aniversário natalício.

Naturalmente, receba sempre os meus votos de muitas felicidades.

Estou satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero também aproveitar a oportunidade e transmitir os parabéns à Senadora Vanessa, com felicidades, saúde.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não sabia, Senador Anastasia.

Parabéns, Senadora Vanessa!

Ela me disse aqui do lado que não faz mais aniversário. Ela disse que não faz mais, cancelou há uns cinco anos... (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente. rigada ao Relator pelo carinho. Mas o Lindbergh tem razão, eu não faço mais aniversário. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Gostaria que constasse em ata essa manifestação de todos os membros desta Comissão pelo aniversário da Senadora Vanessa Grazziotin

Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima. Três minutos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, somo-me também às felicitações à Senadora Vanessa.

Parabéns, saúde, paz, vida longa!

E é essa trajetória de vida que nos permite celebrar instantes como este, porque as diferenças políticas, partidárias, ideológicas e de posição não impedem que possamos ter respeito mútuo, admiração pelo trabalho. Então receba de forma escolhida, de maneira sincera, Senadora, os votos de muita saúde, paz e vida longa. E que muitos outros aniversários sejam vividos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu vou dar mais um minuto ao Senador Cássio, porque o primeiro minuto foi dedicado ao aniversário de Vanessa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não, Presidente, fica por conta; fica por conta. Eu agradeço a generosidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Faltou só a poesia do Governador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Se Ronaldo Cunha Lima aqui estivesse, iria lhe brindar com um soneto, com certeza faria um belo soneto para homenageá-la neste instante.

Mas, Sr. Presidente, eu acho que não é preciso o tempo adicional, agradeço a generosidade de V. Exª.

Apenas quero lembrar que estamos concluindo uma etapa importante desta Comissão processante: hoje acredito que encerraremos a oitiva das testemunhas que foram arroladas pela Defesa. Foram 40 depoimentos, que só confirmaram aquilo que nos trouxe a este espaço de julgamento: a prática dos crimes que foram caracterizados por parte da Presidente Dilma Rousseff. Mais recentemente, o relatório, a perícia dos técnicos do Senado, também confirmando essa situação.

Então, eu, para contribuir com a economia processual, dispenso-me da formulação de perguntas. Falo apenas para felicitar V. Exª e também o Relator, assim como todos os membros desta Comissão, por estarmos, nesta data, cumprindo uma importante etapa, que é exatamente a conclusão das oitivas, dos depoimentos das testemunhas que foram arroladas tanto pela Defesa como pela Acusação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Ana Amélia. Três minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Raimundo Lira, caro Relator, Senador Antonio Anastasia, testemunha Guadagnin, meu conterrâneo, eu iria também, antes que o nosso Relator... Já estavam anotados aqui três registros. O primeiro, claro, é do aniversário da nossa caríssima Senadora Vanessa Grazziotin, já festejada na nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Quero fazer um agradecimento especial às referências do João Luiz Guadagnin. Eu lembro memoravelmente audiências públicas em que, por meu requerimento, discutimos o endividamento da agricultura familiar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que hoje tenho a honra de presidir, trazendo, entre outros, o líder da Via Campesina, Frei Sérgio Görgen, que era Deputado Estadual. Isso também mostrava que sempre estive voltada ao cuidado com a questão da agricultura familiar, sendo de um Estado, como V. Exª, onde a agricultura familiar é muito forte, muito organizada.

Há um sistema cooperativista também organizado, no sistema de crédito, no sistema de produção, e isso faz também daquela região – não só do Rio Grande do Sul, mas Santa Catarina, que é minifundiária, ou o Paraná, também com uma estrutura que a Senadora Gleisi aqui conhece melhor do que eu – uma região de Estados que têm marcadamente vocação para a agricultura familiar.

Agradeço essas referências.

Também, como falou o Senador Cássio, estamos encerrando essa série de oitivas, com 40 testemunhas. Confirmado... Havia no começo...

Vale lembrar – eu acho que é um registro importante para a história da Comissão – que no começo havia a proposta de 16 testemunhas. A Defesa da Presidente afastada insistiu que fossem 40 testemunhas.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Supremo Tribunal Federal, por decisão do seu Presidente, que é o Presidente da Comissão processante, Ministro Ricardo Lewandowski, houve por bem atender a demanda da Defesa, e foram 40 testemunhas.

Hoje é o último dia em que estamos neste processo das audiências das testemunhas de Acusação e de Defesa. Então, cumprimos com o nosso dever. Estamos cumprindo, porque precisamos encerrar no dia de hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

as oitivas, cumprindo cada um o seu papel aqui dentro, e não só as testemunhas, mas também o comando da Comissão e os Senadores que estão na Defesa ou na Acusação deste processo que está previsto na Constituição. Não estamos fazendo nada além do que cumprir a nossa responsabilidade.

Eu queria lembrar, então, no ponto que estamos avaliando, que é o Plano Safra, que os peritos – muitas vezes foi mencionado aqui o trabalho dos peritos do Senado – analisaram os atrasos em relação aos subsídios nos financiamentos agrícolas aos produtores rurais através do Banco do Brasil, no famoso Plano Safra. A conclusão da Peritagem é que foi pago mais de R$1 bilhão por juros decorrentes do atraso em 2014, e juros pagos no total de R$1,130 bilhão em 2015.

Por quê? Por que foram pagos juros tão elevados? Porque as parcelas que o Tesouro deveria pagar, de janeiro a novembro, foram atrasadas. Então, sobre elas, incidiam os juros. O relatório concluiu, e isso chama a atenção, que os atrasos nos pagamentos devidos ao Banco do Brasil constituem operação de crédito, tendo a União como devedora, o que afronta dispositivo do art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aliás, a propósito, quero encerrar, lembrando aqui as palavras do Procurador do Tribunal de Contas da União, Júlio Marcelo de Oliveira, que diz assim:

Os motivos que levaram o TCU a repudiar os empréstimos ilegais feitos de maneira forçada junto ao Banco do Brasil, BNDES e Caixa não foram atos ostensivamente praticados pela presidente ou seus auxiliares, mas a falta de atos [este é o ponto], justamente a omissão de pagamentos devidos aos bancos federais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) –

Uma fraude se caracteriza justamente pela dissimulação, pela obtenção de efeitos proibidos sem a prática ostensiva do ato que produziria tal efeito.

É essa a minha participação, e eu não tenho perguntas a fazer à testemunha, Dr. João Luiz Guadagnin

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar ao próximo inscrito, gostaria de informar a todos, especialmente à Senadora Ana Amélia, que as 40 testemunhas foram aprovadas previamente pelo Relator e por esta Presidência. Houve um recurso para que fossem reduzidas para 16, e o Presidente do Supremo manteve as 40, dentro daquele princípio de que a Defesa deve ter o mais amplo direito de defesa, exatamente o que fizemos aqui eu e o Senador Antonio Anastasia. Sabíamos que, com 40, seria desgastante, seriam muitas horas de trabalho, mas estamos aqui exatamente porque queremos, espontaneamente, dar a nossa colaboração. Portanto, trabalho, para todos nós desta Comissão, não representa nenhum empecilho, e sim um estímulo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Sr. Presidente, pela Defesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas agradecer...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Apenas para homenagear V. Sª, Senadora Ana Amélia, porque esta é a mais pura verdade: a proposta original do número de testemunhas veio da própria Comissão e por uma razão muito simples, não era um benefício, era uma decisão jurisprudencial da Ação Penal nº 470, a partir de um voto do Ministro Joaquim Barbosa. Portanto, uma realidade já consolidada na jurisprudência. A partir dessa situação, o Sr. Relator fez essa proposta, a Comissão deliberou, houve um recurso do Senador Aloysio Nunes Ferreira, atual Líder do Governo, que foi negado pelo Supremo Tribunal Federal com base justamente na Ação Penal nº 470. Ou seja, em defesa do amplo direito da Senhora Presidente poder se manifestar, poder produzir provas nos autos e também em defesa da própria jurisprudência dominante neste País. Não houve nenhum arbítrio, nenhuma concessão, seja por parte do Sr. Relator, seja por parte do Presidente Ricardo Lewandowski.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É importante informar também que o Plenário da Comissão aprovou a proposta do Senador Antonio Anastasia, referendada por mim. Então, na realidade, houve praticamente um consenso aqui, quase um consenso, em relação a que essas 40 testemunhas fossem ouvidas, repito, dando, portanto, à Defesa o mais amplo direito de defesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer, Sr. Presidente, esse esclarecimento. Eu penso que ele ratifica o zelo exemplar de V. Exª na condução dos trabalhos e também do Relator no respeito à decisão da Defesa e também da Acusação nos pontos que foram demandados ao Poder Judiciário. A manifestação, como disse o Dr. José Eduardo Cardozo, do Supremo Tribunal Federal foi dentro da compreensão e dentro da lei e da Constituição. Então, todos cumprimos com o nosso dever.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra, na condição de inscrito, ao Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu também não tenho nenhuma pergunta a ser endereçada à testemunha, ao Dr. João Luiz, mas queria fazer uma observação.

Ontem à noite, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, se reuniu, na residência oficial do Senado, com o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Lá tivemos a presença de quase 60 Senadores. Na sua fala, o Ministro Henrique Meirelles procurou colocar as razões que levaram o Brasil a mergulhar na sua mais profunda crise econômica dos últimos tempos. Nós estamos há dois anos com taxa de crescimento negativo do PIB, nós estamos passando de quase 12 milhões de desempregados. Ele, de forma muito concisa, disse que o Brasil mergulhou nesta crise econômica pela perda da confiança, da credibilidade do Governo, especialmente da sua política econômica por parte dos agentes econômicos, dos empresários, dos investidores, dos consumidores, o que levou, portanto, a esta estagnação, a esta paralisia dos investimentos, do consumo, o que coloca um enorme desafio para a sociedade brasileira, notadamente para a política encontrar caminhos que possam superar a situação.

Eu não tenho dúvida nenhuma, pelos números que vimos aqui, trazidos agora pelo relato da Perícia, de que a prática daquilo que se denominou de contabilidade criativa foi um dos instrumentos para a perda da confiança, para a perda da credibilidade, senão vejamos, em 2015, houve um déficit público de quase R$120 bilhões, quando, nos últimos 20 anos, o Brasil, praticamente, não trabalhou com déficit primário. Numa série de 20 anos, ocorreu apenas uma única vez um déficit de pouco mais de R$2 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Isso em 1996. Em 2015, nós produzimos um déficit de quase R$120 bilhões. Desses R$120 bilhões, o próprio Governo reconheceu que quase R$60 bilhões se devem ao pagamento das pedaladas fiscais relativas ao Plano Safra, ao PSI, à Caixa Econômica Federal, a uma série de movimentos que foram feitos e que, de certa forma, contribuíram também, de forma acentuada, para a perda da confiança e para a perda da credibilidade.

Como o próprio Dr. João Luiz disse que essa responsabilidade não estava afeta ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, na pergunta que lhe foi feita pelo Relator Antonio Anastasia, é evidente que não temos como aprofundar os questionamentos, dirigindo perguntas a ele. Mas fica aqui registrado que os números são muito expressivos, a crise é muito expressiva, e essa prática, essas ações que permitiram a perda da confiança e a perda da credibilidade é que, de certa forma, nos colocaram na situação de estarmos aqui realizando a segunda ação de *impeachment* numa democracia tão jovem como é a democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Três minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a V. Exª; bom dia, Dr. João.

Antes de me dirigir à pergunta, eu queria fazer uma consideração muito em cima do que falou aqui agora o Senador Fernando Bezerra e em cima de uma colocação que fez a Líder do Governo no Congresso aqui, a Senadora Rose de Freitas, que corroborou com a tese expressada agora pelo Senador Fernando Bezerra. Ela diz o seguinte: "Na minha tese, não teve esse negócio de pedalada, nada disso. O que teve foi um país paralisado, sem direção e sem base nenhuma para administrar". Ou seja, a Líder do Governo no Congresso Nacional concorda que a Presidenta está sendo impichada não por uma questão técnica ou uma questão que a Constituição determina como causa para isso, mas pelo chamado conjunto da obra, que foi agora também relatado pelo Senador Fernando Bezerra.

Quero dizer novamente a todos os que estão nos ouvindo que esse conjunto da obra só pode ser julgado pelas urnas e não pelo Senado da República.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A Constituição não nos confere o poder de retirar uma Presidente da República porque há um questionamento sobre o seu governo de maneira geral, do ponto de vista econômico ou do ponto de vista administrativo-político.

Isso tão é verdade que hoje o colunista Elio Gaspari – e vamos aqui deixar bem claro que o colunista Elio Gaspari não é um colunista pró-governo nem pró-PT; muito pelo contrário, é muito crítico – faz exatamente uma coluna em que diz "Há golpe". Primeiro, porque ele se atém ao que nós já tínhamos conversado aqui, às conclusões da Perícia, que dizem que a Presidenta não tem ato nessas chamadas pedaladas. Segundo, ele diz o seguinte: que se for para pegar o que há nos decretos, todos teriam que ser impichados, porque todos co-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

meteram isso. E o golpe aqui não é no sentido de não ver o processo que a Constituição estabelece para o *impeachment*, mas, sim, de ter exatamente uma articulação para desestabilizar e tirar um governo. Quero deixar isso registrado porque acho importante isso ficar registrado.

E quero me dirigir agora a V. Sª, Dr. João, porque, para mim, o Plano Safra da Agricultura Familiar é um dos programas mais belos que nós temos no País, talvez pelo fato de o meu Estado, o Estado do Paraná, como disse a Senadora Ana Amélia, ser um Estado que tem mais de 300 mil agricultores familiares. E eu vi o que isso fez de diferença na vida das pessoas, principalmente dos agricultores mais pobres, com aquele juro negativo que é praticado, juro de 1%, de 0,5%, para que os agricultores possam produzir e possam ter sua subsistência. E nós aumentamos, sem dúvida nenhuma, muito o valor do Plano Safra.

Pois bem, a Presidenta está sendo processada porque dizem que ela atrasou o pagamento do Plano Safra, das subvenções do Plano Safra junto ao Banco do Brasil, e isso configura operação de crédito. A Ministra Kátia Abreu já esteve aqui, já disse que isso não configura operação de crédito, que o Governo tem seis meses para pagar para o banco, enfim.

Mas eu queria perguntar para V. Sª: V. Sª tem conhecimento desses atrasos? Há um prazo legal para o pagamento da subvenção? A subvenção do Plano Safra é regulamentada pelo que e quem é que tem responsabilidade nesses pagamentos? E alguma vez o Tribunal de Contas da União entrou em contato com V. Sªs no MDA para falar sobre problemas em relação ao pagamento das subvenções?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Luiz, na condição de testemunha. Três minutos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Senadora Gleisi e demais Senadores e Senadoras, é muito importante a pergunta, porque a lei que estabelece a subvenção econômica é uma lei de 1992, que substituiu a conta movimento, que era então o sistema que o governo usava na época para a concessão de crédito, em que se utilizavam recursos do Orçamento Geral da União para operações de crédito. Estabeleceu-se uma forma que só há no Brasil – é importante – e que funciona muito bem, que apoia muitos agricultores e que inclusive permite que o Conselho Monetário faça a sintonia fina da política.

Essa lei não estabelece nenhum prazo, não há nada que diga, nas portarias de equalização, quando esse pagamento tem que ser feito. Não há nenhuma responsabilidade da Presidenta nesse processo, até porque uma ação que passa, primeiro, pelo Congresso Nacional, quando aprova a Lei Orçamentária Anual, depois, pelo Ministério da Fazenda, que estabelece, com a área técnica do Ministério, o volume de recursos que vai ser equalizado, o máximo de recursos que os agentes financeiros podem emprestar. E isso está definido em portaria, a lei assim determina. Não há, portanto, nenhum processo de prazo, não é crédito.

A outra questão que eu gostaria de emendar, embora não tenha sido perguntado, é que correção monetária não é juro. A correção monetária é a atualização do valor da moeda. Se juros incidissem sobre os eventuais atrasos dos agentes financeiros que prestam serviço ao crédito rural – e nós temos quatro no Pronaf: Banco do Brasil, BNDES, os bancos cooperativos Bansicredi e Bancoob.

Aliás, os bancos cooperativos, Bansicredi e Bancoob, passaram a ter...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ... esse privilégio, eu digo, em 2009, as cooperativas de crédito, numa ação que inclusive a Senadora Ana Amélia, então importante defensora da agricultura – continua até hoje –, se empenhou, assim como o Senador Simon, lá do Rio Grande do Sul, os bancos cooperativos passaram, a partir de 2009, além dos bancos oficiais federais, a ter a possibilidade de receber a subvenção econômica. E isso permitiu que eles crescessem, como crescem até hoje. Os bancos que mais crescem hoje no Brasil são os bancos cooperativos, muito pela relação positiva que mantêm com os agricultores familiares e, claro, apoiados pela política pública.

Eu reafirmo: também não tenho nenhum conhecimento em relação à comunicação de nenhum órgão de controle. E, vejam, nós temos auditorias agora mesmo do TCU e da CGU tanto no Pronaf quanto nas outras políticas de Garantia-Safra, que nós desenvolvemos na Secretaria, desenvolvíamos lá, e não há nenhuma comunicação em termos disso, nem do agente financeiro, nem dos órgãos de controle. Por quê? Porque não há na lei um dispositivo que estabeleça esse prazo, essa forma e um juro moratório.

O juro moratório não incide sobre os atrasos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi, por dois minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

De fato, eu não perguntei sobre correção monetária, mas foi muito importante o senhor colocar isso, porque, na realidade, o que caracteriza uma operação de crédito é o preço que eu pago pelo empréstimo do dinheiro. O dinheiro é um bem, eu o empresto e pago um preço por isso, que são os juros.

A correção monetária está atinente ao valor da moeda, à recuperação do valor da moeda. E nós não temos incidência de juros nesses contratos de subvenção do Plano Safra. Acho que isso é muito importante ficar colocado, porque não há operação de crédito sem pagamento de juros.

Então, queria agradecer esse esclarecimento que V. Sª fez, agradecer também o esclarecimento de que nunca o Tribunal de Contas da União entrou em contato para dizer que havia irregularidade. E, mais ainda, agradecer o esclarecimento de que isso é operado sem a participação da Presidente da República, ou seja, quem faz a gestão, a administração é o Ministério da Fazenda, é o Conselho Monetário Nacional, é o Ministério da Agricultura e, depois, a participação dos senhores...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não tem prazo... Aliás, isso fica claro na perícia. Nós brigamos muito para ter perícia aqui e é importante deixar claro que a maioria da base do Governo não queria perícia. Nós conseguimos a perícia, como o número de testemunhas, graças a um recurso que fizemos ao Supremo pelo direito de defesa da Presidenta.

Mas a perícia deixa claríssimo aqui, primeiro, no item 7, de que as portarias não definem explicitamente o prazo para pagamento. Se não há prazo, não tem como dizer que há atraso. E a segunda determinação, a segunda análise que fazem os peritos é que não há ato da Presidenta Dilma nessa situação. Se não há ato, não há dolo, não há crime.

Portanto, é importante porque V. Sª era operador do Plano Safra, era da área financeira do Ministério de Desenvolvimento Agrário. E nós sabemos o tanto que esse programa cresceu: saiu de 2 bilhões em 2002 para 30 bilhões agora nessa última safra. É óbvio que os volumes que o Banco do Brasil intermediava com os agricultores também cresceu. Por isso que os pagamentos eram de maior vulto.

Então, agradeço os esclarecimentos de V. Sª. E, para encerrar, gostaria que V. Sª pudesse nos dizer quem são os maiores beneficiados da subvenção econômica no âmbito do Plano Safra da agricultura familiar e como é essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Luiz, na condição de testemunha, por dois minutos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sobre a participação de Presidente na ação, eu lembro que, em 20 anos de Governo Federal, sempre trabalhando na mesma área, a única reunião que mantive com o Presidente foi com o Presidente Fernando Henrique em 2000, quando se discutiram créditos para os assentados da reforma agrária.

Nós não tivemos em nenhum momento nenhum contato nem com o Presidente Lula e nem com a Presidenta Dilma em relação ao Plano Safra. Nunca fizemos reuniões sobre isso. No último Plano Safra, as discussões sobre volume de crédito, fontes de recurso e taxa de juros ficaram estritamente no nível técnico. O Dr. Adriano de Paula, que esteve inclusive aqui junto com a sua equipe, a nossa esquipe, a equipe do Secretário André Nassar, do Ministério da Agricultura, mais o Banco Central, a Diretoria de Normas do Banco Central, nos reunimos várias vezes de março a praticamente o final de abril e definimos o Plano Safra.

Então, não há envolvimento nem dos Ministros...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – A comunicação feita aos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário foi uma comunicação.

Eu esqueci a pergunta... Me desculpe!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Isso. É muito importante. O Sr. Senador que chegou agora conhece bem.

Nós temos hoje 2,6 milhões CPFs distintos com o crédito do Pronaf, com uma inadimplência menor que 2%. Em alguns agentes financeiros, ela é traço. No BNDES é zero; nas cooperativas de crédito e nos Bancos Cooperativos é próximo do traço, é quase inexpressiva.

Ela é um pouco mais presente no um maior agente financeiro que é o Banco do Brasil. O Banco do Brasil 70% das operações e está presente em praticamente 96% dos Municípios. Como ele está mais pulverizado, atural que tenha um pouco mais de inadimplência. Mas a inadimplência média é de 2%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Os agricultores familiares são bons pagadores. Usam o crédito para a finalidade contratada e produzem alimentos. O que eles produzem eles vendem.

Eu quero chamar a atenção que nessa safra que começará dia 1º, bem ligeiro, uma contribuição importante. Depois, eu farei outra, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Luiz, por favor.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Nós estabelecemos uma mudança muito forte na forma de concessão de crédito. Nós estabelecíamos taxa de juros pelo volume de crédito que dávamos ao agricultor.

A partir da safra que se inicia depois de amanhã, dia 1º de julho, os agricultores que produziam alimentos de consumo interno, eu vou – me permitam um pouquinho mais –, ler quais são...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Luiz, por favor.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, tribo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata doce, abacaxi, olerícolas, mais leite, carne, carne de caprinos, carne de ovinos...

Esses produtos terão taxa de juros para financiamentos de até R$ 250 mil para custeio de apenas 2,5%. É a primeira grande guinada no crédito rural depois de anos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Luiz, por favor.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Então, estamos estabelecendo na agricultura familiar, que produz alimentos... Quem é o grande beneficiado? É a população brasileira, que consome alimentos produzidos pela... São todos os consumidores. E 85% ou mais de nós vivemos nas grandes cidades.

Então, os grandes beneficiados do Plano safra da Agricultura Familiar é quem consome comida, é quem vive no Brasil, quem trabalha no Brasil e come a comida a comida produzida pelos agricultores familiares.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi, por um minuto.

Não faça mais perguntas, porque a testemunha já ultrapassou o tempo dela.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu compreendo a empolgação, Sr. Presidente, porque realmente essa matéria é uma matéria belíssima e é o que dá sustentação ao nosso País, tanto a agricultura empresarial com a balança comercial como a agricultura familiar, que coloca a comida na mesa das pessoas.

E queria agradecer os seus esclarecimentos. Ou seja, a Presidência da República participa tão e exclusivamente na definição do quanto vai ser colocado à disposição do custeio do Plano Safra, e não da sua operacionalização, lembrando a quem nos assiste: a operacionalização do Plano Safra é feita desde 1992 da mesma forma.

Portanto, essa operação está definida em lei pelo Congresso Nacional. Há portarias do Ministério da Fazenda, é o Conselho Monetário Nacional que administra e sempre houve repasses conforme nós vimos nos últimos anos. Dizer que o volume é maior no ano de 2014 – 2013, 2014 ou 2015 –, só tem que ser maior até pelo número, pelo valor maior que nós colocamos a disposição dos agricultores.

Então, acho que V. Sª prestou uma informação de muita qualidade a esta Comissão esclarecendo muito como funciona a subvenção dos juros do Plano Safra.

Muito obrigada e parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Advogada da Acusação, Drª Janaina Conceição Paschoal.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Muito obrigada, Excelência. Cumprimento a Presidência, a relatoria, os Srs. Senadores, os colegas advogados, a testemunha.

Eu gostaria de reafirmar aqui alguns pontos importantes com relação à perícia, porque, infelizmente, eu não sei se as pessoas não leram o laudo, ou se eventualmente leram um laudo diferente do que foi entregue pelos técnicos, ou se eventualmente só estão destacando as partes que acreditam sejam favoráveis.

Mas é muito importante que a população compreenda que os peritos confirmaram que os decretos foram editados e executados antes da aprovação do PLN 5. A edição dos decretos já é a caracterização do crime, mas a execução torna a situação ainda mais reprovável.

A Defesa tem insistido de que não houve alertas com relação à ilicitude desses decretos. Esses alertas não são necessários porque a Presidente, ao remeter o projeto de lei, o PLN 5, ao enviar aqui para esta Casa, na exposição de motivos, assinada por ela, já declarou que sabia que havia incompatibilidade com a meta vigente. E o próprio relatório bimestral, o terceiro relatório bimestral, deixou evidente que o Governo já estava contando com a meta proposta. Então, não precisava de alertas, porque a Presidente confessou, na exposição de motivos, que sabia. Isso precisa ser dito com todas as letras.

Muito embora a autoria não seja competência de peritos, como eu procurei deixar claro ontem aqui, es- questões referentes a dolo, culpa, autoria são questões muito mais afetas aos juízes da causa do que aos itos. Os peritos respondem questões objetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

No que concerne aos decretos, os peritos foram categóricos ao aduzir que a autoria era inconteste. Por quê? Porque os decretos são assinados pela Presidente da República. Só por isso os peritos escreveram isso.

No caso das pedaladas, os peritos confirmaram as operações de crédito. Eles confirmaram que as operações eram remuneradas. E na verdade a portaria de 2015 que prevê o pagamento no primeiro dia útil depois do período de apuração da equalização fala em remuneração, atualização, porque já veio com o intuito de encobrir o crime que vinha sendo praticado.

Então, a portaria, por melhor que seja, não afasta a Constituição Federal e ela não afasta a lei, sobretudo uma lei complementar, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os peritos foram categóricos ao confirmar o que no Direito a gente chama de falsidade ideológica, mas não é papel da perícia entrar nessa análise, ao confirmar que os créditos eram contabilizados pela instituição financeira, no caso o Banco do Brasil, mas não eram contabilizados pelo Tesouro e não eram contabilizados pelo Banco Central. Isso é importante que seja dito. Então, isso tudo está na perícia.

Agora, estão dizendo que os peritos disseram que a Presidente não tem participação nas pedaladas. Desculpem, eles não disseram isso. Eles disseram que não constataram ato da Presidente nos documentos analisados. E nem poderiam, a Presidente não é funcionária do Banco do Brasil.

O que a Defesa queria? Que houvesse um ofício da Presidente dizendo assim: "Olha, tomem empréstimos proibidos por lei, não contabilizem porque é proibido."?

Desculpe-me, com todo o respeito, chega a ser pueril. O que a Defesa queria, meu Deus? Que houvesse um ofício da Presidente, mandando cometer um crime?

Agora, o que se tem que lembrar é o que falou a testemunha trazida pela Defesa ontem, Dr. Adams. Respondendo a uma indagação da Acusação, Dr. Adams disse, com todas as letras: "Eu fiz várias reuniões com o Ministro Mantega, com Arno Augustin, que era Secretário do Tesouro Nacional, com Tombini, que era Presidente do Banco Central; alertei sobre as discussões em torno das pedaladas". E, se é Mantega, é Arno, foi 2014. Os alertas foram em 2014, e a Presidente continuou.

Dr. Adams, que estava sentado aí, disse: "Eu alertei e orientei que pagassem os débitos".

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Esse depoimento de ontem, para mim, foi o mais importante do processo inteiro, porque a Defesa tem se apegado a uma suposta falta de aviso, a uma suposta falta de alerta, e as testemunhas já mostraram que os técnicos do Tesouro alertaram, pediram reuniões, fizeram *datashow*, fizeram nota técnica com 97 páginas. Ontem o Advogado da Presidente disse, com todas as letras, que alertou os principais líderes da política econômica do Governo. E, na semana anterior, o ex-Ministro Nelson Barbosa disse que a Presidente participava das reuniões com os Ministros da área econômica.

Então, é óbvio que a Presidente sabia, pela imprensa, pelos técnicos do Tesouro, pelos Ministros e, agora, reconhecidamente, pelo seu próprio advogado.

Então, isso tem que ser dito. A população tem que ter a segurança de que golpe sofremos nós – nós, brasileiros.

Era isso, Excelência. Não tenho perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Advogado da Defesa, Dr. José Eduardo Cardozo. Seis minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço, Sr. Presidente.

Apenas preliminarmente, em homenagem à Acusação e também à verdade, quero apenas frisar dois pontos.

De fato, a perícia diz que, em relação aos decretos, não houve alerta de incompatibilidade com a meta fiscal. Essa é a expressão. O que significa isso? Nós já vimos no processo. Todas as exposições de motivos que acompanhavam os decretos diziam que os decretos não feririam a meta fiscal.

A pressuposição de que ter mandado o projeto de lei suporia uma ciência reveladora de que os decretos ofenderiam a meta fiscal ignora, com a devida vênia, que há decretos que são neutros. Mesmo que se concordasse com a visão do Tribunal de Contas da União, há decretos que fazem suplementação e são neutros, tanto que foram afastados – alguns pela Câmara, outros pela própria perícia, outros pelo Sr. Relator.

Ora, como um Presidente, mesmo que soubesse da visão do Tribunal de Contas da União, poderia saber se impactaria aquele crédito a meta, se a exposição de motivos dizia que não impactava?

É por isso que os Srs. Peritos dizem que ela não foi alertada. Vamos colocar a verdade onde está: e, se não alertada, não houve dolo; se não houve dolo, não há crime de responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Aliás, nem culpa haveria, com a devida vênia, porque negligência, imprudência e perícia pressupõem uma ciência. Só é negligente quem sabe de alguma coisa, e deixa de fazer; só é imperito quem tem ciência de alguma coisa, e age de forma estabanada – digamos assim – na condução do processo.

Ou seja, não há nem culpa. Então, é por isso que a Perícia é arrasadora em relação aos decretos também, com todas as vênias, em homenagem à verdade.

Em relação ao que disse ontem S. Exª, o ex-Ministro Luís Inácio Adams, vamos relembrar.

Ele disse que, de fato, não conversou com a Presidenta, mas conversou com o Ministro Mantega e com outras autoridades para discutir o pagamento, porque havia divergências. Ele disse: "Havia divergências, mas no final foi pago". Ou seja, a tese dele foi acolhida. E falou claramente que todos os atos baixados pela Senhora Presidente da República, todos, foram devidamente sustentados por ele – diretamente em alguns casos – e por órgãos da AGU, o que descaracteriza também o dolo. Então, por amor a verdade, vamos frisar os fatos como eles são.

Passo à testemunha.

Queria louvá-lo. V. Sª, pelo que ouvi, tem prática de 20 anos nessa situação, e apenas confirmou algo... Diga se estou mentindo, mas V. Exª disse que nunca houve reunião com a Presidente da República Dilma Rousseff, nunca – ou seja, é por isto que não havia ato, porque esse gerenciamento se dava em outro plano, isso está provado, atestado –, e que o único Presidente com quem o senhor se reuniu para discutir foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não se reuniu nem com o Luiz Inácio Lula da Silva nem com Dilma Rousseff. Então, o seu testemunho, nesse ponto, é muito valioso para corroborar o que a Perícia já disse, o que todas as testemunhas já disseram – mas, claro, tenta-se dar algumas piruetas retóricas para descaracterizar uma verdade indiscutível.

Outra questão que V. Sª também afirmou e que é muito interessante é a seguinte. V. Sª informou que não há juros nesse pseudoatraso do Plano Safra, mas que existe correção monetária. Isso é muito interessante, porque seria a primeira operação de crédito conhecida – acho que desde que Adão e Eva se encontraram no paraíso – em que não se cobram juros. Olha que coisa bacana: eu peço dinheiro emprestado e não pago juros, só pago a correção monetária! Ou seja, esse argumento também já está demolido – na tese das pedaladas – pela falta de ato da Presidenta, mas ela é uma contribuição fundamental para se descaracterizar a tese – com a devida vênia, equivocada, mas respeitavelmente defendida pelo Tribunal de Contas da União, porque eu não sou daqueles que criminaliza quem não pensa o direito como eu penso –, para descaracterizar a existência da operação de crédito.

Vejam que interessante: é uma operação de crédito em que não há contrato – eu nunca vi operação de crédito em que não há ajuste obrigacional –, é uma operação *ex lege*, que vem da lei; é uma operação de crédito que não se cobram juros, é uma operação de crédito em que só se cobra correção monetária. Que obrigação de crédito é essa em que não se cobram juros e em que não há avença, em que não há ajuste, em que não há acordo, e que é uma imposição legal? E mais, segundo diz a Perícia, não tem prazo para pagamento. Como disse a Ministra Kátia Abreu ontem, eu nunca vi também empréstimo em que não está estipulado o prazo de pagamento.

Portanto, esse argumento de V. Sª, que mexe há 20 anos na área, é muito importante.

Aí eu faço as perguntas.

Parece-me que a sua opinião, com todas as vênias se não for, é que não seria uma operação de crédito porque não há juros. Então, eu perguntaria a V. Sª: é operação de crédito?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Segundo: nesses 20 anos em que o senhor mexe com o Plano Safra, em algum momento o senhor ouviu dizer que esses atrasos eventuais de pagamentos, esses retardamentos de pagamentos, seriam um empréstimo? V. Sª em algum momento ouviu isso? Quando foi que V. Sª ouviu isso pela primeira vez? Foi no momento em que o Tribunal de Contas, a meu ver, inovou na ordem jurídica sustentando que isso seria uma operação de crédito?

Então, são as perguntas que, de momento, eu lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Luiz na condição de testemunha. Três minutos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Muito obrigado, Dr. Cardozo.

Primeiro, só uma rápida correção ao que a advogada Drª Janaina falou.

As portarias de equalização têm praticamente a mesma redação há 20 anos. Pelo Direito Comparado, se vocês verificarem...

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL (*Fora do microfone*.) – ... se o senhor está falando de mim eu u poder responder também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Compare 2014...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Sr. Presidente, a palavra está com a testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com a testemunha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ...e ele está dando um esclarecimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele está se referindo a ela.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Mas...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ela não tem o art. 14, por favor. Ele nem falou nada, apenas citou...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ela pode, em seguida, pedir uma questão de ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Primeiro: a advogada não é Senadora, é importante deixar isso claro aqui, e repetidamente ela tem se comportado como se fosse. Ela não tem direito ao art. 14 e sequer a testemunha estava falando sobre o que ia dizer, apenas citou o nome. Então, por favor, Advogada, que se mantenha calada para que a testemunha possa falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu quero protestar contra esse tratamento.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é dessa forma...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se for o caso, na sequência, a Advogada pede a palavra.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª tem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, mas não pode...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª tem administrado...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ela se cala, espera ele responder e, depois, ela pode falar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª não tem o direito de falar para se calar aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se calar ou parar de falar dá na mesma.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não senhora, é uma questão de educação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sou muito educada sim, é se calar...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu já avisei...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É de educação!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu já informei que vou dar um pela ordem à Dr. Janaina.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª tem tocado os trabalhos desta Comissão com muito equilíbrio, muita paciência e muita sabedoria. Hoje nós estamos encerrando esta fase, e eu já quero parabenizar V. Exª. Aqui realmente é uma corte, e esses entendimentos são conflitantes evidentemente.

Agora, V. Exª tem dado ao Advogado de Defesa sempre a palavra. Ele tem sempre se manifestado, e V. sempre lhe concedeu a fala. Neste caso, por exemplo, em que a testemunha está se referindo à Advogada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

de Acusação, evidentemente que ela tem o direito, como o Advogado de Defesa tem tido... E V. Exª está, então, depois concedendo a palavra à Drª Janaina. Portanto, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Exatamente. Quando a testemunha concluir o tempo dela, passarei a palavra para a Drª Janaina pela ordem.

Vamos voltar os três minutos para que a testemunha se sinta mais à vontade nas suas respostas.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Desculpem-me, então, pela citação.

Em relação às perguntas do Dr. Cardozo: não é uma operação de crédito, é uma prestação de serviço. Há uma competição enorme entre os agentes financeiros privados desde 92, que também querem fazer essa prestação de serviço, porque, é lógico, existindo recursos equalizados, havendo condições de atrair clientes – porque a equalização favorece –, isso oportuniza aos bancos vários negócios.

Na agricultura familiar são 2,6 milhões CPFs distintos com o crédito. O Banco do Brasil detém 70% disso. É lógico que a competição por esse recurso é grande. Então, é uma prestação de serviço em que há uma definição, através de uma lei, de uma portaria, de como é que se faz o pagamento. E há uma correção monetária, um ajuste do valor monetário nos eventuais atrasos de pagamento. Não há data definida para esse pagamento, por isso também não é uma operação de crédito.

Não é um empréstimo. Por quê? Porque se determina, numa portaria do Ministro, que ele pode, o banco, emprestar nas várias taxas de juros. Se vocês olharem na portaria do Pronaf, vocês verão que nós temos várias situações. Por exemplo: crédito para o Semiárido com taxas favorecidas – há vários níveis de taxas.

Nessas operações são dadas aos bancos a garantia de que a diferença entre o custo da fonte – em geral poupança; no caso do Banco do Brasil, poupança rural – e mais o custo operacional do banco... Esse pagamento é feito pelo Tesouro. Isso permite que os agentes financeiros mantenham uma clientela grande.

E eu insisto: de 2009 para cá, com a mudança da Lei nº 8.427 permitindo também que os bancos cooperativos também operassem com esses...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ... recursos, o que se viu? Os bancos cresceram muito. Os bancos cooperativos são os que mais crescem, muito por causa disso. Então, é uma prestação de serviço.

E é fácil de saber, é só perguntar às direções, tanto de uma Sicredi quanto do Bancoob, vocês verão como é importante para eles essa política. É uma prestação de serviço desejada, almejada. E o pagamento é feito com correção monetária, não há prazo para fazê-lo. Não é uma operação de crédito – eu insisto!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Advogado da Defesa. Três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu agradeço.

As ponderações de V. Sª são muito importantes...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Terminado esse debate, para não interromper o raciocínio, eu passarei a palavra à Drª Janaina, como já confirmei.

Três minutos, Advogado de Defesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – As observações feitas por V. Sª são muito importantes e muito significativas, porque elas mostram exatamente os elementos que vários técnicos têm, ao longo do tempo, sustentado para mostrar por que não é operação de crédito e por que a máquina administrativa, ao longo de tantos anos, entendeu que não era operação de crédito. Até que o Tribunal de Contas inovou, teve uma nova tese, o que é legítimo. O que não se pode é pretender punir para o passado, punir retroativamente. Eu acho que esse é o problema central.

Mas V. Sª chegou a tangenciar uma questão que me parece importante. V. Sª disse que não há prazo determinado para o pagamento nas portarias, o que é confirmado pela Perícia, o que descaracterizaria também uma operação de crédito. Eu lhe pergunto, então: essas portarias são portarias padrão? Há quanto tempo elas são editadas? Há quanto tempo elas vêm sendo regularmente editadas? Ou houve alguma mudança substantiva nessas portarias, essencial, nesses últimos tempos? E de quando é essa mudança?

A segunda questão que teria a fazer a V. Sª é a seguinte. A Ministra Gleisi Hoffmann há pouco mencionou o volume, o crescimento do Plano Safra ao longo do governo. É claro que, se eu tenho menos volume aplicado, eu tenho – digamos assim – atrasos menores; se eu tenho maior volume aplicado, eu tenho atrasos maiores. Eu perguntaria a V. Sª: o que determinou as situações de atrasos, se é que foram atrasos, ao longo do Governo da Presidente Dilma Rousseff? Foi uma decisão deliberada de governo para fazer caixa ou era uma situação que pode ser explicada de outras formas?

É o que gostaria de saber de V. Sª.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Muito bom.

Primeiro, as portarias têm...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. João Luiz com a palavra na condição testemunha. Dois minutos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – As portarias têm esse formato pelo menos de 2000 para cá, há vários anos portanto. E não só as portarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Pronaf, mas também as portarias que tratam da agricultura patronal e do Pronamp, no Ministério da Agricultura, elas seguem o mesmo padrão.

Os atrasos não são atrasos. Os agentes financeiros, quando recebem a autorização dada pela lei e pela portaria do Ministro da Fazenda, sabem que terão uma equalização em função da prestação de serviço e que essa equalização será paga no momento da apresentação, conforme a norma. Inclusive, o Tesouro tem, em várias situações, questionado a forma como isso é apresentado.

Então, há uma delonga no processo. Nem sempre aquilo que é apresentado pelos agentes financeiros oportuniza o pagamento naquele prazo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Nós temos, no Pronaf, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, que concede um bônus que é subvenção também, para o qual é conferido, se aquele agricultor de fato merece aquilo... Então, também há uma demora nesse processo. Então, os atrasos são normais no processo de concessão desse benefício aos agricultores familiares.

Por último, quero registrar e tranquilizar os agricultores familiares: não há nenhum problema com o Plano Safra, com os agricultores familiares, com os agentes financeiros. Vários têm manifestado para nós preocupação em relação ao permanente debate.

Não há nada errado com o Plano Safra. O Plano Safra, se as portarias de equalização do Ministério da Fazenda estiverem publicadas até o dia 1º, começará no dia 1º de julho – senão, ele vai ser atrasado. O ano passado, eu lembro, a portaria foi publicada no dia 29 de junho, o que permitiu que os agentes financeiros começassem a operar exatamente no primeiro dia do ano agrícola.

Este ano é mais importante ainda, porque nós temos uma crise de abastecimento interna e, se estamos sob o lema da Ordem e Progresso, é preciso fazer com que as portarias aconteçam logo. Temos mais ajustes no seguro da agricultura familiar a serem feitos que ainda não foram publicados...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Luiz, por favor.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ... e temos ajustes no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar que também ainda não foram aprovados pelo Conselho Monetário e publicados.

Isso tudo atrapalha a ordem e o progresso. Se nós queremos ordem e progresso, apoiar a agricultura familiar, apoiar a agricultura patronal, apoiar o processo de geração de emprego e renda no campo, nós precisamos trabalhar também para que essas portarias sejam publicadas logo e para que essas outras definições do Conselho Monetário aconteçam.

Espera-se que amanhã...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ... na reunião do Conselho Monetário Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Luiz, por favor.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ... isso esteja definido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Advogada da Defesa, um minuto. Sem perguntas por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço à testemunha.

A Defesa aguardará também a expedição das portarias para que verifiquemos a sequência do Plano para um confronto com aquilo que atualmente acontece neste processo.

No mais, gostaria de frisar que V. Sª também prestou um testemunho importante ao dizer que é uma prestação de serviço que é disputada pelo mercado. Ou seja, ao contrário do que muitas vezes se diz, não é o Governo utilizando seu controle acionário e impondo ao Banco do Brasil uma situação que lhe arrasa. Ao contrário: há outras instituições financeiras também que gostariam de ter essa situação e a disputariam, o que, portanto, mostra, evidentemente, é uma prestação de serviço pretendida pelo mercado. Acontece assim em portarias desde 2000, não é operação de crédito ao ver do corpo técnico e não há ato da Presidente. De onde extrairá daqui para frente que neste caso há crime de responsabilidade, a vida é que nos mostrará.

Agradeço imensamente o valioso testemunho de V. Sª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Advogada da Acusação, pela ordem, dois minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Muito obrigada, Sr. Presidente, primeiro agradeço.

Eu só quis fazer um comentário porque houve uma mudança. Então, acabou sendo até automático, não foi no sentido de desautorizar a sua fala, mas eu gostaria de fazer um registro rápido que eu acho que é importante.

Eu estou aqui representando outros dois advogados, o Professor Miguel e o Dr. Hélio Bicudo. Na sequência, entraram outros colegas advogados para nos auxiliarem, o Dr. João e o Dr. Eduardo, que estão oficialmente nos autos. Mas eu quero recordar que a Ordem dos Advogados do Brasil também apresentou um pedido de *impeachment*. É que, como ele foi posterior ao nosso, o nosso já estava em andamento, acabou ficando, em certa medida, prejudicado, mas muitas das acusações deste processo estão na denúncia da Ordem, e a Ordem, por ser posterior, trouxe ainda elementos novos, que, claro, eu não vou debater aqui. Então, eu me sinto como representante também da Ordem dos Advogados do Brasil.

Pela sequência de constrangimentos que eu tenho sofrido aqui por parte de alguns Senadores e até do colega Defensor ontem,...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... que chegou a sugerir injúria e calúnia por minha parte por eu ter feito uma pergunta para uma testemunha, eu recebi da parte das prerrogativas da OAB de São Paulo e das prerrogativas da OAB aqui do Distrito proposta de apoio. Eu agradeci e recusei, porque acredito que não seria necessário. Acredito de verdade que nós conseguiremos terminar estes trabalhos de maneira urbana. Mas eu gostaria de fazer um registro, e não é como advogada nem como professora; é como ser humano, não é nem como cidadã.

Por força desse comportamento reiterado das nossas autoridades no sentido de dizerem: "Eu sou autoridade, você não é ninguém, portanto cale-se" é que o País está deste jeito. Quando eu tinha dez anos de idade, e meu pai não tinha nem terminado a faculdade, eu escrevi uma poesia e disse: não me calo. Então, eu não me calo não é nem porque eu sou advogada, muito embora seja um dever de ofício – e eu me sinto aqui hoje em nome da OAB e do Conselho da Ordem de São Paulo de que eu faço parte com muito orgulho –, mas eu não me calo como ser humano diante da injustiça, diante do autoritarismo, diante dos comportamentos ditatoriais que nós temos verificado neste País. E é isso que a advocacia brasileira está combatendo com este processo.

Obrigada, Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi, um minuto, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro, para a gente esclarecer os fatos aqui, para que discursos apelativos não façam parte da Acusação. Nós temos o maior respeito pelos Advogados que estão aqui, estamos nos submetendo a este trabalho na Comissão já há dois meses, vamos fechar o segundo mês. Portanto, ninguém aqui tem desrespeito.

Segundo, é importante dizer que ninguém mandou ninguém calar-se aqui. Apenas situamos que, enquanto a testemunha fala, as pessoas devem ficar caladas, esperar que elas falem, para falar no momento acordado e no momento correto.

Terceiro, o papel de advogado aqui é diferente do papel de Senador, e ninguém aqui está utilizando, em cima seja da Drª Janaína, seja do Dr. José Eduardo Cardozo, o seu poder. Não é isso. Nós somos eleitos pela população, passamos por um processo eleitoral, pelas discussões da política, estamos aqui representando a população.

V. Sª representa aqui uma causa, representa aqui a Ordem dos Advogados do Brasil, representa aqui outros dois advogados que entraram com V. Sª com um pedido de *impeachment* e um Partido político, que é o PSDB, que pagou a V. Sª para fazer esta ação. Então, V. Sª não pode vir aqui e discutir como se Senadora fosse. É para isso que estamos alertando. Se quiser discutir como Senadora, obviamente vai participar de um pleito. Acho que até V. Sª pode fazer isso. É legítimo, é importante. Muita gente diz que V. Sª o fará. E aí vai discutir.

Então, é bom restabelecer, porque esses discursos emocionais aqui não ajudam em nada. São apelativos, não constroem e não ajudam a gente a esclarecer o processo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora, por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, um minuto, Advogado da Defesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Também em homenagem à Acusação, eu louvo os advogados que não se calam. Louvo. É, aliás, um comando do nosso Estatuto que não se calem os advogados, que não se submetam autoridades. Mas isso não nos dá direito de falarmos a hora em que bem entendermos, interrompendo testemunhas, interrompendo autoridades. O que o Estatuto nos manda é que nós peçamos a palavra pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Este Advogado que aqui vos fala, se alguma vez transgrediu isso, não se recorda. Mas, se o fez, se penitencia. Eu jamais interrompi ninguém. Eu posso, durante uma fala, pedir "pela ordem, Sr. Presidente", que é o que me faculta a lei.

Portanto, não me calar é um direito. Agora, ofender a ordem constituída e legal, atropelando testemunhas e invadindo o tempo de outros, é ofensa à lei. E a democracia e o Estado de direito exigem respeito às regras.

Não se cale, mas fale no momento processual adequado. É isso que nos manda o Direito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka, por um minuto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria... Aqui é engraçado. A pessoa faz a coisa, é agressivo, depois vem com um discurso manso pedindo equilíbrio, tranquilidade. Agora há pouco, o Advogado, ele mesmo interrompeu a Advogada, falando. Então eu concordo: vamos manter isso no nível civilizado; mas ele interrompeu, com o meu protesto – por isso é que eu me lembro.

Então, eu quero que, para o bom andamento dos trabalhos, isso que foi falado sirva para nós, mas sirva para eles também. Isso é importante.

E outra coisa: sempre ele quer ser o último a falar; e ele nunca perde a razão – professor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ataídes, um minuto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bem rápido, Sr. Presidente.

Indo aqui na linha do Senador Moka, realmente o discurso aqui muda em milésimo de segundo. O que a Senadora manifestou com relação à Drª Janaina é muito claro, pedindo a ela realmente... Intimidando-a, a verdade é essa.

Eu percebo, Sr. Presidente, que este Plenário, ao longo desses dias, sempre manteve um respeito enorme pelo Advogado de Defesa, o Dr. Eduardo, todos nós. Mas não é a mesma coisa deste Plenário com relação à Advogada de Acusação, a Drª Janaina.

Se nós pegarmos as notas taquigráficas, nós vamos chegar à conclusão de que a Drª Janaina foi acusada, foi intimidada o tempo todo aqui dentro desta Comissão. Inclusive, nas minhas redes, eu recebi muitas críticas essa semana quando os seguidores da Presidente Dilma a atacaram de forma terrível, e eu não me manifestei. A rede, o País, meu Estado do Tocantins me cobraram a ação: "Por que você não falou em favor da Drª Janaina?". Então, se pegarmos as notas taquigráficas, vamos ver que há dois pesos e duas medidas, apesar de que V. Exª tem conduzido esses trabalhos, Senador Raimundo, com muito equilíbrio, com muita sabedoria. Mas isso tem acontecido e, na verdade, isso poderia realmente ter acontecido.

Eu espero que doravante a coisa se equilibre um pouco mais; e que também os Senadores e as Senadoras hoje da oposição mantenham esse respeito que nós até o momento tivemos – e vamos continuar tendo – a este competente Advogado de Defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Advogado de Defesa, pela ordem, um minuto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço a V. Exª. Apenas para, com todas as vênias, dissentir do exposto. Eu não interrompi ninguém. Quando a testemunha estava depondo – e a testemunha da Defesa –, a Acusação a interrompeu. E eu protestei pela interrupção. Não fui eu quem interrompi alguém que tinha a palavra. Eu protestei pela interrupção de alguém que estava sendo interrompido.

Da mesma forma, também com todas as vênias, eu tenho procurado, ao máximo, falar quando me dão a palavra. Eu não passo um segundo do tempo que está previsto e requeiro, postulo e faço minhas ponderações. Não cabe aqui... Eu agradeço até as homenagens, mas não tenho nenhuma veleidade em ter os discípulos que foram aqui mencionados sob minha tutela. Não é minha pretensão ser professor com tal magnitude, mas apenas pretendo postular o direito da minha cliente, da Senhora Presidente da República, dentro da lei, dentro da ordem jurídica e sempre pedindo a palavra pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka. Um minuto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu apenas e tão somente quero restabelecer a acidade dos fatos. O que todo mundo aqui presenciou? A nossa Advogada sendo agredida. Essa é que é a dade. Essa é a verdade dos fatos. Foi, no mínimo, desrespeitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Então, eu peço a V. Exª: vamos concluir, para podermos dispensar a testemunha e ir embora. Agora, se falarem, Sr. Presidente, eu vou pedir pela ordem outra vez. Eu não vou mais ficar aqui ouvindo as coisas e ficando calado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dispenso a testemunha, Sr. João Luiz Guadagnin, agradecendo sua presença e colaboração.

Peço à Secretaria que conduza à Mesa a próxima testemunha, Sr. Marcel Mascarenhas dos Santos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A Presidência esclarece que a testemunha Marcel Mascarenhas dos Santos solicitou, por escrito, que seu depoimento fosse colhido na qualidade de informante, tendo em vista que declarou haver atuado como advogado público em processos no âmbito do TCU e do Congresso Nacional que tratam de matérias conexas àquelas que são tratadas na Denúncia nº 1/2016. A testemunha será ouvida, portanto, na qualidade de testemunha.

(Intervenção fora do microfone.)

Na qualidade de informante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente Raimundo Lira. (*Pausa.*)

Presidente. Sr. Presidente Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu vou dar a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A Presidência...

Um minuto, pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de pedir um tempinho a mais, porque tenho uma questão de ordem que não é apenas assinada por mim, mas também por outros Senadores. É um pouco mais longa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª pede pela ordem ou para uma questão de ordem?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Questão de ordem, dois minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito, mas eu gostaria de pedir a mesma benevolência que foi dada ao Senador Ronaldo Caiado quando fez uma questão de ordem semelhante, porém, no nosso entendimento, ainda não devidamente tratada por esta Comissão, não por V. Exª não ter respondido da forma contundente como deveria; V. Exª respondeu da forma contundente como deveria. Entretanto, essa decisão não tem sido suficiente para resolvermos graves e repetidos problemas nesta Comissão, Sr. Presidente.

A questão de ordem, inclusive, tem um aditamento até. Eu não vou lê-la como um todo, mas algumas partes que dizem respeito às notas taquigráficas eu vou ter de ler – eu vou ter de ler –, porque essa questão de ordem, Sr. Presidente, baseada no art. 48 do nosso Regimento Interno, trata basicamente do papel dos advogados, porque nós entendemos que é de extrema relevância para a nossa democracia, atuando os advogados, em regra, no Poder Judiciário.

Quando atua no Poder Judiciário, o advogado faz a prestação jurisdicional...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... dentro das regras próprias, pelos juízes e tribunais, de acordo com o Estatuto da OAB.

O processo de *impeachment*, todos nós sabemos, ele é jurídico, mas político também, por ocorrer fora do Poder originalmente com competência para julgar e por ter como juízes nós, os Parlamentares.

O papel do advogado, entretanto, seja da acusação ou da defesa, não é modificado em razão do foro, limita-se, por dever de ofício e por não ser detentor de mandato popular, a tratar do que está nos autos, no termo da denúncia apresentada.

O que nós temos assistido nesta Comissão Especial, Sr. Presidente, por parte da Advogada que representa denunciantes, e ela é parte, como denunciante, a Srª Janaina, é a uma atuação completamente distanciada exercício da advocacia, seja no comportamento, ações e em palavras. O seu discurso, Sr. Presidente, se re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

porta – se reporta –, deveria reportar-se ao que é debatido nos termos da Denúncia nº 1. Mas não. O que ela faz? Ela acusa e responde Srªs e Srs. Senadores. Ela acusa e responde.

Eu tenho algumas – algumas apenas – notas taquigráficas do dia 23 do mês de junho. Não vou ler todas, é muito grande. Mas ela diz assim: "O meu papel aqui é brigar pelos esclarecimentos que o povo brasileiro merece receber." Não. O papel dela aqui é defender a denúncia, é falar da denúncia. Vou seguir logo para as outras notas taquigráficas. Ela agride, Sr. Presidente, e fala aqui como a representante do povo, faz discursos políticos, ao invés de limitar-se a provar, o que é papel da Acusação nesse processo, que houve cometimento de crime de responsabilidade pela Senhora Presidente da República. Então, Sr. Presidente, no dia...

Outra: o conceito, de acordo com o efeito, no dia 23 de junho, após fazer comentários e ilações acerca da prisão do ex-Ministro Paulo Bernardo, que acaba ter uma decisão, acaba de ser liberado, libertado. Quero aqui cumprimentar, abraçar, já o fiz pessoalmente, a Senadora Gleisi. Mas veja, no dia 23, no dia 23 de junho, o que a Srª Advogada falou? Abre aspas: "A Defesa tem falado muito do sistema do Ministério do Planejamento, ou seja, que tudo é informatizado, que tudo é estabelecido em termos de parâmetros. Hoje, várias prisões envolvendo a empresa que cuidava do sistema do Ministério do Planejamento. Inclusive, o Ministro do Planejamento, à época, em 2009, foi preso", são palavras dela. "Eu queria saber", perguntando à testemunha, que estava sentada aí, "eu queria saber: a empresa que cuida desse sistema por acaso é a Consist?" Ela perguntou à testemunha se, por acaso, a empresa que cuidava do Ministério do Planejamento à época em que a testemunha era Ministra era a Consist. Mas vamos lá, vamos lá.

Aqui, no dia 14, no dia 14 do mês de junho, o que disse a senhora? "Chama-me muito a atenção o fato dessa preocupação reiterada, não só a Constituição Federal, mas a própria Operação Lava Jato. Eu queria lembrar que há vários Parlamentares do PT citados na delação do Sr. Paulo Roberto Costa, que foi quem deu ensejo ao nascimento da Operação Lava Jato." São palavras dela, no dia 14. Mas, vamos seguir. No dia 15...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente, estou concluindo. Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, Senadora Vanessa, V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu peço só a benevolência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu vou dar um pouco mais de tempo a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Mas, eu quero dizer o seguinte: que essa questão de ordem já está superada. Ela foi decidida ontem pela Presidência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Eu vou chegar lá, Presidente, se V. Exª me der um pedacinho de tempo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, mas não pode dar cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vou dar mais um minuto a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – No dia 15, ela disse o seguinte: "compreendo...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a indignação e os protestos dos Parlamentares do PT e do PCdoB, no que diz respeito à nossa denúncia, porque, como resgate histórico, é preciso lembrar que o PT não só votou contra a Constituição [...], mas [o PT e] o PCdoB [...] votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal." Aí vai no dia 15, Sr. Presidente. Como V. Exª diz... E já estou concluindo, porque não quero prejudicar as determinações de V. Exª. Eu quero me adaptar às determinações de V. Exª. Esse é meu único objetivo aqui. Nós tivemos... Nem daríamos entrada. Eu mesmo tinha anunciado e não daria entrada, porque V. Exª tinha decidido. Mas, no dia de ontem, fizemos um adendo a essa questão de ordem e demos entrada, formalizamos. Por quê? Porque, no dia de ontem, esteve aqui – V. Exª, infelizmente, não estava, Sr. Presidente –, na cadeira da testemunha, o ex-Ministro Aldo Rebelo, companheiro do meu Partido. Ela se dirigiu a ele ontem, depois de sua decisão – ontem, depois de sua decisão –, dizendo... Falou algumas coisas e: "No entanto, agora em junho, vieram à tona várias denúncias no sentido de que o PCdoB teria se beneficiado de 30% no [...] Minha Casa, Minha Vida, que é um programa que a Presidente da República"...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Terminou o tempo de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perguntou a ele. Então, Presidente, a nossa questão de ordem, para concluir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Já deu. Vou receber a questão de ordem de V. Exª. Agora, para contraditar a questão de ordem, apesar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente. Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deixe-me contraditar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, por favor, eu lhe peço.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª não pediu mais um minuto? Eu dei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço 30 segundos para eu concluir, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Cinco minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Trinta segundos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E ela diz que quer contribuir com V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Isso aqui é um fórum democrático. O mesmo tempo que eu dei à Senadora Vanessa vou dar à Senadora Ana Amélia, para contraditar. Tenham calma um pouco!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Caiado, quando fez, leu sete, oito minutos. Alguém contraditou quando o Senador Caiado leu?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Mas é um direito. Ninguém pediu para contraditar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque V. Exª sabia que eu tinha ido ali. Fui chamada, mas estava ali.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sim. Eu chamei V. Exª. V. Exª não estava aqui. Mas vou dar a palavra à Senadora Ana Amélia para contraditar, porque é um direito. Toda questão de ordem tem direito a uma contradita, pelo Regimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Trinta segundos para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Trinta segundos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que está em jogo aqui não é apenas os Senadores, que não estão em xeque e que estão sendo dia a dia agredidos. A diferença nossa é que estão aqui as notas taquigráficas. Se há alguma manifestação de desrespeito que foi feita à Advogada da Acusação, traga as notas, mostre. Eu vou me render a elas. Não tem problema. Mas faça o que nós estamos fazendo, porque estamos mostrando da onde parte o desrespeito. E V. Exª tem tido as suas decisões desrespeitadas, não pelos Senadores e Senadoras: por esta Advogada. Porque o senhor foi muito enfático, e ela repetiu, com todas as letras, agredindo ontem uma testemunha. A Senadora Ana Amélia estava dirigindo e teve que interromper. Na minha opinião, depois da decisão de V. Exª, não bastava a interrupção, não, da fala dela. Não bastava! Nós tínhamos que interromper a reunião, e V. Exª ou quem presidia chamar todos os Senadores para ver o que fazer, porque não podemos admitir. Nós não estamos sendo julgados aqui. Nenhuma testemunha está sendo agredida. E não sou eu que estou dizendo. Estou repetindo palavras dela.

Então, na nossa questão de ordem, há perguntas que nós lhe fazemos sobre procedimentos. E nós gostaríamos e vamos aguardar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia para a contradita dessa questão de ordem, apesar de essa questão de ordem, informo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não está sendo obedecida, Presidente. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Aqui, na minha Presidência, não houve desobediência até o momento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está nos jornais hoje. Pegue todos os jornais, Sr. Presidente. Pegue todos os jornais de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria dizer que eu estou surpresa e não imaginaria que, no dia do aniversário, a Senadora Vanessa Grazziotin se vestiria de guerreira, e na última reunião desta Comissão Especial, viesse invocar o Regimento Interno, art. 48, sem citar especificamente o que era.

Mas vou ao 403, que trata de questão de ordem: "Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer [illegible] da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

V. Exª já havia dirimido dúvidas a respeito dessa questão. Eu estava presidindo ontem e cumpri e segui à risca a determinação da Mesa a respeito dessa questão de ordem. A Senadora Vanessa, que chegou depois do episódio, "entrou rachando" – "rachando" – porque estava depondo o Aldo Rebelo, correligionário da Senadora, que aqui mereceu todo o respeito de todos os Parlamentares, e a Advogada da Acusação, Drª Janaina Paschoal, foi além daquilo que permitia o Regimento. Presidindo aí, alertei e admoestei a Advogada antes que o Advogado, Dr. José Eduardo Cardozo, fizesse a cobrança ou a advertência. Mas eu já havia feito. Então ele apenas sublinhou aquilo que eu já havia manifestado. Isso está na imprensa, nos jornais de hoje. Então está resolvido.

Ela pediu desculpas, a Advogada pediu desculpas, foi a tentativa de responder. Estava o assunto, como está neste momento, superado por V. Exª, Senador Raimundo Lira. E eu não entendo – e aí imagino que uma Senadora tenha que exercer o seu direito e o seu papel com base no Regimento Interno, com base nas suas convicções.

O que nós não podemos, no último dia de reunião, é fazer agressões a quem quer que seja, seja a Defesa, seja a Acusação, a quem quer que seja. Então eu quero, em defesa da Drª Janaina Paschoal, que aqui admitiu o erro, porque só quem admite erro é quem pede desculpas. Ela admitiu e pediu desculpas. Então, por que essa celeuma toda por uma questão já resolvida por V. Exª?

Eu lamento muito que tenha sido uma Senadora envolvendo uma advogada que é uma mulher. Se fosse em outras circunstâncias, diria: "Isso é uma questão machista." Não, agora é uma situação que nós estamos vivendo, que não seria próprio da Comissão neste momento, no último dia das oitivas das testemunhas. Eu lamento profundamente que tenha que invocar Regimento numa hora destas, meu caro Presidente. E quero cumprimentá-lo, porque está sendo obedecido regiamente o que foi definido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o meu...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O meu...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, a palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A minha questão...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de ordem está correta, de acordo com o Regimento Interno, repito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não estou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Art. 48, inciso VIII.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não dei a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu disse, a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não dei a palavra a V. Exª.

(Trecho suprimido por solicitação do Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Peço que não coloque na ata as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, ela diz que foi indevida a minha questão de ordem, que não está correta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero dizer...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Minha questão de ordem está baseada no art. 48.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª está atrapalhando o funcionamento da Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, aqui só pode desrespeitar. Atrapalhar não pode, desrespeitar pode. Chamar, desrespeitar Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª teve o tempo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... pode. Só não pode...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, aqui estão dizendo que eu agredi.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não vamos usar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Traga as notas taquigráficas alguma agressão que eu tenha feito. Eu peço desculpa, Senadora Ana Amélia. Traga. Eu trouxe, V. Exª traga...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ela foi citada, Sr. Presidente, tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, tenho direito, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu dei o tempo que V. Exª quis para fazer a sua questão de ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o tempo é de cinco minutos, Sr. Presidente. V. Exª sabe que o tempo é de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nem eu utilizei os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dei mais de cinco minutos a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente, não utilizei cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dei mais de cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não utilizei.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero dizer a todos aqui nesta Comissão, e gostaria que a Senadora Ana Amélia ouvisse bem, porque eu tenho passado a Presidência à Senadora Ana Amélia, porque ela é uma das Senadoras mais respeitadas, mais preparadas que existem aqui no Senado Federal e, portanto, a minha confiança em relação à Senadora Ana Amélia é total e absoluta. Tenho certeza de que tudo ocorreu dentro do Regimento e da melhor forma, usando o bom senso que nós temos usado nesta Comissão.

Temos que ouvir todas as pessoas, todos os Senadores, ter um diálogo, ter a democracia e também temos que dizer quais são as normas que os advogados têm que seguir. Mas também não podemos intimidar os advogados, nem o da Defesa e nem o da Acusação.

E de acordo com as normas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – E de acordo com as normas aprovadas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, pela ordem. Agora pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – De acordo com as normas aprovadas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, pela ordem...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ... passo a palavra ao Relator para que faça...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – .... para que faça as suas indagações à testemunha...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, estou pedindo pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, pela ordem. Eu também quero pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Relator.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, estou pedindo pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Presidente, tem questões pendentes...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Relator. Depois...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tem questões pendentes...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Suspendo os trabalhos da Comissão por dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Suspensa às 12 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 05 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

De acordo com as normas aprovadas, passo a palavra ao Relator, para que faça as suas indagações à testemunha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Advogados, cumprimento o Dr. Marcel Mascarenhas dos Santos, que é Procurador de carreira do Banco Central e que aqui foi arrolado como testemunha da Defesa para discutir as questões relativas ao Plano Safra.

Todavia, o Dr. Marcel, como já leu o Presidente no introito do seu chamamento, afirmou, ao prestar compromisso, que, por ter atuado, de forma direta ou indireta, na questão relativa ao tema em objeto deste processo, se sente mais confortável na qualidade de informante.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Na qualidade de informante. Portanto, será como informante que será o seu depoimento, como decidiu o nosso Presidente.

Eu faço, Dr. Marcel, a V. Sª duas questões e vou passá-las por escrito, daqui a instantes, tão logo faça a leitura, para facilitar a resposta de V. Sª.

Questão nº 1. Apenas para contextualização, cito o inciso III do art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que traz a seguinte definição para efeitos daquela lei complementar, no que se refere a operação de crédito, abro aspas: "[...] compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

Nos termos da LRF, atrasos reiterados e de valores significativos do pagamento de obrigações da União com instituições financeiras federais poderiam, em tese, ser considerados operações assemelhadas a operações de crédito? É a primeira pergunta que faço a V. Sª.

A segunda: em 2015, o Tesouro Nacional não realizou pagamentos ao Banco do Brasil tão logo se encerrou cada semestre de apuração das equalizações de taxas de juros do Plano Safra. Diante disso, foi aplicado o índice entre a data da apuração e a data do efetivo pagamento dos valores da equalização. V. Sª classificaria também, em tese, tal índice como taxa de juros? Caso contrário, como V. Sª classificaria esse índice?

Agradeço muito as respostas que V. Sª, como informante, dará a esta Comissão e a este Relator em especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra ao Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante. Três minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu estou como segundo inscrito e estou sendo chamado, em caráter de urgência, à Comissão de Constituição e Justiça para votar. Eu pediria a V. Exª que eu fosse intercalado na lista, para não perder a oportunidade também de formular pergunta à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quando V. Exª retornar, não é?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sim senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pode ir.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Boa tarde a todas e a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de, primeiro, pontuar que, até por dever de ofício e obediência ao Código de Processo Penal, utilizado como referência para o depoimento das testemunhas e aplicável aqui também ao caso dos informantes, eu devo me ater exatamente às circunstâncias, aos fatos com os quais tive relação, conhecimento ou, no caso mais específico, em que atuei como advogado público na condição de Procurador do Banco Central.

Especificamente sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal às situações concretas, o Banco Central não manifestou posição oficial em relação ao assunto, tendo em vista que, após analisar a primeira ocorrência, ainda por ocasião do registro dos passivos da União com a Caixa Econômica referentes a atrasos no repasse de programas sociais, esse parecer examinado, especificamente sob a ótica da regulação bancária, o Parecer nº 267, de 2014, se não me engano, menciona a existência de pareceres vinculantes da Advocacia-Geral da União, aprovados pelo então Presidente Itamar Franco, excluindo a aplicação da Lei nº 4.595, da Lei 7.492 – são típicas do sistema financeiro –, e remete a questão da legislação de responsabilidade fiscal a a consulta, inicialmente ao Ministério da Fazenda, depois ao envolvimento da Advocacia-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Ao final, houve um parecer do Consultor-Geral da União, aprovado pelo então Advogado-Geral da União, que, digamos assim, deu encaminhamento a essa questão.

O Banco Central não se manifestou formalmente sobre se o conceito, se a situação concreta poderia ser enquadrada ou não, em tese ou não, como operação de crédito, no âmbito da legislação de responsabilidade fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Então, efetivamente caberia, digamos, à Advocacia-Geral da União. Depois o TCU se manifestou a respeito. A partir daqui, seria um juízo de valor eu entrar nessa questão. Então, eu prefiro não adentrar essa matéria.

Quanto à segunda questão, nós também não nos manifestamos formalmente, em nenhum parecer ou nenhuma petição, sobre a aplicação desse índice de correção dos montantes apurados a título de equalização.

O que genericamente a Procuradoria do Banco Central fez em um outro pronunciamento, que não estava associado propriamente ao processo no TCU, era quanto à possibilidade de haver contratos de prestação de serviço sem que isso caracterizasse mútuo, operação de crédito. Mas isso foi uma consulta genérica, sem mencionar especificamente o caso concreto do Plano Safra ou de qualquer outro passivo da União com essas entidades credoras.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Marcel. Agradeço a gentileza das respostas de V. Sª.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Os três primeiros inscritos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vou dar a palavra, pela ordem, a V. Exª.

Os três primeiros inscritos: Senadora Ana Amélia, Senadora Lúcia Vânia e Senador José Medeiros, substituindo... Pediu para trocar pelo Senador Ronaldo Caiado.

Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria só, em primeiro lugar, fazer uma solicitação a V. Exª em decorrência da discussão que nós tivemos antes de iniciar a inquirição da testemunha. Que a resposta de V. Exª à questão de ordem da Senadora Vanessa pudesse se dar por escrito, porque essa foi uma questão de ordem formulada por mim e por ela, por escrito.

V. Exª tem costumeiramente respondido por escrito quando as questões de ordem são levadas a V. Exª por escrito. Então, eu pediria, porque acho importante ficar esse registro.

Depois, também há uma solicitação que nós queremos encaminhar a V. Exª, para que constem nos Anais da Comissão e fiquem no processo, matérias jornalísticas que fundamentam o que estamos levantando aqui.

Mas eu queria, e pedi pela ordem essencialmente para isto, Sr. Presidente, trazer uma notícia a esta Comissão. Quando eu retornei aqui, na segunda-feira, eu disse que eu retornava de cabeça erguida, porque muitos me perguntavam se eu retornaria, porque meu marido havia sido preso.

Eu disse, naquela ocasião, que a prisão tinha sido injusta, inconsequente, ilegal e que aquilo fazia parte mais de uma armação midiática para constrangê-lo e constranger a nós aqui do que qualquer outra coisa.

E eu quero fazer agora, de público, nesta Comissão, a leitura da soltura do Paulo Bernardo, que foi concedida agora pelo Ministro Toffoli, do Supremo Tribunal Federal: "[...] por configurar flagrante constrangimento ilegal, passível de correção por *habeas corpus* de ofício, determina-se [...] a revogação da prisão preventiva do reclamante".

Isso é fundamental para mim, para nós que estamos aqui, porque não havia base nenhuma para essa prisão acontecer, nenhuma. Quem leu, inclusive, a decisão judicial em que se baseou a prisão, não precisa nem ser advogado, via de pronto a fragilidade.

Nós aqui nunca nos recusamos a responder nada, nada. Somos pessoas públicas e respondemos por tudo que fazemos. Agora, não podemos admitir que a Justiça não seja seguida, que a Constituição não seja respeitada.

E eu quero lamentar aqui comentários que foram feitos nesta Comissão em relação a esse caso. Infelizmente, neste País, julga-se primeiro antes de se ter informação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra, na condição de inscrita, à Senadora Ana Amélia. Três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, Advogados de Defesa e de Acusação. Eu queria dizer a V. Exª que, aqui nesta Comissão, temos ouvido, dia sim, dia também, acusações sobre a crueldade das medidas tomadas pelo Governo que está no poder.

E falo com tranquilidade, como uma Senadora que não tem nenhuma relação com o Governo. Meu Partido fez indicações. Não faço parte desse processo político. Não o condeno, mas não faço. Ninguém pode indicar qualquer ato meu que tenha interesse pessoal ou partidário, a não ser defender causas coletivas.

E por me sentir aqui, de certa forma, atingida por ouvir falar em crueldade, que seria um ato de crueldade a redução de certos programas de interesse social, quero dizer que está sendo hoje anunciado – para negar essa narrativa de ataque à pobreza – um aumento de 12,5% para o Bolsa Família, de 12,5% para o Bolsa Família! O aumento dado pela Presidente afastada foi de 9%. E sabem como esse reajuste de 12,5% é financiado? Pela arrecadação das fraudes auferidas e conferidas no mesmo programa. Então, vejam só o alcance social. Não basta aplicar recurso público em um grande programa; tem que ver a qualidade da aplicação desse recurso. Essa é a grande questão e a grande qualidade de um gestor público.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, a partir de 1º de julho, está passando de 9% para 12,5%! O total era de R$2,23 bilhões e passará para um total de R$2,5 bilhões para o Bolsa Família da atual Administração. Mais uma liberação de R$700 milhões para a educação, que é outro item aqui tanto reclamado e falado. E também para as linhas de extrema pobreza, passa de R$154 para R$170; e, para a pobreza, de R$77 para R$85.

Dou essa informação de hoje, que é este anúncio que passa a vigorar a partir de amanhã, para dizer que há, sim, preocupação com as questões sociais do País, que chegou, com esta crise, a mais de 11 milhões de pessoas desempregadas, e vários programas importantes para a juventude estão sofrendo contingenciamento em função da crise que o País atravessa.

Então, eu não faço perguntas porque o Dr. Marcel dos Santos não está como testemunha, mas como informante. Até imaginei que, nessa condição, não haveria as questões que foram levantadas pelo Relator. Então, dispenso de fazer questionamentos a V. Exª, agradecendo a sua presença nesta Comissão processante.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Três minutos.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, testemunha, em primeiro lugar, eu gostaria de aqui reforçar o que já tenho dito: a Defesa, com a retórica brilhante, estruturou uma narrativa com a prevalência de testemunhas de órgãos setoriais e operacionais para falar de controles de procedimentos na elaboração dos decretos, para falar de políticas públicas, enfatizando os resultados obtidos nos programas sociais, sem levar em conta metas orçamentárias e financeiras.

Com essa estratégia, ele tangenciou o centro do problema: o impacto das fraudes no resultado primário e na observância da meta vigente.

Com essas considerações, eu gostaria de fazer uma única pergunta à testemunha, Dr. Marcel: é do conhecimento público que algumas obrigações da União junto às instituições financeiras federais não foram consideradas no cálculo de resultado primário abaixo da linha. Sabemos que o cálculo pelo critério abaixo da linha é de responsabilidade do Banco Central. Eu perguntaria a V. Exª se essa omissão de não registro dos débitos pelo Banco Central provocou algum impasse ou se a própria Secretaria do Tesouro Nacional percebeu isso, ou se manifestou preocupação, ...

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... ou se o Banco Central, até então, não atinou para o problema.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante. Três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senadora.

Eu gostaria de aproveitar para contextualizar um pouco o processo de elaboração das estatísticas fiscais. Na verdade, o Banco Central elabora essas estatísticas bem antes, até mesmo da LRF, desde 1991, atendendo diretrizes internacionais, recomendações internacionais, para municiar a autoridade monetária, no caso o Banco Central, quanto ao impacto do setor público na demanda agregada. Um outro colega do departamento [illegible]nômico também vai comparecer à reunião e poderá até trazer mais detalhes, mas isso estava nas petições [illegible]dicas e eu posso falar com certa tranquilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Nessa lógica de consolidação e publicação de estatísticas fiscais, há uma série de critérios elegíveis para que se eleja um determinado passivo ou um determinado ativo para ingressar ou ser registrado nas estatísticas fiscais. Existe um manual de estatística do Banco Central, que foi elaborado, a pedido do TCU, pelo próprio Banco Central. E, dentre os critérios, eu poderia citar a questão da abrangência. Temos que verificar que há uma relação do setor público não financeiro com o setor financeiro; há uma necessidade de critério de caixa para contabilização, para registro nessas estatísticas; há uma questão ligada a procedimentos operacionais, se a instituição não é financeira, o Banco Central não tem poder requisitório, não consegue avaliar a qualidade desses dados. Uma série de fatores que, digamos assim, norteiam a compilação que é feita exclusivamente por técnicos do Banco Central, sem ingerência política. Na verdade, há um processo, há um departamento específico, exclusivo, com servidores de carreira, para tratar dessa compilação.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Quando o Departamento de Supervisão do Banco Central identificou alguns passivos no balanço de bancos – e aí eu falo especificamente da Caixa Econômica, na questão dos programas sociais –, houve a avaliação técnica de que tais passivos se enquadrariam dentro dos critérios especificados no manual de estatística, e aí passou a contar isso de imediato, antes mesmo, até, do início da auditoria no TCU. Isso se deu em agosto e setembro de 2014.

Quanto aos demais passivos que foram sendo identificados pelo TCU durante a auditoria, a avaliação técnica do Banco Central era a de que eles não estavam perfeitamente enquadrados nos critérios, assim como existiam outros passivos que também não eram enquadrados, que não estavam ou não eram objetos da auditoria e que não eram incluídos. Com o trabalho de auditoria, houve a primeira determinação para que se fizesse a inclusão. Houve o recurso, esse recurso teve o efeito suspensivo, e a decisão final, quanto ao enquadramento ou não – havia divergência de interpretação: o TCU entende uma coisa, o Banco Central entende outra – só ocorreu em dezembro de 2015. E essa determinação foi prospectiva. Dizia: "Olha, a partir de agora, registre".

Nós fizemos isso imediatamente em janeiro de 2016 com os dados de dezembro de 2015 e um quadro específico com todo o histórico desde 2001.

O que havia era uma interpretação técnica divergente entre TCU e Banco Central e a gente acreditava, como ainda acredita, que a nossa avaliação estava correta. Mas, agora, existe uma decisão do TCU, e a gente não está discutindo isso, está simplesmente cumprindo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Hoje V. Sª ...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – V. Sª, hoje, após essa observação do Tribunal de Contas, entende que houve um impacto no resultado primário a omissão do Banco Central?

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – O colega do Departamento Econômico poderá até...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, por dois minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O colega do Departamento Econômico poderá até trazer mais detalhes sobre isso. O fato é que o Banco Central publicou, a pedido do TCU, um quadro paralelo, que não é uma republicação das estatísticas, mas é um quadro de como teria sido a estatística se o critério, o entendimento do TCU, tivesse sido adotado desde 2009 ou desde 2001.

Então, existe essa tabela paralela e há lá a possibilidade de comparação. Em alguns aspectos, há, sim, diferenças entre o resultado divulgado e o resultado, digamos assim, com esse novo ajuste determinado pelo TCU.

Mas, para efeito de validade da estatística, a estatística que já foi publicada pelo Banco Central não foi anulada pelo TCU. O TCU preservou todas as estatísticas que já tinham sido publicadas pelo Banco Central.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Apenas pediu, para efeito de comparação, de estudo e de avaliação das medidas que entende da competência dele, TCU, ou da competência do Congresso, na qualidade de fiscal das contas de Governo, avaliar qual era a relevância disso.

Então, isso está no *site* do Banco Central, está publicado, é possível fazer essas comparações. Só não posso, digamos, entrar em um detalhamento muito grande porque a minha *expertise* é mais jurídica do que econômica, mas eu posso assegurar, do ponto de vista jurídico, que a decisão do TCU, de dezembro de 2015, manteve todas as estatísticas publicados pelo Banco Central até novembro de 2015.

A alteração feita em dezembro foi para passar a incluir esses ativos, fizemos. Então, dezembro, janeiro, fevereiro, março, hoje saiu o resultado referente a maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

E quanto ao estoque, digamos, ao fluxo antigo, isso está divulgado lá para efeito de comparação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Estou satisfeita, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador José Medeiros, por três minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em determinados momentos desta Comissão – e já se vai ao final –, a sensação que a gente tem, e sem nenhum demérito a V. Exª, é até uma homenagem, a gente se sente na Escolinha do Professor Raimundo.

Eu falo isso fazendo alusão ao personagem do Rogério Cardoso, porque a grande maioria das testemunhas que aqui vieram você pergunta A, ela ou não respondeu ou responde B. Essa é a sensação que eu tenho.

Eu queria também aproveitar para parabenizar V. Exª e o Relator, Senador Antonio Anastasia, tão contestado. E eu diria que foi a consagração de V. Exª pela seriedade com que acabou conduzindo esse processo aqui.

V. Exª, Raimundo Lira, é o perfil talhado. Eu creio que talvez a própria Defesa não dirá isso, mas, no fundo, ela concordará comigo de que V. Exª foi o perfil talhado para esta Comissão. Aliás, os dois, V. Exªs vieram talhados para esse processo. É um processo difícil, processo muito difícil e que foi conduzido com a máxima seriedade. Isso foi importante para que o povo brasileiro visse. Eu digo isso por quê? Porque, dentro de uma estratégia adotada, foi feito desde o início, aliás, quando começou a se falar, quando se abriu o processo de *impeachment*, já formaram um juízo de valor...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Aliás, acusaram a gente de ter um juízo de valor preconcebido, mas, na verdade, formaram antes: disseram que isso aqui era um golpe. Disseram que era um golpe montado pelo Parlamento, pelo STF e pelos Senadores, coisa que não podemos conceber porque não se confirmou. E V. Exªs, com postura, ajudaram a desmontar essa tese, que caiu por terra. É um processo lúcido, que veio até agora com Acusação e Defesa se alternando.

Mas eu gostaria de, nesses últimos trinta segundos, perguntar ao informante o seguinte: o TCU entendeu que os decretos em desacordo com a obtenção da meta fiscal foram editados desde 2014. A minha pergunta é: por que se manteve o procedimento manifestamente ilegal, diante do alerta do TCU, em 2014? Por que isso se repetiu em 2015?

Essa é a pergunta que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao informante, o Sr. Marcel Mascarenhas, por três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de pedir desculpa a V. Exª, mas essa temática não é executada no âmbito do Banco Central, dos decretos orçamentários. Então, não tenho condições de responder a essa pergunta, pois eu não estaria falando sobre fatos ou sobre a minha atuação no processo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador José Medeiros, dois minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Raimundo Lira, ainda falando sobre esse tema, nós tivemos aqui a perícia. Eu ouvi isso sendo cantado em verso e prosa ontem e eu repeti. Eu acho que a Defesa e os Senadores defensores da Presidente afastada leram outro relatório que não o que eu li, não o que o Senado fez, porque tudo o que foi colocado pela denúncia foi confirmado na perícia.

E aí saíram dizendo: "Olha, a perícia não achou o rastro da Presidência, não achou digital, não achou assinatura." E é verdade. Eu recebi até pelo Twitter um internauta dizendo o seguinte – e eu achei interessante o exemplo que ele colocou: quando você estoura o cheque especial e você simplesmente atrasa, você não assina nada com o banco.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Você não vai lá assinar um contrato. Você simplesmente atrasou. Você simplesmente não pagou e aquilo gerou uma dívida e obviamente uma operação de crédito. O banco lança aquilo nos créditos e ele vai te colocar no Serasa, ele vai buscar a reparação judicial, vai tentar receber aquela dívida judicialmente. Achei realmente o exemplo interessante porque foi justamente isso que os bancos fizeram. Alguns dos bancos públicos acionaram o Governo judicialmente para tentar receber os créditos.

Então, não tinha assinatura mesmo. Não tinha como ter assinatura da Presidente mandando. Agora, o programa é do Governo ou não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Agora, o programa é do governo ou não é? Aliás, o Plano Safra é anualmente lançado com pompa e circunstância, e o Parlamento é convidado. Eu diria até que é um ato jurídico perfeito. Mais do que qualquer outro ato do governo, ele tem uma pompa, tem uma cerimônia e a Presidente vai lá. E aí eu digo: a Presidente está ali como figura decorativa, é uma rainha da Inglaterra? Não, nós estamos num regime presidencialista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, por três minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, ainda não comece a contar o tempo. O Senador Medeiros está aqui do lado dizendo que o papel que eu encaminho tem as perguntas e tem as respostas que quero receber já. É a brincadeira do nobre Senador.

Eu quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vou iniciar o tempo de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar V. Sª, Dr. Marcel, e dizer que, particularmente, considero a presença do Banco Central do Brasil aqui fundamental para que possamos dirimir uma série de questões, não do nosso ponto de vista, que estão muito claros, mas é que falamos que vermelho não é preto várias vezes e, quando vemos, o próximo pronunciamento está dizendo: "Não, vermelho não é vermelho, vermelho é preto." Então, é lamentável que isso esteja acontecendo.

Veja, eu encaminhei, por escrito, algumas perguntas a V. Sª, mas eu queria iniciar dizendo o seguinte: a Presidente está sendo acusada neste momento tão delicado para a história do nosso País. Ela está sendo acusada por crime de responsabilidade por duas questões: uma são decretos que ela teria aberto ilegalmente, o que não é verdade, não conseguem provar onde e quando ela feriu a meta; e a segunda diz respeito ao Plano Safra, que é o que o senhor tem condições de nos falar aqui.

Na acusação, que dizemos ser uma acusação inepta, primária inclusive, lançam a responsabilidade à Senhora Presidente da República em relação às estatísticas fiscais, ou seja, a falta do registro, nas estatísticas, dos passivos da União junto aos bancos públicos, e que ela estaria agindo de má-fé porque estaria afetando a percepção real da dívida líquida do setor público. Entre esses passivos estaria o Plano Safra.

Então, eu lhe pergunto:

1) Em 2014 e 2015 foram os primeiros exercícios em que os passivos da União a bancos públicos não integraram as estatísticas fiscais?

2) Por que o Banco Central não contabilizava até 2014 esses passivos nas estatísticas fiscais e não os divulgava?

3) A Presidente da República determinou alguma modificação na contabilidade realizada pelo Banco Central para distorcer ou ocultar dívidas?

4) Existe alguma lei que estabeleça metodologia...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...de cálculo dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal?

5) Com base em que critérios o Banco Central calcula os resultados fiscais? Porque também cabe ao Banco Central o cálculo dos resultados fiscais.

6) Por quais motivos o Banco Central passou a divulgar, a partir de 2016, estatísticas fiscais contendo o passivo da União junto aos bancos públicos?

7) O setor jurídico do Banco Central entende ter havido operação de crédito? Eu acho que essa já foi perguntada e eu posso cortar, porque são várias perguntas.

8) Os passivos da União junto aos bancos públicos, embora não tenham sido considerados nas estatísticas fiscais desde 2001, eram públicos?

9) Desde que ano há passivo da União ao Banco do Brasil, no que tange ao Plano Safra?

10) A metodologia empregada pelo banco, há mais de 25 anos, era coerente com a inclusão dos passivos da União junto aos bancos públicos ou precisou de alteração para atender ao Tribunal de Contas?

11) Há algum impacto da determinação do Tribunal para o exercício autônomo do Banco Central como autoridade monetária?

12) Quais os fundamentos do Acórdão nº 825? Houve algum recurso do Banco Central? O senhor saberia dizer quando as decisões transitaram em julgado?

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, com a palavra, por três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Boa tarde.

Muito obrigado, Senadora.

Deixe-me tentar fazer um pingue-pongue aqui: 2014 e 2015 não foram os primeiros exercícios em que esses passivos, especificamente, deixaram de constar das estatísticas. Como eu havia comentado anteriormente, há uma avaliação de que determinados passivos que não atendem simultaneamente aos requisitos de abrangência, ou seja, setor público não financeiro *versus* setor financeiro; quanto ao critério de caixa para contabilização; quanto à disponibilidade e tempestividade dos dados; quanto a outros procedimentos operacionais, enfim, esses passivos não eram registrados, e o Banco Central tinha a convicção técnica de que não deveriam ser registrados. Por isso que fez em relação à Caixa Econômica, os passivos decorrentes dos programas sociais, mas não em relação aos passivos junto ao Banco do Brasil, de equalização, a Finame, de equalização, junto ao FGTS.

Isso acaba já respondendo também à questão 2.

No caso do Plano Safra, por exemplo, esse passivo era contabilizado em uma conta Cosif, que é o Plano Contábil das Instituições Financeiras, de uso interno, em que o próprio Banco do Brasil declarava que não tinha característica de operação de crédito, pela descrição do Cosif colocada lá. Então, essa conta do Cosif especificamente não estava na captura automática, automatizada do processo de compilação das estatísticas fiscais. O que aconteceu? Quando o TCU nos indagou a respeito do assunto, nós dissemos: "Não consideramos por conta disso." O TCU discordou. Após a primeira decisão do TCU, nós recorremos, porque continuávamos entendendo que os critérios da metodologia não estavam preenchidos, e aguardamos a decisão final porque havia um efeito suspensivo dado pelo Ministro Vital do Rêgo, em julho de 2015.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Em que ele disse claramente que o descumprimento daqueles itens do acórdão inicial não geraria nenhuma sanção, porque, na verdade, era a primeira oportunidade de defesa que a União e o Banco Central tiveram no processo. Então, ele suspende a decisão e diz: "Agora vamos ouvir a defesa pela primeira vez."

Aí nós discutimos com recurso, aguardamos o julgamento, e o julgamento é em dezembro. A partir dessa ocorrência do julgamento em dezembro, aí, sim, nós desistimos de um novo recurso ou de judicializar a questão, até porque nós não gostaríamos, do ponto de vista da segurança que deve reger a atuação das estatísticas, prolongar ainda mais essa discussão, e acatamos. O próprio Procurador-Geral, na tribuna do TCU, na ocasião, disse que não recorreria. De fato, não recorreu. Em janeiro, nós cumprimos essa determinação do TCU.

Acho que acabei já respondendo também à questão 5.

Quanto à questão 4, não existe propriamente nenhuma lei que estabelece a metodologia de cálculo dos resultados fiscais. A LRF atribuiu essa competência ao próprio Senado Federal.

Houve uma resolução sobre a questão do endividamento da União que não abordou a questão da metodologia. E o que fez, então, à época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Passou, nas mensagens presidenciais que encaminham o projeto de lei orçamentária...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, senhor informante. V. Sª vai ter mais dois minutos depois.

Dois minutos, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Tenho dois minutos para continuar, eu fiz bastantes questionamentos.

Mas eu quero chamar aqui atenção, Sr. Presidente, para a importância das respostas e das conclusões que ele está nos passando, que são de conhecimento de todos nós. Ou seja, como a Presidente não tem participação nenhuma no Plano Safra, dizem que ela teria orientado a não colocar as estatísticas para mascarar o resultado primário e tudo o mais. Veja: o Banco Central segue uma normativa baseado no que diz o art. 164 da Constituição. Conforme a Lei nº 4.595, de 1964, cabe ao Banco Central fazer a divulgação das estatísticas. Então, não há por que a Presidente ter tido qualquer interferência nesse processo, em absoluto. Então, veja: a regulamentação, como foi dito, não foi aprovada ainda pelo Senado Federal. Portanto, as normas utilizadas pelo Banco Central são normas que vêm sendo utilizadas há anos. E, se não bastasse...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... tudo isso, está aqui dito, Dr. Marcel acabou de repetir: a primeira decisão, o Acórdão nº 825, foi de abril, só que não havia decisão inicitiva, não havia imposição de cumprimento. A imposição de cumprimento passou a ocorrer a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

dia 29/12. Está aqui a resposta, nesta Comissão, do Tribunal de Contas. Apesar de o julgamento ter sido no dia 9/12, o Tribunal informou, Sr. Relator, à nossa Comissão que o tramitado em julgado data do dia 29/12, ou seja, dois dias antes do encerramento do exercício. Então, por que querem que ela cumpra aquilo que era uma opinião? Antes disso, não havia como cumprir, aliás. Depois disso, ela cumpriu perfeitamente.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que tanto não há qualquer participação – e não há nada que incrimine a Presidente da República quanto a isso – que agora o próprio Relator das contas de 2014, o Ministro Nardes, vem a público dizendo que as pedaladas não têm nenhuma importância e que o mais importante eram os decretos. Opa! Jornais daquela época diziam que o importante era a pedalada, que ela estava perdendo por causa da pedalada. Agora ele já mudou. Agora a pedalada, como ele viu que não se sustenta mais... Está aqui o Augusto Nardes, o Relator, dizendo que pedalada não é importante, o importante são os decretos.

Aí ele pode continuar respondendo, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado.

Então, continuando a questão 4: essa legislação complementar da LRF não foi editada. O que existe é a mensagem presidencial, que orientou a utilização da estatística do Banco Central como referência para cálculo do resultado primário, nominal, que é feito com base em metodologia e, como eu citei antes, com base no *Manual de Estatísticas Fiscais*. O TCU entendeu que o Banco Central teria descumprido o seu próprio manual. Nós temos um entendimento diverso, mas – digamos assim –, com base na determinação do Acórdão nº 3.297, de dezembro, passamos a fazer da forma que o TCU determinou.

Passando à questão 6: passou a divulgar, então, a partir de 2016, justamente por conta da decisão do TCU. Os passivos da União junto a bancos públicos, embora não tenham sido considerados, eram públicos. Normalmente, esses dados estão...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ... divulgados em balanços das próprias instituições credoras.

Então, no caso, por exemplo, do Banco do Brasil, a própria auditoria do TCU buscou esse dado nos balanços publicados pelo Banco do Brasil.

E quanto à contabilidade que é feita acima da linha, que é feita pelo Tesouro, eu me reservo o direito de não comentar porque não é da minha área de atuação.

Desde que ano há passivo da União ao Banco do Brasil no que tange ao Plano Safra? Eu não saberia dizer exatamente, mas eu passei os olhos na tabela que foi divulgada em janeiro de 2016 e me parece que é algo que remonta a 2001, mas os valores exatos... Talvez o colega do departamento econômico os tenha mais de memória.

A metodologia empregada há mais de 25 anos era coerente com a inclusão? Eu respondi que, na nossa avaliação, não.

Há algum impacto da determinação do TCU para o exercício autônomo do BC como autoridade monetária? Essa é uma questão de difícil mensuração. A gente entende – ou defendeu – que deveríamos ter certa liberdade e discricionariedade técnica para não só editar o manual, mas para interpretá-lo. Essa posição ficou vencida no TCU. Então, não cabe mais a gente discutir isso.

Quanto às questões que transitaram em julgado: no caso do Banco Central, como não houve recurso...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Marcel Mascarenhas.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ...todas as questões transitaram em julgado. Estamos aguardando apenas a responsabilização, o processo quanto à responsabilização dos gestores.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa, um minuto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero dizer que o Dr. Marcel, apesar de não ter trazido a tabela – eu também não achei a minha tabela aqui –, tem razão: desde 2001 que existe atraso. E qual foi a justificativa do Tribunal de Contas quando questionado? Por que não viu antes? Por que nunca considerou isso como operação de crédito e, portanto, como um crime de responsabilidade? Aí eles disseram que só viram em 2014, que não tinham visto isso antes. Olha que absurdo! Porque o crescimento não se deu em 2014: a gente vê pela tabela, claramente, que o crescimento significativo se deu a partir do ano de 2008, 2009. Então, se não era crime antes, por que é crime agora? Não pode a lei retroagir para prejudicar! Não pode!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Aliás, sobre isso, está aqui bem explicado, o próprio relator das contas de 2014 aqui explica bem a declaração dele. No dia de hoje, dia 29, há uma entrevista em Fortaleza – parece-me que ele está em Fortaleza – ao blogue do Eliomar. O que disse o Ministro Augusto Nardes? Que pedaladas fiscais no Governo Dilma não são tão importantes para justificar o processo de *impeachment* contra ela. Por quê? Porque ele já leu, certamente, a análise da Perícia que foi divulgada há dois dias. E tenho certeza que, com as novas respostas, com os novos questionamentos, ela vai deixar mais claro.

Então, a Perícia, resumidamente, tira a operação – essa tal pedalada – do Plano Safra, tira um decreto e deixa três. Agora, a Perícia tem que nos responder: quando foi que feriu a meta? Quando foi que ela não tinha autorização legal?

Então, é isto o que está acontecendo: o Brasil está passando pelo seu pior momento, mais difícil, mas nós estamos aqui querendo incriminar, tirar um mandato de quem foi eleito democraticamente neste País. Para nós, por isso, isso não é um *impeachment,* isso é um golpe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ainda falta ele responder a alguma pergunta, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, é porque as perguntas... Tem, falta ele responder algumas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Então, um minuto para o informante, Sr. Marcel Mascarenhas.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Eu gostaria só de complementar a questão 12, que foi a última que eu respondi, muito rapidamente.

Então, houve o trânsito em julgado, pelo fato de o Banco Central não ter interposto novo recurso, em dezembro de .... Como a gente foi intimado no início de dezembro, lá pelo dia 20 de dezembro, eu não sei a data precisamente...

Quanto ao Acórdão nº 825, é só para comentar que, realmente, elas estavam com as suas determinações suspensas por decisão... O efeito suspensivo, na verdade, decorre da lei, a própria Lei nº 8.843, do TCU, prevê o efeito suspensivo quando há interposição do recurso, mas há uma necessidade de confirmação desse efeito suspensivo pelo ministro-relator, que, no caso, era o Ministro Vital do Rêgo, e ele deu essa decisão, em julho de 2015, suspendendo e alegando que o caso era inédito, complexo, que não havia jurisprudência firme do TCU sobre o assunto, e não ensejava, portanto, medida cautelar, e que caberia ouvir a Defesa pela primeira vez para, então, decidir, dada a complexidade da causa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado. Três minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares. Cumprimento também o Sr. Marcel Mascarenhas, que, realmente, não vem como testemunha, não se propõe aqui a falar a verdade sobre as perguntas que são formuladas.

O problema é a versão que é dada ao fato. No entendimento de V. Sª, o que é transparência? Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 1º, diz:

> Art. 1º (...)
> § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Eu fiz questão de ler o artigo no todo, porque, quando V. Sª diz "Olha, era uma prática que não era usada..." Acho que isso não pode servir mais para acobertar ilícitos, porque V. Sª, como gestor público, sabe que é importante que aquilo que é devido ao Banco do Brasil seja registrado pelo Tesouro e pelo Banco Central, senão não é um governo transparente.

O que a Presidente da República fez? Ela fez uma operação subterrânea.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, o Senador está constrangendo a testemunha. Por favor!

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, garanta a fala do Senador por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu peço à Senadora que, por favor, respeite a minha posição aqui dentro da Casa. Por favor! Eu jamais interrompi uma fala de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª está constrangendo a testemunha.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu exijo respeito aqui dentro.

Presidente, eu escuto todos os colegas aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – A palavra está com o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não admito ser interrompido na minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E eu quero que V. Exª repare o meu tempo, Sr. Presidente.

Então, o que é importante que seja dito...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vou dar mais um minuto a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É importante que seja dito, então, que a operação é uma operação subterrânea. E subterrânea por quê? Quem é o controlador do Banco do Brasil? A Presidente da República, certo? No momento em que aquela operação é notificada ao Tesouro Nacional... "Olha, o senhor está me devendo todos os meses." Nós temos as cartas aqui do Banco do Brasil informando que a Presidente da República devia por aquela subvenção ao Plano Safra.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, eu pergunto o seguinte. Se o Tesouro não registra aquela dívida, está falseando um resultado, está maquiando as contas públicas. Nesse momento, V. Sª diz: "Olha, mas isso aí não era bem o que existia à época, não era o correto."

Ou seja, diz que não era a prática useira e vezeira de se fazer e que em anos anteriores também existia um atraso.

Não, senhor, nos anos anteriores não havia atraso; era problema de fluxo de caixa entre o dia 30 de dezembro e o dia 1º de janeiro do ano seguinte. Está muito bem demonstrado nesse gráfico do Banco Central. Então, não existiu aqui a utilização da subvenção para fazer política de governo. É o contrário: o governo quitou as dívidas em junho e em final de dezembro.

Esse processo começou na tal da contabilidade criativa montada no Governo do PT. Aí, sim, nós vimos todas as alterações do Banco do Brasil, do BNDES...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador. V. Exª tem mais dois minutos no segundo bloco.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, para finalizar, para perguntar na primeira etapa, eu gostaria de saber de V. Sª: essa transparência exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal, como é interpretada pelo informante? Ou seja, não precisa, não precisamos tomar conhecimento ou apenas um dia qualquer o governo resolve registrar essas manobras? É a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Marcel Mascarenhas, V. Sª tem três minutos, mas restrinja-se exclusivamente aos assuntos contidos na Denúncia nº 1/2016.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – O.k. Muito obrigado, Senador.

Primeiro, só um esclarecimento rápido. A questão de eu ter pedido para depor na condição de informante é pelo fato de eu ser advogado público e haver um dispositivo no Estatuto da OAB e no Código de Ética que orienta que não haja atuação de advogado que atue em processos correlatos como testemunha – pode ser informante declarante. Isso não significa que não há um compromisso com a verdade, pelo menos em relação às coisas de que tenho conhecimento.

Especificamente quanto à questão da transparência, o que posso falar a respeito da atuação do Banco Central é que a estatística fiscal é publicada por iniciativa própria do Banco Central, antes mesmo da LRF. Todas as suas séries históricas constam no *site*. O manual, que diz quais são os critérios, também está no *site* do Banco Central. Aquilo que não foi eventualmente registrado era por uma avaliação, uma interpretação técnica do seu próprio manual, no exercício da discricionariedade que cabe à autoridade monetária. Era essa a nossa avaliação. Igualmente, existiam ativos também em outras situações que a gente não registrou, situações que poderiam ter dado superávit e o Banco Central não registrou porque estava fora da metodologia. Então, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

é pela simples existência de um ativo ou de um passivo numa entidade credora que o Banco Central registra ou não registra.

A LRF também traz outros mecanismos de transparência, não existem só as estatísticas do Banco Central: existem estatísticas acima da linha, que são também mencionadas nas mensagens presidenciais que tratam do Projeto de Lei Orçamentária; existem outros balancetes; existe, enfim, uma série de instrumentos...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – O próprio Portal da Transparência tem uma série de registros de despesas. Os bancos públicos também divulgam seus balancetes.

Mais especificamente, quanto à atuação do Banco Central, o registro desses ativos ocorreu no momento em que houve uma decisão, uma definição superando essa interpretação divergente, e essa determinação foi a do TCU no Acórdão nº 3.297

Antes disso, o Banco Central tinha uma convicção técnica – certa ou errada, não vou fazer juízo de valor quanto a isso –, mas tinha uma interpretação técnica que procurou expor ao Tribunal de Contas. Diversas reuniões foram feitas. Participei de diversas reuniões com técnicos do Banco Central, técnicos das secretarias, e posso citar, por exemplo, que a Secretaria de Recursos do Tribunal de Contas da União, no parecer de outubro/novembro de 2015, diz que agiu certo o Banco Central ao não registrar tais passivos. Está no parecer da Serur, de outubro de 2015. Propôs, inclusive, a criação de uma outra série estatística que pudesse contemplar tudo isso. Então, havia uma séria divergência técnica, uma questão complexa, inédita, que não permitiu..., que só foi pacificada em dezembro, e, tão logo pacificada, houve esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Caiado, dois minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Acredito que essa posição nunca foi cobrada, porque existia um respeito do Tesouro para com os bancos públicos, aqueles que são controlados pela Presidente da República. Ou seja, existiu uma inovação ilícita do governo do PT e da Presidente Dilma para poder utilizar a pedalada para poder pagar duas despesas com um único dinheiro. Essa é a realidade. Então, acredito que, anteriormente, não era exigido isso até porque a transparência era clara, e nunca se deu essa manipulação para poder desviar a aplicação do Orçamento no País.

Agora, o que fica nítido é que este aqui é um documento do Banco Central, e V. Sª se fazia presente, à época, no governo.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Isso aqui é que demonstra que o governo chegou a R$60 bilhões, com desvio de verba de que ele não poderia beneficiar-se e, no entanto, beneficiou-se em cima dos bancos controlados pela Presidente da República. Esse desvio não existe em nenhuma fase histórica do governo brasileiro. Isso aqui é o crime, caracterizado, nítido, claro e transparente.

Ora, querer dizer que é uma discricionariedade do Banco Central ou do Tesouro, entre aspas. Se o governo está respeitando a LOA, está respeitando o art. 85 da Constituição Federal e está respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, é até aceitável. Agora, no momento em que existe total distorção da prática para beneficiar a estrutura de governo e penalizar o cidadão por não ter clareza na peça orçamentária, temos de entender que isso foi um uso fraudulento, intencional, doloso.

A Presidente praticou o dolo; ou seja, ela fez questão de não deixar que o Tesouro Nacional pagasse. Quem decide é a Presidente da República. Ela tinha conhecimento do desvio de R$60 bilhões para fazer política social, que era obrigação do Orçamento e não dos bancos controlados pela Presidente da República. Está aí o dolo da Presidente, tanto é que tanto o TCU quanto a Perícia deixam claro que, primeiro, houve empréstimo. E a Presidente da República não pode contrair empréstimo em bancos que estão sob sua tutela.

Como tal, Sr. Presidente, a pergunta que fica é se V. Sª concorda, então, com essa prática utilizada pela Presidente Dilma de financiar políticas públicas com dinheiro de banco público.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos para o Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de me reservar a não fazer juízo de valor quanto... Não me cabe, como Procurador do Banco Central, como advogado público, fazer juízo sobre se a prática adotada pela Presidente da República ou por outro gestor é crime ou não é, enfim.

Então, eu gostaria apenas de voltar a um ponto específico da questão da atuação do Banco Central, só para complementar mesmo a primeira resposta. O Banco Central tem a sua metodologia com base em referências internacionais, e adotou no caso concreto. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, nem as mensagens presidenciais, nem a LDO, nem LOA, nenhum desses normativos atribuiu ao Banco Central papel de gestor orçamentário, gestor ou controlador da execução orçamentária do governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Então, é complicado, como advogado público, vir aqui comentar se isso estava ocorrendo ou por que estava ocorrendo. Então, essas questões fogem à atuação do Banco Central.

O Banco Central tem uma metodologia, que foi agora revisada por conta da determinação do TCU, de compilação. Os ativos e os passivos que são incluídos são aqueles na visão técnica, porque alguém tem de interpretar o Manual de Estatística Fiscal. E essa interpretação é feita por um departamento técnico do Banco Central, formado apenas por servidores de carreira, em um nível que não é o nível estratégico propriamente da organização; é um nível técnico, acadêmico, com pessoas formadas e doutoradas em Economia, enfim, com estudos em Estatística e coisas do gênero. Então, a interpretação que esse departamento fez era de que não era cabível, que isso deveria eventualmente... E na verdade não houve omissão. O que houve foi um registro no momento do pagamento, em que a conta única era sensibilizada. Então, isso é importante. A omissão não estava... Não havia simplesmente: "Não vou registrar." Vou registrar quando for pago, porque aí a fonte de consulta do Banco Central, nesse caso, era a Conta Única do Tesouro. Então, espere aí. Acho que...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto ao Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não é juízo de valor. Eu acho que a função de V. Sª é exatamente interpretar o que está na LOA, o que está na Constituição Brasileira, sendo um Procurador do Banco Central. Essa é a função de V. Sª.

Eu pergunto: a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o projeto do Congresso Nacional, da LOA, estabelecem qual será o órgão e o método utilizado para tal finalidade. Então, deixam claro. Em observância ao art. 11, do inciso IV, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2015, cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta. Então, está aqui a responsabilidade do Banco Central. E como é que nós avaliamos meta? É dentro de uma avaliação bimestral. Ela é feita e as contas serão adequadas. É como disse ontem a economista Míriam Leitão: ou se tem meta ou, senão, é conta de chegada. Então, quando se tem avaliação bimestral, é para que nós possamos ter uma radiografia real do que está acontecendo com o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador Caiado, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Estou concluindo.

Podemos exatamente fazer os contingenciamentos, aprovar projetos, PLNs que venham para a Casa, enfim, adequar o Orçamento à realidade do País. Não é conta de chegada, não é conta de botequim no último dia 30 de dezembro.

Onde é que está, então, o Banco Central em relação a essa responsabilidade dele de apurar os resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta, sendo que ele se omite em fazer com que esses débitos sejam escriturados pelo Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante. Um minuto.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

O que ocorre com mensagem presidencial que encaminha o PLOA? Há uma definição de qual metodologia será utilizada, e não, na nossa interpretação, a definição dos critérios da metodologia que devem ser utilizados. A LRF não trouxe esses critérios. Está pendente de regulamentação até hoje o art. 30 da LRF nesse particular. Então, a nossa interpretação do que essas mensagens presidenciais sobre o PLOA fizeram foi a de dizer o seguinte: "Banco Central, você já tem uma metodologia consolidada desde 1991, baseada em referências internacionais. Não existe um critério legal para a apuração de resultado. Então, vou utilizar, enquanto não é regulamentado o art. 30 da LRF, a sua metodologia como referência." Mas ela não alterou a natureza, não alterou as características, não alterou, inclusive, a finalidade da estatística fiscal do Banco Central, que foi criada, principalmente, para avaliar o impacto do setor público na demanda agregada, subsidiando decisões de política monetária. Houve o uso fiscal de controle orçamentário para a apuração do resultado, mas o Banco Central não entra na gestão. Há até um exemplo que a gente citou: o IBGE calcula o índice de inflação, mas o IBGE não interfere na forma como o Banco Central conduz a sua política monetária. O IPCA é divulgado por eles, mas não cabe a eles dizer ao Banco Central como fazer a política monetária para alcançar meta de inflação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Três minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Quero cumprimentar também aqui o depoente, o informante.

E dizer que, realmente, este é um processo surreal que estamos vivendo aqui, de *impeachment* da Presidenta Dilma, porque o eixo condutor deste processo de *impeachment* eram as ditas pedaladas fiscais. Eu lembro que nós passamos o ano de 2015 discutindo isso na Comissão Mista de Orçamento, discutindo isso nas comissões do Senado, discutindo isso no plenário do Senado. O Ministro Augusto Nardes, então Relator das contas da Presidenta, fez uma apresentação, inclusive, aqui no Congresso, na Comissão Mista de Orçamento, sobre esse assunto, mostrando que ali havia um grave crime de responsabilidade fiscal, porque, pela tese do TCU, claramente, a Presidenta quis deixar de pagar os bancos pelos serviços que esses bancos prestavam ao Governo em relação aos seus programas para poder pagar outras despesas.

Conseguimos vencer o debate político, mas, mesmo assim, ainda esse tema voltou. E o principal argumento para a abertura do pedido de *impeachment* não foram os decretos – eu diria que os decretos foram o molho para ajudar a justificar a abertura de um *impeachment* que não tinha base legal, que não tem base legal –, mas, sim, as pedaladas. Como não podiam pegar as pedaladas de 2014, porque já tinha terminado o mandato presidencial, pegaram a dita pedalada de 2015, que é o atraso no pagamento das subvenções dos juros do Plano Safra. Então, é isso que se evidenciou.

E qual é o grande crime de responsabilidade da Presidenta? Exatamente fazer com as finanças públicas ficassem desordenadas, ou seja, endividar mais o Estado, pagar outras despesas que não aquelas devidas. É essa a base da denúncia, ou seja, que a Presidenta se utilizou disso para fraudar o Orçamento.

V. Sª vem aqui e faz uma exposição mostrando...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... como era a prática, até então, do Poder Público. Aliás, uma prática que foi cada vez mais confirmada por conta da ausência deste Congresso Nacional, porque, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nós deveríamos ter regulamentado, para que o Banco Central pudesse fazer o cálculo exatamente do primário, saber do endividamento e como se fariam os registros, e nós não fizemos. Então, se alguém tem responsabilidade grave neste processo aqui, esse alguém é o Congresso Nacional, que não conseguiu fazer a regulamentação e não conseguiu fazer o que a Lei de Responsabilidade Fiscal mandava fazer.

O fato é que nós estamos vendo agora o próprio Ministro do Tribunal de Contas da União, que disse que isso era crime, voltar atrás e dizer que não é bem assim, depois de uma perícia que nós pedimos para fazer aqui, em que ficou claro que a Presidenta não tem responsabilidade.

Eu gostaria de fazer duas perguntas a V. Sª, que é Procurador do Banco Central. Uma é em relação à questão da legislação, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 30, determina que o Senado deve aprovar a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal. Passados 16 anos, até o momento, este Senado Federal não cumpriu a determinação legal, deixando um vácuo metodológico. Diante desse vácuo, as mensagens de lei orçamentária foram encaminhadas pelo Executivo, informando, para fins de apuração dos resultados fiscais, as estatísticas que seriam adotadas pelo Banco Central.

Eu pergunto a V. Sª se, no seu entendimento, esses fatos colaboraram para que tivéssemos essa situação e para que o Tribunal de Contas, só após esse tempo, viesse a fazer uma determinação; e, se essa determinação do Tribunal de Contas tivesse sido feita antes, nós teríamos mudanças ou alterações no resultado primário apurado, nominal ou primário apurado pelo Banco Central.

Para V. Sª também: o que caracteriza uma operação de crédito no entendimento de V. Sª, no entendimento jurídico? E qual é a prática internacional em relação à metodologia adotada pelo Banco Central até agora para apuração dos resultados?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senadora, pela pergunta.

Não vou comentar especificamente sobre qual efeito poderia acontecer, porque aí eu estaria entrando propriamente em algo e acabaria entrando no terreno de juízo de valor ou opinião. Mas o que eu posso comentar é que, de fato, não há regulamentação do art. 30 da LRF. O próprio TCU, em pelo menos quatro acórdãos, disse que havia necessidade de regulamentação. Inclusive, ele encaminhou mensagens ao próprio Congresso Nacional a respeito do assunto e encaminhou mensagem também para a Casa Civil, salvo engano, na época, perguntando: "E aí? Há algo a ser feito? Vai ser essa a metodologia do Banco Central?" Enfim, mas houve; e, por mo, foi, inclusive, ao próprio Senado, pedindo, digamos, uma certa agilidade nessa regulamentação. Isso, amos, é o que eu conheço a respeito dos fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O que o TCU, agora, nesses processos iniciados em 2014... O próprio TCU reconhece que não há propriamente uma lei, tanto que ele comenta que a lei da estatística fiscal é o Manual de Estatísticas Fiscais do Banco Central.

Por exemplo, a determinação que foi dirigida ao Banco Central era a de que: você descumpriu o seu manual, então, cumpra seu próprio manual. A gente até argumentou que, se a gente teve, digamos, autonomia técnica para construir o manual, provavelmente a gente deveria ter alguma autonomia técnica também para interpretá-lo.

Mas, enfim, é uma discussão legítima, democrática, dialética do próprio Direito de, em um tribunal, em um processo de auditoria, de prestação de contas, fazer o debate sobre o acerto ou não da interpretação adotada pelo Banco Central.

No final o TCU entendeu que essa interpretação do Banco Central não era a mais correta, que havia erro. Nós nos reservamos o direito de não questionar mais essa posição...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ... e estamos fazendo da forma que o TCU orienta.

Desculpe-me, eu perdi a segunda pergunta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Operação de crédito.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – O Banco Central não tem propriamente um parecer jurídico – eu falo pela Procuradoria-Geral – sobre o que significa operação de crédito. O que a gente tem escrito sobre o tema? A gente diz que não cabe a aplicação da Lei nº 7.492 e da Lei n° 4.595 – art. 34 da Lei nº 4.595 e art. 17 da Lei nº 7.492, que é de crimes contra o sistema financeiro –, consideração sobre empréstimo vedado, antecipação indevida, coisas do tipo, porque há um parecer da Advocacia-Geral da União, de 1994, aprovado pelo então Presidente da República, que diz que não se aplica, não se discute esse parecer vinculante não apenas para os órgãos jurídicos da União, mas para toda a Administração Pública, na medida em que houve uma publicação desse parecer no *Diário Oficial da União*. Isso ocorreu no final de dezembro de 1994. Então, sob esse ponto de vista, não havia operação de crédito.

Quanto à LRF, a gente não se manifestou.

Quanto especificamente à questão – só para concluir – de serviço bancário, a gente fez uma diferenciação de que é possível haver, sob a ótica da regulação bancária – não sob a ótica da LRF –, é possível haver contratos, situações, em que há uma prestação de serviço, em que há, inclusive, remuneração por isso, sem que isso caracterize necessariamente operação de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Marcel Mascarenhas.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Desculpa, Presidente.

Foi uma conclusão em tese não vinculada aos fatos do processo que estava em auditoria no TCU.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann. Dois minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu agradeço, Dr. Marcel, os esclarecimentos. Acho que foram muito bons, porque V. Sª mostra como foi a prática, desde que tinha que ser apurado um resultado; mostra principalmente o quanto este Congresso Nacional foi omisso, sendo cobrado pelo Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Então, se há que se falar em responsabilidade sobre a apuração de resultado, tem que se cobrar desta Casa também.

O senhor mostra que não havia uma regulamentação sobre a metodologia, que era em cima do manual do Banco Central.

É importante frisar aqui que quem estabeleceu, quem fez o manual do Banco Central foi o Banco Central. E é inusitado que, depois, o Tribunal de Contas da União ache que deva haver, pelo manual do Banco Central, uma interpretação melhor do que a do próprio Banco Central.

Mas mais inusitado de tudo é que, pela primeira vez que o Tribunal de Contas da União resolve regulamentar o assunto, ou seja, a partir de 2014...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... ainda travando um debate com o Executivo e com o próprio Banco Central, e só no final de 2015 define essa regulamentação, é inusitado que, da primeira vez que ele faça isso, isso já seja considerado crime de responsabilidade por parte da Presidente da República, sem que se dê condições a ela, inclusive, de se adaptar à nova regulamentação, à nova forma de apuração de resultado primário. É de lamentar o que nós estamos vendo aqui. É fato, inclusive, que ela não tem também nenhum ato nessa questão do atraso. Então, eu queria deixar isso bem claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

E a outra coisa que seria importante e que eu gostaria de perguntar para V. Sª – uma das perguntas que V. Sª não teve tempo de responder, que é sobre a prática internacional, em relação a essa metodologia adotada pelo Banco Central para o resultado – é também em relação aos valores, porque nós estamos vendo que, durante os anos, esses valores e subvenção vêm crescendo, porque há uma determinação de programa de governo para crescer. Então, nós já tivemos valores maiores em 2008, 2009, 2010, que ficaram contabilizados ou ficaram com atrasos, entre parênteses, da mesma forma como ficaram os de 2015. Então, eu gostaria de saber de V. Sª se a questão do volume impacta nessa visão do Tribunal de Contas da União que foi, a partir de 2015, externada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante. Dois minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade.

O que eu posso comentar é que, quanto à metodologia internacional, na verdade há uma orientação do FMI a respeito do assunto. Eu não vou ter o detalhe, especificamente, de quais são os documentos, o nome dos documentos que orientam, que trazem esses critérios que são adotados por padrão, internacionalmente, mas são referências. O Banco Central, inclusive, hoje tem assento em vários fóruns internacionais nos quais se discute modelo de estatística. Um colega analista, economista, do departamento econômico foi também arrolado como testemunha e poderá, talvez, falar disso melhor do que eu.

Especificamente quanto à questão da subvenção, como o Banco Central não atua na execução do programa nem no pagamento, propriamente dito, do valor de subvenção, eu me permito não comentar sobre a questão do volume, se isso é alto ou baixo, ou enfim... O que eu posso comentar...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ... sob a lógica da materialidade da coisa, é que o montante devido de subvenção, em tese, é tanto maior quanto o maior número de operações, porque subvenção é uma diferença entre a taxa cobrada, por lei – mais baixa –, ao consumidor final, ao usuário, e aquela taxa de captação do banco. Então, a tendência é que, quanto mais operação se faça, mais eu tenha. Agora, quanto à questão de pagamento, se é fluxo ou se é estoque, se estava havendo ou não o pagamento regular, antes ou depois, aí eu me permito não comentar, porque, de fato, o Banco Central não é o executor do programa. Então, não consigo ter essas respostas para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi. Um minuto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Na realidade, é só para deixar bem claro, aqui, até porque Senadores que me antecederam foram muito enfáticos em dizer que a Presidenta, sabedora desta situação, quis que os pagamentos fossem atrasados, para que o Governo tivesse um financiamento fiscal maior, para pagar outras despesas. O que nós estamos vendo aqui, pelo depoimento do Procurador do Banco Central, é justamente o contrário.

Ou seja, há muitos anos essa operação, que é do Plano Safra, ou outras operações de prestação de serviços com bancos públicos têm uma regulamentação ou são registradas pelo Banco Central não como uma operação de crédito. E não é porque o Banco Central está errado; é porque é uma prática internacional, é porque este Congresso Nacional nunca regulamentou a Lei de Responsabilidade Fiscal, é porque sempre as coisas foram feitas assim. Então, não dá para o Tribunal de Contas da União mudar a sua interpretação sobre regulamentação e sobre mudança de metodologia e aí, politicamente, oportunisticamente, virem aqui apresentar um pedido de *impeachment* da Presidenta, como se isso fosse uma prática reiterada de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero lamentar muito o que nós estamos vivenciando aqui, mas acho que esse depoimento do Procurador do Banco Central e, tenho certeza, do próximo servidor do Banco Central vai ser muito esclarecedor para que a gente questione exatamente a espinha dorsal dessa proposta absurda de *impeachment* que temos hoje no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de testemunha, passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira. Três minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Marcel, posso dizer que conheço um pouco o Banco Central do Brasil. Em 1989, eu tive autorização para administrar uma empresa de consórcio de minha propriedade, o Consórcio Araguaia, que atuou em todo o País. Chegamos a ter mais de 80 mil consorciados. Administramos algo em torno de R$500 milhões, nos valores de hoje, na década de 90 e também na década de 2000. Pedi o cancelamento há pouco tempo. Então, eu conheço o corpo técnico do Banco Central. Mas me surpreende horrores, conhecendo esse corpo técnico, a negligência do banco em não contabilizar esses passivos, me surpreende demais! Eu vou continuar admirando o corpo técnico do Banco Central, que conheço muito bem. Eu tive mais de 50 inspeções deste banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Pois bem. Estou aqui com um ofício do Banco do Brasil a respeito desses empréstimos. Eu já disse aqui algumas vezes, Sr. Presidente, e quero repetir: às vezes, imagina-se que esses débitos foram tão somente do ano de 2015. Não! Esses débitos são recorrentes. Em 2012, o Governo devia R$3 bilhões, correspondendo a 35 créditos, que foram pagos em 2013, 2014 e 2015.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Em 2013, foram 19 créditos – lançamentos de débitos, melhor dizendo –, no valor de 4 bilhões, que foram pagos em 2015. Também de 2014 só foram pagos em 2015. De 2015 foram pagos em 2015 e em 2016. Portanto, esse procedimento era recorrente.

Eu pergunto se V. Sª sabia desses débitos em aberto relativos a 2012, 2013, 2014, 2015, se V. Sª sabia dessas operações antes da notificação do Tribunal de Contas. Primeira.

Segundo, como V. Sª vê essa operação de crédito já consolidada pelos técnicos do Senado Federal? Como V. Sª vê essa operação, como uma prestação de serviço ou como uma operação de crédito?

É muito simples essa resposta, Dr. Marcel. Eu gostaria de tê-la do senhor, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante. Três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade da pergunta.

Quanto à questão de sabia ou não sabia, eu trabalho na área jurídica do Banco Central, não no exercício da supervisão ou da consolidação estatística. Então, não é do meu cotidiano acompanhar balanço de instituição financeira. Então, não posso, desculpe-me, entrar num detalhamento quanto a se já existia ou se não existia isso. Como advogado, tomei conhecimento disso a partir do momento em que entrei no processo, já com a auditoria em curso. Veja, por exemplo, que a auditoria foi aberta no TCU em agosto de 2014, e, na representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas naquela ocasião, ainda não havia referência ao Plano Safra e a possíveis atrasos no âmbito do Banco do Brasil. Pelo que estudei do processo, a primeira referência a isso acabou acontecendo numa requisição da equipe de auditoria do TCU, salvo engano em outubro de 2014. Eu, particularmente, entrei no processo em maio de 2015. Eu estava em outra função pública. Voltei à Procuradoria e passei a trabalhar nesse processo. Então, foi quando eu, particularmente, tomei conhecimento da existência disso e da discussão em si.

Também estudando o processo, o que posso comentar, já tentando responder à segunda questão, reitero aquela posição de que o Banco Central não tem uma posição, a Procuradoria-Geral não tem nenhum parecer examinando especificamente se a situação do Plano Safra é uma operação de crédito ou não é, se é uma prestação de serviço ou, como se discute também nos autos dos processos do TCU, uma operação *ex lege*, o que até dispensaria realização de contrato. Não posso, não tenho competência técnica para entrar nesse mérito porque não é minha área de atuação no âmbito do Banco Central.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – E refoge até, propriamente, à competência do Banco Central.

O que posso comentar a esse respeito é como foi, digamos assim, exposta essa situação e qual foi a avaliação inicial do Banco Central na discussão junto ao TCU. Tais passivos estavam sendo registrados numa conta Cosif do plano de contabilidade da instituição financeira, de uso interno da instituição, que não era detalhada, e, pela descrição do Plano Cosif que está na regulamentação do Banco Central, é uma conta sem característica de operação de crédito. Essa classificação é feita pela própria instituição credora. Ela faz essa apropriação nessa conta Cosif, nessa rubrica, pelo regime de competência, ou seja, aquilo que ela tende a receber ao longo do tempo, ela já vai apropriando proporcionalmente, diferentemente do regime de caixa, que é o que o Banco Central capta. Então, essa conta do Cosif não estava, digamos assim, no rol das contas capturáveis no processo de consolidação das estatísticas fiscais. Quando houve o alerta, digamos assim, a solicitação de informação...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Marcel Mascarenhas, por favor.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Marcel, respeito a resposta de V. Sª com relação à operação de crédito. Mas V. Sª é um moço sabido. Sabe-se, realmente, que se trata de uma operação de crédito. E agora me veio, realmente, à memória a história do Cosif, muito bem lembrado por V. Sª. es lançamentos feitos pela instituição financeira são diários. Portanto, Sr. Presidente, o Banco Central sabia feitamente dessas operações, não há dúvida nenhuma. As instituições financeiras, como todo o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

que compõe o sistema financeiro, como o consórcio, nós informamos diariamente ao Banco Central do Brasil todos esses lançamentos.

Eu pergunto, então, Dr. Marcel: quando V. Sª, em 2015, tomou conhecimento desses fatos, dessas operações de crédito, qual foi a medida que o senhor adotou imediatamente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Marcel Mascarenhas. Dois minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – O.k. Muito obrigado, Senador.

Eu já tive a oportunidade de comentar que existe um parecer da Advocacia-Geral da União, dois pareceres, na verdade, o GQ-50 e o GQ-53, de 1994, que são vinculantes para toda a Administração Pública, inclusive aos órgãos jurídicos, no caso, a Procuradoria do Banco Central, por terem sido aprovados pelo então Presidente da República e publicados no *Diário Oficial da União*. Existe a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a Lei da AGU. No seu art. 40, prevê a obrigatoriedade à vinculação desse entendimento a todos os agentes públicos do Poder Executivo Federal. E esses pareceres ressaltavam a impossibilidade de se entender como operação de crédito vedado, ou coisa da espécie, a relação entre União e bancos oficiais, citando inclusive Banco do Brasil, Caixa, BNDES... No parecer, eles mencionam o papel de desenvolvimento econômico e social dessas instituições financeiras, de fomentadores de políticas públicas, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Então, como servidor público, como advogado público, a minha atitude é seguir a orientação jurídica existente que não foi alterada. Inclusive, que é vinculante, sob pena de desobediência. Na lei de regência da minha carreira, existe um artigo, o art. 17-A, inciso II, que diz que é vedado ao procurador do Banco Central contrariar orientação, súmula ou parecer aprovado pelo Advogado-Geral da União. E eu também me submeto ao art. 40 da Lei Complementar nº 73. Então, a postura natural é defender a posição consolidada existente e não revogada. Se haveria espaço para revogação ou não é uma questão que não me cabe no processo. Então, qual foi a minha atuação? Defender a posição do Banco Central quanto ao critério do manual de estatística fiscal. Eu fui um dos subscritores do recurso contra o primeiro acórdão do TCU, fiz várias petições ao longo do processo, defendendo essa posição, e quando terminou o processo e o TCU julgou, em dezembro de 2015, eu fiz uma nota jurídica orientando o cumprimento da decisão. Esse, na minha visão, era o papel do advogado público.

E quanto aos lançamentos individuais diários, só um esclarecimento: a estatística fiscal do Banco Central, por ser abaixo da linha, pega montantes, estoques, ele não pega operação por operação. Nós procuramos saldo de ativo ou passivo de uma entidade credora, no caso, uma instituição financeira, contra a União. Não procuramos o detalhamento de cada operação porque essa metodologia é acima da linha da estatística que é controlada pelo Ministério da Fazenda. Então, nós não temos ingerência no detalhamento de cada operação que compõe as estatísticas fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Dr. Marcel.

Eu chego à conclusão, Sr. Presidente, de que... Eu continuo respeitando e admirando o corpo técnico do Banco Central. Mas eu chego realmente à conclusão do que eu já disse aqui no passado: o PT achou que o Brasil era deles. Achou. Achou mesmo. Lula e Dilma acharam que o Brasil era deles. Como também acharam que os bancos estatais, as empresas estatais, como Petrobras, que eles quebraram literalmente, e o Banco do Brasil fossem do PT, botando, inclusive, o Banco Central do Brasil – que, eu volto aqui a repetir, tem a minha maior admiração, porque fui fiscalizado, autorizado, regulamentado pelo Banco Central do Brasil por mais de duas décadas –, botando o Banco do Brasil debaixo da mesa, fazendo com que os técnicos do Banco Central cometessem essa negligência de não dar publicidade e não contabilizar esses passivos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, é assustador! É assustador! Se o PT estivesse nos Estados Unidos, não tinha um fora da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka, na condição de inscrito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente; Dr. Marcel Mascarenhas dos Santos, estou aqui com o manual do Banco Central chamado Cadip – Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público. Entre outras coisas, ele diz assim: "Além disso, a divulgação de informações sobre as características e sobre a evolução do endividamento colabora para a transparência das informações e para o controle fiscal do setor público, preenchendo, inclusive, os requisitos necessários para a operacionalização do controle instituído a Lei Complementar 101, de 2001 [...]."

Não vou continuar lendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O que eu acho estranho é o seguinte. É claro que, quando havia um fluxo, que era aquele chamado fluxo de caixa, aí tudo bem. Mas, a partir... E o gráfico mostra muito bem isso aqui. De 2009... De 2011, 2012, chegando a 2014, o gráfico mostra que o Tesouro ficou sem repassar a absurda quantia de R$60 bilhões. O que é difícil para a gente entender é que um montante como este, o Banco Central certamente detectaria. Por quê? Porque, na verdade, quando o Tesouro não repassa o dinheiro para as instituições, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, para mim, isso fica muito claro.

Anterior a V. Sª, há um outro testemunho dizendo o seguinte: que os outros bancos particulares disputavam o crédito do chamado Plano Safra. Disputavam. Mas disputavam porque era pago regularmente. Duvido que alguém ia disputar crédito,...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... esse dinheiro, sabendo que podia ficar três anos sem receber a chamada equalização.

E por que eu acho isso? Qual é a pergunta? Se isso fosse registrado, porque não foi... O Banco Central não registrou, e se ele não registrou, não considerou isso como um passivo. E, aí, é como se essa conta não existisse. Não existindo a conta, é como se esse dinheiro todo estivesse no Tesouro do País. E esse dinheiro poderia ser usado para outras despesas que não a que era obrigação repassar para o Banco do Brasil, Caixa ou BNDES.

A minha pergunta é: isso, no Banco Central, na experiência que V. Sª tem, aconteceu alguma vez num montante como esse, de quase R$60 bilhões passarem despercebidos? Quer dizer, o Banco Central não considerar isso, não perceber: "Olhem, esse recurso aqui, isso aqui está..."? Tanto que o Banco Central só passou a fazer isso por exigência do Tribunal de Contas da União. E por que o Banco Central não fazia isso? E isso a meu juízo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Porque se fosse isso aqui, iria caracterizar que o superávit primário do Brasil tinha que abater esse valor aqui, porque era uma dívida que o Tesouro tinha, sim, principalmente com o Banco do Brasil. E o Banco do Brasil não tinha... Só não esperneou mais porque é controlado, evidentemente, pela Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante. Três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

O que acontece em relação a esses passivos e ativos é que só há contabilização, pelo entendimento da área técnica do Banco Central, quando há o preenchimento dos critérios definidos no Manual de Estatísticas Fiscais. E, no caso, como eu comentei aqui mais cedo, certa ou errada, essa interpretação era técnica do Banco Central e foi adotada por muito tempo. E não era uma questão associada a volume. Por exemplo, o Banco Central foi quem identificou, inicialmente, a existência de que passivos com a Caixa Econômica eram relacionados aos programas sociais: Bolsa Família, abono salarial e seguro desemprego. E o próprio Banco Central, no caso, a supervisão, identificou a existência disso no trabalho de monitoramento contínuo. Identificou, viu que preenchia todas as características: setor público não financeiro *versus* setor financeiro, critério de caixa na contabilização, existência de disponibilidade de dados, fonte, tempestividade, poder requisitório do Banco Central, etc., aqueles critérios do manual, o Banco Central foi lá, na ocasião, e registrou imediatamente.

A área de política econômica tomou conhecimento em agosto e, em setembro, já estava registrado. E isso gerou um déficit primário, de imediato, de R$2 bilhões ou R$3 bilhões, salvo engano, na época. Ou seja, a atuação do Banco Central é basicamente técnica, manualizada. Quem procede à compilação estatística é a equipe técnica, uma série de acadêmicos, estudiosos, todos servidores de carreira, que dizem assim: "Cumpriu, bateram todos os critérios. Vou lançar, independentemente de ser positivo ou negativo."

Posso citar outro exemplo – talvez o colega da área econômica saiba explicar melhor –: anos atrás, houve um resgate, de fundo soberano, salvo engano, da ordem de R$14 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Isso, em tese, vindo para a contabilidade do Tesouro, poderia ter gerado um superávit, e o Banco Central, nem por isso, registrou esse ativo. Então, o registro tanto de ativo como de passivo só ocorre quando a área técnica do Banco Central identifica, exatamente, o preenchimento de todos os critérios, é um *checklist*. Por quê? Porque na estatística fiscal existe uma rotina manualizada.

Agora vem a questão da interpretação. O TCU entendeu que a interpretação que o Banco Central adotava era incorreta, que estava ignorando determinadas situações. O.k., tentamos convencer o TCU em sentido contrário. Não o convencemos, houve a decisão, passamos a cumpri-la. Não é uma questão relacionada a volume ou falta de transparência, porque, como comentei também, existem outros instrumentos de transparência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

fiscal, e a atribuição do Banco Central para auxiliar o controle fiscal é justamente divulgando a estatística que é sua, conforme seu manual. Não houve, na LRF, na LDO, na LOA, nenhuma especificação da metodologia que o Banco Central deveria seguir, diferente da que já adotava desde 1991.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Waldemir Moka. Dois minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pois é, mas isso aí, Presidente, é que é incrível, não é? Quer dizer, esse valor... Se o Tribunal de Contas da União não pede isso aqui, nós poderíamos estar hoje na casa de... Isso poderia chegar a R$80 bilhões, R$90 bilhões. E isso é que é assustador. As pessoas dizem o seguinte: "Ah, mas isso é uma coisa absurda". Absurdo é isso! Quer dizer, isto é que é absurdo: você deixar de pagar uma equalização, e esse valor da equalização, por três anos, chegar à casa dos R$60 bilhões, sem que o Banco Central fizesse menção a isso. Isso é que eu acho que é um absurdo. Então, o absurdo é quando você tem números como esses. E, realmente, ninguém acha que:...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – "É normal, isso é besteira, podia ser o contrário..." Não é! Isso não é comum, isso é o incomum, e é exatamente isso que caracterizou, sim, não a chamada inadimplência, mas o empréstimo que os bancos só fizeram, e por esse tempo todo... Porque eu não tenho a menor dúvida: eles eram controlados por Sua Excelência a Presidente da República. Eu não tenho a menor dúvida disso, porque nenhum outro banco faria isso, deixaria de receber por três anos seguidos aquilo que lhe é devido. Duvido que outro banco faria isso, e duvido também que o Banco Central não atestaria se tivesse acontecido isso. Então, não houve, na verdade, exatamente isso. Claro que isso não é V. Sª que define, é o advogado.

É claro que isso veio lá de cima e a coisa era para ser desse jeito exatamente para que sobrasse o superávit primário e o País pudesse usar esse superávit primário para outras despesas, para outras questões que, naquela época, interessavam mais, principalmente porque era um ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, por dois minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Na verdade, acho que talvez eu possa complementar alguma questão, mas, na verdade, a metodologia é esta. Há a discussão do que deve ou não deve entrar. Não posso fazer juízo de valor de quanto estaria o estoque, o fluxo, o passivo, isso passa a ser algo que foge da minha capacidade ou até do meu dever legal de falar apenas aquilo sobre o que sei de fato, etc.

O que eu posso comentar é que não há esse tipo de ingerência. A atuação, digamos assim, é cara-crachá! Os técnicos do Banco Central que compilam a estatística olham as contas do Cosif e dizem: "Essa é um financiamento pela descrição clássica." Depois há a discussão do que é e do que não é. Financiamento: essa é uma discussão que o TCU realizou, nos cabe agora obedecer às decisões do TCU.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Nesse ponto até cabe registrar que o próprio TCU já, em dois processos recentes, confirmou que o Banco Central cumpriu todas as determinações do Acórdão nº 397, de dezembro de 2015, e está fazendo o registro da forma como ele, TCU, deve ser feito.

Abandonamos a discussão sobre o que era a interpretação técnica do Banco Central para acolher, nesse ponto, a do TCU. Não consigo, digamos assim, não sei se há algo a mais que eu poderia complementar nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para mim, fica claro exatamente isso. Foi usado dessa forma porque interessava ser usado dessa forma. Interessava que não houvesse esses registros. Vou ser repetitivo, mas essa é que é a verdade. Se esse valor fosse registrado, o valor do superávit primário seria afetado, porque isso aqui teria e deveria ser considerado como devedor. Essa aqui é uma conta. Uma conta que o Tesouro não pagou ao Banco do Brasil. E que parece nunca existiu! Pelo menos para o Banco Central. Embora a cifra seja de absurdos 60 bilhões, é como se fosse uma coisa que não tivesse a menor importância. Por isso é, quando isso vem à tona, perde-se grau de investimento, perde-se confiança, credibilidade. Aí vem a história da contabilidade maquiada, porque isso não deixa de ser uma maquiagem. Aí vem tudo isso à tona e, claro, o caos financeiro e o País, como um todo, tem que pagar por isso tudo que está acontecendo aqui.

Não tenho perguntas ao Sr. Marcel.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Dr. Janaina Conceição Paschoal, na condição de advogada da Acusação.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Dr. Marcel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Eu queria fazer duas observações sobre a fala do doutor, não é nem para confrontar, são apenas duas observações mesmo.

Quando o doutor diz que o manual foi descumprido, o manual feito pelo próprio Banco Central – e aí em algumas intervenções existe uma indignação, um questionamento: como pode o TCU dizer que o Banco Central não pode descumprir o seu próprio manual, ou seja, o manual feito por ele, Banco Central, interpretação originária – vamos dizer assim?

Eu gostaria de tecer um paralelo com o que tem acontecido no sistema de *compliance*. Hoje todas as empresas são cobradas para desenvolverem os seus sistemas de *compliance*. Existem normas no *compliance*, sobretudo quando se fala de lavagem de dinheiro, que são cogentes. E existem muitas normas que são estabelecidas pela própria equipe do *compliance* dentro das grandes empresas, inclusive as instituições financeiras. Essas empresas, muito embora façam as normas, estão obrigadas a cumprir as próprias normas. E, se amanhã forem questionadas pelo próprio Banco Central, numa situação de lavagem, ou pela Polícia Federal ou pela Justiça, elas têm que explicar por que não observaram as próprias normas.

Hoje o sistema de *compliance* está se desenvolvendo de uma maneira que não fala mais só de lavagem; fala também de ações anticorrupção. Então, é importante que fique claro que não é porque o Banco Central fez o manual que o Banco Central pode ou não cumprir o manual, porque, na medida em que esse manual é publicado, ele tem uma publicidade, e existe uma cobrança. É só um contraponto para essa interpretação, muito embora eu tenha compreendido as observações do senhor, doutor.

E o outro contraponto que acho importante ser feito é quando o colega – apesar de ser advogado público – diz que havia dois pareceres da década de 90, se não me engano, dizendo que esses empréstimos tomados de instituição financeira não caracterizariam crime contra a ordem financeira na modalidade empréstimos vedados, na modalidade da lei que trata dos crimes contra o sistema financeiro, e que esses pareceres foram seguidos no assunto que estamos abordando aqui. Eu gostaria de recordar, de lembrar que a lei que aborda os crimes contra o sistema financeiro trata de um bem jurídico completamente diferente da lei que trata da responsabilidade fiscal. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal é posterior a esses pareceres. São dois pontos importantes. Como é que pode um parecer afastar a aplicação de uma lei complementar que é posterior? Não há norma jurídica de hermenêutica que possa justificar isso.

Além disso – de a Lei de Responsabilidade ser posterior –, é muito importante lembrar que os bens jurídicos são diferentes. A Lei nº 7.492 tutela o sistema financeiro, que tem a ver com parte bancária e tudo o mais, a Lei de Responsabilidade Fiscal tutela as finanças públicas, que tem a ver com a programação, com o planejamento, com a transparência. São bens jurídicos diferentes.

Então, ainda que se considere que esses pareceres vigoram para fins dos crimes contra o sistema financeiro, eles não têm nenhuma implicância, ou seja nenhuma aplicação no que concerne às finanças públicas, porque, senão, vou pegar um parecer feito para uma matéria, uma década antes do advento de uma lei complementar, e vou afastar, com esse parecer, uma lei que tem objeto diferente e o próprio Código Penal, porque existe todo um capítulo no Código Penal que trata dos crimes contra as finanças públicas, que, sob o ponto de vista do Direito Penal comum, se aplicaria aqui. Inclusive, há até representações nesse sentido.

Então, acho que esses esclarecimentos de ordem técnico-jurídica precisam ser feitos.

As perguntas que eu tenho ao senhor, doutor, dizem respeito às respostas que o senhor deu ao Sr. Relator em que eu fiquei com algumas dúvidas.

O senhor disse que teria havido, acerca das operações de crédito ou dessas relações entre o Tesouro e as instituições bancárias públicas, uma consulta genérica. Eu fiquei sem compreender quem fez essa consulta, quando foi feita essa consulta, quem respondeu a essa consulta e qual foi a natureza da resposta, porque o senhor, num determinado momento...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... comentou, mas eu fiquei na dúvida a respeito de que consistiu essa consulta. Porque isto é muito importante: a questão das datas, os temas debatidos dentro da instituição. Isso é muito importante para o processo que está aqui em andamento.

Seria isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, por três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, colega e Drª Janaina.

Eu gostaria, se possível, de começar pelas observações, porque há dois pontos. Primeiro, quanto à obrioriedade de cumprimento do Manual de Estatística pelo próprio BC, não discordamos disso. Na verdade, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

BC está obrigado a cumprir o seu próprio manual. O que eu comentei foi que havia uma divergência de interpretação sobre o que significava cumprir ou não o manual.

O TCU entendeu, fez uma interpretação ampliativa, buscando outras referências que não estavam apenas no manual, mas em outros processos, para concluir que o texto do manual dizia menos do que queria dizer e que, por isso, o Banco Central deveria ter feito uma interpretação para incluir também esses outros passivos. Então, quem diz que o BC descumpriu o manual foi o TCU. A gente tinha entendido e manteve esse entendimento no debate jurídico de que o BC tinha, sim, cumprido, rigorosamente, literalmente, textualmente, o seu próprio manual.

A divergência de interpretação é que levou o TCU a escolher uma interpretação, que era a dele, cabendo até registrar, por exemplo, que nem todas as áreas técnicas do TCU concordaram com a interpretação final. Por exemplo, a Secex Fazenda original disse que o Banco Central errou na interpretação. A Serur, que é a Secretaria de Recursos, disse, por exemplo, que o Banco Central acertou na interpretação e que não havia nada para ser refeito pelo Banco Central ou corrigido, apenas sugeriu uma estatística paralela que pudesse atender a essa finalidade de controle que estava sendo exercida pelo TCU e é exercida, naturalmente, pelo Congresso Nacional. Então, de fato, o BC é obrigado a cumprir.

Quanto aos Pareceres nºs GQ 50 e 53, de 1994, da AGU, certamente eles falam apenas da Lei nº 4.595, art. 34, que trata de empréstimo vedado...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ... no sistema financeiro, e da Lei nº 7.492, que trata dos crimes contra o sistema financeiro. E a interpretação do Banco Central, o parecer, foi da aplicação da incidência da vinculação desse parecer em relação a essas duas temáticas.

As manifestações jurídicas do Banco Central foram sempre sob a ótica da regulação bancária. A gente não disse, em parecer ou em qualquer manifestação, que esses dois pareceres se aplicariam à LRF. Na verdade, a gente disse que o Banco Central não poderia se manifestar especificamente sobre a LRF, porque não é o Banco Central o responsável pelo controle das finanças públicas, o controle da execução orçamentária. Por isso, na ocasião, a gente remeteu essa questão dizendo: olha, sob a ótica da regulação bancária, Lei nº 4.595 e Lei nº 7.492, entendemos que se aplicam os pareceres de 1994 da AGU. Quanto à LRF, entendo que a questão deve ser mais avaliada pela AGU e pelo Ministério da Fazenda.

E posteriormente saiu um parecer tratando do assunto.

Rapidamente, sobre a questão da consulta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Maciel. V. Sª vai ter dois minutos depois.

Três minutos, Drª Janaina.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Está bem. Depois eu dou devolver o tempo para o doutor.

Acho só importante, sem querer constrangê-lo, sei que é difícil, porque as pessoas são funcionárias. De certa forma também cumprem ordens. Então, é uma situação delicada de todas as testemunhas que estiveram aqui, em certa medida.

Mas é importante destacar que a interpretação, vamos dizer assim, que foi conferida ao manual foi uma interpretação muito interessante para o Governo, porque, na medida em que essas operações são lançadas na conta Cosif, que não é capturada como uma operação de crédito, como bem levantou o Senador Moka, isso fica acobertado, isso fica escondido em termos de débitos. Então, foi uma interpretação muito interessante.

Aqui, acho importante – neste ponto, a testemunha não tem nada a ver com isso – recordar que essa operação aconteceu em vários órgãos federais, não só num montante bilionário, mas por um período considerável. Isso vem de 2013, 2014, de maneira assustadora, e em todo 2015. Foi uma situação fraudulenta que envolveu a SOF, do Ministério do Planejamento; envolveu o Tesouro, em quatro de seus órgãos; envolveu o Banco Central; envolveu o Banco do Brasil; envolveu o BNDES e envolveu a Caixa Econômica Federal. Quem está acima de todas essas instituições e respectivos ministérios? A Presidente da República, que foi diretamente beneficiada por essa fraude aqui, porque, se não fosse essa fraude, ela não poderia subir nos palanques, em 2014, e dizer que daria sequência aos programas públicos, quando ela já sabia, em virtude desse arranjo que foi feito aqui...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ...que ela não poderia dar continuidade a esses programas.

Então, é muito importante recordar isso, porque existe uma insistência em recortar essa situação apenas ao Banco do Brasil, o que já é grave, mas tem que ser olhado nesse grande esquema, porque, se eu compreendi bem o depoimento do doutor, levar para a conta Cosif não foi só com relação ao Banco do Brasil; foi com relação à CEF, com relação ao BNDES, com relação a todas essas instituições, o que foi muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Então, doutor, aqui não há nenhuma acusação ao senhor.

Agora, havia reuniões dos gestores com a Presidente, dos Ministros com a Presidente, do próprio AGU com os chefes desses órgãos. Então, havia uma deliberação para que isso tudo fosse feito. E foi muito favorável, foi muito interessante naquele momento da nossa história.

Eu gostaria de continuar ouvindo sobre aquela consulta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, por dois minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – O.k. Só para concluir a questão da consulta.

Foi uma consulta genérica, encaminhada por um ofício do Consultor-Geral da União. Não vou me recordar exatamente a data, foi janeiro ou fevereiro de 2015. Uma consulta de um parágrafo, que disse assim: "Solicito elaboração de estudos sobre serviços bancários." Sem referência a qualquer tipo de processo em curso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Eu tenho a impressão de que foi em fevereiro. Isso foi informado, isso está no processo no TCU.

Houve essa resposta, foi elaborado um parecer, o Parecer nº 33, de 2015, da PGBC, da nossa Procuradoria, informando em tese que existem situações, operação de crédito, sempre sobre a ótica da regulação bancária.

Nós não nos arvoramos, em nenhum momento, em interpretar a LRF sobre o conceito dos arts. 29, 36 e 37, que tratam de vedações relacionadas. Então...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ... nós dissemos: "Olha, é possível haver serviço bancário sem que isso signifique operação de crédito."

Apenas como exemplo: se eu pego a Lei Complementar nº 105, de 2001, que trata de sigilo bancário, vejo que ela diz que existe sigilo sobre operações ativas e passivas de instituições financeiras, operações de crédito – ou de depósito, por exemplo – e serviços prestados. Então, foi nessa lógica que dissemos que é possível, sim, haver serviços bancário, em que haja previsão de remuneração, enfim... Nesse sentido. Nós não entramos no detalhe do processo Plano Safra ou de qualquer outra relação.

Só complementando: quanto à questão da interpretação, eu desconheço qualquer reunião em alto nível estratégico, desconheço qualquer reunião do Presidente Tombini, à época, nessas discussões. O que eu sei é que a interpretação era "cara-crachá", manual. Tanto era assim que identificamos e incluímos passivos da União com a Caixa Econômica Programas Sociais; tanto era assim que outras situações poderiam ter gerado superávit, e nós não incluímos. Eu citei aqui o exemplo – a colega do departamento econômico pode falar melhor – do Fundo Soberano, que devolveu dinheiro para a Conta Única e isso não significou um aumento do ativo, um superávit primário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto, Drª Janaina.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Sim.

Quando eu falei das reuniões, não estava falando do senhor. Falei porque houve testemunhas que estiveram aqui, chamadas inclusive pela Defesa, que confirmaram, por exemplo, que o Advogado-Geral da União, ainda em 2014, fez reuniões com o Ministro Mantega, com o Secretário do Tesouro, Sr. Arno, e com o Presidente do Banco Central, avisando sobre os questionamentos que já estavam sendo feitos a respeito dessas operações e orientando essas autoridades a pagarem. E isso não foi, na verdade, ouvido, porque esse pagamento foi feito muito tempo depois, muito tempo depois. Aguardou-se uma decisão, quando já se sabia que a situação era, no mínimo, insegura em termos de legalidade. E o próprio ex-Ministro Nelson Barbosa falou, com todas as letras, que a Presidente Dilma se reunia, com frequência, com os ministros que tratavam da economia no País. Entendeu? Então, é nesse sentido que eu quero dizer que esse problema já estava identificado em 2014. E ele foi, de certa forma, acobertado. Foram solicitados pareceres com o intuito – vamos dizer assim – de dar uma certa impressão, uma sensação de licitude àquilo que as autoridades máximas, não estou falando dos funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Drª Janaina.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... já sabiam que não poderia permanecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Sª não fez pergunta desta vez.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Advogado da Defesa, Dr. José Eduo Cardozo.

Seis minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço, Sr. Presidente.

Primeiro eu queria cumprimentar a testemunha pelo depoimento bem preciso que tem feito e pedir-lhe que me corrija se eu estiver errado em algumas considerações que faço a partir do depoimento.

A sua vinda aqui se deveu, fundamentalmente, nem tanto sobre a questão de ser operação de crédito ou não, porque isso não era uma questão posta no âmbito do Banco Central. Já tivemos muitos depoimentos, temos vários pareceres nos autos, sabemos da controvérsia. Mas uma das alegações que aqui se faz permanentemente é que a questão da falta de registros, na questão do Plano Safra, "era uma fraude determinada pela Presidenta, foi proposital, está aí o dolo", e esses discursos se repetem. Então, a presença de V. Sª, como servidor público que é, integrante dos quadros da Advocacia da União, obviamente, é para esclarecer alguns aspectos muito importantes, que eu quero que V. Sª confirme. Se eu errei em alguma avaliação, por gentileza, tenha a liberdade total de me corrigir.

A primeira delas é que V. Sª disse que não havia legislação que disciplinasse a metodologia para esses registros. Em segundo lugar, V. Sª disse que havia uma metodologia há mais de 20 anos, em que não se fazia o registro de ativos e de passivos. Essa ideia de não se fazer registro de ativos e de passivos é muito interessante para descaracterizar a ideia de que era interessante para governos, porque, por vezes, o não registro de ativos poderia até ser interessante para outra configuração. Ou seja, era uma metodologia padrão, pelo que entendi, adotada há 20 anos.

Então, se era isso realmente que acontecia – e peço que V. Sª me faça a confirmação disso ou as reparações que achar de direito –, a pergunta é: considerando que havia essa metodologia já estabelecida e que obviamente o Banco Central fez a análise, em 2015, do Plano Safra com base nessa metodologia, houve alguma interferência política do Governo para que essa metodologia fosse alterada, para que esse registro não fosse feito especificamente no caso do Plano Safra, ou seguiram-se as regras que já vinham sido seguidas há anos ao não se fazerem os registros?

Segunda pergunta: o TCU, se eu entendi, e peço que V. Sª confirme, já havia admitido essa metodologia. Se já havia admitido, quando ele a admitiu anteriormente?

Terceiro: V. Sª, me parece, registrou uma divergência dentro do próprio Tribunal de Contas da União relativamente a duas unidades que tinham manifestações diferentes sobre essa situação metodológica. Eu pediria que V. Sª me precisasse quais são as unidades e quais são os pareceres que mostram que o próprio TCU divergia internamente em relação a essa questão.

Posteriormente, V. Sª disse que foi por meio do Acórdão 397/2015 que tudo ficou sacramentado e que, inclusive, V. Sª orientou que se mudasse a posição. V. Sª considera, diante de todo o exposto, que o Acórdão 397/2015 qualificou uma mudança de opinião no Tribunal de Contas da União relativamente a essa matéria? Se não, o que representou esse Acórdão?

São as perguntas que faço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Marcel Mascarenhas, na condição de informante, por três minutos.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Dr. Cardozo.

Passo primeiro pelas observações antes de chegar às perguntas.

De fato, confirmo que não havia, como ainda não há, legislação específica que estabeleça os critérios de apuração, o que deve ser considerado, incluído ou não. O que existe é apenas um manual que o Banco Central fez, inclusive a pedido do próprio TCU, divulgado na internet. É um documento, a bem da transparência, até divulgado, porque as estatísticas do Banco Central são consultadas por todos os agentes de mercado e também pelos analistas internacionais, que precisam saber da situação fiscal do País. Então, há essa divulgação não só das estatísticas mas do próprio manual que orienta a sua compilação. Conforme esse manual, repito, o Banco Central vem calculando essas estatísticas fiscais pelo critério abaixo da linha desde 1991 – aí, de fato, são mais de 20 anos, 25 anos –, por iniciativa própria, à época, como autoridade monetária, por compromisso internacional assumido de tentar mostrar números a respeito da situação do País.

Então, quando vem a Lei de Responsabilidade Fiscal e diz que o Congresso Nacional editará os critérios da metodologia de apuração de resultados etc., etc., e não vem essa lei ou essa resolução... Há ainda uma discussão se deveria ser lei ou resolução. Por muito tempo, o TCU editou acórdãos dizendo que deveria ser uma resolução do Senado nesse sentido. Então, enquanto não foi editada essa norma – isto vem se repetindo ano a ano –, a mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária Anual vem dizendo que toma empréstimo a metodologia do Banco Central para poder apurar esse resultado.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Quanto, finalmente, à questão se houve interferência política no BC, eu gostaria até de pontuar e de frisar, na verdade, que a compilação estatística no âmbito do Banco Central é feita por uma unidade técnica, nem é feita pelo *Board,* pelo Conselho Diretor, nem pelo Ministro de Estado Presidente. Inclusive, a própria Secex Fazenda até comenta isso no último relatório, dizendo assim: "Não, não há responsabilidade direta nem mesmo da direção, do Presidente do Banco Central, a respeito do assunto." É uma unidade técnica que compila isso com base, como falei mais de uma vez, no manual. Então, na minha visão, não posso falar de interferência. Não conheço se houve reunião. Na verdade, desconheço que tenha existido isso. Não posso falar categoricamente quanto a possíveis reuniões que tenham ocorrido.

O TCU já tinha admitido a metodologia do BC? O TCU, em muitas auditorias, considera os resultados, enfim, números, acórdãos. Tinha suas críticas à metodologia do Banco Central, mas entendia que essas críticas eram decorrentes da ausência de regulamentação pelo Congresso Nacional.

Quanto aos pareceres divergentes: os pareceres são basicamente os da Secex Fazenda e da Serur. A Secex Fazenda fez um pronunciamento em dezembro de 2014, que deu origem depois ao acórdão de abril de 2015. Esse parecer dizia que havia erro na interpretação do Banco Central. A Serur, após o recurso, salvo engano em outubro de 2015, manifesta-se e diz que assiste razão ao Banco Central, ou seja, que o Banco Central interpretou corretamente seu próprio manual, e sugere, por isso, uma metodologia diferenciada. Depois, há o parecer do Ministério Público de Contas. Ele entende que a posição mais acertada é a da Secex, e não a da Serur, no que é acompanhado pelos Ministros, em plenário, em dezembro de 2015.

Nesse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Marcel, por favor.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Nesse ponto, a gente não tinha alterado antes justamente porque houve o efeito suspensivo. E o Ministro Vital do Rêgo, quando confere o efeito suspensivo, fala em assunto complexo e inédito, ou seja, que isso exigia complexidade e que era necessário ouvir a Defesa especificamente sobre esse ponto.

Por isso, entendo... Não digo que é uma mudança de entendimento jurisprudencial do TCU, talvez ele tenha decidido pela primeira vez. Se for seguir o que o Ministro Vital do Rêgo disse, era um assunto inédito, que foi decidido em dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Advogado da Defesa dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Vou colocar seis tópicos que precisam o depoimento da testemunha para fazer uma pergunta a seguir.

Primeiro: não havia legislação disciplinadora, havia um manual. Esse manual era seguido há 20 anos. Desde 1991, segue-se a mesma metodologia. Por que isso acontece? Porque, após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, não havia regulamentação sobre a matéria. Então, esse manual ficou vigendo, sendo que as próprias leis orçamentárias tomaram de empréstimo essa metodologia expressa nesse manual. Desconhece o depoente qualquer interferência política nesse caso, até porque havia um manual que estava sendo seguido.

O TCU sempre admitiu, pela ausência de regulamentação, esse procedimento, até que, em dezembro de 2015, mudou-se ou afirmou-se pela primeira vez – tanto faz – a posição a partir de uma situação em que havia divergência dentro dos órgãos do TCU sobre se era correto ou não o entendimento do Banco Central.

Onde está a fraude da Presidente da República? Eu não estou lhe perguntando, é uma pergunta retórica: onde está a fraude da Presidente da República que tanto se proclamou? Onde está? Seguiu-se o manual, há 20 anos a mesma coisa. O TCU sempre admitiu, até dezembro de 2015...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu indago ao Dr. José Eduardo se já está falando na réplica ou ainda nos três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Não, eu ainda estou nos meus três minutos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, é que eu só assumi agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Queria só que V. Exª me descontasse esse tempinho do esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – O que eu quero ponderar é: onde é que está o dolo? Você afirmou peremptoriamente aqui que a Presidente da República agiu escamoteando, escondendo créditos, escondendo as situações para... Está claro que era um procedimento técnico, que o que houve foi uma divergência técnica entre o TCU e o Banco Central...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ... e uma divergência técnica que existia dentro dos órgãos do próprio TCU! Não houve manipulação, não houve acobertamento, não houve absolutamente nada. O depoimento também destrói a argumentação que vinha sendo construída aqui, e de forma reiterada.

Eu aproveito o tempo que ainda me resta para lhe fazer uma pergunta – e sei que talvez seja difícil porque me parece que são meandros técnicos bastante sofisticados. Qual era a razão da divergência entre o Banco Central e o TCU em relação a essa metodologia? Qual era a razão da divergência? Gostaria que V. Sª pudesse didaticamente tentar explicar exatamente por que, inclusive hoje, pelo que entendi no começo do seu depoimento, V. Sª entende que o correto seria seguir na mesma linha. V. Sª disse: "O TCU decidiu, nós estamos cumprindo, mas não nos parece que estivéssemos errados nesta questão." É a pergunta que lhe faço: V. Sª pode precisar didaticamente onde está a divergência que levou a essa discussão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dois minutos para o informante.

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Presidente.

Dr. Cardozo, basicamente, a divergência é pontuada em duas questões referentes aos critérios da metodologia. O Banco Central entende que, obrigatoriamente, tem que ser setor público não financeiro de um lado – seja do lado credor ou devedor – e setor financeiro do outro lado. O TCU entende que não precisa, necessariamente, ser uma instituição financeira do outro lado; pode ser qualquer entidade credora. Por isso, por exemplo, que ele determinou que fosse incluído também o FGTS e Finame, que não são instituições financeiras, sob o entendimento de que os recursos, pelo menos, são transacionados ou sancionados por instituições financeiras, ou seja, se têm curso, já deveriam ser captados. E a gente tem um entendimento divergente...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS – ... de que, obrigatoriamente, o credor ou o devedor, na outra ponta, tem que ser uma instituição financeira.

Outro foco de discussão é quanto ao critério de apuração: se é de competência ou de caixa. O Banco Central entende que tem que ser caixa. O TCU entendeu que existiria um critério chamado "caixa impuro" que permitiria não só apenas quando há efetiva disponibilização do recurso ou a sensibilização do recurso na Conta Única do Tesouro, mas também quando houvesse o financiamento ou uma assunção de compromisso.

Então, são essas, basicamente, as distinções técnicas. E isso está, por exemplo, no relatório de contas aprovado pelo TCU, no parecer prévio, na verdade, que o TCU aprovou e encaminhou ao Congresso Nacional e, salvo engano, encontra-se na CMO no momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Marcel.

Tem um minuto a...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu agradeço, Srª Presidente.

Realmente é impressionante como os depoimentos mostram a construção fantasiosa que embasa as denúncias. Na verdade, aqui nós estamos discutindo um crime em que não há ato da Presidente da República, comprovado e indiscutível por todas as testemunhas e pela Perícia. Segundo, discute-se uma interpretação jurídica, e nós vamos respeitar quem não pensa como o Executivo vinha pensando e como vários juristas pensam, mas realmente dizer que uma operação de crédito que não tem juros, uma operação de crédito que não tem ajuste obrigacional, uma operação de crédito que vem da lei e que não tem prazo determinado específico para vencimento... É difícil sustentar nesse conceito de operação de crédito e não como uma prestação de serviços, conforme reiteradamente sempre vinha se entendendo.

E agora fica muito claro que a própria questão dos registros passivos, apontada como um grande gesto maquiavélico da Presidente Dilma Rousseff, nada mais foi que a aplicação rigorosa de um manual de metodologias fixado há 20 anos.

Eu agradeço imensamente a testemunha pelo magnífico e substantivo depoimento prestado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Dr. José Eduardo Cardozo.

Eu dispenso a testemunha, Dr. Marcel Mascarenhas dos Santos, agradecendo sua presença e colaboração.

Peço a Secretaria que conduza à Mesa...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a próxima testemunha, Sr. Fernando Rocha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Dr. José Eduardo Cardozo, pela Defesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Aproveitando esse rápido interregno, eu queria informar a V. Exª, Sr. Relator, que a Defesa da Senhora Presidente da República está apresentando uma petição em que pede juntada aos autos de uma transcrição taquigráfica de declaração feita no plenário e de uma entrevista feita também por ata notarial de S. Exª, minha querida amiga, Senadora Rose de Freitas. S. Exª, Rose de Freitas, atual Líder do Governo, durante muito tempo, foi Presidente da Comissão Mista de Orçamento. E ela fez declarações muito importantes para a elucidação deste processo e, particularmente, para a Defesa. Apenas frisando a V. Sª, para informar, será juntada aos autos.

Ela diz claramente, isso dito no plenário primeiro:

> Eu discordo da tese – já coloquei isso várias vezes – da questão das pedaladas. Discordo, porque fui muitos anos da Comissão de Orçamento, conheço o Orçamento para dizer o seguinte: houve momentos iguais a esse; o que eu não discordo é que tínhamos um governo [etc.] [...]

Posteriormente, complementando isso, na Rádio Itatiaia – e nós estamos juntando a ata notarial disso –, ela diz:

> Porque o governo saiu? Na minha tese, não teve esse negócio de pedalada. Eu estudo isso, faço parte da Comissão de Orçamento. O que teve foi um país paralisado, sem direção e sem base nenhuma para administrar. A população não queria mais e o Congresso não dava a ela os votos necessários para tocar nenhuma matéria.

Ou seja, fica... Com essas declarações, robustece-se, de forma substantiva, sendo, primeiro, uma Senadora que não tem nenhum comprometimento com o governo da Presidente Dilma Rousseff – aliás, é Líder do atual Governo provisório – e, em segundo lugar, Presidente da Comissão de Finanças, que ainda não analisou as contas de 2014, e há um relatório favorável à aprovação das contas do Senador Gurgacz. A Senadora está dizendo claramente, especialista que é, estudiosa que é da matéria, que a questão das pedaladas não pode ser levada a sério, o que levou ao afastamento da Presidente da República foram razões políticas e não crimes de responsabilidade, o que vem somar-se rigorosamente com a tese do desvio de poder, sustentada pela Defesa desde a primeira defesa na Câmara.

Portanto, estamos fazendo a juntada na forma da legislação em vigor, no exercício do pleno direito de defesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Presidência, Dr. José Eduardo Cardozo, esclarece que a testemunha está devidamente compromissada – está a ponderação de V. Exª sendo encaminhada ao Relator –, estando, portanto, comprometida a falar a verdade, sob as penas da lei.

De acordo com as normas aprovadas, passo a palavra ao Relator, para que faça suas indagações à testemunha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Advogados, senhoras e senhores, eminente Dr. Fernando Rocha, que é o Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, e, nessa qualidade, foi arrolado como testemunha de defesa da Senhora Presidente da República, na parte referente ao chamado Plano Safra.

É exatamente com esse objetivo, portanto, Dr. Fernando, que eu vou submeter a V. Sª três perguntas, que lhe passarei tão logo termine a leitura, para facilitar a resposta de V. Sª, cujo tempo vai correr naquele relógio que está lá adiante.

Primeira questão: qual era a relação do Banco Central com a ausência de registros de passivos da União junto a instituições financeiras federais para fins do cálculo do resultado primário?

Segunda. Apenas para contextualização, cito o inciso III do art. 29 da LRF, que traz a seguinte definição para efeitos daquela lei complementar do que seria operação de crédito:

> Art. 29.....
> .....
> III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Nos termos da LRF, atrasos reiterados de valores significativos no pagamento de organizações da União com instituições financeiras federais poderiam ser considerados operações assemelhadas a operações de crédito?

E a terceira pergunta ao Dr. Fernando Rocha: em 2015, o Tesouro Nacional não realizou os pagamentos no Banco do Brasil tão logo se encerrou cada semestre de apuração das equalizações de taxas de juros do Plano Safra. Diante disso, foi aplicado o índice entre a data da apuração e a data do efetivo pagamento dos valores da equalização. V. Sª classificaria tais índices como taxas de juros? Caso contrário, como V. Sª classificaria esse índice?

Agradeço muito, Dr. Fernando.

As perguntas que lhe formulo são as três primeiras indagações.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A testemunha tem três minutos para responder aos questionamentos do Relator.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Boa tarde a todos.

Começando de baixo para cima, pela terceira pergunta, em relação a se os índices de correção eram taxas de juros, na minha opinião, as correções se deviam a juros, embora o Banco Central não seja parte dessa relação contratual, nem seja uma instituição que tenha algum tipo de controle sobre processo orçamentário, algum tipo de participação. Então, não conheço o caso em profundidade.

Em relação à questão dois, sobre atrasos reiterados e valores significativos no pagamento de obrigações da União com instituições financeiras, se elas são operações de crédito, o Banco Central observou essa matéria a partir de um relatório da sua fiscalização bancária, que percebeu, não no caso do Plano Safra, mas no caso de atrasos de programas sociais com a Caixa, um estoque em uma determinada conta.

E, em interlocução com a entidade supervisionada, perguntou o que era e recebeu de resposta que eram esses valores que estavam sendo pagos pela instituição financeira de programas sociais e não estava recebendo a contrapartida. E encaminhou a fiscalização bancária do Banco Central para a Procuradoria-Geral do Banco Central para análise, para fins de eventual infração a algum dispositivo legal. O parecer da Procuradoria-Geral foi de que existem pareceres vinculantes da Advocacia-Geral da União, aprovados pelo Presidente da República, que não consideram isso. Portanto, a Procuradoria ficou impossibilitada de analisar. Logo, não tenho como responder.

Em relação à primeira pergunta, que eu deixei por último porque eu acho que é a própria razão...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... da minha presença aqui, o Departamento Econômico do Banco Central calcula as estatísticas macroeconômicas, não só do setor fiscal como também do setor externo – balanço de pagamentos, dívida externa, agregados, monetários, créditos e taxas de juros –, e, dessa forma, como essa estatística é utilizada para a apuração de metas, se questionou o registro das estatísticas.

Como faltam 30 segundos, eu me permitiria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Muito obrigado.

Eu me permitiria dizer que estatísticas macroeconômicas são calculadas e compiladas de acordo com a sua própria metodologia, que tem que atender a padrões internacionais, com os seus critérios e definições, que são estabelecidos para permitir a comparabilidade da estatística ao longo do tempo. E, neste caso específico – e é uma despesa primária do governo –, o critério de apuração utilizado na estatística do Banco Central é o critério de caixa, que prevê que a operação seja registrada à medida que o pagamento é efetuado. Ou seja, operacionalmente, isso é apurado de acordo com uma redução de disponibilidades da conta única que o Governo Federal – que a União – mantém no Banco Central.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço à testemunha.

Consulto se o Relator...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estou satisfeito. Muito obrigado.

Muito obrigado, Dr. Fernando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Relator e à testemunha.

Passo a palavra à primeira inscrita, Senadora Lúcia Vânia.

A Senadora Lúcia Vânia fez uma permuta com a Senadora Gleisi Hoffmann. Então, a senhora passa da posição de inscrita para a 13ª posição, a menos que outro Senador faça também uma permuta com V. Exª.

Três minutos, Senadora Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Cumprimento os Senadores, Senadoras, e também o Dr. Fernando.

Nós estamos num processo de *impeachment* aqui, Dr. Fernando, que tem dois fatos que são imputados à Presidenta como crimes de responsabilidade. Um é o atraso no pagamento das subvenções ao Plano Safra, junto ao Banco do Brasil, e é sobre esse fato que, penso, V. Sª poderá nos esclarecer mais. O outro é em relação a decretos que a Presidenta teria editado sem autorização do Congresso Nacional. São coisas que nós estamos questionando, inclusive, através de uma perícia que solicitamos sobre esses fatos. E tem demonstrado que os nossos questionamentos estão corretos.

Especificamente sobre essa questão do Banco do Brasil, do atraso no pagamento das subvenções do Plano Safra, a tese que se usa para pedir o *impeachment* é de que esse atraso proporcionou uma forma de operação de crédito ao governo, ao Poder Executivo, que, deixando de pagar essas subvenções num curto prazo, se utilizou desse, digamos, "espaço fiscal" para poder pagar outras despesas. E como isso é uma operação de crédito, isso contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal e, portanto, a Presidenta estaria incorrendo em crime de responsabilidade fiscal.

Essa assertiva é tirada depois que o Tribunal de Contas da União edita um Acórdão, em dezembro de 2015.

Posto isso, eu queria que V. Sª fizesse alguns esclarecimentos para nós.

Nós temos o Plano Safra, determinado por uma lei de 1992. Pelo que eu saiba, a operacionalização do Plano Safra se dá através do que dispõe essa legislação e de portarias do Ministério da Fazenda, com acompanhamento do Conselho Monetário Nacional. Também não nos consta que as portarias determinam prazo...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... para que essas subvenções sejam pagas ao Banco do Brasil quando a operação de crédito acontece. Também não nos consta que haja um ato da Presidenta da República em relação a essa operacionalização; não em relação a lançamento do Plano Safra, mas a essa operacionalização. Então, não há ato; não há crime.

Mas, sem contar com isso, eu gostaria de saber de V. Sª como funciona essa questão junto ao Banco Central quando há atrasos nesse pagamento.

Qual é a metodologia de apuração que o Banco usa?

Há quanto tempo o Banco usa essa metodologia de apuração?

Quantas vezes o Tribunal de Contas da União falou ao Banco Central, comunicou ao Banco Central que havia erro?

Desde quando foi definida a metodologia do Banco Central para o cálculo do resultado primário e da dívida líquida do setor público?

Por que as operações com o Banco do Brasil não foram contabilizadas nessas estatísticas?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se houve alguma ordem do Ministro da Fazenda ou da Presidenta da República para que fosse alterada a metodologia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra a testemunha, por três minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Muito obrigado.

Só me permitindo um pouco, antes de responder aos cinco questionamentos que têm respostas objetivas, como eu estava comentando anteriormente, o Banco Central, o Departamento Econômico é responsabilizado por fazer estatísticas macroeconômicas. Então, essas estatísticas macroeconômicas são feitas por uma equipe de técnicos do Banco Central que usa metodologias internacionais, obviamente adaptadas à realidade brasileira.

Nesse caso de Plano Safra e também nos outros casos de passivos que foram questionados pelo TCU, nós poderíamos dividir os passivos questionados pelo TCU, primeiramente, em duas partes. Eram onze passivos no total, cinco estavam sendo capturados pela estatística do Banco Central e seis não capturados. Esses seis podemos dividir em duas partes: quatro deles se referiam, três, ao FGTS e um à Agência Especial de Financiamento Industrial – essas operações não estavam na estatística porque não são instituições financeiras, e a estatística do Banco Central é feita, como fonte principal, com o passivo das instituições financeiras, que fornecem todos os seus balancetes e balanços ao Banco Central –; as outras duas, relacionadas ao Banco Central, Plano Safra e outras subvenções, porque são registradas nos livros da instituição financeira pelo critério de competência, [illegible] pelo de caixa, que é o que usamos em estatística. A competência é o critério de registro das instituições [illegible]anceiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Então, qual era a apuração da metodologia e qual foi sua data de estabelecimento? Essa apuração das estatísticas macroeconômicas pelo Banco Central se iniciou em 1991 e foi iniciada por iniciativa do Banco Central. Cinco anos antes, o FMI tinha lançado a primeira edição do seu Manual de Estatísticas de Finanças Públicas, em 1986...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Essa é uma estatística que o Banco Central necessitava para fins de subsídio à decisão de política monetária, numa equação de demanda agregada, que o Banco Central procura avaliar para ver seus eventuais desequilíbrios com oferta e, portanto, a inflação. Esse consumo do Governo era uma conta que faltava.

Então, essa metodologia foi iniciada em 1991. Para esse caso específico, como para todas as despesas que são lá registradas, o critério utilizado é o de caixa. Quando o TCU nos fez essa comunicação, o processo foi aberto, foi requerido em agosto de 2014. Em setembro de 2014, o TCU nos fez as primeiras solicitações de informação, fez a fiscalização, esteve no Banco Central para isso. Em dezembro de 2014, o relatório de fiscalização aponta uma interpretação técnica que divergia da do Banco Central, a de que esses passivos deveriam ser incluídos a partir do momento em que eles estivessem no passivo da instituição financeira, e não no momento de caixa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço à testemunha.

Passo a palavra à Senadora Gleisi, que tem dois minutos para a réplica.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Sª terá condições de terminar de responder às minhas perguntas.

Quero agregar mais uma: quando o TCU questionou a não contabilização, vocês concordaram com esse questionamento? Quais foram os argumentos que os senhores utilizaram para contestar a decisão do TCU?

Outra pergunta é: essa metodologia do Banco Central – V. Sª mais ou menos já falou sobre a questão da referência ao Fundo Monetário Internacional –, essa metodologia adotada pelo Banco Central desde 1991 segue normas internacionais? Há avaliação internacional sobre essa metodologia?

Isso é importante nós sabermos, porque é muito forte a acusação de crime de responsabilidade contra a Presidenta da República com uma mudança de interpretação tão recente. Ou seja, se, desde 1991, nós tínhamos uma metodologia de apuração de resultados primários e da dívida líquida, como se muda...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...isso há dois anos? Nem são dois anos, porque, em 2014, começou-se a discussão. Houve um debate junto ao Banco Central, houve um debate junto ao Governo, para, em 2015, definir isso. Aí a Presidenta, com essa definição do Tribunal de Contas da União, cumpre o que o Tribunal de Contas da União definiu. E, mesmo ela cumprindo o que o Tribunal de Contas da União definiu, imputam a ela crime de responsabilidade por algo que nunca tinha sido considerado crime de responsabilidade antes! Ou seja, isso não quer dizer que não havia passivos ou atrasos em relação ao pagamento das subvenções do Plano Safra ou de outras prestações de serviço junto aos bancos. Se pegarmos de 2008 para cá, temos um crescente nisso, temos um crescente nesses atrasos. Por quê? Por que o Governo estava se utilizando de espaço fiscal do Orçamento? Não! É que os programas sociais tinham aumentado, e, portanto, os repasses e os pagamentos eram maiores. Então, quando se atrasava, os atrasos tinham maior volume.

Então, o que estamos querendo deixar claro aqui é que não há justiça nisso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço-lhe para concluir, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...por algo que foi modificado tão recentemente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra a testemunha por dois minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Obrigado.

Falo em relação às perguntas que faltavam e às novas. Por que não foram contabilizados esses passivos? A questão é que a estatística tem de ter um critério constante para registrar um evento econômico. O critério que era utilizado para registrar eventos econômicos, ou seja, despesas primárias como o pagamento de subvenções do Governo ao setor privado – neste caso, elas iam por intermédio dos bancos públicos –, o critério para fazer isso era o critério de caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Quando o TCU fez o seu relatório de fiscalização, em dezembro de 2014, e depois o Acórdão nº 825, em 15 de abril de 2015, a argumentação era de que existiria um critério de caixa puro e um critério de caixa não puro. Portanto, esse critério de caixa não puro seria o mais adequado pela ótica do financiamento.

O Banco Central, que sempre teve e prezou muito por um relacionamento construtivo...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... e de diálogo com o TCU, utilizou a prerrogativa regimental do TCU e fez um pedido de reexame da matéria, reforçando essa intenção do sistema de caixa. Esse sistema de caixa foi instituído pelo FMI no referido manual de 1986 e permanece como o mais utilizado para as estatísticas, muito embora o manual mais recente, de 2014, aponte para, em alguns casos, a necessidade dos registros por competência.

Em relação ao caso, portanto, no TCU, nós, digamos assim, tivemos um diálogo técnico, uma interlocução técnica muito proveitosa, muito profícua, são centenas de páginas de cada lado. E, em dezembro, o TCU fixou a interpretação que prevaleceu. A partir de dezembro, mudou-se a metodologia de calcular esses passivos, e o Banco Central tem calculado dessa nova maneira desde dezembro de 2015 até agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada à testemunha Dr. Fernando Rocha.

A Senadora tem um minuto mais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu agradeço os seus esclarecimentos, eu acho que eles são muito importantes para nós aqui. Ou seja, a gente tem critérios metodológicos internacionais para isso. Esse critério de caixa não puro me parece que é algo conceituado pelo Tribunal de Contas da União. Não sei se existe em algum outro manual, em alguma outra metodologia de finanças, esse conceito. Eu gostaria que V. Sª esclarecesse isso.

E quero encerrar dizendo que, mais uma vez, fica demonstrado que não houve crime por parte da Presidente da República. Primeiro, não houve ato dela nesses atrasos. Segundo, esses atrasos nunca foram considerados operação de crédito. Terceiro, a metodologia utilizada para a apuração de cálculo de resultado primário e da dívida líquida do setor público por mais de vinte anos nunca tinha sido questionada pelo Tribunal de Contas da União. E aí, quando o Tribunal de Contas questiona que há um debate e define uma nova metodologia, já se quer imputar um crime à Presidente da República. Parece-me que isso não encontra respaldo na legislação nem tampouco no Direito. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

Indago à testemunha se... Como não houve pergunta...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A pergunta é sobre o critério puro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe. Antes de encerrar a conclusão do seu pensamento, a senhora fez uma pergunta.

Com a palavra a testemunha, por um minuto.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Obrigado.

Em geral, os critérios se dividem por caixa e competência. Caixa é o momento do desembolso; competência é o momento do fator gerador daquela obrigação.

Quando o TCU dispõe sobre o conceito de caixa não puro, o que ele está defendendo é que, no conceito de caixa, podem ser aceitos como critérios para registro estatístico tanto o efetivo pagamento que é registrado mediante uma baixa na conta única da União quanto o que o TCU chama de um pagamento que é efetuado por terceiros, ou seja, um aumento de haveres. É esta a definição tal qual eu me lembro que consta no relatório de fiscalização inicial sem entrar nesses detalhes e com o parecer da Secretaria de Macroavaliação Governamental entrando em mais detalhes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas é uma inovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia, é rapidinho, só porque eu preciso fazer um comunicado à Comissão.

Primeiro, eu queria agradecer à Senadora Lúcia Vânia, que trocou comigo, mas eu vou ter que me retirar, porque nós temos uma sessão extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos agora, para ouvir o Ministro do Planejamento, Dr. Dyogo, em razão de uma votação que nós vamos ter dos reajustes salariais do Ministério Público e do Poder Judiciário. Ontem ficou definido em Plenário que faríamos essa sessão extraordinária, que é agora, às 15h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Então, eu queria pedir licença para V. Exªs e também para o depoente e agradecer muito a sua presença aqui, os seus esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom trabalho, Senadora, na Comissão de Assuntos Econômicos de que V. Exª é a Presidente.

Convido para fazer uso da palavra o inscrito, Senador Magno Malta.

Três minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Srª Presidente, Srs. Senadores.

Srª Presidente, desde o informante que foi ouvido primeiro e também o Dr. Fernando, eu não vou perguntar, porque é o seguinte: a opinião pública está nos vendo. E ela sabe que tudo o que está posto aqui, essas 40 testemunhas que foram arroladas, é para dizer exatamente que ela não fez, que não teve pedalada. Alguns não sabem nada, outros não conhecem números. Ex-Ministros vieram aqui, e não conhecem números. Outros falam: "Ah, se tivesse avisado antes! Ninguém avisou". "Ah, se tivesse comunicado!" Eu quero comunicar também que, se mãe não tivesse morrido, estava viva, estava me assistindo agora. Mas mãe morreu. Não tem como.

Então, o que a gente escuta é a tentativa de usar a mídia para falar para fora, usar o tempo de televisão, as redes sociais para dizer que ela não cometeu o crime, uma mulher que foi eleita democraticamente.

Verdade. E, se nós tivéssemos uma lei de que o indivíduo pagaria com o crime hediondo se não cumprisse aquilo que falou no processo eleitoral, pegava 30 anos de cadeia, ela já estava presa, porque foi escorada nas pedaladas que ela contou a mentirada dela.

Ontem eu citei aqui a Miriam Leitão, que vale a pena repetir: parece que todos eles vivem em Marte, porque quem pisa na terra sabe que o Tesouro fez os bancos cumprir o que era de responsabilidade do Tesouro.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E os bancos cumpriram o papel do Tesouro.

Essa tese é muito flácida.

Dizia eu ontem: qualquer indivíduo mal-intencionado pode ser prefeito. Os mal-intencionados agora, depois dessa tese, depois de ela ficar batida e remoída, até os advogados que nada estudaram, que passaram colando, até aqueles que nunca conseguiram passar no exame da Ordem, até por deficiência de aprendizado – alguns não passaram por nervosismo; sou contra esse exame da Ordem. Não vou entrar nesse assunto, mas eu sou contra esse exame –, até os mais despreparados, que fizeram o curso por fazer vão querer, daqui a pouco, evocar essa tese para justificar erros, crimes, violência à Lei de Responsabilidade Fiscal cometida por prefeitos, cometida por presidente de câmaras, cometida por presidente de assembleia legislativa, por governadores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não. Não chegou a três minutos ainda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já, já chegou aos seus três minutos.

Três minutos, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E Vanessa me interrompeu aqui. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, para concluir.

Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, é o seguinte, eu vou repetir para ele uma pergunta, para que eu possa, então...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, por favor, Senador, rápido,...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu vou fazer para ele uma pergunta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o seu tempo se esgotou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... que eu sei como ele vai me responder. O senhor participou, assistiu... O senhor tem televisão em casa, como eu tenho; o senhor é cidadão, paga imposto, como eu pago. O senhor assistiu ao processo eleitoral.

Vou lhe fazer uma pergunta, e o senhor pode dizer: "Não está na minha alçada", e o senhor me respondeu." A Presidente Dilma mentiu no processo eleitoral?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu penque esse tema, essa abordagem, não. Seria questão sobre...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, deixe eu melhorar a minha pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... pedaladas, Plano Safra e decretos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vou, vou, vou...

Alguns depoentes vieram aqui e disseram que o Tribunal de Contas não comunicou que a norma havia mudado. Os senhores foram comunicados?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra a testemunha, por três minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Em relação ao entendimento do Tribunal de Contas da União, foi feito um requerimento do Ministério Público de Contas, em agosto de 2014, que solicitou que o TCU fizesse uma inspeção em diversas entidades, entre elas o Banco Central do Brasil, para avaliar denúncias que estavam surgindo na imprensa sobre o não pagamento de subvenções econômicas, especialmente programas sociais. O requerimento original falava dos programas sociais da Caixa Econômica, Bolsa Família, seguro-desemprego e abono salarial.

Ao longo da inspeção, o Tribunal de Contas, a equipe de auditoria, ampliou essa investigação para outros passivos que encontrou nos balanços de instituições credoras, como é o caso do Banco do Brasil, da Agência Especial de Financiamento Industrial e do FGTS, e nos demandou informações a respeito. Nesses casos, ele nos demandou sobre 11 passivos públicos, e cinco desses passivos, que eram os três programas sociais com a Caixa Econômica, a equalização de crédito rural com o Banco do Brasil e a equalização de taxas de juros do PSI junto ao BNDES, já estavam, e sempre estiveram – já estavam os da Caixa desde agosto de 2014, e os demais sempre estiveram – registrados nas estatísticas fiscais.

Os demais seis não estavam, e nós apresentamos as razões, pelo fato de eles não estarem, porque o critério utilizado para o registro estatístico não tinha sido observado na ocasião, que era o critério de caixa, no caso, do Plano Safra, que nós estamos discutindo aqui. Para os demais era o caso de a instituição credora do setor público não ser uma instituição financeira e, portanto, estar fora do escopo das estatísticas fiscais que são calculadas pelo Banco Central.

O TCU entendeu diferentemente. E, quando nós tivemos a oportunidade, foi feito o recurso.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Na época, a Secretaria de Recursos que analisa a aceitação ou não do recurso disse que a interpretação do Banco Central era plausível, tinha plausibilidade.

O Ministro Relator, ao aceitar o recurso e conceder efeito suspensivo à determinação do acórdão, disse que se tratava de um caso complexo e inédito, nas palavras dele. Posteriormente, quando avaliou o mérito, a Secretaria de Recursos deu razão ao Banco Central e propôs que fossem desfeitas as determinações anteriores e substituídas por outras. O Ministério Público de Contas se insurgiu contra isso, pediu a ratificação do espírito do acórdão, mas a mudança nas determinações, o que foi aceito.

Então, nesse caso, mudou-se a metodologia e passou-se a registar a partir do final do ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço à testemunha.

O Senador Magno Malta tem dois minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Srª Presidente, é só andar pelas ruas do Brasil, que você não precisa prestar atenção, para ver tanta placa de aluga-se e vende-se, aluga-se e vende-se, aluga-se e vende-se para saber o crime que foi cometido contra a economia deste País.

É só entrar num supermercado para ver o crime que se cometeu; é só olhar o índice, o número de desempregados neste País – o índice de desempregados e a incidência disso todos os dias – e as empresas que fecham todos os dias, para saber o crime que se cometeu contra a economia deste País. Mas vamos ouvi-los dizer: "Não, só foram quatro decretos", como se fosse a coisa mais simples do mundo. Foram decretos editados sem a vênia do Parlamento, porque é regra, é lei.

Veja: todo mundo sabia que Al Capone era criminoso. Todo mundo sabia que ele cometia crimes, mas não havia como pegá-lo – não havia como pegá-lo. Buscaram-se meios e tal, mas ninguém... Havia crime, mas o corpo não estava, a arma não estava. Havia crime, mas não havia corpo, não havia arma. Eles faziam os maiores argumentos do mundo, porque ele era o Robin Hood...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... da sua área. Quer dizer, ele era um benfeitor. Pe-am-no num crime fiscal, e, depois de preso, revelou-se, e tudo veio à tona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

É como aqui: é um crime fiscal. E quem disputa uma eleição para Presidente sabe que violar a Lei de Responsabilidade Fiscal é crime. Violou! Os crimes estão postos para a sociedade brasileira no desemprego, no desmonte da economia, no desmonte do País. Cometeu um crime fiscal. Junta-se tudo. Como não se pode cassar por isso, vai-se pelo crime fiscal, que é a via da quebra da lei, a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encerro, Srª Presidente, dizendo o seguinte: reafirmo para o Brasil, que está nos ouvindo, que hoje é o último dia que estamos ouvindo testemunhas nesta Comissão e que não fui convencido de nada. Muito pelo contrário; estou firme na minha posição de votar pelo *impeachment* de quem destruiu a economia deste País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Consulto a testemunha...

Como não houve perguntas, então está disponível.

A pedido do elegante, cavalheiro e amigo Senador Magno... Aliás, Senador Telmário Mota...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Elegante sou eu. Por isso você falou o meu nome.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que eu havia acabado de falar de V. Exª. V. Exª também é um cavalheiro, muito elegante e galanteador.

O Senador Telmário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Está vendo o que você ganhou?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho certeza de que a esposa do Senador Telmário não é ciumenta.

Ele carrega esse buquê maravilhoso de flores certamente para a aniversariante do dia desta Comissão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Aqui é 100% amizade.

Srª Presidente, a ligeira interrupção dos trabalhos desta nobre Comissão é por uma causa muito nobre: hoje, aniversaria aqui uma das pessoas mais atuantes nesta Comissão e no Senado.

Então, Senadora, pela sua dignidade, pelo seu caráter, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu profissionalismo e até pelas vezes em que as pessoas não a entendem, eu trago essas flores para lhe dar carinho. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bem.

Parabéns à aniversariante!

Obrigada, Senador Telmário, pelo gesto afetuoso. Eu acho que afeto e carinho não fazem mal a ninguém.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu quero parabenizar a Senadora Vanessa, falando o nome dela – e tenho certeza de que ela não vai recorrer ao art. 14, porque hoje é aniversário dela,

Vanessa, que Deus lhe dê saúde e a guarde.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero também, Senadora Ana Amélia, me associar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Deixe-me encerrar, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não. Desculpe-me. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Encerre, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senadora Vanessa, parabéns pelo seu aniversário. Muita saúde, muita vida e muita paz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero também me associar ao gesto afetuoso, Vanessa, do Senador Telmário, com as rosas que traz, e quero manifestar a admiração e o respeito que temos por você, Vanessa, pela sua combatividade, pela sua seriedade, pelo seu talento, pelo quanto o seu mandato tem contribuído, mais do que nunca, neste exato momento, para a luta em defesa da democracia – ouviu?

Você vai entrar para a história como uma Senadora que ficou aqui na trincheira, na linha de frente contra aquilo que nós achamos que é um golpe, sim, e, portanto, para resgatar a democracia, em respeito à soberania popular.

Meu abraço afetuoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima, as rosas têm espinhos. Ela recebeu lírios perfumados, um ramalhete que chama a atenção pela elegância e beleza.

Senadora Vanessa Grazziotin, é a sua hora de falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – É a minha hora de fazer perguntas?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a sua hora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu queria, primeiro, agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não está contando o tempo para o agradecimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Telmário nem está aqui mais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, eu gostaria de dizer que já tive oportunidade de cumprimentar a nobre colega...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vi a cena, que apareceu em todo o Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na CCJ.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ótimo! Eu fiz questão. Tentei desde cedo falar com ela pelo telefone e não tive sucesso, mas tive a oportunidade de cumprimentá-la na Comissão de Constituição e Justiça. É um ambiente em que temos de conviver e temos, cada vez mais, de ser respeitosos aos colegas, independentemente de as nossas posições serem duras e firmes, mas sabendo o limite que a boa educação e o bom convívio nos impõem na Casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Vanessa, receba o meu carinho, o meu abraço e, acima de tudo, a minha admiração pela lealdade, pela aplicação e pelo trabalho que tem desenvolvido no Congresso Nacional.

Embora tenhamos posições divergentes, sempre estamos juntas na amizade, no carinho e, principalmente, naquilo que nos une que é a luta em favor da mulher brasileira.

Parabéns! Que Deus ilumine o seu caminho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Consulto a Senadora se quer fazer uso da palavra agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero, muito rapidamente. Farei, se for a minha vez, os questionamentos também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a sua vez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas eu só queria, se a senhora me permitisse, agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos fazer em duas partes: primeiro, a senhora agradece; e, depois, eu começo a contar o tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero agradecer e dizer, Senadora, o quanto estou tocada por este momento. O Senador Caiado falou cedo comigo hoje; aliás, todos os Senadores e Senadoras.

Acho que, para além do nosso embate político, que tem sido ferrenho, sobretudo nos últimos dias, aqui preservamos uma relação de muito respeito entre nós todos. Então, eu quero agradecer não só o Senador Telmário, que é um amigo nosso, um companheiro lá de Roraima – e nos conhecemos há muitos anos; ele sempre solidário com a nossa luta e nós com a luta deles, do vizinho Estado de Roraima –, mas agradecer a todos e a todas que estão aqui. Confesso que não gosto muito de fazer aniversário. Acho que o meu melhor dia não é o do meu aniversário, mas é exatamente por causa disto, porque já amanheço chorando com as pessoas me ligando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Enfim, muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Muito obrigada a todos vocês. Obrigada mesmo pelo carinho manifestado! Saibam que a recíproca é verdadeira. Tenho me esforçado muito para mostrar o quanto eu tenho respeito, apesar das divergências, a cada um e a cada uma aqui, e pelo Senado como um todo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aliás, hoje, o Senador Relator, Antonio Anastasia, foi o primeiro a fazer...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estava preparada para fazer isso, mas ele é sempre mais preparado e mais atento. Então, ele fez a referência e as homenagens.

Então, eu consulto agora a Senadora se...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Posso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra a Senadora aniversariante, Vanessa Grazziotin, por três minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu preciso encaminhar, da mesma forma, os questionamentos à nossa testemunha. Eu estou encaminhando os questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Secretaria pegará.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dr. Fernando, cumprimento V. Sª.

São vários os questionamentos, e V. Sª já percebeu que tem três e, depois, mais dois minutos. São perguntas objetivas e creio que as respostas deverão ser também.

Primeiro, eu quero dizer aqui e voltar ao que eu tenho dito a todos: eu lamento muito que, num momento tão difícil para o nosso País, num momento em que o País mais espera do Parlamento e do Poder Executivo por saídas, nós estejamos aqui, esse tempo todo, discutindo um processo de impedimento de uma Presidente da República, cujo objetivo maior todos falam aqui. Nós mesmos acabamos de ouvir um Senador declarando: "Continuo com a mesma opinião, porque tem que tirar aquela que vem destruindo o Brasil".

Primeiro, isso não é verdade. Segundo, tanto não é verdade que buscaram uma forma legal, e a forma legal foi essa. Do que é a Presidente acusada? De ter assinado alguns decretos? E não é verdade que foi sem autorização legal. Pelo contrário; o art. 4º da Lei Orçamentária Anual autoriza a Presidente a fazer o que ela fez legalmente. Nós, Parlamentares, demos a ela essa autorização. Há os decretos e mais essa questão do Plano Safra.

O Plano Safra está ficando um pouco de lado. O próprio Relator das contas de 2014, o Ministro Augusto Nardes, depois de tomar conhecimento de todos os debates travados na Comissão, do resultado da perícia, das análises feitas, disse hoje, numa entrevista, que a pedalada não é o mais importante; que, agora, o fundamental é o decreto. Ora, o Brasil inteiro sabe que, desde a primeira hora, a Presidente estava sendo acusada de quê? Das pedaladas. Pedalou, então tem que sofrer *impeachment,* porque cometeu crime de responsabilidade.

Enfim, acho que a presença aqui...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de V. Sª, como a da testemunha que o antecedeu, Dr. Marcel, é importante, porque representa um órgão, o Banco Central do Brasil, que tem atribuições fundamentais nessas duas questões que nós estamos debatendo, tanto nos decretos quanto no Plano Safra.

Então, eu lhe pergunto, Dr. Fernando:

1) 2014 e 2015 foram os primeiros exercícios em que os passivos da União junto aos bancos públicos não integraram as estatísticas fiscais?

2) Por que o Banco Central não contabilizava até 2014 esses passivos nas estatísticas fiscais?

3) A Presidente da República determinou alguma modificação na contabilidade realizada pelo Banco Central para distorcer ou ocultar dívidas?

4) Existe alguma lei que estabeleça metodologia de cálculo pelo Banco Central dos resultados fiscais? E, aqui, eu já entro na questão dos resultados fiscais.

5) Os resultados fiscais apurados pelo Banco Central se referem ao exercício ou à fração dele?

Já vou concluir, Senadora.

6) Sendo o órgão oficial para apurar o cumprimento das metas do resultado fiscal, em que momento o Banco Central divulga se as metas foram cumpridas?

E as perguntas subsequentes vêm, mais ou menos, no mesmo sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que significa um exercício?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Quando é que a meta pode ser afirmada que foi ou não cumprida?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A testemunha tem três minutos para as respostas.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Em relação a se 2014 e 2015 foram os primeiros exercícios em que os passivos da União não integraram as estatísticas, aqui há uma divergência de entendimento sobre qual é o critério para compilar as estatísticas.

Esse tipo de despesa primária, com subvenções econômicas, equalizações de taxas de juros, sempre incorporou as estatísticas fiscais, mas elas eram apuradas a partir de um evento. Em qualquer estatística, é preciso ter um evento que dê ensejo à compilação. Esse evento era a redução das disponibilidades do Governo da União na Conta Única. Então, essa metodologia não foi alterada.

Em relação à pergunta dois, ou seja, por que o Banco Central não contabilizava, até 2004, esses passivos, digo que ele contabilizava pelo critério de caixa.

Se a Presidente da República determinou alguma modificação ao BCB para compilação estatística, digo que não.

Existe alguma lei que estabeleça metodologia de cálculo par o Banco Central?

O Banco Central começou a fazer essa estatística de moto-próprio, em 1991. Quando chegou em 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei dizia que era preciso haver metas para os resultados fiscais. E, para essas metas, a LRF previa que seriam desenvolvidas metodologias e conceitos próprios, condizentes com a LRF, para essa apuração; e que caberia ao Senado Federal estabelecer essa metodologia. Como essa metodologia não foi estabelecida ainda, as mensagens presidenciais que encaminhavam o Projeto de Lei Orçamentária Anual estabeleceram que a metodologia fiscal do Banco Central seria usada para fins de verificação de meta. Ela não impunha nenhuma modificação. Essas mensagens se repetem idênticas desde 2000 – aproximadamente idênticas, o sentido é o mesmo – e não estabeleceram qual é a meta. A metodologia é definida pelo próprio Banco Central...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... e o resultado, ao final, é visto se está de acordo com o valor numérico estabelecido pelo Congresso Nacional.

Em 2006, como o TCU precisava fiscalizar metas e não tinha parâmetros, houve um acórdão que determinou que o Banco Central publicasse sua metodologia. O Banco Central o fez, publicando o Manual de Estatísticas Fiscais, que, ao longo do processo, no TCU, foi tratado como norma regente das estatísticas, embora não tivesse poder normativo.

Os resultados fiscais apurados pelo Banco Central se referem a um exercício ou à fração dele?

O Banco Central apura e divulga resultados fiscais todos os meses. É preciso essa periodicidade e tempestividade exatamente porque são subsídios a decisões de política monetária. Então, são necessárias informações periódicas e tempestivas.

Sendo órgão oficial para apurar o cumprimento das metas, em que momento o Banco Central divulga se elas foram cumpridas?

O Banco Central não é a entidade que afere se elas foram cumpridas ou não. Nós só divulgamos as estatísticas. No fim do exercício, avaliam-se os resultados mensais e há um resultado divulgado. Isso não quer dizer que seja o Banco Central que faça nenhum tipo de atestado sobre o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, testemunha.

Dois minutos, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Dr. Fernando.

O senhor está passando a responder agora à questão das metas e do exercício, para que fique mais claro para todos nós, mas eu ainda queria me reportar à questão do Plano Safra, das tais pedaladas, para deixar claro.

Veja, tem sido imputado à Presidente a responsabilidade por não divulgar os dados claramente, por esconder dados. E V. Sª, como todos os demais que aqui vieram, tem dito a esta Comissão que as regras são praticadas e existem desde 2000, no mínimo, ou seja, há 20 anos. E por que só questionaram agora? O Tribunal de Contas, Dr. Fernando, foi questionado sobre isso. Por que só agora ele viu? Por que só agora ele percebeu isso [illegible]ugeriu, através de acórdãos, que só começou a vigorar a partir de 29 de dezembro do ano passado? Por que [illegible]agora e nos anos anteriores, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Tribunal disse que não via, que ele não tinha conhecimento disso porque não era transparente. Nós estamos vendo que não é verdade, que era transparente, que essa divulgação havia, sim. E, segundo, ele disse que o volume não era tanto assim. Mas este aqui é o gráfico que nós temos no relatório, e o gráfico mostra que o crescimento não se deu em 2014. O crescimento vem se dando, no mínimo, desde 2008. E o Tribunal de Contas não viu? É claro que viu. E nunca considerou isso como um crime, porque nunca considerou operação de crédito. Passou a considerar a partir de agora, com uma nova análise que faz. E o que ele alega para dizer que antes não era operação de crédito e que agora é? Diz que é por causa dos volumes. Diz que agora o governo ficou devendo muito para o banco. Então, não pode dever muito. Devendo pouco, pode, porque daí não é considerado operação de crédito; devendo muito, não pode.

Então, eu queria que V. Sª – que ainda tem dois minutos e, depois, mais um – pudesse continuar dando respostas aos questionamentos que lhe apresentei.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Dois minutos à testemunha.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Continuando com a lista de perguntas: "A alteração na meta fixada na LDO aplica-se para todo o exercício financeira ou apenas à fração restante do exercício?" O Banco Central não é autoridade de controle orçamentário ou de execução orçamentária ou fiscal. Então, eu não conheço detalhes sobre a LDO e apuração.

"Existe meta de resultado fixada por lei para fração do exercício?" É a mesma resposta.

"Sendo o órgão oficial, o BCB calcula o resultado fiscal para a fração do exercício?" O Banco Central, pela própria necessidade da estatística, para fazer a política monetária e para atender aos padrões cada vez mais exigentes da governança internacional sobre estatísticas, publica os seus resultados mensalmente, com um mês de defasagem. No caso, os resultados fiscais do mês de maio foram divulgados hoje, pela manhã.

"Enquanto o exercício não se encerra...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... é possível afirmar quais serão os respectivos resultados fiscais?" É claro que não. Só se podem fazer projeções a respeito.

"Antes do encerramento do exercício, podem ocorrer eventos que impactem positiva ou negativamente nos resultados?" Sim, sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada à testemunha.

Com a palavra, por um minuto, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olha, eu quero aqui cumprimentar o Dr. Fernando pela objetividade. Eu acho que, de todos, Dr. Fernando, que vieram aqui, V. Sª foi o mais objetivo. Mas essa objetividade, para nós, é muito interessante, é necessária e, eu diria, até fundamental.

Quanto às duas últimas perguntas, eu as considero da mais extrema importância: "Enquanto o exercício não se encerra, é possível afirmar quais serão os respectivos resultados finais?" É óbvio que não. É óbvio que não. Nós não podemos, no mês de setembro, dizer que a meta não foi cumprida. Se a meta é para o exercício, é anual, nós só podemos dizer se foi ou não cumprida no final do ano. Para que servem esses relatórios que V. Sª acabou de dizer que o Banco Central divulga mensalmente? E a Secretaria, a SOF, além de receber essa divulgação, faz relatório de análises bimestrais, quadrimestrais. Para quê? Para ajustar a conduta do Poder Público, no sentido de buscar o cumprimento da meta. Agora, digamos que nada disso fosse feito, que a meta não fosse atingida. Ora, não atingir a meta não é crime. Meta não é uma obrigação: é uma meta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A meta de inflação, muitas vezes... Agora mesmo: o novo Presidente do Banco Central – este, que é interino também, como o Presidente – disse que só vai atingir a meta lá para meados, para o final de 2017. É ele que está dizendo. Está na imprensa, hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a meta da inflação já á estabelecida há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu agradeço. E agradeço ao Dr. Fernando, sobretudo, pela objetividade.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Consulto a testemunha se quer emitir comentário. (*Pausa.*)

Agradeço.

Com a permuta do Senador Fernando Bezerra com a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora estava em 13ª posição e passa a ser a próxima inscrita para fazer questionamentos agora. Três minutos, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu quero pedir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria pedir à assessoria da Senadora... A Senadora está falando.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Dr. Fernando, cumprimento V. Sª, cumprimento o Relator, cumprimento a Presidente.

Eu não poderia deixar, Dr. Fernando, de externar aqui a minha admiração pelos servidores do Banco Central, que gozam de todo o respeito da sociedade e do setor financeiro deste País. Portanto, leve aos servidores do Banco Central a nossa admiração.

E V. Sª tem demonstrado aqui, nas respostas às intervenções, a sua capacidade de síntese, que principalmente inspira a todos nós muita sinceridade na sua fala.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de esclarecer àqueles que nos veem, porque, de repente, é dito aqui que nós estamos buscando o *impeachment* da Presidente da República por quatro simples decretos e pelo que se convencionou chamar de pedaladas fiscais. Naturalmente, isso tem o nome de fraude fiscal. Então, essa fraude fiscal permitiu a expansão de gastos primários do Governo Federal sem sustentação, mediante ilegal utilização dos bancos públicos federais como fonte de financiamento de despesas primárias da União e omissão dos passivos correspondentes nos registros sobre a dívida da União maquiou os resultados fiscais. Resultando em quê? No aumento elevado do endividamento público, na perda de credibilidade do País, na perda do grau de investimento...

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... em crise fiscal e econômica sem precedentes na história do Brasil.

É de conhecimento público que algumas obrigações da União junto a instituições financeiras federais não foram consideradas no cálculo de resultado primário abaixo da linha. Sabemos que o cálculo pelo critério abaixo da linha é de responsabilidade do Banco Central. Então, eu perguntaria a V. Sª: essa não contabilização, mesmo posteriormente considerada, após a observação do TCU ao Banco Central, V. Sª entende que isso alterou o resultado primário em discussão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia, precisa no tempo. Ainda sobraram três segundos.

Três minutos para a testemunha, Dr. Fernando Rocha.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não, obrigado.

Começando pelo fim, para manter respostas objetivas, os resultados primários são diferentes respondendo a uma metodologia e a outra. Conforme a metodologia utilizada, ou de caixa ou, digamos, de caixa não puro, os resultados primários em cada exercício são diferentes. A quantificação dessas diferenças pode ser vista em três quadros específicos, na realidade, que o Banco Central fez publicar na sua nota para a imprensa, desde janeiro de 2016, cumprindo determinação do TCU, que mostra a evolução desses passivos todos que estão em discussão, de dezembro de 2001 até agora.

Mostra a dívida líquida, o endividamento da União, o resultado primário e o resultado nominal apurados em cada ano, com a metodologia que foi divulgada ao longo de todo esse período até novembro de 2015 e com o que seriam os resultados com uma nova metodologia. Então, os resultados são diferentes, dependendo do critério de contabilização utilizado, como era de se esperar.

Em relação à omissão de estatísticas ou passivos não calculados, já tive oportunidade de dizer aqui que a metodologia utilizada pelo Banco Central prevê, sim, a incorporação de despesas primárias com subvenções econômicas nas estatísticas fiscais de resultados primários, que é o que nós estamos falando aqui. E, nessa interlocução com o TCU, houve duas teses divergentes sobre o momento de contabilização e também sobre outras coisas. A própria área técnica do TCU, a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional foi quem primeiro se pronunciou nesse processo, firmou um entendimento bastante claro sobre a necessidade de in-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

corporação dessas estatísticas não no momento da acessibilidade na conta única da União, mas, sim, quando elas vão ser registradas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ...no passivo das instituições credoras. A Secretaria de Recursos divergiu desse entendimento e deu razão ao Banco Central. E, por fim, o Plenário do TCU, que é quem tem a competência para fixar o entendimento nesse caso, decidiu-se pelo critério de que as estatísticas deveriam se compiladas a partir do registro nos passivos das instituições credoras. Assim está sendo feito. E é claro que as instituições credoras, que são, no caso, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, principalmente, mas também o FGTS e a Finame, continuam a fazer seus registros da forma legal e normativa, que é basicamente por competência.

Então, houve uma diferença nessa metodologia, mas, no Banco Central, desde sempre, nós acolhemos integralmente a definição final do TCU, estabelecida pelo Acórdão nº 3.297, e alteramos a metodologia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Fernando Rocha.

A Senadora Lúcia Vânia tem dois minutos para a réplica.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Na visão de V. Sª, o que levou o Tribunal de Contas da União, o Conselheiro a dizer que o fato é inusitado e complexo? Isso, talvez, tenha a ver com o prazo longo em que esses passivos ficaram nos bancos?

A segunda pergunta seria se V. Sª entende que, pelo prazo e pelo volume de recursos desses passivos, eles não são considerados empréstimos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra a testemunha, por dois minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Começando pelo fim, em relação a se eles são operações de crédito ou não, eu já mencionei que o Banco Central, sempre que precisou se manifestar formalmente sobre esse assunto em qualquer ambiente em que foi requerida essa manifestação formal, disse que há pareceres vinculantes da Advocacia-Geral da União sobre o assunto que não deixam o Banco Central opinar diferentemente.

Em relação a por que o Ministro Relator do recurso, o Ministro Vital do Rêgo, no TCU, Relator do pedido de reexame do Banco Central, classificou como complexo e inédito o tema, é claro que aqui esta é uma opinião pessoal de quem acompanhou todo esse processo no âmbito do TCU: em primeiro lugar, foi pela multiplicidade de temas. Havia em pautas diversos aspectos, um deles era o registro na estatística, e mesmo esses registros nas estatísticas fiscais eram subdivididos em diversos aspectos.

O outro era a importância que esse processo adquiriu...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ...e a necessidade de o Tribunal se manifestar sobre isso no mesmo despacho. Eu não vou citar, claro, com toda a certeza, é de cabeça, mas menciona a não existência, até aquele momento, de jurisprudência consolidada. Então, essa interlocução técnica toda que foi feita com o TCU apenas da parte do Banco Central envolveu prestação de informações iniciais, um pedido de reexame de uma centena de páginas, notas complementares – à medida que outros temas iam entrando em discussão –, apresentação de razões de justificativa por parte dos dirigentes da autarquia e diversas reuniões presenciais de interlocução técnica.

Então, foi um processo muito rico para nós, aprendemos muito nesse processo, e eu não tenho dúvida da complexidade que estava envolvida, que necessitou de todos esses passos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando Rocha.

A Senadora Lúcia Vânia tem mais um minuto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu perguntaria a V. Sª se essa transparência, após essa observação do Tribunal de Contas, deu mais segurança ou dará mais segurança aos agentes econômicos, se isso não seria bom para o Banco Central.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

Com a palavra o Dr. Fernando Rocha.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim, eu acho que, na medida em que há uma divergência entre opiniões técnicas, ambas plausíveis – para usar os termos da área técnica do TCU –, essas interpretações entram em choque, mesmo sendo plausíveis, razoáveis ou até pelo exato fato de serem. E quando a autoridade competente decide a questão e as autoridades jurisdicionadas passam a se comportar de acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

com essa decisão, eu acho que, em termos de transparência, ela aumenta. Nesse caso específico, essa publicação de quadros especiais também foi, na minha interpretação, exatamente nesse sentido. Aumenta a transparência e também a segurança dos agentes, porque sabem que, nesse aspecto, não há mais controvérsias.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Elas foram pacificadas a partir do momento em que uma interpretação prevaleceu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando Rocha. Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Convido como orador, agora, o Senador Ronaldo Caiado. Três minutos, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Dr. Fernando Rocha, a testemunha.

Há uma matéria do dia 30/06/2015, na área da economia, da Agência Brasil, em que V. Sª diz: "Os resultados das contas públicas devem ser melhores a cada mês, até o final do ano", na avaliação do Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha.

Bom, "os resultados das contas públicas devem ser melhores a cada mês".

Pergunto a V. Sª: quando o Brasil todo já tomava conhecimento das pedaladas, quando o Banco Central – que V. Sª também conhece, onde trabalha e faz parte da equipe – mostrava para o Brasil que a Presidente da República já extrapolava R$60 bilhões da utilização de dinheiro de bancos públicos para fazer política social... Ora, essa informação aqui era de conhecimento de V. Sª. Se V. Sª diz que, a cada mês, nós teremos melhores resultados das contas públicas, como é que tudo isso, escondido da sociedade brasileira, sem ser escriturado pelo Banco Central...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... como é que V. Sª acredita que poderia haver um melhor resultado? Isso é como o médico que quis ver os exames do paciente, sabe da gravidade dele, chama a família e diz: "Fiquem tranquilos, ele está ótimo, passando bem. Amanhã vai ter alta." No segundo dia, o atestado de óbito. Então, como é que uma pessoa do conhecimento do senhor, num cargo importante do Banco Central do Brasil – que é responsável, sim, não é que se mudou metodologia, isso já existe. O art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ao senhor a transparência – dá uma entrevista à Agência Brasil dizendo que as contas iriam se tornar cada vez mais transparentes e, ao mesmo tempo, com melhores resultados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A pergunta que faço...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Qual foi a providência adotada pela área de fiscalização do Banco Central quando descobriu...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... esse acúmulo em atraso do balanço dos bancos públicos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Sª tinha... Desculpe, não é esse... É tanto gráfico de desordem do governo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já se esgotou o seu tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quando descobriu que havia 60 bilhões de furo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já se esgotou seu tempo, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... quais foram as providências de V. Sª, que determinou o provisionamento das perdas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... decorrentes de inadimplência do Tesouro?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada pela...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Srª Presidenta. Apenas se V. Exª me permitir a sugestão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem o Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ... para que orientasse a testemunha que ela deve responder apenas e tão somente, se assim o quiser, às perguntas que dizem respeito ao objeto deste processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que a testemunha foi informada pela Mesa dessa circunstância, Dr. José Eduardo Cardozo.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Rocha para, em três minutos também, dar as respostas ao Senador Ronaldo Caiado. Claro, é do seu arbítrio também responder ou não aos questionamentos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Eu começaria respondendo à última pergunta, para dizer que, no Banco Central, o Departamento Econômico faz parte da Diretoria de Política Econômica, e os assuntos de supervisão ou fiscalização bancária são tratados na Diretoria de Fiscalização.

Então, eu não tenho conhecimento de providências tomadas em relação a todos os bancos públicos. Eu tenho conhecimento das providências tomadas em relação ao atraso na Caixa Econômica Federal, para pagamentos do Programa Bolsa Família, abono salarial e seguro-desemprego, porque esse processo foi incorporado no processo junto ao TCU e dele tomei conhecimento.

Na posição de 30 de dezembro de 2013, a fiscalização bancária do Banco Central observou, no balanço da Caixa, um ativo de um volume mais significativo numa conta que não tinha costume, prática e hábito de acompanhar aquele passivo. Demandou à Caixa Econômica, em março de 2014, esclarecimentos a respeito. A Caixa, acho que em março mesmo, respondeu dizendo que se tratava de passivos referentes a benefícios sociais, a programas sociais. Pediu esclarecimentos complementares em abril. Obteve os procedimentos e, a partir daí, oficiou à Procurador-Geral do Banco Central para comunicá-la do fato, anexando toda a documentação, e perguntá-la se isso infringia alguma legislação, se era preciso fazer alguma comunicação, que são atividades também no âmbito da supervisão bancária.

Então, são essas as medidas tomadas.

Em relação à frase citada de 30 de junho, essa frase foi citada durante a divulgação da nota para a imprensa de política fiscal, referente aos dados do mês de maio de 2015, e o contexto macroeconômico que tínhamos àquela época...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... era o seguinte: o País já estava em recessão, o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas datou essa recessão de meados de 2014, entre maio e junho – as recessões no Brasil, em geral, são mais curtas e menos graves –, e havia, naquele momento, um firme compromisso do então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de propor reformas ao Congresso Nacional – as que poderiam ser feitas diretamente pelo governo seriam feitas –, no sentido de limitar gastos públicos, e um firme e repetido compromisso de que seria alcançada uma meta de superávit gradual, que seria reconstruído gradualmente. Um aspecto importante em relação à gestão fiscal é que esse resultado foi divulgado antes do envio ao Congresso de uma proposta orçamentária com déficit, o que repercutiu nos agentes econômicos com uma redução de confiança e um agravamento da situação do País.

Então, posteriormente a esse fato, houve uma alteração no cenário, e as expectativas que eu previa não se concretizaram.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando Rocha.

Dois minutos, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, eu acho que o testemunho aqui do Sr. Fernando Rocha realmente dá uma nova importância aos relatos obtidos até agora – é relevante. Ele mesmo, sob juramento, diz que essa prática já era useira e vezeira na Caixa Econômica Federal; que, ao tomarem conhecimento, exigiram que houvesse um mínimo de aporte do Tesouro à política do governo na área do Minha Casa, Minha Vida, e que depois a Caixa Econômica teve que recorrer ao Poder Judiciário, para poder ser contemplada no restante em que o governo utilizava dos bancos oficiais para fazer política social.

Então, eu acho que é grave a afirmação do Sr. Fernando Rocha, que deixa claro que era uma prática...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... e implantada pelo governo da Presiıte Dilma Rousseff.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Interessante é que não tiveram o mesmo cuidado que tiveram com a Caixa Econômica Federal com o BNDES, que está fora do quadro da Denúncia, mas não tiveram o mesmo cuidado com o Banco do Brasil. Na verdade, o Banco do Brasil, apesar de informar ao Tesouro que esse tinha um passivo de R$10 bilhões com o Banco do Brasil, o Banco Central, nessa hora, não teve a mesma agilidade que teve, e, no entanto, conviveu com R$60 bilhões.

Agora, um ponto mais grave também diante da declaração de V. Sª: V. Sª disse que essa entrevista aqui foi no mês de junho, como está marcado, e que o ambiente econômico, o prognóstico seria melhor. Como melhor, Dr. Fernando, se daí a um mês exatamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para concluir, Presidente.

Dia 22/7, exatamente um mês depois, o Governo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... encaminha o PLN 5, já dizendo: "Olha, a previsão nossa já não é mais de superávit de 53 bilhões...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... já é de um fechamento de 118 bi negativos".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Um mês depois...

Sim, Presidente, só para acabar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É por causa do tempo regulamentar, Senador. Lamento, mas tenho que cumprir. Tenho que cumprir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu sei, gostaria de imaginar o seguinte: Presidente, temos muito pouca oportunidade, nesses mais de 50 ouvidos, de pessoas que tivessem algum conteúdo para poder...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.k., Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... responder às perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Estamos no último dia das testemunhas. E é uma testemunha qualificada, é uma pessoa que conhece...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos reconhecemos isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... toda a mecânica do Banco Central.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos reconhecemos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, acho que temos que reconhecer que ele, realmente, é uma testemunha produtiva para as provas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então concluindo a pergunta é o seguinte: ele desenha um quadro de normalidade, um mês depois, o governo, do qual ele faz parte, manda um PLN 5 daqui, já dizendo: "Olha, não há como mais sobreviver com aquela meta"; e ele, no Banco Central, não sabia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, Presidente, a pergunta que faço a ele: quais foram as medidas tomadas pelo Banco Central na área de fiscalização para punir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... esses excessos praticados no uso de dinheiro de subvenção?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra a testemunha, o Dr. Fernando Rocha.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Não foi uma pergunta, mas um comentário que, em relação à Caixa Econômica, o Banco Central mandou fazer aporte. Isso não é exato, o Banco Central estava apurando a que se referiam aqueles passivos.

Em relação ao fato do Banco Central, hipoteticamente, não ter tido o mesmo cuidado com o Banco do Brasil, mencionei antes, na primeira parte, que não faço parte da Diretoria de Fiscalização e, até por trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

compartimentado, não tenho conhecimento das ações de fiscalização bancária, porque elas são conduzidas pelos departamentos e pela diretoria responsável.

De fato...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ...o encaminhamento de uma proposta orçamentária, contemplando um déficit, foi feito após a entrevista mencionada, como eu havia dito, e o Banco Central não é a autoridade fiscal da União, é autoridade monetária, na minha capacidade, como Chefe Adjunto de Departamento Econômico, só tive conhecimento de que ia ser proposto um orçamento deficitário após o mesmo já ter sido feito – tomei conhecimento pelos órgãos públicos. E, em relação à política monetária, em termos econômicos, o Banco Central considera a política monetária um fator exógeno na sua tomada de decisões, ou seja, um fator sob o qual não tem controle.

Então, dependendo do ocorrido, em termos de política fiscal e dos prognósticos para ela, o Banco Central em que ajustar a sua função de reação de política monetária para tomar as suas decisões.

Em relação a fazer parte do Governo, daquele passado ou deste, nós, no Banco Central, somos funcionários concursados do Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada à testemunha, Dr. Fernando Rocha.

V. Exª tem um minuto, um minuto, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, isso fica claro com o depoimento do Sr. Fernando que, veja bem, ele, que ocupa um cargo importante no Banco Central, foi surpreendido com a alteração da meta um mês depois da entrevista que deu. Ele foi surpreendido! Imaginem bem, nós, pobres brasileiros, que não temos os acessos nem as informações que tem uma pessoa que ocupa um dos cargos mais importantes do Banco Central do Brasil.

Então, isso mostra que nem eles tinham essas informações. Isso tudo era mantido, maquiado dentro do Palácio do Planalto, para poder elaborar uma política, para poder criar uma maneira de tamponar os absurdos praticados em 2014 e, amanhã, tentar responder à sociedade brasileira uma situação que era impossível de ser defensável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ou seja, 86 bilhões de superávit e chegar em 102 bilhões. Como tal, fica claro ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... que o governo maquiou as contas, e a autoridade responsável foi a Presidente da República. Dolo muito bem praticado por ela ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... porque nem o Banco Central sabia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ,... do momento que nós estávamos vivendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Não houve perguntas.

Consulto a testemunha. (*Pausa.*)

Está, então, encerrada a participação do Senador Caiado.

Eu passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta, eu quero aqui fazer ainda um comentário acerca da declaração que a Senadora Rose de Freitas, hoje, Líder do Governo biônico, deu neste último fim de semana; quando indagada sobre o processo de *impeachment*, disse claramente – abre aspas: "Por que o Governo Dilma saiu? Na minha tese, não teve esse negócio de pedalada. Eu estudo isso. Faço parte da Comissão do Orçamento." E faz mesmo. Segundo, portanto, a Senadora Rose de Freitas, o que houve foi um País paralisado, porque o Congresso não dava a ela os votos necessários para tocar nenhuma matéria.

Isso aqui é mais uma declaração da farsa política em curso, da fraude jurídica em curso, na medida em que sai da boca da ilustre Senadora Rose de Freitas, Líder do Governo biônico, que não tem nada a ver com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

pedalada. A questão é que ela não tem mais apoio aqui do Congresso. Ou seja, mais uma afirmação que comprova que o *impeachment* não tem base legal.

Eu quero ainda colocar que, com relação a essa afirmação que a Senadora Rose fez de que a Presidenta teria que ser afastada porque faltava apoio político, se nós vivêssemos num regime parlamentarista, isso caberia. Só que nós estamos num regime presidencialista e, no regime presidencialista, para afastar alguém de um mandato legitimamente conquistado, tem de haver crime de responsabilidade. E no caso da Presidenta Dilma não houve, nem há.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aliás, a perícia também divulgada nesta segunda-feira vem na mesma direção de que não houve comprovação de crime por parte da Presidenta Dilma, que a Presidenta Dilma não teve responsabilidade com pedalada e etc.

De forma, Srª Presidenta, que eu quero aqui inclusive saudar o Advogado de Defesa da Presidenta por ter solicitado para incluir nos autos da defesa da Presidenta essa declaração da – nada mais, nada menos – ilustre Senadora Rose de Freitas, Líder do Governo, quando disse claramente: "Não tem nada a ver, Dilma não cometeu pedalada fiscal nenhuma. A questão é política".

Isso é um absurdo, porque não dá para se afastar, no regime presidencialista, um mandato legitimamente eleito, à luz de argumentos do ponto de vista político, desconsiderando que tem que ter um embasamento legal, que tem que ter os fundamentos de natureza jurídica.

Feitas essas considerações...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...eu vou deixar aqui a pergunta rapidamente, Senadora Ana Amélia, para o Dr. Fernando Rocha, cumprimentando.

V. Sª é chefe do Departamento Econômico do Banco Central, não é isso? Aí, indagaria: desde então, em algum momento, o senhor presenciou ou ficou sabendo de alguma interferência da Presidência da República ou de algum membro do alto escalão do Governo Federal externo ao Banco Central nas referidas estatísticas?

E, por fim, enquanto técnico da área, o senhor entende que havia falhas na metodologia que o Banco Central utilizava...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...nos últimos 25 anos para os fins a que tais estatísticas se propunham?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora. Obrigada, Senadora. Com a palavra a testemunha, Dr. Fernando Rocha.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Duas perguntas? Se eu presenciei ou tomei conhecimento de interferência da Presidência da República nas estatísticas? Não. As estatísticas no Banco Central são feitas pelo Departamento Econômico. Ao Departamento Econômico e suas equipes técnicas cabe a produção dessas estatísticas e é claro que prestando contas com usuários, foros internacionais, aplicando metodologia, sendo auditado. Mas é uma competência regimental, dentro do Regimento do Banco Central, ao Departamento Econômico.

Se havia falhas na metodologia do Banco Central? Toda a defesa que o Banco Central fez das suas estatísticas perante o TCU, em uma interlocução que foi longa, começou em setembro de 2014, com as primeiras requisições de inspeção no Banco Central e requisições de informações, e se prolongou pelo menos até agora, junho de 2016, quando a secretaria de controle externo da Fazenda Pública, a Secex Fazenda, divulgou um acórdão... divulgou um parecer sobre o monitoramento do acórdão dizendo que o Banco Central cumpriu integralmente todas as determinações, toda essa defesa foi explicar as razões pelas quais o Banco Central compilava as suas estatísticas com uma determinada metodologia e como se aferrava essa metodologia de tal forma que essa metodologia era, nós considerávamos, sólida e consistente.

A articulação do TCU com capacitações técnicas, interlocuções técnicas igualmente válidas, igualmente plausíveis e sólidas, apontou que nós precisaríamos revisar a metodologia e atender a alguns preceitos da metodologia, captando...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – O TCU sempre teve muito cuidado em dizer que não eria fazer com que o Banco Central modificasse suas estatísticas. E, na verdade, se nós sairmos, então, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

uma discussão metodológica e de critérios, a questão era basicamente de critérios de compatibilização e, principalmente, de fonte de dados.

Vocês vão captar as estatísticas a partir das informações que estão na conta única, que é mantida dentro do próprio Banco Central, ou vão pegar essas informações nos passivos dos bancos.

No nosso ponto de vista, a discussão era técnica. A decisão que prevaleceu foi que nós passássemos a buscar essas informações nos passivos dos bancos, e nós o estamos fazendo, de tal forma que, para nós, na atividade específica de compilação estatística, essa discussão já está encerrada e vencida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada à testemunha.

Senadora, dois minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu agradeço ao Dr. Fernando.

Quero aqui, Dr. Fernando, dizer que o depoimento de V. Sª hoje é muito importante e se soma ao depoimento de várias testemunhas que aqui compareceram – gosto sempre de chamar a atenção –, testemunhas até convidadas pela Acusação, que mostraram claramente que não houve nenhuma ilegalidade nos atos praticados pela Presidenta Dilma, seja no que diz respeito à questão do Plano Safra, seja no que diz respeito à edição de decretos de suplementações orçamentárias.

Dessa forma, Srª Presidente, quero aqui colocar, mais uma vez, que o que está ficando realmente comprovado, ao longo de todo esse período, repito, foi a seriedade com que a Presidenta Dilma tratou dos atos administrativos. Não há absolutamente, absolutamente nada de ilegalidade. Portanto, procuraram, procuraram, procuraram, mas não encontraram. Não encontraram a comprovação do crime...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...de responsabilidade, ao contrário do Governo biônico que está aí, que, de forma açodada, está colocando em prática um plano de Governo, um projeto econômico que jamais passaria pela aprovação das urnas, tamanho o impacto, do ponto de vista de retrocessos que essa agenda econômica do Governo Michel Temer está anunciando para o povo brasileiro, a começar pela Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de conter gastos nas áreas sociais, de congelar gastos em áreas como educação, como saúde, etc., sem falar da reforma da previdência, trabalhista, entre outras, que vêm na direção de subtrair direitos; subtrair direitos do povo brasileiro.

A Presidenta Dilma, quero terminar dizendo que ela está sendo acusada aqui de quê, meu Deus?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela está sendo acusada aqui de quê? De financiar – abro aspas – "ilegalmente" programas sociais e ações do Governo Federal para exatamente garantir a continuidade de programas tão importantes...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...seja o Plano Safra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...naquilo que tinha – vou concluir – naquilo que tinha para fortalecimento e expansão da agricultura familiar, sejam os decretos na área de educação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...da educação básica, para expansão do ensino superior, para as escolas técnicas, e por aí vai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso, concluo dizendo, Srª Presidenta, que nós não perdemos e não vamos perder nunca a esperança...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...de continuar lutando no Parlamento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...nas ruas e na sociedade...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...para derrotar o golpe...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...e para fazer valer a democracia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Passo a palavra... Já que não houve indagações à testemunha, passo a palavra ao último orador inscrito...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso mesmo que extrapolei um pouquinho o meu tempo, porque não iria usar o minuto a que eu ainda teria direito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, a senhora usou alguns segundos mais. Hoje faz parte, porque é a última, e nós estamos com essa elasticidade.

Vamos passar, então, ao último orador, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Sr. Relator, não tenho perguntas a serem endereçadas à testemunha, Dr. Fernando Rocha. Mas, queria aqui, primeiro, parabenizar o Relator, Senador Antonio Anastasia.

Estamos chegando ao último dia das oitivas das testemunhas e estamos vendo ser consagrado o relatório da admissibilidade da denúncia contra a Presidente da República, naquele relatório que foi aqui aprovado por esta Comissão e depois referendado por 55 votos, no plenário do Senado Federal.

São duas partes de que a denúncia é constituída. A primeira parte são os decretos de abertura de créditos suplementares. Todas as testemunhas ouvidas, o trabalho da perícia, tudo leva à conclusão de que ocorreu, sim, a prática do crime de responsabilidade.

A segunda parte da denúncia, que diz respeito à prática da denominada pedalada fiscal, e aí restrita à ocorrência do Plano Safra e à autorização do Banco do Brasil para financiar despesas do Tesouro Nacional, acho que deverei formalizar, e gostaria que depois os assessores da Comissão pudessem formalizar o que quero requerer aqui verbalmente.

Acho que o depoimento do Dr. Fernando Rocha foi muito rico, porque o Banco Central foi vigilante; a equipe de fiscalização, a equipe do Banco Central que acompanhava esses movimentos, sobretudo no que ele relatou aqui da Caixa Econômica Federal, de 2013 para 2014. Houve uma manifestação das áreas técnicas do Banco Central para a Procuradoria do Banco Central mostrando aquela ocorrência inusitada de um passivo que se acumulava. Houve, portanto, uma provocação da Procuradoria à AGU, e a Procuradoria do Banco Central não aprofundou e não tomou medidas ainda maiores, em função das manifestações de efeito vinculante da Advocacia-Geral da União à época.

Portanto, acho que seria muito rico, para o relatório que o Senador Antonio Anastasia terá que apresentar, que a gente pudesse ter acesso, primeiro, à demanda feita pelas áreas técnicas do Banco Central junto à Procuradoria do Banco Central. Depois, às respostas que vieram a AGU para o Banco Central, porque o Dr. Fernando Rocha aqui falou que os índices utilizados para a correção dos passivos se equivalem a juros. E aqui, durante muito tempo, a gente ficou dizendo que não poderia configurar contratos de empréstimos se não havia pagamento de juros. E aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...o representante do Banco Central foi muito claro, porque na opinião dele, até porque o assunto não foi aprofundado por decisão de órgão externo ao Banco Central, ocorreu ali uma situação inusitada.

Portanto, é a recomendação que faço à assessoria do Senador Antonio Anastasia, que se formalize, para que se cheguem a esta Comissão as notas e as manifestações do Banco Central

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Para concluir.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Não há perguntas.

A testemunha pede um esclarecimento, é direito dela. A testemunha terá três minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Só rapidamente.

Quanto ao Parecer da Procuradoria-Geral do Banco Central, que foi estabelecido após a consulta da Diretoria de Fiscalização, a resposta que a Procuradoria deu e eu estou buscando resumir, sem os maiores de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

talhes, foi em relação a se havia infração à Lei 4.595, que é a Lei do Sistema Financeiro Nacional que criou o Banco Central, e outras. A resposta da Procuradoria-Geral da República foi de que havia um parecer vinculante, porque é um parecer do Advogado-Geral da União, que foi aprovado pelo Presidente da República, que estabelecia que isso não seria analisado.

O esclarecimento é que os pareceres do Advogado-Geral da União foram dados pelo Advogado-Geral da União, Geraldo Quintão, em 1994, e aprovados pelo Presidente Itamar Franco. Então, não houve uma demanda, nesse caso aqui concreto, em 2014, da Procuradoria-Geral do Banco Central à Advocacia-Geral da União, e isso tenha sido uma resposta da Advocacia-Geral da União dada em 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada à testemunha.

Consulto o Senador. Tem dois minutos para a réplica?

Não. Está concluído. Então, eu agradeço ao Dr. Fernando Rocha e ao Senador Fernando Bezerra e passo já à Advogada de Acusação, Drª Janaina Paschoal, por seis minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Muito obrigada, Srª Presidente. Cumprimento o Dr. Fernando.

Dr. Fernando, vou só fazer uma ponderação que eu fiz também para o colega do senhor, que o antecedeu. Com relação a esses pareceres da década de 90, eles fazem menção ao bem jurídico Sistema Financeiro, e o debate aqui diz respeito ao bem jurídico finanças públicas. Então, é muito importante que fique claro e, aí, não estou fazendo aqui nenhuma advertência ao senhor, mas para quem está acompanhando esse julgamento, que nós estamos falando da responsabilidade fiscal.

Então, esses pareceres são da década de 90 e a lei é do ano 2000, é uma lei complementar que, no art. 36, proíbe essas operações. Então, é muito importante, porque, às vezes, quem está ouvindo fala: "poxa, mas tem os pareceres". Só que pareceres da década de 90 não podem afastar a lei complementar que foi promulgada no ano 2000, inclusive com um capítulo todo correspondente no Código Penal, dos crimes contra as finanças. Eu acho que é só esse esclarecimento.

Conforme o senhor foi falando, eu fui tomando algumas notas aqui, porque como o senhor é um técnico, a linguagem do senhor é bastante técnica e eu acho esse processo tão importante e, sobretudo, importante que a população compreenda o que está sendo debatido com clareza, quais são os pontos, para que não fique dúvida de que nós estamos falando de crimes graves, aqui nesse processo. Então, eu vou fazer algumas perguntas. Se o senhor puder responder de maneira assim bastante objetiva e com termos menos técnicos, eu agradeço, para que as pessoas possam nos acompanhar.

O senhor, num determinado momento, em alguma das respostas, o senhor disse que, em dezembro de 2013, houve uma auditoria do próprio Banco Central – se eu entendi bem –, e nessa auditoria houve um questionamento ou demandou-se, na linguagem que o senhor utilizou, os débitos ou as operações referentes à Caixa Econômica Federal, e que isso resultou numa consulta ou num parecer, em março de 2014. Porém, num outro momento da fala do senhor, o senhor disse o seguinte, que houve uma demanda sobre cinco passivos.

Quais são eles? PSI, do BNDES, Safra, do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os três programas.

Então, minha primeira dúvida: são duas auditorias diferentes com essas demandas, eventualmente uma do BC, que pegou Caixa, e uma do TCU, que pegou esses cinco, ou é a mesma auditoria? Só para que a população compreenda e eu também. Essa é a primeira indagação.

A segunda indagação é a seguinte: em alguma das respostas o senhor falou que o manual do BC, de 2014, determinava que algumas escriturações fossem por caixa e algumas escriturações, por competência, mas o senhor não precisou quais estariam em cada grupo desses. Então, eu queria saber, dessas demandas que foram feitas, nessas duas auditorias ou nessa auditoria – que o senhor vai esclarecer na primeira –, quais se encaixavam aqui em caixa e quais se encaixavam em competência, nos termos do manual de 2014? Se é que o senhor se recorda, se tem clareza com relação a isso.

Um outro ponto importante no laudo pericial que foi apresentado pela junta nomeada pelo Sr. Presidente, há um determinado momento que eles fazem uma consideração que julgo muito importante, porque isso nós estamos escrevendo na denúncia, estamos repetindo N vezes, eles dizem que, se aquele débito referente ao Plano Safra do Banco do Brasil tivesse sido contabilizado, o superávit de cinquenta e poucos bilhões que foi apresentado para a Nação imediatamente cairia para quarenta e poucos bilhões, ou seja, os dez bilhões referentes ao Plano Safra automaticamente implicariam uma queda também de dez bilhões no superávit.

A minha pergunta é: sobre essa análise dos peritos – entendo que ela está correta, mas eu gostaria de saber –, se todos esses passivos demandados que não foram contabilizados tivessem sido contabilizados – e aí n estou entrando no mérito se deveriam, se não deveriam, a avaliação, a interpretação –, mas se tivessem, ıto que o superávit que o Governo apresentava para a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ...Nação cairia assim drasticamente?

Essas são as indagações, Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Janaína Paschoal.

A palavra com a testemunha, por três minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Em relação à primeira pergunta, em dezembro de 2013, o Bando Central fez auditoria na Caixa. Para ser mais preciso, o Banco Central tem uma rotina de monitoramento constante das instituições que lhes são supervisionadas. Dentre essa rotina de monitoramento constante, insere-se a prestação de informações regulares e periódicas da instituição supervisionada – no caso um banco, no caso a Caixa – para o Banco Central.

Então, não é que tenha havido uma ação de inspeção extraordinária motivada por alguma coisa e tal. Nesses seus trabalhos contínuos de monitoramento, foi encontrado, numa determinada conta do ativo da Caixa, um valor a maior do que a sua série histórica, do que o seu hábito, e foi demandado à Caixa o esclarecimento sobre isso, e ela prestou o esclarecimento. Foi feita uma demanda complementar e ela retornou o esclarecimento. Depois o processo seguiu com uma demanda para a Procuradoria-Geral do Banco Central.

Em relação a sua introdução, eu só queria dizer que, independente do mérito, até onde eu sei, da forma como entendo ali o que estava escrito no parecer da Procuradoria do Banco Central podendo receber críticas ou não, houve uma atividade de monitoramento regular na Caixa Econômica em que se observou isso.

A demanda sobre passivos – foram mencionados cinco passivos – isso já estava dentro do processo de fiscalização do TCU.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – O TCU fez as perguntas ao Banco Central sobre vários passivos, e as respostas que ele obteve e que estão no relatório de fiscalização de dezembro de 2014 contemplam 11 passivos, três em relação à Caixa, três benefícios sociais em relação à Caixa, que já estavam incluídos desde agosto 2014; equalização de juros de PSI com o BNDES, que já estava incluído; crédito rural com o Banco do Brasil, que já estava incluído. Cinco então.

Outros seis passivos não estavam incluídos e foram sobre eles que o relatório de fiscalização se desdobrou, avaliou para ver se deveriam estar incluídos ou não, e concluiu que deveriam estar.

Em relação ao manual do Banco Central, esse manual do Banco Central foi publicado pela primeira vez em 2006, após determinação do TCU, e a última versão é de 2012. A regra geral é que o resultado primário é apurado pelo regime de caixa, a conta de juros nominais é apropriada pelo regime de competência, mas, então, o conjunto das despesas primárias são apropriadas pelo regime de caixa e, portanto, todos os passivos de que nós estamos tratando aqui, aqueles seis do TCU e o Plano Safra aqui são apurados pelo regime de caixa.

Em relação à última pergunta, se o Plano Safra tivesse sido considerado, o superávit cairia? Sim, a consideração desses superávits ao longo dos anos em que foi sendo inscrito esse passivo nos passivos da instituição financeira faria com que o resultado primário da União se reduzisse. Se superavitário, resultaria em um superávit menor; se deficitário, um déficit maior. E o inverso aconteceria em 2015 quando foi feito o pagamento de todos esses passivos. Se esses valores já tivessem sido registrados a partir do momento em que eles foram inscritos nos passivos das instituições financeiras, no momento do seu pagamento, você teria uma baixa da conta única, uma redução de ativos com o pagamento, mas também uma redução dos passivos, então, uma redução de ativos e passivos do mesmo montante teria um resultado neutro, ou seja, em 2014 e nos anos anteriores teria tido um resultado menor e o inverso teria ocorrido em 2015.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando Rocha.

Drª Janaína, três minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Eu acho esse depoimento muito importante, porque ele confirma a denúncia, porque o que que estamos mostrando na denúncia? Que foi justamente em 2014 que foi muito importante fazer essa maquiagem – e aqui quero deixar claro que não estou falando nada com relação à testemunha, é com relação ao processo –, foi muito importante encobrir esses créditos do Tesouro, esses débitos do Tesouro junto às instituições financeiras públicas por ele controladas para justamente criar um superávit fictício, porque isso era necessário para que a população acreditasse que os programas poderiam ter continuidade. Então, essa fala da testemunha é muito importante para confirmar a acusação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Um outro ponto que eu acho que tem que ser destacado é que, por dias a fio, o debate que se estabeleceu foi o seguinte: Olha, o TCU inovou, o TCU criou, o TCU começou a falar que era ilícito aquilo que nunca foi ilícito e, a bem da verdade, pelo depoimento aqui, nós verificamos com clareza que a primeira autoridade a identificar a ilegalidade foi o próprio BC, ao auditar a Caixa Econômica Federal. Por quê?

Porque a Caixa contabilizava. O Tesouro e o próprio BC não contabilizavam. Aí tem toda essa questão da interpretação. No caso, o consultor jurídico que antecedeu o senhor acabou conversando bastante sobre isso. Mas é importante que isso seja dito porque a impressão que se tem é a de que o TCU inovou, de que o TCU perseguiu, o Procurador do TCU. Não! Quem começou a puxar lá o fiozinho foi a auditoria do próprio BC.

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Então, isso é muito importante.

Na verdade, queria apenas destacar esses pontos do depoimento agradecendo imensamente ao Dr. Fernando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Janaina Paschoal.

Consulto a Testemunha sobre se quer fazer algum comentário. Passo a palavra, agora, ao Dr. José Eduardo Cardozo, advogado da Denunciada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço a Srª Presidente, ao Sr. Relator. Primeiro cumprimento a Testemunha, depoimento importante.

Apenas duas observações preliminares. Em primeiro lugar o que está em julgamento são duas denúncias. Uma relativamente aos decretos de crédito suplementar, quatro agora; e outras relativas a atrasos no pagamento do Plano Safra. Não está em julgamento, num processo de *impeachment*, a política econômica do Governo; não estão em julgamento acertos ou erros da política econômica. Esses, a bem da verdade, haveriam de ser avaliados na urna, pelos eleitores, no momento certo, após uma campanha eleitoral em que os argumentos políticos são colocados. Aqui se trata de denúncias, de verificar se são procedentes ou improcedentes. Então, no que diz respeito exclusivamente à denúncia é que foi chamado o Depoente, para depor, ou seja, relativamente a atrasos no Plano Safra.

É muito importante, ainda em caráter preliminar, fixar que, quando se discute aqui o Tribunal de Contas da União, estamos falando sobre situações e discussões distintas. Uma questão era a posição que o Tribunal de Contas tinha em relação aos decretos, de permiti-los, de falar nas contas de 2001 a 2009, que podiam ser editados, depois mudaram de opinião. Outra coisa é a questão relativa às pedaladas que nunca se entendeu que eram operações de crédito e, depois, passou-se a entender. Outra coisa que não se confunde com as outras duas, com todas as vênias, é a discussão relativa aos registros, passivos e ativos. São discussões completamente diferentes. Então, não se pode dizer que num caso é A, no outro caso é B ou se ter uma visão generalizada que apenas serve para dificultar a compreensão dos fatos, que interessa muito à Defesa que sejam bem compreendidos.

Muito bem, quero dirigir algumas perguntas ao depoente que me parecem ser muito importantes. Há quanto tempo a mesma metodologia era seguida pelo Banco Central para efeito de registro de ativos e de passivos? Era uma metodologia técnica construída pela falta de legislação ou era uma metodologia mutável, a partir das decisões políticas do alto comando do Governo? Foram órgãos técnicos que fizeram essa metodologia e a aplicavam ou era oriunda de situações de ingerências políticas daqueles governos que efetivamente estavam no comando? Outra pergunta. Especificamente no caso do Plano Safra, tem V. Sª notícia de alguma ingerência política da Senhora Presidente da República para que não fossem feitos registros, para que não fossem feitos apontamentos devidos ou efetivamente se tratou da aplicação que era procedente, já há anos no Tribunal, perdão, no próprio Banco Central.

Outra questão, o Tribunal de Contas da União, antes do acórdão de dezembro de 2015, tinha divergências internas sobre essa questão?

São as perguntas que geralmente faço, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Eduardo Cardozo.

Passo a palavra à testemunha, que tem três minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

A primeira pergunta: há quanto tempo a mesma metodologia era aplicada na apuração das estatísticas fiscais? Em sua essência, a metodologia era a mesma desde 1991, quando iniciamos a apuração de metodologia [illegible] estatísticas fiscais no Banco Central. Essa metodologia era essencialmente a mesma porque, em 91, quan[illegible] apuramos essa metodologia, o documento de referência para ela era o Manual de Estatística de Finanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Públicas do FMI, que tinha sido divulgado em 1986, em sua primeira edição; hoje, a de 2014, está na terceira. E esse manual estabelecia um conjunto de regras mais uniformes para a comunidade estatística internacional, preservando a comparabilidade internacional, e estabelecia que o critério de apuração deveria ser feito pelo critério de caixa, que era o mais comum e mais usual. E foi esse que o critério que o Banco Central adotou.

Em relação a se é uma metodologia estabelecida por padrões técnicos ou se é estabelecida por alto comando do Governo, a metodologia é técnica.

Foi feita menção a se isso era feito a partir de ausência de legislação, e é importante dizer que tratamos de estatística, e a estatística não se vincula primordialmente, não tem que obedecer necessariamente ao sistema legal de cada país ou mandamentos de controles e auditorias, porque esses mandamentos são notoriamente diferentes em diversos países. Então, a ideia é que se tenha conceitos estatísticos comuns que possam gerar comparabilidade internacional, independente de qual país os compile. Então, não estamos..

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ...na produção estatística primordialmente vinculados ao arcabouço legal. Inclusive o arcabouço legal vai mudando, e as estatísticas tendem a ter uma maior permanência. Ela está vinculada a padrões metodológicos que são definidos por organismos internacionais.

Em relação ao Plano Safra, se houve alguma ingerência política, isso já foi me perguntado antes, reafirmo que não. O Banco Central, ou o Departamento Econômico, nunca recebeu uma determinação ou uma pressão para colocar isso, excluir aquilo das suas estatísticas.

E a última pergunta é se o TCU tem divergências internas e desde quando. Eu não saberia dizer desde quando o TCU tem divergências internas, mas, ao longo deste processo, várias peças mostraram que a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Pública esposou uma posição técnica em relação à matéria e a Secretaria de Recursos apresentou outra. Então, de fato, as áreas técnicas do TCU mostraram pelo menos duas interpretações divergentes na sua essência; se for baixar a detalhes, possivelmente, haveria mais interpretações diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando Rocha.

Três minutos para o Dr. José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço.

Vejam que, quando não se misturam alhos com bugalhos, a realidade fica clarividente.

A tese que se tentava aqui urdir era a tese de que o Palácio do Planalto, nos seus porões ou nos seus alçapões, urdia maquiavelicamente um planejamento para ocultar aquilo que o Plano Safra havia gerado.

As perguntas foram claras e as respostas mais claras ainda. Primeiro, a metodologia é a mesma desde 1991 e é oriunda do FMI. Ao que me consta, o FMI não tem nenhuma simpatia, filiação ao Partido dos Trabalhadores, nem, em 1991, antevia que Dilma Rousseff seria Presidente da República em 2011 – por enquanto, como disse o Senador Moka.

2) Considerando, então, que o FMI não tem relação com o PT e é, desde 1991, a mesma metodologia e que essa metodologia foi aplicada sem nenhuma interferência política no Plano Safra, de onde se tira a prova e a demonstração que foi a Senhora Presidente da República que, por uma ordem, mandou que, no Plano Safra, isso não fosse contabilizado?

É incrível! Aí, agora, a ficção tenta ganhar corpo à realidade, porque os dois testemunhos foram claríssimos, absolutamente claros. É uma metodologia antiga, não houve ingerência política, não houve determinação, havia inclusive uma discussão dentro do próprio Tribunal de Contas, que, no final de 2015, decidiu o que deveria ser feito e passou a ser feito. Como, então, a Senhora Presidente da República determinou coisas que não aconteceram?

É incrível como... É só não discutir política econômica, não se indagar outras questões, porque todas essas questões devem ser discutidas, mas, nesse processo, o que se estava tentando demonstrar é que a Presidente da República, deliberadamente, havia determinado ao Banco Central, que era um instrumento seu, um capacho seu, fazer situações de camuflagem daquilo que efetivamente deveria revelar para a população...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ... o engodo que foram os atrasos no Plano Safra. E dois depoimentos claros, límpidos demonstram que não houve interferência política, que é uma metodologia que vem de 1991, que é oriunda do FMI e que, só no final de 2015, isso foi decidido pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, não há farsa, não há má-fé, não há dolo, mal feito ou bem feito, não há absolutamente nada relação a essa questão. Então, com todas as vênias, é de uma clarividência solar. Perdoem-me, mas é evinte. O testemunho é claríssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Pergunto, então, para finalizar, a V. Sª: a divergência no Tribunal de Contas se deu através de dois órgãos. Poderia precisar V. Sª os dois órgãos e aproximadamente a data em que essa divergência se deu?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Eduardo Cardozo.

Com a palavra, por dois minutos, a testemunha Dr. Fernando Rocha.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Dentro do processo que nós estamos tratando no TCU, a unidade técnica responsável por fazer a inspeção, por fazer a auditoria e fazer o relatório dos seus achados de auditoria foi a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda). Ela fez esse relatório, que foi divulgado em 12 de dezembro de 2014, e afirmava, em relação àqueles seis passivos que já foram apresentados aqui, que não estavam incluídos nas estatísticas, do ponto de vista da SecexFazenda, que o Banco Central deveria fazê-lo, que deveria registrá-lo a partir do momento em que eles fossem inscritos nos ativos das instituições credoras.

O processo evoluiu. Em abril de 2015, foi divulgado o Acórdão nº 825, contra o qual o Banco Central apresentou pedido de reexame em 21 de maio.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – E. pelo Regimento do TCU, a análise do pedido de reexame é feita por uma outra área técnica distinta da que fez o relatório. Essa área técnica foi a Secretaria de Recursos do TCU.

O relatório da Secretaria de Recursos do TCU deve ter sido divulgado em setembro. Eu teria que consultar para saber a data precisa, não tenho certeza. Eu sei que, em julho, foi feita a admissibilidade; em setembro ou outubro foi divulgado o parecer da Secretaria de Recursos. E, no parecer da Secretaria de Recursos, ela defendia, em vários dos seus quesitos, que o Banco Central tinha razão nas suas alegações, ou então que a metodologia do Banco Central estava correta para os fins que ela foi gerada e que a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal era outra. E, ao final do processo, o Tribunal de Contas da União esposou, basicamente, a manifestação defendida pela Secex Fazenda, com a contribuição do Ministério Público de Contas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada à testemunha, Dr. Fernando Rocha.

Tem mais um minuto...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço, Srª Presidenta.

Um dado preciosíssimo que foi revelado agora.

Vejam os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que, depois de abril de 2015, ainda havia um órgão do Tribunal de Contas da União que dizia que o Banco Central estava aplicando a metodologia certa. Depois de abril de 2015, um órgão do Tribunal de Contas também dizia que deveria ser revista a posição anterior do órgão.

A posteriori, em dezembro, houve o acórdão que o sacramentou. Mas terá a Senhora Presidente da República também manipulado esse órgão do Tribunal de Contas da União, que dizia que estava certo o Banco Central e o que havia sido feito? Será que o poder de manipulação presidencial chegou a tal ordem: a manipular o FMI em 1991, a manipular todas as situações que ocorreram há 20 anos?

Senhores, não há como sobreviver a tese de que a Senhora Presidente da República engendrou uma trama para ocultar passivos para lesar a população. A verdade é clara.

Agradeço à testemunha.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ninguém tem culpa de nada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. Obrigada ao Advogado, Dr. José Eduardo Cardozo.

Eu dispenso a testemunha Dr. Fernando Rocha, agradecendo a sua presença e colaboração.

Solicito à Secretaria que conduza à mesa a próxima testemunha, Sr. Paulo José dos Reis Souza.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, eu gostaria de saber se é a última.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a última.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É um momento de muita comemoração.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, senhor; é ltima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – A Defesa pode requerer mais alguma se o Senador Caiado concordar. (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Declino, Sr. Advogado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nós vamos para o *Guinness*. Não existe nenhum julgamento com 60 testemunhas ouvidas no mundo. É a primeira vez! Inaugurou-se um novo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Caiado, o dia de hoje foi de muitas emoções aqui na Comissão e vai se encerrar de maneira absolutamente tranquila, serena. Eu espero que o nosso Presidente retorne depois do seu almoço tardio. Então, faremos também o encerramento, demonstrando à sociedade brasileira a responsabilidade da Acusação e da Defesa neste processo. Não podemos tergiversar e vamos, até o final, cumprir rigorosamente com o nosso dever e a nossa responsabilidade.

Eu quero passar a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para os questionamentos à testemunha Sr. Paulo José dos Reis Souza.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Advogados, eu quero cumprimentar a testemunha, Dr. Paulo José dos Reis Souza, que já soube que é meu conterrâneo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpa, Sr. Relator, mas aqui são muitos Senadores chegando e, no último dia, como eu disse as emoções são grandes.

A Presidência esclarece que a testemunha está devidamente compromissada, estando, portanto, comprometida a falar a verdade, sob as penas da lei.

De acordo com as normas aprovadas, passo, agora sim, a palavra ao Relator, o Senador Antonio Anastasia, para que faça as suas indagações à testemunha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Advogado, senhoras e senhores, eu quero cumprimentar o Dr. Paulo José dos Reis Souza, que é a derradeira testemunha neste processo – *last but not least*, como dizem os norte-americanos.

E eu queria, Dr. José, como é de praxe aqui, explicar que V. Sª é Analista de Finanças e Controle, servidor efetivo do Governo Federal, Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional. E, nessa qualidade, foi arrolado como testemunha da Defesa, para tratar aqui sobre questões relativas ao Plano Safra, que é um dos objetos deste processo de impedimento da Senhora Presidente.

Dr. Paulo José, eu vou submeter ao senhor duas indagações, e vou passá-las por escrito, tão logo as leia, para que V. Sª responda de maneira mais facilitada.

A primeira delas tem o seguinte teor: apenas para contextualização, cito o inciso III do art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que traz a seguinte definição, para efeito daquela lei complementar, do que seria Wo-peração de crédito,

> III - [...] compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros [...].

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nos termos da LRF, atrasos reiterados de valores significativos no pagamento de obrigações da União com instituições financeiras federais poderiam ser considerados operações assemelhadas a operações de crédito?

Segunda questão: em 2015, o Tesouro Nacional não realizou os pagamentos ao Banco do Brasil tão logo se encerrou cada semestre de apuração das equalizações de taxas de juros do Plano Safra. Diante disso, foi aplicado um índice entre a data da apuração e a data do efetivo pagamento dos valores da equalização. V. Sª classificaria esse índice como taxa de juros? Caso contrário, como V. Sª classificaria esse índice?

Então, só essas indagações que eu submeto a V. Sª, e agradeço as respostas.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três minutos para a testemunha, Dr. Paulo José dos Reis Souza; três minutos.

Obrigada.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Boa tarde, Presidenta da Comissão; boa tarde, Sr. Relator.

Bem; quanto aos atrasos do Plano Safra ocorridos até o ano de 2014...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – ... o Tesouro Nacional entende que não se trata de operação de crédito, nos termos do inciso III do art. 29 da LRF.

Com relação aos pagamentos que foram feitos em 2015, o Tesouro entende, nós do Governo Federal entendemos que se trata de atualização de valores, e não de pagamento de juros.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, permita-me só mais um acréscimo no meu tempo de dois minutos, para eu perguntar ao Dr. Paulo José, meu ilustre conterrâneo, o seguinte: na medida em que o Tesouro não entende, portanto, que é operação de crédito, esse atraso se dava a que título?

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Esse atraso se dava em função da programação financeira e valores atrasados, tipo restos a pagar. Então, o Tesouro, sem capacidade para honrar os pagamentos nas datas acertadas...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – ... postergou o pagamento. Mas a gente entende que era atraso, como outros atrasos quaisquer.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estou satisfeito, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, caro Relator.

A próxima oradora inscrita para os questionamentos é a Senadora Lúcia Vânia.

Senadora Lúcia Vânia, por favor. (*Pausa.*)

Senador Ronaldo Caiado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora, eu gostaria de saber em que posição na ordem de inscrição eu estou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É no final da sessão, Senadora Marta Suplicy.

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Waldemir Moka.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não entendi, Presidente. Eu estou...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, desculpe. Eu não vi V. Exª. Não o enxerguei, embora V. Exª não seja uma pessoa totalmente invisível, não é? Pelo tamanho...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É verdade, é verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que o senhor estava... O senhor saiu do seu lugar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu entendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor saiu do seu lugar. Então, eu peço desculpas, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – De maneira alguma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como a Senadora Lúcia Vânia pediu para ser chamada posteriormente – ela seria a primeira... Ela está inscrita em terceiro lugar; então, V. Exª é o quarto inscrito.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, por três minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu entendo, Presidente, e agradeço. Sei do cansaço de todos nós, mas da alegria neste momento, também, por a Comissão chegar à sua última testemunha e caminhar rapidamente para o desenrolar desse processo que tanto vem angustiando a sociedade brasileira.

Presidente, eu me dirijo aos colegas, às colegas e também à testemunha que aqui está. Volto a chamar a atenção para um ponto que acho importante. Quando um banco oficial se dirige ao Tesouro Nacional, ele está comunicando que aquilo ali não é apenas um atraso. Ou seja, quando o Banco do Brasil encaminha 11 notificações ao Tesouro, dizendo: "Olha, vocês não estão atrasando, vocês estão deixando de cumprir aquilo que é obrigação do Tesouro". Não pode o Banco do Brasil financiar política pública! Neste ponto nós somos convergentes: se um banco é controlado pela Presidente da República, não pode ser utilizado para fazer política pública. Então, se ele não pode e o banco recorreu diretamente ao Tesouro Nacional, o Banco Central, nesse momento, tinha que ter escriturado essa situação. "Olha, o Banco do Brasil tem um crédito a receber, a função é do Governo, a lei manda que seja pago de seis em seis meses..." Agora, a tese de que: "Olha, não tem uma data da, porque a partir daí vai ser reajustado esse valor"...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O valor reajustado trouxe para o cidadão brasileiro, pelos nossos cálculos, o prejuízo de R$1,8 bilhão que o Tesouro teve que pagar a mais para o Banco do Brasil. Quem pagou fomos nós. Primeiro ponto.

Segundo ponto: não é possível que o Banco Central não tenha visto que não eram apenas alguns bilhões só, apesar de que está na Denúncia que R$13 bilhões foi o pico que assumiu aqui na subvenção do Banco do Brasil. Veja bem, na totalidade do que o Governo usufruiu, chegou-se a R$61 bilhões de uma prática que nunca existiu antes.

Então, essa deformidade aqui é tão nítida! Como é que o Banco Central, com a agilidade, com a *expertise* que tem, com as pessoas conhecedoras, não diagnostica isso, não toma nenhuma providência e, ao mesmo tempo, passa a maquiar os dados e não dá transparência ao Orçamento da União?

Essa é a pergunta que eu faço a V. Sª como membro do Tesouro e, como tal, responsável por responder a todos esses ofícios do Banco do Brasil que foram notificados a V. Sª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Ronaldo Caiado.

Obrigada.

Três minutos para a testemunha.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Obrigado pela pergunta, Senador Caiado.

No que se refere ao Plano Safra, o atraso dos pagamentos, até o ano de 2014, monta R$8,5 bilhões em valores nominais. Esses valores corrigidos, também até 31 de dezembro de 2014, totalizam R$9,5 bilhões. Esses valores que o senhor cita eu não tenho como responder.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Paulo José dos Reis Souza.

Senador Ronaldo Caiado, dois minutos para a réplica.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom, eu insisto em retornar a pergunta, Sr. Paulo José.

V. Sª é Analista de Finanças e Controle, Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional. V. Sª quer dizer que nunca teve conhecimento de todas essas notificações do Banco do Brasil cobrando do Tesouro o atraso nas subvenções que eram pagas aos produtores? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: quando V. Sª diz R$8,5 bilhões, eu estou dizendo da prática do Tesouro. Quem o antecedeu, o Sr. Fernando Rocha, disse que já viu detectado, sim, na Caixa Econômica Federal que a Caixa estava pagando o programa social do Minha Casa, Minha Vida. A Caixa teve que entrar na Justiça...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... e, aí, sim, o Tesouro a reembolsou.

Pergunto: por que, em relação ao Banco do Brasil, não houve essa mesma atitude do Tesouro em repor ao Banco do Brasil imediatamente quando ele foi notificado?

V. Sª responde pelo Tesouro. Então, pelo Tesouro, por que V. Sª não mandou repor o dinheiro ao Banco do Brasil?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra a testemunha, Dr. Paulo José Rocha, por dois minutos.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Senador Caiado, eu estou como Subsecretário de Política Fiscal do Tesouro somente a partir de outubro de 2015. À época, eu não tomei conhecimento desses comunicados do Banco do Brasil, porque eu não fazia parte da linha direta.

A outra pergunta, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, Senador Ronaldo Caiado, V. Exª tem um minuto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A testemunha está solicitando que V. Exª faça a pergunta, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, então estamos encerrando aqui esta etapa importante da Comissão Especial do Impeachment. Eu quero deixar claro que não só o TCU, mas também a Perícia identificou que houve um empréstimo, que o Governo realmente se apoderou de bancos públicos para fazer uma política da qual está impedido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Está claro o o da Presidente da República, o crime praticado pela Presidente da República. E consolida-se, mais do que nca, o que nós conseguimos aqui ainda detalhar, avançar, naquilo tudo que o Tribunal de Contas da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

nos alertou, trouxe ao conhecimento público. E essas testemunhas que aqui vieram, indiscutivelmente, consolidaram a tese que mostra o crime de responsabilidade da Presidente da República.

A Comissão Especial está encerrando o seu trabalho na parte de ouvir as testemunhas com a consciência tranquila de que nós precisamos, cada vez mais, viabilizar o País para que saia desses artifícios montados por essas práticas ilegais dos últimos anos do governo do PT e traga a recuperação de um processo republicano, que a sociedade brasileira espera, para poder governar e administrar a nossa Nação.

Agradeço a V. Exª. Cumprimento o Sr. Presidente, que volta à mesa neste momento, pela paciência e tranquilidade; cumprimento o nobre Relator e os demais colegas, dizendo que nós cumprimos uma etapa importante. Portanto, agora, esperamos cumprir todo o cronograma aprovado de plano de ação e encerrar essa votação no dia 8 de agora. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu vou ler aqui alguns documentos, bem rapidamente, para a gente suspender a reunião e ir para o plenário.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Em resposta à questão de ordem apresentada pela Senadora Vanessa Grazziotin e subscrita por vários Senadores e Senadoras quanto à atuação dos Advogados perante esta Comissão, esta Presidência esclarece o seguinte. É natural que, neste processo a que ora nos dedicamos, pelas próprias características de que se reveste, as manifestações dos Parlamentares e mesmo dos Advogados sejam, por vezes, marcadas por convicções e paixões. Esta Presidência, entretanto, em atenção às normas legais e regimentais, tem atentamente conduzido os trabalhos no sentido de coibir e reduzir os excessos eventualmente cometidos, para restaurar o equilíbrio e o bom senso que norteiam a conduta, tenho certeza, de todos que fazem parte desta Comissão.

Assim, já decidi que, quanto aos Parlamentares, até mesmo por força do dispositivo constitucional que os torna invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, não vejo a possibilidade de cercear qualquer Senador ou Senadora quando do uso da palavra que lhe é assegurado.

No que se refere aos advogados e às testemunhas, também já foi devidamente esclarecido que estão adstritos ao que está contido na Denúncia 01/2016. Assim, tenho reiteradamente interrompido tanto os advogados quanto as testemunhas, quando entendo que há indícios de que a fala de qualquer deles está enveredando para assunto não tratado no processo judicial que estamos a analisar, e tem sido suficiente para inibir os excessos cometidos até este último dia de oitiva de testemunhas. No entanto, este Presidente sempre teve a cautela de não inibir o trabalho dos advogados e de não intimidar as testemunhas.

Era o que tinha a dizer com relação à questão de ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A Presidência esclarece que, de acordo com o cronograma previamente aprovado, encerra-se hoje a etapa relativa às oitivas de testemunhas. Compareceram perante a Comissão, até a data de hoje, 2 testemunhas de Acusação, 4 testemunhas de juízes, 35 testemunhas das 40 arroladas pela Defesa. Ouviremos mais 4, e falta apenas 1, totalizando 39 pessoas.

Resta uma última testemunha da Defesa, a Srª Célia Corrêa, que, quando contatada, encaminhou à Secretaria atestado médico, para justificar a impossibilidade do seu comparecimento. Devidamente informada, a Defesa não apresentou pedido de substituição desta última testemunha. Declaro, portanto, que se encerrará hoje a fase de oitava de testemunhas perante a Comissão.

Temos que votar o requerimento, bem rapidamente, porque há quórum para votar.

Há sobre a mesa os seguintes requerimentos: Requerimentos de nºs 125, 130 e 131, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, em que se solicita o encaminhamento de questionamentos por escrito a duas testemunhas e a requisição de documentos; Requerimento nº 132, de autoria do Relator, o Senador Antonio Anastasia, em que solicita o envio de documentos a esta Comissão.

Coma palavra o Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nestes requerimentos que V. Exª leu, o meu parecer, já o expliquei, inclusive, à Senadora Vanessa, dispõe que o art. 204 do CPP não permite que a testemunha mande documentos por escrito. Então, quanto aos dois, eu sugiro o indeferimento, e o deferimento quanto à juntada de documentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a manifestação do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Os Requerimentos 125, 130 aprovados, e os Requerimentos 131, 132, 133, 134 e 135; são os aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Suspenderemos, agora, a reunião, para que possamos atender à Ordem do Dia. E retornaremos, para concluir com a testemunha, após o término da Ordem do Dia.

(Suspensa às 17 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro reabertos os trabalhos da Comissão Especial do Impeachment.

Passo a palavra ao Advogado da Acusação, o Dr. Eduardo Dória Nemeh.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria tão somente renovar o agradecimento a V. Exª, porque depois que falarem nós vamos terminar os trabalhos. Eu queria renovar o agradecimento a V. Exª. Foram 26 dias, muito mais de 200 horas de trabalho, e uma convivência, mesmo nos momentos mais tensos, respeitosa, na medida do possível num embate político desse tamanho e dessa responsabilidade. Então, eu queria agradecer a V. Exª por isso.

Mas penso também que a sociedade brasileira, que está acompanhando isso, precisa estar informada: esta é última testemunha a ser ouvida. E para que não paire nenhuma dúvida a respeito de que a Defesa e a Acusação aqui vão se restringir, para que poucos Senadores falem, houve um entendimento. Nós estamos numa sessão deliberativa e, para que cumpríssemos o calendário, houve um entendimento entre as partes – Defesa e Acusação – de que esse seria o entendimento acordado entre as partes. Para que não se suscite, futuramente, alguma dúvida a respeito do que aconteceu nesta última sessão de audiência. Há uma testemunha aqui, o Dr. Paulo José dos Reis Souza.

Então, agradeço, Presidente. Cumprimento V. Exª, o Senador Anastasia e a Secretaria, que, durante todo esse tempo, secretariou a Mesa com muita habilidade e competência, e todos os Senadores que aqui cumpriram com o seu respectivo papel e o seu respectivo dever.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Terça-feira, estaremos aqui para receber a Perícia – analisar, discutir.

Passo a palavra, pela ordem também, ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero confirmar, de fato, à Senadora Ana Amélia que houve acordo entre as partes para que a gente fizesse a última testemunha. E creio, Senadora Ana Amélia, que a gente termina melhor do que começou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não sei se pelo cansaço, porque nós trabalhamos até 14 horas, 12 horas por dia aqui, e a convivência no final ficou melhor do que no começo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade, as tensões vão se aliviando.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Moka, a gente aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As tensões vão aliviando.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em alguns momentos houve tensão, mas eu acho que estamos encerrando esta parte aqui e vamos continuar os nossos trabalhos na próxima terça-feira. Então, só para deixar claro que, de fato, houve um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Foram mais de 220 horas, e, naturalmente, em um ambiente de muito diálogo, de muita democracia, sempre levando em consideração que temos posições antagônicas, posições diferentes que têm que ser respeitadas e precisam ser respeitadas em todos os instantes do funcionamento desta Comissão.

Tivemos também neste período – vamos continuar ainda na próxima terça-feira – um cuidado máximo, tanto a Presidência como a relatoria, no sentido de que a Defesa tivesse o mais amplo direito de uso da palavra, do convencimento, para que nós pudéssemos sair daqui com a nossa missão cumprida e a consciência tranquila.

Com a palavra, pela ordem, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, é só para concordar realmente que eu acho que é importante o que a Senadora Ana Amélia e o Senador Lindbergh disseram, senão dá a impressão de que nós estamos aqui tentando... E, na verdade, nós estamos fazendo isso apenas e tão somente para cumprir com o nosso dever também no plenário do Senado, que, neste momento, ainda vai votar matérias importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Eu quero, com toda a humildade, desculpar-me pelos momentos em que a gente às vezes extrapola, mas eu tenho humildade...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu também me desculpo com V. Exª, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... para pedir desculpas, porque às vezes a gente... Não é isso, eu tenho certeza, Senador, que a população espera da gente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É porque muitas vezes o coração domina a cabeça, a razão e a inteligência, mas coração é para isso mesmo, é para ser usado.

Passo a palavra agora também, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Parece até que nós estamos em um processo de despedida, não é? E isso não é ruim, porque nós somos sentimento, nós somos sentimento! Eu sou um homem plenamente emocional, as coisas só conseguem chegar aqui no meu cérebro porque eu começo tudo por aqui, e, de fato, sou movido a adrenalina mesmo. Nós temos posições, de fato, antagônicas, e a opinião pública que nos vê muitas vezes não consegue entender, depois de um embate tão violento, a gente se cumprimentando, rindo, abraçando-se, e as pessoas... Nós precisamos respeitar quem tem posição.

Há uma coisa que eu quero falar publicamente a respeito da Bancada do Governo – eu queria que o Senador Lindbergh e a Senadora Gleisi prestassem atenção em mim, e o Advogado: eu sou um homem de posições muito firmes, eu sou o que eu creio e, por isso, eu tenho admiração pelas pessoas que têm posição. Eu não consigo admirar quem tem espírito de gato, quem tem complexo de gato, com todo respeito ao animal, mas o meu respeito é por quem tem complexo de cachorro, porque cachorro morre com o dono.

Então, muitas vezes a sociedade não entende quando os vê esbravejando, e gritando, e defendendo as suas posições, quem está lá fora não entende, mas há uma lição em tudo isso, eles são do Partido.

Eles participaram de um Governo por 13 anos. Eles participaram do bônus. Seria honesto fugir na hora do ônus? Não. Mas muitos fugiram na hora do ônus porque gato não gosta do dono, gato gosta do ambiente. E muitos têm espírito de gato: quando você mostra um ambiente melhor, ele vai embora. Eles, com todo respeito, têm espírito de cachorro. E cachorro morre com o dono. Eu não gostaria de ter amigos na minha vida que fossem menos do que isso, porque amigo, para mim, tem que ser amigo no bônus e no ônus. No bônus e no ônus! Quando as pessoas criticavam Roberto Jefferson no *impeachment* do Collor, eu tinha – eu era candidato a vereador em Cachoeiro do Itapemirim – minhas divergências, mas, no fundo, eu tinha...porque foi um cara que participou do bônus, mas foi com o Collor no ônus até o final. Essas pessoas têm alguma coisa para ensinar.

Olha, você tem dois amigos, tem dois filhos, tem um sócio; no bônus, os caras estão com você, seus irmãos estão com você, mas você cai em desgraça, e eles desaparecem. Quem é que tem valor? O que ficou ou o que foi embora? Quem tem valor é quem ficou.

Por isso, quero devotar o meu respeito à Bancada que defende a Dilma, que defende o Governo, que defende suas posições, que acredita nas suas posições, porque o homem é a sua crença. Eu não quero.... Tudo bem, estou aqui lutando pelo *impeachment* da Dilma, e, por mim, haveria 81 votos. Mas tenho dificuldade de respeitar quem comeu no prato dela por tanto tempo, quem desfrutou do Governo – tenho dificuldade – e, depois, com espírito de gato, foi embora.

Então, meu respeito. Sou um sujeito de embate, não corro do embate de jeito nenhum. Mamei no peito de Dadá, nasci desmamado, não tenho como correr do embate, mas sou um cara absolutamente capaz de reconhecer e ser respeitoso. Por isso, realmente, fiz embates duros, mas vocês têm o meu respeito, o meu carinho. Vou lutar até o final para que esse *impeachment* aconteça como vocês lutarão. E é nesse respeito que nós nos manteremos depois de ouvir aqui a última testemunha.

Aos meus companheiros que lutam pelo *impeachment,* também o meu respeito, porque foram dias e horas, algumas madrugadas, horas indormidas, o Presidente pagando seu preço bem como o Relator, todos nós, mas cada um lutando por aquilo em que acredita. E quem luta pelo que acredita merece respeito. Então, vocês têm o meu respeito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Magno. A recíproca é verdadeira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Magno, verdadeiramente, pela sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vou dizer do meu jeito tudo o que o Magno Malta falou: coerência.

Passo a palavra agora à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, depois de tudo o que já dissemos nas mais de duzentas [illegible]as trabalhadas, acho que nada mais justo do que o silêncio. Fernando Pessoa sempre dizia que o silêncio é a grande resposta. Aliás é, muitas vezes, a resposta de que precisamos em uma demonstração de sabedoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

No silêncio, quero apenas dizer que cumprimos mais uma etapa, outras virão, e estaremos aqui no bom combate, cada um defendendo as suas convicções. Tive oportunidade, em momento oportuno, ao ser perguntada sobre o trabalho da Senadora Vanessa Grazziotin, uma vez que temos embates políticos e de ideias, de justamente dizer que, quando se faz com convicção, não há certo nem errado. Então, quero, com isso, dizer que vencemos uma etapa exaustiva.

Gostaria de parabenizar V. Exª pela condução dos trabalhos e dizer que, a partir de amanhã, tudo volta, porque temos ainda mais etapas pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo agora a palavra ao Advogado da Acusação, Dr. Eduardo Dória Nemeh, por até seis minutos.

O SR. EDUARDO DÓRIA NEMEH – Muito obrigado, Exmo Sr. Presidente. É só para finalizar aqui a oitiva das testemunhas.

Sr. Paulo José dos Reis Souza, foi noticiado amplamente, principalmente pelo *Valor Econômico* – e várias testemunhas aqui já confirmaram –, que houve uma reunião em dezembro de 2013 dos técnicos do Tesouro com o Secretário do Tesouro, avisando sobre as irregularidades referentes às pedaladas fiscais.

Diante disso, pergunto ao senhor se participou dessa reunião; se, eventualmente, o senhor não participou, se teve conhecimento da reunião; se o senhor chegou a ler a nota técnica de 97 laudas que foi elaborada para essa reunião; se o senhor chegou a ler ou teve acesso aos eslaides que foram elaborados para o Secretário do Tesouro para apresentação nessa reunião; e se o senhor sabe informar o conteúdo que foi discutido na reunião. Por fim, se o senhor sabe informar quais as providências que o Secretário do Tesouro tomou – se ele tomou alguma providência – diante dos alertas que foram dados nesse documento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra à testemunha, Sr. Paulo José dos Reis, na condição de testemunha, como disse, por até três minutos.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Dr. Eduardo Dória, muito obrigado pela pergunta.

Essa reunião ocorreu no dia 22 de novembro de 2013. Foi uma reunião solicitada pelos coordenadores do Tesouro Nacional. Eu estava presente à reunião. Tive acesso à apresentação dos eslaides. A reunião não tratou de atrasos. O que foi discutido na reunião... Foi um debate sobre conjuntura. Os técnicos do Tesouro Nacional apresentaram seu entendimento. Os assuntos foram: trajetória da dívida, política fiscal, assuntos internos e relacionamento interpessoal.

Após a reunião, não houve nenhum encaminhamento. Os técnicos fizeram a apresentação e o Secretário, após apresentação dos técnicos, contrapôs, fez também uma apresentação. Houve um debate em seguida, mas não houve nenhum encaminhamento após a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Advogado da Acusação, por até três minutos.

O SR. EDUARDO DÓRIA NEMEH – Sr. Paulo, o senhor poderia precisar mais qual foi o assunto que o Secretário do Tesouro apresentou ou abordou nessa reunião, se o senhor recordar?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Paulo José dos Reis Souza, na condição de testemunha, por até dois minutos.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Bem; foi aquilo que eu disse. Ele apresentou uma trajetória da dívida, que sinalizava...

Aliás, os técnicos do Tesouro apresentaram uma trajetória da dívida, que sinalizava um aumento da relação dívida/PIB nos próximos anos, uma apresentação de sua política fiscal, crescimento das despesas obrigatórias e discussões internas, demandas internas dos coordenadores gerais.

Por último, a questão do relacionamento interpessoal.

Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO DÓRIA NEMEH – Então, a questão dos atrasos aos pagamentos ao Banco Central... Não, ao Banco do Brasil, eles não foram tratados na reunião?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um minuto.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Não, porque poucas pessoas tinham conhecimento desse atraso. Como era uma discussão num fórum mais amplo, a discussão foi mais de cenário e conjuntura, observando a visão de teto do Tesouro e, em contrapartida, a visão de secretária.

Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Advogado da Defesa, Dr. José Eduardo Cardozo, por até seis minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Serei breve, Sr. Presidente, apenas para inicialmente cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. V. Exª mostrou, em que pese às vezes ter divergido da Defesa, da Acusação, mas descortino, uma condução que realmente merece o nosso aplauso e a certeza de que V. Exª demonstrou no um grande Presidente deste trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Também quero cumprimentar o meu querido amigo, Professor Anastasia, a quem reservo os meus abraços mais efusivos para depois do relatório. Mas cumprimento também, desde já, o querido Professor Anastasia.

Eu tenho apenas uma pergunta singela, duas etapas na mesma pergunta: eu queria saber qual a opinião do Tesouro sobre a natureza jurídica da relação que existe entre a União e Banco do Brasil no Plano Safra. A minha pergunta é objetiva: o Tesouro entende que aquilo é uma operação de crédito ou que, efetivamente, não era uma operação de crédito? Por quê?

Em segundo lugar, se o Tesouro entendia que não era uma operação de crédito, se antes da decisão do Tribunal de Contas da União, o senhor tinha ouvido alguma discussão na área técnica sobre essa questão ou, realmente, foi surpreendido com a decisão do Tribunal de Contas?

São as perguntas que eu tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a testemunha, Paulo José dos Reis Souza, por até três minutos.

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – Dr. José Eduardo Cardozo, muito obrigado pela pergunta.

Bem, o Tesouro não tinha entendimento de que aquilo era uma operação de crédito. A natureza jurídica eram atrasos, atrasos normais. A gente entendia que não haveria problema em atrasar, até porque o pagamento seria com correção, com atualização dos valores. Não houve...

Em 2015, houve todo um esforço para pagar esses passivos, mas esse entendimento do TCU de que esses atrasos se assemelhariam a uma operação de crédito foi se desenvolvendo ao longo do exercício de 2015 e, quando restou claro para nós que o entendimento do TCU sobre esses atrasos passou a ser de operações de crédito, houve todo aquele esforço no sentido de aproveitar o PLN nº 5, que foi encaminhado ao Congresso em julho e aí, em outubro, aditou-se esse PLN para possibilitar o pagamento desses passivos.

Então, todo o procedimento do Tesouro...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA – ... na condução desses pagamentos até 2014 e até o envio do ofício aditivo ao PLN nº 5, o entendimento, para nós, é de que aquilo não se tratava de operação de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Advogado da Defesa, até três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Sr. Presidente, a testemunha foi extremamente objetiva, conclusiva e, acredito, que exauriu o universo das questões que nós teríamos a fazer. Eu agradeço imensamente o depoimento e a objetividade.

A Defesa está satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dispenso a testemunha, Sr. Paulo José dos Reis Souza, agradecendo a sua presença e colaboração.

Coloco em votação Ata da 25ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme calendário aprovado pela Comissão, confirmo a realização da próxima reunião no dia 05/07/2016, terça-feira, às 11h, para oitiva da Junta Pericial Oficial e dos assistentes periciais.

Reafirmo a intimação dos Advogados da Defesa, bem como dos Denunciantes.

A Presidência comunica ao Plenário as regras para a oitiva dos peritos oficiais e dos assistentes periciais indicados pelas partes. Observo que a Junta Pericial e os assistentes serão ouvidos separadamente, sendo a Junta em primeiro lugar, logo após o assistente pericial indicado pela Acusação e, por último, pela Defesa.

No mais, as regras são rigorosamente as mesmas utilizadas para a oitiva das testemunhas quanto ao uso da palavra pelos Parlamentares e pelos advogados. As normas serão devidamente publicadas na página da Comissão, na internet.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, suspensa às 12 horas e 57 minutos, reaberta às 13 horas e 5 minutos, suspensa às 17 horas e 34 minutos, reaberta às 19 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 46 minutos.)

Senador Raimundo Lira
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

ATA DA 27ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27ª Reunião, realizada em 05 de julho de 2016, às 11 horas e 40 minutos, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Raimundo Lira** e com a presença dos Senadores: **Magno Malta, Simone Tebet, Dario Berger, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Kátia Abreu, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, José Medeiros, Gladson Cameli, Marta Suplicy, Ataídes Oliveira, Humberto Costa, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Sérgio Petecão.** Presente o Senador não membro **Alvaro Dias.** Deixaram de comparecer os Senadores **Wellington Fagundes e Zeze Perrela.** Na ocasião, ocorreram as oitivas da junta pericial, da assistente pericial de acusação e do assistente pericial da defesa, Sr. Ricardo Lodi Ribeiro. O Presidente comunicou à Comissão que o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Min. Ricardo Lewandowski, negou provimento ao recurso da Denunciada contra o indeferimento do requerimento de juntada dos documentos relativos à colaboração premiada do Sr. Sérgio Machado (DOC 140). Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Especial do Impeachment, constituída nos termos do art. 44 da Lei nº 1.079, de 1950, e no art. 380, Inciso II, do Regimento Interno, para proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, apresentada pelos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff, por suposto crime de responsabilidade.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva da Junta Pericial e dos assistentes periciais. Conforme normas previamente aprovadas, iniciaremos os nossos trabalhos com a oitiva dos integrantes da Junta Pericial composta pelo Sr. João Henrique Pederiva, Coordenador da Junta, e pelos Srs. Diego Prandino Alves e Fernando Álvaro Leão Rincon.

Solicito à Secretaria que conduza a junta pericial à Mesa. (*Pausa.*)

Repasso aqui as normas para a oitiva dos peritos e dos assistentes – Código de Processo Penal com rito estabelecido em 1992:

A Junta Pericial e os assistentes periciais da Acusação e da Defesa serão ouvidos separadamente no Plenário da Comissão, na ordem seguinte:

a) Junta Pericial designada pela Comissão Especial;

b) um único assistente pericial indicado pela Acusação;

c) um único assistente pericial indicado pela Defesa;

Quando chamados pelo Presidente e acomodados à Mesa pela Secretaria, a Junta Pericial e os assistentes periciais não terão direito à palavra inicial, já que devem apenas responder às questões;

As perguntas deverão ser objetivamente formuladas ao Coordenador da Junta Pericial e a cada um dos assistentes.

As perguntas serão feitas na seguinte ordem: Relator, Senadores inscritos, denunciantes e, por último, Defesa;

Cada Senador poderá arguir os peritos por até cinco minutos, sobre os laudos periciais;

Cada Senador poderá arguir os assistentes periciais por até três minutos, sobre os laudos.

É importante destacar que as perguntas serão direcionadas diretamente ao Coordenador, porque ele tem esses cinco minutos para responder, e fica a critério do coordenador, se ele achar da sua conveniência, que alguns dos membros da junta responda no lugar do Coordenador.

Cada Senador poderá arguir os assistentes periciais na fase seguinte por até três minutos sobre os laudos;

Os Denunciantes e a Defesa terão cada um seis minutos para inquirir a Junta Pericial e os assistentes periciais;

A Junta Pericial terá o prazo de até cinco minutos para responder;

Os assistentes periciais terão o prazo de até três minutos para responder;

À Junta Pericial ou ao assistente pericial ou assistente pericial não será permitido fazer apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis das conclusões da perícia realizada.

Se houver necessidade, caberá réplica para pedido de esclarecimento da resposta dada pela Junta Pericial ao autor da pergunta, ao qual será concedido prazo de até três minutos para fazê-lo, sendo vedada a formulação de nova pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

É importante que seja bem esclarecido isso quando for feita a pergunta, que será sempre de acordo com os quesitos. Na réplica, não pode ser formulada nova pergunta, é apenas esclarecimento.

Se houver necessidade, caberá réplica para pedido de esclarecimento da resposta dada pelos assistentes periciais, na fase seguinte, ao autor da pergunta, ao qual será concedido prazo de dois minutos para fazê-lo, sendo vedada formulação de nova pergunta.

A lista de oradores será aberta pela Secretaria uma hora antes da reunião, que já aconteceu aqui.

Não haverá inscrição para uso da palavra na qualidade de Líder.

A Presidência esclarece que as perguntas deverão ser dirigidas ao Coordenador da Junta Pericial, que disporá de até cinco minutos para resposta. As perguntas deverão ser formuladas com a finalidade de esclarecer as respostas aos quesitos previamente aprovados pela Comissão, não sendo permitida apresentação de novos quesitos, nos termos de que dispõe o art. 159, § 5º, inciso I, do Código de Processo Penal.

Prestados esses esclarecimentos, passo a palavra ao Relator, se for da sua conveniência, para que faça as suas indagações ao coordenador da Junta Pericial.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Advogados, bom dia, membros da Junta Pericial, meus cumprimentos. Sr. Presidente, não tenho necessidade de esclarecimentos da Junta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senhores, quero cumprimentar os três peritos, inclusive dizer que, quando fizemos alguns questionamentos não é nada pessoal. Reconhecemos a qualificação dos senhores, acho que fizeram um trabalho importante.

O primeiro ponto que quero destacar aqui é em relação à operação de crédito ao Plano Safra, item 12 da conclusão que queria ler que fala:

"Pela análise dos dados dos documentos e das informações relativas ao Plano Safra, não foi identificado ato comissivo da Excelentíssima Senhora Presidente da República que tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos."

Esse ponto para nós é fundamental, Sr. Presidente, o que prova que não há autoria. Também já havíamos enviado o requerimento ao Banco do Brasil, e também o Banco do Brasil falava que a assinatura era do Ministro da Fazenda. O próprio Ministério da Fazenda confirmou isso.

Falo isso aqui porque escutei de alguns Srs. Senadores uma tese da omissão em cima desse caso, do crime de responsabilidade.

Ora, Sr. Presidente, na verdade, a atribuição aqui... Existe uma atribuição conferida pela legislação para quatro Ministérios na condução desse projeto do Plano Safra. Não dá para se falar em omissão. Só dá para se falar em omissão quando você tem o dever de fazer e não faz. Nesse caso aqui, isso não se justifica, porque a Presidente da República não tinha atribuição alguma.

Mas quero entrar em um segundo ponto, que acho muito importante, sobre os decretos, que está na conclusão, no item nº 7: "Segundo as informações apresentadas pela SOF, nos processos de formalização dos decretos, não houve alerta de incompatibilidade com a meta fiscal". Isso para nós é muito importante, porque mostra que não houve dolo. Agora, na verdade, isso aqui é insuficiente. Não é que não houve alerta por parte da SOF.

Está aqui, no questionamento nº 28, na p. 128 do laudo pericial, quando houve a primeira pergunta: "Houve na requisição de alguns dos decretos editados o apontamento de incompatibilidade com a meta fiscal?". E a resposta está clara em todas as exposições de motivos. Diz o seguinte: "Esclareço, a propósito, que dispõe o *caput* do art. 4º que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário".

Então, eu queria questionar os senhores porque, na verdade, não é que não houve alerta. Houve, por parte... E aqui tenho vários documentos: documento da SOF, falando que a edição do decreto era compatível com a meta fiscal; exposição de motivos do Ministro do Planejamento, também dizendo que o decreto era compatível com a meta fiscal; depois, a área jurídica, a AGU, no caso a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento – está aqui assinado pelo Dr. Paulo Fernandes Feijó –, que disse: "a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício". E há também documento da Casa Civil dizendo a mesma coisa.

Então, eu só queria aqui tocar nesse ponto, para nós fundamental, porque tem a ver com a discussão do dolo. E eu quero chamar atenção, porque não é só "não foi alertada"; ela, na verdade, foi... Todos os órgãos que assavam falavam da compatibilidade dos decretos com a meta fiscal.

Quero entrar, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Sr. Presidente, é que é muito corrido quando você vai ter que ler trechos da Perícia... É tão difícil aqui.

Eu queria entrar em um ponto que para nós também é muito importante. E o Senador Anastasia, nos itens 30 a 34, fala o seguinte: "Em quais anos houve alteração da meta fiscal? Como foi a execução fiscal nos anos de alteração da meta? Houve algum ano em que o PLN foi enviado ao Congresso e, depois, houve alteração da meta? Houve situações análogas às de 2015?"

Na verdade...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está muito difícil, porque está muito barulho e está...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... e a gente tem que correr muito.

Esse ponto para nós, Sr. Presidente, é muito importante. Houve uma decisão do Relator em relação à Perícia, mas isso aqui é importante não para examinar se houve crime lá atrás, mas para discutir se houve a mudança do entendimento do TCU em 2015 e se as metas são anuais ou não são anuais.

E aqui quero trazer questões que considero muito importantes. Quero trazer um acórdão de 2009, que mostra de forma clara aqui: "O Poder Executivo encaminhou proposta de alteração da meta do resultado primário"... Aí fala: "Assim, a presente avaliação já leva em consideração as...

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está difícil.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Lindbergh, vou dar mais um minuto a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é nada contra o Senador Caiado, mas ele podia telefonar em outro lugar agora, porque está atrapalhando de fato.

Então, aqui estão claras as posições do Tribunal de Contas da União, em 2009, em que houve o envio do PLN, e, a partir daquele momento, já se começou a trabalhar com as metas futuras. Há decreto de crédito suplementar sobre superávit financeiro, Senador Anastasia; e há uma decisão nova, que eu queria trazer para a avaliação dos senhores, que é uma decisão também de 2009. E no outro relatório, no Relatório de Acompanhamento da Secretaria de Macroavaliação Governamental, se diz o seguinte:

> Como houve a mudança da meta [e o Tribunal de Contas disse "tudo bem, nós trabalhar com essas metas daqui para frente"], contudo, cumpre salientar que até o presente momento o projeto de lei que versa sobre a redução da meta do superávit primário da LDO de 2009 encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Todavia, de modo antecipado, o Poder Executivo modificou a sua programação financeira, editando decretos que levaram em conta as novas metas propostas, porém, não formalmente estabelecidas, haja vista que, embora iminente, a alteração da LDO 2009 ainda não foi consumada.

Aí, o que diz o Tribunal?

> Nesse sentido, é cabível que este Tribunal determine à Secretaria de Orçamento Federal que, quando da realização da última avaliação orçamentária bimestral [a quinta], relativa ao exercício de 2009, a ser efetuada até o vigésimo dia após o encerramento do 5º bimestre, se utilize da meta de resultado primário vigente à época.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concluindo:

Então, qual foi a decisão anterior, numa mesma situação, em 2009? Em 2009, foi mandado o PLN, o Tribunal autorizou que se tratasse, naquele PLN, dos efeitos futuros da meta e disse o seguinte: "Olha, só depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

do 5º bimestre, só depois de outubro, 20 dias de outubro, se não for aprovado o PLN, você tem que fazer o contingenciamento de acordo com a proposta original".

Esse é um ponto aqui para mim central...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... para mostrar que houve a mudança do entendimento e que não existe essa tese de metas bimestrais, como foi apontado por alguns estudos do TCU. E há uma confusão, na verdade, na perícia, na minha avaliação, sobre metas anuais e bimestrais aqui. Há uma confusão o tempo todo na perícia. E eu queria que os senhores esclarecessem isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Henrique Pederiva, na condição de Coordenador da Junta, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado pelo questionamento, Excelência, e pela oportunidade de esclarecer.

Na verdade, isso já foi, de certa maneira, objeto de esclarecimento na medida em que o próprio TCU, no seu Acórdão nº 1.464, de 2015, apontou exatamente a inobservância dos princípios da legalidade, dos pressupostos de planejamento, da transparência e da gestão fiscal responsável na ausência de contingenciamento e despesas discricionárias ligadas, então, a essa situação que nós estamos vendo.

Na verdade, a clareza que se coloca é que o atual julgamento está sendo feito, no Senado, com regras que são postas num julgamento político. E isso é importante ser colocado, porque muitas vezes se pretende usar critérios de responsabilidade administrativa, penal ou civil numa responsabilidade que é política. E é isso que está em jogo.

Do ponto de vista estritamente da Junta, não há nenhuma confusão, nenhuma dúvida de que há incompatibilidade, porque, diante do ordenamento jurídico posto, uma lei por fazer não tem o condão de se sobrepor a uma lei que está posta.

E, diante de um quadro fiscal que se deteriorava, naquele momento havia então uma necessidade de observância dessas restrições postuladas pelo Congresso. E, desde esse ponto de vista, o que se observou foi uma incompatibilidade dos procedimentos então adotados – no caso, a edição dos decretos – com esse quadro referencial. Essa é a posição da Junta.

E o próprio TCU, no julgamento das contas de 2014, ressalvou a edição de alguns decretos em situação bastante similar à presente. Então, não parece haver nenhuma contrariedade em relação à posição da Junta.

Aí gostaria de ouvir a sua opinião, ver se tem algum complemento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Três minutos, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, os senhores não me responderam em relação a um tema que eu acho que é muito importante, que é a questão do alerta, que, para nós, é fundamental por causa da discussão do dolo. Estou mostrando que não só não houve alerta, mas os senhores tinham em mão aqui a exposição de motivos que diz que o decreto era compatível com a meta.

Eu acho que o termo "alerta" é um termo leve. Não é que a Presidente não foi avisada. Todos os órgãos diziam que era compatível. O Ministro do Planejamento dizia, a SOF dizia, o consultor jurídico dizia, a Casa Civil dizia...

Então eu acho que esse é um ponto que merece ser trabalhado, porque é algo central para nós.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Sim; nós podemos corroborar o seu ponto no seguinte sentido: há documento da autoridade à época, dizendo: "Sim, nós editamos os decretos com a meta que estava por fazer, compatível com a meta por fazer".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não é esse o termo.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Então, isso é confessado; isso é...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é esse o termo, "meta por fazer", não. O termo está aqui na exposição de motivos, olha só:

"Esclareço, a propósito...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Lindbergh, V. Exª tem direito de usar três minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então eu vou fazer de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ele já concluiu. Já concluiu a primeira pergunta, e V. Exª tem três minutos agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então ótimo.

Deixe-me falar: não é "por fazer". O que está nos termos todos que eu tenho aqui é o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

> Exposição de motivos.
> Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º, que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetam a obtenção da meta do resultado primário.

Isso está em todos esses documentos que eu falei. Isso é importante nesta discussão, porque nós estamos entrando num debate sobre dolo, sobre se a Presidente agiu com intenção de cometer um crime, quando aquilo passa por 20 órgãos técnicos e assessorias, e todos eles...

Então eu acho importante a gente fazer uma correção. Não é só não foi alertada; estava nos documentos que era compatível com a meta. Esse é um ponto.

Eu quero entrar também na discussão sobre essa confusão... Aqui está muito confusa a questão do art. 4º da LOA – está muito confuso –, porque há vários aqui, quando os senhores respondem à Senadora Vanessa, na pág. 59, "se a obtenção da meta do resultado primário estabelecida para o exercício financeiro de 2015, prevista no *caput*, é realizada pelo seu aspecto orçamentário ou pelo seu aspecto financeiro". Aí os senhores pegam a resolução da SOF e dizem: "Dessa forma, verifica-se que o resultado primário é realizado pelo pagamento da despesa. Portanto, relaciona-se com o aspecto financeiro". Perfeito, eu concordo com isso. Só que não concordo com outros textos.

Aí continua, com a Senadora Vanessa perguntando de novo: "se o resultado fiscal apurado em 2015 considerou alguma despesa apenas autorizada". Aí se diz: "Não; o resultado fiscal não considera as despesas apenas autorizadas, pois não é mensurado a partir de dotações orçamentárias, mas considera as despesas autorizadas e pagas".

E continua.

Há um texto, na pág. 41, que diz o seguinte:

> A Lei nº 4.320, de 1964, definiu crédito suplementar como aquele destinado a reforço da dotação orçamentária. Ao mesmo tempo, o art. 35 da referida lei...
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –

> ... considerou pertencentes ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Dessa forma, no momento da edição do decreto de crédito suplementar, ocorre a ampliação da dotação orçamentária, não havendo geração de despesas.

Aí continua – e eu concordo: "Se a dotação autorizada não for objeto de contingenciamento, a sua execução gerará despesa".

Tudo bem. Aí entra a parte que começa a modificar. Eu falo aqui da pág. 42, também respondendo à Senadora Vanessa.

> Nesse ponto, cabe diferenciar impacto sobre a obtenção da meta, que se efetiva no momento da edição do crédito suplementar daquele outro impacto real, que se verifica no momento do pagamento da despesa. O primeiro pressiona a obtenção do resultado primário fixado pela LDO, na medida em que amplia autorização para despesa. O segundo só se consolida com o efetivo pagamento da despesa.

Aqui, a meu ver, há uma confusão que precisa ser esclarecida. O termo "pressiona" existe em vários outros.

O fato é que o art. 4º é muito claro. O art. 4º estabelece que deve haver compatibilidade com a meta fiscal. E, quando a gente fala em meta fiscal, é execução financeira. Então, esse ponto aqui precisa ser mais esclarecido, porque ficou parecendo, até para mim, que havia várias mãos. E, pela pressa – sei que foi um trabalho corrido...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... podia parecer que um perito tinha uma posição, e outro perito tinha outra. Então, para nós, a definição desse art. 4º é muito importante.

Eu só concluo dizendo, Sr. Presidente, que eu tinha outros questionamentos sobre as ditas pedaladas, mas outros Senadores vão fazê-los.

Mas, sinceramente, sobre o Plano Safra, há uma questão que encerra o debate, que é a ausência de autoria. Não há crime sem autoria de um Presidente da República.

Em relação aos decretos, eu creio também que a Perícia foi muito correta quando reconheceu que a Presidente não foi alertada. Eu mostrei aqui que, além de não ser alertada, eles diziam que os decretos que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

assinados eram compatíveis com a meta. Então, para nós, está claro também que, em relação aos decretos, não pode existir crime, porque não houve dolo por parte da Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Coordenador, Sr. João Henrique, por até três minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradeço, Presidente.

São três pontos importantes para comentar.

O primeiro é o dolo, sobre o qual não vai se manifestar a Junta, porque extrapola. Quer dizer, são questões de foro íntimo do próprio julgador que afetam diretamente o mérito. Isso já foi colocado tanto no laudo quanto, depois, nos esclarecimentos, e reiteramos, então, essa questão, esse ponto.

Em relação a dúvidas dos peritos, todos os elementos que constam do laudo e dos esclarecimentos representam uma uniformidade. Houve uma convergência de opiniões em relação ao que está posto nesses dois documentos.

Especificamente em relação ao efeito fiscal negativo, à questão da compatibilidade, "desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário", esse é um ponto interessante, porque, reiteradamente, tem sido afirmado que isso estaria ligado, então, aos limites que estariam postos no contingenciamento.

A Junta adotou – e tem razões para isso, e, se for necessário, podemos explicar, esclarecer – o critério da dotação como ponto de referência, primeiro porque prestigia o Congresso e, a partir desse entendimento, é que foi construído esse argumento de incompatibilidade dos decretos. E é importante ressaltar que metade, enfim, desse efeito fiscal negativo não passa pelos limites de contingenciamento na forma de doações, enfim. Então, esse argumento parece um argumento... Um meio argumento parece uma defesa fraca contra essa situação que está colocada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O que não passava no decreto de contingenciamento?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, por cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Podemos explicar isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, uma nota de felicitações à equipe pericial pelo trabalho realizado, que tinha por escopo responder duas perguntas básicas: se ocorreram crimes na prática das pedaladas fiscais e também na edição dos decretos de suplementação orçamentária.

Nas duas hipóteses a resposta foi "sim"; havia ali a caracterização de descumprimento de preceitos legais. E essa primeira formulação que faço, se, de fato, numa interpretação ligeira, rápida, a resposta foi positiva para a indagação da prática de crimes nos dois itens que estavam sob análise.

Quanto à autoria, resta comprovada a participação direta e irrefutável de Sua Excelência a Presidente Dilma Rousseff no que diz respeito aos decretos de suplementação. Eu, inclusive, em resposta a perguntas à Imprensa, cheguei a, num tom de brincadeira, de descontração, dizer: "Não é preciso ser perito para ler o *Diário Oficial*", porque a materialidade da participação da Presidente da República está publicada no *Diário Oficial da União*. Portanto, quanto a essa primeira acusação, não há dúvidas quanto à materialidade, à autoria, à participação da Presidente.

Peço apenas que os senhores possam esclarecer o ponto, que me parece fundamental, que diz respeito à utilização do PLN nº 5 de forma antecipada. O Governo passou... Várias testemunhas arroladas pela Defesa de Sua Excelência a Presidente Dilma Rousseff, em respostas a indagações formuladas por vários Senadores, deixaram claro que o Governo utilizou adrede a aprovação do PLN nº 5, o que, naturalmente, caracteriza um desrespeito à Lei Orçamentária e, portanto, o crime de responsabilidade, uma vez que o Governo considerou aprovada uma meta que estava ainda em tramitação no Congresso Nacional e que só veio a ser aprovada no final do ano, salvo engano, no dia 3 de dezembro, como se desejasse limpar a cena do crime. Portanto, esse é um ponto importante.

Outra questão que faço aos senhores, de maneira muito objetiva, é se a perícia conclui como operação de crédito as chamadas pedaladas fiscais?

Se há um entendimento de que houve ali uma intenção, mesmo que não fique caracterizada uma ação direta, um ato pessoal da Presidente afastada, nos créditos, nas chamadas pedaladas, como empréstimos disfarçados, fraudulentos, que levaram, inclusive, na década de 90, a vários bancos estaduais serem extintos. Os bancos estaduais foram liquidados exatamente, porque, à altura, os governadores dos Estados utilizavam desses expedientes para financiar o Tesouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Então, a caracterização dessa prática fraudulenta, naturalmente, não exige uma assinatura da Presidente Dilma Rousseff, porque ninguém assina uma fraude, porque ninguém coloca a sua digital em algo que é feito para burlar o sistema de controle de fiscalização, porque o que fica claro – e aí a Defesa perde por completo a razão –, quando diz que não há ato da Presidente. Claro que não há, e não haveria nunca, porque ela é mentora intelectual, mandante de uma fraude, que é a maior fraude fiscal da história do Brasil. Portanto, não se encontrará ali facilmente a sua assinatura, porque não existirá e tampouco digitais, porque a intenção era exatamente descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, com burla, com truque, com a chamada maquiagem ou a contabilidade criativa. Conseguiu-se, inclusive, encontrar um nome pomposo e bonito para aquilo que é, indiscutivelmente, a maior fraude fiscal da história do Brasil – contabilidade criativa, com os resultados e as consequências que o Brasil todo conhece e, ainda hoje, experimenta no dia a dia, no cotidiano, na vida dos brasileiros, por tudo o que foi praticado.

Então, Sr. Presidente, objetivamente, mais uma vez, cravando o meu tempo, são essas as indagações que faço aos dignos peritos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Sr. João Henrique, na condição de Coordenador das Juntas, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senador.

Com relação ao PLN nº 5, houve um questionamento – nas páginas 61 a 64, ou seja, bastante extensa explicação – se a MP 704 foi utilizada para pagar pedaladas fiscais. Não, ela não foi utilizada para pagar essas operações de crédito.

Respondendo já à outra pergunta, sim, a Junta entende que houve sim operação de crédito, não necessariamente fraudulenta, até porque ocorreu dentro de um arcabouço estipulado, mas não necessariamente também aderente e aí vem uma afirmação da própria Junta de que em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 36.

Então, a Junta entende que houve, sim, operação de crédito e que a desconformidade foi em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, em relação à MP, ela teve uma série de procedimentos que fizeram, primeiro, transformação de fontes, transformação de GND. Então, o que era crédito, o que antes era crédito para amortização de dívida, virou pagamento de juros. O que eram autorizações de gastos, que estavam numa determinada fonte, num determinado orçamento fiscal, acabaram indo para o orçamento da seguridade. Pagaram, então, outros gastos, mas não estritamente os do decreto, nem estritamente os das operações do Plano Safra, que são objeto desta Junta e da própria Comissão.

Com relação aos decretos, a incompatibilidade que se verificou demonstra uma impropriedade, um descumprimento do sistema normativo. E uma das sanções que se coloca é justamente a aferição disso, dessa atribuição de autoria, que vai passar, então, por um juízo, porque não se encontrou um documento que ligasse especificamente, no caso do Plano Safra, mas no caso dos decretos, essa autoria passa pelo decreto. Quer dizer, isso não tem como afastar.

A intenção, se houve intenção ou não, isso vai fazer parte do julgamento do dolo, como bem se referiu o Senador Lindbergh. Portanto, está fugindo ao escopo da perícia, à nossa capacidade de fazer uma afirmação positiva sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Cássio, por três minutos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Apenas para reiterar as perguntas no que diz respeito à resposta positiva da desconformidade legal das duas práticas, eu gostaria de ter uma afirmação nítida nesse sentido.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Certo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não cabe, no meu entendimento, à Perícia identificar a autoria. Não é papel especificamente de peritos identificar se há ou não autoria de um determinado delito. Então, essa pergunta me parece importante, e eu a reformulo, como também gostaria de um esclarecimento sobre a utilização de maneira antecipada do PLN 5, antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Eu gostaria de ter um esclarecimento definitivo sobre isso, que julgo de fundamental importância para o convencimento desta Comissão e também para o convencimento do Plenário e o conhecimento da opinião pública, que precisa saber de fato se a Presidente da República extrapolou dos seus poderes, descumpriu a Constituição, atentou contra os dispositivos constitucionais em considerar aprovado um projeto de lei que da tramitava no Congresso e dele se utilizou como se já lei fosse, o que obviamente não pode ser acolhido, ebido pelo Congresso Nacional como algo normal, muito menos como algo que tenha legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Coordenador, Sr. João Henrique, por até três minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Perfeitamente. Senador, muito agradecido.

Aqui a materialidade está, aos olhos da Junta, bem configurada. Ou seja, houve uma operação de crédito, houve uma desconformidade em relação ao ordenamento posto. Em relação aos decretos, também a materialidade está bem caracterizada aos olhos da Junta. Houve uma incompatibilidade com o ordenamento então posto.

Em relação ao terceiro ponto, que era...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O PLN 5.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – O PLN 5 é *lege ferenda*, é lei por fazer. E, se é lei for fazer, então não se pode pretender extrair como se lei fosse. E isso também foi unanimidade aos olhos da Junta. Não houve dúvidas sobre isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Só um minuto, Senador. Gostaria de passar um complemento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Está no tempo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Por favor.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cássio, quanto ao PLN 5...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Diego Prandino.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Isso.

Quanto ao PLN 5, o relatório de avaliação de receita do terceiro bimestre, que embasou o Decreto de Contingenciamento nº 8.946, já consignava expressamente que estava sendo considerada a meta do PLN 5, que só veio ser aprovado em 3 de dezembro daquele ano.

Então, sim, já no relatório, datado de 22 de julho, foi considerado o PLN 5.

Quanto à operação de crédito, muito se debateu aqui acerca da natureza da relação jurídica entre a União e a instituição financeira Banco do Brasil. Uma questão que deve ser ressaltada é que, atendendo a um questionamento da Junta, o Tesouro Nacional encaminhou o Documento nº 132, que consta da página da Comissão...

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – ... que ratifica que foram inscritos e reinscritos no início de 2015 o valor de R$13,2 bilhões em Restos a Pagar em favor do Banco do Brasil.

Bom, pelo art. 92 da Lei nº 4.320, inscrição em Restos a Pagar configura dívida flutuante. Logo, a inscrição em dívida a pagar nada mais é do que o reconhecimento de uma dívida. E o reconhecimento de uma dívida, a teor do art. 29, § 1º, da LRF, configura operação equiparada à operação de crédito, que é proibida, por ser uma instituição financeira controlada pela União, pelo art. 36.

Então, acho que fica bem caracterizada a questão quanto à operação de crédito e também quanto à utilização antecipada do PLN 5 para fim de edição de decretos de contingenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, por cinco minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu cumprimento o Sr. João Henrique Pederiva, Coordenador da Junta, como também estendo os cumprimentos ao Diego e ao Fernando Álvaro.

Por um relatório que deixou claro e com as respostas que estão sendo dadas às perguntas formuladas, fica evidente que essa contabilidade criativa, que foi aqui muito bem definida como a contabilidade destrutiva, teve um objetivo único que foi amparar um processo de uma campanha eleitoral, de um processo de projeto de poder, até porque, naquilo que a Perícia, com toda a cautela e com todo o critério que teve para poder elaborar aqui o seu relatório, deixou claro em relação às pedaladas. Primeiro, que houve a operação de crédito – isso ficou claro.

E isso não pode ser isentado da Presidente da República por um fato simples, porque, apesar desta Comissão ser restrita ao Plano Safra, é lógico que a Presidente não pedalou apenas 13 bilhões, como cita o Sr. Diego. A Presidente pedalou R$60 bilhões. Essa é a realidade. O que está na denúncia hoje são 13 bilhões, mas pedalou R$61 bilhões. Então, é um valor estratosférico. A Presidente da República não só tinha conhecimento, mas a tese de dizer: "Olha, onde foi que ela assinou?" É algo inédito. Quer dizer, eu vou querer que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

uma autorização para o crime, uma autorização para o não cumprimento da lei? Não vai existir isso nunca em lugar algum.

Agora, todos os pontos levantados pela Junta demonstraram exatamente o que o TCU também informou. Ou seja, existe uma carta prévia do Procurador do Tribunal de Contas da União à Advocacia-Geral da União, existe uma carta do Presidente do Tribunal de Contas da União alertando e mandando que a Presidente da República parasse de fazer a prática em 2015 que havia feito em 2014.

E, como tal, houve o desrespeito a tudo isso para tentar aí achar uma saída para todo um processo de campanha eleitoral que foi criado em 2014.

Em relação aos decretos, realmente é incontestável aquilo que o TCU coloca e que V. Sªs aqui apresentam também numa conclusão clara, mostrando item por item daquilo que a Presidente colocou. Por uma questão até de uma deferência a esta Comissão, V. Exªs não quiseram usar a tese de que o Executivo considera o Congresso Nacional como sendo um órgão acessório. Ou seja, ele tem, como foi muito bem colocado pelo Diego, o terceiro relatório aqui e tem a petulância de incluir exatamente o PLN 5 como matéria aprovada. Olha, não tem que fazer contingenciamento de R$56 bilhões ou fazer contingenciamento de apenas R$5,8 bilhões ou R$8,6 bilhões e, no entanto, deixar no PLN 5 mais R$48 bilhões. É a isso que nós assistimos, quer dizer, é um desrespeito completo.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É uma prática da agressão, ou seja, da prerrogativa da Presidente da República sobre o Congresso Nacional, fazendo com que o ilícito fosse dado continuidade para explicar um orçamento inicial de R$60 bilhões de superávit, para terminar o ano com R$117 bilhões negativos.

A pergunta que faço é a seguinte: como vocês interpretam essa tese para a sociedade, para o cidadão poder entender a pedalada, ou seja, com o dinheiro pagar duas dívidas? Ou seja, aquilo que o governo não podia fazer, porque são bancos controlados, ela utiliza daquele dinheiro para ocupar de políticas sociais ou pagamento de juros ou outros desvios que queiram fazer. Ao mesmo tempo, tem a parte orçamentária também que ela usa.

Como é que vocês conseguem definir, de uma maneira mais palatável para o cidadão, a palavra pedalada? Como é que ela usa esse crime para poder mostrar para a sociedade o período eleitoral em que ela estava atendendo a todas as demandas e que o Brasil iria melhorar no atendimento à área social, como de emprego e também de investimentos?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Desculpa, isso não é pergunta para Perito, não é objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Diego Prandino. Ou melhor, ao João Henrique, na condição de Coordenador, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Muito obrigado, Senador.

A ideia da operação de crédito...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero informar ao Sr. João Henrique que qualquer pergunta que eventualmente esteja fora dos quesitos da perícia, V. Sª poderá informar que não pode responder.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra por cinco minutos, Sr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – A operação de crédito... É interessante a sua pergunta, Senador, porque permite justamente esclarecer o que foi motivo de mais debate internamente: em que momento está configurada a operação de crédito.

Quando o Banco do Brasil empresta o dinheiro para o agricultor e tem uma diferença de taxa, essa diferença de taxa já passa a ser responsabilidade do Tesouro Nacional. Mas essa diferença de taxa não precisa ser paga naquele momento.

Ela vai acumulando até fechar o período de apuração, como se fosse um imposto de renda, vai fechar um período de apuração.

Então, todas as diferenças de taxa vão acumulando. Fechou o período de apuração, no primeiro dia seguinte, primeiro de janeiro ou primeiro de julho, passa a ser devido esse valor. Esse valor é devido, mas ainda não pode ser pago porque tem que ser liquidado.

O que quer dizer liquidar? O Banco do Brasil tem que apresentar essa conta para o Tesouro e o Tesouro [illegible] que dizer: "Olha, é realmente essa conta que eu estou devendo, é isso mesmo que eu tenho que pagar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Bom, isso significa que o Banco do Brasil, nos termos que estão as portarias que regulam a matéria, tem 20 dias para apresentar as planilhas de apuração e aí o Tesouro Nacional tem um prazo para validar aquelas planilhas e para fazer o pagamento.

O que a Junta entendeu é que configurada, então, a parte que cabia ao credor, o Banco do Brasil, cobrar o Tesouro e, apurado o valor, nesse instante, o Tesouro Nacional tem que pagar. Se ele não paga, é como se ele tivesse pegando esse dinheiro que ele iria usar para pagar, essa diferença de taxa, para fazer outras coisas. E, nesse instante, para nós, configurou o momento exato da operação de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ronaldo Caiado, três minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, é lógico que esses dados ou essa maneira com que o Sr. João Henrique descreve fica muito claro, ou seja, o dinheiro que deveria ser repassado ao Banco do Brasil para quitar aquilo que foi acumulado como subvenção do Banco do Brasil, no empréstimo aos agricultores, foi usado para outros fins. Para outros fins, e que nós levantamos, com dados do Banco Central, que apenas 1,8% foi destinado a programas sociais, 98% foi destinado a outras causas não republicanas.

Aí mostra que o processo da campanha eleitoral estava sendo, naquele momento, tentado a buscar uma saída para poder pavimentar todo aquele desmonte que foi praticado desde 2014, exigindo, com isso, ainda o processo da prática, tanto dos decretos como também das pedaladas, muito bem referidas por V. Exª.

Tanto é verdade que o Banco do Brasil teve o cuidado de encaminhar ao Tesouro, mês a mês, aquele excesso que estava ali repassado ao Banco do Brasil, que ele tinha direito; o Tesouro, ao mesmo tempo, não escriturava aquele passivo junto ao Banco do Brasil, maquiava as informações da realidade, da transparência fiscal e, mais do que isso, o governo utilizou esse dinheiro para um segundo objetivo que não era aquele que o orçamento determinava e que o Tesouro tinha obrigação, que era quitar...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...as pedaladas que estavam sendo feitas com o Banco do Brasil.

É importante que seja dito que as pedaladas da Caixa Econômica Federal para o programa Minha Casa, Minha Vida só foram pagas porque a Caixa Econômica entrou junto ao Poder Judiciário para se queixar daquele atraso.

E aí, sim, o governo teve que pagar. Nessa hora – está certo? –, o alerta foi o Poder Judiciário. Nessa hora, a Presidente teve que pagar.

O alerta feito pelo Tesouro à Presidente da República, ela mandou: engavete, eu não vou ouvir; eu não sei; eu não vou me pronunciar sobre o fato. Isso é que ficou evidente. Ela se beneficia de um crime que é usar o dinheiro de um banco que está sob controle da Presidente da República, para fazer com que haja uma contaminação da política fiscal do País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. João Henrique, por três minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradeço, Presidente, mas não vi uma pergunta. Então...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, por cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Da mesma forma como fizeram os Senadores que me antecederam, quero cumprimentar os servidores do Senado Federal que compõem essa Junta pericial e, através dos senhores, cumprimentar os demais consultores, não só do Senado, mas da Câmara, que são muito dedicados nessa área de Orçamento.

Então, como disse o Senador Lindbergh, qualquer problema de entendimento é uma questão meramente política, entretanto profunda – profunda, porque tenho dito, na abertura de cada fala que faço aqui, que nós estamos, há meses, sentados aqui ouvindo testemunhas, técnicos do Tribunal de Contas, num processo que poderá, se aprovado, tirar o mandato de quem democraticamente foi eleita no País.

Portanto, nós estamos vivendo aqui o processo mais sério com que a política brasileira pode conviver. Estamos, há meses, discutindo algo que – tenho certeza absoluta – não se casa com a realidade, de tão simples que é.

E, lendo não só a perícia que os senhores elaboraram com competência, mas lendo os resultados dos questionamentos que lhes foram encaminhados, saio daqui com a certeza ainda maior: a Presidente Dilma não cometeu crime nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Aliás, o Plano Safra, esse já foi afastado, não só pelos senhores, mas pelo próprio Relator das contas de 2014, pelo Ministro Augusto Nardes, pela Relatora do Orçamento de 2015, Senadora Rose de Freitas, enfim, pelo Banco do Brasil, por todos. Não há nenhuma participação da Presidente Dilma, nem omissiva, nem direta, nem indireta, nem comissiva, nem omissiva. Não há. Então, eu nem vou falar sobre a questão do Plano Safra. Quero deter aqui os meus questionamentos à questão dos decretos.

E nós somos obrigados a voltar para o início. Não há tese aqui, porque o que a gente vê são muitas páginas procurando criar teses para uma questão que é muito simples: primeiro, nós não estamos diante de nenhuma novidade, não estamos diante de nenhum ato que a Presidente Dilma cometeu, que anteriormente não tivesse sido cometido e que não tivesse sido aprovado pelo Tribunal de Contas da União.

O Senador Lindbergh falou: em 2009, em 2002, era a mesma coisa. Então, naquela época podia fazer, naquela época podia trabalhar com a perspectiva de meta, agora já não pode mais, agora não pode.

Então, nós somos obrigados a voltar a esse aspecto. Então, pergunto aos senhores – uma pergunta bem objetiva –: o art. 4º da Lei Orçamentária exige a compatibilidade, permite, autoriza que o decreto seja aberto por lei. O crédito suplementar por decreto autoriza, mas exige a compatibilidade das alterações, das programações, com a obtenção da meta do resultado fiscal. Esse é o condicionante.

Eu perguntei aos senhores o que os senhores entendem por compatibilidade. E lhes digo: não estou muito satisfeita com as respostas que li.

Mas eu quero saber também dos senhores o que significa meta de resultado fiscal.

Quando é que se mede a meta de resultado fiscal? É esse termo que está escrito na lei. E quando é que, em relação às contas de 2015, foi atestado o cumprimento ou não da meta fiscal?

Segunda questão que questiono aos senhores. Está aqui nas conclusões do próprio laudo. O item 3 que diz o seguinte: como esses decretos não se...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... submetem às condicionantes expressas no *caput* do art. 4º da Lei, sua abertura demandaria autorização legislativa prévia, nos termos do art. 167 da Constituição Federal.

Eu estou entendendo que isso aqui diz o seguinte: por decreto, a meta não pode ser ferida; agora, por lei, pode. É isso? Por decreto a meta não pode ser ferida, mas por lei pode.

Por fim, o item 5º. Os senhores dizem, no item 5º: embora não se tenham obtido informações completas relativas à execução das dotações suplementares constantes exclusivamente dos três decretos, essa Junta identificou que pelo menos uma programação de cada decreto foi executada orçamentária e financeiramente no exercício de 2015, com consequências fiscais negativas.

A minha resposta a esse item nº 5... Eu queria que os senhores me explicassem com base em duas tabelas que os senhores colocaram no laudo. As tabelas constantes das páginas às fls. 75 dos esclarecimentos do laudo e da página 127 do laudo.

Isso é fundamental para que possamos dirimir aqui as dúvidas que nós temos.

Porque, Sr. Presidente, eu li, eu reli e, sinceramente, aqui estão buscando chifre na cabeça de cavalo, Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Henrique, na condição de coordenador, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senador, pela possibilidade de esclarecer.

Vamos começar pela diferença entre decreto e lei.

O art. 4º da Lei Orçamentária Anual para 2015 regulamenta, regula, disciplina a edição de decretos presidenciais para abertura de créditos suplementares. Outra forma de promover, de abrir esses decretos é por projeto de lei. Só que a disciplina está nas diretrizes orçamentárias, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. Então são disciplinas diferentes.

As condicionantes da apresentação, da submissão, do tratamento de cada um, do processo legislativo, do devido processo legislativo orçamentário seguido por cada um desses meios de editar então o crédito suplementar são diferentes, e as condicionantes são diferentes.

Portanto, a comissão entende que não se pode equiparar o decreto a uma lei, porque o devido processo legislativo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – ... orçamentário que seguem são diferentes.

Eu vou passar a palavra, agora, para o meu colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Senadora Vanessa, quanto ao primeiro questionamento, V. Exª perguntou quando se mede a meta. Há de se fazer uma diferenciação entre o que é meta de resultado primário e o que é resultado primário efetivo. A meta de resultado primário é número fixo, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais da LDO. Então, para afetar a meta, só um novo projeto de lei que altere a meta.

O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas primárias que é aferida ao final do exercício. Então, muito se debate aqui, às vezes se fala "a meta", "o resultado", utilizando-os como sinônimos, mas meta é um número fixo, estabelecido desde a LDO, e o resultado vai ser apurado só ao final do exercício, competência do Banco Central do Brasil.

O segundo questionamento é se por lei poderia ser aprovado o crédito suplementar e por decreto, não. O art. 4º, *caput*, estabelece que a alteração na programação orçamentária deve ser compatível com a obtenção da meta. E aí estamos falando de programação orçamentária, não estamos falando de execução financeira.

Quando o crédito é aberto por lei, no art. 39 da LDO, § 4º, exige-se, na exposição de motivos, que o Poder Executivo declare que a execução das despesas do decreto será compatível com a meta. E a junta deixou bem claro, nos esclarecimentos, que uma regra de hermenêutica é que não há expressão ou palavra na lei que seja em vão. Então, se em um momento o legislador – inclusive por proposta do Poder Executivo – utiliza a expressão "execução de gastos" e na outra utiliza "programação orçamentária", os conceitos devem ser interpretados de formas distintas. Até porque há de se privilegiar a competência do Congresso Nacional, exposta no art. 48 da Constituição, para dispor sobre orçamento público e diretrizes orçamentárias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Um dos questionamentos que nos foram feitos seria se as ações constantes dos decretos teriam sido executadas. Aí, em algum ponto do laudo, fizemos o exercício se as ações consideradas dotações iniciais mais as suplementações tinham sido executadas. Isso é de fácil obtenção. Porém, em outros pontos, foram feitos questionamentos se as suplementações constantes dos decretos tinham sido executadas – exclusivamente as suplementações.

Com os dados que constam do processo e com os dados que nós conseguimos tirar dos sistemas, não é possível fazer este levantamento num tempo hábil, em apenas dez dias. Por isso, perguntamos à SOF, pedimos esses dados à STN, que nos indicassem se haviam sido executadas orçamentária e financeiramente exclusivamente as dotações suplementadas. Infelizmente, esses dados não nos foram encaminhados. Mas, para não deixar o quesito sem resposta, pegamos, por amostragem, uma suplementação de cada decreto e conseguimos demonstrar que pelo menos uma de cada decreto foi executada financeiramente, causando o resultado fiscal negativo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Diego Prandino, por favor.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – ...ao fim do exercício.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin. Três minutos.

Eu quero recomendar ao Sr. João Henrique, quando passar a palavra a um membro da junta, que ele diga o nome, para que possa constar em Ata e nas notas taquigráficas.

Muito obrigado.

Três minutos, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Olhem, eu quero dizer que acho que as respostas dos senhores reforçam ainda mais a minha convicção: a Presidente Dilma não cometeu nenhum crime quando abriu os decretos, por uma razão.

O que eu perguntei para os senhores? Muito simples. O que significa compatibilidade? E o que significa dizer que não pode afetar o resultado, a meta fiscal? E os senhores me responderam. A meta fiscal é medida no final do ano. Então, nós só temos como verificar se houve impacto ou não no final do ano. Não adianta querer inventar que lá no quadrimestre, lá no bimestre ela não pode impactar porque não existe. Meta fiscal existe para ser medida ao final do ano. E os senhores me responderam. Foi no final do exercício que foi atestado que a meta não foi ferida – a meta mudada, é certo –, mas, em outros anos, também foi mudada.

E para que servem os relatórios? Servem para medir, para aferir se está sendo cumprido ou não, se o Governo está buscando a compatibilização com a meta final. E não é só o decreto de abertura de crédito suplementar que tem que ser analisado; junto com ele têm que ser analisados os decretos de contingenciamento. Aí os senhores mesmo escrevem. Vejam, não quero usar as minhas palavras; quero usar as palavras dos senhores. Aqui no Quesito nº 2 do laudo inicial, o que os senhores respondem quando são perguntados pela Acusação? contingenciamento foi suficiente para assegurar o cumprimento das metas de resultado?" E os senhores pondem: "Conclui-se que o Poder Executivo cumpriu as metas do resultado fiscal." E lá embaixo: "Logo, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

decretos de contingenciamento editados foram suficientes para assegurar o cumprimento das metas do resultado fiscal de 2015." Isso são os senhores que falam.

Respondendo ao Quesito nº 20, também da Defesa: "A abertura de crédito leva necessariamente ao aumento dos gastos e ao descumprimento da meta?" Os senhores respondem: "Não se pode afirmar...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que a abertura de créditos suplementares leva necessariamente ao aumento de gastos." Os senhores estão me respondendo positivamente. Não há impacto nenhum na meta.

E, ainda no Quesito nº 24, desta vez da Defesa, pergunta-se se a execução das ações suplementares pelos quatro – agora três decretos – ficou acima ou abaixo da dotação inicial. Então, vejam qual é o problema, senhores. Primeiro, nós não tínhamos que medir o impacto final lá porque aqui a tese está dizendo que ele impactou durante aquele momento, não lá atrás, lá no final do ano, porque lá não impactou, mas aqui, nesse exercício que os senhores disseram que fizeram em relação aos três decretos, teria impactado.

Os senhores me desculpem. Eu não sei ler a tabela que os senhores mesmos descreveram. E aqui vou citar os números que estão escritos na tabela: "Dotação inicial dos quatro decretos: R$23 bilhões", ou seja, a lei que nós aprovamos. "Dotação suplementada: R$27,5 bilhões. Pagamento: R$17 bilhões." Como R$17 bilhões podem ter impactado? Ou seja, uma diferença que poderia ter sido gasta e não o foi de R$6 bilhões. Então, nem aí houve impacto. Mas que tivesse havido aí. O impacto não se olha em uma ação. Aliás, os senhores analisaram uma ação a partir de uma única fonte de receita. Uma ação tem várias fontes de receita e não pode ser analisada com uma só, mas os senhores analisaram com uma única fonte de receita. Mas digamos que aí tivesse impactado – que não impactou, porque os números mostram que não impactou. Vejam que o Ministério da Educação podia gastar mais do que estava previsto para ele, mas o da Defesa gastou menos. Um complementa e compensa o outro. Essa é a regra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Portanto, Sr. Presidente, eu queria que eles falassem desses números do impacto que aconteceu, sobretudo da utilização de uma única fonte de receita para analisar que houve impacto negativo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Henrique. Até três minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Srª Senadora, o impacto, na verdade, é definido pela programação orçamentária nos exatos termos do art. 4º. Então, o fundamento e o que está em discussão é exatamente o art. 4º. E o art. 4º fala em programação orçamentária. E o argumento que tem sido usado é que essa programação orçamentária seria estipulada pelos limites de contingenciamento que já estavam postos à época da edição do decreto.

Ocorre que esse Decreto 8.456, de 22 de maio de 2015, excepciona desses limites as despesas custeadas com receitas oriundas de doações de convênio, que, circunstancialmente, equivalem à metade do efeito fiscal negativo que foi apurado pela Comissão, não na parte financeira, mas na parte orçamentária. Então, a compatibilidade orçamentária, quando mais não seja, nesse montante, não estava sendo observada nos termos. Então, fica, praticamente, metade da programação orçamentária...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para que servem, então, os decretos de contingenciamento?

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Não servem para doações e convênios, porque estão excepcionados. Segundo o art. 1º:

> Os órgãos, os fundos, as entidades do Poder Executivo, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social da União poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei 13.115, de 20 de abril de 2015, observados os limites estabelecidos no Anexo I.

Muito bem.

> § 1º Não se aplica o disposto no *caput* às dotações orçamentárias relativas a:
>
> .....
>
> III Despesas custeadas com receitas oriundas de doações e de convênios.

Isso representa praticamente metade do efeito fiscal negativo que foi apurado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, então, o senhor quer er que recurso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é um contrassenso, doação...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Presidente, vai ser permitido o pingue-pongue?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...recursos específicos...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Um esclarecimento, Presidente.

Vai ser permitido o pingue-pongue?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...com o Coordenador João Henrique, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é para aceitar doação, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Coordenador João Henrique.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é para aceitar doação. Isso é uma loucura.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ainda tem 50 segundos. Concluiu, Sr. João Henrique?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não pode usar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concluiu?

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Ainda não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Cinquenta segundos V. Sª tem, 40 segundos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Por gentileza.

Então, por mais meritório que possa parecer, o exame de mérito deve também se submeter ao exame de legalidade, está certo? Então, são requisitos intrínsecos e extrínsecos a qualquer ato administrativo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Recurso de doação pode ser usado para função diversa daquilo que obteve?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, não é discussão, Senadora, aqui é pergunta e resposta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No fundo, o que ele defende é que não pode usar doação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pergunta e resposta.

A palavra está com o Coordenador João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Então, do ponto de vista da Junta, primeiro: a compatibilidade tem que ser orçamentária, isso não envolve movimentação financeira. Segundo, compatibilidade deve ser aferida pelos decretos, pela dotação e não pelo limite. Sendo que um dos motivos é justamente que apenas esses limites excluem exatamente as despesas custeadas com receitas oriundas de doações e de convênio, ou seja, eles não estão no limite.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra, agora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, pela ordem, não. Já respondeu sua pergunta, não pode.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Todos os Senadores se contêm aqui, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, eu, objetivamente...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não dá, para tocar os trabalhos desta forma, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...não há debate.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vou querer a palavra a ordem, também, estou me contendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não pode ter debate paralelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Se for uma questão de ordem, depois eu dou essa questão de ordem. Agora não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Uma pergunta que não foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Telmário Mota. Cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Dr. Prandino falou aqui, ele sabe o que eu perguntei e quer responder, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É ele que vai responder, não é V. Exª. É ele que vai responder.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu preciso da resposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ele não vai responder o que V. Exª quer que responda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, ele nem respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ele tem que responder pela convicção dele.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, obrigado.

Queria perguntar ao Sr. João Henrique e aos demais membros que, ao analisar o resultado da perícia dos senhores, me surgiram outras dúvidas.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, está difícil. Nem eu estou ouvindo a minha voz. É possível manter o silêncio?

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, Sr. Presidente, voltando ao Sr. João, entendo perfeitamente que a questão do Plano Safra não tem a digital da Presidente. Quero saber se ela recebeu orientações técnicas neste sentido. E tem mais, não caracteriza empréstimo, porque quando você atrasa uma dívida no banco, você não está formulando um novo empréstimo. Você pode estar atrasando um pagamento ou um repasse.

Tenho, para agilizar, e gostaria que a assessoria técnica entregasse para o Sr. João cinco perguntas que vou formular. Para facilitar, poderia entregar, por favor.

Primeiro, no seu entendimento, a simples autorização mediante decreto para abertura de créditos suplementares caracteriza o descumprimento do art. 4º da LOA? Como a meta de resultado primário poderia ser afetada por uma simples autorização orçamentária? Primeira pergunta.

Segunda. Os senhores já estão de posse das perguntas. A Perícia entendeu que não houve participação direta ou indireta da Presidente da República na questão das ditas pedaladas fiscais. Mesmo assim, gostaria de saber se, no seu entendimento, haveria alguma forma de o Governo ressarcir as despesas havidas pelas instituições financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES) sem que houvesse o reconhecimento de dívida, para que não houvesse essa possível equiparação do ato a uma operação de crédito, nos termos do art. 29, § 1º, da LRF?

Terceira pergunta. Houve alerta dos órgãos de controle sobre a ocorrência das ditas pedaladas fiscais? E sobre abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa?

Quarta pergunta. Houve propostas de outros poderes para abertura de crédito suplementares no período dos créditos abertos por decreto na denúncia? Se é assim, esses créditos foram abertos usando instrumento, por exemplo, lei, decreto, portaria, etc.?

Quinta pergunta. Abertura de crédito suplementar mediante decreto foi uma prática reiterada no Governo brasileiro. É correto caracterizar essa prática como crime de responsabilidade da Presidenta? Não se gerou ambiente de confiança em que a prática era plenamente aceita pelos órgãos de controle e pelo Congresso? Em isso, não seria o caso de primeiramente determinar que cessasse abertura de créditos por meio de decre-, antes de pensar em qualquer tipo de sanção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

E mais duas para a gente concluir – V. Exªs não têm essas duas aí, mas poderão anotar.

Os senhores conhecem alguma lei, decreto ou qualquer norma jurídica que se refira a metas bimestrais de resultados primários?

Existem várias metas ou o art. 4º da LOA refere-se, no singular, a apenas "meta"?

Última pergunta. De onde, portanto, os senhores retiraram a expressão "meta fiscal vigente", ao afirmar...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... no relatório de Perícia de V. Exªs?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Henrique. Cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Presidente; obrigado, Senador.

A simples autorização não caracteriza o descumprimento do art. 4º, porque ela deve ser vista com o pano de fundo do ordenamento que está vigente. Então, é necessária essa desconformidade... Essa conformidade, essa análise de conformidade é que vai falar da compatibilidade ou incompatibilidade da autorização, no caso, por decreto.

Como a meta de resultado poderia ser afetada por uma simples autorização? A meta é fixada pela LDO. Na verdade, o atingimento dessa meta é que pode ser prejudicado, e era isso que estava sendo aferido do ponto de vista da programação orçamentária.

O segundo ponto vai lidar com alguma coisa que extrapola o objeto da Junta, porque pede alternativas, então, de ressarcir despesas, gastos, enfim, com Banco do Brasil, Caixa e BNDES. Então, nós não temos e não observamos isso nos laudos; alternativas de procedimentos.

Houve alertas de órgãos de controle sobre a ocorrência das "pedaladas fiscais" – entre aspas? Sim, houve cobranças do próprio Banco do Brasil dirigidas ao Tesouro. Então, houve esse tipo de indicação do Banco do Brasil cobrando do Tesouro ou, enfim, combinando com o Tesouro como seriam feitos esses pagamentos.

E sobre a abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa? O que houve, como já foi mencionado, foi até uma declaração dizendo que os decretos eram, justamente, compatíveis, porque estavam compatíveis com a meta que estava na lei por fazer. Então, essa foi uma declaração que ocorreu aqui no âmbito da própria Comissão.

Houve propostas de outros Poderes para a abertura de créditos suplementares no período dos créditos abertos? Sim, houve proposta. Inclusive, nos decretos que são objeto da Junta e da Comissão, quase 8%, então, desses valores de decretos foram destinados ao Poder Judiciário, sendo que 92, então, ao Poder Executivo. Então, nos próprios decretos, houve outros Poderes, sim.

Abertura de créditos suplementares mediante decretos, que foi uma prática reiterada dos governos, é correto? A simples abertura, não. O que acontece é que tem que ser visto o direito objetivamente posto, o direito positivo que está vigente no momento. Então, não é de cessar a abertura de crédito por decreto, mas talvez de aperfeiçoar o conjunto de regras que estão incidentes sobre isso, se elas são consideradas não satisfatórias. O que não se pode fazer é escrever uma regra e, depois, dizer que essa regra ou aquela não vale.

Metas bimestrais. Existe uma apuração quadrimestral, e o que vale, para fins de cumprimento do resultado de meta fiscal, é o resultado anual. Então, chega-se ao fim do ano e isso é verificado.

A questão da meta fiscal vigente... Esse último ponto que o senhor acrescentou eu, realmente, não peguei.

Qual é a última questão?

Meta fiscal vigente da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do seu art. 2º e do Anexo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu posso ajudar. Eu posso ajudar, porque ficou muito singelo.

Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um momento, Senador. Eu vou dar o tempo de V. Exª. Aguarde um pouquinho.

Concluiu?

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Três minutos, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Presidente, primeiramente, eu quero agradecer ao Sr. João Henrique.

Muito obrigado pelas respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Eu fiquei extremamente convicto de que, realmente, não houve nenhum crime de responsabilidade. Está muito claro aí que a Presidenta, com relação às pedaladas, não há nenhuma dúvida, não tem participação direta, e que era corriqueiro, no Brasil, os órgãos competentes, sem ser diretamente a Presidenta, fazerem isso.

Quanto aos decretos, ficou muito mais claro ainda que a meta ia ser analisada no resultado final, no final do ano. E, só para dirimir qualquer dúvida, o PLN nº 5 alterou a meta fiscal do Governo. Isto é, exatamente este Congresso alterou o resultado primário de R$55,3 bilhões para R$119,9 bilhões. Ou seja, este Congresso é o único órgão competente para alterar naturalmente a meta que estava constando da LOA. E o Congresso fez isso ao final do ano.

Portanto, mesmo que naquele momento da emissão dos decretos eles não tivessem o amparo na meta fiscal, posto que só ia ser apurada no final do ano, eles ainda tiveram a anistia do Congresso brasileiro. Então, ficaria muito difícil, hoje, o Senado brasileiro cassar uma Presidenta da República quando ele mesmo disse que ela poderia fazer, e ela fez, aqueles gastos devidamente.

Então, a análise de V. Sª eu entendo, compreendo; entretanto, veja que das cinco ou sete perguntas que nós fizemos nenhuma delas se sustentou em apoio técnico.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Ficou sempre numa análise relativa que não se concretiza de que realmente a Presidenta cometeu qualquer tipo de crime de responsabilidade.

Então, é lamentável. Eu não tenho nenhuma dúvida. Entendo também, Sr. Presidente, que a maioria daqueles que estão aqui já está com um conceito preconcebido e poucas coisas poderiam mudar. Mas eu me pautei em trazer perguntas técnicas exatamente para aqueles que se debruçaram sobre a questão e pudessem clarear para mim mais alguma coisa.

Então, não tenho mais nenhuma dúvida de que todo esse procedimento do *impeachment* da Presidente Dilma foi feito naquele pacto que foi proposto pelo Presidente do PMDB no sentido de parar a Lava Jato para ele não ir parar no fundo da cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Dário Berger, por cinco minutos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores e senhores peritos, os aspectos formais que pesam sobre a Presidente da República são as conhecidas pedaladas fiscais e as edições de decretos suplementares sem a devida autorização legislativa.

As pedaladas fiscais poderíamos considerar como um empréstimo, vamos dizer assim, aos bancos controlados, para honrar despesas do Governo, uma vez que o Governo se encontrava ou se encontra em dificuldade financeira e não pôde honrar no tempo certo, vamos dizer assim, as consideradas pedaladas.

Bem; aqui, senhores peritos, nós travamos uma ampla e especial discussão sobre o que eram realmente esses atos de pedaladas fiscais. A Defesa defende que isso eram apenas prestações de serviço propriamente ditas, uma vez que o Governo atrasou o pagamento e entendia que essa modalidade se enquadrava na prestação de serviço. Eu, até em determinado momento aqui, fiz um questionamento: se é que era prestação de serviço, deveria incidir sobre a prestação de serviço os impostos referentes ao serviço, e que eu tinha curiosidade de saber se efetivamente esse recolhimento da prestação de serviço tinha efetivamente ocorrido, o que acredito que efetivamente não deva ter ocorrido.

Entretanto, eu também quero concordar com a tese do Senador Telmário de que um Presidente da República ou uma Presidente da República não é simplesmente afastada por apenas, provavelmente, um ou dois aspectos formais. Na verdade, para se afastar uma Presidente da República, existe um rito, que a gente vem discutindo sistematicamente aqui. E esses aspectos formais são exatamente para seguir um rito de tramitação, com ampla e profunda defesa das partes envolvidas, para que se apure efetivamente então se houve responsabilidade ou se não houve responsabilidade da Presidente da República.

É evidente que não caberia aqui elencar todos os aspectos inerentes, vamos dizer assim, às dificuldades econômicas, tão discutidas já, que nós estamos travando aqui na Comissão Especial do *Impeachment*, para que elas fizessem parte dessas questões formais, para fazer um juízo de valor a respeito da questão do *impeachment* ou não da Presidente da República.

Então, a primeira pergunta que eu faço é que, nessa ampla discussão, a perícia entendeu que isso foi lmente uma operação de crédito. Bem; certo, ponto. Queria que os senhores pudessem discorrer um pounho mais sobre essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A outra questão é sobre os decretos. Mas a questão dos decretos não é a edição de decretos propriamente dita, porque os decretos são emitidos e editados milhares e milhares deles. A questão dos decretos é a seguinte: editar o decreto fora da meta ou fora de uma autorização do Congresso Nacional. O que está em discussão não é...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... propriamente dita, a edição do decreto, mas sim se os decretos foram editados, ou alguns decretos, ou três deles, ou quatro deles, foram editados fora da meta e sem a devida autorização legislativa, o que já foi discorrido aqui também amplamente, não só pela perícia, mas também em todas as outras discussões que nós travamos a respeito dessa questão.

E a última questão que eu coloco é a seguinte: o art. 84 da Constituição dispõe sobre a administração superior e estabelece que o Presidente da República exerce a sua atividade, evidentemente auxiliado pelos seus Ministros e por seus auxiliares diretos. Isso não foge, vamos dizer assim, à responsabilidade da Presidente da República, que é, evidentemente, a Chefe Maior da Presidência da República e, na verdade, a grande responsável por tudo que acontece na República, assim como os governadores são responsáveis pelo que acontece nos Estados e os prefeitos são responsáveis pelo que acontece nos Municípios.

Essa foi a primeira pergunta.

E a segunda – só para concluir, Sr. Presidente – é para saber se realmente os decretos foram emitidos sem a devida autorização legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Até cinco minutos, Sr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Sim, Senador. No entender da Junta, houve essa edição fora do contexto, do enquadramento jurídico que permitiria, enfim, um manejo do decreto naquele momento.

O senhor também mencionou a questão da eventual operação de crédito como prestação de serviço, que foi uma tese levantada aqui. Isso foi objeto do Esclarecimento nº 12 nesse segundo laudo pericial, nessa segunda rodada de esclarecimentos, nas pp. 20 a 28. É uma extensa fala, uma extensa resposta exatamente sobre a descaracterização dessa relação entre o Banco do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional – a União, no caso – como sendo de prestação de serviço.

Dois motivos – só para citar dois dos que estão lá, porque são várias páginas: não há obrigação de dar o mútuo do Banco do Brasil com o beneficiário – é uma obrigação de dar, e não de fazer –; e há uma ausência de remuneração. Então, foram duas ponderações que respaldaram o entendimento da Junta de que, de fato, é uma operação de crédito, em sua substância, e não outra relação jurídica qualquer.

Por fim, em relação à questão da administração superior, como o senhor perguntou, isso, de fato, tem uma larga tradição no nosso Direito, inclusive o Decreto-Lei nº 200, de 1967, que é o decreto da Reforma Administrativa, estabelece vários princípios que vão nos orientar – e orientaram inclusive a Constituição. No seu art. 15, Título III, o decreto vai falar Do Planejamento, Do Orçamento-Programa e Da Programação Financeira, o que parece muito apropriado no momento. Então, o art. 15 vai dizer que:

> Art. 15. A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República.

Então, essa atribuição, vamos dizer assim, é concedida, há um bom tempo já, ao nosso Chefe do Executivo. É o comentário que teríamos a fazer a propósito da sua pergunta. É o retorno que podemos dar.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, eu quero agradecer à Perícia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Três minutos, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para eu dar continuidade aqui ao meu pensamento.

A perícia, objetivamente, confirma que, no entender dos técnicos e dos peritos, houve efetivamente operação de crédito e não prestação de serviço. Logo, parece-me que isso confirma a responsabilidade do agente público que, no caso, é a Presidente da República. Parece-me também, pelo que entendi, que a perícia confirma que foram editados também decretos fora da meta e sem a devida autorização legislativa. Portanto, novamente se confirma a responsabilidade da Presidência da República.

Essas são, efetivamente, as dúvidas que precisam ser elucidadas aqui entre os Senadores e as Senadoras que fazem parte da Comissão Especial do Impeachment. Então, de certa forma, toda a discussão anterior que foi travada com a perícia confirma a responsabilidade da Presidente da República.

Portanto, o processo de *impeachment* merece prosperar, uma vez que esses são apenas, como já falei anormente, os aspectos formais que estão levando ao afastamento da Presidente da República. Portanto, eu convenço de que, infelizmente... Porque eu, sinceramente, Sr. Presidente, faço parte da Comissão de *Impea-*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

chment, por um dever de ofício e porque fui escolhido pela minha Bancada para aqui participar, mas o meu desejo era o de que o Brasil fosse outro, que nós não estivéssemos aqui discutindo um processo de *impeachment*...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito pelo contrário; gostaria de ter chegado aqui, no Senado Federal, e buscar, sobretudo atender às necessidades do meu Estado, fazer com que o País pudesse voltar a crescer, se desenvolver, prosperar, gerar emprego e oportunidades para o seu povo. Porém, infelizmente, esse imbróglio todo que acabou se constituindo nos impôs essa condição, e, nessa condição, nós temos que analisar isso com muita responsabilidade, com muito equilíbrio e muita serenidade sobretudo, para não cometer injustiças, porque nada corrige, no futuro, uma injustiça que possa ser praticada por nós.

Por isso é que eu fico insistindo nessa questão, a fim de que eu possa ter um juízo real, concreto e definitivo quanto efetivamente à responsabilidade da Presidente da República. E, hoje, é essa Presidente da República, mas poderia ser qualquer Presidente da República. Nós estamos aqui fazendo nenhuma distinção com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente Raimundo.

Eu não tenho nenhuma pergunta a formular aos senhores.

Eu quero, neste momento, Sr. Presidente, parabenizar o Dr. Fernando, o Dr. Diego, o Dr. João Henrique pela imparcialidade, pela competência desse relatório, dessa perícia.

Pois bem, sobre essa emissão de decretos de créditos suplementares, o que temos aqui repetidamente falado, a lei dos crimes de responsabilidade, Lei nº 1.079/50, nos seus arts. 10 e 11, deixa muito claro que a Presidente Dilma não poderia ter emitido esses decretos sem autorização legislativa. Isso é fato. Quanto aos fatos, não há como recorrer! Tomar dinheiro emprestado de banco estatal também não pode!

A Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 2000, esta pérola que Fernando Henrique Cardoso deixou para o País, no seu art. 36, também é muito clara: não se pode tomar dinheiro emprestado de banco estatal. Então, não há mais o que se discutir quanto a isso.

No seu relatório, os senhores disseram o seguinte: não há nenhum documento com a assinatura da Presidente Dilma. Os senhores estão corretos. Isso está perfeito. Então, ela não tem culpa? É claro que sim! Isso, aqui, já foi discutido! A Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 10, então, inciso VII, está lá:

> Deixar de promover ou de ordenar, na forma da Lei, o cancelamento, a amortização ou constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito, realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei.

Ou seja, ela ficou sabendo um dia. Em 2015, ela ficou sabendo. Qual foi a atitude que a Presidente Dilma tomou? Nenhuma! Pois bem. Volto aqui a dizer que o Presidente Cunha foi muito bacana com a Presidente Dilma, porque, se tivesse aceito na íntegra o pedido dos juristas – aqui da Drª Janaina, do Dr. Bicudo e do Dr. Reale –, a coisa estaria muito pior, porque esses empréstimos, inclusive, foram recorrentes.

Em 2014, R$19,6 bilhões foram para o PSI, para o Bolsa Família; R$13,5 bilhões, a famosa equalização de taxa de juros; e daí por diante. Aqui, temos um ofício do Banco do Brasil, em que, em 2012, a União devia ao Banco do Brasil, dessas taxas de equalização, R$3 bilhões, correspondentes a 35 lançamentos, que só foram pagos em 2015; uma parte, em 2013 e 2014; mas, a maioria, em 2015. Os de 2013 foram todos pagos, liquidados, em 2015; os de 2014 foram todos pagos em 2015.

Foi aquela história do déficit primário de 2015, de R$111,2 bilhões, em que se pagaram, no mês de dezembro, R$70 e tantos bilhões, sendo R$55 bilhões das pedaladas.

Portanto, a Presidente Dilma não tinha como não saber. Ela pode não ter assinado, mas não tem como ela não ter tido essas informações.

O art. 13, §2º, do Código Penal também deixa muito claro o resultado de que depende. A existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. "Considera-se causa, ação ou omissão, sem a qual o resultado não teria ocorrido."

Aí vem o §2º: "A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado".

O dever de agir incumbe a quem?

A) ter por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância – que é o caso da Presidente da República;

b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;

c) com o seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Aqui o art. 84, inciso II, da nossa Carta Maior...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... que diz que é privativo, é privativo da Presidente da República, com auxílio dos seus Ministros, a administração.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente. Estou concluindo.

De forma que não há o que se discutir. É questão aqui agora de tempo.

E eu volto novamente a parabenizar o trabalho dos senhores: muito bem elaborado, muito bem embasado, muito bem pautado, sob a égide de toda essa legislação. É um orgulho para nós ter uma Consultoria como nós temos aqui nesta Casa de leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidentes, eu inicio dizendo que olhos diferentes evidentemente fazem leitura diferente. A leitura que meus olhos fazem...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Primeiro, eu vou, Presidente, aguardar aqui a discussão e, depois, eu continuo. V. Exª desconte o meu tempo, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, olhos diferentes, leitura provavelmente diferente. Os nossos olhos veem com clareza o que conclui a Comissão de Perícia, com a constatação da ocorrência das operações de crédito e, por consequência, de crime de responsabilidade; e também a existência de decretos não autorizados pelo Poder Legislativo, configurando também crime de responsabilidade.

Aqui ouviu-se a tentativa de afirmar "mas não é a Presidente a responsável". Seria uma tragédia se nós não pudéssemos encontrar responsáveis por crimes praticados. Aliás, esta é uma tentativa recorrente: a transferência de responsabilidade, a aceitação da existência do crime sem aceitação da existência do criminoso, como se fosse possível crime sem criminoso.

Para os nossos olhos, não há dúvida. O crime de responsabilidade é de inteira...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... responsabilidade, neste caso, da Presidente da República.

E eu repito: seria uma tragédia não poder apontar a responsabilidade, já que estaríamos permitindo um precedente extremamente perigoso. Estaríamos consagrando uma jurisprudência perniciosa, que certamente estimularia crimes na Administração Pública em todos os setores da vida nacional. Portanto, essa irresponsabilidade não pode permear a ação dos julgadores, a quem compete a definição da responsabilidade neste caso.

Eu faço uma indagação, embora eu repita que todos nós aqui estamos convencidos de uma forma ou de outra. Essa indagação diz respeito a, conforme está registrado nas páginas 54 e 55 do laudo pericial, quesito nº 25.

O Banco Central, na elaboração das estatísticas da dívida líquida do setor público, não vinha computando valor registrado na rubrica Tesouro Nacional, equalização de taxas, safra agrícola, constante do ativo, nas demonstrações contáveis do Banco do Brasil. É difícil encontrar explicação, não sei se os peritos teriam como nos informar quais foram as alegações do Banco Central. Como explica o fato de o Banco Central apenas considerar esses passivos após a decisão do Tribunal de Contas da União? E seria o correto o governo ter uma dívida com um banco que controla e não registrar essa dívida em sua contabilidade?

Portanto, nós gostaríamos de saber, evidentemente não a opinião dos peritos, mas o que ouviram da autoridade monetária em relação à omissão desses passivos no cálculo da dívida líquida do setor público. O Banco Central especificou à Junta Pericial as normas legais que embasaram esse procedimento? Existe a possibilidade de outros passivos também estarem sendo desconsiderados no cálculo da dívida pública?

Essas são as indagações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. João Henrique, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senador, pela oportunidade de esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

As manifestações do Banco Central, a que a Perícia teve acesso, explicavam que o registro estava sendo feito pelo regime de caixa, ou seja, quando o Tesouro pagava, então haveria afetação de contas relativas, enfim, das contas pertinentes. E que essa prática estava sendo adotada em conformidade, segundo o Banco Central, com as orientações, padrões internacionais para apuração de contas públicas.

Aparentemente isso não satisfez o Tribunal de Contas da União, que determinou uma modificação nesses critérios, não só para o Banco Central como também para o Tesouro, que não estava reconhecendo esses passivos, essas obrigações junto ao Banco do Brasil. E mesmo após o recurso, houve algumas modificações, mas em sua substância essa determinação de registro nas contas públicas pelo Banco Central e de passivo no Tesouro Nacional se manteve. Então, houve uma alteração de prática. Nesse sentido, houve, pode-se dizer, uma evolução institucional. Assim nos parece.

A Junta chegou à conclusão de que isso é mais adequado, está sendo representado atualmente de maneira mais adequada, de forma substantiva, às relações que estavam vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Alvaro Dias, por três minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É lamentável que a Presidência da República não tenha aproveitado as advertências que foram feitas antes dessa conclusão do Tribunal de Contas da União.

Nós lembramos aqui, já diversas vezes, que os próprios técnicos do Tesouro Nacional advertiram sobre a existência de irregularidades que estavam sendo praticadas, que deveriam ser contidas, sob pena dos esqueletos que restariam criarem situações constrangedoras e e com consequências imprevisíveis, como estamos verificando agora.

Isso durante dois anos e meio, antes de iniciarmos esses procedimentos que dizem respeito ao processo de *impeachment*. Portanto houve, sim, advertência e, portanto, conhecimento de causa.

A Presidente Dilma, além de responsável pelos crimes praticados, crime de responsabilidade, é beneficiária essencial desses crimes, já que isso certamente contribuiu para que conquistasse um novo mandato de Presidente, ao mascarar as contas públicas e passar a ideia de um governo organizado, com superávit e com boa situação financeira, prometendo o paraíso aos eleitores.

Portanto, seria uma tragédia, repito, estabelecer-se como jurisprudência a irresponsabilidade na prática de crimes que estão sendo constatados agora, inclusive com a perícia realizada.

Para concluir, Sr. Presidente, indago: diante dessa estrutura vigente,...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... o governo não pode abrir créditos suplementares confiando que, no futuro ou ao final do ano, o Congresso Nacional concorde com a mudança da meta fiscal estabelecida. Seria uma aventura do governo proceder dessa maneira.

Gostaria de saber os procedimentos que seriam adotados pelo Poder Executivo na hipótese de não aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto nº 5, de 2015. É evidente que o governo teria que adotar alguma providência. E qual seria essa providência?

Eu não sei se cabe aos peritos refletir sobre providências que deveria o governo adotar se eventualmente ocorresse a rejeição a esse projeto. Mas é uma questão que deve ser colocada, não aos peritos, mas ao governo: o que faria a Presidência da República se o Congresso Nacional rejeitasse o Projeto de Lei nº 5, de 2015?

Portanto essa é a situação de irresponsabilidade com que nos defrontamos nessa hora; irresponsabilidade de um governo, que consagrou, além da corrupção aberta, a incompetência de gestão, a incompetência administrativa de forma absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria fazer uma saudação à Junta que está aqui, aos Consultores do Senado, e dizer que nós estamos discutindo o *impeachment* da Presidenta por crime de responsabilidade que tem a ver com a edição de decretos ilegais. Essa é a grande argumentação, não é nem sobre se cumpriu-se a meta ou não; é sobre a edição de decretos ilegais, portanto em desacordo com autorização do Poder Legislativo. Isso está consubstanciado no art. 4º da Lei Orçamentária Anual, que diz que a alteração da programação orçamentária tem de ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário.

Então, eu queria usar a interpretação que V. Sªs fizeram no relatório e dizer que a boa hermenêutica diz [illegible]e não existe palavra desnecessária na lei, portanto a expressão "obtenção da meta" é muito diferente de [illegible]eta estabelecida".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Obtenção da meta é na execução financeira, é na despesa. Isso os senhores dizem durante todo o relatório; e dizem também, no relatório que V. Sªs apresentaram, o laudo pericial, o esclarecimento, à página 6, que foi cumprida a meta vigente ao final do exercício de 2015, tal como fixada na LDO 2015, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.199/2015.

Então, eu pergunto a V. Sªs onde está a ilegalidade nesses decretos, já que eles tinham que se referir à obtenção da meta e não à meta estipulada?

Segunda pergunta que eu queria dirigir a V. Sªs sobre os decretos é em relação à decisão da Senhora Presidenta. Nós estamos em sistemas complexos de decisão, e sistemas complexos de decisão requerem alerta a quem vai assinar o ato ou decidir, o que a gente chama na doutrina internacional de bandeiras vermelhas. Mas eu nem vou entrar nesta questão aqui porque na exposição de motivos dos decretos, que foram para a Presidenta assinar, não falava sobre meta possivelmente alterada. Eu vou ler um item da exposição de motivos que é igual em todos os decretos e que diz o seguinte, assinado pelo Ministro do Planejamento:

> Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115 [portanto da Lei Orçamentária], que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício.

E dá as condições porque não afetam. Então, eu pergunto a V. Sªs. Qual é a materialidade dolosa que está neste ato da Presidente da República?

Em relação à operação do Plano Safra, primeiro, a Presidenta não assinou, e V. Sªs deixam claro isso no relatório, que não tem nenhum ato da Presidenta que leve a determinar o atraso. Portanto, sem ato, como eu posso responsabilizar uma pessoa? Não há crime. Então, gostaria de saber por que a assertiva dos senhores ao afirmar aqui, em uma resposta de uma indagação, que há responsabilidade da Presidenta?

Segundo, o que caracteriza a operação de crédito? Posto que nós não temos tempo para fazer o pagamento dessa subvenção ao Banco do Brasil.

E aí eu quero que V. Sªs considerem a Portaria nº 311, de 8 de novembro de 2001, e depois delas até 2013, é o mesmo dispositivo, que diz que o Tesouro Nacional deverá ser informado, para efeitos de pagamento, semestralmente dos débitos da subvenção, e que começam a correr os encargos ou a correção a partir dessa informação.

V. Sª mesmo disse que o banco tem 20 dias ainda para mandar as informações e que o Tesouro Nacional, a Administração Pública, tem que fazer a liquidação do empenho para pagar. Então, como eu posso dizer que esse prazo ...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – …não é um atraso que configura operação de crédito?

Então, a determinação da portaria me dá duas interpretações sobre atraso e sobre o que é incidência de correção monetária?

Em 2014, a portaria foi mudada, "a equalização será devida no primeiro dia após o período de equalização e será atualizada até a data do efetivo pagamento pela STN". E continuaram os 20 dias para que o Banco do Brasil mandasse para o Tesouro Nacional.

Então, esses 20 dias mais a liquidação, eu não considero atraso? Qual é, objetivamente, a consideração de operação de crédito? Parece-me difícil isso, porque você tem um período que não é operação de crédito, mesmo incidindo a correção, e tem um outro que é?

Eu gostaria que V. Sªs explicassem isso melhor.

E aí muda completamente, em 2015, por decisão do Tribunal de Contas da União que, aliás, logo que o Tribunal de Contas da União mudou sua interpretação, o governo passou a adotar medidas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra com o Sr. João Henrique, na condição de coordenador, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senadora.

O Dr. Fernando Rincon vai tratar dos dois primeiros pontos.

O SR. FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON – Bom dia. Obrigado, Senadora, pelas perguntas.

Com relação à compatibilidade que ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON – Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Com relação à compatibilidade, a Junta chegou a que evidentemente a obtenção real do resultado se mede ao final do exercício, quando as despesas são executadas. E, nesse momento, ao autorizar a despesa, o gestor executa o controle sobre a obtenção da meta. E é essa metodologia que o Governo vem adotando. Na medida em que a execução efetiva da despesa está comprometida por um cenário fiscal adverso, é feito o contingenciamento para se evitar o impacto. Esse controle do gestor é inevitável, recomendado pela LRF. No entanto, esse tipo de controle não invalida o controle anterior da edição do decreto.

Se formos pensar que um limite de contingenciamento é suficiente para coibir a edição de qualquer decreto, nessa situação, toda suplementação da despesa seria compatível. Se temos um limite de contingenciamento já fixado, a partir do relatório de avalização do segundo bimestre foi feito o primeiro contingenciamento. E, aí, há um limite de execução. Se aquela execução já está fixada, qualquer suplementação não seria incompatível com a meta porque estaria sujeita ao limite. Dessa forma, o art. 4º da LOA seria letra morta porque toda suplementação estaria, evidentemente, compatível, nunca haveria incompatibilidade.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É a obtenção, não é meta estabelecida, é obtenção da meta.

O SR. FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON – Isso, obtenção da meta. Quando se edita um decreto, existe um cenário fiscal que aponta para a realização da receita ou não, porque a execução da despesa vai depender da receita.

Então, em um cenário em que existe a possibilidade de não arrecadação, se há um aumento de despesa nesse momento, a obtenção da meta fica comprometida, muito embora, em um segundo momento, seja feito um novo controle na hora de pagar. Mas, no momento da edição do decreto, houve incompatibilidade com o cenário fiscal que apontava para a possibilidade de restrição de receita, tanto é que foram feitos contingenciamentos. Então, essa é a visão que a Junta adotou. Evidentemente, o impacto efetivo se dá pela execução da despesa, mas, no momento da edição do decreto, o cenário fiscal apontava para um declínio de receita. E, nesse momento, não parece razoável aumentar a despesa. Se o cenário fosse positivo, a suplementação estaria válida.

Com relação ao segundo ponto que a senhora perguntou, vou devolver a palavra para o Coordenador, porque é sobre operação de crédito. Obrigado.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – No tocante às operações de crédito... antes disso, a questão da responsabilidade. Na verdade, o contexto da resposta que foi dada é apenas para lembrar que esse dispositivo constitucional, na verdade, tem uma ancoragem, tem uma história...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – ...uma trajetória que remonta, já há bastante tempo, ao próprio sistema presidencialista que é adotado aqui, em que a figura do Presidente é exaltada – essa é a verdade. Agora, isso não significa um juízo de valor da Junta sobre o eventual dolo ou, enfim, a eventual implicação que isso vai ter, porque isso é encargo dos Srs. Parlamentares, os juízes naturais da causa, os magistrados, e isso é mérito. Nós não temos condição, inclusive, de entrar no âmago das pessoas e aferir se queriam ou não queriam, se correram o risco ou não. Não; isso está fora, está além do escopo da Junta.

Por fim, em relação às questões do momento mais importante.

Em teoria contábil há que se definir qual o momento crítico. Para a Junta não houve nenhuma dúvida de que houve operação de crédito. A dúvida que pareceu razoável foi sobre se essa operação de crédito estaria configurada já desde o início, no instante da contratação entre o Banco do Brasil e o mutuário ou o beneficiário...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – ...e se seria no momento do reconhecimento, quando se disse: "Olha, a dívida é devida" – então, tem esse dispositivo expresso nas portarias –, ou se seria a partir do instante em que ela é cobrável, que ela é executável, quando se diz: "Está aqui a conta; agora me pague". "Não; não tenho condições de pagar". Então, a partir desse momento.

Assim, houve dúvida razoável sobre três momento distintos, e me parece que é essa a resposta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Três minutos, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quer dizer que todo o esforço que V. Sªs fizeram agora foi um contorcionismo verbal. Desculpem-me, mas eu tenho que ser muito objetiva.

Primeiro, em relação ao art. 4º. V. Sªs mesmos falaram que a boa hermenêutica não deixa palavra na lei que seja desnecessária. "Obtenção da meta" não é "meta definida"! Desculpem-me! Se a lei dissesse que o crédito orçamentário teria que estar compatível com a meta definida, V. Sªs estariam cobertos de razão. Obtenção meta, não! Porque a obtenção da meta não se dá na execução de crédito orçamentário, não se dá sequer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

pelo empenho, e V. Sªs responderam isso na ´pág. 60 do relatório de respostas que fizeram, onde dizem o seguinte: "O resultado fiscal não considera as despesas apenas autorizadas, pois não é mensurado a partir das dotações orçamentárias".

Então, eu acho importante V. Sªs terem concordância com o que V. Sªs escrevem durante todo o relatório. Eu acho que isso é muito importante.

E razoabilidade não pode entrar nas respostas de V. Sªs. Razoabilidade não cabe a uma Junta falar. A razoabilidade pode ser até de interesse do gestor público, mas não cabe à Junta apontar a razoabilidade. É o que a lei diz, e a lei é clara. É crédito suplementar, crédito orçamentário sujeito a obtenção de meta e não a determinação de meta.

E, aí, em relação à operação do Plano Safra, então, V. Sª está dizendo que nós fazemos operação de crédito com o Plano Safra desde 1992. Se V. Sª diz não saber onde começa a operação, se é quando o crédito é dado ao agricultor, desde 1992, pela lei que colocou a subvenção econômica como uma política pública da agricultura, o crédito é dado ao agricultor. Então, nós estamos fazendo operação de crédito desde 1992? Porque, se for isso, não dá para colocar a Presidenta como tendo cometido crime de responsabilidade.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aí, todos os outros, Presidente, têm que ser responsabilizados.

Ou os senhores têm um marco temporal para nos apontar quando se configurou a operação de crédito, ou essa interpretação não cabe. E não se pode ter dois marcos temporais: um que é subjetivo, ou seja, mesmo o banco tendo 20 dias para enviar as informações, mesmo o Tesouro tendo tempo para liquidar; e outro que V. Sªs acham que é o objetivo a partir da liquidação.

Onde está dito, na portaria, ou na lei, ou em qualquer outro instrumento legal, o prazo que o Tesouro tem, ou a Administração tem, para liquidar a despesa? Gostaria de saber, porque é a partir da liquidação que eu devo. E se o banco demora 20 dias, onde começa a minha operação de crédito?

Então, por favor, não dá para dizer que operação de crédito se configura a partir do empréstimo para o agricultor! Porque, desde 1992, nós vamos ter operação de crédito na subvenção do Plano Safra.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Henrique, por três minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Em relação ao marco temporal, é de bom alvitre, na teoria contábil, a discussão sobre o momento crítico. E o momento crítico, como eu comentei antes, pode acontecer nesses três eventos.

Em relação à possibilidade de ser desde a contratação, na ponta, as implicações disso não são objeto aqui da Junta, nem da Comissão, porque houve uma restrição aos eventos de 2015. Agora, está muito tranquilo, há três momentos críticos: quando contrata, quando é devido e quanto tem condição de pagar. A Junta foi extremamente conservadora ao trazer para o momento crítico mais conservador no sentido do princípio contábil do conservadorismo. Entre escolhas possíveis, a que seja menos impactante do ponto de vista patrimonial.

Então, temos fundamento técnico para justificar as nossas escolhas.

Em relação à questão do crédito, a apuração do art. 4º não foi escolha da Junta, porque são termos do próprio art. 4º, que vai falar que essa compatibilidade, esse exame de compatibilidade deve acontecer no âmbito das alterações promovidas na programação orçamentária.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – A compatibilidade, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Com?

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Com a meta de resultado...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Com a obtenção...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Com a obtenção da meta de resultado primário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O senhor ia pular obtenção"?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Coordenador, Sr. João Henrique.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, todas as vezes que a gente fazia indagações as outras testemunhas, nós fomos – o termo é – repreendidos, porque estávamos desrespeitando testemunha.

A gente espera que os peritos possam ter a tranquilidade de desenvolver o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ele está fazendo isso.

Com a palavra o Sr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Então, os termos da escolha foram dados pela lei. A lei falou em compatibilidade da programação orçamentária e com a obtenção da meta de resultado primário.

A programação orçamentária começa no instante da fixação da despesa. É o primeiro estágio e é justamente isto que vai fazer o decreto: fixar um novo limite para o gasto.

Essa alteração, no caso de cada um dos decretos, foi compatível com a obtenção da meta de resultado primário? Isso exige um esforço de trazer uma situação à outra. Esse novo limite é compatível? No entender da Junta, não. Limite orçamentário, ainda não financeiro.

Isso não invalida a situação de que a meta está posta na LDO como uma meta, um alvo a ser atingido, e do esforço que se faça do ponto de vista financeiro – agora, sim – para compatibilizar esse resultado financeiro com a meta que se quer.

Porque, nesse meio caminho, estamos falando de programação orçamentária e não de programação financeira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, na condição de inscrita, a Senadora Kátia Abreu, por até cinco minutos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma pergunta aos senhores peritos, baseada no art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senhor, com certeza, é um profundo conhecedor, para me dar os sinônimos destas palavras.

> Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:
> .....
> III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo [...].

Eu gostaria que o senhor me desse a definição do que é mútuo, do que é razão de mútuo.

> [...] abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financeira [...]

Apagou.

Bem, mas esse artigo – já falei o principal – nesse inciso define que operação de crédito tem que ter uma razão de mútuo.

No meu dicionário, "mútuo" é um contrato, e, no caso do Plano Safra, na verdade, não se tem um contrato. Quem tem contrato é o produtor com o banco que está emprestando o dinheiro.

O que há com a União e o banco são regulamentações, são resoluções do Banco Central – são resoluções do Banco Central, que definem, há anos e anos e anos, o que é a operação e a prestação de serviços.

Obrigada, Relator.

> "[...] compromisso financeiro assumido em razão de mútuo [...]".

Quero saber o que o senhor acha que é uma razão de mútuo.

> [...] emissão e aceite de títulos, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros [...].

Especificamente: onde entra aqui, neste inciso ou em outra lei – o senhor é muito conhecedor –, algo que diga que o pagamento de subvenção para o Plano Safra se enquadra em empréstimo.

Eu gostaria de muita objetividade, ou identificando, aqui, neste inciso III ou em outra lei que houver no s, que inclui esse tipo de operação como operação financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Não há contrato de mútuo, não há data para pagamento. Há normas, há resoluções. Com relação a atraso, sim, por quê? Porque, quando eu tenho que passar R$5 bilhões a R$10 bilhões de subvenção para um banco, e não pago no dia certo, não há juro, porque não é um contrato de mútuo.

O que há é a atualização monetária. Isso não é juro, é apenas a atualização monetária dos recursos que foram transferidos.

Então, quando passaram seis meses, a partir daquele momento, não há obrigatoriedade de pagar a subvenção naquele dia, Sr. Relator. Por isso, a partir daqueles seis meses, a cada seis meses, calcula-se a subvenção, e existe a obrigatoriedade da atualização financeira. É óbvio, ninguém vai dar dinheiro para ninguém de graça, principalmente banco.

Agora, eu gostaria, com muita objetividade, que o senhor lesse para mim a lei que trata desse assunto, porque, se o senhor acha que o fato de ter demorado a pagar transformou-se numa operação de crédito, nós estamos com um problema complicadíssimo, como disse aqui a Senadora Gleisi Hoffmann, lembrando o Presidente Fernando Henrique, que foi um grande Presidente, mas que fez decretos, que os fez por MP, que não cumpriu meta, mas era...

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... num momento difícil por que o Brasil passava. O próprio ex-Presidente Lula também emitiu decretos num momento difícil por que o Brasil passava. E a Presidente também emitiu decretos num momento difícil, onde as receitas foram minguadas em R$180 bilhões. Então, essa má vontade, repito, uma boa vontade com os ex-presidentes, e com a Presidente atual essa má vontade, esse rigor e o pelo em ovo, se sempre isso existiu.

A partir do momento em que o Tribunal de Contas definiu, em 2015, que tinha que pagar na hora que a fatura era fechada, ela não atrasou nenhum minuto.

Então, eu gostaria de saber: onde está o crime?

Antes de mais nada, a definição de contrato, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. João Henrique, na condição de Coordenador, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – A Junta concorda com a Senadora Kátia Abreu no sentido de que não há uma operação de mútuo. A questão é que esse conceito do art. 29, inciso III, é um conceito aberto: compromisso financeiro assumido em... E aí exemplifica. Tanto que usa outras operações assemelhadas, inclusive com uso de derivativos financeiros.

Nós podemos tranquilamente modelar toda essa engenharia financeira pensando em termos de derivativos. É um contrato de opção. Se o Banco Central ganha, se o Banco do Brasil ganha, porque ele tem que transferir o resultado para alguém, se ele perde porque a taxa é menor, se o resultado for igual... Então, dá para modelar isso como derivativo financeiro, mas a linha mais objetiva aqui é chamar o §1º, justamente da assunção, reconhecimento ou confissão de dívida. E foi nesses termos que a Junta se pronunciou. De fato nós concordamos que não é um mútuo, isso está muito claro.

Em relação ao normativo, eu gostaria de ler o conceito de operação de crédito, que é do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, que, desde 2015, é obrigatório para todos os entes da Federação.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Onde está isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – No *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, páginas 211 e 212.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Esse manual vale mais do que a Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Ele...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, se for pingue-pongue na minha hora eu vou querer também.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Eu vou me permitir ler o conceito e depois nós podemos, na réplica, voltar ao assunto.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Está irritando, não é? Está irritando...

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – O conceito de operação de crédito foi estabelecido de forma exemplificativa pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de títulos, aquisição financiada de bem, recebimento antecipado de valores provenientes de venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com uso de derivativos financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

> A operação de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) deverá cumprir, entre outras exigências da LRF aplicáveis, a contratação das operações de crédito em geral.
> Equiparam-se a operação de crédito [veja, no conceito de operação de crédito, item 3.2.1 do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,* e não é só a União, são todos os entes da Federação] a assunção, o reconhecimento, a confissão de dívida pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências para geração de despesas. Equiparam-se a operações de créditos e estão vedadas:
> a – a captação de recursos a título de antecipação de receitas de tributos ou contribuição, cujo fator {...}

Enfim, parte importante aqui:

> Não se equipara a [isso é muito familiar para os Senadores, porque isso vem da resolução do próprio Senado]: operações de créditos a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas, administração direta, fundo, autarquia, fundações de empresas estatais dependentes, integrantes do mesmo Estado, Distrito Federal ou Município, E o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituição não financeira, desde que não impliquem a elevação do montante da dívida consolidada líquida.
> Observação: ressalte-se que as operações de crédito nem sempre envolvem o usual crédito junto a uma instituição financeira, com consequente ingresso de receita orçamentária nos cofres públicos, como, por exemplo, nos casos de assunção, reconhecimento ou confissão de dívida.

Essa não é a minha palavra; esta é a palavra do *Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público*, que justamente vem regulamentar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque é editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, estes são os esclarecimentos que tínhamos no momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Kátia Abreu. Três minutos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero reiterar ao Sr. João Henrique, Coordenador, que todos os exemplos que ele deu – todos, 100% – têm contrato com prazo de pagamento. Uma parte do que ele ditou é apenas vencimento de prestação de serviço sem pagar. Então, ele está incluindo como se qualquer coisa que não se pague em dia vire uma operação de crédito.

Eu quero lembrar aos Deputados Estaduais do Tocantins que lá há uma empresa que tem para receber do Governo do Estado R$75 milhões durante três governos, 12 anos. Então, isso é operação de crédito? Portanto, os dois governadores anteriores e este também deveriam ser impitimados.

O senhor está considerando, na ausência da contratação, na ausência do contrato de mútuo, qualquer atraso de pagamento como uma operação de crédito. Olha, o próprio Manual está esclarecendo muito bem. Todos os exemplos dados aí exigem um contrato com data de pagamento.

E ainda quero incluir que a Senadora Marta Suplicy me mostrou, ali de longe, esse gráfico, dizendo que, com a Presidente Dilma, foram valores maiores do que no passado. E vou repetir mais uma vez o que disse na Comissão passada: para o fato de eu praticar um estelionato, não há diferença de um cheque sem fundo de mil reais ou um cheque sem fundo de um milhão; crime é crime. Então, não é a robustez, não é o volume dos recursos praticados o que vai tirar ou não a pena.

Se nós tivemos a condição de fazê-lo, é porque, na verdade, Senadora, esses volumes cresceram porque nunca a agricultura brasileira viu tanta subvenção como no Governo da Presidente Dilma. Isso foi o que aconteceu, por isso os volumes foram tão altos.

E mesmo com uma frustração de receita de R$180 bilhões, mesmo assim, nós não paramos de subvencionar a agricultura, porque apostamos que a agricultura era a forma de retomar o crescimento do País e a arrecadação e ajudar na geração de emprego.

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Por isso, os volumes foram maiores. Comparativamente, são infinitamente maiores. Por isso, esses volumes são majoritários.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo palavra ao Senador Waldemir Moka. Cinco minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Sr. Relator, Senador Antonio Anastasia, antes de qualquer coisa, eu quero dizer que estou aqui surpreso, afinal, foram os Senadores que exigiram que houvesse perícia sobre os documentos que constam do processo.

Primeiro, brigaram com os auditores do TCU; em seguida, com as testemunhas de acusação; e agora brin e se exaltam com os Consultores do Senado da República. Estou aqui pensando: será que vamos pedir a nova perícia para ver se temos um resultado que agrade a eles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Isso dito, não tenho... Vou fazer uma pergunta, porque são técnicos, Sr. Presidente, do mais alto gabarito do funcionalismo público. Todas as respostas foram dadas no laudo elaborado por eles. A conclusão da perícia confirma os achados do Tribunal de Contas da União no que se refere à edição de decretos irregulares e à utilização de recursos do Banco do Brasil, na forma de operação de crédito, o que é proibido pela legislação. Aquele que disser algo diferente, que quiser fazer uma leitura enviesada de ambos os documentos estará indo na direção contrária à de dezenas de auditores do Tribunal de Contas da União e dos três servidores do Senado, documentos que se coadunam, que se completam, que se transformam em peças inquestionáveis, provas inquestionáveis contra a Presidente afastada. São dois fatos, e, se formos elencar o conjunto da obra – como a campanha presidencial de 2014; os 12 milhões de desempregados o rombo, que é o déficit nas contas públicas; a inflação fora de controle; e os juros nas alturas –, *o impeachment* se torna obrigação, sob pena de esta Casa ter sua credibilidade colocada em cheque perante a sociedade brasileira.

Atentemos, Srªs e Srs. Senadores, para o que está acontecendo. O Brasil, como se observa, tomando por base o exemplo que mencionei, precisa avançar muito em relação à cobrança dos seus representantes políticos, razão pela qual não podemos deixar que os crimes de responsabilidade praticados pela Presidente afastada sejam tratadas como coisinhas, como se isso não tivesse provocado o que este País está vendo: milhões de pessoas desempregadas; os juros nas alturas; a inflação agora praticamente sem controle.

Então, quero aqui parabenizá-los pela forma técnica, pela postura, sem pender para um lado ou para outro; ao contrário, com posição extremamente técnica, o que, aliás, se assemelha muito com os técnicos do Tribunal de Contas da União.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A minha pergunta aos três técnicos aqui: alguém – como fala muito o Advogado da Defesa – pressionou os técnicos? Alguém pediu que se achassem as respostas ou houvesse um relatório como este que foi elaborado? Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Sr. João Henrique, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senador, pela oportunidade de esclarecer.

De fato, não tivemos nenhuma indicação, nenhuma orientação que não fosse a nossa consciência e a nossa convicção na busca de elementos que evidenciassem, que firmassem e que subsidiassem, então, o nosso parecer.

Nós tivemos ampla autonomia.

Inclusive, quero aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os colegas aqui do Senado, e mesmo de fora do Senado. Nós fomos muito bem recebidos e foram muito prestativos nas demandas de organizar um espaço para que nós pudéssemos reunir os documentos e estudá-los nesse tempo tão exíguo. Esta me parece a oportunidade de agradecer a todos os servidores do Senado e àqueles que, não sendo servidores, também contribuíram para os trabalhos desta Junta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Só um instantinho.

Algum comentário? (*Pausa.*)

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Três minutos, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu quero, então, aqui, muito à vontade, dizer o seguinte: nós tivemos um parecer do Tribunal de Contas da União. Decidiu-se, a pedido, com decisão do Presidente do Supremo, que tinha que haver uma perícia. A perícia – acabamos de ouvir –, com total isenção, traz exatamente os mesmos achados. Então, eu acho que esse assunto, aqui, para mim, está esgotado.

Primeiro: os decretos feriram realmente a legislação? É claro que sim! Foi evidente! Aquilo que se discutia do Plano Safra – "não, mas é inadimplência, não é porque eu deixei de pagar, atrasei..." Não! Os senhores foram categóricos: isso caracteriza, sem dúvida nenhuma, que houve realmente aí uma operação de crédito. São essas as duas questões que são importantes. É claro que ninguém, certamente, vai votar só com esses dois elementos, mas o que está sendo questionado aqui são esses dois fatos.

Eu quero dizer que a presença dos senhores aqui ajudou, e muito, realmente, aqueles que ainda tinham uma dúvida a tornar muito robusto que isso que está aqui ninguém inventou, que isso é uma constatação ue foi aferido por técnicos da mais alta qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – São técnicos concursados, de alto nível. A gente constata, qualquer Senador, no dia a dia, a ajuda de vocês, superimportante, e hoje, mais uma vez, vem a colaboração aqui.

Para o meu minuto final: Sr. João Henrique, o senhor diria que, se tivesse que fazer uma nova perícia, alguns técnicos poderiam ter, à luz do que foi examinado, uma outra declaração, um outro relatório, que não esse que os senhores apresentaram?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. João Henrique, o senhor tem três minutos agora.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradecido, Senadora.

Como nós já falamos, esse relatório foi por unanimidade. Então, é muito difícil verificar alguma outra possibilidade que não tenha sido examinada, discutida e sobre a qual houvesse convergência entre todos os membros da Junta.

Enfim, essa é a resposta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero fazer questão de agradecer ao Dr. Fernando, ao Dr. Diego e ao Dr. João Henrique...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, aqui não. Aqui estamos numa outra regra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ah! Não tenho mais um minuto?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. É uma regra nova aqui. São cinco para iniciar. Antes eram três, agora são cinco.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Entendi.

Desculpe-me, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, houve uma mudança até pela natureza da atividade da Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, entendi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, agradeço.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas ficam aí os meus agradecimentos e, mais uma vez, a minha admiração.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Eu convido, para fazer uso da palavra, por cinco minutos, como orador inscrito, Senador Magno Malta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Magno Malta me prometeu 30 segundos do tempo dele, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Se a senhora deixar...

Tenha misericórdia dela. Deixe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Vamos fazer pela regra, Senadores.

Estamos já indo para a finalização da Comissão. Então, eu queria, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas deixe, Srª Presidente. Ela está querendo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É no finalzinho. É só uma pergunta que está por escrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, Srª Presidente.

Não é possível, não é possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A regra deve existir para todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Magno Malta, com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Você está doida, menina?

Isso aí é pedindo um *habeas corpus* para exumar um corpo. (*Risos.*)

Eu permito que você mesma peça a exumação do corpo, mas eu não, porque o defunto existe. Ela quer exumar o defunto.

Eu a estou ajudando, porque você está de luto. Eu estou sendo misericordioso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Quer deixar ela falar? Eu deixo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, senhor. O senhor já está usando o seu tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Dê a ela um minuto; dê...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, senhor. O senhor está falando há um minuto. O senhor só tem quatro minutos, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – A senhora está muito dura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho que ser igual para todos aqui, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Há momentos na vida em que a graça precisa ser maior que a lei. Eles estão na desvantagem. Deixe-a falar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui Deus está apenas nos olhando; não se trata de fazer graça, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Foi a orientação que eu recebi da parte dele, para ser misericordioso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não falo com Deus como V. Exª fala todos os dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vanessa, não deu, comadre!

Eu gostaria de parabenizá-los. Primeiro, gostaria de parabenizar a Comissão, que aceitou a insistência dos defensores da Presidenta afastada Dilma de fazer a perícia. Eles achavam que essa perícia seria totalmente favorável, mas vou usar uma palavra, que é uma palavra do meu amigo – ele não pode requerer o art. 14, porque ele não tem mandato, o Dr. José Eduardo Cardozo, que gosta de falar a palavra recorte: "Veio com recorte da Câmara..."

Só pode falar aqui e essa palavra "recorte" é sua, mas você não pode falar pelo art. 14... (*Risos.*)

Então, vou usar o recorte: um recorte dá sobrevida para o defunto, que, num outro recorte, já está sepultado.

Quando vocês falam que ela não fez pedalada, há uma explicação, porque o crime foi feito de luvas; não ficaram digitais. O maior, junto com os menores, estava de luvas, não ficaram digitais. As digitais que ficaram foram as dos menores, que são inimputáveis pelo ECA. Eles não cometeram o crime, esses que são os assessores, que são os Ministros, quem prestou consultoria. Existe um crime, mas não existe digital dela, porque ela fez de luvas, mas querem saber o resultado desse crime? São 12 milhões de desempregados. Querem saber o resultado da pedalada? São 300 desempregados por hora.

Ontem eu vi uma coisa assustadora: até do Centro Tecnológico da Petrobras os caras roubaram dinheiro. Uma desgraceira só! Então, nesse crime feito com luva, ela não assinou, e vocês foram obrigados a dizer: "Olha, sobre isso aqui, eu não posso dizer nada, porque ela não assinou; não há a assinatura dela". Ponto! Agora, no decreto, há crime. O decreto é de autodeliberação da sua auto-ousadia de romper com a lei, passar por cima da lei, acreditando não sei em quê e tomar medidas como ela tomou. Isso acontece com prefeitos, isso acontece com governadores.

Então, com relação à perícia de vocês, eles estão se comportando assim. Eles são obrigados a beijar e bater. Quando se fala da pedalada, eles beijam vocês; quando se fala do decreto, dão um tapa na cara; quando se fala da pedalada...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... afagam o seu cabelo; quando se fala do decreto, dão um murro no peito; quando se fala da pedalada, dão um tapinha nas costas; quando se fala do decreto, dão um chute nas nádegas. Porque esse cara, no meio do recorte, beija e bate; afaga e morde; esmurra e dá merthiolate.

Nós estamos falando de um crime que levou um país à bancarrota. Nós vivemos à bancarrota. Alguns economistas já dizem – e eu ouvi hoje – que nós já chegamos ao fundo do poço. Duvido! Para mim ainda está em queda livre esta Nação.

"Ah! Nós não melhoramos, mas paramos de piorar!" Mas uma coisa boa aconteceu: nesses 35 dias, os petistas descobriram que a saúde vai mal, que a educação vai mal, que a segurança vai mal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A pergunta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Tudo o que ia bem há 35 dias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Na verdade, Srª Presidente, eu vou concluir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não quero perguntar nada. Só dizer que o tal do recorte é uma no cravo e outra na ferradura; é uma vela pra Deus, e outra para o diabo; é um beijo, e um tapa na cara.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Magno Malta.

O próximo inscrito, Senador Ricardo Ferraço, por cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Srª Presidente.

Por óbvio, o julgamento que nós estamos fazendo e estaremos consolidando nos próximos dias vai para muito além dos gravíssimos fatos que foram revelados e consolidados pelo Tribunal de Contas da União, órgão do Estado brasileiro, que, graças a Deus, não se vendeu, não se agachou, não se ajoelhou diante da realidade brasileira. É óbvio que, na condição de juiz, nós não vamos apenas analisar os crimes cometidos pela Presidente da República, que, na minha avaliação, é autora intelectual e autora operacional das transgressões e das delinquências que foram praticadas, nos últimos anos, contra o povo brasileiro, para que um projeto de poder sem pudor se apresentasse à sociedade brasileira a todo e qualquer custo.

O nosso julgamento de juiz vai avaliar, naturalmente, nas nossas consciências, tudo o que foi feito com a nossa Petrobras, a Petrobras do povo brasileiro, a Petrobras que se transformou lamentavelmente, nos últimos anos, num puxadinho, numa espécie de anexo dos interesses da política mais primitiva e de mais baixa qualidade.

Até mesmo o Centro de Pesquisas da Petrobras foi alvo de uma roubalheira que levou inclusive para a prisão o terceiro tesoureiro do partido que, lamentavelmente, comandou este País até muito pouco tempo atrás.

Não, Srª Presidente! Nós vamos fazer todas essas avaliações no nosso julgamento. Eu, pelo menos, vou fazer. Vamos fazer o julgamento daquilo que foi feito em relação aos fundos de pensões, que também foram apropriados pelo que há de mais primitivo na sociedade brasileira.

Mas perguntaria aos nossos peritos: no contexto do trabalho que foi feito, ou seja, da elucidação das questões fáticas e repercussões orçamentárias, econômicas, financeiras e fiscais, nesse contexto, pergunto se o trabalho pericial de V. Sªs analisou... Eu não estou perguntando se houve ou não. Esse julgamento eu farei, na condição de juiz. Mas eu pergunto se a perícia analisou a existência de responsabilidade da denunciada no que tange à verificação de dolo e da prática de crime de responsabilidade.

Pergunto ainda: as práticas identificadas, como revelado no texto da perícia... "Nestes termos, conclui-se que os dois decretos publicados em 28 de julho de 2015, no valor de um bilhão, setecentos e um milhões, além do decreto publicado em 28 de agosto, no valor de seiscentos milhões, são incompatíveis com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal".

E afirmam V. Sªs. "Dessa maneira, pode-se afirmar que à época, na edição dos decretos de suplementação, a previsão de cumprimento das metas fiscais vigentes não estava sendo atendidas".

Pergunto: As práticas idênticas constituem efetiva infração à Lei Orçamentária?

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pelas conclusões realizadas, é possível afirmar que foi autorizada a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Congresso Nacional?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Cinco minutos para o Dr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senadora. Obrigado, Senador, pela oportunidade de esclarecer esses pontos.

A Junta, no primeiro laudo, já enfrentou o problema do dolo e entendeu que não haveria como adentrar o íntimo de cada um dos agentes que estavam envolvidos na situação, que estavam sob exame e, portanto, a Junta já se manifestou dizendo que não se pronunciaria sobre a questão do dolo, porque isso se confundiria com o próprio mérito da causa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Sª não está afirmando que não houve dolo; está afirmando que não avaliou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, não é para fazer pingue-pongue.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Nós não avaliamos. Então, fora do escopo da nossa perícia, não é?

Em relação ao segundo ponto, a incompatibilidade com a Lei Orçamentária, nós entendemos que não houve compatibilidade. Se não houve compatibilidade, de alguma maneira não foi observada, então, a auto-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

rização que havia na lei orçamentária. Ela sendo usada como fundamento, então, nesse sentido, estaria sendo descumprida, estaria havendo inobservância.

Só ver se algum dos colegas gostaria de complementar essa segunda parte.

É isso? É isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da conclusão da resposta do Dr. João Henrique, o Senador Ricardo Ferraço tem três minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Consta do relatório, ainda, de V. Sªs, que o valor devido pela União ao Banco do Brasil, ao final de 2014, era de R$10,9 bilhões e, ao final de 2015, R$3,38 bilhões. Tais valores foram registrados pelo Banco do Brasil em seu ativo, e deveriam ser registrados pela União em seu passivo, como manda o art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses passivos – aspas –, "ainda que não registrados", representam assunção de dívida, subsumindo-se o §1º do art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por consequência, inevitável é a afronta ao art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal".

Pergunto: as ações referentes à execução do Plano Safra importaram em ofensa à lei orçamentária? Antes de assinar os decretos analisados por V. Sªs, a Presidente da República afastada, Dilma, apresentou ao Congresso Nacional o PLN nº 5. Na mensagem de encaminhamento do dito projeto de lei, consta a seguinte afirmação, subscrita pela Presidente da República: "A previsão de crescimento da economia brasileira para o ano de 2015 foi revisada para baixo nos meses seguintes à publicação da LDO". Isso consta da fundamentação encaminhada pelo Poder Executivo, pela Presidente afastada, ao Legislativo:

> A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias, tornando necessário garantir espaço fiscal adicional para realização das despesas obrigatórias e preservar investimentos prioritários. De outra parte, não obstante o contingenciamento de despesas já realizado, houve significativo crescimento das despesas obrigatórias projetadas. Desse modo, considerando os efeitos de frustração de receitas e elevação de despesas obrigatórias, o esforço fiscal já empreendido não será suficiente, no momento, para realização da meta de superávit primário para o setor público não financeiro consolidado, estabelecido na LDO. Nesse sentido, propomos a revisão da meta fiscal.
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pergunto: diante desses argumentos apresentados pela Presidente afastada, de reconhecimento, pela própria denunciada, da impossibilidade de cumprimento da meta fiscal, quais seriam as ações efetivas a serem adotadas pela Presidente afastada em relação aos decretos de suplementação? Qual seria a conduta esperada, segundo o marco legal, da Presidente da República, no que se refere à ampliação de despesas com programas como o Plano Safra?

São os questionamentos que encaminho a V. Sªs.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra Dr. João Henrique, por três minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradeço novamente ao Senador Ferraço.

Essa segunda questão está um pouco além do escopo da Junta. Então, vamos nos concentrar na resposta à primeira questão, que versa sobre a compatibilidade da operação com a lei orçamentária. E aí vou passar a palavra ao Dr. Diego Prandino.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Senador, eu vou dividir a minha exposição em duas partes. A primeira é referente ao que preceitua o art. 29, §1º, da LRF, que diz que "equipara-se a operação de crédito assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas". Ou seja, essas três condutas configuram, são equiparadas à contratação de operação de crédito.

Aqui eu vou fazer uma leitura breve do Documento 132, encaminhado pelo Tesouro Nacional, em que, atendendo a um questionamento formulado pela Junta, respondeu o seguinte: "O passivo exigível reconhecido pelo Tesouro Nacional referente às subvenções do Plano Safra devido ao Banco do Brasil, em 1º de janeiro de 2015 e em 30 de junho de 2015, é de R$12 bilhões e de R$11 bilhões, respectivamente". Então, o Tesouro está taxativamente dizendo que reconheceu esse passivo exigível.

Em outra passagem desse mesmo documento, em seu Anexo VI, consta uma tabela em que há os Restos a Pagar inscritos e reinscritos no início do ano de 2015 em favor do Banco do Brasil no valor de R$10,3 bilhões. Pela Lei nº 4.320, art. 92, a inscrição em Restos a Pagar configura constituição de dívida flutuante, ou seja, a inscrição em Restos a Pagar é, sim, um reconhecimento de dívida. Então, em dois pontos desse mesmo documento, o Tesouro reconhece ter constituído dívida em favor do Banco do Brasil.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa conduta é equiparada à operação de crédito. Essa conduta está tipificada na Lei nº 1.079, a contratação de operação de crédito em contrariedade à autorização legislativa. Então, há uma subsunção do fato à norma tanto da LRF quanto da Lei nº 1.079.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Só um detalhe, um acréscimo, um ponto importante: nós estamos olhando a lei de 2015, então, ao usar dotação orçamentária de 2015 para pagar gastos que foram realizados, gastos de exercícios anteriores, temos que pensar que, ao escolher pagar esses gastos nesse momento, esses recursos deixaram de atender a outras dotações, outras finalidades. Isso significa, respondendo diretamente a sua pergunta, que essa escolha intertemporal, sim, afetou o orçamento de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Esgotado o tempo, passo a palavra – agradeço também ao Senador Ricardo Ferraço – à Senadora Lúcia Vânia, que é a próxima inscrita.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, Sr. Relator, senhores membros da Junta Pericial.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Dr. João Henrique. O trabalho de V. Sª, juntamente com os demais membros da Junta, merece todo o nosso respeito, principalmente pela exiguidade do tempo com que puderam trabalhar e o volume de informações requeridas. Portanto, receba, de nossa parte, a admiração e principalmente o reconhecimento.

Eu gostaria de mencionar algumas questões que foram objeto das discussões aqui ao longo do tempo. Eram questões que foram inteiramente dirimidas pela Perícia. Eu acho que a Perícia veio a dar concretude àquilo que a gente já percebia nos debates. Portanto, eu vou colocar aqui algumas questões que foram trazidas pela Defesa e o que a Perícia respondeu, de forma simples, para que as pessoas possam entender.

Primeiro, debatia-se muito aqui se a meta era anual e, sendo anual, teria que ser compatibilizada com a meta aprovada no final do exercício. Então, o PL 5 ficou sendo a referência para a Defesa. A Perícia declara que a meta a ser observada é a meta vigente, portanto os decretos objeto de análise não são compatíveis com a meta vigente.

E eu queria aqui fazer uma afirmação de que a meta existe para condicionar um comportamento, um comportamento futuro, e não para corrigir um comportamento passado, senão não haveria sentido haver a meta, como V. Sª colocou aqui.

Depois, havia uma afirmação de que o atraso no pagamento à equalização dos juros do Plano Safra não se constitui em empréstimo. A perícia – naturalmente baseada em tantos itens, não só na consulta ao Tesouro Nacional, como nas diversas leis que embasam a afirmação da perícia – constatou que se constitui num empréstimo e quantifica o valor pago em juros: R$ 450 milhões, parece-me. Portanto, há também uma afirmação de que a Presidente da República não teria assinado a equalização, ou, pelo menos, o decreto de equalização.

A Constituição determina que compete privativamente à Presidente da República exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da Administração Federal. A Defesa diz que a Presidente não pode estar na operação cotidiana de todos os atos. Concordo inteiramente, porém, não se pode negar que a Presidente seja responsável pelas ações estratégicas do seu governo, tais como definição da meta, definição do contingenciamento, etc.

Portanto, eu acredito que os créditos suplementares e as fraudes fiscais no Banco do Brasil se combinam: um, para deixar o orçamento mais livre, e o outro, para conseguir verbas necessárias para executar gastos.

Durante todo o período, eu afirmei aqui que era muito difícil falar de decretos sem aliá-los às fraudes fiscais.

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E aqui eu acredito que, a propósito dessa afirmação, eu vejo que, no relatório da Srª Assistente Técnica de Acusação, ela tratou desse tema. Diz a Srª Selene, ao §89 de sua manifestação – abre aspas:

> A análise dos supostos crimes de responsabilidades imputados não pode prescindir da visão abrangente sobre receitas e despesas. A omissão de passivos das pedaladas fiscais das fraudes fiscais levou a uma superestimação do superávit primário que foi desconsiderada no cálculo da contabilidade com a meta fiscal, alterando as condições para a análise da admissibilidade dos créditos suplementares. Corroborando com esse tema, a Junta Pericial, às páginas 55 e 56, do laudo pericial também chama atenção para os efeitos fiscais da não contabilização dos passivos juntos ao Banco do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, para ıcluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Portanto, a minha pergunta é a seguinte: eu gostaria de saber se a não contabilização desses passivos alterou ou não o superávit primário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. Com a palavra o Dr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Por tudo o que já foi dito, sim. O fato de ter, vamos dizer assim, pressionado esse exercício, em particular, 2015, o fluxo financeiro acabou impactando, por ser fluxo financeiro de pagamentos, então, no resultado fiscal obtido.

Agora, eu queria agradecer, primeiro, a questão do esclarecimento, a gentileza, mas também fazer um esclarecimento importante. É importante lembrar que a lei que trata da matéria, desse crédito, aponta para o Ministro da Fazenda. O Ministro da Fazenda regulamentará. E são portarias do Ministro da Fazenda e do Ministério da Fazenda que regulamentam essa situação do crédito rural. Isso é importante lembrar quando se olha especificamente a questão do Plano Safra. Acho que é uma informação importante.

Em relação à sua pergunta, especificamente, sim, impactou a obtenção da meta de resultado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três minutos para a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu gostaria apenas de complementar dizendo que eu não diria que a Presidente da República teria a digital dela na questão do Plano Safra, mas ela teria que ter a digital, eu acredito, no estabelecimento da meta e do contingenciamento. Eu acredito que, ao estabelecer a meta, ao estabelecer o contingenciamento, ela teria que fazer uma avaliação dos indicadores macroeconômicos que levariam, naturalmente, a uma decisão diversa dessa que foi feita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora. Se o Dr. João Henrique quiser fazer comentários, porque não houve perguntas...

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu agradeço ao Dr. João Henrique e passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Então, é a Senadora Simone? Não estava avisada aqui a Mesa. Então, Senadora Simone Tebet, por permuta com o Senador José Medeiros, por cinco minutos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Srª Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores. Cumprimento a Junta Pericial. Quero parabenizar V. Sªs pelo trabalho e agradecer, porque tiveram que trabalhar em tão pouco tempo em cima de um assunto tão árido.

Eu quero dizer que o objetivo da perícia é este: o objeto da perícia é analisar a controvérsia de fatos.

Os fatos existiram. Ninguém nega que houve a edição de decretos sem autorização legislativa. A pergunta é: descumpriu a meta fiscal ou não? Nós estávamos entrando em despesas primárias ou não, contrariando a meta fiscal vigente? V. Sªs já responderam.

Em relação à transação efetuada entre a União e os bancos públicos, no caso, Banco do Brasil, na equalização da taxa de juros, a grande questão é: era uma operação de crédito ou não? V. Sªs também já responderam.

Então, para mim, está muito claro o que eu precisava saber em relação a esses dois fatos. Com base nessas duas respostas, eu tenho convicção de que houve crime de responsabilidade da Senhora Presidente da República, tanto em relação aos decretos quanto em relação a essa operação de crédito.

Mas eu ouvi, nessas 200 horas de oitivas, algumas frases – eu anotei algumas – que foram ditas aqui, repetidamente, no caso, por exemplo, dos próprios decretos ou das pedaladas: "Ah, mas não houve dolo da Senhora Presidente". Nós estamos falando de crime de responsabilidade, não estamos falando de um processo criminal, em que, lá sim, no Supremo Tribunal, não se comprovando dolo, a Senhora Presidente provavelmente será inocentada.

Da mesma forma, foi dito aqui, por diversas vezes, em relação às pedaladas fiscais: "Ah, mas não foi ela. Não tem a digital dela". Ora, quem quer fraudar não vai mostrar, não vai assinar.

Mais ainda: não há contrato de operação de crédito. É aí que está a fraude. A fraude está em atrasar repetidamente, por vários meses, um recurso para com um banco que controla, o que já é crime. Esse atraso contínuo não é só, depois, pagamento de correção monetária, na forma de R$450 milhões, como foi apresentado aqui, mas, por esse atraso constante, são, sim, cobrados juros; não só a Taxa Selic, mas os juros compostos, TJLP mais 1%, como o banco cobra de qualquer outro banco. Afinal é um banco. O Banco do Brasil tem acionistas privados e, se não fizesse isso, teria que responder aos seus sócios acionistas minoritários da iniciativa privada, que podem ser qualquer um de nós, e teria que pagar para eles o prejuízo que a União não pagou. Então, houve pagamento de juros. Isso ninguém contesta. Se houve pagamento de juros e sequer um contrato para segurar ao banco que iria receber, isso ainda é muito mais grave; isso mostra a fraude fiscal no caso das pedaladas, que reputo ainda mais grave do que os decretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Mas vamos adiante. Aqui ainda foi dito, por diversas vezes: "Ah! Lula e Fernando Henrique também fizeram." Se fizeram e houvesse um processo de *impeachment,* eles teriam que ser julgados por isso. Agora eles não estão mais no poder e não podem ser impitimados. Nós estamos aqui, no momento presente, analisando a irregularidade fiscal de uma Presidente em exercício. E por aí vai. "O TCU mudou de entendimento" – coisa que não é verdade. "Ela deveria ser alertada" – ora, o alerta serve para a frente. Ele não tem a capacidade de retroagir e dizer o seguinte: olha, agora, como estou alertando, o que você fez de errado para trás está tudo certo.

Eu fui anotando tudo aqui. Até a palavra golpe, crise mundial. E quero deixar algo. Por diversas vezes, alguns colocaram: "Mas é um fato tão pequeno!""Processar a Senhora Presidente da República por um fato tão pequeno." Ou: "Isso é pelo em ovo." Eu quero dizer que essa é apenas a ponta do *iceberg*, porque nós só podemos julgar 2015. Se olhássemos 2013 e 2014,...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...veríamos que o *iceberg* é muito maior. É um *iceberg* que teve a capacidade de derrubar um país. É um *iceberg* tão grande, de tanta irresponsabilidade fiscal que praticamente quebrou este País, e nós vamos levar três anos para poder consertar.

A minha pergunta – para, depois, concluir – é: havia espaço fiscal na data da edição dos decretos suplementares, portanto, que aumentaram despesas, de acordo com a meta vigente à época da edição dos decretos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cinco minutos para o Dr. João Henrique ou para a Junta.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado, Senadora. Obrigado, Senadora, também pela oportunidade de esclarecer.

Sim, não havia espaço. A ideia da incompatibilidade é justamente esta: a incompatibilidade é porque não havia esse espaço fiscal naquele momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, três minutos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu fiz a pergunta para poder concluir a minha fala, porque aqui fala-se muito em crise mundial, que não houve uma irresponsabilidade fiscal da Senhora Presidente da República. Eu quero trazer só alguns indicadores muito rápidos, e o primeiro dele é o PIB, por três anos consecutivos, negativo.

Eu fui atrás de alguns números. O Brasil cresceu, nesses últimos três anos – não vou nem comparar com os países emergentes; vou comparar com países da América Latina –, na média, 2,72% a menos. Isso parece pouco, mas são R$170 bilhões a menos por ano que países menores do que nós na América Latina. É isso que significa uma gestão fiscal irresponsável. Mas já que esse é um indicador econômico de que muitos não gostam, acham questionável, eu vou em relação ao próprio déficit fiscal.

O déficit fiscal não é de R$170 bilhões negativos, que o Presidente Temer apresentou neste ano. O déficit fiscal a que nós chegamos no ano passado, no governo Dilma, foi de menos R$118 bilhões, no final das contas. E assim vai, nas contas dos últimos três anos.

O que eu quero dizer com isso é que esse pelo em ovo, esse fatozinho que quebrou o País, levou à maior recessão da história do Brasil, e nós levaremos, infelizmente, mais três anos com medidas amargas para poder consertar e fazer o País voltar a crescer; mais do que isso, dar novamente emprego a 12 milhões de brasileiros; mais do que isso, mesmo aqueles que estão empregados, aumentar ou melhorar a renda anual, que, infelizmente, foi caindo. Só de um ano para outro, quem ganhava média de R$1.550,00 teve uma perda de renda em torno de R$40 a R$50, e daí por diante. Juros altos, porque a leniência com o controle da inflação não permite abaixar os juros, sob pena de a inflação perder o controle novamente, e aí nós estamos nessa roda e nesse ciclo vicioso do qual nós não conseguimos sair. É por isso, é por 2015, comprovado, e pelo conjunto da obra...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...de uma política de governo, e não de País, que eu vou dar o "sim" ao processo de *impeachment* contra a Senhora Presidente da República.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Simone Tebet.

Como não houve questionamentos à Junta, eu passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, a próxima inscrita, por cinco minutos.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Primeiro, quero parabenizar os peritos do Senado. As chamadas]aladas fiscais consistem em maquiagens contábeis com o objetivo claro de esconder a realidade fiscal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

País. O que fica e que está muito interessante é que nós estamos vendo que a sociedade brasileira pode não estar mais assistindo aqui à Comissão do Impeachment, porque é extremamente repetitiva, mas está muito interessada. Está sendo discutido nos bares, está sendo discutido nas escolas, nas famílias, o que é pedalada fiscal, o que é crédito, por que fez, se não fez, como é. Isso é muito importante, porque nós estamos vivendo um momento que vai ser antes e depois. Isso vai ser muito benéfico para o País.

O Governo – e isso é o que se escuta – gastou de forma irresponsável, e quando o povo tenta entender porque está esse desemprego de quase 12 milhões de pessoas, a inflação difícil de conter, a situação de caos que vivemos tanto na questão da energia quanto depois, na questão do controle dos preços do petróleo e da gasolina, as pessoas começam a encaixar os dados e começam a perceber que teve algo muito errado, que alguma coisa aconteceu, que se perdeu a mão e que elas não foram informadas, elas não souberam, o povo brasileiro não acompanhou e, de repente, quando se abriram os olhos, a situação econômica era extremamente difícil.

Nós que estamos aqui, na Casa Legislativa, hoje podemos ver também que o Congresso aprovou uma meta na LDO, e essa meta não só não foi depois respeitada, mas ela passou a ser exercida de acordo com a alteração da meta. Alterava-se a meta a bel-prazer, cada vez que havia necessidade de se gastar mais. Isso me parece que evidencia muito que a pedalada fiscal, na verdade, consiste na prática de atrasar, de forma proposital, repasse de dinheiro para os bancos públicos, contrariando o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os bancos públicos realmente financiaram a União, o que é proibido. O objetivo era melhorar artificialmente as contas públicas federais, e isso custou e está custando muito caro para o povo brasileiro, porque, deixando de pagar os bancos, o governo conseguia, todos os meses, apresentar os dados fiscais muito melhores, e assim ia, continuava. Agora, isso me parece que deixa claro que o governo ludibriou a sociedade sobre a realidade fiscal em que vivemos.

O fato de a Perícia ter indicado não haver atos diretos da Presidente da República nas chamadas pedaladas fiscais, eu acho que tudo mundo conhecia. O que se discute aqui não é a assinatura da Presidente em atos relativos ao Plano Safra, mas se ela tinha conhecimento da política fiscal adotada e do uso de bancos públicos para financiar a União, prática que levou o País ao caos na década de 90, por isso foi feita a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bom, a pergunta: no laudo apresentado a esta Comissão Especial do Impeachment, a Junta Pericial afirma que – entre aspas: "os atrasos dos pagamentos devidos pelo Tesouro ao Banco do Brasil...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...constituem modalidade de financiamento".

Eu gostaria que os peritos pudessem detalhar a base legal dessa afirmação.

Além disso, os senhores afirmam, no laudo pericial, que, com relação às pedaladas fiscais, não havia controle de endividamento junto à instituição financeira por parte do Tesouro Nacional. Eu perguntaria: quais as repercussões dessa não contabilização para o resultado fiscal do governo, particularmente para o cumprimento da meta fiscal em vigor?

Por fim, conforme aponta o laudo pericial, os atrasos nos pagamentos do Plano Safra resultaram num montante de 1 bi e 313 milhões, a título de atualização do principal. Pergunta: pode-se afirmar que esse é o custo que a sociedade brasileira pagou pelas pedaladas fiscais?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra o Dr. João Henrique, por cinco minutos também.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Muito agradecido, então, Senadora.

Começando, então, pela questão mais eminente.

Sim, o custo dessa operação de crédito é estimado pela remuneração do capital. Isso o custo direto; há outros custos indiretos, que estão ligados justamente à segunda questão, à questão anterior, que é o impacto no resultado fiscal. Da mesma maneira que foi superestimado o resultado fiscal de anos anteriores, porque eles deixaram de computar um valor que deveria estar lá a título de pagamentos, o resultado de 2015 foi onerado com pagamentos que, na verdade, não corresponderiam mais a 2015. Então, isso significa que se deixaram de fazer em 2015 coisas que se poderiam fazer e que se deveriam fazer se isso tivesse um tratamento distinto.

Em relação à questão dos atrasos, ao financiamento, à base legal disso, para nós ficou mais evidente e mais sólido o posicionamento do *Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público*, que é editado pela STN. TN tem a função de normatizar as contas públicas no sentido de poder compatibilizar todas essas contas, las essas interpretações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

E isso acaba sendo consubstanciado, acaba sendo consolidado na forma do manual. Então, o manual pode ser visto como uma forma de interpretação autêntica e determinante, determinativa para todos os entes da Federação, e não só para a União.

Então, nós enquadramos, vamos dizer assim, a Junta entendeu que houve uma operação de crédito, fundamentalmente com base normativa no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pelo STN, a sexta edição válida para 2015. E não vale só para a União; vale para todos os entes federados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. João Henrique.

A Senadora Marta Suplicy tem mais três minutos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Bom, eu acredito que é um erro isentar a Presidente Dilma, afastada, da responsabilidade direta pelas chamadas pedaladas fiscais, com base apenas no laudo de perícia feita pelos servidores do Senado, pois os senhores analisaram unicamente uma operação, a de 2015, e o atraso no pagamento do subsídio do Plano Safra. E por que eu falo isso? Só com a análise do conjunto de todas as operações, que resultaram num atraso de mais de 40 bilhões, aí seria possível definir as responsabilidades. E isso a Câmara não nos permitiu fazer, porque não veio com essa possibilidade.

Mas atrapalhou muito a análise, porque ficou uma coisa que não é; ficou um resultado que, se formos ver toda a continuidade, não é um resultado verdadeiro, porque, a partir de 2012, houve uma clara determinação do governo Dilma de manter os gastos em expansão, sem dinheiro. E, por causa da desaceleração da economia e da excessiva desoneração tributária, o governo decidiu reduzir o superávit primário. E, daí em diante, foi a piora das contas públicas, a redução das taxas de juros, a desvalorização do real e a ampliação, cada vez mais, do crédito subsidiado, como se o País estivesse às mil maravilhas.

E, para não piorar ainda mais as expectativas dos agentes econômicos, o governo apelou para as pedaladas fiscais, abrindo espaço para fazer ainda mais coisa. A maquiagem rendeu 5,8 bilhões com as pedaladas. E, naquele ano de 2012, o resultado primário divulgado foi de 86,6 bilhões;...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... sem pedaladas, seria de 81 bi.

Em 2013, foi mais grave, pois, sem pedalada, o governo não teria atingido a meta fiscal da LDO. As pedaladas foram, portanto, operações deliberadas para melhorar, de forma fraudulenta, segundo o TCU, as estatísticas fiscais. Então, é muito difícil acreditar que a Presidente afastada não soubesse do que estava ocorrendo, porque a Presidente Dilma é uma presidente que vai nos detalhes, é uma presidente cuidadosa no que faz, e a prática do que ocorreu foi uma prática reiterada.

Então, eu quero dizer que não faz sentido considerar, resumindo, apenas as operações de 2015, como foi feito, porque separava as demais. E, quanto aos decretos de crédito suplementar, peritos e TCU estão de acordo com que a Presidente teve, sim, uma responsabilidade direta.

Então, o embasamento jurídico me parece perfeitamente claro, e, por isso, votarei a favor do *impeachment*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Como não houve questionamentos à junta e ao Dr. João Henrique, eu passo ao próximo orador inscrito, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, depois de todo esse processo que se arrastou até aqui, nós chegamos à conclusão do que vimos aqui. É o seguinte: houve as pedaladas, e o Governo não nega isso; houve a edição de decretos, e não há como negar isso. Aliás, não há como negar as pedaladas, até porque, como já disse aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... parece aquele estouro da barragem de Mariana.

Há pouco, uma Senadora mostrou o gráfico aqui. Eu até fiquei pasmo ao comparar aquele gráfico com o que houve em governos anteriores.

Essas pedaladas, para quem está nos assistindo, assemelham-se muito a quando você atrasa o pagamento do seu cheque especial. O banco releva ali dez dias, aguarda um pouco até e não cobra juros por isso. Há bancos até que fazem propaganda disso. Mas quando você não paga, passa um mês, dois meses, três meses, isso passa a ser uma dívida. Aí sim, cobra-se juro e vira uma dívida que você tem que pagar.

Eu comparo muito bem a isso o que ocorreu. Se você for comparar um milhão, 900 mil, dois milhões que am, por pouco tempo, no repasse dos governos Lula e Fernando Henrique, se você quiser comparar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

bilhões, dá para notar que ali não era uma prática reiterada para lesar ninguém, para fraudar balanço, para maquiar balanço. O que houve ali foi uma operação muito parecida com aquela da Enron, a maior empresa energética que fechou justamente porque maquiava os balanços. Para mim, fica muito claro isso.

Agora, aqui, o que a gente está sentindo é que se está tentando fazer uma defesa de algo quase que impossível de se fazer. Eu tenho dito aqui – perdoe-me a comparação com o futebol – que essa defesa aqui é a mesma coisa de tentar defender falta batida por Rogério Ceni – é no ângulo. É uma coisa que está patente a todos.

Todas as perícias que vieram até agora, cinquenta e poucos técnicos do TCU, tanto a perícia do Senado quanto a da assistente da Acusação, todas essas perícias chegam à mesma conclusão, e está patente. Mas o discurso aqui é como pingo d'água no sentido de dizer que não existe crime, que não existe responsabilidade. É mais ou menos a técnica do "não sei, não vi, não estava lá".

A Presidente afastada foi guindada ao poder justamente porque tinha o mito de capacidade gerencial, o mito de que a aura dela era de gerentona. E a Senadora Marta, que me antecedeu, que foi Ministra, falou com muita propriedade, há pouco, que ela ia aos detalhes. Mas quando se trata dessas coisas, quando se trata de Pasadena: "Eu não sei", "Me passaram um ofício", "Foi o Cerveró". Quando se trata das pedaladas: "Eu não estava nem lá, nem sabia". Quando se trata dos decretos: "Foi um funcionário", ou "A responsabilidade é de outro".

Nós não estamos em um regime monárquico, em que a presidente é uma rainha que não responde pelos atos administrativos. Nós estamos dentro de um regime presidencialista, em que a presidente é a timoneira, é quem conduz. Então, fica difícil, neste momento, a gente ouvir, embora seja legítimo, e seria estranho que a Defesa pudesse dizer outra coisa... Mas estão bem patentes as condutas que levaram a este processo de *impeachment*.

Quanto à retórica e a esse restante de dizer "é golpe", e essas coisas, é legítimo até...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... no discurso político. Mas quando nos deparamos com a perícia, que deixou bem claro...

E o comportamento, hoje, diante da Perícia, me deixou em confusão e até em parafuso, Srª Presidente, porque essa perícia foi cantada em verso e prosa como se tivesse inocentado a Presidente. E, hoje, estou vendo que parece que querem desmentir o que a Perícia disse.

Fechando, eu gostaria de perguntar a vocês: atrasar pagamentos de um exercício para outro pode ter que efeito no resultado primário prometido pelo Poder Executivo, já que considerou aquilo uma operação de crédito?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Com a palavra o Dr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradecendo ao Senador pela oportunidade de esclarecimento, vou passar a palavra ao Dr. Diego Prandino.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Excelência, quando se atrasa o pagamento de despesas primárias de um exercício para o outro, o que se verifica é uma superestimativa do resultado primário apurado em determinado exercício, o que eventualmente vai comprometer exercícios futuros quando do seu pagamento. Isso, no exercício em que se atrasa, constitui uma margem fiscal adicional para que se possam eventualmente aplicar esses recursos primários em outra finalidade. Então, o efeito mais imediato que se verifica é uma superestimativa do resultado primário apurado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Diego.

O Senador José Medeiros tem três minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, vou parafrasear o Senador Lindbergh, até porque ele não está aqui e não tem como pedir o art. 14. Está claro, então. Para mim, resta claro que o Governo, de forma proposital, fez diversas maquiagens contábeis, a contabilidade destrutiva, pois digo e repito que não existe esse negócio de contabilidade criativa. Isso é invencionice, é ardiloso. Quando isso ficou claro, a mentira caiu junto.

E o que podemos ver, Srª Presidente, é que perdemos, por causa disso, o grau de investimento e viramos chacota. Eu fiquei muito triste quando vi aquela capa da *The Economist,* que anteriormente tinha feito o Cristo Redentor sendo impulsionado, como se fosse um foguete e, depois, numa segunda capa, quando isso veio a lume, quando isso veio a público, quando se pôs a luz sobre as pedaladas e que veio toda a crise, veio uma outra capa em que aquele foguete dava uma pirueta e, tal qual a Chalenger que explodiu, ia ao chão.

Então, o que se nota é que se vendeu ao Brasil e ao mundo que estávamos num *boom* econômico, que rasil estava bombando, para usar a linguagem coloquial, mas, na verdade, estávamos com um rombo sem anho. E aí como dizer? Como relativizar e dizer que isso – como foi dito há poucos dias por um dos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

vieram aqui – é um "fatozinho"? Ou uma filigrana, uma coisa pequena? Nós estamos falando de bilhões! Nós estamos falando de uma coisa tremenda que aconteceu! Aí vêm e dizem: "Mas vão derrubar a Presidente por quatro decretos e pelas pedaladas fiscais?" Sim! É como se um sujeito desse quatro facadas no peito de alguém e dissessem: "Mas vão condená-lo por apenas quatro facadas no coração da vítima?" O caso é que foi muito grave!

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E por isso a importância do contraponto, de fazermos esse contraponto porque, a toda hora, bate-se na mesma tecla, como se não fosse nada. É coisa muito grave!

O meu Estado está arrebentado, é um cemitério de obras, e, no seu Estado, os investimentos que foram prometidos não aconteceram. Essa é a realidade do Brasil hoje.

Nós aqui, não falamos, obviamente, no conjunto da obra, que é imensamente maior. Então, não dá para relativizar. Eu creio que este momento está chegando ao fim, mas não está chegando ao fim, cassando uma Presidente por formalidades, como estão dizendo aqui. Nós estamos cassando uma Presidente da República por fatos gravíssimos, e que isso possa não se repetir, porque essas pedaladas – é bom que quem estiver nos ouvindo saiba – já foram cometidas no passado e levaram àquela hiperinflação, em que cada governo estadual tinha um banco e pedalava com seu banco, e aí nós tínhamos um sistema monetário fictício.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros, que não fez questionamentos à Junta.

Eu passo a palavra, então, à próxima Senadora inscrita, Senadora Fátima Bezerra, por cinco minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta, quero inicialmente colocar que, cada vez mais, fico mais convencida de que a Presidenta Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Portanto, é uma grande injustiça esse processo de *impeachment* em curso contra ela.

A própria Perícia – quero aqui saudar o trabalho dos senhores, a perícia feita pelos integrantes do Senado – vem nesta direção, de provar a inocência. Por mais que os Senadores aliados do Governo biônico, do Governo golpista, insistam que o resultado da perícia feita pelos senhores vem na tese de promover a acusação da Presidenta Dilma, nós discordamos completamente, e por razões bem simples.

Por exemplo, o Plano Safra. Os senhores mesmos colocaram, ou seja, a Perícia concluiu que não houve ato comissivo por parte da Presidenta Dilma. Portanto, nós também podemos dizer que não houve ato omissivo, até porque a Presidenta não agia no Plano Safra. Isso aqui já foi mencionado várias vezes. O Plano Safra vem lá desde a década de 90. Era um projeto executado por vários ministérios, com a participação do Conselho Monetário, etc. Ou seja, no Plano Safra, não houve, por parte da Presidenta Dilma, nenhum crime. Simplesmente – repito – é um projeto, um programa de governo que não tinha a assinatura da Presidenta Dilma. Não houve ato comissivo nem omissivo, conforme dito inclusive pelos senhores, na perícia que os senhores divulgaram.

A mesma coisa com relação à edição de decretos. Aliás, com relação aos decretos, os senhores foram mais longe quando disseram que não só a Presidenta Dilma não tinha sido alertada como ela tinha sido informada pelos diversos órgãos técnicos do Governo que os decretos estavam em conformidade com a lei.

Por isso, com todo o respeito, eu fico com a palavra do eminente advogado da Presidenta Dilma, Dr. José Eduardo Cardozo, quando coloca que a perícia acabou sendo uma ferramenta muito importante para promover a inocência da Presidenta Dilma, para comprovar a inocência da Presidenta Dilma. No mais, aqui é discurso político, é conjunto da obra. Na verdade, as pedaladas, a edição de decretos, não passam de pretextos jurídicos, não passam de meros artifícios com objetivos claramente, do ponto de vista político, definidos, que é afastar uma Presidenta legitimamente eleita, sem que ela tenha cometido crime de responsabilidade.

No mais, é discurso político, que eu acho até tudo bem. Se vivêssemos num regime parlamentarista, isso caberia, porque a Presidenta Dilma perdeu a maioria no Parlamento e perdeu por quê? Perdeu em função de uma oposição irresponsável, uma oposição que não respeita o voto popular, uma oposição que, quatro vezes derrotada nas urnas, prefere o atalho de violar a Constituição – e eu não digo isso com prazer não, porque isso é muito ruim para a história da luta...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em defesa da democracia no nosso País –, uma oposição que, de repente, encontra, no meio do caminho, quem? O Sr. Eduardo Cunha, o sabotador-mor, o homem das pautas bombas. Todos nós sabemos que, desde o início do segundo mandato da Presidenta Dilma, eles não a deixaram governar. Sem contar ainda o quadro no plano internacio-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

nal, com uma crise econômica sem precedentes, cujos reflexos só começam a chegar aqui mais fortemente exatamente no ano de 2015.

O Sr. Eduardo Cunha, o maestro do golpe, o sabotador, está solto ainda, afastado da Presidência da Câmara, mas está ainda no exercício do seu mandato – aliás, há uma operação para blindá-lo, para que o mandato dele seja salvo, operação essa que, segundo o que se comenta na imprensa, conta com o apoio do Presidente biônico Michel Temer.

Então, eu quero, Srª Presidente, só para concluir aqui, dizer que é lamentável ver isso; lamentável ver, de repente, num regime presidencialista, querer-se afastar uma Presidenta da República, sem que haja comprovação de que ela tenha cometido crime de responsabilidade.

O de que se acusa aqui a Presidenta, como já foi dito aqui, foi feito por Fernando Henrique, aliás, o pai da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele próprio publicou edição de decretos, pedaladas, etc. No caso da Presidenta Dilma, é bom frisar, ela agiu em conformidade com a lei e, mesmo quando o TCU mudou o entendimento, os senhores sabem disso, o Governo Federal se ajustou à norma, daí por que nós queremos, mais uma vez, aqui, colocar que é uma grande injustiça o que está tentando se fazer com a Presidenta Dilma, afastá-la quando não há comprovação de que ela tenha cometido crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Fátima, desculpe-me incomodar V. Exª, mas a senhora vai fazer uma pergunta?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou agora exatamente, só bem rapidinho, Senador Anastasia, já ia fazer.

Vou deixar aqui para os peritos – eles já falaram sobre isso, mas gostaria que eles pudessem discorrer – o que foi em resposta ao quesito 26, em que V. Sªs dão uma informação mais relevante. É a resposta ao quesito 26, em que V. Sªs dão uma informação mais relevante, a de que a Presidenta não foi alertada, e, mais do isso, foi aquilo que eu coloquei: ela foi informada de que os decretos não afetavam a obtenção da meta.

Eu gostaria que o Dr. Henrique pudesse tecer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Sr. João Henrique, cinco minutos.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Excelência...

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Eu vou passar a palavra, então, ao Dr. Diego Prandino.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Excelência, as exposições de motivos dos decretos consignaram que não havia incompatibilidade com a meta, que os decretos estariam compatíveis, porque eles partem de uma premissa, não corroborada pela posição da Junta, que é a de que a suplementação à conta de superávit financeiro do exercício anterior e de excesso de arrecadação não tem impacto na meta fiscal. Então, partindo dessa premissa, de fato, a exposição de motivos faz sentido; ela está de acordo. Mas a posição da Junta não foi essa. Quando há suplementação de despesas primárias à conta de superávit financeiro do exercício anterior e de excesso de arrecadação, o que se verifica é um comprometimento do espaço fiscal, um comprometimento da obtenção da meta. Então, é por isso que a posição da Junta não se alinha à posição que está expressa na exposição de motivos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Em complemento à resposta, é importante também mencionar que a Junta não está se manifestando sobre essa intencionalidade ou não da Presidente, esse eventual dolo. Isso está além da capacidade de a Junta lidar; está além do escopo, na verdade, da Junta. E isso cabe aos Srs. Parlamentares, como juízes naturais da causa. Então, não há nenhum julgamento, prejulgamentos sobre essa questão do dolo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Três minutos, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aqui, nestes três minutos, acrescentar que não se trata aqui da questão da presunção; trata-se aqui, repito, do que está colocado na própria perícia de que a Presidenta Dilma não só não tinha sido alertada, como ela foi, ao longo de todo o processo, avisada de que os decretos estavam em conformidade com a lei. Aliás, eu gostaria, muito rapidamente, Dr. Henrique, de ler aqui um trecho do laudo pericial feito pelos senhores.

> No momento dos fatos ora tratados qual é o entendimento sobre sua legalidade? [O que foi que os senhores responderam?]
>
> Os fatos ora tratados, as equalizações devidas pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, ao longo de 2015, os quatro decretos de créditos suplementares editados em julho de agosto de 2015 ocorreram sob a presunção de legitimidade aos olhos daqueles que o praticaram. Contudo, eventos similares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

> eram objetos de controvérsia por parte de outros agentes sociais, a exemplo dos indícios de irregularidades levados ao conhecimento do Congresso Nacional em decorrência do Acórdão nº 1.464, de 2015, TCU, Plenário, 17 de junho de 2015.
> As subsequentes mudanças de entendimento acerca desses fatos decorrem dessas controvérsias e são marcadas, de maneira objetiva, por alterações normativas que avançam nos incentivos à boa-fé processual e procedimental das partes.

Acho que isso aqui comprova, cada vez mais, que não há dolo por parte da Presidenta Dilma, que não houve crime de responsabilidade por parte da Presidenta Dilma. Portanto, eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que o mais grave, a face mais cruel desse processo que nós estamos vendo aqui...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é rasgar uma Constituição; é querer afastar, na marra, uma Presidenta eleita. Nós vivemos num regime presidencialista. Não houve comprovação de crime de responsabilidade, mas querem afastá-la na marra.

Outro governo, outro projeto, outra agenda. E qual é a agenda? Uma agenda que jamais passaria pelo crivo popular, que é a cartilha liberal... E não é liberal, não; é ultraliberal! É PEC para conter gastos sociais. É redução de direitos. É corte de gastos sociais. É apologia do Estado mínimo. É vender o Brasil. É a privatização desenfreada. Isso é que é grave.

A democracia se constrói com algo fundamental, que é, sobretudo, o voto, a participação popular. E é esse voto, essa participação popular e a soberania das urnas que estão sendo exatamente violados neste exato momento.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradeço a participação dos peritos, mas não tenho pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

A derradeira inscrita, Senadora Ana Amélia, por cinco minutos, por gentileza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Antonio Anastasia, eu quero cumprimentar e renovar todos os cumprimentos que os Senadores membros desta Comissão Especial manifestaram, já antes de mim, ao trabalho sério, independente, autônomo, feito pelos peritos do Senado Federal. É um orgulho para nós, Senadores, dispormos de profissionais tão qualificados, sérios e dedicados quanto os senhores.

Eu entendo que, a despeito de haver uma ou outra divergência de entendimento em alguns aspectos desse laudo, eu não vou considerar esta análise como superficial ou contraditória. Aliás, alguns da Defesa o fizeram no pedido de esclarecimento à Junta Pericial.

É espantoso – espantoso! – que esse mesmo ato, essa mesma atitude tenha, logo em seguida, vindo à compreensão que a Defesa fez, concluindo que o trabalho da Perícia era uma peça de absolvição da Presidente da República. Começamos por aí.

Eu, tratando especificamente do laudo produzido, destaco alguns pontos que considero relevantes.

Quanto às famosas pedaladas fiscais, as conclusões apresentadas demonstram inequivocamente que as operações entre o Banco do Brasil e a União são, sim, operações de crédito, vedadas pelo art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para sustentar essa conclusão, a Junta, adequadamente, apoiou-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, feito pela Secretaria Nacional do Tesouro, segundo o qual as operações de crédito nem sempre envolvem o usual crédito junto a uma instituição financeira, com o consequente ingresso da receita orçamentária nos cofres públicos como, por exemplo, nos casos de assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas.

Eu quero, aliás, em outras palavras, dizer que não importa a roupagem jurídica conferida a essas operações. O que se observou, na essência, foi o financiamento da União por parte dos bancos públicos, num conflito com o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto aos decretos de suplementação editados de maneira irregular, merece destaque a demonstração por parte da Perícia da diferença entre meta de resultado primário e resultado primário. Este é um detalhe muito importante. A meta é a definição quantitativa prévia de um resultado primário a ser perseguido pelo setor público. Ao final do exercício financeiro, comparando-se a meta previamente estabelecida com o resultado efetivamente apurado, pode-se, então, concluir que a meta foi ou não foi alcançada.

Como consequência lógica do estabelecimento de uma meta, os atos praticados por quem conduz a ítica fiscal devem ser adotados de maneira congruente com o seu alcance. Não é possível, portanto, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

exista uma meta a ser cumprida e que a Presidente da República adote uma medida absolutamente contraditória ou contrária ao processo de sua obtenção.

Dessa maneira, ao demonstrar que os decretos apresentavam impacto potencial no resultado primário, ficou também claro que as alterações promovidas nas programações orçamentárias não eram compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário, contrariando frontalmente o disposto no art. 4º da Lei Orçamentária Anual.

Nessa solicitação, eu pedi à Junta Pericial que esclarecesse se, inexistindo alerta da área orçamentária – e isso foi mencionado antes pelos demais Senadores – e da área jurídica do Governo, seria possível a Presidente identificar supostos vícios e desrespeito às diversas condições fixadas no art. 4º da Lei Orçamentária. Acho oportuno que os peritos façam agora esse esclarecimento.

É o que eu solicito, e, além disso, aproveito para perguntar...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Item 6 da conclusão do laudo pericial afirma que há impacto negativo na meta do superávit primário decorrente da abertura dos créditos suplementares.

Qual a fundamentação dessa afirmativa?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos, então, Dr. João Henrique, passar-lhe a palavra por cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Obrigado pela oportunidade de esclarecimento.

Em relação à possibilidade de identificação de uma possível irregularidade ou impropriedade nos decretos, é uma situação difícil porque envolve e, de alguma maneira, tangencia a questão do dolo. Mas o que nós encontramos foi esse dispositivo do Decreto-Lei nº 267, que diz que a ação administrativa do Poder Executivo, quando vai tratar do planejamento, do orçamento, do programa e da programação financeira, obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual elaborados por intermédio dos órgãos de planejamento, sob orientação e coordenação superiores do Presidente da República. E é justamente esse o fulcro, parece-me, da questão toda da possível responsabilização ou não da Presidenta. Isso porque, se nós acreditarmos que ela, como responsável pelos controles internos, pelos vários sistemas de controle interno, tem ou não a possibilidade de se exonerar dessa responsabilidade... A Senadora Fátima mencionou muito bem a diferença, por exemplo, entre regime presidencialista e regime parlamentarista.

Em última análise, esse é um juízo que vai fundamentar a decisão sobre a responsabilização dela ou não, porque o nosso regime jurídico comporta, enfim, várias interpretações, e isso é bastante conhecido no caso do Direito. Várias ponderações se fazem sobre os mesmos fatos.

Então, a preocupação da Junta foi esclarecer o fato, e o fato foi um descumprimento objetivo, uma incompatibilidade objetiva dos decretos. A Presidenta é a responsável última? Esse é o julgamento que está sendo feito e que acaba se confundindo com o próprio mérito.

Em relação à segunda questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Sim; era o fundamento da incompatibilidade.

O próprio art. 4º da Lei Orçamentária vai falar em programação orçamentária, e é interessante, porque a meta fiscal é determinada como um resultado de fluxo financeiro. Isso causa algum constrangimento, e causa mais constrangimento ainda o fato de essa programação orçamentária de que fala o art. 4º se remeter, segundo a Junta, para as programações orçamentárias entendidas como dotações orçamentárias, e não mais limites fixados pelo Poder Executivo.

Essas questões, então, permearam toda a análise que a Junta fez.

Objetivamente falando, a Junta entende que essa ação – e aqui é um dispositivo legal, reproduzindo o dispositivo legal – administrativa do Poder Executivo acontecerá através dos órgãos de planejamento, sob orientação e coordenação superiores do Presidente da República.

Qual é a extensão dessa responsabilidade? Isso vai ficar a cargo do juiz natural decidir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. João Henrique.

Senadora Ana Amélia, três minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui a Perícia, com muita precisão, identificou os crimes, os delitos cometidos: pedaladas, crime de responsabilidade, não autorização Congresso de mudança nos decretos, decretos sem autorização do Congresso. Identificou os crimes. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

vamos julgar a causa dos crimes. Nós somos juízes. Com base nessa perícia, nós vamos fazer o julgamento. A perícia é técnica. Nós faremos o julgamento político.

No julgamento das causas desses crimes – foram vários – é que nós vamos encontrar as razões pelas quais o País chegou à situação em que está hoje, na mais profunda e aguda crise social, econômica, política e ética, que destruiu um dos maiores patrimônios do País, que é a Petrobras. A corrupção entrou como uma epidemia, grassando sobre todos os setores. O setor energético foi destruído.

Além disso, nós estamos – e aqui é repetido sempre, porque é preciso – com mais de 11 milhões de desempregados, inflação alta, juros estratosféricos, sem nenhuma perspectiva de crescimento econômico e sem credibilidade que possa atrair o investimento externo para que este País possa sair deste atoleiro, e tudo isso em um Governo que propôs fazer do Brasil uma Pátria educadora. E a educação hoje está pagando um preço amargo, com a queda em todos os programas importantes para a juventude brasileira. Também prometeu fazer um programa ambicioso de Mais Especialidades, para ampliar o Mais Médicos. Nem tivemos Mais Especialidades, e, no Mais Médicos, ainda houve redução.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na saúde, o déficit é de R$20 bilhões. Na saúde, R$20 bilhões!

Então, o efeito perverso dos crimes praticados é razão suficientemente forte para que hoje a gente perceba que a sociedade, quando se caminha nas ruas – eu, pelo menos –, ouça a pergunta: "quando é que vocês vão tomar essa decisão? Quando é que vão definir, de uma vez por todas, a saída da Presidente?"

É por essas razões, de base, conteúdo e fundamentação técnica, que eu aqui vou repetir: não sou golpista. Estou em um julgamento coberto pela Constituição Federal, cujas regras foram definidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Não sou golpista e quero dizer que, por isso, tenho a convicção do que farei na votação no plenário do Senado Federal em relação à responsabilidade da Senhora Presidente afastada Dilma Rousseff, votando a favor do *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Como a Senadora Ana Amélia não fez perguntas, enquanto ela volta à mesa para reassumir a Presidência dos trabalhos, eu passo a palavra à Drª Janaina Conceição, pela Acusação, para fazer seus pedidos de conhecimento à Junta pelo prazo de seis minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem, antes de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É porque estou aqui desde o início da sessão, tentando solicitar que me seja dada uma resposta a respeito de umas tabelas e citei a página.

Eu só gostaria de saber se é possível eu obter ou não a resposta. Eu não quero perguntar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Deixe o Senador Raimundo Lira retornar. No retorno dele, como ainda vai haver indagações da Acusação e indagações da Defesa, nesse meio tempo, chega o Presidente, para que não haja nenhuma abertura, pelo menos de minha parte, nesta sessão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor entendeu. Eu não preciso repetir a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Entendi.

Vamos ouvir, primeiro, a Acusação, depois a Defesa e, nesse meio tempo...

Drª Janaina, portanto, seis minutos.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra a Drª Janaina Paschoal, que é da Acusação, por seis minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Cumprimento a Srª Presidente, o Sr. Relator, os senhores peritos, todos os Srs. Senadores, os assistentes técnicos, as assistentes.

Eu queria só fazer um primeiro registro, porque hoje é aniversário ao Dr. Hélio Bicudo, que foi a pessoa que deu início a esse processo, que eu entendo ser alguém que tem uma preocupação muito grande com a democracia, já deu grandes provas disso. Então, aproveito a oportunidade para fazer esse registro e cumprimentar o Dr. Hélio Bicudo por seus 94 anos de dedicação ao País.

Gostaria também de fazer alguns apontamentos com relação ao próprio histórico do laudo. Quando o laudo foi apresentado na semana passada, realmente, inclusive na imprensa, houve uma grande divulgação de que o laudo seria extremamente favorável à Defesa, algumas pessoas até telefonaram perguntando se eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

estaria triste por causa do laudo. Eu achava curioso, porque eu falei: acho que foi um laudo diferente o que foi lido por essas pessoas e que foi lido pelos denunciantes.

A Defesa, em conjunto com os Parlamentares que defendem a Senhora Presidente, formularam 70 questionamentos aos senhores peritos, que responderam, entregaram na sexta-feira, deixando ainda mais claro que os vários crimes de responsabilidade atribuídos na exordial, na inicial ficaram indubitavelmente caracterizados.

Os assistentes técnicos também apresentaram os seus trabalhos ontem à noite, a nossa assistente apresentou, corroborando, praticamente na íntegra, as conclusões dos senhores peritos. O assistente técnico da Defesa apresentou um trabalho de 90 páginas, que, pelo contrário, na íntegra, contesta as conclusões dos senhores peritos. Em certa medida, os questionamentos dos Srs. Senadores que defendem a Presidente mostram que, na verdade, em nenhum momento, o laudo exculpa a denunciada, por isso é que se utilizam termos como "o laudo é confuso", "o laudo está equivocado", "o laudo é contraditório", "o laudo precisa ser um pouco mais aprofundado". Então, eu acho isso é importante, porque, como a imprensa está, de certa forma, propagando essa ideia de que os peritos teriam absolvido a Senhora Presidente, esses indicativos precisam ser destacados.

Com relação aos pontos que foram debatidos nesta tarde, eu acho que é importante recordar, sob o ponto de vista da Teoria Geral do Direito Civil, que os contratos não se confundem com os instrumentos de contrato.

Os instrumentos são importantes meios de prova, mas o contrato é a relação jurídica estabelecida entre as partes, que não necessariamente precisa ter um instrumento. Então, acho que é importante que isso fique claro.

Com relação ao conceito de operação de crédito, eu acho que, além art. 29, um artigo importante da Lei de Responsabilidade Fiscal para o nosso debate aqui é o art. 38, que fala da operação de crédito por antecipação. E esse artigo é importante, muito embora ele não trate especificamente das instituições financeiras públicas, mas porque ele proíbe esse tipo de operação, inclusive com os bancos privados, em ano eleitoral e sem que as operações anteriores tenham sido resgatadas. Então, eu acho que é um dispositivo interessante para estabelecer uma correlação com o que vem sendo debatido nesta tarde.

Acho muito importante também destacar que os senhores peritos foram contundentes, e isso já havia sido levantado aqui na sessão anterior, no sentido de que não compete à perícia falar em culpa, falar em dolo, falar em responsabilização. Os peritos tratam de questões objetivas, e todas essas atribuições, sob o ponto de vista jurídico e valorativo, competem aos juízes. Então, isso é muito importante.

Porém, para lembrar que a responsabilidade da Presidente e o dolo estão presentes, é importante recordar que foram muitos os órgãos federais envolvidos nessa situação inteira. Porque, muito embora tenha havido esse recorte para pinçar apenas o Banco do Brasil – o que já não é pouco, porque nós estamos falando da casa de bilhões –, devemos recordar que não foi só o Banco do Brasil, foi o BNDES, foi a Caixa Econômica Federal. No caso do BNDES, há bilhões referentes a 2015 – que seja dito isso, isso está na denúncia, descrito com detalhes!

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Então, há que se recordar essa parte.

Além dos bancos, nós temos o envolvimento do Banco Central, que não contabilizou; nós temos o envolvimento do Ministério do Planejamento, por meio da SOF, que, inclusive, não mandou a documentação solicitada pelos peritos – esse é um ponto importante –, muitos documentos solicitados não foram encaminhados; nós temos o envolvimento do Tesouro Nacional, que também não contabilizou em quatro dos seus órgãos internos. Então, esse número enorme de órgãos envolvidos evidencia, sim, que a autoridade que estava lá acima, ou seja, a Presidente da República, foi a coordenadora e a mentora de tudo isso.

Então, a primeira pergunta que eu faço aos Srs. Peritos é a seguinte: essa não contabilização pelo Banco Central, pelo Tesouro, isso que a gente tem chamado de fraude, ou que alguns chamam de contabilidade criativa, isso, de alguma maneira, interfere, repercute, prejudica a confiança que os investidores internos e externos têm no País?

Essa é a primeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Janaina.

Com a palavra, Dr. João Henrique ou um dos membros da Junta. Diego, por cinco minutos.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Drª Janaina, boa tarde!

Infelizmente, em relação à avaliação de confiança de investidores interna ou externa, isso envolve um quesito bastante subjetivo, que além de não ter sido avaliado previamente pela Junta, não é objeto da perícia em si. Então, eu estaria impossibilitado de responder especificamente quanto a isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra, Janaina, por três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Não sei se seria possível, mas gostaria de saber se o senhor, ou a Junta, identifica alguma relação entre o rebaixamento do País nas agências de risco internacional e o desvendar dessas fraudes. Se os senhores identificam alguma relação.

E também gostaria de saber, porque tem um único ponto em que a nossa assistente técnica discordou da Junta Pericial, diz respeito ao destino que foi dado aos valores que foram desvinculados pelas MPs no final de 2015, e os senhores responderam que esses valores não teriam sido utilizados para pagar as pedaladas. A minha dúvida, haja vista a exposição de motivos das próprias medidas provisórias, é a seguinte: quando os senhores dizem "não", estão levando em consideração apenas o Plano Safra do Banco do Brasil ou analisaram todas as pedaladas? Porque, como está na exposição de motivos, eu acho que esse é um dado relevante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Dr. João Henrique ou o Diego.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Bom, especificamente quanto ao rebaixamento, também eu estou impossibilitado de fazer essa análise, porque não foi objeto de quesito anterior. Quanto ao destino dos recursos desvinculados pela Medida Provisória nº 704, quando no laudo declaramos que não foi identificada a utilização dos recursos desvinculados para pagamento dos atrasos, estávamos nos referindo especificamente ao Plano Safra, que foi pago com Fonte 100 e 160, fontes de recursos que não foram afetados pela Medida Provisória nº 704.

A relação que é possível estabelecer é que um dos decretos que analisamos, especificamente o decreto de 55 bilhões, que reputamos ter efeito fiscal neutro e, portanto, acabou não sendo muito o foco da análise do impacto fiscal, esse decreto de 20 de agosto suplementou no valor de 51 bilhões uma fonte de recurso 344, e essa fonte de recurso, posteriormente – isso foi em agosto –, em dezembro, foi desvinculada por uma portaria da SOF, a Portaria nº 143, de 2015, editada em razão da Medida Provisória nº 704.

Então, o liame que existe entre a Medida Provisória nº 704 e os decretos é justamente este: um dos decretos, que foi o decreto que reputamos com efeito fiscal neutro, de fato suplementou uma fonte de recurso que posteriormente veio a ser desvinculada pela Medida Provisória nº 704.

E, só para complementar, consta do laudo também, há uma tabela no laudo, uma tabela que inclusive foi divulgada no *site* do Ministério da Fazenda, em que ali há a explicação das fontes de recursos que foram utilizada...

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – ...para efetuar os pagamentos dos passivos junto às instituições financeiras, e essa Fonte 344 é uma das fontes que foram utilizadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Está encerrada a parte.

Agora passo à Defesa, com o Dr. José Eduardo Cardozo, por seis minutos.

Acho que há um problema de som, Dr. Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Alô?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora melhorou, obrigada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Inicialmente, eu gostaria de saudar... Se pudesse até voltar o tempo um pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu gostaria de saudar os membros da Junta Pericial e cumprimentar pelo trabalho, e preliminarmente esclarecer um pouco a esclarecer um pouco a posição da Defesa sobre o laudo pericial.

É óbvio que peritos não firmam conclusões sobre absolvição, sobre inocência de um caso; peritos narram fatos, dialogam sobre conceitos e fixam interpretações de acordo com o seu ponto de vista. O que nós afirmamos desde o início é que nós tínhamos uma concordância em larga medida com os fatos apontados pela perícia e que esses fatos – não foi a conclusão de V. Sªs – levavam a uma comprovação clara de que as acusações eram improcedentes.

Conclusão não de V. Sªs, mas a partir dos fatos apontados por V. Sªs.

Por exemplo, quando V. Sªs apontam, no item 7, da parte dos decretos, que não houve alerta da incompatibilidade com a meta fiscal, a meu ver, claramente descaracteriza a possibilidade de dolo, e acho até que foram econômicos nessa assertiva, porque, na verdade, não é que não se deu o alerta, como disse o Senador Lindbergh, os pareceres diziam textualmente que não haveria incompatibilidade. Então, Sua Excelência Presidente da República, ao tomar a decisão, se valeu desses pareceres técnicos. Mas a afirmação de V. Sªs reafirmou absoluta inconsistência da prefiguração criminosa apontada na Denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O mesmo afirmo em relação ao item 12 do Plano Safra. V. Sªs afirmam que não houve ato comissivo da Senhora Presidente da República – o que aqui voltaram a afirmar –, ou seja, considerando que entendemos que é impossível a existência de omissão sem a falta de um dever específico, atribuído à Senhora Presidente da República, essa afirmação de V. Sªs, por si, desqualifica a Denúncia. Então, foi isso que a Defesa falou.

Agora, é evidente, que existem alguns pontos em que nós divergimos e, curiosamente, não são em relação a aspectos fáticos, são em relação a aspectos interpretativos e conceituais. E entendo essa situação, V. Sªs são *experts*, peritos em ciência das finanças, não são juristas próprios de uma atuação no campo do direito financeiro. Valeram-se de uma interpretação que entenderam como correta. Eu respeito, mas apenas questiono, porque foram muito dogmáticas as assertivas, sem apontar outras interpretações possíveis. É nessa linha que quero firmar algumas ponderações e algumas perguntas.

V. Sªs, por exemplo, adotaram, como ponto de referência, as normas constantes do próprio manual de contabilidade que mencionaram, que, na verdade, foi um manual elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, em conjunto com o Tesouro Nacional, por técnicos que vieram e discordaram veementemente das interpretações dadas por V. Sªs. Inclusive, por mais paradoxal que seja, quem formaliza esse código é o Sr. Arno Augustin, que é referido pela Acusação como mentor disso. Seguramente, o Sr. Arno Augustin e os técnicos que elaboraram esse manual devem discordar da interpretação de V. Sªs, pelo menos aqui foi a opinião oficial dos órgãos que vieram aqui expressos.

Então, nesse sentido da divergência jurídica, das concordâncias, estou satisfeitíssimo, V. Sªs me permitiram demolir as acusações. É isso que a imprensa tem falado, não que V. Sªs fizeram isso, mas me permitem que eu faça isso.

Agora, as perguntas que faço são as seguintes: V. Sªs não registraram divergências jurídicas nas opiniões interpretativas, exegéticas, que fizeram, seja em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal – período de metas, a questão da operação de crédito –, seja em relação à situação que dizem de incompatibilidade entre decretos e metas fiscais, quando V. Sªs traduzem a questão das metas fiscais para uma dimensão orçamentária, saindo da ideia defendida por toda a Administração durante anos, que seria a financeira. Pergunto: de que autores juristas os senhores se serviram para construir essa interpretação de operação de crédito que V. Sªs dão – sem contar o Tribunal de Contas da União, por favor –, que autores V. Sªs pesquisaram, que julgados encontraram, para chegar a essas conclusões quanto ao conceito de operação de crédito tão amplo que tomo, como em relação à situação de incompatibilidade orçamentária? Fui claro?

Segunda questão: quais são as divergências que V. Sªs têm em relação ao parecer do ilustres Profs. Misabel Derzi e Heleno Torres, que estão juntados aos autos? Quais são os pontos centrais que V. Sªs divergem desses pareceres? Porque eles apresentam conclusões antagônicas. Onde estão as premissas que V. Sªs divergem desses ilustres juristas? Porque V. Sªs não registraram esse parecer no exame pericial.

Gostaria de entender o porquê, nem que fosse para refutá-lo. Gostaria de saber onde estão as divergências.

Outro aspecto: os juros que são cobrados nos eventuais atrasos do Plano Safra. Qual é a sua natureza? Nós sabemos que a doutrina, a lei e a jurisprudência diferenciam claramente atualização monetária de juros. O próprio Decreto-Lei nº 3.365, de 1941,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ...fala de juros moratórios, juros compensatórios. Há até súmulas do Supremo Tribunal Federal fazendo essa distinção.

A minha pergunta é: no caso de atrasos do Plano Safra, o que existe? É uma mera atualização monetária? São juros moratórios? São juros remuneratórios? Qual é a natureza dessa situação que ocorre em relação ao Governo Federal quando há atrasos, especificamente no plano das categorias jurídicas que são colocadas? Não se pode confundir atualização monetária com juros moratórios, com juros remuneratórios e, no plano, até no Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, com juros compensatórios.

Qual é a natureza jurídica desses juros, ao ver de V. Sªs?

São as perguntas que faço no momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Eduardo.

Com a palavra o Dr. João Henrique, por cinco minutos.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Quero agradecer, então, a oportunidade de esclarecimento. Vamos começar do final.

Então, juros, a natureza desses juros. São juros que estão remunerando o capital. Não são juros moratórios e têm uma natureza de correção, correção do principal, não é? Não de atualização. Embora esteja escrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

atualização, a pretensão não é de manter o poder, manter... expressar a variação do poder aquisitivo da moeda. Aqui, há as taxas Selic e a taxa de poupança. Elas remuneram o capital. Está certo?

Em relação aos pareceres, eles não foram incluídos, de fato, e, no laudo inicial, não houve referência. Tampouco nos esclarecimentos, houve um pedido, e, neste momento, não teríamos condições, então, de retornar uma resposta sobre as divergências. Certo?

Então, em relação especificamente aos autores que foram citados, aqui, vamos ter de olhar, então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Das operações de crédito, sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Sim, sim.

Eu vou passar, então para o Dr. Diego. Certo?

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Bom, Dr. Cardozo, quanto à base doutrinária para fins de definição de se tratar de uma operação de crédito, pela leitura da Lei de Responsabilidade Fiscal e pela leitura do próprio Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Junta refutou não ser necessário trazer ao processo, trazer ao laudo base doutrinária que desse suporte à interpretação de que se trata de uma operação de crédito, porque, ao ver da Junta, a disposição contida no art. 29, §1º, é bastante clara.

E a disposição contida no art. 92 da Lei nº 4.320 também é bastante clara no sentido de que a inscrição em restos a pagar configura constituição de dívida flutuante. E, sendo dívida flutuante, a inscrição nos restos a pagar configura assunção de dívida. E, sendo assunção de dívida, está enquadrada no art. 29, §1º, da LRF. Então, por ser claro para a Junta, refutamos não ser necessário trazer nenhuma base doutrinária que configurasse essa operação como operação de crédito.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – É importante complementar a resposta, fazendo menção aos autores que estão referidos exatamente no tópico que vai tratar disso, nos esclarecimentos, nas páginas 87 a 125, por exemplo.

Desculpem-me, a partir da página 89. Alguns autores foram referidos aqui. Além da própria STN, o Conselho Federal de Contabilidade, Sérgio de Iudícibus, Oswaldo Sanchez, citações normativas, Kiyoshi Harada, Ricardo Lobo Torres, o próprio IFAC, que é o órgão internacional de normatização contábil. Então, houve uma busca de definições do próprio Banco Central. Houve uma pesquisa doutrinária...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – ...para sedimentar isso, não foi exclusivamente com base na nossa leitura dos dispositivos, buscamos orientação doutrinária. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três minutos, Doutor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Essa é a crítica frontal que faço ao laudo de V. Sªs. Os pareceres e os autores que V. Sªs citam não amparam a interpretação de V. Sªs. V. Sªs fizeram uma interpretação direta da lei, sem efetivamente serem especialistas em Direito Financeiro, mas em Ciência das Finanças, o que não invalida, não tira da opinião de V. Sªs qualquer validade. O que me espanta é que nos autos há pareceres de juristas e V. Sªs omitiram esses pareceres. Por que o fizeram? Porque tinham uma posição predeterminada? Uma perícia não pode fazer isso, uma perícia tem de examinar todos os autos e, seguramente, os Senhores leram esse parecer, porque, se não leram o parecer, fizeram uma perícia equivocada, uma perícia inválida, porque é pressuposto de qualquer perícia o exame total dos autos em tudo o que o integra.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Pela ordem, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Drª...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu posso ser interrompido, Srª Presidente?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Srª Presidente. Eu pedi, eu sou Senadora, pedi a palavra e não fui atendida. Ele está no meio da fala dele, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posteriormente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A Presidente decide, não é V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – É importante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem de haver o mesmo peso e medida para todos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senadora Vanessa, tenha um pouco mais de equilíbrio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, não há problema. Está cassada a palavra. Ela falará depois da pergunta.

Dr. Eduardo Cardozo, o senhor terá recuperado o seu tempo por três minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Muito obrigado, Srª Presidente. Eu, com todas as vênias...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa, por favor, tenha paciência, eu vou recuperar todo o tempo do Dr. José Eduardo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu tenho muita paciência, Srª Presidente, estou esperando a palavra até agora que me seja concedida a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª está atrapalhando o Advogado de Defesa!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Com todas as vênias, estou fazendo uma crítica ao laudo pericial, o que é absolutamente legítimo. Eu acho que não pode uma perícia não examinar algo que está nos autos, com todas as vênias. Por isso perguntei previamente por que não mencionaram, por que afirmaram essas interpretações de maneira tão conclusiva, por que foram tão dogmáticos, quando, na verdade, juristas apontam outra linha interpretativa?

Seria natural que V. Sªs tivessem citado essa outra linha interpretativa para descartá-la, para dizer que estão equivocados nesse ponto. Foi por isso que perguntei qual é a opinião que V. Sªs tinham em relação ao parecer dos dois maiores especialistas em Direito Financeiro no Brasil, a professora do ilustre Relator, Izabel Dercy, e Heleno Torres, Professor Titular da Universidade de São Paulo.

Ou seja, situações desse tipo, entendo, trazem a debilidade que tivemos aqui por não podermos trazer especialistas que debatessem essa questão. V. Sªs não são especialistas em Direito Financeiro, são especialistas em Ciência das Finanças, brilhantes, com currículo invejável, dignos efetivamente de aplausos.

Porém, afirmaram tão dogmaticamente uma interpretação que era seguida pela AGU... Esqueceram uma interpretação que era seguida pela AGU; esqueceram a interpretação que era seguida pela SOF; esqueceram a interpretação que era seguida pelo Tesouro, mas se valeram do trabalho normativo que eles fizeram para construir a sua interpretação, porque acho que ali, para V. Sªs, é clara, mas para vários outros órgãos técnicos não é clara. E a perícia deveria ter se referido a isso, nem que fosse para descartar essa argumentação, para arrasá-los, para destruí-los nos seus argumentos.

Com todas as vênias, essa é uma falha frontal que aponto, salvo melhor juízo, ao trabalho desenvolvido por pessoas de altíssima qualidade como são V. Sªs.

Faço, então, uma pergunta.

Tenho uma grande dificuldade de compreender essa interpretação do TCU...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ...e a de V. Sªs sobre o art. 4º da Lei Orçamentária, porque se a meta fiscal é traduzida em uma dimensão orçamentária, quando se usa a anulação de dotações, perfeito, ela não afeta orçamentariamente a meta. Mas quando há excesso de arrecadação, lembremos que a fonte excesso de arrecadação implica acréscimo de receita e de despesa no Orçamento. Portanto, tendo um ponto de neutralidade orçamentária. É por isso que o próprio Procurador Júlio Marcelo, no passado, como mostraremos em alegações finais, dizia que o excesso de arrecadação não seria capaz de impactar a meta, valendo-se apenas e tão somente do superávit verificado.

Pergunto a V. Sªs: por que V. Sªs acham que, no excesso de arrecadação, se se mexe na receita e na despesa e a dimensão da meta é orçamentária – ao ver de V. Sªs; não ao nosso, porque ela é fiscal –, por que V. Sªs não entendem que também essas alterações por excesso de arrecadação tenderiam à neutralidade do decreto de abertura de crédito?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Eduardo Cardozo.

Três minutos para os peritos.

Dr. João Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradecendo ao Dr. Cardozo novamente, eu só vou fazer duas ponderações em relação à ausência de contestação desses laudos.

Primeiro que, como laudos, eles estavam com dados dentro do cabedal, do depositório da Comissão. No entanto, o conhecimento que a Comissão constrói é um conhecimento dialógico. Então, de alguma maneira, não me parece que esses laudos tenham sido tão importantes, porque, se eles fossem, estariam no pedido de esclarecimentos da Defesa. E não me parece que eles tenham constado desse pedido de esclarecimentos, citados expressamente, como fez o Sr. Advogado de Defesa.

Em relação ao segundo ponto... Portanto, sim, não estão, e é uma oportunidade de construir dialogicamente.

Em relação ao segundo ponto, vai falar o Dr. Diego Prandino.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Quanto ao...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Bom, quanto ao impacto decorrente da utilização do excesso, essa questão foi respondida inclusive num quesito formulado pelo Exmº Sr. Relator, em que foi demonstrado, inclusive de forma gráfica, o porquê do excesso de arrecadação para fins de suplementação tem um efeito negativo.

Estamos em uma situação zero, em uma situação de déficit. Ocorrendo um excesso de arrecadação, agora passamos a um cenário um, em que estamos mais próximos do atingimento da meta. Se, por conta desse excesso de arrecadação, abrimos uma suplementação primária, voltamos ao *status* zero. Ou seja, acaba que se está, num instante dois, após a suplementação, numa situação pior do que a anterior. É a p. 197 do laudo, se puder acompanhar.

Então, no momento zero, estamos em déficit; no momento um, há o excesso de arrecadação, estamos mais próximos da consecução das metas; no momento dois, após a suplementação, voltamos ao *status* zero, ou seja, nos afastamos da consecução da meta. É exatamente por isso, pela não utilização desse excesso para recomposição da meta.

Note-se que no laudo explicitamos que esse entendimento vale para uma situação que está fora da consecução da meta, não há o atingimento da meta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Diego. Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Não tem mais?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Nesse sistema da peritagem são cinco minutos para o Senador. Cinco minutos para a resposta primeira, três e três, depois não há mais réplica.

Agora, eu vou – antes de dispensar os peritos – conceder pela ordem à Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, a advogada Drª Janaina Paschoal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senadora. Eu já havia feito essa questão e foi o próprio Presidente que me disse que entre um e outro me daria essa questão de ordem. Na realidade, é pela ordem.

Eu fiz uma pergunta e não obtive a resposta, em relação às duas tabelas que estão tanto na perícia quanto nos esclarecimentos da perícia. Se V. Exª puder dar um tempinho a mais para que os peritos falem sobre isso, eu ficaria extremamente agradecida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, eu vou abrir uma exceção. Não se deve administrar com exceção, só com regra, mas eu vou abrir para que não haja nenhuma suscitação de questionamentos contra a ampla defesa. Acho que isso é, nesta hora e neste momento deste processo, o caminho mais adequado.

Então, é uma exceção, porque terminada a participação dos advogados, agora teremos a perícia. V. Exª pergunte, não terá os cinco minutos, vou lhe dar três minutos para o questionamento e a resposta do perito; em seguida, passo à questão de ordem da Drª Janaina Paschoal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª verá que eu serei extremamente compreensiva, não precisarei nem dos três minutos, porque no item 5 das conclusões...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual a página?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – P. 120. As conclusões do do pericial.

O item 5 diz que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

> Embora não se tenha obtido informações completas relativas à execução das dotações suplementares constantes exclusivamente desses três decretos [...], esta Junta identificou que pelo menos uma programação de cada decreto foi executada orçamentária e financeiramente no exercício [...], com consequências fiscais negativas sobre o resultado primário apurado.

Primeiro, a observação que eu fiz é que nem precisaríamos estar debatendo isso, porque não há um questionamento se houve incompatibilidade com a meta final. Por que não? Os senhores escrevem que a meta foi cumprida ao cabo e ao final do exercício. Mas aqui está dito que os decretos de abertura de crédito suplementar interferiram na meta negativamente.

Pelo que eu li das duas tabelas, tanto nos esclarecimentos da perícia como na perícia, a dotação orçamentária foi superior à executada. Então, como pode ter ferido negativamente a meta?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora. Então, três minutos para o Dr. João Henrique ou o Dr. Diego responder à Senadora Vanessa Grazziotin, neste caso, sem réplica.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradecendo a possibilidade de esclarecimento, vou passar para o Dr. Diego.

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – Excelência, bom, fizemos essa tabela, um exercício de análise de execução de uma programação de cada decreto, porque houve quesitos nesse sentido. Ante a impossibilidade de fazer execução das suplementações totais, elencamos uma de cada decreto para tal.

Agora, quanto à incompatibilidade por conta da suplementação, a análise da Junta e o entendimento da Junta é de que a falta de conformação com a obtenção da meta ocorre no momento da suplementação.

Ontem, tivemos contato com o laudo pericial dos assistentes da Defesa, um laudo de muita qualidade que elevou o debate acerca do que viria a ser programação orçamentária. No entender dos Peritos Assistentes, a programação orçamentária deveria estar compatibilizada também com decretos de suplementação, de forma que, havendo a suplementação, perdão, quando é caso de contingenciamento. Havendo suplementações, não haveria problema para fins de consecução da meta, por quê? Porque o limite de empenhamento está fixado.

Bom, esse entendimento, no entender da Junta, leva a uma completa inoperância do *caput* do art. 4º, da Lei Orçamentária, porque qualquer suplementação, então, estaria de acordo. Já que há um limite de empenho fixado, pode-se suplementar uma despesa de 10, de 20, a 30, a 100, a 200, não importa. Por quê? Porque o limite está posto, e, acreditamos, a Junta acredita que esse não é o melhor entendimento a dar ao art. 4º, *caput*, da Lei Orçamentária.

Então, a Junta entende que o momento em que deve se aferir a conformação da alteração na programação orçamentária com obtenção da meta...

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO PRANDINO ALVES – ... é no momento da suplementação e não no momento da execução financeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Diego.

E a Drª Janaína Paschoal.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Obrigada, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três minutos, da mesma forma.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Sim, é só para traçar um paralelo com as perícias que acontecem em processo penal, mesmo em processo civil. Normalmente os autos não seguem, na íntegra, para os peritos. Muito pelo contrário, porque os peritos não podem ser induzidos em nenhuma medida.

Então, eventuais pareceres, opiniões jurídicas, juntadas aos autos não são remetidos aos peritos. Os peritos têm acesso ao corpo de delito, objetivamente falando. Então, se há um homicídio, é o corpo propriamente dito. Se há um documento teoricamente falsificado, é o documento que foi alterado. Se é uma perícia contábil, que talvez o paralelo mais próximo seja esse, vão os livros contábeis. Não é da teoria da perícia que os peritos tenham acesso à íntegra dos autos. É o contrário.

Então, se eles se debruçassem sobre eventuais pareceres, aí, sim, nós poderíamos, em alguma medida, questionar esse laudo, porque eles têm que olhar objetivamente o corpo de delito. Era esse esclarecimento [illegible] e eu acho que precisaria ser feito...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem. Pela ordem, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... porque, do jeito que foi cobrado pela Defesa, os Peritos foram cobrados de algo que na verdade não seria da competência deles analisar. Essa que é a verdade.

O trabalho da perícia é um trabalho objetivo. Ele tem a ver com a materialidade. Por isso que nós estamos insistindo, não tem nada a ver nem com dolo, nem com culpa, nem com responsabilidade, e sobretudo com teses jurídicas. As teses jurídicas vão ser analisadas, eventuais pareceres e quem são os maiores ou menores juristas pelos julgadores da causa. Os peritos não têm que se envolver com essas questões valorativas.

Eu acho que esse esclarecimento, até para o público compreender, é importante, porque senão pode cair alguma dúvida sobre o trabalho da Junta, quando, na verdade, essa não avaliação valorativa confere...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... maior valor, maior relevância a este laudo.

Seria somente isso, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Com todas as vênias à Acusação, parece-me evidente que o objeto das perguntas à Perícia envolve dimensões fáticas e conceitos jurídicos debatidos no processo. Eles foram arguidos sobre conceitos jurídicos e responderam dentro da opinião deles. Definiram operação de crédito, definiram interpretação do art. 4º; como que isto, que é traduzido, que está nos autos, e que debate exatamente o corpo de delito – se me permite, com todas as vênias, a Acusação –, não foi analisado pela Perícia? É claro que deveria ser, ou então nós teremos que riscar da perícia todas as opiniões que eles deram sobre a interpretação do art. 4º, operação de crédito e outras questões.

O que me espantou é como se fixou uma posição dogmática sem fazer referência àquilo que a própria perícia tinha acesso nos autos. É legítimo que as pessoas tomem posição. Mas o perito, quando ele examina as questões, ele diz: "Há posição tal e tal, refuto essa posição, para ficar com esta". Claro. É natural que... Veja, é que, como não puderam ser ouvidos especialistas...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – ... foi feito um conjunto de indagações àqueles que são especialistas em Ciências das Finanças. Das duas, uma: ou eles diziam: "Não, não é minha área, e eu vou responder só os aspectos de Ciências das Finanças", ou, se é na área jurídica: "Eu vou apontar as teses e optar por uma." Isso não foi feito pela Perícia. Foi apresentada uma situação, uma versão, como se fosse única. Quando não é. Quando a AGU não pensa assim, quando a SOF não pensa assim, quando o Ministério da Fazenda não pensa assim, quando os juristas não pensam assim. E está tudo isso nos autos.

Então, com todas as vênias, a Perícia, sob este aspecto, com todo o acatamento e respeito, falhou. Porque ela não refutou as teses que foram endossadas. Era o que se esperava para a adoção de uma tese. Ou não se adota tese, ou, ao se adotar, se refuta aquilo que efetivamente orientou a expedição de todos os atos, segundo a opinião dos próprios peritos.

Mas eu os cumprimento, com todas as vênias, dizendo que a nossa discordância, então, está clara – há concordâncias e há discordâncias, e a nossa discordância central está no fato de esse material não ter sido examinado por V. Sªs, como acredito que a Perícia deveria tê-lo feito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Eduardo Cardozo.

Queria dispensar a Junta Pericial, agradecendo a presença e a valiosa colaboração, pedindo à secretária que conduza à Mesa a assistente pericial da Acusação, Drª Selene Peres Peres Nunes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia, eu posso pedir que seja feita uma correção na ata? Porque eu usei uma expressão errada, eu troquei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode, pode.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na minha última intervenção...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu pedi à Taquigrafia que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É para prestar atenção, porque isso é importante. Na minha última intervenção, eu disse que a dotação inicial aprovada na Lei Orça-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

mentária era inferior à executada. Não, é o inverso: a dotação orçamentária era superior à executada. Isso é muito importante.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está, então, por favor, Taquigrafia, feita a anotação, já fazendo o sinal que está corrigido, conforme solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, consulto V. Exª se os critérios em relação às assistências se mantêm os mesmos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Serão os mesmos que foram feitos com os peritos. (*Pausa.*)

Desculpa, a Mesa me esclarece – eu fui induzida a erro, mas isso pode acontecer –, que agora muda: o Senador tem três minutos para fazer o questionamento e a Perita da Acusação tem dois minutos para responder.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Não há réplica, não? É bom falar isso que há réplica de dois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Repetindo, três, dois e uma réplica de dois. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Ronaldo Caiado, por três minutos, Senador. (*Pausa.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sou eu, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Três minutos, Senador. O relógio está contando.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tudo bem.

Obrigado, Presidente.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero, ao iniciar, cumprimentar a Assistente Pericial da Acusação, Drª Selene, não só pelo seu currículo, a que eu tive oportunidade de ter acesso, mas também por toda essa análise técnica que ela fez, demonstrando aqui, claramente, aqueles pontos que foram por demais discutidos aqui, na Comissão, mas que ela define com muita competência e sabedoria quando diz que o Poder Executivo não governa sozinho. Na verdade, o PT achava, a ex-Presidente Dilma achou que poderia governar sozinha, que o PLN já vinha como força de lei, independentemente da posição do Congresso Nacional. Ela faz toda uma descrição da matéria, como também diz da necessidade da compatibilidade entre a aprovação do PLN para a publicação dos decretos, para que, aí, sim, a Presidente tenha cumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal, como o art. 4º da LOA e também a Constituição brasileira preconizam.

Demonstra, num quadro extremamente detalhado, o crime praticado quando contingenciou apenas R$8 bilhões, em detrimento daquilo que deveria ser...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... um valor final de R$58 bilhões. E chega a uma conclusão que é óbvia: diz que projeto de lei não tem força legal alguma e, como tal, não precisa ser sequer considerado, já que é apenas uma iniciativa sem tramitação no Executivo.

E a conclusão mostra aquilo que ficou claro, que é o conceito de operação de crédito nos atrasos do pagamento do Tesouro Nacional/Banco do Brasil.

Então, isso aqui, mais uma vez, reforça a tese de que o Banco do Brasil ali, ao não serem ressarcidos os valores, estava cumprindo uma política de governo que é impedido pela Presidente da República em usar esse caminho, essa prerrogativa.

Também ela faz referência a que o custo para o Tesouro Nacional, os cálculos são diferentes. O cálculo a que a minha assessoria chegou é de R$1,6 bilhão, e o de V. Sª é de R$1,130 bilhão, que foi denominado como atualização, o que, na verdade, é incidência de juros.

Então, ficou claro que isso trouxe um prejuízo para o cidadão brasileiro de R$1 bilhão, dentro dos cálculos feitos pela Drª Selene, de R$1,130 bilhão, e nós chegamos ao valor de R$1,8 bilhão, ou seja, isso tudo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu lamento interromper V. Exª, mas o tempo já se esgotou. Se V. Exª fizer a pergunta, agradecemos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu quero cumprimentá-la, Sr. Presidente, o mesmo tempo, dizer que não tenho nenhuma pergunta a formular, já que a conclusão dela é exatamente ensamento da Perícia, do TCU e da ampla maioria da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Caiado.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin por três minutos, que é a regra deste momento – três.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só para ficar mais claro, antes de V. Exª iniciar a marcação do tempo. Eu tenho três, ela tem três. E depois?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Você tem três, três, dois e eu acho que tem dois aqui também, na minha opinião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem dois se tiver pergunta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – É isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, três minutos, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois bem. Eu gostaria de cumprimentar a Assistência, a Srª Selene, e repetir, Srª Selene, que aqui nós estamos tratando de dois assuntos, que foram aqueles admitidos na Câmara dos Deputados e aqui no Senado posteriormente, que diz respeito à execução do Plano Safra e aos decretos.

Em relação à execução do Plano Safra, eu tenho evitado falar porque, para mim, essa é uma questão já decidida. Não é que a imprensa divulga, não. É porque, de fato, já é decidida. Eu apenas farei uma pergunta a V. Sª no que diz respeito a isso, mas, para mim, está muito claro quando a própria Presidente da Comissão Mista de Orçamento dá uma entrevista dizendo que pedaladas é bobagem, que não existe... O então Relator das contas de 2015 do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes... Enfim, o próprio relatório da Perícia, o Banco do Brasil, todos os técnicos que nós ouvimos aqui, então isso é claro. Não há dolo, não há participação da Senhora Presidente da República no que diz respeito a isso.

Em relação à abertura dos créditos suplementares. Em relação à abertura dos créditos suplementares, eu acho nós precisamos deixar mais claro que uma lei tem de ser lida como ela é e, dependendo do que está escrito, não carece nem de interpretação. Mas aqui o que a gente está vendo desde o início é uma tentativa de interpretar para dizer que meta fiscal tem de ser cumprida lá quando ela é planejada. Eu não sei o que é isso. Eu estou até agora tentando uma resposta. Como é que pode uma meta em que a lei diz... A meta é para o exercício, o exercício são doze meses, então é ao final que será aferido se ela foi cumprida ou não. Mas diz que não, que ela tem que ser compatível com aquele momento em que ela está sendo elaborada.

Eu quero, então, a partir disso, fazer algumas perguntas à senhora.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora, em um item, discorda da Perícia, porque a senhora diz – não sei exatamente a página, acho que é a página... – que a Perícia disse que poderiam ser usados recursos de superávit financeiro para outros fins.

E V. Sª, no item 82 da página 28, discorda. Não, não é esse item, é outro item. Acho que é a página 30. Na página 30, V. Sª discorda, dizendo o seguinte: "Esposamos a tese de que a utilização dos recursos vinculados de superávit financeiro de 2014 em finalidade diversa do objeto da vinculação representa ofensa ao parágrafo único do art. 8º da LRF".

Então, eu queria que V. Sª explicasse essa sua divergência em relação à tese defendida pela Perícia. Essa é uma questão.

A outra questão que eu levanto é no que diz respeito à página – aí sim – 28, item 82, suas conclusões em relação aos indícios de dolo. V. Sª diz o seguinte: que o reconhecimento de ato comissivo por meio de assinatura – aí falando sobre o Plano Safra...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Em ato de assinatura em contrato, neste caso, não é possível por duas razões básicas: a) o contrato é *ex lege,* isto é, deriva das condições objetivas previstas na legislação. Concordo plenamente. Agora na letra "b", Srª Selene, a senhora diz o seguinte: "Por óbvio, nenhuma fraude é reconhecida pelo autor por meio de aposição da assinatura, tendo em vista que o objeto é precisamente o acobertamento".

Baseado em que legislação a senhora escreveu isso? Qual foi a lei, a determinação legal que a Senhora Presidente da República deixou de fazer, de proferir, para acobertar isso que a senhora considera como dolo?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra Srª Selene Peres, assistente, três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Inicialmente, queria agradecer a pergunta da Senadora, que me permite esclarecer algumas questões relevantes.

Começando, então, pela primeira pergunta, que diz respeito à Medida Provisória nº 704, de 2015. A divergência é muito pontual em relação ao laudo pericial, com o qual eu concordo na quase plenitude. O laudo pericial também chega à conclusão de que a medida provisória é inconstitucional.

Eu apenas fiz questão de marcar que a minha interpretação é que é inconstitucional também, só que por outra razão. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 8º, parágrafo único, determina que os recursos financeiros que estejam vinculados a determinado uso permaneçam vinculados, ainda que em exercício diverso.

Então, essa é uma determinação da lei complementar e é uma determinação que, portanto, tem um caráter de norma geral. Ou seja, não se está aqui falando de uma vinculação orçamentária específica, que poderia ser feita por lei. Está se falando da utilização dos recursos vinculados.

Então, nesse sentido, entendo que a medida provisória invade uma competência de lei complementar. Mas reitero que há uma divergência apenas interpretativa e que cheguei à mesma conclusão, portanto, final do laudo pericial.

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – A outra questão se refere aos indícios de dolo. Concordo com a junta pericial, porque não tenho competência aqui para falar de dolo. Mas entendo que faz parte do meu trabalho estabelecer os indícios, até para que os juízes possam, depois, formar suas conclusões.

No caso, a operação de crédito específica executada é uma operação que envolve um atraso de pagamentos, que eram devidos, porque o capital não pertencia ao Tesouro, pertencia à instituição financeira. Nesse sentido, não há um contrato. É muito semelhante – digo isto para o cidadão que, eventualmente, esteja nos assistindo – a um cheque especial. Não assino contrato a cada vez que uso cheque especial, mas há uma presunção de arcar com o pagamento financeiro daquilo ali, em virtude de eu ter utilizado um capital que não me pertence. É apenas isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concedo dois minutos à Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer do meu primeiro questionamento. Perguntei sobre a discordância da perícia por ela apresentada em relação ao laudo pericial do comitê de servidores do Senado Federal. Ela não é pontual, no meu entendimento, ela é basilar. A tese dos peritos é a de que os recursos dos decretos, que são recursos vinculados todos eles... Não há nenhum recurso que não seja vinculado, ou seja, eles são vinculados a um objetivo especial. Há um excesso de arrecadação, um superávit para aquele objetivo. Esse recurso, segundo a perícia, deveria ter sido guardado para compor o superávit. V. Sª discorda, dizendo que isso fere, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, Srª Selene, a senhora me perdoe! A senhora tentou desdizer o que a senhora escreveu aqui.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora falou, com todas as letras, com todas as palavras: "Por óbvio, nenhuma fraude é reconhecida pelo autor por meio de aposição de assinatura, tendo em vista que o objetivo é precisamente o acobertamento."

Eu lhe perguntei o seguinte: qual foi a lei a que a Presidente Dilma desobedeceu? Portanto, se ela cometeu fraude, como a senhora fala aqui, ela desobedeceu a alguma lei, ela descumpriu alguma norma legal. Eu lhe perguntei: quais foram as leis a que a Senhora Presidente teria desobedecido para cometer uma fraude? A senhora não me respondeu e não vai me responder, porque a Senhora Presidente da República não desobedeceu a nenhuma lei. Tudo em relação ao Plano Safra, como V. Sª diz, é *ex lege*. É uma lei de 1992. Quem executa a lei é o Ministério da Fazenda, é o Banco do Brasil. As normas são editadas pelo Ministério da Fazenda, inclusive sobre a divulgação dos dados estatísticos.

Mas a senhora – desculpe-me, mas não posso deixar de dizer isto –, de forma leviana... Desculpe-me! Digo isto respeitosamente. De forma leviana...

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Pela ordem, Excelência! Ela não pode ser ofendida.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não! Ofendida foi a Presidente aqui!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Srª Janaina, não dei a palavra a V. Sª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ofendida. Estou concluindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero dizer a V. Exª, Senadora Vanessa, que eu vou retirar essa palavra da...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a senhora mande ela retirar. A Presidente fez fraude, porque eu pedi que ela me respondesse e ela não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Foi uma questão pessoal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª pedir que ela retire...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu mandei retirar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que está escrito aqui é muito grave, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu determinei que fosse retirada a palavra "leviana" da Ata...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que está escrito aqui... Então, ela retire que a Presidente cometeu fraude.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É grave, mas é verdadeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E nem é o objetivo da perícia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É grave, mas é verdadeiro!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olha aí. Está vendo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não vamos entrar por esse caminho. Vamos ficar por aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor pode retirar. Eu não retiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Esta aqui é uma questão pessoal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor pode retirar. Eu não retiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra que ela usou foi em relação a um fato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou falando sobre um fato.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A senhora usou uma palavra em relação a uma pessoa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, ao fato!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Então vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou falando em relação ao fato, dizendo que ela foi, neste fato...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos continuar o trabalho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... ela foi leviana ao escrever.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu já determinei que essa palavra fica fora da Ata.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente. Não, não, não!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, diga que o fato foi leviano.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Fica assim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, pronto, Sr. Presidente. O fato foi leviano. Obrigada, Senadora Gleisi. Aí não vai ser retirado. O fato escrito aqui, o que está escrito aqui...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Se V. Exª retirar a palavra, retirar a expressão pessoal...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pronto, já retirei. Esse fato... A forma como ela se refere ao fato escrito aqui, na página 28, é leviana. A forma é leviana. Aliás, nem deveria ter sido analisado dessa forma por uma perícia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Srª Selene Peres.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Começando pelo final, então. O artigo descumprido foi o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o ente da Federação está proibido de contratar operações de crédito com a instituição financeira que ele controle. A realização de operações de crédito deve ser analisada num conceito abrangente, que está definido no art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de se incluem as operações com o Banco do Brasil no âmbito do Plano Safra. A fraude é caracterizada pela issão de passivos, ou seja, a operação aconteceu e não foi registrada na contabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Em relação à pergunta...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... sobre a medida provisória, eu devo dizer que respondi no contexto da medida provisória. Não se devem fazer ilações, dizendo que isso justificaria, então, a abertura dos créditos suplementares. A esse respeito eu me manifesto em outro momento do laudo, em que eu corroboro também a opinião da Perícia, dizendo da irregularidade da abertura desses créditos suplementares por decreto. Aí seria preciso fazer toda uma contextualização para compreender em que momento se calcula o resultado primário e como é que esses recursos, vinculados ou não, de qualquer forma iriam impactar o cálculo do resultado primário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Três minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srª Selene, nós estamos aqui no julgamento da Presidente da República, o julgamento do *impeachment*, que começou com uma atividade, uma atitude política. Nós tivemos a contratação, pelo PSDB, de um parecer da hoje Advogada de Acusação, que foi contratada pelo Partido para mostrar evidências que poderiam causar um processo de *impeachment*.

Eu gostaria de perguntar a V. Sª. V. Sª participa de várias palestras, de vários seminários. Em 2005 V. Sª participou, a convite do PSDB, de um encontro de gestores em Aracaju, para falar aos então eleitos do Partido, e também do DEM, sobre responsabilidade fiscal e sobre planejamento municipal. V. Sª também está recomendada pelo Sr. José Roberto Afonso, uma pessoa de renome nacional, mas vinculada ao PSDB e bastante vinculada ao ex-Senador José Serra. Eu pergunto a V. Sª: V. Sª está recebendo do PSDB também para fazer essa assistência técnica ao laudo da Acusação?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, isso é deselegante e não faz parte.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu gostaria que os Senadores se lembrassem de que há uma Presidência aqui. Eu já determinei que só os quesitos podem ser perguntados. Logicamente, eu já estava pronto para dizer que essa indagação não pode ser respondida. Deem-me um pouco de confiança e tempo, para que eu atenda às expectativas de V. Exªs.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu fiz uma pergunta e espero que ela seja respondida, porque ela é importante para esclarecer.

A outra coisa é que o Sr. José Roberto Afonso, na sua carta de recomendação, diz que a Srª Selene conhece, como poucos...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... as origens e as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. E é verdade que a Lei de Responsabilidade Fiscal, através dos seus arts. 8º e 9º, não reconhece outro resultado fiscal que não aquele consagrado pela ótica que ali descreve, ou seja, da execução da despesa, e não do crédito orçamentário. Eu pergunto a V. Sª: V. Sª mudou a sua avaliação, está mudando o que V. Sª entende em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, já que foi uma das suas mentoras, como se diz?

Por fim, V. Sª é funcionária do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, ocupou cargos, fez assessorias. Em todo esse processo, vendo que podia haver coisas erradas, V. Sª não fez nenhum alerta ao Ministro da Fazenda, ao Secretário do Tesouro Nacional, aos seus superiores, sobre o que poderia estar acontecendo na execução orçamentária e, principalmente, em relação à ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Srª Selene Peres, na condição de assistente.

Apenas quero lembrar que as respostas de V. Sª estarão restritas exclusivamente ao assunto da perícia. São aquelas questões que foram contidas nos quesitos que foram feitos para elaboração da perícia.

Três minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Eu vou ser muito breve, no sentido apenas de defender a minha honra aqui e dizer que, em primeiro lugar, eu não tenho nenhuma filiação partidária nem nunca tive. Sou servidora de carreira, atualmente licenciada. Aceitei, em colaboração com a Drª Janaina e o Prof. Miguel Reale, prestar esse serviço gratuitamente, entendendo que é um dever cívico. Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Em relação à palestra realizada, eu lembro a V. Exª que, além de estar, em 2005, em evento do PSDB, eu estive, em 1999, no Mato Grosso do Sul, fazendo palestra também para o então Governador Zeca do PT, ocasião em que...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Sª não precisa falar sobre esses assuntos. A primeira parte, sim, porque V. Exª defendeu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, Presidente. Aí, não, Presidente. Aí, não Presidente. Por que ela tem que dizer que...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ela já respondeu à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ela já fez a defesa pessoal, com toda honra, com toda dignidade. Agora fica restrita aos assuntos da perícia.

Com a palavra a Srª Selene.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Muito bem.

Em relação à questão orçamentária, é necessário compreender a lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal, que começa com o processo de planejamento; e o Orçamento é uma parte integrante desse processo. Então, vejam, é lógico que vai haver um monitoramento das metas fiscais na execução orçamentária e financeira, mas disso não se prescinde do próprio Orçamento, porque, ao levar ao cabo a interpretação que algumas pessoas aqui esposaram...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... de que seria preciso verificar o impacto concreto na execução financeira, então, toda lei orçamentária seria desnecessária, já que o próprio Orçamento não possui impacto orçamentário imediato, mas é uma peça essencial de planejamento e que deverá repercutir ou não no atingimento da meta no final do exercício.

Em relação à minha participação no Tesouro Nacional, eu devo me ater ao exercício de 2015, em que eu não estava na instituição.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Só começando pelo final, é que toda a acusação leva em consideração aspectos ocorridos em 2013 e 2014, dizendo que, em 2005, nós tivemos o reflexo dessas atitudes. Por isto eu perguntei à Drª Selene: porque ela é servidora pública, estava no Tesouro Nacional, estava no Ministério da Fazenda, na Secretaria de Política Econômica. Muito me admira que uma pessoa com a responsabilidade e o conhecimento não tenha alertado seus superiores de possibilidades de estar sendo ferida a Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que, até como dever funcional, deveria tê-lo feito.

Eu quero voltar aqui em relação à meta fiscal novamente. A obtenção da meta fiscal não tem nada a ver com o Orçamento. O Orçamento é uma peça de planejamento em que você define a despesa e estima a receita. E ele vai sendo executado de acordo com a realização da sua receita, tanto que o Orçamento não é determinativo.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás, uma das aberrações que nós tivemos no processo orçamentário foi esta Casa aqui determinar que as emendas dos Parlamentares fossem emendas obrigatórias de execução. Não tem como se obrigar a execução de um orçamento, pois não há governabilidade sobre a receita, ainda que você tenha todos os pressupostos da macroeconomia colocados quando elabora a peça orçamentária.

Então, eu volto a perguntar a V. Sª novamente: a realização ou a obtenção da meta primária, do resultado primário se dá pela execução – se dá pela execução, não – dá-se por colocar o crédito no Orçamento, na colocação do crédito no Orçamento ou na execução da despesa?

E vou até lhe deixar mais confortável, pode falar até a partir do lançamento do empenho, e não só do pagamento da despesa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Srª Selene Peres, na condição de assistente. Dois minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – A compatibilidade – essa palavra é importante, porque ela é usada em vários momentos na Lei de Responsabilidade Fiscal – se dá em todos os momentos e parte da própria elaboração do Orçamento, que já deve, na sua origem, ser compatível com as metas fiscais que foram estabelecidas na LDO, como também nos créditos adicionais a esse orçamento, que devem ser também compatíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Posteriormente, durante a execução, a lei prevê uma série de medidas de programação financeira e de limitação de empenho e movimentação financeira, de modo a que seja atingida a meta no final do exercício. E, posteriormente ainda, na execução da despesa, aí também é preciso haver essa compatibilidade, sob pena de configurar crime na esfera penal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Ana Amélia. Três minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Drª Selene, seu nome evoca... Porque minha mãe se chamava Celene, já faleceu, mas era Celene com C e o seu nome é com S. É um detalhe, mas queria... Quero cumprimentá-la também pela sinceridade e por ter demolido uma tentativa de acusação de estar fazendo este trabalho por pagamento profissional, mas está fazendo por dever de cidadania. Então, quero cumprimentá-la pela serenidade com que responde a essas questões.

A senhora é uma técnica qualificadíssima; está afastada do Tesouro Nacional; conhece profundamente tudo que se trata de gestão pública, financeira, administrativa, decretos, pedaladas, que foi como convencionamos chamar. Eu queria saber de V. Sª, como foi cobrada aqui uma perícia, se uma perícia técnica pode ser desqualificada ou fragilizada por não citar doutrinação dos autores que elaboram leis a respeito dessa matéria, ou o doutrinador ao qual você eventualmente poderia se valer. Porque eu li aqui o laudo feito por V. Sª e nele não há nenhuma citação de nenhum autor de renome, nenhum professor, nenhum Ph.D., nenhum mestre nesta matéria, apenas um laudo considerando a experiência que a senhora tem na área econômica, na área também financeira da Administração Pública, avaliando as questões relacionadas a decretos, a crimes de responsabilidade e a questões das chamadas pedaladas fiscais.

Então, uma peritagem, uma perícia, para ser...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... para ter validade, precisa ter a autoria eventual de um autor que doutrine sobre respectiva matéria?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A Srª Selene Peres. Três minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Agradeço, Senadora Ana Amélia, a pergunta, que me permite contextualizar que o campo das finanças públicas é multidisciplinar, envolve conhecimento de Economia, de Contabilidade, de Administração Pública e também de Direito Financeiro, naturalmente.

Então, não necessariamente nós nos socorremos de juristas ou de especialistas da área do Direito para esclarecer as questões. No caso, por exemplo, das operações de crédito, que tem sido muito comentado aqui, eu quero dizer que a base é contábil. Então...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dois mais dois são quatro.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – É o princípio da essência sobre a forma e, por isso, a opção legislativa, quando se elaborou a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi escrever uma definição de operação de crédito que fosse bastante abrangente, justamente para evitar burlas.

Então, na parte final, fala-se: "e outras operações assemelhadas". Ou seja, é isso ou qualquer coisa que, na essência, se enquadre nisso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Ana Amélia, dois minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer à Drª Selene por essa explicação. Então, está claro aqui, porque para a contabilidade não há doutrina. Ela é como é, não adianta nós querermos dar uma interpretação a receita e despesa. Podemos qualificar se a receita é bem havida ou mal havida, se a receita é advinda de caixa dois, se ela é fraudada, se é ilegal, enfim, essas questões. Mas é uma questão simplesmente técnica de receita e despesa.

Então, eu queria agradecer à senhora pela resposta que deu sobre a questão da doutrina em relação a essas matérias, porque, como a senhora explicou, ela é multidisciplinar: Direito Financeiro, Contabilidade, Administração Pública e tudo isso mais. Eu quero dizer apenas que isso reforça a convicção de que o que estamos fazendo aqui é uma análise técnica de uma perícia, feita...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... pelo Senado Federal, inquestionável do seu valor técnico, da sua apuração, dos delitos e das fraudes cometidas em relação à violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, os esclarecimentos de V. Sª apenas reforçam a minha convicção em relação à qualidade do que foi o pelos peritos do Senado Federal, que foi solicitado e aprovado por esta Comissão Especial e que serve de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

base técnica para o julgamento. E a base política será o convencimento a respeito dos resultados catastróficos advindos da má aplicação ou da não aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Três minutos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de iniciar as minhas palavras a respeito da questão da fraude, Sr. Presidente.

Eu ouvi aqui, por várias vezes, de vários Senadores e Senadoras, que a Presidente cometeu uma fraude, que ela maquiou o Orçamento para poder ganhar as eleições. As eleições foram em 2014. Eu quero lembrar que tudo que está acontecendo aqui relacionado ao *impeachment* é de 2015, e não 2014.

Mas vamos lá. Eu quero aqui lembrar que a metodologia utilizada pelo Banco Central é utilizada há mais de 20 anos, essa metodologia de cálculo do que é ativo, do que é passivo, enfim, ao final da prestação... no seu relatório.

Ocorre que, conforme apontado pelo TCU, além de não efetuar os pagamentos em prazos exíguos subsequentes, a União também deixou de registrar o consequente endividamento junto ao Banco Central. Está no relatório do Senador Anastasia. Ocorria, sim, a evidência de resultado fiscal mais favorável que a realidade. Certo? No entanto, essa metodologia do Banco Central é a mesma desde 1991, Senador Anastasia. Com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, caberia ao Senado Federal aprovar a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal, segundo o art. 30, §1º, inciso IV. Mas até hoje essa norma não foi editada pelo Senado Federal. Portanto, a Presidente, o Banco Central e a Fazenda continuaram fazendo o cálculo utilizado desde 1991. Então, se ela maquiou, se ela fraudou alguma coisa...

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... os seus antecessores, desde 1991, fizeram o mesmo cálculo e, portanto, todos fraudaram também os seus balanços. Desde 1991, nós temos Fernando Henrique Cardoso, Lula e a Presidente Dilma agora. Então, todos são fraudadores, e não só a Presidenta Dilma.

Diante da ausência da norma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, como disposto na LDO, o Executivo vem, desde 2000, informando que o resultado fiscal será apurado pela metodologia, adotada pelo Banco Central desde 1991, nove anos antes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As operações em discussão nunca foram consideradas na dívida líquida do setor público nem no resultado primário porque não são operações de crédito e, portanto, não se enquadram nos critérios da metodologia do Banco Central. Depois houve uma manifestação diferente do TCU, mas até o TCU se manifestar, todos agiram da mesma forma.

Então, se nós não entramos... se o balanço da Presidente Dilma não demonstrou o que hoje deveria ser a realidade é porque as normas de 1991 não permitiam ou não indicavam que isso devesse ocorrer. Estamos aguardando, repito, regulamentação do Senado Federal até hoje.

O TCU vem apreciando como regulares as contas do Governo Federal sem fazer qualquer questionamento ou determinação...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora, por favor.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... quanto à metodologia adotada.

Eu gostaria de saber o que a senhora acha deste questionamento que faço aqui agora, porque o TCU, inclusive, já examinou o assunto em várias ocasiões e há jurisprudência firme no sentido de reconhecer que a própria Corte não pode obrigar o Banco Central a alterar suas estatísticas fiscais para fins de cumprimento da meta fiscal.

Gostaria de sua opinião sobre essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra com a Srª Selene Peres, assistente. Três minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Sim, em relação ao cálculo do primário do nominal do Banco Central, V. Exª menciona que esse manual de 1991... Em relação à operação do Banco do Brasil, no âmbito da operacionalização do Plano Safra, a lei é de 1992. Ocorre que a Lei de Responsabilidade Fiscal é de 2000, então, de fato, essa operação de crédito só se tornou vedada a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000. Concretamente, à luz da determinação legal, só poderia ser examinado como uma fraude a partir daí e seria fraude apenas se houvesse omissão de passivos, como foi verificado.

Em relação à determinação do TCU, eu me ative ao exercício de 2015 por estar obrigada, sim, a trabalhar nos termos do trabalho pericial que foi restrito a 2015.

O que eu tenho conhecimento é que o TCU identificou essa operação em 2014 e se manifestou sobre o contrariamente e sendo, inclusive, uma das causas de irregularidade das contas em 2014. Desconheço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

manifestação anterior do TCU sobre essa matéria, o que não quer dizer que o TCU tivesse uma posição divergente antes. Simplesmente não se manifestou a respeito antes, e aí é preciso compreender que, no trabalho de auditoria, em primeiro lugar, nem tudo...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... é verificado, não se consegue perceber tudo, e, em segundo lugar, a não manifestação não significa um consentimento, principalmente neste caso, em que você tem omissão de passivos, que é um caso difícil de identificar numa auditoria.

Não me atrevo a ir além porque preciso me ater aos fatos de 2015.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, isso não é omissão de ativos porque isso não foi contrato de empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Não foi contrato de empréstimo. E como não foi empréstimo, não deveria estar locado como passivo.

E repito: essa metodologia, desde 1991... Depois a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, determinou que o Senado Federal fizesse uma nova metodologia para a apuração desses resultados, mas o Senado Federal não a fez. Na ausência dessa regulamentação, copia-se ainda o modelo desde 1991.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, apenas para encerrar a minha fala, de dizer que não tenho nenhuma paixão partidária, infelizmente não tenho mais. Não estou aqui defendendo PT, PCdoB, PSDB, PMDB, nenhum partido. Estou aqui tentando defender uma pessoa na qual acredito, que é a Presidente Dilma. De fato, fico muito mobilizada quando vejo a crueldade com que a acusam, de forma explícita...

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... e pessoal, de fraude, de ter cometido uma fraude propositadamente para ganhar as eleições.

Sr. Presidente, gostaria muito de ver também, na boca de algumas pessoas por aqui, que a fraude dos R$170 bilhões para guardar R$50 bilhões para garantir o *impeachment*... Também poderíamos citar isso aqui no dia de hoje. A Presidente fez uma pedalada para ganhar a eleição, e hoje estamos vendo uma fraude de R$170 bilhões, que todos os economistas no Brasil já comentam, sendo que R$50 bilhões foram para garantir a aprovação do *impeachment*.

Acho que é muito feio partirmos para essas acusações, mesmo porque, nos números macroeconômicos, eu poderia aqui citar aqui... E repito sempre, não com cinismo ou hipocrisia, o seguinte. Eu admiro o Presidente Fernando Henrique, mas quero aqui fazer uma comparação: em 2002, seu último ano de governo, sua dívida bruta era de R$76 bilhões; do Lula, R$53 bilhões; da Dilma, R$66 bilhões. O desemprego, no último ano de Fernando Henrique, era de 18,5%; do Lula, 10%; da Dilma, 13,9%. Que destruição é essa, a maior destruição que alguém já fez na economia brasileira? Inflação: no Governo Fernando Henrique era de 12,5%; no de Lula, 5,9%; no de Dilma, 10,6% – e agora, em abril, 9,28%.

Quero lembrar, Sr. Presidente, quanto ao superávit primário: em termos de valores e em termos percentuais, é claro que o da Presidente Dilma é pior, por um simples motivo. É que quando Fernando Henrique enfrentou as crises – e ele as enfrentou mesmo, ele deu muito azar com as crises internacionais –, diferentemente da Presidente Dilma, ele aprovou todas as suas medidas em seis meses, inclusive a CPMF.

Agora, a Presidente Dilma não: por implicância e por derrotismo, o Sr. Eduardo Cunha, esse escroque internacional, fez com que o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados não votassem as medidas para consertar o País. Joaquim Levy, que veio como um dos mais renomados economistas do País, ortodoxo, conservador, não deu conta de enfrentar Eduardo Cunha e sua trupe na Câmara dos Deputados.

Estamos vivendo aqui uma farsa, estamos vivendo aqui o inadmissível, Sr. Presidente. E não vejo ninguém dizer da corrupção que está eivada no Governo da Dilma... Foi ela sozinha ou foram todos os partidos, que mamaram, sugaram esse Governo durante cinco anos e, agora, estão do outro lado da mesa pedindo o *impeachment* da própria? Foi ela sozinha que destruiu a Petrobras, ou foram todos os partidos...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ...que estão aí nas denúncias, nas delações premiadas?

A Presidente Dilma... Eu quero dizer ao povo brasileiro, porque eu sei que aqui todos estão com a sua opinião formada: a Presidente Dilma não é uma corrupta, ela é uma pessoa correta! E se nós fôssemos agora colocar nesta mesa, neste auditório, todos os que estão sendo investigados pela lambança de todos os partidos... Mas está todo mundo aqui caladinho...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... acusando a Presidente Dilma e escondendo debaixo do tapete a corrupção e as acusações que estão dentro dos seus próprios partidos, daqueles que comiam, almoçavam e jantavam no Palácio do Planalto e no Palácio da Alvorada. Isso é uma hipocrisia! Isso é um cinismo com o qual eu não vou compartilhar!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Waldemir Moka. Três minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, Drª Selene, eu venho de uma região onde temos um ditado: é muito grito e pouco pelo. Então, isso tudo é o que está acontecendo. V. Sª foi chamada aqui como assistente técnica para dar uma opinião em relação a uma perícia que tinha por finalidade divergir do que o Tribunal de Contas da União disse ou confirmar. Os técnicos, aliás, peritos daqui do Senado, técnicos altamente qualificados, vieram aqui e confirmaram. Então, vai-se insistir o tempo todo dizendo "Não, não foi contratação de crédito, foi inadimplência, foi..."? O problema é que nunca se chegou a R$62 bilhões! Foi aí que o Tribunal de Contas levantou... E essa história do Banco Central, eu ouvi aqui do assessor jurídico: ele era contra isso, ele queria que registrasse sim. E por que não se registrou? Porque se registrassem o valor que que se devia, que o Tesouro devia ao Banco do Brasil, ia aparecer no superávit primário e, aparecendo no superávit primário, não havia espaço fiscal para editar os chamados créditos. É isso...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... que está acontecendo. É simplesmente isso. Claro que eu posso ser agressivo, xingar, mas, como dizem, isso é muito grito e pouco pelo.

Então, para mim, é simples assim. Eu acho que, quando V. Sª vem aqui, como já disse, por uma questão sua, pessoal, como cidadã, prestar um serviço à Nação, claro que está usando conhecimento técnico, experiência acumulada. Concursada do Tesouro... E está dizendo exatamente aquilo em que V. Sª acredita. Não está tentando distorcer nada, está dizendo aquilo em que acredita. Agora, isto aqui é uma Casa política. Tem gente que acredita; tem gente que acreditava antes e hoje não acredita mais. Faz parte da política.

Então, eu acho – para concluir, Sr. Presidente – que o que temos de fazer é agradecer à D. Selene o espírito como cidadã, a sua educação, o seu conhecimento.

Para mim, V. Sª foi absolutamente tranquila, serena, sem precisar absolutamente fazer nada que não fosse dizer exatamente aquilo... Os anos acumulados, a experiência acumulada por tanto tempo fez com que V. Sª chegasse à mesma conclusão a que os técnicos – vou insistir – do Tribunal de Contas da União chegaram. Aí, pediram uma perícia e, agora, a perícia que foi pedida está sendo contestada. Quer dizer, é um negócio... Só serve o que não é comprovado pelo Tribunal de Contas da União.

Então, eu agradeço. Não tenho perguntas a fazer.

Eu lhe agradeço e quero enaltecer a forma com que V. Sª se comportou hoje nesta audiência, nesta oitiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço por três minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de me solidarizar com a Drª Selene Peres, pelas agressões sofridas aqui nesta Comissão. Essas agressões têm apenas um sentido. Ela não se valeu da sua longa e exitosa biografia para atestar ou endossar as evidentes transgressões, que não foram praticadas apenas em 2015, mas que foram praticadas em 2014. E elas foram praticadas de ato pensado. Um projeto de poder se estabeleceu em nosso País no sentido máximo de os fins justificarem os meios.

Falo não apenas da agressão que V. Sª sofreu, mas também da agressão que a Drª Janaina sofreu, na última semana, no aeroporto de Brasília, por patrocinados por esse projeto de poder, que, naturalmente, vendo que as coisas não vão bem para a sua manutenção, partiram para a agressão verbal, numa manifestação absurda, machista, agressiva, coisa, de fato, de gente que está a serviço de uma causa nada, absolutamente, nobre.

Portanto, quero manifestar minha solidariedade a V. Sªs, às mulheres brasileiras, pela agressão que V. Sª acaba de sofrer nesta Comissão e pela agressão também que a Drª Janaina sofreu. Mas, conhecendo bem a Drª Janaina, sei que ela não é mulher de se envergar. Ela vai continuar firme nesta luta.

A pergunta que faço a V. Sª é a seguinte.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na perícia, os peritos afirmam: "Nestes mos, conclui-se que os dois decretos publicados em 28 de julho de 2015 e o decreto publicado em 28 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

agosto de 2015 são incompatíveis com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal." Dessa maneira, pode-se afirmar que, à época da edição dos decretos de suplementação, a previsão de cumprimento das metas fiscais vigentes não estava sendo atendida.

Pergunto a V. Sª: as práticas identificadas constituem, na avaliação de V. Sª, efetiva infração à Lei Orçamentária? Pelas conclusões realizadas, é possível afirmar que foi autorizada abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Congresso Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Srª Selene Peres na condição de Assistente. Três minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Nos termos do art. 4º da LOA, para que fossem abertos os créditos suplementares, seria preciso que houvesse compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário.

Essa compatibilidade é aferida bimestralmente, pelo menos, por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e, nesse momento, se confrontam as receitas arrecadadas com as previstas, as despesas executadas com as programadas, e se projeta para o final do exercício – naturalmente com base na meta vigente em lei – para verificar se há espaço para a abertura de créditos suplementares. Acontece que não havia, porque se estava numa situação de déficit, de previsão de déficit, em que era preciso, inclusive, fazer novos contingenciamentos. Esses contingenciamentos não foram realizados na magnitude necessária e, conforme a Perícia atestou, os próprios decretos de abertura de crédito suplementar tinham um efeito fiscal negativo de 1,26 bilhão e 0,37 milhão e, depois, de 493 milhões.

Ou seja, a incompatibilidade se dá por duas razões: primeiro, por não estar sendo, naquele momento de avaliação, prevista a obtenção da meta de resultado fiscal no final do exercício; e, em segundo lugar...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ...pelos próprios créditos suplementares em si, que já tinham um efeito que agravava a situação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ferraço, dois minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – No competente laudo de V. Sª, na página 29, V. Exª assevera:

> 83. [...] o fato de não se vislumbrar uma assinatura da Exma. Sra. Presidente da República no caso das "pedaladas fiscais do Plano Safra" não é, em princípio, suficiente para afastar sua responsabilidade pela omissão do dever de promover o cancelamento ou de ordenar aos seus subordinados (ministros de estado) o cancelamento ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito vedada realizada com inobservância da condição estabelecida pelo artigo 36 da LRF.
> 84. Quanto à emissão de alerta pelo Tribunal de Contas da União (TCU), importa preliminarmente dizer que a caracterização de eventuais infrações ou crimes dá-se a partir do momento em que são perpetrados e não quando são descobertos. Ademais, o acobertamento pela via da omissão no registro de passivos é fator que dificulta [naturalmente] sobremaneira o trabalho de auditoria. [...]

Eu gostaria que V. Sª comentasse esses dois pontos do laudo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com a Srª Selene Peres, assistente.

Dois minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Bom, o que se está analisando aqui – a operação de crédito em questão – é uma operação de crédito que não se dá por um contrato formal. Então, não haverá uma assinatura formal. Então...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas isso é necessário para caracterizar o dolo?

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Eu não posso aqui me manifestar sobre dolo, porque entendo que essa é uma missão dos juízes. Contudo, acho que é importante colocar os indícios e dizer que é da própria natureza desse tipo de operação de crédito que não haja assinatura. Agora, o dolo, a intenção, aí caberá a V. Exªs definir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, meu juízo está firmado. Eu queria ouvir a opinião de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Três minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Raimundo , eu queria começar me reportando à fala da Senadora Kátia Abreu, que falou aqui com tanta indignação. E, sas Senadoras aqui... Eu estou cercado pela Senadora Vanessa Grazziotin e pela Senadora Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Nós temos também a Senadora Fátima Bezerra, muito combativa aqui. E eu, quando falo da Senadora Kátia Abreu, quando nós observamos todo esse processo que houve no País, este País que vive uma crise política do tamanho do mundo, com acusações em todos os partidos... O Presidente da Câmara está lá: ninguém sabe se vai ser preso, se não vai ser preso, e estão afastando uma Presidente da República por três decretos de créditos suplementares e por pedalada no Plano Safra, que não tem autoria. E eu quero falar sobre isso.

Mas, antes disso, eu queria destacar o papel da Senadora Kátia, porque nesse momento nós vimos tanta falta de caráter na política... E a quem está olhando, aí, parece que é todo mundo assim. É um jogo em que não existe caráter. O cara está um dia com a Presidente, almoçando, sendo seu ministro, no outro dia está atacando. Então, Senadora Kátia, eu quero que a senhora saiba o seguinte: eu vou sempre admirar a sua posição corajosa, porque V. Exª tomou uma posição que, talvez, tenha trazido prejuízos políticos, mas foi uma posição de uma pessoa de caráter. E, vendo aqui a sua indignação, eu quero também entrar nessa mesma linha. Ela falava da questão fiscal.

Olha, o contrassenso, Drª Selene, e a senhora sabe disso, é que estão afastando uma Presidente em cima de responsabilidade fiscal, no ano do maior contingenciamento da história do País: 80 bilhões. Como é que é isso? Os senhores sabem – não adianta vir com sofisma – que há um decreto de crédito suplementar, mas há um decreto de contingenciamento. E, no decreto de contingenciamento, está aqui, no ano de 2015, de 2,8 bilhões, foram executados 2,2 bilhões. Foram empenhados 2,3 bilhões. Isso aqui é um escândalo!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora, vejam o que os senhores estão fazendo: os senhores estão desmoralizando o instituto da meta fiscal, porque, nisso que falou a Senadora Kátia, ela tem toda a razão. Cento e setenta bilhões? Sabem quanto é que a Dilma gastou nos quatro primeiros meses? Cinco bilhões. Muito, por causa desse entendimento do TCU, que a mandava fazer decreto de contingenciamento draconiano, de dois em dois meses. Aí, eles botaram 165 bilhões. E existe gente que diz: "Não, Lindbergh, esses quatro primeiros meses não podem ser analisados." Então vamos analisar o ano. Sabem como é que está o déficit primário do ano, até maio? Cento e cinquenta bilhões. Só que é preciso descontar, aí, 57 bilhões, que foi uma despesa extraordinária paga no final do ano, em relação a pedaladas. Então, o Senador Armando Monteiro disse, com razão: nós estamos rodando, rodando, com um déficit de 90 a 100 bilhões. Os 70, foram eles que colocaram para pagar a conta do impeachment. O que seria da Dilma se ela fizesse esse acordo com os governadores? Seria um escândalo, Presidente Raimundo Lira.

Eu falei já desse decreto de contingenciamento e queria a opinião da senhora sobre isso aqui, mas eu queria falar também sobre esse ponto que já foi abordado aqui, porque, veja bem, a tese das pedaladas foi desmoralizada, primeiro pelo Banco do Brasil, que disse que não tinha autoria da Presidente Dilma, depois pelo Ministério da Fazenda e agora pela perícia. Qual é a resposta que a senhora dá?

Por óbvio, nenhuma fraude é reconhecida pelo autor por meio da aposição de assinatura, tendo em vista que o objetivo é precisamente o acobertamento. E aí se começa a desenvolver uma tese nova, porque está desmoralizada, está claro que não há autoria. Acrescente-se o fato de que não se vislumbrar uma assinatura no caso das pedaladas fiscais não é, em princípio, suficiente para afastar a sua responsabilidade pela omissão.

Drª Selene, a senhora não é advogada. A senhora não é advogada. Por isso, vou perdoá-la. A senhora é economista, mas omissão, nesse caso, só existe...

Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... quando você tem uma obrigação, o dever de fazer, e você decide não fazer. Nesse caso, ela não tinha atribuição nenhuma. Se ela quisesse assinar, ela não poderia, porque a lei não delega a ela, ela não tinha atribuição. Então, sinceramente, ir por esse caminho de uma tese de omissão em cima das pedaladas nesse caso, quando as senhoras sabem que a lei de 1992 falava em quatro ministérios e não dava aquela atribuição a ela, é um escândalo.

Eu perdoo a senhora, porque a senhora não é advogada, mas para haver omissão é preciso haver o quê? O dever de fazer e não fazer. É isso. Então, essa tese aqui é um absurdo por completo.

Eu queria que a senhora falasse sobre esse tema da fraude e da omissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Srª Selene Peres, três minutos, na condição de assistente.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Bom, mesmo sem ser advogada, eu reconheço que omitir um passivo da contabilidade – eu sou contadora – é irregular e representa uma fraude contábil.

Há outros casos que eu poderia mencionar aqui, como cidadã mesmo, como a omissão de socorro. Há ios casos em que a omissão é punível. Então, novamente não sou eu que hei de dizer sobre o dolo, mas es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

tou apenas caracterizando a operação como ela é e com as suas características intrínsecas, para permitir uma decisão balizada de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Veja bem, Sr. Presidente, ninguém está falando de omissão em relação à contabilidade. A discussão aqui é de autoria do Plano Safra. Ela diz que é uma omissão. Não tem nada a ver com contabilidade a resposta dela. Aqui é omissão em relação ao Plano Safra, da autoria. Isso não se sustenta.

Eu queria encerrar. Eu não vou fazer perguntas, porque está claro aqui que não há crime de responsabilidade, primeiro, nas pedaladas e, segundo, nos decretos.

Hoje gostei muito da Junta Pericial novamente, porque, nas conclusões da Junta Pericial, está escrito o seguinte: "Segundo informações apresentadas pela SOF [...], nos processos de formalização dos Decretos não houve alerta de incompatibilidade com a meta fiscal." Nós, quando vimos isso aqui, comemoramos, porque dissemos: está demonstrado que, se ela não foi alertada, não se pode dizer que houve dolo da Presidente da República, e não dá para haver crime de responsabilidade sem dolo. Só que hoje não, apareceu aqui mais.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Junta Pericial reconheceu que vários documentos... No caso da exposição de motivos do Ministro do Planejamento, ele não só não alertava, como também dizia o seguinte: "O decreto de crédito suplementar é compatível com a obtenção da meta." Mas não foi só o Ministro do Planejamento que o disse. A AGU e a consultoria jurídica do Ministro do Planejamento escreveram a mesma coisa, a SOF escreveu a mesma coisa, a Casa Civil escreveu a mesma coisa!

Então, Sr. Presidente, olha que coisa! Como é que um processo que surge no Ministério, que passa por 20 órgãos técnicos e por assessorias – e todos dizem que o decreto é compatível com a meta –, chega um decreto com 200 ou 300 páginas para a Presidente assinar. A gente perguntou para outras testemunhas, que disseram: "Nunca nenhum Presidente devolveu o que passa por todos esses órgãos."

Então, Sr. Presidente, está desmascarado esse processo aqui contra a Presidenta Dilma. Não há dolo! Isso está demonstrado.

Hoje foi um dia muito importante.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Acho, sinceramente, que a Junta Pericial reforçou estas nossas teses. Não sei o que o nobre colega Relator, o Senador Anastasia, vai fazer no seu relatório. Ele vai ter muita dificuldade para continuar afirmando que há crime de responsabilidade contra a Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra para a Advogada, eu gostaria de dizer que fiquei satisfeito com a manifestação de V. Exª, Senador Lindbergh, quando V. Exª elogiou o trabalho da Perícia, porque ele foi responsabilidade desta Presidência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Objetivando levar à opinião pública uma perícia que não tivesse custo para o Tesouro do País, indicamos os peritos desta Casa, que são consultores, são técnicos do mais alto gabarito profissional. Portanto, acreditamos, com as palavras de V. Exª, que acertamos na nossa decisão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente, Sr. Presidente. Só para reforçar isso, um dia depois que saiu a perícia, conversei com o nosso Secretário, o Bandeira. Nós tínhamos levantado algumas dúvidas, alguns questionamentos sobre alguns nomes ali. Fizemos questão de dizer que não era nenhuma crítica pessoal. Mas achamos que a perícia é muito equilibrada. Há vários pontos sobre os quais discordamos, mas achamos que eles se comportaram de forma muito isenta. Então, nós que estamos defendendo a Presidenta Dilma aqui, desde o primeiro momento, reconhecemos essa posição dos nossos técnicos servidores do Senado Federal que fizeram a perícia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra à Advogada da Acusação, Drª Janaina Conceição Paschoal. Seis minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu gostaria só de recordar que, conforme disse uma das testemunhas ligadas ao BC, que esteve aqui na semana passada, a auditoria que iniciou a constatação disso tudo começou no próprio BC. En-
, acho que isso é importante, porque está sendo alardeado que o Manual do BC permitiria isso, o que não
erdade. Foi uma auditoria do BC que, primeiro, pegou essas ilicitudes relacionadas às pedaladas fiscais. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

entanto, começou a constatação com as pedaladas praticadas perante a Caixa Econômica Federal por terem auditado a Caixa, porque, na contabilidade do BC, como não era capturado, eles não conseguiram pegar.

A Drª Selene não é advogada, mas eu sou. E a minha tese de livre docência trata de crimes omissivos impróprios. Então, falo com tranquilidade. E minha tese não é uma tese punitivista. Qualquer um que a avaliou, que já a leu, pode constatar isso. Não é uma tese que implique, vamos dizer assim, punir toda e qualquer omissão. Muito pelo contrário, é uma tese ponderada.

Falo com tranquilidade que, com todos os alertas que houve relativamente às pedaladas fiscais – inclusive no ano de 2013, em reunião de técnicos no Tesouro Nacional –, com todos os avisos que houve, a Presidente se omitiu, sim. Então, nós temos aqui dupla omissão: a omissão da contabilidade e a omissão de fazer cessar o que estava acontecendo. E, esclarecendo, existem dois tipos de crimes omissivos: os crimes omissivos próprios – como hoje cedo o Senador Ataídes comentou –, que são aqueles descritos como uma omissão no próprio verbo do crime. E aqui nós temos – omitir de cancelar créditos ilícitos. É claro isso na lei que trata do *impeachment*. E nós temos os crimes omissivos impróprios, que são aqueles que estão descritos como uma ação, mas uma pessoa que tem o dever de intervir e não intervém, podendo intervir, vai responder pelo resultado.

Nós tivemos alerta dos técnicos do Tesouro, do TCU, da Procuradoria do TCU, da imprensa, do próprio Advogado-Geral da União, que era o Advogado da Presidente – que confirmou aqui, o Dr. Adams, que informou aos Ministros e os Ministros se reuniam com a Presidente. Então, a responsabilidade está presente no primeiro momento por ação, porque as reuniões ficaram caracterizadas aqui, inclusive com o Chefe do Tesouro e com os Ministros; e num segundo momento, quando, alertada de maneira muito ampla, a Presidente não interveio, mantendo aquele comportamento, com todo o respeito, com o objetivo, sim, de garantir a reeleição. Por que o contingenciamento foi elevadíssimo em 2015? Porque ele tinha que ter sido feito em 2014; mas, se tivesse sido feito em 2014, a Presidente jamais teria ganhado a eleição. Então, isso é só mais uma evidência da fraude. E onde é que está o dolo? Se a Presidente tivesse determinado com a sua equipe econômica: "Vamos usar os bancos públicos, vamos nos financiar com os bancos públicos", mas declarasse isso tudo, nós até poderíamos conceber que ela não conhecesse o que manda, o que veda a Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, na medida em que não contabiliza, que o Banco Central não contabiliza, que o Tesouro não contabiliza, mesmo quando alertada, é aí que mora o dolo, no que diz respeito às pedaladas. Então, com todo o respeito, a autoria está determinada, a materialidade está determinada, tanto no que concerne às pedaladas como no que concerne aos decretos. Isso é muito importante que seja dito.

Para a Drª Selene eu tenho algumas indagações – umas, inclusive, que eu fiz para os próprios peritos. Drª Selene, a senhora chega a falar, no seu parecer técnico, a respeito do abalo na confiança dos investidores, tanto internos quanto externos. Se a senhora puder, explique melhor em que medida esse abalo ocorreu, sobretudo no que diz respeito a essas não contabilizações. Também gostaria de saber se a senhora entende ou pode mostrar eventual relação entre o rebaixamento do Brasil junto às agências de risco internacionais e o que foi constatado nesse seu estudo. Também, aproveitando a pergunta – e aqui imagino que não tenha nada a ver com o art. 14, só estou emprestando uma pergunta – da Senadora Gleisi, eu gostaria de saber se a senhora, como funcionária, se eu entendi bem, do Tesouro Nacional, teve conhecimento de que em dezembro de 2013...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... houve uma reunião de técnicos no Tesouro, com o Secretário do Tesouro, com o fim de alertar sobre as ilicitudes que vinham sendo praticadas dentro daquele órgão. Se sim, qual foi a reação do então Secretário ou do superior imediato à senhora?

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com a Srª Selene Peres, na condição de Assistente. Três minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Inicialmente, eu gostaria de dizer que a minha participação aqui, contribuindo com a Comissão Especial de Impeachment, é pessoal. Minha opinião aqui não representa nenhuma instituição a que eu esteja ou estive vinculada, em nenhum momento.

Em relação ao fato a que a Drª Janaina se refere, eu tomei conhecimento dele pela imprensa, como todos aliás, e as informações que eu tenho a dar não agregam muito, em relação ao que estava escrito no jornal. Enfim...

Em relação à questão do abalo da confiança, eu acho que os esclarecimentos da Perícia, da Junta Pericial, foram muito interessantes. Eles se reportaram a um texto de Sérgio de Iudícibus, que é, reconhecidamente, um autor muito importante na área contábil, e ele fala da questão da prevalência da essência sobre a forma, que é justamente o que regeu a elaboração do conceito de operação de crédito que está na Lei de Responsabilidade Fiscal. E ele fala que, caso a operação de crédito não seja registrada da maneira correta, o que acontecerá. ão, eu me reservo o direito de ler um pouco. Ele diz assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Se não for assim, como o usuário, principalmente o externo, pode ter uma ideia do que de fato ocorre?

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES –

> E, se ele não tem a informação correta, e passa a saber disso, sua insegurança aumenta, sua dúvida sobre as informações contábeis também, e, se ele estiver para dar crédito ou fazer investimento nessa empresa ou nesse banco [no nosso caso, seria no País] exigirá um retorno muito maior pelo risco maior que assume por não saber bem o que ocorre.

Então, a meu ver, esse texto é esclarecedor. Ele fala precisamente da questão da contabilização das operações de crédito, do seu reconhecimento como tal – que é necessário – e dos reflexos disso para o usuário da informação, que, no caso, são os investidores. Então, o rebaixamento do conceito do Brasil, para orientar a decisão de investidores, insere-se justamente nesse aspecto de que a informação, quando ela não é fornecida – ou quando ela é fornecida com algum tipo de incorreção, de irregularidade –, tende a abalar a credibilidade da instituição, ou do país, se for o caso, a ponto de afastar os investidores e, eventualmente, de provocar um rebaixamento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Drª Janaina. Três minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Bom, antes de fazer uma pergunta que tenho aqui selecionada, eu queria só renovar – porque eu já fiz agradecimentos não públicos – os agradecimentos à Drª Selene, por essa gentileza, essa doação do tempo, do trabalho, da dedicação, ao País. Eu acho que, de certa forma... Nós não nos conhecíamos.

Ela foi indicada por vários especialistas no assunto, inclusive o Prof. José Maurício Conti, que é Professor de Direito Financeiro na USP. Eu entrei em contato com ela e, de pronto, ela aceitou o convite graciosamente em prol do País, para que nós possamos criar uma cultura em que essas fraudes não sejam mais toleradas de maneira nenhuma e em que os funcionários se sintam encorajados a denunciar, não se submetam mais, não se curvem mais, como infelizmente a gente percebeu, nesse processo todo, que ocorreu inúmeras vezes, nos mais diversos órgãos.

Drª Selene, a senhora, como... Eu tenho brincado que o Dr. José Roberto Afonso é o pai e a senhora seria a mãe da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque acompanhou toda a elaboração, o trâmite aqui dentro do Congresso. A senhora poderia falar um pouquinho sobre o histórico dessa lei, sobretudo no que diz respeito a uma resposta ao que ocorreu nos bancos estaduais?

Por que eu estou pedindo isso? Primeiro, porque eu tenho a convicção de que o que ocorreu nos bancos estaduais e que ensejou o próprio nascimento da lei foi o que infelizmente veio a ocorrer agora nos bancos federais. Porém, no laudo do Assistente Técnico da Defesa, menciona-se que a situação seria diferente. A defesa reconhece que, naquele momento histórico, houve uma sangria nos bancos estaduais.

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Porém, nega uma equivalência entre o que ocorreu naquele momento e o que ocorreu agora, quando o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES, inclusive em 2015, foram instrumentalizados pelo Governo Federal, escondendo-se que esse dinheiro foi utilizado ilicitamente. Então, eu gostaria de ouvi-la relativamente a esse momento histórico que suscitou a criação da lei, equiparando ou não ao que está acontecendo, ao que aconteceu agora, infelizmente, no governo Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dois minutos, Srª Selene Peres, na condição de Assistente.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Quando a Lei de Responsabilidade Fiscal foi elaborada – o primeiro projeto começou a ser feito em setembro de 1998 –, nós tínhamos vários problemas, eu diria até que muitos semelhantes aos atuais – déficit, dívida elevada –, e não era só na União, era na Federação. E o problema dos Estados vinha à tona não só exatamente pela pressão que eles faziam para o refinanciamento de dívidas junto à União, para que a União financiasse suas dívidas – eles tinham um histórico de renegociação de dívidas –, mas também porque esses Estados tinham bancos estaduais. E os bancos estaduais funcionavam...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... quase como bancos centrais autônomos locais, na medida em que havia uma ligação política entre o governador e o banco do Estado.

Então, sempre que o governador necessitava de mais recursos, ele pressionava o seu banco para que lhe concedesse operação de crédito. Essa operação de crédito era concedida, piorava a situação do governo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

si, o governo ia ficando crescentemente mais endividado, ao ponto de ter que recorrer ao Tesouro Nacional e buscar um refinanciamento de dívida junto ao Tesouro, mas também a própria situação da instituição financeira ficava ruim.

Então, havia problemas sérios nas instituições financeiras locais, esqueletos, situações não prontamente reconhecidas e que o Banco Central acompanhava e, como esses bancos tinham correntistas inclusive, para evitar uma crise bancária, ele precisava socorrer os bancos. Então, havia uma crise que era, ao mesmo tempo, fiscal e monetária, porque essas coisas estavam muito confusas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Srª Selene, por favor.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Só para dizer que isso é muito semelhante ao que acontece hoje relativamente ao Governo Federal e às instituições que ele controla.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Advogado da Defesa, Dr. Bruno Lemos. Seis minutos.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de tecer alguns comentários breves sobre uma sucessão de verborragias jurídicas que escutei aqui a respeito de teoria de atos comissivos e omissivos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Desculpe, Dr. Bruno.

Os Senadores que já quiserem se dirigir ao plenário – já estão tocando as campainhas – enquanto concluímos esta parte aqui... Depois da Ordem do Dia, a Comissão retorna para a conclusão dos seus trabalhos de hoje.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Sr. Presidente, o meu tempo, por favor.

Volto ao que eu dizia.

Eu ouvi aqui, agora há pouco, uma sucessão de equívocos e verborragias jurídicas atinentes ao tema de teoria dos atos comissivos e omissivos. Tenho certeza de que quiseram se referir ao Plano Safra e, efetivamente, queria entender, baseado numa lei de 1981, em que momento a Presidenta estaria com possibilidade de intervenção ou em que momento ela poderia agir de modo omissivo ou comissivo especificamente. Então me parece que jogar para a torcida juridicamente é feio. Que o político faça isso, a gente entende, porque ele precisa do voto, mas a parte jurídica caminhar nessa direção é lamentável.

Srª Assistente Técnica, a senhora se intitula mãe da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então é preciso demonstrar que V. Sª tem interpretação contrária à de sua filha. O item 5 da página 2 deixa claro que a discussão não é se a meta foi ou não cumprida, mas sobre a abertura de crédito sem autorização legislativa, o que levaria a Presidente da República a ter atuado em esfera de competência privativa do Legislativo. A senhora disse taxativamente:

> A razão para tamanha deferência ao Orçamento deriva do fato de ser este a expressão das escolhas alocativas dos recursos públicos que fazem os representantes do povo através de lei. Pela sua importância, a origem dos orçamentos no mundo confunde-se historicamente com a origem do Poder Legislativo, e uma invasão às competências desse Poder em matéria orçamentária constitui agressão ao próprio Poder própria de regimes ditatoriais.

Minhas perguntas.

No parágrafo nono da resposta da senhora, a senhora divide a interpretação da condição apresentada no art. 4º em duas partes. Aí vêm as perguntas: em que consiste a meta de resultado primário? Em que condições se configura ou não a compatibilidade dos créditos suplementares com a meta? Eu gostaria que a senhora também me dissesse qual é a definição de obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015 – tudo isso aspas do seu laudo. Se a ofensa é sobre a obtenção da meta, como podemos avaliar apenas no plano das autorizações orçamentárias sem entrar no mérito se as despesas foram ou não executadas acima do que autorizava inicialmente a Lei Orçamentária?

E a senhora tem conhecimento de que a execução dessas suplementações orçamentárias estava sujeita ao decreto de contingenciamento, ou seja, aos limites do empenho e movimentação financeira, nos termos do §13 do art. 52 da LDO?

A senhora concorda que, nos termos do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o instrumento para o alcance da meta fiscal é justamente esse limite global definido pelo decreto de contingenciamento?

Os decretos de crédito são meras autorizações orçamentárias sem efeito automático sobre a disponibilidade limite de gasto. Assim preservado o limite de empenho e pagamento, uma suplementação aumentará automaticamente o contingenciamento? Ou seja, aumentará a diferença entre as dotações autorizadas e o limite para o empenho e a movimentação financeira?

É muita coisa. Não sei se V. Sª vai ter condições de responder. Mas a senhora traz um trecho importante Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu item 10. Não sei se a senhora se recorda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A Defesa está sofrendo aqui um tipo de barulho que dificulta a atuação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – O Dr. Bruno está com a palavra.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Eu agradeço.

A senhora tem conhecimento do art. 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal? E como a senhora o interpreta?

Qual foi o cenário econômico de 2015? Não seria razoável supor que, em um ano de crescimento real negativo, mesmo os limites associados aos endividamentos públicos pudessem ser afastados?

A senhora concorda que a Lei de Responsabilidade Fiscal previa as dificuldades fiscais associadas a um período de baixo crescimento econômico? Quando a Lei de Responsabilidade Fiscal foi feita, era possível alterar a meta por medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Srª Selene Peres.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Não terminei, não, Excelência. Tenho muito mais perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Desculpe-me! É que o senhor fez uma pausa.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – São muitas perguntas, e estou vendo meu tempo se esvaindo. Achei que a ampla defesa não tinha tempo, mas tem, aqui tem.

A senhora faz uma observação importante em seu laudo – item 11: "Ao introduzir na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em anexo, metas fiscais, a Lei de Responsabilidade Fiscal passou a orientar toda a política fiscal, condicionando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos suplementares e especiais ao cumprimento de meta de resultado entre receitas e despesas." A senhora concorda que não se pode abrir crédito por decreto nem por projeto de lei que seja incompatível com a meta? Correto? É possível fazer uma alteração orçamentária compatível com a obtenção da meta? Quais seriam os condicionantes para isso?

Há mais: no seu lado, no item 13, na argumentação, a senhora faz uma distinção importante trazida com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a distinção entre a questão alocativa programática que define o mérito das despesas que determinará a sua distribuição da definição do montante global dessas despesas.

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Dentro dessa lógica, a senhora poderia definir quais os instrumentos a Lei de Responsabilidade Fiscal identifica como instrumentos para garantir que o limite global de despesa seja compatível com a obtenção da meta?

Durante a execução orçamentária, as autorizações constantes na LOA são compatíveis com a obtenção da meta? Uma ampliação da autorização sem afetar os limites globais de despesa pode afetar a obtenção da meta?

A senhora pode responder, que farei outras perguntas no meu tempo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra para a Drª Selene, vou passar a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Dr. Bruno, permita-me fazer um esclarecimento. V. Sª comentou que aqui há prazo para ampla defesa. Eu queria a atenção do senhor, para dizer que essa decisão foi tomada pela Comissão com o respaldo do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Só para conhecimento de V. Sª.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – É que o advogado, Excelência, não se submete a juiz ou a quem quer que seja. Ele tem o entendimento dele. Ele obedece, mas ele tem entendimento divergente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Sª terá o tempo depois.

Com a palavra a Srª Selene Peres.

Antes, eu gostaria de informar o seguinte a todos que estão nesta Comissão, a todos que estão assistindo a esta Comissão, a todos que acompanharam o trabalho da Comissão: a nossa maior preocupação aqui, para que ficasse, como gostam de dizer os juristas, um processo juridicamente perfeito, foi que houvesse o mais amplo direito de defesa.

Nós temos, nesse particular, com certeza, a concordância do Dr. José Eduardo Cardozo. Essa foi a grande preocupação nossa. Inclusive, em estágios desta Comissão em que não havia previsão legal da presença da Defesa, nós fizemos questão dela para que houvesse, repito, o mais amplo direito de defesa.

Com a palavra a Srª Selene Peres, por três minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Certamente eu não vou conseguir responder a todas as perguntas de V. Sª. Vou me concentrar, então, na lógica da compatibilidade. Veja, em primeiro lugar, a meta fiscal é anual, sim, mas ela vai sendo acompanhada ao longo do exercício; a verificação de compatibilidade da meta se dá, então, nos relatórios bimestrais, onde se verifica a necessidade de se fazer contingenciamento ou não, e nos relatórios quadrimestrais, onde se avalia o cumprimento da meta. Nesse sentido, em cada momento vale que meta? A que estiver vigente – nunca a futura, ou a proposta, ou a que não faça parte do mundo jurídico. E aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

em função dessa meta vigente e dos dados que se houver obtido naquele momento, e da projeção disso para o final do exercício, é que se verifica se há ou não condições de cumprir a meta no final do exercício. Em função disso é que se pode dizer se é ou não compatível determinada abertura de créditos com a meta vigente. Ocorre que a própria exposição de motivos do PLN 5 reconhecia essa incompatibilidade, ao dizer que a realização da meta de superávit financeiro para o setor público não seria possível, apesar...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... do esforço fiscal já empreendido; que não seria suficiente.

Além disso, é de se notar que ficou caracterizado nos relatórios... Eu cito aqui um relatório de avaliação do cumprimento de metas do segundo quadrimestre de 2015, em que se dizia: "Cabe destacar que a avaliação do 3º bimestre refletiu as alterações propostas pelo PLN nº 5 [...], inclusive no que concerne à redução de R$49,4 bilhões da meta de resultado primário [...]".

Ou seja, ao fazer o cálculo do contingenciamento que seria necessário, utilizou-se uma meta que não era a meta em vigor. Tendo em vista isso, o cálculo já estava equivocado daí. Além disso, é preciso considerar outros fatores que eu abordei aqui no laudo que aumentam essa incompatibilidade. E aí eu acho que é importante fazer uma conexão com as pedaladas fiscais porque, ao não serem consideradas na origem, elas já fizeram com que o cálculo da meta estivesse errado desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Srª Selene. V. Sª terá mais dois minutos em seguida, ouviu?

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Sim.

Concluí, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Dr. Bruno Lemos, Advogado da Defesa. Três minutos.

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Eu não achei a resposta satisfatória realmente...

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – ... e nada do que eu perguntei foi respondido. Mas eu vou seguir com mais algumas perguntas.

A senhora afirma que a compatibilidade com as metas fiscais deve ser verificada como condição prévia, não apenas na execução da despesa, e que isso é válido para a LOA e para os créditos adicionais. Com base nessa afirmação do laudo de V. Sª, eu gostaria que a senhora afirmasse se a autorização constitucional prevista no §2º do art. 167 da Constituição é contrário à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois, ao autorizar a reabertura de créditos extraordinários especiais, pela definição que a senhora dá de compatibilidade, tornaria o orçamento incompatível com a meta. Esse argumento é ainda mais forte, haja vista que o parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 825, de 1993, define que a reabertura dos créditos especiais, nesses casos, fica condicionada à existência de recursos financeiros oriundos de superávit financeiro.

E mais: a senhora afirma que um dos indícios para o dolo é que a Presidente teria conhecimento da situação fiscal, por meio da emenda do PLN nº 5, na qual o Poder Executivo... E que, a partir do envio do PLN nº 5, todas as avaliações de cumprimento das metas passaram a considerar a proposta como se já tivesse sido aprovada. Nesse sentido, eu gostaria que a senhora me dissesse qual foi a meta considerada no relatório do quinto bimestre de 2015. E esse comportamento não seria condizente com a obtenção da meta vigente à época?

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – E se a senhora tem conhecimento da opinião do TCU sobre o caso de 2009, como foi a execução em outros anos – em que houve mudança da meta –, e se sempre foram consideradas, para fim do relatório de avaliação bimestral, as propostas de alteração da meta. A senhora sabia que, à época, a Unidade Técnica do TCU chegou a propor que a atuação correta, em momentos de alteração da meta, seria adotar, no último bimestre, a meta vigente? A senhora sabia que o Plenário do TCU, frente à aprovação da meta antes do quinto bimestre, considerou que a determinação havia perdido o objeto?

Qual é a relação entre o fato de que a apuração dos valores a serem repassados às instituições bancárias...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – ... com relação ao Plano Safra, seguia o regime de competência, enquanto os repasses de recursos pela União seguiam o regime de caixa, para definição dos pagamentos e subvenções? E, em face dessas características, os repasses aos bancos poderiam ser feitos de forma automática?

E a tese de que a contratação de operação de crédito, por parte da União com o Banco do Brasil, é pacífica no meio acadêmico...

Bom, pelo visto, ela não está escutando a minha pergunta. Então, está sendo inócuo o que eu estou fazendo aqui.

A senhora está escutando as minhas perguntas?

Não é isso que eu percebi.

A tese de que a contratação de operação de crédito, por parte da União com o Banco do Brasil, é pacífica no meio acadêmico e nos órgãos que atuam e já foram instados a se manifestar sobre este tema, como a AGU, Bacen, Banco do Brasil e TCU?

Vamos ver se a senhora pode responder a alguma das minhas perguntas, porque até agora não ouvi nenhuma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concluiu, Sr. Advogado?

O SR. BRUNO SPIÑEIRA LEMOS – Concluí e estou esperando resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Srª Selene Peres. Dois minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu quero falar com V. Exª aqui. Venha cá, por favor. (*Pausa.*)

Srª Selene Peres, dois minutos.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Obrigada, Presidente.

Bom, então, eu falei da necessidade de avaliação do cumprimento da meta fiscal e das medidas que seriam necessárias para atingir essa meta fiscal, e é preciso que, nesse momento da avaliação, sejam considerados inclusive os créditos adicionais que já foram autorizados até aquele momento. Isso, naturalmente, inclui também a reabertura de créditos extraordinários e especiais.

Então, ao se fazer esse tipo de avaliação bimestralmente, tudo isso tem que ser considerado. E aí, obviamente, vai se cortar na magnitude que for necessária, conforme determina o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a incompatibilidade revelada aqui,...

(Soa a campainha.)

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... se V. Exªs puderem acompanhar o eslaide, é que havia uma meta vigente, e as decisões, na altura do terceiro bimestre... Essa tabela faz parte do laudo pericial, eu não elaborei, estou apenas reproduzindo. Os consultores do Senado verificaram que essa meta estava vigente – 55,28 –, e no terceiro bimestre o cálculo passou a incluir o quê? A meta que seria vigente apenas em dezembro, que seria um déficit de R$51,82 bilhões. Com isso, o contingenciamento necessário passou a sofrer esse tipo de influência e o valor do contingenciamento necessário adicional, então, foi destacado...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Srª Selene, por favor.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – ... pelo laudo pericial.

Então, só para concluir, ele me perguntou qual era a meta vigente no quinto bimestre.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Srª Selene.

A SRª SELENE PERES PERES NUNES – Está no quadro: R$55,28 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dispenso a Assistente Pericial da Acusação, Srª Selene Peres Peres Nunes, agradecendo sua presença e colaboração.

Vamos suspender a presente reunião, ficando definido que, quando concluída a Ordem do Dia, nós voltaremos para fazer as indagações ao Assistente da Defesa.

(Suspensa às 17 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Boa noite, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Vamos reiniciar a nossa reunião de hoje da Comissão Especial do Impeachment.

Peço à Secretaria que conduza à mesa o Assistente Pericial da Defesa, Sr. Ricardo Lodi Ribeiro. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os questionamentos ao assistente pericial, informamos o encaminhamento a esta Comissão – e imediata publicação – da seguinte decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre o urso da Defesa contra decisão que indeferiu requerimento de juntada de documentos relativos à colabora- premiada do ex-Presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O Presidente do Supremo Tribunal Federal indeferiu o recurso sob o argumento de que o objeto da denúncia se encontra, desde o início do processo, claramente delimitado. Assim, as informações constantes da delação extrapolaram os fatos investigados.

Permitir a inclusão do conteúdo da delação exigiria, pelo princípio da paridade, que se propiciasse também à Acusação a oportunidade de avançar sobre as demais imputações constantes da representação.

Ademais, os documentos e as gravações referidos são simples elementos indiciários, os quais ainda deverão passar pelo crivo do contraditório no curso da respectiva instrução criminal.

Finalmente, ressalvo que o indeferimento do recurso não interdita o amplo debate das questões levantadas pela Defesa, sendo-lhe lícito utilizar quaisquer argumentos que entenda proveitosos à sua tese, inclusive aqueles que têm origem na mencionada colaboração premiada que é hoje de conhecimento público e notório.

Passamos a palavra, pela inscrição, ao Senador Lindbergh Farias, por três minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, volto a dizer que o dia de hoje foi um dia produtivo, porque, com a Junta Pericial aqui, só tivemos algumas confirmações importantes. A primeira é a de que não havia autoria por parte da Presidência da República no caso do Plano Safra. Depois, ficou claro também que não só a Presidenta não foi alertada de que os decretos eram incompatíveis com a meta como, muito pelo contrário, ficou garantido, na palavra da Junta Pericial, que havia documentos do Ministério do Planejamento, da SOF, da Casa Civil e da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento dizendo que os decretos de crédito suplementares eram compatíveis com a meta. Ou seja, não há como falar de dolo numa situação como essa.

Mas vou diretamente para as perguntas, porque quero que o Prof. Ricardo Lodi responda a estas questões.

Pelo seu currículo na Plataforma Lattes, na internet, sabe-se que sua dissertação de mestrado tratou do tema da aplicação da teoria do abuso da forma, que, inclusive, está na perícia – eles falam de essência sobre a forma –, muito usada pela Junta Pericial no esclarecimento dos quesitos apresentados, sobretudo no que tange ao Plano Safra. É correto que tal raciocínio seja aplicado ao Plano Safra, que, desde 1992, vem produzindo seus regulares efeitos para agricultores, instituições financeiras e Governo? Essa é a primeira questão.

Passo ao item 2. Em resposta ao item 2.3, se o atraso no pagamento ou a previsão de incidência de juros são elementos essenciais à configuração de uma operação de crédito, a Junta Pericial sobre isso diz, à p. 91: "[...] o princípio da prevalência da essência sobre a forma visa a assegurar que as demonstrações contábeis reflitam, com transparência [...], as operações capazes de impactar o patrimônio da entidade."

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É possível aplicar a teoria da prevalência da essência sobre a forma sem a demonstração de que o Governo concebeu o Plano Safra com a intenção de realizar operações de crédito vedadas pelo ordenamento jurídico ou sem a observação de sua pertinente regulação? É esse o outro questionamento que faço ao senhor.

Há um terceiro. No item 12 do laudo pericial, a Junta Pericial afirma: "Pela análise dos dados, dos documentos e das informações relativas ao Plano Safra, não foi identificado ato comissivo da Excelentíssima Senhora Presidente da República que tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos." Sabe-se que há cometimento de crime de responsabilidade diante de ato comissivo da Presidente da República.

A Junta admite a inexistência de tal ato pela Presidência da República no caso do Plano Safra. De outra parte, nas respostas ao quesito nº 47 da Defesa, ratificadas nas respostas aos quesitos nºs 48 a 55, afirmam quanto a esse aspecto: "Pelo diploma legal, são os Ministros do Poder Executivo, com especial destaque para o Ministro de Estado da Fazenda, definem limites, condições, critérios e forma da concessão da subvenção, inclusive dos respectivos pagamentos, e acompanham e fiscalizam as operações de crédito rural [...]."

Desse modo, a pergunta que faço ao senhor: pode-se assumir a possibilidade de ocorrência de ato omissivo da Presidenta da República no que se refere ao atraso no pagamento das subvenções econômicas? É possível ato omissivo quando não existe competência para praticar o ato? Qual a definição de ato omissivo aplicável ao caso?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com o Sr. Ricardo Lodi, na condição de assistente pericial. Três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Senador Lindbergh. Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, as Srªs e os Srs. Senadores, os Srs. Advogados.

É importante tratar desse tema da prevalência da essência sobre a forma, que se traduz na teoria do abuso de forma, porque ele é essencial na tese defendida pela Acusação e que escora o laudo pericial – aliás, belo laudo pericial – elaborado pela Comissão nomeada, pela Comissão Especial. Há divergências quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

à interpretação de alguns dispositivos legais, que a gente vai ter oportunidade de tratar, mas no que tange aos fatos há uma concordância bastante grande com boa parte do trabalho bem desempenhado pela Comissão. No que tange ao uso da teoria do abuso de forma, ela não se presta a requalificar o inadimplemento de uma obrigação legal em operação de crédito.

A teoria do abuso de forma foi inaugurada no Direito Financeiro pelo Código Tributário alemão de 1919, para coibir o planejamento tributário abusivo. Com isso, se desconsidera um ato cuja forma não corresponde à sua essência para aplicar a lei do fato gerador ao ato efetivamente praticado. Então, o pressuposto da adoção da teoria do abuso de direito, teoria do abuso de forma, passa pela requalificação de determinado ato. Por que isso não pode ser aplicado, Senador Lindbergh, ao Plano Safra?

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Para que isso fosse aplicado ao Plano Safra, seria necessário que nós pudéssemos identificar a existência de fraude na vontade formadora dos que conceberam o Plano Safra, ou seja, desde 1992, seria necessário demonstrar que o Plano Safra não passa de uma forma de driblar os controles para operação de crédito, o que, evidentemente, ninguém alegou, porque seria uma hipótese absurda.

Quanto ao conceito de operação de crédito, ele não está atrelado à existência de juros ou atraso. O conceito de operação de crédito caro ao Direito Financeiro nos é dado pelo art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seus vários tipos definidos pelo inciso III, possui elementos comuns, onde nós não vamos encontrar obrigações *ex lege*.

Então, quando o dispositivo fala de "formas assemelhadas", evidentemente vai tratar de outras formas de operação de crédito que reúnam os mesmos elementos comuns. Senão, Senador Lindbergh, nós não teríamos uma interpretação extensiva do dispositivo; nós teríamos uma verdadeira analogia, a analogia...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo Lodi.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O senhor ainda tem dois minutos depois.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Lindbergh. Dois minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Prof. Ricardo Lodi, eu queria que o senhor falasse sobre o art. 4º da LOA, as diversas interpretações que surgiram nesse processo.

Aqui eu vi, na perícia, muita contradição. Há uma hora em que eles dizem claramente uma coisa, há uma hora em que eles dizem o seguinte, aqui à p. 61: "A estrita redação do art. 4º [...] não faz menção à compatibilidade entre os Decretos e a programação financeira, mas entre aqueles e a programação orçamentária." Eu acho que a Senadora Gleisi, hoje, resolveu esse impasse, aqui, quando leu o art. 4º e disse o seguinte: a programação orçamentária tem que ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário. Porque tentavam dar uma interpretação como se houvesse uma meta que está na LDO, e depois a obtenção do resultado da meta fosse outra coisa. Eu queria que o senhor desse uma interpretação desse art. 4º da LOA. Isso aqui é muito importante.

Eu queria também...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... perguntar ao senhor se, nos trabalhos da Perícia, V. Sª encontrou algum indício de que a Presidente alterou alguma solicitação que veio do Ministério do Planejamento, ou dos órgãos do Poder Executivo, ou do Poder Legislativo, em algum crédito objeto desses decretos. A gente sabe que há todo o processo de edição dos decretos. Eu já falei aqui que passaram por vários órgãos que disseram: "Os decretos são compatíveis com a meta." Chegam, depois desses vários órgãos, à Presidenta. É sempre um volume de 200, 300 páginas. Eu queria saber se, em algum momento desses decretos, ela devolveu ou ela disse: "Não, aqui não. Quero mudanças". Eu queria saber, do senhor, isso.

E, por fim, a última pergunta: que relação há entre o Plano Safra e as chamadas pedaladas fiscais? Porque, para mim, o Relator está com um "problemaço" aí. Esse assunto, depois da perícia, do Banco do Brasil, vai ter que sair do relatório. Vamos ter que discutir em cima dos três decretos. Mas há um ponto aqui que é muito interessante, porque, na definição de operação de crédito, está claro o seguinte: no item 2, da conclusão – muito rapidamente, Sr. Presidente, só para concluir –: "Houve operações de crédito do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil, conforme as normas contábeis [...], em decorrência dos atrasos de pagamento[...]". Aí a gente vai ao item 7, e é dito claramente no item 7: "As Portarias do Ministério da Fazenda que regulam os pagamentos no âmbito do Plano Safra não definem explicitamente o prazo para pagamento [...]". Não há isso em lugar algum. Então, como é que o atraso no prazo de pagamento é operação de crédito, se está claro aqui, na conclusão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

que não há definição de prazo de pagamento? Só há definição, sim, do prazo, no momento em que começa a ocorrer a correção da equalização da dívida.

Então, eu queria que o senhor falasse disso e falasse também acerca dos arts. 62, 63, do §1º...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... da Lei nº 4.320, que trata desse tema também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Ricardo Lodi. Dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – É difícil responder a tudo isso em dois minutos, mas vamos lá.

Vou começar pela mais simples de responder: não há, no exame dos autos do processo, qualquer indício de tentativa, da Presidente da República, de alterar as manifestações técnicas, no que tange aos decretos de suplementação.

A única participação da Presidente, no que está demonstrado nos autos, é a assinatura desses decretos.

Sobre uma questão anterior, o ato omissivo, só é possível haver crime omissivo, inclusive o crime omissivo impróprio, se houver a obrigação legal de agir. E, no caso do Plano Safra, a Presidente da República não tem obrigação legal de agir. Logo, não há que se falar em omissão relevante para o Direito Penal.

Em relação ao inadimplemento do Plano Safra, na verdade, juridicamente é até difícil caracterizarmos...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... o inadimplemento, porque, na verdade, como a própria perícia reconheceu, não há data de pagamento. Em algum momento, busca-se implicitamente a data de pagamento com o termo inicial da incidência de juros. Só que, depois desse prazo, é que começa o prazo de 20 dias para o Banco do Brasil mandar a fatura, que ainda precisa, à luz da Lei nº 4.320, ser objeto de liquidação e empenho. Então, não há precisão sobre o prazo de pagamento. O pagamento foi feito dentro do mesmo exercício, na existência de prazo previsto no regramento.

Por fim, para cumprir meu prazo, o art. 4º da LOA. A interpretação que sempre se fez, até o dia 7 de outubro de 2015, a respeito de todos os artigos idênticos que vêm desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, era a compatibilidade do decreto que abre o crédito suplementar com a execução da meta financeira. Sempre foi assim. Deixou de ser assim a partir do acórdão do TCU do dia 7 de outubro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado. Três minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Lodi, tive a oportunidade de ler aqui o relatório de V. Sª, em que coloca alguns pontos, principalmente o item nº 199, que diz que "[...] não está inserida na competência presidencial a decisão sobre o pagamento desses montantes aos bancos, mas na esfera de atribuições do Ministro da Fazenda". A linha de raciocínio de V. Sª é revogar o art. 84 da Constituição brasileira. A Presidente agora não tem mais responsabilidade sobre os atos dos ministros. A Constituição diz o contrário: a Presidente da República exerce a posição de Presidente, auxiliada pelos ministros de Estado, mas a responsabilidade é específica da Presidente da República.

Segundo ponto, esse fato de a Presidente ter utilizado essa metodologia nova que se iniciou na área do Planejamento e da Fazenda como sendo uma nova contabilidade deixou claro que ela tinha consciência, tanto tinha que não foram apenas os 13 bilhões do Plano Safra. Na verdade, ela chegou a 60 bilhões, acumulando os outros empréstimos que foram feitos em bancos oficiais. Então, não é um valor irrisório o valor de R$60 bilhões. Não é possível que a Presidente não tenha tomado conhecimento.

Em segundo lugar, ela foi também notificada pelo Tribunal de Contas da União...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...quando o Advogado-Geral da União recebeu, no dia 22 de junho, um parecer do TCU, e mandando que ela se pronunciasse em 15 dias. Ora, então, já mostrava a prática ilícita da Presidente da República. "Ah, mas não tem aí uma assinatura." Eu pergunto a V. Sª: como é que vai ter uma assinatura numa decisão que é omissiva e intencional da Presidente da República? Ela se omitiu, ela não quis assinar. Como é que ela vai assinar? Olha o que ela diz para o Secretário do Tesouro: "O senhor não vai pagar." Ela vai assinar um ofício desses para mandar o Secretário do Tesouro não pagar? Ele recebia a carta todo o mês, do Banco do Brasil.

Bom, rapidamente, Sr. Presidente, passando à parte específica dos decretos. "Olha, a Presidente assinou, s ela tinha um corpo de assessores técnicos altamente qualificados. Então, assinou sem saber." Quer dizer e ela está buscando responsabilizar o corpo técnico, que também é a maneira como ela responsabilizou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

corpo técnico ou o parecer do Cerveró para comprar Pasadena. Ela não sabia que estava tendo um prejuízo de US$740 milhões na compra de Pasadena. O responsável era o Cerveró. Agora, ela assinou todos os decretos, e não sabia.

Mas o interessante é: como é que ela assinou o PLN 5?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ela assinou o PLN 5 exatamente no dia em que ela encaminhou para o Congresso Nacional os decretos em que, em vez de ela contingenciar 58 bilhões, ela contingenciou 8 bi. Ela já usou. Como é que ela sabia que ela estava usando o PLN 5...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para concluir, Presidente.

Como é que ela sabia que ela estava usando o PLN 5, que era apenas uma proposta de lei, não tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional, e não sabia que todos aqueles decretos não teriam sustentação alguma? Então, fica difícil explicar esse apagão mental: uma hora lembra, outra hora não lembra. É difícil explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, a pergunta que eu lhe faço é: como querer retirar a Presidente da República da responsabilidade de omissão no não pagamento e do conhecimento de que ela não tinha condições de assinar os decretos que foram assinados? Essa é a pergunta que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi na condição de Assistente. Três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Seis perguntas em 3 minutos, vamos lá!

Em primeiro lugar, o art. 84 da Constituição estabelece o dever geral de supervisão que o Presidente da República tem sobre toda a Administração Pública Federal. Isso é relevante para a tomada de contas junto ao TCU e ao Congresso Nacional. Porém, no que tange à responsabilização por crime de responsabilidade ou crime comum, é preciso adotar uma conduta pessoal. E aqui não se trata de delegar autoridade; trata-se de competência originária do Ministro da Fazenda. Não se trata de saber ou não saber; trata-se de uma competência que não é da Presidente da República.

A respeito da nova contabilidade, a perícia limita-se a falar de Plano Safra 2015, não de outros institutos que não têm relação com o inadimplemento de subvenções econômicas em 2015. Na verdade, Senador, a Presidente, via Advogado-Geral da União, não foi notificada em julho a respeito de irregularidades. O Relator no TCU, que de início não comprou a tese dos decretos, limitou-se, sem qualquer comentário, a remeter o parecer do TCU, da Procuradoria do TCU, à Advocacia-Geral da União. Evidentemente isso não ensejaria, antes de uma manifestação conclusiva do Tribunal de Contas, a revolução em toda forma de interpretação da legislação financeira em nosso País.

Sobre a assinatura em ato omissivo: já vimos que não há ato omissivo quando a competência pertence...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... a outra autoridade que não a Presidente da República.

Sobre a questão da participação da Presidente no que tange aos decretos, é bom lembrar que a Presidente confiou na manifestação da Advocacia-Geral da União, do Ministério do Planejamento...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... de todos os órgãos de assessoria do Poder Executivo que espelhavam a jurisprudência então dominante no Tribunal de Contas da União. Não havia qualquer motivo para a Presidente da República desconfiar da legalidade.

Então, não é uma questão de saber ou não saber, é uma questão de que aquela era a interpretação vigente naquele momento. Não havia como a Presidente da República imaginar que o Tribunal de Contas fosse mudar a interpretação e fazê-lo de forma retroativa, porque isso, evidentemente, viola qualquer ideia de Estado de direito e de segurança jurídica.

No caso do PLN nº 5, exatamente o contrário se deu. No momento em que se viu que todos os esforços de contingenciamento não seriam suficientes para cumprir a meta, o Poder Executivo propõe o projeto de lei ao Congresso Nacional, que o aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ronaldo Caiado, dois minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos aqui, Presidente, esclarecer que, em primeiro lugar, o Advogado da Presidente da República foi notificado no dia 22/6 e, depois, no dia 12/8. Foi notificado por um parecer de um órgão que é o Tribunal de Contas da União. No mínimo, a Presidente da República tinha que tomar conhecimento e, ao ter outro parecer de um órgão da importância de um TCU,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

teria que ter mandado suspender qualquer coisa, para que depois tivesse uma solução. Não é achar que ela poderia simplesmente se embasar numa decisão da Advocacia-Geral da União, afinal de contas o parecer fora encaminhado por um técnico concursado, credenciado, por um ministro que presidiu o TCU, exigindo dela uma resposta em 15 dias.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Como tal, ela não pode querer agora simplesmente escolher quem ela deve escutar e desconhecer os outros pareceres. Essa é uma primeira falha, e está clara com os documentos que estamos apresentando aqui, com datas anteriores aos decretos que foram assinados.

Segundo lugar: ao assinar o PLN 5, ela sabia que aquilo era um projeto de lei. Agora, a Presidente da República considerar projeto de lei como norma já vigente? Quer dizer que nós aprovamos no Congresso, aqui, e já podemos começar a fazer valer, independentemente da sanção da Presidente? Da mesma maneira que ela está usurpando uma prerrogativa do Congresso, podemos usurpar a dela? Aprovamos na Câmara e no Senado, então, a lei está valendo. Não, a lei depende do veto da Presidente da República e depende da derrubada ou não do veto, da sanção ou não da Presidente da República. O que fica claro é que ela preferiu correr esse risco e, aí sim, está caracterizado o dolo eventual, em poder editar todos esses decretos. Essa é a grande realidade.

Em relação à pedalada... Ora, as pedaladas, todos sabiam que estavam ocorrendo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...até porque –eu vou concluir – a Caixa Econômica Federal foi ressarcida por quê? Porque entrou na Justiça, e ela foi obrigada a pagar à Caixa Econômica Federal. Ela sabia o que estava fazendo com os bancos oficiais e também com o Banco do Brasil. A omissão dela, ela continuar praticando esse dolo, é que levou a essa decisão do TCU, que vai ser convalidada também pelo Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Ricardo Lodi, dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Presidente.

Quero ressaltar que a notificação que o Relator do TCU fez não tinha qualquer consideração do próprio TCU. Havia um parecer da Procuradoria do TCU que contrariava a jurisprudência do Tribunal de Contas de 2009 e 2010. Seria uma temeridade mudar a forma de a Administração Pública atuar em face apenas do parecer de um membro do Ministério Público, sem chancela do Tribunal de Contas da União, contrariando a jurisprudência vigente do Tribunal de Contas da União.

A respeito do PLN nº 5: não se modificou em função de um projeto de lei apenas. A meta é anual, a meta só é obtida no dia 31 de dezembro de cada ano. É preciso lembrar que os relatórios bimestrais são projeções...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ...que vão considerar projeções no que tange à meta, no que tange a despesas, no que tange a receitas. Por exemplo, esses relatórios têm de considerar projetos de lei que aumentem os servidores públicos.

Então só não vai considerar o projeto de lei que modifica a meta?

Essa não é também a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que, em 2009, considerou que a lei que altera a meta retroage para atingir a regra de contingenciamento anterior à sua aprovação – com mais razão, a edição de decretos que abrem créditos suplementares.

É bom lembrar que não houve abertura de decreto sem lei. A lei é o art. 4º. O que houve foi uma modificação da forma de interpretar o art. 4º por conta do Tribunal de Contas da União. Este Congresso autorizou a abertura desses créditos quando da aprovação da Lei de Orçamento, e este Congresso referendou quando da aprovação do PLN nº 5. No relatório...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ...aqui no Congresso Nacional, o Relator reconhece que todos os esforços foram feitos para o cumprimento da meta e, naquele momento, a única solução era a aprovação do PLN nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não tenho um minuto ainda, Presiıte?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o tempo já foi longe.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Três minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Dr. Lodi e dizer que infelizmente vamos ter de falar aqui várias vezes sobre o mesmo assunto. Lamentável isso, não é? V. Sª fala aí da teoria da essência sobre a forma, e parece que essa é a saída que buscam dar para a questão da operacionalização do Plano Safra, porque eu vejo que, nas respostas aos questionamentos que eu fiz, é o tema em que eles mais utilizam a escrita, ou seja, rodam, rodam, rodam para tentar caracterizar um crime onde não há crime. É lamentável isso.

Quero que o senhor volte a falar sobre o art. 4º da Lei Orçamentária – esse tem sido o nosso grande debate.

Veja, a gente fez as perguntas que estamos fazendo agora. O que eles dizem? Que feriu naquele momento; que, no momento em que os créditos foram editados, a meta não comportaria. Mas que meta é essa?

E dizem mais: que ela também estaria subtraindo poder do Congresso Nacional porque ela deveria ter enviado um projeto de lei, e não editado um decreto. Perguntei e não obtive resposta, o que é lamentável. Perguntei: quer dizer que, então, se os senhores analisam – aquilo que acho um equívoco, mas os senhores estão analisando – que ela não poderia ter editado o decreto abrindo crédito suplementar porque naquele momento estaria ferindo a meta, então os senhores estão dizendo que naquele momento a meta poderia ser ferida por um projeto de lei? Eu não obtive a resposta. Se o senhor puder falar sobre isso, Professor Lodi...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...eu ficaria bastante satisfeita.

A Perícia, a Assistente da Perícia por parte da denúncia, teve uma discordância do laudo pericial, dos peritos do Senado Federal, no que diz respeito à utilização dos recursos vinculados. Várias vezes, no laudo, está dito que, mesmo os recursos sendo vinculados, eles deveriam ser utilizados para formar o superávit, enquanto que a Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a própria Assistência da Perícia por parte da denúncia, diz que não, que isso feriria. Eu queria ouvir a sua opinião sobre quem tem razão nesse caso. A Perícia tem razão? Poderia ser usado ou um recurso vinculado tem de obrigatoriamente ser utilizado para aquele aspecto?

Eu fico nessas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi, na condição de Assistente, por três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – É importante esclarecer a interpretação do art. 4º da Lei de Orçamento. Estabelece-se aqui a necessidade de compatibilização da programação orçamentária. Quando se fala da programação orçamentária, estamos falando do próprio decreto que abre o crédito suplementar com a obtenção da meta de resultado primário, que, obviamente, tem fins financeiros. Aqui hoje já se disse que essa interpretação nossa levaria à inocuidade dessa condição. Na verdade, essa interpretação nossa vem desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso mudou a partir do ano passado.

E é preciso lembrar que o decreto que abre o crédito suplementar não compromete a meta se houver contingenciamento. E hoje, a partir da LDO de 2014, a partir do seu art. 52, § 13, esse contingenciamento é automático. Então, esse art. 4º vem tendo a sua redação reproduzida ano a ano. Hoje, já há o contingenciamento automático com base na LDO, mas antes não, e a redação continua sendo a mesma. Então, se não houver flexibilização da meta de contingenciamento, a abertura de crédito suplementar não compromete o atingimento da meta.

E aí, Senadora, tanto por lei quanto por decreto, se formos tomar como base a interpretação da Acusação, haveria a mesma violação. Mas não é essa a interpretação que deve prevalecer porque a abertura de crédito não se relaciona com a obtenção da meta primária, porque não flexibiliza a regra do contingenciamento.

Por fim, a questão dos...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ...recursos vinculados. De fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que os recursos vinculados devem ser observados mesmo em caso de superávit e excesso de arrecadação.

Eu queria aproveitar para esclarecer um ponto. Foi dito aqui, hoje de manhã, a respeito de doações e convênios, que são considerados como despesas obrigatórias já pelos decretos de contingenciamento. Quer dizer, se eles já entram como despesas obrigatórias, naturalmente, há necessidade de contingenciamento de outras despesas discricionárias. Tem de haver essa compensação. E no final do exercício se verificou que não houve aumento de gasto nem nessas ações, nem nesses decretos, nem no Governo como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa, dois minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu vou deixar, Dr. Lodi, mais uma pergunta para o senhor, baseada no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964, que afirma que somente pertencem ao exercício a despesa nele legalmente empenhada.

Então, eu pergunto ao senhor: seria, então, haja vista a existência desse dispositivo legal, legalmente correto fazer impactar, na obtenção da meta, a despesa que foi apenas e tão somente autorizada?

É a pergunta que faço ao senhor.

Antes disso, eu quero dizer que eu lhe dou razão quando o senhor fala que o trabalho da Perícia foi um trabalho bem feito. Eu me amparo na leitura que fiz dele para ter a certeza e a convicção de que nós estamos certos de que a meta não foi ferida nem no momento em que os decretos foram abertos nem posteriormente.

Isso está escrito pelos próprios peritos no laudo pericial. Vou citar aqui algumas das observações:

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Folha 16: "Os decretos de contingenciamento editados foram suficientes para assegurar o cumprimento das metas de resultado fiscal."

P. 54: "Ao final do exercício financeiro, ao se comparar a meta previamente estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, com o resultado efetivamente apurado pelo Banco Central, pode-se concluir se houve ou não cumprimento da meta."

P. 116: "Não se pode afirmar que a abertura de créditos suplementares leva necessariamente ao aumento de gastos. E ainda se, a despeito de terem sido abertos, não foram executados, não causarão impacto na meta fixada."

Então, são os próprios peritos que, em várias partes, em vários trechos, comprovam que não houve nenhum ato ilegal por parte da Presidente Dilma. Aliás, para que a Presidente Dilma assinasse cada um dos decretos que ela assinou – primeiro, eram seis; depois, viraram quatro; e, agora, são três –, ela tinha parecer jurídico legal de que aquilo não impactava negativamente.

Como o senhor diz, tem o dique, que é aquele que limita, sim, os gastos daqueles que são os decretos de contingenciamento. Isso, sim, é importante. E por isso existe aquela ressalva, no nosso entendimento, no art. 4º da Lei de Orçamento Anual.

Mas, então, deixei a pergunta já a V. Sª, prof. Lodi.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – É, uma coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Sr. Ricardo Lodi, na condição de assistente, dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado.

Uma coisa que deixa dúvida, no laudo pericial, é a afirmativa de que o decreto impacta negativamente na meta. A Comissão, a Junta esclareceu que utilizou como base para essa afirmativa a identificação, a investigação de uma das fontes de cada uma das ações, de cada um dos decretos. Só que, evidentemente, isso não é mecanismo hábil para chegar a essa conclusão, porque eu posso ter tido um aumento de gasto em determinada fonte e uma redução em outra. E foi exatamente isso que aconteceu em todos os três, não; em todos os seis decretos, como o próprio laudo comprova através das tabelas.

Quer dizer, naquelas ações, naquelas fontes em que houve um gasto maior do que a rubrica original, isso foi compensado...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... pela redução em outras rubricas. É importante que, no final do ano, a gente chegue a um resultado que esteja não só abaixo do que foi previsto com a suplementação, mas, como nós tivemos, abaixo do que foi previsto originalmente pela Lei de Orçamento. É importante ressaltar isso.

Ficou comprovado com a perícia que os decretos suplementares não levaram à elevação do gasto geral do Governo, não levaram à elevação do gasto geral contido em cada decreto e nem em cada ação de Governo.

Portanto, eu não consigo enxergar como é possível, a partir da investigação de uma única fonte, se concluir que um decreto tem o condão de comprometer a meta, porque já vimos que o decreto se relaciona à previsão orçamentária e a meta, à execução orçamentária, como sempre se interpretou neste País.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Três minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presiente. Queria também cumprimentar o Dr. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Parece-me que a perícia foi muito importante para nós. Nós insistíamos em fazer essa perícia para fazer perguntas objetivas sobre se, de fato, a Presidenta tinha responsabilidade – e, portanto, teria que responder por crime – em relação aos atos que foram praticados e que estavam a colocando como responsável.

E na p. 140 do laudo de perícia, não das respostas, há algo que eu considero muito importante, que eu gostaria de ler aqui, que diz o seguinte:

> Os fatos ora tratados – as equalizações devidas pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, [...] e os quatro decretos de crédito suplementares, [que acabaram virando três agora] [...], – ocorreram sob a presunção de legitimidade aos olhos daqueles que o praticaram. [Essas são palavras da Junta, estão aqui.] Contudo, eventos similares eram objeto de controvérsia, por parte de outros agentes sociais, a exemplo dos indícios de irregularidade levados ao conhecimento do Congresso [...] em junho de 2015.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Controvérsias levadas ao conhecimento do Congresso em junho de 2015. E esta parte que eu considero mais importante:

> As subsequentes mudanças de entendimentos acerca desses fatos decorrem dessas controvérsias e são marcadas de maneira objetiva por alterações normativas que avançam nos incentivos à boa-fé [...].

Então, nós temos aqui, primeiro, presunção de legitimidade; segundo, dizendo que havia controvérsias, portanto, se há controvérsias, há interpretação diferente sobre os fatos e colocando temporal nisso: a partir de junho de 2015. E a partir daí tomou-se providências ou adequou-se às...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... questões normativas à boa-fé processual.

Eu estou lendo isso porque eu julgo isso de grande importância e de relevância. Não sou eu que estou falando, não é a nossa Bancada que defende a Presidenta Dilma, são os peritos que nós pedimos para falar.

Eu gostaria muito que V. Sª falasse um pouco sobre isso, porque eu acho que isso tem muito a ver com o que V. Sª colocou aqui, no início, de que quer sobrepor a questão da forma e do conteúdo, enfim, e eu acho que aqui limpa muito essa interpretação.

Outra coisa que eu gostaria que V. Sª também falasse é o seguinte: a perícia não constatou ato da Presidenta que determinasse ou levasse ao atraso no pagamento da subvenção do Plano Safra, correto? E também querem caracterizar um atraso como operação de crédito do Governo Federal junto aos bancos oficiais, mas não existia prazo estipulado para começar a pagar. Se não tem prazo estipulado para pagar, a partir de quando se caracterizaria a operação de crédito? A partir do momento em que o Tesouro liquidasse a despesa, que o banco enviasse os documentos? Eu acho que isso é importante saber do ponto de vista jurídico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. Ricardo Lodi, na condição de Assistente. Três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Sr. Senador.

Em relação à primeira questão, a perícia nos mostra que todos os funcionários do Poder Executivo envolvidos com a gestão orçamentária no ano de 2015 tinham a consciência de que estavam cumprindo as normas do Tribunal de Contas da União.

Quando se diz que houve avisos, o que a gente chama de aviso é essa carta que o Procurador Júlio Marcelo encaminha para o Tribunal de Contas, que repassa, sem qualquer comentário, para a AGU. E é importante frisar que essa carta foi remetida em junho e o último decreto é de agosto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – De 2015.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – De 2015.

Portanto, não seria razoável admitir que o Poder Executivo mudasse a sua forma de interpretar o art. 4º, que vem desde a Lei de Responsabilidade Fiscal e que estava escorado em jurisprudência do TCU, com uma mera manifestação do Ministério Público, sem que o Tribunal de Contas sequer tivesse se posicionado nesse sentido. Seria uma temeridade naquele momento modificar as práticas reiteradamente observadas pela Administração.

No que tange...

Portanto, evidentemente, se aqueles, inclusive a Presidente da República, não tinham consciência de que conduta era ilícita, evidentemente se exclui o dolo, e o dolo integra o tipo. Sem dolo não há crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

No que tange ao Plano Safra, evidentemente que a perícia demonstra a ausência de autoria. Não há como se imaginar que um ato da competência do Ministro da Fazenda possa ser usurpado pela Presidente da República. Quer dizer, então, aí não há nem a exigência de agir ou de deixar de agir. É uma competência de outra autoridade.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Não há nos autos qualquer indício de participação, de determinação, de conhecimento da Presidente da República a respeito dessas operações, que, aliás, é bom que se frise, sempre foram caracterizadas como algo estranho ao reino das operações de crédito, porque não existe operação de crédito de origem legal. A operação de crédito tem sempre origem na vontade. Todos os institutos previstos no art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, têm origem na vontade. Todos eles pressupõem a transferência de patrimônio do credor para o devedor, assim como também todos os atos descritos no Manual de Contabilidade Pública, que foi descrito como fonte doutrinária, a única que se conseguiu achar, fonte doutrinária para equiparação de operação de crédito e inadimplemento de obrigação *ex lege*. E esta única fonte não diz nada além do que está na Lei de Responsabilidade Fiscal, não equipara operação de crédito com inadimplemento de obrigação legal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann, dois minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Dr. Ricardo. Acho que está muito claro pela sua exposição e também muito claro pelo que a Perícia colocou no relatório e também nas respostas que foram dadas aos questionamentos da assistência e também dos Senadores e da Defesa. Para mim, presunção de legitimidade, controvérsia e subsequentes mudanças de entendimento deixam claro a armação desse processo. Como que se pode querer que a Presidenta mude a forma de praticar um ato no exercício financeiro em que se muda a interpretação do Tribunal de Contas da União e de agentes responsáveis pelo processo?

E queria também perguntar a V. Sª: a Perícia constatou que a Presidenta não foi alertada sobre o não cumprimento da meta fiscal quando da assinatura do decreto, quando enviaram para ela. Eu tenho falado muito aqui que, em sistemas complexos de decisão, não dá para a gente cobrar responsabilidade objetiva...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... de quem decide, sem olhar o processo que embasa essa decisão. Mas, mais do que isso, não é só o que a Perícia constatou, de que ela não foi alertada. Eu li hoje aqui a exposição dos decretos, em que está escrito e assinado pelo Ministro do Planejamento que aqueles créditos eram compatíveis com a obtenção da meta. Não é com a meta determinada, com a obtenção da meta fiscal. Portanto, por isso só, não seriam ilegais.

Então, eu quero perguntar a V. Sª, como jurista: esse fato, na sua opinião, já não explicita que a Presidenta não cometeu nenhum crime? Ou seja, que ela não poderia, a não ser por uma bola de cristal que estivesse ali na mesa dela, dizer: "Olha, não assina esse decreto porque, mesmo o seu Ministro falando na exposição de motivos que não tem problema, mesmo sempre sendo assim o processo dos outros anos, a senhora não pode assinar"? Quer dizer, isso só, já não explicita que ela não cometeu crime?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi, na condição de assistência. Dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Sim, Senadora. Na verdade, exigir o contrário é estabelecer a responsabilidade objetiva. Nós temos a manifestação dos órgãos jurídicos, que naquele momento estavam de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que chancelam a compatibilidade dos decretos com a obtenção da meta. Não seria exigível de qualquer administrador público questionar a validade e a legalidade daquele decreto. Aquele decreto estava chancelado pela assessoria jurídica e pela jurisprudência então dominante. No momento em que o Tribunal de Contas, por uma decisão definitiva, altera a sua interpretação, e o faz sem amparo de qualquer manifestação doutrinária ou jurisprudencial, mas, ainda assim, foi alterado pelo TCU, o Poder Executivo mudou...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... a sua forma de conduzir.

E a mesma coisa em relação ao Plano Safra. Nunca houve, antes de 7 de outubro de 2015, a identificação inadimplemento de obrigação legal com operação de crédito. Hoje mais cedo se falou isso aqui: nenhum or consegue fazer esse tipo de associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Nunca houve operação de crédito de origem na lei, inadimplemento de obrigação legal. Seria a mesma coisa que considerar operação de crédito o não pagamento de uma multa de trânsito por uma infração cometida por um automóvel pertencente à União Federal.

Então, na verdade, a doutrina que se pediu – não sei quem foi, acho que foi a Senadora Vanessa que questionou no laudo a existência de doutrina e jurisprudência a esse respeito – não existe. É um raciocínio absolutamente original que foi criado no seio da Procuradoria e do Tribunal de Contas da União e foi chancelado pelo TCU no dia 7 de outubro de 2015. E, depois disso, nada foi feito em desacordo com essa orientação, seja no caso do Plano Safra, seja no caso dos decretos.

Portanto, no caso do Plano Safra não há autoria e no caso dos decretos não há dolo. Portanto, não há crime.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, passo a palavra à Senadora Ana Amélia. Três minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Dr. Ricardo Lodi Ribeiro, eu tinha ouvido o senhor naquela exposição dos especialistas e vejo que o senhor é de um profundo saber jurídico no Direito Tributário, Direito Financeiro e conhece profundamente tudo que foi feito nessa perícia e fez, como alguns membros da Defesa, algumas identificações de controvérsias no relatório.

Eu, aqui, também ouvi a Defesa dizendo que o relatório é uma peça de absolvição da Presidente Dilma Rousseff. Exatamente por eu ter o convencimento de que o relatório traz, suficientemente, provas cabais e claras do envolvimento da Presidente, eu até lamento muito que amanhã, como está previsto no calendário desta Comissão Especial, a Presidente afastada não compareça aqui para fazer sua autodefesa. Seria uma boa oportunidade também para essa avaliação, e eu não diria enfrentamento, mas para a troca de indagações, porque faríamos indagações a ela, sim, sobre os procedimentos adotados.

Então, eu penso que o meu convencimento com a perícia para uma parte da Defesa também porque considera essa peça uma peça de absolvição da Presidente. Então, a contradição chama a atenção da mesma forma em relação a isso.

Mas eu quero apenas, e não vou fazer pergunta ao senhor... É que o senhor, numa resposta ao Senador Ronaldo Caiado, disse que não houve nenhuma manifestação do TCU sobre as irregularidades na edição dos decretos de crédito suplementar nem nas operações de crédito com bancos públicos, as famosas pedaladas.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No entanto, no dia 12 de agosto de 2015, há um despacho do Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, acolhendo parecer já enviado à Presidente da República afastada, Dilma Rousseff, concedendo o prazo de 15 dias para sua manifestação. Mesmo após a Presidente ter tomado ciência com a manifestação direta do Ministro da Corte de Contas, ela, ainda assim, editou, em 22 de agosto de 2015, mais dois decretos de crédito suplementar em desacordo com a norma fiscal e orçamentária vigente no nosso País.

É bom salientar também que a Presidente enviou resposta ao TCU sobre as irregularidades em 11 de novembro por meio do Advogado-Geral da União.

Portanto, eu estou convencida do que aconteceu, não só na convicção do resultado da perícia, confirmando, de quatro decretos, três irregulares, e das outras confirmações de operação de crédito nos bancos oficiais, nas chamadas pedaladas.

Então, eu agradeço, mas não tenho perguntas a fazer a V. Sª.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Eu gostaria de esclarecer porque foi citada a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não houve pergunta por parte do Senador.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Eu gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Esclarece em outra oportunidade. Não houve pergunta por parte da Senadora Ana Amélia.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Mas citou minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não houve perguntas. Não houve pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não é Senador. Ele não é Senador.

Passo a palavra, na condição de inscrito, ao Senador Waldemir Moka. Três minutos, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para não criar nenhum clima de conturbação ou [illegible] criar algum tipo de problema, eu quero dizer o seguinte: para mim, o Tribunal de Contas da União tem razão [illegible] para mim, os Peritos que aqui vieram falaram abertamente e diretamente. Responderam duas perguntas, [illegible] é o objeto. Isso caracteriza empréstimo? Qual foi a resposta dos Peritos? Caracteriza. Os Peritos disseram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Houve violação quando da edição dos decretos? Constitui crime de responsabilidade? Qual a resposta dos Peritos? Constitui, houve crime de responsabilidade. Foram claros. "Ah, mas não foi avisado antes, não...". Senadora Ana Amélia acabou de falar.

Então, aqui vai sempre se tratar, Sr. Presidente, de alguém querendo distorcer aquilo que foi colocado. Então, eu acho que não tenho pergunta, até em respeito ao Dr. Ricardo. Não quero fazer... É um jogo de palavras.

É claro que eu vou ficar com o Tribunal de Contas da União e com os Peritos. Aliás, dizendo apenas e tão somente o seguinte: para mim, é muito difícil, Sr. Presidente. Os Peritos do Senado só fazem isso. Eles são Peritos da Comissão Mista do Orçamento.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A interpretação que eles dão ao art. 4º, para mim, me convence. Imaginar que 56 técnicos do Tribunal de Contas da União vão errar. São pessoas que só fazem isso. Aí, é demais. Realmente eu não tenho comentário e não tenho pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Magno Malta. Três minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Se esse menino não existisse, eu iria mandar Ziraldo inventá-lo para mim. Você é sabido demais.

Ele cortou a minha... Foi você quem cortou aqui a minha...?

Sr. Presidente, a Senadora Vanessa começou a fala dela com uma frase com a qual eu vou concordar – pela primeira vez aqui na Comissão. Ela falou assim: "O que é que nós estamos fazendo aqui? É tudo repetição!" É verdade! Se o senhor me der tempo, eu repito o discurso do Lindbergh todinho, falo todas as palavras do jeito que ele fala, faço gestos com braço igual a ele. Eu repito o de Gleisi, eu repito o dela, o de Humberto Costa, eu falo até o de José Eduardo. Quer? (*Risos.*)

E se der a palavra para ele, ele repete o meu, repete o de Moka, o de Ana Amélia. Nós já decoramos tudo. E todo mundo que vem, vem para fazer a defesa de que não houve pedalada. Os que nós trouxemos foi para dizer que houve pedalada e houve decreto. E nós formarmos o nosso convencimento. Eles não têm o convencimento – pelo menos na teoria. Nós temos o convencimento!

E aqui nasceram algumas figuras interessantíssimas, tipo a irresponsabilidade fiscal. O sujeito se elege para um cargo executivo e sabe que ele tem responsabilidades, porque há uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas ele comete a irresponsabilidade e aí ele já se transforma em outra figura. Qual é a outra figura? Ele vira inimputável.

Dilma agora é índio, grande chefa.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ela agora é índio, porque ela é inimputável. Ela não responde por nada que assinou, nada do que ela fez.

Essa figura... Porque é o seguinte: o vulnerável no Brasil está lá no ECA. Então, ela se juntou ao índio e ao menor no Brasil. Eu disse ainda nesta reunião de hoje, neste encontro de hoje, lá atrás, que, quando a gente ouve... E a gente sabe dos crimes, até porque a prova dos crimes está espalhada pelas ruas do Brasil, pelas vielas, pelas avenidas, pelo desemprego, pelo descaso, pelas perdas, por tudo o que nós estamos sofrendo.

É um crime que não tem a assinatura dela, não tem a digital. É uma dona de casa que se reúne com a arrumadeira. A dona de casa chama a cozinheira e diz: "O que é que está faltando? Nós podíamos fazer uma comida diferente. Podíamos fazer uma compra diferente em um supermercado diferente. Vamos mudar de supermercado e vamos fazer uma compra maior. E você vai comprar lençol novo, você vai comprar cobertor novo, e nós vamos mudar a casa".

Aí as duas vão e compram, depois não pagam. Quem tinha que pagar era a patroa que mandou. "É, mas eu não fui lá comprar, eu não assinei nada". Então, chama a arrumadeira. "Não, eu só trabalho para ela, eu não posso ser presa, não". Chama, então, a cozinheira. "Não, eu só trabalho para ela".

E aí? Como é que fica essa história? Nós estamos criando uma figura aqui de quem não se responsabiliza por nada. Então, quem não respeita o Erário está pronto para ser prefeito. Nós estamos na boca de uma eleição. Os criminosos que violaram a Lei de Responsabilidade Fiscal e são fichas suja têm que ser fichas limpa hoje. Eles precisam voltar, porque cometeram um crime contra eles. A lei retroagiu não para beneficiá-los, mas para prejudicá-los. Agora tem que beneficiar. Eles voltam – eles voltam! –, eles precisam voltar. E os advogados desses prefeitos, presidentes de câmara, de assembleia, governadores que foram punidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Senador, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ...ainda não foram ao Judiciário.

Aí disse o Senador Ronaldo Caiado: "Então, ela não é responsável por nada, ela tem amnésia dos seus atos". Agora ela assinou o PLN nº 5, que foi para a Câmara e que o seu PMDB – quando o seu PMDB valia alguma coisa para o PT, quando eles gostavam de vocês, Presidente – esganiçou a Lei de Responsabilidade Fiscal para caber um ano e quatro meses de pedalada de Dilma.

Como ela sabia que tinha que esganiçar a Lei de Responsabilidade Fiscal para caber as pedaladas dela se ela não cometeu crime?

Então, Sr. Presidente, nós estamos aqui o tempo inteiro chovendo no molhado. E eu quero encerrar dizendo que a Presidente fez uma vaquinha na internet e ela é especialista em vaquinha, porque o Brasil foi uma vaquinha para ela o tempo inteiro, mas eu quero avisar a ela que a teta dessa vaquinha fechou.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador Humberto Costa. Três minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu já tive a oportunidade de dizer que isso aqui é algo absolutamente surreal!

Uma Presidente da República eleita por 54 milhões de brasileiros e brasileiras, sendo submetida a um processo de impedimento por conta de três decretos de suplementação orçamentária e mais uma denúncia de pedaladas fiscais. Enquanto isso, o Presidente interino golpista anunciará para o Brasil, provavelmente amanhã ou depois, uma meta de déficit primário para o ano que vem de R$150 bilhões. Responsabilidade fiscal não existe para esse cidadão, que hoje investe esses recursos para viabilizar apenas e tão somente a sua continuidade nesse quadro, consolidando um golpe.

As coisas que estão sendo ditas e que, possivelmente poderão ser aprovadas aqui, vão tornar o Brasil ingovernável. Ora, a opinião de um procurador do Tribunal de Contas, nem era o procurador chefe, deve valer como uma recomendação, um alerta, uma determinação à Presidente da República. Uma opinião de um dos Ministros tem que ser entendida como uma determinação do Tribunal de Contas. Da mesma forma, se aqui no Parlamento um de nós, como Senador, emitir uma opinião, então, a partir de agora, isso é sinal de que aquilo deve ser cumprido, não precisa da decisão do Parlamento, e o Tribunal de Contas é uma Corte colegiada.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o que eu quero exatamente ouvir de V. Sª – e aí V. Sª vai poder exatamente comentar a colocação da Senadora Ana Amélia – é se é possível aceitar que isso signifique um alerta, que isso signifique uma determinação, que isso signifique uma posição do Tribunal de Contas da União?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi, na condição de Assistente. Três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Na verdade, o que houve em agosto de 2015 foi o Relator determinar à Presidência da República esclarecimentos sobre os decretos. Em nenhum momento houve apontamento quanto à sua ilegalidade. Só há apontamento, via TCU, das ilegalidades no acórdão de 7 de outubro, portanto, não há como nós imaginarmos... Vejam, estamos no mesmo mês de agosto de 2015. A Presidente da República recebe um documento do Tribunal de Contas da União – não o de junho, como eu comentei na resposta ao Senador Caiado, mas agora falando da indagação da Senadora Ana Amélia –, em agosto, o Tribunal de Contas da União pede esclarecimentos a respeito dos decretos.

Não diz se é legal, não diz se é ilegal. O governo manifesta a sua interpretação a respeito da matéria.

Também foi dito que dezenas de técnicos do Tribunal de Contas da União consideram o Plano Safra operação de crédito. Não há unanimidade nesse sentido. Em outubro de 2015, tivemos o relatório da Secretaria de Recursos, em que os técnicos do TCU fazem uma distinção entre Plano Safra e outras chamadas pedaladas, para concluir que Plano Safra não é operação de crédito. Essa manifestação foi aprovada pelo diretor do mesmo órgão, que considerou que Plano Safra não é operação de crédito. Mas, o Secretário da Serur considerou, na sua decisão, reformando a dos seus subordinados, que, para imputação de responsabilidade civil, penal e administrativa, era essencial a caracterização da operação de crédito.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Portanto, essa matéria não é pacífica, no âmbito dos próprios técnicos do Tribunal de Contas da União. E o que é interessante perceber é que aqui a decisão sobre a natureza jurídica da operação não se deu pelas suas características intrínsecas, mas se deu pela potencialidade de gerar condenação à Presidente da República, o que, de certa forma, nos faz olhar, com olhos bastante atentos, os elementos que foram utilizados para a caracterização do Plano Safra como operação de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Nenhum dos seus traços característicos é comum àquelas operações previstas no art. 29, Inciso III. Portanto, não há que se falar em operação assemelhada, sequer à fórceps.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Humberto Costa, dois minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entendo que a exposição feita por V. Sª, as respostas aos diversos questionamentos apresentados aqui pelos Senadores nos colocam, de maneira muito clara, que o que acontece nesse processo é um julgamento de conteúdo meramente político. Escolheram uma criminosa e ainda estão à procura de um crime.

E ainda que isso fosse crime, no meu entendimento, não seria jamais um crime capaz de gerar o impedimento de uma Presidente da República votada por 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

A história vai nos cobrar por isso. A história vai ser escrita mostrando que, no Brasil, nós tivemos uma elite político-econômica midiática, que não consegue conviver com a democracia, que não consegue conviver com os diferentes.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E que, por conta disso, sem o mínimo pudor, é capaz de criar um pretexto para derrubar uma Presidenta da República.

E, desses, o que considero mais ridículo é exatamente essa visão de que é possível modificar qualitativamente uma relação contratual que é típica de prestação de serviço e forçar a barra para interpretar isso como sendo um pedido de empréstimo, como sendo um empréstimo involuntário, feito por um banco ou por outra instituição do governo.

Eu quero ouvir de V. Sª um pouco mais sobre isso, porque esse talvez seja o ápice do surrealismo do que estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi, na condição de assistente, dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Na verdade, essa analogia que se fez entre o inadimplemento de uma obrigação legal, como as subvenções econômicas do Plano Safra, e operação de crédito é uma analogia que não tem qualquer identidade entre os seus elementos. As operações de crédito têm sempre natureza contratual, escrito ou não. O fato é que a inexistência do instrumento não gera a constatação de que houve uma operação oculta, um contrato de gaveta. Para isso precisaríamos tornar suspeito o Plano Safra desde a sua origem.

O que houve no Plano Safra, como está previsto nos autos, foi mero inadimplemento de obrigação legal.

É claro que nós temos aqui um julgamento político. Não resta dúvida. Mas é preciso lembrar que a Constituição só autoriza o afastamento da Presidente da República...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... em caso de crime de responsabilidade. E nós não temos nem autoria, nem materialidade, nem respeito à segurança jurídica a partir da mudança da forma de interpretar.

E uma coisa de que ninguém se lembra: nós não estamos, ao discutir o *impeachment*, falando só do afastamento da Presidente. Nós estamos condenando uma pessoa a ficar inelegível por oito anos.

Como podemos condenar um cidadão brasileiro a ficar inelegível sem lhe imputar um crime de sua autoria, com o seu dolo?

Portanto, na verdade, é algo que vai além da discussão pelo Parlamento de quem tem condições de governar o Brasil. Há uma afronta muito aguda aos direitos fundamentais da Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrita, a Senadora Lúcia Vânia, três minutos.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vou ser rápida, Sr. Presidente.

Cumprimento o Relator, o Sr. Presidente e o Dr. Ricardo.

Dr. Ricardo, durante esse período todo, nós discutimos à exaustão a questão dos decretos, se seriam compatíveis ou não com a meta, a questão das fraudes fiscais, que se convencionou chamar "pedaladas fiscais", mas em momento nenhum foi feita aqui uma combinação entre a fraude fiscal e os créditos suplementares.

Na minha visão, eles se combinam, um para deixar o orçamento mais livre e o outro para conseguir verbas necessárias para executar projetos.

O fato de não contabilizar esses créditos no Banco Central, eu perguntaria a V. Exª se isso não alterou o superávit primário.

Alterando o superávit primário, obviamente toda a base de cálculo dos decretos, se compatível ou não com a meta, estaria alterada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

E perguntaria também a V. Sª: pelo menos na minha visão, a meta existe para condicionar comportamento futuro e não para corrigir comportamento do passado. Se não, eu não vejo necessidade de metas. E é incrível como, pegando todas as modificações que foram feitas nas metas do ano de 2015, há total coordenação do orçamento, principalmente entre receita e despesa.

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Naturalmente, eu poderia dizer que esse superávit primário alterou profundamente tudo, os dados, o contingenciamento, a meta. Alterando a meta e o contingenciamento, é impossível imaginar que a Presidente da República, ao analisar os dados macroeconômicos para estabelecer essa meta e o contingenciamento, não tenha tido uma responsabilidade nessa ação.

Outra coisa que é muita clara: tudo isso gerou o que nós vimos acontecer no ano de 2015, que foi o aumento elevado do endividamento público, perda da credibilidade do País, perda do grau de investimento, crise fiscal e econômica sem precedentes na história do País.

Eu gostaria de um comentário de V. Sª sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi, na condição de assistente, três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado.

Essa correlação entre o inadimplemento do Plano Safra e os créditos suplementares foi desfeita pela própria Perícia. A Perícia constatou que não há nexo de causalidade entre os dois eventos, que os créditos não foram utilizados para pagamento de pedaladas. O que se chama de fraude fiscal não restou comprovado nos autos, não restou comprovado que houve algo além do inadimplemento. O que se chama de fraude pela não contabilização nada mais é que a aplicação de regras que o Banco Central utiliza há muitos e muitos anos. Antes mesmo da Lei de Responsabilidade Fiscal, essas regras já são utilizadas. Cabe ao Senado Federal regular a matéria, o Senado Federal poderá fazê-lo de forma que dê mais aperto a essas regras, mas, de acordo com as regras vigentes, como não se tratava, na visão do governo, de operação de crédito, o Banco Central contabiliza pelo regime de caixa – no momento do pagamento, deve ser contabilizado. O Banco do Brasil, pessoa jurídica de direito privado, adota uma disciplina diferente. Pelo regime de competência, já coloca o crédito na sua contabilidade, mas é um crédito que ainda não foi sequer objeto de liquidação por parte da Fazenda Nacional. Portanto, ainda não há como se incluir nos débitos da União para fins de controle da dívida pública.

A respeito da questão da meta, claro, a meta diz respeito ao futuro, mas a meta...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Evidentemente, ela é feita num cenário diferente da sua execução, na execução daquele exercício. Nós tivemos, no ano de 2015, uma frustração de arrecadação absolutamente maiúscula. Acho que não cabe à Perícia discutir as razões da crise econômica pelas quais o nosso País atravessa. Evidentemente, ninguém é ingênuo de atribuir a crise econômica que nós vivemos à abertura de três créditos adicionais ou ao inadimplemento das subvenções econômicas do Plano Safra, que foram saldadas dentro do mesmo exercício, é bom que se diga. Portanto, a meta sempre é um objetivo a ser cumprido, mas o que nós tivemos em 2015 foi a verificação, através dos relatórios bimestrais, de uma grande frustração da arrecadação, que levou à necessidade de um contingenciamento recorde na nossa história. Contingenciamento esse que, se fosse feito em termos diferentes do PLN 5, levaria ao contingenciamento de 96% das despesas discricionárias ou à paralisação da Administração Pública Federal.

É bom lembrar que, quando a gente fala em despesa discricionária ou em despesa obrigatória, a gente não está falando de despesa essencial ou não essencial; a gente está falando de despesa que é obrigatória pela lei. Mas há despesas discricionárias que são essenciais...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... como energia elétrica de hospitais e de escolas.

Portanto, se não houvesse o PLN 5, a Administração Pública tinha parado no ano de 2015, num momento de grave crise econômica, o que seria o caos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Lúcia Vânia, dois minutos.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quero só fazer uma única pergunta: V. Sª acredita que a fraude fiscal comprometeu ou impactou o superávit primário?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Ricardo Lodi, dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Na verdade, não houve fraude fiscal. O que se chama de fraude fiscal chamado inadimplemento das subvenções econômicas. Não me parece que essa tenha sido causa deter-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

minante do descumprimento da meta do superávit, até porque a meta foi cumprida com a aprovação do PLN 5 pelo Congresso Nacional.

É importante a gente verificar a responsabilidade, Presidente, que o Congresso Nacional, cumprindo sua missão institucional, assumiu ao aprovar o PLN 5. Também é preciso reconhecer a responsabilidade que a Presidente da República assumiu ao baixar os decretos e ao encaminhar o PLN 5 ao Congresso Nacional. Executivo e Legislativo reconheceram a gravidade da situação financeira do nosso País, em virtude da frustração de arrecadação, e tomaram as medidas necessárias para que 2015...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... chegasse até o final. Portanto...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu agradeço. Quero cumprimentá-lo pela retórica.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – O meu tempo não acabou ainda. Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pode concluir, sim.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Quer dizer, é muito importante que a gente perceba que a aprovação do PLN 5 antes do final do exercício faz com que aquela condição prevista no art. 4º da Lei de Orçamento fosse amplamente cumprida, porque aquela condição prevista no art. 4º da Lei de Orçamento está associada ao cumprimento financeiro da meta, o que foi plenamente cumprido no dia 31 de dezembro de 2015. A condição prevista no art. 4º era um evento futuro e incerto que não suspendia a prática do ato, mas que teria o condão, se implementada, de fazer cessar seus efeitos, e isso não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na condição de inscrito, passo a palavra ao Senador José Medeiros, por três minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, agora há pouco, o Dr. Ricardo disse que, se não fosse o PLN 5, o País teria parado. E aí me fez pensar justamente o seguinte: o País teria parado por quê? Porque justamente a Presidente não poderia editar decretos, no raciocínio deles, porque não nutria, naquele momento, as condições para editar decretos. Ficou claro que a abertura e a execução dos decretos se deram com total desrespeito à Constituição. A Perícia foi clara no seu relatório. No momento da edição dos decretos, a meta vigente era aquela originalmente da LDO de 2015.

Contudo, a meta considerada à época para a edição dos decretos, inclusive para fins de definição e operacionalização das limitações de empenho e movimentação financeira, foi a constante do PLN 5, que só foi convertido em lei no final do ano. Portanto, manda para cá, manda para o Congresso, e fala: "Aprovem aí". Mas, se não aprovar, tudo bem, porque já havia feito os decretos. E se não se aprovasse?

Então, considerar a meta constante de um PL para editar decreto é um ato que atenta contra este Congresso, Sr. Presidente. Ficou bem claro que estava se lixando para o Congresso aprovar ou não, simplesmente fez. Mas ficou claro que não estava em suas condições, não tinha as condições que exige o art. 4º, não estava cumprindo a meta.

Agora, essa história de dizer "a meta no final"...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Lógico, pode fazer como medida de retórica, ou até como discurso político, mas ninguém faz um orçamento para não ser cumprido, para chegar lá na frente e dizer "Eu estico e tudo bem".

Em relação às pedaladas fiscais. Durante todo esse tempo em que nós conversamos aqui, ouvimos, a todo tempo se dizia: "A Presidente nada sabia." Ora, na verdade, a gente escutava à boca pequena da criatividade do Arno Augustin, de como havia descoberto o ovo de Colombo. A "contabilidade criativa" saía em notinhas nos *sites* mais afamados de política – como tinham descoberto como pagar duas despesas com um dinheiro só. Isso estava sendo contado em versos e prosa. Só não sabiam que era tão grave, que iria dar esse chabu todo, como se diz lá no Nordeste.

Agora, o que ficou claro foi o seguinte. Não há como a mandatária, por mais que fosse uma mandatária lesa... E não estamos falando que esse é o caso da Presidente Dilma, porque não é; aqui todos que trabalharam com ela falam da sua acuidade, de como ela era detalhista. Valores estratosféricos iriam passar longe das suas vistas? Nunca! Pode ser que, diante de uma verdade processual que se queira criar, possa se admitir isso – não num tribunal político, onde os olhos dos juízes não se deixam enganar pelas filigranas das leis, dos regulamen-

, ou mesmo das retóricas jurídicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra à Advogada da Acusação, Drª Janaina Conceição Paschoal, por seis minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Prof. Lodi.

Eu só gostaria, primeiro, de fazer dois esclarecimentos. Acho que houve uma pequena confusão no ponto – não da sua parte, mas nos comentários em geral – de discordância, de divergência entre os Peritos e a Assistente Técnica da Acusação. Na verdade, o ponto de divergência não tem nada a ver com os decretos, tem a ver com as MPs que foram baixadas para pagar as pedaladas.

Os peritos disseram que, no caso da MP 704, não ficou comprovado que teria sido utilizada para pagar as pedaladas referentes ao Plano Safra, e o que a Assistente Técnica consignou no seu parecer foi o seguinte: pode até não ter sido utilizada diretamente para o Plano Safra, mas, na medida em que abriu espaço fiscal, outros valores foram utilizados para esse pagamento, liberou por meio de medida provisória, o que é inconstitucional. Nisso, a Assistente e os Peritos estão de acordo.

E quando eu questionei os peritos, fui categórica ao perguntar: "Os senhores disseram que a MP não foi baixada para pagar as pedaladas do Plano Safra ou toda e qualquer pedalada?" – perguntei isso porque a própria exposição de motivos da MP diz que era para pagar pedalada. E eles também responderam de maneira categórica: "Nós estávamos falando exclusivamente com relação ao Plano Safra." Então, isso é importante para reiterar que foi cometida uma nova ilegalidade com o fim de tentar corrigir ou apagar as ilegalidades anteriores, consubstanciadas nas pedaladas fiscais. Eu acho importante que isso fique claro.

Outro ponto que também alguns Parlamentares levantaram: não conseguem conceber ou compreender como é que os peritos dizem que não se pode lesar a meta por meio de decretos, mas, sim, por meio de lei. Na verdade, não há nenhuma incompatibilidade nisso – quando os peritos asseveram que pode por lei, mas não pode por decreto –, porque o órgão competente, o Poder competente, para alterar a meta, é o Congresso. Então, se foi por meio de um projeto de lei – abrir crédito por meio de lei –, na verdade está sendo feito pela autoridade competente, que é o Congresso. E é isso que nós estamos falando desde o princípio. Então, não há nenhuma incoerência no laudo pericial nesse aspecto. Eu acho que esses são dois pontos que precisariam ficar bastante claros.

Com relação ao parecer que o senhor e o outro parecerista apresentaram, eu fiquei com algumas dúvidas e gostaria de ouvi-lo a respeito.

A primeira dúvida é a seguinte: num determinado momento do laudo, os senhores afirmam, até fazendo referência ao nascimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que essa lei veio justamente para coibir o que aconteceu com relação aos bancos públicos nos Estados, porque acontecia uma sangria nos bancos públicos – na verdade, os Estados utilizavam os bancos a seu bel-prazer –, e por isso é que nasceu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando começou esse debate todo em torno das pedaladas, alguns autores, algumas pessoas, chegaram a dizer o seguinte: "Essa lei vale para os Estados e para os Municípios, mas não vale para a Federação", numa interpretação que afronta a própria literalidade legislativa. Então eu queria, primeiramente, compreender... Apesar de os senhores reconhecerem essa sangria, essa origem, num determinado ponto os senhores dizem o seguinte: "Mas a situação dos bancos federais é diferente." Eu queria entender em que medida os senhores entendem que o que está acontecendo, ou o que aconteceu em 2013, 2014 e 2015 com relação aos bancos federais – que foram utilizados pelo Governo Federal na casa dos bilhões –, seria diferente do que aconteceu nos Estados.

Outra coisa. Em vários momentos, o senhor, inclusive no depoimento, disse o seguinte: "Olha, tem que lembrar que isso é competência do Ministro da Fazenda [com relação ao Plano Safra]; não é competência da Presidente da República." No entanto – e isso está descrito na denúncia –, nós estamos falando duma grande operação, que utilizou vários órgãos federais. Digo isso porque, se nós olharmos só para o Banco do Brasil – muito embora os valores tenham sido bilionários –, pode passar uma impressão de que é algo setorizado, ligado apenas a um ministro. No entanto, nós estamos falando de uma operação que envolveu o Tesouro Nacional...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – ... a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco Central, a SOF, que são vários órgãos federais e que, na verdade, estão abaixo de vários ministros. E esses ministros, por sua vez, estão abaixo... Acho que a autoridade que reúne todos esses órgãos é a Presidente da República.

Então, a minha pergunta é: o fato de as mesmas operações de antecipação de crédito – ainda que o senhor chame por outro nome, mas de antecipação de crédito – terem ocorrido em todos os bancos públicos, casa dos bilhões, de não terem sido contabilizadas, para o senhor, não faz nenhuma diferença?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Essas seriam as minhas primeiras indagações.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra com o Sr. Ricardo Lodi na condição de Assistente. Três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Profª Janaina.

Em relação à primeira indagação, do contexto histórico em que surge a vedação de operações de crédito entre bancos e entidades federativas, inclusive a União Federal. Evidentemente, o cenário que nós tivemos nos anos 90, em que os governos estaduais faziam operações de crédito por antecipação de receita com seus bancos... Faziam isso formalmente, através de contratos, através de manifestação de vontade do governo do Estado, com os bancos por eles controlados. Isso levou a uma situação de créditos rotineiros, por anos a fio, e essas operações estavam fadadas a nunca serem saldadas. Claro que não foi isso que se deu na esfera federal nos últimos anos.

E aí eu já engato na segunda pergunta explicando o porquê. Embora a Acusação faça a retórica de uma ação orquestrada entre várias instituições públicas da administração direta ou indireta com o objetivo de fraudar o Orçamento da União, essa retórica não restou comprovada nos autos. É uma retórica que demanda uma investigação e uma comprovação, que não foi feita. O que há nos autos é prova de inadimplemento.

E por que se deu o inadimplemento exatamente nos anos de 2014 e 2015? Muito se falou aqui hoje sobre objetivos eleitorais. Ora, estamos discutindo 2015; as eleições foram em 2014. Evidentemente que o que há em comum entre 2014 e 2015 não é o cenário eleitoral. O que há em comum entre 2014 e 2015 é a gravidade da crise econômica. Portanto, não só me parece que...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... isso não foi comprovado nos autos – isso é certo –, mas não me parece, com as informações que nós possamos obter fora dos autos, o que para o nosso objetivo aqui não valeria, que haja essa grande orquestração que se diz, não me parece que haja outra figura que não as dificuldades decorrentes da crise fiscal que o País atravessa e que levou ao inadimplemento de uma série de obrigações, sem que, com isso, se possa caracterizar uma operação de crédito nos termos estabelecidos na nossa legislação.

É preciso também que separemos as motivações que levaram o legislador a conceber a lei – que, como a Professora mesmo veio a reconhecer, eram motivações mais ligadas a Estados e não à União – do texto da lei. Da mesma forma que o texto da lei colocou a União também – e por isso estamos discutindo aqui hoje –, essas preocupações foram traduzidas numa dicção normativa que, embora comporte uma interpretação extensiva, está ligada aos elementos centrais de operação de crédito, a saber...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... vontade e transferência de recursos entre credor e devedor, o que evidentemente não ocorreu no Plano Safra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Drª Janaina, três minutos.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Veja, Professor, pela resposta que o senhor me deu, no sentido de que houve entre os Estados e aqueles bancos controlados contratos e, na verdade, empréstimos ou antecipações sem uma perspectiva de devolução, retirando a parte do instrumento, ou seja, da concretização num papel, não me parece que seja diferente, porque houve também, por anos a fio, essa instrumentalização dos bancos federais pelo governo central. O senhor pode não enxergar nisso uma ação orquestrada. Eu realmente enxergo claramente, porque são várias instituições. E a diferença é que nos Estados, talvez por compreenderem que tinham esse poder, eles colocaram no papel. No caso do governo central, por já saber que existia uma lei claramente proibindo, eles não colocaram no papel. Por isso é que nós falamos em fraude, por isso é que nós falamos.

A questão de 2014 e 2015. Eu não vou nem entrar no mérito de crise financeira, mas por que isso veio à tona apenas em 2015? Por que não em 2014? Por que os cortes bilionários que já precisavam ser feitos em 2014, porque a crise já se verificava, só foram feitos em 2015? Porque em 2015 o segundo mandato já estava assegurado. Então, é nesse sentido que a gente fala de fraude e, a bem da verdade, o que a lei nasceu para coibir foi feito novamente num nível macro, no âmbito federal.

De certa forma, a resposta que o senhor me dá, para mim pelo menos, confirma o meu convencimento de que a lei agora foi desrespeitada flagrantemente e de maneira fraudulenta, porque se escondeu o que se estava fazendo.

(Soa a campainha.)

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Eu queria só fazer uma observação com relação ao que fa... Eu sempre faço referência à Senadora Lúcia Vânia. Isso não é nenhuma preferência com relação aos de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

mais, mas é que eu acho que isso que a Senadora fala desde o princípio, Professor, é importante. Quando ela faz a relação entre os decretos e as pedaladas, não é que ela esteja dizendo que os decretos foram baixados para pagar as pedaladas. O que ela está dizendo é o seguinte: na medida em que... Não importa o que seja, não vamos brigar aqui pelo conceito. Eu entendo que são empréstimos, o senhor entende que são prestações de serviços, mas, na medida em que...

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Não, prestação de serviço não, inadimplemento de obrigação *ex legis*.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Inadimplemento, sim. Inadimplemento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Aguarde a sua vez, Sr. Ricardo, por favor.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Na medida em que isso não foi contabilizado, a própria meta que era considerada quando da edição dos decretos já era fraudulenta. É isso o que a Senadora diz. Nós estávamos num grau de fraude que até mesmo aquela meta que estava vigorando já era fraudulenta, porque não levava em conta o que o Tesouro devia para os bancos públicos. É nesse sentido que ela diz que não só a meta, mas o próprio resultado estava prejudicado por essa não contabilização.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Drª Janaina.

A SRª JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – Então, é só uma explicação... É nesse sentido, entendeu? Em nenhum momento ela está dizendo: "Baixou os decretos para pagar pedaladas." Não, mas toda a meta está comprometida na medida em que as pedaladas não foram declaradas.

É só esse esclarecimento. Eu agradeço, Professor.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi na condição de Assistente. Dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Professora Janaina.

Na verdade, quando a Professora fala que acredita numa ação orquestrada e reconhece que eu não acredito, nós chegamos à conclusão de que não há prova disso nos autos.

Para eu acreditar nessa ação orquestrada, nessa fraude orquestrada, nós teríamos que investigar, já que estamos falando de Plano Safra 2015, uma ação orquestrada que vem desde 1992, porque, se eu utilizo um programa como o Plano Safra para ocultar a intenção de fazer operações de crédito, esses vícios já deveriam ser encontrados na origem da celebração desses negócios.

Não me parece que ninguém tenha, até hoje, suscitado essa hipótese, porque, para haver fraude, é preciso reconhecer que os contornos...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... formais do Plano Safra não coincidem com a sua essência. É por isso que eu digo que a introdução da doutrina da prevalência da essência sobre a forma aqui não pode prevalecer, porque, em nenhum momento, nenhuma pessoa ao longo deste processo questionou que as formalidades do Plano Safra estivessem harmonizadas com a sua essência. Os agricultores receberam os seus créditos, o Banco do Brasil ofereceu crédito nos termos da lei, e o que houve foi que a União, que não tinha um prazo fixado no normativo para pagar, pagou antes do final do exercício.

Não foi objeto desta perícia a análise de 2014. Essa foi a determinação da Comissão Especial. Portanto, não há como aprofundar a discussão em relação a outros planos. Não foi objeto nem do parecer da Comissão nem da assistência técnica. Portanto, não há como enxergar, à luz do que temos nos autos, à luz dos documentos que foram oferecidos, à luz dos depoimentos que todos puderam acompanhar, essa ação orquestrada.

É claro, a senhora diz que acredita na existência dessa ação orquestrada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... é necessário mostrar que isso viria desde a origem do Plano Safra, o que, evidentemente, não é possível imaginar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra com o Advogado da Defesa, Dr. José Eduardo Cardozo. Seis minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Meus cumprimentos ao Prof. Lodi pela exposição objetiva e precisa.

Eu gostaria, inicialmente, de fazer uma colocação para, a seguir, lhe dirigir uma pergunta.

Uma das coisas que me surpreenderam muito na perícia é o fato de que, embora sejam especialistas em ciências das finanças e não sejam especialistas em direito financeiro – e, por isso, acredito que a Perícia foi muito correta em relação a certos fatos, mas deixou imprecisas ou pouco esclarecidas algumas questões relativas a conceitos e interpretações da lei –, quando eu perguntei aos Srs. Peritos o porquê, efetivamente, de s termos na perícia uma afirmação cabal e dogmática de uma interpretação, como se não existissem outras, erguntei, inclusive, a opinião deles sobre os pareceres que estavam acostados nos autos pela Defesa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

a consagração da opinião do Prof. Heleno Torres, da Profª Misabel Derzi, entre outros, eles disseram que não estavam habilitados para responder sobre esse parecer, o que me espantou muito. Mas, o que mais me espantou foi quando eles disseram que essa afirmação interpretativa de que existem operações de crédito no Plano Safra decorre da lei a partir de uma interpretação óbvia, ou seja, me pareceu que todos que não pensam assim ficam um pouco menosprezados na sua capacidade de intelecção ou de exegese da lei.

Pergunto a V. Sª: V. Sª já disse que não existe doutrina que reconhecesse uma tal situação dessa natureza, mas o senhor acha que, realmente, é óbvia essa interpretação firmada pelos peritos, porque é nessa mesma linha que os depoentes do Tribunal de Contas afirmam.

É como se não existisse possibilidade nenhuma de se ter uma outra interpretação. Então, a pergunta que faço: é tão óbvio, é tão clarividente que podemos chamar de imbecis aqueles que, efetivamente, não interpretaram durante anos esta lei desta forma?

Segunda pergunta que faço a V. Sª: outra afirmação que vi aqui, ao longo desse processo é de que, no passado, em outras administrações, essas questões das chamadas pedaladas fiscais não eram propriamente tidas ou reputadas com operações de crédito, porque o montante financeiro envolvido era pequeno e que, no caso do Governo da Presidente Dilma Rousseff, o montante foi elevado. Então, isso implicou uma alteração da natureza jurídica de um vínculo que era um e passou a ser operação de crédito a partir do montante financeiro envolvido. Pergunto a V. Sª, que é especialista no tema: é possível que os montantes envolvidos em uma dada relação jurídica possam alterar uma relação jurídica de maneira que o que não era operação de crédito passou a ser operação de crédito por força desses montantes?

Terceira pergunta que faço a V. Sª: os senhores peritos, no Item 7, quando falam do Plano Safra, deixam claro que não há prazo para pagamento. Porém, no item 8, deixaram-me intrigado com uma situação, com uma afirmação. Eles, detalhando essa questão relativamente à Portaria do Ministério da Fazenda nº 315, de 2014, chegam a dizer literalmente o seguinte: "Nesse sentido, ante a inexistência de um termo para vencimento, vigorava o princípio da exigibilidade." E eu fico um pouco espantado com isso, porque, de certa forma, eu não consigo entender como, no âmbito do direito financeiro, um ramo do Direito Público, que, para muitos, era no passado um ramo do Direito Administrativo, depois foi ramo do Direito Tributário e se independeu, digamos assim, do ponto de vista da sua afirmação autônoma.

Esse princípio da exigibilidade, que eu me recordo de ter visto muitas vezes no âmbito do Direito Privado, ele é aplicável no campo do Direito Financeiro, para que os senhores peritos cheguem a essa conclusão? Porque eu não tive tempo. Eu ia perguntar para eles isso, mas, obviamente, a exiguidade de tempo não me permitiu que fizesse essa perguntam, porque eles dão a entender o seguinte: bom, não tem prazo, mas se aplica o princípio da exigibilidade, está certo? Então, a pergunta que faço a V. Sª, que é um professor, um especialista, um estudioso do tema, diz respeito exatamente a esta questão: esse princípio se aplica ao Direito Financeiro da forma como os senhores peritos assim o atestaram?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lodi, na condição de assistente. Três minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Agradeço as perguntas.

Dr. José Eduardo, as interpretações que foram dadas pela Junta Pericial, relativamente ao art. 4º da Lei de Orçamento e o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são absolutamente originais – originais do ponto de vista da doutrina nacional. A Senadora Vanessa perguntou sobre os apoios doutrinários, e foi citado apenas o Manual de Contabilidade Pública, que não diz aquilo, como o próprio coordenador da perícia aqui lei para a gente. A Senadora Kátia Abreu mostrou que nada mais era do que a reprodução da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, não há nenhuma base para a interpretação desses dois dispositivos do modo original, como está sendo feito. No Direito, é complicado a gente dizer qual é a melhor interpretação. É verdade que a interpretação proposta pela Junta vai além dos limites possíveis oferecidos pela literariedade do texto, mas eu não sou dono da verdade de dizer que a nossa interpretação está correta e a deles está errada.

Eu só posso dizer que a interpretação que estamos defendendo no nosso laudo é a interpretação que sempre foi vigente na doutrina, na jurisprudência administrativa, até o dia 7 de outubro de 2015; portanto, data posterior aos atos que estamos examinando.

Você citou o Prof. Ricardo Lobo Torres, que foi meu orientador no mestrado e no doutorado, na dissertação que desenvolvi sobre o abuso de forma. O Prof. Ricardo Lobo Torres nunca analisou a coincidência de operação de crédito com inadimplemento de obrigação *ex lege,* ele falava de essência e forma dos termos já expostos aqui. Portanto, não há base doutrinária para isso.

Em relação ao montante elevado...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... como V. Exª lembrou, a natureza jurídica dessa operação não pode ser modificada pelo montante.

Em que momento deixaríamos de ter uma obrigação *ex-lege* para ter uma operação de crédito? No momento da equalização? No momento em que o Banco do Brasil manda a fatura? No momento em que começam incidir os juros? Em que momento?

Já encaixo na outra pergunta, não sem antes fazer uma analogia com um caso que citei na Câmara dos Deputados, que é a modificação de uma jurisprudência em relação ao montante.

O Supremo Tribunal Federal tem uma jurisprudência de décadas que diz que a emissão de cheque pré-datado sem fundo não constitui o crime de estelionato – quase 40 anos de jurisprudência. Imagine os senhores se, amanhã, em determinado caso individual, o Supremo Tribunal Federal dissesse: "Essa jurisprudência não será aplicada, porque esse cheque é de valor muito elevado", e aplicasse retroativamente esse novo entendimento. Evidentemente, que a segurança jurídica restaria violada.

Por fim, o princípio da exigibilidade imediata da obrigação sem prazo é evidentemente incompatível com o Direito Público e especialmente incompatível com o Direito Financeiro...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo, V. Sª terá mais dois minutos na frente.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ... já que a Lei nº 4.320 diz que, antes do pagamento, tem que haver a liquidação do empenho.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra com o Advogado, Dr. José Eduardo Cardozo. Três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Gostaria de continuá-lo ouvindo sobre a incompatibilidade desse princípio com o Direito Financeiro, porque era a impressão que tinha, porque é uma realidade própria do Direito Privado e V. Sª apenas confirma a percepção que me parecia óbvia neste caso e, portanto, a incorreção do laudo pericial nesse ponto.

Mas também acrescento que, se houver tempo a V. Sª, que pudesse nos esclarecer algo que tem sido recorrente – e V. Sª falou de passagem, *en passant*, aqui sobre isso, mas é muito importante. Tem-se utilizado o art. 84, inciso II, da Constituição Federal – que estabelece as competências privativas para a Senhora Presidente da República dirigir, definir as grandes políticas da Administração –, como o pressuposto jurídico que asseguraria que ela teria o dever de zelar por situações em que não poderia haver o atraso nesse programa Plano Safra, ou seja, dá-se a esse dispositivo uma ideia de onisciência da Administração, em que qualquer situação que, porventura, possa acontecer haveria de implicar responsabilidade ao Chefe do Executivo.

A maximizar-se uma interpretação dessa natureza, coitados dos senhores governadores, coitados dos senhores prefeitos, coitados dos chefes em geral, porque tudo que eventualmente um subordinado fizesse, mesmo sem culpa ou dolo da autoridade hierarquicamente superior, seria imputável como crime a essa própria autoridade superior.

Então, eu queria que V. Sª, em havendo tempo na sua resposta, nos precisasse melhor essa ideia de quando existe efetivamente uma responsabilização por omissão. E, neste caso do Plano Safra, se efetivamente, deste art. 84, inciso II, diante da ausência de ato comissivo da Senhora Presidente da República, segundo atestado pela própria Perícia e por todas as testemunhas aqui presentes, seria possível, em tese, falar-se num dever descumprido pela Senhora Presidente da República em face de toda a legislação que disciplina a matéria.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Ricardo Lodi, com a palavra, na condição de assistente. Dois minutos.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Retomando a questão do prazo para pagamento do Plano Safra e do suposto princípio da exigibilidade imediata, que é incompatível com o Direito Financeiro, é preciso lembrar que, em todo regramento do Plano Safra vigente neste momento – não hoje, mas no momento em que esses atos foram praticados –, não se estabelecia a data do pagamento. É até difícil caracterizarmos, quantificarmos, em termos de tempo, esse inadimplemento. Nós sabemos que o débito foi pago ainda no exercício financeiro de 2015. Não ficou para o ano de 2016.

Portanto, havendo obrigatoriedade de essa equalização se dar a partir do segundo semestre; havendo prazo para o Banco do Brasil mandar a fatura; havendo a necessidade exigida pela Lei nº 4.320, de estabelecer liquidação e empenho de milhares e milhares de informações...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – ...geradas pelo Banco do Brasil; havendo inexistência de data de pagamento, parece-me uma demasia considerar inadimplência quando o pagamento se deu dentro do mesmo exercício e, muito mais do que isso, considerar crime de responsabilidade.

A respeito do art. 84, o art. 84 estabelece um dever de supervisão geral da administração que cabe ao Presidente da República, mas, evidentemente, esse dever geral não possibilita a caracterização de um crime omissivo por ato de competência de outra autoridade. Por isso, seria estabelecer uma responsabilidade objetiva para caracterizar o crime omissivo – inclusive crime omissivo impróprio, é necessário um dever de agir, dever de agir para evitar aquela conduta. E, quando a competência é de outra autoridade, evidentemente, não há que se falar em dever de agir. Do jeito que se invoca o art. 84, a Presidente da República seria responsável pelo furto de um grampeador por um servidor público no âmbito de uma repartição pública federal ou pela perda de um prazo processual de um membro da Advocacia-Geral da União, e nem o Advogado-Geral da União poderia ser responsabilizado. Quer dizer, então, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conclua, Sr. Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO LODI RIBEIRO – Obrigado, Presidente.

Não há que se confundir o dever geral de supervisão com a imputação de crime, seja na modalidade comissiva ou omissiva.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dispenso o assistente pericial da Defesa, Sr. Ricardo Lodi Ribeiro, agradecendo sua presença e colaboração.

Conforme calendário aprovado pela Comissão, confirmo a realização da próxima reunião, amanhã, dia 6 de julho de 2016, às 11h, para interrogatório da Excelentíssima Senhora Dilma Vana Rousseff. Reafirmo a intimação dos Advogados da Defesa, bem como dos denunciantes.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, nós vamos poder fazer perguntas amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 39 minutos, suspensa às 17 horas e 38 minutos e reaberta às 19 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 48 minutos.)

Senador Raimundo Lira
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016, às 11 horas e 39 minutos, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Raimundo Lira** e com a presença dos Senadores: **Magno Malta, Simone Tebet, Dario Berger, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima, Lindbergh Farias, Kátia Abreu, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Ana Amélia, José Medeiros, Gladson Cameli, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra** e **Cristovam Buarque.** Deixaram de comparecer os Senadores **Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Gleisi Hoffmann e Zeze Perrela.** Na oportunidade, deixou de ser realizado o interrogatório da Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff, em virtude de sua ausência. O Dr. José Eduardo Cardozo fez a leitura de manifestação encaminhada pela Denunciada. Foi indeferida a petição da Denunciada que solicitava o desentranhamento de documentos (DOC 120). O Presidente declarou prejudicados os Requerimentos nºs 112, 113, 115, 117 e 118/2016. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Bom dia a todos. Bom dia, Srªs e Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Especial do Impeachment, constituída nos termos do art. 44 da Lei nº 1.079, de 1950, e do art. 380, inciso II, do Regimento Interno, para proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, apresentada pelos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff, por suposto crime de responsabilidade.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, esta Presidência deseja prestar alguns esclarecimentos. A Comissão foi instalada em 26 de abril. Desde então, este Colegiado tem trabalhado arduamente, cujos resultados traduzem-se nos seguintes números: 28 reuniões, sendo que a mais longa teve quase 15 horas de duração; 127 ofícios expedidos; 166 documentos recebidos; 135 requerimentos apresentados, sendo 130 aprovados; e os autos do processo no Senado já totalizam 11.655 folhas em 29 volumes.

Há sobre a mesa petição da Defesa em que solicita o desentranhamento dos autos dos Documentos nºs 64 e 80, encaminhados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Com a palavra o Relator para se manifestar sobre a petição.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Advogados, senhoras e senhores.

A Defesa requer, por meio de manifestação de fls. 64 a 80, o desentranhamento dos requerimentos que requisitam informações sobre as operações de crédito mantidas com outras instituições públicas, além do Banco do Brasil, assim como relativas a anos anteriores.

No parecer pela admissibilidade da Denúncia, votado por esta Comissão no dia 6 de maio e, pelo Plenário do Senado Federal, em 2 de maio, consta expressamente que os julgadores devem analisar o fato em todas as suas circunstâncias para a sua correta compreensão, tanto que foi feita, naquela ocasião, a análise preliminar das operações de crédito mantidas com outras instituições e anteriores a 2015.

Sigo e cito um trecho da admissibilidade nessa linha.

Com o fim de melhor esclarecer os Senadores, informamos que as operações semelhantes ou idênticas realizadas com outras instituições públicas, em outros períodos temporais, compõem, tecnicamente, o quadro de circunstâncias do crime narrado na Denúncia. Circunstâncias, conforme pacificamente consta do Direito Penal, são fatos que, acompanhando, seguindo ou precedendo o fato principal, têm efeitos na aplicação de pena ou na configuração ou significação do fato principal.

Ademais, sempre é bom lembrar que o julgamento do Mandado de Segurança nº 34.150, julgado em 15 de abril de 2016, consignou que o objeto do processo abrange a reiteração das pedaladas fiscais, o que significa a apuração de fatos no decurso do tempo.

Por outro lado, esta Relatoria sempre frisou que o objeto do processo cinge-se à questão da alegada operação de crédito com o Banco do Brasil, no âmbito do Plano Safra e dos decretos de 2015 que teriam extrapolado a autorização legislativa. Mas tal entendimento não pode impedir que se levantem dados referentes às circunstâncias que, não sendo objeto do processo, podem colaborar na identificação da verdade.

Dessa forma, opino pelo indeferimento do requerimento formulado pela Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Relator, Senador Antonio Anastasia, indefere a petição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Em votação a manifestação do Relator.

Aqueles que estão de acordo com a manifestação do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está indeferida a petição da Defesa.

Esclareço, por fim, que sendo este o último ato de produção de provas, declaro encerrada, na data de hoje, essa etapa de produção probatória.

Os próximos atos processuais serão a apresentação de alegações finais, pela Acusação e pela Defesa, nessa ordem, e a leitura do parecer do Relator, o que ocorrerá na próxima reunião da Comissão, que fica desde já convocada para o dia 2 de agosto, ao meio-dia.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se ao interrogatório da Denunciada,...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...a Senhora Presidente afastada Dilma Rousseff.

Informo aos presentes que a Senhora Presidente afastada mandou um texto por escrito, com o seu Advogado, Dr. José Eduardo Cardozo, que já protocolou esse texto aqui na Secretaria da Comissão.

Eu vou passar a palavra ao Dr. José Eduardo Cardozo para que ele possa ler, em nome da Senhora Presidente afastada. E, naturalmente, o Dr. José Eduardo vai confirmar que está aqui em seu nome, representando a Senhora Presidente afastada, convocada para esta reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, só para um esclarecimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu queria também, Sr. Presidente...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É só, Sr. Presidente, para V. Exª registrar o nosso voto contrário, deixar registrado o nosso voto contrário à decisão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes, entretanto, esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que, tendo em vista que não haverá interrogatório, não haverá oportunidade para formulação de perguntas nem mesmo lista de oradores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, é esse o questionamento que eu ia fazer. Porque, pelo que me consta, o Advogado tem autorização da Presidenta para falar em nome dela. Se não era o caso de a gente abrir também para questionamentos, interrogatórios.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, porque processualmente só ela poderá responder às indagações. É uma posição personalíssima.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar V. Exª e o digno Relator por esse exercício de ampla defesa.

Nós estamos aqui inovando no que diz respeito ao direito processual no mundo inteiro. Em homenagem a esse procedimento de ampla defesa está sendo permitido que o Advogado traga uma mensagem da ré.

Não há notícias, em nenhum tribunal do mundo, de que o advogado possa falar em nome do réu.

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Até porque, como acaba de consignar V. Exª, o depoimento, a oitiva do réu é personalíssima, é intransferível. É o momento em que o réu pode confessar o crime e, quem sabe, a Presidente Dilma estaria aqui para confessar que cometeu as pedaladas, que assinou os decretos, que cometeu os crimes. É o momento em que o réu pode apresentar contradições graves na sua defesa.

Portanto, não cabe, de forma nenhuma, de fato – eu apenas faço o reforço da decisão correta, sábia que V. Exª tem ao lado do Relator –, tolerar, permitir a expressão do Advogado que trará uma mensagem de Sua Excelência a Presidente Dilma Rousseff, mas é inconcebível, é inaceitável imaginar que possam ser formuladas perguntas, já que a Presidente Dilma optou, dentro do seu direito legítimo, por não comparecer, pelo menos nesta oportunidade, à Comissão do Impeachment.

Então, felicito V. Exª pela decisão. E vamos ouvir, mais uma vez, com prazer, o digno Advogado de Defesa, Ministro José Eduardo Cardozo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para esclarecer que a Presidente Dilma não é ré.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª, Senador Cássio Cunha Lima, colocou muito bem, falou que é uma situação personalíssima e que não deve haver naturalmente indagação, não pode haver, porque a Senhora Presidente afastada não está aqui.

Eu quero informar a todos que a excepcionalidade desse fato é porque nós também estamos vivenciando um momento excepcional. É um julgamento excepcional. Trata-se de um julgamento histórico de afastamento de uma Presidente da República, um julgamento jurídico, mas também político. Sobre essa questão é que nós temos que, a todo momento, tomar as decisões que sejam mais adequadas para o melhor funcionamento e eficiência desta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, como V. Exª acaba de anunciar aqui, nós deveremos retornar a esta Comissão no próximo dia 2, desta feita para apresentação do relatório do nobre Relator Antonio Anastasia, a quem digo reconhecer a competência, a capacidade, mas lamentando o fato de ele ser o Relator por questões políticas, por ser do partido que é. Não é, Senador?

Então, creio que merece V. Exª, neste momento, os nossos cumprimentos e, mais do que isso, o nosso reconhecimento, Senador Raimundo Lira. V. Exª procurou – e nós somos testemunhas vivas – dar espaço e voz a todos aqui nesta Comissão, inclusive a nós que somos e representamos a minoria – infelizmente – neste processo.

Mas em relação à fala que me antecedeu, Sr. Presidente, eu não quero... Acho que não é bom, nem para o entendimento público, ou mesmo para o conhecimento público, que fique registrado como se o que foi dito aqui fosse verdade. Aqui ninguém está sendo benevolente com ninguém. O que nós estamos fazendo aqui é cumprir rigorosamente um rito processual. Um rito. E nesse aspecto, Presidente, e somente nesse aspecto é que nós reconhecemos que o rito vem sendo cumprido, mas somente o rito.

Não estamos a debater o mérito, porque o mérito não se confunde com o rito.

Mas o rito, tanto V. Exª quanto o próprio Relator, a representante dos denunciantes, o representante da Defesa, os Srs. e as Srªs Senadoras, nós temos procurado cumprir o rito, apesar de uma série de discordâncias que nós apresentamos, como por exemplo, a limitação no questionamento das testemunhas.

Mas se o Dr. José Eduardo Cardozo está à mesa, falará, não é porque alguém aqui esteja sendo bondoso e abrindo gratuitamente o espaço à Srª Presidente. O art. 25 da Lei nº 1.079 garante esse espaço. Aliás, diz que a Defesa sempre fala por último.

Então, para que não passe como se isso fosse um favor que a Presidente Dilma está tendo, que não passe como isso, mas como um direito que ela tem, o direito que tem da ampla defesa, somente que fique registrado.

Mas eu concluo esta minha participação, Senador Raimundo Lira, dizendo que quando cheguei aqui, já admirava muito V. Exª. E dessa primeira etapa, ou da segunda da nossa Comissão, eu saio admirando ainda muito mais, Senador. Então meus cumprimentos.

Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela ordem, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É a última vez antes de o Ministro José Eduardo Cardozo falar. Vou fazer uma fala aqui, mas não quero que se sintam agredidos. Mas nessa discussão com a própria Presidenta Dilma, eu fui um dos que aconselhei que ela não viesse aqui, que ela fosse ao Plenário lá à frente, porque infelizmente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos, vamos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Lindbergh, Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É muito importante essa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, um momentinho, um momentinho, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu quero apenas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sabe a estima e a amizade que eu tenho por V. Exª. E eu quero que V. Exª faça a sua fala restrita ao assunto de hoje, sem criar nenhuma palavra ou frase que possa eventualmente dar o direito de resposta ou a contradita. Faça a sua fala totalmente voltada para o assunto de hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe, Sr. Presidente, ninguém vai me censurar no que eu vou falar. Eu só quero dizer o seguinte, não quero agredir ninguém, mas essa é uma posição pública que eu tenho que expressar. As pessoas têm que saber.

Por que a Presidenta Dilma não veio? Qual o papel da sua Base Parlamentar aqui? Nós aconselhamos, sim, que não era o caso vir aqui, porque infelizmente, Sr. Presidente, o senhor pode discordar, mas aqui não estamos discutindo critérios jurídicos, só políticos. Esta Comissão não está analisando isso. E para nós é um jogo de cartas marcadas. Para que trazer a Presidenta Dilma aqui? Qual voto ela ia convencer aqui nesta situação?

Então, por achar que isto aqui que está acontecendo é um jogo de cartas marcadas, para não legitimar este golpe – porque o que está em curso é um golpe –, nós aconselhamos a Presidenta a não vir. E que viesse só ao Plenário do Senado Federal, para fazer a sua fala de defesa.

Então eu quero aqui, Sr. Presidente... Não fiz essa fala no sentido de agredir ninguém, mas é uma posição política que tem que ser registrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu queria...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Um momentinho, um momentinho.

Senador Cássio, eu queria esclarecer o seguinte: tanto eu, como o Relator, o Senador Antonio Anastasia, oferecemos a opção, caso a Senhora Presidente afastada quisesse vir à Comissão, de instalar a Comissão no plenário do Senado Federal por se tratar de uma Presidente da República.

Então, tudo aquilo que foi importante e necessário para dar dignidade ao processo nós fizemos. Eu gostaria de que V. Exª ficasse informado dessa questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas é que ela tem um novo direito lá, à frente, de ir ao plenário do Senado, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sim, mas eu estou dizendo a V. Exª que foi oferecida essa alternativa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso não mudaria em nada as questões; só mudaria o ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sim. V. Exª disse que ela só iria ao plenário...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No plenário no momento da defesa, que ela tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Exatamente. Mas nós já antecipamos e oferecemos essa opção. Eu acho que foi não só uma gentileza, mas sobretudo um respeito ao rito que nós estamos dando a esta Comissão.

Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, eu quero deixar consignado que esta Comissão, sob o seu comando, ao lado do Relator Antonio Anastasia, teve um gesto de condescendência, sim. Não há nenhuma previsão processual legal – nem aqui, nem em nenhuma parte do mundo – de o Advogado ler uma carta do réu no momento do seu testemunho. Não existem precedentes em nenhuma parte do mundo, nem mesmo no processo anterior de *impeachment*.

O Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, S. Exª o Ministro Ricardo Lewandowski, deixou claro que o rito também se basearia no que aconteceu no processo pretérito, em que o Presidente Collor se recusou a prestar o depoimento e simplesmente não houve espaço para a defesa. Então, aqueles que aconselham a Presidente Dilma, observando o que aconteceu nos últimos anos no Brasil, não são bons conselheiros, porque o Brasil vive hoje uma crise de profunda dificuldade por fruto exatamente das posturas, das atitudes, dos atos e das omissões da Presidente Dilma Rousseff.

Ela não comparece a esta sessão por uma razão simples: ela não conseguiria responder, por exemplo, a uma pergunta que o Senador Magno Malta – e eu tomo a liberdade de fazer a pergunta na ausência do Senador Magno Malta – faria à Presidente Dilma. Se a Presidente Dilma estivesse sentada ali, onde está o Ministro Dias é Eduardo Cardoso, seria perguntado a ela: "A Senhora mentiu ou não mentiu no processo eleitoral?" Seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

feita essa pergunta pura e simples, e ela não teria capacidade de responder nem essa, nem outras indagações que seriam feitas. Portanto ela não veio, porque não tem condições de vir.

Ela fez uma opção, dentro do seu direito. Estamos dando, num gesto de absoluta benevolência, a oportunidade de, mais uma vez, a Defesa se manifestar e, desta feita, em caráter inédito e inovador, com uma missiva, uma carta do réu. É a primeira vez que eu vejo isso; eu sou advogado inscrito regularmente na OAB e não tenho notícias, de nenhuma parte do mundo, insisto, de que o advogado passe a ser portador de cartas, de missivas do réu, no momento do testemunho, perante um tribunal, perante uma corte, perante um juiz.

Portanto estamos aqui prestigiando, mais uma vez, a ampla defesa e vamos ouvir, então, a carta, a missiva que a Presidente Dilma manda para esta Comissão, para o povo brasileiro,...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu também quero pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... para que possamos...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu pedi pela ordem antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, antes, antes... Um momentinho, um momentinho.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A pergunta que ela teria que responder primeiro é se mentiu ou não mentiu na campanha eleitoral. A partir daí...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concluiu, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu quero dizer o seguinte...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu quero pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu sei, mas eu quero dizer o seguinte: eu já falei que isso aqui é um julgamento histórico. Vai ficar na história do País. Daqui a 50, 60 ou 100 anos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vai ficar como um golpe, Sr. Presidente. Vai entrar para a história como um golpe.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...ou 50 ou 60 ou 100 anos, que eventualmente surja um fato semelhante, um julgamento semelhante, Dr. José Eduardo, esse fato que hoje está acontecendo, de V. Exª representar a Senhora Presidente afastada, vai servir de precedente, e a história é assim. A história cria os precedentes, e os estamos criando porque achamos que, desta forma, estamos dando dignidade à Presidente afastada, que teve a opção de não vir neste momento aqui – nem aqui, nem ao plenário. Foi uma alternativa, uma decisão dela, e temos de dar dignidade a essa decisão.

Pela ordem, Senadora Simone Tebet. Em seguida, Senadora Vanessa.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não vou polemizar, mas eu não posso ouvir calada algumas afirmações. Acho que é direito da Senhora Presidente não vir, acho até que foi bem aconselhada. Quero simplesmente dizer o seguinte: ela seria muito bem recebida nesta Casa, porque esta Casa tem tido uma conduta republicana, que, aliás, é nossa obrigação; é obrigação de cada um de nós ter espírito público, porque representamos não só os Estados, mas toda a população brasileira. Então, quero deixar muito claro que é um direito da Senhora Presidente não comparecer.

Agora, afirmar que é um jogo de carta marcada seria menosprezar a inteligência de cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, porque nós ficamos aqui quase dois meses, 60 dias. Foram mais de 200 horas de oitivas de testemunhas. Ora, se nós não formamos o juízo de valor a respeito de dar nosso voto pelo menos nesta Comissão, realmente seria diminuir a nossa inteligência. Então, não há um jogo de carta marcada.

Acho até que a Senhora Presidente da República não deveria realmente vir. Acho que foi correta a decisão da Defesa.

Agora, temos de ter equilíbrio e respeito com os colegas, Srs. Senadores, porque estamos aqui há 60 dias, deixando inclusive de votar outras matérias nas comissões. Por quê? Porque estamos aqui formando um juízo de valor. Esse juízo de valor já foi formado, pelo menos para efeito de votação nesta Comissão. Agora, cada um já tem seu voto. Não é jogo de carta marcada, mas é, sim, um processo legítimo de *impeachment*, previsto na Constituição Federal e que vai ser votado por cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, representando aqui o Brasil e a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Vanessa, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quero dizer, Sr. Presidente, que vou procurar contribuir ao máximo não só com V. Exª, com o nobre Advogado que aqui está, com o Relator, com os meus pares, mas não posso deixar de falar, porque eu me abstive de falar de questões políticas, conforme V. Exª nos orientou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Eu tenho o mesmo pensamento do Senador Lindbergh, mas não fiz nenhuma observação sobre isso. Falei de uma forma tranquila e reconhecendo o trabalho de V. Exª, sobretudo em relação ao rito.

Agora, nós não podemos, Sr. Presidente, deixar que passe para a sociedade que o Sr. Advogado José Eduardo Cardozo está aqui como um favor. Isso não pode. Isso não é justo. Isso não é correto, Sr. Presidente. Está aqui o art. 25 da Lei nº 1.079, que fala do período do julgamento, mas nós estamos na pronúncia. E o Supremo Tribunal Federal tem deixado claro que, sim, o acusado pode e deve falar por si ou por seu representante – por si ou por seu representante.

Então, eu acho desnecessários pronunciamentos como esse, porque palavras agridem, palavras distorcem, mesmo sendo ditas de forma mansa.

Aliás, essas, na minha opinião, são as piores, porque parece, Dr. José Eduardo Cardozo, que estamos prestando um favor a V. Exª, uma favor à Presidente Dilma.

Estamos aqui no processo mais grave que possa existir no âmbito da política, julgando uma Presidente. Nós sabemos que isso aqui é um meio, mas não quero entrar nesse mérito. Então, penso que não é correto, não é justo.

Por isso, Sr. Presidente, fui impertinente, ao pedir a palavra a V. Exª pela segunda vez, mas movida que fui por outras atitudes impertinentes também.

Então, que não fique... Assim como, em 1992, todo aquele rito passou a ser utilizado e compreendido, estamos nos aperfeiçoando, porque o pior dos cenários seria diminuir o espaço da acusada para poder fazer a sua defesa.

Estamos aqui cumprindo o que determina a Lei e não prestando qualquer favor a quem quer que seja.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Marta Suplicy, pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Acredito que a intervenção da Senadora Vanessa Grazziotin está correta, no sentido de que realmente possa ser feito das duas maneiras.

Mas, primeiro, quero parabenizar V. Exª, Senador Raimundo Lira, pela condução desta Comissão. Não estou presente em todas as vezes, porque sou Suplente, mas tenho acompanhado, muitas vezes, pela televisão. A condução tem sido a melhor possível, e os gestos de elegância, de consideração e, diria, de extrema paciência de V. Exª são reconhecidos pela sociedade brasileira, não importando por onde passemos.

Também quero colocar que uma grande questão que fica, uma ponderação, para todos os apoiadores da Presidente é a de que ela está numa situação muito difícil, no sentido de se tratar de uma Presidente afastada.

Uma Presidente afastada é uma situação muito complicada pessoal e internamente em todos os sentidos. Essa era, e é, uma grande oportunidade para se colocar e fazer a sua defesa, oportunidade única, porque a próxima, no plenário, será um discurso e não uma interação.

Então, penso ser importante registrar aqui que ela não veio, porque, exatamente, como os Senadores Cássio Cunha Lima e Magno Malta colocaram, as perguntas que seriam colocadas aqui diretamente, como "a Senhora mentiu" ou "a Senhora sabia", são, se não me engano, sob juramento também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – São perguntas não sob juramento – o Advogado José Eduardo Cardoso está dizendo que não é sob juramento – mas, de qualquer forma, são perguntas muito difíceis de serem respondidas e complicadas, além de outras perguntas que poderiam ensejar uma dificuldade da Senhora Presidente afastada em se colocar.

Isso tem de ficar registrado. Agora, vamos ouvir a carta, mas gostaria de deixar registrado que é muito complicado os seus apoiadores entenderem tal escolha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço a V. Exª que não conceda mais a palavra para ninguém se manifestar.

V. Exª teve aqui com cada Senador, antes do início, dizendo que não iria permitir uma discussão política e já a permitiu.

Então, queria pedir a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não. Senador Humberto Costa, veja bem, não disse que não ia permitir perguntas após a leitura pelo Advogado, representando a Senhora Presidente, mas alguma eventual questão de ordem ou pela ordem, antes do início da leitura é perfeitamente aceitável para que exista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

podemos dizer, um conhecimento do que está acontecendo, um esclarecimento, para que cada pessoa, cada Senador possa ter a sua oportunidade de manifestação, com V. Exª teve agora.

Vamos, encerrada esta fase, passar a palavra agora ao Dr. José Eduardo Cardozo, que vai, antes de começar a leitura, confirmar que está aqui substituindo a Senhora Presidente da República afastada, Dilma Rousseff.

Com a palavra o Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, de início, um breve esclarecimento.

Neste momento, a Excelentíssima Senhora Presidente da República utiliza uma faculdade legalmente estabelecida de forma expressa. Essa faculdade legal não está prevista no Código de Processo Penal. Está prevista desde 1950, na Lei nº 1.079. O art. 25 desta lei é expresso ao dizer que Sua Excelência a Presidente da República, comparecerá pessoalmente ou por seu advogado aos atos do processo. Ou seja, é uma faculdade, um direito que se determina legalmente. E cabe, portanto, a Chefe de Estado definir o que julga adequado em cada momento.

Pondero que, à época do procedimento do *impeachment* de S. Exª o Presidente Fernando Collor de Mello, ele encaminhou uma carta, não comparecendo ao depoimento, o que era absolutamente permitido.

Neste momento, por orientação da sua Defesa, Sua Excelência a Senhora Presidente da República presta, encaminha não uma carta a esta Comissão, mas presta um depoimento, por escrito, a esta Comissão, em que faz considerações próprias e pertinentes à natureza jurídica desse processo. Esse é um processo jurídico-político e, como tal, fará considerações dessa natureza.

Há dois momentos em que Sua Excelência a Presidente da República poderá, pessoalmente, comparecer a esse processo, ambos com a mesma característica – o interrogatório. Isso poderia ser feito nesta Comissão ou plenário, onde ela não se limitará, se assim comparecer e entender, a fazer um discurso. Ela estará diante de um interrogatório com as mesmas características desta Comissão.

A decisão da Sua Excelência a Presidente da República em comparecer por seu Advogado, mediante depoimento escrito, na manhã de hoje, se prende a uma análise muito simples. Em geral, em todos os lugares do mundo, os chefes de Estado comparecem aos órgãos máximos do Poder Legislativo. Os chefes de governo também o fazem normalmente. Mas, no presidencialismo, o chefe de Estado e o chefe de governo comparecem aos plenários das Casas. Em geral, quem comparece às comissões são os ministros de Estado para falarem em nome da Presidência da República.

Então, do ponto de vista daquilo que parece adequado a uma Presidente da República que, embora afastada, é Presidente da República, é Chefe de Estado, entendeu Sua Excelência a Presidente da República, por orientação, sugestão da sua Defesa, encaminhar, em respeito ao Senado Federal, em respeito a esta Comissão um documento, e registra o seu depoimento, por escrito.

Não há nenhum receio de Sua Excelência a Presidente da República em responder a quaisquer questões. Ela as tem respondido sempre que formuladas. Neste depoimento, enfrenta as questões políticas e jurídicas abordadas nesse processo. E o fará sempre que necessário, diretamente ou por seu Advogado. Ou seja, é uma decisão tomada por Sua Excelência a Presidente da República dentro da estrita conformidade e da regularidade que acontece diante de situações em que chefes de Estado comparecem ao Parlamento.

Normalmente, isso é feito no plenário da Casa e não nas comissões. E, assim, então, se entendeu que deveria ser feito, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Dr. José Eduardo, V. Sª confirma que, neste ato, neste momento, está representando e substituindo a Senhora Presidente afastada Dilma Rousseff?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Confirmo e tenho, já encaminhada a V. Exª, a autorização escrita de Sua Excelência a Presidente da República, para que pudesse fazê-lo. Inclusive, se necessário fosse – não o será, pelo entendimento desta Comissão –, para que pudesse responder a eventuais questões e indagações que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras pudessem dirigir à Senhora Presidente da República. Eu o faço em nome dela, portanto.

Sendo assim, se V. Exª me permite, passo a ler o depoimento escrito encaminhado por Sua Excelência a Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Sª está autorizado a fazer a leitura.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Início, então, a leitura:

"Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão Especial do Senado Federal criada com a finalidade de processar a Denúncia nº 1, de 2016, por crime de responsabilidade, Excelentíssimo Senhor Relator, Senhoras e Senhores Senadores, quero iniciar minha defesa registrando meu profundo respeito pelo Senado da República e por todas as senhoras senadoras e todos os senhores senadores. Assim como defendo a legitimidade do mandato que me foi conferido pelo voto de mais de 54 milhões de brasileiros, tenho perfeita compreensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

da legitimidade dos mandatos daqueles que serão agora os meus 81 juízes, que chegaram a esta Casa igualmente, amparados no voto popular.

Dito isto, peço às senhoras e aos senhores o direito de me apresentar como sou, com toda a clareza e sinceridade. Saibam todos que vocês estão julgando uma mulher honesta, uma servidora pública dedicada e uma lutadora de causas justas.

Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita Presidenta do Brasil. Nestes anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi.

Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos legais de que disponho para exercer o meu mandato até o fim.

O destino sempre me reservou grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença, e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça.

O que mais dói neste momento é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política.

Não esmoreço. Olho para trás e vejo tudo o que fizemos. Olho para frente e vejo tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos.

Nunca deixei de lutar, ao longo de toda a minha vida, pelo que acredito. Nunca me desviei das minhas crenças ou das minhas convicções éticas e políticas. Sempre acreditei na liberdade e na possibilidade de construção de uma sociedade justa e fraterna, onde a exploração e a miséria não existam. Sempre acreditei na igualdade entre homens e mulheres, na necessidade de lutarmos com paixão, intransigência e firmeza, contra todas as formas de opressão, preconceito e intolerância.

Também sempre acreditei na democracia e por ela lutei, abdicando de muitas coisas na minha vida pessoal. A ela dediquei a minha juventude. Sofri, como tantos outros, na carne, a ação violenta do ódio, da intolerância e do autoritarismo daqueles que nunca receberam do povo o poder de governar.

A experiência tem me ensinado que a democracia não é conquista definitiva, da qual se possa descuidar. É construção permanente, constante, a ser aperfeiçoada e protegida de ameaças.

Tenho orgulho de continuar ainda hoje servindo à esta mesma democracia pela qual sempre lutei. Agora, com a serenidade e a experiência adquiridas ao longo do tempo, como mulher que tem orgulho de ser mulher, que jamais temerá defender o que entende por correto e justo, pouco importando 0o preço pessoal que tenha que pagar por isso.

Por isso, sigo ainda, como no passado, conclamando a todos os que acreditam na soberania nacional, na Democracia, no Estado de Direito e na justiça social, para que jamais esmoreçam ou se afastem dessa luta justa que não admite retrocessos. Independentemente da simpatia ou não pelo Governo eleito no final de 2014, essa é uma luta da qual todos os que acreditam honestamente nesses valores não podem transigir, recuar por medo, por comodismo ou pela busca de vantagens pessoais. Os que forem dignos e honrados, se nessa luta capitularem, não deixarão, cedo ou tarde, de sentir o terrível peso da vergonha, ao vislumbrarem seu próprio rosto no espelho da história. Nunca poderão afastar das suas mentes a lembrança dos que morreram e foram torturados para que pudéssemos ser um país soberano, livre e regido pelo Estado Democrático de Direito.

Não poderão fingir que desconhecem o fato de que muitos tombaram para que pudéssemos dizer o que pensamos, para que pudéssemos escolher pelo voto direto nossos governantes e para que pudéssemos ser sempre julgados, nos termos da nossa Constituição, por órgãos imparciais e justos, após um devido processo legal.

A covardia ou a traição a esta causa serão sempre imperdoáveis. Histórica, ética e humanamente imperdoáveis.

Na minha vida, os que me conhecem sabem que incorri provavelmente em erros e equívocos, de natureza pessoal e política. Errar, por óbvio, é uma decorrência inafastável da vida de qualquer ser humano. Todavia, dentre estes erros, posso afirmar em alto e bom som, jamais se encontrará na minha trajetória de vida a desonestidade, a covardia ou a traição. Jamais desviei um único centavo do patrimônio público para meu enriquecimento pessoal ou de terceiros. Jamais fugi de nenhuma luta, por mais difícil que fosse, por covardia. E jamais trai minhas crenças, minhas convicções ou meus companheiros, em horas difíceis.

Por isso, se alguém ainda hoje espera de mim o abandono da luta em defesa do mandato presidencial que me foi outorgado pelo voto do povo brasileiro, a partir de uma Constituição que estabelece para o nosso País a existência de um Estado Democrático de Direito, afirmo que comete um ledo engano. Não luto nem nunca lutarei pelo privilégio de continuar sendo Presidente da República. Nunca me apeguei à vaidade do exercício dos cargos; entrei na vida pública por ideais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

É fato que, nesses últimos tempos, foram muitas as ofensas, as discriminações, as traições, as mentiras, as farsas, as tentativas de humilhação e as decepções com pessoas que julgava dignas e honestas. Talvez, para alguém, isso possa sugerir que, para meu conforto e sossego, o melhor seria o abdicar da luta, buscar refúgio na minha consciência tranquila, relegando para historiadores futuros e honestos o dever de resgatar a verdade dos fatos. Deixar a eles a denúncia das ações antidemocráticas e antipopulares que motivam esse infundado processo de *impeachment*.

Aprendi, porém, que quando se está do lado certo da história e se empunha uma bandeira justa, nunca se deve renunciar à uma boa luta, por mais difícil que ela seja. Como já se disse poeticamente, "também dá fruto doce, a adversidade". Tenho a convicção de que os frutos dessa resistência democrática, empreendida por todos os que não querem o retrocesso político e social no nosso país, aparecem cada vez mais a cada dia. Apesar dos esforços destrutivos de algumas lideranças políticas e empresariais, e de alguns setores da mídia, creio que apenas seja uma questão de tempo para que os que hoje se julgam vitoriosos venham a ser colocados no devido lugar que a luta democrática e a história lhes reserva.

Continuo a lutar, assim, pela democracia do meu País e para que a vontade popular não seja desrespeitada, como já o foi tantas vezes no passado. Continuo a lutar para que soe o alerta democrático de que não é com a destituição inconstitucional de um governo legítimo, isto é, não é por meio de um golpe de estado apoiado na farsa e construído pela falsa retórica jurídica, que se poderá trazer melhores dias para o nosso povo.

Sou alvo dessa farsa porque, como Presidenta, nunca me submeti a chantagens. Não aceitei fazer concessões e conciliações escusas, de bastidores, tão conhecidas da política tradicional do nosso país. Nunca aceitei a submissão, a subordinação e a traição dos meus eleitores como preço a pagar pelos acordos que fiz.

É por ter repelido a chantagem que estou sendo julgada. Este processo de *impeachment* somente existe por eu ter rechaçado o assédio de chantagistas.

Não nego que tenha cometido erros, e por eles certamente sou e serei cobrada, mas estou sendo perseguida pelos meus acertos. Estou sendo julgada, injustamente, por ter feito o que a lei me autorizava a fazer.

Nunca, em nenhum país democrático, o mandato legítimo de um presidente foi interrompido por causa de atos de rotina da gestão orçamentária. O Brasil ameaça ser o primeiro país a fazer isto.

O maior risco para o Brasil neste momento é continuar a ser dirigido por um governo sem voto. Um governo que não foi eleito diretamente pela população não terá legitimidade para propor saídas para a crise. Um governo sem respaldo popular não resolverá a crise porque será sempre, ele próprio, a crise.

Um governo sem voto simboliza o restabelecimento da eleição indireta, contra a qual nosso povo lutou por muitos e muitos anos. Um governo sem voto não será respeitado e se tornará, mais do que um entrave às soluções, a própria causa do impasse. Interromper meu mandato de forma injusta e irregular representará impor grande risco a todas as cidadãs e cidadãos de nosso Brasil.

É com esse espírito e por estas razões pessoais e de Estado que, por meio do meu Advogado de Defesa, presto os esclarecimentos que a seguir passam a ser firmados nos autos deste processo de *impeachment*.

Contra mim, neste processo, são dirigidas duas denúncias por crime de responsabilidade. Sou acusada de editar decretos de abertura de crédito suplementar, sem a devida autorização legislativa. Sou acusada também de determinar o atraso de pagamentos de subvenções econômicas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução de um programa de crédito rural (Plano Safra).

Conforme revelam todas as alegações produzidas pela minha defesa, e as demais provas fartamente produzidas ao longo deste processo, estas denúncias são manifestamente improcedentes. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade que pudesse legitimar o meu afastamento ou a cassação do meu mandato de Presidenta da República.

Diz a nossa Constituição Federal, no seu artigo 85, que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal".

Afirma ainda o seu parágrafo único que "estes crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e de julgamento".

Diante desse dispositivo constitucional, nenhuma dúvida poderá existir de que somente caracterizarão crimes de responsabilidade atos gravíssimos que sejam diretamente praticados pelo Presidente da República, na conformidade do definido em lei, e ainda em decorrência de sua inequívoca conduta dolosa. Também não podem existir dúvidas de que a ocorrência desses crimes, apesar de ensejarem um juízo de valoração política por parte dos membros do Poder Legislativo que atuarão como julgadores, deve restar plenamente provada em um devido processo legal, para que possa existir a responsabilização política do Chefe de Estado e de Governo e a afirmação legal e legítima do seu *impeachment*.

No que diz respeito à edição dos decretos suplementares referidos na denúncia parcialmente recebida o Sr. Presidente da Câmara, no dia 2 de dezembro de 2015, é importante observar que dos 6 (seis) atos ad-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

ministrativos originalmente mencionados, após o decidido por esta Comissão e a perícia realizada por requerimento da nossa defesa neste processo, reconhece-se agora que apenas 3 (três) devem continuar ainda a ser discutidos quanto a se poderiam ou não ter sido editados sem uma prévia autorização legislativa.

Não tenho a menor dúvida de que esses decretos foram baixados com a devida autorização legal e sem qualquer ofensa às nobres atribuições constitucionais do Poder Legislativo. Essa autorização foi dada pelo art. 4º da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária anual vigente para o ano de 2015).

De fato, este dispositivo legal autorizava expressamente a edição de decretos de abertura de créditos suplementares, "desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015".

E assim foi feito pelo meu governo, como demonstrado nestes autos.

Conforme atestado pelos diversos órgãos técnicos que firmaram posicionamentos favoráveis à edição desses três atos administrativos, de acordo com a concepção jurídica e financeira pacificamente admitida à época da sua edição, esses decretos de abertura de crédito suplementar não mantinham nenhuma situação jurídica de incompatibilidade financeira com as metas fiscais.

Deveras, de acordo com o que sempre se entendeu desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), nenhum desrespeito às metas fiscais haveria na edição de simples decretos de suplementação de crédito que adotassem como fontes o "excesso de arrecadação de receitas próprias" ou o "superávit financeiro aprovado no balanço patrimonial do exercício de 2014", desde que houvesse, por meio de outros atos administrativos (decretos), um contingenciamento que impedisse um gasto, a maior, por força desta modificação orçamentária.

Não é difícil entender-se esta interpretação pacificamente dada pelos órgãos técnicos, durante muitos anos, aos dispositivos normativos das diferentes leis orçamentárias que foram aprovadas após a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um orçamento, por si, apenas autoriza aos administradores públicos a possibilidade da realização de uma despesa. Um decreto presidencial que suplementa créditos de uma lei orçamentária aprovada, em sendo assim, apenas "autoriza" a suplementação daquelas programações que originalmente estão previstas na Lei aprovada pelo Congresso Nacional. Por óbvio, se os gastos previstos, todavia, forem por um outro ato "impedidos de serem realizados" (em linguagem técnica, "contingenciados"), de maneira que a alteração feita pelo decreto de suplementação não implique quaisquer gastos "a maior" do que os originalmente previstos, do ponto de vista financeiro não haverá qualquer possibilidade lógica e jurídica de que estes atos venham a contribuir com um desrespeito à obtenção das metas fiscais.

Afinal, as metas fiscais possuem natureza estritamente financeira, ou seja, dizem respeito apenas a gastos efetivamente feitos, jamais guardando qualquer pertinência, por si só, com as meras autorizações de gastos formalmente estabelecidas na lei orçamentária vigente.

Este, repita-se, era o entendimento jurídico dominante seguido por todos os órgãos administrativos, ao longo de todos os governos que se seguiram à entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E foi o entendimento seguido, naturalmente, em relação aos decretos discutidos neste processo. Sem qualquer sombra de dúvida, os créditos suplementados por estes decretos, de acordo com esta concepção pacificamente admitida à época, guardavam indiscutível compatibilidade com a meta fiscal. Isto porque, por força do contingenciamento das verbas orçamentárias determinado por outros decretos por mim assinados, estes atos administrativos jamais poderiam ensejar gastos a maior do que o originalmente estabelecido. Não há como se dizer que decretos de abertura de crédito suplementar possam prejudicar o alcance das metas fiscais, quando as autorizações orçamentárias por eles acrescidas não puderem ser financeiramente gastas, em decorrência da limitação imposta pelos decretos de contingenciamento.

Por isso, é absolutamente descabido afirmar-se que a impossibilidade de atingimento das metas fiscais, ao longo do ano de 2015, se deveu, em qualquer medida, à edição destes decretos de abertura de créditos suplementares. Qualquer análise, por mais superficial que seja, revela que esta dificuldade ocorreu, única e exclusivamente, pela queda vertiginosa da receita ao longo deste ano, motivada pela crise econômica. Por óbvio, não foram esses decretos, na medida em que não implicaram nenhum gasto a maior, por força do já aludido contingenciamento, que ensejaram, em si, qualquer alteração na realidade financeira da Administração federal. Eles apenas implicaram mera realocação formal e abstrata das atividades em que poderiam ser dispendidos os mesmos valores financeiros disponíveis, sem qualquer elevação dos gastos financeiros. Foram atos, como de praxe acontecia, praticados ao longo de uma rotineira gestão orçamentária.

A propósito, é importante observar que, ao contrário do que muitas vezes se afirma de forma equivocada, no ano de 2015, o governo federal fez o maior contingenciamento da sua história. Meu governo, com isso, demonstrou um claro compromisso com a responsabilidade fiscal. Contingenciou-se tudo o que se podia, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

a paralisação de atividades consideradas essenciais para a população brasileira, dentro de padrões de razoabilidade e de um absoluto compromisso com o interesse público.

O agravamento da crise, todavia, fez com que, apesar do contingenciamento, a queda das receitas viesse a indicar a necessidade de que o governo propusesse ao Congresso Nacional a mudança legislativa das metas fiscais estabelecidas. Dentro desse procedimento recomendado e utilizado por diferentes governos, desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi aprovada pelo Congresso Nacional, antes do final do ano, a alteração da meta fiscal.

Considerando que, sem dúvida, as metas fiscais são anuais, por força de disposição legal expressa da Lei de Responsabilidade Fiscal, em nenhum momento, de acordo com a interpretação dominante, as metas fiscais de 2015 foram desrespeitadas pelo meu governo. Tenho, assim, como sempre também o tiveram os órgãos técnicos da Advocacia Geral da União, como inadmissível que se pretenda que as metas sejam tidas como respeitadas ou não antes do período anual para o qual foram estabelecidas. O fato de a Lei de Responsabilidade Fiscal obrigar, saudavelmente, a expedição de relatórios periódicos ao longo do ano do exercício orçamentário, em nada altera esta realidade. Trata-se de uma mera providência para que o administrador, ao constatar que as metas ao final do ano possam vir a não ser atingidas, tome as providências necessárias ao seu alcance ou providencie, se for o caso, a sua alteração legislativa.

Foi o que foi feito pelo meu governo.

Ora, assim se vê, com absoluta clareza, que os decretos de abertura de crédito suplementar em nada feriram a lei orçamentária, a lei de diretrizes orçamentárias ou a lei de responsabilidade fiscal. Foram atos praticados em total consonância com a autorização legislativa conferida ao Executivo nos termos do art. 4º da lei orçamentária do ano de 2015, de acordo com a interpretação vigente na época. Solicitados por diferentes unidades governamentais, e de outros Poderes, sem qualquer ingerência da Presidência da República, foram estes atos administrativos analisados por diferentes órgãos técnicos e jurídicos. E, após detida análise em procedimento técnico "parametrizado", foram por mim assinados e expedidos, como foram sempre, os simples atos próprios de uma rotina administrativa preestabelecida.

Observe-se ainda que estes decretos não foram editados para atender a necessidades injustificadas ou desconformes ao interesse público. Muito pelo contrário. Visaram atender a necessidades relevantes de importantes órgãos da Administração Federal, tais como a Polícia Federal, as universidades federais e outros Poderes, como a Justiça do Trabalho. Não tivessem sido eles por mim editados, as atividades ordinárias destes órgãos e a sua própria eficiência funcional poderiam restar seriamente comprometidas.

Sendo assim, se era possível, de acordo com o entendimento dominante, que fossem baixados decretos que determinassem a abertura de créditos suplementares, não havia razão lógica alguma para que se viesse a sobrecarregar o Poder Legislativo, com o envio de projetos de lei que apenas levariam a autorização, do que se entendia, já estava legalmente autorizado a ser efetuado por simples atos administrativos. Além disso, devemos considerar que as próprias delongas naturais do processo legislativo, haveriam de propiciar, no caso de envio de projetos de lei, questões administrativas difíceis de serem superadas pela demora da abertura destes créditos suplementares em favor dos órgãos e dos Poderes que os haviam solicitado.

Justamente por esse entendimento, anualmente, é feita uma avaliação pelo Poder Legislativo para definir os incisos que constarão do artigo 4º da Lei Orçamentária e que conferirão, ao Presidente da República, prerrogativas para maior celeridade na abertura de créditos suplementares durante a execução dessa Lei.

Cumpre observar, contudo, que o Tribunal de Contas da União, modificando claramente o seu posicionamento anterior, veio a entender que os decretos que determinavam a abertura de créditos suplementares deveriam guardar, formalmente, uma pertinência *in abstrato* com o atendimento das metas fiscais.

Esse entendimento, ao ver dos órgãos técnicos e jurídicos do governo federal, e também ao que hoje se sabe de vários juristas, não representa a melhor interpretação ao *caput* do art. 4º da Lei Orçamentária de 2015. Se as metas fiscais dizem respeito a uma realidade financeira, parece ser juridicamente pouco razoável que se impeça a edição de simples decretos de suplementação de crédito quando, por força de um efetivo contingenciamento, se garante que não haverá nenhum desembolso a maior de verbas com a sua edição. Ao adotar-se um tal entendimento, se atribui maior morosidade a máquina administrativa e se inibe a boa e rápida gestão de recursos públicos já existentes para o bom exercício de funções públicas relevantes. Altera-se, deste modo, a pretexto de uma "melhor interpretação jurídica", aquilo que vinha sendo feito regularmente, e com grande razoabilidade, desde o ano 2001, com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas os órgãos de controle devem ser respeitados nas suas decisões, mesmo que os administradores e seus órgãos técnicos discordem do entendimento adotado.

E assim também fez o meu governo. A partir do momento em que foi decidido pelo Tribunal de Contas União a impropriedade, a seu ver, da expedição de decretos de crédito suplementar em situações de "in-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

compatibilidade orçamentária" (e não financeira) com a meta fiscal, mesmo que as verbas estivessem contingenciadas, o governo federal deixou de editar tais decretos. Obedecemos, assim, fielmente, às determinações do órgão de controle.

Relevante, observar, nesta medida, que os decretos em discussão neste processo foram editados anteriormente a que o Tribunal de Contas da União tivesse tomado qualquer decisão a respeito da matéria. Como já salientado, para a sua expedição foi seguido o procedimento "parametrizado", adotado há anos, obtendo-se prévias manifestações técnicas e jurídicas favoráveis de diferentes órgãos da administração federal, que afirmavam a legalidade dos atos, em especial sua compatibilidade com a obtenção da meta de resultado, conforme determinava a explícita autorização legal.

Imaginar-se, assim, por todo o exposto, que a edição de tais decretos implicou atos atentatórios à Constituição e crimes de responsabilidade, se apresenta como algo inadmissível técnica e juridicamente.

Onde estaria o crime de responsabilidade materializado pela edição destes decretos? No fato de ter a Chefe do Executivo atendido à solicitação de órgãos públicos, inclusive de outros Poderes, para atender às suas necessidades inadiáveis, seguindo um procedimento de rotina adotado há anos? No fato de ter seguido à risca o parecer de vários órgãos técnicos, de diferentes Ministérios, que recomendavam a medida? No fato de estar seguindo uma orientação jurídica dominante, até então incontestada, de que estes decretos não estariam, por si só, apesar do contingenciamento decretado, desatendendo às metas fiscais? No fato de ter baixado decretos que não implicaram, por força de contingenciamento, nenhum gasto efetivo capaz de atingir mesmo que levemente o atendimento das metas fiscais? No fato de ter supostamente descumprido metas fiscais que vieram a ser alteradas por ato legislativo antes do momento em que poderiam restar juridicamente feridas?

Não há, na edição destes decretos, a menor possibilidade de que se possa configurar juridicamente a ocorrência de qualquer crime de responsabilidade, em conformidade com o que define a legislação brasileira. Afirmo, com convicção, que, com a edição destes decretos, de acordo com os órgãos técnicos da Administração federal, não houve ilegalidade, nem qualquer desrespeito às metas financeiras estabelecidas, posto que não geraram quaisquer gastos a maior do que o previsto. Não houve, assim, no caso, qualquer comportamento ilícito e grave capaz de configurar um verdadeiro "atentado" à nossa Constituição.

Aliás, mesmo que assim não fosse e tivesse eu editado decretos sem qualquer amparo do art. 4º da Lei orçamentária de 2015, um ponto a mais poderia ser invocado para descaracterizar, de plano, a ocorrência de um crime de responsabilidade na edição destes atos administrativos. Falo da absoluta falta de comportamento doloso na edição destes decretos presidenciais de abertura de crédito suplementar.

Como é notório, nos termos da nossa ordem jurídica em vigor, não existe a possibilidade de configuração de um crime de responsabilidade sem a configuração da prática, pelo Presidente da República, de um ato doloso.

Onde está, devemos perguntar, a má-fé, o dolo grave que marcaram a minha conduta no caso da edição destes decretos? Os decretos foram editados com base na interpretação técnica e jurídica dominante, acolhida expressamente e manifestada por todos os órgãos responsáveis pelo exame da matéria. A solicitação de expedição dos decretos atendia a razões comprovadamente de interesse púbico. Todos os governos anteriores haviam feito a mesma coisa. O Tribunal de Contas União, outros órgãos de controle ou mesmo o próprio Poder Judiciário, nunca antes da edição destes decretos, haviam firmado qualquer contrariedade definitiva a esse entendimento. O procedimento que marcou a sua edição é "parametrizado", sendo despachado pelo Presidente da República como um verdadeiro ato de rotina.

Onde estará então o dolo que caracterizaria o meu ato delituoso? No que, ao assinar e mandar publicar estes decretos, teria eu atentado gravemente contra a Constituição da República?

Aliás, restou demonstrado pela minha defesa que no ano de 2001 (governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso) e no ano de 2009 (governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva), em períodos em que se impôs a modificação das metas fiscais, também foram editados decretos idênticos aos meus, ora discutidos nestes autos. Na oportunidade, o Tribunal de Contas da União aprovou as contas destes Presidentes, inclusive no caso de 2001 fazendo expressa referência a estes decretos de abertura de crédito suplementar.

Teriam estes Presidentes também atentado contra a Constituição, incorrendo na prática de crimes de responsabilidade? Por que teriam, então, silenciado os órgãos de controle, aprovando as suas contas, após a detida análise da execução orçamentária? Por que, então, exclusivamente no meu governo, que seguiu um procedimento e um entendimento acolhido e reproduzido há anos, se deveria qualificar a edição destes decretos de abertura de crédito suplementar como prática de atos ilícitos graves e dolosos? Por que se adota, no caso, diante de atos idênticos praticados por governos diferentes, dois pesos e duas medidas?

É, portanto, descabida, inaceitável e profundamente injusta a denúncia por crime de responsabilidade que ıtra mim é dirigida, pelo simples fato de ter editado rotineiros decretos de abertura de crédito suplementar. ɔ havia ilicitude, segundo a afirmação expressa dos órgãos técnicos que encaminharam a minha assinatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

destes atos. E mesmo que houvesse, por força de ter ocorrido uma interpretação feita *a posteriori* da sua edição pelo Tribunal de Contas da União, não haveria dolo capaz de configurar um grave "atentado" à Constituição.

A segunda denúncia contra mim dirigida diz respeito ao alegado atraso nos pagamentos, ao longo do ano de 2015, das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução de um programa de crédito rural (Plano Safra). Afirma-se que estes supostos atrasos teriam qualificado uma verdadeira "operação de crédito" entre o Poder Executivo e um banco público, o que estaria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 36 e 38).

Em primeiro lugar, cumpre afirmar que aqui existe, novamente, uma clara colisão entre o que era reconhecido como apropriado pelos órgãos jurídicos da Administração Federal e o que, mais tarde, passou a ser decidido pelo Tribunal de Contas da União.

Desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, nunca se havia sequer cogitado do entendimento de que eventuais atrasos de pagamento em prestações de serviços feitas por bancos públicos, em favor do governo federal, deveriam ser entendidos juridicamente como "operações de crédito", ou então, como ajustes a estas "equiparados". Isto porque não existem, nestes casos, quaisquer transferências de recursos do pretendido "credor" para o "devedor"; não há prazo para o pagamento nem mesmo um contrato entre o banco e a União; e a previsão de atualização dos valores está contida em portarias do Ministério da Fazenda desde a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001. Nestes vínculos, há apenas um mero atraso no pagamento [se houver], o que, por si, não qualificaria a existência de um contrato de mútuo firmado entre um banco credor e o ente administrativo devedor.

Por diversos governos, nunca se considerou qualquer possibilidade jurídica, portanto, de que essas situações de inadimplência relativa de um ajuste pertinente a uma prestação de serviços, pudessem ser vistas como algo vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O fato de que, no meu governo, os valores envolvidos nesses atrasos tenham assumido um patamar específico, em nada altera esta realidade. A natureza de um negócio jurídico não é alterada pela quantidade de recursos financeiros que nele são alocados. Ou seja: um atraso no pagamento de um contrato de prestação de serviços não se transforma, "juridicamente", em uma operação de crédito pela quantificação dos valores nele envolvidos.

Ou é para o direito uma "operação" de crédito, ou não é, pouco importando se o valor quantificado em um eventual atraso é de um real ou de um bilhão de reais.

Até antes do Tribunal de Contas da União mudar sua posição sobre a matéria, atrasos desta natureza realizados em contratos de prestação de serviços com instituições financeiras governamentais nunca haviam sido considerados como tal.

Não bastasse isso, no caso específico do Plano Safra, sequer um "ajuste negocial" propriamente dito existe entre o governo federal e o Banco do Brasil. Trata-se de uma situação jurídica inteiramente determinada por lei (Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992), onde a União recebe o comando normativo de arcar com uma subvenção econômica em operações de crédito rural. A própria execução do Plano Safra, assim, não decorre das cláusulas estabelecidas em um convênio ou em um ajuste contratual. Ela é unilateralmente disciplinada e regulamentada por meio de portarias do Ministério da Fazenda. Nestas portarias, diga-se, nunca se fixou um prazo determinado para o pagamento das subvenções.

Donde nunca terem os órgãos jurídicos, ainda por maiores razões, vislumbrado a possibilidade da existência de uma tese jurídica de que supostos atrasos de pagamento, no âmbito deste Plano, pudessem ser compreendidos como "operações de crédito" vedadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar disso, como já salientado, no final de 2015, o Tribunal de Contas veio a alterar a sua compreensão sobre a matéria. Passou a entender o que antes os órgãos jurídicos da Advocacia Geral da União não vislumbravam: que eventuais atrasos de pagamento na prestação de serviços estariam legalmente vedados, por força de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contudo, um importante detalhe deve aqui ser observado. Esta alteração definitiva de entendimento do Tribunal de Contas da União veio ocorrer apenas em dezembro de 2015, ou seja, em momento posterior à ocorrência dos supostos atrasos no pagamento de subvenções no Plano Safra, qualificados, na denúncia, como crime de responsabilidade.

Não se pode tentar qualificar como ilícita ou mesmo como dolosa uma conduta realizada por uma administração em período anterior àquele em que a posição do órgão de controle veio a firmar o seu novo posicionamento sobre a matéria. Se uma conduta era antes admitida como válida, não se pode *a posteriori*, ao se compreender que seria inválida, se tentar imputar uma sanção retroativa a quem, no momento dos fatos, tinha a convicção de que não estava descumprindo a lei.

Todavia, não bastasse essa circunstância, por si só descaracterizadora da possibilidade de ocorrência, no o, de um crime de responsabilidade, uma outra questão merece ser legitimamente suscitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

De acordo com a legislação em vigor, a execução e o gerenciamento do Plano Safra não competem à Presidência da República. A sua regulamentação decorre de portarias do Ministério da Fazenda. Logo, não coube a mim qualquer determinação quanto ao momento em que deveria ser efetuado o pagamento das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil.

Deveras, não foi submetido ao meu âmbito decisório, e nem deveria ser, qualquer questão relativa à regulamentação ou à gestão concreta do Plano Safra. Não foi a Presidência da República quem definiu prazos, momentos ou montantes de pagamento de quaisquer valores a serem repassados à instituição financeira responsável pela sua execução.

Sendo assim, como aliás restou provado nestes autos por toda a prova testemunhal e pela própria prova pericial produzida, não se pode falar na existência de qualquer ato por mim praticado em relação ao Plano Safra que pudesse vir a qualificar a ocorrência de um crime de responsabilidade, nos termos do art. 85, da Constituição Federal. Não há crime de responsabilidade sem ato atentatório à Constituição praticado por um Presidente da República.

Apresenta-se, desta forma, como inteiramente descabida a acusação em apreço. Desde a abertura deste processo, a minha defesa indagou qual o ato que teria eu praticado, no caso, para a tipificação da ocorrência de um crime de responsabilidade. Tanto no relatório produzido na Câmara, como no Senado, essa pergunta não foi respondida.

E agora, pelas provas documentais juntadas aos autos, pelas testemunhas e pela perícia, resta provado, de forma indiscutível: não houve qualquer ato jurídico por mim praticado que pudesse ser tipificado como um crime de responsabilidade.

Aliás, o texto da denúncia originalmente chega a afirmar curiosamente que teria eu praticado um "ato comissivo" em relação aos supostos atrasos de pagamento no âmbito do Plano Safra. Que "ato comissivo" seria este? Segundo os denunciantes, este ato restaria materializado no simples fato de que eu conversaria frequentemente com o Secretário do Tesouro, Sr. Arno Augustin, segundo notícias divulgadas pela imprensa. Em outras palavras: a prova da existência do ato jurídico que materializaria a acusação contra mim dirigida estaria no fato de que eu manteria constantes conversas com o aludido Secretário do Tesouro Nacional.

Esta afirmação – não é necessário ter formação jurídica para se perceber – é verdadeiramente absurda. Além de eu nunca ter tratado de assuntos pertinentes ao Plano Safra com nenhum Secretário do Tesouro, é importante observar que o Sr. Arno Augustin não exercia esta função em 2015, no momento em que ocorreram os fatos denunciados. Ou seja, "conversas" pretensamente realizadas com o ex-Secretário do Tesouro, substituído em 2015, é que seriam a absurda prova do "ato comissivo" por mim praticado.

Tal afirmação, pela sua própria irrazoabilidade, demonstra a debilidade das acusações que são dirigidas contra mim nestes autos.

Da mesma forma, imaginar-se que eu teria me "omitido" em relação ao dever de impedir os supostos atrasos de pagamento das subvenções econômicas ao Banco do Brasil na execução do Plano Safra também parece uma afirmação marcada por uma profunda incongruência jurídica. Se a gestão do Plano Safra não era feita pela Presidência da República, como se pode imaginar que tivesse eu algum dever específico a ser cumprido em relação à determinação destes repasses? Como pode ter se omitido aquele que não tinha o dever de fazer, e nem dispunha das informações gerenciais cotidianas que pudessem implicar uma eventual tomada de posição? Imaginar-se, em sã consciência, que um Presidente da República, comandando política e administrativamente o Poder Executivo, ou seja, dirigindo uma gigantesca máquina administrativa constituída de centenas de milhares de servidores, deva possuir um dever gerencial específico sobre o momento em que devem ser pagos os montantes de um determinado programa é um rematado absurdo.

Como provado nestes autos, o conhecimento da gestão cotidiana do Plano Safra, a exemplo de dezenas de outras situações correlatas, não passa pelo conhecimento direto do Presidente da República ou mesmo do seu próprio Gabinete. Supor o contrário revela um profundo desconhecimento da máquina administrativa e da distribuição de competências e responsabilidades no âmbito do Poder Executivo, ou o incontido desejo de que eu seja incriminada, a qualquer preço, por atos praticados ao longo do primeiro ano do meu segundo mandato presidencial.

Não há, pois, por quaisquer das vias que se adotem, a menor possibilidade de se pretender que possa vir a ser procedente a denúncia de crime de responsabilidade, contra mim dirigida, em relação a eventuais atrasos no pagamento das subvenções do Plano Safra. Não há ato, comissivo ou omissivo, passível de ser a mim atribuído. Não há responsabilidade presidencial passível de ser configurada no caso.

Finalmente, um importante aspecto merece ainda ser abordado neste depoimento. Afirmou a minha De-
a, desde a sua primeira manifestação nestes autos, textualmente, que este processo foi aberto e vem sendo
movido com manifesto e inequívoco desvio de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

De fato, este processo de *impeachment* nunca visou ao atendimento da finalidade pela qual a Constituição e a lei vieram, *in abstrato*, a admiti-lo. Reconhecidamente, não se partiu de atos ilícitos graves por mim praticados dolosamente, para que se pudesse apurar uma eventual e necessária responsabilização política da Chefia do Executivo.

Ao revés, partiu-se do desejo claro de que, por razões puramente políticas, houvesse o meu afastamento da Presidência da República, para então passar-se a procurar, de forma ávida, quaisquer pretextos jurídicos que pudessem justificar, retoricamente, a consumação desta intenção. Isso explica, aliás, a absoluta fragilidade das acusações que constituem a denúncia por crime de responsabilidade contra mim dirigida neste processo.

Desde a sua abertura pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, as razões reais e a finalidade objetiva que movem este processo de *impeachment* são absolutamente claras. Várias forças políticas viam, e continuam a ver, a minha postura de não intervir ou de não obstar as investigações realizadas pela operação Lava Jato como algo que colocava em risco setores da "classe política" brasileira.

Como disse um dos líderes mais importantes do Governo interino, o senador Romero Jucá, era preciso me destituir da Presidência da República para que, enfim, fosse possível um acordo que esvaziasse as operações policiais contra a corrupção e fosse estancada a "sangria" resultante dessas investigações. Várias outras declarações de integrantes do grupo que apoia ou está hoje no governo confirmaram esta revelação: era preciso me derrubar para ter uma chance de escapar da ação da Justiça.

A estes setores se somaram os que, desde o resultado eleitoral de 2014, não absorveram a derrota nas urnas. Queriam uma outra política para o País, com finalidades e propósitos completamente diferentes daqueles que foram escolhidos pela maioria dos brasileiros.

Faço questão de lembrar: em 2014, fui reeleita para dar sequência a um projeto de desenvolvimento para o Brasil, iniciado ainda no governo Lula, que está alicerçado na ampliação de direitos e oportunidades para todos os brasileiros. Um projeto que, graças ao Bolsa Família, nos tirou do mapa da fome da ONU e permitiu que superássemos a extrema pobreza; que, com o Mais Médicos, levou atendimento médico a 63 milhões de cidadãos de todo o Brasil, eliminando a desatenção que, por séculos, comprometeu o direito à saúde de nosso povo.

Fui escolhida para dar continuidade ao Minha Casa, Minha Vida, o mais bem-sucedido programa habitacional de nossa história, que garantiu acesso à casa própria a 2 milhões e 760 mil famílias e que, no momento de meu afastamento, já havia contratado a construção de outras 1 milhão e 500 mil unidades. Tudo isso porque decidimos usar recursos do orçamento da União para subsidiar o custo dessas moradias, providência imprescindível para viabilizar o acesso de famílias de baixa renda à casa própria.

A população escolheu a continuidade de nossa política de democratização do acesso ao ensino superior. Graças a políticas como o ProUni e o FIES e à expansão da rede de universidades federais, dobramos o número de estudantes universitários no Brasil. Graças à política de cotas, nossas universidades têm, cada vez mais, as cores da nossa população.

Os brasileiros que me elegeram entenderam a importância de nossa parceria com Estados e Municípios para melhorar as condições de transporte urbano em nossas cidades, manifestada em uma carteira de investimentos de 143 bilhões de reais em obras de metrô, trens, BRTs, corredores de ônibus. Reconheceram que nosso modelo de concessão, que buscou combinar a modicidade das tarifas de pedágio e a adequada rentabilidade do investidor, foi bem-sucedido, como mostram os 5.350km de rodovias que concedemos, 64% dos quais com compromisso de duplicação pelos concessionários; os seis aeroportos cuja gestão foi transferida à iniciativa privada e hoje estão completamente modernizados e ampliados; e a verdadeira revolução que promovemos no sistema portuário brasileiro. Validaram o modelo de investimento no setor elétrico, que resultou, desde 2011, no acréscimo de 29.987 MW ao sistema de geração de energia e de 28.113 km ao sistema de transmissão.

Minha reeleição significou também a autorização para que déssemos sequência aos investimentos em segurança hídrica em todo o Nordeste. O projeto de integração do São Francisco está deixando de ser sonho porque garantimos os recursos para realizar esta obra. Implantamos mais de um milhão de cisternas por todo o semiárido e, hoje, os carros-pipa circulam sob controle do Exército, para garantir que a água chegue a quem realmente precisa.

Estou certa que os micro e pequenos empresários reconheceram as atualizações que fizemos nos valores de enquadramento do Supersimples, universalizado no meu governo. E que a indústria nacional foi altamente beneficiada por nossa política de conteúdo nacional e pelos mais de 32 bilhões que investimos no Inova Empresa.

Há muitas outras razões para que as brasileiras e os brasileiros tivessem escolhido a continuidade do projeto de Nação que defendemos. Citaria ainda a garantia que as riquezas do pré-sal, por meio do modelo de partilha, seriam apropriadas por todos os cidadãos e transformadas em elemento dinamizador dos investimentos em educação e saúde. Ou, o orgulho de o Brasil ter sediado, com sucesso inquestionável, grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014, a Jornada Mundial da Juventude, os Jogos Mundiais Militares, os Jogos Mun-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

diais dos Povos Indígenas, e que, graças ao planejamento e investimentos que fizemos, se repetirá nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, desde que o governo provisório e interino dê sequência às ações previstas.

No entanto, os derrotados buscaram, desde o momento da divulgação dos resultados eleitorais, encontrar uma forma de reverter a decisão democrática tomada pelo povo brasileiro. E assim, no momento certo, souberam unir seus esforços com aqueles que entendiam que o meu governo era um real obstáculo a seu desejo de construir um verdadeiro pacto de impunidade no País.

Foi, portanto, desse modo, pelo encontro destas duas vertentes políticas, que nasceu e continua a se desenrolar o presente processo de *impeachment*. Um processo aberto e impulsionado por razões que não podem ser confessadas pelos seus mentores, mas que acabaram sendo conhecidas de todos por revelações públicas fartamente noticiadas por toda a imprensa. Um processo provocado pela retórica jurídica e política daqueles que, sabendo que nos dias atuais seria descabido articular golpes de Estado pela força das armas, criaram pretextos para justificar um novo *modus* golpista, um golpe, onde a Constituição e o Estado de Direito são invocados para que se possa, com absoluta desfaçatez, melhor pisoteá-los.

Postulo, assim, senhoras Senadoras e senhores Senadores, que Vossas Excelências meditem sobre as frágeis acusações que me são dirigidas, confrontando-as com as provas irrefutáveis que nestes autos foram produzidas e que acabam por demonstrar, de forma cabal e irretorquível, a absoluta improcedência da denúncia por crime de responsabilidade que motiva este processo. Postulo que, ao fazerem essa análise, pensem na injustiça da condenação de alguém que não praticou qualquer crime e teve a sua vida pública sempre marcada por uma profunda honestidade. Peço que reflitam, com absoluta isenção, sobre a história do nosso país e sobre o que representará para a nossa jovem democracia a cassação de um mandato presidencial realizada nestas circunstâncias e por estes motivos.

Manifesto minha sincera confiança na compreensão das Senadoras e dos Senadores que, mesmo sendo de oposição ao meu governo, estejam abertos a considerar meus argumentos. Espero que muitos estejam dispostos a agir com isenção.

Basta que se analise este processo para que se saiba que não cometi as irregularidades que são atribuídas a mim.

As provas são evidentes e demonstram cabalmente que agi de boa-fé, pelo bem do País e do nosso povo, e sempre dentro da lei.

A consumação do meu *impeachment* será uma grande injustiça. Os que forem verdadeiramente isentos e justos jamais vincularão suas biografias a esta farsa.

Neste momento, a história acontece diante de nós. A gravidade da situação não nos oferece a opção do silêncio e da omissão.

Quem quer que tenha compromisso com a democracia tem o dever de tomar posição. O que está em questão, neste momento, não é o apoio ou a oposição ao meu governo, mas a unidade de todos em defesa do Estado Democrático de Direito. O que está em questão, neste momento, é a preservação dos direitos individuais e coletivos do povo brasileiro.

Há duas grandes demandas que nos cobram uma posição: a preservação da democracia em sua integridade e a manutenção dos direitos da população. Demandas que cobram uma posição altiva, corajosa e honesta dos Senadores que julgarão um pedido de *impeachment* sem amparo na Constituição, pela absoluta inexistência de crime de responsabilidade.

O Brasil não merece viver uma nova ruptura democrática. Devemos mostrar ao mundo e a nós mesmos que conseguimos construir instituições sólidas, capazes de resistir a intempéries econômicas e políticas. Devemos mostrar que sabemos honrar a nossa Constituição, a Democracia e o Estado de Direito, zelando pelo respeito ao voto popular. Devemos mostrar, finalmente, que sabemos dizer não a todos os que, de forma elitista e oportunista, agindo com absoluta falta de escrúpulos, valem-se da traição, da mentira, do embuste e do golpismo, para hipocritamente chegar ao poder e governar em absoluto descompasso com os desejos da maioria da população.

Brasília, 6 de julho de 2016

Assina a Srª Presidente da República, Dilma Rousseff.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bem, Ministro. (*Palmas.*)

Muito bem, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Encerrada a leitura pelo Advogado de Defesa, Dr. José Eduardo Cardozo, do texto encaminhado pela Srª Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

E considerando também o encerramento da fase de instrução probatória, a Presidência, com base no art. 48, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal, declara prejudicados os Requerimentos nº 112, 113, 115, 117 e 118.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Coloco em votação as atas da 26ª e da 27ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... pela bela carta da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Conforme calendário aprovado pela Comissão, confirmo a realização da próxima reunião a realizar-se no próximo dia 2 de agosto de 2016, ao meio-dia, para a apresentação do relatório do Senador Antonio Anastasia.

Reafirmo a intimação dos advogados da Defesa, bem como dos denunciantes.

E neste momento, encerrando esta fase, quero agradecer a colaboração, o apoio, a compreensão, o trabalho e a dedicação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, da Advogada de Acusação, Drª Janaína, do Advogado de Defesa, Dr. José Eduardo Cardozo, dos nossos colaboradores aqui, secretário e escrivão. Agradeço também o apoio, o trabalho e a dedicação da imprensa nacional aqui, de todos os funcionários e colaboradores, inclusive da segurança, e a todos que aqui participaram deste evento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

Senador Raimundo Lira
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Comissão Especial criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 15 de 2016, destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, realizada às onze horas e quarenta e oito minutos do dia 6 de julho de 2016, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador **Fernando Bezerra Coelho**, com a presença dos Senadores **Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, José Aníbal, Ronaldo Caiado, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Pedro Chaves** e **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os Senadores **Lindbergh Farias, Jorge Viana** e **Omar Aziz**. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Instalação. Finalidade: Instalação da comissão. Resultado: Instalada a comissão. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2016 que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Especial, criada pelo Ato do Presidente nº 15, de 2016, destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.

Instalada a Comissão, esclareço que o Ato nº 15, de 2016, estabelece que a Comissão será por mim presidida e terá com o Relator o Senador Antonio Anastasia. S. Exª, neste momento, me pediu para colocar suas escusas porque está na Comissão Especial do Impeachment – ele, que é o Relator da Comissão Especial –, ouvindo a palavra, encaminhada através do Advogado de Defesa, da Senhora Presidenta afastada, Senhora Dilma Rousseff. Portanto, não pode retirar-se da Comissão Especial do Impeachment.

A Comissão será responsável por:

1. analisar matérias em tramitação no Senado Federal, inclusive em caráter terminativo;

2. realizar audiências públicas com especialistas; e

3. apresentar relatório final, com propostas para o aprimoramento do ordenamento jurídico pertinente ao Pacto Federativo.

Para o desenvolvimento de nossos trabalhos, a Comissão poderá utilizar a estrutura do Instituto Legislativo Brasileiro e solicitar estudos, informações e serviços à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

Srs. Senadores, em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, pela designação do meu nome para presidir esta Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo.

Ao me conferir essa incumbência, essa tarefa, o Sr. Presidente do Senado Federal procurou também encaminhar para apreciação da nossa Comissão algumas matérias que considera prioritárias, segundo audiência que fez com diversos líderes partidários, para uma tentativa, um esforço de que matérias pudessem ser apreciadas até o final deste período legislativo, que deverá ocorrer até o dia 13 de julho do corrente.

As matérias que estamos trazendo para apreciação dependem de remessa para esta Comissão, porque ainda tramitam em outras Comissões, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça. Elas serão, digamos assim, transferidas para a responsabilidade desta Comissão. Logo após a instalação desta Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo, o Sr. Presidente do Senado Federal haverá de convocar essas matérias, que estão tramitando em outras Comissões, para que possam análise desta Comissão Especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Passarei a elencar as seis matérias que foram consideradas prioritárias para serem examinadas, se possível, na reunião de hoje e na reunião da próxima semana, que vamos tentar realizar na terça-feira. Oportunamente, vamos informar aos Srs. Membros da Comissão para que possamos deliberar e ter a chance de apreciá-las em plenário na próxima semana.

As matérias são as seguintes:

1. SCD 4/2016 - Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).

Quero lembrar que essa foi uma solicitação muito forte dos governadores dos Estados. Esse pleito foi, de certa forma, liderado pelo Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Essa matéria já tramita aqui, na Casa, e foi elencada como uma das matérias a serem priorizadas. Foi designado como Relator, no âmbito desta Comissão, o Senador Waldemir Moka, e o projeto já se encontra aqui. Tão logo eu termine de fazer a leitura das matérias prioritárias, vou dar a palavra ao Senador Moka para proferir o seu parecer em relação a esse Regime Especial de Incentivos para Investimento em Saneamento Básico. Teremos, portanto, a primeira matéria apreciada no seio desta Comissão.

A segunda matéria é a PEC nº 73, que altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

Ela está pronta para deliberação em plenário, mas dar ciência a esta Comissão porque essa é uma matéria que tem forte reivindicação por parte da Confederação Nacional dos Municípios. Portanto, essa matéria já está pronta e deverá ser incluída da Ordem do Dia, se possível, de hoje.

Consulto se o Senador Garibaldi Alves poderia aceitar a missão de ser o Relator.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – No plenário?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – No plenário, sim. Eu poderia propor isso ao Presidente Renan Calheiros – essa é uma tarefa dele – para dar tempo de V. Exª se assenhorear do tema. É uma matéria muito importante, e poderíamos, portanto, incluí-la na Ordem do Dia de hoje.

Consulto se V. Exª poderia funcionar como Relator de plenário.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Desde que me fosse dado o relatório no...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza, vamos providenciar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Com urgência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O terceiro item da pauta é a PEC nº 96/2015, que outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de transmissão *causa mortis* e de doação de quaisquer bens ou direitos destinados ao financiamento da política de desenvolvimento regional. A matéria consta da pauta da Comissão de Constituição e Justiça de hoje – Senadora Ana Amélia, seja bem-vinda –, sob relatoria do Senador Roberto Rocha. Como hoje tivemos a presença do Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para debater os reajustes salariais, talvez não seja apreciado na Comissão de Constituição e Justiça hoje, mas o Senador Roberto Rocha está fazendo um apelo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que está respondendo por ela, que é o Senador José Pimentel, pela ausência do Senador José Maranhão, para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vai ser?

Bom, estou sendo informado de que o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, se fez presente hoje na Comissão, Senador Pedro Chaves, e pediu prioridade para esse item. A matéria será apreciada hoje já como primeiro item da pauta.

Portanto, teremos a oportunidade de, já na próxima semana, aqui ouvir o relatório do Senador Lindbergh Farias.

O quarto item da pauta é o PLS 35, que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com o intuito de desburocratizar o procedimento de reconhecimento de firma do administrado.

A matéria está na CCJ, com relatoria do Senador Antonio Anastasia. Será designado Relator o Senador tonio Anastasia, já que ele é o nosso Relator Geral, aqui no âmbito da Comissão Especial de Aprimoramento Pacto Federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O item 5 é o PLS 401/2013, que altera a Lei de Licitações para estabelecer como anexo do edital de licitação, no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.

A matéria está na CCJ com relatoria do Senador Antonio Anastasia, e S. Exª também funcionará como Relator aqui, no âmbito da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo.

Finalmente, a última matéria que foi elencada para tentarmos apreciar até o dia 13 é o PLS 472/2012, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei das PPPs), para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios; estabelece que o valor mínimo será de dez milhões para os Estados e de cinco milhões para os Municípios.

Essa é uma demanda feita também pelos Estados e Municípios brasileiros e também terá como Relator o nosso Relator Geral, Senador Antonio Anastasia.

Peço à assessoria da Comissão que, por favor, tire cópias dessas matérias priorizadas e faça chegar às mãos dos Srs. e Srªs Senadoras.

Eu gostaria, ao agradecer a presença dos membros desta Comissão – já temos quórum para deliberar – de passar a palavra ao Senador Waldemir Moka para relatar o Projeto da SCD 4/2016.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação
Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 4, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado PLS nº 95, de 2015, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Quero apenas lembrar que já relatei esse projeto na Comissão de Assuntos Sociais e também na Agenda Brasil, onde foi colocado.

Esse projeto foi aprovado, foi para a Câmara e, lá, recebeu uma contribuição que eu acatei na sua totalidade, até porque, devo reconhecer, foi melhorado.

Como distribuí o meu relatório, vou direto à análise, até por uma questão... A hora em que eu começar a ler, vocês vão se lembrar do projeto.

Análise.

Por determinação da Presidência, caberá a esta Comissão opinar sobre a matéria, tendo em vista que a sua decisão não será terminativa.

Na verdade, ela é aprovada aqui e vai direto ao plenário do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aqui foi colocado que a matéria "será terminativa", mas terminativa no sentido de que ela só passa por esta Comissão. Contudo, o termo "terminativa", aqui, está colocado de forma errada, porque terminativa é quando não passa pelo plenário do Senado. Dessa forma, ela não será terminativa, embora não tramite por outra Comissão. Não sei se fui claro.

Faz-se necessário também proceder à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

O projeto insere-se na competência da União para promover programas de melhoria das condições de saneamento básico (CF, art. 23, IX) e observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, lembrando o autor da proposição que as empresas de saneamento foram muito prejudicadas pela alteração da forma de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep, de cumulativa para não cumulativa.

Alguns dados trazidos durante o debate da matéria na Câmara dos Deputados, além daqueles mencionados durante sua avaliação aqui no Senado Federal, merecem ser destacados para um melhor entendimento da importância desse projeto e do programa por ele instituído:

a) A ampliação gradual da cobertura dos serviços de saneamento básico no País até o alcance da universalização do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgoto é meta a ser atingida em 2033, segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

b) Considerando o ritmo de investimentos no setor nos últimos cinco anos (2010-2014), o Brasil somente será capaz de universalizar o saneamento em 2055.

c) Mais da metade das escolas brasileiras não tem acesso à coleta de esgotos.

d) Sobre a coleta de esgoto, apenas 48,6% da população têm acesso à coleta, portanto somos 100 milhões de brasileiros sem acesso a esse serviço e 120 milhões sem acesso a esgoto tratado.

e) Em *ranking* internacional de saneamento produzido pelo Instituto Trata Brasil e pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, ocupamos a 112ª posição dentre 200 países analisados.

f) Segundo dados do Instituto Trata Brasil, 82,5% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada, portanto são mais de 35 milhões de pessoas sem acesso a este serviço.

g) Cerca de 3,5 milhões de brasileiros nas 100 maiores cidades do País despejam esgoto irregularmente, mesmo tendo redes coletoras disponíveis.

h) Os impactos da falta de saneamento na saúde têm reflexos nos índices de mortalidade infantil, de rendimento escolar e de produtividade no trabalho.

i) Em 2015, durante os trabalhos da Subcomissão Especial da Universalização do Saneamento e do Uso Racional da Água, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) – que reúne empresas responsáveis pelo atendimento de mais de 70% da população do País com serviços de saneamento –, já apontava que um dos desafios do setor é enfrentar a elevada tributação federal.

j) Segundo dados divulgados também pelo Instituto Trata Brasil, a cada R$ 1 investido em saneamento gera-se uma economia de R$ 4 em saúde.

k) Se 100% da população tivesse acesso à coleta de esgoto, haveria uma redução, em termos absolutos, de 74,6 mil internações, sendo 56% dessa redução na Região Nordeste.

Esses dados demonstram os benefícios sociais da medida proposta, que vem corrigir efeitos de uma medida tributária originalmente destinada a eliminar a cumulatividade na cobrança do PIS/Pasep e da Confins, mas que acabou por produzir resultados adversos para o setor do saneamento básico.

O modelo institucional proposto pelo projeto, para permitir o benefício apenas àqueles projetos que estiverem em consonância com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e que representem um valor adicional ao valor médio anual de investimentos da pessoa jurídica, assegurará que os créditos constituídos em benefícios das empresas de saneamento sejam direcionados para a universalização do atendimento e para a ampliação dos investimentos.

Antes de ler o meu voto, eu faço o seguinte resumo: numa empresa de saneamento básico, se você pegar os últimos dez anos, terá que a média anual de investimento nesse período é considerada o valor de investimento médio. Se essa empresa for investir mais do que esse valor médio, ela poderá acrescentar a esse investimento a mais...

Digamos que, se o valor médio for de R$5 milhões, ela teria que pagar R$1 milhão de PIS/Pasep e Cofins. Então, ao invés de R$5 milhões, ela poderia investir R$6 milhões, ficando desobrigada dessa contribuição.

É esse o resumo desse projeto, ou seja, você estimula as empresas de saneamento básico a investir mais n o crédito em cima dessa tributação que é cumulativa. Não sei se fui claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.125071/2016-61 (VIA 001) - 00100.125071/2016-61-2 (VIA 001) (ANEXO: 002)

Diante do exposto, voto pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 4, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Quero, inclusive aqui, sublinhar o esforço realizado, empreendido pelo Senador Moka, que foi comunicado da inclusão dessa matéria como prioritária para ser apreciada na primeira reunião de reinstalação da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo, e S. Exª, com muita dedicação, mais uma vez, aqui nos abrilhantou com um excelente relatório.

Meus parabéns e meus cumprimentos.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco a matéria em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão Especial.

Eu queria também, antes de encerrar a nossa reunião, dizer aos Srs. Membros da Comissão que essa pauta não esgota os temas. Assim, se tiverem alguma sugestão de matéria que possa ser incorporada como prioritária, seja para apreciação na próxima semana, seja para o inicio do segundo período legislativo, que se dará no início de agosto, seria importante que nós pudéssemos ter uma sinalização até a realização da nossa próxima reunião, que, repito, será na próxima terça-feira.

Vamos definir o melhor horário, por conta da disponibilidade de salas, e comunicaremos aos Srs. Membros.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B3F62BD0012C5AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.